Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco.
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE PORTUGUÊS

Em 22 de setembro de 1967.

Examinadores: Professôres Adriano da Gama Kury, Jesus Bello Galvão e Márcio Fortes de Almeida.

Ponto sorteado nº 6.

Duração da prova: 3 hs e 30 min.

1ª. Parte - Redação.

Discorra sôbre o tema:

Recursos tecnológicos do Século XX e o desenvolvimento nacional: a) radiodifusão; b) aviação; c) fontes de energia.

Extensão: 450 a 600 palavras.

Valor: 50 pontos.

2ª. Parte - Literatura

Valor: 30 pontos.

a) Situe os poemas dados no competente movimento literário, justificando:

1) a estesia a que deram expressão;

2) as preferências temáticas do movimento literário;

3) os típicos recursos lingüísticos de cada poema.

(cêrca de 30 linhas)

b) Em cêrca de dez (10) linhas, justifique a presença de SAGARANA na literatura brasileira.

No fundo do meu ser, ouço e suspeito
Um pélago em suspiros e rajadas:
Milhões de vivas almas sepultadas,
Cidades submergidas no meu peito.

Às vêzes, um torpor de águas paradas...
Mas, de repente, um temporal desfeito:
Festa, agonia, júbilo, despeito,
Clamor de sinos, retintim de espadas,

Procissões e motins, glórias e luto,
Chôro e hosana... Ferver de sangue nôvo,
Fermentação de um mundo agreste e bruto...

E há na esperança, de que me comovo,
E na grita de dúvidas, que escuto,
A incerteza e a alvorada do meu povo!

Quem anda pelas lágrimas perdido,
Sonambulo dos tragicos flagelos,
e quem deixou para sempre,esquecido
o mundo e os futeis ouropeis mais belos!

É quem ficou do mundo redimido,
expurgado dos vicios mais singelos
e disse a tudo o adeus indefinido
e desprendeu-se dos carnais anelos!

É quem entrou por tôdas as batalhas
as maos e os pes e o flanco ensangüentando,
amortalhado em tôdas as mortalhas.

Quem florestas e mares foi rasgando
e entre raios, pedradas e metralhas,
ficou gemendo, mas ficou sonhando!

3ª. Parte - Gramática

Valor: 20 pontos

Leia atentamente o texto abaixo, e responda às perguntas que o seguem

O MENINO É PAI DO HOMEM

(Machado de Assis)

1 Cresci; e nisso é que a família não interveio; cresci naturalmente, como crescem as magnolias e os gatos. Talvez os gatos são menos matreiros, e, com certeza, as magnolias são menos inquietas do que eu era na minha infancia. Um poeta dizia que o menino
5 é pai do homem. Se isto é verdade, vejamos alguns lineamentos do menino.
Desde os cinco anos merecera eu a alcunha de "menino diabo", e verdadeiramente não era outra cousa; fui dos mais malignos do meu tempo, arguto, indiscreto, traquinas e voluntarioso. Por exem-
10 plo, um dia quebrei a cabeça de uma escrava, porque me negara uma colher do doce de coco que estava fazendo, e, nao contente com o malefício, deitei um punhado de cinza ao tacho, e, nao satisfeito da travessura, fui dizer a minha mae que a escrava e que estragara o doce "por pirraça"; e eu tinha apenas seis ânos. Prudencio, um
15 moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia, - algumas vezes gemendo, - mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um - "ai, nho-
20 nho!" - ao que eu retorquia:- "Cala a boca, besta!" - Esconder os chapeus das visitas, deitar rabos de papel a pessoas graves, puxar pelo rabicho das cabeleiras, dar beliscoes nos braços das matronas, e outras muitas façanhas dês'e jaez, eram mostras de um gênio indócil, mas devo crer que eram tambem expressoes de um espirito robus-
25 to, porque meu pai tinha-me em grande admiraçao; e se as vezes me repreendia, a vista de gente, fazia-o por simples formalidade: em particular dava-me beijos.

....

Sim, meu pai adorava-me. Minha mãe era uma senhora fraça, de pouco cerebro e muito coração, assaz credula, sinceramente piedo-
30 sa, - caseira, apesar de bonita, e modesta, apesar de abastada; temente as trovoadas e ao marido. O marido era na terra o seu deus. Da colaboraçao dessas duas criaturas nasceu a minha educaçao, que, se tinha alguma cousa boa, era no geral viciosa, incompleta, e, em partes, negativa. Meu tio conego fazia as vezes alguns reparos ao
35 irmao; dizia-lhe que ele me dava mais liberdade do que ensino, e mais afeiçao do que emenda; mas meu pai respondia que aplicava na

minha educação um sistema inteiramente superior ao sistema usado; e por este modo, sem confundir o irmão, iludia-se a si próprio.
De envolta com a transmissão e a educação, houve ainda o exem-
40 plo estranho, o meio doméstico. Vimos os pais; vejamos os tios. Um deles, o João, era um homem de língua solta, vida galante, conversa picaresca. Desde os onze anos entrou a admitir-me as anedotas reais ou não, eivadas tôdas de obscenidade ou imundície. Não me respeitava a adolescência, como não respeitava a batina do ir-
45 mão; com a diferença que este fugia logo que ele enveredava por assunto escabroso. Eu não; deixava-me estar, sem entender nada, a princípio, depois entendendo, e enfim, achando-lhe graça. No fim de certo tempo, quem o procurava era eu; e ele gostava muito de mim, dava-me doces, levava-me a passeio. Em casa, quando lá ia pas-
50 sar alguns dias, não poucas vezes me aconteceu achá-lo, no funco da chácara, no lavadouro, a palestrar com as escravas que batiam roupa; aí é que era um desfiar de anedotas, de ditos, de perguntas, e um estalar de risadas, que ninguém podia ouvir, porque o lavadouro ficava muito longe de casa. As pretas, com uma tanga no
55 ventre, a arregaçar-lhes um palmo dos vestidos, umas dentro do tanque, outras fora, inclinadas sobre as peças de roupa, a batê-las, a ensaboá-las, a torcê-las, iam ouvindo e redargüindo as pilhérias do tio João, e a comentá-las de quando em quando com esta palavra:

— Cruz, diabo!... Êsse sinhô João é o diabo!

....

(Memórias Póstumas de Brás Cubas, INL, Rio, 1960, págs. 128-131.)

QUESTÕES OBJETIVAS

Assinale a melhor resposta:

1. O emprêgo do indicativo seguindo-se a talvez, na 3ª linha ("Talvez os gatos são menos matreiros")
   ( ) contraria a normas da língua
   ( ) justifica-se porque se trata de uma frase de Machado de Assis
   ( ) justifica-se por denotar uma dúvida mui tênue
   ( ) justifica-se pela distância que medeia entre talvez e o verbo

2. Usando a ênclise na oração, "porque meu pai tinha-me..." (linha 25), em contraste com a próclise em "porque me negara..." (linha 10), Machado de Assis revela
   ( ) hesitar na colocação dos pronomes átonos
   ( ) contrariar às vêzes a tradição literária
   ( ) seguir a tradição literária
   ( ) que os bons escritores têm os seus deslizes

3. A palavra batina (linha 44) oferece-nos um exemplo de
   ( ) aférese   ( ) síncope
   ( ) apócope   ( ) prótese

4. O têrmo "ao marido" (linha 31) classifica-se como
   ( ) objeto indireto de temente
   ( ) adjunto adnominal de temente
   ( ) objeto direto preposicionado de temente
   ( ) complemento nominal de temente

5. O verbo <u>entrou</u> (linha 42) deve classificar-se como

( ) auxiliar ( ) intransitivo

( ) transitivo direto ( ) transitivo indireto

6. A frase "As pretas... iam ouvindo e redargüinhdo às pilhérias do tio Joao" (linha 57)

( ) está errada, porque não se pode dar o mesmo complemento a verbos de regime diferente

( ) está correta: trata-se de um caso de elipse (zeugma)

( ) está correta por ser mais eufônica

( ) está correta por uma "licença literária"

7. A oração "que êste fugia" (linha 45) deve classificar-se como

( ) adjetiva restritiva ( ) adjetiva explicativa

( ) completiva nominal ( ) adverbial consecutiva

8. Do confronto dos têrmos "não contente com o malefício" e "não satisfeito da travessura" (linhas 11 e 12) verifica-se que

( ) a regência de <u>contente</u> exige a preposição <u>com</u>, e a de <u>satisfeito</u> a preposiçao <u>de</u>

( ) a preposição <u>com</u> serve também a <u>satisfeito</u>; a preposiçao <u>de</u> serve tambem a <u>contente</u>

( ) a regência dos verbos <u>satisfazer-se</u> e <u>contentar-se</u> difere da dos adjetivos cognatos

( ) Machado de Assis usou arbitràriamente a preposição <u>de</u> com o adjetivo <u>satisfeito</u>

9. A palavra <u>guisa</u> provém do germânico <u>wisa</u>. O tratamento do fonema inicial deve-se ao fato de

( ) tratar-se de uma vogal posterior

( ) o fonema /w/ ser, ao mesmo tempo que labial, velar

( ) a semiconsoante /w/ nem sempre evoluir para /v/

( ) o /w/ ser seguido de /i/

10. Assinale o único dos pares formado de palavras eruditas:

( ) lineamento - menino ( ) inquietas - crédula

( ) malefício - cinza ( ) dorso - palavra

11. Assinale a palavra de origem árabe:

( ) almejar ( ) pirraça ( ) jaez ( ) façanha

12. Numere as frase da la. coluna de acôrdo com a 2a:

( ) "Cresci;" (la. linha)	1. Oração sem verbo
( ) "ai, nhonhô!" (linha 19)	2. Oração com o verbo elíptico
( ) "Eu não;" (linha 46)	3. Oração sem sujeito
( ) "houve ainda o exemplo estranho" (linhas 39/40)	4. Oração de predicado nominal
	5. Frase não oracional
	6. Oração com o sujeito elíptico

13. Numere a 1a. coluna de acôrdo com a função sintática da palavra sublinhada constante da 2a. coluna:

( ) "Não me respeitava a adolescencia" (linhas 43/44)	1. Objeto direto
( ) "Ai era um desfiar de anedotas" (linha 52)	2. Objeto indireto
( ) "Quem o procurava era eu" (linha 48)	3. Predicativo
( ) "Meu tio cônego fazia reparos ao irmão" (linhas 34/35)	4. Sujeito
	5. Aposto
	6. Adjunto adnominal

14. A oração do verbo fazia (linha 26) em relação à do verbo repreendia deve classificar-se como ....

15. A palavra cônego, que remonta ao latim canonicu, apresenta como anomalia na sua evolução ....

PROVA ESCRITA DE FRANCÊS

Em 28 de setembro de 1967.

Examinadores: Professôres Adrien Renault, Pierre Merigoux e Georges Rollet.

Ponto sorteado nº 1.

Duração da prova: 3 hs. e 30 min.

1 ere Partie - REDATION

Valeur: 50 points

Traitez le sujet suivant:

Le dévoloppement de la technologie atomique à des fins pacifiques et les traites de non-proliferation des armes nucleaires.

(environ 400 mots)

2 ème Partie - THÈME

Valeur: 25 points

Traduire en français

Meu pai cochilava, encostado ao balcão. Na saleta da nossa casa, por detras da bodega, eu recordava as lições, entorpecido. Enfiando os olhos pela janela, via na rua o meu vizinho Joaquim Sabiá, de cocoras, fazendo construçoes com areia molhada. Havia um grande silencio, um silençio incomodo. As vezes punha-me a tossir, para me convencer de que nao tinha ficado surdo. Era como se a gente houvesse deixado a terra. De repente surgiram vozes estranhas. Quem eram? Ainda hoje não sei. Vozes que iam crescendo, monotonas, e me causavam medo. Um alarido, um queixume, clamor enorme, sempre no mesmo tom. As ruas enchiam-se, a saleta enchia-se, — e eu tinha a impressao de que o brado lastimoso saia das paredes, saia dos moveis. Fechava os ouvidos para nao perceber aquilo: as vozes continuavam, cada vez mais fortes. Que seriam?

.... Angústia (Graciliano Ramos)

3 ème Partie - QUESTIONS

a) Complétez les phrases suivantes en utilisant le mot (ou l'expression) correct contenu dans les trois solutions proposées.

1) Son histoire était citée en exemple: des débuts misérables, mille métiers, et maintenant il ....,.la plus grosse fortune industrielle et commerciale du pays.

   détenait   tenait   dominait

2) Le commerçant n'était pas sûr que cet étrange client ....

   reviendra   revienne   soit revenu

3) Au cours de leur voyage d'information, les délegués, pour mieux .... à leurs gouvernements respectifs de la situation dans laquelle se trouvait la jeune nation, ont tenu à organiser eux-mêmes le programme de leurs activités.

   tenir compte   rendre compte   prendre en compte

4) Que d'obstacles il lui faudrait encore surmonter avant d'atteindre .... dont il était le seul à voir l'importance.

   les vues   les objectifs   les desseins

5) Espérant que mon collaborateur ait une meilleure compréhension des choses, dès à présent ....

   soyez assuré de mon soutien le plus entier
   je vous prie de croire à mon soutien le plus entier
   veuillez croire à tout mon appui

Valeur: 5 points

b) Après avoir lu attentivement le texte, répondez aux questions.

"La destruction de centaines de tonnes de tomates dans le Midi a particulieremente emu l'opinion. Certes, ce n'est pas la premiere fois que les producteurs de fruits ou de legumes choisissent de detruire des denrees de premiere necessite pour sauvegarder leur revenu en evitant l'effondrement des cours, Depuis que la "loi Pisani" de 1962 leur a donne la possibilite de s'affranchir des demoralisantes incertitudes du marche et de retirer leurs produits de la vente (lorsque les cours descendent au-dessous d'un certain seuil), de nombreux lots d'artichauts, de choux-fleurs ou d'abricots ont ainsi ete jetes a la decharge publique, arroses de gas-oil ou tout bonnement enfouis dans les champs pour servir d'engrais vert. Jamais pourtant le phenomene n'avait connu une telle ampleur que cette annee."

(Extrait de presse)

1) Quelle est la cause de ces destructions de fruits et de legumes? ....

2) Des modes de destruction cités, quel vous semble être le plus rationnel? ....

3) Pourquoi l'opinion publique française a-t-elle été particulierement emue? ....

4) Dites d'une autre façon: "lorsque les cœurs descendent audessous d'un certain seuil". ....

5) Dites d'une autre façon: "sauvegarder leur revenu". ....

Valeur: 20 points

PROVA ESCRITA DE INGLÊS

Em 29 de setembro de 1967.

Examinadores: Professôres Kenneth James Payne, Piotr Pawel Kran e Geoffrey Lloyd Gilbert.

Ponto sorteado nº 3.

Duração da prova: 3 hs.e 30 min.

Part I - COMPOSITION

Value: 50 marks

Write a straightforward, factual composition of about 400 words on the following subject:

Diplomacy as a means of achieving prosperity.

Part II - TRANSLATION

Value: 25 marks

Luís Alves mordeu a ponta do lábio e acercou-se da janela. Quando ia a voltar para dentro ouviu um r u m o r na janela ao pé, a primeira da casa da baronesa. Luiz Alves deu um passo mais. Não viu ninguém; viu apenas o resto de um vestido que fugia e um objeto que lhe caía aos pés. Inclinou-se a apanhá-lo. Era uma grande folha de papel envolvendo, para lhe dar mais peso, outra folha pequena dobrada em quarto. Luís Alves aproximou-se da luz, e leu rapidamente o que ali vinha escrito. Leu, meteu o papel na algibeira e encaminhou-se disfarçadamente para a janela. Ninguém; a casa da baronesa dormia.

Quando voltou para dentro, Estêvão tinha-se levantado. Êle vira cair o papel, apanhá-lo e lê-lo Luís Alves. Não entendeu nada do que se passara; mas seu olhar como que pedia uma explicação.

Luís Alves foi direito ao fim.

— Estevão, disse êle, vais saber a verdade tôda; não poderia ocultar-se o que se há passado, nem conviria talvez que tu a soubesses por boca de outro.

MACHADO DE ASSIS: A Mão e a Luva, Cap. XVI.

Part III

a) Language Questions

Value: 5 marks

Choose the correct expression out of the three given under each contex and copy it into space provided so as to complete the sense.

1. There are a lot of mistakes in this letter. I think you .... better type it again

would had should

2. It's no use ...."Stop thief!" once the thief has escaped.

to cry   that you should cry   crying

3. No, we aren't late .... isn't time for the concert yet. Let's have a drink first.

it   this   there

4. When I say there may have been an accident, I mean that .... there has been one.

perhaps   it is quite probable   it is not very likely

5. No, I haven't seen any flying saucers this morning. I've been here since eight o'clock and .... I haven't seen a single one.

just now   so far   by this time

b) Text Questions

Value: 20 marks

Talleyrand's opportunity had come. He had gone to Vienna with two
convictions: that an alliance of the great Powers from which a
defeated France was excluded would produce not stability but
instability, and that the westward expansion of Russia must be halted
5 if civilization was to recover. As a Polish nation could only be
re-created with safety to Europe if given the strength to preserve
its independence, and as this was impossible, there was only one
thing to be done: to return to the status quo and leave Poland
divided between the original partitioning Powers. By throwing the
10 weight of France into the scales to ensure this, Talleyrand could
align her beside Britain and Austria and so end her isolation.
He had carefully prepared the way. The Peace of Paris, which
referred questions affecting Europe as a whole to a conference of
all the belligerent nations, had imposed on defeated France a secret
15 article by which the four main victor Powers reserved to themselves
the disposal of the non-French territories they had conquered. This
clause had never been communicated to the smaller Powers, who, being
equally concerned in such general territorial dispositions, were
bound to resent it. Relying on this, Talleyrand at an informal
20 discussion on conference procedure inquired why the other signatories
to the Treaty of Paris were not present as convening Powers, why,
having pledged themselves to call an all-European Congress, the big
Powers were setting up a council of four only, and why, five months
after the restoration of the Bourbons, they were still using the
25 invidious word "Allies". As by international law all sovereign
States were equal, it was hard for those who were setting themselves
up as the champions of public law to traverse this argument. The
cunning Frenchman had thus been able to secure a reluctant admission
that all eight signatories of the Treaty of Paris, including France,
30 had a right to attend preliminary discussions on conference procedure
The only alternative answer was that might was right: the one
argument which he knew Great Britain and Austria were determined
to avoid.

Arthur Bryant: The Age of Elegance.

Making use of the information given in the text, complete the following sentences. Make whatever syntactical and lexical changes are necessary, but do not alter the meaning of the original. (Credit will be given for sensible attempts to get away from the wording of the original where it is clearly possible to do so.)

Example: (see lines 4-5) Talleyrand was convinced that civilization would only recover if ....

Answer: ... the westward expansion of Russia was halted.
(Or: ... Russia's expansion towards the west was stopped.)

1. (see lines 5-7) The re-creation of a Polish nation with safety to Europe depended on ....
2. (see lines 7-11) Talleyrand could align France beside Great Britain and Austria and end her isolation by throwing her weight into the scales to ensure ....
3. (see lines 12-19) The four main victor Powers realized that the smaller Powers were bound to resent ....
4. (see lines 19-30 and especially lines 25-30) That France and all the other signatories of the Treaty of Paris had a right to attend preliminary discussions on conference procedure was ....
5. (see lines 31-33) Talleyrand was certain he would gain his point because he knew that neither Great Britain nor Austria ....

PROVA DE GEOGRAFIA

Examinadores: Professôras Bertha Koiffmann Becker e Maria Terezinha Segadas Soares.

Em 7 de outubro de 1967.

Ponto sorteado nº 6.

1ª Questão : DISSERTAÇÃO

Desenvolvimento do mercado interno no Brasil e seus reflexos sobre a utilizaçao da terra:

a) os novos objetivos da produção;
b) a expansao do espaço agricola;
c) a diversificaçao das culturas e dos sistemas de produçao.

Roteiro: 5 pontos.

Desenvolvimento: 35 pontos.

2ª Questaão:

Localização e concentração industrial

b.1 - Comparar, exemplificando, os fatôres de localização da indústria pesada e da industria leve.

Valor: 15 pontos

b.2 - Comentar sucintamente: "fato concentrado até recentemente, a indústria, hoje, tende para uma dispersao no espaço".

Valor: 15 pontos

3ª Questão:

Base do desenvolvimento da Europa Ocidental

c.1 - Principais fatôres da renovação da Europa Ocidental no após-guerra.

Valor: 15 pontos

c.2 - A divisão da Alemanha e sua repercussão sôbre a economia da Alemanha Ocidental.

Valor: 15 pontos

Limite: dez linhas por pergunta, aproximadamente.

PROVA DE HISTÓRIA DO BRASIL

Examinadores: Professôres Américo Jacobina Lacombe e Guy de Hollanda.

Em 13 de outubro de 1967.

Pontos sorteados nºs 7,9 e 16.

1ª Questão: Dissertação

A Evolução da Independência.

A transferência da Côrte para o Brasil
Suas conseqüências politicas, economicas e culturais no processo da Independencia.

Valor: 40 pontos

Roteiro: 5 pontos

Desenvolvimento: 35 pontos

2ª Questão:

a) Aspecto político e econômico do ciclo do café no Brasil Imperio.
b) A imigração européia no Império.
c) Início do protecionismo alfandegário no Império.

Valor: 10 pontos cada item.

3ª Questão:

a) Questão com a Inglaterra em tôrno da Guiana.
b) Cláusulas principais do Tratado de Petrópolis.
c) Causas próximas da entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial.

Valor: 10 pontos cada item.

Limite: quinze linhas, aproximadamente, cada questão.

PROVA DE HISTÓRIA MUNDIAL

Examinadores: Professôres Guy de Hollanda e Pedro Freire Ribeiro.

Em 19 de outubro de 1967.

1a. Questão - DISSERTAÇÃO

Ponto sorteado nº 34.

O Pan-americanismo, da declaração de Monroe à política da Boa Vizinhança, inclusive (até 1939).

Valor: 40 pontos

Roteiro: 5 pontos

Desenvolvimento: 35 pontos

2a. Questão

Ponto sorteado nº 4.

a) Orientação política das principais figuras do Congresso de Viena.

b) A intervenção legitimista na Espanha.

c) A política internacional de Canning em relação à América Latina.

3ª Questão

Ponto sorteado nº 25.

a) A divisão da Alemanha e o problema de Berlim.

b) O desfecho da guerra da Coréia.

c) Política soviética em face da OTAN.

Valor: 10 pontos para cada item.

Extensão: 15 linhas, aproximadamente, para cada item.

PROVA DE NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO

Em 24 de outubro de 1967.

Examinador: Professor Paulino Ignacio Jacques.

Pontos sorteados nºs 11-13-16 e 25

1ª Parte - DISSERTAÇÃO.

A pessoa Jurídica e sua natureza.

Valor: 40 pontos.

2ª Parte - Questões.

1) Como se classificam os atos jurídicos?

2) Distinga monarquia de república.

3) Quais os requisitos para que os tratados ou as convenções, bilaterais ou multilaterais, tenham vigencia no Brasil?

Valor de cada item: 20 pontos.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

PROVA ESCRITA DE FRANCÊS

Em 28 de setembro de 1967.

Examinadores: Professôres Adrien Renault, Pierre Mérigoux e Georges Rollet.

Ponto sorteado nº 1.

Duração da prova: 3 h e 30 min.

1 ère Partie - RÉDACTION

Valeur: 50 points

Traitez le sujet suivant:

Le développement de la technologie atomique à des fins pacifiques et les traités de non-prolifération des armes nucléaires.

(environ 400 mots)

2 ème Partie - THÈME

Valeur: 25 points

Traduire en français

Meu pai cochilava, encostado ao balcão. Na saleta da nossa casa, por detrás da bodega, eu recordava as lições, entorpecido. Enfiando os olhos pela janela, via na rua o meu vizinho Joaquim Sabiá, de cócoras, fazendo construções com areia molhada. Havia um grande silêncio, um silêncio incômodo. Às vêzes punha-me a tossir, para me convencer de que não tinha ficado surdo. Era como se a gente houvesse deixado a terra. De repente surgiam vozes estranhas. Que eram? Ainda hoje não sei. Vozes que iam crescendo, monótonas, e me causavam mêdo. Um alarido, um queixume, clamor enorme, sempre no mesmo tom. As ruas enchiam-se, a saleta enchia-se, — e eu tinha a impressão de que o brado lastimoso saía das paredes, saía dos móveis. Fechava os ouvidos para não perceber aquilo: as vozes continuavam, cada vez mais fortes.. Que seriam?

Angústia (Graciliano Ramos)

3 ème Partie - QUESTIONS

a) **Complétez les phrases suivantes en utilisant le mot (ou l'expression) correct contenu dans les trois solutions proposées.**

1) Son histoire était citée en exemple: des débuts misérables, mille métiers, et maintenant il .... la plus grosse fortune industrielle et commerciale du pays.

   détenait   tenait   dominait

2) Le commerçant n'était pas sûr que cet étrange client ....

   reviendra   revienne   soit revenu

3) Au cours de leur voyage d'information, les délégués, pour mieux .... à leurs gouvernements respectifs de la situation dans laquelle se trouvait la jeune nation, ont tenu à organiser eux-mêmes le programme de leurs activités.

   tenir compte   rendre compte   prendre en compte

4) Que d'obstacles il lui faudrait encore surmonter avant d'atteindre .... dont il était le seul à voir l'importance.

   les vues   les objectifs   les desseins

5) Espérant que mon collaborateur ait une meilleure compréhension des choses, dès à présent ....

   soyez assuré de mon soutien le plus entier
   je vous prie de croire à mon soutien le plus entier
   veuillez croire à tout mon appui

Valeur: 5 points

b) Après avoir lu attentivement le texte, répondez aux questions.

"La destruction de centaines de tonnes de tomates dans le Midi a particulièrement ému l'opinion. Certes, ce n'est pas la pre mière fois que les producteurs de fruits ou de légumes choisis sent de détruire des denrées de première nécessité pour sauve-garder leur revenu en évitant l'effondrement des cours. Depuis que la "loi Pisani" de 1962 leur a donné la possibilité de s'af franchir des démoralisantes incertitudes du marché et de reti-rer leurs produits de la vente (lorsque les cours descendent au-dessous d'un certain seuil), de nombreux lots d'artichauts, de choux-fleurs ou d'abricots ont ainsi été jetés à la déchar-ge publique, arrosés de gas-oil ou tout bonnement enfouis dans les champs pour servir d'engrais vert. Jamais pourtant le phé nomène n'avait connu une telle ampleur que cette année."

(Extrait de presse)

1) Quelle est la cause de ces destructions de fruits et de légumes?

....

....

2) Des modes de destruction cités, quel vous semble être le plus rationnel?

....

....

3) Pourquoi l'opinion publique française a-t-elle été parti-culièrement émue?

....

....

4) Dites d'une autre façon: "lorsque les cours descendent au-dessous d'un certain seuil".

....

....

5) Dites d'une autre façon: "sauvegarder leur revenu".

....

....

Valeur: 20 points.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

PROVA ESCRITA DE INGLÊS

Em 29 de setembro de 1967.

Examinadores: Professôres Kenneth James Payne, Piotr Pawel Kranc e Geoffrey Lloyd Gilbert.

Ponto sorteado nº 3

Duração da prova: 3 h e 30 min.

Part I - COMPOSITION

Value: 50 marks

Write a straightforward, factual composition of about 400 words on the following subject:

Diplomacy as a means of achieving prosperity.

Part II - TRANSLATION

Value: 25 marks

Luís Alves mordeu a ponta do lábio e acercou-se da janela. Quando ia a voltar para dentro ouviu um rumor na janela ao pé, a primeira da casa da baronesa. Luís Alves deu um passo mais. Não viu ninguém; viu apenas o resto de um vestido que fugia e um objeto que lhe caía aos pés. Inclinou-se a apanhá-lo. Era uma grande fôlha de papel envolvendo, para lhe dar mais pêso, outra fôlha pequena dobrada em quarto. Luís Alves aproximou-se da luz, e leu ràpidamente o que ali vinha escrito. Leu, meteu o papel na algibeira e encaminhou-se disfarçadamente para a janela. Ninguém; a casa da baronesa dormia.

Quando voltou para dentro, Estêvão tinha-se levantado. Êle vira cair o papel, apanhá-lo e lê-lo Luís Alves. Não entendeu nada do que se passara; mas seu olhar como que pedia uma explicação.

Luís Alves foi direito ao fim.

— Estêvão, disse êle, vais saber a verdade tôda; não poderia ocultar-te o que se há passado, nem conviria talvez que tu a soubesses por bôca de outro.

MACHADO DE ASSIS: A Mão e a Luva, Cap. XVI.

Part III

a) Language Questions

Value: 5 marks

Choose the correct expression out of the three given under each context and copy it into the space provided so as to complete the sense.

1. There are a lot of mistakes in this letter. I think you .... better type it again.

   would   had   should

2. It's no use .... "Stop thief!" once the thief has escaped.

   to cry   that you should cry   crying

3. No, we aren't late: .... isn't time for the concert yet. Let's have a drink first.

   it   this   there

4. When I say there may have been an accident, I mean that .... there has been one.

   perhaps   it is quite probable   it is not very likely

5. No, I haven't seen any flying saucers this morning. I've been here since eight o'clock and .... I haven't seen a single one.

   just now   so far   by this time

b) Text Questions

Value: 20 marks

Talleyrand's opportunity had come. He had gone to Vienna with two convictions: that an alliance of the great Powers from which a defeated France was excluded would produce not stability but instability, and that the westward expansion of Russia must be halted 5 if civilization was to recover. As a Polish nation could only be re-created with safety to Europe if given the strength to preserve its independence, and as this was impossible, there was only one thing to be done: to return to the status quo and leave Poland divided between the original partitioning Powers. By throwing the 10 weight of France into the scales to ensure this, Talleyrand could align her beside Britain and Austria and so end her isolation. He had carefully prepared the way. The Peace of Paris, which referred questions affecting Europe as a whole to a conference of all the belligerent nations, had imposed on defeated France a secret 15 article by which the four main victor Powers reserved to themselves the disposal of the non-French territories they had conquered. This clause had never been communicated to the smaller Powers, who, being equally concerned in such general territorial dispositions, were bound to resent it. Relying on this, Talleyrand at an informal 20 discussion on conference procedure inquired why the other signatories to the Treaty of Paris were not present as convening Powers, why, having pledged themselves to call an all-European Congress, the big Powers were setting up a council of four only, and why, five months after the restoration of the Bourbons, they were still using the 25 invidious word "Allies". As by international law all sovereign States were equal, it was hard for those who were setting themselves up as the champions of public law to traverse this argument. The cunning Frenchman had thus been able to secure a reluctant admission that all eight signatories of the Treaty of Paris, including France, 30 had a right to attend preliminary discussions on conference procedure. The only alternative answer was that might was right: the one argument which he knew Great Britain and Austria were determined to avoid.

Arthur Bryant: The Age of Elegance

Making use of the information given in the text, complete the following sentences. Make whatever syntactical and lexical changes are necessary, but do not alter the meaning of the original. (Credit will be given for sensible attempts to get away from the wording of the original where it is clearly possible to do so.)

Example: (see lines 4-5) Talleyrand was convinced that civilization would only recover if ...

Answer: ... the westward expansion of Russia was halted.
(Or: ... Russia's expansion towards the west was stopped.)

1. (see lines 5-7) The re-creation of a Polish nation with safety to Europe depended on ....
....
....

2. (see lines 7-11) Talleyrand could align France beside Great Britain and Austria and end her isolation by throwing her weight into the scales to ensure ....
....
....

3. (see lines 12-19) The four main victor Powers realized that the smaller Powers were bound to resent ....
....
....

4. (see lines 19-30 and especially lines 25-30) That France and all the other signatories of the Treaty of Paris had a right to attend preliminary discussions on conference procedure was
....
....

5. (see lines 31-33) Talleyrand was certain he would gain his point because he knew that neither Great Britain nor Austria ....
....
....

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE GEOGRAFIA

Examinadores: Professôras Bertha Koiffmann Becker e Maria Terezinha Segadas Soares.

Em 7 de outubro de 1967.

Ponto sorteado nº 6

1ª Questão: Dissertação

Desenvolvimento do mercado interno no Brasil e seus reflexos sôbre a utilização da terra:

a) os novos objetivos da produção;

b) a expansão do espaço agrícola;

c) a diversificação das culturas e dos sistemas de produção.

Roteiro: 5 pontos

Desenvolvimento: 35 pontos

2ª Questão:

Localização e concentração industrial

b.1 - Comparar, exemplificando, os fatôres de localização da indústria pesada e da indústria leve.

(Valor:15 pontos)

b.2 - Comentar sucintamente: "fato concentrado até recentemente, a indústria, hoje, tende para uma dispersão no espaço".

(Valor:15 pontos)

3ª Questão:

Bases do desenvolvimento da Europa Ocidental

c.1 - Principais fatôres da renovação da Europa Ocidental no após-guerra.

(Valor:15 pontos)

c.2 - A divisão da Alemanha e sua repercussão sôbre a economia da Alemanha Ocidental.

(Valor:15 pontos)

****

Limite: dez linhas por pergunta, aproximadamente.

/JMA.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE HISTÓRIA DO BRASIL

Examinadores: Professôres Américo Jacobina Lacombe e Guy de Hollanda.

Em 13 de outubro de 1967.

Pontos sorteados nºs 7,9 e 16.

1ª Questão: Dissertação

A Evolução da Independência.

A transferência da Côrte para o Brasil.
Suas conseqüências políticas, econômicas e culturais no processo da Independência.

Valor: 40 pontos

(Roteiro: 5 pontos:
desenvolvimento: 35 pontos).

2ª Questão:

a) Aspecto político e econômico do ciclo do café no Brasil Império.

b) A imigração européia no Império.

c) Início do protecionismo alfandegário no Império.

Valor: 10 pontos cada item.

3ª Questão:

a) Questão com a Inglaterra em tôrno da Guiana.

b) Cláusulas principais do Tratado de Petrópolis.

c) Causas próximas da entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial.

Valor: 10 pontos cada item.

Limite: quinze linhas, aproximadamente, cada questão.

/IG.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

PROVA DE HISTÓRIA MUNDIAL

Examinadores: Professôres Guy de Hollanda e Pedro Freire Ribeiro.

Em 19 de outubro de 1967.

1a. Questão - DISSERTAÇÃO

Ponto sorteado nº 34.

O Pan-Americanismo, da declaração de Monroe à política da Boa Vizinhança, inclusive (até 1939).

Valor: 40 pontos

Desenvolvimento: 35 pontos
Roteiro: 5 pontos

2a. Questão

Ponto sorteado nº 4.

a) Orientação política das principais figuras do Congresso de Viena.

b) A intervenção legitimista na Espanha.

c) A política internacional de Canning em relação à América Latina.

3a. Questão

Ponto sorteado nº 25.

a) A divisão da Alemanha e o problema de Berlim.

b) O desfecho da guerra da Coréia.

c) Política soviética em face da OTAN.

Valor: 10 pontos para cada item.

Extensão: 15 linhas, aproximadamente, para cada item.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO

Em 24 de outubro de 1967.

Examinador: Professor Paulino Ignácio Jacques.

Ponto sorteado nºs 11-13-17 e25

1ª PARTE - Dissertação.

A pessoa jurídica e sua natureza.

(Valor: 40 pontos)

2ª PARTE - Questões.

1) Como se classificam os atos jurídicos?

2) Distinga monarquia de república.

3) Quais os requisitos para que os tratados ou as convenções, bilaterais ou multilaterais, tenham vigência no Brasil?

(Valor de cada item: 20 pontos).

/IG.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INSTITUTO RIO-BRANCO

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

EXAME VESTIBULAR DE 1967

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

Observação importante:

A prova que contiver assinatura ou qualquer outro sinal evidente de identificação **será anulada**.

Instruções:

Leia com atenção os enunciados das questões, os quais explicam tudo o que é necessário para resolvê-las.

Não faça perguntas nem converse durante as provas.

Trabalhe sem precipitação. O tempo foi cuidadosamente calculado para a boa realização de cada prova.

Não se detenha demasiadamente em questões que lhe pareçam difíceis: resolva as mais fáceis e só depois procure completar a prova.

Procure escrever com letra fàcilmente legível.

Se errar, não use borracha: risque o que estiver errado e assinale claramente a nova resposta, de modo a não haver dúvida quanto às correções efetuadas.

Apresente com a prova os rascunhos porventura usados e os inutilize à vista do Fiscal.

Português e Nível Mental		
Francês		
Inglês		

Não escreva neste retângulo

Nº

Não escreva neste retângulo

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

Nº

Assinatura habitual: ....

Nome por extenso, em letra de fôrma: ....

....

PROVA DE PORTUGUÊS E NÍVEL MENTAL

Esta prova terá a duração de três horas e constará de duas partes:

A) Redação;

B) Questões Objetivas.

PARTE A - REDAÇÃO

Discorra sôbre o tema:

O PAPEL DAS NAÇÕES UNIDAS NA PROMOÇAO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Observação:

Esta redação deverá ter a extensão de 250 a 350 palavras. Tem como finalidade essencial aferir a capacidade de expressão clara e correta em língua portuguêsa. Destina-se também a apurar a atualização do candidato com o noticiário internacional, bem como seu grau de maturidade, através de interpretação pessoal dos fatos focalizados. Não pretende verificar conhecimento técnico especializado sôbre o assunto.

PARTE B - QUESTÕES OBJETIVAS

I - Vocabulário

Dentre as palavras que se seguem a cada frase, sublinhe aquela que mais se aproxima da significação do têrmo em maiúsculas.

Exemplo: Com a devida VÊNIA, expressou suas idéias.

permissão respeito educação atenção consideração

1. Irritado, respondeu com ACRIMÔNIA às insinuações.
   violência desdém deboche aspereza ódio

2. O exame ACURADO das provas revelou o verdadeiro culpado.
   demorado pensado esmerado secreto suspicaz

3. Embora CANHESTRO, foi aos poucos conquistando os colegas.
   retardado desajeitado irreverente inepto aleijado

4. Colombo, o grande navegador, morreu esquecido dos seus COETÂNEOS.
   parentes mecenas coevos concidadãos sucedâneos

5. O juiz DESCRIMINOU quem não cometera atos ilegais.
   distinguiu inocentou relacionou reconheceu exorou

6. Com essas palavras, ELIDIRAM-SE tôdas as acusações.

confirmaram-se retorquiram-se eliminaram-se justificaram-se ratificaram-se

7. O FAMIGERADO escritor não mereceu a censura imposta.

iletrado infame refutado aventureiro reputado

8. Passadas algumas horas, os jurados já não suportavam a atitude FLEUMÁTICA do velho advogado.

escarnecedora ofensiva pachorrenta pomposa flácida

9. Os informes HEBDOMADÁRIOS davam conta da verdadeira situação do negócio.

intermitentes semanais sucessivos quinzenais periódicos

10. Convivendo em péssima companhia, saiu moralmente INDENE.

maculado ressarcido corrompido ileso desvirtuado

11. Ainda que mais culpado fôra, recebeu uma sentença INÍQUA.

inapelável justa inofensiva lídima injusta

12. As palavras de Iracema não LENIRAM as feridas de minha alma.

purificaram deliram mitigaram suscitaram aumentaram

13. Fidalgo MANIRROTO, conseguia acercar-se das altas figuras do país.

impudico estropiado pródigo insinuante solerte

14. A MODÔRRA da população desestimulava os técnicos na realização de seus planos de desenvolvimento.

atraso melancolia tristeza apatia comportamento

15. Num regime de NEPOTISMO, êle conseguiu sobressair.

eufuísmo despotismo austeridade validismo proselitismo

16. A vida PREGRESSA foi um óbice ao seu êxito na carreira.

corrupta impudente boêmia anterior insólita

17. O pobre homem afinal não resistiu à moléstia RECIDIVA.

súbita pertinaz violenta reincidente imprevista

18. Esquecidos na bandeja, os frutos SAZONADOS não chegaram a ser comidos.

deliciosos estragados sumosos madúros deteriorados

19. Os espaços SIDERAIS são cortados a todo instante por artefatos do homem na busca de novos mundos.

pelágicos celulíferos telúricos cósmicos estratosféricos

20. Após haver permanecido no deserto durante o dia, dirigiu-se SÔFREGO para o pôsto militar.

extenuado delirante impaciente cambaleante incontinente

II - Gramática

1. Na relação seguinte há vocábulos grafados correta e errôneamente; assinale com x os primeiros e reescreva corretamente os errados:

excessão	subchefe ....
resplandecer	massiço ....
asteca	sôbre-pôr ....
panamericano	analizar ....
recender	atrasado ....
obcessão	hesitar ....
freguezia	ressuscitar ....
suscinto	extender ....
sobreumano	auto-didata ....
extraoficial	benvindo ....

2. Na relação seguinte há vocábulos ou expressões acentuados correta e errôneamente; assinale com x os primeiros e reescreva corretamente os errados:

eco	jóia ....
averiguo	flor ....
Lisboa	arcaico ....
di-lo-ia	tabú ....
fa-lo-ei	todo ....
ritmo	hifens ....
arguir	aferi ....
tu arguis	àquele ....
vós arguis	nesse ....
ítem	abençoo ....

3. Faça a separação gráfica de tôdas as sílabas dêstes vocábulos:

Exemplo: frustração frus | tra | ção

egípcio	sublinhar ....
traiçoeiro	perspectiva ....

passeio ....

4. Empregue a forma conveniente dos verbos indicados:

a) Se eu não .... (intervir), êle cometeria um desatino.

b) A velha Dolores me .... (entreter, imperfeito do indicativo) com histórias de fadas.

c) Se negardes o vosso testemunho, se vos .... (abster-se), sabei que Deus está informado do que fazeis.

d) Se lhes .... (aprazer, futuro do subjuntivo), poderão freqüentar o curso.

e) Uma atitude mais liberal .... (condizer, futuro do pretérito) melhor com a nossa formação democrática.

f) A assembléia não permitirá que se .... (consumar) êsse atentado.

5. Ponha no plural e no feminino:

a) cônsul alemão:

plural: ....

feminino plural: ....

b) cidadão judeu:

plural: ....

feminino plural: ....

6. Escreva por extenso êstes numerais ordinais:

87º: ....

670º: ....

590º: ....

7. Sublinhe a palavra de origem latina com a significação mais próxima da palavra de origem grega, atendendo ainda à correspondência entre os elementos gregos e os latinos:

anacolutia (descontinuidade (quebra (desvio

hipertrofia (supernutrição (exagêro (supercrescimento

anestesia (entorpecimento (dessensibilização (apercepção

euforia (alegria (contentamento (bem-estar

8. Faça a concordância devida:

a) No Simpósio serão apresentadas importantes questões que nos .... (caber, futuro do pretérito) debater.

b) No Brasil já ...., (começar, presente do indicativo) a existir escritores que vivem exclusivamente dos seus livros.

c) Em nenhum momento .... (deixar, pretérito perfeito simples) de haver controvérsias.

d) Aos dias de amargura .... (haver, presente do indicativo) de suceder momentos de alegria.

e) .... (Restar, presente do indicativo) por fazer vários contratos.

f) Venceu por ter qualidades que não .... (adiantar, presente do indicativo) discutir.

g) Se por acaso ...., (surgir, futuro do subjuntivo) dúvidas, não deixe de esclarecê-las.

9. Empregue o pronome relativo adequado, precedido, ou não, da preposição ou locução prepositiva conveniente:

a) Desenvolveu o seu ponto de vista com o brilho .... estamos acostumados a apreciar.

b) Tudo era decidido por uma cúpula de líderes, ... decisões os demais não deixavam de anuir.

c) Muito se espera do jovem poeta .... livro acabo de referir.

d) Esta a lei do país .... nos recomendaram devamos obedecer.

10. Ponha no plural os têrmos sublinhados, efetuando as concordâncias necessárias:

a) Chegou-se a (uma) indicação concreta.

R. - ....

b) Estuda-se com prudência o meio para a unificação dos dois Estados.

R. - ....

....

c) Discutiu-se a respeito do nôvo estatuto.

R. - ....

d) Providencie-se a tempo o material.

R. - ....

e) Num mentiroso não se pode acreditar.

R. - ....

III - Interpretação de textos

Leia com atenção os trechos dados e depois responda às perguntas formuladas sôbre o conteúdo, sublinhando a resposta que melhor completa cada frase.

A) "Pobre D. Pedro! Em homenagem à severidade da determinação do govêrno revolucionário, ninguém queria ter sido testemunha da misteriosa eliminação de um soberano.

Às três horas da madrugada menos alguns minutos, entrou pela praça um rumor de carruagem. Para as bandas do largo houve um ruidoso tumulto de armas e cavalos. As patrulhas que passeavam de ronda retiraram-se tôdas a ocupar as entradas do largo, pelo meio do qual, através das árvores, iluminando sinistramente a solidão, perfilavam-se os postes melancólicos dos lampiões de gás.

Apareceu, então, o préstito dos exilados.

Nada mais triste. Um côche negro, puxado a passo por dous cavalos que se adiantavam de cabeça baixa, como se dormissem andando. À frente duas senhoras de negro, a pé, cobertas de véus, como a buscar caminho para o triste veículo. Fechando a marcha, um grupo de cavaleiros, que a perspectiva noturna detalhava em negro perfil."

1. O trecho nos descreve:

- cassação de certo monarca;
- trasladação do corpo de soberano eliminado;
- custódia de monarca destronado;
- medidas para eliminar soberano.

2. Depreende-se do ambiente e fatos expostos:

- que o desfile e rumor de carruagens, tropas e préstitos davam à praça tom festivo;
- que o povo aplaudiu a severa determinação do govêrno;
- que a determinação do govêrno surpreendeu a todos;
- que o povo, abstendo-se de participar dos acontecimentos, evidenciou solidariedade ao govêrno.

3. A cena descrita:

- se passa a céu aberto e ensolarado;
- transcorre em momento mais favorável à discreta execução da medida;
- decorre em hora propícia à participação de todos;
- sucede, em plena madrugada, com o deliberado propósito de evitar ao povo o dissabor da eliminação do soberano.

4. As providências militares visavam:

- à segura eliminação do soberano;
- à preparação estratégica para tocaiar inimigos;
- à proteção do soberano e família contra possíveis desatinos populares;
- a proteger as famílias próximas à praça de execução do ato.

5. A cena descrita está impregnada:

- de brilho marcial e mistério;
- de zelosa vigilância e tranqüilidade funesta;
- de tristeza e cautelosa segurança da decisão governamental;
- do entrebater de armas e ansiosa expectativa do que havia de vir.

B) " O que dirige o espírito de progresso é o espírito de realidade, espírito prático, positivo, que se manifesta pela rejeição de tudo que é teórico, _a priori_, tentativo, lógico, ou que pretenda à perfeição, à finalidade, à uniformidade, à simetria. A êsse espírito corresponde, na ordem política, a idéia de crescimento: as instituições têm o seu _habitat_ como as plantas, as suas latitudes e terreno próprios, condições especiais de aclimação, obstáculos e perigos de transplantação. Não basta que a reforma seja indicada pela experiência, baseada em uma forte verossimilhança; é preciso que tenha afinidade com as outras instituições. Êsse espírito prático, positivo, é a experiência do utilitarismo, do espírito de criar e acumular riqueza. O utilitarismo manifesta-se em que as reformas devem ter uma vantagem econômica, pelo menos indireta, e justificar-se por algarismos. Ao lado, porém, da corrente utilitária, há a corrente imaginativa ou de ideal, moral,nacional, religiosa."

1. <u>Salienta o autor</u>:

- o progresso e reforma de instituições sociais;
- o predomínio da imaginação criadora sôbre a experiência acumulada;
- critérios de promoção do progresso dos povos;
- a liderança do pragmatismo na promoção do crescimento social.

2. <u>Colhe-se da leitura</u>:

- que apenas importa o progresso numerável;
- que o utilitarismo é hostil à perfeição;
- que, na área política, crescimento e espírito positivo se equacionam;
- que o progresso é conseqüência da corrente nacional religiosa.

3. <u>Pondera o autor</u>:

- que, de fato, as instituições nascem e crescem como as plantas;
- que coincidem o <u>habitat</u> das plantas e o das instituições sociais;
- que, sêres vivos, as instituições têm sua vida condicionada à aclimação, terreno próprio e transplantação para outras latitudes;
- que, tal como as plantas, têm as instituições sua ecologia própria.

4. <u>Indica-nos a leitura</u>:

- que tôda experiência acumulada propicia reformas políticas de crescimento físico e moral dos povos;
- que, baseada na experiência, a reforma não pode alienar as afinidades intrínsecas com outras instituições;
- que, apoiada na experiência e em forte verossimilhança, tôda reforma social é boa;
- que a reforma só será válida se se processar com uniformidade e paralelismo constantes.

5. <u>Conclui o autor</u>:

- que a experiência do utilitarismo tem de abdicar do apriorismo, sempre que pretender reformar o mundo;
- que só é lógico o espírito teórico, porque tentativo;
- que a reforma, sob a direção do utilitarismo, se projeta com o proveito de riqueza criada e acumulada;
- que a corrente utilitária sempre falha porque rejeita a corrente imaginativa.

C) "Não sei se alguma vez tiveste dezessete anos. Se sim, deves saber que é a idade em que a metade do homem e a metade do menino formam um só curioso. Eu era um curiosíssimo, diria o meu agregado José Dias, e não diria mal. O que essa qualidade superlativa me rendeu não poderia nunca dizê-lo aqui, sem cair no êrro que acabo de condenar; a análise das minhas emoções daquele tempo é que entrava no meu plano. Pôsto que filho do seminário e de minha mãe, sentia já debaixo do recolhimento casto uns assomos de petulância e de atrevimento; eram do sangue, mas eram também das môças que, na rua ou da janela não me deixavam viver sossegado. Achavam-me lindo, e diziam-mo; algumas queriam mirar de mais perto a minha beleza, e a vaidade é um princípio de corrupção."

1 - Segundo o ponto de vista do Autor:

- só aos dezessete somos realmente curiosíssimos;
- todo adolescente, nessa idade, é petulante, atrevido e vaidoso;
- a curiosidade adolescente é um meio têrmo entre a do menino que está passando e a do homem que está chegando;
- a característica mais importante dos jovens de dezessete anos é a vaidade.

2. Depreende-se da leitura que o Autor:

- reconhece ter sido superlativamente curioso, porque disso o convenceram;
- não guarda remorsos de sua curiosidade adolescente;
- aborrece a curiosidade dos jovens;
- lamenta as conseqüências de sua então exagerada curiosidade.

3. Na análise de suas emoções adolescentes, o Autor:

- responsabiliza a herança biológica e a brejeirice das moças pelos seus atrevimentos de rapaz;
- atribui os assomos de petulância e atrevimento à educação materna e aos anos de seminário;
- sob a castidade da educação recebida, sentia impulsos de vaidade e corrupção;
- julga que só a vaidade corrompe as criaturas.

4. Uma oração concessiva do trecho quer dizer que:

- a mãe do personagem era viúva;
- filho ilegítimo, tinha assomos de petulância e de atrevimento;
- fôra êle educado em escola religiosa e sob a bênção materna;
- a clausura da escola e a censura materna lhe incutiram uma continência matreira.

5. Pelo exposto no trecho, fica-se sabendo que o personagem era:

- mais petulante e atrevido, do que curioso e casto;
- mais vaidoso de sua beleza que atraía as moças, que de suas audácias de conquistá-las;
- mais cauto, o que mostrava sua "qualidade superlativa";
- mais vaidoso de seu saber, do que de sua reconhecida elegância.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE PORTUGUÊS

Em 1º de outubro de 1968.

Examinadores: Professôres Adriano da Gama Kury, Jesus Bello Galvão e Márcio Fortes de Almeida.

Ponto sorteado nº 1

Duração da prova: 3 hs. e 30 min.

1ª Parte - Redação

Valor: 50 pontos

Comente o seguinte texto:

"Há para todos os governos conscientes da sua tarefa uma perturbadora opção entre o efêmero — que atende o quotidiano e o circunstancial, isto é, os problemas de superfície — e o histórico — que tem em mira realizações verticais, desvinculadas de interêsses imediatos e capazes de preparar o futuro."

Extensão: 450 a 600 palavras.

2ª Parte - Literatura

Valor: 30 pontos

a) Situe os dois poemas dados no competente movimento literário, justificando ambas as respostas com a indicação de três recursos lingüísticos típicos de cada texto.

(cêrca de 5 linhas para cada resposta)

Primeiro Poema

Breve momento, após comprido dia
De incômodos, de penas, de cansaço,
Inda o corpo a sentir quebrado e lasso,
Posso a ti me entregar, doce Poesia.

Desta Janela aberta à luz tardia
Do luar em cheio a clarear no espaço,
Vejo-te vir, ouço-te o leve passo
Na transparência azul da noite fria.

Chegas. O ósculo teu me vivifica.
Mas é tão tarde! Rápido flutuas,
Tornando logo à etérea imensidade;

E na mesa a que escrevo, apenas fica
Sôbre o papel — rastro das asas tuas,
Um verso, um pensamento, uma saudade.

/MPA.

Segundo Poema

Eu passava na vida errante e vago
Como o nauta perdido em noute escura,
Mas tu te ergueste peregrina e pura
Como o cisne inspirado em manso lago.

Beijava a onda num soluço mago
Das moles plumas a brilhante alvura,
E a voz ungida de eternal doçura
Roçava as nuvens em divino afago.

Vi-te; e nas chamas de fervor profundo
A teus pés afoguei a mocidade
Esquecido de mim, de Deus, do mundo!

Mas, ai! cedo fugiste!...da soidade,
Hoje te imploro desse amor tão fundo
Uma idéia, uma queixa, uma saudade!

---

b) Leia com atenção o comentário abaixo e o fundamente com a trama, fatos e personagens da citada obra de Almeida Garret:

"No drama FREI LUÍS DE SOUSA, pungente, em que a pátria se encarna no verbo do mais poderoso gênio depois de Camões, há, acima da obra estética, o ambiente social e político em que o concebeu Garrett. É isto o que o coloca a par de Camões, irmanando as duas almas que tiveram o mais profundo sentimento da Raça, e que mais sofreram as catástrofes da nacionalidade portuguêsa."

(cêrca de 15 linhas)

c) Situe, criticamente, as obras _Estrêla da Manhã_ e _Lira dos Cinqüent'Anos_ no roteiro poético de Manuel Bandeira.

(cêrca de 15 linhas)

3ª Parte - Gramática

Valor: 20 pontos

Leia atentamente o texto abaixo transcrito e depois responda às perguntas a ele referentes.

C A T A R   F E I J Ã O

(João Cabral de Mello Netto)

Catar feijão se limita com escrever:
joga-se os grãos na água do alguidar
e as palavras na da fôlha de papel;
e depois, joga-se fora o que boiar.
5- Certo, toda palavra boiará no papel,
água congelada, por chumbo seu verbo;
pois para catar êsse feijão, soprar nêle,
e jogar o leve e o oco, palha e eco.

2.
Ora, nesse catar feijão entra um risco:
10- o de que entre os grãos pesados entre
um grão qualquer, pedra ou indigesto,
um grão imastigável, de quebrar dente.
Certo não, quando ao catar palavras:
a pedra dá à frase seu grão mais vivo:
15- obstrui a leitura fluviante, flutual,
açula a atenção, isca-a com o risco.

(_A Educação pela Pedra_, Ed. do Autor, Rio, 1966, pp. 52-53)

QUESTÕES OBJETIVAS

1. Assinale com um X o item que completa adequadamente a frase:

Neste poema,

( ) predominam as rimas consoantes.
( ) as rimas ocorrem casualmente.
( ) predominam as rimas imperfeitas.
( ) predominam as rimas toantes.
( ) não há preocupação em fazer rima.

2. Assinale com um X a resposta que melhor completa a frase:

No 1º verso, a expressão "se limita com escrever" interpreta-se por
( ) se aproxima de escrever.
( ) vale tanto quanto escrever.
( ) se separa de escrever.
( ) se restringe a escrever.
( ) se conjuga com escrever.

3. A construção - "joga-se os grãos na água do alguidar" - é censurada pela gramatica tradicional, embora represente uma tendência expressiva da nossa lingua. Assinale com um X dentro dos parenteses a explicaçao inaceitável dessa construçao:

( ) O uso do verbo no plural não daria expressão autêntica ao sentir do poeta.
( ) Em tais casos, a partícula se presta-se a indicar à indeterminaçao do sujeito.
( ) O uso do verbo no singular evidencia a função subjetiva do pronome se.
( ) No singular é que o processo verbal reflete a atividade do sujeito.
( ) Trata-se de uma extensão aos verbos transitivos diretos da construçao impessoal com a partícula se.

4. O verso 3, com tôdas as palavras elípticas tornadas claras, poderia ler-se assim:

"____

____________________________."

5. Complete devidamente:

Da mesma forma latina, que é ______________, provêm os vocábulos portuguêses chumbo e ______________, formas divergentes.

6. No verso 10, o vocábulo entre aparece duas vêzes, com a mesma forma, ora referido a graos, ora a grão. Explique o fato

a) fonética, b) morfológica, e c) sintàticamente:

a) ____

b) ____

c) ____

7. Assinale com um X a resposta certa:

A expressão "de quebrar dente" (v. 12) tem valor

( ) modal ( ) causal ( ) explicativo ( ) concessivo ( ) consecutivo.

8. Complete as lacunas:

Do latim crepare para o português quebrar houve as seguintes mudanças fonéticas:

a) sonorização do ________________;

b) ________________ do e final;

c) ________________ do 1º r.

9. Não se acham dicionarizadas as formas fluviante e flutual (v. 15), mas flutuante e fluvial. Assinale a melhor explicação:

( ) Houve confusão de formas.

( ) O poeta recorreu a formas arcaicas.

( ) O poeta não tomou conhecimento das normas de formação de palavras.

( ) Na sua liberdade criadora, o autor, por uma licença poética, lançou mão de um recurso lúdico.

( ) Comutando as terminações, o poeta fêz-se mais expressivo.

10. O têrmo iscar, no último verso, deve entender-se com o sentido de ________________.

PROVA ESCRITA DE FRANCÊS

Em 8 de outubro de 1968.

Examinadores: Professôres Adrien Renault e Pierre Merigoux.

Ponto sorteado nº 10

Duração da prova: 3 hs e 30 min.

1ère Partie - REDACTION

Valeur: 50 points

Traitez le sujet suivant:

Prévoir c'est mieux dominer son destin. Dans quelle mesure les hommes de 1968 sont-ils mieux armés pour résoudre leurs problèmes que les hommes de 1900, par exemple?

(environ 400 mots)

2ème Partie - THÈME

Valeur: 25 points

Traduire en français

Sentados a uma mesa, num dos cantos do salão, êle e a sua convidada bebiam martinis, enquanto esperavam os pratos que haviam encomendado. Sentia-se curiosamente embaraçado. A professora andaya geralmente vestida dum modo tão pouco feminino, era tão destituida de coquetismo, que nas ocasioes anteriores em que a encontrara, ele sempre lhe dirigira a palavra como a uma pessoa de seu sexo ou, mais precisamente, a um ser sem sexo determinado. Vira-a pela primeira vez, havia poucos meses, numa das aldeias que os aliados do Sul haviam acabado de tomar ao inimigo. Êle fora mandado para la com seu grupo, a fim de doutrinar os camponeses, reorganizar a vida da comunidade, convence-los da necessidade de deixarem-se examinar por medicos, permitirem que seus filhos fôssem vacinados e aprenderem a usar sabao e a ferver a agua antes de bebe-la.

Erico Verissimo (O Prisioneiro - Globo 1967 -pg 62)

3ème Partie - QUESTIONS

a) Complétez les phrases suivantes en utilisant le mot (ou l'expression) correct contenu dans les trois ou quatre solutions proposées.

1) A peine arrivé à son bureau il recevait .... de quelqu'un qui désirait lui parler.

un carton de visite - une lettre de visite - une carte de visite.

2) Ce n'est qu'après .... qu'ils prirent un peu de repos.

de s'être installés - qu'ils sont installés

s'être installés - avoir installé

3) Au cours de la réception où se mêlaient les grands noms de la politique, des sciences et des lettres, le ministre de l'Education Nationale fut, de ...., celui qui charma le plus par sa courtoisie et par son érudition discrete.

tous ces gens - tous ces personnages

toutes ces sommités - toutes ces personnes

4) Il ne nie pas une volonté certaine d'entente mais il maintient sa décision: .... les garanties exigées ne seront pas donnees, l'accord ne pourra etre conclu.

tant que - à mesure que - alors que - si

5) Si l'envie m'en prend et que j'en .... le temps, j'irais visiter cette soi-disant merveille.

aie - avais - ai - eus

b) Après avoir lu attentivement le texte, répondez aux questions:

"Après des négociations serrées, M. O'Brien, gouverneur de la Banque d'Angleterre, a obtenu les 2 milliards de dollars de crédits à long terme qu'il demandait au pool des banques centrales de Bale.

Ce prêt va aider le gouvernement Wilson à colmater une partie des breches par lesquelles les capitaux s'enfuient de Londres dans la crainte d'une deuxieme devaluation de la livre. Les créanciers de la Grande-Bretagne vont recevoir des garanties contre une telle éventualite. Mais les dettes accumulées depuis la guerre sous le nom de "balances sterling" ne seront pas remboursees pour autant. Elles continueront a peser sur l'avenir de la livre.

Conséquence des accords de Bâle: la zone sterling doit perdre ses prerogatives. Elle est appelée a se dissoudre progressivement au cours des prochaines annees."

(Le Nouvel Observateur - nº 201)

1) Dans quelle intention le gouvernement Wilson a-t-il demandé un pret de 2 milliards de dollars aux banques centrales?

....

2) En supprimant "pour autant" exprimez d'une autre façon ce qu'exprime la phrase: "Mais les dettes accumulees ... pour autant."

....

3) Récrivez la phrase: "Conséquence des accords ... prérogatives." en remplaçant les deux points (:) par l'expression réelle du rapport logique qu'ils supposent.

....

4) Trouvez un synonyme de "dissoudre" et un synonyme de "est appelée a" utilisables dans la derniere phrase et recrivez cette phrase en les utilisant.

....

5) Expliquez "négociations serrées."

....

Valeur: 20 points

PROVA ESCRITA DE INGLÊS

Em 9 de outubro de 1968.

Examinadores: Professôres Kenneth James Payne e Piotr Pawel Kranc.

Ponto sorteado nº 8

Duração da prova: 3 hs. e 30 min.

Part I - COMPOSITION

Value: 50 marks

Write a straightforward, factual composition of about 400 words on the following subject:

Present Brazil as it is today to English-speaking readers.

Part II - TRANSLATION

Value: 25 marks

Aquilo já não podia ser uma simples coincidência, e o fato, a fôrça de se repetir, acabou por me impressionar. Era a quarta ou quinta vez que eu pedia uma obra para ler e, decorrido algum tempo, o funcionário vinha me avisar que a mesma já estava em mãos de outro consultante. Ora, os assuntos que me preocupavam então e, por longos meses me fizeram um assíduo freqüentador da Biblioteca Nacional, são todos de interesse restrito: antigas relações de viagens; velhas crônicas fradescas — tudo relativo à História da América. É que tinha um romance em preparo e nêle haveria páginas de evocação ao brutal despertar do Novo Mundo, sob o pulso implacável dos Conquistadores.

Note-se que sempre fui avêsso a revelar os meus projetos literários e nem mesmo aos amigos mais íntimos costumo falar no que ando fazendo ou ainda pretendo escrever. Não será isso, talvez, um traço de modéstia, mas porque tenha a superstição de que as obras muito anunciadas dificilmente se realizam, ou quando chegam a ser executadas, nunca correspondem ao que delas se esperava.

Gastão Cruls: Meu Sósia

(em "Obras Primas do Conto Brasileiro", p. 109).

Part III

a) Language Questions

Value: 5 marks

Choose the correct expression out of the three given under each context, and copy it into the space provided so as to complete the sense:

1. She needed an answer urgently, so she decided to .... the matter with the head of the department.

   take along   take up   take on

2. The cold weather .... early last winter and lasted right through. Many people said they had never experienced such bitter weather before.

   set in   set on   set off

3. I dont't think this man .... to go for long walks.

   is on condition   has conditions   is in a condition

4. He is a profound student of literature. He has read .... five times.

   the works of Shakespeare
   the Shakespeare's works
   the works of Shakespeare's

5. The radio .... this morning that the aged statesman is gravely ill.

   informed   announced   noticed

b) Text Questions

Value: 20 marks

The war might have ended for Paris, but in the provinces it still continued. Rumours of Favre's armistice had only reached the unconsulted Gabetta at Bordeaux on the 27th, throwing him — not unreasonably — into a thoroughly meridional rage. At once he issued a denial, declaring, "We cannot believe that negotiations of this kind could have been undertaken without the Delegation being previously notified." On January 27th Favre had in fact dispatched a thirty-year old volunteer called Lacaze aboard the "Richard Wallace", the last but one balloon to leave Paris, with instructions to inform Gabetta of the armistice; but, in the final tragedy of the Siege, Lacaze never reached his destination. The "Richard Wallace", named after Paris's great British benefactor, was last seen sailing out over the Bassin d'Arcachon near Bordeaux. Why Lacaze never opened the gas-valve as he crossed the coast has never been explained; perhaps he had a heart attack; possibly he passed out from prolonged malnutrition; or perhaps, quite simply, he could not bear to return to the soil of a conquered and humiliated France. Whatever the cause, a small plaque in the Gare du Nord still commemorates the second, and last, fatality of the brave balloonists of Paris.

Alistair Horne: The Fall of Paris (pg. 333/4)

Answer the following questions about the passage:

1. "The war might have ended for Paris." What does "might have ended" mean in the above context? ....

2. "He issued a denial." What did Gabetta deny? (Make your reference clear.) ....

He denied that ....

3. How could Lacaze have saved the "Richard Wallace"? ...

He ....

4. What, presumably, was the manner of Lacaze's death? ...

He ....

5. Say in another way: "He passed out from prolonged malnutrition."

....

PROVA DE GEOGRAFIA

Em 17 de outubro de 1968.

Examinadores: Professôras Bertha Koiffmann Becker e Maria Terezinha Segadas Soares.

Ponto sorteado nº 1

1a. Questão: Dissertação:

O pontencial econômico do Brasil: a importância do relêvo e da geologia.

Roteiro: 5 pontos.

Desenvolvimento: 35 pontos.

2a. Questão: A distribuição e a dinâmica da população mundial.

2.1 - Caracterizar e comparar o crescimento demográfico dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

2.2 - Analisar as transformações que se verificaram no século atual quanto a direção e a amplitude das migrações internacionais.

(Valor: 15 pontos cada)

3a. Questão: A União Soviética: características gerais e aspectos regionais.

3.1 - Vantagens e desvantagens da extensão e da continentalidade da União Soviética.

3.2 - Velhas e novas regiões industriais da União Soviética; razões do deslocamento geográfico da indústria.

(Valor : 15 pontos cada)

Limite: quinze linhas por pergunta, aproximadamente.

PROVA DE HISTÓRIA DO BRASIL

Examinadores: Professôres Américo Jacobina Lacombe e Guy de Hollanda.

Em 18 de outubro de 1968.

Ponto sorteado nº 8

1ª Questão: Dissertação:

O Estado Nôvo. O Brasil de 1937 a 1945.

Valor: 40 pontos.

Roteiro: 5 pontos.
Desenvolvimento: 35 pontos.

2ª Questão:

a) Ação cultural de Maurício de Nassau.
b) Os Sete Povos das Missões nos tratados de Madri e de Santo Ildefonso.

(Valor: 15 pontos cada item.)

3ª Questão:

a) A Inglaterra e o tráfico negreiro no século XIX.
b) Início da colonização estrangeira no Império.

(Valor: 15 pontos cada item.)

Limite: quinze linhas, aproximadamente, cada item.

PROVA DE HISTÓRIA MUNDIAL

Examinadores: Professôres Guy de Hollanda e Pedro Freire Ribeiro.

Em 24 de outubro de 1968.

Ponto sorteado nº 7

1ª Questão - DISSERTAÇÃO

O Extremo Oriente: Evolução e problemas de 1945 a 1951.

Valor: 40 pontos.

Desenvolvimento: 35 pontos
Roteiro: 5 pontos

2ª Questão

a) Reformas na política interna inglêsa no século XIX.

b) A expansão colonial inglêsa no século XIX.

Valor: 15 pontos para cada item.

Extensão: 15 linhas, aproximadamente, para cada item.

3ª Questão

a) A organização político-administrativa da América Espanhola no fim do seculo XVIII.

b) As principais atividades econômicas na América Espanhola do seculo XVI ao XVIII.

Valor: 15 pontos para cada item.

Extensão: 15 linhas, aproximadamente, para cada item.

PROVA DE NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO

Examinadores: Professôres Ebert Vianna Chamoun e Paulino Ignacio Jacques.

Em 25 de outubro de 1968.

Ponto sorteado nº 7

1ª Parte - DISSERTAÇÃO

O Direito Internacional Público e a comunidade internacional.

Valor: 40 pontos

2ª Parte - QUESTÕES

1ª) Conceito de norma jurídica imperativa; quais os setores do direito civil em que ela prepondera; e como é reconhecida, no ponto de vista da interpretaçao.

2ª) Revogação e retroatividade da lei - diferenças.

3ª) Como se constitui uma fundação.

Valor: 20 pontos cada questão.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INSTITUTO RIO-BRANCO

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

EXAME VESTIBULAR DE 1969

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

Observação importante:

A prova que contiver assinatura ou qualquer outro sinal evidente de identificação será anulada.

Instruções:

Leia com atenção os enunciados das questões, os quais explicam tudo o que é necessário para resolvê-las.

Não faça perguntas nem converse durante as provas.

Trabalhe sem precipitação. O tempo foi cuidadosamente calculado para a boa realização de cada prova.

Não se detenha demasiadamente em questões que lhe pareçam difíceis: resolva as mais fáceis e só depois procure completar a prova.

Procure escrever com letra fàcilmente legível.

Se errar, não use borracha: risque o que estiver errado e assinale claramente a nova resposta, de modo a não haver dúvida quanto às correções efetuadas.

Apresente com a prova os rascunhos porventura usados e os inutilize à vista do Fiscal.

Português		
Francês		
Inglês		

Não escreva neste retângulo

Nº

Não escreva neste retângulo

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

Nº

Assinatura habitual: ....

Nome por extenso, em letra de fôrma: ....

PROVA DE PORTUGUÊS

Esta prova terá a duração de três horas e constará de duas partes:

A - Redação

B - Questões Objetivas

Sugestão:

Responda primeiro às Questões Objetivas e reserve cêrca de duas horas para a Redação.

PARTE A - REDAÇÃO

Discorra sôbre o tema:

AINDA NO SÉCULO XX A ESPERANÇA MORA A OESTE.

Observação:

Esta redação deverá ter a extensão de 250 a 300 palavras. Tem como finalidade essencial aferir a capacidade de expressão clara e correta em língua portuguêsa. Destina-se também a apurar o grau de maturidade do candidato através da interpretação pessoal do tema. Não pretende verificar conhecimento técnico especializado.

PARTE B - QUESTÕES OBJETIVAS

I - Vocabulário

Dentre as palavras que se seguem a cada trecho, sublinhe aquela que mais se aproxima da significação do têrmo em maiúsculas:

Exemplo: Irritado, respondeu com ACRIMÔNIA às insinuações.

violência desdém deboche aspereza ódio

1. A crítica estava TÁCITA.
   clara evidente implícita lançada correta
2. A conclusão é INFRANGÍVEL.
   errônea apressada irresistível inelegante incoerente
3. Os números são claros e IRREFRAGÁVEIS.
   legíveis incontestáveis isolados incontáveis insubstituíveis
4. Os rios delineiam-se como DISTENSOS valos divisórios.
   compridos pequenos fundos estreitos irregulares
5. Demonstremo-lo sem ATAVIOS.
   ressaibos dificuldades dúvidas enfeites delongas

6. PREFIGUROU-LHE vantagens de mais alta importância.

   pressupôs   depôs   impôs   contrapôs   opôs

7. O documento é muito eloqüente no DELATAR o antigo propósito do autor.

   ampliar   denunciar   deliberar   dilapidar   escoimar

8. Por outro lado, em tôda a cercadura da margem meridional, novas terras EMERGEM.

   mergulham   afundam   empecem   aparecem   evadem

9. Recordam-nos o ressurgir da engenharia TITÂNICA dos holandeses.

   poderosa   telúrica   famigerada   aperfeiçoada   ingênita

10. Realmente se poderiam INSERIR essas linhas comovidas.

    abstrair   revelar   ensejar   referir   acrescentar

11. ENTRETECE-se-lhe a legenda heróica, a um tempo fulgurante e fugacíssima.

    urde   refuta   extingue   esboroa   enternece

12. Traduz esta resenha inestimável legado que outros fatos, sem a mesma altitude, não EMPANAM.

    explicam   embargam   obscurecem   revigoram   enganam

13. À chegada do príncipe a Minas Gerais se DELIRAM nocivas discórdias.

    acaloraram   apagaram   esqueceram   adiaram   prorromperam

14. Estas circunstâncias permitiam-nos afastar, sem DESAIRE, de um conflito inútil.

    dificuldade   temor   licença   desdouro   desculpa

15. Acirraram todos os agentes de CIZÂNIA entre o Imperador e o país.

    desarmonia   desvalia   descortesia   aproximação   despreocupação

16. O ano de 1832 ANTOLHOU-se-lhe referto de ameaças.

    figurou   decorreu   firmou   apagou   iniciou

17. José Antonio Saraiva, a despeito do seu ânimo superior e NÍMIO tolerante, não pôde evitar o rompimento.

    pouco   demasiado   talvez   raramente   sempre

18. Além disto, o Partido Liberal unira-se DE CHÔFRE.

    sob pressão   de antemão   intencionalmente   de súbito   de afogadilho

19. Desenhou-se uma dessas "épocas sem fisionomia", PRESSAGAS de transformações profundas.

    agoureiras   preparativas   prestigiosas   próprias   prenhes

20. O mais TÍBIO aspecto particularíssimo de uma existência exige uma existência inteira.

    notável   profundo   temeroso   fraco   acentuado

II - Gramática

1. Sublinhe o vocábulo em que é incorreto o emprêgo de sc:

   abscesso adolescente rescindir fenescer convalescer

2. Sublinhe o vocábulo em que falta o acento gráfico necessário:

   fluido filantropo rubrica erudito interim

3. Sublinhe o par em que está errada a correspondência entre o vocábulo de origem grega e o de origem latina:

   metamorfose - transformação
   apático - semi-sensível
   sincrônico - contemporâneo
   analgésico - indolor
   perífrase - circunlóquio

4. Sublinhe o vocábulo que destoa em gênero dos demais abaixo:

   cal análise milhar elipse tíbia

5. Sublinhe a série em que há êrro na flexão do plural:

   aldeão: aldeãos - aldeões - aldeães
   corrimão: corrimãos - corrimões
   charlatão: charlatões - charlatães
   tabelião: tabeliões - tabeliães
   sacristão: sacristãos - sacristães

6. Assinale com um x dentro do parêntese o exemplo em que está errado o emprêgo de a (ou as) em vez de à (ou às):

   ( ) Só retornaremos lá para as cinco horas.
   ( ) Quando falava não se referia a pessoa alguma.
   ( ) O aluno fêz as vêzes do professor.
   ( ) Não havia na praça caminhão a frete.
   ( ) Apareceram oportunidades a beça.

7. Assinale com um x dentro do parêntese o exemplo em que há êrro por se repetir inadvertidamente a mesma função sintática:

( ) A mim me parece que há algo errado.

( ) Eu, parece-me que as coisas vão bem.

( ) Eram êsses os livros que eu tentava lê-los.

( ) Quem os faz sou eu, e muito eu.

( ) As palavras, levam-nas os ventos.

8. Assinale com um x dentro do parêntese o exemplo em que há êrro no complemento verbal:

( ) Acabaram presidindo a sessão.

( ) Despede-se o amigo que muito o quer, F.

( ) Queria ajudá-lo a qualquer preço.

( ) Disse o pai: Não lhe perdôo, meu filho!

( ) Prefere o teatro ao cinema.

9. Assinale com um x dentro do parêntese o exemplo em que há êrro de concordância verbal:

( ) Já não se assiste a tantos bailes bons.

( ) Procurou-se fazer as provas dentro do nível.

( ) Não se vão precisar de tantos livros assim.

( ) Está fazendo dois anos que os fatos se deram.

( ) Fomos nós quem fêz isso.

10. Assinale com um x dentro do parêntese o exemplo em que há êrro na flexão do verbo:

( ) Ficará perplexo quem se detiver a observar os fatos.

( ) Entretinha-se a atirar pedras por cima do muro.

( ) Quem supuser que faltamos à verdade, vá lá ver.

( ) Não faço questão de matéria, aceito aquela para que me proporem.

( ) Precatê-se o povo contra a onda de calor!

11. Assinale com um x dentro do parêntese o exemplo em que há êrro no emprêgo do pronome pessoal:

( ) Você costumava falar de si para consigo.

( ) Deixaram umas crônicas para mim ler.

( ) Vi todos êles na praia.

( ) São assuntos muito complicados para mim.

( ) Essas coisas não são fáceis para eu dizer.

12. Assinale com um x dentro do parêntese o exemplo em que há êrro no emprêgo do pronome relativo (combinado ou não com preposição):

( ) Têm sido bons os filmes a que tenho assistido.

( ) Os assuntos que nos dirigem encontram fácil solução.

( ) Os ofícios que respondo me dão muito trabalho.

( ) A cerimônia a que presidiste foi interessante.

( ) As pessoas a quem cumprimentamos são amizades recentes.

13. Assinale com um x dentro do parêntese a melhor resposta que justifica o comentário final no seguinte trecho:

> "Um amigo meu, a veranear em Friburgo, como o espicaçassem saudades do Rio, escrevia-me de lá: "Como vai esta bela terra? Estive para lhe responder que melhor o devia êle saber do que eu".

( ) O trecho contém um êrro de linguagem no uso do pronome relativo.

( ) O trecho contém um êrro de linguagem no uso do complemento verbal.

( ) O trecho contém um êrro de linguagem no uso do pronome demonstrativo.

( ) O trecho contém um êrro de linguagem no uso do advérbio.

( ) O trecho contém um contra-senso, pois o destinatário fôra a Friburgo.

14. Assinale com um x dentro do parêntese a melhor resposta que justifica o comentário final no trecho abaixo:

"Certo cavalheiro, passante dos cinqüenta (...), ao dar comigo numa loja, interpelou-me: Professor, qual é a melhor gramática portuguêsa? Não sei se sabe que sempre me dei a êstes estudos, porquanto prezo muito a nossa língua. Regozijei-me com o fato e já me não lembra que autor lhe inculquei; recordo-me apenas de que êle me volveu: "onde é que se a encontra?" Saí desolado".

( ) O cavalheiro estudava a língua havia tanto tempo e não conhecia o melhor livro de gramática.

( ) O cavalheiro preferia a gramática à leitura dos bons autores.

( ) Estudava o cavalheiro a língua portuguêsa havia tanto tempo e não aprendera a colocar o pronome átono em relação ao verbo.

( ) O cavalheiro ainda não aprendera que a nossa língua não admite a concorrência dos pronomes usados.

15. Antes de responder, leia, no texto dado na pg. 7, as frases abaixo transcritas.

Numere, agora, a 1a. coluna de acôrdo com a 2a., em relação à função sintática do têrmo sublinhado:

1a. coluna

( ) "... que só tornavam compreensível..." (linha 2)

( ) "... que só tornavam compreensível..." (linha 2)

( ) "... que as compunham..." (linha 3)

( ) "... de cujos troncos..." (linhas 15 e 16)

( ) "Nessas bandeiras vemos figurar tôda a gente..." (linha 17)

( ) "... de animais domésticos, cães ..." (linha 19)

2a. coluna

1 - sujeito	6 - adjunto adverbial
2 - objeto direto	7 - apôsto
3 - objeto indireto	8 - predicativo do objeto
4 - predicativo do sujeito	9 - vocativo
5 - adjunto adnominal	10 - complemento nominal

III - Interpretação de texto

A esperança mora a oeste

"As bandeiras paulistas organizadas para a exploração das terras ti-
nham constituição especial, que só tornavam compreensível o gênio e a pertiná-
cia dos aventureiros que as compunham. Como nas caravanas do deserto africano,
a primeira virtude dos bandeirantes é a resignação, que é quase fatalista, e a
5 sobriedade levada ao extremo. Os que partem não sabem se voltam e não pensam
mais em voltar aos lares, o que freqüentes vêzes sucede. As provisões que levam
apenas bastam para o primeiro percurso da jornada; daí por diante, entregue à
ventura, tudo é enigmático e desconhecido. Só a formação de uma raça inteiramen
te aclimada ao sol e ao céu do Brasil, como era a dos paulistas, poderia prepa-
10 rar tamanhos resultados. No íntimo das terras marcham como se navegassem atra-
vés dos mares, com a orientação da bússola e das noites consteladas; aqui e ali
seguem o curso dos rios ou os vadeiam. Recolhem por tôda parte as legendas e
histórias dos índios que falam de outros países distantes e de caminhos ainda
não trilhados pela civilização. Se é preciso descer um grande curso d'água, não
15 contam o tempo; aboletam-se e acampam na margem, abatem árvores gigantescas, de
cujos troncos e às vêzes dos córtices formam esquadrilhas de canoas, carcomendo-
os a fogo... Nessas bandeiras vemos figurar tôda a gente, homens de tôdas as
qualificações, índios de tôdas as tribos, mulheres, padres e crianças e grande
número de animais domésticos, cães, galinhas, carneiros, fora as bêstas de car-
20 ga. É uma cidade que viaja com os seus senhores e seus governados, nela não fal
tam as rixas e diferenças, mas o alvo principal e a esperança comum os põe de
acôrdo e harmonia. De caminho, as crueldades que praticam são inauditas, os sa-
crifícios que exigem são terribilíssimos; os índios perdidos na floresta se lhes
agregam para não sucumbir ante a caudal que passa e que tudo subverte."

(João Ribeiro, História do Brasil, curso superior,
12a. ed. pp. 225-227. Livraria Francisco Alves,
Rio de Janeiro, S.Paulo e Belo Horizonte, 1929).

Tendo lido com atenção o trecho ao lado, responda às seguintes questões, assinalando com um x dentro do parêntese a melhor resposta:

1) O autor quis deixar claro que:

( ) só as bandeiras destinadas à exploração das terras tinham constituição especial;

( ) os aventureiros das bandeiras paulistas podem ser comparados aos das caravanas do deserto africano: aquêles tinham gênio e pertinácia, enquanto êstes eram fatalistas e sóbrios;

( ) a resignação e a sobriedade obrigavam a que as bandeiras paulistas andassem em caravanas, como nos desertos africanos;

( ) as bandeiras paulistas tiveram êxito graças ao gênio e à pertinácia das pessoas que as constituíam;

( ) o sucesso das bandeiras paulistas era inevitável porque tôda pessoa de gênio e pertinácia possui resignação e sobriedade.

2) Quando os bandeirantes paulistas partiam não sabiam se voltariam, porque:

( ) não levavam provisões suficientes;

( ) estavam entregues à ventura;

( ) a provisão era enigmática e desconhecida;

( ) o regresso seria muito penoso;

( ) logo que os aventureiros se estabelecessem no interior, as famílias seguiriam ao seu encontro.

3) Por estarem acostumados à terra brasileira, os bandeirantes paulistas puderam:

( ) não se preocupar em levar nenhuma provisão;

( ) cumprir a extraordinária missão das bandeiras;

( ) ser comparados aos aventureiros das caravanas do deserto africano;

( ) penetrar no interior e sempre retornar ao litoral;

( ) ser resignados.

4) Quando tinham de descer um grande curso d'água, os bandeirantes não contavam o tempo porque:

( ) naquele tempo não havia relógio;

( ) o importante era alcançar os objetivos;

( ) podiam descer o curso d'água a qualquer hora do dia;

( ) não eram apressados;

( ) eram fatalistas.

5) As discórdias havidas entre os componentes das bandeiras eram devidas a:

( ) seu fatalismo;

( ) legendas e histórias dos índios;

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INSTITUTO RIO-BRANCO

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

EXAME VESTIBULAR DE 1969

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

PROVA DE ____________________

Observação importante:

A prova que contiver assinatura ou qualquer outro sinal evidente de identificação será anulada.

Instruções:

Leia com atenção os enunciados das questões, os quais explicam tudo o que é necessário para resolvê-las.

Não faça perguntas nem converse durante a prova.

Trabalhe sem precipitação. O tempo foi cuidadosamente calculado para a boa realização da prova.

Não se detenha demasiadamente em questões que lhe pareçam difíceis: resolva as mais fáceis e só depois procure completar a prova.

Procure escrever com letra fàcilmente legível.

Se errar, não use borracha: risque o que estiver errado e assinale claramente a nova resposta, de modo a não haver dúvida quanto às correções efetuadas.

Apresente com a prova os rascunhos porventura usados e os inutilize à vista do Fiscal.

RESULTADO: ____________

Rubrica dos examinadores:

____

____

Não escreva neste retângulo

Nº

Nome por extenso, em letra legível:

PROVA DE FRANCÊS

L'épreuve durera deux heures et demie et sera composée de trois parties:

A) Rédaction;

B) Thème;

C) Questions grammaticales.

PARTIE A - REDACTION

Quelle est la qualité que vous appréciez le plus chez un homme? Dites pourquoi.

La rédaction devra être écrite en 250 mots approximativement.

PARTIE B - THEME

No Museu Beethoven

Faz dois séculos, em 1970, que nasceu Beethoven, e se são enormes as transformações que a música passou, do Romantismo para cá, a sua música não resulta menos atualíssima. Mais do que Bach, é êle a figura que ocupa o máximo espaço da vida musical do nosso tempo. O maior cartaz da regência moderna, o de Karajan, se construiu à custa dêle. Mas também não foi assim com Toscanini? O prato de resistência dos concertos continua a ser Beethoven. Com sua grandeza, êle obstruiu a mudança do gôsto musical, mais do que Wagner.

A mansarda em que veio ao mundo, entretanto, só terá sido menos humilde do que a manjedoura onde nasceu o Carpinteiro da Galiléia. Como a casa de Goethe, em Francfort, a de Beethoven, em Bonn, se acrescenta hoje de edificação contígua, que serve de museu. Mas, enquanto a de Goethe, de vários pavimentos, sugere o mais confortável ambiente burguês típico da época, a de Beethoven, nos fundos do prédio que funciona como museu e arquivo, comove pela indigência.

PARTIE C - QUESTIONS GRAMMATICALES

1) "Chaque fois que le patron entre dans le bureau, Mme. Villemin se redresse et fait semblant de s'affairer. On souhaiterait même que cela se produise plus souvent tellement c'est comique. Mais tout a une fin. La rumeur dit que Mme. Villemin demandera bientôt sa mise à la retraite."

Récrivez ce texte em commençant par: "Chaque fois que le patron entrait...", sans oublier d'effectuer toutes les transformations nécessaires.

....

....

....

....

....

....

....

....

2) "Je n'ai jamais eu de chance. Quand une tuile tombe elle tombe sur moi. Quand le facteur m'apporte une lettre, c'est une lettre du percepteur qui me menace de saisie. Ma voiture bien que je l'aie achetée récemment va résolument de panne en panne. Invariablement mes amis s'adressent à moi en me disant: "Mon pauvre ami".

Récrivez ce texte en commençant par: "Mes parents n'ont jamais eu...", sans oublier d'effectuer toutes les transformations nécessaires.

....

....

....

....

....

....

....

....

3. Complétez les phrases suivantes en choisissant un des termes proposés:

- En Alaska, l' ____________________ du pétrole est assez récente.

  (exploit - exploitation - exploration)

- Quel voyage comptez-vous faire ___________ celui-là?

  (puis - après - depuis)

- Ce ne sont pas ces papiers que je veux, ce sont ________ __________ je vous ai donnés la semaine dernière.

  (les que - celles que - ceux que - ceux qui)

4. Complétez les phrases suivantes en utilisant le verbe entre parenthèses:

- Je vous donnerai mon adresse pour que .... (pouvoir)

- Nous vous aurions ramenés chez vous si .... (savoir)

- Je suis sorti après .... (répondre)

- Il restera à l'hôpital jusqu'à ....(aller mieux)

- Si tu avais lu cet article nous .... (pouvoir)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INSTITUTO RIO-BRANCO

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

EXAME VESTIBULAR DE 1969

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

PROVA DE ____________________

Observação importante:

A prova que contiver assinatura ou qualquer outro sinal evidente de identificação será anulada.

Instruções:

Leia com atenção os enunciados das questões, os quais explicam tudo o que é necessário para resolvê-las.

Não faça perguntas nem converse durante a prova.

Trabalhe sem precipitação. O tempo foi cuidadosamente calculado para a boa realização da prova.

Não se detenha demasiadamente em questões que lhe pareçam difíceis: resolva as mais fáceis e só depois procure completar a prova.

Procure escrever com letra fàcilmente legível.

Se errar, não use borracha: risque o que estiver errado e assinale claramente a nova resposta, de modo a não haver dúvida quanto às correções efetuadas.

Apresente com a prova os rascunhos porventura usados e os inutilize à vista do Fiscal.

RESULTADO: ____________

Rubrica dos examinadores:

____

____

Não escreva neste retângulo

Nº

Nome por extenso, em letra legível:

PROVA DE INGLÊS

This test lasts for 2 1/2 hours, and consists of three parts:

A) Composition;
B) Translation;
C) Questions on grammar and structure.

PART A - COMPOSITION

Write on the following subject:

The Ministry of External Relations and the Diplomatic Corps are being transferred to Brasília. What are the advantages of this move and what problems must be solved in connection with it?

The composition should be about 250 words in length.

PART B - TRANSLATION

A mulher e a mãe acomodaram-se finalmente no taxi que as levaria à Estação. A mãe contava e recontava as duas malas tentando convencer-se de que ambas estavam no carro. A filha, com seus olhos escuros, a que um ligeiro estrabismo dava um contínuo brilho de zombaria e frieza - assistia.

- Não esqueci de nada? perguntava pela terceira vez a mãe.
- Não, não, não esqueceu de nada, respondia a filha divertida, com paciência.

Ainda estava sob a impressão da cena meio cômica entre sua mãe e seu marido, na hora da despedida. Durante as duas semanas da visita da velha, os dois mal se haviam suportado; os bons-dias e os boas-tardes soavam a cada momento com uma delicadeza cautelosa que a fazia querer rir. Mas eis que na hora da despedida, antes de entrarem no taxi, a mãe se transformara em sogra exemplar e o marido se tornara o bom genro. "Perdoe alguma palavra mal dita", dissera a velha senhora, e Catarina, com alguma alegria, vira Antônio não saber o que fazer das malas nas mãos, a gaguejar - perturbado em ser o bom genro. "Se eu rio, êles pensam que estou louca", pensara Catarina franzindo as sobrancelhas. "Quem casa um filho perde um filho, quem casa uma filha ganha mais um", acrescentara a mãe, e Antônio aproveitara sua gripe para tossir.

PART C - QUESTIONS ON GRAMMAR AND STRUCTURE

A. Make complete statements beginning with the word or words that follow:

I expected to do more, but so far I ____________________

____ 1

Anybody ____________________________________

____ 2

Never before ________________________________

____ 3

Despite ____________________________________

____ 4

B. Write the figures in words:

the 340th __________________________________ 5

died in 1285 _______________________________

____ 6

C. Write questions to which the following can be the answers:

____ ? 7

- Yes, I used to very often.

____ ? 8

- No, they needn't.

D. Cross out all the wrong words in the following sentences:

His new novel contrasts strongly with from to of his last. 9

We'll do this first and if there would should could be any time left we'll start the next one. 10

Hurry up! It there is time you go went are going to bed now! 11

Do does everybody here speak say the truth? 12

E. Put in the missing word in each sentence:

The clock __________ seven and when he heard it he got up and ran away as quickly as he could. 13

They're not having the football match on the 11th; they've put it __________ to the 18th. That means another week for practice! 14

She was trying to buy some pins but she couldn't find __________ . 15

The French live in France and the __________ live in Sweden, of course. 16

F. Put in the appropriate forms of the verb "hold" in the following sentences:

Ever since the foundation of the Society, meetings __________ at frequent intervals. 17

They suggested __________ the meetings in the evenings, but the idea proved unpopular. 18

I knew that meetings had often taken place in the Green Room, but my brother couldn't remember them ________________ there. 19

They have decided that meetings shall take place at the National Hall, but I would like them ________________ here, where it's easier for most people to attend. 20

____

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE PORTUGUÊS

Em 3 de março de 1970.

Examinadores: Professôres Evanildo Bechara, Jesus Bello Galvão e Márcio Fortes de Almeida.

Ponto sorteado nº 4

Duração da prova: 3h. e 30 min.

A - Redação

Valor: 50 pontos.

Discorra sôbre o seguinte tema:

Mais vale um entendimento, que uma imposição.

Extensão: 450 a 600 palavras.

B - Literatura

Após leitura atenta do texto abaixo, desenvolva seu comentário crítico, objetivando ainda relacionar as idéias fundamentais dêsse texto com o ambiente cultural do Brasil da época, bem como situá-las no conjunto de obras do autor de Memorial de Aires.

(cêrca de 25 linhas)

"Enfim, lei. Nunca fui, nem o cargo me consentia ser propagandista da abolição, mas confesso que senti grande prazer quando soube da votação final do Senado e da sanção da Regente. Estava na Rua do Ouvidor, onde a agitação era grande e a alegria geral.

Um conhecido meu, homem de imprensa, achando-me ali ofereceu-me lugar no seu carro, que estava na Rua Nova, e ia enfileirar no cortejo organizado para rodear o paço da cidade, e fazer ovação à Regente. Estive quase, quase a aceitar, tal era o meu atordoamento, mas os meus hábitos quietos, os costumes diplomáticos, a própria índole e a idade me retiveram melhor que as rédeas do cocheiro aos cavalos do carro, e recusei. Recusei com pena. Deixei-os ir, a êle e aos outros, que se ajuntaram e partiram da Rua Primeiro de Março. Disseram-me depois que os manifestantes erguiam-se nos carros, que iam abertos, e faziam grandes aclamações, em frente ao paço, onde estavam também todos os ministros. Se eu lá fôsse, provàvelmente faria o mesmo e ainda agora não me teria entendido... Não, não faria nada; meteria a cara entre os joelhos.

Ainda bem que acabamos com isto. Era tempo. Embora queimemos tôdas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da história, ou até da poesia. A poesia falará dela, particularmente naqueles versos de Heine, em que o nosso nome está perpétuo. Nêles conta o capitão do navio negreiro haver deixado trezentos negros no Rio de Janeiro, onde "a Casa Gonçalves Pereira" lhe pagou cem ducados por peça. Não importa que o poeta corrompa o nome do comprador e lhe chame Gonzales Perreiro; foi a rima ou a sua má pronúncia que o levou a isso. Também não temos ducados, mas aí foi o vendedor que trocou na sua língua o dinheiro do comprador".

C - Revisão

1. Por imperícia gramatical, o período abaixo leva-nos a uma afirmação falsa. Proceda à única alteração que permite ao trecho exprimir a verdade:

- Deus é que sabe os homens amar sôbre tôdas as cousas.

____

____

____

Valor: 4 pontos.

2. Com a alteração necessária, faça que, no trecho abaixo, o aprendiz se torne professor:

- Então o Imperador, todo risonho, pedia a minha mãe que me não fizesse padre:
- A medicina, - por que lhe não manda ensinar medicina?

____

____

____

Valor: 5 pontos.

3. O trecho abaixo induz a mais de uma interpretação. Valendo-se dos elementos do próprio trecho, dê-lhe quatro (4) outras formas de redação, segundo as interpretações cabíveis, a fim de torná-lo inteiramente claro:

- Exonerou-se o funcionário que o chefe censurou por ter sido injusto.

1.____

____

2.____

____

3.____

____

4.____

____

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA ESCRITA DE FRANCÊS

Em 10 de março de 1970.

Examinadores: Professôres Jacques Auger e Jean Louis Declercq.

Ponto sorteado nº 1

Duração da prova: 3 h. e 30 min.

1 ère Partie - REDACTION

Valeur: 50 points

Traitez le sujet suivant:

Les conceptions actuelles de la beauté.

(environ 400 mots)

2 ème Partie - THÈME

Valeur: 25 points

Traduire en français

A PALAVRA

... Agora sei que outro dia eu disse uma palavra que fêz bem a alguém. Nunca saberei que palavra foi; deve ter sido alguma frase espontânea e distraída que eu disse com naturalidade porque senti no momento e depois esqueci.

Tenho uma amiga que certa vez ganhou um canário, e o canário não cantava. Deram-lhe receitas para fazer o canário cantar; que falasse com êle, cantarolasse, batesse alguma coisa ao piano; que pusesse a gaiola perto quando trabalhasse em sua máquina de costura; que arranjasse para lhe fazer companhia, algum tempo, outro canário cantador; até mesmo que ligasse o rádio um pouco alto durante uma transmissão de jôgo de futebol...mas o canário não cantava.

Um dia a minha amiga estava sòzinha em casa, distraída, e assobiou uma pequena frase melódica de Beethoven - e o canário começou a cantar alegremente...

Alguma coisa que eu disse distraído foi despertar melodias esquecidas dentro da alma de alguém. Foi como se a gente soubesse que de repente, num reino muito distante, uma princesa muito triste tivesse sorrido.

3 ème Partie - QUESTIONS

Aprés avoir lu attentivement le texte, répondez aux questions:

"Il y a beaucoup de gens qui se promènent au bord de la mer, qui tournent vers la mer des visages printaniers, poétiques: c'est à cause du soleil, ils sont en fête. Il y a des femmes en clair, qui ont mis leur toilette du printemps dernier; elles passent longues et blanches comme des gants de soirée; il y a aussi de grands garçons qui vont au lycée, à l'Ecole de commerce, des vieillards décorés. Ils ne se connaissent pas, mais ils se regardent d'un air de complicité, parce qu'il fait si beau et qu'ils sont des hommes. Les hommes s'embrassent sans se connaître, les jours de déclaration de guerre; ils se sourient à chaque printemps. Un prêtre s'avance à pas lents, en lisant son bréviaire. Par instants il lève la tête et regarde la mer d'un air approbateur: la mer aussi est un bréviaire, elle parle de Dieu. Couleurs légères, légers parfums, âmes de printemps. "Il fait beau, la mer est verte, j'aime mieux ce froid sec que l'humidité". Poètes! Si j'en prenais un par le revers de son manteau, si je lui disais "viens à mon aide", il penserait: "Qu'est-ce que c'est que ce crabe?" et s'enfuirait en laissant son manteau entre mes mains".

QUESTIONS

1 - "Il y a beaucoup de gens .... poétiques"

Refaites cette phrase en remplaçant "Il y a beaucoup de gens" par "Personne".

....

....

....

2 - "La mer aussi est un bréviaire ______________ elle parle de Dieu"

Substituez le tiret par un mot de liaison.

3 - "J'aime mieux ce froid sec que l'humidité".

Transformez cette phrase en employant le verbe "préférer".

....

....

4 - Transformez la dernière phrase en la commençant:

a - par "Si j'en prends un ...

b - par "Si j'en avais pris un ...

....

....

....

....

....

....

....

....

5 - Quels sont les motifs qui font s'enfuir cet homme inconnu quand l'auteur lui demande de l'aider.

....

....

....

....

....

QUESTIONS

1 - "Il y a beaucoup de gens .... poétiques"

Refaites cette phrase en remplaçant "Il y a beaucoup de gens" par "Personne".

....

....

....

2 - "La mer aussi est un bréviaire ____________ elle parle de Dieu"

Substituez le tiret par un mot de liaison.

3 - "J'aime mieux ce froid sec que l'humidité".

Transformez cette phrase en employant le verbe "préférer".

....

....

4 - Transformez la dernière phrase en la commençant:

a - par "Si j'en prends un ...

b - par "Si j'en avais pris un ...

....

....

....

....

....

....

....

....

5 - Quels sont les motifs qui font s'enfuir cet homme inconnu quand l'auteur lui demande de l'aider.

....

....

....

....

....

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

PROVA ESCRITA DE INGLÊS

Em 11 de março de 1970.

Examinadores: Professôres Kenneth James Payne e Margaret Ann Whitfield

Ponto sorteado nº 4

Duração da prova: 3 h e 30 min.

Part I - COMPOSITION

Value: 50 marks

Write a straightforward, factual composition of about 400 words on the following subject:

The responsibilities of the younger generation of today.

Part II - TRANSLATION

Value: 25 marks

Glicério comunicou-me hoje, na Seção, seu propósito de ir ao Rio, por uma semana. Achei péssimo. Noutra ocasião, isso me seria indiferente, mas, nesta altura dos acontecimentos, a viagem me aborrece. Será mais uma semana de atraso nas minhas démarches para dêle obter, não digo uma aproximação — com que já não sonho, — mas pelo menos referências ou informações a respeito de Carmélia.

Não me animo a pedir-lhe, diretamente, que me fale sôbre a môça. Se eu tivesse dez anos de menos, venceria a timidez e atacaria o assunto: estou certo de que, bom camarada, Glicério não se recusaria a servir um namorado em aflição. Pois, em que pese à minha percepção do ridículo, minha situação é essa, de namorado aflito. Deus sabe quantas vêzes tenho passado, horas mortas, na Rua Paraibuna, só para ver a casa, ou a tenho cruzado, de dia, esperando ver a môça.

Aos vinte e oito anos eu poderia (não sendo apenas amanuense) pretender essa Carmélia que não terá chegado aos vinte. Mas, aos trinta e oito, é de todo impossível, e Glicério haveria de rir-se de mim. Eu próprio me tenho rido, muitas vêzes, quando não me irrito, e escrevo, à margem destas páginas: idiota, idiota, idiota.

Cyro dos Anjos
("O Amanuense Belmiro" pp. 50-51)

Part III - Text Questions

Value: 25 marks

The dignity of the 40,000 people who work for a certain French car factory has been raised by the company's decision to abolish the system of timing the start and finish of their employees' working day. Instead of watching the clock, the company has decided to trust its workers. It is a large, influential, and welcome newcomer among these employers, regrettably still too few, who have discarded the pernicious system of clocking in and out. In any form, whether punching a time-card or entering one's name in a register, the system is undignified, unnecessary and unenlightened. It perpetuates the us and them mentality, and is not only open to abuse, but practically invites it.

The company can look to the experience of a similar concern in England, where a subsidiary company abolished clocking for its 700 workers in February last year. The firm took down the time-clock, and has been "well satisfied". It has found it sufficient to rely on the honesty of its workers to keep to time, and on supervisors to maintain the records of hours worked, for accounting and costing purposes. Now the clock is to be stopped in stages for more than 3,000 workers in a second English factory and a subsidiary of the first English company is to start getting rid of the clock early this year. One of the minor industrial aims of the new decade should be the abolition of the clocking system. The industrial revolution began long enough ago for us to have reached industrial maturity by now.

Slightly adapted from a leader in the "Guardian Weekly", 3 January 1970

Answer the following questions about the above passage:

1. What change of policy does the recent decision of the French car company show?
   It shows that ....
   ....
   ....
2. What does "influential" (line 5) mean in the passage?
   It means

3. "It perpetuates the us and them mentality." Rewrite this in your own words.

It ....

....

....

4. In what way did the employees of the English subsidiary company co-operate when the clocking system was abolished?

They co-operated ....

....

....

5. Rewrite the final sentence in the passage, beginning with the following words:

"The industrial revolution began so long ago ....

....

....

....

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE GEOGRAFIA

Examinadores: Professôras Bertha Koiffmann Becker e Maria (Terezinha Segadas Soares.)

Em 19 de março de 1970.

Ponto sorteado nº 5

Parte A - Dissertação

Considerando as características e a dinâmica do espaço econômico brasileiro, justificar a nova divisão regional do país em Amazônia, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Roteiro: 5 pontos
Desenvolvimento: 35 pontos

Parte B - Questões

1. Analisar as inter-relações clima, solo, vegetação nos campos das latitudes médias, tomando como exemplo as pradarias Norte-americanas.

Valor: 20 pontos

2. Comentar a seguinte afirmação: a disponibilidade de energia mecânica, a distribuição do consumo energético, e as formas de energia utilizadas, distinguem países desenvolvidos dos subdesenvolvidos.

Valor: 20 pontos

3. Vantagens e desvantagens do quadro natural para o desenvolvimento do Canadá.

Valor: 20 pontos

Nota: vinte (20) linhas para cada pergunta.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE HISTÓRIA DO BRASIL

Examinadores: Professôres Américo Jacobina Lacombe e José Sales Tiné.

Em 20 de março de 1970.

Ponto sorteado nº 3.

Parte A - Dissertação

A administração do Marquês de Pombal em relação ao Brasil.

Valor: 40 pontos
(Roteiro: 5 pontos
desenvolvimento: 35 pontos).

Parte B - Questões

1. A expedição de Martim Afonso de Sousa (1530/32).

Valor: 15 pontos

2. Os tratados de 1810 com a Inglaterra.

Valor: 15 pontos

3. A política dos governadores.

Valor: 15 pontos

4. Causas da abdicação de D. Pedro I.

Valor: 15 pontos

Limite: quinze linhas aproximadamente, cada item.

/IG.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE HISTÓRIA MUNDIAL

Examinadores: Professôres Antonio Traverso e Pedro Freire Ribeiro.

Em 25 de março de 1970.

Ponto sorteado nº 3

1ª Parte - DISSERTAÇÃO

Cavour e a unidade italiana. A Questão Romana.

Valor: 40 pontos

Desenvolvimento: 35 pontos
Roteiro: 5 pontos

2ª Parte - Questões

a) Antecedentes, ascensão e decadência do nazismo: análise sumária.

b) Principais fatos relativos à independência da Argentina, Chile e Peru.

Valor: 30 pontos para cada item.

Extensão: 15 linhas, aproximadamente, para cada item.

/IG.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE DIREITO

Em 30 de março de 1970.

Examinadores: Professôres Caio Mario da Silva Pereira e Haroldo Teixeira Valladão.

Ponto sorteado nº 1

1ª Parte - DISSERTAÇÃO

O Direito Natural e o Direito Positivo.

Valor: 40 pontos
Extensão: 60 linhas.

2ª Parte - QUESTÕES

1ª) Distinguir a capacidade de direito da capacidade de fato.

2ª) Como se concilia o princípio da liberdade de testar com a transmissão dos bens aos herdeiros necessários?

3ª) Quais as fontes do direito comercial?

4ª) Distinguir: firma - denominação e título.

Valor: 15 pontos cada questão.

/IG.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INSTITUTO RIO-BRANCO

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

EXAME VESTIBULAR DE 1970

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

Observação importante:

A prova que contiver assinatura ou qualquer outro sinal evidente de identificação será anulada.

Instruções:

Leia com atenção os enunciados das questões, os quais explicam tudo o que é necessário para resolvê-las.

Não faça perguntas nem converse durante as provas.

Trabalhe sem precipitação. O tempo foi cuidadosamente calculado para a boa realização de cada prova.

Não se detenha demasiadamente em questões que lhe pareçam difíceis: resolva as mais fáceis e só depois procure completar a prova.

Procure escrever com letra fàcilmente legível.

Se errar, não use borracha: risque o que estiver errado e assinale claramente a nova resposta, de modo a não haver dúvida quanto às correções efetuadas.

Apresente com a prova os rascunhos porventura usados e os inutilize à vista do Fiscal.

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

Assinatura habitual:...

Nome por extenso, em letra de fôrma:...............................

PROVA DE PORTUGUÊS

Esta prova terá a duração de três horas e constará de duas partes:

A - Redação

B - Questões Objetivas

Sugestão:

Responda primeiro às Questões Objetivas e reserve cêrca de duas horas para a Redação.

PARTE A - REDAÇÃO

Discorra sôbre o tema:

"A verdadeira soberania exige que o País realize o esfôrço de organizar-se, trabalhar e agir eficientemente na construção de seu próprio desenvolvimento, conquistando autoridade e liberdade de movimentos para definir a forma, o volume e a oportunidade da colaboração externa, aliás relevante como complementação do esfôrço nacional e como instrumento de absorção de nova tecnologia".

Observação:

Esta redação deverá ter a extensão de 250 a 300 palavras. Tem como finalidade essencial aferir a capacidade de expressão clara e correta em língua portuguêsa. Destina-se também a apurar o grau de maturidade do candidato através da interpretação pessoal do tema. Não pretende verificar conhecimento técnico especializado.

PARTE B - QUESTÕES OBJETIVAS

1. Assinale com um x dentro do parêntese a série que contém um vocábulo que destoa do grupo a que pertence, no tocante à posição da sílaba tônica. Note que os vocábulos vêm sem o competente emprêgo do acento gráfico:

( ) novel - ruim - sutil - ureter

( ) alanos - ibero - azafama - decano

( ) policromo - misantropo - inaudito - caracteres

( ) omega - antidoto (subst) - ariete - aerolito

( ) interim - levedo - aconito - alibi

2. Em cada série abaixo, há uma palavra incorretamente grafada. Reescreva essas palavras, com as devidas correções, nas respectivas linhas pontilhadas:

enviesar	resplandescer	terebintina
revezar	florescer	irrequieto
através	reverdecer	entitular
catequisar	incandescer	rédea
revés	convalescer	umedecer
....	....	....

escusa	mocambo
extertor	cúpula
espontâneo	juàzeiro
estender	cortume
esterno	reboliço
....	....

3. Assinale com um x dentro do parêntese a série que contém um vocábulo que encerra tritongo:

( ) creio - veio - deságuo

( ) criei - cheguei - bloqueio (substantivo)

( ) aveia - bloqueia - creia

( ) deságuam - sagüim - cumeeira

4. Assinale com um x dentro do parêntese a série que contém um vocábulo que destoa do grupo a que pertence, no tocante à natureza do timbre da vogal tônica:

( ) acerbo - anelo - coevo - coeso

( ) aparelha - adrede - ileso - grumete

( ) alforje (subst) - algoz - bodas - corça

( ) canoro - odre - hissope - inodoro

5. Numere a 1a. coluna, que encerra fatos de fonética sintática, de acôrdo com a terminologia apresentada na 2a. coluna:

1a. coluna

( ) "No mais, Musa ..." (= Não mais)

( ) Boa tarde = (bwa tar'di)

( ) Todo o ano = (to'du a'nu)

( ) Com a = coa (kwa)

( ) Ê vem êle (=Aí vem êle)

2a. coluna

1 - crase

2 - ectlipse

3 - aglutinação

4 - sinérese

5 - redução de ditongo

6. Assinale com um x dentro do parêntese a única resposta errada para as seguintes substituições de determinados fonemas, com a manutenção dos demais:

( ) substituição das consoantes surdas do vocábulo fincado pelas respectivas homorgânicas sonoras. Resp.: vingado.

( ) substituição da consoante constritiva palatal sonora de cajado pela constritiva alveolar sonora. Resp.: casado.

( ) substituição da vogal anterior, alta, fechada, oral de cito pela vogal média, baixa, fechada, nasal. Resp.: santo.

( ) substituição do ditongo decrescente nasal (w̃ã) do vocábulo vagam pelo ditongo decrescente nasal (ẽỹ). Resp.: vagem.

7. Sabemos todos que havia diferenças lingüísticas entre o latim clássico e o vulgar da Lusitânia.

Assinale com um x dentro do parêntese o único exemplo em que tão claramente não se evidencia esta divergência quanto ao aspecto prosódico:

( ) muliere

( ) linteolu

( ) amabamus

( ) radice

8. Ao passarem para o português, os vocábulos latinos inseridos na parte A sofreram alterações peculiares à fonologia histórica de nossa língua. Numere a parte A de acôrdo com os fenômenos indicados na parte B, tendo em vista uma das alterações havidas em cada vocábulo:

Parte A

( ) colubra
( ) nidu
( ) umeru
( ) rabia
( ) iam
( ) ipsud
( ) insania
( ) palpare
( ) * grupa (do germ. Kruppa)
( ) * perdeda (por perdita)

Parte B

1 - epêntese
2 - vocalização
3 - consonantização
4 - aférese
5 - anaptixe
6 - metátese
7 - crase
8 - haplologia
9 - nasalização
10 - assimilação

9. As séries abaixo encerram formas que são devidas à analogia; assinale com um x dentro do parêntese a única em que há vocábulo que não se pode explicar por êsse princípio uniformizador:

( ) sancristão - vagamundo - palmeirão

( ) freira - varoa - ilhoses

( ) ardo - benzo - peço

10. Assinale a melhor resposta: O vocábulo capital é exemplo de uma forma erudita ou de empréstimo porque:

( ) termina em consoante

( ) provém de um neutro latino

( ) as consoantes surdas mediais ou intervocálicas não se alteraram

( ) a 3a. declinação do latim vulgar não é a mesma do latim clássico

11. Assinale, com um x dentro do parêntese, na relação abaixo, os dois fatos que caracterizam o português do Brasil:

( ) fragmentação dialetal

( ) unidade

( ) predominância do sistema consonântico sôbre o vocálico

( ) fixação da linguagem quatrocentista

( ) conservadorismo

12. Sublinhe, em cada série de palavras abaixo, a que não é cognata, e a substitua por outra que o seja, nas respectivas linhas pontilhadas:

fácil	demência	decepção
confecção	comensal	caber
superfície	meta	decapitar
refino	mesura	exceção
ourives	mês	captação
....	....	....

itinerário	contíguo
comitiva	intacto
intróito	continência
ditado	intangível
óbito	inteiro
....	....

13. Sublinhe, em cada série de palavras, aquela que mais se aproxima da significação do têrmo em maiúsculas:

ÁLGIDO - branco - glacial - cândido - doído - pífio

CÁLIDO - sentido - fogoso - mudo - ébrio - ávido

EXANGUE - ilibado - flébil - voraz - débil - grácil

EXTREMOSO - tenebroso - danoso - carinhoso - curioso- criminoso

TAUMATURGO-teatrólogo-cirurgião- nefelibata - miraculoso-animador

14. Sublinhe, em cada série de palavras, aquela que seja aproximadamente o antônimo do têrmo em maiúsculas:

ABJETO - líquido - nobre - subsônico - objeto - secundário

ÁLACRE - aberto - doce - macio - triste - colado

ASSOMAR - eliminar- subtrair -desaparecer - terminar - assumir

FERAZ - úbere - plácido - manso - maninho - facundo

TERGIVERSAR - afrontar - prosar - dissentir - arrimar- apaziguar

15. Flexione os têrmos da oração abaixo, colocando-os no plural:

Peço-te averigúes com quem está o anelzinho côr-de-rosa.

....

....

16. Assinale com um x dentro do parêntese o período que contém um pronome relativo:

( ) Já se passaram cinco horas que os alarmas soaram.

( ) A terra que lhe seja leve!

( ) Cem anos que eu espere, sempre te amarei.

( ) Tornou-se cansativo o trecho final, por que decidimos continuar.

( ) Que tortura que foi a viagem!

17. Empregue os pronomes relativos que asseguram clareza às frases, precedidos, ou não, das preposições cabíveis:

a) Louvado, afinal, o trabalho da seção............. tanto se dedicou durante o fim de semana.

b) Eram competentes os candidatos.............você sobressaiu.

c) Será selecionado o candidato............. provas atribuírem a maior nota.

d) O funcionário daquela Secretaria .... incumbiram de relatar o processo não se fêz de rogado.

e) Foram incansáveis os defensores do réu............... honra assacaram as mais graves calúnias.

18. Complete as frases abaixo com os verbos dados, no presente do indicativo:

a) Hoje .... (ter) de haver motivo para júbilo os campeões brasileiros.

b) Já .... (dever) haver transcorrido algumas horas de sua partida.

c) .... (Importar) e muito à segurança do Estado, afora o exemplo, sobretudo os atos legais da Presidência.

d) Uma das três janelas, por exemplo, que .... (dar) para a rua, ... (viver) sempre meia aberta; nunca é outra.

e) Causa-nos alegria a multidão de candidatos que a vitória .... (mirar)

19. Passe para a voz passiva analítica as frases com os verbos ativos; e para a voz ativa as frases com os verbos passivos:

a) Convém sejam de imediato apurados todos os votos

....

....

b) Quem o pegou em primeiro lugar?

....

....

c) Os Ministros hão de estar removendo todos os impasses.

....

....

d) Ter-vos-iam enganado os próprios companheiros?

....

....

e) Fôra em vão perquirida por vós justificativa plausível para o ocorrido.

....

....

20. Complete com as formas finitas dos verbos dados, nos tempos e modos convenientes ao sentido das frases:

a) Jovem, ... (trazer) teus deveres em dia!

b) Rogo-vos .... (refazer) todos os atos que vos incompatibilizaram com a família.

c) Assim que .... (haver) recebido notícias, peço-vos comunicação urgente.

d) Se males .... (advir) para os teus, não ousaríamos te convidar para a aventura.

e) Até agora, a comprovação do crime não .... (obter) as

21. Construa uma frase em que apareça uma das seguintes figuras de sintaxe:

a) Anacoluto:

....

....

b) Elipse do verbo com flexão diferente:

....

....

c) Silepse:

....

....

22. "Às vêzes, um torpor de águas paradas...
Mas, de repente, um temporal desfeito:
Festa, agonia, júbilo, despeito,
Clamor de sinos, retintim de espadas".

Dos versos acima registre:

a) O tipo de verso:

....

b) O ritmo interior dêles:

....

c) A disposição das rimas:

....

23. Diga o recurso poético de que se valeu o autor dos versos abaixo para assegurar a um dêles o mesmo número de sílabas métricas:

"Saudade, gôsto amargo de infelizes

....

Delicioso pungir de acerbo espinho

Mas dor que tem prazeres — Saudade".

21. Construa uma frase em que apareça uma das seguintes figuras de sintaxe:

a) Anacoluto:

....

....

b) Elipse do verbo com flexão diferente:

....

....

c) Silepse:

....

....

22. "Às vêzes, um torpor de águas paradas...
Mas, de repente, um temporal desfeito:
Festa, agonia, júbilo, despeito,
Clamor de sinos, retintim de espadas".

Dos versos acima registre:

a) O tipo de verso:

....

b) O ritmo interior dêles:

....

c) A disposição das rimas:

....

23. Diga o recurso poético de que se valeu o autor dos versos abaixo para assegurar a um dêles o mesmo número de sílabas métricas:

"Saudade, gôsto amargo de infelizes

....

Delicioso pungir de acerbo espinho

Mas dor que tem prazeres — Saudade".

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INSTITUTO RIO-BRANCO

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

EXAME VESTIBULAR DE 1970

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

PROVA DE ____________________

Observação importante:

A prova que contiver assinatura ou qualquer outro sinal evidente de identificação será anulada.

Instruções:

Leia com atenção os enunciados das questões, os quais explicam tudo o que é necessário para resolvê-las.

Não faça perguntas nem converse durante a prova.

Trabalhe sem precipitação. O tempo foi cuidadosamente calculado para a boa realização da prova.

Não se detenha demasiadamente em questões que lhe pareçam difíceis: resolva as mais fáceis e só depois procure completar a prova.

Procure escrever com letra fàcilmente legível.

Se errar, não use borracha: risque o que estiver errado e assinale claramente a nova resposta, de modo a não haver dúvida quanto às correções efetuadas.

Apresente com a prova os rascunhos porventura usados e os inutilize à vista do Fiscal.

RESULTADO: ______________

Rubrica dos examinadores:

____

____

____

Nome por extenso, em letra legível:

PROVA DE FRANCÊS

L'épreuve durera deux heures et demie et sera composée de trois parties:

A) Rédaction;

B) Thème;

C) Questions grammaticales.

PARTIE A - REDACTION

La route transamazonienne.

La rédaction devra être écrite en 250 mots approximativement.

PARTIE B - THEME

OS ESTRANHOS

Manirema é uma cidade como outra qualquer, no interior do Brasil. Nada de notável acontece em sua praça principal, os moradores se conhecem e "a realidade segue em ciclos monótonos". Uma noite, os habitantes ouvem a chegada de um bando de estranhos. Os homens estaqueiam suas tendas nos arredores da cidade e não fazem nenhum esfôrço para entrar em contato com êles.

Aos poucos, a presença dos estranhos passa a ser notada através de sinais inquietantes. Começam por impor pequenas tarefas a alguns trabalhadores e ameaçam os desobedientes com punições não especificadas. A inquietação dos habitantes de Manirema aumenta quando o bando solta um número assustador de cachorros pela cidade. Os cães destroem e sujam por onde passam. Poucos moradores oferecem resistência e nenhum compreende o que está acontecendo.

Em seguida chegam os bois, que emergem do acampamento dos estrangeiros e inundam casas, ocupando todo o espaço livre que encontram. Quando os bois se vão, os moradores descobrem, intrigados, que os estranhos também foram embora.

Jornal do Brasil, 21 novembro 1970

PARTIE C - QUESTIONS GRAMMATICALES

1) Transformez la phrase suivante en la commençant comme indiqué:

S'il pense à ce qu'il fait, il ne se trompera pas.

S'il pensait...

....

S'il avait pensé...

....

2) Répondez aux questions en utilisant un pronom.

Exemple: Quand avez-vous fait ce travail ? (hier)
Je l'ai fait hier.

Quand avez-vous ouvert les fenêtres ? (ce matin)

....

Où avez-vous mis la lettre que j'ai reçue ce matin? (sur votre bureau)

....

Quand lui avez-vous offert cette montre? (pour ses 20 ans)

....

3) Transformez, s'il y a lieu, les phrases suivantes en les commençant comme indiqué.

Je sais qu'ils ne sont pas encore partis.

Je crois...

....

Je crains..

....

Je suis surpris...

....

Je suis certain...

....

4) Posez les questions correspondant aux réponses suivantes.

Exemple: J'aimerais être nommé en Europe.

Où aimeriez-vous être nommé?

Il a écrit du Portugal.

....?

Il s'agit de l'Angleterre.

....?

Il est né au Brésil.

....?

5) Transformez les phrases suivantes pour utiliser le tutoiement au lieu du vouvoiement.

Exemple: êtes-vous là? - es-tu là?

Etes-vous sûr de ce que vous dites?

....?

Pourquoi n'avez-vous pas fait ce que je vous ai demandé?

....?

Ne partez pas avant que je vous le dise.

....

Venez donc me voir dimanche prochain si vous êtes libre.

....

6) Transposez dans le futur les phrases suivantes situées dans le passé.

Quand je suis arrivé, vous étiez déjà parti.

....

Quand vous m'avez téléphoné, j'avais déjà tout préparé.

....

Dès que vous m'avez donné ce chèque, je suis allé le déposer.

....

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INSTITUTO RIO-BRANCO

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

EXAME VESTIBULAR DE 1970

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

PROVA DE ______________________

Observação importante:

A prova que contiver assinatura ou qualquer outro sinal evidente de identificação será anulada.

Instruções:

Leia com atenção os enunciados das questões, os quais explicam tudo o que é necessário para resolvê-las.

Não faça perguntas nem converse durante a prova.

Trabalhe sem precipitação. O tempo foi cuidadosamente calculado para a boa realização da prova.

Não se detenha demasiadamente em questões que lhe pareçam difíceis: resolva as mais fáceis e só depois procure completar a prova.

Procure escrever com letra fàcilmente legível.

Se errar, não use borracha: risque o que estiver errado e assinale claramente a nova resposta, de modo a não haver dúvida quanto às correções efetuadas.

Apresente com a prova os rascunhos porventura usados e os inutilize à vista do Fiscal.

RESULTADO: ______________

Rubrica dos examinadores:

____

____

Nome por extenso, em letra legível:

....

PROVA DE INGLÊS

This test lasts for 2 1/2 hours, and consists of three parts:

A) Composition;
B) Translation;
C) Questions on grammar and structure.

PART A - COMPOSITION

Write on the following subject:

Brazil faces the future.

The composition should be about 250 words in length.

PART B - TRANSLATION

O General De Gaulle da vida particular era um prolongamento contínuo do General De Gaulle da vida pública. Jamais seus filhos o viram sem gravata. Mesmo dentro de casa. Mas nada disso impedia a sua simplicidade. Sua vida era profundamente simples, modesta mesmo. De Gaulle nunca se deixou envolver pelo mundanismo. Ao contrário, sempre estêve afastado dêsse tipo de vida fútil e inconseqüente. Fora de sua vida familiar, não tinha nenhum outro interêsse além dos altos interêsses da França. Mas isso em têrmos tão elevados como talvez nenhum outro francês antes dêle. Não compreendia a França que não estivesse em lugar de relêvo na comunidade das nações: "A França não será ela mesma se não estiver nas primeiras fileiras da cena mundial" — eis uma de suas frases. De Gaulle não ia a cinema nem a teatros. Não praticava esportes. Fumou só durante o tempo da guerra. Depois, nunca mais colocou um cigarro na bôca. Não colecionava nada. Seu único passatempo era a leitura.

PART C - QUESTIONS ON GRAMMAR AND STRUCTURE

A. Make complete statements beginning with the word or words that follow:

Whatever ____

____ 1.

Scarcely ____

____ 2.

Had you come sooner, ________________________________

____ 3.

As far as ____

____ 4.

I was prevented from ________________________________

____ 5.

B. Make complete sentences using the following word or words given in brackets:

(enable) ____ 6.

(in case) ____ 7.

(settle down) ____ 8.

(enjoy) ____ 9.

(research) ____ 10.

C. Put in the appropriate forms of the verb "ask" in the following sentences:

That question ____________________ many times already. 11.

Please try to avoid ____________________ him personal questions. 12.

I reminded him ________________________ his mother. 13.

I can't understand his ________________ by them to do it. 14.

____________________ questions is the only way to learn. 15.

D. Put in the correct adverbial particle in the following sentences:

He let me ________________ badly by failing to arrive on time. 16.

Several planes were blown ____________ by the enemy. 17.

He never got ______________ his wife's death. 18.

The soldier refused to carry ____________ the order. 19.

The chairman put ____________________ an interesting idea for the improvement of public transport. 20.

xxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Prévia 1971

PROVA DE PORTUGUÊS

Esta prova terá a duração de três horas e constará de duas partes:

A - Redação

B - Questões Objetivas

PARTE A - REDAÇÃO

Discorra sôbre o tema:

> "O nosso País se recusa a crer que a História se desenrole necessàriamente em benefício de uns e em prejuízo de outros; não aceita que o poder seja fonte de posições irremovíveis; e reafirma o direito de forjar, dentro das fronteiras, o seu próprio destino e de escolher, fora delas, as suas alianças e os seus rumos".

Observação:

Esta redação deverá ter a extensão de 200 a 250 palavras. Tem como finalidade essencial aferir a capacidade de expressão clara e correta em língua portuguêsa. Destina-se também a apurar o grau de maturidade do candidato através da interpretação pessoal do tema. Não pretende verificar conhecimento técnico especializado.

PARTE B - QUESTÕES OBJETIVAS

1. Separe, como no modêlo dado, a sílaba tônica das palavras abaixo.

Modêlo: ca/der/no

Faça agora:

averigue	pneu
maquinaria	ritmico
rubrica	pleiade
enxagua	especiaria
meteorito	bimano

2. Em cada série abaixo, há uma palavra incorretamente grafada. Reescreva essas palavras, com as devidas correções, nas respectivas linhas pontilhadas:

inserto	fuligem	pátio
tenção	gorjeio	réstea
senso	lambugem	ária
apreçar	rabugice	calcário
asperção	rijeza	cetáceo
....	....	....

taboada	freguez
mágoa	montês
sortir	reses
regurgitar	pedrês
curinga	tez
....	....

3. Assinale com um x dentro do parêntese a série que contém o maior número de dígrafos:

( ) merceeiro - defecção - rocha

( ) vôo - perspectiva - nosso

( ) barro - velho - acciano

( ) antiibérico - saamona - concha

4. Sublinhe, em cada série de palavras, aquela que mais se aproxima da significação do têrmo em maiúsculas:

ÁLVEO - glacial - leito - casulo - cândido - alude

CARDIAL - orientador - prelado - cardíaco - avejão - principal

GARRIDO - florido - valente - belicoso - janota - dedicado

MESSE - orbe - sazão - enviado - seara - feira

REDIL - zagal - aprisco - vereador - sebe - bula

5. Sublinhe, em cada série de palavras, aquela que seja aproximadamente o antônimo do têrmo em maiúsculas:

IMPERTÉRRITO - corrupto - presente - casmurro - contestado - timorato

MENDAZ - próspero - quêdo - genuíno - mínimo - péptico

PALOR - rapidez - rubor - ousadia - clamor - fragor

VETUSTO - apto - lorpa - pueril - permissivo - distraído

VIRENTE - fenecido - imóvel - retirante - defensivo - ascendente

6. Assinale com um x dentro do parêntese a frase em que se emprega uma conjunção final:

( ) Pediu que lhe dessem outra oportunidade.

( ) Todos o aplaudiam porque o admirassem.

( ) Esta a causa por que nos responsabilizássemos- sugeriu-nos.

( ) Agradecemos os votos por que sejamos felizes.

( ) Sugestão afim, que nem lhe parecia, aceitou a proposta.

7. Reescrevendo as frases, substitua os têrmos grifados pelas formas adequadas do pronome pessoal:

a) Queríamos ver o rosto dela.

....

b) Assistimos à comédia.

....

c) Vejo Vossa Excelência a trabalhar todos os dias.

....

....

d) Incumbiram a mensageira do recado.

....

....

e) Reservareis a nós os altos postos?

....

....

8. Empregue as <u>formas pronominais</u> pedidas pela clareza das frases abaixo:

a) Muito egoísta, só cuida de ....

b) O diretor, certo de .... autoridade, reteve ....
..... o processo.

c) Noites e noites, gastou-.......... sem se cansar.

d) Ganhei bom relógio, com .... iniciais gravadas e
.... frase: Homenagem à tua dignidade.

e) Decorreram alguns minutos de silêncio durante ....
refleti muito, embora pareça impossível.

9. Dê a <u>função sintática</u>, no parêntese ao lado, de cada palavra sublinhada:

a) Eram <u>tudo</u> ( ) memórias de alegria.

b) Opostos sentimentos <u>se</u> ( ) combatem no atribulado peito.

c) De <u>África</u> ( ) as terras e do Oriente os mares.

d) Éramos <u>dois sócios</u> ( ) no comércio de nossa vida.

e) Muito feliz a senhora a <u>cujo</u> ( ) filho tributaram homenagem.

10. Passe para a voz passiva as frases com os verbos na forma ativa; e para a voz ativa, as frases com os verbos na forma passiva:

a) Os juízes a quem se apresentou o recurso nunca te relevarão a falta.

....

....

b) Nem êle vem entendendo a nós, nem nós a êle.

....

....

c) Precisa-se de bons empregados, é o que dizem.

....

....

11. Assegurando clareza, ritmo e expressividade, pontue convenientemente o trecho abaixo:

"Foi o barbeiro recebido na sala que era mobiliada por quatro ou cinco longos bancos de pinho sujos já pelo uso uma mesa pequena que pertencia ao mestre e outra maior onde escreviam os discípulos tôda cheia de pequenos buracos para os tinteiros nas paredes e no teto havia penduradas uma porção enorme de gaiolas de todos os tamanhos e feitios dentro das quais pulavam e cantavam passarinhos de diversas qualidades era a paixão predileta do pedagogo".

12. Sublinhe, em cada série de palavras abaixo, a que não é cognata, e a substitua por outra que o seja, nas respectivas linhas pontilhadas:

curral	cadência	chegar
acudir	incidir	amplexo
corsário	ocaso	cúmplice
excursão	cessar	cheio
currículo	ocidente	complicar
....	....	....

confiar	ablução
fieira	diluir
federação	lume
pérfido	aluvião
fiúza	impoluto
....	....

13. Marque com um x dentro do parêntese a resposta certa:

O caso lexicogênico, por excelência, da língua portuguêsa é

( ) o vocativo

( ) o lexicográfico

( ) o acusativo

( ) o ablativo

( ) o anafórico

14. Do vocábulo latino ______________, originam-se as seguintes formas divergentes: ______________, ______________, __________, ______________ e porão.

15. As formas — portuguêsa e infanta — foram criadas por __________, uma vez que no português arcaico os nomes terminados em ês e nte eram ______________.

16. Leia a frase abaixo:

"Ó candíssima formosura da Fé! "

Responda em seguida:

a) que palavra, nessa frase, ostenta uma alteração fonética?

....

b) que nome tem essa alteração fonética?

....

17. Leia as frases abaixo:

- Êle / vẽcer / nosso inimigo? Impossível !...
- Êle / vẽicer / nosso inimigo? Impossível !...

Faça, agora, o seguinte:

a) Transcreva ambas as frases, escrevendo na grafia oficial vigente os têrmos grifados e entre barras. Há um fato de fonética sintática!

b) Transcreva o têrmo que encerra o fato e diga qual êsse fato.

a)..

....

b)..

....

18. Escreva as palavras portuguêsas que evoluíram dos seguintes vocábulos latinos:

magicu - > ....

dracone - > ....

pede - > ....

mataxa - > ....

clavicula > ....

19. Leia os versos abaixo:

1 - "Homem, nuvem, granito, onda, serpente,
2 - A rocha, o ar, o abutre, a fôlha, a hera,
3 - O mundo, os mundos, tudo que é vivente

4 - Do lôdo à água, do metal à fera,
5 - Da fera ao anjo, do covil à cruz,
6 - Move-se tudo, existe e reverbera,

7 - Sonhando, amando, palpitando em luz !..."

Responda, agora, aos quesitos abaixo:

a) Qual o tipo dos versos?
b) Dê o ritmo interior de cada um dêles.
c) Denomine a disposição das rimas.
d) Classifique as estrofes.
e) Faça a escansão do verso nº 4.

a) ....

b) ....

....

....

....

c) ....

....

d) ....

e) ....

....

20. Para cada uma dessas figuras de sintaxe, redija uma frase com expressividade sensata:

a) ELIPSE da conjunção que

....

....

b) PLEONASMO com pronome pessoal

....

....

c) SILEPSE de pessoa

....

....

d) HIPÉRBATO com deslocação do sujeito

....

....

e) HIPÉRBOLE com a palavra pátria.

....

....

****

PROVA DE FRANCÊS

L'épreuve durera deux heures et demie et sera composée de trois parties:

A) Rédaction;

B) Thème;

C) Questions grammaticales.

PARTIE A - REDACTION

Rôle et responsabilités que l'Etat moderne peut ou doit assumer vis à vis de la culture.

La rédaction devra être écrite en 250 mots approximativement.

PARTIE B - THEME

Um romance de antecipação científica que nos falasse de um planêta remoto, situado algures numa galáxia estranha, e que de lá nos anunciasse ùnicamente a existência de vida inferior: seria quase enfadonho; decepcionante sê-lo-ia decerto. Teria interêsse para um biólogo. Mas compensaria a audaz viagem dos astronautas que se lhe haveriam dirigido através dos espaços infinitos, a uma velocidade quase igual à da luz? Não. Para compensar, êsse outro astro teria de encerrar tesouros incalculáveis, ou então teriam de habitá-lo sêres inteligentes: homens ou criaturas, fôsse qual fôsse seu aspecto, com as quais um humano como nós pudesse travar relações intelectuais e manter um diálogo. No entanto, para uma viagem espacial valer realmente a pena, de modo algum deveria tratar-se de um diálogo primitivo, de uma conversa mais ou menos análoga às que os missionários terrestres mantinham com os nativos, ao penetrarem nas regiões até então desconhecidas. Não. Tais inteligências longínquas teriam, se possível, de ser superiores às nossas.

Joachim Illies

PARTIE C - QUESTIONS GRAMMATICALES

1) Transformez les phrases suivantes pour utiliser l'expression "sans que".

Exemple: Il a réussi; ses amis ne l'ont pas aidé.
Il a réussi SANS QUE ses amis l'aident.

Il est parti; personne ne l'a su.

....

Il est parti; personne ne l'a entendu.

....

Il est parti; personne ne l'a voulu.

....

2) Transformez les phrases suivantes pour utiliser l'expression "jusqu'à ce que".

Exemple: Il a écouté des disques jusqu'à son arrivée.
Il a écouté des disques jusqu'à ce qu'il arrive.

Il était son ami jusqu'à son retour.

....

Il l'a aidé jusqu'à sa réussite.

....

Il l'a cru jusqu'à sa réponse.

....

Il l'a écouté jusqu'à son départ.

....

3) Transformez les phrases suivantes en utilisant l'impératif négatif et en remplaçant les mots soulignés par les pronoms convenables.

Exemple: Je crois que tu laisses ton ami partir.
Ne le laisse pas partir.

Je pense que tu demandes trop de vacances.

....

Je crois que tu mets trop de sucre dans ton café.

....

Je crois que tu fais trop travailler tes employés.

....

4) Répondez négativement aux questions suivantes en utilisant des pronoms personnels:

Exemple: Vous avez raconté cette histoire à vos amis?
Non, je ne <u>la leur</u> ai pas racontée.

Tu as dit à tes amis que tu voulais quitter la ville?

....

Vous avez demandé à vos professeurs ce qu'ils en pensent?

....

Il a prêté sa voiture à sa femme?

....

5) Dans les phrases suivantes, remplacez MAIS par SI et effectuez les transformations nécessaires pour que la phrase conserve le même sens.

Elle irait bien vous voir, mais elle n'a pas le temps.

....

Il voudrait se spécialiser, mais il ne peut pas le faire.

....

6) Trouvez les questions correspondant aux réponses suivantes:

Il allait au cinéma tous les jours.

....?

Il conduit prudemment.

....?

Il regardait les vitrines.

....?

Il regardait sa mère.

....?

Ils habitent au Brésil depuis longtemps.

....?

****

PROVA DE INGLÊS

This test lasts for 2 1/2 hours, and consists of three parts:

A) Composition;

B) Translation;

C) Questions on grammar and structure.

PART A - COMPOSITION

Write on the following subject:

Brazil and the sea.

The composition should be about 250 words in length.

PART B - TRANSLATION

Positivamente, Mário de Andrade não nascera para guarda-livros. O seu destino era outro. Em casa, começara a aprender música com a tia, Dona Ana Francisca, Tia Nhanhan, como todos a chamavam. Era sua madrinha, e foi sua companheira querida tôda a vida. Renato, o irmão menor, já estava no Conservatório. Tocava maravilhosamente. Não morresse tão cedo, seria na certa um grande virtuose.

-- Foi assim que Mário acabou ingressando como aluno no Conservatório -- revela-me o Dr. Carlos de Morais Andrade. Não por dificuldade de dinheiro para seguir uma outra carreira universitária qualquer -- advogado, engenheiro ou médico. Nem o anel de doutor lhe interessava. Já lia muito, por essa época, e estava todo voltado para a arte, mostrando mesmo absoluta indiferença pela vida prática.

O Dr. Carlos de Morais Andrade faz questão de ressaltar:

-- Éramos, desde essa época, dois sêres absolutamente opostos, ao encarar os problemas da inteligência e da cultura. Para Mário, não importava o imediato.

Francisco de Assis Barbosa: Retratos de Família, p. 153.

PART C - QUESTIONS ON GRAMMAR AND STRUCTURE

A. Keeping the meaning of the sentences that follow, rewrite them beginning with the words given:

1) Please come here a minute!

   Would you mind ______________________

2) How did that question arise?

   Could you tell me how ______________________

3) He didn't meet the ambassador or his staff.

   He met ______________________

4) After running through the letters, he put them in a drawer.

   He put the letters in a drawer when ______________________

5) Can I leave my coat here?

   Would you mind ______________________

6) She is just as tall as her brother.

   She is the same ______________________

7) Why haven't you carried out these orders?

   Why haven't these orders ______________________

8) I'm sure nobody ever lived in these buildings.

   I'm sure these buildings ______________________

9) There's no need for you to go yet.

   You need ______________________

10) He was made to stand for eight hours.

    They made ______________________

11) It's time for you to get ready now.

    It's time you ______________________

12) Even if you work very hard, you won't finish it today.

    You won't finish it today, however ______________________

13) He probably won't make another attempt.

    He's unlikely ______________________

14) It is reported that snow fell in London yesterday.

    Snow is reported ______________________

B. Deduce the missing word from the context and put it in:

15) Luckily Jane hasn't lost________ of her money: it is all in her handbag.

16) Though some got slightly hurt, fortunately________ of the passengers got killed, and they all went home after suitable treatment.

C. Transform the following noun phrases on the model of the example given.

Example: a car made in Brazil = a Brazilian-made car

17) a table with three legs =

____

18) a girl of sixteen =

____

19) a river two miles in width =

____

D. Write the ordinal number in words.

20) Believe it or not, this is the 2049th reply I have received to my inquiry.

____

****

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE PORTUGUÊS

Em 4 de março de 1971.

Examinadores: Professôres Jesus Bello Galvão e Márcio Fortes de Almeida.

Ponto sorteado nº 5

Duração da prova: 3h. e 30 min.

A - Redação

Valor: 50 pontos.

Discorra sôbre o seguinte tema:

Todo bom principiante é um cético, mas todo cético é apenas um principiante.

Extensão: 450 a 600 palavras.

B - Literatura

1 - Faça o comentário crítico de "A Bagaceira", **situando** a obra no respectivo período literário e apreciando-a como expressão do contexto cultural.

(De 150 a 200 palavras)

Valor: 10 pontos

2 - Teça considerações sôbre o seguinte trecho do "Itinerário de Pasárgada":

« Oto Maria Carpeaux, escrevendo uma vez a meu respeito, disse, com certeira intuição, que no livro ideal em que êle estruturaria a ordem da minha poesia, esta partia " da vida inteira que poderia ter sido e que não foi" para outra vida que viera ficando "cada vez mais cheia de tudo". De fato êsse é o sentido profundo da "Canção do vento e da minha vida". De fato cheguei ao apaziguamento das minhas insatisfações e das minhas revoltas pela descoberta de ter dado à angústia de muitos uma palavra fraterna. Agora a morte pode vir - essa morte que espero desde os dezoito anos: tenho a impressão que ela encontrará, como em "Consoada" está dito, "a casa limpa, a mesa posta, com cada coisa em seu lugar".»

(Cêrca de 200 palavras)

Valor: 15 pontos

C - Resumo

Após leitura do passo transcrito, resuma as idéias e considerações fundamentais do Autor sôbre o tema desenvolvido.

NOTA: Valha-se o candidato de seus próprios recursos expressivos!

(De 150 a 200 palavras no máximo)

Valor: 25 pontos

"A enfermidade mais universal que padece neste mundo a fraqueza humana, e não só a mais contrária à saúde dos corpos, senão também a mais perigosa para a salvação das almas, qual cuidais que será? É a tristeza.

Primeiramente é enfermidade universal de todos os homens, e universal igualmente de tôdas as terras; porque nenhuma há tão sadia, e de ares tão benignos e puros, que esteja isenta dêste contágio, e nenhum homem há tão bem acomplexionado de todos os humores, que quase habitualmente não esteja sujeito aos tristes acidentes da melancolia. O primeiro e infalível prognóstico, e também universal desta doença, quando ainda não sabemos desarticular vozes, é entrarmos neste mundo chorando. Entramos todos chorando, diz Salomão (metendo-se também êle na conta) porque assim confessamos esta miséria natural, e começamos nos primeiros passos da vida a pagar êste tributo à tristeza, a que havemos de estar sujeitos em tôda ela. A tristeza (se buscarmos a razão dêste tributo) não é filha da natureza, senão da culpa. Do primeiro pecado do gênero humano, nasceu um tão negro e feiíssimo monstro; e como todos somos filhos de Adão, todos herdamos dêle êste triste patrimônio. Nenhum filho daquele pai foi tão privilegiado da natureza, nem tão mimoso da fortuna, nem tão lisonjeado da vida, nem tão esquecido da morte, que antes dela não padecesse muitas tristezas, que lhe fizessem desagradáveis essas mesmas felicidades. Êste mundo em que vivemos, todo é vale de lágrimas,

nome com que o batizou David ainda para depois de cristão: In valle lacrimarum, in loco, quem posuit. Em todo êste vale ninguém pode melhorar ou altear de lugar, ainda que o ponha onde quiser: In loco quem posuit: e ninguém se pode isentar de tristezas, porque todo o mundo é vale, e todo o vale é de lágrimas: In valle lacrimarum. Só êste vale é vale sem montes: e pôsto que alguns quiseram levantar montes neste vale, e parece que o conseguiram, todos êsses montes, por altos e altíssimos que sejam, não escapam do dilúvio da tristeza. Os reis, os príncipes, os monarcas, os imperadores, os papas, por mais que o seu estado os tenha levantado tanto sôbre os outros homens, nem por isso deixam de chegar lá os nublados, e chuveiros contínuos das tristezas. É verdade que as tristezas dos príncipes andam sobredouradas com os resplandores dos cetros e das coroas; mas por isso mesmo são maiores e mais pesadas, porque são mais interiores. As tristezas que correm pelos olhos, não são as mais tristes; as que se afogam no coração, e as que o afogam, essas são as mais sensíveis e penetrantes. Aquêles mesmos resplandores que cá se admiram por fora, são os relâmpagos das grandes tempestades que lá se ocultam e devoram por dentro. Assim que a tristeza é um mal e enfermidade universal, de que ninguém escapa.

É também, como dizia, a doença mais contrária à saúde dos corpos; porque, mais ou menos aguda, sempre é mortal. Não o hei de provar com aforismos de Hipócrates ou Galeno, mas com textos expressos todos do Espírito Santo. No capítulo dezassete dos Provérbios, diz o Espírito Santo por bôca de Salomão, que a tristeza seca os ossos: Spiritus tristis exsiccat ossa. Se dissera que murcha e seca a côr, a pele, as veias, a carne, muito dizia; mas os ossos que são as partes mais interiores, mais sólidas, mais duras, mais fortes, com que se sustenta esta fábrica do edifício humano? Assim o diz a Sabedoria daqueles olhos que penetram dentro em nós, o que nós não podemos ver. De sorte que é

a tristeza um gusano negro (à diferença dos brancos que roem o bronze) o qual nos está sempre comendo e carcomendo por dentro, e bebendo e secando o úmido daquelas raízes em que se sustenta o calor da vida, até que êle se apaga, e ela morre.

Mas êste _até quê_ quanto tardará? Não muito tempo, nem com passos vagarosos. Porque aquêle cavaleiro do Apocalipse, que montado sôbre um cavalo pálido, tinha por nome Morte, esporeado da tristeza corre a tôda a pressa. O mesmo Espírito Santo o diz no capítulo trinta e oito do Eclesiástico: _A tristitia festinat mors_. Para uns homens parece que vem a morte a pé, para outros a cavalo; para uns andando, para outros correndo, porque uns morrem devagar, outros depressa; mas a Parca que sempre antes do tempo corta os fios à vida, é a tristeza. Vereis a um dêstes, quando ainda se conta no número dos vivos, descorado, pálido, macilento, mirrado; as faces sumidas, os olhos encovados, as sobrancelhas caídas, a cabeça derrubada para a terra, e a estatura tôda do corpo encurvada, acanhada, diminuída. E se êle se deixasse ver dentro da casa, ou sepultura, onde vive como encantado, vê-lo-íeis fugindo da gente, e escondendo-se à luz, fechando as portas aos amigos, e as janelas ao sol, com tédio e fastio universal a tudo o que visto, ouvido, ou imaginado pode dar gôsto. E êstes efeitos tão desumanos, cujos são, e de que procedem? Sem dúvida da melancolia venenosa e oculta, que a passos apressados leva o triste à morte: _A tristitia festinat mors_.

Para prova desta funesta verdade, bastava um só, e sobejavam os dous textos referidos do Espírito Santo; mas sôbre êles acrescentou a mesma sabedoria o terceiro, tão admirável e encarecido, que, se não fôra da bôca divina, pudera parecer incrível: _Omnis plaga, tristitia cordis est_. A tristeza do coração não é uma só chaga, ou uma só ferida, senão tôdas. Sendo chaga e ferida do coração, bastaria ser uma só para ser mortal; mas como no coração depositou a natureza todo o tesouro da vida, assim no mesmo coração descarregou a tristeza tôda a aljava das suas setas."

A própria linguagem discursiva seria cada vez mais insuficiente para apreender o mundo complexo em que vive êsse preguiçoso. No século XIX um único romancista era capaz de retratar em sua obra todos os elementos essenciais da vida em um país, em uma determinada época. Hoje, se algum ficcionista tem talento para tanto, continua com seus escritos na gaveta. Tal não aconteceria, porém, aos que se comunicam através da imagem.

Jornal do Brasil - 2/9/1970.

3 ème Partie - QUESTIONS

SANS MOI

Ils inventent votre vie au besoin si celle que vous avez ne leur plaît pas.

Pendant quelques jours, je pensai à cette phrase "inventer sa vie"; c'est ce qui m'avait manqué. Je prenais les années comme des costumes tout faits; je ne savais pas que je pouvais les embellir; j'entrais dans chaque journée sans rien exiger de personne, pas même de moi. Je vivais comme on m'avait obligé à vivre et je me débrouillais avec les rencontres que je faisais sans avoir le sentiment que je vivais pour moi. Je ne me faisais des amis qu'autour d'un verre ou d'une rigolade...

Je cherchais dans le regard des autres femmes le moment où il allait devenir trop transparent, sans moi. Oui, le monde me chasse comme la pluie... Ce n'est pas beau, un homme qui n'a pas été réparé, qu'on a laissé dehors, toujours dehors, et quand on le fait rentrer, il est plus désolé que nature. On va vous essuyer, mettez-vous dans le coin; on va s'occuper de vous... Dans quel état vous êtes-vous mis? Je vais vous donner du linge propre pour vous changer. Attention! ne vous adossez pas au mur; attention au tapis; attention à nous! Et c'est une ancienne chemise qui a appartenu à un mort et qui est là dans un tiroir et qu'on vous tend avec des larmes dans la voix car les gens s'apitoyent sur les cadeaux qu'ils font; ils ne donnent que pour s'attendrir.

D'après Jean CAYROL - Les Corps étrangers.

QUESTIONS

I. "Ils inventent votre vie au besoin si celle que vous avez ne leur plaît pas."
Transformes cette phrase en remplaçant "ILS" par "IL" et "VIE" par "MALHEURS".

IL...

....

II. "Je prenais les années comme des costumes tout faits".
Transformez cette phrase en remplaçant COSTUMES par ROBES.
Je prenais les années comme ....

III. "Je vivais comme on m'avait obligé à vivre et je me débrouillais avec les renoontres que je faisais."
Faites précéder cette phrase de "SI JE M'ÉTAIS RÉSIGNÉ..." et effectuez les transformations qui s'imposent.

....

....

....

IV. "Je ne me faisais des amis qu'autour d'un verre."
Composez une phrase quelconque où vous utiliserez le forme "NE... QUE".

....

....

V. "Ce n'est pas beau, un homme qui n'a pas été réparé, qu'on a laissé dehors, toujours dehors, et quand on le fait rentrer, il est plus désolé que nature."
Transformez cette phrase en remplaçant "UN HOMME" par "UNE FEMME".

....

....

....

VI. Jean, dans quel état vous êtes-vous mis?
Jeanne, dans quel état ....-tu .....? (complétez)

VII. L'auteur est-il marié? Justifiez votre réponse à l'aide d'une indication contenue dans le texte.

....

....

....

VIII. Que signifie pour vous "INVENTER SA VIE" ?

....

....

....

....

....

IX. "Ils ne donnent que pour s'attendrir". Qu'en pensez-vous?

....

....

....

....

....

<u>Valeur</u>: 25 points

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

PROVA ESCRITA DE INGLÊS

Em 10 de março de 1971.

Examinadores: Professôres Kenneth James Payne e Gilbert C. Brown

Ponto sorteado nº 3

Duração da prova: 3 h e 30 min.

Part I - COMPOSITION

Value: 50 marks

Write a composition of about 400 words on the following subject:

Pollution: the problems and the solutions.

Part II - TRANSLATION

Value: 25 marks

O I Festival Brasileiro de Curta Metragem, promovido pelo JORNAL DO BRASIL e pelo Instituto Nacional do Cinema, já recebeu mais de 80 filmes, candidatos aos Cr$50 mil de prêmios e aos troféus Humberto Mauro. Quando começou a incentivar com festivais, no ano de 1965, os amadores de cinema, êste jornal sabia que ia ser grande a resultante safra de profissionais. Tudo indica que o nível dos trabalhos apresentados ao presente Festival virá confirmar o amadurecimento do cinema brasileiro na forma do curta-metragem, que é a verdadeira escola do cinema, sua fase poética, ou da crônica poética. Em arte não há gêneros mais fáceis ou mais difíceis: tudo é difícil. O curta-metragem não é escola de cinema por ser mais fácil de fazer que um longa-metragem e sim porque educa na concisão, na expressão artística mais concentrada. Quem se educa no curta-metragem não se lança ao longa-metragem com a idéia de que se trata apenas de fazer um filme mais comprido. O importante é manter as virtudes de concisão no painel maior. O problema não é botar água no vinho e sim conter o vinho, o mesmo vinho, em tonéis.

Um dos campos fascinantes do curta-metragem no Brasil consiste na filmagem dos nossos tesouros artísticos. Enchentes podem destruir muita coisa em Florença ou em Veneza, mas todos aquêles tesouros foram filmados, microfilmados e serviram de moldura a obras filmadas.

Jornal do Brasil, 7/3/71

Part III - Text Questions

Value: 25 marks

At the beginning of every winter, as sure as the falling of the leaves from the trees, there develops the usual argument about the value of vaccination against influenza. On one side are ranged the manufacturers, supported by certain research units carrying out clinical trials of vaccine; on the other, the chief medical officer to the Department of Health, backed up by all the miscellaneous politicians and bureaucrats who have nightmares about the cost of giving free shots on the National Health to fifty million people every November.

Each side, naturally enough, suspects the other of interests going beyond those of pure science. The "New Scientist", which is strongly pro-Department of Health, has made no bones of its suspicions of the motives of the manufacturers, and in a recent survey of the subject muttered darkly about "publicity drives" and "handsome dividends". It also claimed that the influenza vaccines at present on the market were practically useless. To this one of the manufacturers replied that the Department of Health had itself admitted that the vaccine gave protection to 40-60 per cent of inoculated persons and had accepted its use for those at special risk. If vaccines were acknowledged to be useful in the case of nurses and doctors, what was so wicked about pressing for a general campaign?

Of course, the manufacturers are not really commercial ogres trying to peddle rubbish to the Government, any more than the chief medical officer is a sinister villain who wants little children to die of pneumonia. When one strips the issue of its emotional and political content, it presents itself fairly clearly as one of the use of marginal resources. The trouble with a free Health Service is that it is built on a fake. It undertakes to supply a full range of effective treatment to everyone at government expense. In fact this is impossible, and its impossibility becomes increasingly obvious with each new advance in medicine. The time has come to recognize that there are a great many benefits we should all like to have and which would improve our health considerably, but there simply isn't enough money available. Influenza vaccine falls into this category.

Slightly adapted from John Rowan Wilson,
in The Spectator 21/11/70.

Answer the following questions about the above passage:

1. The three sentence beginnings that follow are clues to certain salient ideas occurring in the passage. Complete the sentences to express the ideas clearly and coherently. Use your own words as far as possible. You are not necessarily expected to fill all the space available for the answers.

   a) The manufacturers of influenza vaccine are alleged............

   ....

   ....

   ....

   b) Though the Department of Health recognizes that influenza vaccine

   ....

   ....,it...................................

   ....

   c) It is possible for a free Health Service to

   ....

   ...., but it..

   ....

2. Rewrite the first sentence of paragraph 3 (which starts: "Of course, the manufacturers..."), beginning as shown below, so as to fit easily into the context. Keep the full sense of the original sentence. Use the author's words as far as you can, and make any changes or additions that you think necessary. Write only one sentence.

   The chief medical officer is a sinister villain..................

   ....

   ....

   ....

3. Replace each of the following with a word or phrase that will fit neatly into the context and give the same meaning straightforwardly and explicitly. In no case must you use the words given for replacement.

   a) have nightmares (line 7).......................................

   b) on (line 8)...

   c) drives (line 14)..

   d) made no bones (line 12)..

   e) muttered darkly about (line 14)................................

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE HISTÓRIA DO BRASIL

Examinadores: Professôres Américo Jacobina Lacombe e José Sales Tiné.

Em 19 de março de 1971.

Ponto sorteado nº 1.

Parte A - Dissertação

Portugal nos descobrimentos.

Valor: 40 pontos
(Roteiro: 5 pontos
desenvolvimento: 35 pontos).

Parte B - Questões

1. O ouro em Mato Grosso e Goiás.

2. A Santa Aliança e o reconhecimento da Independência do Brasil.

3. Política financeira do Ministro Murtinho.

Valor: 20 pontos cada questão
Limite: 20 linhas aproximadamente, cada item.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE HISTÓRIA MUNDIAL

Examinadores: Professôres Antonio Traverso e Pedro Freire Ribeiro.

Em 24 de março de 1971.

Ponto sorteado nº 2

1ª Parte - DISSERTAÇÃO

Bismarck e a unificação da Alemanha: a política de Bismarck e as etapas da unificação alemã

Valor: 40 pontos
Desenvolvimento: 35 pontos
Roteiro: 5 pontos

2ª Parte - QUESTÕES

a) O Fascismo italiano: antecedentes, organização e principais problemas.

b) Problemas internacionais dos países independentes da América Latina no século XIX.

Valor: 30 pontos para cada item.

Extensão: 15 linhas, aproximadamente; para cada item.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE DIREITO

Examinadores: Professor Theophilo de Azeredo Santos e Desembargador Moacyr Rebello Horta.

Em 25 de março de 1971.

Ponto sorteado nº 3

1ª Parte - DISSERTAÇÃO

A doutrina e a jurisprudência.

Valor: 40 pontos
Extensão: 60 linhas

2ª Parte - QUESTÕES

1ª) Distinguir a posse da propriedade.

2ª) Características da sociedade em conta de participação.

3ª) A nota promissória pode ser emitida ao portador? Por quê?

4ª) Conceito de aeronave.

Valor: 15 pontos cada questão.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE PORTUGUÊS

Em 21 de fevereiro de 1972.

Examinadores: Professores Jesus Bello Galvão e Márcio Fortes de Almeida.

Ponto sorteado nº 5

Duração da prova: 4h. e 30 min.

A - Redação

Valor: 50 pontos.

Extensão: 450 a 600 palavras.

Discorra sobre o seguinte tema:

"A verdadeira ciência nunca passará do andaime que o homem arma sobre aquilo que ele vê para tentar atingir aquilo que nunca poderá ver".

B - Literatura

1 - Faça o comentário crítico de O Uraguay, situando a obra no respectivo período literário e apreciando-a como expressão do contexto cultural.

(Cerca de 200 palavras)

Valor: 10 pontos.

2 - Apoiado na leitura que fez do romance A Selva, teça considerações críticas que avaliem e comprovem a justeza, ou não, do julgamento abaixo transcrito:

" Apesar de termos conhecido grandes escritores, que aqui conviveram, escrevendo páginas maravilhosas sobre o Amazonas, nenhum dos muitos, dos muitíssimos livros publicados sobre esta vida reuniu todos os seus motivos de encantamento, as suas torturas, as angústias e mágoas, como esse romance do escritor português que é a crônica sincera e palpitante da sua realidade.

É o romance do Amazonas, o poema de suas belezas, o cântico das tristezas profundas, que lhe transfiguram a fisionomia, enchendo a floresta de uma esquisita animação de sombras e fulgurações".

(Cerca de 250 palavras)

Valor: 15 pontos.

C - Resumo

Após leitura do trecho abaixo, resuma as idéias e considerações fundamentais do Autor sobre o tema desenvolvido.

NOTA: Valha-se o candidato de seus próprios recursos expressivos!
(De 150 a 200 palavras no máximo)

Valor: 25 pontos.

"É fácil tarefa a de citar autoridades e nomear escritores; nem muito mais difícil a de notar defeitos de uns, excelências de outros. De críticas e críticos está cheio o mundo. Eu não pretendo examinar, um por um, os sistemas e os tratados de Aristóteles e Plutarco, de Fénelon e Rollin, de Rousseau e Helvécio, de Loke e Condillac, de Genlis e de tantos outros enfim antigos e modernos que da matéria trataram, — porque não vou escrever uma obra de controvérsia, nem batalhar uma guerra de teorias filosóficas, de pouca glória para quem as briga, de nenhum proveito para quem as lê, e de prejuízo certo para quem nelas quer aprender. Direi neste ponto e do plano destas Cartas o que de sua galante obra de Guia de Casados escrevia o nosso D. Francisco Manuel de Melo.

Do que li, do que vi, do que estudei, do que refleti em mim e nos outros, do que observei nos meios empregados e resultados obtidos de diversas educações, formei para mim um sistema, um encadeamento de idéias e princípios, que singela e chãmente exporei sem a linguagem hirsuta das cadeiras, sem presunções de originalidade, bem como sem servilismo de escola. Julgue-me razão reta e corações direitos, não me examinem sábios e grandes homens. De teorias sei pouco ou me esqueci delas, de autoridades não fiz cabedal, de escolas, não as tenho; e não quero glória nem renome que só fito a utilidade.

Educar um príncipe não é o mesmo que educar um simples cidadão; educar um príncipe que há de ser soberano é mais transcendente ainda; educar uma jovem princesa que por si e por seu direito próprio há de reinar, tresdobra de dificuldade: mas educar uma jovem rainha nas circunstâncias extraordinárias e únicas da nossa Augusta Soberana, uma soberana que já reina, que reina em tão calamitosos e difíceis tempos, na era em que vivemos, com os olhos dos reis e dos povos cravados todos sobre ela, é certamente das mais árduas empresas com que ainda se carregaram ombros humanos.

Mas estas gradações progressivas, estas distinções crescentes na complicação do alto objeto de que se trata, não tiram que as bases da geral educação não sejam as mesmas para todos os entes racionais. Estas diversas circunstâncias restringem aqui, alargam acolá o círculo da educação, porém o círculo é o mesmo; nada lhe varia a forma, nada lhe altera a essência. A educação é uma só: o sexo, a posição social, os destinos futuros do educando a modificam de mil modos, mas sua natureza permanece a mesma. Não podemos portanto tratar imediatamente da educação de uma jovem princesa sem falar primeiro da educação em geral: não se conhece bem a espécie sem primeiro conhecer o gênero. E, se é lícito seguir na metáfora zoológica ou botânica, temos forçosamente de vir da classe ao gênero, do gênero à espécie, da espécie enfim à variedade.

O fim geral da educação é fazer um membro útil e feliz da sociedade. O objeto da educação é formar o corpo, o coração, e o espírito do educando.

Daqui as três divisões naturais de educação física, moral e intelectual. Fazem-se estas divisões para clareza da matéria e facilidade do plano do educador, porque as não fez a natureza nem as comporta a prática. Todas três estão ligadas, são objetos que juntos se devem obter, em que ao mesmo tempo se deve trabalhar, e que sem mútua destruição de todos se não podem separar.

Como a carroça que uma só quadriga modera, que a um único ponto se dirige, e que simultaneamente tirada por três ginetes, jamais chegaria ao ponto dado, nem se moveria para ele a distância de uma linha, se cada um dos três ginetes puxasse desencontrado, e não fossem uniformes seus — todavia distintos — movimentos.

Um mau corpo, mal formado e doentio, com mau estômago e maus nervos, raro e quase impossivelmente terá um coração bem formado, forte, aberto, generoso. Com maus nervos e mau coração, mau há de ser o cérebro. E vice-versa, o mau coração desarranjará tarde ou cedo a flexibilidade e <u>justa tensão</u> dos nervos, e a perfeição do cérebro, — e o cérebro a um deles e a todos; e mútua e simultaneamente assim.

Não é preciso fazer gala de leitura de Cabanis nem adotar seus princípios perigosos, ou ser Helveciano, ou fazer seita enfim com qualquer dos suspeitos de materialismo para entender e receber esta teoria simples, que não é mais do que o resultado experimental do que todos os dias se vê, do que todos os dias nos mete pelos olhos a observação constante e a inalterável ordem das coisas.

Sem as separar nem dividir pois, já que inseparáveis e indivisíveis são, distinguiremos para clareza e facilidade, as três educações: física ou do corpo, — moral ou do coração, — intelectual ou do espírito.

Disse, e não me canso de repetir que a educação física, a moral e a intelectual são conexas e inseparáveis. Mas pela ordem natural da divisão, segue a do coração à do corpo.

A educação intelectual ou do espírito subdivide-se em necessária, útil e de ornamento; e as linhas divisórias que marcam as raias destas três províncias variam de posição segundo varia o sexo, a aptidão, o estado, os destinos futuros do educando. Porém a educação moral é uma e a mesma, e apenas sujeita a certas modificações que o sexo e a posição social requerem.

Não sei se me engano, mas parece-me que a educação moral se podia reduzir, tanto em teoria como em prática, a um único princípio. — Explico-me. Eu quisera que como base de toda a moral se estabelecesse e firmasse no coração do educando uma única virtude primordial em que todas as outras se contivessem e da qual ele formasse uma noção perfeita e clara. Esta virtude não pode ser senão a Justiça. Justiça é tudo, Justiça é as virtudes todas, Justiça é religião, Justiça é caridade, Justiça é sociabilidade, é respeito às leis, é lealdade, é honra, — é tudo enfim. Acaso parecerá absurda esta proposição assim enunciada e seca. Meditemo-la, desenvolvamo-la e apliquemo-la; talvez o não pareça então.

Para que se educa um ente racional? Em relação à natureza, para filho, esposo e pai; — em relação à sociedade civil e ao Estado, para cidadão, súdito ou soberano; — em relação a Deus, para religioso, determinadamente nós para cristão.

Trata-se de um Soberano, de um príncipe que o há de ser? — É fácil a inversão. O Soberano não é súdito, mas é cidadão. Como cidadão, os deveres do príncipe são os mesmos — porém mais extensos, mais fortes, mais amplos, mais obrigatórios, mais diretamente nascidos da justiça; porque de mais forçosa justiça é o retribuir à sociedade favores e gozos mais amplos, e confiança e honra, e elevação maior e sem par. Como soberano, os deveres do príncipe, esses estão absolutamente na justiça, única, inteiramente na justiça. É justiça governar segundo as leis, justiça respeitá-las e fazê-las respeitar, promover o bem público, e o particular de cada indivíduo, justiça até ser indulgente quando convém à causa pública, magnânimo quando ela não é lesada. Pois que maior justiça do que ser indulgente com homens governados o homem que governa e que, só porque é homem, a todos os momentos carecerá da deles para que o respeitem, o amem e o honrem apesar de seus defeitos e misérias, porque como a homem lhe não faltarão! — e nem toda a púrpura e arminhos do manto real as podem sempre e eficazmente encobrir".

****

2 ème Partie - THEME

Valeur: 35 points

Traduire en français

LEMBRANÇA DE MEU PAI

"Entre duas irmãs, dois cunhados e o marido, todos escritores, pode parecer ousadia que também eu venha prestar homenagem à memória de meu Pai. Não quero, porém, esquivar-me de lhe trazer uma palavra de respeito e admiração.

Torna-se ainda mais difícil esse depoimento porque quase não conheci meu Pai. Quando adoeceu, eu tinha dois anos e seu longo calvário encerrou-se quando contava apenas sete. A imagem física que me ficou dele é a de um homem sempre sentado em uma cadeira de rodas, a quem o alimento era dado na boca, que se exprimia indicando com os olhos as letras de um alfabeto aproveitado de um jogo meu e cuja única distração era olhar da sacada o movimento e a beleza da praia de Botafogo, onde morávamos.

Talvez mesmo essa recordação seja mais alimentada pelos relatos ouvidos posteriormente do que propriamente provinda do que vi e presenciei. As lembranças da primeira infância se embaralham e confundem com o que a gente ouve depois e as estórias e recordações se misturam e interpenetram de tal modo que não se sabe mais o que foi fato lembrado e o que foi episódio contado depois e misteriosamente incorporado à memória."

(Revista "Arte & Educação" - Dezembro 1971)

3 ème Partie - QUESTIONS

Valeur: 15 points

"Si, une nuit, en regardant le ciel, on apercevait soudain deux ou plusieurs lunes, de quelle terreur panique ne serait-on pas saisi ! On croirait venues la fin de la vie et la destruction du monde.

Quelle serait la source d'un tel effroi? - La rupture du règne de la causalité.

Rien en effet ne saurait être plus terrifiant que de voir rompu le règne de la causalité. La nature n'obéissant plus à des lois, l'ordre naturel s'effondre. Avec notre croyance en l'ordre naturel, s'effondre aussi notre confiance en la nature. Les causes de l'évènement étant inconnues, ses suites deviennent imprévisibles; des lunes, des astres, pourraient se détacher du fond du ciel, rouler vers la terre, la menaçant d'anéantissement.

Cet évènement, le plus effrayant qui puisse être, nous semble impossible, précisément parce que nous avons confiance en les lois de la nature. C'est le long travail de l'esprit, le travail scientifique, qui a enraciné en nous cette confiance dans la régularité et la stabilité de la nature ambiante."

(Paul DIEL - "La Divinité")

Après avoir lu attentivement le texte, répondez aux questions.

QUESTIONS

I. Commencez la première phrase par: "Si, une nuit, en regardant le ciel, on aperçoit ...." et effectuez les transformations nécessaires.

....

....

II. "De quelle terreur panique ne serait-on pas saisi!"

Dans la phrase ci-dessus, remplacez "ON" par "ELLE" et effectuez les transformations nécessaires.

....

III. "Quelle serait la source d'un tel effroi ?"

Transformez cette phrase en remplaçant "LA SOURCE" par "LES MOTIFS" et "EFFROI" par "CRAINTES".

....

IV. "Rien <u>ne saurait être plus</u> terrifiant ...."

Employez une autre forme verbale à la place de "Savoir être" mais en conservant à la phrase le même sens.

....

V. "La nature n'obéissant plus à des lois, l'ordre naturel s'effondre"

Transformez la phrase ci-dessus pour exprimer le rapport de causalité à l'aide de la conjonction COMME.

....

....

VI. D'après le texte, dites quelle serait le réaction de celui qui constaterait brutalement un bouleversement dans l'ordre des astres.

....

....

....

VII. Pourquoi est-il terrifiant de voir rompu le règne de la causalité?

....

....

....

VIII. D'où vient notre confiance en les lois de la nature? (D'après le texte).

....

....

....

****

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

PROVA ESCRITA DE INGLÊS

Em 1º de março de 1972.

Examinadores: Professores Kenneth James Payne e Gilbert C. Brown.

Ponto sorteado nº 1

Duração da prova: 4h e 30 min.

Part I - COMPOSITION

Value: 50 marks

Discuss the following subject in a composition of not less than 400 words:

"The determining force in international relations is, of course, fear".

Part II - TRANSLATION

Value: 35 marks

Um dos amigos da cultura brasileira, Jean-Michel Massa, assumiu a tarefa penosa, mas necessária, de recompor a juventude de Machado de Assis. Apesar de suas quase 700 páginas, o livro não é uma biografia convencional, ligada mais ao homem que à obra, pois o nosso grande escritor primou pela discrição, sobretudo na maturidade, e, além disso, cultivamos do passado apenas o vício de não saber preservá-lo: coleções, arquivos e documentos esparsos desaparecem com rapidez na voragem de um desprezo ou de uma negligência quase ostensivos.

É inegável, ao primeiro exame, a importância do livro. Se outros méritos lhe faltassem, sobraria sempre o caráter pioneiro. Apesar de toda a vasta bibliografia sobre Machado, persiste em sua vida de homem e de escritor um espaço relativamente vazio, que é o de sua juventude. A crítica procurou ocupá-lo, e como lhe escasseassem informações, ou lhe faltasse esforço de pesquisa, criou alguns mitos. Em função desses mitos juvenis o escritor tem sido julgado até hoje. Nos últimos 10 ou 20 anos a atitude inverteu-se: a crítica passou a concentrar-se nas obras de maturidade, a partir das "Memórias Póstumas de Brás Cubas", incorrendo na deformação de querer explicar o homem através da obra. "Em lugar de escutar o que a obra tinha a dizer, obrigaram-na a falar", anota Massa.

Salvo algumas crônicas e críticas, a produção de Machado de Assis referente à sua juventude tende a ser considerada de somenos importância. Esta primeira parte de sua carreira prestou-se a muitas hipóteses e interpretações malévolas. Houve quem recorresse até mesmo à Psicanálise. Não admira, portanto, que o pesquisador Jean-Michel Massa fosse atraído para esse fenômeno e desejasse verificar até que ponto a juventude de Machado pesou na sua evolução intelectual.

Hélio Pólvora: O Jovem Machado
(Jornal do Brasil, 23/2/72).

Part III - TEXT QUESTIONS

Value: 15 marks

Answer the questions when you have read the text carefully.

One of the side-effects of the increasing bankruptcy of the film industry has been its correspondingly increasing reliance on pop to bail it out. Perhaps the marriage was inevitable, since the singable and trusty theme song, whether relevant or not, became,
5 almost from the first, an essential ingredient of the commercially successful movie. It's only a short logical step from that fantasy to the belief that maybe the pop theme song is more important than the film itself.

The soundtrack record from the film "Easy Rider", for example,
10 which mostly consisted of oldies and not so goldies, very nearly outgrossed the film itself, and many suspected that a great number of the songs had been plastered on as an afterthought in the hope of rescuing what was then thought to be an otherwise dubious commercial property. Certainly in terms of financing films, the wheel really
15 has gone full circle, in that prohibitively expensive movies are now partly paid for by record advances handed over to the film company by pop impresarios.

Such a system suits both the film's producer, whose capital outlay on the record is nil, and the pop star, for whom the film is
20 a gigantic slice of free advertising. Conversely, it sometimes happens that music written specially for a film is vetoed by the producer because it won't fill up two sides of an L.P.

Tony Palmer: Soundtrack Salvation

(The Observer, 30/1/72).

(4ª e última)

1. Express the sense of the following as simply as you can, using your own words and making it quite clear what is meant in the context.

   a) relevant (line 4)

   ....

   b) oldies and not so goldies (line 10)

   ....

   c) very nearly outgrossed the film itself (lines 10-11)

   ....

   d) whose capital outlay on the record is nil (line 18-19)

   ....

2. It is clear from the passage that, essentially, the author thinks one of the following statements is true. Which one? (Mark with an X)

   a) The film industry depends on pop music. ( )

   b) Pop music depends on the film industry. ( )

   c) Pop music and the film industry depend equally on each other. ( )

3. Rewrite the final sentence of the passage to keep the full sense of it. Begin as shown, but otherwise make as few changes as possible in the words of the original.

   Conversely, unless music..

   ....

   ....

   ....

****

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE GEOGRAFIA

Examinadores: Professoras Bertha Koiffmann Becker e Maria do Carmo Corrêa Galvão.

Em 14 de março de 1972.

Ponto sorteado nº 3.

Duração da prova: 3 hs. e 30 min.

Parte A - Dissertação

A Amazônia brasileira: seus problemas geo-econômicos e perspectivas de desenvolvimento.

Valor: Roteiro: 5 pontos
Desenvolvimento: 35 pontos

Parte B - Questões

1. Assinale as principais razões e características da urbanização no mundo contemporâneo.

Valor: 20 pontos

2. Caracterize a agricultura de especulação e explique as razões de sua mobilidade espacial na superfície da Terra.

Valor: 20 pontos

3. Aponte as formas tradicionais e modernas da organização do espaço na África do Norte.

Valor: 20 pontos

Nota: vinte (20) linhas para cada pergunta.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE HISTÓRIA DO BRASIL

Examinadores: Professores Américo Jacobina Lacombe e José Sales Tiné.

Em 15 de março de 1972.

Ponto sorteado nº 4.

Duração da prova: 3hs. e 30 min.

Parte A - Dissertação

Causas da expansão marítima portuguesa.

Valor: 40 pontos
(Roteiro: 5 pontos
desenvolvimento: 35 pontos).

Parte B - Questões

1. A Carta Constitucional de 1824.

2. A extinção do tráfico negreiro.

3. O Governo Provisório da Primeira República.

Valor: 20 pontos cada questão
Limite: 20 linhas aproximadamente, cada item.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE DIREITO

Examinadores: Professor Theophilo de Azeredo Santos e Desembargador Moacyr Rebello Horta.

Em 23 de março de 1972.

Ponto sorteado nº 3.

Duração da prova: 3 hs. e 30 min.

1ª Parte - DISSERTAÇÃO

Os Tratados e a sua incorporação ao direito interno.

Valor: 40 pontos
Extensão: 60 linhas.

2ª Parte - QUESTÕES

1ª) Abuso do direito e sua condenação: regras que vigoram entre nós.

2ª) Quais as principais características das sociedades anônimas?

3ª) Conceito de cheque e de duplicata.

4ª) Conceito de navio.

Valor: 15 pontos cada questão.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE HISTÓRIA MUNDIAL

Examinadores: Professores Pedro Freire Ribeiro e Antonio Traverso.

Em 22 de março de 1972.

Ponto sorteado nº 3

Duração da prova: 3 hs. e 30 min.

1ª Parte - DISSERTAÇÃO

A evolução política dos Estados Unidos, da declaração da Independência até o fim do século XIX.

Valor: 40 pontos
Desenvolvimento: 35 pontos
Roteiro: 5 pontos

2ª Parte - QUESTÕES

a) Principais aspectos da organização interna da França entre 1830 e 1852: I) a Monarquia de julho; II) a Segunda República.

b) O plano Marshall: I) características e resultados; II) a reação soviética e seus aspectos.

Valor: 30 pontos para cada item.
Extensão: 15 linhas, aproximadamente; para cada item.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INSTITUTO RIO-BRANCO

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

EXAME VESTIBULAR DE 1973

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

PROVA DE P O R T U G U Ê S

Observação importante:

A prova que contiver assinatura ou qualquer outro sinal evidente de identificação será anulada.

Instruções:

Leia atentamente os enunciados das questões e siga as instruções dos examinadores.

Não faça perguntas nem converse durante a prova.

Trabalhe sem precipitação. O tempo foi cuidadosamente calculado para a boa realização da prova.

Procure escrever com letra facilmente legível, usando caneta ou lápis-tinta.

Deixe margem à esquerda de aproximadamente 3 cm.

Apresente com a prova os rascunhos porventura usados e os inutilize à vista do fiscal.

N O T A: [ ]

Rubrica dos examinadores:

____

____

Não escreva neste retângulo

Nº

Não escreva neste retângulo

Nº

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

Assinatura habitual: ....

Nome por extenso, em letra de forma: ....

....

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

P O R T U G U Ê S

Examinadores:

Em 28.11.1973.

Professor Josué Montello
Secretário Márcio Fortes de Almeida

Duração da prova: 4h 30 min.

A - REDAÇÃO

Valor: 60 pontos

Discorra sobre o seguinte tema:

A EDUCAÇÃO NACIONAL COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO.

Observação:

Esta redação deverá ter a extensão de 450 a 600 palavras. Tem como finalidade essencial aferir a capacidade de expressão clara e correta em língua portuguesa. Destina-se também a apurar o grau de maturidade do candidato através da interpretação pessoal do tema. Não pretende verificar conhecimento técnico especializado.

B - RESUMO

Resuma cada um dos textos a seguir.

Observação:

O candidato deverá utilizar-se dos seus próprios recursos expressivos.

Texto nº 1

Valor: 13 pontos

Encerrado, ou em vias de encerrar-se, para quase todos os povos, o ciclo da expansão territorial, já não é possível desviar a atenção dos problemas concernentes à vulnerabilidade do ambiente em que vivemos e à limitação dos recursos naturais. A conservação do patrimônio físico tornou-se, dessa maneira, imperativo essencial, pois disso depende, senão a sobrevivência, ao menos o bem-estar da sociedade humana.

Providências de maior ou menor alcance e profundidade se esboçam, por isso, em escala quase universal, tanto no sentido de imprimir racionalidade e prudência à administração dos bens que a natureza nos oferece, como no de criar consciência ecológica, que

se oponha à dilapidação, quer da terra, quer da água, quer do ar.

Está o nosso País entre os poucos para os quais não chegou ao fim a era da expansão territorial. Encontramo-nos ainda em pleno e animoso processo de incorporação de vastas porções de nosso território ao patrimônio útil da família nacional.

Não quer isso dizer, porém, que a responsabilidade das gerações atuais, quanto aos deveres conservacionistas, se ache diluída: não somente são notórios os problemas dessa natureza em importantes setores de atividade, como ainda nos cabe o encargo de resguardar as gerações futuras dos malefícios acarretados pela utilização desordenada e predatória das riquezas naturais.

Variado é o conjunto de normas que, em nosso direito, já dispõem quanto ao uso do potencial de água, solo, subsolo, fauna e ar, achando-se, porém, a competência para executar esses princípios legais distribuída, fragmentariamente, a diferentes agências administrativas. Convém, pois, se centralize a autoridade para orientar, em caráter geral, a política de preservação do meio ambiente, bem como para elaborar normas aplicáveis à utilização de recursos naturais, a fim de que essa atividade se concilie com o interesse coletivo.

Importa, igualmente, se intensifique, nesse campo, a ação do poder público, imprimindo-se unidade ao trabalho partilhado entre os órgãos federais que se acham prepostos à execução dessa política e conjugando-se essa tarefa com a desenvolvida por órgãos estaduais e municipais.

Imprescindível se torna atribuir, ainda, particular relevo à proteção dos nossos recursos hídricos, para que se impeça, com a maior energia, sejam eles irremediável e desastrosamente poluídos.

Para cumprimento desses objetivos será criada aqui e agora, como órgão integrante do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente.

Incumbirá a esse órgão federal velar por que o crescimento econômico se faça sem prejuízo da qualidade de vida da nossa população, tocando-lhe harmonizar a criação de riqueza com a preservação dos elementos físicos indispensáveis ao bem-estar e ao progresso da sociedade brasileira.

Trecho do pronunciamento do Sr. Presidente da República em 1º de novembro de 1973.

Texto nº 2

Valor: 12 pontos

Eram seis horas da tarde.

O sol declinava rapidamente, e a noite, descendo do céu, envolvia a terra nas sombras desmaiadas que acompanham o ocaso.

Soprova uma forte viração de sudoeste, que desde o momento da partida retardava a nossa viagem; lutávamos contra o mar e o vento.

O velho pescador, morto de fadiga e de sono, estava exausto de forças; a sua pá, que a princípio fazia saltar sobre as ondas como um peixe o frágil barquinho, apenas feria agora a flor da água.

Eu, recostado na popa, e com os olhos fitos na linha azulada do horizonte, esperando a cada momento ver desenhar-se o perfil do meu belo Rio de Janeiro, começava seriamente a inquietar-me da minha extravagância e loucura.

À proporção que declinava o dia e que as sombras cobriam o céu, esse vago inexprimível da noite no meio das ondas, a tristeza e melancolia que infunde o sentimento da fraqueza do homem em face dessa solidão imensa de água e de céu, se apoderavam do meu espírito.

Pensava então que teria sido mais prudente esperar o dia seguinte, e fazer uma viagem breve e rápida, do que sujeitar-me a mil contratempos e mil embaraços, que no fim de contas nada adiantavam.

Com efeito já tinha anoitecido; e, ainda que conseguíssemos chegar à cidade por volta de nove ou dez horas, só no dia seguinte poderia ver Carlota e falar-lhe.

De que havia servido, pois, todo o meu arrebatamento, toda a minha impaciência? Tinha morto um animal, tinha incomodado um pobre velho, tinha atirado às mãos cheias dinheiro, que poderia melhor empregar socorrendo algum infortúnio e cobrindo esta obra de caridade com o nome e a lembrança dela.

Concebia uma triste idéia de mim; no meu modo de ver então as coisas, parecia-me que eu tinha feito do amor, que é uma sublime paixão, apenas uma estúpida mania; e dizia interiormente que o homem que não domina os seus sentimentos, é um escravo, que não tem o menor merecimento quando pratica um ato de dedicação.

Tinha-me tornado filósofo, minha prima, e decerto compreenderá a razão.

No meio da baía, metido em uma canoa, à mercê do vento e do mar, não podendo dar largas à minha impaciência de chegar, não havia senão um modo de sair desta situação, e este era arrepender-me do que tinha feito.

Se eu pudesse fazer alguma nova loucura, creio piamente que adiaria o arrependimento para mais tarde, porém era impossível.

Tive um momento a idéia de atirar-me à água, e procurar vencer a nado a distância que me separava dela; mas era noite, não tinha a luz de Hero para guiar-me, e me perderia nesse novo Helesponto.

Foi decerto uma inspiração do céu ou o meu anjo da guarda que me veio advertir que naquela ocasião eu nem sabia mesmo de que lado ficava a cidade.

Resignei-me, pois, e arrependi-me sinceramente.

JOSÉ DE ALENCAR - Cinco Minutos

C - LITERATURA

Valor: 15 pontos

Disserte sobre o seguinte tema:

NATURALISMO BRASILEIRO.

Extensão: 150 a 200 palavras.

311.73

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INSTITUTO RIO-BRANCO

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

EXAME VESTIBULAR DE 1973

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

PROVA DE ______________________

Observação importante:

A prova que contiver assinatura ou qualquer outro sinal evidente de identificação será anulada.

Instruções:

Leia atentamente os enunciados das questões e siga as instruções dos examinadores.

Não faça perguntas nem converse durante a prova.

Trabalhe sem precipitação. O tempo foi cuidadosamente calculado para a boa realização da prova.

Procure escrever com letra facilmente legível, usando caneta ou lápis-tinta.

Deixe margem à esquerda de aproximadamente 3 cm.

Apresente com a prova os rascunhos porventura usados e os inutilize à vista do fiscal.

N O T A: [ ]

Rubrica dos examinadores:

____

____

Não escreva neste retângulo

Nº

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

F R A N C Ê S

Em 29.11.1973.

Examinadores:

Professora Suzanne Mesquita
Professora Brigitte Lorenzana Calcaneo

Duração da prova: 4h 30 min.

A - REDACTION

Valeur: 60 points
Minimum: 400 mots

Le rôle de l'optimisme dans la société contemporaine.

B - THEME

Valeur: 40 points

Traduire en français:

Mau presságio?

Se os cientistas dispõem de tão restritos elementos, é natural que a população da Terra seja tomada de certa perplexidade ante a aproximação de um cometa. Através dos séculos eles vêm intrigando a humanidade e a crença geral é a de que coincidem com fenômenos extraordinários. Após a morte de César, uma "estrela de longa cabeleira" teria sido observada em Roma. A estrela de Belém, que os astrônomos modernos supõem tratar-se de uma conjunção de Júpiter e Saturno ocorrida no ano 6 a.C., anunciou o nascimento de Jesus. Um cometa foi registrado pelas crônicas européias do século XII, coincidindo com a época das Cruzadas - e tanto cristãos quanto mouros teriam pensado tratar-se de mau presságio.

Revista VEJA, de 21.11.1973.

Muito mais que um simples elemento de identificação de um bem ou serviço, é a marca um poderoso instrumento de comercialização, freqüentemente responsável pela ocupação de posições privilegiadas em mercados internos e externos. Poucos são os recursos capazes de fazer frente ao prestígio de uma marca. Não é raro observar-se que até mesmo uma queda de qualidade não é suficiente para afastar o consumidor de determinado produto. Graças à sua reputação, uma marca, que em princípio seria um agente de designação ou diferenciação, passa, em certo sentido, a prevalecer sobre o próprio produto. Em conseqüência, a proteção que a marca deveria oferecer ao consumidor cede lugar a outro tipo de proteção: assegurar posições dominantes para os titulares das marcas, proporcionando-lhes condições de determinar níveis de preço e outras práticas conducentes a um elevado grau de controle sobre as forças que atuam no comércio.

Extraído da Revista COMÉRCIO EXTERIOR, editada pelo Ministério das Relações Exteriores, número de agosto-setembro 1973.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INSTITUTO RIO-BRANCO

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

EXAME VESTIBULAR DE 1973

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

PROVA DE ____________________

Observação importante:

A prova que contiver assinatura ou qualquer outro sinal evidente de identificação será anulada.

Instruções:

Leia atentamente os enunciados das questões e siga as instruções dos examinadores.

Não faça perguntas nem converse durante a prova.

Trabalhe sem precipitação. O tempo foi cuidadosamente calculado para a boa realização da prova.

Procure escrever com letra facilmente legível, usando caneta ou lápis-tinta.

Deixe margem à esquerda de aproximadamente 3 cm.

Apresente com a prova os rascunhos porventura usados e os inutilize à vista do fiscal.

N O T A:

Rubrica dos examinadores:

____

____

Não escreva neste retângulo

Nº

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

I N G L Ê S

Em 30.11.1973.

Examinadores:

Professora Aíla de Oliveira Gomes
Professora Maria Regina Abrantes da Silva Pinto

Duração da prova: 4h 30 min.

A - COMPOSITION

Value: 60 marks

Discuss the following subject in a composition of not less than 400 words:

THE FORCES OF CHANGE IN DEVELOPING COUNTRIES.

B - TRANSLATION

Value: 40 marks

Ao invés da discussão ideológica, o Brasil parece ter escolhido o caminho da cooperação pragmática. Salvo em raros setores, como na exploração do petróleo, os incentivos assegurados às empresas estatais não diferem dos que se concedem às empresas privadas nacionais (salvo alguns privilégios naturais, como os depósitos governamentais nos bancos oficiais). Contudo há setores onde a tecnologia exige grandes dimensões das empresas, e onde não é fácil aglomerar capitais privados para o seu desenvolvimento. Nesses setores, que incluem os serviços de utilidade pública e parte da siderurgia e da mineração, o Governo entra diretamente como investidor, e, nos últimos anos, as empresas estatais têm alcançado padrões administrativos tão bons quanto os das melhores empresas privadas. Os capitais estrangeiros são aceitos irrestritamente na indústria, onde podem trazer especial contribuição ao progresso tecnológico do país. Apenas na exploração e na refinação de petróleo os capitais estrangeiros não são admitidos, por proibição legal, e nos bancos comerciais por consenso informal. Ainda assim, há pleno respeito pelas posições adquiridas no passado pelos bancos es-

estrangeiros que se instalaram no país antes do estabelecimento dessa regra. Por último, uma série de associações se vêm estabelecendo nos últimos anos entre empresas estrangeiras, e statais e grupos privados brasileiros para a ampliação da petroquímica, da siderurgia, da mineração, etc. Essas associações são um bom atestado do clima de cooperação existente entre o setor privado, o público e o externo.

MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN - "O Modelo Brasisileiro de Desenvolvimento" (Ministério da Educação e Cultura. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização), 1973.

73/74

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

P O R T U G U Ê S

Examinadores:

Em 28.11.1973.

Professor Josué Montello
Secretário Márcio Fortes de Almeida

Duração da prova: 4h 30 min.

A - REDAÇÃO

Valor: 60 pontos

Discorra sobre o seguinte tema:
A EDUCAÇÃO NACIONAL COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO.

Observação:

Esta redação deverá ter a extensão de 450 a 600 palavras. Tem como finalidade essencial aferir a capacidade de expressão clara e correta em língua portuguesa. Destina-se também a apurar o grau de maturidade do candidato através da interpretação pessoal do tema. Não pretende verificar conhecimento técnico especializado.

B - RESUMO

Resuma cada um dos textos a seguir.

Observação:

O candidato deverá utilizar-se dos seus próprios recursos expressivos.

Texto nº 1

Valor: 13 pontos

Encerrado, ou em vias de encerrar-se, para quase todos os povos, o ciclo da expansão territorial, já não é possível desviar a atenção dos problemas concernentes à vulnerabilidade do ambiente em que vivemos e à limitação dos recursos naturais. A conservação do patrimônio físico tornou-se, dessa maneira, imperativo essencial, pois disso depende, senão a sobrevivência, ao menos o bem-estar da sociedade humana.

Providências de maior ou menor alcance e profundidade se esboçam, por isso, em escala quase universal, tanto no sentido de imprimir racionalidade e prudência à administração dos bens que a natureza nos oferece, como no de criar consciência ecológica, que se oponha à dilapidação, quer da terra, quer da água, quer do ar.

Está o nosso País entre os poucos para os quais não chegou ao fim a era da expansão territorial. Encontramo-nos ainda em pleno e animoso processo de incorporação de vastas porções de nosso território ao patrimônio útil da família nacional.

Não quer isso dizer, porém, que a responsabilidade das gerações atuais, quanto aos deveres conservacionistas, se ache diluída: não somente são notórios os problemas dessa natureza em importantes setores de atividade, como ainda nos cabe o encargo de resguardar as gerações futuras dos malefícios acarretados pela utilização desordenada e predatória das riquezas naturais.

Variado é o conjunto de normas que, em nosso direito, já dispõem quanto ao uso do potencial de água, solo, subsolo, fauna e ar, achando-se, porém, a competência para executar esses princípios legais distribuída, fragmentariamente, a diferentes agências administrativas. Convém, pois, se centralize a autoridade para orientar, em caráter geral, a política de preservação do meio ambiente, bem como para elaborar normas aplicáveis à utilização de recursos naturais, a fim de que essa atividade se concilie com o interesse coletivo.

Importa, igualmente, se intensifique, nesse campo, a ação do poder público, imprimindo-se unidade ao trabalho partilhado entre os órgãos federais que se acham prepostos à execução dessa política e conjugando-se essa tarefa com a desenvolvida por órgãos estaduais e municipais.

Imprescindível se torna atribuir, ainda, particular relevo à proteção dos nossos recursos hídricos, para que se impeça, com a maior energia, sejam eles irremediável e desastrosamente poluídos.

Para cumprimento desses objetivos será criada aqui e agora, como órgão integrante do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente.

Incumbirá a esse órgão federal velar por que o crescimento econômico se faça sem prejuízo da qualidade de vida da nossa população, tocando-lhe harmonizar a criação de riqueza com a preservação dos elementos físicos indispensáveis ao bem-estar e ao progresso da sociedade brasileira.

Trecho do pronunciamento do Sr. Presidente da República em 1º de novembro de 1973.

Texto nº 2

Valor: 12 pontos

Eram seis horas da tarde.

O sol declinava rapidamente, e a noite, descendo do céu, envolvia a terra nas sombras desmaiadas que acompanham o ocaso.

Soprava uma forte viração de sudoeste, que desde o momento da partida retardava a nossa viagem; lutávamos contra o mar e o vento.

O velho pescador, morto de fadiga e de sono, estava exausto de forças; a sua pá, que a princípio fazia saltar sobre as ondas como um peixe o frágil barquinho, apenas feria agora a flor da água.

Eu, recostado na popa, e com os olhos fitos na linha azulada do horizonte, esperando a cada momento ver desenhar-se o perfil do meu belo Rio de Janeiro, começava seriamente a inquietar-me da minha extravagância e loucura.

À proporção que declinava o dia e que as sombras cobriam o céu, esse vago inexprimível da noite no meio das ondas, a tristeza e melancolia que infunde o sentimento da fraqueza do homem em face dessa solidão imensa de água e de céu, se apoderavam do meu espírito.

Pensava então que teria sido mais prudente esperar o dia seguinte, e fazer uma viagem breve e rápida, do que sujeitar-me a mil contratempos e mil embaraços, que no fim de contas nada adiantavam.

Com efeito já tinha anoitecido; e, ainda que conseguíssemos chegar à cidade por vôlta de nove ou dez horas, só no dia seguinte poderia ver Carlota e falar-lhe.

De que havia servido, pois, todo o meu arrebatamento, toda a minha impaciência? Tinha morto um animal, tinha incomodado um pobre velho, tinha atirado às mãos cheias dinheiro, que poderia melhor empregar socorrendo algum infortúnio e cobrindo esta obra de caridade com o nome e a lembrança dela.

Concebia uma triste idéia de mim; no meu modo de ver então as coisas, parecia-me que eu tinha feito do amor, que é uma sublime paixão, apenas uma estúpida mania; e dizia interiormente que o homem que não domina os seus sentimentos, é um escravo, que não tem o menor merecimento quando pratica um ato de dedicação.

Tinha-me tornado filósofo, minha prima, e decerto compreenderá a razão.

No meio da baía, metido em uma canoa, à mercê do vento e do mar, não podendo dar largas à minha impaciência de chegar, não havia senão um modo de sair desta situação, e este era arrepender-me do que tinha feito.

Se eu pudesse fazer alguma nova loucura, creio piamente que adiaria o arrependimento para mais tarde, porém era impossível.

Tive um momento a idéia de atirar-me à água, e procurar vencer a nado a distância que me separava dela; mas era noite, não tinha a luz de Hero para guiar-me, e me perderia nesse novo Helesponto.

Foi decerto uma inspiração do céu ou o meu anjo da guarda que me veio advertir que naquela ocasião eu nem sabia mesmo de que lado ficava a cidade.

Resignei-me, pois, e arrependi-me sinceramente.

JOSÉ DE ALENCAR - Cinco Minutos

C - LITERATURA

Valor: 15 pontos

Disserte sobre o seguinte tema:

NATURALISMO BRASILEIRO.

Extensão: 150 a 200 palavras.

FRANCÊS

Em 29.11.1973.

Examinadores:

Professora Suzanne Mesquita
Professora Brigitte Lorenzana Calcaneo

Duração da prova: 4h 30min.

A - REDACTION

Valeur: 60 points
Minimum: 400 mots

Le rôle de l'optimisme dans la société contemporaine.

B - THEME

Valeur: 40 points

Traduire en français:

Mau presságio?

Se os cientistas dispõem de tão restritos elementos, é natural que a população da Terra seja tomada de certa perplexidade ante a aproximação de um cometa. Através dos séculos eles vêm intrigando a humanidade e a crença geral é a de que coincidem com fenômenos extraordinários. Após a morte de César, uma "estrela de longa cabeleira" teria sido observada em Roma. A estrela de Belém, que os astrônomos modernos supõem tratar-se de uma conjunção de Júpiter e Saturno ocorrida no ano 6 a.C., anunciou o nascimento de Jesus. Um cometa foi registrado pelas crônicas européias do século XII, coincidindo com a época das Cruzadas - e tanto cristãos quanto mouros teriam pensado tratar-se de mau presságio.

Revista VEJA, de 21.11.1973.

Muito mais que um simples elemento de identificação de um bem ou serviço, é a marca um poderoso instrumento de comercialização, freqüentemente responsável pela ocupação de posições privilegiadas em mercados internos e externos. Poucos são os recursos capazes de fazer frente ao prestígio de uma marca. Não é raro observar-se que até mesmo uma queda de qualidade não é suficiente para afastar o consumidor de determinado produto. Graças à sua reputação, uma marca, que em princípio seria um agente de designação ou diferenciação, passa, em certo sentido, a prevalecer sobre o próprio produto. Em conseqüência, a proteção que a marca deveria oferecer ao consumidor cede lugar a outro tipo de proteção: assegurar posições dominantes para os titulares das marcas, proporcionando-lhes condições de determinar níveis de preço e outras práticas conducentes a um elevado grau de controle sobre as forças que atuam no comércio.

Extraído da Revista COMÉRCIO EXTERIOR, editada pelo Ministério das Relações Exteriores, número de agosto-setembro 1973.

INGLÊS

Em 30.11.1973

Examinadores:
Professora Aíla de Oliveira Gomes
Professora Maria Regina Abrantes da Silva Pinto

Duração da prova: 4h 30min.

A - COMPOSITION

Value: 60 marks

Discuss the following subject in a composition of not less than 400 words:

THE FORCES OF CHANGE IN DEVELOPING COUNTRIES.

B - TRANSLATION

Value: 40 marks

Ao invés da discussão ideológica, o Brasil parece ter escolhido o caminho da cooperaçao pragmatica. Salvo em raros setores, como na exploração do petróleo, os incentivos assegurados às empresas estatais não diferem dos que se concedem às empresas privadas nacionais (salvo alguns privilégios naturais, como os depósitos governamentais nos bancos oficiais). Contudo há setores onde a tecnologia exige grandes dimensões das empresas, e onde não é fácil aglomerar capitais privados para o seu desenvolvimento. Nesses setores, que incluem os serviços de utilidade pública e parte da siderurgia e da mineração, o Governo entra diretamente como investidor, e, nos últimos anos, as empresas estatais têm alcançado padrões administrativos tão bons quanto os das melhores empresas privadas. Os capitais estrangeiros são aceitos irrestritamente na indústria, onde podem trazer especial contribuição ao progresso tecnológico do país. Apenas na exploração e na refinação de petróleo os capitais estrangeiros não são admitidos, por proibição legal, e nos bancos comerciais por consenso informal. Ainda assim, há pleno respeito pelas posições adquiridas no passado pelos bancos estrangeiros que se instalaram no país antes do estabelecimento dessa regra. Por último, uma série de associações se vêm estabelecendo nos últimos anos entre empresas estrangeiras, estatais e grupos privados brasileiros para a ampliação da petroquímica, da siderurgia, da mineração, etc. Essas associações são um bom atestado do clima de cooperação existente entre o setor privado, o público e o externo.

MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN - "O Modelo Brasileiro de Desenvolvimento" (Ministério da Educação e Cultura. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização), 1973.

maço 2

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

P O R T U G U Ê S

Examinadores:

Professor Josué Montello
Secretário Márcio Fortes de Almeida

Em 28.11.1973.

Duração da prova: 4h 30 min.

A - REDAÇÃO

Valor: 60 pontos

Discorra sobre o seguinte tema:

A EDUCAÇÃO NACIONAL COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO.

Observação:

Esta redação deverá ter a extensão de 450 a 600 palavras. Tem como finalidade essencial aferir a capacidade de expressão clara e correta em língua portuguesa. Destina-se também a apurar o grau de maturidade do candidato através da interpretação pessoal do tema. Não pretende verificar conhecimento técnico especializado.

B - RESUMO

Resuma cada um dos textos a seguir.

Observação:

O candidato deverá utilizar-se dos seus próprios recursos expressivos.

Texto nº 1

Valor: 13 pontos

Encerrado, ou em vias de encerrar-se, para quase todos os povos, o ciclo da expansão territorial, já não é possível desviar a atenção dos problemas concernentes à vulnerabilidade do ambiente em que vivemos e à limitação dos recursos naturais. A conservação do patrimônio físico tornou-se, dessa maneira, imperativo essencial, pois disso depende, senão a sobrevivência, ao menos o bem-estar da sociedade humana.

Providências de maior ou menor alcance e profundidade se esboçam, por isso, em escala quase universal, tanto no sentido de imprimir racionalidade e prudência à administração dos bens que a natureza nos oferece, como no de criar consciência ecológica, que se oponha à dilapidação, quer da terra, quer da água, quer do ar.

Está o nosso País entre os poucos para os quais não chegou ao fim a era da expansão territorial. Encontramo-nos ainda em pleno e animoso processo de incorporação de vastas porções de nosso território ao patrimônio útil da família nacional.

Não quer isso dizer, porém, que a responsabilidade das gerações atuais, quanto aos deveres conservacionistas, se ache diluída: não somente são notórios os problemas dessa natureza em importantes setores de atividade, como ainda nos cabe o encargo de resguardar as gerações futuras dos malefícios acarretados pela utilização desordenada e predatória das riquezas naturais.

Variado é o conjunto de normas que, em nosso direito, já dispõem quanto ao uso do potencial de água, solo, subsolo, fauna e ar, achando-se, porém, a competência para executar esses princípios legais distribuída, fragmentariamente, a diferentes agências administrativas. Convém, pois, se centralize a autoridade para orientar, em caráter geral, a política de preservação do meio ambiente, bem como para elaborar normas aplicáveis à utilização de recursos naturais, a fim de que essa atividade se concilie com o interesse coletivo.

Importa, igualmente, se intensifique, nesse campo, a ação do poder público, imprimindo-se unidade ao trabalho partilhado entre os órgãos federais que se acham prepostos à execução dessa política e conjugando-se essa tarefa com a desenvolvida por órgãos estaduais e municipais.

Imprescindível se torna atribuir, ainda, particular relevo à proteção dos nossos recursos hídricos, para que se impeça, com a maior energia, sejam eles irremediável e desastrosamente poluídos.

Para cumprimento desses objetivos será criada aqui e agora, como órgão integrante do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente.

Incumbirá a esse órgão federal velar por que o crescimento econômico se faça sem prejuízo da qualidade de vida da nossa população, tocando-lhe harmonizar a criação de riqueza com a preservação dos elementos físicos indispensáveis ao bem-estar e ao progresso da sociedade brasileira.

Trecho do pronunciamento do Sr. Presidente da República em 1º de novembro de 1973.

<u>Texto nº 2</u> — <u>Valor</u>: 12 pontos

Eram seis horas da tarde.

O sol declinava rapidamente, e a noite, descendo do céu, envolvia a terra nas sombras desmaiadas que acompanham o ocaso.

Soprava uma forte viração de sudoeste, que desde o momento da partida retardava a nossa viagem; lutávamos contra o mar e o vento.

O velho pescador, morto de fadiga e de sono, estava exausto de forças; a sua pá, que a princípio fazia saltar sobre as ondas como um peixe o frágil barquinho, apenas feria agora a flor da água.

Eu, recostado na popa, e com os olhos fitos na linha azulada do horizonte, esperando a cada momento ver desenhar-se o perfil do meu belo Rio de Janeiro, começava seriamente a inquietar-me da minha extravagância e loucura.

À proporção que declinava o dia e que as sombras cobriam o céu, esse vago inexprimível da noite no meio das ondas, a tristeza e melancolia que infunde o sentimento da fraqueza do homem em face dessa solidão imensa de água e de céu, se apoderavam do meu espírito.

Pensava então que teria sido mais prudente esperar o dia seguinte, e fazer uma viagem breve e rápida, do que sujeitar-me a mil contratempos e mil embaraços, que no fim de contas nada adiantavam.

Com efeito já tinha anoitecido; e, ainda que conseguíssemos chegar à cidade por volta de nove ou dez horas, só no dia seguinte poderia ver Carlota e falar-lhe.

De que havia servido, pois, todo o meu arrebatamento, toda a minha impaciência? Tinha morto um animal, tinha incomodado um pobre velho, tinha atirado às mãos cheias dinheiro, que poderia melhor empregar socorrendo algum infortúnio e cobrindo esta obra de caridade com o nome e a lembrança dela.

Concebia uma triste idéia de mim; no meu modo de ver então as coisas, parecia-me que eu tinha feito do amor, que é uma sublime paixão, apenas uma estúpida mania; e dizia interiormente que o homem que não domina os seus sentimentos, é um escravo, que não tem o menor merecimento quando pratica um ato de dedicação.

Tinha-me tornado filósofo, minha prima, e decerto compreenderá a razão.

No meio da baía, metido em uma canoa, à mercê do vento e do mar, não podendo dar largas à minha impaciência de chegar, não havia senão um modo de sair desta situação, e este era arrepender-me do que tinha feito.

Se eu pudesse fazer alguma nova loucura, creio piamente que adiaria o arrependimento para mais tarde, porém era impossível.

Tive um momento a idéia de atirar-me à água, e procurar vencer a nado a distância que me separava dela; mas era noite, não tinha a luz de Hero para guiar-me, e me perderia nesse novo Helesponto.

Foi decerto uma inspiração do céu ou o meu anjo da guarda que me veio advertir que naquela ocasião eu nem sabia mesmo de que lado ficava a cidade.

Resignei-me, pois, e arrependi-me sinceramente.

JOSÉ DE ALENCAR - Cinco Minutos

C - LITERATURA

Valor: 15 pontos

Disserte sobre o seguinte tema:

NATURALISMO BRASILEIRO.

Extensão: 150 a 200 palavras.

FRANCÊS

Em 29.11.1973.

Examinadores:

Professora Suzanne Mesquita
Professora Brigitte Lorenzana Calcaneo

Duração da prova: 4h 30min.

A - REDACTION

Valeur: 60 points
Minimum: 400 mots

Le rôle de l'optimisme dans la société contemporaine.

B - THEME

Valeur: 40 points

Traduire en français:

Mau presságio?

Se os cientistas dispõem de tão restritos elementos, é natural que a população da Terra seja tomada de certa perplexidade ante a aproximação de um cometa. Através dos séculos eles vêm intrigando a humanidade e a crença geral é a de que coincidem com fenômenos extraordinários. Após a morte de César, uma "estrela de longa cabeleira" teria sido observada em Roma. A estrela de Belém, que os astrônomos modernos supõem tratar-se de uma conjunção de Júpiter e Saturno ocorrida no ano 6 a.C., anunciou o nascimento de Jesus. Um cometa foi registrado pelas crônicas européias do século XII, coincidindo com a época das Cruzadas - e tanto cristãos quanto mouros teriam pensado tratar-se de mau presságio.

Revista VEJA, de 21.11.1973.

Muito mais que um simples elemento de identificação de um bem ou serviço, é a marca um poderoso instrumento de comercialização, freqüentemente responsável pela ocupação de posições privilegiadas em mercados internos e externos. Poucos são os recursos capazes de fazer frente ao prestígio de uma marca. Não é raro observar-se que até mesmo uma queda de qualidade não é suficiente para afastar o consumidor de determinado produto. Graças à sua reputação, uma marca, que em princípio seria um agente de designação ou diferenciação, passa, em certo sentido, a prevalecer sobre o próprio produto. Em conseqüência, a proteção que a marca deveria oferecer ao consumidor cede lugar a outro tipo de proteção: assegurar posições dominantes para os titulares das marcas, proporcionando-lhes condições de determinar níveis de preço e outras práticas conducentes a um elevado grau de controle sobre as forças que atuam no comércio.

Extraído da Revista COMÉRCIO EXTERIOR, editada pelo Ministério das Relações Exteriores, número de agosto-setembro 1973.

INGLÊS

Em 30.11.1973

Examinadores:
Professora Aíla de Oliveira Gomes
Professora Maria Regina Abrantes da Silva Pinto

Duração da prova: 4h 30min.

A - COMPOSITION

Value: 60 marks

Discuss the following subject in a composition of not less than 400 words:

THE FORCES OF CHANGE IN DEVELOPING COUNTRIES.

B - TRANSLATION

Value: 40 marks

Ao invés da discussão ideológica, o Brasil parece ter escolhido o caminho da cooperação pragmática. Salvo em raros setores, como na exploração do petróleo, os incentivos assegurados às empresas estatais não diferem dos que se concedem às empresas privadas nacionais (salvo alguns privilégios naturais, como os depósitos governamentais nos bancos oficiais). Contudo há setores onde a tecnologia exige grandes dimensões das empresas, e onde não é fácil aglomerar capitais privados para o seu desenvolvimento. Nesses setores, que incluem os serviços de utilidade pública e parte da siderurgia e da mineração, o Governo entra diretamente como investidor, e, nos últimos anos, as empresas estatais têm alcançado padrões administrativos tão bons quanto os das melhores empresas privadas. Os capitais estrangeiros são aceitos irrestritamente na indústria, onde podem trazer especial contribuição ao progresso tecnológico do país. Apenas na exploração e na refinação de petróleo os capitais estrangeiros não são admitidos, por proibição legal, e nos bancos comerciais por consenso informal. Ainda assim, há pleno respeito pelas posições adquiridas no passado pelos bancos estrangeiros que se instalaram no país antes do estabelecimento dessa regra. Por último, uma série de associações se vêm estabelecendo nos últimos anos entre empresas estrangeiras, estatais e grupos privados brasileiros para a ampliação da petroquímica, da siderurgia, da mineração, etc. Essas associações são um bom atestado do clima de cooperação existente entre o setor privado, o público e o externo.

MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN - "O Modelo Brasileiro de Desenvolvimento" (Ministério da Educação e Cultura. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização), 1973.

72/73

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

PROVA DE PORTUGUÊS

Em 19 de fevereiro de 1973

Examinadores:
Professores Evanildo Bechara e
Márcio Fortes de Almeida

Ponto sorteado nº 1

Duração da prova: 4 h. e 30 min.

A - Redação

Valor: 50 pontos

Extensão: 450 a 600 palavras

Discorra sobre o seguinte tema:

"Muitos pregadores há que vivem do que não colheram, e semeiam o que não trabalharam".

B - Literatura

1 - Faça o comentário crítico da Correspondência de Fradique Mendes, situando-a no conjunto de obras do autor e apreciando-a como expressão do contexto cultural.

(Cerca de 200 palavras)

Valor: 10 pontos.

2 - Apoiado na leitura que fez de A Túnica Inconsútil, teça considerações críticas que avaliem e comprovem a justeza, ou não, do julgamento abaixo transcrito:

Outro possível defeito que Jorge de Lima converteu numa das mais curiosas qualidades da sua poesia é a falta de invenção poética. Este seu livro de A Túnica Inconsútil será o melhor exemplo que ele já nos deu deste seu aspecto. Mas outra vez aqui, sempre será preciso distinguir entre falta de invenção e falta de imaginação. Se Jorge de Lima tivesse vivido alguns séculos atrás teria sido por certo um desses grandes plagiários à feição de Shakespeare ou de Camões. Não creio que com a mesma força de genialidade, estas aproximações são sempre muito perigosas, mas da mesma qualidade que eles. Quero dizer: Jorge de Lima plagiaria, da mesma forma sempre criadora, com que Camões plagiou o Super Flumina Babylonis no Sôbolos rios que vão. Dos poemas importantes de Jorge de Lima (e A Túnica Inconsútil pôde perfeitamente ser considerada um poema só, como quer o poeta), dos poemas importantes de Jorge de Lima não haverá talvez um único, de que não se possa descobrir a fonte de inspiração noutro poema moderno brasileiro.

(Cerca de 250 palavras)

Valor: 15 pontos.

C - Resumo

Após leitura do trecho abaixo, resuma as idéias e considerações fundamentais do autor sobre o tema desenvolvido.

NOTA: Valha-se o candidato de seus próprios recursos expressivos!

(De 150 a 200 palavras no máximo)

Valor: 25 pontos.

- " Faço idéia do seu desapontamento quando receber esta carta em vez da nossa Revista costumada dos domingos; mas tenha paciência, e lembre-se que o acaso é um menino cheio de caprichos que nós dirige a seu modo, sem ter ao menos a delicadeza de nos consultar de vez em quando. Fatis agimur, cedite fatis.

Sei que há de ficar maçadíssimo comigo, que me acusará de remisso e negligente, e acumulará sobre a minha cabeça uma série de sinônimos de igual jaez capaz de envergonhar qualquer Cícero provinciano dos mais afamados na oratória.

É já prevenindo esta eventualidade que tomo o prudente alvitre de escrever-lhe, e não ir verbalmente desfiar o longo rosário de desculpas que a minha imaginação, sem que lho encomendasse eu, teve o cuidado de ir preparando apenas pressentiu os primeiros pródromos da preguiça.

O que vale é que a borrasca há de passar. Quanto maior for a zanga, tanto maior graça há de achar depois no logro que lhe preguei, involuntariamente, está entendido; e por fim de contas, quando se lembra do seu tempo de folhetinista, estou certo que me há de dar carradas de razões. Previno-o, porém, desde já que não é preciso mandar-me à casa as tais carradas de razões; isto pode importar-lhe uma grande despesa de carretos sem necessidade.

Decidi contar-lhe confidencialmente a minha vida desta semana para que não lhe reste a menor dúvida sobre a boa fé

com que procedi em todo este negócio, e para assim habilitá-lo a redigir uma daquelas desculpas da rotina, com que ordinariamente os jornais (compreendido o nosso por política) embaçam os leitores, logo pela manhã, e em jejum, ocasião esta em que naturalmente os carapetões são de mais fácil digestão.

Os nossos velhos da era antiga diziam que não havia domingo sem missa, nem segunda-feira sem preguiça. A primeira parte deste provérbio tem sofrido nos últimos tempos alguma modificação, principalmente a respeito dos redatores dos grandes jornais, que substituíram à missa o folhetim. Mas em compensação ninguém ainda se animou a contestar a segunda e última parte do anexim, e por isso na segunda-feira redatores, folhetinistas, leitores e leitoras, todos desejariam poder saborear as delícias do dolce far niente.

Como isto não é possível a todos, o que se segue é que muitas vezes o corpo parece que trabalha, enquanto a mente, como uma sultana favorita, se embala molemente nas doces recordações do domingo e de toda a semana passada.

O redator estende a folha de papel para escrever o seu artigo de fundo; mas, quando procura pelo pensamento, vai descobri-lo no fundo de algum boudoir elegante, donde não há forças que o possam arrancar. Resulta daí que, depois de algumas horas de esforço baldado, o tal artigo de fundo fica no fundo do tinteiro.

A mocinha com os olhos quebrados e corpinho lânguido toma o seu bordado e começa a trabalhar. Pénsa que está fazendo ponto de crochê? Qual! está fazendo namoro a crochê. Os olhos e a boquinha são os ganchos; cada ponto é um olhar provocador; cada malha um jogo vivo de sorrisos à direita e à esquerda. Quando a agulha fere-lhe um dos dedinhos rosados, sou capaz de apostar que lembrou-se de um despeito ou de um arrufo no baile.

A respeito do folhetinista não falemos. Na segunda-feira tem a cabeça que é um caos de recordações, de fatos, de anedotas e observações curiosas. A imaginação toma ares de pintor chinês, e começa a desenhar-lhe flores e arabescos de um colorido

magnífico. As idéias dançam uma contradança no Cassino. A memória passeia no meio do salão, de braço dado com a ironia, gracejando e fazendo reflexões a propósito.

Enfim os cinco sentidos põem-se ao fresco, e largam-se a passear cada um para seu lado. O ouvido a flâner recorda a cabaleta do Trovatore. O paladar e o olfato sentam-se comodamente à mesa da ceia. O olhar erige-se em daguerreotipeiro e diverte-se em tirar retratos d'après nature. E o tato vai estudar praticamente o magnetismo, para descobrir as causas misteriosas dos estremecimentos que produz a pressão doce e tépida de uma mãozinha delicada.

À vista disto, meu caro redator, já vê que a segunda-feira é um dia inteiramente perdido, e que só vem na folhinha para encher o número dos sete que formam a semana, assim como sucede nas listas tríplices para senador. Acredite que não se faz nada, nem mesmo quando se possui a receita infalível, que eu tenho sobre a mesa, de um libelo ou de uns provarás, cujo efeito poderoso o senhor deve conhecer.

Os antigos tinham razão. E estou certo que, se Josué vivesse no nosso século, havia de adotar o anexim português, e, pedindo licença a Galileu, todos os domingos à meia-noite faria parar o sol até terça-feira, para assim poder bem saborear o dia consagrado à preguiça, sem temer a claridade importuna que de madrugada, isto é, às desoras, vem bater-nos nas pálpebras, como um credor impertinente que não compreende a verdadeira organização do crédito.

Ora, eu sei que me podem objetar que a Bíblia manda trabalhar seis dias e descansar no sétimo. Mas aquele preceito foi inventado na primeira semana, isto é, quando não se tinha trabalho antes; e por isso não podia haver preguiça na segunda-feira. Além de que, como ainda não se sabia ao certo o peso do trabalho da semana, julgou-se que era bastante um só dia de descanso. Veja o senhor, que é deputado, o inconveniente de fazer leis sem primeiro estudarem-se profundamente as necessidades públicas.

Logo que os homens aprenderam por experiência própria quanto custavam os tais seis dias de trabalho, assentaram que era

preciso pelo menos dois ou três dias de descanso. Daí veio que os antigos, pensando sobre a gravidade do caso, inventaram os dias santos para iludirem o preceito da Bíblia; e modernamente se instituiu nas semanas em que não há dias santos, o feriado da quinta-feira para os estudantes e lentes, porém especialmente para estes.

Enfim o nosso amável redator sabe que a própria astronomia confirma a convicção profunda em que estou de que pelas leis divinas e humanas a segunda-feira deve ser completamente consagrada à preguiça. A segunda-feira é o dia da lua, e ninguém ignora a influência poderosa que exerce esta senhora sobre os pobres mortais, a quem ela persegue como uma velha cheia de flatos e medeixes. Ora, não podendo o corpo assim indisposto entregar-se ao trabalho, é evidente que as próprias leis físicas, que regulam a harmonia e o equilíbrio do mundo, destinaram a segunda-feira para a calaçaria.

Parece-me que tenho provado o ponto controvertido, com argumentos dignos de figurar em uma conclusão magna. Está a segunda-feira, portanto, fora de toda a questão; e por isso, tranqüilo na minha consciência, não tenho o menor escrúpulo em confessar-lhe que naquele dia não trabalhei.

Passei o dia, como faço-lhe a justiça de acreditar que passou o seu, sem dar atenção às misérias deste mundo; e tratando de realizar aquele dito de Marcial, que apesar de poeta (com perdão de V.Sª) disse um dia uma coisa boa, talvez mesmo por não ser muito forte na poesia: Vivere bis, vita posse priore fruire.

Acho escusado dizer-lhe que, apesar de ser o dia inteiramente contemplativo, não me descuidei da carne, e tive o cuidado de almoçar, jantar e cear. À noite fui ao Teatro Lírico ouvir ainda uma vez o Trovatore e ver Leonora morrer depois de nos ter dado algumas horas de vida deliriosa.

Desejava trazer alguma idéia boa para nosso folhetim. Mas o senhor sabe o que é uma idéia; é a coisa mais bandoleira e mais volúvel que eu conheço. As idéias são as borboletas do espírito; são, como diz um provérbio oriental a respeito das mulheres, a sombra

do nosso corpo que nos acompanha sempre, e que nos foge apenas as queremos apanhar.

Esperei por conseguinte pela terça-feira, em que verdadeiramente devia começar o trabalho da semana, segundo os princípios que já tive a honra de lhe expender. Entretanto, servindo-me eu daqueles mesmos princípios com que provei que os antigos tinham toda a razão em destinar a segunda-feira para o santo ócio, sucedeu que tive na terça-feira ao acordar uma lembrança luminosa, cujo peso deixo ao seu alto critério.

Se os antigos, que não tinham baile, nem teatros líricos, nem concertos, nem clubes, nem corridas, e que se contentavam com algum sarau de vez em quando, inventaram os dias santos para filarem assim dois dias de descanso, nós, que temos durante a semana todo esse enorme acréscimo de trabalho imposto pela sociedade, nós que já fomos privados dos dias santos, devemos em todo o rigor da justiça lograr mais um dia de descanso, e juntar a terça-feira à segunda, a fim de poder na quinta encetar o trabalho, com o espírito calmo e o corpo bem disposto.

Este argumento sem réplica calou-me no ânimo a convicção inabalável de que seria anti-racional e antifilosófico trabalhar na terça-feira, principalmente estando todo preocupado com o baile do Cassino, que devia ter lugar à noite.

Por conseguinte, levei o dia literalmente a esperar pela noite, e a ler as notícias da Europa, chegadas pelo Maria 2ª."

****

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA ESCRITA DE FRANCÊS

Em 27 de fevereiro de 1973.

Examinadores: Professores Jacques Auger e Daniel Benson.

Ponto sorteado nº 1

Duração da prova: 4 h. e 30 min.

1 ère Partie - REDACTION

Valeur: 50 points

Minimum: 400 mots

Rôle et importance de la science dans l'ensemble des activités d'un pays.

2 ème Partie - THEME

Valeur: 35 points

Traduire en français

Matisse dizia que é preciso ver sempre com os olhos da criança. Eu prefiro dizer que melhor seria ver sempre com os próprios olhos. E concordo com Matisse, que é muito difícil, e exige muito esforço, sobretudo no mundo atual, ver as coisas na sua verdade. Mas a criança, com a sua visão pura, simples e direta, vê e descobre o que é essencial nas coisas. E perde essa qualidade porque a escola substitui essa forma simples de agir ao trocar a experiência viva por todo um sistema complexo de imagens e conceitos pré-fabricados.

O mundo, cheio de interesse para a criança, vai sendo reduzido a um círculo de giz. Frio e vazio. E a criança se perde no emaranhado de preconceitos e de imagens pré-fabricadas, onde mal se podem vislumbrar os seus primeiros impulsos - impulsos puros e generosos de conhecer o mundo para melhor amá-lo. Ensina-se a criança a desenhar um cavalo como se ela não o soubesse. Impõe-se que cada uma se pareça com a outra, ou seja, que se desfigure, perdendo a imagem preservada, a do criador.

Um professor certa vez visitou uma exposição de desenhos. Havia dezenas deles, representando um pato. Todos parecidos uns com os outros. Quando ele perguntou a uma das crianças qual era o seu, ela, aturdida e angustiada, tentou encontrá-lo. E quando apontou para um deles, ocorreu ao professor, dadas as dúvidas da criança durante a busca, perguntar como sabia que aquele era o seu desenho. A criança respondeu: eu tinha as mãos sujas, e lá o meu desenho está sujo. A escola tradicional e rotineira promove esse fatal e terrível desencontro do homem consigo mesmo.

AUGUSTO RODRIGUES

3 ème Partie - QUESTIONS

Valeur: 15 points

L'être constitue une forme possible de possession. Si je m'identifie à l'objet, il ne m'est plus étranger; je deviens sa substance. Ainsi le roi d'Angleterre était Angleterre, le duc de Bourgogne était la Bourgogne. Cette assimilation est-elle réservée à ceux qui sont dotés d'une haute naissance ou d'une grâce mystique? Il semble que l'on puisse laïciser le thème. L'homme peut consentir à se déposséder de lui-même et à s'abolir dans la ville. Quand cet abandon est total, il va bien au delà de la fierté d'appartenir à une cité prospère ou connue. Le fleuve, la prairie, les blés ondulent, germinent, coulent, verdissent, bref possèdent assez de ressources pour se joindre à l'homme, pour le refaçonner, pour l'engendrer en quelque sorte. Notre premier mouvement, au contraire, est de refuser de tels pouvoirs au minéral. Ce serait oublier que les pierres d'une ville existent, qu'elles ont derrière elles une longue histoire, que leur vue suffit à façonner un regard, une taille, une manière de plaisanter et de voir et de défendre son honneur. Paris ferait le parisien comme la Normandie fait le pommier et la prairie - et à travers les siècles, les Parisiens retrouvent la même fierté devant l'oppresseur, la même ironie à l'égard des pouvoirs établis. Nous devrions évoquer tous ceux qui se laissent victorieusement traverser par une ville, parce qu'ils vivent à même la rue: le chauffeur de taxi, la marchande de quatre saisons, le clochard, l'artisan, le livreur et ils deviennent souvent les initiateurs d'une réalité qu'ils possèdent, véritables initiateurs comme le sont, dans les civilisations traditionnelles, les boîteux, les névrosés.

Pierre SANSOT - Poétique de la ville

Après avoir lu attentivement le texte, répondez aux questions.

QUESTIONS

1. "Si je m'identifie à l'objet, il ne m'est plus étranger; je deviens sa substance".

   Transformez cette phrase en la commençant par "Si je m'identifiais..."

   ....

   ....

2. "Cette assimilation est-elle réservée.................. d'une grâce mystique?"

   Dans cette phrase, remplacez À CEUX par À CELLE et effectuez les transformations nécessaires.

   ....

   ....

3. "L'homme peut consentir.................. et à s'abolir dans la ville".

   Transformez cette phrase en la commençant par "Les hommes......"

   ....

   ....

4. Construisez une phrase utilisant le verbe ABOLIR.

   ....

5. Donnez un synonyme de ce verbe et utilisez-le dans une phrase.

   ....

6. "Le fleuve, la prairie, ... l'engendrer en quelque sorte".

   Transposez cette phrase dans le futur.

   ....

   ....

7. Transformez cette même phrase en mettant le mot "homme" au pluriel.

   ....

   ....

8. "........ pour l'engendrer EN QUELQUE SORTE".

Construisez une phrase où vous utiliserez l'expression soulignée.

....

9. "...... refuser de tels pouvoirs au minéral".

Transformez ce membre de phrase en utilisant "possibilités" à la place de "pouvoirs".

....

10. "Paris ferait le parisien......"

Quelle est ici la valeur du conditionnel?

....

11. "......la même fierté devant l'OPPRESSEUR".

Quel est le verbe correspondant au substantif souligné?

....

12. "La même ironie à l'égard des pouvoirs établis."

Construisez une phrase utilisant l'expression À L'ÉGARD DE.

....

13. "Nous devrions évoquer .... par une ville".

Transformez cette phrase en remplaçant le verbe DEVOIR par le verbe FALLOIR suivi de la conjonction QUE.

....

14. "parce qu'ils vivent À MÊME la rue".

Donnez le sens de l'expression soulignée.

....

15. "Ils deviennent souvent les initiateurs.................. les névrosés".

Commentez cette phrase.

....

....

....

****

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA ESCRITA DE INGLÊS

Em 28 de fevereiro de 1973.

Examinadores: Professores Kenneth James Payne e Gilbert C.Brown.

Ponto sorteado nº 2

Duração da prova: 4 h. e 30 min.

Part I - COMPOSITION

Value: 50 marks

Discuss the following subject in a composition of not less than 400 words:

Is uncontrolled urban development, the growth of the super-city, to be feared or applauded?

Part II - TRANSLATION

Value: 35 marks

Uma por uma, Sarah ia colocando no painel magnético figuras de
plástico coloridas e imantadas. Com algumas hesitações, conseguiu
formar a frase: "Sarah põe (a) maçã (no) balde (e a) banana (no)
prato". O que pareceria excessivamente simples para uma criança
5 de cinco anos é, no entanto, uma prodigiosa façanha no caso de
Sarah —uma chimpanzé que, desde 1966, vem sendo treinada pelo
casal de psicólogos Ann e David Premack, na Universidade da Cali-
fórnia. Hoje, seu vocabulário é de 130 palavras, que ela usa com
80% de segurança, para definir cores, formatos e tamanhos de objetos
10 ou até suas próprias preferências.

Há mais ou menos quarenta anos que se fazem tentativas semelhantes
com macacos: em 1930, Gua chegou a compreender cem palavras; dez
anos depois, Vicki balbuciou com alguma dificuldade "mamãe", "papai"
e "xícara"; e, recentemente, Washoes aprendeu a se comunicar
15 através da linguagem de mímica americana, com os dedos e as mãos.
Mas nenhuma terá sido tão decisiva quanto a Sarah dos Premack. Par-
tindo do pressuposto de que a linguagem não é o sistema exclusiva-
mente humano de comunicação, como sempre se acreditou, eles con-
seguiram provar com Sarah que o menosprezo pelo talento de um
20 animal é apenas uma questão de preconceito.

Para prová-lo, os psicólogos começaram por criar uma série de
símbolos de feitios e cores variados, cuja futura disposição no
painel a própria Sarah escolheu: em sentenças verticais, à chinesa.
Mas "escrever" foi o resultado de um treinamento paciente, onde se
25 adotou o método aconselhável da troca. O primeiro passo foi colocar
entre o treinador e Sarah um pedaço de banana e permitir que ela o
comesse. Depois de repetir diversas vezes a manobra, o treinador
substituiu a fruta por um quadrado de plástico e deixou a banana
apenas ao alcance de sua vista. Para obtê-la, Sarah deveria agora
30 colocar a figura no painel, ao lado de sua jaula.

Veja, 21/02/73.

Part III - TEXT QUESTIONS

Value: 15 marks

Answer the questions when you have read the text carefully.

The scenery changed as we approached Istanbul. The grassy sea was
left behind and the express slowed down to the speed of a little
local commuters' train. When I leant from the window I could see
over a wall into the yard of a cottage; I was in talking distance
5 of a red-skirted girl who looked up at us as we crawled by; a man
mounted a bicycle and for a while kept pace with us. Birds on a
red-tiled roof looked down their long beaks and spoke together like
village gossips.

I said, "I'm awfully afraid that Tooley's going to have a baby".

10 "She ought to take precautions, Henry, but in any case it's far
too early for you to worry".

"Good heavens, Aunt Augusta. I didn't mean that.... how can you
possibly think.....?"

"It's a natural conclusion," my aunt said, "you have been much
15 together. And the girl has a cértain puppy charm".

"I'm too old for that sort of thing".

"You are a young man in your fifties," Aunt Augusta replied.

The door of the restaurant car clanged, and there was Tooley,
but a Tooley transformed. Perhaps it was only that she had put on
20 less shadow, but her eyes seemed to be sparkling as I had never
known them to do before. "Hi," she called down the length of the
car.

Graham Greene: Travels with my Aunt.

(4ª e última)

A. Rewrite the following sentences, beginning as shown. Make any alterations necessary to retain the meaning of the original as closely as possible.

1. The scenery changed as we approached Istanbul.

   The scenery changed during..

2. The express slowed down to the speed of a little local commuters' train.

   The express slowed down until.......................................

   ....

3. I was in talking distance of a red-skirted girl.

   I was so close..

   ....

4. In any case it's far too early for you to worry.

   In any case you...

5. Her eyes seemed to be sparkling as I had never known them to do before.

   I had never known her eyes..

   ....

B. Complete the following sentence-beginning so that it reflects what we are told in lines 14-15:

Henry's aunt derived her conclusion from the fact of...........

.........................and..................................

....

C. Replace the dots (...) in lines 12 and 13 by several words in each case to show what Henry might have said if he had completed his statements:

I didn't mean that...

....

How can you possibly think.....................................

....

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE GEOGRAFIA

Examinadores: Professoras Bertha Koiffmann Becker e Maria do Carmo Corrêa Galvão.

Em 19 de março de 1973.

Ponto sorteado nº 2.

Duração da prova: 3 hs. e 30 min.

Parte A - Dissertação

Tipos de migrações internas no Brasil; suas causas e repercussões sobre o espaço econômico nacional.

Valor: Roteiro: 5 pontos
Desenvolvimento: 35 pontos

Parte B - Questões

1. Analise, exemplificando, o papel do clima e do relevo na limitação do espaço agrícola, e a contribuição da ciência e da tecnologia na conquista desse mesmo espaço.

   Valor: 20 pontos

2. Comparando um país em desenvolvimento e um país desenvolvido, explique, exemplificando, os tipos de indústrias neles predominantes.

   Valor: 20 pontos

3. Focalize as áreas de grandes concentrações demográficas no Sul e Sudeste asiático, ressaltando as razões dessa concentração e o tipo de organização do espaço aí dominante.

   Valor: 20 pontos

Nota: vinte (20) linhas para cada pergunta (Parte B).

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE HISTÓRIA DO BRASIL

Examinadores: Professores Américo Jacobina Lacombe e José Sales Tiné.

Em 20 de março de 1973.

Ponto sorteado nº 2.

Duração da prova: 3hs. e 30 min.

Parte A - Dissertação

Economia do Brasil nos séculos XVI e XVII.

Valor: 40 pontos
(Roteiro: 5 pontos
desenvolvimento: 35 pontos).

Parte B - Questões

1. Correntes políticas no período regencial.

2. O Barão de Penedo e a diplomacia do 2º Reinado.

3. A questão do Amapá.

Valor: 20 pontos cada questão
Limite: 20 linhas aproximadamente, cada item.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE HISTÓRIA MUNDIAL

Examinadores: Professores Pedro Freire Ribeiro e Antonio Traverso.

Em 26 de março de 1973.

Ponto sorteado nº 2.

Duração da prova: 3 hs. e 30 min.

1ª Parte - DISSERTAÇÃO

A política européia do fim do século XIX e início do século XX: a formação da Tríplice Aliança e da Entente Cordiale.

Valor: 40 pontos
Desenvolvimento: 35 pontos
Roteiro: 5 pontos

2ª Parte - QUESTÕES

a) O papel do Presidente Woodrow Wilson na 1ª Guerra Mundial e na paz de Versalhes.

b) A época de Porfírio Dias e a Revolução Mexicana: caracteres das duas fases.

Valor: 30 pontos para cada item.
Extensão: 20 linhas, aproximadamente, para cada item.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE DIREITO

Examinadores: Professor Theophilo de Azeredo Santos e Desembargador Moacyr Rebello Horta.

Em 27 de março de 1973.

Ponto sorteado nº 2.

Duração da prova: 3 hs. e 30 min.

1ª Parte - DISSERTAÇÃO

A autonomia da vontade e a ordem pública.

Valor: 40 pontos.
Extensão: 60 linhas.

2ª Parte- QUESTÕES

1ª) Conceito e espécies de sucessão.

2ª) Quais as características da sociedade por quotas, de responsabilidade limitada?

3ª) Quais as principais distinções entre a letra de câmbio e a nota promissória?

4ª) Conceito de aeronave.

Valor: 15 pontos cada questão.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE DIREITO

Examinadores: Professores Caio Mario da Silva Pereira e Flávio Bauer Novelli.

Em 28 de fevereiro de 1974.

Duração da prova: 3 hs. e 30 min.

Parte A - Dissertação

A Lei, espécies. A Constituição e as Leis ordinárias.

O Decreto e o Regulamento. Os Tratados.

Valor: 40 pontos.
Extensão: 600 palavras, aproximadamente.

Parte B - Questões

1. Que é domicílio de eleição?
2. Como se distinguem os bens públicos dos bens particulares?
3. Em que se baseia o princípio da responsabilidade civil?
4. Qual é a relação entre parentesco e impedimentos matrimoniais?
5. Quais as características essenciais das sociedades por quotas de responsabilidade limitada?
6. Qual é a diferença essencial entre a letra de câmbio e a nota promissória?

Valor: 10 pontos cada questão.

Observações:

1. As perguntas têm em vista o Direito Positivo Brasileiro.
2. É facultada a consulta a legislação não comentada.

PROVA DE GEOGRAFIA

Examinadores: Professores Orlando Valverde e Myriam Gomes Coelho Mesquita.

Em 4 de fevereiro de 1974.

Duração da prova: 4h e 30min.

Parte A - Dissertação

A pecuária no Brasil

Valor: Roteiro : 5 pontos
Desenvolvimento: 35 pontos.
Limite máximo: 4 páginas de papel almaço, aproximadamente, incluindo o plano.

Parte B - Questões

1. Que formas de economia rural e sistemas agrícolas predominam nos trópicos úmidos?

   Valor: 15 pontos
   Limite: 130 palavras, aproximadamente.

2. Analise a importância das reservas de petróleo em exploração, como fonte energética e como aproveitamento de subprodutos na indústria moderna.

   Valor: 15 pontos
   Limite: 130 palavras, aproximadamente.

3. Quais as causas das migrações alternantes ou de trabalho e suas conseqüências na organização do espaço urbano? Cite exemplos.

   Valor: 15 pontos
   Limite: 130 palavras, aproximadamente.

4. Explique a atual política de transportes do Governo Federal na Amazônia, suas razões e suas perspectivas na transformação do espaço regional.

   Valor: 15 pontos
   Limite: 130 palavras, aproximadamente.

PROVA DE HISTÓRIA DO BRASIL

Examinadores: Professores Américo Jacobina Lacombe e José Salles Tiné.

Em 11 de fevereiro de 1974.

Duração da prova: 3hs. e 30min.

Parte A - Dissertação

Emancipação dos escravos

Valor: 40 pontos
(Roteiro analítico: 5 pontos).
Desenvolvimento do tema: 35 pontos
Extensão: de 500 a 600 palavras, aproximadamente.

Parte B - Questões

1. O Município na era colonial.
2. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid.
3. O protecionismo alfandegário e as tabelas Alves Branco.
4. O Ato Adicional de 1834 e suas conseqüências.
5. Que se chamou "política dos Governadores"?
6. A "Batalha da Borracha" na Segunda Guerra Mundial.

Valor: 10 pontos cada questão
Extensão: 15 linhas, aproximadamente, cada ítem.

PROVA DE HISTÓRIA MUNDIAL

Examinadores: Professores Francisco José Calazans Falcón e Ilmar Rohloff de Mattos.

Em 18 de fevereiro de 1974.

Duração da prova: 3hs. e 30min.

Parte A - Dissertação

Discuta a seguinte proposição:

A Independência das Treze Colônias Inglesas da América do Norte exige, para seu entendimento em profundidade, sua inserção no quadro das transformações gerais que caracterizam, no mundo ocidental, a crise do antigo sistema colonial e da sociedade do "Antigo Regime".

Valor: 40 pontos
Extensão: de 400 a 600 palavras, aproximadamente.

Parte B - Questões

Aprecie criticamente as proposições abaixo:

a) Princípios jusfilosóficos e ação política concertada através de congressos periódicos constituiam as bases sobre as quais repousava o "mundo restaurado" de 1815.
b) O Liberalismo foi, durante o século XIX, o princípio básico e unificador do pensamento político, social e econômico.
c) A Conferência de Berlim de 1884/5 determinou o início do processo de apropriação dos territórios africanos pelas potências européias, que se convencionou chamar "partilha da África".
d) Os interesses anglo-franceses opuseram-se às reivindicações do nacionalismo árabe após a dissolução do Império Otomano.
e) A crise de 1929 foi, na realidade, a mais importante dentre as conseqüências econômicas da Paz de Versalhes.
f) Considerada a partir da perspectiva da "guerra fria", a guerra da Coréia pode ser encarada como um confronto entre os dois blocos, em defesa tanto de seus interesses globais quanto daqueles especificamente asiáticos.

Valor: 60 pontos (10 pontos para cada questão).
Extensão: 15 linhas, aproximadamente, para cada questão.

PROVA DE DIREITO

Examinadores: Professores Caio Mario da Silva Pereira e Flávio Bauer Novelli.

Em 28 de fevereiro de 1974.

Duração da prova: 3hs. e 30min.

Parte A - Dissertação

A Lei, espécies. A Constituição e as Leis ordinárias. O Decreto e o Regulamento. Os Tratados.

Valor: 40 pontos
Extensão: 600 palavras, aproximadamente.

Parte B - Questões

1. Que é domicílio de eleição?
2. Como se distinguem os bens públicos dos bens particulares?
3. Em que se baseia o princípio da responsabilidade civil?
4. Qual é a relação entre parentesco e impedimentos matrimoniais?
5. Quais as características essenciais das sociedades por quotas de responsabilidade limitada?
6. Qual é a diferença essencial entre a letra de câmbio e a nota promissória?

Valor: 10 pontos cada questão.

Observações:

1. As perguntas têm em vista o Direito Positivo Brasileiro.
2. É facultada a consulta a legislação não comentada.

PROVA DE GEOGRAFIA

Examinadores: Professores Orlando Valverde e Myriam Gomes Coelho Mesquita.

Em 4 de fevereiro de 1974.

Duração da prova: 4h e 30min.

Parte A - Dissertação

A pecuária no Brasil

Valor: Roteiro : 5 pontos
Desenvolvimento: 35 pontos.
Limite máximo: 4 páginas de papel almaço, aproximadamente, incluindo o plano.

Parte B - Questões

1. Que formas de economia rural e sistemas agrícolas predominam nos trópicos úmidos?

Valor: 15 pontos
Limite: 130 palavras, aproximadamente.

2. Analise a importância das reservas de petróleo em exploração, como fonte energética e como aproveitamento de subprodutos na indústria moderna.

Valor: 15 pontos
Limite: 130 palavras, aproximadamente.

3. Quais as causas das migrações alternantes ou de trabalho e suas conseqüências na organização do espaço urbano? Cite exemplos.

Valor: 15 pontos
Limite: 130 palavras, aproximadamente.

4. Explique a atual política de transportes do Governo Federal na Amazônia, suas razões e suas perspectivas na transformação do espaço regional.

Valor: 15 pontos
Limite: 130 palavras, aproximadamente.

PROVA DE HISTÓRIA DO BRASIL

Examinadôres: Professôres Américo Jacobina Lacombe e José Salles Tiné.

Em 11 de fevereiro de 1974.

Duração da prova: 3hs. e 30min.

Parte A - Dissertação

Emancipação dos escravos

Valor: 40 pontos
(Roteiro analítico: 5 pontos).
Desenvolvimento do tema: 35 pontos
Extensão: de 500 a 600 palavras, aproximadamente.

Parte B - Questões

1. O Município na era colonial.
2. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid.
3. O protecionismo alfandegário e as tabelas Alves Branco.
4. O Ato Adicional de 1834 e suas conseqüências.
5. Que se chamou "política dos Governadores"?
6. A "Batalha da Borracha" na Segunda Guerra Mundial.

Valor: 10 pontos cada questão
Extensão: 15 linhas, aproximadamente, cada item.

PROVA DE HISTÓRIA MUNDIAL

Examinadôres: Professôres Francisco José Calazans Falcon e Ilmar Rohloff de Mattos.

Em 18 de fevereiro de 1974.

Duração da prova: 3hs. e 30min.

Parte A - Dissertação

Discuta a seguinte proposição:

A Independência das Treze Colônias Inglesas da América do Norte exige, para seu entendimento em profundidade, sua inserção no quadro das transformações gerais que caracterizam, no mundo ocidental, a crise do antigo sistema colonial e da sociedade do "Antigo Regime".

Valor: 40 pontos
Extensão: de 400 a 600 palavras, aproximadamente.

Parte B - Questões

Aprecie criticamente as proposições abaixo:

a) Princípios jusfilosóficos e ação política concertada através de congressos periódicos constituiam as bases sobre as quais repousava o "mundo restaurado" de 1815.
b) O Liberalismo foi, durante o século XIX, o princípio básico e unificador do pensamento político, social e econômico.
c) A Conferência de Berlim de 1884/5 determinou o início do processo de apropriação dos territórios africanos pelas potências européias, que se convencionou chamar "partilha da África".
d) Os interesses anglo-franceses opuseram-se às reivindicações do nacionalismo árabe após a dissolução do Império Otomano.
e) A crise de 1929 foi, na realidade, a mais importante dentre as conseqüências econômicas da Paz de Versalhes.
f) Considerada a partir da perspectiva da "guerra fria", a guerra da Coréia pode ser encarada como um confronto entre os dois blocos, em defesa tanto de seus interesses globais quanto daqueles especificamente asiáticos.

Valor: 60 pontos (10 pontos para cada questão).
Extensão: 15 linhas, aproximadamente, para cada questão.

PROVA DE DIREITO

Examinadores: Professores Caio Mario da Silva Pereira e Flávio Bauer Novelli.

Em 28 de fevereiro de 1974.

Duração da prova: 3hs. e 30min.

Parte A - Dissertação

A Lei, espécies. A Constituição e as Leis ordinárias. O Decreto e o Regulamento. Os Tratados.

Valor: 40 pontos
Extensão: 600 palavras, aproximadamente.

Parte B - Questões

1. Que é domicílio de eleição?
2. Como se distinguem os bens públicos dos bens particulares?
3. Em que se baseia o princípio da responsabilidade civil?
4. Qual é a relação entre parentesco e impedimentos matrimoniais?
5. Quais as características essenciais das sociedades por quotas de responsabilidade limitada?
6. Qual é a diferença essencial entre a letra de câmbio e a nota promissória?

Valor: 10 pontos cada questão.

Observações:

1. As perguntas têm em vista o Direito Positivo Brasileiro.
2. É facultada a consulta a legislação não comentada.

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

P O R T U G U Ê S

Examinadores:
Professor Carlos Henrique da Rocha Lima
Professor Evanildo Bechara
Secretário Adhemar Gabriel Bahadian

Em 27.XI.1974.

Duração da prova: 4h 30 min.

A - REDAÇÃO

Valor: 60 pontos

Discorra sobre o seguinte tema:

URBANIZAÇÃO E CONVIVÊNCIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.

Observação:

Esta redação deverá ter a extensão de 450 a 600 palavras. Tem como finalidade essencial aferir a capacidade de expressão clara e correta em língua portuguesa. Destina-se também a apurar o grau de maturidade do candidato através da interpretação pessoal do tema. Não pretende verificar conhecimento técnico especializado.

B - RESUMO

Valor: 40 pontos

Resuma o texto a seguir.

Observação:

O candidato deverá utilizar-se dos seus próprios recursos expressivos, evitando repetir frases do texto.

Sejam minhas primeiras palavras para apresentar-lhes, em nome do Governo brasileiro, as boas vindas a esta capital, que, pela segunda vez, tem a honra de oferecer o cenário para uma reunião de âmbito continental sobre ciência e tecnologia. Acolho-os como Representantes Governamentais congregados para a execução de nobre tarefa que lhes foi confiada pelos Chanceleres de todas as Américas. Creio expressar o sentimento unânime de meus colegas ao dizer-lhes das grandes esperanças depositadas nos resultados dos trabalhos que ora se iniciam nesta Casa.

Não me alongarei em considerações sobre a evolução dos estudos sobre ciência e transferência de tecnologia nos vários foros internacionais, onde os países em desenvolvimento têm buscado, não sem um acentuado grau de frustração, obter dos países industrializados a adoção de normas com vistas ao estabelecimento de critérios justos e equitativos de transferência de tecnologia capazes de permitir-nos alcançar um estágio superior de desenvolvimento.

Foi esse sentimento de frustração que levou os Chanceleres latino-americanos, reunidos em Bogotá em novembro último, a incluir na agenda do "Diálogo" um item relativo à ciência e transferência de tecnologia, com a certeza de que novas possibilidades se abriam para um exame objetivo e pragmático de tema de tamanha relevância para o futuro das relações entre a América Latina e os Estados Unidos da América, as quais devem inspirar-se num esforço comum para atingir a grande meta do pleno desenvolvimento econômico e social de nossos povos.

Foi, assim, com satisfação que acompanhamos os debates durante a primeira reunião do "Diálogo", no México, quando este importante problema recebeu tratamento compatível com as grandes necessidades dos países latino-americanos nesse terreno. Reconheceram os Chanceleres ser imprescindível impulsionar as políticas destinadas a promover a transferência de conhecimentos técnicos patenteados e não patenteados entre os países do Continente nos diversos campos da atividade econômico-social, considerando-se as condições peculiares de cada um para a introdução de novas manufaturas e processos industriais e conseqüente maior emprego dos recursos humanos e materiais.

Por isso, os Chanceleres concordaram em estabelecer um órgão para estudar os problemas de ciência e transferência de tecnologia para o desenvolvimento econômico, idéia concretizada na reunião de Washington, que decidiu pela convocação de um Grupo de Trabalho constituído por representantes governamentais, com o mandato de ajustar a capacidade científica às necessidades práticas e superar os obstáculos que surgem para a transmissão e a utilização

da tecnologia no processo da industrialização. Ao tomarem essa decisão, estavam os Chanceleres animados do mais puro sentimento de cooperação solidária que deve caracterizar as futuras relações interamericanas, como o grande objetivo do "novo Diálogo".

Sou testemunha, por outro lado, do perfeito espírito de unidade que inspirou os entendimentos entre os Chanceleres latino-americanos, e na expressão "latino-americanos" incluo, como já acentuei em outra ocasião, as nações irmãs do Caribe. De outra parte, desejo reconhecer, com prazer, o papel construtivo que desempenhou, nessa matéria, o Secretário de Estado, Professor Henry Kissinger. Tínhamos sempre presente um fato que constitui a característica básica deste Continente, ou seja, a existência de um polo de alto desenvolvimento e poder econômico e vastas áreas de subdesenvolvimento. É preciso ter sempre em mente tal característica no cumprimento da grande missão de obter o pleno desenvolvimento econômico e social dos países do Continente.

Desejo trazer-lhes, Senhores Delegados, algumas preocupações que têm estado no centro das posições defendidas pelo Governo brasileiro nos vários foros onde se tem tratado dos problemas de transferência de tecnologia. Para ilustrar sua importância para o processo de desenvolvimento latino-americano, basta dizer que, este ano, os nossos países dispenderão cerca de dois bilhões de dólares com a importação de tecnologia e, segundo estimativas as mais objetivas, essa importância deverá duplicar até 1978. É natural, portanto, que os Governos latino-americanos atribuam alta prioridade ao estudo desses problemas, buscando soluções que permitam o avanço tecnológico sem excessivo ônus sobre nossas economias nacionais.

É preciso salientar, por outro lado, que, em certos casos, as atividades mundiais de pesquisa se orientam em sentido contrário aos interesses dos países em desenvolvimento. Enquanto pouco ou nada é feito, por exemplo, para incrementar a produtividade da agricultura tropical e a utilização de matérias primas

naturais, um bilhões de dólares são destinados, anualmente, às pesquisas para aumentar a produção de materiais sintéticos que deslocam dos mercados do mundo os produtos naturais.

Nos últimos tempos, os países desenvolvidos têm demonstrado maior consciência para o fato de que pelo menos uma parte substancial de tais gastos deveria ser orientada para satisfazer necessidades sociais, e para a solução de problemas práticos, como, por exemplo, os relacionados com o meio ambiente. Já são bem conhecidas as divergências surgidas no debate dessa importante matéria, o essencial, porém, é impedir que, sob a capa de controles aparentemente legítimos, para a preservação do meio ambiente, surjam novas formas de discriminação contra os países que aspiram a alcançar um desenvolvimento acelerado em benefício de suas coletividades.

Desejaria, agora, acrescentar algumas reflexões finais sobre o enquadramento dos trabalhos do Grupo nos objetivos mais amplos do "Diálogo".

Pensa-se, geralmente, que as inovações tecnológicas provocam os problemas sociais, embora a sociedade dependa da tecnologia para progredir. Ora, isto parece corresponder a autêntica inversão da verdade. A tecnologia, com efeito, constitui um meio dentre muitos outros para resolver os problemas osciais. A ciência e a tecnologia fornecem os meios para tentar obter certos resultados julgados política, social e eticamente desejáveis. Por conseguinte, a tarefa essencial, antes de qualquer avaliação da tecnologia (que não seja o simples estudo dos efeitos nocivos imediatos), é a de definir, em primeiro lugar, os objetivos de cada país e, no plano da aplicação, os caminhos tecnológicos a seguir.

A evolução social não pode e não deve ser uma simples reação a uma tecnologia pretensamente independente. Daí o papel essencial, em tal processo, do Estado, único capaz de discernir e avaliar as grandes opções que se apresentam em benefício de suas populações. A nova divisão internacional do trabalho, mormente no campo industrial, se realiza segundo critérios que decorrem ex-

exclusivamente da almejada produtividade, medida em termos de lucro, eventualmente corrigida por outros fatores qualificados de ajustamentos, determinados pelo desejo de proteger o meio ambiente, os recursos naturais e o equilíbrio ecológico dentro de padrões próprios altamente industrializados e tradicionalmente produtores de tecnologia.

Tais critérios e padrões, se tomados rigidamente, nem sempre são válidos para os países em desenvolvimento e, por isso, acreditamos que as decisões referidas acima devem ser tomadas, por cada Estado, à luz de suas opções políticas, sociais e éticas, preservadas as características próprias e a individualidade de cada um. A compatibilização, no plano internacional, deve ser realizada tendo em vista o desenvolvimento econômico e social, e não na base de critérios pretensamente neutros e objetivos, que só podem ignorar a diversidade do mundo.

Por fim, cabe-me expressar o desejo, no que penso interpretar o anseio das Nações aqui representadas, de que a contribuição deste Grupo se inspire em uma visão elevada do conhecimento científico puro e aplicado como patrimônio de toda a humanidade, cuja repartição em termos adequados, justos e equitativos é dever inadiável dos Estados e condição primordial para evitar que o processo de distanciamento entre industrializados e subdesenvolvidos se torne cada vez mais agudo neste como em outros continentes. Tenho fé em que, em março próximo, em Buenos Aires, juntamente com meus colegas, os Chanceleres de todos os países americanos, possamos expressar-lhes nosso reconhecimento pelos labores aqui realizados e constatar que, por efeito da atividade deste Grupo, o diálogo continental se enriqueceu e ganhou maior operatividade.

Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio F. Azeredo da Silveira, por ocasião da sessão de abertura do Grupo de Trabalho sobre Ciência e Transferência de Tecnologia no Sistema Interamericano, realizada no Palácio Itamaraty, em Brasília, em 24 de junho de 1974.

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

F R A N C Ê S

Examinadores:
Professora Suzanne Mesquita
Professora Brigitte Lorenzana Calcaneo
Professora Fátima dos Santos

Em 28.XI.1974.

Duração da prova: 4h 30 min.

A - REDACTION

Valeur: 60 points

Minimum: 400 mots

LES TECHNIQUES MODERNES DE COMMUNICATION
COMME FACTEUR DE DIFFUSION CULTURELLE.

B - THEME

Valeur: 40 points

Traduire en français:

Um dia encontrei-o na Rua de S.José. Disse-lhe que ia ao Castelo ver a igreja dos Jesuítas, que nunca vira.

Pois vamos, disse ele.

Subimos a ladeira, achamos a igreja aberta e entramos. Enquanto eu mirava os altares, ele ia falando, mas em poucos minutos o espetáculo era ele só, um espetáculo vivo, como se tudo renascera tal qual era. Vi os primeiros templos da cidade, os padres da Companhia, a vida monástica e leiga, os nomes principais e os fatos culminantes. Quando saímos, e fomos até à muralha, descobrindo o mar e parte da cidade, Elisiário fez-me viver dous séculos atrás. Vi a expedição dos franceses, como se a houvesse comandado ou combatido. Respirei o ar da colônia, contemplei as figuras velhas e mortas. A imaginação evocativa era a grande prenda desse homem, que

sabia dar vida às coisas extintas e realidade às inventadas.

Mas não era só do passado local que ele sabia, nem unicamente dos seus sonhos. Vês aquela estatuazinha que ali tenho na parede? Sabes que é uma redução da Vênus de Milo. Uma vez, abrindo-se a exposição das belas-artes, fui visitá-la; achei lá o meu Elisiário, passeando grave, com a sua imensa sobrecasaca. Acompanhou-me; ao passar pela sala de escultura, dei com os olhos na cópia desta Vênus. Era a primeira vez que a via. Soube que era ela pela falta dos braços.

— Oh! admirável! exclamei.

Elisiário entrou a comentar a bela obra anônima, com tal abundância e agudeza que me deixou ainda mais pasmado. Que de coisas me disse a propósito da Vênus de Milo, e da Vênus em si mesma! Falou da posição dos braços, que gesto fariam, que atitude dariam à figura, formulando uma porção de hipóteses graciosas e naturais. Falou da estética, dos grandes artistas, da vida grega, do mármore grego, da alma grega.

MACHADO DE ASSIS - Páginas Recolhidas - Um Erradio.

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

I N G L Ê S

Examinadores:

Professora Aíla de Oliveira Gomes
Professora Maria Regina Abrantes da Silva Pinto
Professora Klara Sylvia Hirz

Em 29.XI.1974.

Duração da prova: 4h 30 min.

A - COMPOSITION

Value: 60 marks

Discuss the following subject in a composition of not less than 400 words:

HISTORY AS A SOURCE TO SHAPE THE FUTURE.

B - TRANSLATION

Value: 40 marks

Foi só na segunda metade do século, com a segunda ascenção ao trono, que definitivamente se completou a formação do espírito carioca, tal como o vamos encontrar no início da República e como o conservamos ainda, com suas características praticamente inalteradas.

O cunho do espírito carioca veio de cima, das cortes imperiais temperadas pela cultura francesa. Contudo, não devemos esquecer que, no contínuo remodelar da vida e dos costumes cariocas e a conseqüente evolução daquele espírito,teve papel relevante a rua do Ouvidor, a "França Antártica", como foi chamada por Itier, o dia inteiro formigando de transeuntes, magnificente em suas luzes ao cair da tarde, quando toda a família carioca, finalmente liberada das restrições patriarcais, desfilava diante das vitrines

cintilantes, e bandos de moças passeavam admirando as novas modas de Paris, os últimos vestidos, chapéus e adornos.

A rua do Ouvidor, nascida com o Império, foi o que realmente transfigurou, com seus fatores associativos, toda a vida da classe média carioca. Ela aproximou a nobreza do povo. Com ela os costumes da alta sociedade desceram até as camadas populares. A rua atraía e misturava. Quase todos os visitantes estrangeiros do século passado concordam em que naquela rua havia extraordinária influência da França. Biard a descreve como "francesa de ponta a ponta", e diz "toda a cidade se concentra nesta rua".

Na verdade, sem a rua do Ouvidor, aproximando a burguesia da nobreza, teria sido difícil atingir-se a uniformidade da alma carioca numa população dividida em castas indissolúveis pela barreira da riqueza e dos brazões.

Adaptado de um trecho de "Formação do espírito carioca" in O homem e a Guanabara, por Alberto Ribeiro Lamego, IBGE, 1964 (Ed. comemorativa do IV centenário da Cidade do Rio de Janeiro).

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

P O R T U G U Ê S

Examinadores:

Professor Carlos Henrique da Rocha Lima
Professor Evanildo Bechara
Secretário Adhemar Gabriel Bahadian

Em 27.XI.1974.

Duração da prova: 4h 30 min.

A - REDAÇÃO

Valor: 60 pontos

Discorra sobre o seguinte tema:

URBANIZAÇÃO E CONVIVÊNCIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.

Observação:

Esta redação deverá ter a extensão de 450 a 600 palavras. Tem como finalidade essencial aferir a capacidade de expressão clara e correta em língua portuguesa. Destina-se também a apurar o grau de maturidade do candidato através da interpretação pessoal do tema. Não pretende verificar conhecimento técnico especializado.

B - RESUMO

Valor: 40 pontos

Resuma o texto a seguir.

Observação:

O candidato deverá utilizar-se dos seus próprios recursos expressivos, evitando repetir frases do texto.

Sejam minhas primeiras palavras para apresentar-lhes, em nome do Governo brasileiro, as boas vindas a esta capital, que, pela segunda vez, tem a honra de oferecer o cenário para uma reunião de âmbito continental sobre ciência e tecnologia. Acolho-os como Representantes Governamentais congregados para a execução de nobre tarefa que lhes foi confiada pelos Chanceleres de todas as Américas. Creio expressar o sentimento unânime de meus colegas ao dizer-lhes das grandes esperanças depositadas nos resultados dos trabalhos que ora se iniciam nesta Casa.

Não me alongarei em considerações sobre a evolução dos estudos sobre ciência e transferência de tecnologia nos vários foros internacionais, onde os países em desenvolvimento têm buscado, não sem um acentuado grau de frustração, obter dos países industrializados a adoção de normas com vistas ao estabelecimento de critérios justos e equitativos de transferência de tecnologia capazes de permitir-nos alcançar um estágio superior de desenvolvimento.

Foi esse sentimento de frustração que levou os Chanceleres latino-americanos, reunidos em Bogotá em novembro último, a incluir na agenda do "Diálogo" um item relativo à ciência e transferência de tecnologia, com a certeza de que novas possibilidades se abriam para um exame objetivo e pragmático de tema de tamanha relevância para o futuro das relações entre a América Latina e os Estados Unidos da América, as quais devem inspirar-se num esforço comum para atingir a grande meta do pleno desenvolvimento econômico e social de nossos povos.

Foi, assim, com satisfação que acompanhamos os debates durante a primeira reunião do "Diálogo", no México, quando este importante problema recebeu tratamento compatível com as grandes necessidades dos países latino-americanos nesse terreno. Reconheceram os Chanceleres ser imprescindível impulsionar as políticas destinadas a promover a transferência de conhecimentos técnicos patenteados e não patenteados entre os países do Continente nos diversos campos da atividade econômico-social, considerando-se as condições peculiares de cada um para a introdução de novas manufaturas e processos industriais e conseqüente maior emprego dos recursos humanos e materiais.

Por isso, os Chanceleres concordaram em estabelecer um órgão para estudar os problemas de ciência e transferência de tecnologia para o desenvolvimento econômico, idéia concretizada na reunião de Washington, que decidiu pela convocação de um Grupo de Trabalho constituído por representantes governamentais, com o mandato de ajustar a capacidade científica às necessidades práticas e superar os obstáculos que surgem para a transmissão e a utilização

da tecnologia no processo da industrialização. Ao tomarem essa decisão, estavam os Chanceleres animados do mais puro sentimento de cooperação solidária que deve caracterizar as futuras relações interamericanas, como o grande objetivo do "novo Diálogo".

Sou testemunha, por outro lado, do perfeito espírito de unidade que inspirou os entendimentos entre os Chanceleres latino-americanos, e na expressão "latino-americanos" incluo, como já acentuei em outra ocasião, as nações irmãs do Caribe. De outra parte, desejo reconhecer, com prazer, o papel construtivo que desempenhou, nessa matéria, o Secretário de Estado, Professor Henry Kissinger. Tínhamos sempre presente um fato que constitui a característica básica deste Continente, ou seja, a existência de um polo de alto desenvolvimento e poder econômico e vastas áreas de subdesenvolvimento. É preciso ter sempre em mente tal característica no cumprimento da grande missão de obter o pleno desenvolvimento econômico e social dos países do Continente.

Desejo trazer-lhes, Senhores Delegados, algumas preocupações que têm estado no centro das posições defendidas pelo Governo brasileiro nos vários foros onde se tem tratado dos problemas de transferência de tecnologia. Para ilustrar sua importância para o processo de desenvolvimento latino-americano, basta dizer que, este ano, os nossos países dispenderão cerca de dois bilhões de dólares com a importação de tecnologia e, segundo estimativas as mais objetivas, essa importância deverá duplicar até 1978. É natural, portanto, que os Governos latino-americanos atribuam alta prioridade ao estudo desses problemas, buscando soluções que permitam o avanço tecnológico sem excessivo ônus sobre nossas economias nacionais.

É preciso salientar, por outro lado, que, em certos casos, as atividades mundiais de pesquisa se orientam em sentido contrário aos interesses dos países em desenvolvimento. Enquanto pouco ou nada é feito, por exemplo, para incrementar a produtividade da agricultura tropical e a utilização de matérias primas

naturais, um bilhãos de dólares são destinados, anualmente, às pesquisas para aumentar a produção de materiais sintéticos que deslocam dos mercados do mundo os produtos naturais.

Nos últimos tempos, os países desenvolvidos têm demonstrado maior consciência para o fato de que pelo menos uma parte substancial de tais gastos deveria ser orientada para satisfazer necessidades sociais, e para a solução de problemas práticos, como, por exemplo, os relacionados com o meio ambiente. Já são bem conhecidas as divergências surgidas no debate dessa importante matéria, o essencial, porém, é impedir que, sob a capa de controles aparentemente legítimos, para a preservação do meio ambiente, surjam novas formas de discriminação contra os países que aspiram a alcançar um desenvolvimento acelerado em benefício de suas coletividades.

Desejaria, agora, acrescentar algumas reflexões finais sobre o enquadramento dos trabalhos do Grupo nos objetivos mais amplos do "Diálogo".

Pensa-se, geralmente, que as inovações tecnológicas provocam os problemas sociais, embora a sociedade dependa da tecnologia para progredir. Ora, isto parece corresponder a autêntica inversão da verdade. A tecnologia, com efeito, constitui um meio dentre muitos outros para resolver os problemas osciais. A ciência e a tecnologia fornecem os meios para tentar obter certos resultados julgados política, social e eticamente desejáveis. Por conseguinte, a tarefa essencial, antes de qualquer avaliação da tecnologia (que não seja o simples estudo dos efeitos nocivos imediatos), é a de definir, em primeiro lugar, os objetivos de cada país e, no plano da aplicação, os caminhos tecnológicos a seguir.

A evolução social não pode e não deve ser uma simples reação a uma tecnologia pretensamente independente. Daí o papel essencial, em tal processo, do Estado, único capaz de discernir e avaliar as grandes opções que se apresentam em benefício de suas populações. A nova divisão internacional do trabalho, mormente no campo industrial, se realiza segundo critérios que decorrem ex-

exclusivamente da almejada produtividade, medida em termos de lucro, eventualmente corrigida por outros fatores qualificados de ajustamentos, determinados pelo desejo de proteger o meio ambiente, os recursos naturais e o equilíbrio ecológico dentro de padrões próprios altamente industrializados e tradicionalmente produtores de tecnologia.

Tais critérios e padrões, se tomados rigidamente, nem sempre são válidos para os países em desenvolvimento e, por isso, acreditamos que as decisões referidas acima devem ser tomadas, por cada Estado, à luz de suas opções políticas, sociais e éticas, preservadas as características próprias e a individualidade de cada um. A compatibilização, no plano internacional, deve ser realizada tendo em vista o desenvolvimento econômico e social, e não na base de critérios pretensamente neutros e objetivos, que só podem ignorar a diversidade do mundo.

Por fim, cabe-me expressar o desejo, no que penso interpretar o anseio das Nações aqui representadas, de que a contribuição deste Grupo se inspire em uma visão elevada do conhecimento científico puro e aplicado como patrimônio de toda a humanidade, cuja repartição em termos adequados, justos e equitativos é dever inadiável dos Estados e condição primordial para evitar que o processo de distanciamento entre industrializados e subdesenvolvidos se torne cada vez mais agudo neste como em outros continentes. Tenho fé em que, em março próximo, em Buenos Aires, juntamente com meus colegas, os Chanceleres de todos os países americanos, possamos expressar-lhes nosso reconhecimento pelos labores aqui realizados e constatar que, por efeito da atividade deste Grupo, o diálogo continental se enriqueceu e ganhou maior operatividade.

Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio F. Azeredo da Silveira, por ocasião da sessão de abertura do Grupo de Trabalho sobre Ciência e Transferência de Tecnologia no Sistema Interamericano, realizada no Palácio Itamaraty, em Brasília, em 24 de junho de 1974.

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

F R A N C Ê S

Examinadores:
Professora Suzanne Mesquita
Professora Brigitte Lorenzana Calcaneo
Professora Fátima dos Santos

Em 28.XI.1974.

Duração da prova: 4h 30 min.

A - REDACTION

Valeur: 60 points

Minimum: 400 mots

LES TECHNIQUES MODERNES DE COMMUNICATION
COMME FACTEUR DE DIFFUSION CULTURELLE.

B - THEME

Valeur: 40 points

Traduire en français:

Um dia encontrei-o na Rua de S.José. Disse-lhe que ia ao Castelo ver a igreja dos Jesuítas, que nunca vira.

Pois vamos, disse ele.

Subimos a ladeira, achamos a igreja aberta e entramos. Enquanto eu mirava os altares, ele ia falando, mas em poucos minutos o espetáculo era ele só, um espetáculo vivo, como se tudo renascera tal qual era. Vi os primeiros templos da cidade, os padres da Companhia, a vida monástica e leiga, os nomes principais e os fatos culminantes. Quando saímos, e fomos até à muralha, descobrindo o mar e parte da cidade, Elisiário fez-me viver dous séculos atrás. Vi a expedição dos franceses, como se a houvesse comandado ou combatido. Respirei o ar da colônia, contemplei as figuras velhas e mortas. A imaginação evocativa era a grande prenda desse homem, que

sabia dar vida às coisas extintas e realidade às inventadas.

Mas não era só do passado local que ele sabia, nem unicamente dos seus sonhos. Vês aquela estatuazinha que ali tenho na parede? Sabes que é uma redução da Vênus de Milo. Uma vez, abrindo-se a exposição das belas-artes, fui visitá-la; achei lá o meu Elisiário, passeando grave, com a sua imensa sobrecasaca. Acompanhou-me; ao passar pela sala de escultura, dei com os olhos na cópia desta Vênus. Era a primeira vez que a via. Soube que era ela pela falta dos braços.

— Oh! admirável! exclamei.

Elisiário entrou a comentar a bela obra anônima, com tal abundância e agudeza que me deixou ainda mais pasmado. Que de coisas me disse a propósito da Vênus de Milo, e da Vênus em si mesma! Falou da posição dos braços, que gesto fariam, que atitude dariam à figura, formulando uma porção de hipóteses graciosas e naturais. Falou da estética, dos grandes artistas, da vida grega, do mármore grego, da alma grega.

MACHADO DE ASSIS - Páginas Recolhidas - <u>Um Erradio</u>.

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

I N G L Ê S

Examinadores:

Professora Aíla de Oliveira Gomes
Professora Maria Regina Abrantes da Silva Pinto
Professora Klara Sylvia Hirz

Em 29.XI.1974.

Duração da prova: 4h 30 min.

A - COMPOSITION

Value: 60 marks

Discuss the following subject in a composition of not less than 400 words:

HISTORY AS A SOURCE TO SHAPE THE FUTURE.

B - TRANSLATION

Value: 40 marks

Foi só na segunda metade do século, com a segunda ascenção ao trono, que definitivamente se completou a formação do espírito carioca, tal como o vamos encontrar no início da República e como o conservamos ainda, com suas características praticamente inalteradas.

O cunho do espírito carioca veio de cima, das cortes imperiais temperadas pela cultura francesa. Contudo, não devemos esquecer que, no contínuo remodelar da vida e dos costumes cariocas e a conseqüente evolução daquele espírito,teve papel relevante a rua do Ouvidor, a "França Antártica", como foi chamada por Itier, o dia inteiro formigando de transeuntes, magnificente em suas luzes ao cair da tarde, quando toda a família carioca, finalmente liberada das restrições patriarcais, desfilava diante das vitrines

cintilantes, e bandos de moças passeavam admirando as novas modas de Paris, os últimos vestidos, chapéus e adornos.

A rua do Ouvidor, nascida com o Império, foi o que realmente transfigurou, com seus fatores associativos, toda a vida da classe média carioca. Ela aproximou a nobreza do povo. Com ela os costumes da alta sociedade desceram até as camadas populares. A rua atraía e misturava. Quase todos os visitantes estrangeiros do século passado concordam em que naquela rua havia extraordinária influência da França. Biard a descreve como "francesa de ponta a ponta", e diz "toda a cidade se concentra nesta rua".

Na verdade, sem a rua do Ouvidor, aproximando a burguesia da nobreza, teria sido difícil atingir-se a uniformidade da alma carioca numa população dividida em castas indissolúveis pela barreira da riqueza e dos brazões.

Adaptado de um trecho de "Formação do espírito carioca" in O homem e a Guanabara, por Alberto Ribeiro Lamego, IBGE, 1964 (Ed. comemorativa do IV centenário da Cidade do Rio de Janeiro).

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE GEOGRAFIA

Examinadores: Professores Orlando Valverde e Myriam Gomes Coelho Mesquita.

Em 4 de fevereiro de 1974.

Duração da prova: 3 hs. e 30 min.

Parte A - Dissertação

A pecuária no Brasil

Valor: Roteiro: 5 pontos
Desenvolvimento: 35 pontos

Limite máximo: 4 páginas de papel almaço, aproximadamente, incluindo o plano.

Parte B - Questões

1. Que formas de economia rural e sistemas agrícolas predominam nos trópicos úmidos?

   Valor: 15 pontos
   Limite: 130 palavras, aproximadamente.

2. Analise a importância das reservas de petróleo em exploração, como fonte energética e como aproveitamento de subprodutos na indústria moderna.

   Valor: 15 pontos
   Limite: 130 palavras, aproximadamente.

3. Quais as causas das migrações alternantes ou de trabalho e suas conseqüências na organização do espaço urbano? Cite exemplos.

   Valor: 15 pontos
   Limite: 130 palavras, aproximadamente.

4. Explique a atual política de transportes do Governo Federal na Amazônia, suas razões e suas perspectivas na transformação do espaço regional.

   Valor: 15 pontos
   Limite: 130 palavras, aproximadamente.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE HISTÓRIA DO BRASIL

Examinadores: Professores Américo Jacobina Lacombe e José Sales Tiné.

Em 11 de fevereiro de 1974.

Duração da prova: 3 hs. e 30 min.

Parte A - Dissertação

Emancipação dos escravos

Valor: 40 pontos
(Roteiro analítico: 5 pontos
Desenvolvimento do tema: 35 pontos)
Extensão: de 500 a 600 palavras, aproximadamente.

Parte B - Questões

1. O Município na era colonial.
2. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid.
3. O protecionismo alfandegário e as tabelas Alves Branco.
4. O Ato Adicional de 1834 e suas conseqüências.
5. Que se chamou "política dos Governadores"?
6. A "Batalha da Borracha" na Segunda Guerra Mundial.

Valor: 10 pontos cada questão.

Extensão: 15 linhas, aproximadamente, cada item.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE HISTÓRIA MUNDIAL

Examinadores: Professores Francisco José Calazans Falcon e Ilmar Rohloff de Mattos.

Em 18 de fevereiro de 1974.
Duração da prova: 3 hs. e 30 min.

Parte A - Dissertação

Discuta a seguinte proposição:

A Independência das Treze Colônias Inglesas da América do Norte exige, para seu entendimento em profundidade, sua inserção no quadro das transformações gerais que caracterizam, no mundo ocidental, a crise do antigo sistema colonial e da sociedade do "Antigo Regime".

Valor: 40 pontos.
Extensão: de 400 a 600 palavras, aproximadamente.

Parte B - Questões

Aprecie criticamente as proposições abaixo:

a) Princípios jusfilosóficos e ação política concertada através de congressos periódicos constituiam as bases sobre as quais repousava o "mundo restaurado" de 1815.
b) O Liberalismo foi, durante o século XIX, o princípio básico e unificador do pensamento político, social e econômico.
c) A Conferência de Berlim de 1884/5 determinou o início do processo de apropriação dos territórios africanos pelas potências européias, que se convencionou chamar "partilha da África".
d) Os interesses anglo-franceses opuseram-se às reivindicações do nacionalismo árabe após a dissolução do Império Otomano.
e) A crise de 1929 foi, na realidade, a mais importante dentre as conseqüências econômicas da Paz de Versalhes.
f) Considerada a partir da perspectiva da "guerra fria", a guerra da Coréia pode ser encarada como um confronto entre os dois blocos, em defesa tanto de seus interesses globais quanto daqueles especificamente asiáticos.

Valor: 60 pontos (10 pontos para cada questão).
Extensão: 15 linhas, aproximadamente, para cada questão.

75/76

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE GEOGRAFIA

Examinador: Professora Bertha Koiffmann Becker.

Em 08 de março de 1976.

Duração da prova: 4 hs. e 30 min.

Parte A - Dissertação

Limitações e potencialidades do quadro natural do Brasil.

Valor: 40 pontos.

Parte B - Pequenas Dissertações

1. Condicionantes naturais e organização espacial da economia na região nordeste dos Estados-Unidos.

2. Cite três problemas atuais da agricultura latino-americana.

3. Registra-se tendência estatística à mudança na estrutura etária da população brasileira, caracterizada por ligeira redução da proporção de jovens. Analise as repercussões dessa tendência.

Valor: 20 pontos cada questão.

Extensão: 20 linhas.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE HISTÓRIA DO BRASIL

Examinadores: Professores Américo Jacobina Lacombe e José Sales Tiné.

Em 02 de fevereiro de 1976.

Duração da prova: 4 hs. e 30 min.

Parte A - Dissertação

A Inglaterra e o reconhecimento da Independência do Brasil.

Valor: 40 pontos
Roteiro: 5 pontos
Desenvolvimento: 35 pontos

Parte B - Pequenas Dissertações

1. O positivismo e a proclamação da República.

2. A política econômica a partir do Movimento de 1964.

3. Causas da Confederação do Equador.

Valor de cada questão : 20 pontos

Extensão: máximo de 30 linhas.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

PROVA DE HISTÓRIA MUNDIAL

Examinador: Professor Arno Wehling.

Em 09 de fevereiro de 1976.

Duração da prova: 4 hs. e 30 min.

Parte A - Dissertação

A GUERRA FRIA, DE 1947 a 1961: ORIGENS, CARACTERÍSTICAS E CONFLITOS.

Valor: 40 pontos
Roteiro: 5 pontos
Desenvolvimento: 35 pontos

Parte B - Pequenas Dissertações

1. Características econômicas, financeiras e técnicas da Revolução Industrial.

2. Causas políticas da Primeira Guerra Mundial.

3. Cooperação interamericana após 1945: principais exemplos.

Valor: 20 pontos cada uma.
Extensão: máximo de 30 linhas.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE DIREITO

Examinador: Professor Caio Mário da Silva Pereira.

Em 16 de fevereiro de 1976.

Duração da prova: 4 hs. e 30 min.

Parte A - Dissertação

DOMICÍLIO

Valor: 40 pontos

Extensão: 40 linhas

Parte B - Pequenas Dissertações

1. Qual o princípio básico da responsabilidade civil em nosso direito?

2. Em que consistem os contratos bilaterais?

3. Quais os requisitos atuais do desquite por mútuo consentimento?

Valor: 20 pontos cada questão.

Extensão: 15 linhas.

Observação: É facultada a consulta a legislação não comentada.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

PROVA DE GEOGRAFIA

Examinador: Prof. Jean Louis Boudou

Em 19 de julho de 1976.

Duração da prova: 4h30m.

PARTE A - DISSERTAÇÃO

O POTENCIAL ENERGÉTICO BRASILEIRO E SEU APROVEITAMENTO.

Valor: 40 pontos

Roteiro: 5 pontos

Desenvolvimento: 35 pontos.

PARTE B - PEQUENAS DISSERTAÇÕES

1 - Em que bases geográficas repousa a unidade dos países platinos?

2 - Caracterizar e comparar o crescimento demográfico dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

3 - Geografia do minério de ferro no Brasil.

Valor: 20 pontos cada questão.

Extensão: máximo de 30 linhas.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE HISTÓRIA MUNDIAL

Examinador: Professor Arno Wehling.

Em 22 de julho de 1976.

Duração da prova: 4h30m.

Parte A - Dissertação

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DE 1870 a 1904.

- contexto europeu e colonial -

Valor: 40 pontos
Roteiro: 5 pontos
Desenvolvimento: 35 pontos

Parte B - Pequenas Dissertações

1 = O Caudilhismo na América Espanhola, no século XIX.

2 - A década de 1930 na Europa: características políticas fundamentais.

3 - As conseqüências econômicas da Paz de Versalhes.

Valor: 20 pontos cada questão.

Extensão: máximo de 30 linhas.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

PROVA DE DIREITO

Examinador: Professor Caio Mario da Silva Pereira.

Em 26 de julho de 1976.

Duração da prova: 4h30m.

Parte A - Dissertação

A INTERPRETAÇÃO DA NORMA JURÍDICA; OS MÉTODOS TRADICIONAIS. O BEM COMUM, A JUSTIÇA SOCIAL, A EQUIDADE. CONDENAÇÃO DO ABUSO DE DIREITO.

Valor: 40 pontos

Extensão: 60 linhas.

Parte B - Pequenas Dissertações

1 - Caracterizar a propriedade por seus elementos.

2 - Quais os requisitos da quitação?

3 - Os diversos casos de casamento anulável.

Valor: 20 pontos cada questão.

Extensão: 15 linhas.

Observação: É facultada a consulta a legislação não comentada.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

PROVA DE PORTUGUÊS

Examinadores:

Professor Carlos Henrique da Rocha Lima
Secretário Adhemar Gabriel Bahadian

Em 1º de junho de 1976.

Duração da prova: 4h30m.

A - REDAÇÃO

Valor: 60 pontos.

Discorra sobre o seguinte tema:

A LÍNGUA COMO FATOR DE UNIDADE NACIONAL

Observação:

Esta redação deverá ter a extensão de 450 a 600 palavras. Tem como finalidade essencial aferir a capacidade de expressão clara e correta em língua portuguesa. Destina-se também a apurar o grau de maturidade do candidato através da interpretação pessoal do tema.

B - RESUMO

Valor: 40 pontos.

Resuma o texto a seguir.

Observação:

O candidato deverá utilizar-se dos seus próprios recursos expressivos, evitando repetir frases do texto.

... A comparação, tantas vezes feita, entre o americanismo de Rio-Branco e o de Joaquim Nabuco, só pode ser colocada num plano acidental. Pois as diferenças estavam nas nuances, nos pormenores, talvez nas palavras, tudo se explicando, aliás, pelo que havia de diverso nas personalidades do ministro e do

embaixador. A exuberância e o entusiasmo do pan-americanismo de Nabuco vinham do seu temperamento idealista, da sua capacidade de entregar-se todo a uma causa e a ela dedicar-se até às últimas conseqüências. A sobriedade do pan-americanismo de Rio-Branco, por outro lado, representava uma expressão do seu temperamento realista, da sua tendência a não fixar os problemas como valores absolutos, do seu processo interior de dar uma medida às coisas para dominá-las com mais segurança. Além disso, para Joaquim Nabuco, o pan-americanismo era a idéia principal - a idéia exclusiva, poder-se-ia acrescentar - da sua obra de embaixador; podia concentrar-se mais extensamente e agir mais entusiasticamente porque visava a um só fim, uma só direção. O seu pan-americanismo era bem aquele que se podia desejar de um embaixador empolgado por uma idéia que não tinha apenas caráter político, mas também sentimental e cultural. Para Rio-Branco, ao contrário, o pan-americanismo constituía uma só das idéias - embora fundamental - da sua obra de ministro; não podia dedicar-se exclusivamente a ela, porque da sua posição tinha que fixar o conjunto da política externa e atender à variedade e complexidade dos problemas e situações. O seu pan-americanismo, por isso, era bem aquele que se podia esperar de um ministro obrigado a orientar as suas idéias segundo um caráter rigorosamente político.

Dissera Joaquim Nabuco:

"Para mim a doutrina de Monroe.... significa que politicamente nós nos desprendemos da Europa tão completamente e definitivamente como a lua da terra. Nesse sentido é que sou Monroísta".

Rio-Branco, ao contrário, desejava que o monroísmo, como princípio particular de política americana, não representasse uma separação da Europa. Parecia-lhe que no Velho Continente estava uma civilização de que não se deviam desligar as nações jovens, os países ainda em período de crescimento. Aproveitou, por isso, o próprio ambiente da Terceira Conferência Americana para fazer o elogio da Europa e lembrar o que lhe devíamos nos planos

da política, da economia e da cultura:

"Nações ainda novas, não podemos esquecer o que devemos aos formadores do capital com que entramos na concorrência social. A própria vastidão dos nossos sertões, em grande parte desertos, inexplorados alguns, e a certeza de que temos recursos para que neste continente viva com largueza uma população dez, vinte vezes maior, nos aconselhariam a estreitar cada vez mais as relações de boa amizade, a procurar desenvolver as de comércio com esse inexaurível viveiro de homens e fonte prodigiosa de energias fecundas que é a Europa. Ela nos criou, ela nos ensinou, dela recebemos incessantemente apoio e exemplo, a claridade da ciência e da arte, as comodidades da sua indústria e a lição mais proveitosa do progresso."

A verdade, porém, é que coincidiam a política americana de Rio-Branco e a política tradicional dos próprios Estados-Unidos. Tanto a diplomacia dos Estados-Unidos como a de Rio-Branco se mostravam contrárias às ligas e alianças, suscetíveis de limitar a liberdade de ação. Tanto de uma como de outra era a idéia de que o princípio de Monroe devia ser flexível e plástico, sem outra obrigação absoluta que não fosse a defesa da independência e da integridade territorial dos países americanos. Em uma das instruções de Rio-Branco a Joaquim Nabuco havia, por exemplo, esta frase de caráter normativo:

"O nosso desejo é prender-nos o menos possível por compromissos."

Da concordância dos Estados-Unidos com a política americana de Rio-Branco tem-se confirmação neste trecho de um telegrama de Joaquim Nabuco:

"Declaração Vocência monroísmo (...) oferece base inteligência vocência com Root".

O que se conclui, aliás, dos documentos e dos atos do Barão do Rio-Branco, é que, se ele fosse obrigado, por circunstân

cias decisivas, a optar politicamente entre os Estados-Unidos e a Europa, a sua escolha seria pelos Estados-Unidos.

(LINS, Alvaro - Rio Branco (O Barão do Rio-Branco) 1845-1912 - Livraria José Olympio).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INSTITUTO RIO-BRANCO

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

- 1976 -

PROVA DE INGLÊS - 1ª FASE

Instruções

1. Toda prova que estiver assinada ou contiver qualquer sinal evidente de identificação será anulada.

2. Procure escrever com letra facilmente legível e use caneta de tinta azul.

3. Não apague nem rasure; quaisquer emendas deverão ser feitas de forma tal que não ofereçam dúvidas quanto às palavras eliminadas e às acrescentadas.

4. Os rascunhos porventura usados deverão ser inutilizados pelo candidato à vista do aplicador.

NOTA: ____________

Assinatura dos Examinadores:

____

____

Prova de Inglês

Data da prova: 3 de junho de 1976

Assinatura usual...

Nome, por extenso, em letra legível............................

....

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

PROVA DE INGLÊS

Examinadores:

Professoras Aíla de Oliveira Gomes,
Maria Regina Abrantes da Silva
Pinto e Klara Silvia Wirz..

Em 03 de junho de 1976.

Duração da prova: 4h30m.

A - COMPOSITION

Value: 60 marks

Discuss the following subject in a composition of not less than 400 words:

FORMATION AND INFORMATION IN THE EDUCATIONAL SYSTEM

B - TRANSLATION

Value: 40 marks

O IMPERADOR

Em caminho encontramos o Imperador, que vinha da Escola de Medicina. O ônibus em que íamos parou, como todos os veículos; os passageiros desceram à rua e tiraram o chapéu, até que o coche imperial passasse. Quando tornei ao meu lugar, trazia uma idéia fantástica, a idéia de ir ter com o imperador, contar-lhe tudo e pedir-lhe a intervenção. Não confiaria esta idéia a Capitu. "Sua Magestade pedindo, mamãe cede," pensei comigo.

Vi então o Imperador escutando-me, refletindo e acabando por dizer que sim, que iria falar a minha mãe; eu beijava-lhe a mão com lágrimas. E logo me achei em casa, à espera, até que ouvi o barulho da cavalaria; é o Imperador! Toda a gente chegava às

janelas para vê-lo passar, mas não passava, o coche parava à nossa porta, o Imperador apeava-se e entrava. Grande alvoroço na vizinhança: "O Imperador entrou em casa de D. Glória! Que será? Que não será?" A nossa família saía a recebê-lo, minha mãe era a primeira que lhe beijava a mão. Então o Imperador, todo risonho, sem entrar na sala ou entrando, - não me lembra, os sonhos são muitas vezes confusos, - pedia a minha mãe que não me fizesse padre, - e ela, lisonjeada e obediente, prometia que não.

- A medicina, - por que não lhe manda ensinar medicina?

- Uma vez que é do agrado de Vossa Majestade...

- Mande ensinar-lhe medicina; é uma bonita carreira, e nós temos aqui bons professores. Nunca foi à nossa Escola? É uma bela Escola. Já temos médicos de primeira ordem que podem ombrear com os melhores de outras terras.

(Machado de Assis - DOM CASMURRO)

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE FRANCÊS

Em 02 de junho de 1976.

Duração da prova: 4h30m.

Examinadores:
Professora Brigitte Lorenzana Calcaneo
Professora Fátima dos Santos.

A - REDACTION

Valeur: 60 points
Minimum: 400 mots

Si vous aviez à definir notre siècle, dans ses problèmes et ses conquêtes, quelles caractéristiques dominantes choisiriez-vous?

B - THEME

Valeur: 40 points.

Traduire en français:

O MILAGRE DAS CAIXINHAS

O Brasil consome uma média de quatro a cinco palitos de fósforos, per capita, por dia: um consumo total, diário, de 12 a 13 milhões de caixinhas. Esse mercado afirma desconhecer a ameaça de qualquer outro produto e se sente cada vez mais próspero, revigorado por inovações introduzidas nos últimos anos: as caixas maiores, para uso doméstico; as caixinhas menores, mais bem acabadas, com desenhos coloridos e temas humorísticos; as embalagens com marca pessoal ou propaganda comercial e as caixas de luxo, com reproduções de trabalhos de artistas famosos, preferidas dos

colecionadores.

Exemplo talvez mais antigo da linha de produtos "use e jogue fora", os fósforos guardam entre suas característi- cas a condição de um dos mais baratos artigos de consumo: o preço da caixinha, nos supermercados, não ultrapassa os 15 centavos, chegando a 30 ou 40 nos bares e botequins, onde freqüentemente, pelo seu baixo custo, substitui nos trocos a moeda divisória.

No Brasil, eles são sempre "de segurança", o que quer dizer: por proibição legal, aqui não se fabricam os do tipo "riscam em qualquer lugar", muito comuns, por exemplo, nos Estados Unidos. No caso brasileiro, os fósforos são a rigor a combinação palito-caixa. Sozinho, o palito não produz fogo: a chama só se dá quando há o atrito com a lixa da caixinha.

"Jornal do Brasil".
09 de maio de 1976.
Miriam Alencar.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE HISTÓRIA DO BRASIL

Examinadores:
Professor Américo Jacobina Lacombe
Professor José Sales Tiné.

Em 04 de junho de 1976.

Duração da prova: 4h30m.

Parte A - DISSERTAÇÃO

POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL REPUBLICANO

Valor: 40 pontos
Roteiro: 5 pontos
Desenvolvimento: 35 pontos

Parte B - PEQUENAS DISSERTAÇÕES

1. A Carta constitucional de 1824.
2. A Questão Christie.
3. O Convênio de Taubaté.

Valor de cada questão: 20 pontos
Extensão: máximo de 30 linhas.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

PROVA DE PORTUGUÊS

Examinadores:

Professor Carlos Henrique da Rocha Lima
Secretário Adhemar Gabriel Bahadian

Em 1º de junho de 1976.

Duração da prova: 4h30m.

A - REDAÇÃO

Valor: 60 pontos.

Discorra sobre o seguinte tema:

A LÍNGUA COMO FATOR DE UNIDADE NACIONAL

Observação:

Esta redação deverá ter a extensão de 450 a 600 palavras. Tem como finalidade essencial aferir a capacidade de expressão clara e correta em língua portuguesa. Destina-se também a apurar o grau de maturidade do candidato através da interpretação pessoal do tema.

B - RESUMO

Valor: 40 pontos.

Resuma o texto a seguir.

Observação:

O candidato deverá utilizar-se dos seus próprios recursos expressivos, evitando repetir frases do texto.

... A comparação, tantas vezes feita, entre o americanismo de Rio-Branco e o de Joaquim Nabuco, só pode ser colocada num plano acidental. Pois as diferenças estavam nas nuances, nos pormenores, talvez nas palavras, tudo se explicando, aliás, pelo que havia de diverso nas personalidades do ministro e do

embaixador. A exuberância e o entusiasmo do pan-americanismo de Nabuco vinham do seu temperamento idealista, da sua capacidade de entregar-se todo a uma causa e a ela dedicar-se até às últimas conseqüências. A sobriedade do pan-americanismo de Rio-Branco, por outro lado, representava uma expressão do seu temperamento realista, da sua tendência a não fixar os problemas como valores absolutos, do seu processo interior de dar uma medida às coisas para dominá-las com mais segurança. Além disso, para Joaquim Nabuco, o pan-americanismo era a idéia principal - a idéia exclusiva, poder-se-ia acrescentar - da sua obra de embaixador; podia concentrar-se mais extensamente e agir mais entusiasticamente porque visava a um só fim, uma só direção. O seu pan-americanismo era bem aquele que se podia desejar de um embaixador empolgado por uma idéia que não tinha apenas caráter político, mas também sentimental e cultural. Para Rio-Branco, ao contrário, o pan-americanismo constituía uma só das idéias - embora fundamental - da sua obra de ministro; não podia dedicar-se exclusivamente a ela, porque da sua posição tinha que fixar o conjunto da política externa e atender à variedade e complexidade dos problemas e situações. O seu pan-americanismo, por isso, era bem aquele que se podia esperar de um ministro obrigado a orientar as suas idéias segundo um caráter rigorosamente político.

Dissera Joaquim Nabuco:

"Para mim a doutrina de Monroe.... significa que politicamente nós nos desprendemos da Europa tão completamente e definitivamente como a lua da terra. Nesse sentido é que sou Monroísta".

Rio-Branco, ao contrário, desejava que o monroísmo, como princípio particular de política americana, não representasse uma separação da Europa. Parecia-lhe que no Velho Continente estava uma civilização de que não se deviam desligar as nações jovens, os países ainda em período de crescimento. Aproveitou, por isso, o próprio ambiente da Terceira Conferência Americana para fazer o elogio da Europa e lembrar o que lhe devíamos nos planos

da política, da economia e da cultura:

"Nações ainda novas, não podemos esquecer o que devemos aos formadores do capital com que entramos na concorrência social. A própria vastidão dos nossos sertões, em grande parte desertos, inexplorados alguns, e a certeza de que temos recursos para que neste continente viva com largueza uma população dez, vinte vezes maior, nos aconselhariam a estreitar cada vez mais as relações de boa amizade, a procurar desenvolver as de comércio com esse inexaurível viveiro de homens e fonte prodigiosa de energias fecundas que é a Europa. Ela nos criou, ela nos ensinou, dela recebemos incessantemente apoio e exemplo, a claridade da ciência e da arte, as comodidades da sua indústria e a lição mais proveitosa do progresso."

A verdade, porém, é que coincidiam a política americana de Rio-Branco e a política tradicional dos próprios Estados-Unidos. Tanto a diplomacia dos Estados-Unidos como a de Rio-Branco se mostravam contrárias às ligas e alianças, suscetíveis de limitar a liberdade de ação. Tanto de uma como de outra era a idéia de que o princípio de Monroe devia ser flexível e plástico, sem outra obrigação absoluta que não fosse a defesa da independência e da integridade territorial dos países americanos. Em uma das instruções de Rio-Branco a Joaquim Nabuco havia, por exemplo, esta frase de caráter normativo:

"O nosso desejo é prender-nos o menos possível por compromissos."

Da concordância dos Estados-Unidos com a política americana de Rio-Branco tem-se confirmação neste trecho de um telegrama de Joaquim Nabuco:

"Declaração Vocência monroísmo (...) oferece base inteligência vocência com Root".

O que se conclui, aliás, dos documentos e dos atos do Barão do Rio-Branco, é que, se ele fosse obrigado, por circunstân

cias decisivas, a optar politicamente entre os Estados-Unidos e a Europa, a sua escolha seria pelos Estados-Unidos.

(LINS, Alvaro - Rio Branco (O Barão do Rio-Branco) 1845-1912 - Livraria José Olympio).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INSTITUTO RIO-BRANCO

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

\- 1976 -

PROVA DE INGLÊS - 1ª FASE

Instruções

1. Toda prova que estiver assinada ou contiver qualquer sinal evidente de identificação será anulada.

2. Procure escrever com letra facilmente legível e use caneta de tinta azul.

3. Não apague nem rasure; quaisquer emendas deverão ser feitas de forma tal que não ofereçam dúvidas quanto às palavras eliminadas e às acrescentadas.

4. Os rascunhos porventura usados deverão ser inutilizados pelo candidato à vista do aplicador.

NOTA: ____________________

Assinatura dos Examinadores:

____

____

Prova de Inglês

Data da prova: 3 de junho de 1976

Assinatura usual..

Nome, por extenso, em letra legível..............................

....

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

PROVA DE INGLÊS

Examinadores:

Professoras Aíla de Oliveira Gomes,
Maria Regina Abrantes da Silva
Pinto e Klara Silvia Wirz..

Em 03 de junho de 1976.

Duração da prova: - 4h30m.

A - COMPOSITION

Value: 60 marks

Discuss the following subject in a composition of not less than 400 words:

FORMATION AND INFORMATION IN THE EDUCATIONAL SYSTEM

B - TRANSLATION

Value: 40 marks

O IMPERADOR

Em caminho encontramos o Imperador, que vinha da Escola de Medicina. O ônibus em que íamos parou, como todos os veículos; os passageiros desceram à rua e tiraram o chapéu, até que o coche imperial passasse. Quando tornei ao meu lugar, trazia uma idéia fantástica, a idéia de ir ter com o imperador, contar-lhe tudo e pedir-lhe a intervenção. Não confiaria esta idéia a Capitu. "Sua Magestade pedindo, mamãe cede," pensei comigo.

Vi então o Imperador escutando-me, refletindo e acabando por dizer que sim, que iria falar a minha mãe; eu beijava-lhe a mão com lágrimas. E logo me achei em casa, à espera, até que ouvi o barulho da cavalaria; é o Imperador! Toda a gente chegava às

janelas para vê-lo passar, mas não passava, o coche parava à nossa porta, o Imperador apeava-se e entrava. Grande alvoroço na vizinhança: "O Imperador entrou em casa de D. Glória! Que será? Que não será?" A nossa família saía a recebê-lo, minha mãe era a primeira que lhe beijava a mão. Então o Imperador, todo risonho, sem entrar na sala ou entrando, - não me lembra, os sonhos são muitas vezes confusos, - pedia a minha mãe que não me fizesse padre, - e ela, lisonjeada e obediente, prometia que não.

- A medicina, - por que não lhe manda ensinar medicina?

- Uma vez que é do agrado de Vossa Majestade...

- Mande ensinar-lhe medicina; é uma bonita carreira, e nós temos aqui bons professores. Nunca foi à nossa Escola? É uma bela Escola. Já temos médicos de primeira ordem que podem ombrear com os melhores de outras terras.

(Machado de Assis - DOM CASMURRO)

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE FRANCÊS

Em 02 de junho de 1976.

Duração da prova: 4h30m.

Examinadores:

Professora Brigitte Lorenzana Calcaneo
Professora Fátima dos Santos.

A - REDACTION

Valeur: 60 points
Minimum: 400 mots

Si vous aviez à definir notre siècle, dans ses problèmes et ses conquêtes, quelles caractéristiques dominantes choisiriez-vous?

B - THEME

Valeur: 40 points.

Traduire en français:

O MILAGRE DAS CAIXINHAS

O Brasil consome uma média de quatro a cinco palitos de fósforos, *per capita*, por dia: um consumo total,diário, de 12 a 13 milhões de caixinhas. Esse mercado afirma desconhecer a ameaça de qualquer outro produto e se sente cada vez mais próspero, revigorado por inovações introduzidas nos últimos anos: as caixas maiores, para uso doméstico; as caixinhas menores, mais bem acabadas, com desenhos coloridos e temas humorísticos; as embalagens com marca pessoal ou propaganda comercial e as caixas de luxo, com reproduções de trabalhos de artistas famosos, preferidas dos

colecionadores.

Exemplo talvez mais antigo da linha de produtos "use e jogue fora", os fósforos guardam entre suas característi-cas a condição de um dos mais baratos artigos de consumo: o preço da caixinha, nos supermercados, não ultrapassa os 15 centavos, chegando a 30 ou 40 nos bares e botequins, onde freqüentemente, pelo seu baixo custo, substitui nos trocos a moeda divisória.

No Brasil, eles são sempre "de segurança", o que quer dizer: por proibição legal, aqui não se fabricam os do tipo "riscam em qualquer lugar", muito comuns, por exemplo, nos Estados Unidos. No caso brasileiro, os fósforos são a rigor a combinação palito-caixa. Sozinho, o palito não produz fogo: a chama só se dá quando há o atrito com a lixa da caixinha.

"Jornal do Brasil".
09 de maio de 1976.
Miriam Alencar.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio-Branco
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

PROVA DE HISTÓRIA DO BRASIL

Examinadores:

Professor Américo Jacobina Lacombe
Professor José Sales Tiné.

Em 04 de junho de 1976.

Duração da prova: 4h30m.

Parte A - DISSERTAÇÃO

POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL REPUBLICANO

Valor: 40 pontos

Roteiro: 5 pontos

Desenvolvimento: 35 pontos

Parte B - PEQUENAS DISSERTAÇÕES

1. A Carta constitucional de 1824.

2. A Questão Christie.

3. O Convênio de Taubaté.

Valor de cada questão: 20 pontos

Extensão: máximo de 30 linhas.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Instituto Rio Branco

EXAME VESTIBULAR PARA O CURSO DE PREPARAÇÃO
À CARREIRA DE DIPLOMATA

Em 21 de abril de 1989

PROVA DE PORTUGUÊS 46,5 / min 60

Duração: 5 horas

Examinadores:
Ministro Fernando Guimarães Reis
Professora Enilde Leite de Jesus Faulstich
Professora Stella Maris Bortoni

A - REDAÇÃO

Comente o texto abaixo:

"Em todas as nações devemos ver e procurar antes de tudo aquilo em que elas nos possam ser úteis e defendermo-nos, é claro, contra o que nos possa prejudicar e nos ameaçar; olhar a marcha dos eventos de olhos abertos e não escurecidos pelas lentes de deformação fornecidas por uma ótica intencional, qualquer que seja a procedência. O patriotismo deve preservar sua pureza e não degenerar em patacoadas de aparência. [...] Sobre este ponto vou ainda citar-me numa frase que versava esse tema, condenando o que chamei o nosso patriotismo de palavras 'que doura tudo que é nosso e recorta na deformação sentimental do entusiasmo tudo que possuímos' [...], ao qual opunha eu 'o patriotismo que observa com rigor para levantar sobre o que é mau a perspectiva do que é bom, para tirar do que é bom a possibilidade do melhor'. Esse patriotismo [...], feito de inquietação e de zelo, deve ser sobretudo o dos diplomatas, que são a placa sensível do país exposta às impressões do exterior, suas antenas

continua na próxima página

em contacto com as correntes elétricas do mundo."

Gilberto Amado
Discurso de paraninfo proferido em 1955, por ocasião da formatura dos novos diplomados do Instituto Rio Branco.

Extensão mínima: 450 palavras
Extensão máxima: 600 palavras

Valores:
1.Organização e desenvolvimento: 30 pontos
2.Propriedade vocabular: 15 pontos
3.Correção lingüística: 15 pontos

B - RESUMO

Resuma o texto abaixo (a extensão de seu resumo deve corresponder a 1/4 (um quarto) do texto dado) :

"Narra Antonil que numa entrada de paulistas de Taubaté ao sertão dos Cataguás um mulato da comitiva desceu das alturas do serro do Tripuí, antigo nome da região de Ouro Preto, ãs margens do córrego do mesmo nome, hoje chamado de Antônio Dias, meteu a gamela até o fundo, raspando as areias, e quando a retirou viu que vinham com a água uns granitos negros, cuja natureza não reconheceu, embora já tivesse trabalhado nas minas de Paranaguá e Curitiba. Levou-os, de volta, a Taubaté, onde os vendeu a um certo Miguel de Souza por meia pataca a oitava. Mais tarde, mandados alguns desses granitos ao governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Menezes, este, trincando-os nos dentes, pôs a descoberto o brilho próprio do metal, que era ouro do mais fino quilate. Aquilo atrás do que as bandeiras sôfregas e sempre desenganadas cortavam o sertão havia século, descobriu-o o mulato naquele gesto humilde de quem apanha uma pouca d'água para matar a sede.

Depois que tornaram a Taubaté os paulistas em cuja expedição tomara parte o mulato anônimo descobridor dos granitos negros, o Itacolomi ficou sendo a baliza que orientava os batedores de ou-

continua na próxima página

Os paulistas não faziam caso nenhum do ouro da serra de Itatiaia. Era o ouro branco, de pouco rendimento, e assim chamado pela sua cor pálida, quase argentina. O ouro bom, o ouro cobiçado, era o ouro preto, o ouro fino; chegava a quase vinte e três quilates, e quando se lhe punha o cunho na fundição, escreve Antonil, fazia fenda na barreta, como se arrebentasse por todas as partes; e por dentro dava tais reflexos que pareciam raios do sol.

Quando em 1704 Pascoal Guimarães, mascate português enriquecido no Rio das Velhas, meteu-se de posse das catas abandonadas pelos Camargos, iniciou a mineração pelo processo de desbancar o terreno por levadas de água. Sucedeu que no flanco da serra por onde hoje passa o caminho das Lajes, deu com um veio riquíssimo. Ali o metal era como terra... Ouro podre! Esse ouro excelente e tão fácil de colher foi que verdadeiramente fundou a futura Vila Rica, povoando-a de forasteiros ávidos. O movimento foi tão rápido e tão intenso que, sete anos depois, em 1711, os primitivos arraiais de catadores eram erigidos em vila — — a Vila Rica de Albuquerque, do nome do mestre de campo General Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, capitão-general da nova capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Logo depois esse nome era encurtado para Vila Rica, por haver D. João V desaprovado a denominação dada à sua revelia.

Pela narrativa de Antonil, se pode figurar o que era a Vila Rica daqueles tempos: alguns arraiais dispersos, separados por montes de mataria cerrada. A meia légua um do outro, que em menor distância não outorgava o Regimento título de descobridor, ficavam os arraiais de Padre Faria, Antônio Dias, Paulistas, Bom Sucesso, São João, Ouro Podre, Taquaral, Sant'Ana, Piedade, Ouro Preto, Caquende... Com o correr dos tempos o de Ouro Preto, que, com o de Antônio Dias, formava o núcleo da vila, impôs o nome cuja tradição remontava à era do descobrimento, nome que apesar do outro, de batismo oficial, nunca foi esquecido pelo povo.

Os anos de 1707 a 1709 foram de grande tumulto no dis-

continua na próxima página

trito das minas. Os paulistas, primeiros devassadores da região, consideravam grande injustiça concederem-se terras e minas aos forasteiros — portugueses, a que os paulistas alcunharam de emboabas (de mbuab, voz indígena que designava as aves com penas até os pés, porque os reinóis usavam calças compridas ou polainas, ou de emboaê, estrangeiro, na acepção menos aceita por Batista Caetano) e brasileiros do Norte, envolvidos no apelativo geral de baianos. A rivalidade entre as duas facções degenerou em verdadeira luta, conhecida em nossa história por Guerra dos Emboabas. Os forasteiros aclamaram ditador o português Manuel Nunes Viana, homem de grandes posses e largo prestígio nas Minas. Fortificaram-se os paulistas em Sabará, aonde, de Caeté, Nunes Viana saiu a atacá-los. O arraial foi tomado e incendiado. Os vencidos recolheram-se a Cachoeira do Campo, onde novamente foram batidos por Viana, que voltou triunfalmente a Vila Rica. Todavia as expedições que enviou ao Ribeirão do Carmo e Guarapiranga foram repelidas pelos paulistas. A vitória decisiva dos portugueses teve lugar em 1708 no arraial da Ponta do Morro (depois São João del-Rei, hoje Tiradentes).

Diogo de Vasconcelos descreveu na sua memória sobre as obras de arte de Ouro Preto o que era a casaria da fabulosa Vila Rica: "Cochicholos tristes, fechados por quatro paredes de dois a três metros de altura, com uma só porta de frente e, nem sempre, uma estreita janela pregada à trave do teto, sem ar, sem luz..."

Foi assim até 1720, quando começaram a aparecer os primeiros edifícios melhores, como a primitiva Matriz de Ouro Preto, ainda assim de tão precária construção (era toda de taipa e adobes), que dez anos depois ameaçava ruínas e houve que reconstruí-la. ".

Manuel Bandeira
"Guia de Ouro Preto"

Valores:

1. Técnica de resumo: 25 pontos
2. Correção e propriedade da expressão: 15 pontos
T O T A L 40 pontos

VVVVV

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Instituto Rio Branco

EXAME VESTIBULAR PARA O CURSO DE PREPARAÇÃO

À CARREIRA DE DIPLOMATA

Em 23 de abril de 1989

PROVA DE INGLÊS

Duração: 5 horas

Examinadores:
Ministro Henrique Rodrigues Valle Junior
Professora Edite Faial Jacques
Professor Steven Albert Armstrong

A - COMPOSITION

Write a composition on the following subject:

"The role, power and shortcomings of the Press - in domestic affairs and international relations"

Minimum: 400 words

Maximum: 500 words

Value:

1.Grammatical accuracy:	30 marks
2.Plan and development of ideas:	15 marks
3.Quality of language:	15 marks
T O T A L	60 marks

B - TRANSLATION

78,0

Translate the following text into English:

"O que se pode esperar de um bom jornalista senão que seja um bom jornalista ? O entendimento do que é sê-lo difere muito, contudo, de intérprete para intérprete e o iniciante no ofício se surpreenderá com as divergências existentes a respeito entre os próprios profissionais. É possível que um exe

continua na próxima página

executivo de jornal veja um excelente jornalista em alguém em quem um outro verá apenas um desastre. Como, entretanto, não se pode raciocinar sem alguns parâmetros, é possível enumerar algumas qualidades ou características e defeitos que o jornalista deve ter ou não ter, mais ou menos independentemente do ângulo pelo qual é visto. O iniciante, contudo, deve considerar que dada a natureza paroquial da maioria das redações de jornal, rádio ou TV brasileiros, ser realmente um bom jornalista depende basicamente do conceito dos chefes. Numa palavra, para definir o que é um bom jornalista, não se pode evitar uma vasta área de subjetividade que preside esse julgamento. Além disso, como a profissão é extremamente "fluida" e indefinida, alguém pode ser um bom jornalista numa coisa e não sê-lo em outra. Um bom médico é aquele que não mata sistematicamente seus pacientes, mas um bom jornalista não é necessariamente alguém que se limite a apenas saber escrever, embora seja esse um requisito fundamental.

Basicamente, o bom jornalista não pode ser ignorante de tudo, não deve ser arrogante (um dos pecados capitais da profissão), não pensar que é proprietário do jornal, não ser irresponsável (outro pecado freqüente), não julgar-se dono da verdade, não achar que sabe tudo, não julgar que o jornalismo está começando naquele momento, com ele, não se deixar enganar por aparências, guardar um sadio ceticismo, não pensar que por escrever em jornal ou aparecer no vídeo (condição que lhe é apenas emprestada) tem o direito de jamais ser julgado; nem deve ser leviano; deve ser criativo mas não mentiroso, ter certa audácia, ser bem informado etc. etc. etc."

Cláudio Abramo
"Jornalismo versus jornalistas"

Value: 40 marks

VVVVV

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Instituto Rio Branco

EXAME VESTIBULAR PARA O CURSO DE PREPARAÇÃO

À CARREIRA DE DIPLOMATA

Em 22 de abril de 1989

PROVA DE FRANCÊS

Duração: 5 horas

Examinadores:
Secretária Maria Lucy Gurgel Valente de Seixas Correia
Professor Christian Marcel Defontaine
Professora Hélène de Melo Ferreira

A - REDACTION

425

Selon J. Fourastié ("Economie et société", 1972), dans notre "comportement quotidien" nous avons tendance à "donner le pas à l'imaginaire sur le réel". Etes-vous d'accord avec cette opinion ? Considérez-vous, d'autre part, qu'une telle attitude constituerait un handicap dans l'approche de la vie ?

Minimum: 400 mots

Maximum: 500 mots

Valeur:

1. Exposition des idées:	15 points
2. Style:	15 points
3. Langue:	30 points
T O T A L	60 points

B - THEME

Traduisez en français le texte suivant:

"Muitas das críticas dirigidas às Nações Unidas derivam de uma básica incompreensão de sua natureza e de seus obje

continua na próxima página

objetivos. As Nações Unidas não se constituíram e não se erigiram em Governo Mundial. Nem a Assembléia Geral poderá ser classificada como um órgão legislativo de âmbito mundial, com a possibilidade de decretar leis destinadas a uma ampla e universal observância. Não seria, assim, razoável criticar as Nações Unidas por não haverem realizado uma obra que delas não se esperava ou por não haverem exercido funções que não lhes haviam sido cometidas.

O poder é, talvez, a mais forte e mais persistente das paixões humanas. Se isso é verdade no plano individual, ainda é mais verdade no plano nacional e, conseqüentemente, no plano internacional. No mesmo momento histórico em que assumiram a obrigação jurídica de renunciar à força e ao poder para a consecução de seus objetivos políticos, as grandes potências, em outros artigos, procuraram preservar a situação especial que se haviam assegurado no plano político e no plano militar. A ONU é, sobretudo, um grande instrumento de diplomacia, de diplomacia parlamentar e multilateral. Se a Carta decepciona como solução jurídica ou mesmo como solução política, não há dúvida de que se revelou uma grande realização diplomática. Enquanto não se chegue a um ordenamento jurídico perfeito das relações entre nações livres e soberanas, cada Estado procurará, naturalmente, aferrar-se a seus direitos, interesses e objetivos especificamente nacionais. E cumpre notar que os limites da ética nacional são consideravelmente menos rígidos e restritos do que os limites da ética individual. A história tende a julgar com benevolência - e até com admiração - aqueles que engrandeceram e fortaleceram seus próprios países, mesmo à custa de legítimos interesses de outros."

Embaixador João Augusto de Araújo Castro
"As Nações Unidas e a Política de Poder"
(palestra proferida no Colégio Interamericano de Defesa, Washington, 14 de maio de 1969)

Valeur: 40 points

VVVVV

ro para o recinto do Tripuí. As primeiras bandeiras transviaram-se, sem conseguir pôr os olhos no alvissareiro pico.

Antônio Dias de Oliveira foi mais feliz. Em vez de penetrar pela Itaverava, como tinham feito os predecessores, teve a inspiração de entrar por onde os primitivos caçadores de índios haviam saído. Ora, era da saída, e não da entrada do vale do Tripuí, que se podia divisar a famosa pedra na feição assinalada pelos descobridores. Antônio Dias, deixando a serra da Borda do Campo, veio direto ao Rodeio, transpôs a serra do Pires e galgou, do ribeirão da Cachoeira, as alturas que hoje chamam do Campo Grande. Chegados ali quase noite, acamparam, mas nada viram do Itacolomi, bem perto, porém velado pela carapuça de nuvens que tão freqüentemente o esconde. Assim dormiram ao clarão protetor dos fogos. Era a véspera de S. João, em 1698. No dia seguinte, ao alvorecer, o céu estava muito limpo, e do outro lado do vale o perfil inconfundível da pedra se recortava nítido na primeira luz da manhã, como um milagre do santo.

No ano seguinte, avisados por Antônio Dias os parentes e amigos de Taubaté, chegou a Campo Grande nova leva de bandeirantes, entre os quais se alistara, com seu altar portátil, o Padre João de Faria Fialho, capelão da bandeira. Na capela de S. João, simples rancho coberto de palha, disse o padre a primeira missa. E como a palhoça estivesse situada bem no espigão da montanha, o padre, abrindo os braços em frente do altar, abençoava as duas grandes vertentes, a do Rio Doce e a do Rio das Velhas.

Nos dois anos seguintes foi tamanho o afluxo de aventureiros aos descobertos que, à falta de culturas, do que ninguém cuidava, e difíceis como eram os transportes de mantimentos, sobreveio, aniquiladora e dispersiva, a fome de 1700-1701. Muitos dos primeiros bandeirantes abandonaram as suas catas, atirando-se a novas descobertas. Alguns não voltaram nunca mais, entre estes o primeiro descobridor Antônio Dias e o Padre João de Faria, cujos nomes perduram até hoje ligados aos bairros que se desenvolveram nas datas por eles lavradas.

continua na próxima página

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INSTITUTO RIO BRANCO

EXAME DE ADMISSÃO AO CURSO DE PREPARAÇÃO PARA A CARREIRA DE DIPLOMATA

PROVA DE PORTUGUÊS

Duracão: 5 horas

Em 24 de abril de 1992.

EXAMINADORES:

Embaixador Pedro Emílio Penner da Cunha

Professora Enilde Leite de Jesus Faulstich

Professora Heloisa Maria Moreira Lima de A. Salles

A - REDAÇÃO

DIPLOMACIA E PROGRESSO TECNOLÓGICO.

A ubiqüidade do telefone, as viagens supersônicas, os satélites de comunicação, a transmissão sem fio de imagens, etc. têm facilitado enormemente o contato entre povos e governos. Além disso, são cada vez mais comuns as reuniões de ministros do exterior, e presidentes e chefes de governo vêm desenvolvendo a prática de se encontrarem periodicamente.

Na sua opinião, as alterações provocadas pelo progresso tecnológico indicam que a diplomacia tradicional, aquela das embaixadas e embaixadores sur place, está fadada ao desaparecimento?

Extensão mínima: 450 palavras

Extensão máxima: 600 palavras

Valores:

1. Organização e desenvolvimento: 30 pontos
2. Propriedade vocabular: 15 pontos
3. Correção lingüística: 15 pontos

B - RESUMO

Resuma o texto abaixo (a extensão do seu resumo deve corresponder a 1/4 do texto dado, isto é, 385 palavras, aproximadamente):

"Como ato político realizado sem constrangimentos, é característica do voto exercer forte pressão na arena pública sem contudo revelar por inteiro as razões que o motivaram. Ainda que seu poder de escolha esteja limitado pelas alternativas existentes, a decisão coletiva do eleitorado pode selar a sorte de governantes, pôr termo a carreiras parlamentares veneráveis ou resgatar partidos e candidatos da obscuridade, alçando-os ao poder, sem que se saiba precisamente qual a natureza do "mandato" expresso na manifestação das urnas.

Historicamente, o aumento da incerteza quanto ao resultado e ao significado de eleições populares resultou na adoção de práticas que visavam assegurar a livre manifestação do eleitor. Assim, a instituição do voto secreto e sua extensão a grandes eleitorados foram iniciativas que tornaram o processo eleitoral politicamente mais decisivo, precisamente porque seus resultados se tornaram menos previsíveis. A cautela que passou a cercar o exercício do voto determinou que este fosse registrado como um ato anônimo, despido de quaisquer traços que permitissem a identificação de suas origens. É da consolidação de tais práticas, portanto, que advém o surgimento de esforços metódicos de antecipação e de interpretação do veredicto popular a partir da única via deixada aberta pelo sigilo do voto — a revelação, pelos próprios eleitores, de suas preferências eleitorais.

Datam do início do século XIX, nos Estados Unidos, as primeiras tentativas de previsão do voto de que se tem notícia — as chamadas <u>straw polls</u>, pequenas "eleições simuladas" em antecipação ao pleito oficial. Promovidas pela imprensa e fazendo uso de cédulas idênticas às oficiais, essas "eleições em miniatura", baseadas nos "votos" enviados por milhões de eleitores, atingiram seu apogeu nas primeiras três décadas deste século.

(segue na p . 3)

Há, entretanto, uma diferença fundamental entre essas versões miniaturizadas de eleições e as modernas sondagens eleitorais. Confiante (sic) na precisão dos grandes números, as straw polls não se baseavam em amostras previamente selecionadas. As "cédulas" eram enviadas pelo correio de modo indiscriminado, valendo-se de listas disponíveis de endereços (no caso, catálogos de telefone e listas de proprietários de automóveis), sem maiores preocupações quanto às características de quem neles residia. Nessas circunstâncias, era inevitável que várias imprecisões acabassem por distorcer seriamente os prognósticos eleitorais.

Em 1936, uma gigantesca straw poll promovida pela revista Literacy Digest previu que o candidato democrata à presidência dos EUA, Franklin Roosevelt, receberia apenas 40% dos votos, sendo derrotado. Na verdade, porém, Roosevelt venceu, com 60% dos votos. Este insucesso levou a uma ampla reformulação da metodologia de pesquisa eleitoral, contexto em que surgiu o nome de George Gallup, hoje de menção obrigatória quando se fala da matéria.

A partir de então, dois princípios passaram a nortear a execução de pesquisas eleitorais. O primeiro era o de que as sondagens deveriam basear-se em amostras cuja composição refletisse fielmente a estrutura do eleitorado. Em vez de se basear nos resultados de eleições simuladas, em que conjuntos díspares de eleitores se manifestavam voluntariamente, a pesquisa deveria selecionar intencionalmente esses "eleitorados em miniatura", e só então indagar acerca de suas preferências eleitorais. Ao mesmo tempo, abandonou-se a prática de coletar respostas pelo correio em favor da entrevista pessoal dos eleitores selecionados. Em conjunto, esses novos procedimentos visavam eliminar a tendenciosidade introduzida nas estimativas de voto por informantes auto-selecionados, o que ocorria rotineiramente nas straw polls.

Na seleção intencional, adotada a partir do fiasco de 1936, os pesquisadores determinavam inicialmente quotas de informantes com certas características, na proporção exata em que tais características ocorrem no corpo eleitoral. Sexo, idade e posição social são fatores

(segue na p. 4)

comumente usados na definição das quotas, ficando ao arbítrio dos entrevistadores a seleção de um certo número de eleitores considerados "representativos" ou "típicos" de diversas conbinações daquelas características.

No entanto, também este método viria a fracassar na previsão do resultado das eleições presidenciais norte-americanas, desta vez em 1948. Dado como derrotado pelas pesquisas, o democrata Truman não obstante derrotou seu oponente, Dewey, e foi eleito. Este resultado evidenciou não só a inconveniência de se realizar a última pesquisa em data relativamente distante do pleito (no caso, um mês antes das eleições) como também a insuficiência da noção de amostra como uma cópia em miniatura do eleitorado. Deste modo, abriu-se caminho para a adoção dos métodos probabilísticos de seleção atualmente empregados pela pesquisa eleitoral, sobretudo a pesquisa feita em universidades ou instituições de pesquisa.

A seleção probabilística baseia-se no uso de mecanismos de sorteio, que asseguram a cada eleitor uma probabilidade, conhecida de antemão, de ser incluído na amostra. Elimina-se, assim, o papel do julgamento do entrevistador, obrigado agora a contactar um determinado eleitor em um endereço previamente escolhido. Deste modo, eleitores que compartilham características similares deverão se fazer representar na amostra de acordo com sua distribuição relativa no eleitorado. Em outras palavras, a representatividade torna-se propriedade do método de seleção, e não do grau de semelhança que se possa eventualmente obter pela seleção intencional entre amostras e eleitorados.

Como seria de esperar, o recurso a esses métodos teve um efeito palpável sobre a precisão das estimativas do resultado eleitoral, sendo hoje possível reduzir o erro de previsão para cifras da ordem de 1% ou até menos. Menos notória, entretanto, tem sido a contribuição da pesquisa eleitoral para o entendimento do processo pelo qual diferentes interesses e atitudes políticas se agregam para formar o resultado eleitoral.

(segue p . 5)

A interpretação do voto a partir dos depoimentos dos próprios eleitores tem origem relativamente recente. Entre os fatores que propiciaram este desenvolvimento, dois merecem destaque. De um lado, o recurso à entrevista pessoal possibilitou a elaboração de questionários que abrangiam um número consideravelmente grande e diversificado de indagações relativas aos interesses, às atitudes e às percepções subjacentes à decisão eleitoral. Em decorrência, as sondagens voltaram-se progressivamente para a aferição do sentimento do público não apenas no que dizia respeito às suas opções partidárias ou preferências por candidatos específicos, mas também ao seu posicionamento frente a questões de política pública. Recuperou-se, por esta via, a associação entre o voto e suas origens que havia sido rompida pelo voto secreto, tornando-se factível o mapeamento do comportamento eleitoral ao longo de linhas sociais de clivagem ou de correntes diferenciadas e relativamente estáveis de opinião.

Uma consequência do enriquecimento da pauta das entrevistas foi a de permitir uma avaliação mais matizada da manifestação eleitoral. A tentativa de extrair das urnas uma "intenção de voto" esbarra, com freqüência, na atribuição equivocada dos resultados a alguma motivação homogênea do eleitorado. Sabe-se que se pode compreender melhor os resultados de uma eleição através da simples agregação dos votos individuais segundo a opção partidária ou sua distribuição espacial; mas isto ocorre precisamente porque o próprio processo de agregação, ao acentuar a tendência central dos votos, elimina as manifestações mais extremas decorrentes da imensa diversidade de interesses e atitudes existentes no eleitorado. A nitidez da divisão partidária do voto, porém, leva até mesmo observadores mais astutos da vida política a atribuírem a cada eleitor uma coerência programática que as entrevistas raramente conseguem detectar.

Longe de obedecer a um mesmo conjunto de motivações, a identificação partidária dos eleitores deixa entrever a contribuição das mais diversas experiências e percepções. É possível, entretanto, discernir certas regularidades na natureza dos vínculos que se estabelecem entre partidos e eleitores. Assim, nos segmentos mais atentos do eleitorado,

(segue na p . 6)

a identificação partidária pode ser interpretada como indicativa de adesão aos programas do partido. São estes os eleitores, ao que se sabe, cujo nível de politização lhes permite tomar o pulso das controvérsias sobre o curso da política pública, associando-as a seus próprios interesses e às posições representadas por cada um dos partidos. Já a precariedade do repertório de experiências e conhecimentos da grande parte dos eleitores parece indicar que, entre eles, a criação de lealdades partidárias antecede o alinhamento programático. Assim, os partidos políticos, em lugar de serem tributários de correntes políticas existentes no eleitorado, passam a operar fundamentalmente como fontes de formação de opiniões e de orientação do voto. Por esta razão, mesmo quando baseada em pouco mais que a simpatia pela sigla, a identificação partidária empresta um grau considerável de previsibilidade à votação.

Esta constatação tem implicações para a metodologia da pesquisa eleitoral. A primeira é, obviamente, a de que a importância relativa da identificação partidária na determinação do voto depende do grau de continuidade do próprio sistema partidário. A dissolução e reorganização de partidos, ao impedir que lealdades já consolidadas encaminhem a votação, abrem caminho para que fatores conjunturais passem a exercer uma influência muito maior sobre a decisão eleitoral, novamente aumentando a incerteza quanto ao resultado das urnas.

O entendimento do papel desempenhado pela identificação partidária também colocou em destaque a escassez de informação que o eleitorado demonstra frente a questões de política pública. Uma conseqüência desta constatação foi o abandono dos pressupostos tradicionais relativos à validade e confiabilidade das respostas registradas durante as entrevistas. Em particular, a possibilidade de que uma fração dos eleitores se visse compelida a "estruturar" uma opinião apenas para fins da entrevista aluiu pela base a pretensão de se transformar a pesquisa eleitoral em um permanente "plebiscito em miniatura", através do qual a maioria silenciosa pudesse exercer, à margem dos partidos e eleições, influência decisiva na condução da política pública".

segue p. 7

SOUZA, Amaury de. Os Métodos de Pesquisa Eleitoral. Ciência Hoje. Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Ano 1, nº 3, novembro/dezembro de 1982. pp.26 e 27.

Valores: 1. Técnica de resumo: 25 pontos

2. Correção e propriedade de expressão 15 pontos

T O T A L 40 pontos

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO
EXAME DE ADMISSÃO AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

DURAÇÃO: 5 horas — em 23 de abril de 1993.

EXAMINADORAS
Professora Lilian Maria Simões Zamboni
Professora Maria Luiza Monteiro Sales Corôa

As questões de 01 a 04 serão baseadas em excertos e em fragmentos adaptados do romance Memórias Póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis, São Paulo, FTD,1991..

Para as questões 01 e 02, considere o seguinte excerto:

Um tio meu, cônego de prebenda inteira, costumava dizer que o amor da glória temporal era a perdição das almas, que só devem cobiçar a glória eterna. Ao que retorquia outro tio, oficial de um dos antigos terços de infantaria, que o amor da glória era a cousa mais verdadeiramente humana que há no homem, e, conseguintemente, a sua mais genuína feição. (página 20)

Questão nº 01 - Assinale a asserção que NÃO encontra apoio no texto apresentado.

(A) Está em jogo a opinião conflitante de dois dos tios do narrador-personagem, Brás Cubas.

(B) Há dois tipos antagônicos de glória, segundo a opinião do tio cônego.

(C) Para os oficiais da infantaria, o amor da glória é o que verdadeiramente move homens.

(D) O Amor da glória é uma das mais fortes características da humanidade, para o tio oficial.

Questão 02 - Marque o item CORRETO.

(A) A expressão Um tio meu (l. 01) pode ser substituída no contexto, por um dos meus tios, sem prejuízo do sentido original do texto.

(B) As orações subordinadas que o amor da glória temporal era a perdição das almas (l. 02) e que só devem cobiçar a glória eterna (ls. 02 e 03) têm a mesma função sintática.

(C) A expressão costumava dizer pode ser substituída, no contexto, por acostumava-se a dizer, sem que se altere o sentido original do texto.

(D) A supressão da vírgula que antecede a oração que só devem cobiçar a glória eterna (ls. 02 e 03) não altera o sentido original do trecho machadiano.

Questão nº 03 - Assinale o item em que, segundo a norma padrão, ocorre erro no sentido da vírgula.

(A) Era bonita, fresca, saía das mãos da natureza cheia daquele feitiço, precário e eterno, que o indivíduo passa a outro indivíduo, para os fins secretos da criação.

(B) No dia em que a Universidade me atestou, em pergaminho, uma ciência que eu estava longe de trazer arraigada no cérebro, confesso que, me achei de algum modo logrado, ainda que orgulhoso.

(C) No fim da escada, ao fundo do corredor escuro, parei alguns instantes para respirar, apalpar-me, convocar as idéias dispersas reaver-me enfim no meio de tantas sensações.

(D) Quincas Borba exigiu apenas uma declaração, autógrafa e reservada, de que alguns princípios novos aplicados à política eram tirados do livro dele, ainda inédito.

Questão nº 04 - Assinale a alternativa em que a expressão sublinhada está usada corretamente.

(A) E por que era das que resistem muito, só agora começavam os cabelos escuros a intercalar-se de alguns fios de prata.

(B) Quanto ao porque da minha descida, não há duvidar que ela o achou insano.

(C) Não seriam suficientes as razões Porque fui me desinteressando de Marcela?

(D) Não sei por que lei de transtorno cerebral, pus-me a rir um riso descompassado e idiota.

Questão nº 05 - Identifique o segmento que contém erro de regência verbal.

(A) Os jornais passaram a referir insistentemente o caso dos poços abertas pelo DNOCS em propriedades particulares.

(B) Por temer represálias, os alunos que assistiram à pichação dos muros da escola nada referiram ao diretor.

(C) Muitos políticos já começaram a referir ao fracasso da campanha parlamentarista ao açodamento com que se antecipou o plebiscito.

(D) Em sua propaganda eleitoral, os monarquistas têm se referido à abolição dos escravos no Brasil como uma conquista do regime monárquico.

Questão nº 06 - Assinale a letra que preencha corretamente, pela ordem, as lacunas do texto abaixo.

Demonstrando cada vez mais o ______________ espírito de seus ancestrais pioneiros, norte-americanos enfrentaram valentemente, no início desta primavera, um inesperado furação branco que lhes ______________ um inesperado castigo. A chuva fria da madrugada ia quase passando ______________, não fosse a nevasca. A Flórida, ainda não recuperada do furacão do ano passado, contabilizou novos e ______________ prejuízos com a tempestade que já entrou para a história como a Grande Nevasca de 1993.

(A) indefesso - infligiu - despercebida - vultosos

(B) indefeso - infligiu - despercebida - vultuosos

(C) indefesso - infrigiu - desapercebida - vultosos

(D) indefeso - inflingiu - desapercebida - vultuosos

Questão nº 07 - Assinale o trecho que NÃO permite transposição do verbo sublinhado para a forma do presente do indicativo.

(A) Para agradar aos hóspedes, poli a prataria e engomei as toalhas de linho.

(B) Segundo opinião de alguns especialistas, eu argüi com excessiva brandura os candidatos.

(C) Em atenção aos presentes, aboli todos os termos de baixo calão do meu vocabulário.

(D) Pela premência do tempo, aduzi a todos os assuntos de forma superficial e ligeira.

Questão nº 08 - Identifique o período que NÃO admite dupla opção de concordância.

(A) Pesquisas mais recentes indicam que a alimentação bem como o sono pode/podem retardar a explosão da crise de enxaqueca.

(B) Entre quatro e setenta e duas horas dura/duram o calvário da enxaqueca, considerada mais uma síndrome do que uma doença.

(C) A maior parte dos casos de enxaqueca apresenta/apresentam náuseas e fotofobia como agravante do quadro.

(D) Uma das pistas que aponta/apontam para a serotonina como causa da enxaqueca é sua diminuição nas crises.

(adaptado de Superinteressante, ano 7, nº 4)

Questão nº 09 - Escolha a letra que completa corretamente, pela ordem, os espaços do trecho abaixo.

Quando tratamos de ciência, precisamos ter sempre __________ mente em alerta para o fato de que a verdade pode ter múltiplos significados. Os homens custaram muito ________ aceitar a relatividade do conceito de verdade. No entanto, o fato de muitas dúvidas de hoje serem semelhantes ________ de épocas passadas não invalida o princípio de que __________ verdade não se antepõe à dúvida. Elas se somam.

(adaptado de Humanidades, UNB, nº 19, 1988)

(A) A - A - ÀS - À

(B) À - A - ÀS - À

(C) À - A - AS - À

(D) A - À - AS - A

<u>Questão nº 10</u> - Escolha a seqüência de palavras que completa corretamente, pela ordem, as lacunas do trecho abaixo.

Os participantes do simpósio,________________ chegarem a Brasília às 8 horas, só chegaram às 9. Sem saber________________ficariam hospedados, dirigiram-se diretamente ao Centro de Convenções.____ ___________ vinte pessoas já se encontravam no local,________________ efetuarem sua inscrição no simpósio.

(A) ao invés de - onde - Acerca de - a fim de

(B) em vez de - onde- Cerca de - a fim de

(C) em vez de - aonde - Cerca de - afim de

(D) ao invés de - aonde - Há cerca de - afim de

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO
EXAME DE ADMISSÃO AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

PROVA DE INGLÊS

Duração: 5 horas em 24 de abril de 1993.

EXAMINADORES:

Embaixador Henrique Rodrigues Valle Junior
Professora Edite do Céu Faial Jacques
Professor Mark David Ridd

A - COMPOSITION

Write an essay on the following passage:

"Science is the search for truth - it is not a game in which one tries to beat his opponent, to do harm to others. We need to have the spirit of science in international affairs, to make the conduct of international affairs the effort to find the right solution, the just solution of international problems not the effort by each nation to get the better of other nations, to do harm to them when it is possible.

(Linus Carl Pauling)

Minimum: 400 words
Maximum: 500 words

Value:
1. Grammatical accuracy: 30 marks
2. Plan and development of ideas : 15 marks
3. Quality of language: 15 marks
T O T A L 60 marks

B - TRANSLATION

Translate the following text into English:

"Um discurso feito no Parlamento britânico pelo Primeiro-Ministro John Major foi a mais acabada tradução da revolta que tomou conta do país com o assassinato do garoto James Bulger, de dois anos, ocorrido no dia 12 de fevereiro em Liverpool. Os suspeitos de terem mutilado e matado James são duas crianças de dez anos. Uma gravação de vídeo permitiu a identificação dos dois meninos que, pela legislação britânica, podem ser julgados e condenados.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO
EXAME DE ADMISSÃO AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

PROVA DE FRANCÊS

Duração: 5 horas   em 25 de abril de 1993.

EXAMINADORES:

Embaixador Oswaldo Biato
Professora Marie-Véronique Carneiro de Mendonça
Professor Manuel Henry Georges Girard

A - RÉDACTION

"L'économie mondiale est marquée aujourd'hui par deux évolutions lourdes: la globalisation des marchés d'un côté, la constitution de blocs économiques régionaux de l'autre. N'y a-t-il pas contradiction entre ces deux tendences?

Minumum: 400 mots
Maximum: 500 mots

Valeur:

- Exposition des idées: 15 points
- Style: 15 points
- Langue: 30 points
- T O T A L: 60 points

B - THÈME

Traduisez en français le texte suivant:

REFLEXÕES PARA O PÓS-RIO

Fábio Feldman (extrato)

E a Rio 92? Quem, e o quê serão seus sobreviventes? Ela faz parte de um contexto com tal grau de complexidade e de uma crise tão generalizada que possivelmente se tenha construído, a seu respeito, a expectativa insensata de que possa ser uma tábua de salvação.

No entanto, já existem pesquisas de opinião que mostram um cansaço em relação aos temas ambientalistas. É interessante agregar neste ponto outro fenômeno poderoso do nosso tempo: o do desmonte das cer-

segue p. 2

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco

Exame de Admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

PROVA DE HISTÓRIA

Brasília, em 14 de julho de 1993

---

a) História do Brasil

Escolher **três** dentre as seis questões seguintes:

1) Brasil: a expansão da economia cafeeira

2) Brasil: o desenvolvimento industrial na República Velha (1889-1930)

3) Brasil: as influências totalitárias no regime de Vargas e a Constituição de 1937

4) Brasil: a imigração de massa e a vida urbana

5) Brasil: a política de segurança nacional (1964-1979)

6) Brasil: a abolição da escravatura e a nova sociedade

---

b) História Mundial

Escolher **duas** dentre as quatro questões seguintes:

1) Locke e Montesquieu: o pensamento político liberal

2) A construção do Estado Nacional argentino no século XIX

3) A diplomacia japonesa entre 1952 e 1972

4) O peso do Terceiro Mundo nas relações internacionais (1955-1975)

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Exame de Admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

Prova de Noções de Direito

Brasília, em 21 de julho de 1993

==

Escolha **cinco** das sete pequenas dissertações seguintes:

1) Direito Internacional e Direito Interno: Relações

2) Costume, Legislação, Jurisprudência e Doutrina como Fontes do Direito

3) Garantias dos Direitos Individuais no Plano Internacional

4) O Controle da Constitucionalidade das Leis

5) Personalidade Jurídica das Organizações Internacionais

6) Os Princípios Gerais do Direito

7) Relações entre os Poderes Executivo e Legislativo na Elaboração dos Tratados Internacionais

==

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Exame de Admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

PROVA DE GEOGRAFIA
Brasília, em 17 de junho de 1993.

==

a) Geografia do Brasil

1) O povoamento da Amazônia, a partir da colonização, se fez sempre em surtos devassadores vinculados à expansão capitalista mundial.

Analise cada um desses "surtos", dando destaque ao último quando, a partir dos anos 70, o Estado brasileiro toma a si a incumbência de um novo e ordenado devassamento amazônico.

2) Nos fins da década de 1950 a industrialização era vista como a saída para combater o atraso do Nordeste. A atividade industrial teria a tarefa de funcionar como novo foco de dinamismo e garantir maior autonomia ao crescimento regional. No entanto, o crescimento industrial do Nordeste, nas últimas décadas, é marcado por duas características essenciais: dependência e complementaridade.

Analise o caráter dependente e complementar da industrialização.

3) A ação dos diferentes agentes sociais no espaço urbano leva a um constante processo de reorganização espacial das cidades. Esse processo se dá com a incorporação de novas áreas, a diversificação do uso do solo, e a deterioração de certas áreas e a renovação de outras.

A partir do texto, analise a estrutura sócio-espacial das metrópoles brasileiras.

==

(continua na segunda e última página)

---

b) Geografia Geral

1) A partir da década de 50, quando se acelera o processo de industrialização da agricultura e de formação do complexo agroindustrial, ocorrem profundas mudanças na estrutura e na comercialização da produção agrícola. Essas mudanças permitiram a incorporação de uma nova "arma" à diplomacia internacional: o "food-power".

Analise as estratégias adotadas por países capitalistas centrais no comércio internacional de produtos agrícolas, na década de 70.

2) A "alta tecnologia" refere-se a algo mais do que uma nova técnica de produção. É uma nova forma de produção - baseada na informação - e, portanto, de organização social, o que reforça a crescente tendência de internacionalização e interdependência do espaço de produção da economia capitalista.

Analise as formas de participação encontradas, nesta nova "geometria do espaço econômico mundial", para os países periféricos.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Exame de Admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata
Prova de Noções de Economia
Brasília, em 26 de julho de 1993

1º Bloco

Responda a uma das duas questões abaixo:

1.a) Que relação se pode estabelecer entre a essencialidade de um bem, para os consumidores, e a elasticidade-preço da curva de demanda por esse bem? Em sua resposta, explique cuidadosamente os conceitos envolvidos, e dê exemplos.

1.b) Descreva as principais características das três estruturas de mercado estudadas pela Teoria Econômica.

2º Bloco

Responda a quatro das seis questões abaixo:

2.a) No momento está sendo discutido no Congresso Nacional um novo Projeto de Lei Salarial que concede reajustes mensais aos trabalhadores. Seus defensores argumentam que, em contexto de inflação elevada, é indispensável que haja um mecanismo de indexação formal que reduza as perdas salariais. Seus críticos sustentam que, uma vez aprovado, seu efeito será o de elevar a inflação. Discuta a vinculação entre salário e taxa de inflação.

2.b) Segundo declarações de autoridades econômicas, a queda das taxas de juros praticadas pelo mercado exige, para que seja sustentável, o equilíbrio das contas públicas. Explique qual o raciocínio econômico que fundamenta essa posição.

2.c) Analise a reação do Governo Brasileiro ao primeiro choque do petróleo e seus efeitos sobre o comportamento da economia brasileira nos anos 80.

2.d) "O processo brasileiro de industrialização foi muito influenciado, nos quinze anos que se seguiram ao final da Segunda Guerra, por medidas do Governo relacionadas ao comércio externo e à fixação da taxa de câmbio."

Faça uma explanação sobre essa afirmativa.

2.e) "O aumento da dívida pública interna brasileira, nos anos oitenta, decorreu, em parte, do endividamento externo do País."

Diga se concorda com essa afirmativa e justifique sua posição.

2.f) No documento que encaminhou ao Congresso Nacional o Programa de Ação Imediata, afirma-se que a queda da inflação dependerá de expectativas favoráveis dos agentes econômicos. Em que sentido a inflação pode ser influenciada por expectativas? E como pode o Governo induzir expectativas favoráveis?

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO
EXAME DE ADMISSÃO AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

PROVA DE PORTUGUÊS

DURAÇÃO: 5 horas

em 23 de abril de 1993.

EXAMINADORES

Embaixador Augusto Estellita Lins
Professora Heloisa Maria Moreira Lima de Almeida Salles
Professora Stella Maris Bortoni

A - REDAÇÃO

Disserte sobre o texto abaixo.

" Os historiadores raramente fazem justiça à tensão psicológica exercida sobre o político. O que eles têm à disposição são documentos escritos para uma variedade de empregos — segundo as regras atuais de publicidade, cada vez mais destinadas à elaboração de relatórios — e nem sempre relevantes quanto ao momento da decisão. O que nenhum documento revela é o impacto acumulado de acidentes, circunstanciais impalpáveis, temores e hesitação".

HENRY KISSINGER, White House Years, Boston, Little, Brown and Company 1979.

Extensão mínima: 450 palavras
Extensão máxima: 600 palavras

valores:

1. Organização e desenvolvimento: 30 pontos.
2. Propriedade vocabular: 15 pontos.
3. Correção lingüística: 15 pontos.

TOTAL: 60 pontos.

B - RESUMO

Resuma, num único texto, os dois textos seguintes:

1º texto

Euclides e "Os Sertões"

Quando surgiu Euclides da Cunha, nossa literatura podia enumerar grandes nomes pertencentes ao "sistema" de que falei há pouco. Sem ir além do último século, sem falar dos contemporâneos, é suficiente recordar Gonçalves Dias, Castro Alves, Alencar, Taunay... A verdade, porém, é que ela não tinha recebido, até então, outro alimento que não fosse o mais apurado classicismo, malgrado precários disfarces românticos ou revolucionários.

Era, em essência, brasileira; mas denunciava, a cada passo, a influência européia, puramente literária, quase diria retórica. A ciência quase não existia para os "homens de letras". ou às vezes, existia de mais...

Em geral, algumas gotas de mel grego, tragos de vinho do Latium e, principalmente, muitas flores recebidas da França. Cantava, decerto, a vida dos índios; lastimava a sorte dos negros; narrava a existência e pintava ademanes dos tipos do povo. Mas ninguém tratava de ver, pela ciência a terra e o homem que dela é, a um tempo, senhor e escravo.

Euclides da Cunha, antes de escrever **Os Sertões** tinha passado a existência à margem da literatura, fazendo vida de engenheiro, ou viajando. Senhor de cultura científica segura, possuindo pendor natural para a filosofia, dono de ótimas e variadas reminiscências literárias, realizou, sem querer, o grande livro nacional, longe de qualquer deliberada preocupação artística.

Jamais imaginou que os artigos enviados, por encargo, ao **Estado de São Paulo**, dariam o imponente volume.

As grandres obras de todas as literaturas nascem espontâneas, como a prosa de Mr. Jourdain...

Para os sertões o artista seguiu ao lado do historiador, matizan

do os episódios pela emoção pessoal. E se o cronista não fosse homem habituado às ciências naturais, daquela "diligência policial" não brotaria nunca o maior livro do Brasil.

O sertanejo pagou com a vida o seu atraso; o litoral não pode compreender o fenômeno social que Euclides da Cunha pôs em foco, de um modo fulgurante. Só lhe faltou, ao grande criador, encontrar na mecânica o termo que a sua linda imagem sugere: a defasagem social. "Canudos" e o "Contestado" — muito diferentes do caso dos "Muckers" do Rio Grande — foram tradução do mesmo fenômeno, em regiões extremas do país. Casos de grande significado, provaram a unidade espiritual da população e documentaram a defasagem histórica do interior com o litoral.

Tudo, nos **Sertões**, é grandioso; nem tudo, porém, é certo. Já tive ocasião de mostrar quanto me parecem precárias três afirmativas de Euclides da Cunha: sobre a questão do cruzamento, a fatalidade da luta das raças, o autoctonismo do homem americano. Para não repetir, basta recordar que ele, tendo feito um processo monumental ao cruzamento, conclui que a mistura de raças é um mal. Depois, acentua que, em Canudos, o cruzamento tinha atingido ao máximo. E, adiante, mostra que os mestiços, ao invés de degenerados e pusilânimes trapos humanos desprezíveis, que a teoria profetizava, eram gentes que se podia comparar aos heróis de Homero (Tróia Sertaneja...); eram "titãs"; eram, "antes de tudo, fortes"; eram dedicados, sóbrios, resistentes; eram honestos ao ponto de entregar toda descendência de uma novilha desgarrada no seu campo, ao cabo de muitos anos, ao dono verdadeiro de quem fugira a rês...

Assim, como fêz Euclides da Cunha, consinto, sem protesto, que falem mal dos nossos mestiços. Mas..., como ele fez; exponham a "teoria" predileta, contrária ao cruzamento, depois narrem, honestamente, o que a "prática" tiver demonstrado...

Com **Os Sertões** viu-se, pela primeira vez, no Brasil, o "espírito científico" concorrendo para edificação de um grande monumento literário.

Não digo que tenha sido o primeiro livro literário com preocupações científicas; isto seria inexato... e a literatura resultante teria sido, certamente, deplorável. O que desejo afirmar é que Euclides da

Cunha mostrou como se pode tomar base lógica científica para supremas construções literárias. O que há de notável, nos **Sertões**, desse ponto de vista, não é a minúcia técnica, às vêzes até inaceitável; é o "espírito científico", que trava todo o edifício.

Houve tempo em que se acreditava que a "verdade" repelia a "beleza" ou, pelo menos, dela não precisava. Euclides da Cunha provou que elegância e vigor de frase, imagens rutilantes, sombras e colorido, que são do manejo corrente dos bons escritores, nada perdem quando o autor conhece bem as relações que ligam os fenômenos descritos — o que, por si só, caracteriza o "espírito científico".

Um escritor desse porte não poderia ter surgido, aqui, senão depois de 70, ou mesmo de 89; só poderia aparecer depois da cristalização de certos elementos da nossa vida social.

As belezas do grande livro, e até os seus defeitos, nasceram de fatores que condicionaram a vida mental das últimas gerações do império.

Foi o livro manifestação natural; surgiu, livremente a seu tempo, como a árvore que brota de uma semente humilde, quando o solo consente, sem hora fixa nem destino, no meio da mata, sem outros cuidados além dos que lhe dão os raios do sol, a água e o ar.

Muitos leitores têm-se detido diante do encanto do "estilo" de Euclides da Cunha. Não é por aí, seguramente, que eu mais admiro. É decerto, "estilo" pessoal, que recorda, como disse Araripe, algo das nossas cachoeiras, impetuosas, cheias de força e, ao mesmo tempo, envoltas em delicadas irisações, graciosamente disfarçadas na gaze fina do nevoeiro que o vento esgarça.

Percebe-se, naquele estilo, a influência da raça sonhadora, tocada do romantismo, que tanto tem pesado às nossas gerações ativas...

No entanto, penetrando profundamente na obra de Euclides da Cunha, vê-se que, ali, a forma vale muito menos do que o conceito.

Os Sertões — é o grande livro do Brasil porque ele soube, ali, indicar à elite dos seus compatriotas, com a verdade de uma fórmula imponente, as ficções mais características do país. É certo, porém, que outro qualquer, no lugar de Euclides da Cunha, não teria sido escutado, mesmo quando houvesse posto na obra igual espírito científico. Para ser ouvido, é preciso falar de certo modo... foi o que aconteceu em **Os Sertões**, escrito para a alma ardente de um povo inquieto. Daí o encantamento. Era novo — porque não era clássico; mas agradava porque as verdades científicas ali estavam apresentadas com desejado brilho romântico. Sintonia. Um exemplo? A descrição do sertanejo vítima da hemeralopia, doença da cegueira noturna transitória — a"dysopia tenebrarum" dos antigos. Vem a seca. Fogem as seriemas em busca de outras chapadas; as jandaias procuram as costas do mar; os morcegos, aos bandos, atacam as reses esquálidas. Protegidos pelos pedrouços, ao calor constante, evoluem em melhores condições os ovos das cascavéis que proliferam à solta. À noite, vem a onça esfaimada rondar o casebre. Então o sertanejo, trôpego, sai ao terreiro, empunhando um tição que deve afugentar a fera:

"Nem sempre, porém — fala Euclides da Cunha,— pode aventurar-se à façanha arriscada. Uma moléstia extravagante completa a sua desdita — a hemeralopia. Esta falsa cegueira é paradoxalmente feita pelas reações da luz; nasce dos dias claros e quentes, dos firmamentos fulgurantes, do vivo ondular dos ares em fogo sobre a terra nua. É uma pletora do olhar.

Mas o sol se esconde no poente, a vítima nada mais vê. Está cega. A noite afoga-se de súbito, antes de envolver a terra. E na manhã seguinte a vista extinta lhe revive, acendendo-se no primeiro lampejo do levante, para se apagar, de novo, à tarde, com intermitência dolorosa".

Hoje sabemos que a "pletora do olhar" é uma questão de privações alimentares, porque essa hemeralopia sintomática parece uma avitaminose. É pois, romântico. Mas é romantismo essencialmente pátrio. Isso é fundamental.

A "introdução do espírito científico" na literatura histórica, o "colorido romântico" que ele deu, talvez sem querer, a todas as suas grandes páginas, sintonizando-as com o meio intelectual, a "identificação do escritor com a natureza", cujos acidentes ele estava perfeitamente bem preparado para entender, são parâmetros da grande figura.

Percorro toda a nossa história literária e penso que Os Sertões serão, no futuro, para o Brasil, o grande livro nacional; o que D. Quixote é para Espanha ou Os Lusíadas para Portugal; o livro em que a raça encontra a floração das suas qualidades, o espinheiral dos seus defeitos, tudo o que, em suma, é sombra ou luz na vida dos povos.

Edgard Roquette-Pinto
Ensaios Brasilianas, São Paulo,
1940 capt. XV, págs. 132-138.
Reproduzido **in** Alvaro Lins e
Aurélio Buarque de Hollanda
Roteiro Literário do Brasil e Portugal
vol. II, São Paulo:
Livraria José Olympio Editora, 1956,
págs. 757 - 762.

2º Texto

As contingências fazem o Quixote. — Realista na projeção da revolta.

Já vimos que a formação literária de Euclides foi modelada, no que concerne a influências brasileiras, pelos autores românticos. Quer na prosa, quer na poesia. Resta saber até que ponto a educação que recebeu no lar e na escola teria contribuído para aproximá-lo da nossa realidade social, levando-o a interessar-se pelas cousas do sertão.

O que se sabe da influência estrangeira por ele assimilada não destoa também do módulo romântico. Informa Eloy Pontes: "Com dezoito anos apenas o positivismo não lhe desperta no espírito deslumbramentos. Euclides da Cunha anda, à data, pelas atmosferas altas da poesia. Sempre às voltas com Musset, Victor Hugo, Álvares de Azevedo

e Gonçalves Dias, não é visto de nariz entre as páginas dos compêndios".

Colaborou na imprensa de sua escola, publicando versos e artiguetes contra o progresso e a máquina. Vê-se, no que então escreveu, o ar canhestro do provinciano criado na roça que a civilização ofusca e perturba. E por sobre a educação dos primeiros dias, temperada mais tarde pela instrução especializada da Escola Militar, se ergueu o edifício profissional do engenheiro. Aquilo que Os Sertões nos apresenta na primeira parte, "A terra", foi a última aquisição do espírito euclidiano. A base afetiva está na segunda parte, "O homem", de mistura com noções científicas; é a que mais interessa ao estudo da personalidade do escritor. Ali é que a sua pena, como um bisturi, resolve impiedosamente a chaga social. E ali o observador se humaniza, por força de uma empatia cuja origem mais remota se há de buscar nos laços familiares.

Queremos dizer, ainda, que para a análise do que chama "sub-raças sertanejas", Euclides não partiu inicialmente das falsas doutrinas antropológicas do seu tempo. Não. Para escrever aquela parte do seu livro, fez primeiro uma auto-anamnese. Debruçou-se sobre si mesmo, sobre o seu próprio temperamento de mestiço, e buscou no sertanejo a projeção do que sentia em si mesmo, na sua instabilidade emotiva. O mestiçamento foi o seu avatar.

Neto de uma baiana de feições acentuadamente índias e de um português traficante de escravos, sentiu-se marcado pela inferioridade racial que ele cria conseqüente aos cruzamentos. Como escritor, refere-se constantemente ao problema da miscigenação; na Nota preliminar d'Os Sertões chega a prever, para o Brasil, o "esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes". Mas não é tudo. Falando de si mesmo, define-se assim:

Este caboclo, este jagunço manso
— Misto de celta, de tapuia e grego.

num retrato que oferece a Lúcio de Mendonça. Teve ou não a obsessão do mestiço?

Mas Euclides, leitor de Victor Hugo e Musset, e também de Comte, de Humboldt e de quantos darwinistas e spencerianos apareceram,

conservou-se no fundo um romântico incurável. Procurou ocultá-lo, como que escondendo, por acréscimo, a sua insegurança emocional; e sempre que pôde, lastreou também os seus escritos com o peso específico das idéias. Mas, entre as idéias dominantes, no campo das ciências sociais, avultava o determinismo de Taine; não teve dúvida em esposá-lo, com aquela paixão arrebatada, inerente à sua natureza. O cadete que amolgou e atirou longe o espadim, como protesto pela vista de um ministro da Monarquia à Escola Militar, foi o mesmo homem feito, abrasado de passionalismo, em quem o extermínio da Tróia cabocla despertou uma sincera revolta vingadora.

Euclides cultivou a volúpia de enfrentar o perigo. A paixão do risco, da empresa atrevida, do passo ousado, foi uma constante da sua vida. Havia nêle muito de jagunço, sob o polimento do homem culto. Mas este preso às convenções do cientificismo positivista do seu século, mal ocultou a face torturada daquele.

Guilhermino Cesar in
G. Cesar et alii Euclides da Cunha, Edições da Faculdade de Filosofia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, s/d, págs. 25 - 31.

Valores: 1. Técnica de resumo: 25 pontos

2. Correção e propriedade de expressão: 15 pontos

T O T A L 40 pontos.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Exame de Admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

PROVA DE GEOGRAFIA
Brasília, em 17 de junho de 1993.

==

a) Geografia do Brasil

1) O povoamento da Amazônia, a partir da colonização, se fez sempre em surtos devassadores vinculados à expansão capitalista mundial.

Analise cada um desses "surtos", dando destaque ao último quando, a partir dos anos 70, o Estado brasileiro toma a si a incumbência de um novo e ordenado devassamento amazônico.

2) Nos fins da década de 1950 a industrialização era vista como a saída para combater o atraso do Nordeste. A atividade industrial teria a tarefa de funcionar como novo foco de dinamismo e garantir maior autonomia ao crescimento regional. No entanto, o crescimento industrial do Nordeste, nas últimas décadas, é marcado por duas características essenciais: dependência e complementaridade.

Analise o caráter dependente e complementar da industrialização.

3) A ação dos diferentes agentes sociais no espaço urbano leva a um constante processo de reorganização espacial das cidades. Esse processo se dá com a incorporação de novas áreas, a diversificação do uso do solo, e a deterioração de certas áreas e a renovação de outras.

A partir do texto, analise a estrutura sócio-espacial das metrópoles brasileiras.

==

(continua na segunda e última página)

==

b) Geografia Geral

1) A partir da década de 50, quando se acelera o processo de industrialização da agricultura e de formação do complexo agroindustrial, ocorrem profundas mudanças na estrutura e na comercialização da produção agrícola. Essas mudanças permitiram a incorporação de uma nova "arma" à diplomacia internacional: o "food-power".

Analise as estratégias adotadas por países capitalistas centrais no comércio internacional de produtos agrícolas, na década de 70.

2) A "alta tecnologia" refere-se a algo mais do que uma nova técnica de produção. É uma nova forma de produção - baseada na informação - e, portanto, de organização social, o que reforça a crescente tendência de internacionalização e interdependência do espaço de produção da economia capitalista.

Analise as formas de participação encontradas, nesta nova "geometria do espaço econômico mundial", para os países periféricos.

==

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Exame de Admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata
Prova de Noções de Economia
Brasília, em 26 de julho de 1993

1º Bloco

Responda a uma das duas questões abaixo:

1.a) Que relação se pode estabelecer entre a essencialidade de um bem, para os consumidores, e a elasticidade-preço da curva de demanda por esse bem? Em sua resposta, explique cuidadosamente os conceitos envolvidos, e dê exemplos.

1.b) Descreva as principais características das três estruturas de mercado estudadas pela Teoria Econômica.

2º Bloco

Responda a quatro das seis questões abaixo:

2.a) No momento está sendo discutido no Congresso Nacional um novo Projeto de Lei Salarial que concede reajustes mensais aos trabalhadores. Seus defensores argumentam que, em contexto de inflação elevada, é indispensável que haja um mecanismo de indexação formal que reduza as perdas salariais. Seus críticos sustentam que, uma vez aprovado, seu efeito será o de elevar a inflação. Discuta a vinculação entre salário e taxa de inflação.

2.b) Segundo declarações de autoridades econômicas, a queda das taxas de juros praticadas pelo mercado exige, para que seja sustentável, o equilíbrio das contas públicas. Explique qual o raciocínio econômico que fundamenta essa posição.

2.c) Analise a reação do Governo Brasileiro ao primeiro choque do petróleo e seus efeitos sobre o comportamento da economia brasileira nos anos 80.

2.d) "O processo brasileiro de industrialização foi muito influenciado, nos quinze anos que se seguiram ao final da Segunda Guerra, por medidas do Governo relacionadas ao comércio externo e à fixação da taxa de câmbio."

Faça uma explanação sobre essa afirmativa.

2.e) "O aumento da dívida pública interna brasileira, nos anos oitenta, decorreu, em parte, do endividamento externo do País."

Diga se concorda com essa afirmativa e justifique sua posição.

2.f) No documento que encaminhou ao Congresso Nacional o Programa de Ação Imediata, afirma-se que a queda da inflação dependerá de expectativas favoráveis dos agentes econômicos. Em que sentido a inflação pode ser influenciada por expectativas? E como pode o Governo induzir expectativas favoráveis?

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Exame de Admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

Prova de Noções de Direito

Brasília, em 21 de julho de 1993

==

Escolha **cinco** das sete pequenas dissertações seguintes:

1) Direito Internacional e Direito Interno: Relações

2) Costume, Legislação, Jurisprudência e Doutrina como Fontes do Direito

3) Garantias dos Direitos Individuais no Plano Internacional

4) O Controle da Constitucionalidade das Leis

5) Personalidade Jurídica das Organizações Internacionais

6) Os Princípios Gerais do Direito

7) Relações entre os Poderes Executivo e Legislativo na Elaboração dos Tratados Internacionais

==

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco

Exame de Admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

PROVA DE HISTÓRIA

Brasília, em 14 de julho de 1993

---

a) História do Brasil

Escolher **três** dentre as seis questões seguintes:

1) Brasil: a expansão da economia cafeeira

2) Brasil: o desenvolvimento industrial na República Velha (1889-1930)

3) Brasil: as influências totalitárias no regime de Vargas e a Constituição de 1937

4) Brasil: a imigração de massa e a vida urbana

5) Brasil: a política de segurança nacional (1964-1979)

6) Brasil: a abolição da escravatura e a nova sociedade

---

b) História Mundial

Escolher **duas** dentre as quatro questões seguintes:

1) Locke e Montesquieu: o pensamento político liberal

2) A construção do Estado Nacional argentino no século XIX

3) A diplomacia japonesa entre 1952 e 1972

4) O peso do Terceiro Mundo nas relações internacionais (1955-1975)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO
EXAME DE ADMISSÃO AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

PROVA DE PORTUGUÊS

Duração: 5 horas

Em 15 de abril de 1994.

EXAMINADORES:
Embaixador Augusto Estellita Lins
Professor Danilo Pinto Lobo
Professora Lurdes Teresa Lopes Jorge

A - REDAÇÃO

Redija uma dissertação sobre o seguinte excerto do Sermão XIV do Rosário, pregado à irmandade de pretos de um engenho baiano, em 1633, pelo Padre Antônio Vieira:

"Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado: porque padeceis em modo muito semelhante o que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz, e em toda a sua paixão. A sua cruz foi composta de dois madeiros, e a vossa em um engenho é de três. Também ali não faltaram as canas, porque duas vezes entraram na Paixão: uma vez servindo para o ceptro do escárnio, e outra vez para a esponja em que lhe deram fel. A paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vos despidos: Cristo sem comer, e vós famintos: Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo... Eles {os Senhores} mandam e vós servis; eles dormem e vós velais; eles descansam, e vós trabalhais; eles gozam o fruto de vossos trabalhos, e o que vós colheis deles é um trabalho sobre outro. Não há trabalhos mais doces que os das vossas oficinas; mas toda essa doçura para quem é?"

Apud BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 144.

Extensão mínima: 450 palavras
Extensão máxima: 600 palavras

VALORES:

1. Organização e desenvolvimento	30 pontos
2. Propriedade vocabular	15 pontos
3. Correção lingüística	15 pontos
TOTAL:	**60 pontos.**

B - RESUMO(*)

Resuma o texto:

O HOMEM CORDIAL

"Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade — daremos ao mundo o "homem cordial". A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar "boas maneiras", civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo — ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças. Entre os japoneses, onde, como se sabe, a polidez envolve os aspectos mais ordinários do convívio social, chega a ponto de confundir-se, por vezes, com a reverência religiosa. Já houve quem notasse este fato significativo, de que as formas exteriores de veneração à divindade, no cerimonial xintoísta, não diferem essencialmente das maneiras sociais de demonstrar respeito.

Nenhum povo está mais distante dessa noção ritualista da vida do que o brasileiro. Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir na aparência — e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no "homem cordial": é a forma natural e viva que se converteu em fórmula. Além disso a polidez é, de algum modo, organização de defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intatas sua sensibilidade e suas emoções.

Por meio de semelhante padronização das formas exteriores da cordialidade, que não precisam ser legítimas para se manifestarem, revela-se um decisivo triunfo do espírito sobre a vida. Armado dessa máscara, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social. E, efetivamente, a polidez implica uma presença contínua e soberana do indivíduo.

No "homem cordial", a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro — como bom americano — tende a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros. Foi a esse tipo humano que se dirigiu Nietzsche, quando disse: "Vosso mau amor de vós mesmos vos faz do isolamento um cativeiro".

Nada mais significativo dessa aversão ao ritualismo social, que exige, por vezes, uma

personalidade fortemente homogênea e equilibrada em todas as suas partes, do que a dificuldade em que se sentem, geralmente, os brasileiros, de uma reverência prolongada ante um superior. Nosso temperamento admite fórmulas de reverência, e até de bom grado, mas quase somente enquanto não suprimam de todo a possibilidade de convívio mais familiar. A manifestação normal do respeito em outros povos tem aqui sua réplica, em regra geral, no desejo de estabelecer intimidade. E isso é tanto mais específico, quanto se sabe do apego freqüente dos portugueses, tão próximos de nós em tantos aspectos, aos títulos e sinais de reverência.

No domínio da lingüística, para citar um exemplo, esse modo de ser parece refletir-se em nosso pendor acentuado para o emprego dos diminutivos. A terminação "inho", aposta às palavras, serve para nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos e, ao mesmo tempo, para lhes dar relevo. É a maneira de fazê-los mais acessíveis aos sentidos e também de aproximá-los do coração. Sabemos como é freqüente, entre portugueses, o zombarem de certos abusos desse nosso apego aos diminutivos, abusos tão ridículos para eles quanto o é para nós, muitas vezes, a pieguice lusitana, lacrimosa e amarga. Um estudo atento das nossas formas sintáxicas traria, sem dúvida, revelações preciosas a esse respeito.

À mesma ordem de manifestações pertence certamente a tendência para a omissão do nome de família no tratamento social. Em regra é o nome individual, de batismo, que prevalece. Essa tendência, que entre portugueses resulta de uma tradição com velhas raízes—como se sabe, os nomes de família só entram a predominar na Europa cristã e medieval a partir do século XII—acentuou-se estranhamente entre nós. Seria talvez plausível relacionar tal fato à sugestão de que o uso do simples prenome importa em abolir psicologicamente as barreiras determinadas pelo fato de existirem famílias diferentes e independentes umas das outras. Corresponde à atitude natural aos grupos humanos que, aceitando de bom grado uma disciplina da simpatia, da "concórdia", repelem as do raciocínio abstrato ou que não tenham como fundamento, para empregar a terminologia de Tönnies, as comunidades de sangue, de lugar ou de espírito.

O desconhecimento de qualquer forma de convívio que não seja ditada por uma ética de fundo emotivo representa um aspecto da vida brasileira que raros estrangeiros chegam a penetrar com facilidade. E é tão característica, entre nós, essa maneira de ser, que não desaparece sequer nos tipos de atividade que devem alimentar-se normalmente da concorrência. Um negociante de Filadélfia manifestou certa vez a André Siegfried seu espanto ao verificar que, no Brasil como na Argentina, para conquistar um freguês tinha necessidade de fazer dele um amigo.

Nosso velho catolicismo, tão característico, que permite tratar os santos com uma intimidade quase desrespeitosa e que deve parecer estranho às almas verdadeiramente religiosas, provém ainda dos mesmos motivos. A popularidade, entre nós, de uma Santa Teresa de Lisieux—Santa Teresinha—resulta muito do caráter intimista que pode adquirir seu culto, culto amável e quase fraterno, que se acomoda mal às cerimônias e suprime as distâncias. É o que também ocorreu com o nosso menino Jesus, companheiro de brinquedo

das crianças e que faz pensar menos no Jesus dos evangelhos canônicos do que no de certos apócrifos, principalmente as diversas redações do Evangelho da Infância. Os que assistiram às festas do Senhor Bom Jesus de Pirapora, em São Paulo, conhecem a história do Cristo que desce do altar para sambar com o povo.

Essa forma de culto, que tem antecedentes na Península Ibérica, também aparece na Europa Medieval e justamente com a decadência da religião palaciana, superindividual, em que a vontade comum se manifesta na edificação dos grandiosos monumentos góticos. Transposto esse período—afirma um historiador—surge um sentimento religioso mais humano e singelo. Cada casa quer ter sua capela própria, onde os moradores se ajoelham ante o padroeiro e protetor. Cristo, Nossa Senhora e os santos já não aparecem como entes privilegiados e eximidos de qualquer sentimento humano. Todos, fidalgos e plebeus, .querem estar em intimidade com as sagradas criaturas e o próprio Deus é um amigo familiar, doméstico e próximo—o oposto do Deus "palaciano", a quem o cavaleiro, de joelhos, vai prestar sua homenagem, como a um senhor feudal.

O que representa semelhante atitude é uma transposição característica para o domínio do religioso desse horror às distâncias que parece constituir, ao menos até agora, o traço mais específico do espírito brasileiro. Note-se que ainda aqui nós nos comportamos de modo perfeitamente contrário à atitude já assinalada entre japoneses, onde o ritualismo invade o terreno da conduta social para dar-lhe mais rigor. No Brasil é precisamente o rigorismo do rito que se afrouxa e se humaniza."

HOLANDA, Sérgio Buarque de . Raízes do Brasil. 20a. edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988, p. 106/110.

VALORES:

1. Técnica de resumo	**25 pontos**
2. Correção e propriedade de expressão	**15 pontos**
TOTAL	**40 pontos**

(*) Seu resumo deverá conter 300 palavras aproximadamente.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO
EXAME DE ADMISSÃO AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA (CPCD) - 1995.

TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

13 de abril de 1995

No texto a seguir, de Machado de Assis, foram inseridos 30 (trinta) erros de língua portuguesa, considerada em sua forma padrão.

Será aprovado o candidato que identificar, corrigir e explicar pelo menos 25 (vinte e cinco) desses erros.

Utilize as folhas do caderno anexo para indicar, no local respectivo:

a) a linha da ocorrência de cada erro;
b) o número, a ser obtido na Tabela abaixo, com a explicação do erro identificado;
c) o período ou a oração ou o termo da oração ou a palavra em que ocorre o erro;
d) a variante correta.

Quadro com a explicação dos erros

1. Emprego errôneo de forma verbal
2. Erro de concordância verbal
3. Erro de grafia
4. Erro de pontuação
5. Substituição de palavra por palavra homófona
6. Omissão de acento grave indicador de crase
7. Omissão de preposição obrigatória
8. Omissão de pronome pessoal
9. Uso supérfluo de preposição
10. Uso indevido de pronome pessoal

ESTE CADERNO DEVE SER RESTITUÍDO JUNTAMENTE COM AS RESPOSTAS AO TESTE.

DURAÇÃO: 3 horas

ANEDOTA DO CABRIOLET

– O ***cabriolet*** está aí, sim, senhor, dizia o preto, que viera à matriz de S.José chamar o vigário para sacramentar dois moribundos.

A geração de hoje não viu a entrada e a saída do ***cabriolet*** no Rio de Janeiro. Também não saberá do tempo que o ***cab*** e o ***tilbury*** vieram para o rol dos nossos veículos de praça. ou particulares. O ***cab*** durou pouco. O ***tilbury***, anterior aos dois, promete ir a destruição da cidade. Quando esta acabar e entrarem os cavadores de ruínas, achar-se-á um, parado, com o cavalo e o cocheiro em ossos, esperando o freguês do costume. A paciência será a mesma de hoje, por mais que chova, a melancolia maior, como quer que brilhe o sol, porque juntará a própria atual a do espectro dos tempos. O arqueólogo dirá coisas raras sobre os três esqueletos. O ***cabriolet*** não teve história; deixou apenas a anedota que vou dizer.

– Dois! exclamou o sacristão.

– Sim, senhor, dois: sinhá Anunciada e sinhô Pedrinho. Coitado de sinhô Pedrinho! E sinhá Anunciada, coitada! O preto continuou a gemer, andando de um lado para outro, aflito, fora de si.

É natural que alguém que leia isto com a alma turva de dúvidas pergunte se o preto sentia deveras, ou se queria picar a curiosidade do coadjutor e do sacristão. Eu estou que tudo se pode combinar neste mundo, como no outro. Creio que ele sentia deveras; não descreio que ansiasse por dizer alguma história terrível. Em todo caso, nem o coadjutor nem o sacristão lhe perguntavam nada.

Não é que o sacristão não fosse curioso. Em verdade, pouco mais era que isso. Trazia a paróquia de cor: sabia os nomes as

55 nunca ouvi...? Amigos, não sei: conhecidos, talvez, simples
56 conhecidos. Mas então mandariam ***cabriolet***? Este mesmo preto é novo
57 na casa; há de ser escravo de um dos moribundos, ou de ambos."
58 Era assim que João das Mercês ia cogitando, e não foi por
59 muito tempo. O ***cabriolet*** parou a porta de um sobrado, justamente a
60 casa do comendador Brito, José Martins de Brito. Já haviam algumas
61 pessoas embaixo com velas, o padre e o sacristão apeiaram-se e
62 subiram a escada, acompanhados do comendador. A esposa deste, no
63 patamar, beijou o anel ao padre. Gente grande, crianças, escravos,
64 um borborinho surdo, meia claridade, e os dois moribundos à espera,
65 cada um no seu quarto, ao fundo.
66 Tudo se passou como é de uso e regra em tais ocasiões. Sinhô
67 Pedrinho foi absolvido e ungido, sinhá Anunciada também, e o
68 coadjutor despediu-se da casa para tornar a matriz com o sacristão.
69 Este não se despediu do comendador sem lhe perguntar ao ouvido se
70 os dois eram parentes seus. Não,não eram parentes, respondeu Brito;
71 eram amigos de um sobrinho que vivia em Campinas; uma história
72 terrível... Os olhos de João das Mercês escutaram arregaladamente
73 estas duas palavras, e disseram, sem falar, de que viriam ouvir o
74 resto, talvez naquela mesma noite. Tudo foi rápido, porque o padre
75 descia a escada, era força ir com ele.
76 Foi tão curta a moda do ***cabriolet***, que este provavelmente não
77 levou outro padre a moribundos. Ficou-lhe a anedota, que vou
78 acabar já, tão escassa foi ela, uma anedota de nada. Não importa.
79 Qualquer que fosse o tamanho ou a importância, era sempre uma fatia
80 de vida para o sacristão, que ajudou o padre a guardar o pão
81 sagrado, a despir a sobrepeliz, e a fazer tudo mais, antes de se

109 uma paisagem. A paisagem fica sendo a mesma, e a água, se há água,
110 murmura o mesmo som. Esta comparação, que era dele, valia mais do
111 que ele pensava, porque a andorinha, ainda voando, faz parte da
112 paisagem, e a anedota fazia nele parte da pessoa; era um dos seus
113 atos de viver.

114 Quando chegou a casa do comendador, tinha desfiado o rosário
115 da vida deste, e entrou com o pé direito para não sair mal. Não
116 pensou em sair cedo, por mais aflita que fosse a ocasião, e nisto
117 a fortuna o ajudou. Brito estava na sala da frente, em conversa
118 com a mulher, quando lhe vieram dizer que João das Mercês
119 perguntava pelo estado dos moribundos. A esposa retirou-se da
120 sala, o sacristão entrou pedindo desculpas e dizendo, que era por
121 pouco tempo; ia passando e lembrara-se de saber se os enfermos
122 tinham ido para o céu, ou se ainda eram deste mundo. Tudo que
123 dissesse respeito ao comendador seria ouvido por ele com interesse.

124 - Não morreram, nem sei se escaparão; quando menos, ela
125 creio que morrerá, concluiu Brito.

126 - Parecem bem mal.

127 - Ela, principalmente; também é a que mais padece da febre.
128 A febre os pegou aqui em casa, logo que chegaram de Campinas, há
129 dias.

130 - Já estavam aqui? perguntou o sacristão, pasmado de o não
131 saber.

132 - Já; chegaram há quinze dias, ou quatorze. Vieram com o meu
133 sobrinho Carlos e aqui apanharam a doença...

134 Brito interrompeu o que ia dizendo; assim pareceu ao sacristão,
135 que pôs no semblante toda a expressão de uma pessoa que espera o

162 - Triste, sim, triste, concordou João das Mercês.Boas pessoas.
163 - Iam casar-se.
164 - Casar? Noivos um do outro?
165 Brito confirmou de cabeça. A nota era melancólica, mas não
166 havia sinal da história terrível anunciada, e o sacristão esperou
167 por ela. Observou consigo que era a primeira vez que ouvia alguma
168 coisa de gente que absolutamente não conhecia. As caras, vistas a
169 pouco, eram o único sinal dessas pessoas. Nem por isso se sentia
170 menos curioso. Iam casar-se... Podia ser que a história terrível
171 fosse isso mesmo. Em verdade, atacados de um mal na véspera de um
172 bem, o mal devia ser terrível. Noivos e moribundos...
173 Vieram trazer recado ao dono da casa; este pediu licença ao
174 sacristão, tão depressa, que nem deu tempo a que ele se despedisse
175 e saísse. Correu para dentro, e lá ficou cinqüenta minutos. Ao
176 cabo, chegou à sala um pranto sufocado; logo após, tornou o
177 comendador.
178 - Que lhe dizia eu, há pouco? Quando menos, ela ia morrer;
179 morreu.
180 Brito disse isso sem lágrimas e quase sem tristeza. Conhecia
181 a defunta de pouco tempo. As lágrimas, segundo referiu, eram do
182 sobrinho de Campinas e de uma parenta da defunta, que morava em
183 Mata-porcos. Daí a supor que o sobrinho do comendador gostasse da
184 noiva do moribundo foi um instante para o sacristão, mas não se lhe
185 pegou a idéia por muito tempo; não era forçoso, e depois se ele
186 próprio os acompanhara... Talvez fosse padrinho de casamento. Quis
187 saber, e era natural, o nome da defunta. O dono da casa, ou por não

215 - E vamos, vamos, foi então que a febre os tomou...?
216 Brito cerrou os dentes para não dizer mais nada. Como, porém,
217 o viessem chamar de dentro, acudiu depressa. e meia hora depois
218 estava de volta, com a nova do segundo passamento. O choro, agora
219 mais fraco, posto que mais esperado, não havendo já de quem o
220 esconder, trouxera a notícia ao sacristão.
221 - Lá se foi o outro,o irmão,o noivo... Que Deus lhes perdoe!
222 Saiba agora tudo, meu amigo. Saiba que eles se queriam tanto, que
223 alguns dias depois de conhecido o impedimento natural e canônico
224 do consórcio, pegaram de si e, fiados em serem apenas meios irmãos
225 e não irmãos inteiros,meteram-se em um **cabriolet** e fugiram de casa.
226 Dado logo o alarma, alcançamos pegar o **cabriolet** a caminho da
227 Cidade Nova,e eles ficaram tão pungidos e vexados da captura,que
228 adoeceram de febre e acabam de morrer.
229 Não se pode escrever o que sentiu o sacristão, ouvindo-lhe
230 este caso. Guardou-o por algum tempo, com dificuldade. Soube os
231 nomes das pessoas pelo obituário dos jornais, e combinou as
232 circunstâncias ouvidas ao comendador com outras. Enfim, sem se ter
233 por indiscreto, espalhou a história, só com esconder os nomes e
234 contá-la a um amigo, que a passou a outro; este a outros, e todos
235 a todos. Fez mais; meteu-se-lhe em cabeça de que o **cabriolet** da
236 fuga, podia ser o mesmo dos últimos sacramentos; foi à cocheira,
237 conversou familiarmente com um empregado, e descobriu que sim.
238 Donde veio chamar-se a esta página a "anedota do **cabriolet**."
239 (MACHADO DE ASSIS, in **Obra Completa**, Rio de Janeiro: Editora José
240 Aguilar Ltda, 1959, pp.691/5; com adaptações).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO
EXAME DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA DE 1995

PROVA DE PORTUGUÊS

DURAÇÃO: 05:00 HORAS

EM 14 DE ABRIL DE 1995.

A - DISSERTAÇÃO

Disserte sobre o texto abaixo.

"Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil. E fazemo-lo porque a sua instabilidade de complexos de fatores múltiplos e diversamente combinados, bem como as vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem as tornam talvez efêmeras, destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra."

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões** in **Obra Completa**, v. II. Rio de Janeiro : José Aguilar, 1966, p 93 (com adaptações).

Extensão mínima: 450 palavras
Extensão máxima: 600 palavras

VALORES:

1. Organização e desenvolvimento:	**30 pontos**
2. Propriedade vocabular:	**15 pontos**
3. Correção lingüística:	**15 pontos**
TOTAL:	**60 pontos.**

B - RESUMO

RESUMA O TEXTO SEGUINTE EM CERCA DE 1/4 DE SUA EXTENSÃO, OU SEJA APROXIMADAMENTE 400 PALAVRAS:

A Bahia era, até hoje, um dos baluartes do lusismo, do gramaticalismo, da imobilidade da língua. Da Bahia é o ministro que ainda há pouco recebeu de Portugal todas as honras e todos os louvores, por ter defendido a língua portuguesa, o que para eles significa a "intangibilidade da língua portuguesa". (É de notar, aliás, que desde o tempo do visconde de Cabo Frio, o grande "bispo" do Itamarati por tantos decênios, no Império, todas as nossas delegações levavam instruções para o emprego da língua portuguesa nos congressos internacionais).

A Bahia, enfim, era Rui. E Rui Barbosa foi aqui a coluna mestra de toda a filologia passada.

Não existe, a meu ver, sintoma mais característico da diferenciação entre duas gerações do que a atitude nossa diante de Rui Barbosa. Nós admiramos Rui. Admiramos nele o amigo dos livros. O sábio de erudição prodigiosa. O homem de coragem cívica inexcedível. O jurista, o polígrafo, o constitucionalista, o educador e, sobretudo, o estupendo polemista.

Admiramos tudo isso, é exato. Mas nunca "sentimos" Rui Barbosa como escritor. Sempre foi radicalmente diverso de nós. Outra geração. Outra compreensão da linguagem. Outra coisa. Admiramos Rui Barbosa de longe, como um grande escritor português. Como um clássico. Não como um escritor nosso. E muito menos do nosso tempo.

Confesso, sem o mínimo desejo de ferir a memória desse homem enorme, a quem tanto deve a nossa cultura sem dúvida e, sobretudo, o nosso caráter, e sem a mínima intenção de bancar o original: sempre tive muito mais encanto em ouvir a fala de um matuto do que um discurso de Rui Barbosa. Podia ler a este, ou ouvi-lo, com a maior admiração. Mas escutava o tabaréu com o coração, com todo o coração de brasileiro que sentia nessa linguagem tosca a fonte pura e cristalina do que havia de mais "eu" em mim.

Pois bem, tudo isso, toda essa experiência própria eu voltei a sentir lendo essa tese desse outro baiano, que ousa investir (sem o citar aliás) contra a sombra asfixiante do seu imenso conterrâneo.

É curioso como a gente vai sentindo, nos homens da sua geração, que nos chegam de tão longe, de tão alheios ao nosso contacto, — como sentimos as mesmas experiências, os mesmos estados de espírito, os mesmos problemas resolvidos por forma semelhante. Como dizia William Blake, parece mesmo que há ambientes de espírito, sentimentos no ar, pelos quais nós "passamos", como ao nadar sentimos que atravessamos zonas mais quentes, zonas mais frias.

A tese do Sr. Parentes Fortes pode ser dividida em três partes, embora na realidade não haja de todo essa ordem de sucessão.

Na primeira parte, mostra os princípios novos da lingüística moderna, de que se mostra perfeitamente conhecedor. Na segunda, especifica, em diversos parágrafos, quais os pontos "de facto" em que a língua brasileira já se diferenciou da língua portuguesa. E, finalmente, discute, ao terminar, as suas idéias originais e ousadas sobre o modo de realizar "praticamente" a integração da nova língua.

Citarei alguns trechos para mostrar o essencial da tese original e profunda do Sr. Parentes Fortes, que para nós, partidários da diferenciação, já agora representa um documento valioso e um argumento considerável.

Começa por mostrar como foi levado a esses estudos não arbitrariamente, ou por gosto de erudição, e sim por ter experimentado em si a dissociação que se ia dando entre a língua que nos era ensinada e a língua que ouvíamos falar. Foi a experiência de todos nós.

Mostra depois como o erro dessa dissociação está sendo apontado por toda a filologia contemporânea.

— "De cada uma e do conjunto de todas estas ciências, numerosos conceitos foram colhendo os autores. Desde os estudos de fonética e prosódia sintáticas, que se esboçou, antes de tudo, a necessidade de considerar a linguagem viva e espontânea como o verdadeiro fato natural de que se devia ocupar a lingüística. Foi quando se descobriu, entre outras cousas, a artificialidade e a estreiteza da língua literária e ainda a profunda diversidade que havia e há entre ela e a língua falada... A história foi talvez a que lhes forneceu os melhores fundamentos para esta sentença. É ela, com efeito, a que nos mostra, de modo indiscutível, quanto mal pode trazer a si mesma uma literatura que se divorcia, pelos caprichos dos seus escritores, da linguagem viva que o povo lhes oferece para uso".

Passa depois a especificar, como disse, alguns dos pontos precisos em que uma gramática brasileira já pode assentar. É a parte mais importante do volume. Aquela em que as considerações cedem aos fatos. E estes já começam a receber uma certa sistematização necessária. Pois, o que há de mais interessante na tese é que ela não se prende a nenhuma dialeto regional brasileiro, mas estuda a nova língua, em suas formas globais, orgânicas, totais.

Não tenho, entretanto, nem competência nem lugar para transcrever nem mesmo alguns desses dezessete pontos de diferenciação.

Finalmente volta o autor a mostrar como a formação histórica da nossa língua favorece a diferenciação.

"A língua vencedora, no ambiente brasileiro, não foi a língua da corte nem do púlpito portugueses, mas a língua do colono, a qual só podemos estudar, através dos provincialismos vivos de Portugal e das transformações que eles apresentam atualmente no Brasil".

E especifica os motivos que a seu ver determinaram o desprezo desses elementos formadores e levaram a essa dissociação crescente entre a língua falada e a língua escrita, entre a língua dos escritores e a língua do povo, entre a literatura e a vida.

"Todas elas podem ser expressas debaixo de um só nome: falta ou obtusidade do sentimento de realidade, — eis o que, no Brasil, levou a literatura e a gramática a esse estado de eternidade morta, perfeito simulacro da impassibilidade búdica."

Aceitando, portanto, a diferenciação da nossa língua como um fato, que a observação nos fornece e que a lingüística explica, — falta evitar a anarquia e pôr em prática os resultados da pesquisa teórica, pois o Sr. Hebert Fortes, como se está vendo, é um realista e não um devaneador.

E nesse ponto é que apresenta a sua proposta um pouco ousada e a meu ver discutível. É a única parte do volume em que divirjo um pouco de suas idéias:

"Nem a literatura, nem a ciência, nem o povo é capaz de organizar um trabalho de vulto, como seja o do estudo permanente das riquezas de nossa língua viva. Todos esses "poderes" a olham de um ângulo restrito, embora encerre ou subentenda outros pontos de vista. Ademais, o movimento social os domina e absorve. Para remediar a esse mal, só a ação da autoridade civil é capaz de uma orientação eficaz e equilibrada."

A idéia pode parecer absurda à primeira vista. Mas o autor a defende com fundamentos interessantes.

"Alfabetizar um povo é um erro gravíssimo, porque é abrir diante de um caminheiro uma imensidade de estradas novas para as quais ele não possui o instinto da escolha... Queremos dizer que o ensino oficial da língua materna devia ter um "conteúdo significativo" e não circunscrever-se à aprendizagem do manejo de uma máquina poderosa, como é a língua, sem uma simultânea educação do gosto e da inteligência que ela supõe e muito mais encerra...Queremos dizer que o ensino oficial da língua materna deve ser sobretudo "oral"... Queremos finalmente dizer que os governos devem dar ao ensino da língua materna uma orientação mais concreta, mais sintética, mais oral, mais expressiva... com programas baseados naquela compreensão da língua viva da vida nacional."

O pensamento do Sr. Fortes é em suma este: no Brasil se tem formado uma língua viva ao lado de uma língua morta. A língua viva é falada por todos nós. A língua morta é escrita pela maioria e ensinada oficialmente. Ora, tudo nos manda preferir a língua viva à língua morta, aceitando a que o povo fala e repudiando os critérios fechados e rígidos da correção gramatical.

Mas seria a anarquia se deixássemos ao abandono. Há uma tendência à quebra da unidade da língua, devido a causas variadas. E se repudiamos o laço tradicional da gramática portuguesa, devemos substituí-lo por algum outro laço mais nosso, garantido por uma autoridade única. A única autoridade que parece de momento representar as vantagens da unificação e da uniformização, impedindo a dispersão e a

anarquia, é o governo, é a autoridade civil, que faz o mesmo com as tendências sociais anárquicas ou separatistas. E daí a sua conclusão: "Convencidos da incapacidade da ciência e da literatura para, isolada ou conjuntamente, dirigir de fato as riquezas da nossa língua e organizar a sua disciplina, propomos aqui para fundamento científico do critério de correção gramatical o mesmo fundamento sociológico da autoridade civil".

Há muito de verdade em tudo o que alega o Sr. Fortes. E a minha divergência está apenas em julgar prematura uma tal ação centralizadora da autoridade civil.

Penso que ainda estamos na fase de formação. Ainda são imensos os preconceitos contrários a uma diferenciação orgânica da língua. As classes cultas julgam plebeísmo essa vitalidade do idioma. Os mestres elementares não estão, nem de longe, preparados para ensinar o que ainda nem sequer aprenderam ou apenas observaram. Os mestres superiores, esses ainda mais aferrados ao lusismo. Dos escritores só uma parte pequena aceita as novas idéias e desses só uma parte mínima está disposta a pô-las em prática. A Academia faz obra de filologia erudita e passada, limitando-se quando muito a aceitar "brasileirismos". E quem apenas aceita os "brasileirismos" da língua está muito longe de compreender a nova fala brasileira.

E, finalmente, essa fala ainda está em período de formação. A estrutura geral da língua ainda não sofreu uma transformação tamanha que possa permitir já a redução dos novos fatos a um sistema completo e geral. Não podemos prescindir do fator tempo. E, como não temos a mínima pretensão de fazer no ar uma obra, e sim qualquer coisa de absolutamente enraizado na realidade, não devemos temer desde já os perigos da anarquia. Ainda estamos, por ora, dissolvendo a velha fortaleza feudal do lusismo gramaticógrafo. E para esse trabalho o esforço disperso e contínuo é talvez insubstituível. Temos de trabalhar "com" a natureza, "com" o tempo, "com" a alma nova da nação e nunca contra elas ou a despeito delas.

Por isso é que considero a ação unitária do Sr. Herbert Fortes um pouco precipitada e prematura.

Ele mesmo está em condições de prestar um serviço muito maior à nossa causa, do que propondo a adoção de critérios absolutos (e de momento "impossíveis" de realizar) para os programas oficiais de ensino da língua. A língua é obra do povo. A autoridade só pode intervir depois dela formada.

E o serviço muito maior que o Sr. Fortes pode prestar à causa da língua brasileira é aprofundar de toda forma o seu estudo.

Sua tese me trouxe positivamente uma grande esperança. Espero que seja ele o filólogo que faltava à nossa geração. Vejo nele qualidades que o habilitam a essa honra. Embora ainda diluídas em grandes defeitos.

Ele é desordenado no que escreve. Confuso muitas vezes. Mostrando que ainda é muito moço e que ainda não teve tempo de depurar, de assentar as suas idéias. É muito variável, passando de coisas excelentes a coisas péssimas. Isso, mais do que na sua tese, é visível em uma palestra que fez no Ginásio da Bahia sobre "Literatura

Brasileira" (Imp. Of. página 29, Bahia, 1927). Todo o início, por exemplo, é simplesmente detestável. Gongórico, obscuro, palavroso, sem gosto, o que há de literatice ordinária. Pois bem, vai melhorando lentamente ao longo da palestra e acaba por algumas páginas magistrais de idéia e mesmo razoáveis de expressão. Porque o fato é que ele escreve mal. Ainda não assimilou essas correntes vivas da língua, que tão bem soube simplificar a sua expressão a ponto se reduzi-la à própria seiva da idéia. É espesso e pesado meditar bastante em tudo isso.

É, portanto, o Sr. Herbert Fortes, uma força que apenas começa. Mas que me parece já ser considerável e digna das nossas maiores esperanças. Pois tem saber e vida. E a formação da nossa língua já não é para nós uma questão de sentimentalismo, e sim um problema científico.

Tristão de Ataíde in Pinto, Edith P. (org.) **O Português do Brasil**: **textos críticos e teóricos, 2: 1920/1945.** São Paulo: EDUSP, 1981 pp. 96 - 101.

Valores:

1. Técnica de resumo	**25 pontos**
2. Correção e propiedade de expressão	**15 pontos**
TOTAL	**40 pontos**

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO
EXAME DE ADMISSÃO AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA - 1995

PROVA DE NOÇÕES DE DIREITO

Brasília, 05 de julho de 1995.

Responda e fundamente suas respostas:

1. A lei federal prevalece sobre a lei estadual, independentemente da matéria sobre a qual verse?

Valor: 20 pontos

2. Direitos fundamentais não explícitos na Constituição podem ser reconhecidos e aplicados pelos tribunais?

Valor: 20 pontos

3. As normas de direito natural são obrigatórias para o legislador?

Valor: 20 pontos

4. Há distinção entre nacionalidade e cidadania?

Valor: 20 pontos

5. Contrapor Confederação de Estados a Estado Federal.

Valor: 20 pontos

(Duração: 5:00 horas)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO
EXAME DE ADMISSÃO AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA - 1995

PROVA DE NOÇÕES DE ECONOMIA

Brasília, 08 de julho de 1995.

Escolha, para desenvolver, cinco das questões abaixo:

1. Discute-se hoje no Brasil a fixação do limite máximo de 12% ao ano para a taxa de juros. Discorra sobre as possíveis repercussões dessa medida sobre a condução da política monetária.

Valor: 20 pontos

2. O pensamento Keynesiano ampliou o papel econômico atribuído ao Estado nas economias capitalistas modernas. Discorra sobre os motivos dessa ampliação, e sobre as áreas onde a presença do Estado se torna necessária, de acordo com aquela visão.

Valor: 20 pontos

3. Afirma-se freqüentemente que a existência de monopólios resulta em alocação ineficiente dos recursos econômicos; explique a fundamentação dessa afirmativa.

Valor: 20 pontos

4. Um dos argumentos a favor do chamado sistema de bandas cambiais, no qual se permite uma flutuação das taxas de câmbio dentro de certos limites, é que assim se obteriam as vantagens do sistema de taxas cambiais flexíveis, sem incorrer nas desvantagens desse último sistema. Explique quais essas vantagens e desvantagens.

Valor: 20 pontos

5. As atuais taxas de juros elevadas, no Brasil, estão relacionadas com o propósito do governo de reduzir o nível de consumo, considerado excessivo. (a) Explique em que sentido o consumo pode ser "excessivo". (b) Discorra sobre formas alternativas de redução do consumo, por meio de instrumentos de política fiscal.

Valor: 20 pontos

6. Um dos fatos mais marcantes hoje observados no cenário internacional é o abandono do planejamento econômico nos antigos países socialistas. Explique como se pode esperar substituir o planejamento por outras formas de organização da atividade econômica, e como essas novas formas podem resolver os problemas fundamentais da economia.

Valor: 20 pontos

7. Que benefícios são esperados do processo de liberalização de importações ora em curso no Brasil?

Valor: 20 pontos

8. Explique por que a quantidade de uma mercadoria ofertada no mercado costuma ser mais flexível a variações de preço no longo prazo do que no curto prazo.

Valor: 20 pontos

9. Discuta a seguinte afirmativa: "A idéia de um mercado perfeitamente competitivo é inteiramente irrealista e artificial, sendo assim de pouca utilidade como instrumento conceitual.".

Valor: 20 pontos

10. Explique, em linhas gerais, o conceito de concorrência monopolística.

Valor: 20 pontos

Duração da prova: 5 horas

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO
EXAME DE ADMISSÃO AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA - 1995

PROVA DE GEOGRAFIA

Brasília, 02 de julho de 1995.

1. O mundo experimenta na atualidade a maior aceleração do tempo histórico de que se tem notícia, onde novas tecnologias fragmentam e individualizam o trabalho em torno de redes de informação, e onde ocorre a mundialização das trocas e dos fluxos de informação nas áreas comercial, financeira, acadêmica e tecnológica. Levando-se em conta o modelo de organização espacial brasileiro, quais as regiões que apresentam condições mais favoráveis de desenvolvimento, diante da nova realidade internacional?

Valor: 20 pontos

2. Resultados preliminares do Censo Demográfico de 1991 apontam para um redirecionamento dos fluxos migratórios, em que os movimentos intra-regionais prevalecem sobre os inter-regionais. Um aspecto importante dessa dinâmica populacional é a predominância dos deslocamentos de curta e média distância em direção às grandes cidades, especialmente às capitais dos Estados e a algumas cidades de porte médio. A que se pode atribuir essa nova tendência dos movimentos migratórios no Brasil, e qual sua relação com o desenvolvimento econômico e social recente do país?

Valor: 20 pontos

3. Em *O Espaço Urbano*, o autor Roberto Lobato Corrêa explica o processo de estruturação das cidades brasileiras tomando por base a ação dos diferentes agentes envolvidos nesse processo. Quais são esses agentes e o que caracteriza sua ação sobre o espaço urbano?

Valor: 20 pontos

4. Especialistas prevêem que, mantidos os atuais níveis de degradação dos solos em regiões áridas, semi-áridas e subúmidas do Globo Terrestre, a Humanidade perderá, até o final deste século, um terço de suas terras agricultáveis. Essa perspectiva se revela especialmente preocupante, uma vez que, apenas para manter o atual padrão de nutrição da população mundial, será necessário produzir, nos próximos vinte e cinco anos, uma quantidade três vezes maior de alimentos. Quais as nações mais atingidas por essa crise, e que fatores contribuem para agravá-la?

Valor: 20 pontos

5. Existe uma controvérsia entre correntes teóricas que acreditam na possibilidade de ocorrência de alterações climáticas pela ação humana, incluindo-se aí o problema da destruição da camada de ozônio, e correntes teóricas que negam a veracidade científica de tais argumentos. Analise essa questão nos seus aspectos físicos, sócio-econômicos e políticos.

Valor: 20 pontos

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO
EXAME DE ADMISSÃO AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA - 1995

PROVA DE HISTÓRIA

Brasília, 29 de junho de 1995.

1. Após as guerras napoleônicas, as grandes potências européias dispunham-se ao entendimento e não mais aceitavam que as relações internacionais ficassem à mercê de uma concentração singular de poder. Analise o Concerto Europeu entre 1815 e 1890, não deixando de ponderar seus efeitos sobre a conduta das diplomacias, as relações entre grandes e pequenas potências, o movimento das nacionalidades, a gestão de interesses oriundos da industrialização e a expansão ocidental. Sua reflexão levará a princípios, regras e valores que passaram a informar o sistema internacional do século XIX.

Valor: 20 pontos

2. Nos anos 1890, o termo *imperialismo* passou a ter uso corrente na linguagem política e jornalística. Homens de Estado até mesmo orgulhavam-se do adjetivo. Quando os marxistas, de Lênin aos teóricos da dependência, desenvolveram suas teorias do imperialismo, o termo adquiriu conotação pejorativa. Analistas não marxistas acabaram, todavia, por negar os argumentos que serviam ao marxismo revolucionário. Ao examinar o pensamento de uns e de outros, examine o fundamento e a coerência de seus discursos.

Valor: 20 pontos

3. Historiadores ponderam os efeitos da Guerra do Paraguai sobre o Império em termos de crise. Ao julgar essa tese, avalie as conseqüências do conflito sobre o governo de Gabinete, o orçamento, a instituição militar e o prestígio da monarquia.

Valor: 20 pontos

4. É sabido que a maçonaria ocupou papel de relevância no nascimento do Império brasileiro. Ao longo do século XIX ela esteve presente em diferentes percepções políticas de líderes e revoltosos. No nascimento da República, teve a maçonaria papel diferente ou similar ao que desempenhou no Império? Diferente ou similar daquele desempenhado pelo positivismo?

Valor: 20 pontos

5. É lícito interpretar a Operação Pan-Americana (OPA) de Juscelino Kubitschek como impulso para modernizar a Política Externa Brasileira? Trate o assunto, nas suas relações tanto com a tradição varguista de acoplar a política exterior ao desenvolvimento nacional quanto com o ocidentalismo e o contexto da Guerra Fria. Examine, ainda, o impacto da OPA sobre o Pan-Americanismo e a prática do multilateralismo.

Valor: 20 pontos

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO
EXAME DE ADMISSÃO AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA - 1995

PROVA DE CIÊNCIA POLÍTICA

Brasília, 12 de julho de 1995.

1. Para os autores do pensamento político moderno, o tema da liberdade do indivíduo é central. Hobbes e Locke, por exemplo, desenvolvem este tema, embora o façam sob formulações distintas, inclusive com respeito à relação entre o indivíduo e o Estado. Em quais aspectos estes autores convergem, e em quais divergem, no tratamento dado ao tema da liberdade individual?

Valor: 20 pontos

2. A discriminação social de grupos e indivíduos é um problema que aflige vários países do mundo contemporâneo. Diferenças de raça, gênero, credo religioso e preferências em geral, freqüentemente, adquirem conseqüências políticas. Estas têm variado, desde guerras civis e promessas de candidatos em campanhas eleitorais, até medidas legais e administrativas adotadas por governos para suprimir a discriminação. Seria aceitável considerar que as iniciativas de governos, destinadas a combater práticas discriminatórias, pressupõem uma relação entre política e ética? Sua resposta deve incluir uma apreciação de como a relação entre ética e política aparece em Aristóteles e em Maquiavel.

Valor: 20 pontos

3. Hegel e Marx têm concepções específicas sobre a relação entre sociedade civil e Estado. Discuta ambas as abordagens do tema, de modo a abranger as noções de "monarquia constitucional", "bonapartismo" e "ditadura do proletariado".

Valor: 20 pontos

4. Os conceitos de "pacto social" e "contrato social" são muitas vezes tomados como sinônimos. Por outro lado, é possível entender que as noções de "poder intermediário" e "corporação" possuem significados aproximadamente iguais. A idéia de "contrato social" fundamenta uma obra famosa de Rousseau; a de "poderes intermediários" constitui elemento imprescindível da tipologia das formas de governo de Montesquieu. Considerando estas observações, os conceitos de "contrato social" e “corporativismo" deveriam ser considerados mutuamente incompatíveis? Por quê?

Valor: 20 pontos

5. Em entrevista com Ralf Dahrendorf, em 1993, o semanário “Die Zeit” formulou a seguinte pergunta ao entrevistado: “Qual é o futuro da democracia se não puder mais garantir prosperidade?” Tendo em vista a história do pensamento político ocidental dos século XIX e XX, é possível estabelecer alguma relação entre "democracia" e "prosperidade" ou entre "participação política" e “propriedade"?

Valor: 20 pontos

Duração da prova: 5:00 horas

A-1) Num mundo de incertezas, ganhará o Estado que construir com mais rapidez e sensibilidade as suas estratégias de inserção mundial.

A-2) Perspectivas da Organização da Nações Unidas (ONU).

A-3) Perspectivas da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A-4) ~~Desde 1985 e, em particular, nos últimos três anos, o Brasil tomou medidas importantes que significaram sua plena incorporação ao sistema internacional de proteção aos direitos humanos. Quais?~~ A política brasileira de direitos humanos nos anos recentes.

A-5) O universalismo da política externa brasileira.

A-6) As opções da política externa brasileira no pós-Guerra Fria.

A-7) Aspectos da multipolaridade do cenário internacional.

A-8) As perspectivas de paz internacional no mundo pós-Guerra Fria.

A-9) Direitos humanos e desenvolvimento.

A-10) Direitos humanos e soberania nacional.

A-11) As transformações recentes do cenário internacional tornam aconselhável modificar-se a composição do Conselho de Segurança das Nações Unidas?

A-12) Os direitos humanos de primeira (civis e políticos), segunda (econômicos e sociais) e terceira gerações (auto-determinação, desenvolvimento comum, patrimônio comum), nos contextos Leste-Oeste, Norte-Sul e pós-Guerra Fria.

A-13) Os novos temas no debate multilateral (meio ambiente, direitos humanos, combate ao narcotráfico) e o papel secundário do tema do desenvolvimento.

A-14) O conceito de soberania nacional: evoluções recentes.

A-15) A universalidade, indivisibilidade, interdependência e inter-relacionamento dos direitos humanos.

A-16) O mundo pós-Guerra Fria: o fim da bipolaridade e a emergência da polaridade indefinida.

A-17) O mundo pós-Guerra Fria: forças centrípetas (o fim da História?) e forças centrífugas (a volta da História?)

A-18) Democracia e direitos humanos como temas globais - soberania e cidadania.

A-19) Soberania e dever de ingerência: dimensões política e humanitária.

A-20) Processo de globalização e regionalização.

A-21) O multilateralismo no pós-Guerra Fria.

A-22) Democracia, desenvolvimento e diplomacia.

A-23) Há sentido em falar numa "nova ordem internacional" pós-Guerra Fria?

A-24) O conceito de soberania e sua evolução recente: "o direito de ingerência".

A-25) Forças de aglutinação e forças de desagregação no mundo pós-Guerra Fria.

A-26) Os conflitos étnicos e o ressurgimento dos nacionalismos.

A-27) ~~O repúdio ao racismo.~~ Migrações e xenofobia no contexto internacional.

A-28) Diplomacia e direitos humanos.

A-29) O novo papel das Nações Unidas no mundo pós-Guerra Fria.

A-30) O Conselho de Segurança das Nações Unidas: é do interesse do Brasil ingressar como membro permanente?

A-31) O papel das Nações Unidas no cenário internacional.

A-32) O Brasil e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

A-33) Os direitos humanos na política externa brasileira.

A-34) Os processos de dissolução de Estados multinacionais e a emergência de micro-nacionalismos.

A-35) As justificativas e os critérios para a reestruturação do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A-36) O esvaziamento do diálogo Norte-Sul e a ênfase assistencialista do desenvolvimento.

A-37) A relativização da soberania no período pós-Guerra Fria: o dever de ingerência.

A-38) A soberania e os novos temas globais.

A-39) As operações de paz das Nações Unidas.

A-40) A reforma da ONU.

A-41) A política externa brasileira e o multilateralismo.

A-42) Nova ordem ou nova desordem internacional?

A-43) O papel da diplomacia brasileira é o de coadjuvar os esforços do Brasil por uma nova inserção internacional, que responda de forma adequada e produtiva à inédita combinação de fatores positivos e de desafio nos planos interno e internacional.

A-44) A proteção dos direitos humanos e o diálogo com organismos internacionais e ONGs sobre o assunto como prioridade de política externa brasileira.

A-45) A política externa e os instrumentos de valorização da condição universal da presença política e econômica do Brasil no mundo.

A-46) O Conselho de Segurança das Nações Unidas e a ampliação do espaço de participação brasileira no processo decisório internacional.

A-47) Os compromissos brasileiros com a não-proliferação de armamentos nucleares.

A-48) Comentar a afirmação seguinte: "O novo cenário que emerge com o fim da Guerra Fria remove constrangimentos e desenha um amplo horizonte de cooperação entre o Brasil e os países desenvolvidos"

A-49) Comentar a seguinte afirmação do Presidente Fernando Henrique Cardoso: "Os sentimentos contraditórios são naturais num mundo em que aumentam as incertezas e para o qual já não dispomos de uma matriz conceitual, como na Guerra Fria, que sirva de referência comum para interpretações e decisões".

A-50) Comentar a seguinte afirmação : "O fim da Guerra Fria não teve o poder de recriar por completo a realidade internacional. O que mudou foram aspectos particulares, que afetam a realidade contemporânea ,mas que, embora importantes, não a esgotam".

A-51) Comentar a observação seguinte: "A premissa da política externa brasileira é a da participação plena nos processos decisórios centrais das relações internacionais.Para o Brasil, o fim da Guerra Fria é essencialmente positivo".

A-52) Comentar a seguinte observação: "A extraordinária ampliação da agenda internacional absorve tal soma de energia e tempo, que corremos o risco de nos desviar da compreensão de que o mundo pós-Guerra Fria exige soluções amplas, marcadas por uma visão de futuro".

A-53)Comentar a seguinte afirmação do Presidente Fernando Henrique Cardoso: "No mundo da Guerra Fria, nossa vocação para a paz e para o entendimento parecia fora de lugar.Superada essa fase, tudo nos credencia a ter voz mais influente nos esforços de reestruturação do sistema internacional".

A-54) Comentar a seguinte observação do Presidente fernando Henrique Cardosos: "Temos em nossa tradição um acervo diplomático caracterizado por posições de equilíbrio.Somos um país de grande peso regional,mas sem vocação hegemônica.A presença sul-americana do Brasil é exemplar".

A-55) Comentar a seguinte observação: "Tendência positiva do mundo pós-Guerra Fria é de que se globalizam não apenas os processos econOmicos ou financeiros, mas também os conceitos e valores que delimitam as opções dos governos, tais como a qualidade da vida, a prexservação ambiental, a proteção dos direitos humanos".

A-56)Comentar a seguinte observação : "Com o fim da Guerra Fria, há os que são tentados pelo otimismo fácil, pelo triunfalismo, pela visão de que , em si mesmo, o fim do confronto ideológico seria capaz de produzir automaticamente transformações para melhor no cenário mundial; e há os pessimistas que constatam que a Guerra Fria ocultava problemas de difícil encaminhamento".

B-1) A OMC será a continuação do GATT do passado, assistirá a fragmentação mundial em blocos comerciais, levará ao predomínio do comércio administrado em bases discriminatórias ou ao surgimento de um sistema GATT mais integração profunda?

B-2) A nova ordem internacional e a visão do Brasil.

B-3) O equilíbrio entre o desenvolvimento, por um lado e, por outro, as preocupações ambientais e o bem estar das gerações futuras.

B-4) Meio ambiente e desenvolvimento.

B-5) A política externa brasileira e a evolução recente do quadro econômico internacional.

B-6) O Tratado de Não-Proliferação Nuclear: a posição do Brasil.

B-7) O controle do acesso a tecnologias como instrumento de poder no cenário internacional.

B-8) ~~A paz e a segurança internacionais~~ Eficácia das sanções internacionais como instrumento de pressão política.

B-9) O combate ao narcotráfico a cooperação internacional.

B-10) Hegemonia política e poder econômico.

B-11) A inserção ~~[illegible]~~ do Brasil no cenário internacional.

B-12) O comércio internacional após a Rodada Uruguai.

B-13) O Brasil e a Organização Mundial de Comércio (OMC).

B-14) A questão do desenvolvimento na agenda internacional pós-Guerra Fria.

B-15) O Brasil e a questão da não-proliferação de armas de destruição em massa.

B-16) A inserção do Brasil no cenário econômico internacional.

B-17) As novas tendências do cenário econômico internacional.

B-18) Meio ambiente e comércio.

B-19) A formação de grandes blocos econômicos e a evolução do comércio mundial.

B-20) O desenvolvimento e o acesso a tecnologias avançadas.

B-21) O novo mapa do comércio mundial.

B-22) Protecionismo e liberalização comercial.

B-23) Ciência e tecnologia e cooperação internacional.

B-24) A diplomacia econômica brasileira.

B-25) A diplomacia brasileira como promotora dos interesses comerciais do país.

B-26) Promoção comercial: instrumento útil da diplomacia brasileira.

B-27) Ao Brasil interessa um crescente engajamento no sistema econômico internacional, com ativa participação nos fluxos de comércio, investimentos e conhecimento científico-tecnológico.

B-28) As realizações internas nos campos político, econômico e social serão fatores determinantes da inserção internacional brasileira no século XXI.

B-29) O novo contexto internacional e o tema do desenvolvimento.

B-30) A evolução do sistema internacional: aspectos positivos e negativos para um país como o Brasil.

B-31) A OMC será um instrumento importante de estabilidade do comércio mundial.

A política externa brasileira e a questão do meio ambiente
B-32) ~~O conceito de desenvolvimento sustentável: a pro~~

B-33) ~~Vínculos entre comércio e direitos do trabalhador: a cláusula social.~~
A política externa brasileira e os vínculos entre comércio e direitos do Trabalhador.

B-34) Vínculos entre direitos comerciais e medidas ambientais.

B-35) A OMC e a operacionalização dos resultados da Rodada Uruguai.

B-36) Os foros políticos e econômicos de consulta e concertação de que o Brasil faz parte ou tem interesse em integrar.

B-37) A proteção ambiental e a cooperação para o desenvolvimento sustentável como prioridades de política externa brasileira.

B-38) As relações do Brasil com os três pólos de poder econômico mundial: os EUA, a UE e o Japão.

B-39) Os temas centrais da política externa do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

B-40) Segundo o Presidente Fernando Henrique Cardoso, "o Brasil tem um lugar reservado entre os países bem sucedidos do planeta no próximo século".

B-41) Segundo o Presidente Fernando Henrique Cardoso, "o desenvolvimento de um país no mundo de hoje não se mede pela quantidade das coisas que produz. O verdadeiro grau de desenvolvimento se mede pela qualidade da atenção que um país dá à sua gente". Comentar.

B-42) Segundo o Presidente Fernando Henrique Cardoso, "a realização de um projeto nacional consistente de desenvolvimento deve nos fortalecer crescentemente no cenário internacional". Comentar.

B-43) Segundo o Presidente Fernando Henrique Cardoso, "no mundo pós-Guerra Fria, a importância de países como o Brasil não depende somente de fatores militares e estratégicos, mas, sobretudo da estabilidade política interna, do nível geral de bem estar, dos sinais vitais da economia e também de propostas diplomáticas claras, objetivas e viáveis". Comentar.

B-44) Da Constituição Federal à plena participação no Tratado de Tlatelolco, o Brasil tem um patrimônio expressivo de compromissos unilaterais, bilaterais, regionais e internacionais em relação à não-proliferação.Comentar.

B-45) Conforme observou o então Chanceler Fernando Henrique Cardoso, "a inserção do Brasil na economia global depende da estabilidade interna e da retomada do crescimento". Comentar.

B-46) Com a conclusão da Rodada Uruguai e a criação da OMC, preservou-se e fortaleceu-se o sistema multilateral regido pelo GATT, afastando o risco de fragmentação das trocas internacionais em blocos estanques.

B-47) Comente as seguintes observações do Ministro Luiz Felipe Lampreia: "Sem nunca perder de vista o interesse brasileiro no desenvolvimento soberano, autônomo e responsável de tecnologias básicas para o nosso desenvolvimento científico e industrial, cabe-nos também viabilizar a participação crescente do Brasil em esquemas de convergência nas áreas de não-proliferação nuclear, controle das exportações de armamentos e de bens e tecnologias sensíveis, desarmamento nuclear, químico e biológico e construção de espaços de confiança entre nações e entre as regiões".

B-48) Comente a seguinte observação do Ministro Luiz Felipe Lampreia: Ös acordos assinados o ano passado em Marraqueche (relativos à criação da OMC) visam a uma disciplina mais rígida da atuação das nações comerciantes, fazdendo com que se reduza a capacidade de arbítrio das grandes potênciasna aplicação unilateral e discriminatória de medidas de proteção a determinados setores de suas economias".

B-49) Comente a seguinte afirmação do Ministro Luiz Felipe Lampreia: "O desenvolvimento das relações fronteiriças com nossos vizinhos, especialmente através do fortalecimento das interligações viárias e de comunicações e a cooperação em torno das atividades humanas desenvolvidas ao longo da faixa de fronteira, são prioridades da política externa brasileira".

B-50) Comente a seguinte observação do Ministro Luiz Felipe Lampreia: "Um dos objetivos da atuação diplomática brasileira é ampliar onde for possível o número e a qualidade das nossas parcerias internacionais, com o triplo objetivo de aumentar nosso acesso zaa mercados, a tecnologias e a investimentos produtivos no Brasil".

B-52)Comentar a seguinte afirmação do Ministro Luiz Felipe Lampreia: Um dos objetivos da atuação diplomática brasuileira é participar, sem veleidades de prestígio ou falsa liderança, dos foros e mecanismos decisórios de natureza política e econômica internacional, de forma a coadjuvar com nossa presença e atuação nesses foros a nossa busca de mercados, tecnologias e investimentos produtivos no Brasil ".

B-53) Entre os fatores que indicam a emergência de uma conjuntura internacional mais favorável para o Brasil, encontra-se a retomada do crescimento nos países desenvolvidos (ainda que a taxas modestas) e na América Latina (ainda que parcialmente afetada pela crise do México).Comentar.

B-54) Entre os fatores que assinalam uma conjuntura internacional mais favorável para o Brasil encontra-se o fortalecimento do multilateralismo no comércio internacional de bens e serviços, com a atualização e a virtual universalização de regras fundamentais para lidar com o fenômeno da globalização da economia e com a crescente competitividade entre as economias e os agrupamentos regionais.Comentar.

B-55) Entre os fatores que assinalam uma conjuntura internacional mais favorável para o Brasil encontra-se a convivência harmoniosa entre o fortalecimento do multilateralismo e a realidade dos processos de integração regional.Comentar.

B-56) A superação de diversos conflitos e problemas regionais,notadamente na África e no Oriente Médio, abriram novas ou renovadas oportunidades de parcerias com essas regiões.

C-1) A América do Sul possui condições únicas para somar-se ao mundo com fator de estabilidade, de diversidade e de riqueza.

C-2) Principais beneficiários da atual distribuição de poder, serão hoje os EUA os maiores interessados na manutenção desse estado de coisas?

C-3) A situação dos EUA no cenário internacional contemporâneo.

C-4) A política externa do Brasil no âmbito regional.

C-5) A política externa brasileira diante da evolução do cenário internacional.

C-6) O Brasil como "global trader".

C-7) A Cúpula das Américas e a integração hemisférica.

C-8) O processo de consolidação do MERCOSUL e sua eventual ampliação com a incorporação de novos parceiros.

C-9) O MERCOSUL e a estratégia brasileira de integração econômica.

C-10) O MERCOSUL e as relações com a Argentina.

C-11) A Associação de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA).

C-12) Proteção a brasileiros no exterior: tema de política externa?

C-13) O novo quadro das relações intra-européias.

C-14) A "parceria estratégica" entre o Brasil e a China.

C-15) Abertura econômica e fechamento político na China: equação possível?

C-16) O Fundamentalismo islâmico: tendências recentes e perspectivas.

C-17) A questão das migrações: as reações dos possíveis países desenvolvidos.

C-18) Relações intra-européias: perspectivas e conseqüências para o Brasil.

C-19) Brasil e Argentina: de rivais a sócios?

C-20) A integração sub-regional, regional e hemisférica: o esforço brasileiro.

C-21) O possível deslocamento do dinamismo da economia mundial do Atlântico para o Pacífico.

C-22) A diplomacia presidencial e a diplomacia pública na política externa brasileira.

C-23) o Itamaraty e a sociedade.

C-24) As feições da diplomacia no limiar do século XXI.

C-25) A tendência à regionalização e o risco de fragmentação no cenário internacional.

C-26) Tendências do relacionamento EUA-América Latina.

C-27) Democracia e integração.

C-28) As principais características da política externa brasileira no pós-Guerra Fria.

C-29) Os principais desafios da política externa na última década do século.

C-30) A diplomacia brasileira como articuladora de consensos.

C-31) A vocação universalista da política externa brasileira.

C-32) O Brasil e o futuro das relações hemisféricas.

C-33) A política externa brasileira na América do Sul.

C-34) O Brasil e a Argentina.

C-35) O Brasil e os EUA.

C-36) O Brasil e a Ásia.

C-37) O Brasil e a África Austral.

C-38) O Brasil e a União Européia.

C-39) O Brasil e a Europa do Leste.

C-40) O Grupo do Rio.

C-41) A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

C-42) A Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul.

C-43) A política externa do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

C-44) O Brasil e a África do Sul.

C-45) As novas tendências nas relações internacionais e a política externa brasileira.

C-46) As relações entre diplomacia e integração na América Latina.

C-47) Diplomacia: realidade interna e ação externa.

C-48) As relações do Brasil com os países lusófonos.

C-49) O Brasil e a fronteira atlântica.

C-50) O Brasil e a integração regional.

C-51) O MERCOSUL e o NAFTA.

C-52) O Brasil e o NAFTA.

C-53) O MERCOSUL: oportunidades e desafios.

C-54) Área de Livre Comércio das Américas.

C-55) ~~A diplomacia cultural.~~ Promoção dos interesses econômicos brasileiros: a questão da dívida externa e a atração de investimentos estrangeiros

C-56) ~~O discurso diplomático da Administração Luiz Felipe Lampreia:~~ Premissas e diretrizes da política externa brasileira, considerando, inclusive, o discurso de posse do Ministro Luiz Felipe Lampreia.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 29 de março de 1996

Teste de Pré-Seleção

Assinale a única alternativa certa em cada uma das seguintes questões:

1. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter,* foi escrito por:
   a) Oswald de Andrade.
   b) Jorge de Andrade.
   c) Carlos Drummond de Andrade.
   d) Mário de Andrade.
   e) Rodrigo Melo Franco de Andrade.

2. Primeiro presidente e fundador da Academia Brasileira de Letras:
   a) José de Alencar.
   b) Rui Barbosa.
   c) Machado de Assis.
   d) Coelho Neto.
   e) Olavo Bilac.

3. O Barão de Itararé foi:
   a) humorista que se consagrou em "A Manha".
   b) negociador brasileiro na crise de fronteiras com o Equador.
   c) primeiro Embaixador do Brasil em Washington.
   d) herói da cruenta Batalha de Itararé.
   e) líder dos Liberais no Segundo Império.

4. Salvo um caso, os pares abaixo estão ordenados segundo um princípio que lhes é comum. Qual par não respeita este princípio?
   a) *Mauá: empresário do Império*: Jorge Caldeira.
   b) *Chatô, o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*: Fernando Morais.
   c) *Estrela solitária: um brasileiro chamado Garrincha*: Sérgio Cabral.
   d) *Chega de saudade: a história e as histórias da Bossa Nova*: Ruy Castro.
   e) *Vinicius de Moraes: o poeta da paixão/uma biografia*: José Castello.

5. Uma das seguintes óperas foi composta por Richard Wagner:
   a) *Fidelio.*
   b) *O Navio Fantasma.*
   c) *A Flauta Mágica.*
   d) *Falstaff.*
   e) *Wozzeck.*

6. *Emilio Goeldi* é uma instituição cultural criada para:
   a) pesquisar a flora, a fauna e a cultura da região amazônica.
   b) promover o intercâmbio cultural entre o Brasil e a Alemanha.
   c) receber missionários e representantes das ONG's.
   d) preservar o acervo da gravura brasileira.
   e) preservar o equilíbrio ecológico da Ilha de Marajó.

7. Que personagem criado por Machado de Assis viveu a dúvida sobre a fidelidade de sua mulher e a paternidade de seu filho?
   a) Bentinho.
   b) Brás Cubas.
   c) Conselheiro Aires.
   d) Quincas Borba.
   e) Félix.

8. O Brasil adota a forma federativa de Estado, constituída pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal. Qual das afirmações a seguir é a correta?
   a) a forma federativa pode ser alterada por emenda constitucional de iniciativa do Poder Executivo.
   b) a forma federativa pode ser alterada mediante a convocação de uma assembléia com poderes constituintes originários.
   c) a forma federativa é inalterável em qualquer circunstância.
   d) a forma federativa pode ser alterada mediante resolução legislativa.
   e) a forma federativa pode ser alterada por emenda constitucional referendada por dois terços dos Estados Membros.

9. Você está em uma recepção, e seu interlocutor revela gosto por música barroca. Para manter a conversação, você pergunta-lhe qual seu autor favorito. Qual dos compositores abaixo poderia ser mencionado na resposta de seu interlocutor?
   a) Richard Wagner.
   b) Ludwig van Beethoven.
   c) Wolfgang A. Mozart.
   d) Frédérich Chopin.
   e) Johan Sebastian Bach.

10. Não foi Secretário-Geral das Nações Unidas:
    a) Javier Pérez de Cuellar.
    b) Dag Hammarskjöld.
    c) Henry Kissinger.
    d) U Thant.
    e) Trygve Lie.

11. A duração do mandato do Presidente da República e a vedação de sua reeleição podem ser alteradas:
    a) por decreto do Presidente da República.
    b) por emenda constitucional.
    c) por lei de iniciativa exclusiva do Presidente da República.
    d) por lei de iniciativa exclusiva da Câmara dos Deputados.
    e) por decreto legislativo.

12. Cineasta italiano de grande projeção que dirigiu os filmes *A Aventura*, *A Noite* e *O Eclipse*:
    a) Federico Fellini.
    b) Luchino Visconti.
    c) Ettore Scola.
    d) Dino Rossi.
    e) Michelangelo Antonioni.

13. Considerado o principal representante do surrealismo no cinema:
   a) Ernest Lubitsch.
   b) Jean Renoir.
   c) Roberto Rosselini.
   d) D. W. Grifith.
   e) Luis Buñuel.

14. A campanha nacionalista "o petróleo é nosso" foi desenvolvida durante o governo:
   a) Juscelino Kubitschek.
   b) João Goulart.
   c) Castelo Branco.
   d) Jânio Quadros.
   e) Getúlio Vargas.

15. Compositor considerado como o responsável pela elaboração da escala dodecafônica:
   a) Igor Stravinski.
   b) Paul Hindemith.
   c) Arnold Schoenberg.
   d) Serguei Prokofiev.
   e) Gustav Mahler.

16. Único filme brasileiro a ganhar a Palma de Ouro do Festival de Cannes:
   a) *Terra em Transe.*
   b) *Memórias do Cárcere.*
   c) *Os Fuzis.*
   d) *O Bandido da Luz Vermelha.*
   e) *O Pagador de Promessas.*

17. Importantes biógrafos do Barão do Rio Branco:
   a) Álvaro Lins e Luiz Viana Filho.
   b) Ruy Castro e Fernando Morais.
   c) Jorge Caldeira e Lídia Besouchet.
   d) José Honório Rodrigues e Nelson Werneck Sodré.
   e) Stanley Hilton e Thomas Skidmore.

18. Entre os princípios constitucionais que regem as relações internacionais encontram-se:
   a) independência nacional, autodeterminação dos povos e concessão de asilo político.
   b) independência nacional, autodeterminação dos povos e combate ao narcotráfico.
   c) independência nacional, concessão de asilo político e amplo acesso à imigração.
   d) autodeterminação dos povos, solução pacífica de controvérsias e igualdade entre brasileiros e estrangeiros.
   e) autodeterminação dos povos, igualdade entre brasileiros e estrangeiros e repúdio ao terrorismo e ao racismo.

19. Qual Chefe de Governo está há mais tempo no poder em seu país?
   a) Felipe González.
   b) John Major.
   c) Helmut Kohl.
   d) Gro Bruntland.
   e) Mário Soares.

20. Peça que não é de autoria de Nelson Rodrigues:
    a) *Os Sete Gatinhos*.
    b) *Navalha na Carne*.
    c) *Vestido de Noiva*.
    d) *Bonitinha mas ordinária*.
    e) *Dorotéia*.

21. O Brasil não é dos maiores produtores mundiais de:
    a) açúcar.
    b) soja.
    c) minério de ferro.
    d) trigo.
    e) café.

22. Arquiteto que mais inspirou os modernistas brasileiros e a construção de Brasília:
    a) Walter Gropius.
    b) Frank Lloyd Wright.
    c) Joseph Boos.
    d) Le Corbusier.
    e) Phillip Johnson.

23. O Supremo Tribunal Federal decidiu que determinadas normas constitucionais, chamadas "cláusulas pétreas", não podem ser objeto de emenda constitucional, salvo por assembléia com poderes constitucionais originários. Constitui uma das cláusulas pétreas:
    a) o sistema presidencialista de governo.
    b) o princípio da igualdade entre empresas nacionais e empresas estrangeiras.
    c) o sistema tributário nacional.
    d) o voto direto, secreto, universal e periódico.
    e) o monopólio tributário nacional.

24. *Abaporu* é nome de:
    a) uma ave do Centro-oeste.
    b) uma fruta do Nordeste.
    c) um intrumento musical de origem africana.
    d) uma tribo indígena da região amazônica.
    e) um quadro famoso de Tarsila do Amaral.

25. Salvo um caso, os pares abaixo estão ordenados segundo um princípio que lhes é comum. Qual par não respeita este princípio?
    a) *Construção*: Chico Buarque.
    b) *Águas de Março*: Antonio Carlos Jobim.
    c) *Sabiá*: Caetano Veloso.
    d) *Domingo no Parque*: Gilberto Gil.
    e) *Argumento*: Paulinho da Viola.

26. Com quantos países o Brasil faz fronteira?
    a) 7
    b) 8
    c) 9
    d) 10
    e) 11

27. Brasileiro que presidiu a Assembléia Geral das Nações Unidas quando foi criado o Estado de Israel e que teve papel destacado nas negociações que precederam à decisão.
    a) Afonso Arinos de Melo Franco.
    b) Raul Fernandes.
    c) João Neves da Fontoura.
    d) Pedro Leão Velloso.
    e) Oswaldo Aranha.

28. Em que país o Brasil não conquistou a Copa do Mundo de Futebol?
    a) México.
    b) Suécia.
    c) Uruguai.
    d) Chile.
    e) Estados Unidos.

29. O historiador José Honório Rodrigues tem vários textos em que defende as idéias de:
    a) uma política externa independente.
    b) uma política externa responsável.
    c) uma política externa pragmática.
    d) uma diplomacia voltada para o Ocidente.
    e) uma diplomacia regionalista.

30. Compositor de música popular brasileira, autor de *Rosa*, *Carinhoso* e *Lamento*:
    a) Noel Rosa.
    b) Lamartine Babo.
    c) Pixinguinha.
    d) Cartola.
    e) Braguinha.

31. Qual dos poetas a seguir listados pertenceu aos quadros do Itamaraty?
    a) Manoel de Barros.
    b) Vinicius de Moraes.
    c) Mario Quintana.
    d) Carlos Drummond de Andrade.
    e) Olavo Bilac.

32. Salvo um caso, os pares abaixo estão ordenados segundo um princípio que lhes é comum. Qual par não respeita este princípio?
    a) J. J. Rousseau: *O Espírito das Leis.*
    b) Platão: *A República.*
    c) Aristóteles: *A Política.*
    d) Thomas More: *A Utopia.*
    e) Erasmo: *Elogio da Loucura.*

33. Dagomar considera-se muito bonita, mas todas as sobrinhas do irmão de seu pai são feias. Daí conclui-se que:
    a) Dagomar é bonita.
    b) Dagomar é bonita, e as outras moças de sua família são feias.
    c) só Dagomar é bonita em sua família.
    d) só Dagomar é feia em sua família.
    e) Dagomar é feia.

34. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes eleitos em cada Estado e no Distrito Federal por um dos seguintes sistemas eleitorais:
    a) por colégios eleitorais.
    b) pelo voto majoritário.
    c) pelo voto proporcional.
    d) pelo voto proporcional misto.
    e) por nenhum deles.

35. Por ocasião da fundação da Universidade de São Paulo (USP), na década de 30, veio da França um grupo de importantes professores que constituiu o núcleo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Entre esses professores, estavam:
    a) Fernand Braudel e Lévy-Strauss.
    b) Michel Foucault e Roger Bastide.
    c) Roland Barthes e Fernand Braudel. .
    d) Lévy-Strauss e Regis Debray.
    e) Roger Bastide e Merleau-Ponty.

36. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) constituiu a última etapa do processo de substituição de importações do Brasil, prevendo investimentos pesados especialmente no setor de insumos básicos . O II PND teve forte impacto na economia nacional e foi adotado pelo Presidente:
    a) Juscelino Kubitschek.
    b) Castelo Branco.
    c) Emílio Garrastazu Médici.
    d) Ernesto Geisel.
    e) João Baptista Figueiredo.

37. Importante romancista de língua alemã que se estabeleceu no Brasil fugindo do nazi-fascismo europeu e escreveu obra de amor ao país, intitulada *Brasil, País do Futuro*.
    a) Otto Maria Carpeaux.
    b) Anathol Rosenfeld.
    c) Stefan Zweig.
    d) Gunther Grass.
    e) Afonso Schmidt.

38. Salvo um caso, os pares abaixo estão ordenados segundo um princípio que lhes é comum. Qual par não respeita este princípio?
    a) Samuel Beckett: *Esperando Godot*.
    b) Ibsen: *Casa de Bonecas*.
    c) Eugene O'Neil: *Quem Tem Medo de Virginia Wolf*.
    d) Molière: *O Misantropo*.
    e) Jean-Paul Sartre: *As Moscas*.

39. A Encíclica *Populorum Progressio* sobre o progresso das condições sociais teve grande repercussão no pensamento católico contemporâneo e foi adotada no papado de:
    a) João XXIII.
    b) João Paulo I.
    c) Paulo VI.
    d) Pio XII.
    e) João Paulo II.

40. O que é estagflação?
    a) deflação permanente.
    b) alternância entre períodos de inflação alta e de deflação.
    c) hiperinflação.
    d) combinação entre inflação alta e estagnação econômica.
    e) estagnação da inflação a partir de medidas emergenciais.

41. Jasper Johns e Edward Hopper foram:
    a) cientistas políticos britânicos.
    b) artistas plásticos dos Estados Unidos.
    c) jornalistas dos Estados Unidos.
    d) diplomatas que ajudaram a formular a política de Washington para o Vietname.
    e) membros da Administração Nixon.

42. Louis Althusser foi:
    a) discípulo de Freud.
    b) poeta alemão.
    c) renovador do expressionismo francês.
    d) romancista austríaco.
    e) teórico marxista.

43. Quem compôs a música do Hino Nacional Brasileiro:
    a) D. Pedro I.
    b) Francisco Manoel da Silva.
    c) Heitor Villa-Lobos.
    d) Carlos Gomes.
    e) Regente Feijó.

44. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal eleitos por um dos seguintes sistemas eleitorais:
    a) voto proporcional.
    b) voto majoritário.
    c) voto proporcional misto.
    d) colégios eleitorais.
    e) nenhum deles.

45. Um dos seguintes títulos é de autoria de Sergio Buarque de Hollanda:
    a) *Raízes do Brasil.*
    b) *Formação do Brasil Colonial.*
    c) *Sobrados e Mocambos.*
    d) *História Econômica do Brasil.*
    e) *História das Relações Brasil-Estados Unidos.*

46. A diplomacia do "pingue-pongue" foi um momento de *détente* e aproximação dos Estados Unidos com a China. Sob qual governo ela foi conduzida?
    a) Dwight Eisenhower.
    b) Jimmy Carter.
    c) George Bush.
    d) Richard Nixon.
    e) Gerald Ford.

47. Não é possível sucesso sem esforço. Portanto:
   a) não há sucesso e há esforço.
   b) não há esforço e há sucesso.
   c) se há esforço, então há sucesso.
   d) se não há esforço, então não há sucesso.
   e) não há sucesso, nem esforço.

48. A grande tela *A Primeira Missa no Brasil* foi pintada por:
   a) Jean-Baptiste Debret.
   b) Victor Meireles.
   c) Almeida Júnior.
   d) Antonio Parreiras.
   e) Henrique Bernardelli.

49. Uma das principais obras do fundador da psicanálise, Sigmund Freud, é:
   a) *A Interpretação dos Sonhos.*
   b) *O Ser e o Nada.*
   c) *Libido e Sexualidade.*
   d) *Sonho e Realidade.*
   e) *A Interpretação da Realidade.*

50. Salvo um caso, os pares abaixo estão ordenados segundo um princípio que lhes é comum. Qual par não respeita este princípio?
   a) Giuseppe Verdi: *Aida.*
   b) Wofgang A. Mozart: *As Bodas de Figaro.*
   c) Georges Bizet: *Carmen.*
   d) Carlos Gomes: *Bachianas Brasileiras.*
   e) Giacomo Puccini: *Madame Butterfly.*

51. Rafael Caldera, Ernesto Samper, Juan Carlos Wasmosy, Gonzalo Sanchez de Losada e Eduardo Frei são, respectivamente, Presidentes de:
   a) Bolívia, Colômbia, Uruguai, Venezuela e Chile.
   b) Venezuela, Colômbia, Paraguai, Bolívia e Chile.
   c) Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Peru.
   d) Venezuela, Chile, Paraguai, Uruguai e Equador.
   e) Equador, Venezuela, Chile, Bolívia e Paraguai.

52. No Brasil, o movimento artístico "concretista" teve, na poesia, uma de suas manifestações importantes, da qual foram expoentes:
   a) Augusto dos Anjos, Ferreira Gullar e Manuel Bandeira.
   b) Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Décio Pignatari.
   c) Décio Pignatari, João Cabral de Mello Neto a Ariano Suassuna.
   d) João Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade e Ariano Suassuna.
   e) Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector e Lygia Fagundes Telles.

53. Quem pintou *Las Meninas*?
   a) Salvador Dalí.
   b) Francisco Goya.
   c) Diego Velázquez.
   d) Antoni Tápies.
   e) Pablo Picasso.

54. Alexandre de Gusmão, brasileiro de Santos, São Paulo, é conhecido como o "avô da diplomacia brasileira" por sua participação na negociação do:
    a) Tratado de Madri.
    b) Tratado de Petrópolis.
    c) Tratado de Santo Ildefonso.
    d) Tratado de Versailles.
    e) Tratado do Rio de Janeiro.

55. Entre os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluem-se os seguintes países:
    a) Estados Unidos, Alemanha e Japão.
    b) China, França e Reino Unido.
    c) Estados Unidos, Japão e Reino Unido.
    d) Estados Unidos, Rússia e Alemanha.
    e) Estados Unidos, França e Japão.

56. Na atual legislatura, são respectivamente Presidentes do Senado e da Câmara Federal:
    a) Antonio Carlos Magalhães e Paes de Andrade.
    b) Antonio Carlos Magalhães e Benito Gama.
    c) Humberto Lucena e Luís Eduardo Magalhães.
    d) José Sarney e Luís Eduardo Magalhães.
    e) José Sarney e Inocêncio de Oliveira.

57. Receberam o Prêmio Nobel de Literatura os seguintes autores latino-americanos:
    a) Pablo Neruda e Gabriel García Marquez.
    b) Mario Vargas Llosa e Alejo Carpentier.
    c) Julio Cortázar e Jorge Amado.
    d) Miguel Angel Asturias e Jorge Luis Borges.
    e) Octavio Paz e Adolfo Bioy Casares.

58. Uma das seguintes peças teatrais não foi escrita por William Shakespeare:
    a) *Andrômaca.*
    b) *O Timão de Atenas.*
    c) *A Tempestade.*
    d) *As Alegres Comadres de Windsor.*
    e) *O Mercador de Veneza.*

59. Salvo um caso, os pares abaixo estão ordenados segundo um princípio que lhes é comum. Qual par não respeita este princípio?
    a) José Lins do Rego: *Menino do Engenho.*
    b) Carlos Drummond de Andrade: *A Rosa do Povo.*
    c) Cecília Meireles: *Romanceiro da Inconfidência.*
    d) Jorge Amado: *Mar Morto.*
    e) Graciliano Ramos: *Sagarana.*

60. Stanislaw Ponte Preta:
    a) concebeu a construção do Cristo Redentor no Rio de Janeiro.
    b) foi o melhor atacante de um clube paulista de futebol.
    c) era um dos candidatos à Vice-Presidência nas eleições de 1960.
    d) chamava-se Sergio Porto e foi consagrado cronista.
    e) participou com suas pinturas revolucionárias da Semana de 22.

61. Qual a idade mínima para um cidadão brasileiro ser elegível Presidente da República?
   a) 35 anos.
   b) 30 anos.
   c) 21 anos.
   d) 40 anos.
   e) 25 anos.

62. Escritor contemporâneo cuja obra literária reserva ênfase à violência urbana:
   a) Josué Montello.
   b) Darcy Ribeiro.
   c) Silviano Santiago.
   d) Luís Fernando Veríssimo.
   e) Rubem Fonseca.

63. Identifique o personagem da mitologia grega que roubou o fogo, último elemento que faltava aos mortais para desenvolverem uma civilização, e entregou a chama aos homens.
   a) Egeu.
   b) Prometeu.
   c) Teseu.
   d) Héracles.
   e) Perseu.

64. "A Hora e Vez de Augusto Matraga", filmado em 1963 por Roberto dos Santos, é baseado em obra homônima de:
   a) Graciliano Ramos.
   b) José Lins do Rego.
   c) Guimarães Rosa.
   d) Bernardo Guimarães.
   e) José Américo de Almeida.

65. Paulo diz que é honesto, mas diz também que tem um amigo, cujos amigos são todos ladrões. Daí conclui-se que:
   a) Paulo é honesto.
   b) Paulo não é honesto.
   c) de fato, Paulo não tem aquele amigo.
   d) ao menos uma das afirmações de Paulo é falsa.
   e) na verdade, Paulo não tem amigos.

66. *Barravento*, filme de 1981, teve como diretor:
   a) Glauber Rocha.
   b) Nelson Pereira dos Santos.
   c) Arnaldo Jabor.
   d) Roberto Farias.
   e) Paulo Cesar Sarraceni.

67. Qual dos Estados abaixo não fazia parte da antiga União Soviética?
   a) Cazaquistão.
   b) Letônia.
   c) Turcomenistão.
   d) Albânia.
   e) Estônia.

68. Se alguém lhe perguntasse qual é a obra escrita por Sócrates de sua preferência, que resposta seria historicamente acurada, coincidindo com a opinião da maior parte dos especialistas no assunto?
   a) *A República*, onde Sócrates lança as bases da filosofia política.
   b) *As Leis*, obra que antecipa, em suas grandes linhas, o Estado Moderno.
   c) *O Sofista*, até hoje texto fundamental do pensamento metafísico.
   d) *Parmênides*, obra madura, já liberta da influência de Platão.
   e) Sócrates nunca escreveu sobre filosofia, seu pensamento chegou-nos por seus discípulos.

69. A *Sagração da Primavera* estreou em 1913, na França, e causou grande escândalo nos meios musicais. Qual o compositor da obra?
   a) Maurice Ravel.
   b) Sergei Prokofiev.
   c) Alban Berg.
   d) Igor Stravinsky.
   e) Claude Débussy.

70. A que país cabe pronunciar o discurso de abertura, a cada ano, do Debate Geral das Sessões Ordinárias da Assembléia Geral das Nações Unidas?
   a) Estados Unidos.
   b) Brasil.
   c) Reino Unido.
   d) Suíça.
   e) os integrantes do Conselho de Segurança em sistema de rodízio.

71. O MERCOSUL foi criado pelo (a):
   a) Tratado de Foz de Iguaçu, de 1991.
   b) Tratado de Assunção, de 1991.
   c) Tratado Quadripartite de Buenos Aires, de 1990.
   d) Declaração para a União Econômica do Mercado Comum do Sul, de Punta del Este, de 1989.
   e) Declaração de Integração do Cone Sul, de Ouro Preto, de 1993.

72. Os Poderes da União são constituídos do Legislativo, Executivo e Judiciário, os quais são independentes e harmônicos entre si. No entanto, em linha com as modernas doutrinas constitucionais, a Constituição brasileira prevê mecanismos de controles recíprocos entre os Poderes. Indique qual o mecanismo de controle que o Executivo pode exercer sobre o Legislativo.
   a) apresentação de projetos de lei que alterem as leis já aprovadas pelo Congresso.
   b) edição de Medidas Provisórias que alterem leis já aprovadas pelo Congresso.
   c) convocação de referendo popular sobre projetos de lei aprovados pelo Congresso.
   d) veto a projetos de lei submetidos à sanção do Presidente da República.
   e) propositura de mandato de segurança pelo Presidente da República contra a aprovação de projetos de lei pelo Congresso.

73. Qual dos personagens abaixo não é de Monteiro Lobato?
   a) Tia Anastácia.
   b) Narizinho.
   c) Marquês de Rabicó.
   d) Dona Sinhá.
   e) Emília.

74. Antoni Gaudí, catalão que se tornou conhecido pela *Casa Vicens* e pela surpreendente *Sagrada Família,* tem sua obra concentrada no campo da:
    a) arquitetura.
    b) escultura.
    c) música.
    d) pintura.
    e) literatura.

75. Quem foi o primeiro teórico do surrealismo?
    a) Marinetti.
    b) Blaise Cendras.
    c) Georges Bataille.
    d) André Breton.
    e) André Malraux.

76. O Tribunal de Contas da União é:
    a) órgão integrante do Poder Judiciário.
    b) um Poder autônomo.
    c) órgão auxiliar do Congresso Nacional para o controle externo.
    d) órgão integrante do Poder Executivo.
    e) órgão incumbido do controle interno.

77. Participaram da Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, os seguintes artistas plásticos:
    a) Alfredo Volpi, Tarsila do Amaral e José Lins do Rego.
    b) Anita Malfatti, Tarsila do Amaral e Victor Brecheret.
    c) Artur Piza, Tomie Othake e Victor Brecheret.
    d) Di Cavalcanti, Carlos Scliar e Iberê Camargo.
    e) Antonio Portinari, Iberê Camargo e Raul Bopp.

78. O Tratado de Maastricht tem por objetivo:
    a) regulamentar experiências com armamentos químicos.
    b) prescrever usos considerados perniciosos de energia nuclear.
    c) fortalecer a construção da união européia.
    d) fomentar as relações comerciais entre a Europa e o Japão.
    e) disciplinar o comércio de armas entre a Europa e o Oriente Médio.

79. George Kennan foi um diplomata dos Estados Unidos que defendeu:
    a) a teoria do pentagrama.
    b) uma política de aproximação com a China.
    c) as teses da contenção.
    d) uma nova política para a América Latina.
    e) o desarmamento geral e completo.

80. Foi parceiro de composição da *Sinfonia de Brasília*:
    a) Antonio Carlos Jobim.
    b) Heitor Villa-Lobos.
    c) Camargo Guarnieri.
    d) Cláudio Santoro.
    e) Lorenzo Fernandez.

81. O Brasil tem uma base de lançamento de foguetes em:
    a) Iperó.
    b) Cabo Canavial.
    c) São José dos Campos.
    d) Canoas.
    e) Alcântara.

82. Chamado de *annus mirabilis,* 1989 registrou eventos que iriam mudar o curso da história contemporânea. Dentre esses eventos, podem-se destacar:
    a) a invasão do Kuaite pelas tropas de Saddam Hussein.
    b) o término da Rodada Uruguai do GATT.
    c) o *impeachment* do Presidente Fernando Collor.
    d) a assinatura do Tratado de Tlatelolco.
    e) a queda do muro de Berlim.

83. Salvo um caso, os pares abaixo estão ordenados segundo um princípio que lhes é comum. Qual par não respeita este princípio?
    a) *Terra em Transe*: *Deus e o Diabo na Terra do Sol.*
    b) *Querelle*: *Berlin Alexanderplatz.*
    c) *O Discreto Charme da Burguesia*: *O Cão Andaluz.*
    d) *Amarcord*: *O Inocente.*
    e) *Fanny e Alexander*: *Morangos Silvestres.*

84. As Capelas do Paço, que abrigam as famosas cenas da Paixão de Jesus cuja autoria é atribuída a Aleijadinho, encontram-se em:
    a) Ouro Preto.
    b) Congonhas do Campo.
    c) São João del Rei.
    d) Mariana.
    e) Tiradentes.

85. A Dieta é:
    a) a *troika* da antiga União Soviética.
    b) o Comitê de Coordenação das antigas Repúblicas Soviéticas.
    c) a Assembléia do Povo da República Popular da China.
    d) a designação do regime imperial japonês.
    e) o parlamento japonês.

86. Sobre o NAFTA pode-se dizer que se trata de:
    a) um mercado comum entre Estados Unidos, Canadá, Porto Rico e México.
    b) uma área de livre comércio entre Estados Unidos, Canadá, México e União Européia.
    c) um mercado comum que une todos os países da América Central e Setentrional.
    d) um acordo de imigração e cooperação entre Estados Unidos, Canadá e México.
    e) uma área de livre comércio entre Estados Unidos, Canadá e México.

87. A ópera *L'Orfeo* foi composta por:
    a) Giacomo Puccini.
    b) Claudio Monteverdi.
    c) Gaetano Donizetti.
    d) Georges Bizet.
    e) Giuseppe Verdi.

88. O sistema parlamentarista de governo poderá ser adotado no Brasil:
   a) por lei de iniciativa do Presidente da República.
   b) por lei de iniciativa do Congresso Nacional.
   c) somente por assembléia com poderes constituintes originários.
   d) por sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
   e) por emenda constitucional.

89. Você está servindo no Setor Cultural de uma Embaixada do Brasil. O Diretor de um prestigioso museu local revela-lhe interesse em organizar uma mostra sobre pintura brasileira pós-22. Qual dos artistas abaixo você não deveria citar ao referido Diretor?
   a) Manabu Mabe.
   b) Hélio Oiticica.
   c) Tarsila do Amaral.
   d) Candido Portinari.
   e) Pedro Américo.

90. Chefe de Estado brasileiro que permaneceu mais tempo no poder:
   a) José Sarney.
   b) João Baptista Figueiredo.
   c) Getúlio Vargas.
   d) Prudente de Moraes.
   e) D. Pedro II.

91. O Conselho de Segurança das Nações Unidas compõe-se de:
   a) 6 membros permanentes e 9 rotativos.
   b) 4 membros permanentes, 5 semipermanentes e 5 rotativos.
   c) 5 membros permanentes e 10 não permanentes.
   d) 5 membros permanentes e 8 não permanentes.
   e) 7 membros permanentes e 11 não permanentes.

92. *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, relata o episódio histórico da:
   a) Campanha de Canudos.
   b) Batalha dos Guararapes.
   c) Abolição da escravatura.
   d) Campanha do Contestado.
   e) trajetória de Lampião.

93. Foram Ministros das Relações Exteriores de governos republicanos:
   a) Carlos Lacerda, Francisco Rezek, Ramiro Saraiva Guerreiro.
   b) Celso Lafer, Petrônio Portella, Antonio Azeredo da Silveira.
   c) Celso Lafer, Horácio Lafer, Ramiro Saraiva Guerreiro.
   d) Fernando Henrique Cardoso, Francisco Rezek, José Sarney.
   e) Fernando Henrique Cardoso, Rubens Ricupero, Ramiro Saraiva Guerreiro.

94. Autor do romance *Lolita*, que gerou grande impacto em fins da década dos 50:
   a) Leon Tolstoi.
   b) Nicolai Gogol.
   c) Vladimir Nabokov.
   d) Maksim Gorki.
   e) Fedor Dostoievski.

95. O Programa Calha Norte objetiva:
    a) irrigar as áreas desertificadas da região amazônica.
    b) enfrentar as carências sócio-econômicas e assegurar a garantia da soberania e integridade territorial da região amazônica.
    c) interligar a malha fluvial do Norte com o Centro-oeste do país.
    d) conservar o meio ambiente nas várzeas do Rio Amazonas.
    e) proteger e, se possível, fomentar a cultura dos índios Ianomami.

96. A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) propôs, nos anos 50 e 60, visão própria das questões do desenvolvimento na região que teve grande influência no pensamento econômico latino-americano. Quem foi o grande formulador dessa visão?
    a) Javier Pérez de Cuellar.
    b) Roberto Campos.
    c) Martínez de Hoz.
    d) Raul Prebisch.
    e) Domingo Cavallo.

97. As seguintes atribuições competem privativamente ao Presidente da República, dispensada a aprovação prévia do Congresso Nacional:
    a) autorizar referendo e convocar plebiscito.
    b) nomear e exonerar os Ministros de Estado.
    c) dispor sobre a criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.
    d) dispor sobre telecomunicações e radiodifusão.
    e) fixar e modificar os efetivos das Forças Armadas.

98. Quem formulou o *slogan*: "A América para os americanos"?
    a) James Monroe.
    b) Thomas Jefferson.
    c) George Washington.
    d) Benjamin Franklin.
    e) Simon Bolivar.

99. Quando em mau estado de conservação, a Bandeira Nacional deve, no Dia da Bandeira, ser:
    a) incinerada.
    b) enterrada.
    c) guardada em lugar digno.
    d) devolvida ao setor encarregado de preservar o patrimônio nacional.
    e) jogada ao mar.

100. A assinatura dos acordos da Rodada Uruguai, que permitiu a entrada em funcionamento da Organização Mundial de Comércio (OMC) em 1° de janeiro de 1995, ocorreu na cidade de:
    a) Washington.
    b) Cairo.
    c) Genebra.
    d) Montevidéu.
    e) Marraqueche.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 30 de março de 1996

Prova de Português

Examinadores:
José Estanislau do Amaral Souza Neto
Denise de Aragão Costa Martins

Leia os textos que se seguem.

Texto n° 1

O Projeto Social

Durante um quarto de século, o esporte favorito dos economistas e sociólogos de esquerda, no Brasil, e de alguns *brazilianists* americanos de persuasão "liberal",[1] foi acusar o governo da Revolução de 1964 de indiferença social, traduzida em políticas ortodoxas "de alto custo social". Alegava-se crueldade no arrocho salarial e incompetência na invenção de processos indolores para a cura da inflação. No momento em que escrevo (1993), passados trinta anos, depois de vários planos "heterodoxos", congelamentos e confiscos, estamos imersos na mais profunda recessão de nossa história, com queda brutal do salário real e vergonhosa piora na distribuição de renda. Reconhece-se, afinal, que o "custo social" da desinflação do período cartelista foi moderado. Em nenhum dos anos do ajuste 1964-67, o crescimento do PIB real foi negativo, com nível de desemprego tolerável. Reconhece-se que Castello Branco tinha um projeto social bastante racional e articulado. Os dois *leitmotivs* daquilo que se podia chamar de "projeto social" eram a *democratização das oportunidades* e a *promoção de um novo trabalhismo*.

No capítulo da *democratização das oportunidades* houve um elenco de medidas, algumas já anteriormente descritas: democratização do acesso à habitação, pelo Sistema Financeiro de Habitação; do acesso à terra pelo Estatuto da Terra; do acesso à educação por instrumentos variados, como o salário educação para o ensino primário e bolsas de estudos administradas pelos sindicatos. Na Constituição de 1967 (art.168, parág.3°, III), esboçar-se-ia um esquema racional de financiamento da educação. O ensino dos 7 aos 14 anos seria obrigatório e gratuito, na rede oficial. Nos graus superiores ao primário, substituir-se-ia o sistema de gratuidade pela concessão de bolsas de estudo para os que, demonstrando efetivo aproveitamento, provassem insuficiência de recursos. As bolsas seriam gratuitas no ensino secundário, exigindo-se posterior reembolso no caso do ensino superior.

---

[1] A palavra "liberal", no jargão político americano, ao contrário do que sucede na América Latina e na maioria dos países europeus, é identificada com posturas governamentais assistencialistas e regulatórias. Para os republicanos, nos Estados Unidos, é expressão pejorativa, aplicada aos democratas, acusados de laxismo fiscal e paternalismo social, em contraste com o "individualismo de mercado" dos republicanos (nota do autor)

Tudo ficou na intenção, por falta de regulamentação. A Constituição de 1988 passou, demagogicamente, ao extremo oposto: gratuidade para todos, em todos os níveis do ensino público. Mas são escassas as escolas públicas secundárias, e 75% dos universitários têm que cursar faculdades privadas!...

Roberto Campos. *A lanterna na popa: memórias.*

Texto n° 2

Um sistema dual: os integrados e os marginalizados

Recorrendo de novo à terminologia de Dahl, seria possível dizer que há hoje no Brasil um "sistema dual", caracterização que também se aplica ao sistema político de vários países latino-americanos. Dahl usa a expressão para descrever diferentes sistemas de poder, tais como os que existiram em Atenas, na Grécia Antiga, e no sul dos Estados Unidos até a década de 1960. A peculiaridade do "sistema dual" é a de que, para os indivíduos que estão integrados, existem mecanismos efetivos de participação e influência, ao passo que para os que ficam de fora há um regime de coerção e, em casos extremos de terror. Evidentemente, tais "sistemas" duais diferem muito entre si: um exemplo extremo é o atual regime da África do Sul; outro, mais ameno, é o do período de Giolitti na Itália.

A atual ordem política brasileira pode ser comparada ao passado sistema italiano, especialmente no que se refere à extraordinária diferenciação *regional* de poder, existente nos dois casos. Também seria interessante comparar a sociedade brasileira à do Sul dos Estados Unidos no período anterior à década de 1960, dado o papel da escravidão na história de ambas. No entanto, o caso italiano é mais próximo, no sentido em que a dualidade do sistema baseia-se em critérios mais sociais do que raciais. Como afirmou o deputado Ulysses Guimarães no discurso citado, a miséria é uma forma de discriminação e "não há pior discriminação do que a miséria".

Em que consiste esse "sistema dual brasileiro"? Para aqueles que estão dentro – isto é, para os grupos social e economicamente dominantes, assim como para outros segmentos organizados da sociedade – há um regime político competitivo. Talvez seja avançar muito supor que existe uma "poliarquia" para esses grupos, mas já estamos a caminho disso. Evidentemente, entre os que estão dentro contam-se segmentos organizados de trabalhadores, assim como outros setores sociais e políticos que querem democratizar o sistema e eliminar a dualidade, universalizando suas características democráticas. Para os que ficam de fora, para os marginalizados que são muito pobres e incapazes de se organizar, resta apenas tornarem-se objeto de manipulação política – em outras palavras, são tratados não como cidadãos mas como "clientes", na acepção romana do termo. E, quando necessário, o que ocorre com freqüência, são submetidos à repressão policial. Eles são livres para participar das eleições e, na realidade, a maioria o faz. Não são marginalizados por nenhum tipo de restrição institucional, mas pelas próprias condições sociais, políticas e culturais em que vivem e que os transformam em massas amorfas.

Talvez seja mais exato dizer que também eles estão dentro, só que à margem. Aqui impõe-se uma distinção muito complexa entre cidadãos e eleitores. Segundo Ulysses Guimarães, "em um país com 30.401.000 de analfabetos (...) é preciso não esquecer que a cidadania começa com a alfabetização". Esta observação nos remete ao problema inicial da distância entre as instituições que garantem a liberdade (política) e o que diz respeito à defesa da justiça social. Não é que as

eleições não tenham relevância nas decisões tomadas nos "sistemas duais". A questão é que deles participam segmentos da população que têm pouca, ou mesmo nenhuma, possibilidade de exercer qualquer influência autônoma. A clássica frase eleitoral – " a cada homem um voto" – pressupõe a autonomia do indivíduo para expressar sua opinião. Todavia, no Brasil, como observou o cientista político Fábio Wanderley, somente 7,5 milhões de pessoas pagam impostos, enquanto 75 milhões estão habilitados a votar. Isto significa que a cidadania eleitoral "antecipou" de certo modo a cidadania política no sentido mais amplo. Para dizer de outro modo: existem milhões de cidadãos no sentido eleitoral que, na realidade, não passam de cidadãos de segunda classe.

Aqui começamos a nos distanciar do caso norte-americano, onde, a despeito da desigualdade entre ricos e pobres, e pondo à parte a questão racial, sempre houve, pelo menos desde a época de Tocqueville, uma forte tendência à "igualdade de condições" no sentido de efetiva igualdade dos cidadãos perante a lei. Isto de forma alguma é uma mera formalidade legal, mas representa a capacidade política, cultural e social de cada cidadão para exercer os direitos garantidos pelo sistema institucional. Em uma sociedade democrática, os indivíduos pertencem a diferentes classes, o que ocasiona desigualdades sociais, mas não existem cidadãos de segunda classe, pelo menos não na magnitude registrada no Brasil (e na maioria dos países latino-americanos). Evidentemente, encontra-se situação semelhante em várias das grandes cidades dos Estados Unidos que receberam um grande número de migrantes negros sulinos nos últimos quarenta anos. Também nessas cidades os pobres constituem a grande maioria da cidadania e do eleitorado. No entanto, não é esta a situação geral do país nem de nenhuma de suas regiões.

Francisco Weffort. *Qual Democracia?*

Texto n° 3

O Sanduíche Encantado

Era na Rua Alegre, na Aldeia Campista. Hoje, não existe mais a Rua Alegre e quase não existe mais a Aldeia Campista. Do ano, não estou bem certo. Ou 1921 ou 1923. Não, não. Vinte e dois: – foi o ano do Centenário. Agora me lembro: – 21. No ano seguinte , minha família foi morar na Tijuca. Rua Antônio dos Santos. Defronte, morava o juiz Eurico Cruz. Mas volto à Aldeia Campista. No fim da Rua Alegre, exatamente na esquina com Maxwell, estava a escola pública.

Lá, fiz todo o curso primário. Ou por outra: – não todo. Fui até o terceiro ano primário, só. Quando minha mãe me matriculou, eu estava absolutamente certo de que jamais aprenderia a ler e jamais aprenderia a escrever. E foi lá, na escolinha pobre que tinha, se tanto, oitenta alunos, foi lá que eu sofri o primeiro e definitivo trauma da minha infância. Tinha eu seis anos e, como já escrevi, era pequenino e cabeçudo como um anão de Velasquez.

Esse trauma profundo e irreversível foi um sanduíche. Exatamente, um sanduíche. Minha família era pobre, muito pobre mesmo. Minha mãe, que foi uma das mulheres mais lindas do seu tempo, tinha de ir para a cozinha e para o tanque. Uma tarde, passou lá por casa uma amiga de minha mãe, amiga dos bons tempos do Recife. Entrou e, quando viu a nossa miséria, começou a chorar. Chorava a visita por um lado e minha mãe por outro. Até então eu não via a miséria como tal. E me considerava rico diante dos filhos da lavadeira.

(Chamava-se Dolores a amiga da minha mãe. Aí está: – Dolores.) Bem. Éramos tão pobres que eu nem sempre levava merenda para a escola. Mas no primeiro dia , e como era o primeiro

dia, levei uma banana. Ninguém pode imaginar a ternura, a um só tempo agradecida e triste, com que eu a segurava. O fato de tê-la fez-me sentir um pequeno príncipe. O importante na escola não foi a escola, nem a aula, nem a professora. Foi o recreio, foi a merenda, foi a banana.

Tudo aconteceu na hora do recreio. Lá fui eu, com todos os outros, para o pátio. Tenho seis anos e vou comer uma banana. Aos seis anos, ninguém come uma banana com uma fulminante voracidade. No meu tempo, as crianças primeiro a lambiam. Chupava-se a banana como, hoje, o chica-bom. Eu estou descascando, radiante, a banana. E, súbito, paro. Na minha frente está um garoto, de cabelo à nazareno. Traz a merenda num papel amarrado com barbante, prateado ou dourado. Desfaz o nó sem pressa. Desembrulha. E lá estava, simplesmente, o sanduíche de ovo, o único sanduíche de ovo de todo o recreio.

(Já contei este episódio umas dez vezes. Mas entendam: – reescrevê-lo dá-me uma desesperada euforia.) O garoto está à minha frente e não tira os olhos de mim (por minha vez, também não tiro os olhos dele). Ali começou a vergonha, ali começou a humilhação da banana. Uma professora apareceu e, por um momento, até invejou aquele afrontoso pão com ovo. Outros meninos, outras meninas olhavam também. Uma menina tinha uma lata pequena de biscoito. Mas a latinha perdeu longe para o sanduíche. A professora passou outra vez. Uma tristeza turvou o seu olhar. Tristeza e, mesmo, ressentimento por não estar comendo o pão com ovo. Digo isso e não sei se estou tecendo uma cruel fantasia retrospectiva. E, não contente, o menino deixava escorrer a gema como uma baba amarela. Era, como já escrevi, o *trauma*. Digo *trauma* e não lhe ponho um *T* maiúsculo por um certo pudor estilístico.

Ora, depois disso, aconteceu o diabo. Dias, meses, anos já fluíram para a eternidade. Houve a guerra, Hiroxima. Mas a lesão da alma lá continua reservada, intata, indiferente ao tempo e à bomba atômica. Escrevo isso e paro de bater a máquina.

Nelson Rodrigues. *O Reacionário: memórias e confissões.*

Elabore um resumo do **Texto 2**, com extensão de 200 a 250 palavras (valor: 40 pontos).

Desenvolva o tema que se segue, em dissertação de 450 a 600 palavras (valor: 60 pontos):

Democracia e desigualdade

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Prova de Noções de Direito

Em 28 de junho de 1996

Examinadores:
Paulo Gustavo Gonet Branco
Marcio Pereira Pinto Gracia

A correção das provas levará também em conta a objetividade das respostas. O(a) candidato(a) deve, portanto, buscar expor seus argumentos com atenção ao limite máximo de até 30 linhas por questão.

O valor de cada questão é de 20 pontos.

1. Considere o seguinte trecho:

"As condições (...) indispensáveis à condução das negociações com governos estrangeiros indicam o Executivo como o agente mais capacitado para tais transações, enquanto a enorme importância desta delegação de autoridade e a circunstância de os tratados terem força de lei concorrem fortemente para que o Legislativo participe, integral ou parcialmente, no trabalho de elaborá-los" (HAMILTON, Alexander, MADISON, James, JAY, John. O Federalista. Brasília, Ed. UNB, 1984, p. 558).

Exponha em que medida esta proposição se afina com a disciplina constitucional brasileira do direito dos tratados.

2. O Comandante de determinada plataforma de petróleo, localizada em alto mar, proclama independência política. Diz possuir base territorial --- a estrutura física da plataforma; aponta os trabalhadores como população; fala, por fim, na existência de governo sob seu comando, e eleito pelos trabalhadores da plataforma.

Comente, considerando o Direito Internacional Público, o exercício de ficção acima descrito.

3. Imagine que o Congresso Nacional, por iniciativa de um de seus membros, aprove projeto de lei que aumenta os vencimentos de certa categoria de funcionários públicos do Poder Executivo. O Presidente da República, mesmo sabendo que a matéria é de sua iniciativa privativa, sanciona o projeto. Analise se, do ponto de vista formal, pode o Presidente da República argüir, perante o Supremo Tribunal Federal, a invalidade do diploma, em ação direta de inconstitucionalidade. Examine, ainda, qualquer que seja sua resposta anterior, se, do ponto de vista da legitimidade constitucional da lei, o diploma é válido.

4. Suponha o(a) candidato(a) estar acreditado(a) como diplomata brasileiro(a) junto ao país Pasárgada, que não mantém tratado de extradição com o Brasil. Autoridades daquele Estado procuram-no(a) para relatar que Jean é, segundo suas leis, nacional de Pasárgada e que ele se encontra no Brasil. Informam que o Judiciário de Pasárgada expediu mandado de prisão preventiva contra Jean por certo crime comum, cometido em Pasárgada no ano de 1991. O(a) candidato(a) é, então, indagado(a) das perspectivas de êxito de um pedido de extradição. Para responder à pergunta, obtém de Brasília o informe de que Jean é pai de um brasileiro menor de idade, que vive sob sua dependência econômica. Além disso, é noticiado que Jean se naturalizou brasileiro em 1995. O(a) candidato(a) deverá redigir a resposta que dará à autoridade local, debatendo o problema à vista dos fatores acima apontados que possam ser juridicamente relevantes.

5. Foi disputado jogo de futebol entre Brasil e Arcádia na capital deste último país. Os jogadoras brasileiros foram hostilizados pela torcida local, provocando especial revolta entre os telespectadores no Brasil. No dia seguinte, o clima de animosidade tornou-se mais acirrado, e torcedores convocaram a população para protesto, em Brasília, em frente da Embaixada de Arcádia. Foi mantido o policiamento de rotina do setor de embaixadas da cidade. O contingente, porém, não foi capaz de conter os surtos de ira dos manifestantes, que lançaram objetos contra a sede da Embaixada, danificando suas instalações. O governo de Arcádia resolve propor ação de reparação de danos em tribunal brasileiro, invocando a disciplina constitucional brasileira sobre responsabilidade civil do Estado. Discuta se a ação pode ser julgada pelo Judiciário brasileiro e, à vista dos pressupostos da responsabilidade civil do Estado entre nós, se há causa para indenização.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Prova de Noções de Economia

Em 05 de julho de 1996

Examinadores:
Maurício Barata de Paula Pinto
Jorge Thompson Araújo

Responda às questões abaixo:

1. Explique o significado do conceito de vantagem comparativa e explique qual é sua relevância para a formulação da política brasileira de comércio exterior.

2. A oferta e a demanda de divisas têm papel importante na determinação da taxa de câmbio, seja qual for o sistema cambial adotado por nosso país. Explique qual é esse papel.

3. Apresente os motivos pelos quais o Brasil atualmente pratica juros elevados e descreva os efeitos dessa política sobre o balanço de pagamentos e sobre a taxa de câmbio.

4. Após a grande crise de 1929, o Brasil adotou políticas de sustentação do preço do café. Descreva a maneira pela qual essa política contribuiu para a industrialização brasileira.

5. "A economia é um estudo do método de alocação de meios físicos e humanos escassos entre fins alternativos". Essa definição é conciliável com a existência de desemprego da força de trabalho e capacidade ociosa na indústria?

Extensão máxima por resposta de até duas páginas.
Valor de cada questão: 20 pontos.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Prova de Geografia

Em 21 de junho de 1996

Examinadores:
Antonio Carlos Robert Moraes
André Roberto Martin

Responda às questões abaixo (extensão máxima: duas páginas por questão)

1. O Brasil possui um dos mais importantes programas do mundo de produção de fontes energéticas originárias de biomassa. Tal programa conhece dificuldades na atualidade, havendo inclusive setores da sociedade que defendem sua extinção. Identifique o programa mencionado, comente seus benefícios ambientais e as dificuldades que ele enfrenta.

2. O Censo de 1991 apresentou uma reversão de algumas tendências históricas, observadas há décadas no Brasil, notadamente no que se refere aos dados de demografia. Essas novidades nos movimentos populacionais relacionam-se com o comportamento locacional recente da indústria do país. Argumente a respeito da articulação de tais processos em sua manifestação no contexto metropolitano brasileiro.

3. As disparidades regionais entre as unidades da federação constituem uma dificuldade para a implantação de políticas públicas de execução descentralizada no Brasil. Comente as diferenças existentes e as possíveis estratégias de superação dessa dificuldade, tendo em vista que a descentralização aparece como um princípio constitucional do país.

4. O capítulo 9 da "Agenda 21", sobre a atmosfera, fala das "responsabilidades comuns, porém diferenciadas" dos países membros da Organização das Nações Unidas em face do aquecimento global e de outras alterações climáticas. Comente o significado desse enunciado.

5. A Europa Ocidental conhece um processo de unificação que vem avançando gradativamente, tanto no plano econômico quanto no político. Por outro lado, a União Soviética, o Estado de mais forte perfil supranacional, se fragmentou. Ambos processos inscrevem-se no quadro contemporâneo de crescente globalização das relações humanas. Argumente a respeito das relações existentes entre esses três enunciados.

Valor de cada questão: 20 pontos

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Prova de História

Em 14 de junho de 1996

Examinadores:
Nicolau Sevcenko
Nelson Schapochnik

Responda às questões que se seguem (extensão máxima: duas páginas por questão):

1. Leia atentamente os poemas abaixo e, a seguir, estabeleça uma comparação entre eles, destacando os seguintes elementos (a) contextualização histórica e (b) conflitos ideológicos.

> "Minha terra tem palmeiras,
> Onde canta o Sabiá;
> As aves que aqui gorjeiam,
> não gorjeiam como lá
> ....
> Não permita Deus que eu morra,
> Sem que eu volte para lá;
> Sem que desfrute os primores
> Que não encontro por cá;
> Sem qu'inda aviste as palmeiras,
> onde cante o Sabiá."

Gonçalves Dias, "Canção do exílio" (Coimbra, 1843)

> "Minha terra tem palmeiras
> Onde gorjeia o mar
> Os passarinhos daqui
> Não cantam como os de lá.
> ....
> Não permita Deus que eu morra
> Sem que volte prá São Paulo
> Sem que veja a Rua 15
> E o progresso de São Paulo."

Oswald de Andrade, "Canto de regresso à pátria", in *Poesia Pau-Brasil* (1924)

"minha terra tem palmeiras
onde sopra o vento forte
da fome com medo muito
principalmente da morte
o lê lê lá lá

a bomba explode lá fora
agora o que vou temer
oh yes nós temos banana
até pra dar e vender
o lê lê lá lá

aqui é o fim do mundo
aqui é o fim do mundo
aqui é o fim do mundo."

Gilberto Gil e Torquato Neto, *Marginália II*, 1968.

2. Durante todo o Império e mesmo após o advento da República, a grande maioria da população brasileira ficou à margem da vida política. Embora o liberalismo já tivesse sido implantado pelo regime imperial, podemos observar uma continuidade no dia respeito à exclusão social e política, culminando na distinção entre cidadãos ativos e cidadãos inativos ou simples. Compare as Constituições de 1824 e 1891 no diz respeito à questão da cidadania.

3. O termo "desenvolvimentismo" foi uma palavra-chave no vocabulário dos políticos brasileiros durante os anos 50. Explique o que foi este projeto e quais as medidas tomadas com vistas à sua implantação?

4. "As revoluções de 1848... tiveram muito em comum, não apenas pelo fato de terem ocorrido quase simultaneamente, mas também porque seus destinos estavam cruzados, todos possuíam um estilo e sentimento comuns, uma atmosfera curiosamente romântico-utópico e uma retórica similar, para os franceses inventaram a palavra **quarente-huitard.** Qualquer historiador reconhece-a imediatamente: as barbas, as gravatas esvoaçantes, os chapéus dos militantes, as bandeiras tricolores, as barricadas, o sentido inicial de libertação, de imensa esperança e confusão otimista. Era a 'primavera dos povos'- e, como a primavera, não durou".

Eric J. Hobsbawm, *A Era do Capital*(2ª ed.),
Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1973, pag. 33.

a) Qual o significado das revoluções de 1848?
b) Estabeleça uma relação entre os grupos sociais envolvidos e as idéias políticas do período.

5. "Do Homem Branco o fardo a si tome -
As cruentas guerras de paz -
Encha bem a boca de Fome
E as doenças mande cessar.
....
Faça isso com seus vivos
Com seus mortos, assinale-os!

Do Homem Branco o fardo tomaste -
E colheste para si a velha praga:
A Reprovação dos que ajudaste,
O ódio dos que guardaste."

Rudyard Kipling, "The White Man's Burden"

O poema de Rudyard Kipling é emblemático do processo de expansão neocolonialista européia a partir do século XIX.

a) caraterize os fatores que propiciaram o neocolonialismo; e

b) qual é o significado da expressão "fardo do homem branco"?

Valor de cada questão: 20 pontos

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 31 de março de 1996

Prova de Inglês

Examinadores:
Marcel Fortuna Biato
Edite do Céu Faial Jacques
Mark David Ridd

1. Composition: Comment on the following quotation:

"Colonies do not cease to be colonies because they are independent".

(Benjamin Disraeli)

Minimum: 400 words
Maximum: 500 words

Value:	60 marks
Grammatical accuracy:	30 marks
Plan and development of ideas:	15 marks
Quality of language:	15 marks

2. Translate into English:

Darcy Ribeiro
(Adaptado de *O Povo Brasileiro*, 1995)

Os negros do Brasil, trazidos principalmente da costa ocidental da África, foram capturados meio ao acaso nas centenas de povos tribais que falavam dialetos e línguas não inteligíveis uns aos outros. A África era, então, como ainda o é hoje, em larga medida, uma imensa Babel de línguas. Embora mais homogêneos no plano da cultura, os africanos variavam também largamente nessa esfera. Tudo isso fazia com que a uniformidade racial não correspondesse a uma unidade lingüístico-cultural que ensejasse uma unificação, quando os negros se encontraram submetidos todos à escravidão. A própria religião, que hoje, após ser trabalhada por gerações e

gerações, constituiu-se uma expressão da consciência negra, em lugar de unificá-los, então, os desunia. Foi até utilizada como fator de discórdia.

A diversidade lingüística e cultural dos contingentes negros introduzidos no Brasil, somada a essas hostilidades recíprocas que eles traziam da África e à política de evitar a concentração de escravos oriundos de uma mesma etnia, nas mesmas propriedades, e até nos mesmos navios negreiros, impediu a formação de núcleos solidários entre os escravos.

Encontrando-se dispersos na terra nova, ao lado de outros escravos, seus iguais na cor e na condição, mas diferentes na língua, na identificação tribal e freqüentemente hostis pelos referidos conflitos de origem, os negros foram compelidos a incorporar-se passivamente ao universo cultural da nova sociedade.

Value: 40 marks

A 1) O que estamos aqui presenciando é a emergência de uma articulação parlamentar no seio das Nações Unidas, e uma articulação parlamentar de pequenas e médias potências que se unem, em torno de três temas fundamentais: Desarmamento, Desenvolvimento Econômico e Descolonização. É fácil precisar o sentido de cada um dos termos desse trinômio. A luta pelo desarmamento é a própria luta pela Paz e pela igualdade jurídica de Estados que desejam colocar-se a salvo do medo e da intimidação. A luta pelo Desenvolvimento é a própria luta pela emancipação econômica e pela justiça social. A luta pela Descolonização, em seu conceito mais amplo, é a própria luta pela emancipação política, pela liberdade e pelos direitos humanos. (Ministro João Augusto de Araújo Castro, 1963)

A 2) O problema do desenvolvimento econômico, pela conjuntura demográfica e econômica mundial, tende a ser aos nossos olhos de igual urgência que o do desarmamento - mas com uma diferença básica: enquanto o desarmamento se escalona como um processo que arrastará no tempo, mas que diluirá sua própria periculosidade na medida em que os passos pacíficos forem sendo conquistados pela humanidade, o desenvolvimento econômico se tornará pressão dia a dia mais insuportável pela estrutura das sociedades humanas, se medidas urgentes destinadas a desencadeá-lo e a acelerá-lo não forem tomadas no mais curto lapso de tempo e em ritmo cumulativo. (Ministro João Augusto de Araújo Castro, 1963)

A 3) O elemento-chave para compreensão do problema com que nos defrontamos - nós, comunidade internacional - não é contudo a mera existência de grandes desníveis de riqueza entre as nações desenvolvidas e as subdesenvolvidas; é, isto sim, o fato de que esse desequilíbrio vem crescendo e, caso não sejam prontamente corrigidas as tendências hoje prevalecentes, continuará a crescer indefinidamente. (Ministro João Augusto de Araújo Castro, 1963)

A 4) Nos últimos anos, o Brasil deu largos passos, primeiro na correção das principais distorções que perturbavam o seu desenvolvimento econômico e social e, em seguida, na consolidação de um modelo de crescimento que procurasse responder, verdadeiramente, às aspirações autênticas de nossa comunidade nacional. Com isso, cresceu o país internamente e cresceu, também, em sua presença, em suas potencialidades e em suas responsabilidades, no plano internacional. (Ministro Antonio Francisco Azeredo da Silveira, 1974)

A 5) O Brasil é um país pacífico. A preocupação dominante da Nação brasileira é com o seu desenvolvimento econômico e social, integrado e harmônico. O Brasil é contrário a toda proliferação de armas nucleares, vertical como horizontal, e está disposto a participar de esforços internacionais com o objetivo de reduzir e, no devido tempo, eliminar as armas nucleares, bem como prevenir a sua proliferação. Acreditamos que o verdadeiro sentido da não-proliferação é sustar a disseminação das armas nucleares, e não impedir a difusão da tecnologia nuclear. O acesso à tecnologia para os usos pacíficos da energia nuclear,

atendidos os controles adequados, não deve estar sujeito a restrições discriminatórias. (Ministro Antonio Francisco Azeredo da Silveira, 1977)

A 6) É posição do Brasil que a construção da unidade regional passa não só pelo caminho do aproveitamento consciente das inúmeras afinidades que aproximam os países da região, mas depende também do reconhecimento maduro e ponderado das diversidades políticas, econômicas e culturais que existem entre nós. A unidade latino-americana é um projeto de convivência democrática, igualitária e confiante de nossos países. É uma unidade que repele hegemonias, intervenções, eixos ou blocos de poder. (Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro, 1980)

A 7) Ampliou-se, assim, a agenda internacional com a inclusão de novas questões. Em muitos casos, reconheceram-se novas interconexões entre problemas que antes pareciam suscetíveis de tratamento tópico ou isolado. Numa economia mundial complexa e mais diversificada, não basta proclamar o fato da interdependência. É fundamental que se faça uma tentativa séria para resolver o problema do subdesenvolvimento, que afeta cerca de dois terços da humanidade. (Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro, 1981)

A 8) Por muito tempo, os países do Terceiro Mundo têm ouvido que o desenvolvimento do Sul deve ser subproduto da prosperidade do Norte, como se a maior demanda pelo mundo industrializado de produtos dos países em desenvolvimento pudesse garantir, por si própria, a solução para problemas de natureza qualitativa, que estão diretamente relacionados aos padrões desiguais de intercâmbio com os países altamente desenvolvidos. (Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro, 1981)

A 9) Os países em desenvolvimento, por sua tendência estrutural ao déficit em conta-corrente, não podem ser os primeiros a eliminar as barreiras comerciais, com o que estariam apenas agravando seus déficits, sem criar um impulso suficiente para a recuperação da economia mundial. É preciso que os países desenvolvidos aceitem como inevitável a reestruturação de suas economias. Somente quando os países desenvolvidos abrirem mão da proteção de setores que deixaram de ser competitivos, poderão os manufaturados dos países em desenvolvimento ocupar seu lugar nos mercados internacionais, em benefício dos consumidores do Norte e dos produtores do Sul (Presidente João Figueiredo, 1982)

A 10) As Nações Unidas não podem ser mantidas à margem das negociações realmente importantes em matéria de desarmamento. É compreensível que quaisquer concessões nesse campo sejam extremamente complexas, mas o que afeta a todos por todos deve ser considerado. O realismo não deve levar a esquecer que o exercício equilibrado da inteligência política é, em última instância, mais poderoso que o exercício unilateral da força. (Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro, 1983)

A 11) O sistema internacional não deve ser vertical e centralizado. Aquilo que afeta a todos, por todos deve ser decidido. Isso se aplica especificamente a dois temas de interesse global que não podem ser dissociados em seu tratamento: paz e desenvolvimento. Mas é justamente sobre esse temas, de vital importância para a humanidade, que mais se evidencia o bloqueio da interação política e a substituição do diálogo democrático por equações de poder. (Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro, 1984)

A 12) Como a paz, também o desenvolvimento ameaça transformar-se numa miragem, na ótica dos países mais fracos. Se insisto nessa correlação, é para salientar que, tanto na esfera política quanto na econômica, as dificuldades que encontramos derivam da mesma estrutura do sistema internacional, refratário a projetos de transformação não mediados pelo poder. (Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro, 1984)

A 13) Não podemos nos furtar mais ao reconhecimento de que, a persistirem as distorções presentes, a crise atual acabará por prejudicar decisivamente a todos, pobres e ricos, devedores e credores. Neste fim de século, o mundo econômico, como o político, se tornou indivisível. A interdependência não é uma figura de retórica - é uma necessidade histórica, que exige um gerenciamento político, no sentido da cooperação e não da regressão ou do isolamento. (Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro, 1984)

A 14) Mais do que as hecatombes dos conflitos mundiais, mais do que o confronto estéril da Guerra Fria, a descolonização ficará como a grande contribuição do século XX à História da Humanidade. (Presidente José Sarney, 1985)

A 15) Firmemente empenhado no esforço de proscrever as armas nucleares do Continente, o Brasil assinou e ratificou o Tratado de Tlatelolco, cujo objetivo pioneiro foi transformar a América Latina na primeira zona desnuclearizada em território habitado pelo Homem. A desnuclearização da América Latina deve ser o primeiro passo de um novo impulso para deter a acumulação vertical e horizontal das armas nucleares, liberando-se o milhão e meio de dólares desperdiçados cada minuto pela corrida armamentista para o combate à fome, à doença, à ignorância e à miséria. (Presidente José Sarney, 1985)

A 16) Vivemos uma nova Revolução Científica que, a cada momento, transforma o mundo sob nossos olhos. Dominar os avanços que se sucedem vertiginosamente nos setores de ponta da ciência e da tecnologia passou a ser questão vital de sobrevivência. No plano de trabalho a qual a ONU deve dedicar seus próximos anos, temos de inserir uma estratégia para que o mundo não se fragmente em blocos tecnológicos fechados, mas coloque o conhecimento técnico e científico a serviço das necessidades básicas de todos os homens. (Presidente José Sarney, 1985)

A 17) Não queremos nem podemos aceitar que a revolução tecnológica trilhe os mesmos caminhos da revolução industrial, relegando a maioria das nações ao papel de meros fornecedores e insumos de pouco valor agregado. Tampouco queremos ser limitados a simples compradores do excedente e do obsoleto. (Ministro Roberto de Abreu Sodré, 1986)

A 18) Cada vez mais tornam-se desacreditadas as tentativas de organização da sociedade internacional através de esquemas oligárquicos. Não há mais lugar para os dualismos maniqueístas, nem para as teorias - às vezes inspiradas em figuras geométricas - de arbitrária repartição do poder mundial. O mundo só conhecerá dias melhores com a efetiva democratização da ordem internacional e, para tanto, a função da ONU é de essencial valia. (Ministro Roberto de Abreu Sodré, 1987)

A 19) Inquieta-nos, todavia, a insistência de certos países em sobrepor seu ordenamento jurídico interno ao direito internacional, tanto em matéria política quanto econômica. Invocar legislação interna - ou supostos interesses nacionais - para deixar de cumprir obrigação jurídica internacional fere o princípio essencial do *pacta sunt servanda*, regra básica do convívio civilizado entre as nações. (Ministro Roberto de Abreu Sodré, 1988)

A 20) A aventura do unilateralismo não pode ser substituída pelo bilateralismo excludente ou pelo multilateralismo seletivo. As negociações sobre temas de interesse de toda a comunidade das nações exigem a participação de todos os países, grandes ou pequenos. As conversações relacionadas com a paz e o desenvolvimento econômico, em particular, não se devem transformar em mera homenagem que o poder presta ao direito. (Ministro Roberto de Abreu Sodré, 1988)

A 21) De um lado, as sociedades se movem em direção a práticas e valores que se universalizam, como expresso no fortalecimento da democracia e dos direitos humanos, na concepção de desenvolvimento sustentável, na liberdade econômica e no impulso integrador de mercados. (Ministro Celso Lafer, 1992) De outro, assistimos ao ressurgimento de nacionalismos e de conflitos étnicos, paixões religiosas e fervores discriminatórios que tornam difusas as tensões e criam ameaças à paz mundial, quando exarcebadas. (Ministro Celso Lafer, 1992)

A 22) Adaptação criativa significa que estamos dispostos a trabalhar dentro da realidade internacional vigente, com todas as sua limitações, para encontrar novos patamares de convivência, superiores aos existentes. Visão de futuro é o elemento que nos inspira a ir além da ação pragmática e agir sobre ela para aproximar a realidade dos ideais que nos movem. O consenso é um processo que requer construção contínua. Não se enquadra dentro da teoria do contratualismo clássico, como se a organização social representasse uma conquista acabada. Ao contrário, o contrato social nacional e internacional necessita de constante atualização. Daí a relevância da visão de futuro. (Ministro Celso Lafer, 1992)

A 23) O ponto de partida para repensar a organização do sistema internacional é o reconhecimento de que a paz, segurança e desarmamento constituem elementos indissociáveis. O desarmamento é uma contribuição instrumental decisiva para paz e a segurança, e estas, por sua vez, são condições necessárias para a fruição de direitos humanos, como o são para a estabilidade interna das democracias renascidas e para uma verdadeira democratização das relações internacionais. De desarmamento, de paz e de segurança também depende a dedicação de esforços ao desenvolvimento e à preservação do meio ambiente. (Ministro Celso Lafer, 1992)

A 24) A dimensão do idealismo, na visão de um mundo melhor, não pode, no entanto, deixar de ser levada em conta em qualquer debate sobre a ordem mundial. O realismo, ponto de partida de toda ação política, não deve ser o seu ponto de chegada. A justiça é o valor-síntese que, em última análise, deve permear a noção de ordem. (Ministro Celso Lafer, 1992)

A 25) É sabido que existe forte vinculação entre a forma democrática de Governo e a vocação pacífica dos Estados, e uma conexão oposta entre regimes autoritários e maior propensão ao conflito. Os valores inerentes à democracia - o pluralismo, o respeito à vontade da maioria, a tolerância com o outro, a busca do consenso, o primado do Direito - prolongam-se naturalmente na atuação externa dos Estados. A consolidação da democracia em escala planetária constitui, portanto, uma contribuição decisiva para a edificação de um sistema internacional mais pacífico. (Ministro Celso Lafer, 1992)

A 26) Na visão brasileira, o relacionamento entre os Estados deve ser preponderantemente orientado por estímulos - e não desestímulos - à cooperação. Isto eqüivale a preconizar uma agenda positiva - e não negativa - das relações internacionais, democraticamente negociada. (Ministro Celso Lafer, 1992)

A 27) O aperfeiçoamento da cooperação internacional para o tratamento adequado e eficaz de temas globais, como os de caráter humanitário e ecológico, é objetivo que deve ser buscado dentro de parâmetros compatíveis com os princípios básicos do Direito Internacional, entre os quais se destaca o respeito à soberania dos Estados. (Ministro Celso Lafer, 1992)

A 28) O respeito aos direitos humanos e a igualdade de todas perante a lei são valores absolutos. Políticas de separação racial são sempre odiosas, sob qualquer denominação. A idéia de que uma nação ou grupo social será de alguma forma superior se for etnicamente homogêneo é falsa, moralmente condenável, e inaceitável politicamente. (Ministro Celso Lafer, 1992)

A 29) Precisamos trabalhar em conjunto em favor do crescimento econômico em todos os países. Não existirá paz e segurança enquanto persistirem as disparidades que deformam o sistema internacional. (Ministro Celso Lafer, 1992)

A 30) Em torno do conceito fundamental do desenvolvimento sustentável, erigiu-se na Rio-92 um novo paradigma, um novo contrato social. Definiu-se a preocupação primordial de assegurar o mais racional equilíbrio entre, de um lado, os legítimos anseios de desenvolvimento e, de outro, a preservação da saúde do nosso planeta e o bem-estar das gerações futuras. O desenvolvimento sustentável é a expressão contemporânea do progresso e a base de uma nova ordem ambiental internacional. (Ministro Celso Lafer, 1992)

A 31) No Brasil, na América Latina, como em outras regiões, reformas corajosas e necessárias buscam eliminar os obstáculos ao desenvolvimento, à competitividade econômica, ao progresso tecnológico e ao exercício desimpedido da criatividade e da capacidade empresarial com base nas forças do mercado. (Ministro Celso Lafer, 1992)

A 32) Vimos que o eixo das preocupações inerentes à guerra Fria se deslocara do sentido Oeste-Leste para Norte-Sul. Novos conceitos, alguns sob a capa humanitária ou de moralidade, como o suposto "dever de ingerência" e a "boa governança", ao lado de versões renovadas de velhas práticas, como o ecoprotecionismo, passaram a justificar atos discriminatórios com conseqüências sobre os países do Sul. (Ministro Celso Amorim, 1993)

A 33) A promoção e a defesa do regime democrático no interior de cada país não são suficientes. Impõe-se um esforço vigoroso de democratização das relações internacionais, em consonância com dois importantes fenômenos da hora atual: o amplo consenso em torno da superioridade da democracia representativa e a crescente vinculação entre as esferas interna e externa. Essa dupla constatação nos obriga a reconhecer que o ideal democrático se aplica com igual validade ao relacionamento entre as nações. (Ministro Celso Amorim, 1993)

A 34) A democratização do relacionamento entre as nações exige que a ordem internacional as proteja e garanta seus direitos contra atos ilícitos e abusos de poder. Não pode haver sociedade democrática sem a estrita observância do Direito e sem que os menos poderosos estejam ao abrigo do arbítrio dos que detêm a força e o poder. Já não é admissível, no mundo de hoje, que siga prevalecendo o célebre aforismo de Pascal, segundo o qual "não se podendo fazer com que justo fosse forte, fez-se que o forte fosse justo". (Ministro Celso Amorim, 1993)

A 35) Embora o progresso material dos povos seja, em boa medida, produto de seu próprio e insubstituível esforço, é evidente que ele depende da prevalência de um ambiente externo favorável. É imperioso, portanto, que a sociedade internacional estimule, solidariamente, a criação de condições de progresso e não a preservação de privilégios. (Ministro Celso Amorim, 1993)

A 36) Se vamos engajar-nos em um exercício amplo de diplomacia preventiva, é essencial que tenhamos consciência de que apenas o desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável constitui meio eficaz para alcançarem-se os fins almejados. (Ministro Celso Amorim, 1993)

A 37) Mas não tenhamos ilusões: somente uma inserção dinâmica nas correntes do comércio e da tecnologia permitirá aos países em desenvolvimento ter a sua parte nos frutos do progresso. Por isso defendemos um sistema multilateral de comércio fortalecido, que assegure, ao mesmo tempo, adequada contrapartida aos esforços de liberalização que realizamos e um quadro normativo que iniba o protecionismo e o unilateralismo.(Ministro Celso Amorim, 1993)

A 38) O firme envolvimento da comunidade de nações na luta pelo desenvolvimento deve ser consentâneo com o princípio da soberania dos Estados. O Brasil entende que o Estado nacional soberano é a base da ordem jurídica e política internacional e que seu debilitamento não pode ser promovido sob pena de solapar as bases da representação internacional e do multilateralismo. Uma relativização do princípio da soberania - que aliás nunca é argüida com relação aos países poderosos - levaria a retrocessos na democratização das relações internacionais. (Ministro Celso Amorim, 1993)

A 39) A história recente demonstra que, a despeito de alguns problemas sérios e persistentes, as operações de paz da ONU são importantes para a superação de situações conflituosas, muitas vezes antigas, complexas e delicadas. Espera-se das Nações Unidas que contribuam, com sóbria eficácia, a preservar a paz e a segurança onde elas estejam ameaçadas. O Brasil, que já participa com expressivo contingente de observadores militares nas operações de paz da ONU, pretende ampliar sua atuação neste campo, e já estuda maneira de fazê-lo. (Ministro Celso Amorim, 1993)

A 40) Impõe-se neste contexto, corrigir o grave equívoco político e estratégico de ver o Sul como área de instabilidade internacional. Ao contrário, várias regiões, como a América Latina, constituem exemplos de relações estáveis de cooperação baseados na confiança mútua. Demonstra-o o vigor dos processos latino-americanos der integração, que, para além dos aspectos mercantis, expressam de forma concreta um projeto político voltado para a cooperação e a solidariedade internacionais. Tais processos, entre eles o MERCOSUL, contrastam fortemente com os movimentos de fragmentação observados em outras partes do mundo. (Ministro Celso Amorim, 1993)

A 41) Também no âmbito econômico-social, a evolução recente afigura-se positiva. Após oito anos de difíceis negociações no âmbito da Rodada Uruguai do GATT, logramos assinar o Acordo de Marrakech. A Organização Mundial do Comércio abrirá novas e promissoras perspectivas para o relacionamento econômico das nações. o Unilateralismo e o protecionismo, baseados em interesses paroquiais, perderão qualquer sombra de legitimidade.(Ministro Celso Amorim, 1994)

A 42) As condições sociais da maioria da população mundial continuam a deteriorar-se. Nos últimos vinte anos, agravou-se a distância entre nações ricas e pobres, entre os milhões que se alimentam, estudam e têm excedentes para o lazer e o bilhões que lutam para sobreviver. As pressões migratórias em direção ao Norte desenvolvido e muitos dos conflitos no Sul empobrecido são faces da mesma moeda. (Ministro Celso Amorim, 1994)

A 43) A globalização da economia e o fortalecimento do livre comércio ainda precisam demonstrar, na prática, o seu inegável potencial como fator de crescimento e bem-estar para todos os povos. O velho protecionismo, agora revestido de novas roupagens, resiste às investidas da racionalidade econômica. O impacto positivo dos acordos de Marrakech vê-se gravemente ameaçado por novas condicionalidades, com efeitos restritivos sobre o fluxo de comércio internacional. Questões em si mesmas legítimas, como a preservação do meio ambiente e padrões trabalhistas universalmente aceitos não podem servir de pretexto para dificultar-se ainda mais o acesso dos bens produzidos nos países pobres aos mercados das nações mais abastadas. O custo do reajuste das economias mais prósperas não pode ser transferido para os ombros dos que nada ou pouco possuem. (Ministro Celso Amorim, 1994)

A 44) O domínio da tecnologia é um grande divisor de águas entre os países industrializados e os países em desenvolvimento. As dificuldades de acesso a tecnologias avançadas constituem obstáculo á superação das desvantagens dos países em desenvolvimento, reduzindo-lhes a competitividade e criando entraves a transformação dos processos de produção. A nova Divisão Internacional do Trabalho não pode reeditar velhos esquemas que já provaram sua ineficácia. A integração competitiva dos países em desenvolvimento na economia internacional há de basear-se em vantagens comparativas dinâmicas, com crescente incorporação do conhecimento ao processo produtivo. A par do indispensável esforço interno de cada país, este salto qualitativo pressupõe um ambiente internacional fundado na cooperação. (Ministro Celso Amorim, 1994)

A 45) No mundo do pós- Guerra Fria, a importância de países como o Brasil não depende somente de fatores militares e estratégicos, mas sobretudo da estabilidade política interna, do nível geral de bem-estar, dos sinais vitais da economia - a capacidade de crescer e gerar empregos, a base tecnológica, a participação no comércio internacional - e também de propostas diplomáticas claras, objetivas e viáveis. Por isso mesmo, a realização de um projeto nacional consistente de desenvolvimento deve nos fortalecer crescentemente no cenário internacional. (Presidente Fernando Henrique Cardoso, discurso de posse, 1995)

A 46) O mundo que se aproxima do século XXI ainda é, contudo, marcado por guerras entre Estados e conflitos dentro das Nações. A intransigência, o desejo de obter vantagens imediatas e a ausência de objetivos aceitos para o encaminhamento das questões de mais longo prazo, como a da desigualdade entre as nações, geram tensão e desordem que afetam não apenas os povos diretamente envolvidos, mas toda a comunidade internacional. (Presidente Fernando Henrique Cardoso, abertura do seminário sobre concessões de serviços públicos, 1995)

A 47) A diplomacia brasileira tem tido papel relevante nos organismos internacionais, tanto na esfera econômica, quanto na área de solução pacífica de controvérsias. O mundo pós-Guerra Fria exige que repensemos o quadro das instituições multilaterais. A ONU precisa ganhar efetividade com base na representatividade de suas decisões. O sistema financeiro internacional deve estar preparado para enfrentar os efeitos da globalização. A OMC deve ser plenamente implementada e ser garantia de expansão dos fluxos internacionais de comércio. (Presidente Fernando Henrique Cardoso, almoço oferecido pelo Vice-Presidente Al Gore, 1995)

A 48) A política externa de meu Governo atribui prioridade às relações hemisféricas. Paz e cooperação são as diretrizes máximas que presidem a ação da diplomacia brasileira nas Américas. O Mercosul e o interesse brasileiro de que outros esquemas de integração regional se aprofundem são prova disto. (Presidente Fernando Henrique Cardoso, sessão solene do Conselho Permanente da OEA, 1995)

A 49) O mundo que se avizinha é o mundo dos grandes blocos organizados, mas que se organizam para se integrarem e não para se isolarem. É assim que nós vemos o Mercosul. (Presidente Fernando Henrique Cardoso, Cúpula Econômica do Mercosul, 1995)

A 50) Não se resolverão problemas de natureza global, como o desemprego estrutural, como a criminalidade e o narcotráfico, ou ainda, como o desenvolvimento ambientalmente sustentável, sem formas de cooperação internacional verdadeiramente eficazes e generosas. (Presidente Fernando Henrique Cardoso, mesa redonda com membros do Parlamento Europeu, 1995)

A 51) Sabemos hoje que o desenvolvimento requer reformas sociais internas, o "dever de cara" cumprido, instituições democráticas e transparentes, liberdade econômica. Mas também sabemos que o contexto internacional precisa ser favorável a que se consolidem nossas reformas. Então cada vez mais estão ligadas as dimensões interna e externa do desenvolvimento, que deixou de ser variável apenas doméstica para tornar-se tema global por excelência, aquele que inclui todos os demais temas. (Presidente Fernando Henrique Cardoso, Colégio de Europa, 1995)

A 52) Quando se trata das relações com os países dinâmicos da Ásia e Pacífico, não podemos ser reféns da distância, nem prisioneiros do imobilismo. Tenho insistido (...) que a Ásia é hoje, por todas as razões, uma prioridade da nossa diplomacia, uma prioridade ditada por realidades objetivas das relações internacionais contemporâneas. (Presidente Fernando Henrique Cardoso, jantar oferecido ao Presidente do Vietnã, 1995)

A 53) Não faltarão, em todos os âmbitos das negociações de desarmamento, tarefas para o Brasil. Tivemos o mérito de identificar mais cedo que outros, as vantagens de usar a diplomacia como defesa, antes do que fazer da defesa a nossa diplomacia.`(Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja, Temas de política externa brasileira I, 1989)

A 54) O Brasil, nas últimas décadas, mostrou-se especialmente vigoroso e eficaz em negociações de desarmamento, quando o alcance destas parecia concretamente reduzir o leque de nossas opções tecnológicas, científicas e industriais, agora e no futuro, ou quando elas pareciam procurar ordenar um mundo em que o Brasil, em determinados terrenos, ficaria cristalizado como um "have not country". (Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja, Temas de política externa brasileira I, 1989)

A 55) A questão da paz e segurança, na ótica das atribuições das Nações Unidas, não pode ser considerada de forma isolada. A paz verdadeira, assim como a segurança, se inscreve num plano mais abrangente em que estão presentes as dimensões atuais e futuras relativas ao bem estar dos povos (dimensões estas freqüentemente marcadas pela extrema desigualdade) e as considerações de justiça e democracia, tão fundamentais no plano internacional quanto no interno. (Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, aula magna na Universidade Federal de Pernambuco, 1995)

A 56) A despeito do conhecido e inevitável hiato entre intenções e realidades, a Carta das Nações Unidas, herdeira do Pacto da Liga, criou a única instância política de caráter universal de que a humanidade dispõe para dirimir controvérsias e assegurar a paz internacional. (Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, aula magna na Universidade Federal de Pernambuco. 1995)

A 57) Hoje, os pressupostos políticos, econômicos e estratégicos que produziram a Carta das Nações Unidas e a própria Organização não mais têm vigência. Salvo emendas de importância menor, a Carta é ainda a de 1945 e espelha maiormente uma situação internacional ultrapassada. Suas estruturas institucionais estão algo atrofiadas e não respondem às necessidades atuais e, por esse motivo, necessitam ser repensadas e reorganizadas. (Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, aula magna da Universidade Federal de Pernambuco, 1995)

A 58) A moldura regional, na qual se inscreve o Brasil, apresenta características ao mesmo tempo de aparente simplicidade e de desafiante complexidade. Conceitos como Hemisfério Ocidental, América Latina ou América do Sul, ao

justaporem situações geográficas com realidades políticas distintas, podem prestar-se a enganosas generalizações. Dentro de cada uma dessas categorias conceituais aparentemente estáticas existem constelações estatais e não-estatais que interagem de forma dinâmica e diferenciada. (Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, palestra na Escola de Defesa Nacional da Argentina, 1995)

A 59) Mesmo que se afirme que a globalização haja diminuído o poder dos Estados nacionais e tornado mais frágeis os instrumentos da política macroeconômica, é preciso divisar uma estratégia de desenvolvimento, ancorada em políticas econômicas e sociais ativas, capazes de articular Governo e setor privado em torno dos anseios da nação neste final de século. (Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, palestra no seminário "Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável", 1995)

A 60) O próprio conceito de poder mudou. A soberania de um país e a capacidade de satisfazer as necessidades de sua população dependem cada vez mais de bons indicadores sociais, estabilidade política, competitividade econômica e progresso científico e tecnológico, e não de poderio militar. (Ministro Luiz Felipe Lampreia, 1995)

A 61) É hoje geralmente aceito que os principais fatores do orgulho nacional são a democracia, o desenvolvimento, o comércio e a riqueza econômica, ao invés da busca por hegemonia ou ganhos territoriais. (Ministro Luiz Felipe Lampreia, 1995)

A 62) As economias emergentes tornaram-se uma força considerável ao redor do mundo, beneficiando-se da globalização, de uma maior liberdade econômica e do continuado crescimento do comércio internacional. A integração econômica fortaleceu os laços regionais. (Ministro Luiz Felipe Lampreia, 1995)

A 63) As Nações Unidas preservaram seu papel na manutenção da paz e da segurança internacionais. Uma ampla agenda para o final do século está sob consideração. Iniciativas positivas estão em curso para assegurar que a Organização seja capaz de promover a paz e o desenvolvimento de forma mais efetiva. Uma reforma do sistema é também necessária, de modo a torná-lo mais sensível aos desafios que teremos de enfrentar. (Ministro Luiz Felipe Lampreia, 1995)

A 64) A pobreza extrema e o desemprego surgem talvez como os mais difusos dos temas internacionais, afetando igualmente países desenvolvidos e em desenvolvimento, corroendo o tecido social ao mesmo tempo em que estimula o extremismo da parte de indivíduos e engendra soluções imprevidentes da parte de governos. (Ministro Luiz Felipe Lampreia, 1995)

A 65) Políticas econômicas desvirtuadas, a especulação financeira e a volatilidade dos fluxos internacionais de capitais continuam a ameaçar mercados em escala global. As economias emergentes - que se esforçam para consolidar a estabilidade e a retomada do crescimento ao mesmo tempo em que tentam lidar com variáveis como taxas de juros e preços de matérias-primas - tornam-se mais vulneráveis. (Ministro Luiz Felipe Lampreia, 1995)

A 66) afinal, onde se encontram as Nações Unidas no atual cenário internacional? Como podem elas lidar com as forças conflitivas e ambivalentes que operam no mundo de hoje? Onde começa e termina sua responsabilidade? O que podemos fazer para realizar a visão de seus fundadores? (Ministro Luiz Felipe Lampreia, 1995)

A 67) Nada é mais emblemático da necessidade de adaptar as Nações Unidas às realidades do mundo pós-Guerra Fria do que a reforma do Conselho de Segurança. Catalisador de outras reformas necessárias dentro do sistema das Nações Unidas, a reforma do Conselho de Segurança é um imperativo que não mais deve ser postergado. (Ministro Luiz Felipe Lampreia, 1995)

A 68) O surgimento de novas potências econômicas e de um número de países em desenvolvimento com projeção global alterou significativamente a dinâmica da política mundial. Esses atores chegaram ao primeiro plano do cenário internacional e devem estar presentes no núcleo de membros permanentes, de modo a que a composição do Conselho se torne mais equilibrada e reflita melhor a diversidade de visões de mundo. (Ministro Luiz Felipe Lampreia, 1995)

B 1) A OMC será a continuação do GATT do passado, assistirá a fragmentação mundial em blocos comerciais, levará ao predomínio do comércio administrado em bases discriminatórias ou ao surgimento de um sistema GATT mais, com integração profunda?

B 2) Aspectos econômicos da nova ordem internacional: a visão do Brasil.

B 3) O equilíbrio entre o desenvolvimento, por um lado e, por outro, as preocupações ambientais e o bem estar das gerações futuras.

B 4) Meio ambiente e desenvolvimento.

B 5) A política externa brasileira e a evolução recente do quadro econômico internacional.

B 6) O Tratado de Não-Proliferação Nuclear: a posição do Brasil.

B 7) O controle do acesso a tecnologias como instrumento de poder no cenário internacional.

B 8) Eficácia das sanções internacionais como instrumento de pressão política.

B 9) Comentar a seguinte observação do Presidente Fernando Henrique Caridosos: "Temos em nossa tradição um acervo diplomático caracterizado por posições de equilíbrio. Somos um país de grande peso regional, mas sem vocação hegemônica. A presença sul-americana do Brasil é exemplar".

B 10) Comentar a seguinte observação: "Tendência positiva do mundo pós-Guerra Fria é de que se globalizam não apenas os processos econômicos ou financeiros, mas também os conceitos e valores que delimitam as opções dos governos, tais como a qualidade da vida, a preservação ambiental, a proteção dos direitos humanos".

B 11)Comentar a seguinte observação : "Com o fim da Guerra Fria, há os que são tentados pelo otimismo fácil, pelo triunfalismo, pela visão de que , em si mesmo, o fim do confronto ideológico seria capaz de produzir automaticamente transformações para melhor no cenário mundial; e há os pessimistas que constatam que a Guerra Fria ocultava problemas de difícil encaminhamento".

B 12) O comércio internacional após a Rodada Uruguai.

B 13) O Brasil e a Organização Mundial de Comércio (OMC).

B 14) A questão do desenvolvimento na agenda internacional pós-Guerra Fria.

B 15) O Brasil e a questão da não-proliferação de armas de destruição em massa.

B 16) A inserção do Brasil no cenário econômico internacional.

B 17) As novas tendências do cenário econômico internacional.

B 18) Meio ambiente e comércio.

B-19) A formação de grandes blocos econômicos e a evolução do comércio mundial.

B 20) O desenvolvimento e o acesso a tecnologias avançadas.

B 21) O novo mapa do comércio mundial.

B 22) Protecionismo e liberalização comercial.

B 23) A política externa brasileira e a participação do Congresso Nacional.

B 24) A diplomacia econômica brasileira.

B 25) A diplomacia brasileira como promotora dos interesses comerciais do país.

B 26) Promoção comercial: instrumento útil da diplomacia brasileira.

B 27) Ao Brasil interessa um crescente engajamento no sistema econômico internacional, com ativa participação nos fluxos de comércio, investimentos e conhecimento científico-tecnológico.

B 28) As realizações internas nos campos político, econômico e social serão fatores determinantes da inserção internacional brasileira no século XXI.

B 29) O novo contexto internacional e o tema do desenvolvimento.

B 30) A evolução do sistema internacional: aspectos positivos e negativos para um país como o Brasil.

B 31) A OMC será um instrumento importante de estabilidade do comércio mundial.

B 32) A política externa brasileira e a questão do meio ambiente.

B 33) A política externa brasileira e os vínculos entre comércio e direitos do trabalhador.

B 34) Vínculos entre direitos comerciais e medidas ambientais.

B 35) A OMC e a operacionalização dos resultados da Rodada Uruguai.

B 36) Os foros políticos e econômicos de consulta e concertação de que o Brasil faz parte ou tem interesse em integrar.

B 37) A proteção ambiental e a cooperação para o desenvolvimento sustentável como prioridades de política externa brasileira.

B 38) As relações do Brasil com os três pólos de poder econômico mundial: os EUA, a UE e o Japão.

B 39) Os temas econômicos centrais da política externa do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

B 40) Segundo o Presidente Fernando Henrique Cardoso, "o Brasil tem um lugar reservado entre os países bem sucedidos do planeta no próximo século".

B 41) Segundo o Presidente Fernando Henrique Cardoso, "o desenvolvimento de um país no mundo de hoje não se mede pela quantidade das coisas que produz. O verdadeiro grau de desenvolvimento se mede pela qualidade da atenção que um país dá à sua gente". Comentar.

B 42) Segundo o Presidente Fernando Henrique Cardoso, "a realização de um projeto nacional consistente de desenvolvimento deve nos fortalecer crescentemente no cenário internacional". Comentar.

B 43) Segundo o Presidente Fernando Henrique Cardoso, "no mundo pós-Guerra Fria, a importância de países como o Brasil não depende somente de fatores militares e estratégicos, mas, sobretudo da estabilidade política interna, do nível geral de bem estar, dos sinais vitais da economia e também de propostas diplomáticas claras, objetivas e viáveis". Comentar.

B 44) Da Constituição Federal à plena participação no Tratado de Tlatelolco, o Brasil tem um patrimônio expressivo de compromissos unilaterais, bilaterais, regionais e internacionais em relação à não-proliferação. Comentar.

B 45) Conforme observou o então Chanceler Fernando Henrique Cardoso, "a inserção do Brasil na economia global depende da estabilidade interna e da retomada do crescimento". Comentar.

B 46) Com a conclusão da Rodada Uruguai e a criação da OMC, preservou-se e fortaleceu-se o sistema multilateral regido pelo GATT, afastando o risco de fragmentação das trocas internacionais em blocos estanques.

B 47) Comente as seguintes observações do Ministro Luiz Felipe Lampreia: "Sem nunca perder de vista o interesse brasileiro no desenvolvimento soberano, autônomo e responsável de tecnologias básicas para o nosso desenvolvimento científico e industrial, cabe-nos também viabilizar a participação crescente do Brasil em esquemas de convergência nas áreas de não-proliferação nuclear, controle das exportações de armamentos e de bens e tecnologias sensíveis, desarmamento nuclear, químico e biológico e construção de espaços de confiança entre nações e entre as regiões".

B 48) Comente a seguinte observação do Ministro Luiz Felipe Lampreia: Os acordos assinados o ano passado em Marraqueche (relativos à criação da OMC) visam a uma disciplina mais rígida da atuação das nações comerciantes, fazendo com que se reduza a capacidade de arbítrio das grandes potências na aplicação unilateral e discriminatória de medidas de proteção a determinados setores de suas economias".

B 49) Comente a seguinte afirmação do Ministro Luiz Felipe Lampreia: "O desenvolvimento das relações fronteiriças com nossos vizinhos, especialmente através do fortalecimento das interligações viárias e de comunicações e a cooperação em torno das atividades humanas desenvolvidas ao longo da faixa de fronteira, são prioridades da política externa brasileira".

B 50) Comente a seguinte observação do Ministro Luiz Felipe Lampreia: "Um dos objetivos da atuação diplomática brasileira é ampliar onde for possível o número e a qualidade das nossas parcerias internacionais, com o triplo objetivo de aumentar nosso acesso a mercados, a tecnologias e a investimentos produtivos no Brasil".

B 51)Comentar a seguinte afirmação do Ministro Luiz Felipe Lampreia: Um dos objetivos da atuação diplomática brasileira é participar, sem veleidades de prestígio ou falsa liderança, dos foros e mecanismos decisórios de natureza política e econômica internacional, de forma a coadjuvar com nossa presença e atuação nesses foros a nossa busca de mercados, tecnologias e investimentos produtivos no Brasil ".

B 52) Entre os fatores que indicam a emergência de uma conjuntura internacional mais favorável para o Brasil, encontra-se a retomada do crescimento nos países desenvolvidos (ainda que a taxas modestas) e na América Latina (ainda que parcialmente afetada pela crise do México).Comentar.

B 53) Entre os fatores que assinalam uma conjuntura internacional mais favorável para o Brasil encontra-se o fortalecimento do multilateralismo no comércio internacional de bens e serviços, com a atualização e a virtual universalização de regras fundamentais para lidar com o fenômeno da globalização da economia e com a crescente competitividade entre as economias e os agrupamentos regionais. Comentar.

B 54) Entre os fatores que assinalam uma conjuntura internacional mais favorável para o Brasil encontra-se a convivência harmoniosa entre o fortalecimento do multilateralismo e a realidade dos processos de integração regional. Comentar.

B 55) A superação de diversos conflitos e problemas regionais, notadamente na África e no Oriente Médio, abriram novas ou renovadas oportunidades de parcerias com essas regiões.

B 56) As perspectivas do relacionamento do Brasil com a Ásia e Pacífico.

B 57) Qual seria a expressão contemporânea dos 3-D enunciados pelo Embaixador João Augusto de Araújo Castro em 1963?

B 58) A globalização está dando origem a uma nova divisão internacional?

B 59) A globalização e o papel do Estado.

B 60) Comente a seguinte afirmação: "A posição competitiva de um país em relação aos demais é, cada vez mais, determinada pela qualidade de seus recursos humanos, pelo conhecimento, pela ciência e tecnologia aplicadas à produção."

B 61) Comente a seguinte afirmação: "Tivemos o mérito de identificar mais cedo que outros as vantagens de usar a diplomacia como defesa, antes do que fazer da defesa a nossa diplomacia."

B 62) Comente a seguinte afirmação: "A despeito do conhecido e inevitável hiato entre intenções e realidades, a Carta das Nações Unidas, herdeira do Pacto da Liga, criou a única instância política de caráter universal de que a humanidade dispõe para dirimir controvérsias e assegurar a paz internacional.

B 63) Comente a seguinte afirmação: "Hoje, os pressupostos políticos, econômicos e estratégicos que produziram a Carta das Nações Unidas e a própria Organização não mais têm vigência."

B 64) Comente a seguinte afirmação: "A moldura regional, na qual se inscreve o Brasil, apresenta características ao mesmo tempo de aparente simplicidade e de desafiante complexidade. Conceitos como Hemisfério Ocidental, América Latina ou América do Sul, ao justaporem situações geográficas com realidades políticas distintas, podem prestar-se a enganosas generalizações."

B 65) As operações de manutenção da paz e as operações de imposição da paz.

B 66) Comente a seguinte observação: "Nossa diplomacia é um instrumento a serviço do nosso desenvolvimento sustentável com justiça social. Isso quer dizer que ela não é um fim em si mesma, nem obedece a concepções puramente intelectuais da realidade mundial ou do nosso próprio país."

B 67) O Brasil e os regimes internacionais de controle de tecnologias sensíveis.

B 68) O Mercosul é um projeto do Governo e da sociedade brasileiros. Esta é a razão da sua complexidade. É também o seu maior estímulo.

C 1) O Brasil e a Argentina estão engajados em simultaneamente em três grandes projetos: a promoção acelerada de sua integração bilateral; a identificação de posições comuns frente aos chamados temas globais e em áreas percebidas como de importância estratégica para ambos, e a edificação do Mercosul. (M.Azambuja, Temas de Pol. Ext. II)

C 2) A integração no Mercosul, um de cujos objetivos é fortalecer as economias e os mega-blocos comerciais internacionais, é e continua a ser um objetivo prioritário do Governo brasileiro. Não se pode excluir, no entanto, que ela própria possa tornar-se instrumento para impelir o Brasil na direção do NAFTA, na medida em que os sócios do Mercosul tenham esse objetivo como meta de seus Governos. Se isso vier a ocorrer, uma substancial revisão do relacionamento do Brasil com a União Européia tornar-se-á de urgente necessidade. (Geraldo Holanda Cavalcanti, Temas II)

C 3) Diante de uma ação cada vez mais significativa do Brasil no plano do multilateralismo, com esforços integrativos na América Latina e ênfase no Mercosul e nos relacionamentos com as economias dinâmicas do Norte, qual a importância do continente africano para nós? (Fernando A.A. Mourão, Temas II)

C 4) A maioria dos textos que trata das relações do Brasil com a África enfatiza ora o tema da cultura, ora o tema das solidariedades ligadas às relações Sul-Sul. Numa fase histórica que se caracteriza pelo advento da Terceira Revolução Industrial, pela busca de mecanismos integrativos, pelo desenvolvimento do comércio internacional e por tentativas de diminuir as assimetrias, cabe potencializar as convergências e gerenciar as divergências. (F.A.A. Mourão, Temas II)

C 5) Hoje em dia, há reais potencialidades nas relações da África com o Brasil, tanto no comércio multilateral, como num comércio triangular, ou mesmo num comércio regional complementar às economias dinâmicas do Norte. Outras iniciativas de caráter não exclusivamente econômico - como a criação de uma comunidade de Países de Língua Portuguesa e o relançamento da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul - terão seu papel num cenário internacional em que o conhecimento científico constitui o fulcro das sociedades modernas. (F.A.A.Mourão, Temas II)

C 6) Em 1963, o Chanceler Araújo Castro, em seu discurso na ONU, assinalava que as Nações Unidas podiam ter suas tarefas resumidas numa tríade, a que chamou de os "3 D": desarmamento, desenvolvimento, descolonização. Hoje, praticamente superados os últimos resquícios do colonialismo, é possível parafraseá-lo, afirmando que a agenda internacional se estrutura novamente em torno de três "D": democracia, desenvolvimento, desarmamento, com seus desdobramentos nas áreas dos direitos humanos, do meio ambiente e da segurança internacional. (Celso Amorim, discurso na 48 sessão da AGNU)

C 7) Se é verdade que a globalização do mundo está em marcha, e tudo indica que sim, então começou o réquiem pelo Estado-nação. Ele está em declínio, sendo redefinido, obrigado a rearticular-se com as forças que predominam no capitalismo global e, evidentemente, forçado a reorganizar-se internamente, em conformidade com as injunções dessas forças. O Estado-nação continuará a existir, mas não será mais o mesmo. Ainda pode utilizar a retórica da soberania e até mesmo falar em hegemonia, mas tudo isso mudou de figura. (Otávio Ianni, citado por C.Lafer e G. Fonseca , Temas II)

C 8) Comentar as seguintes hipóteses: a) num mundo globalizado, a diplomacia, que é uma expressão, ao lado das Forças Armadas, da soberania do Estado, também se tornou obsoleta: tem pouco a fazer em um mundo ordenado pelas forças transnacionais; b) no mundo atual, ao invés de tornar-se obsoleta, a diplomacia amplia o seu alcance. Deixa de ser um modo privilegiado de diálogo entre Estados e passa a tecer uma complexa rede de atores, com lealdades variadas. Nesse sentido, estamos diante de uma nova diplomacia cujos principais preocupações seriam o cuidado com a construção de regras de convivência internacional, a necessidade de lidar com os impulsos internos e a variedade de interlocutores.

C 9) O Estados Unidos continuam a ser extremamente poderosos em quase todos os aspectos da vida econômica, mas estão longe de ser absolutos e muito menos auto-suficientes. Na distribuição dos recursos econômicos que, entre outros fatores, determinam o poder, o mundo é decididamente (e crescentemente) multipolar, tudo indicando que esta é uma realidade que está aqui para ficar (R.Ricupero, Temas II)

C 10) Comentar a proposição seguinte: "não é exagero dizer que os efeitos políticos da queda do muro de Berlim são menos relevantes , em termos de projeção futura, do que seu impacto econômico na infra-estrutura de produção mundial".

C 11) São os EUA um país em declínio?

C 12) A América do Sul vive um tempo privilegiado, singular, de sua história. Cabe aos sul-americanos a disciplina interna e a determinação externa para que se transformem em ações e políticas ativas as virtualidades desse novo tempo. Se isso é verdade, quais seriam os principais desafios que a região deverá enfrentar?

C 13) Mais importante do que qualquer documento gerado pela II Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em 1993, em Viena, foi o processo de diálogo verdadeiramente universal por ela gerado, que certamente fortalecerá o movimento dos direitos humanos no sentido de incentivar e consolidar um monitoramento contínuo de sua observância por todos e em toda parte (A.A.Cançado Trindade, Temas II)

C 14) A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro, representou, entre muito resultados, o reconhecimento de que os problemas enfrentados pela humanidade, além de terem se agudizado nas últimas décadas, tornaram-se definitivamente globais. Comentar.

C 15) Não resta dúvida de que a Conferência do Rio teve um significado político de proporções, constituindo-se num marco na história das relações internacionais. Uma vez acesos definitivamente os refletores do planeta sobre a precariedade da qualidade de vida de imensas maiorias como produto da sobre-exploração desses sistemas, será quase impossível apagar esta realidade. Resta saber se sua luz iluminará um novo estilo de desenvolvimento ou servirá tão somente de aparato multicolorido do norte para mascarar a pálida realidade do sul. (Roberto P. Guimarães, Temas II)

C 16) Comentar: Com o fim da Guerra Fria, o meio ambiente, conceituado agora como questão de alcance global, passou naturalmente a ser destacado como uma das prioridades da agenda multilateral. Instalou-se assim um processo que seguramente pressupõe mudanças radicais de percepção, no qual o Leste é trocado pelo Sul como fonte de ameaças ao bem estar e à própria qualidade de vida dos países industrializados.

C 17) Comentar as principais características da Iniciativa Amazônica, lançada pelo Governo brasileiro em dezembro de 1992, e cujo objetivo é demonstrar aos países amazônicos o interesse brasileiro em ampliar as fronteiras econômicas e comerciais da região, e assim lograr benefícios para todos os países envolvidos (Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname, além do Brasil)

C 18) Comentar: "A Rio-92 fortaleceu a consciência de que o desenvolvimento ambientalmente sustentável tem de ser social e economicamente sustentável".

C 19) Comentar a seguinte afirmação do Ministro L. F. Lampreia em seu discurso na 50ª sessão da AGNU: "O Oriente Médio está finalmente trilhando o caminho do diálogo e do entendimento, através de um processo de paz que apoiamos firmemente e que encorajamos"

C 20) Comentar a seguinte afirmação do Ministro L. F. Lampreia perante a L AGNU: "Temos que fortalecer o papel da Organização Mundial do Comércio como o sustentáculo de um sistema de comércio multilateral aberto e não-discriminatório"

C 21) Comentar a seguinte afirmação do Ministro L. F. Lampreia em seu discurso na L AGNU: Às Nações Unidas devem buscar viabilizar os compromissos alcançados n mais alto nível na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, pois ainda não foram realizadas as promessas feitas no Rio de Janeiro em matéria de cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável"

C 22) Comentar a seguinte afirmação do Ministro L. F. Lampreia em seu discurso na 50ª AGNU: "O desemprego (nos países industrializados) não pode ser usado como pretexto que levará, em última instância, a um protecionismo direcionado principalmente contra os países em desenvolvimento. Não há porque buscar alívio do desemprego acusando outros povos, criando novas formas de protecionismo disfarçado, aumentando ma tensão nas relações internacionais"

C 23) Comentar a seguinte afirmação do Ministro L. F. Lampreia em seu discurso na 50ª AGNU: "Para cumprir seu mandato em matéria de paz e segurança internacionais, em nome de todos os Estados-membros, o Conselho de Segurança da ONU precisa ter legitimidade inquestionável. E, como sabemos, legitimidade depende em última análise de representatividade"

C 24) Comentar a seguinte afirmação do Ministro L. F. Lampreia em seu discurso na 50ª AGNU: "Um aumento qualitativo do número de membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas, juntamente com uma ampliação do número de membros não-permanentes, corresponderia à necessidade de conferir-lhe maior autoridade e eficiência no exercício de suas responsabilidades acrescidas na era do pós-Guerra fria"

C 25) O Brasil considera o Oriente Médio área de especial interesse. Quais as motivações essenciais desse interesse?

C 26) Por que o Brasil não assina o TNP?

C 27) A globalização não tem natureza apenas econômica. São visíveis suas implicações políticas, científicas, tecnológicas, culturais e sociais. Comentar algumas conseqüências desse fenômeno para a política externa brasileira.

C 28) Comentar a seguinte afirmação do Ministro L. F. Lampreia: "A diplomacia brasileira tem plena convicção de que não pode praticar exclusões ou adotar abordagens estreitas das relações internacionais do Brasil. Por isso, estamos fazendo um grande esforço diplomático em diversas frentes ao mesmo tempo. O único limite são os nossos próprios recursos".

C 29) Comentar a seguinte afirmação do Ministro L. F. Prampeia: "O Brasil está fazendo um grande esforço diplomático em diversas frentes ao mesmo tempo. A África é uma dessas frentes, como prova o extenso inventário do que temos feito e do que pretendemos continuar a fazer com nossos parceiros na região".

C 30) Comentar a seguinte afirmação do Ministro L. F. Lampreia: "Nosso compromisso com as relações Brasil-África é firme. A África é um objetivo insubstituível da diplomacia brasileira".

C 31) Nós não podemos - nós não devemos - permitir que as Nações Unidas fiquem paralisadas justamente quando sua contribuição é mais necessária. Nós precisamos estar preparados para mostrar o empenho político de mudar aquilo que precisa ser mudado, deixando de lado considerações egoístas num debate que envolve muito mais do que uma mera competição por prestígio individual.

C 32) No passado, muitos governantes viam na atuação das ONGs uma ameaça à soberania ou interferências indevidas em assuntos internos. Nada mais ultrapassado, em termos políticos. Hoje, as ONGs, tornaram-se instrumentos importantes no intercâmbio entre o Estado e a sociedade.

C 33) O efeitos da globalização parecem aumentar, de forma indiscriminada, a dependência, ao mesmo tempo em que as condições se ampliam para que a maior inserção internacional possa trazer benefícios em função de escolhas certas pelas sociedades nacionais. A sensibilidade para o internacional passa a ser um registro indispensável do político moderno. De outro lado, a própria feição estruturante da globalização exige que esta sensibilidade se volte para as questões de longo prazo. Mais do que nunca, as opções de política econômica devem ser feitas com visão de futuro. Os estímulos que dermos hoje serão decisivos para definir, no longo prazo, as possibilidades de progresso.

C 34) Com a crescente interdependência econômica mundial, alteram-se as regras do jogo internacional. Se o Estado ainda é um ator essencial para definir as próprias regras em que se enquadram os processos de interdependência, diminui em alguma medida o controle das variáveis que afetam os projetos de desenvolvimento. De outro lado, as negociações internacionais se tornam mais duras. As regras unctadianas de "não reciprocidade" praticamente desaparecem para um país como o Brasil.

C 35) No campo comercial, a UNCTAD foi substituída pelo GATT e, agora, pela OMC. Os países passam a ter que gerar poder econômico para conseguir obter resultados positivos em suas negociações internacionais. O fundamento da estratégia de regionalização - e menciono o MERCOSUL - está fundamentalmente ligado a essa nova percepção sobre as formas de projeção econômica nas nações. Afinal, se o jogo é de reciprocidades, é necessário ter o que oferecer, e a dimensão do mercado é o primeiro trunfo.

C 36) A diplomacia brasileira tem tido papel relevante nos organismos internacionais, tanto na esfera econômica, quanto na área de solução pacífica de controvérsias. O mundo pós-Guerra Fria exige que repensemos o quadro das instituições multilaterais. A ONU precisa ganhar efetividade com base na representatividade de suas decisões. O sistema financeiro internacional deve estar preparado para enfrentar os efeitos da globalização. A OMC deve ser plenamente implementada e ser garantia de expansão dos fluxos internacionais de comércio.

C 37) A integração das Américas em termos de comércio e investimentos é compromisso fixado na Cúpula de Miami. É um objetivo que passará necessariamente pela aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos.

C 38) Comentar a afirmação seguinte: "O novo cenário que emerge com o fim da Guerra Fria remove constrangimentos e desenha um amplo horizonte de cooperação entre o Brasil e os países desenvolvidos"

C 39) Comentar a seguinte afirmação do Presidente Fernando Henrique Cardoso: "Os sentimentos contraditórios são naturais num mundo em que aumentam as incertezas e para o qual já não dispomos de uma matriz conceitual, como na Guerra Fria, que sirva de referência comum para interpretações e decisões".

C 40) A configuração atual das relações internacionais converge em direção aos duplos conceitos que inspiram a revolução dos anos noventa: democracia e liberdade econômica com justiça social. Esta é a linha mestra que dará os contornos do século que se aproxima e que assegurará liberdade e prosperidade para todos.

C 41) As economias emergentes tornaram-se uma força considerável ao redor do mundo, beneficiando-se da globalização, de uma maior liberdade econômica e do continuado crescimento do comércio internacional. A integração econômica fortaleceu os laços regionais.

C 42) Afinal, onde se encontram as Nações Unidas no atual cenário internacional? Como podem elas lidar com as forças conflitivas e ambivalentes que operam no mundo de hoje? Onde começa e termina sua responsabilidade? O que podemos fazer para realizar a visão de seus fundadores? Estas são algumas das perguntas que se nos apresentam no momento em que nos preparamos para comemorar o qüinquagésimo aniversário das Nações Unidas.

C 43) Nada é mais emblemático da necessidade de adaptar as Nações Unidas às realidades do mundo pós-Guerra Fria do que a reforma do Conselho de Segurança. Catalisador de outras reformas necessárias dentro do sistema das Nações Unidas, a reforma do Conselho de Segurança é um imperativo que não mais deve ser postergado.

C 44) Comentar a seguinte avaliação: "A conclusão da Rodada Uruguai foi um importante passo no sentido do fortalecimento do multilateralismo contra tendências neo-nacionalistas e de criação de blocos econômicos estanques. Diante da crescente globalização, interdependência e complexidade do comércio internacional, torna-se cada vez mais necessário dispor de mecanismos jurídicos que diminuam as incertezas e os riscos que assumem, os diversos agentes econômicos e os próprios Estados".

C 45) Devido a exemplar desempenho econômico e a seu crescente protagonismo político na cena internacional, a Ásia aparece como a mais nova fronteira diplomática brasileira. Comentar as diversas oportunidades de intercâmbio e cooperação que, se forem devidamente exploradas, poderão trazer contribuição significativa para o desenvolvimento nacional.

C 46) O que é "diplomacia presidencial" e como vem sendo utilizado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso?

C 47) O que é "diplomacia federativa" e como vem sendo utilizado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso?

C 48) Quais as principais características do relacionamento do Brasil com o Japão?

C 49) A relação entre o Brasil e a China é freqüentemente definida tanto por autoridades nacionais quanto por chinesas como sendo uma "parceria estratégica". Que vem a ser isso?

C 50) Comentar: "As economias emergentes tornaram-se uma força considerável ao redor do mundo, beneficiando-se da globalização, de uma maior liberdade econômica e do continuado crescimento do comércio internacional. A integração econômica fortaleceu os laços regionais"(Ministro L. F. Lampreia, discurso na 50ª AGNU).

C 51) O relatório do Secretário-Geral da ONU sustenta que o papel da UNCTAD deve ser desenvolvido a partir de duas tarefas principais: a de "think tank" para a preparação, debate e, possivelmente, negociação da futura agenda econômica internacional, e a de instituição de apoio aos países em desenvolvimento em matéria de implementação de acordos multilaterais e de cooperação técnica. Comentar, à luz da política externa brasileira.

C 52) Proteção a brasileiros no exterior: tema de política externa?

C 53) O Fundamentalismo islâmico: perspectivas, do ponto de vista da política externa brasileira.

C 54) A questão das migrações, do ponto de vista da política externa brasileira.

C 55) A diplomacia presidencial e a diplomacia pública na política externa brasileira.

C 56) O Itamaraty e a sociedade brasileira: a diplomacia pública.

C 57) Tendências do relacionamento EUA-América Latina.

C 58) O Brasil e a Argentina.

C 59) O Brasil e os EUA.

C 60) O Brasil e a Ásia.

C 61) O Brasil e a África Austral.

C 62) O Grupo do Rio.

C 63) A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

C 64) A Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul.

C 65) Comentar a observação seguinte: "A premissa da política externa brasileira é a da participação plena nos processos decisórios centrais das relações internacionais. Para o Brasil, o fim da Guerra Fria é essencialmente positivo".

C 66) Perspectivas do processo de paz no Oriente Médio, após a eleição de Biniamin Netaniahu.

C 67) Quais as diretrizes da política externa brasileira para o Oriente Médio.

C 68) A relevância política do Oriente Médio, verdadeiro centro nervoso internacional, exige que o Brasil mantenha com a área um relacionamento compatível com as suas aspirações universalistas. Comentar.

JVSP.CPCD96.DOC

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 08 de março de 1997

Teste de Pré-Seleção

O Teste de Pré-Seleção (TPS) contém 50 questões, cada uma valendo 2 pontos.

Para responder às questões, você dispõe de dois formulários: a Folha de Rascunho e a Folha de Respostas. Use primeiro a Folha de Rascunho, que você poderá anotar, corrigir, rasurar e, terminado o TPS, levar consigo. A Folha de Respostas, no entanto, deve ser preenchida e manuseada com extrema cautela, pois trata-se do documento que você entregará aos representantes do Instituto Rio Branco.

Leia as questões com atenção.

Cuide, primeiro, daquelas cujas respostas você saiba sem maior esforço. Deixe para uma segunda leitura as que exigirem maior concentração.

Você tem cinco horas para completar o TPS. É tempo mais do que suficiente para fazer uma boa prova.

O Caderno de Questões não poderá sair da sala de prova.

Assinale a única alternativa certa em cada uma das seguintes questões:

1. A respeito da descrição gramatical da língua portuguesa, qual o item incorreto?

a) a forma PTB é uma sigla resultante do processo de criação vocabular que reduz longos títulos às letras iniciais das palavras que os compõem e que, uma vez criada e vulgarizada, admite vocábulos derivados, como petebistas.

b) o emprego do hífen, na expressão vai-e-vem, é obrigatório.

c) a colocação pronominal em *É o elo perfeito para a universidade desenvolver-se em conjunto* obedece aos padrões da norma culta.

d) há equivalência semântica e sintática entre "Em que espelho ficou perdida/a minha face?", versos de Cecília Meireles, e *Em que espelho se perdeu a minha face?*

e) a norma culta acolhe a oração *À educação perfeita, atribui-se o desenvolvimento do espírito crítico na inteligência do jovem.*

2. Descubra a regra que preside a progressão em que se dispõem os números abaixo e, com base nela, assinale a alternativa que contém o próximo número da série.

17 25 32 37 47 58 __

a) 70.
b) 78.
c) 81.
d) 71.
e) 74.

3. Em 1996, rendeu-se tributo à passagem do centenário da morte de celebrado compositor brasileiro, personagem central de *O Selvagem da Ópera*, de Rubem Fonseca. Trata-se de:

a) Carlos Gomes.
b) Heitor Villa-Lobos.
c) Frutuoso Viana.
d) Marlos Nobre.
e) Camargo Guarnieri.

4. Dono de poderosa e diversificada rede de veículos de comunicação, entre muitas realizações de seu currículo, soma-se a de fundador do Museu de Arte de São Paulo (MASP). Trata-se de:

a) Irineu Marinho.
b) Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo.
c) Pietro Maria Bardi.
d) Julio de Mesquita Filho.
e) Victor Civita.

5. Compare os dois enunciados:

I - O Presidente do Partido Nacionalista Revolucionário Brasileiro (PNRB) disse que concorda com idéias de Hitler, mas não é nazista.

II - O Presidente do Partido Nacionalista Revolucionário Brasileiro (PNRB) disse que concorda com as idéias de Hitler, mas não é nazista.

Assinale a alternativa que contém um comentário adequado sobre tais enunciados:

a) do ponto de vista gramatical, em sentido estrito, há erro em ambos.

b) do ponto de vista gramatical e lógico, ambos são irreprováveis.

c) do ponto de vista lógico, não há o que reprovar em I, mas em II há uma contradição gritante.

d) ambos são plenamente aceitáveis, dependendo do contexto em que ocorrem, sem precisar negar seu sentido literal.

e) ambos são inaceitáveis, independentemente do contexto em que ocorrem.

6. Leia o trecho que segue, extraído da revista "Veja":

Fantásticos tempos aqueles em que dois colecionadores milionários (mas não pertencentes à nobreza) emergiam da sombria Rússia czarista e vinham a Paris comprar quadros modernos (...) Serge Chtchounkine, mais requintado e atrevido, em 1917 tinha 13 Renoir, 19 Monet, 54 Picasso e uns setenta outros quadros. Depois da revolução soviética, tudo passou ao controle do Estado e formou o núcleo das famosas e inestimáveis coleções dos museus Puchkin e Ermitage.

A respeito dos três pintores citados, é correto afirmar que:

a) são os três da mesma escola e praticamente da mesma época.

b) Renoir foi simbolista, Monet, maneirista, e Picasso, surrealista.

c) os três são famosos pintores de escolas diferentes, cada um procedente de países diferentes.

d) Monet (França, séc. XIX), realista; Renoir (Bélgica, séc. XX), impressionista; Picasso (Espanha, séc. XX), cubista.

e) Renoir e Manet são maiúsculas expressões do impressionismo na França; Picasso, espanhol, do cubismo.

7. Há certas datas nacionais que, dada a relevância do episódio nelas ocorrido, costumam ser guardadas na memória da nação. Assinale a alternativa em que não há correspondência entre a data e o episódio.

a) 1954: suicídio de Getúlio Vargas.

b) 1924: levante tenentista em São Paulo. A cidade é bombardeada.

c) 1888: promulgação da Lei Áurea. Fim da escravidão no Brasil.

d) 1808: instalação da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro.

e) 1789: condenação de Tiradentes à morte e degredo dos demais inconfidentes.

8. Em um conto de Érico Veríssimo, assim se manifesta um dos personagens:

Senhores! vamos brincar de lado-do-avesso. Nesta festinha revelaremos tendências opostas às que possuímos... ou pelo menos às que revelamos ao respeitável público. Ser eternamente a mesma coisa não tem graça. Quer dizer que Shaw --- o travesso, o irreverente --- vai fazer o poeta ingênuo e maternal. Beethoven passa a ser o intérprete das últimas criações do nacionalíssimo Sinhô.

Os três nomes citados correspondem a:

a) Bernard Shaw, famoso político do Parlamento inglês; Ludwig van Beethoven, compositor da Terceira Sinfonia (a "Heróica"); Sinhô, famoso compositor popular brasileiro.

b) Bernard Shaw, lorde inglês; Ludwig van Beethoven, autor da Ópera *Fidelio*; José Barbosa da Silva, conhecido por Sinhô, autor de inúmeros sucessos de nossa música erudita.

c) Bernard Shaw, escritor irlandês, consagrado autor de peças teatrais; Ludwig van Beethoven, o mesmo compositor das nove sinfonias; Sinhô, compositor e pianista brasileiro, notabilizado por sambas clássicos de nosso cancioneiro.

d) Bernard Shaw, escritor, jornalista, dramaturgo e crítico polêmico; Ludwig van Beethoven, compositor versátil do séc. XVII, famoso por suas diversas óperas; Sinhô, famoso violonista brasileiro.

e) Bernard Shaw, irreverente dramaturgo socialista (1856-1950), inglês; Ludwig van Beethoven, compositor romântico, afetado pela surdez em boa parte de sua vida; José Barbosa da Silva, mais conhecido por Sinhô, famoso pelo linguajar erudito de suas composições.

9. A "Lei Afonso Arinos" é:

a) uma Lei de 1951 que proíbe a discriminação racial.

b) uma Lei recente que proíbe o uso de termos preconceituosos nas escolas.

c) disposição legal de 1987, contrária a qualquer tipo de segregação racial.

d) princípio constitucional que condena maus tratos a grupos étnicos minoritários ou a extratos sociais desfavorecidos.

e) Lei da Nova República que faculta às minorias o direito de associação em defesa de seus interesses.

10. Os pares de letras que aparecem abaixo não estão dispostos aleatoriamente, mas combinados de acordo com um princípio lógico. Com base nesse princípio, que letra completaria a série: uz ox iv et a_ ?

a) r.
b) b.
c) m.
d) p.
e) s.

11. Assinale que palavra mantém com a terceira (compromisso) o mesmo tipo de relação que se verifica entre a primeira e a segunda.

Dívida está para **Empréstimo**
assim como
Compromisso está para

a) favor
b) gratidão
c) contrato
d) amizade
e) devolução

12. Os elementos inscritos nos quadrados deslocam-se, de figura para figura, segundo um princípio lógico. Sobre essa base, assinale a alternativa cuja figura se encaixaria como o quinto quadrado da série.

a)

b)

c)

d)

e)

13. A partir de meados dos anos 80, aumentou significativamente o fluxo de emigrantes brasileiros para o exterior. Hoje, aproximadamente um milhão e meio de brasileiros residem em outros países. Onde se encontram as maiores colônias brasileiras no exterior, respectivamente com cerca de 600 mil, 350 mil e 200 mil pessoas?

a) Argentina, Estados Unidos e Alemanha.
b) Japão, Argentina e Uruguai.
c) Estados Unidos, Paraguai e Japão.
d) Portugal, Estados Unidos e França.
e) Argentina, Uruguai e Paraguai.

14. De que organização internacional o Brasil não é membro pleno?

a) Organização Mundial do Comércio.
b) Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.
c) Organização Internacional do Trabalho.
d) Organização dos Estados Americanos.
e) Organização Mundial da Saúde.

15. Após a Segunda Guerra Mundial, em que situação o Brasil empregou maior contingente militar no exterior entre as alternativas abaixo?

a) na Guerra da Coréia.
b) na República Dominicana em 1965.
c) na Guerra do Golfo.
d) na UNAVEM III, em Angola.
e) na UNMOP, na antiga Iugoslávia.

16. Serzedello Corrêa e Joaquim Murtinho foram dois destacados políticos brasileiros dos primórdios da República. Ministros, respectivamente, de Floriano Peixoto e de Prudente de Morais, defenderam projetos de desenvolvimento antagônicos para o país, divergência que se repetiria, décadas mais tarde, entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin. Que projetos para o país defendiam Serzedello Corrêa e Roberto Simonsen, de um lado, e Joaquim Murtinho e Eugênio Gudin, de outro?

a) socialismo marxista-leninista e agrarismo de corte liberal.
b) industrialismo de corte protecionista e socialismo marxista-leninista.
c) colonialismo escravocrata e liberalismo.
d) liberalismo e industrialismo de corte protecionista.
e) industrialismo de corte protecionista e liberalismo.

17. O chamado Pacto de San José da Costa Rica (1969) é:

a) a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
b) um Pacto de Defesa Coletiva dos Países da América Central.
c) um Pacto de Renúncia à Guerra dos Países da América Central.
d) um Tratado de Assistência Recíproca dos Países da América Central.
e) um Pacto de Paz somente entre Costa Rica, Honduras e El Salvador.

18. A Constituição Federal assegura o direito de greve:

a) aos trabalhadores e aos servidores públicos, sendo que, no caso destes últimos, o direito será exercido nos termos e limites definidos em lei complementar.

b) a todos os trabalhadores, aos servidores públicos civis e aos militares, desde que por intermédio dos respectivos sindicatos.

c) aos trabalhadores, aos servidores públicos civis e aos militares, sendo que estes últimos somente em caso de sindicalização.

d) a todos os trabalhadores, aos servidores públicos civis e aos militares, sem estabelecimento de condições ou limites.

e) a todos os trabalhadores somente, não podendo os servidores públicos civis nem os militares entrar em greve em hipótese alguma.

19. Itaipu é um empreendimento binacional entre o Brasil e o Paraguai. O que é correto afirmar sobre este empreendimento?

a) 75% da energia produzida pela usina são de propriedade brasileira e 25%, paraguaia.

b) 50% da energia produzida pela usina são de propriedade brasileira e 50%, paraguaia, e os dois países têm o direito de compra sobre o excedente não utilizado pela outra parte.

c) 40% da energia produzida pela usina são de propriedade brasileira, 40%, paraguaia e 10% de propriedade da Argentina, país a jusante no Rio Paraná.

d) segundo o Tratado de Itaipu, toda a energia produzida pela usina é de propriedade do Brasil.

e) segundo o Tratado de Itaipu, toda a energia produzida é de propriedade paraguaia, mas o Brasil tem o direito de compra do excedente não utilizado pelo Paraguai.

20. Qual dos países a seguir não é lusófono?

a) Cabo Verde.

b) Guiné-Bissau.

c) Guiné Equatorial.

d) Moçambique.

e) São Tomé e Príncipe.

21. Ao chegar a seu primeiro posto, você é encarregado da chefia do Setor Cultural da Embaixada, e sua primeira missão é organizar um seminário sobre autores brasileiros oitocentistas em conjunto com prestigiosa Universidade local. Qual dos autores abaixo fugiria do tema do seminário?

a) Castro Alves.

b) Gregório de Matos.

c) Gonçalves Dias.

d) Manuel Antônio de Almeida.

e) José de Alencar.

22. Em novembro de 1996, o Presidente Fernando Henrique Cardoso divulgou a Política de Defesa Nacional, quando apresentou os objetivos e as diretrizes da defesa do país. Qual a orientação estratégica do Brasil, segundo o documento?

a) dissuasória de caráter defensivo.
b) mobilizadora de todos os recursos militares na área de fronteiras.
c) passiva de caráter reativo.
d) ativa de caráter expansionista.
e) expansionista de caráter ideológico.

23. Os Senadores e Deputados brasileiros acabam de eleger os Presidentes de suas respectivas casas legislativas para o mandato que ora se inicia. Quem são os novos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados?

a) Senador José Sarney e Deputado Luís Eduardo Magalhães.
b) Senador Antonio Carlos Magalhães e Deputado Michel Temer.
c) Senador José Sarney e Deputado Michel Temer.
d) Senador Antonio Carlos Magalhães e Deputado Inocêncio de Oliveira.
e) Senador Eduardo Suplicy e Deputado Paes de Andrade.

24. O provérbio "A águia não pega moscas" tem sentido similar a um dos que se transcrevem abaixo. Assinale-a.

a) em boca fechada não entra mosca.
b) a fome faz sair o lobo do mato.
c) de grão em grão, a galinha enche o papo.
d) daquilo que uns não gostam, outros enchem a barriga.
e) de coisas mínimas, não cuida o pretor.

25. A ordem jurídica é integrada por normas de diferente hieraquia, sendo a Constituição a lei maior do país. Assinale a ordem hierárquica correta:

a) Lei, plebiscito, referendo popular e decreto legislativo.
b) Lei, portaria ministerial e referendo popular.
c) Lei, decreto presidencial e portaria ministerial.
d) Decreto presidencial, tratado internacional e lei ordinária.
e) Lei, tratado internacional e referendo popular.

26. O "Cinema Novo" propunha-se a produzir obras autenticamente nacionais que pusessem em discussão a realidade econômica, social e cultural do país. Opunha-se ao atrativo popular das chanchadas e ao cosmopolitismo de produções inspiradas em Hollywood. Qual dos filmes a seguir não é representativo daquele movimento?

a) *Vidas Secas*, de Nelson Pereira dos Santos.
b) *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha.
c) *A Hora e Vez de Augusto Matraga*, de Roberto Santos.
d) *Limite*, de Mário Peixoto.
e) *Macunaíma*, de Joaquim Pedro de Andrade.

27. Em caso de vacância simultânea dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, serão chamados sucessivamente ao exercício da Presidência:

a) o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

b) o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

c) o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Presidente do Senado Federal e o Governador do Distrito Federal.

d) o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro de Estado da Justiça e o Governador do Distrito Federal.

e) o Presidente da Câmara dos Deputados, o Governador do Distrito Federal e o Ministro de Estado da Justiça.

28. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha é uma entidade:

a) sediada em Genebra do Movimento Internacional da Cruz Vermelha.
b) sueca do Movimento Internacional da Cruz Vermelha.
c) de associação de ex-combatentes de guerra.
d) subsidiária do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.
e) especializada das Nações Unidas.

29. A XVI Feira Internacional de Arte (ARCO), que se realiza em uma cidade européia, reservou, este ano, espaço especial à arte da América Latina, onde se expuseram trabalhos de mais de 50 artistas brasileiros, entre os quais Waltercio Caldas, Tunga, Helio Oiticica, Mira Schendel, Antonio Dias e Sérgio Camargo. A cidade é:

a) Paris.
b) Estrasburgo.
c) Lisboa.
d) Londres.
e) Madri.

30. Você está servindo em um posto onde será apresentada a ópera *O Guarany*. O Embaixador oferece um jantar em homenagem aos músicos, e cabe a você sentar-se do lado do Maestro. A conversa naturalmente recai sobre óperas, e o Maestro pergunta-lhe qual sua ópera favorita. Qual das respostas abaixo seria factualmente inadequada por conter erro objetivo?

a) Maestro, devo confessar uma certa preferência por compositores alemães, e uma de minhas óperas favoritas é *Alceste*, de Gluck.

b) Prefiro as obras deste século, como *Pelléas et Mélisande*.

c) Em termos de ópera, creio que os italianos são insuperáveis, e meu favorito é Rossini e seu inesquecível *Don Giovanni*.

d) Sem querer parecer parcial, acho que fico mesmo com nosso Carlos Gomes, que o Senhor soube dirigir tão bem hoje.

e) Nesse campo, eu ainda fico com Mozart e seu delicioso *Cosi fan tutte*.

31. Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala*, empenha-se no estudo e pesquisa sobre o passado colonial brasileiro. É também o autor do *Manifesto Regionalista* de 1926, onde proclama a necessidade de valorização da tradição cultural brasileira. Sua visão intelectual pode ser assim sintetizada:

a) passadista, interesse obstinado pelo passado e tradição.

b) neo-colonial, propõe um continuísmo e uma emulação do passado.

c) nacionalista, busca no passado brasileiro razões para lamentar as influências européias.

d) futurista, estuda o passado para negá-lo.

e) moderno, estuda o passado para identificar os traços principais nacionais.

32. Você é convidado para um evento de gala com uma apresentação musical. No programa, o "Concerto para violino" de um famoso compositor abrirá a noite. O que exatamente você espera ouvir?

a) uma orquestra formada apenas por violinos.

b) um conjunto de câmara formado apenas por violonistas.

c) um violinista solo, acompanhado por uma orquestra.

d) um violinista solo.

e) um recital de violino e piano.

33. Originário do "Grupo de Itatiaia", o Instituto Superior de Estudos Brasileiros foi criado em 1955 e teve imensa atividade acadêmica e influência ideológica durante o Governo Kubitschek. Que par de conceitos melhor se associa à ideologia do ISEB?

a) desenvolvimentismo e liberalismo.

b) desenvolvimentismo e nacionalismo.

c) marxismo e socialismo democrático.

d) conservadorismo e integralismo.

e) geoplítica e militarismo.

34. Compare os dois enunciados:

I - Ela brigou com o irmão, que mora em Brasília.

II - Ela brigou com o irmão que mora em Brasília.

Assinale a alternativa que contém um comentário correto sobre ambos:

a) a presença ou ausência da vírgula é, no caso, indiferente para o sentido.

b) em I, afirma-se o oposto do que se diz em II.

c) o enunciado I diz que a família é constituída dos pais e de apenas um casal de filhos; o II diz que, além do casal, há ainda muitos outros irmãos.

d) em ambos os enunciados, não se dispõe de nenhum indicador de quantos são os irmãos da família, nem mesmo se, além da irmã, existe mais de um ou mais de um irmão.

e) o enunciado I leva a supor que ela possui apenas um irmão; o II, que ela possui ao menos um irmão, além do que mora em Brasília.

35. Um dos registros visuais e documentais mais ilustrativos das paisagens e costumes do Brasil colônia está contido na obra de:
   a) Jean-Dominique.
   b) Grand-Jean de Montigny.
   c) Jacques-Louis David.
   d) Jean-Baptiste Debret.
   e) Henry Chaberlain.

36. Quando Paul Claudel foi Ministro da França no Rio de Janeiro, teve como Secretário de Legação um jovem músico, que se transformaria em um dos maiores compositores franceses e, em várias de suas obras, empregaria temas e motivos brasileiros. Como se chama esse compositor?
   a) Arthur Honneger.
   b) Olivier Messiaen.
   c) Francis Poulenc.
   d) Darius Milhaud.
   e) Eric Satie.

37. Myanmar e Burkina Faso são os nomes atuais de dois países que antes se chamavam:
   a) Birmânia e Alto Volta.
   b) Mesopotâmia e Indochina.
   c) Pérsia e Tumbukitu.
   d) Laos e Vietname.
   e) Irã e Sião.

38. A expressão em latim "carpe diem" significa:
   a) dias melhores virão.
   b) Deus se ocupa de nós.
   c) os deuses estão loucos.
   d) aproveite o dia.
   e) as carpas estão na ordem do dia.

39. De acordo com o cronograma atualmente previsto pela União Européia, a nova moeda única, o "euro", deverá ser adotada em 1° de janeiro de 1999 por todos os países-membros que alcancem alto grau de convergência econômica, tal como estabelecido pelo Tratado de Maastricht. Qual o nome dado ao esquema que congregará esses países?
   a) Instituto Econômico e Monetário Europeu.
   b) Sistema Monetário Europeu.
   c) União Monetária Européia.
   d) União Econômica e Monetária.
   e) União Econômica Européia.

40. *Sabendo que o Ministro da Guerra pretendia exonerar-se, promovi, por intermédio do Amaral, uma reunião, em casa deste, do General Góis e do Ministro da Guerra. Quando chegou o Oswaldo, fiz com que este comparecesse até lá, a fim de desfazer alguns ressentimentos que os outros tinham contra ele.*

"Às 15 e meia, instalou-se a reunião no Ministério. Fiz uma exposição da situação criada pelos acontecimentos, do instante apelo que o governo americano fazia ao Brasil, das conveniências em atendê-lo, das desvantagens de qualquer procrastinação e das conseqüências que poderia ter uma atitude negativa.

(...)

"Depois das justificativas dos outros ministros, tomei novamente a palavra para apreciar o resultado dessa demonstração, louvar a franqueza e lealdade do ministro, e terminar (...) declarando que tomava sobre os meus ombros a responsabilidade dessa atitude. Assim terminou a reunião. Fui depois trabalhar, como de costume, até despachar todo o expediente.

"Ao encerrar estas linhas, devo confessar que me invade uma certa tristeza. Grande parte desses elementos que aplaudem esta atitude, alguns poucos que até me caluniam, são os adversários do regime que fundei, e chego a duvidar que possa consolidá-lo para passar tranqüilamente o governo ao meu substituto."

A passagem acima encontra-se nos diários do Presidente Getúlio Vargas, nos escritos do dia 27 de janeiro de 1942. Que importante decisão havia sido tomada naquele dia, durante a reunião mencionada, e seria anunciada no dia seguinte?

a) a preservação da neutralidade brasileira durante a Segunda Guerra Mundial.

b) o rompimento de relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo.

c) o envio da Força Expedicionária Brasileira para a Itália.

d) o lançamento da III Reunião de Consultas dos Chanceleres das Repúblicas Americanas para examinar a posição dos países do continente em relação à Segunda Guerra Mundial.

e) o reequipamento das Forças Armadas brasileiras, por meio de compra de material de guerra norte-americano.

41. Disse Manuel de Oliveira Lima de José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira:

> *"Mais feliz do que os outros homens, Rio Branco lega a sua pátria uma obra duradoura que o ocupou toda sua vida e que foi a fixação dos limites do imenso país que é o Brasil".*

Na fixação dos limites do Brasil com que país latino-americano o Barão não interveio?

a) Argentina.

b) Suriname (então Guiana holandesa).

c) Colômbia.

d) Paraguai.

e) Peru.

42. Que região brasileira registra a mais alta taxa de analfabetismo do país?
   a) Sul.
   b) Sudeste.
   c) Centro-Oeste.
   d) Nordeste.
   e) Norte.

43. A famosa obra de Picasso *Guernica* alude a:
   a) o acordo de colaboração que Franco pactou com Hitler.
   b) a imagem de extraordinária beleza da segunda mulher do artista.
   c) a mais famosa Praça de Touros do norte da Espanha.
   d) uma das cenas mais cruentas da Guerra Civil espanhola.
   e) a paisagem bucólica de cidade natal do artista.

44. Euclides da Cunha não foi o único autor a escrever sobre Canudos. Qual o autor de A *Guerra do Fim do Mundo*?
   a) Mario Vargas Llosa.
   b) Jorge Luís Borges.
   c) Gabriel García Marques.
   d) H. G. Wells.
   e) Paul Kennedy.

45. A Noruega contribuiu para a arte mundial com três grandes destaques, respectivamente na dramaturgia, na música e na pintura. Quem foram?
   a) Eugène Ionescu, Gustav Mahler e Edvard Munch.
   b) Eugène Ionescu, Carl Nielsen e Oskar Kokoshka.
   c) Karen Blixen, Johann Sibelius e Jeronimus Bosch.
   d) Henrik Ibsen, Johann Sibelius e Paul Klee.
   e) Henrik Ibsen, Edvard Grieg e Edvard Munch.

46. O Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio é o órgão máximo da instituição nos intervalos entre as reuniões bienais da Conferência Ministerial, tendo autoridade para tomar decisões solicitadas por um membro da OMC a respeito de qualquer controvérsia em matéria coberta pelos acordos multilaterais. Em substituição ao suíço William Rossier, foi eleito(a) para ocupar a presidência desse importante órgão no ano 1997 um(a) Embaixador(a) do continente americano. Qual?
   a) Embaixador Domingos Cavallo (Argentina).
   b) Embaixador Maurice Strong (Canadá).
   c) Embaixadora Madeleine Albright (Estados Unidos).
   d) Embaixador Enrique Iglesias (Uruguai).
   e) Embaixador Celso Lafer (Brasil).

47. Em 1996, dois países sul-americanos assinaram acordos de associação ao Mercosul. Foram:

a) a Bolívia e a Venezuela.
b) o Chile e a Venezuela.
c) o Chile e a Bolívia.
d) a Venezuela e a Colômbia.
e) o Peru e a Colômbia.

48. Mandado de injunção, consagrado na Constituição Brasileira de 1988, tem por objetivo:

a) proteger a liberdade de expressão.
b) assegurar o exercício dos direitos constitucionais na falta de uma norma regulamentadora.
c) assegurar a execução de sentenças.
d) proteger a liberdade de associação.
e) proteger o trabalhador contra demissão arbitrária.

49. O UNICEF, dedicado à salvaguarda dos direitos da criança, é:

a) uma Organização Não-Governamental (ONG).
b) uma agência especializada das Nações Unidas.
c) um Fundo das Nações Unidas.
d) o órgão de supervisão da Convenção sobre Direitos da Criança das Nações Unidas.
e) a maior multinacional no setor de cartões de Natal.

50. Os nomes de Paulo Freire, Adolfo Lutz e Mário Schemberg devem ser associados a que atividades, respectivamente?

a) educação, medicina, física.
b) educação, jornalismo e medicina.
c) teatro, literatura e música.
d) jornalismo, medicina e música.
e) antropologia, literatura e física.

GABARITO DO TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

1. b
2. d
3. a
4. b
5. c
6. anulada
7. e
8. c
9. a
10. anulada
11. c
12. b
13. c
14. b
15. d
16. e
17. a
18. a
19.b
20. c
21. b
22. a
23. b
24. e
25. c
26. d
27. a
28. a
29. e
30. c
31. e
32. c
33. b
34. e
35. d
36. d
37. a
38. d
39. d
40. b
41. d
42. d
43. d
44. a
45. e
46. e
47. c
48. b
49. c
50. a

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 22 de março de 1997

Prova de Português

Examinadores:
Julio Glinternick Bitelli
Denise de Aragão Costa Martins
Gisele Andrade de Souza

Leia os textos que se seguem.

Texto n° 1

Yes, nós temos *halloween*
Em pleno Brasil lindo e trigueiro havia lojas na semana passada vendendo uniforme de bruxa

Agora sim. Agora vamos. Um importante passo no rumo da inserção do Brasil no Primeiro Mundo foi dado nos últimos anos com o início da celebração, por aqui, da festa conhecida como *halloween*. Sim, já há *halloween* no Brasil. Em pleno Brasil lindo e trigueiro, para não dizer inzoneiro, este Brasil brasileiro, terra de vatapá, caruru e mungunzá, havia na semana passada lojas vendendo roupas e chapéus de bruxa. Escolas promoviam festas alusivas à data. Casas noturnas anunciavam bailes comemorativos.

Crianças invadindo as casas e pedindo doces, senão fazendo malvadezas: "Me dê um trato ou faço uma traquinagem!" Abóboras ocas, chapéus cônicos, vassouras voadoras. Dá para acreditar que isso esteja ocorrendo no Brasil, até ontem tão atrasado? Para os leitores que não sabem o que é *halloween*, pois nem tudo é perfeito, ainda, no Brasil, trata-se daquele evento, na véspera do Dia de Todos os Santos, com o qual os americanos celebram o Dia das Bruxas. Pois agora já estamos quase iguais aos americanos. Temos *halloween*. Yes, nós temos *halloween*.

O fenômeno por enquanto circunscreve-se às áreas chiques de São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades. O povão ainda não chegou lá. Na verdade, o povão sempre chega atrasado. Em seu meio, ainda nem existe o hábito de colar adesivos com gracejos em inglês no automóvel. A rigor, a grande maioria nem tem automóvel. Portanto, mesmo se fosse a Miami e comprasse um adesivo, não teria onde colar.

O *halloween* veio culminar uma série de avanços ultimamente experimentados pela boa sociedade brasileira. Já há lugares onde se pode pedir sorvete de *vanilla*, muito superior ao de

baunilha. As redes de sorveteria La Basque e Babuska oferecem *vanilla*. Mesmo que a palavra seja de origem espanhola, foi incorporada pela língua inglesa, e os americanos a utilizam. Vale dizer que, no La Basque e na Babuska, toma-se sorvete em inglês, o que impressiona muito mais ao paladar. Também há lojas que anunciam *sales* e oferecem produtos com preços 10% *off*, ou 20% *off*, o que é muito mais vantajoso do que uma simples *liquidação* que ofereça descontos equivalentes. E já se pode ligar para uma pizzaria que faça *delivery*, em vez de *entrega*, sem falar na inominável venda *para viagem*. Com a *delivery*, garantem-se rapidez e segurança no percurso.

Em certas esquinas de shopping center, olha-se em volta e só se vê inglês. Mergulha-se então na magia dos *Ws* e *Ys*, na simpatia do *S*. Esse Brasil, sim, dá gosto. Ele fazia por merecer o *halloween*, que mesmo que fosse só uma palavra, sem significado, já nos conduziria a um mundo de encantamento, com sua formidável carga de *Ls* e *Es* duplos, enriquecido ainda por um *W* e um *H* como deve ser, não mudo e inútil, mas trabalhado desde o fundo da garganta, sem medo de ser ouvido. O Brasil que dá gosto é aquele que não parece Brasil. Não. O Brasil que dá gosto é aquele que não só não parece o Brasil, mas parece os Estados Unidos. É a este que, como numa vassoura de bruxa, nos transporta o *halloween*.

□ □ □ □

Talvez o leitor tenha desconfiado de que se tentou fazer ironia, neste texto. Mas talvez não, dadas as deficiências do escriba. Então vai-se direto ao ponto: festejar o halloween, no Brasil, é coisa de basbaques. Assim como saborear "vanilla", vender "off" e despachar "delivery". É coisa de imitadores. Ainda se fosse para imitar o que a civilização americana tem de fundamental, como o respeito à lei e à ética do trabalho, vá lá. Mas não – é para imitar pela rama, ciscando no que há de [illegible]ril e superficial. Ora, imitar, macaquear, querer igualar-se àquele que se considera superior pelas vãs artimanhas do arremedo não é apenas confessar-se inferior, nem falsificar-se a si mesmo como outros falsificam uísque. Antes, é uma das mais antigas e consistentes formas de ser tolo.

Roberto Pompeu de Toledo. *Veja*, 06/11/96.

Texto nº 2

Entre Palavras

Entre coisas e palavras – principalmente entre palavras – circulamos. A maioria delas não figura nos dicionários de há 30 anos, ou figura com outras acepções. A todo momento impõe-se tomar conhecimento de novas palavras e combinações de.

Não havia nada disso no jornal do tempo de Venceslau Brás, ou mesmo de Washington Luís. Algumas dessas coisas começam a aparecer sob Getúlio Vargas. Hoje estão ali na esquina, para consumo geral. A enumeração caótica não é invenção crítica de Leo Spitzer. Está aí, na vida de todos os dias. Entre palavras e combinações de palavras circulamos, vivemos, morremos, e palavras *somos*, finalmente, mas com que significado, que não sabemos ao certo?

Carlos Drummond de Andrade. *De notícias e não notícias faz-se a crônica.*

Texto nº 3

Português do Brasil *versus* português de Portugal: as querelas

(...) Vamos ler algumas opiniões sobre a questão de haver uma ou duas línguas portuguesas. Tais especulações são, em geral, carregadas de nacionalismo exacerbado, para um ou para outro lado. Iniciemos pela de Câmara Junior:

"Como quer que seja, as discrepâncias de língua padrão entre Brasil e Portugal não devem ser explicadas por um suposto substrato tupi ou por uma suposta profunda influência africana, como se tem feito às vezes. Resultam essencialmente de se achar a língua em dois territórios nacionais distintos e separados.

A partir do período clássico, em que o português se implantou no Brasil, cada país teve a sua evolução lingüística, nem sempre coincidente uma com a outra apesar das estreitas relações de vida social e cultura. (...)

O problema do português popular e dialetal do Brasil é, naturalmente, outro. Nele podem ter atuado substratos indígenas, não necessariamente, tupi, e os falares africanos, na estrutura fonológica e gramatical. Também se verificaram, por outro lado, sobrevivências de traços portugueses arcaicos, que não se eliminaram de áreas isoladas ou laterais em relação às grandes correntes de comunicação da vida colonial. A imensa vastidão do território brasileiro e as modalidades de uma exploração intermitente e caprichosa já propiciavam, aliás, por si sós, uma complexa dialetação, que ainda está por estudar cabalmente"[1] .

A posição de Câmara Junior, poderíamos dizer, é objetiva e neutra: nela está presente a preocupação científica do lingüista que preconiza, fundamentalmente, a evolução natural para um e outro sistema, em territórios geográficos distintos. Tal não é a neutralidade científica encontrada em Ribeiro (1933)[2]. Nessas breves passagens do texto de Ribeiro, *A língua nacional*, fica clara a posição apaixonada que o autor assume em relação à unidade brasílica do português americano. Vejamos:

"Parece todavia incrível que a nossa Independência ainda conserve essa algema nos pulsos, e que a personalidade de americanos pague tributo á submissão das palavras. (...)

A nossa gramatica não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses. As diferenciações regionais reclamam estilo e método diversos (...)

---

[1] CAMARA JUNIOR, J. Mattoso, 1976. *História e estrutura da língua portuguesa.* 2.ed. Rio de Janeiro, Padrão - Livraria Editora, p.30-1.

[2] RIBEIRO, João. 1933. A língua nacional. Notas aproveitáveis. 2.ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

Você que me lê, preste atenção. Não deixe passar nenhuma palavra ou locução atual, pelo seu ouvido, sem registrá-la. Amanhã, pode precisar dela. E cuidado ao conversar com seu avô; talvez ele não entenda o que você diz.

O malote, o cassete, o "spray", o fuscão, o copião, a Vemaguet, a chacrete, o linóleo, o "nylon", o "nycron", o ditafone, a Informática, a dublagem, o sinteco, o telex... existiam em 1940?

Ponha aí o computador, os anticoncepcionais, os mísseis, a motoneta, a Velo-Solex, o biquíni, o módulo lunar, o antibiótico, o enfarte, a acupuntura, a biônica, o acrílico, o tá legal, o "apartheid", o som "pop", a arte "op", as estruturas e a infra-estrutura.

Não esqueça também (seria imperdoável) o Terceiro Mundo, a descapitalização, o desenvolvimento, o unissex, o bandeirinha, o "mass media", o Ibope, a renda "per capita", a mixagem.

De passagem, anote a reunião de cúpula, a minicopa, a conjuntura, o Porcão, a Reflexologia, a ioga, o iogurte, os alucinógenos, o morfema, o semantema, o estocástico, o ergódigo e o markoviano.

Só? Não. Tem seu lugar ao sol a metalinguagem, o servomecanismo, as algias, a coca-cola, o superego, a Futurologia, a homeostatia, a Adecif, a Transamazônica, a SUDENE, o INCRA, a UNESCO, o ISOP, a OEA e a ONU.

Estão reclamando porque não citei a conotação, o conglomerado, a diagramação, o ideologema, o idioleto; o Icm, a Ibm, o falou, as operações triangulares, o "zoom" e a guitarra elétrica.

Mas por sua vez se esqueceram de lembrar chuchu-beleza, ecumenismo, tremendo barato, monema, parâmetro, gerontologia, genocídio, cronograma, PIB, política habitacional, gol de letra, mercado fracionário de balcão.

Olhe aí na fila – quem? Embreagem, defasagem, barra tensora, vela de ignição, engarrafamento, DETRAN, poliéster, parafernália, filhotes de bonificação, letra imobiliária, conservacionismo, "carnet" da girafa, poluição.

Mas há de haver espaço para setorial, tônica, mafagafe (José Cândido de Carvalho descobriu um ninho deles, e diverte-nos com a descoberta, em delicioso livro), complexo de castração, inseminação artificial, "napalm", ovos de codorna, teste de Cooper, sesquicentenário, didascália, passarela, gelo-baiano.

E o vestibular para milhões? O cursinho e o cursilho? O mestrado? Ah, faltava a análise sinótica do mapa meteorológico. A custódia de títulos nominativos. O transplante, variadíssimo e nem sempre letal. A implantação e os implementos industriais. O audiovisual e seus flanelógrafos, para uso de aloglotas. A macrobiótica, pois não. E o "offset".

Fundos de investimento, e daí? Também os de incentivos fiscais. "Know-how". Barbeador elétrico de 90 microrranhuras. Fenolite. Baquelite. LP e compacto. Alimentos supergelados. Viagens pelo crediário. Circuito fechado de TV na Rodoviária. "Argh!" "Pow!" "Click!"

Trocar um vocábulo, uma inflexão nossa, por outra de Coimbra, é alterar o valor de ambos a preço de uniformidades artificiosas e enganadoras. (...)

Não podemos, sem mentira e sem mutilação perniciosa, sacrificar a consciência das nossas próprias expressões.

Corrigi-las pode ser um abuso que afete e comprometa a sensibilidade imanente a todas elas.

Os nossos modos de dizer são diferentes e legítimos e, o que é melhor, são imediatos e conservam, pois, o perfume do espirito que os dita"[3].

Temos, assim, no testemunho de João Ribeiro, uma defesa da língua brasileira nacional como marca da independência do povo brasileiro: uma exaltação à alma e ao espírito brasileiros, libertos, via língua, das amarras que os prendiam ao reino português. Se é veemente e exacerbada a glorificação da língua brasileira nacional defendida por Ribeiro, não menos veemente e exacerbado é o depoimento de José Pedro Machado em *O português do Brasil*[4].

Este texto que ora leremos foi escrito como uma resposta indignada a um pronunciamento do poeta Cassiano Ricardo, lido a 30 de janeiro de 1941, frente à Academia Brasileira de Letras, intitulado "A Academia e a língua brasileira", partes do qual aparecem transcritas no livro de Machado e que retomaremos para melhor explicitar a posição "lusitana" do último. Em primeiro lugar, pois, as palavras de Cassiano Ricardo:

"A glória de Portugal nada tem que ver com a língua falada pelo povo brasileiro. Muito ao contrário, é na língua falada pelo brasileiro que melhor havemos de celebrar a glória de Portugal. (...)

Se os filólogos portugueses são os primeiros a reconhecer, com absoluta lealdade, que falamos um dialecto do português e, portanto, uma língua que se destacou de sua origem peninsular, não poderemos nós ser mais realistas do que o rei, ou, no caso, do que os reis da lingüística portuguesa (...)

Glorifiquemos, assim, as duas línguas e não somente a portuguesa, criando direitos e obrigações recíprocas.

Não é possível anular o fenômeno lingüístico no Brasil; muito menos transigir num assunto que tanto interessa à formação nacional"[5].

E, em seguida, o depoimento de Machado:

"Não foi pequeno o éco do discurso do sr. Cassiano Ricardo. Os jornais publicaram-no integralmente e até o *Estado de São Paulo* procedeu a um inquérito entre alguns publicistas e intelectuais brasileiros.

Como tem sucedido várias vezes, também aqui as opiniões se dividiram: para um lado os defensores do *idioma brasileiro*, para o outro os seus adversários.

Infelizmente não se lembraram de tomar aquela atitude (...) que, afinal, parece tão evidente, tão lógica, que muito surpreende não ter sido a adoptada: em vez de se ouvirem pessoas, com certeza distintas nas suas especialidades, mas pouco versadas nesta, porque não se pediu a opinião dos filólogos? (...)

---

[3] Op. cit., nota 2, p. 8-10

[4] MACHADO, José Pedro. (s.d.) O português do Brasil. Coimbra, Coimbra Editora (Colecção Universitas).

[5] Op. cit., nota 4, p. 22-3.

O facto de não considerar *língua brasileira*, mas dialectos brasileiros, não quer dizer que eu ponha em dúvida a justiça da independência brasileira (o que seria estùpidamente absurdo), nem tão-pouco ofender os brios patrióticos dos nossos irmãos de além-Atlântico.

Devemos, no entanto, afastar todos os sentimentos para alcançar um objecto que, sem essa medida prévia, aparecerá diante dos nossos olhos rodeado de espessas névoas ou deturpado (...)

Eu sou da opinião de Sílvio Elia: 'A fuga para a Europa ou o recolhimento na taba do índio são duas soluções cômodas, mas em desacôrdo com o ser nacional' "[6].

O texto de Machado fala por si mesmo. O posicionamento que o autor assume em torno de uma política lusitana da língua portuguesa ecoa em cada passagem, embora ele procure enfatizar o poder decisório dos filólogos que poria fim a discursos, como o proferido pelo poeta. E é justamente em um breve comentário sobre Cassiano Ricardo, em nota de rodapé,..., que Machado mais fortemente revela seu descaso pelos que apregoam a existência de uma língua brasileira nacional individuada. Assim se expressa o autor nessa nota de pé de página:

"Lembro que o nome do ilustre académico não é, nem pode ser, desconhecido. Trata-se de um poeta, cuja glória foi coroada com aquêle admirável *Martim Cererê*, dedicado ao Brasil-menino. Nessas páginas, ao lado da simplicidade tão bela, aparece-nos um português razoável.

Por isso, ocorre perguntar: *Por que não emprega a delicado poeta nas suas obras uma língua absolutamente diferente da minha?*

Além de justificar a existência do 'dialecto dignificado', tornava-se coerente com o teor do discurso feito na Academia Brasileira". (Ênfase acrescida pelo autor.)

Temos, pois,... quatro diferentes posições sobre a questão da língua nacional."

F. T. *Tempos Lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa.*

Elabore o resumo do Texto n° 3, com extensão de 200 a 250 palavras (valor: 40 pontos).

Desenvolva o tema que se segue em dissertação de 450 a 600 palavras (valor: 60 pontos).

Nacionalismo e globalização: o papel da cultura e a política do idioma.

---

[6] Op. cit., nota 4, p. 23-8.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Prova de Noções de Direito

Em 7 de junho de 1997

Examinadores:
Paulo Gustavo Gonet Branco
Marcio Pereira Pinto Garcia

Valor de cada questão: 20 pontos
Extensão das respostas: de 30 a 40 linhas por questão

1. Três indivíduos --- X, Y e Z --- pretendem ingressar na carreira diplomática brasileira. X nasceu em Brasília, quando seus pais, nacionais da Arcolândia, representavam diplomaticamente seu Estado junto ao governo brasileiro. X sempre morou no Brasil. Y nasceu em Arcolândia, filho de pais brasileiros, que ingressaram clandestinamente naquele país e nunca registraram o filho em repartição consular do Brasil. Aos vinte anos de idade, Y veio morar no Brasil, quando optou pela nacionalidade brasileira. Z nasceu em um navio, em alto mar, de bandeira arcolandiana, quando seus pais, ambos nacionais da Arcolândia, imigravam para o Brasil. Recentemente, Z requereu, com êxito, a nacionalidade brasileira. Analise, à vista da nacionalidade dos três indivíduos, as possibilidades de cada um ter aceito seu pedido de inscrição no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco.

2. Suponha que tenham sido propostas ações individuais em diversos pontos do país com vistas a impugnar a cobrança de certo tributo, instituído por lei federal que os contribuintes entendem inconstitucional. Uma dessas ações chega ao Supremo Tribunal Federal, que declara a lei incompatível com a Constituição. Responda justificadamente: os juízes e tribunais inferiores que ainda não apreciaram as demais ações propostas estão juridicamente vinculados a também considerar inconstitucional a mesma lei? Imagine, ainda, que a decisão do STF se repita em outros processos. Estará a Administração Pública juridicamente obrigada a se abster de cobrar o imposto dos contribuintes que não ajuizaram a ação?

3. J.S., estrangeiro com visto de permanência no Brasil vencido, é proprietário antigo de um apartamento em região valorizada de uma capital do país. Ocorre que, no ano passado, a Prefeitura construiu um viaduto para atender à necessidade de escoamento do tráfego de veículos. A vista do apartamento passou a descortinar uma murada de segurança e o contínuo movimento de automóveis. O nível de poluição sonora aumentou drasticamente, e a poluição do ar tornou-se igualmente insuportável. O imóvel sofreu, assim, grande desvalorização. J.S. pretende reclamar judicialmente uma indenização da Prefeitura pela depreciação do apartamento. Analise, diante da sua condição de estrangeiro com visto vencido, se lhe é admissível propor a ação contra o Poder Público. Examine, qualquer que seja a resposta, as perspectivas de êxito da ação.

4. O Tribunal de Justiça das Comunidades Européias firmou entendimento no sentido de que o direito comunitário prepondera sobre qualquer norma jurídica, inclusive constitucional, dos Estados-membros da União Européia (caso *Van Gend & Loos*, entre outros). Considerando a posição hierárquica dos tratados internacionais no direito brasileiro, analise se o mesmo entendimento poderia ser aplicado no Brasil aos tratados firmados, por exemplo, no âmbito do Mercosul.

5. Um antigo empregado de uma Embaixada estrangeira em Brasília foi sumariamente demitido de seu emprego. Pretende ajuizar ação no Brasil, postulando a satisfação de seus direitos trabalhistas. O Embaixador daquele país acredita não estar vinculado à legislação trabalhista brasileira. Invoca a imunidade de jurisdição de seu Estado. Considerando o tema da imunidade do Estado, tal como entendido atualmente no Brasil, discorra sobre as possibilidades de êxito da reclamação trabalhista.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Prova de Noções de Economia

Em 14 de julho de 1997

Examinadores:
Maurício Barata de Paula Pinto
Adriana Amado

Valor de cada questão: 20 pontos
Extensão das respostas: de 30 a 40 linhas por questão

1. Regras do comércio internacional, expressas em acordos dos quais o Brasil é parte, recomendam o mesmo tratamento fiscal para as vendas ao mercado interno e para as exportações, mas abrem espaço para tornar as exportações isentas de impostos indiretos brasileiros. Explicando os motivos do tratamento preconizado, construa uma argumentação em defesa de maiores estímulos às exportações brasileiras.

2. Quais são os objetivos e interesses do governo brasileiro com as atuais políticas de privatização de empresas estatais e de liberalização do comércio exterior?

3. "O processo de substituição não visa diminuir o *quantum* de importações globais; essa diminuição, quando ocorre, é imposta pelas restrições do setor externo e não é desejada." Há alguma contradição nessa assertiva? Comente sua resposta, especificando a que característica do processo de substituição de importações a assertiva se refere.

4. "A política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento de renda nacional. Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha preconizado em qualquer dos países industriais." Compare a política cafeeira do Brasil na década de trinta com políticas posteriores voltadas para a sustentação do nível de renda.

5. Superávits do balanço de pagamentos geram expansão da base monetária. Essa expansão, por sua vez, tem efeitos sobre a oferta de moeda. Partindo dessas considerações, sugira políticas que possam ser adotadas por países que desejem receber recursos do exterior maiores que seus déficits em transações correntes, ao mesmo tempo em que desejam manter a estabilidade de preços.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Prova de Geografia

Em 31 de maio de 1997

Examinadores:
Antonio Carlos Robert Moraes
André Roberto Martin

Responda às questões abaixo (extensão máxima: duas páginas por questão)

1. Segundo vários autores, a globalização e a conscientização ambiental seriam processos associados. Quanto ao primeiro, comenta o Professor Milton Santos, "há que se tomar cada lugar da Terra como uma fração do espaço mundial". Por outro lado, é uma máxima do movimento ambientalista internacional a afirmação "pensar globalmente, agir localmente". Faça uma reflexão sobre a relação entre essas escalas no mundo contemporâneo, levando em conta seus possíveis reflexos sobre as soberanias nacionais.

2. A circulação financeira é marcada por acentuada extraterritorialidade. Tal condição propicia que, atualmente, uma mercadoria circule pelo mundo sem sair do lugar. Comente essa afirmação.

3. O projeto de transposição das águas do Rio São Francisco para alimentar bacias hidrográficas intermitentes do agreste nordestino estimulou interessante discussão sobre seus custos e benefícios. Comente os principais argumentos levantados em tal debate, favoráveis e desfavoráveis, e exponha sua própria posição a respeito.

4. Há décadas, o Estado de São Paulo responde por cerca de 45% do valor da transformação industrial gerado no Brasil, o que expressa o grande nível de concentração da atividade no território nacional. Sabe-se, também, que a produção de café foi a grande responsável pelo povoamento e estruturação territorial dessa unidade da Federação. Relacione os dois fatos.

5. O padrão contemporâneo da produção industrial é denominado por vários autores de "pós-fordismo". Explique o que caracteriza tal padrão, quais suas inovações em relação ao anteriormente vigente e quais suas repercussões sobre a localização das indústrias no Brasil.

Valor de cada questão: 20 pontos

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Prova de História

Em 24 de maio de 1997

Examinadores:
Elias Thomé Saliba
Nelson Schapochnik

Responda às questões que se seguem (extensão máxima: duas páginas por questão):

1. A implantação da ordem republicana no Brasil implicou paradoxal coexistência de uma ideologia liberal com padrões de comportamento oligárquicos.

   a) Quais os mecanismos empregados para obter essa singular combinação?

   b) Indique as tensões sociais geradas no período.

2. Leia os fragmentos abaixo e, a seguir, responda quais as articulações possíveis entre eles:

"Quero instituir um governo de autoridade e liberto das peias da democracia liberal, que inspirou a Constituição de 1934." Getúlio Vargas, 1937.

"Por mais terras que eu percorra, não permita Deus que eu morra sem que volte para lá; sem que leve por divisa este 'V' que simboliza a vitória que virá." Guilherme de Almeida, *Canção do Expedicionário*.

"Se lutamos contra o fascismo, ao lado das Nações Unidas, para que a liberdade e a democracia sejam restituídas a todos os povos, certamente não pedimos demais reclamando para nós mesmos os direitos e garantias que as caracterizam (...) Queremos liberdade de pensamento, sobretudo de pensamento político." *Manifesto dos Mineiros*, 1942.

3. O lema "Uma câmara na mão e uma idéia na cabeça" foi emblemático de importante movimento na vida cultural brasileira, denominado "Cinema Novo". Caracterize esse movimento identificando o contexto histórico e as temáticas desenvolvidas.

4. Comente o texto:

"A Revolução francesa é portadora de uma esperança que tem um nome, mas não possui ainda um rosto.

Tudo muda com 1917. A partir de então, a Revolução socialista possui um rosto: a Revolução francesa deixa de ser uma matriz de possibilidades a partir da qual pode e deve elaborar-se uma outra revolução libertadora".

François Furet, *Ensaios sobre a Revolução francesa.*

5. Embora tenha sido cunhado no contexto das utopias românticas, o binômio povo-nação foi reapropriado pela retórica da descolonização. Caracterize esse processo e o novo sentido atribuído ao binômio.

Valor de cada questão: 20 pontos

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 23 de março de 1997

Prova de Inglês

Examinadores:
Marcel Fortuna Biato
Edite do Céu Faial Jacques
Mark David Ridd

1. Analyze the following statement in the light of 20th century history:

"Arms alone are not enough to keep the peace. It must be kept by men. The mere absence of war is not peace."

(John F. Kennedy)

2. Translate the following texts into English:

Quando se fala em vegetação no Brasil, as atenções sempre se voltam para a exuberância da Floresta Amazônica, ou para as manchas ainda preservadas da Mata Atlântica, onde sobrevivem espécies raras de animais e plantas. Mas é no interior do país, especialmente na região centro-oeste, onde as novas fronteiras agrícolas avançam em ritmo acelerado, que se encontra um ecossistema ainda pouco pesquisado, que com seu perfil singelo abriga flora e fauna extremamente ricas: o cerrado. Nos últimos anos, estas áreas passaram a merecer atenção especial dos governos estaduais e instituições de pesquisa.

A capital do país cresceu a partir do final da década de 50 em pleno coração do cerrado. Quando os pioneiros chegaram à região do Distrito Federal, a ordem era ocupar os espaços vazios, para que surgisse a nova capital. Os tratores rasgaram a vegetação rasteira, derrubando árvores retorcidos, desnudando as margens dos rios e córregos. Brasília surgiu imponente em poucos anos. Mas estes gestos épicos de desbravamento em pleno século XX redundaram num alto preço para as áreas de cerrado.

Corrigir distorções no planejamento de ocupação e, principalmente, rever posições equivocadas sobre o cerrado, visto até pouco tempo como uma vegetação pobre e sem valor enquanto ecossistema pela maioria das pessoas, tem sido um desafio para governos e estudiosos. As novas gerações de candangos, cada vez mais distantes da saga vivida pelos pais que ajudaram a construir a cidade de 34 anos, aprenderam intuitivamente a amar a vegetação rala e de galhos contorcidos. E passaram a cobrar a proteção desse patrimônio de importância ímpar. O cerrado, para quem acompanha seu ciclo anual, representa um milagre renovado a cada início de temporada de chuva.

[A partir de um texto do Governo Federal na Internet]

A viagem era longa pela estrada de terra, a floresta quase fechando o caminho. Mário, dirigindo o carro, começou a correr. Tom, a seu lado, ia ficando cada vez mais tenso. Subitamente, alguma coisa aconteceu. Sentiu que dentro dele tudo se relaxava. Olhava o farol iluminando o barranco vermelho, uma árvore debruçada no caminho, as estrelas que brilhavam congeladas no céu azul-marinho. De repente não havia mais separação entre e tudo que o cercava. Ele era tudo --- a luz do farol, o barranco iluminado, a árvore, as longínquas estrelas --- e tudo era ele. Nesse momento cessou o medo. Todo e qualquer medo cessou em seu corpo e em seu espírito. Não havia mais o temor da morte, porque não havia morte. Ele estava em todas as coisas --- mais do que isso, ele era todas as coisas. E continuaria sendo para sempre.

Helena Jobim, *Antonio Carlos Jobim, um homem iluminado*

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 07 de março de 1998

Teste de Pré-Seleção

O Teste de Pré-Seleção (TPS) contém 50 questões, e cada uma vale 2 pontos.

Para responder às questões, você dispõe de dois formulários: a Folha de Rascunho e a Folha de Respostas.

Use, primeiro, a Folha de Rascunho, que você poderá corrigir, rasurar e, terminado o TPS, levar consigo, desde que não contenha cópia, ainda que parcial, das perguntas do TPS.

A Folha de Respostas, por outro lado, deve ser preenchida e manuseada com extrema cautela, pois trata-se do documento que você entregará aos representantes do Instituto Rio Branco.

Leia as questões com atenção.

Cuide, de início, daquelas cujas respostas você saiba sem maior esforço. Deixe para uma segunda leitura as que exigirem maior concentração.

Você tem cinco horas para completar o TPS. É tempo mais do que suficiente para fazer uma boa prova.

O Caderno de Questões não poderá sair da sala de prova.

Assinale a única resposta certa a cada uma das seguintes questões:

1. O que não é correto afirmar sobre o teatro brasileiro?

a) No século XIX, as comédias teatrais foram cultivadas por autores como Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar e Artur Azevedo, e os dramas, por Gonçalves Dias, Pinheiro Guimarães e Castro Alves.

b) Nas primeiras décadas do século XX, destacam-se dramaturgos como Graça Aranha e Pinheiro Machado.

c) O "Teatro Brasileiro de Comédia" (TBC), fundado em 1948, contribuiu para a profissionalização do teatro nacional, mas deu preferência a autores estrangeiros, alguns dos quais encenou por primeira vez no Brasil.

d) O "Teatro de Arena", fundado no início da década de 50, contribuiu para a renovação da linguagem teatral nacional, por meio da promoção de autores brasileiros, como Oduvaldo Vianna Filho, Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri.

e) O "Teatro Oficina", fundado em 1963 e dirigido por José Celso Martinez Correia, destacou-se pela ousadia de suas experiências e inovações, de que é exemplo a montagem de *O rei da vela*, de Oswald de Andrade.

2. Os bebês são ilógicos. Ninguém que possa dominar leões é desprezado. As pessoas ilógicas são desprezadas. Portanto,

a) as pessoas desprezadas são ilógicas.
b) os bebês não são desprezados.
c) as pessoas ilógicas são bebês.
d) as pessoas ilógicas podem dominar leões.
e) os bebês não podem dominar leões.

3. *Teus olhos são negros, negros,*
Como as noites sem luar...
São ardentes, são profundos,
Como o negrume do mar.

Essa quadra de versos heptassílabos é de autoria de conhecido poeta brasileiro, cujo sesquicentenário de nascimento foi comemorado em 1997 (14 de março). Trata-se de:

a) Olavo Bilac.
b) Álvares de Azevedo.
c) Castro Alves.
d) Casimiro de Abreu.
e) Gonçalves Dias.

4. Em novembro de 1939, o Ministro de Relações Exteriores da União Soviética, Molotov, regozijava-se de que, naquele momento, nada mais restava "desse fruto monstruoso do Tratado de Versalhes". A que país se referia?

a) Finlândia.
b) Alemanha.
c) Polônia.
d) Lituânia.
e) Bélgica.

5. Suponha que, como adido cultural da Embaixada do Brasil em Paris, você esteja acompanhando uma comitiva de arquitetos de nosso país, numa visita à famosa catedral de Chartres. Sabendo-se que todos os membros da comitiva são profundos conhecedores da história da arquitetura, que comentário seu, entre os que se seguem, seguramente causaria enorme perplexidade?

a) Estamos diante de um monumento suntuoso da arquitetura gótica.

b) Eis o exemplo típico de um estilo arquitetônico cuja expressão mais alta são as catedrais.

c) Os senhores estão diante da síntese suprema do estilo barroco em terras da França.

d) As catedrais de Chartres, Rheims e Notre Dame são expressões maiúsculas de um mesmo estilo arquitetônico na França.

e) Observem a quantidade e a beleza dos famosos vitrais de Chartres: constituem um ponto de destaque dessa catedral, cheia de luz e cores.

6. Eminente personalidade do cenário político brasileiro, ele nasceu em Minas Gerais no início do século. Como Ministro da Educação e da Saúde, foi autor de ampla reforma do ensino. Criou o Instituto Nacional do Livro (INL) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e ajudou a fundar o Partido Social-Democrático (PSD). Trata-se de:

a) Francisco Campos.

b) Milton Campos.

c) Paulo Mendes Campos.

d) Otavio Mangabeira.

e) Gustavo Capanema.

7. "*Um movimento que queria apresentar-se como uma imagem de superação do conflito entre a consciência de que a versão do projeto do Ocidente oferecida pela cultura popular e de massas nos Estados Unidos era potencialmente libertadora ... e o horror da humilhação que representa a capitulação a interesses estreitos de grupos dominantes, em casa ou nas relações internacionais. Era também uma tentativa de encarar a coincidência (mera?), nesse país tropical, da onda da contracultura com a voga dos regimes autoritários.*"

Retirada de livro de publicação recente, a citação acima refere-se a que movimento cultural brasileiro?

a) tropicalismo.

b) modernismo.

c) simbolismo.

d) neo-realismo.

e) parnasianismo.

8. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, consagrou definitivamente o princípio do "desenvolvimento sustentável". Alguns anos antes, uma importante personalidade internacional presidira a Comissão das Nações Unidas que preparou relatório intitulado "Nosso Futuro Comum", que tinha como principal base conceitual a idéia de "desenvolvimento sustentável". Quem foi esta personalidade?

a) Javier Péres de Cuellar.

b) Gro Harlem Brundtland.

c) Al Gore.

d) Maurice Strong.

e) Sting.

9. *Menino de Engenho*, *Doidinho*, *Bangüê*, *O Moleque Ricardo* e *Usina* formam o "ciclo da cana-de-açúcar", famoso conjunto de romances brasileiros, cujo autor é:

a) Graciliano Ramos.
b) José Lins do Rego.
c) Érico Veríssimo.
d) Guimarães Rosa.
e) Jorge Amado.

(10, 11 e 12) Imagine um júri com três jurados. Os dois primeiros jurados são responsáveis, têm grande experiência e, ao longo do tempo, estabeleceu-se que a probabilidade de ambos alcançarem uma decisão correta é igual a 3/4. Ou seja, em média, três quartos das vezes que eles concluem que o réu é culpado (ou não é culpado), o réu de fato é culpado (ou não é culpado); e um quarto das vezes ambos estão errados em sua decisão. O terceiro jurado é desconhecido e age de forma irresponsável. Ele simplesmente lança uma moeda. Se cair "cara", conclui que o réu é culpado. Se cair "coroa", conclui que o réu não é culpado. Assim, sua chance de estar correto é igual a 1/2, e sua chance de estar errado também é de 1/2. O veredito é decidido por uma maioria de 2/3. Ou seja, se pelo menos dois jurados declararem que o acusado é culpado (ou não culpado), esse será o veredito do júri. Com base nesses pressupostos, responda às três questões que se seguem:

10. Pode-se dizer, então, que:

a) a probabilidade de o júri chegar a um veredito correto é 1/2.
b) a probabilidade de o júri chegar a um veredito correto é 3/4.
c) a probabilidade de o júri chegar a um veredito correto é 2/3.
d) a probabilidade de o júri chegar a um veredito correto é 5/6.
e) a probabilidade de o júri chegar a um veredito correto é 5/9.

11. Se os dois primeiros jurados chegassem a um veredito correto em dois terços das vezes, então:

a) a probabilidade de o júri chegar a um veredito correto seria 1/2.
b) a probabilidade de o júri chegar a um veredito correto seria 3/4.
c) a probabilidade de o júri chegar a um veredito correto seria 2/3.
d) a probabilidade de o júri chegar a um veredito correto seria 5/6.
e) a probabilidade de o júri chegar a um veredito correto seria 5/9.

12. Na hipótese de se retirarem do júri inicial um dos dois jurados responsáveis e o jurado irresponsável, pode-se concluir, então, que:

a) a probabilidade de o júri inicial chegar a um veredito correto é sempre maior que a probabilidade de o jurado responsável restante chegar a uma decisão correta.

b) a probabilidade de o júri inicial chegar a um veredito correto é, com freqüência, maior que a probabilidade de o jurado responsável restante chegar a uma decisão correta.

c) a probabilidade de o júri inicial chegar a um veredito correto é igual à probabilidade de o jurado responsável restante chegar a uma decisão correta.

d) a probabilidade de o júri inicial chegar a um veredito correto é sempre menor que a probabilidade de o jurado responsável restante chegar a uma decisão correta.

e) a probabilidade de o júri inicial chegar a um veredito correto é, com freqüência, menor que a probabilidade de o jurado responsável restante chegar a uma decisão correta.

13. Antes da Segunda Guerra Mundial, mulher ocupar cargo público de relevo era raro e, em alguns países, inimaginável. Depois de 1945 e, em particular, depois do primeiro governo nacional liderado por uma mulher no Sri Lanka, em 1960, mais de quinze mulheres já chefiaram governos em vários países. Qual país, entre os abaixo citados, nunca teve uma mulher como Chefe de Governo?

a) Índia.
b) Israel.
c) Reino Unido.
d) Noruega.
e) Alemanha.

14. Diz o *Talmude*: "*A palavra falada é como uma abelha: tem mel e tem ferrão*".

Há, de fato, situações em que somos traídos pelas palavras. Quando nos damos conta, já dissemos o que não pretendíamos dizer.

Assinale a alternativa em que, explícita ou implicitamente, não existe pressuposto algum denunciador de preconceito de quem as tiver proferido:

a) Até a bancada feminina percebeu o alcance do projeto de lei e votou a favor.
b) Quem não mentiria para salvar a vida de um justo?
c) É menino de rua, mas não é contraventor.
d) As torcidas uniformizadas, que são baderneiras, estão voltando aos campos de futebol.
e) Os partidos passaram a agir com mais patriotismo e menos politicagem.

15. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi criado em julho de 1955, com vistas à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira. Qual dos nomes abaixo se identifica com o que se convencionou chamar "pensamento isebiano"?

a) Gustavo Corção.
b) Paulo Freire.
c) Sérgio Buarque de Hollanda.
d) Ferreira Gullar.
e) Hélio Jaguaribe.

16. A moeda a ser adotada pelos países da União Européia que aderirem à União Econômica e Monetária chamar-se-á:

a) ecu.
b) marco.
c) florin.
d) euro.
e) franco.

17. Realizou-se, nos dias 8 e 9 de novembro último, a VII Reunião de Chefes de Estado e de Governo da Conferência Ibero-Americana no seguinte país:

a) Venezuela.
b) Portugal.
c) Brasil.
d) Argentina.
e) Costa Rica.

18. O Presidente Fernando Henrique Cardoso enviou ao Congresso Nacional, em 1997, proposta de adesão brasileira a importante tratado internacional. Trata-se do:

a) Tratado de Proibição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (Tratado de Tlatelolco).

b) Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR).

c) Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP).

d) Tratado para a Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT).

e) Acordo entre o Brasil, a Argentina, a ABACC e a AIEA para Aplicação de Salvaguradas (Acordo Quadripartite).

19. Que par abaixo apresenta associação equivocada entre uma constituição brasileira e uma característica do sistema eleitoral nela previsto?

a) Constituição de 1824: preservação do modelo censitário herdado do período colonial.

b) Constituição de 1891: abolição do voto censitário.

c) Constituição de 1934: instituição do voto secreto.

d) Constituição de 1946: estabelecimento do voto distrital.

e) Constituição de 1967: instituição de eleição indireta para Presidente da República por meio do Congresso Nacional.

20. *"Jim disse que abelhas não picam idiotas; mas não acreditei nisso, porque já tentei uma porção de vezes e nunca me picaram."*

O humor fino e sutil é uma das características marcantes do autor desse fragmento. Trata-se de Samuel Langhorne Clemens, escritor norte-americano. Foi, também, aprendiz de tipógrafo, piloto no rio Mississipi, soldado, mineiro e jornalista. Entre suas obras mais famosas, inclui-se *As aventuras de Tom Sawyer*. Tornou-se mais conhecido pelo pseudônimo de:

a) Sam Shepard.

b) Groucho Marx.

c) Irwin Shaw.

d) Mark Twain.

e) Tom Wolfe.

21. Para evitar o controle exercido pelos órgãos da censura, conhecido compositor brasileiro assinou algumas obras suas como "Julinho da Adelaide". Foi:

a) Chico Buarque.

b) Caetano Veloso.

c) Edu Lobo.

d) Gilberto Gil.

e) Carlos Lyra.

22. Todos os sábios gostam de peixe. Todos os deputados são sábios. Todos os remadores são deputados. Todos os músicos são remadores. Logo,

a) todos os sábios são músicos.

b) todos os remadores são músicos.

c) todos os sábios são remadores.

d) todos os músicos gostam de peixe.

e) todos os deputados são músicos.

23. Alguns críticos consideram que o cinema brasileiro, depois dos anos de acanhada produção, estaria vivendo, na década de 90, uma espécie de renascimento atribuído, em grande parte, a medidas governamentais de fomento, de que é exemplo a Lei do Audiovisual. De que trata essa Lei?

a) de quotas de exibição para filmes brasileiros nas salas comerciais.
b) de incentivos fiscais para empresas e indivíduos que invistam em cinema.
c) de financiamento direto do governo à produção de filmes nacionais.
d) da realização em diferentes estados do país de mostras e festivais internacionais de cinema.
e) da obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais pelas redes emissoras de televisão.

24. "O Homem Cordial", "O Bom Selvagem" e "O Eterno Retorno" são conceitos celebrizados, respectivamente, pelos seguintes autores:

a) Montesquieu, Voltaire e Benedetto Croce.
b) Sérgio Buarque de Holanda, Jean-Jacques Rousseau e Nietzsche.
c) Paulo Prado, Albert Camus e Hegel.
d) Gilberto Freyre, Herbert Spencer e Maquiavel.
e) Platão, Goethe e Flaubert.

25. O que não é correto afirmar sobre guerras:

a) Nos quase cem anos que vão de 1816 a 1913, não houve guerra que envolvesse mais do que duas das maiores potências da época (Inglaterra, França, Prússia/Alemanha, Rússia, Áustria-Hungria, Itália, Estados Unidos e Japão), à exceção da Guerra da Criméia, da qual participaram Rússia, Inglaterra e França.

b) A Primeira Guerra Mundial envolveu todas os países europeus, exceto Inglaterra, Espanha e Holanda, os três países escandinavos e Suíça.

c) Entre as guerras internacionais no período de 1816 a 1965, as quatro que mais provocaram mortes ocorreram no século XX: as duas guerras mundiais, a guerra do Japão contra a China (1937-1939) e a Guerra da Coréia.

d) A proibição do emprego de armas químicas em conflitos internacionais, estabelecida pela Convenção de Viena de 1925, foi respeitada durante a Segunda Guerra Mundial, mas não durante a Guerra Irã-Iraque, nos anos oitenta, em que substâncias químicas foram utilizadas contra soldados e civis.

e) A Guerra Civil Americana foi, para os Estados Unidos, o mais sangrento de todos os conflitos, tendo provocado tantas mortes de norte-americanos quanto todas as guerras de que os Estados Unidos participaram posteriormente, incluindo as duas guerras mundiais, a Guerra da Coréia e a Guerra do Vietnã.

26. *"Hegel observou em uma das suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira como tragédia, a segunda como farsa."*

Em que obra encontramos originalmente esse famoso comentário:

a) *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, de Karl Marx.
b) *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, de Max Weber.
c) *A Era das Revoluções*, de Eric Hobsbawn.
d) *A Democracia na América*, de Alexis de Tocqueville.
e) *As Origens do Capitalismo*, de Hannah Arendt.

27. Em dezembro de 1986, foi criado o "mecanismo permanente de consulta e concertação política" que ficaria conhecido como o "Grupo do Rio". Em sua composição original, o Grupo do Rio reunia oito países latino-americanos: Colômbia, México, Panamá e Venezuela, que formavam o "Grupo de Contadora", e Argentina, Brasil, Peru e Uruguai, que formavam o "Grupo de Apoio". Com que objetivo foram originalmente criados os Grupos de Contadora e de Apoio?

a) contribuir para a solução dos conflitos na América Central.
b) buscar fórmulas para aliviar a crise da dívida externa.
c) estimular o processo regional de integração econômica.
d) promover a cooperação no combate ao narcotráfico.
e) fortalecer os mecanismos regionais de proteção ao meio ambiente.

28. Se, em 1923, a Academia Brasileira de Letras organizasse um encontro internacional com os maiores escritores da época para inaugurar sua nova sede, o *Petit Trianon*, doado naquele ano pelo governo francês, quem não poderia ser convidado, por já estar morto ou não ter ainda nascido?

a) James Joyce.
b) Franz Kafka.
c) Fernando Pessoa.
d) Victor Hugo.
e) Thomas Mann.

(**29** e **30**) Os prisioneiros A e B conjuntamente cometeram um crime. Eles são mantidos separados, e a cada um deles são dadas as opções de confessar e de não confessar. As provas contra ambos são consideráveis. Foi comunicado a ambos que, se nenhum deles confessar, cada prisioneiro será condenado a dois anos de prisão. Se os dois confessarem, cada um deles será condenado a três anos de prisão. Se o prisioneiro A confessar e B não, A será condenado a apenas um ano de prisão e B, a quatro. Por outro lado, se o prisioneiro B confessar e A não, B será condenado a apenas um ano de prisão e A, a quatro. Com base nesses pressupostos, responda às duas questões que se seguem:

29. Supondo-se que cada um dos prisioneiros não sabe o que o outro irá dizer, então:

a) a opção de confessar e a opção de não confessar levarão ao mesmo resultado.
b) se os dois confessarem, a soma das duas penas será a menor possível.
c) se os dois não confessarem, a soma das duas penas será a maior possível.
d) cada um deles concluirá racionalmente que a melhor opção é confessar, qualquer que seja a opção do outro.
e) cada um deles concluirá racionalmente que a melhor opção é não confessar, qualquer que seja a opção do outro.

30. Supondo, agora, que os dois prisioneiros possam conversar e combinar a melhor estratégia comum, eles concluirão racionalmente que:

a) a opção de confessar e a opção de não confessar levarão ao mesmo resultado.
b) a melhor opção para ambos será sempre aquela em que cada um agir isoladamente de acordo apenas com seus próprios interesses.
c) a falta de cooperação não prejudicará ninguém.
d) a melhor opção para ambos é confessar.
e) a melhor opção para ambos é não confessar.

31. O Barão do Rio Branco adotou como divisa as palavras latinas "UBIQUE PATRIAE MEMOR". Qual é a tradução correta em português dessa divisa:

a) não há pátria sem memória.
b) a memória é o fundamento da pátria.
c) a pátria é a lembrança maior.
d) a pátria está em todo lugar.
e) em toda parte, lembro-me da pátria.

32. Hoje em dia, a questão da cidadania é tema presente em toda discussão que envolva a consciência dos direitos e deveres dos brasileiros. José Murilo de Carvalho escreveu sobre a matéria um livro que já se tornou clássico, cujo título é:

a) *Os Bestializados*.
b) *Os Marginalizados*.
c) *Os Escandalizados*.
d) *Os Estigmatizados*.
e) *Os Excluídos*.

33. *"Cada uma de nossas concepções principais, cada ramo do nosso conhecimento passa sucessivamente por três estágios teóricos diferentes: o estado teológico ou fictício, o estado metafísico ou abstrato e o estado científico ou positivo... Considerada na sua acepção mais antiga e mais comum, a palavra* ***positivo*** *designa o* ***real****, por oposição ao* ***quimérico****."*

A citação acima é de um filósofo que exerceu grande influência sobre diversos políticos republicanos brasileiros no final do século XIX. Trata-se de:

a) Montesquieu.
b) Auguste Comte.
c) Isaac Newton.
d) Thomas Hobbes.
e) Adam Smith.

34. A chamada "Questão de Palmas", resolvida por meio de laudo arbitral do Presidente Grover Cleveland, dos Estados Unidos, foi um dos contenciosos para cuja solução o Barão do Rio Branco desempenhou papel crucial. Que país vizinho se opunha ao Brasil nessa questão?

a) Uruguai.
b) Chile.
c) Colômbia.
d) Argentina.
e) Peru.

35. A Carta das Nações Unidas estabelece seis "órgãos principais" da Organização. Qual dos seguintes não se inclui nessa qualificação?

a) Assembléia Geral.
b) Conselho de Tutela.
c) Secretariado.
d) Comissão de Direitos Humanos.
e) Corte Internacional de Justiça.

36. Qual dos conjuntos abaixo reúne as grafias corretas em português?

a) Dignatário, cataclisma, discrição.
b) Dignatário, cataclismo, discreção.
c) Dignatário, cataclisma, discreção.
d) Dignitário, cataclisma, discreção.
e) Dignitário, cataclismo, discrição.

37. Você está servindo em um posto na América Latina, e uma universidade local convida-o para proferir palestra sobre cultura brasileira pós-64. Qual dos autores abaixo não poderia ser mencionado como expressão do período?

a) Euclydes da Cunha.
b) Florestan Fernandes.
c) Darcy Ribeiro.
d) Caetano Veloso.
e) José Guilherme Merquior.

38. *"... movimento que atribui, ao homem como indivíduo e à coletividade, o direito de usufruir toda a liberdade, sem limitação de normas, de espaço e tempo, fora dos limites existenciais do próprio indivíduo: liberdade de agir sem ser oprimido por qualquer tipo de autoridade, admitindo unicamente os obstáculos da natureza, da 'opinião', do 'senso comum' e da vontade da comunidade em geral — aos quais o indivíduo se adapta sem constrangimento..."*

Extraída do *Dicionário de Política*, de Bobbio, Matteucci e Pasquino, a citação define o:

a) Socialismo.
b) Absolutismo.
c) Anarquismo.
d) Liberalismo.
e) Comunismo.

39. No aniversário de um amigo seu, conhecido apreciador de música barroca, você pensa em presenteá-lo com CDs de representantes típicos dessa escola. Que compositores você procuraria?

a) Pergolesi e Beethoven.
b) Corelli e Albinoni.
c) Boccherini e Schumann.
d) Vivaldi e Schubert.
e) Bach e Brahms.

40. *"A perspectiva central cede lugar a um modo de ver que reproduz o objeto simultaneamente de vários ângulos visuais. A velha geometria pictórica, orientada pela percepção da realidade, foi acrescida de uma estrutura pictórica autônoma e desenvolvida apenas a partir da tela..."*

A citação acima refere-se a que escola?

a) Cubismo.
b) Impressionismo.
c) Fauvismo.
d) Surrealismo.
e) Expressionismo.

41. A atriz Fernanda Montenegro recebeu, na versão deste ano do Festival de Berlim, o "Urso de Prata" por sua atuação no filme *Central do Brasil*. O filme trouxe igualmente para o Brasil o "Urso de Ouro" (melhor filme), entregue a seu diretor, que é:

a) Joaquim Pedro de Andrade.
b) Miguel Faria.
c) Walter Salles.
d) Bruno Barreto.
e) Nelson Pereira dos Santos.

(**42** a **48**) Salvo um caso, os pares abaixo estão ordenados segundo um princípio que lhes é comum. Aponte, em cada uma das cinco questões abaixo, qual par não respeita este princípio.

42. a) *Hannah e Suas Irmãs*: Woody Allen.
b) *Cidadão Kane*: Orson Welles.
c) *Casablanca*: Michael Curtiz.
d) *Metrópolis*: Fritz Lang.
e) *Tempos Modernos*: Martin Scorcese.

43. a) *O Xangô de Baker Street*: Arnaldo Jabor.
b) *Novas Comédias da Vida Privada*: Luís Fernando Veríssimo.
c) *A Casa do Poeta Trágico*: Carlos Heitor Cony.
d) *O Feitiço da Ilha do Pavão*: João Ubaldo Ribeiro.
e) *Todos os Nomes*: José Saramago.

44. a) *Deus e o Diabo na Terra do Sol*: Gláuber Rocha.
b) *Navalha na Carne*: Neville d'Almeida.
c) *Tenda dos Milagres*: Luiz Carlos Barreto.
d) *Pixote*: Hector Babenco.
e) *Quilombo*: Cacá Diegues.

45. a) *A Sonâmbula*: Belini.
b) *A Italiana em Argel*: Rossini.
c) *A Dama de Paus*: Ravel.
d) *Manon*: Massenet.
e) *Lucia de Lammermoor*: Donizetti.

46. a) *Boca de Ouro*: Nelson Rodrigues.
b) *Dois Perdidos numa Noite Suja*: Plínio Marcos.
c) *Corpo a Corpo*: Oduvaldo Vianna Filho.
d) *Baile de Máscaras*: Mauro Rasi.
e) *A Falecida*: Gianfrancesco Guarnieri.

47. a) *Soneto da Separação*: Edu Lobo.
b) *Trem das Onze*: Adoniran Barbosa.
c) *Palpite Infeliz*: Noel Rosa.
d) *Nem luxo, nem lixo*: Rita Lee.
e) *Oceano*: Djavan.

48. a) *Ideologia*: Cazuza.
b) *Maria, Maria*: Milton Nascimento.
c) *Madalena*: Ivan Lins.
d) *Eduardo e Mônica*: Renato Russo.
e) *Sabiá*: Dorival Caymmi.

49. A reflexão “governo do povo, pelo povo e para o povo” é fecho de um discurso famoso, pronunciado por:
a) Winston Churchill.
b) John F. Kennedy.
c) Thomas Jefferson.
d) Abraham Lincoln.
e) Getúlio Vargas.

50. Anísio Teixeira foi:
a) um poeta do realismo português.
b) Ministro da Agricultura, no governo de Washington Luís.
c) o cientista brasileiro que primeiro denunciou o desmatamento da Amazônia.
d) um educador que lutou pela renovação do ensino brasileiro.
e) um político pioneiro na campanha pela reforma agrária no Brasil.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 21 de março de 1998

Prova de Português

Examinadores:
Julio Glinternick Bitelli
Denise de Aragão Costa Martins
Gisele Andrade de Souza

Leia os textos que se seguem.

Texto 1
Fazedores de desertos

É natural que todos os dias chegue do interior um telegrama alarmante denunciando o recrudescer do verão bravio que se aproxima. Sem mais o antigo ritmo, tão propício às culturas, o clima de S. Paulo vai mudando.

Não o conhecem mais os velhos sertanejos afeiçoados à passada harmonia de uma natureza exuberante, derivando na intercadência firme das estações, de modo a permitir-lhes fáceis previsões sobre o tempo.

As suas regras ingênuas enfeixadas em alguns ditados que tinham, às vezes, rigorismo de leis falham-lhes, hoje, em toda a linha: passam-lhes, estéreis, as luas novas trovejadas; diluem-se-lhes como fumaradas secas as nuvens que ao entardecer abarreiram os horizontes; varrem-lhes as ventanias súbitas a poeira líquida das neblinas que se adensam de manhã, pelo topo dos outeiros; e em plena primavera, agora, sob o alastramento das soalheiras fortes, o aspecto de suas plantações, esfolhadas e esfloradas, principia a ser desanimador, revelando, antes do estilo franco, esse período máximo à vida vegetativa que, nos países quentes, está no desequilíbrio entre a evaporação intensa pelas folhas e a absorção escassa, e cada vez menor, pelas raízes. (...)

Mas é natural o fenômeno. Nem é admissível que ante ele se surpreendam os nossos lavradores, primeiras vítimas dessa anomalia climática.

Porque há longos anos, com persistência que nos faltou para outros empreendimentos, nós mesmos a criamos.

Temos sido um agente geológico, nefasto, e um elemento de antagonismo terrivelmente bárbaro da própria natureza que nos rodeia.

É o que nos revela a história.

tes *dgis* de diorito, e encoivarados os ramos, alastravam-lhes por cima as caitaras crepitantes e devastadoras. Inscreviam, depois, em cercas de troncos carbonizados a área em cinzas onde fora a mata vicejante; e cultivavam-na. Renovavam o mesmo processo na estação seguinte, até que, exaurida, aquela mancha de terra fosse abandonada em *caapuera*, jazendo dali por diante para todo sempre estéril, porque as famílias vegetais, renovadas no terreno calcinado, eram sempre de tipos arbustivos diversos das da selva primitiva. (...)

Veio depois o colonizador e copiou o processo. Agravou-o ainda com se aliar ao sertanista ganancioso e bravo, em busca do silvícola e do ouro.

Afogada nos recessos de uma flora que lhe abreviava as vistas e sombreava as tocaias do tapuia, dilacerou-a, golpeando-a de chamas, para desvendar os horizontes e destacar, bem perceptíveis, tufando nos descampados limpos, as montanhas que o norteavam balizando a rota das bandeiras.

Atacaram a terra nas explorações mineiras a céu aberto; esterilizaram-na com o lastro das grupiaras; retalharam-na a pontaços de alvião; degradaram-na com as torrentes revoltas; e deixaram, ao cabo, aqui, ali, por toda a banda, para sempre áridas, avermelhando nos ermos com o vivo colorido da argila revolvida, as *catas* vazias e tristonhas com o seu aspecto sugestivo de grandes cidades em ruínas...

Ora, tais selvatiquezas atravessaram toda a nossa história.

Mais violentas no Norte, onde se firmou o regímen pastoril nos sertões abusivamente sesmados, e desbravados a fogo – incêndios que duravam meses derramando-se pelas chapadas em fora – ali contribuíram para que se estabelecesse, em grandes tratos, o regímen desértico e a fatalidade das secas.

O sul subtraiu-se em parte à faina destruidora, que o próprio governo da metrópole, em sucessivas cartas régias, procurou refrear, criando mesmo juízes conservadores das matas que impedissem a devastação.

O mesmo sistema de culturas largamente extensivas, porém, e as lavouras parasitárias arrancando todos os princípios vitais da terra sem lhes restituir um único, foram, pouco a pouco, remodelando-lhe as paragens mais férteis, transmudando-as e amaninhando-as. (...)

As conseqüências repontam, naturais.

A temperatura altera-se, agravada nesse expandir-se de áreas de insolação cada vez maiores pelo poder absorvente dos nossos terrenos desnudados, cuja ardência se transmite por contacto aos ares, e determina dois resultados inevitáveis: a pressão que diminui tendendo para um *minimum* capaz de perturbar o curso regular dos ventos, desorientando-os pelos quatro rumos do quadrante, e a umidade relativa que decresce, tornando cada vez mais problemáticas as precipitações aquosas.

De sorte que o sueste – regulador essencial do nosso clima – depois de transmontar a Serra do Mar, onde precipita grande cópia de vapores, ao estirar-

efeito é aumentar-lhe a capacidade higrométrica, diminuindo na mesma relação as probabilidades de chuvas.

São fatos positivos, irrefragáveis, e bastam para que se explique a alteração de um clima.

Mas apontemos um outro.

Neste entrelaçamento de fatores climáticos, introduzimos um – artificial e de todo fora das indagações meteorológicas normais – a queimada.

É transitória, mas engravece os perigos.

De feito, a irradiação noturna cotrabate a insolação: a terra devolve aos céus o excesso de calor acumulado; resfria; e o orvalho decorrente ilude de algum modo a carência das chuvas.

Ora, as queimadas impedem esse derivativo único.

As colunas de fumo, rompentes de vários lugares, a um tempo, adensam-se no espaço e interceptam a descarga do solo. Desaparece o sol e o termômetro permanece imóvel ou, de preferência, sobe. A noite sobrevém em fogo: a terra irradia com um sol obscuro, porque se sente uma impressão estranha de faúlhas invisíveis, mas toda a ardência reflui sobre ela recambiada pelo anteparo espesso da fumaça; e mal se respira do bochorno inaturável em que toda a adustão golfada pelas soalheiras e pelos incêndios, se concentra numa hora única da noite. (...)

Hoje, Thomas Buckle não entenderia as páginas que escreveu sobre uma natureza que acreditou incomparável no estadear uma dissipação de força, *wantoness of power*, com esplendor sem par.

Porque o homem, a quem o romântico historiador negou um lugar no meio de tantas grandezas, não as corrige, nem as domina nobremente, nem as encadeia num esforço consciente e sério.

Extingue-as.

Euclides da Cunha. *O Estado de São Paulo*, 21/10/1901.

Texto 2

O alerta da história

Como se acabou com mais de 90% da grande floresta do litoral brasileiro

Estréia neste verão, no sul da Bahia, uma ponte entre o passado e o futuro da Mata Atlântica. Tem 110 metros, a distância de um gol a outro no Maracanã. Programa para dez segundos, em campo aberto e velocidade olímpica. Mas ali a travessia, a passos regulados pelo balanço de uma ponte pênsil rangendo a 20 metros de altura, entre copas centenárias que meio século atrás atapetavam inteiramente o município de Una, o tempo tem outra medida. É contado em angelins, jequitibás, oitis, copaíbas, ipês, baraúnas, jueranas, louros, canelas e macarandu-

anos o recorde planetário de 450 espécies vegetais por hectare. E, perto de lá, num inventário de 500 anos atrás, o escrivão Pero Vaz de Caminha atestou: "O arvoredo é tanto e tamanho e tão basto e de tanta qualidade de folhagem que não se pode calcular."

Debruçada sobre essa amostra da eternidade, a passarela foi construída com doações internacionais e tecnologia canadense para que os visitantes contemplem por que aquela paisagem, pronta há 12 000 anos, está ameaçada de acabar com 2010, pela avaliação do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia, uma ONG de Ilhéus. Diante do prognóstico, ela salvou da motosserra um pedaço de terra já destinado pelo Ibama à extração de madeira e o abriu ao turismo, tentando ensinar aos vizinhos que também por esperteza se pode conservar a Mata Atlântica. Salvaram-se 84 hectares. Uma área vinte vezes maior que a derrubada todo ano no município, onde paradoxalmente a floresta nativa brasileira começou a desaparecer depois que o artigo 225 da Constituição estendeu sobre ela o título de "patrimônio nacional". Até hoje o Congresso ainda não regulamentou o dispositivo de 1988. Se passar outra década discutindo a lei, em Una ela chegará tarde. (...)

Que ela [a Mata Atlântica] está quase acabando já se sabe, graças sobretudo ao aviso de outro americano, o historiador Warren Dean. Antes de morrer, em 1994, ele legou ao Brasil *A Ferro e Fogo*, um livro belo, intrincado e sombrio como a floresta úmida. Nele se aprende a História do Brasil como meio milênio de desertificação, num processo que vara todos os ciclos econômicos, desde que, em 1500, "os portugueses tropeçaram em um meio continente, movidos por cobiça e vaidade, sem se deixar levar por compaixão ou mesmo por curiosidade". O Brasil que eles avistaram pela primeira vez era um litoral coberto por 3 500 quilômetros de mata exuberante, em uma faixa quase contínua com 1 milhão de quilômetros quadrados em que hoje cabem as fronteiras de dezessete Estados. Numa terra cujo cenário começou a amadurecer quando o resto do planeta ainda era triturado por glaciações e turbulências geológicas, a tripulação de Pedro Álvares Cabral inaugurou o machado na semana do descobrimento, cortando palmito para variar a dieta de bordo. A colonização começou com a coleta do pau-brasil. Depois, vieram cinco séculos de queimadas. A cana, o pasto, o café, tudo foi plantado nas cinzas da Mata Atlântica. Dela saiu a lenha para os fornos dos engenhos de açúcar, locomotivas termelétricas e siderúrgicas. Até o século passado, punha-se fogo em madeira de lei nativa e importava-se mogno das Antilhas. Sobrou menos de 8 % da paisagem avistada por Cabral há 500 anos.

Marcos Sá Corrêa. *Veja (Especial Amazônia)*. 24/12/97.

Texto 3
O patrimônio natural e o cultural: por uma visão convergente

A Constituição Brasileira, em seu artigo 216, considera constituintes do patrimônio cultural brasileiro "os bens de natureza material e imaterial (...) portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Esse artigo inclui como integrante desse patrimônio as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver. A mesma Constituição define como regiões prioritárias de conservação ambiental a Mata Atlântica, a Floresta Amazônica, o Pantanal e outros ecossistemas importantes, espaços territoriais onde existem subculturas importantes, como a dos caiçaras do litoral do Estado de São Paulo e Rio de Janeiro. O Estado implantou nessas áreas uma série de parques nacionais e reservas naturais que, pela legislação em vigor, levam à exclusão e mesmo reassentamento das comunidades e culturas tradicionais em outras áreas. Essa política tem criado inúmeros conflitos entre a administração de parques e reservas e as comunidades tradicionais que, ainda presentes nessas áreas protegidas, são proibidas de exercer suas práticas econômicas e sociais. A prática de pequenas roças, o uso de tecnologias patrimoniais na pesca, no fabrico de farinha, na construção de canoas tem sofrido severas restrições, colocando em risco a própria reprodução social e simbólica dessas comunidades tradicionais cujos membros freqüentemente são forçados a migrar para as periferias pobres das cidades da região. Aí sofrem um processo de perda de sua identidade cultural, com o abandono de práticas simbólicas essenciais à sobrevivência do grupo. Essas práticas preservacionistas oficiais, impulsionadas por grupos ecológicos urbanos, desconhecedores das relações e práticas históricas destes grupos com o mundo natural, em grande parte responsável pela conservação das florestas e áreas costeiras, tem ocasionado a redução da diversidade cultural brasileira e contribuído para o aumento da degradação de matas e mares.

Na década de 80, a figura do *tombamento*, proposta pelo Serviço (Instituto) do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi também proposta, seja para preservar o patrimônio natural (o tombamento da Serra do Mar, das Ilhas do Litoral Paulista), seja para preservar o patrimônio cultural (tombamento das vilas caiçaras como as de Picinguaba e Icapara, nos municípios litorâneos paulista de Ubatuba e Iguape, respectivamente).(...)

A idéia de patrimônio natural já figurava no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, visando a proteger valores paisagísticos, "como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana." (Fonseca, 1996). Nesse sentido, o patrimônio natural tinha seu equivalente no primeiro parque nacional brasileiro, o de Itatiaia, criado nesse mesmo ano. Já em 1934, o Código Florestal definia parques nacionais como *monumentos naturais* destina-

A conservação do patrimônio natural e a do cultural não podem mais ser consideradas dois processos separados e opostos. O desafio maior é ainda o de conservar processos e produtos sócio-ambientais que são dinâmicos e históricos. As culturas tradicionais não são peças de museus como sugerem alguns folcloristas, mas encontram-se profundamente inseridas em formas de vida que subsistem, ainda que ameaçadas, em muitas regiões brasileiras, sobretudo em ecossistemas tidos até agora como marginais, como florestas, mangues e estuários.

Antônio Carlos Diegues. *Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural.*

1. Elabore um resumo do Texto 1, com extensão de 200 a 250 palavras (valor: 40 pontos).

2. Desenvolva o tema que se segue, em dissertação de 450 a 600 palavras (valor: 60 pontos).

Meio ambiente e patrimônio natural: os propósitos da preservação na construção do patrimônio nacional.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Prova de Noções de Direito

Em 6 de junho de 1998

Examinadores:
Paulo Gustavo Gonet Branco
Márcio Pereira Pinto Garcia

Valor de cada questão: 20 pontos
Extensão das respostas: até 40 linhas por questão

1. Suponha que tenha sido celebrado um tratado entre o Brasil e a Tartária, pelo qual os diplomados em Psicologia, em qualquer desses Estados, poderiam desempenhar, livremente, a profissão no outro país. Sigmund, nacional da Tartária e ali formado, logo em seguida à entrada em vigor do tratado, veio para o Brasil e aqui se estabeleceu como psicólogo de renome. Dez anos depois, sem que o tratado houvesse sido denunciado, entrou em vigor, no Brasil, lei exigindo de todo psicólogo com diploma emitido no exterior a revalidação do documento em alguma universidade brasileira como condição para o exercício da profissão. Sigmund não providenciou a revalidação e foi comunicado, oficialmente, que não mais estava habilitado a trabalhar como psicólogo no Brasil. Inconformado, buscou apoio em sua embaixada, que entrou em contato com você para indagar-lhe sobre a situação do nacional da Tártária, prevista e protegida pelo tratado ainda em vigor, em face da nova lei brasileira. Indagou, ainda, se não haveria direito adquirido ao exercício da profissão.

Responda fundamentadamente.

2. Comemora-se, em 1998, o cinqüentenário da aprovação, pela Assembléia Geral das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos do Homem, sob a forma de resolução, sem nenhum voto contrário. Dessa Declaração diz-se que adquiriu "grande autoridade moral e política e que o seu impacto na teoria prática do direito tanto internacional como nacional tem sido profundo" (John Humphrey). A Declaração tem sido invocada por inúmeros governos para justificar posições adotadas no

âmbito internacional. Tem servido, também, de fundamento para decisões proferidas por tribunais nacionais. Tem sido, ainda, incorporada, total ou parcialmente, às constituições de diversos Estados. Além disso, não se registra manifestação oficial de Estado algum, recusando qualquer de seus enunciados.

Analise, a partir do conhecimento das fontes do direito internacional, se a Declaração é juridicamente vinculante para os Estados ou se possui mera força de recomendação.

3. Imagine que um Estado-membro no Brasil, invocando o poder de se auto-organizar, típico de entidades componentes de uma Federação, resolva adotar, para si, o sistema parlamentarista de governo. Analise se essa é uma decisão juridicamente válida.

4. José foi enviado, na qualidade de representante do Mercosul, à Translândia para negociar um acordo de cooperação comercial. O governo do mencionado país agendou encontro oficial, mesmo sabendo que a situação política interna, bastante instável, não recomendava a visita. Ao chegar à Translândia, José foi agredido por um grupo extremista de oposição ao governo local. Considerando que a Translândia não é membro do Mercosul e que José estava em missão oficial ao território do referido país, indaga-se: tem o Mercosul legitimidade para reclamar judicialmente da Translândia reparação por dano causado à organização internacional?

5. Imagine que um partido político, com diminuta representação na Câmara dos Deputados, argua, perante o Supremo Tribunal Federal, em ação direta de inconstitucionalidade, a invalidez de um tratado celebrado pelo Brasil, já ratificado e em vigor. À vista das características básicas da ação direta de inconstitucionalidade e da natureza normativa do tratado internacional, responda, justificando, se o Supremo Tribunal Federal tem competência para conhecer da ação.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Prova de Noções de Economia

Em 13 de junho de 1998

Examinadores:
Maria da Conceição Sampaio de Souza
Mirta Sataka Bugarin

Valor de cada questão: 20 pontos.
Extensão das respostas: de 30 a 40 linhas por questão.

1. No Brasil, um aspecto importante do debate macroeconômico atual diz respeito ao custo, em termos de emprego, da política antiinflacionária do Real. Examine os fundamentos analíticos desse debate, explicando as relações existentes entre a inflação e o desemprego e relacionando-as com a eficácia das políticas monetárias para conter a inflação.

2. "O déficit comercial brasileiro precisa ser reduzido; porém, impor restrições ao comércio, tais como quotas e tarifas, é uma forma ineficaz de tratar o problema. Melhor seria subsidiar as exportações brasileiras porque isso aumentaria a competitividade de nossos produtos e, portanto, atenuaria o desequilíbrio comercial." Discuta essa assertiva à luz dos elementos da teoria econômica.

3. Recentemente, a indústria têxtil brasileira tem pressionado o governo para restringir a importação de artigos de vestuário. Descreva alguns argumentos que o setor poderia utilizar para justificar essas demandas protecionistas e explique de que forma o governo justificaria uma eventual recusa em ceder a essas pressões.

4. O crescimento econômico pode ser descrito como um deslocamento, para a direita, da curva de possibilidades de produção. Suponha que a decisão sobre o que produzir - a escolha de um ponto sobre essa curva - seja realizada por uma agência central do governo. Argumenta-se que, nesse caso, um dos fatores que obstruem o crescimento econômico se relaciona com a difusão das inovações tecnológicas. Explique por que, nesse tipo de sistema, essa difusão é dificultada e de que forma, nas economias de mercado, as inovações tecnológicas são mais facilmente disseminadas.

5. De acordo com alguns economistas, tanto a expansão econômica dos anos 50 como a desaceleração dos anos 60 podem ser entendidas pela natureza endógena da determinação do ciclo econômico. Descreva os setores que determinaram essa natureza endógena e a forma como eles interagiram na determinação da dinâmica desses períodos.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Prova de Geografia

Em 30 de maio de 1998

Examinadores:
Antonio Carlos Robert Moraes
André Roberto Martin

Responda às questões abaixo (extensão máxima: duas páginas por questão)

1. A soja aparece como um dos principais produtos agrícolas na pauta das exportações brasileiras nas últimas décadas. Analise a trajetória de difusão, pelo território brasileiro, das plantações desse produto e os sistemas de produção predominantes em cada área produtora, e indique seus portos de escoamento para o exterior.

2. A existência de frentes pioneiras tem sido uma constante no decorrer da história brasileira. Os fundos territoriais sob soberania do país são, porém, finitos. Comente essa relação, tentando fornecer prognósticos e delinear cenários sobre a matéria nas próximas décadas.

3. Analise os mecanismos dos processos de circulação que explicam por que a crise na economia dos chamados "tigres asiáticos" tem repercussões internacionais, apontando seus principais possíveis desdobramentos na economia brasileira.

4. Setores da imprensa norte-americana consideraram que o périplo africano recentemente concluído pelo Presidente Bill Clinton teria "recolocado a África no mapa do mundo". Fosse você convidado a identificar os possíveis interesses econômicos e geopolíticos envolvidos na iniciativa dos Estados Unidos, quais apontaria?

5. A percepção internacional acerca da "questão ambiental" foi-se fortalecendo ao longo das últimas décadas, num percurso em que se vêm registrando significativas mudanças de concepção quanto ao equacionamento do tema. Tais mudanças ficam

bem mais evidentes nos documentos gerados por comissões e conferências internacionais. Aponte os principais documentos elaborados sobre a matéria a partir da década de 1970 e comente as modificações observadas nos seus enfoques sobre a "questão ambiental".

Valor de cada questão: 20 pontos

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 23 de maio de 1998

Prova de História

Examinadores:
Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães
Maria Eurydice de Barros Ribeiro

1) "*A obra da Revolução irá para a História como a era da reconstrução moral e material do Brasil*". (Discurso proferido por Oswaldo Aranha ao transmitir o cargo de Ministro da Justiça a Maurício Cardoso, em 21/12/31. *In*: *A Revolução de 30. Textos e documentos.* Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982, p. 45).

Comente a afirmação de Oswaldo Aranha sobre a Revolução de 1930, considerando especialmente o projeto dos revolucionários de "reconstrução do Brasil".

2) A partir dos anos 50 e até as décadas 60/70, a intelectualidade brasileira está envolvida em intenso debate acerca do tema da "cultura nacional", seus impasses e possíveis saídas. Desenvolva sua resposta, assinalando pelo menos dois movimentos significativos em que este debate toma corpo, contextualizando-o e apresentando suas principais linhas de orientação.

3) Com base no parágrafo abaixo, caracterize a política externa do Império brasileiro no Prata, identificando o contexto em que se desenvolveu.

"*Em agosto de 1851, de ordem do seu governo e a fim de 'estreitar e fortificar quanto possível' a aliança da República com o Império, insistia Lamas, oficialmente, na necessidade da celebração de ajustes que colocassem 'as relações dos dois países sobre bases claras, bem definidas e de recíprocas vantagens'*". (J. A. Soares de Souza. *In*: Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. 5. 1969. 0. 130).

4) Comente, justificando, a seguinte assertiva:

"Qualquer que seja o aspecto da vida social que avaliamos, 1830 determina um ponto crítico: de todas as datas entre 1789 e 1848, o ano de 1830 é o mais obviamente notável." Eric Hobsbawn. *A Era das Revoluções*. 1981. P. 29).

5) *"Fizemos a Itália; agora precisamos fazer os italianos."* (Massimo d'Azeglio. *1792-1866*. *apud*. Eric Hobsbawn. *A Era do Capital. 1848-1875*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 108).

"Uma Nação é uma alma, um princípio espiritual... A Nação, como o indivíduo, é o resultado de um longo passado de esforços, de sacrifícios e de devotamento. O culto dos ancestrais é dentre outros o mais legítimo; os ancestrais nos fizeram ser o que somos." (Ernest Renan. *Qu'est-ce qu'une nation*?, conferência pronunciada na Sorbonne, em 11/03/1882. *In* Ernest Renan. *Qu'est-ce qu'une nation*? Presses Pocket, 1992).

As duas passagens têm como tema as vicissitudes da constituição das Nações no século XIX. Comente as passagens, relacionando-as com o importante processo de constituição de uma "Europa das Nações", a partir da Revolução Francesa.

A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas.

Cada questão vale 20 pontos.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 22 de março de 1998

Prova de Inglês

Examinadores:
Marcel Fortuna Biato
Edite do Céu Faial Jacques
Mark David Ridd

1. Discuss the following statement inthe context of economic integration and globalization.

"The cultural revolution of the later twentieth century can best be understood as the triumph of the individual over society, or rather, the breaking of the threads which in the past had woven human beings into social textures." (Eric Hobsbawm, *Age of Extremes*)

2. Translate the following texts into English:

2.1. Um passo de conseqüências incalculáveis foi dado quando o homem, na tarefa de fixar e de transmitir o pensamento, percebeu que lhe era possível substituir a imagem visual pela sonora, colocar o som onde até então tinha obstinadamente colocado a figura. Dessa forma, o sinal se libertaria completamente do objeto e a linguagem readquiriria a sua verdadeira natureza, que é oral. "Decompondo" o som das palavras, o homem percebeu que ele se reduzia a unidades justapostas, mais ou menos independentes umas das outras (enquanto som) e nitidamente diferenciáveis. Daí surgiram os dois tipos de escrita que marcam essa grande revolução decisiva: a *escrita silábica*, na qual o sistema se funda em "grupos de sons", representados por um sinal, e a *escrita alfabética*, em que cada sinal corresponde a uma letra. A segunda representa, por conseqüência, um progresso com relação à primeira, porque atinge o limite da análise que ela tinha iniciado. Assim, pois, pode-se dizer que a escrita alfabética representa, com relação à silábica, uma complexidade maior de ordem ideológica, mas uma inestimável

2.2. Para cada mil publicações referentes aos problemas da guerra, pode-se contar com um trabalho acerca da fome. No entanto, os estragos produzidos por esta última calamidade são maiores do que os das guerras e das epidemias juntas. E há mais, a favor deste triste primado da fome sobre as outras calamidades, o fato universalmente comprovado de que ela constitui a causa mais constante e efetiva das guerras e a fase preparatória do terreno, quase que obrigatória, para a eclosão das grandes epidemias.

Quais são os fatores ocultos desta verdadeira conspiração de silêncio em torno da fome? Será por simples obra do acaso que o tema não tem atraído devidamente o interesse dos espíritos especulativos e criadores dos nossos tempos? Não cremos. O fenômeno é tão marcante e se apresenta com tal regularidade que, longe de traduzir obra do acaso, parece condicionado às mesmas leis gerais que regulam as outras manifestações sociais de nossa cultura. Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido, ou pelo menos pouco aconselhável de ser abordado publicamente.

(Josué de Castro, *Geografia da Fome*)

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 06 de março de 1999

Teste de Pré-Seleção

O Teste de Pré-Seleção (TPS) contém 50 questões, e cada uma vale 2 pontos.

Para responder às questões, você dispõe de dois formulários: a Folha de Rascunho e a Folha de Respostas.

Use, primeiro, a Folha de Rascunho, que você poderá corrigir, rasurar e, terminado o TPS, levar consigo, desde que não contenha cópia, ainda que parcial, das perguntas do TPS.

A Folha de Respostas, por outro lado, deve ser preenchida e manuseada com extrema cautela, pois trata-se do documento que você entregará aos representantes do Instituto Rio Branco.

Leia as questões com atenção.

Você dispõe de 4 (quatro) horas para completar o TPS.

Boa sorte!

O Caderno de Questões não poderá sair da sala de prova.

Assinale a única resposta certa a cada uma das seguintes questões:

(1, 2 e 3) Conhecidos os resultados das eleições em 4 de outubro de 1998, e desconsiderando eventuais mudanças posteriores de partido pelos parlamentares então eleitos, indique qual afirmação, entre as que se seguem em cada um dos conjuntos abaixo, não pode ser considerada como verdadeira:

1. Em relação à Câmara dos Deputados,

(a) a chamada taxa de renovação dos deputados, isto é, a taxa de candidatos eleitos sem estarem no exercício de mandato legislativo federal, foi a menor da década.
(b) o PSDB e o PTB aumentaram suas respectivas bancadas.
(c) o PFL e o PMDB reduziram suas respectivas bancadas.
(d) o PFL continua sendo o partido majoritário.
(e) o PT não conseguiu aumentar sua bancada.

2. Ainda em relação à Câmara dos Deputados, obteve o maior número de votos em seu Estado:

(a) o Deputado Miro Teixeira (PDT-RJ).
(b) o Deputado Paulo Magalhães (PFL-BA).
(c) a Deputada Martha Suplicy (PT-SP).
(d) o Deputado Marcelo Déda (PT-SE).
(e) o Deputado Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

3. Em relação ao Senado Federal,

(a) o PFL, o PPB e o PTB reduziram suas respectivas bancadas.
(b) o PSDB e o PMDB aumentaram suas respectivas bancadas.
(c) o PMDB passou a ser o partido majoritário.
(d) entre os partidos de oposição, somente o PDT reduziu sua bancada.
(e) os partidos aliados ao governo não detêm mais a maioria.

4. No primeiro turno das eleições de 4 de outubro último, o(a) candidato(a) a governador(a) que obteve o maior percentual de votos foi:

(a) Jorge Viana (PT), no Acre.
(b) José Maranhão (PMDB), na Paraíba.
(c) Cesar Borges (PFL), na Bahia.
(d) Roseana Sarney (PFL), no Maranhão.
(e) Tasso Jereissati (PSDB), no Ceará.

5. Em jantar oferecido em homenagem a ilustre visitante, um Embaixador estrangeiro, residente em Brasília, comenta ter-se impressionado com a alta qualidade da produção de dois programas especiais que a Rede Globo de Televisão levou ao ar recentemente, *O Auto da Compadecida* e *Chiquinha Gonzaga*. Animada a conversa, vira-se o Embaixador para você e pergunta --- Quem é mesmo o autor d'*O Auto da Compadecida*?---, ao que você só poderá responder:

(a) Ariano Suassuna.
(b) João Ubaldo Ribeiro.
(c) José Cândido de Carvalho.
(d) Mario Palmério.
(e) Manoel Antônio Gonzaga.

6. Qual das alternativas abaixo não contém incorreções ortográficas?
(a) obsessão, tiróide, tijela.
(b) obsessão, tireóide, tijela.
(c) obseção, tiróide, tigela.
(d) obsessão, tireóide, tigela.
(e) obseção, tireóide, tijela.

7. Está para ,assim como está para:

a) b) c) d) e)

8. Em 30 de dezembro último, celebrou-se o centenário de nascimento do pesquisador Luís da Câmara Cascudo, autor de mais de cem livros, entre os quais *A História de Nossos Gestos*. Renderam-lhe o justo reconhecimento pela qualidade e relevância de suas pesquisas na área de:
(a) Circo.
(b) Mímica.
(c) Folclore.
(d) Filosofia.
(e) Teatro.

9. No último Festival de Cinema de Brasília, *Amor e Cia* recebeu os prêmios de melhor filme e melhor atriz (Patricia Pilar). A obra original, intitulada *Alves e Cia.*, que inspirou o filme, é de:
(a) Eça de Queiroz.
(b) Machado de Assis.
(c) Rachel de Queiroz.
(d) José de Alencar.
(e) José Sarney.

10. A Pinacoteca do Estado de São Paulo inaugurou, em setembro último, grande retrospectiva dos trabalhos de Francisco Brennand, consagrado em que campo das artes e filho orgulhoso de que Estado da Federação?
(a) Escultura/Pernambuco.
(b) Tapeçaria/Minas Gerais.
(c) Pintura/Rio Grande do Sul.
(d) Fotografia/Pará.
(e) Gravura/Mato Grosso.

(11, 12 e 13) Leia o texto seguinte e responda às perguntas formuladas:

For all the triumphs of war and peace, the British Empire as it stood in 1763 had many weaknesses. Its various parts were so different from one another that it was impossible to envisage them in terms of one single design. It was an empire held together by sea power, but that alone was not enough to control it, let alone to govern it. Nor was trading supremacy guaranteed. Asa Briggs, *A Social History of England*

11. Com base no texto acima, pode-se concluir que:
   (a) *Britain's sea power ensured its trading supremacy.*
   (b) *the Empire was weak owing to the wars.*
   (c) *Britain's naval power was sufficient to control the Empire.*
   (d) *Britain's Navy was the cohesive force sustaining the Empire.*
   (e) *the British Empire could not be governed alone.*

12. Na primeira frase, a expressão *For all* significa:
   (a) *to the benefit of.*
   (b) *because of.*
   (c) *including.*
   (d) *subsequent to.*
   (e) *despite.*

13. Na perífrase *the British Empire as it stood in 1763*, a expressão *as it stood* significa:
   (a) *the way it was.*
   (b) *so long as it resisted.*
   (c) *while it resisted.*
   (d) *at the time it was established.*
   (e) *when it rose.*

14. "--- *Juro! Deixe ver os olhos, Capitu.*
Tinha-me lembrado a definição que José Dias dera deles, 'olhos de cigana oblíqua e dissimulada'. Eu não sabia o que era oblíqua, mas dissimulada sabia, e queria ver se se podiam chamar assim."

   O namoro de Bentinho e Capitu é tema de que romance brasileiro?
   (a) *Mar Morto.*
   (b) *O Cortiço.*
   (c) *Dom Casmurro.*
   (d) *A Moreninha.*
   (e) *Menino de Engenho.*

15. Que fato histórico, ocorrido na Europa na década dos 30, ficou conhecido como *Anschluss*?
   (a) a remilitarização da Renânia.
   (b) a anexação da Áustria pela Alemanha.
   (c) a denúncia do Tratado de Versalhes pela Alemanha.
   (d) a ocupação da região dos Sudetos pela Alemanha.
   (e) a primeira prova de perseguição dos judeus na Alemanha nazista.

16. Dividido entre duas etnias e com a parte norte de seu território tendo declarado secessão, não reconhecida pela comunidade internacional, o país é palco de uma das mais antigas operações de paz da ONU. Trata-se de:

(a) Angola.
(b) Chipre.
(c) Coréia.
(d) Líbano.
(e) Somália.

[illegible]ademia Sueca resolveu reconhecer um escritor de língua portuguesa, concedendo a José [illegible]rêmio Nobel de Literatura de 1998. Qual da seguintes obras não é de Saramago?

[illegible]*o Convento*.
(b) [illegible] *Cerco de Lisboa*.
(c) *A* [illegible] *e as Serras*.
(d) *O Evangelho segundo Jesus Cristo*.
(e) *Ensaio sobre a Cegueira*.

18. Pouco depois de ter confirmada a vitória de seu partido nas eleições de setembro último, o Chanceler Gerhard Schröder escolheu como Ministro das Relações Exteriores o Deputado Josef Martin (*Joschka*) Fischer. A que agremiação política pertence o Ministro?

(a) Partido Social Democrata.
(b) Partido do Socialismo Democrático.
(c) União Democrata Cristã.
(d) Partido Verde.
(e) Partido Liberal Democrata.

19. *flor da boca da pele do céu*
pele do céu da flor da boca
céu da flor da boca da pele
boca da pele do céu da flor

(Augusto de Campos)

Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Décio Pignatari destacaram-se como expoentes de que movimento poético brasileiro?

(a) romantismo.
(b) naturalismo.
(c) concretismo.
(d) parnasianismo.
(e) simbolismo.

20. Qual das seguintes afirmações é correta?

(a) A pena de morte é totalmente proibida pela Constituição brasileira, sem exceções.
(b) A pena de morte é proibida pela Constituição brasileira, salvo em caso de guerra declarada.
(c) A pena de morte é autorizada pela Constituição brasileira nos casos de crime hediondo.
(d) A pena de morte é autorizada pela Constituição brasileira nos casos de reincidência em crimes hediondos.
(e) A Constituição brasileira não inclui dispositivo relativo à pena de morte.

(21 e 22) Leia o texto seguinte e responda às perguntas formuladas:

The initial international response to Central America's tragedy has been generous. The Clinton administration has pledged US$80 million and sent troops to help clean up the horrible damage caused by the hurricane Mitch.

But as the long-term impact of this catastrophe becomes clear, so does the inadequacy of the response to date. Honduras and Nicaragua in particular have suffered a once-in-a-century kind of blow.

Governments from Cuba to Sweden have promised help, but what is needed now is a coordinated international response. Private banks, multilateral lenders such as the World Bank and major investors must be involved along with governments.

The International Herald Tribune, 17/XI/98

21. Como o texto acima avalia a resposta internacional?
(a) *good.*
(b) *adequate but not generous.*
(c) *excellent.*
(d) *insufficient.*
(e) *US $80 million have been sent.*

22. No mesmo texto, a expressão *once-in-a-century* significa:
(a) *an event that happens every century.*
(b) *something that occurs regularly over a long period of time.*
(c) *an event that takes place during an entire century.*
(d) *something that occurs very often.*
(e) *an event that occurs very infrequently.*

23. A política externa do governo Juscelino Kubitschek tem como um de seus destaques:
(a) a doutrina do "pragmatismo responsável".
(b) a "Política Externa Independente".
(c) o lançamento da Operação Pan-americana.
(d) o lançamento da Aliança para o Progresso.
(e) a crítica sistemática ao "congelamento" do poder mundial.

24. *Ofendi-vos, meu Deus, é bem verdade,*
É verdade, Senhor, que hei delinqüido,
Delinqüido vos tenho, e ofendido,
Ofendido vos tem minha maldade.

(Gregório de Matos)

Se reescrevêssemos o último verso permutando a expressão *minha maldade* por *minhas maldades*, o resultado seria:
(a) Ofendidos vos têm minhas maldades.
(b) Ofendidos vos tem minhas maldades.
(c) Ofendido vos têm minhas maldades.
(d) Ofendidas vos têm minhas maldades.
(e) Ofendido vos tem minhas maldades.

25. Em 13 de dezembro de 1968, o governo militar baixou ato que, entre outras medidas, suspendeu a garantia de *habeas-corpus* e definiu as condições para que o Presidente da República pudesse decretar recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores. Trata-se de:

(a) Ato Adicional n° 2.
(b) Ato Complementar de 13/12/68.
(c) Ato Interpretativo n° 4.
(d) Ato Institucional n° 5.
(e) Ato Adicional n° 5.

26. O ano de 1998 marcou o centenário da guerra entre a Espanha e os Estados Unidos da América, por conta da qual a Espanha perdeu as seguintes colônias:

(a) Cuba, Uruguai e Porto Rico.
(b) Cuba, México e Venezuela.
(c) Filipinas, México e Bolívia.
(d) Filipinas, Cuba e Porto Rico.
(e) Porto Rico, México e Bolívia.

27. "*O homem não é mais que um caniço, o mais frágil da natureza; mas é um caniço pensante. Não é preciso que o universo inteiro se arme para esmagá-lo: uma névoa, uma gota d'água basta para matá-lo. (...) Toda a nossa dignidade consiste, pois, no pensamento. (...) Empenhemo-nos, então, em pensar bem: eis o princípio da moral.*"

Esses fragmentos são de autoria de um famoso pensador do século XVII (1623-1662). Prodigiosa união de matemático, físico e filósofo, com Pierre Fermat lançou a base da teoria moderna das probablidades. Religioso, ligado aos jansenistas de Port-Royal, deixou os célebres *Pensées* (1670), obra clássica da filosofia. Trata-se de:

(a) René Descartes.
(b) Soren Kierkegaard.
(c) Henri Bergson.
(d) Antoine Arnauld.
(e) Blaise Pascal.

28. Qual das seguintes opções não representou fator de aproximação entre o Brasil e a Argentina nos anos oitenta?

(a) Ata de Iguaçu.
(b) processos nacionais de redemocratização.
(c) Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento.
(d) Pacto ABC.
(e) reafirmação do reconhecimento brasileiro dos direitos argentinos sobre as Malvinas.

29. Qual dos conjuntos abaixo reúne as grafias corretas em português?

(a) beneficente, extensão, companhia.
(b) beneficente, estensão, companhia.
(c) beneficiente, estensão, companhia.
(d) beneficiente, extensão, compania.
(e) beneficente, extensão, compania.

30. Não é necessário saber de cor textos completos de autores/pensadores famosos para reconhecer-lhes a autoria. Exemplo disso é o trecho que se segue:

"... perguntando sempre aos outros o que somos e não ousando jamais interrogarmo-nos a nós mesmos sobre esse assunto, em meio a tanta filosofia, humanidade, polidez e máximas sublimes, só temos um exterior enganador e frívolo, honra sem virtude, razão sem sabedoria e prazer sem felicidade. Basta-me ter provado não ser esse em absoluto o estado original do homem e que unicamente o espírito da sociedade e a desigualdade, que ela engendra, é que mudam e alteram, desse modo, todas as nossas inclinações naturais."

A leitura do texto permite afirmar que seu autor é:
(a) Voltaire.
(b) Hume.
(c) Bossuet.
(d) Platão.
(e) Rousseau.

31. Celebra-se este ano o centenário de nascimento de um escritor de língua espanhola que, apesar de ter legado ampla obra, para muitos considerada como extraordinária, nunca recebeu o Prêmio Nobel de Literatura. Trata-se de:
(a) Camilo José Cela.
(b) Jorge Luís Borges.
(c) Octavio Paz.
(d) Pablo Neruda.
(e) Gabriel García Márquez.

32. Quem é o "Estadista do Império" a que se refere o título da obra célebre de Joaquim Nabuco?
(a) Padre Feijó.
(b) José Thomaz Nabuco de Castro.
(c) Barão do Rio Branco.
(d) Bernardo Pereira de Vasconcellos.
(e) Dom Pedro II.

33. Você está servindo no Setor Econômico de uma Embaixada brasileira. Durante almoço oferecido pelo Embaixador, uma alta autoridade local confidencia-lhe que, "entre a mão de Smith e o juízo de Prebisch", seu governo se estaria inclinando cada vez mais pelo segundo. Qual das reflexões abaixo você deveria incluir em seu relatório ao Embaixador sobre a conversa, para efeitos de comunicação à Chancelaria brasileira?

(a) A avaliação de que o governo local estaria preparando um acordo com o Fundo Monetário Internacional como forma de assegurar maior estabilidade aos fluxos de investimento externo.

(b) A consideração de que seriam crescentes dentro do governo local as forças em favor da adoção de políticas de desenvolvimento que favorecessem a intervenção do Estado na economia.

(c) A sugestão de que o Brasil estivesse pronto a considerar um pedido de negociações de um acordo de livre comércio com aquele país.

(d) A advertência de que o governo local estaria adotando uma linha cada vez mais aberta à chamada globalização dos mercados financeiros.

(e) A impressão de que o governo local estaria contemplando afastar-se da esfera de influência do governo de Washington em favor do de Bonn.

(34 e 35) Leia o texto seguinte e responda às perguntas formuladas:

"Under a government which bolted on a women's minister as an afterthought, women in Britain are doing all right. The new women's minister, Baroness Jay, has every reason to be proud of her government's record: the new child-care strategy, the push to a "family-friendly" work package, social security, reforms that include a big increase in child benefit, and a sharing of pensions on divorce. Like most other European states, Britain has seen women making major advances in the professions – equal numbers entering law and medicine and even more females taking business studies than men." *The Guardian Weekly*, 15/XI/98, pg.12.

34. Com base no texto acima, a única afirmação correta é:
(a) *There are more women than men doing law in Great Britain.*
(b) *In all European countries women have equal rigths.*
(c) *The women's minister was one of the first ministers to be appointed.*
(d) *There are more men doing business studies than women in Great Britain.*
(e) *Baroness Jay is doing a good job.*

35. No mesmo texto,
(a) *Under* significa *below*.
(b) *bolted* significa *moved slowly*.
(c) *push* significa *strong action*.
(d) *sharing* significa *refusing*.
(e) *major* significa *more*.

36. A crise iugoslava, que degeneraria em diferentes conflitos armados, teve início com a declaração de independência de que república, até então parte da República Federal Socialista da Iugoslávia?
(a) Eslovênia.
(b) Macedônia.
(c) Bósnia-Herzegovina.
(d) Kosovo.
(e) Zagreb.

(37, 38 e 39) Segundo os padrões da norma culta da Língua Portuguesa, apenas uma frase, em cada um dos quatro conjuntos a seguir, está gramaticalmente correta. Assinale-a em cada um.

37. (a) Só faltava cinco minutos para ela chegar.
(b) Faltam conseguir verbas para a realização do projeto.
(c) Poucos dias falta para termos a confirmação de nossa aprovação no concurso.
(d) Ainda faltam verificarmos todos os dados.
(e) Falta ainda trabalhar três meses antes das férias.

38. (a) Os jovens, de excessiva vaidade, e orgulho, têm muitas vezes, desejo e ação inadequados.
(b) Os jovens de excessiva vaidade e orgulho têm muitas vezes, desejo e ação inadequados.
(c) Os jovens de excessiva vaidade e orgulho têem muitas vezes desejo e ação inadequadas.
(d) Os jovens de excessiva vaidade e orgulho têm, muitas vezes, desejo e ação inadequados.
(e) Os jovens de excessiva vaidade e orgulho, têm muitas vezes, desejo e ação inadequada.

39. (a) Os médicos permitiram-lhe sair mais cedo do que o previsto do hospital.
(b) Os médicos permitiram-no sair mais cedo do que o previsto do hospital.
(c) Os médicos permitiram-no a sair mais cedo, do que o previsto do hospital.
(d) Os médicos permitiram-lhe a sair mais cedo do que o previsto, do hospital.
(e) Os médicos permitiram-no de sair mais cedo, do que o previsto do hospital.

40. De quem são esses versos, dos mais belos do cancioneiro popular brasileiro?

"... Queixo-me às rosas, mas que bobagem,
as rosas não falam
simplesmente as rosas exalam
o perfume què roubam de ti ... "

(a) Lupicínio Rodrigues.
(b) Cartola.
(c) Herivelto Martins.
(d) Antonio Carlos Jobim.
(e) Chico Buarque de Holanda.

41. *"Este leito que aí está assim revolto, desfeito,*
Onde humilde beijei teus pés, as mãos, o busto.
Na ausência do teu corpo a que ele está afeito,
Mudou-se, para mim, em leito de Procusto."
(Emílio de Menezes)

Sobre *leito de Procusto*, está correta apenas uma das afirmações que se seguem:
(a) trata-se da alusão a um personagem mitológico responsável pelo sono eterno.
(b) é uma expressão de caráter indecoroso, já que Procusto foi um rei devasso.
(c) é uma expressão ofensiva, pois Procusto é um personagem lendário que costumava submeter suas vítimas à humilhação de se deitarem à força em um leito infame.
(d) remete ao martírio a que o lendário Procusto submetia suas vítimas, cortando-lhes ou esticando-lhes as pernas para fazê-las caber no leito.
(e) é uma expressão que lembra o tratamento que o lendário Procusto reservava a suas amantes.

42. Qual dos conjuntos abaixo reúne as grafias corretas em português?
(a) reivindicação, pretensioso, paralisar.
(b) reividicação, pretensioso, paralisar.
(c) reinvidicação, pretensioso, paralizar.
(d) reivindicação, pretencioso, paralizar.
(e) reivindicação, pretensioso, paralizar.

43. Entre os resultados principais da Guerra do Pacífico (1879-83), pode-se incluir:
(a) a secessão do Panamá.
(b) a não-demarcação da Cordilheira do Condor, na fronteira entre o Equador e o Peru.
(c) o agravamento da questão do Canal de Beagle entre a Argentina e o Chile.
(d) a anexação das cidades de Tacna e Arica pelo Peru.
(e) a mediterraneidade da Bolívia.

44. A que episódio marcante da história da França está ligada a famosa carta aberta, publicada por Emile Zola, no jornal *L'Aurore*, sob o título *J'Accuse...!* ("Eu acuso...!")?

(a) A destruição da Comuna de Paris.
(b) A derrota francesa na guerra franco-prussiana.
(c) O caso Dreyfus.
(d) O escândalo envolvendo a construção da Torre Eiffel.
(e) O início da colonização da Argélia.

45. O processo de paz entre o Equador e Peru, concluído em Brasília, em outubro de 1998, contou com a participação ativa dos quatro países designados como garantes pelo Protocolo de Paz, Amizade e Limites do Rio de Janeiro, de 1942. Que países são esses?

(a) Argentina, Brasil, EUA e México.
(b) Argentina, Brasil, Uruguai e EUA.
(c) Brasil, Chile, Colômbia e EUA.
(d) Argentina, Brasil, Chile e EUA.
(e) Argentina, Brasil, Colômbia e Uruguai.

46. O que significa a expressão latina *delenda Carthago*, usada por Catão?

(a) Cartago deve ser destruída.
(b) Cartago deve ser preservada.
(c) Ainda vive a lenda de Cartago.
(d) Lembrem-se de Cartago.
(e) Cartago não se rende.

47. Segundo o Senador Arthur da Távola, *Chão de Estrelas*, *Carinhoso*, *Luar do Sertão* e *Aquarela do Brasil* podem ser considerados como hinos da MPB. Qual dos compositores abaixo, importante embora, não foi autor de nenhuma das quatro músicas citadas?

(a) Vinicius de Moraes.
(b) Orestes Barbosa.
(c) Pixinguinha.
(d) Catulo da Paixão Cearense.
(e) Ary Barroso.

48. Em cerimônia realizada no Palácio do Planalto, em 1° de janeiro último, o Presidente Fernando Henrique Cardoso deu posse aos Ministros e Secretários da sua nova equipe de governo. A esse respeito, qual informação abaixo está incorreta?

(a) Luiz Felipe Lampreia: Relações Exteriores.
(b) Ovídio de Ângelis: Políticas Regionais.
(c) Francisco Dornelles: Indústria, Comércio e Turismo.
(d) Luiz Carlos Bresser Pereira: Ciência e Tecnologia.
(e) Rodolfo Tourinho: Minas e Energia.

49. Uma das características centrais da ordem internacional em gestação é a formação de agrupamentos econômicos regionais que têm por objetivo, ou já implementaram, a liberalização (desgravação tarifária) dos fluxos de comércio intra-zona. Selecione, a seguir, a única alternativa que lista agrupamentos que se enquadrem na descrição acima:

(a) Mercosul, OMC, UE.
(b) UE, APEC, UNCTAD.
(c) NAFTA, APEC, OMC.
(d) Mercosul, APEC, OCDE.
(e) Mercosul, UE, NAFTA.

50. "O Estado que nasce (...) e se configura ao longo da década deixa de representar diretamente os interesses de qualquer setor da sociedade. A burguesia do café está deslocada do poder, em conseqüência da crise econômica, as classes médias não têm condições para assumir o controle; os "tenentes" fracassam como movimento político autônomo; os grupos desvinculados do setor cafeeiro, especialmente o industrial, não se encontram em condições de ajustar o poder à medida de seus interesses, seja porque tais interesses coincidem freqüentemente com os daquele setor, seja porque o café, apesar da crise, continua a ser um dos centros básicos da economia. 'O Estado encontrará condições de abrir-se a todos os tipos de pressões sem se subordinar exclusivamente aos objetivos imediatos de qualquer delas (...)' ".

O trecho acima descreve o contexto que se seguiu a que evento histórico brasileiro?

(a) Proclamação da República.
(b) Revolução de 1930.
(c) Suicídio de Getúlio Vargas.
(d) Renúncia de Jânio Quadros.
(e) Redemocratização sob a Nova República.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 20 de março de 1999

Prova de Português

Examinadores:
Julio Glinternick Bitelli
Denise de Aragão Costa Martins
Gisele Andrade de Souza

Leia os textos que se seguem.

Texto 1

A ditadura do PC

Os americanos absolvem Clinton nas pesquisas mas deixam-se asfixiar pelos códigos do politicamente correto

O escritor Norman Mailer e outros intelectuais revolucionários, tanto na arte quanto na política, em seu tempo diagnosticaram que a paranóia sexual nos Estados Unidos é apenas uma variante de um outro retrocesso: o movimento politicamente correto. "Ambos começaram como movimentos em favor da decência da sociedade e protetores dos mais fracos. Ambos degeneraram em fascismo", diz Mailer. Uma pessoa politicamente correta, PC, não faz piadas racistas ou de conteúdo sexual e evita palavras que contenham insinuações culturais negativas. Há todo um dicionário de termos que são considerados corretos e devem ser rigidamente obedecidos pelos que não querem ser vistos como aberrações (*veja quadro*). Os negros americanos fizeram-se chamar de afro-americanos. Os índios, de nativos. E os gays preferem ser chamados de homossexuais – mas já foi o contrário, e é preciso ficar atento para não parecer politicamente incorreto.

Fosse apenas o pecado da palavra e estava tudo muito bem. O problema é que o PC, no afã de justiça cega que caracteriza o movimento, colocou nas universidades legiões de alunos despreparados e incapazes de aprender. Preteriram-se alunos brilhantes em favor de outros pouco dotados intelectualmente. Os escolhidos tinham como virtude acadêmica apenas o fato de ser negros, latinos, ou ser mulheres e estar grávidas. Também as empresas foram obrigadas a contratar levas de candidatos piores apenas porque eles se encaixavam no figurino politicamente correto. Nos últimos dois anos, tanto as universidades quanto as empresas conseguiram na Justiça retomar um pouco do poder de admitir alunos e funcionários não com base em cotas étnicas, mas na boa e velha competência. "Para isso, quem não sabe, uma dica: os PCs são tão fanáticos quanto a juventude hitlerista", lembra Camille Paglia. A origem filosófica do movimento pode ser encontrada, na verdade, em outra freguesia tão totalitária e dirigista quanto a de Hitler, a China de Mao Tsé-Tung. A idéia de carimbar um adversário político ou qualquer pessoa indesejável ao regime com o selo de politicamente incorreto foi um poderoso instrumento de dominação ideológica utilizado por Mao. A idéia foi apropriada pelos militantes das minorias étnicas dos Estados Unidos, em seguida caiu no gosto das feministas radicais e dos estudantes politizados. O escritor David Horowitz, autor de *Radical Son* (Filho Radical), livro lançado em abril nos Estados Unidos e que faz uma das melhores análises dos descaminhos da esquerda americana, levanta um ponto interessante. Horowitz espanta-se com o fato de que o politicamente correto, embora seja na raiz um movimento de es-

querda radical, se viabilizou no país com a ajuda de algumas das mais conservadoras instituições americanas, as grandes empresas e as fundações de apoio ao ensino e pesquisa.

Eurípedes Alcântara. *Veja*, 26 de agosto, 1998.

Novilíngua

Analfabeto – marginalizado em relação à cultura eurocêntrica
Animal selvagem – não humano que vagueia livremente
Antiaborto – pró-vida
Branco – pobre em melanina
Corrupto – eticamente diferente
Desastroso – sub-ótimo
Feio – cosmeticamente diferente
Fome – déficit nutricional
Gastador – poupador negativo
Gordo – generosamente modelado
Pobre – economicamente marginalizado
Politicamente correto – a própria expressão deixou de ser "politicamente correta". Melhor usar culturalmente sensível
Prisioneiro – cliente do sistema correcional
Saqueador – consumidor não tradicional
Viciado em drogas – privado de sobriedade

Fonte: *Dicionário do Politicamente Correto*, de Henry Beard e Christopher Cerf (ed. L&PM), (*apud Veja*)

Texto 2

Exclusão semântica

Quando o primeiro foguete espacial Ariane 5 explodiu no lançamento, a comunicação ao público foi a seguinte pérola, que porta-voz algum ... faria melhor: "O vôo do Ariane 5 não resultou na validação do novo vetor europeu". E de um coronel da Força Aérea americana temos a seguinte, a respeito dos aceleradores dos foguetes, mimosos objetos pesando 135 toneladas: "Eles exercem uma força explosiva no impacto sobre uma superfície que é suficiente para exceder o limiar aceito de sobrepressão dos danos fisiológicos ao pessoal exposto". Eu, mato-grossense simplório, imaginaria que, se caísse sobre a cabeça de alguém, causaria um belo galo...

Exemplos divertidos não faltam por aí, e muitos estudiosos sérios descobrem o humor involuntário desses convolutos exercícios de expressão. Mas o assunto da semântica vai muito além da brincadeira. Não sem motivo, um dos grandes lingüistas deste século, D. Bolinger, deu a um de seus livros este extraordinário título: "Linguagem, uma Arma Carregada", que foi naturalmente muito aperfeiçoada pelos totalitarismos e autoritarismos de todos os sexos imagináveis, desenvolvidos, subdesenvolvidos ou neutros. E ninguém se especializou mais na criação de slogans do que as esquerdas, de Lênin ao "Grande Pai" Stalin. As esquerdas brasileiras não ficaram atrás, a ponto de o presidente Castello Branco lhes reconhecer três capacidades especiais: de organizar manifestações de rua, desorganizar a economia e fabricar slogans.

E, para ninguém dizer que só se distinguiram aquelas grandes figuras de esquerda, a CNN acaba de informar que o presidente Clinton e os líderes da maioria republicana no Congresso americano, Trent Lott e Newt Gringrich, receberam do Conselho Nacional dos Professores de Inglês o "Prêmio Nacional da Dupla Fala" ("Doublespeak"), pela linguagem escorregadia e ambígua com que descreveram o acordo deste ano sobre o orçamento equilibrado (que se vai traduzir no aumento do endividamento federal).

Como se sabe, quem primeiro usou o termo "dupla fala", em conexão com os crimes de pensamento, foi George Orwell, o grande escritor inglês, cuja firme integridade o levou, primeiro, a lutar de armas na mão pela causa da esquerda nos campos de batalha da Guerra Civil Espanhola, e, depois, a denunciar as traições e intrigas das facções a serviço soviético. Isso lhe custou ser vítima de um dos mais canalhas "patrulhamentos" da intelectualidade socialista do tempo. (...)

Roberto Campos. **Folha de S. Paulo**, 29 de novembro de 1998.

Texto 3

Cegueira brasileira

O politicamente correto não ridiculariza os EUA, como se pensa comumente

É surpreendente a facilidade com que, no Brasil, especialmente nos meios jornalísticos e entre intelectuais, idéias preconcebidas, fantasiosas e supostamente críticas se generalizam e acabam, por absoluta falta de contestação, ganhando o *status* de realidade.

Um dos exemplos mais impressionantes do desconhecimento travestido de senso crítico é a imagem que se criou, entre nós, do que seja a sociedade norte-americana e, particularmente, do que significa, nos EUA, o politicamente correto. Supõe-se, em geral, que o país – tratado, freqüentemente, como um bloco indiferenciado – esteja inteiramente dominado por leis repressivas que cerceiam a liberdade individual, enrijecem as relações entre homens e mulheres, abalam a espontaneidade e destroem o senso de humor.

Do que exatamente estamos falando, quando nos referimos ao politicamente correto? Trata-se somente de uma série de normas que asfixiam o vocabulário, restringem as relações interpessoais e substituem a competência pelo sistema de cotas? Alguém acredita, de fato, que a sociedade norte-americana passou a se devotar, gratuitamente, ao exercício da autocontenção e à disseminação de um vocabulário repleto de ridículos eufemismos? Não é curioso, senão melancólico, o fato de repetirmos os mesmos velhos comentários, pretensamente argutos, sobre o politicamente correto, tantos anos depois de o debate ter-se iniciado e diversificado nos EUA?

Para evitar a hegemonia de uma visão unilateral, sugiro abordarmos o tema de forma um pouco menos provinciana: em primeiro lugar, não podemos esquecer que, a despeito de todos os seus efeitos perversos, a discussão em torno do politicamente correto diz respeito a problemas que, no Brasil, temos enorme dificuldade em enfrentar, como a discriminação racial, a violência doméstica, a violência de gênero, a homofobia e o etnocentrismo, por exemplo. Os abusos que têm ocorrido na América do Norte, perpetrados em nome dos direitos civis, vêm sendo, freqüentemente, confundidos, por nossa ignorância ilustrada, com a própria substância dos movimentos em torno desses direitos.

O fato de centenas de milhares de mulheres terem rompido o muro de silêncio da violência doméstica e das agressões sexuais e o fato de os afro-americanos terem tido acesso a posições que dificilmente alcançariam em outros tempos parece ter sido obscurecido por um dezena de histórias bizarras que, generalizadas, passaram a refletir a sociedade dos EUA em sua totalidade.

Quando penso em "os americanos", não vejo apenas os homens brancos, protestantes, com bandeiras nacionais tremulando na porta de casa, ou as feministas ensandecidas que a imprensa brasileira costuma destacar e generalizar (o que é lamentável, em se tratando de um cenário caracterizado exatamente pela multiplicidade de feminismos). A sociedade norte-americana é tudo menos homogênea e, tampouco, estática. Ao contrário, trata-se de uma so-

ciedade profundamente experimental, no que concerne ao comportamento e às normas que procuram regulá-lo. Falar em "os americanos", desconsiderando a diversidade cultural de um país com enorme população de afro-americanos, asiáticos e hispânicos, entre tantos outros, é um "ato falho" que reflete não só o desconhecimento das dinâmicas culturais, mas, sobretudo, a necessidade de construir um modelo reduzido e simplificado de classificação dos fenômenos sociais.

Camille Paglia e Norman Mailer, críticos radicais do politicamente correto, representam apenas uma faceta de um debate intenso e de uma mobilização permanente, que a mídia brasileira sempre esquece de noticiar, quando retrata, unilateralmente, a chamada "ditadura do politicamente correto". Os casos que continuam a ser noticiados no Brasil, anos depois de ocorridos, como o do menino processado por beijar a coleguinha na escola, são também na América do Norte considerados ridículos e extremados. Mas insiste-se, no Brasil, em reproduzi-los como se fossem ilustrações vivas da camisa-de-força em que vivem "os americanos".

Houve e ainda há exageros, radicalismos e absurdos, ninguém nega. Esquece-se, entretanto, de que os efeitos perversos e as ameaças às liberdades individuais – fontes legítimas de inquietação – aconteceram em decorrência de mudanças profundas que beneficiaram parcelas significativas da população, ampliando, como nunca, o universo da cidadania.

Nos EUA, o desafio já está posto há algum tempo e a sociedade discute intensamente os limites da regulação do comportamento e a redefinição das fronteiras entre o público e o privado. Enquanto ainda supomos que o país se deixa dominar por uma nova ortopedia social, "os americanos" já mobilizam poderosas reações, vivem confrontos, recuos, retrocessos e reafirmações e desenvolvem novos organismos destinados tanto a combater os excessos quanto a restaurar antigas prerrogativas.

Há, portanto, um processo dinâmico de debates permanentes que insistimos, no Brasil, em não enxergar. Confunde-se, aqui, a confortável inércia e a resistência à mudança, com a suposta espontaneidade de um modelo criativo de convívio entre dessemelhantes. Agarramo-nos infantilmente às falhas e aos excessos de uma experiência capaz, no limite, de ameaçar e desalojar velhos privilégios, para construir a imagem primitiva e cristalizada, de um país que estaria dominado pelo radicalismo conservador e falta de imaginação. Para quem acha graça em piadas racistas e precisa delas para alimentar seu senso de humor, uma sugestão: que tal se divertir com a enxurrada de piadas sobre o politicamente correto, popularizadas nos Estados Unidos e incorporadas, espertamente, ao poderoso mercado editorial?

Barbara Musimeci Soares. *Folha de S. Paulo*, 13 de dezembro de 1998.

Elabore um resumo do Texto 3.

- extensão: de 200 a 250 palavras
- valor: 40 pontos

Desenvolva o tema:

Semântica, comportamento e discriminação positiva: até onde ir no "politicamente correto"?

- extensão: de 450 a 600 palavras
- valor: 60 pontos

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 05 de junho de 1999

Prova de Noções de Direito

Examinadores:
Paulo Gustavo Gonet Branco
Marcio Pereira Pinto Gracia

Extensão máxima por questão: 20 linhas.

Valor de cada questão: 20 pontos.

1) O país Arcádia é um Estado Federal e é parte de certo tratado regional em vigor, que limita a emissão de gases poluentes. Arcádia, porém, nunca conseguiu cumprir os compromissos assumidos. Para justificar sua falta, argumenta que o tema da limitação dos poluentes, na sua ordem constitucional interna, é entregue à competência de seus Estados-membros e que a União, entidade competente para celebrar tratados internacionais, nada pode fazer, constitucionalmente, para que se implemente a política determinada no pacto. Com essa justificativa, Arcádia pretende eximir-se de toda responsabilidade internacional pelo descumprimento da convenção de que é parte. Avalie, juridicamente, a argumentação de Arcádia.

2) Remota obteve, recentemente, sua independência. Na hora atual, os representantes do povo remotiano estão empenhados na redação da Constituição. Uma alta autoridade local pede a você que prepare minuta de artigo da futura Carta Magna, em que se defina, entre outros, o relacionamento hierárquico do direito interno com o direito internacional. Redija sua proposta do dispositivo e justifique-a.

3) Em 1995, Tito, à época cidadão italiano, cometeu crime de roubo na Alemanha. Em 1996, veio para o Brasil e aqui chegou a receber a nacionalidade brasileira, em 1998. Em março último, o Brasil recebeu pedido de extradição de Tito, formulado pela Alemanha. Examine, do ponto de vista das limitações à extradição relacionadas com a nacionalidade do extraditado, se existe obstáculo intransponível para a concessão da extradição requerida.

4) Escreva sobre a importância, se houver, das resoluções da Assembléia Geral das Nações Unidas no processo de criação/evolução da norma costumeira no direito internacional

5) Considerando o disposto no art. 5°, § 2°, da Constituição Brasileira de 1988 ("Os direitos e garantias expressas nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte"), analise a possibilidade de se conceder estatura constitucional aos tratados internacionais sobre direitos humanos, ratificados e promulgados pelo país depois de 1988.

Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Prova de Noções de Economia

Em 12 de junho de 1999

Examinadores:
Maria da Conceição Sampaio de Souza
Mirta Sataka Bugarin

Valor de cada questão: 20 pontos.
Extensão das respostas: 30 linhas por questão.

Responda a 5 (cinco) das questões que se seguem, indicando claramente o número das questões selecionadas:

1. "As exportações, assim como os investimentos e os gastos públicos, contribuem para a expansão da renda por meio dos efeitos multiplicadores. Já as importações, a exemplo dos impostos e da poupança, subtraem recursos do circuito produtivo. Considerando que níveis de renda elevados são preferíveis a níveis mais baixos, segue-se, então, que as exportações devem ser maiores que as importações". Explique e discuta essa afirmação.

2. Explique porque os ganhos potenciais do comércio externo dependem dos custos relativos e não dos custos absolutos associados à produção de bens e serviços. Ilustre sua resposta discutindo a questão das vendas de calçados brasileiros para os consumidores americanos.

3. Até recentemente, no Brasil, as autoridades econômicas confrontavam-se com déficits importantes, tanto no setor externo (déficit do Balanço Comercial) como nas contas do setor público (déficit público). Utilizando a identidade fundamental de uma economia aberta, explique a relação existente entre esses déficits.

4. "A incorporação dos fenômenos monetários na análise macroeconômica reduz os efeitos expansionistas dos gastos públicos. Isto eqüivale a afirmar que a inclusão do mercado monetário torna as políticas fiscais menos efetivas." Comente e desenvolva essa proposição.

5. "Políticas públicas que objetivam melhorar a qualidade de vida da sociedade deveriam visar o aprimoramento do sistema educativo, ampliar o estoque de capital disponível na economia, expandir o acesso a tecnologias mais eficientes e consolidar as instituições do país. Neste contexto, o déficit público não é desejável, uma vez que ele reduz o montante da poupança nacional disponível para financiar a implementação de tais políticas." Comente.

6. "Uma firma, que maximiza lucros, fixa o seu nível de produção no ponto em que a receita marginal iguala o custo marginal e não, necessariamente, no ponto em que os seus custos médios de produção são os mais baixos, o que eqüivale a afirmar que os agentes econômicos racionais

tomam suas decisões comparando custos e benefícios na margem. Isto, porém, contradiz a hipótese de maximização de lucros, que exige que os custos sejam minimizados." Avalie e comente essa assertiva.

7. Países pobres, como vários países da África, enfrentam o chamado "dilema do desenvolvimento." A redução do consumo presente para aumentar os investimentos, que permitam expandir a capacidade produtiva futura dessas economias, não é factível porque o consumo presente atinge níveis próximos ou inferiores aos de subsistência. Em outras palavras, para essas economias, o custo de oportunidade do investimento é extremamente elevado, comprometendo, assim, sua viabilidade. Utilizando o conceito de curva de possibilidades de produção, descreva o dilema acima mencionado e indique o mecanismo por meio do qual esses países poderiam superá-lo.

8. De acordo com Celso Furtado, o ritmo de crescimento da economia brasileira, na segunda metade do século XIX, não se estendeu a todo o território nacional, contribuindo, assim, para a ampliação das desigualdades regionais que iriam, subseqüentemente, caracterizar o país. Discorra sobre essa questão, analisando as características distintivas dos principais setores da economia brasileira e o comportamento diferenciado da renda real durante o período considerado.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 29 de maio de 1999

Prova de Geografia

Examinadores:
Antonio Carlos Robert Moraes
André Roberto Martin

Extensão máxima por questão: duas páginas.
Valor de cada questão: 20 pontos.

1) Diferencie "Amazônia", "Região Norte" e "Amazônia legal", e comente a principal característica observável no padrão contemporâneo de ocupação dessa região.

2) A articulação da malha viária brasileira com algum porto no oceano Pacífico é um projeto antigo que ainda não se pôde concretizar. Comente os argumentos favoráveis e contrários a esse projeto, apontando os interesses subjacentes a cada argumentação.

3) A expressão "polígono das secas" é de uso corrente na geografia regional brasileira. Localize com precisão tal área no território nacional e descreva os mecanismos atmosféricos que determinam, estrutural e sazonalmente, sua situação climática.

4) Existem duas propostas de traçado potencial para o eixo básico que estruturará o sistema de transporte do Mercosul, ligando São Paulo a Buenos Aires. Identifique as duas possibilidades e discorra sobre os previsíveis efeitos de cada alternativa na organização do espaço meridional-oriental sul-americano.

5) A questão do desemprego aparece, na atualidade, como um problema internacional. Comente as causas estruturais de tal situação e compare sua manifestação nas três maiores economias do mundo na última década.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 22 de maio de 1999

Prova de História

Examinadores:
Maria Eurydice de Barros Ribeiro
José Flávio Sombra Saraiva

A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas.
Cada questão vale 20 pontos.

1) Alberto Torres, um dos expoentes do pensamento conservador no Brasil, assim se expressava em junho de 1914, na introdução de sua obra *O Problema Nacional Brasileiro*:

"Nossa história é toda feita dessas sucessivas peregrinações em prol de idéias arbitrariamente concebidas para as quais caminhamos às cegas, pensando realizá-las de improviso e objetivando-as com o mesmo olhar ingênuo do homem rústico que fosse colocado diante da tela, onde tivesse de pintar uma paisagem... Nenhum outro povo tem tido, até hoje, vida mais descuidada do que o nosso. O espírito brasileiro é ainda um espírito romântico e contemplativo, ingênuo e simples, em meio de seus palácios e avenidas, de suas bibliotecas e de seus mostruários de elegâncias e de vastos idealismos. Com uma civilização de cidades ostentosas e de roupagens, de idéias decoradas, de encadernação e de formas, não possuímos nem economia, nem opinião, nem consciência de nossos interesses práticos, nem juízo próprio sobre as coisas mais simples da vida social."

Comente o trecho acima citado, considerando especialmente:

a) a crítica do autor a uma certa tradição intelectual da vida social brasileira;
b) a conjuntura em que aquele diagnóstico está sendo formulado e suas implicações; e
c) os possíveis desdobramentos que a crítica de Alberto Torres veio a ter para a formulação de uma política de teor nacionalista pelo regime varguista, particularmente a partir do Estado Novo.

2) O tema da ordem econômica ocupou um significativo espaço nos debates da Constituinte de 1934. Leia atentamente o texto abaixo e analise-o à luz dos referidos debates:

"O Estado, Sr. Presidente, num país como o nosso, pode estimular e amparar a produção, proteger o trabalho, determinar rumos coordenadores e sãos para que esses fatores se processem num ambiente de harmonia, reduzindo ao mínimo os atritos criadores dos problemas sociais; nunca, porém, Sr. Presidente, agindo por descabidas intervenções no campo da

produção, perturbando e cerceando iniciativas dignas de amparo, fazendo desaparecer os estímulos criadores do progresso, quando o Estado ainda não se mostrou tecnicamente capaz de resolver problemas fundamentais de nossa nacionalidade como os da educação e valorização do nosso homem." (Roberto Simonsen, 1934, apud Carone. Edgard. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo, Difel, 1973, p. 186).

3) Considerando a evolução dos partidos políticos no decorrer do Império, caracterize, com base no parágrafo abaixo, a política liberal do início do Segundo Reinado:

"... os nossos negócios andam infelizmente em continuada ação e reação: quando predomina o sentimento democrático, os nossos políticos levam-no até baterem nas portas da anarquia; quando predomina ... o sentimento monárquico, o de fortalecer o poder, vão pelo arbítrio, até bem perto do absolutismo. " (João Maurício Wanderley. In: Sérgio Buarque de Holanda. Org. *História Geral da Civilização Brasileira, O Brasil Monárquico*. Tomo II, p. 522).

4) Edward Saïd, em seu trabalho *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, assim define o que irá entender por orientalismo:

"Tomando o final do século XVIII como um ponto de partida muito grosseiramente definido, o orientalismo pode ser discutido e analisado como a instituição organizada para negociar com o Oriente --- negociar com ele, fazendo declarações a respeito, autorizando opiniões sobre ele, descrevendo-o, colonizando-o, governando-o; em resumo, o orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente." (op. cit., p. 15).

A partir dessa reflexão, estabeleça as possíveis correlações com a política imperialista das potências européias no final do século XIX.

5) A Conferência de Bandung (1955) reuniu 23 países asiáticos e 6 países africanos. Compreendida como a manifestação de um terceiro grupo de Estados, que estreava na cena mundial, situando-se fora dos dois blocos de poder, foram qualificados por Albert Sauvy de "terceiro mundo". Em que medida este "terceiro mundo" influiu nas relações internacionais?

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 02 de abril de 2000

Prova de Inglês

Examinadores:
Manuel A. Carlos Montenegro Lopes da Cruz
Edite do Céu Faial Jacques
Mark David Ridd

1. Discuss the following statement:

Developing countries have a fundamental choice. They can mimic the industrialised nations and go through an economic development phase that is dirty, wasteful and creates an enormous legacy of environmental pollution; or they can leapfrog and incorporate efficient, modern technologies.

José Goldenberg, *in Guardian Weekly*, November 1999

Extension: from 350 to 450 words.
Value: 50 marks.

2. Translate the following texts into English:

Text one

A porta de vidro do chuveiro não estava funcionando bem. Fechar, fechava, mas à simples deslocação de ar provocada pela água, ela se abria mansamente. Só os nova-iorquinos excêntricos, que tomam banho no inverno, sabem o que significa uma repentina rajada de ar frio a assinar com a água quente do chuveiro um contrato de pneumonia dupla que nem a penicilina rescindirá. A ela, uma senhora brasileira residente em Nova Iorque, só restava mandar chamar o zelador do edifício.

O zelador compareceu ao fim de três semanas e cinco gorjetas, munido do competente alicate. Depois de verificar a procedência da reclamação, concluiu que o conserto fugia à sua alçada. A um zelador cabe receber os aluguéis no fim do mês, zangar com as crianças que brincam no saguão de entrada e, eventualmente, chamar à ordem os inquilinos que

dependuram roupas do lado de fora do prédio. No capítulo dos consertos, cabe-lhe apenas munir-se de um alicate e percorrer regularmente os apartamentos, recolhendo gorjetas.

Fernando Sabino, *A vingança da porta. In: Elenco de cronistas modernos*. Rio: Sabiá, 1971

Text two

Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem – tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção *espaçosa* do mundo, característica desse tipo.

Por outro lado, as energias e os esforços que se dirigem a uma recompensa imediata são enaltecidos pelos aventureiros; as energias que visam à estabilidade, à paz, à segurança pessoal e os esforços sem perspectiva de rápido proveito material passam, ao contrário, por viciosos e desprezíveis para eles. Nada lhes parece mais estúpido e mesquinho do que o ideal do trabalhador.

Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 26a. edição.

Value: 15 marks each.

3. Reading Assessment

Read this adapted version of an interview to *Aurora* given by John Kenneth Galbraith in late 1990 and complete the exercise that follows it.

A

Aurora: You have written that "[t]he tendency of the rich country is to increasing income and the tendency of the poor country is to an equilibrium of poverty." Do you still believe that to be true?
Galbraith: Yes, broadly speaking, this is still true of the poorest of the poor countries. It is certainly true of most of Africa, which has been the great disappointment in the post-Colonial world, and it still is true of a large part of the population of India, Pakistan, and elsewhere in Asia.

B

Aurora: Do you think that Latin America will continue to face stagnation in the early 1990s?
Galbraith: Well, Latin America is a mixed bag. The poverty of Argentina, Brazil, even Mexico is not comparable with what you see in Africa or much of Asia. But, yes, there is no question that the high rates of growth are a thing of the past and to some extent they were associated, of course, with a very high level of international borrowing.

C

Aurora: What have been the major forces determining this equilibrium of poverty?
Galbraith: In the first place I identify this with primitive agriculture, and two factors have been at work there. One is, of course, population growth. If you were a poor farmer in India, Pakistan, or in much of Africa, you would want as many sons as possible as your social security. They would keep you out of the hot sun and give you some form of subsistence in your old age. So, you have pressure for population growth that is, itself, the result of the extreme economic insecurity. This is something, which hasn't been emphasised enough.

Secondly, in some African countries, there has been a deeply misguided effort to keep farm and food prices low in order to benefit an urban proletariat. Whatever advantages this has had in the short run, it's had disastrous effects in the longer run. You have to divide the problem between urban activity (with some industrial life), and agriculture, with its equilibrium of poverty.

D

Aurora: Agricultural economists have certainly spent some time looking at the problems of food production, the problems of small scale agriculture, but would you say that this stands out as one of the major policy failures?
Galbraith: Well, there have been differences. In some parts of India there have been substantial agricultural successes. The so-called grain revolution gave India some food self-sufficiency. But in the poor countries as a whole, over much of Africa and Asia and over some of Central America, agricultural development has been extremely disappointing.

E

Aurora: One of the stories that emerges from the history of development planning is that there has been such apparently limited learning from policy mistakes, or even successes for that matter. Do you have any thoughts on that?
Galbraith: I think one of the major errors in the whole discussion of economic development has been the tendency to look at the United States or Canada and say that what we've done has worked here, and so it must work in the poor countries. And so we have sought to transfer from the developed western countries or in the case of the former Soviet Union to Mozambique and Ethiopia, the principles and practices of a rather highly developed system.
We forget that in our own path to economic development, we've had a very different set of priorities. We saw the need in the early stages to concentrate on education, on individual farm holdings, and on transportation, and this has mostly been forgotten in the desire to transfer developed structures and developed industry to the poor countries.

F

Aurora: Which has been of greater importance, bad advice based on a poor understanding of development processes or reasonable advice ignored when the advice doesn't appear to be in the interests of more powerful political groups in society?
Galbraith: I would attribute something to bad advice, but I would attribute a good deal to other factors, namely illiteracy, political instability, and bad land distribution systems. This, of course, is particularly important in Central and South America. In addition, the accommodation to poverty

destroys initiative, saps energy, prevents the search for something better and then becomes self-perpetuating.

G

Aurora: Does the accommodation to poverty suggest that meaningful change must come from the outside?

Galbraith: Absolutely. And one of the significant changes is the longer run prospect for urbanisation and the drawing of people from agriculture into industry with a higher productive potential.

But that is something which I would not emphasise at the expense of the other factors that I've mentioned, namely, emphasis on political stability, education, and cultural investment. We must always have in mind one simple fact—there is no literate population in the world that is poor, and there is no illiterate population that is anything but poor.

H

Aurora: Migration is very important in the history of the West. Would you not agree that the opportunities for migration tend to be much poorer in the Third World countries today? There are no new continents to discover.

Galbraith: I quite agree that in the last century or the early part of this century, the individual solution for poverty was to move from the poor countries to the rich countries, and I don't think that process is coming completely to an end. It is still true that in the highly industrialised countries the second and third generations of a labour force don't take very kindly to repetitive, systematised industrial labour. And so there is a steady demand for workers fleeing the worst privations of agriculture in other countries. That is what brings a very large number of Yugoslavs to Germany and Northern Africans to France. It brings very, very large numbers of Mexicans and West Indians to the United States. That process, I think, will continue.

Exercise

1. Summarise the interview in your words as an official report. The language must be formal. Write between 200 and 300 words.

   [10 marks]

2. Write below five words or phrases that are unnecessary in section H of the interview.

   [5 marks]

3. Select one correct option for each of the statements or questions below.

   [5 marks]

   a) Galbraith claims that:

   i - The problem with the equilibrium of poverty can only be solved by abandoning agriculture and investing in urban industrialisation.

   ii - Primitive agriculture is a major cause of population growth.

   iii - The grain revolution has been disappointing.

   b) According to Galbraith:

   i - The developed world has exported its models but not its priorities to poor countries.

ii - Powerful political groups in poor countries have resorted to misguided advice and this has prevented industrialisation from breaking the equilibrium of poverty.

iii - The education of the immigrant work force in industrialised countries has done away with the need for more immigrant labourers.

c) What does the interviewer mean by "the outside"? (Section G of the interview)
i – abroad.
ii – cities.
iii - non-agricultural sectors.

d) In the text, the word "equilibrium" (*passim*) could be replaced by:
i – balance.
ii – perpetuation.
iii – equity.

e) In the text, "absolutely" (Section G of the interview) means:
i – quite.
ii – totally.
iii – hardly.

Questões - A

1. Situação no Timor Leste: descrição do problema e possíveis perspectivas de solução.
2. Situação em Angola: descrição do conflito e possíveis perspectivas de solução.
3. O regime de não-proliferação de armas nucleares: passado, presente e futuro.
4. Discuta os aspectos políticos e jurídicos envolvidos na detenção e possível extradição do General Augusto Pinochet.
5. Existe um direito de intervenção em situações de graves violações dos direitos humanos ? Comente os argumentos a favor e contra.
6. A crise no Kosovo e o futuro do sistema de segurança coletiva.
7. Situação na ex-Iugoslávia: descrição do problema e possíveis perspectivas de solução.
8. Situação no Iraque: descrição do problema e possíveis perspectivas de solução.
9. Discuta os aspectos políticos e jurídicos envolvidos no projeto de estabelecimento de um tribunal penal internacional.
10. Crimes de guerra e crimes contra a humanidade: o que já fez e o que pode fazer a comunidade internacional para reprimi-los.
11. Comente a atual situação político-estratégica no Golfo Pérsico e seus possíveis efeitos sobre o Brasil.
12. Linhas históricas da evolução do relacionamento Brasil-Argentina.
13. Comente as principais tendências atuais na política externa dos EUA para a América Latina.
14. Potencial de relacionamento do Brasil com a África do Sul pós-*apartheid*.
15. Comente e analise a evolução do papel das Nações Unidas e das organizações multilaterais regionais na manutenção da paz e da segurança internacionais.
16. Discuta a evolução do tratamento internacional da questão dos direitos humanos.
17. De que maneira a ciência e a tecnologia influenciam a configuração das relações internacionais e as suas transformações ?
18. Discuta a evolução do tratamento internacional da questão do meio ambiente.
19. Descreva e comente a evolução da posição do Brasil com relação ao regime internacional de não-proliferação de armas nucleares ao longo das últimas três décadas.

20. Discuta a relevância da próxima reunião de Cúpula América Latina-Caribe / União Européia no contexto dos interesses econômicas e políticas do Brasil nos planos regional, hemisférico e global.
21. Comente e analise a situação da China no atual cenário internacional, inclusive à luz de sua relevância para o Brasil.
22. Comente e analise o problema da pretensão de aplicação extra-territorial de normas jurídicas e o seu significado para as relações internacionais contemporâneas.
23. De que maneira a estrutura federativa do Estado brasileiro afeta a definição e a projeção do interesse nacional nas relações exteriores ?
24. Falou-se, nos últimos tempos, de um "renascimento africano", cujas principais características seriam o avanço da democracia e do desenvolvimento econômico. Em que medida os episódios mais recentes na África corroboram, ou não, aquela avaliação ? Comente e exemplifique.
25. Comente as perspectivas de evolução da questão palestina e seu impacto sobre a situação no Oriente Médio.
26. Discorra sobre a situação dos chamados "Estados-párias" à luz das tendências recentes do sistema internacional.
27. Comente e analise o impacto para a paz e a segurança internacionais dos recentes testes nucleares e missilísticos realizados pela Índia e pelo Paquistão.
28. A expansão da OTAN para o leste europeu está despertando fortes reações da Federação Russa, reavivando a "mentalidade de cerco" que tem sido uma constante ao longo da percepção histórica russa em relação ao Ocidente. Será a ampliação da OTAN a continuação do confronto bipolar sob um outro manto?
29. O fenômeno do estabelecimento de contingentes de brasileiros em países vizinhos como o Paraguai e Bolívia poderá vir a ser fonte de atritos com os países vizinhos? Como pode a diplomacia consular prevenir eventuais desentendimentos?
30. Quais seriam os principais aspectos positivos da agenda com os EUA e quais os negativos? Como incentivar uns e superar os outros?
31. Comente o papel das organizações não-governamentais na área ambiental no plano internacional, inclusive à luz das posições defendidas pelo Brasil nesse campo.
32. Comente o papel das organizações não-governamentais na área de direitos humanos no plano internacional, inclusive à luz das posições defendidas pelo Brasil nesse campo.
33. O narcotráfico é uma ameaça à segurança internacional? Que políticas e

mecanismos poderiam para combatê-lo?

34. A postura do Brasil diante dos regimes de controle de exportações de bens sensíveis . Vantagens e desvantagens da participação em regimes de controle de exportações desses bens.

35. A participação do Brasil nas operações de manutenção da paz: quais as vantagens em termos de cooperação internacional e de interesse nacional.

36. A presença do Brasil no Conselho de Segurança. Vantagens e desvantagens.

37. Política brasileira no campo cultural: como construir uma "marca Brasil"?

38. Principais aspectos do relacionamento com o Japão

39. Principais aspectos do relacionamento com o Oriente Médio

40. Análise das relações entre o Brasil e a Argentina tendo em conta a postura de cada um desses países frente aos Estados Unidos.

41. Quais seriam as principais vantagens e desvantagens do pleito brasileiro para um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas?

42. Desafios e oportunidades para parcerias estratégicas com a Ásia e Pacífico no limiar do século.

43. Está efetivamente a União Européia caminhando para a conformação de uma entidade transnacional equivalente a um "país continental"? O MERCOSUL poderá seguir o mesmo caminho?

44. O conceito de "segurança hemisférica" conheceu muitas variações desde a doutrina Monroe e os ideais de Bolívar até o TIAR e a Guerra das Malvinas. Analise a evolução desse conceito à luz das realidades do pós-Guerra Fria.

Questões - B

1. Descreva o papel das principais instituições financeiras multilaterais
2. Compare o fenômeno contemporâneo da globalização econômica com a internacionalização econômica do período que antecede a primeira guerra mundial.
3. Comente algumas das questões que poderão compor a próxima rodada de negociações da Organização Mundial do Comércio, a chamada Rodada do Milênio, que poderá vir a ser lançada este ano.
4. Qual a importância do Mercosul para a inserção econômica internacional do Brasil?
5. Quais as características básicas da estrutura do comércio exterior brasileiro e quais as conseqüências desta estrutura para a política externa econômica do Brasil ?
6. Discorra sobre os objetivos e perspectivas da conformação da Área de Livre-Comércio das Américas – ALCA.
7. Qual a importância da criação do Euro do ponto de vista da economia internacional ?
8. Comente sobre o papel do Estado-Nação diante da mobilidade atual dos fluxos internacionais de capital.
9. Por que as crises econômicas nos países emergentes (México, Ásia, Rússia) se tornaram crises de impacto mundial?
10. Compare os conceitos de "país emergente" e de "país em desenvolvimento" à luz das tendências da globalização econômica.
11. Discorra sobre as conseqüências para a economia internacional da liberalização econômica chinesa das duas últimas décadas.
12. Discorra sobre a estrutura institucional da União Européia, diferenciando o caráter supranacional ou intergovernamental de seus órgãos.
13. Comente os obstáculos enfrentados pelos países do leste europeu no processo de transição para a economia de mercado.
14. Qual a modalidade de tomada de decisões das instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e quais as conseqüências desta modalidade sobre o funcionamento destas instituições?

15. Na última rodada de negociações do antigo GATT (Rodada Uruguai), eram considerados "temas novos" os aspectos de propriedade intelectual relacionados ao comércio, as medidas de investimento relacionadas ao comércio e o comércio de serviços. Por que estes temas foram trazidos às negociações multilaterais de comércio?

16. Comente os fatores que levaram Canadá, Estados Unidos e México a formar o Acordo de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA.

17. Comente o impacto da desvalorização do Real sobre o Mercosul.

18. Qual o impacto da Política Agrícola Comum da União Européia sobre os mercados agrícolas internacionais?

19. Discorra sobre as negociações comerciais entre o Mercosul e os demais países da Amércia Latina.

20. As regras do sistema multilateral de comércio, ao procurarem garantir a liberalização dos fluxos comerciais, interferem com os esforços para a cooperação internacional para proteção do meio ambiente?

21. Analise a conveniência e os obstáculos à criação de uma moeda comum para o Mercosul.

22. Quais as vantagens e desvantagens para o processo de integração regional da opção feita até aqui pelo Mercosul em favor de instituições estritamente intergovernamentais e não supranacionais?

23. Discorra sobre a importância dos procedimentos de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) para o funcionamento do sistema multilateral de comércio.

24. Analise a evolução das características gerais dos acordos de produtos de base nas últimas décadas.

25. Compare a crise da dívida externa da década de 80 com as crises nos países emergentes nos anos 90.

26. Comente as perspectivas dos países menos desenvolvidos dentre os países em desenvolvimento no atual cenário econômico internacional.

27. Comente o papel da economia norte-americana no sistema econômico internacional.

28. Comente o papel da economia japonesa no sistema econômico internacional.

29. Comente o papel da economia européia no sistema econômico internacional.

30. Discorra sobre a compatibilidade do Mercosul com a negociação de uma área de livre comércio americana – ALCA.

31. Em que medida é necessária uma nova arquitetura do sistema financeiro internacional ? Que interesses brasileiros estariam envolvidos nesse tipo de mudança na ordem internacional ?

32. Avanços e perspectivas da integração energética na América do Sul.

33. Liberalismo vs. intervenção do Estado na ordem econômica internacional.

34. O problema da volatilidade dos fluxos internacionais de capital.

35. Comente as principais dificuldades enfrentadas na consolidação e no aprofundamento do Mercosul.

36. De que maneira o processo de introdução de uma moeda comum afeta a situação da União Européia internamente e em suas relações com outros países e blocos econômicos ?

37. Comente a relação entre aspectos comerciais, financeiros e monetários da integração no âmbito do Mercosul.

38. Comente as posições defendidas pela diplomacia brasileira nas discussões relativas a uma possível Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) ? Como se fundamentam essas posições à luz dos interesses econômicos e políticos do Brasil ?

39. Comente os problemas ocorridos no sistema financeiro internacional nos últimos anos e explique de que maneira esses problemas alteraram, ou não, os desafios com que se defronta a diplomacia brasileira no plano econômico internacional.

40. Em que medida o processo de globalização está alterando o papel dos estados como atores protagônicos do sistema internacional na área econômica, comercial e financeira?

41. Política brasileira no campo da promoção comercial. Quais deveriam ser as principais prioridades em termos de mercados e produtos.

42. O que poderia ser uma Agenda para o Desenvolvimento num mundo globalizado?

43. O patrimônio diplomático do Itamaraty. Principais posturas econômicas no âmbito multilateral (OMC, instituições de Bretton Woods, UNCTAD, Fundo Comum etc).

44. Discuta o papel do G-7 no sistema econômico internacional.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 18 de março de 2000

Teste de Pré-Seleção

O Teste de Pré-Seleção (TPS) contém 50 questões, e cada uma vale 2 pontos.

Para responder às questões, você dispõe de dois formulários: a **Folha de Rascunho** e a **Folha de Respostas**.

Use, primeiro, a **Folha de Rascunho**, que você poderá corrigir, rasurar e, terminado o TPS, levar consigo, desde que não contenha cópia, ainda que parcial, das perguntas do TPS.

A **Folha de Respostas**, por outro lado, deve ser preenchida e manuseada com extrema cautela, pois trata-se do documento que você entregará aos representantes do Instituto Rio Branco.

Leia as questões com atenção.

Você dispõe de 4 (quatro) horas para completar o TPS.

Boa sorte!

O Caderno de Questões não poderá sair da sala de prova.

Assinale a única resposta certa a cada uma das seguintes questões:

(1 e 2) Leia o texto a seguir e responda às perguntas:

Kosovo: Peace Now?

On the hill near the Serbian village of Drsnik in central Kosovo I counted smoke billowing from eight houses. Or at least I thought they were houses. Some proved to be haystacks. For Albanians taking revenge, even Serbian haystacks must now be burned.

In the northern town of Mitrovica I sat on a wall with Meli Uka, a pretty, twenty-two-year-old student. We sipped Coke as we watched a column of fleeing Serb families packed into cars and tractor-trailers. They looked no different from the Kosovars I had seen who had been expelled from Kosovo a few weeks earlier.

The New York Review of Books, 12/08/1999.

1. Com base no texto acima, indique a única afirmação correta:
   (a) *The author witnessed eight houses burning.*
   (b) *Smoke was rising slowly from the houses.*
   (c) *Less than eight houses were on fire.*
   (d) *The Serbs were burning Albanian property.*
   (e) *It was necessary to burn the haystacks.*

2. Na frase *we sipped Coke as we watched a column of fleeing Serb families packed into cars,*
   (a) *as* significa *while.*
   (b) *as* significa *equally.*
   (c) *packed* significa *stored their luggage.*
   (d) *fleeing* é um verbo no gerúndio.
   (e) *a column* é o mesmo que *a post.*

3. Desde o início de seu segundo mandato, o Presidente Fernando Henrique Cardoso efetuou algumas mudanças em seu ministério. Qual das opções abaixo é incorreta?
   (a) Pedro Parente – Chefe da Casa Civil.
   (b) Alcides Tápias – Ministro do Trabalho.
   (c) Geraldo Magela Quintão – Ministro da Defesa.
   (d) Aloysio Nunes Ferreira – Secretário Geral da Presidência da República.
   (e) Gilmar Ferreira Mendes – Advogado Geral da União.

4. A respeito do princípio da separação dos poderes, é correto afirmar que:
   (a) não foi adotado expressamente pela Constituição Federal, mas vem sendo aceito pela jurisprudência pátria.
   (b) impede que qualquer membro de um Poder venha a desempenhar cargo em outro Poder, a não ser havendo renúncia ao cargo do Poder de origem.
   (c) não impede que haja, em certos casos, a fiscalização de um Poder pelo outro.
   (d) somente se refere ao relacionamento dos três Poderes da União, não se estendendo à organização dos Poderes estaduais.
   (e) tendo em vista a ampliação das atividades do Estado contemporâneo, ele não mais existe.

5. Em 1897, caiu o Arraial de Canudos. Sua importância para a história brasileira reside:

(a) no fato de ter sido apenas um fenômeno local sem ressonância para a República nascente.

(b) na compreensão das condições de vida do sertão, do universo mental dos sertanejos e da força espiritual do catolicismo rústico.

(c) na personalidade de um beato pregador da vida ascética, Antônio Conselheiro, que se tornou líder de uma grande rebelião nacional, de caráter nacionalista.

(d) na fraca capacidade de resistência dos habitantes do Arraial de Canudos.

(e) no exemplo que representou para o conjunto de movimentos de conteúdo revolucionário e socialista que tomou conta dos sertões do Brasil no período.

(6 e 7) Brasil - Balança Comercial – Janeiro/Dezembro – 1998/97
US$ milhões FOB

	Dezembro		Variação %	**Janeiro-Dezembro**		Variação %
	1998	1997	98/97	1998	1997	98/97
Exportação	3.944	4.534	-13,01	51.120	52.990	-3,53
Importação	4.538	5.240	-13,40	57.550	61.347	-6,19
Saldo	-594	-706	-15,86	-6.430	-8.357	-23,06
Corrente de comércio	8.482	9.774	-13,22	108.670	114.337	-4,96
Fonte: SISCOMEX						

Com base nos dados apresentados na tabela acima, pode-se afirmar que:

6. No ano de 1998, o déficit comercial brasileiro foi de:

(a) mais de 6 bilhões de dólares.

(b) menos 23,06%.

(c) mais 23,06%.

(d) aproximadamente 6,4 milhões de dólares.

(e) aproximadamente 4,9 milhões de dólares.

7. De 1997 a 1998:

(a) a balança comercial brasileira passou a apresentar resultados mais equilibrados, em virtude de um incremento da corrente de comércio.

(b) a balança comercial brasileira passou a apresentar resultados mais equilibrados, apesar de uma redução do saldo.

(c) a balança comercial brasileira passou a apresentar resultados mais equilibrados, sobretudo em virtude de uma redução do montante de importações.

(d) a balança comercial brasileira passou a apresentar resultados menos equilibrados, apesar de incremento do montante total das exportações.

(e) a balança comercial brasileira passou a apresentar resultados menos equilibrados, apesar da redução da corrente de comércio.

8. "Que a região X é perigosa não resta a menor dúvida. O Coronel Garcia comandante do Departamento de Operações de Fronteira uma polícia de elite que reúne 70 homens classifica a área como uma "clínica geral" um lugar em que se pratica todo tipo de atividade." (*Isto É,* em 10/11/99, p. 34, com adaptações).

Para que a pontuação do parágrafo acima respeite as normas gramaticais, são necessárias:

(a) duas vírgulas.
(b) três vírgulas.
(c) quatro vírgulas.
(d) cinco vírgulas.
(e) seis vírgulas.

9. O Instituto Rio Branco está preparando o lançamento do livro "O Itamaraty na cultura brasileira", para homenagear os diplomatas que, além de se terem destacado profissionalmente, aportaram importante contribuição para as artes e o pensamento nacionais. Uma personalidade, entre as listadas abaixo, não poderia ser incluída no referido livro. Trata-se de:

(a) Brasílio Itiberê.
(b) Basílio da Gama.
(c) Joaquim Nabuco.
(d) Sergio Buarque de Holanda.
(e) João Cabral de Melo Neto.

10. Quanto à localização da indústria petroquímica brasileira, qual assertiva é a correta?

(a) Majoritariamente na zona costeira.
(b) Concentrada na Região Metropolitana de São Paulo.
(c) Concentrada no eixo Rio-São Paulo.
(d) Majoritariamente na região Sul do país.
(e) Concentrada no Recôncavo Baiano.

11. Em *Os Lusíadas*, de Camões, a posição expressa no discurso do "Velho do Restelo" é:

(a) de incentivo à viagem de Vasco da Gama, com ênfase nas vantagens econômicas que poderiam advir para Portugal das ligações comerciais com a Ásia.

(b) de incentivo à viagem de Vasco da Gama, com ênfase nas suas conseqüências para o fortalecimento político e moral do povo português.

(c) de incentivo genérico ao empreendimento das navegações portuguesas, sem especificar as razões que as podiam justificar.

(d) de crítica ao empreendimento das navegações portuguesas.

(e) indiferente à questão das navegações portuguesas.

12. Entre as iniciativas abaixo, identifique qual não marcou a política externa argentina durante a presidência de Carlos Menem (1989-1999):

(a) a aproximação com os Estados Unidos.

(b) a retirada da Argentina do Movimento dos Não-Alinhados.

(c) a apresentação de proposta de criação, no âmbito das Nações Unidas, dos "capacetes brancos", força que atuaria em casos de crise humanitária.

(d) a solução de importantes disputas territoriais com o Chile.

(e) o lançamento do processo de integração bilateral com o Brasil, que posteriormente levaria à constituição do Mercosul.

(13, 14 e 15) Leia o texto a seguir e responda às perguntas:

Fiddling as the Planet Burns

It's a tall order to expect Western politicians to cut the rhetoric, but unless they do something soon to reduce carbon dioxide emissions, the ambitious targets they set at the Kyoto climate change conference in 1997 are likely to be missed.

The consequences for future generations are unclear, but scientists say they could include a further rise in world temperatures, with a variety of adverse, possibly irreversible effects, including severe storms, a rise in the sea level, the spread of disease and the loss of species.

The mere threat of these horrors ought to be enough to make politicians take the issue of greenhouse gases seriously. Yet to judge by two new studies, they are not doing so. Instead, they are fiddling while the planet burns.

Guardian Weekly, 10/11/1999

13. Depreende-se do texto que:
(a) *Western governments do not intend to cut carbon dioxide emissions.*
(b) *it is probable people will feel the absence of the Kyoto targets.*
(c) *world temperatures will inevitably rise.*
(d) *many diseases are a direct consequence of pollution.*
(e) *it is unrealistic to expect Western economies to contain their industrial activities.*

14. No texto:
(a) *cut the rhetoric* significa *make shorter speeches.*
(b) *likely* significa *positively.*
(c) *they* na frase *"scientists say they could include"* refere-se a *scientists.*
(d) *mere* sugere que *the threat is small.*
(e) *to judge by* significa *according to.*

15. Com relação ao texto:
(a) *yet is an adverb of time.*
(b) *further is the comparative form of far and means additional.*
(c) *soon means not immediately.*
(d) *adverse, like possibly, is an adverb.*
(e) *rise is a noun derived from the verb raise.*

16. Com relação à Guerra do Paraguai, assinale a opção incorreta.
(a) D. Pedro II não teve, durante a guerra, contatos com Bartolomeu Mitre e Venâncio Flores.
(b) Dadas as dificuldades de comunicação, não foi possível ao governo imperial impedir a penetração das tropas de Solano Lopez na província de Mato Grosso.
(c) A vitória naval de Riachuelo serviu ao Império pela elevação de esperanças quanto ao destino da guerra.
(d) Os interesses dos estancieiros gaúchos e dos brasileiros residentes na Banda Oriental levaram o governo imperial ao apoio a Flores.
(e) A Tríplice Aliança terminou por favorecer aos Aliados, pois as antigas rivalidades luso-espanholas poderiam conduzir a resultados imprevisíveis.

17. Qual das frases abaixo contém erro de emprego de vocábulo?

(a) Os trabalhadores começaram a segar o trigo.
(b) Por ter reclamado do som, o cantor foi assuado pelo público.
(c) Depois de dada a ordem, os policiais começaram a agir incontinenti.
(d) Ele não tem medo de coisa alguma, é um intemerato.
(e) O juiz só defere os requerimentos cujas petições sejam justas.

18. O delta do Rio Níger, na África, é rico em reservas petrolíferas. Este fato estimulou uma das mais sangrentas guerras civis ocorridas naquele continente. Como era também conhecida a região onde se situa o referido delta, região que tentou separar-se do restante do país?

(a) Cabinda.
(b) Abujao.
(c) Biafra.
(d) Suazilândia.
(e) Sokoto.

19. O antecessor de Alan Greenspan à frente do *Fed*, o Banco Central norte-americano, foi:

(a) George Schultz.
(b) James Baker.
(c) James Brady.
(d) Paul Volker.
(e) Jimmy Carter.

20. A macroeconomia discute importantes questões que estão na pauta do debate econômico nas modernas economias de mercado. Valendo-se de seus conhecimentos dos conceitos macroeconômicos básicos, assinale a alternativa correta.

(a) A taxa natural de desemprego corresponde àquela que existe quando a taxa de desemprego iguala-se à taxa de inflação.

(b) A inflação reduz o poder de compra dos consumidores, mas não afeta a distribuição de riqueza entre agentes credores e agentes devedores.

(c) Os aumentos recentes no preço da gasolina têm levado consumidores a cortar gastos com esse produto contribuindo, assim, para reduzir o viés de substituição associado à mensuração dos índices de custo de vida.

(d) Quando uma firma estrangeira fabrica um automóvel no Brasil, mesmo com componentes importados, isso contribui para aumentar o Produto Interno Bruto brasileiro.

(e) Se uma firma compra R$1.000,00 de matéria-prima, gasta R$500,00 reais com salários, paga R$100,00 de aluguel, R$100,00 de juros e dividendos e vende sua produção por R$2000,00, então, sua contribuição para o PIB é R$700,00.

21. Na Batalha de Trafalgar, as forças navais britânicas obtiveram importante vitória, mas perderam seu comandante, Horatio Nelson, que faleceu em virtude de ferimentos recebidos durante o confronto. Qual das seguintes alternativas melhor descreve o contexto dessa batalha?

(a) Guerra de independência dos Estados Unidos.
(b) Primeira Guerra Mundial.
(c) Desembarque na Normandia.
(d) Guerra das canhoneiras no Yantzé.
(e) Guerras napoleônicas.

22. Cada vez mais, parlamentares vêm-se destacando no Legislativo federal. Qual das opções abaixo é incorreta?

(a) Senadora Marina Silva – PMDB (Acre).
(b) Deputado José Dirceu – PT (São Paulo).
(c) Deputado Inocêncio Oliveira – PFL (Pernambuco)
(d) Deputado Nelson Marchezan - PSDB (Rio Grande do Sul).
(e) Deputado Delfim Netto - PPB (São Paulo).

23. De 30 de novembro a 3 de dezembro de 1999, a cidade de Seattle, nos Estados Unidos, foi sede da III Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC). Um dos objetivos do encontro era o lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais multilaterais. Escolha a alternativa que melhor descreve as principais posições defendidas pelo Brasil na referida Conferência de Seattle.

(a) O Brasil foi contrário à idéia de lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais no âmbito da OMC, pois não desejava fazer quaisquer concessões aos Estados Unidos e à União Européia, que mantêm altas barreiras à importação de produtos brasileiros.

(b) Ameaçado por importações de produtos de baixo preço, que causam dano à indústria nacional, o Brasil defendeu o afrouxamento das disciplinas sobre medidas de defesa comercial, de modo a permitir a ampla utilização de direitos "antidumping".

(c) O Brasil defendeu a introdução de exceções às regras da OMC sobre concessão de subsídios à produção agrícola, de modo a que todos os países membros da Organização possam aumentar os orçamentos de apoio à agricultura.

(d) O Brasil apoiou a idéia defendida pelos Estados Unidos de negociar novas regras na OMC para permitir a introdução de barreiras comerciais a produtos de países nos quais há comprovada utilização do trabalho infantil.

(e) O Brasil defendeu a redução dos subsídios à produção e à exportação de produtos agrícolas e uma maior disciplina na OMC para coibir a utilização abusiva de instrumentos de defesa comercial, como o "antidumping".

24. Qual as seguintes tríades pode ser associada à figura de Joaquim Nabuco?

(a) monarquista / liberal / baiano.
(b) republicano / anti-escravista / baiano.
(c) republicano / anti-escravista / pernambucano.
(d) monarquista / anti-escravista / pernambucano.
(e) diplomata / anti-escravista / carioca.

25. Com relação ao tema dos direitos humanos ao longo da história, assinale a opção incorreta.

(a) A existência da democracia na Atenas clássica comprova o respeito aos direitos humanos já na Antigüidade.

(b) A Declaração dos Direitos, surgida por ocasião da Revolução Gloriosa, simbolizou a subordinação do rei ao Parlamento e, nesse sentido, o fim do absolutismo na Inglaterra.

(c) A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão é um símbolo da derrocada do Antigo Regime na França.

(d) A Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada há mais de 50 anos na ONU, foi redigida sob o impacto das atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial.

(e) A Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada em 1993, consagrou o desenvolvimento econômico dos povos como um direito universal.

(26 e 27) Leia o texto a seguir e responda às perguntas:

Looking to Tame a Big Neighbor

From its hilltop perch in central Helsinki, a Russian Orthodox church looms over the gleaming, cream-coloured Presidential Palace. It's a reminder of the days when the Grand Duchy of Finland was a jewel in the Russian crown. With fewer than 100 years of self-rule behind them and the cold war barely over, the Finns hardly need such reminders. But instead of trying to keep plenty of distance between themselves and their neighbor, the Finns want to bring Russia into Europe. And they think natural gas is the way to do it. "It has been possible with nuclear issues, and we think it's possible with other issues as well," says a Finnish Foreign Ministry official.

Business Week, 11/10/1999

26. Com base no texto, pode-se concluir que:

(a) *Finland is a former Soviet Republic.*
(b) *the Finn's majority religion is the Russian Orthodox Church.*
(c) *the Finns prefer not to engage their powerful neighbor directly.*
(d) *the Finns think* gas *can be a key to Northeastern Europe.*
(e) *Russia has traditionally disparaged Finland.*

27. No texto:

(a) *hardly* significa *with difficulty.*
(b) *hardly* significa *do not.*
(c) *barely* significa *incompletely.*
(d) *looms* significa *overlooks.*
(e) *natural* significa *open-air.*

28. Assinale o período que não respeita as normas de concordância verbal.

(a) Razões não hão de faltar para que se justifiquem os fatos.
(b) Considero mais conveniente aceitar a norma a infringi-la.
(c) Afastou-se da empresa por motivos que não interessa relatar no momento.
(d) Hão de haver opositores à idéia.
(e) Poderiam ter ocorrido mortes naquele acidente rodoviário.

29. Oscar Niemeyer é o arquiteto brasileiro de maior renome internacional. Selecione, a seguir, a opção que lista apenas obras de sua autoria.

(a) Palácio da Alvorada (Brasília), Museu de Arte Moderna (Rio de Janeiro), Palácio das Liberdades (Belo Horizonte).

(b) Palácio Itamaraty (Brasília), Palácio da Indústria (edifício da Bienal de São Paulo), Aeroporto Santos Dumont (Rio de Janeiro).

(c) Teatro Nacional (Brasília), Igreja de São Francisco (Belo Horizonte), Memorial JK (Brasília).

(d) sede do Partido Comunista francês (Paris), Memorial da América Latina (São Paulo), edifício da PETROBRÁS (Rio de Janeiro).

(e) Catedral de Brasília, Museu de Arte Contemporânea de Niterói, Museu de Arte de São Paulo (MASP).

30. Utilizando as diferentes conceitos de elasticidade, assinale a alternativa correta:

(a) *ceteris paribus,* se uma redução de 10% nos preços dos pacotes turísticos para o Nordeste implicar um aumento de 5% nos gastos com esses pacotes, então, a curva de demanda é preço-elástica.

(b) as altas recentes no preço internacional do petróleo reduzem não somente a demanda por esse produto, mas aumentam, também, o consumo de álcool, deslocando para a esquerda a curva de demanda desse produto.

(c) bens de primeira necessidade, como alimentos e remédios, caracterizam-se por apresentarem altas elasticidades preço e renda da demanda.

(d) variações na quantidade demandada ocorrem quando os consumidores decidem comprar mais (ou menos) do que anteriormente, ao nível de preços prevalecente no mercado e, por isso, distinguem-se de variações na demanda.

(e) quando a expansão da produção provoca aumentos significativos dos preços dos insumos utilizados no processo produtivo, então, a curva de oferta é altamente elástica.

31. De 1945 a 1950, desenvolve-se o processo de reorganização de forças no plano internacional que conduz à Guerra Fria. Entre as opções abaixo, indique qual não corresponde a um marco do referido período:

(a) o lançamento da Doutrina Truman.
(b) o lançamento do Plano Marshall.
(c) o estabelecimento da OTAN.
(d) a construção do Muro de Berlim.
(e) o surgimento da República Federal da Alemanha.

32. Qual frase contém incorreção?

(a) Trinta cadeiras é suficiente.
(b) É com este livro que se pretende homenagear os diplomatas.
(c) Era compreensível ter dúvida diante de tamanho surtimento de mercadorias.
(d) Ela disse que não podem existir sombras entre nós.
(e) Não consigo conversar com pessoas cheias de idiossincrasias.

33. O poeta português, António Gedeão (1906-1995), no poema "Lição sobre a Água", após descrever várias propriedades dessa substância, conclui com esta estrofe:

Foi neste líquido que numa noite cálida de Verão,
sob um luar gomoso e branco de camélia,
apareceu a boiar o cadáver de Ofélia
com um nenúfar na mão.
(*Antologia da poesia portuguesa contemporânea: um panorama/seleção e introdução*, de Alberto da Costa e Silva e Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999. pag.54)

O nome Ofélia, citado no terceiro verso, refere-se a:

(a) personagem da mitologia medieval, equivalente às Ninfas Gregas.
(b) personagem da tragédia *Hamlet*, de Shakespeare, que se suicidou, após ter enlouquecido.
(c) ninfa grega, protetora de fontes e rios, morta por Vênus por inveja de sua imensa beleza.
(d) personagem da tragédia *Otelo*, que, por ciúme, se atira nas águas do Tâmisa.
(e) personagem de *Dama das Camélias*, que, sabendo-se tuberculosa, se atira nas águas de um turbulento rio.

34. No contexto das discussões sobre episódios de crise no funcionamento do sistema financeiro internacional, a que tipo de problema se refere a expressão "risco moral" (*moral hazard*)?

(a) O comportamento agressivo e eticamente duvidoso de indivíduos ou instituições que se enriquecem mediante práticas de especulação financeira.

(b) A presença de altos níveis de corrupção no sistema bancário dos países emergentes.

(c) A insensibilidade das instituições financeiras multilaterais aos problemas de pobreza e desemprego nos países em desenvolvimento.

(d) A tendência a um comportamento irresponsável por parte de agentes econômicos, tomadores de empréstimos.

(e) A tendência à deterioração das condições de vida nos países mais pobres quando suas moedas nacionais sofrem ataques especulativos.

35. Assinale a opção em que consta pessoa ou ente não legitimado para propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

(a) Governador de Estado.

(b) Partido político com representação no Congresso Nacional.

(c) Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

(d) Mesa da Câmara dos Deputados.

(e) Procurador Geral da República.

36. Cesar Gaviria, atual Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, foi Presidente:

(a) do Panamá.

(b) da Colômbia.

(c) do México.

(d) do Uruguai.

(e) da Costa Rica.

37. A transição do Império para a República no Brasil, no final do século XIX, ocorreu:

(a) em clima de rutura profunda e irreconciliável das novas forças políticas com as elites dirigentes do Império.

(b) no ambiente de uma revolução industrial sem precedentes na história brasileira.

(c) no contexto de rápida supressão das heranças do sistema escravista, especialmente no que se refere ao destino social dos afro-brasileiros.

(d) no bojo de um movimento popular e radical que propunha transformação profunda nas instituições sociais e econômicas.

(e) no descompasso entre a situação anacrônica das instituições imperiais e as modificações econômicas e sociais que vinham sendo operadas na sociedade brasileira da segunda metade do século.

38. A Primeira Guerra Mundial, chamada por seus contemporâneos de a Grande Guerra,

(a) expôs a eficácia do sistema europeu de poder sustentado nas alianças rígidas e secretas entre os Estados.

(b) ocorreu única e exclusivamente para atender à *weltpolitik* alemã.

(c) teve amplitude territorial maior que a Segunda Guerra Mundial.

(d) evidenciou a deterioração da balança de poder herdada do final do século XIX.

(e) contou, desde o início, com o engajamento militar dos Estados Unidos.

39. Faleceu, em 1999, Julius Nyerere, que teve papel de destaque, como não só líder da independência de seu país, mas também um dos mais respeitados estadistas africanos de sua geração. De que país foi ele Presidente?

(a) Zimbábue.
(b) Sudão.
(c) Uganda.
(d) Tanzânia.
(e) Zâmbia.

40. Cada opção a seguir faz referência a mulheres que, a despeito das diferenças, têm ao menos um ponto em comum: passaram para a galeria de celebridades históricas. Assinale a opção em que não há relação entre a personagem e o que se diz dela.

(a) Cornélia, filha de Cipião, o Africano, e mãe dos irmãos Graco. Ficou conhecida na história sobretudo por suas virtudes e larga cultura.

(b) Tereza de Jesus, chamada de Santa Tereza de Ávila, ilustre representante do misticismo espanhol, doutora da Igreja, escreveu várias obras entre suas poesias.

(c) Inês de Castro, personagem mitológica, foi morta por D. Pedro, seu esposo, e vingada posteriormente pelo rei D. Afonso IV.

(d) Salomé, princesa judia, filha de Herodes Felipe e Herodíades, conseguiu de seu tio, Herodes Antipas, a cabeça de João Batista como recompensa por uma exibição de dança.

(e) Heloísa, discípula de Abelardo, com quem se casou secretamente, fez votos de castidade, ao se separar. Mantiveram ambos uma correspondência caracterizada por um misto de piedade e paixão.

41. Mais uma vez, um filme brasileiro disputou o cobiçado *Oscar*, na categoria de melhor filme estrangeiro, em 2000. Trata-se de *Orfeu*, cujo diretor é:

(a) Arnaldo Jabor.
(b) Cacá Diegues.
(c) Luís Carlos Barreto.
(d) Nelson Pereira dos Santos.
(e) Miguel Farias.

42. "Vão ______ ao processo vários depoimentos de que a moça estava ______ narcotizada. Cremos que, assim, ela ______ admitirá o fato".

Qual o único conjunto de palavras que pode completar as lacunas acima?

(a) incluso – meia – mesmo.
(b) incluso – meio – mesma.
(c) inclusos – meia – mesmo.
(d) inclusos – meio – mesma.
(e) inclusos – meia – mesma.

43. A Ferrovia "Norte-Sul", em fase final de construção, estabelecerá a ligação entre:

(a) o Complexo de Carajás e o Porto de Itaqui (MA).
(b) a Região Centro-Oeste e o Sistema Portuário da Ilha de São Luís (MA).
(c) a Região Centro-Oeste e o Complexo Guri, na fronteira com a Venezuela.
(d) a Região do Alto São Francisco e o Porto de Pecém (CE).
(e) o Recôncavo Baiano e o Porto de Suape (SE).

44. Os anos 60 foram marcantes para a vida social e política do século que se encerra. Indique o evento não ocorrido ao longo da referida década.

(a) A afirmação de rebeldia dos jovens das grandes metrópoles mundiais levou à contestação de vários dos padrões sociais vigentes.

(b) A bandeira da defesa do meio ambiente foi agitada pelos radicais.

(c) A Guerra das Malvinas viria a demonstrar, na década, a eficácia do sistema de defesa das Américas.

(d) A chegada do homem à Lua foi um impulso à capacidade criadora e um salto na evolução tecnológica e espacial.

(e) Os festivais televisionados de música no Brasil arrebataram os jovens e dividiram opiniões em movimentos como o da música de protesto e o da jovem guarda.

45. Em uma universidade estrangeira que acolhe estudantes de várias procedências, um angolano, fascinado por nossa cultura, pede a um colega brasileiro informações sobre um tal *Negrinho do Pastoreio*. A resposta seria correta se dissesse tratar-se de:

(a) personagem do folclore do Rio Grande do Sul; a quem lhe promete cotos de vela, o Negrinho do Pastoreio faz encontrar objetos perdidos.

(b) personagem de folguedos de Santa Catarina, associado à Farra do Boi; diverte-se puxando as cabeleiras de moças virgens.

(c) personagem de uma folia de reis do interior de São Paulo, particularmente do Vale do Paraíba; tem o hábito de fazer tranças nos rabos dos cavalos não castrados.

(d) misto de curupira e saci-pererê; tem um pé só, virado para trás e, nas noites de sem lua, costuma perseguir éguas prenhes.

(e) personagem do folclore mineiro; tem particular devoção a Nossa Senhora e promete proteção a quem a ele recorre no mês de maio, para arrumar casamento.

46. Em um famoso dicionário, o verbete Beccaria vem assim exposto:

Beccaria (Cesare Bonesana, marquês de). Jurista italiano (Milão 1738 - id. 1794). (...) denunciou no seu tratado Dos delitos e das penas (1764) a tortura e a pena de morte, assim como a desigualdade das penas, segundo as pessoas. Esta obra conheceu um grande sucesso na Europa das Luzes.

Uma das opções a seguir contém algo que não é compatível com a Europa das Luzes.

(a) Período do pensamento europeu, caracterizado pela ênfase na experiência e na razão.

(b) Europa de Newton e de Locke na Inglaterra.

(c) Europa dos enciclopedistas e iluministas, marcada pela filosofia anti-racionalista.

(d) Europa de Kant e Lessing na Alemanha.

(e) Europa de Voltaire, Diderot e Rousseau na França.

47. A partir de 1978, a República Popular da China conheceu um período, que se prolonga até hoje, de reformas econômicas e de abertura ao exterior. Assinale o nome do principal líder associado a esse período.

(a) Chou Enlai.

(b) Hue Kuofeng.

(c) Mao Zedong.

(d) Deng Xiaoping.

(e) Kim Ilsung.

48. Qual frase abaixo contém erro de emprego de vocábulo?

(a) Estava determinado a perscrutar os mistérios da religião.

(b) Entrou na sala de supetão e viu o que não queria ver.

(c) Os problemas ganharam, ele virou alcólotra.

(d) Há meses, digladiam uma polêmica desabrida.

(e) A calvície não o incomodava.

49. A Confederação do Equador foi:

(a) uma aliança política, logo após a independência, que visava à transformação de províncias do Nordeste em estados soberanos, sob a direção de um poder central com sede no Recife.

(b) uma aliança entre Liberais e Conservadores nordestinos, para dar sustentação política à Regência.

(c) um movimento de empresários nordestinos, ligados à cana-de-açúcar, de protesto contra a libertação dos escravos.

(d) um movimento sedicioso de escravos, precursor dos Quilombos.

(e) a primeira manifestação política coletiva das classes dirigentes nordestinas em favor da República.

50. A atividade precípua de uma das pessoas abaixo identificadas está incorreta. Qual?

(a) Eduardo Escorel – música.

(b) Rodrigo Pederneiras – coreografia para balé.

(c) Paulo Pasta – artes plásticas.

(d) Maureen Bisilliat – fotografia.

(e) Lilia M. Schwarcz – antropologia.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 1º de abril de 2000

Prova de Português

Examinadores:
Antônio Francisco da Costa e Silva Neto
Denise de Aragão Costa Martins
Gisele Andrade de Souza

Leia os textos que se seguem.

Texto 1

Pesquisa Variacionista e Ensino: Discutindo o Preconceito Lingüístico

Todos nós sabemos que, direta ou indiretamente, um dos maiores problemas do "ensino de língua portuguesa" passa pela questão do preconceito lingüístico. Na maior parte das vezes, o ensino de gramática é feito de forma rígida, como se tudo fosse diferente do que está registrado ou codificado por nossas gramáticas fosse inerentemente errado. O ensino normativo tem o objetivo explícito de banir da(s) língua(s) formas ditas empobrecedoras, formas ditas desviantes, formas consideradas indignas de serem usadas por homens de bem. E, na perseguição deste objetivo (no sentido mais literal do termo), muitas vezes, e com freqüência, banem-se da escola não as formas lingüísticas consideradas indesejáveis, mas as pessoas que as produzem, porque estas formas são normalmente aquelas produzidas em maior quantidade pelas pessoas de classe social sem prestígio. As pessoas de classe prestigiada também produzem as formas consideradas indesejáveis, só, às vezes, em menor quantidade.

Em nome da boa língua, pratica-se a injustiça social, humilhando o ser humano por meio da não-aceitação de um de seus bens culturais mais divinos: o domínio inconsciente e pleno de um sistema de comunicação próprio da comunidade ao seu redor. E mais do que isto: a escola e a sociedade da qual a escola é reflexo fazem associações sem qualquer respaldo lingüístico objetivo entre domínio de determinadas formas lingüísticas e elegância e deselegância; entre domínio de determinadas formas lingüísticas e competência ou incompetência; entre domínio de determinadas formas lingüísticas e inteligência e burrice (...).

Com que direito visões preconceituosas podem ser reforçadas? As questões que envolvem a linguagem não são simplesmente lingüísticas; são, acima de tudo, ideológicas.

E a Sociolingüística produz fatos para colocar *lenha na fogueira* deste debate e particularmente no debate público sobre o preconceito lingüístico, corroborado *tacitamente* pela maior parte dos membros de uma comunidade lingüística. Sabe-se bem que, infelizmente, língua é também instrumento de poder; língua é também instrumento de dominação; língua é também instrumento de opressão. Ainda não vi, e gostaria de ver um dia (a utopia faz parte da vida), a língua ser usada como um real instrumento de libertação. (...)

Então, os resultados da pesquisa sociolingüística podem ser usados para a discussão do preconceito lingüístico, apresentando fatos inquestionáveis, que evidenciam que as pessoas não

estão simplesmente "nocauteando a concordância", "tropeçando" ou cometendo "gafes", mas, sim, deixando seu vernáculo emergir numa situação de fala em que muitos não admitem que ela possa emergir. [William] Labov bem o coloca que, quando estamos completamente envolvidos com o conteúdo lingüístico da nossa fala, deixamos de nos policiar e deixamos o vernáculo emergir, vernáculo este que muitas vezes não coincide com as formas codificadas e, ao longo do tempo *sentidas* como as únicas formas legítimas por grande parte dos usuários da língua.

(...) Relembro, todavia, que também não deveríamos perder de vista a possibilidade de podermos contribuir para a codificação de uma norma mais realística, mais interessante, que contemplasse valores diversos, que refletisse um pouco mais a nossa identidade lingüística e que restituísse aos alunos o prazer de "estudar português", dando vez à pluralidade de normas (...).

Finalizando, considero que, com os resultados que temos em mão, não temos o direito de nos omitir diante das situações concretas de preconceito lingüístico. Mais do que isto: temos o dever de nos manifestar. É o exercício da cidadania!!! Transcrevo a seguir uma parte de minha primeira carta enviada ao Correio Braziliense, que reflete bem a minha visão a respeito do preconceito lingüístico e de suas implicações perversas.

"Para mim, igual ou pior do que o preconceito de religião, raça, cor, sexo, classe social (entre outros) é o preconceito lingüístico, porque ele é sutil e, por razões históricas, corroborado pela maior parte da sociedade como algo natural. O preconceito lingüístico, muitas vezes, cria a falsa idéia de que há uma língua melhor do que outra, de que há um dialeto melhor do que outro. Pior do que isto, cria também a falsa idéia de que quem domina as formas de prestígio é mais inteligente, mais capaz. (...)

"Confundir discurso político com a língua de um povo é pensar esta língua como algo pequeno demais. E confundir forma de falar com competência ou com inteligência significa ver a língua apenas como instrumento de poder e de dominação, não como um poderoso instrumento de comunicação.

"A língua de qualquer povo, em qualquer época, é um instrumento extremamente poderoso porque presta a múltiplas funções: transmitir mensagens objetivas, organizar o pensamento, expressar os desejos e as emoções, convencer os outros, estabelecer contatos (...) e até mudar o estado das coisas, ou seja, até "realizar atos". Mas este precioso instrumento também pode servir a instintos nada nobres: pode servir para oprimir, para discriminar, para enganar, para mentir, e até (infelizmente) para alijar o ser humano do meio produtivo."

Maria Marta Pereira Scherre. *Pesquisa & Ensino da Língua: Contribuições da Sociolingüística*. UFRJ/CNPQ. Rio de Janeiro. 1996.

Texto 2

Outrossins...

Já escrevi sobre isso. Na ocasião, fui ácido na crítica – no que, aliás, acho que fiz muito bem. Do que estou falando? Estou falando é de certos indivíduos que passam a vida entre o cinza e o marrom: a hedionda raça dos burocratas. Todos engajados, com afinco, em lidar com papéis, encaminhá-los, despachá-los e sobre eles deitar falação, geralmente num estilo de bula de remédio. São montanhas, cordilheiras de cartas, ofícios, avisos, pareceres e todo tipo de correspondência que vai daqui para ali numa penosa melopéia canina: "Ao Sr. Assessor, Ao Sr. Chefe, Ao Sr. Diretor". Isso desde o simples bilhete que só atravessa a Esplanada dos Ministérios nas mãos do contínuo até o pesado processo que cruza a nação inteira e se destina a seu mais longínquo igarapé.

Não me refiro ao conteúdo dessa papelada. Ela, obviamente, traduz a própria razão de ser do serviço público. Reclamo é da lamentável forma como são escritos esses documentos oficiais e oficiosos.

É mais do que tempo de tornar inteligível e fluida a redação na administração pública. De falar português claro. Sim, porque causa espanto e náusea o blablablá rococó e gongórico que escorre, espesso e obscuro, pelas mal traçadas linhas da maioria dos processos escritos nestes brasis.

Há, em vigor, recomendação explícita no sentido de simplificar os textos. Mas, como outras, essa também não pegou. É olimpicamente ignorada por cidadãos pressurosos em bajular o chefe com palavras empoladas e ocas, numa verborragia que não conhece começo, meio nem fim.

Coisas como destarte, inobstante, máxime, outrossim, e assim por diante. Outrossim! Você já ouviu alguém pronunciar essa palavra? Uma vezinha só na vida? Pois bem, meu amigo, e no entanto as cartas e os ofícios estão cheios dela, dela que não altera ou acrescenta coisíssima alguma.

E que dizer do fim dos textos, quando surge aquele grotesco parágrafo que ninguém, rigorosamente ninguém lê – e se lesse não acreditaria um pingo no que ele declara: "Renovo meus protestos de estima", ou, pior ainda: "Colho o ensejo para reiterar meu apreço".

Colho o ensejo! Protestos de estima! Mais uma vez, paciente leitor, você já escutou isso da boca de alguém? Duvido. Pois há quem escreva, e lá se vai uma fortuna em tempo e dinheiro com tamanha baboseira!

A redação oficial não deve cultivar pretensões literárias. Estas são terreno dos literatos, que diabo. Há sujeitos, porém, que se dão ao desplante de escrever com o dicionário do lado só para escolher as palavras mais difíceis. Conheço um que adora trocar o tão comum verbo ligar pela raridade que é o verbo jungir, só para provocar efeito na quadrada cabeça do seu chefe.

Existem pérolas nesse campo fértil. No Banco do Brasil, certa vez, circulou uma carta que começava assim: "Assunto: Cobra", e prosseguia: "O Sr. Fulano de Tal dirigiu-se a esta seção informando ter sido picado pela epigrafada". Blearghhh!

Há, ainda, o reino da nebulosidade. Nele, nada supera este trecho de uma instrução do então recém-criado Banco Central, pelos idos de 1965: "Faz-se notar que os parentes consangüíneos de um dos cônjuges são parentes por afinidade do outro; os parentes por afinidade de um dos cônjuges não são parentes do outro cônjuge. São, também, parentes por afinidade da pessoa, além dos parentes consangüíneos de seu cônjuge, os cônjuges de seus próprios parentes consangüíneos". Tente decifrar e você cumprirá um delirante exercício de piruetas mentais.

Mera coincidência: enquanto reflito sobre tanta sandice, vejo, na televisão, um político de prestígio dizer simplesmente o seguinte: "Nada vejo de grave nas objugatórias de Sua Excelência". Sinto justa perplexidade, pois não estou defendendo o pobre e monossilábico vocabulário usado pela garotada, infelizmente formado a partir dos roncos primitivos do rock. Mas, tenha paciência, objurgatória!

E por aí afora. Até hoje os ofícios das repartições militares começam como no tempo do Barão de Paranapiacaba: "Solicitação (faz)", maneira bicentenária e anacrônica de pedir alguma coisa a alguém.

Repito: ninguém que regule bem diz coisas assim: "Meu amor, apraz-me comunicar que vou à sua casa amanhã. Outrossim, informo que chegarei para o jantar.", ou "Você está uma gracinha, querida. Destarte, podíamos fazer um programa, se lhe aprouver." – e lá se vai o programa por água abaixo...

Falando sério: você já calculou quanto o Brasil gasta com tamanha besteira? Milhões de linhas diariamente datilografadas ou digitadas, um custo altíssimo em fitas de máquinas, papel e tempo completamente perdido. Sim, porque, suprimidas tais palavras e frases, o sentido da mensagem em nada se altera – e, sobretudo, não há um só destinatário neste planeta que se comova

com reiteradas manifestações de subida consideração. Muito menos a mulher que, na cama, escuta o marido formal sussurrar-lhe ao ouvido: "Boa noite, meu bem. Renovo minhas expressões de distinta consideração, com o que me despeço. Até amanhã".

Tudo isso é absurdo, mas continuam as pobres secretárias datilografando o dia inteiro encômios, alvedrios e alvitres – além de zelarem com a máxima atenção pela ridícula margem direita, que atraso!

Saudades de Hélio Beltrão, que fez ventilar ar puro no seu tempo à frente do Ministério da Desburocratização. Foi bom enquanto durou. Depois, retrocedemos e agora só nos restam o tédio e o bocejo.

Márcio Cotrim.

Texto 3

GiLuminoso

Deus anda bom demais comigo. Não sei se mereço tantas gentilezas dEle. Na última terça-feira, a dádiva veio de um inesperado convite para ver Gilberto Gil, que participava, em São Paulo, do lançamento do livro "GiLuminoso – A po.Ética do Ser", trabalho do poeta Bené Fonteles, baseado na fecunda obra do mestre baiano.

Gilberto Gil é dessas almas iluminadas, alma de poeta, que o criador envia ao planeta com a missão de traduzir o sentimento de seu povo. E Gil o faz com textos que primam pela criatividade, pelo bom gosto e – por que não? – pela correção. Além de bálsamo para corações e mentes, a poesia de Gil é verdadeira aula de português.

Vejamos alguns casos, pinçados desse encontro. Em "Super-Homem, a Canção" – belíssima letra que até hoje incomoda muita gente -, Gil usa com mestria um tempo verbal dos mais interessantes: o mais-que-perfeito.

Verdadeira tortura em certas aulas de português, esse tempo – de nome enigmático ("Por que 'mais-que-perfeito'?", pergunta-se a garotada, cuja expectativa nem sempre o professor satisfaz) – surge na letra com dois valores distintos. Na primeira ocorrência ("Minha porção mulher, que até então se resguardara"), o mais-que-perfeito, em sua forma simples (que equivale à composta "tinha resguardado"), é usado com seu valor específico. E que valor é esse? Basta ver por que o mais-que-perfeito tem esse nome. Na verdade, antes é preciso saber por que o pretérito perfeito se chama perfeito. A palavra vem do latim "perfectu", que, ao pé da letra, significa "feito completamente". Não é à toa que se diz, por exemplo, que uma obra de arte é perfeita. Se é perfeita, não lhe falta nada; está completamente feita.

Na letra de "Super-Homem", Gil começa dizendo: "Um dia vivi a ilusão de que ser homem bastaria...". A forma verbal "vivi" é do pretérito perfeito, portanto indica algo passado e acabado, feito completamente. Quando o poeta diz "Minha porção mulher, que até então se resguardara", emprega o mais-que-perfeito ("resguardara") justamente para indicar que esse fato é anterior ao de deixar de viver a ilusão. A porção mulher "se resguardara" até o momento em que deixou de existir a ilusão de que ser homem bastaria.

Pois bem, se "vivi" (que , por extensão contextual, implica a idéia de que "deixei de viver") é pretérito perfeito, "resguardara", que indica fato mais velho, anterior, só pode ser "mais-que-perfeito", ou seja, "mais velho que o perfeito".

Como outros tempos verbais, o mais-que-perfeito tem valores paralelos, periféricos. Um deles aparece na mesma letra: "Quem dera pudesse todo homem compreender, ó mãe!, quem dera...". Como ocorre com "Tomara!" (que vem da primeira pessoa do singular do pretérito "mais-que-perfeito do verbo "tomar"), "dera" é do mais-que-perfeito do verbo "dar", mas não se

emprega com o valor específico desse tempo. "Dera", no caso, expressa desejo e funciona tal qual se vê em algumas formas do futuro do pretérito, como "gostaria", "desejaria" etc.

Outro belo exemplo de Gil, presente no livro, está em "Tempo Rei", letra em que o imperativo é usado com leveza e adequação: "Tempo rei, ó tempo rei, ó tempo rei / Transformai as velhas formas do viver / Ensinai-me, ó pai, o que eu ainda não sei/ Mãe Senhora do Perpétuo, socorrei." A segunda pessoa do plural, empregada nas formas do imperativo afirmativo ("transformai", ensinai e "socorrei"), confere ao texto tom de oração – oração ao deus tempo.

E pensar que alguns deuses (menos nobres, é claro) do ensino lingüístico pregam a sumária eliminação das segundas pessoas ("tu" e "vós") dos livros de português. Para esses nobres senhores, o verbo seria conjugado só nas primeiras pessoas (eu e nós) e nas terceiras (ele, eles, você vocês). E se dizem modernos, democratas e libertários. Para eles, liberdade é omitir, é negar ao futuro cidadão o direito de conhecer todas as formas da língua. Em última análise, é fazê-lo imaginar que Gil, Machado de Assis, Fernando Pessoa e Vieira escrevem na língua de outro planeta.

Em Porto Alegre, onde estive recentemente para proferir palestra durante a importante Feira do Livro que lá se realiza, o professor Paulo Ledur, presidente da Câmara do Livro, disse-me que em muitas escolas (algumas delas públicas) do Rio Grande do Sul são adotados esses livros de português que omitem a segunda pessoa. Logo lá, terra em que o delicioso "tu", muitas vezes com o verbo com o "s" da segunda pessoa ("tu podes", "tu viras"), é ouvido em cada esquina. Sem comentário.

Pasquale Cipro Neto. **O Globo**, 28/11/1999, p.34.

Elabore um resumo do **Texto 1**.

- extensão: de 200 a 250 palavras
- valor: 40 pontos

Desenvolva o tema:

O bom usuário do idioma é quem sabe infringi-lo no momento certo.

- extensão: de 450 a 600 palavras
- valor: 60 pontos

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Prova de Direito

Em 17 de junho de 2000

Examinadores:
Paulo Gustavo Gonet Branco
Marcio Pereira Pinto Garcia

A resposta a cada questão não deverá exceder a 40 (quarenta) linhas.
Valor de cada questão: 20 pontos.

1. Imagine que a República Democrática de Alobônia e o Reino de Songa concluam tratado bilateral em que Songa se compromete a importar determinados produtos manufaturados da mencionada República. Referida convenção é aprovada pelo parlamento do Reino. Após, ela é ratificada e incorporada ao ordenamento jurídico do país. Ocorre que a opinião pública local tem notícia de que as manufaturas importadas são fabricadas por crianças em campos de trabalho forçado. A indignação é geral. O Governo de Songa diz não conhecer os fatos. No entanto, à vista da gravidade das acusações, as autoridades locais decidem desvincular o Reino do tratado. Alobônia reprova, de modo contundente, a decisão. Argumenta que a forma de fabricação é irrelevante. Pondera que o texto pactuado é silente quanto à origem do produto. Diz, em síntese, que o pactuado deve ser obedecido (*pacta sunt servanda*). Pede-se ao candidato que redija, na condição de consultor jurídico da chancelaria do Reino de Songa, parecer sobre a questão para orientar decisão final de seu governo.

2. Considere o seguinte texto:

   "É fundamental a redução a escrito do costume internacional. Na realidade, se é difícil apercebermo-nos, com clareza, de quais as práticas seguidas pelos Estados, ainda mais onerosa é a tarefa de descoberta da intenção de juridicidade de tais práticas. Entretanto, podemos hoje dizer que muito foi feito no sentido da clarificação do costume internacional".

   Comente, argumentando a favor ou contra, o que é afirmado.

3. Suponha que, em determinado Estado da Federação brasileira, esteja para ser aprovada emenda à Constituição estadual, instituindo chefia dual do Poder Executivo local. Ela seria composta do governador do Estado e do chefe do Governo. A este incumbiria delinear e executar a política do governo do Estado; ao governador, caberia apenas sancionar as leis votadas e exercer funções de representação. De acordo com a emenda, o

chefe do Governo poderia ser afastado do cargo, se contra ele viesse a ser aprovada, por maioria qualificada, moção de desconfiança na Assembléia Legislativa. A emenda preveria, ainda, a possibilidade de o chefe do governo, em certas circunstâncias, dissolver a Assembléia Legislativa e convocar eleições gerais. Analise a legitimidade constitucional de tal proposta.

4. No *Mercador de Veneza* (Shakespeare), o personagem Antônio obtém empréstimo do agiota Shylock sem juros, mas tendo como garantia uma libra da carne do devedor, que o credor poderia arrancar, \`a faca, de qualquer parte do seu corpo. Intérpretes da peça afirmam que Antônio teria assinado tal contrato tomando como mera brincadeira a garantia estabelecida. Como se sabe, no momento do vencimento da dívida, Antônio não logra saldá-la, e Shylock se prepara para cortar o devedor inadimplente. Portia, entretanto, intervém no drama e lembra que o contrato previa a retirada de tão somente uma libra de carne. A execução deveria ser feita, portanto, sem perda de sangue do devedor, que não fora objeto do pacto; do contrário, Shylock haveria de sofrer a pena de morte. O argumento inviabiliza a execução do cruento propósito de Shylock. À vista da disciplina dos atos e negócios jurídicos no direito brasileiro, e supondo que o episódio ocorresse no Brasil, que outra linha de argumentação jurídica você poderia desenvolver para impedir a execução pretendida por Shylock?

5. Imagine que você, já diplomata, seja abordado no exterior por determinada pessoa indignada com a leitura que fez no art. 5°, *caput*, da nossa Constituição. Tal dispositivo, abrindo o título dos Direitos Fundamentais, informa que todos são iguais perante a lei, *"garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes (...)"*. O indivíduo interpela-o, querendo saber como podem os estrangeiros não-residentes no país não serem titulares de direitos fundamentais no Brasil. Como você responderia à indagação?

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Prova de Economia

Em 24 de junho de 2000

Examinadoras:
Maria da Conceição Sampaio de Souza
Mirta Sataka Bugarin

A resposta a cada questão não deverá exceder 30 (trinta) linhas.
Valor de cada questão: 20 pontos.

1. Argumenta-se que o investimento privado, tanto doméstico como estrangeiro, é crucial para o crescimento econômico. Utilizando a identidade fundamental das contas nacionais, explique a relação existente entre um aumento das despesas do governo e a acumulação do estoque de capital da economia.

2. O ano de 1968 é considerado como o início do processo de abertura da economia brasileira que tentava buscar novas formas de crescimento por meio de alterações na política cambial e da criação do sistema de incentivos às exportações. Nesse contexto, e baseando-se na teoria da paridade de poder de compra, analise a política de minidesvalorizações cambiais, implementada no Brasil, a partir de agosto de 1968.

3. "O desequilíbrio do setor público, no Brasil, contribui para deteriorar o Balanço Comercial, em virtude do seu impacto sobre as taxas de juros da economia e a conseqüente apreciação do real." Explique a lógica econômica que embasa essa afirmação.

4. "A existência de estruturas de mercado monopolistas é mais provável quando as condições tecnológicas implicam custos médios decrescentes para níveis de produção capazes de atender, parcial ou totalmente, a demanda de mercado." Avalie.

5. "Embora as preferências sejam perfeitamente subjetivas, a maximização da utilidade requer que os bens sejam consumidos até o ponto em que a utilidade marginal da última unidade consumida é idêntica para os diferentes consumidores." Discuta.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Prova de Geografia

Em 10 de junho de 2000

Examinadores:
Antônio Carlos Robert Moraes
André Roberto Martin

A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas.
Valor de cada questão: 20 pontos.

1. Processos de ocupação e povoamento distintos terminaram por produzir, no Brasil meridional, quatro modelos de aproveitamento agrário bem demarcados. Quais são eles e onde se localizam genericamente?

2. Os "eixos de desenvolvimento" substituíram nos últimos anos os antigos "pólos", como fatores de indução do crescimento econômico regional. Para o caso da Amazônia, cite dois destes "eixos", esclarecendo em que medida se articulam e ao mesmo tempo se diferenciam dos referidos "pólos".

3. Vários autores consideram que já se encontra em processo de estruturação a primeira megalópole ou macro-metrópole brasileira. Indique sua abrangência espacial e aponte o sentido prioritário de sua expansão, explicando as razões de seu dinamismo.

4. O mapa político da Europa tem-se modificado com velocidade maior do que a de outros continentes. Para alguns, isso poderia sugerir que, ao contrário do que se costumava dizer, as nações ali não representam uma realidade inteiramente consolidada. A partir dessa idéia, procure relacionar os movimentos recentes de coesão e fragmentação a que tem assistido o "Velho Mundo".

5. Embora considerada por muitos como "fora da nova ordem mundial", a África estaria, segundo alguns analistas, sendo fonte de perturbação de um dos pilares ideológicos do "mundo globalizado e sem fronteiras", ao ver-se colocado em xeque o "direito de ir e vir". Desenvolva as possibilidades de aumento ou diminuição dos movimentos migratórios intra e extra-africanos nos próximos anos.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Prova de História

Em 03 de junho de 2000

Examinadores:
Maria Eurydice de Barros Ribeiro
José Flávio Sombra Saraiva

A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas.
Valor de cada questão: 20 pontos.

1. "O modelo parlamentar adotado pelo país incluiu a prática de submeter obrigatoriamente ao parlamento a aprovação da lei de meios, como era chamado o orçamento. O governo não podia funcionar legalmente sem que tal lei fosse aprovada. Em caso de impossibilidade de aprovação havendo dissolução, por exemplo, da Câmara, votava-se a prorrogação do orçamento do ano anterior para o ano seguinte. O ritual de discussão do orçamento era seguido com rigor e constituía arma poderosa na mão do legislativo, que podia negar ao executivo os meios de governar." José Murilo de Carvalho, *Teatro de Sombras: A política imperial*, p 23.

   Analise o parágrafo acima considerando:
   a) A concorrência entre o Legislativo e o Executivo no Império Brasileiro.
   b) Os interesses dos vários grupos de grandes proprietários.

2. "A mudança de estilo caracterizada no século XIX veio duplamente servir à independência do país. O neoclassicismo indicava a vigência de uma nova organização do mundo, decorrente dos ideais democráticos da Revolução Francesa e ao mesmo tempo configurava-se como a imagem de um novo Brasil politicamente em vias de separar-se ou já destacado da antiga Metrópole." Mário Barata, in Sérgio Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. V, p. 411.

   Tomando como referência a reflexão acima, caracterize o neoclassicismo que, aos poucos, se tornou a arte oficial do Império.

3. Foi Getúlio Vargas quem declarou, no dia do golpe que instaurou o Estado Novo, em 10 de novembro de 1937: "Restauremos a Nação na sua autoridade e liberdade de ação – na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-lhe às influências desagregadoras internas e externas, - na sua liberdade,

abrindo o plenário ao julgamento nacional sobre os meios e os fins do governo..." Cf. Lourdes Sola, in Carlos Guilherme Mota, *Brasil em Perspectiva,* p. 256.

Com base nesse discurso, discuta sobre os principais componentes do discurso ideológico dominante no centro político do Estado brasileiro entre 1937 e 1945.

4. Uma das marcas do período que antecede a Grande Guerra (1914-1918) é a deterioração das relações entre os Estados europeus. As crises internacionais no Marrocos e nos Balcãs tornam evidente a concorrência européia por territórios, mercados e prestígio internacional. Essas questões puseram em xeque o equilíbrio de poder herdado da convivência européia do século XIX.

Considerando essa afirmativa, responda:
a) Qual o peso das crises entre os Estados europeus no período em questão para a deflagração da Grande Guerra?
b) Quais a mudanças fundamentais verificadas, ao longo da Grande Guerra e ao final dela, na convivência européia herdada do século XIX?

5. Uma das características marcantes do fim do século XX é o desenvolvimento de novas formas de organização da economia e da vida social, especialmente associadas à globalização e à internacionalização de padrões de produção e consumo, com grande impacto sobre o papel do Estado e das relações internacionais.

Com base nessa assertiva, responda:
a) Quais os impactos dessa nova realidade sobre as políticas internacionais dos grandes e pequenos Estados?
b) Quais os grandes agentes da modernização econômica em curso e seus diferentes papéis na conformação dos novos ordenamentos globais?

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 02 de abril de 2000

Prova de Inglês

Examinadores:
Manuel A. Carlos Montenegro Lopes da Cruz
Edite do Céu Faial Jacques
Mark David Ridd

1. Discuss the following statement:

Developing countries have a fundamental choice. They can mimic the industrialised nations and go through an economic development phase that is dirty, wasteful and creates an enormous legacy of environmental pollution; or they can leapfrog and incorporate efficient, modern technologies.

José Goldenberg, *in Guardian Weekly*, November 1999

Extension: from 350 to 450 words.
Value: 50 marks.

2. Translate the following texts into English:

Text one

A porta de vidro do chuveiro não estava funcionando bem. Fechar, fechava, mas à simples deslocação de ar provocada pela água, ela se abria mansamente. Só os nova-iorquinos excêntricos, que tomam banho no inverno, sabem o que significa uma repentina rajada de ar frio a assinar com a água quente do chuveiro um contrato de pneumonia dupla que nem a penicilina rescindirá. A ela, uma senhora brasileira residente em Nova Iorque, só restava mandar chamar o zelador do edifício.

O zelador compareceu ao fim de três semanas e cinco gorjetas, munido do competente alicate. Depois de verificar a procedência da reclamação, concluiu que o conserto fugia à sua alçada. A um zelador cabe receber os aluguéis no fim do mês, zangar com as crianças que brincam no saguão de entrada e, eventualmente, chamar à ordem os inquilinos que

dependuram roupas do lado de fora do prédio. No capítulo dos consertos, cabe-lhe apenas munir-se de um alicate e percorrer regularmente os apartamentos, recolhendo gorjetas.

Fernando Sabino, *A vingança da porta*. *In: Elenco de cronistas modernos*. Rio: Sabiá, 1971

Text two

Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem – tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção *espaçosa* do mundo, característica desse tipo.

Por outro lado, as energias e os esforços que se dirigem a uma recompensa imediata são enaltecidos pelos aventureiros; as energias que visam à estabilidade, à paz, à segurança pessoal e os esforços sem perspectiva de rápido proveito material passam, ao contrário, por viciosos e desprezíveis para eles. Nada lhes parece mais estúpido e mesquinho do que o ideal do trabalhador.

Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 26a. edição.

Value: 15 marks each.

3. Reading Assessment

Read this adapted version of an interview to *Aurora* given by John Kenneth Galbraith in late 1990 and complete the exercise that follows it.

A

Aurora: You have written that "[t]he tendency of the rich country is to increasing income and the tendency of the poor country is to an equilibrium of poverty." Do you still believe that to be true?
Galbraith: Yes, broadly speaking, this is still true of the poorest of the poor countries. It is certainly true of most of Africa, which has been the great disappointment in the post-Colonial world, and it still is true of a large part of the population of India, Pakistan, and elsewhere in Asia.

B

Aurora: Do you think that Latin America will continue to face stagnation in the early 1990s?
Galbraith: Well, Latin America is a mixed bag. The poverty of Argentina, Brazil, even Mexico is not comparable with what you see in Africa or much of Asia. But, yes, there is no question that the high rates of growth are a thing of the past and to some extent they were associated, of course, with a very high level of international borrowing.

C

Aurora: What have been the major forces determining this equilibrium of poverty?
Galbraith: In the first place I identify this with primitive agriculture, and two factors have been at work there. One is, of course, population growth. If you were a poor farmer in India, Pakistan, or in much of Africa, you would want as many sons as possible as your social security. They would keep you out of the hot sun and give you some form of subsistence in your old age. So, you have pressure for population growth that is, itself, the result of the extreme economic insecurity. This is something, which hasn't been emphasised enough.

Secondly, in some African countries, there has been a deeply misguided effort to keep farm and food prices low in order to benefit an urban proletariat. Whatever advantages this has had in the short run, it's had disastrous effects in the longer run. You have to divide the problem between urban activity (with some industrial life), and agriculture, with its equilibrium of poverty.

D

Aurora: Agricultural economists have certainly spent some time looking at the problems of food production, the problems of small scale agriculture, but would you say that this stands out as one of the major policy failures?
Galbraith: Well, there have been differences. In some parts of India there have been substantial agricultural successes. The so-called grain revolution gave India some food self-sufficiency. But in the poor countries as a whole, over much of Africa and Asia and over some of Central America, agricultural development has been extremely disappointing.

E

Aurora: One of the stories that emerges from the history of development planning is that there has been such apparently limited learning from policy mistakes, or even successes for that matter. Do you have any thoughts on that?
Galbraith: I think one of the major errors in the whole discussion of economic development has been the tendency to look at the United States or Canada and say that what we've done has worked here, and so it must work in the poor countries. And so we have sought to transfer from the developed western countries or in the case of the former Soviet Union to Mozambique and Ethiopia, the principles and practices of a rather highly developed system.
We forget that in our own path to economic development, we've had a very different set of priorities. We saw the need in the early stages to concentrate on education, on individual farm holdings, and on transportation, and this has mostly been forgotten in the desire to transfer developed structures and developed industry to the poor countries.

F

Aurora: Which has been of greater importance, bad advice based on a poor understanding of development processes or reasonable advice ignored when the advice doesn't appear to be in the interests of more powerful political groups in society?
Galbraith: I would attribute something to bad advice, but I would attribute a good deal to other factors, namely illiteracy, political instability, and bad land distribution systems. This, of course, is particularly important in Central and South America. In addition, the accommodation to poverty

destroys initiative, saps energy, prevents the search for something better and then becomes self-perpetuating.

G

Aurora: Does the accommodation to poverty suggest that meaningful change must come from the outside?

Galbraith: Absolutely. And one of the significant changes is the longer run prospect for urbanisation and the drawing of people from agriculture into industry with a higher productive potential.

But that is something which I would not emphasise at the expense of the other factors that I've mentioned, namely, emphasis on political stability, education, and cultural investment. We must always have in mind one simple fact—there is no literate population in the world that is poor, and there is no illiterate population that is anything but poor.

H

Aurora: Migration is very important in the history of the West. Would you not agree that the opportunities for migration tend to be much poorer in the Third World countries today? There are no new continents to discover.

Galbraith: I quite agree that in the last century or the early part of this century, the individual solution for poverty was to move from the poor countries to the rich countries, and I don't think that process is coming completely to an end. It is still true that in the highly industrialised countries the second and third generations of a labour force don't take very kindly to repetitive, systematised industrial labour. And so there is a steady demand for workers fleeing the worst privations of agriculture in other countries. That is what brings a very large number of Yugoslavs to Germany and Northern Africans to France. It brings very, very large numbers of Mexicans and West Indians to the United States. That process, I think, will continue.

Exercise

1. Summarise the interview in your words as an official report. The language must be formal. Write between 200 and 300 words.

[10 marks]

2. Write below five words or phrases that are unnecessary in section H of the interview.

[5 marks]

3. Select one correct option for each of the statements or questions below.

[5 marks]

a) Galbraith claims that:

i - The problem with the equilibrium of poverty can only be solved by abandoning agriculture and investing in urban industrialisation.

ii - Primitive agriculture is a major cause of population growth.

iii - The grain revolution has been disappointing.

b) According to Galbraith:

i - The developed world has exported its models but not its priorities to poor countries.

ii - Powerful political groups in poor countries have resorted to misguided advice and this has prevented industrialisation from breaking the equilibrium of poverty.

iii - The education of the immigrant work force in industrialised countries has done away with the need for more immigrant labourers.

c) What does the interviewer mean by "the outside"? (Section G of the interview)
i – abroad.
ii – cities.
iii - non-agricultural sectors.

d) In the text, the word "equilibrium" (*passim*) could be replaced by:
i – balance.
ii – perpetuation.
iii – equity.

e) In the text, "absolutely" (Section G of the interview) means:
i – quite.
ii – totally.
iii – hardly.

Questões - A

A1. Evolução da situação no Timor Leste. Sua relevância para o Brasil.

A2. Situação em Angola: descrição do conflito e possíveis perspectivas de solução.

A3. O regime de não-proliferação de armas nucleares: passado, presente e futuro.

A4. Discuta os aspectos políticos e jurídicos envolvidos na detenção e no julgamento do pedido de extradição do General Augusto Pinochet.

A5. Existe um direito de intervenção em situações de graves violações dos direitos humanos ? Comente os argumentos a favor e contra.

A6. A crise no Kosovo e o futuro do sistema de segurança coletiva.

A7. Situação na ex-Iugoslávia: descrição do problema e possíveis perspectivas de solução.

A8. Situação no Iraque: descrição do problema e possíveis perspectivas de solução.

A9. Discuta os aspectos políticos e jurídicos envolvidos no projeto de estabelecimento de um tribunal penal internacional.

A10. Crimes de guerra e crimes contra a humanidade: o que já fez e o que pode fazer a comunidade internacional para reprimi-los.

A11. Linhas históricas da evolução do relacionamento Brasil-Argentina.

A12. Comente as principais tendências atuais na política externa dos EUA para a América Latina.

A13. Potencial de relacionamento do Brasil com a África do Sul.

A14. Comente e analise a evolução do papel das Nações Unidas e das organizações multilaterais regionais na manutenção da paz e da segurança internacionais.

A15. Discuta a evolução do tratamento internacional da questão dos direitos humanos.

A16. De que maneira a ciência e a tecnologia influenciam a configuração das relações internacionais e as suas transformações ?

A17. Discuta a evolução do tratamento internacional da questão do meio ambiente.

A18. Descreva e comente a evolução da posição do Brasil com relação ao regime internacional de não-proliferação de armas nucleares ao longo das últimas três décadas.

A19. Comente os resultados da reunião de Cúpula América Latina-Caribe/ União Européia no contexto dos interesses econômicas e políticas do Brasil nos planos regional, hemisférico e global.

A20. Comente e analise a situação da China no atual cenário internacional, inclusive à luz de sua relevância para o Brasil.

A21. Comente e analise o problema da pretensão de aplicação extra-territorial de normas jurídicas e o seu significado para as relações internacionais contemporâneas.

A22. Falou-se, nos últimos tempos, de um "renascimento africano", cujas principais características seriam o avanço da democracia e do desenvolvimento econômico. Em que medida os episódios mais recentes na África corroboram, ou não, aquela avaliação ? Comente e exemplifique.

A23. Comente as perspectivas de evolução da questão palestina e seu impacto sobre a situação no Oriente Médio.

A24. Discorra sobre a situação dos chamados "Estados-párias" à luz das tendências recentes do sistema internacional.

A25. Comente e analise o impacto para a paz e a segurança internacionais dos testes nucleares e missilísticos realizados pela Índia e pelo Paquistão.

A26. Comente a expansão da OTAN para o leste europeu, inclusive à luz dos interesses da Federação Russa

A27. O fenômeno do estabelecimento de contingentes de brasileiros em países vizinhos como o Paraguai e Bolívia poderá vir a ser fonte de atritos com os países vizinhos? Como pode a diplomacia consular prevenir eventuais desentendimentos?

A28. Quais seriam os principais aspectos positivos da agenda com os EUA e quais os negativos? Como incentivar uns e superar os outros?

A29. Comente o papel das organizações não-governamentais no plano internacional em temas como direitos humanos e meio ambiente, inclusive à luz das posições defendidas pelo Brasil nesses campos.

A30. O narcotráfico é uma ameaça à segurança internacional? Que políticas e mecanismos poderiam combatê-lo?

A31. A postura do Brasil diante dos regimes de controle de exportações de bens sensíveis . Vantagens e desvantagens da participação em regimes de controle de exportações desses bens.

A32. A participação do Brasil nas operações de manutenção da paz: quais as vantagens em termos de cooperação internacional e de interesse nacional.

A33. Comente e analise os principais aspectos da política externa brasileira no campo cultural.

A34. Principais aspectos do relacionamento do Brasil com o Japão

A35. Principais aspectos do relacionamento do Brasil com os países do Oriente Médio

A36. Analise as relações entre o Brasil e a Argentina, tendo em conta a postura de cada um desses países frente aos Estados Unidos.

A37. Quais seriam as principais vantagens e desvantagens do pleito brasileiro para um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas?

A38. Está efetivamente a União Européia caminhando para a conformação de uma entidade transnacional equivalente a um "país continental"? O MERCOSUL poderá seguir o mesmo caminho?

A39. O conceito de "segurança hemisférica" conheceu muitas variações desde a doutrina Monroe e os ideais de Bolívar até o TIAR e a Guerra das Malvinas. Analise a evolução desse conceito à luz das realidades do pós-Guerra Fria.

A40. Comente e analise o conflito na Chechênia, situando-o no contexto das principais tendências da política internacional contemporâneas.

A41. Comente e analise a questão de Taiwan, à luz dos diversos aspectos de política interna e internacional envolvidos no problema.

A42. O Presidente Fernando Henrique Cardoso está convocando Reunião de Presidentes da América do Sul em fins de agosto. Procura-se desenvolver operacionalmente o conceito de "América do Sul" como ferramenta diplomática brasileira. O espaço sul-americano tem sido por excelência campo de atuação do Brasil, que exerce capacidade aglutinadora na região, embora ainda o faça com sobriedade. Discorra sobre vantagens e desvantagens desse enfoque.

A43. Em que consiste o chamado "MERCOSUL político"? De que forma a agenda do Tratado de Assunção poderia ser enriquecida? Há vantagens em seguir aprofundando essa vertente da integração no cone sul?

A44. Discorra sobre as implicações da situação interna colombiana para a segurança e a estabilidade da região amazônica, do Brasil em particular. Comente a crescente participação norte-americana, financeira e material, no combate ao narcotráfico colombiano, assim como a superposição do problema das drogas naquele país com a atuação das guerrilhas e outras forças irregulares.

Questões B

B1. As Nações Unidas foram estabelecidas para, entre outras atribuições, manter a paz e segurança entre os Estados. Entretanto, crescentemente, as atividades recentes da ONU nesse campo dizem respeito à manutenção, restauração e reconstrução da paz dentro dos Estados. A ONU está extrapolando seu mandato, ou mudou o conceito de soberania no mundo globalizado?

B2. Com o apregoado fim da confrontação bipolar entre os Estados Unidos e a antiga União Soviética, estará a China emergindo como novo pólo de antagonismo entre o Leste e o Oeste?

B3. Acontecimentos dramáticos como os verificados na antiga Iugoslávia ou em Ruanda e Burundi justificam a idéia de uma intervenção humanitária? Quais seriam os limites entre as ações dos estados individuais e da comunidade internacional?

B4. Estará a globalização delineando uma nova estratificação entre os estados ao longo de um primeiro, segundo, terceiro e até quarto mundos em termos de hegemonia política?

B5. Como explicar os processos de fragmentação de estados e nações num mundo em processo de globalização?

B6. A regionalização constituiria uma estratégia de inserção na globalização ou uma estratégia de reação contra ela?

B7. No mundo pós-guerra fria, ainda é relevante o conceito de não-alinhamento?

B8. A globalização seria uma ameaça à preservação de culturas nacionais?

B9. Discorra sobre a dimensão amazônica da política externa brasileira.

B10. Discorra sobre a dimensão sul-atlântica da política externa brasileira.

B11. Discorra sobre a vertente dos direitos humanos na política externa brasileira.

B12. Discorra sobre a dimensão ambiental da política externa brasileira

B13. Que parcerias estratégicas deveria buscar o Brasil fora do MERCOSUL?

B14. Comente a afirmação: O Brasil não tem problemas de fronteiras, mas pode ter problemas nas fronteiras.

B15. A globalização contribui para maior democratização das relações internacionais ou acirra o hiato entre o centro e a periferia?

B16. Diplomacia e imprensa - semelhanças e especificidades de atuação.

B17. Diplomacia e opinião pública - interesses de curto e longo prazo para a política externa.

B18. A diplomacia como vertente preventiva da defesa nacional. Desdobramentos regionais e internacionais.

B19. Como conciliar os interesses diferenciados de desenvolvimento dos diversos estados e regiões do país com os interesses do estado brasileiro? Como traduzir isso na política exterior brasileira?

B20. Diplomacia presidencial. Modalidades e oportunidades.

B21. A participação do Congresso Nacional na política externa brasileira.

B22. A dimensão africana da política externa brasileira. Atualidade e desafios.

B23. O fundamentalismo étnico-religioso como fator de ruptura ou aliança nas relações internacionais.

B24. O Brasil e as potências médias emergentes: países-pivôs, grandes mercados emergentes e "países-baleias". Semelhanças e diferenças.

B25. Relações entre política interna e política externa na diplomacia. O caso brasileiro. Prioridades políticas e econômicas à luz da conjuntura atual.

B26. O patrimônio diplomático do Itamaraty. Principais posturas políticas no âmbito multilateral (ONU, OEA, Grupo do Rio, CPLP etc).

B27. Discuta a questão do desemprego e da circulação internacional de mão-de-obra como fatores relevantes no atual panorama mundial.

B28. A assistência a brasileiros no exterior como uma das prioridades da política externa do Brasil. Comente e exemplifique.

B29. Discorra sobre a agenda social da ONU após o ciclo das "grandes conferências" realizadas nos anos 90.

B30. A realização universal do direito de autodeterminação dos povos contribuiria para garantir a paz e a segurança internacionais ?

B31. Com todas as mudanças verificadas no plano internacional ao longo das últimas décadas, tanto no plano econômico como no âmbito político, ainda há sentido em defender o princípio de soberania nas relações internacionais? Por quê ?

B32. Discuta a seguinte afirmação: "O avanço da democracia no mundo nas últimas décadas contribuiu para reduzir o risco de guerras".

B33. Há espaço para a ética nas relações internacionais ?

B34. Comente o papel da cultura e da religião nas relações internacionais.

B35. Discuta a configuração atual do sistema internacional do ponto de vista da distribuição dos recursos de poder entre os países e/ou grupos de países.

B36. Como se relacionam, na atual conjuntura internacional, as tendências de globalização e regionalização, nos planos econômico, político e dos valores? Que vantagens e/ou desvantagens essas tendências acarretam para o Brasil?

B37. Em que medida a transparência e a publicidade são, ou não, fatores positivos na condução da política exterior ? Comente e exemplifique.

B38. Já se propôs uma periodização da história do Brasil composta de três grandes fases: delimitação do espaço nacional, consolidação do espaço nacional e desenvolvimento do espaço nacional. Comente.

B39. Discorra sobre como o desejo histórico de autonomia diplomática do Brasil pode ser desenvolvido em novo cenário mundial, onde ganham terreno valores que se colocam acima das soberanias nacionais, tais como os direitos humanos e a proteção ambiental. De que maneira, por exemplo, a questão ambiental poderia voltar a ser fator de preocupação ao tratar-se da amazônia brasileira?

B40. Um dos objetivos diplomáticos do Brasil é o aprofundamento de relações de cunho estratégico com a Argentina. Entre os fatores comuns que favoreceriam esse enfoque estão: a solidez das instituições democráticas, a busca de inserção competitiva na economia mundial e a consolidação das relações bilaterais em matéria de segurança. Até onde poderia seguir avançando o relacionamento entre os dois países? Quais as novas etapas a serem percorridas?

B41. Discorra sobre a importância do fato externo e sobre a relevância do diplomata diante do desenvolvimento acelerado de novas tecnologias de informação. Há ainda espaço para a diplomacia tradicional? Que adaptações seriam necessárias doravante?

B42. Na América do Sul, seria hoje perceptível um novo ciclo de ameaças à democracia? Em caso afirmativo, que papel poderia o Brasil exercer? Como se situam nesse contexto as situações recentes do Paraguai e do Equador? Seria aplicável a toda a região sul-americana o "compromisso democrático" assumido pelo Protocolo de Ushuaia no âmbito do Mercosul?

B43. Desafios e oportunidades para parcerias estratégicas com países da Ásia e Pacífico.

B44. De que maneira a estrutura federativa do Estado brasileiro afeta a definição e a projeção do interesse nacional nas relações exteriores?

Questões - C

C1. Descreva o papel das principais instituições financeiras multilaterais.

C2. Comente o conceito de "globalização assimétrica".

C3. Compare o fenômeno contemporâneo da globalização econômica com a internacionalização econômica do período que antecede a primeira guerra mundial.

C4. Quais as possíveis conseqüências para o sistema multilateral de comércio do fracasso da reunião de Seattle da Organização Mundial do Comércio em lançar a chamada Rodada do Milênio de negociações comerciais.

C5. Qual o papel e a importância do Mercosul para a inserção econômica internacional do Brasil?

C6. Quais as características básicas da estrutura do comércio exterior brasileiro e quais as conseqüências desta estrutura para a política externa econômica do Brasil ?

C7. Discorra sobre os objetivos e perspectivas da conformação da Área de Livre-Comércio das Américas – ALCA.

C8. Qual a importância da criação do Euro do ponto de vista da economia internacional ?

C9. Por que as crises econômicas nos países emergentes (México, Ásia, Rússia) se tornaram crises de impacto mundial?

C10. Compare os conceitos de "país emergente" e de "país em desenvolvimento" à luz das tendências da globalização econômica.

C11. Discorra sobre as conseqüências para a economia internacional da liberalização econômica chinesa das duas últimas décadas.

C12. Discorra sobre a estrutura institucional da União Européia, diferenciando o caráter supranacional ou intergovernamental de seus órgãos.

C13. Comente os obstáculos enfrentados pelos países do leste europeu no processo de transição para a economia de mercado.

C14. Qual a modalidade de tomada de decisões das instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e quais as conseqüências desta modalidade sobre o funcionamento destas instituições? Compare com a modalidade de tomada decisões da OMC analisando as razões e conseqüências das diferenças.

C15. Na última rodada de negociações do antigo GATT (Rodada Uruguai), eram considerados "temas novos" os aspectos de propriedade intelectual relacionados ao comércio, as medidas de investimento relacionadas ao comércio e o comércio de serviços. Por que estes temas foram trazidos às negociações multilaterais de comércio?

C16. Discorra sobre as conseqüências econômicas para o México de sua participação no Acordo de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA, em particular quanto a sua inserção internacional.

C17. Comente sobre as conseqüências da desvalorização do Real sobre o Mercosul, do ponto de vista do seu impacto sobre as economias dos países do bloco e sobre o funcionamento do processo de integração.

C18. Qual o impacto da Política Agrícola Comum da União Européia sobre os mercados agrícolas internacionais?

C19. Discorra sobre as negociações comerciais entre o Mercosul e os demais países da América Latina.

C20. As regras do sistema multilateral de comércio, ao procurarem garantir a liberalização dos fluxos comerciais, interferem com os esforços para a cooperação internacional para proteção do meio ambiente?

C21. Analise a conveniência da criação de uma moeda comum para o Mercosul e os possíveis obstáculos à implementação de uma proposta dessa natureza.

C22. Quais as vantagens e desvantagens para o processo de integração regional da opção feita até aqui pelo Mercosul em favor de instituições estritamente intergovernamentais e não supranacionais?

C23. Discorra sobre a importância dos procedimentos de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) para o funcionamento do sistema multilateral de comércio.

C24. Analise a evolução das características gerais dos acordos de produtos de base nas últimas décadas.

C25. Compare a crise da dívida externa da década de 80 com as crises nos países emergentes nos anos 90.

C26. Comente as perspectivas dos países menos desenvolvidos dentre os países em desenvolvimento no atual cenário econômico internacional.

C27. Comente o papel da economia norte-americana no sistema econômico internacional.

C28. Comente o papel da economia japonesa no sistema econômico internacional.

C29. Comente o papel da economia européia no sistema econômico internacional.

C30. Em que medida é necessária uma nova arquitetura do sistema financeiro internacional ? Que interesses brasileiros estariam envolvidos nesse tipo de mudança na ordem internacional ?

C31. Avanços e perspectivas da integração energética na América do Sul.

C32. Liberalismo vs. intervenção do Estado na ordem econômica internacional.

C33. O problema da volatilidade dos fluxos internacionais de capital.

C34. Comente as posições defendidas pela diplomacia brasileira nas discussões relativas a uma possível Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) ? Como se fundamentam essas posições à luz dos interesses econômicos e políticos do Brasil ?

C35. Comente os problemas ocorridos no sistema financeiro internacional nos últimos anos e explique de que maneira esses problemas alteraram, ou não, os desafios com que se defronta a diplomacia brasileira no plano econômico internacional.

C36. Em que medida o processo de globalização está alterando o papel dos estados como atores protagônicos do sistema internacional na área econômica, comercial e financeira?

C37. Política brasileira no campo da promoção comercial. Quais deveriam ser as principais prioridades em termos de mercados e produtos.

C38. O que poderia ser uma Agenda para o Desenvolvimento num mundo globalizado?

C39. O patrimônio diplomático do Itamaraty. Principais posturas econômicas no âmbito multilateral (OMC, instituições de Bretton Woods, UNCTAD, Fundo Comum etc).

C40. Discuta o papel do G-7 no sistema econômico internacional.

C41. Comente a alegação de certos setores argentinos de que estaria havendo uma fuga de empresas para o Brasil, levando em conta suas conseqüências para o relacionamento bilateral entre o Brasil e a Argentina e para o Mercosul.

C42. As declarações de Alan Greenspan, presidente do Federal Reserve Board dos Estados Unidos, são sempre acompanhadas com grande atenção pela comunidade internacional. Qual a importância destas declarações e da instituição presidida pelo senhor Greenspan para a economia internacional e para o Brasil em particular

C43. A recente dolarização da economia decidida pelo governo do Equador como forma de enfrentar a crise econômica atravessada por aquele país configura uma tendência que será seeguida pelas demais economias latino-americanas?

C44. Comente as perspectivas e dificuldades das negociações comerciais entre o Mercosul e a União Européia no marco da formação de uma Associação Interregional.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 17 de março de 2001

Teste de Pré-Seleção

O Teste de Pré-Seleção (TPS) contém 50 questões, e cada uma vale 2 pontos.

Para responder às questões, você dispõe de dois formulários: a **Folha de Rascunho** e a **Folha de Respostas**.

Use, primeiro, a **Folha de Rascunho**, que você poderá corrigir, rasurar e, terminado o TPS, levar consigo, desde que não contenha cópia, ainda que parcial, das perguntas do TPS.

A **Folha de Respostas**, por outro lado, deve ser preenchida e manuseada com extrema cautela, pois trata-se do documento que você entregará aos representantes do Instituto Rio Branco.

Leia as questões com atenção.

Você dispõe de 4 (quatro) horas para completar o TPS.

Boa sorte!

O Caderno de Questões não poderá sair da sala de prova.

Assinale a única resposta certa a cada uma das seguintes questões:

(1 a 3) A convite dos organizadores da *Mostra do Redescobrimento*, os diplomatas inscritos no Primeiro e no Segundo Anos do PROFA-I, do IRBr, visitaram o Parque Ibirapuera para apreciar os 12 módulos da exposição sobre a arte brasileira, de suas origens até hoje. Obras de que artistas os jovens diplomatas não puderam admirar nos módulos indicados abaixo?

1. Em *O Olhar Distante*, reservado a artistas europeus que, entre os séculos XVII e XIX, registraram, à sua maneira, a paisagem brasileira:
   (a) Albert Eckhout.
   (b) Frans Jansz Post.
   (c) Johann Moritz Rugendas.
   (d) Nicolas Antoine Taunay.
   (e) Victor Brecheret.

2. Em *Arte Moderna*, dedicado aos artistas que revolucionaram a arte brasileira, nas primeiras três décadas do século XX, celebrando a nacionalidade e abordando os problemas sociais do país:
   (a) Anita Malfatti.
   (b) Iberê Camargo.
   (c) Ismael Nery.
   (d) Lasar Segall.
   (e) Tarsila do Amaral.

3. Em *Arte Contemporânea*, em homenagem aos artistas que, a partir dos anos 60, romperam com os suportes tradicionais, como a tela ou a massa escultural, para veicular suas obras:
   (a) Cícero Dias.
   (b) Franz Kracjberg.
   (c) Hélio Oiticica.
   (d) Lygia Clark.
   (e) Mira Schendel.

4. Obra célebre de Karl Marx, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, trata de:
   (a) o processo de luta de classes que conduz a uma radicalização da política francesa e, finalmente, à morte do Imperador Napoleão III, da França.
   (b) a guerra franco-prussiana e a subseqüente consolidação da unidade do povo alemão.
   (c) as lutas sociais no momento do final do período jacobino da Revolução Francesa.
   (d) a evolução social e política da França no período seguinte à Revolução de 1848.
   (e) o golpe de Estado que consolidou o poder de Napoleão Bonaparte em 1799.

5. O Embaixador e poeta Alberto da Costa e Silva tomou posse, em 17 de novembro último, na Academia Brasileira de Letras, dando seqüência a uma longa tradição de diplomatas eleitos para a ABL. Quem, da relação abaixo, diplomata embora, não foi eleito para a ABL?
   (a) Vinicius de Moraes.
   (b) João Guimarães Rosa.
   (c) Sérgio Paulo Rouanet.
   (d) Antonio Houaiss.
   (e) José Guilherme Merquior.

(6 a 9) Leia o texto abaixo e responda às quatro questões seguintes:

Bill Gates has renounced the machine that has made him the world's richest man. In a startling proclamation last week he announced that computers can do little to solve the world's gravest social ills. "The world's poorest 2 billion people desperately need healthcare, not laptops," he said.

Speaking in Seattle at a conference on using computers to help the third world, Gates said he still had faith in the ideal that technology could bring about a better world, but he doubted that computers – or global capitalism – could avert the most immediate catastrophes facing the world's poorest people.

Those who thought that developing countries could benefit from the e-economy had no idea what it meant to live on $1 a day with no electricity, he said. "You're just buying food; you're trying to stay alive."

The billionaire technologist became positively vitriolic about the idea of using computers in the third world: "Mothers are going to walk right up to that computer and say, 'My children are dying, what can you do?' They're not going to sit there and, like, browse eBay or something. What they want is for their children to live. Do you really have to put in computers to figure that out?"

For a man who has benefited more than anyone from the IT revolution, this reappraisal is extraordinary. Had the Pope renounced Catholicism, the surprise would not have been greater. His comments come after several months of his growing disillusionment about the state of the Earth and the potential for technology to help.

He admitted he had been very naïve when he began giving away his fortune six years ago. At that time he expected that computers and information technology would make up the bulk of his philanthropic donations. "Computers are amazing in what they can do, but they have to be put into the perspective of human values," he claimed. Having visited Africa and other poor regions, he said his priorities had now shifted.

6. No texto, *startling* (linha 1/2) significa:
   (a) *innovative.*
   (b) *hasty.*
   (c) *astonishing.*
   (d) *iconoclastic.*
   (e) *initial.*

7. *Bring about* (linha 6) significa:
   (a) *engender.*
   (b) *deny.*
   (c) *fail to produce.*
   (d) *hinder.*
   (e) *jeopardize.*

8. As prioridades de Gates:
   (a) *have been transferred.*
   (b) *have changed.*
   (c) *have been unswerving.*
   (d) *have grown old.*
   (e) *have been confirmed.*

9. Bill Gates:

(a) *rejects technology.*

(b) *believes global capitalism is not the root cause of poverty.*

(c) *feels some people are virtually unaware of mass poverty.*

(d) *says destitute mothers would enjoy accessing the Internet.*

(e) *thinks philanthropy of any kind is not worthwhile.*

10. Utilizando-se o conceito de elasticidade da demanda e da oferta, pode-se afirmar que:

(a) o aumento de produtividade na agricultura, combinado com uma demanda inelástica por produtos agrícolas, contribui para aumentar o faturamento dos produtores agrícolas.

(b) no curto prazo, restringindo a oferta de petróleo, os países da OPEP conseguem elevar o preço do petróleo. No longo prazo, porém, como a oferta e a demanda do produto tendem a ser mais elásticas, o elevado preço do petróleo não é sustentável.

(c) o governo poderá aumentar sua arrecadação tributária taxando os bens cuja elasticidade-preço da demanda é elevada.

(d) quanto mais elástica for a demanda por um bem normal, maior será o ganho dos produtores, mensurados em termos de receita total, associados a uma política de aumento de preços.

(e) a baixa elasticidade da demanda, que caracteriza o mercado do cobre, poderia explicar o insucesso do cartel internacional formado pelos países produtores de cobre.

11. Nas óperas abaixo, menos em uma, o desfecho envolve a morte de um dos personagens centrais. Qual é a exceção?

(a) *Aida*, de G. Verdi.

(b) *Carmen*, de G. Bizet.

(c) *Il Barbiere di Siviglia*, de G. Rossini.

(d) *Don Giovanni*, de W. A. Mozart.

(e) *La Traviata*, de G. Verdi.

12. Não são raros os adjetivos em Português que se originam de personagens da tradição cultural ocidental (reais ou fictícias). Assinale a opção que não serve de ilustração para essa assertiva.

(a) Os perplexos zeladores do zoológico londrino não davam conta do apetite pantagruélico dos pandas.

(b) O comportamento histriônico do ex-prefeito desta vez não seduziu os incautos moradores da periferia.

(c) O velho decano do convento bretão não se livrou da trama maquiavélica de seus confrades.

(d) O famoso elixir do mefistofélico feiticeiro deixou-os entregues à sua sádica vontade.

(e) O ilustre ativista sul-africano lamentava-se do draconiano exílio a que o submeteram.

13. A VI Conferência das Nações Unidas sobre o Clima, reunida na Haia, em novembro último, não conseguiu promover acordo quanto à redução da emissão de gases que produzem o efeito estufa. A que, tal como divulgado pela imprensa brasileira, se pode atribuir esse resultado?

(a) à falta de entendimento entre os países em desenvolvimento.

(b) à relutância dos principais países emissores em cumprir as metas de redução de emissão, acordadas em Kioto.

(c) às deficiências dos documentos de trabalho, preparados pela Secretaria da Conferência.

(d) às manifestações dos ativistas ligados a meio ambiente.

(e) à verificação científica de que vem regredindo o efeito estufa.

14. Segundo boa parte da crítica especializada, o teatro moderno brasileiro nasceu em 1943, com a montagem da primeira peça de Nelson Rodrigues, sob a direção de Ziembinski. A peça era:

(a) *O Beijo no Asfalto*.
(b) *Os Sete Gatinhos*.
(c) *Bonitinha, mas Ordinária*.
(d) *Vestido de Noiva*.
(e) *Toda Nudez será Castigada*.

15. Assinale a opção verdadeira.

(a) Nos sistemas eleitorais brasileiro e norte-americano, é possível que um candidato seja eleito Presidente, embora seu oponente tenha recebido um número maior de votos populares.

(b) Em todos os sistemas eleitorais, é possível que um candidato seja eleito Presidente, embora seu oponente tenha recebido um número maior de votos populares.

(c) Nos sistemas eleitorais brasileiro e norte-americano, não é possível que um candidato seja eleito Presidente se o seu oponente receber um número maior de votos populares.

(d) Já ocorreu, na história dos EUA, que um candidato a Presidente fosse eleito com menos votos populares do que seu oponente.

(e) No sistema eleitoral brasileiro, é possível que um candidato seja eleito Presidente, embora seu oponente tenha recebido um número maior de votos populares, mas isso nunca ocorreu em nossa história.

16. A *Festa do Bode* é o título do romance mais recente de Mario Vargas Llosa. Não é da autoria do mesmo escritor um dos títulos abaixo. Qual?

(a) *Conversa na Catedral*.
(b) *Pantaleão e as visitadoras*.
(c) *Cem anos de solidão*.
(d) *Tia Júlia e o escrivinhador*.
(e) *A Guerra do fim do mundo*.

17. Segundo dados recentes, os países com maior volume de investimentos diretos no Brasil atualmente seriam, pela ordem:

(a) Espanha, EUA e Portugal.
(b) EUA, Alemanha e Espanha.
(c) EUA, Espanha e Holanda.
(d) Espanha, EUA e Itália.
(e) EUA, Alemanha e França.

18. Em setembro de 1963, durante a XVIII Assembléia-Geral das Nações Unidas, o Embaixador João Augusto de Araujo Castro, então Ministro de Estado das Relações Exteriores, proferiu discurso que viria a marcar de forma decisiva a política externa brasileira nos anos seguintes. Qual a seqüência de palavras utilizada pelo Chanceler brasileiro nesse discurso, conhecido como o discurso dos três Ds, que definiria as prioridades da diplomacia brasileira?

(a) desarmamento, descolonização, desenvolvimento.
(b) desenvolvimento, despolarização, desmilitarização.
(c) desenvolvimento, democracia, desarmamento.
(d) descongelamento, defesa, descolonização.
(e) distensão, defesa, democracia.

19. Em uma de suas crônicas, publicada na *Folha de São Paulo*, Carlos Heitor Cony diz que Fernando Henrique Cardoso passou a ser considerado como "um varão de Plutarco" (em vista de ato baixado pelo Presidente não havia muito tempo). Sobre a expressão "varão de Plutarco", é correto apenas um dos comentários a seguir. Qual?

(a) A expressão tem sempre caráter pejorativo.

(b) É uma expressão alusiva a homens públicos que foram criticados pelo filósofo grego Plutarco por sua ambição.

(c) Trata-se de uma expressão usada em geral para designar figuras do mundo político.

(d) A expressão é alusiva a personagens masculinos de Plutarco, famoso teatrólogo romano.

(e) A expressão é usada para designar cidadãos respeitáveis, íntegros, semelhantes àqueles que foram biografados por Plutarco.

20. No volume 1 de *História da Vida Privada no Brasil*, lê-se o seguinte trecho:

"*Quase cinqüenta anos depois, Debret registrava o costume das classes abastadas de passar o Natal e a Páscoa nos sítios, quando à meia-noite serviam o chá, depois cada um se retirava para o seu aposento*".

Debret, de que fala o texto, era o Jean Baptiste, que foi:

(a) Famoso fotógrafo que, a partir de 1840, registrou episódios da cultura brasileira a convite de D. Pedro II.

(b) Ativista francês do século XIX, que veio para o Brasil para atuar na proclamação da República.

(c) Oficial da marinha de guerra, fundador do movimento *Economia e Humanismo*, de grande militância na abolição da escravatura.

(d) Antropólogo francês que, no final do século XIX, estudou a população rural brasileira.

(e) Desenhista e pintor francês que escreveu e ilustrou *Viagem pitoresca e histórica do Brasil*.

21. Qual das palavras abaixo melhor define a expressão "solução de continuidade"?

(a) continuísmo.

(b) abuso de poder.

(c) resultado favorável.

(d) conservadorismo.

(e) interrupção.

22. Na fase atual de globalização dos mercados, o comércio internacional é apontado como um fator crucial para o crescimento econômico. A esse respeito, pode-se afirmar que, segundo os teóricos da corrente liberal:

(a) o comércio internacional pode ser descrito como um "jogo de soma zero", em que haverá sempre um "ganhador", que usufruirá os benefícios do comércio internacional, e um "perdedor", que arcará com os custos dessa troca.

(b) ao transacionarem bens e serviços no mercado internacional, as nações tendem a produzir mais eficientemente, podendo, então, obter ganhos mútuos.

(c) os países que apresentam um elevado grau de abertura econômica devem, necessariamente, depender de outras nações para financiar seu consumo interno.

(d) os governos que intervêm no sentido de regular e limitar o comércio internacional de seus respectivos países contribuem para aumentar os ganhos potenciais do comércio internacional.

(e) o comércio internacional afeta negativamente a produtividade média do trabalhador porque os produtos domésticos são substituídos por produtos de procedência estrangeira.

23. Sobre as bacias hidrográficas brasileiras, pode-se afirmar que:

(a) apesar de variar em termos de proporção, todas elas são suscetíveis de utilização para navegação e irrigação e apresentam grande potencial hidroelétrico.

(b) a Bacia Amazônica, a mais utilizada para a navegação, é a que também possui o maior potencial hidroelétrico, mas ainda não tão aproveitado como o da Bacia do Paraná.

(c) a rigor, apenas a Bacia do Paraná tem elevado potencial hidráulico, devido à presença de cachoeiras; em contraste, não é utilizável para navegação como a Bacia Amazônica.

(d) a Bacia do São Francisco é a única que serve simultaneamente às três finalidades: irrigação, navegação e produção de energia.

(e) a Bacia do Pantanal, com sua declividade quase nula, não apresenta potencial energético, mas vem sendo muito utilizada para a irrigação.

24. Preencha as lacunas com a correta seleção de verbos:

The police in Kosovo __________ they have broken an international trafficking and prostitution ring by __________ bars, hotels and homes in Kosovo Polje. They __________ sledgehammers __________ down the doors of several suspect buildings. Sniffer dogs __________ in to search for explosives.

(a) *claim / raiding / are using / breaking / were sending.*

(b) *are claiming / raided / used / breaking / were sent.*

(c) *claims / raiding / were using / to break / sent.*

(d) *claim / raiding / used / to break / were sent.*

(e) *are claiming / raid / used / to break / were sent.*

25. Indique a opção que contém apenas filmes dirigidos por Gláuber Rocha:

(a) *Vidas Secas, Câncer, O Pagador de Promessa.*

(b) *Macunaíma, Deus e o Diabo na Terra do Sol, O Desafio.*

(c) *Limite, Cinco Vezes Favela, Rio 40 Graus.*

(d) *A Idade da Terra, Barravento, Terra em Transe.*

(e) *Os Fuzis, A Queda, O Cangaceiro.*

26. Entre os tratados e organizações internacionais mencionados abaixo, apenas uma seqüência contém as que se dedicam ou se dedicaram precipuamente a temas econômico-comerciais. Qual é a seqüência?

(a) GATT, UNCTAD, FAO, ASEAN e OTAN.

(b) FMI, OMC, UNICEF, G-7 e APEC.

(c) NAFTA, OMC, TNP, OCDE e OEA.

(d) ALALC, OMC, TIAR, SELA e MERCOSUL.

(e) UNCTAD, OMC, APEC, CARICOM e GATT.

27. Assinale a afirmação falsa.

(a) De acordo com a Constituição de outubro de 1988, o mandato dos Senadores brasileiros é de oito anos.

(b) A representação de cada Estado e do Distrito Federal no Senado é renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

(c) O Presidente do Senado Federal preside a Mesa do Congresso Nacional.

(d) O Presidente do Senado Federal é eleito para cada legislatura.

(e) Cada legislatura tem a duração de quatro anos.

28. Questão política de grande premência e relevância na vida brasileira durante o período da Regência e os primeiros anos do Segundo Reinado:

(a) o Queremismo.
(b) o movimento restaurador.
(c) a Questão Religiosa.
(d) as rebeliões provinciais.
(e) a Questão Militar.

29. Segundo as informações divulgadas por pesquisadores, a chamada "doença da vaca louca" teve origem:

(a) na exposição do rebanho bovino à radiação de usinas nucleares.
(b) na alimentação do rebanho com ração contendo componentes animais.
(c) na exposição do rebanho a condições de frio excessivo.
(d) na exposição do rebanho a condições de calor excessivo.
(e) na prática da inseminação artificial.

30. Ao longo de 2000, a Argentina enfrentou sérios desafios macroeconômicos. Muitos analistas apontam, entretanto, a importância de decisões que, entre o final do ano passado e o início de 2001, melhoraram as expectativas econômicas no país vizinho. Tais decisões estão listadas a seguir. Indique a falsa.

(a) abandono da paridade entre o peso e o dólar.
(b) negociação de pacote de auxílio financeiro com o FMI.
(c) publicação do orçamento de 2001.
(d) envio ao Congresso de projeto de reforma da previdência.
(e) avanço na desregulamentação de planos de saúde.

31. Preencha as lacunas com a correta seqüência de palavras:

Britain's over-50s __________ increasingly split into two nations: affluent early retirers in search of a better quality of life, and low-paid men and women __________ to continue beyond pension age because of financial necessity, researchers __________ this week. Huge increases in the number of middle-aged people living alone after divorce or separation __________ growing demand for rented rooms, while more men __________ towards alcoholism and depression would create a burden for welfare services.

(a) *are to be / compelled / say / will mean / slid.*
(b) *are / compelling / said / meant / slide.*
(c) *will be / are compelled / said / means / sliding.*
(d) *will be / compelled / said / would mean / sliding.*
(e) *are to be / compel / said / would mean / slid.*

32. A expressão "homem cordial" foi cunhada por Sérgio Buarque de Hollanda em seu livro *Raízes do Brasil*, publicado em 1930. O que é o "homem cordial"?

(a) um homem bem-educado.
(b) um pacifista.
(c) um tipo que trata assuntos públicos como questões privadas.
(d) um mentiroso.
(e) um tipo de homem que traz no coração a vida social, de salões.

33. Assinale a palavra grafada incorretamente:

(a) acessível.
(b) suscinto.
(c) asceta.
(d) exegese.
(e) prescindir.

34. *A recompensa do cientista é o eureca. Mas o propulsor da partida é sua curiosidade.*
Sobre o termo "eureca", que aparece no trecho acima, é correto apenas um dos comentários a seguir:

(a) Trata-se de uma exclamação com que os gregos comemoravam uma vitória olímpica.

(b) Trata-se de uma exclamação, que, em grego, significa "achei", "encontrei", proferida por Tales de Mileto, ao demonstrar a igualdade dos ângulos opostos pelo vértice.

(c) É uma interjeição, de origem grega, atribuída a Arquimedes, ao ter descoberto a lei do peso específico dos corpos.

(d) É uma interjeição de espanto, usada para indicar a perplexidade diante de um fenômeno aberrante ou exótico.

(e) É uma interjeição, usada para indicar pedido de socorro, mais comumente em caricaturas e histórias em quadrinho.

35. A "Rodada Uruguai", lançada em 1986 e finalizada em 1994, representou a mais complexa negociação econômica internacional da história. Indique, entre as opções abaixo, a que claramente constitui, do ponto de vista dos países em desenvolvimento, uma falha da Rodada.

(a) insuficiência na regulamentação do comércio de serviços.
(b) incapacidade de normatizar os direitos de propriedade industrial.
(c) insuficiência na liberalização do comércio de produtos agrícolas.
(d) fracasso na negociação de um código de salvaguardas.
(e) fracasso na negociação de um acordo de medidas de investimento relacionadas com o comércio.

36. Na década de 80, Elis Regina emocionou o Brasil com sua gravação de *O Bêbado e o Equilibrista*. A letra da música fala de um país que sonha com "a volta do irmão do Henfil." De quem se tratava?

(a) Ziraldo.
(b) Millor Fernandes.
(c) Jaguar.
(d) Betinho.
(e) Fernando Gabeira.

37. O Censo 2000 revelou que a população brasileira:

(a) se está concentrando cada vez menos na zona urbana.
(b) cresceu a uma taxa maior na década dos 90 do que na dos 80.
(c) se dirige crescentemente para as regiões litorâneas.
(d) vem crescendo a taxas médias anuais mais elevadas do que as dos países desenvolvidos, mas ao nível das do mundo.
(e) é majoritariamente de homens.

38. A *Entente Cordiale*, estabelecida em 1904, reuniu que países?

(a) Sérvia e Rússia.
(b) Bélgica e Reino Unido.
(c) Itália e Império Austro-Húngaro.
(d) Alemanha e Império Otomano.
(e) França e Reino Unido.

39. Os impactos econômicos associados à imposição de uma quota à importação de um determinado bem diferem daqueles decorrentes da fixação de uma tarifa porque:

(a) contrariamente à tarifa, a quota não afeta o preço doméstico do bem em questão.

(b) o estímulo à produção doméstica resultante da imposição de uma quota é maior que aquele associado a uma tarifa.

(c) a tarifa gera receita para o governo, ao passo que a quota não o faz.

(d) a tarifa reduz o bem-estar de todos os consumidores; a quota, porém, prejudica unicamente os consumidores que, em virtude da quota, não podem adquirir as quantidades desejadas desse bem.

(e) as quotas à importação não reduzem o bem-estar da economia.

40. No romance <u>Quincas Borba</u>, de Machado de Assis, a personagem-título é?

(a) um padre.
(b) um sertanejo.
(c) um filósofo (e um cachorro).
(d) um bandeirante.
(e) um burocrata.

41. Os processos de integração econômica, que ganharam grande impulso nas décadas de 80 e 90, podem ser classificados em termos da abrangência de seus propósitos, bem como do alcance dos acordos sobre os quais se fundam. Considerando as distintas categorias de processos de integração, tais como definidos pela teoria econômica contemporânea, assinale a alternativa falsa:

(a) O NAFTA é um tratado de livre-comércio, pois tem como característica a eliminação das barreiras tarifárias entre seus países membros, sem obrigá-los, contudo, a estabelecer uma tarifa externa comum.

(b) O MERCOSUL é uma união aduaneira imperfeita, uma vez que ainda persistem as chamadas "perfurações à TEC", ou seja, produtos com respeito aos quais os países membros aplicam diferentes tarifas externas.

(c) A ALADI, ainda hoje, pode ser considerada como o mais amplo e bem-sucedido exemplo de mercado comum implantado no hemisfério ocidental, dado que a ALCA não passa de um projeto em negociação.

(d) Com a entrada em circulação do EURO, a União Européia tornou-se uma união monetária, embora ainda incompleta, devido a casos como o da Inglaterra, que insistiu na manutenção da libra esterlina. A adoção de uma moeda comum, porém, consolida a posição de vanguarda da UE nos processos de integração econômica regional.

(e) O projeto da criação de uma área de livre-comércio na América do Sul pressupõe, entre outros fatores, a prévia substituição dos acordos de preferência tarifária existentes entre os países membros do MERCOSUL e os países da Comunidade Andina por acordos de livre-comércio, contendo cronogramas de desgravação que permitam a eliminação das tarifas aplicadas ao comércio intra-zona.

42. Pedro__________ o regulamento, ______ o fato passou ___________.

(a) infligiu/mais/despercebido.
(b) infligiu/mas/desapercebido.
(c) infringiu/mas/desapercebido.
(d) infringiu/mas/despercebido.
(e) infrigiu/mais/despercebido.

43. Uma doutrina no âmbito da teoria das relações internacionais enfatiza o Estado como ator internacional, a importância de interesses políticos básicos (por exemplo, a segurança) como motor da ação dos Estados e o decorrente potencial de conflito entre eles. Essa doutrina é o:

(a) liberalismo.
(b) realismo.
(c) institucionalismo.
(d) idealismo.
(e) universalismo.

(44 e 45) Você está servindo em uma área econômica do Itamaraty e apresenta a seu chefe alguns dados sobre um país qualquer, ocasião em que você informa que o PIB do país em questão é, atualmente, de US$ 1 trilhão, com uma taxa de crescimento anual projetada de 10% anuais. Esse país usa o dólar como moeda local, é exportador de bens primários e apostou na liberalização de seu setor produtivo e financeiro, como forma de atrair capitais e equilibrar suas contas externas. Diante disso, assinale, nas perguntas abaixo, a resposta correta.

44. Em quanto tempo, pergunta-lhe seu chefe, você pode estimar que o PIB deste país chegue a US$ 2 trilhões, mantida a taxa de crescimento projetada? Sua resposta deve ser:

(a) em menos de 10 anos.
(b) em exatamente 10 anos.
(c) em mais de 10 anos.
(d) é difícil prever, já que o dólar pode flutuar no curto prazo.
(e) depende da taxa de crescimento.

45. Ante a vulnerabilidade deste país a choques externos, seu chefe pede-lhe que comente quais alternativas tal país teria ante uma hipotética queda dos preços internacionais das matérias-primas exportadas. Sem entrar no mérito mais propriamente político de cada uma delas, qual das opções econômicas abaixo não faz sentido do ponto de vista apenas da teoria econômica?

(a) Elevar as taxas de juros internas para tentar atrair capitais externos e assim equilibrar o Balanço de Pagamentos.

(b) Ampliar o gasto fiscal por meio de uma política monetária mais restritiva, que permita o estímulo à economia interna.

(c) Impor tarifas à importação, como forma de reduzir o déficit comercial.

(d) Acelerar acordos de integração comercial buscando ampliar a participação relativa em mercados cobertos por esses acordos e tentando compensar via preferências tarifárias a queda dos preços internacionais.

(e) Criar linhas especiais de crédito para produtores internos que agreguem valor dentro do país aos bens primários exportados.

46. O que foi a *Declaração Balfour*?

(a) A outorga de auto-governo à Irlanda pela Coroa britânica, depois do Levante da Páscoa de 1916.

(b) A indicação, durante a Primeira Guerra Mundial, de que o governo britânico via com simpatia a instalação de um lar nacional judeu na Palestina, atendidas certas condições.

(c) O desafio lançado às sanções internacionais pelo regime de minoria branca na Rodésia do *Premier* Ian Smith.

(d) O reconhecimento pelo Reino Unido da secessão e independência do Paquistão Oriental, com o nome de Bangladesh, em 1969.

(e) A proclamação do direito da marinha britânica de apreender, sem restrições de jurisdição, quaisquer embarcações envolvidas no tráfico escravo.

47. Durante a *happy hour*, alguns bares costumam oferecer petiscos gratuitamente para seus clientes. Para explicar essa oferta, a racionalidade econômica baseia-se no fato de que:

(a) os proprietários desses locais sentem-se satisfeitos ao ver seus clientes felizes e, por isso, oferecem petiscos gratuitos.

(b) provavelmente, isso ocorre porque os proprietários desses locais recebem grandes descontos dos seus fornecedores de petiscos.

(c) a ineslaticidade-preço dos petiscos acarreta aumento na propensão ao consumo de bebidas.

(d) petiscos e bebidas são bens substitutos, de modo que a redução do preço dos petiscos aumentaria a demanda por bebidas.

(e) a demanda por bebidas pode aumentar porque petiscos e bebidas são bens complementares.

48. Preencha as lacunas com a correta seleção de verbos:

Opponents of President Armando Camino in Vesuvia __________ him for corruption on the scale of his predecessor, Antonio Morales, who __________ by "people power" in the early nineties. An editorial in the Vesuvian press yesterday __________ that if Camino really __________ another Morales and faced impeachment, the movement against him __________ as another mass upsurge.

(a) *denounced / ousted / stated / was / can be regarded.*
(b) *have denounced / was ousted / states / is / can be regarded.*
(c) *are denouncing / was ousting / stated / was / can be regarded.*
(d) *have denounced / was ousted / stated / were / could be regarded.*
(e) *denounce / was ousted / would state / were / could be regarded.*

49. Indique a opção com as definições trocadas:

(a) elidir: suprimir, eliminar.
ilidir: contestar, refutar.
(b) eminente: alto, elevado, sublime.
iminente: prestes a acontecer.
(c) descrição: ato de descrever, representar, definir.
discrição: discernimento, reserva, recato.
(d) pleito: sujeição, homenagem.
preito: demanda, litígio; discussão.
(e) remição: ato de remir; resgate, quitação.
remissão: ato de remitir; intermissão, perdão, expiação.

50. Em 2000, o Brasil teve:

(a) déficit na balança comercial e em transações correntes, compensados, em boa medida, pela entrada de capital estrangeiro.

(b) superávit na balança comercial e em transações correntes, o que permitiu reduzir sensivelmente o endividamento externo do país.

(c) déficit na balança comercial, provocado entre outros fatores pela elevação dos preços do petróleo, compensado por um superávit em transações correntes.

(d) pequeno superávit na balança comercial e um acentuado déficit em transações correntes, em virtude das restrições ao crédito no sistema financeiro internacional.

(e) superávit na balança comercial, graças à maior competitividade das exportações, favorecida pelos efeitos da desvalorização do Real em janeiro de 1999.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 31 de março de 2001

Prova de Português

Examinadores:
Paulo de Tarso Leite de Moraes Jardim
Denise de Aragão Costa Martins
Gisele Andrade de Souza

Leia os textos que se seguem.

Texto 1

A integração racial no Brasil

Marco Maciel*

Os tempos de afirmação social e de fecundas transformações por que passa a sociedade brasileira indicam que o país está finalmente engajado em um aspecto que diz respeito às suas responsabilidades históricas, às quais sucessivas gerações da elite política brasileira sempre demonstraram inconcebível alheamento. Refiro-me à questão étnica.

Oportuno lembrar a terrível, mas verdadeira, sentença prolatada por Joaquim Nabuco em sua pregação em favor do abolicionismo, quando afirmou que não bastava extinguir a escravidão no Brasil. Importante era erradicar seus efeitos. As formas ostensivas e disfarçadas do racismo, que permeiam nossa sociedade há séculos, sob a complacência geral e a indiferença de quase todos, são parte dessa obra inacabada, inconclusa, de cujos efeitos somos responsáveis.

A riqueza da diversidade cultural brasileira não serviu, em termos sociais, senão para deleite intelectual de alguns e demonstração de ufanismo de muitos. Terminamos escravos do preconceito, da marginalização, da exclusão social e da discriminação que caracterizam o dualismo social e econômico do Brasil. É chegada a hora de resgatarmos esse terrível débito, que não se inscreve apenas no passivo da discriminação étnica, mas sobretudo no da quimérica igualdade de oportunidades virtualmente asseguradas por nossas constituições aos brasileiros e aos estrangeiros que vivem em nosso território.

Se não seguirmos o conselho de Nabuco, pouco teremos feito para virar essa página mal-escrita de nossa história. Basta percorrermos os índices do desempenho social brasileiro para constatar o peso da herança histórica e da realidade sociológica do país. O papel da "ação afirmativa" deve indicar muito mais do que um simples diálogo ou a mera constatação de uma adversidade --- mancha mais indelével em nossa trajetória política desde que nos transformamos em nação. Espero que o exame da experiência americana, a partir de alguns de seus marcos mais significativos, entre os quais a decisão da Corte Suprema revogando o entendimento quase secular da constitucionalidade da doutrina de "iguais mas separados", sirva de inspiração para que possamos transitar do campo sempre fértil das promessas para o terreno mais promissor das realizações.

Temos de convir que a exclusão social, embora dramática sob o ponto de vista da desigualdade de oportunidades que se cristalizou como o marco diferencial de nossa civilização, gerou conseqüências que contribuem para agravar a discriminação racial. É uma espiral perversa, que não será vencida se nos ativermos às conseqüências sem remoção das causas. O Brasil terá de convencer-se de que os negros e seus descendentes deixarão de ser minoria no próximo século, pois já representam maioria em três das cinco regiões brasileiras.

Atualizaríamos o pensamento de Nabuco se às "medidas socais", a que aludiu, acrescentássemos as de natureza econômica.

Vencer o preconceito que se generalizou e tornar evidente o débito de sucessivas gerações de brasileiros para com a herança da escravidão que se transformou em discriminação é apenas parte do desafio. Se vamos consegui-lo com o sistema de cotas compulsórias no mercado de trabalho e na universidade, como nos Estados Unidos, ou se vamos estabelecê-las também em relação à política, como acaba de fazer a lei eleitoral, com referência às mulheres, é uma incógnita que de antemão ninguém ousará responder. Não tenho dúvida de que, se não tivesse havido discriminação econômica, não teria havido exclusão social. Sem uma e a outra, a discriminação racial não teria encontrado o campo em que plantou raízes. O caminho da ascensão social, da igualdade jurídica, da participação política terá de ser cimentado pela igualdade econômica que, em nosso caso, implica o fim da discriminação dos salários, maiores oportunidades de emprego e participação na vida pública.

Nesse sentido, parece-me, o papel da educação será essencial. Lembrava Nina Rodrigues que, no Brasil, até os traços predominantes da cultura negra em nosso multiculturalismo, se não desapareceram, pelo menos esmaeceram. Já não distinguimos mais, tal como aconteceu com a cultura indígena, o que e o quanto de nosso cotidiano devemos ao negro.

As conquistas jurídicas da Carta de 1988 --- artigos 3°, 5° e 7° --- têm de ser seguidas de conquistas econômicas, capazes de reverter a crença de que o sucesso, a ascensão e a afirmação dependem apenas do esforço individual na superação do preconceito.

É preciso que todos tenham consciência, sem que para isso sejam lembrados constantemente de que somos a maior nação africana fora da África.

Comparativamente à realidade dos Estados Unidos, temos a vantagem de não termos de superar a segregação e a separação, que tanto esforço custou à sociedade americana. Em troca, temos de convencer uma parcela razoável da nossa gente de que medidas compensatórias em favor dos negros não representam apenas uma etapa da luta contra a discriminação, mas o fim da era da desigualdade, da exclusão, se pretendemos uma sociedade igualitária e mais justa.

In Correio Braziliense, em 25/XI/2000
Vice-Presidente da República

Texto 2

"... a miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação..."

Gilberto Freyre, trecho de *Casa-Grande & Senzala* (1933).

Texto 3

No Brasil, observa-se a ocorrência de um preconceito de cor, diferente do preconceito de raça, visto que este subsiste mesmo quando o indivíduo não apresenta, exteriormente, qualquer característica da raça considerada inferior (como nos Estados Unidos, onde uma pessoa inteiramente loira, de olhos azuis e sem qualquer traço negróide pode sofrer as conseqüências do preconceito de raça, uma vez que se saiba que ela teve um ascendente negro, ainda que muito remoto); o preconceito de cor seria também diferente do preconceito de classe, por atingir mesmo pessoas das chamadas 'classes superiores', uma vez que sejam de cor negra ou parda. (...) A intensidade do preconceito de cor varia de acordo com as várias nuanças que este atributo pode assumir no mestiço: quanto mais escuro é o indivíduo, mais ele sofre as conseqüências do preconceito de cor.

Oracy Nogueira, trecho de *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão para um quadro de interpretação do material sobre relações raciais no Brasil.*

Elabore um resumo do **Texto 1**.

- extensão: de 200 a 250 palavras
- valor: 40 pontos

Desenvolva o tema:

Seu chefe em um posto no exterior foi convidado para participar de seminário sob o título "Discriminação e integração raciais". Em virtude de compromisso profissional inadiável, ele informa haver combinado com os promotores do evento que enviará para representá-lo o(a) funcionário(a) que apresentar o melhor texto sobre o tema **"A questão étnica no Brasil"**.

Submeta, pois, seu texto (extensão: de 450 a 600 palavras). Não é necessário referir-se aos promotores, nem explicar estar substituindo o(a) Embaixador(a), muito menos incluir fórmulas de cortesia aos demais participantes do seminário. Concentre-se no conteúdo da matéria.

Desaconselha-se citar os textos acima reproduzidos.

- valor: 60 pontos

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 16 de junho de 2001

Prova de Noções de Direito

Examinadores:
Paulo Gustavo Gonet Branco
Márcio Pereira Pinto Garcia

Valor de cada questão: 20 pontos
Extensão de cada resposta: até duas páginas

QUESTÃO 1

A Senhora W, nacional de Pasárgada, onde tem domicílio, decide ir a Futurolândia, conhecer determinado museu. Para tanto, solicita concessão de visto ao Consulado-Geral de Futurolândia — condição necessária para que nacional de Pasárgada entre no território do país irmão. Após os trâmites consulares de estilo, ela recebe visto de turista com validade de sessenta dias. Com alguma dificuldade econômica, adquire as passagens e providencia reserva em hotel. Ao chegar a Futurolândia, agentes da imigração desconfiam da Senhora W. Trata-se de uma afro-pasargadense de alguma idade, que nunca tinha estado em território futurolandense. Determinam, assim, interrogatório. A Senhora W tem péssimo domínio do idioma local. A entrevista é desastrosa. Ela, de resto, não traz consigo dinheiro suficiente — pela ótica das autoridades locais — para permanecer duas semanas em Futurolândia. O desfecho do incidente é a denegação de entrada. A Senhora W é detida e acorrentada a um banco, no próprio aeroporto, aguardando a partida do primeiro vôo para Pasárgada.

Transtornada com o ocorrido e com a perda do investimento feito (passagem, hotel etc.), ela procura orientação sobre eventuais medidas jurídicas a serem tomadas. Aconselhe-a sobre o que fazer.

QUESTÃO 2

Comente as seguintes observações: "Não se entende a razão de ser de tantos privilégios e imunidades de que gozam os agentes diplomáticos e consulares, nem das isenções fiscais de que se beneficiam as instalações diplomáticas. Pior, parece ser nitidamente abusivo estender tais privilégios a familiares e a pessoal de serviço. Mesmo o controverso argumento de que estes indivíduos seriam identificados com o próprio estado estrangeiro que os enviou parece não ter razão de ser quanto a seus familiares ou empregados".

QUESTÃO 3

Tendo em conta a natureza jurídica do direito das gentes na hora atual, comente a seguinte assertiva: "Assim como Sísifo foi condenado a repetir eternamente o mesmo trabalho, o direito internacional parece condenado a ter constantemente de justificar sua fundamentação e validade jurídica".

QUESTÃO 4

Um indivíduo foi expulso de determinada cooperativa, entidade privada, sem que lhe fosse dada oportunidade de defesa, já que os estatutos sociais não previam tal direito. Ele contesta em juízo essa decisão. Aponta, para tanto, o art. 5°, LV, da Constituição de 1988, que assegura "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral (...) o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes". A cooperativa contra-argumenta, dizendo que os direitos fundamentais só podem ser invocados contra o Estado e não em desfavor de outros particulares. Analise a controvérsia.

QUESTÃO 5

Imagine que seja editada lei proibindo a concessão de passaporte a brasileiros em determinadas condições. Considere, ainda, que o Supremo Tribunal Federal tenha julgado improcedente ação declaratória de constitucionalidade, tendo por objeto essa mesma lei. Suponha, por fim, que o Senado Federal não se tenha manifestado sobre a decisão. Cidadão nacional apresenta a funcionário brasileiro no exterior, competente para isso, pedido de concessão de passaporte que se enquadra na proibição contida na lei. Explique, de modo fundamentado, como o funcionário deve proceder.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 23 de junho de 2001

Prova de Noções de Economia

Examinadoras:
Maria da Conceição Sampaio de Souza
Mirta Sataka Bugarin

Valor de cada questão: 20 pontos
Extensão máxima de cada resposta: 30 linhas

QUESTÃO 1

A economia japonesa apresenta taxas de poupança extremamente elevadas. Utilizando a identidade básica macroeconômica, explique de que forma essas taxas elevadas de poupança relacionam-se com as exportações líquidas do Japão.

QUESTÃO 2

"O controle de capitais, praticado pelos países que desejam desatrelar a taxa de juros doméstica da taxa de juros mundial, pode ter efeito negativo sobre o nível de sua atividade econômica se, antes da implementação de tal controle, esses países apresentarem um saldo negativo em sua conta corrente." Comente.

QUESTÃO 3

"Um aumento nos níveis de produtividade na indústria brasileira conduzirá a uma apreciação do real". Avalie essa proposição, utilizando as curvas de oferta e demanda de divisas.

QUESTÃO 4

À luz dos conceitos básicos da teoria da produção e dos custos, explique de que forma a crise energética atual pode reduzir a oferta dos bens e serviços disponíveis para a população. Em sua resposta, analise a situação no mercado de eletricidade e nos mercados dos demais bens e serviços, no curto e no longo prazo.

QUESTÃO 5

O elevado déficit do Tesouro na década de 50 e no início dos anos 60 é apontado, em vários estudos, como a principal fonte da inflação que caracterizou a economia brasileira no final dos anos 80 e no início da década de 90. Explique os fatores que atuaram como determinantes desse déficit.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 9 de junho de 2001

Prova de Geografia

Examinadores:
André Roberto Martin
Eli Alves Penha

Valor de cada questão: 20 pontos
Extensão de cada resposta: até duas páginas

QUESTÃO 1

É sabido que o Brasil possui o maior rebanho de gado bovino comercializável do mundo. No entanto, a produtividade média ainda é considerada baixa. Que razões históricas e geográficas podem ser invocadas para explicar essa aparente contradição?

QUESTÃO 2

A indústria brasileira vem passando por um processo de reconversão produtiva, cujas conseqüências espaciais não estão ainda completamente nítidas. No entanto, algumas tendências re-alocativas já puderam ser verificadas. Indique-as, localizando as principais áreas beneficiárias desse processo e aquelas mais prejudicadas.

QUESTÃO 3

Em 1941, foi instituída a divisão regional do Brasil, apoiada nos fatores naturais. Essa divisão persistiu até 1969, quando foi substituída pelas macro-regiões. Quais foram os critérios para essa mudança?

QUESTÃO 4

Em certo sentido, pode-se dizer que o "ambientalismo contemporâneo" representa, ao mesmo tempo, uma ruptura e uma continuidade frente ao velho "determinismo geográfico". Explique por quê.

QUESTÃO 5

A União Européia deve sua existência fundamentalmente à superação das rivalidades franco-alemãs. A discussão sobre o futuro da UE viu reabrirem-se as divergências entre seus principais protagonistas. Quais as razões que levam a França a preferir uma "Europa das Nações" e a Alemanha a defender um "federalismo europeu"?

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 2 de junho de 2001

Prova de História

Examinadores:
Maria Eurydice de Barros Ribeiro
José Flávio Sombra Saraiva

Valor de cada questão: 20 pontos
Extensão de cada resposta: até duas páginas

QUESTÃO 1

No clássico *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado afirma que "numa economia do tipo da brasileira do século XIX, o coeficiente de importações era particularmente elevado, se se tem em conta apenas o setor monetário, ao qual se limitavam praticamente as transações externas".

Justifique a afirmativa acima, tomando como base a transição da economia escravista-exportadora para o novo sistema sustentado no trabalho assalariado.

QUESTÃO 2

A política exterior do Brasil ao longo do século XX preocupou-se em manter alto grau de continuidade em suas formulações e ações. Portadora do paradigma da singularidade - que significa a valorização dos desígnios próprios à afirmação da responsabilidade internacional do Brasil - e de um paradigma pragmático - que traduz o desinteresse pelas paixões ideológicas -, a política exterior também incorporou, no curso do século, visões emanadas da sociedade brasileira.

Com base nessas considerações, observe, dos anos 1930 a nossos dias, o peso de duas visões marcantes da sociedade brasileira e suas implicações para o encaminhamento da política exterior do Brasil:

a) o desenvolvimento e a política exterior do Brasil; e
b) a paz e a política exterior do Brasil.

QUESTÃO 3

O Brasil dos tempos terminais da República Velha assistia a transformações relevantes em sua organização social, política e econômica. Relacione as transformações em curso, agrupando-as em torno de dois campos:

a) aquelas relativas à gradual modificação das formas econômicas e sociais dominantes na República Velha; e
b) aquelas associadas às modificações no campo político e nos interesses regionais projetados no governo central.

QUESTÃO 4

Segundo alguns analistas, o bombardeio a Hiroshima e Nagasaki, em 1945, teria simbolizado o ocaso da velha ordem internacional do século XIX e impedido o surgimento de uma terceira grande potência nas relações internacionais na ordem do pós-guerra. Berlim já sucumbira, e aquela era a vez de Tóquio. A nova ordem internacional teria apenas dois pólos de poder: Washington e Moscou.

Com base nessa visão, se procedente, avalie:

a) o peso relativo do Japão nas relações internacionais antes e depois da Segunda Guerra Mundial;
b) as razões do soerguimento japonês, mesmo sob ocupação militar no imediato pós-guerra.

QUESTÃO 5

Do término da Conferência de Paz ao advento de Hitler ao poder na Alemanha, as relações intereuropéias passaram, segundo alguns historiadores, por três curtas fases: a) de 1920 a 1924, evidenciou-se que as decisões de Versalhes dificilmente serviriam de base para orientar a conduta dos Estados; b) de 1925 a 1929, abriram-se o entendimento franco-alemão e as perspectivas de que a Sociedade das Nações pudesse triunfar; e c) de 1929 a 1939, viveu-se o ocaso da aparente harmonia, com a volta dos problemas internacionais da primeira fase, aos quais se acrescentaram os da depressão econômica do capitalismo.

Explique como, em cada uma dessas três curtas fases, se deteriorou o papel antes desempenhado pela Europa nas relações internacionais.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 1° de abril de 2001

Prova de Inglês

Examinadores:
Manuel A. Carlos Montenegro Lopes da Cruz
Edite do Céu Faial Jacques
Mark David Ridd

1 - COMPOSITION

Extension: 350 to 450 words in length
Value: 50 marks

In the light of the following quotations, comment on the relations between economics, warfare, and the forging of the modern state.

What a country calls its vital economic interests are not the things which enable its citizens to live, but the things which enable it to make war.

Simone Weil *in*: W.H. Auden, *A Certain World*. 1971

Think of political economy as an historical process rather than some kind of established model. It begins – and this is often forgotten – with war, the father of all things. It was war, time and again pushing up the expenses of governments, that fostered the development of modern systems of taxation. For most of history, men lived in warfare states, not welfare states.

Those who prefer their political history to be finance-free need to remember that it was in large measure the quest for taxation that led to the spread of representative government. 'No taxation without representation' was not just a slogan of the American Revolution; it accurately describes a historical process stretching back to medieval England, and indeed to ancient Athens. And as many states have sought to increase the taxation they exact, so they have found it hard to refuse a concomitant widening of political representation. A case in point was the great democratisation that occurred after the First World War, which can be understood as the political price for high wartime sacrifices.

Money does not make the world go round, but it establishes the framework – the cage, if you like – within which we live our lives. To understand this is not to be let out the cage. It does not even tell us who has the key. But at least it shows us where the bars are.

Niall Ferguson, *The Cash Nexus*. Harmondsworth: Penguin, 2001

2 - TRANSLATION

Value: 15 marks each

Translate the following texts into English:

Text A

À exceção de quatro pequenos poemas publicados por acaso, Emily Dickinson (1830-1886) nada viu impresso de seu no decurso de uma estranha vida de quase absoluta reclusão e de intenso debruçar-se sobre si mesma e sobre a essência da limitada escala dos objetos que a rodeavam. Escreveu, todavia, mais de mil e seiscentos poemas (dos quais uns trezentos ainda hoje inéditos, ao que saibamos), que só foram publicados, e em parte, bastante tempo após sua morte. O gênio de Emily Dickinson demorou ainda mais em ser reconhecido. Somente durante os últimos anos da década de vinte, já neste século, sua obra começou a adquirir verdadeira importância, só então entrando a agir como força transformadora da poesia mundial. Hoje a unanimidade da crítica tem-na considerado como o maior poeta americano do século XIX, ao lado, e completando, e "compensando", Walt Whitman; o francês René Taupin, por exemplo, numa dessas frases de relativa significação, declara-a superior a Safo, enquanto o inglês Mertin Armstrong, menos entusiástico, diz de sua poesia tratar-se "da mais bela escrita por mulher, em língua inglesa".

A glória, no entanto, de Emily Dickinson, não depende, de modo algum, de sua condição de mulher.

Mário Faustino, "Emily Dickinson" *in Poesia – Experiência*.
São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

Text B

Às oito e meia da noite de 16 de março de 1964 eu não sabia que minha vida ia mudar. Às nove horas ia passar pela primeira vez no Brasil o filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha. Três dias antes, eu estivera no comício de Jango na Central do Brasil, onde a noite caíra estrelada por milhares de tochas de petróleo que os trabalhadores da Petrobrás erguiam como personagens de Eisenstein e eu olhava apaixonado o rosto da primeira-dama no palanque.

Todos nos sentíamos "históricos", como caídos de repente na praça amotinada de São Petersburgo ou vendo a decapitação de Maria Antonieta na Bastilha.

Eu estava ali dentro, mas não me sentia muito parte daquilo tudo. Estranho, um presidente da República pedindo apoio a uma multidão de miseráveis para salvá-los. De quê? Sua mulher parecia alheia, linda, intocada por aquela massa. [...] Uma revolução seria feita, mas não rolou nada. Dali a três dias, num cinema do Rio, fez-se uma.

[O] filme começou. Um plano aéreo do sertão de Cocorobó. Corte súbito para o olho morto de um boi roído de sol. Villa Lobos na trilha. E caiu um silêncio sideral na sala. Todos os

olhos estavam sendo feridos por imagens absolutamente novas. Como explicar isso? Não apenas um bom filme que víamos. Nada. Era um país que nascia à nossa frente.

Arnaldo Jabor, "Deus e o Diabo na Terra do Sol",
in: *Folha Conta Cem Anos de Cinema*. São Paulo, 1995.

3 - Text-based Exercises

3.1. Report on the status of digital technology and its role for the development of China in the light of the views and facts expounded in the following two articles.

Value: 10 marks.
Extension: about 300 words in length and be written in formal language.

Hello, is the rest of China there?

Now that permanent normal trading relations with China are more or less permanent and almost normal, conventional wisdom dictates that Chinese consumers will emerge healthier, wealthier, and more wired under the new telecom-friendly, pro-market regime. But internal Chinese turf wars over telecom services and infrastructure paint a more complex picture.

Faced with a rush of foreign investment, nervous state monoliths are fiercely battling for territory. Nowhere is this urgency more apparent than in the race to build and control China's nascent information superhighway, where the telecommunications and cable/broadcasting sectors are exchanging body blows. At stake is universal communications service, as well as the hazy, evolving notion of the public interest in China – the "right" to be wired – a point made by University of California at San Diego Professor Yuezhi Zhao in the telecommunications and media journal *info*.

Zhao outlines the regulatory background of today's battles, detailing the history behind the elite-driven establishment of China's telecommunications network and the somewhat more ad hoc (and widespread) development of a cable and broadcasting network. Although each bureaucracy is fighting for the right to provide broadband – a high-volume telecommunications pipeline – to the masses, a deep-seated ideological chasm divides the two sides: while the telephone was traditionally a means of elite political communication, cable television, as an organ of party propaganda, has been accessible to ordinary households in ordinary villages since its inception.

Behind the street battles – and there have been many, with wire-cutting teams and armed crews out in force – questions loom. Should communications service be treated as a commodity or as a public good? Should the public interest, encompassing the notion of communications access for all of China's citizens, be equated with the emerging notion of consumer interest, as embodied by China's rising and bottom-line-oriented middle class? As Zhao points out, China's uneasy transition from a planned economy to a market economy has blurred traditional roles and left many government offices focusing on profit motive rather than public service.

The result, the author notes, is an out-of-control telecommunications build-up that rewards foreign suppliers without necessarily promoting development.

Underlying the internal political rifts is another chasm: the so-called digital divide, or gap between the world's wired and unwired – in this case the gap between China's ultraconnected urban areas and its muffled hinterlands. Glossy media images of Beijing residents in hip Internet cafés contrast sharply with the reality of one village the author visited last year. Nearly 10 percent of its households had dropped cable television due to sharply increasing fees. For those who assume a smooth digital future for all of China, Zhao's arguments should provide some static.

Shanti Kalathil, in *FOREIGN POLICY*, Sept./Oct., 2000

Wired "Greater China" Could Link the World

The historian Barbara Tuchman called it "One of the great 'ifs' and harsh ironies of history," that in January 1945 Mao Zedong and Zhou Enlai offered to travel to Washington to negotiate China's future directly with President Franklin Roosevelt. Tragically for the future of China and the West, the effort was buried by hostile State Department personnel.

The river of history does not flow down high stone canyons; it can turn in directions unforeseen by those who guide it and misunderstood by those who study it. But the Internet and digital technology offer a redefinition of communication between nations, a decentralization of diplomatic and economic links.

In this new global civilization connected by modems, optical fiber cables and satellite transmission, the People's Republic of China and Greater China – including ethnic Chinese communities throughout the Pacific rim, from Bangkok to Sydney, from Singapore to Vancouver – will be a crucial nexus. The direction they select will change the world.

Here are three scenarios:

- A low-integration China where, in the face of catastrophic unemployment from the privatization of state-owned enterprises and a backlash from those who do not benefit from free markets, China retreats from the global economy and gives up its efforts at economic reform. New-technology channels such as the Internet are closed in the cause of greater political stabilization.
- A selectively open China, a version of the current situation, in which more industrial and business sectors are privatized, but where the Internet is not allowed a major role because Beijing lacks control over its content. The main risk of this choice is being cut off from the explosive impact of technological changes.
- A virtual greater China that would involve a deep electronic integration across political, military, legal, economic and sociocultural domains, in science, technology, medicine and ecology. Beijing, in collaboration with Taiwan and Singapore, would invest in and build a network linking the remotest villages of the mainland with all the communities of the Chinese diaspora.

By choosing this third path, Beijing could profoundly alter the way the world thinks and acts within an integrated economy. Today, we consider and describe economies in national terms and put the label "global" on trade between countries. This is an archaic distinction - countries do not exist in the world of e-commerce.

The Ming admiral Zheng He (1371-1435) led seven trading and exploration voyages that visited 37 countries, from what is now Vietnam to Arabia. His journeys seeking trade and information contrasted with the ensuing European voyages of conquest.

Historians of China have often lamented that the Ming chose to not follow up on admiral Zheng's ideas and discoveries. Today the Internet has provided China the opportunity to reverse that mistake. The Chinese diaspora is the most populous and widespread ethnic community in history. If it were integrated through new communications technology, an emerging virtual China could become the foundation of world peace and prosperity.

Howard Perlmutter and David Perlmutter, *in International Herald Tribune*, 02/03/2001

3.2. Read the following passage and fill in each blank with one missing word:

Value: 10 marks.

Everyone wants his or her rights, and will defend them (1) __________. Not everyone, (2) __________, wants responsibilities, (3) __________ the painful responsibilities that come with law enforcement. Twenty-one years ago a woman named Kitty Genovese was assaulted and murdered on a street in New York. Dozens of neighbors heard her (4) __________ for help but did (5) __________ to assist her. They didn't (6) __________ call the police. In (7) __________ a climate the criminal understandably grows (8) __________. In the presence of moral cowardice, he lectures us on our supposed failings and (9) __________ to equate his crimes with our (10) __________ for justice.

The death of anyone - even a convicted killer - diminishes us (11) __________. But we are diminished even more by a justice system that fails to (12) __________. It is an illusion to let (13) __________ believe that doing (14) __________ with capital punishment removes the murderer's (15) __________ from our conscience. The rights of society are (16) __________. When we protect guilty lives, we give up innocent lives in (17) __________. When opponents of capital punishment say to the state: "I will not (18) __________ you kill in my name," they are also saying to murderers: "You can kill in your *own* name as long as I have an excuse for not getting involved."

It is hard to think of anything worse than being murdered while neighbors do nothing. But something worse (19) __________. When those same neighbors (20) __________ back from justly punishing the murderer, the victim dies twice.

Edward Koch, *The Little, Brown Reader*
in: *Law: A Rule of Human Acts*. Beijing:
Unicorn English Reading Library - Tsinghua, 2000

1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

8.

9.

10.

11.

12.

13.

14.

15.

16.

17.

18.

19.

20.

IRBr
Questões Internacionais Contemporâneas – Bloco A

1. Globalização e autonomia tecnológica: possibilidades para os países em desenvolvimento

2. Disserte sobre o papel da legitimidade na condução da política externa a partir da seguinte afirmação: "Sabemos que as soluções da Guerra Fria, a dicotomia alinhamento/não alinhamento, já estão superadas. No mundo de hoje, as *issues* tendem a se fragmentar, o que induz a diferentes padrões de coalizões, motivados por circunstâncias específicas e tangíveis. Modelos diferenciados de construção de legitimidade. As coalizões diplomáticas que servem para os problemas de segurança são diferentes das que se articulam em matéria de meio ambiente ou narcotráfico. Os limites da ação da comunidade internacional são variados e não obedecem a regras únicas".
Gelson FONSECA JR., A legitimidade e outras questões internacionais; poder e ética entre as nações, p. 365.

3. Comente a seguinte afirmação: "A compreensão correta dos movimentos do sistema internacional - crucial para definir as possibilidades reais de presença diplomática - a legitimidade de seus pleitos e a coerência de suas ações são instrumentos necessários para um "boa" política externa".
Gelson FONSECA JR., A legitimidade e outras questões internacionais; poder e ética entre as nações, p. 359.

4. Disserte a favor ou contra a seguinte afirmação: "O fim da Guerra Fria e seus desdobramentos trouxeram com a diluição do papel econômico das fronteiras uma efetiva internalização do mundo na vida brasileira".

5. A política cultural como veículo para a promoção da imagem do país no exterior

6. Papel do Parlamento nas relações internacionais

7. As ONGs como fator na definição das opções de política exterior

8. A democracia como valor nas relações entre os Estados

9. A influência da imprensa na formação das percepções da sociedade sobre política externa

10. Comente a frase: "think globally, act locally"

11. Público e o privado no contexto da política exterior

12. Multilateralismo e a diplomacia presidencial

13. Igualdade jurídica e assimetrias entre os Estados

14. Fundamentalismo religioso num mundo globalizado

15. "Peace keeping" e "peace building": novas formas de resolução de conflitos?

16. A ordem fundada na soberania num mundo em transformação

17. A preservação dos recursos naturais como questão de política externa

18. Papel dos partidos políticos na discussão sobre a política exterior brasileira

19. A proteção dos interesses brasileiros no exterior

20. A diplomacia pública

21. A arte como instrumento da projeção externa de uma nação

22. Caminhos da governança internacional em face da globalização.

23. Poder e transigência no estilo e na ação diplomática

24. A geografia, a política e a economia enquanto eixos da ação diplomática

25. A porosidade das fronteiras e a sublevação dos particularismos no relacionamento entre os Estados no mundo pós-guerra fria

26. As polaridades indefinidas como elemento estruturador das relações internacionais contemporâneas

27. As assimetrias internacionais e a globalização

28. A administração das variáveis políticas e econômicas internas e externas num mundo globalizado e de polaridades indefinidas

29. Interesse nacional no mundo globalizado

30. A "agenda da opinião pública" e a ação externa do Itamaraty

31. "Tempo financeiro" e "tempo da mídia" versus "tempo político" e tempo diplomático"

32. A contemporaneidade do Barão do Rio-Branco

33. Liberalismo vs. intervenção do Estado na ordem econômica internacional.

34. Em que medida o processo de globalização está alterando o papel dos Estados como atores protagônicos do sistema internacional ?

35. Analise a influência das características geográficas de um país em suas relações internacionais.

36. De que maneira o desenvolvimento tecnológico recente afeta o relacionamento entre os Estados.

37. Na seqüência do recente incidente entre Estados Unidos e China que resultou na queda de um caça chinês, registraram-se "ataques" mútuos a servidores de internet. Em que medida as novas tecnologias modificam as preocupações e os instrumentos de política externa dos países.

38. Com o fim da Guerra Fria, tem-se disseminado preocupação de que as principais potências passem a utilizar sua capacidade na área de inteligência para fins antes econômicos que militares. Comente.

39. Com o fim da Guerra Fria, o "Estado Comerciante" substituiria definitivamente o "Estado Territorialista" ?

40. No atual panorama mundial prevalecem em sua opinião enfoques realistas ou idealistas das relações internacionais ?

41. Na política internacional os Estados movem-se segundo noções de poder ou de legalidade ?

42. A Organização das Nações Unidas está hoje mais próxima ou mais longe de atuar como um governo mundial do que quando foi criada ?

43. Os Jogos Olímpicos foram criados como um evento de congraçamento universal do esporte amador. Após um período de clara inserção na política internacional, com sucessão, por exemplo, de boicotes por razões políticas, como você avaliaria a situação atual das Olimpíadas a este respeito.

44. Algumas empresas transnacionais possuem hoje faturamento global superior ao PIB de diversos países. Compare o papel das empresas transnacionais e dos Estados na ordem internacional vigente.

45. Analise o papel das religiões nas relações internacionais contemporâneas.

46. A desregulamentação financeira, a redução das barreiras comerciais e o avanço tecnológico aceleraram os fluxos econômicos, mas também permitiram a expansão de redes criminosas em nível internacional. Em que medida este é ou deveria ser um tema da política externa dos Estados ?

47. Qual o papel das alianças militares no mundo pós-Guerra-Fria ?

48. Qual a vigência atual da noção de que determinados setores econômicos seriam setores estratégicos do ponto de vista da afirmação do poder nacional ?

49. Como se identifica o interesse nacional de um país ?

50. O fato de um Estado ser federal ou unitário tem conseqüências para sua atuação no nível internacional?

51. Comente a interação entre a política interna e a política externa dos Estados.

52. Comente a relação entre o poder econômico das indústrias de entretenimento e comunicação social e a capacidade de atuação internacional de um país.

53. Num mundo em que a economia é cada vez mais imaterial, qual a relevância das questões territoriais nas relações entre os Estados.

54. O avanço da globalização enfraquece (ou deveria enfraquecer) a aplicação do conceito de soberania?

55. Discorra sobre a solução pacífica de controvérsias entre os Estados nas esferas política e econômica.

56. Nos anos 70, os países em desenvolvimento, articulados em torno do Grupo dos 77, buscavam a instituição de uma nova ordem econômica internacional. Porque este movimento perdeu força e quais as características atuais da articulação entre os países em desenvolvimento.

57. Quais as possíveis conseqüências para a cena política internacional da entrada dos países do leste europeu na União Européia?

58. Analise as principais reuniões de cúpula periódicas em que está envolvido o Brasil do ponto de vista de sua conformação e objetivos.

59. Discorra sobre a reunião de cúpula realizada no contexto da comemoração dos 500 anos do Descobrimento do Brasil e explique porque e com que objetivos tratou-se de uma reunião de países da América do Sul e não da América Latina.

60. Num mundo em que há movimentos simultâneos de integração regional e fragmentação de países, qual a vigência do conceito de Estado-Nação ?

61. Comente a situação dos "brasiguaios" no Paraguai e suas implicações na relação bilateral com aquele país.

62. A componente ocidental da identidade internacional do Brasil.

IRBr
Questões Internacionais Contemporâneas – Bloco B

1. MERCOSUL como ator político regional e global
2. Comente as relações Brasil-Bolívia na atualidade.
3. Comente as relações Brasil-África do Sul na atualidade.
4. Comente a viagem do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Ásia, em janeiro de 2001.
5. Comente a evolução histórica das relações Brasil-Argentina e seu significado atual.
6. Comente a evolução histórica das relações Brasil-Chile e seu significado atual.
7. Comente a situação atual das relações entre o Brasil e a Venezuela.
8. Descreva as origens e comente as conseqüências da construção da represa hidrelétrica de Itaipu.
9. Faça um histórico da construção da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e sua situação atual.
10. Faça um histórico do Grupo do Rio e comente seus resultados.
11. Comente o relatório de Nigel Rodley, Relator Especial sobre Tortura, apresentado após sua visita ao Brasil, e a postura do Governo brasileiro em relação ao documento, inserindo-a na política oficial brasileira referente aos Direitos Humanos.
12. Comente a importância da evolução recente das relações entre o Brasil e a Rússia.
13. Comente a situação atual e a potencialidade do desenvolvimento das relações entre o Brasil e a China.
14. Disserte sobre a situação atual e a potencialidade do desenvolvimento das relações entre o Brasil e a Índia.
15. Comente:

"(...) Todo esse esforço, entretanto, de isolar a América do Sul - e conseqüentemente o Brasil - dos eixos principais de tensão mundial e de assim evitar possíveis justificativas para a atuação de poderes extra-regionais, (...) se defronta agora com a possibilidade de vulnerabilidades inesperadas devido à preeminência crescente no continente de problemas da chamada 'nova agenda de segurança'. A região, que era e é exemplar na "velha" agenda, arrisca sê-lo menos na 'nova'..."
Georges Lamazière, Cooperação político-militar na América do Sul in Política Externa, v. 9, n. 4, março/maio, 2001.

16. Disserte sobre o tema "defesa, diplomacia e o cenário estratégico brasileiro".

17. Disserte sobre as relações internacionais simétricas e assimétricas do Brasil na atualidade.

18. Disserte a favor ou contra, exemplificando, a seguinte afirmação: "(...) O cuidado em deixar para a autoridade do presidente a definição periódica de certas linhas-mestras da política externa, a proposição de iniciativas e a utilização mais freqüente de expedientes que tornem manifesta a condução pessoal da política externa pelo presidente poderão ser produtivos para a projeção interna e mesmo internacional da diplomacia brasileira. Uma boa interação entre a transitoriedade da presidência e a permanência da chancelaria responde melhor aos interesses do país(...)" Sérgio DANESE, Diplomacia presidencial, p. 482.

19. Explique os antecedentes históricos e a atuação da diplomacia brasileira no conflito entre o Peru e o Equador, em 1998.

20. Disserte sobre a política brasileira, das décadas de 1970/80, de aproximação da África Negra e a situação atual nas relações com esses países.

21. Comente as relações Brasil-Japão na atualidade.

22. Disserte sobre os graus de idealismo e pragmatismo da diplomacia brasileira a partir da década de 1960.

23. Comente as relações Brasil-Paraguai na atualidade.

24. Disserte sobre a importância da democracia para o Mercosul e os mecanismos institucionais para sua defesa. Dê exemplos de seu funcionamento.

25. Disserte sobre a importância geo-política do Paraguai para o Brasil.

26. Disserte sobre o Brasil e o Protocolo de Kyoto [fonte sem citar para o aluno: texto do Protocolo e histórico sobre a posição em Parcerias Estratégicas, n. 10, março 2001, p. 219-247]

27. Comente a situação atual das relações entre o Brasil e o México.

28. Direitos humanos e meio ambiente: influências na atuação externa brasileira

29. Segundo Alain Touraine "é indispensável definir o sistema político e democrático como um lugar de tensões e de negociações entre a unidade do Estado e a pluralidade dos atores sociais". Comente as eventuais repercussões dessas tensões e negociações para a formulação da política externa de um país como o Brasil. (TOURAINE, Alain. *Qu'est-ce que la démocratie?* Paris: Fayard, 1994. p. 212)

30. Comente a seguinte afirmação: "A política dentro dos países - que ainda convencionalmente chamamos de política interna - não pode mais ser entendida sem que se compreenda a natureza dos vínculos entre as economias nacionais e a economia mundial as e mudanças nesses vínculos". (Helen V. Milner & Robert Keohane. Internationalization and Domestic Politics: an Introduction. In MILNER, Helen V. & KEOHANE, Robert. *Internationalization and Domestic Politics*. New York: Cambridge University Press, 1996. p. 3)

31. As instituições políticas como pilares para a política externa

32. A identidade nacional num mundo globalizado

33. A segurança da Amazônia em face das transformações políticas nos países andinos

34. Tratado de Cooperação Amazônica como instrumento de concertação política

35. A condição de "país emergente" no contexto das transformações globais

36. A cláusula social

37. A Igreja Católica e o fim da Guerra Fria

38. Os recursos hídricos como fator de cooperação e conflito entre os Estados

39. Peso da ciência na definição de algumas opções de política externa

40. Brasil e África

41. A Cúpula das Américas e o novo desenho das relações hemisféricas

42. Comente a seguinte afirmação de uma analista da política externa brasileira: "Uma leitura tradicional do interesse nacional que está na origem da política exterior do Brasil identifica duas dimensões: uma dimensão "ornamental", que se realiza pela busca do prestígio na cena internacional; e uma dimensão instrumental cujo objetivo é a busca do desenvolvimento". (SANTOS, Norma Breda dos. La projection multilaterale du Brésil. In MATTOSO, Kátia de Queirós. et allii. *Le Brésil, l'Europe et les Équilibres Internationaux.* Paris: Presses Universitaires de Paris-Sorbonne, 1999. p. 311)

43. Brasil e o Grupo dos 77

44. Papel das Conferências das Nações Unidas na formulação da agenda política multilateral nos anos 90.

45. Movimento Não-Alinhado no contexto pós-Guerra Fria.

46. A reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas

47. Brasil enquanto ator global: possibilidades e desafios

48. Diálogo Norte-Sul e a ordem econômica internacional frente ao desafio do desenvolvimento sustentável

49. Mudança do clima e relações internacionais

50. Papel das Forças Armadas e dos interesses econômicos na definição da agenda internacional brasileira

51. Fórum Econômico de Davos e o Fórum Social de Porto Alegre: confronto permanente ou convergência progressiva?

52. A eficácia das políticas governamentais frente à instabilidade e aos choques da economia internacional: o papel da política externa

53. À luz da evolução da política exterior brasileira e dos desafios contemporâneos comente a seguinte afirmação de Gilberto Freyre feita em conferência em 1944: "A política externa brasileira acha-se condicionada também pela situação geográfica do país como nação americana. Devemos estar na primeira fase de desenvolvimento de outra federação de que o Brasil parece ser membro tão natural como o é da federação de fala portuguesa: a federação pan-americana ou interamericana. E essas duas federações, se elas se desenvolverem, podem vir a ser subfederações em relação a uma outra ainda mais larga: a federação atlântica em que o lugar a ser ocupado pelo Brasil será determinado pela sua geografia e pela sua história". FREYRE, Gilberto. A política exterior do Brasil. In FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 264.

54. A fronteira enquanto vetor da política exterior brasileira

55. A Reunião de Presidentes da América do Sul e o aprofundamento da cooperação no espaço comum sul-americano

56. sentido estratégico do relacionamento Brasil-Argentina

57. MERCOSUL e a presença da América do Sul no mundo pós-guerra fria

58. Os recursos hídricos na política exterior brasileira

59. A dimensão sul-americana como componente da identidade internacional do Brasil

60. A União Européia e o alargamento para o Leste

61. Interesse nacional brasileiro e a elaboração de normas e pautas de conduta da gestão da ordem mundial

62. Comente a seguinte afirmação à luz da situação internacional do Brasil: "O sistema internacional no século XXI será marcado por uma contradição aparente: de um lado, fragmentação; de outro, crescente globalização. No nível das relações

entre os Estados , a nova ordem será mais semelhante ao sistema estatal europeu dos séculos XVIII e XIX do que aos padrões rígidos da guerra fria. Contará com pelo menos seis grandes potências - os Estados Unidos, a Europa, a China, o Japão, a Rússia, e provavelmente a Índia -bem como com uma multiplicidade de países médios e pequenos. Ao mesmo tempo, as relações internacionais terão, pela primeira vez se tornado verdadeiramente globais. As comunicações são instantâneas, a economia mundial opera em todos os continentes simultaneamente. Um conjunto de questões emergiu cujo tratamento pode ser apenas numa base universal, tais como proliferação nuclear, o meio ambiente, a explosão populacional e a interdependência econômica." (KISSINGER, Henry A.. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster, 1994. pp.23-24)

IRBr
Questões Internacionais Contemporâneas – Bloco C

1. Descreva o papel das principais instituições financeiras multilaterais.
2. Comente o conceito de "globalização assimétrica".
3. Compare o fenômeno contemporâneo da globalização econômica com a internacionalização econômica do período que antecede a primeira guerra mundial.
4. Quais as conseqüências para o sistema multilateral de comércio do fracasso da reunião de Seattle da Organização Mundial do Comércio em lançar a chamada Rodada do Milênio de negociações comerciais.
5. Qual o papel e a importância do Mercosul para a inserção econômica internacional do Brasil?
6. Quais as características básicas da estrutura do comércio exterior brasileiro e quais as conseqüências desta estrutura para a política externa econômica do Brasil ?
7. Discorra sobre os objetivos e perspectivas da conformação da Área de Livre-Comércio das Américas – ALCA.
8. Qual a importância da criação do Euro do ponto de vista da economia internacional ?
9. Por que as crises econômicas nos países emergentes (México, Ásia, Rússia) se tornaram crises de impacto mundial?
10. Compare os conceitos de "país emergente" e de "país em desenvolvimento" à luz das tendências da globalização econômica.
11. Discorra sobre as conseqüências para a economia internacional da liberalização econômica chinesa das duas últimas décadas.
12. Discorra sobre a estrutura institucional da União Européia, diferenciando o caráter supranacional ou intergovernamental de seus órgãos.
13. Comente os obstáculos enfrentados pelos países do leste europeu no processo de transição para a economia de mercado.
14. Qual a modalidade de tomada de decisões das instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e quais as conseqüências desta modalidade sobre o funcionamento destas instituições? Compare com a modalidade de tomada decisões da OMC analisando as razões e conseqüências das diferenças.
15. Na última rodada de negociações do antigo GATT (Rodada Uruguai), eram considerados "temas novos" os aspectos de propriedade intelectual relacionados ao comércio, as medidas de investimento relacionadas ao comércio e o comércio de serviços. Por que estes temas foram trazidos às negociações multilaterais de comércio?

16. Discorra sobre as conseqüências econômicas para o México de sua participação no Acordo de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA, em particular quanto a sua inserção internacional.
17. Discorra sobre o interesse do México em uma Área de Livre Comércio das Américas.
18. Qual o impacto da Política Agrícola Comum da União Européia sobre os mercados agrícolas internacionais?
19. Discorra sobre as negociações comerciais entre o Mercosul e os demais países da Amércia Latina.
20. As regras do sistema multilateral de comércio, ao procurarem garantir a liberalização dos fluxos comerciais, interferem com os esforços para a cooperação internacional para proteção do meio ambiente?
21. Analise a conveniência e os obstáculos à criação de uma moeda comum para o Mercosul.
22. Quais as vantagens e desvantagens para o processo de integração regional da opção feita até aqui pelo Mercosul em favor de instituições estritamente intergovernamentais e não supranacionais?
23. Discorra sobre a importância dos procedimentos de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) para o funcionamento do sistema multilateral de comércio.
24. Analise a evolução das características gerais dos acordos de produtos de base nas últimas décadas.
25. Compare a crise da dívida externa da década de 80 com as crises nos países emergentes nos anos 90.
26. Comente as perspectivas dos países menos desenvolvidos dentre os países em desenvolvimento no atual cenário econômico internacional.
27. Comente o papel da economia norte-americana no sistema econômico internacional.
28. Comente o papel da economia japonesa no sistema econômico internacional.
29. Comente o papel da economia européia no sistema econômico internacional.
30. Em que medida é necessária uma nova arquitetura do sistema financeiro internacional ? Que interesses brasileiros estariam envolvidos nesse tipo de mudança na ordem internacional ?
31. Avanços e perspectivas da integração energética na América do Sul.
32. O problema da volatilidade dos fluxos internacionais de capital.
33. Comente os problemas ocorridos no sistema financeiro internacional nos últimos anos e explique de que maneira esses problemas alteraram, ou não, os desafios com que se defronta a diplomacia brasileira no plano econômico internacional.
34. O que poderia ser uma Agenda para o Desenvolvimento num mundo globalizado?

35. Discuta o papel do G-7 no sistema econômico internacional.

36. As declarações de Alan Greenspan, presidente do Federal Reserve Board dos Estados Unidos, são sempre acompanhadas com grande atenção pela comunidade internacional. Qual a importância destas declarações e da instituição presidida pelo senhor Greenspan para a economia internacional e para o Brasil em particular

37. A dolarização da economia decidida pelo governo do Equador como forma de enfrentar a crise econômica atravessada por aquele país configura uma tendência que será seguida pelas demais economias latino-americanas?

38. Comente as perspectivas e dificuldades das negociações comerciais entre o Mercosul e a União Européia no marco da formação de uma Associação Interregional.

39. Explique a disputa, na Organização Mundial de Comércio, envolvendo laboratórios farmacêuticos internacionais e o Governo brasileiro.

40. Reflita sobre o impacto da febre aftosa e da doença da "vaca louca" sobre a Política Agrícola Comum da União Européia.

41. Analise as perdas e os ganhos que o Brasil pode ter com a criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA): Qual a posição defendida pela diplomacia brasileira a este respeito? Como se fundamentam essas posições à luz dos interesses econômicos e políticos do Brasil ?

42. Analise as perdas e os ganhos que o Brasil pode ter no caso de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia do ponto de vista dos interesses econômicos e políticos.

43. Documento encaminhado ao Presidente George Bush pelo Conselho de Relações Internacionais (sede em Washington) , quando de sua posse, afirmava que os Estados Unidos e o Mercosul dividem interesses comuns nas negociações com a Europa. Argumente a favor ou contra essa assertiva.

44. Disserte sobre o G-15, seu funcionamento e métodos de trabalho.

45. Disserte sobre a diplomacia brasileira no GATT e na OMC.

46. Argumente a favor ou contra a seguinte afirmação: "A tentativa de lançar uma nova Rodada do Milênio em Seattle, no final do ano 2000, foi torpedeada sobretudo pelas posturas da União Européia, do Japão e dos Estados Unidos." (Marcelo Paiva ABREU, **Política Externa**, março/maio de 2001, p. 109)

47. Argumente a favor ou contra a seguinte afirmação: "Mas o principal adversário do rápido avanço rumo ao FTAA [ALCA] - e provavelmente em relação ao próprio FTAA - tem sido o Brasil, em parte por razões econômicas, mas principalmente por razões políticas (...)" (Henry KISSINGER, Brasil e EUA precisam evitar confronto in **O Estado de S. Paulo**, 6.5.2001, caderno de Economia).

48. Henry Kissinger afirma, em artigo publicado recentemente, que se houver um acordo comercial entre o Mercosul e a União Européia, o bloco comercial sul-americano criaria uma "rivalidade institucional com o Nafta e os EUA. Isto não seria só um revés para as

perspectivas econômicas dos EUA (...) Acima de tudo, é um desafio à posição histórica dos EUA no hemisfério e à sua aspiração por uma ordem mundial baseada numa comunidade crescente de democracias nas Américas". Argumente a favor ou contra essa opinião. (Henry KISSINGER, Brasil e EUA precisam evitar confronto in **O Estado de S. Paulo**, 6.5.2001, caderno de Economia).

49. À luz dos interesses brasileiros no comércio internacional, discorra sobre as conseqüências da manutenção de certo paralelismo entre as negociações da ALCA e do Mercosul-União Européia.

50. Comente sobre o caráter "multifuncional" que alguns países desenvolvidos, em especial a União Européia e o Japão, têm procurado conferir à agricultura.

51. O Acordo sobre Agricultura da Rodada Uruguai significou um primeiro passo para a inserção do setor agrícola no arcabouço de regras multilaterais de comércio. Explique porque e as principais razões que levaram à negociação multilateral sobre agricultura.

52. O que é o Grupo de Cairns e como atuou na Rodada Uruguai.

53. Qual a posição do Japão nas negociações agrícolas multilaterais?

54. Tendo em vista a dificuldade de consenso para a inserção de conceitos como "multifuncionalidade da agricultura", "princípio da precaução" e "bem-estar animal" no arcabouço de regras para agricultura da OMC, os países que advogam tais conceitos (em especial a UE) têm buscado outros foros para debate, como forma de criar jurisprudência que ampare suas teses. Comente.

55. Comente as razões do tratamento desequilibrado no antigo GATT e na atual OMC entre produtos agrícolas e demais bens.

56. Argumente a favor ou contra a atividade agrícola manter-se desprovida de apoio governamental, tendo em vista a realidade do comércio internacional de produtos agrícolas.

57. Explique como a Europa passou de importador para exportador de açúcar e quais as conseqüências dessa mudança para o comércio mundial do produto.

58. Comente as implicações para a Política Agrícola Comum (PAC) do "alargamento" da União Européia.

59. A chamada "guerra das bananas" entre países produtores latino-americanos e a Europa na década de 90 mobilizou interesses dos EUA e dos países ACP (África, Caribe e Pacífico). Comente.

60. Por que o café solúvel dos países andinos goza de tratamento diferenciado, em relação ao produto brasileiro, para ingresso no mercado da União Européia e qual o questionamento que pode ser feito tendo por base as normas da Organização Mundial de Comércio?

61. Disserte sobre as diferentes repercussões, para o comércio internacional de produtos agropecuários, de medidas sanitárias e fitosanitárias por parte de países importadores. Dê exemplos.

62. Comente o debate gerado no Brasil pela questão dos Organismos Geneticamente modificados (OGMs) e a importância da posição brasileira nas discussões internacionais sobre a matéria.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 16 de março de 2002

Teste de Pré-Seleção

O Teste de Pré-Seleção (TPS) contém 100 questões, com o valor de 1 ponto cada.

Para responder às questões, você dispõe de dois formulários: a **Folha de Rascunho** e a **Folha de Respostas**.

Use, primeiro, a **Folha de Rascunho**, que você poderá corrigir, rasurar e, terminando o TPS, levar consigo, desde que não contenha cópia, ainda que parcial, das perguntas do TPS.

A Folha de Respostas, por outro lado, deve ser preenchida e manuseada com extrema cautela, pois trata-se do documento que você entregará aos representantes do Instituto Rio Branco.

Leia as questões com atenção.

Você dispõe de 5 (cinco) horas para completar o TPS.

Boa Sorte!

O Caderno de questões não poderá sair da sala de prova.

Nas questões 1 e 2, assinale o item que obedece às normas gramaticais.

1)
(a) – Ainda que mal pergunte: alguém tem uma vaga idéia de onde deixei meus óculos?
(b) – Ainda que mal pergunte: alguém têm uma vaga ideia de onde deixei meus óculos?
(c) – Ainda que mau pergunte: alguém tem uma vaga idéia de aonde deixei meus óculos?
(d) – Ainda que mal pergunte: alguém têm uma vaga idéia de aonde deixei meus óculos?
(e) – Ainda que mau pergunte: alguém tem uma vaga ideia de onde deixei meus óculos?

2)
(a) Tanto os antigos livros sagrados: da Índia os Vedas, quanto os da filosofia grega, foram escritos em línguas de uma mesma família.
(b) Tanto os antigos livros sagrados da Índia, os Vedas, quanto os da filosofia grega foram escritos em línguas de uma mesma família.
(c) Tanto os antigos livros sagrados da Índia, os Vedas quanto os da filosofia grega; foram escritos em línguas de uma mesma família.
(d) Tanto os antigos livros sagrados, da Índia, os Vedas, quanto os da filosofia grega, foram escritos em línguas de uma mesma família.
(e) Tanto os antigos livros sagrados, da Índia, os Vedas, quanto os, da filosofia grega foram escritos em línguas da mesma família.

3) Assinale o item cuja frase contém erro de português:

(a) Ele foi à pé para casa.
(b) O rapaz cedeu lugar àquele senhor.
(c) Gostaria de submeter o assunto a Vossa Excelência.
(d) A sessão de cinema começa às oito da noite.
(e) Nesta época do ano, às vezes chove três dias sem parar.

4) Assinale o item cuja frase contém erro de português:

(a) Gosto de comprar à vista, nunca a prazo.
(b) Ele foi a casa da namorada e já deve voltar.
(c) Acorda cedo para passear a cavalo.
(d) As cidades cresceram à margem da estrada.
(e) Para esta regra, a exceção é uma só.

5) Entre os itens abaixo, assinale aquele que contenha frase semanticamente aceitável e que obedeça às normas de pontuação da língua portuguesa:

(a) Assim, como os filósofos, que o antecederam, Platão também queria encontrar algo de eterno e de imutável, em meio a todas as mudanças.
(b) Assim como os filósofos, que o antecederam, Platão, também queria encontrar algo de eterno e imutável, em meio a todas as mudanças.
(c) Assim, como os filósofos que o antecederam, Platão, também queria encontrar algo de eterno e de imutável em meio a todas as mudanças.
(d) Assim como os filósofos que o antecederam, Platão também queria encontrar algo de eterno e de imutável em meio a todas as mudanças.
(e) Assim, como os filósofos que o antecederam Platão, também queria encontrar algo de eterno e de imutável, em meio a todas as mudanças.

6) Assinale o item abaixo que é uma paráfrase do seguinte trecho, retirado da revista Época, de 26/11/2001. Observe também as normas gramaticais.
"Para explicar sua trajetória, dom Paulo parodia a máxima do pensador espanhol José Ortega y Gasset (...) sobre o peso das circunstâncias na vida dos homens."

(a) Dom Paulo, afim de parodiar a máxima do pensador espanhol José Ortega y Gasset (...) sobre o peso das circunstâncias na vida dos homens, explica sua trajetória.
(b) Com a finalidade de parafrasear a lógica do filósofo espanhol José Ortega y Gasset (...) sob as circunstâncias na vida dos homens, dom Paulo explica seu trajeto.
(c) A fim de explicar o caminho que tem seguido, dom Paulo parodia a máxima sobre o peso das circunstâncias na vida dos homens, do pensador espanhol José Ortega y Gasset (...).
(d) Com a intenção de explicar a máxima do pensador espanhol José Ortega y Gasset (...) sobre o peso das circunstâncias na vida dos homens, dom Paulo cita sua trajetória.
(e) Para explicar o trabalho de dom Paulo, há uma paródia em relação à máxima do filósofo espanhol José Ortega y Gasset (...) sobre o peso das situações da vida dos homens.

7) A partir de 11 de setembro de 2001, a espada de Dâmocles ganhou assento cativo em todos os debates sobre segurança no mundo ocidental. A expressão "espada de Dâmocles", que remonta a um cortesão de Dionísio I de Siracusa, é hoje usada para designar:

(a) Ameaça constante e assustadora de perigo iminente.
(b) Preocupação constante com investimentos em segurança.
(c) A busca obsessiva de uma arma tão devastadora quanto uma espada de poderes mágicos.
(d) Uma arma de guerra similar à espada do legendário Rei Artur.
(e) Uma circunstância em que não haja outra saída senão a de desembainhar a espada.

8) Assinale a única palavra que deve ser acentuada graficamente:

(a) Faisca.
(b) Xiita.
(c) Distribuindo.
(d) Peras.
(e) Somente.

9) Assinale a opção em que nenhuma palavra deve ser acentuada graficamente:

(a) lapis, canoa, abacaxi, jovens.
(b) ruim, sozinho, aquele, traiu.
(c) saudade, onix, grau, orquidea.
(d) voo, legua, assim, tenis.
(e) diretriz, sauva, despota, androide.

10) Assinale a opção com apenas um erro de acentuação gráfica:

(a) tênis, núcleo, lápis, perua.
(b) éter, fôlego, côres, álbum.
(c) vírgula, tôda, tonico, capítulo.
(d) fêmea, íbero, faróis, anéizinhos.
(e) fluído, pessôa, busilis, parcimonia.

As questões 11, 12 e 13 dizem respeito ao texto abaixo:

1 Abjuraste as concepções conformistas e a velha retórica, portadora de mentiras. Cautela higiênica. Mas deixaste que os teus impulsos de protesto e tua constante recusa se transformassem em exercício vão de revolta.

4 Na verdade, aos teus desejos mais puros a vida não correspondeu. E se, nas intermitências de solidão e fome, saías à rua, era para te atordoares com a festa, e fazer do baixo erotismo o teu banho de lama terapêutico. E porque te descomediste mais que *7* os outros na abjeção e na embriaguez, cedo te desiludiste do fácil recurso.

Eis que da energia consumida nada te sobra. E já agora nem podes pressentir as primeiras estrelas no céu límpido do mundo que sonhavas — preso como te achas entre *10* os íntimos escombros daquele que em ti se destruiu.

Aníbal M. Machado, *Cadernos de João*.

11) No texto acima, o narrador se dirige a um interlocutor, que é também personagem da narrativa. Assinale o item que não corresponde a uma interpretação correta do texto:

(a) O narrador julga legítimo o inconformismo do personagem, mas considera que seu impulso original de rebeldia se dissipou inutilmente.
(b) O "fácil recurso" (linha 7) mencionado pelo narrador seria o de entregar-se a uma vida dissoluta, como forma de renegar as regras estabelecidas.
(c) A utilização no texto de vocábulos relacionados às idéias antagônicas de *limpeza* ("higiênica", "puros", "límpido") e de *sujeira* ("banho de lama") serve ao intuito de opor o idealismo inicial do personagem a seu comportamento mundano.
(d) Diante da inutilidade da atitude contestatária do personagem, o narrador advoga uma solução conservadora, fundada necessariamente em elevados valores espirituais e avessa ao erotismo.
(e) Ao utilizar a expressão "íntimos escombros daquele que em ti se destruiu", o narrador se refere, de forma figurada, aos insanáveis malefícios provocados pela desilusão no espírito outrora sonhador de seu interlocutor.

12) Nos itens a seguir, as formas verbais constantes do mesmo texto acima poderiam ser substituídas pelas indicadas entre parênteses, sem alteração essencial do sentido, exceto em:

(a) abjuraste (invocaste).
(b) deixaste (permitiste).
(c) atordoares (aturdires).
(d) descomediste (excedeste).
(e) desiludiste (desenganaste).

13) Assinale o item em que os vocábulos presentes no mesmo texto acima não poderiam ser substituídos por aqueles entre parênteses, sem alteração essencial do sentido da frase em que estão inseridos:

(a) em exercício *vão* de revolta (em exercício *inútil* de revolta).
(b) *nas intermitências* de solidão e fome (*nos intervalos* de solidão e fome).
(c) na *abjeção* (na *recusa*).
(d) no céu *límpido* (no céu *desanuviado*).
(e) entre *os íntimos escombros* (entre *as íntimas ruínas*).

14) Assinale a única opção em que o verbo está acentuado corretamente:

(a) Ela vém à reunião.
(b) Eles releêm a obra.
(c) Seu depoimento convém a todos.
(d) Esta festa provêm do folclore.
(e) Os benefícios advém da nova legislação.

15) Observe as frases:

I) Ele foi, logo eu não fui.
II) O menino, disse ele, não vai.
III) Deus, que é Pai, não nos abandona.
IV) Saindo ele e os demais, os meninos ficarão sós.

Assinale a afirmativa correta:

(a) na opção I há erro de pontuação.
(b) nas opções II e III as vírgulas podem ser retiradas.
(c) na afirmativa I, pode-se alterar o sentido da frase, mudando-se a vírgula de posição.
(d) na II, faltam dois pontos depois de disse.

16) "Age com ________________ , ______________ queres fazer ______________ à curiosidade alheia". Marque a opção correta.

(a) discreção - senão - conseções.
(b) discrição - se não – concessões.
(c) discrição - senão - conseções.
(d) discreção - se não – concessões.
(e) discreção - senão - concessões.

17) Assinale o conjunto de palavras que completa corretamente, quanto à regência, as frases abaixo:

(1) "Seriam recordações _______ detalhes nem me quero lembrar".
(2) "A profissão ______ você aspira tem aspectos interessantíssimos".

(a) 1. cujos 2. a qual.
(b) 1. de cujos 2. que.
(c) 1. os quais 2. que.
(d) 1. cujos 2. a que.
(e) 1. de cujos 2. a que.

18) Qual a opção em que todas as palavras devem ser completadas com z?

(a) ali___ar ; sacerdoti ___a ; va___o.
(b) verni___ ; gi___ ; ba___ar.
(c) pi___ar ; pê___ames ; desli___e.
(d) prince___a ; rique___a ; jui___.
(e) ga___ela; ca___ebre; fu___ível.

19) Assinale a única opção em que todas as palavras devem ser completadas com **s**:

(a) le___ar ; atrá___ ; destre___a ; parali___ar.
(b) defe___a ; quero___ene ; qui___er ; va___inho ; fu___ ilar.
(c) Brá___ ; Vene___a ; Queiró___ ; Sou___a ; Eli___a.
(d) ga___eificar ; ga___olina, empre___a ; bi___ar ; anali___ar.
(e) pre___ado ; co___inha; fuga___ ; ro___áceo ; xadre ___.

20) Assinale a opção cujos vocábulos devem ser escritos, em sua totalidade, com **j**:

(a) gor___eta ; pa___em ; gen___iva.
(b) ___iló ; lison___ear ; ti___ela.
(c) va___em ; sar___eta ; gran___ear.
(d) ___ eito ; salsu___em ; ma ___estoso.
(e) man___edoura ; gor___eio ; ___ibóia.

21) Há erro de concordância em:

(a) Eles mesmos pediriam desculpas.
(b) Custaram-lhe caro aquelas bicicletas importadas.
(c) Pessoas bastantes compareceram à final do campeonato.
(d) Quando cheguei, era meio-dia e meio.
(e) Havia bastantes pessoas no estádio.

22) Aponte a opção correta:
"Fazia oposição sistemática ______ evasão do capital estrangeiro, porque o supunha imprescindível ______ progresso, e mostrava-se propenso ______ aceitá-lo sem restrições."

(a) à; com o; em.
(b) contra a; com o; em.
(c) à; ao; a.
(d) com a; no; a.
(e) da; ao; para.

23) A concordância está correta no item:

(a) – Muito obrigadas! – disseram as representantes das alunas ao se despedirem.
(b) Procura-se empregos.
(c) Desde que receba algum incentivo, a empresa estará quites com os impostos.
(d) Elas mesmo fariam os relatórios mensais.
(e) Deixou incluso alguns relatórios administrativos.

24) Assinale a opção em que a presença/ausência da preposição acarreta alteração semântica:

(a) Meu filho sempre aspirou ao ar puro aqui do campus. / Meu filho sempre aspirou o ar puro aqui do campus.
(b) A criança ama seus familiares. / A criança ama a seus familiares.
(c) Ao advogado nunca tente enganar. / Nunca tente enganar o advogado.
(d) Meu filho sempre precisou de que o amparassem. / Meu filho sempre precisou que o amparassem.
(e) Meu filho sempre necessitou de que o amparassem. / Meu filho sempre necessitou que o amparassem.

25) Assinale a opção em que a mudança da posição da conjunção acarreta alteração semântica:

(a) Está tudo bem com o jovem, contudo não tem o apoio da família. / Está tudo bem com o jovem; não tem, contudo, o apoio da família.
(b) Está tudo bem com o jovem, todavia não tem o apoio da família. / Está tudo bem com o jovem; não tem, todavia, o apoio da família.
(c) Está tudo bem com o jovem, porém não tem o apoio da família. / Está tudo bem com o jovem; não tem, porém, o apoio da família.
(d) Está tudo bem com o jovem, entretanto não tem o apoio da família. / Está tudo bem com o jovem; não tem, entretanto, o apoio da família.
(e) Está tudo bem com o jovem, pois tem o apoio da família. / Está tudo bem com o jovem; tem, pois, o apoio da família.

26) Assinale a opção em que a mudança de posição entre o substantivo e o adjetivo não acarreta alteração semântica importante:

(a) O grande centroavante assustou o goleiro. / O centroavante grande assustou o goleiro.
(b) Um pobre doente aguarda a cirurgia. / Um doente pobre aguarda a cirurgia.
(c) Um bom livro me distrai por muitas horas. / Um livro bom me distrai por muitas horas.
(d) A alta funcionária examinou o relatório. / A funcionária alta examinou o relatório.
(e) O meu mais velho amigo lhe ofereceu apoio. / O meu amigo mais velho lhe ofereceu apoio.

27) Assinale a opção que completa corretamente, e em seqüência, as lacunas das frases abaixo:

A festa será no fim de semana ____________ surgir nenhum imprevisto.
O documento deverá ser entregue no prazo, ____________ o contrato será cancelado.
Discutimos ____________ uma melhor solução para o caso.
____________ uma semana discutíamos uma melhor solução para o caso.

(a) senão - senão - há cerca de - Acerca de.
(b) se não - se não - há cerca de - Acerca de.
(c) se não - senão - acerca de - Há cerca de.
(d) senão - se não - acerca de - Há cerca de.

28) Há erro de concordância em:

(a) Elas mesmas vieram pedir-nos o apoio à campanha.
(b) Envio-lhe inclusas as certidões solicitadas.
(c) Finalmente estás quite com os impostos.
(d) Houve crime de lesa-pátria no Congresso.
(e) Enviamos anexo os resultados dos exames de aptidão.

29) Aponte a opção em que todas as palavras estão corretas quanto à acentuação gráfica:

(a) abençôo, ágeis, desdêem, íbero, paúl.
(b) escrevêsseis, férteis, fósseis, trá-lo-as.
(c) hífen, tênue, vácuo, tupi.
(d) retém-no, vêmo-la, cânon, júri.
(e) celtíbero, lápis, série, búzio.

30) Assinale o item correto:

(a) Ele teve o privilégio de não nascer mendigo, mas isso não o torna exceção, no caso que cito.
(b) Ele teve o privilégio de não nascer mendigo, mas isso não o torna exceção, no caso que sito.
(c) Ele teve o privilégio de não nascer mendigo, mais isso não o torna excessão, no caso que sito.
(d) Ele teve o previlégio de não nascer mendigo, mas isso não o torna essessão, no caso que cito.
(e) Ele teve o privilégio de não nacer mendigo, mais isso não o torna exceção, no caso que cito.

31) Assinale a opção correta. Uma das características do romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* é:

(a) O uso da metalinguagem.
(b) A descrição naturalista do Rio de Janeiro.
(c) A narração em primeira pessoa por parte do personagem Bentinho.
(d) A narrativa apresentada sob a forma de um diário.
(e) A linearidade da narrativa.

32) Qual dos seguintes romances foi escrito por Graciliano Ramos?

(a) *Grande Sertão: Veredas*.
(b) *Seara Vermelha*.
(c) *Pedra Bonita*.
(d) *Angústia*.
(e) *Os Sertões*.

33) A obra *Os Sertões* foi escrita por Euclides da Cunha tendo como referência histórica o seguinte movimento social:

(a) O Quilombo dos Palmares.
(b) Guerra de Canudos.
(c) Guerra do Contestado.
(d) A Balaiada.
(e) Revolução Farroupilha.

34) Podemos considerar um exemplo da fase heróica do modernismo brasileiro:

(a) o movimento antropofágico.
(b) a narrativa do pós-guerra.
(c) o teatro revolucionário de 1955.
(d) a obra *Grande Sertão: Veredas*.
(e) a poesia concreta de Augusto de Campos (1953).

35) Select the correct sequence of prepositions to fill the blanks:

____ the bottom of French society, the poor sank deeper ____ misery and degradation. Between a third and a half of the people of France lived ____ the margin of subsistence, spending as much as 80 percent of their income _____ food alone. The numbers of the poor

multiplied. Homelessness increased. Public roads were thronged _____ beggars, abandoned children, broken families, and able-bodied men without work.

(a) by / out of / below / for / by.
(b) in / into / at / in / by.
(c) from / under / by / with / for.
(d) at / in / near / on / with.
(e) across / from / over / with / with.

36) Select the correct sequence of words to fill the blanks:

In 1739, a bizarre ______ called the War of Jenkins' Ear began between Britain and Spain. This was a commercial _______ that grew ______ one of the first Jingo-wars in modern history. It started after Spanish officials ______ an English interloper named Captain Robert Jenkins by cutting off his ear. Captain Jenkins presented the _______ ear to Parliament in a handsome mahogany box. It became a cause of war between two great powers.

(a) episode / war / out of / killed / missing.
(b) event / wrangling / towards / disfigured / removed.
(c) conflict / dispute / into / mutilated / severed.
(d) passage / rivalry / through / amputated / amputated.
(e) incident / disagreement / during / offended / other.

37) Select the correct sequence of verbs to fill the blanks:

For most of the past year, investors __________ (assume) that __________ (be) Argentina to default on its debts, Brazil __________ (follow) suit. Yet this week they __________ (appear) to have second thoughts. With Argentina closer than ever to default, Brazil's financial markets and its currency __________ (soar) to their highest levels since before September 11th.

(a) assumed / was / following / were appearing / soar.
(b) have assumed / is / will follow / are appearing / soar.
(c) assumed / were / would follow / appear / soaring.
(d) assumed / were / followed / appear / are soaring.
(e) have assumed / were / would follow / appeared / soared.

38) Select the correct replacements for the words in **bold** type:

The Securities & Exchange Commission has **issued** a warning that it is **investigating** a rumour of fraud in stock trading. A leading London broker apparently **transferred** large quantities of top-performing stock to a partner firm following an attempt by a rival company to **assume** control of the broker. The Commission is calling for those in the know to **volunteer**.

(a) put forward / coming across / turned out / take up / step down.
(b) put out / breaking into / ran across / run down / step out.
(c) given out / looking into / made over / take over / come forward.
(d) turned out / bringing up / made off with / break up / make out.
(e) put out / checking up on / made over / take on / let out.

Read the following text and complete the exercise:

Inside the valley of fear

The Fergana Valley is sometimes called the tinderbox of Central Asia. In the streets of Namangan, the eye can **pick out** bits of tinder. The Muslim men in their traditional black pillbox hats look down on miniskirted young girls. The dour, functional government offices overlook bustling, sprawling oriental bazaars. This could **pass for** a scene of tolerant multiculturalism, except that at every street corner stand groups of grey-uniformed police. On the 190-mile road from Tashkent, this correspondent's car was **held up** on ten occasions at checkpoints guarded by Kalashnikov-toting soldiers.

After the Soviet Union **broke up** in 1991, there was an explosive religious revival in the valley. Militant Islamic factions following the strict teachings of the Arabian Wahhabi **set up** their own security force, demanding the imposition of sharia law and a share of power. They gained a huge following at the expense of moderate Muslim groups.

The timeless, bucolic appearance of the countryside, with its neat apricot orchards, villages of low white houses and winding roads lined with mulberry trees to feed the silkworms, belies the harsh reality. In return for their produce, farmers are paid by the State up to a year late and then only in grain and cooking oil. The State decides what crops they grow, and the harvest is turned over to officials - a much resented practice retained since Soviet times.

Adapted from *The Economist*, 10 November 2001

39) The underlined verbs in the text mean, respectively:

(a) select / represent / stopped / separated / created.
(b) distinguish / be considered / halted / disintegrated / established.
(c) discard / be interpreted as / threatened / fractured / formed.
(d) reject / be mistaken for / investigated / dismembered / instituted.
(e) see / seem / delayed / crumbled / disbanded.

40) The text suggests that the Fergana Valley:

(a) is a haven for peaceful cohabitation.
(b) is governed by sharia law.
(c) is run by Muslims.
(d) has a thriving agricultural community.
(e) is a potential trouble spot.

41) In the text:

(a) the drab office buildings contrast with the messy markets.
(b) the farmers are paid twice for their produce.
(c) the guards at the roadblocks wave rifles in the air.
(d) the streets of Namangan are dangerous.
(e) the bazaars are not functional.

Read the following text and complete the exercise:

Even before the terrorist attacks, the financial system was under **duress**. Banks were **wobbling** under a pile of bad loans that had doubled in a year to $192 billion. Hedge-fund stars such as George Soros and Julian H. Robertson Jr. had self-destructed. Mutual-fund investors had **deserted** equities. And online brokers were **limping** from the dramatic fall in trading, while their traditional rivals were **struggling** to make profits from dirt-cheap commissions.

42) Select replacements for the words in **bold** type:

(a) siege / crushed / emptied / hurting / seeking.
(b) pressure / staggering / quit / reeling / striving.
(c) pressure / engulfed / abandoned / hurting / trying.
(d) hardship / tottering / quit / faltering / vying.
(e) hardship / wavering / abandoned / bankrupt / vying.

Read the following text and complete the exercise:

After researchers identify a viral target, they can enlist various techniques to find drugs that are able to perturb it. Drug sleuths can, for example, take advantage of standard genetic engineering (introduced in the 1970s) to produce pure copies of a selected protein for use in drug development. They insert the corresponding gene into bacteria or other types of cells, which synthesize endless copies of the encoded protein. The resulting protein molecules can then form the basis of rapid screening tests: only substances that bind to them are pursued further.

43) In the text:

(a) *enlist* (line 1) means to catalog.
(b) *sleuths* (line 2) means assays.
(c) *synthesize* (line 6) means to streamline.
(d) *screening* (line 7) means visualizing.
(e) to *pursue* (line 8) means to investigate.

44) Select the correct sequence of verbs to fill the blanks:

Using the mouse, I _____on the area of the video screen where I wanted the robot to go. The machine's motors _____ loudly as they turned the wheels, first pointing the robot in the right direction and then _____ it to the indicated spot. Then I _____ a tougher challenge: I _____ the machine to smash into the wall on the other side of the room. Fortunately for the robot, it stopped just shy of the wall, _____ my destructive intentions.

(a) pushed / banged / casting / plotted / ordered / finishing.
(b) pointed / whirred / sending / proposed / directed / evading.
(c) clicked / whirred / driving / devised / directed / thwarting.
(d) pointed / screeched / driving / invented / told / frustrating.
(e) clicked / buzzed / moving / devised / told / forgetting.

Read the article below and answer the questions that follow:

To bludge or not to...

Is Helen Clark, New Zealand's Prime Minister, a bludger? Conservative opposition leader Jenny Shipley thinks so. She **bluntly** accuses Labour's leading light of playing silly bludgers with the nation's security. Convinced that New Zealand does not really have any enemies, Ms. Clark plans to abolish most of its air force, including the Skyhawk fighter jets. This is the " bludger's option," says Mrs. Shipley. "Cuts, isolation, and bludging," whinged the National party's Max Bradford. "A peacenik pandering to pacifists." But Ms. Clark was having none of it. The 31-year-old planes had never fired guns in anger, she said, although they once buzzed an errant fishing boat. U.S.-made replacements were far too expensive and not needed, she told parliament. "Is the difference between being a bludger and not being a bludger whether you have 17 clapped-out Skyhawks?"
This is a difficult question to answer without first defining terms. To bludge is to **cadge**, scourge or shirk responsibilities. A bludger is a hanger-on or a loafer. Mrs. Shipley was implying that, under Labour's plan, New Zealand would have to depend on Australia for its defence. The critics recalled the importance of air power during the battle of Crete or **bemoaned** the demotion of the armed services to fishery patrols and other people's peacekeeping. Ms. Clark is probably correct in assuming that no invasion by Indonesia is imminent, and she has set an example in disarmament that Labour leaders the world over might do well to study.
As the debate rages on, a retired defence force chief, Sir Somerford Teagle, summed up New Zealand's dilemma in plaintive terms: "Here we are, sitting in the ocean, all alone." There is no arguing with that.

Adapted from *The Guardian Weekly*, May 17-23 2001

45) In the text, **bluntly** means:

(a) ironically.
(b) naturally.
(c) abruptly.
(d) frankly.
(e) candidly.

46) In the text, **cadge** means:

(a) get something without paying.
(b) get something at a lower price.
(c) borrow.
(d) buy what is strictly necessary.
(e) pay one's debts.

47) In the text, **bemoaned** means:

(a) spoke in pain.
(b) pointed out.
(c) refused.
(d) lamented.
(e) firmly complained.

48) Max Bradford believes New Zealand's Prime Minister is:

(a) providing what their neighbours want.
(b) acting as a pacifist.
(c) providing what pacifists want.
(d) a genuine pacifist.
(e) advocating world peace.

49) *The Guardian* article states that:

(a) Indonesia is not planning any attack on New Zealand.
(b) Ms. Clark has showed the world what to do in terms of peace.
(c) Labour leaders should follow Ms. Clark's example.
(d) Labour leaders may do well to look into Ms. Clark's disarmament plans.
(e) New Zealand needn't fear any attack from other countries.

50) Choose the correct sequence of words to fill the blanks:

Is the Conservative Party __________? Can it ever come back? Not just by June – or even June 2005 – ___________? The questions aren't mine: they were _______ long before this election began by Michael Brown, an intelligent, thoughtful ex-Tory MP who lost his _______ in '97. But here they come again, with redoubled force, _________ on the wind of Tapsell.

(a) done / but ever / asked / seat / born.
(b) washed up / but now / posed / place / brought up.
(c) washed up / but ever / posed / seat / born.
(d) finished / but soon / put forward / position / born.
(e) forgotten / but ever / posed / bench / appearing.

51) Choose the correct sequence of words to fill the blanks:

The Organization _____ Economic Cooperation and Development (OECD) ________ last week that an international ____________ on tax havens was still __________, despite the United States government's decision to _________ its support for central parts of the plan.

(a) of / insisted / attack / being developed / refuse.
(b) for / said / law / on track / asunder.
(c) in / granted / crackdown / on the road / scrap.
(d) for / insisted / crackdown / on track / withdraw.
(e) of / published / law / being examined / refuse.

52) Choose the correct sequence of words to fill the blanks:

Pirates have provided material for writers _________ so long that one ______ thinks _____ could be any literary treasure ___________, but here is a book that proves ___________.

(a) for / never / it / left / the opposite.
(b) during / hardly / there / buried / otherwise.
(c) since / rarely / there / still / something else.
(d) for / barely / it / left / the opposite.
(e) for / hardly / there / left / otherwise.

53) Choose the correct sequence of words to fill in the blanks:

One of the most explosive _____ in Australian politics is the growing _____ for a government apology for the physical and cultural genocide the Aborigenes _____ since white people _____ on _____ continent.

(a) questions / claims / have gone through / arrived / the new.
(b) problems / clamour / have experienced / reached / their.
(c) issues / clamour / have endured / set foot / their.
(d) complaints / outcry / have undergone / set foot / the.
(e) matters / outcry / have suffered / were introduced / the new.

54) O Conselho de Segurança das Nações Unidas:

(a) Foi criado como órgão deliberativo da Assembléia Geral nas Nações Unidas em decorrência da situação gerada pela primeira guerra israelo-palestina de 1958 e logo em seguida ao atentado que vitimou o então Secretário-Geral Dag Hammarskjold.
(b) É um organismo das Nações Unidas, encarregado de velar pela segurança do imóvel ocupado pela Organização em Nova York e pela segurança das delegações dos diversos países membros.
(c) É um órgão das Nações Unidas, integrado por cinco membros permanentes e cinco membros não-permanentes em representação de cada um dos cinco continentes.
(d) É um órgão das Nações Unidas onde estão representados os Ministérios da Defesa dos países membros da Organização.
(e) É um dos órgãos das Nações Unidas, integrado por cinco membros permanentes e dez membros não-permanentes.

55) Um Estado soberano define-se basicamente como:

(a) Um Estado que detém poder superior ao de outros Estados em uma determinada região geopolítica.
(b) Um Estado independente com jurisdição reconhecida sobre um determinado território.
(c) Um Estado que exerce poder hegemônico em uma reconhecida "esfera de influência".
(d) Um Estado cujo poder supremo é exercido por um monarca.
(e) Um Estado que não permite que empresas multinacionais operem em seu território.

56) Em política internacional, a consagrada expressão inglesa "balance of power" caracteriza habitualmente uma situação definível nos seguintes termos:

(a) Equilíbrio da balança de pagamentos de dois ou mais países em estado de concorrência pelo poder hegemônico.
(b) Equilíbrio do comércio entre países dentro de uma área de mercado comum.
(c) Correspondência entre o poder militar e o poder econômico de potências nucleares.
(d) Oscilação entre ganhos e perdas de poder de uma potência mundial.
(e) Um certo equilíbrio na distribuição do poder mundial.

57) O termo "balcanização" é comumente empregado para significar:

(a) A política de fragmentação de uma região em múltiplos centros de poder.
(b) Hegemonia dos Bálcãs nas relações internacionais.
(c) Formação de um Estado único para dar estabilidade à região dos Bálcãs.
(d) Os Bálcãs como foco de atenção em uma "zone of turmoil".
(e) Intervenção das forças da OTAN na ex-Iugoslávia.

58) Em geopolítica, diz-se que se forma um "Estado-Tampão" ou "Buffer-State" quando:

(a) um Estado não concede direito de passagem a tropas militares estrangeiras pelo seu território.
(b) um Estado obstrui as negociações com o objetivo de assinar um acordo militar.
(c) um Estado se interpõe como "amortecedor de conflitos" entre Estados vizinhos mais poderosos.
(d) um Estado, sem declarar formalmente a sua neutralidade, não participa diretamente de uma guerra que envolve países vizinhos.

59) Uma das cláusulas mais conhecidas no comércio internacional é a chamada "cláusula da nação mais favorecida". Sobre esta cláusula, assinale a única afirmação abaixo que é correta:

(a) Ela reflete a realidade discriminatória na prática comercial entre os Estados.
(b) Ela foi um subterfúgio criado no século XIX para que as nações industrializadas legitimassem o protecionismo.
(c) Ela consagra o princípio da igualdade de tratamento entre os Estados no comércio internacional.
(d) Ela foi abolida pelo "General Agreement on Tariffs and Trade" (GATT), desde a sua criação em 1947, em nome do princípio da não-discriminação comercial entre países ricos e pobres.
(e) Ela foi estabelecida para legalizar um sistema geral de preferências no comércio internacional.

60) O Tratado da Antártida, assinado em Washington em 1959, acaba de completar quarenta anos de vigência (1961-2001) e tem sido considerado um instrumento de notável eficácia e solidez tanto do ponto de vista jurídico quanto político. Assinale, dentre as alternativas abaixo, aquela que não constitui princípio adotado no texto do referido tratado:

(a) A utilização do continente antártico exclusivamente para fins pacíficos.
(b) A liberdade de pesquisa e o intercâmbio de informações científicas.
(c) Congelamento de quaisquer reivindicações territoriais no continente antártico.
(d) A internacionalização da Antártida que passou a ser considerada "patrimônio comum da Humanidade".
(e) Direito de cada uma das Partes do tratado de proceder, a qualquer tempo, à inspeção das instalações das demais.

61) Por ocasião de sua visita à Rússia, em janeiro de 2002, os Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Vladimir Putin assinaram uma declaração conjunta, na qual:

(a) O Brasil apoiou a política russa em relação à Chechênia, enquanto a Rússia apoiou o direito brasileiro de manter uma estação científica na Antártica.
(b) O Brasil se comprometeu a oferecer assistência técnica na área da agricultura, através da Embrapa, enquanto a Rússia transferirá tecnologia de construção de cascos de submarino.
(c) O Brasil apoiou a posição russa contrária à retomada do projeto norte-americano conhecido como "Guerra nas Estrelas", enquanto a Rússia ratificou seu apoio à desnuclearização do Atlântico Sul.
(d) O Brasil apoiou o desejo da Rússia de ingressar como membro pleno na Organização Mundial do Comércio e a Rússia afirmou considerar o Brasil como um dos candidatos apropriados para ocupar vaga de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

(e) Está previsto o combate ao terrorismo em ações que sempre estejam sob a égide da Organização das Nações Unidas no plano mundial, ou de organismos internacionais regionais, como a Organização dos Estados Americanos.

62) As relações internacionais européias da primeira metade do século XIX, depois da Era Napoleônica, foram marcadas por:

(a) Uma forte hegemonia coletiva, exercida por cinco Estados, conhecida como *concerto europeu.*
(b) Um enfraquecimento notório da força persuasiva da Inglaterra no mundo.
(c) Uma ampliação dramática dos conflitos internacionais, sob o mesmo padrão do período napoleônico.
(d) Fraca adesão do mundo extra-europeu aos valores da abertura de mercados e da ampliação do comércio internacional.
(e) Permanente tensão entre as ex-colônias americanas independentes e suas ex-metrópoles européias.

63) Três grandes forças ideológicas que perpassaram, ainda que em tempos históricos não concomitantes, o século XIX, no plano das idéias políticas, foram:

(a) O liberalismo, os movimentos das nacionalidades e o fascismo.
(b) O militarismo, o nacionalismo e liberalismo.
(c) O socialismo, o autonomismo e o nacionalismo.
(d) Os movimentos das nacionalidades, o liberalismo e o socialismo.
(e) O autonomismo, o fascismo e o socialismo.

64) O Brasil assistiu, na segunda metade do século XIX, a modificações na vida política e econômica como:

(a) A regressão do regime político à forma imperial e autocrática.
(b) A mudança do sistema social de produção em favor do escravismo.
(c) A gradual erosão das instituições políticas nascidas em 1822.
(d) A gravitação do poder econômico das elites do oeste paulista em direção ao nordeste do país.
(e) O endurecimento da economia autárquica em detrimento da agro-exportação.

65) A crise econômica mundial decorrente dos eventos ocorridos na bolsa de valores de Nova York em 1929 explicita um momento de grande desafio para a evolução do capitalismo, tendo em vista que ela:

(a) Geraria gradual mudança na forma de se conceber o liberalismo desenfreado no período anterior.
(b) Viria animar o redesenho de políticas mais abertas e liberais.
(c) Induziria a mudança do paradigma econômico em favor da abertura ampla dos mercados.
(d) Fortaleceria as concepções econômicas de Adam Smith acerca da riqueza das nações.
(e) Permitiria uma evolução gradual do capitalismo na direção do livre-cambismo.

66) Assinale a única opção correta. Em relação à maneira como foi implantado o processo de industrialização do Brasil no século XX, chama a atenção:

(a) A ruptura total dos esquemas da produção agrária advinda de tempos anteriores.
(b) O reforço do industrialismo de corte revolucionário muito semelhante aos processos da Revolução Industrial inglesa.

(c) A indução, por parte do Estado, de políticas de substituições de importações.
(d) A maneira adversa com que as elites dirigentes do Estado, em especial depois de 1930, tratariam o esforço de industrialização.
(e) A forma excepcionalmente positiva com que a grande população recebia a mudança do paradigma econômico.

67) Assinale a única opção correta que completa a seguinte afirmação: "O princípio do *Uti Possidetis* foi usado pela diplomacia brasileira..."

(a) Nas negociações com Portugal, que culminaram com a restituição dos restos mortais de D. Pedro I, por ocasião das comemorações do sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972.
(b) Para fundamentar a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, contra os países do Eixo.
(c) Para justificar o envio de tropas brasileiras à República Dominicana, no âmbito das forças da OEA que participaram da pacificação interna daquele país em 1965.
(d) Para defender, perante a Corte Internacional da Haia, a legalidade jurídica internacional dos dispositivos da Constituição de 1946 que asseguravam a propriedade do Estado sobre o subsolo mineral brasileiro.
(e) Em negociações para a fixação de fronteiras, dentro da tradição estabelecida ainda no período colonial pela diplomacia portuguesa.

68) Qual dos fatos abaixo é correto?

(a) Os Estados Unidos da América se retiraram da Sociedade das Nações em 1933, com a ascensão do Nazismo na Alemanha.
(b) Com a extinção da União Soviética, o número de membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU diminuiu.
(c) Com o fim da guerra do Vietnã em 1975, o país dividiu-se em Vietnã do Norte (capital Hanói) e Vietnã do Sul (capital Saigon).
(d) A organização ETA, principal agente do terrorismo na Espanha, reivindica a soberania política da Catalunha.
(e) A Tchecoslováquia se dividiu em 1993 em dois Estados soberanos.

69) A invasão holandesa de Pernambuco no século XVII tem como principal causa econômica:

(a) Os Países Baixos procuravam novas bases para a obtenção de escravos que pudessem ser transferidos a suas colônias nas Antilhas.
(b) Os Países Baixos dependiam do açúcar de Pernambuco para desenvolvimento de suas indústrias de alimentos.
(c) Os Países Baixos buscavam desenvolver a colonização para assentar excedentes populacionais em decorrência das dificuldades econômicas provocadas pela guerra com a Espanha.
(d) Os Países Baixos buscavam estabelecer uma base estratégica de apoio para a rota das especiarias.
(e) Nenhuma das opções acima.

70) Se por um lado a "taxa de bem-estar social" não parece ter qualquer relação com o tamanho territorial, por outro o crescimento econômico sugere uma certa predileção pelos grandes espaços. Esta assertiva pode ser considerada:

(a) Correta, na medida em que se observa a ampliação dos espaços econômicos nacionais para sub-continentais.
(b) Incorreta, uma vez que premissa básica do desenvolvimento é a inovação tecnológica, que só ocorre em espaços densos e, portanto, exíguos.
(c) Discutível, em face da experiência histórica, uma vez que apenas os países pouco povoados puderam apresentar até agora altas taxas de bem estar social.
(d) Correta, porque basicamente só os chamados "países-baleia" tem apresentado nas últimas décadas um crescimento econômico expressivo.
(e) Todas as opções anteriores estão corretas.

71) Sobre a industrialização brasileira, é incorreto afirmar que:

(a) Nos últimos anos apresentou tendência à reconcentração espacial no Centro-Sul do país.
(b) Está assentada basicamente na exploração de recursos naturais abundantes, e voltada para a exportação.
(c) Tem seus setores mais dinâmicos vinculados ao ambiente tecno-científico próprio das áreas metropolitanas.
(d) Procura atender primordialmente ao mercado interno.
(e) É fortemente dependente da poupança externa.

72) Na Economia Política, a categoria "valor" expressa uma relação "homem/natureza", mediada pelo "tempo". Este último, porém, nem sempre entendido no seu sentido histórico. Com base nessa premissa, assinale a opção que contém uma imprecisão:

(a) Na concepção mercantilista, "valor" é sinônimo de "moeda", uma vez que os autores desta corrente desconheciam a origem do "valor", e a identificavam com a acumulação de metais raros.
(b) Concepção análoga, num certo sentido, é a dos monetaristas neoliberais, uma vez que identificam na livre-circulação de mercadorias e moedas a fonte de toda riqueza.
(c) Para os "fisiocratas", no entanto, o "valor" nasce em função dos "usos" dos recursos naturais, bastante diversificados, de modo que um recurso muito utilizado é valorizado em função da sua demanda.
(d) Mesmo antes do surgimento da escola fisiocrática, já surgira a noção de "valor-trabalho", embutida na idéia de que o "preço natural" de uma mercadoria dependia da quantidade de trabalho necessária para a sua produção.
(e) Os marxistas, como os liberais, esposam a tese de que o valor do trabalho é invariável, o que o qualifica como medida real do valor.

73) Assinale a única afirmação correta:

A "Comunidade Andina" :

(a) É uma união de todos os países sul-americanos para a conservação e desenvolvimento sustentável do meio-ambiente ecológico da Cordilheira dos Andes.
(b) Foi a Comunidade que formaram o Peru e a Bolívia na chamada "Guerra do Pacífico" contra o Chile, em 1870.

(c) É uma união diplomática dos países andinos, que contempla a criação de Consulados comuns em terceiros países, para a proteção das comunidades locais de seus cidadãos no estrangeiro.
(d) É como ficou conhecido na história o pacto firmado por Bolívar e San Martin no encontro de Lima, em 1819, quando acertaram levar adiante separadamente a luta pela independência das colônias espanholas na América.
(e) É uma união de países andinos que visa ao estabelecimento de políticas comuns de comércio para os países que integram aquela Comunidade.

74) Todas as árvores a seguir, exceto uma, vêm relacionadas entre as espécies nativas do Brasil no livro "Árvores Brasileiras" de Harri Lorenzi. Assinale a exceção:

(a) Aroeira.
(b) Jatobá.
(c) Sucupira.
(d) Plátano.
(e) Jequitibá.

75) Assinale o único país com o qual o Brasil não faz fronteira:

(a) Equador.
(b) Colômbia.
(c) Suriname.
(d) Bolívia.
(e) Paraguai.

76) Assinale a opção que contém apenas países hoje exportadores líquidos de petróleo:

(a) Rússia, Indonésia, Nigéria e México.
(b) Reino Unido, Kuaite, Iraque e Austrália.
(c) Estados Unidos, México, Arábia Saudita e Iraque.
(d) Rússia, França, Alemanha e Brasil.
(e) Irã, Iraque, Índia e Emirados Árabes.

77) Assinale a opção em que não consta princípio fundamental que rege o Brasil nas suas relações internacionais:

(a) autodeterminação dos povos.
(b) repúdio ao terrorismo.
(c) intervenção militar para a defesa de interesses nacionais.
(d) concessão de asilo político.
(e) igualdade entre os Estados.

78) A figura do "habeas corpus", uma conquista jurídica da liberal-democracia, identifica-se como:

(a) um direito à inviolabilidade do corpo humano.
(b) direito secular que se origina na separação entre o corpo e a alma.
(c) direito de associação livre em corporações.
(d) direito de ir e vir assegurado contra abuso de autoridade.
(e) estado de direito protegido por um Corpus Juris.

79) Assinale a opção em que figurem, tão-só, exemplos de sujeitos de direito internacional:

(a) Estados, Mercado Comum do Sul (Mercosul) e Santa-Sé ou Estado do Vaticano.
(b) Estados, Santa-Sé ou Estado do Vaticano, organizações não-governamentais (ONGs) e indivíduos.
(c) Estados, organizações internacionais e empresas multinacionais.
(d) Estados, Organização das Nações Unidas (ONU) e ONGs.
(e) Indivíduos, ONGs, organizações internacionais e Santa-Sé ou Estado do Vaticano.

80) Ao artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça — que dispõe sobre o direito aplicável pelo tribunal para solução de controvérsias que lhe forem submetidas — podem-se acrescentar, na hora atual, as seguintes fontes:

(a) Algumas decisões de organizações internacionais e Constituição dos Estados.
(b) Contratos internacionais e decisões de organizações internacionais.
(c) Determinados atos unilaterais dos Estados e algumas decisões de organizações internacionais.
(d) Constituição dos Estados e "lex mercatoria".
(e) "Lex mercatoria" e determinados atos unilaterais dos Estados.

81) Constitui instrumento próprio para a declaração da inconstitucionalidade de lei em tese:

(a) ação direta de inconstitucionalidade.
(b) mandado de segurança.
(c) ação civil pública.
(d) *habeas corpus.*
(e) ação monitória.

82) A propósito do princípio da igualdade, consagrado em vários dispositivos da Constituição, é correto afirmar que:

(a) As pessoas jurídicas não são protegidas por esse princípio.
(b) Brasileiros e estrangeiros devem ter, em todas as relações sociais, o mesmo tratamento da lei.
(c) É possível o tratamento legislativo diferenciado de indivíduos, desde que a distinção não seja arbitrária.
(d) O princípio da igualdade configura tão-somente diretriz política de ação do legislador, não cabendo ao Judiciário declarar a invalidade de uma lei por cogitada afronta a este princípio.
(e) Após a Reforma Administrativa de 1998, o princípio da isonomia deixou de ter implicações jurídicas no âmbito do regime jurídico dos servidores públicos.

83) Qual das opções <u>não</u> contempla cargo privativo de brasileiro nato:

(a) Vice-Presidente da República.
(b) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
(c) Diplomata.
(d) Presidente da Câmara do Deputados.
(e) Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

84) A análise da oferta e demanda, que estuda as interações entre vendedores e compradores em uma economia de mercado, constitui o cerne do estudo dos fenômenos econômicos. A esse respeito, assinale a opção correta:

(a) a redução recente do preço da telefonia celular, que conduziu a um aumento considerável do uso desses serviços, representa um deslocamento da curva de demanda por esses serviços, para cima e para a direita.
(b) se o preço de mercado de um determinado bem encontra-se abaixo do seu nível de equilíbrio, então, ocorre um excesso de oferta para esse bem.
(c) a queda recente do preço das ações, no mercado acionário brasileiro, contribui para estimular a demanda dos diferentes bens e serviços vendidos no Brasil.
(d) um aumento no preço do aço, utilizado pela indústria automobilística, desloca a curva de oferta de automóveis para a direita.
(e) Se, no sistema bancário, computadores e bancários são substitutos, então, a redução do preço dos computadores, que se traduz em uma maior informatização do setor, contribuirá para reduzir o emprego desse setor.

85) A mensuração dos grandes agregados como o PIB (Produto Interno Bruto) e o PNB (Produto Nacional Bruto) é crucial para se avaliar apropriadamente a atividade econômica. Considerando os diferentes aspectos de tais agregados, pode-se afirmar que:

(a) no Brasil, o investimento é o maior componente do PIB.
(b) um carro novo, produzido em 1999, mas vendido em 2001, deve ser contabilizado no PIB de 2001, porque, nesse ano, ele foi vendido, pela primeira vez, como bem final.
(c) contrariamente ao PIB, que é um conceito geograficamente delimitado, o PNB inclui a produção e a renda dos nacionais geradas tanto dentro do país como no exterior.
(d) se uma indústria de confecção compra R$ 200,00 de tecido e R$ 100,00 de linhas de costura e utiliza esses insumos para produzir uma peça de vestuário no valor de R$500,00, então sua contribuição para o PIB é de R$ 800,00.
(e) como o PIB nominal em 1997 foi superior ao PIB nominal em 1996, pode-se, então, concluir que houve um aumento da produção entre esses dois anos.

86) O Grupo de Cairns:

a) foi constituído em 1972, por países em desenvolvimento, para participar do consórcio internacional Intelsat, que construiu e lançou o primeiro satélite de comunicações civis.
b) foi constituído em 1975, pelos maiores consumidores de petróleo entre os países em desenvolvimento, para obter melhores condições de importação dessa matéria-prima. Inicialmente, o Brasil participou como observador, tornando-se membro em 1982.
c) foi constituído em 1990, por antigas colônias inglesas na África e Oceania, para coordenar as políticas de cooperação tecnológica com a então Comunidade Econômica Européia.
d) foi constituído em 1990, por países em desenvolvimento, de modo a coordenar suas propostas tecnológicas no Âmbito da Rodada Uruguai do GATT.
e) foi constituído em 1986, por países competitivos em agricultura, que têm buscado, desde o lançamento da Rodada Uruguai do GATT, a liberalização do comércio agrícola internacional.

87) Em um mundo globalizado, as questões concernentes às relações econômicas internacionais são cruciais. Nesse contexto, assinale a opção correta:

(a) Um aumento do preço (medido em R$/US$) da moeda norte-americana no mercado de câmbio brasileiro corresponde a uma apreciação do Real.

(b) Os dispêndios feitos pelos turistas brasileiros em Nova York são contabilizados como um crédito na balança comercial brasileira.
(c) O Brasil é um país membro do MERCOSUL, da ALADI e do NAFTA.
(d) Uma recessão econômica tende a reduzir o déficit no balanço de pagamentos.
(e) Uma das desvantagens de um sistema de câmbio flexível é que o governo não pode adquirir moedas estrangeiras para acumular reservas.

88) O entendimento dos fenômenos monetários e financeiros é importante para se entender o funcionamento das economias de mercado. Em relação a esse tópico, pode-se afirmar que:

(a) a base monetária é constituída de moeda (notas e moedas metálicas) e de depósitos dos bancos comerciais junto ao Banco Central.
(b) a teoria monetarista afirma que, devido ao fato de a velocidade de circulação da moeda ser constante, aumentos no estoque monetário implicam aumentos proporcionais na renda.
(c) o custo de oportunidade de detenção da moeda é a taxa de juros real.
(d) a inflação incentiva a poupança porque ela aumenta a taxa líquida de retorno das aplicações financeiras.
(e) no Brasil, compete ao Banco Central estimular a aplicação de poupanças privadas no mercado acionário.

89) Suponha que um setor estratégico da economia encontra-se dominado por um produtor monopolista. A esse respeito, assinale a opção correta:

(a) independentemente das características do bem produzido, se o monopolista em questão for o setor público, a alocação de recursos produzida nesse mercado, do ponto de vista da sociedade, será considerada ótima.
(b) a implementação de um preço regulado, sob a forma de um preço máximo, inferior ao preço de equilíbrio monopolista, poderá garantir um crescimento sustentável para o setor em questão.
(c) o racionamento do uso do bem produzido pelo monopolista poderá solucionar o problema da baixa quantidade transacionada nesse mercado.
(d) a longo prazo, a implementação de um imposto específico nesse setor solucionará o problema da oferta reprimida.
(e) se o setor em questão produzir um bem comercializável, a abertura internacional desse mercado poderá trazer grandes ganhos de produtividade, e, conseqüentemente, maior eficiência alocativa.

90) Um déficit em transações correntes no Balanço de Pagamentos de um país pode expressar:

(a) Um superávit na balança comercial que não é compensado por investimentos diretos.
(b) Uma variação negativa das reservas internacionais devido à amortização de dívidas.
(c) Um déficit na balança de serviços que não é compensado por um superávit da balança comercial.
(d) Um excesso de exportações sobre importações de bens e serviços.
(e) Um crescimento inesperado do recebimento de tranferências unilaterais.

91) Assinale o enunciado que não se coaduna com a defesa do relativismo histórico-cultural e do relativismo cognitivo:

(a) Os valores de uma cultura não se medem pelos valores de outra cultura diferente.
(b) Os fatos históricos só podem ser interpretados na perspectiva dos valores culturais.

(c) Os valores culturais são incomensuráveis.
(d) Não há verdade objetiva.
(e) Há verdades universais.

92) O que significa essencialmente a conhecida expressão atribuída ao "maquiavelismo político" ou "realpolitik": "Os fins justificam os meios"?

(a) Quaisquer que sejam os fins, os meios se ajustarão a eles.
(b) Se os fins são justificáveis, os meios adequados à sua realização serão também justificáveis.
(c) Os fins só se justificam quando os meios são justos.
(d) Se os meios são justos, os fins também o serão.
(e) Quaisquer que sejam os meios, os fins sempre se realizam com justiça.

93) O "Abaporu" foi pintado por:

(a) Emiliano Di Cavalcanti.
(b) Cândido Portinari.
(c) Tarsila do Amaral.
(d) Anita Malfatti.
(e) Lasar Segall.

94) Foram coetâneos os dois pintores relacionados em uma das opções a seguir:

(a) Rubens e Mondrian.
(b) Rembrant e Piero Della Francesca.
(c) Matisse e Picasso.
(d) Monet e Velásquez.
(e) Modigliani e Goya.

95) Arquiteto de renome internacional que teve papel relevante para o desenvolvimento da arquitetura moderna no Brasil, especialmente ao influenciar as obras de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa:

(a) Frank Lloyd Wright.
(b) Walter Gropius.
(c) Le Corbusier.
(d) Alvar Aalto.
(e) Mies van der Rohe.

96) O filósofo que propôs, a partir da capacidade de raciocínio humano, a dúvida metódica e a revisão de todo o conhecimento, foi:

(a) Francis Bacon.
(b) Montesquieu.
(c) Diderot.
(d) René Descartes.
(e) Voltaire.

97) Os quatro grandes teatrólogos da Grécia clássica de quem nos chegaram peças inteiras ou quase inteiras foram :

(a) Sócrates, Platão, Aristóteles, Heráclito.
(b) Hesíodo, Homero, Safo, Píndaro.
(c) Ésquilo, Sófocles, Eurípides, Aristófanes.
(d) Péricles, Leônidas, Trasíbulo, Epaminondas.
(e) Górgias, Diógenes, Zenon, Empédocles.

98) O "Encouraçado Potemkin" é uma obra de arte de valor indiscutível, feita por encomenda do governo soviético para comemorar um motim a bordo de um encouraçado da frota russa no Mar Negro. A obra em questão é:

(a) Um filme do diretor Aleksander Petrovitch Dovjenko.
(b) Uma peça sinfônica de Igor Stravinski.
(c) Uma ópera de Rimski-Korsakov.
(d) Uma peça teatral de Stanislavski.
(e) Um filme de Eisenstein.

99) Assinale a única afirmação incorreta:

(a) Heitor Villa-Lobos foi um dos maiores compositores brasileiros modernos de música clássica.
(b) São nomes do jazz contemporâneo Joshua Redman, Bill Charlap e Joe Lovano.
(c) O MPB-4 é um grupo vocal masculino que esteve, nos anos 60 e 70, na linha de frente da combativa Música Popular Brasileira e permanece ativo.
(d) Com libreto de Lorenzo da Ponte, Mozart compôs sua ópera *Don Giovanni*, encenada em Praga em 1787.
(e) O dodecafonismo é um termo pejorativo utilizado pelo compositor austríaco Arnold Schonberg para designar as formas tradicionais de composição tonal baseadas no emprego rígido das doze notas musicais.

100) Perguntado sobre que livro estava lendo no momento, alguém, querendo exibir erudição e cultura clássica, cometeu um grande fiasco ao responder que estava lendo:

(a) *Antígona*, de Sófocles.
(b) *Ética a Nicômaco*, de Sócrates.
(c) *Poética*, de Aristóteles.
(d) *Catilinárias*, de Cícero.
(e) *O Banquete*, de Platão.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 6 de abril de 2002

PROVA DE PORTUGUÊS

Examinadores:
Paulo de Tarso Leite de Moraes Jardim
Denise de Aragão Costa Martins
Gisele Andrade de Souza

Questão 1:

A partir das citações abaixo transcritas, discuta o tema da identidade nacional e analise seus possíveis desdobramentos no processo de inserção internacional do Brasil.
Extensão: de 450 a 600 palavras. Valor: 70 pontos.

O mito de uma América Latina não-ocidental, em particular, mais parece obra de uma estratégia de recusa alimentada por ressentimento – recusa de algo que nos esforçamos para obter e, contudo, sempre fracassamos em alcançar, a saber, um lugar e uma parcela do mundo moderno, liberal e democrático. Em suma, um universo identificado com o Ocidente. Parece que perdemos o trem da história e, em conseqüência, reagimos desprezando a modernidade. Ame-a ou deixe-a...

Todavia, a América Latina é obviamente parte do Ocidente. Nós não somos a antítese do Ocidente e muito menos uma alternativa à sua cultura. Como Jorge Luis Borges uma vez me disse – e que somente em parte era piada – nós, latino-americanos, somos os únicos verdadeiramente europeus, já que os próprios são, primeiramente e sobretudo, franceses ou ingleses, alemães ou italianos, espanhóis ou russos... Para falar com seriedade: nossa maneira pertinaz e específica de desejar a modernidade simplesmente reflete nossa filiação ao Ocidente. De fato, somos uma modificação e uma **modulação** original e vasta da cultura ocidental. Mas isto a Ibéria sempre foi: um caso muito peculiar do Ocidente, porém de forma alguma uma aberração. A Ibéria sempre foi uma faceta especial da Hespéria – e assim somos nós, criaturas da Ibéria e gênios da mistura étnica e cultural.

Nascida da ambição desmesurada da Europa, a América tem sido também a encarnação, não importa se parcialmente, de várias de suas utopias, humanas e sociais. Quando o jovem Bolívar, de cima de um monte em Roma, jurou libertar a América Latina, ele expressou a esperança de que a liberdade, muitas vezes vencida na Europa, fosse vitoriosa no Novo Mundo e desse curso à civilização, cuja marcha está sempre direcionada para o oeste. Como Hegel, Bolívar abraçava o mito heliodrômico: a crença na idéia de que a civilização, como o sol, caminha para o Ocidente.

O ensaísta espanhol Luis Díez del Corral recordou de maneira admirável outro mito, o rapto de Europa. Em seu livro, que leva este título, Díez del Corral pondera sobre como povos não ocidentais atravessaram nosso século "roubando" a cultura moderna do Ocidente. Um certo grupo de países em desenvolvimento, porém, não precisa "roubar" o Ocidente pelo simples fato

de já pertencer ao Ocidente. Eles formam a América Latina, o **outro Ocidente:** mais pobre, e mais enigmático; um Ocidente problemático, mas não menos Ocidente, como o comprovam a linguagem, os valores, e as crenças de suas sociedades. Sociedades que não estão muito distantes, no que se refere aos diversos níveis de desenvolvimento, daquelas da Europa do Sul, a quem ninguém ousaria considerar menos ocidentais.

José Guilherme Merquior, "O Outro Ocidente"

A Espanha e Portugal são, com a Rússia e os países balcânicos (e em certo sentido também a Inglaterra), um dos territórios-ponte pelos quais a Europa se comunica com os outros mundos. Assim, eles constituem uma zona fronteiriça, de transição, menos carregada, em alguns casos, desse europeísmo que, não obstante, mantêm como um patrimônio necessário.

Foi a partir da época dos grandes descobrimentos marítimos que os dois países entraram mais decididamente no coro europeu. Esse ingresso tardio deveria repercutir intensamente em seus destinos, determinando muitos aspectos peculiares de sua história e de sua formação espiritual. Surgiu, assim, um tipo de sociedade que se desenvolveria, em alguns sentidos, quase à margem das congêneres européias, e sem delas receber qualquer incitamento que já não trouxesse em germe.

Quais os fundamentos em que assentam de preferência as formas de vida social nessa região indecisa entre a Europa e a África, que se estende dos Pireneus a Gilbraltar? Como explicar muitas daquelas formas, sem recorrer a indicações mais ou menos vagas e que jamais nos conduziriam a uma estrita objetividade?

Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*

Em entrevista a um jornal carioca, *A Noite*, publicada em dezembro de 1925, o autor de *Macunaíma* [Mário de Andrade] constata, repondo o "lá" e o "cá" nos seus devidos lugares: "O modernista brasileiro matou a saudade pela Europa, a saudade pelos gênios, pelos ideais, pelo passado, pelo futuro, e só sente saudade da amada, do amigo..." Para Mário, a melancolia da separação só é passível de ser cultivada no cipoal das relações pessoais. Fora disso, traduz o "desacomodamento" do brasileiro com a realidade ambiente. Daí, segundo Mário, a necessidade que o jovem brasileiro tem de "sentir e viver o Brasil não só na sua realidade física mas na sua emotividade histórica também." Mário estava dando os primeiros passos na longa caminhada de "abrasileiramento do Brasil".

Silviano Santiago, Introdução a *Intérpretes do Brasil.*

Questão 2:

Elabore um resumo do texto abaixo, de 200 a 250 palavras (valor: 30 pontos). A passagem reproduz o trecho inicial do ensaio "As idéias fora do lugar", de Roberto Schwartz:

Toda ciência tem princípios, de que deriva o seu sistema. Um dos princípios da Economia Política é o trabalho livre. Ora, no Brasil domina o fato "impolítico e abominável" da escravidão.

Este argumento - resumo de um panfleto liberal, contemporâneo de Machado de Assis - põe fora o Brasil do sistema da ciência. Estávamos aquém da realidade a que esta se refere; éramos antes um fato moral, "impolítico e abominável". Grande degradação, considerando-se que a ciência eram as Luzes, o Progresso, a Humanidade etc. Para as artes, Nabuco expressa um sentimento comparável quando protesta contra o assunto escravo no teatro de Alencar: "Se isso ofende o estrangeiro, como não humilha o brasileiro!". Outros autores naturalmente fizeram o raciocínio inverso. Uma vez que não se referem à nossa realidade, ciência econômica e demais ideologias liberais é que são, elas sim, abomináveis, impolíticas e estrangeiras, além de vulneráveis. "Antes bons negros da costa da África para felicidade sua e nossa, a despeito de toda a mórbida filantropia britânica, que, esquecida de sua própria casa, deixa morrer de fome o pobre irmão branco, escravo sem senhor que dele se compadeça, e hipócrita ou estólida chora, exposta ao ridículo da verdadeira filantropia, o fado de nosso escravo feliz".

Cada um a seu modo, estes autores refletem a disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e as idéias do liberalismo europeu. Envergonhando a uns, irritando a outros, que insistem na sua hipocrisia, estas idéias - em que gregos e troianos não reconhecem o Brasil - são referências para todos. Sumariamente está montada uma comédia ideológica, *diferente da européia*. É claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologia na Europa também; mas lá correspondiam às aparências, encobrindo o essencial - a exploração do trabalho. Entre nós, as mesmas idéias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer, original. A Declaração dos Direitos do Homem, por exemplo, transcrita em parte na Constituição Brasileira de 1824, não só não escondia nada, como tornava mais abjeto o instituto da escravidão. A mesma coisa para a professada universalidade dos princípios, que transformava em escândalo a prática geral do *favor*. Que valiam, nestas circunstâncias, as grandes abstrações burguesas que usávamos tanto? Não descreviam a existência, - mas nem só disso vivem as idéias. Refletindo em direção parecida, Sérgio Buarque observa: "Trazendo de países distantes nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão do mundo e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos uns desterrados em nossa terra". Essa impropriedade de nosso pensamento, que não é acaso, como se verá, foi de fato uma presença assídua, atravessando e desequilibrando, até no detalhe, a vida ideológica do Segundo Reinado. Freqüentemente inflada, ou rasteira, ridícula ou crua, e só raramente justa no tom, a prosa literária do tempo é uma das muitas testemunhas disso.

Embora sejam lugar-comum em nossa historiografia, as razões desse quadro foram pouco estudadas em seus efeitos. Como é sabido, éramos um país agrário e independente, dividido em latifúndios, cuja produção dependia do trabalho escravo por um lado, e por outro do mercado externo. Mais ou menos diretamente, vêm daí as singularidades que expusemos. Era inevitável, por exemplo, a presença entre nós do raciocínio econômico burguês - a prioridade do lucro, com seus corolários sociais - uma vez que dominava no comércio internacional, para onde a nossa economia era voltada.

A prática permanente das transações escolava, neste sentido, quando menos uma pequena multidão. Além do que, havíamos feito a Independência há pouco, em nome de idéias francesas, inglesas e americanas, variadamente liberais, que assim faziam parte de nossa identidade nacional. Por outro lado, com igual fatalidade, este conjunto ideológico iria chocar-se contra a escravidão, e seus defensores, e o que é mais, viver com eles.

(...)

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

em 7 de abril de 2002

Prova de Inglês

EXAMINADORES:
Manuel A. Carlos Montenegro Lopes da Cruz
Edite do Céu Faial Jacques
Mark David Ridd

1 - TEXT-BASED EXERCISES (Value: 20 marks)

Read the text by ***Aidan Mathews*** *and complete the exercises on the attached sheet:*

Writing the Light: Ten thoughts about literature and photography

It's late now, almost dark outside in the midsummer garden, and I'm sitting (1) __________ the sound of birdsong at this hour, imagine, with a friend (2) __________ husband died the day before on a respirator in the ICU of a general hospital. We're looking at scrapbook photographs of the man, seated together on the sofa, closer than convention ordinarily allows, poring at greater length than custom requires (3) __________ this picture and that, some of them formal, some fussy, some suddenly legible for the first time, but all of them altered irreversibly now by the presence of his absence, the compelling finality of this disappearance in these shuffled apparitions. It will all end up in a book, they say. Actually, it all ends up in a photo-album. The (4) __________ chime. Watches tick. Ice (5) __________ in a glass from the heat of the hand holding it. This is the silence of vigil, the speechless small hours.

Yet images are borne; images are bearable. This black and white procession is an orderly retreat from the confusion of life. The same man at different ages and stages, the same smile, the same tooth, the same tendency to blink at the flash whether in the serrated hand-coloured display cards of his infancy or in the open-mouthed Polaroids of a later partytime. It is all peculiarly comforting and consoling.

When the phone rings on the low table across the room, neither of us thinks in time to get up, to go over, to intercept the atrocity of what must happen next, happen now, as the second ring stops short and the automatic message-minder trips into action. 'This is Jack speaking. I'm afraid I'm not able to talk to you now. Leave your name and number and I shall return your call.'

'Sunt lacrimae rerum et mentem mortalia tangunt.' If, as Virgil tells us, there are things in this world which lie beyond heartbreak, beyond the wound of the mouth and the seepage of the eye, one of them must surely be the voice of a dead man calling us, his breath in the bronchitic syllables, the hydraulic lungs. And here, on the borderlands of being, where a foetus flinches sooner at sound than at shadow, there is no uncertainty: human presence is more powerful as audition than as spectacle, more visible as language than as image. It is the Hebraic love of orality and not the Hellenic delight in the retina which triumphs.

2 – Composition (Value: 50 marks)

Extension: 350 to 450 words

*Read the following excerpt adapted from Ana Viseu's "An assessment of McLuhan's prediction that electronic technologies would lead us back to an oral culture" and, in the light of it and the text by Aidan Mathews in Section 1, **comment critically on the role of language and visual imagery in modern electronic culture**.*

"It is a fact that electronic digital technologies lack a sense of linearity. In fact, they are based on a non-linearity that tends to facilitate a more associative way of organizing information, e.g., hypertext. It is also true that new technologies tend to be global and not focused — that is, they influence more than one sense. A good example of this is the acoustic virtual environments which are much stronger than a visual experience. A visual experience tacitly distances you, places you in a transcendent, removed position, rather than embodying you at the center of a new context. This implies not only that digital technologies offer the possibility of creating new global spaces by using sound, but also that the perspective from the user's point of view changes. She/he is no longer a mere observer in a detached position, but rather she/he actively constructs this space.

Marshall McLuhan was right in predicting that the change from mechanic technologies to electronic, digital technologies would create a new culture that more resembles ancient oral cultures than the recent visual, print culture."

3 – Translation

(Value: 15 marks each)

Translate the following passages into English:

Text A

As representações de animais na Idade da Pedra constituem uma das mais antigas manifestações artísticas de que se tem notícia e, sem dúvida, o fenômeno mais extraordinário de toda a história da arte. Datando de muitos milhares de anos antes da era cristã, esta arte, que tem seus focos principais em cavernas da Espanha e da França, caracteriza-se: a) por uma fidelidade linear à natureza, conseguida por técnica impressionista; b) pelo virtuosismo na captura dos gestos, atitudes e movimentos do homem e do animal; c) enfim, por uma extrema maestria em fornecer a impressão ótica final. Toda a atenção do artista se concentra nos elementos essenciais, desprezando detalhes desnecessários, e as figuras são admiravelmente realizadas em perspectiva. A técnica é mais a da pintura, uma vez que o artista trabalha com espaços e não com linhas, utilizando-se da cor: preto, vermelho e castanho. A espantosa perícia destas obras demonstra a existência, já neste período, de especialistas da arte figurativa.

Adaptado de *O Baile das Quatro Artes* de Gilda de Mello e Souza.

Text B

Lembro-me de uma história — história que inventei, mas que nem por isso deixa de ser verdadeira. Era um marinheiro dinamarquês, no porto do Rio de Janeiro por uma noite apenas. Saíra pela cidade desconhecida, de bar em bar, e vinha voltando solitário e bêbado pela madrugada, quando se deu o milagre: nas águas sujas do canal, viu refletida uma claridade difusa — ergueu os olhos e viu que as nuvens se haviam rasgado no céu, e o Cristo surgira para ele, braços abertos, em todo o seu divino esplendor. Fulminado pela visão, caiu de joelhos e chorou de arrependimento pela vida de pecado que levara até então. De volta à sua terra, converteu-se, tornou-se místico, acabou num convento. E anos mais tarde, depois de uma vida inteira dedicada a Deus, o monge recebe a visita de um brasileiro. Aquele homem era da cidade em que se dera o milagre da sua conversão.

O que o senhor viu foi a estátua do Corcovado — explicou o carioca.

Não diz a história se o religioso deixou de sê-lo, por causa da prosaica revelação. Não diz, porque me eximo de acrescentar que, na realidade, depois de viver tanto tempo uma crença construída sobre o equívoco, este equívoco passava a ser mesmo um milagre, como tudo mais nesta vida.

Adaptado de "A Lua Quadrada de Londres" de Fernando Sabino

SECTION 1: TEXT-BASED EXERCISES – ANSWER SHEET

a) Fill in the blanks in **paragraph one** with a single word.

(1) ____________________ (2) ____________________ (3) ____________________

(4) ____________________ (5) ____________________

(Value: 5 marks)

b) Replace the underlined words and phrases in **paragraph three** with suitable substitutes (words or phrases) in the context.

in time ____

atrocity ____

stops short ____

trips into action ____

return your call ____

(Value: 5 marks)

c) Summarise the text **in your own words** in the space below (maximum 200 words).

(Value 10 marks)

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 22 de março de 2003

TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

O Teste de Pré-Seleção (TPS) contém 100 questões, com o valor de 1 ponto cada.

Para responder às questões, você dispõe de dois formulários: a **Folha de Rascunho** e a **Folha de Respostas**.

Use, primeiro, a **Folha de Rascunho**, que você poderá corrigir, rasurar e, a partir de 30 minutos antes do término da prova, levar consigo, desde que não contenha cópia, ainda que parcial, das perguntas do TPS.

A **Folha de Respostas**, por sua vez, deve ser preenchida e manuseada com extrema cautela, pois se trata do único documento válido para a correção de sua prova.

Leia as questões com atenção.

Você dispõe de 5 (cinco) horas para concluir o TPS, **aí incluído o tempo para preenchimento da Folha de Respostas**.

O Caderno de questões não poderá sair da sala de prova.

Boa Sorte!

As questões de 1 a 20 referem-se ao texto I; as de 21 a 30, ao texto II. Ambos os textos reproduzem literalmente, sem alterações, trechos das obras referidas. Eventuais discrepâncias que apresentem em relação à norma culta da língua portuguesa não são endossadas pela Banca e podem mesmo constituir objeto de avaliação das mencionadas questões.

TEXTO I – QUESTÕES 1 a 20

A passagem do saber à ciência assinala uma das mais profundas revoluções conhecidas pela história humana. Ela pode ser caracterizada como aquele momento em que a racionalidade latente e difusa no esforço milenar do homem, para submeter a natureza a seus fins de utilização, para buscar nela as matrizes simbólicas de suas representações e crenças e para organizar
4 seu próprio mundo humano, eleva-se sobre os enigmas do mito e sobre a cinzenta monotonia das rotinas empíricas e aparece como um sol que ilumina e atrai poderosamente tudo o que se move no universo físico e intelectual. As origens do pensamento científico, há vinte e cinco séculos, foram comparadas justamente com uma aurora, pois é incontestável que, a partir de então, o mundo histórico tende a organizar-se cada vez mais nitidamente segundo a estrutura de um sistema solar,
8 tendo como centro a razão demonstrativa, o *lógos apodeiktikós*. Suas linhas de força estendem-se ao infinito, pois nada parece pensável fora dos cânones da razão científica. Mais claramente do que o universo físico, o universo da razão se expande prodigiosamente. Mesmo as profundezas mais obscuras do nosso mundo humano e as certezas milenarmente imóveis que jazem no seu fundo – crenças, costumes, representações, enigmas – são atraídas ao campo da razão, mostram à
12 sua luz sua estrutura e seus limites, adquirem significação e passam a mover-se lentamente em torno do grande sol implacável.

A metáfora da luz e do sol tornou-se, na tradição ocidental, a mais célebre metáfora do conhecimento, em torno da qual formou-se um núcleo semântico que acabou por se depositar no termo **idéia**, para evocar o perfil luminoso do ser. Platão
16 consagrou-a na passagem mais famosa da *República* e usou-a para caracterizar a mais alta das ciências, a Dialética. Nietzsche a retomou numa página fascinante e estranha quando Zaratustra aspira a um conhecimento que não seja imaculado como a luz fria e distante do disco lunar na escuridão da noite, mas seja ardor de conquista e desejo de criação como a luz e a força de um sol ardente brilhando sobre o mar. Na verdade, a partir do momento em que o saber caminha para tornar-se razão
20 demonstrativa ou ciência, os velhos problemas que acompanham a história dos homens não somente se iluminam com uma luz nova, mas sofrem uma mudança qualitativa, uma mudança de natureza. Não são mais apenas desafios lançados diante do homem, mas, na sua expressão, desdobram-se nesse extraordinário paradoxo que uma outra metáfora ótica designou como a sua **reflexão**, o saber transposto e codificado num logos **epistêmico** ou num saber do saber, que veio a denominar-se, por
24 excelência, a **lógica**. A partir de então, a luta pelo sentido ou pela significação racional dos seus projetos e dos seus eventos passa a ser um destino inexorável que pesa sobre a história. Ele torna possível, numa história que se vê face a face com o problema do **sentido**, a proclamação extrema do absurdo, que não é senão a prova mais radical da reflexividade absoluta da razão. Com efeito, ainda que denunciemos a vida como um conto narrado por um idiota, cheio de ruído e furor e sem
28 significação alguma, mesmo assim nós a julgamos e, portanto, compreendemos ou pensamos compreender o sentido do seu não-sentido. Anunciamos, em suma, a sua sem-razão, o que quer dizer que nós a situamos na órbita e na luz da razão.

Por conseguinte, o advento da razão científica como razão reflexiva ou razão que explicita e codifica a sua própria lógica significa igualmente que o centro do universo das formas simbólicas na civilização ocidental passa a ser ocupado pela
32 Ciência (no sentido amplo da *epistheme* grega coroada pela Filosofia) porque todo caminho de objetivação das obras de cultura dela parte e a ela retorna. Mesmo para pensarmos o longo e noturno caminho da pré-razão ou da pré-história na ciência das origens, devemos traçá-lo na direção de sua aurora, porque é já no dia avançado da razão científica que podemos reconstituí-lo e recompô-lo no saber do nosso passado.

Henrique Cláudio de Lima Vaz. *Escritos de Filosofia II: Ética e Cultura.*
São Paulo: Edições Loyola, 1988. p. 181-183.

QUESTÃO 1

De acordo com o texto I, é **correto** afirmar que:

(a) antes do advento da ciência, a relação do homem com a natureza não se pautava pela racionalidade.
(b) a capacidade do homem de enxergar e denunciar a falta de sentido da vida prova a impotência da razão.
(c) os primórdios do pensamento científico podem ser localizados na Antiguidade Clássica.
(d) a descrição científica do sistema solar permitiu o desenvolvimento da razão demonstrativa na história do conhecimento.
(e) os mitos e os enigmas escapam do âmbito da razão.

QUESTÃO 2

A certa altura do texto I, o autor se vale, sem identificar a fonte, do seguinte trecho da tragédia *Macbeth*, de William Shakespeare: "[Life] is a tale / Told by an idiot, full of sound and fury / Signifying nothing".
A propósito dessa referência e dos argumentos desenvolvidos pelo autor do texto I, é **correto** afirmar que:

(a) a "proclamação extrema do absurdo" consiste na prevalência do absurdo sobre a razão.
(b) a caracterização da vida como "um conto narrado por um idiota, cheio de ruído e furor e sem significação alguma" revela haver no universo algo alheio ao domínio da razão.
(c) o recurso à tragédia shakespeareana funciona como um argumento de autoridade, já que a fala de Macbeth corrobora as idéias desenvolvidas no texto I.
(d) a afirmação de que "nada parece pensável fora dos cânones da razão" é reforçada pelo fato de Macbeth utilizar a razão para tentar compreender a falta de sentido da vida.
(e) o enaltecimento do absurdo funciona como resistência ao domínio absoluto da razão.

QUESTÃO 3

A propósito das metáforas utilizadas e discutidas pelo autor ao longo do texto, é **incorreto** afirmar que:

(a) ao desdobrar a metáfora do "sistema solar", em cujo centro estaria a razão demonstrativa, o autor explora tanto a idéia de luz como a da gravitação.
(b) os diferentes autores que se serviram das metáforas do sol e da luz para caracterizar o conhecimento sublinharam diferentes aspectos desta metáfora.
(c) o autor sugere que o conceito filosófico de reflexão tem origem metafórica.
(d) as metáforas incorporadas pelo autor a seu texto são advindas de textos literários, uma vez que os textos filosóficos e científicos são avessos a esse tipo de figura.
(e) a metáfora da "aurora" é utilizada para figurar a transição entre a pré-razão e a razão científica.

QUESTÃO 4

As palavras **latente** e **difusa** (l. 2) podem ser substituídas, no texto I, sem prejuízo de sentido, respectivamente por:

(a) imediata e obscura.
(b) óbvia e díspar.
(c) constante e tenaz.
(d) patente e abundante.
(e) encoberta e disseminada.

QUESTÃO 5

Observe o seguinte período do texto I:
"A passagem do saber à ciência assinala uma das mais profundas revoluções conhecidas pela história humana".
A paráfrase que mantém o sentido original e que respeita as normas gramaticais é:

(a) A história humana é conhecida por uma das mais profundas revoluções assinaladas pela passagem do saber até a ciência.
(b) A passagem do saber pela ciência aponta para uma das mais importantes revoluções históricas.
(c) Pela passagem do saber à ciência demonstra-se uma das mais importantes revoluções históricas da humanidade.
(d) A passagem do saber até a ciência marca uma das maiores revoluções registradas pela história da humanidade.
(e) Uma das mais conhecidas revoluções da história humana aponta a passagem do saber pela ciência.

QUESTÃO 6

No período "Ela **pode ser caracterizada** como **aquele** momento em que a racionalidade latente e difusa no esforço milenar do homem, para submeter a natureza a seus fins de utilização, para buscar nela as matrizes simbólicas de suas representações e crenças e para organizar **seu próprio mundo humano**, eleva-se sobre os enigmas do mito e sobre a cinzenta monotonia das rotinas empíricas e aparece como um sol **que ilumina e atrai** poderosamente tudo o **que se** move no universo físico e intelectual.", foram feitas substituições com referência às formas em negrito. Assinale o item que contém a alteração gramaticalmente **incorreta**.

(a) "pode ser caracterizada" por pode caracterizar-se
(b) "aquele" por o
(c) "seu próprio mundo humano" por o próprio mundo humano
(d) "que ilumina e atrai" por a iluminar e atrair
(e) "que se" por o quanto

QUESTÃO 7

No trecho "para buscar **nela** ..." (l. 3), a palavra grifada refere-se a:

(a) passagem do saber à ciência.
(b) história humana.
(c) racionalidade.
(d) natureza.
(e) matrizes simbólicas.

QUESTÃO 8

Observe a seguinte passagem do texto I:
"Mais claramente do que o universo físico, o universo da razão se expande prodigiosamente." (linhas 9 e 10).
Mudando-se a ordem sintática do período destacado, o item abaixo que respeita as normas gramaticais é:

(a) O universo da razão, mais claramente do que o universo físico, expande-se prodigiosamente.
(b) Se expande prodigiosamente mais claramente do que o universo físico o universo da razão.
(c) O universo da razão, se expande prodigiosamente mais claramente do que o universo físico.
(d) O universo da razão se expande, prodigiosamente mais claramente, do que o universo físico.
(e) Prodigiosamente, se expande o universo da razão mais claramente do que o universo físico.

QUESTÃO 9

Reescrevendo-se o período "Platão consagrou-a na passagem mais famosa da República e usou-a para caracterizar a mais alta das ciências" na voz passiva, tem-se:

(a) A mais alta das ciências foi consagrada e usada por Platão na passagem mais famosa da República.

(b) Ela se consagrou, na passagem mais famosa da República, e foi usada por Platão para caracterizar a mais alta das ciências.

(c) Consagrou-se a passagem mais famosa da República, que foi usada por Platão para caracterizar a mais alta das ciências.

(d) A passagem mais famosa da República de Platão foi consagrada e se usou para caracterizar a mais alta das ciências.

(e) A passagem mais famosa da República foi consagrada e usada por Platão para caracterizar a mais alta das ciências.

QUESTÃO 10

No trecho "desdobram-**se** nesse extraordinário paradoxo" (l. 22), o pronome destacado refere-se a:

(a) ardor da conquista e desejo da criação.

(b) velhos problemas.

(c) homens.

(d) desafios.

(e) ruído e furor.

QUESTÃO 11

Em "Com efeito, **ainda que** denunciemos a vida como um conto narrado por um idiota, cheio de ruído e furor e sem significação alguma, mesmo assim nós a julgamos", é **impossível** substituir o conectivo em negrito, sem alteração da forma, por:

(a) embora.
(b) mesmo que.
(c) se bem que.
(d) apesar de.
(e) conquanto.

QUESTÃO 12

A locução **em suma** (l. 29) pode ser corretamente substituída por:

(a) por fim.
(b) no entanto.
(c) por conseguinte.
(d) com efeito.
(e) em resumo.

QUESTÃO 13

No período "**Por conseguinte**, o advento da razão científica **como** razão reflexiva ou razão que explicita e codifica a sua própria lógica significa **igualmente** que o centro do universo das formas simbólicas na civilização ocidental passa a ser ocupado pela Ciência (...), **porque** todo caminho de objetivação das obras de cultura dela parte e **a ela** retorna.", foram feitas substituições com referência às formas em negrito. Assinale o item que contém a alteração gramaticalmente correta.

(a) "por conseguinte" por porquanto
(b) "como" por conforme a
(c) "igualmente" por também
(d) "porque" por posto que
(e) "a ela" por lhe

QUESTÃO 14

Observe o trecho destacado do texto I:
"(...) devemos traçá-lo na direção de sua aurora, **porque** é já no dia avançado da razão (...)" (l. 34).
A conjunção em negrito introduz uma oração que exprime:

(a) finalidade.
(b) conseqüência.
(c) temporalidade.
(d) explicação.
(e) condição.

QUESTÃO 15

Assinale o item em que o vocábulo presente no texto I **não** poderia ser substituído por aquele entre parênteses, sem alteração essencial do sentido da frase em que está inserido:

(a) as **matrizes** simbólicas de suas representações (**fontes**)
(b) cinzenta monotonia das rotinas **empíricas** (**enfadonhas**)
(c) fora dos **cânones** da razão científica (**padrões**)
(d) o universo da razão se expande **prodigiosamente** (**extraordinariament(e)**

QUESTÃO 16

Assinale o item em que o emprego do acento grave indicativo de crase é facultativo.

(a) A passagem do saber à ciência assinala uma das mais profundas revoluções conhecidas pela história humana.
(b) Para submeter a natureza à sua finalidade de utilização, eleva-se sobre os enigmas do mito.
(c) O mundo histórico tende à organização cada vez mais nítida segundo a estrutura de um sistema solar.
(d) Suas linhas de força estendem-se à infinitude, pois nada parece pensável fora dos cânones da razão científica.
(e) São atraídas ao campo da razão, mostram à luz sua estrutura e seus limites, adquirem significação e passam a mover-se lentamente em torno do grande sol implacável.

QUESTÃO 17

No enunciado modificado, identifique o item em que se verifica **erro** de concordância na forma verbal em negrito.

(a) **Estendem-se** suas linhas de força ao infinito.
(b) **Tende a organizar-se** cada vez mais nitidamente o mundo histórico.
(c) Para **tornarem-se** razão demonstrativa ou ciência, o saber caminha.
(d) **Iluminam-se** com uma luz nova os velhos problemas que acompanham a história dos homens.
(e) **Desdobram-se** os velhos problemas nesse extraordinário paradoxo que uma outra metáfora ótica designou como a sua *reflexão.*

QUESTÃO 18

Os itens abaixo contêm variantes de colocação pronominal quanto a enunciados extraídos do texto. Identifique a única variante que **não** corresponde aos padrões estabelecidos pela norma culta brasileira.

(a) Ela atrai poderosamente tudo o que move-se no universo físico e intelectual.
(b) (...) em torno da qual se formou um núcleo semântico.
(c) O universo da razão expande-se prodigiosamente.
(d) Nietzsche retomou-a numa página fascinante e estranha.
(e) (...) que se veio a denominar, por excelência, a *lógica.*

QUESTÃO 19

O autor do texto I afirma que, com o advento da razão demonstrativa, passa a pesar sobre a história a luta pelo sentido, ou pela significação racional dos projetos humanos. Essa noção se fundamenta no pensamento de um filósofo, que viveu entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX, para quem o motor da história é a razão humana, que determina o caminho do homem em direção à liberdade. Esse filósofo é:

(a) Voltaire.
(b) Hegel.
(c) Nietzsche.
(d) Montaigne.
(e) Locke.

QUESTÃO 20

A "passagem mais famosa da *República*", de Platão, a que se refere o autor do texto I, é conhecida como "mito da caverna" ou "alegoria da caverna". A respeito desse filósofo grego e de sua obra, identifique, usando as informações do texto e seus conhecimentos sobre o assunto, a afirmativa **correta**.

(a) Platão considerava que os artistas e os poetas eram os indivíduos mais habilitados a conduzir os destinos de uma república, por serem a arte e a poesia capazes de atingir mais perfeitamente o mundo das idéias.
(b) Apesar de não ter tido contato pessoal com Sócrates, Platão admirava sua obra escrita, que comentou extensamente.
(c) Ao contrário de Aristóteles, que consagrou a forma do diálogo, Platão adotou o gênero do tratado, de que a *República* é o mais acabado exemplo.
(d) Segundo Platão, a república ideal deveria fundar-se em um retorno do homem a seu estado primitivo, daí a referência à "caverna".
(e) Para Platão, as idéias não são formas abstratas do pensamento, mas, sim, realidades objetivas, modelos eternos, de que as coisas visíveis são cópias imperfeitas e fugazes.

TEXTO II – QUESTÕES 21 a 30

Engajamento sócio-político apaixonado e alienação compulsória da vida pública, que autores teriam vivido essa discrepância de forma mais dramática do que Euclides da Cunha e Lima Barreto? Ambos são co-protagonistas das obras patéticas que escreveram e que em grande parte se nutrem mesmo desse seu desengano. Há entretanto um enigma maior que
4 recobre a trajetória de suas vidas e galvaniza a reflexão sobre os seus escritos. Apesar de viverem na mesma cidade e circularem nos seus poucos núcleos literários, esses intelectuais eram estranhos entre si: provavelmente nunca se defrontaram, certamente jamais trocaram uma palavra. Pertenciam a gerações diferentes, é fato. Euclides era quinze anos mais velho que Lima. Militavam em coteries de certa forma oponentes: Euclides na da Livraria Garnier, Lima na da
8 Confeitaria Colombo. A Garnier era o reduto dos consagrados, a Colombo o trampolim dos novos.

Patentearam-se contudo paralelismos e similitudes entre suas vidas e obras, que chegaram ao rigor do pormenor. Euclides, filho de um guarda-livros, nascido no ambiente rural de Cantagalo, Estado do Rio, órfão de mãe desde cedo, de forte mestiçagem indígena, fez o colégio na cidade do Rio e foi aluno do curso de engenharia da Escola Politécnica, da qual
12 saiu em menos de um ano por falta de recursos, ingressando na Escola Militar, no mesmo curso, porém gratuito... Lima Barreto, filho de almoxarife, nascido em Laranjeiras mas criado no cenário roceiro da ilha do Governador, precocemente órfão de mãe, apresentando acentuada mestiçagem de negro, fez os estudos colegiais na cidade do Rio, ingressando no curso de engenharia da Escola Politécnica, do qual não passou das matérias do segundo ano, abandonando-a em seguida, por falta
16 de recursos, para assumir um cargo de amanuense.

Nicolau Sevcenko. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.* São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 119-120.

QUESTÃO 21

Do texto II, é correto inferir os seguintes traços comuns entre as biografias de Euclides da Cunha e Lima Barreto, **exceto**:

(a) a perda precoce da mãe.

(b) o vivo interesse por temas sociais e políticos de seu tempo.

(c) o reconhecimento concomitante da qualidade de sua obra por seus pares.

(d) dificuldades financeiras para realizar estudos superiores.

(e) a origem mestiça.

QUESTÃO 22

Nos itens abaixo, frases do texto II foram reescritas, com alterações. Assinale aquela em que **não** se preserva o sentido da frase original.

(a) Que autores teriam vivido de forma mais dramática do que Euclides da Cunha e Lima Barreto a discrepância entre engajamento sócio-político apaixonado e alienação compulsória da vida pública?

(b) Ambos escreveram obras patéticas, de que são co-protagonistas, e em grande parte se nutrem mesmo desse seu desengano.

(c) É fato que pertenciam a gerações diferentes.

(d) Ainda que vivessem na mesma cidade e circulassem nos seus poucos núcleos literários, esses intelectuais eram estranhos entre si: é provável que nunca se tenham defrontado e certo que jamais trocaram uma palavra.

(e) Paralelismos e similitudes entre suas vidas e obras tornaram-se, contudo, patentes, chegando ao rigor do pormenor.

QUESTÃO 23

Assinale o item em que a substituição do vocábulo presente no texto II por aquele entre parênteses **não** comprometeria o sentido da frase em que está inserido:

(a) compulsória (voluntária)
(b) discrepância (conjugação)
(c) patéticas (estúpidas)
(d) galvaniza (estimula)
(e) militavam (panfletavam)

QUESTÃO 24

Identifique o item em que é **incorreta** a relação entre o antecedente e o pronome relativo.

(a) "**que** escreveram" (l. 3) / "obras patéticas"
(b) "**que** recobre" (l. 3) / "enigma maior"
(c) "**que** chegaram" (l. 9) / "paralelismos e similitudes entre suas vidas e obras"
(d) "**da qual** saiu" (l. 11) / "cidade do Rio"
(e) "**do qual** não passou" (l. 15) / "curso de engenharia da Escola Politécnica"

QUESTÃO 25

Os itens abaixo contêm variantes de grafia quanto a palavras extraídas do texto. Identifique a única variante que corresponde aos padrões estabelecidos pela norma culta brasileira.

(a) sociopolítico / "sócio-político" (l. 1)
(b) coprotagonistas / "co-protagonistas" (l. 2)
(c) coterias / "coteries" (l. 7)
(d) Curso de engenharia / "curso de engenharia" (l. 11)
(e) escola Politécnica / "Escola Politécnica" (l. 11)

QUESTÃO 26

Identifique a série em que as palavras são acentuadas graficamente em decorrência da mesma regra.

(a) compulsória / porém / órfão

(b) colégio / é / Politécnica

(c) é / porém / há

(d) patéticas / colégio / é

(e) há / cenário / dramática

QUESTÃO 27

Os itens que se seguem contêm variantes de pontuação relativas a enunciados do texto. Identifique o único item em que o emprego de vírgula **não** corresponde aos padrões estabelecidos pela norma culta brasileira.

(a) (...) e que, em grande parte, se nutrem (...)

(b) Há, entretanto, um enigma maior (...)

(c) (...) a Colombo, o trampolim dos novos.

(d) Patentearam-se, contudo, paralelismos (...)

(e) (...) nascido em Laranjeiras mas, criado no cenário (...)

QUESTÃO 28

Assinale a oração que substitui de forma **correta**, no último período do texto, a oração "do qual não passou das matérias do segundo ano":

(a) que não passou das matérias do segundo ano.
(b) em cujas matérias do segundo ano não passou.
(c) por que não passou das matérias do segundo ano.
(d) de cujas matérias do segundo ano não passou.
(e) que não passou das matérias do segundo ano dele.

QUESTÃO 29

Dos seguintes trechos, extraídos da obra *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, de Nicolau Sevcenko, quatro dizem respeito a Euclides da Cunha e um, a Lima Barreto. Com base nas informações do texto II e em seus conhecimentos sobre o assunto, assinale aquele que se refere a este autor:

(a) "Seus textos seguem o mesmo estilo altamente elaborado do começo ao fim, compondo um bloco monolítico, sem flutuações que denotem a mudança do fluxo narrativo pela intervenção de um agente lingüístico de nível social diverso daquele do narrador."
(b) "A galeria de seus personagens é uma das mais vastas e variadas da literatura brasileira. Destacam-se nela, em particular, os tipos excusos e execrados – mas mesmo esses se perdem dentre uma legião de figuras representativas dos mais diversos meios. (...) É praticamente todo o Rio de Janeiro do seu tempo que nos aparece agitado e tenso, condensado mais nos seus vícios do que nas suas virtudes."
(c) "(...) extremou-se desde cedo em abdicar de toda ficção que envolvesse a imaginação de enredos literários tradicionais. Sua crença verdadeiramente animista nas leis imponderáveis da natureza e no seu efeito positivo sobre os homens, somada à sólida erudição científica, o conduzem à realização de um drama em que os personagens são os próprios agentes naturais."
(d) "A sua obra distribuiu-se em cinco gêneros: historiografia, geografia, crônica, epistolografia e poesia, versadas todas em estreito consórcio com o comentário científico. Raramente (...) praticou algum deles em estado puro, optando (...) preferivelmente por uma combinação das formas."
(e) "É (...) uma preocupação constante do autor caracterizar cada uma das três regiões, assinalando-lhes os traços peculiares e distintivos, para depois fundi-las umas com as outras, representando o conjunto do território como armado numa sólida arquitetura física e social. Nesse caso, além das populações errantes, o autor se firma na feição privilegiada de alguns cursos d'água, assegurando-lhe a unidade da constituição. Dessa forma, o Norte é o São Francisco, o Sul, o Tietê e a Amazônia se assenta por inteiro sobre o fluxo que lhe deu nome."

QUESTÃO 30

Assinale o item que contém um título de Lima Barreto e um de Euclides da Cunha:

(a) *Serafim Ponte Grande / Os Sertões*
(b) *À Margem da História / Contrastes e Confrontos*
(c) *Recordações do Escrivão Isaías Caminha / Canaã*
(d) *Triste Fim de Policarpo Quaresma / Peru versus Bolívia*
(e) *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá / Minha Formação*

QUESTÃO 31

Há erro de concordância em:

(a) Precisa-se de novas diretrizes e novos projetos.
(b) Aluga-se, no quinto andar deste edifício, duas pequenas salas.
(c) Haviam saído todos os convidados, quando o aparelho deixou de funcionar.
(d) Custou-lhe muitos esforços a obtenção do grau de doutor.
(e) Somente com o ungüento, não se remedeiam os males.

QUESTÃO 32

Aponte o item em que há erro de regência verbal:

(a) O dono da firma achou de despedir a funcionária.
(b) O comprador visou todas as páginas do contrato.
(c) Apesar de jovem, aspira a cargos de comando.
(d) Os condôminos reclamam reparos no edifício.
(e) Evitou as questões que concernem o desempenho alheio.

QUESTÃO 33

Assinale a opção em que a(s) palavra(s) em negrito está(ão) grafada(s) erroneamente:

(a) O estrangeiro não entendia o **porquê** de tantas resistências.
(b) Ele entregou sua carta de demissão **por quê**?
(c) Ela enfrenta com coragem as dificuldades **por que** passa sua família.
(d) **Por quê** meu pedido não foi acatado?
(e) Atrasei-me **porque** enfrentei chuva.

QUESTÃO 34

Assinale o item em que há erro de ortografia:

(a) O hebdomadário divulgou recensão da obra recém-publicada.
(b) A assunção da nova diretoria amplia as perspectivas de uma gestão eficaz.
(c) É um espécime curioso de autodidata que gosta de incensar os acadêmicos.
(d) Seus empreendimentos revelam forte propensão à auto-suficiência.
(e) Sua aversão à cor marrom se deve à supertição que cultiva desde a adolescência.

QUESTÃO 35

São características da poesia de João Cabral de Melo Neto, **exceto**:

(a) as referências recorrentes ao Nordeste brasileiro e à região da Andaluzia, na Espanha.

(b) o esforço de aliar a preocupação social ao rigor formal do poema.

(c) o recurso freqüente às rimas toantes e aos versos de seis a oito pés.

(d) a exploração de efeitos melódicos do verso, com vistas à exaltação lírica.

(e) o privilégio concedido aos elementos plásticos e visuais da realidade.

QUESTÃO 36

Identifique a obra que, escrita no início do século XX, e caracterizada por Darcy Ribeiro como "livro de protesto e de denúncia contra a visão preconceituosa e interesseira que os europeus têm dos latino-americanos", foi pioneira em recusar os determinismos raciais e geográficos na explicação de nosso atraso e em "desmascarar o 'parasitismo europeu' como a causa real e efetiva das nossas desgraças".

(a) *Africanos no Brasil*, de Raimundo Nina Rodrigues.

(b) *Populações Meridionais do Brasil*, de Oliveira Viana.

(c) *A América Latina: Males de Origem*, de Manoel Bomfim.

(d) *O Problema Nacional do Brasil*, de Alberto Torres.

(e) *Visão do Paraíso: Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda.

QUESTÃO 37

Y-Juca-Pirama:

(a) foi o cacique guarani que liderou a luta de independência do Paraguai contra os Espanhóis.

(b) era o nome do navio a bordo do qual Isidro Dias Lopes comandou a Revolta da Armada, que bombardeou o Rio de Janeiro no começo da República.

(c) é o título de um dos mais famosos poemas indigenistas de Gonçalves Dias.

(d) é o nome científico dado por Lineu à yuca ou mandioca brava.

(e) é o título do Poema à Virgem, escrito em tupi pelo Padre Anchieta, que foi o primeiro poema de que se tem notícia escrito no Brasil.

QUESTÃO 38

Segundo Germain Bazin, ex-Conservador-Chefe do Museu do Louvre e um dos mais eminentes especialistas em Barroco, "a arte portuguesa, que, na Europa, é a que mais se aparenta com a da Alemanha, evolui bem cedo (ao redor de 1730) para a expressão do Rococó, que toca o Brasil pelos anos 1760, no momento em que Portugal vai abandoná-lo sob a influência neo-clássica. As criações mais refinadas desse Rococó lusitano são obra de um mestiço genial, Antônio Francisco Lisboa, chamado de Aleijadinho". Artista multifacetado, Antônio Francisco Lisboa deixou obras magistrais como arquiteto, escultor e entalhador, tornando-se o principal expoente da arte colonial brasileira. Assinale qual a produção do Aleijadinho, entre as seguintes opções:

(a) O Convento da Ajuda, no Rio de Janeiro.

(b) A Capela Dourada, de Recife.

(c) O Convento e a Igreja de São Francisco, em Salvador.

(d) As esculturas de profetas bíblicos, em Congonhas do Campo.

(e) A Igreja de São Francisco, em São Paulo.

QUESTÃO 39

Os governantes militares que se sucederam à frente do executivo brasileiro, após a deposição do Presidente João Goulart, foram, em ordem cronológica:

(a) Castelo Branco, Junta Militar, Médici, Costa e Silva, Geisel, Figueiredo.
(b) Junta Militar, Médici, Castelo Branco, Costa e Silva, Figueiredo, Geisel.
(c) Junta Militar, Castelo Branco, Médici, Costa e Silva, Geisel, Figueiredo.
(d) Castelo Branco, Costa e Silva, Junta Militar, Geisel, Médici, Figueiredo.
(e) Castelo Branco, Costa e Silva, Junta Militar, Médici, Geisel, Figueiredo.

QUESTÃO 40

"Antiarte – compreensão e razão de ser o artista não mais como um criador para a contemplação mas como um motivador para a criação – a criação como tal se completa pela participação dinâmica do 'espectador', agora considerado 'participador'". O autor dessa frase constitui, com Lygia Clark, – segundo diversos críticos – "o par revolucionário da arte brasileira na segunda metade do século XX". Integrante, no final dos anos 50, do movimento neoconcreto, realizou experiências ambientais com os *Parangolés*, os *Penetráveis* e os *Bólides* – obras que demandam a participação ativa do público. Trata-se de:

(a) Alfredo Volpi.
(b) Ferreira Gullar.
(c) Amílcar de Castro.
(d) Hélio Oiticica.
(e) Tunga.

TEXT I – QUESTIONS 41 TO 45

Straits talking

______ unnoticed to the world, China and Taiwan have started a rapprochement that could be the outstanding event of this year. The visible element was the authorisation for boats to travel between the Chinese mainland and Taiwan's two daughter islands of Quemoy and Matsu. Smugglers have been plying the straits for years. Direct travel between Taiwan and the mainland is not yet permitted. ______ some say the change is meaningless, since it only legalises what was happening already.

This is too **mundane**. Behind the scenes a bigger shift is happening. ______ Taiwan has long accepted officially that it belonged to China, the drive for independence has grown in recent years. A pro-independence candidate won the presidency last year, much to the **chagrin** of Beijing, which had tried to intimidate voters with **sabre-rattling**. Faced with the new reality, Beijing is modifying its policy. It used to talk of "one country, two systems", meaning that when Taiwan rejoined the mainland politically, it could maintain its capitalist system. ______ it says the formula could be **loosened** to give Taiwan greater rights than Hong Kong.

Taiwan's President Chen is also making interesting noises. He is no longer resisting China's calls for direct links with the mainland. The opening of what the two sides call the "mini-links" between Quemoy and the mainland may be followed by links with Taiwan. ______ Taiwan to accept greater ties with China is significant politically, just as the impact on China of greater contact with relatively rich Taiwan could be radical psychologically.

Adapted from *Guardian Weekly*, 11-17/1/2001

QUESTION 41

In the text, **mundane**, **chagrin**, **sabre-rattling** and **loosened** mean, respectively:

(a) banal / shame / alarming sounds / slightly altered
(b) worldly / regret / threatening noises / made less tight
(c) obvious / embarrassment / reprisal / relaxed
(d) earthly / ignominy / future retaliation / freed up
(e) simplistic / annoyance / threat of military action / made less stringent

QUESTION 42

The *Guardian Weekly* article states that:

(a) there is a burgeoning move toward independence in Taiwan.
(b) President Chen would not countenance direct links with the mainland.
(c) President Chen is an engaging speaker.
(d) Beijing would be suspicious of Taiwanese capitalism.
(e) smuggling will effectively be legalised.

QUESTION 43

The tenses of the underlined verbs could be changed as follows:

(a) will start / will be / ply / will legalise / is happening
(b) are starting / is / have plied / will legalise / has been happening
(c) start / is / are plying / has legalised / has been happening
(d) had started / had been / had been plying / has legalised / happens
(e) will be starting / is to be / have plied / has legalised / is happening

QUESTION 44

The blanks in the text can best be filled as follows:

(a) virtually / thus / somehow / soon / in order
(b) practically / now / albeit / shortly / helping
(c) almost / so / although / now / for
(d) nearly / today / however / today / so as
(e) quite / but / though / so / forcing

QUESTION 45

We understand from the text that:

(a) the "mini-links" refer only to the transportation of passengers.

(b) Taiwan's political status is the same as Hong Kong's was.

(c) when Taiwan rejoins mainland China the latter will already be capitalist.

(d) relations between the antagonistic neighbours are thawing.

(e) the new links will shorten the distance between Beijing and Taipei.

TEXT II – QUESTIONS 46 TO 50

Independent Eye

Thomas Gainsborough (1727-88) seems the **very** model of an old master, whose paintings are so familiar they **barely rate** a second glance. Recent art criticism, though, restores his stature as a bright young **spark**, challenging the standards of his time and pointing the way towards the future.

In Georgian England, the dominant painter and ***arbiter*** of taste was Joshua Reynolds, president of the newly established Royal Academy. While Reynolds preached and practised an art that looked back to classical models, Gainsborough sought to capture the sense of life in the ***vital*** present. A typically grand portrait by Reynolds depicted its subject as a kind of timeless figure, a neo-noble Roman ***draped*** in antique robes.

Gainsborough, by contrast, aimed at vivacious representation of the person actually before him, resplendent in contemporary fashion. Even more distinctive was his brushwork. Instead of Reynolds's flat colour and smooth "licked" finish, a Gainsborough surface was composed of restless, ***flickering*** strokes, which the eye translated into a palpable sense of light and movement. Connoisseurs were ***non-plussed*** but impressed. One observed, "We have a painter here who takes the most exact likenesses I have ever seen. His painting is coarse and slight but has ease and spirit." If such a statement shows only a bemused grasp of Gainsborough's achievement, Reynolds was himself mystified, marvelling that "all these odd scratches and marks, this uncouth and shapeless appearance, by a kind of magic, at a certain distance assumes form."

Adapted from *The Economist*, 23/11/2002

QUESTION 46

In paragraph one the words **very**, **barely**, **rate** and **spark** can be replaced by:

(a) exemplary / nakedly / measure / firebrand
(b) precise / hardly / warrant / talented wit
(c) exact / nearly / cost / revolutionary
(d) perfect / rarely / achieve / genius
(e) prime / virtually / deserve / upstart

QUESTION 47

We understand from the text that:

(a) Gainsborough was a precursor of the impressionists.
(b) Gainsborough's painting is iconoclastic.
(c) Gainsborough's brushwork is slightly coarse.
(d) Reynolds understood Gainsborough's painting.
(e) Reynolds's style was more realistic than Gainsborough's.

QUESTION 48

In the text:

(a) ***arbiter*** means *dictator.*

(b) ***vital*** means *essential.*

(c) ***draped*** means *lightly clad.*

(d) ***flickering*** means *blinding.*

(e) ***non-plussed*** means *foxed.*

QUESTION 49

In context:

(a) licked is a verb.
(b) finish is a verb.
(c) flickering is a gerund.
(d) bemused is an adjective.
(e) grasp is a verb.

QUESTION 50

According to the text:

(a) Gainsborough's painting can only be appreciated at close quarters.
(b) Gainsborough is a conventional old master.
(c) Gainsborough's use of relief lends his paintings movement and light.
(d) Gainsborough was an unsuccessful painter in his day.
(e) the experts did not like Gainsborough's paintings.

TEXT III – QUESTIONS 51 TO 55

Émigré life contains certain constants. The nightmare ______ your plane is diverted and lands at an airport in your home country, where uniformed men are waiting with guns drawn. The nostalgic daydreams about a scenic landscape or a lovely path in the woods from your previous life. The obsessive preoccupation with memory, made all the more intense by the knowledge that there's no going ______, that the country where you spent your youth is _______ to you forever. But what happens when this turns out to have been a ______ assumption, when, as in 1989, totalitarian regimes crumble and suddenly émigrés are free to go home? That's the starting point of Milan Kundera's latest novel, "Ignorance", which _______ that, after getting deservedly lukewarm responses to previous offerings like "Immortality" and "Slowness", the Paris-based Czech writer is back at the top of his game.

Andrew Nagorski, *Newsweek*, 11/11/2002

QUESTION 51

We understand from the text:

(a) that no distinction is made between émigrés and exiles.
(b) that émigrés suffer lapses of memory.
(c) that in 1989 totalitarian regimes gave émigrés permission to return.
(d) that Kundera's previous two novels were successful.
(e) that Kundera's fiction is playful.

QUESTION 52

In the text, **drawn, daydreams, previous life, crumble** and **lukewarm** could be replaced by:

(a) envisaged / fantasies / reincarnation / disintegrate / cool

(b) imagined / projections / childhood / fall apart / keen

(c) at the ready / reminiscences / youth / collapse / unenthusiastic

(d) pulled / fantasies / infancy / turn to dust / fond

(e) aimed / recollections / former existence / implode / heated

QUESTION 53

The blanks in the text are best filled by:

(a) where / there / lost / false / tells
(b) about / in / dead / deceptive / reveals
(c) suggesting / forward / melancholy / foolish / demonstrates
(d) in which / over / forbidden / tricky / shows
(e) that / back / closed / wrong / proves

QUESTION 54

Choose the correct sequence of verbs to fill the blanks in the following text:

Ethiopia _______ feudalism in the 1970s when the emperor, Haile Selassie, _______, but the old feudal habit of taxing the peasants _______. The most irksome levy is payable on the land that peasants _______, which they are not allowed to purchase because the government _______ all the land.

(a) ceased / died / goes on / cultivate / leases
(b) renounced / was overthrown / continues / plough / possesses
(c) abandoned / was murdered / persists / till / owns
(d) relinquished / was killed / continued / cultivate / rents out
(e) gave up / was assassinated / has not stopped / till / owes

QUESTION 55

Select the correct sequence of prepositions to fill the blanks:

Mark Twain was telling jokes _______ the New York Times the year Elliot Carter was born in the city; in December he will turn 94. _______ the decades, Mr. Carter has created a musical language _______ dazzling brilliance. His productivity has increased as he has struck _______ into new fields and forms pouring _______ a stream of magnificent new pieces.

(a) to / through / of / out / forth

(b) in / along / with / up / forward

(c) for / during / through / forward / out

(d) to / down / in / forth / out

(e) at / over / by / out / over

TEXT IV – QUESTIONS 56 AND 57

Violence is not the only way a nation can be **beaten** in the hierarchical race. In Lewis Carroll's *Through the Looking Glass*, the Red Queen says that to **stay in place** you have to run very, very ______ [...].

Victorian England forgot the Red Queen's ______. In the process, Britain lost her ______ of the world. The Victorians said that the sun never set on their empire, and the **claim** was quite literally true. [...] But that magnificent state of _______was not to last forever. The empire that ______ a planet has disappeared. The British share of world productivity has **slipped** from almost 23 percent to three. What happened? More important, could the same fate be **overtaking** the [United States]?

Howard Bloom, *The Lucifer Principle: A Scientific Expedition into the forces of History*. New York: The Atlantic Monthly Press, 1995, p.273.

QUESTION 56

Select the correct sequence of words to fill the blanks:

(a) much / advice / dominion / things / unified
(b) fast / ditto / hegemony / balance / ruled
(c) hard / wisdom / dominance / affairs / spanned
(d) swiftly / admonishment / stewardship / the art / held sway over
(e) much / motto / grip / hegemony / engulfed

QUESTION 57

The best synonyms for **beaten**, **stay in place**, **claim**, **slipped** and **overtaking** in this text are:

(a) vanquished / up the ante / allegation / tumbled / besetting
(b) left behind / keep abreast / adage / dropped / haunting
(c) overtaken / stay up / brag / fallen / stalking
(d) overcome / keep up / boast / declined / befalling
(e) blindsided / win through / statement / diminished / hounding

QUESTION 58

Select the correct sequence of words to fill the blanks:

From Berlin to Lisbon, people are ______ in a kind of existential ______ house, an uncertain transition period between two different realities. Behind them are the ancient nation-states of Europe, each defined by language, ethnicity, and varying economic models with national _______ [...] Ahead is the post-modern construct of the European Union. The problem is, the first is fast ______, but the second has not yet been fully ______ .

John Rossant, "Europe's Explosive Identity Crisis". *BusinessWeek*, 5/20/2002

(a) mired / derelict / goals / downtrodden / erected
(b) stuck / halfway / champions / collapsing / built
(c) bogged down / broken / outlooks / asleep / arisen
(d) marooned / fraternity / anthems / receding / grasped
(e) left / safe / icons / unraveling / realized

QUESTION 59

Select the correct sequence of verbs to fill the blanks:
A quick pounce and kill ______ no dream. Dreams ______ the beacons that ______ us far ahead into the hunt, into the future, and into the marathon. We have the unique ability to keep in mind what is not before the eye. Visualizing far ahead, we ______ our quarry, even as it ______ over the hills and into the mists.

Bernd Heinrich, "Endurance Predator". In: Edward O. Wilson. *The Best American Science and Nature Writing 2001*. Boston: Houghton Mifflin, 2001

(a) demands / fuel / have taken / have seen / has receded

(b) require / were / have carried / saw / recedes

(c) require / can be / transport / sight / receded

(d) requires / are / carry / see / recedes

(e) needs / underpin / drive / could see / has been receding

QUESTION 60

Choose the correct sequence of words to fill the blanks:

_______ some previous English biographers of Alexander Pushkin (1799-1837), T.J. Binyon knows the Russian sources _______ . Yet he avoids the didactic impulses and national pieties that have shaped the works of _______ the most detached Russian biographers.

_______ Binyon avoids extended critical commentary on Pushkin's writings, _______ he considers the task of the critic, not the biographer.

(a) diverging from / utterly / perhaps/ besides / that
(b) different from / completely / only / furthermore / because
(c) differing from / accurately / above all / in addition / as
(d) unlike / thoroughly / even / moreover / which
(e) like / in depth / precisely / besides / that

QUESTÃO 61

A expressão "equilíbrio do terror" ("balance of terror" em inglês), no contexto da dissuasão nuclear, refere-se:

(a) ao relacionamento delicado e instável entre dois adversários que procuram destruir-se um ao outro com armas nucleares.
(b) à posse legítima de armas nucleares apenas pelas cinco potências reconhecidas pelo Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), com a exclusão das demais.
(c) à teoria de que o conflito nuclear é menos provável caso cada potência nuclear tenha a capacidade de retaliar um ataque nuclear com a imposição de danos inaceitáveis ao agressor.
(d) ao princípio de que os países possuidores de armas nucleares devem procurar equilibrar suas capacidades estratégicas ofensivas e defensivas.
(e) à doutrina de que a possibilidade de aquisição de armas nucleares por organizações terroristas como a Al-Qaeda é suficiente para justificar um ataque preventivo contra Estados párias ("rogue States").

QUESTÃO 62

A chamada "Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana" (IIRSA) pode ser descrita como:

(a) um projeto do MERCOSUL, na forma de oferecimento à Comunidade Andina (CAN), para unir esforços em prol da melhoria da integração sul-americana nos setores de transportes, energia e comunicações.
(b) um capítulo das negociações para a chamada Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), incluído por proposta do Brasil, apesar da resistência dos Estados Unidos.
(c) o plano de ação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a área de infra-estrutura da América do Sul no período 2002-2006, prevendo a sinergia entre projetos nacionais, a exemplo do "Avança Brasil".
(d) o projeto neoliberal que, nos anos 1990, visava a privatizar e desnacionalizar os setores de transportes, energia e comunicações na América do Sul, com aplicação dos preceitos do chamado "Consenso de Washington".
(e) o projeto, aprovado na Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, em 2000, de se dotar a América do Sul de uma infra-estrutura eficiente e moderna, com base no conceito de eixos de integração e desenvolvimento e da sinergia entre os setores de transportes, energia e comunicações.

QUESTÃO 63

O Tribunal Penal Internacional (TPI), estabelecido nos termos do Estatuto de Roma de 17 de julho de 1998, tem sua competência limitada a:

(a) situações *ad hoc*, delimitadas no tempo e no espaço, de genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade, que venham a ser objeto de mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a exemplo do que sucedeu na ex-Iugoslávia e em Ruanda.

(b) indivíduos acusados das mais graves violações do Direito Internacional Humanitário: os crimes de guerra, os crimes contra a humanidade, os crimes de genocídio e os crimes de agressão, para eventos que ocorram a partir da entrada em vigor do Estatuto, de forma complementar em relação às jurisdições nacionais.

(c) Estados – membros ou não do Estatuto de Roma - responsáveis pelos mais graves delitos de Direito Internacional Público, a exemplo do crime de agressão, a intervenção nos assuntos internos dos Estados e o uso indiscriminado de armas de destruição em massa.

(d) casos penais extremamente graves, em áreas como terrorismo, narcotráfico, tortura e violações de direitos humanos, na forma de corte de apelação em relação às jurisdições nacionais dos países que aceitarem a vigência do Estatuto de Roma.

(e) casos penais que sejam referidos ao TPI pela Corte Internacional de Justiça da Haia.

QUESTÃO 64

Qual das afirmações abaixo descreve corretamente a situação do MERCOSUL hoje?

(a) O MERCOSUL é uma área de livre comércio, na qual, além da livre circulação de bens, há também livre circulação de trabalhadores, e que realiza em conjunto negociações comerciais com terceiros países.

(b) O MERCOSUL é uma união aduaneira, à qual ainda falta a constituição de alguns instrumentos comuns de política comercial, e que realiza em conjunto negociações comerciais com terceiros países.

(c) O MERCOSUL é um instrumento de coordenação da política externa dos países que dele participam, os quais atuam em conjunto em todos os foros internacionais.

(d) O MERCOSUL é um organismo criado pelo Tratado de Montevidéu, cujo objetivo é a discussão e negociação da integração econômica com os países da América do Sul.

(e) O MERCOSUL é um mercado comum, em que circulam livremente bens, pessoas serviços e capital, e que realiza em conjunto negociações comerciais com terceiros países.

QUESTÃO 65

O Grupo de amigos para a Venezuela, criado a partir de iniciativa do Brasil, tem por objetivo:

(a) auxiliar a negociação da dívida externa venezuelana, por meio de garantias baseadas em contratos de longo prazo de compra de petróleo.
(b) auxiliar o Secretário-Geral da OEA em sua mediação entre a Venezuela e a Colômbia em torno do conflito gerado pela ação de grupos guerrilheiros colombianos na Venezuela.
(c) promover eleições na Venezuela como forma de resolver a crise política naquele país, gerada por forte movimento oposicionista, que demanda a saída do Presidente Chávez do poder.
(d) auxiliar o Secretário-Geral da OEA em sua mediação entre governo e oposição para encontrar uma saída para a crise política naquele país.
(e) auxiliar o Presidente Chávez a concluir seu mandato, frente a um forte movimento oposicionista que demanda sua saída do poder.

QUESTÃO 66

As negociações sobre agricultura no âmbito da OMC, no marco da Rodada de negociações iniciada em Doha, têm encontrado dificuldades porque:

(a) países que protegem fortemente sua produção agrícola das importações, como os da União Européia, Japão e Coréia, resistem às demandas de liberalização do comércio agrícola mundial dos países mais eficientes na produção agrícola, como a Argentina, o Brasil e a Nova Zelândia.
(b) países que subsidiam fortemente sua produção agrícola como os Estados Unidos e o Canadá não aceitam redução dos subsídios à exportação.
(c) países que protegem fortemente sua produção agrícola das importações, como o Canadá, a Austrália e as Filipinas, resistem às demandas de liberalização do comércio agrícola mundial dos países mais eficientes na produção agrícola, como o México, a Argentina e a França.
(d) os países em desenvolvimento não aceitam retribuir as concessões sobre agricultura dos países desenvolvidos com concessões no comércio de produtos industriais.
(e) as Organizações Não Governamentais (ONG) se opõem às negociações na OMC para liberalização do comércio mundial.

QUESTÃO 67

As negociações para a conformação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) envolvem negociações:

(a) Apenas sobre acesso a mercados para produtos industriais.
(b) Apenas sobre acesso a mercados para bens.
(c) Sobre acesso a mercados, tanto para bens como para serviços, e sobre disciplinas relativas a propriedade intelectual e investimentos.
(d) Sobre acesso a mercados, tanto para bens como para serviços, e sobre disciplinas relativas a propriedade intelectual, investimentos e sistemas educacionais.
(e) Sobre acesso a mercados, tanto para bens como para serviços, e sobre disciplinas relativas a propriedade intelectual, investimentos e combate ao narcotráfico.

QUESTÃO 68

Realizada no México, em março de 2002, a Conferência de Monterrey foi um encontro internacional destinado a discutir:

(a) o desenvolvimento sustentável.

(b) o financiamento ao desenvolvimento.

(c) políticas contra o racismo.

(d) o comércio entre blocos econômicos.

(e) a regulamentação do acesso a patentes farmacêuticas.

QUESTÃO 69

Em 1997, em Belo Horizonte, na III Reunião de ministros responsáveis por comércio exterior do hemisfério, foram consolidados os princípios para a negociação da ALCA, sendo um destes:

(a) que as decisões, desde então, passariam a ser tomadas por maioria qualificada dos países negociadores.
(b) que os acordos comerciais bilaterais e sub-regionais, nas Américas, caducarão quando a ALCA for oficializada.
(c) o do *single undertaking*.
(d) o de que a livre circulação de mercadorias será simultânea à livre circulação de capital e pessoas.
(e) o de que os países de menor desenvolvimento relativo gozarão de um programa especial de financiamento à produção, a juros baixos, a ser constituído com recursos integralizados por EUA e Canadá.

QUESTÃO 70

Com relação à cafeicultura, é **incorreta** a seguinte afirmação:

(a) o café é uma "commodity" extremamente vulnerável às oscilações do mercado mundial, e atualmente apresenta tendências de queda de preços devido à superprodução.
(b) esse produto possui no Brasil o seu principal mercado consumidor.
(c) a República Socialista do Vietnã é atualmente o maior produtor mundial.
(d) a recente mecanização da colheita representa importante fator de agregação de valor ao produto final.
(e) de antiga "riqueza paulista" tornou-se um dos principais produtos de exportação de Minas Gerais.

QUESTÃO 71

Comparando os fatores que tendiam a influenciar a localização de indústrias tradicionais de bens intermediários com os que, hoje, são determinantes para a localização de indústrias de alto conteúdo tecnológico, aponte, entre os indicados abaixo, aquele que perdeu importância:

(a) existência de centros de pesquisa e ensino.

(b) facilidade de acesso.

(c) proximidade das fontes de matéria-prima.

(d) articulação geográfica das relações interindustriais.

(e) existência de mercado de trabalho profissional.

QUESTÃO 72

O Programa Corredores de Exportação, instituído na década de 70, e os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, instituídos na década de 90, são exemplos de políticas territoriais destinadas a ampliar a infra-estrutura do país em conexão com o mercado externo. A respeito destas duas políticas, assinale a sentença **incorreta**:

(a) Nos corredores de exportação, o objetivo era modernizar o sistema de exportação do país, com vistas à colocação de produtos no mercado externo, no período de entressafra dos concorrentes internacionais.

(b) Os corredores de exportação tinham como objetivos mais imediatos a ampliação e reequipamento dos portos de Santos, Paranaguá e Rio Grande e a implantação de projetos rodoviários e ferroviários para a sua efetivação.

(c) Nos eixos de desenvolvimento, busca-se sanar o problema dos pontos de estrangulamento que oneram as exportações do complexo agro-industrial brasileiro.

(d) O principal teórico que inspirou os corredores de exportação foi Mário Travassos, que propugnava por uma ampliação da influência geopolítica do Brasil no Caribe.

(e) A concepção dos eixos de desenvolvimento tenderia a substituir a noção de pólos de desenvolvimento, presente na formulação dos corredores, na medida em que o foco conceitual se deslocou para as redes, cuja integração e modernização passam a ser fundamentais para a dinamização dos "lugares".

QUESTÃO 73

O conceito de *desenvolvimento sustentável*, além de marco teórico e operacional da harmonização da relação entre economia e ecologia, foi importante instrumento político, por ocasião da Rio-92. A respeito desse conceito, aponte a opção **correta**:

(a) A sustentabilidade está associada a novo paradigma de qualidade do produto, que prevê intensa utilização de materiais sintéticos, visando a substituir matérias-primas oriundas da natureza.

(b) A sustentabilidade reside na busca de uma sinergia entre os processos produtivos e o ecossistema, de forma a assegurar que o atendimento das necessidades presentes não comprometa a capacidade das futuras gerações de atenderem a suas necessidades.

(c) O desenvolvimento sustentável é a expressão de uma nova racionalidade das relações sociedade-espaço, pautada na autarquia e num fechamento seletivo, gerenciado pelas organizações não-governamentais.

(d) O desenvolvimento sustentável integra elementos da administração de empresas e da governança, constituindo-se como expressão da nova relação público-privado e da logística.

(e) Na Conferência de Estocolmo, em 1972, os princípios da sustentabilidade foram sugeridos pioneiramente pelos governos do Brasil e da Índia, interessados em combinar a conservação dos seus vastos ecossistemas tropicais com suas metas de desenvolvimento.

QUESTÃO 74

Assinale a seqüência que correlaciona de forma precisa os "pólos dinâmicos" da região nordestina, enumerados na coluna da esquerda, com as atividades econômicas listadas na coluna da direita.

1. Camaçari (BA)	( )	agroindústria
2. Fortaleza (CE)	( )	minero-metalurgia
3. Maranhão	( )	têxteis e confecções
4. Petrolina (PE) / Juazeiro (BA)	( )	petroquímica

(a) 1 / 2 / 3 / 4
(b) 4 / 2 / 1 / 3
(c) 2 / 3 / 4 / 1
(d) 1 / 4 / 2 / 3
(e) 4 / 3 / 2 / 1

QUESTÃO 75

A respeito dos processos de urbanização e metropolização ocorridos no Brasil na segunda metade do século passado, é **incorreto** afirmar que:

(a) Na Região Sul, o processo de urbanização foi lento até os anos 70, pois a estrutura agrária familiar e policultora restringia o êxodo rural.
(b) Até pelo menos a década de 80, o êxodo rural nordestino se fazia preponderantemente em direção às cidades do Sudeste, e não às da própria Região Nordeste.
(c) São Paulo e Rio de Janeiro podem ser consideradas as duas únicas metrópoles nacionais brasileiras, uma vez que sua influência se estende por todo o território do país.
(d) Como resultado da trajetória histórica da ocupação do território nacional, todas as metrópoles regionais do Nordeste e do Sudeste estão situadas na faixa litorânea.
(e) Nos Estados do Pará e de Tocantins, o crescimento relativo da população urbana tem sido, nas últimas décadas, mais lento do que a média do resto do país, em razão do afluxo de populações para suas áreas rurais, com a abertura de novas frentes pioneiras.

QUESTÃO 76

Embora ainda se considere o crescimento demográfico um importante fator de pressão sobre os recursos naturais, as previsões catastróficas dos neomalthusianos perderam credibilidade nos últimos anos, notadamente porque:

(a) a afluência generalizada obtida através da globalização permitiu o acesso voluntário a métodos contraceptivos eficazes, em especial no Terceiro Mundo.
(b) a nova onda de "revolução verde", garantida pela tecnologia dos chamados OGMs (organismos geneticamente modificados), afastou a ameaça de fome epidêmica nos países muito populosos.
(c) graças sobretudo às ações governamentais, desenvolveram-se exitosos programas anti-natalistas, exceto nos países mulçumanos e da África sub-saariana.
(d) reconheceu-se internacionalmente não ser o crescimento demográfico o principal responsável pela degradação ambiental do planeta, mas sim o estilo de vida consumista, que se alterou profundamente após a Conferência do Rio de Janeiro em 1992.
(e) como existem regiões do mundo que já apresentam taxas negativas de crescimento demográfico, as migrações terminam por representar uma compensação natural à superpopulação relativa.

QUESTÃO 77

A Conferência de Berlim (1884-1885), da qual participaram 14 potências, proporcionou uma nova corrida para a África que:

(a) resultou na exclusão de Portugal na partilha do território africano.
(b) beneficiou a Bélgica e prejudicou a França.
(c) priorizou as negociações com os reis africanos quanto às fronteiras dos seus respectivos territórios.
(d) resultou na fixação dos franceses e dos alemães no lago Chade e no Baixo Níger.
(e) levou ao controle, por parte dos Estados europeus, do maior número possível de territórios no continente africano.

QUESTÃO 78

A vitória da Prússia sobre a França na Guerra de 1870-1871 deve-se:

(a) à eficiência do sistema militar, aliado ao progresso econômico e social conquistado pela política de Bismarck.
(b) à utilização de uma "arma secreta" alemã: a metralhadora.
(c) ao apoio incondicional da Europa, em especial do Império Austro-Húngaro, a Bismarck.
(d) à unificação da Alemanha, obtida antes da guerra, pela via da reorganização da Federação Norte-Germânica.
(e) à falta de experiência do exército francês e inferioridade da sua marinha.

QUESTÃO 79

Com relação à emancipação das colônias inglesas da América, é **correto** afirmar que:

(a) a depender das diferentes correntes historiográficas, aquele fato é apresentado ora como "independência dos Estados Unidos", ora como "revolução americana".
(b) a vitória dos ingleses na Guerra dos 7 Anos não tem qualquer relação com a ruptura histórica das 13 colônias.
(c) o Tratado de Paris, ao significar o retraimento da presença francesa da América do Norte, implicou o declínio da presença britânica em todo o continente americano.
(d) mesmo depois de promulgados os Atos de Navegação, as colônias inglesas na América mantiveram relativa independência em relação à Coroa.
(e) ela foi modelo a ser seguido nos casos de independência das colônias de Portugal e Espanha nas outras partes do continente.

QUESTÃO 80

Os acordos de Uruguaiana, considerados um divisor de águas nas relações entre Brasil e Argentina, foram negociados pelos Presidentes:

(a) Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón.

(b) Manuel Ferraz de Campos Salles e Julio Argentino Roca.

(c) Jânio Quadros e Arturo Frondizi.

(d) José Sarney e Raúl Alfonsín.

(e) Eurico Gaspar Dutra e Juan Domingo Perón.

QUESTÃO 81

A arte brasileira, no início do século XIX, foi caracterizada pela mudança de estilo devido:

(a) à decadência do neoclassicismo na Europa, considerado estilo conservador.
(b) à predominância do rococó, ao reforçar o estilo nascente.
(c) à tenacidade dos artistas brasileiros, que buscavam escapar de qualquer influência estrangeira.
(d) à prevalência do neoclassicismo, que, incorporando na França os ideais democráticos da revolução, permitiam construir a imagem do Brasil independente.
(e) à influência de Le Breton, que se empenhava na afirmação do rococó, considerando-o mais ajustado ao Brasil Imperial.

QUESTÃO 82

A respeito do Brasil na Primeira República (1889-1930) é correto afirmar que:

(a) as estruturas econômicas e sociais – a incluir o problema da escravidão africana - se mantiveram intactas em relação àquelas do final do Segundo Reinado.

(b) a mudança das obsoletas estruturas políticas do Império levou à criação de uma ruptura de modernidade nas instituições e na vida política da Primeira República.

(c) a presença de um modelo de inserção internacional marcado pela defesa da industrialização e do desenvolvimento sustentável seria a marca das gestões diplomáticas da época.

(d) a ausência de crises políticas relevantes faria da Primeira República um modelo de estabilidade, em evidente contraste com as turbulências políticas do Império.

(e) o sistema político formalmente moderno da época em muito contrastava com as práticas da oligarquias, ciosas pelo controle político de suas bases a qualquer custo.

QUESTÃO 83

A ordem internacional da Guerra Fria foi marcada por:

(a) uma inflexível polarização política, econômica e ideológica entre os dois gigantes durante todo o período em que ela perdurou.

(b) por uma gradual divisão do mundo entre os Estados ou grupo de Estados que aderiram ao chamado mundo capitalista, sob a égide dos Estados Unidos, e um outro grupo de Estados que estiveram sob a influência da União Soviética.

(c) uma baixa pressão, entre as duas superpotêncais, nos temas relativos à corrida armamentista e à competição no campo da tecnologia aeroespacial.

(d) uma única forma de relacionamento, ao longo do tempo, entre as duas superpotências.

(e) uma forte concentração geográfica das tensões políticas na Europa Ocidental, em detrimento da Ásia ou da América Latina.

QUESTÃO 84

A respeito do período que vai de 1985 a 1999, no Brasil, pode-se dizer que:

(a) foi marcado por grande tranqüilidade no que se refere ao manejo da economia nacional.
(b) trouxe como contribuição a reconstrução gradual do jogo democrático, depois de longo ciclo de intervenção militar na política.
(c) representou uma ruptura radical, no plano social, uma vez que se produziu o maior processo de inclusão social verificado na história do Brasil.
(d) assistiu ao relançamento do modelo econômico de desenvolvimento nacional sustentado na logística estatal e na substituição de importações.
(e) foi marcado por um nítido retrocesso nos níveis de alfabetização da população.

QUESTÃO 85

As experiências de integração nas Américas vêm sendo um tema de crescente relevância para as sociedades nacionais da região. A respeito de alguns desses experimentos, indique o item **correto**.

(a) O nascimento do MERCOSUL deve ser visto como um desdobramento natural da evolução da ALADI.
(b) A formação do NAFTA e de sua área de articulação vem implicando certa redução de intercâmbios entre os mercados dos países mais ao norte das Américas.
(c) O gesto, de iniciativa brasileira, de lançamento das Cúpulas da América do Sul, expôs, de forma inédita, o esforço de integração gradual na região.
(d) A formação da ALCA vem sendo um tema de baixo impacto junto à opinião pública em países como o Brasil, no qual a sociedade assiste ao debate de forma desinteressada.
(e) A crise recente na Argentina vem trazendo impactos apenas modestos ao MERCOSUL, uma vez que o comércio vem assistindo a uma exuberante elevação quantitativa.

QUESTÃO 86

Sobre a Organização das Nações Unidas (ONU), assinale a alternativa **errada**:

(a) Todos os membros, a fim de assegurarem para todos em geral os direitos e vantagens resultantes de sua qualidade de membros, deverão cumprir de boa-fé as obrigações por eles assumidas de acordo com o tratado constitutivo da Organização.
(b) A Assembléia Geral poderá discutir quaisquer questões ou assuntos que estiverem dentro das finalidades previstas na Carta da ONU.
(c) O Conselho Econômico e Social poderá entrar nos entendimentos convenientes para a consulta com organizações não-governamentais, encarregadas de questões que estiverem dentro da sua própria competência.
(d) No caso de conflito entre as obrigações previstas na Carta da ONU e as obrigações de qualquer outro acordo internacional, prevalecerão as obrigações assumidas no tratado mais moderno.
(e) A Organização está baseada no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros.

QUESTÃO 87

Tendo em vista o caráter jurídico do direito internacional no momento presente, indique a opção **certa**:

(a) A ampliação do número de tribunais internacionais na hora atual levou à desnecessidade de reconhecimento pelos Estados de suas respectivas jurisdições.
(b) A guerra ainda é uma forma lícita de condução das relações internacionais. Ela, no entanto, deve ser utilizada em última instância.
(c) Com base no argumento da ausência de um poder legislativo, bem como de uma "polícia" internacional, alguns autores do século XIX negaram o caráter jurídico do direito internacional.
(d) O ordenamento jurídico que regula o relacionamento dos atores que compõem a sociedade internacional não admite a represália como forma de sanção.
(e) Ainda hoje não é certo falar em normas imperativas ("ius cogens") do direito internacional. Tal idéia vincula-se a uma leitura poética do direito das gentes, sem nenhuma aplicação prática.

QUESTÃO 88

Em relação aos tratados internacionais, é **correto** afirmar que:

(a) O consentimento de um Estado em obrigar-se por um tratado só pode se dar mediante ratificação ou adesão.
(b) No Brasil, cabe ao Poder Executivo negociar o tratado internacional, ficando o legislador com a missão de ratificá-lo, caso entenda oportuno.
(c) Os termos "tratado", "convenção" e "ato" internacional indicam coisas absolutamente distintas.
(d) Conflito entre tratado e costume não apresenta solução possível, já que são fontes diferentes.
(e) O presidente da República no Brasil não está obrigado a enviar ao Congresso Nacional, para eventual referendo, tratado internacional por ele negociado, ainda que a temática do documento seja direitos humanos.

QUESTÃO 89

Tendo em conta o direito constitucional internacional brasileiro, marque a opção **errada**.

(a) É passível de extradição o brasileiro que esteja comprovadamente envolvido com tráfico ilícito de entorpecentes.

(b) Compete privativamente à União legislar sobre comércio exterior, naturalização e expulsão de estrangeiros.

(c) Repúdio ao terrorismo e ao racismo é um dos princípios pelos quais a República Federativa do Brasil pautará suas relações internacionais.

(d) Os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva são bens da União.

(e) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, originariamente, litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e o Distrito Federal.

QUESTÃO 90

De acordo com a Constituição Federal, manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos é competência:

(a) privativa do Presidente da República.

(b) privativa do Congresso Nacional.

(c) privativa do Ministro das Relações Exteriores.

(d) concorrente do Presidente da República e do Congresso Nacional.

(e) concorrente dos três poderes da República.

QUESTÃO 91

Assinale a opção **correta**:

(a) Goza de eficácia plena e aplicabilidade imediata a norma constitucional que fixa o subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal como teto remuneratório de todo o serviço público federal.

(b) É constitucionalmente adequado o aumento de vencimentos de servidores públicos federais por meio de decreto do Presidente da República.

(c) As cláusulas pétreas da Constituição somente podem ser alteradas por meio de emenda à Constituição, que obtenha a maioria de 2/3 dos votos dos membros do Congresso Nacional.

(d) Há obstáculo constitucional a que uma emenda à Constituição permita e institua a pena de morte para crimes hediondos no Brasil.

(e) É da iniciativa privativa do Presidente da República a proposta de emenda à Constituição que se refira a tema de regime jurídico de servidores públicos.

QUESTÃO 92

Assinale a opção **correta**:

(a) O Estado responde pelos prejuízos causados por servidor seu, desde que demonstrada a culpa ou o dolo deste.

(b) Atos lícitos do Poder Público podem ensejar reparação a título de responsabilidade civil do Estado.

(c) A omissão do servidor público, que causa dano ao particular, enseja ação de reparação dos prejuízos contra o próprio servidor; em nenhum caso poderá ser responsabilizada a pessoa jurídica de direito público que o emprega.

(d) É imprescritível a ação de reparação de prejuízos causados pelo servidor ao erário.

(e) Somente as pessoas jurídicas de direito público estão sujeitas ao regime da responsabilidade civil objetiva, admitida pelo legislador constitucional ao tratar dos princípios gerais da Administração Pública.

QUESTÃO 93

Em relação às políticas de preço máximo e de preço mínimo é **correto** afirmar que:

(a) para que uma política de salário nominal mínimo seja efetiva, este deverá ser fixado abaixo do salário de equilíbrio do mercado de trabalho, uma vez que essa política salarial poderá causar desemprego.

(b) uma política efetiva de salário nominal mínimo requer que esse salário seja fixado acima do salário de equilíbrio do mercado de trabalho, mas essa política salarial poderá causar desemprego, especialmente no segmento não qualificado do mercado de trabalho.

(c) a fixação de uma política efetiva de controle de aluguéis exige que o aluguel seja fixado acima do preço de equilíbrio do mercado de locação de imóveis, visto que essa política provoca excesso de oferta de imóveis para aluguel.

(d) políticas de fixação de preços máximos, objetivando o controle da inflação e a melhoria do poder aquisitivo da renda das famílias mais carentes, induzem, necessariamente, a uma maior eficiência produtiva para o conjunto da economia.

(e) as políticas de controle de preços, aplicadas a um determinado mercado, procuram determinar o preço de transação desse mercado sem afetar a quantidade transacionada no equilíbrio competitivo.

QUESTÃO 94

O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* é uma medida utilizada para avaliar o padrão de vida de um determinado país. De acordo com a definição dessa medida, podemos afirmar que:

(a) o seu valor reflete o conjunto de todos os bens e serviços, finais e intermediários, que uma economia é capaz de produzir num determinado ano.

(b) se a taxa de crescimento do PIB *per capita* nominal, em um determinado período, supera a taxa de crescimento populacional desse país, o padrão de vida dos seus habitantes, inequivocamente, melhora.

(c) o deflator implícito do PIB em termos *per capita* constitui um índice que tenta mascarar o empobrecimento dos seus habitantes devido ao fenômeno inflacionário.

(d) o PIB *per capita* real não reflete a equidade distributiva dos bens e serviços finais, gerados pela economia, em um determinado período.

(e) no longo prazo, a sustentabilidade da tendência de crescimento dessa medida é determinada pela capacidade administrativa do governo.

QUESTÃO 95

De acordo com a identidade fundamental das Contas Nacionais, é **correto** afirmar que:

(a) o déficit primário reduz a capacidade de financiar tanto os investimentos privados agregados quanto os investimentos líquidos externos.
(b) caso a poupança privada seja positiva, a poupança pública será sempre negativa.
(c) se os investimentos superam a poupança nacional, então, o balanço comercial estará sempre equilibrado.
(d) o saldo do balanço de pagamentos reflete a igualdade entre a conta de movimento de capitais e a poupança pública.
(e) um saldo negativo dos investimentos líquidos externos do país reflete a independência financeira do país de recursos externos.

QUESTÃO 96

De acordo com a teoria macroeconômica de uma pequena economia aberta, podemos afirmar que:

(a) a taxa de câmbio nominal deverá refletir, no longo prazo, a relação entre o nível de preço doméstico e o nível internacional de preços, conforme a teoria da paridade do poder de compra.
(b) se essa economia adotar um regime cambial fixo, suas reservas internacionais sempre poderão ser preservadas, independentemente do desempenho das contas públicas do país.
(c) quando esse país adota um regime de câmbio flutuante, as reservas internacionais não podem ser preservadas e, portanto, o saldo do seu balanço comercial sempre será deficitário.
(d) como essa economia é pequena em relação ao resto do mundo, nunca observaremos ataques especulativos contra a moeda doméstica.
(e) ao adotar um regime cambial fixo, essa economia terá que liberar totalmente o movimento de capitais internacionais.

QUESTÃO 97

Suponha que uma determinada economia se caracteriza pela produção e exportação de produtos primários. Neste caso, é **correto** afirmar que:

(a) o comércio internacional nunca poderá melhorar o padrão de vida desse país, uma vez que a demanda por produtos primários do resto do mundo não se pauta pelo princípio da vantagem comparativa.
(b) se o país se defronta com uma demanda do resto do mundo por seus produtos primários significativamente preço elástica e caracterizada por uma elasticidade-renda negativa, poderá obter sempre uma vantagem absoluta do comércio internacional.
(c) quando a oferta desse produto doméstico representa uma proporção significativa da produção e do consumo agregados mundiais, as exportações desse país poderão afetar o preço internacional ao qual será transacionado o produto em questão.
(d) somente por meio da criação de empresas estatais, que ofertariam produtos industrializados, o país poderá engajar-se num projeto de reestruturação produtiva da economia.
(e) possível, para esse país, acumular reservas internacionais apresentando déficits persistentes no balanço comercial.

QUESTÃO 98

A análise dos princípios que norteiam as relações econômicas entre países é importante para o entendimento dos fenômenos econômicos. A esse respeito, assinale a opção **correta**.

(a) Quando se deseja restringir as importações, é preferível fazê-lo por meio de uma quota, porque a imposição de uma quota, contrariamente às tarifas, não altera o preço dos produtos importados.
(b) A propensão marginal a importar, que mensura as importações adicionais decorrentes da expansão das exportações, contribui para atenuar os efeitos multiplicadores de políticas fiscais expansionistas.
(c) Estratégias de substituição de importações aumentam o nível de eficiência das empresas dos países em desenvolvimento, porque estimulam a competição com firmas de outros países.
(d) A formação de blocos econômicos vincula-se à necessidade de ampliar mercados e criar economias de escala, tornando, assim, os países membros mais competitivos nos mercados internacionais.
(e) Um excesso de demanda por um determinado bem, ao preço internacional, indica que o país possui vantagens comparativas na produção dessa mercadoria.

QUESTÃO 99

Utilizando a definição de moeda, assinale a alternativa **correta**.

(a) Em uma economia, um conjunto de ativos, geralmente aceito pelos agentes para transacionar bens e serviços, não pode ter a função de moeda se isso não for legalmente estabelecido por lei.
(b) Um ativo poderá atuar como moeda em uma economia, caso ele seja aceito de forma generalizada para viabilizar as transações comerciais, e se essa aceitação estiver condicionada a sua função como reserva de valor e unidade de conta.
(c) As operações de mercado aberto não constituem instrumento de controle, por parte das autoridades monetárias, da quantidade de moeda disponível na economia.
(d) O controle da taxa de juros, embora possa ser orientado para o controle da taxa de inflação, não poderá influenciar a quantidade de moeda disponível na economia.
(e) Políticas monetárias restritivas podem ser implementadas mediante a combinação de compra de títulos públicos em operações de mercado aberto e de redução de reservas obrigatórias.

QUESTÃO 100

Utilizando os conceitos básicos da economia internacional, assinale a alternativa **correta**.

(a) Quando brasileiros compram ações de companhias norte-americanas, essa transação é registrada, no balanço de pagamentos brasileiro, como um crédito na conta de capital.
(b) Um aumento das taxas de juros, no Brasil, reduz os investimentos produtivos e a demanda agregada, provocando, assim, uma depreciação do Real.
(c) No modelo ricardiano das vantagens comparativas, o papel desempenhado pelas economias de escala na produção é fundamental para se entender as razões do comércio entre países.
(d) A existência de retornos crescentes de escala explica porque é necessário que existam diferenças tecnológicas para que o comércio internacional seja vantajoso para as nações nele envolvidas.
(e) Uma recessão econômica implica menor crescimento do PIB e, portanto, contribui para reduzir o saldo do Balanço Comercial.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 5 de abril de 2003

PROVA DE PORTUGUÊS

Examinadores:
Geraldo Cordeiro Tupynambá
Denise de Aragão Costa Martins
Gisele Gama Andrade

Questão 1:

Valendo-se da leitura dos textos I e II, disserte sobre o tema suscitado por Renato Janine Ribeiro no seguinte trecho:

"Não há política digna de seu nome, hoje, que não seja democrática e republicana. Mas há uma forte tensão entre esses dois ideais. A república é o regime no qual prevalece o bem comum, o que exige o sacrifício ou a contenção dos desejos e interesses privados. Já a força da democracia, hoje, e seu caráter popular estão justamente no fato de que ela mobiliza o desejo de ter mais – e sobretudo o desejo de ser mais."

Extensão: de 450 a 600 palavras. Valor: 70 pontos.

Questão 2:

Elabore um resumo do texto I, de 200 a 250 palavras. Valor: 30 pontos.

Texto I

A temática republicana se diferencia, no cerne de sua definição, da democrática. Se há um tema que aparece constantemente, quer nos pensadores republicanos de Roma, quer na obra de Montesquieu quando reestuda aquele Estado, é o da renúncia às vantagens privadas em favor do bem comum e da coisa pública – renúncia esta a que Montesquieu dá o nome de *vertu*, que me parece adequado traduzir por **abnegação**. Trata-se, para o autor do *Espírito das Leis*, de uma qualidade antinatural – dado que nossa natureza nos faria seguir as inclinações de nosso desejo para ter e ter mais –, construída por intensa educação.

Assim, para resumirmos, poderíamos dizer que, enquanto a **democracia** tem no seu cerne o anseio da massa por ter mais, o seu desejo de igualar-se aos que possuem mais bens do que ela, sendo, portanto, um **regime do desejo**, a **república** tem no seu âmago uma disposição ao **sacrifício**, proclamando a supremacia do bem comum sobre qualquer desejo particular. Evidentemente, é possível criticar a república, dizendo-se que o suposto bem comum é, na verdade, um bem de classe, e que os sacrifícios que se fazem em nome da Pátria são

desigualmente repartidos e, sobretudo, jamais põem em xeque a dominação de um pequeno grupo sobre a maioria. Mas o que eu gostaria de enfatizar na temática republicana é a idéia de **dever** que nela está saliente.

Talvez a grande dificuldade do pensamento democrático tenha estado, por muito tempo, em articular a sua temática do desejo – no caso, o desejo das massas por ter mais – com a necessidade de que elas não se limitem a tomar os bens de que se sentem privadas e, com isso, injustiçadas, mas também se proponham conquistar o poder. A disputa pelos bens salda-se por um fracasso quando não se desdobra – e se fundamenta – na luta pelo poder. Isso vemos claramente na epopéia dos irmãos Graco, que se batem, na Roma republicana e socialmente desigual, por uma reforma agrária, porém terminam, um e depois o outro, derrotados e assassinados pela classe senatorial a que pertenciam e que os viu como traidores.

A questão é um pouco complicada, porque na verdade é no desejo que, seja na Europa do século XIX, seja hoje no mundo todo, cintila a essência da luta social. Não reclamam as massas porque se vejam privadas de participação no Parlamento, no Executivo ou no Judiciário: o que as mobiliza é a privação do que é essencial para a vida, ou, em nossos dias, cada vez mais, a falta que lhes faz um supérfluo que se tornou essencial. Desse, o melhor significante é o tênis de qualidade, cujo roubo funciona, nas grandes metrópoles do mundo pobre, como o preciso sinal de como a política se joga no dia-a-dia do desejo. A inveja do tênis, assim, é talvez o motor das lutas sociais nas periferias, mais do que nunca o foi a propalada inveja do pênis em sua versão freudiana e anti-feminista... Mas, se é no desejo que eclode o caráter social da luta política, ele é insuficiente para dar-lhe vazão e solução. E isso, porque a luta pelo excedente, pelo que constitui a desigualdade, só na aparência é um combate pelo que sobra, pelo resto, pelo excesso: ela é, na verdade, a batalha pelo centro, pelo mando, pelo poder.

Vejamos que o problema é duplo. A ficarmos no plano do desejo, o risco é enorme de que não saibamos encaminhar a sua possível, ainda que sempre incompleta, realização. Mas, a nos apressarmos em resolvê-lo, perdemos por completo a noção do que está em jogo. É o que acontece quando, rápido demais, se procura traduzir o descontentamento popular em termos de suas possíveis soluções: por exemplo, como dizia acima, aumentar sua participação no Legislativo, no Executivo, melhorar o Judiciário, a polícia. O desejo tem seu tempo, sua demora; paradoxalmente, ele surge apressado, urgente, porém toda tentativa veloz de traduzi-lo em outra linguagem se salda por fracasso. Ou o saciamos, e aí a velocidade tem sentido, ou ele amadurece e se modifica, e aí há que respeitar um tempo, uma dilação.

Renato Janine Ribeiro. "Democracia *versus* República: a questão do desejo nas lutas sociais". *In*: Newton Bignotto (org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 17-19 (com adaptações).

Texto II

DUPLO PROBLEMA DA DEMOCRACIA

O problema da viabilidade

Desde sua emergência na Grécia clássica, o regime democrático defrontou com um duplo problema básico: o problema de sua viabilidade empírica e o problema de sua validade normativa.

Consideremos, brevemente, o primeiro problema. O que está em jogo, basicamente, é a questão de se saber como é possível que venha a prevalecer o princípio democrático, na cultura política de uma sociedade, e, sobretudo, como pode vir a ser efetivamente implementado, ante as desigualdades sociais observáveis em todas as sociedades não-primitivas.

Essa questão envolve a ambigüidade, inerente ao sistema democrático, entre *demos* como povo soberano e *demos* como massa de pobres. Foi por entender que, num sistema puramente democrático, os pobres se valeriam de sua superioridade numérica para impor, pela Assembléia, medidas expropriativas dos ricos, assim gerando insanáveis e autodestrutivos conflitos sociais, que Aristóteles condenou tal regime como malsão. Importava, segundo o estagirita, estabelecer um equilíbrio entre os princípios da democracia, tendencialmente asseguradores das liberdades públicas e da participação popular, e os da monarquia e aristocracia, tendencialmente asseguradores de certas formas sociais de excelência e preservadores de condições que permitam modalidades razoáveis de acumulação e de preservação da riqueza.

Vista essa questão em seu âmbito mais amplo, o que ela apresenta, tanto teórica como praticamente, é uma inerente propensão ao conflito entre os princípios da igualdade e da liberdade, ambos constituindo elementos necessários do regime democrático.

Na medida em que, em dada sociedade, exista significativa taxa de desigualdade social – o que empiricamente sempre tende a ocorrer –, a tensão entre minorias ricas e maiorias pobres constitui-se em algo de inevitável. Em face de tal tensão, uma das alternativas é a de que as maiorias pobres, num regime democrático, logrem, em atendimento a seus interesses, impor às minorias ricas medidas redistributivas inaceitáveis para estas, assim gerando os insanáveis conflitos a que se refere Aristóteles. A outra alternativa é a de que as minorias ricas, por mais aptas ao exercício do controle social, limitem eficazmente a capacidade de participação das massas, preservando a riqueza e o predomínio político das minorias, mas, em tal caso, cerceando as liberdades democráticas e impedindo que a direção da sociedade exprima a vontade da maioria.

A democracia, como forma de direção da sociedade, é um regime que implica, idealmente, a otimização da liberdade e a minimização da desigualdade. Se a minimização desta é empiricamente insuficiente, ou a liberdade de muitos tende a oprimir a dos poucos, ou a dos poucos tende a oprimir a de muitos.

O problema da validade

Independentemente de seu problema de viabilidade, sucintamente referido no tópico precedente, a democracia apresenta, também, um sério problema em termos de sua validade. As decisões públicas, para que subsista uma sociedade, devem atender a um satisfatório nível de competência técnica e de consistência axiológica. Se a maioria adota decisões tecnicamente incompetentes, a sociedade reduzirá, correspondentemente, a eficácia de seu relacionamento com a natureza, com outras sociedades ou consigo mesma. No limite da possibilidade, a incompetência técnica conduz a desastres naturais, militares, políticos ou sociais, que podem aniquilar uma sociedade.

Por sua vez, as relações entre a ordem moral e a social não são apenas ornamentais. É certo que a experiência histórica e a contemporânea indicam que as sociedades podem ser expostas a alarmantes graus de desrespeito das normas morais sem que, de imediato, ocorram, necessariamente, significativas conseqüências sociais. Os antológicos abusos de certos imperadores romanos ou de dirigentes contemporâneos como Stalin e Hitler são exemplos de como as mais graves violações da justiça e de princípios éticos básicos podem perdurar por

bastante tempo. Essa mesma experiência, entretanto, acusa, afinal, uma inescapável correlação entre a ordem moral e a social, embora tal relação esteja submetida a condições que podem retardá-la ou difundir seus efeitos. Os abusos dos imperadores romanos usualmente terminaram por suscitar sublevações ou conspirações que os levaram à morte. Hitler provoca o próprio aniquilamento final e Stalin, ainda que se mantenha no poder até sua morte natural, termina repudiado pelos sucessores e tem sua memória levada à execração pública.

Mais do que correlações específicas entre as violações sociais da ordem ética e a punição social dos violadores, o que a experiência histórica registra é uma genérica correlação entre a deterioração da ordem ética e a da ordem social. As sociedades em que, por abuso do tirano, da oligarquia ou das massas, se pratiquem impunemente sérios atentados à ordem moral sofrem correspondente deterioração de seu sistema de internalização e de socialização de valores. Deixa de funcionar apropriadamente o processo de regulagem espontâneo da funcionalidade social das condutas, ampliando-se as taxas de anomia, de desviança e de alienação. No limite do processo, as sociedades que perdem sua moral perdem sua viabilidade interna e externa.

Foi por sua convicção na profunda correspondência entre a ordem moral e a social que Platão considerava que a direção da coisa pública requer o prévio adestramento moral de todos os participantes e exige uma estrita equivalência entre o nível de compreensão e prática das virtudes e o nível de ingerência das pessoas na condução da coisa pública.

O problema da validade das decisões públicas, no regime democrático, decorre do fato de que o princípio da maioria não é, nem analítica nem empiricamente, assegurador da validade técnica ou moral de tais decisões. Donde as objeções tecnocráticas ou moralistas à validade da democracia.

Contra tais objeções, os defensores da democracia, desde Péricles, observam, por um lado – com evidente razão –, que as formas alternativas de governo não asseguram melhores condições para a validade técnica ou moral de suas decisões. Ao contrário, a experiência tem indicado, notadamente nas condições contemporâneas, que os governos exercidos por grupos restritos e fechados são muito mais susceptíveis do que os democráticos de resvalar para a corrupção e até mesmo para falácias técnicas. Por outro lado, como assinalam os atuais analistas, a democracia representativa contemporânea dispõe, muito satisfatoriamente, de mecanismos e processos que permitem que as opções populares sejam mediatizadas por competentes equipes técnicas, em condições que praticamente excluem a possibilidade de erros grosseiros nas decisões de tais democracias. O que, sem dúvida, não pode ser evitado é a eleição de dirigentes que não se revelem à altura das funções que lhe são conferidas pelo voto popular. Mesmo relativamente a tal hipótese – cuja ocorrência não é infreqüente –, as democracias representativas modernas contam com melhores remédios do que quaisquer regimes alternativos. Estes vão desde a não-reeleição de maus candidatos até a neutralização de titulares inconvenientes pelo sistema de contrapesos do Estado democrático contemporâneo, incluídos os processos que permitem, democraticamente, a destituição de mandatários que violem as leis ou adotem medidas inaceitáveis para a maioria do eleitorado.

Helio Jaguaribe. *Brasil, sociedade democrática*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985. p. 30-34 (com adaptações).

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 14 de junho de 2003

PROVA DE GEOGRAFIA

Examinadores:
Prof. Dr. Antônio Carlos Robert Moraes
Prof. Dr. André Roberto Martin

Valor de cada questão: 20 pontos
Extensão de cada resposta: até duas páginas

Questão 1

Descreva o atual sistema portuário brasileiro, relacionando cada porto com os principais produtos movimentados e com os respectivos eixos de transporte terrestre.

Questão 2

Na legislatura passada, foi aprovada no Congresso Nacional a nova legislação que rege o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Comente as inovações introduzidas pela nova lei, apontando sua concepção da relação entre sociedade e natureza.

Questão 3

Alguns autores têm questionado o índice de urbanização da população brasileira calculado pelo IBGE, argumentando que têm sido consideradas como urbanas localidades ainda essencialmente rurais. Posicione-se a respeito desta polêmica, apresentando justificativas.

Questão 4

Trace um quadro panorâmico da "geografia do petróleo" na América Latina.

Questão 5

No contexto geoeconômico da América do Sul, o Chile apresenta grande singularidade. Comente as peculiaridades da economia chilena que explicam tal situação e avalie sua repercussão no processo de integração sul-americano.

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco
Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Em 15 de junho de 2003

PROVA DE HISTÓRIA

Examinadores:
Profa. Dra. Maria Eurydice de Barros Monteiro
Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva

Valor de cada questão: 20 pontos
Extensão de cada resposta: até duas páginas

Questão 1

Na segunda metade do século XIX, a posição do império brasileiro não era das mais confortáveis no continente americano. Além de enfrentar hostilidades dos Estados do Pacífico, que não hesitaram em demonstrar seu descontentamento com os termos da Tríplice Aliança, as relações do Rio de Janeiro com Washington contribuíam para a imagem de certa insularidade do Brasil no contexto latino-americano.

Com base no parágrafo acima, caracterize as principais frentes da política externa brasileira na segunda metade do século XIX, nas suas relações com o continente americano.

Questão 2

O fato político europeu mais marcante entre as duas guerras mundiais foi o aparecimento dos fascismos, que levou ao colapso dos valores e das instituições liberais e rachou a opinião das nações em todo o mundo. Tão extraordinário foi esse fenômeno que permitiu se colocassem do mesmo lado, no campo de batalha, países que já se consideravam inimigos, como a União Soviética e os Estados Unidos.

O conceito de fascismo, como um fenômeno europeu do entreguerras, pode ser aplicado a outros sistemas políticos daquela época, em particular ao regime então dirigido por Getúlio Vargas?

Questão 3

Há uma associação relativamente generalizada, na crítica cultural do Brasil contemporâneo, no sentido de vincular a expansão de vários movimentos culturais, artísticos e intelectuais de protesto à idéia de resistência ao regime militar que se instalou no país em 1964.

Qual a pertinência dessa assertiva? Há exemplos ou contra-exemplos que possam ser registrados?

Questão 4

A flexibilização da ordem bipolar foi uma das características mais marcantes das relações internacionais no período que vai de 1955 a meados da década de 1970. Apesar das grandes crises internacionais ocorridas no período, as duas superpotências, em certa medida, deixaram de operar com os princípios da Guerra Fria dos anos 40 e da primeira metade dos anos 50. A coexistência pacífica, alimentada pela percepção da capacidade destrutiva que carregavam com seus armamentos atômicos, e as forças profundas que vieram alimentar os novos movimentos nas relações internacionais evidenciaram a imperfeição do modelo bipolar.

Levando em conta essas considerações, exemplifique, por meio de casos específicos, como se procedeu à flexibilização gradual da Guerra Fria.

Questão 5

Entre 1815 e 1848, cinco grandes Estados europeus agiram como um verdadeiro diretório, usando o direito de intervenção coletiva. As divergências situavam-se mais na administração do sistema do que nas relações bilaterais, em fazer prevalecer a "raison de systhème" sobre a "raison d'Etat". O papel de Metternich a esse respeito foi o destaque no período. A conduta das diplomacias e o balanço dos efeitos do exercício da hegemonia coletiva não podiam ser qualificados simplesmente de reacionários. Os cinco acabaram por admitir independências na América e na Europa. Agiam tendo em vista a estabilidade e intervinham por acordo ou aquiescência para manter o equilíbrio.

Como essas formas de agir dos Estados europeus podem ser conceituadas? O que explica que esses Estados atuassem, simultaneamente, para conservar a ordem e para modificá-la, dando-lhe um traço liberal?

IRBr – 2003
Questões Internacionais Contemporâneas – Bloco A

1. Como um país em desenvolvimento deve proceder para aumentar sua capacidade científica e tecnológica no mundo atual? Deve buscar a autonomia ou a absorção de tecnologias?

2. Disserte a favor ou contra a seguinte afirmação: "O fim da Guerra Fria e seus desdobramentos, com a diluição do papel econômico das fronteiras, trouxeram uma efetiva internalização do mundo na vida brasileira".

3. A política cultural como veículo para a promoção da imagem do país no exterior e para a defesa dos interesses nacionais.

4. O papel dos parlamentos nas relações internacionais.

5. A democracia como valor nas relações internacionais.

6. Descreva e explique a evolução da posição brasileira sobre a questão da proliferação das armas de destruição em massa.

7. "Os programas de governo dos candidatos à Presidência da República, no Brasil, em geral desconsideram ou relegam a posição menor as questões de política externa. Essa é uma tendência que se manterá em eleições futuras." Comente essas afirmações.

8. Discorra sobre a relação entre a igualdade jurídica e as assimetrias entre os Estados. O Brasil deve ter o mesmo peso no sistema internacional que um micro-Estado com menos de cem mil habitantes?

9. Fundamentalismo religioso no mundo contemporâneo.

10. "A globalização alterou tão profundamente os pressupostos da ordem internacional, que hoje já não faz sentido falar numa ordem internacional fundada na soberania dos Estados." Argumente contra ou a favor.

11. A preservação dos recursos naturais como questão de política externa.

12. O papel dos partidos políticos, dos sindicatos e das associações empresariais na discussão e formulação da política exterior brasileira.

13. A geografia, a política e a economia como eixos da ação diplomática.

14. A porosidade das fronteiras e os ilícitos transnacionais no mundo pós-Guerra Fria.

15. Cuba e o sistema interamericano.

16. Como se define o interesse nacional de um país no mundo atual? Existem interesses nacionais permanentes e objetivos, ou apenas interesses setoriais e de grupos? Como se definem os interesses brasileiros num mundo "globalizado"?

17. A primeira Reunião de Ministros de Defesa da América do Sul (abril de 2003) e as prioridades da política externa brasileira.

18. A contemporaneidade do Barão do Rio-Branco.

19. Liberalismo *versus* intervenção do Estado na ordem econômica internacional.

20. Em que medida o processo de globalização está alterando – ou não – o papel dos Estados como atores protagônicos do sistema internacional?

21. De que formas as descobertas tecnológicas podem afetar, para melhor ou para pior, o relacionamento entre os Estados e os interesses de cada país? Dê exemplos.

22. O papel dos organismos de inteligência do Estado nas relações internacionais.

23. O Brasil, na sua conduta em relação a outras nações, deve sempre respeitar o direito internacional, mesmo naquilo que contrarie o interesse nacional brasileiro?

24. A Organização das Nações Unidas está hoje mais próxima ou mais longe de atuar como um "governo mundial" do que quando foi criada?

25. Compare o papel das empresas transnacionais e dos Estados na ordem internacional.

26. Analise o papel das religiões nas relações internacionais contemporâneas.

27. A desregulamentação financeira, a liberalização comercial e o avanço tecnológico aceleraram os fluxos econômicos, mas também permitiram a expansão de redes criminosas em nível internacional. Em que medida esse é ou deveria ser um tema da política externa dos Estados?

28. Qual o papel das alianças militares no mundo pós-Guerra Fria?

29. Qual a vigência atual da noção de que determinados setores econômicos seriam "setores estratégicos" do ponto de vista da afirmação do poder nacional?

30. "A atuação externa dos Estados é sempre orientada pelos interesses das grandes empresas e grupos econômicos mais influentes". Você concorda com ou discorda dessa afirmação? Por quê?

31. O fato de um Estado ser federal ou unitário tem conseqüências para sua atuação no nível internacional? Compare o caso brasileiro com o de outros países.

32. Comente a relação entre a capacidade de atuação internacional dos países e a influência das indústrias de entretenimento e comunicação neles situadas.

33. "Num mundo em que a economia se baseia cada vez menos no controle de território e de matérias primas, e cada vez mais no conhecimento e na tecnologia, as questões territoriais e de limites entre os Estados estão se tornando menos relevantes." Você concorda ou discorda com essa afirmação? Por quê?

34. Discorra sobre a solução pacífica de controvérsias entre os Estados nas esferas política e econômica.

35. Nos anos 1970, os países em desenvolvimento, articulados em torno do Grupo dos 77, buscavam a instituição de uma "nova ordem econômica internacional". Por que esse movimento perdeu força? Quais deveriam ser hoje as estratégias de articulação entre os países em desenvolvimento?

36. Quais as possíveis conseqüências, para a cena internacional, da entrada dos países do leste europeu na União Européia? E a dos países originários da antiga União Soviética? Até onde avançará a expansão da União Européia?

37. Qual conceito deveria ser mais enfatizado pela política externa brasileira: o de América Latina ou o de América do Sul? Por quê?

38. Num mundo em que há movimentos simultâneos de integração regional e descentralização ou fragmentação dos países, qual a vigência do conceito de Estado-Nação como unidade fundamental da vida internacional?

39. O componente ocidental da identidade internacional do Brasil.

40. No tratamento das questões de direitos humanos, é recorrente o debate sobre o valor universal desses direitos e a necessidade de sua observância, em contraposição à defesa dos particularismos, *inter alia*, culturais e religiosos. Ao discorrer sobre o tema, o(a) candidato(a) deverá comentar sobre o significado desse debate no contexto mundial atual.

41. Como se manifesta, na área dos direitos humanos, a idéia da existência de um "choque de civilizações"? Como o Brasil participa desse debate? Qual a percepção do(a) candidato(a) a respeito?

42. A sociedade civil, nela incluídas as organizações não-governamentais, é parte crucial no diálogo internacional sobre direitos humanos. O candidato deverá comentar tal afirmação e justificar sua percepção sobre a questão.

43. O tratamento, no Brasil, das questões de raça, gênero, orientação sexual – o(a) candidato(a) deverá comentar essas questões de direitos humanos à luz do seguinte texto (artigos I e II da Declaração Universal dos Direitos Humanos):
"Artigo I – Todas as pessoas nascem libres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Artigo II – Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nessa Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. Não será tampouco feita qualquer distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania".

44. "O dinamismo da democracia e das conquistas vinculadas ao fortalecimento da cidadania sublinham a necessidade de, na área dos direitos humanos, aferir-se constantemente a sintonia do Estado com a sociedade". Comente essa afirmação, tendo em conta as formas que considera mais adequadas para esse exercício de busca de sintonia do Estado com a sociedade.

45. As discussões mais recentes no domínio das ciências sociais sobre gênero estão refletidas também no domínio específico das Relações Internacionais. Na sua opinião, como as questões de gênero podem influenciar o sistema internacional e a política internacional?

46. "O conjunto do pensamento sobre relações internacionais é essencialmente formulado pelos acadêmicos e pelos centros de estudos dos países desenvolvidos, em particular dos Estados Unidos, da França e da Inglaterra, e pode ser considerado a ferramenta ideológica de preservação do sistema internacional tal qual se apresenta". Comente essa afirmação e suas eventuais implicações para a formulação da política externa brasileira.

47. "A agenda internacional é essencialmente definida pelos países desenvolvidos, em função dos seus interesses". Comente essa afirmação no contexto dos mecanismos à disposição dos países em desenvolvimento ou dos países de menor desenvolvimento relativo com vistas à formulação ou reformulação da agenda internacional.

48. Discorra sobre os a vigência ou não dos conceitos de ética, moral e justiça na política internacional, bem como sobre sua aplicação ou não no cenário internacional contemporâneo.

49. Como se deve definir o Brasil: país em desenvolvimento? País emergente? País subdesenvolvido? País pobre? País injusto? País periférico? País "normal"? País de industrialização recente? País ocidental? País do Terceiro Mundo? País aspirante à condição de potência? Quais as conseqüências dessas definições para a formulação da política externa brasileira?

50. Comente a seguinte afirmação: "Os países desenvolvidos tendem a terceirizar setores de suas políticas externas a organizações não-governamentais, que atuam como seus agentes e encobrem a responsabilidade dos governos doadores".

51. Quais as causas da eclosão de guerras civis e conflitos étnicos na África e na Europa do Leste, a partir dos anos 1990? A comunidade internacional em geral e as Nações Unidas em particular devem sempre respeitar o princípio da não-intervenção nos assuntos internos e de neutralidade entre as partes, nesse tipo de conflito?

52. Que critérios devem orientar a participação ou não de efetivos militares e policiais brasileiros em operações de manutenção da paz das Nações Unidas? E em operações de imposição da paz?

53. De que forma a política externa brasileira reflete ou não os interesses das camadas menos favorecidas da população?

54. Quais as conseqüências, para a ordem internacional, da intervenção liderada pelos Estados Unidos para remover o regime de Saddam Hussein no Iraque? Qual deve ser a posição do Brasil, nesse caso e em outros semelhantes que possam ocorrer no futuro?

55. Que conseqüências, se alguma, a recente intensificação do combate ao terrorismo traz para as relações internacionais?

56. Para explicar os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, pode-se aplicar a tese de um "choque de civilizações"? Por quê?

IRBr
Questões Internacionais Contemporâneas – Bloco B

1. O Mercosul como ator regional e global.

2. Comente a evolução histórica, o estado atual e as perspectivas das relações Brasil-Angola.

3. Comente a evolução histórica, o estado atual e as perspectivas das relações Brasil-México.

4. Comente a evolução histórica, o estado atual e as perspectivas das relações Brasil-Estados Unidos.

5. Comente a evolução histórica, o estado atual e as perspectivas das relações Brasil-China.

6. Comente a evolução histórica, o estado atual e as perspectivas das relações Brasil-Índia.

7. Comente a evolução histórica, o estado atual e as perspectivas das relações Brasil-Chile.

8. Comente a evolução histórica, o estado atual e as perspectivas das relações Brasil-Paraguai.

9. Comente a evolução histórica, o estado atual e as perspectivas das relações Brasil-Rússia.

10. Comente a evolução histórica, o estado atual e as perspectivas das relações Brasil-Japão.

11. Comente a evolução histórica, o estado atual e as perspectivas das relações Brasil-Bolívia.

12. Comente a evolução histórica, o estado atual e as perspectivas das relações Brasil-África do Sul.

13. "O objetivo comum do Brasil e da Argentina, no que se refere a suas relações bilaterais, é a construção de uma aliança estratégica entre os dois países". Você concorda com ou discorda dessa afirmação?

14. Faça um histórico do Grupo do Rio e comente seus resultados e perspectivas.

15. Comente o relatório de Nigel Rodley, Relator Especial sobre Tortura, apresentado após sua visita ao Brasil, e a postura do Governo brasileiro em relação ao documento, inserindo-a na política oficial brasileira referente aos Direitos Humanos.

16. Disserte sobre o tema: "defesa nacional, cenário estratégico e política externa do Brasil".

17. Disserte a favor ou contra, exemplificando, a seguinte afirmação: "(...) O cuidado em deixar para a autoridade do presidente a definição periódica de certas linhas-mestras da política externa, a proposição de iniciativas e a utilização mais freqüente de expedientes que tornem manifesta a condução pessoal da política externa pelo presidente poderão ser produtivos para a projeção interna e mesmo internacional da diplomacia brasileira. Uma boa interação entre a transitoriedade da presidência e a permanência da chancelaria responde melhor aos interesses do país(...)" (Sérgio Danese: *Diplomacia presidencial.*)

18. Explique os antecedentes históricos e a atuação da diplomacia brasileira no conflito entre o Peru e o Equador, em 1998.

19. Disserte sobre a política brasileira, nas décadas de 1970/80, de aproximação com a África, a situação atual e as perspectivas futuras das relações do Brasil com os países africanos.

20. A atuação do Ministério das Relações Exteriores junto às comunidades de emigrantes brasileiros residentes no exterior.

21. A segurança da Amazônia brasileira em face do narcotráfico e das transformações políticas nos países andinos.

22. O Tratado de Cooperação Amazônica como instrumento de integração e de concertação política.

23. Origens e conseqüências da construção da represa hidrelétrica de Itaipu. A partir desse caso concreto, discorra sobre o tema "os recursos hídricos como fator de cooperação e conflito entre os Estados".

24. A Cúpula das Américas e o novo desenho das relações hemisféricas.

25. Comente a seguinte afirmação de uma analista da política externa brasileira: "Uma leitura tradicional do interesse nacional que está na origem da política exterior do Brasil identifica duas dimensões: uma dimensão 'ornamental', que se realiza pela busca do prestígio na cena internacional; e uma dimensão instrumental, cujo objetivo é a busca do desenvolvimento". (Norma Breda dos Santos: *La projection multilaterale du Brésil.*)

26. O Atlântico Sul como espaço estratégico e recurso econômico.

27. O papel das grandes conferências globais das Nações Unidas, a partir dos anos 1990, na formulação da agenda política multilateral.

28. O Movimento Não-Alinhado no contexto pós-Guerra Fria.

29. A reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

30. O papel das Forças Armadas e das questões de defesa na definição da agenda internacional brasileira.

31. O Fórum Econômico de Davos e o Fórum Social de Porto Alegre: confronto ou convergência?

32. As questões de demarcação de limites e de integração fronteiriça na política externa brasileira.

33. Analise a dimensão sul-americana da identidade internacional do Brasil e comente a Reunião de Presidentes da América do Sul como mecanismo de aprofundamento da integração de um "espaço comum sul-americano".

34. É válido o conceito de "círculos concêntricos", segundo o qual as prioridades da política externa brasileira deveriam ser determinadas pela proximidade geográfica e pelos vínculos econômicos e culturais existentes? Ou a política externa brasileira deveria ser "universalista"?

35. Comente a seguinte afirmação à luz da situação internacional do Brasil: "No nível das relações entre os Estados, a nova ordem será mais semelhante ao sistema estatal europeu dos séculos XVIII e XIX do que aos padrões rígidos da Guerra Fria. Contará com pelo menos seis grandes potências – os Estados Unidos, a Europa, a China, o Japão, a Rússia, provavelmente a Índia – bem como com uma multiplicidade de países médios e pequenos". (Henry Kissinger: *Diplomacia*.)

36. Existe atualmente uma "arquitetura internacional" dos direitos humanos, construída a partir de 1948, com a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos e, subseqüentemente, com adoção dos Pactos Internacionais sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Culturais e Sociais. O(a) candidato(a) deverá discorrer sobre os principais momentos da construção dessa arquitetura internacional. Deverá, também, indicar a evolução da percepção do Estado brasileiro quanto a essa arquitetura.

37. Existe um sistema interamericano de promoção e proteção dos direitos humanos? Se existe, como o Brasil se relaciona com ele?

38. Terrorismo e direitos humanos – O debate sobre a questão do terrorismo, as formas de combatê-lo e a observância dos direitos humanos de há muito está presente nos foros dedicados a direitos humanos. Os acontecimentos em Nova York e Washington, em 11 de setembro de 2001, acentuaram esse debate. Como o(a) candidato(a) situa a questão do combate ao terrorismo e da preservação dos direitos humanos?

39. O Itamaraty e a agenda brasileira dos direitos humanos – O(a) candidato(a) deverá apresentar reflexão sobre o desafio que representa, para o Estado, em geral, e para o Itamaraty, em particular, buscar a sintonia com a agenda da sociedade na área dos direitos humanos e desta com a agenda internacional. Ao discorrer sobre o tema, o(a) candidato(a) procurará basear sua exposição em alguns exemplos concretos.

40. A questão da internalização, no ordenamento jurídico brasileiro, das normas internacionais de direitos humanos é crucial para novos avanços na defesa, promoção e proteção desses direitos. Como o(a) candidato(a) vê essa questão?

41. A hierarquização entre as categorias de direitos humanos – civis e políticos de um lado; econômicos, sociais e culturais e direito ao desenvolvimento de outro – é debate recorrente nos foros especializados internacionais e interamericanos. Qual é a visão do candidato a respeito, particularmente tendo em conta os resultados da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993? Que posição interessa mais ao Brasil?

42. Que critérios, objetivos e prioridades devem orientar a formulação da política brasileira em relação à África subsaariana? Que instrumentos deveriam ser empregados para executar essa política?

43. O papel e a importância da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) na política externa brasileira. Qual a importância da língua portuguesa na imagem, identidade e projeção do Brasil no cenário internacional? Como a questão da língua afeta as relações do Brasil com os demais países de língua portuguesa?

44. O Brasil recusou-se a assinar o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) em 1968, quando o mesmo foi concluído, mas tornou-se parte do TNP em 1998. Quais as motivações de cada decisão? Qual a sua opinião a respeito de cada uma?

45. A atuação dos Estados Unidos no sistema internacional contemporâneo, em sua dimensão de segurança e defesa, e os interesses do Brasil.

46. Analise a campanha dos Estados Unidos, em 2002, para destituir o Diretor-Geral da Organização para Proibição das Armas Químicas (OPAQ), à luz dos objetivos norte-americanos, dos interesses brasileiros e das conseqüências para o regime internacional de desarmamento e não-proliferação de armas de destruição em massa.

47. O conflito na Palestina e as relações entre Israel e seus vizinhos: raízes, situação atual, perspectivas e conseqüências para a ordem internacional.

48. *Comente: "Todo esse esforço, entretanto, de isolar a América do Sul – e conseqüentemente o Brasil – dos eixos principais de tensão mundial e de assim evitar possíveis justificativas para a atuação de poderes extra-regionais (...) se defronta agora com a possibilidade de vulnerabilidades inesperadas, devido à preeminência crescente no continente de problemas da chamada 'nova agenda de segurança'. A região, que era e é exemplar na 'velha' agenda, arrisca sê-lo menos na 'nova'."* (Georges Lamazière: *Cooperação político-militar na América do Sul*, revista Política Externa, v. 9, n. 4, março/maio, 2001).

49. As Reuniões de Cúpula Europa-América Latina e as relações entre o Brasil e os países europeus.

50. O combate à discriminação racial como tema global e como política nacional.

51. Tentativa de golpe de estado e crise de governabilidade na Venezuela: interesses brasileiros e reação internacional.

52. O Brasil e o atual conflito colombiano.

53. A “cláusula democrática” do Mercosul: origens, conseqüências e perspectivas. Dê um exemplo de seu funcionamento.

54. Os brasileiros residentes no Paraguai: impactos na relação Brasil-Paraguai e cenários futuros.

55. O regime global sobre mudança climática: o Brasil e o Protocolo de Kyoto.

56. Comente a seguinte afirmação de Gilberto Freyre feita em conferência em 1944: “A política externa brasileira acha-se condicionada também pela situação geográfica do país como nação americana. Devemos estar na primeira fase de desenvolvimento de outra federação de que o Brasil parece ser membro tão natural como o é da federação de fala portuguesa: a federação pan-americana ou interamericana. E essas duas federações, se elas se desenvolverem, podem vir a ser subfederações em relação a uma outra ainda mais larga: a federação atlântica, em que o lugar a ser ocupado pelo Brasil será determinado pela sua geografia e pela sua história”.(Gilberto Freyre: *A política exterior do Brasil.*)

IRBr

Questões Internacionais Contemporâneas – Bloco C

1. Comente o conceito de “globalização assimétrica”. Que iniciativas, no cenário econômico internacional, o Brasil poderia desenvolver para enfrentar os efeitos prejudiciais da globalização?

2. Compare o fenômeno contemporâneo da “globalização econômica” com a internacionalização econômica do período que antecede a I Guerra Mundial.

3. Qual o papel do Mercosul na inserção econômica internacional do Brasil? Quais são os principais problemas enfrentados pelo Mercosul? Analise as possíveis estratégias para enfrentá-los.

4. Quais as características básicas da estrutura do comércio exterior brasileiro e quais as conseqüências dessa estrutura para a política externa do Brasil em matéria econômica?

5. Discorra sobre os objetivos e perspectivas da conformação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

6. Quais as conseqüências da criação do euro, do ponto de vista da economia e da política internacional?

7. Qual a modalidade de tomada de decisões das instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e quais as conseqüências dessa modalidade sobre seu funcionamento? Compare-a com a modalidade de tomada de decisões da OMC.

8. Discorra sobre as conseqüências econômicas, para o México, de sua participação no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), em particular quanto a sua inserção internacional.

9. Qual o impacto da Política Agrícola Comum da União Européia sobre os mercados agrícolas internacionais? E o da *Farm Bill* dos Estados Unidos?

10. Discorra sobre as negociações comerciais entre o Mercosul e os demais países da Amércia Latina.

11. Quais as vantagens e desvantagens, para o Brasil e para o processo de integração regional, da opção do Mercosul em favor de instituições estritamente intergovernamentais e não supranacionais? O Mercosul deveria avançar rumo à supranacionalidade?

12. Discorra sobre a importância dos procedimentos de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) para o funcionamento do sistema multilateral de comércio.

13. Em que medida é necessária uma "nova arquitetura" do sistema financeiro internacional? Que interesses brasileiros estariam envolvidos nesse tipo de mudança na ordem internacional?

14. Avanços e perspectivas da integração energética na América do Sul.

15. Discuta o papel do G-8 no sistema econômico internacional e os interesses brasileiros em relação ao diálogo com os principais países industrializados.

16. As declarações e decisões do Federal Reserve Board dos Estados Unidos são sempre acompanhadas com grande atenção pela comunidade internacional. Qual a importância dessas declarações e decisões para a economia internacional e para o Brasil em particular?

17. Comente as perspectivas e dificuldades das negociações comerciais entre o Mercosul e a União Européia no marco da formação de uma Associação Interregional.

18. Argumente a favor ou contra a seguinte afirmação: "O principal adversário do rápido avanço rumo à Alca – e provavelmente em relação à própria Alca – tem sido o Brasil, em parte por razões econômicas, mas principalmente por razões políticas." (Henry Kissinger: *Brasil e EUA precisam evitar confronto. In* "O Estado de S. Paulo", 06/05/2001).

19. Comente o caráter "multifuncional" que alguns países desenvolvidos, em especial a União Européia e o Japão, têm procurado conferir à agricultura.

20. O Acordo sobre Agricultura da Rodada Uruguai significou um primeiro passo para a inserção do setor agrícola no arcabouço de regras multilaterais de comércio. Explique as principais razões que levaram à negociação multilateral sobre agricultura e as conseqüências desse processo.

21. A questão dos direitos de propriedade intelectual sobre produtos farmacêuticos essenciais, como os utilizados no tratamento do HIV/AIDS, nas negociações comerciais internacionais.

22. Comente o tratamento desequilibrado, no antigo GATT e na atual OMC, entre produtos agrícolas e demais bens.

23. Analise as perdas e os ganhos que o Brasil pode ter no caso de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia do ponto de vista dos interesses econômicos e políticos.

24. Disserte sobre as diferentes repercussões, para o comércio internacional de produtos agropecuários, de medidas sanitárias e fitosanitárias por parte de países importadores. Dê exemplos.

25. Comente o debate gerado no Brasil pela questão dos organismos geneticamente modificados (OGMs) e a posição brasileira sobre a matéria.

26. Analise as políticas brasileiras de promoção de exportações, levando em conta tanto as repercussões fiscais e sobre o balanço de pagamentos, quanto a regulamentação internacional sobre o tema.

27. A situação econômica da Argentina e suas conseqüências para o relacionamento Brasil-Argentina.

28. A política brasileira de cooperação técnica com os países em desenvolvimento (CTPD), o papel da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e os objetivos da política brasileira de cooperação com os países da América Latina e da África.

29. O que é o "Consenso de Washington"? As dificuldades enfrentadas pelos países latino-americanos e outros países em desenvolvimento são uma conseqüência da aplicação das recomendações do Consenso de Washington ou de elas terem sido insuficientemente seguidas?

30. Em que consistem as medidas dos Estados Unidos no setor siderúrgico que têm gerado grande polêmica internacional e qual tem sido a estratégia do Brasil em relação a elas?

31. Comente a Declaração sobre o Acordo de TRIPS e Saúde Pública da Conferência Ministerial de Doha, da OMC. Explique o papel brasileiro na sua negociação e os próximos passos no tratamento internacional do tema.

32. Qual a importância do tema agrícola para o Brasil, no contexto das negociações comerciais internacionais? Caso a União Européia, por exemplo, fizesse ao Mercosul uma oferta satisfatória em todos os demais setores, mas insatisfatória no setor agrícola, o Brasil deveria recomendar sua aceitação? Por quê?

33. Explique o contencioso Brasil-Canadá no que se refere à disputa Embraer-Bombardier, seus resultados até aqui e as conclusões que se podem tirar desse processo.

34. O Brasil deveria ou não aspirar à condição de membro pleno da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)? Por quê? Quais as conseqüências de cada opção?

35. Analise os prós e os contras da criação de uma moeda comum para o Mercosul. A criação da moeda comum deve ser um objetivo do Brasil? Por quê?

36. Comente o seguinte trecho de recente palestra do Ministro Celso Amorim: "Uma primeira ordem de considerações se refere à própria noção de 'inserção global' e ao conceito de 'globalização'. Está claro, hoje, que os benefícios da chamada globalização afluem apenas a uma pequena parcela da humanidade, e que o processo como tal está eivado de assimetrias."

37. Comente as seguintes palavras do geógrafo Milton Santos: "A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Para entendê-la, como, de resto, a qualquer fase da história, há dois elementos fundamentais a levar em conta: o estado das técnicas e o estado da política." (Milton Santos: *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.*)

38. Discorra sobre os efeitos econômicos do recente conflito militar no Iraque.

39. Comente a seguinte afirmação: "A IV Conferência Ministerial da OMC, realizada em Doha, beneficiou-se de circunstâncias internacionais especialmente favoráveis. Não fossem essas circunstâncias, dificilmente teria sido possível estabelecer um mandato negociador tão abrangente."

40. Comente o mandato negociador estabelecido na IV Conferência Ministerial da OMC, realizada em Doha, e as perspectivas para sua implementação.

41. Comente o seguinte trecho de recente palestra do Ministro Celso Amorim: "A V Conferência Ministerial da OMC, a realizar-se em Cancun em setembro próximo, representa um marco importante para o futuro da rodada [de Doha]. Hoje, a percepção predominante entre os Estados membros é que o processo não está avançando de forma satisfatória. Apesar de haver sido batizada de `rodada do desenvolvimento´ a negociação tem-se caracterizado pela falta de avanços precisamente nas áreas consideradas prioritárias para os países em desenvolvimento."

42. Discorra sobre os interesses do Grupo de Cairns na rodada de negociações comerciais lançada em Doha.

43. Até que ponto a normativa multilateral de comércio – em particular o Acordo sobre Medidas de Investimento relacionadas ao Comércio (TRIMs, na sigla em inglês) – pode constituir fator limitante de uma política industrial e tecnológica mais ativa?

44. Analise as perdas e os ganhos que o Brasil pode ter com a criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Qual a posição defendida pela diplomacia brasileira a esse respeito? Qual deve ser a estratégia brasileira, à luz dos interesses econômicos e políticos do Brasil?

45. O Congresso dos Estados Unidos aprovou, no segundo semestre de 2002, a chamada "Trade Promotion Authority". Quais as implicações desse fato para as negociações comerciais em que aquele país está envolvido?

46. Comente o seguinte trecho de recente palestra do Ministro Celso Amorim: "O fortalecimento do Mercosul, uma prioridade em si mesma e alicerce do projeto de integração da América do Sul, deve se refletir também em uma ação coordenada do bloco nas negociações com parceiros de fora da região."

47. Discorra sobre o processo de integração macroeconômica no Mercosul.

48. Que tipo de relação se pode estabelecer entre as negociações da OMC e as da Alca?

49. "Os chineses conseguem saldos gigantescos com os Estados Unidos porque se especializam nos produtos não-protegidos por barreiras intransponíveis. Sempre que a dificuldade se localiza na característica da oferta – como no caso do suco de laranja e do aço – a saída tem de combinar a agressividade negociadora com a melhoria da competitividade, a ampliação e a diversificação da oferta. É para ajudar o Brasil, a América Latina e os subdesenvolvidos em geral a enfrentar esse desafio que a ONU realizará em São Paulo, em junho de 2004, a 11ª Conferência da Unctad." (Rubens Ricupero. *Como perder o medo*. *In* "Folha de S. Paulo", 18/05/2003) À luz do trecho citado, comente o papel da Unctad nas relações internacionais e as perspectivas para a realização, em 2004, da XI Conferência daquela Organização no Brasil.

50. Discorra sobre o tema "comércio e desenvolvimento".

51. Comente os interesses envolvidos na acessão da China à Organização Mundial do Comércio.

52. A volatilidade financeira internacional e vulnerabilidade externa do Brasil.

53. Comente o seguinte trecho do documento “Globalização e desenvolvimento”, elaborado pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) para seu XXIX Período de Sessões, que se realizou em Brasília em maio de 2002: “A volatilidade que caracterizou os mercados financeiros internacionais nos três últimos decênios não é um fato novo, mas algumas características contemporâneas dos mercados vêm tendendo a acentuá-la. Seu principal reflexo tem sido a ocorrência crescente de crises financeiras, que caracterizou tanto o mundo industrializado como os países em desenvolvimento desde a década de 1970. Dado que nos mercados financeiros se realizam operações essencialmente intertemporais, a falta de informação sobre o futuro é a ‘falha de mercado’ fundamental que explica esta volatilidade. Os mercados dependem, portanto, das mudanças de opiniões e expectativas, que flutuam entre o otimismo e o pessimismo, devido à variação do “apetite de risco”. Suas reflexões se ampliam devido ao efeito de ‘contágio’ dessas opiniões e expectativas de um mercado a outro.”

54. Comente as seguintes palavras de Celso Furtado: “O formato que assumirão os Estados nacionais no novo recorte político é matéria que nos deve preocupar, pois dele dependerá a distribuição da renda gerada por sistemas de produção progressivamente imbricados. Não tenhamos dúvida de que sempre existirá espaço para o exercício da vontade política, quando esta se manifeste com vigor adequado.” (Furtado, Celso. *O capitalismo global.* São Paulo: Paz e Terra, 1998. P. 7)

55. Discorra sobre a situação econômica internacional e suas conseqüências para o Brasil.

56. Comente a recente visita ao Brasil do Representante Comercial dos Estados Unidos, Embaixador Robert Zoellick.

INSTITUTO RIO BRANCO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Guia de Estudos para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Janeiro de 2004

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

O **Guia de Estudos** do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, versão 2004, visa a orientar e auxiliar o candidato que pretende ingressar na carreira diplomática.

Constam do **Guia**:
- o Edital do Diretor do IRBr sobre o Concurso; e
- os programas, a bibliografia e a orientação para estudo, relativos às provas do Concurso de Admissão, bem como, sempre que possível, exemplos de provas que mereceram aprovação em concurso anterior, mantidos os textos originais dos candidatos, com eventuais incorreções e/ou deficiências.

A bibliografia e a orientação para estudo incluídas neste **Guia** não têm caráter limitativo.

Brasília, em janeiro de 2004.

EDITAL DO DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO

26 DE JANEIRO DE 2004

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO estabelece as normas e torna pública a realização de concurso de admissão à carreira de Diplomata, que obedecerá às instruções deste edital.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O concurso será realizado pelo Instituto Rio Branco (IRBr), com a colaboração do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE) da Universidade de Brasília (UnB).

1.2 O concurso realizar-se-á em quatro fases, que consistirão de testes e provas de caráter eliminatório e classificatório:

a) primeira fase: Teste de Pré-Seleção;

b) segunda fase: provas escritas de Português e de Inglês;

c) terceira fase: provas escritas de História, Geografia, Noções de Direito e Direito Internacional, Noções de Economia e Economia Internacional;

d) quarta fase: provas escritas de Política Internacional, Espanhol e Francês e provas orais de Política Internacional, Português e Inglês.

1.3 A primeira fase será realizada pelo CESPE e as fases subseqüentes, pelo IRBr.

1.4 As três primeiras fases serão realizadas nas cidades de Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA e São Paulo/SP. A quarta fase será realizada exclusivamente em Brasília/DF.

2 DO CARGO

2.1 TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA

2.2 REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, fornecido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação. Os candidatos que apresentarem diploma, devidamente registrado, de mestrado ou de doutorado serão dispensados do Curso de Formação, caso aprovados no certame.

2.3 REMUNERAÇÃO INICIAL: R$ 4.555,98.

2.4 VAGAS: 35, as quais poderão ser acrescidas de outras que surgirem durante a realização do concurso.

2.5 TAXA DE INSCRIÇÃO: R$ 100,00.

3 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICÊNCIA

3.1 Do total de vagas destinadas ao cargo, cinco vagas serão providas na forma do art. 37, VIII, da CF, do art. 5.°, § 2.°, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, publicada no *Diário Oficial* de 12 de dezembro de 1990, e do Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, publicado no *Diário Oficial* de 21 de dezembro de 1999.

3.2 Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá, no ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência. Os candidatos que se declararem portadores de deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.3 O candidato que, no ato da inscrição, se declarar portador de deficiência, se classificado no concurso, figurará em lista específica e, caso obtenha classificação necessária, figurará também na listagem de classificação geral dos candidatos ao cargo.

3.4 Os candidatos que se declararem portadores de deficiência deverão, se classificados no concurso, submeter-se à perícia médica designada pelo Instituto Rio Branco, que verificará

sua qualificação como portador de deficiência ou não, bem como se o grau de deficiência é incapacitante para o exercício do cargo.
3.5 A não-observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.
3.6 As vagas definidas no subitem 3.1 que não forem providas por falta de candidatos portadores de deficiência, por reprovação no concurso público ou na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.
3.7 O candidato portador de deficiência poderá solicitar condições especiais para a realização das provas, conforme previsto no artigo 40, parágrafos 1.º e 2.º do Decreto n.º 3.298/99, devendo solicitá-las, por escrito, no ato de inscrição provisória, de acordo com o disposto nos subitens 5.9 e 5.9.2 deste edital.

4 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

4.1 Os candidatos deverão satisfazer às condições abaixo indicadas.
4.1.1 Ter sido aprovado no concurso público.
4.1.2 Ser brasileiro nato, conforme art. 12, § 3.º, V, da Constituição Federal.
4.1.3 Estar quite com as obrigações eleitorais.
4.1.4 Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino.
4.1.5 Estar no gozo dos direitos políticos.
4.1.6 Comprovar o nível de escolaridade exigido para o cargo, conforme o subitem 2.2, na data da posse.
4.1.7 Apresentar aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.
4.1.8 Cumprir as exigências deste edital.
4.2 O candidato que tiver cônjuge de nacionalidade estrangeira será inscrito condicionalmente no concurso e, se aprovado, só será nomeado para o cargo na classe inicial da Carreira Diplomática se obtiver a autorização a que se referem os artigos 48 e 50 do Regulamento de Pessoal de Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto n.º 93.325, de 1.º de outubro de 1986, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Essa exigência aplica-se também ao candidato cuja separação judicial não tenha transitado em julgado.

5 DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO

5.1 As inscrições poderão ser efetuadas nas agências da CAIXA listadas no Anexo I deste edital ou ainda via Internet, conforme procedimentos especificados a seguir.
5.2 **DA INSCRIÇÃO NAS AGÊNCIAS DA CAIXA**
5.2.1 PERÍODO: **de 16 de fevereiro a 5 de março de 2004**.
5.2.2 HORÁRIO: de atendimento bancário.
5.2.3 Para efetuar a inscrição nas agências da CAIXA, o candidato deverá:
a) preencher o formulário fornecido no local de inscrição, onde será emitido o comprovante de inscrição;
b) pagar a taxa de inscrição;
c) apresentar cópia legível, recente e em bom estado de documento de identidade, a qual será retida.
5.2.3.1 No caso de o pagamento da taxa de inscrição ser efetuado com cheque bancário que, porventura, venha a ser devolvido, por qualquer motivo, o CESPE reserva-se o direito de tomar as medidas legais cabíveis.
5.3 **DA INSCRIÇÃO VIA INTERNET**
5.3.1 Será admitida a inscrição via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/diplomacia2004, solicitada no período entre **10 horas do dia 16 de**

fevereiro de 2004 e **20 horas do dia 7 de março de 2004**, observado o horário oficial de Brasília/DF.

5.3.2 O CESPE não se responsabiliza por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

5.3.3 O candidato que desejar realizar sua inscrição via Internet poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição das seguintes formas:

a) por meio de débito em conta-corrente, apenas para correntistas do Banco do Brasil;

b) por meio de documento de arrecadação, pagável em qualquer lotérica;

c) por meio de boleto bancário, pagável em toda a rede bancária.

5.3.3.1 O documento de arrecadação e o boleto bancário estão disponíveis no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/diplomacia2004 e devem ser impressos para o pagamento da taxa de inscrição após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição *online*.

5.3.3.2 O pagamento da taxa de inscrição por meio de boleto bancário ou de documento de arrecadação deverá ser efetuado até o dia **8 de março de 2004**.

5.3.3.3 As solicitações de inscrição via Internet cujos pagamentos forem efetuados após a data estabelecida no subitem anterior não serão acatadas.

5.3.4 O comprovante de inscrição do candidato inscrito via Internet estará disponível no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/diplomacia2004, após o acatamento da inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

5.3.5 O candidato inscrito via Internet **não** deverá enviar cópia de documento de identidade, sendo de sua exclusiva responsabilidade a informação dos dados cadastrais no ato de inscrição, sob as penas da lei.

5.3.6 Informações complementares acerca da inscrição via Internet estarão disponíveis no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/diplomacia2004.

5.4 **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO**

5.4.1 A inscrição poderá ser feita por procurador, mediante a entrega de procuração, sem necessidade de reconhecimento de firma, acompanhada de cópia legível do documento de identidade do candidato.

5.4.2 O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador, arcando com as conseqüências de eventuais erros de seu representante no preenchimento do formulário de inscrição e em sua entrega.

5.4.3 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

5.4.3.1 O candidato que não possuir CPF deverá solicitá-lo nos postos credenciados, localizados em qualquer agência do Banco do Brasil S.A., da CAIXA e dos Correios, ou na Receita Federal em tempo hábil, isto é, de forma que consiga obter o respectivo número antes do término do período de inscrição.

5.4.3.2 Terá a sua inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do concurso o candidato que usar o CPF de terceiro para realizar a sua inscrição.

5.4.4 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via *fax*, via postal ou via correio eletrônico.

5.4.5 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a admissão no cargo.

5.4.6 O candidato deverá efetuar uma única inscrição no concurso. Em caso de mais de uma inscrição, será considerada a mais recente.

5.4.7 O candidato realizará as provas na cidade em que fizer a inscrição, ressalvado o disposto no subitem 5.4.7.1 a seguir.
5.4.7.1 O candidato que desejar realizar as provas em cidade diferente daquela em que estiver no momento da inscrição deverá efetuá-la somente via Internet, indicando, na solicitação, sua opção de local de provas entre as oferecidas neste edital. Após efetivada a inscrição, não será aceita solicitação de alteração de local de realização das provas.
5.4.8 As informações prestadas no formulário de inscrição ou na solicitação de inscrição via Internet serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o CESPE e o IRBr do direito de excluir do concurso aquele que não preencher o formulário de forma completa, correta e legível.
5.4.8.1 O candidato deverá obrigatoriamente preencher de forma completa o campo referente ao nome e ao endereço, bem como deverá informar o CEP correspondente à sua residência.
5.4.9 O candidato deverá declarar, no formulário de inscrição ou na solicitação de inscrição via Internet, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da investidura.
5.5 Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste edital.
5.6 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração.
5.7 Não haverá isenção total ou parcial do valor da inscrição.
5.8 O comprovante de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização das provas.
5.9 O candidato portador de deficiência ou não que necessitar de qualquer tipo de condição especial para a realização das provas deverá solicitá-la, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente, no formulário de inscrição ou na solicitação de inscrição via Internet, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos etc.). Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior e nos que forem de interesse da Administração.
5.9.1 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas.
5.9.2 A solicitação de condições especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

6 DA PRIMEIRA FASE: TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO (TPS)

6.1 Será aplicada prova objetiva no Teste de Pré-Seleção abrangendo os programas das disciplinas constantes do Anexo II deste edital, conforme o quadro a seguir.

PROVA/TIPO	DISCIPLINAS	NÚMERO DE ITENS	PESO	CARÁTER
(P_1) Objetiva	Português	30	2	ELIMINATÓRIO
	Inglês	20	2	
	Política Internacional	20	1	
	História	20	1	
	Geografia	15	1	
	Noções de Direito e de Direito Internacional	15	1	

Noções de Economia e de Economia Internacional	20	1	
Cultura Geral	10	1	

6.2 A prova objetiva terá a duração de **3 horas e 30 minutos** e será aplicada no dia **27 de março de 2004**, no turno da **manhã**.
6.3 Na data provável de **18 ou 19 de março de 2004**, os locais e o horário de realização da prova objetiva serão publicados no *Diário Oficial da União*, divulgados na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br, e afixados nos quadros de avisos do CESPE, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, subsolo, Asa Norte, Brasília/DF. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.
6.3.1 O CESPE poderá enviar, como complemento às informações citadas no subitem anterior, Boletim Informativo do local e do horário de realização da prova objetiva por meio de comunicação pessoal dirigida ao endereço fornecido pelo candidato no ato de inscrição, que não o desobriga do dever de observar o edital a ser publicado, consoante dispõe o subitem 6.3 deste edital.
6.3.1.1 Os candidatos inscritos via Internet receberão esse comunicado via *e-mail*, sendo de sua exclusiva responsabilidade a manutenção/atualização de seu correio eletrônico.
6.4 Não serão dadas, por telefone, informações a respeito da data, de locais e do horário de realização da prova. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem publicados no *Diário Oficial da União* e divulgados na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br.
6.5 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da prova com antecedência mínima de **uma hora** do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta **preta**, de comprovante de inscrição ou do boletim informativo e de documento de identidade **original**.
6.6 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997).
6.7 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.
6.7.1 A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.
6.8 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidão de nascimento, CPF, título de eleitor, carteira de motorista (modelo antigo), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.
6.9 Por ocasião da realização da prova, o candidato que não apresentar documento de identidade **original**, na forma definida no subitem 6.6 deste edital, será automaticamente excluído do concurso.
6.10 No dia de realização da prova, não será permitido ao candidato entrar ou permanecer no local do exame com armas ou aparelhos eletrônicos (*bip*, telefone celular, relógio do tipo *data*

bank, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador etc.). O descumprimento da presente instrução implicará eliminação do candidato, caracterizando-se tentativa de fraude.

6.10.1 O CESPE não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova.

6.11 O candidato somente poderá retirar-se do local de realização da prova levando o caderno de prova e a folha de rascunho, que é de preenchimento facultativo, no decurso dos últimos trinta minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.

6.12 Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do concurso o candidato que, durante a sua realização:

a) for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução da prova;

b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular e/ou equipamento similar, dicionário, notas e/ou impressos que não forem expressamente permitidos e/ou que se comunicar com outro candidato;

c) for surpreendido portando telefone celular, gravador, receptor, *pagers*, *notebook* e/ou equipamento similar;

d) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação da prova, com as autoridades presentes e/ou com os demais candidatos;

e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;

f) recusar-se a entregar o material da prova ao término do tempo destinado para a sua realização;

g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;

h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas;

i) descumprir as instruções contidas no caderno de prova, na folha de respostas e/ou na folha de rascunho;

j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

k) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do concurso.

6.13 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e ele será automaticamente eliminado do concurso.

6.14 No dia de realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

7 DA PROVA OBJETIVA – TPS

7.1 A prova objetiva será constituída de itens para julgamento, agrupados por comandos que devem ser respeitados. O julgamento de cada item será **CERTO** ou **ERRADO**, de acordo com o(s) comando(s) a que se refere o item. Haverá, na folha de respostas, para cada item, dois campos de marcação: o campo designado com o código **C**, que deverá ser preenchido pelo candidato caso julgue o item CERTO e o campo designado com o código **E**, que deverá ser preenchido pelo candidato caso julgue o item ERRADO.

7.2 Para obter pontuação no item, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos dois campos da folha de respostas.

7.3 O candidato deverá transcrever as respostas do TPS para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as

instruções específicas contidas neste edital e na folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.

7.4 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este edital e/ou com a folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não-preenchido integralmente.

7.5 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por um agente do CESPE devidamente treinado.

8 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO TPS

8.1 Todos os candidatos terão sua prova objetiva corrigida por meio de processamento eletrônico.

8.2 A nota em cada item da prova objetiva, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 1,00 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; −1,00 ponto, caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00, caso não haja marcação ou caso haja marcação dupla (C e E).

8.3 O cálculo da nota em cada disciplina que faz parte da prova objetiva, comum às provas de todos os candidatos, será igual à soma algébrica das notas obtidas em todos os itens que a compõem, multiplicada pelo respectivo peso.

8.4 Será eliminado do TPS o candidato que obtiver nota na disciplina de Português inferior a 24,00 pontos e nota na disciplina de Inglês inferior a 16,00 pontos.

8.5 A nota final do candidato no TPS será calculada pela soma algébrica das notas obtidas em cada disciplina.

8.6 Serão considerados aprovados no TPS e terão corrigidas as provas escritas de Português e Inglês os candidatos classificados até a 300.ª posição, respeitados os empates na última colocação e a reserva de vagas para os candidatos portadores de deficiência.

9 DOS RECURSOS

9.1 Os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva do TPS serão afixados nos quadros de avisos do CESPE e divulgados na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br, em data a ser determinada no **caderno de prova**.

9.2 O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva disporá de **dois dias** úteis, a contar do dia subseqüente ao da divulgação desses gabaritos, no horário das 9 horas às 16 horas, ininterrupto (os candidatos terão ciência dos locais para a entrega de recursos no momento de divulgação dos gabaritos oficiais preliminares).

9.3 A interposição de recursos poderá ser feita em qualquer local de recebimento de recursos, e as respostas a esses recursos serão devolvidas ao candidato exclusivamente no local escolhido por ele para a entrega dos recursos.

9.4 Não serão aceitos recursos via postal, via *fax* ou via correio eletrônico, sob pena de serem preliminarmente indeferidos.

9.5 O candidato deverá identificar-se no ato da entrega dos recursos mediante a apresentação de documento de identidade original.

9.5.1 Os recursos do candidato poderão ser entregues por terceiros, somente se acompanhados da cópia de documento de identidade do candidato.

9.5.2 Não será aceita a interposição de recursos por procurador.

9.6 Para recorrer contra os gabaritos oficiais **preliminares** da prova objetiva, o candidato deverá utilizar os modelos de formulários denominados “Capa de Conjunto de Recursos” e

"Justificativa de Recurso" divulgados com os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva.
9.7 O candidato deverá entregar **um** conjunto de recursos original e **duas** cópias idênticas.
9.8 O conjunto de recursos deverá ser apresentado com as seguintes especificações:
a) um único formulário "Capa de Conjunto de Recursos", com todos os campos devidamente preenchidos e, obrigatoriamente, assinado pelo próprio candidato;
b) um formulário "Justificativa de Recurso", devidamente preenchido, **exclusivo** para cada item cujo gabarito oficial preliminar esteja sendo questionado;
c) em cada formulário "Justificativa de Recurso", deverá constar a indicação do número do item cujo gabarito oficial preliminar esteja sendo questionado, da resposta marcada pelo candidato e do gabarito oficial preliminar divulgado pelo CESPE;
d) em cada formulário "Justificativa de Recurso", apresentação de argumentação lógica e consistente elaborada pelo próprio candidato;
e) nenhum dos formulários "Justificativa de Recurso" poderá ter assinatura ou marca, incluindo rubrica, que possa identificar o candidato recorrente;
f) à exceção do campo **assinatura** do formulário "Capa de Conjunto de Recursos", todos os demais campos dos formulários "Capa de Conjunto de Recursos" e "Justificativa de Recurso" deverão ser datilografados ou digitados, sob pena de não serem respondidos.
9.9 Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de item integrante de prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
9.10 Candidatos que apresentarem, no formulário "Justificativa de Recurso", argumentações e(ou) redações idênticas ou semelhantes não terão esses recursos respondidos.
9.11 Serão preliminarmente indeferidos recursos extemporâneos, inconsistentes, que não atendam às exigências dos modelos de formulários e/ou fora de qualquer uma das especificações estabelecidas neste edital – ou em outros editais que vierem a ser publicados – ou nos formulários "Capa de Conjunto de Recursos" e "Justificativa de Recurso".
9.12 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e(ou) recurso de gabarito oficial definitivo.

10 DA SEGUNDA FASE: PROVAS ESCRITAS DE PORTUGUÊS E DE INGLÊS

10.1 **Português**
10.1.1 **Data e horário**: **27 de março de 2004**, às 14 h e 30 min (horário oficial de Brasília), no mesmo local em que foi feito o TPS. Essa fase terá a duração de 4 horas.
10.1.2 **Características** – A prova de Português constará de redação sobre tema de ordem geral (valor: 60 pontos), com a extensão de 400 a 500 palavras, e de exercício de resumo e/ou comentário, com a extensão de 200 a 250 palavras, de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos (valor: 40 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a aferir a capacidade de intelecção e de produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da Língua Portuguesa.
10.2 **Inglês**
10.2.1 **Data e horário**: **28 de março de 2004**, às 14 horas e 30 minutos (horário oficial de Brasília), no mesmo local em que foi feita a prova de Português. Essa fase terá a duração de 4 horas.
10.2.2 **Características** – A prova escrita de Inglês constará de três partes: redação sobre tema de ordem geral, com extensão de 300 a 400 palavras (valor: 50 pontos); versão de um ou mais

textos (valor: 30 pontos); e exercício de resumo (valor: 20 pontos). Exigir-se-á conhecimento avançado do idioma.

10.3 **Aprovação**: serão considerados aprovados na segunda fase do concurso os candidatos que obtiverem as notas mínimas de 60 (sessenta), em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem), na prova de Português, e de 50 (cinqüenta), na de Inglês. O candidato que não comparecer a uma das duas provas, ou entregar uma prova em branco, ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida estará automaticamente eliminado e não terá a outra prova corrigida.

10.4 **Resultados**: os resultados da segunda fase serão anunciados, na sede do IRBr, em Brasília, às 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) do dia **30 de abril de 2004**, e divulgados pela Internet até as 20 horas desse mesmo dia.

10.5 **Recursos**: a vista de provas, em Brasília e nas demais cidades onde se tenham realizado as provas, será permitida entre os dias **3 e 4 de maio de 2004**, em locais e horários a serem oportunamente informados.

10.5.1 Os candidatos terão direito à vista de provas, observadas as seguintes condições:

a) a vista de provas e os pedidos de revisão de notas, doravante chamados de recursos, só serão aceitos quando requeridos pelo próprio candidato – não se admitindo, portanto, procurador para esse fim – e, sempre, nas cidades de realização da respectiva prova;

b) os recursos serão solicitados em formulário próprio, fornecido pelo IRBr;

c) só serão aceitos requerimentos de recursos fundamentados, que indiquem precisamente as questões e os pontos em que o candidato tiver se sentido prejudicado;

d) respeitada a fundamentação dos recursos, caberá ao Diretor do IRBr deferi-los para a consideração da Banca Examinadora;

e) o julgamento dos recursos terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva;

f) o resultado dos recursos e, portanto, o resultado final da segunda fase, será anunciado até as 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) do dia **11 de maio de 2004**, na sede do IRBr, em Brasília, e mandado para publicação no *Diário Oficial da União*, em Edital que convocará os candidatos aprovados para as provas da terceira fase do concurso.

11 DA TERCEIRA FASE: PROVAS DE HISTÓRIA, GEOGRAFIA, NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL E NOÇÕES DE ECONOMIA E ECONOMIA INTERNACIONAL

11.1 A terceira fase constará de quatro provas escritas, a serem realizadas de acordo com o seguinte calendário:

- data provável de **15 de maio de 2004**: História;
- data provável de **16 de maio de 2004**: Geografia;
- data provável de **22 de maio de 2004**: Noções de Direito e Direito Internacional; e
- data provável de **23 de maio de 2004**: Noções de Economia e Economia Internacional.

11.2 Os candidatos aprovados na segunda fase realizarão as provas nas mesmas cidades em que se submeteram às provas das fases anteriores, em locais a serem divulgados juntamente com os resultados finais da segunda fase.

11.3 As provas terão a duração de cinco horas cada uma, com início às 9 horas e término às 14 horas (horário oficial de Brasília/DF).

11.4 As provas consistirão de cinco dissertações, no valor de 20 (vinte) pontos cada uma.

11.5 Nas provas de História e Geografia, três das questões obrigatoriamente versarão sobre temas relacionados com o Brasil.

11.6 Na prova de Noções de Direito e Direito Internacional, somente será admitida consulta a textos legais (a serem eventualmente fornecidos pela Direção do IRBr) quando expressamente autorizada.

11.7 O candidato que não comparecer a uma das quatro provas, ou entregar uma prova em branco, ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida, estará automaticamente eliminado e não terá nenhuma das provas corrigida.
11.8 **Aprovação**: serão considerados aprovados na terceira fase do concurso os candidatos que obtiverem as notas mínimas de 50 (cinqüenta) pontos, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), em cada uma das provas, ou que, tendo obtido a média de 50 (cinqüenta) pontos em três provas e nota superior a 30 (trinta) e inferior a 50 (cinqüenta) em uma e apenas uma prova, tenham alcançado 240 pontos na soma das quatro provas desta fase.
11.9 Os resultados das provas da terceira fase serão anunciados conjuntamente, na sede do IRBr, em Brasília, às 13 horas (horário oficial de Brasília/DF) da data provável de **28 de maio de 2004**, e divulgados pela Internet até as 18 horas deste mesmo dia.
11.10 A vista de provas, em Brasília e nas demais cidades onde se tenham realizado as provas, será permitida no período provável de **31 de maio a 1.º de junho de 2004**, em locais e horários a serem oportunamente informados.
11.11 Respeitadas as regras estabelecidas no subitem 10.5.1 anterior, os candidatos poderão apresentar recursos aos resultados das provas desta fase. O resultado final da terceira fase será divulgado até as 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) do dia **8 de junho de 2004**.

12 DA QUARTA FASE: PROVAS ESCRITAS E ORAIS

12.1 A quarta fase constará de três provas escritas e três provas orais, a se realizarem exclusivamente na sede do Instituto Rio Branco, em Brasília, de acordo com o seguinte calendário:
- dia **19 de junho de 2004**, às 9 horas (horário oficial de Brasília/DF): prova escrita de Política Internacional, com duração de 5 horas;
- dia **20 de junho de 2004**, às 9 horas (horário oficial de Brasília/DF): provas escritas de Espanhol Instrumental e Francês Instrumental, com duração total de 4 horas;
- de **21 a 27 de junho de 2004**: provas orais de Política Internacional, Português e Inglês, em grupos alternados, de acordo com calendário a ser fornecido aos candidatos.

12.2 Os candidatos que tiverem realizado as provas das fases anteriores em outras capitais receberão do IRBr passagem aérea de ida e volta a Brasília e auxílio em dinheiro a partir do dia 18 de junho de 2004, até quando se justificar sua presença na Capital Federal em razão do concurso.
12.3 A prova escrita de Política Internacional consistirá de cinco dissertações, no valor de 20 (vinte) pontos cada uma.
12.4 As provas escritas de Espanhol Instrumental e Francês Instrumental, de caráter classificatório, visarão aferir a capacidade do candidato de compreender textos escritos nesses idiomas. Terão o valor de 50 (cinqüenta) pontos cada.
12.5 Características das provas orais:
12.5.1 Política Internacional:
a) a prova terá por objetivo verificar o conhecimento e a capacidade de reflexão do candidato sobre temas internacionais correntes, incluindo antecedentes, situação atual e posição do Brasil;
b) na argüição, serão igualmente avaliadas a capacidade do candidato de analisar o tema e de organizar sua exposição, e a forma de fazê-lo, do ponto de vista tanto da articulação de idéias como da capacidade de expressão verbal;
c) a Banca Examinadora valorizará particularmente o tratamento que ressalte os interesses brasileiros nos temas;
d) o candidato sorteará três temas e terá 20 (vinte) minutos para preparar exposição sobre um deles;

e) a exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora, que poderá, se julgar procedente para a avaliação do candidato, ampliar o tema inicialmente tratado.

12.5.2 Português:

A prova oral de Português constará de avaliação da expressão e do correto uso verbal da língua pelo candidato, quando da prova de Política Internacional. Será feita por Banca específica de Português, que acompanhará toda a exposição e argüição do candidato pela Banca Examinadora de Política Internacional.

12.5.3 Inglês:

a) o objetivo da prova é verificar a fluência, a correção e a capacidade do candidato de se expressar e de discutir adequadamente, em Língua Inglesa, assuntos relacionados a texto que será sorteado;

b) o candidato sorteará um texto e terá 20 (vinte) minutos para preparar-se, podendo recorrer a dicionário, posto à disposição pelo IRBr;

c) a argüição constará de leitura em voz alta de parte do texto sorteado, seguida de resumo oral, análise de parágrafos ou frases, perguntas sobre significação de palavras ou frases e discussão de assuntos suscitados pelo texto.

12.6 **Aprovação**: será considerado aprovado nas provas na quarta fase o candidato que obtiver a nota mínima de 50 (cinqüenta) na prova escrita de Política Internacional e em cada uma das provas orais.

12.7 Os resultados das provas da quarta fase serão anunciados conjuntamente, na sede do IRBr, em Brasília, às 13 horas, na data provável de **28 de junho de 2004**, e divulgados pela Internet até as 18 horas deste mesmo dia.

12.8 A vista de provas e a audição das gravações das argüições serão permitidas na datas prováveis de **29 e 30 de junho de 2004**, no Instituto Rio Branco.

12.9 Respeitadas as regras estabelecidas no subitem 10.5.1 anterior, os candidatos poderão apresentar recursos aos resultados das provas desta fase, até as 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) do dia **29 de junho de 2004**. O resultado final da quarta fase será divulgado até as 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) da data provável de **2 de julho de 2004**.

13 RESULTADO FINAL DO CONCURSO

13.1 Será considerado aprovado o candidato que, tendo sido considerado habilitado em todas as quatro fases do concurso, tiver, adicionalmente, obtido média aritmética igual ou superior a 60 (sessenta) nas provas da segunda, terceira e quarta fases, não computados, para esse fim, os resultados das provas de Espanhol Instrumental e Francês Instrumental. Tal média será obtida pela soma das notas das provas de Português, Inglês, História, Geografia, Economia, Direito, Política Internacional, Inglês (oral), Política Internacional (oral) e Português (oral) – cujo valor total é 1000 pontos –, dividida por 10 (dez).

13.2 A classificação final no concurso, que determinará a ordem de ingresso dos aprovados na classe inicial da Carreira de Diplomata, corresponderá à ordem decrescente das respectivas médias aritméticas **globais**, computadas, também, as notas das provas de Espanhol Instrumental e Francês Instrumental. A média aritmética **global** de cada candidato será igual à soma das notas obtidas nas doze provas que constituem a segunda, a terceira e a quarta fases (cujo valor total é 1100 pontos), dividida por 11 (onze).

13.3 O resultado final do concurso será anunciado, por ordem de classificação dos aprovados, isto é, pela ordem decrescente das respectivas médias aritméticas **globais**, até as 14 horas (horário oficial de Brasília/DF) da data provável de **5 de julho de 2004**, na sede do IRBr.

14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Os programas das disciplinas do concurso serão detalhados no Anexo II deste edital.

14.2 É obrigatório o uso de traje passeio completo (terno e gravata para homens e indumentária correspondente para mulheres) na quarta fase do concurso. Exige-se, de toda maneira, traje apropriado nas fases precedentes.
14.3 **Identificação e divulgação dos resultados**: nas segunda, terceira e quarta fases, as provas escritas não serão identificadas, para efeito de correção. Somente no momento do anúncio dos resultados ocorrerá a identificação em público.
14.4 A inscrição do candidato implicará aceitação das normas para o concurso contidas nos comunicados, neste edital e em outros a serem publicados.
14.5 O candidato poderá obter informações atinentes ao TPS junto à Gerência de Atendimento ao Candidato do CESPE, por meio do telefone (61) 448–0100 ou no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br.
14.6 O candidato que desejar relatar ao CESPE fato(s) ocorrido(s) durante a realização do TPS deverá fazê-lo(s) à Gerência de Atendimento ao Candidato do CESPE, localizada no seguinte endereço: *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala central norte, mezanino, Asa Norte, Brasília/DF; postá-lo para o seguinte endereço: caixa postal 04521, CEP 70919–970; encaminhá-lo pelo *fax* de número (61) 448–0111; ou enviá-lo para o endereço eletrônico sac@cespe.unb.br.
14.7 O requerimento administrativo que, por erro do candidato, não for encaminhado à Gerência de Atendimento ao Candidato do CESPE será a ele devolvido sem que haja análise de mérito.
14.8 O candidato que desejar relatar questionamentos referentes à segunda, terceira e quarta fases, deverá encaminhá-los ao IRBr.
14.9 Não serão fornecidas, por telefone, informações a respeito de locais e de horários de aplicação de provas, informações quanto à posição do candidato no concurso, bem como não será expedido qualquer documento comprobatório de sua classificação, valendo, para esse fim, a publicação da homologação do concurso.
14.9.1 O candidato deverá observar rigorosamente os comunicados e os editais a serem publicados no *Diário Oficial da União*, divulgados na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br, e afixados nos quadros de avisos do CESPE.
14.10 Não será admitido ingresso de candidatos nos locais de realização das provas após o horário fixado para o seu início.
14.11 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas.
14.12 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não-comparecimento para a realização das provas implicará a eliminação automática do candidato.
14.13 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, fora da data, do local e do espaço físico predeterminados em edital e/ou em comunicado.
14.14 **Aceitação das normas do edital**: o requerimento de inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter cancelada sua inscrição a qualquer momento, por decisão do Diretor do IRBr, publicada no *Diário Oficial da União*. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.
14.15 O prazo de validade do concurso será de noventa dias, a contar da data de publicação do resultado final, sem possibilidade de prorrogação.

JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO
Diretor

ANEXO I

Endereços das agências da CAIXA onde serão recebidas as inscrições ao concurso de admissão à carreira de Diplomata.

UF	CIDADE	AGÊNCIAS	ENDEREÇOS
BA	Salvador	Das Mercês	Avenida Sete de Setembro, n.º 955, Mercês
CE	Fortaleza	Aldeota	Avenida Barão de Studart, n.º 2.191, Aldeota
DF	Brasília	UnB	Universidade de Brasília, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro – Instituto Central de Ciências, ala sul – Asa Norte
MG	Belo Horizonte	Século	Rua Carijós, n.º 218, Centro
PA	Belém	Círio	Avenida Presidente Vargas, n.º744, Campina
PE	Recife	Imbiribeira	Avenida Marechal Mascarenhas de Morais, n.º 5.777, Imbiribeira
PR	Curitiba	Mercês	Avenida Manoel Ribas, n.º 857, Mercês
RJ	Rio de Janeiro	Ipanema	Rua Visconde de Pirajá, n.º 127
RS	Porto Alegre	Rua da Praia	Rua dos Andradas, n.º 1.507, Centro
SC	Florianópolis	Hercílio Luz	Avenida Prefeito Osmar Cunha, n.º 183, lojas 16/18/20, Centro
SP	São Paulo	Sé	Praça da Sé, n.º 111, Sé

ANEXO II

PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS

PORTUGUÊS: 1. Conceitos básicos de lingüística: língua e fala; sincronia e diacronia; sistema, norma e uso; variação lingüística; dialeto e registro; modalidade falada e modalidade escrita; a noção de erro; contexto e discurso; funções da linguagem. 2. Intelecção e produção de textos: compreensão e interpretação textual; uso contemporâneo da língua portuguesa no Brasil, na modalidade escrita, em norma culta, em que se evidencie o domínio dos componentes gráfico, morfossintático, semântico, lexical e estilístico. 3. Uso, descrição e análise da língua portuguesa; fonética e fonologia; morfossintaxe; semântica; léxico; ortografia; pontuação; a língua portuguesa do Brasil. 4. Noções de estilística.

INGLÊS: 1. Compreensão de texto escrito em Língua Inglesa. 2. Capacidade de expressão correta em nível avançado no idioma. 3. Redação. 3.1 Correção gramatical. 3.2 Organização e desenvolvimento de idéias. 3.3 Qualidade da linguagem. 4. Capacidade de verter, de forma fidedigna, texto em Língua Portuguesa para a Língua Inglesa, respeitando a qualidade e o registro do texto original. 5. Resumo. 5.1 Capacidade de síntese, pensamento lógico, vocabulário adequado, registro e propriedade da linguagem.

POLÍTICA INTERNACIONAL: 1. Visão do sistema internacional. 2. A política externa brasileira: visões gerais e sua evolução. 3. Política externa norte-americana e relações com o Brasil. 4. Política externa francesa e relações com o Brasil. 5. Política externa russa e relações com o Brasil. 6. Política externa alemã e relações com o Brasil. 7. A União Européia e o Brasil. 8. Política externa argentina e relações com o Brasil. 9. Colômbia, Venezuela: relações com o Brasil. 10. Paraguai, Uruguai e Bolívia: relações com o Brasil. 11. Cuba, América Central e Caribe. 12. Política externa chinesa e relações com o Brasil. 13. Política externa indiana e relações com o Brasil. 14. Política externa sul-africana e relações com o Brasil. 15. O Oriente Próximo: a questão palestina, Iraque e Irã. 16. Américas, América Latina, América do Sul. 17. A Comunidade de Países de Língua Portuguesa e o Brasil. 18. O Mercosul e o Brasil. 19. O NAFTA e o Brasil. 20. A ALCA: evolução e a posição brasileira. 21. Narcotráfico: política internacional e o Brasil. 22. Meio ambiente: política internacional e o Brasil. 23. Terrorismo: política internacional e o Brasil. 24. Direitos Humanos: política internacional e o Brasil. 25. Pobreza, fome: política internacional e o Brasil. 26. O Conselho de Segurança das Nações Unidas e o Brasil. 27. O sistema financeiro internacional: o FMI e a política brasileira. 28. Comércio internacional, OMC e a política brasileira. 29. Armas de destruição em massa, desarmamento, não-proliferação e a política brasileira: diplomacia e estratégia militar. **HISTÓRIA.** HISTÓRIA DO BRASIL. 1 A independência e seus antecedentes: a situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da Monarquia Portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil. 2 O Brasil Imperial - política e administração: a Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências socioeconômicas. 3 O Brasil Imperial - economia: a estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado. 4. O Brasil Imperial - sociedade e cultura: a população. A estrutura social. A vida cultural. 5 O Brasil Imperial - Política Externa: o reconhecimento da independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra. As relações com a Europa. 6 O advento da República: as crises no fim do Império. A questão religiosa. As questões militares e a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ações. O Positivismo. 7 O Brasil Republicano – política e administração. 7.1 A Primeira República (1889-1930) – O Governo provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A

Revolução de 1930. 7.2 A Segunda República (a partir de 1930) – O Constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967. A Constituição de 1988. 8 O Brasil Republicano – economia. 8.1 A Primeira República (1889-1930) – A estrutura econômico-financeira. As heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências. 8.2 A Segunda República (a partir de 1930) – A industrialização. A política de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial. 9 O Brasil Republicano – sociedade e cultura: a população, a expansão demográfica, a imigração e a colonização; as migrações internas e a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista. Aspectos da cultura do período. 10 O Brasil Republicano – política externa. 10.1 A Primeira República (1889-1930) – O reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações. 10.2 A Segunda República (a partir de 1930) – A política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA. 11 Transformações na formação social brasileira a partir dos anos 60. 11.1 A conjuntura que precedeu 64 e as alterações decorrentes da mobilização político-militar. 11.2 O período 1964-1985. Os governos militares. Sociedade e política. O modelo tecnoburocrático capitalista e as diretrizes econômicas. Os atos institucionais. A ideologia da Segurança Nacional. Os aspectos da cultura do período. 11.3 O período 1985-1999. A redemocratização. A crise do modelo tecnoburocrático e do nacional-desenvolvimentismo. Sociedade e cultura no período. HISTÓRIA MUNDIAL CONTEMPORÂNEA. 1 Estruturas e idéias econômicas. Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o *New Deal*. A prosperidade no segundo pós-guerra. O *Welfare State* e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível. 2 Revoluções. As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e *Trade Unions*. Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba. 3 As Relações internacionais. Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A "teoria dos dois campos" e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A *détente*. A "segunda Guerra Fria" (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético. 4 Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação. O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O não-alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo. 5 A evolução política e econômica nas Américas. A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas. 6 Idéias e regimes políticos. Grandes correntes

ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX. 7 A vida cultural. O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.

GEOGRAFIA. 1 Sociedade e espaço: o campo de reflexão da Geografia. 1.1 Espaço e valor: teorias e conceitos da Geografia Econômica. 1.2 Espaço e poder: teorias e conceitos da Geografia Política. 1.3 Espaço e tempo: teorias e conceitos da Geografia Histórica. 1.4 Espaço e representação: teorias e conceitos da Geografia Cultural. 1.5 As teorias geográficas da relação sociedade/natureza. 2 A formação territorial do Brasil. 2.1Macrodivisão natural do espaço brasileiro (relevo, clima, vegetação e hidrografia). 2.2 Os grandes eixos de ocupação do território e a cronologia do processo. 2.3 A definição dos limites territoriais do Brasil. 2.4 A estruturação da rede de cidades no Brasil e os processos recentes de urbanização. 2.5 O processo de industrialização e as tendências atuais da localização das indústrias no Brasil. 2.6 O processo de modernização da agricultura no Brasil e suas tendências atuais. 2.7 Regionalização e divisão inter-regional do trabalho no Brasil. 3 O Brasil no contexto geopolítico mundial. 3.1 O processo de globalização econômica e a divisão internacional do trabalho. 3.2 Herança colonial, condição periférica e industrialização tardia: a América Latina. 3.3 Transnacionalização da economia e globalização das relações: o período técnico-científico. 3.4 A nova ordem internacional e as tendências geopolíticas na escala global: a formação de blocos. 3.5 O processo de estruturação e os objetivos do MERCOSUL. 3.6 Perspectivas de integração na bacia amazônica. 4 A questão ambiental no Brasil e os desafios do desenvolvimento sustentável. 4.1As demandas de saneamento básico e a qualidade de vida nas cidades brasileiras. 4.2 Desmatamentos e avanços da fronteira agropecuária no Brasil. 4.3 O meio ambiente e as políticas de ocupação da Amazônia. 4.4 Os ecossistemas brasileiros e as principais causas de sua degradação. 4.5 A consciência ambiental e o planejamento de usos sustentáveis do solo.

NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL. 1 Direito interno. 1.1 Normas jurídicas. Características básicas. Hierarquia. 1.2 Constituição: conceito, classificações, primado da Constituição, controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos. 1.3 Fatos e atos jurídicos: elementos, classificação e vícios do ato e do negócio jurídico. 1.4 Personalidade jurídica no direito brasileiro. 1.5 Estado: características, elementos, soberania, formas de Estado, confederação, república e monarquia, sistemas de governo (presidencialista e parlamentarista), estado democrático de direito. 1.6 Organização dos poderes no direito brasileiro. 1.7 Processo legislativo brasileiro. 1.8 Princípios, direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF/88). 1.9 Noções de organização do Estado na CF/88: competências da União, dos Estados-membros e dos municípios; características do Distrito Federal. 1.10 Atividade administrativa do Estado brasileiro: princípios constitucionais da administração pública e dos servidores públicos, controle de legalidade dos atos da Administração. 1.11 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. 2 Direito internacional. 2.1 Caráter jurídico do direito internacional público (DIP): fundamento de validade da norma jurídica internacional; DIP e direito interno; DIP e direito internacional privado. 2.2 Fontes do DIP: artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça; atos unilaterais do Estado; decisões de organizações internacionais; normas imperativas (*jus cogens*). 2.3 Sujeitos do DIP: estados; conceito; requisitos; território; população (nacionalidade, condição jurídica do estrangeiro, deportação, expulsão e extradição); governo e capacidade de entrar em relações com os demais Estados; surgimento e reconhecimento (de Estado e de governo); sucessão; responsabilidade internacional; jurisdição e imunidade de

jurisdição; diplomatas e cônsules: privilégios e imunidades; organizações internacionais (definição, elementos constitutivos, classificação, personalidade jurídica, Organização das Nações Unidas (ONU); Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano; Indivíduo. 2.4 Solução pacífica de controvérsias internacionais: artigo 33 da Carta da ONU; meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais (arbitragem e tribunais internacionais). 2.5 Direito internacional dos direitos humanos: proteção (âmbito internacional e regional); tribunais internacionais (São José da Costa Rica, Estrasburgo, Haia, Arusha). 2.6 Direito da integração: noções gerais; MERCOSUL e União Européia (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias). 2.7 Direito internacional econômico: conhecimentos elementares; Organização Mundial do Comércio (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias).

NOÇÕES DE ECONOMIA E ECONOMIA INTERNACIONAL. 1 Conceitos básicos. 1.1 O objeto da Economia: escassez e usos alternativos; bens econômicos; sistema de preços e alocação de recursos. 1.2 Noções sobre a evolução da análise econômica: pensamento clássico e marxista; a escola neoclássica; Keynes; desenvolvimentos pós-keynesianos. 1.3 Medida da atividade econômica: produto e renda; contas nacionais: os grandes agregados e sua estimação; valores nominais e valores reais; índices de preços. 1.4 Noções de Microeconomia: determinantes da procura e da oferta; elasticidades; o equilíbrio de mercado; concorrência perfeita, monopólio e outras estruturas de mercado. 1.5 Moeda e sistema bancário: oferta e procura de moeda; Banco Central e política monetária; inflação. 1.6 Noções de Economia Internacional: taxas de câmbio e sua determinação; o balanço de pagamentos; a noção de vantagens comparativas. 2 Formação da Economia Brasileira. 2.1 A economia brasileira no período colonial: a economia açucareira do Nordeste; auge e declínio da mineração. 2.2 A economia brasileira no século XIX: expansão da lavoura cafeeira; transformações no final do período: abolição do escravismo, início do desenvolvimento industrial. 2.3 A economia brasileira na primeira metade do século XX: as duas guerras mundiais; a depressão dos anos trinta e seus reflexos; o processo de industrialização: fases, características.

ESPANHOL: 1. Compreensão de texto escrito em Língua Espanhola. 2. Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos.

FRANCÊS: 1. Compreensão de texto escrito em Língua Francesa. 2. Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos.

CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

EDITAL DE 13 DE FEVEREIRO DE 2004

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO torna pública a **retificação** dos subitens **6.2**, **6.3**, **10.1.1**, **10.2.1**, **10.2.2**, **10.3**, **12.5.2** e **12.5.3** e dos **programas das disciplinas** de **Português** e de **Inglês** (Anexo II) constantes do Edital de 26 de janeiro de 2004, publicado no *Diário Oficial da União*, bem como a **inclusão**, no referido edital, do subitem **14.16**, conforme redação a seguir especificada, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do edital supracitado.

6.2 A prova objetiva terá a duração de **3 horas e 30 minutos** e será aplicada no dia **20 de março de 2004**, no turno da **manhã**.

6.3 Na data provável de **9 ou 10 de março de 2004**, os locais e o horário de realização da prova objetiva serão publicados no *Diário Oficial da União*, divulgados na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br, e afixados nos quadros de avisos do CESPE, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, subsolo, Asa Norte, Brasília/DF. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.

10.1.1 **Data e horário**: **27 de março de 2004**, às 14 h e 30 min (horário oficial de Brasília), no mesmo local em que foi feito o TPS. Esta prova terá a duração de 5 horas

10.1.2 **Características –** A prova de Português constará de redação sobre tema de ordem geral (valor: 70 pontos), com a extensão de 400 a 500 palavras, e de resumo e/ou comentário (valor: 30 pontos), com a extensão de 200 a 250 palavras, de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos. Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a qualidade da linguagem escrita, de modo a aferir a capacidade de intelecção e de produção de textos escritos de acordo com a norma culta da língua portuguesa usada contemporaneamente no Brasil.

10.2.1 **Data e horário**: **28 de março de 2004**, às 14 horas e 30 minutos (horário oficial de Brasília), no mesmo local em que foi feita a prova de Português. Esta prova terá a duração de 5 horas.

10.2.2 **Características –** A prova escrita de Inglês constará de três partes: versão de um ou mais textos (valor: 30 pontos); resumo (valor: 20 pontos); e redação sobre tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor: 50 pontos). Exigir-se-á conhecimento avançado do idioma.

10.3 **Aprovação**: serão considerados aprovados na segunda fase do concurso os candidatos que obtiverem, em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem), as notas mínimas de 60 (sessenta), na prova de Português, e de 50 (cinqüenta), na prova de Inglês.

10.3.1 O candidato que não comparecer a uma das duas provas, ou entregar uma prova em branco, ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida estará automaticamente eliminado e não terá a outra prova corrigida.
10.3.2 Será atribuída a nota 0 (zero) à Redação, na prova de Português, ou à *Composition*, na prova de Inglês, caso o candidato não se atenha aos temas propostos nos respectivos comandos.
10.3.3 Será atribuída a nota 0 (zero) à Redação, na prova de Português, ou à *Composition*, na prova de Inglês, caso o candidato obtenha a nota parcial 0 (zero) no quesito “Estrutura Formal do Texto” ou “Grammatical Accuracy”, respectivamente.
10.3.4 Será apenada a Redação, na prova de Português, ou a *Composition*, na prova de Inglês, quando houver desobediência à extensão mínima de palavras, respectivamente estabelecida, na proporção de dez pontos, deduzidos cumulativamente, para cada conjunto de cinqüenta palavras.
10.3.5 A legibilidade é condição indispensável para a correção das provas escritas de Português e Inglês.

12.5.2 Português:
a) o objetivo da prova oral de Português é avaliar, durante a prova de Política Internacional, o uso, pelo candidato, da modalidade culta da língua portuguesa falada contemporaneamente no Brasil;
b) serão considerados, na avaliação, os aspectos de fluência, estratégia argumentativa, organização lógica do pensamento verbal, capacidade de síntese, domínio do sistema lingüístico, qualidade da linguagem, entre outros requisitos da expressão oral;
c) será feita por Banca específica de Português, que observará a exposição e a argüição do candidato pela Banca Examinadora de Política Internacional.

12.5.3 Inglês:
a) o objetivo da prova é verificar a fluência, a correção e a capacidade do candidato de se expressar e de discutir adequadamente, em língua inglesa, assuntos relacionados a texto que será sorteado;
b) o candidato sorteará um texto e terá 20 (vinte) minutos para preparar-se, podendo recorrer a dicionário, posto à disposição pelo IRBr;
c) a argüição constará de leitura em voz alta de parte do texto sorteado, seguida de resumo oral, análise do texto e discussão de assuntos suscitados pelo texto.

14.16 É obrigatória a leitura do Guia de Estudos para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata 2004, disponível no endereço eletrônico http://www2.mre.gov.br/irbr/guia2004.

Anexo II
PORTUGUÊS: 1. Conceitos básicos de lingüística: língua e fala; sincronia e diacronia; sistema, norma e uso; variação lingüística; dialeto e registro; modalidade falada e modalidade escrita; a noção de erro; contexto e discurso; funções da linguagem. 2. Descrição e análise da língua portuguesa. 3. Intelecção e produção de textos em português: compreensão e interpretação textual; uso contemporâneo da língua portuguesa no Brasil, nas modalidades escrita e falada, em norma culta, em que se evidencie o domínio dos componentes gráfico, morfossintático, semântico, lexical e estilístico.

INGLÊS: *1. Compreensão de texto escrito em Língua Inglesa. 2. Capacidade de expressão correta em nível avançado no idioma. 3. Capacidade de verter, de forma fidedigna, texto em língua portuguesa para a língua inglesa, respeitando a qualidade e o registro do texto original. 4. Resumo. 4.1 Capacidade de síntese, pensamento lógico, vocabulário adequado, registro e propriedade da linguagem 5. Redação. 5.1 Correção gramatical, domínio lexical e uso de estilo e registro apropriados. 5.2 Organização, desenvolvimento e relevância de idéias. 5.3 Qualidade da linguagem. 6. Expressão oral avançada.*

JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO
Diretor

TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

Por sua peculiaridade dentro do conjunto das provas programadas para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, o Teste de Pré-Seleção (TPS) exige um comentário especial.

Trata-se, como o nome indica, de prova preliminar, de caráter eliminatório. O fato de ser elaborada sob a forma de questões de múltipla escolha possibilita rápida correção sem perda do padrão de qualidade, o que constitui, para o Instituto Rio Branco, questão de princípio. Em 2003, por exemplo, inscreveram-se 5823 candidatos no primeiro Concurso. Não seria realista supor que um número tão elevado de provas de Português e Inglês, de natureza discursiva, pudesse ser corrigido em tempo hábil e segundo os critérios de qualidade do Instituto Rio Branco.

O objetivo do TPS é, portanto, o de proceder a uma redução seletiva do número de candidatos, da maneira mais objetiva possível, franqueando o acesso para a fase seguinte do concurso apenas àqueles que reúnam condições consideradas indispensáveis para continuar concorrendo. O TPS pretende colocar todos os candidatos, qualquer que seja sua procedência, em condições de igualdade de competição num concurso para o qual se inscrevem postulantes de todo o país. A partir do concurso extraordinário realizado no segundo semestre de 2003, a elaboração do TPS, tradicionalmente realizada pelo IRBr, passou a ser atribuição do CESPE – Centro de Seleção e Promoção de Eventos da Universidade de Brasília. O objetivo de tal mudança foi dar maior agilidade e transparência ao processo de pré-seleção, que passa a contar com a infra-estrutura acadêmica e logística daquele centro de excelência.

As questões do TPS versarão majoritariamente sobre as disciplinas que serão objeto de exame nas fases subseqüentes do Concurso, sem se limitar aos programas descritos neste Guia de Estudos. Tenderão a explorar aspectos fundamentais e conhecimentos relevantes de cada matéria, privilegiando a capacidade de raciocínio do candidato, e não apenas o conhecimento memorizado. Dentre as disciplinas avaliadas, o Português e o Inglês terão destaque especial. Além do conhecimento da norma culta da Língua Portuguesa, se buscará aferir as habilidades de compreensão e interpretação de textos.

Uma parcela das questões, entretanto, abrangerá noções de cultura geral e de cultura brasileira, que não se restringem às disciplinas que constituem o restante das provas do Concurso. Trata-se da avaliação de um tipo de conhecimento (indispensável para a carreira diplomática), que não tem contornos demarcáveis, originário das fontes mais diversas e refratário ao confinamento em manuais específicos (não é outra a razão por que não se indica um Manual para o Teste). O fato de o TPS conter questões menos previsíveis do que as das fases seguintes não é casual: esse teste procura avaliar também a sedimentação de conhecimentos direta ou indiretamente relevantes para o exercício da profissão de diplomata. Embora finita, essa gama de conhecimentos possui uma extensão tal que não se sujeita a uma preparação satisfatória a curto prazo.

Para compreender com clareza a finalidade da avaliação desse tipo de conhecimento no TPS, deve-se levar em conta sua utilidade para o exercício proficiente da função diplomática. Para o diplomata, o domínio da linguagem é essencial. Ele deve estar preparado para compreender, com o grau máximo de absorção, os significados contidos num texto e para produzir textos que atinjam os resultados premeditados pelo seu enunciador. Como essas duas competências dependem em grande parte do conhecimento duradouro, a primeira parte dos exames para ingresso na Carreira Diplomática é programada para testar o candidato também no domínio dessa modalidade de saber, sem cuja contribuição tanto a competência de leitura

como a de produção de texto podem ficar comprometidas.

Esse tipo de conhecimento é também valioso do ponto de vista positivo. Isto é, sua posse produz vantagens consideráveis para o diplomata, por se tratar de profissional cujo ofício depende muito da facilidade de bem relacionar-se com seus circunstantes, de mostrar-se bem informado, de cultivar um olhar curioso de novos conhecimentos, bem como de ser capaz de, a partir de simples conversa, captar eventuais mensagens subjacentes e delas tirar conclusões. Nesse particular, um saber abrangente auxilia o diplomata a manter viva a conversação. Um dos objetivos de conversa aparentemente amena é, na verdade, obter informação privilegiada ou elementos para subsidiar o processo decisório. Não é preciso insistir na utilidade de uma competência que encurta distâncias, aquece o diálogo, suaviza o contato, promove, enfim, o que a retórica antiga costumava chamar de "captação de benevolência". Além de habilitar o diplomata a munir-se de elementos para executar uma de suas tarefas primordiais, a de informar, a "captação de benevolência" auxilia-o nas demais funções, a saber, representar e negociar.

O TPS comportará, portanto, ao lado de avaliação referente às disciplinas objeto das fases posteriores, questões relativas a um campo de conhecimento mais vasto, para o qual não se pode indicar publicação preparatória específica, uma vez que esse saber, tão funcional para o exercício da Diplomacia, deve estar consolidado na memória do seu portador, fruto de vivência pessoal e intelectual, não programável ou controlável.

O IRBr passa a divulgar, a partir do corrente ano, uma bibliografia geral para o concurso. As obras referenciadas são importantes subsídios para a preparação do futuro diplomata. Não se trata de bibliografia própria do TPS (embora certamente deva ajudar na preparação para este teste), e os títulos podem, inclusive, estar referidos também nas bibliografias específicas de outras disciplinas do certame. Recomenda-se vivamente a leitura dos mesmos.

Bibliografia geral para o CACD:

1. Constituição da República Federativa do Brasil.

2. BOMFIM, Manoel. *A América Latina: Males de origem* . Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

3. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 1992.

4. HOLLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

5. PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo: Brasiliense, 1992.

6. CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*, Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997.

7. FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder*, São Paulo: Editora Globo, 1991.

8. FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995.

9. GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*; São Paulo: Ática, 1992.

10. MONIZ BANDEIRA, L. A. *Da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003)*, Rio de Janeiro: REVAN, 2003.

11. BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro – Ciclo das Ideologias.* Contraponto, 2000.

12. SCHOULTZ, Lars. *Beneath the United States: A History of U.S. Policy Toward Latin America*, Cambridge: Harvard University Press, 1998.

13. LINS, Alvaro. *Rio Branco (Barão do Rio Branco): biografia pessoal e história política*, São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1996.

PORTUGUÊS

A prova de Português constará de redação sobre tema de ordem geral (valor: 70 pontos), com a extensão de 400 a 500 palavras, e de resumo e/ou comentário (valor: 30 pontos), com a extensão de 200 a 250 palavras, de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos. Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a qualidade da linguagem escrita, de modo a aferir a capacidade de intelecção e de produção de textos escritos de acordo com a norma culta da língua portuguesa usada contemporaneamente no Brasil.

Programa:

1. Conceitos básicos de lingüística: língua e fala; sincronia e diacronia; sistema, norma e uso; variação lingüística; dialeto e registro; modalidade falada e modalidade escrita; a noção de erro; contexto e discurso; funções da linguagem.

2. Descrição e análise da língua portuguesa.

3. Intelecção e produção de textos em português: compreensão e interpretação textual; uso contemporâneo da língua portuguesa no Brasil, nas modalidades escrita e falada, em norma culta, em que se evidencie o domínio dos componentes gráfico, morfossintático, semântico, lexical e estilístico.

Bibliografia:

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Manual de Expressão Oral e Escrita*. 21. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
CUNHA, Celso e CINTRA, L. F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna*. 21. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa.* São Paulo: Editora Objetiva, 2001.
______. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. Dez – 2001.
KURY, Adriano da Gama. *Ortografia, Pontuação e Crase*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
PENTEADO, J. R. Whitaker. *A Técnica da Comunicação Humana*. 8. Ed. São Paulo: Pioneira, 1982.
SAVIOLI, Francisco e FIORIN, José Luiz. *Manual do Candidato – Português*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.
VANOYE, Francis. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. 7. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

Orientação para estudo

No exame de Português, afere-se a capacidade do candidato de inteligir, isto é, ler, compreender e criticar textos escritos pertencentes aos diversos registros da língua portuguesa, de modo a produzir um resumo ou um comentário e uma redação, com objetividade, clareza, precisão e concisão.

A prova requer o recurso progressivo às chamadas capacidades cognitivas do indivíduo. Isso significa que é necessário apreender, compreender e analisar os textos selecionados pela Banca Examinadora, por meio das etapas de leitura exploratória, informativa e seletiva, que constituem a intelecção dos textos. Em seguida, deve-se aplicar o que foi lido às experiências pessoais, quando se levam em conta aspectos como o interdiscurso, ou seja, a relação entre as várias situações de comunicação de que participa o indivíduo, e a intertextualidade – a relação entre todos os textos que o candidato já leu, incluindo os apresentados na prova.

Na elaboração do resumo ou do comentário, é conveniente que o candidato trate a questão como se fosse uma notícia sobre o assunto, dando-lhe estrutura em parágrafos, no primeiro dos quais se faz a contextualização quanto aos originais, que lhe servirão de base.

A capacidade de avaliação e a criatividade – esta última com significativo relevo – são requisitos da redação sobre o tema proposto, ponto de culminância do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo Concurso.

Embora não se imponha preferência de estilo na redação, o candidato deverá escrever um pequeno ensaio, no qual procurará revelar, com fluência e adequação, conhecimentos sobre o tema e desenvolvimento de pensamento crítico, o que necessariamente inclui opiniões pessoais fundamentadas no raciocínio lógico. As idéias encontradas nos textos-base reproduzidos na prova devem funcionar como elementos motivadores da produção textual. Será atribuída a nota zero à Redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto no comando.

Tanto no resumo como na redação, o candidato evidenciará pleno domínio da modalidade escrita em norma culta da língua portuguesa usada contemporaneamente no Brasil. Será atribuída a nota zero à Redação, se o candidato obtiver a nota parcial zero no quesito "Estrutura Formal do Texto".

O candidato deverá obedecer aos limites de extensão estabelecidos nos comandos das questões. Quando houver desobediência à extensão mínima de palavras, estabelecida no comando da Redação, o candidato será apenado com a dedução cumulativa na proporção de dez pontos para cada conjunto de cinqüenta palavras.

A legibilidade é condição indispensável para a correção da prova escrita de Português e critério de apenação do candidato. São aceitas a utilização de letra de forma (ou "letra maiúscula manuscrita"), respeitada a distinção entre maiúsculas e minúsculas, e as rasuras legíveis ("risco feito para tornar inválidas ou ilegíveis palavras ali contidas, ou substituí-las por outras").

Exemplo de prova

Leia os textos I e II abaixo.

Texto I

Nossa revolução

Sérgio Buarque de Holanda

O Estado, entre nós, não precisa e não deve ser despótico – o despotismo condiz mal com a doçura do nosso gênio – mas necessita de pujança e compostura, de grandeza e solicitude, ao mesmo tempo, se quiser adquirir alguma força e também essa respeitabilidade que os nossos pais ibéricos nos ensinaram a considerar a virtude suprema entre todas. Ele ainda pode conquistar por esse meio uma força verdadeiramente assombrosa em todos os departamentos da vida nacional. Mas é indispensável que as peças de seu mecanismo funcionem com certa harmonia e garbo. O Império brasileiro realizou isso em grande parte. A auréola que ainda hoje o cinge, apesar de tudo, para os nossos contemporâneos, resulta quase exclusivamente do fato de ter encarnado um pouco esse ideal.

A imagem de nosso país que vive como projeto e aspiração na consciência coletiva dos brasileiros não pôde, até hoje, desligar-se muito do espírito do Brasil imperial; a concepção de Estado figurada nesse ideal não somente é válida para a vida interna da nacionalidade como ainda não nos é possível conceber em sentido muito diverso nossa projeção maior na vida internacional. Ostensivamente ou não, a idéia que de preferência formamos para nosso prestígio no estrangeiro é a de um gigante cheio de bonomia superior para com todas as nações do mundo. Aqui, principalmente, o segundo reinado antecipou, tanto quanto lhe foi possível, tal idéia, e sua política entre os países platinos dirigiu-se insistentemente nesse rumo. Queria impor-se apenas pela grandeza da imagem que criara de si, e só recorreu à guerra para se fazer respeitar, não por ambição de conquista. Se lhe sobrava, por vezes, certo espírito combativo, faltava-lhe espírito militar. Oliveira Lima, que fez esta última observação, acrescenta que "as guerras estrangeiras, como métodos políticos, sempre foram encaradas pelo país como inoportunas e até criminosas, e nesse sentido especialmente a guerra do Paraguai não deixou de sê-lo; os voluntários que a ela acudiram, eram, de fato, muito pouco por vontade própria"[1].

Não ambicionamos o prestígio de país conquistador e detestamos notoriamente as soluções violentas. Desejamos ser o povo mais brando e o mais comportado do mundo. Pugnamos constantemente pelos princípios tidos universalmente como os mais moderados e os mais racionais. Fomos das primeiras nações que aboliram a pena de morte em sua legislação, depois de a termos abolido muito antes na prática. Modelamos a norma de nossa conduta entre os povos pela que seguem ou parecem seguir os países mais cultos, e então nos envaidecemos da ótima companhia. Tudo isso são feições bem características de nosso aparelhamento político, que se empenha em desarmar todas as expressões menos harmônicas de nossa sociedade, em negar toda espontaneidade nacional. O desequilíbrio singular que gera essa anomalia é patente e não tem escapado aos observadores. Um publicista ilustre fixou, há cerca de vinte anos, o paradoxo de tal situação. "A separação da política e da vida social — dizia — atingiu, em nossa pátria, o máximo de distância. À força de alheação da realidade, a política chegou ao cúmulo do absurdo, constituindo em meio de nossa nacionalidade nova, onde todos os elementos se propunham impulsionar e fomentar um surto social robusto e

[1] Oliveira Lima, *Aspectos da História e da Cultura do Brasil* (Lisboa, 1923), p. 78.

progressivo, uma classe artificial, verdadeira superfetação, ingênua e francamente estranha a todos os interesses, onde, quase sempre com a maior boa-fé, o brilho das fórmulas e o calor das imagens não passam de pretextos para as lutas de conquista e a conservação das posições"[2] .

Em face de semelhante condição, nossos reformadores só puderam encontrar até aqui duas saídas, ambas igualmente superficiais e enganadoras. A experiência já tem mostrado largamente como a pura e simples substituição dos detentores do poder público é um remédio aleatório, quando não precedida e até certo ponto determinada por transformações complexas e verdadeiramente estruturais na vida da sociedade.

Outro remédio, só aparentemente mais plausível, está em pretender-se compassar os acontecimentos segundo sistemas, leis ou regulamentos de virtude provada, em acreditar que a letra morta pode influir por si só e de modo enérgico sobre o destino de um povo. A rigidez, a impermeabilidade, a perfeita homogeneidade da legislação parece-nos constituir o único requisito obrigatório da boa ordem social. Não conhecemos outro recurso.

Escapa-nos esta verdade de que não são as leis escritas, fabricadas pelos jurisconsultos, as mais legítimas garantias de felicidade para os povos e de estabilidade para as nações. Costumamos julgar, ao contrário, que os bons regulamentos e a obediência aos preceitos abstratos representam a floração ideal de uma apurada educação política, da alfabetização, da aquisição de hábitos civilizados e de outras condições igualmente excelentes. No que nos distinguimos dos ingleses, por exemplo, que não tendo uma constituição escrita, regendo-se por um sistema de leis confuso e anacrônico, revelam, contudo, uma capacidade de disciplina espontânea sem rival em nenhum outro povo.

É claro que a necessidade de boa ordem entre os cidadãos e a estabilidade do conjunto social tornaram necessária a criação de preceitos obrigatórios e de sanções eficazes. Em tempos talvez mais ditosos do que o nosso, a obediência àqueles preceitos em nada se parece com o cumprimento de um dever imposto. Tudo se faz, por assim dizer, livremente e sem esforço. Para o homem a que chamamos primitivo, a própria segurança cósmica parece depender da regularidade dos acontecimentos; uma perturbação desta regularidade tem qualquer coisa de ominoso. Mais tarde, essa consideração da estabilidade inspiraria a fabricação de normas, com o auxílio precioso de raciocínios abstratos e ainda aqui foram conveniências importantes que prevaleceram, pois, muitas vezes, é indispensável abstrair da vida para viver e apenas o absolutismo da razão pode pretender que se destitua a vida de todo elemento puramente racional. Em verdade, o racionalismo excedeu os seus limites somente quando, ao erigir em regra suprema os conceitos assim arquitetados, separou-os irremediavelmente da vida e criou com eles um sistema lógico, homogêneo, a-histórico. (...)

Colocado no pólo oposto à despersonalização democrática, o "caudilhismo" muitas vezes se encontra no mesmo círculo de idéias a que pertencem os princípios do liberalismo. Pode ser a forma negativa, da tese liberal, e seu surto é compreensível se nos lembramos de que a história jamais nos deu o exemplo de um movimento social que não contivesse os germes de sua negação — negação esta que se faz, necessariamente, dentro do mesmo âmbito. Assim, Rousseau, o pai do contrato social, pertence à família de Hobbes, o pioneiro do Estado Leviatã; um e outro vêm da mesma ninhada. A negação do liberalismo, inconsciente em um Rosas, um Melgarejo, um Porfírio Diaz, afirma-se hoje como corpo de doutrina no fascismo europeu, que nada mais é do que uma crítica do liberalismo na sua forma parlamentarista, erigida em sistema político positivo. Uma superação da doutrina democrática só será

[2] Alberto Torres, *O Problema Nacional Brasileiro. Introdução a um Programa de Organização Nacional* (Rio de Janeiro, 1914), p. 88.

efetivamente possível, entre nós, quando tenha sido vencida a antítese liberalismo-caudilhismo.

Essa vitória nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, onde ainda se assenta nossa vida social. Se o processo revolucionário a que vamos assistindo, e cujas etapas mais importantes foram sugeridas nestas páginas, tem um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar. Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as conseqüências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar.

(*Raízes do Brasil*. 24.ª ed. p. 126-142.)

Texto II

A questão da cidadania num universo relacional

Roberto DaMatta

Tome-se, por exemplo, um caso imaginário mas significativo. Como seria a chegada do grande observador Alexis de Tocqueville no Rio de Janeiro de hoje, entrando pelo Aeroporto Internacional do Galeão?

Veria, primeiramente, um sorriso luminoso das funcionárias de terra, moças elegantes nos seus bem talhados costumes, todas dispostas a contar uma anedota sobre o vôo ou fazer uma confidência espirituosa sobre a linha aérea para a qual trabalham. Seriam até mesmo capazes de chamar o nosso aristocrata francês de Alex, pois na conversa formal para a intimidade a distância é tênue no Brasil. Encantado com esta recepção um tanto informal, Tocqueville baixaria por meio de uma escada rolante moderna para um outro andar. E, então, já significativamente por baixo, entraria numa fila para a apresentação do seu passaporte à Polícia Marítima e de Fronteira e outros corpos da nossa segurança pública. Com calor, e entrando numa gigantesca fila, ele (...) se perguntaria por que os brasileiros natos não seriam privilegiados em sua própria pátria, já que todos os países modernos dão aos seus cidadãos um conjunto de deveres, mas se abrem igualmente no reconhecimento de seus direitos, fazendo isso de modo franco, com satisfação. No Brasil, escreveria mais tarde Tocqueville no seu famoso diário de viagem: “a cidadania é definida negativamente neste país, visto que brasileiros natos têm de gramar na fila interminável para o controle dos passaportes, tanto quanto qualquer estrangeiro...” Ato contínuo a essa observação, ele notaria a total ausência de sinais de boas-vindas, tão comuns nos outros aeroportos internacionais do planeta. Diria intrigado de si para si: interessante como fui acolhido com intimidade pelas funcionárias lá em cima e agora, aqui embaixo, estou sendo simbolicamente repelido do modo o mais impessoal. É como se uma das mãos lavasse a outra...

Logo depois, entretanto, e já impaciente com a morosidade da fila, Tocqueville notaria mais intrigado ainda uma chamada de nomes! É que funcionários da polícia, devidamente identificados, gritam por nomes de passageiros. Alguns logo se apresentam e, com abraços ou apertos de mãos, saem incontinente da fila, ganhando o espaço livre onde estão a alfândega e suas maletas. Inicialmente, o nosso observador francês pensa que esses são passageiros ilustres, talvez milionários, celebridades ou nobres. Mas logo descobre, perplexo, que muitos são simplesmente amigos ou parentes de pessoas que trabalham naquele local ou que têm amigos que ali trabalham. São, pois, aristocratas por acidente, mas o fato é que deixam todos com inveja quando saem da fila com ar meio envergonhado, mas felizes. Suado, cansado de esperar e intrigado com esse novo país que terá de entender, Alexis de Tocqueville bem

poderia escrever na sua caderneta de campo: “Curioso país esse Brasil, feito de um credo liberal tão alardeado na base de suas instituições jurídicas, mas operando de modo a privilegiar as relações pessoais de modo tão flagrante. Vi na chegada ao Rio o estabelecimento de hierarquias inesperadas entre as pessoas, só porque algumas tinham conhecidos ou parentes entre os funcionários do aeroporto. Assim sendo, tais indivíduos eram chamados e deixavam as filas, mesmo quando tinham nos seus empregos e ocupações uma posição menos importante que a de muitas pessoas que continuavam nas filas. Observei, continuaria ele, que ser estrangeiro dava direito imediato a melhor tratamento do que ser um nativo. De fato, verifiquei que meu passaporte francês era quase mágico, evitando maiores delongas junto ao funcionário que manipulava um moderníssimo computador cujo banco de dados fica à disposição da polícia. Curioso, concluiria novamente o nosso imaginário e perplexo Alexis de Tocqueville, que num país tão pobre de recursos os bancos de dados ultramodernos tenham sido implantados primeiramente para o controle policial dos cidadãos do país e até hoje a pesquisa científica vegete em busca de verbas para essas máquinas. Será que o liberalismo brasileiro tem uma bela teoria da igualdade, mas na prática tudo é diferente?”

Mas qual será a moral da nossa fábula? Ora, ela nos diz que, em situações históricas e sociais diferentes, a mesma noção de cidadania, o mesmo conceito de indivíduo engendram práticas sociais e tratamentos substancialmente diversos. E para complicar um pouco mais as coisas, revelando como elas não são nem estanques, nem lineares, pode-se pensar ainda naquilo que Wanderley Guilherme dos Santos chamou de “cidadania regulada”, uma forma de cidadania mais ou menos às avessas (como essa que mencionei acima), que: (a) seria reconhecida e definida por uma lei outorgada pelo Estado; e (b) estaria ligada a um “sistema de estratificação ocupacional” e “não a um código de valores políticos” (Cf. dos Santos, 1979:75). O resultado é uma nítida distinção de certas categorias ocupacionais que passaram a ter mais direitos que outras, gozando mais cedo e melhor de certos direitos universais (como férias e direitos de pertencer a um sindicato) que estariam teoricamente ligados à idéia geral do trabalhador-cidadão. Isso mostra como o papel do cidadão e a noção política de cidadania podem ser diferencialmente acoplados em sociedades diferentes e até mesmo num só sistema social. Mas o que o caso brasileiro inegavelmente revela é que a noção de cidadania sofre uma espécie de desvio, seja para baixo, seja para cima, que a impede de assumir integralmente seu significado político universalista e nivelador (Cf. DaMatta, 1979: 184 ss; Peirano, 1982, para considerações semelhantes).

(*A casa e a rua*. p. 7 –104 – com adaptação).

<u>Parte I - Resumo</u>

Resuma, em 200 a 250 palavras, exclusivamente com base nos textos I e II, a resposta às questões formuladas por Roberto DaMatta em continuação ao texto II.

“Mas qual é o mecanismo social para que tal variação venha a ocorrer? Ou melhor: por que a noção de cidadania sofre tal variação no Brasil, quando o que a caracteriza em sociedades como a inglesa, a francesa e a norte-americana é a sua invejável estabilidade?”
(valor: 40 pontos)

Exemplo de resumo

Grace Tanno (35/40)

Em excerto do livro "A casa e a rua", intitulado "A questão da cidadania num universo relacional", Roberto DaMatta indaga por que, no Brasil, o conceito de cidadania varia, enquanto se mantém constante nas sociedades inglesa, francesa e norte americana.

Da Matta assevera que, no Brasil, a noção de cidadania não apresenta significado universalista ou nivelador, como na Inglaterra, França e Estados Unidos, uma vez que, no país, privilegiam-se as relações pessoais.

Em excerto do livro "Raízes do Brasil", intitulado "Nossa revolução", Sérgio Buarque de Holanda discorre sobre o tema da pergunta de DaMatta e atribui a variação do conceito de cidadania aos fundamentos personalistas que permeiam a sociedade brasileira.

Por fim, Holanda afirma que, somente por meio de mudança estrutural na vida da sociedade brasileira que ponha fim aos elementos personalistas, será possível tornar estável o conceito de cidadania do país. O sociólogo critica, assim, as tentativas de modificar o personalismo da vida política nacional por meio de simples substituição do poder público e elaboração de leis.

Parte II - Redação

Valendo-se da leitura dos textos I e II, disserte sobre o tema suscitado no seguinte trecho extraído de "Nativismo provisório", de Euclides da Cunha:

"O nosso antilocalismo frisa pela parcialidade. Não há aplausos que nos bastem aos forasteiros disciplinados que nos últimos tempos transfiguraram as nossas culturas e se vincularam aos nossos destinos, nobilitando o trabalho e facilitando a maior reforma social do nosso tempo. Somos adversários do nativismo sentimental e irritante, que é um erro, uma fraqueza e uma velharia contraposta ao espírito liberal da política contemporânea. A este pseudopatriotismo, para o qual Spencer, na sua velhice melancólica e desiludida, criou a palavra "diabolismo", deve antepor-se um lúcido nacionalismo, em que o mínimo desquerer ao estrangeiro, que nos estende a sua mão experimentada, se harmonize com os máximos resguardos pela conservação dos atributos essenciais da nossa raça e dos traços definidores da nossa gens complexa, tão vacilantes, ou rarescentes na instabilidade de uma formação etnológica não ultimada e longa. E ainda quando nos turbasse um esmaniado jacobinismo, todo ele ruiria ao defrontar o quadro da imigração do Brasil: homens de outros climas que aqui se nacionalizam consorciados com a terra pelos vínculos fecundos das culturas."

Extensão: de 400 a 500 palavras.
(valor: 60 pontos)

Exemplo de redação

Leonardo Antonio Onofre de Souza (52/60)

Em tempo de economias nacionais cada vez mais integradas, é ambígua a postura das nações quanto à contribuição dos estrangeiros para o avanço das sociedades. Como lembra

Rubens Ricúpero, malgrado o estímulo concedido aos fluxos mundiais de capital de bens e serviços, o movimento da força de trabalho entre países não desfruta dos benefícios da liberalização. Assim, na medida em que a lógica econômica contamina e invade todas dimensões da vida social e dificulta migrações internacionais, descarta-se a participação relevante que o contato com a diversidade pode ter no desenvolvimento de um povo. No caso brasileiro, a ajuda externa potencial transcende largamente os aspectos financeiros e produtivos.

Sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, tem sido crescente a resistência ao acolhimento de africanos, asiáticos, latino-americanos, indivíduos em busca de melhores condições de existência no mundo desenvolvido. Diante do baixo dinamismo recente do setor produtivo, aumentado pelo medo do terrorismo, os estrangeiros são vistos como fator de instabilidade social em parte expressiva do hemisfério norte. São acusados de ocupar postos de trabalho escassos, portanto, valiosos para as sociedades locais, suscitando, por partes destas, reações muitas vezes violentas e intolerantes. Enquanto na Alemanha, grupos neonazistas disseminam medo entre imigrantes do Leste europeu, na Áustria e na Suíça governos de direita ascendem ao poder, baseados na defesa de medidas nacionalistas e de iniciativas contra fluxos imigratórios. Com a globalização, a generosidade cede espaço à intransigência.

Decorreram dessa postura, contudo, efeitos perversos para o próprio desenvolvimento nacional. Ao invés de afluência, o que se obteve é empobrecimento, uma vez que se perde ocasião de crescimento cultural e humano decorrente das diferenças entre o estrangeiro e o nacional. Menos do que ameaça, a diversidade precisa ser instrumento de interfertilização, de melhoria mútua, de passo importante para a superação de dificuldades e para a aquisição de novas qualificações. Os italianos trouxeram para o Brasil, por exemplo, maior clareza quanto à relevância da organização sindical, enquanto a habilidade e a iniciativa de alemães e eslavos resultaram em indústria incipiente em sociedade então marcadamente agrícola. A busca de maior contato com outros povos pode ser, portanto, elemento relevante de construção e de desenvolvimento social.

No Brasil atual, a convivência com outras nacionalidades assume particular importância. Considerando os enormes desafios que o país enfrenta, sobretudo na reformulação da exercício da cidadania, a perspectiva do estrangeiro, surpreso diante das contradições entre o discurso liberal e a prática personalista, pode representar centelha de mudança lenta, mas irreversível. Porquanto questionador, o olhar externo tende a combater a acomodação no qual se encontra a sociedade brasileira em face de injustiças e discriminação legitimadas na prática social. Acolher e ouvir o outro, possuidor de herança cultural distinta, pode ser motor de transformações mais profundas do que simples inovações econômicas.

É preciso, nessas condições, repensar o tratamento dado à questão do espaço do estrangeiro no desenvolvimento das sociedades nacionais. Ater-se à lógica da economia é a atitude reveladora de visão estreita da realidade, que pouco contribui para avanços duradouros. A verdadeira revolução dos países depende, portanto, de abertura mais profunda ao mundo.

Orientação para a prova oral de Português

Juntamente com a prova de Política Internacional, a ser realizada na Quarta Fase do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, os candidatos serão submetidos a avaliação

da expressão oral na modalidade culta da língua portuguesa usada contemporaneamente no Brasil.

Será feita por Banca específica de Português, que acompanhará a exposição e a argüição do candidato pela Banca Examinadora de Política Internacional. Para tal, outros três examinadores, além dos integrantes da banca de Política Internacional, participarão do processo de avaliação. Observe-se que a banca de expressão oral em língua portuguesa não atuará no processo de argüição dos candidatos.

Os critérios de avaliação são:

1. Fluência
   a. Elocução: 5 pontos (grupos de sentido, inflexão / entonação, gestualidade, expressão facial, postura corporal)
   b. Características vocais: 5 pontos (articulação, velocidade, volume)
2. Linguagem
   a. Correção gramatical: 20 pontos (emprego da norma culta)
   b. Qualidade da linguagem: 10 pontos – excepcional; 0 – linguagem comum (riqueza vocabular, uso de léxico contemporâneo, ausência de clichês e vícios de linguagem)
   c. Estratégias comunicativas: 10 pontos (exercício e negociação de poder; regras dialógicas: a tomada da fala – início e fim, transição; recursos fáticos: atenuação; regras de polidez; solução de conflitos)
   d. Registro lingüístico: 5 pontos (manutenção do registro escolhido para a exposição e a argüição)
3. Conteúdo
   a. Organização lógica das idéias : 20 pontos (plano de exposição explícito)
   b. Capacidade de síntese: 20 pontos (adequação ao tempo, concisão e economia)
   c. Coesão do texto falado: 5 pontos (uso de conectores e outros mecanismos de construção da exposição)

INGLÊS

The English exam consists of three sections: composition on a non-specialist topic, 350 to 450 words in length (50 marks); translation into English of one or more texts (30 marks); and a summary (20 marks).

Bibliography:

The growing and widespread use of the Internet has made it possible to gain access to a vast array of content in English. In preparing for the exam, candidates are strongly recommended to use this tool to consult high-standard daily and weekly press publications, such as *The Times, The New York Times, The Washington Post* and *Guardian*. Many publications, such as *The International Herald Tribune*, *The Financial Times*, *The Economist* and *Newsweek* are readily available in print form in Brazil.

Basic reference works:

English dictionaries:
COLLINS Cobuild English Language Dictionary. London: Collins.
LANGUAGE Activator. London: Longman.
THE LONGMAN Dictionary of Contemporary English. London: Longman.
THE OXFORD Advanced Learner's Dictionary of Current English. Oxford: Oxford University Press.
THE RANDOM HOUSE College Dictionary. New York: Random House.
ROGET'S Thesaurus. London: Longman.
WEBSTER'S Collegiate Dictionary. New York: BD&L.

Bilingual dictionaries:
CAMBRIDGE Word Routes-Inglês/Português: Dicionário temático do inglês contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
DICIONÁRIO Português-Inglês. Porto: Porto Editora.
NOVO MICHAELIS: Inglês-Português, Português-Inglês. São Paulo: Melhoramentos.
TAYLOR, J. L. *Portuguese-English Dictionary*. Rio de Janeiro: Record.

Grammar and Usage:

COLLINS Cobuild English Usage. London: Harper Collins.
CUTTS, Martin. *The Plain English Guide*. Oxford: Oxford University Press.
FRANK, M. *Modern English*. Englewood-Cliffs: Prentice-Hall. (Plus the useful accompanying exercise books.)
LEECH, G.; SVARTVIK, J. *A Communicative Grammar of English*. London: Longman.
Oxford Collocations Dictionary for Students of English. Oxford: Oxford University Press
SANTOS, Agenor. *Guia Prático de Tradução Inglesa*. São Paulo: Cultrix.
SWAN, M. *A Practical English Usage*. Oxford: Oxford University Press.
THOMPSON, A.J.; MARTINET, A.V. *A Practical English Grammar*. Oxford: Oxford University Press.

Larger reference works:

COMPREHENSIVE Grammar of the English Language. London: Longman.
OXFORD English Dictionary. Oxford: Oxford University Press.
THE RANDOM HOUSE Dictionary of the English Language. New York: Random House.
WEBSTER'S Third International Dictionary. New York: BD&L.

Other resources:

WALKER, Sara Burkitt. *Candidate´s Handbook: English*. Brasília: FUNAG, 2000.

Electronic sources:

There is a wealth of dictionaries, glossaries and thesauruses available in electronic format on the Internet. A useful starting point is:

http://www.yourdictionary.com

Guidelines for study:

Translation (30 marks)

The examiners are looking for a correct, natural rendition in English of one or more texts in Portuguese. Points are deducted for translation faults, grammatical errors, wrong word choice, and bad style, should the latter impair the reading of the text. Half points are deducted for minor mistakes, including punctuation and spelling.

Summary (20 marks)

The examiners assess ability to work with transformation and adaptation of texts in the English language. Aspects observed in this section of the exam include ability to summarise the content of a given text and to think logically, command of grammar, vocabulary, usage, register and appropriacy.

Composition (50 marks)

The examiners expect advanced knowledge of English combined with an ability to put it to effective use in a well-planned composition. A total of 50 marks is awarded for the composition, allocated as follows:

Grammatical accuracy (25 marks): here the examiners assess the correctness and appropriacy of the writing. One mark is deducted for each serious mistake and half a point for each minor slip (including punctuation) or spelling mistake. Candidates scoring zero in this section through weak command of English will automatically score zero for the entire composition. Likewise, compositions written in visibly sub-standard English will be awarded an automatic zero and not be subject to detailed correction.

Plan and development of ideas (15 marks): the three main considerations here are:
(1) the candidate's ability to think clearly and express himself logically in English;
(2) the relevance of ideas and exemplification to the subject of the composition; and
(3) organisation of the text as expressed in features such as adequate paragraphing.

Candidates should aim to make their composition as interesting as possible. Although the examiners cannot demand novel ideas, they are likely to be favourably impressed by genuine originality. Apt illustration is a useful way to achieve this end. Passages that have patently been learnt by heart and are artificially engineered into the composition will be severely penalised; compositions that avoid discussion of the topics established will likewise score zero in this section.

Quality of language (10 marks): Marks are awarded on a positive basis in this item for good idiomatic English, varied constructions and a display of aptly chosen, broad-ranging vocabulary.

Candidates producing correct but pedestrian English of a distinctly elementary nature may score zero in this section, particularly if this is seen to be playing safe.

Candidates should take due note that compositions falling short of the minimum length (350 words) will have 10 marks deducted for every 50 words below the set length.

Words written illegibly will be penalised as errors.

Compositions that are patently off topic will score an automatic zero.

Compositions set in recent years

1998

Discuss the following statement in the context of economic integration and globalization.

“The cultural revolution of the later twentieth century can best be understood as the triumph of the individual over society, or rather, the breaking of the threads which in the past had woven human beings into social textures.”

(Eric Hobsbawm, *Age of Extremes*)

1999

Discuss the following statement in relation to the issue of state secrets and the role of the press.

“The greatest triumphs of propaganda have been accomplished, not by doing something, but by refraining from doing. Great is the truth, but still greater, from a practical point of view, is silence about the truth.”

(Aldous Huxley)

2000

Discuss the following statement:

Developing countries have a fundamental choice. They can mimic the industrialised nations and go through an economic development phase that is dirty, wasteful and creates an enormous legacy of environmental pollution; or they can leapfrog and incorporate efficient, modern technologies.

(José Goldenberg, *in Guardian Weekly*, November 1999)

2001

In the light of the following quotations, comment on the relations between economics, warfare, and the forging of the modern state.

What a country calls its vital economic interests are not the things which enable its citizens to live, but the things which enable it to make war.

Simone Weil in*: W.H. Auden,* A Certain World*. 1971*

Think of political economy as an historical process rather than some kind of established model. It begins – and this is often forgotten – with war, the father of all things. It was war, time and again pushing up the expenses of governments, that fostered the development of modern systems of taxation. For most of history, men lived in warfare states, not welfare states.

Those who prefer their political history to be finance-free need to remember that it was in large measure the quest for taxation that led to the spread of representative government. 'No taxation without representation' was not just a slogan of the American Revolution; it accurately describes a historical process stretching back to medieval England, and indeed to ancient Athens. And as many states have sought to increase the taxation they exact, so they have found it hard to refuse a concomitant widening of political representation. A case in point was the great democratisation that occurred after the First World War, which can be understood as the political price for high wartime sacrifices.

Money does not make the world go round, but it establishes the framework – the cage, if you like – within which we live our lives. To understand this is not to be let out the cage. It does not even tell us who has the key. But at least it shows us where the bars are.

Niall Ferguson, *The Cash Nexus*. Harmondsworth: Penguin, 2001

2002

Read the following excerpt adapted from Ana Viseu's "An assessment of McLuhan's prediction that electronic technologies would lead us back to an oral culture" and, in the light of it and the text by Aidan Mathews in Section 1, **comment critically on the role of language and visual imagery in modern electronic culture**.

"It is a fact that electronic digital technologies lack a sense of linearity. In fact, they are based on a non-linearity that tends to facilitate a more associative way of organizing information, e.g., hypertext. It is also true that new technologies tend to be global and not focused — that is, they influence more than one sense. A good example of this is the acoustic virtual environments which are much stronger than a visual experience. A visual experience tacitly distances you, places you in a transcendent, removed position, rather than embodying you at the center of a new context. This implies not only that digital technologies offer the possibility of creating new global spaces by using sound, but also that the perspective from the user's point of view changes. She/he is no longer a mere observer in a detached position, but rather she/he actively constructs this space.

Marshall McLuhan was right in predicting that the change from mechanic technologies to electronic, digital technologies would create a new culture that more resembles ancient oral cultures than the recent visual, print culture."

2003/1

Taking into account the texts comprising this exam, read the following excerpt from Kenan

Malik's "Genes, culture and human freedom" and then **discuss the tension between human culture and nature.**

When a beaver builds a dam, it doesn't ask itself why it does so, or whether there is a better way of doing it. When a swallow flies south, it doesn't wonder why it is hotter in Africa or what would happen if it flew still further south. Humans do ask themselves these and many other kinds of questions – questions that have no relevance, indeed make little sense, in the context of evolved needs and goals.

What marks out humans is our capacity to go beyond our naturally defined goals – such as the need to find food, shelter or a mate – and to establish human-created goals. Our evolutionary heritage certainly shapes the way that humans approach the world. But it does not limit it.

Similarly, our cultural heritage influences the ways in which we think about the world and the kinds of questions we ask of it, but it does not imprison them. If membership of a particular culture absolutely shaped our worldview, then historical change would never be possible.

If the people of medieval Europe had been totally determined by the worldview sustained by medieval European culture, it would not have been possible for that society to have become anything different. It would not have been possible, for instance, to have developed new ideas about individualism and materialism, or to have created new forms of technology and new political institutions.

Human beings are not automata who simply respond blindly to whatever culture in which they find themselves, any more than they are automata that blindly respond to their evolutionary heritage. There is a tension between the way a culture shapes individuals within its purview and the way that those individuals respond to that culture, just as there is a tension between the way natural selection shapes the way that humans think about the world and the way that humans respond to our natural heritage. This tension allows people to think critically and imaginatively, and to look beyond a particular culture's horizons.

In the six million years since the human and chimpanzee lines first diverged on either side of Africa's Great Rift Valley, the behaviour and lifestyles of chimpanzees have barely changed. Human behaviour and lifestyles clearly have. Humans have learned to learn from previous generations, to improve upon their work, and to establish a momentum to human life and culture that has taken us from cave art to quantum physics – and to the unravelling of the genome. It is this capacity for constant innovation that distinguishes humans from all other animals.

All animals have an evolutionary past. Only humans make history. The historical, transformative quality of being human is why the so-called nature-nurture debate, while creating considerable friction, has thrown little light on what it means to be human. To understand human freedom we need to understand not so much whether we are creatures of nature or nurture, but how, despite being shaped by both nature and nurture, we are also able to transcend both.

Kenan Malik is author of Man, Beast and Zombie: *What Science Can and Cannot Tell Us About Human Nature*, Weidenfield and Nicolson, 2000.

2003

Read the following text on Leonardo da Vinci and, in the light of it and any of the ideas broached in the texts in Sections 1 & 2 above, **discuss the uses of art and technology and their relation to ethics in the current diplomatic scenario.**

Ever the perfectionist, Leonardo turned to science in the quest to improve his artwork. His study of nature and anatomy emerged in his stunningly realistic paintings, and his dissections of the human body paved the way for remarkably accurate figures. He was the first artist to study the physical proportions of men, women and children and to use these studies to determine the "ideal" human figure. Unlike many of his contemporaries — Michelangelo for example — he didn't get carried away and paint ludicrously muscular bodies, which he referred to as "bags of nuts."

All in all, Leonardo believed that the artist must know not just the rules of perspective, but all the laws of nature. The eye, he believed, was the perfect instrument for learning these laws, and the artist the perfect person to illustrate them.

Leonardo the scientist bridged the gap between the shockingly unscientific medieval methods and our own trusty modern approach. His experiments in anatomy and the study of fluids, for example, absolutely blew away the accomplishments of his predecessors. Beginning with his first stay in Milan and gathering pace around 1505, Leonardo became more and more wrapped up in his scientific investigations. The sheer range of topics that came under his inquiry is staggering: anatomy, zoology, botany, geology, optics, aerodynamics and hydrodynamics, among others.

As his curiosity took him in ever wilder directions, Leonardo always used this method of scientific inquiry: close observation, repeated testing of the observation, precise illustration of the subject, object or phenomenon with brief explanatory notes. The result was volumes of remarkable notes on an amazing variety of topics, from the nature of the sun, moon and stars to the formation of fossils and, perhaps most notably, the mysteries of flight.

Artists have always found it difficult to make a living off their art. And even a master like Leonardo was forced to sell out in order to support himself. So he adapted his drawing skills to the more lucrative fields of architecture, military engineering, canal building and weapons design. Although a peacenik at heart, Leonardo landed a job working for the Duke of Milan by calling himself a military engineer and outlining some of his sinister ideas for weapons and fortifications. Like many art school types in search of a salary, he only briefly mentioned to the Duke that he could paint as well.

Lucky for Leonardo, he was actually really talented as an engineer. Good illustrators were a dime a dozen in Renaissance Italy, but Leonardo had the brains and the diligence to break new ground, usually leaving his contemporaries in the dust. Like many crackpot geniuses, Leonardo wanted to create "new machines" for a "new world."

(Adapted from texts at <http://www.mos.org/leonardo>)

Sample composition

Marcus Vinicius da Costa Ramalho (45,5/50)

In his work Civilisation and its Discontents*, dated 1930, Sigmund Freud wrote a passage that deserves to be quoted at length, albeit in a paraphrased way: "the fateful question for mankind seems to be whether and to what extent their cultural development will succeed in mastering the human instinctive impulse toward aggression and self-destruction. (...) Human beings have gained such a control over the forces of nature that with their help they would have no difficulty in exterminating one another to the last man."*

In this light, ethics may be defined as a framework that makes men refrain from giving way to their inherent aggressive impulse (what Freud called the "death drive"). Ethics goes thereby hand in hand with culture and, ultimately, civilisation. It is then clear that art, as an expression of cultural development, may contribute significantly to the maintenance of the ethical framework and to the enhancement of human relations. Art has the power of bringing together peoples of different origins and creeds, dismantling the barriers to mutual understanding and leaving little room for resentment.

Technology, on the other hand, has the potential to operate wonders, but it also harbours the potential for destruction that is cause for much of the present-day discomfort. The current diplomatic scenario provides a clear illustration of it. The consciousness of the deadly power of atomic weapons led to a regime of nuclear non-proliferation, as a means to limit man's "control over the forces of nature". If states remain concerned about their security, it is evident that such a regime must rest upon the notion and existence of collective security. As the current sole superpower displays na increasingly unilateral stance, undermining the basis of the multilateral order, can one prevent countries from seeking "new machines" for a "new world" where collective security seems to be giving way to the anarchical pattern of "self-help" depicted by the so-called realists? North Korea is a case in point.

As the scope of human relations is broadened with globalisation, the potential for aggression is also increased. The task of art could not be more urgent. It is a universal language whose all-embracing nature reinforces the ethical imperative. It remains one of the last hopes that life may triumph over the death drive.

Sample translations

Translation A

Translate the following passage into English:

Depois da Síria, agora o Irã é a bola da vez. Em comunicado endossado pelos EUA e outros países, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) declarou que Teerã falhou ao deixar de cumprir as obrigações de salvaguarda nuclear e que o programa nuclear iraniano é "preocupante". Washington acusa o governo iraniano de construir uma usina para o enriquecimento de urânio. Enfático, Bush afirmou que os EUA não vão tolerar armas nucleares em território iraniano. "A comunidade internacional deve se unir para sinalizar claramente ao Irã que não toleramos o desenvolvimento de armas nucleares no País. O Irã torna-se perigoso caso venha a fabricar um dispositivo nuclear", disse. Washington pressiona Teerã para que aceite incondicionalmente as inspeções da ONU. O presidente iraniano, Mohammed Khatami, negou a fabricação de bombas atômicas. "Não acreditamos que armas atômicas tragam segurança à nação", afirmou Khatami. Para o analista Mario Sznajder, da Universidade de Jerusalém, a razão da pressão é o petróleo na Península Arábica. "Se algum estado do Golfo Pérsico ameaçar usar armas nucleares, isso prejudica a extração de petróleo e destroça a economia mundial, porque 60% da produção no mundo vem da região", disse à revista IstoÉ.

Adaptado de IstoÉ, 25 de junho de 2003.

Abrahão André de Araújo (7,5/10)

After Syria, it is now Iran´s turn. In a communication endorsed by the USA and other countries, the International Atomic Energy Agency (IAEA) stated that Tehran failed to comply with the nuclear safeguards and that Iran´s nuclear program is "worrysome". Washington accuses the Iranian government of building a plant for uranium enrichment. President Bush has emphatically affirmed that the USA is not going to allow nuclear weapons in Iranian territory. "The international community should come together to clearly let Iran know that we are not going to allow the development of nuclear weapons in that country. Iran becomes dangerous if it builds a nuclear artifact," he said. Washington presses Teheran to accept the UN´s inspections inconditionally. Iranian President, Mohammed Khatami, has denied the building of atomic bombs. "We do not believes that atomic weapons bring security to the nation," said Khatami. According, to Mario Sznajder, an analyst from the University of Jerusalem, the reason for the pressure is the oil in the Arabian Peninsula. "If any Gulf state threatens to use nuclear weapons, that jeopardizes the oil extraction and destroys the world economy, because 60 percent of the world production comes from the region," he told IstoÉ magazine.

Translation B

In 1938, Graciliano Ramos served on a panel of judges in a literary contest that passed up Guimarães Rosa's *Sagarana* to select Luís Jardim's *Maria Perigosa*. The excerpt below is adapted from Ramos' "Conversa de Bastidores," which was included as a preface to the seventh edition of *Sagarana*.

Translate this excerpt into English:

Pois nesse júri cinco indivíduos, murchos com o golpe de 10 de novembro, indispostos ao elogio, enfastiados, decidiram ler mais de cinqüenta volumes. Podem imaginar como a tarefa se realiza. A gente folheia o troço, bocejando, fazendo caretas, admite enfim que a leitura é desnecessária; solta-o, pega um papel, rabisca um zero, às vezes qualquer reflexão enérgica. E passa adiante. Alguma coisa razoável é posta de lado e mais tarde se examina.

Aborrecendo-me assim, abri um cartapácio de quinhentas páginas grandes: uma dúzia de contos enormes, assinados por certo Viator. Em tais casos, rogamos a Deus que o original não preste e nos poupe o dever de ir ao fim. Não se deu isso: aquele era trabalho sério em demasia. Certamente de um médico mineiro e lembrava a origem: montanhoso, subia muito, descia — e os pontos elevados eram magníficos, os vales me desapontavam.

No dia do julgamento, ficamos horas hesitando entre esse volume desigual e outro: Maria Perigosa, que não se elevava nem caía muito. Optei pelo segundo.

Viator desapareceu sem deixar vestígio. Desgostei-me: eu desejava sinceramente vê-lo crescer, talvez convencer-me de meu engano ao preteri-lo.

Em fim de 1944, Idelfonso Falcão apresentou-me J. Guimarães Rosa, secretário de embaixada, recém-chegado da Europa.

- O senhor figurou num júri que julgou um livro meu em 1938.
- Como era o seu pseudônimo?
- Viator.
- Sabe que votei contra o seu livro?
- Sei, respondeu-me sem nenhum ressentimento.

Marcus Vinicius da Costa Ramalho (18,5/20)

So it happened that in this panel five individuals desolated by the 10th of November coup, devoid of any propensity to praising, weary, decided to read more than fifty volumes. You can imagine how the task is carried out. We peruse the thing, bored, making faces, admitting at last that reading is unnecessary; we drop it, take a piece of paper, scribble a zero, sometimes any kind of strong-worded comment. And move on. Something that seems reasonable is left aside to be examined later.

Worsening my mood in this way, I opened a big heavy block with five hundred large pages: a dozen lengthy tales, signed by a certain Viator. In such cases, we beg God that the original be not worth a dime and spare us from the obligation of going to the end. It didn't turn out that way: that was too serious a work. The author was certainly a "mineiro" doctor and the book resembled his origins: a landscape of mountains, it would climb a lot and then come down – and the peaks were magnificent, while the valleys disappointed me.

On the day of the judgement, we spent hours hesitating between this uneven volume and another: "Maria Perigosa", that neither rose nor fell much. I chose the second one.

Viator disappeared without leaving a trace. That upset me: I sincerely wished to see him grow, maybe to convince myself of my mistake in not choosing him.

At the end of 1944, Ildefonso Falcão introduced me to J. Guimarães Rosa, an embassy secretary who had just arrived from Europe.

"You took part in a panel that judged a book of mine in 1938."

"What was your alias?"

"Viator."

"Do you know that I voted against your book?"

"Yes, I do," he replied without any sign of resentment.

Sample summary

Summarise the text **in your own words** in the space below (maximum 200 words).

Rodrigo Barradas Krammes (17/20)

In a lecture for the Charles University and Academy of Sciences, Jennifer Allen Simons discusses the relations between science and ethics. She states that, at some point in time, science has been deviated from its original path – that of controlling nature and enhancing men's life – to another that is centered in controlling the means to destroy both nature and men. She also argues that the ancient idea of perfecting the self through spiritual progress has morphed into the alteration of the body through external technological manifestation. Citing Schweitzer, Simons ponders that if the scientific model of nature remains detached from the human factor, then it is only a matter of time until we reach inhumanity. And even though the direction of the development of science is not inevitable, but rather shaped by humanly made options, philosophy has not been useful to help shaping the development of science towards civilisation values. She ends the lecture in an optimistic socratic vein, stating her faith in the good nature of men.

Guidelines for the Oral Exam

The Oral Exam consists of an interview in which the candidate is examined on a text distributed and prepared shortly beforehand. As part of the exam, the candidate is required to make an oral summary of the text **in his own words.** The summary should take only **two to three minutes** and demonstrate the candidate's comprehension of the text, grasp of the subject and capacity to distinguish between main features and details. The summary is to be made without direct reference to the text. Although candidates may make notes as an *aide-mémoire*, they are strongly recommended not simply to read from them, which will be severely penalised. The marks for the orals will be allocated as follows:

I – ABILITY TO COMMUNICATE	Pronunciation, Intonation, Stress & Diction	15
	Fluency	15
	Subtotal:	**30**
II - LANGUAGE	Grammar & Usage	20
	Quality of Language	10
	Subtotal:	**30**
III - CONTENT	Ability to Discuss Topic	20
	Comprehension of Text	10
	Summary	10
	Subtotal:	**40**
	TOTAL:	**100**

HISTÓRIA

A prova de História constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão, três das quais tratarão do Brasil.

A) HISTÓRIA DO BRASIL

Programa:

1. A independência e seus antecedentes: a situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da Monarquia Portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
2. O Brasil Imperial - Política e Administração: a Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências socioeconômicas.
3. O Brasil Imperial - Economia: a estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.
4. O Brasil Imperial - Sociedade e Cultura: a população. A estrutura social. Vida cultural.
5. O Brasil Imperial - Política Externa: o reconhecimento da independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra. As relações com a Europa.
6. O advento da República: as crises no fim do Império. A questão religiosa, as questões militares e a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ações. O Positivismo.
7. O Brasil Republicano - Política e Administração:

    a) A Primeira República (1889-1930) - O Governo provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.

    b) A Segunda República (a partir de 1930) - O Constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967. A Constituição de 1988.
8. O Brasil Republicano - Economia:

    a) A Primeira República (1889-1930) - A Estrutura econômico-financeira, as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.

    b) A Segunda República (a partir de 1930) - A industrialização. A política de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial.
9. O Brasil Republicano - Sociedade e cultura: a população, a expansão demográfica, a imigração e a colonização; as migrações internas e a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista. Aspectos da cultura do período.
10. O Brasil Republicano - Política Externa:

    a) A Primeira República (1889-1930) - o reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.

    b) A Segunda República (a partir de 1930) - a política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.
11. Transformações na formação social brasileira a partir dos anos 60:

    a) A conjuntura que precedeu 64 e as alterações decorrentes da mobilização político-militar.

b) O período 1964-1985. Os governos militares. Sociedade e política. O modelo tecnoburocrático capitalista e as diretrizes econômicas. Os atos institucionais. A ideologia da Segurança Nacional. Os aspectos da cultura do período.

c) O período 1985-1999. A redemocratização. A crise do modelo tecnoburocrático e do nacional-desenvolvimentismo. Sociedade e cultura no período.

B) HISTÓRIA MUNDIAL CONTEMPORÂNEA

Programa:

1. Estruturas e idéias econômicas

Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o “New Deal”. A prosperidade no segundo pós-guerra. O “Welfare State” e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível.

2. Revoluções

As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e “Trade Unions”. Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba.

3. As Relações internacionais

Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A “teoria dos dois campos” e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A “détente”. A “segunda Guerra Fria” (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético.

4. Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação

O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não-Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo.

5. A evolução política e econômica nas Américas

A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas.

6. Idéias e regimes políticos

Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX.

7. A vida cultural

O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.

Bibliografia:

A) História do Brasil:

BOXER, Charles. “A Idade de Ouro do Brasil”; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
CAMPOS, Flávio; Dohlnikoff, Miriam. *Manual do Candidato: História do Brasil*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.
CARONE, Edgar. *A República Velha*. São Paulo: DIFEL.
________. *A Segunda República*. São Paulo: DIFEL.
________. *A Terceira República (1930-1937).* São Paulo: DIFEL.
CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.
________. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.
COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1999.
DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000. 2 v.
FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2001.
FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 25. ed. São Paulo: Nacional, 1995.
GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do Império à República*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995. (História Geral da Civilização Brasileira, v.7)
________ ; FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Bertrand Brasil.
IGLESIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 42. ed. São Paulo: Brasiliense,1995.
________. *A Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2000.
SCHWARTZ, Liliam Moritz. *As barbas do Imperador D. Pedro II: um monarca dos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

B) História Mundial Contemporânea:

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.
BARRACLOUGH, G. *Introdução à História Contemporânea*, 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2001.
CARDOSO, Fernando Henrique ; FALETTO, Enzo. *Desenvolvimento e Dependência na América Latina*. 7. ed. Rio de Janeiro: LTr, 1996.
CASTAÑEDA, Jorge C. *A Utopia Desarmada*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
HALPERIN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
________. *A Era do Capital*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
________. *A Era dos Extremos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1997.
________. *A Era dos Impérios*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
________. *Nações e nacionalismo desde 1780*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
JOUVENEL, Bertrand de. *As Origens do Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
O'GORMAN, Edmundo. *A Invenção da América*. São Paulo: UNESP, 1992.
OLIVER, Roland. *A Experiência Africana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
SAID, Edward W. *Orientalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
SARAIVA, José Flávio S. *Relações Internacionais – Dois Séculos de História: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)*. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.
________. *Relações Internacionais – Dois Séculos de História : entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947)*. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.
VAISSE, Maurice, *Les Relations Internationales Depuis 1945*. 6. ed. Paris: Armand Collin, 1999.

A título de orientação para os candidatos que desejarem aprofundar o conhecimento da matéria, ou que tiverem dificuldade em obter alguma das obras listadas acima e procurarem leitura alternativa, sugerem-se os seguintes livros adicionais:

BEAUD, Michel. *História do Capitalismo de 1500 a nossos dias*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
BELY, Lucien. *L'invention de la Diplomatie*. Paris: PUF, 1998.
BERG, Eugène. *La Politique Internationale Depuis 1955*. Paris: Economica, 1989.
FERRO, Marc. *História das Civilizações: das conquistas às independências, séc. XVII ao XX*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
JOLL, James. *Europe Since 1870*. London: Penguin Books, 1990.
KAGARLITSKY, Boris. *A Desintegração do Monolito*. São Paulo: UNESP, 1999.
MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero*. 5. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
ROBERTS, J. M. *History of the World*. New edition. London: Penguin, 1990.
PANIKKAR, K.M. *A Dominação Ocidental na Ásia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
THE NEW CAMBRIDGE MODERN HISTORY (vol. 9 a 12). Cambrigde: Cambridge University Press.
THOMSON, D. *Pequena História do Mundo Contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
VIZENTINI, Paulo. *Da Guerra Fria à Crise (1945-1992)*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1992.
————. *A Grande Crise*. Petrópolis: Vozes, 1992.

Exemplo de Prova

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas. Cada questão vale 20 pontos.

Questão 1

Leia o texto abaixo para responder à questão.

"Rio Branco não foi um teórico que, para argumentar, explicitava correntes de pensamento então vigentes. Embora não se conheçam evidências a respeito de quais autores da época teriam exercido influência sobre o chanceler, não há dúvida de que tinha atitudes de um geopolítico. Homem de ação e pragmático, enfrentava os problemas ou os atalhava. Buscou sempre a prática de uma política de cordialidade e criação de relações de simpatia, mas não à custa de concessões... Rio Branco, ao ler com realismo tanto o contexto interno quanto externo, defendeu, com simetria de argumentos (sobretudo no que dizia respeito às relações comerciais com a Argentina), a política alfandegária vigente."
BUENO, Clodoaldo, *Política Externa da Primeira República: os anos do apogeu – de 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p.483.

Com base no texto, estabeleça as relações da política externa conduzida por Rio Branco com os seguintes elementos:
a) a política alfandegária da época;
b) as relações com a Argentina na fase Rio Branco;
c) as correntes de pensamento em política exterior no Brasil da época.

Grace Tanno (18/20)

Rubens Ricúpero, em "Visões do Brasil", salienta que a política externa conduzida pelo Barão do Rio Branco (1902-1912) pode ser melhor assimilada pelos eixos da simetria e assimetria. A assimetria manifestava-se, sobretudo, entre as relações Brasil-Estados Unidos, que, na virada do século, já despontava como potência mundial. Por sua vez, a simetria era a tônica das relações brasileiras com o contexto regional; em especial aquele construído com a Argentina.

Todavia, ao analisar a política externa do Barão revela-se que a assimetria com os Estados Unidos não engendrou política de submissão, mas, sim, de uma aliança tácita, em que prevaleceu o respeito mútuo, baseada na clara consciência da disparidade de poder entre os dois atores. Assim, se por um lado o Barão do Rio Branco não contestou o poder norte-americano sobre o continente sul-americano – como evidenciou-se no conhecido caso da Venezuela, em que o não-pagamento das dívidas suscitou ameaça de intervenção militar européia e os Estados Unidos intervieram, demonstrando a aplicação da Doutrina Monroe (1823) "América para os americanos" -; por outro lado, o Barão empenhou-se para rever o acordo tarifário assinado com os Estados Unidos em 1891. Por meio deste, as importações americanas do açúcar brasileiro ficavam isentas de impostos. Na prática, no entanto, o açúcar brasileiro sofria, no mercado americano, forte concorrência daquele produzido no Caribe. O Barão do Rio Branco reconhecia que, diante de tal assimetria de poder, a revisão

do acordo não suscitaria mudança de comportamento do governo americano. Sua avaliação era, portanto, marcada pelo realismo.

No que diz respeito às relações com a Argentina, prevaleceu, durante o mandato do Barão, a rivalidade. Rivalidade histórica, como se pode constatar na Guerra da Cisplatina (1925-28), no conflito contra Rosas e Oribe em 1850 e só arrefecida durante a Guerra do Paraguai (1865-70) e nas felicitações argentinas pela Proclamação da República no Brasil. A livre navegação nos rios da Bacia do Prata constituiu, sempre, o tema principal na agenda Brasil-Argentina. Ademais, era preciso garantir controle hegemônico sobre a região, que dependia sobretudo das posições dos estados mais fracos: Uruguai e Paraguai. A rivalidade com a Argentina estendia-se, também, à esfera econômica – especialmente no que respeita aos investimentos estrangeiros. Havia, nesse contexto, uma clara corrida armamentista e animosidade entre as nações. Ressalte-se a encomenda, pelo governo brasileiro, de três encouraçados (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo) e o apoio irrestrito do Barão do Rio Branco ao Marechal Hermes da Fonseca, contra a campanha civilista de Rui Barbosa. No entendimento do Ministro, somente um governo militar daria continuidade e valor necessários À disputa militar com a Argentina. Nota-se, também, o caso do telegrama cifrado nº 9, enviado do Brasil à sua Missão diplomática em Buenos Aires. O governo argentino publicou o conteúdo do telegrama como sendo ofensivo à Argentina. Faz-se necessário apontar que a rivalidade Brasil-Argentina foi conduzida pelo Barão com notável moderação. Daí sua proposta de firmar o Pacto ABC (Argentina, Brasil e Chile), de forma a manter a animosidade dentro de uma esfera de legalidade e relações cordiais.

Em relação às correntes de pensamento em política exterior no Brasil da época, a política de Rio Branco chocava-se com a proposta de “latinização”, feita por Oliveira Lima. Este considerava excessivo o “americanismo” do Barão do Rio Branco e aproximava-se, assim, do projeto proposto por Simon Bolívar no Congresso do Panamá (1826). Realista convicto, o Barão sabia das dificuldades e ilusões de opor-se à Doutrina Monroe, à época seguida pelo Corolário Roosevelt. O realismo político foi, portanto, predominante na sua estratégia de inserção do Brasil. Dos discursos do Barão depreende-se, até mesmo, certo darwinismo social, ao postular que o destino dos estados fracos era desaparecer. O realismo guiou, assim, a “assimetria e simetria” conduzidas pelo Barão.

Questão 2

Eric Hobsbawn cunhou o termo “Era das revoluções” para designar o movimento de transformações sócio-econômicas e também políticas que varreu as sociedades européias na segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX. Apresente este quadro de transformações profundas, apontando dois desses movimentos mais significativos.

Ciro Leal Martins da Cunha (18/20)

A “Era das revoluções”, na feliz expressão do Eric J. Hobsbawn, compreende, segundo esse autor, o período de 1789 a 1848. Esse período é revolucionário porque marca o rompimento com o mundo feudal e forma as bases para a ascensão do capitalismo e da sociedade burguesa; criam-se, nesse ínterim, os fundamentos do modo de produção e das relações políticas que se tornariam hegemônicas. As revoluções mais significativas do período são a Revolução Francesa e a Revolução Industrial.

A Revolução Industrial foi um fenômeno inglês – e somente poderia ter ocorrido na Inglaterra. Havia lá um conjunto de fatores sociais, políticos e econômicos agrupados de forma singular que explica essa afirmação. O feudalismo inglês, que sempre fora sui generis, *era, já em meados do século XVIII, uma realidade enfraquecida. Em primeiro lugar, a prática dos cercamentos (*enclosures*) das terras comunais e conseqüente expulsão dos agricultores pobres encontrava-se em avançada marcha. No lugar dos camponeses, passou-se a utilizar os campos para produção lanífera que alimentava as fiações. Houve grande concentração de terras e, ao mesmo tempo, os proprietários agiam de forma mais empresarial, enxergando suas terras mais como meio de produção que como símbolo de poder; o lucro era seu objetivo. Dessa forma, liberou-se enorme contingente que serviria como mão-de-obra nas fábricas.*

Politicamente, desde o final do século XVII, a Inglaterra havia rompido com o absolutismo; na verdade, a Revolução Gloriosa é o ponto culminante do processo de redução do poder do monarca que se observa desde o século XIII, com a "Magna Carta". Dessa maneira, o poder político era acessível àquela classe de empresários rurais, bem como à nascente burguesia.

Combinados esses fatores à posse britânica de colônias que lhe forneceriam mercados consumidores e máterias-primas, realizou-se a gradual Revolução Industrial: por meio de técnicas não muito elaboradas a princípio, a produção de bens – especialmente, tecidos de algodão – elevou-se a níveis jamais vistos anteriormente. Ao mesmo tempo, as relações entre patrões e empregados davam-se em bases monetárias, não pessoais, fundamentalmente. Possibilitou-se enorme quantidade de lucros aliada à produção a reduzidos custos, que invadiria mercados no mundo todo.

A Revolução Francesa insere-se no conjunto de revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX e se destaca, primeiro, por ter irradiado seus princípios e idéias a vários outros lugares e, segundo, por ter ocorrido no Estado mais populoso e, até então, poderoso da Europa.

A situação política francesa à época não condizia mais com a estrutura social, marcada pela ascensão econômica da classe média (burguesia) e por sua incompatibilidade com as estruturas de origem feudal – corporações de ofício, servidão, tributos senhoriais, privilégios de nascimento, condenação da usura e, principalmente, o absolutismo real que sustentava tudo isso. Os crescentes endividamento do estado e inflação, aprofundados pelo envolvimento francês na Guerra dos Sete Anos e na Independência Americana, somaram-se à incapacidade reformadora do Antigo Regime francês e às más colheitas de 1787 e 1788 para gerarem a ascensão da burguesia francesa ao poder mediante grandes agitações populares a após alguns períodos de profunda radicalização (como o período do "Terror", sob o comando de Robespierre). Além de impressionante e influente "per se", a Revolução Francesa "exportou" a mudança mediante invasões e guerras, especialmente no período napoleônico.

A Revolução Francesa criou grande parte do vocabulário político moderno (e. g., a própria palavra "revolução" em seu sentido moderno) e influenciou o mundo ocidental com seus princípios de corte iluminista – "liberdade, igualdade e fraternidade" – e mesmo com o formato que deveria ter uma revolução. Ainda, a idéia de nacionalismo fortaleceu-se com a revolução em exame e influenciou, de forma profunda, a Europa nos séculos XIX e XX. Por fim, gerou o enorme medo das sublevações populares e a idéia de Restauração, posta em prática a partir de 1815 após o Congresso de Viena.

Tanto a Revolução Francesa, expressão maior das revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX na Europa, quanto a Revolução Industrial forneceram à Europa ocidental e central o instrumental político, econômico e social com base no qual o modo capitalista de

produção que se tornaria hegemônico mundialmente. A possibilidade de produção barata e quase ilimitada, fundada em relações monetárias e sustentada por regimes em que, em princípio, a classe dinâmica – burguesia - era hegemônica e por meio dos quais impunha seus valores – liberdade, sacralização da propriedade, meritocracia, supremacia do mercado etc.- , tudo isso conformaria a Europa do século XIX e, a partir dela, o mundo quase todo.

Questão 3

O Brasil desenvolveu, ao longo do século XX, uma forma própria de promover sua inserção internacional. Para alguns, essa inserção foi feita de forma linear e contínua, sem rupturas na política exterior do País. Para outros, muito embora perceba-se uma tendência à continuidade em política exterior, houve certos modelos de ação externa que preponderaram em períodos diversos. Acompanhando a segunda tradição, indique os elementos definidos e tempo histórico dos seguintes modelos de inserção internacional do Brasil:

a) o modelo da agroexportação;
b) o modelo do nacional-desenvolvimentismo.

Thiago Bonfada de Carvalho (19/20)

Para os autores que defendem a existência de rupturas significativas na história da política exterior brasileira, esta pode ser dividida, em grandes linhas, em três (ou quatro) grandes períodos: o do reconhecimento da independência, o do modelo agroexportador, o do modelo nacional-desenvolvimentista. Dentro deste último, teriam havido momentos em que teria vigorado um projeto liberal-associado. A questão da definição de três ou quatro grandes períodos depende do julgamento feito em relação à política exterior brasileira da década de 1990.

No primeiro período, o problema diplomático básico era obter rapidamente o reconhecimento da independência pelas grandes potências. Para tanto, o Brasil assinou diversos tratados desvantajosos, em especial a aprovação do Tratado Comercial firmado por D. João VI com a Inglaterra. Apenas quando esses tratados chegaram a seu termo, no final da década de 1840, pôde o país ampliar seu campo de ação externa.

O segundo período, portanto, pode ser considerado como iniciando por volta de 1850, ainda que seu período mais característico seja o da República Velha, 1889-1930. Neste período, o Brasil seguiu uma política de especialização em suas vantagens comparativas agrícolas, com a conseqüente posição geral de abertura à importação. Assim – considerando as guerras platinas do Império com motivadas por fatores geopolíticos, mais que por fatores econômicos-comerciais – a política externa brasileira manteve um curso de ação compatível com esta determinação: busca de abertura comercial para produtos brasileiros (café, borracha, açúcar); ações de defesa da política de valorização do café; e ações integradas à política financeira do governo, com a negociação de empréstimos e a defesa da política cambial. Neste contexto está a transição ao alinhamento americano, ao tornar-se este país o maior consumidor de café.

Enquanto no modelo agroexportador inexistia um objetivo nacional específico a atingir (à exceção da política de hegemonia platina), este passou a ser o caráter definidor do "nacional-desenvolvimentismo", em que à política externa foi colocado, sob bases nacionalistas, ainda que pragmáticas, o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do Brasil. Iniciado em 1930, teria três momentos característicos: os dois governos Vargas, o

período da Política Externa Independente (PEI), e os governos militares a partir de Costa e Silva.

Embora o elemento básico seja a busca do desenvolvimento, esta é uma característica abrangente para definirmos o nacional-desenvolvimentismo unicamente por ela. Assim, a maioria dos autores identifica a política externa e o governo nacional-desenvolvimentista via o meio escolhido para alcançar o desenvolvimento: a industrialização por substituição de importações, capitaneada e defendida pelo Estado. O capital estrangeiro deve ficar "sob controle", embora o que cada um dos atores considere um "controle" suficiente para entrar na definição varie muito.

Segundo autores como Amado Cervo, houve período em que as características do "nacional-desenvolvimentismo" não foram hegemônicas: os governos Dutra, Café Filho e Castello Branco, e também o de Juscelino Kubitschek, embora este por outros motivos. Os três primeiros são desclassificados pela abertura ao capital externo e desregulamentação de sua atividade, o que configuraria um modelo "liberal-associado" de desenvolvimento. Enquanto o nacional-desenvolvimentismo seria pragmático, universalista, e buscaria o desenvolvimento a partir de bases nacionais, o modelo "liberal-associado" buscaria a parceria do capital estrangeiro e alinhamento automáticos. O governo JK seria sui generis, *aliando os dois modelos: ao mesmo tempo que chamava o capital estrangeiro, era capaz de, por exemplo, romper com o FMI.*

Há controvérsia quanto ao final (ou não) do nacional-desenvolvimentismo, à luz da abertura comercial e reinserção no mercado mundial do Brasil na década de 1990. Há autores, como Klaus-Wilhelm Lege, que defendem que se trata apenas de uma atualização do nacional-desenvolvimentismo às novas condições do comércio internacional. Já a maioria dos estudiosos, como Amado Cervo, defende que os governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique romperam com o nacional-desenvolvimentismo, constituindo um predomínio do modelo liberal-associado.

Questão 4

"Um rei absoluto realiza, preside, tutela a nação em emergência, podando, repelindo e absorvendo o impulso liberal, associado à fazenda e às unidades locais de poder."
FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. Vol. 1. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 246.

A afirmação de Raymundo Faoro em seu clássico "Os donos do poder" aponta para a peculiaridade do processo de independência da colônia brasileira. Comente a passagem, considerando os seguintes aspectos:

a) a conjuntura internacional e suas relações com esta peculiaridade do processo de emancipação política, no caso brasileiro.

b) esta peculiaridade frente aos movimentos de independência da América hispânica.

Ciro Leal Martins da Cunha (20/20)

Em "Os donos do poder", Raymundo Faoro encontra as raízes do Estado brasileiro independente no Estado patrimonialista português. Conforme o autor, o Estado brasileiro seria um espécie de transposição de Portugal à antiga colônia; no novo Estado independente, ter-se-ia mantido a estrutura patrimonialista, na qual o público se confunde com o privado e o Estado impede o desenvolvimento autônomo das forças socioeconômicas, reprimindo-as e

sugando-as para dentro de si. Como em Portugal, onde a Coroa se imiscuía nas atividades econômicas em geral – pois a soberania se confundia com a propriedade -, o Estado brasileiro pairava sobre a sociedade com interesses autônomos e, ao mesmo tempo, encampava alguns dos objetivos daquela e reprimia tentativas de libertação desse jugo.

A transferência do Estado português ao que se tornaria o Brasil efetiva-se em 1808, com a transferência da família real e de sua corte para o Rio de Janeiro. Tal fato se dá no contexto das guerras napoleônicas na Europa: na iminência da invasão de Portugal pela França, a família real e sua corte, sendo Portugal tradicional aliado inglês, foge para o Rio de Janeiro sob a proteção inglesa. O Brasil torna-se, assim, sede do reino e tem sua situação colonial extinta "de facto", uma vez que o exclusivo colonial cessa com a abertura dos portos às nações amigas.

A continuidade do Estado português no brasileiro reforça-se com a Independência em 1822: sob a liderança de D. Pedro, herdeiro da Coroa portuguesa, consegue-se aglutinar um movimento emancipacionista que mantivesse a unidade territorial da América portuguesa e, naquele momento, superasse os diferentes projetos para a antiga colônia.

Novamente, as forças externas contribuíram para os eventos no Brasil: o projeto de unidade imperial seria, em grande medida, uma resposta às insistentes pressões inglesas pelo fim do tráfico de escravos. Economicamente escravista por excelência, a economia brasileira necessitava de um Estado forte e centralizado o suficiente para resistir à insistência britânica, que remonta a 1807.

Outra explicação par a manutenção da unidade territorial brasileira, que não exclui a anterior, é a de José Murilo de Carvalho – que, aliás, assemelha-se à idéia de "estamento burocrático" presente em Faoro. Conforme o autor, a homogeneidade das elites burocráticas brasileiras – formadas na tradição jurídica de Coimbra e, depois, de Olinda/Recife e do Largo São Francisco – contribuiu decisivamente à unidade territorial e à construção da ordem.

Como na passagem proposta, o Estado brasileiro podou, repeliu e absorveu impulsos liberais das fazendas e dos poderes locais. A repressão expressa-se, principalmente, no episódio da Confederação do Equador, durante o qual houve proposta separatista de porções do Nordeste e do Norte: as forças imperiais repeliram o movimento à força. A absorção, por sua vez, deu-se por meio das relações entre a corte e as elites ao entorno da capital-especialmente, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais: houve casamentos entre as famílias, distribuição farta de honrarias monárquicas e concessões econômicas por parte do governo central. Ainda, podou-se o impulso liberal por meio da adoção de idéias liberais de forma deturpada na Constituição de 1824, outorgada e mantenedora da ordem escravista e geradora do voto censitário e do Poder Moderador.

A construção do Estado brasileiro, em sua independência, difere das independências da América espanhola. Primeiro, as reformas bourbônicas – anteriores à invasão francesa da Espanha – indispuseram as elites americanas às peninsulares, uma vez que os controles foram acirrados e a burocracia discriminava os colonos. Em seguida, a invasão da Espanha por Napoleão não gerou a transferência da família real espanhola para a América, mas sua articulação na forma de governo paralelo ao de Madri. A partir dessa situação, a que se somava o interesse britânico pelo livre comércio com a América espanhola em um contexto de "bloqueio continental" por Napoleão, as elites hispano-americanas foram-se movimentando na direção da independência, muitas vezes em nome do rei espanhol deposto. Outra razão para a posterior fragmentação da América espanhola foi a ausência de dependência em relação à importação de escravos; no mesmo sentido, a existência de universidades espalhadas pela América espanhola não forneceu a homogeneidade e os laços pessoais entre as elites das várias localidades, como se dava no Brasil.

Assim, as independências hispano-americanas diferem fundamentalmente daquela observada no Brasil: basearam-se no desaparecimento da metrópole, não em sua transposição e simbiose com as elites locais; decorreram da afirmação e da luta de caudilhos e elites urbanas que acabaram por fragmentar a América espanhola em uma miríade de Estados politicamente instáveis por muito tempo.

Questão 5

"Mas, em princípio, pode-se dizer que, no que dizia respeito ao Ocidente durante os séculos XIX e XX, fora feita a suposição de que o Oriente e tudo o que nele havia, se não fosse patentemente inferior ao Ocidente, estava pelo menos precisando que este fizesse um estudo corretivo a seu respeito. O Oriente era visto como que delimitado pela sala de aula, pelo tribunal, a prisão, o manual ilustrado. O orientalismo, portanto, é um conhecimento do Oriente que põe as coisas orientais na sala de aula, no tribunal, prisão ou manual para ser examinado, estudado, julgado, disciplinado ou governado."
SAID, Edward W. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 51.

Segundo as afirmações de Edward Said, o Orientalismo, como forma específica de produção de um conhecimento sobre territórios extra-europeus, foi de fundamental importância para o processo de expansão européia do século XIX. Comente a passagem ressaltando os seguintes aspectos:

a) as condições culturais para um empreendimento expansionista nas proporções do que foi realizado na segunda metade do século XIX.

b) as conseqüências políticas dessa expansão para uma redefinição da geopolítica européia na segunda metade do século XIX.

Andrea Giovannetti (19/20)

Talvez a chave para compreendermos as relações entre o Orientalismo, como o define Edward Said, e o gigantesco empreendimento expansionista europeu da Segunda metade do século XIX esteja mesmo ligada à noção de produção de conhecimento. A idéia de produção de conhecimento como disciplina organizada em oposição a saberes é uma idéia bastante cara, ou melhor, central do pensamento de Michel Foucault que, como sabemos, influenciou os trabalhos de Said. Esta noção refere-se ao tipo de lógica que fundamenta o positivismo de Comte e que se espraiou por toda a Europa e para além dela. Trata-se de um raciocínio utilitarista em seus desdobramento mais cotidianos que transforma o saber sobre o outro em conhecimento para dominação, não só em termos políticos internacionais, mas até em micropolítica, na medida em que, como diz o renomado estudioso do Oriente Médio, a sala de aula, o tribunal e a prisão assumem feições disciplinares dos comportamentos. Neste sentido, uma míriade de conhecimentos culturais compõe a episteme que permite e engendra o expansionismo europeu. Contam-se entre eles as teorias do filósofo Herbert Spencer que interpretando C. Darwin, avança o conceito social de sobrevivência do mais forte ou apto; a frenologia de Lombroso, que julgava poder determinar características de personalidade – por si só um conceito que receberia duro golpe do freudismo – através de medições da caixa craniana; os teste de inteligência dos franceses Binet e Simon, responsáveis pela divisão dos

indivíduos em normais ou retardados quantitativamente em todo o mundo civilizado; os achados arqueológicos que chegarão ao cúmulo de permitir uma interpretação nazista de que os alemães deram origem aos povos helênicos. Todos esses desenvolvimento da Ciência e da Filosofia em tempos positivistas abriram espaço para transformar o outro em objeto de estudo e, como tal, em objeto exótico diferente do sujeito perscrutante. Em resumo, avolumava-se uma onda eugênica, nacional-romântica, sem fissuras, muito fértil para ideologias de dominação prática de um Cecil Rhodes, em sua ambição de conquistar estrelas e planetas, fosse nas formulações teóricas de Friedrich Ratzel.

O empreendimento geopolítico resultante dividiu África, Ásia e Oceania em zonas de efetiva neocolonização européia, implicando ocupações e uso instrumental da violência a serviço de interesses econômicos das burguesias, como bem observa H. Arendt. Ou também o imperialismo em que zonas mais desfavorecidas economicamente e fracas politicamente são submetidas, mesmo que sem ocupação. Foi o que ocorreu com a América Central pelos americanos ou mesmo o Japão, que teve seus portos abertos à ameaça de canhão pelos EUA. Neste panorama um país que se industrializou e se unificou tardiamente como a Alemanha – e a Itália também – ficou para trás na corrida colonialista por territórios, sobrando-lhe além da Namíbia e Tanzânia, mera disputa pelo Marrocos. O equilíbrio europeu de Metternich rompeu-se definitivamente com a queda de Bismarck em 1862, quando o expansionismo alemão começa a caracterizar-se como realmente problemático para as duas maiores potências européias, Inglaterra e França. O confronto por "espaço vital" fica armado para o incremento de hostilidades que culminarão na I Guerra Mundial.

GEOGRAFIA

A prova de Geografia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão, 3 (três) das quais tratarão do Brasil.

Programa:

1 - Sociedade e Espaço: o campo de reflexão da Geografia.
1.1 - Espaço e valor: teorias e conceitos da Geografia Econômica.
1.2 - Espaço e poder: teorias e conceitos da Geografia Política.
1.3 - Espaço e tempo: teorias e conceitos da Geografia Histórica.
1.4 - Espaço e representação: teorias e conceitos da Geografia Cultural.
1.5 - As teorias geográficas da relação sociedade/natureza.

2 - A Formação Territorial do Brasil.
2.1 - Macrodivisão natural do Espaço brasileiro (relevo, clima, vegetação e hidrografia).
2.2 - Os grandes eixos de ocupação do território e a cronologia do processo.
2.3 - A definição dos limites territoriais do Brasil.
2.4 - A estruturação da rede de cidades no Brasil e os processos recentes de urbanização.
2.5 - O processo de industrialização e as tendências atuais da localização das indústrias no Brasil.
2.6 - O processo de modernização da agricultura no Brasil e suas tendências atuais.
2.7 - Regionalização e divisão inter-regional do trabalho no Brasil.

3 - O Brasil no Contexto Geopolítico Mundial.
3.1 - O processo de globalização econômica e a divisão internacional do trabalho.
3.2 - Herança colonial, condição periférica e industrialização tardia: a América Latina.
3.3 - Transnacionalização da economia e globalização das relações: o período técnico-científico.
3.4 - A nova ordem internacional e as tendências geopolíticas na escala global: a formação de blocos.
3.5 - O processo de estruturação e os objetivos do MERCOSUL.
3.6 - Perspectivas de integração na bacia amazônica.

4 - A Questão Ambiental no Brasil e os Desafios do Desenvolvimento Sustentável.
4.1 - As demandas de saneamento básico e a qualidade de vida nas cidades brasileiras.
4.2 - Desmatamentos e avanços da fronteira agropecuária no Brasil.
4.3 - O meio ambiente e as políticas de ocupação da Amazônia.
4.4 - Os ecossistemas brasileiros e as principais causas de sua degradação.
4.5 - A consciência ambiental e o planejamento de usos sustentáveis do solo.

Bibliografia:

ARAÚJO, Regina Célia. *Manual do Candidato: Geografia*. 2. ed. FUNAG: Brasília, 2000.
BECKER, Bertha; EGLER, Cláudio. *Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia Mundo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.
BENKO, Georges. *Economia, Espaço e Globalização*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

CASTRO, Iná Elias *et alli*. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.
GREGORY, Derek *et alli*. *Geografia Humana. Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
SOUZA, Maria Adélia A. *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996.

A título de orientação, para os candidatos que desejarem aprofundar o estudo da matéria, sugerem-se as seguintes leituras adicionais:

BECKER, Bertha *et alii*. *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1995
CAVALCANTI, Clóvis *et alli*. *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1992.
DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
DUPAS, Gilberto. *Economia Global e Exclusão Social*. São Paulo: Paz e Terra, 1999
HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
LAVINAS, Lena *et alii*. *Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993.
MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e Nações*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
MORAES, Antonio Carlos R. *Ideologias Geográficas*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
________. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
________. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002
SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1997.
________. *et alii*. *Fim de Século e Globalizacão*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.
SCARLATO, Francisco C. *et alii*. *Globalização e Espaço Latino-Americano*, São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.
SOUZA, Maria Adélia A. *et alii*. *Natureza e Sociedade de Hoje: uma Leitura Geográfica*. 3.ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1997.
WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o Liberalismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

Exemplo de prova

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas. Cada questão vale 20 pontos.

Questão 1

Dos biomas brasileiros, a caatinga é o que apresenta menor número de ações de proteção ambiental, o que se expressa na pequena quantidade de unidades de conservação existente neste domínio. Contudo, estudos contemporâneos atestam a grande importância de

sua biodiversidade. Explique o fundamento desse juízo, e aponte os vetores antrópicos de maior impacto na utilização atual da caatinga.

Ana Beatriz Nogueira (20/20)

A caatinga é um ecossistema cujo predomínio geográfico se situa no Nordeste brasileiro, nas áreas de interior, afastadas do litoral. Apresenta solo de pouca profundidade, com pouca decomposição das rochas, com áreas pedregosas. Caracteriza-se por ser uma zona de repulsão de massas de ar, daí as escassas chuvas. O balanço de evapotranspiração é negativo, e a vegetação, baixa e espinhosa.

Tais características naturais influenciam a utilização econômica do sertão brasileiro, historica e tradicionalmente voltado para a pecuária e a agricultura de subsistência.

Contudo, a variedade e a peculiaridade das espécies animais e vegetais encontradas no ecossistema da caatinga é imensa, recomendando esforços para a sua conservação – posto que modernamente já se atingiu a conclusão que a riqueza proporcionada pela biodiversidade não é apenas ecológica, mas também de possível aplicação econômica. Normalmente negligenciada pelo Poder Público, ou apoiada de forma pouco efetiva embora custosa para o Estado, a caatinga fica entregue à exploração sem critério de seus recursos naturais por parte do sertanejo, com fins de subsistência.

No entanto, há exemplos de produtividade no sertão brasileiro. A área do Vale do São Francisco, particularmente as cidades de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), é um enclave de prosperidade de história curiosa. Em décadas anteriores, a região foi beneficiária de programas estatais de irrigação, que, embora focados na agricultura de subsistência, dotaram a região de uma infra-estrutura que foi fundamental para seu desenvolvimento. Em conjunto com a Embrapa, empresários locais mapearam os períodos de entressafra do hemisfério norte e desenvolveram técnicas para induzi a floração, de forma a concentrar a colheita nos períodos mapeados. Hoje, 90% da manga e cerca de 60% da uva que o Brasil exporta vêm do Vale do São Francisco, do sertão nordestino – em um contraste com a imagem tradicional de um sertão de fome e seca.

Da mesma forma, se conservada e racionalmente utilizada, a biodiversidade da caatinga pode produzir dividendos ecológicos e econômicos. Uma possível utilização econômica de uma caatinga conservada é o turismo, em uma região de paisagens e costumes tão peculiarmente brasileiros.

<u>Questão 2</u>

Comente as possibilidades de integração sul-americana sob o ponto de vista das fontes e sistemas de geração de energia, apontando as relações já existentes nesse campo.

Antônio Cottas de Jesus Freitas (20/20)

A integração sul-americana é projeto antigo. Remonta ao ideal latino-americano de Bolívar (hoje inviabilizado pela sombras dos EUA na América Central) e também aos projetos de longo prazo do Barão do Rio Branco. Infelizmente, refletindo a dura herança colonial, os países da região demoraram longas décadas para se convencerem dos benefícios de maior integração. Estavam ocupados na administração de suas relações subordinadas aos

países ricos do Norte. Hoje, sob coordenação brasileira (o que difere de liderança e/ou hegemonia), os estudos e projetos para integração setorial se multiplicam, cabendo especial destaque às questões energéticas. Segue breve análise:
a) Hidreletricidade: o potencial da Bacia do Paraná está praticamente esgotado. Destaca-se o projeto binacional (Brasil-Paraguai) de Itaipu. Sabe-se que a Bacia Amazônica tem vasto potencial, mas o impacto ambiental do represamento das águas e a grande distância com relação a centros consumidores tornam difícil a consecução de maiores projetos. O Brasil já importa energia elétrica da Venezuela e há idéias para aumentar a integração da região, bem como um aumento do intercâmbio com a Argentina. Limpa, renovável e de baixo custo operacional, a hidreletricidade é sempre bem vinda quando atende aos requisitos ambientais e sócio-econômicos.
b) Petróleo: apesar de caro, poluente e finito, o petróleo continuará por período razoável a abastecer parcela substancial da demanda energética sul-americana. A Argentina e a Venezuela são grandes exportadores do óleo. O Brasil tornar-se-á auto-suficiente em menos de dois anos. Haverá, portanto, capacidade produtiva suficiente para atender à demanda regional.
c) Gás natural: é o meio em que se pode prever maior integração. Há reservas para cerca de 70 anos na Bolívia, reservas na região (também petrolífera) da Patagônia e, recentemente descobertas, reservas de amplitude incerta (a serem mensuradas) no Brasil. O projeto brasileiro de diversificação da matriz energética com a produção termoelétrica assegura demanda suficiente para um notável crescimento das trocas. O gasoduto Bolívia-Brasil já é fato que comprova as possibilidades de sucesso do empreendimento. Cabe ressaltar, no entanto, o caráter poluente das termoelétricas (emissões de SO_2 *e* CO_2*), seu alto custo por unidade energética produzida e os inconvenientes da denominação em dólar do preço do gás natural.*
d) Energia nuclear: são muitas as restrições da sociedade civil e mesmo de setores do aparelho de estado à ampliação da capacidade geradora de energia nuclear. O custo é alto, os riscos ambientais e humanos são terríveis e há o problema dos resíduos tóxicos. No entanto, é alternativa analisada pelo Brasil, embora dificilmente se terá integração nessa área que não seja eminentemente técnica. Cabe apontar que o Brasil possui reservas de urânio e plutônio.
e) Biomassa: trata-se de projeto essencial para os países tropicais do mundo, especialmente o Brasil. A finitude dos recursos minerais e seus impactos no meio ambiente criam uma enorme demanda potencial para a biomassa no médio e longo prazos. O Brasil, além de ensolarado por todo o ano, possui terras disponíveis e gente disposta a nelas trabalhar para atender à enorme demanda mundial que, possivelmente será observada. A experiência anterior do álcool nos permite corrigir defeitos estratégicos e de implementação. A demanda ainda é incipiente (talvez a Alemanha e outros países ricos), havendo tempo para que se encontrem formas de baixar o custo de produção, maior empecilho à difusão da biomassa como combustível energético. Outros países da América do Sul também teriam condições de produzir biomassa, desde que a eles seja repassada (vendida?) a tecnologia.

Questão 3

O peso dos produtos primários nas exportações brasileiras contrasta vivamente com a imagem habitual de "país essencialmente urbano". Comente este aparente paradoxo à luz das novas interpretações acerca das relações cidade/campo no Brasil contemporâneo.

Juliano Rojas Maia (20/20)

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que as exportações brasileiras de produtos primários são dominadas pelo agronegócio. este setor é caracterizado por grandes propriedades altamente mecanizadas. Assim, há forte concentração fundiária e o número de empregados agrícolas tem diminuído com o avanço da mecanização. Os proprietários do agronegócio moram em cidades e muitos deles são verdadeiros agroindustriais voltados para o mercado externo. Esse é o caso, por exemplo, dos produtores de soja do Paraná e do Mato Grosso, e dos produtores de suco de laranja de São Paulo.

Segundo José Eli da Veiga, esse modelo tem aumentado a histórica preferência brasileira pela agricultura patronal, em detrimento da agricultura familiar. Para esse autor, esta opção pode piorar os indicadores socioeconômicos do País, se os setores urbanos da economia não absorverem os excedentes de mão de obra do mundo rural.

Entre 1992 e 1998, José Graziano da Silva e Rodolfo Hoffman elaboraram o Projeto Rurbano. Uma das conclusões deste trabalho foi a constatação de que "o mundo rural é maior do que o agrícola". Segundo esses autores, tem havido crescente urbanização do mundo rural brasileiro e interação cada vez maior entre os setores primário, secundário e terciário. Portanto, o conceito de campo tem-se tornado mais amplo para englobar atividades típicas do mundo urbanizado.

Além da agroindústria, que representa os vínculos entre setor primário e secundário, tem-se destacado também a crescente presença do setor terciário no mundo rural brasileiro. É cada vez maior a prestação de serviços de lazer no campo: pesque-pagues, spas, hotéis-fazendas, estâncias termais, esportes radicais e ecoturismo. Há, igualmente, aumento do número e da importância das festas de peão por todo o país. Graziano ressalta que a Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, em São Paulo, movimenta mais a economia do que o carnaval do Rio de Janeiro. Assim, têm aumentado os empregos não agrícolas no campo, graças, sobretudo, ao avanço do setor terciário no mundo rural.

Se, por um lado, a mecanização e o aumento de produtividade do agronegócio têm aumentado as exportações de produtos primários e diminuído os empregos agrícolas, por outro lado, a urbanização do mundo rural – no sentido de expansão dos serviços para o campo – tem contribuído para o surgimento de pequenas e médias cidades, ou seja, para a urbanização do país, e para a criação de empregos não-agrícolas. Esse processo atenua, mas não elimina, os problemas gerados pela opção preferencial pela agricultura patronal. Daí a importância dos governos continuarem a incentivar a agricultura familiar com assistência técnica, créditos e programas de apoio como o PRONAF.

Questão 4

Disserte a respeito das origens, apogeu e crise do conceito de "Terceiro Mundo".

Marcus Vinicius da Costa Ramalho (20/20)

Pouco após a Segunda Guerra Mundial, assistiu-se à emergência do antagonismo entre as duas superpotências vitoriosas naquele conflito: Estados Unidos e União Soviética. Os primeiros liderariam um bloco de países de instituições democrático-liberais e economia capitalista avançada (América do Norte, Europa Ocidental, Austrália, Nova Zelândia e

Japão). A segunda teria nos países da Europa Oriental e, inicialmente, também na China, sua esfera de influência. Eram os blocos capitalista e socialista, que, além de representarem dois lados de um conflito ideológico, também estavam envolvidos em uma corrida armamentista.

Superpondo-se a esse eixo Leste-Oeste, ganhavam importância, nas décadas de 1950 e 1960, os movimentos de descolonização, que iriam acrescentar à comunidade internacional um grupo de países cujos problemas mais prementes não eram o do conflito ideológico ou da Guerra Fria, mas as necessidades de desenvolvimento econômico e social. Essa temática, na verdade, já era discutida no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), criada em 1948. Os estudas da CEPAL apontavam que a estrutura do comércio internacional, tendo os países latino-americanos como exportadores de produtos primários, era-lhes desfavorável devido a uma inevitável 'deterioração dos termos de troca". Urgia buscar o caminho do desenvolvimento pela via da industrialização.

Aos países de colonização mais antiga juntavam-se, então, países recentemente descolonizados. Era grupo de países "subdesenvolvidos", ou "Terceiro Mundo", que se diferenciava do "Primeiro Mundo" dos países capitalistas desenvolvidos e do "Segundo Mundo" dos países de economia capitalista planificada. Em outra caracterização, os países pobres eram os países do sul, em oposição aos do norte industrializados e desenvolvido. Na arena diplomática, aqueles procuravam enfatizar a importância do eixo norte-sul, em detrimento do leste-oeste. Buscavam chamara a atenção para a problemática econômico-social, que era obscurecida pela Guerra Fria.

Parte do "Terceiro Mundo" expressou claramente essa preocupação com a criação do Movimento dos Países Não-Alinhados, que teve seus marcos na Conferência de Bandung (1955) e Belgrado (1961 – vale lembrar que a Iugoslávia do Marechal Tito não fazia parte da esfera de influência soviética). Em 1964 foi criada, no âmbito das Nações Unidas, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, cuja atuação se deu paralelamente à formação, entre os países do "Terceiro Mundo", do "Grupo do 77". A UNCTAD foi bem sucedida na negociação de um Sistema de Preferências que beneficiou o comércio dos países subdesenvolvidos.

A partir dos anos 70, ocorreram clivagens que passariam a tornar o conceito de "Terceiro Mundo" cada vez mais inadequado para descrever a realidade econômica internacional. Os países do Leste e Sudeste asiático tomavam a dianteira no processo de industrialização, incorporando inclusive tecnologias avançadas. O Brasil, depois dos surtos do Plano de Metas, do "milagre" de 1968-73 e do II PND do governo Geisel, era uma economia industrializada centrada em seu mercado interno, bem mais introvertida que na fase agro-exportadora. Os países exportadores de petróleo formaram a OPEP e elevaram substancialmente os preços do produto, colocando em dificuldade não só os países do "Primeiro Mundo" mas também outros importadores como o Brasil. Os países da África mergulhavam em guerras civis e ficavam cada vez mais para trás na corrida pelo desenvolvimento.

Assim, pouco se fala atualmente em "Terceiro Mundo". Mesmo porque – e este é uma dado muito importante – o "Segundo Mundo" desapareceu com a queda do regime socialista da União Soviética e de seus satélites. De qualquer forma, permanece a realidade de países de baixa renda per capita, que enfrentam problemas de desenvolvimento econômico e social. Muitos deles (como o Brasil) padecem de problema crônico de endividamento, que foi agravado na década de 1980 com a alta dos juros internacionais. Na tentativa de capturar diferentes matizes, o jargão diplomático fala em "países em desenvolvimento" e "países de menor desenvolvimento relativo". Entre os primeiros, têm destaque na mídia países como o Brasil, a Índia, o México e os Estados do sudeste asiático, entre outros, denominados pelos financistas como "mercados emergentes".

Questão 5

A tropicalidade brasileira sofre alterações regionais, segundo a ação de fatores tais como: latitude, altitude, e continentalidade. Estabeleça uma correlação entre tais variações e a divisão oficial do Brasil em "macro-regiões", estabelecida pelo IBGE em 1969.

Bruno de Lacerda Carrilho (20/20)

O Brasil é país essencialmente tropical, por encontrar-se na chamada zona intertropical, mas diversos fatores afetam tal condição. a divisão do país estabelecida pelo IBGE em 1969, em cinco "macro-regiões" (Norte, Nordeste, Centro-Oeste. Sudeste e Sul), não guiou-se essencialmente por critérios climáticos, o que pode ser comprovado pelas variações encontradas dentro de uma mesma região.

A região Norte apresenta essencialmente clima tropical super-úmido, constantemente quente (pouca amplitude térmica). A pluviosidade na região é intensa ao longo do ano, havendo pouca variação, ou seja, divisão entre estação seca e chuvosa, característica de climas tropicais. Isso deve-se à dinâmica da massa de ar quente estacionada sobre a região. Portanto, a área tem sua tropicalidade alterada pela continentalidade e pela baixa latitude, causadora de temperaturas constantemente elevadas.

O Nordeste possui forte alteração da tropicalidade, especialmente em relação ao sertão semi-árido. A presença de elevações como o Planalto da Borborema, que servem como barreira natural que afeta a dinâmica dos alísios, impedem a penetração de massas úmidas no interior. Como resultado, encontramos a presença de clima semi-árido na região. A porção norte do Nordeste apresenta clima característico da região Norte (norte do estado do Maranhão), enquanto sua faixa litorânea é afetada por variações na temperatura da Corrente do Brasil – que geram alterações na dinâmica das chuvas – e, ocasionalmente, pela penetração de massas polares vindas do sul, especialmente nos meses de julho a agosto.

A região Centro-Oeste está mais próxima da tropicalidade "típica", com temperaturas elevadas (mas já apresentando alguma amplitude térmica) e alternância entre estações secas e chuvosas. Ainda assim, por suas consideráveis dimensões e pela influência da continentalidade e da latitude, há variações, especialmente nos extremos norte (características semelhantes às apresentadas na região Norte – baixa amplitude térmica e diferenciação mais clara entre as estações seca e chuvosa). A região apresenta o domínio tropical típico, o Cerrado.

O Sudeste em grande parte apresenta tropicalidade "típica", mas da mesma forma apresenta peculiaridades. O norte de Minas Gerais, por exemplo, apresenta características semelhantes ao sertão nordestino, com baixos índices pluviométricos. Áreas localizadas em elevações, como a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira têm sua tropicalidade alterada pela altitude, o que acarreta temperaturas mais amenas, se comparadas a áreas adjacentes de baixa altitude. Dentro da região, quanto mais ao sul (estado de São Paulo), maiores os efeitos da penetração de frentes frias no inverno, que podem acarretar temperaturas relativamente baixas.

A região Sul apresenta clima essencialmente subtropical, sendo a região mais intensamente sujeita aos efeitos da penetração de massas polares, que, no inverno, ocasionam geadas e precipitação de neve, principalmente nas áreas elevadas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Outro fator que determina o clima da região é a latitude mais alta em relação às outras regiões do Brasil. É a área do país com maior amplitude

térmica, e sua pluviosidade sofre ocasionalmente importantes alterações com a incidência dos fenômenos El Niño/La Niña, resultantes do aquecimento ou esfriamento anormais das águas do Pacífico. Ocasionalmente verifica-se também o fenômeno da "friagem", penetração anormal de massas polares, capaz de alcançar as regiões Norte e Centro-Oeste.

NOÇÕES DE DIREITO

A prova consistirá de cinco questões dissertativas. O examinando deverá responder de modo objetivo tendo em vista a limitação de linhas para cada resposta. A banca examinadora levará em conta sobretudo o poder de argumentação do candidato. Assim, eventual citação de tal ou qual autor deve ser evitada. O interesse dos examinadores é avaliar o entendimento do(a) candidato(a) sobre o problema formulado. Ele(a) deve pautar sua resposta pela objetividade, clareza e precisão.

A bibliografia é meramente indicativa. Os examinadores buscaram indicar livros atualizados e de fácil acesso, já que se trata de prova de "noções" de Direito. Desse modo, a banca ateve-se ao indispensável. O candidato poderá, por óbvio, lançar mão de outros autores que, ao seu juízo, abordem tal ou qual ponto do programa.

Programa:

I – Direito interno

01. Normas jurídicas. Características básicas. Hierarquia.
02. Constituição. Conceito. Classificações. Primado da Constituição. Controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos.
03. Fatos e atos jurídicos. Elementos, classificação e vícios do ato e do negócio jurídico.
04. Personalidade jurídica no direito brasileiro.
05. Estado. Características. Elementos. Soberania. Formas de Estado. Confederação. República e monarquia. Sistemas de governo (presidencialista e parlamentarista). Estado democrático de direito.
06. Organização dos poderes no direito brasileiro.
07. Processo legislativo brasileiro.
08. Princípios, direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF/88).
09. Noções de organização do Estado na CF/88: competências da União, dos Estados-membros e dos Municípios. Características do Distrito Federal.
10. Atividade administrativa do Estado brasileiro. Princípios constitucionais da administração pública e dos servidores públicos. Controle de legalidade dos atos da Administração.
11. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.

II – Direito internacional

01. Caráter jurídico do direito internacional público (DIP). Fundamento de validade da norma jurídica internacional. DIP e direito interno. DIP e direito internacional privado.
02. Fontes do DIP: artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Atos unilaterais do Estado. Decisões de organizações internacionais. Normas imperativas ("jus cogens").
03. Sujeitos do DIP: Estados {Conceito. Requisitos [Território, população (Nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro. Deportação, expulsão e extradição), governo e capacidade de entrar em relações com os demais Estados]. Surgimento. Reconhecimento (de Estado e de governo). Sucessão. Responsabilidade internacional. Jurisdição e imunidade de jurisdição. Diplomatas e cônsules: privilégios e imunidades}. Organizações internacionais [Definição.

Elementos constitutivos. Classificação. Personalidade jurídica. Organização das Nações Unidas (ONU)]. Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano. Indivíduo.
04 Solução pacífica de controvérsias internacionais. Artigo 33 da Carta da ONU. Meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais (arbitragem e tribunais internacionais).
05. Direito internacional dos direitos humanos. Proteção (âmbito internacional e regional). Tribunais internacionais (San José da Costa Rica, Estrasburgo, Haia, Arusha).
06. Direito da integração: noções gerais. Mercosul e União Européia (Gênese. Estrutura institucional. Solução de controvérsias).
07. Direito internacional econômico: conhecimentos elementares. Organização Mundial do Comércio (Gênese. Estrutura institucional. Solução de controvérsias).

Bibliografia:

I – Documentos

Constituição Federal (1988)
Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça (1945)
Convenções de Viena sobre: Relações Diplomáticas (1961);
Relações Consulares (1963); e
Direito dos Tratados (1969).
Tratado para a constituição de um mercado comum - Mercosul (Assunção, 1991)
Protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institucional do Mercosul (Ouro Preto, 1994)
Acordo constitutivo da Organização Mundial do Comércio - OMC (Marraqueche, 1994)
Memorando sobre solução de controvérsias - OMC (1994)

II – Livros

ACCIOLY, Hildebrando e Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva. *Manual de direito internacional público*. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
AMARAL Jr., Alberto. *Manual do Candidato – Noções de direito*. Brasília: FUNAG, 1995.
BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. 10ª ed. Brasília: Editora UnB, 1999.
BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 12ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
________________ . *Teoria do Estado*. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 1995.
BORCHARDT, Klaus-Dieter. *O ABC do direito comunitário*. Bruxelas: Comissão Européia, 2000.
BROWNLIE, Ian. *Princípios de direito internacional público*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. *14ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.*
ENGISH, Karl. Introdução ao pensamento jurídico. *8ª ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.*
FLORÊNCIO, Sergio Abreu e Lima e Ernesto Henrique Fraga Araújo. Mercosul hoje. *São Paulo: Alfa-Ômega, 1995.*
MELLO, Celso de Albuquerque. Curso de direito internacional público*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.*
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 14ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
QUOC DINH, Nguyen, Patrick Dailler e Alain Pellet. *Direito internacional público*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1999.
RANGEL, Vicente Marotta. *Direito e relações internacionais*. 7ª ed. São Paulo: RT, 2002.
REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 26ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
REZEK, José Francisco. Direito internacional público: curso elementar. *9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.*
SEITENFUS, Ricardo. *Manual das organizações internacionais*. 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.
SILVA, José Affonso da. *Curso de direito constitucional positivo.* 19ª ed. São Paulo: Malheiros, 2001.
SOARES, Guido Fernando Silva. *Curso de direito internacional público*. v. 1. São Paulo: Atlas, 2002.
THORSTENSEN, Vera. OMC: *Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais*. 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.
TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *O direito internacional em um mundo em transformação*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

Exemplo de prova

Valor de cada questão: 20 pontos

<u>Questão 1</u>

Analise juridicamente – sobretudo à vista do princípio da igualdade – a assertiva, sustentada por setores da sociedade brasileira, de que as ações afirmativas "têm como pressuposto a noção equivocada de que se combate uma injustiça criando outra".

Otávio Augusto Drummond Cançado Trindado (18/20)

A assertiva de que "todos são iguais perante a lei" é corolário do princípio da igualdade. Esse, no entanto, pode assumir duas formas: a igualdade formal e a igualdade material.

A interpretação gramatical do enunciado acima leva ao entendimento de que não pode a lei fazer quaisquer discriminações entre os indivíduos. Essa é a noção de igualdade formal.

A igualdade material decorre da concepção de justiça segundo a qual deve-se tratar os iguais com igualdade e os desiguais com desigualdade, na medida de suas diferenças. A partir dessa nova leitura, o princípio da igualdade assume outra feição.

No direito brasileiro, a lei pode fazer discriminações sem que viole o princípio da igualdade. Essas discriminações devem, no entanto, atender a um pressuposto lógico racional. Assim, concurso público para carcereiro de penitenciária masculina que vede a inscrição de candidatas não atenta contra o princípio da igualdade. A própria Constituição da República, ao instituir regras previdenciárias favoráveis às mulheres, privilegia a

igualdade material, ao supor que as mulheres enfrentam dupla jornada de trabalho durante toda a vida.

O estabelecimento de ações afirmativas, para reduzir desigualdades enfrentadas por grupos sociais, tem como cerne a noção de justiça sobre a qual se fundamenta a igualdade material. Assim, a afirmação de que se estaria criando outra injustiça por meio da instituição de ações afirmativas poderia ser facilmente refutada.

Questão 2

Considere a seguinte situação hipotética:

No início deste ano, é editada medida provisória que cria uma gratificação especial por desempenho de funções em certos postos no exterior, tidos como inóspitos. A gratificação alcança quem exerceu essas funções no passado. Em junho, porém, a medida provisória é rejeitada pelo Congresso Nacional. Já se passaram mais de sessenta dias da rejeição da medida provisória, sem que o Congresso Nacional tenha-se animado a dispor sobre as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência do ato normativo rejeitado. Supondo que não haja qualquer inconstitucionalidade na mesma medida provisória e tendo em vista as circunstâncias descritas, responda de modo fundamentado:

a) Os diplomatas que receberam a gratificação durante a vigência da medida provisória terão de devolver o que receberam a esse título depois da rejeição da medida provisória?

b) Os diplomatas que desempenharam efetivamente as funções previstas na medida provisória têm direito adquirido a manter a gratificação para o futuro?

c) Diplomatas que desempenharam as funções previstas na medida provisória nos sessenta dias que se seguiram à sua rejeição fazem jus ao percebimento da vantagem?

André Mendonça Machado (17/20)

A edição de Medida Provisória (MP) cria situações jurídicas temporárias cuja solução depende, grosso modo, da aprovação ou rejeição daquela MP pelo Poder Legislativo. Aprovada a medida, seus efeitos incorporam-se em definitivo ao mundo jurídico. Caso rejeitada, cessam imediatamente seus efeitos, cabendo ao Poder Legislativo dispor sobre as relações constituídas durante a vigência da medida e dela decorrentes.

A devolução da gratificação paga na vigência da MP constituiriam questão a ser definida em decreto legislativo, o que não ocorreu (o decreto legislativo é o instrumento que dispõe sobre as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência da MP). Uma vez que tal questão não recebeu tratamento em decreto legislativo, nenhuma providência administrativa de devolução deve ser tomada em relação às gratificações pagas nas vigência da MP.

Já que com a extinção da MP extinguem-se os direitos nela previstos, cessa o pagamento da gratificação. Assim, os diplomatas que desempenhavam as funções previstas não têm direito adquirido em relação à gratificação, pois o caráter precário da MP gera mera expectativa de direito. Da mesma forma, uma vez extintos os efeitos da MP pela sua rejeição, não cabe pagamento, mesmo que nos 60 dias seguintes, da referida gratificação.

Questão 3

Tendo em vista o tema da subjetividade internacional da pessoa humana nos dias de hoje, comente a seguinte passagem:

"Já não é possível, como no direito internacional tradicional, seguir considerando a pessoa humana como um objeto da ordem jurídica internacional; isso não significa, entretanto, que aquela seja um sujeito pleno de direito internacional, apesar do processo de humanização que este vem experimentando".

Thiago Bonfada de Carvalho (20/20)

Ao longo de sua evolução histórica, o Direito Internacional tem sido por excelência o Direito dos Estados, direito entre as entidades dotadas de soberania territorial. Apenas no Século XX a situação começou a mudar, com o surgimento de numerosas organizações internacionais, dotadas de personalidade jurídica segundo seus tratados constitutivos. Para se ter uma idéia da lentidão deste processo, basta lembrar que a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, firmada nos anos 60, ainda estabelecia que somente Estados poderiam ser partes firmantes de um tratado. A inclusão das organizações internacionais nesta cláusula teve de esperar até a metade dos anos 1980!

Se esta foi a situação até para as organizações internacionais, fica claro que a inclusão de novos sujeitos, ONGs e indivíduos, será ainda mais lenta. Tradicionalmente, a relação dos indivíduos com o DIP é indireta: o indivíduo influencia o DIP influenciando seu Estado, e o DIP chega até o indivíduo através das medidas estatais. Nessa situação, apenas os Estados eram sujeitos do DIP, e os indivíduos eram apenas objetos.

Contudo, a tendência do sistema internacional e do próprio DIP, no período recente, é de aumentar o papel do indivíduo, e suas prerrogativas. Isso aconteceu mais cedo, e de forma mais clara, no âmbito dos direitos humanos e dos direitos sociais que deles fazem parte. A Organização Internacional do Tratado, via a representação sindical e patronal, há tempos abre uma brecha à participação não-estatal das sociedades; contudo, não é ainda a pessoa humana em si que tem direito de expressão.

Tal veio a ocorrer na década de 1960, com início da – tímida – implementação dos acordos sobre direitos humanos firmados no âmbito da ONU. Ainda que a capacidade dissuasiva e executória tivesse sido mínima, pela primeira vez indivíduos puderam expressar-se e fazer denúncias diretamente a um órgão internacional. Diversas Organizações Internacionais – como as Comunidades Européias e a Organização dos Estados Americanos – hoje permitem o mesmo. No âmbito do direito comercial internacional, diversas organizações passaram a prever a possibilidade de reclamações individuais, ainda que geralmente a reclamação individual deva passar a ser capitaneada pelo Estado do reclamante no processo de resolução de controvérsias.

Assim, a pessoa humana vem adquirindo características que a distanciam da situação de objeto passivo da ordem jurídica internacional. Entretanto, como a citação deixa claro, esse processo está se dando apenas em algumas questões e temáticas, o que impede que consideremos a pessoa humana como "sujeito pleno" de direito internacional.

Questão 4

O artigo 33 (1) do tratado constitutivo da Organização das Nações Unidas (ONU) assim dispõe:

"As partes em uma controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recursos a entidades ou acordos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha" (ênfase acrescida).

A expressão sublinhada é a versão oficial (português) feita pelo governo brasileiro da Carta da ONU [algumas versões autênticas da mesma expressão foram assim lavradas: inglês ("first of all"); francês ("avant tout"); espanhol ("ante todo")]. Tendo em vista a proscrição da guerra como forma lícita de condução das relações internacionais, como interpretar a expressão?

César Barrio (20/20)

Carl Von Clausewitz considerava a guerra uma continuação, por outros meios, da política. Ao longo de muitos séculos, foi essa a visão que prevaleceu na esfera internacional, legitimando a guerra como um instrumento da política. Essa visão começou a mudar no final do século XIX, quando o grande avanço tecnológico na produção de armas alertou os líderes das principais potências mundiais para os perigos cada vez maiores que novos conflitos bélicos poderiam gerar. Assim, com o propósito de reduzir o imenso potencial destrutivo das armas que surgiam e fortalecer os mecanismos de solução pacífica de conflitos, o Czar Nicolau II convocou as duas Convenções de Haia, que resultaram na proibição à utilização de alguns armamentos e.g. atirar projéteis de balões e na criação da Corte Permanente de Arbitragem sediada na Haia.

Nada disso pôde, entretanto, evitar a hecatombe produzida pela I Guerra Mundial. Por isso, procurou-se fortalecer ainda mais os mecanismos de solução pacífica de conflitos, com a criação da Liga das Nações e da Corte Permanente de Justiça Internacional. Essa relevância cada vez maior dada à prevenção da guerra acabou resultando, em 1929, na celebração do Pacto Briand-Kellog, que implicou reconhecimento definitivo da ilegalidade da guerra como forma lícita de condução das relações internacionais (embora, lamentavelmente, o tratado prevesse tantas exceções que, no dizer de Henry Kissinger, deslegitimava a guerra apenas nas circunstâncias em que esta fosse impossível). Mais uma vez, nada disso evitou mais uma hecatombe, que seria a II Guerra Mundial, mas essa nova tragédia reforçou ainda mais o empenho dos arquitetos do pós-guerra em deslegitimar a guerra.

Foi nessa esteira que se celebrou a Carta de São Francisco, de 1945, que, em seu artigo 33 (1), consagra a solução pacífica de controvérsias como mecanismo a ser utilizado "antes de tudo" no caso de "uma ameaça à paz e à segurança internacionais". O propósito da expressão "antes de tudo" inserida nesse artigo é justamente reforçar a idéia de que nenhuma medida de hostilidade deverá ser tomada antes que se esgotem os mecanismos pacíficos à disposição dos contendores. Dessa forma, não se busca simplesmente evitar a guerra, mas coibir as práticas tendentes ao agravamento das circunstâncias, que podem precipitar a eclosão do conflito armado. Com isso, desencoraja-se a condução de retaliações,

a decretação de embargos, a realização de bloqueios e quaisquer outras medidas hostis que acabam tornando a solução de disputa por meios pacíficos cada vez mais difícil.

Não é apenas o artigo 33(1) da Carta que procura deslegitimar a utilização da guerra como forma lícita de condução das relações internacionais: a Carta é permeada por indicações de que se deve sempre buscar a paz e evitar a guerra, cuja interpretação sistemática acaba levando à conclusão de que a guerra só é lícita em duas hipóteses: i) Legítima defesa; e (ii) autorização do Conselho de Segurança da ONU. Diante disso, é possível concluir que o "antes de tudo" inserido no artigo 33(1) também indica que não se poderá recorrer à força antes que surja uma necessidade grave e urgente ou que o Conselho de Segurança haja legitimado a medida.

Assim, a menos que esteja caracterizada a legítima defesa ou que o Conselho de Segurança legitime o uso da força, as partes em uma controvérsia que ameace a paz e a segurança internacionais deverão abster-se da condução de qualquer hostilidade e buscar a solução da contenda através dos meios pacíficos. Nesse sentido, a carta franqueia-lhes toda uma plêiade de opções que incluem mecanismos diplomáticos, jurisdicionais e políticos, que poderão ser complementados por quaisquer outros à sua escolha.

Questão 5

O Conselho de Segurança das Nações Unidas criou, mediante resolução, o Tribunal Penal Internacional para a Ex-Iugoslávia (T.P.I.E.I.). Considerando tratar-se de algo sem precedentes, o assunto chamou a atenção sobretudo da doutrina. Alguns autores ponderaram que o Tribunal deveria ter sido criado por tratado ou por emenda à Carta da ONU, e não por resolução do Conselho. Em prol de sua tese, invocam, entre outros motivos, os seguintes: (i) a Carta não prevê a criação de tribunais "ad hoc"; (ii) a Assembléia Geral – cujo eventual envolvimento na constituição do T.P.I.E.I. seria, ao menos, garantia de maior representação da comunidade internacional como um todo – não participou do estabelecimento do órgão; (iii) a Carta não estabelece, no Capítulo VII, poderes para que o Conselho crie, de modo isolado, órgão judicial; (iv) o Conselho não foi coerente já que não criou tribunais para outras situações de igual ofensa às normas de direito humanitário; e (v) o Conselho, tratando-se de órgão político, não seria capaz de estabelecer tribunal independente e imparcial.

Suponha o candidato ser juiz no Tribunal Penal Internacional para a Ex-Iugoslávia. Imagine, ainda, que a argumentação acima foi oferecida como preliminar ao julgamento de mérito de processo sob sua apreciação. Produza minuta de decisão em favor da jurisdição do Tribunal, bem assim de sua constitucionalidade.

Bruno Henrique Neves Silva (20/20)

De início, ressalte-se que este tribunal não tem competência para contestar sua própria legitimidade, bem como para interpretar a carta da ONU. Uma vez que foi criado para julgar os crimes cometidos na região da ex-Iugoslávia, em caráter "ad hoc", a competência deste tribunal se refere tão-somente aos limites impostos pela resolução que o criou. Da mesma forma, a interpretação do Estatuto das Nações Unidas é de competência de outros órgãos, como a Corte Internacional de Justiça e não pode ser objeto da apreciação

desta Corte.

Não encontram guarida, outrossim, as alegações contrárias a jurisdição e a constitucionalidade do Tribunal. O Conselho de Segurança da ONU detém as prerrogativas para decidir sobre a ameaça à paz, de modo que a criação do Tribunal está de acordo com os poderes previstos na Carta da ONU. Seu caráter pacífico em nada impede a boa condução dos julgamentos do Tribunal, que é composto por juízes independentes não subordinados ao Conselho. A jurisdição do Tribunal se impõe, uma vez que a justiça local se encontra impedida de realizar julgamento isento e o estado de destruição da burocracia estatal da ex-Iugoslávia não permite a existência de uma aparato judiciário. Por outro lado, a manifesta ofensa às normas de direito humanitário credenciam a criação de um Tribunal Internacional como este, pois é de interesse da comunidade internacional a responsabilização pelos crimes praticados. A ausência de manifestação do Conselho em outras situação similares não pode servir de argumento para deixar crimes contra a humanidade sem a devida apreciação da justiça.

NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão.

Programa:

I - Conceitos básicos

1. O objeto da Economia. Escassez e usos alternativos. Bens econômicos. Sistema de preços e alocação de recursos.
2. Noções sobre a evolução da análise econômica. Pensamento clássico e marxista; a escola neoclássica; Keynes; desenvolvimentos pós-keynesianos.
3. Medida da atividade econômica. Produto e renda. Contas Nacionais: os grandes agregados e sua estimação. Valores nominais e valores reais. Índices de preços.
4. Noções de Microeconomia. Determinantes da procura e da oferta. Elasticidades. O equilíbrio de mercado. Concorrência perfeita, monopólio e outras estruturas de mercado.
5. Moeda e sistema bancário. Oferta e procura de moeda. Banco Central e política monetária. Inflação.
6. Noções de Economia Internacional. Taxas de câmbio e sua determinação. O balanço de pagamentos. A noção de vantagens comparativas.

II - Formação da Economia Brasileira

1. A economia brasileira no período colonial. A economia açucareira do Nordeste. Auge e declínio da mineração.
2. A economia brasileira no século XIX. Expansão da lavoura cafeeira. Transformações no final do período: abolição do escravismo, início do desenvolvimento industrial.
3. A economia brasileira na primeira metade do século XX. As duas guerras mundiais, a depressão dos anos trinta e seus reflexos. O processo de industrialização: fases, características.

Bibliografia:

A primeira parte do programa corresponde ao conteúdo usual de um curso universitário de Introdução à Economia e é coberta em manuais como o Manual de Economia, organizado por Pinho & Vasconcelos e elaborado por uma equipe de professores da Universidade de São Paulo (ver especialmente: Parte Introdutória, capítulos 1 e 2; Parte I, caps. 2 e 4; Parte II, caps. 1, 2 e seu apêndice, 4 e seu apêndice, e 5; e Parte IV, cap. 1 e seu apêndice), ou os livros de Samuelson e de Wonnacott & Wonnacott.

A segunda parte do programa pode ser estudada nos livros clássicos de Celso Furtado e Caio Prado Jr., e na obra de Maria da Conceição Tavares (ver sobretudo o capítulo "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil").

ABREU, M. P. *A Ordem do Progresso: 100 anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2000.
MANKIW, N. G. *Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macro Economia.* Rio de

Janeiro: Campus, 2001.
PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M.A.S. (orgs.). *Manual de Economia*. São Paulo: Saraiva, 1992.
PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
SAMUELSON. P. A. ; NORDHAUS, W. D. *Economia* 14. ed. Lisboa: McGraw-Hill, 1992.
TAVARES, Maria da Conceição. "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil" *in*: *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
VERSIANI, Flávio Rabelo. *Manual do Candidato: Noções de Economia*. Brasília: FUNAG, 1996.

Exemplo de prova

Valor de cada questão: 20 pontos

Questão 1

Explique como o financiamento da guerra no Iraque, mediante o aumento substancial do déficit público americano, pode reduzir o investimento em outros países.

Antonio Cottas de Jesus Freitas (20/20)

A guerra no Iraque, financiada por aumento considerável no déficit público americano, pode realmente, como expressa a questão, reduzir o investimento em outros países. Para demonstrarmos a validade da assertiva, devemos partir da identidade macroeconômica fundamental: DA=RA.

A demanda agregada (DA) é composta por gastos em consumo (C), investimentos (I), gastos do governo (G) e exportações (X). A renda agregada (RA) é a soma dos gastos em consumo, da poupança privada (Sp), dos gastos com impostos (T) e das importações (M). Igualando as duas equações, temos que:

$$\underset{1}{(G-T)} = \underset{2}{(Sp - I)} + \underset{3}{(M - X)}$$

O déficit público americano (1) deve ser financiado por aumento proporcional da poupança privada ou do déficit externo (3, que é a poupança externa). O aumento da poupança externa para financiar incremento do déficit público americano significa que países outros estão transferindo poupança para sustentar o esforço de guerra dos EUA. A questão está correta em ressaltar que o déficit pode ser financiado por poupança externa, já que um incremento na poupança privada seria outra opção.

Do ponto de vista dos outros países, temos que, partindo da igualdade DA=RA, o investimento pode ser traduzido na seguinte fórmula:

$$I = Sp + \underset{Sg}{(T - G)} + \underset{Se}{(M - X)}$$

Ora, se a poupança externa desses países diminui (pois estão financiando o esforço de guerra dos EUA), haverá redução no nível de investimento, caso não haja compensação pela poupança do governo ou privada.

De Gaulle, em meados da década de 60, insistia na criação de outra moeda (que não o dólar) de reserva internacional. Argumentava que a França estava, involuntariamente,

financiando a política externa dos EUA no Vietnã. Teve sucesso pequeno, com a criação dos SDR (" Special Drawing Rights") pelo FMI, moeda de importância secundária, com baixa liquidez. O que será que pensam, hoje, os altos dirigentes dos países asiáticos? E quais serão as conseqüências de um provável fortalecimento do euro?

Questão 2

Compare o processo de ajustes exigido para eliminar um déficit na Balança Comercial, (a) sob o regime de taxas de câmbio fixas e (b) quando as taxas de câmbio são flutuantes.

Fábio Moreira Farias (20/20)

A balança de pagamentos é o instrumento utilizado para medir a entrada e a saída de divisas de um país relativas a transações entre agentes econômicos residentes e não residentes. Na Balança Comercial, uma das contas nas quais pode ser dividida a Balança de Pagamentos, registram-se as importações e exportações de mercadorias realizadas pelo país cujo pagamento faz-se mediante moeda com liquidez e aceitação internacionais.

Déficits na Balança Comerciais significam importações (M) maiores que exportações (X), ou M – X>0. Considerando que a Conta Capital tenha-se mantido estável, ou com saldo igual a zero, a taxa de câmbio, preço da divisa no mercado interno, sofrerá uma tendência à elevação, uma vez que a demanda por divisas por parte dos importadores supera sua oferta por parte dos exportadores. Essa tendência depende do regime do câmbio para se materializar.

a) Sob um regime de câmbio fixo, a tendência à elevação da taxa de câmbio é detida pela autoridade monetária, comumente o Banco Central, que ofertará as divisas demandadas pelo mercado de forma a conter a elevação da taxa de câmbio, ou seja, a depreciação da moeda.

Para tanto, a autoridade monetária deverá valer-se de suas reservas internacionais, ocasionando uma baixa de seu estoque. Caso os déficits tornem-se constantes, será necessário elevar a taxa de juros interna, admitindo-se que haja alta mobilidade de capitais, de modo a atrair divisas na forma de capital externo.

O aumento das taxas de juros é produzido por uma política monetária contracionista que reduzirá ainda mais o nível de atividade interna (demanda, renda e produto agregados). Com isso, espera-se que a demanda por importações seja contida e que o equilíbrio da Balança Comercial seja restabelecido.

b) No que tange do regime de câmbio flutuante, a tendência à elevação da taxa de câmbio materializa-se e a moeda é depreciada, sem que haja intervenção direta da autoridade monetária e não provocando alterações no estoque de reservas internacionais.

O ajuste, neste caso, é feito pelo próprio mercado: a moeda nacional desvalorizada faz as exportações mais competitivas internacionalmente, ao mesmo tempo em que torna as importações menos acessíveis.

Cumpre salientar que o regime de câmbio flexível também apresenta desvantagens, sobretudo no que se refere à potencial desvalorização constante da moeda nacional, podendo provocar, entre outros efeitos, perda da credibilidade da moeda, aumento do custo de importações preço-ineslásticas e, como conseqüência, inflação.

Questão 3

Utilizando os conceitos básicos da teoria do comércio internacional explique por que estratégias de desenvolvimento baseadas em políticas de substituição de importações tendem a ser mais bem sucedidas em países como o Brasil do que em nações como o Uruguai ou a Coréia do Sul.

Fábio Moreira Farias (20/20)

A Política de Substituição de Importações, cerne do modelo industrialista do nacional-desenvolvimentismo, que no Brasil manteve-se hegemônica da década de 1930 até o início da década de 1990, contradiz, em grande parte, os ensinamentos da teoria clássica e da neoclássica do comércio internacional. De acordo com os teóricos das duas escolas, os países deveriam eliminar as barreiras do comércio internacional, especializando-se na produção de bens e serviços nos quais tivessem vantagens comparativas. A promoção do livre comércio internacional seria benéfica a todos os países pois o intercâmbio de mercadorias contribuiria para a elevação do bem-estar da sociedade internacional como um todo.

Baseada fundamentalmente no protecionismo e na intervenção direta do governo na economia seja sob a forma de empresas estatais, - seja como indutor de investimentos - , a política de substituição de importações valia-se da existência de vantagens comparativas dinâmicas e de rendimentos crescentes de escala para justificar sua aplicação.

Contrariando o embasamento teórico da existência de vantagens comparativas, que em Ricardo assume a forma de diferenças de tecnologia e em Hecksher-Ohlin a de dotação de fatores de produção, o governo dos países que adotaram a industrialização por substituição de importações adotou políticas que visavam a criar indústrias de tecnologia dos países desenvolvidos e nas quais dispunham de fatores de produção em abundância. É o caso, por exemplo, da siderurgia, intensiva em capital mas que apresenta fortes ganhos de escala.

Para que a política de substituição de importações seja eficaz é fundamental que o país seja grande o bastante para poder progredir em grau de especialização da produção interna tal que viabilize o desenvolvimento de indústrias de bens de capital, sem as quais não se desenvolverá a indústria nacional de forma autônoma.

Esse é o caso do Brasil. Durante as décadas em que se manteve a substituição de importações o país tornou-se industrializado e cresceu vertiginosamente. O parque industrial brasileiro é diversificado e foi viabilizado pelo tamanho do país, bem como pela possibilidade de especialização funcional e regional de sua produção.

Questão 4

“Contrariamente ao estabelecido pela teoria padrão do comércio internacional, barreiras comerciais elevadas – tarifárias e não-tarifárias - não impediram o Brasil de apresentar altas taxas de crescimento, no período 1900-1973.“ Avalie.

Fábio Moreira Farias (20/20)

A chamada "teoria padrão do comércio internacional" fundamenta-se nos ganhos de bem-estar promovidos pelo livre comércio entre os países para justificar a defesa do fim de barreiras comerciais, materializando o princípio fisiocrata do "laisser passer".

Os clássicos, em sua vertente ricardiana, defendiam haver diferenças de tecnologias que faziam os países mais produtivos no que se refere a determinado bem. O esforço produtivo, representado principalmente pela força de trabalho, deveria privilegiar tal bem e comercializá-lo por outros, obtendo, ao final, mais bens no total. O modelo neoclássico de Heckscher-Ohlin refuta a existência de diferenças de tecnologia e justifica a existência de vantagens comparativas pela dotação de fatores de produção intensivos à fabricação de um bem em cuja produção o país deveria especializar-se. Para ambos, a troca internacional livre de barreiras era, portanto, imprescindível.

O Brasil seguiu, "grosso modo", tais preceitos nas três primeiras décadas do século XX, quando o seu principal produto, o café – intensivo em terras e mão-de-obra, abundantes no país, e cuja tecnologia de produção o Brasil dominada –, foi defendido externamente, do preço de não se imporem barreiras a importações quaisquer que fossem. Era comum defender a "vocação agrícola" do país com base no liberalismo comercial.

A década de 30, contudo, dá início ao modelo nacional-desenvolvimentista, amplamente protecionista. Pelo menos até 1973, o Brasil adotou uma estratégia de desenvolvimento voltada ao mercado interno. As grandes empresas, criadas nesse período, gozavam de proteção governamental contra a concorrência externa e tinha, para si, reservado um imenso mercado consumidor.

Grande parte dos investimentos que viabilizaram as referidas altas taxas de crescimento foi de responsabilidade do governo. São exemplo dessa intervenção direta: a política keynesiana "pré-Keynes" de Vargas, comprando estoques de café e mantendo, com isso, o nível de renda interna durante os anos de depressão profunda do comércio internacional; as políticas de atração de investimentos diretos do governo de Juscelino Kubitschek; os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) I e II.

A justificativa teórica para o sucesso da imposição de barreiras, malgrado a defesa do liberalismo comercial, pode ser encontrada na própria "teoria padrão". As hipóteses do modelo não prevêem imperfeições tais como ganhos crescentes de escala, em mobilidade nacional da mão-de-obra no curto e médio prazos, barreiras do comércio impostas por potenciais parceiros, bens não perfeitamente homogêneos e estruturas de mercado diferentes das de livre concorrência, como monopólios, oligopólios e concorrência monopolística.

Todos esses fatores levariam, portanto, à justificação da intervenção governamental, bem como à eficiência do mercado, que se tivesse sido levado apenas pela "mão invisível", não lograria alcançar um nível de especialização e diferenciação internas capazes de garantir desenvolvimento econômico tal como apresentado no período citado.

Questão 5

A teoria da paridade do poder de compra afirma que, no longo prazo, diferenças de preços entre países, para os mesmos produtos, não são sustentáveis em razão da possibilidade de arbitragem. Explique o funcionamento desse processo de arbitragem e analise suas implicações para a determinação da taxa de câmbio de longo prazo. Discuta, também, os pressupostos e limites dessa teoria.

Antonio Cottas de Jesus Freitas (20/20)

A paridade do poder de compra (PPP= "purchase power parity") pondera o nível de determinada economia com relação ao poder de compra da moeda nacional. Ela é muito utilizada para comparações entre salários, preços e mesmo o PIB de diferentes países. Por exemplo, pode-se afirmar que o PIB e os salários de países como o Brasil e a China são proporcionalmente maiores quando comparados aos EUA ou ao Japão em termos da paridade do poder de compra. Um operário brasileiro que ganhe cerca de US$ 200,00 por mês teria, de acordo com o indicador, incremento substantivo proporcionalmente ao seu colega norte-americano que perceba US$ 1000,00, já que o custo de vida no Brasil, em dólar, é bem menor. São eliminadas, portanto, distorções entre preços relativos.

A elaboração de uma teoria da paridade do poder de compra criou a argumentação de que diferenças de preços entre países, para os mesmos produtos, no longo prazo, não seriam sustentáveis. Isso decorre das possibilidades de arbitragem: a compra de determinado produto em determinada economia para revenda em outro país que tenha preços (ajustados pela PPP) maiores. Conforme esse processo se desenvolva, necessariamente haveria convergência entre os preços (ajustados pela PPP) de produtos homogêneos em diferentes países. No caso, ajuste na taxa de câmbio de longo prazo refletiriam exclusivamente o diferencial de inflação entre os países, desconsiderando a produtividade no cálculo.

Os pressupostos para a validade da teoria são variados, muitos deles interdependentes: concorrência perfeita; bens homogêneos; sem barreiras de entrada ou saída; informação perfeita; mobilidade dos fatores de produção (capital, trabalho); tecnologia padrão disponível; flexibilidade dos salários; sem rendimentos de escala; não existência de gargalos de oferta. Os limites da teoria são, evidentemente, relacionados ao fato de que tais pressupostos, em graus variados, não se verificam no mundo real. Deve-se ressaltar, no entanto, que a teoria tem grande utilidade para a compreensão de estruturas do comércio internacional e, como exposto anteriormente, para a comparação entre países.

POLÍTICA INTERNACIONAL

A prova de Política Internacional tem por objetivo verificar o conhecimento dos antecedentes e da atualidade dos temas internacionais correntes.

Prova escrita

A prova escrita consistirá de cinco dissertações, no valor de 20 (vinte) pontos cada uma.

Exemplo de prova

Valor de cada questão: 20 pontos

Questão 1

Os atentados perpetrados contra os Estados Unidos em 11 de setembro de 2001 e os esforços subseqüentes de enfrentamento ao terrorismo como ameaça global implicaram, no plano internacional, a reafirmação de interesses e preocupações quanto à segurança e, particularmente, com a possibilidade do eventual acesso de grupos terroristas a armas de destruição de massa. Considerando a assertiva acima, responda às seguintes questões:

a) quais são, no presente, os principais regimes e mecanismos de cooperação atinentes à não proliferação de armas de destruição de massa e ao controle de tecnologias sensíveis?

b) analise a adequação dos mesmos ao enfrentamento da ameaça terrorista.

Juliano Rojas Maia (20/20)

a) Os principais regimes e mecanismos de cooperação no que tange à não proliferação de armas de destruição de massa e ao controle de tecnologias sensíveis são o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que tem participação quase universal, inclusive do Brasil; o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT); a Convenção sobre a proibição, produção, armazenamento e uso de armas químicas; a Convenção sobre proibição, produção, armazenamento e uso de armas biológicas e bacteriológicas (estes dois últimos instrumentos estabelecem verdadeiros regimes de proibição e não apenas de não proliferação); o Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR); e o Tratado de Tlatelolco. O Brasil faz parte de todos esses regimes e mecanismos de cooperação, o que corrobora o compromisso brasileiro com o desarmamento geral e completo e com a não proliferação de armas de destruição em massa. Tal como exposto no artigo 21 da Constituição brasileira de 1988, o Brasil só deve usar a energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos. Além disso, deve-se ressaltar que, com exceção da Convenção sobre armas biológicas e bacteriológicas de 1972, todos os outros regimes mencionados possuem organismo responsáveis pela verificação e monitoramento: AIEA, OPAQ e OPANAL. Por fim, salienta-se que estão em andamento, no âmbito da Conferência de Desarmamento, estudos para a elaboração de um instrumento que estabeleça um regime de não proliferação de armas convencionais, iniciativa que tem o apoio do Brasil.

No âmbito sub-regional, merece destaque o regime verificado e monitorado pela ABACC (Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Armas de Destruição de Massa), que tem sido ajudada pela AIEA.

b) Esses regimes e mecanismos de cooperação atinentes à não proliferação de armas

de destruição de massa e ao controle de tecnologias sensíveis não são plenamente eficazes no combate ao terrorismo. Isto se dá, pois esses regimes são estabelecidos e implementados por Estados soberanos e organizações internacionais – sujeitos de direito internacional público. Grupos terroristas estão à margem desses regimes e mecanismos de cooperação e, portanto, não se vinculam às suas regras e tampouco aos seus sistemas de verificação e monitoramento. Isto não quer dizer que tais regimes e instrumentos internacionais sejam totalmente ineficazes e inadequados ao enfrentamento da ameaça terrorista. Ao estabelecer regras, padrões de comportamento e instituições que limitam as ações dos Estados no que concerne à produção e uso de armas de destruição em massa, esses regimes de proibição e não proliferação atingem indiretamente os grupos terroristas, pois diminuem a produção de armas e tornam o acesso a elas cada vez mais difícil.

Portanto, a adequação e a eficácia dos regimes e mecanismo de cooperação em relação ao enfrentamento da ameaça terrorista estão diretamente ligados ao número de Estados comprometidos com esses regimes e à eficiência dos mecanismo de verificação e monitoramento. Nesse sentido, as nações verdadeiramente comprometidas com o combate ao terrorismo, como o Brasil, devem envidar todos os esforços para tornar os regimes de não proliferação cada vez mais universais (número crescente de estados participantes e vinculados) e para fortalecer as organizações responsáveis pela verificação e controle. Com essas medidas se estará diminuindo as chances de armas de destruição de massas caírem em mãos de grupos terroristas.

Questão 2

A União Européia, após ter consolidado seu mercado comum e implantado moeda única, inicia nova etapa de expansão, com a incorporação de países da Europa Oriental, ex-integrantes do bloco soviético. Analise a trajetória recente da União Européia levando em conta (i) as implicações de sua expansão para as estruturas e a configuração de poder do sistema internacional contemporâneo e (ii) as perspectivas que traz para as relações com a América Latina, e em particular com o Mercosul e o Brasil.

Marcus Vinicius da Costa Ramalho (16/20)

A expansão da União Européia (UE) para o Leste dá continuidade à mais bem-sucedida experiência de integração econômica e política do último século. Com efeito, além dos atuais quinze membros, a UE deverá incorporar dez novos Estados, com efeitos potencialmente significativos na economia e política mundiais.

No plano econômico, a ampliação do espaço comum e da escala dos mercados deve levar, no médio prazo, ao reforço da posição da UE na economia mundial. É o que se observou, nas últimas décadas, ao longo de sua expansão, desde a Comunidade Econômica do Carvão e do Aço, fundada sobre o eixo franco-alemão, até o Tratado de Maastricht, de 1992. Atualmente, a UE é um dos pólos de uma hegemonia econômica compartilhada, juntamente com os EUA e o Japão. Outro produto de Maastricht – o euro, a moeda única européia – deve ter sua posição reforçada com a expansão, já que os novos países, vendo reforçados seus laços comerciais com a Europa, terão incentivos para aumentar a parcela do euro na composição de suas reservas monetárias. Por outro lado, devem-se esperar dificuldades de transição na incorporação dos novos membros e no processo de redução das disparidades econômicas entre os "velhos" e "novos" países.

No plano político, à primeira vista pareceria haver um reforço da posição da

Alemanha, principal força de atração na Europa Central. Considerando a UE como um todo, devem se tornar mais relevantes suas questões de política externa com a Rússia e a Ásia Central (principalmente, no último caso, se a Turquia vier a fazer parte da União). Por outro lado, não se deve desconsiderar o potencial para a divisão: a política externa americana reforçou, recentemente, essa possibilidade, ao distinguir entre a "nova Europa" dos países do leste, que apoiaram a guerra no Iraque, da "velha Europa", constituída principalmente por França e Alemanha, que se opuseram àquela operação. Quando se soma a esse quadro a posição britânica – de alinhamento praticamente automático aos EUA – torna-se clara a dificuldade em se falar em uma "política externa européia". Por essas razões é difícil imaginar as implicações de uma União Européia alargada para a configuração de poder no sistema internacional contemporâneo. Se parece certo que a UE deverá aumentar seu peso econômico, as implicações políticas são muito menos claras.

Do ponto de vista do Brasil, vale mencionar a caracterização de uma autor brasileiro para as relações Brasil-Europa: "um relacionamento flutuante e sem estratégia". O autor refere-se a momentos de significativo adensamento nas relações – pouco antes da II Guerra e em meados da década de 1970, quando do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha – seguidos por períodos de relações cordiais mas pouco dinâmicas.

Contribuiu para esse quadro a relativa introversão da Comunidade (depois União) Européia, empenhada no esforço de integração econômica e na superação das divergências políticas. Além disso, suas relações externas privilegiavam os Estados Unidos, parceiros fundamentais na reconstrução econômica e nos arranjos de segurança no quadro da Guerra Fria. É de se esperar que essa introversão seja novamente acentuada com as tarefas de incorporação dos novos membros, além da construção política refletida nos debates sobre a constituição européia.

As implicações para o Brasil e o Mercosul devem ser mais significativas no aspectos econômico. De fato, quando se formou a Comunidade Econômica Européia, em 1957, as preocupações do Brasil centravam-se na questão das preferências comerciais entre os europeus e em relação a suas colônias e ex-colônias na África e no Caribe. Atualmente, com a expansão para o Leste, deve-se monitorar o impacto das novas preferências sobre os fluxos de comércio, especialmente de produtos agrícolas (deve-se lembrar que, atualmente, a UE é a maior importadora de produtos agrícolas provenientes do Brasil).

Por outro lado, com a inclusão dos países da Europa Oriental, a Política Agrícola Comum (PAC), que envolve pesados subsídios e outras medidas de apoio à agricultura, pode se tornar insustentável. Esse quadro poderia levar ao enfraquecimento relativo de posições da França, tornando a UE mais flexível nas negociações comerciais no âmbito da OMC e com o Mercosul.

A respeito das negociações Mercosul-UE, vale mencionar que sua manutenção e dinamização podem ser favoráveis à sobrevivência e ao fortalecimento do bloco sul-americano face à possibilidade de constituição da Alca. Segundo Vera Thorstensen, enquanto no último caso há uma tendência à divisão e à dissolução do Mercosul, é de interesse da UE que seu interlocutor seja um bloco coeso e de voz única. Essa diferença pode ser estratégica para seu futuro.

Questão 3

Em seu discurso de posse, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva anunciou como uma das prioridades da política externa de seu governo "o aprofundamento das relações com grandes nações em desenvolvimento, tais como a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul,

entre outros". Discuta a assertiva acima, caracterizando as iniciativas concertadas com esses países ao longo do primeiro ano de mandato.

Marcus Vinicius da Costa Ramalho (18/20)

A afirmação do Presidente Lula deve ser considerada à luz do contexto internacional mais recente. No plano político, a situação internacional é caracterizada pela crescente imposição do temário da segurança, em detrimento das questões de interesse mais imediato dos países em desenvolvimento, tais como saúde, crescimento econômico e redução da pobreza. No plano econômico, a discussão de temas relativos ao desenvolvimento, em âmbito internacional, encontra-se obscurecida. À diferença do que ocorria na década de 1970 quando a noção de uma "Nova Ordem Econômica Internacional" era vivamente debatida, o consenso prevalecente na atualidade é o de que cabe a cada país a maior parte da responsabilidade por seu desenvolvimento (esse consenso é refletido, por exemplo, na declaração da Conferência de Monterrey para o financiamento do desenvolvimento, que se realizou em 2002). Os países em desenvolvimento batem-se, então, pela preservação de alguma autonomia para a execução de políticas nacionais de desenvolvimento, além do desmantelamento das barreiras comerciais que dificultam o acesso ao mercado dos países desenvolvidos do "norte".

A saída racional, na inviabilidade da proposição de uma "nova ordem econômica internacional" e do confronto aberto Norte-Sul, seria o reforço da cooperação Sul-Sul. O Brasil procuraria, então, incrementar suas trocas comerciais com os grandes países em desenvolvimento, explorando complementaridades econômicas e fomentando a cooperação nas áreas de saúde, ciência e tecnologia – suprindo-se assim, ainda que parcialmente, a lacuna deixada pelos países do norte no que diz respeito ao desenvolvimento.

Essa disposição fica evidente na Reunião Ministerial da OMC realizada em Cancún. Marcada para dar prosseguimento à execução da "Agenda para o Desenvolvimento" acordada em Doha, a reunião de Cancún assistiu à tentativa, por parte dos países desenvolvidos, de dificultar a adoção dos compromissos de liberalização do comércio agrícola (nesse aspecto, de maneira surpreendente, os EUA uniram-se à União Européia e ao Japão. Os países desenvolvidos tentaram pressionar, ainda, pela negociação dos chamados "novos temas", de seu interesse – investimentos, concorrência, facilitação de comércio e compras governamentais. O Brasil teve sucesso em coordenar-se com a China, Índia, África do Sul e outros países de "menor desenvolvimento relativo" para opor-se à pressão dos países desenvolvidos, o que levou ao bloqueio das negociações. O grupo então formado ("G-20") adquiriu alguma notoriedade e deve constituir fator de reforço das posições dos países em desenvolvimento nas próximas reuniões.

Com a Índia e a África do Sul destacam-se medidas no campo da saúde, no contexto do combate a pandemias como AIDS-HIV e do acesso das populações a medicamentos e a atendimento médico. Esses países, juntamente com o Brasil, devem continuar atuando em concerto na OMC para garantir o cumprimento dos compromissos expressos na Declaração sobre a relação entre o acordo de TRIPS (propriedade intelectual) e saúde pública – vale lembrar que a Índia é grande produtora de medicamentos genéricos. Os três países concordaram também em atuar em conjunto em iniciativa que visem ao combate à fome em nível mundial.

A China foi, em 2003, o terceiro maior importador de produtos brasileiros, com destaque para a soja e seus derivados. O Brasil manteve a parceria tecnológica no desenvolvimento e lançamento de satélites, além de apoiar empresas brasileiras que procuram maior penetração naquele mercado.

Os encontros com autoridades russas ressaltaram a percepção comum da desejabilidade de uma ordem política internacional multipolar. A Rússia também parece simpática, em princípio, ao pleito brasileiro a uma assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. De qualquer forma, a posição russa em matéria de segurança parece condicionada por uma aproximação com os EUA e com a precedência da "guerra ao terrorismo", mesmo porque, como ressaltou Lenina Pomeranz, essa aproximação favorece a posição russa no conflito da Chechênia, que talvez seja sua grande prioridade no momento.

A aproximação com grandes países em desenvolvimento é racional e legítima, ao se consolidar o quadro de renovada preeminência das questões de segurança e de relativo fechamento dos países do norte à discussão do desenvolvimento em âmbito internacional (além do fechamento representado por suas barreiras comerciais). Reflete a tarefa fundamental da política externa de uma país em desenvolvimento, na fórmula de Celso Lafer de traduzir necessidades internas em possibilidades externas.

Questão 4

Ao longo dos anos noventa, a criatividade política brasileira e sua expressão diplomática exerceram papel importante na definição de novos parâmetros conceituais na questão dos direitos humanos, que foram paulatinamente consagrados nas grandes conferências internacionais sobre temas sociais com reflexos positivos no cenário internacional.

Considerando o trecho acima:

a) Discorra sobre o conceito de "direitos humanos" consagrado pelo Estado brasileiro no início dos anos noventa;

b) Responda à seguinte questão - De que forma a preocupação com os direitos humanos condicionou, no período em questão, a ação externa do Estado brasileiro?

Marcos Rodrigues Savini (20/20)

O ativo papel desempenhado pelo Brasil no plano internacional, ao longo dos anos 90, no que concerne a redefinição dos parâmetros conceituais dos direitos humanos, fundamentou-se na reflexão desse tema no plano interno. O processo de redemocratização do país na década anterior consagraria a observância dos direitos humanos como princípio constitucional a ser observado em suas relações internacionais. A própria Constituição, além de elencar uma série de direitos fundamentais com força de cláusula pétrea, previu a possibilidade de o Brasil vir a incorporar, em seu ordenamento jurídico, outros direitos presentes em tratados internacionais que o país porventura ratifique – o que está expresso no parágrafo segundo do artigo 5º do texto constitucional.

A Constituição de 1988 representou uma inflexão ao período anterior na questão dos direitos humanos no plano internacional. De fato, nas décadas anteriores, em especial durante o regime militar instalado entre 1964 e 1985, a posição brasileira era a da prevalência da soberania nacional sobre os direitos humanos, rejeitando-se a ingerência externa no que se considerava assunto interno. Nos anos 90 o Brasil não apenas viria a aderir aos principais instrumentos de proteção dos direitos humanos nos planos internacional e regional, como assumiria um certo protagonismo em relação ao tema. Isso ocorreu, em especial, na conferência de Viena sobre Direitos Humanos (1993), mas também na elaboração do Estatuto de Roma sobre a criação de um Tribunal Penal Internacional

(TPI), que viria a entrar em vigor em 2002.

Na Conferência de Viena foram consagrados os princípios da universalidade, da unidade e da indivisibilidade dos direitos humanos no plano internacional. Neles encontrava-se refletida a posição brasileira sobre o tema. A partir de então, passou-se a considerar legítima a preocupação da comunidade internacional em relação às violações aos direitos humanos por parte dos Estados, relativizando-se a "sacralidade" da soberania nacional. Os governos não mais poderiam alegar peculiaridades culturais ou políticas para descumprir a observância dos direitos fundamentais da pessoa humana (princípio da universalidade), nem se deveria privilegiar qualquer tipo de direito (político, social, econômico, cultural, ambienta) em relação aos demais (princípios de unidade e indivisibilidade dos direitos humanos).

Ao longo dos anos 90 o Brasil tratou de se inserir nos ordenamentos de âmbito internacional e regional de proteção aos direitos humanos. Em 1992, assinou os pactos das Nações Unidas de direitos civis e políticos e de direitos sociais e econômicos. Passaria a receber os relatores especiais da Comissão de Direitos Humanos da ONU em relação a temas específicos – sistema carcerário, políticas de combate à fome, execuções sumárias. No plano interno, essas preocupações passariam a se concentrar na Secretaria Nacional de Direitos Humanos, encarregada de formular e executar a política brasileira para o setor. A ratificação do Estatuto de Roma de criação do TPI em 2002, expressa também esse comprometimento do Estado brasileiro com a proteção dos direitos da pessoa humana.

No plano regional, a adesão do Brasil ao final da década de 90, à Corte Interamericana de Direitos Humanos, sediada na Costa Rica, fez com que um jurista brasileiro, o professor Antônio Cançado Trindade viesse a presidir aquele órgão do sistema americano de proteção aos direitos humanos. Durante sua gestão, ainda em curso, o Brasil foi pela primeira vez objeto de medidas provisórias para garantir a inviolabilidade dos direitos humanos (caso do presídio de Urso Branco) – mais um sinal da irreversibilidade da prevalência desses sobre a anterior rigidez, por parte do Estado brasileiro, quanto à sua concepção de soberania nacional.

<u>Questão 5</u>

Com o avançar de sua quinta década de existência, a Organização das Nações Unidas ressente-se com as dificuldades de adaptação à ordem internacional pós-guerra fria, e particularmente, do déficit democrático que caracteriza atualmente a estrutura do seu Conselho de Segurança, processo que tem suscitado amplas discussões acerca da reforma da instituição. Isso posto, responda:

a) Quais as dificuldades existentes para a reforma da instituição?

b) Que credenciais respaldam a candidatura do Brasil a membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas?

Ciro Leal Martins da Cunha (20/20)

O final da guerra fria suscitou esperanças de que, finalmente, o Conselho de Segurança das Nações Unidas poderia funcionar de maneira eficaz. A guerra do Golfo, no início dos anos 1990, parecia ser a prova de que o órgão era apropriado para os desafios à segurança e à paz internacionais. Contudo, certos episódios minaram essa percepção de sucesso e adequação, como a inação diante da crise em Kossovo – em 1999, devida,

sobretudo, a provável veto russo e à indisposição chinesa – e a recente guerra ao Iraque.

Além do déficit democrático – amplificado pelo fato de que, entre a criação do Conselho de Segurança e hoje, surgiram muitos Estados pós-coloniais –, o Conselho de Segurança parece não corresponder à atual estrutura mundial de poder nem às expectativas e às funções nele depositadas e a ele confiadas.

Uma eventual reforma do Conselho de Segurança mostra-se tendo dificuldades. Em primeiro lugar, uma reforma deveria redefinir a competência do órgão. Criado para resolver conflitos interestatais, nos anos 1990, o Conselho de Segurança (CS) viu-se incumbido de missões de natureza diferente, como nas crises humanitárias da Bósnia e do Haiti, e na questão do terrorismo internacional (resoluções 1363 e 1373, na esteira do 11 de setembro). A redefinição do conceito de segurança, em termos multidimensionais, deve ser avaliada. Isso, contudo, gera fortes resistências, p. ex., quanto a idéia de "direito de ingerência", com relação à qual os países em desenvolvimento são, bem como a China (membro permanente), recalcitrantes.

Outra forte resistência à reforma dá-se, em geral, no nível regional. Todas as propostas de ampliação do CS esbarram na resistência de certos países. Por exemplo, o Japão sofre a resistência da China; a Alemanha, da Itália, que não aceita estar em uma Europa de duas classes, a despeito de seu peso; a Índia é recusada como membro permanente pelo Paquistão. Ainda, o Egito, apesar de ser africano, não é da África negra, argumenta-se; a África do Sul, até recentemente, tinha o regime do "apartheid"; a Nigéria, por sua vez, tem graves problemas políticos internos, alé, de ser apontada como desrespeitosa aos direitos humanos. Na América Latina, México e Argentina "disputam" um assento permanente com o Brasil.

Ademais, o processo de reforma do CS deve passar por aprovação da Assembléia Geral das Nações Unidas e, posteriormente, pelo próprio CS, onde a maioria, sem veto algum dos cinco permanentes, deve aprovar o projeto. Dessa maneira, é necessário amplo consenso entre os países em qualquer reforma, o que ainda não existe. Há, entretanto, projetos como o "quick fix", que apenas incluiria Japão e Alemanha entre os membros permanentes, e o "Plano Razhali", que criaria cinco novos assentos rotativos e cinco permanentes, sendo um destes para a Alemanha, outro para o Japão, um para um país da África, um para um país da América Latina e outro para um país da Ásia.

O Brasil tem-se apresentado, atualmente, como favorável a uma reforma do CS que incluísse países em desenvolvimento e tem-se oferecido como candidato a uma vaga permanente, como todos os direitos que cabem aos atuais membros permanentes (os três "V": voto, voz e veto).

O Brasil dispõe de credenciais importantes que sustentam sua candidatura. Em primeiro lugar, o Brasil é o país mais populoso, mais rico (o maior PIB em paridade de poder de compra) e de território mais extenso da América Latina. Ainda, possui convivência harmônica com seus vizinhos sul-americanos e com eles não possui controvérsias graves, como de fronteiras. De fato, há mais de 100 anos, desde a Guerra do Paraguai, o Brasil não se envolve nessa espécie de conflito em seu entorno. Ademais, o Brasil é uma democracia pujante em busca de desenvolvimento econômico e social e tem sido pólo de irradiação de paz e estabilidade regionais, como demonstram sua atuação no conflito entre Peru e Equador e na manutenção das instituições democráticas no Paraguai e na Venezuela.

Ademais, o Brasil faz parte dos principais tratados e regimes internacionais de não-proliferação e controle de tecnologia (TNP, MTCR, OPAQ, Tlatelolco etc.) e tem grandes méritos por o Atlântico Sul e a América Latina serem, hoje, zonas desnuclearizadas. Ainda, o Brasil faz parte dos mecanismos de transparência em compras de equipamentos militares,

tanto na OEA como na ONU. O Brasil também desenvolveu, com a Argentina, mecanismo modelar de verificação e controle de atividades nucleares (ABACC), com o qual a AIEA formulou o Acordo Quadripartite de salvaguardas.

Por fim, o Brasil é, reconhecidamente, defensor do Direito Internacional e do multilateralismo, bem como da solução pacífica de controvérsias. ainda, é o país que mais vezes (ao lado do Japão) esteve nos assentos não-permanentes do CS, além de ter grande e destacada participação (uma das maiores entre os não-permanentes e em desenvolvimento) nas operações de paz da ONU.

Prova oral

Na prova oral, a banca examinadora considerará em sua avaliação os seguintes quesitos:

a) o tratamento do tema sorteado que privilegie sua análise à luz da realidade e dos interesses brasileiros;
b) a capacidade do candidato de analisar, organizar e expor o tema;
c) a estrutura da exposição, a precisão conceitual, a capacidade de situar o tema e indicar suas diferentes dimensões;
d) a articulação de idéias e a capacidade de expressão verbal do candidato.

O candidato sorteará três pontos e terá 20 (vinte) minutos para escolher e preparar sua exposição sobre um deles. A exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora sobre o tema sorteado.

Exemplos de temas para a prova oral

Os tópicos listados abaixo são apenas exemplificativos. O candidato deve estar preparado para discorrer sobre quaisquer fatos ou fenômenos relevantes da atualidade internacional. Para tanto, é essencial a leitura habitual de jornais e periódicos. O conhecimento jornalístico dos temas não é, porém, suficiente. A preparação para a prova demanda leitura refletida de obras de especialistas em matéria de relações internacionais, bem como de documentos e textos oficiais de política externa, incluindo discursos, pronunciamentos e conferências de autoridades brasileiras (alguns dos quais disponíveis no endereço eletrônico do Ministério das Relações Exteriores, www.mre.gov.br, no item “Discursos”).

Cada um dos temas mencionados a seguir deve ser relacionado com os interesses brasileiros no assunto.

1. Visões do sistema internacional.
2. A política externa brasileira: visões gerais e sua evolução.
3. Política externa norte-americana e relações com o Brasil.
4. Política externa francesa e relações com o Brasil.
5. Política externa russa e relações com o Brasil.
6. Política externa alemã e relações com o Brasil.
7. A União Européia e o Brasil.

8. Política externa argentina e relações com o Brasil.
9. Colômbia, Venezuela: relações com o Brasil.
10. Paraguai, Uruguai e Bolívia: relações com o Brasil.
11. Cuba, América Central e Caribe.
12. Política externa chinesa e relações com o Brasil.
13. Política externa indiana e relações com o Brasil.
14. Política externa sul-africana e relações com o Brasil.
15. O Oriente Próximo: a questão palestina, Iraque e Irã.
16. Américas, América Latina, América do Sul.
17. A Comunidade de Países de Língua Portuguesa e o Brasil.
18. O Mercosul e o Brasil.
19. O NAFTA e o Brasil.
20. A ALCA: evolução e a posição brasileira.
21. Narcotráfico: política internacional e o Brasil.
22. Meio ambiente: política internacional e o Brasil.
23. Terrorismo: política internacional e o Brasil.
24. Direitos Humanos: política internacional e o Brasil.
25. Pobreza, fome: política internacional e o Brasil.
26. O Conselho de Segurança das Nações Unidas e o Brasil.
27. O sistema financeiro internacional: o FMI e a política brasileira.
28. Comércio internacional, OMC e a política brasileira.
29. Armas de destruição em massa, desarmamento, não-proliferação e a política brasileira: diplomacia e estratégia militar.

Bibliografia

a) Livros

ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira*. São Paulo: USP. 1996-, 4 v.
ALVES, José Augusto Lindgren. *Relações Internacionais e Temas sociais: a década das conferências.* Brasília: Funag; IBRI., 2001, 432 p.
ASHWORTH, W. *A short story of international economy since 1850*, Londres: Longman, 1975.
BANDEIRA, Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos*. São Paulo: Editora Revan, 2003.
BANDEIRA, Moniz. *Estado nacional e política internacional na América Latina (1930-1992).* São Paulo, Ensaio, 1993.
BANDEIRA, Moniz. *Relações Brasil-Estados Unidos no contexto da globalização.* São Paulo: Editora Senac, 1998.
BERNAL-MEZA, Raúl. *Sistema mundial y Mercosur: globalización, regionalismo e políticas exteriores comparadas.* Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2000.
BOORSTIN, D.J. *The image: a guide to pseudo-events in America*. Nova York: MacMillan, 1987.
BOZO, Frédéric. *La Politique étrangère de la France depuis 1945*, Paris, La Découverte, coll. "Repères", 1997.
Brasil. MRE/FUNAG. *Globalização na América Latina: integração solidária.* Brasília, FUNAG, 1997, 264 p.
Brasil. MRE/FUNAG.: *A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995).* Brasília: FUNAG, 1995.

CERVO, Amado Luiz (org.). *O desafio internacional; a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília, EdUnb, 1994.
CERVO, Amado Luiz e Bueno, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: EdUnb, 2002.
CERVO, Amado Luiz. *As Relações Internacionais da América Latina - velhos e novos paradigmas*. Brasília: Funag; IBRI., 2001.
CHANG, Ha-Joon. *Kicking away the ladder*, Londres: Anthem Press, 2002
COELHO, Pedro Motta Pinto. *Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado*. Brasília: FUNAG/IPRI, 1992.
CORRÊA, Leonilda Beatriz Campos Gonçalves Alves. *Comércio e Meio Ambiente: atuação diplomática em relação ao Selo Verde*. Brasília: FUNAG/IRBr/CEE, 1998.
CUNHA, João Solano Carneiro da. *A Questão de Timor-Leste: origens e evolução*. Brasília: FUNAG/IRBr/CEE, 2000.
DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*, Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
ESTRELA FARIA, J. A. *O Mercosul: princípios, finalidade e alcance do Tratado de Assunção*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1993.
FONSECA JÚNIOR, Gelson (Org.). *O Brasil no Conselho de segurança da ONU– 1998-1999*. Brasília: Funag; IBRI., 2002.
FROTA, Maria Stela Pompeu Brasil. *Proteção de Patentes de Produtos Farmacêuticos: o caso brasileiro*. Brasília: FUNAG/IPRI, 1993.
GILPIN, R. M. *The political economy of international relations*, Princeton (MA): Princeton University Press, 1987.
GILPIN, R. *The challenge of global capitalism*, Princeton: Princeton University Press, 2000.
GUJARAL, I. K. *Continuity and change: India's foreign policy*, Macmillan, 2003.
HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
KELSEN, H. *The laws of the United Nations*, Nova York: Praeger, 1966.
KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.
LANDAU, R. e ROSENBERG, N. (orgs.). *The positive sum strategy*. Washington (DC): National Academy Press, 1986.
LESSA, Antônio Carlos. *A Construção da Europa: a última utopia das relações internacionais*. Brasília: Funag; IBRI, 2003.
LO, Bobo. *Vladimir Putin and the evolution of Russian foreign Policy*, Londres: Blackwell Publishing, 2003.
MAGNOLI, Demétrio. *Manual de Questões Internacionais Contemporâneas*. Brasília: FUNAG, 2000, 360 p.
MARTINS, Estevão Chaves de Rezende (Org.). *Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina*. Brasília: Funag; IBRI, 2003.
MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações internacionais – cultura e poder*. Brasília: Funag; IBRI., 2002.
MCNEILL, W. H. *The pursuit of power*, Chicago: University of Chicago Press, 1982.
MERSCHIMER, J. *The tragedy of great power politics*, Nova York: Norton, 2001.
MILNER, H. e KEOHANE, R. *Internationalization and domestic politics*, Nova York, Cambridge University Press, 1996.
MORGENTHAU, H. *A política entre as nações*, Brasília:Funag/IPRI, EdunB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.
MYRDAL, G. *Economic theory and under-developed regions*, Nova York: Harper & Row, 1971.

PARADISO, J. *Debates y trajectoria de la política exterior argentina,* Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993.
PECEQUILO, Cristina S. *A política externa dos Estados Unidos*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
REBELO, Aldo e FERNANDES, Luis (orgs.). *Política de defesa para o século XXI*, Brasília: Câmara dos Deputados, 2003
SARAIVA, José Flávio S. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política exterior do Brasil*. Brasília, EDUNB, 1996.
SCHURMANN, F. *The logic of world power: an inquiry into the origins, currents and contradictions of world politics*. Nova York: Pantheon Books, 1974.
SEVARES, Julio. *El capitalismo criminal – gobiernos, bancos y empresas en las redes del delito global*, Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2003.
TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. Belo Horizonte/São Paulo. Ed. Itatiaia/ EDUSP, 1987.
VAZ, Alcides Costa. *Cooperação, integração e processo negociador: A construção do Mercosul*. Brasília: Funag; IBRI., 2002.
VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

b) Periódicos, publicações seriadas e outros recursos:

Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI, editada pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI (http://www.ibri-rbpi.org.br) .

Série *Resenha da Política Exterior do Brasil*, editada pela Fundação Alexandre de Gusmão do Ministério das Relações Exteriores – volumes recentes;

RelNet – Rede Brasileira de Relações Internacionais (http://www.relnet.com.br) - iniciativa conjunta da Fundação Alexandre de Gusmão do Ministério das Relações Exteriores (FUNAG-MRE) e do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília;

Sítio do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (http://www.mre.gov.br)

c) leituras complementares

Teses do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, publicadas pela FUNAG na coleção *Curso de Altos Estudos:*

ACQUARONE FILHO, A. C. M. *Tratado de Extradição: construção, atualidade e projeção do relacionamento bilateral brasileiro*, Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 2003.
BARRETO FILHO, Fernando M.. *O Tratamento Nacional de Investimentos Estrangeiros*. Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 1999.
CÂMARA, Irene P. de L. *Em Nome da Democracia - A OEA e a Crise Haitiana - 1991-1994*, Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 1998.
CARDOSO, Afonso J. S.. *O Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas*. Brasília : FUNAG/ IRBr/ CAE, 1998.

CARNEIRO DA CUNHA, J. S. *A Questão de Timor-Leste: origens e evolução*, Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 2001.
CORRÊA, Leonilda B. C. G. A. *Comércio e meio ambiente: atuação diplomática brasileira em relação ao Selo Verde*, Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 1998.
HOLANDA, Francisco M. de. *O gás natural no Mercosul: uma visão brasileira*. Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 2000.
LAMAZIÉRE, Georges. *Ordem, Hegemonia e Transgressão*. Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 1998.
LIMA NETO, João de M. *Promoção do Brasil como destino turístico*, Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 2002.
LIMA, Sergio E. M. *Privilégios e imunidades diplomáticos*, Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 2002.
MAGALHÃES, Fernando S. *Cúpula das Américas de 1994: papel negociador do Brasil, busca de uma agenda hemisférica*, Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 1999.
OLIVEIRA, Miguel D. de. *Cidadania e Globalização: a política externa brasileira e as ONG´s*. Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 1999.
PATRIOTA, Antônio de A.. *O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva*.. Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 1998.
PINTO, Denis F. de S.. *OCDE: uma visão Brasileira*. Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 2000.
RUBARTH, O. E. *A Diplomacia Brasileira e os temas sociais: o caso da saúde*, Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 1999.
TAVARES, Ricardo N. *As Organizações não-Governamentais nas Nações Unidas*, Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 1999.
TIRONI, L. Fernando, *Aspectos estratégicos da política comercial brasileira*- 2 V, Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 2002.

Publicações adicionais que podem auxiliar a preparação dos candidatos estão disponíveis na FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão:

site na Internet – www.funag.gov.br
e-mail: funag@mre.gov.br
e-mail do Setor de Publicações: publicacoes@funag.gov.br

Brasília
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
ANEXO II, TÉRREO, SALA 1
70170-900 Brasília - DF
Telefones: (061) 411-6033/6034/6847/6857
Fax: (061) 322-2931, 322-2188

Rio de Janeiro
Palácio Itamaraty
Avenida Marechal Floriano, 196 - Centro
520080-002 Rio de Janeiro - RJ
Telefax: (021) 233-2318/2079

ESPANHOL E FRANCÊS

O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata passou a incluir, a partir do segundo certame de 2003, provas de Espanhol e Francês. Estas provas não têm caráter eliminatório, mas contribuirão para determinar a ordem de ingresso na Carreira Diplomática.

O IRBr acredita que a formação do diplomata brasileiro deve incluir a proficiência em alto nível nos dois idiomas, entre muitas razões porque (a) a Bibliografia para o Concurso e a seguida no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I) inclui, em grande medida, textos em francês e espanhol e (b) as duas línguas serão matérias obrigatórias no PROFA-I.

As provas de Espanhol e Francês visarão, nesta fase, aferir o conhecimento instrumental dos idiomas. Consistirão de textos e perguntas de compreensão de leitura; as respostas devem ser completas (verbo, predicado, complemento), e serão dadas em Português.

É, portanto, fortemente aconselhável que, desde a preparação para o Concurso, o candidato à carreira de diplomata não descure o Espanhol e o Francês.

APRESENTAÇÃO

O **Guia de Estudos** do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, versão 2005, visa a orientar e auxiliar o candidato que pretende ingressar na carreira diplomática.

Constam deste **Guia**:

Portaria nº 467, de 7 de dezembro de 2004, do Ministro de Estado das Relações Exteriores;

- Edital de 10 de fevereiro de 2005, do Diretor do Instituto Rio Branco;

- Portaria nº 336, de 30 de maio de 2003, do Ministro de Estado das Relações Exteriores;

- Orientação para estudo, contendo programas das disciplinas, bibliografia para as provas e exemplos de respostas que mereceram aprovação no concurso anterior, mantidos os textos originais dos candidatos, com eventuais incorreções e/ou deficiências; e

- Cronograma do Concurso.

Brasília, em fevereiro de 2005.

PORTARIA Nº 467, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004.

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso das suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 1º e 5º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria de 20 de novembro de 1998, e alterado pela Portaria nº 11, de abril de 2001, resolve:

Art. 1º. Ficam estabelecidas as normas que se seguem para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática.

Art. 2º. O Concurso de Admissão à Carreira Diplomática constará, na Primeira Fase, de Teste de Pré-Seleção (TPS), de caráter eliminatório, constituído de questões de Português, História do Brasil, História Mundial e Geografia.

Art. 3º. Na Segunda Fase, será realizada prova escrita de Português, de caráter eliminatório e classificatório.

Art. 4º. Na Terceira Fase, serão realizadas provas escritas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Noções de Direito e Direito Internacional Público, de Noções de Economia, de Inglês, e de Francês ou Espanhol.

Parágrafo único. Será estabelecida nota mínima para o conjunto das provas da Terceira Fase.

Art. 5º. O Diretor do Instituto Rio Branco fará publicar o Edital do Concurso.

CELSO AMORIM

(DOU de 9 de dezembro de 2004)

EDITAL DE 15 DE FEVEREIRO DE 2005

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público que estarão abertas, de 21 de fevereiro de 2005 a 28 de março de 2005, as inscrições para o Concurso Público de Admissão à Carreira de Diplomata, nos termos dos artigos 38, parágrafo único, e 39, inciso II, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, que teve publicação consolidada pela Lei nº 9.888, de 08 de dezembro de 1999, e de acordo com a Portaria n.º 467 do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 7 de dezembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 9 de dezembro de 2004.

O Concurso obedecerá às seguintes normas:

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso será realizado pelo Instituto Rio Branco (IRBr), com a colaboração do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE) da Universidade de Brasília (UnB). O texto deste Edital estará também disponível nos endereços eletrônicos do IRBr (http://www2.mre.gov.br/irbr/irbr.htm) e do CESPE (http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2005), bem como eventuais informações adicionais sobre o Concurso.

1.2 O Concurso terá três fases, especificadas a seguir:

a) Primeira Fase: Teste de Pré-Seleção (TPS), de caráter eliminatório, constituído de questões de Português, História do Brasil, História Mundial e Geografia;
b) Segunda Fase: prova escrita de Português, de caráter eliminatório e classificatório;
c) Terceira Fase: provas escritas de História do Brasil, de Geografia, de Noções de Direito e Direito Internacional Público, de Noções de Economia, de Política Internacional, de Inglês e de Francês ou Espanhol. Haverá nota mínima para o conjunto das provas desta fase, nos termos do item 10.5 deste Edital;

1.3 Cada uma das fases será realizada simultaneamente nas cidades de Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Manaus/AM, Natal/RN, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, São Paulo/SP e Vitória/ES.

1.4 VAGAS: 32 (acrescidas de outras que poderão surgir até o término do prazo de validade do Concurso).

2 DO CARGO

2.1 A aprovação no Concurso habilitará o candidato: 1º) a ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata (Terceiro Secretário), de acordo com a ordem de classificação obtida; e 2º) a ter matrícula no Curso de Formação do Instituto Rio Branco, regulamentado pela Portaria n.º 336 do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 30 de maio de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 12 de junho de 2003.

2.2 REMUNERAÇÃO INICIAL NO BRASIL: R$ 4.615,53.

3 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

3.1 Ter sido aprovado no Concurso;

3.2 Ser brasileiro nato, conforme art. 12, § 3.º, V, da Constituição Federal;

3.3 Estar no gozo dos direitos políticos;

3.4 Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino;

3.5 Estar em dia com as obrigações eleitorais;

3.6 Apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação. No caso de candidatos cuja graduação tenha sido realizada em instituição estrangeira, caberá exclusivamente ao

candidato a responsabilidade de apresentar, até a data da posse, a revalidação do diploma exigida pelo Ministério da Educação, nos termos do Art. 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

3.7 Haver completado a idade mínima de dezoito anos;

3.8 Apresentar aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, verificada por meio de exames pré-admissionais, nos termos do art. 14, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

3.9 O atendimento a cada um dos requisitos acima é de responsabilidade exclusiva do candidato.

3.10 Será excluído do Concurso o candidato que não atender a qualquer dos requisitos acima enumerados, bem como a autorização de que trata o subitem 5.5 deste Edital.

4 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICÊNCIA

4.1 Do total de vagas destinadas ao cargo, 5% serão providas na forma do art. 37, VIII, da Constituição Federal, do art. 5.°, § 2.°, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

4.1.1 O candidato que se declarar portador de deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

4.2 Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá:

a) no ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência e estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e de que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação no estágio probatório; e

b) encaminhar laudo médico original ou cópia simples, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência, na forma do subitem 4.2.1.

4.2.1 O candidato portador de deficiência deverá entregar, até o dia **29 de março de 2005**, das 8 horas às 19 horas, pessoalmente ou por terceiro, o laudo médico (original ou cópia simples) a que se refere a alínea “b” do subitem 4.2, no Núcleo de Atendimento ao Candidato do CESPE, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), mezanino, ala norte – Asa Norte, Brasília/DF.

4.2.1.1 O candidato poderá, ainda, encaminhar o laudo médico, por SEDEX, postado impreterivelmente até o dia **29 de março de 2005**, para o Núcleo de Avaliação de Potenciais do CESPE – Concurso IRBr Diplomata, Caixa Postal 04521, CEP 70919-970 – Brasília/DF.

4.3 O candidato portador de deficiência poderá requerer, na forma do subitem 5.17 deste Edital, atendimento especial, no ato da inscrição, para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas, conforme previsto no artigo 40, parágrafos 1.º e 2.º, do Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

4.4 O laudo médico (original ou cópia simples) terá validade somente para este Concurso e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias deste laudo.

4.5 A inobservância do disposto no subitem 4.2 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos portadores de deficiência.

4.6 Os candidatos que, no ato da inscrição, se declararem portadores de deficiência, se aprovados e classificados no Concurso, terão seus nomes publicados em lista à parte e, caso obtenham classificação necessária, figurarão também na lista de classificação geral.

4.7 Os candidatos que se declararem portadores de deficiência, caso aprovados no Concurso, serão convocados para se submeterem à perícia médica por equipe multiprofissional, designada pelo Diretor do Instituto Rio Branco, que verificará sua qualificação como portador de deficiência, o grau da deficiência e a capacidade para o exercício do cargo.

4.8 Os candidatos deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência.

4.9 A não-observância do disposto no subitem 4.8 ou a reprovação na perícia médica acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos portadores de deficiência.

4.10 As vagas definidas no subitem 4.1 que não forem providas por falta de candidatos portadores de deficiência aprovados serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

5 DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO

5.1 As inscrições deverão ser efetuadas via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2005, no período entre **10 horas do dia 21 de fevereiro de 2005** e **20 horas do dia 28 de março de 2005**, horário oficial de Brasília/DF.

5.1.1 O CESPE não se responsabiliza por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

5.2 TAXA DE INSCRIÇÃO: R$ 100,00.

5.2.1 O candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição das seguintes formas:

a) por meio de débito em conta-corrente, apenas para correntistas do Banco do Brasil;

b) por meio de documento de arrecadação, pagável em qualquer lotérica;

c) por meio de boleto bancário, pagável em toda a rede bancária.

5.2.2 O documento de arrecadação e o boleto bancário estarão disponíveis no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2005 e devem ser impressos para o pagamento da taxa de inscrição após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição *online*.

5.2.3 O pagamento da taxa de inscrição por meio de boleto bancário ou de documento de arrecadação deverá ser efetuado até o dia **29 de março de 2005**.

5.2.4 As solicitações de inscrição cujos pagamentos forem efetuados após a data estabelecida no subitem anterior não serão acatadas.

5.3 O comprovante de inscrição do candidato estará disponível no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2005, após o acatamento da inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

5.4 O candidato não deverá enviar cópia de documento de identidade, sendo de sua exclusiva responsabilidade a informação dos dados cadastrais no ato de inscrição, sob as penas da lei.

5.5 O candidato que tiver cônjuge de nacionalidade estrangeira será inscrito condicionalmente no Concurso e sua eventual aprovação só será válida se obtiver a autorização do Ministro de Estado das Relações Exteriores ou do Presidente da República, conforme o caso, a que se referem, respectivamente, o art. 36, § 3º e o art. 37, § 3º, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, que teve publicação consolidada pela Lei nº 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e os arts. 48 e 49 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto n.º 93.325, de 1.º outubro de 1986, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Esta exigência aplica-se também ao(a) candidato(a) casado(a) com estrangeira(o), cuja separação judicial ainda não tenha transitado em julgado.

5.6 Informações complementares acerca da inscrição estarão disponíveis no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2005.

5.7 No momento da inscrição, o candidato deverá optar pela segunda língua estrangeira – Francês ou Espanhol – para efeito de realização da prova da Terceira Fase.

5.8 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer este Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a admissão no cargo.

5.9 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

5.9.1 O candidato que não possuir CPF deverá solicitá-lo nos postos credenciados, localizados em qualquer agência do Banco do Brasil, da CAIXA e dos Correios, ou na Receita Federal, em tempo hábil, isto é, de forma que consiga obter o respectivo número antes do término do período de inscrição.

5.9.2 Terá a inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do Concurso o candidato que usar o CPF de terceiro para realizar a inscrição.

5.10 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via fax, via postal ou via correio eletrônico.

5.11 O candidato deverá efetuar uma única inscrição no Concurso. Em caso de mais de uma inscrição, será considerada a mais recente.

5.12 As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o CESPE e o IRBr do direito de excluir do Concurso aquele que não preencher o formulário de forma completa e correta.

5.12.1 O candidato deverá obrigatoriamente preencher de forma completa o campo referente ao nome e ao endereço, bem como deverá informar o CEP correspondente à sua residência.

5.13 O candidato deverá declarar, na solicitação de inscrição, que entregará os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo até dez dias úteis antes da posse.

5.14 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do Concurso por conveniência da Administração.

5.15 Não haverá isenção total ou parcial do valor da inscrição.

5.16 O comprovante de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização das provas.

5.17 O candidato, portador de deficiência ou não, que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá indicar, na solicitação de inscrição, os recursos especiais necessários e, ainda, enviar até o dia **29 de março de 2005**, impreterivelmente, via SEDEX, para o Núcleo de Avaliação de Potenciais do CESPE – Concurso IRBr Diplomata, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), subsolo, ala norte – Asa Norte, Brasília/DF, Caixa Postal 04521, CEP 70919–970, laudo médico que justifique o atendimento especial solicitado. Após este período, a solicitação será indeferida. As solicitações de condição especial serão atendidas segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

5.17.1 O laudo médico referido no subitem 5.17 poderá, ainda, ser entregue, até o dia **29 de março de 2005**, das 8 horas às 19 horas, pessoalmente ou por terceiro, no Núcleo de Atendimento ao Candidato do CESPE, localizado no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), mezanino, ala norte – Asa Norte, Brasília/DF.

5.17.2 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para esta finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas.

5.17.3 O laudo médico (original ou cópia simples) terá validade somente para este Concurso e não será devolvido; não serão fornecidas cópias de tal laudo.

5.17.4 A relação dos candidatos que tiverem o seu atendimento especial deferido será divulgada no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2005, em data a ser informada no edital de locais e horários de realização das provas do Teste de Pré-Seleção.

6 DA PRIMEIRA FASE: TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO (TPS)

6.1 O Teste de Pré-Seleção, de caráter eliminatório, abrangerá as disciplinas de Português, de História do Brasil, de História Mundial e de Geografia.

6.2 **Data e horário**: o TPS será aplicado no dia **16 de abril de 2005**, às **14 horas** (horário oficial de Brasília/DF), e terá a duração de **4 horas e 30 minutos**.

6.2.1 Na data provável de **7 de abril de 2005**, os locais de realização do TPS e da prova escrita de Português (Segunda Fase) serão publicados no *Diário Oficial da União*, divulgados na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br, e afixados nos quadros de avisos do CESPE, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, subsolo, Asa Norte, Brasília/DF. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.

6.2.2 O CESPE enviará ao candidato, via e-mail, Boletim Informativo do local de realização do TPS e da prova escrita de Português (Segunda Fase), sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a manutenção/atualização de seu correio eletrônico, o que não o desobriga do dever de observar o edital a ser publicado, consoante dispõe o subitem 6.2.1 deste Edital.

6.3 Características: o TPS será constituído de 50 questões, sendo 45 questões objetivas e 5 questões discursivas.

6.3.1 As questões objetivas serão do tipo múltipla escolha e do tipo CERTO ou ERRADO.

6.3.2 Cada questão do tipo múltipla escolha terá cinco opções (A, B, C, D e E) e uma única resposta correta, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada questão deste tipo, cinco campos de marcação correspondentes às cinco opções: A, B, C, D e E, devendo o candidato preencher apenas aquele correspondente à resposta julgada correta, de acordo com o comando.

6.3.2.1 Para obter pontuação em cada questão de múltipla escolha, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos cinco campos da folha de respostas correspondentes às opções da questão.

6.3.3 Cada questão do tipo CERTO ou ERRADO será constituída de quatro itens. O julgamento de cada item será CERTO ou ERRADO, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada item, dois campos de marcação: o campo designado com o código **C**, que deve ser preenchido pelo candidato caso julgue o item CERTO, e o campo designado com o código **E**, que deve ser preenchido pelo candidato caso julgue o item ERRADO.

6.3.3.1 Para obter pontuação em cada item de cada questão do tipo CERTO ou ERRADO, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos dois campos da folha de respostas correspondentes a esse item.

6.3.4 As questões discursivas deverão ser respondidas pelo próprio candidato, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, não sendo permitida a interferência e/ou participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um agente do CESPE devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

6.3.5 O candidato deverá transcrever as respostas das questões objetivas do TPS para a folha de respostas e as das questões discursivas para o caderno de respostas das questões discursivas, que serão os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento de ambos será de inteira responsabilidade do candidato, que deve proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, na folha de respostas e na capa do caderno de respostas das questões discursivas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas ou do caderno de respostas das questões discursivas por erro de preenchimento do candidato.

6.3.6 Nenhuma das folhas do caderno de respostas das questões discursivas poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro espaço que não o indicado para esse fim, qualquer palavra ou marca que as identifiquem, sob pena de anulação das questões. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora nos espaços destinados à transcrição de texto definitivo de determinada questão acarretará a anulação desta.

6.3.7 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas e do caderno de respostas das questões discursivas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este Edital e/ou com a folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não-preenchido integralmente.

6.3.8 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas e o seu caderno de respostas das questões discursivas, sob pena de ter a correção de sua prova prejudicada pela impossibilidade de realização da leitura óptica.

6.3.9 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por agente do CESPE devidamente treinado.

7 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

7.1 A folha de respostas das questões objetivas será corrigida por meio de processamento eletrônico.

7.2 A nota em cada questão objetiva do tipo múltipla escolha, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 1,00 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,20 ponto negativo (menos vinte centésimos), caso a resposta do

candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00 (zero), caso não haja marcação ou caso haja mais de uma marcação.

7.3 A nota em cada item de cada questão objetiva do tipo CERTO ou ERRADO, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 0,25 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,25 ponto negativo (menos vinte e cinco centésimos), caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00 (zero), caso não haja marcação ou caso haja marcação dupla.

7.4 Para cada candidato, o cálculo da nota no conjunto das questões objetivas do TPS será igual à soma algébrica das notas obtidas em todas as questões e itens que o compõem.

7.5 Será eliminado do Concurso o candidato que obtiver nota inferior a 40% da pontuação máxima possível no conjunto das questões objetivas.

7.5.1 Os candidatos eliminados na forma do subitem 7.5 deste Edital não terão classificação alguma no Concurso.

7.5.2 Os candidatos não eliminados na forma do subitem 7.5 serão ordenados de acordo com os valores decrescentes das notas obtidas no conjunto das questões objetivas. Somente os candidatos classificados até a 600.ª posição (40.ª posição para os portadores de deficiência), respeitados os empates na última colocação, terão suas questões discursivas avaliadas.

7.6 A avaliação de cada questão discursiva será feita do seguinte modo:

7.6.1 Nos casos de fuga ao tema, de não haver texto ou de identificação em local indevido, o candidato receberá nota na questão (*NQ*) igual a ZERO.

7.6.2 A apresentação, a estrutura textual e o desenvolvimento do tema (demonstração do conhecimento avaliado) totalizarão a nota relativa ao domínio do conteúdo (*NC*), limitada ao valor estabelecido no caderno de prova.

7.6.3 Para a avaliação do domínio da modalidade escrita da língua portuguesa, será computado o número de erros (*NE*) do candidato, considerando-se aspectos tais como: grafia, pontuação, morfossintaxe e propriedade vocabular.

7.6.4 Será computado o número total de linhas (*TL*) efetivamente escritas pelo candidato.

7.6.5 O candidato deverá observar rigorosamente o número máximo de linhas estabelecido no caderno de prova para redigir a resposta de cada questão.

7.6.6 Será desconsiderado, para efeito de correção, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima estabelecida no caderno de prova.

7.6.7 A nota na respectiva questão discursiva será igual a *NC* menos o resultado da divisão de *NE* por *TL*, ou seja,

$$NQ = NC - NE/TL$$

7.6.8 Será atribuída nota ZERO ao candidato que obtiver nota negativa na questão.

7.6.9 A nota no conjunto das questões discursivas será igual à soma das notas obtidas pelo candidato em cada questão discursiva.

7.6.10 Será eliminado do Concurso o candidato que obtiver nota inferior a 50% da pontuação máxima possível no conjunto das questões discursivas.

7.6.11 Os candidatos eliminados na forma do subitem anterior não terão classificação alguma no Concurso.

7.7 Para os candidatos não eliminados segundo o subitem 7.6.10 será calculada a nota final no TPS (*NFTPS*) como sendo igual à soma das notas obtidas no conjunto das questões objetivas e no conjunto das questões discursivas.

7.8 Os candidatos serão ordenados de acordo com os valores decrescentes de *NFTPS* e os classificados até a 300.ª posição (20.ª posição para os portadores de deficiência, respeitados os empates na última colocação) terão as provas escritas de Português (Segunda Fase) avaliadas.

7.9 Todos os cálculos citados neste Edital serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se para cima, se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a cinco.

8 DOS RECURSOS REFERENTES AO TPS

8.1 Os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas do TPS serão afixados nos quadros de avisos do CESPE e divulgados na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2005, em data a ser determinada no caderno de prova.

8.2 O candidato que desejar interpor recurso contra os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas disporá de dois dias úteis, a contar do dia subseqüente ao da divulgação desses gabaritos, no horário das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília), ininterruptamente, conforme datas determinadas nesses gabaritos.

8.3 Para recorrer contra os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas, o candidato deverá utilizar os modelos de formulários disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso (http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2005), e seguir as instruções ali contidas.

8.4 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo na elaboração de seu recurso. Serão preliminarmente indeferidos recursos extemporâneos, inconsistentes, que não atendam às exigências dos modelos de formulários e/ou fora de qualquer uma das especificações estabelecidas neste Edital ou em outros editais que vierem a ser publicados ou nos formulários do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

8.5 O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que o identifique, sob pena de ser preliminarmente indeferido.

8.6 Se do exame de recursos resultar anulação de questão ou de item de questão integrante da prova, a pontuação correspondente a essa questão ou ao item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de questão ou de item de questão integrante da prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.7 Todos os recursos serão analisados e as justificativas das alterações de gabarito serão divulgadas no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2005 no momento da divulgação do gabarito definitivo. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

8.8 Não será aceito recurso via postal, via fax e/ou via correio eletrônico.

8.9 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recurso ou de recurso de gabarito oficial definitivo.

8.10 Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.

8.11 A forma e o prazo para a interposição de recurso contra o resultado provisório das questões discursivas serão determinados no edital de resultado provisório da avaliação dessas questões.

9 DA SEGUNDA FASE: PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS

9.1 **Data e horário**: a prova escrita de Português será aplicada no dia **17 de abril de 2005**, às **14 h 30 min** (horário oficial de Brasília/DF), nos mesmos locais em que o candidato prestou o TPS. Esta prova terá a duração de **5 horas**.

9.2 **Características**: a prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 500 a 600 palavras (valor: 70 pontos), e de elaboração de resumo ou comentário de texto(s), com a extensão de 250 a 300 palavras (valor: 30 pontos).

9.3 Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido de 500. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem.

9.4 O candidato que entregar a redação ou o resumo/comentário em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida estará eliminado e não terá sua prova corrigida.

9.5 **Aprovação**: serão considerados aprovados na Segunda Fase do Concurso os candidatos que obtiverem, em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem), a nota mínima de 60 (sessenta) pontos na prova de Português.

9.6 **Resultado**: o resultado provisório da Segunda Fase será anunciado na sede do IRBr, em Brasília, às 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de **7 de junho de 2005**, e divulgado via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2005, até as 20 horas desse mesmo dia.

9.7 **Recursos**: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório na Segunda Fase serão divulgados quando da publicação deste resultado.

9.7.1 O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Segunda Fase, será anunciado até as 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de **14 de junho de 2005**, na sede do IRBr, em Brasília, e enviado para publicação no *Diário Oficial da União*, em edital que convocará os candidatos aprovados para as provas da Terceira Fase do Concurso.

10 DA TERCEIRA FASE: PROVAS DE HISTÓRIA DO BRASIL, DE GEOGRAFIA, DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO, DE NOÇÕES DE ECONOMIA, DE POLÍTICA INTERNACIONAL, DE INGLÊS E DE FRANCÊS OU ESPANHOL

10.1 A Terceira Fase constará de sete provas escritas, a serem realizadas de acordo com o seguinte calendário:

- data provável de **18 de junho de 2005**: História do Brasil;
- data provável de **19 de junho de 2005**: Geografia;
- data provável de **25 de junho de 2005**: Noções de Direito e Direito Internacional Público;
- data provável de **26 de junho de 2005**: Noções de Economia;
- data provável de **2 de julho de 2005:** Política Internacional;
- data provável de **3 de julho de 2005**: Inglês (manhã) e de Francês ou Espanhol (tarde).

10.2 As provas de História do Brasil, de Geografia, de Noções de Direito e Direito Internacional Público, de Noções de Economia, de Política Internacional e de Inglês terão a duração de **5 horas** cada uma, com início às 9 horas (horário oficial de Brasília/DF). As provas de Espanhol e de Francês terão a duração de **2 horas**, com início às 16 horas (horário oficial de Brasília/DF).

10.3 **Características referentes às provas da Terceira Fase:**

10.3.1 As provas de História do Brasil, de Geografia, de Noções de Direito e Direito Internacional Público, de Noções de Economia e de Política Internacional consistirão, cada uma, de cinco questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos para cada prova.

10.3.2 A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de três partes: versão de um ou mais textos (valor: 30 pontos); resumo e exercícios textuais (valor: 25 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor: 45 pontos).

10.3.2.1 Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido de 350. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.

10.3.3 A prova de Francês (como opção de segunda língua estrangeira – vide subitem 5.7 deste Edital), com o valor máximo de 50 (cinqüenta) pontos, constará de questões de compreensão de texto(s) em língua francesa. As respostas deverão ser dadas em Francês.

10.3.4 A prova de Espanhol (como opção de segunda língua estrangeira – vide subitem 5.7 deste Edital), com o valor máximo de 50 (cinqüenta) pontos, constará de questões de compreensão de texto(s) em língua espanhola. As respostas deverão ser dadas em Espanhol.

10.4 O candidato que não comparecer a uma das sete provas, ou entregar uma prova em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida, estará eliminado e não terá qualquer das provas corrigidas.

10.5 **Aprovação**: serão considerados aprovados na Terceira Fase do Concurso os candidatos que tenham alcançado a nota mínima de 390 pontos na soma das pontuações obtidas nas sete provas desta fase. A nota 0 (zero) em qualquer prova elimina o candidato.

10.6 **Resultado**: O resultado provisório das provas da Terceira Fase será anunciado, na sede do IRBr, em Brasília, às 13 horas (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de **2 de agosto de 2005**, e divulgados via Internet até as 18 horas do mesmo dia.

10.7 **Recursos**: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório na Terceira Fase serão divulgados quando da publicação desse resultado.

10.8 O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Terceira Fase, será anunciado até as 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) da data provável de **15 de agosto de 2005**, na sede do IRBr, em Brasília, e enviado para publicação no *Diário Oficial da União*.

11 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO

11.1 A nota final no Concurso será a igual à soma das notas obtidas nas provas da Segunda e da Terceira Fases.

11.2 A classificação final no Concurso, que determinará a ordem de ingresso dos aprovados na classe inicial da Carreira de Diplomata, corresponderá à ordem decrescente das respectivas notas finais.

11.3 O resultado final do Concurso será divulgado na Internet e publicado no *Diário Oficial da União* na data provável de **16 de agosto de 2005**.

12 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 **Aceitação das normas deste Edital**: o requerimento de inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada a qualquer momento, por decisão do Diretor do IRBr, publicada no *Diário Oficial da União*. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

12.2 O Guia de Estudos para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata 2005, disponível no endereço eletrônico http://www2.mre.gov.br/irbr/guia2005, é de leitura obrigatória e de caráter complementar a este Edital.

12.3 Os programas das provas da Segunda e da Terceira Fases do Concurso estão detalhados no anexo deste Edital.

12.4 Não serão fornecidas, por telefone, informações a respeito de locais e de horários de aplicação das provas, informações quanto à posição do candidato no Concurso, bem como não será expedido qualquer documento comprobatório de sua classificação, valendo, para esse fim, a publicação da homologação do Concurso.

12.4.1 O candidato deverá observar rigorosamente os comunicados e os editais a serem publicados no *Diário Oficial da União* e divulgados na Internet, nos endereços eletrônicos http://www2.mre.gov.br/irbr/irbr.htm e http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2005.

12.5 O candidato poderá obter informações atinentes ao TPS junto ao Núcleo de Atendimento ao Candidato do CESPE, localizado no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, mezanino, Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 448–0100 ou via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2005, ressalvado o disposto no subitem 12.4 deste Edital.

12.6 Não serão identificadas, para efeito de correção, as questões discursivas do TPS e as provas da Segunda e da Terceira Fases.

12.6.1 As provas da Segunda e da Terceira Fases serão identificadas em público no momento do anúncio dos resultados.

12.7 Os candidatos terão direito à vista de provas e poderão interpor recurso contra os resultados provisórios da Segunda e da Terceira Fases, observadas as seguintes condições:

a) os recursos serão solicitados em formulário próprio, fornecido pelo IRBr;

b) só será aceito requerimento de recurso fundamentado, que indique precisamente as questões e os pontos em que o candidato se sentir prejudicado;

c) respeitada a fundamentação dos recursos, caberá ao Diretor do IRBr deferi-los para a consideração da Banca Examinadora;

d) o julgamento dos recursos terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva.

12.8 A legibilidade é condição indispensável para a correção de todas as provas.

12.9 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de uma hora do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta preta, de comprovante de inscrição ou do Boletim Informativo e de documento de identidade original.

12.10 Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

12.11 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997).

12.11.1 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidão de nascimento, CPF, título de eleitor, carteira de motorista (modelo antigo), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

12.12 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, noventa dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

12.12.1 A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

12.13 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 12.11 deste Edital, será automaticamente excluído do Concurso.

12.14 Nos dias de realização das provas, não será permitido ao candidato entrar ou permanecer no local do exame com armas ou aparelhos eletrônicos (*bip*, telefone celular, relógio do tipo *data bank*, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina fotográfica, máquina de calcular, entre outros). O descumprimento da presente instrução implicará eliminação do candidato, caracterizando-se tentativa de fraude.

12.14.1 O IRBr e o CESPE não se responsabilizarão por perda ou extravio de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas.

12.15 O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de prova e a folha de rascunho, que é de preenchimento facultativo, no decurso dos últimos trinta minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.

12.16 Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do Concurso o candidato que, durante a sua realização:

a) der e/ou receber auxílio para a execução da prova;

b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular e/ou equipamento similar, dicionário, notas e/ou impressos que não forem expressamente permitidos e/ou que se comunicar com outro candidato;

c) portar telefone celular, gravador, receptor, *pagers*, *notebook* e/ou equipamento similar;

d) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação da prova, com as autoridades presentes e/ou com os demais candidatos;

e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio que não os permitidos;

f) recusar-se a entregar o material da prova ao término do tempo destinado para a sua realização;

g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;

h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas ou o caderno de respostas das questões discursivas;

i) descumprir as instruções contidas no caderno de prova, na folha de respostas, na folha de rascunho e/ou no caderno de respostas das questões discursivas;

j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

k) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso.

12.17 Exige-se traje apropriado nos dias de realização das provas.

12.18 Não será admitido o ingresso de candidatos nos locais de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

12.19 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, fora da data e do local predeterminados em edital e/ou em comunicado.

12.20 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não-comparecimento a qualquer das provas implicará a eliminação automática do candidato.

12.21 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento de candidato da sala de provas.

12.22 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e ele será eliminado do Concurso.

12.23 No dia de realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

12.24 O prazo de validade do Concurso será de noventa dias, a contar da data de publicação do resultado final, sem possibilidade de prorrogação.

12.25 O candidato deverá manter atualizado seu endereço no CESPE e no IRBr, enquanto estiver participando do Concurso. São de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não-atualização de seu endereço.

12.26 Concomitantemente à divulgação do resultado final do Concurso, os candidatos serão convocados para se submeterem a exame pré-admissional, conforme subitem 3.8.

12.27 Os casos omissos serão resolvidos pelo IRBr, com a colaboração do CESPE quando necessário.

FERNANDO GUIMARÃES REIS
Diretor

(DOU de 17 de fevereiro de 2005)

NOTA: Os programas mencionados no subitem 12.3 do presente Edital estão reproduzidos, neste Guia, juntamente com as orientações para o estudo de cada disciplina.

PORTARIA Nº 336, DE 30 DE MAIO DE 2003

Revoga Portaria de 01 de novembro de 1995, que regulamenta o Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase, PROFA-I, e institui novo regulamento para incorporar modificações decorrentes da implantação do Mestrado em Diplomacia do Instituto Rio Branco no processo de formação dos diplomatas.

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, tendo em vista o disposto nas Leis nº 70501, de 27 de junho de 1986, especialmente em seus artigos 38 e 39, parágrafos únicos, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o Decreto de 14 de setembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1995, resolve revogar Portaria de 01 de novembro de 1995 e estabelecer o seguinte regulamento para o Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase (PROFA-I), doravante denominado Curso de Formação do Instituto Rio Branco:

Regulamento do Curso de Formação do Instituto Rio Branco

Capítulo I
Das finalidades e duração

Art. 1º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco tem por finalidade a avaliação das aptidões e capacidade de funcionário nomeado para o cargo inicial da carreira de diplomata do Serviço Exterior, durante o estágio probatório de que trata o art. 8º da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986.

Art. 2º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco compreende as atividades de formação e desempenho funcional, a serem coordenadas pelo Instituto Rio Branco (IRBr).

Art. 3º Considerando a natureza da carreira diplomática, poderão ser utilizados como instrumentos de formação e aperfeiçoamento trabalhos práticos, exercícios, preleções, exames, debates em seminários, monografias, treinamento, visitas a Estados da Federação e demais atividades que programe o Diretor do IRBr.

Art. 4º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco começará no máximo 30 (trinta) dias após a nomeação dos aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, e terá a duração de quatro períodos consecutivos, assim distribuídos:

a) os dois primeiros períodos, de não mais do que 20 semanas cada um, darão ênfase a atividades indispensáveis à formação e ao aperfeiçoamento do funcionário nomeado, a luz das necessidades da carreira diplomática;

b) os dois últimos períodos compreenderão cursos de aperfeiçoamento e dedicação à pesquisa ou prática diplomática;

c) os estágios regulares no exterior serão realizados somente pelos alunos do Mestrado em Diplomacia, após a apresentação ou a aprovação das dissertações, e terão duração de até seis meses;

d) a distribuição dos estagiários por postos será feita preferencialmente por ordem de classificação nos exames de qualificação no Mestrado;

e) a designação de estágio no exterior em determinada missão ou instituição poderá se

condicionada à elaboração de dissertação de Mestrado sobre tema específico.

Art. 5º O funcionário não se poderá recusar a tomar parte ou submeter-se a quaisquer dos instrumentos e atividades de formação e aperfeiçoamento acima mencionados.

Capítulo II
Da avaliação

Art.6º A avaliação das atividades do Curso de Formação do Instituto Rio Branco ficará a cargo do IRBr e das Chefias imediatas.

Art. 7º O funcionário nomeado e dedicado à prática diplomática será avaliado segundo critérios de produtividade, assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa e responsabilidade.

Parágrafo Único – Na aferição desses critérios, serão considerados obrigatoriamente a proficiência nos instrumentos de formação e aperfeiçoamento, bem como o desempenho profissional, a conduta pessoal e a integração com a carreira;

Art. 8º A avaliação semestral, de que trata o art. 10, § 2º, alínea a, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, anexo ao Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, com as alterações aprovadas pelo Decreto de 14 de setembro de 1995, acima citado, e as alterações subseque ntes, será graduada por notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), e por conceitos de “satisfatório” ou “insatisfatório”;

a) a média das notas do período será considerada suficiente se igualar ou superar 60 (sessenta) em cada atividade considerada obrigatória;

b) os conceitos serão também emitidos ao final de cada período;

c) em caso de insuficiência de notas ou de avaliação de “insatisfatório”, o funcionário será notificado formalmente pelo Diretor do IRBr.

d) Só será admitida uma notificação; e

e) Na eventualidade de uma segunda notificação, que poderá comprometer a confirmação no Serviço Exterior do funcionário nomeado, o Secretário Geral das Relações Exteriores designará Comissão de três diplomatas – composta pelo Diretor do IRBr e de dois outros dentre os Ministros de Segunda Classe e Conselheiros da carreira de diplomata – para examiná-la.

Art. 9º Os relatórios relativos aos períodos de avaliação, a serem submetidos pelo Diretor do Instituto Rio Branco ao Secretário Geral das Relações Exteriores, nos termos do Decreto de 14 de setembro de 1995, § 2, alínea b, acima citado, e as alterações subseqüentes, incluirão as notas e os conceitos conferidos e, se for o caso, as notificações.

CELSO AMORIM

(DOU 112, 12 de junho de 2003)

Orientação para estudo

(inclui: programas e bibliografias para as provas das Segunda
e Terceira Fases, e exemplos de provas do Concurso anterior)

NOTA

A bibliografia e a orientação para estudo incluídas neste Guia de Estudos não têm caráter limitativo. Feita essa ressalva, recomendam-se as seguintes obras, com vistas a facilitar a preparação básica do candidato:

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

HOLANDA, *Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

O Teste de Pré-Seleção (TPS), como o nome indica, é uma prova preliminar e seletiva, de caráter eliminatório. Seu objetivo é testar de modo amplo a cultura dos candidatos e sua capacidade de compreensão e interpretação de textos, bem como seu domínio da norma culta da língua portuguesa. O TPS tem, portanto, natureza própria, se comparado com as provas das Fases subseqüentes.

Quanto ao seu formato, além de 45 questões objetivas, o TPS incluirá 5 questões discursivas, cujas respostas permitirão aferir também a redação do candidato. Vale assinalar que, em versões anteriores do TPS, não constavam questões discursivas.

No Concurso de 2005, o TPS será constituído de questões de Português, de História do Brasil, de História Mundial e de Geografia. Assim, a abrangência das questões passou a ser delimitada. Por outro lado, vale ressaltar que a prova terá caráter interdisciplinar, ou seja, uma questão poderá contemplar conhecimentos relativos a mais de uma disciplina.

Em termos de orientação para estudo, o TPS não comporta recomendações particulares, uma vez que não lhe corresponde um programa específico. Não obstante, cabem as indicações que se seguem, no entendimento de que não limitam o conteúdo das questões do TPS. Na preparação dos candidatos, serão certamente úteis as informações constantes deste Guia sobre as provas de Português (Segunda Fase), de História do Brasil e de Geografia (Terceira Fase). Da mesma forma, deve ser consultado o programa de História Mundial Contemporânea constante do Guia de Estudos de 2004, reproduzido ao final deste volume junto com a bibliografia pertinente.

*

PORTUGUÊS

A prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 500 a 600 palavras (valor: 70 pontos), e de elaboração de resumo ou comentário de texto(s), com a extensão de 250 a 300 palavras (valor: 30 pontos).

Programa:

1. Conceitos básicos: língua e fala; sincronia e diacronia; sistema, norma e uso; variação lingüística: dialeto, registro; modalidades falada e escrita; noção de erro; contexto e discurso; funções da linguagem.

2. Descrição e análise da língua portuguesa.

3. Intelecção e produção de textos: compreensão e interpretação; norma culta de língua portuguesa no Brasil: componentes gráfico, morfossintático, semântico, lexical e estilístico.

Bibliografia sugerida:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa.* 3ª ed. Rio de Janeiro, 1999.

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2004.

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Manual de Expressão Oral e Escrita*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CUNHA, Celso e CINTRA, L. F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERNANDES, Francisco. *Dicionário de Verbos e Regimes*. São Paulo: Globo, 2001.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. 21. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.

______. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. Dez – 2001.

KURY, Adriano da Gama. *Ortografia, Pontuação e Crase*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PENTEADO, J. R. Whitaker. *A Técnica da Comunicação Humana*. 8. Ed. São Paulo: Pioneira, 1993.

SAVIOLI, Francisco e FIORIN, José Luiz. *Manual do Candidato – Português*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.

VANOYE, Francis. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Orientação para a prova escrita de Português

No exame de Português, afere-se a capacidade do candidato quanto a inteligir, isto é, ler, compreender e criticar textos escritos pertencentes aos diversos registros da língua portuguesa, de modo a produzir um resumo, ou um comentário, e uma redação, com objetividade, clareza, precisão e concisão.

A prova requer o progressivo recurso às chamadas capacidades cognitivas do indivíduo. Isso significa que é necessário apreender, compreender e analisar os textos selecionados pela banca examinadora, por meio das etapas de leitura exploratória, informativa e seletiva, que constituem a intelecção dos textos. Em seguida, deve-se aplicar o que foi lido às experiências pessoais, quando se levam em conta aspectos como o interdiscurso, ou seja, a relação entre as várias situações de comunicação de que participa o indivíduo, e a intertextualidade – a relação entre todos os textos que o candidato já leu, incluindo os apresentados na prova.

Na elaboração do resumo ou do comentário, é conveniente que o candidato trate a questão como se fosse uma notícia sobre o assunto, dando-lhe estrutura em parágrafos, no primeiro dos quais se faz a contextualização quanto aos originais, que lhe servirão de base.

A capacidade de avaliação e a criatividade – esta última com significativo relevo – são requisitos da redação sobre o tema proposto, ponto de culminância do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo concurso.

Embora não se imponha preferência de estilo na redação, o candidato deverá escrever um pequeno ensaio, no qual procurará revelar, com fluência e adequação, conhecimentos sobre o tema e desenvolvimento de pensamento crítico, o que necessariamente inclui opiniões pessoais fundamentadas no raciocínio lógico. As idéias encontradas nos textos-base reproduzidos na prova devem funcionar como elementos motivadores da produção textual. Será atribuída a nota zero à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto no comando.

Tanto no resumo quanto na redação, o candidato evidenciará pleno domínio da norma culta da língua portuguesa usada contemporaneamente no Brasil em modalidade escrita.

O candidato deverá obedecer aos limites de extensão definidos nos comandos das questões. Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 pontos para cada palavra que faltar para atingir o total exigido de 500. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem.

A legibilidade é condição indispensável para a correção da prova escrita de Português e critério de apenação do candidato. São aceitas a utilização de letra de forma (ou "letra maiúscula manuscrita"), respeitada a distinção entre maiúsculas e minúsculas, e de rasuras legíveis ("risco feito para tornar inválidas ou ilegíveis palavras ali contidas, ou substituí-las por outras").

Prova de 2004

Leia os textos I, II e III abaixo.

Texto I: Divagação sobre as ilhas
Carlos Drummond de Andrade

Quando me acontecer alguma pecúnia, passante de um milhão de cruzeiros, compro uma ilha; não muito longe do litoral, que o litoral faz falta; nem tão perto, também, que de lá possa eu aspirar a fumaça e a graxa do porto. Minha ilha (e só de a imaginar já me considero seu habitante)

ficará no justo ponto de latitude e longitude que, pondo-me a coberto dos ventos, sereias e pestes, nem me afaste demasiado dos homens nem me obrigue a praticá-los diuturnamente. Porque esta é a ciência e, direi, a arte do bem viver; uma fuga relativa, e uma não muito estouvada confraternização.

De há muito sonho esta ilha, se é que não a sonhei sempre. Se é que a não sonhamos sempre, inclusive os mais agudos participantes. Objetais-me: "Como podemos amar as ilhas, se buscamos o centro mesmo da ação?" Engajados, vosso engajamento é a vossa ilha, dissimulada e transportável. Por onde fordes, ela irá convosco. Significa a evasão daquilo para que toda alma necessariamente tende, ou seja, a gratuidade dos gestos naturais, o cultivo das formas espontâneas, o gosto de ser um com os bichos, as espécies vegetais, os fenômenos atmosféricos. Substitui, sem anular. Que miragens vê o iluminado no fundo de sua iluminação?... Supõe-se político, e é um visionário. Abomina o espírito de fantasia, sendo dos que mais o possuem. Nessa ilha tão irreal, ao cabo, como as da literatura, ele constrói a sua cidade de ouro, e nela reside por efeito da imaginação, administra-a, e até mesmo a tiraniza. Seu mito vale o da liberdade nas ilhas. E, contentor do mundo burguês, que outra coisa faz senão aplicar a técnica do sonho, com que os sensíveis dentre os burgueses que se acomodam à realidade, elidindo-a?

A ilha que traço agora a lápis neste papel é materialmente uma ilha, e orgulha-se de sê-lo. Pode ser abordada. Não pode ser convertida em continente. Emerge do pélago com a graça de uma flor criada para produzir-se sobre a água. Marca assim o seu isolamento, e como não tem bocas de fogo nem expedientes astuciosos para rechaçar o estrangeiro, sucede que este isolamento não é inumano. Inumano seria desejar, aqui, dos morros litorâneos, um cataclismo que sovertesse tão amena, repousante, discreta e digna forma natural, inventada para as necessidades de ser no momento exato em que se farta de seus espelhos, amigos como inimigos.

E por que nos seduz a ilha? As composições de sombra e luz, o esmalte da relva, a cristalinidade dos regatos — tudo isso existe fora das ilhas, não é privilégio dela. A mesma solidão existe, com diferentes pressões, nos mais diversos locais, inclusive os de população densa, em terra firme e longa. Resta ainda o argumento da felicidade — "aqui eu não sou feliz", declara o poeta, para enaltecer, pelo contraste, a sua Pasárgada: mas será que se procura realmente nas ilhas uma ocasião de ser feliz, ou um modo de sê-lo? E só se alcançaria tal mercê, de índole extremamente subjetiva, no regaço de uma ilha, e não igualmente em terra comum?

Quando penso em comprar uma ilha, nenhuma dessas excelências me seduz mais que as outras, nem todas juntas constituem a razão de meu desejo. Sou pouco afeiçoado à natureza, que em mim se reduz quase que a uma paisagem moral, íntima, em dois ou três tons, só que latejante em todas as partículas. A solidão, carrego-a no bolso, e nunca me faltou menos do que quando, por obrigações de ofício, me debruçava incessantemente sobre a vida dos outros. E felicidade não é em rigor o que eu procuro. Não. Procuro uma ilha, como já procurei uma noiva.

A ilha me satisfaz por ser uma porção curta de terra (falo de ilhas individuais, não me tentam aventuras marajoaras), um resumo prático, substantivo, dos estirões deste vasto mundo, sem os inconvenientes dele, e com a vantagem de ser quase ficção sem deixar de constituir uma realidade. A casa de campo é diferente. A continuidade do solo torna-a um pobre complemento dessas propriedades individuais ou coletivas, públicas ou particulares, em que todo o desgosto, toda a execrabilidade, toda a mesquinhez da coisa possuída, taxada, fiscalizada, trafegada, beneficiada, herdada, conspurcada, se nos apresenta antes que a vista repare em qualquer de seus eventuais encantos. A casa junto ao mar, que já foi razoável delícia, passou a ser um pecado, depois que se desinventou a relação entre homem, paisagem e moradia. Tudo forma uma cidade só, torpe e triste, mais triste talvez que torpe. O progresso técnico teve isto de retrógrado: esqueceu-se completamente do fim a que se propusera, ou devia ter-se proposto. Acabou com qualquer veleidade de amar a vida, que ele tornou muito confortável, mas invisível. Fez-se numa escala de massas, esquecendo-se do indivíduo, e nenhuma central elétrica de milhões de kw será capaz de produzir aquilo de que precisamente cada um de nós carece na cidade excessivamente iluminada: uma certa penumbra. O progresso nos dá tanta coisa, que não nos sobra nada nem para pedir nem para desejar nem para jogar fora. Tudo é inútil e atravancador. A ilha sugere uma negação disto.

A ilha deve ser o *quantum satis* selvagem, sem bichos superiores à força e ao medo do homem. Mas precisa ter bichos, principalmente os de plumagem gloriosa, com alguns exemplares

mais meigos. As cores do cinema enjoam-nos do colorido, e só uma cura de autenticidade nos reconciliará com os nossos olhos doentes. Já que não há mais vestidos de cores puras e naturais (de que má pintura moderna se vestem as mulheres do nosso tempo?), peçamos a araras e periquitos, e a algum suave pássaro de colo mimoso, que nos propiciem as sensações delicadas de uma vista voluptuosa, minudente e repousada.

Para esta ilha sóbria não se levará bíblia nem se carregarão discos. Algum amigo que saiba contar histórias está naturalmente convidado. Bem como alguma amiga de voz doce ou quente, que não abuse muito dessa prenda. Haverá pedras à mão — cascalho miúdo — que se possa lançar ao céu, a título de advertência, quando demasiada arte puser em perigo o ruminar bucólico da ilha. Não vejo inconveniente na entrada sub-reptícia de jornais. Servem para embrulho, e nas costas do noticiário político ou esportivos há sempre um anúncio de filme em *reprise*, invocativo, ou qualquer vaga menção a algum vago evento que, por obscuro mecanismo, desperte em nós fundas e gratas emoções retrospectivas. Nossa vida interior tende à inércia. E bem-vinda é a provocação que lhe avive a sensibilidade, impelindo-a aos devaneios que formam uma crônica particular do homem, passada muitas vezes dentro dele, somente, mas compensando em variedade ou em profundeza o medíocre da vida social.

Serão admitidos poetas? Em que número? Se foram proscritos das repúblicas ideais e das outras, pareceria cruel bani-los também da ilha de recreio. Contudo, devem comportar-se como se poetas não fossem: pondo de lado os tiques profissionais, o tecnicismo, a excessiva preocupação literária, o misto de esteticismo e frialdade que costuma necrosar os artistas. Sejam homens razoáveis, carentes, humildes, inclinados à pesca e à corrida a pé, saibam fazer alguma coisa simples para o estômago, no fogão improvisado. Não levem para a ilha os problemas de hegemonia e ciúme.

*

Por aí se observa que a ilha mais paradisíaca pede regulamentação e que os perigos da convivência urbana estão presentes. Tanto melhor, porque não se quer uma ilha perfeita, senão um modesto território banhado de água por todos os lados e onde não seja obrigatório salvar o mundo.

A idéia de fuga tem sido alvo de crítica severa e indiscriminada nos últimos anos, como se fosse ignominioso, por exemplo, fugir de um perigo, de um sofrimento, de uma caceteação. Como se devesse o homem consumir-se numa fogueira perene, sem carinho para com as partes cândidas ou pueris dele mesmo, que cumpre preservar principalmente em vista de uma possível felicidade coletivista no futuro. Se se trata de harmonizar o homem com o mundo, não se vê porque essa harmonia só será obtida através do extermínio generalizado e da autopunição dos melhores. Pois afinal, o que se recomenda aos homens é apenas isto: "Sejam infelizes, aborreçam o mais possível aos seus semelhantes, recusem-se a qualquer comiseração, façam do ódio um motor político. Assim atingirão o amor." Obtida a esse preço a cidade futura, nela já não haveria o que amar.

Chega-se a um ponto em que convém fugir menos da malignidade dos homens do que da sua bondade incandescente. Por bondade abstrata nos tornamos atrozes. E o pensamento de salvar o mundo é dos que acarretam as mais copiosas — e inúteis — carnificinas.

Estas reflexões descosidas procuram apenas recordar que há motivos para ir às ilhas, quando menos para não participar de crimes e equívocos mentais generalizados. São motivos éticos, tão respeitáveis quanto os que impelem à ação o temperamento sôfrego. A ilha é meditação despojada, renúncia ao desejo de influir e de atrair. Por ser muitas vezes uma desilusão, paga-se relativamente caro. Mas todo o peso dos ataques desfechados contra o pequeno Robinson moderno, que se alongou das rixas miúdas, significa tão-somente que ele tinha razão em não contribuir para agravá-las. Em geral, não se pedem companheiros, mas cúmplices. E este é o risco da convivência ideológica. Por outro lado, há um certo gosto em pensar sozinho. É ato individual, como nascer e morrer.

A ilha é, afinal de contas, o refúgio último da liberdade, que em toda parte se busca destruir. Amemos a ilha.

Passeios na ilha: subúrbios da calma. *In*: **Obra completa**, p. 625-28.

Texto II: *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle
Gilles Delleuze

Foucault situou as *sociedades disciplinares* nos séculos XVIII e XIX; atingem seu apogeu no início do século XX. Elas procedem à organização dos grandes meios de confinamento. O indivíduo não cessa de passar de um espaço fechado a outro, cada um com suas leis: primeiro a família, depois a escola ("você não está mais na sua família"), depois a caserna ("você não está mais na escola"), depois a fábrica, de vez em quando o hospital, eventualmente a prisão, que é o meio de confinamento por excelência. É a prisão que serve de modelo analógico: a heroína de *Europa 51* pode exclamar, ao ver operários, "pensei estar vendo condenados...". Foucault analisou muito bem o projeto ideal dos meios de confinamento, visível especialmente na fábrica: concentrar; distribuir no espaço; ordenar no tempo; compor no espaço-tempo uma força produtiva cujo efeito deve ser superior à soma das forças elementares. Mas o que Foucault também sabia era da brevidade deste modelo: ele sucedia às *sociedades de soberania* cujo objetivo e funções eram completamente diferentes (açambarcar, mais do que organizar a produção, decidir sobre a morte mais do que gerir a vida); a transição foi feita progressivamente, e Napoleão parece ter operado a grande conversão de uma sociedade na outra. Mas as disciplinas, por sua vez, também conheceriam uma crise, em favor de novas forças que se instalavam lentamente e que se precipitariam depois da Segunda Guerra mundial: sociedades disciplinares é o que não éramos mais, o que deixávamos de ser.

Encontramo-nos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família. A família é um "interior", em crise como qualquer outro interior, escolar, profissional etc. Os ministros competentes não param de anunciar reformas supostamente necessárias. Reformar a escola, reformar a indústria, o hospital, o exército, a prisão; mas todos sabem que estas instituições estão condenadas, num prazo mais ou menos longo. Trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam. São as *sociedades de controle* que estão substituindo as sociedades disciplinares. "Controle" é o nome que Burroughs propõe para designar o novo monstro, e que Foucault reconhece como nosso futuro próximo. Paul Virilio também analisa sem parar as formas ultra-rápidas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado. Não cabe invocar produções farmacêuticas extraordinárias, formações nucleares, manipulações genéticas, ainda que elas sejam destinadas a intervir no novo processo. Não se deve perguntar qual é o regime mais duro, ou o mais tolerável, pois é em cada um deles que se enfrentam as liberações e as sujeições. Por exemplo, na crise do hospital como meio de confinamento, a setorização, os hospitais-dia, o atendimento em domicílio puderam marcar de início novas liberdades, mas também passaram a integrar mecanismos de controle que rivalizam com os mais duros confinamentos. Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas.

II. Lógica

Os diferentes internatos ou meios de confinamento pelos quais passa o indivíduo são variáveis independentes: supõe-se que a cada vez ele recomece do zero, e a linguagem comum a todos esses meios existe, mas é *analógica*. Ao passo que os diferentes modos de controle, os controlatos, são variações inseparáveis, formando um sistema de geometria variável cuja linguagem é *numérica* (o que não quer dizer necessariamente binária). Os confinamentos são *moldes*, distintas moldagens, mas os controles são uma *modulação*, como uma moldagem autodeformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro. (...)

Nas sociedades de disciplina não se parava de recomeçar (da escola à caserna, da caserna à fábrica), enquanto nas sociedades de controle nunca se termina nada, a empresa, a formação, o serviço sendo os estados metaestáveis e coexistentes da mesma modulação, como que de um deformador universal. Kafka, que já se instalava no cruzamento dos dois tipos de sociedade, descreveu em *O processo* as formas jurídicas mais temíveis: a *quitação aparente* das sociedades disciplinares (entre dois confinamentos), a *moratória ilimitada* das sociedades de controle (em variação contínua) são dois modos de vida jurídicos muito diferentes, e se nosso direito, ele mesmo em crise, hesita entre ambos, é porque saímos de um para entrar no outro. As sociedades disciplinares têm dois pólos: a assinatura que indica o *indivíduo*, e o número de matrícula que indica sua posição numa *massa*. É que

as disciplinas nunca viram incompatibilidade entre os dois, e é ao mesmo tempo que o poder é massificante e individuante, isto é, constitui num corpo único aqueles sobre os quais se exerce, e molda a individualidade de cada membro do corpo (Foucault via a origem desse duplo cuidado no poder pastoral do sacerdote — o rebanho e cada um dos animais —, mas o poder civil, por sua vez, iria converter-se em "pastor" laico por outros meios). Nas sociedades de controle, ao contrário, o essencial não é mais uma assinatura nem um número, mas uma cifra, ao passo que as sociedades disciplinares são reguladas por *palavras de ordem* (tanto do ponto de vista da integração quanto da resistência). A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição. Não se está diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se "*dividuais*", divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou "*bancos*". É o dinheiro que talvez melhor exprima a distinção entre as duas sociedades, visto que a disciplina sempre se referiu a moedas cunhadas em ouro — este servia de medida-padrão —, ao passo que o controle remete a trocas flutuantes, modulações que fazem intervir como cifra uma percentagem de diferentes amostras de moeda. A velha toupeira monetária é o animal dos meios de confinamento, mas a serpente o é das sociedades de controle. Passamos de um animal a outro, da toupeira à serpente, no regime em que vivemos, mas também na nossa maneira de viver e nas nossas relações com outrem. O homem da disciplina era um produtor descontínuo de energia, mas o homem do controle é antes ondulatório, funcionando em órbita, num feixe contínuo. Por toda parte o *surf* já substituiu os antigos *esportes*.

L'Autre Journal, n.º 1, maio/1990. *In*: **Conversações**, p. 219-26.

Texto III: [Do livre arbítrio]

Fernando Pessoa

A idéia do LIVRE ARBÍTRIO, na minha opinião, tem o seu princípio na aplicação ao mundo moral da idéia primitiva e natural de *liberdade física*. Esta aplicação, esta analogia é inconsciente; e é também falsa. É, repito, um daqueles erros inconscientes que nós cometemos; um daqueles falsos raciocínios nos quais tantas vezes e tão naturalmente caímos. Schopenhauer mostrou que a primitiva noção de liberdade é a "ausência de obstáculos", uma noção puramente física. E na nossa concepção humana de liberdade a noção persiste. Ninguém toma um idiota, ou louco por responsável. Por quê? Porque ele concebe uma coisa no cérebro como um obstáculo a um verdadeiro juízo.

A idéia de liberdade é uma idéia puramente metafísica.

A idéia primária é a idéia de responsabilidade que é somente a aplicação da idéia de causa, pela referência de um efeito à sua Causa. "Uma pessoa bate-me; eu bato àquela em defesa." A primeira atingiu a segunda e matou-a. Eu vi tudo. Essa pessoa é a Causa da morte da outra. Tudo isto é inteiramente verdade.

Assim se vê que a idéia de livre arbítrio não é de modo algum primitiva; essa responsabilidade, fundada numa legítima mas ignorante aplicação do princípio de Causalidade, é a idéia realmente primitiva.

Ao princípio o homem não é consciente senão da liberdade física. Ao princípio não há um tal estado metafísico da mente. A idéia de liberdade apareceu pela razão, é metafísica, portanto, sujeita a erro.

A opinião popular, pelo que vimos, põe o elemento real de liberdade moral no juízo, na consideração, no poder de percepção, para distinguir o bem do mal, para os discutir mentalmente. Mas esta afirmação é falsa. A concepção popular é esta: esse *juízo* é o que considera uma coisa, decidindo se ela é boa ou má. Na opinião popular, é esta faculdade que nos diz que uma coisa é boa ou má; é, pensa-se, o elemento do bem em nós. O povo pensa que, se eu noto que uma ação é má e não obstante eu a pratico, eu sou réu do mal.

A idéia de liberdade moral não é de modo nenhum primitiva, nem mesmo de hoje, na mente popular, ou hipoteticamente, em qualquer mente culta que ignore inteiramente a questão. É uma idéia adquirida pela razão, uma idéia filosófica. Primitivamente não há nem senso moral de liberdade nem um senso de determinismo. É inútil pensar que um selvagem tenha um senso de liberdade moral.

O homem é um animal perfeito e o único senso primitivo neste caso é o senso de liberdade física. "Eu posso fazer o que quero." Disto não há dúvida, evidentemente. Até agora eu não estou prisioneiro, nem paralítico, nem ligado por qualquer obstáculo físico, eu sou *livre*: posso fazer o que quero. "Mas posso eu querer o que quero e não querer nada mais?" Eis aqui a grande questão. Ora, esta inconsciência primitiva, para que lado pende mais: para o livre arbítrio ou para o determinismo?

[Manuscrito 1906?] Idéias filosóficas. *In*: **Obras em prosa**, p 536-37. (com adaptações).

PARTE I – REDAÇÃO

Valendo-se da leitura dos textos I, II e III, disserte sobre o tema suscitado por Rui Barbosa no seguinte trecho:

"A presunção de liberdade, com efeito, não é apenas um direito natural na acepção mais ou menos arbitrária ligada a esse vocábulo pela escola metafísica que procura o ideal do direito numa concepção abstrata da natureza humana, mas no sentido histórico. Ela é a expressão de uma necessidade orgânica das relações do homem com o homem entre as sociedades iniciadas na civilização".

Extensão: de 400 a 500 palavras.
(valor: setenta pontos)

Exemplo de Redação
Talita Borges Vicari (68/70)

O exercício da liberdade individual constitui condição necessária para o estabelecimento das relações sociais. Embora o olhar ingênuo identifique a liberdade de todos, a priori, como equivalente ao estado de natureza hobbesiano – em que a ação ilimitada e livre de coerção resulta em cenário de caos social –, o contratualismo, que conforma a base do Estado moderno, redefiniu e restringiu o conceito de liberdade. Para que possa subsistir, a liberdade contratualista pressupõe limites às liberdades de indivíduos e instituições. Na formação do aparato do Estado democrático de direito, as liberdades contratuais e os controles e limites delas decorrentes revelam-se fundamentais para o equilíbrio do sistema.

No período que engloba os séculos XVIII e XIX, a construção dos Estados nacionais serviu-se das garantias e das liberdades individuais como bases para a composição da estrutura legal dos novos entes políticos. O Iluminismo forneceu os elementos teóricos para a montagem do modelo de sociedade em que o direito permeia as relações interpessoais, ao assegurar liberdades aos que se adaptam ao regime e impor sanções aos que perturbam a ordem estabelecida. O binômio liberdade-sanção representa, portanto, o alicerce para a constituição de sociedades organizadas.

Diversas tipologias foram definidas para as liberdades do homem: garantias civis e políticas, liberdades econômicas, sociais e culturais entre outras modalidades criadas pela taxonomia do direito. Determinados países optam pela concessão de apenas certas modalidades aos cidadãos. China e Cuba, por exemplo, rejeitam as liberdades civis e políticas com o argumento de que os benefícios sociais e econômicos desfrutados por seus nacionais superam em importância as liberdades políticas. Verifica-se, no entanto, que

apenas a conjugação dos diferentes tipos de liberdades permite a plena vivência da cidadania e os conseqüentes crescimento e estabilidade social.

Para elaborar o arcabouço jurídico que regula a atribuição de liberdades, a tarefa de codificação de direitos torna-se cada vez mais complexa. A rápida configuração de novas realidades econômicas, sociais e culturais causada pelos fluxos de capitais internacionais, pelas migrações, pela formação de blocos regionais de Estados e pelos novos vínculos entre indivíduos por intermédio da tecnologia da informação – a tão conhecida globalização – dificulta o estabelecimento de fronteiras entre as liberdades de cada ator no processo. Aos regimes democráticos internos e às formas de governo constitucionais compete, portanto, preservar as liberdades legais em uma ordem internacional crescentemente desregulada.

Talvez pareça mais simples isolar o Estado em ilha de civilização distante das complicações do mundo. A integração entre as sociedades apresenta-se, porém, como oportunidade ímpar de desenvolvimento além de processo irreversível. O empenho coordenado entre os países para preservar e universalizar as liberdades e valores democráticos, apesar de requerer grande esforço, permitirá a implementação de ordem justa e participativa. O progresso da civilização dependerá em grande medida do primado da liberdade.

PARTE II – RESUMO

Resuma o conceito de “liberdade” formulado exclusivamente nos textos I, II e III.
Extensão: de 200 a 250 palavras.
(valor: trinta pontos)

Exemplo de resumo
Daniella Conceição Matos (28/30)

O conceito de liberdade é analisado por Carlos Drummond de Andrade, Gilles Deleuze e Fernando Pessoa, respectivamente, em excerto de “Passeios na ilha: subúrbios da calma”, publicado em Obra completa; em trecho de “Conversações”, publicado em L’Autre Journal; e em fragmento de “Idéias filosóficas”, publicado em Obras em prosa.

Drummond discorre sobre a impossibilidade de se exercer a liberdade no mundo moderno, por meio de analogia entre o refúgio e a ilha. Reconhece nesta as características de isolamento físico e distanciamento do progresso que propiciam o desenvolvimento da vida interior, a renúncia ao desejo de exercer influência, a meditação desatrelada do dever de salvar o mundo.

Deleuze evidencia a noção de liberdade por meio de análise diacrônica das relações entre disciplina, controle e sociedade. O autor menciona a transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle da atualidade. Em seguida, caracteriza-as por contraste: a primeira, bipolar e estruturada no confinamento e no binômio massa-indivíduo; a segunda, alicerçada na continuidade dos sistemas de controle e capaz de fragmentar o indivíduo.

Fernando Pessoa questiona a concepção de liberdade moral inculcada no conceito de livre-arbítrio. O autor argumenta que a única consciência possível é a da liberdade física e que a noção de liberdade moral, fundada na razão, não pode ser primitiva. Em seguida, Pessoa ilustra a usurpação do sentido de liberdade feita pela opinião popular, em que o juízo é o agente discriminador do bem e do mal.

HISTÓRIA DO BRASIL

A prova de História do Brasil consistirá de 5 (cinco) questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos.

Programa:

1. O período colonial. A Configuração Territorial da América Portuguesa. O Tratado de Madri e Alexandre de Gusmão.
2. O processo de independência. Movimentos emancipacionistas. A situação política e econômica européia. O Brasil sede do Estado monárquico português. A influência das idéias liberais e sua recepção no Brasil. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
3. O Primeiro Reinado (1822- 1831). A Constituição de 1824. Quadro político interno. Política exterior do Primeiro Reinado.
4. A Regência (1831- 1840). Centralização versus Descentralização: reformas institucionais. (o Ato Adicional de 1834) e revoltas provinciais. A Dimensão Externa.
5. O Segundo Reinado (1840 – 1889). O Estado centralizado; mudanças institucionais;os partidos políticos e o sistema eleitoral; a questão da unidade territorial. Política externa : as relaçoes com a Europa e Estados Unidos; questões com a Inglaterra; a Guerra do Paraguai. A questão da escravidão.Crise do Estado Monárquico. As questões religiosa, militar e abolicionista. Sociedade e Cultura: população, estrutura social, vida acadêmica, científica e literária. Economia: a agroexportação; a expansão econômica e o trabalho assalariado; as políticas econômico-financeiras; a política alfandegária e suas conseqüências.
6. A Primeira República (1889-1930). A proclamação da República e os governos militares. A Constituição de 1891. O regime oligárquico: a "política dos estados"; coronelismo; sistema eleitoral; sistema partidário; a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais. A economia agro-exportadora. A crise dos anos 1920: tenentismo e revoltas. A Revolução de 1930. A política externa: a obra de Rio Branco; o panamericanismo; a II Conferência de Paz da Haia (1907); o Brasil e a Grande Guerra de 1914; o Brasil na Liga das Nações. Sociedade e cultura: o Modernismo.
7. A Era Vargas (1930-1945). O processo político e o quadro econômico financeiro. A Constituição de 1934. A Constituição de 1937: o Estado Novo. O contexto internacional dos anos 1930 e 1940; o Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Industrialização e legislação trabalhista. Sociedade e cultura.
8. A República Liberal (1945-1964). A nova ordem política: os partidos políticos e eleições; a Constituição de 1946. Industrialização e urbanização. Política externa: relações com os Estados Unidos; a Guerra Fria; a "Operação Panamericana"; a "política externa independente"; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura.
9. O Regime Militar (1964-1985). A Constituição de 1967 e as modificações de 1969. O processo de transição política. A economia. Política externa: relações com os Estados Unidos; o "pragmatismo responsável"; relações com a América Latina, relações com a África; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura.
10. O processo democrático a partir de 1985. A Constituição de 1988. Partidos políticos e eleições. Transformações econômicas. Impactos da globalização. Mudanças sociais. Manifestações culturais. Evolução da política externa. Mercosul. O Brasil na ONU.

Bibliografia sugerida:

BOMFIM, Manoel. A América Latina. Males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks,1993.

BOXER, Charles. *A Idade de Ouro do Brasil: as dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CAMPOS, Flávio; Dohlnikoff, Miriam. *Manual do Candidato: História do Brasil*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997.

CARONE, Edgar. *A República Velha*. São Paulo: DIFEL.

________. *A Segunda República*. São Paulo: DIFEL.

________. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: DIFEL. 1982.

________. *A Terceira República (1937-1945) São Paulo: DIFEL. 1982.*

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

________. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: editora da UnB, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1999.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo/Publifolha, 2001. 2 v.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Global, 2003.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 32. ed. São Paulo: Nacional, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo colonial.* São Paulo: Ática, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1995.

________. *O Brasil Monárquico: do Império à República*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995. (História Geral da Civilização Brasileira, v.7)

IGLESIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LINS, Álvaro. *Rio Branco (Barão do Rio Branco): biografia pessoal e história política.* São Paulo: Editora Alfas Ômega, 1996.

MONIZ BANDEIRA, L. A. *Da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 42. ed. São Paulo: Brasiliense,1995.

________. *A Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

SCHWARTZ, Liliam Moritz. *As barbas do Imperador D. Pedro II: um monarca dos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

Prova de 2004

<u>Questão</u>

O Brasil republicano assistiu, ao longo do século XX, a um processo complexo de republicanização das instituições bem como de construções e descontruções democráticas. Oscilações entre governos e regimes políticos povoaram a histórica política daquele século. Faça o balanço atualizado de uma dessas últimas transições, ocorrida na passagem do regime militar inaugurado pelo golpe de 1964 para a chamada Nova República. Indique os elementos de continuidade e ruptura na referida transição.

Talita Borges Vicari (20/20)

O processo político no século XX foi marcado pela alternância entre regimes autoritários e democráticos. A sucessão dos regimes: República Velha, os períodos democráticos varguistas (1930-1937 e 1951-1954) e o seu Estado Novo autoritário, os governos democráticos de Dutra, JK, Jânio Quadros e João Goulart, a ditadura militar de 1964 a 1985, e a abertura democrática com a Nova República, imprimiu ao sistema político brasileiro "sístoles e diástoles" da participação popular no modelo institucional.

A ultima transição no percurso histórico brasileiro – a re-abertura do regime em 1985 – inicia-se, de fato, no governo Geisel com a proposta de uma abertura "lenta, segura e gradual", que conduziria novamente a um sistema democrático de governo. Tal abertura, porém, contemplou dentro de si mesma avanços e retrocessos. As medidas tomadas para cessar as torturas e o aumento das atividades sindicais conviveram com a Lei Falcão (tentativa de garantir o sucesso eleitoral da ARENA) e o pacote de abril em 1977 (com a criação dos senadores "biônicos" que asseguravam a maioria governista no Senado). Com o governo Figueiredo, já fora da vigência do AI-5 e iniciado com a concessão de anistia aos membros do governo e da sociedade civil ("torturadores" e "torturados"), continuou-se o processo de distensão. A campanha pelas "Diretas-Já" – a despeito do malogro da Emenda Dante de Oliveira – assinalava a ânsia de participação social. O processo de migração para a democracia deu-se, no entanto, com a eleição indireta de Tancredo e Sarney e a posse do vice em função do falecimento de Tancredo. A formação de uma Assembléia Nacional Constituinte e a elaboração de uma nova constituição em 1988 – batizada "Constituição-cidadã" – coroou a transição institucional.

Percebe-se no início da Nova República elementos de ruptura que impõem a reformulação do modelo de intervenção do Estado na economia. O esgotamento do modelo desenvolvimentista – cujo último suspiro (do processo de substituição de importações) foi o II PND – e o agravamento do quadro financeiro do Estado – pontilhado por planos ortodoxos e heterodoxos que tentavam estabilizar a inflação crescente – levou ao reposicionamento do Estado com as posteriores abertura comercial e "adoção" dos cânones do Consenso de

Washington no período que se seguiu à eleição de Fernando Collor de Mello (primeiro presidente eleito por voto direto). Mais um ponto de ruptura foi a descentralização administrativa marcada pela CF-88, por meio do fortalecimento dos entes subnacionais (Estados e municípios), substituindo o centralismo adotado na Constituição de 1967.

A mudança de regime não alterou, porém, o quadro social brasileiro. Permaneceu a distribuição desigual de rendas característica da fase anterior e, a despeito do sistema de seguridade social proposto pela CF-88, continua candente a questão da pobreza no Brasil. Outro elemento de continuidade está presente na elaboração da política externa que, prosseguindo com o "pragmatismo responsável" de 1974, caracteriza-se pelo universalismo e pela função de constituir vetor do desenvolvimento por meio do aprofundamento das relações com a América do Sul e da garantia da posição de global trader *do Estado.*

Questão

O conceito de América Latina tem um percurso histórico próprio que o associa às idéias da existência de uma ruptura fundamental entre o mundo ibérico e o mundo anglo-saxônico nas Américas. Ainda que romantizado por atores políticos e pelas próprias sociedades, o conceito serviu, e continua servindo, para propor um *modus vivendi* próprio, um conjunto de interesses e percepções específicas. Ao lado desse tradicional conceito político, geográfico, social e cultural, emergiu, ao longo do século XX, o conceito de sul-americanidade.

Avalie:

a) as relações históricas entre os conceitos de América Latina e América do Sul;

b) as aplicações mais recentes desses dois conceitos na inserção internacional do Brasil.

Franklin Rodrigues Hoyer (17/20)

a) O conceito de América Latina é criação da geopolítica francesa, Napoleão III buscava aproximar-se do continente na tentativa de contrabalançar a influência inglesa, para tanto criou um conceito que objetivava aproximar os latinos em deterimento dos anglo-saxões, arquitetava-se uma comunidade latina, que incluiria a França, em oposição à anglo-saxã. O auge da política americana de Napoleão III ocorreu quando ele estabelece uma coroa no México e coloca em seu trono Maximiliano, que logo seria assassinado por nacionalistas mexicanos.

Embora o conceito tenha surgido de mentes européias, sua racionalidade já se fazia presente desde o início do século XIX (década de 1820) com o ideal bolivariano e a Conferência do Panamá, o panamericanismo bolivariano era latino-americano, opunha-se à Europa conquistadora. A lógica do "libertador" era fortalecer o continente contra a ameaça recolonizadora.

O conceito de sul-americanidade pode ser traçado no Brasil com a política do barão do Rio Branco. Panamericanista, Rio Branco buscava o fortalecimento da América do Sul. Homem de grande visão, percebia a necessidade de mecanismos de concertação regional, é daí que surge o pacto ABC de cordial inteligência entre Argentina, Brasil e Chile. Rio Branco buscava aliança com os Estados Unidos, principal parceiro comercial do Brasil e já então

grande potência mundial, sem se descuidar de suas relações imediatas, ou seja, de sua circunstância geográfica que é a América do Sul.

b) A circunstância do Brasil é a América Latina e, de modo mais específico, a América do Sul, como escrevera Ortega y Gasset, "eu sou eu e minha circunstância e se não a salvo, não salvo a mim". Portanto, a inserção internacional do Brasil passa necessariamente pela América do Sul, que é o espaço por excelência da diplomacia brasileira.

Já assim percebia o barão do Rio Branco que buscou ao máximo o bom entendimento com as nações vizinhas ao Brasil, fato que se pode verificar com a estabilização das fronteiras e solução das questões lindeiras. Para Rio Branco, o equacionamento de qualquer pendência de limites revestia-se de caráter prioritário, pois era condição que permitiria a consolidação do Brasil em seu espaço, eliminando possíveis atritos que poderiam desestabilizar a região, de sorte que o Brasil desde então não mais teria qualquer problema com seus vizinhos. O barão do Rio Branco consolidou um espaço de paz para o Brasil.

A diplomacia brasileira jamais se descuidou do espaço sul-americano, embora sua atuação tenha-se retraído em alguns momentos. É de se destacar, em finais da década de 1950, a Operação Panamericana de Juscelino Kubitschek, dessa experiência, em parte, surgiria a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) em 1960.

O Brasil sempre buscou apaziguar descontentamentos por parte de seus vizinhos, por meio da negociação diplomática os foi trazendo para sua esfera de influência, tal como fizera o barão do Rio Branco com o Uruguai, como foi feito com a Bolívia pelos acordos de Roboré e a ligação ferroviária, ou como se deu com o Paraguai com a construção da usina binacional de Itaipu, a construção da ponte da amizade e o escoamento da produção paraguaia pelo porto de Paranaguá.

O ápice da política sul-americanista brasileira aconteceria em meados da década de 1980, foi quando Brasil e Argentina re-democratizados aproximam-se, o que daria origem a vários acordos que resultariam no tratado de Assunção constituindo o Mercosul em 1991. A Argentina, de antiga rival no contexto geopolítico sul-americano, passaria a parceira de primeira ordem do Brasil.

A proposta da ALCSA em 1993, pelo embaixador Celso Amorim, de certa forma regata os ideais de Rio Branco na busca de uma inserção madura do Brasil no cenário internacional. De certo modo, a ALCSA é um meio para resguardar o continente da cooptação econômica pela potência do norte, é uma forma de contrabalançar a hegemonia estadunidense possibilitando maior poder de barganha à região.

É também importante recordar que na Constituição brasileira de 1988, em seu artigo 4º está escrito que o Brasil buscará a integração econômica, social e cultural com a América Latina.

<u>Questão</u>

Avalie o seguinte texto:

"Não há contradição entre a existência de um regime que combatia guerrilhas de esquerda no país e o reconhecimento de governos apoiados pelos soviéticos na África, como aconteceu no caso de Angola em 1975. As razões de Estado pesaram mais nas escolhas pragmáticas. Esboçava o Brasil um lugar na 'nova partilha africana'. Esse lugar serviu para afirmar a idéia de que o Brasil tinha uma política global e universalista. Também serviu para

desafiar os interesses norte-americanos na região. O Brasil ensaiou perfurar o neocolonialismo europeu e norte-americano na África por meio de um programa de ação que envolveu a mobilização de empresas estatais, empreiteiras, operações de *counter-trade* e o jogo de sedução das elites africanas por meio do discurso da africanidade brasileira."

SARAIVA, José Flávio S. *"África: petróleo e poder", UnB Revista*, 9, março de 2004, p. 11.

Com base no texto, discuta:

a) os pilares da chamada política africana do Brasil dos anos 1970 e 1980;

b) os fatores que levaram o Brasil ao reconhecimento imediato do governo do MPLA e Angola em 1975.

Franklin Rodrigues Hoyer (18/20)

a) A partir de 1967, com a "nova correção de rumos", a diplomacia brasileira retomará os princípios universalistas e pragmáticos da política externa independente (1961-64). A tônica era o nacional-desenvolvimentismo, a política externa era percebida como meio suplementar à política de desenvolvimento da economia brasileira. Nessas circunstâncias, os alinhamentos automáticos eram refutados prevalecendo o pragmatismo de meios.

A busca de novos parceiros e mercados animará a política externa do período, será nesse contexto que a África, especialmente a África sub-saariana, despertará grande atenção da chancelaria brasileira. Embora a diplomacia brasileira já tivesse dado sinais de aproximação com o continente africano em princípios da década de 60, quando vigorava a Política Externa Independente, esse ensaio de aproximação fora tímido, o que se verifica com a posição brasileira de não condenar expressamente o colonialismo português tendo-se em consideração os laços históricos de Portugal com o Brasil.

Na década de 1970 a política africana do Brasil ganhará maior substância, principalmente quando da gestão de Azeredo da Silveira no governo Geisel, a partir de 1974. As circunstâncias internacionais davam ensejo ao discurso terceiromundista defendido pelo Brasil, era o período da "détente" (1969-1979) em que os países de menor desenvolvimento uniam seu discurso na defesa de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), buscava-se um "aggiornamento" no diálogo norte-sul. O período da "détente", em que as duas potências mundiais passam a concertar-se e criam regimes de controle de armamentos, coincide com a perda da hegemonia relativa dos Estados Unidos e a ampliação dos espaços de poder com a consolidação de novas potências econômicas, como a Comunidade Européia e o Japão, bem como o reconhecimento da República Popular da China como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

A diplomacia brasileira soube aproveitar essas brechas do sistema internacional e buscou intensivamente ampliar seu poder de barganha e multilateralizar, ou melhor, mundializar a sua política externa.

A partir de 1974 o Brasil condenará expressamente o colonialismo português em África, também passará a condenar ostensivamente o regime do "apartheid" na África do Sul. Substancialmente, o Brasil será o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, em 1975.

Será, com efeito, na década de 1980 quando o Brasil consolidará sua política africana, é quando grandes empresas brasileiras passam a investir no continente, bem como realizar importantes obras de infra-estrutura.

b) A aparente contradição no reconhecimento brasileiro do governo do MPLA, de orientação marxista, de Angola em 1975 é rapidamente desfeita ao analisar-se a política externa brasileira da época. Para além da retórica terceiromundista e da evocação dos verdadeiros laços históricos e culturais que unem o Brasil à Angola, estava em questão os interesses econômicos brasileiros. Assim é possível compreender a razão de o Brazil ter sido o primeiro país a reconhecer a independência de Angola.

Isso é explicado pelo pragmatismo de meios que então orientava a política externa brasileira, a incessante busca pelo desenvolvimento econômico obstava possíveis alinhamentos ideológicos, era no diálogo sul-sul que o Brasil buscaria alcançar seus objetivos já que a parceria com o norte (com os Estados Unidos) fora frustada. É importante salientar que nesse período o Brasil engajou-se em importantes parcerias com países como Alemanha e Japão, tratava-se de uma diplomacia universalista e pragmática que buscava contrabalançar o peso dos Estados Unidos.

A Angola seria um país chave na estratégia de inserção brasileira no continente africano, por se tratar de um país muito próximo culturalmente, de um país de língua portuguesa, com localização estratégica e, principalmente, com grande riqueza de recursos naturais, em especial o petróleo. Tendo-se em consideração o choque do preço do petróleo em 1973, essa matéria-prima tornara-se ainda mais valiosa. Não será coincidência que um dos investimentos de vulto do Brasil em Angola seria extração de petróleo na plataforma continental pela Petrobrás.

A Angola, portanto, encontrava-se na confluência dos interesses brasileiros em África, de modo que o imediato reconhecimento de seu governo não constituía qualquer contradição, mas referendava o pragmatismo responsável da política externa durante o governo Geisel.

*

GEOGRAFIA

A prova de Geografia consistirá de 5 (cinco) questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos.

Programa:

1 - Sociedade e espaço: o campo de reflexão da Geografia
- 1.1 - Espaço e valor: teorias e conceitos da Geografia Econômica;
- 1.2 - Espaço e poder: teorias e conceitos da Geografia Política;
- 1.3 - Espaço e tempo: teorias e conceitos da Geografia Histórica;
- 1.4 - Espaço e representação: teorias e conceitos da Geografia Cultural;
- 1.5 - Espaço e lugar: teorias e conceitos da Geografia Regional;
- 1.6 - As teorias geográficas da relação sociedade/natureza.

2 - A formação territorial do Brasil
- 2.1 - Macrodivisão natural do espaço brasileiro (relevo, clima, vegetação, hidrografia);
- 2.2 - Os grandes eixos de ocupação do território e a cronologia do processo;
- 2.3 - A cartografia e a definição das fronteiras do Brasil;
- 2.4 - A estruturação da rede de cidades no Brasil e os processos recentes de urbanização;
- 2.5 - O processo de industrialização e as tendências atuais da localização das indústrias no Brasil;
- 2.6 - O processo de modernização da agricultura no Brasil e suas tendências atuais;
- 2.7 - Regionalização e divisão inter-regional do trabalho no Brasil.

3 - O Brasil no contexto geopolítico mundial
- 3.1 - O processo de mundialização da economia e a divisão internacional do trabalho: a periferia;
- 3.2 - Herança colonial, condição periférica e industrialização tardia: a América Latina;
- 3.3 - A globalização e a América do Sul na nova ordem política internacional;
- 3.4 - A questão ambiental no Brasil e os desafios do desenvolvimento sustentável;
- 3.5 - Os ecossistemas brasileiros e as principais causas de sua degradação;
- 3.6 - Perspectivas de integração nas bacias do rio da Prata e do rio Amazonas;
- 3.7 - Os fluxos e redes transnacionais e o território brasileiro.

4 - Temas de Geografia contemporânea
- 4.1 - Soberania, identidade nacional e multiculturalismo;
- 4.2 - Geografia da População: migrações e direitos humanos;
- 4.3 - Degradação ambiental e gestão de recursos naturais;
- 4.4 - Desigualdades sociais e padrões de consumo no mundo atual;
- 4.5 - Conflitos geopolíticos contemporâneos.

Bibliografia sugerida:

ARAÚJO, Regina Célia. *Manual do Candidato: Geogr*afia. 2.ed.FUNAG:Brasília, 2000.

BENKO, George. *Economia, Espaço e Globalização*. 2.ed.São Paulo:Hucitec, 1999.

CASTRO, Iná Elias de, et alli. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro:Bertrand, 1995.

GREGORY, Derek, et alli. *Geografia Humana. Sociedade, Espaço e Ciência Social.* Rio de Janeiro:Zahar, 1996.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Contribuições para a Gestão da Zona Costeira do* Brasil. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1999.

RIBEIRO, Wagner Costa. *A Ordem Ambiental Internacional*. São Paulo:Contexto, 2001.

SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização*. Rio de Janeiro:Record, 2001.

________ & SILVEIRA, Maria Laura. *Brasil. Território e Sociedade no Limiar do Século XXI.* Rio de Janeiro:Record, 2001.

A título de orientação, para os candidatos que desejarem aprofundar o estudo da matéria, sugerem-se as seguintes leituras adicionais:

BECKER, Bertha et alli. *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. 2.ed. São Paulo:Hucitec.1995.

________ & EGLER, Claudio. *Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia Mundo*. 3.ed.Rio de Janeiro:Bertrand, 1998.

CAVALCANTI, Clóvis et alli. *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. 2.ed.São Paulo:Cortez, 2001.

CASTRO, Iná Elias et alli. *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo:Hucitec/EDUSP, 1992.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 3.ed.São Paulo:Hucitec, 2001.

DUPAS, Gilberto. *Economia Global e Exclusão Social*. São Paulo:Paz e Terra, 2001.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo:Companhia das Letras, 2001.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria* . São Paulo: Moderna/EDUNESP, 1997.

MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e Nações*. 2.ed.São Paulo:Contexto, 1994.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo:Hucitec, 2002.

RIBEIRO, Wagner Costa (org.). *Patrimônio Natural Brasileiro*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2004.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida (org.). *Território Brasileiro. Usos e Abusos*. Campinas: Territorial, 2003.

Prova de 2004

<u>Questão 1</u>

Clima, hidrografia e vegetação, costumam ser apresentados como fatores que conferem homogeneidade à grande região amazônica. No entanto, quando se considera o relevo, a diversidade se impõe. Descreva os principais patamares orográficos presentes na região e os sistemas de exploração econômica a eles associados.

Letícia Frazão Alexandre (20/20)

O clima da Amazônia é influenciado, mormente, pela massa equatorial continental, de características quente e úmida, que confere homogeneidade ao clima. Somente no inverno, a massa de ar polar pode chegar à região provocando o fenômeno conhecido como "friagem". A região é banhada pela Bacia Amazônica, cujos rios possuem coloração diferente de acordo com o local onde nascem – podem possuir águas negras (Rio Negro), barrentas (Rio Amazonas) ou cristalinas. A vegetação predominante é a floresta equatorial amazônica, mas as características da floresta alteram-se conforme o relevo. Assim, nas regiões inundáveis, temos a mata de igapó, nas regiões semi-inundáveis, a mata de várzea e nas áreas mais altas, a floresta de terra-firme (a hiléia amazônica).

Até a década de 70, acreditava-se que a Amazônia era uma grande planície. Dessa crença decorre o elevado número de termelétricas na região. Hoje, sabe-se que a Amazônica é formada de 2 grandes planaltos cristalinos cortados pela planície amazônica. A existência desse desnível permite a exploração do potencial hidrelétrico da região. Estima-se que mais da metade do potencial hidrelétrico brasileiro encontre-se na Amazônia. Todavia, o custo ambiental dessa exploração torna pouco provável o seu aproveitamento. A região dispõe de outros recursos energéticos, derivados da biomassa, como o dendê. Nos planaltos cristalinos, há a presença de minérios como ferro, bauxita e de pedras preciosas, como ouro e diamante.

Bertha Becker divide o processo de ocupação da Amazônia em 3 fases que, em certa medida, correspondem à classificação de Milton Santos de meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional. A 1ª fase é a da ocupação baseada em fortificações (com intuito de defesa) e exploração das "drogas do sertão". A 2ª fase é a do planejamento regional (1930-1985). Compreende as primeiras tentativas de expansão do meio técnico à região, nos governos Vargas e JK, com a construção da Belém-Brasília e da Brasília-Acre. O planejamento e a exploração são aprofundados nos governos militares que entendem a região como fornecedora de recursos naturais e energia para a região Concentrada. A Amazônia assume o papel de fronteira de recursos. A fase atual (1985 -...) é denominada, por Bertha Becker, de "incógnita do Heartland". Há a disputa do vetor tecno-ecológico (VTE) e do vetor tecno-industrial (VTI). O primeiro propõe preservação e o segundo, exploração. A autora aponta uma solução de compromisso: adequação dos dois vetores, por meio de estratégias de manejo florestal, venda de créditos de carbono, extrativismo vegetal (exploração da castanha e fabricação de óleos para exportação, por exemplo), exploração da biodiversidade. Entretanto, Becker reconhece que essa estratégia de exploração é mais adequada à Amazônica Ocidental. A Amazônia Oriental e a região denominada de "Arco do Povoamento Adensado" já estão sendo exploradas pelo VTI.

Grosso modo, a Amazônia Oriental corresponde aos estados do Pará, Amapá e parte de Tocantins. Nessa região, a exploração mineral (Carajás) é de grande importância. O arco do povoamento adensado é parte da Amazônia Legal, mas não é coberto pela floresta

amazônica. Nessa região, a exploração da monocultora exportadora e da pecuária extensiva são as atividades principais.

Por fim, a região da Zona Franca de Manaus é um pólo de eletro-eletrônicos incrustado na floresta por iniciativa estatal e não atende à lógica orográfica da região.

Questão 2

A política exterior dos países ibéricos tem oscilado classicamente, entre o "atlantismo" e o "europeísmo". Além disso, nem sempre Portugal e Espanha convergiram para a mesma posição. Reflita a respeito das conseqüências, para a Península, de cada uma das quatro opções estratégicas aí contidas.

Eduardo Teixeira Souza (20/20)

A história das duas nações ibéricas sempre esteve correlacionada. Apesar de Portugal ser Estado mais antigo, os respectivos processos de consolidação nacional de Portugal e Espanha (séculos XIV e XV) correram paralelos. Ademais, ambos tiveram forte influência mourisca, distantes socioespacialmente do restante da Europa devido à muralha natural dos Pirineus. As duas nações lançaram-se na cruzada atlântica dos descobrimentos, sofreram o retardo dos regimes fascistas (Franco/Salazar) e entraram para a União Européia (UE) na mesma década de 80.

Hoje países com indicadores socioeconômicos próximos ao da Europa Central, Portugal e Espanha mais se aproximam do que se diferem em termos de política externa. Três vertentes básicas de inserção internacional dos dois países podem ser apontados: o "atlantismo", o "europeísmo" e a política africanista.

Os laços que unem Portugal e Espanha à América são espirituais, pois compartilham com as nações do espaço socioeconômico latino-americano as mesmas línguas, a raiz étnica, cultural e religiosa. Durante os respectivos fascismos, tornaram-se mais introspectivos, porém afirmando-se vivamente no hemisfério ocidental após a adoção da "cidadania européia". Hoje, Portugal e Espanha estão entre os maiores investidores externos na América Latina, sobretudo na área de telecomunicações. Do ponto de vista político, por intermédio das Cúpulas Ibero-Americanas, apresentam-se como facilitadores do diálogo entre a América Latina e a Europa, principalmente nas negociações comerciais entre o Mercosul e a UE. Ainda com respeito ao "atlantismo", os movimentos políticos dos dois países são tão simétricos que ambos apoiaram Bush em sua aventura iraquiana. A consequência para a UE de tal cenário pode ser dialética, se de um lado reforça a presença européia na América Latina, de outro, o alinhamento com os EUA torna o alcance de uma política externa comunitária algo mais distante.

Quanto ao "europeísmo", Portugal e Espanha abraçaram com vigor a identidade continental. É certo que, devido a seu maior peso econômico e demográfico, a Espanha tende a sobressair-se na construção de um espaço europeu. Os países ibéricos, nesse contexto, servem como vitrine para os 10 novos países que adentram a UE, algo de forte caráter simbólico. Ambos, Portugal e Espanha encontram-se tão inseridos no esquema europeu que os maiores compradores de imóveis nos dois países são alemães, ingleses e escandinavos interessados no sol do Algarve, das Ilhas Baleares ou da "Cuesta del Sol". Fator de preocupação para a UE, no que concerne à Península, é a questão migratória, apesar dos dois países serem signatários do Acordo de Schengen, que limita a entrada de imigrantes. É aí que entra o vetor africanista da política externa ibérica.

O estreito de Gibraltar apresenta-se como a área mais sensível na entrada de imigrantes ilegais para a UE. Apesar dos enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla, na África, os nacionais do Magreb (Marrocos, Argélia e Tunísia) usam a região para alojarem-se em Valência, Barcelona, Marselha ou Paris (a maior cidade islâmica do Ocidente). Assim, as pressões comunitárias para maior controle migratório espanhol são significativas. Quanto à política africanista portuguesa, o foco está em aprofundar a presença lusitana, sobretudo econômica e política, sobre os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP. Desta forma, o relacionamento nem sempre harmônico entre a UE e a África passa pelas duas nações ibéricas.

Apesar de certa desconfiança mútua entre portugueses e espanhóis (sobretudo dos últimos em relação aos primeiros), os dois povos estão fortemente ligados por razões geográficas, históricas, culturais, econômicas e políticas. Uma UE fortalecida depende parcialmente da convergência progressiva entre Portugal e Espanha.

Questão 3

Comente a cronologia de implantação da política ambiental brasileira, explicando as concepções que a presidiram em cada etapa identificada e apontando as instituições criadas em cada período.

Carlos Ribeiro Santana (20/20)

Atualmente o Brasil é um ator importante na agenda ambiental global. Com efeito, o País sediou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Eco 92 – em 1992, assinou as convenções acerca de biodiversidade genética e sobre as mudanças climáticas. Além disso, o Brasil apresenta uma legislação avançada de proteção ambiental.

Para entender a cronologia de implementação da política ambiental brasileira é importante compreender como o meio ambiente era percebido pelos atores privados e governamentais durante o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional (Milton Santos).

Durante o meio natural, praticamente inexistia preocupação ambiental no Brasil. Nesse período, a lógica de produção e exploração capitalista estava baseada no binômio agricultura-exportação. A natureza era tida como uma fonte de recursos a ser explorada tendo em vista a acumulação de capital. O meio natural no País compreende o início da colonização e vai até o final do século XIX, quando as primeiras redes técnicas são instaladas na região cafeeira em São Paulo. Trata-se das redes ferroviárias e da ascensão do meio técnico.

O meio técnico estende-se do final do século XIX até o final da década de 1970. Nele, ocorre a superação do binômio agricultura-exportação pelo urbano-industrial. A natureza continua sendo vista como uma fonte de recursos naturais; entretanto, agora está subordinada aos interesses do capital industrial. Observa-se, nesse período, o consumo predatório e exponencial dos recursos naturais do País, tendo em vista a lógica de acumulação capitalista. A política ambiental brasileira continua marginalizada devido à busca pela industrialização nacional. Com efeito, é nesse período, que se observa a vinda/transferência das indústrias poluentes dos países centrais para os países periféricos, entre eles, o Brasil.

A partir da década de 1980, ocorre a ascensão do meio técnico-científico-informacional, que, segundo Milton Santos, consiste no aparecimento de novas estruturas convivendo com velhos modos de produção e acumulação. Nesse período, em que a posse de informação passa a ser determinante, observa-se claramente o início da preocupação política ambiental brasileira. O projeto SIVAM de vigilância da região amazônica é exemplo da consciência ambiental do período. Trata-se de conjunto de radares, satélites, aviões e centros de monitoramento que busca colher informações e dados para o monitoramento e a prevenção de queimadas, desmatamento e outras atividades nocivas à floresta amazônica.

No plano internacional, a preocupação ambiental brasileira demonstra, em um primeiro momento, na Conferência de Estocolmo de 1972, a primazia do desenvolvimento sobre a conservação e a preservação do meio ambiente. Entretanto, a partir do lançamento do relatório Brundtland ("Nossa Terra Comum"), da Eco 92 e da Agenda 21, a posição brasileira passa a defender a necessidade de um desenvolvimento sustentável, isto é, um desenvolvimento no qual o consumo dos recursos naturais no presente não comprometa o desenvolvimento das gerações futuras.

Por fim, apesar da conscientização e da legislação avançada de proteção ambiental no País, ainda é grande o índice de devastação e de queimadas do bioma nacional. Com efeito, apesar da atuação fiscalizadora do IBAMA, esta instituição não apresenta fiscais e técnicos em quantidade suficiente para cobrir a amplitude do território nacional. Esse é o panorama atual da política ambiental brasileira

Questão 4

A América Latina nas últimas décadas, foi deslocada pela Ásia como região mais dinâmica do planeta. Seria isto resultado direto do esgotamento da guerra fria, ou haveria outras razões, endógenas a cada continente, para explicar tal fenômeno?

Letícia Frazão Alexandre (20/20)

V*idal de La Blanche classifica a Ásia como uma civilização presa a terra, fixa, enquanto a Europa seria uma civilização móvel. As razões para isso estariam ligadas às características geográficas de cada região. Na Ásia, desde cedo, surgiram vastos impérios voltados para dentro dada a abundância de recursos hídricos, a fertilidade dos solos e a existência de recursos minerais. Já a Europa era retalhada por inúmeros feudos que constituíram Estados-Nacionais de proporções diminutas. A relativa escassez de recursos teria impulsionado a Europa para uma expansão além fronteiras, levando-a a controlar o comércio, em um primeiro momento, e a economia mundial, controlando a civilização fixa e apoderando-se de seus recurso, na fase imperialista.*

O sucesso da civilização móvel teria ensinado a Ásia a seguir seu exemplo e expandir-se para além de suas fronteiras. Foi o que fez o Japão, que programou sua abertura a partir da Revolução Meiji, e, ao final do séc. XIX, tornou-se uma potência imperial. China e Índia foram abertas pelas potências ocidentais, mas antes de haverem obtido condições de expandirem-se.

Embora a América Latina tenha sido colonizada por uma civilização móvel, a abundância de recursos faz com que se assemelhe a uma civilização fixa. O modelo agroexportador que vigorou até a década de 30 faz lembrar a abertura forçada. A partir daí, a América Latina e, particularmente, o Brasil, volta-se para dentro e desenvolve modelo de substituição de importações. Na década de 1980, a crise da dívida revela o esgotamento do

modelo de desenvolvimento voltado para dentro. Surge a necessidade de abertura e expansão. Todavia, a modernização havia sido concentrada e não foi capaz de fincar as bases para uma abertura com possibilidades de expansão. Nesse contexto, a abertura irrestrita exigiu um estágio de desenvolvimento interno que a América Latina não havia alcançado. A estagnação econômica atual é reflexo das tentativas de inserção na ordem global.

Após a abertura forçada da Ásia, a China fechou-se novamente, o Japão engendrou esforços para reestruturar sua produção e os NICs abriram completamente suas economias num esforço de executar a industrialização conduzida pelas exportações. As dimensões do Japão e dos NICs parecem inseri-los, desde já, na lógica das civilizações móveis que crescem por expansão. A China, ao fechar-se, reforçou a lógica das civilizações fixas. A diferença entre a China e a América Latina é que a primeira conseguiu inserir-se na nova ordem capitalista internacional que surge após a crise de estruturação da economia mundo (Bertha Becker).

Pelo exposto, percebe-se que as características endógenas de cada continente influenciam no padrão primário de inserção internacional. Todavia, o que irá determinar o padrão de inserção no mundo globalizado será a maior ou menor adaptação dos continentes à nova divisão internacional do trabalho, na qual a tecnologia passa a ser o fator de produção predominante e as redes tecnológicas desterritorializam a produção.

Questão 5

Disserte a respeito da afirmação a seguir:

"A pujança do agronegócio brasileiro explica-se pela combinação de algumas "vantagens comparativas" e outras "competitivas".

Carlos Ribeiro Santana (20/20)

O agronegócio tem-se mostrado uma das atividades mais dinâmicas da economia nacional nas últimas décadas. Trata-se de manchas no território nas quais se observa uma agricultura de precisão, com ampla relação com a indústria (Milton Santos). Caracteriza-se, por um lado, pelo consumo de insumos industriais: máquinas, tratores, fertilizantes, pesticidas, etc; e, por outro, pelo fornecimento de matérias-primas para serem processadas pela indústria: o suco de laranja, o álcool da cana-de-açúcar, o farelo de soja, etc.

Segundo David Ricardo, economista inglês da escola liberal, as vantagens comparativas podem ser divididas, grosso modo, em três fatores de produção: terra, capital e trabalho. Sendo assim, a pujança do agronegócio brasileiro explica-se pelo uso desses três fatores de produção pelos produtores nacionais. O capital advém da expansão do capital monopolista das indústrias no campo (a "territorialização do capital", de acordo com Milton Santos). A mão-de-obra e a terra são vantagens comparativas existentes no Brasil desde o meio natural (vale ressaltar que a mão-de-obra consubstanciou-se, em um primeiro momento, no trabalho escravo, em seguida, no trabalho dos imigrantes e, por fim, nos fluxos migrantes internos oriundos da mecanização do campo).

As vantagens competitivas do agronegócio estão ligadas à economia globalizada e à inserção de espaços nacionais na lógica de produção do capitalismo global. Nesse contexto, a tecnificação e a cientifização dão origem a uma agricultura de precisão em certas manchas do território nacional. Valendo-se mais uma vez dos conceitos do professor Milton Santos, podemos observar como vantagens competitivas a implementação de sistemas de engenharia

(ou infra-estrutura) que dão mais fluidez aos fluxos sobre os fixos instalados no território. Por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de engenharia e, conseqüentemente, das redes nacionais, busca-se vencer as rugosidades do território como uma forma de impulsionar a competitividade do agronegócio nacional. Dessa forma, tem-se a importância dos corredores de exportação para a atividade agroindustrial. A tentativa de escoar a produção para o mercado global por meio de sistema de transporte intermodal constitui outra vantagem competitiva para o agronegócio brasileiro.

Convém lembrar que a pujança do agronegócio não é observada de modo homogêneo sobre o território nacional. Ao contrário, ainda se observa a coexistência de velhas formas de produção – "plantation", "roça" e agricultura rudimentar de base familiar – com novos e modernos "belts" e "fronts" de produção agrícola. A existência de uma agricultura mecanizada de cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto em São Paulo, e de um "front" de soja no Centro-Oeste, em Rondônia e em partes do Piauí, Maranhão e Bahia e a cultura tecnificada da produção de laranja no estado de São Paulo para a produção de suco de laranja, em detrimento do consumo "in-natura" da fruta, contrasta com a produção extensiva de cana em certas áreas do nordeste e com o cultivo de culturas tradicionais, como, por exemplo, o feijão, a mandioca e, em parte, o milho, ao longo dos principais eixos de penetração do território nacional.

*

NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

A prova de Noções de Direito e Direito Internacional Público consistirá de 5 (cinco) questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos.

O examinando deverá responder de modo objetivo tendo em vista a limitação de linhas para cada resposta. A banca examinadora levará em conta sobretudo o poder de argumentação do candidato. Assim, eventual citação de tal ou qual autor deve ser evitada. O interesse dos examinadores é avaliar o entendimento do(a) candidato(a) sobre o problema formulado. Ele(a) deve pautar sua resposta pela objetividade, clareza e precisão.

A bibliografia é meramente indicativa. Os examinadores buscaram indicar livros atualizados e de fácil acesso, já que se trata de prova de "noções" de Direito. Desse modo, a banca ateve-se ao indispensável. O candidato poderá, por óbvio, lançar mão de outros autores que, ao seu juízo, abordem tal ou qual ponto do programa.

Programa:

I. Direito interno.

1. Normas jurídicas. Características básicas. Hierarquia. 2 Constituição: conceito, classificações, primado da Constituição, controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos. 3 Fatos e atos jurídicos: elementos, classificação e vícios do ato e do negócio jurídico. Personalidade jurídica no direito brasileiro. 4 Estado: características, elementos, soberania, formas de Estado, confederação, república e monarquia, sistemas de governo (presidencialista e parlamentarista), estado democrático de direito. 5 Organização dos poderes no direito brasileiro. 6 Processo legislativo brasileiro. 7 Princípios, direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF/88). 8 Noções de organização do Estado na CF/88: competências da União, dos Estados-membros e dos municípios; características do Distrito Federal. 9 Atividade administrativa do Estado brasileiro: princípios constitucionais da administração pública e dos servidores públicos, controle de legalidade dos atos da Administração. 10 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.

II - Direito internacional público.

1 Caráter jurídico do direito internacional público (DIP): fundamento de validade da norma jurídica internacional; DIP e direito interno; DIP e direito internacional privado. 2 Fontes do DIP: artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça; atos unilaterais do Estado; decisões de organizações internacionais; normas imperativas (*jus cogens*). 3 Sujeitos do DIP: estados; conceito; requisitos; território; população (nacionalidade, condição jurídica do estrangeiro, deportação, expulsão e extradição); governo e capacidade de entrar em relações com os demais Estados; surgimento e reconhecimento (de Estado e de governo); sucessão; responsabilidade internacional; jurisdição e imunidade de jurisdição; diplomatas e cônsules: privilégios e imunidades; organizações internacionais (definição, elementos constitutivos, classificação, personalidade jurídica, Organização das Nações Unidas (ONU); Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano; Indivíduo. 4 Solução pacífica de controvérsias internacionais: artigo 33 da Carta da ONU; meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais (arbitragem e

tribunais internacionais). 5 Direito internacional dos direitos humanos: proteção (âmbito internacional e regional); tribunais internacionais (São José da Costa Rica, Estrasburgo, Haia, Arusha).6 Direito da integração: noções gerais; MERCOSUL e União Européia (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias). 7 Direito internacional econômico: conhecimentos elementares; Organização Mundial do Comércio (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias).

Bibliografia sugerida:

I – Documentos:

Constituição Federal (1988).
Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça (1945).
Convenções de Viena sobre: Relações Diplomáticas (1961); Relações Consulares (1963); e Direito dos Tratados (1969).
Tratado para a constituição de um mercado comum - Mercosul (Assunção, 1991).
Protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institucional do Mercosul (Ouro Preto, 1994).
Acordo constitutivo da Organização Mundial do Comércio - OMC (Marraqueche, 1994).
Memorando sobre solução de controvérsias - OMC (1994).

II – Livros:

ACCIOLY, Hildebrando e Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva. *Manual de direito internacional público*. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. 10ª ed. Brasília: Editora UnB, 1999.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional.* 12ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

________. *Teoria do Estado*. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

BORCHARDT, Klaus-Dieter. *O ABC do direito comunitário* . Bruxelas: Comissão Européia, 2000.

BROWNLIE, Ian. *Princípios de direito internacional público*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.*

ENGISH, Karl. *Introdução ao pensamento jurídico. 8ª ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001*.

MELLO, Celso de Albuquerque. *Curso de direito internacional público.* 14ª ed. Rio deJaneiro: Renovar, 2004.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 14ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional.* 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

QUOC DINH, Nguyen, Patrick Dailler e Alain Pellet. *Direito internacional público*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1999.

RANGEL, Vicente Marotta. *Direito e relações internacionais*. 7ª ed. São Paulo: RT, 2002.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

REZEK, *José Francisco.* Direito internacional público: curso elementar*. 9ª ed.* São Paulo: Saraiva, 2002.

SEITENFUS, Ricardo. *Manual das organizações internacionais*. 3ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SILVA, José Affonso da. *Curso de direito constitucional positivo.* 23ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SOARES, Guido Fernando Silva. *Curso de direito internacional público*. v. 1. São Paulo: Atlas, 2002.

THORSTENSEN, Vera. OMC: *Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais.* 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *O direito internacional em um mundo em transformação*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

________. *O esgotamento de recurso internos no direito internacional.* 2ª ed. Brasília: Editora UnB, 1997.

________. *Tratado de direito internacional dos direitos humanos*. Vol.- III. Porto Alegre: Fabris, 2003.

________. *Direito das organizações internacionais*. 3ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

Prova de 2004

Questão 1

Comente a seguinte passagem:

"Não é de hoje a convicção de que a soberania estatal não é absoluta, mas relativa, a começar pela observação preliminar de que, se todos os Estados são soberanos, só o podem ser na medida em que reciprocamente se respeitam e se auto limitam, devendo, em princípio, prevalecer os interesses da comunidade internacional". (In: REALE, Miguel. *Crise do capitalismo e crise do Estado*. São Paulo: SENAC, 2000, p. 61).

Hélio Silva Filho (20/20)

Com o aprofundamento das relações internacionais entre Estados, o conceito de soberania é relativizado, na medida em que se intensificam os laços de interdependência. Admitindo-se a existência de uma sociedade internacional, há um direito internacional que regula relações complexas e dinâmicas entre Estados, o que enfraquece o conceito de 'soberania absoluta'.

Mesmo que um Estado 'soberano absoluto' ignorasse as repercussões internacionais de seus 'atos de império' (de soberania), encontraria limitações ao exercício da razão de Estado em virtude dos laços de interdependência entre os países (econômicos, culturais, sociais e políticos). A defesa dos interesses nacionais passa necessariamente por algum grau de adesão ao ordenamento jurídico internacional: as relações entre Estados criam costumes internacionais (fonte de direito internacional público), os quais são positivados em convenções e tratados (bilaterais ou plurilaterais) que deverão ser incorporados ao ordenamento jurídico interno. Além disso, há limites ao exercício, por tempo indeterminado, de hegemonia ou de soberania absoluta, dado que careceria de legitimidade e levaria à contenção por parte da comunidade internacional.

O conceito de soberania relativa concilia direitos e deveres no plano internacional. Por um lado, é consagrada a igualdade soberana entre Estados (direito); por outro, a cooperação internacional (dever) é fundamental para o exercício da razão de Estado em uma comunidade internacional interdependente. Dessa forma, o direito internacional tem por base a adesão voluntária de Estados, o 'livre-consentimento', o que pode constituir 'cessão' de soberania em favor de maior inserção internacional. Relativizar a soberania pode servir, portanto, ao equilíbrio entre direitos e deveres na órbita internacional.

No mundo atual, o exercício de poder por um Estado soberano não pode prescindir de inserção internacional. A intensidade crescente das relações econômicas e políticas entre as nações implica necessidade de cooperação internacional. A relativização da soberania atende a esse princípio quando ocorre em consonância com os interesses nacionais. A autolimitação e o respeito mútuo permitem constituir 'interesse internacional comum' aos Estados. No plano internacional, o exercício efetivo dos interesses de uma nação – exercício da soberania internacionalmente – depende significativamente da adesão a esses princípios.

Questão 2

Em certa cidade brasileira, há anos que, no final do verão, ocorrem deslizamentos de terra, por falta de obras de contenção em área próxima a determinado conjunto habitacional de baixa renda. Muitas vezes, esses deslizamentos soterram casas e causam prejuízos. No ano passado, Caio, munido de alvará de construção, ergueu sua casa nessa área. Com as chuvas de verão deste ano, um deslizamento de terra pôs a perder seu patrimônio. Caio processou o Município, cobrando reparação pelos prejuízos. A Prefeitura alegou que não é responsável por fatos da natureza e que o particular assumiu voluntariamente o risco de perder seus bens ao permanecer na região sabidamente suscetível a desastres do gênero. Discorra sobre as perspectivas de êxito da demanda.

Rodrigo de Oliveira Castro - 15/20

A questão em apreço diz respeito ao tema da responsabilidade civil do Estado, ou responsabilidade civil objetiva. Trata-se do dever, por parte do Estado, de indenizar todos aqueles que, por ação ou omissão do Estado ou de seus agentes, tenham sido de alguma forma prejudicados ou afrontados em seus direitos. A responsabilidade do Estado é objetiva porque seu dever de indenizar independe da culpa ou dolo de seus agentes, muito embora esteja liberado dessa obrigação se for comprovada a culpa ou dolo exclusivo da vítima. Deve ser registrado, também, que no caso do dano ter sido causado por <u>ação</u> do agente estatal,

deve-se comprovar ter estado tal agente em serviço no momento da ocorrência do dano. Igualmente, deve ser verificado o nexo de causalidade entre a ação ou omissão estatal e o dano sofrido pela vítima. Casos fortuitos ou força maior podem, mas não necessariamente, liberar o Estado do dever de indenizar.

No caso em tela, Caio pode processar o Município e tem ótimas perspectivas de êxito. Além de ter acionado aquele que de fato deve figurar no pólo passivo da demanda, o Município, estão presentes os demais pré-requisitos para o sucesso de seu processo: a) embora a área em questão seja de notória periculosidade, o Município comportou-se omissiva e ativamente. Omissivamente, por não ter resolvido, após longos anos, o problema dos deslizamentos por meio de obras de contenção; ativamente, por ter concedido alvará de construção em área de risco, de conhecimento de todos; b) há claro nexo de causalidade entre o referido proceder do Município e o dano sofrido por Caio, que perdeu seu patrimônio; c) a Natureza, aqui, não pode escusar as autoridades, visto que o problema dos deslizamentos não ocorre apenas por causa das chuvas, mas por falta de obras mínimas de urbanização.

Por fim, vale observar que o funcionário que concedeu o alvará para Caio poderá ser responsabilizado numa relação poder público-funcionário.

<u>Questão 3</u>

Analise a eventual importância do princípio da separação de poderes no debate do controle externo do Poder Judiciário, tal como se põe hoje.

Hélio Silva Filho (16/20)

A independência e a separação dos três poderes constituem cláusula pétrea da Constituição brasileira. A proposta de controle externo do judiciário, alega-se, poderia ameaçar esses princípios e comprometer o primado da Constituição na definição do relacionamento entre os poderes.

A Carta consagra o princípio de que não há hierarquia entre os três poderes: deve prevalecer o equilíbrio e o autocontrole. Contudo, estabelece limites e mecanismos institucionais de controle do exercício de poderes, sem que ameace o equilíbrio do sistema. É o caso dos mecanismos de controle de constitucionalidade das leis (ação direta de constitucionalidade e ação direta de inconstitucionalidade), das comissões parlamentares de inquérito e das ações do Ministério Público. De certa forma, esses mecanismos exercem 'controle externo' sobre atos do executivo e do legislativo. Não configuram hierarquia nem relações de dependência entre os poderes: diversamente, têm contribuído para o fortalecimento das instituições democráticas e, justamente, para o equilíbrio entre os poderes.

A proposta de controle externo do Poder Judiciário não se baseia, necessariamente, no pressuposto de que há desequilíbrio entre os poderes. É possível implementar mecanismos de controle sem violar os princípios de independência, separação e não-hierarquia. Um 'órgão de controle', por exemplo, poderia ser composto por juristas consagrados, independentes, com vistas a examinar atos do judiciário e submeter, ao próprio poder judiciário, a decisão quanto a medidas com relação a eventuais atos ilícitos de seus membros. É possível gerar aprimoramento institucional que aumente a eficiência do judiciário e prime pela lisura de seus atos, sem que isso comprometa a separabilidade dos três poderes.

O debate sobre o tema tem sido objeto de controvérsia. De qualquer maneira, qualquer mecanismo institucional de controle externo - que viole os princípios de separabilidade, independência e inexistência de hierarquia - poderá ser questionado, em segundo momento, via mecanismo de controle de constitucionalidade: é improvável o estabelecimento 'unilateral' de tal mecanismo por um único poder (executivo ou legislativo) sobre o judiciário.

Questão 4

Disserte sobre o tema da reserva a tratado analisando, entre outras, as seguintes questões:

(i) o Estado que ratifica ou adere com reservas é parte do tratado se alguns membros apresentam objeções às reservas formuladas?, e

(ii) existe distinção entre declaração interpretativa e reserva?

Rodrigo de Oliveira Castro (20/20)

A figura da "reserva" já foi mais utilizada pelos Estados, mas vem sendo cada vez mais evitada nas últimas décadas, o que faz com que a tendência, hoje, seja a da procura do consenso na hora de firmar tratados, aumentando, assim, a força e a eficácia dos mesmos.

A "reserva" serve para um Estado tomar parte num tratado, mas sem se vincular a todos os seus preceitos. Ela serve para que o Estado se exima da responsabilidade de acatar cláusulas específicas, e a motivação da reserva pode ser de cunho jurídico, econômico, político ou mesmo social. Basta que o Estado não concorde com determinada cláusula. É preciso registrar que as reservas ainda são admitidas no âmbito dos tratados multilaterais, mas não encontram guarida em tratados bilaterais. O tratado multilateral, em seu texto, pode determinar se admite, ou não, reservas. Um exemplo recente de que tal instrumento está caindo em desuso mesmo no caso dos tratados multilaterais é o Tribunal Penal Internacional, cujo tratado constitutivo não admite reservas.

A reserva nos tratados multilaterais não é, portanto, motivo suficiente para que o Estado não seja parte do tratado. As objeções de alguns membros não determinam, necessariamente, a saída do Estado que aderiu ou ratificou com reservas. Entretanto, tal Estado corre esse risco se a objeção às suas reservas for unânime ou majoritária, o que pode constrangê-lo a se retirar do concerto.

Ao contrário da reserva, por meio da qual o Estado diz: "Não concordo com tal cláusula e a ela não me sinto vinculado", a declaração interpretativa serve para qualificar a concordância do Estado. Por meio dela, o Estado se vincula ao tratado, mas ressalvando que o faz tomando como base um entendimento particular (seu) da matéria ou de alguma cláusula específica.

Questão 5

Em 24 de julho de 1993, foi negociado em Viena tratado sobre repressão ao crime de corrupção. As partes se comprometeram, nos termos do artigo 11, a efetuar eventuais extradições em até dois meses e por decisão de autoridade administrativa competente, cabendo recurso para os tribunais. O chefe da delegação brasileira assinou o documento ao

final dos trabalhos. O texto foi então remetido ao Congresso Nacional, que o aprovou. Em seqüência, o Presidente da República ratificou e promulgou o tratado mediante decreto presidencial. No começo de 2002, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional o decreto que incorporou o tratado ao ordenamento jurídico brasileiro.

Tais as circunstâncias,

(i) comente a decisão do STF, e

(ii) discorra sobre eventual desdobramento jurídico que o julgamento possa vir a ter em relação aos demais países vinculados ao tratado.

Luis Fernando Corrêa da Silva Machado (18/20)

Não há vícios de forma no que tange à incorporação do Tratado sobre Repressão ao Crime de Corrupção ao ordenamento pátrio. No entanto, uma vez que ao adentrar a esfera jurídica nacional os tratados são equiparados à lei federal (R.E. 80.004/77), verificam-se, sim, incongruências do documento em apreço em relação ao diploma constitucional brasileiro. Desse modo, o STF agiu corretamente ao declarar a inconstitucionalidade do decreto, pois, segundo a Constituição Federal, os processos de extradição devem ser impetrados junto ao STF. Assim, a disposição do art. 11 do Tratado, que relega a decisão sobre eventuais extradições à autoridade administrativa competente, não se coaduna com as normas constitucionais. No que diz respeito ao eventual desdobramento jurídico que o julgamento possa vir a ter em relação aos demais países vinculados ao Tratado, caso o Brasil não faça uma reserva em relação ao artigo 11 ou denuncie o Tratado como um todo, o País incorrerá em responsabilidade internacional se porventura não efetuar extradições em até dois meses e por decisão de autoridade administrativa competente, à medida que os países não podem alegar normas de direito interno para não cumprir suas obrigações internacionais. Tal entendimento encontra-se cristalizado no art. 27 da Convenção de Viena sobre Tratados e é também considerada norma costumeira de direito internacional.

*

NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia consistirá de 5 (cinco) questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos.

Programa:

1. Conceitos básicos. 1.1 O objeto da Economia: escassez e usos alternativos; bens econômicos; sistema de preços e alocação de recursos. 1.2 Noções sobre a evolução da análise econômica: pensamento clássico e marxista; a escola neoclássica; Keynes; desenvolvimentos pós-keynesianos. 1.3 Medida da atividade econômica: produto e renda; contas nacionais: os grandes agregados e sua estimação; valores nominais e valores reais; índices de preços. 1.4 Noções de Microeconomia: determinantes da procura e da oferta; elasticidades; o equilíbrio de mercado; concorrência perfeita, monopólio e outras estruturas de mercado. 1.5 Moeda e sistema bancário: oferta e procura de moeda; Banco Central e política monetária; inflação. 1.6 Noções de Economia Internacional: taxas de câmbio e sua determinação; o balanço de pagamentos; a noção de vantagens comparativas e vantagens competitivas. Movimentos internacionais de capitais. Taxa de juros interna e externa. Integração econômica, comércio mundial e acordos regionais.

2. Formação da Economia Brasileira. 2.1 A economia brasileira no período colonial: a economia açucareira do Nordeste; auge e declínio da mineração. 2.2 A economia brasileira no século XIX: expansão da lavoura cafeeira; transformações no final do período: abolição do escravismo, início do desenvolvimento industrial. 2.3 A economia brasileira na primeira metade do século XX: as duas guerras mundiais; a depressão dos anos trinta e seus reflexos; o processo de industrialização: fases, características. 2.4 A economia brasileira na segunda metade do século XX: desenvolvimentismo e planejamento econômico; endividamento público e processo inflacionário; choques externos e planos de estabilização; opções de política econômica; mercado de trabalho; ciência, tecnologia e inovação; comércio exterior e integração econômica.

Bibliografia sugerida:

ABREU, M. P. *A Ordem do Progresso: 100 anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP, 2004.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 2003.

MANKIW, N. G. *Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macro Economia*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M.A.S. (orgs.). *Manual de Economia*. São Paulo: Saraiva, 2004.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil.* 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SAMUELSON. P. A.; NORDHAUS, W. D. *Economia* 16. ed. Lisboa: McGraw-Hill, 1999.

TAVARES, Maria da Conceição. “Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil” *in*: *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VERSIANI, Flávio Rabelo. *Manual do Candidato: Noções de Economia*. Brasília: FUNAG, 1996.

Prova de 2004

Questão 1

Recentemente foi discutida a possibilidade de retirar o investimento público do cálculo do resultado primário. Considerando a relação entre as necessidades de financiamento do setor público e o déficit nominal, explique como essa medida pode afetar a evolução da dívida pública no Brasil.

Rodrigo de Macedo Pinto (20/20)

O resultado primário é constituído das receitas do setor público menos as suas despesas (sem incluir aqui despesas com pagamento de juros). Ao incluirmos nessa conta os gastos com pagamento de juros, chegamos ao resultado nominal do orçamento. Este será superavitário quando as receitas superarem as despesas, e deficitário quando ocorrer o contrário. Neste último caso, o governo terá de cobrir esse déficit tomando emprestado junto ao público e aumentando assim o montante da dívida pública.

A proposta de retirar o investimento público do cálculo do resultado primário tem como objetivo aumentar os gastos governamentais no setor de infra-estrutura, que atualmente encontram-se em regime de contenção face à necessidade de o país cumprir a meta de superávit primário acordada com o FMI. No entanto, este aumento de gastos seria, de qualquer forma, registrado no resultado nominal das contas públicas, aumentando o déficit nominal do país (ou diminuindo seu superávit nominal, o que é raro no Brasil).

Por sua vez, o déficit nominal é um dos indicadores que os investidores consideram no momento de emprestar ao setor público. Estando ele em trajetória de alta, devido ao aumento do investimento público, os investidores passam a exigir taxas de juros mais altas, devido ao risco maior de se financiar o setor público. Como conseqüência, a evolução da dívida pública no Brasil se dará no sentido de alta.

Questão 2

Como uma economia em que existe controle de capitais reage a um choque temporário que reduza a renda do país?

Rodrigo de Macedo Pinto (16/20)

Numa economia em que exista controle de capitais, os choques recessivos temporários tendem a ser menos impactantes do que nas economias onde não há aqueles controles.

Em primeiro lugar, por não se dar uma fuga em massa de capitais, as pressões sobre o câmbio são reduzidas. As reservas internacionais são menos afetadas, e a desvalorização cambial é menos acentuada, o que minimiza possíveis efeitos inflacionários.

Em segundo lugar, as taxas de juros não precisam ser sensivelmente elevadas para estimular a permanência do capital durante o choque. Taxas de juro muito altas contribuiriam para manter o quadro recessivo, dificultando a recuperação.

Cumpre lembrar, no entanto, que os controles tendem a desestimular o fluxo de capitais para o país que os adota, segundo a lógica de que o capital só entra onde pode sair depois. Assim, esses países, da mesma maneira que se protegeriam dos custos da desregulamentação, não poderiam aproveitar-se dos seus benefícios.

<u>Questão 3</u>

Explique por que a redução do multiplicador monetário, provocada por uma crise de confiança no sistema bancário, pode contribuir para elevar as taxas de juros.

Rodrigo de Macedo Pinto (20/20)

Os bancos, ao receberem depósitos à vista e emprestarem parte desses depósitos, põem em marcha um processo de criação de moeda. Isto se dá na seguinte seqüência simplificada: o banco 1 recebe um depósito no valor X ? o banco 1 guarda uma fração daquele valor e empresta o restante ? o tomador do empréstimo deposita-o no banco 2 ? o banco 2 guarda parte desse dinheiro e empresta o restante ? o processo continua até o esgotamento das possibilidades de novos empréstimos. No final, o valor total dos depósitos à vista no sistema bancário supera em muito o montante que deu início ao processo. A moeda multiplicou-se, e a magnitude deste aumento é determinada pela fração dos depósitos que ficou retida nos bancos. É o banco central que determina a porcentagem dos depósitos que tem de ser mantida na forma de reservas.

Ao ocorrer uma crise de confiança, há uma corrida aos bancos, e ocorrem saques numa proporção muito maior do que depósitos. As reservas bancárias diminuem, e, conseqüentemente, o estoque de moeda que é um múltiplo daquelas reservas também diminui. Com o enxugamento do sistema, a curva da oferta de moeda desloca-se para cima e para a esquerda, tornando o preço do dinheiro, ou seja, as taxas de juros, mais elevado.

<u>Questão 4</u>

A queda de preço e as substanciais melhorias de qualidade que ocorreram nos mercados de aparelhos de DVDs, introduzidos há relativamente pouco tempo no consumo dos brasileiros, contribuem para aumentar a diferença entre o custo de vida verdadeiro e aquele mensurado pelos índices de preço oficiais. Avalie.

Hélio Silva Filho (20/20)

Na Microeconomia, a teoria do consumidor estabelece que a decisão de consumo tem como objetivo maximizar sua utilidade – 'satisfação' – dada certa restrição orçamentária. Ele escolherá a cesta de bens de consumo conforme suas preferências.

Ocorre que, enquanto os padrões de consumo são 'dinâmicos' (mudam com o tempo, variam entre classes sociais, alteram as escolhas do consumidor), os índices de preço oficiais são relativamente 'estáticos': não é viável atualizar-se constantemente os indicadores de

inflação e as cestas de bens que os compõem na mesma velocidade em que mudam os padrões de consumo. As escolhas dos consumidores mudam com as inovações tecnológicas (ex: DVDs) ou até mesmo com as dietas (ex: menor consumo de açúcar).

Com isso, o custo de vida verdadeiro pode diferir significativamente daquele mensurado pelos indicadores oficiais, conforme varia o padrão de consumo de cada brasileiro. Quanto maior a rapidez da mudança de comportamento do consumidor, maior deverá ser a discrepância entre o custo de vida 'verdadeiro' e o 'oficial'.

No exemplo do enunciado, como os aparelhos de DVDs não estão incluídos na cesta dos bens que compõem a medição do custo de vida, a medida oficial tende a ser maior que o custo de vida do cidadão que consome aparelhos de DVDs (pois eles apresentam queda de preço, o que significa queda no custo de vida de seus consumidores). A predominância de produtos 'tradicionais', na composição da cesta de produtos que mede o custo de vida oficial, contribui para aumentar a diferença com a realidade à medida que bens de maior conteúdo tecnológico (inovações resultam em ganhos de produtividade e queda nos custos de produção) vão constituindo parte mais significativa da cesta de consumo real dos brasileiros. Na medida do possível, os indicadores oficiais precisam ser atualizados para serem mais representativos da realidade.

<u>Questão 5</u>

Após a Grande Depressão, o governo brasileiro passou a comprar colheitas inteiras de café apenas para queimá-las. Por que esta escolha era preferível a deixar o café apodrecer nas plantações?

Rodrigo de Macedo Pinto (20/20)

A quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, e a subseqüente Grande Depressão ocorreram ao mesmo tempo em que as colheitas do café no Brasil batiam recordes, devido às políticas de valorização do produto dos anos 20, que estimularam a expansão da área plantada.

A queda da renda nos países importadores (notadamente, os Estados Unidos) provocou uma diminuição da demanda pelo produto, enquanto sua oferta aumentava. Conseqüentemente, o preço do café caiu bruscamente. Esta queda no preço não foi compensada por um aumento na quantidade vendida do produto, pois o café possui baixa elasticidade-preço, ou seja, uma variação percentual do seu preço provoca uma variação percentual menor da quantidade comercializada. Assim, a produção não encontrava mercado suficiente, os estoques aumentavam, e a espiral de queda nos preços avançava. O resultado era a queda na renda dos produtores nacionais e, por extensão, do país, que era fortemente dependente da exportação do café.

A compra e queima da produção excedente teve o efeito de romper a cadeia de acontecimentos que levavam à queda da renda no país. A eliminação de boa parte do produto diminuiu sua oferta. A diminuição da oferta freou a baixa de preços. A renda dos produtores e do país foi, assim, protegida.

*

POLÍTICA INTERNACIONAL

A prova de Política Internacional consistirá de 5 (cinco) questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos.

Programa:

1. Relações internacionais: conceitos básicos. 2. A política externa brasileira: evolução, principais diretrizes e linhas de ação. 3. O Brasil e a América do Sul. Mercosul. 4. A política externa argentina. A Argentina e o Brasil. 5. A política externa norte-americana e relações com o Brasil. 6. Relações do Brasil com os demais países do hemisfério. 7. Política externa francesa e relações com o Brasil. 8. Política externa inglesa e relações com o Brasil. 9. Política externa alemã e relações com o Brasil. 10. A União Européia e o Brasil. 11. Política externa russa e relações com o Brasil 12. A África e o Brasil. 13. A política externa da China, da Índia e do Japão: relações com o Brasil. 14. Oriente Médio: a questão palestina; Iraque; Irã. 15. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. 16. A ALCA e o Brasil. 17. Agenda Internacional e o Brasil. 17.1 Desenvolvimento; 17.2 Pobreza e ações de combate à fome; 17.3 Meio ambiente; 17.4 Direitos Humanos; 17.5 Comércio internacional e OMC; 17.6 Sistema financeiro internacional; 17.7 Desarmamento e não-proliferação; 17.8 Terrorismo; 17.9 Narcotráfico; 17.10 O Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Bibliografia sugerida:

ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira*. 4v. São Paulo: USP, 1996.

ASHWORTH, W. *A short story of international economy since 1850*, Londres: Longman, 1975.

BANDEIRA, Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos*. São Paulo: Editora Revan, 2003.

________. *Estado nacional e política internacional na América Latina (1930-1992)*. São Paulo, Ensaio, 1993.

________. *Relações Brasil-Estados Unidos no contexto da globalização.* São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2004.

BERNAL-MEZA, Raúl. *Sistema mundial y Mercosur: globalización, regionalismo e políticas exteriores comparadas.* Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2000.

BOORSTIN, D.J. *The image: a guide to pseudo-events in America*. Nova York: Vintage, 1992.

BOZO, Frédéric. *La Politique étrangère de la France depuis 1945*. Paris, La Découverte, coll. "Repères", 1997.

CERVO, Amado Luiz *As Relações Internacionais da América Latina - velhos e novos paradigmas.* Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

________; (org*). O desafio internacional; a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Unb, 1994.

________; & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Unb, 2002.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 2001.

GILPIN, R. M. *A Economia política das Relações Internacionais. Brasília: editora da UnB, 2002*.

________. *O Desafio do Capitalismo Global: economia mundial no século XXI.* Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUJARAL, I. K. *Continuity and change: India's foreign policy*, Macmillan, 2003.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

LESSA, Antônio Carlos. *A Construção da Europa: a última utopia das relações internacionais*. Brasília: Funag; IBRI, 2003.

LO, Bobo. *Vladimir Putin and the evolution of Russian foreign Policy*, Londres: Blackwell Publishing, 2003.

MAGNOLI, Demétrio. *Manual de Questões Internacionais Contemporâneas*. Brasília: FUNAG, 2000, 360 p.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações internacionais – cultura e poder*. Brasília: FUNAG/ IBRI, 2002.

________ (Org.). *Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina*. Brasília: Funag/IBRI, 2003.

MCNEILL, W. H. *The pursuit of power*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.

MERSCHEIMER, J. *The tragedy of great power politics*, Nova York: Norton, 2001.

MILNER, H. & KEOHANE, R. *Internationalization and domestic politics*, Nova York, Cambridge University Press, 1996.

MORAES, José Geraldo Vinci de. *Manual do Candidato - História Geral Contemporânea (séculos XVII-XX)*, Brasília: FUNAG, 2ª edição, 2002.

MORGENTHAU, H. *A política entre as nações*, Brasília: Funag/IPRI, EdunB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

MRE/FUNAG. *A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995)*. Brasília: FUNAG, 1995.

MYRDAL, G. *Economic theory and under-developed regions*, Nova York: Harper & Row, 1971.

PARADISO, J. *Debates y trajectoria de la política exterior argentina*, Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993.

PECEQUILO, Cristina S. *A política externa dos Estados Unidos*, Porto Alegre: UFRGS, 2003.

REBELO, Aldo & FERNANDES, Luis (orgs.). *Política de defesa para o século XXI*, Brasília: Câmara dos Deputados, 2003

SARAIVA, José Flávio S. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política exterior do Brasil*. Brasília, EDUNB, 1996.

SCHURMANN, F. *The logic of world power: an inquiry into the origins, currents and contradictions of world politics*. Nova York: Pantheon Books, 1974.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

Os candidatos que desejarem se manter atualizados com o estado da arte das relações internacionais poderão servir-se de periódicos especializados, tais como *Revista Brasileira de Política Internacional* (http://www.ibri-rbpi.org.br), *Política Externa* (http://www.politicaexterna.com.br), *Foreign Affairs* (http://www.foreignaffairs.org), *Foreign Policy* (http://www.foreignpolicy.com) e *Politique Internationale* (http://www.politiqueinternationale.com), bem como das páginas eletrônicas do Ministério das Relações Exteriores (http://www.mre.gov.br) e da *Rede Brasileira de Relações Internacionais* (http://www.relnet.com.br).

Publicações adicionais que podem auxiliar a preparação dos candidatos estão disponíveis na FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão:

site na Internet – www.funag.gov.br
e-mail: funag@mre.gov.br
e-mail do Setor de Publicações: publicacoes@funag.gov.br

Brasília
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
ANEXO II, TÉRREO, SALA 1
70170-900 Brasília - DF
Telefones: (061) 411-6033/6034/6847/6857
Fax: (061) 322-2931, 322-2188

Rio de Janeiro
Palácio Itamaraty
Avenida Marechal Floriano, 196 - Centro
520080-002 Rio de Janeiro - RJ
Telefax: (021) 233-2318/2079

Prova de 2004

Questão 1

O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) nasceu de uma iniciativa brasileira, inspirada na necessidade de institucionalizar e orientar o processo de cooperação regional. Discorra sobre a sua evolução e sobre as diferentes vertentes da cooperação existente entre os membros do Tratado, caracterizando a sua importância para a integração regional na América do Sul.

Luis Fernando Corrêa da Silva Machado (20/20)

O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) foi firmado em 1978 entre Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname. Tal iniciativa, cujo principal país incentivador foi o Brasil, adveio da modificação do eixo de preocupação da segurança regional da Bacia do Prata para a Bacia Amazônica. Essa preocupação brasileira com a segurança na região amazônica decorre da baixa densidade demográfica, do difícil acesso de grandes áreas da região, do baixo desenvolvimento econômico se comparada com outras regiões do País, além da porosidade das fronteiras, o que torna a região suscetível a ameaças não de cunho militar, mas ao tráfico de espécies ameaçadas, ao crime organizado, ao narcotráfico entre outras. Soma-se a isso o fato de que, embora as relações com do Brasil com os países amazônicos sejam pautadas pela cordialidade, são pouco intensas. Para suprir essas lacunas e adensar as relações dos países da região, foi criado o TCA, cujos objetivos principais versam sobre o aumento da cooperação dos países-membros tanto em relação à cooperação técnica quanto à tecnológica e à científica. Além da transferência de tecnologia com vistas a solucionar os problemas da região e aumentar o desenvolvimento econômico da área, sempre sob o enfoque do desenvolvimento sustentável, o TCA almeja também a ser importante fórum de concertação política. Com o intuito de fortalecer institucionalmente o tratado e intensificar os trabalhos desenvolvidos sob o manto do acordo, em 1995 emendou-se o tratado e criou-se a OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – com personalidade jurídica de direito internacional e dotado de uma secretaria pro-tempore a qual operaria em sistema de rodízio entre os países-membros da organização. Em 1998, com o intuito de fortalecer ainda mais a organização, optou-se pela criação de uma secretaria permanente, cujo acordo em 2002 estabeleceu que a secretaria permanente se localizaria no Brasil, em Brasília. O início das operações deu-se em 2003, com a escolha do embaixador Sérgio Sanches como secretário-geral. Houve grande impulso das atividades da OTCA com o advento da secretaria permanente. Nesse contexto, foi firmado acordo entre a OTCA e a OPAS (Organização Pan-americana de Saúde) a fim de que esta última organização preste suporte aos projetos desenvolvidos pela OTCA no âmbito do mandato da OPAS de atuação. Também foi firmado acordo similar com a FAO, organização da ONU responsável por agricultura e alimentação. No que diz respeito à gestão de recursos hídricos, a OTCA obteve a aprovação de recursos do GEF (Global Environment Facility) para executar em conjunto com a OEA e o PNUMA projeto de gerenciamento e formulação de plano estratégico para os recursos hídricos da região amazônica. Pretende-se ainda que a OTCA trabalhe no sentido de criar interfaces com a Iniciativa para a Integração e Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), a qual todos os países da OTCA são signatários. Em 2004, o embaixador boliviano Sérgio Sanches foi substituído pela equatoriana Rosalía Arteaga a frente da

organização. No mês de julho do corrente na reunião das Comissões Nacionais Permanentes deve ser aprovado o plano estratégico 2004-2010 da OTCA. Sem dúvida, a OTCA e seu fortalecimento vão ao encontro das prioridades da política externa brasileira sobretudo do estreitamento dos laços e maior integração dos países da América do Sul. Cumpre ainda salientar que a maioria dos países amazônicos são também países andinos o que corrobora para a integração e aproximação do Mercosul com a CAN (Comunidade Andina). Uma vez que a América do Sul é prioridade nacional, a OTCA transforma-se em instrumento valioso na consecução do objetivo de integrar a região não apenas amazônica, mas também sul-americana.

<u>Questão 2</u>

A visita do Presidente Lula à República Popular da China na segunda quinzena de maio do corrente ano é iniciativa que procura revestir de sentido estratégico esse relacionamento bilateral. Considerando a importância da China na cena internacional contemporânea, discorra sobre as diferentes dimensões desse relacionamento, inserindo-o na perspectiva das prioridades da política externa brasileira.

Luis Fernando Corrêa da Silva Machado (20/20)

Desde o reatamento das relações diplomáticas com a China, em 1974, graças à política externa brasileira mais assertiva e à distensão ideológica no plano internacional, as relações entre o Brasil e a China são pautadas por um constante adensamento e intensificação dos fluxos comerciais. Em 2003, a China foi nosso 3º parceiro comercial e as relações bilaterais foram estimadas em 8 bilhões de dólares. Desde 1993, com a visita do mandatário chinês, Jiang Zemin, ao Brasil, foi estabelecida uma parceria estratégica entre o maior país em desenvolvimento do hemisfério ocidental com o maior país em desenvolvimento do hemisfério oriental. Ambos são países de dimensões continentais, com grande população e significativo peso econômico, o que levou Kennan a descrevê-los como países monstros. Quando se analisa a China, porém, os números em relação ao Brasil são assimétricos. A China possui 1,3 bilhão de habitantes, um PIB estimado em 1,3 trilhão de dólares, reservas cambiais de 450 bilhões de dólares e é o 3º maior importador mundial e o 4º maior exportador, o que a torna parte do cálculo político de qualquer nação nas relações internacionais. O Brasil apresenta um relacionamento profícuo com a China. Na vertente político-diplomática, ambos os países são defensores do multilateralismo no plano internacional e apresentam surpreendente convergência de opiniões que pode ser mensurada pela quantidade de votos similares nas diversas instâncias das Nações Unidas. Na vertente científico-tecnológica, China e Brasil desenvolvem importante projeto na área de cooperação espacial, o satélite CBRES (China-Brazil Resources Earth Satellite). Dois satélites já foram lançados e espera-se o lançamento de mais dois. Por se tratar de cooperação em área de tecnologia de ponta, o CBRES é considerado projeto modelo de cooperação Sul-Sul. Além do CBRES, planeja-se aumentar o intercâmbio de informações e a cooperação na área de energias renováveis, em especial no que diz respeito à tecnologia brasileira na área sucro-alcooleira. Na vertente econômico-comercial, o País já há algum tempo estreita as relações com a China. Apesar de o País exportar majoritariamente produtos de base, como soja e minério de ferro, a tendência é que a pauta exportadora melhore qualitativamente e quantitativamente. Foi concluída uma joint-venture entre a brasileira Embraer e a chinesa AVIC-II a fim de construir aviões ERJ-145 em território chinês. Outra joint-venture

importante foi a realizada entre a CVRD e a BaoSteel na área de minérios. No sentido de catalisar as relações entre os dois países, a visita do presidente Lula à China é marcante, embora o relacionamento seja marcado por visitas de alto nível. Tal iniciativa do governo corrobora com a diretriz governamental de modificar a geografia econômico-comercial do Brasil, o que implica intensificar o relacionamento Sul-Sul. É importante destacar que o adensamento dos laços político-comerciais com a China é considerado prioridade da política externa nacional, como explicitado nos discursos de posse tanto do Presidente Lula quanto do Chanceler Celso Amorim e em vários discursos em oportunidades subseqüentes. Na visita à China, foram assinados 24 acordos comerciais e de cooperação. Nessa oportunidade a Petrobrás abriu escritório comercial na China e firmou acordo com a estatal chinesa da área de petróleo – SINOPEC, para projetos de prospecção conjuntos. Também foi firmado acordo entre a CVRD e a estatal chinesa Chalco para exploração de alumínio. Uma das iniciativas de relevo da visita foi o desejo do governo chinês em investir em projetos de infra-estrutura no Brasil. Cabe destacar que a China é importante investidora internacional e pode vir a suprir parcialmente a carência brasileira de capitais. Tal ato também servirá para equilibrar a balança de investimentos entre os dois países, pois, atualmente, há mais investimentos do Brasil na China do que o contrário. Em decorrência da importância da China no plano internacional e da tradicional parceria estratégica entre as duas nações, a aproximação do Brasil com a China torna-se prioridade a fim de que a política externa nacional cumpra seu papel precípuo de alavancar o desenvolvimento do País

Questão 3

A grave crise desencadeada com a deposição do Presidente do Haiti Jean-Bertrand Aristide em 29 de fevereiro de 2004 teve grande repercussão nos planos internacional e regional, culminando com o envio de tropas multinacionais arregimentadas pelas Nações Unidas para restabelecer a ordem interna e garantir a posse do Presidente da Suprema Corte, conforme linha sucessória definida na Constituição daquele país. O Brasil desempenhou, desde o início da crise, papel ativo na busca de encaminhamentos para superá-la, estando incumbido de integrar e liderar nova força de paz das Nações Unidas em substituição à missão anterior. Considerando a política do País no tocante à participação em missões de paz e as atuais orientações e prioridades de sua política externa, discorra sobre as motivações que o levam a engajar-se ativamente na questão haitiana.

Talita Borges Vicari (20/20)

A participação brasileira em missões de paz apresenta histórico significativo de sua atuação sob a égide da ONU e da OEA. Guiado pelo princípio constitucional da defesa da paz, orientador de suas relações internacionais, participou o Brasil com envio de tropas, observadores militares e eleitorais a mais de 25 missões de paz até os dias de hoje.

Já em 1947, enviou observadores ao Estado grego. Seguiram-se a essa missão diversas ações como: o envio do batalhão de Suez para o conflito árabe-israelense (entre 1956 e 1967); a participação no processo do Congo, na ONUSAL em El Salvador e nas operações de desminagem na América Central; a presença na missão UNPROFOR nos conflitos da ex-Iugoslávia; a atuação expressiva em 3 missões em Angola (UNAVEM I, II e III) nos processos de apaziguamento entre as facções políticas em conflito e de proteção de civis; a atuação na ONUMOZ em Moçambique reconhecida internacionalmente pela superação positiva das atribuições conferidas ao Brasil; a contribuição para o processo de

paz no Timor Leste e a participação na MOMEP – missão de paz para dirimir os conflitos na fronteira entre Peru e Equador.

Ao liderar pela primeira vez missão de paz no âmbito do ONU, mantém o Brasil sua tradição de histórica participação em operações de paz. Sua ação no Haiti, porém, reflete também a consciência dos deveres e responsabilidades resultantes da participação no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Sua atual participação como membro não-permanente já impõe ao Brasil preocupação com a paz e segurança internacionais. O pleito a um assento permanente reforça, contudo, a percepção de que a participação ativa no conflito do Haiti, além de representar imperativo moral pela busca da pacificação no país caribenho, concederá credenciais ao Brasil para o processo de negociação da reforma do Conselho de Segurança da ONU.

O envio de tropas (aproximadamente 1200 homens) ao Haiti, comandadas pelo militar Augusto Heleno Pereira, substituirá a força multilateral composta por Estados Unidos, Canadá, Chile e França. A missão assumirá as tarefas de restabelecer a ordem, criar condições para a instalação de um regime democrático, desarmar a população haitiana e colaborar na reconstrução da problemática infra-estrutura de serviços públicos (os haitianos têm acesso a apenas duas horas de energia elétrica por dia) e de educação.

Atuando orientado pelo interesse na pacificação do Estado haitiano e na superação das condições de pobreza que assolam a ilha, angaria o Estado brasileiro a simpatia dos Estados Unidos e da França (os maiores interessados no processo haitiano), ambos membros permanentes do Conselho de Segurança (e que podem, portanto, vetar o ingresso do Brasil como membro permanente), e também a simpatia da comunidade internacional pela atuação expressiva na manutenção da paz e cooperação para o desenvolvimento do Haiti (o que facilitaria a obtenção dos votos de 2/3 dos membros da Assembléia Geral da ONU necessários para a reforma).

O compromisso com a paz e com o desenvolvimento e o interesse em contribuir para a segurança internacional como membro permanente do Conselho de Segurança motivaram, portanto, o engajamento ativo do Brasil na questão haitiana.

Questão 4

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) vem readquirindo dinamismo político e econômico após haver atravessado prolongada crise que afetou sua credibilidade tanto no âmbito interno como no internacional. Seu revigoramento coincide com importantes mudanças no marco da política externa brasileira, em particular o empenho no estabelecimento de novas parcerias internacionais nos planos comercial e estratégico. Considerando esse fato, discorra sobre o papel e a funcionalidade do Mercosul no contexto da atual política externa brasileira.

Kaiser Pimentel de Araújo (20/20)

O revigoramento do Mercosul tem papel preponderante na política externa brasileira. Um Mercosul forte serve aos propósitos brasileiros nos diversos níveis de sua política externa: sub-regional (Cone Sul, América do Sul), regional (América Latina), hemisférico (Américas) e global. Em todos estes contextos, a importância do Mercosul se mostra nas ações brasileiras afetas aos grandes "eixos" da política internacional: o eixo político e o econômico.

Uma das prioridades da política externa brasileira, nos dias atuais, é a consolidação do perfil de "global player". Com esse objetivo, o País busca melhorar – qualitativa e quantitativamente – sua inserção internacional, a fim de acelerar seu desenvolvimento.

Para desenvolver-se, o Brasil procura fazer novas parcerias estratégicas e consolidar as antigas, e o Mercosul é fundamental ao êxito de tais iniciativas.

No que se refere à capacidade brasileira de exporta r – as exportações trazem ao país capitais com que expandir e aperfeiçoar sua base industrial –, o Mercosul desempenha um papel de "cliente preferencial": a complementaridade das economias dos membros, a proximidade e as facilidades proporcionadas pelo Mercado Comum dão à indústria nacional escala para a aumentar a competitividade e melhorar sua inserção no restante do globo. Além disso, aumentam a rentabilidade dos investimentos nas indústrias brasileiras, o que atrai investimentos diretos externos.

Outro fator importante – ainda relativo a economia e comércio – é o peso que o Mercosul ganha nas negociações com outros blocos e países. Junto, o Mercado Comum consegue melhores resultados que os que seriam obtidos pelos membros separadamente. Exemplo disso são as negociações com a União Européia e as negociações para a criação da Alca.

Num caso como noutro, a posição brasileira estaria enfraquecida na inexistência ou debilidade do Mercosul, pois os demais membros seriam tentados a aderir às posições norte-americanas ou européias, conforme o caso, isolando o Brasil.

Em outros contextos – como G-20, G-77, acordos com África do Sul, China e Índia – em que as agendas não são conflitivas como em outras negociações mencionadas, a participação brasileira – seja individual ou como parte do Mercosul – também ganha importância pela concertação proporcionada pelo Mercosul. A "afinação" impulsiona a atuação individual dos membros nos foros multilaterais. Nas negociações com outros países periféricos, a participação do Mercosul como bloco aumenta a "atratividade".

Já na OMC, os benefícios que o Mercosul representa combinam as duas vertentes acima citadas, conforme o tema em pauta na organização.

No campo político, em que a importância regional e sub-regional do brasil reflete -se em maior preeminência global, o Mercosul também é fundamental aos interesses brasileiros.

Na medida em que o chamado "Mercosul Político" ganha força, aumentam a importância brasileira nas questões globais e a legitimidade dos pleitos nacionais por maior participação na política mundial.

Nos foros multilaterais de natureza política, principalmente ONU e OEA, a convergência das posições dos membros do Mercosul facilita a formulação da estratégia brasileira, na medida em que diminui a imprevisibilidade da repercussão das iniciativas do País.

Também nesses foros, mas extensível às várias outras negociações globais de que o Brasil participa, iniciativas ligadas ao Mercosul reforçam a legitimidade brasileira. Ademais da tradição de resolver pacificamente suas controvérsias, respeitar autodeterminação e não-ingerência em assuntos internos alheios, o Brasil pode contar com o simbolismo político de atos como a Declaração do Mercosul como Zona de Paz e a inserção de "cláusula democrática" nos acordos do Mercado Comum para auferir maior legitimidade.

Exemplo disso é a adesão ao TNP, que se deu depois que Brasil e Argentina firmaram acordos de não-proliferação nuclear e permitiu ao País participar mais efetivamente dos fluxos internacionais de tecnologias sensíveis e das negociações referentes às mudanças no regime de não-proliferação nuclear. Embora os acordos entre Brasil e Argentina não tenham sido negociados no âmbito do Mercosul, foram facilitados pela aproximação que o Mercado Comum proporcionou e contribuíram para a consolidação do "Mercosul Político". Neste

momento de revigoramento, os ganhos políticos são reforçados pelo fato de que fica claro para a sociedade internacional que a intenção integrativa do Mercosul é permanente e que – em questões de segurança, defesa e não-proliferação, assim como no tema da defesa da democracia – as posições do Mercosul convergem para um compromisso com a cooperação, a segurança e a paz.

Questão 5

A partir de 1º de maio de 2004, dez novos países tornaram-se membros da União Européia, materializando seu maior alargamento desde o início do processo de integração européia. Considerando os interesses do Brasil em relação à União Européia nos campos político e econômico, indique os possíveis desdobramentos do alargamento para as relações do País com aquele bloco econômico.

Eduardo Teixeira Souza (20/20)

A União Européia (UE) ganhou nova dimensão com a adesão dos países do Acordo de Visegrad (Polônia, Hungria, República Checa, Eslováquia), das três repúblicas bálticas (Estônia, Letônia, Lituânia), além da Eslovênia, Malta e a parte grega de Chipre. As promessas de um futuro melhor para tais países são muitas, apesar das dificuldades que serão enfrentadas para a conversão de empresas que ainda funcionam no estilo burocrático soviético, a configuração de infra-estrutura mais moderna e a pressão sobre os movimentos interfronteiriços de pessoas. A Alemanha é a grande vitoriosa de tal processo, pois, apesar dos ressentimos que ainda a afasta de alguns povos (sobretudo dos checos), conseguiu imantar a noção de "Europa Central".

Quanto ao Brasil, que já vinha negociando de forma gradual com a UE algum nível de união política e econômica, a adesão de 10 novos membros pode parecer, à primeira vista, congelar diálogo de uma década. Ressalta-se que o Acordo-Quadro de Cooperação Mercosul/UE (1995), quando foi estabelecida a Comissão Mista de Cooperação, foi precedida pela declaração de autoridades européias na ilha de Corfu (1994) sobre o compromisso inequívoco de união entre duas regiões que compartilham valores, cultura e raízes étnicas comuns. A aceleração do diálogo entre os dois blocos tomou força em 1999, em Bruxelas, quando do estabelecimento do Comitê de Negociação Comercial. Recentemente, durante a Terceira Reunião da ALCUE (América Latina/Caribe/UE), no México, o primeiro fórum internacional em que a "Europa dos 25" participa, foi afirmado que o alargamento da UE não acarretará retrocesso no diálogo Mercosul/UE. Pelo contrário, o Comissário Europeu do Comércio Exterior, Pacal Lamy, apresentou novas ofertas para o Acordo entre os blocos. As negociações bilaterais, que avançaram significativamente em 2004 e apontam para um acordo final, estão polarizadas na demanda do Mercosul para o fim de quotas para produtos primários e a exigência européia para maior acesso ao mercado de compras governamentais e serviços dos países do Cone Sul.

Assim exposto, um olhar de longo prazo revela que os entendimentos entre Brasil e UE não foram afetados pelo alargamento do bloco europeu. A curto prazo, pelo contrário, a integração de novos países possivelmente acarretará desvios de comércio para produtos onde o Brasil é competitivo. Considera-se principalmente o comércio agrícola, setor em que a

Polônia, concorrente do Brasil no mercado de carnes e laticínios, terá acesso privilegiado ao mercado europeu. Da mesma forma, o mercado siderúrgico brasileiro perderá espaço em decorrência da modernização do setor na República Checa, cuja indústria siderúrgica, concentrada na cidade de Ostrava, modernizou-se com o processo de privatizações. A americana US Steel, por exemplo, realizou altos investimentos na região. Quanto ao setor automobilístico, é difícil saber as consequências para as exportações brasileiras, uma vez que as fábricas da Volkswagen no "antigo Leste Europeu" estão no mesmo plano estratégico da marca alemã, que possui no Brasil suas plantas mais modernas. Por outro lado, existem setores de bens de consumo no Brasil que projetam incremento das exportações para o mercado europeu com o aumento da renda dos novos membros da UE.

Percebe-se, assim, que desvios de comércio brasileiro são esperados com o alargamento da UE, apesar do projeto europeu considerar com firmeza os laços com o Mercosul, tal qual revelado com o diálogo construtivo entre os blocos. De fato, a Europa não pode deixar que a região seja domínio exclusivo dos EUA, país que avança agressivamente para a configuração de área de livre comércio não só nas Américas (ALCA), mas também com a constituição da União do Magreb Árabe (UMA), na zona de influência direta da Europa.

Enquanto o Acordo Comercial entre o Mercosul e a Europa dos 25 vai tomando sua formatação final, a diplomacia presidencial funciona como instrumento de aproximação entre a Europa e o Brasil. Na última Cúpula do G-8 em Sea Island (Geórgia), Jacques Chirac cobrou de Bush a presença de Lula no fórum. Na recém concluída UNCTAD XI, em São Paulo, o Grupo dos 5 (ONU, Brasil, França, Chile e Espanha) trocou idéias para o estabelecimento de um fundo mundial de combate à fome. Os interesses que unem o país sul-americano à UE são demasiado profundos para serem afetados com a admissão dos 10 novos países, cujos efeitos para a inserção internacional do Brasil concentram-se, a curto -prazo, no comércio.

*

INGLÊS

A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de três partes: versão de um ou mais textos (valor: 30 pontos); resumo e exercícios textuais (valor: 25 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor: 45 pontos).

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o total exigido de 350. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.

Programa:

1. Redação em língua inglesa: expressão em nível avançado; domínio da gramática; qualidade e propriedade no emprego da linguagem; organização e desenvolvimento de idéias.

2. Versão do Português para o Inglês: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfossintática e lexical.

3. Resumo e exercícios textuais: elaboração de resumo que demonstre adequada capacidade de síntese e de reelaboração em Inglês correto; exercícios que demonstrem adequada compreensão e interpretação de texto, bem como domínio de registro, de gramática e de emprego do vocabulário.

Orientação para estudo

1. Versão (30 pontos)
A versão do Português para o Inglês deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.

2. Resumo e exercícios textuais (25 pontos)
Avalia-se a capacidade de compreender e de reelaborar texto em língua inglesa. Exercícios textuais, de cunho gramatical e semântico, são parte integral do texto proposto e da avaliação correspondente. Requerem-se, no resumo, correção morfossintática, vocabulário adequado e capacidade de síntese.

3. Redação (45 pontos)
Os candidatos devem demonstrar conhecimento avançado de Inglês e capacidade de usá-lo em redação bem estruturada. A distribuição dos 45 pontos faz-se da seguinte maneira:

- Correção gramatical (20 pontos)

Avaliam-se a correção e a propriedade no emprego da linguagem. Deduz-se 1 (um) ponto para cada erro, com exceção das falhas de pontuação ou de ortografia, às quais corresponde dedução de 0,5 (meio) ponto por ocorrência. A atribuição de nota zero no quesito "correção gramatical" implica, automaticamente, nota zero para a redação como um todo. Do mesmo modo, será atribuída nota zero às redações que demonstrarem baixo padrão de conhecimento da língua inglesa.

- Organização e desenvolvimento de idéias (15 pontos)

Serão considerados, principalmente, os itens a seguir:

a) capacidade de raciocínio e de expressão clara em Inglês;
b) pertinência das idéias e da eventual exemplificação em relação ao tema;
c) adequada organização formal da redação, com adequada paragrafação.

Os candidatos devem esforçar-se para apresentar redação interessante. A originalidade não será exigida, mas será avaliada positivamente, da mesma forma que o uso adequado de exemplos. Serão severamente punidas as redações decoradas e simplesmente adaptadas ao tema proposto. A redação que fugir a esse tema será punida com nota zero.

- Qualidade de linguagem (10 pontos)

Atribuem-se pontos ao candidato pelo correto uso de Inglês idiomático, por construções variadas e pelo emprego de vocabulário amplo e preciso.
Os candidatos que usarem construções de cunho meramente elementar na redação receberão nota zero no quesito, em especial quando esse recurso for utilizado para evitar erros.

Bibliografia sugerida:

Jornais e revistas

A Internet permite o acesso a vasto número de publicações em língua inglesa. Para preparar-se para o concurso, é útil a leitura de publicações do padrão do *The Times* de Londres, *The New York Times, The Washington Post e Guardian, The International Herald Tribune, The Financial Times, The Economist e Newsweek*. Pode-se encontrar a versão impressa de muitas dessas publicações em livrarias e bancas de revistas das principais cidades do País.

Dicionários de inglês

Collins Cobuild English Language Dictionary. Londres: Collins.

Language Activator. Londres: Longman.

The Longman Dictionary of Contemporary English. Londres: Longman.

The Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English. Oxford: University Press.

Oxford English Dictionary. Oxford: Oxford University Press.

The Random House College Dictionary. New York: Random House.

The Random House Dictionary of the English Language. New York: Random House.

Roget´s Thesaurus. Londres: Longman.

Webster´s Collegiate Dictionary. New York: BD&L.

Webster´s Third International Dictionary. New York: BD&L.

Dicionários inglês-português e português-inglês

Cambridge Word Routes-Inglês/Português: Dicionário temático do inglês contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Dicionário Português-Inglês, Inglês-Português. Porto: Porto Editora.

Novo Michaelis: Português-Inglês, Inglês-Português. São Paulo: Melhoramentos.

Taylor, J. L. *Portuguese-English Dictionary*. Rio de Janeiro: Record.

Gramáticas

BENSON, M. *et alii*.. *The BBI Combinatory Dictionary of English: A guide to word combinations.* Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins.

Collins Cobuild English Usage. Londres: Harper Collins.

Comprehensive Grammar of the English Language. Londres: Longman.

CUTTS, M. *The Plain English Guide*. Oxford, Oxford University Press.

FRANK, M. *Modern English*. Englewood-Cliffs: Prentice-Hall.

LEECH, G.; SVARTVIK, J. *A Communicative Grammar of English*. Londres: Longman.

HILL, J.; LEWIS, M. (Orgs.) *LTP Dictionary of Selected Collocations*. Hove: Language Teaching Publications.

SANTOS, Agenor. *Guia Prático de Tradução Inglesa*. São Paulo: Cultrix.

SWAN, M. *A Practical English Usage*. Oxford: Oxford University Press.

THOMPSON, A. J.; MARTINET, A.V. *A Practical English Grammar*. Oxford: Oxford University Press.

Outras fontes

WALKER, S. B.. *Candidate´s Handbook*: English. Brasília: FUNAG, 2000.

Internet: Há numerosos dicionários e glossários disponíveis em linha, bem como variadas fontes de informações e de consulta. Duas referências iniciais, a título meramente indicativo:
http://www.yourdictionary.com;
http://www.bbc.co.uk

Prova de 2004

Read the following text on Diplomacy and Democracy and, in the light of it and any of the ideas raised in the texts in Parts 1 & 2 above, assess the benefits and drawbacks of public diplomacy (in which media exposure enhances the emotional dimension) as compared with diplomacy as a rational, technical activity entrusted to specialists.

Alexis de Tocqueville wrote as follows in his classic 1835 book *Democracy in America*, defining a problem of democratic governance that is as old as the Greeks: "Foreign politics demand scarcely any of those qualities which are peculiar to a democracy; they

require, on the contrary, the perfect use of almost all those in which it is deficient. A democracy can only with great difficulty regulate the details of an important undertaking, persevere in a fixed design, and work out its execution in spite of serious obstacles. It cannot combine its measures with secrecy or await their consequences with patience."

The problem Tocqueville examined then has become far more acute now. Public awareness has increased and the media are far more intrusive. But neither has kept pace with the growing complexity of foreign policy issues. No country can or should, for instance, join the World Trade Organisation (WTO) without the people's support. How few of them, though, know or can know enough to form an opinion on the issue?

The dilemma persists because it is inherent in a democracy — the volatility and power of public opinion and the weaknesses of democratic leadership. Not seldom, the preference of the majority is at odds with the requirements of sound policy, domestic or foreign. Not seldom an issue of foreign policy arouses the people from the slumber that is the norm, to shake them with paroxyms of moral outrage. Few are the leaders who have the moral fibre, the political skill and the intellectual muscle required to explain such realities to them. Having ignored the rumblings, most opt for mere survival when the crisis bursts into the open.

Hans J. Morgenthau traces the dilemma to its roots — the statesman, as distinct from the common politician, has to reckon with considerations which the populace cannot grasp. "The statesman must think in terms of the national interest, conceived as power among other powers. The popular mind reasons in the simple moralistic and legalistic terms of absolute good and absolute evil. The statesman must take the long view, proceeding slowly and by detours, paying with small losses for great advantages; he must be able to temporise, to compromise, to bide his time. The popular mind wants quick results; it will sacrifice tomorrow's real benefit for today's apparent advantage. By a psychological paradox, the most vociferous and compromising representatives of what is least conducive to the successful conduct of foreign policy are generally politicians who in their own constituencies would not dream of acting the way they expect the framers of foreign policy to act... The daily routine of their political lives is devoid of those moral and intellectual qualities which they really admire, which to the public they pretend to possess, and which they wish they were able to practise... they make foreign policy over into a sort of fairy-land where virtue triumphs and vice is punished, where heroes fight for principle without thought of consequence, and where the knight in shining armour comes to the succour of the ravished nation, taking the villain's life even though he might in the process lose his own."

Leaders have four options. One is simply to sail with the wind of public opinion and treat public opinion polls as the supreme guide. The second is to educate public opinion in the realities of the times. A British diplomat, Lord Vansittart, sharply defined this age-old problem: "How to induce the unwilling to accept the unavoidable."

The third option is to mislead and corrupt public opinion — and cite the result in defence of the official stand. The leader whips up the people to a frenzy of chauvinism and defends his intransigence as obedience to the people's will.

The last option is to practise deception.

(Adapted from A.G. Noorani's "Of diplomacy and democracy." Frontline, v. 18 - Issue 23, Nov. 10 - 23, 2001.)

Redação

Cesar Almeida de Meneses Silva (47,5 / 50)

The debate surrounding the apparent defficiencies of democratic choice when it comes to foreign policy decision-making stems from a realist vision of international relations, through which states coexist in a competitive environment, devoid of a legitimate superior authority, in which the main goal is survival amid a general lack of trust.

Democratic leadership, on the other hand, supposes, indeed depends upon the perceived legitimacy of the leader, which is continuously subject to affirmation. To sway from public opinion in short-lived. In this day in age, when technology provides na ever-growing volume of information to an ever-greater number of people, it is increasingly hazzardous for politicians to presume popular ignorance of those matters under discussion.

There in lies the contradiction. Where as domestic issues can and should be settled through the democratic confrontation of ideas and interests, be it directly of through representation, it is not feasible, on a transnational scale, to consult all who may be reached by a specific policy decision, for a number of reasons.

First, policy decisions, when they affect relations between two nations, tend to affect the relations those nations have with others. The scale of a policy´s reach may therefore bring about such never-ending debate among the electorate of the country´s involved as to condemer any decision to being shelved.

Second, since the international environment is rich in different political regimes, consultation may sometimes turn out to be a one-sided matter, rendering a more democratic regime more fragile. Take, for instance, a hypothetical trade battle between a democratic nation and a totalitarian regime. Were the democratic leader to submit every single strategic decision to public screeting, making its effects explicitly known, this would inevitably...the totalitarian leader the upper hand in the negotiations, not only in terms of a head start, but because he need not reveal his motives and strategy at all.

Finally, since foreign policies tend to reap benefits in the long run, when most democratic leaders are no longer in office, it can be argued that the stateman´s accountability is not so much to today´s electorate, but rather to tomorrow´s History books. As a result, he must occasionally make decisions with a view to the long-term good of the nation, and consequently carry the political burden of having distanced himself from public opinion.

Tradução A:

As contradições do sistema colonial têm de comum unicamente isto: refletem a desagregação do sistema e brotam dele. Veremos brancos lutar com pretos e mulatos contra o preconceito de cor; mulatos e pretos, com os brancos, a favor dele; portugueses contra a metrópole, e brasileiros a favor.

A aparência ilógica e incongruente dos fatos não só torna difícil sua interpretação como constitui a razão da dubiedade e incerteza que apresentam todas as situações semelhantes. Dubiedade e incerteza que estão nos próprios fatos, e que nenhum artifício de explicação pode desfazer. Os fatos claros, em seu conjunto e definidos, só vêm em seguida, quando tais situações amadurecem. Inútil procurá-los antes, torcendo os acontecimentos ao gosto particular do observador. É o movimento eterno da História, do Homem e de todas as coisas que não pára e não cessa, e que nós, com os pobres instrumentos de compreensão e de expressão que possuímos, não apanhamos e sobretudo não podemos reproduzir senão numa

parcela ínfima, cortes desajeitados numa realidade que não se define estática, e sim dinamicamente.

Caio Prado Junior. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000 (com adaptações).

Dioglo Rosas Gugisch (12,5 / 15)

The contradictions of the colonial system have only this point in common: they reflect the disintegration of the system and stem from it. We will see whites fighting along blacks and mulatos against racial prejudice; mulatos and blacks teaming with whites to fight for it; portuguese fighting against Portugal and Brazilians fighting for it.

The apparent ilogicity and in congruity of the facts not only makes their interpretation more difficult, but it is also the reason behind the dubious and uncertain nature presented by all similar situations. Such dubious and uncertain nature belongs to the facts themselves and it cannot be undone by any explanation. The clear facts, as a whole and well-defined, come only later when such situations nature. It is useless to look for them earlier, twisting the facts in order to adjust them to the observer´s whishes. It is the incessant and everlasting movement of History, of Man, of all things that we cannot grosp with the poor tools of comprehension and expression at our disposal, and above all, that we cannot reproduce but in a small particle; awkward grospings of a reality that cannot be defined statically, but only dinamically.

Tradução B

Translate the following passage from João Guimarães Rosa's "O Espelho" into English:

O senhor, que estuda, suponho nem tenha idéia do que seja na verdade — um espelho? Demais das noções de física, com que se familiarizou, as leis da ótica. Reporto-me ao transcendente. Tudo, aliás, é a ponta de um mistério. Inclusive, os fatos. Ou a ausência deles. Duvida? Quando nada acontece, há um milagre que não estamos vendo.

Fixemo-nos no concreto. O espelho, são muitos, captando-lhe as feições; todos refletem-lhe o rosto, e o senhor crê-se com aspecto próprio e praticamente imudado, do qual lhe dão imagem fiel. Mas — que espelho? Há-os "bons" e "maus", os que favorecem e os que detraem; e os que são apenas honestos, pois não. E onde situar o nível dessa honestidade? Como é que o senhor, eu, os restantes próximos, somos, no visível? O senhor dirá: as fotografias o comprovam. Respondo: que, além de prevalecerem para as lentes das máquinas objeções análogas, seus resultados apóiam antes que desmentem a minha tese, tanto revelam superporem-se aos dados iconográficos os índices do mistério. Ainda que tirados de imediato um após outro, os retratos sempre serão entre si muito diferentes. Se nunca atentou nisso, é porque vivemos, de modo incorrigível, distraídos das coisas mais importantes.

Primeiras Estórias, 12.ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981 (com adaptações).

Maria Auxiliadora Pinho de Carvalho (13,5 / 15)

You sir, who study, I suppose you have no idea of what in reality a mirror is? Beyond the notions of physics with which you are familiar, beyond the laws of optics. I refer, to transcendence. Everything is, by the way, the tip of a mistery, including facts, or the lack

there of. Do you doubt that? When nothing happens, there happens a miracle which we do not see.

Let us not deviate from the concrete thing. There are many mirrors capturing your features; all reflect your face and you, sir, think of yourself as having your own and apparently immutable appearance. But which mirror? There are the good ones and the bad ones, the ones that favor and the ones that detract; and the ones that are plainly honest, as well. And where are we to establish the degree of that honesty? How are you, I and everyone else externally? You would say that the photographs attest to it. I answer that besides the fact that similar objections hold for the camera lenses, their results confirm rather than negate my thesis, so much so that the signs of the mistery overlap with their iconographic data.

Even cohen they are taken one after another, the pictures will always be different from one another. If you have never noticed that, it is because we live, hopelessly unaware of the truly important things.

Resumo:

Read the following text and **in your own words** summarise it in up to 200 words.

Summit meetings can have their drawbacks. The assumption that personal acquaintances between the leaders of states will forestall future conflicts has often been gainsaid by history. Summits that peacefully negotiated the settlement of conflicts seldom produced outcomes with long-term consequences. During the Cold War debate as to their value abounded. Some of the arguments fielded then still provide ammunition for critics today. How can the head of a democratic country deal successfully with the leader of a totalitarian system or dictatorship? With the main actors rooted in different cultures it is suggested that such encounters can but lead to shallow understandings. In the long term, they could actually deepen the divide. Heads of state are not experts in the highly complex matters that clutter summit agendas. They lack the diplomatic skills of professional diplomats and are often ill-prepared for these debates. Under pressure of time and the weight of expectations from the public at home, politicians are often tempted to compromise with false solutions. Since summit agreements are mostly not legally binding, statesmen do not even feel politically obliged to deliver. Critics also complain that calling summit meetings compels politicians and bureaucrats to set spurious priorities with respect to time, political resources, and energy. Nevertheless, most of these arguments can be countered. They have nothing to do with summits as such, but rather with the way these meetings are prepared and conducted as instruments of modern diplomacy.

The advantages of multilateral summitry cannot be easily measured in short-term tangible results. In the long haul, however, they certainly can render more than just an improved atmosphere for international political negotiation, although that is a value in itself if handled properly and used with the right political nous.

Summit meetings have acquired new roles and special functions. From this standpoint, I want to argue that summits are an important element of international political negotiation and yield the following benefits.

Personal contact between heads of state and government adds new factors to the equation of power. Military and economic might certainly count still, but the personality of a leader, the way he performs in debate, and the thrust of his intellect will be factored into the discussions at a summit meeting. This affords a chance to redress imbalances and to

obtain results universally accepted as legitimate. After all, summitry is a democratic invention and not much to the liking of dictators.

Summit meetings have eminently practical effects. To prepare for a summit and avert failure, bureaucrats are constrained to set goals and time-frames for solutions that might otherwise have been stalled or shelved.

Summits have a legitimizing function, nationally as well as internationally. Commitments undertaken by a political leader during a summit meeting can open up new avenues in domestic political debate or provide fresh opportunities to break deadlocks. On the other hand, an agreement or even a mere understanding on the interpretation of facts reached by several heads of state also has norm-setting qualities for the international community. Such guidelines not only bind the participating nations together in implementing their policies, but also set standards for others.

To retain its useful role, however, the summit must evolve and be constantly subject to review. One expedient reform would address the problem of how to stem or reverse the current trend toward ever larger, more elaborate summits. These meetings can and should be reduced in size, the numbers of aides and fellow participants slashed and more strenuous efforts made to muffle the media spectacle surrounding the event itself.

It has become fashionable to demand greater participation by NGOs in the summit process. This is tantamount to insinuating that heads of state are out of tune with the public and not liable to democratic domestic control. The rights and duties of such organizations should be carefully defined, though. Certainly, it might help if state and non-state actors work more closely together in the future than they have to date.

Finally, it sometimes makes sense to have the broadest political participation by all states. But opening up each summit can also exact a price, impairing States' capacity to act. Likewise, if outcomes merely reflect the least common denominator, they will prove hollow. Legitimacy is not just a question of numbers.

If these considerations are heeded, summits have a bright future. In today's world, "summitry belongs to the dramaturgy of globalism which in turn pertains to the future of world politics."

(Adapted from Peter Weilemann's "The Summit Meeting: The Role and Agenda of Diplomacy at its Highest Level". *In*: **NIRA Review**. Spring 2000.)

Cesar Almeida de Meneses Silva (19 / 20)

Weighing up the pros and cors of summit meetings leads us to conclude that, despite numerous shortcomings, mostly associated with their management, they present enough benefits to justify retaining their status in world politics, albeit under na altered design.

Among the usual criticism of summit meetings, it is alleged that they rarely lead to long-standing solutions, since they rely on the momentary agreement between persons of very different cultures furthermore, political leaders, unlike professional diplomats, do not have the abilities required in such negotiations and tend to conduct matters in a manner which brings little effect, and is, in any case, seldom legally binding.

In their favour, it must be said that summits often shift the balance of power, depending in the personal charisma of the participants, and tend to bring about changes that would maybe otherwise never occur. In addition, they often send out an important message, both domestically and internationally, setting an example for home and foreign actors.

In order that they may continue to positively contribute to resolve global issues, summits should be kept at a reasonable, manageable size, and there should be a reassessment of the best way NGOs should take part.

Exemplos de temas para redação em anos anteriores:

2003/2

Read the following text on Leonardo da Vinci and, in the light of it and any of the ideas broached in the texts in Sections 1 & 2 above, **discuss the uses of art and technology and their relation to ethics in the current diplomatic scenario.**

Ever the perfectionist, Leonardo turned to science in the quest to improve his artwork. His study of nature and anatomy emerged in his stunningly realistic paintings, and his dissections of the human body paved the way for remarkably accurate figures. He was the first artist to study the physical proportions of men, women and children and to use these studies to determine the "ideal" human figure. Unlike many of his contemporaries — Michelangelo for example — he didn't get carried away and paint ludicrously muscular bodies, which he referred to as "bags of nuts."

All in all, Leonardo believed that the artist must know not just the rules of perspective, but all the laws of nature. The eye, he believed, was the perfect instrument for learning these laws, and the artist the perfect person to illustrate them.

Leonardo the scientist bridged the gap between the shockingly unscientific medieval methods and our own trusty modern approach. His experiments in anatomy and the study of fluids, for example, absolutely blew away the accomplishments of his predecessors. Beginning with his first stay in Milan and gathering pace around 1505, Leonardo became more and more wrapped up in his scientific investigations. The sheer range of topics that came under his inquiry is staggering: anatomy, zoology, botany, geology, optics, aerodynamics and hydrodynamics, among others.

As his curiosity took him in ever wilder directions, Leonardo always used this method of scientific inquiry: close observation, repeated testing of the observation, precise illustration of the subject, object or phenomenon with brief explanatory notes. The result was volumes of remarkable notes on an amazing variety of topics, from the nature of the sun, moon and stars to the formation of fossils and, perhaps most notably, the mysteries of flight.

Artists have always found it difficult to make a living off their art. And even a master like Leonardo was forced to sell out in order to support himself. So he adapted his drawing skills to the more lucrative fields of architecture, military engineering, canal building and weapons design. Although a peacenik at heart, Leonardo landed a job working for the Duke of Milan by calling himself a military engineer and outlining some of his sinister ideas for weapons and fortifications. Like many art school types in search of a salary, he only briefly mentioned to the Duke that he could paint as well.

Lucky for Leonardo, he was actually really talented as an engineer. Good illustrators were a dime a dozen in Renaissance Italy, but Leonardo had the brains and the diligence to break new ground, usually leaving his contemporaries in the dust. Like many crackpot geniuses, Leonardo wanted to create "new machines" for a "new world."

(Adapted from texts at <http://www.mos.org/leonardo>)

2003/1

Taking into account the texts comprising this exam, read the following excerpt from Kenan Malik's "Genes, culture and human freedom" and then **discuss the tension between human culture and nature.**

When a beaver builds a dam, it doesn't ask itself why it does so, or whether there is a better way of doing it. When a swallow flies south, it doesn't wonder why it is hotter in Africa or what would happen if it flew still further south. Humans do ask themselves these and many other kinds of questions – questions that have no relevance, indeed make little sense, in the context of evolved needs and goals.

What marks out humans is our capacity to go beyond our naturally defined goals – such as the need to find food, shelter or a mate – and to establish human-created goals. Our evolutionary heritage certainly shapes the way that humans approach the world. But it does not limit it.

Similarly, our cultural heritage influences the ways in which we think about the world and the kinds of questions we ask of it, but it does not imprison them. If membership of a particular culture absolutely shaped our worldview, then historical change would never be possible.

If the people of medieval Europe had been totally determined by the worldview sustained by medieval European culture, it would not have been possible for that society to have become anything different. It would not have been possible, for instance, to have developed new ideas about individualism and materialism, or to have created new forms of technology and new political institutions.

Human beings are not automata who simply respond blindly to whatever culture in which they find themselves, any more than they are automata that blindly respond to their evolutionary heritage. There is a tension between the way a culture shapes individuals within its purview and the way that those individuals respond to that culture, just as there is a tension between the way natural selection shapes the way that humans think about the world and the way that humans respond to our natural heritage. This tension allows people to think critically and imaginatively, and to look beyond a particular culture's horizons.

In the six million years since the human and chimpanzee lines first diverged on either side of Africa's Great Rift Valley, the behaviour and lifestyles of chimpanzees have barely changed. Human behaviour and lifestyles clearly have. Humans have learned to learn from previous generations, to improve upon their work, and to establish a momentum to human life and culture that has taken us from cave art to quantum physics – and to the unravelling of the genome. It is this capacity for constant innovation that distinguishes humans from all other animals.

All animals have an evolutionary past. Only humans make history. The historical, transformative quality of being human is why the so-called nature-nurture debate, while creating considerable friction, has thrown little light on what it means to be human. To understand human freedom we need to understand not so much whether we are creatures of nature or nurture, but how, despite being shaped by both nature and nurture, we are also able to transcend both.

(Kenan Malik is author of Man, Beast and Zombie: *What Science Can and Cannot Tell Us About Human Nature*, Weidenfield and Nicolson, 2000.)

2002

Read the following excerpt adapted from Ana Viseu's "An assessment of McLuhan's prediction that electronic technologies would lead us back to an oral culture" and, in the light of it and the text by Aidan Mathews in Section 1, comment critically on the role of language and visual imagery in modern electronic culture.

"It is a fact that electronic digital technologies lack a sense of linearity. In fact, they are based on a non-linearity that tends to facilitate a more associative way of organizing information, e.g., hypertext. It is also true that new technologies tend to be global and not focused — that is, they influence more than one sense. A good example of this is the acoustic virtual environments which are much stronger than a visual experience. A visual experience tacitly distances you, places you in a transcendent, removed position, rather than embodying you at the center of a new context. This implies not only that digital technologies offer the possibility of creating new global spaces by using sound, but also that the perspective from the user's point of view changes. She/he is no longer a mere observer in a detached position, but rather she/he actively constructs this space.

Marshall McLuhan was right in predicting that the change from mechanic technologies to electronic, digital technologies would create a new culture that more resembles ancient oral cultures than the recent visual, print culture."

2001

In the light of the following quotations, comment on the relations between economics, warfare, and the forging of the modern state.

What a country calls its vital economic interests are not the things which enable its citizens to live, but the things which enable it to make war.

(Simone Weil in*: W.H. Auden,* A Certain World*. 1971)*

Think of political economy as an historical process rather than some kind of established model. It begins – and this is often forgotten – with war, the father of all things. It was war, time and again pushing up the expenses of governments, that fostered the development of modern systems of taxation. For most of history, men lived in warfare states, not welfare states.

Those who prefer their political history to be finance-free need to remember that it was in large measure the quest for taxation that led to the spread of representative government. 'No taxation without representation' was not just a slogan of the American Revolution; it accurately describes a historical process stretching back to medieval England, and indeed to ancient Athens. And as many states have sought to increase the taxation they exact, so they have found it hard to refuse a concomitant widening of political representation. A case in point was the great democratisation that occurred after the First World War, which can be understood as the political price for high wartime sacrifices.

Money does not make the world go round, but it establishes the framework – the cage, if you like – within which we live our lives. To understand this is not to be let out the cage. It does not even tell us who has the key. But at least it shows us where the bars are.

(Niall Ferguson, *The Cash Nexus*. Harmondsworth: Penguin, 2001)

2000

Discuss the following statement:

Developing countries have a fundamental choice. They can mimic the industrialised nations and go through an economic development phase that is dirty, wasteful and creates an enormous legacy of environmental pollution; or they can leapfrog and incorporate efficient, modern technologies.

(José Goldenberg, *in Guardian Weekly*, November 1999)

1999

Discuss the following statement in relation to the issue of state secrets and the role of the press.

“The greatest triumphs of propaganda have been accomplished, not by doing something, but by refraining from doing. Great is the truth, but still greater, from a practical point of view, is silence about the truth.”

(Aldous Huxley)

1998

Discuss the following statement in the context of economic integration and globalization.

“The cultural revolution of the later twentieth century can best be understood as the triumph of the individual over society, or rather, the breaking of the threads which in the past had woven human beings into social textures.”

(Eric Hobsbawm, *Age of Extremes*)

*

FRANCÊS

A prova de Francês, com o valor máximo de 50 (cinqüenta) pontos, constará de questões de compreensão de texto(s) sobre tema da atualidade. A leitura e as respostas serão em língua francesa.

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Características da prova e critérios de avaliação

As questões terão valores diferenciados, de acordo com a complexidade da pergunta.

O critério de avaliação observará os seguintes itens:

- correção gramatical;
- compreensão textual;
- organização e desenvolvimento de idéias;
- qualidade da linguagem

Orientação para estudo

Tendo presente a natureza da prova, recomenda-se a leitura de jornais e revistas em Francês, como por exemplo: *Le Monde* (www.lemonde.fr), *Libération* (www.liberation.fr), *L´Express* (www.lexpress.fr), *Le Nouvel Observateur* (www.nouvelobs.com) e *Le Monde diplomatique* (www.monde-diplomatique.fr).

Dicionários:
- unilíngüe : Le Petit Robert I et II;
- bilíngüe : Grande Dicionário de Português/Francês e Francês/Português de Domingos de Azevedo. Bertrand Editora.

Gramáticas:
La grammaire progressive du français niveau avancé. (Clé international);
Précis de grammaire française GREVISSE (Ed. Duculot).

Sugere-se, ainda, consulta às seguintes páginas eletrônicas:
- Ministério dos Negócios Estrangeiros da França (www.france.diplomatie.fr);
- Embaixada da França no Brasil (www.ambassade.org.br).

*

ESPANHOL

A prova de Espanhol, com o valor máximo de 50 (cinqüenta) pontos, constará de questões de compreensão de texto(s) sobre tema da atualidade. A leitura e as respostas serão em língua espanhola.

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Características da prova e critérios de avaliação

As questões terão valores diferenciados, de acordo com a complexidade da pergunta.

O critério de avaliação observará os seguintes itens:

- correção gramatical;
- compreensão textual;
- organização e desenvolvimento de idéias;
- qualidade da linguagem

Orientação para estudo

Tendo presente a natureza da prova, recomenda-se a leitura de periódicos em Espanhol, como por exemplo: *El País* (www.elpais.es), *El Mundo* (www.elmundo.es), *La Nación* (www.lanacion.com.ar) e *Clarín* (www.clarin.com).

<u>Dicionários</u>:

Diccionario de la lengua española. Real Academia de la Lengua Española, 23ª edición, Madrid, Espasa-Calpe, 2004. (www.rae.es)

Diccionario Salamanca de la Lengua Española. Dirección Editorial: Pilar Peña Pérez. Madrid, Santillana, 1996.

Señas: Diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

<u>Gramáticas</u>:

GONZÁLEZ HERMOSO, Alfredo. *Conjugar es fácil en español de España y América*. Madrid, Edelsa, 1997.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Esbozo de una nueva gramática de la lengua española*. Madrid, Espasa-Calpe, 1996.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Ortografía de la lengua española*. Edición revisada por las Academias de la Lengua. Madrid, Espasa-Calpe, 1996.

SECO, Manuel. *Gramática esencial del español: introducción al estudio de la lengua*. Madrid, Espasa-Calpe, 2001.

SILVA, Cecilia Fonseca da. *Los falsos amigos en español y portugués: interferencias léxicas*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 2003.

________ & SILVA, Luz María Pires da. Español a través de textos: estudio contrastivo para brasileños. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 2001.

HISTÓRIA MUNDIAL (TPS)

Conforme esclarecido na apresentação do Teste de Pré-Seleção (pág. 17), reproduz-se, a seguir, o programa e a bibliografia do Guia de Estudos de 2004 para a prova de História Mundial Contemporânea.

Programa:

1. Estruturas e idéias econômicas
Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o "New Deal". A prosperidade no segundo pós-guerra. O "Welfare State" e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível.

2. Revoluções
As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e "Trade Unions". Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba.

3. As Relações Internacionais
Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão Balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A "teoria dos dois campos" e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A "détente". A "segunda Guerra Fria" (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético.

4. Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação
O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não-Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo.

5. A evolução política e econômica nas Américas
A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas.

6. Idéias e regimes políticos
Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A

construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX.

7. A vida cultural
O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.

Bibliografia:

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 2003.

BARRACLOUGH, G. *Introdução à História Contemporânea*, 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTAÑEDA, Jorge C. *A Utopia Desarmada*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

________. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

________. *A Era dos Extremos*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2001.

________. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

________. *Nações e nacionalismo desde 1780*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

JOUVENEL, Bertrand de. *As Origens do Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

O'GORMAN, Edmundo. *A Invenção da América*. São Paulo: UNESP, 1992.

OLIVER, Roland. *A Experiência Africana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SARAIVA, José Flávio S. *Relações Internacionais – Dois Séculos de História: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)*. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

________. *Relações Internacionais – Dois Séculos de História: entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947)*. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

VAISSE, Maurice, *Les Relations Internationales Depuis 1945*. 9. ed. Paris: Armand Collin, 2004.

A título de orientação para os candidatos que desejarem aprofundar o conhecimento da matéria, ou que tiverem dificuldade em obter alguma das obras listadas acima e procurarem leitura alternativa, sugerem-se os seguintes livros adicionais:

BEAUD, Michel. *História do Capitalismo de 1500 a nossos dias*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BELY, Lucien. *L'invention de la Diplomatie*. Paris: PUF, 1998.

BERG, Eugène. *La Politique Internationale Depuis 1955*. Paris: Economica, 1989.

FERRO, Marc. *História das Civilizações: das conquistas às independências, séc. XVII ao XX*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

JOLL, James. *Europe Since 1870*. London: Penguin Books, 1990.

KAGARLITSKY, Boris. *A Desintegração do Monolito*. São Paulo: UNESP, 1999.

MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero*. 5. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ROBERTS, J. M. *History of the World*. New edition. London: Penguin, 1990.

PANIKKAR, K.M. *A Dominação Ocidental na Ásia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

THE NEW CAMBRIDGE MODERN HISTORY (vol. 9 a 12). Cambrigde: Cambridge University Press.

THOMSON, D. *Pequena História do Mundo Contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

VIZENTINI, Paulo. *Da Guerra Fria à Crise (1945-1992)*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1992.

————. *A Grande Crise*. Petrópolis: Vozes, 1992.

*

CRONOGRAMA DO CONCURSO

ITEM	ATIVIDADE		DATA
1	Publicação de edital de abertura		15/2/05
2	Período de inscrições		21/2/2005 a 28/3/05
3	Divulgação dos locais e dos horários do TPS e da Segunda Fase		7 ou 8/4/05
4	Aplicação do TPS e da Segunda Fase		16/4/05 TPS 17/4/05 Segunda Fase
5	Divulgação do gabarito preliminar do TPS		17/4/05
6	Prazo para recursos contra o gabarito preliminar do TPS		18 e 19/4/05
7	Resultado provisório das questões discursivas do TPS		10/5/05
8	Prazo para recurso contra as questões discursivas do TPS		11 e 12/5/05
9	Resultado final do TPS e provisório da Segunda Fase		7/6/05
10	Resultado final da Segunda Fase		14/6/05
11	Realização da Terceira Fase:	Prova de História do Brasil	18/6/05 (9h às 14h)
		Prova de Geografia	19/6/05, (9h às 14h)
		Prova de Noções de Direito e Direito Internacional Público	25/6/05 (9h às 14h)
		Prova de Noções de Economia	26/6/05 (9h às 14h)
		Prova de Política Internacional	2/7/05 (9h às 14h)
		Prova de Inglês	3/7/05 (9h às 14h)
		Prova de Francês/Espanhol	3/7/05 (16h às 18h)
12	Resultado Provisório da Terceira Fase		2/8/05
13	Resultado final da Terceira Fase		15/8/05
14	Publicação do resultado final		16/8/05

INSTITUTO RIO BRANCO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Guia de Estudos

2006

Ministro das Relações Exteriores

Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto

Diretor do Instituto Rio Branco

Embaixador Fernando Guimarães Reis

APRESENTAÇÃO

O **Guia de Estudos** do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, versão 2006, visa a orientar e auxiliar o candidato que pretende ingressar na carreira diplomática.

Constam deste **Guia**:

- Portaria de 22 de dezembro de 2005, do Ministro de Estado, Interino, das Relações Exteriores;

- Edital de 29 de dezembro de 2005, do Diretor do Instituto Rio Branco;

- Portaria nº 336, de 30 de maio de 2003, do Ministro de Estado das Relações Exteriores;

- Orientação para estudo, contendo programas das disciplinas, bibliografia para as provas e exemplos de respostas que mereceram aprovação no concurso anterior, mantidos os textos originais dos candidatos, com eventuais incorreções e/ou deficiências.

Brasília, em dezembro de 2005.

PORTARIA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005

O MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 1º e 5º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria de 20 de novembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 25 de novembro de 1998, e alterado pela Portaria nº 11, de 17 de abril de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2001, resolve:

Art. 1º. Ficam estabelecidas as normas que se seguem para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática.

Art. 2º O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata constará, na Primeira Fase, de Teste de Pré-Seleção (TPS), de caráter eliminatório, constituído de questões de Português, História do Brasil, História Mundial, Geografia e Inglês.

Art. 3º Na Segunda Fase, será realizada prova escrita de Português, de caráter eliminatório e classificatório.

Art. 4º Na Terceira Fase, serão realizadas provas escritas de Inglês, de Francês ou Espanhol, de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia.
Parágrafo único. Será estabelecida nota mínima para o conjunto das provas.

Art. 5° O Diretor do Instituto Rio Branco fará publicar o Edital do Concurso.

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES

EDITAL DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005
CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público que estarão abertas, de 2 a 22 de janeiro de 2006, as inscrições para o Concurso Público de Admissão à Carreira de Diplomata, nos termos dos artigos 38, parágrafo único, e 39, inciso II, da Lei n.º 7.501, de 27 de junho de 1986, que teve publicação consolidada pela Lei n.º 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e em conformidade com a Portaria de 22 de dezembro de 2005, do Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, publicada no Diário Oficial da União em 29 de dezembro de 2005.

O Concurso obedecerá às seguintes normas:

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso será realizado pelo Instituto Rio Branco (IRBr), com a colaboração do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE/UnB). O texto deste Edital estará também disponível nos endereços eletrônicos do IRBr (http://www2.mre.gov.br/irbr/irbr.htm) e do CESPE/UnB (http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2006), bem como eventuais informações adicionais sobre o Concurso.

1.2 O Concurso terá três fases, especificadas a seguir:

a) Primeira Fase: Teste de Pré-Seleção (TPS), de caráter eliminatório, constituído de questões objetivas de Português, História do Brasil, História Mundial, Geografia e Inglês;

b) Segunda Fase: prova escrita de Português, de caráter eliminatório e classificatório;

c) Terceira Fase: provas escritas de Inglês, de Francês ou Espanhol, de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia.

1.3 Cada uma das fases será realizada simultaneamente nas cidades de Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Manaus/AM, Natal/RN, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, São Luís/MA, São Paulo/SP e Vitória/ES.

1.4 VAGAS: 105.

2 DO CARGO

2.1 A aprovação no Concurso habilitará o candidato: 1.º) a ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata (Terceiro Secretário), de acordo com a ordem de classificação obtida; e 2.º) a ter matrícula no Curso de Formação do Instituto Rio Branco, regulamentado pela Portaria n.º 336 do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 30 de maio de 2003, publicada no *Diário Oficial da União* de 12 de junho de 2003.

2.2 REMUNERAÇÃO INICIAL NO BRASIL: R$ 4.615,53.

3 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

3.1 Ter sido aprovado no Concurso;

3.2 Ser brasileiro nato, conforme art. 12, § 3.º, inciso V, da Constituição Federal;

3.3 Estar no gozo dos direitos políticos;

3.4 Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino;

3.5 Estar em dia com as obrigações eleitorais;

3.6 Apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação. No caso de candidatos cuja graduação tenha sido realizada em instituição estrangeira, caberá exclusivamente ao candidato a responsabilidade de apresentar, até a data da posse, a revalidação do diploma exigida pelo Ministério da Educação, nos termos do art. 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

3.7 Haver completado a idade mínima de dezoito anos;
3.8 Apresentar aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, verificada por meio de exames pré-admissionais, nos termos do art. 14, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
3.9 O atendimento a cada um dos requisitos acima é de responsabilidade exclusiva do candidato.
3.10 Será excluído do Concurso o candidato que não atender a qualquer dos requisitos acima enumerados, bem como a autorização de que trata o subitem 5.4 deste Edital.

4 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICÊNCIA

4.1 Do total de vagas destinadas ao cargo, 5% serão providas na forma do art. 37, VIII, da Constituição Federal, do art. 5.°, § 2.°, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004.
4.1.1 O candidato que se declarar portador de deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.
4.2 Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá:
a) no ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência e estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e de que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação no estágio probatório; e
b) encaminhar formulário preenchido, conforme o Anexo II deste edital, e laudo médico original ou cópia simples, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência, na forma do subitem 4.2.1.
4.2.1 O candidato portador de deficiência deverá entregar, até o dia **23 de janeiro de 2006**, das 8 horas às 19 horas, pessoalmente ou por terceiro, o formulário e o laudo médico (original ou cópia simples) a que se refere a alínea "b" do subitem 4.2, no Núcleo de Atendimento ao Candidato do CESPE/UnB, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), mezanino, ala norte – Asa Norte, Brasília/DF.
4.2.1.1 O candidato poderá, ainda, encaminhar o formulário e o laudo médico, por SEDEX, postado impreterivelmente até o dia **23 de janeiro de 2006**, para o Núcleo de Avaliação de Potenciais do CESPE/UnB – Concurso IRBr Diplomata 2006, Caixa Postal 04521, CEP 70919-970 – Brasília/DF.
4.3 O candidato portador de deficiência poderá requerer, na forma do subitem 5.16 deste Edital, atendimento especial, no ato da inscrição, para os dias de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas, conforme previsto no artigo 40, parágrafos 1.º e 2.º, do Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999.
4.4 O laudo médico (original ou cópia simples) terá validade somente para este Concurso e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias deste laudo.
4.5 A inobservância do disposto no subitem 4.2 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos portadores de deficiência.
4.6 Os candidatos que, no ato da inscrição, se declararem portadores de deficiência, se aprovados e classificados no Concurso, terão seus nomes publicados em lista à parte e, caso obtenham classificação necessária, figurarão também na lista de classificação geral.
4.7 Os candidatos que se declararem portadores de deficiência, caso aprovados no Concurso, serão convocados para se submeterem à perícia médica por equipe multiprofissional,

designada pelo Diretor do Instituto Rio Branco, que verificará sua qualificação como portador de deficiência, o grau da deficiência e a capacidade para o exercício do cargo.
4.8 Os candidatos deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência.
4.9 A não-observância do disposto no subitem 4.8, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos portadores de deficiência.
4.10 O candidato portador de deficiência reprovado na perícia médica por não ter sido considerado deficiente, caso seja aprovado no concurso, figurará na lista de classificação geral.
4.11 O candidato portador de deficiência reprovado na perícia médica em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será eliminado do concurso.
4.12 As vagas definidas no subitem 4.1 que não forem providas por falta de candidatos portadores de deficiência aprovados serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

5 DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO

5.1 As inscrições deverão ser efetuadas somente via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2006, no período entre **10 horas do dia 2 de janeiro de 2006** e **20 horas do dia 22 de janeiro de 2006**, horário oficial de Brasília/DF.
5.1.1 O CESPE/UnB não se responsabilizará por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
5.2 TAXA DE INSCRIÇÃO: R$ 100,00.
5.2.1 O candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição das seguintes formas:
a) por meio de débito em conta-corrente, apenas para correntistas do Banco do Brasil;
b) por meio de documento de arrecadação, pagável em qualquer lotérica;
c) por meio de boleto bancário, pagável em toda a rede bancária.
5.2.2 O documento de arrecadação e o boleto bancário estarão disponíveis no endereço eletrônico **http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2006** e deverão ser impressos para o pagamento da taxa de inscrição após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição *online*.
5.2.3 O pagamento da taxa de inscrição por meio de boleto bancário ou de documento de arrecadação deverá ser efetuado até o dia **23 de janeiro de 2006**.
5.2.4 As solicitações de inscrição cujos pagamentos forem efetuados após a data estabelecida no subitem anterior não serão acatadas.
5.3 O comprovante de inscrição do candidato estará disponível no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2006, após o acatamento da inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.
5.4 O candidato que tiver cônjuge de nacionalidade estrangeira será inscrito condicionalmente no Concurso e sua eventual aprovação só será válida se obtiver a autorização do Ministro de Estado das Relações Exteriores ou do Presidente da República, conforme o caso, a que se referem, respectivamente, o art. 36, § 3º, e o artigo 37, § 3º, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, que teve publicação consolidada pela Lei nº 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e os artigos 48 e 49 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto n.º 93.325, de 1.º outubro de 1986, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Esta exigência aplica-se também ao(a) candidato(a) casado(a) com estrangeira(o), cuja separação judicial ainda não tenha transitado em julgado.

5.5 Informações complementares acerca da inscrição estarão disponíveis no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2006.
5.6 No momento da inscrição, o candidato deverá optar pela segunda língua estrangeira – Francês ou Espanhol – para efeito de realização da prova da Terceira Fase.
5.7 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer este Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a admissão no cargo.
5.8 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.
5.9 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via fax, via postal ou via correio eletrônico.
5.10 O candidato deverá efetuar uma única inscrição no Concurso. Em caso de mais de uma inscrição, será considerada a mais recente.
5.11 As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o CESPE/UnB e o IRBr do direito de excluir do Concurso aquele que não preencher o formulário de forma completa e correta.
5.12 O candidato deverá declarar, na solicitação de inscrição, que entregará os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo até dez dias úteis antes da posse.
5.13 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do Concurso por conveniência da Administração.
5.14 Não haverá isenção total ou parcial do valor da inscrição.
5.15 O comprovante de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização das provas.
5.16 O candidato, portador de deficiência ou não, que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá indicar, na solicitação de inscrição, os recursos especiais necessários e, ainda, enviar até o dia **23 de janeiro de 2006**, impreterivelmente, via SEDEX, para o Núcleo de Avaliação de Potenciais do CESPE/UnB – Concurso IRBr Diplomata, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), subsolo, ala norte – Asa Norte, Brasília/DF, Caixa Postal 04521, CEP 70919–970, o formulário preenchido conforme o Anexo II deste edital e o laudo médico que justifique o atendimento especial solicitado. Após este período, a solicitação será indeferida. As solicitações de condição especial serão atendidas segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.
5.16.1 O formulário e o laudo médico referidos no subitem 5.16 poderão, ainda, ser entregues, até o dia **23 de janeiro de 2006**, das 8 horas às 19 horas, pessoalmente ou por terceiro, no Núcleo de Atendimento ao Candidato do CESPE/UnB, localizado no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), mezanino, ala norte – Asa Norte, Brasília/DF.
5.16.2 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para esta finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas.
5.16.3 O laudo médico (original ou cópia simples) terá validade somente para este Concurso e não será devolvido; não serão fornecidas cópias de tal laudo.
5.16.4 A relação dos candidatos que tiverem o seu atendimento especial deferido será divulgada no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2006, em data a ser informada no edital de locais e horários de realização das provas do Teste de Pré-Seleção.

6 DA PRIMEIRA FASE: TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO (TPS)

6.1 O Teste de Pré-Seleção, de caráter eliminatório, abrangerá as disciplinas de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia e de Inglês.

6.2 **Data e horário**: o TPS será aplicado no dia **11 de fevereiro de 2006**, em duas etapas: a primeira às **9 horas** (horário oficial de Brasília/DF), com duração de **3 horas**; e a segunda às **15 horas** (horário oficial de Brasília/DF), também com duração de **3 horas**.
6.2.1 Na data provável de **3 de fevereiro de 2006**, os locais de realização do TPS e da prova escrita de Português (Segunda Fase) serão publicados no *Diário Oficial da União,* divulgados na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2006, e afixados nos quadros de avisos do CESPE/UnB, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, subsolo, Asa Norte, Brasília/DF. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.
6.2.2 O CESPE/UnB enviará ao candidato, via e-mail, Boletim Informativo do local de realização do TPS e da prova escrita de Português (Segunda Fase), sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a manutenção/atualização de seu correio eletrônico, o que não o desobriga do dever de observar o edital a ser publicado, consoante dispõe o subitem 6.2.1 deste Edital.
6.3 Características: o TPS será constituído de 65 questões objetivas.
6.3.1 As questões serão do tipo múltipla escolha e do tipo CERTO ou ERRADO**.**
6.3.2 Cada questão do tipo múltipla escolha terá cinco opções (A, B, C, D e E) e uma única resposta correta, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada questão deste tipo, cinco campos de marcação correspondentes às cinco opções: A, B, C, D e E, devendo o candidato preencher apenas aquele correspondente à resposta julgada correta, de acordo com o comando.
6.3.2.1 Para obter pontuação em cada questão de múltipla escolha, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos cinco campos da folha de respostas correspondentes às opções da questão.
6.3.3 Cada questão do tipo CERTO ou ERRADO será constituída de quatro itens. O julgamento de cada item será CERTO ou ERRADO, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada item, dois campos de marcação: o campo designado com o código **C**, que deve ser preenchido pelo candidato caso julgue o item CERTO, e o campo designado com o código **E**, que deve ser preenchido pelo candidato caso julgue o item ERRADO.
6.3.3.1 Para obter pontuação em cada item de cada questão do tipo CERTO ou ERRADO, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos dois campos da folha de respostas correspondentes a esse item.
6.3.4 O candidato deverá transcrever as respostas das questões do TPS para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento será de inteira responsabilidade do candidato, que deve proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro de preenchimento do candidato.
6.3.5 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este Edital e/ou com as instruções contidas folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não-preenchido integralmente.
6.3.6 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de ter a correção de sua prova prejudicada pela impossibilidade de realização da leitura óptica.
6.3.7 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim.

Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por agente do CESPE/UnB devidamente treinado.

7 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

7.1 A folha de respostas será corrigida por meio de processamento eletrônico.

7.2 A nota em cada questão do tipo múltipla escolha, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 1,00 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,20 ponto negativo (menos vinte centésimos), caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00 (zero), caso não haja marcação ou caso haja mais de uma marcação.

7.3 A nota em cada item de cada questão do tipo CERTO ou ERRADO, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 0,25 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,25 ponto negativo (menos vinte e cinco centésimos), caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00 (zero), caso não haja marcação ou caso haja marcação dupla.

7.4 Para cada candidato, o cálculo da nota no conjunto das questões do TPS será igual à soma algébrica das notas obtidas em todas as questões e itens que o compõem.

7.5 Será eliminado do Concurso o candidato que obtiver nota inferior a 40% da pontuação máxima possível no conjunto das questões.

7.5.1 Os candidatos eliminados na forma do subitem 7.5 deste Edital não terão classificação alguma no Concurso.

7.5.2 Os candidatos não eliminados na forma do subitem 7.5 serão ordenados de acordo com os valores decrescentes das notas obtidas no conjunto das questões.

7.6 Para os candidatos não eliminados segundo o subitem 7.5.2 será calculada a nota final no TPS (*NFTPS*) como sendo igual à soma das notas obtidas no conjunto das questões objetivas.

7.7 Os candidatos serão ordenados de acordo com a soma das notas obtidas no conjunto das questões e os classificados até a 300.ª posição (20.ª posição para os portadores de deficiência, respeitados os empates na última colocação) terão as provas escritas de Português (Segunda Fase) avaliadas.

7.8 Todos os cálculos citados neste Edital serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se para cima, se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a cinco.

8 DOS RECURSOS REFERENTES AO TPS

8.1 Os gabaritos oficiais preliminares das questões do TPS serão afixados nos quadros de avisos do CESPE/UnB e divulgados na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2006, até as 18 horas da data provável de **14 de fevereiro de 2006**.

8.2 O candidato que desejar interpor recurso contra os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas disporá de dois dias úteis, a contar do dia subseqüente ao da divulgação desses gabaritos, no horário das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília), ininterruptamente, conforme datas determinadas nesses gabaritos.

8.3 Para recorrer contra os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas, o candidato deverá utilizar os modelos de formulários disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso (http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2006), e seguir as instruções ali contidas.

8.4 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo na elaboração de seu recurso. Serão preliminarmente indeferidos recursos extemporâneos, inconsistentes e/ou fora de qualquer uma das especificações estabelecidas neste Edital ou em outros editais que vierem a ser publicados no do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

8.5 O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que o identifique, sob pena de ser preliminarmente indeferido.
8.6 Se do exame de recursos resultar anulação de questão ou de item de questão integrante da prova, a pontuação correspondente a essa questão ou ao item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de questão ou de item de questão integrante da prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
8.7 Todos os recursos serão analisados e as justificativas das alterações de gabarito serão divulgadas no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2006 no momento da divulgação do gabarito definitivo. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.
8.8 Não será aceito recurso via postal, via fax e/ou via correio eletrônico ou entregue fora do prazo.
8.9 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recurso ou de recurso de gabarito oficial definitivo.
8.10 Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.

9 DA SEGUNDA FASE: PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS

9.1 **Data e horário**: a prova escrita de Português será aplicada no dia **12 de fevereiro de 2006**, às **14 horas** (horário oficial de Brasília/DF), nos mesmos locais em que o candidato prestou o TPS. Esta prova terá a duração de **5 horas**.
9.2 **Características**: a prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 600 a 650 palavras (valor: 60 pontos), e de dois exercícios de interpretação de textos, com a extensão de 100 a 150 palavras cada um (valor de cada exercício: 20 pontos).
9.3 Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido de 600. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem.
9.4 O candidato que entregar a redação ou algum dos exercícios em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida estará eliminado e não terá sua prova corrigida.
9.5 **Aprovação**: serão considerados aprovados na Segunda Fase do Concurso os candidatos que obtiverem, em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem), a nota mínima de 60 (sessenta) pontos na prova de Português.
9.6 **Resultado**: o resultado provisório da Segunda Fase será anunciado na sede do IRBr, em Brasília, às **16 horas** (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de **28 de março de 2006**, e divulgado via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2006, até as 20 horas desse mesmo dia.
9.7 **Recursos**: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório na Segunda Fase serão divulgados quando da publicação deste resultado.
9.7.1 O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Segunda Fase, será anunciado até as **18 horas** (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de **18 de abril de 2006**, na sede do IRBr, em Brasília, e enviado para publicação no *Diário Oficial da União*, em edital que convocará os candidatos aprovados para as provas da Terceira Fase do Concurso.

10 DA TERCEIRA FASE: PROVAS ESCRITAS DE INGLÊS, DE FRANCÊS OU ESPANHOL, HISTÓRIA DO BRASIL, DE GEOGRAFIA, DE POLÍTICA INTERNACIONAL, DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E DE NOÇÕES DE ECONOMIA.

10.1 A Terceira Fase constará de sete provas escritas, a serem realizadas de acordo com o seguinte calendário:

- data provável de **29 de abril de 2006**: Inglês;
- data provável de **30 de abril de 2006**: Francês ou Espanhol;
- data provável de **1ºde maio de 2006**: História do Brasil;
- data provável de **6 de maio de 2006**: Geografia;
- data provável de **7 de maio de 2006**: Política Internacional;
- data provável de **13 de maio de 2006**: Noções de Direito e Direito Internacional Público;
- data provável de **14 de maio de 2006:** Noções de Economia.

10.2 As provas de Inglês, de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia terão a duração de **5 horas** cada uma, com início às 9 horas (horário oficial de Brasília/DF). As provas de Espanhol e de Francês terão a duração de **2 horas**, com início às 9 horas (horário oficial de Brasília/DF).

10.3 **Características referentes às provas da Terceira Fase:**

10.3.1 As provas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia consistirão, cada uma, de cinco questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos para cada prova.

10.3.2 A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de quatro partes: versão de um ou mais textos (valor: 15 pontos); tradução de um ou mais textos (valor: 15 pontos); resumo e exercícios textuais (valor: 25 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor: 45 pontos).

10.3.2.1 Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido de 350. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.

10.3.3 A prova de Francês (como opção de segunda língua estrangeira – vide subitem 5.6 deste Edital), com o valor máximo de 50 (cinqüenta) pontos, constará de questões de compreensão de texto(s) em língua francesa. As respostas deverão ser dadas em Francês.

10.3.4 A prova de Espanhol (como opção de segunda língua estrangeira – vide subitem 5.6 deste Edital), com o valor máximo de 50 (cinqüenta) pontos, constará de questões de compreensão de texto(s) em língua espanhola. As respostas deverão ser dadas em Espanhol.

10.4 O candidato que não comparecer a uma das sete provas, ou entregar uma prova em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida, estará eliminado e não terá qualquer das provas corrigidas.

10.5 **Aprovação**: serão considerados aprovados na Terceira Fase do Concurso os candidatos que tenham alcançado a nota mínima de 390 (trezentos e noventa) pontos na soma das pontuações obtidas nas sete provas desta fase.

10.6 **Resultado**: O resultado provisório das provas da Terceira Fase será anunciado, na sede do IRBr, em Brasília, às 16 horas (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de **30 de maio de 2006**, e divulgados via Internet até as 20 horas do mesmo dia.

10.7 **Recursos**: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório na Terceira Fase serão divulgados quando da publicação desse resultado.

10.8 O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Terceira Fase, será anunciado até as 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) da data provável de **13 de junho de 2006**, na sede do IRBr, em Brasília, e enviado para publicação no *Diário Oficial da União*.

11 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL NO CONCURSO

11.1 A nota final no Concurso será a igual à soma das notas obtidas nas provas da Segunda e da Terceira Fases.

11.2 A classificação final no Concurso, que determinará a ordem de ingresso dos aprovados na classe inicial da Carreira de Diplomata, corresponderá à ordem decrescente das respectivas notas finais.
11.3 O resultado final do Concurso será divulgado na Internet e publicado no *Diário Oficial da União* na data provável de **30 de junho de 2006**.

12 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

12.1 Em caso de empate na nota final no Concurso, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:
a) tiver idade superior a 60 anos, até o último dia de inscrição nesta seleção, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;
b) obtiver a maior nota na prova escrita de Português;
c) obtiver a maior soma de notas nas sete provas da Terceira Fase;
d) obtiver a maior nota no Teste de Pré-Seleção.
12.1.1 Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

13 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 **Aceitação das normas deste Edital**: o requerimento de inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada a qualquer momento, por decisão do Diretor do IRBr, publicada no *Diário Oficial da União*. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.
13.2 O Guia de Estudos para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata 2006, que estará disponível no endereço eletrônico http://www2.mre.gov.br/irbr/guia2006 até o início das inscrições, é de leitura obrigatória e de caráter complementar a este Edital.
13.3 Os programas das provas da Segunda e da Terceira Fases do Concurso estão detalhados no Anexo I deste Edital.
13.4 Não serão fornecidas, por telefone, informações a respeito de locais e de horários de aplicação das provas, informações quanto à posição do candidato no Concurso, bem como não será expedido qualquer documento comprobatório de sua classificação, valendo, para esse fim, a publicação da homologação do Concurso.
13.4.1 O candidato deverá observar rigorosamente os comunicados e os editais a serem publicados no *Diário Oficial da União* e divulgados na Internet, nos endereços eletrônicos **http://www2.mre.gov.br/irbr/irbr.htm** e **http://www.cespe.unb.br**/concursos/diplomacia2006.
13.5 O candidato poderá obter informações atinentes ao TPS junto ao Núcleo de Atendimento ao Candidato do CESPE/UnB, localizado no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, mezanino, Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 3448–0100 ou via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2006, ressalvado o disposto no subitem 13.4 deste Edital.
13.6 Não serão identificadas, para efeito de correção, as provas da Segunda e da Terceira Fases.
13.6.1 As provas da Segunda e da Terceira Fases serão identificadas em público no momento do anúncio dos resultados.
13.7 Os candidatos terão direito à vista de provas e poderão interpor recurso contra os resultados provisórios da Segunda e da Terceira Fases, observadas as seguintes condições:
a) os recursos serão solicitados em formulário próprio, fornecido pelo IRBr;
b) só será aceito requerimento de recurso fundamentado, que indique precisamente as questões e os pontos em que o candidato se sentir prejudicado;

c) respeitada a fundamentação dos recursos, caberá ao Diretor do IRBr deferi-los para a consideração da Banca Examinadora;
d) o julgamento dos recursos terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva.
13.8 A legibilidade é condição indispensável para a correção de todas as provas.
13.9 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de uma hora do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta preta, de comprovante de inscrição ou do Boletim Informativo e de documento de identidade original.
13.10 Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.
13.11 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997).
13.11.1 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidão de nascimento, CPF, título de eleitor, carteira de motorista (modelo antigo), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.
13.12 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, noventa dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.
13.12.1 A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.
13.13 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 13.11 deste Edital, será automaticamente excluído do Concurso.
13.14 Nos dias de realização das provas, não será permitido ao candidato entrar no local do exame com armas ou aparelhos eletrônicos (*bip*, telefone celular, relógio do tipo *data bank*, *walkman,* agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina fotográfica, máquina de calcular, entre outros).
13.14.1 Não será permitida a entrada de candidato no local do exame usando relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer itens de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc.
13.14.2 O IRBr e o CESPE/UnB não se responsabilizarão por perda ou extravio de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas.
13.15 O candidato deverá permanecer **obrigatoriamente** no local de realização das provas por, no mínimo, uma hora após o início das provas.
13.15.1 A inobservância do subitem anterior acarretará a não-correção das provas e, conseqüentemente, a eliminação do candidato no concurso público.
13.16 O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de provas e a folha de rascunho, que é de preenchimento facultativo, no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
13.16.1 Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do Concurso o candidato que, durante a sua realização:
a) der e/ou receber auxílio para a execução da prova;

b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular e/ou equipamento similar, dicionário, notas e/ou impressos que não forem expressamente permitidos e/ou que se comunicar com outro candidato;
c) portar telefone celular, gravador, receptor, *pagers*, *notebook* e/ou equipamento similar;
d) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação da prova, com as autoridades presentes e/ou com os demais candidatos;
e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio que não os permitidos;
f) recusar-se a entregar o material da prova ao término do tempo destinado para a sua realização;
g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas ou o caderno de respostas das questões discursivas;
i) descumprir as instruções contidas no caderno de prova, na folha de respostas, na folha de rascunho e/ou no caderno de respostas das questões discursivas;
j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
k) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso.
l) recusar-se a coletar a assinatura ou a impressão digital.
13.17 Exige-se traje apropriado nos dias de realização das provas.
13.18 Não será admitido o ingresso de candidatos nos locais de realização das provas após o horário fixado para o seu início.
13.19 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, fora da data e do local predeterminados em edital e/ou em comunicado.
13.20 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não-comparecimento a qualquer das provas implicará a eliminação automática do candidato.
13.21 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento de candidato da sala de provas.
13.22 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e ele será eliminado do Concurso.
13.23 No dia de realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.
13.24 O prazo de validade do Concurso será de noventa dias, a contar da data de publicação do resultado final, sem possibilidade de prorrogação.
13.25 O candidato deverá manter atualizado seu endereço no CESPE/UnB, por meio de requerimento, e no IRBr, enquanto estiver participando do Concurso. São de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não-atualização de seu endereço.
13.26 Concomitantemente à divulgação do resultado final do Concurso, os candidatos serão convocados para se submeterem a exame pré-admissional, conforme subitem 3.8.
13.27 Os casos omissos serão resolvidos pelo IRBr, com a colaboração do CESPE/UnB quando necessário.

FERNANDO GUIMARÃES REIS
Diretor

ANEXO I

NOTA: A fim de facilitar a consulta por parte do candidato, os programas mencionados no subitem 13.3 do Edital constam deste Guia de Estudos nas seções de orientação para o estudo referentes a cada disciplina, razão pela qual não se reproduz neste ponto o ANEXO I do Edital. O Programa de Política Internacional transcrito na seção que trata desta disciplina corresponde ao texto estabelecido pelo Edital de Retificação de 2 de janeiro de 2006, publicado no DOU de 3 de janeiro de 2006.

ANEXO II

- **Se você deseja concorrer às vagas destinadas a candidatos portadores de deficiência ou solicitar atendimento especial para os dias de realização das provas, marque um dos campos abaixo.**

(   ) Desejo concorrer às vagas destinadas a candidatos portadores de deficiência, mas **não necessito** de atendimento especial.
(   ) Desejo concorrer às vagas destinadas a candidatos portadores de deficiência e **necessito** de atendimento especial.
(   )Não desejo concorrer às vagas destinadas a candidatos portadores de deficiência, mas **necessito** de atendimento especial.

Para concorrer às vagas destinadas a candidatos portadores de deficiência e obter o deferimento da solicitação de atendimento especial, o candidato deverá:

a) encaminhar este formulário preenchido e laudo médico, conforme subitem 4.2 do edital de abertura do concurso público;
b) estar ciente de que a sua qualificação como portador de deficiência e a compatibilidade da deficiência declarada com as atribuições do cargo dependerão de avaliação, na forma estabelecida no mesmo edital.

NECESSIDADES ESPECIAIS PARA O DIA DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

- **Se você necessita de atendimento especial para o dia de realização das provas, assinale o(s) tipo(s) de necessidade(s) abaixo e envie ou entregue, pessoalmente ou por terceiro, este formulário e o laudo médico, conforme descrito no subitem 5.16 do edital de abertura do concurso público e no comprovante de inscrição.**

1 NECESSIDADES FÍSICAS

(   ) sala para amamentação (candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê)
(   ) sala térrea (dificuldade para locomoção)
(   ) sala individual (candidatos com doenças contagiosas/outras)
(   ) maca
(   ) mesa para cadeiras de rodas
(   ) apoio para perna

1.1 MESA E CADEIRA SEPARADAS

(   ) gravidez de risco

( ) obesidade
( ) limitações físicas

1.2 AUXÍLIO PARA PREENCHIMENTO (DIFICULDADE OU IMPOSSIBILIDADE DE ESCREVER)

( ) da folha de respostas da prova objetiva
( ) da prova objetiva

1.3 AUXÍLIO PARA LEITURA DA PROVA (LEDOR)

( ) dislexia
( ) tetraplegia

2 NECESSIDADES VISUAIS (CEGO OU PESSOA COM BAIXA VISÃO)

( ) auxílio na leitura da prova (ledor)
( ) prova em braille e ledor
( ) prova ampliada (fonte entre 14 e 16)
( ) prova superampliada (fonte 28)

3 NECESSIDADES AUDITIVAS (PERDA TOTAL OU PARCIAL DA AUDIÇÃO)

( ) intéprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)
( ) leitura labial

Comprometo-me a entregar, até dez dias úteis antes da posse, todos os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos no edital de abertura do concurso público, estando ciente de que, se não o fizer, estarei automaticamente eliminado do certame.

Declaro conhecer e aceitar todas as normas estabelecidas no Edital de 29 de dezembro de 2005.

____

assinatura do candidato ou procurador

PORTARIA Nº 336, DE 30 DE MAIO DE 2003

Revoga Portaria de 01 de novembro de 1995, que regulamenta o Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase, PROFA-I, e institui novo regulamento para incorporar modificações decorrentes da implantação do Mestrado em Diplomacia do Instituto Rio Branco no processo de formação dos diplomatas.

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, tendo em vista o disposto nas Leis nº 70501, de 27 de junho de 1986, especialmente em seus artigos 38 e 39, parágrafos únicos, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o Decreto de 14 de setembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1995, resolve revogar Portaria de 01 de novembro de 1995 e estabelecer o seguinte regulamento para o Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase (PROFA-I), doravante denominado Curso de Formação do Instituto Rio Branco:

Regulamento do Curso de Formação do Instituto Rio Branco

Capítulo I
Das finalidades e duração

Art. 1º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco tem por finalidade a avaliação das aptidões e capacidade de funcionário nomeado para o cargo inicial da carreira de diplomata do Serviço Exterior, durante o estágio probatório de que trata o art. 8º da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986.

Art. 2º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco compreende as atividades de formação e desempenho funcional, a serem coordenadas pelo Instituto Rio Branco (IRBr).

Art. 3º Considerando a natureza da carreira diplomática, poderão ser utilizados como instrumentos de formação e aperfeiçoamento trabalhos práticos, exercícios, preleções, exames, debates em seminários, monografias, treinamento, visitas a Estados da Federação e demais atividades que programe o Diretor do IRBr.

Art. 4º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco começará no máximo 30 (trinta) dias após a nomeação dos aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, e terá a duração de quatro períodos consecutivos, assim distribuídos:

a) os dois primeiros períodos, de não mais do que 20 semanas cada um, darão ênfase a atividades indispensáveis à formação e ao aperfeiçoamento do funcionário nomeado, a luz das necessidades da carreira diplomática;

b) os dois últimos períodos compreenderão cursos de aperfeiçoamento e dedicação à pesquisa ou prática diplomática;

c) os estágios regulares no exterior serão realizados somente pelos alunos do Mestrado em Diplomacia, após a apresentação ou a aprovação das dissertações, e terão duração de até seis meses;

d) a distribuição dos estagiários por postos será feita preferencialmente por ordem de classificação nos exames de qualificação no Mestrado;

e) a designação de estágio no exterior em determinada missão ou instituição poderá se

condicionada à elaboração de dissertação de Mestrado sobre tema específico.

Art. 5º O funcionário não se poderá recusar a tomar parte ou submeter-se a quaisquer dos instrumentos e atividades de formação e aperfeiçoamento acima mencionados.

Capítulo II
Da avaliação

Art.6º A avaliação das atividades do Curso de Formação do Instituto Rio Branco ficará a cargo do IRBr e das Chefias imediatas.

Art. 7º O funcionário nomeado e dedicado à prática diplomática será avaliado segundo critérios de produtividade, assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa e responsabilidade.

Parágrafo Único – Na aferição desses critérios, serão considerados obrigatoriamente a proficiência nos instrumentos de formação e aperfeiçoamento, bem como o desempenho profissional, a conduta pessoal e a integração com a carreira;

Art. 8º A avaliação semestral, de que trata o art. 10, § 2º, alínea a, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, anexo ao Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, com as alterações aprovadas pelo Decreto de 14 de setembro de 1995, acima citado, e as alterações subsequentes, será graduada por notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), e por conceitos de "satisfatório" ou "insatisfatório";

a) a média das notas do período será considerada suficiente se igualar ou superar 60 (sessenta) em cada atividade considerada obrigatória;

b) os conceitos serão também emitidos ao final de cada período;

c) em caso de insuficiência de notas ou de avaliação de "insatisfatório", o funcionário será notificado formalmente pelo Diretor do IRBr.

d) Só será admitida uma notificação; e

e) Na eventualidade de uma segunda notificação, que poderá comprometer a confirmação no Serviço Exterior do funcionário nomeado, o Secretário Geral das Relações Exteriores designará Comissão de três diplomatas – composta pelo Diretor do IRBr e de dois outros dentre os Ministros de Segunda Classe e Conselheiros da carreira de diplomata – para examiná-la.

Art. 9º Os relatórios relativos aos períodos de avaliação, a serem submetidos pelo Diretor do Instituto Rio Branco ao Secretário Geral das Relações Exteriores, nos termos do Decreto de 14 de setembro de 1995, § 2, alínea b, acima citado, e as alterações subseqüentes, incluirão as notas e os conceitos conferidos e, se for o caso, as notificações.

CELSO AMORIM

(DOU 112, 12 de junho de 2003)

Orientação para estudo

(inclui: programas e bibliografias para as provas das Segunda
e Terceira Fases, e exemplos de provas do Concurso anterior)

Teste de Pré-Seleção (TPS)

Português

Inglês

Espanhol

Francês

História do Brasil

Geografia

Política Internacional

Noções de Direito e de Direito Internacional Público

Noções de Economia

História Mundial (TPS)

NOTA

A bibliografia e a orientação para estudo incluídas neste Guia de Estudos não têm caráter limitativo. Feita essa ressalva, recomendam-se as seguintes obras, com vistas a facilitar a preparação básica do candidato:

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

O Teste de Pré-Seleção (TPS), como o nome indica, é uma prova preliminar e seletiva, de caráter eliminatório. Seu objetivo é testar, de modo amplo, a capacidade de compreensão e a cultura dos candidatos.

O TPS tem natureza própria, se comparado com as provas das Fases subseqüentes. Em termos de orientação para estudo, não comporta recomendações particulares, uma vez que não lhe corresponde um programa específico.

No Concurso de 2006, o TPS será constituído de 65 questões objetivas de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia e de Inglês. Em virtude do caráter interdisciplinar da prova, uma questão poderá contemplar conhecimentos relativos a mais de uma disciplina.

Ainda que, na preparação dos candidatos, sejam certamente muito úteis as informações constantes deste Guia sobre as provas de Português (Segunda Fase), de História do Brasil, da Geografia e de Inglês (Terceira Fase), o conteúdo das questões do TPS não se limitará a esses programas. O mesmo vale para História Mundial (disciplina que não consta das provas de Terceira Fase), cujo programa é reproduzido ao final deste volume – junto com a bibliografia pertinente – conforme figurava no Guia de Estudos de 2004.

*

PORTUGUÊS

A prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 600 a 650 palavras (valor: 60 pontos), e de dois exercícios de interpretação de textos, com a extensão de 100 a 150 palavras cada um (valor de cada exercício: 20 pontos).

Programa:

1. Língua Portuguesa: modalidade culta usada contemporaneamente no Brasil. 1.1. Sistema gráfico: ortografia, acentuação e pontuação; legibilidade. 1.2. Morfossintaxe. 1.3. Semântica. 1.4. Vocabulário.
2. Leitura e produção de textos. 2.1. Compreensão, interpretação e análise crítica de textos em língua portuguesa. 2.2. Conhecimentos de Lingüística, Literatura e Estilística: funções da linguagem; níveis de linguagem; variação lingüística; gêneros e estilos textuais; textos literários e não-literários; denotação e conotação; figuras de linguagem; estrutura textual. 2.3. Redação de textos dissertativos dotados de fundamentação conceitual e factual, consistência argumentativa, progressão temática, coerência, objetividade, precisão, clareza, concisão, coesão textual e correção gramatical. 2.3.1 Defeitos de conteúdo: descontextualização, generalização, simplismo, obviedade, paráfrase, cópia, tautologia, contradição. 2.3.2 Vícios de linguagem e estilo: ruptura de registro lingüístico, coloquialismo, barbarismo, anacronismo, rebuscamento, redundância e linguagem estereotipada.

Bibliografia sugerida:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1999.
Atualizado em http://www.academia.org.br/vocabulario

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2004. (versão impressa e eletrônica).

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. **Manual de expressão oral e escrita**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CUNHA, Celso e CINTRA, L. F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário de regimes de substantivos e adjetivos**. 25. ed. São Paulo: Globo, 2000.

______. **Dicionário de verbos e regimes**. 44. ed. São Paulo: Globo, 2001.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 21. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.

______. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0. Dez – 2001.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Introdução à lingüística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KURY, Adriano da Gama. **Ortografia, pontuação e crase**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SAVIOLI, Francisco e FIORIN, José Luiz. **Manual do Candidato – Português**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.

VANOYE, Francis. **Usos da Linguagem**. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WILSON, John. **Pensar com conceitos**. Trad. Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Orientação para a prova de Português

A prova de Português afere o domínio, por parte do candidato, da norma culta na modalidade escrita da língua portuguesa, sua competência de leitura e análise críticas, bem como a capacidade de síntese e de organização de idéias.

A prova apresenta textos curtos que servem de base para uma redação (com o valor de 60 pontos), sobre tema suscitado pelos textos, e para dois exercícios de interpretação (com o valor de 20 pontos cada um). O apoio em textos propicia subsídios ao candidato, visando evitar que deixe de escrever por falta de motivação ou informação acerca do objeto temático.

Produto do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo concurso, a **redação** deve revelar a maturidade intelectual do candidato. Este deverá demonstrar pensamento crítico, proveniente da capacidade de incorporar e inter-relacionar leituras prévias, sem afastar-se do tema proposto. Será avaliada a habilidade do candidato de redigir dissertação coerente e coesa, que exponha – com fluência e adequação – informações e argumentos fundamentados e logicamente encadeados. A aplicação de fórmulas prontas, fruto de adestramento precário e simplista, é enfaticamente desaconselhada.

As **questões de interpretação** devem ser respondidas de forma direta e objetiva, o que não desobriga o candidato de estruturar sua resposta, elaborando texto coerente, apoiado em raciocínio sólido. São critérios de avaliação nessas questões a objetividade, a precisão, a clareza e a concisão, além naturalmente do correto uso da língua portuguesa.

O candidato deverá obedecer aos limites de extensão definidos nos comandos das questões. Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,2 pontos para cada palavra que faltar para atingir o total exigido de 500. Será atribuída nota zero à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação zero na avaliação da correção gramatical.

A legibilidade é condição indispensável para a correção da prova escrita de Português e critério de apenação do candidato. São aceitos o uso de letra de forma (ou “letra maiúscula manuscrita”), respeitada a distinção entre maiúsculas e minúsculas, e as rasuras legíveis (“risco feito para tornar inválidas ou ilegíveis palavras ali contidas, ou substituí-las por outras”).

Prova de 2005

Leia os textos I, II e III a seguir.

Texto I: O punhal de Martinha

Machado de Assis

Quereis ver o que são destinos? Escutai. Ultrajada por Sexto Tarqüínio, uma noite, Lucrécia resolve não sobreviver à desonra, mas primeiro denuncia ao marido e ao pai a aleivosia daquele hóspede, e pede-lhes que a vinguem. Eles juram vingá-la, e procuram tirá-la da aflição dizendo-lhe que só a alma é culpada, não o corpo, e que não há crime onde não houve aquiescência. A honesta moça fecha os ouvidos à consolação e ao raciocínio, e, sacando o punhal que trazia escondido, embebe-o no peito e morre. Esse punhal podia ter ficado no peito da heroína, sem que ninguém mais soubesse dele; mas, arrancado por Bruto, serviu de lábaro à revolução que fez baquear a realeza e passou o governo à aristocracia romana. Tanto bastou para que Tito Lívio lhe desse um lugar de honra na história, entre enérgicos discursos de vingança. O punhal ficou sendo clássico. Pelo duplo caráter de arma doméstica e pública, serve tanto a exaltar a virtude conjugal, como a dar força e luz à eloqüência política.

Bem sei que Roma não é Cachoeira, nem as gazetas dessa cidade baiana podem competir com historiadores de gênio. Mas é isso mesmo que deploro. Essa parcialidade dos tempos, que só recolhem, conservam e transmitem as ações encomendadas nos bons livros, é que me entristece, para não dizer que me indigna. Cachoeira não é Roma, mas o punhal de Lucrécia, por mais digno que seja dos encômios do mundo, não ocupa tanto lugar na história, que não fique um canto para o punhal de Martinha. Entretanto, vereis que esta pobre arma vai ser consumida pela ferrugem da obscuridade.

Martinha não é certamente Lucrécia. Parece-me até, se bem entendo uma expressão do jornal A Ordem, que é exatamente o contrário. “Martinha (diz ele) é uma rapariga franzina, moderna ainda, e muito conhecida nesta cidade, de onde é natural”. Se é moça, se é natural da Cachoeira, onde é muito conhecida, que quer dizer moderna? Naturalmente quer dizer que faz parte da última leva de Citera. Esta condição, em vez de prejudicar o paralelo dos punhais, dá-lhe maior realce, como ides ver. Por outro lado, convém notar que, se há contrastes das pessoas, há uma coincidência de lugar: Martinha mora na Rua do Pagão, nome que faz lembrar a religião da esposa de Colatino. As circunstâncias dos dous atos são diversas. Martinha não deu hospedagem a nenhum moço de sangue régio ou de outra qualidade. Andava a passeio, à noite, um domingo do mês passado. O Sexto Tarqüínio da localidade, cristãmente chamado João, com o sobrenome de Limeira, agrediu e insultou a moça, irritado naturalmente com os seus desdéns. Martinha recolheu-se à casa. Nova agressão, à porta. Martinha, indignada, mas ainda prudente, disse ao importuno: “Não se aproxime, que eu lhe furo”. João Limeira aproximou-se, ela deu-lhe uma punhalada, que o matou instantaneamente.

Talvez esperásseis que ela se matasse a si própria. Esperaríeis o impossível, e mostraríeis que me não entendestes. A diferença das duas ações é justamente a que vai do suicídio ao homicídio. A romana confia a vingança ao marido e ao pai. A cachoeirense vinga-se por si própria, e, notai bem, vinga-se de uma simples intenção. As pessoas são desiguais, mas força é dizer que a ação da primeira não é mais corajosa que a da segunda, sendo que esta cede a tal ou qual subtileza de motivos, natural deste século complicado.

Isto posto, em que é que o punhal de Martinha é inferior ao de Lucrécia? Nem é inferior, mas até certo ponto é superior. Martinha não profere uma frase de Tito Lívio, não vai a João de Barros, alcunhado o Tito Lívio português, nem ao nosso João Francisco Lisboa,

grande escritor de igual valia. Não quer sanefas literárias, não ensaia atitudes de tragédia, não faz daqueles gestos oratórios que a história antiga põe nos seus personagens. Não; ela diz simplesmente e incorretamente: "Não se aproxime que eu lhe furo". A palmatória dos gramáticos pode punir essa expressão; não importa, o eu lhe furo traz um valor natal e popular, que vale por todas as belas frases de Lucrécia. E depois, que tocante eufemismo! Furar por matar; não sei se Martinha inventou esta aplicação; mas, fosse ela ou outra a autora, é um achado do povo, que não manuseia tratados de retórica, e sabe às vezes mais que os retóricos de ofício.

Com tudo isso, arrojo de ação, defesa própria, simplicidade de palavra, Martinha não verá o seu punhal no mesmo feixe de armas que os tempos resguardam da ferrugem. O punhal de Carlota Corday, o de Ravaillac, o de Booth, todos esses e ainda outros farão cortejo ao punhal de Lucrécia, luzidos e prontos para a tribuna, para a dissertação, para a palestra. O de Martinha irá rio abaixo do esquecimento. Tais são as cousas deste mundo! Tal é a desigualdade do destino!

Se, ao menos, o punhal de Lucrécia tivesse existido, vá; mas tal alma, nem tal ação, nem tal injúria, existiram jamais, é tudo uma pura lenda, que a história meteu nos seus livros. A mentira usurpa assim a coroa da verdade, e o punhal de Martinha, que existiu e existe, não logrará ocupar um lugarzinho ao pé de Lucrécia, pura ficção. Não quero mal às ficções, amo-as, acredito nelas, acho-as preferíveis às realidades; nem por isso deixo de filosofar sobre o destino das cousas tangíveis em comparação com as imaginárias. Grande sabedoria é inventar um pássaro sem asas, descrevê-lo, fazê-lo ver a todos, e acabar acreditando que não há pássaros com asas... Mas não falemos mais em Martinha.

Crônica. A Semana. In: **Obra completa**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973, p. 615-6.

Texto II: Os vivos governam os mortos
Boris Fausto

Sabem os historiadores e as pessoas dedicadas às ciências humanas em geral que o passado não é um campo imóvel, de contornos definidos, possibilitando aos especialistas conhecer os fatos tal como eles realmente aconteceram. Esse foi um grande sonho positivista que quis aproximar as ciências humanas da objetividade das chamadas "ciências duras" — uma objetividade também relativa, como hoje se sabe — para daí extrair grandes leis explicativas da vida social.

Na verdade, o passado é movente, não por ser tecido apenas por diferentes discursos, como os pós-modernos pretendem, mas porque sua interpretação, em busca de graus crescentes de certeza, está sujeita à ampliação do conhecimento e às opções das construções históricas do presente.

Fico aqui no terreno interpretativo, separando-o algo artificialmente dos avanços do conhecimento, pois estes e a renovação interpretativa muitas vezes se entrelaçam.

Vejam, por exemplo, o acesso a fontes antes consideradas segredo de Estado, como se deu com os arquivos soviéticos, felizmente bastante preservados. A análise mais aprofundada das decisões da burocracia soviética ou, personalizando, de Stálin e sua corte, do universo concentracionário, da liquidação dos camponeses ou até mesmo da aventura insurrecional de novembro de 1935 no Brasil deveram-se ao mencionado avanço do conhecimento.

Longe de serem inocentes, as interpretações e reinterpretações dos historiadores têm muito a ver com sua visão do presente. No caso, invertendo uma conhecida expressão de Auguste Comte [1798–1857], são os vivos que governam os mortos. É esse, aliás, o sentido

da conhecida expressão de Benedetto Croce [1866–1952], segundo a qual toda história é história contemporânea.

Exemplos não faltam, e entre os mais significativos encontram-se as controvérsias interpretativas em torno de duas grandes balizas que marcaram o trabalho dos historiadores e a imaginação dos povos: a Revolução Francesa [1789] e a Revolução Russa [1917].

É curioso observar, por outra parte, que as reelaborações do passado, versando sobre processos históricos, instituições, acontecimentos ou personagens, ganharam uma popularidade que transcende os círculos acadêmicos. Matéria publicada nesta Folha em 6/2, com o sugestivo título Revisionismo Histórico Vira Best Seller nos EUA, refere-se a esse fenômeno. Os exemplos aí citados, indo da revisão da Guerra da Secessão [1861–65] à da figura do presidente Roosevelt [1882–1945] e da implantação do New Deal, são indicativos de um misto de ampliação do conhecimento histórico e, ao mesmo tempo, da irresponsabilidade que, em certos casos, acompanha o ímpeto interpretativo.

A que se deve a popularidade das revisões? Entre outras razões, ao prazer que o leitor encontra na desconstrução de figuras históricas, sobretudo quando convertidas em mitos, como ocorre com Churchill [1874–1965], Roosevelt e tantos outros. busca de sensações novas, crescente no mundo urbano desde as últimas décadas do século XIX, permite sugerir que o revisionismo com ingredientes sensacionalistas é uma das vertentes desse contexto histórico.

Do ponto de vista cronológico, um aspecto a ser notado é o de que as controvérsias interpretativas mais ardorosas dizem respeito, com freqüência, a instituições, episódios ou personagens de um passado próximo, e menos ao passado mais distante. Isso acontece porque tais controvérsias têm muito a ver com disputas políticas que fazem parte da memória das gerações mais velhas, incidindo, ao mesmo tempo, num quadro presente, conservando traços do passado.

Para ficar num exemplo nosso, vejam o caso do getulismo e da figura de Getúlio Vargas [1883–1954]. Getulismo e antigetulismo foram dois exércitos em combate, no âmbito da história do Brasil, a partir de 1930, com repercussão nas diferentes ideologias e, em certa medida, nas disputas do presente.

Se a crítica sem matizes ao getulismo foi superada pelo tempo, a mitificação da época e de seu ator principal vem sendo utilizada na defesa do nacionalismo, nas críticas à globalização, nas denúncias ao chamado desmonte da era Vargas. Não é por acaso que, nesse tipo de leitura, a dura repressão do primeiro e longo governo Vargas tende a ser ignorada.

Em certos casos, e não só nos círculos acadêmicos, as interpretações de um passado mais distante são também objeto de disputas árduas, em que se espelham visões do presente. Dois exemplos, aqui apenas enunciados, são significativos. Vejam a revisão do escravismo, por meio da qual autores como João José Reis, Robert Slenes, Sílvia Lara, entre outros, contrapõem-se às teses estruturalistas clássicas, que ressaltam a anomia das populações escravas.

Os revisionistas, em poucas palavras, enfatizam a relevância dos escravos como agentes históricos, manifestada no plano da resistência social e da cultura. Essa vertente, que tem muitos méritos e alguns exageros, guarda relação íntima com a crítica mais geral ao determinismo e com a emergência da sociedade civil, características dos dias que vivemos.

O outro exemplo é o da interpretação da Guerra do Paraguai [1864–70], que só recentemente, graças aos trabalhos de historiadores como Francisco Doratioto e Ricardo Salles, abriu-se a novos caminhos, rejeitando, de um lado, a simplista historiografia antiimperialista, tendo como alvo exclusivo a Inglaterra, e, de outro, os fastos heróicos da versão militar.

Isso foi possível porque muitos arquivos foram abertos, no Paraguai e em parte no Brasil, e porque os maniqueísmos de direita e de esquerda perderam muito de sua força. A constatação tem também a ver com a emergência do regime democrático que permitiu a revisão, sem temores, da interpretação patrioteira do conflito — uma "verdade inconteste", na época do regime militar e mesmo antes dele.

Tudo isso indica que as interpretações históricas não são ondas que vão e vêm, como discursos que se equivalem. Elas favorecem a ampliação do conhecimento e, mais do que isso, possibilitam ao cidadão letrado opções de análise do passado que não o obriga à ingestão de pratos feitos, quase sempre indigestos.

Folha de S. Paulo. 27/2/2005 (com adaptações).

Texto III: A narrativa na escrita da história e da ficção
Luiz Costa Lima

A tendência à confusão entre as formas discursivas da história e da ficção literária não é apenas um efeito do que têm em comum — a organização narrativa — ou uma resultante da reação ao estatuto inadequado que se conferiu a esta e àquela. Se assim o fosse, essa tendência só se manifestaria em data recente. Ora, J. Lotman* nos faz notar que essa tendência é muitíssimo mais remota. Mostra-nos ele que, sob a forma comum de narrativa, desde tempos imemoriais, surgiam dois tipos de relato. De um lado, aqueles que tinham por finalidade apresentar um mundo estável, absolutamente regulado por leis. Fixados sob a forma de mitos, "não lidavam com fenômenos que sucediam apenas uma vez e sem referência às leis naturais, mas com eventos intemporais, sem cessar reproduzidos, e, neste sentido, sem movimento" (Lotman, J.: 1979, 162-3). De outro lado, surgiam as narrativas voltadas para o excesso, o anômalo e o singular, que, pelo próprio tipo de cena privilegiado, não permitiam a representação do ciclo cósmico, nas quais encontra o cerne dos relatos dotados de enredo. Desde tempos sem conta, a humanidade recorreu a estas duas formas antagônicas de narrar. Se a primeira privilegiava a visão de ciclos estáveis, dotados de leis constantes, a segunda ressaltava o acidental irrepetível e singular. "O texto de enredo (plot-text) moderno é o fruto da interação e da influência recíproca destas duas espécies de texto, tipologicamente remotas" (Lotman, J.: idem, 163).

A passagem de Lotman realça por outro caminho um velho conhecimento: o mito é o corpo unânime de cuja fragmentação surgiram, na Grécia, a história e a tragédia. O interesse deste conhecimento assim recuperado está em nos permitir, ao mesmo tempo, o melhor entendimento tanto da proximidade quanto da diferença entre história e ficção. O fato de que ambas se realizem narrativamente não impede que cada uma provoque um relacionamento diverso com o mundo. O intento do historiador é designar o mundo que estuda. Designá-lo não no sentido de apontar o que ali já estivesse, pronto e apenas à espera da palavra que o propagasse. Designá-lo, no caso, significa: organizar os restos do passado, tal como presentes ou inferidos de documentos, em um todo cujo sentido centralmente não é da ordem do imaginário. A interpretação do historiador, sua forçosa interpretação, será arbitrária se, por conta de seus valores, fundá-lo à imagem de outro tempo e fundi-lo às expectativas e categorias deste. O intento do ficcionista é criar uma interpretação desestabilizadora do mundo. Como este já é demarcado pelas múltiplas representações dos *frames* cotidianos, o correto será dizer que ele cria uma representação desestabilizante das representações. Representação segunda, a do ficcionista, que não tem o propósito de re-duplicar a primeira, o que a tornaria ociosa, senão que de mostrá-la à distância, assim possibilitando ao receptor uma orientação diversa da que se lhe impõe quando é mero "ator". Porque próximas, as

práticas do historiador e do ficcionista podem ser comparadas e não só contrapostas. Porque enraizadas no uso da linguagem, de cuja capacidade organizativa depende a eficácia de ambas, é de se esperar que o questionamento da cientificidade da história conduza ao estudo mais acurado dos procedimentos verbais escolhidos pelo historiador. A partir daí, contudo, supor que se conduza como um ficcionista será tão desastroso quanto tem sido para este tomar-se o seu produto como um documento histórico. Próximos, mas distintos, os discursos do historiador e do ficcionista diferenciam-se tanto pela maneira como suas narrativas se relacionam com o mundo quanto pelo modo como neles atua o narrador.

A aguarrás do tempo. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 101-2.

* Iuri (Juri ou Jurij) M. Lotman (1922-1993) é autor de diversas obras sobre Teoria da Literatura e Semiótica. Os trechos citados no texto III foram extraídos do ensaio The origin of plot in the light of typology, publicado na revista Poetics today 1 (1/2): 161-184 (1979). [Nota dos examinadores]

Parte I – Comentário

Identifique e comente de forma resumida as visões do trabalho do historiador contidas exclusivamente nos textos I, II e III.

Extensão: de 250 a 300 palavras (valor: trinta pontos)

(comentário elaborado com base em respostas de alguns candidatos)

As visões do trabalho do historiador que se depreendem dos textos "A narrativa na escrita da história e da ficção", de Luiz Costa Lima, "Os vivos governam os mortos", de Boris Fausto, e "O punhal de Martinha", de Machado de Assis, apesar de peculiares, apresentam o traço comum de divergir da perspectiva do senso comum sobre o tema.

[...] *Costa Lima caracteriza o trabalho do historiador como o esforço de organização dos vestígios do passado, a fim de constituir panorama calcado na realidade. Não se trata simplesmente de desvendar uma realidade preexistente, como suporia o senso comum, mas de elaborar narrativa que apreenda e organize o passado, sem permitir que a interpretação se constitua em fator de distorção ou anacronismo. Ao fundamentar a especificidade do discurso da história (por oposição ao da ficção) em sua pretensão de verdade, Costa Lima se distancia do que apregoam alguns teóricos contemporâneos.*

[...] *Para Boris Fausto, a interpretação é, ao lado do progressivo acesso às fontes, recurso fundamental do historiador, em que pese aos condicionamentos impostos pelo momento em que vive. Rejeitando como ilusória a pretensão positivista do conhecimento cabal e definitivo do passado, Fausto releva a importância da diversidade interpretativa para o amadurecimento de visões não-dogmáticas da história. Parece subjazer à sua visão do historiador a idéia democrática de que o debate e as controvérsias favorecem a aproximação da verdade.*

[...] *Dos três autores, Machado de Assis é quem expõe visão mais cética a respeito do historiador. Propenso, segundo o autor, a manipular fatos e cultivar legendas, o historiador relegaria ao esquecimento fatos que envolvem pessoas comuns, independentemente de seu valor intrínseco. A incredulidade de Machado de Assis comporta um paradoxo, na medida em*

que apenas por intermédio do trabalho do historiador se podem desmistificar falseamentos operados por outros historiadores.

Parte II – Redação

Disserte sobre o tema suscitado no seguinte trecho de Benedito Nunes.

(...) "o recurso aos documentos assinala uma linha divisória entre história e ficção; diferindo do romance, as construções do historiador pretendem ser reconstruções do passado." (...) Mas essa linha divisória, que acentua a dissimetria entre a narrativa histórica e a narrativa ficcional, anula-se pela natureza desse passado reconstruído, quando se dá à expressão o seu peso ontológico de reconstrução de uma realidade que não mais existe, que já deixou de ser. Desse ponto de vista, a "realidade histórica" é tão sui generis quanto a "irrealidade" da Ficção. Nesta, os acontecimentos inventados, formando um mundo fictício, escapam a qualquer espécie de confirmação empírica. Naquela, os dados empíricos (documentos), signos de um mundo que foi real, remetem a acontecimentos passados, conhecidos por inferência, e que só se confirmam, fora de toda comprovação empírica, pela reconstrução desse mesmo mundo.

Extensão: de 500 a 600 palavras (valor: setenta pontos)

Ronaldo Lima Vieira (com adaptações)

A sociedade pós-moderna foi inaugurada, segundo François Dosse, no ano de 1968 e é marcada pela idéia de fragmentação do saber. O mundo contemporâneo tomou direção oposta ao arcabouço disciplinar definido pela modernidade.

No âmbito das ciências humanas, suscita-se controvérsia acerca da validade de uma história de fatos e a respeito da tênue diferença que a separa da ficção. Se, por um lado, se questiona a defesa da prevalência da história, por outro, confere-se à literatura certo poder de verdade, para além da verossimilhança, característica que a tradição lhe atribui. Estas disciplinas – a história e a literatura – têm dois pontos de convergência: a memória e a linguagem.

Hanna Arendt define a memória, coletiva ou individual, como o presente do ser pensante. O fazer social é motivado e limitado pelos valores oriundos do passado retido ou recriado na memória do indivíduo. De forma análoga, a psicanálise clínica, ao estudar as causas da psicopatia, não faz distinção entre o que o paciente resgata como fato de sua história pessoal e o respectivo vínculo com a realidade empírica. A razão, para isso, reside no fato de que todos nós vivemos precipitados no tempo, que não tem começo nem fim. Mais importante do que revelar a realidade objetiva, portanto, é verificar os efeitos de sentido que os fatos causam, porque daí nascem e se desenvolvem as identidades e diferenças culturais.

Quanto à linguagem, alguns filósofos contemporâneos, como Foucault, Deleuze e Bourdieu – influenciados pela fenomenologia ontológica de Heidegger – atribuem-lhe relevância superior, pois, em seu entender, a realidade humana é construída pela linguagem. Foucault, adotando posição mais radical, sustenta a idéia de que o sujeito é, em última instância, "efeito discursivo", logo, não somos nós quem pronuncia a linguagem, mas é a ordem do discurso que constrói o ser social. Nesse sentido, o historiador e o literato não se servem da linguagem; ao contrário, ela é que se utiliza deles, por serem construídos de intertextos.

O trabalho do historiador, como responsável pela edificação da memória da vida social, não pode ignorar o processo de "revolução científica" e a conseqüente mudança de

paradigmas. A transformação epistemológica é necessária não só para a adaptação das técnicas e métodos de pesquisa ao modo de pensar contemporâneo, mas também para a ampliação do conhecimento histórico do passado e de sua relação com o presente. O novo modelo não deve implicar total ruptura das fronteiras entre história e literatura, mas, sim, a adoção de perspectiva interdisciplinar para a delimitação entre ambas.

Se o objeto de estudo não é determinado pelo método de cada disciplina, há possibilidade de diálogo proveitoso entre teóricos de diferentes áreas do conhecimento. Ao mesmo tempo, há que se considerar que a realidade exterior não é passível de total apreensão pelos sentidos, que captam a aparência subordinada à cognição. Não resta dúvida de que o fazer científico – da história e da literatura – deve caminhar em direção à interdisciplinaridade, substituindo, neste diálogo, a conhecida metáfora da "guerra", fundamentada na oposição, pela metáfora da "dança", que se apóia na complementaridade.

INGLÊS

A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de três partes: versão de um ou mais textos (valor: 30 pontos); resumo e exercícios textuais (valor: 25 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor: 45 pontos).

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o total exigido de 350. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.

Programa:

1. Redação em língua inglesa: expressão em nível avançado; domínio da gramática; qualidade e propriedade no emprego da linguagem; organização e desenvolvimento de idéias.

2. Versão do Português para o Inglês: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfossintática e lexical.

3. Tradução do Inglês para o Português: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfossintática e lexical.

4. Resumo e exercícios textuais: elaboração de resumo que demonstre adequada capacidade de síntese e de reelaboração em Inglês correto; exercícios que demonstrem adequada compreensão e interpretação de texto, bem como domínio de registro, de gramática e de emprego do vocabulário.

Orientação para estudo

1. Versão (15 pontos)

A versão do Português para o Inglês deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.

2. Tradução (15 pontos)

A tradução do Inglês para o Português deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de

palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto

3. Resumo e exercícios textuais (25 pontos)

Avalia-se a capacidade de compreender e de reelaborar texto em língua inglesa. Exercícios textuais, de cunho gramatical e semântico, são parte integral do texto proposto e da avaliação correspondente. Requerem-se, no resumo, correção morfossintática, vocabulário adequado e capacidade de síntese.

4. Redação (45 pontos)

Os candidatos devem demonstrar conhecimento avançado de Inglês e capacidade de usá-lo em redação bem estruturada. A distribuição dos 45 pontos faz-se da seguinte maneira:

- Correção gramatical (20 pontos)

Avaliam-se a correção e a propriedade no emprego da linguagem. Deduz-se 1 (um) ponto para cada erro, com exceção das falhas de pontuação ou de ortografia, às quais corresponde dedução de 0,5 (meio) ponto por ocorrência. A atribuição de nota zero no quesito "correção gramatical" implica, automaticamente, nota zero para a redação como um todo. Do mesmo modo, será atribuída nota zero às redações que demonstrarem baixo padrão de conhecimento da língua inglesa.

- Organização e desenvolvimento de idéias (15 pontos)

Serão considerados, principalmente, os itens a seguir:

a) capacidade de raciocínio e de expressão clara em Inglês;
b) pertinência das idéias e da eventual exemplificação em relação ao tema;
c) adequada organização formal da redação, com adequada paragrafação.

Os candidatos devem esforçar-se para apresentar redação interessante. A originalidade não será exigida, mas será avaliada positivamente, da mesma forma que o uso adequado de exemplos. Serão severamente punidas as redações decoradas e simplesmente adaptadas ao tema proposto. A redação que fugir a esse tema será punida com nota zero.

- Qualidade de linguagem (10 pontos)

Atribuem-se pontos ao candidato pelo correto uso de Inglês idiomático, por construções variadas e pelo emprego de vocabulário amplo e preciso.

Os candidatos que usarem construções de cunho meramente elementar na redação receberão nota zero no quesito, em especial quando esse recurso for utilizado para evitar erros.

Bibliografia sugerida:

Jornais e revistas

A Internet permite o acesso a vasto número de publicações em língua inglesa. Para preparar-se para o concurso, é útil a leitura de publicações do padrão do *The Times* de Londres*, The New York Times, The Washington Post e Guardian, The International Herald Tribune, The Financial Times, The Economist e Newsweek*. Pode-se encontrar a versão impressa de muitas dessas publicações em livrarias e bancas de revistas das principais cidades do País.

Dicionários de inglês

Collins Cobuild English Language Dictionary. Londres: Collins.

Language Activator. Londres: Longman.

The Longman Dictionary of Contemporary English. Londres: Longman.

The Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English. Oxford: University Press.

Oxford English Dictionary. Oxford: Oxford University Press.

The Random House College Dictionary. New York: Random House.

The Random House Dictionary of the English Language. New York: Random House.

Roget´s Thesaurus. Londres: Longman.

Webster´s Collegiate Dictionary. New York: BD&L.

Webster´s Third International Dictionary. New York: BD&L.

Dicionários inglês-português e português-inglês

Cambridge Word Routes-Inglês/Português: Dicionário temático do inglês contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Dicionário Português-Inglês, Inglês-Português. Porto: Porto Editora.

Novo Michaelis: Português-Inglês, Inglês-Português. São Paulo: Melhoramentos.

Taylor, J. L. **Portuguese-English Dictionary**. Rio de Janeiro: Record.

Gramáticas

BENSON, M. *et alii*.. **The BBI Combinatory Dictionary of English: A guide to word combinations**. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins.

Collins Cobuild English Usage. Londres: Harper Collins.

Comprehensive Grammar of the English Language. Londres: Longman.

CUTTS, M. **The Plain English Guide**. Oxford, Oxford University Press.

FRANK, M. **Modern English**. Englewood-Cliffs: Prentice-Hall.

LEECH, G.; SVARTVIK, J. **A Communicative Grammar of English**. Londres: Longman.

HILL, J.; LEWIS, M. (Orgs.) **LTP Dictionary of Selected Collocations**. Hove: Language Teaching Publications.

SANTOS, Agenor. **Guia Prático de Tradução Inglesa**. São Paulo: Cultrix.

SWAN, M. **A Practical English Usage**. Oxford: Oxford University Press.

THOMPSON, A. J.; MARTINET, A.V. **A Practical English Grammar**. Oxford: Oxford University Press.

Outras fontes

WALKER, S. B. **Candidate´s Handbook**: English. Brasília: FUNAG, 2000.

Internet: Há numerosos dicionários e glossários disponíveis em linha, bem como variadas fontes de informações e de consulta. Duas referências iniciais, a título meramente indicativo:

http://www.yourdictionary.com;
http://www.bbc.co.uk

Prova de 2005

1 – TRANSLATION (Total: 30 marks)
Translate the following text adapted from an article by Pedro Gómez-Valadés in **La Insignia** (13th June, 2005) into English:

Europa, sem pressa, mas sem pausa

Nunca ninguém disse que o processo de construção européia fosse fácil. Superar séculos de confrontos habitualmente resolvidos por via militar não é exatamente o melhor alicerce para a construção. Ou talvez sim. A unidade política da Europa é um caminho sem retorno. Desenham-se muito claro os espaços geopolíticos que serão os pivôs da política mundial no século atual: os Estados Unidos; a China, onde todos os algarismos são astronômicos, com o seu disciplinado mercado de trabalho e pujante aparelho político-militar a serviço de uma expansão econômica de que só começamos a vislumbrar o começo; a Índia, país que entrou devagar pela porta dos fundos, já em todas as apostas das potências do século; e a União Européia.

É evidente que os golpes contundentes que a Constituição européia acaba de sofrer por parte da cidadania francesa e holandesa, obrigam a fazer uso daquela máxima que dizia: “Estamos em guerra, temos que refletir”. Claro que não se trata de um conflito bélico, mas o tremor que há duas semanas sacode os campos da Europa bem merece uma reflexão.

O medo da eventual entrada da Turquia mobilizou, lamentavelmente, mais do que qualquer outro argumento tirado do próprio texto constitucional em debate. A xenofobia foi um dos pilares da contestação ao Tratado Constitucional europeu.

Não é fácil, lógico e evidente, assumir que um dos efeitos irreversíveis e talvez um dos mais (permitam-me a licença poética) formosos da globalização é a mestiçagem de culturas, nações e raças. A Europa, berço da civilização, não deve ser mais do que exemplo de integração. Não será fácil. Contudo, dar por morta a Constituição Européia não deixa de ser só uma manchete de jornal. Mais nada. A sensatez obriga a abrir um tempo de reflexão de que, tenho certeza, sairão soluções. Para já, o democrático é continuar com o processo de ratificação dos diferentes estados. Interrompê-lo agora seria um precedente gravíssimo, um fato quase orwelliano. “Todos os Estados da Europa são iguais, mas uns são mais iguais do que outros".

Mônica S. F. de Sales Barth Tambelli (24,5/30)

Europe, no hurry, but no pause

No one ever said that the process of building Europe would be easy. Getting over centuries of conflicts which had been usually solved by military means is not exactly the best foundation for a construction. Or maybe it is. The political unit of Europe is a path without return. The geopolitical areas which will be the center of the world politics this century are clearly designed: the United States; China, where every figure is astronomic, with its disciplined labour market and dynamic political and military apparatus in service of an economic development whose beginning we have only started to see; India, a country that

entered slowly through the back door, and is already present in every bet for this century's power; and the European Union.

It is obvious that the heavy strikes the European Constitution has just suffered from French and Dutch citizenship call for the use of that motto saying: "We are at war. We have to think." Of course it is not an armed conflict, but the fear that for the past two weeks has shaken the fields of Europe really deserve to be given some thinking.

The fear of Turkey possibly joining in unfortunately mobilized more than any other argument taken from the constitutional text in debate. Xenophobia was one of the main bases for arguing against the European Constitutional Treaty.

It is not easy nor logical or evident to recognize that one of the irreversible and perhaps (allow me to use some poetry) most gorgeous effects of globalization is the mixture of cultures, nations and races. Europe, the cradle of civilization, must not be more than an example of integration. It will not be easy. However, considering the European Constitution dead is nothing more than mere newspaper headlines. Nothing more. In order to be reasonable, one must take some time off to reflect. I am sure that some solutions will come out. For now, it is democratic to go on with the ratification process of the different states. Interrupting it now would be a really serious precedent, an almost-Orwellian fact. "All European States are equal, but some are more equal than others."

2 - SUMMARY & TEXTUAL EXERCISES (Total: 25 marks)

A. Read the following text, adapted from a report by Richard Gott, in The Guardian (Saturday, 11th June, 2005) and complete the exercises at the end of it. (**10 marks**)
B. Summarise the text, **in your own words**, in up to 200 words. (**15 marks**)

A seismic upheaval among Latin America's Indians
The crisis in Bolivia has put the continent's balance of power in question

When the Spanish conquistadors arrived on the immense plains of the westerly part of Bolivia, they paused at a settlement not far from the rim of a great canyon. At 12,000ft they found it too cold, and they made their permanent base in the relative shelter of the slopes below and founded the city of La Paz.

The village of El Alto on the high plateau, which 30 years ago was home only to the capital's international airport, has now become a huge metropolis of nearly a million Indians, driven there over the past 20 years by the irresistible force of neo-liberal economics. The prevailing economic system, devised by US economists in the 1980s, succeeded in destroying the country's agricultural system and its embryonic industries, and closing down the state-owned tin mines – once the source of the wealth of Spain. This predictable disaster brought hundreds of thousands of workless but highly politicised families to live at the gates of the capital city, from where they have been able to hold it to ________ at will. Others migrated to the lower regions of the country, to the Chapare, to grow the profitable crop of coca leaf, the base of cocaine.

The demands of the Indians have been uncompromisingly radical. They make no mention of work or food, education or health. They have only two specific requests: a new constitution that would recognise the part that they should play in the government of the

country (in which they form more than 60% of the population of 8 million), and the return to the hands of the state of the country's reserves of oil and gas.

Oil was nationalised in Bolivia first in 1937, a year before the Mexican wells were expropriated, and again in 1970. The shell of the state company, YPFB, still exists, and most Bolivians remain implacably ____________ to foreign ownership, but private oil companies have kept coming back. When immense reserves of natural gas were discovered in the 1990s, some 50 trillion cubic feet at the last estimate, Bolivia became ever more attractive to external predators, its reserves second ___________ to those of Venezuela.

The government and the companies (British Gas and Spain's Repsol among them) were keen to get the gas out of the ground and down to the coast, to be shipped off to California. Others, notably the spokesmen for the Indian majority, thought that the gas might be better used to fuel Bolivia's own industrial development. The government's attempts to secure the export of the gas through Chile, Bolivia's traditional enemy, ended in October 2003 when violent protests in El Alto led to the overthrow of President Sánchez de Losada, Bolivia's last elected president. This week's events have been an almost exact replay, with the resignation of the stop-gap president, Carlos Mesa, after prolonged Indian demonstrations and roadblocks had made the country ungovernable by his regime. Something new was required.

The chief emerging protagonist in the next stage of Bolivia's drama is Evo Morales, an Aymara Indian from the high plateau who became the organiser of the coca growers in the Chapare, in the headwaters of the Amazon. From this base of desperate landless peasants and politicised former tin miners, he has become a national figure, allying the socialist rhetoric of the traditional Bolivian left with the fresh language of the indigenous population, now mobilised and angry.

Morales leads the Movement Towards Socialism, and is an outspoken supporter of Castro's Cuba. He is also a favourite son of Venezuela's Hugo Chávez, whose wider ambition has been to replicate the revolution of Simón Bolívar, whose name is immortalised in that of Bolivia. The Americans have accused Chávez of providing Morales with assistance at the presidential election in 2002 (in which he came second), and this would hardly be unusual since all parties in Bolivia depend on external patrons, whether from Europe or the US. Morales has certainly taken a leaf from Chávez's book in demanding the holding of a constitutional assembly to draft a new constitution. This was Chávez's triumph in 1999, modernising and radicalising the country with a single blow before the forces of opposition could mobilise to prevent him.

The crisis came to a head as the Congress met to accept President Mesa's resignation in the old colonial capital of Sucre (away from the protesters in La Paz). According to the Constitution, the presidency would then fall to Hormando Vaca Díaz, the president of the Senate and a wealthy white landowner from the lowland eastern region, centred on the city of Santa Cruz. The area around Santa Cruz is the principal wealth-producer of the country, with the soya fields of agribusiness on the surface, and oil and gas underground. This is the land of more recent white settlers who have been opposed to the political emergence of the Indian majority in the western high lands, and to the Indian resistance that has emerged to challenge them in the lowlands. Elite white groups have been asking for autonomy – some even argue for independence – and have unilaterally called for a referendum on this issue in August.

Vaca Díaz had the support of the largest parties in Congress but was unacceptable to the Indians and, under pressure from the leaders of the armed forces and the Catholic Church, he declined the task. So too did Mario Cossio, the second constitutional choice. It fell to the

third in line, Eduardo Rodríguez, president of the Supreme Court and a man without political affiliation, to take up the challenge. Fresh elections will be held before the end of the year, and Morales's demand for a constituent assembly is on the agenda.

If Morales eventually emerges as Bolivia's elected president, the relation of forces in the countries of the Andes will be changed, since comparable indigenous movements in neighbouring countries are also demanding their proper share of power.

A . TEXTUAL EXERCISES (2 marks per correct answer)

a) Fill in the **three** gaps in the text above with an appropriate word or phrase.

I. "This predictable disaster brought hundreds of thousands of workless but highly politicised families to live at the gates of the capital city, from where they have been able to hold it to **ransom** at will."

II. "The shell of the state company, YPFB, still exists, and most Bolivians remain implacably **hostile** to foreign ownership, but private oil companies have kept coming back."

III. "When immense reserves of natural gas were discovered in the 1990s, some 50 trillion cubic feet at the last estimate, Bolivia became ever more attractive to external predators, its reserves second **second** to those of Venezuela."

b) Choose the **most appropriate** substitute for the words or phrases underlined:

I. Stop-gap: "… the resignation of the stop-gap president …"

(1) replacement
(2) dithering
(3) transient
(4) **interim**
(5) filler

II. Shell: "The shell of the state company, YPFB, still exists…"

(1) core
(2) **husk**
(3) wealth
(4) trappings
(5) wherewithal

B- SUMMARY:

Camilo Licks Rostand Prates (13,5/15)

The text discusses the recent crisis in Bolivia. Neo-liberal reforms in the country have caused thousands of unemployed Indians to migrate to the Chapare regions and to El Alto, on the outskirts of the capital, La Paz. These populations have organised large scale political

demonstrations in the capital, demanding a more representative constitution and the nationalisation of oil and gas reserves, which have been exploited by private companies increasingly since the 1990s.

A socialist Aymara Indian, Evo Morales, has become the most important political figure on the demonstrators' side. He is supported by the indigenous population and has demonstrated affinity with Cuba's Castro and Venezuela's Chavez. Since the overthrow of President Losada in 2003, the demonstrations have brought about the resignation of three other presidents, including a representative of the country's white landowners, who demand autonomy and oppose the Indian movement. The presidency is currently in the hands of Eduardo Rodriguez, but elections have been scheduled. A victory by Evo Morales may affect neighbouring countries, where similar Indian movements are taking place.

3 – COMPOSITION (Total 45 marks)

Read the following editorial from the *Washington Post*, 20th March, 2005, and in the light of it and of the text by Richard Gott in section 2, **comment on the geopolitical, social, and economic issues raised as they affect South American integration**.

A Threat to Latin Democracy

Another Latin American democracy is on the verge of crumbling under pressure from leftist populism. The trouble comes this time in Bolivia, where a democratic president and Congress face a paralyzing mix of strikes and roadblocks by a radical movement opposed to foreign investment and free-market capitalism. The insurgents, who claim to represent the country's indigenous population, drove one democratically elected president from office 18 months ago; now they are working on his successor, Carlos Mesa, who has searched valiantly but unsuccessfully for compromise. The populists ride a leftist wave of momentum in Latin America and have the rhetorical, and possibly material, support of the region's self-styled "Bolivarian" revolutionary, Venezuelan President Hugo Chavez. The democrats could use some outside help, from their neighbors and the United States.

Accounts of political crises in Andean countries such as Bolivia sometimes portray a poor and disenfranchised indigenous majority pitted against an ethnically European and mestizo elite. The facts tell a different story in Bolivia. Mr. Mesa, polls show, has the support of two-thirds of his compatriots, while the party leading the protests, the Movement Toward Socialism, has never received more than 21 percent of the vote in an election. Nor is it the case that Bolivia's experiment with free-market policies in the 1990s failed to help the poor. Per capita incomes rose by 20 percent in the second half of the decade. Thanks to private foreign investment, significantly more Bolivians gained access to water, sewage systems and electricity.

The populist minority, led by former coca farmer Evo Morales, is bent on using force to reverse that progress. Already it has effectively blocked natural gas exports to the United States. Its current strikes are aimed at stopping further foreign investment in that industry through confiscatory taxes and reversing the privatization of other industries. Mr. Mesa, swearing off the use of force to break up the roadblocks, has countered with democratic political tactics: first a national referendum on a compromise gas policy, then an accord with

Congress on political and economic reforms. Last week, in desperation, he proposed that his own term as president be cut short and new elections be held in August; Congress rejected the proposal, and Mr. Mesa later announced he would stay on. But the opposition still threatens to renew a blockade that is devastating one of the hemisphere's poorest economies and prompting talk of secession in Bolivia's relatively prosperous and pro-capitalist eastern provinces.

All of this is good news for Mr. Chavez, who along with Cuba's Fidel Castro dreams of a new bloc of Latin "socialist" (i.e., undemocratic) regimes that will join with like-minded states such as Iran, Libya and China to oppose the United States. Bolivia's neighbors, including Brazil, Argentina and Chile, ought to be alarmed by this trend; but though their own leftist governments have expressed support for Mr. Mesa they have refrained from more concerted action -- such as demanding that Mr. Chavez cease his meddling. The State Department issued a statement last week expressing "support for the people of Bolivia and a peaceful democratic process." If there is a deeper U.S. policy to head off the breakdown of democracy in Latin America, there isn't much sign of it.

Thomaz Diniz Guedes (43 / 45)

During most of the second half of the twentieth century, South American countries kept on with the expectation that their loyalty to the United States through the Cold War period would eventually be rewarded. The prize, however, never came, unless the active support or vehement defense of autocratic regimes in the region was the kind of compensation envisaged by American leaders.

According to the views expressed in many books and articles by the Brazilian historian of international relations Moniz Bandeira, the main concern of the United States policy towards the subcontinent has always been to prevent the emergence of any alternative to its own hegemony over the region. Thus, the rivalry between Argentina and Brazil has often been stimulated, along with actions designed to create a balance between the two countries and also to prevent their possible alliance.

One of the most important reasons for the historical delay of South American integration is that the projects could not be carried on in a non-democratic environment. Dictatorships such as those which prevailed in South america tend to be impervious to popular demands and to create false antagonisms with neighbouring States, as one of the means to justify the regimes.

Some foreign observers od the current Bolivian crisis condemn the threats to democracy for the simple reason it thratens also their own countries' opportunities for profit in Bolivia. But profit is not necessarily the only concern regarding the institutional crises experienced by several South American countries during the past decade.

A society submitted to conditions of extreme poverty and extensive use of violence will inevitably become clustered, closed into itself and resistan to agreements with foreign nations.

The decision-making process inherent to autocratic regimes compromises the plans for South American integration. Inasmuch as they represent threats to democracy, the social and economical crises currently taking place in South American countries should be regarded as a matter of extreme relevance by any conutry committed to the integration process. Therefore, collective action must be taken by other countries, respecting the limits posed by national sovereignty, in order to prevent shifts to dictatorship.

*

Exemplos de temas para redação em anos anteriores:

2004

Read the following text on Diplomacy and Democracy and, in the light of it and any of the ideas raised in the texts in Parts 1 & 2 above, **assess the benefits and drawbacks of public diplomacy (in which media exposure enhances the emotional dimension) as compared with diplomacy as a rational, technical activity entrusted to specialists**.

Alexis de Tocqueville wrote as follows in his classic 1835 book **Democracy in America**, defining a problem of democratic governance that is as old as the Greeks: "Foreign politics demand scarcely any of those qualities which are peculiar to a democracy; they require, on the contrary, the perfect use of almost all those in which it is deficient. A democracy can only with great difficulty regulate the details of an important undertaking, persevere in a fixed design, and work out its execution in spite of serious obstacles. It cannot combine its measures with secrecy or await their consequences with patience."

The problem Tocqueville examined then has become far more acute now. Public awareness has increased and the media are far more intrusive. But neither has kept pace with the growing complexity of foreign policy issues. No country can or should, for instance, join the World Trade Organisation (WTO) without the people's support. How few of them, though, know or can know enough to form an opinion on the issue?

The dilemma persists because it is inherent in a democracy — the volatility and power of public opinion and the weaknesses of democratic leadership. Not seldom, the preference of the majority is at odds with the requirements of sound policy, domestic or foreign. Not seldom an issue of foreign policy arouses the people from the slumber that is the norm, to shake them with paroxyms of moral outrage. Few are the leaders who have the moral fibre, the political skill and the intellectual muscle required to explain such realities to them. Having ignored the rumblings, most opt for mere survival when the crisis bursts into the open.

Hans J. Morgenthau traces the dilemma to its roots — the statesman, as distinct from the common politician, has to reckon with considerations which the populace cannot grasp. "The statesman must think in terms of the national interest, conceived as power among other powers. The popular mind reasons in the simple moralistic and legalistic terms of absolute good and absolute evil. The statesman must take the long view, proceeding slowly and by detours, paying with small losses for great advantages; he must be able to temporise, to compromise, to bide his time. The popular mind wants quick results; it will sacrifice tomorrow's real benefit for today's apparent advantage. By a psychological paradox, the most vociferous and compromising representatives of what is least conducive to the successful conduct of foreign policy are generally politicians who in their own constituencies would not dream of acting the way they expect the framers of foreign policy to act... The daily routine of their political lives is devoid of those moral and intellectual qualities which they really admire, which to the public they pretend to possess, and which they wish they were able to practise... they make foreign policy over into a sort of fairy-land where virtue triumphs and vice is punished, where heroes fight for principle without thought of consequence, and where the knight in shining armour comes to the succour of the ravished nation, taking the villain's life even though he might in the process lose his own."

Leaders have four options. One is simply to sail with the wind of public opinion and treat public opinion polls as the supreme guide. The second is to educate public opinion in

the realities of the times. A British diplomat, Lord Vansittart, sharply defined this age-old problem: "How to induce the unwilling to accept the unavoidable."

The third option is to mislead and corrupt public opinion — and cite the result in defence of the official stand. The leader whips up the people to a frenzy of chauvinism and defends his intransigence as obedience to the people's will.

The last option is to practise deception.

(Adapted from A.G. Noorani's "Of diplomacy and democracy." Frontline, v. 18 - Issue 23, Nov. 10 - 23, 2001.)

2003/2

Read the following text on Leonardo da Vinci and, in the light of it and any of the ideas broached in the texts in Sections 1 & 2 above, **discuss the uses of art and technology and their relation to ethics in the current diplomatic scenario.**

Ever the perfectionist, Leonardo turned to science in the quest to improve his artwork. His study of nature and anatomy emerged in his stunningly realistic paintings, and his dissections of the human body paved the way for remarkably accurate figures. He was the first artist to study the physical proportions of men, women and children and to use these studies to determine the "ideal" human figure. Unlike many of his contemporaries — Michelangelo for example — he didn't get carried away and paint ludicrously muscular bodies, which he referred to as "bags of nuts."

All in all, Leonardo believed that the artist must know not just the rules of perspective, but all the laws of nature. The eye, he believed, was the perfect instrument for learning these laws, and the artist the perfect person to illustrate them.

Leonardo the scientist bridged the gap between the shockingly unscientific medieval methods and our own trusty modern approach. His experiments in anatomy and the study of fluids, for example, absolutely blew away the accomplishments of his predecessors. Beginning with his first stay in Milan and gathering pace around 1505, Leonardo became more and more wrapped up in his scientific investigations. The sheer range of topics that came under his inquiry is staggering: anatomy, zoology, botany, geology, optics, aerodynamics and hydrodynamics, among others.

As his curiosity took him in ever wilder directions, Leonardo always used this method of scientific inquiry: close observation, repeated testing of the observation, precise illustration of the subject, object or phenomenon with brief explanatory notes. The result was volumes of remarkable notes on an amazing variety of topics, from the nature of the sun, moon and stars to the formation of fossils and, perhaps most notably, the mysteries of flight.

Artists have always found it difficult to make a living off their art. And even a master like Leonardo was forced to sell out in order to support himself. So he adapted his drawing skills to the more lucrative fields of architecture, military engineering, canal building and weapons design. Although a peacenik at heart, Leonardo landed a job working for the Duke of Milan by calling himself a military engineer and outlining some of his sinister ideas for weapons and fortifications. Like many art school types in search of a salary, he only briefly mentioned to the Duke that he could paint as well.

Lucky for Leonardo, he was actually really talented as an engineer. Good illustrators were a dime a dozen in Renaissance Italy, but Leonardo had the brains and the diligence to break new ground, usually leaving his contemporaries in the dust. Like many crackpot geniuses, Leonardo wanted to create "new machines" for a "new world."

(Adapted from texts at <http://www.mos.org/leonardo>)

2003/1

Taking into account the texts comprising this exam, read the following excerpt from Kenan Malik's "Genes, culture and human freedom" and then **discuss the tension between human culture and nature.**

When a beaver builds a dam, it doesn't ask itself why it does so, or whether there is a better way of doing it. When a swallow flies south, it doesn't wonder why it is hotter in Africa or what would happen if it flew still further south. Humans do ask themselves these and many other kinds of questions – questions that have no relevance, indeed make little sense, in the context of evolved needs and goals.

What marks out humans is our capacity to go beyond our naturally defined goals – such as the need to find food, shelter or a mate – and to establish human-created goals. Our evolutionary heritage certainly shapes the way that humans approach the world. But it does not limit it.

Similarly, our cultural heritage influences the ways in which we think about the world and the kinds of questions we ask of it, but it does not imprison them. If membership of a particular culture absolutely shaped our worldview, then historical change would never be possible.

If the people of medieval Europe had been totally determined by the worldview sustained by medieval European culture, it would not have been possible for that society to have become anything different. It would not have been possible, for instance, to have developed new ideas about individualism and materialism, or to have created new forms of technology and new political institutions.

Human beings are not automata who simply respond blindly to whatever culture in which they find themselves, any more than they are automata that blindly respond to their evolutionary heritage. There is a tension between the way a culture shapes individuals within its purview and the way that those individuals respond to that culture, just as there is a tension between the way natural selection shapes the way that humans think about the world and the way that humans respond to our natural heritage. This tension allows people to think critically and imaginatively, and to look beyond a particular culture's horizons.

In the six million years since the human and chimpanzee lines first diverged on either side of Africa's Great Rift Valley, the behaviour and lifestyles of chimpanzees have barely changed. Human behaviour and lifestyles clearly have. Humans have learned to learn from previous generations, to improve upon their work, and to establish a momentum to human life and culture that has taken us from cave art to quantum physics – and to the unravelling of the genome. It is this capacity for constant innovation that distinguishes humans from all other animals.

All animals have an evolutionary past. Only humans make history. The historical, transformative quality of being human is why the so-called nature-nurture debate, while creating considerable friction, has thrown little light on what it means to be human. To understand human freedom we need to understand not so much whether we are creatures of nature or nurture, but how, despite being shaped by both nature and nurture, we are also able to transcend both.

(Kenan Malik is author of Man, **Beast and Zombie: What Science Can and Cannot Tell Us About Human Nature**, Weidenfield and Nicolson, 2000.)

2002

Read the following excerpt adapted from Ana Viseu's "An assessment of McLuhan's prediction that electronic technologies would lead us back to an oral culture" and, in the light of it and the text by Aidan Mathews in Section 1, comment critically on the role of language and visual imagery in modern electronic culture.

"It is a fact that electronic digital technologies lack a sense of linearity. In fact, they are based on a non-linearity that tends to facilitate a more associative way of organizing information, e.g., hypertext. It is also true that new technologies tend to be global and not focused — that is, they influence more than one sense. A good example of this is the acoustic virtual environments which are much stronger than a visual experience. A visual experience tacitly distances you, places you in a transcendent, removed position, rather than embodying you at the center of a new context. This implies not only that digital technologies offer the possibility of creating new global spaces by using sound, but also that the perspective from the user's point of view changes. She/he is no longer a mere observer in a detached position, but rather she/he actively constructs this space.

Marshall McLuhan was right in predicting that the change from mechanic technologies to electronic, digital technologies would create a new culture that more resembles ancient oral cultures than the recent visual, print culture."

2001

In the light of the following quotations, comment on the relations between economics, warfare, and the forging of the modern state.

What a country calls its vital economic interests are not the things which enable its citizens to live, but the things which enable it to make war.

(Simone Weil in*: W.H. Auden,* **A Certain World**. *1971)*

Think of political economy as an historical process rather than some kind of established model. It begins – and this is often forgotten – with war, the father of all things. It was war, time and again pushing up the expenses of governments, that fostered the development of modern systems of taxation. For most of history, men lived in warfare states, not welfare states.

Those who prefer their political history to be finance-free need to remember that it was in large measure the quest for taxation that led to the spread of representative government. 'No taxation without representation' was not just a slogan of the American Revolution; it accurately describes a historical process stretching back to medieval England, and indeed to ancient Athens. And as many states have sought to increase the taxation they exact, so they have found it hard to refuse a concomitant widening of political representation. A case in point was the great democratisation that occurred after the First World War, which can be understood as the political price for high wartime sacrifices.

Money does not make the world go round, but it establishes the framework – the cage, if you like – within which we live our lives. To understand this is not to be let out the cage. It does not even tell us who has the key. But at least it shows us where the bars are.

(Niall Ferguson, **The Cash Nexus**. Harmondsworth: Penguin, 2001)

2000

Discuss the following statement:

Developing countries have a fundamental choice. They can mimic the industrialised nations and go through an economic development phase that is dirty, wasteful and creates an enormous legacy of environmental pollution; or they can leapfrog and incorporate efficient, modern technologies.

(José Goldenberg, *in Guardian Weekly*, November 1999)

1999

Discuss the following statement in relation to the issue of state secrets and the role of the press.

"The greatest triumphs of propaganda have been accomplished, not by doing something, but by refraining from doing. Great is the truth, but still greater, from a practical point of view, is silence about the truth."

(Aldous Huxley)

1998

Discuss the following statement in the context of economic integration and globalization.

"The cultural revolution of the later twentieth century can best be understood as the triumph of the individual over society, or rather, the breaking of the threads which in the past had woven human beings into social textures."

(Eric Hobsbawm, *Age of Extremes*)

*

FRANCÊS

A prova de Francês, com o valor máximo de 50 (cinqüenta) pontos, constará de questões de compreensão de texto(s) sobre tema da atualidade. A leitura e as respostas serão em língua francesa.

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Características da prova e critérios de avaliação

As questões terão valores diferenciados, de acordo com a complexidade da pergunta.

O critério de avaliação observará os seguintes itens:
- correção gramatical;
- compreensão textual;
- organização e desenvolvimento de idéias;
- qualidade da linguagem

Orientação para estudo

Tendo presente a natureza da prova, recomenda-se a leitura de jornais e revistas em Francês, como por exemplo: *Le Monde* www.lemonde.fr *, Libération* www.liberation.fr *, Le Figaro* http://www.lefigaro.fr *, L´Express* www.lexpress.fr *, Le Nouvel Observateur* www.nouvelobs.com e *Le Monde diplomatique* www.monde-diplomatique.fr .

Dicionários:

- unilíngües :

- **Le Petit Robert**;
- **Le Micro Robert**;
- **Le Petit Larousse**.

- bilíngües :

- BURTIN, Vinhole. **Dicionário de Português/Francês e Francês/Português**, Editora Globo.
- D'OLIM MAROTE. **Dicionário de Português/Francês e Francês/Português**, Editora Ática.

Gramáticas:

- GREGOIRE,Thievenaz. **La grammaire progressive du français, Niveau intermédiaire***,* Paris, Cle International, 1995.

- BOULARES, Frerot**. La grammaire progressive du français, Niveau avancé**, Paris, Cle International, 1997.
- DELATOUR, Jenepin. **Nouvelle grammaire du français**, Cours de civilisation française de la SORBONNE, Editions HACHETTE LIVRE, 2004, Paris.

Sugere-se, ainda, consulta às seguintes páginas eletrônicas:

Site de estudo da língua e da civilização francesas: http://www.espacefrancais.com/

Curso de francês "on line" (204 lições gratuitas) http://www.educaserve.com/premiere.php3

Ministério das Relações Exteriores da França: www.france.diplomatie.fr

Embaixada da França no Brasil: http://www.ambafrance.org.br

*

ESPANHOL

A prova de Espanhol, com o valor máximo de 50 (cinqüenta) pontos, constará de questões de compreensão de texto(s) sobre tema da atualidade. A leitura e as respostas serão em língua espanhola.

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Características da prova e critérios de avaliação

As questões terão valores diferenciados, de acordo com a complexidade da pergunta.

O critério de avaliação observará os seguintes itens:

- correção gramatical;
- compreensão textual;
- organização e desenvolvimento de idéias;
- qualidade da linguagem

Orientação para estudo

Tendo presente a natureza da prova, recomenda-se a leitura de periódicos em Espanhol, como por exemplo: *El País* (www.elpais.es), *El Mundo* (www.elmundo.es), *La Nación* (www.lanacion.com.ar) e *Clarín* (www.clarin.com).

- Dicionários:

Diccionario de la lengua española. Real Academia de la Lengua Española, 23ª edición, Madrid, Espasa-Calpe, 2004. (www.rae.es)

Diccionario Salamanca de la Lengua Española. Dirección Editorial: Pilar Peña Pérez. Madrid, Santillana, 1996.

Señas: Diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

<u>Gramáticas</u>:

GONZÁLEZ HERMOSO, Alfredo. **Conjugar es fácil en español de España y América**. Madrid, Edelsa, 1997.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Esbozo de una nueva gramática de la lengua española**. Madrid, Espasa-Calpe, 1996.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Ortografía de la lengua española**. Edición revisada por las Academias de la Lengua. Madrid, Espasa-Calpe, 1996.

SECO, Manuel. **Gramática esencial del español: introducción al estudio de la lengua**. Madrid, Espasa-Calpe, 2001.

SILVA, Cecilia Fonseca da**. Los falsos amigos en español y portugués: interferencias léxicas**. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 2003.

________ & SILVA, Luz María Pires da. **Español a través de textos: estudio contrastivo para brasileños**. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 2001.

HISTÓRIA DO BRASIL

A prova de História do Brasil consistirá de 5 (cinco) questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos.

Programa:

1. O período colonial. A Configuração Territorial da América Portuguesa. O Tratado de Madri e Alexandre de Gusmão.
2. O processo de independência. Movimentos emancipacionistas. A situação política e econômica européia. O Brasil sede do Estado monárquico português. A influência das idéias liberais e sua recepção no Brasil. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
3. O Primeiro Reinado (1822-1831). A Constituição de 1824. Quadro político interno. Política exterior do Primeiro Reinado.
4. A Regência (1831-1840). Centralização *versus* Descentralização: reformas institucionais. (o Ato Adicional de 1834) e revoltas provinciais. A Dimensão Externa.
5. O Segundo Reinado (1840–1889). O Estado centralizado; mudanças institucionais;os partidos políticos e o sistema eleitoral; a questão da unidade territorial. Política externa : as relaçoes com a Europa e Estados Unidos; questões com a Inglaterra; a Guerra do Paraguai. A questão da escravidão. Crise do Estado Monárquico. As questões religiosa, militar e abolicionista. Sociedade e Cultura: população, estrutura social, vida acadêmica, científica e literária. Economia: a agroexportação; a expansão econômica e o trabalho assalariado; as políticas econômico-financeiras; a política alfandegária e suas conseqüências.
6. A Primeira República (1889-1930). A proclamação da República e os governos militares. A Constituição de 1891. O regime oligárquico: a "política dos estados"; coronelismo; sistema eleitoral; sistema partidário; a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais. A economia agro-exportadora. A crise dos anos 1920: tenentismo e revoltas. A Revolução de 1930. A política externa: a obra de Rio Branco; o panamericanismo; a II Conferência de Paz da Haia (1907); o Brasil e a Grande Guerra de 1914; o Brasil na Liga das Nações. Sociedade e cultura: o Modernismo.
7. A Era Vargas (1930-1945). O processo político e o quadro econômico financeiro. A Constituição de 1934. A Constituição de 1937: o Estado Novo. O contexto internacional dos anos 1930 e 1940; o Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Industrialização e legislação trabalhista. Sociedade e cultura.
8. A República Liberal (1945-1964). A nova ordem política: os partidos políticos e eleições; a Constituição de 1946. Industrialização e urbanização. Política externa: relações com os Estados Unidos; a Guerra Fria; a "Operação Panamericana"; a "política externa independente"; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura.
9. O Regime Militar (1964-1985). A Constituição de 1967 e as modificações de 1969. O processo de transição política. A economia. Política externa: relações com os Estados Unidos; o "pragmatismo responsável"; relações com a América Latina, relações com a África; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura.
10. O processo democrático a partir de 1985. A Constituição de 1988. Partidos políticos e eleições. Transformações econômicas. Impactos da globalização. Mudanças sociais. Manifestações culturais. Evolução da política externa. Mercosul. O Brasil na ONU.

Bibliografia sugerida:

BOMFIM, Manoel. **A América Latina. Males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks,1993.

BOXER, Charles. **A Idade de Ouro do Brasil: as dores de crescimento de uma sociedade colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CAMPOS, Flávio; Dohlnikoff, Miriam. **Manual do Candidato: História do Brasil**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997.

CARONE, Edgar. **A República Velha**. São Paulo: DIFEL.

________. **A Segunda República**. São Paulo: DIFEL.

________. **A República Nova (1930-1937).** São Paulo: DIFEL. 1982.

________. **A Terceira República (1937-1945).** *São Paulo: DIFEL. 1982.*

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem/Teatro de Sombras**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

________. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: editora da UnB, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1999.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. São Paulo: Globo/Publifolha, 2001. 2 v.

FAUSTO, Boris**. História Concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Global, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Nacional, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1995.

________. **O Brasil Monárquico: do Império à República**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995. (História Geral da Civilização Brasileira, v.7)

IGLESIAS, Francisco. **Trajetória Política do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

LESSA, Renato. **A Invenção Republicana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LINS, Álvaro. **Rio Branco (Barão do Rio Branco): biografia pessoal e história política**. São Paulo: Editora Alfas Ômega, 1996.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **Da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003).** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense,1995.

________. **A Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

SCHWARTZ, Liliam Moritz. **As barbas do Imperador D. Pedro II: um monarca dos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

Prova de 2005

Questão 1

O Brasil, entre 1850 e 1875, exerceu hegemonia regional sobre a Bacia do Prata. Diplomacia, armas e empréstimos foram meios para garantir a livre navegação dos rios, o assegurar das fronteiras, a exploração das pastagens uruguaias e a contenção do expansionismo argentino. À luz desses fatores, faça o balanço histórico da aliança do Brasil à Argentina e ao Uruguai, entre 1864 e 1870, impondo derrota sobre o Paraguai. Avalie, em especial:

a) As causalidades da formação da aliança contra o Paraguai;

b) As conseqüências da Guerra para as relações argentino-brasileiras.

Fábio Meira de Oliveira Dias (20/20)

A questão da livre navegação na Bacia do Prata sempre foi importante para os portugueses e acabou deixando para o Brasil independente uma herança de conflitos na região.

Logo após a chegada de D. João VI ao Brasil, a incorporação da Província Cisplatina, região do atual Uruguai, demonstra a preocupação com a Bacia do Prata. Já antes disso, em 1750, com o Tratado de Madri, a respeito das fronteiras brasileiras, a região mostrou-se problemática em relação à colônia do Sacramento e ao território das Sete Missões. A independência do Paraguai e do Uruguai, posteriormente, não eliminou o potencial de conflito, como se confirmou mais tarde.

Durante muito tempo, até o Segundo Reinado, o Brasil manteve-se relativamente afastado da região, no que se costuma caracterizar como período de contemporização. Nesse tempo, a preocupação esteve voltada para assuntos internos, como a garantia da unidade territorial e a manutenção da ordem agrário-exportadora escravista. Somente por volta de 1850, já tendo deixado para trás problemas como as revoltas regenciais, o Brasil voltou a interferir ativamente na Bacia do Prata.

O Paraguai, até por não possuir saída marítima, foi-se inclinando para um modelo de desenvolvimento diferente dos demais países da região. Aos poucos, o projeto paraguaio autárquico começou a se chocar com diversos interesses, como o dos ingleses, por exemplo, em busca de mercados em que pudessem atuar livremente. Essa tendência autárquica paraguaia, já sentida no governo de Carlos Solano Lopez, foi acentuada e fortaleceu-se no governo de seu filho, Franciso Solano Lopez.

A situação intensificou-se com a intervenção brasileira no Uruguai, a favor do governo colorado de Venâncio Flores. A Região Sul do Brasil sempre foi particularmente sensível para o Império, e o medo do projeto de Lopez do Paraguai Maior e da reivindicação de territórios em uma eventual busca de saída para o mar levou o Brasil a articular-se, a fim de formar uma aliança que isolasse o Paraguai.

Quando o Paraguai avançou pela fronteira brasileira, teve início o conflito. A Argentina, que poderia apoiá-lo, também teve seu território invadido, o que possibilitou a articulação entre o Brasil, o Uruguai e a Argentina na Tríplice Aliança contra o Paraguai.

As relações entre o Brasil e a Inglaterra estavam cortadas no momento da deflagração da guerra (Questão Christie), mas esta não desagradou aos ingleses. Pelo contrário, a possibilidade de vender armamentos para o conflito e a preferência por manter a livre navegação na Bacia, que poderia ser ameaçada com o domínio da região por apenas um país ou dois, são fatores que levaram os ingleses a não tentar evitar a guerra de todo.

A guerra e seu término, em 1870, tiveram profundo impacto na região. As rivalidades entre o Brasil e a Argentina fizeram com que o exército brasileiro mantivesse a ocupação até 1876. O Paraguai foi severamente destruído, com abalo significativo inclusive na sua população. No Brasil, o fortalecimento do exército e a participação de escravos no conflito somaram-se a outros fatores internos para contribuir decisivamente para a queda do Império e a abolição. As rivalidades com a Argentina continuaram e a aproximação do Brasil com os demais países da região permaneceu sendo vista com desconfiança pelos argentinos

Questão 2

Uma constante que atravessa a história política brasileira, do século XIX ao século XX, e que se arrasta desde a independência e o surgimento do Estado nacional é a fraca coesão ideológica dos partidos políticos. Quase sempre desprovidos de identidade e apoiados por legislação eleitoral facilitadora de fraudes e conchavos, esses partidos assistem, na longa duração histórica, à baixa representatividade dos eleitos. Nesse contexto, analise o quadro político-partidário de todo o Segundo Reinado (1840-1889), avaliando, em especial:

a) As congruências e divergências entre liberais e conservadores;
b) A emergência dos movimentos republicanos e seu impacto na estrutura político-partidária do final do Império.

Bianca Xavier Abreu (20/20)

Após a Independência em 1822 e com o estabelecimento da Assembléia Constitutiva, definem-se claramente duas tendências políticas no País: o grupo dos brasileiros e aquele dos portugueses. Não se tratava ainda de verdadeiros partidos políticos, denominação que se criou com maior consistência na participação política e maior definição de interesses ao longo dos anos do período imperial. A abdicação de D. Pedro I em 1831 leva à separação política de liberais exaltados e moderados que, após a Regência, agrupar-se-iam em liberais e conservadores.

A Regência é o período em que os contrastes partidários encontram-se mais claros, especialmente após a renúncia do Regente Feijó. De 1831 a 1837, configurou-se um período de ação liberal, um movimento que uniu a maioria dos políticos contra o despotismo (pelo qual D. Pedro I havia sido forçado a abdicar), em favor de maior autonomia provincial, e que culminou com a criação do Ato Adicional de 1834, uma espécie de emenda à

Constituição outorgada em 1824. No entanto, essa ação liberal foi logo freada por um regresso conservador, pois a ampliação da participação política das Assembléias Legislativas estendeu o conflito político às províncias e gerou uma série de revoltas, como a Balaiada, a Sabinada, a Revolução Farroupilha ou a Praiera. Os políticos liberais, que faziam parte da elite latifundiária, perceberam que a participação popular desses movimentos poderia ameaçar suas propriedades e o regime de escravidão. Assim, os interesses financeiros comuns, além de semelhanças de formação social e intelectual, uniram as elites brasileiras, que superaram suas diferenças ideológicas. O regresso conservador culminou com a antecipação da maioridade do Imperador D. Pedro II, articulada pelos próprios liberais em 1840. O pacto entre ambos os partidos intensificar-se-ia nos gabinetes da Conciliação.

No começo do Segundo Reinado, ainda se podia verificar um grau mais elevado de "fidelidade partidária", pois a prática das "derrubadas" pelo Poder Moderador retirava a totalidade dos gabinetes de seus cargos e permitia sua substituição pelo outro partido. A coesão entre os partidos também era observada na agressividade das disputas eleitorais que opunha claramente os dois partidos. A legislação eleitoral era fraca e possibilitava fraudes, a exemplo das "eleições do cacete", violenta forma de manipulação que os liberais utilizaram para se manter no poder. Contudo, a formação de gabinetes mistos durante a fase da Conciliação acabou com a coesão partidária e uniu as elites de tal forma que, dizia-se, não havia "nada mais parecido a um conservador que um liberal no poder". Ademais, a baixa representatividade dos eleitos, decorrência de um sistema de voto censitário, também contribuía para a indefinição social e ideológica dos políticos.

Tal quadro político-partidário modificou-se por volta de 1870, com o surgimento dos movimentos republicanos. Essa nova corrente ideológica ganhou força com a substituição das elites por novas gerações. Não pesava mais tanto a união política pela unidade territorial da época das revoltas provinciais; a importância do café para a economia nacional havia impulsionado novos grupos no poder, que desejavam reduzir o poder central do Rio de Janeiro e tinham reivindicações federalistas, como a de redução de impostos. O republicanismo também havia se tornado mais influente após a Guerra do Paraguai, pois os militares, cuja participação política era crescente, o haviam adotado após a convivência com as tropas republicanas argentinas e uruguaias. O Republicanismo não era mais uma mera ameaça, como havia sido recorrentemente usado nas reivindicações provinciais, de forma pouco consistente.

Por isso, a emergência de tal ideologia política levou, inevitavelmente, ao fim do Império. Tentou-se uma reforma monárquica para incluir elementos federalistas na Constituição, mas em vão. A República foi finalmente proclamada em 1889, após quase um século de contraste entre o Brasil imperial e seus vizinhos latino-americanos, republicanos desde os anos 1820.

Questão 3

Leia o texto abaixo, relativo à contribuição do Barão do Rio Branco à diplomacia brasileira.

"Um dos diplomatas a quem mais favoreceu disse dele que não era um bom administrador. Não se descarte que tivesse razão. Mas não fazia falta que o fosse. Bastava-lhe ser um grande Ministro do Exterior, com faro único do momento, das perspectivas e das possibilidades de ação e reação. Não mudou métodos burocráticos de trabalho, nem creio que

se preocupasse com isso. O que ele mudou foi o comportamento da diplomacia brasileira, o tom da sua voz, o modo de apresentar seus argumentos. Deu-lhe confiança. Alterou a posição do país no hemisfério e no mundo. E a imagem que de sua pátria tinham os brasileiros."

Alberto da Costa e Silva, "O Barão do Rio Branco e a modernização do Brasil" *in* Cardim, Carlos H. & Almino, João. *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Brasília: FUNAG/IPRI/ IRBr, 2002, p. 288.

Com base no texto, faça um balanço dos novos comportamentos da diplomacia brasileira instaurados pelo Barão do Rio Branco.

Pedro Aurélio Fiorencio Cabral de Andrade (20/20)

A política externa praticada pelo Barão do Rio Branco marcou mudanças significativas tanto em relação à política imperial quanto em relação à dos primeiros governos republicanos. As mudanças de maior profundidade são, grosso modo, a relação com os vizinhos e, principalmente, o deslocamento do eixo diplomático do Brasil, da Europa para os Estados Unidos.

Durante o Império, a política externa tinha caráter marcadamente europeísta, o que se justificava pelos vínculos mantidos pela Coroa com o Velho Continente. A Proclamação da República representou guinada radical: a adesão às propostas norte-americanas, já visível na Conferência de Washington de 1889, era vista como decorrência natural do republicanismo.

Com Rio Branco, todavia, essa orientação de cunho ideológico ganha caráter marcadamente realista. O chanceler partia da análise do cenário internacional dominado pelo imperialismo, no qual apenas a força garantiria a soberania das nações. Diante disso, seria útil estabelecer relação especial com os Estados Unidos, potência emergente nas Américas, o que ajudaria o Brasil a resistir a eventuais pressões européias. Tal relação também daria força ao Brasil nas relações com os vizinhos, as quais preocupavam o Barão, pela singularidade do Brasil perante o conjunto das nações hispano-americanas. O fato de os EUA também serem singulares favorecia tal aliança.

O intuito do Barão do Rio Branco ao se aproximar dos EUA era garantir a plena soberania brasileira e a preeminência do país na América do Sul. Não havia, pois, sacrifício da soberania, o que fica evidente quando se nota que a aliança com os EUA ocorreria apenas se fosse possível. No final de sua chancelaria, Rio Branco chegou a afirmar que entre EUA e Brasil deveria haver competição: a "nobre emulação". O projeto do Pacto ABC, com Argentina e Chile, resulta dessa visão.

Entre as medidas que evidenciam o apoio brasileiro aos EUA está a contestação da Doutrina Drago, que rejeitava o uso da força na cobrança de dívidas estatais. Rio Branco rejeitou tal tese, a qual fora suscitada contra o incidente das canhoneiras européias que bloquearam a Venezuela, atitude avalizada pelos EUA. Para o chanceler brasileiro, os países americanos deveriam cumprir suas obrigações. Além disso, ele via no aval americano o reconhecimento de que os EUA eram a potência regional, que seria consultada pelos europeus. Por isso, o Brasil aderiu à revisão do monroísmo de Theodore Roosevelt: tal doutrina serviria como proteção contra ingerências européias e foi invocada no incidente

com a canhoneira alemã Panther e nas negociações com o Bolivian Syndicate, quando da questão do Acre.

Quanto à relação com os países vizinhos, estas seriam caracterizadas pela solução pacífica dos conflitos de limites e pela competição com a Argentina pela liderança regional. Os limites com os vizinhos foram, em sua maioria, resolvidos por meio de tratados bilaterais, com aplicação da doutrina tradicional do uti possidetis *e do uso dos mapas coloniais. A exceção é a aquisição do Acre da Bolívia, situação em que a doutrina não beneficiaria o Brasil, razão por que foi paga indenização pelo território, já ocupado por brasileiros e que fora concedido a consórcio estrangeiro: o* Bolivian Syndicate*.*

Já as relações com a Argentina foram marcadas por atritos, notadamente por conta do rearmamento da Marinha brasileira, defendido pelo Barão do Rio Branco, mas rejeitado pela Argentina, que via na medida desígnios imperialistas do Brasil. A disputa pela liderança regional se baseava na tentativa de se aproximar dos EUA, os quais tendiam a apoiar o Brasil. Isso fica claro diante da instalação da primeira embaixada norte-americana na América do Sul no Brasil. A oposição à Doutrina Drago também foi causa de atrito.

Esse cenário de rivalidade começa a mudar no final da chancelaria de Rio Branco, com o já citado Pacto ABC, que sinalizava a intenção de reaproximar Brasil e Argentina. Havia ainda a intenção de formar contrapeso aos EUA, o que não se concretizou.

Questão 4

Getúlio Vargas, que no espectro social representava mais que a burguesia industrial, entendia, no entanto, que essa burguesia seria essencial para a instalação de um certo capitalismo humanizado no Brasil. Viu, nesse sentido, mais complementaridade que antagonismo entre os interesses nacionais e o capital estrangeiro. Para Vargas, desde que bem administrado e disciplinado, o capital vindo de fora seria um importante apoio ao desenvolvimento nacional.

Com base nessas visões, enumere duas iniciativas e/ou exemplos em torno dos quais se comprovaria o esforço de construção, na Era Vargas, dessa via associada de capitalismo brasileiro.

Daniella Poppius Brichta (18/20)

O primeiro exemplo da via associada de capitalismo foi a construção, com capital norte-americano, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1942. Para Vargas, a implantação de uma siderúrgica brasileira tornaria o país mais independente das importações, em uma época em que o Brasil exportava basicamente produtos primários e carecia de divisas, viabilizando-se assim a implantação de uma indústria de base no país. Cabe ressaltar que a liberação de fundos norte-americanos (via Eximbank) para a construção da CSN foi fruto da política de "eqüidistância pragmática" (Gerson Moura) do Brasil em relação aos EUA e à Alemanha. A política pendular de Getúlio, que ora inclinava-se para os Aliados ora para o Eixo, espelhava as próprias divisões ideológicas da cúpula do Estado Novo, mas acabou por servir como eficiente instrumento de barganha. Aos EUA interessavam manter o maior país da América do Sul em seu subsistema de poder, garantir o fornecimento de minerais estratégicos e montar uma base militar no saliente nordestino, de importância fundamental na guerra do norte da África. Em contrapartida, o Brasil recebeu o financiamento para a construção da CSN.

Outro exemplo da opção varguista pela via associada seria o Acordo Militar de Assistência Recíproca, firmado com os EUA em 1952 (e denunciado em 1977 no contexto das

críticas do governo Carter à política de direitos humanos brasileira) em meio à calorosa polêmica entre "nacionalistas" e "entreguistas", que dividiu as Forças Armadas durante o Segundo Governo Vargas (1951-1954). Para os "nacionalistas", da industrialização brasileira poderiam participar capitais estrangeiros, desde que os setores sensíveis ficassem a cargo do capital nacional, de preferência público. Os "entreguistas" – assim chamados por seus adversários, que os acusavam de querer "entregar" a economia nacional nas mãos de estrangeiros – eram a favor de uma industrialização baseada no capital estrangeiro, corporificado nas multinacionais.

O Acordo Militar de 1952 previa, em troca da ajuda econômica norte-americana ao Brasil, o fornecimento aos EUA de matérias-primas estratégicas e o apoio militar brasileiro à segurança do continente. Desnecessário dizer que o Acordo desagradou profundamente o segmento "nacionalista", tendo sido também, em parte, responsável pela perda de legitimidade do governo Vargas.

Questão 5

Analise o texto abaixo para responder à questão:

"A América do Sul corresponde ao espaço natural de afirmação dos interesses brasileiros. A diplomacia planeja agregar a este espaço países chaves do Atlântico africano. Com o conjunto, espera-se compor uma plataforma econômica e política, na qual a Argentina exerce papel estratégico como sócio privilegiado e o Mercosul como motor."

Amado L. Cervo, "A política exterior: de Cardoso a Lula", Revista Brasileira de Política Internacional, 46(1), 2003, p. 9.

Com base no texto, discuta:

a) O peso histórico da América do Sul, no século XX, como uma área relevante da política externa do Brasil;
b) Os momentos de aproximação e eqüidistância entre o Brasil e a Argentina na segunda metade do século XX.

Henri Yves Pinal Carrières (18/20)

a) No decorrer do século XX, a América do Sul concentrou parcela expressiva da atenção e dos esforços da diplomacia brasileira. As primeiras décadas do século foram particularmente tensas, embora o Brasil não se tenha envolvido em nenhum conflito militar. Momento delicado, em especial, o país viveu durante a Guerra do Chaco (1929-1932), que opôs Paraguai e Bolívia. O interesse argentino no Chaco – onde, suspeitava-se, haveria petróleo – incentivou este país a contestar a soberania paraguaia sobre ele. O Brasil se opôs, e o Chaco continuou a pertencer ao Paraguai.

A atuação brasileira não raro causava ressentimento em seus vizinhos. Da Bolívia, por exemplo, partia a crítica freqüente de que perdera o Acre num arroubo imperialista do vizinho gigante. O Chile, por sua vez, rival histórico da Argentina, via com apreensão as tentativas brasileiras de aproximação deste país.

Após a 2ª Guerra Mundial, a conduta diplomática brasileira foi marcada pela crítica aos atentados contra a soberania feitos em nome da "segurança continental". Com a Operação Panamericana, Kubitschek reformulou em termos políticos aquilo que a CEPAL dissera em termos técnicos. Segundo o presidente brasileiro, a estabilidade política da América do Sul dependia da superação da pobreza e do subdesenvolvimento. Essa concepção foi bem acolhida pelos EUA do presidente Kennedy, que lançou a Aliança para o Progresso, enfatizando a necessidade de combinar legalismo político e desenvolvimento econômico.

No entanto, o desenrolar dos acontecimentos mostrou as contradições da doutrina americana e a dificuldade de um país como o Brasil sustentar posições totalmente autônomas. A Política Externa Independente de Quadros-Goulart rechaçou com veemência uma intervenção no recém-instaurado regime castrista (1959), bem como à instrumentalização da OEA pelos EUA. Em face disso, os americanos buscaram o entendimento com os setores militares dos países sul-americanos. A partir de 1964, é o Brasil que manterá contatos com as ditaduras vizinhas, a fim de aperfeiçoar a repressão política. Desde a redemocratização, porém, a ênfase tem sido no aprofundamento das relações econômicas e políticas, respeitando-se os valores democráticos.

b) Ao fim da 2ª Guerra Mundial, as relações entre o Brasil e a Argentina são tensas. Fala-se mesmo em guerra: convinha aos americanos que os brasileiros destruíssem os focos de simpatia pelo nazifascismo na Argentina. Por outro lado, pesam suspeitas sobre o filocomunismo de Perón, que, no entanto, chegou a afirmar que, num conflito entre EUA e União Soviética, colocar-se-ia ao lado da primeira potência. Com Vargas no poder (1950-1954), os dois países ensaiam uma conciliação, logo abortada pela turbulência política lá e cá.

Durante seus respectivos regimes militares, ambos atravessam uma falta de sincronia entre seus ideais. O governo dos militares argentinos decide tornar-se aliado incondicional dos EUA. O Brasil, ao contrário, aspira à condição de potência, mantendo relação mais altiva com os americanos.

No início da década de 80, com as ditaduras nos dois países chegando ao fim, um episódio trágico dá ensejo à reaproximação: a Guerra das Malvinas (1982). Os argentinos esperavam contar com o apoio dos EUA, que contudo absteve-se de participar do conflito. Dos brasileiros, no entanto, os argentinos obtiveram auxílio. A posição oficial nossa era de neutralidade, mas Moniz Bandeira assevera que ela foi "imperfeita".

A partir de 1985, os presidentes de Brasil e Argentina (José Sarney e Raúl Alfonsín, respectivamente) deram um primeiro passo no sentido de uma aproximação que, na década seguinte, constituiria o núcleo do Mercosul. Desde que ocorreu esse novo estreitamento de laços, as relações entre os dois países vêm adquirindo um perfil mais cooperativo que de rivalidade. É claro que tem havido altos e baixos nessa reaproximação, mas não há integração econômica inteiramente livre de percalços. Os argentinos, em particular, queixam-se da "invasão" de produtos brasileiros em seu mercado (os da chamada "linha branca", por exemplo). De qualquer maneira, houve entre Argentina e Brasil, ao que tudo indica, uma tomada de consciência do potencial que terão, se unidos. Esta parece ser, até o momento, a conquista mais sólida obtida pelos dois.

*

GEOGRAFIA

A prova de Geografia consistirá de 5 (cinco) questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos.

Programa:

1 - Conceitos e teorias da Geografia
1.1 - Espaço, território, região, lugar e paisagem: conceituação;
1.2 - Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: conceituação;
1.3 - As teorias geográficas da relação sociedade/natureza;
1.4 - O campo geográfico: divisões e interfaces.

2 - A formação territorial do Brasil
2.1 - Macrodivisão natural do espaço brasileiro (relevo, clima, vegetação, hidrografia);
2.2 -Os grandes eixos de ocupação do território e a cronologia do processo de formação territorial;
2.3 - A cartografia e a definição das fronteiras no Brasil;
2.4 - A estruturação da rede de cidades no Brasil e os processos recentes de urbanização;
2.5 - O processo de industrialização e as tendências atuais da localização das indústrias no Brasil;
2.6 - O processo de modernização da agricultura no Brasil e suas tendências atuais;
2.7 - Regionalização e divisão inter-regional do trabalho no Brasil.

3 - O Brasil no contexto geopolítico mundial
3.1 - O processo de mundialização da economia e a divisão internacional do trabalho: globalização e periferia na atualidade;
3.2 - Herança colonial, condição periférica e industrialização tardia: a América Latina;
3.3 - A globalização e a América do Sul na nova ordem política internacional;
3.4 - A questão ambiental no Brasil e os desafios do desenvolvimento sustentável;
3.5 - Os ecossistemas brasileiros e as principais causas de sua degradação;
3.6 - Perspectivas de integração nas bacias do rio da Prata e do rio Amazonas;
3.7 - Os fluxos e redes transnacionais e o território brasileiro.

4 - Temas de Geografia contemporânea
4.1 - Soberania, identidade nacional e multiculturalismo;
4.2 - Geografia da População: migrações e direitos humanos;
4.3 - Degradação ambiental e gestão de recursos naturais;
4.4 - Desigualdades sociais e padrões de consumo no mundo atual;
4.5 - Conflitos geopolíticos contemporâneos.

Bibliografia sugerida:

BENKO, George. **Economia, Espaço e Globalização**. 2.ed.São Paulo: Hucitec, 1999.

BECKER, Bertha & EGLER, Claudio. **Brasil: Uma nova potência regional na economia-mundo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

GREGORY, Derek et alli. **Geografia Humana. Sociedade, Espaço e Ciência Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

RIBEIRO, Wagner Costa (org.*)* **Patrimônio Natural Brasileiro**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**. Rio de Janeiro:Record, 2000.

________ & SILVEIRA, Maria Laura. *Brasil.* **Território e Sociedade no Limiar do Século XXI.** Rio de Janeiro:Record, 2001.

SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Continente em Chamas. Globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

THÉRY, Hervé & MELLO, Neli Aparecida. **Atlas do Brasil. Disparidades e dinâmicas do território**. São Paulo: EDUSP, 2005.

A título de orientação, para os candidatos que desejarem aprofundar o estudo da matéria, sugerem-se as seguintes leituras adicionais:

BECKER, Bertha et alli. **Geografia e meio ambiente no Brasil.** 2.ed. São Paulo:Hucitec.1995.

CASTRO, Iná Elias et alli. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

LENCIONE, Sandra. **Região e geografia.** São Paulo: EDUSP, 2003.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**. São Paulo: Moderna/EDUNESP, 1997.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil.** São Paulo:Hucitec, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert**. Contribuição para a gestão da zona costeira do Brasil**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1999.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUZA, Maria Adelia Aparecida (org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003.

Prova de 2005

Questão 1

Estabeleça um quadro panorâmico e comparativo entre as potencialidades da hidroeletricidade e da termoeletricidade no Brasil.

Alvaro Augusto Guedes Galvani (20/20)

A definição de novas estratégias para o desenvolvimento econômico brasileiro passa, necessariamente, pelo debate sobre sua matriz energética. Destaca-se nessa agenda a avaliação de potencialidades da hidroeletricidade e termoeletricidade no país, tarefa que vai além de cálculos sobre a capacidade de oferta. Faz-se necessária uma análise histórica do

tema, bem como aspectos relacionados à demanda por energia no futuro e os riscos ambientais envolvidos.

Até o início do século XX predominava no Brasil o uso da lenha como fonte energética. Fez uso dela as primeiras instalações de geração de eletricidade, cuja tecnologia e capital vieram do exterior. A hidroeletricidade também chegou ao país a partir do capital externo e teve como palco pequenas geradoras instaladas no Estado de São Paulo. Foi a partir das décadas de 40 e 50 que o Brasil experimentou um salto no uso da hidroeletricidade.

O relevo brasileiro é marcado por planaltos e uma vasta rede hidrográfica. Em muitos pontos a declividade no curso dos rios permite a exploração da hidroeletricidade. A bacia do Rio Paraná, localizada na Região Concentrada (Sudeste e Sul) sofreu diversas intervenções humanas. Resta pouco potencial explorado. Ao longo do rio Tietê, diversas usinas foram instaladas. Ao Sul, Itaipu sozinha representa a geração de mais de 20% da energia elétrica usada no país. No Nordeste brasileiro, a bacia hidrográfica do rio São Francisco está próxima do limite de uso do potencial hidrelétrico. Sobradinho, e seu reservatório de imenso espelho d'água é exemplo de uso do território com obras de grande envergadura. Somente na região Norte, as bacias do Rio amazonas e Parnaíba ainda possuem grande potencial de exploração. No curso Araguaia-Tocantins destaca-se a instalação da usina de Tucurui, segunda maior do país.

Os imensos investimentos para a instalação de usinas hidrelétricas vieram do Estado, que se financiava por empréstimos internacionais. O objetivo era produzir energia em grande quantidades e a baixo custo para servir a projetos industriais energo-intensivos, tal como o processamento de minérios. A geração teria de servir também a outras indústrias e consumidores de grandes cidades, o que exigia a instalação de uma ampla rede de transmissão.

Nesse período, o uso de termoelétricas ficou reservado a regiões distantes das grandes unidades geradoras. Exemplo disso são as cidades no interior da floresta amazônica, tal como Manaus. O uso da lenha foi substituído pela queima de óleo. O custo da instalação era relativamente baixo, mas o preço de energia na venda era mais caro.

A partir dos anos 80 dois fatores alteraram esse quadro. A crise fiscal do Estado brasileiro passou a impedir a obtenção de novos empréstimos. Além disso, guiando-se pelo salto tecnológico no mundo, o processo de industrialização no Brasil passou a perseguir indústrias ligadas à microeletrônica e telecomunicações, que não são energo-intensivas. Uma relativa paralisação nos investimentos em geração de energia levou o país à beira de uma crise fiscal no final dos anos 90. A opção por termoelétricas passou a ser interessante, dado seu menor custo de instalação e maior mobilidade para escolha do local das usinas, que poderia ser próximo aos grandes centros consumidores.

O desafio restava em qual o combustível para as termoelétricas. A fonte nuclear era de altíssimo custo e as poucas experiências brasileiras (Angra I e Angra II) apontam a necessidade de maior domínio da tecnologia. O carvão, já utilizado em termoelétricas em Santa Catarina, necessitava de importação para atender maior escala. O petróleo, commodity em que o Brasil busca auto-suficiência, exporia o país novamente às oscilações do preço internacional. A principal fonte energética para as termoelétricas deverá ser o Gás Natural, importado dos países vizinhos da América do Sul, com destaque para a Bolívia.

Todas as opções de termoeletricidade e hidroeletricidade geram impactos ambientais. Resíduos radioativos ou emissão de gás carbônico por um lado. Inundação de vastas áreas e desequilíbrios de ecossistemas locais por outro lado. De todas elas, a combustão de gás natural parece acarretar menos impacto.

O Brasil possui um potencial de hidroeletricidade na região norte do país, porém usinas teriam alto custo e estariam distantes dos grandes centros. As termoelétricas parecem mais viáveis para atrair capitais privados, atender a nova demanda (nos centros urbanos) e produzir limitado impacto ambiental.

Questão 2

Na Amazônia brasileira, chama a atenção o elevado índice de população "urbana" presente na região. Como se pode explicar tal fenômeno?

Igor de Carvalho Sobral (20/20)

Segundo Bertha Becker, analisando geopoliticamente a Amazônia na atualidade, a floresta amazônica pode ser considerada uma "floresta urbanizada", uma vez que cerca de 61% da população da região amazônica vive em cidades. As causas deste elevado índice de população urbana são diversas.

Em primeiro lugar, atente-se para a estrutura fundiária da região amazônica. Essa estrutura apresenta-se bastante concentrada, o que acaba por "expulsar" para as cidades os migrantes e as populações ribeirinhas que vivem da agricultura familiar de subsistência. Uma das causas da concentração fundiária na Amazônia é o fato de a agricultura da região ser cada vez mais mecanizada, por exemplo em relação à soja e à exploração de madeira. Estas duas atividades, bem como a pecuária, estão provocando o deslocamento da população amazônica para a parte norte da região. Não por acaso as regiões Sul e Nordeste da Amazônia correspondem ao chamado "Arco do Desflorestamento", que compreende os estados de Rondônia, Mato Grosso, Tocantins (parte oriental), sul do Pará e parte ocidental do Maranhão.

Em segundo lugar, como decorrência da estrutura fundiária concentrada, estão as intensas disputas por terras na região amazônica, que fizeram como vítima a missionária americana Doroty Stang recentemente. Fazendeiros, grileiros, posseiros e seringueiros ganham espaço e força, em detrimento das populações de agricultura familiar, aumentando a concentração fundiária e a população urbana.

As terras da Amazônia estão distribuídas da seguinte forma: 22% de terras indígenas, 6% de Unidades de Conservação (mais que a média nacional de 2%), reservas extrativistas, áreas privadas e ainda quantidade considerável de terras públicas e devolutas, o que facilita a atuação de posseiros e grileiros e o uso político das terras. Muitas propriedades que pertenciam aos estados foram tomadas pela União. O estado que mais perdeu foi o Pará.

Em terceiro lugar estão as iniciativas governamentais (ou a falta delas), que durante anos não atenderam às demandas da população amazônica por projetos endógenos que levassem em conta as particularidades locais e a participação efetiva da população. Os projetos governamentais foram, em sua maioria, executados "top-down", o que de certo modo ajudou na urbanização da floresta amazônica. Mas essa realidade enfrenta novas perspectivas em projetos recentes como o PAS, Programa Amazônia Sustentável, que prevê novas formas de financiamento para a infra-estrutura regional, inclusão social, contando com a participação de quinze ministérios.

A criação da Zona Franca de Manaus na década de 1960 pode ser considerada outro importante fator para a urbanização da população amazônica, ao atrair mão-de-obra para as indústrias então instaladas na região manauense ou manauara. Atualmente, entretanto,

verifica-se certa perda de hegemonia econômica das cidades de Manaus e Belém, dando lugar à importância crescente de cidades como Santarém e Marabá.

Devido a todos esses fatores, a região amazônica brasileira enfrenta os dois tipos de exclusão social: a de tipo antigo, mais característica das regiões Norte e Nordeste, e a de tipo recente, característica das regiões Sul e Sudeste, onde a urbanização acelerada e desordenada produz desníveis acentuados de renda e aumento vertiginoso da marginalidade.

Portanto, é preciso que se realize um melhor planejamento da urbanização das cidades amazônicas, evitando o "inchaço" das mesmas. Outrossim, é preciso atentar para a concentrada estrutura fundiária da região amazônica, tornando-a mais democrática, incentivando projetos endógenos e de agricultura familiar, bem como fiscalizar a derrubada da floresta, o chamado "Mercado Verde", e estabelecer um rigoroso sistema de patentes.

Questão 3

Em um século e meio de economia industrial, os países do Hemisfério Norte foram responsáveis por cerca de 90% do volume de gases poluentes lançados na atmosfera. Esclareça como essa realidade foi encarada pelos participantes da "Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento" (Rio-92).

Daniella Poppius Brichta (20/20)

A década de 70 foi marcada pela polêmica entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos em relação à questão do meio ambiente. Os desenvolvidos, representados no Clube de Roma, eram favoráveis a uma política preservacionista, consubstanciada na "teoria do crescimento zero". De acordo com tal teoria, os países subdesenvolvidos deveriam estancar seus processos de industrialização para evitar impactos ainda mais profundos no meio-ambiente. O desenvolvimento do Terceiro Mundo, segundo estudos do Clube de Roma, levaria inevitavelmente ao esgotamento dos escassos recursos naturais do planeta. Os países subdesenvolvidos não aceitaram a tese "preservacionista", que, em sua ótica, nada mais era do que uma tática do Primeiro Mundo para manter a dependência do Terceiro Mundo e preservar as assimetrias das relações econômicas internacionais. O debate entre os "preservacionistas" do Primeiro Mundo e os "desenvolvimentistas" do Terceiro perpassou a Conferência sobre o Meio Ambiente de Estocolmo, realizada em 1972, sem que se alcançasse uma solução que resolvesse o impasse.

Foi somente durante a Rio-92 que "preservacionistas" e "desenvolvimentistas" resolveram – ao menos em tese - esse impasse. Um dos documentos que resultou da Conferência foi a Carta da Terra, na qual os países desenvolvidos reconheciam sua responsabilidade pelos danos causados ao meio ambiente e comprometiam-se a cooperar com o desenvolvimento por meio de ajuda financeira e tecnológica. O reconhecimento da responsabilidade pelos danos ambientais, por parte dos países desenvolvidos, implicava, assim, em cooperação, para que não se repetissem ao longo do processo de desenvolvimento e de modernização dos países periféricos. A Convenção Mundial sobre Mudança Climática, outro resultado da II CNUMA, endossava esse reconhecimento e previa, dentre outros, a diminuição das emissões de gases poluentes, sobretudo por parte dos países desenvolvidos. O Protocolo de Quioto, que também prevê a redução da emissão de poluentes, além de um sistema de comércio de créditos relacionados à emissão de carbono, encontra forte resistência dos EUA e de outros países industrializados (com a exceção da maior parte dos

países europeus, que já ratificou o Protocolo), que alegam que o Protocolo irá frear seu desenvolvimento econômico. A recusa em ratificar o Protocolo implica na manutenção e quiçá elevação dos níveis de emissão de poluentes dos países não-signatários, o que, em se tratando de uma economia vigorosa como a norte-americana, poderá ter conseqüências graves para o clima global.

Questão 4

Comente a observação de Friedrich Ratzel de que "as ilhas se caracterizam em geral por uma grande homogeneidade étnica e de civilização de seus habitantes. Ao contrário, um território muito aberto favorece a miscigenação e o cruzamento dos povos".

Luciana Serrão Sampaio (20/20)

Ratzel, geógrafo do século XIX, foi muito influenciado na produção de sua teoria geográfica pelo contexto nacional em que vivia. Assim, antes de considerar a afirmação sobre a homogeneidade étnica e cultural das ilhas e a miscigenação do continente, deve-se analisar a teria que o teórico produziu.

Ratzel foi contemporâneo do processo de unificação alemã. Viveu não apenas o processo de consolidação do Estado alemão, mas também a industrialização do país. O carvão, recurso essencial para a industrialização como fonte de energia, deu ensejo ao expansionismo alemão no continente europeu.

É comum a associação da teoria do espaço vital, concebida por Ratzel, com o expansionismo alemão. Diz-se até mesmo que essa teoria serviu ao propósito de legitimação da expansão alemã e incitou a produção teórica francesa de La Blache. Esta, por sua vez, serviria ao propósito não apenas de questionar o expansionismo alemão na Europa, como também legitimar o imperialismo francês na África e na Ásia. Conhecida como possibilismo, afirmava que o contato entre povos muito diferentes permitiria a troca de conhecimentos e maior capacidade de adaptação a novos meios.

A teoria de Ratzel, mais tarde conhecida como determinismo, estava fundamentada no conceito de espaço vital. Essa idéia indicava que o território do país dotava-o de uma certa capacidade para que se desenvolvesse. Quando, por ventura, aqueles limites não atendessem mais às suas necessidades, seria legítimo ao Estado buscar os meios de vida necessários ao desenvolvimento, mesmo que isso implicasse a conquista de território. Os Estados teriam direito a conquistar esse espaço vital, isto é, aquele que seria necessário ao desenvolvimento e reprodução do país.

Considerando-se essa teoria, em princípio, a condição insular limita a possibilidade de expansão ao entorno imediato. Em primeiro momento, haveria estímulo a intensificação do contato com os demais residentes da ilha e provocaria a homogeneidade étnica e de civilização sustentados por Ratzel. O geógrafo deixou de considerar, porém, que o avanço tecnológico dos meios de transporte permitiria romper com o isolamento natural da ilha e proporcionaria a intensificação dos contatos com outros povos e alteraria a situação de homogeneidade. Tal foi a situação da Inglaterra e – embora não seja uma ilha, mas, ainda assim, isolado na península Ibérica – de Portugal.

Por sua vez, a asserção em relação a posição continental também, em tese, pode ser válida. Afinal, a contigüidade territorial permite o deslocamento populacional e, eventualmente, o encontro entre povos. De mesma sorte, a existência de obstáculos naturais no continente, também, pode representar um obstáculo a miscigenação e cruzamento dos

povos. Mais uma vez, restaria o acúmulo de conhecimento e o avanço como meios necessários para garantir o encontro.

Nesse aspecto, vale considerar o povoamento do Brasil. A natureza continental do território permitiu o avanço da colonização e a interiorização do país; porém, enquanto o curso do Amazonas representou o caminho natural dos povos jesuítas no Norte, no centro-sul os bandeirantes levaram cerca de cento e cinqüenta anos para superar a Serra do Mar. Ambos os grupos movidos pelo que Ratzel chamou de meios de vida.

A teoria de Ratzel lançou as bases da geopolítica do século XIX e serviu ao propósito de legitimar as ações do Estado alemão.

<u>Questão 5</u>

Relacione a divisão climática do Brasil com as formações vegetais presentes no território nacional e avalie suas condições de conservação na atualidade.

Mônica S. F. de Sales Barth Tambelli (15/20)

As formações vegetais originalmente presentes no território brasileiro variavam de acordo com as características climáticas e orográficas de cada região do país. Grande parte dos principais biomas originais, entretanto, encontra-se em avançado grau de destruição decorrente de fatores antrópicos. O processo de ocupação do Brasil passa por uma história de seguidas incursões exploratórias que obedeceram lógica predatória de apropriação de recursos naturais. Desde a colonização, a extração de pau-brasil e o plantio de cana-de-açúcar, por exemplo, levaram à destruição de parte significativa da Mata Atlântica. A mesma lógica predatória organizou o plantio da soja que recentemente degradou os cerrados.

A partir da região sul, onde predomina o clima subtropical, o território era originalmente coberto por campos, na região dos Pampas gaúchos, e por Mata de Araucárias. Esta últimas foram totalmente destruídas e apenas existem em poucos parques. Os campos encontram-se em avançado estado de degradação dos solos por erosão resultante de práticas de agropecuária extensiva.

A região conhecida como domínio dos mares de morros florestados, que se estende desde o sudeste até o nordeste, nas proximidades da costa, tem clima predominantemente tropical úmido, com ocorrência de tropical de altitude no sudeste, principalmente no estado de São Paulo. Esta região era coberta por Mata Atlântica, cobertura vegetal que primeiro sofreu a ação humana e hoje guarda menos de 20% de sua extensão original.

O centro-oeste do país, onde o clima predominante apresenta duas estações bem marcadas – uma de chuvas e outra de seca – apresenta duas formações vegetais principais. Na região de maior densidade hidrográfica, fica o Pantanal, área de transição com vegetação muito diversificada. Ao lado dessa formação, estão os cerrados, cuja vegetação original pode ser caracterizada como uma "floresta de cabeça para baixo". Devido à adaptação ao solo, as plantas da região têm longas raízes. O centro-oeste é, nos dizeres de Milton Santos, o local onde o meio técnico-científico-informacional se implantou diretamente sobre o meio natural. A formação vegetal vem sendo substituída por modernas plantações de grãos em larga escala, notadamente culturas de soja, possíveis graças à correção do solo e ao desenvolvimento de sementes mais adaptadas pela Embrapa. A região antes preservada por não se acreditar na possibilidade de desenvolver agricultura em solos tão ácidos, hoje também sofre degradação.

Ao norte, onde predomina o clima equatorial, o território é coberto pela Floresta Amazônica. Homogênea apenas na aparência, a Amazônia é coberta pela hiléia em terras

mais altas, por matas de várzeas em áreas semi-inundáveis e por igapós em áreas constantemente inundadas. Há, ainda, presença de cerrados na região. Apesar de tentativas de conter a devastação, a Amazônia está encolhendo, principalmente em suas franjas meridionais (hoje conhecida como "arco da devastação") e na área da Amazônia Oriental onde predominam grandes projetos mineradores. Obras de integração infra-estrutural em curso, como o asfaltamento da BR 163 e a construção de um gasoduto até a região de Tefé, por exemplo, devem intensificar a tendência à devastação da floresta.

A região nordeste do país, além da área originalmente coberta pela Mata Atlântica, apresenta uma área interior caracterizada pelo clima semi-árido e coberta com pobre cobertura vegetal dada a pobreza dos solos e quase inexistente irrigação. A área é ocupada tradicionalmente por pecuária extensiva de baixa produtividade. Entre o sertão semi-árido e a região da Mata Atlântica, o nordeste ainda conta com vegetação de transição conhecida como Mata dos Cocais.Predominantemente formada por palmáceas como babaçu e carnaúba, a área sofre com o extrativismo predatório.

*

POLÍTICA INTERNACIONAL

A prova de Política Internacional consistirá de 5 (cinco) questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos.

Programa:

1. Relações internacionais: conceitos básicos, atores, processos, instituições e principais paradigmas teóricos. 2. A política externa brasileira: evolução desde 1945, principais vertentes e linhas de ação. 3. O Brasil e a América do Sul. Mercosul. 4. A política externa argentina. A Argentina e o Brasil. 5. A política externa norte-americana e relações com o Brasil. 6. Relações do Brasil com os demais países do hemisfério. 7. Política externa francesa e relações com o Brasil. 8. Política externa inglesa e relações com o Brasil. 9. Política externa alemã e relações com o Brasil. 10. A União Européia e o Brasil. 11. Política externa russa e relações com o Brasil 12. A África e o Brasil. 13. A política externa da China, da Índia e do Japão; relações com o Brasil. 14. Oriente Médio: a questão palestina; Iraque; Irã. 15. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. 16. O Brasil e o projeto de área de livre comércio das Américas (ALCA). 17. A agenda internacional e o Brasil: 17.1 Desenvolvimento; 17.2 Pobreza e ações de combate à fome; 17.3 Meio ambiente; 17.4 Direitos Humanos; 17.5 Comércio internacional e Organização Mundial do Comércio (OMC); 17.6 Sistema financeiro internacional; 17.7 Desarmamento e não-proliferação; 17.8 Terrorismo; 17.9 Narcotráfico; 17.10 A reforma das Nações Unidas.

Bibliografia sugerida:

ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (org.). **Sessenta anos de política externa brasileira**. 4v. São Paulo: USP, 1996.

BANDEIRA, Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**. São Paulo: Editora Revan, 2003.

________. **Relações Brasil-Estados Unidos no contexto da globalização**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2004.

BERNAL-MEZA, Raúl**. Sistema mundial y Mercosur: globalización, regionalismo e políticas exteriores comparadas**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2000.

CASTRO, Marcus Faro de. **Política e relações internacionais: fundamentos clássicos**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2005.

CERVO, Amado Luiz **As Relações internacionais da América Latina - velhos e novos paradigmas**. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

________; & BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Unb, 2002.

GILPIN, R. M. **A Economia política das relações internacionais**. *Brasília: editora da UnB, 2002*.

________. **O Desafio do capitalismo global: economia mundial no século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

LESSA, Antônio Carlos. **A construção da Europa: a última utopia das relações internacionais**. Brasília: Funag; IBRI, 2003.

LINDGREN, José Augusto. **Relações internacionais e temas sociais: a década das conferências**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. **Relações internacionais – cultura e poder**. Brasília: FUNAG/ IBRI, 2002.

MILNER, H. & KEOHANE, R. **Internationalization and domestic politics**. Nova York, Cambridge University Press, 1996.

MORGENTHAU, H. **A política entre as nações**, Brasília: Funag/IPRI, EdunB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

MRE/FUNAG. **A palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995)**. Brasília: FUNAG, 1995.

OLIVEIRA, H. A. (Org.) ; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.) . **A política externa brasileira na visão dos seus protagonistas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2005. v. 1. 239 p.

OLIVEIRA, H. A. **Política externa brasileira**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005. v. 1. 291 p.

OLIVEIRA, H. A. (Org.) ; LESSA, Antonio Carlos (Org.). **Política internacional contemporânea: mundo em transformação**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006. v. 1. 130 p.

PECEQUILO, Cristina S. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado L. **O crescimento das relações internacionais no Brasil**. Brasílila: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005.

SMOUTS, Marie-Claude. **As novas relações internacionais: pratica e teoria**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

SOUTO MAIOR, Luiz A. **O Brasil em um mundo em transição**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da. **Relações internacionais - teorias e agendas**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.

VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, integração e processo negociador: A construção do Mercosul**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VIZENTINI, P. G. F. **O descompasso entre as nações**. Rio de Janeiro: Record, 2004. 163 p.

VIZENTINI, P. G. F. (Org.) ; WIESEBRON, Marianne (Org.) . **O sistema mundial em transição: Neohegemonia americana ou multipolaridade?** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005. 162 p.

Os candidatos que desejarem se manter atualizados com o estado da arte das relações internacionais poderão servir-se de periódicos especializados, tais como **Revista Brasileira de Política Internacional** (http://www.ibri-rbpi.org.br), **Política Externa** (http://www.politicaexterna.com.br), **Foreign Affairs** (http://www.foreignaffairs.org), **Foreign Policy** (http://www.foreignpolicy.com) e **Politique Internationale** (http://www.politiqueinternationale.com), bem como das páginas eletrônicas do Ministério das Relações Exteriores (http://www.mre.gov.br) e da *Rede Brasileira de Relações Internacionais* (http://www.relnet.com.br).

Publicações adicionais que podem auxiliar a preparação dos candidatos estão disponíveis na FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão, tais como toda a série de Manuais do Candidato e a série Teses do CAE:

site na Internet – www.funag.gov.br
e-mail: funag@mre.gov.br
e-mail do Setor de Publicações: publicacoes@funag.gov.br

Brasília
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
ANEXO II, TÉRREO, SALA 1
70170-900 Brasília - DF
Telefones: (061) 411-6033/6034/6847/6857
Fax: (061) 322-2931, 322-2188

Rio de Janeiro
Palácio Itamaraty
Avenida Marechal Floriano, 196 - Centro
520080-002 Rio de Janeiro - RJ
Telefax: (021) 233-2318/2079

Prova de 2005

Questão 1

As ações do governo brasileiro voltadas para o adensamento das relações com os países da América do Sul ganharam nova moldura com a criação da "Comunidade Sul-Americana de Nações". Isso posto, discorra sobre a política brasileira para a América do Sul, destacando seus objetivos, seus marcos e as principais iniciativas conduzidas em suas distintas vertentes.

Ana Paula de Almeida Kobe (20/20)

As ações do Brasil voltadas para o adensamento das relações com os países da América do Sul têm raízes que datam do início do século XX, a exemplo do "Pacto de Cordial Inteligência e Arbitramento entre Argentina, Brasil e Chile" – Pacto ABC -, proposto em 1909 por Barão do Rio Branco, à frente do Itamaraty de 1902 a 1912. Ainda que esse

primeiro projeto não tenha evoluído, por razões conjunturais e, sobretudo, pela animosidade de Estanilao Zeballos, o ideal de cooperação sul-americana (existente já no discurso de Simón Bolívar) permaneceu como verdadeira "força profunda", a permear as políticas sub-regionais de integração, as quais passaram do discurso a atitudes mais pragmáticas a partir de 1960.

A concepção de uma América do Sul cultural e geograficamente mais coesa, contraposta a uma América Latina por demais abrangente, indefinida e europeísta, ganhou expressão com o Tratado de Montevidéu de 1960, instrumento constitutivo da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc). Em que pese a denominação "Latino Americana", a iniciativa restringia-se, em verdade, à região sul-americana. Em contexto em que os Estados do subcontinente preocupavam-se mais com o processo de substituição de importações, a proposta de livre comércio não evoluiu, porém, situação reconhecida pelo relançamento do Tratado de Montevidéu em 1980, quando a Alalc foi substituída pela Associação Latino-Americana de Integração (Aladi). Essa concertação político-diplomática com vistas ao comércio, já ciente dos obstáculos que haviam fulminado a predecessora Alalc (metas excessivamente ousadas, falta de tradição nas trocas comerciais), mostrou-se mais flexível e menos impositiva, restringindo-se à facilitação de acordos bilaterais ou multilaterais entre os países da região.

Porquanto não excludente e não concorrente, a Aladi estrutura-se, hoje, em dois grandes projetos: a Comunidade Andina de Nações (CAN) e o Mercosul, inaugurado com o Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, a reunir Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. É inegável que a redemocratização do Brasil e da Argentina reconfigurou a política regional, à medida que ambos os países – e os que a eles se associaram – reconheceram na cooperação intergovernamental (e, portanto, na conseqüente superação de rivalidades) via de acesso ao mercado mundial e estratégia de combate às crises político-econômicas.

Claramente privilegiando a América do Sul, com total e irrestrito apoio do governo brasileiro, o Mercosul articula-se para a expansão vertical – com ênfase na coordenação política, na implementação de normas comuns e na consolidação de posicionamento, perante a comunidade internacional, de bloco econômico dotado de personalidade jurídica de direito internacional (desde o Tratado de Ouro Preto, de 17 de dezembro de 1994) – e para a expansão horizontal, determinado a agregar mais países ao bloco, de modo a configurar regionalismo aberto dinâmico e inclusivo. A associação da Bolívia, do Chile, do Peru, da Venezuela e do Equador é exemplo dessa vertente horizontal da política "mercosulina".

O Brasil, reiteradamente comprometido com o adensamento das relações sul-americanas, sem restringir-se apenas ao Mercosul, propôs - em 1993 – a Área de Livre Comércio da América do Sul (Alcsa), cujo objetivo era ampliar a abrangência das trocas econômico-comerciais. Sem obtenção de progressos significativos, reuniram-se em Brasília, em 2000, pela primeira vez, os 12 presidentes da região, iniciativa que, além de ensejar diversos acordos de cooperação, resultou na criação, em dezembro de 2004, da Comunidade Sul-Americana de Nações, foro destinado a privilegiar a dimensão política e social, e não apenas a comercial.

Conquanto se argumente que não há continuidade nas políticas destinadas à América do Sul, o que se pode observar é a manutenção das estratégias de integração, interconectadas e aliadas, cada vez mais, a um discurso que privilegia a vertente social e cultural. Visto que a cooperação não é mera opção de política externa, mas imperativo em um mundo crescentemente globalizado, a América do Sul transforma-se em espaço irrecusável para ampliação da cadeia produtiva e para ganhos de escala. A busca da identidade histórica comum e a percepção de desafios conjunturais e estruturais semelhantes conferem, ademais, adensamento às relações.

O escopo da política sul-americana se, por um lado, é flagrantemente comercial – para garantia de competitividade -, por outro, não negligencia o pilar fortemente político, do qual é exemplo a cláusula democrática do Mercosul, acordada no Protocolo de Ushuaia, de 1998, e a Comunidade Sul-Americana de Nações, comprometida e afeita aos valores da democracia, da governabilidade e da estabilidade regional.

Dados os objetivos, justificáveis em meio à integração européia, norte-americana, africana e asiática, já se verificam resultados, como a Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que já identificou 10 eixos de integração e desenvolvimento nas áreas de transporte, energia e comunicação, os quais contam com financiamentos do BNDES e da CAF.

Questão 2

O Brasil vem-se empenhando na participação simultânea em grandes processos de negociação comercial. Identifique-os e caracterize-os quanto à sua importância para o País, ao potencial de ampliação de oportunidades comerciais, ao seu atual estágio e às perspectivas imediatas de sua evolução.

Ricardo Morais Barros (20/20)

O Brasil vem atuando ativamente em vários processos de negociação comercial. A estratégia brasileira é consolidar a posição de "global trader", abrindo diferentes frentes de oportunidade, ao mesmo tempo em que se resgata o legado histórico da diplomacia de associar comércio internacional e desenvolvimento socioeconômico. O Mercosul foi escolhido como "motor" do processo de inserção interdependente do país, sendo a Argentina o principal parceiro. O Brasil busca abandonar as negociações de "reciprocidade fictícia" ao conceder somente se houver ganhos, resgatando, pois, o conceito de interesses nacionais sem, contudo, criar confrontamentos no cenário internacional.

Durante as negociações da Rodada Doha, na OMC, o Brasil articulou a criação do G -20, a fim de pressionar os países ricos para que abram os mercados internos e parem de subsidiar os produtores agrícolas locais. Os subsídios agrícolas dos países desenvolvidos distorcem o comércio internacional, afetando, sobretudo, os países pobres. Na reunião de Cancun, chegou-se a um impasse, pois, até a criação do G – 20, EUA e UE definiam, bilateralmente, qual era o "consenso possível". O "fracasso de Cancun" levou ao relativo êxito da reunião de Genebra, em julho de 2004, na qual os países ricos se comprometeram a reduzir, gradualmente, os subsídios para o setor agrícola. O G – 20 e o Brasil, contudo, esperam maior compromisso nesse sentido, visto que, no âmbito do GATT, negociou-se por quase meio século a abertura comercial para produtos industrializados, postergando a abertura de bens agrícolas. A atuação do Mercosul e do G – 3, ou IBRAS (Brasil, Índia e África do Sul), foi fundamental para a consolidação e fortalecimento do G – 20. As possibilidades de ganho para o Brasil, no âmbito da OMC, são controversas. Se, no curto prazo, o fim dos subsídios ajuda a melhorar ainda mais a balança comercial brasileira, o avanço das exportações agrícolas, no longo prazo, pode representar um regresso ao modelo agro-exportador, ou o que Amado Cervo chama de a "infantilização" do retorno ao setor agrícola.

Outro importante processo negociador foi o de construção de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Os Estados Unidos vem enfrentando na era Bush déficits gêmeos (balanço de pagamentos e déficit público), e a ALCA seria uma forma de reduzir os déficits comerciais. O Brasil tem interesse de negociar um acordo hemisférico que envolva os

EUA, visto que a cooperação Sul – Sul não é vista como alternativa excludente da cooperação com o Norte, onde estariam enormes possibilidades para países como o Brasil. Entretanto, a diplomacia brasileira vem buscando um acordo na área de bens que inclua a agricultura (tema sensível para os EUA). Foi proposto, assim, o formato dos três trilhos, ou "ALCA light", em que haveria uma parte comum multilateral (envolvendo todos os países), uma parte facultativa (plurilateral e bilateral) e uma parte negociada no âmbito da OMC. As negociações, desde então, diminuíram o ritmo e os EUA ameaçaram isolar o Brasil por meio de acordos bilaterais, mas o processo de negociação continua, e o Mercosul reafirma que não será englobado e eliminado pelo projeto ALCA, como fora proposto pelos EUA na reunião ministerial de Belo Horizonte.

O Mercosul tem sido o pólo dinâmico das negociações comerciais brasileiras. Em 2000, houve o "relançamento" do bloco após a crise derivada da desvalorização monetária no Brasil. Desde então, o bloco vem fortalecendo-se, apesar de crises pontuais, e articulou-se mais em termos políticos. O Conselho Mercado Comum (CMC) decidiu que os países-membros deveriam negociar sempre em conjunto, instituindo um foro permanente de concertação política.

O Mercosul iniciou negociações com a União Européia em claro contraponto político-estratégico às negociações da ALCA, mas a proposta européia feita em 2004 foi julgada insuficiente. O IPEA calculou que, com a situação hipotética pós-acordo, a UE teria ganhos, em média, 50% maiores que o Mercosul. Com a mudança dos comissários europeus, em 2004, as negociações tiveram de recomeçar, mas espera-se nova proposta. A perspectiva do bloco quanto a UE é aumentar as exportações de bens primários, que são dificultadas por quotas e pela Política Agrícola Comum (PAC), responsável pela transferência de elevados subsídios aos produtores europeus.

Em 2003, o Peru tornou-se membro associado do Mercosul. Foi negociado com esse país o Acorde de Complementação Econômica n° 58 (ACE – 58) no âmbito da ALADI, mas ainda não entrou em vigor. Com os demais países da CAN (Equador, Venezuela e Colômbia) negociou-se o ACE – 59, que já entrou em vigor. O Mercosul negociou acordos, ainda, com a Índia, concluído em 2005, e com a União Aduaneira da África do Sul (SACU). O pragmatismo do Brasil nas relações Sul – Sul tem gerado resultados concretos sem, contudo, opor-se ao fluxo de comércio com o Norte. O Mercosul vem negociando com a Rússia, com a América Central (SICA) e com o CARICOM, além do aprofundamento das relações com o México, que deseja ser membro-associado.

Em 2004, houve, no Brasil, Conferência da UNCTAD em que se buscou intensificar os laços com os países em desenvolvimento. Com base no Sistema Geral de Preferências entre Países em Desenvolvimento (SGPC), o Brasil tem apoiado a "substituição competitiva de importações", ou seja, busca-se importar mais dos países em desenvolvimento. Em 2004, as exportações do Brasil para países emergentes e países em desenvolvimento atingiram a cifra histórica de 49%, sendo registrado incremento considerável no comércio com a América do Sul e com a China (tendência global). Os EUA, contudo, continuam como destino preferencial, respondendo por quase um quarto das exportações, sendo a pauta composta principalmente por produtos industrializados. A UE é o segundo grande parceiro (cerca de 20%), mas as exportações concentram-se em bens agrícolas. As exportações para a América do Sul, em 2004, eram em mais de 90% compostas por bens industriais, o que mostra o potencial da região. O Brasil negocia, também, com os países do Oriente Médio e da África, que apresentam enorme potencial, mas que foram, de certa forma, relegados a segundo plano na década de 90.

Questão 3

O Brasil tem se destacado, a partir do início dos anos noventa, pela adoção de nova postura no que diz respeito aos temas ambientais. Identifique os contornos da política externa ambiental do Brasil, a partir da sua congruência com as grandes linhas de orientação internacional do País.

Rafael Souza Campos de Moraes Leme (20/20)

O meio ambiente é um dos mais importantes dos "novos temas", especialmente relevantes na década de 1990 (a "década das conferências"). Trata-se de tema comum a todos os países, de caráter essencial e difuso, que cada vez mais abriga sub-temas diversos. A atuação do Brasil é propositiva e diferenciada, em especial por deter entre 10 e 20 % da biodiversidade mundial e a maior reserva de água doce do mundo. Sua atuação insere-se no contexto da política das credenciais, dotando-lhe de credibilidade e respeito internacionais.

Em 1972, realizou-se em Estocolmo a primeira Conferência Mundial sobre Meio Ambiente. Nela, opuseram-se países do norte e do sul. O Clube de Roma atacou veementemente a destruição de biomas importantes, e defendeu que o crescimento econômico não poderia ocorrer com desmatamentos. Defendia, ainda, a internacionalização da Amazônia. O Brasil, como principal acusado, retrucava que países que já consumiram o meio ambiente não poderiam, já desenvolvidos, exigir legitimamente a proteção à custa do desenvolvimento. Fez-se veemente defesa da soberania nacional. Ainda assim, em 1974, criou-se no Brasil a Sema (Secretaria Especial de Meio Ambiente), e multiplicaram-se os parques e reservas, seguindo-se a lógica preservacionista da Conferência.

A década de 1980 assistiu a distensão quanto ao tema, com arrefecimento da lógica conflitiva em nome da cooperação. Contribuiu para tanto o Relatório Brundtland, pioneiro no conceito de desenvolvimento sustentável; segundo essa concepção, a exploração da natureza deve não apenas levar em conta as ambições e necessidades da geração atual, mas também as das gerações futuras.

Essa mudança de cenário permitiu ao Brasil sediar a Eco-92, no Rio de Janeiro (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o que denota a mudança conceitual). No mesmo ano, o Brasil ratificava a Convenção da Basiléia sobre movimento transfronteiriço de resíduos perigosos e seu depósito, de 1989. O Brasil foi bastante ativo naquele encontro, que reuniu 189 países, com mais de 100 chefes de Estado.

O Brasil esteve presente na proposição de dois princípios que permearam o encontro: o princípio da precaução, pelo qual é responsável o Estado que não cumpre os deveres de cautela necessários à preservação ambiental; e o princípio do poluidor-pagador, aplicação específica do princípio de que quem causa dano a outrem fica obrigado a reparar. Esse arcabouço principiológico e normativo assenta-se sobre a mencionada noção de desenvolvimento sustentável.

O Brasil apresentou a proposta do MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), um engenhoso mecanismo que beneficia, como "credores", aqueles países que detêm e preservam os sumidouros de Carbono. A proposta foi aprovada não sem a tentativa dos Estados Unidos de desvirtuar o conceito, atrelando o sumidouro a florestas nativas. O Brasil, com sucesso, ponderou que não há prova científica de maior retenção de CO_2 por florestas maduras, e que havia risco de desvirtuamento do MDL.

Importante ressaltar, ainda, que a preocupação sobre a Amazônia deslocou-se da "defesa do pulmão do mundo" (Estocolmo, 1972) para meio que diminui o aquecimento global (Rio de Janeiro, 1992). O Brasil, credenciado por sua postura ativa em encontro no

qual a cooperação prevaleceu sobre o conflito, reverte sua situação de 1972. O encontro no Rio de Janeiro foi exitoso, lançando as bases ou o texto definitivo sobre inúmeros temas, objeto de convenções em separado (Convenções sobre Mudanças Climáticas, Biodiversidade, Desertificação, População Indígena, entre outros).

A atuação brasileira é referência no Foro Intergovernamental sobre Florestas, subordinado à Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU. No Foro, o Brasil defende o equilíbrio de preservação e desenvolvimento, apontando a necessidade de preservarem-se florestas tropicais, temperadas e boreais.

Tema de especial atualidade é o da biodiversidade, mormente diante do advento dos organismos geneticamente modificados (OGM). O Brasil alinha-se ao grupo dos "like-minded" (União Européia, quase todo o G-77, entre outros), que recomenda cautela quanto aos transgênicos. O Brasil segue tendência de liberalização com parcimônia dos OGM, aliando sua condição de potência agrícola, "global trader" e defensor da preservação ambiental, em especial contra a erosão genética. O Brasil preocupa-se, ainda, com a diferenciação entre transgênicos e orgânicos, sofrendo a oposição do Grupo de Miami (Uruguai, Argentina, Chile, EUA e Canadá), defensores dos OGM.

O Brasil teve atuação importante, além disso, na discussão sobre se as Usinas Hidrelétricas são fonte de energia renovável ou não, o que foi objeto de discordância no governo brasileiro, opondo Ministérios do Meio Ambiente e de Minas e Energia.

Como fruto direto da Eco-92 e de iniciativas brasileiras, entrou em vigor o Protocolo de Kyoto, de 1997, que prevê a negociação de cotas de carbono de modo a levar os países desenvolvidos a uma diminuição de 5 % da emissão de gases estufa em relação ao ano de 1990; a meta deverá ser atingida entre 2008 e 2012. No entanto, os EUA não são signatários, apesar de, como demonstrou o Brasil na Eco-92, serem os países do norte responsáveis pela maior parte dos poluentes lançados no meio ambiente.

Convém mencionar que o Brasil passou a presidência da Conferência para a RAS; em 2002, em Johannesburgo, foi realizada a Rio+10, sem o mesmo foco e o mesmo impacto, limitando-se a poucos objetivos concretos e muitos vagos.

De toda forma, o Brasil destaca-se pela sua atuação internacional no tema ambiental, prestigiando o multilateralismo e a cooperação propositiva. Sua política ambiental criativa externa e interna (uso do etanol, biodiesel, etc) o credencia a ocupar elevados postos nas organizações multilaterais.

Questão 4

A recente reunião de Cúpula América do Sul - Países Árabes representou importante iniciativa diplomática brasileira com vistas à aproximação de duas regiões de grande relevância para a política externa brasileira. Quais são os fundamentos dessa aproximação e a que interesses brasileiros ela responde diretamente?

Rafael Souza Campos de Moraes Leme (20/20)

A Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA), realizada em Brasília nos dias 10 e 11 de maio de 2005, fundamenta-se na tradicional defesa da cooperação sul-sul defendida pelo Brasil, na necessidade de maior integração político-cultural entre as regiões, e na importância econômica de América do Sul e dos Países Árabes.

O Presidente Lula elegeu os países árabes como prioridade de sua política externa, ao lado de África e América Latina. O encontro teve, grosso modo, três vertentes, cada uma

delas associável a um interesse brasileiro de política externa: (a) política; (b) econômico-comercial; (c) cultural.

Sob o ponto de vista político (a), a Cúpula coroou esforço empreendido pelo governo Lula de aproximar as regiões, estabelecer laços de cooperação política e defesa de interesses comuns. Tal foi, em grande parte, o sentido de sua viagem, em 2003, a Líbia, Egito, Síria e Emirados Árabes. A iniciativa reforça os laços de cooperação sul-sul, tal qual preconizado desde a Conferência de Bandung de 1955 e pela Política Externa Independente de Afonso Arinos de Mello Franco, San Tiago Dantas e Araújo Castro. O apoio dos 22 países árabes presentes à ASPA seria ativo diplomático importante em qualquer foro internacional.

Como fruto dessa aproximação,o Brasil é o primeiro país latino-americano admitido como observador na Liga Árabe. O País angaria, ainda, a simpatia de muitos deles em seu pleito por uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Ainda da seara política, convém mencionar que a Carta de Brasília é, fundamentalmente, um documento político. Contém ela a condenação de medidas unilaterais (dos EUA) contra a Síria, faz forte apelo à paz e pela desocupação dos territórios palestinos, e prega a desnuclearização. Esses temas, espinhosos, são caros aos árabes; mas foi possível deles tratar, reiterando resoluções da ONU: o que parecia temerário declarar tornou-se prestígio ao multilateralismo, bem recebido pelos EUA (apesar de lhes ter sido negada a condição de observador da ASPA). Convém, quanto aos alegados riscos políticos de tal encontro, lembrar a advertência de Amado Cervo: "nada de importante em política internacional se faz sem riscos".

Quanto a (b) aspectos econômicos-comerciais, os países árabes reúnem um PIB de US$ 815 bilhões, e detêm grandes jazidas de petróleo. A aproximação com os países árabes é importante para a ampliação da diversidade de parceiros comerciais do Brasil, tornando o País menos suscetível a desequilíbrios momentâneos e a dependência. Trata-se de mercado potencial para inúmeros setores da economia brasileira, como construção civil, avicultura e produtos agrícolas diversos.

O mundo árabe é cortejado há tempos por China, Japão, EUA e UE. É região dinâmica, rica e estratégica. Ao Brasil, trata-se de momento favorável para a aproximação, diante da postura desgostosa da Liga Árabe, da União do Magreb Árabe e do Conselho de Cooperação do Golfo em relação à política externa norte-americana (em especial em função da Guerra do Iraque). Abre-se, assim, espaço para acordos simétricos, como os que foram gestados na ASPA: acordo Mercosul-Conselho de Cooperação do Golfo (que reúne seis importantes países do Oriente Médio), acordos Mercosul com Egito e Marrocos, além de acordos privados, na medida em que mais de 800 empresários estavam presentes. Destaque-se, ainda, encontro paralelo entre Kirchner, Chavez e Lula, que avançou nas negociações da Petrosul, que reuniria petrolíferas dos três países.

Assim, a ASPA atende a interesses brasileiros econômico-comerciais, pois pulveriza parcerias, estabelece relações simétricas e, ainda que se alegue que não substitui, desonera negociações de Alca e Mercosul-EU, sendo alternativa ainda que parcial.

A (c) vertente cultural é igualmente importante. O Brasil abriga enorme colônia árabe e, ao liderar a iniciativa da ASPA, contribui para o diálogo cultural e firma-se como líder legítimo do continente sul-americano. O encontro insere-se nos objetivos do GADN ("Global Agenda for Dialogue among Nations"), aprovada na ONU (Resolução 56/6, de 09 de novembro de 2001). De fato, a ASPA concretiza um "diálogo de civilizações", que credencia o Brasil como interlocutor de variados grupos que, como país de imigração, acolheu.

Resultados importantes desse encontro foram o projeto de um Centro de Cultura Sul-Americano, a ter sede no Marrocos, e da concepção de uma Biblioteca Árabe-Sul-Americana.

Portanto, a ASPA foi capaz de materializar fundamentos e interesses tradicionais da política externa brasileira, promovendo o diálogo e cooperação sul-sul, afirmando sua proeminência não-hegemônica na América do Sul, diversificando parceiros comerciais e unindo civilizações, em uma combinação de pragmatismo e idealismo.

Questão 5

O fim da Guerra Fria, as transformações na ordem de poder internacional e os conflitos que se seguiram tornaram claros os limites do sistema de defesa coletiva construído sob a égide da Organização das Nações Unidas. Discorra sobre a agenda da reforma da ONU, analisando sua importância para a consolidação de estruturas de governança nas áreas de segurança e de promoção do desenvolvimento.

Ana Paula de Almeida Kobe (20/20)

A Organização das Nações Unidas - ONU -, criada em 1945, reflete a configuração mundial pós- segunda grande guerra, na qual vencedores e aliados desfrutam de prerrogativas que, passados 60 anos, comprometem tanto a representatividade como a legitimidade do sistema internacional.

O fim da Guerra Fria e, portanto, da lógica bipolar de poder evidenciou a necessidade de mudança no sistema de defesa coletiva, porquanto as necessidades e as ameaças não mais eram ideológicas, mas, sim, contemporâneas às transformações mundiais: terrorismo, narcotráfico, persistente proliferação de armamentos e impactos ambientais. Dessa forma, tornou-se consenso a idéia de uma urgente reformulação da organização encarregada da paz e da segurança internacional. A grande questão controversa, contudo, era como proceder à reformulação, em meio a excludentes interesses particulares.

No seio da ONU são identificados seis grandes órgãos: a Assembléia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado. A propalada reforma, para adequar-se aos desafios e às exigências do século XXI, defende reestruturação de todos os órgãos, em graus, entretanto, diferentes. A CIJ e o Secretariado, por exemplo, seriam submetidos apenas a reformas administrativas, para garantir maior eficiência. O Conselho de Tutela, inoperante dada a inexistência de territórios desprovidos de autoridade própria (situação que não se confunde com circunstancial desestabilização), deveria ter suas funções reformuladas, assim como a AGNU, o CSNU e o ECOSOC. À AGNU comportaria maior protagonismo na tarefa de defender a paz e a segurança internacionais. Hoje, suas resoluções são meramente recomendatórias; não obrigam e não decidem sobre Operação de Paz. Também ao ECOSOC caberia maior dinamismo, já que a promoção do desenvolvimento está ontologicamente ligada a questões econômicas e sociais. É, no entanto, em relação ao CSNU que existe maior pressão por reforma.

O poder que emana do CSNU é assimétrico e inadequado quanto à representatividade e à legalidade. Composto por 5 membros permanentes – Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China – dotados de <u>voz</u>, <u>voto</u> e, mais importante e exclusivo, <u>veto</u>, e 10 membros não-permanentes, eleitos para mandatos de 2 anos, reflete tão-somente a estrutura de poder da metade do século XX. Os atores emergentes na cena internacional do início do século XXI são desprovidos de efetivo poder de influência, o qual se concentra apenas na mão dos "5 grandes".

O que se tem defendido, portanto, tanto pelas sociedades civis como por especialistas de reconhecida competência (a exemplo dos reunidos no "blue-ribbon panel"), é ampliação

dos membros do CSNU. Uma "quick fix" seria a mera inclusão do Japão e da Alemanha, perdedores da Segunda Guerra, mas países que se tornaram, respectivamente, a segunda e a terceira economia do mundo e contribuidores de relevante percentagem do orçamento da ONU. Essa proposta encontra resistência da Itália, no entanto, excluída do principal núcleo de influência regional. Na Ásia, a China não deseja ter o poderio compartilhado com o Japão, pelo que se observa, portanto, claro impasse.

Uma agenda de reforma mais abrangente seria a de Razali Ismail, que já foi presidente da Assembléia Geral, na qual há a proposta de inclusão de mais 5 membros não-permanentes e de 5 membros permanentes, que seriam a Alemanha, o Japão, um país da África, um país da Ásia e um país da América Latina. O problema, outra vez, são as barreiras regionais, pois, normalmente, mais de um país da região tem proposta de ascensão ao CSNU, a exemplo da América Latina, onde Brasil, Argentina e México disputariam um assento disponível. São empecilhos, ainda, a ausência de concordância quanto às novas funções a serem desempenhadas por cada órgão e quanto ao número de países com poder de veto.

São inúmeras as propostas de reforma, já que cada país com alguma expressão regional ou mundial satisfar-se-ia com nova projeção de prestígio e de responsabilidade moral perante a comunidade das nações. O Brasil, por exemplo, uniu-se à Alemanha, à Índia e ao Japão (G-4) na defesa de mudança no CSNU e de incorporação ao grupo de países que decidem sobre a paz, a segurança e a promoção do desenvolvimento.

Tem-se por certo que a reforma é inevitável, se quer-se uma estrutura internacional efetivamente legítima e representativa, capaz de assegurar desenvolvimento e paz. A grande incógnita que permanece, porém, é como ela será feita.

*

NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

A prova de Noções de Direito e Direito Internacional Público consistirá de 5 (cinco) questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos. O(A) candidato(a) deverá responder de modo objetivo tendo em vista a limitação de linhas para cada resposta.

A banca examinadora levará em conta, sobretudo, o poder de argumentação do(a) candidato(a). Assim, eventual citação de tal ou qual autor deve ser evitada. O interesse dos examinadores é avaliar o entendimento do(a) candidato(a) sobre o problema formulado. Ele(a) deve pautar sua resposta pela objetividade, clareza e precisão.

A bibliografia é meramente indicativa. Os examinadores sugeriram livros atualizados e de fácil acesso, já que se trata de prova de “noções” de Direito. Desse modo, a banca ateve-se ao indispensável. O(a) candidato(a) poderá, por óbvio, lançar mão de outros autores que, ao seu juízo, abordem tal ou qual ponto do programa.

Programa:

I. Noções de direito e ordenamento jurídico brasileiro.

1. Normas jurídicas: características básicas; hierarquia. 2. Constituição: conceito, classificações, primado da Constituição, controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos. 3. Fatos e atos jurídicos: elementos, classificação e vícios do ato e do negócio jurídico. Personalidade jurídica no direito brasileiro. 4. Estado: características, elementos, soberania, formas de Estado, confederação, república e monarquia, sistemas de governo (presidencialista e parlamentarista), estado democrático de direito. 5. Organização dos poderes no direito brasileiro. 6. Processo legislativo brasileiro. 7. Princípios, direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF/88). 8. Noções de organização do Estado na CF/88: competências da União, dos Estados-membros e dos municípios; características do Distrito Federal. 9. Atividade administrativa do Estado brasileiro: princípios constitucionais da administração pública e dos servidores públicos, controle de legalidade dos atos da Administração. 10. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.

II - Direito internacional público.

1. Caráter jurídico do direito internacional público (DIP): fundamento de validade da norma jurídica internacional; DIP e direito interno; DIP e direito internacional privado (Lei de Introdução ao Código Civil). 2. Fontes do DIP: Estatuto da Corte Internacional de Justiça (artigo 38); atos unilaterais do Estado; decisões de organizações internacionais; normas imperativas (*jus cogens*). 3. Sujeitos do DIP: Estados [conceito; requisitos; território; população (nacionalidade, condição jurídica do estrangeiro, deportação, expulsão e extradição); governo e capacidade de entrar em relações com os demais Estados; surgimento e reconhecimento (de Estado e de governo); sucessão; responsabilidade internacional; jurisdição e imunidade de jurisdição; diplomatas e cônsules: privilégios e imunidades]; organizações internacionais (definição, elementos constitutivos, classificação, personalidade jurídica), Organização das Nações Unidas (ONU); Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano;

Indivíduo. 4. Solução pacífica de controvérsias internacionais (artigo 33 da Carta da ONU): meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais (arbitragem e tribunais internacionais). 5. Direito internacional dos direitos humanos: proteção (âmbito internacional e regional); tribunais internacionais; direito internacional humanitário; direito do refugiado. 6. Direito da integração: noções gerais; MERCOSUL e União Européia (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias). 7. Direito do comércio internacional: conhecimentos elementares; Organização Mundial do Comércio (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias). 8. Cooperação jurídica internacional em matéria penal.

Bibliografia sugerida:

I – Documentos:

Constituição da República Federativa do Brasil (1988).
Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça (1945).
Convenções de Viena sobre: Relações Diplomáticas (1961); Relações Consulares (1963); e Direito dos Tratados (1969).
Tratado de Assunção para a Constituição do Mercado Comum do Sul, Mercosul (1991).
Protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institucional do Mercosul (Ouro Preto, 1994).
Acordo constitutivo da Organização Mundial do Comércio - OMC (Marraqueche, 1994).
Memorando de Acordo relativo às Normas e Procedimentos para A solução de Litígios na OMC (1994).

II – Livros:

ACCIOLY, Hildebrando e Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva. **Manual de direito internacional público**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. 10 ed. Brasília: Editora UnB, 1999.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 12 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

________. **Teoria do Estado**. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

BORCHARDT, Klaus-Dieter. **O ABC do direito comunitário**. Bruxelas: Comissão Européia, 2000.

BROWNLIE, Ian. **Princípios de direito internacional público**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella**. Direito administrativo**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ENGISH, Karl. **Introdução ao pensamento jurídico**. 8 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

MELLO, Celso de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. 14 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 14 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional.** 15 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

QUOC DINH, Nguyen, Patrick Dailler e Alain Pellet. **Direito internacional público**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1999.

RANGEL, Vicente Marotta. **Direito e relações internacionais**. 7 ed. São Paulo: RT, 2002.

REALE, Miguel**. Lições preliminares de direito**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. 3 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SILVA, José Affonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 23 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de direito internacional público**. v. 1. São Paulo: Atlas, 2002.

THORSTENSEN, Vera. *OMC*: **Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais**. 2 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direito das organizações internacionais**. 3 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

Prova de 2005

Questão 1

Imagine que você seja consultor jurídico do Presidente da República. No momento, há uma medida provisória pendente de votação trancando a pauta da Câmara dos Deputados. Outros projetos vitais para o governo não estão sendo votados por causa disso. O Presidente da República recebe a sugestão do seu assessor Alpha de simplesmente retirar a medida provisória do Congresso Nacional. Do assessor Beta, recebe a orientação de revogar a medida provisória. O assessor Gamma complementa, propondo que, depois de revogada, a medida seja reeditada. O assessor Delta, por fim, sustenta que a medida provisória contém inconstitucionalidade e que, por isso, o Presidente poderia declará-la inconstitucional, com o que a pauta seria desobstruída. O Presidente da República pede que você indique, de modo justificado, a melhor das sugestões. Redija sua resposta.

Fábio Meira de Oliveira Dias (17/20)

A Constituição Federal é regida pelo princípio da separação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, harmônicos e independentes. O texto destina ao Poder Legislativo a competência de elaborar as leis, mas confere certa capacidade legislativa ao Poder Executivo ao permitir que este possa editar medidas provisórias com força de lei.

Cumpre observar, no entanto, que tais medidas provisórias estão sujeitas a uma série de restrições e normas específicas. A Constituição estabelece restrições, por exemplo, em relação aos assuntos sobre os quais pode versar uma medida provisória ou em relação às circunstâncias em que elas podem ser editadas. Assim, não são permitidas, por exemplo, medidas provisórias que visem ao seqüestro de poupança popular ou que sejam editadas em estado de sítio ou de defesa.

Além disso, as medidas provisórias estão sujeitas à aprovação do Congresso Nacional. A validade de uma medida é de sessenta dias, podendo esse prazo ser prorrogado uma única vez. O Congresso também precisa proceder à votação dentro do prazo máximo estabelecido na Constituição, sob pena de ficarem sobrestadas as demais votações até que a medida provisória em questão seja analisada. Caso o prazo de validade da medida se esgote ou a votação do Congresso não seja favorável, cabe a este disciplinar as relações jurídicas constituídas durante a vigência da medida. Para a tarefa, também existe um prazo, que, ao ser esgotado sem o devido decreto legislativo, determina que essas relações se mantenham regidas pelos termos da medida provisória.

No caso em tela, a medida provisória encontra-se pendente para votação, trancando a pauta da Câmara dos Deputados. Como existem outros projetos vitais para o governo que não estão sendo votados, é preciso estabelecer, à luz da Constituição, qual o procedimento mais indicado nesse caso.

A orientação do assessor Alpha, para simplesmente retirar a medida provisória do Congresso Nacional, não parece adequada. A Constituição determina que qualquer medida provisória editada pelo Poder Executivo seja submetida para votação no Congresso Nacional, de modo que não é possível simplesmente retirá-la para "destrancar" a pauta e, ao mesmo tempo, mantê-la em vigor.

A sugestão do assessor Beta, para regovar a medida provisória, encontra abrigo na legislação, pois é lícito ao Poder Executivo a revogação do ato decorrente do exercício de suas atribuições. A medida provisória perderia, desse modo, a validade e a pauta de votação da Câmara dos Deputados encontrar-se-ia livre.

A proposta do assessor Gamma, para revogar a medida provisória e reeditá-la, viola as determinações constitucionais sobre o assunto. A Constituição Federal é clara ao impedir que uma medida provisória seja reeditada na mesma sessão legislativa. Como já foi analisado, as medidas provisórias têm prazo de validade e, se não forem avaliadas pelo Congresso nesse prazo, não podem ser reeditadas na mesma sessão legislativa.

*A assessor Delta, ainda que tenha razão quanto à inconstitucionalidde da medida, não está correto em sua argumentação. O controle de constitucionalidade pode ser exercido preventivamente pelo Executivo e pelo Legislativo, ao evitar a elaboração de leis que violem os termos da Constituição. Uma vez editada a medida provisória, não compete ao Presidente da República declará-la inconstitucional. Essa competência é do Poder Judiciário, que pode fazer isso no exame de um caso concreto, com validade apenas entre as partes do processo em questão, ou por via de ação, como na Ação Direta de Inconstitucionalidade, com efeito vinculante e para todos ("*erga omnes*"). A Constituição enumera os possíveis propositores de tal ação, entre os quais encontra-se o Presidente da República.*

Após a análise das sugestões dos assessores presidenciais, resta claro que a proposta mais indicada, para o caso em tela, aparenta ser aquela do assessor Beta.

<u>Questão 2</u>

Comente a seguinte afirmação: "O direito internacional surgiu para erigir as fronteiras dos Estados nacionais; hoje ele se ocupa de derrubá-las".

Rafael Souza Campos de Moraes Leme (20/20)

Apesar de evidências de manifestações do fenômeno jurídico internacional desde a Grécia Antiga – e mesmo bem antes –, é comum situar-se o marco inaugural do Direito Internacional Público nos tratados de paz de Westfalia, em 1648, considerados "a certidão

de nascimento do Estado" – muito embora o fenômeno estatal, com todos os seus elementos (território, povo e governo soberano) já pudesse ser observado há muito (caso de Portugal, desde a Revolução de Avis, no século XIV). Mais importante que definir início ou fim de períodos de evolução jurídica (o que é, ademais, controverso), os referidos tratados são significativos de um padrão de concerto de países e de produção normativa que tem por objetivo a definição, a afirmação e a defesa das dimensões pessoal, territorial e governamental do Estado. São, portanto, a afirmação de soberania sobre um território.

*O Direito Internacional Público, assim concebido, baseia-se nas soberanias estatais e nas declarações de vontade dos Estados no sentido de discipliná-las. Na vontade soberana dos Estados reside a fonte mediata do Direito das Gentes. Esta a conclusão a que se pode chegar adotando-se a "*Willenstheorie*", de Windscheid, utilizada por muitos teóricos na procura pelo fundamento do Direito Internacional. Assim é que Jellineck chega à tese da autolimitação das soberanias: a preservação do Estado dependeria de soberanias que fossem exercidas na exata medida em que não colidam com outras soberanias; precisamente este o sentido de Westfalia e dos primórdios do Direito Internacional, preservando, sob a dimensão territorial, as fronteiras do Estado. Tal preservação advém, segundo Carl Heinrich von Triepel, da vontade comum ("*Vereinbarung*") dos Estados que, em oposição à vontade isolada de cada um deles, promovem juridicamente a disciplina das relações entre si. Para que esses mecanismos sejam efetivos, é fundamental o respeito ao princípio pacta sunt servanda, conforme posto em relevo por Dionisio Anzilotti.*

Muitos dos elementos apresentados podem ainda ser identificados no estágio atual de evolução jurídica internacional. Com efeito, o Estado ainda ocupa posição de destaque entre as pessoas jurídicas de direito internacional público. Só há obrigações, em princípio, se o Estado aceita vincular-se, ainda que a respeito de norma costumeira, ainda que tacitamente (a CPJI/CIJ declarou-o ad nauseam: caso da Plataforma Continental do Mar do Norte, Caso Fisheries, Caso Lotus). Dois fenômenos contribuem, contudo, para uma relativização do Direito das Gentes como instância meramente assecuratória de fronteiras e soberanias: o advento do ius cogens e o desenvolvimento do direito da integração.

O primeiro é elaboração doutrinária germânica (Verdross e von Heydte) bastante contestada (cf., por todos, Schwarzenberger). Contemplado pela Convenção de Viena sobre direito dos tratados (cf. art. 53), o ius cogens *tornaria nulo tratado que o aviltasse, constituindo um núcleo fixo de valores morais inderrogáveis a não ser por outra norma do mesmo tipo. A doutrina, em geral, aponta como conteúdo do* ius cogens *normas relativas ao direito humanitário, meio ambiente, além do* pacta sunt servanda*. Admitindo-se a sua existência, a soberania estatal e o caráter convencional do Direito das Gentes é posta em xeque por esta teoria que, calcada em grande medida na idéia jusnaturalista de uma ordem pública internacional, teria impacto sobre o Estado em todas as suas dimensões. Isso porque, como afirma Le Fur, os Estados estariam sujeitos a um modelo objetivo de justiça, baseado em normas aceitas e disseminadas como de fundamental importância, não podendo desrespeitá-las.*

Mas é o desenvolvimento do chamado direito da integração que melhor explicita o efeito territorial do contemporâneo Direito das Gentes. Com ele, cria-se maior densidade institucional, pelos mecanismos de supranacionalidade e integração intergovernamental. As declarações de vontade soberanas, nestes casos, vão no sentido de tornar porosas as fronteiras nacionais, estabelecendo-se a livre-circulação de mercadorias (áreas de livre comércio), tarifas externas comuns (uniões aduaneiras), também a livre circulação de pessoas e bens (mercado comum), chegando-se à supranacionalidade plena com uma moeda comum (união monetária). A supranacionalidade define, em grau elevado, a função do direito internacional de "derrubar as fronteiras". Do ponto de vista jurídico, tal se dá por

mecanismos como a primazia do direito comunitário (União Européia) e da eficácia imediata das decisões comunitárias. Convém, apenas, advertir que as fronteiras são, ainda, relevantes e não desaparecem; o monopólio de coerção legítima permanece válido sobre um território – não se pretende, com a U. E., um Estado federado (até porque não há o princípio de indissolubilidade do vínculo federatício, admitindo-se a secessão). Ademais, esse processo não avança sem recuos (vide a recusa por Holanda e França da Constituição Européia, a demonstrar, em grande medida, serem ciosos de suas fronteiras os Estados Nacionais). De toda sorte, a afirmação é correta ao revelar as novas funções do direito Internacional e os novos sentidos de suas normas.

Questão 3

Considere que o governador de um Estado-membro da Federação assuma compromissos internacionais, envolvendo direitos e obrigações patrimoniais, com certo Estado-membro da República Federativa de Pasárgada. O governador brasileiro é informado de que o acordo somente será válido se aprovado pela assembléia legislativa local, haja vista o princípio da similitude com o processo de incorporação de tratados no âmbito federal. Analise o acerto da informação dada.

Mônica S. F. de Sales Barth Tambelli (20/20)

De acordo com a Constituição Federal vigente, o Brasil é um estado federal composto pela União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, entes autônomos, mas não soberanos. A Constituição determina, ainda, que cada um dos entes federados possuem personalidade jurídica de direito público interno, mas que apenas a República, entendida como a totalidade do estado federal, dispõe de personalidade jurídica de direito internacional público. Assim, os Estados membros não têm competência para atuarem soberanamente nas relações internacionais. Apenas a República pode ser parte em tratados internacionais.

É da própria natureza do Estado Federal a existência do princípio do primado da Constituição Federal. Segundo esse princípio, a Lei Maior confere os parâmetros e limitações ao exercício da autonomia dos entes federados, além de conferir-lhes competência para elaborar suas próprias constituições estaduais, mas estas devem necessariamente estar de acordo com as normas constitucionais federais.

No caso em tela, o governador de um Estado-membro da Federação celebrou tratado internacional envolvendo direitos e obrigações patrimoniais com um Estado-membro da República Federativa de Passárgada. Pretende-se, agora, internalizar o compromisso ao ordenamento jurídico brasileiro via aprovação da assembléia legislativa local. A questão envolve inúmeros problemas.

Em primeiro lugar, conforme exposto, os entes da federação são autônomos, mas não soberanos e não gozam de personalidade jurídica internacional. Dessarte, são incapazes para celebrar tratados. No Brasil, tratados só podem ser celebrados pelo Presidente da República e nunca por governadores de Estados-membros.

Em segundo lugar, ainda que tivesse sido celebrado de acordo com as regras constitucionais de competência, a incorporação do referido tratado ao direito brasileiro só poderia ser feita via Congresso Nacional e não por aprovação em Assembléia Legislativa local.

Em suma, o tratado assinado pelo governador de um Estado-membro é nulo de pleno direito dada a incapacidade do agente. Por ser nulo, não há que se cogitar sua incorporação

ao ordenamento jurídico pátrio, procedimento que só pode ser efetuado, nos termos da Constituição Federal, no âmbito da competência do Congresso Nacional.

Questão 4

Responda, de modo crítico, à indagação do Professor Thomas Franck: Quem matou o art. 2° - 4 da Carta da Organização das Nações Unidas? ("4. todos os membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os Propósitos das Nações Unidas."). In: *American Journal of International Law* 64 (1970): 809.

Mônica S. F. de Sales Barth Tambelli (20/20)

A indagação do Professor Thomas Franck é extremamente pertinente no estado de desenvolvimento do sistema internacional atual. A ampla participação dos países na Organização das Nações Unidas é indicativa de sua importância na coordenação do relacionamento entre Estados soberanos.

A Carta da ONU foi elaborada em um contexto marcado pelos horrores de duas guerras mundiais e surgiu como compromisso entre os países do mundo para a manutenção da paz e da estabilidade internacionais. Nesse sentido, os países signatários da Carta – hoje quase a totalidade dos Estados existentes no mundo – comprometeram-se a unir esforços e cooperar para garantir a prevalência dos meios políticos e pacíficos para solução de controvérsias internacionais. Vale ressaltar que, entre os dispositivos da Carta, ficou determinada a ilicitude da guerra, a proibição do recurso à força como continuação da política entre os Estados. A Carta assegura, ainda, a integridade territorial dos Estados, sua independência e soberania, impedindo que sejam tomadas medidas que interfiram no âmbito de vigência do direito interno dos países.

Como recursos para solução de conflitos, a Carta das Nações Unidas prevê, antes de tudo, a preferência por iniciativas bilaterais em que os países envolvidos cheguem, eles mesmos, à composição equilibrada de seus interesses. Em sendo infrutífera a tentativa de conciliação, a controvérsia deve ser submetida ao sistema multilateral das Nações Unidas. O esforço multilateral deverá ser capaz de redimir os conflitos por ventura existentes. Em questões de ameaça à paz, deve ser destacada a atuação do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O órgão funciona dentro do sistema multilateral e tem poderes, inclusive coercitivos, podendo impor sanções e tomar medidas cabíveis que visem à manutenção ou restauração da paz internacional. A guerra, no entanto, não é uma alternativa. Não se pode garantir a paz por meio de ataques militares. É um contra-senso. Da mesma forma, a Carta das Nações Unidas não permite, nem mesmo ao Conselho de Segurança, a ingerência no âmbito da competência exclusiva do Estado soberano. O intuito da Carta da ONU é a promoção de relações internacionais pacíficas e harmônicas, possíveis apenas por meio de cooperação.

O cenário internacional atual, marcado pela existência de diversas guerras ao redor do globo, parece atestar a falência do sistema das Nações Unidas. É nesse sentido que o Professor Thomas Franck pergunta quem matou o artigo 2º-4 da Carta da ONU. A indagação dirige-se, ainda mais especificamente, aos recentes casos de invasão ao Afeganistão e ao Iraque. Os dois países ilustram a contradição existente entre os propósitos das Nações Unidas e as ações autorizadas pelo Conselho de Segurança. Como pode um órgão da ONU recorrer à guerra e à interferência em assuntos internos dos países? O ataque ao Iraque causou a guerra. A imposição de substituição de regime político e elaboração de

nova carta constitucional no país é exemplo claro de medidas que interferem no âmbito de competência interna. A atual situação de crescente violência em solo iraquiano decorre diretamente do descumprimento dos preceitos estabelecidos na Carta das Nações Unidas.

O sistema da ONU ainda existe e deveria ser preservado, mas isso só será possível se os próprios países membros do Conselho de Segurança empenharem-se para não usar o instrumental das Nações Unidas em prol de seus objetivos particulares.

Questão 5

Tendo em vista o tratamento dado no ordenamento jurídico brasileiro aos tratados, disserte sobre a eventual importância do § 3° do art. 5° da Constituição Federal, acrescentado pela Emenda Constitucional № 45, de 2004 ("Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.").

Luciana Serrão Sampaio (20/20)

A Emenda Constitucional nº 45/2004 provocou inúmeras mudanças no ordenamento maior brasileiro. Implementou a reforma do Poder Judiciário e criou o Conselho Nacional de Justiça, por exemplo. Inovação importante foi, também, a alteração do parágrafo 2° e a inclusão de dois outros. O parágrafo 3°, objeto da análise, prevê a possibilidade de conferir-se status constitucional a tratado que verse sobre direitos humanos.

A despeito da controvérsia doutrinária sobre o status que deveria ser conferido a tratados sobre direitos humanos, esses tratados eram submetidos à aprovação do Congresso Nacional e depois enviados ao Poder Executivo para assinatura e publicação. Assim, o trato dispensado às Convenções era de lei ordinária federal. Nessa qualidade, embora representassem compromissos internacionais cujo descumprimento incorreria em ilícito internacional, estavam sujeitos aos princípios que regem a vigência de normas: lei posterior revoga lei anterior e lei especial revoga lei geral.

Com a nova redação, está previsto que os tratados sobre direitos humanos que forem aprovados com quorum e procedimento de Emenda Constitucional – isto é, aprovados em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros em cada casa do Congresso Nacional – serão equivalentes às Emendas Constitucionais. Pode-se fazer algumas inferências sobre o dispositivo: primeiro, não serão todos os tratados sobre direitos humanos, mas apenas os submetidos a esse procedimento; segundo, conquanto não disponha sobre em que capítulo teriam, supostamente, ingressado, a presença do parágrafo no artigo 5° e a pertinência da matéria permitem a ilação de que constitui parte das Garantias Fundamentas e, por isso, cláusula pétrea – não passível de emenda ou revogação.

Por fim, o acréscimo do parágrafo e a nova redação dada sobre o processo de internalização de tratado que versa sobre direitos humanos alargam a possibilidade de promover as garantias individuais no Brasil e são coerentes com o adágio de Constituição Cidadã para a Carta de 1988.

*

NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia consistirá de 5 (cinco) questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos.

Programa:

1. Conceitos básicos. 1.1 O objeto da Economia: escassez e usos alternativos; bens econômicos; sistema de preços e alocação de recursos. 1.2 Noções sobre a evolução da análise econômica: pensamento clássico e marxista; a escola neoclássica; Keynes; desenvolvimentos pós-keynesianos. 1.3 Medida da atividade econômica: produto e renda; contas nacionais: os grandes agregados e sua estimação; valores nominais e valores reais; índices de preços. 1.4 Noções de Microeconomia: determinantes da procura e da oferta; elasticidades; o equilíbrio de mercado; concorrência perfeita, monopólio e outras estruturas de mercado. 1.5 Moeda e sistema bancário: oferta e procura de moeda; Banco Central e política monetária; inflação. 1.6 Noções de Economia Internacional: taxas de câmbio e sua determinação; o balanço de pagamentos; a noção de vantagens comparativas e vantagens competitivas. Movimentos internacionais de capitais. Taxa de juros interna e externa. Integração econômica, comércio mundial e acordos regionais.

2. Formação da Economia Brasileira. 2.1 A economia brasileira no período colonial: a economia açucareira do Nordeste; auge e declínio da mineração. 2.2 A economia brasileira no século XIX: expansão da lavoura cafeeira; transformações no final do período: abolição do escravismo, início do desenvolvimento industrial. 2.3 A economia brasileira na primeira metade do século XX: as duas guerras mundiais; a depressão dos anos trinta e seus reflexos; o processo de industrialização: fases, características. 2.4 A economia brasileira na segunda metade do século XX: desenvolvimentismo e planejamento econômico; endividamento público e processo inflacionário; choques externos e planos de estabilização; opções de política econômica; mercado de trabalho; ciência, tecnologia e inovação; comércio exterior e integração econômica.

Bibliografia sugerida:

ABREU, M. P. **A Ordem do Progresso: 100 anos de política econômica republicana**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: UNESP, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 2003.

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia: princípios de micro e macro economia**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M.A.S. (orgs.). **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 2004.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SAMUELSON. P. A.; NORDHAUS, W. D. **Economia** 16. ed. Lisboa: McGraw-Hill, 1999.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil" *in*: **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VERSIANI, Flávio Rabelo. **Manual do candidato: noções de economia**. Brasília: FUNAG, 1996.

Prova de 2005

Questão 1

Explique por que a hipótese de flexibilidade – tanto de preços como de salários – desempenha um papel crucial na controvérsia entre os economistas clássicos e keynesianos.

Ana de Fátima Ribeiro Bezerra (20/20)

Segundo os economistas clássicos, os preços em uma economia se ajustam às forças da demanda e da oferta de forma a se estabelecer no nível de renda do pleno emprego dos fatores de produção. Quando o preço de um produto está abaixo do preço em que a quantidade demandada é igual à quantidade oferecida do produto, a escassez de oferta frente a demanda elevaria o preço até o equilíbrio. Quando o preço do produto estivesse acima do preço de equilíbrio, o excesso de oferta reduziria o preço até o equilíbrio. A oferta e a demanda agiriam de forma análoga sobre os salários, que representam o preço do fator de produção trabalho. Em uma situação de recessão, esses preços se ajustariam a uma nova renda de equilíbrio inferior à renda de equilíbrio anterior.

Os keynesianos argumentavam que na realidade os preços não são tão flexíveis como na teoria. Segundo eles, em uma situação de recessão na qual a redução da renda força os preços de equilíbrio para baixo os preços não se ajustam automaticamente a essa redução. Isso ocorre porque os produtores são reticentes em reduzir sua margem de lucro por produto vendido e porque trabalhadores e sindicatos impedem uma redução nos salários. O hiato entre os preços praticados e o preço de equilíbrio determina maior redução da produção para se ajustar ao baixo consumo e no não aproveitamento pleno dos fatores de produção disponíveis, aumentando inclusive a taxa de desemprego. Para evitar que a recessão se agrave, os keynesianos defendem uma intervenção direta do governo. O aumento dos gastos governamentais por meio de obras públicas, por exemplo, sustentaria a demanda agregada e evitaria o aprofundamento da recessão.

Dessa forma, a maneira como os clássicos e keynesianos encaram a flexibilidade dos preços determina suas recomendações sobre a melhor atitude frente a uma recessão.

Questão 2

Se, em decorrência da queda da confiança na evolução futura da economia, os consumidores expandirem seus níveis de poupança para enfrentar períodos de incerteza, esse comportamento pode contribuir para exacerbar a tendência recessiva da economia. Avalie.

Ricardo Bahia de Gaudie Ley Fleury (20/20)

A situação de aumento dos níveis de poupança por parte dos consumidores em decorrência da queda da confiança na evolução futura da economia, com conseqüências recessivas, foi denominada por keynes de armadilha da liquidez.

O modelo econômico clássico estabeleceu a igualdade entre poupança e investimento: S=I. Assim, o investimento agregado seria igual à soma das poupanças privada, governamental e externa. Keynes, porém, observou que, em muitas circunstâncias, a decisão das pessoas e das empresas em investir suas poupanças estava associada às expectativas futuras em relação à evolução da economia. Assim, em períodos de incerteza, poderia existir a poupança sem o investimento. Sabe-se que a demanda agregada é igual à soma de consumo mais investimento mais gastos governamentais mais as exportações menos as importações DA=C+I+G+(X-M). Logo, se há redução do investimento, haverá diminuição da demanda, do produto e da renda agregada (DA=PA=RA) com conseqüente recessão.

Por outra análise, pode-se decompor a renda agregada de acordo com sua destinação: parte para o consumo, parte para poupança, parte para pagar tributos e parte renda líquida enviada ao exterior RA=C+S+T+RLEE. Logo, tem-se que C=RA-S-T-RLEE. Assim, quanto maior a parcela da renda destinada à poupança, menor será o gasto em consumo, o que agrava a recessão por contração da demanda.

A queda da confiança na evolução da economia, que leva os consumidores a expandir sua poupança, termina por afetar o consumo e o investimento, diminuindo a demanda e exacerbando a recessão. Assim, há um círculo vicioso em que a queda de confiança leva ao aumento da poupança e queda da demanda, com recessão. Essa leva a nova crise de confiança que gera nova contração da demanda e assim sucessivamente. Daí o engenhoso nome criado por Keynes para designar a situação: armadilha da liquidez.

Para romper a armadilha e reverter o queda do consumo e dos investimentos, keynes defendia o aumento dos gastos públicos. De fato, o aumento dos gastos públicos leva ao aumento da demanda agregada (DA=C+I+G+(X-M)) com reversão do quadro recessivo pelo efeito multiplicador da renda gerada pelos gastos públicos. O início da reversão estimula a confiança dos consumidores, que passarão a destinar parte maior de sua renda não mais para a poupança, mas sim para o consumo.

Questão 3

"Trabalhadores de indústrias protegidas por altas tarifas argumentam, freqüentemente, que o livre comércio reduz tanto o emprego como a renda do trabalho." Avalie.

Nássara Azeredo Souza Thomé (20/20)

Segundo o modelo clássico, defensor do livre comércio, os trabalhadores das indústrias protegidas, ainda que corretos sob o ponto de vista da economia autárquica ou protegida, não estão observando o aumento do nível de bem estar da economia como um todo.

Para os economistas clássicos, o livre comércio absoluto (com total isenção de tarifas alfandegárias) seria a melhor forma de comércio internacional, porque seria a expressão completa do modelo das vantagens comparativas.

Dessa maneira, um país que, possuindo empresas relativamente mais ineficientes que suas correspondentes no restante do mundo, em uma economia autárquica praticaria preços

que garantiriam a produtividade (quantidade ofertada) em equilíbrio com a quantidade demandada a um determinado nível de preços. Para uma economia com tarifas protecionistas, ainda que o restante do mundo possa oferecer os mesmos produtos (ou substitutos) a preços mais baixos, as tarifas alfandegárias elevam os preços dos referidos produtos importados no mercado interno, garantindo a proteção às empresas nacionais (cujos produtos permanecem competitivos e não sofrem concorrência real).

No entanto, no livre comércio, os produtos importados adentram o país livres de tarifas. Como as empresas nacionais, em nossa hipótese, são mais ineficientes, os preços que praticam são mais altos, o que torna os importados (a preço mais baixo porque mais eficientemente produzidos) mais competitivos. Isso força os produtores nacionais a reduzirem seus preços, o que por conseguinte reduz sua margem de lucros e sua capacidade produtiva.

Os produtores perdem, portanto, duas vezes: são forçados a produzir menos e o que efetivamente ainda conseguem produzir custa menos do que antes. Isso resulta na redução do emprego (devido a demissões oriundas da contração da produção) e na redução da renda do trabalho (com cortes salariais devido à queda nos rendimentos das vendas).

Por outro lado, os consumidores ganham duplamente com a abertura econômica. A competitividade leva a queda nos preços, o que permite ao consumidor comprar a mesma quantidade de antes a preços mais baixos. Além disso, ele agora também pode consumir mais do que antes, já que os baixos preços estimulam o consumo.

Assim, o aumento do bem-estar do consumidor (segundo o modelo clássico) supera, em muito, a queda no bem-estar dos produtores e resulta em efetivo ganho de bem-estar para a economia como um todo.

O modelo de Viner-Meade-Johnson, desenvolvido na segunda metade do século XX, buscou explicar que nem sempre a integração econômica aumenta o bem-estar da economia do país, criando o conceito e cálculo do desvio de comércio. Tal modelo aplica-se, contudo, à união aduaneira, estágio intermediário entre o mercado protecionista e o livre comércio.

Há que se ressaltar, contudo, que o modelo clássico estabelece um nível tal de integração que não existe no mundo real, por desconsiderar fatores como a existência de países economicamente desiguais, economias de escala, barreiras alfandegárias persistentes e outras formas de protecionismo, bens heterogêneos, concorrência monopolística etc.

Questão 4

Por muito tempo setores da economia caracterizados por monopólios eram controlados pelo Estado. Isso deixou de ser verdade após as privatizações. Como forma de controlar os monopólios privados, países do mundo inteiro passaram a criar agências reguladoras. Explique como as agências reguladoras podem contribuir para o bem-estar dos consumidores.

Luciana Serrão Sampaio (20/20)

Durante a década de 90 do século XX, foi marcante o processo de privatização de monopólios de Estado. No novo contexto, de monopólios privados, surgem, também, as agências reguladoras cujo papel é disciplinar a atuação dos agentes econômicos de forma a garantir o bem-estar dos consumidores.

O monopólio é uma situação de falha de mercado. Ele ocorre seja em função do volume do investimento inicial necessário ao início da produção do bem ou oferta de serviço que limita o ingresso de outros concorrentes, seja em função da natureza do bem produzido ou oferecido (o monopólio natural) que não admite mais de um produtor ou prestador de serviço. Assim, no monopólio, há um agente econômico que atua com poder de mercado.

Devido ao fato de haver um agente econômico com controle sobre o mercado, a lógica de que o preço do bem ou serviço é dado pelo equilíbrio entre oferta e demanda é subvertida. Quando há uma situação de monopólio, o agente monopolista deixa de ser um tomador de preços (price taker) e passa a impor preços ao mercado (price maker). Enquanto sob o controle do Estado, a atividade visava, principalmente, produzir o bem-estar social. Já, sob o controle da empresa privada – como agente econômico racional -, o objetivo precípuo é a maximização dos lucros. Logo, no contexto de monopólio privado, a possibilidade de abuso aumenta.

Nessa situação, o papel da agência reguladora ao proteger o bem-estar coletivo assume fundamental importância. Primeiro, ao produzir marco regulatório em que disciplina a natureza e a qualidade do serviço, garante o abastecimento do bem, estabelece as regras de preços e reajustes e de assistência ao usuário. Segundo, ao efetivamente supervisionar e controlar a atividade da empresa e a sua atuação no mercado. Por fim, ao impor política de preços máximos de forma, por um lado, a impedir o abuso no aumento de preços (e permitir o acesso de todos) e, por outro, ao evitar o risco de desabastecimento ou de suspensão do provimento de serviços.

Por fim, a situação de monopólio por garantir poder sobre o mercado inspira cuidados. Em situação de monopólio privado sobre os serviços antes oferecidos pelo Estado, pela própria lógica do agente econômico em questão, demanda supervisão e controle sobre a atuação desse no mercado. Esse é o papel da agência reguladora, isto é, impedir o abuso do provedor que dispõe de poder de mercado e garantir o bem-estar da coletividade.

Questão 5

Explique como a política cambial foi utilizada para proteger a renda dos cafeicultores na passagem do século XIX para o século XX. Que tipo de problema impediu o uso continuado dessa política?

Luciana Serrão Sampaio (20/20)

Na passagem do século XIX para o século XX, manteve-se política cambial para proteger a renda dos cafeicultores. Segundo Celso Furtado, a importância dessa política não se restringe ao benefício de um setor empresarial, pois garantiu o desenvolvimento e expansão da economia monetária.

Na virada do século, o mercado internacional de café tinha elevada oferta do produto (e, em constante expansão) e passava a haver queda do preço do produto. Ademais, por ser um produto com baixa elasticidade preço de demanda – isto é, a queda no preço provocava um aumento menos que proporcional da quantidade demandada -, havia uma queda da receita percebida em moeda internacional.

Nessas circunstâncias, buscou-se na política de desvalorização cambial reduzir os prejuízos sofridos pelo setor cafeeiro. A desvalorização cambial implica que cada unidade de moeda estrangeira corresponde a número maior de moeda nacional. Assim, o exportador de café, embora sofresse algum prejuízo com a queda do preço internacional (Furtado escreve que perda seria de 40%, mas, com a intervenção, passa a ser de 10%), mantinha o poder de consumo interno e, mais importante, mantinha o nível de emprego doméstico e o consumo.

Essa política de desvalorização cambial, conquanto tenha sido benéfica ao setor de exportação, foi prejudicial para as camadas médias urbanas. Por um lado, muito dependentes de bens importados, sofreram perda real do poder de consumo. Por outro, o

excesso de oferta de moeda provocou a inflação dos preços domésticos. Esses setores sofreram perda real de renda.

Deve-se ressaltar, também, que essa política foi mantida mediante seguidos pedidos de empréstimos internacionais. Em 1906, com a Convenção de Taubaté, assumia-se a política de valorização de café mediante a qual o Estado compraria o excedente e, no momento de crise de produção, este seria vendido. Embora previsto o controle sobre a produção, este nunca foi implementado e os momentos de super-produção eram mais freqüentes do que os de quebra de safra. A política de desvalorização cambial aliada aos seguidos empréstimos provocava a impossibilidade de pagamento da dívida, assumia-se, então, novo empréstimo, este, agora, de consolidação da dívida e a juros mais altos.

Esse sistema funcionou enquanto existia liquidez internacional. A crise de 1929 reduziu abruptamente a oferta de créditos internacionais e implicou, no Brasil, a fuga de capitais. O fim da liquidez impôs ao Brasil o fim da política de valorização do café. Já, no governo Vargas, adota-se política anti-cíclica mediante política de preços mínimos para o café.

Assim, a política de desvalorização cambial, embora voltada para atender um grupo econômico, garantiu a expansão da economia monetária e menor expressão da economia de subsistência. Essa política insustentável no longo prazo ao promover crescente endividamento sofreu duro golpe com o fim da liquidez internacional. A crise de 1929 impõe o seu abandono.

*

HISTÓRIA MUNDIAL (TPS)

Conforme esclarecido na apresentação do Teste de Pré-Seleção (pág. 17), reproduz-se, a seguir, o programa e a bibliografia do Guia de Estudos de 2004 para a prova de História Mundial Contemporânea.

Programa:

1. Estruturas e idéias econômicas
Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o "New Deal". A prosperidade no segundo pós-guerra. O "Welfare State" e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível.

2. Revoluções
As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e "Trade Unions". Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba.

3. As Relações Internacionais
Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão Balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A "teoria dos dois campos" e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A "détente". A "segunda Guerra Fria" (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético.

4. Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação
O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não-Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo.

5. A evolução política e econômica nas Américas
A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas.

6. Idéias e regimes políticos
Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A

construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX.

7. A vida cultural
O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.

Bibliografia:

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 2003.

BARRACLOUGH, G. **Introdução à História Contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BETHELL, Leslie. **História da América Latina**. São Paulo: EDUSP, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo**. Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTAÑEDA, Jorge C. **A Utopia Desarmada**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

HALPERIN DONGHI, Tulio. **História da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

________. **A Era do Capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

________. **A Era dos Extremos**. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2001.

________. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

________. **Nações e nacionalismo desde 1780**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

JOUVENEL, Bertrand de. **As Origens do Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

O'GORMAN, Edmundo. **A Invenção da América**. São Paulo: UNESP, 1992.

OLIVER, Roland. **A Experiência Africana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SARAIVA, José Flávio S. **Relações Internacionais – Dois Séculos de História: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)**. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

________. **Relações Internacionais – Dois Séculos de História: entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947**).Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

VAISSE, Maurice, **Les Relations Internationales Depuis 1945**. 9. ed. Paris: Armand Collin, 2004.

A título de orientação para os candidatos que desejarem aprofundar o conhecimento da matéria, ou que tiverem dificuldade em obter alguma das obras listadas acima e procurarem leitura alternativa, sugerem-se os seguintes livros adicionais:

BEAUD, Michel. **História do Capitalismo de 1500 a nossos dias**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BELY, Lucien. **L'invention de la Diplomatie**. Paris: PUF, 1998.

BERG, Eugène. **La Politique Internationale Depuis 1955**. Paris: Economica, 1989.

FERRO, Marc. **História das Civilizações: das conquistas às independências, séc. XVII ao XX.** São Paulo: Cia das Letras, 1996.

JOLL, James. **Europe Since 1870**. London: Penguin Books, 1990.

KAGARLITSKY, Boris. **A Desintegração do Monolito**. São Paulo: UNESP, 1999.

MORSE, Richard. **O Espelho de Próspero**. 5. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ROBERTS, J. M. **History of the World**. New edition. London: Penguin, 1990.

PANIKKAR, K.M. **A Dominação Ocidental na Ásia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

THE NEW CAMBRIDGE MODERN HISTORY (vol. 9 a 12). Cambrigde: Cambridge University Press.

THOMSON, D. **Pequena História do Mundo Contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

VIZENTINI, Paulo. **Da Guerra Fria à Crise (1945-1992)**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1992.

————. **A Grande Crise**. Petrópolis: Vozes, 1992.

*

INSTITUTO RIO BRANCO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Guia de Estudos

2007

Ministro das Relações Exteriores

Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto

Diretor do Instituto Rio Branco

Embaixador Fernando Guimarães Reis

APRESENTAÇÃO

O **Guia de Estudos** do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, versão 2007, visa a orientar e auxiliar o candidato que pretende ingressar na carreira diplomática.

Constam deste **Guia**:

- Edital de 6 de dezembro de 2006, do Diretor do Instituto Rio Branco;

- Portaria nº 336, de 30 de maio de 2003, do Ministro de Estado das Relações Exteriores;

- Orientação para estudo, contendo programas das disciplinas, bibliografia para as provas e exemplos de respostas que mereceram aprovação no concurso anterior, mantidos os textos originais dos candidatos, com eventuais incorreções e/ou deficiências.

Brasília, em dezembro de 2006.

EDITAL DE 6 DE DEZEMBRO DE 2006
CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público que estarão abertas, de 11 de dezembro de 2006 a 21 de janeiro de 2007, as inscrições para o Concurso Público de Admissão à Carreira de Diplomata, nos termos dos artigos 35 e 36 da Medida Provisória n.º 319, de 24 de agosto de 2006.

O Concurso obedecerá às seguintes normas:

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso será realizado pelo Instituto Rio Branco (IRBr), com a colaboração do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE/UnB). O texto deste Edital estará também disponível nos endereços eletrônicos do IRBr (http://www.irbr.mre.gov.br) e do CESPE/UnB (http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007), bem como eventuais informações adicionais sobre o Concurso.

1.2 O Concurso terá três fases, especificadas a seguir:

a) Primeira Fase: Teste de Pré-Seleção (TPS), de caráter eliminatório, constituído de questões objetivas de Português, História do Brasil, História Mundial, Política Internacional e Inglês;

b) Segunda Fase: prova escrita de Português, de caráter eliminatório e classificatório;

c) Terceira Fase: provas escritas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Direito e Direito Internacional Público, de Noções de Economia e de Espanhol ou Francês.

1.3 Cada uma das fases será realizada simultaneamente nas cidades de Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Manaus/AM, Natal/RN, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, São Luís/MA, São Paulo/SP e Vitória/ES.

1.4 VAGAS: 105, sendo 6 vagas reservadas aos candidatos portadores de deficiência.

2 DO CARGO

2.1 A aprovação no Concurso habilitará o candidato: 1.º) a ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata (Terceiro Secretário), de acordo com a ordem de classificação obtida; e 2.º) a ter matrícula no Curso de Formação do Instituto Rio Branco, regulamentado pela Portaria n.º 336 do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 30 de maio de 2003, publicada no *Diário Oficial da União* de 12 de junho de 2003.

2.2 REMUNERAÇÃO INICIAL NO BRASIL: R$ 7.183,91 (sete mil e cento e oitenta e três reais e noventa e um centavos).

3 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

3.1 Ter sido aprovado no Concurso.

3.2 Ser brasileiro nato, conforme o artigo 12, § 3.º, inciso V, da Constituição Federal.

3.3 Estar no gozo dos direitos políticos.

3.4 Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino.

3.5 Estar em dia com as obrigações eleitorais.

3.6 Apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação. No caso de candidatos cuja graduação tenha sido realizada em instituição estrangeira, caberá exclusivamente ao candidato a responsabilidade de apresentar, até a data da posse, a revalidação do diploma exigida pelo Ministério da Educação, nos termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

3.7 Haver completado a idade mínima de dezoito anos.

3.8 Apresentar aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, verificada por meio de exames pré-admissionais, nos termos do artigo 14, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
3.9 O atendimento a cada um dos requisitos acima é de responsabilidade exclusiva do candidato.
3.10 Será excluído do Concurso o candidato que não atender a qualquer dos requisitos acima enumerados ou que, quando for o caso, não obtiver a autorização de que trata o subitem 5.4.1 deste Edital.

4 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICÊNCIA

4.1 Do total de vagas destinadas ao cargo, 5% serão providas na forma do artigo 37, VIII, da Constituição Federal, do artigo 5.°, § 2.°, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004.
4.1.1 O candidato que se declarar portador de deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.
4.2 Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá:
a) no ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência e estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e de que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação no estágio probatório; e
b) encaminhar laudo médico original ou cópia simples, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência, na forma do subitem 4.2.1.
4.2.1 O candidato portador de deficiência deverá entregar, até o dia **23 de janeiro de 2007**, das 8 horas às 19 horas (exceto sábado, domingo e feriado), pessoalmente ou por terceiro, o laudo médico (original ou cópia simples) a que se refere a alínea “b” do subitem 4.2, na Central de Atendimento do CESPE/UnB, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, mezanino – Asa Norte, Brasília/DF.
4.2.1.1 O candidato poderá, ainda, encaminhar o laudo médico (original ou cópia simples), via SEDEX, postado impreterivelmente até o dia **23 de janeiro de 2007**, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB – Concurso IRBr Diplomata 2007 (laudo médico), *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, mezanino – Asa Norte, Brasília/DF, Caixa Postal 4488, CEP 70904-970.
4.2.2 O fornecimento do laudo médico (original ou cópia simples), por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O CESPE/UnB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada do laudo a seu destino.
4.3 O candidato portador de deficiência poderá requerer, na forma do subitem 5.4.9 deste Edital, atendimento especial, no ato da inscrição, para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas, conforme previsto no artigo 40, parágrafos 1.º e 2.º, do Decreto n.º 3.298/99 e suas alterações.
4.4 O laudo médico (original ou cópia simples) terá validade somente para este Concurso público e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias desse laudo.
4.4.1 A relação dos candidatos que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de portadores de deficiência será publicada no *Diário Oficial da União* e divulgada na Internet, no endereço eletrônico **http://www.cespe.unb.br**/concursos/diplomacia2007, no Edital de locais e horário de realização do Teste de Pré-Seleção.

4.4.1.1 O candidato disporá de um dia a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar as razões do indeferimento, pessoalmente ou por meio de fax, *e-mail* ou via SEDEX, citados no subitem 13.5.1 deste Edital. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.
4.5 A inobservância do disposto no subitem 4.2 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tal condição e o não-atendimento às condições especiais necessárias.
4.6 Os candidatos que, no ato da inscrição, declararem-se portadores de deficiência, se aprovados e classificados no Concurso, terão seus nomes publicados em lista à parte e, caso obtenham classificação necessária, figurarão também na lista de classificação geral.
4.7 Os candidatos que se declararem portadores de deficiência, aprovados e classificados no Concurso Público, deverão submeter-se à perícia médica promovida pela Junta Médica designada pelo Diretor do Instituto Rio Branco, que verificará sobre a sua qualificação como portador de deficiência ou não, bem como sobre o grau de deficiência incapacitante para o exercício do cargo, nos termos do artigo 43 do Decreto n.º 3.298/99 e suas alterações.
4.8 Os candidatos deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), conforme especificado no Decreto n.º 3.298/99 e suas alterações, bem como à provável causa da deficiência.
4.9 A não-observância do disposto no subitem 4.8, a reprovação na perícia médica ou o não-comparecimento à perícia acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.
4.10 O candidato portador de deficiência reprovado na perícia médica por não ter sido considerado deficiente, caso seja aprovado no Concurso, figurará na lista de classificação geral.
4.11 O candidato portador de deficiência reprovado na perícia médica em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será eliminado do Concurso.
4.12 As vagas definidas no subitem 4.1 que não forem providas por falta de candidatos portadores de deficiência aprovados serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

5 DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO

5.1 As inscrições poderão ser efetuadas somente via Internet, conforme procedimentos especificados a seguir.
5.1.1 TAXA: R$ 100,00.
5.1.2 Será admitida a inscrição exclusivamente via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007, solicitada no período entre **10 horas do dia 11 de dezembro de 2006** e **23 horas e 59 minutos do dia 21 de janeiro de 2007**, horário oficial de Brasília/DF.
5.1.3 O CESPE/UnB não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
5.1.4 O candidato poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU COBRANÇA).
5.1.4.1 A GRU estará disponível no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007 e deverá ser impressa para o pagamento da taxa de inscrição **imediatamente** após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição *online*.
5.1.4.2 A GRU COBRANÇA pode ser paga em qualquer banco, bem como nas lotéricas e Correios, obedecendo aos critérios estabelecidos nesses correspondentes bancários.

5.1.5 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia **23 de janeiro de 2007**.
5.1.6 As inscrições somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.
5.2 O comprovante de inscrição do candidato estará disponível no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007, após o acatamento da inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.
5.3 Informações complementares acerca da inscrição estarão disponíveis no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007.

5.4 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

5.4.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. No momento da inscrição, o candidato deverá optar pela segunda língua estrangeira – Espanhol ou Francês – para efeito de realização da prova da Terceira Fase e pela cidade de provas. Uma vez efetivada a inscrição não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.
5.4.1.1 O candidato que tiver cônjuge de nacionalidade estrangeira será inscrito condicionalmente no Concurso e sua eventual aprovação só será válida se obtiver a autorização do Ministro de Estado das Relações Exteriores ou do Presidente da República, conforme o caso, a que se referem, respectivamente, o artigo 33, § 3.º, e o artigo 34, § 3.º, da Medida Provisória n.º 319, de 24 de agosto de 2006, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Esta exigência aplica-se também ao(a) candidato(a) casado(a) com estrangeira(o), cuja separação judicial ainda não tenha transitado em julgado.
5.4.2 É vedada a inscrição condicional (salvo o disposto no subitem 5.4.1.1), a extemporânea, a via postal, a via fax ou a via correio eletrônico.
5.4.3 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros ou para outros concursos.
5.4.4 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.
5.4.5 As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o CESPE/UnB e o IRBr do direito de excluir do Concurso Público aquele que não preencher o formulário de forma completa e correta.
5.4.6 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.
5.4.7 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição.
5.4.8 O comprovante de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização das provas.
5.4.9 O candidato, portador de deficiência ou não, que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá indicar, na solicitação de inscrição, os recursos especiais necessários e, ainda, enviar, até o dia **23 de janeiro de 2007**, impreterivelmente, via SEDEX, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB – Concurso IRBr Diplomata 2007 (laudo médico), *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), mezanino, ala norte – Asa Norte, Brasília/DF, Caixa Postal 4488, CEP 70904-970, laudo médico (original ou cópia simples) que justifique o atendimento especial solicitado. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior e nos que forem de interesse da Administração Pública. A solicitação de condições especiais será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.
5.4.9.1 O laudo médico (original ou cópia simples) referido no subitem 5.4.9 poderá, ainda, ser entregue, até o dia **23 de janeiro de 2007**, das 8 horas às 19 horas, pessoalmente ou por terceiro, na Central de Atendimento do CESPE/UnB, localizada no *Campus* Universitário

Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, mezanino – Asa Norte, Brasília/DF.
5.4.9.2 O fornecimento do laudo médico (original ou cópia simples), por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O CESPE/UnB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada do laudo a seu destino.
5.4.9.3 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial para tal fim, deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas.
5.4.9.4 O laudo médico valerá somente para este Concurso, não será devolvido e não serão fornecidas cópias desse laudo.
5.4.9.5 A relação dos candidatos que tiveram o seu atendimento especial deferido será publicada no *Diário Oficial da União* e divulgada no endereço eletrônico **http://www.cespe.unb.br**/concursos/diplomacia2007, no Edital de locais e horário de realização do Teste de Pré-Seleção.
5.4.9.5.1 O candidato disporá de um dia a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar as razões do indeferimento pessoalmente ou por meio de fax, *e-mail* ou via SEDEX, citados no subitem 13.5.1 deste Edital.
5.4.10 O candidato deverá declarar, na solicitação de inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da posse.

6 DA PRIMEIRA FASE: TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO (TPS)

6.1 O Teste de Pré-Seleção, de caráter eliminatório, abrangerá as disciplinas de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Política Internacional e de Inglês.
6.2 **Data e horário**: o TPS será aplicado no dia **11 de fevereiro de 2007**, em duas etapas: a primeira às **9 horas** (horário oficial de Brasília/DF), com duração de **3 horas**; e a segunda às **15 horas** (horário oficial de Brasília/DF), também com duração de **3 horas**.
6.2.1 Na data provável de **2 de fevereiro de 2007**, os locais de realização do TPS serão publicados no *Diário Oficial da União,* divulgados na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.
6.2.2 O CESPE/UnB poderá enviar, como complemento às informações citadas no subitem anterior, comunicação pessoal dirigida ao candidato, por *e-mail* ou pelos Correios, sendo de sua exclusiva responsabilidade a manutenção/atualização de seu correio eletrônico e a informação de seu endereço completo e correto na solicitação de inscrição, o que não o desobriga do dever de observar o Edital a ser publicado, consoante o que dispõe o subitem 6.2.1 deste Edital.
6.3 Características: o TPS será constituído de 65 questões objetivas.
6.3.1 As questões serão do tipo múltipla escolha e do tipo CERTO ou ERRADO**.**
6.3.2 Cada questão do tipo múltipla escolha terá cinco opções (A, B, C, D e E) e uma única resposta correta, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada questão deste tipo, cinco campos de marcação correspondentes às cinco opções: A, B, C, D e E, devendo o candidato preencher apenas aquele correspondente à resposta julgada correta, de acordo com o comando.
6.3.2.1 Para obter pontuação em cada questão de múltipla escolha, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos cinco campos da folha de respostas correspondentes às opções da questão.

6.3.3 Cada questão do tipo CERTO ou ERRADO será constituída de quatro itens. O julgamento de cada item será CERTO ou ERRADO, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada item, dois campos de marcação: o campo designado com o código **C**, que deve ser preenchido pelo candidato caso julgue o item CERTO, e o campo designado com o código **E**, que deve ser preenchido pelo candidato caso julgue o item ERRADO.
6.3.3.1 Para obter pontuação em cada item de cada questão do tipo CERTO ou ERRADO, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos dois campos da folha de respostas correspondentes a esse item.
6.3.4 O candidato deverá transcrever as respostas das questões do TPS para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento será de inteira responsabilidade do candidato, que deve proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro de preenchimento do candidato.
6.3.5 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este Edital e/ou com as instruções contidas folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não-preenchido integralmente.
6.3.6 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de ter a correção de sua prova prejudicada pela impossibilidade de realização da leitura óptica.
6.3.7 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento de identidade.
6.3.8 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por agente do CESPE/UnB devidamente treinado.
6.3.9 O CESPE/UnB divulgará a imagem da folha de respostas dos candidatos que realizaram o TPS, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007, após a data de divulgação do resultado final do TPS. A referida imagem ficará disponível até quinze dias corridos da data de publicação do resultado final do Concurso Público.
6.3.9.1 Após o prazo determinado no subitem anterior, não serão aceitos pedidos de disponibilização da imagem da folha de respostas.

7 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

7.1 A folha de respostas será corrigida por meio de processamento eletrônico.
7.2 A nota em cada questão do tipo múltipla escolha, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 1,00 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,20 ponto negativo (menos vinte centésimos), caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00 (zero), caso não haja marcação ou caso haja mais de uma marcação.
7.3 A nota em cada item de cada questão do tipo CERTO ou ERRADO, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 0,25 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,25 ponto negativo (menos vinte e cinco centésimos), caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00 (zero), caso não haja marcação ou caso haja marcação dupla.
7.4 Para cada candidato, o cálculo da nota no conjunto das questões do TPS será igual à soma algébrica das notas obtidas em todas as questões e os itens que o compõem.
7.5 Será eliminado do Concurso o candidato que obtiver nota inferior a 40% da pontuação máxima possível no conjunto das questões.

7.5.1 Os candidatos eliminados na forma do subitem 7.5 deste Edital não terão classificação alguma no Concurso.
7.5.2 Os candidatos não eliminados na forma do subitem 7.5 serão ordenados de acordo com os valores decrescentes das notas obtidas no conjunto das questões.
7.6 Para os candidatos não eliminados segundo o subitem 7.5.2 será calculada a nota final no TPS (*NFTPS*) como sendo igual à soma das notas obtidas no conjunto das questões objetivas.
7.7 Os candidatos serão ordenados de acordo com a soma das notas obtidas no conjunto das questões e os classificados até a 300.ª posição (20.ª posição para os portadores de deficiência), respeitados os empates na última colocação, serão considerados aprovados na Primeira Fase.
7.7.1 Os candidatos que não estiverem classificados até a 300.ª posição serão eliminados e não terão classificação alguma no Concurso.
7.8 Os candidatos aprovados na Primeira Fase serão convocados para a prova da Segunda Fase, em Edital a ser publicado no *Diário Oficial da União*, na data provável de **27 de fevereiro de 2007**, do qual constarão igualmente os locais de realização da prova.
7.9 Todos os cálculos citados neste Edital serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se para cima, se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a cinco.

8 DOS RECURSOS REFERENTES AO TPS

8.1 Os gabaritos oficiais preliminares das questões do TPS serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007, até as 18 horas da data provável de **13 de fevereiro de 2007**.
8.2 O candidato que desejar interpor recurso contra os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas disporá de dois dias úteis, a contar do dia subseqüente ao da divulgação desses gabaritos, no horário das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF), ininterruptamente, conforme datas determinadas nesses gabaritos.
8.3 Para recorrer contra os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas, o candidato deverá utilizar os modelos de formulários disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso (http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007), e seguir as instruções ali contidas.
8.4 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo na elaboração de seu recurso. Serão preliminarmente indeferidos recursos extemporâneos, inconsistentes e/ou fora de qualquer uma das especificações estabelecidas neste Edital ou em outros editais que vierem a ser publicados no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.
8.5 O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que o identifique, sob pena de ser preliminarmente indeferido.
8.6 Se do exame de recursos resultar anulação de questão ou de item de questão integrante da prova, a pontuação correspondente a essa questão ou ao item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de questão ou de item de questão integrante da prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
8.7 Todos os recursos serão analisados e as justificativas das alterações de gabarito serão divulgadas no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007 no momento da divulgação do gabarito definitivo. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.
8.8 Não será aceito recurso via postal, via fax e/ou via correio eletrônico ou entregue fora do prazo.
8.9 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recurso ou de recurso de gabarito oficial definitivo, bem como recurso contra o resultado final nas demais fases.
8.10 Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.

9 DA SEGUNDA FASE: PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS

9.1 **Data e horário**: a prova escrita de Português será aplicada no dia **4 de março de 2007**, às **14 horas** (horário oficial de Brasília/DF), nos locais determinados pelo Edital de convocação a que se refere o item 7.8. Esta prova terá a duração de **5 horas**.

9.2 **Características**: a prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 600 a 650 palavras (valor: 60 pontos), e de dois exercícios de interpretação de textos, com a extensão de 100 a 150 palavras cada um (valor de cada exercício: 20 pontos). A redação e os exercícios de interpretação textual terão por base textos extraídos da bibliografia obrigatória constante do programa da prova de Português, que integra o Anexo deste Edital.

9.3 Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido de 600. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem.

9.4 O candidato que entregar a redação ou algum dos exercícios em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida estará eliminado e não terá sua prova corrigida.

9.5 **Aprovação**: serão considerados aprovados na Segunda Fase do Concurso os candidatos que obtiverem, em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem), a nota mínima de 60 (sessenta) pontos na prova de Português.

9.6 **Resultado**: o resultado provisório da Segunda Fase será anunciado na sede do IRBr, em Brasília, às **16 horas** (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de **10 de abril de 2007**, e divulgado via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007, até as 20 horas desse mesmo dia.

9.7 **Recursos**: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório na Segunda Fase serão divulgados quando da publicação deste resultado.

9.7.1 O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Segunda Fase, será anunciado até as **18 horas** (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de **30 de abril de 2007**, na sede do IRBr, em Brasília, e enviado para publicação no *Diário Oficial da União*, em Edital que convocará os candidatos aprovados para as provas da Terceira Fase do Concurso.

10 DA TERCEIRA FASE: PROVAS ESCRITAS DE HISTÓRIA DO BRASIL, DE GEOGRAFIA, DE POLÍTICA INTERNACIONAL, DE INGLÊS, DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO, DE NOÇÕES DE ECONOMIA E DE ESPANHOL OU FRANCÊS.

10.1 A Terceira Fase constará de sete provas escritas, a serem realizadas de acordo com o seguinte calendário:

- data provável de **5 de maio de 2007**: História do Brasil;
- data provável de **6 de maio de 2007**: Geografia;
- data provável de **12 de maio de 2007**: Política Internacional;
- data provável de **13 de maio de 2007**: Inglês;
- data provável de **19 de maio de 2007**: Noções de Direito e Direito Internacional Público;
- data provável de **20 de maio de 2007**: Noções de Economia;
- data provável de **20 de maio de 2007**: Espanhol ou Francês.

10.2 As provas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia terão a duração de **5 horas** cada uma, com início às 9 horas (horário oficial de Brasília/DF). As provas de Espanhol e de Francês terão a duração de **2 horas**, com início às 16 horas (horário oficial de Brasília/DF).

10.3 Características referentes às provas da Terceira Fase:

10.3.1 As provas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia consistirão, cada uma, de cinco questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos para cada prova.
10.3.2 A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de quatro partes: versão de um ou mais textos (valor: 15 pontos); tradução de um ou mais textos (valor: 15 pontos); resumo e exercícios textuais (valor: 25 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor: 45 pontos).
10.3.2.1 Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido de 350. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.
10.3.3 A prova de Espanhol (como opção de segunda língua estrangeira – *vide* subitem 5.4.1 deste Edital), com o valor máximo de 50 (cinqüenta) pontos, constará de questões de compreensão de texto(s) em língua espanhola. As respostas deverão ser dadas em Espanhol.
10.3.4 A prova de Francês (como opção de segunda língua estrangeira – *vide* subitem 5.4.1 deste Edital), com o valor máximo de 50 (cinqüenta) pontos, constará de questões de compreensão de texto(s) em língua francesa. As respostas deverão ser dadas em Francês.
10.4 O candidato que não comparecer a uma das sete provas, ou entregar uma prova em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida, estará eliminado e não terá qualquer das provas corrigidas.
10.5 **Aprovação**: serão considerados aprovados na Terceira Fase do Concurso os candidatos que tenham alcançado a nota mínima de 390 (trezentos e noventa) pontos na soma das pontuações obtidas nas sete provas desta fase.
10.6 **Resultado**: o resultado provisório das provas da Terceira Fase será anunciado, na sede do IRBr, em Brasília, às 16 horas (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de **11 de junho de 2007**, e divulgados via Internet até as 20 horas do mesmo dia.
10.7 **Recursos**: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório na Terceira Fase serão divulgados quando da publicação desse resultado.
10.8 O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Terceira Fase, será anunciado até as 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) da data provável de **26 de junho de 2007**, na sede do IRBr, em Brasília, e enviado para publicação no *Diário Oficial da União*.

11 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL NO CONCURSO

11.1 A nota final no Concurso será a igual à soma das notas obtidas nas provas da Segunda e da Terceira Fases.
11.2 A classificação final no Concurso, que determinará a ordem de ingresso dos aprovados na classe inicial da Carreira de Diplomata, corresponderá à ordem decrescente das respectivas notas finais.
11.3 O resultado final do Concurso será divulgado na Internet e publicado no *Diário Oficial da União* na data provável de **27 de junho de 2007**.

12 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

12.1 Em caso de empate na nota final no Concurso, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:
a) tiver idade superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição nesta seleção, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;
b) obtiver a maior nota na prova escrita de Português;
c) obtiver a maior soma de notas nas sete provas da Terceira Fase;
d) obtiver a maior nota no Teste de Pré-Seleção.
12.1.1 Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

13 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 **Aceitação das normas deste Edital**: o requerimento de inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada a qualquer momento, por decisão do Diretor do IRBr, publicada no *Diário Oficial da União*. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

13.2 O Guia de Estudos para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata 2007 estará oportunamente disponível no endereço eletrônico http://www.irbr.mre.gov.br/guia2007. Sua leitura é obrigatória e de caráter complementar a este Edital.

13.3 Os programas das provas da Segunda e da Terceira Fases do Concurso estão detalhados no Anexo deste Edital.

13.4 Não serão fornecidas, por telefone, informações a respeito de locais e de horários de aplicação das provas, informações quanto à posição do candidato no Concurso, bem como não será expedido qualquer documento comprobatório de sua classificação, valendo, para esse fim, a publicação da homologação do Concurso.

13.4.1 O candidato deverá observar rigorosamente os comunicados e os editais a serem publicados no *Diário Oficial da União* e divulgados na Internet, nos endereços eletrônicos http://www.irbr.mre.gov.br e http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007.

13.5 O candidato poderá obter informações referentes ao TPS junto à Central de Atendimento do CESPE/UnB, localizada no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, mezanino, Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 3448 0100 ou via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007, ressalvado o disposto no subitem 13.4 deste Edital.

13.5.1 O candidato que desejar relatar ao CESPE/UnB fatos ocorridos durante a realização do Concurso deverá fazê-lo à Central de Atendimento do CESPE/UnB, postar correspondência para a Caixa Postal 4488, CEP 70904-970; encaminhar mensagem pelo fax de número (61) 3448 0110; ou enviá-la para o endereço eletrônico sac@cespe.unb.br.

13.6 Não serão identificadas, para efeito de correção, as provas da Segunda e da Terceira Fases.

13.6.1 As provas da Segunda e da Terceira Fases serão identificadas em público no momento do anúncio dos resultados.

13.7 Os candidatos terão direito à vista das provas e poderão interpor recurso contra os resultados provisórios da Segunda e da Terceira Fases, observadas as seguintes condições:

a) os recursos serão solicitados em formulário próprio, fornecido pelo IRBr;

b) só será aceito requerimento de recurso fundamentado, que indique precisamente as questões e os pontos em que o candidato se sentir prejudicado;

c) respeitada a fundamentação dos recursos, caberá ao Diretor do IRBr deferi-los para a consideração da Banca Examinadora;

d) o julgamento dos recursos terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva.

13.8 A legibilidade é condição indispensável para a correção de todas as provas.

13.9 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de uma hora do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta preta, de comprovante de inscrição ou do Boletim Informativo e de documento de identidade original.

13.10 Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

13.11 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997).
13.11.1 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidão de nascimento, CPF, título de eleitor, carteira de motorista (modelo antigo), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.
13.12 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, noventa dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.
13.12.1 A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.
13.13 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 13.11 deste Edital, será automaticamente excluído do Concurso.
13.14 Será eliminado do Concurso o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira e/ou borracha.
13.14.1 O CESPE/UnB recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos citados no subitem anterior, no dia de realização das provas.
13.14.2 O IRBr e o CESPE/UnB não se responsabilizarão por perda ou extravio de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas.
13.15 O candidato deverá permanecer **obrigatoriamente** no local de realização das provas por, no mínimo, uma hora após o início das provas**.**
13.15.1 A inobservância do subitem anterior acarretará a não-correção das provas e, conseqüentemente, a eliminação do candidato no Concurso Público.
13.16 O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de provas e a folha de rascunho, que é de preenchimento facultativo, no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
13.16.1 Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do Concurso o candidato que, durante a sua realização:
a) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;
b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos ou que se comunicar com outro candidato;
c) for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira e/ou borracha;

d) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;
f) recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas e/ou o caderno de respostas das questões discursivas;
i) descumprir as instruções contidas no caderno de provas, na folha de respostas ou no caderno de respostas das questões discursivas;
j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
k) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público;
l) não permitir a coleta de sua assinatura e/ou de sua impressão digital;
13.17 Exige-se traje apropriado nos dias de realização das provas.
13.18 Não será admitido o ingresso de candidatos nos locais de realização das provas após o horário fixado para o seu início.
13.19 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, fora da data e do local predeterminados em Edital e/ou em comunicado.
13.20 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não-comparecimento a qualquer das provas implicará a eliminação automática do candidato.
13.21 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento de candidato da sala de provas.
13.22 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e ele será eliminado do Concurso.
13.23 No dia de realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.
13.24 O prazo de validade do Concurso será de noventa dias, a contar da data de publicação do resultado final, sem possibilidade de prorrogação.
13.25 O candidato deverá manter atualizado seu endereço no CESPE/UnB, por meio de requerimento, e no IRBr, enquanto estiver participando do Concurso. São de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não-atualização de seu endereço.
13.26 Concomitantemente à divulgação do resultado final do Concurso, os candidatos serão convocados para se submeterem a exame pré-admissional, conforme subitem 3.8.
13.27 Os casos omissos serão resolvidos pelo IRBr, com a colaboração do CESPE/UnB quando necessário.

FERNANDO GUIMARÃES REIS
Diretor

ANEXO

NOTA: A fim de facilitar a consulta por parte do candidato, os programas mencionados no subitem 13.3 do Edital constam deste Guia de Estudos nas seções de orientação para o estudo referentes a cada disciplina, razão pela qual não se reproduz neste ponto o ANEXO do Edital.

PORTARIA Nº 336, DE 30 DE MAIO DE 2003

Revoga Portaria de 01 de novembro de 1995, que regulamenta o Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase, PROFA-I, e institui novo regulamento para incorporar modificações decorrentes da implantação do Mestrado em Diplomacia do Instituto Rio Branco no processo de formação dos diplomatas.

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, tendo em vista o disposto nas Leis nº 70501, de 27 de junho de 1986, especialmente em seus artigos 38 e 39, parágrafos únicos, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o Decreto de 14 de setembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1995, resolve revogar Portaria de 01 de novembro de 1995 e estabelecer o seguinte regulamento para o Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase (PROFA-I), doravante denominado Curso de Formação do Instituto Rio Branco:

Regulamento do Curso de Formação do Instituto Rio Branco

Capítulo I
Das finalidades e duração

Art. 1º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco tem por finalidade a avaliação das aptidões e capacidade de funcionário nomeado para o cargo inicial da carreira de diplomata do Serviço Exterior, durante o estágio probatório de que trata o art. 8º da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986.

Art. 2º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco compreende as atividades de formação e desempenho funcional, a serem coordenadas pelo Instituto Rio Branco (IRBr).

Art. 3º Considerando a natureza da carreira diplomática, poderão ser utilizados como instrumentos de formação e aperfeiçoamento trabalhos práticos, exercícios, preleções, exames, debates em seminários, monografias, treinamento, visitas a Estados da Federação e demais atividades que programe o Diretor do IRBr.

Art. 4º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco começará no máximo 30 (trinta) dias após a nomeação dos aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, e terá a duração de quatro períodos consecutivos, assim distribuídos:

a) os dois primeiros períodos, de não mais do que 20 semanas cada um, darão ênfase a atividades indispensáveis à formação e ao aperfeiçoamento do funcionário nomeado, a luz das necessidades da carreira diplomática;

b) os dois últimos períodos compreenderão cursos de aperfeiçoamento e dedicação à pesquisa ou prática diplomática;

c) os estágios regulares no exterior serão realizados somente pelos alunos do Mestrado em Diplomacia, após a apresentação ou a aprovação das dissertações, e terão duração de até seis meses;

d) a distribuição dos estagiários por postos será feita preferencialmente por ordem de classificação nos exames de qualificação no Mestrado;

e) a designação de estágio no exterior em determinada missão ou instituição poderá se

condicionada à elaboração de dissertação de Mestrado sobre tema específico.

Art. 5º O funcionário não se poderá recusar a tomar parte ou submeter-se a quaisquer dos instrumentos e atividades de formação e aperfeiçoamento acima mencionados.

Capítulo II
Da avaliação

Art.6º A avaliação das atividades do Curso de Formação do Instituto Rio Branco ficará a cargo do IRBr e das Chefias imediatas.

Art. 7º O funcionário nomeado e dedicado à prática diplomática será avaliado segundo critérios de produtividade, assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa e responsabilidade.

Parágrafo Único – Na aferição desses critérios, serão considerados obrigatoriamente a proficiência nos instrumentos de formação e aperfeiçoamento, bem como o desempenho profissional, a conduta pessoal e a integração com a carreira;

Art. 8º A avaliação semestral, de que trata o art. 10, § 2º, alínea a, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, anexo ao Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, com as alterações aprovadas pelo Decreto de 14 de setembro de 1995, acima citado, e as alterações subsequentes, será graduada por notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), e por conceitos de “satisfatório” ou “insatisfatório”;

a) a média das notas do período será considerada suficiente se igualar ou superar 60 (sessenta) em cada atividade considerada obrigatória;

b) os conceitos serão também emitidos ao final de cada período;

c) em caso de insuficiência de notas ou de avaliação de “insatisfatório”, o funcionário será notificado formalmente pelo Diretor do IRBr.

d) Só será admitida uma notificação; e

e) Na eventualidade de uma segunda notificação, que poderá comprometer a confirmação no Serviço Exterior do funcionário nomeado, o Secretário Geral das Relações Exteriores designará Comissão de três diplomatas – composta pelo Diretor do IRBr e de dois outros dentre os Ministros de Segunda Classe e Conselheiros da carreira de diplomata – para examiná-la.

Art. 9º Os relatórios relativos aos períodos de avaliação, a serem submetidos pelo Diretor do Instituto Rio Branco ao Secretário Geral das Relações Exteriores, nos termos do Decreto de 14 de setembro de 1995, § 2, alínea b, acima citado, e as alterações subseqüentes, incluirão as notas e os conceitos conferidos e, se for o caso, as notificações.

CELSO AMORIM

(DOU 112, 12 de junho de 2003)

Orientação para estudo

(inclui: programas e bibliografias para as provas das Segunda e Terceira Fases, e exemplos de provas do Concurso anterior)

TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

O Teste de Pré-Seleção (TPS), como o nome indica, é uma prova preliminar e seletiva, de caráter eliminatório. Seu objetivo é testar, de modo amplo, a capacidade de compreensão e a cultura dos candidatos.

O TPS tem natureza própria, se comparado com as provas das Fases subseqüentes. Em termos de orientação para estudo, não comporta recomendações particulares, uma vez que não lhe corresponde um programa específico.

No Concurso de 2007, o TPS será constituído de 65 questões objetivas de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Política Internacional e de Inglês. Em virtude do caráter interdisciplinar da prova, uma questão poderá contemplar conhecimentos relativos a mais de uma disciplina.

Ainda que, na preparação dos candidatos, sejam certamente muito úteis as informações constantes deste Guia sobre as provas de Português (Segunda Fase), de História do Brasil, de Política Internacional e de Inglês (Terceira Fase), o conteúdo das questões do TPS não se limitará a esses programas. O mesmo vale para História Mundial (disciplina que não consta das provas de Terceira Fase), cujo programa é reproduzido ao final deste volume – junto com a bibliografia pertinente – conforme figurava no Guia de Estudos de 2004.

*

PORTUGUÊS

A prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 600 a 650 palavras (valor: 60 pontos), e de dois exercícios de interpretação de textos, com a extensão de 100 a 150 palavras cada um (valor de cada exercício: 20 pontos). A redação e os exercícios de interpretação textual terão por base textos extraídos da bibliografia obrigatória constante do programa abaixo.

Programa:

1. Língua Portuguesa: modalidade culta usada contemporaneamente no Brasil. 1.1. Sistema gráfico: ortografia, acentuação e pontuação; legibilidade. 1.2. Morfossintaxe. 1.3. Semântica. 1.4. Vocabulário.
2. Leitura e produção de textos. 2.1. Compreensão, interpretação e análise crítica de textos em língua portuguesa. 2.2. Conhecimentos de Lingüística, Literatura e Estilística: funções da linguagem; níveis de linguagem; variação lingüística; gêneros e estilos textuais; textos literários e não-literários; denotação e conotação; figuras de linguagem; estrutura textual. 2.3. Redação de textos dissertativos dotados de fundamentação conceitual e factual, consistência argumentativa, progressão temática e referencial, coerência, objetividade, precisão, clareza, concisão, coesão textual e correção gramatical. 2.3.1 Defeitos de conteúdo: descontextualização, generalização, simplismo, obviedade, paráfrase, cópia, tautologia, contradição. 2.3.2 Vícios de linguagem e estilo: ruptura de registro lingüístico, coloquialismo, barbarismo, anacronismo, rebuscamento, redundância e linguagem estereotipada.

Bibliografia obrigatória: ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. ______. **Papéis Avulsos**. CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. ______. **Memórias do Cárcere**. RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**.

Bibliografia sugerida:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1999.
Atualizado em http://www.academia.org.br/vocabulario

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2004. (versão impressa e eletrônica).

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. **Manual de expressão oral e escrita**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CUNHA, Celso e CINTRA, L. F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário de regimes de substantivos e adjetivos**. 25. ed. São Paulo: Globo, 2000.

______. **Dicionário de verbos e regimes**. 44. ed. São Paulo: Globo, 2001.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 21. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.

______. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0. Dez – 2001.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Introdução à lingüística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KURY, Adriano da Gama. **Ortografia, pontuação e crase**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SAVIOLI, Francisco e FIORIN, José Luiz. **Manual do Candidato – Português**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.

VANOYE, Francis. **Usos da Linguagem**. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WILSON, John. **Pensar com conceitos**. Trad. Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Orientação para a prova de Português

A prova de Português afere o domínio, por parte do candidato, da norma culta na modalidade escrita da língua portuguesa, sua competência de leitura e análise críticas, bem como a capacidade de síntese e de organização de idéias.

A prova apresenta textos curtos – extraídos da bibliografia obrigatória acima reproduzida – , que servem de base para uma redação (com o valor de 60 pontos) sobre tema suscitado pelos textos e para dois exercícios de interpretação (com o valor de 20 pontos cada um). O apoio em textos propicia subsídios ao candidato, visando evitar que deixe de escrever por falta de motivação ou informação acerca do objeto temático.

Produto do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo concurso, a **redação** deve revelar a maturidade intelectual do candidato. Este deverá demonstrar pensamento crítico, proveniente da capacidade de incorporar e inter-relacionar leituras prévias, sem afastar-se do tema proposto. Será avaliada a habilidade do candidato de redigir dissertação coerente e coesa, que exponha – com fluência e adequação – informações e argumentos fundamentados e logicamente encadeados. A aplicação de fórmulas prontas, fruto de adestramento precário e simplista, é enfaticamente desaconselhada.

As **questões de interpretação** devem ser respondidas de forma direta e objetiva, o que não desobriga o candidato de estruturar sua resposta, elaborando texto coerente, apoiado em raciocínio sólido. São critérios de avaliação nessas questões a objetividade, a precisão, a clareza e a concisão, além naturalmente do correto uso da língua portuguesa.

O candidato deverá obedecer aos limites de extensão definidos nos comandos das questões. Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,2 pontos para cada palavra que faltar para atingir o total exigido de 600. Será atribuída nota zero à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação zero na avaliação da correção gramatical.

A legibilidade é condição indispensável para a correção da prova escrita de Português e critério de apenação do candidato. São aceitos o uso de letra de forma (ou “letra maiúscula manuscrita”), respeitada a distinção entre maiúsculas e minúsculas, e as rasuras legíveis (“risco feito para tornar inválidas ou ilegíveis palavras ali contidas, ou substituí-las por outras”).

Prova de 2006

Leia os textos I, II e III a seguir.

Texto I

Vasco Leitão da Cunha

Durante oito anos não houve concurso, de maneira que eu via as pessoas serem nomeadas e fiquei achando que não teria ocasião de entrar para o Itamaraty, porque não me considerava suficientemente apadrinhado. Torcia pela abertura do concurso, achava que era a maneira séria e correta de entrar. Foi o Mangabeira quem reabriu os concursos, que passaram a se realizar todo mês de junho, durante quatro anos. Minha banca, em 1927, foi presidida. [...]. Eramos 20 e só dois fomos aprovados. [...]. Comecei no Itamaraty como terceiro-oficial da Secretaria de Estado, ganhando 450 mil réis. No escritório do meu avô eu ganhava o dobro, um conto de réis. [...]

A diplomacia estava à espreita, estava me esperando, acho que desde sempre. [...]

Diplomacia em alto-mar: depoimento ao CPDOC. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; Brasília: FUNAG, 2003. p. 9-10.

Texto II

Fernando de Azevedo

[...] só muito recentemente, a partir de João Ribeiro e Capistrano de Abreu, começaram os nossos estudos históricos a ser penetrados de espírito científico e a apresentar, em conseqüência, mais rigor na interpretação dos fatos.

Mas dever-se-ia concluir daí, de todas as dificuldades inerentes a trabalhos dessa ordem, que seria inútil ou infecunda uma tentativa de síntese da cultura brasileira? Parece-nos que não. Antes de tudo, uma visão de conjunto, por imperfeita que fosse, teria a vantagem de grupar numa exposição metódica finas indicações e observações seguras que, dispersas por um grande número de estudos monográficos, perdem assim muito de sua força explicativa e ficam necessariamente incompletas. Por mais difícil que seja, é possível, não só pela utilização dos materiais conhecidos, mas, com as impressões recolhidas da reflexão sobre os

fatos, traçar o quadro provisório da cultura no Brasil, sem dela fazer uma caricatura, tão de gosto dos pessimistas que não situam o esforço brasileiro no seu clima social e histórico, nem apresentar um retrato lisonjeiro, que podia ser agradável à vaidade nacional, mas não serviria para nos abrir os olhos sobre a realidade e conduzir-nos o esforço empreendido pela libertação do espírito. Assim uma tal obra seria desde logo uma "tomada de consciência" de nós mesmos, desde que seriamente pensada, construída e documentada [...]

A cultura brasileira. 4ª ed. Brasília: EdUnB, 1963. p. 48-9.

Texto III

Machado de Assis

A persistência do benefício na memória de quem o exerce explica-se pela natureza mesma do benefício e seus efeitos. Primeiramente, há o sentimento de uma boa ação, e dedutivamente a consciência de que somos capazes de boas ações; em segundo lugar, recebe-se uma convicção de superioridade sobre outra criatura, superioridade no estado e nos meios; e esta é uma das coisas mais legitimamente agradáveis, segundo as melhores opiniões, ao organismo humano. Erasmo, que no seu Elogio da Sandice escreveu algumas coisas boas, chamou a atenção para a complacência com que dois burros se coçam um ao outro. Estou longe de rejeitar essa observação de Erasmo; mas direi o que ele não disse, a saber, que se um dos burros coçar melhor o outro, esse há de ter nos olhos algum indício especial de satisfação.

Memórias Póstumas de Brás Cubas. Rio de Janeiro: Ediouro. p. 30.

Parte I – Redação

Elabore uma dissertação com base no texto I, podendo privilegiar um de seus aspectos. Dê titulo a sua dissertação.

Extensão: de 600 a 650 palavras
(valor: 60 pontos)

Fabiano Rubio Scarano (55,5/60)

O acesso à carreira diplomática e a excelência do Itamaraty

O texto de Vasco Leitão da Cunha, extraído de ***Diplomacia em alto-mar: depoimento ao CPDOC****, serve, sobretudo, para ilustrar o tradicional empenho do Itamaraty em formar quadros de alto nível. Aquele depoimento certamente surpreende o leitor contemporâneo alheio ao fato de que o Itamaraty vem realizando concurso há muito tempo, mesmo quando o nepotismo, o tráfico de influências e o "apadrinhamento" eram antes regra que exceção nas formas de acesso ao serviço público brasileiro. Essa tradição de excelência foi reforçada com o passar dos anos, a ponto de o Ministério das Relações Exteriores ser hoje reconhecido por oferecer profissionais do mais alto nível para a República.*

É sintomático que, desde o Governo Itamar Franco, tenha crescido significativamente o número de diplomatas atuando em outros ministérios, em muitos casos, na assessoria direta dos respectivos ministros de Estado. Essa tendência demonstra a proficiência desses servidores públicos não apenas como agentes políticos do Brasil no exterior, mas também

como adjuvantes na elaboração das políticas nacionais, hoje tão carregadas de dimensão e implicação internacional.

O Instituto Rio Branco e sua prova de admissão à carreira de Diplomata são, seguramente, o ponto de partida dessa trajetória de êxito profissional. O elevado grau de dificuldade do concurso tende a selecionar apenas aqueles de formação mais sólida, de modo a permitir que o curso oferecido pelo Instituto se beneficie do alto nível de seus alunos. Entretanto, uma importante questão, que veio ganhando relevo juntamente com o fortalecimento da democracia brasileira, após o fim da ditadura militar, é a da democratização do acesso à instituição. Há até pouco tempo, apenas membros da elite brasileira, incluindo os próprios filhos de diplomatas, tinham formação adequada para passar no concurso. Esse fato motivou o Ministério das Relações Exteriores a implementar iniciativas destinadas a melhor nivelar o campo de disputa entre os aspirantes à carreira diplomática. Uma delas, que merece os maiores elogios, é a realização das provas, simultaneamente, em diversas capitais brasileiras, desobrigando os candidatos a deslocarem-se para Brasília, o que, em muitos casos, representava imensa dificuldade financeira.

Mais recentemente, o Instituto Rio Branco vem incrementando seus esforços em direção à maior democratização de acesso à carreira diplomática, especialmente no que se refere ao formato do concurso. A medida mais polêmica nesse sentido é aquela que torna a prova de inglês classificatória, em oposição a seu tradicional caráter eliminatório, o que tem sido motivo de intensas críticas daqueles que temem queda no padrão de qualidade dos aprovados e prejuízo para a reputação de excelência daquela carreira.

Independentemente de questões técnicas relacionadas ao formato do concurso, constata-se hoje um evidente avanço na diversidade do perfil e da qualificação dos jovens diplomatas. Advogados, economistas, jornalistas, engenheiros: integrantes de todas as fileiras profissionais, enfim, logram aprovação no concurso do Rio Branco, o que é garantia de um Itamaraty mais sinceramente representativo da sociedade brasileira, sem, de modo algum, comprometer a qualidade de seus quadros. Pelo contrário, o fenômeno da globalização e o crescente interesse da sociedade brasileira em assuntos relacionados a questões internacionais motivam uma visibilidade e um poder de atração do Itamaraty sobre os jovens profissionais que só podem favorecer a continuação do alto nível da instituição.

Na época de Vasco Leitão da Cunha, eram apenas vinte os candidatos para aquele concurso. Em menos de um século, o Brasil pode-se vangloriar do fato de que esse número se aproxima dos seis mil, conforme as estatísticas relativas ao exame do ano de 2006. Isso indica sensível elevação do nível educacional brasileiro e o crescente interesse da sociedade em acompanhar seu processo de internacionalização. Felizmente, o Itamaraty, considerado um das instituições mais tradicionais da República, dá sinais claros de que acompanha a evolução dos tempos e está perfeitamente habilitado a cumprir seu papel, seja auxiliando o Presidente na formulação de nossa política externa, seja na motivação e conscientização da sociedade para a relevância do tema.

Parte II – Exercício I

Com base no texto II, na perspectiva de hoje, interprete o conceito de "'tomada de consciência' de nós mesmos".

Extensão: de 100 a 150 palavras
(valor: 20 pontos)

Flávio Antonio da Silva Dontal (18,5/20)

Na perspectiva atual, a "tomada de consciência de nós mesmos" é o trabalho permanente de compreender e sintetizar as características gerais da cultura brasileira. É a atividade de análise constante do material científico e histórico disponível e a reflexão sobre os acontecimentos presentes. É empreender, com segurança e sobriedade, o nosso esforço civilizatório como nação e o nosso dever de aprimoramento. A "tomada de consciência de nós mesmos" é definir e manter nossa identidade nacional autônoma, para que nossa nação "liberte seu espírito", ou seja, mantenha sua independência cultural. Trata-se da busca e manutenção de uma identidade nacional que nos dê senso de individualidade como povo e que garanta nossa independência.

Parte II – Exercício II

Com base no texto III, interprete a referência feita por Machado de Assis ao trecho que atribui a Erasmo, autor do **Elogio da Loucura**.

Extensão: de 100 a 150 palavras
(valor: 20 pontos)

Jean Karydakis (18/20)

*Machado de Assis, em trecho de **Memórias Póstumas de Brás Cubas**, explica a persistência com que a ação de benefício se imprime na memória de quem a pratica. Além do aspecto evidentemente positivo da boa ação, ela conferiria , segundo Machado, a percepção de certa superioridade, para seu autor, em relação àquele que dela se beneficiou.*

A referência a Erasmo e à complacência que este observa em dois burros que se coçam serve para provar sua tese. Machado complementa Erasmo e afirma que, se um dos burros melhor coçasse seu companheiro, ele teria maior satisfação que o outro: experimentaria, assim, o sentimento de superioridade enunciado pelo Bruxo do Cosme Velho.

*

HISTÓRIA DO BRASIL

A prova de História do Brasil consistirá de 5 (cinco) questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos.

Programa:

1. O período colonial. A Configuração Territorial da América Portuguesa. O Tratado de Madri e Alexandre de Gusmão.
2. O processo de independência. Movimentos emancipacionistas. A situação política e econômica européia. O Brasil sede do Estado monárquico português. A influência das idéias liberais e sua recepção no Brasil. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
3. O Primeiro Reinado (1822-1831). A Constituição de 1824. Quadro político interno. Política exterior do Primeiro Reinado.
4. A Regência (1831-1840). Centralização *versus* Descentralização: reformas institucionais (o Ato Adicional de 1834) e revoltas provinciais. A Dimensão Externa.
5. O Segundo Reinado (1840–1889). O Estado centralizado; mudanças institucionais; os partidos políticos e o sistema eleitoral; a questão da unidade territorial. Política externa : as relações com a Europa e Estados Unidos; questões com a Inglaterra; a Guerra do Paraguai. A questão da escravidão. Crise do Estado Monárquico. As questões religiosa, militar e abolicionista. Sociedade e Cultura: população, estrutura social, vida acadêmica, científica e literária. Economia: a agroexportação; a expansão econômica e o trabalho assalariado; as políticas econômico-financeiras; a política alfandegária e suas conseqüências.
6. A Primeira República (1889-1930). A proclamação da República e os governos militares. A Constituição de 1891. O regime oligárquico: a “política dos estados”; coronelismo; sistema eleitoral; sistema partidário; a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais. A economia agro-exportadora. A crise dos anos 1920: tenentismo e revoltas. A Revolução de 1930. A política externa: a obra de Rio Branco; o panamericanismo; a II Conferência de Paz da Haia (1907); o Brasil e a Grande Guerra de 1914; o Brasil na Liga das Nações. Sociedade e cultura: o Modernismo.
7. A Era Vargas (1930-1945). O processo político e o quadro econômico-financeiro. A Constituição de 1934. A Constituição de 1937: o Estado Novo. O contexto internacional dos anos 1930 e 1940; o Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Industrialização e legislação trabalhista. Sociedade e cultura.
8. A República Liberal (1945-1964). A nova ordem política: os partidos políticos e eleições; a Constituição de 1946. Industrialização e urbanização. Política externa: relações com os Estados Unidos; a Guerra Fria; a “Operação Panamericana”; a “política externa independente”; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura.
9. O Regime Militar (1964-1985). A Constituição de 1967 e as modificações de 1969. O processo de transição política. A economia. Política externa: relações com os Estados Unidos; o “pragmatismo responsável”; relações com a América Latina, relações com a África; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura.
10. O processo democrático a partir de 1985. A Constituição de 1988. Partidos políticos e eleições. Transformações econômicas. Impactos da globalização. Mudanças sociais. Manifestações culturais. Evolução da política externa. Mercosul. O Brasil na ONU.

Bibliografia sugerida:

BOMFIM, Manoel. **A América Latina. Males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks,1993.

BOXER, Charles. **A Idade de Ouro do Brasil: as dores de crescimento de uma sociedade colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CAMPOS, Flávio; Dohlnikoff, Miriam. **Manual do Candidato: História do Brasil**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997.

CARONE, Edgar. **A República Velha**. São Paulo: DIFEL.

________. **A Segunda República**. São Paulo: DIFEL.

________. **A República Nova (1930-1937).** São Paulo: DIFEL. 1982.

________. **A Terceira República (1937-1945).** São Paulo: DIFEL. 1982.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem/Teatro de Sombras**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

________. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora da UnB, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1999.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. São Paulo: Globo/Publifolha, 2001. 2 v.

FAUSTO, Boris**. História Concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Global, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Nacional, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Ática, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1995.

________. **O Brasil Monárquico: do Império à República**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995. (História Geral da Civilização Brasileira, v.7)

IGLESIAS, Francisco. **Trajetória Política do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

LESSA, Renato. **A Invenção Republicana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LINS, Álvaro. **Rio Branco (Barão do Rio Branco): biografia pessoal e história política**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1996.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **Da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003).** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense,1995.

________. **A Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

SCHWARTZ, Liliam Moritz. **As barbas do Imperador D. Pedro II: um monarca dos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

Prova de 2006

Questão 1

O Tratado de Madri de 1750, firmado entre Portugal e Espanha, tinha por fim imediato estabelecer a divisão do território ao sul do Brasil para acabar com as disputas pela região; porém, pela primeira vez, após o de Tordesilhas de 1494, definia-se toda a linha divisória das possessões das coroas ibéricas na América. A respeito do Tratado de Madri, exponha:

a) a contribuição do negociador Alexandre de Gusmão;
b) os resultados mais importantes quanto à demarcação do território brasileiro na época e para a posteridade.

Christiana Lamazière (20/20)

O Tratado de Madri, de 1750, é momento fundamental para o processo de conformação territorial do Brasil e, igualmente, para o surgimento dos princípios norteadores da política externa brasileira.

No que tange aos desacordos territoriais que opunham a Coroa Espanhola à Portuguesa, o Tratado de Madri reviu as premissas contidas no Tratado de Tordesilhas, refutando a idéia de que os tratados antigos serviriam para delimitar as fronteiras das possessões espanholas e portuguesas na América. De acordo com o novo entendimento, o traçado das fronteiras deveria seguir os princípios das fronteiras naturais e do uti possidetis. *A importância das fronteiras naturais – cadeias de montanhas, rios, e outros marcos naturais – estaria em firmar marcos indiscutíveis de territorialidade e evitar, assim, a probabilidade de atritos no futuro. Já o* uti possidetis *inaugurou o gosto pelo pragmatismo na política externa brasileira, ao contrapor o fato da ocupação efetiva e natural do território ao que havia sido acordado em tratados anteriores. Esse princípio favoreceu sobremaneira a expansão territorial da colônia portuguesa, pois, no caso das fronteiras, a norma – os tratados vigentes – parecia congelar-lhe o potencial. Quanto ao princípio do* uti possidetis, *pode-se ver na sua consagração no Tratado de Madri uma tendência que acompanha o Brasil até hoje, qual seja, a de favorecer institucionalização mais branda das relações regionais, já que o País possui maior poder relativo nessa esfera, enquanto favorece maior normatização das relações no meio global, pois nessa esfera seu poder relativo – pelo menos no que tange às capacidades materiais – é menor. Uma vez que a institucionalização das relações tende a reduzir a flexibilidade da diplomacia brasileira na busca do interesse nacional, ela foi substituída por um princípio mais realista, o* uti possidetis, *já na época colonial. O* uti possidetis *impediu que normas internacionais – como o Tratado de Tordesilhas – diluíssem o poder relativo português e se tornassem obstáculo à força da expansão portuguesa.*

Nesse sentido, o negociador do Tratado de Madri, Alexandre de Gusmão, inaugurou o pragmatismo na política externa do Brasil, razão pela qual é conhecido como o "avô da diplomacia brasileira". O pragmatismo consiste no recurso constante à racionalidade política a fim de melhor garantir o interesse nacional do País e da sociedade como um todo. Alexandre de Gusmão introduziu, na diplomacia da Coroa Portuguesa para a demarcação das fronteiras, esse elemento de flexibilidade que norteia o realismo político: saber adotar apenas as normas que favorecem a margem de manobra do País para que este atinja seus objetivos racionais.

Os resultados mais importantes do Tratado de Madri quanto à delimitação do território brasileiro se referem principalmente à região sul do País. De acordo com o Tratado de Madri, a Coroa Portuguesa deveria devolver a Colônia do Sacramento à Coroa Espanhola, uma vez que tal território não havia sido adquirido de acordo com o princípio da expansão natural contido no uti possidetis. *Em troca, Portugal recebeu a área dos Sete Povos das Missões, a qual correspondia mais adequadamente à idéia de uma expansão natural – que não era o caso da Colônia do Sacramento, construída pelo mar visando principalmente garantir o acesso de Portugal a uma das margens do rio da Prata, objetivo sempre presente nos planos geopolíticos portugueses.*

O território dos Sete Povos das Missões foi posteriormente retomado pela Coroa Espanhola por meio do Tratado de San Ildefonso, mas retornou à Coroa Portuguesa com o Tratado de Badajoz, que ainda reafirmou a centralidade do uti possidetis *para reger as discussões das fronteiras na América Ibérica. A região dos Sete Povos permaneceria, entretanto, objeto de contestação mesmo após as independências das colônias portuguesa e espanholas. Com efeito, coube ao Barão do Rio Branco resolver a questão por meio da defesa da soberania brasileira no território após a Proclamação da República. Os conhecimentos geográficos do Barão e sua habilidade política deram a vitória ao Brasil na arbitragem sobre a questão do território agora conhecido como Palmas.*

Questão 2

Discorra sobre os seguintes aspectos do Movimento Modernista, inaugurado com a Semana de Arte Moderna de 1922:

a) as idéias que inspiraram o movimento;
b) as principais contribuições de escritores brasileiros ao projeto modernista, de 1922 a 1945.

Maurício Gomes Candeloro (20/20)

a) A Grande Guerra que ceifou a vida de milhões de jovens europeus de 1914 a 1918 alterou profundamente a visão de mundo daquele continente. O otimismo na ciência e a crença em relação ao "progresso" sucumbiram diante da carnificina daquela guerra no seio da civilização européia. Os efeitos do conflito no pensamento e na cultura foram imediatos para o sepultamento da Belle Époque *e para o surgimento do Modernismo.*

Este último assumiu diferentes versões. Na Suíça, entre jovens que se recusavam a lutar na guerra, surgiu o Dadaísmo. O Cubismo na França e o Expressionismo alemão foram outras manifestações no rol exaustivo que forma o movimento moderno como um todo.

O Brasil, distante da ebulição européia do imediato pós-guerra, foi refratário a essas inovações até a Semana de Arte Moderna de 1922, que teve lugar no Teatro Municipal de São Paulo.

Roberto Schwartz e seu conceito de "idéias fora de lugar" podem ser evocados na análise de como um movimento marcadamente europeu, típico de sociedade altamente industrializada e destruída pela guerra, pôde ser absorvido (ou deglutido, para usar a expressão de Oswald de Andrade) pela sociedade brasileira da República Velha, caracterizada pela agricultura e por organizações sociais arcaicas. Nesse sentido, o fato de o Modernismo ter "surgido" na capital paulista não pode ser desprezado.

São Paulo, nesse momento, industrializava-se rapidamente. Era uma cidade de imigrantes, em especial italianos, portugueses e árabes. A elite cafeeira adotara a cidade como sua residência permanente, em detrimento da fazenda (absenteísmo), o que enriquecera a cidade, dotando-a de infraestrutura técnica e cultural. Essa elite paulistana falava francês, lia Shakespeare e era educada por preceptoras alemãs. Tinha, portanto, os pés no Brasil e a cabeça na Europa. São os membros dessa elite que vão patrocinar o Modernismo no Brasil. No entanto, é um equívoco afirmar que, antes de 1922, não havia nada de moderno no Brasil. Curiosamente, pode-se considerar Monteiro Lobato, autor do virulento artigo "Paranóia e Mistificação", em que criticava os modernistas do Teatro Municipal, como um escritor pré-moderno.

Do ponto de vista conceitual, celebrizou-se a "antropofagia" de Oswald de Andrade. O Manifesto Antropófago *pregava a absorção de idéias vindas de fora (sua deglutição), sua adaptação à realidade brasileira (misturadas à elementos da cultura nacional) e o conseqüente surgimento de algo novo e genuinamente brasileiro. Valoriza-se, assim, o passado e, ao mesmo tempo, a influência estrangeira. Havia, por outro lado, modernistas que refutavam essa visão "cosmopolita". Os nativistas eram favoráveis ao fechamento da cultura brasileira à influência externa, vista como maléfica. Deveríamos valorizar exclusivamente o que é nosso. Essa visão seria adotada pela AIB (Ação Integralista Brasileira), de Plínio Salgado e Menotti Del Picchia, dois participantes da Semana de 1922.*

b) O Modernismo teve profunda influência entre os escritores brasileiros. Nas Ciências Sociais, Antônio Candido identifica três autores e três obras, chamando os primeiros de "demiurgos" do pensamento social brasileiro, verdadeiros divisores de águas. São eles: Gilberto Freyre, com Casa Grande & Senzala *(1933); Sérgio Buarque de Holanda, com* Raízes do Brasil *(1936) e Caio Prado Jr., com* Formação do Brasil Contemporâneo *(1942).*

Freyre, culturalista, influenciado por Franz Boas, sublinha a importância da mestiçagem na formação da cultura e do caráter nacionais. Holanda, também culturalista, está influenciado por Max Weber, e faz análise institucional do Brasil: a dificuldade do "homem cordial" brasileiro, profundamente afetivo, em manter relações frias, formais e racionais, o que explicaria o patrimonialismo. Prado Jr., por sua vez, faz análise estruturalista (marxista) da formação do país. Para ele, o Brasil já nasce capitalista, mas inserido de maneira subordinada no capitalismo mundial (divisão internacional do trabalho).

Na literatura, o período em tela é momento de grande efervescência. Além da obra dos participantes diretos da Semana de 1922, como Mário de Andrade (Macunaíma, Contos Novos*) e Oswald de Andrade (*O Rei da Vela*), o Modernismo cria raízes em nosso País e espalha-se pelo território nacional. Com efeito, nos 1930/1940, essa "difusão" fica evidente com o surgimento do Regionalismo de José Lins do Rego e Jorge Amado. Na poesia, destacam-se Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade, entre outros. Graciliano Ramos, romancista, vai imprimir forte conteúdo social em suas obras (*São Bernardo, Vidas Secas*) e terá destacado papel político na denúncia de mazelas sociais e na oposição ao*

Estado Novo (1937-1945) de Vargas, pela qual é preso. Na cadeia, escreve Memórias do Cárcere.

A influência da Semana de 1922 vem até hoje. Várias gerações têm dialogado com a obra dos primeiros modernistas. A famosa montagem de O Rei da Vela *no Teatro Oficina, de José Celso Martinez Correa, em São Paulo nos anos 1960 é sintomática dessa influência permanente daqueles pioneiros.*

Questão 3

"No Brasil, a vitória de Dutra representou, para os contemporâneos, algumas continuidades em relação ao governo Vargas... Contudo, o governo eleito seria menos continuísta do que se supunha, tanto em relação aos homens e políticas como em relação à estrutura partidária que o conduziu ao poder. Nos terrenos político e econômico, o governo Dutra representava uma orientação muito diferente daquela que surgira nos estertores da ditadura Vargas."

(Boris Fausto e Fernando J. Devoto. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada**. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 292)

Examine:

a) a diferença da presidência do General Dutra com relação ao primeiro Governo de Vargas no campo das relações internacionais do Brasil;
b) o peso dos partidos políticos sobre o Governo Dutra.

Melina Espechit Maia (18/20)

O governo Dutra, que se instaurou após o fim da ditadura do Estado Novo (1937-1945), inaugurou a fase da República Liberal, que perduraria, apesar dos vários momentos de contestação ao regime, até o golpe militar de 1964. Nos últimos anos do Estado Novo, que havia abolido os partidos políticos e concentrado o poder do Estado na figura de Getúlio Vargas, o presidente liberou a formação de partidos políticos, com a criação da UDN (partido de direita e de contestação do regime paternalista de GV), do PTB (partido das classes proletárias urbanas e do sindicalismo nacional) e do PSD (partido dos grupos que apoiavam o regime Vargas). Além desses, destaca-se a legalização da existência do Partido Comunista Brasileiro, que por muitos anos existiu na ilegalidade. Dutra foi eleito por uma aliança PTB-PSD contra o candidato da UDN, Eduardo Gomes.

No campo das relações internacionais do Brasil, a principal diferença da presidência do General Dutra em relação ao primeiro governo de Vargas reside no entendimento do relacionamento com os Estados Unidos. Ambos esperavam tirar vantagens da relação bilateral para promover o desenvolvimento do país. Entretanto, durante o governo Vargas (1930-1945), desenvolveu-se uma política de barganha, que visava à obtenção de benefícios concretos à modernização da indústria, principalmente a indústria de base (siderurgia nacional), como incentivo ao crescimento autônomo da produção nacional.

Na primeira fase do governo Vargas, em que se delineavam as facções que iriam disputar a 2ª Guerra Mundial - Eixo e Aliados - Vargas praticou uma política de "eqüidistância pragmática", como denominou Gelson Moura. O governo brasileiro praticou o comércio compensado com a Alemanha (e em menor escala com a Itália), por meio dos marcos de compensação, promovendo o aumento do intercâmbio comercial entre os dois

países. Nesse período, o comércio com os EUA perdeu importância relativa e as conversações entre Brasil e Alemanha causaram atrito nas relações com os EUA. A política de barganha concentrou-se principalmente na questão da indústria siderúrgica nacional, com negociações com o grupo Krupp na Alemanha e com empresas americanas. Com o prenúncio da Grande Guerra e o apoio do Brasil aos Aliados, logra-se a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), localizada em Volta Redonda, com capital do governo americano por intermédio do Eximbank.

Com o rompimento das relações com o Eixo e a entrada do Brasil na guerra, as relações com os EUA e com os aliados estreitaram-se, como demonstram o envio das forças brasileiras ao campo de batalha na Itália e a formação do "Trampolim da Vitória", quando Getúlio Vargas permitiu a utilização de bases no Nordeste, juntamente com o envio de matérias primas estratégicas aos esforços de guerra (em troca de auxílio ao rearmamento das Forças Armadas Brasileiras).

O governo Dutra inicia-se nesse espírito de alinhamento com os EUA. No entanto, Dutra praticaria uma política de "alinhamento automático" com a potência americana. Com o começo da Guerra Fria e da disputa ideológica Leste-Oeste, o Brasil coloca-se sob a zona de influência dos EUA. Dutra entende o alinhamento com os EUA como benéfico ao objetivo desenvolvimentista da Política Externa Brasileira. Acredita ser possível a obtenção de capital do governo americano para auxiliar o desenvolvimento nacional, enquanto os EUA concentram-se na política de reconstrução da Europa e do Japão (Plano Marshall). É o fim da política de barganha que havia marcado o governo de GV e trazido resultados concretos para o Brasil. O Brasil assina os Acordos de Bretton Woods e integra o sistema internacional criado sob a órbita da Guerra Fria.

No que se refere à política regional, na esfera das Américas, o governo Vargas também se diferencia do governo Dutra. GV iniciou seu governo com uma política de aproximação com os Estados latino-americanos sob a política da boa-vizinhança do governo Roosevelt. Destacam-se o Pacto Saavedra-Lamas (1933), as mediações no conflito da Letícia (Peru e Colômbia) e do Chaco (Bolívia e Paraguai), além de Acordo com a Bolívia, que se concretizaria no Acordo de Raboré no governo JK. O governo Dutra rompeu o bom relacionamento com a Argentina (encontro entre Vargas e Justo), principalmente após a reticência argentina em romper relações com o Eixo. Dutra inseriu o Brasil nos organismos criados pelo governo americano para institucionalizar sua área de influência nas Américas: o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) de 1947 e a OEA (Organização dos Estados Americanos) de 1948.

Quanto aos partidos políticos, o governo Dutra instaurou-se sob forte oposição da UDN, principalmente de seu líder Carlos Lacerda, por ter sido considerado uma vitória da aliança varguista e uma continuação das políticas trabalhistas do governo Vargas. Dutra coloca novamente na ilegalidade o Partido Comunista Brasileiro, que no clima da Guerra Fria e da política de contenção ao comunismo é enquadrado na legislação brasileira como contrário ao regime democrático representativo. O peso dos partidos políticos no governo Dutra é simbolizado pela disputa entre a UDN e o PDS-PTB quanto ao regime de governo ideal ao crescimento nacional. Cabe notar que a política de abertura de Dutra favoreceu, em certos aspectos, as reivindicações da UDN, apesar da continuidade partidária.

Assim, se o governo Vargas e o governo Dutra apresentam semelhanças quanto à ideologia partidária, no que tange às relações internacionais, a política de barganha de Vargas foi abandonada, o que não logrou resultados concretos para o Brasil, visto que os Estados Unidos concentravam-se nas suas políticas de segurança internacional e de reconstrução da Europa e do Japão no pós-guerra.

Questão 4

"[...] Ao assumir a Pasta das Relações Exteriores, defrontei-me imediatamente com o grave obstáculo do problema do colonialismo português. Em exposição de motivos ao Presidente Médici, em dezembro de 1971, expus, formalmente, uma nova linha de política externa.

Dizia eu na exposição: País atlântico, o Brasil tenderá, num futuro que se aproxima com rapidez, a ter crescentes interesses e responsabilidades no outro lado do oceano que banha nossas costas. Conviria por isso que, desde já, procurássemos aumentar, dentro de nossas possibilidades e recursos, a presença brasileira naquela parte da África que chamaremos de atlântica."

(Mario Gibson Barboza. **Na diplomacia o traço todo da vida**.
Rio de Janeiro: Record, 1992, p. 239-240).

Com base no texto, avalie:

a) as bases conceituais do relançamento da política africana do Brasil no Governo Médici;
b) os resultados colhidos ao longo dos anos seguintes à luz dos interesses nacionais brasileiros.

Flávio Elias Riche (19/20)

a) De acordo com José Flávio Sombra Saraiva, as relações do Brasil com a África, de 1930 até 1990, podem ser definidas através de quatro momentos: a permanência do silêncio (1930-1946); o lento renascimento do interesse na África (1946-1961); avanços e recuos (1961-1969); a reafirmação da política africana do Brasil (1969-1990).

Durante a primeira fase, o interesse do Brasil na África foi pouco, seja por razões de ordem ideológica (as elites desejavam ignorar a contribuição africana para a formação da nacionalidade brasileira), seja por razões de ordem material (o comércio com a África não possuía expressão para a economia brasileira).

Ao longo da segunda fase, a situação começa a mudar, especialmente em função da Conferência de Bandung (1955) e do movimento de descolonização dos países africanos. Todavia, percebe-se uma cisão entre discurso e prática. Ao mesmo tempo em que o Brasil se mostra a favor do princípio da autodeterminação dos povos, o peso da afetividade lusa se faz presente, evitando o Brasil questionar a colonização portuguesa na África. Soma-se a isto o entendimento brasileiro de que o regime de Apartheid na África do Sul seria um problema soberanista, sem dizer respeito à comunidade internacional.

A necessidade de renovar a política externa em relação à África foi um dado reconhecido por Jânio Quadros, questão inclusive levantada pelo presidente em artigo publicado na revista "Foreign Affairs". Neste sentido, a Política Externa Independente defendeu com veemência a autodeterminação e o anticolonialismo, a despeito da abstenção nos votos relativos às questões de Angola e Argélia na ONU.

Para concluir este breve excurso, os dois primeiros governos militares tiveram como preocupação evitar a possibilidade de novas nações africanas se converterem ao comunismo, razão pela qual hesitaram a respeito da descolonização. Tal recuo é motivado não apenas pelo ocidentalismo, mas também pelos vínculos de solidariedade com Portugal.

No que diz respeito ao governo Médici, cumpre lembrar que este se diferencia dos antecessores por buscar cada vez mais uma inserção pragmática no sistema internacional, ainda que sob um paradigma americanista. Soma-se a isto um fator ideológico, pois o legado africano para a formação brasileira deixava de ser visto como algo negativo, devido especialmente à divulgação do pensamento de Gilberto Freyre, fundado na noção de democracia racial. Com efeito, criou-se um núcleo de estudos africanos no Itamaraty, ao mesmo tempo em que a idéia-força da afetividade luso-brasileira começava a perder legitimidade.

Existem dois outros fatos que merecem destaque no que se refere à política africana do governo Médici. Primeiro, a viagem do ministro das relações exteriores, Gibson Barbosa, a cinco países da África Ocidental. Segundo, as recomendações categóricas de Médici ao deixar o governo, no sentido de que o Brasil deveria rever seu posicionamento sobre a colonização portuguesa.

b) O que no governo Médici foi o início de uma inflexão, no governo Geisel se tornou realidade através do pragmatismo responsável e ecumênico. Vale lembrar que a conjuntura do governo Geisel foi marcada pela crise do petróleo de 1973; este foi um dos fatores, porém não o único, que levou o Brasil a diversificar seus parceiros diplomáticos e comerciais, aproximando-se inclusive dos países socialistas e dos países árabes.

Verifica-se ao longo do pragmatismo responsável um aprofundamento do comércio e dos vínculos culturais com os países da África. Em 1975, o Brasil reconheceu o governo do MPLA na Angola antes que as demais nações – uma evidência de sua nova orientação na política externa. Com isso, colocou-se um ponto final no apoio brasileiro à colonização portuguesa.

De fato, os resultados obtidos com a nova política africana não se restringiram ao governo Geisel, prolongando-se nos governos seguintes, ainda que com menor intensidade. Prova do peso da África para a política externa brasileira foi a visita do presidente Figueiredo ao continente em 1983. Em momento posterior, o presidente Sarney também visitou a África, com o objetivo de aprofundar os vínculos existentes.

Finalmente, vale mencionar que, a despeito do enfraquecimento da política africana do Brasil a partir do governo Collor, a mesma voltou a ser prioritária com o governo atual, em função do fortalecimento da cooperação Sul-Sul. Em que pese a questão econômica, atualmente também existem questões humanitárias, traduzidas, por exemplo, na aplicação do programa brasileiro de combate à AIDS em países africanos.

Questão 5

“Não obstante sua natural solidariedade com todos os povos irmãos do hemisfério, o Brasil é um país soberano, autônomo, que não pode ser considerado como parcela de um continente ou como capítulo de um agrupamento de países em desenvolvimento. Não ignoramos os deveres — ou as vantagens políticas — da solidariedade, mas não renunciamos a nossa faculdade de atuar por nós mesmos, como Estado, como Nação e como Povo dentro da comunidade internacional.”

(Araújo Castro, 1971)

Comente a formulação acima em suas implicações diplomáticas e à luz de seu contexto histórico.

Fabio Cereda Cordeiro (20/20)

A formulação de Araújo Castro pode ser lida como uma afirmação do universalismo e da autonomia, num momento em que nossa política externa guiava-se pela busca autônoma do interesse nacional.

Para entender estes conceitos, é importante antes comentar o contexto internacional da segunda metade dos anos 60 e do início dos 70. O processo de descolonização, que estava então quase completo, criava novos atores estatais que, reunidos no chamado Terceiro Mundo, buscavam um caminho próprio de desenvolvimento. A imensa superioridade que os EUA possuíam no imediato pós-Segunda Guerra Mundial erodia-se, à medida que outras potências aproximavam-se de seu poder econômico e militar. O conflito da Guerra Fria distendia-se por meio da détente *americano-soviética.*

Fica claro que este contexto não permitia que o Brasil seguisse uma política de alinhamento automático aos Estados Unidos, como fora tentada nos governos Dutra e Castello Branco. Nem mesmo a barganha nacionalista de Vargas e JK era suficiente. Fazia-se necessário ampliar os horizontes da política externa brasileira, que não poderia mais articular-se unicamente no eixo de relações com os EUA. Esta articulação fazia sentido quando a principal clivagem do sistema internacional era o conflito Leste-Oeste. Mas mostrava-se inadequada num mundo onde o conflito Norte-Sul era cada vez mais importante.

Em vista do exposto acima, podemos entender o universalismo como uma expansão das relações internacionais do País para além do hemisfério ocidental, caracterizado pela supremacia norte-americana. O Brasil buscaria a ampliação de relações "horizontais" e "diagonais", ou seja, com o resto do mundo em desenvolvimento (relações Sul-Sul) e com o mundo socialista (relações Sul-Leste).

Quando Araújo Castro afirma que o Brasil "não pode ser considerado como parcela de um continente", propõe justamente uma superação do pan-americanismo e defende que o País tenha relacionamento com todos os atores do sistema internacional. Ao mesmo tempo, quando afirma que o Brasil não pode ser visto "como capítulo de um agrupamento de países em desenvolvimento", mostra que o universalismo, ao propor uma expansão na amplitude das relações internacionais do País, não significava que deveríamos assumir uma postura de confronto com relação às grandes potências. Isto explica por que o Brasil nunca foi membro pleno do Movimento dos Não-Alinhados, tendo atuado apenas como observador.

O universalismo andava de mãos dadas com a maior autonomia nas relações internacionais do País. Buscar um papel relevante além do hemisfério ocidental implicava em reduzir o alinhamento com os Estados Unidos. Procurando, no quadro de uma política nacionalista, usar a política externa como instrumento do desenvolvimento, o Brasil ampliava seus parceiros, tanto econômicos quanto políticos. O exemplo mais marcante desta política de autonomia foi o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha de 1975, que encontrou forte oposição nos EUA mas foi levado à frente mesmo assim. Outro exemplo foi a questão do reconhecimento de Angola (também na gestão de Azeredo da Silveira no MRE e de Geisel na presidência), na qual o Brasil opôs-se aos Estados Unidos – o que deixa claro que uma política externa verdadeiramente universalista não é compatível com um alinhamento subordinado aos EUA ou a qualquer grande potência.

*****

GEOGRAFIA

A prova de Geografia consistirá de 5 (cinco) questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos.

Programa:

1 - Conceitos e teorias da Geografia.

1.1 Espaço, território, região, lugar e paisagem: conceituação.

1.2 Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: conceituação.

1.3 As teorias geográficas da relação sociedade/natureza.

1.4 O campo geográfico: divisões e interfaces.

2 - A formação territorial do Brasil.

2.1 Macrodivisão natural do espaço brasileiro (relevo, clima, vegetação, hidrografia).

2.2 Os grandes eixos de ocupação do território e a cronologia do processo de formação territorial.

2.3 A cartografia e a definição das fronteiras no Brasil.

2.4 A estruturação da rede de cidades no Brasil e os processos recentes de urbanização.

2.5 O processo de industrialização e as tendências atuais da localização das indústrias no Brasil.

2.6 O processo de modernização da agricultura no Brasil e suas tendências atuais.

2.7 Regionalização e divisão inter-regional do trabalho no Brasil.

3 - O Brasil no contexto geopolítico mundial.

3.1 O processo de mundialização da economia e a divisão internacional do trabalho: globalização e periferia na atualidade.

3.2 Herança colonial, condição periférica e industrialização tardia: a América Latina.

3.3 A globalização e a América do Sul na nova ordem política internacional.

3.4 A questão ambiental no Brasil e os desafios do desenvolvimento sustentável.

3.5 Os ecossistemas brasileiros e as principais causas de sua degradação.

3.6 Perspectivas de integração nas bacias do rio da Prata e do rio Amazonas.

3.7 Os fluxos e redes transnacionais e o território brasileiro.

4 - Temas de Geografia contemporânea.

4.1 - Soberania, identidade nacional e multiculturalismo.

4.2 - Geografia da População: migrações e direitos humanos.

4.3 - Degradação ambiental e gestão de recursos naturais.

4.4 - Desigualdades sociais e padrões de consumo no mundo atual.

4.5 - Conflitos geopolíticos contemporâneos.

Bibliografia sugerida:

BENKO, George. **Economia, Espaço e Globalização**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BECKER, Bertha & EGLER, Claudio. **Brasil: Uma nova potência regional na economia-mundo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

GREGORY, Derek et alli. **Geografia Humana. Sociedade, Espaço e Ciência Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

RIBEIRO, Wagner Costa (org.) **Patrimônio Natural Brasileiro**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**. Rio de Janeiro:Record, 2000.

________ & SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil. Território e Sociedade no Limiar do Século XXI.** Rio de Janeiro:Record, 2001.

SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Continente em Chamas. Globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

THÉRY, Hervé & MELLO, Neli Aparecida. **Atlas do Brasil. Disparidades e dinâmicas do território**. São Paulo: EDUSP, 2005.

A título de orientação, para os candidatos que desejarem aprofundar o estudo da matéria, sugerem-se as seguintes leituras adicionais:

BECKER, Bertha et alli. **Geografia e meio ambiente no Brasil.** 2.ed. São Paulo:Hucitec.1995.

CASTRO, Iná Elias et alli. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

LENCIONE, Sandra. **Região e geografia.** São Paulo: EDUSP, 2003.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**. São Paulo: Moderna/EDUNESP, 1997.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil.** São Paulo:Hucitec, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert**. Contribuição para a gestão da zona costeira do Brasil**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1999.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUZA, Maria Adelia Aparecida (org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003.

Prova de 2006

Questão 1

A Região Nordeste do Brasil apresentou na última década algumas áreas de grande dinamismo econômico. Enumere e localize as atividades responsáveis por essa dinâmica e comente os fatores que explicam tal crescimento das economias locais.

José Renato Ruy Ferreira (20/20)

No final da década de 50, o baixo dinamismo econômico da região nordeste levou o governo a implementar a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) com o objetivo de incentivar a industrialização da região. A SUDENE, por intermédio do Fundo

de Investimentos do Nordeste (FINOR), administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), financiou projetos industriais baseados no modelo de Pólos de Desenvolvimento, pelo qual se acreditava que o desenvolvimento regional decorreria da expansão da renda e da tecnologia implantada pelo grande empreendimento.

Assim, surgiram os pólos petroquímicos de Camaçari, no Recôncavo Baiano, os distritos industriais dos arredores de Recife e a indústria de extração de salgema, em Alagoas, por exemplo.

O desenvolvimento proposto pela SUDENE foi baseado no Modelo de Substituição de Importações, na moldura da unificação e proteção do mercado interno. Com o esgotamento desse modelo, no final dos anos 80, o FINOR deixou de dar prioridade às grandes indústrias e passou a financiar outras atividades como a agricultura, a irrigação, a infra-estrutura e o turismo. Nesse sentido, receberam recursos projetos de irrigação no semi-árido; projetos na área de infra-estrutura, como a Refinaria do Nordeste (Renor) e a Ferrovia Transnordestina; o asfaltamento de rodovias, como a linha verde; empreendimentos na área de saneamento básico e abastecimento; hotéis e estabelecimentos de turismo.

A partir da década de 90, os governos estaduais passaram a incentivar fortemente os empreendimentos voltados à exportação iniciando um movimento de deslocamento do foco da economia nordestina para a lógica global. Assim, no Ceará surgiu o pólo têxtil aproveitando-se da matéria-prima regional (o algodão de fibra-longa), do baixo custo da mão-de-obra e do modelo de trabalho em cooperativas, em seguida incorporado por outros estados do Nordeste. A construção do porto de Pecém também dinamizou a atividade da indústria de transformação no seu entorno. Além disso, o Ceará e o Rio Grande do Norte são os dois principais pólos de carcinicultura do Brasil, exportando camarões para vários lugares do mundo, em especial para os EUA.

No Rio Grande do Norte, a agricultura irrigada do Vale do Rio Açu, ou Piranhas, atraiu empresas como a MAISA, que dinamizou a fruticultura da região.

Na divisa entre Bahia e Pernambuco, no médio vale do Rio São Francisco, a irrigação da região de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), com águas da barragem de Sobradinho, configurou importante pólo exportador de frutas, como mamão, melão, manga, uva e abacaxi. Vale lembrar que a EMBRAPA tem papel destacado nesses empreendimentos por intermédio do desenvolvimento de variedades de plantas adaptadas ao semi-árido.

A soja, maior produto agrícola de exportação nacional, também se desenvolve modernamente no sertão do Oeste da Bahia, polarizado por Barreiras, no sudoeste do Piauí e no sul do Maranhão. O escoamento da produção utiliza os sistemas da BR-153, da ferrovia Carajás e do Porto de Itaqui, no Maranhão. A força da soja no semi-árido cria novas cidades, como a de Luiz Eduardo Magalhães, na Bahia, e dinamiza a economia regional.

No Maranhão, o Projeto Grande Carajás resultou na construção de grandes empresas de transformação, como a Alumar, e do porto de Itaqui, de calado profundo (21 metros), que junto com Tubarão, no Espírito Santo, são os dois maiores portos graneleiros do país.

No Nordeste, o turismo também se destaca como atividade dinâmica. Vários resorts *e hotéis aproveitam o sol e o calor constante do litoral nordestino. Citam-se, como exemplo, Ilhéus, Porto Seguro e Sauípe, na Bahia; Maragogi em Alagoas e Porto de Galinhas e Fernando de Noronha em Pernambuco.*

Por fim, vale lembrar que em 2001 deflagrou-se a reforma institucional da SUDENE, que se transformou em Agência de Desenvolvimento do Nordeste. Com a reforma, por um lado, o órgão tornou-se mais flexível e capacitado para estabelecer parcerias com empresas privadas e agências internacionais de financiamentos, e por outro, os governadores dos estados perderam o poder dominante que mantinham no interior do órgão federal.

Questão 2

Aponte as tendências atuais do transporte transoceânico, localizando as principais rotas de navegação e os grandes portos do mundo, indicando a influência das inovações técnicas nessa nova geografia da circulação mundial.

Maurício Gomes Candeloro (20/20)

A despeito de sua antigüidade como forma de transporte e comunicação, que remonta às Grandes Navegações ibéricas e ao período áureo da navegação chinesa, o transporte transoceânico continua fundamental para a circulação, sobretudo comercial, no planeta. De fato, apesar do surgimento de outras opções de transporte durante os dois últimos séculos (transportes aéreo, rodoviário e ferroviário), nenhuma delas conseguiu suplantar o transporte marítimo na circulação de grandes cargas a grandes distâncias e a preços relativamente baixos.

Os "gargalos" típicos do transporte marítimo, como a lentidão e as dificuldade portuárias de manejo, vêm sendo solucionados pela modernização do setor. Algumas dessas soluções técnicas merecem ser citadas. Em primeiro lugar, a invenção e difusão dos contêineres revolucionaram os transportes marítimos. "Conteinerizada", a carga é transportada com maior eficiência e segurança, sem perdas. A logística intermodal também ganha muito com o contêiner, que pode ser disposto em navios, trens e caminhões com relativa facilidade. Para tanto, foi necessária a adequação de áreas para contêineres em portos de todo o mundo, entre os quais Hong Kong e Hamburgo se destacam.

Navios maiores aumentam a racionalidade do transporte em grandes quantidades. Com efeito, sintomática do aumento médio no tamanho das embarcações é a adaptação de estruturas portuárias pretéritas à nova realidade. O aumento do calado dos navios, conjugado ao assoreamento, é problema sério para portos como Santos e Buenos Aires.

O grande aumento nas dimensões das embarcações representa desafio gigantesco para eclusas que foram construídas há muitas décadas, como as que permitem o cruzamento do istmo do Panamá e que integram o conjunto do Canal do Panamá.

Construído nas primeiras décadas do século XX, o Canal do Panamá não permite a passagem de navios maiores, os quais vão aumentando a cada dia em número. Diante disso, o Canal deverá ser ampliado, com a construção de uma "terceira via" paralela a certos trechos do canal existente.

Em relação às principais rotas de navegação, nota-se um aumento em seu número, antes que sua substituição. As rotas que ligam os grandes portos da Europa Ocidental (Roterdã, Hamburgo, Antuérpia, Marselha) aos portos do Japão (Tóquio) e dos EUA (Nova York, Miami, Baltimore, entre outros) continuam extremamente movimentadas. No entanto, as transformações pelas quais as economias asiáticas vêm passando nas últimas décadas alteraram o mapa das rotas marítimas planetárias. Países como Coréia do Sul e Malásia são, hoje, grandes centros portuários. A China, pelo volume de sua economia e pela dinâmica recente de seu crescimento, torna-se destino cada vez mais freqüente para as cargas marítimas. O mesmo ocorre com a Índia que, aliás, é o destino final de muitas embarcações obsoletas, que ali são desmontadas e transformadas em sucata. Por fim, vale lembrar o papel sempre proeminente de cidades-estado como Hong Kong (agora incorporada à China) e Cingapura. Essas cidades têm no mar e nos transportes marítimos a sua própria razão de ser. Em resumo, as "plataformas de exportação" asiáticas que vêm crescendo com grande dinamismo desde a década de 1960 são, para todos os efeitos, "plataformas marítimas".

No Brasil, o transporte marítimo vem assumindo cada vez mais valor nas análises micro e macroeconômicas. De fato, embarcar mercadorias, em nosso País, é extremamente caro, o que aumenta o tão falado "custo Brasil" e tira competitividade dos produtos nacionais. Isso é efeito do longo sucateamento dos portos nacionais, que foram relegados ao abandono durante muito tempo. Também a navegação de cabotagem (ao longo da costa) é muito subdesenvolvida, tendo sido monopólio do Lloyd Brasileiro, uma estatal, por várias décadas. Portos e navios estatais não receberam os investimentos necessários depois que o Estado nacional enfrentou sua crise da dívida e perdeu sua capacidade de investir em infraestrutura.

A privatização dos portos, a partir da década de 1990, e iniciativas como a do "eixo logístico Atlântico", um dos doze eixos previstos pelo IIRSA (Iniciativa de integração de infraestruturas regionais sul-americanas), apontam para a retomada de investimentos no setor. Se tal fato ocorrer, a capacidade de exportação e a competitividade brasileiras têm muito a ganhar.

Questão 3

A seu ver, há razões geopolíticas que possam levar o Reino Unido a apoiar o rápido ingresso da Turquia na União Européia, em contraposição às reticências da França e à aparente indiferença alemã? Justifique sua resposta.

Adam Jayme de Oliveira Muniz (20/20)

Dentre os maiores desafios atuais da União Européia (UE), destacam-se o processo de alargamento e a possível entrada da Turquia no bloco. Os sinais de apoio ao pronto ingresso desse país, por parte do Reino Unido, contrastam com as reticências da França e da Alemanha.

O próprio Reino Unido teria diversos motivos para opor-se à entrada da Turquia na UE. Ao ponderar, contudo, as vantagens e desvantagens do ingresso de Istambul, Londres tem defendido os benefícios desse alargamento do bloco. São diversas as razões geopolíticas para esse apoio.

Em primeiro lugar, Londres percebe a importância da Turquia como região de contato, de modo geral, entre o Oriente e o Ocidente e, mais especificamente, entre o Oriente Médio e a Europa. Trazer os turcos para o lado europeu implica o simultâneo distanciamento do mundo árabe-islâmico. A entrada da Turquia na UE poderia, ao mesmo tempo, facilitar o diálogo do bloco com o Oriente Próximo e impedir a migração oriunda dos países fronteiriços. A Turquia exerceria, assim, papel similar ao da Espanha em relação aos países do Magreb.

Em segundo lugar, a Turquia representa complementaridade econômica à Grã-Bretanha. Os dois países já têm intensos fluxos comerciais que seriam potencializados com o alargamento. A Turquia possui taxas significativas de crescimento e é grande a presença de empresas britânicas no País.

Além disso, a região representa, há mais de século, uma área estratégica de influência britânica. Londres percebe a importância de ampliar sua presença política nesse "rimland", lembrando a obra de Nicholas Spykman, entre o Mar Mediterrâneo e a área pivô da Eurásia.

Alemanha e França, as maiores economias continentais, mostram-se, entretanto, reticentes quanto à entrada da Turquia no bloco. A presença de Istambul alteraria o equilíbrio de poder entre as potências européias, no qual o Reino Unido se apresenta como o

fiel da balança. A adesão dos turcos implicaria rearranjos institucionais relevantes nos órgãos comunitários que Paris e Berlim se indispõem a realizar. A alteração mais significativa ocorreria no Parlamento Europeu, onde, segundo as regras atuais, a Turquia teria direito a elevado número de eurodeputados, senão até mesmo superior ao número de assentos franceses ou alemães.

A Turquia, ademais, ao ter status de membro pleno, poderia levar ao aumento no número de emigrantes turcos nos outros países continentais, especialmente na Alemanha, onde se situa a maior comunidade turca fora do País. Dispostos a trabalhar por salários inferiores, os turcos são vistos, por muitos, como ameaça ao emprego de alemães e franceses.

Há ainda a questão religiosa e cultural. Embora seja laico o Estado, a Turquia possui a população predominantemente mulçumana. O islã é tido com certo temor na Europa, que associa a religião ao fundamentalismo, à falta de liberdades, ao terrorismo.

Durante sua presidência rotativa da UE, o Reino Unido promoveu importantes avanços com relação à entrada da Turquia, a despeito de protestos na Áustria e da aparente relutância da França e da Itália. Essa divisão entre as principais potências européias indica, no entanto, que o processo de ingresso de Istambul será lento e penoso. Malgrado o entrave entre as nações no velho mundo, muitos analistas afirmam, em uníssono, que a entrada da Turquia na UE é inevitável.

Questão 4

A noção de desenvolvimento sustentável representa um mecanismo teórico e operacional de harmonização da relação economia-ecologia. Significou também um importante instrumento político, por ocasião da Rio-92, ao conciliar os interesses dos defensores do desenvolvimento econômico com os dos ambientalistas. Explique o significado do conceito e sua aplicação nas relações sociedade-espaço.

Luís Fernando Cardoso de Almeida (20/20)

A noção de desenvolvimento sustentável corresponde à idéia de que é possível utilizar os recursos naturais do planeta sem destruí-los completamente, permitindo, assim, que as próximas gerações tenham acesso e possam usufruir deles.

O conceito de sustentabilidade, no que diz respeito à utilização de recursos naturais, foi desenvolvido a partir de controvérsia existente entre os países desenvolvidos, que já haviam, ao longo de seu processo histórico, devastado parta considerável de seu meio ambiente, e os países com menor grau de desenvolvimento relativo, que ainda possuíam em seus territórios amplos estoques de recursos naturais intactos.

O primeiro grupo, que ficou conhecido como "Clube de Roma", defendia que, para o bem da humanidade, seria necessário que os países menos desenvolvidos preservassem seus recursos naturais, já que estes seriam fundamentais para a preservação da biodiversidade do planeta. Os países menos desenvolvidos, contudo, pleiteavam o direito de poder explorar seus bens naturais com intuito de atingir desenvolvimento econômico, da mesmo forma que os países atualmente desenvolvidos haviam feito no passado.

Essa dicotomia, que veio à tona no âmbito da "Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano", ocorrida em Estocolmo, na Suécia, no ano de 1972, só foi resolvida vinte anos depois, em 1992, durante novo encontro realizado na cidade do Rio de Janeiro – a "Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento"

(Rio-92) –, em que havia a preocupação com desenvolvimento, conforme seu próprio nome atestava.

Na Conferência do Rio de Janeiro, ao contrário de Estocolmo, a cooperação prevaleceu sobre o conflito. Ao abrir novos caminhos para o diálogo multilateral, colocando os interesses globais como sua principal preocupação, a Rio-92 mostrou possibilidades de compreensão entre diferentes estados soberanos. Durante esta conferência, os países menos desenvolvidos, tendo o Brasil como um de seus principais representantes, defenderam a idéia de que poderiam fazer uso de seus recursos naturais sem, contudo, destruir de forma definitiva o meio ambiente. Tratava-se, portanto, de afirmação definitiva da noção de desenvolvimento sustentável.

Para que os países menos desenvolvidos fossem bem sucedidos em seu propósito, todavia, seria necessária a colaboração dos países desenvolvidos, que deveriam contribuir com tecnologias e investimentos para projetos de exploração da natureza de modo sustentável. Assim, os países menos desenvolvidos que implementassem projetos compatíveis com os princípios do desenvolvimento sustentável teriam maior e melhor acesso a linhas de crédito de instituições internacionais, como o Banco Mundial, assim como seriam receptores e tecnologias mais avançadas e menos poluentes, oriundas dos países desenvolvidos.

Este princípio geral foi reproduzido no documento resultante do encontro do Rio de Janeiro – a "Carta da Terra" –, e os ditames do desenvolvimento sustentável foram incorporados à "Agenda do Milênio", documento das Nações Unidas elaborado em 2000, cujo intuito primordial era o estabelecimento de metas de colaboração internacional para o futuro. Além disso, foi criada a Convenção para Diversidade Biológica das Nações Unidas (CBD) que tinha como objetivo erigir regras para a preservação ambiental e para a exploração sustentável da biodiversidade, garantindo os direitos tanto dos povos tradicionais que fazem uso de recursos naturais de forma artesanal quanto os direitos de grandes empresas que utilizam recursos naturais em ampla escala industrial e comercial.

A CBD reúne-se a cada dois anos nas chamadas "Convenções das Partes" (COPs), reunindo representantes oficiais de diversos países, além de membros de organismos internacionais, organizações não-governamentais, ecologistas e demais representantes de setores interessados da sociedade civil. A última COP, realizada no mês de março de 2006 na cidade de Curitiba (COP 8), contou com a participação de delegações de 188 países e conseguiu avançar de modo significativo em assuntos relacionados ao uso e exploração sustentável da biodiversidade, embora tenha sido objeto da crítica de alguns grupos de ecologistas.

Muitos países já adotam, em suas respectivas legislações, princípios relativos ao desenvolvimento sustentável, entre eles o Brasil. Embora do Código Florestal Brasileiro (Lei 4.771, de 1965) já trouxesse alguns princípios de desenvolvimento sustentável (como, por exemplo, a obrigação de empresas madeireiras em replantar árvores), os mecanismos de fato para sua efetivação surgiram apenas algumas décadas depois, em decorrência de fatos como: a criação do IBAMA ("Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis"), em 1989, autarquia federal que reuniu as atribuições da SEMA ("Secretaria Especial do Meio Ambiente") e do IBDF ("Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal"); a criação do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), em 1992; a promulgação da Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605, de 1998), entre outros.

O MMA atua perante outros órgãos públicos para promover o desenvolvimento sustentável nas mais diversas atividades econômicas, e o Ministério Público também vem contribuindo para a proteção ambiental, fiscalizando atividades econômicas que envolvam a utilização de recursos naturais e exigindo, entre outros requisitos, a obtenção de Relatório da

Impacto Ambiental (RIMA), documento criado no início dos anos 1980 que analisa a viabilidade de determinadas obras e projetos no que tange o meio ambiente.

A criação das Unidades de Conservação (UCs), onde é permito o uso do meio ambiente de forma sustentável, é uma medida que reflete o caráter preservacionista do ordenamento jurídico brasileiro. Ademais, as Reservas de Extrativismo (Resex) permitem que povos tradicionais, como os seringueiros da Amazônia, continuem retirando seu sustento da exploração extrativista da natureza, sem, contudo, causar danos significativos ao meio ambiente.

A política brasileira de proteção ao meio-ambiente e observância do desenvolvimento sustentável encontra, todavia, sérias dificuldades de implementação prática, especialmente devido a falta de recursos materiais e de funcionários. Neste sentido, cada funcionário do IBAMA, por exemplo, é responsável por cuidar sozinho de cerca de 27.000 hectares de áreas protegidas, o que é evidentemente impossível em termos práticos.

Questão 5

Em 1982, reunidos em Montego Bay, na Jamaica, representantes da maior parte dos países adotaram a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que definia a largura do Mar Territorial de 12 até 200 milhas. No caso brasileiro essa largura se ampliou, em alguns pontos do litoral, para 350 milhas, o que levou a Marinha do Brasil a denominar esse novo espaço de "Amazônia Azul". Essa nova fronteira marítima tem implicações para a geopolítica brasileira no Atlântico Sul? Justifique sua resposta.

Patrícia Amaral de Oliveira da Silva (20/20)

De acordo com Bertha Becker, o mundo no século XXI tem três possíveis ***heartlands****, segundo a noção implementada por Mackinder, de área de dominação estratégica – a Amazônia, a Antártida e os Fundos Marinhos. Ao denominar "Amazônia Azul" o novo espaço de 350 milhas de Mar Territorial em alguns pontos do litoral, a Marinha do Brasil faz alusão ao conceito de expansão da fronteira econômica nessa região, uma vez que o governo brasileiro tem direito de exploração econômica exclusiva nessas áreas (são as Zonas Econômicas Exclusivas).*

Sabe-se que os fundos marinhos são potenciais fontes de biodiversidade, além de conterem recursos naturais de importância estratégica para o futuro do Brasil. Lembremos que mais de 90% do petróleo extraído pelo Brasil é de tecnologia ***offshore*** *(prospecção em alto-mar). A Petrobras é uma das únicas empresas de exploração petrolífera em condições de exportar esse tipo de tecnologia, o que, aliás, já vem fazendo para o México.*

Ademais dos ganhos econômicos que a ampliação do Mar Territorial de 350 milhas representa, essa nova fronteira marítima constitui elemento de grande importância para aumentar a influência geopolítica brasileira no Atlântico Sul. Além de poder explorar os recursos pesqueiros e a biodiversidade marinha – o que hoje se traduz em elemento de poder, pois quem controla tecnologia foge à dicotomia de poder imposta pelo ***digital divide*** *– o Brasil estará mais próximo, fisicamente, de seus vizinhos do Atlântico Sul. Foi por isso que, durante a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, realizada em Montego Bay, na Jamaica, em 1982, a delegação brasileira, em conjunto com os representantes da Marinha do Brasil, insistiram em comprovar não apenas a posse dos rochedos de São Pedro e São Paulo – localizados no Atlântico Sul, à grande distância do litoral brasileiro, e que contam apenas com uma torre de observação da Marinha – , mas também o fato de que, nos períodos*

de cheia, esses rochedos não ficam submersos. Esse detalhe, aparentemente irrelevante, é de extrema importância para determinar o alargamento do Mar Territorial do Brasil na área que circunscreve os rochedos. De acordo com o Direito Internacional e as Convenções que regulam o Direito do Mar, entre elas a de Montego Bay, se a área não submerge durante os períodos de cheia, pode ser considerada terra firme, e o País que exerce soberania sobre a região terá o Mar Territorial aumentado naquele entorno.

Com a ampliação do Mar territorial de 100 para 350 milhas em alguns pontos do litoral, o Brasil contará com mais um elemento a favor de sua diretriz de política externa de ampliar as parcerias sul-sul, da qual o IBAS, grupo que reúne Índia, Brasil e África do Sul, é um exemplo de êxito.

*

POLÍTICA INTERNACIONAL

A prova de Política Internacional consistirá de 5 (cinco) questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos.

Programa:

1. Relações internacionais: conceitos básicos, atores, processos, instituições e principais paradigmas teóricos. 2. A política externa brasileira: evolução desde 1945, principais vertentes e linhas de ação. 3. O Brasil e a América do Sul. Mercosul. 4. A política externa argentina. A Argentina e o Brasil. 5. A política externa norte-americana e relações com o Brasil. 6. Relações do Brasil com os demais países do hemisfério. 7. Política externa francesa e relações com o Brasil. 8. Política externa inglesa e relações com o Brasil. 9. Política externa alemã e relações com o Brasil. 10. A União Européia e o Brasil. 11. Política externa russa e relações com o Brasil 12. A África e o Brasil. 13. A política externa da China, da Índia e do Japão; relações com o Brasil. 14. Oriente Médio: a questão palestina; Iraque; Irã. 15. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. 16. O Brasil e o projeto de área de livre comércio das Américas (ALCA). 17. A agenda internacional e o Brasil: 17.1 Desenvolvimento; 17.2 Pobreza e ações de combate à fome; 17.3 Meio ambiente; 17.4 Direitos Humanos; 17.5 Comércio internacional e Organização Mundial do Comércio (OMC); 17.6 Sistema financeiro internacional; 17.7 Desarmamento e não-proliferação; 17.8 Terrorismo; 17.9 Narcotráfico; 17.10 A reforma das Nações Unidas.

Bibliografia sugerida:

ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (org.). **Sessenta anos de política externa brasileira**. 4v. São Paulo: USP, 1996.

BANDEIRA, Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**. São Paulo: Editora Revan, 2003.

________. **Relações Brasil-Estados Unidos no contexto da globalização**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2004.

BERNAL-MEZA, Raúl**. Sistema mundial y Mercosur: globalización, regionalismo e políticas exteriores comparadas**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2000.

CASTRO, Marcus Faro de. **Política e relações internacionais: fundamentos clássicos**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2005.

CERVO, Amado Luiz **As Relações internacionais da América Latina - velhos e novos paradigmas**. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

________; & BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Unb, 2002.

GILPIN, R. M. **A Economia política das relações internacionais**. Brasília: Editora da UnB, 2002.

________. **O Desafio do capitalismo global: economia mundial no século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

LESSA, Antônio Carlos. **A construção da Europa: a última utopia das relações internacionais**. Brasília: Funag; IBRI, 2003.

LINDGREN, José Augusto. **Relações internacionais e temas sociais: a década das conferências**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. **Relações internacionais – cultura e poder**. Brasília: FUNAG/ IBRI, 2002.

MILNER, H. & KEOHANE, R. **Internationalization and domestic politics**. Nova York, Cambridge University Press, 1996.

MORGENTHAU, H. **A política entre as nações**, Brasília: Funag/IPRI, EdunB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

MRE/FUNAG. **A palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995)**. Brasília: FUNAG, 1995.

OLIVEIRA, H. A. (Org.) ; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.) . **A política externa brasileira na visão dos seus protagonistas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2005. v. 1.

OLIVEIRA, H. A. **Política externa brasileira**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005. v. 1.

OLIVEIRA, H. A. (Org.) ; LESSA, Antonio Carlos (Org.). **Política internacional contemporânea: mundo em transformação**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006. v. 1.

PECEQUILO, Cristina S. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado L. **O crescimento das relações internacionais no Brasil**. Brasílila: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005.

SMOUTS, Marie-Claude. **As novas relações internacionais: pratica e teoria**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

SOUTO MAIOR, Luiz A. **O Brasil em um mundo em transição**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da. **Relações internacionais - teorias e agendas**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.

VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, integração e processo negociador: A construção do Mercosul**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VIZENTINI, P. G. F. **O descompasso entre as nações**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VIZENTINI, P. G. F. (Org.) ; WIESEBRON, Marianne (Org.) . **Neohegemonia americana ou multipolaridade? Pólos de poder e sistema internacional.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2006.

Os candidatos que desejarem se manter atualizados com o estado da arte das relações internacionais poderão servir-se de periódicos especializados, tais como **Revista Brasileira de Política Internacional** (http://www.ibri-rbpi.org.br), **Política Externa** (http://www.politicaexterna.com.br), **Foreign Affairs** (http://www.foreignaffairs.org), **Foreign Policy** (http://www.foreignpolicy.com) e **Politique Internationale** (http://www.politiqueinternationale.com), bem como das páginas eletrônicas do Ministério das Relações Exteriores (http://www.mre.gov.br) e da *Rede Brasileira de Relações Internacionais* (http://www.relnet.com.br).

Publicações adicionais que podem auxiliar a preparação dos candidatos estão disponíveis na FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão, tais como toda a série de Manuais do Candidato e a série Teses do CAE:

site na Internet – www.funag.gov.br
e-mail: funag@mre.gov.br
e-mail do Setor de Publicações: publicacoes@funag.gov.br

Brasília
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
ANEXO II, TÉRREO, SALA 1
70170-900 Brasília - DF
Telefones: (061) 411-6033/6034/6847/6857
Fax: (061) 322-2931, 322-2188

Rio de Janeiro
Palácio Itamaraty
Avenida Marechal Floriano, 196 - Centro
520080-002 Rio de Janeiro - RJ
Telefax: (021) 233-2318/2079

Prova de 2006

Questão 1

A configuração territorial do Brasil e, mais recentemente, o progressivo adensamento de laços políticos, econômicos e socioculturais com países vizinhos conferem importância singular à América do Sul no contexto da política externa brasileira. Explique as razões que tornam hoje a América do Sul espaço prioritário da ação diplomática brasileira, identificando principais iniciativas e desafios.

Luiz Felipe Rosa dos Santos (19/20)

O tradicional e recorrente ciclo entre afastamento e aproximação da política externa do Brasil em relação a seus vizinhos sul-americanos apresenta, atualmente, padrão de estabilização favorável à definição da América do Sul como espaço prioritário da diplomacia brasileira muito em função de nova perspectiva de integração a partir de visão tanto ***idealista***

kantiana *(identidade cultural e história comum de exploração que aproximaria as nações), como* ***realidade periférica*** *(reconhecimento da necessidade de integração para potencializar a ação do subcontinente na agenda internacional).*

Entretanto, para se chegar a essa nova abordagem, processo longo, de certa forma "esquizofrênico", e, muitas vezes, pouco claro, teve que ser enfrentado. Da aproximação de caráter militarista (Pacto ABC, do início do século XX, passando pelo TIAR em 1947 e até por uma proposta de aliança militar no Atlântico Sul, cogitada durante os gabinetes militares brasileiro e argentino do final da década de 1970), a aproximação do subcontinente assume natureza eminentemente econômica, conforme se depreende dos tratados de Montevidéu de 1960 (ALALC) e de 1980 (ALADI). Esse processo apresenta, ainda, alguma conexão com a idéia de integração de toda América Latina, em clara oposição à hegemonia estadunidense – padrão esse, todavia, que não se consolida ante à polarização do México e dos Estados centro-americanos à potência do norte. Ainda concomitante a esse processo, a aproximação sul-americana ocorre de forma fragmentada, por meio do Pacto Andino, de 1969, que evoluiu para a Comunidade Andina de Nações, 1989; do Tratado da Bacia do Prata, 1969; do Tratado de Cooperação Amazônica, 1978, e do Tratado de Assunção, em 1991, que lançou os alicerces do MERCOSUL, a partir das negociações iniciadas nos governos Sarney e Alfonsín, desde 1985 – Ata de Foz do Iguaçu, PICE, Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento – o que possibilitou o pano de fundo para o aprofundamento das relações no Cone Sul. O governo Itamar Franco, por exemplo, já defendia a integração (econômica) da América do Sul, por meio da ALCSA (1992).

Um primeiro marco da integração efetiva da América do Sul se deu com a Cúpula de Brasília (2000), que lançou a idéia de integração subcontinental a partir dos blocos MERCOSUL e CAN (Comunidade Andina) – implicando a conformação, em 2004, da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) durante a Conferência de Cuzco (em alusão à sede do grande império sul-americano à época dos descobrimentos). Medidas como a integração dos membros da CAN na condição de membros associados do MERCOSUL evidenciam a disposição dos blocos em promover relações mais estreitas, novamente iniciadas sob a égide do interesse econômico.

Não se pode negar que a busca de novos mercados e da melhoria do padrão de vida dos cidadãos sul-americanos faz parte do discurso favorável a uma nova integração. O reconhecimento, pelas chancelarias sul-americanas, do papel periférico do subcontinente na arena internacional (realismo periférico) incentiva a integração como forma de se potencializar o poder de barganha do novo ator internacional. Da mesma forma, o reconhecimento dos laços culturais e de passado colonial comuns reforça a associação (idealismo kantiano) objetivando a emancipação da identidade comum sul-americana – perspectiva essa, inclusive, mais ousada que o hispano-americanismo de Simón Bolívar, que pouco reconhecia na América Lusitana identidade com seus vizinhos. Desse modo, a necessidade de inserção de peso no "uni-multipolarismo" (Samuel Huntington), pós-Guerra Fria e pós-atentados de 11 de Setembro, aproxima e favorece o reconhecimento, por parte do Brasil, do novo papel estratégico de seu entorno.

Todavia, inúmeros desafios despontam quanto à busca dessa nova integração.

Do ponto de vista ***externo*** *à América do Sul, pode se identificar pré-disposição dos Estados Unidos em minar a integração sul-americana. Muito além de questões ideológicas ou culturais, a potência hemisférica deseja manter sua hegemonia continental, consolidada parcialmente com a polarização da América Central a seus ditames. Por meio da ALCA, os Estados Unidos tendem a potencializar sua hegemonia econômica em detrimento do MERCOSUL e da CAN. Em relação a esta, tendo em vista o endurecimento do MERCOSUL, durante as últimas conferências hemisféricas (Mar del Plata, 2005), quanto à agenda de*

negociação da ALCA, os Estados Unidos vêm adotando tática de promoção de acordos bilaterais de comércio, em avançadas negociações com o Peru e já assinado com a Colômbia (pelo que a diplomacia brasileira deve buscar igual tratamento comercial acordado entre o Estado andino e os Estados Unidos, invocando Acordos de Complementação Econômica, assinados por ocasião do Tratado da ALADI).

Não bastasse a aproximação dos Estados Unidos, em termos bilaterais, às nações sul-americanas (o Uruguai, por exemplo, vem sendo constantemente assediado), problemas ***internos*** *e* ***intra-regionais*** *ameaçam o concerto subcontinental. O populismo de Hugo Chávez na Venezuela, o nacionalismo equivocado de Evo Morales na Bolívia e as recentes rusgas diplomáticas Venezuela-Colômbia (quanto à extradição de narcotraficantes) e Venezuela-Peru (oposição aberta de Chávez ao candidato Alan García) demonstram que a América do Sul ainda tem muito a caminhar para uma integração, a qual, ainda que não se dê nos moldes daquela da União Européia, possa favorecer a todos seus membros e consolidar o subcontinente como agente relevante na arena internacional. E cabe ao Brasil, não apenas pelo gigantismo natural, consolidar, via diplomacia, sua hegemonia na região de forma ideal e realista.*

Questão 2

Comente a posição brasileira no tocante à reforma das Nações Unidas, avaliando os interesses nacionais na matéria e a importância do tema na agenda de política externa do país.

Louise Borges Branco (16/20)

O Brasil defende a reforma das Nações Unidas em dois aspectos: tanto no de maior inclusão dos países que têm pouca voz e estou pouco representado pelo quadro do Conselho de Segurança, quanto no de ampliação dos debates e temas a serem tratados pelos Conselhos específicos – de modo que estes temas saiam do âmbito exclusivo das discussões da Assembléia Geral, que são pouco vinculantes, e entrem na agenda das Comissões de atuação mais precisa.

Em relação ao Conselho de Segurança, o Brasil defende a ampliação do número de assentos para a Ásia, África e América, de forma rotativa. Defende, também, fazendo parte do G-3 (Alemanha, Japão e Brasil), a inclusão da Alemanha e do Japão entre os membros permanentes do Conselho (portanto, com direito de veto), assim como um assento permanente para cada continente entre África, Ásia e América. Isto porque, da maneira como está hoje, o Conselho de Segurança não reflete a distribuição atual de poder – o Brasil reconhece o poder econômico da Alemanha e do Japão – e sim perpetua o poder do pós-segunda guerra, cristalizado pelas instituições da ONU, em 1946.

Essa reforma sugerida viria re-equilibrar a estrutura da ONU e permitiria que os países até então excluídos se manifestassem em um papel mais ativo dentro do Conselho de Segurança. Isto se torna importante inclusive na medida em que o conceito de segurança se modificou e se ampliou ao longo destes anos.

Atualmente, a segurança não se restringe aos fatores militar-estratégicos clássicos. A visão estritamente belicosa não condiz com a realidade internacional de diversificação da agenda de debates e dos movimentos de integração e cooperação. Hoje, a segurança está relacionada também com a prosperidade dos povos. O desenvolvimento sustentável das sociedades, a redução das desigualdades (inclusive de gênero e de raça), a preservação do meio ambiente e da biodiversidade, a garantia do respeito aos Direitos Humanos, enfim,

todos são considerados temas de segurança. E o Brasil quer ter mais voz para trazer à pauta esses temas e para que lhes seja dada devida atenção, especialmente porque estes costumam significar um problema maior (ainda que não exclusivamente) para os países em desenvolvimento.

Em relação aos demais órgãos, como ECOSOC, PNUD, UNCTAD, o Brasil tem a posição favorável a uma maior autonomia no que diz respeito aos seus estudos e recomendações. Defende uma maior abertura para que os países possam expor seus problemas junto a estes órgãos e participar ativamente na elaboração de soluções alternativas.

No que diz respeito à Assembléia Geral, que decide a maioria dos temas em pauta, mas cujas decisões não são prescritivas, uma vez que não têm caráter obrigatório (apenas recomendativo), o Brasil defende uma maior força do órgão perante a comunidade internacional. Por ser um órgão democrático, onde cada nação vota, com o peso igual a um, é o local onde todos têm direito à palavra. Na Assembléia Geral das Nações Unidas existe verdadeiramente um princípio democrático representativo, o que o Brasil valoriza.

O Brasil defende maior abertura em relação à proposição de temas feita pelos Estados na Assembléia mediante simplificação do processo e redução do número de aquiescências necessárias para apresentação dos temas a esta.

Já o maior vínculo em relação às decisões gerais se daria mediante a troca de atas e relatórios e a incorporação imediata das decisões, propostas e soluções pelos órgãos responsáveis pelos assuntos em questão (i.e. ECOSOC), de acordo com os princípios vigentes no momento da votação pela Assembléia Geral e também de acordo com o espírito de que as propostas e decisões estejam imbuídas.

A vontade predominante entre o conjunto das nações, destarte, seria ouvida e respeitada, não somente as decisões de um grupo menor, ou seja, o que constitui o Conselho de Segurança.

Questão 3

As conferências de cúpula têm-se configurado como prática que a cada ano demanda mais energia das chancelarias, ocupa parcela expressiva da agenda internacional dos Chefes de Executivo e prende a atenção das opiniões públicas. Considerando a evolução da política externa brasileira a partir do início dos anos noventa, analise esse fenômeno, relacionando-o com os objetivos estratégicos do Brasil.

Juliana Marçano Santil (18/20)

As conferências de cúpula constituem um instrumento utilizado para conferir solidez e visibilidade às estratégias de política externa dos países. A implicação direta dos chefes de Estado em negociações de política externa projeta as decisões tomadas nessas conferências sobre uma esfera muito maior, isto é, atraindo não somente a atenção da comunidade internacional como também visando a mobilização das populações internas em torno dos temas debatidos.

No Brasil, essa estratégia vem sendo muito utilizada, particularmente desde os governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e durante a gestão Lula. Muitos definem a diplomacia da era Fernando Henrique como « diplomacia presidencial », sendo esse um governo em que o presidente assumiu muitas vezes as rédeas dos processos de negociação concernentes à política externa, tendo suas principais ações nesse campo

emanado de cúpulas de chefes de Estado. Assim, a era Fernando Henrique foi marcada por muitas cúpulas, especialmente no que diz respeito à política para a América do Sul. O exemplo mais notório foi a cúpula de Brasília realizada em 2000, em que se solidificou o projeto da Alcsa, área de livre comércio entre doze países da América do Sul e em que se assinou o projeto da IIRSA, para a integração infra-estrutural do continente. As cúpulas das Américas também foram eventos importantes daquele período da história brasileira, sobretudo porque a reunião de 94 entre os chefes de Estado americanos resultou na assinatura do compromisso da Alca.

No governo Lula, a prática da diplomacia de cúpulas também foi especialmente acionada, utilizando abundantemente a imagem política do presidente, como líder de esquerda, representante das classes trabalhadoras que jamais haviam chegado ao poder no Brasil e arauto de uma nova ordem mundial pacífica, igualitária e democrática. A presença de Lula em reuniões de cúpula foi muito freqüente. Entre as mais notórias esteve a sua participação como convidado na cúpula do G-8 em Evian, na qual Lula reivindicou maior voz aos países emergentes. No âmbito americano, as reuniões de cúpula mais importantes foram a Interamericana, em que o Brasil, ao lado de outros países do continente, bloqueou a proposta americana de instituir um mecanismo dentro da OEA que permitisse à organização interferir politicamente nos seus membros em casos de ruptura democrática, e a cúpula das Américas, cuja quarta edição realizou-se em Mar del Plata, expondo dificuldades para a evolução do projeto da Alca, com a resistência de vários líderes sul-americanos. Também tem importância a reunião de cúpula que lançou a CASA, tentativa de alavancar o projeto de integração entre o Mercosul e a Comunidade dos Países Andinos.

A importância estratégica para o Brasil dessa diplomacia de cúpula está na visibilidade interna e externa que ela proporciona à política externa. Isso é importante sob dois ângulos. Sob o ângulo externo, essa visibilidade é estratégica porque o projeto diplomático brasileiro consiste justamente na criação de uma situação de independência e de maior poder de negociação para o Brasil. Portanto, é importante que as ações diplomáticas sejam visíveis para o mundo e para a América Latina, base a partir da qual o Brasil projeta alavancar sua liderança. Sob o ângulo interno, essa visibilidade é importante porque a diplomacia brasileira, longe de ser um acessório no projeto de desenvolvimento brasileiro, é parte crucial dele, procurando viabilizar o comércio externo e a proteção geopolítica de recursos naturais, territoriais e humanos. Assim, é preciso que a população esteja próxima a esses esforços diplomáticos, para lhes conferir legitimidade, porque, ao contrário de serem uma movimentação burocrática e arbitrária, consistem numa tentativa de orientar o desenvolvimento econômico do país.

Uma última questão que pesa para se avaliar a importância dessa diplomacia é o poder que a implicação dos chefes de Estado sobre algumas questões tem para dirimir controvérsias menores e investir as negociações de importância política superior. Assim, a implicação dos presidentes pode ajudar a reduzir resistências pontuais e viabilizar acordos, submetendo divergências técnicas ao desejo político de estabelecer um determinado compromisso.

Questão 4

A República Popular da China tem manifestado reiteradamente que a sua condição atual de “potência emergente” deve ser entendida como uma nova fase histórica, marcada pela sua “ascensão pacífica”, destinada a beneficiar o seu entorno imediato e as suas relações com o exterior. Discorra sobre a inserção regional da República Popular da China a partir do início

dos anos noventa, considerando as principais variáveis em jogo.

Renato Barros de Aguiar Leonardi (17/20)

Marcada pelo crescimento econômico diferenciado, que registra taxas de 5,1% ao ano, com um Produto Interno Bruto de cerca de 1,4 trilhão de dólares, um regime político centralizado e acentuado crescimento demográfico, a China entra, na década de 90, como um ator de extrema relevância ao sistema internacional. Apelidada por George Kennan de um dos "países gigantes" ("giant countries"), a China tem procedido a uma abertura gradual de seu regime político monolítico da década de 60, sobretudo pelas gestões de Deng Xiaoping, que reestruturou o país nas décadas de 70 e 80, abrindo-o à economia de mercado, e de Jiang Zemin, artífice do crescimento econômico e da modificação estrutural por que o país vem passando durante a década de 90. Por fim, Hu Jintao, sucessor de Zemin, vem conduzindo o país rumo a ser potência mundial dos próximos quinze anos.

A "ascensão política" que vem a China desenvolvendo ao longo da década de 90 deve ser entendida no contexto das relações internacionais do período. A China é uma potência nuclear e integra o Conselho de Segurança da ONU. Tal posição faz com que os principais países que ombreiam a China em matéria de segurança e recursos de poder realizem uma leitura "realista" do papel do país: qualquer eventual conflito com o gigante chinês parece ser prejudicial a todos, visto o potencial militar do país.

Isso posto, é importante destacar que o desenvolvimento chinês se fez mediante a relativa ausência de conflito na região asiática, não obstante a crescente animosidade entre Formosa (Taiwan) e China, que afirma que aquela ilha integra o país continental.

O desenvolvimento chinês tem beneficiado os países da região. A chamada "revoada dos gansos", em que a China, com sua pujança econômica, puxa as demais economias da região em direção à dinamização, é relevante. A China é importante importadora de bens primários, com destaque para alumínio, ferro, soja e açúcar, e exportadora de produtos não duráveis industriais, além de outros. O país possui importantes acordos de cooperação e de comércio com os países do entorno, com destaque para o Vietnã, Coréia, Hong Kong e Japão.

A entrada da China na OMC deve trazer benefícios adicionais ao país. Um desafio que traz, contudo, é a falta de transparência do mercado chinês, com emprego de mão-de-obra barata. Isso tem produzido contenciosos importantes com vários de seus parceiros comerciais, a exemplo da União Européia e dos Estados Unidos.

O impacto ambiental que deverá trazer a China nos próximos quinze anos, por sua vez, parece bastante significativo, com projeções de maiores emissões antrópicas de gases do efeito estufa (GEE), ultrapassando os Estados Unidos. A carência por energia, por fim, deverá pautar a agenda de negociação chinesa, com destaque para a importação de etanol de países como o Brasil e o desenvolvimento de novas matrizes energéticas próprias.

Questão 5

A construção e a participação em alianças e coalizões nos foros multilaterais são um traço marcante da atuação diplomática do Brasil. Considerando as rodadas de negociações conduzidas no âmbito do sistema multilateral de comércio a partir dos anos oitenta, identifique iniciativas que exemplifiquem essa dimensão da atuação brasileira, destacando a importância das mesmas à luz dos objetivos e interesses do país na esfera econômico-comercial.

Thiago de Faria Miranda (18/20)

A diplomacia brasileira tem-se caracterizado por participar ativamente de coalizões nos foros multilaterais, especialmente nos de cunho econômico. A atuação no âmbito do G77 e da UNCTAD, durante as décadas de 1960 e 1970, constituíram um marco do esforço conjunto dos países em desenvolvimento por uma nova ordem econômica internacional. Embora essa mobilização tenha produzido resultados modestos, é inegável que a instituição do Sistema Geral de Preferências em 1968 e a inclusão de uma Parte IV no GATT, que versa sobre proteção à indústria nascente e outros assuntos de interesse do Sul, foram ganhos diplomáticos de relevo. A busca de coalizões a fim de aumentar o poder de barganha das nações envolvidas continuou a ser uma constante da política externa brasileira nos anos 1980.

A Rodada Uruguai (1986-94) foi a mais importante das rodadas comercias no âmbito do GATT. Intensa redução tarifária, incorporação de novos temas na agenda de discussão, foco nas negociações agrícolas, e criação da Organização Mundial do Comércio(OMC) foram os resultados mais expressivos de quase 10 anos de negociações. Em meio à dificuldade de se chegar a um bom termo nas discussões sobre a agricultura, formou-se um grupo de interesse, denominado Grupo de Cairns, no que tange à liberalização agrícola. Países em desenvolvimento, como Brasil, e países desenvolvidos, como Austrália e Estados Unidos, formaram um bloco de barganha frente à dificuldade de a Comunidade Européia oferecer concessões na área agrícola, em razão dos países beneficiados pela Política Agrícola Comum (PAC). Ao longo da Rodada, novos grupos de barganha foram formados, mas, ao não obtiverem resultados concretos, perderam significado ou foram mesmo extintos.

O fim da Rodada Uruguai não resultou em avanços importantes na área agrícola, de particular interesse para os países em desenvolvimento. A Comunidade Européia, mediante a PAC, continuou subsidiando a produção agrícola para o mercado intra-bloco e para o exterior. Apesar de terem interesses ofensivos na liberalização agrícola, os Estados Unidos, em razão da pressão de grupos de interesse ligados ao setores do algodão e suco de laranja, por exemplo, voltaram a praticar políticas protecionistas, como quotas de importação, subsídios à produção interna e à exportação e legislação antidumping discriminatória. Os países, desenvolvidos ou não, continuam a praticar o protecionismo, apesar de restrições legais no âmbito da OMC.

Tendo em mente os pouco significativos resultados obtidos até então e as difíceis relações com os países desenvolvidos, que tentavam impor uma agenda de negociações que privilegiava os "novos temas" em detrimento da agricultura, um conjunto de países em desenvolvimento criou, em Cancun, no ano de 2003, o G20, cuja liderança é exercida por países como Brasil, Índia, China e África do Sul. O G20 teve êxito em bloquear a agenda importa pelos Estados Unidos e pela União Européia e em realçar a primazia das negociações agrícolas como condições necessária para se discutir os novos temas- serviços, investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual. O Brasil, por meio do G20, tem interesse no estabelecimento de regras mais favoráveis a países em desenvolvimento, no que diz respeito a acesso a mercados, regulamentação de políticas de preços mínimos e eliminação de subsídios à produção agrícola.

Ressalta-se que a constituição do G20, de iniciativa brasileira, foi uma inovação significativa. Sendo uma coalizão de nova geração, por ter uma finalidade específica, as negociações agrícolas durante a Rodada Doha, prevista para acabar em 2007, o G20 é um instrumento relevante para que o País tenha sucesso em seus interesses ofensivos em agricultura e resguarde seus interesses defensivos nos novos temas. A formação do grupo

mostra que a solidariedade Sul-Sul, mediante a cooperação horizontal, é possível mesmo em tempos de globalização econômica.

Cabe destacar que, embora com importância menor no que tange a assuntos comerciais, o G3, composto por Brasil, Índia e África do Sul, tem-se mostrado um meio de diálogo útil para se chegar a consensos sobre o andamento das negociações multilaterais de comércio. Como grupo de concertação política, o G3 possibilita que, de tempos em tempos, a solidariedade entre três dos principais países em desenvolvimento se reforce.

A construção e a participação em alianças e coalizões multilaterais de comércio tem sido uma constante para o Brasil. Ajudou o País no bloqueio de agendas impositivas e contrárias ao interesse nacional e na valorização, mediante aumento do poder de barganha, de temas favoráveis. A bem sucedida criação do G20, iniciativa brasileira, demonstra que a cooperação Sul-Sul é viável, mesmo em um contexto internacional de globalização e conflito de interesses.

*

INGLÊS

A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de três partes: versão de um ou mais textos (valor: 30 pontos); resumo e exercícios textuais (valor: 25 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor: 45 pontos).

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o total exigido de 350. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.

Programa:

1. Redação em língua inglesa: expressão em nível avançado; domínio da gramática; qualidade e propriedade no emprego da linguagem; organização e desenvolvimento de idéias.

2. Versão do Português para o Inglês: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfossintática e lexical.

3. Tradução do Inglês para o Português: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfossintática e lexical.

4. Resumo e exercícios textuais: elaboração de resumo que demonstre adequada capacidade de síntese e de reelaboração em Inglês correto; exercícios que demonstrem adequada compreensão e interpretação de texto, bem como domínio de registro, de gramática e de emprego do vocabulário.

Orientação para estudo

1. Versão (15 pontos)

A versão do Português para o Inglês deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.

2. Tradução (15 pontos)

A tradução do Inglês para o Português deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de

palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto

3. Resumo e exercícios textuais (25 pontos)

Avalia-se a capacidade de compreender e de reelaborar texto em língua inglesa. Exercícios textuais, de cunho gramatical e semântico, são parte integral do texto proposto e da avaliação correspondente. Requerem-se, no resumo, correção morfossintática, vocabulário adequado e capacidade de síntese.

4. Redação (45 pontos)

Os candidatos devem demonstrar conhecimento avançado de Inglês e capacidade de usá-lo em redação bem estruturada. A distribuição dos 45 pontos faz-se da seguinte maneira:

- Correção gramatical (20 pontos)

Avaliam-se a correção e a propriedade no emprego da linguagem. Deduz-se 1 (um) ponto para cada erro, com exceção das falhas de pontuação ou de ortografia, às quais corresponde dedução de 0,5 (meio) ponto por ocorrência. A atribuição de nota zero no quesito "correção gramatical" implica, automaticamente, nota zero para a redação como um todo. Do mesmo modo, será atribuída nota zero às redações que demonstrarem baixo padrão de conhecimento da língua inglesa.

- Organização e desenvolvimento de idéias (15 pontos)

Serão considerados, principalmente, os itens a seguir:

a) capacidade de raciocínio e de expressão clara em Inglês;
b) pertinência das idéias e da eventual exemplificação em relação ao tema;
c) adequada organização formal da redação, com adequada paragrafação.

Os candidatos devem esforçar-se para apresentar redação interessante. A originalidade não será exigida, mas será avaliada positivamente, da mesma forma que o uso adequado de exemplos. Serão severamente punidas as redações decoradas e simplesmente adaptadas ao tema proposto. A redação que fugir a esse tema será punida com nota zero.

- Qualidade de linguagem (10 pontos)

Atribuem-se pontos ao candidato pelo correto uso de Inglês idiomático, por construções variadas e pelo emprego de vocabulário amplo e preciso.

Os candidatos que usarem construções de cunho meramente elementar na redação receberão nota zero no quesito, em especial quando esse recurso for utilizado para evitar erros.

Bibliografia sugerida:

Jornais e revistas

A Internet permite o acesso a vasto número de publicações em língua inglesa. Para preparar-se para o concurso, é útil a leitura de publicações do padrão do *The Times* de Londres, *The New York Times, The Washington Post e Guardian, The International Herald Tribune, The Financial Times, The Economist e Newsweek*. Pode-se encontrar a versão impressa de muitas dessas publicações em livrarias e bancas de revistas das principais cidades do País.

Dicionários de inglês

Collins Cobuild English Language Dictionary. Londres: Collins.

Language Activator. Londres: Longman.

The Longman Dictionary of Contemporary English. Londres: Longman.

The Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English. Oxford: University Press.

Oxford English Dictionary. Oxford: Oxford University Press.

The Random House College Dictionary. New York: Random House.

The Random House Dictionary of the English Language. New York: Random House.

Roget´s Thesaurus. Londres: Longman.

Webster´s Collegiate Dictionary. New York: BD&L.

Webster´s Third International Dictionary. New York: BD&L.

Dicionários inglês-português e português-inglês

Cambridge Word Routes-Inglês/Português: Dicionário temático do inglês contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Dicionário Português-Inglês, Inglês-Português. Porto: Porto Editora.

Novo Michaelis: Português-Inglês, Inglês-Português. São Paulo: Melhoramentos.

Taylor, J. L. **Portuguese-English Dictionary**. Rio de Janeiro: Record.

Gramáticas

BENSON, M. *et alii*.. **The BBI Combinatory Dictionary of English: A guide to word combinations**. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins.

Collins Cobuild English Usage. Londres: Harper Collins.

Comprehensive Grammar of the English Language. Londres: Longman.

CUTTS, M. **The Plain English Guide**. Oxford, Oxford University Press.

FRANK, M. **Modern English**. Englewood-Cliffs: Prentice-Hall.

LEECH, G.; SVARTVIK, J. **A Communicative Grammar of English**. Londres: Longman.

HILL, J.; LEWIS, M. (Orgs.) **LTP Dictionary of Selected Collocations**. Hove: Language Teaching Publications.

SANTOS, Agenor. **Guia Prático de Tradução Inglesa**. São Paulo: Cultrix.

SWAN, M. **A Practical English Usage**. Oxford: Oxford University Press.

THOMPSON, A. J.; MARTINET, A.V. **A Practical English Grammar**. Oxford: Oxford University Press.

Outras fontes

WALKER, S. B. **Candidate´s Handbook**: English. Brasília: FUNAG, 2000.

Internet: Há numerosos dicionários e glossários disponíveis em linha, bem como variadas fontes de informações e de consulta. Duas referências iniciais, a título meramente indicativo:
http://www.yourdictionary.com;
http://www.bbc.co.uk

Prova de 2006

1 – TRANSLATION (Total: 30 marks)

A) (15 marks)

Translate the following text adapted from Don Cupitt's *The Sea of Faith* (London: BBC, 1984) into Portuguese:

Prometheus Unbound

The mind's power to innovate and fashion pure fictions was traditionally seen as a source of sin. Saints sallied forth into the desert to do battle against the evil thoughts that rose unbidden in their imaginations. As we now view it, they were actually tussling with their own creativity, not Satan.

Since ancient times, the common theme in mythology is that there are appointed limits to human power and knowledge. Overstepping the bounds the gods had set was tantamount to courting disaster.

So powerfully alluring has been the theme of man's technological pride being brought low that new myths have continued to be hatched well into the modern age. As late as the 1960s techno-sceptics posited that the space programme might bring down divine wrath upon mankind. This ethic of tradition was patently designed to discourage unbridled innovation and social change.

Ricardo Martins Rizzo (14,5/15)

Prometeu Libertado

O poder da mente para a inovação e a criação de puras ficções foi tradicionalmente visto como uma fonte de pecado. Santos refugiavam-se no deserto para travar batalha contra os maus pensamentos que emergiam desembaraçadamente na imaginação. Da forma como os vemos hoje, eles estavam em conflito com a sua própria criatividade, não com Satã.

Desde tempos antigos, o tema comum da mitologia é a existência de limites definidos para o poder e o conhecimento humanos. Ultrapassar a linha traçada pelos deuses era equivalente a cortejar o desastre.

O tema do orgulho tecnológico do homem tem sido rebaixado de forma tão poderosamente persuasiva que novos mitos continuaram a surgir mesmo na época moderna. Em plena década de 1960, "tecno-céticos" defendiam que o programa espacial poderia atrair a ira divina contra a humanidade. Esta ética da tradição estava patentemente projetada para desencorajar inovações e mudanças sociais desabridas.

B) (15 marks)

Translate the following text adapted from an article by Mino Carta in *Carta Capital* (5th November 2005) into English:

O Velho Mundo fica muito longe

Karl Marx e Alexis de Tocqueville concordavam em um ponto: a extrema pobreza não gera revolta mas apatia.

RaIf Dahrendorf retoma o assunto em artigo recente. “A faixa da população de longe mais crítica — diz ele — é aquela que começou a progredir para novas e melhores condições, mas, lá pelas tantas, encontrou o caminho bloqueado. São estes os grupos que se mobilizam em contestações violentas e acabam por determinar grandes mudanças”.

Dahrendorf pressentia, é claro, os desdobramentos da revolta da periferia parisiense, inspiradora de outras turbulências em vários cantos da Europa Ocidental.

Pensei no Brasil, vice-campeão mundial em má distribuição de renda, onde 70% das famílias vivem, no máximo, com dois salários mínimos e 30% dos habitantes vegetam abaixo da linha de pobreza. Sem contar a herança da escravidão que deixou nos lombos nativos a marca funda do chicote.

Gustavo Henrique Sachs (14,5/15)

The Old World lies very far away

Karl Marx and Alexis de Tocqueville both agreed on one point: extreme poverty does not lead to uprising but rather to apathy.

RaIf Dahrendorf has resumed the issue in a recent article. “The most critical segment of the population by far – says he – is the one which had begun to make progress towards new and better conditions, but, at a certain point, found the path blocked. These are the groups which rally to violent protests and end up bringing about great changes”.

Dahrendorf anticipated, of course, the unfolding of the rising of the Parisian outskirts, which has inspired additional turmoil in several corners of Western Europe.

I thought about Brazil, vice-champion of the world in poor distribution of income, where 70% of the families live, at most, on two minimum wages and where 30% of the population vegetate below the poverty line. Not to mention the heritage of slavery which has left on the native backs the deep scar of the whip.

2 - SUMMARY & TEXTUAL EXERCISES (Total: 25 marks)

A. Read the following text, adapted from “Radical Islam, Liberal Islam” by M. A. Muqtedar Khan (*CURRENT HISTORY*, Vol. 102, n. 688, December 2003), and complete the exercises at the end. (**10 marks**)

B. Summarise the text, **in your own words**, in up to 200 words. (**15 marks**)

American foreign policy currently faces a critical menace from the Muslim World in the guise of burgeoning, embedded anti-Americanism in the Muslim World. That has already bred a catastrophic attack on America, two wars, and a significant compromise of American democracy. It is therefore of utmost importance that anti-Americanism in the Muslim world be addressed, extenuated and even reversed.

The root of Muslim anti-Americanism is twofold: the manifestly unjust consequences

of American foreign policies; and the casting of America as the “designated other” in Islamist discourse. Islamist discourse has concocted the idea of an Islamic civilization diametrically opposed to a caricaturized West. Islamists define the West as imperial, morally decadent, ungodly (secular). Western power and values are vilified as the source of all Muslim grievances. They proceed to envisage a reinvigorated Islamic civilization depicted as just, moral and god-centered. Thus, the routing of the West and the rebuffing of Western values are *sine qua non* conditions for the revival of Islam.

Independence from the West has ever been the overriding goal of political Islam. Failure to achieve that goal, compounded by real and perceived injustices committed by America and its allies, has grafted vitriolic hatred of America in the hearts of radical Islamists. They and their hate mongering are perverting the moral fabric of the Muslim World and subverting Islam’s message of justice, mercy, submission, compassion and enlightenment.

It is my contention that the best anti-dote to radical Islam is liberal Islam, which is sympathetic to liberal values. Islam is essentially a set of revealed values designed to help prod humanity along the path to enlightenment and virtue. Many such values were nurtured in the heyday of liberal Islam in Islamic Spain, under Emperor Akber in Mughal India and under the Abbasid caliphate in the heartlands of Islam. The atmosphere of religious tolerance under their rule was comparable to the best of times in America. Educational and scientific fervor was at its peak and pluralism was widely practiced. Indeed, Islam was a byword for learning and culture.

“Moderate” is commonly taken to mean lukewarm. This is misleading and demeaning. Moderate Muslims can be best understood as having achieved a negotiated peace with modernity. They treat it as the existential condition of our time while submitting to the message of Islam. By grasping the distinction between historical Islam and Islamic principles, they are able to bridge the gap between text and context through rational interpretation.

Moderate Muslims, who favor peace without being pacifists, are critical of American foreign policy for the Muslim World. They too denounce the prejudiced view of Islam in the West. Muslim moderates refuse, though, to blame the West or modernity for all the afflictions besetting the Muslim World.

Islamists, both moderate and radical, use an imaginary, caricaturized version of the West as a foil for Islamic identity. Islam is the reverse of the West: it is moral, it is just, it is righteous and it is not secular. This image of the West in the minds of many Islamists is partly the consequence of a radical reading of Syed Qutb’s diatribes against secularism and modernity in Nasserite Egypt.

Islamists, however, are not alone in their misrepresentation of Syed Qutb. In a recent article in the *New York Times* Paul Berman argued that it was Qutb’s philosophy and understanding of Islam that provided the ideological underpinning for Al Qaeda and its affiliates. The revulsion of liberalism and the desire to preserve Islam from the cultural impact of modern secularism combined with a desire to become martyrs in the cause of Islam, Berman argues, are the cornerstones of Qutb’s ideology. He also insists that while Qutb is indeed critical of the US, its perfidious foreign policy and its support for Israel, he does not really focus on it. Qutb, according to Berman, and in my opinion correctly, is more concerned with ideas, values and norms that shape society than with geopolitical conflicts.

Berman also holds that it is not American foreign policy but the challenge of liberalism, particularly its morality that vexes Qutb. By implication, the US ____________ change its foreign policy but those motivated by aversion for liberalism will continue to seek the downfall of the West as long as its culture continues to influence the world, the Muslim World in particular. Berman’s reading not ____________ absolves US foreign policy from being a major cause of incitement ___________ rebellion and resistance among Islamic

militants, but also suggests that this is indeed a clash of civilizations — Islam versus liberalism.

While advancing the notion that there can be alternative readings of Muslim ideologues, I am also arguing that discourse is what we make of it. Ideas have an impact on reality, but reality in turn affects the formation of ideas and how ideas are apprehended. Some Muslims read Qutb and are motivated to use violence against their regimes and the West, whom they perceive as tyrannical. Others read him as an advocate of freedom, social justice and responsible governance.

The different readings of Syed Qutb underscore the diversity within Islam and among Muslims. Profiles of Islam and Muslims cannot be painted with broad brushes. Quick, single-variable explanations as to why Muslims are angry at the US will not suffice. Muslim realities, like Muslim thinking, are complex, diverse and challenging. As policy makers in Washington rethink the Muslim World, they would do well to remember that ethnocentric interpretations and sweeping judgments will only heighten misunderstanding and lead to bad policy. Bad things ensue from bad policy.

A liberal reading of Qutb reveals him as a philosopher of freedom and justice, not a philosopher of terror. Similarly, a sympathetic view of the Muslim World will reveal a thirst for freedom and justice, not a penchant for violence or hate. American policy makers do recognize the significance and potential of liberal Islam and the strategic value of supporting moderate Muslims. However, they have so far shown interest only in using moderates to lend legitimacy to certain US policies in the Muslim World. They have not taken on board moderate Muslim input in shaping post-September 11 policies nor have they sought their assistance in moderating the government's rhetoric and messages to the Muslim World. But then the current US administration has proven to be secretive, closed, and insular, excluding even moderate conservatives from policy making. It would be pie in the sky to expect this administration to include diverse opinion. The potential of moderate Muslims thus remains untapped.

A . TEXTUAL EXERCISES (TOTAL: 10 marks, 2 marks per correct answer)

a) Fill in the **three** gaps in the text above with an appropriate word or phrase.

> "Berman also holds that it is not American foreign policy but the challenge of liberalism, particularly its morality that vexes Qutb. By implication, the US **may** change its foreign policy but those motivated by aversion for liberalism will continue to seek the downfall of the West as long as its culture continues to influence the world, the Muslim World in particular. Berman's reading not **only** absolves US foreign policy from being a major cause of incitement **to** rebellion and resistance among Islamic militants, but also suggests that this is indeed a clash of civilizations — Islam versus liberalism."

b) Choose the **most appropriate** substitute in context for the words underlined:

I. grafted: "Failure to achieve that goal, compounded by real and perceived injustices committed by America and its allies, has grafted vitriolic hatred of America in the hearts of radical Islamists."

1) etched
2) transplanted

3) inserted
4) corrupted
5) instilled

II. <u>lukewarm</u>: “Moderate is commonly taken to mean <u>lukewarm</u>.”

1) aloof
2) half-hearted
3) frail
4) neutral
5) gutless

B- SUMMARY:

João Augusto Costa Vargas (15/15)

Anti-Americanism in the Islamic world poses a significant challenge to American foreign policy, which must be faced. This anti-Americanism has two sources: the foreign policy of the Untied States and the use of America as a discursive “Other” by Muslims, who see the West as the negation of all that Islam holds sacred. Islam’s continued dependence on the Western world it despises has led to hatred of America, epitomized by Muslim terrorists.

Liberal Islam is the best possible response to radical Islam. This moderate tradition of thought, which reconciles the Koran with modernity, is not uncritical of the United States and its policies, but neither does it demonize the West.

Both Muslim radicals and Western commentators have identified the writings of Syed Qtub as the genesis of Islamic anti-Americanism, especially in light of his critique of the effects of liberalism on Muslim society. Qtub’s works can, however, be read in a more tolerant light, emphasizing justice and tolerance.

Like Qtub’s legacy, Islam as a whole is multifaceted and diverse, and must be seen as such by Western policymakers, if these wish to craft adequate policies towards the Muslim world.

3 – COMPOSITION (45 marks)

Awareness that change is a constant feature of human life is as old as civilisation. However, more recently, technological development has greatly enhanced both the prospects for rapid change and the range of its social, political, and cultural impact.

Bearing this in mind, **comment on Berman’s contention** (in Muqtedar Khan’s text “Radical Islam, Liberal Islam” in section 2 above) **that “those motivated by aversion for liberalism will continue to seek the downfall of the West as long as its culture continues to influence the world, the Muslim World in particular”**.

(Set length 350-450 words)

João Augusto Costa Vargas (43/45)

Berman’s statement that Muslim radicals will not curb their destructive efforts as long as the West continues to influence the world seems inescapable, at first glance. One could almost be led to believe in a “duel to the death” between two cultures: liberalism, with its core belief in tolerance of individual choices, and Islam, with its own values.

Reality, however, is never as clear-cut as the statement above would imply. Neither the liberal West nor the Muslim World are the absolute, monolithic entities they are often depicted as being.

Islam is less like a centuries-old, undisturbed lake of values and beliefs than it is like a raging river, winding its way though the hills and valleys of history and spawning countless tributaries, each with its own personality and identity. Around the world, from the bazaars of Morocco to the streets of New York, Islam has demonstrated that many of its forms are wholly compatible with tolerance and individual liberties.

Liberalism has revealed itself to be an entity just as complex as Islam. In spite of its guise of Enlightenment rationality, it has in many cases demonstrated that its secularity and "cultural neutrality" are only skin deep, and that the values and precepts of Christianity still lurk below the surface. The tolerance of liberalism can also be called into question, as evidenced by the deep-seated prejudices in many supposedly liberal polities.

These two cultures cannot, therefore, be considered in any way homogenous. Indeed, the disputes within each regarding the ideal way to organize social life make this blindingly obvious: the "European model" and the "American model" which vie for prominence in the liberal world are as dissimilar as the Jordanian and Indonesian experiences in the Muslim one.

It is at the very least misleading, therefore, to speak of a "clash of civilizations". It is much more accurate to refer to two large, heterogeneous cultures, with no clear leader on either side. These cultures have murky, undefined borders, which frequently overlap, leading to both clashes and creation.

This is not to say, of course, that those who speak of a clash of civilizations do so out of ignorance our naïveté. Leading the charge against the (supposed) enemy is an effective way to gain ascendancy within one's own group. This tendency has been aggravated by the acceleration of technology. Revolutions in science not only brought us closer together, but allowed the purveyors of fear to convince us that the enemy is forever close by. We have developed tools that can be of great value in reconciling estranged cultures – we have just not learned how to use them properly yet.

*

Exemplos de temas para redação em anos anteriores:

2005

Read the following editorial from the *Washington Post*, 20th March, 2005, and in the light of it and of the text by Richard Gott in section 2, **comment on the geopolitical, social, and economic issues raised as they affect South American integration**.

A Threat to Latin Democracy

Another Latin American democracy is on the verge of crumbling under pressure from leftist populism. The trouble comes this time in Bolivia, where a democratic president and Congress face a paralyzing mix of strikes and roadblocks by a radical movement opposed to foreign investment and free-market capitalism. The insurgents, who claim to represent the country's indigenous population, drove one democratically elected president from office 18 months ago; now they are working on his successor, Carlos Mesa, who has searched valiantly but unsuccessfully for compromise. The populists ride a leftist wave of momentum in Latin

America and have the rhetorical, and possibly material, support of the region's self-styled "Bolivarian" revolutionary, Venezuelan President Hugo Chavez. The democrats could use some outside help, from their neighbors and the United States.

Accounts of political crises in Andean countries such as Bolivia sometimes portray a poor and disenfranchised indigenous majority pitted against an ethnically European and mestizo elite. The facts tell a different story in Bolivia. Mr. Mesa, polls show, has the support of two-thirds of his compatriots, while the party leading the protests, the Movement Toward Socialism, has never received more than 21 percent of the vote in an election. Nor is it the case that Bolivia's experiment with free-market policies in the 1990s failed to help the poor. Per capita incomes rose by 20 percent in the second half of the decade. Thanks to private foreign investment, significantly more Bolivians gained access to water, sewage systems and electricity.

The populist minority, led by former coca farmer Evo Morales, is bent on using force to reverse that progress. Already it has effectively blocked natural gas exports to the United States. Its current strikes are aimed at stopping further foreign investment in that industry through confiscatory taxes and reversing the privatization of other industries. Mr. Mesa, swearing off the use of force to break up the roadblocks, has countered with democratic political tactics: first a national referendum on a compromise gas policy, then an accord with Congress on political and economic reforms. Last week, in desperation, he proposed that his own term as president be cut short and new elections be held in August; Congress rejected the proposal, and Mr. Mesa later announced he would stay on. But the opposition still threatens to renew a blockade that is devastating one of the hemisphere's poorest economies and prompting talk of secession in Bolivia's relatively prosperous and pro-capitalist eastern provinces.

All of this is good news for Mr. Chavez, who along with Cuba's Fidel Castro dreams of a new bloc of Latin "socialist" (i.e., undemocratic) regimes that will join with like-minded states such as Iran, Libya and China to oppose the United States. Bolivia's neighbors, including Brazil, Argentina and Chile, ought to be alarmed by this trend; but though their own leftist governments have expressed support for Mr. Mesa they have refrained from more concerted action -- such as demanding that Mr. Chavez cease his meddling. The State Department issued a statement last week expressing "support for the people of Bolivia and a peaceful democratic process." If there is a deeper U.S. policy to head off the breakdown of democracy in Latin America, there isn't much sign of it.

2004

Read the following text on Diplomacy and Democracy and, in the light of it and any of the ideas raised in the texts in Parts 1 & 2 above, **assess the benefits and drawbacks of public diplomacy (in which media exposure enhances the emotional dimension) as compared with diplomacy as a rational, technical activity entrusted to specialists**.

Alexis de Tocqueville wrote as follows in his classic 1835 book **Democracy in America**, defining a problem of democratic governance that is as old as the Greeks: "Foreign politics demand scarcely any of those qualities which are peculiar to a democracy; they require, on the contrary, the perfect use of almost all those in which it is deficient. A democracy can only with great difficulty regulate the details of an important undertaking,

persevere in a fixed design, and work out its execution in spite of serious obstacles. It cannot combine its measures with secrecy or await their consequences with patience."

The problem Tocqueville examined then has become far more acute now. Public awareness has increased and the media are far more intrusive. But neither has kept pace with the growing complexity of foreign policy issues. No country can or should, for instance, join the World Trade Organisation (WTO) without the people's support. How few of them, though, know or can know enough to form an opinion on the issue?

The dilemma persists because it is inherent in a democracy — the volatility and power of public opinion and the weaknesses of democratic leadership. Not seldom, the preference of the majority is at odds with the requirements of sound policy, domestic or foreign. Not seldom an issue of foreign policy arouses the people from the slumber that is the norm, to shake them with paroxyms of moral outrage. Few are the leaders who have the moral fibre, the political skill and the intellectual muscle required to explain such realities to them. Having ignored the rumblings, most opt for mere survival when the crisis bursts into the open.

Hans J. Morgenthau traces the dilemma to its roots — the statesman, as distinct from the common politician, has to reckon with considerations which the populace cannot grasp. "The statesman must think in terms of the national interest, conceived as power among other powers. The popular mind reasons in the simple moralistic and legalistic terms of absolute good and absolute evil. The statesman must take the long view, proceeding slowly and by detours, paying with small losses for great advantages; he must be able to temporise, to compromise, to bide his time. The popular mind wants quick results; it will sacrifice tomorrow's real benefit for today's apparent advantage. By a psychological paradox, the most vociferous and compromising representatives of what is least conducive to the successful conduct of foreign policy are generally politicians who in their own constituencies would not dream of acting the way they expect the framers of foreign policy to act... The daily routine of their political lives is devoid of those moral and intellectual qualities which they really admire, which to the public they pretend to possess, and which they wish they were able to practise... they make foreign policy over into a sort of fairy-land where virtue triumphs and vice is punished, where heroes fight for principle without thought of consequence, and where the knight in shining armour comes to the succour of the ravished nation, taking the villain's life even though he might in the process lose his own."

Leaders have four options. One is simply to sail with the wind of public opinion and treat public opinion polls as the supreme guide. The second is to educate public opinion in the realities of the times. A British diplomat, Lord Vansittart, sharply defined this age-old problem: "How to induce the unwilling to accept the unavoidable."

The third option is to mislead and corrupt public opinion — and cite the result in defence of the official stand. The leader whips up the people to a frenzy of chauvinism and defends his intransigence as obedience to the people's will.

The last option is to practise deception.

(Adapted from A.G. Noorani's "Of diplomacy and democracy." Frontline, v. 18 - Issue 23, Nov. 10 - 23, 2001.)

2003/2

Read the following text on Leonardo da Vinci and, in the light of it and any of the ideas broached in the texts in Sections 1 & 2 above, **discuss the uses of art and technology and their relation to ethics in the current diplomatic scenario.**

Ever the perfectionist, Leonardo turned to science in the quest to improve his artwork. His study of nature and anatomy emerged in his stunningly realistic paintings, and his dissections of the human body paved the way for remarkably accurate figures. He was the first artist to study the physical proportions of men, women and children and to use these studies to determine the “ideal” human figure. Unlike many of his contemporaries — Michelangelo for example — he didn't get carried away and paint ludicrously muscular bodies, which he referred to as “bags of nuts.”

All in all, Leonardo believed that the artist must know not just the rules of perspective, but all the laws of nature. The eye, he believed, was the perfect instrument for learning these laws, and the artist the perfect person to illustrate them.

Leonardo the scientist bridged the gap between the shockingly unscientific medieval methods and our own trusty modern approach. His experiments in anatomy and the study of fluids, for example, absolutely blew away the accomplishments of his predecessors. Beginning with his first stay in Milan and gathering pace around 1505, Leonardo became more and more wrapped up in his scientific investigations. The sheer range of topics that came under his inquiry is staggering: anatomy, zoology, botany, geology, optics, aerodynamics and hydrodynamics, among others.

As his curiosity took him in ever wilder directions, Leonardo always used this method of scientific inquiry: close observation, repeated testing of the observation, precise illustration of the subject, object or phenomenon with brief explanatory notes. The result was volumes of remarkable notes on an amazing variety of topics, from the nature of the sun, moon and stars to the formation of fossils and, perhaps most notably, the mysteries of flight.

Artists have always found it difficult to make a living off their art. And even a master like Leonardo was forced to sell out in order to support himself. So he adapted his drawing skills to the more lucrative fields of architecture, military engineering, canal building and weapons design. Although a peacenik at heart, Leonardo landed a job working for the Duke of Milan by calling himself a military engineer and outlining some of his sinister ideas for weapons and fortifications. Like many art school types in search of a salary, he only briefly mentioned to the Duke that he could paint as well.

Lucky for Leonardo, he was actually really talented as an engineer. Good illustrators were a dime a dozen in Renaissance Italy, but Leonardo had the brains and the diligence to break new ground, usually leaving his contemporaries in the dust. Like many crackpot geniuses, Leonardo wanted to create “new machines” for a “new world.”

(Adapted from texts at <http://www.mos.org/leonardo>)

2003/1

Taking into account the texts comprising this exam, read the following excerpt from Kenan Malik’s “Genes, culture and human freedom” and then **discuss the tension between human culture and nature.**

When a beaver builds a dam, it doesn't ask itself why it does so, or whether there is a better way of doing it. When a swallow flies south, it doesn't wonder why it is hotter in Africa or what would happen if it flew still further south. Humans do ask themselves these and many other kinds of questions – questions that have no relevance, indeed make little sense, in the context of evolved needs and goals.

What marks out humans is our capacity to go beyond our naturally defined goals – such as the need to find food, shelter or a mate – and to establish human-created goals. Our

evolutionary heritage certainly shapes the way that humans approach the world. But it does not limit it.

Similarly, our cultural heritage influences the ways in which we think about the world and the kinds of questions we ask of it, but it does not imprison them. If membership of a particular culture absolutely shaped our worldview, then historical change would never be possible.

If the people of medieval Europe had been totally determined by the worldview sustained by medieval European culture, it would not have been possible for that society to have become anything different. It would not have been possible, for instance, to have developed new ideas about individualism and materialism, or to have created new forms of technology and new political institutions.

Human beings are not automata who simply respond blindly to whatever culture in which they find themselves, any more than they are automata that blindly respond to their evolutionary heritage. There is a tension between the way a culture shapes individuals within its purview and the way that those individuals respond to that culture, just as there is a tension between the way natural selection shapes the way that humans think about the world and the way that humans respond to our natural heritage. This tension allows people to think critically and imaginatively, and to look beyond a particular culture's horizons.

In the six million years since the human and chimpanzee lines first diverged on either side of Africa's Great Rift Valley, the behaviour and lifestyles of chimpanzees have barely changed. Human behaviour and lifestyles clearly have. Humans have learned to learn from previous generations, to improve upon their work, and to establish a momentum to human life and culture that has taken us from cave art to quantum physics – and to the unravelling of the genome. It is this capacity for constant innovation that distinguishes humans from all other animals.

All animals have an evolutionary past. Only humans make history. The historical, transformative quality of being human is why the so-called nature-nurture debate, while creating considerable friction, has thrown little light on what it means to be human. To understand human freedom we need to understand not so much whether we are creatures of nature or nurture, but how, despite being shaped by both nature and nurture, we are also able to transcend both.

(Kenan Malik is author of Man, **Beast and Zombie: What Science Can and Cannot Tell Us About Human Nature**, Weidenfield and Nicolson, 2000.)

2002

Read the following excerpt adapted from Ana Viseu’s “An assessment of McLuhan’s prediction that electronic technologies would lead us back to an oral culture” and, in the light of it and the text by Aidan Mathews in Section 1, comment critically on the role of language and visual imagery in modern electronic culture.

“It is a fact that electronic digital technologies lack a sense of linearity. In fact, they are based on a non-linearity that tends to facilitate a more associative way of organizing information, e.g., hypertext. It is also true that new technologies tend to be global and not focused — that is, they influence more than one sense. A good example of this is the acoustic virtual environments which are much stronger than a visual experience. A visual experience tacitly distances you, places you in a transcendent, removed position, rather than embodying you at the center of a new context. This implies not only that digital technologies offer the possibility of creating new global spaces by using sound, but also that the perspective from

the user's point of view changes. She/he is no longer a mere observer in a detached position, but rather she/he actively constructs this space.

Marshall McLuhan was right in predicting that the change from mechanic technologies to electronic, digital technologies would create a new culture that more resembles ancient oral cultures than the recent visual, print culture."

2001

In the light of the following quotations, comment on the relations between economics, warfare, and the forging of the modern state.

What a country calls its vital economic interests are not the things which enable its citizens to live, but the things which enable it to make war.

(Simone Weil in*: W.H. Auden,* **A Certain World***. 1971)*

Think of political economy as an historical process rather than some kind of established model. It begins – and this is often forgotten – with war, the father of all things. It was war, time and again pushing up the expenses of governments, that fostered the development of modern systems of taxation. For most of history, men lived in warfare states, not welfare states.

Those who prefer their political history to be finance-free need to remember that it was in large measure the quest for taxation that led to the spread of representative government. 'No taxation without representation' was not just a slogan of the American Revolution; it accurately describes a historical process stretching back to medieval England, and indeed to ancient Athens. And as many states have sought to increase the taxation they exact, so they have found it hard to refuse a concomitant widening of political representation. A case in point was the great democratisation that occurred after the First World War, which can be understood as the political price for high wartime sacrifices.

Money does not make the world go round, but it establishes the framework – the cage, if you like – within which we live our lives. To understand this is not to be let out the cage. It does not even tell us who has the key. But at least it shows us where the bars are.

(Niall Ferguson, **The Cash Nexus**. Harmondsworth: Penguin, 2001)

*

NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

A prova de Noções de Direito e Direito Internacional Público consistirá de 5 (cinco) questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos. O(A) candidato(a) deverá responder de modo objetivo, tendo em vista a limitação de linhas para cada resposta.

A banca examinadora levará em conta, sobretudo, o poder de argumentação do(a) candidato(a). Assim, eventual citação de tal ou qual autor deve ser evitada. O interesse dos examinadores é avaliar o entendimento do(a) candidato(a) sobre o problema formulado. Ele(a) deve pautar sua resposta pela objetividade, clareza e precisão.

A bibliografia é meramente indicativa. Os examinadores sugeriram livros atualizados e de fácil acesso, já que se trata de prova de “noções” de Direito. Desse modo, a banca ateve-se ao indispensável. O(a) candidato(a) poderá, por óbvio, lançar mão de outros autores que, ao seu juízo, abordem tal ou qual ponto do programa.

Programa:

I. Noções de direito e ordenamento jurídico brasileiro.

1. Normas jurídicas: características básicas; hierarquia. 2. Constituição: conceito, classificações, primado da Constituição, controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos. 3. Fatos e atos jurídicos: elementos, classificação e vícios do ato e do negócio jurídico. Personalidade jurídica no direito brasileiro. 4. Estado: características, elementos, soberania, formas de Estado, confederação, república e monarquia, sistemas de governo (presidencialista e parlamentarista), estado democrático de direito. 5. Organização dos poderes no direito brasileiro. 6. Processo legislativo brasileiro. 7. Princípios, direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF/88). 8. Noções de organização do Estado na CF/88: competências da União, dos Estados-membros e dos municípios; características do Distrito Federal. 9. Atividade administrativa do Estado brasileiro: princípios constitucionais da administração pública e dos servidores públicos, controle de legalidade dos atos da Administração. 10. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.

II - Direito internacional público.

1. Caráter jurídico do direito internacional público (DIP): fundamento de validade da norma jurídica internacional; DIP e direito interno; DIP e direito internacional privado (Lei de Introdução ao Código Civil). 2. Fontes do DIP: Estatuto da Corte Internacional de Justiça (artigo 38); atos unilaterais do Estado; decisões de organizações internacionais; normas imperativas (*jus cogens*). 3. Sujeitos do DIP: Estados [conceito; requisitos; território; população (nacionalidade, condição jurídica do estrangeiro, deportação, expulsão e extradição); governo e capacidade de entrar em relações com os demais Estados; surgimento e reconhecimento (de Estado e de governo); sucessão; responsabilidade internacional; jurisdição e imunidade de jurisdição; diplomatas e cônsules: privilégios e imunidades]; organizações internacionais (definição, elementos constitutivos, classificação, personalidade jurídica), Organização das Nações Unidas (ONU); Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano; Indivíduo. 4. Solução pacífica de controvérsias internacionais (artigo 33 da Carta da ONU): meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais (arbitragem e tribunais internacionais). 5. Direito internacional dos direitos humanos: proteção (âmbito internacional e regional);

tribunais internacionais; direito internacional humanitário; direito do refugiado. 6. Direito da integração: noções gerais; MERCOSUL e União Européia (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias). 7. Direito do comércio internacional: conhecimentos elementares; Organização Mundial do Comércio (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias). 8. Cooperação jurídica internacional em matéria penal.

Bibliografia sugerida:

I – Documentos:

Constituição da República Federativa do Brasil (1988).
Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça (1945).
Convenções de Viena sobre: Relações Diplomáticas (1961); Relações Consulares (1963); e Direito dos Tratados (1969).
Tratado de Assunção para a Constituição do Mercado Comum do Sul, Mercosul (1991).
Protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institucional do Mercosul (Ouro Preto, 1994).
Acordo constitutivo da Organização Mundial do Comércio - OMC (Marraqueche, 1994).
Memorando de Acordo relativo às Normas e Procedimentos para A solução de Litígios na OMC (1994).

II – Livros:

ACCIOLY, Hildebrando e Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva. **Manual de direito internacional público**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. 10 ed. Brasília: Editora UnB, 1999.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 12 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

________. **Teoria do Estado**. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

BORCHARDT, Klaus-Dieter. **O ABC do direito comunitário**. Bruxelas: Comissão Européia, 2000.

BROWNLIE, Ian. **Princípios de direito internacional público**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella**. Direito administrativo**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ENGISH, Karl. **Introdução ao pensamento jurídico**. 8 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

MELLO, Celso de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. 14 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 14 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional.** 15 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

QUOC DINH, Nguyen, Patrick Dailler e Alain Pellet. **Direito internacional público**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1999.

RANGEL, Vicente Marotta. **Direito e relações internacionais**. 7 ed. São Paulo: RT, 2002.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. 3 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SILVA, José Affonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 23 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de direito internacional público**. v. 1. São Paulo: Atlas, 2002.

THORSTENSEN, Vera. *OMC*: **Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais**. 2 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direito das organizações internacionais**. 3 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

Prova de 2006

Questão 1

Comente a seguinte passagem:

"Muitas pessoas, geralmente sem ter dedicado muita atenção à natureza ou à história do tema, partem do princípio de que o direito internacional é e sempre foi uma impostura. Outros parecem pensar que ele constitui uma força dotada de seu próprio vigor interno, e que, se nós conseguíssemos reunir os advogados para trabalhar no projeto de um código bastante abrangente para todas as nações, certamente iríamos viver em paz, e tudo se acertaria no mundo. É difícil saber qual dos dois é menos útil, se o cético ou o sujeito de poucas luzes, mas o fato é que ambos cometem o mesmo equívoco. Os dois pressupõem que o direito internacional é um tema sobre o qual cada pessoa pode formar suas opiniões de modo intuitivo, sem se dar ao trabalho — como se deve proceder quanto a outros assuntos — de investigar sobre os fatos relevantes."

Maitê de Souza Schmitz (19/20)

*A natureza do Direito Internacional Público (DIP) sempre foi tema de intenso debate. A própria inclusão, nos livros de DIP, de um capítulo específico quanto a sua existência e validade já demonstra a preocupação corrente na matéria. Isso porque costumava-se definir o direito a partir de características muitas vezes ausentes no DIP. Se, por exemplo, a importância dada por Kelsen à sanção na norma jurídica fosse levada para o DIP, haveria dificuldade em provar sua existência. Do mesmo modo, outros argumentos foram levantados: para Hart, o DIP não seria direito, uma vez que não possui normas secundárias (**e.g.**, sobre a elaboração de outras normas), mas apenas primárias. Poderia ser dito, ainda, que o DIP seria mera utopia ante a falta de uma entidade supranacional que garantisse a cogência de suas normas. Contrapondo-se a essa visão, os jusnaturalistas defenderam – e defendem – a existência e validade do DIP, baseando-se em diversos fundamentos. Costuma-se, por exemplo, considerar o **pacta sunt servanda** como "norma fundamental" do DIP. Ele existiria*

pois os Estados cumpririam seus acordos. Mais recentemente, tem-se aceito a existência de normas que transcendem essa visão centrada no Estado soberano, como é o caso do ***jus cogens*** *(normas inderrogáveis, reconhecidas pela Convenção de Viena dos Tratados, art. 53).*

De fato, a evolução do DIP e a realidade de interdependência entre os Estados torna cada vez menos importante a discussão quanto à natureza do DIP. Se não houvesse DIP, não se poderia falar em normas reguladoras do transporte e das comunicações internacionais, em regimes de uso do mar aberto e de proteção ambiental ou em direito internacional criminal. A "humanização do direito internacional", defendida por Cançado Trindade, é outro fato que torna difícil argumentar contra a existência do DIP. Por fim, alguns poderiam argumentar que nem sempre respeitam-se as normas de DIP. Isso, porém, também ocorre no direito interno, o que não lhe tira, entretanto, sua existência ou validade.

Questão 2

O que pensa o candidato de a Corte Internacional de Justiça invalidar resolução obrigatóra do Conselho de Segurança das Nações Unidas adotada nos termos do Capítulo VII (Ação Relativa a Ameaças à Paz, Ruptura da Paz e Atos de Agressão) da Carta da Organização?

Flávio Campestrin Bettarello (20/20)

O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) é o órgão deliberativo máximo, no âmbito do sistema da ONU, em matéria de segurança internacional (cf.art. 24 da Carta das Nações Unidas). Dessa forma, não possui relação hierárquica de subordinação com a Corte Internacional de Justiça (CIJ). Esta não possui competência para atuar como órgão de apelação ou tribunal de revisão das resoluções obrigatórias do CSNU não podendo, por conseguinte, agir como uma segunda instância revisora das decisões do Conselho.

Além disso, cabe lembrar que apenas Estados podem ser partes nas causas impetradas perante a CIJ (cf.art. 34 do Estatuto da CIJ), após reconhecerem sua jurisdição. A função precípua da referida corte é, portanto, a resolução pacífica de conflitos entre Estados sob a forma jurisdicional (cf.art. 33 da Carta das Nações Unidas). Assim, não pode o CSNU ser parte de uma ação na CIJ, quer no pólo ativo, quer no pólo passivo. Conseqüentemente, o CSNU e suas resoluções não podem ser vinculados por decisão ***inter partes*** *da CIJ.*

Caso a corte fosse provocada a desempenhar um papel consultivo, poderia emitir parecer sobre a conformidade da resolução obrigatória do CSNU ao Direito Internacional, mas este parecer prescindiria de qualquer caráter vinculante.

Por fim, a CIJ não possui competência para, ***ex officio****, analisar as decisões do CSNU e discorrer sobre sua validade. Por conseguinte, podemos concluir que a CIJ, enquanto tribunal voltado para dirimir conflitos entre Estados, não dispõe de instrumentos ou de competência para invalidar diretamente resoluções obrigatórias do CSNU.*

Questão 3

Diante do agravamento do quadro de segurança internacional, é apresentada ao Congresso Nacional uma proposta de emenda à Constituição admitindo a pena de morte no Brasil, restrita a estrangeiros, em casos de crime de terrorismo. O que você tem a dizer sobre a viabilidade jurídica dessa proposta?

Matheus Machado de Carvalho (19/20)

A emenda constitucional pode ser objeto de controle de constitucionalidade no Brasil, estando sujeita tanto a restrições formais (relativas ao processo de criação da norma) quanto a limites materiais (relativos ao conteúdo). A viabilidade jurídica material de proposta de emenda decorre da submissão às cláusulas pétreas da Constituição Federal, dentre as quais se incluem os direitos e garantias fundamentais.

Proposta de pena de morte afronta diretamente o dispositivo constitucional que restringe sua aplicação somente em tempo de guerra. O fato de a emenda conter pena de morte restrita a estrangeiros não suprime seu caráter inconstitucional. Os direitos e garantias fundamentais são aplicáveis aos cidadãos brasileiros e aos estrangeiros. Embora o ***caput*** *do artigo 5.º mencione somente "estrangeiros residentes no País", deve-se interpretar a norma como relativa aos estrangeiros sobre os quais o Estado possui condições de exercer soberania, o que também inclui os não-residentes. Trata-se da aplicação de outro direito fundamental: a igualdade. Restrições a direitos de estrangeiros devem limitar-se ao mínimo necessário para proteção de interesses nacionais relevantes, que estão, em sua maioria, na própria Constituição.*

Portanto, a mencionada proposta de emenda constitucional não tem viabilidade jurídica, por manifesta inconstitucionalidade, devendo ser rechaçada preventivamente pelo poder Legislativo por meio da Comissão de Constituição e Justiça, ou pelo veto do presidente da República ou, caso sancionada, por meio de controle de constitucionalidade pelo poder Judiciário.

Questão 4

Concorda o candidato com a afirmação de que o *pacta sunt servanda* é uma regra moral e não consuetudinária? Fundamente sua resposta.

Fabiana Muniz de Barros Moreira (20/20)

Para que se analise a pertinência do princípio ***pacta sunt servanda*** *com o mundo do direito, ao qual pertence o costume, e com a moral, deve-se avaliar, primeiramente, o conceito de regra jurídica e de regra moral.*

Uma norma de cunho moral é autônoma, na medida em que implica adesão voluntária do sujeito. São os valores e crenças do indivíduo que a determinam, independentemente de imposição exterior. Já a norma jurídica é heterônoma. O costume compõe-se de elemento objetivo e subjetivo, porquanto é identificado pela prática reiterada e pela convicção de que assim se procede por ser necessário. O seu componente subjetivo refere-se à existência de uma ***opinio iuris****, isto é, de uma crença na necessidade do procedimento, independentemente de adesão voluntária. Verifica-se, pois, o caráter consuetudinário do princípio* ***pacta sunt servanda****.*

Ainda que a regra moral e a norma consuetudinária tenham como fundamento fato diverso, ambas podem coincidir. Nesse sentido, nem tudo que é moral é costume, nem tudo que é costume é moral, embora seja identificável uma interseção entre as duas esferas normativas. O princípio ***pacta sunt servanda****, dependendo da adesão voluntária do sujeito, pertence tanto ao costume quanto à moral.*

Questão 5

Com fundamento no que dispõe o § 4° do artigo 5° da Constituição Federal — incluído pela Emenda Constitucional n.° 45, de 2004 ("§ 4° O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.") — , pode-se afirmar que as normas decorrentes da incorporação do Estatuto de Roma ao ordenamento jurídico brasileiro estão imunes ao controle de constitucionalidade? Justifique.

Leônidas dos Santos Melo Coelho (19/20)

Desde a adesão brasileira ao Estatuto de Roma, que estabeleceu o Tribunal Penal Internacional (TPI), muito tem sido discutido sobre a sua constitucionalidade, destacando-se dois pontos fundamentais. Em primeiro lugar, alega-se que a pena de prisão perpétua, prevista no estatuto referido, é proibida pelo ordenamento nacional, porquanto a pena máxima em solo brasileiro é de 30 (trinta) anos. Em segundo lugar, afirma-se que a obrigação que o Brasil tem de entregar nacionais seus ao TPI contraria a regra constitucional de que não poderá ocorrer a extradição de brasileiros natos e de que a extradição de brasileiros naturalizados apenas ocorrerá em duas ocasiões: por crime cometido anteriormente à naturalização e pelo crime de tráfico de entorpecentes ou de drogas afins.

A Emenda Constitucional nº 45, de 2004, ao acrescentar o §4º no artigo 5º afirmando que o Brasil se submeteria à jurisdição de um Tribunal Penal Internacional, foi tentativa de eliminar as incongruências entre a Constituição Federal e o Estatuto de Roma. Tal atitude, porém, não teve o alcance desejado. As normas decorrentes da incorporação do Estatuto de Roma ao ordenamento jurídico brasileiro não estão imunes ao controle de constitucionalidade, pois o fato de se ter reconhecido constitucionalmente o TPI não é capaz de apagar os possíveis contrastes do seu estatuto com dispositivos outros da Constituição Federal, mormente quando são considerados cláusulas pétreas. Esse é o caso das proibições da pena de prisão perpétua e da extradição de nacionais, que são direitos individuais irrevogáveis, mesmo por meio de Emenda Constitucional.

*****

NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia consistirá de 5 (cinco) questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos.

Programa:

1. Conceitos básicos. 1.1 O objeto da Economia: escassez e usos alternativos; bens econômicos; sistema de preços e alocação de recursos. 1.2 Noções sobre a evolução da análise econômica: pensamento clássico e marxista; a escola neoclássica; Keynes; desenvolvimentos pós-keynesianos. 1.3 Medida da atividade econômica: produto e renda; contas nacionais: os grandes agregados e sua estimação; valores nominais e valores reais; índices de preços. 1.4 Noções de Microeconomia: determinantes da procura e da oferta; elasticidades; o equilíbrio de mercado; concorrência perfeita, monopólio e outras estruturas de mercado. 1.5 Moeda e sistema bancário: oferta e procura de moeda; Banco Central e política monetária; inflação. 1.6 Noções de Economia Internacional: taxas de câmbio e sua determinação; o balanço de pagamentos; a noção de vantagens comparativas e vantagens competitivas. Movimentos internacionais de capitais. Taxa de juros interna e externa. Integração econômica, comércio mundial e acordos regionais.

2. Formação da Economia Brasileira. 2.1 A economia brasileira no período colonial: a economia açucareira do Nordeste; auge e declínio da mineração. 2.2 A economia brasileira no século XIX: expansão da lavoura cafeeira; transformações no final do período: abolição do escravismo, início do desenvolvimento industrial. 2.3 A economia brasileira na primeira metade do século XX: as duas guerras mundiais; a depressão dos anos trinta e seus reflexos; o processo de industrialização: fases, características. 2.4 A economia brasileira na segunda metade do século XX: desenvolvimentismo e planejamento econômico; endividamento público e processo inflacionário; choques externos e planos de estabilização; opções de política econômica; mercado de trabalho; ciência, tecnologia e inovação; comércio exterior e integração econômica.

Bibliografia sugerida:

ABREU, M. P. **A Ordem do Progresso: 100 anos de política econômica republicana**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: UNESP, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 2003.

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia: princípios de micro e macro economia**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M.A.S. (orgs.). **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 2004.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SAMUELSON. P. A.; NORDHAUS, W. D. **Economia** 16. ed. Lisboa: McGraw-Hill, 1999.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil” *in*: **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VERSIANI, Flávio Rabelo. **Manual do candidato: noções de economia**. Brasília: FUNAG, 1996.

Prova de 2006

Questão 1

Suponha que o desenvolvimento de uma nova tecnologia aumente a produtividade no conjunto da economia. Avalie os efeitos desta nova tecnologia sobre a produção e o nível de preços, a partir de uma análise clássica e de uma análise keynesiana.

Cristiano José de Carvalho Rabelo (20/20)

A teoria econômica clássica preconiza que, dada uma dotação fixa de recursos, como capital, poupança, mão-de-obra, insumos naturais e tecnologia, uma economia apresentaria um PIB potencial de longo prazo. Dado que preços e salários são flexíveis no longo prazo, o PIB potencial significa uma situação de pleno emprego. Graficamente, portanto, o PIB de longo prazo é representado como uma curva de oferta agregada vertical, perfeitamente inelástica. No curto prazo, no entanto, preços e salários são rígidos (devido a contratos, custos de remarcação de preços e reimpressão de catálogos etc.), o que torna a curva de oferta agregada positivamente inclinada.

Para os clássicos, portanto, políticas expansionistas, como um incremento nos gastos governamentais, não têm poder para alterar o PIB potencial. Só se consegue, com isso, alterar o nível geral de preços (inflação) e o ritmo de crescimento em direção ao PIB potencial (um ano de crescimento acima da média seria em seguida compensado por crescimento econômico abaixo da média). O desenvolvimento de uma nova tecnologia, no entanto, tem a capacidade de alterar o PIB potencial. Analisando-se segundo a teoria clássica, tal inovação deslocaria a curva de PIB potencial/oferta agregada para a direita, significando um aumento na produtividade e na produção, provocando uma queda no nível geral de preços.

A teoria keynesiana, por seu turno, defende que preços e salários são rígidos tanto no curto como no longo prazo. Entretanto, no curto prazo haveria sempre capacidade ociosa a ser explorada, fazendo da curva de oferta agregada uma reta horizontal perfeitamente elástica. Políticas expansionistas teriam, logo, o condão de aumentar a produção geral de uma economia, sem gerar inflação de preços. No longo prazo, a economia aproximar-se-ia do pleno emprego, mas este não é jamais atingido, tornando positivamente inclinada a curva de oferta agregada. Políticas governamentais expansionistas gerariam, pois, no longo prazo, um pouco de inflação, mas acompanhada de aumento do produto.

O desenvolvimento de uma nova tecnologia também traria, segundo a teoria keynesiana, resultados benéficos ao conjunto da economia. O choque positivo de oferta possibilitado pela nova tecnologia provocaria, tanto no curto prazo como no longo prazo, o deslocamento para baixo da curva de oferta agregada, aumentando a produção e ensejando uma redução no nível de preços.

Questão 2

Como uma desvalorização cambial pode ajustar a balança comercial em um país onde a taxa de câmbio é determinada pelo Banco Central (câmbio fixo)? Compare com o caso de um país que possui taxas de câmbio flexiveis.

Fabiana Muniz de Barros Moreira (20/20)

O enunciado da questão propõe que se analise o ajuste da balança comercial de um país, mediante desvalorização cambial, com manutenção da taxa de câmbio fixa. A seguir, requer comparação do processo a taxas de câmbio flexíveis.

O mecanismo de ajuste da balança comercial é semelhante em ambos os regimes, mas provoca conseqüências diversas. No câmbio fixo, a desvalorização encarece as importações, aumentando a competitividade dos produtos domésticos e diminuindo a demanda por itens importados. Igualmente, a desvalorização cambial torna o produto nacional mais competitivo no mercado externo, com conseqüente aumento da demanda externa. Na medida em que a oferta e a demanda por divisas são determinadas, principalmente, pela compra e venda dos produtos da balança comercial, haverá maior entrada de divisas mediante o incremento das exportações e menor saída de divisas, em face da diminuição da demanda por importações. Em país cujo câmbio é determinado pelo Banco Central (câmbio fixo), o aumento da oferta de divisas repercutirá no aumento das reservas. A capacidade de acúmulo dessas reservas, no entanto, dependerá do impacto das exportações sobre a renda desse país. Com base na identidade fundamental da economia, tem-se que $Y= C + I + G + X - M$ *(renda é igual a consumo, mais investimentos, mais gastos do governo, mais o resultado das transações correntes). O incremento muito alto das exportações, em país cujo centro dinâmico da economia seja o mercado externo, poderá aumentar a renda de forma tão intensa, e com tamanho impacto sobre a demanda por importações, que o equilíbrio da balança comercial poderá ser comprometido no futuro.*

Já no regime de taxas de câmbio flutuantes, a tendência é o equilíbrio. Da mesma forma, a desvalorização cambial provocará queda na demanda por importações e aumento na demanda por exportações. Em um primeiro momento, portanto, verifica-se a criação de superávit comercial. A manutenção da conta superavitária, contudo, encontra dificuldades. Com o aumento das exportações, há maior oferta de divisas, o que não encontra paralelo por parte da demanda por divisas, deprimida em face do aumento do preço dos produtos importados. Em se tratando de regime de câmbio flexível, o excesso de divisas terá por conseqüência a apreciação da moeda nacional em relação à estrangeira. Mediante tal valorização, os produtos domésticos perdem a vantagem proporcionada pela desvalorização inicial e há aumento da demanda por produtos importados. Dessa maneira, a balança comercial deixa de ser superavitária, alcançando o equilíbrio.

Questão 3

A teoria das vantagens comparativas afirma que um país deve se especializar na produção de bens que apresentem o menor custo de oportunidade. Baseando-se nessa teoria, construa uma argumentação para mostrar que a maioria dos consumidores da Europa e dos Estados Unidos ganharia com o fim das barreiras ao comércio de bens agrícolas.

Gustavo de Britto Freire Pacheco (20/20)

A teoria das vantagens comparativas, cuja formulação inicial devemos ao economista David Ricardo, sustenta que os ganhos de comércio auferidos por cada país em suas negociações comerciais no mercado internacional baseiam-se na eficiência alocativa promovida pela especialização de cada país na produção de bens que apresentem vantagens comparativas em relação aos bens produzidos em outros países. A noção de "vantagens comparativas" baseia-se na noção de "custo de oportunidade", que é o valor relativo de um bem medido em termos de outro bem. O custo de oportunidade diz respeito àquilo de que temos que abrir mão para obter algo que desejamos. Segundo a teoria ricardiana, mesmo que um país disponha de vantagens absolutas (isto é, de maior produtividade com a mesma quantidade de insumos) na produção de um bem, pode ser vantajoso para o país abrir mão da produção desse bem em prol de outro bem cuja produção apresente menor custo de oportunidade.

Os custos de oportunidade de cada país variam em função da dotação de cada um dos fatores de produção (terra, trabalho e capital). Como esses fatores encontram-se desigualmente distribuídos, cada país apresenta diferentes custos de oportunidade. É essa diferença que enseja as diferentes vantagens comparativas na produção de cada bem. Enquanto houver variação nos custos de oportunidade, haverá vantagens comparativas e portanto perspectivas de ganhos de comércio resultantes da especialização de cada país no comércio de bens cuja produção lhe seja comparativamente vantajosa. Assim, um país que disponha de vantagens absolutas na produção dos bens A e B, por exemplo, pode optar por concentrar-se na produção do bem B desde que a renda decorrente da concentração de recursos na produção deste bem seja superior à renda que seria auferida se esses recursos fossem divididos entre a produção dos dois bens. Este exemplo supõe que o custo de oportunidade da produção do bem B é menor que o custo de oportunidade da produção do bem A para este país, e que existam outros países que apresentem menor custo de oportunidade na produção do bem A. Pode ser vantajoso para o país em tela, portanto, abster-se da produção de A, optando por obter este bem através do comércio com outros países. De acordo com este modelo, todos os países podem obter ganhos de comércio, mesmo um país que não apresente vantagens absolutas na produção de qualquer bem, pois ainda assim será vantajoso para este país concentrar-se na produção de determinados bens de que disponha de vantagens comparativas.

A partir das idéias de Ricardo, outros economistas foram ampliando e complexificando a teoria das vantagens comparativas. Vale destacar, nesse sentido, a contribuição dos economistas suecos Heckscher e Ohlin, que afirmaram que um país é mais competitivo nas áreas que usem de maneira mais intensiva os fatores de produção presentes em seu território em maior abundância. Seu argumento é que a abundância dos fatores barateia seu preço relativo, ensejando vantagens absolutas e, por conseguinte, eventuais vantagens comparativas na produção de bens que usem esses fatores mais intensivamente.

A partir da teoria das vantagens comparativas, é possível argumentar que Europa e Estados Unidos apresentam vantagens comparativas na produção de bens manufaturados, uma vez que estes bens demandam uma série de fatores de produção (especialmente capital e mão-de-obra qualificada) que são mais abundantes na Europa e nos Estados Unidos do que em outras regiões, especialmente nos países em desenvolvimento. Assim, é vantajoso para europeus e norte-americanos concentrarem-se na produção de bens manufaturados em detrimento da produção de bens agrícolas, que podem ser obtidos por meio do comércio com países que apresentem menor custo de oportunidade na produção de bens agrícolas. Para que tal vantagem seja auferida de fato, contudo, é necessário que as barreiras ao comércio

de bens agrícolas sejam extintas ou pelo menos reduzidas de forma significativa. As barreiras tarifárias e não-tarifárias ao comércio de bens torna-os menos competitivos e portanto reduzem ou eliminam a perspectiva de ganhos de comércio, desencorajando uma alocação eficiente dos recursos disponíveis. Com a extinção ou redução significativa das barreiras ao comércio de bens agrícolas, as economias dos países envolvidos nesse comércio se tornariam mais especializadas (cada país se especializaria na produção de bens em que apresente vantagens comparativas) e portanto mais eficientes, e todos lucrariam com o aumento global da renda auferida decorrente do aumento da eficiência econômica. Os consumidores da Europa e dos Estados Unidos teriam portanto muito a ganhar, pois teriam mais renda global para consumir, inclusive bens agrícolas de outros países, que estariam disponíveis para consumo a preços mais baixos que os similares nacionais. Ganha-se, portanto, duas vezes: uma com o aumento global da renda, outra com a diminuição de preços.

Questão 4

"A expansão atualmente observada da demanda por serviços de transporte aéreo no Brasil e no resto do mundo, ao aumentar a procura por pessoal especializado — principalmente pilotos e co-pilotos —, leva a aumentos salariais dessas categorias e, portanto, é consistente com a existência, nesse setor, de uma curva de oferta de longo prazo positivamente inclinada." Avalie essa afirmação do ponto de vista teórico.

Hélio Forjaz Rodrigues Caldas (18/20)

O mercado de mão-de-obra funciona, em linhas gerais, como qualquer outro mercado, em que a oferta e a demanda de determinado bem definem seu valor. Nesse mercado, os indivíduos oferecem sua força de trabalho, que é demandada por empresas. Quando a economia cresce e as empresas decidem investir, normalmente necessitam de mais mão-de-obra. Como, no curto prazo, a oferta de mão-de-obra é fixa, determinada pelo tamanho da população (com pequenas variações de indivíduos que podem entrar e sair do mercado de trabalho), o aumento da demanda gera aumento do preço da força de trabalho, o que se traduz no aumento de salários em geral. Desse modo, é correto afirmar que a curva de oferta de trabalho para uma economia como um todo é positivamente inclinada, mesmo no longo prazo (desconsiderando a possibilidade de uma taxa de crescimento populacional exageradamente alta).

A situação é, contudo, um pouco diferente quando a análise é focada em apenas um setor da economia, como a aviação. O aumento da demanda por transporte aéreo faz que as empresas aéreas invistam mais para atender à demanda. A empresa talvez não contrate novos empregados em geral, na mesma proporção em que aumenta seus investimentos, pois uma atendente pode talvez atender mais clientes, porém para algumas categorias específicas, como pilotos e co-pilotos, o aumento da demanda por força de trabalho é praticamente proporcional ao aumento nos investimentos.

No curto prazo, a oferta de pilotos e co-pilotos é relativamente fixa, pois não é qualquer pessoa que pode assumir esses cargos. São necessários cursos específicos e grande número de horas de vôo para tal. Com uma oferta rígida, qualquer aumento de demanda, no curto prazo, resultará em substancial aumento dos salários. Isso significa que, no curto prazo, a curva de oferta do setor é, de forma acentuada, inclinada positivamente.

No longo prazo, contudo, há a possibilidade de outros indivíduos realizarem cursos de pilotagem e, desse modo, aumentarem a oferta de pilotos. Quanto maior for o salário dos

pilotos, mais pessoas se apresentarão para os cursos de pilotagem. Mesmo que esses cursos, de início, sejam poucos e caracterizem, portanto, oferta limitada (um gargalo para o aumento da oferta de pilotos), no longo prazo, novos cursos serão abertos, possibilitando aumentos cada vez maiores na oferta de pilotos e co-pilotos.

De fato, a oferta de pilotos e co-pilotos, como a de qualquer profissão especializada, é muito mais elástica no longo prazo do que no curto prazo. Não é possível afirmar que ela seja infinitamente elástica, mesmo em prazo muito longo, pois não seria toda a população de um país a desejar tornar-se piloto apenas em razão do aumento de salário dessa categoria (preferências pessoais exercem influência nessa decisão), porém sua inclinação positiva no longo prazo é reduzida.

Como a curva de oferta de mão-de-obra, no longo prazo, não é significativamente inclinada, nem o é a oferta de outros insumos, como aviões e outros equipamentos, é errôneo afirmar que a curva de longo prazo do setor seja positivamente inclinada. De fato, apesar do grande aumento da demanda por transporte aéreo nas últimas décadas, o preço das passagens vêm-se reduzindo progressivamente.

Questão 5

Um exemplo de política realizada com a participação dos estados da Federação foi o acordo de Taubaté, de 1906. Em que consistia esse acordo e qual a sua conseqüência sobre a produção cafeeira nacional?

Cristiano José de Carvalho Rabelo (20/20)

Historiadores descrevem o Brasil de 1906 como uma república oligárquica, regida pelos interesses das elites proeminentes dos principais estados do país. Em princípios do século XX, as elites políticas nacionais estavam intimamente ligadas à produção cafeeira, e dela retiravam seu poder econômico e político.

Segundo Celso Furtado, com o declínio do ciclo do ouro, a economia brasileira entrou em uma fase de estagnação da qual só sairia com o surgimento da produção cafeeira, por volta de 1830. O café tornou-se o principal produto da economia nacional, que tinha seu dínamo no exterior, dependendo a economia das rendas advindas da exportação. Em princípios do século XX, a produção brasileira de café crescia vertiginosamente, dado que devido à falta de oportunidades para diversificação econômica, as rendas do café eram reinvestidas na produção. O excesso de oferta do produto no mercado mundial comprimia seus preços, diminuindo a renda do Brasil.

O acordo de Taubaté, de 1906, foi realizado para que essa situação fosse combatida. Tratava-se de uma política de valorização do café baseada na compra e estocagem dos excedentes de produção. A compra do café foi financiada por meio de novos empréstimos contraídos no exterior pelos estados e garantidos pelo governo federal (operação permitida pela Constituição de 1891). Instituiu-se também um novo imposto sobre cada saca de café exportada, de modo a ser possível financiar o serviço da dívida e garantir novos empréstimos. Por fim, o acordo de Taubaté estipulou que os estados evitariam a expansão e o surgimento de novas plantações, para que o incremento da oferta não derrubasse ainda mais os preços.

Pode-se dizer que o sucesso do mecanismo de defesa do café foi também sua ruína. Ao lograr êxito na manutenção dos preços internacionais do produto, o acordo de Taubaté estimulou um aumento ainda maior da oferta. Os lucros continuavam a ser reinvestidos na

produção e os estados não conseguiam conter o surgimento de novas lavouras, o que levava a uma constante expansão da oferta e à conseqüente queda dos preços. A crise de 1929, no entanto, determinou o fim da liquidez mundial, impossibilitando ao Brasil o financiamento externo de seu mecanismo de proteção do café, determinando o fim do compromisso pactuado em Taubaté.

*

ESPANHOL

A prova de Espanhol, com o valor máximo de 50 (cinqüenta) pontos, constará de questões de compreensão de texto(s) sobre tema da atualidade. A leitura e as respostas serão em língua espanhola.

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Características da prova e critérios de avaliação

As questões terão valores diferenciados, de acordo com a complexidade da pergunta.

O critério de avaliação observará os seguintes itens:

- correção gramatical;
- compreensão textual;
- organização e desenvolvimento de idéias;
- qualidade da linguagem

Orientação para estudo

Tendo presente a natureza da prova, recomenda-se a leitura de periódicos em Espanhol, como por exemplo: *El País* (www.elpais.es), *El Mundo* (www.elmundo.es), *La Nación* (www.lanacion.com.ar) e *Clarín* (www.clarin.com).

- Dicionários:

Diccionario de la lengua española. Real Academia de la Lengua Española, 23ª edición, Madrid, Espasa-Calpe, 2004. (www.rae.es)

Diccionario Salamanca de la Lengua Española. Dirección Editorial: Pilar Peña Pérez. Madrid, Santillana, 1996.

Señas: Diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

<u>Gramáticas</u>:

GONZÁLEZ HERMOSO, Alfredo. **Conjugar es fácil en español de España y América**. Madrid, Edelsa, 1997.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Esbozo de una nueva gramática de la lengua española**. Madrid, Espasa-Calpe, 1996.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Ortografía de la lengua española**. Edición revisada por las Academias de la Lengua. Madrid, Espasa-Calpe, 1996.

SECO, Manuel. **Gramática esencial del español: introducción al estudio de la lengua**. Madrid, Espasa-Calpe, 2001.

SILVA, Cecilia Fonseca da**. Los falsos amigos en español y portugués: interferencias léxicas**. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 2003.

________ & SILVA, Luz María Pires da. **Español a través de textos: estudio contrastivo para brasileños**. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 2001.

Prova de 2006

Lea los dos textos de las páginas siguientes y resuelva las cuestiones propuestas. Acuérdese de que ésta es una prueba de comprensión lectora, cuyas respuestas deberán estar completas — sujeto, predicado, complemento —, y en español (no utilice citas, así que las respuestas serán con sus propias palabras).

TEXTO 1

El español de los políticos

Francisco Moreno-Fernández

La prensa internacional se ha hecho eco de la importante victoria electoral de Antonio Villaraigosa en Los Ángeles, pero se ha destacado muy especialmente en la prensa de los países hispanohablantes. He tenido la oportunidad de leer algunas crónicas en las que el triunfo de Villaraigosa se interpreta como una prueba palpable del lento e inexorable avance de lo hispano en los Estados Unidos. Naturalmente, en esas crónicas, el uso de la "r" simple y doble alternaba alegremente en la escritura del apellido de nuestro nuevo alcalde, con preferencia por la doble, como sería preceptivo* en español.

Entre los periodistas y columnistas hispanohablantes no faltan quienes critican y reprochan, con el dedo índice en alto y el entrecejo fruncido, la inconveniencia de que un personaje público hispano presente en su tarjeta de visita una falta de ortografía. Y no van descaminados en la denuncia. Puestos a ser exigentes, podría recriminarse incluso la sintaxis de una frase dicha por el entonces candidato en su campaña publicitaria en español, cuando preguntaba retóricamente "¿Verdad de que sí?". Ese uso dequeísta*, que no es extraño al habla popular de muchos países hispánicos, tampoco es el más aconsejable dentro de un mensaje público. Pero lo grave, a mi modo de ver las cosas, no es que aparezcan estos usos "erróneos" en público, que podrían justificarse diciendo que para los nombres propios no rigen las reglas de ortografía o que el lenguaje de los políticos debe incluir expresiones que os acerquen a la forma de hablar del pueblo. Lo grave es que muchos de esos usos aparecen por simple desconocimiento o por una falta de interés en el manejo cuidadoso de la lengua.

Dentro de la política de EU, el español está adquiriendo un estatus de lengua simbólica: lo relevante parece ser su presencia testimonial en los medios, no tanto su forma o su corrección. No importa que un candidato a presidente sepa decir tan solo unas pocas frases con un acento horroroso o que un candidato hispano a alcalde no sea capaz de mantener una conversación o un debate vivo y fluido en español. Es más significativo que los candidatos anglohablantes dejen ver que están haciendo un esfuerzo por aprender español, es decir que reconozcan el valor simbólico de la lengua.

El hecho de ser hispano presupone el reconocimiento de ese valor y por eso los políticos hispanos se permiten el lujo de usar la lengua sin esmero y de ignorar en sus campañas a los hispanos, como hizo Villaraigosa en la suya: con decir que se sentía orgulloso de su origen parecía suficiente.

No nos engañemos. Por mucho que en los países hispanohablantes se resalte como un rasgo decisivo la "hispanidad" de Villaraigosa en Los Angeles, de Cisneros en San Antonio o de Ferrer en Nueva York, el éxito de estos políticos no reside en hacer una política para los hispanos, sino en hacer una política para todos, con sello estadounidense y en inglés. El español es un símbolo, un origen que, sin negarlo, se puede abandonar para alcanzar otro estatus. Ocurre, sin embargo, que el español va dejando, poco a poco, de ser una lengua de

marca étnica y va convirtiéndose en un recurso comunicativo estadounidense tan legítimo como el inglés. Si yo fuera un político hispano, me pondría cuanto antes a aprender a usar mi lengua de origen en los contextos más formales y en los estilos —hablados y escritos— más profesionales. El español ya no es solo la lengua del amor y, además, la política es cada vez más exigente.

La Opinión — Los Angeles

* *preceptivo*: ordenado por un precepto.
* *dequeísta*: el empleo indebido de “de que” cuando el régimen verbal no lo admite.

PREGUNTAS

1) En el primer párrafo, ¿qué quiere decir el autor con la expresión “lo hispano”?

El autor utiliza la expresión “lo hispano” en el primer párrafo como sinónimo de características y elementos culturales de la comunidad de hispanohablantes. Estas características y elementos incluyen la lengua española, las costumbre y la tradición de la comunidad.

2) ¿Por qué los periodistas “no van descaminados en la denuncia”?

En la opinión del autor, los periodistas están correctos cuando critican a los políticos por no saber manejar el idioma.

3) Explique, con sus palabras, la opinión del autor sobre qué es grave y qué no es grave respecto a los errores gramaticales de los políticos?

El hecho de que los políticos hablen o escriban de manera incorrecta no es un problema serio, siempre que esto ocurra por un deseo sincero de comunicarse en el lenguaje del pueblo. Sin embargo, la situación es distinta cuando los errores resultan no de una escoja, sino de la ignorancia.

4) ¿Por qué dice el autor que el español está adquiriendo el estatus de lengua simbólica?

El español está adquiriendo estatus de lengua simbólica porque representa un rasgo de la identidad de una parte substancial de la población estadounidense. El español une la comunidad hispánica y representa su origen. Por lo tanto, los políticos anglohablantes, en la búsqueda por votos, intentan acercarse de esa población por medio del uso del español básico. En otras palabras, saber la lengua de los hispanohablantes quiere decir, para los políticos, preocuparse con sus problemas

5) El autor hace una advertencia en el último párrafo, ¿En qué consiste dicha advertencia? ¿Por qué la hace?

La advertencia se refiere al hecho de que el español va convirtiéndose en un recurso

de comunicación equiparable al inglés. Por ello, sería recomendable que los políticos se esmeren en aprender el uso correcto del lenguaje, haciendo frente a las exigencias de la política. El autor hace la advertencia pursto que le carácter simbólico del español podría transformarlo en un recurso de comunicación desechable.

TEXTO II

ELECCIONES EN PERÚ: ESTABILIDAD Y BAJA INFLACIÓN, PERO TAMBIÉN UN 65% DE TRABAJADORES INFORMALES

Perú: fiebre de consumo y pobreza estructural, en un país de contrastes

En el gobierno de Toledo el pais creció 4% anual. Pero la euforia no fue para todos.

Pablo Biffi **LIMA**. ENVIADO ESPECIAL.
CLARÍN — 07/04/2006

El centro comercial de Larcomar — en un barranco que cuelga sobre el Pacífico en el coqueto distrito de Miraflores — hierve de gente al atardecer. Bares, restaurantes, cines, casinos, negocios de ropas y de electrodomésticos viven tiempos de euforia, como hacía tiempo no se veía en esta capital. Un fenómeno indiscriminado de consumo se ha instalado en las clases medias y medias altas urbanas, sostenido en la estabilidad, la baja inflación y el crecimiento de la economía de manera constante en los últimos cinco años.

El fenómeno se reproduce — en menor escala, pero de todos modos bien visible — en zonas populosas de esta capital, en donde megacomplejos comerciales le han cambiado la fisonomía a esas barriadas, ocupando manzanas completas con rubros para todos los gustos. Las cifras macroeconómicas del país explican, en parte, la transformación estética que han sufrido varias zonas de Lima: entre 2001 y 2005 — los 5 años de gobierno de Alejandro Toledo — la economía creció 21%, las exportaciones un 44,7% y la inversión privada poco más del 25%. La inflación fue de apenas el 1,5 durante todo 2005.

"Los indicadores macroeconómicos son engañosos porque no responden a una estrategia de crecimiento, sino que son parte de un ciclo económico mundial que favorece al país. Hay un contexto que favorece a la economía peruana, exportadora de las materias primas necesarias para el mundo desarrollado", explicó a Clarín el economista y profesor universitario, Denis Falvi.

Para Falvi, el problema de Perú es "estructural", porque es un país que no tiene la infraestructura necesaria para crecer y desarrollarse. "Si la economía mundial sufre un ciclo de retracción, toda esta burbuja de consumo y de estabilidad se derrumbaría inmediatamente, como pasó en Argentina, por ejemplo. Pero nosotros no estamos en condiciones de hacer frente a una crisis de esa magnitud", agregó Falvi.

Carlos es un profesional. Tiene trabajo estable, dos hijos y una esposa que también trabaja. Un crédito a 20 años en dólares para comprar una vivienda. Y también tarjeta de crédito, con la que financia sus compras más importantes, como ropa o electrodomésticos. Según datos de Visa Perú, el consumo de su plástico creció un 45% el año pasado y el consumo total entre tarjetas de crédito y débito fue de 1.200 millones de dólares.

"Hay un proceso de gasto casi compulsivo y no hay ahorro. Y tampoco parece

importar que las tasas de interés de las tarjetas sean altas. Cualquier sacudón en la economía puede ser fatal”, dice el economista.

El interior de Perú, en particular la selva y la sierra, es la región del país al que no ha llegado el “derrame” del crecimiento económico del 6,7 por ciento del año pasado. Allí se ve con claridad la pobreza estructural, que llega al 54 por ciento según cifras oficiales, pero que datos privados la ubican por encima del 60 por ciento.

Allí no llegan, tampoco, los beneficios de las exportaciones récord en minería, un rubro que no genera puestos de trabajo formal, uno de los dramas de este país: el 65 por ciento de la población es considerado “trabajador informal”, pese a que la desocupación — en cifras oficiales — esté por debajo del 10 por ciento.

A la sierra o a la selva tampoco le corresponde otro dato que marca la fiebre del consumo que embarga a sectores medio y medios altos: la venta de autos aumentó en un 50 por ciento en 2005 respecto del año anterior, según cifras del sector.

El distrito de Independencia se parece a cualquier partido del conurbano bonaerense, típico de sectores medios y bajos. El movimiento por la mañana es incesante en el Mega Plaza, un imponente centro comercial en el que se vende de todo a precios razonables, con infinidad de ofertas, sobre todo en indumentaria. El año pasado, ese shopping vendió por 150 millones de dólares, sobre todo ropa y calzado.

“No es que estemos mejor, pero hay algo más de platita ahora”, dice Martha, un ama de casa que administra como puede el dinero que lleva a la casa su marido, empleado en una casa de venta de electrodomésticos, en otro centro comercial de Miraflores.

Con todo, Lima tiene arraigado el drama de la mayoría de las capitales latinoamericanas: decenas de chicos que en las esquinas de esta capital se ganan unas pocas monedas limpiando los vidrios polarizados de las 4x4. Como esos nenes que no pasan de los 10 años y que a las 12 de la noche, en una estación de servicio de San Isidro — otro distrito coqueto de esta ciudad — llevan varias horas trabajando y pocas monedas en sus latitas.

PREGUNTAS

6) Describa dónde está ubicado el centro comercial de Larcomar.

El centro comercial de Larcomar está ubicado en el barrio de Miraflores, en un acantilato cerca del mar.

7) ¿Qué le pasa al centro comercial? ¿Por qué?

El centro es tomado de personas al atardecer. Las opciones de consumo, culturales y de entretenimiento hacen del complejo un punto de euforia y agitación. Se trata de una tendencia al consumo, nutrida por las clases medias y medias altas de la ciudad, y que está basada en la estabilidad, en el control de la inflación y en el sostenido crecimiento de los últimos cinco años.

8) ¿Ello sucede en otros sitios? ¿Dónde? ¿Cómo?

Aunque en escala menor, el fenómeno se repite en otras partes de la capital peruana, en las que se pueden encontrar inmensos complejos comerciales que exhiben productos al

gusto de toda la gente.

9) ¿Qué opina el economista y profesor universitario Denis Falvi acerca del fenómeno?

El profesor Denis Falvi dijo que los indicadores de crecimiento de la economía peruana no son resultado de una estrategia de crecimiento sostenido del Gobierno, sino son reflejos del buen momento por que pasa el ciclo económico mundial. Las economías desarrolladas demandan los productos primarios peruanos haciendo crecer la economía, pero no ofrecen una senda para que tal país aumente su infraestructura y se desarrolle. Falvi identifica tal cuadro como "estructural" y señala que, si hubiera una retracción en la economía mundial, también habrá una caída del consumo. Además, el profesor atesta que al consumo compulsivo no se sigue la formación de ahorro.

10) ¿Qué realidad presenta el interior de Perú? Haga un resumen.

En el interior del Perú, principalmente en la selva y en las montañas, el desarrollo económico y de consumo de Lima está ausente, reflejado por los altos grados de pobreza, pasando de la mitad de la población, a lo que se suma la presencia marcante del empleo informal.

11) Explique el significado de "tiene arraigado" en el último párrafo del artículo. Aclare a qué drama se refiere la perífrasis.

Lima tiene arraigado el drama de la pobreza, del desamparo y del trabajo de los niños. Eso quiere decir que el problema citado tiene raíces profundas ahí, o sea, tiene causas internas.

*

FRANCÊS

A prova de Francês, com o valor máximo de 50 (cinqüenta) pontos, constará de questões de compreensão de texto(s) sobre tema da atualidade. A leitura e as respostas serão em língua francesa.

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Características da prova e critérios de avaliação

As questões terão valores diferenciados, de acordo com a complexidade da pergunta.

O critério de avaliação observará os seguintes itens:

- correção gramatical;
- compreensão textual;
- organização e desenvolvimento de idéias;
- qualidade da linguagem

Orientação para estudo

Tendo presente a natureza da prova, recomenda-se a leitura de jornais e revistas em Francês, como por exemplo: *Le Monde* www.lemonde.fr , *Libération* www.liberation.fr , *Le Figaro* http://www.lefigaro.fr , *L´Express* www.lexpress.fr , *Le Nouvel Observateur* www.nouvelobs.com e *Le Monde diplomatique* www.monde-diplomatique.fr .

Dicionários:

- unilíngües :

- **Le Petit Robert**;
- **Le Micro Robert**;
- **Le Petit Larousse**.

- bilíngües :

- BURTIN, Vinhole. **Dicionário de Português/Francês e Francês/Português**, Editora Globo.
- D'OLIM MAROTE. **Dicionário de Português/Francês e Francês/Português**, Editora Ática.

Gramáticas:

- GREGOIRE,Thievenaz. **La grammaire progressive du français, Niveau intermédiaire**, Paris, Cle International, 1995.
- BOULARES, Frerot**. La grammaire progressive du français, Niveau avancé**, Paris, Cle International, 1997.

- DELATOUR, Jenepin. **Nouvelle grammaire du français**, Cours de civilisation française de la SORBONNE, Editions HACHETTE LIVRE, 2004, Paris.

Sugere-se, ainda, consulta às seguintes páginas eletrônicas:

Site de estudo da língua e da civilização francesas: http://www.espacefrancais.com/

Curso de francês "on line" (204 lições gratuitas) http://www.educaserve.com/premiere.php3

Ministério das Relações Exteriores da França: www.france.diplomatie.fr

Embaixada da França no Brasil: http://www.ambafrance.org.br

Prova de 2006

Lisez attentivement le texte ci-dessous, puis suivez les consignes indiquées pour répondre à chacune des 4 premières questions.

Manifs de France

Peut-être est-il temps de s'intéresser à la nature profonde des défilés de ces dernières semaines? Qu'est-ce qu'une manifestation à la Française? Comment décrypter(1) le code génétique de ces **cortèges** que le monde entier nous envie avec une pointe d' effarement(2)?

Un détour par l'étranger peut servir. Assez justement, un éditorialiste du *Herald Tribune* a établi un parallèle entre les grandes manifestations qui ont scandé(3) la crise du CPE(4) et les processions religieuses de nos grands-parents, quand Dieu était encore de ce monde et les athées des orgueilleux magnifiques. Un chroniqueur de l'hebdomadaire *The Village Voice* constate, lui, que le mouvement parti des universités pour se répandre sur tout le territoire "*occupe un espace sacré dans le génome social du pays, un peu comme le base-ball et le boursicotage aux Etaís-Unis*".

C'est bien dit, mais insuffisant. On ne va tout de même pas laisser le dernier mot à la presse étrangère! En réalité, la manifestation est consubstantielle à la République française. Donc impénétrable aux regards extérieurs. On se moque à peine ... La première manifestation de l'histoire moderne en France remonte au 14 juillet 1790, lorsque le peuple parisien convergea vers l'esplanade du Champs-de-Mars pour célébrer le premier anniversaire de la prise de la Bastille. Manif mémorable: on **bivouaqua** sur place, on pique-niqua. Cent soixante mille personnes étaient assises. 150 000 debout, et 50 000 hommes défilèrent en armes. Les chiffres sont de la responsabilité de l'historien Jules Michelet (1798-1874).

A partir de ce jour, il y eut deux sortes de manifestations: les festives et les contestataires (on caricature par souci d'efficacité). Les festives correspondent à ces rares moments d'union et de ferveur nationale qui **ponctuent** notre histoire: manifs de la Victoire (1918), de la Libération (1944), du bonheur (8 mai 1945).

Pour le reste, les manifestations ont le plus souvent pris l'allure(5) de longs cortèges revendicatifs sur fond de pompes funèbres. Pour contourner l'interdiction de se rassembler, les républicains avaient pris l'habitude au XIXème siécle de suivre les obsèques de figures emblématiques de leur cause. Citons pour mémoire les enterrements des généraux Foix et Lamarque (1825 et 1832) ou encore du journaliste Victor Noir (1869), tué en duel par le prince Pierre Bonaparte. A chaque fois, des foules de plusieurs dizaines de milliers de personnes se retrouvaient. C'était le temps des manifs en noir. Le temps du défi.

Un temps qui s'est perpétué au XXème siècle dans le registre de la colère et de la gravité avec les obsèques des neuf victimes du métro Charonne (1962), du militant gauchiste

René-Pierre Overney (1972) ou dans la volonté d'affirmation d'une force politique avec les enterrements des dirigeants communistes comme Maurice Thorez (1964) ou Jacques Duclos (1975).

Depuis, tout s'est compliqué. Sinon inversé. A partir de 1995, les Français ont littéralement réinventé l'art de manifester. D'abord, on ne revendique plus; on défend des droits acquis. On ne défile plus pour soi, mais pour les autres. Du moins le dit-on. Ainsi les "protégés" manifestent en faveur des "précaires". Les syndiqués du secteur public assurent **descendre dans Ia rue** pour les salariés du privé qui n'en ont ni le temps ni la possibilité.

Ensuite, la manifestation a quitté le champ purement social. Elle est tantôt un coup de semonce(6) à l'adresse du pouvoir, tantôt un lever de rideau électoral. Elle joue le rôle d'une Cour suprême populaire dont la vocation ultime est de censurer les lois qui ne lui agréent pas. Changement proprement révolutionnaire. La manif s'est muée en acte politique majeur. Le législateur vote la loi, elle peut *dévoter*. Le président de la République promulgue, elle *abroge*. Ce n'est pas rien. C'est *made in France*.

Laurent Greilsamer, *Le Monde* (11/04/06)

(1) - décrypter : déchiffrer
(2) - effarement : peur, frayeur
(3) - scander : rythmer
(4) - CPE : Contrat Premier Emploi
(5) - prendre l'allure de : ressembler à
(6) - un coup de semonce : un avertissement

<u>Consignes pour les questions n.° 1, 2 et 3</u>: *Notez la lettre correspondant à la bonne réponse dans la case à droite du numéro.*

1. Qui est qui ? **(5 points)**

Jean Maximilien Lamarque	1	(**C**)	(A) un sécretaire général du PCF
Maurice Thorez	2	(**A**)	(B) un membre d'un parti d'extrême gauche
Victor Noir	3	(**E**)	(C) un général de l'armée française
Pierre Bonaparte	4	(**D**)	(D) un neveu de Napoléon ler
René-Pierre Overney	5	(**B**)	(E) un rédacteur du journal <u>La Marseillaise</u>

2. Que s'est-il passé en...? **(5 points)**

1832	1 (**E**)	(A) naissance de Jules Michelet
1869	2 (**C**)	(B) fin de la première guerre mondiale
1945	3 (**D**)	(C) assassinat de Victor Noir
1798	4 (**A**)	(D) victoire alliée en France
1918	5 (**B**)	(E) funérailles de Lamarque

3. Donnez un synonyme aux mots du texte. (5 points).

cortège	1 (**C**)	(A) marquer
bivouaquer	2 (**E**)	(B) enterrement
ponctuer	3 (**A**)	(C) défilé
obsèques	4 (**B**)	(D) manifester
descendre dans la rue	5 (**D**)	(E) camper

4. Notez si, selon le texte, les affirmations suivantes sont vraies (V) ou fausses (F). (5 points)

1	Les manifestations en France ont commencé en mai 1968.	**F**
2	L'enterrement des généraux Foix et Lamarque eut lieu dans la plus stricte intimité.	**F**
3	Les manifestations ont récemment pris une tournure très politique.	**V**
4	Au XIXême siècle les républicains utilisaient les enterrements pour contourner l'interdiction de manifester.	**V**
5	Les manifestations sont le plus souvent festives.	**F**

Vous devrez répondre aux questions suivantes (5 à 8) par des phrases complètes en français.

5. D'après le premier exemple historique qu'en donne Laurent Greilsamer, comment se passe une manifestation festive?

L'anniversaire de la prise de la Bastille fut une célébration en même temps officielle, marquée par les défilés militaires, et populaire, si l'on tient compte du nombre massif de la population qui s'y rendit et du caractère très informel apporté par la présence du peuple à l'occasion. Somme toute, il s'agissait d'une célébration massive d'union nationale et de jouissance populaire.

6. Expliquez à quoi correspond "le temps du défi" dans 1'histoire des manifestations françaises

"Le temps du défi" concerne le temps de la République française quand il était interdit de manifester et, donc, les gens formaient de longs contèges lors d'enterrements de personnes importantes – ou plutôt, de symboles politiques – afin de contourner l'interdiction établie par l'État.

7. " Le législateur vote la loi, [la manif] peut dévoter": qu'entendez-vous par cette expression.

La manifestation populaire s'octroie une espèce de pouvoir supérieur, qui lui permet de réviser et même d'annuler les décisions prises par les institutions politiques établies. On peut également interpréter que les élites dirigeantes sont soumises à un processus de pression populaire qui cherche à les contraindre à s'assujettir à la volonté des rues ou bien a les délégitimer face à l'opinion publique.

8. Montrez, en vous appuyant sur le texte, quels sentiments animent l'auteur dans sa critique des nouvelles manifestations à la française.

L'auteur est animé par deux sentiments. Le premier est la félicité en vue de la fraternité du peuple, qui défile non pour soi-même seulement, mais pour les autres qui ne peuvent pas "descendre la rue". L'autre sentiment est que l'auteur est orgueilleux du pouvoir des manifestations françaises, qui peuvent "dévoter" une loi.

9. Résumez le texte ci-dessus avec vos propres mots. Vous pouvez reprendre quelques mots-clés mais il vous est interdit de recopier des passages du texte. Votre résumé comportera un minimum de 30 mots et un maximum de 50 mots.

La manifestation a une signification spéciale por les Français, quelque chose qui n'est pas facilement déchifré par des étrangers. Depuis la première manif moderne, em 1790, il y en eut deux types: les festives et les revendicatives. Aujourd'hui, elles jouent un rôle très politique, puisqu'elles peuvent forcer le gouvernement à abroger une loi déjà votée.

*

HISTÓRIA MUNDIAL (TPS)

Conforme esclarecido na apresentação do Teste de Pré-Seleção (pág. 16), reproduz-se, a seguir, o programa e a bibliografia do Guia de Estudos de 2004 para a prova de História Mundial Contemporânea.

Programa:

1. Estruturas e idéias econômicas
Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o “New Deal”. A prosperidade no segundo pós-guerra. O “Welfare State” e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível.

2. Revoluções
As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e “Trade Unions”. Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba.

3. As Relações Internacionais
Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão Balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A “teoria dos dois campos” e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A “détente”. A “segunda Guerra Fria” (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético.

4. Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação
O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não-Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo.

5. A evolução política e econômica nas Américas
A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas.

6. Idéias e regimes políticos
Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A

construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX.

7. A vida cultural
O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.

Bibliografia:

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 2003.

BARRACLOUGH, G. **Introdução à História Contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BETHELL, Leslie. **História da América Latina**. São Paulo: EDUSP, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo**. Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTAÑEDA, Jorge C. **A Utopia Desarmada**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

HALPERIN DONGHI, Tulio. **História da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

________. **A Era do Capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

________. **A Era dos Extremos**. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2001.

________. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

________. **Nações e nacionalismo desde 1780**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

JOUVENEL, Bertrand de. **As Origens do Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

O'GORMAN, Edmundo. **A Invenção da América**. São Paulo: UNESP, 1992.

OLIVER, Roland. **A Experiência Africana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SARAIVA, José Flávio S. **Relações Internacionais – Dois Séculos de História: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)**. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

________. **Relações Internacionais – Dois Séculos de História: entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947**).Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

VAISSE, Maurice, **Les Relations Internationales Depuis 1945**. 9. ed. Paris: Armand Collin, 2004.

A título de orientação para os candidatos que desejarem aprofundar o conhecimento da matéria, ou que tiverem dificuldade em obter alguma das obras listadas acima e procurarem leitura alternativa, sugerem-se os seguintes livros adicionais:

BEAUD, Michel. **História do Capitalismo de 1500 a nossos dias**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BELY, Lucien. **L'invention de la Diplomatie**. Paris: PUF, 1998.

BERG, Eugène. **La Politique Internationale Depuis 1955**. Paris: Economica, 1989.

FERRO, Marc. **História das Civilizações: das conquistas às independências, séc. XVII ao XX.** São Paulo: Cia das Letras, 1996.

JOLL, James. **Europe Since 1870**. London: Penguin Books, 1990.

KAGARLITSKY, Boris. **A Desintegração do Monolito**. São Paulo: UNESP, 1999.

MORSE, Richard. **O Espelho de Próspero**. 5. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ROBERTS, J. M. **History of the World**. New edition. London: Penguin, 1990.

PANIKKAR, K.M. **A Dominação Ocidental na Ásia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

THE NEW CAMBRIDGE MODERN HISTORY (vol. 9 a 12). Cambrigde: Cambridge University Press.

THOMSON, D. **Pequena História do Mundo Contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

VIZENTINI, Paulo. **Da Guerra Fria à Crise (1945-1992)**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1992.

————. **A Grande Crise**. Petrópolis: Vozes, 1992.

*

INSTITUTO RIO BRANCO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Guia de Estudos

2008

APRESENTAÇÃO

O **Guia de Estudos** do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, versão 2008, visa a orientar e auxiliar o candidato que pretende ingressar na carreira diplomática.

Constam deste **Guia**:

- Portaria nº 809, de 28 de dezembro de 2007, do Ministro de Estado, Interino, das Relações Exteriores;

- Edital de 28 de dezembro de 2007, do Diretor-Geral do Instituto Rio Branco;

- Portaria nº 336, de 30 de maio de 2003, do Ministro de Estado das Relações Exteriores;

- Orientação para estudo, contendo programas das disciplinas, bibliografia para as provas e exemplos de respostas que mereceram aprovação no concurso anterior, mantidos os textos originais dos candidatos, com eventuais incorreções e/ou deficiências.

Brasília, em janeiro de 2008.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 809, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007*

O MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 1º e 5º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria de 20 de novembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 25 de novembro de 1998, e alterado pela Portaria nº 11, de 17 de abril de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2001, resolve:

Art. 1º. Ficam estabelecidas as normas que se seguem para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2008.

Art. 2º. O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2008 constará, na Primeira Fase, de prova objetiva, de caráter eliminatório, constituída de questões de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia.

Art. 3º. A Segunda Fase constará de prova discursiva eliminatória e classificatória de Português.

Parágrafo único. Será estabelecida nota mínima para a prova de Português.

Art. 4º. A Terceira Fase constará de provas discursivas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia.

Parágrafo 1º. As seis provas da Terceira Fase terão peso equivalente.

Parágrafo 2º. Será estabelecida nota mínima para o conjunto das provas da Terceira Fase.

Art. 5º. A Quarta Fase constará de prova escrita, de caráter exclusivamente classificatório, de uma segunda língua estrangeira, que poderá ser, conforme a opção do candidato, Alemão, Árabe, Chinês (Mandarim), Espanhol, Francês, Japonês ou Russo.

Parágrafo único. Para efeitos de classificação, a prova da Quarta Fase terá peso equivalente à metade do peso de cada uma das provas da Terceira Fase.

Art. 6º. Serão oferecidas, no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2008, 115 (cento e quinze) vagas para a classe inicial da Carreira de Diplomata.

Art. 7º. O Diretor-Geral do Instituto Rio Branco fará publicar o Edital do Concurso.

Art. 8°. Fica revogada a Portaria Nº 768, de 23 de novembro de 2007, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, publicada no Diário Oficial da União em 27 de novembro de 2007.

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES

* Publicada no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007 (Seção 1, página 81)

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO

EDITAL DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007[†]
CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público que estarão abertas, de 14 de janeiro a 14 de fevereiro de 2008, as inscrições para o Concurso Público de Admissão à Carreira de Diplomata, nos termos dos artigos 35 e 36 da Lei n.º 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

O Concurso obedecerá às seguintes normas:

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso será realizado pelo Instituto Rio Branco (IRBr), com a colaboração do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE/UnB). O texto deste Edital estará também disponível no endereço eletrônico do CESPE/UnB (http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008), bem como eventuais informações adicionais sobre o Concurso.

1.2 O Concurso terá quatro fases, especificadas a seguir:

a) Primeira Fase: Prova Objetiva, de caráter eliminatório, constituída de questões objetivas de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia;

b) Segunda Fase: prova escrita de Português, de caráter eliminatório e classificatório;

c) Terceira Fase: provas escritas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia (o item 10.5 deste Edital estabelece nota mínima para o conjunto das provas da Terceira Fase);

d) Quarta Fase: prova escrita, de caráter exclusivamente classificatório, de uma segunda língua estrangeira, que poderá ser, conforme a opção do candidato, Alemão, Árabe, Chinês (Mandarim), Espanhol, Francês, Japonês ou Russo.

1.3 Cada uma das fases será realizada simultaneamente nas cidades de Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Manaus/AM, Natal/RN, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, São Luís/MA, São Paulo/SP e Vitória/ES.

1.4 VAGAS: 115, sendo 6 vagas reservadas aos candidatos portadores de deficiência.

2 DO CARGO

2.1 A aprovação no Concurso habilitará o candidato: 1.º) a ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata (Terceiro Secretário), de acordo com a ordem de classificação obtida; e 2.º) a ter matrícula no Curso de Formação do Instituto Rio Branco, regulamentado pela Portaria n.º 336 do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 30 de maio de 2003, publicada no *Diário Oficial da União* de 12 de junho de 2003.

2.2 REMUNERAÇÃO INICIAL NO BRASIL: R$ 7.751,97 (sete mil e setecentos e cinqüenta e um reais e noventa e sete centavos).

---

[*] Publicado no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2007 (Seção 3, páginas 172 a176). Esta versão inclui as retificações publicadas no Diário Oficial da União de 7 de janeiro de 2008.

3 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

3.1 Ter sido aprovado no Concurso.

3.2 Ser brasileiro nato, conforme o artigo 12, § 3.º, inciso V, da Constituição Federal.

3.3 Estar no gozo dos direitos políticos.

3.4 Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino.

3.5 Estar em dia com as obrigações eleitorais.

3.6 Apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação. No caso de candidatos cuja graduação tenha sido realizada em instituição estrangeira, caberá exclusivamente ao candidato a responsabilidade de apresentar, até a data da posse, a revalidação do diploma exigida pelo Ministério da Educação, nos termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

3.7 Haver completado a idade mínima de dezoito anos.

3.8 Apresentar aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, verificada por meio de exames pré-admissionais, nos termos do artigo 14, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

3.9 O atendimento a cada um dos requisitos acima é de responsabilidade exclusiva do candidato.

3.10 Será excluído do Concurso o candidato que não atender a qualquer dos requisitos acima enumerados ou que, quando for o caso, não obtiver a autorização de que trata o subitem 5.4.1 deste Edital.

4 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICÊNCIA

4.1 Do total de vagas destinadas ao cargo, 5% serão providas na forma do artigo 37, VIII, da Constituição Federal, do artigo 5.°, § 2.°, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

4.1.1 O candidato que se declarar portador de deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

4.2 Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá:

a) no ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência e estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e de que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação no estágio probatório; e

b) encaminhar laudo médico original ou cópia simples, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência, na forma do subitem 4.2.1.

4.2.1 O candidato portador de deficiência deverá entregar, até o dia **18 de fevereiro de 2008**, das 8 horas às 19 horas (exceto sábado, domingo e feriado), pessoalmente ou por terceiro, o laudo médico (original ou cópia simples) a que se refere a alínea “b” do subitem 4.2, na Central de Atendimento do CESPE/UnB, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, mezanino – Asa Norte, Brasília/DF.

4.2.1.1 O candidato poderá, ainda, encaminhar o laudo médico (original ou cópia simples), via SEDEX, postado impreterivelmente até o dia **18 de fevereiro de 2008**, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB – Concurso IRBr Diplomata 2008 (laudo médico), *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, mezanino – Asa Norte, Brasília/DF, Caixa Postal 4488, CEP 70904-970.

4.2.2 O fornecimento do laudo médico (original ou cópia simples), por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O CESPE/UnB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada do laudo a seu destino.

4.3 O candidato portador de deficiência poderá requerer, na forma do subitem 5.4.9 deste Edital, atendimento especial, no ato da inscrição, para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas, conforme previsto no artigo 40, parágrafos 1.º e 2.º, do Decreto n.º 3.298/99 e suas alterações.

4.4 O laudo médico (original ou cópia simples) terá validade somente para este Concurso público e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias desse laudo.

4.4.1 A relação dos candidatos que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de portadores de deficiência será publicada no *Diário Oficial da União* e divulgada na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008, no Edital de locais e horário de realização da Prova Objetiva.

4.4.1.1 O candidato disporá de um dia a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar as razões do indeferimento, pessoalmente ou por meio de fax, *e-mail* ou via SEDEX, citados no subitem 14.5.1 deste Edital. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

4.5 A inobservância do disposto no subitem 4.2 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tal condição e o não-atendimento às condições especiais necessárias.

4.6 Os candidatos que, no ato da inscrição, declararem-se portadores de deficiência, se aprovados e classificados no Concurso, terão seus nomes publicados em lista à parte e, caso obtenham classificação necessária, figurarão também na lista de classificação geral.

4.7 Os candidatos que se declararem portadores de deficiência, aprovados e classificados no Concurso Público, deverão submeter-se à perícia médica promovida pela Junta Médica designada pelo Diretor do Instituto Rio Branco, que verificará sobre a sua qualificação como portador de deficiência ou não, bem como sobre o grau de deficiência incapacitante para o exercício do cargo, nos termos do artigo 43 do Decreto n.º 3.298/99 e suas alterações.

4.8 Os candidatos deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), conforme especificado no Decreto n.º 3.298/99 e suas alterações, bem como à provável causa da deficiência.

4.9 A não-observância do disposto no subitem 4.8, a reprovação na perícia médica ou o não-comparecimento à perícia acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

4.10 O candidato portador de deficiência reprovado na perícia médica por não ter sido considerado deficiente, caso seja aprovado no Concurso, figurará na lista de classificação geral.

4.11 O candidato portador de deficiência reprovado na perícia médica em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será eliminado do Concurso.

4.12 As vagas definidas no subitem 4.1 que não forem providas por falta de candidatos portadores de deficiência aprovados serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

5 DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO

5.1 As inscrições poderão ser efetuadas somente via Internet, conforme procedimentos especificados a seguir.

5.1.1 TAXA DE INSCRIÇÃO: R$ 120,00.

5.1.2 Será admitida a inscrição exclusivamente via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008, solicitada no período entre **10 horas do dia 14 de janeiro de 2008** e **23 horas e 59 minutos do dia 14 de fevereiro de 2008**, horário oficial de Brasília/DF.

5.1.3 O CESPE/UnB não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

5.1.4 O candidato poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU COBRANÇA).

5.1.4.1 A GRU estará disponível no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008 e deverá ser impressa para o pagamento da taxa de inscrição **imediatamente** após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição *online*.

5.1.4.2 A GRU COBRANÇA pode ser paga em qualquer banco, bem como nas lotéricas e Correios, obedecendo aos critérios estabelecidos nesses correspondentes bancários.

5.1.5 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia **15 de fevereiro de 2008**.

5.1.6 As inscrições somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.

5.2 O comprovante de inscrição do candidato estará disponível no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008, após o acatamento da inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

5.3 Informações complementares acerca da inscrição estarão disponíveis no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008.

5.4 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

5.4.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. No momento da inscrição, o candidato deverá optar pela cidade de provas e pela segunda língua estrangeira – Alemão, Árabe, Chinês (Mandarim), Espanhol, Francês, Japonês ou Russo – para efeito de realização da prova da Quarta Fase. Uma vez efetivada a inscrição não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.

5.4.1.1 O candidato que tiver cônjuge de nacionalidade estrangeira será inscrito condicionalmente no Concurso e sua eventual aprovação só será válida se obtiver a autorização do Ministro de Estado das Relações Exteriores ou do Presidente da República, conforme o caso, a que se referem, respectivamente, o artigo 33, § 3.º, e o artigo 34, § 3.º, da Lei n.º 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Esta exigência aplica-se também ao(a) candidato(a) casado(a) com estrangeira(o), cuja separação judicial ainda não tenha transitado em julgado.

5.4.2 É vedada a inscrição condicional (salvo o disposto no subitem 5.4.1.1), a extemporânea, a via postal, a via fax ou a via correio eletrônico.

5.4.3 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros ou para outros concursos.

5.4.4 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

5.4.5 As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o CESPE/UnB e o IRBr do direito de excluir do Concurso Público aquele que não preencher o formulário de forma completa e correta.

5.4.6 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

5.4.7 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição.

5.4.8 O comprovante de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização das provas.

5.4.9 O candidato, portador de deficiência ou não, que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá indicar, na solicitação de inscrição, os recursos especiais necessários e, ainda, enviar, até o dia **18 de fevereiro de 2008**, impreterivelmente, via SEDEX, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB – Concurso IRBr Diplomata 2008 (laudo médico), *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), mezanino, ala norte – Asa Norte, Brasília/DF, Caixa Postal 4488, CEP 70904-970, laudo médico (original ou cópia simples) que justifique o atendimento especial solicitado. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior e nos que forem de interesse da Administração Pública. A solicitação de condições especiais será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

5.4.9.1 O laudo médico (original ou cópia simples) referido no subitem 5.4.9 poderá, ainda, ser entregue, até o dia **18 de fevereiro de 2008**, das 8 horas às 19 horas, pessoalmente ou por terceiro, na Central de Atendimento do CESPE/UnB, localizada no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, mezanino – Asa Norte, Brasília/DF.

5.4.9.2 O fornecimento do laudo médico (original ou cópia simples), por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O CESPE/UnB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada do laudo a seu destino.

5.4.9.3 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial para tal fim, deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas.

5.4.9.4 O laudo médico valerá somente para este Concurso, não será devolvido e não serão fornecidas cópias desse laudo.

5.4.9.5 A relação dos candidatos que tiveram o seu atendimento especial deferido será publicada no *Diário Oficial da União* e divulgada no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008, no Edital de locais e horário de realização da Prova Objetiva.

5.4.9.5.1 O candidato disporá de um dia a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar as razões do indeferimento pessoalmente ou por meio de fax, *e-mail* ou via SEDEX, citados no subitem 14.5.1 deste Edital.

5.4.10 O candidato deverá declarar, na solicitação de inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da posse.

6 DA PRIMEIRA FASE: PROVA OBJETIVA

6.1 A Prova Objetiva, de caráter eliminatório, abrangerá as seguintes disciplinas: Português, História do Brasil, História Mundial, Geografia, Política Internacional, Inglês, Noções de Direito e Direito Internacional Público e Noções de Economia.

6.2 **Data e horário**: a Prova Objetiva será aplicada no dia **9 de março de 2008**, em duas etapas: a primeira às **9 horas** (horário oficial de Brasília/DF), com duração de **3 horas**; e a segunda às **15 horas** (horário oficial de Brasília/DF), também com duração de **3 horas**.

6.2.1 Na data provável de **27 de fevereiro de 2008**, os locais de realização da Prova Objetiva serão publicados no *Diário Oficial da União,* divulgados na Internet, no endereço

eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.

6.2.2 O CESPE/UnB poderá enviar, como complemento às informações citadas no subitem anterior, comunicação pessoal dirigida ao candidato, por *e-mail* ou pelos Correios, sendo de sua exclusiva responsabilidade a manutenção/atualização de seu correio eletrônico e a informação de seu endereço completo e correto na solicitação de inscrição, o que não o desobriga do dever de observar o Edital a ser publicado, consoante o que dispõe o subitem 6.2.1 deste Edital.

6.3 Características: a Prova Objetiva será constituída de 65 questões objetivas.

6.3.1 As questões serão do tipo múltipla escolha e do tipo CERTO ou ERRADO**.**

6.3.2 Cada questão do tipo múltipla escolha terá cinco opções (A, B, C, D e E) e uma única resposta correta, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada questão deste tipo, cinco campos de marcação correspondentes às cinco opções: A, B, C, D e E, devendo o candidato preencher apenas aquele correspondente à resposta julgada correta, de acordo com o comando.

6.3.2.1 Para obter pontuação em cada questão de múltipla escolha, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos cinco campos da folha de respostas correspondentes às opções da questão.

6.3.3 Cada questão do tipo CERTO ou ERRADO será constituída de quatro itens. O julgamento de cada item será CERTO ou ERRADO, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada item, dois campos de marcação: o campo designado com o código **C**, que deve ser preenchido pelo candidato caso julgue o item CERTO, e o campo designado com o código **E**, que deve ser preenchido pelo candidato caso julgue o item ERRADO.

6.3.3.1 Para obter pontuação em cada item de cada questão do tipo CERTO ou ERRADO, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos dois campos da folha de respostas correspondentes a esse item.

6.3.4 O candidato deverá transcrever as respostas das questões da Prova Objetiva para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento será de inteira responsabilidade do candidato, que deve proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro de preenchimento do candidato.

6.3.5 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este Edital e/ou com as instruções contidas folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não-preenchido integralmente.

6.3.6 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de ter a correção de sua prova prejudicada pela impossibilidade de realização da leitura óptica.

6.3.7 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento de identidade.

6.3.8 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por agente do CESPE/UnB devidamente treinado.

6.3.9 O CESPE/UnB divulgará a imagem da folha de respostas dos candidatos que realizaram a Prova Objetiva, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008, após a data de divulgação do resultado final da Prova Objetiva. A referida imagem ficará disponível até quinze dias corridos da data de publicação do resultado final do Concurso Público.

6.3.9.1 Após o prazo determinado no subitem anterior, não serão aceitos pedidos de disponibilização da imagem da folha de respostas.

7 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

7.1 A folha de respostas será corrigida por meio de processamento eletrônico.

7.2 A nota em cada questão do tipo múltipla escolha, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 1,00 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,20 ponto negativo (menos vinte centésimos), caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00 (zero), caso não haja marcação ou caso haja mais de uma marcação.

7.3 A nota em cada item de cada questão do tipo CERTO ou ERRADO, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 0,25 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,25 ponto negativo (menos vinte e cinco centésimos), caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00 (zero), caso não haja marcação ou caso haja marcação dupla.

7.4 Para cada candidato, o cálculo da nota no conjunto das questões da Prova Objetiva será igual à soma algébrica das notas obtidas em todas as questões e os itens que o compõem.

7.5 Será eliminado do Concurso o candidato que obtiver nota inferior a 40% da pontuação máxima possível no conjunto das questões.

7.5.1 Os candidatos eliminados na forma do subitem 7.5 deste Edital não terão classificação alguma no Concurso.

7.5.2 Os candidatos não eliminados na forma do subitem 7.5 serão ordenados de acordo com os valores decrescentes das notas obtidas no conjunto das questões.

7.6 Para os candidatos não eliminados segundo o subitem 7.5.2 será calculada a nota final na Prova Objetiva (*NFP0*) como sendo igual à soma das notas obtidas no conjunto das questões.

7.7 Os candidatos serão ordenados de acordo com a soma das notas obtidas no conjunto das questões e os classificados até a 300.ª posição (20.ª posição para os portadores de deficiência), respeitados os empates na última colocação, serão considerados aprovados na Primeira Fase.

7.7.1 Os candidatos que não estiverem classificados até a 300.ª posição serão eliminados e não terão classificação alguma no Concurso.

7.8 Os candidatos aprovados na Primeira Fase serão convocados para a prova da Segunda Fase, em Edital a ser publicado no *Diário Oficial da União*, na data provável de **25 de março de 2008**, do qual constarão igualmente os locais de realização da prova.

7.9 Todos os cálculos citados neste Edital serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se para cima, se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a cinco.

8 DOS RECURSOS REFERENTES À PROVA OBJETIVA

8.1 Os gabaritos oficiais preliminares das questões da Prova Objetiva serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008, até as 18 horas da data provável de **11 de março de 2008**.

8.2 O candidato que desejar interpor recurso contra os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas disporá de dois dias úteis, a contar do dia subseqüente ao da divulgação

desses gabaritos, no horário das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF), ininterruptamente, conforme datas determinadas nesses gabaritos.

8.3 Para recorrer contra os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas, o candidato deverá utilizar os modelos de formulários disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso (http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008), e seguir as instruções ali contidas.

8.4 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo na elaboração de seu recurso. Serão preliminarmente indeferidos recursos extemporâneos, inconsistentes e/ou fora de qualquer uma das especificações estabelecidas neste Edital ou em outros editais que vierem a ser publicados no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

8.5 O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que o identifique, sob pena de ser preliminarmente indeferido.

8.6 Se do exame de recursos resultar anulação de questão ou de item de questão integrante da prova, a pontuação correspondente a essa questão ou ao item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de questão ou de item de questão integrante da prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.7 Todos os recursos serão analisados e as justificativas das alterações de gabarito serão divulgadas no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008 no momento da divulgação do gabarito definitivo. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

8.8 Não será aceito recurso via postal, via fax e/ou via correio eletrônico ou entregue fora do prazo.

8.9 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recurso ou de recurso de gabarito oficial definitivo, bem como recurso contra o resultado final nas demais fases.

8.10 Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.

9 DA SEGUNDA FASE: PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS

9.1 **Data e horário**: a prova escrita de Português será aplicada no dia **30 de março de 2008**, às **14 horas** (horário oficial de Brasília/DF), nos locais determinados pelo Edital de convocação a que se refere o item 7.8. Esta prova terá a duração de **5 horas**.

9.2 **Características**: a prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 600 a 650 palavras (valor: 60 pontos), e de dois exercícios de interpretação de textos, com a extensão de 100 a 150 palavras cada um (valor de cada exercício: 20 pontos). A redação e os exercícios de interpretação textual terão por base textos extraídos da bibliografia obrigatória constante do programa da prova de Português, que integra o Anexo deste Edital.

9.3 Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido de 600. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem.

9.4 O candidato que entregar a redação ou algum dos exercícios em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida estará eliminado e não terá sua prova corrigida.

9.5 **Aprovação**: serão considerados aprovados na Segunda Fase do Concurso os candidatos que obtiverem, em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem), a nota mínima de 60 (sessenta) pontos na prova de Português.

9.6 **Resultado**: o resultado provisório da Segunda Fase será anunciado na sede do IRBr, em Brasília, às **16 horas** (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de **6 de maio**

de 2008, e divulgado via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008, até as 20 horas desse mesmo dia.

9.7 **Recursos**: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório na Segunda Fase serão divulgados quando da publicação deste resultado.

9.7.1 O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Segunda Fase, será anunciado até as **18 horas** (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de **21 de maio de 2008**, na sede do IRBr, em Brasília, e enviado para publicação no *Diário Oficial da União*, em Edital que convocará os candidatos aprovados para as provas da Terceira Fase do Concurso.

10 DA TERCEIRA FASE: PROVAS ESCRITAS DE HISTÓRIA DO BRASIL, DE GEOGRAFIA, DE POLÍTICA INTERNACIONAL, DE INGLÊS, DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E DE NOÇÕES DE ECONOMIA.

10.1 A Terceira Fase constará de seis provas escritas, a serem realizadas de acordo com o seguinte calendário:

- data provável de **24 de maio de 2008**: História do Brasil;
- data provável de **25 de maio de 2008**: Geografia;
- data provável de **31 de maio de 2008**: Política Internacional;
- data provável de **01 de junho de 2008**: Inglês;
- data provável de **07 de junho de 2008**: Noções de Direito e Direito Internacional Público;
- data provável de **8 de junho de 2008**: Noções de Economia.

10.2 As provas da Terceira Fase terão a duração de **4 horas** cada uma, com início às 9 horas (horário oficial de Brasília/DF).

10.3 Características referentes às provas da Terceira Fase:

10.3.1 As provas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia consistirão, cada uma, de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma, totalizando, assim, 100 (cem) pontos para cada prova.

10.3.1.1 Nas provas de História do Brasil, de Geografia e de Política Internacional, as respostas às duas questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas, e as respostas às duas questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

10.3.1.2 Nas provas de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia, as respostas às duas questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas, e as respostas às duas questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

10.3.2 A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de três partes: versão de um ou mais textos (valor: 25 pontos); tradução de um ou mais textos (valor: 25 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor: 50 pontos).

10.3.2.1 Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido de 350. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.

10.4 O candidato que não comparecer a uma das seis provas, ou entregar uma prova em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida, estará eliminado e não terá qualquer das provas corrigidas.

10.5 **Aprovação**: serão considerados aprovados na Terceira Fase do Concurso os candidatos que tenham alcançado a nota mínima de 300 (trezentos) pontos na soma das pontuações obtidas nas seis provas desta fase.

10.6 **Resultado**: o resultado provisório das provas da Terceira Fase será anunciado, na sede do IRBr, em Brasília, às 16 horas (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de **25 de junho de 2008**, e divulgados via Internet até as 20 horas do mesmo dia.

10.7 **Recursos**: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório na Terceira Fase serão divulgados quando da publicação desse resultado.

10.8 O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Terceira Fase, será anunciado até as 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) da data provável de **8 de julho de 2008**, na sede do IRBr, em Brasília, e enviado para publicação no *Diário Oficial da União*.

11 DA QUARTA FASE: PROVA ESCRITA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA, CONFORME OPÇÃO DO CANDIDATO

11.1 A Quarta Fase constará de prova escrita de língua estrangeira (Alemão, Árabe, Mandarim, Espanhol, Francês, Japonês ou Russo), de caráter exclusivamente classificatório, com o valor de 50 (cinqüenta) pontos.

11.2 A prova da Quarta Fase será realizada na data provável de **8 de junho de 2008**, às 16 horas (horário oficial de Brasília/DF), e terá a duração de 2 horas.

11.3 Todos os candidatos aprovados na Segunda Fase deverão fazer a prova da Quarta Fase, conforme opção feita no ato de inscrição (*vide* subitem 5.4.1 deste Edital).

11.3.1 Apenas os candidatos aprovados na Terceira Fase terão corrigidas suas provas da Quarta Fase.

11.4 O candidato que não comparecer à prova da Quarta Fase, ou que a entregar em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida, estará eliminado do Concurso.

11.5 A prova da Quarta Fase constará de questões de compreensão de texto(s) na língua escolhida pelo candidato. As respostas deverão ser dadas na mesma língua.

11.6 **Resultado**: o resultado provisório da prova da Quarta Fase será anunciado, na sede do IRBr, em Brasília, às 16 horas (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de **9 de julho de 2008**, e divulgados via Internet até as 20 horas do mesmo dia.

11.7 **Recursos**: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório da Quarta Fase serão divulgados quando da publicação desse resultado.

11.8 O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Quarta Fase, será anunciado até as 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) da data provável de **16 de julho de 2008**, na sede do IRBr, em Brasília, e enviado para publicação no *Diário Oficial da União*.

12 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL NO CONCURSO

12.1 A nota final no Concurso será a igual à soma das notas obtidas nas provas da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases.

12.2 A classificação final no Concurso, que determinará a ordem de ingresso dos aprovados na classe inicial da Carreira de Diplomata, corresponderá à ordem decrescente das respectivas notas finais.

12.3 O resultado final do Concurso será divulgado na Internet e publicado no *Diário Oficial da União* na data provável de **17 de julho de 2008**.

13 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

13.1 Em caso de empate na nota final no Concurso, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

a) tiver idade superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição nesta seleção, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;

b) obtiver a maior nota na prova escrita de Português;

c) obtiver a maior soma de notas nas seis provas da Terceira Fase;

d) obtiver a maior nota na Prova Objetiva.

13.1.1 Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 **Aceitação das normas deste Edital**: o requerimento de inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada a qualquer momento, por decisão do Diretor do IRBr, publicada no *Diário Oficial da União*. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

14.2 O Guia de Estudos para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata 2008 estará disponível a partir do dia 21 de janeiro de 2008, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008. Sua leitura é obrigatória e de caráter complementar a este Edital.

14.3 Os programas das provas da Segunda e da Terceira Fases do Concurso estão detalhados no Anexo deste Edital.

14.4 Não serão fornecidas, por telefone, informações a respeito de locais e de horários de aplicação das provas, informações quanto à posição do candidato no Concurso, bem como não será expedido qualquer documento comprobatório de sua classificação, valendo, para esse fim, a publicação da homologação do Concurso.

14.4.1 O candidato deverá observar rigorosamente os comunicados e os editais a serem publicados no *Diário Oficial da União* e divulgados na Internet, nos endereços eletrônicos http://www.irbr.mre.gov.br e http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008.

14.5 O candidato poderá obter informações referentes à Prova Objetiva junto à Central de Atendimento do CESPE/UnB, localizada no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, mezanino, Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 3448 0100 ou via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2008, ressalvado o disposto no subitem 14.4 deste Edital.

14.5.1 O candidato que desejar relatar ao CESPE/UnB fatos ocorridos durante a realização do Concurso deverá fazê-lo à Central de Atendimento do CESPE/UnB, postar correspondência para a Caixa Postal 4488, CEP 70904-970; encaminhar mensagem pelo fax de número (61) 3448 0110; ou enviá-la para o endereço eletrônico sac@cespe.unb.br.

14.6 Não serão identificadas, para efeito de correção, as provas da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases.

14.6.1 As provas da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases serão identificadas em público no momento do anúncio dos resultados.

14.7 Os candidatos terão direito à vista das provas e poderão interpor recurso contra os resultados provisórios da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases, observadas as seguintes condições:

a) os recursos serão solicitados em formulário próprio, fornecido pelo IRBr;

b) só será aceito requerimento de recurso fundamentado, que indique precisamente as questões e os pontos em que o candidato se sentir prejudicado;

c) respeitada a fundamentação dos recursos, caberá ao Diretor do IRBr deferi-los para a consideração da Banca Examinadora;

d) o julgamento dos recursos terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva.

14.8 A legibilidade é condição indispensável para a correção de todas as provas.

14.9 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de uma hora do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta preta, de comprovante de inscrição ou do Boletim Informativo e de documento de identidade original.

14.10 Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

14.11 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997).

14.11.1 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidão de nascimento, CPF, título de eleitor, carteira de motorista (modelo antigo), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

14.12 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, noventa dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

14.12.1 A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

14.13 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 14.11 deste Edital, será automaticamente excluído do Concurso.

14.14 Será eliminado do Concurso o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira e/ou borracha.

14.14.1 O CESPE/UnB recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos citados no subitem anterior, no dia de realização das provas.

14.14.2 O IRBr e o CESPE/UnB não se responsabilizarão por perda ou extravio de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas.

14.15 O candidato deverá permanecer **obrigatoriamente** no local de realização das provas por, no mínimo, uma hora após o início das provas**.**

14.15.1 A inobservância do subitem anterior acarretará a não-correção das provas e, conseqüentemente, a eliminação do candidato no Concurso Público.

14.16 O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de provas e a folha de rascunho, que é de preenchimento facultativo, no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.

14.16.1 Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do Concurso o candidato que, durante a sua realização:

a) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;

b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos ou que se comunicar com outro candidato;

c) for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira e/ou borracha;

d) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;

e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;

f) recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;

g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;

h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas e/ou o caderno de respostas das questões discursivas;

i) descumprir as instruções contidas no caderno de provas, na folha de respostas ou no caderno de respostas das questões discursivas;

j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

k) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público;

l) não permitir a coleta de sua assinatura e/ou de sua impressão digital;

14.17 Exige-se traje apropriado nos dias de realização das provas.

14.18 Não será admitido o ingresso de candidatos nos locais de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

14.19 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, fora da data e do local predeterminados em Edital e/ou em comunicado.

14.20 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não-comparecimento a qualquer das provas implicará a eliminação automática do candidato.

14.21 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento de candidato da sala de provas.

14.22 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e ele será eliminado do Concurso.

14.23 No dia de realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

14.24 O prazo de validade do Concurso será de noventa dias, a contar da data de publicação do resultado final, sem possibilidade de prorrogação.

14.25 O candidato deverá manter atualizado seu endereço no CESPE/UnB, por meio de requerimento, e no IRBr, enquanto estiver participando do Concurso. São de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não-atualização de seu endereço.

14.26 Concomitantemente à divulgação do resultado final do Concurso, os candidatos serão convocados para se submeterem a exame pré-admissional, conforme subitem 3.8.

14.27 Os casos omissos serão resolvidos pelo IRBr, com a colaboração do CESPE/UnB quando necessário.

FERNANDO GUIMARÃES REIS

ANEXO

NOTA: A fim de facilitar a consulta por parte do candidato, os programas mencionados no subitem 14.3 do Edital constam deste Guia de Estudos nas seções de orientação para o estudo referentes a cada disciplina, razão pela qual não se reproduz neste ponto o ANEXO do Edital.

PORTARIA Nº 336, DE 30 DE MAIO DE 2003

Revoga Portaria de 01 de novembro de 1995, que regulamenta o Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase, PROFA-I, e institui novo regulamento para incorporar modificações decorrentes da implantação do Mestrado em Diplomacia do Instituto Rio Branco no processo de formação dos diplomatas.

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, tendo em vista o disposto nas Leis nº 70501, de 27 de junho de 1986, especialmente em seus artigos 38 e 39, parágrafos únicos, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o Decreto de 14 de setembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1995, resolve revogar Portaria de 01 de novembro de 1995 e estabelecer o seguinte regulamento para o Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase (PROFA-I), doravante denominado Curso de Formação do Instituto Rio Branco:

Regulamento do Curso de Formação do Instituto Rio Branco

Capítulo I

Das finalidades e duração

Art. 1º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco tem por finalidade a avaliação das aptidões e capacidade de funcionário nomeado para o cargo inicial da carreira de diplomata do Serviço Exterior, durante o estágio probatório de que trata o art. 8º da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986.

Art. 2º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco compreende as atividades de formação e desempenho funcional, a serem coordenadas pelo Instituto Rio Branco (IRBr).

Art. 3º Considerando a natureza da carreira diplomática, poderão ser utilizados como instrumentos de formação e aperfeiçoamento trabalhos práticos, exercícios, preleções, exames, debates em seminários, monografias, treinamento, visitas a Estados da Federação e demais atividades que programe o Diretor do IRBr.

Art. 4º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco começará no máximo 30 (trinta) dias após a nomeação dos aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, e terá a duração de quatro períodos consecutivos, assim distribuídos:

a) os dois primeiros períodos, de não mais do que 20 semanas cada um, darão ênfase a atividades indispensáveis à formação e ao aperfeiçoamento do funcionário nomeado, a luz das necessidades da carreira diplomática;

b) os dois últimos períodos compreenderão cursos de aperfeiçoamento e dedicação à pesquisa ou prática diplomática;

c) os estágios regulares no exterior serão realizados somente pelos alunos do Mestrado em Diplomacia, após a apresentação ou a aprovação das dissertações, e terão duração de até seis meses;

d) a distribuição dos estagiários por postos será feita preferencialmente por ordem de classificação nos exames de qualificação no Mestrado;

e) a designação de estágio no exterior em determinada missão ou instituição poderá se

condicionada à elaboração de dissertação de Mestrado sobre tema específico.

Art. 5º O funcionário não se poderá recusar a tomar parte ou submeter-se a quaisquer dos instrumentos e atividades de formação e aperfeiçoamento acima mencionados.

Capítulo II
Da avaliação

Art.6º A avaliação das atividades do Curso de Formação do Instituto Rio Branco ficará a cargo do IRBr e das Chefias imediatas.

Art. 7º O funcionário nomeado e dedicado à prática diplomática será avaliado segundo critérios de produtividade, assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa e responsabilidade.

Parágrafo Único – Na aferição desses critérios, serão considerados obrigatoriamente a proficiência nos instrumentos de formação e aperfeiçoamento, bem como o desempenho profissional, a conduta pessoal e a integração com a carreira;

Art. 8º A avaliação semestral, de que trata o art. 10, § 2º, alínea a, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, anexo ao Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, com as alterações aprovadas pelo Decreto de 14 de setembro de 1995, acima citado, e as alterações subsequentes, será graduada por notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), e por conceitos de “satisfatório” ou “insatisfatório”;

a) a média das notas do período será considerada suficiente se igualar ou superar 60 (sessenta) em cada atividade considerada obrigatória;

b) os conceitos serão também emitidos ao final de cada período;

c) em caso de insuficiência de notas ou de avaliação de “insatisfatório”, o funcionário será notificado formalmente pelo Diretor do IRBr.

d) Só será admitida uma notificação; e

e) Na eventualidade de uma segunda notificação, que poderá comprometer a confirmação no Serviço Exterior do funcionário nomeado, o Secretário Geral das Relações Exteriores designará Comissão de três diplomatas – composta pelo Diretor do IRBr e de dois outros dentre os Ministros de Segunda Classe e Conselheiros da carreira de diplomata – para examiná-la.

Art. 9º Os relatórios relativos aos períodos de avaliação, a serem submetidos pelo Diretor do Instituto Rio Branco ao Secretário Geral das Relações Exteriores, nos termos do Decreto de 14 de setembro de 1995, § 2, alínea b, acima citado, e as alterações subseqüentes, incluirão as notas e os conceitos conferidos e, se for o caso, as notificações.

CELSO AMORIM

Orientação para estudo

(inclui: programas e bibliografias para as provas do Concurso,
além de exemplos de provas do Concurso anterior)

PROVA OBJETIVA

A prova objetiva, de caráter eliminatório, visa a testar, de modo amplo, a capacidade de compreensão e a cultura dos candidatos, com base nos programas das provas discursivas que consituem a segunda e a terceira fases do Concurso e no programa de História Mundial estabelecido pelo edital reproduzido neste Guia de Estudos.

No Concurso de 2008, a prova objetiva será constituída de 65 questões objetivas de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia. Em virtude do caráter interdisciplinar da prova, uma questão poderá contemplar conhecimentos relativos a mais de uma disciplina.

*

PORTUGUÊS

A prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 600 a 650 palavras (valor: 60 pontos), e de dois exercícios de interpretação de textos, com a extensão de 100 a 150 palavras cada um (valor de cada exercício: 20 pontos). A redação e os exercícios de interpretação textual terão por base textos extraídos da bibliografia obrigatória constante do programa abaixo.

Programa:

1 Língua Portuguesa: modalidade culta usada contemporaneamente no Brasil. Sistema gráfico: ortografia, acentuação e pontuação; legibilidade. Morfossintaxe. Semântica. Vocabulário.

2 Leitura e produção de textos. Compreensão, interpretação e análise crítica de textos em língua portuguesa. Conhecimentos de Lingüística, Literatura e Estilística: funções da linguagem; níveis de linguagem; variação lingüística; gêneros e estilos textuais; textos literários e não-literários; denotação e conotação; figuras de linguagem; estrutura textual. Redação de textos dissertativos dotados de fundamentação conceitual e factual, consistência argumentativa, progressão temática e referencial, coerência, objetividade, precisão, clareza, concisão, coesão textual e correção gramatical. Defeitos de conteúdo: descontextualização, generalização, simplismo, obviedade, paráfrase, cópia, tautologia, contradição. Vícios de linguagem e estilo: ruptura de registro lingüístico, coloquialismo, barbarismo, anacronismo, rebuscamento, redundância e linguagem estereotipada.

Bibliografia obrigatória: ANDRADE, Carlos Drummond de. **Claro Enigma**. ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**. PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. ---. **São Bernardo**. RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**.

Bibliografia sugerida:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1999.

Atualizado em http://www.academia.org.br/vocabulario

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2004. (versão impressa e eletrônica).

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. **Manual de expressão oral e escrita**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CUNHA, Celso e CINTRA, L. F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário de regimes de substantivos e adjetivos**. 25. ed. São Paulo: Globo, 2000.

______. Dicionário de verbos e regimes. 44. ed. São Paulo: Globo, 2001.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 21. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.

______. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0. Dez – 2001.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Introdução à lingüística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KURY, Adriano da Gama. **Ortografia, pontuação e crase**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SAVIOLI, Francisco e FIORIN, José Luiz. **Manual do Candidato – Português**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.

VANOYE, Francis. **Usos da Linguagem**. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WILSON, John. **Pensar com conceitos**. Trad. Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Orientação para a prova de Português

A prova de Português afere o domínio, por parte do candidato, da norma culta na modalidade escrita da língua portuguesa, sua competência de leitura e análise críticas, bem como a capacidade de síntese e de organização de idéias.

A prova apresenta textos curtos – extraídos da bibliografia obrigatória acima reproduzida – , que servem de base para uma redação (com o valor de 60 pontos) sobre tema suscitado pelos textos e para dois exercícios de interpretação (com o valor de 20 pontos cada um). O apoio em textos propicia subsídios ao candidato, visando evitar que deixe de escrever por falta de motivação ou informação acerca do objeto temático.

Produto do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo concurso, a **redação** deve revelar a maturidade intelectual do candidato. Este deverá demonstrar pensamento crítico, proveniente da capacidade de incorporar e inter-relacionar leituras prévias, sem afastar-se do tema proposto. Será avaliada a habilidade do candidato de redigir dissertação coerente e coesa, que exponha – com fluência e adequação – informações e argumentos fundamentados e logicamente encadeados. A aplicação de fórmulas prontas, fruto de adestramento precário e simplista, é enfaticamente desaconselhada.

As **questões de interpretação** devem ser respondidas de forma direta e objetiva, o que não desobriga o candidato de estruturar sua resposta, elaborando texto coerente, apoiado em raciocínio sólido. São critérios de avaliação nessas questões a objetividade, a precisão, a clareza e a concisão, além naturalmente do correto uso da língua portuguesa.

O candidato deverá obedecer aos limites de extensão definidos nos comandos das questões. Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,2 pontos para cada palavra que faltar para atingir o total exigido de 600. Será atribuída nota zero à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação zero na avaliação da correção gramatical.

A legibilidade é condição indispensável para a correção da prova escrita de Português e critério de apenação do candidato. São aceitos o uso de letra de forma (ou “letra maiúscula manuscrita”), respeitada a distinção entre maiúsculas e minúsculas, e as rasuras legíveis (“risco feito para tornar inválidas ou ilegíveis palavras ali contidas, ou substituí-las por outras”).

Prova de 2007

Parte I – Redação

Texto I

[...] Cada criatura humana traz duas almas consigo: uma que olha de dentro para fora, outra que olha de fora para dentro... [...] Há casos, por exemplo, em que um simples botão de camisa é a alma exterior de uma pessoa; — e assim também a polca, o voltarete, um livro, uma máquina, um par de botas, uma cavatina, um tambor, etc. Está claro que o ofício dessa segunda alma é transmitir a vida, como a primeira; as duas completam o homem, que é, metafisicamente falando, uma laranja. Quem perde uma das metades, perde naturalmente metade da existência; e casos há, não raros, em que a perda da alma exterior implica a da existência inteira. [...]

Machado de Assis. **O Espelho**. In: Papéis Avulsos. Rio de Janeiro, Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2000, p. 164.

Texto II

[...] É bem provável que o brasileiro comece a surgir e a reconhecer-se a si próprio mais pela percepção de estranheza que provoca no lusitano, do que por sua identificação como membro das comunidades socioculturais novas, porventura também porque desejoso de remarcar sua diferença e superioridade frente aos indígenas. [...]

O primeiro brasileiro consciente de si foi, talvez, o mameluco, esse brasilíndio mestiço na carne e no espírito, que, não podendo identificar-se com os que foram seus ancestrais americanos — que ele desprezava —, nem com os europeus — que o desprezavam —, e sendo objeto de mofa dos reinóis e dos luso-nativos, via-se condenado à pretensão de ser o que não era nem existia: o brasileiro.

Através dessas oposições e de um persistente esforço de elaboração de sua própria imagem e consciência como correspondentes a uma entidade étnico-cultural nova, é que surge, pouco a pouco, e ganha corpo a brasilianidade. [...]

Darcy Ribeiro. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 127-128.

Texto III

[...] Quando se fez a propaganda republicana, julgou-se, é certo, introduzir, com o novo regime, um sistema mais acorde com as supostas aspirações da nacionalidade: o país ia viver finalmente por si, sem precisar exibir, só na América, formas políticas caprichosas e antiquadas; na realidade, porém, foi ainda um incitamento negador o que animou os propagandistas: o Brasil devia entrar em novo rumo, porque "se envergonhava" de si mesmo, de sua realidade biológica. Aqueles que pugnaram por uma vida nova representavam, talvez, ainda mais do que seus antecessores, a idéia de que o país não pode crescer pelas suas

próprias forças naturais: deve formar-se de fora para dentro, deve merecer a aprovação dos outros. [...]

Sérgio Buarque de Holanda. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1984. 18.ª ed., p. 125.

Elabore dissertação com base na analogia entre as idéias expostas nos textos I, II e III.

Extensão: de 600 a 650 palavras
(valor: 60 pontos)

Luiz Fernando Deo Evangelista (52,5/60)

O processo de formação da identidade cultural brasileira não aconteceu de forma rápida e uniforme. Ao longo de mais de cinco séculos, desde o descobrimento do Brasil, houve instalação de projetos específicos em cada fase da história nacional, determinando modelos culturais variados, que atendiam aos objetivos particulares dos colonizadores e, posteriormente, aos daqueles das classes dominantes. Com essa característica peculiar às colônias de exploração, a identidade nacional brasileira forjou-se lentamente, caracterizada, antes, pelo sentimento anti-lusitano e, muito tardiamente, por uma afirmação autônoma de brasilidade.

Enquanto a metrópole portuguesa empreendeu vultosa empresa mercantilista, orientada para o exclusivo colonial e para a transferência de riquezas da colônia para a Europa, as manifestações de unidade no povo brasileiro foram, deliberadamente, impedidas. Nessa época, a política dos colonizadores foi o controle de ameríndios e de escravos por meio da força e da religião, tentando articular o povo em consonância com o projeto colonial. É nesse momento da história pátria que as marcas da resistência se caracterizam pela luta contra lusitanos. A rebeldia dos indígenas contra a escravidão e a fuga dos escravos para os quilombos são exemplos de uma força identitária primordial, construída por meio da negação do outro.

A independência brasileira não provocou alterações significativas na estrutura sócio-econômica nacional e, conseqüentemente, na capacidade de o povo se afirmar, de forma autônoma, diante de si e de outras nações estrangeiras. Com o objetivo de consolidar o território e de manter a unidade física do país, o Império brasileiro acabou retardando o surgimento espontâneo de nacionalismo no Brasil, além de provocar receio, nas diversas repúblicas sul-americanas, por ser o único representante monárquico no continente. Mais uma vez, o Brasil se afirma, perante o ideal europeu, opondo-se aos vizinhos, oferecendo a ordem imperial contra o caudilhismo das ex-colônias espanholas.

Apesar de todos os constrangimentos para que genuína brasilidade surgisse de forma espontânea, podem-se observar, a partir do movimento literário romântico, da guerra contra o Paraguai e do lento mecanismo de troca do trabalho servil pelo assalariado, as bases do que, no Brasil, poder-se-ia chamar de construção da nacionalidade, em forma semelhante àquela que Eric Hobsbawn define como invenção das tradições. Como entre outros povos, a nação brasileira foi construída a partir do resgate do passado cultural comum e de projeto para o futuro, que tem sido perene até os dias atuais.

Esse movimento nacionalista, iniciado em meados do século XIX, aprofundou-se com a vitória dos republicanos, com a obra do Barão do Rio Branco, que procurou maior alinhamento dos ideais brasileiros aos do restante do continente americano, e com os artistas modernos de 1922, verdadeiros responsáveis pela gênese de literatura engajada a favor da

autonomia nacional. A partir do momento em que o povo brasileiro alcança liberdade e confiança em seu futuro, encontrando, paulatinamente, o caminho do desenvolvimento nacional, torna-se mais fácil reinterpretar a história por meio de novos métodos, que vão substituindo conceitos tradicionais, comprometidos com pensamento conservador e preconceituoso.

Essa revisão historiográfica brasileira pode ser encontrada na obra de Sérgio Buarque de Holanda e de Darcy Ribeiro. Esses autores, trabalhando por meio de abordagens científicas, juntam-se a outros prosadores clássicos, como Machado de Assis, eficaz explorador crítico da psique humana, para ajudar a construir o nacionalismo brasileiro. A contribuição desses intelectuais serve para que o nacional do Brasil não se envergonhe nem de suas origens mamelucas nem da influência racial africana.

Ainda que, no início do século XXI, o Brasil apresente herança cultural que determina, para o bem ou para o mal, o destino do povo, pode-se afirmar que a nação brasileira está consolidada. Ao contrário de se apresentar como negação da cultura e da identidade estrangeira, a inserção internacional do país é feita por meio de um povo orgulhoso de si, que se afirma por diversos espaços do domínio cultural, econômico e científico. O lento mecanismo de afirmação identitária permitiu a passagem segura de um povo que se afirmava contra a identidade alheia, para uma nação livre, democrática, cidadã e soberana.

Parte II – Interpretação de texto

— [...] assim como é de boa economia guardar um pão para a velhice, assim também é de boa prática social acautelar um ofício para a hipótese de que os outros falhem, ou não indenizem suficientemente o esforço da nossa ambição. É isto o que te aconselho hoje, dia da tua maioridade.

— Creia que lhe agradeço; mas que ofício, não me dirá?

— Nenhum me parece mais útil e cabido que o de medalhão. Ser medalhão foi o sonho da minha mocidade; faltaram-me, porém, as instruções de um pai, e acabo como vês, sem outra consolação e relevo moral, além das esperanças que deposito em ti. Ouve-me bem, meu querido filho, ouve-me e entende.

[...]

— E parece-lhe que todo esse ofício é apenas um sobressalente para os deficits da vida?

— Decerto; não fica excluída nenhuma outra atividade.

— Nem política?

— Nem política. Toda a questão é não infringir as regras e obrigações capitais. Podes pertencer a qualquer partido, liberal ou conservador, republicano ou ultramontano, com a cláusula única de não ligar nenhuma idéia especial a esses vocábulos, e reconhecer-lhe somente a utilidade do scibboleth* bíblico.

— Se for ao parlamento, posso ocupar a tribuna?

— Podes e deves; é um modo de convocar a atenção pública. Quanto à matéria dos discursos, tens à escolha: — ou os negócios miúdos, ou a metafísica política, mas prefere a metafísica. Os negócios miúdos, força é confessá-lo, não desdizem daquela chateza de bom-tom, própria de um medalhão acabado; mas, se puderes, adota a metafísica; — é mais fácil e mais atraente. Supõe que desejas saber por que motivo a 7.ª companhia de infantaria foi transferida de Uruguaiana para Canguçu; serás ouvido tão-somente pelo ministro da guerra, que te explicará em dez minutos as razões desse ato. Não assim a metafísica. Um discurso de metafísica política apaixona naturalmente os partidos e o público, chama os apartes e as respostas. E

depois não obriga a pensar e descobrir. Nesse ramo dos conhecimentos humanos tudo está achado, formulado, rotulado, encaixotado; é só prover os alforjes da memória. Em todo caso, não transcendas nunca os limites de uma invejável vulgaridade.
— Farei o que puder. Nenhuma imaginação?
— Nenhuma; antes faze correr o boato de que um tal dom é ínfimo.
— Nenhuma filosofia?
— Entendamo-nos: no papel e na língua alguma, na realidade nada. "Filosofia da história", por exemplo, é uma locução que deves empregar com freqüência, mas proíbo-te que chegues a outras conclusões que não sejam as já achadas por outros. Foge a tudo que possa cheirar a reflexão, originalidade, etc., etc.
— Também ao riso?
— Como ao riso?
— Ficar sério, muito sério...
— Conforme. Tens um gênio folgazão, prazenteiro, não hás de sofreá-lo nem eliminá-lo; podes brincar e rir
alguma vez. Medalhão não quer dizer melancólico. Um grave pode ter seus momentos de expansão alegre. Somente, — e este ponto é melindroso...
— Diga...
— Somente não deves empregar a ironia, esse movimento ao canto da boca, cheio de mistérios, inventado por algum grego da decadência, contraído por Luciano, transmitido a Swift e Voltaire, feição própria dos cépticos e desabusados. Não. Usa antes a chalaça, a nossa boa chalaça amiga, gorducha, redonda, franca, sem biocos, nem véus, que se mete pela cara dos outros, estala como uma palmada, faz pular o sangue nas veias, e arrebentar de riso os suspensórios. Usa a chalaça. Que é isto?
— Meia-noite.
— Meia-noite? Entras nos teus vinte e dois anos, meu peralta; estás definitivamente maior. Vamos dormir, que é tarde. Rumina bem o que te disse, meu filho. Guardadas as proporções, a conversa desta noite vale o Príncipe de Machiavelli. Vamos dormir.

Machado de Assis. Teoria do Medalhão. In: **Papéis Avulsos**. Rio de Janeiro, Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2000, p. 74-84.

* Nota explicativa – Scibboleth (ou Xibolet): conforme narrado em Juízes (12), a má pronúncia da palavra permitia identificar os inimigos.

O conto **Teoria do Medalhão**, de Machado de Assis, tem a forma de um diálogo, ao longo do qual o pai dá conselhos ao filho que completa sua maioridade. Interprete o fragmento acima, extraído desse conto, sem deixar de comentar a referência, no último parágrafo, à obra **O Príncipe**, de Maquiavel.

Extensão: de 100 a 150 palavras

Luiz Fernando Deo Evangelista (18/20)

Em seu conto "Teoria do Medalhão", Machado de Assis apresenta, criticamente, os conselhos de um pai para o filho que completa a maioridade. Observa-se o sonho burguês de se perpetuar no poder, mesmo que as atitudes necessárias para esse objetivo sejam moralmente questionáveis. Os ensinamentos paternos para que o filho se torne pessoa ilustre, não importando em que área de atuação, esforçando-se pelo conservadorismo nas idéias e nos atos, é forma irônica de Machado de Assis analisar a tradição da burguesia brasileira dezenovesca.

A referência final ao livro de Maquiavel é bastante pertinente ao objetivo crítico do autor. Elaborado em forma de conselhos, por meio dos quais o príncipe florentino deveria governar e manter-se no poder, os ensinamentos do escritor italiano coadunam-se com os do personagem paterno da obra de Machado e fundamentam-se na lógica de perpetuar o controle da cidade-estado, independentemente de constrangimentos morais.

Parte II – Exercício II

Cada literatura requer tratamento peculiar, em virtude dos seus problemas específicos ou da relação que mantém com outras. A brasileira é recente, gerou no seio da portuguesa e dependeu da influência de mais duas ou três para se constituir. [...]

[...] A nossa literatura é galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das Musas... Os que se nutrem apenas delas são reconhecíveis à primeira vista, mesmo quando eruditos e inteligentes, pelo gosto provinciano e falta do senso de proporções. Estamos fadados, pois, a depender da experiência de outras letras, o que pode levar ao desinteresse e até menoscabo das nossas. [...]

Antonio Candido**. Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981., 6.ª ed., p. 9-10.

Comente o texto acima, interpretando a propriedade da avaliação nele contida.

Extensão: de 100 a 150 palavras
(valor: 20 pontos)

Daniel Guilarducci Moreira Lopes (17,5/20)

*Na obra **Formação da Literatura Brasileira**, de Antonio Candido, encontra-se a tese de que a literatura brasileira ocupa espaço de menor vulto entre as principais representantes do cânone do Ocidente. Sua derivação da literatura portuguesa, bem como a fragmentação identificada em seu processo histórico de formação, provocariam, na literatura do País, incapacidade de apresentar continuidade de alto valor estético. Essa limitação poderia gerar falta de atratividade e até mesmo desprezo por parte da crítica e do público leitor.*

O rigor do teórico no julgamento da literatura nacional pode, entretanto, ser questionado. Sua avaliação não se apresenta, no contexto atual, como totalmente adequada. Tanto do ponto de vista artístico-literário, quanto no âmbito comercial, a literatura brasileira, em sua articulação entre escritores, obras e leitores, desperta interesse e apresenta-se como instrumento eficaz de representação da cultura do Brasil no cenário internacional.

*

HISTÓRIA DO BRASIL

A prova de História do Brasil consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

Programa:

1. O período colonial. A configuração territorial da América Portuguesa. O Tratado de Madri e Alexandre de Gusmão.
2. O processo de independência. Movimentos emancipacionistas. A situação política e econômica européia. O Brasil sede do Estado monárquico português. A influência das idéias liberais e sua recepção no Brasil. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
3. O Primeiro Reinado (1822-1831). A Constituição de 1824. Quadro político interno. Política exterior do Primeiro Reinado.
4. A Regência (1831-1840). Centralização versus Descentralização: reformas institucionais. (o Ato Adicional de 1834) e revoltas provinciais. A Dimensão Externa.
5. O Segundo Reinado (1840-1889). O Estado centralizado; mudanças institucionais; os partidos políticos e o sistema eleitoral; a questão da unidade territorial. Política externa: as relações com a Europa e Estados Unidos; questões com a Inglaterra; a Guerra do Paraguai. A questão da escravidão. Crise do Estado Monárquico. As questões religiosa, militar e abolicionista. Sociedade e Cultura: população, estrutura social, vida acadêmica, científica e literária. Economia: a agroexportação; a expansão econômica e o trabalho assalariado; as políticas econômico-financeiras; a política alfandegária e suas conseqüências.
6. A Primeira República (1889-1930). A proclamação da República e os governos militares. A Constituição de 1891. O regime oligárquico: a "política dos estados"; coronelismo; sistema eleitoral; sistema partidário; a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais. A economia agro-exportadora. A crise dos anos 1920: tenentismo e revoltas. A Revolução de 1930. A política externa: a obra de Rio Branco; o panamericanismo; a II Conferência de Paz da Haia (1907); o Brasil e a Grande Guerra de 1914; o Brasil na Liga das Nações. Sociedade e cultura: o Modernismo.
7. A Era Vargas (1930-1945). O processo político e o quadro econômico financeiro. A Constituição de 1934. A Constituição de 1937: o Estado Novo. O contexto internacional dos anos 1930 e 1940; o Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Industrialização e legislação trabalhista. Sociedade e cultura.
8. A República Liberal (1945-1964). A nova ordem política: os partidos políticos e eleições; a Constituição de 1946. Industrialização e urbanização. Política externa: relações com os Estados Unidos; a Guerra Fria; a "Operação Panamericana"; a "política externa independente"; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura.
9. O Regime Militar (1964-1985). A Constituição de 1967 e as modificações de 1969. O processo de transição política. A economia. Política externa: relações com os Estados Unidos; o "pragmatismo responsável"; relações com a América Latina, relações com a África; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura.
10. O processo democrático a partir de 1985. A Constituição de 1988. Partidos políticos e eleições. Transformações econômicas. Impactos da globalização. Mudanças sociais. Manifestações culturais. Evolução da política externa. Mercosul. O Brasil na ONU.

Bibliografia sugerida:

ALMINO, João & CARDIM, Carlos Henrique (Orgs.). **Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil**. Rio de Janeiro: EMC Edições/FUNAG, 2002.

BARBOSA, Carlos Alberto Leite. **Desafio Inacabado: A Política Externa de Jânio Quadros**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2007.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997.

CARONE, Edgar. **A República Velha**. São Paulo: DIFEL.

________. **A Segunda República**. São Paulo: DIFEL.

________. **A República Nova (1930-1937).** São Paulo: DIFEL. 1982.

________. **A Terceira República (1937-1945).** São Paulo: DIFEL. 1982.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem/Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1999.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. São Paulo: Globo/Publifolha, 2001. 2 v.

FAUSTO, Boris**. História Concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002.

FLORES, Moacyr. **Dicionário de História do Brasil.** Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Global, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Nacional, 2003.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil.** Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1995.

IGLESIAS, Francisco. **Trajetória Política do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996.

LINS, Álvaro. **Rio Branco (Barão do Rio Branco): biografia pessoal e história política**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1996.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**: **Da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003).** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

PENNA, Lincoln de Abreu. **República Brasileira.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

________. **A Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

Prova de 2007

Questão 1

A propósito dos partidos políticos liberal e conservador durante a Regência e a primeira década do Segundo Reinado, discorra sobre

a) o pensamento político dessas correntes partidárias; e
b) o impacto desse pensamento sobre a institucionalização do Estado.

Marina Guedes Duque (19/20)

A construção da ordem nacional durante o período imperial é largamente tributária do pensamento político e da ação das elites brasileiras. Uma vez desatadas as amarras coloniais, fazia-se necessário consolidar não só o Estado como também a nação brasileira, por meio do estabelecimento das fronteiras territoriais, da legitimação do governo central e da elaboração da identidade nacional. A esses fins dedicou-se a elite política imperial, responsável por lançar as bases da ordem que seria gradualmente consolidada nos governos seguintes.

De acordo com José Murilo de Carvalho, as profundas diferenças entre a trajetória política do Brasil independente e aquela de seus vizinhos hispano-americanos devem-se, em larga medida, à homogeneidade das elites políticas brasileiras. A formação comum nas faculdades de Direito de Coimbra e, posteriormente, nas de Recife-Olinda e São Paulo engendrou considerável uniformidade de pensamento em uma elite que constituía verdadeira "ilha de letrados em um mar de analfabetos". Essa formação educacional possuía caráter centralizador, ao procurar afastar-se da influência do liberalismo proveniente dos ideais napoleônicos.

A cultura política luso-brasileira, ademais, tendia a valorizar substancialmente o papel do Estado na formação nacional, à diferença do que ocorreu em países como os Estados Unidos e a Inglaterra. As atividades econômicas não tinham potencial suficiente para absorver a maioria dos bacharéis que se formavam; como conseqüência, as atividades política e burocrática constituíam destino principal das elites pensantes provenientes das faculdades de Direito. Em muitas ocasiões, desse modo, tanto a burocracia como o sistema político adquiririam interesses mais identificados com o Estado do que com elites econômicas específicas.

Além da formação acadêmica comum, os burocratas e os políticos seriam submetidos a uma formação profissional que tendia à uniformidade, como resultado da rotatividade de cargos e regiões de atuação. Embora houvesse algumas divergências dentro das elites – como demonstra a formação dos partidos liberal e conservador –, sobressai, portanto, a tendência à homogeneidade de pensamento e ação, na direção da centralização e da consolidação do Estado nacional. Somente um Estado forte seria capaz de manter o regime escravista, a despeito de pressões internacionais, e de defender alguns dos interesses das elites econômicas, ao mesmo tempo em que evitava o esfacelamento do território nacional ensaiado por diversas rebeliões regionais.

Os partidos políticos liberal e conservador compartilhavam, desse modo, a defesa do regime monárquico, cuja manutenção seria a origem de legitimidade do Brasil independente e havia permitido uma transição relativamente calma do poder colonial, ao conter tanto

inovações como continuidades. A monarquia brasileira distinguir-nos-ia das repúblicas hispano-americanas, não só aos olhos dos europeus, como também no pensamento das elites nacionais. A política externa do período, assim, teria caráter eurocêntrico, como demonstram as discussões no âmbito do Conselho de Estado, ao mesmo tempo em que continha certo desprezo pelos vizinhos sul-americanos, associados à instabilidade e ao caudilhismo.

Os dois partidos também possuíam visões semelhantes no que concerne à necessidade de centralização do poder, ainda que discordassem quanto ao grau de fortalecimento do Estado central. O partido liberal formou-se como reação ao "autoritarismo" de D. Pedro I, cujo governo caracterizou-se pela ampla utilização das prerrogativas do Poder Moderador. Durante o período regencial, dessa forma, o Ato Adicional de 1834 fomentou a descentralização política, por meio da extinção do Conselho de Estado e do Poder Moderador; e da delegação às províncias regionais de poderes do governo central, como os de formar exércitos e contrair empréstimos no exterior.

A Regência, no entanto, caracterizou-se pelo auge da instabilidade política. O partido conservador, por conseguinte, consolidou-se em reação às medidas descentralizadoras, principalmente após 1838. Com o intuito de evitar o "regresso" conservador, os liberais promoveram o Golpe da Maioridade, que terminou por satisfazer ambas as partes, ao permitir o encerramento das instabilidades regionais com a Revolta Praieira, atribuir maior legitimidade e poder à administração central, e preparar o caminho para o soerguimento econômico do país.

O pensamento político das elites imperiais possuía, portanto, alto grau de homogeneidade, com a exceção de algumas divergências de caráter específico, como a relativa ao grau de centralização. Vale ressaltar, por fim, que a constante interação das elites e o contínuo revezamento dos partidos liberal e conservador no poder permitiu, na maior parte do período considerado, a conciliação em torno do objetivo comum de institucionalizar o Estado brasileiro. A conjunção desses fatores, assim, propiciou a construção da ordem no Brasil e a manutenção da unidade territorial nacional.

<u>Questão 2</u>

A agroexportação foi característica marcante do modelo econômico vigente no Brasil oligárquico. A esse respeito, comente:

a) o peso do café na economia brasileira durante a República Velha; e

b) as razões para a adoção das políticas de valorização do café nesse período.

Maurício Alves da Costa (19/20)

Desde o Império, o café havia-se tornado o principal produto na pauta de exportações do Brasil. A República Velha manteria o modelo agroexportador do período anterior, bem como seria pautada pelo domínio político dos cafeicultores do oeste paulista, diferentemente do que ocorria no Segundo Reinado.

O peso do café na economia brasileira durante a República Velha envolve diversos fatores: o café era o principal produto de exportação e, por conseqüência, a principal fonte de receitas para o governo e de renda para o país; os cafeicultores do oeste paulista promoveram a imigração européia para substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre; o crescimento da produção e das exportações levou aos primeiros investimentos em infra-estrutura, como ferrovias; a renda gerada pelo café levou aos primeiros investimentos significativos na industrialização; e a combinação desses fatores provocou a formação de grandes centros urbanos na zona cafeeira, principalmente São Paulo.

O incentivo e a promoção da imigração foram importantes iniciativas que tiveram forte impacto sobre a economia nacional. Além de suprir a mão-de-obra nos cafezais, a imigração trouxe ao Brasil, além de camponeses, mão-de-obra capaz de trabalhar na indústria, treinada nas fábricas italianas.

A construção de ferrovias para o escoamento da produção de café influenciou significativamente a estrutura urbana da região. A atração de população e a formação de aglomerações urbanas possibilitaram a formação de um incipiente mercado de comércio e serviços, bem como a formação das primeiras indústrias, principalmente no setor têxtil.

O peso mais importante do café nesse período, entretanto, estava nas exportações. O Brasil da República Velha cumpria, na divisão internacional do trabalho, o papel de exportador de produtos primários e importador de produtos manufaturados. Por ser um país ainda de baixa industrialização, a maior parte das receitas fiscais do governo federal provinha dos impostos de exportação. Tais receitas eram essenciais não apenas para a administração interna, mas principalmente para a acumulação de divisas e para o pagamento da dívida externa brasileira. As receitas alfandegárias eram tão importantes economicamente que, no funding loan*, a hipoteca das alfândegas dos principais portos brasileiros foi dada como garantia.*

A economia brasileira dependente das exportações de café estava, portanto, fragilizada em relação a possíveis reduções do preço do produto no mercado internacional. Tais reduções provocaram políticas de valorização do produto que, além de garantirem as receitas governamentais, procuravam garantir a renda dos cafeicultores.

A queda dos preços internacionais do café era causada principalmente pela superprodução brasileira. Mecanismos de desavalorização cambial eram utilizados para garantir a renda dos cafeicultores, o que causava o encarecimento das exportações. Celso Furtado define tal mecanismo como "socialização das perdas". Em graves crises de superprodução, eram utilizados mecanismos de compra e estocagem de parte da safra pelo governo central e, na impossibilidade de fazê-lo, tal compra era assumida pelo governo provincial.

Em 1906, produtores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro firmaram o Pacto de Taubaté, que consistia na venda de parte da safra para investidores estrangeiros, que fariam a administração da oferta do produto no mercado internacional, e na contração de empréstimo pelo governo para a compra de outra parcela da safra.

As políticas de valorização, entretanto, não eram eficientes para manter o nível de preços. A elevação do preço do produto incentivava o investimento de novos produtores, ocorria um aumento das plantações e, por conseqüência, um nova crise de superprodução a curto prazo. Assim se formava um círculo vicioso que exigia a aplicação de sucessivas políticas de valorização.

A República Velha era, antes de tudo, um regime dominado pelas oligarquias regionais. Um dos principais artífices da República, o Partido Republicano Paulista – PRP –, era composto principalmente por cafeicultores do oeste paulista insatisfeitos com a falta de representatividade que tinham no Império e que, por isso, defendiam o federalismo e a autonomia provincial. Na República esses setores formariam a elite governamental e, a partir da "política dos governadores" de Campos Sales e da consolidação da "República do Café com Leite", com o Pacto de Ouro Fino, em 1911, o interesse de tais classes predominaria sobre o interesse geral.

O peso relativo do café na economia do período, portanto, deve-se tanto à necessidade de receitas fiscais quanto à necessidade de satisfação dos interesses econômicos das elites cafeicultoras. Além disso, o peso relativo do café era potencializado pela não diversificação da atividade econômica, o que aumentava a depedência das exportações do

produto. As políticas de valorização tornavam-se necessárias para a manutenção do nível de preços e receitas, a produção aumentava, os preços caíam e novas políticas de valorização tornavam-se necessárias: um círculo vicioso que seria rompido somente com a crise de 1929 e a inviabilização da aplicação de tais políticas.

Questão 3

"A vitória do Sr. Jânio Quadros nas eleições de 3 de outubro para a presidência da República tem um significado muito mais profundo e importante para a compreensão do atual momento econômico-político brasileiro do que parece à primeira vista. Uma análise mais profunda das circunstâncias conhecidas ou ocultas que permitiram ou possibilitaram essa vitória nos revela que se trata de um dos fatos importantes da vida nacional nos últimos trinta anos."

Leôncio Basbaum. **História sincera da República**, vol. 3. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976, p. 235.

A República Liberal de 1945 a 1964 foi palco de momentos de grande dramaticidade. A chegada de Jânio Quadros à presidência e sua saída incluem-se entre esses momentos. Tomando o texto acima como referência inicial, analise

a) as modificações do ambiente político-eleitoral que levaram Jânio Quadros ao poder; e
b) as interpretações disponíveis para o gesto da renúncia.

Bruno Pereira Albuquerque de Abreu (18/20)

Ao assumir o poder em 1961, Jânio Quadros encarnava a rejeição à forma como a política era feita no Brasil desde 1945. Apesar de apoiado pela UDN, partido que havia recolhido apenas derrotas nas três eleições presidenciais anteriores, Jânio foi eleito pelo pequeno PTN, depois de uma carreira bastante rápida, na qual havia sido prefeito da cidade de São Paulo, governador do Estado paulista e deputado pelo Paraná. Como a mostrar seu desprezo pelas siglas partidárias, nessa última eleição havia concorrido pelo PTB, partido criado por Getúlio Vargas para ser o seu suporte junto às classes populares.

Durante a campanha presidencial, Jânio havia usado uma vassoura como símbolo de que varreria toda a podridão política que denunciava. A UDN via no candidato a oportunidade de chegar ao poder e, por vir Jânio de um partido pequeno, controlá-lo no Congresso. A aliança dos partidos criados pelos que apoiavam Getúlio Vargas, PSD-PTB, em grande parte pelo pequeno envolvimento do Presidente da República, Juscelino Kubitschek, no pleito, havia indicado o General Henrique Lott, de pouco carisma. Juscelino tinha planos de voltar ao poder em 1965 e sabia que ao próximo governo medidas econômicas duras caberiam.

Apuradas as urnas, Jânio tornava-se o presidente eleito com o maior número de votos até então. Como as eleições para presidente e para vice eram separadas, o mesmo eleitorado que elegeu Jânio Quadros colocou na vice-presidência o prócer do PTB e bête-noire dos militares desde 1954, quando foi ministro do trabalho, João Goulart.

Dessa forma, Jânio era eleito não apenas porque o eleitorado havia identificado nele uma forma de fazer política diferente, mas também pela falta de empenho de JK em fazer o sucessor e pela certeza da UDN de que poderia controlá-lo. Ao longo da década de 1950, denúncias de corrupção e crises políticas tinham-se constituído no cerne da vida política brasileira. O suicídio de Getúlio em 1954, o golpe dado pelo General Lott para tornar possível a posse de JK e o acirramento da disputa entre PSD-PTB, de um lado, e UDN de

outro, fizeram o eleitor brasileiro procurar algo diverso, e a figura do professor paulista avesso à forma tradicional de política – e que havia feito dois bons governos tanto na cidade quanto no estado de São Paulo – parecia ser o que o eleitor queria.

A atitude de Jânio Quadros no governo, no entanto, foi diversa da que a UDN esperava. O partido não conseguiu, como pretendia, controlar o presidente. Ao mesmo tempo em que esse seguia, no plano econômico, o receituário de ajustes do FMI – o que significava aumento no preço do trigo e do petróleo, antes subsidiados, com os impactos no custo de vida diminuindo-lhe a apoio popular – Quadros, no âmbito externo, iniciava política externa independente, rompendo um alinhamento com os Estados Unidos inaugurado pelo Barão do Rio Branco. Ao lado disso, medidas exóticas como a proibição das rinhas de galo e do biquíni, davam à Jânio a fama de, no mínimo, excêntrico.

Sem apoio no Congresso, perdido quando a UDN percebeu ser incapaz de controlá-lo, e perdendo, também, apoio popular, Jânio começou a vislumbrar uma saída "Gaullista", em referência ao golpe branco dado pelo General de Gaulle, pouco antes, na França. O estopim para a tentativa ocorreu quando Carlos Lacerda o criticou pela condecoração de Che Guevara, então ministro da defesa cubano, com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Segundo Lacerda, em denúncia pela televisão, após isso, ele teria sido procurado pelo Ministro da Justiça, que lhe apresentou o plano do golpe.

Sem apoios e acreditando que o Congresso Nacional não aceitaria sua renúncia, em 25 de agosto, antes portanto de completar oito meses no cargo, Jânio apresenta sua carta-renúncia, que foi aceita pelo Congresso, desapontando-o. Segue, então, para Portugal.

Além dos motivos políticos da perda de apoio, autores como Thomas Skidmore atentam também para traços da personalidade de Jânio, como a depressão e o uso excessivo de álcool. Sua saída irá gerar mais uma crise, com a recusa dos ministros militares em aceitar o vice-presidente, João Goulart, então em missão na China Comunista, como mandatário da Nação. Embora contornada com a solução de compromisso do parlamentarismo, essa crise é um dos antecedentes do golpe militar de 31 de março de 1964.

<u>Questão 4</u>

O Brasil tem mostrado, em sua história recente, tendência à excessiva concentração espacial das atividades que desenvolve, da qual resulta a hipertrofia das áreas metropolitanas. A respeito da acentuada urbanização verificada no Brasil, em especial na segunda metade do século passado, analise os seguintes aspectos:

a) a relação entre industrialização e urbanização no Brasil pós-1945;

b) as resultantes culturais das migrações internas do campo para os grandes centros urbanos nas últimas décadas do século XX.

Daniel Guilarducci Moreira Lopes (18/20)

Embora não se possa estabelecer uma relação imediata de causa e conseqüência entre os processos de industrialização e de urbanização no Brasil, ambos ocorreram paralelamente e de forma acentuada na história brasileira, após a Segunda Guerra Mundial. Até o primeiro governo de Getúlio Vargas, o Brasil era um país eminentemente agrícola e sua indústria nascente limitava-se a setores tradicionais e de baixa tecnologia, como a industria têxtil. Na decada de 1920, incentivada pelo Estado brasileiro, instalou-se em Minas Gerais a siderúrgica Belgo-Mineira, como forma de minorar a carência do País por indústrias de base. No projeto de modernização e desenvolvimento do Brasil encampado por

Getúlio Vargas, a negociação com vistas à instalação de uma siderúrgica de grande porte era a pedra angular de sua política externa. Vargas obteve sucesso, com a implementação da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda.

O Nordeste, naquele momento, já há muito não mostrava a pujanca dos tempos de colônia. Os problemas sociais, a decadência econômica e as fortes secas funcionavam como fatores de repulsão das populações, em busca de melhores oportunidades. No início do século XX, a borracha da Amazônia tinha sido importante vetor de atração. Em meados do século, era o Centro-Sul o novo destino dos migrantes.

A concentração das populações e das iniciativas de industrialização nas metrópoles explica-se, em grande medida, pelo fato de que a industrialização brasileira foi mediada e estimulada pelo Estado, numa articulação entre o capital industrial brasileiro e o estrangeiro. Esse modelo de relação entre Estado e indústria foi a mola propulsora do acelerado processo de industrialização que se daria no governo de Juscelino Kubitschek, e, posteriormente, encontraria novas expressões no período militar.

O final da década de 1960 assistiu à instalação, no Brasil, de um parque de indústrias em diversos setores, com especial destaque para a indústria automobilística. Essas se concentrariam espacialmente, sendo a região do ABC paulista a de maior expressão. A demanda de mão-de-obra do novo parque industrial do Sudeste atrairia grandes levas de migrantes, fazendo de São Paulo, ao longo dos anos, a maior metrópole da América do Sul, e uma das maiores do mundo. Enquanto isso, o Estado brasileiro, importante condutor dos processos em tela, planejava novas capitais, para estimular uma maior ocupação do interior do país. Assim, Brasília e Goiânia se tornaram novos pólos de atração populacional.

O regime militar buscou incentivar a ocupação de outros espacos, como a Amazônia. Projetos como o da Zona Franca de Manaus e o Projeto Grande Carajás foram exemplos dessa iniciativa. Novamente, o desenvolvimento e o aproveitamento territorial foram feitos em ilhas de ocupação econômica e demográfica. A razoável ausência de cidades médias no Brasil tem como causas, em grande medida, as iniciativas de crescimento regional não-autônomas (mediadas pelo poder central).

Culturalmente, a migração para as cidades teve impactos nos espacos rurais e urbanos. O campo brasileiro, caracterizado por grandes propriedades e pela atencão voltada a exportação, foi palco de conflitos resultantes da expulsão de populações camponesas. A tradicão de reivindicações dessas populações vem desde as Ligas Camponesas de Francisco Julião até o Movimento dos Sem-Terra de nossos dias. O campo passa por um processo denominado pelos geógrafos como de "desruralização". Seu aproveitamento e imagem seguirão, a partir daí, a lógica do urbano, com uma economia voltada para o mercado interno e externo, e não para as populações locais. Mesmo a música ou as festas populares serão reproduzidas na lógica da exploração capitalista: hotéis-fazenda, turismo nas festas populares e folguedos, músicas regionais e outros serão transformados em produtos a serem consumidos pela população agora predominantemente urbana do País.

O campo, antes visto como sinônimo de ambiente simplório e atrasado, passa a ser visto como elemento integrado da política, da economia e da cultura nacional, teatro de um agronegócio rentável e moderno. Nas cidades, por outro lado, as populações migrantes ainda sofrem com problemas de desemprego e com habitações precárias. Suas expressões culturais ainda subsistem, por exemplo, nas feiras de artesanato urbanas e em uma certa religiosidade mais popular.

As tendências atuais apontam para uma maior desconcentração industrial e populacional. Lentamente, as cidades médias – especialmente aquelas atreladas a alguma atividade economia relevante – ganham mais força. As migrações tradicionais brasileiras em direção ao Sudeste já tiveram seus fluxos reduzidos há mais de uma década. Em parte, isso se

deu pelo estímulo, por parte dos governos estaduais, para a instalação de indústrias em suas regiões. Além disso, o governo federal estimula iniciativas localizadas de desenvolvimento desatreladas das metrópoles – como o pólo frutífero de Petrolina/Juazeiro.

De toda forma, ainda é marcante a presença do Estado nos processos de industrialização (ainda que não como seu agente direto). A expectativa é a de que, paulatinamente, as desigualdades regionais sejam reduzidas, e de que a pressão demográfica sobre as metrópoles arrefeça.

Questão 5

"Estamos prontos a nos empenhar com nossos parceiros com vistas ao cumprimento do mandato de Doha. Mostremos ao mundo que a OMC resistirá ao protecionismo e superará o interesse particular. Que defenderá a liberalização comercial e honrará seu compromisso com o desenvolvimento. Esperamos por muitos anos por essa chance de corrigir as falhas das rodadas anteriores."

MRE. **Política Externa Brasileira**. Brasília: MRE, 2007. Discurso do Ministro Celso Amorim na V Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), Cancun, 11 de setembro de 2003, p. 18.

Com base nesse texto, discuta:

a) o peso relativo do tema desenvolvimento na inserção internacional do Brasil desde a redemocratização; e
b) o impacto da globalização na ação externa do Estado brasileiro.

Fernando Sardenberg Zelner Gonçalves (19/20)

O período iniciado após a redemocratização do regime político nacional é marcado por avanços e recuos em relação ao peso do tema do desenvolvimento na inserção internacional do Brasil. Esses têm sido caracterizados, em cada momento, pelos fatores condicionantes impostos pelo contexto internacional, que facilitaram ou dificultaram a obtenção de uma resultante de política externa com maior ou menor ênfase na autonomia.

O contexto internacional do momento da redemocratização era caracterizado pela rebipolarização entre as potências da Guerra Fria, pela alta dos juros internacionais e pela crise da dívida externa dos países em desenvolvimento. Internamente, esse contexto significou o esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentrata, aplicado de maneira geral, desde a década de 1930.

Assim, durante o governo Sarney, restava pouco espaço de manobra para que o Itamaraty praticasse política externa voltada para o desenvolvimento nacional. O recrudescimento das tensões bipolares dificultou a busca pela autonomia. O aumento dos processos de integração regional também acarretou maior ênfase no protecionismo por parte dos paises desenvolvidos. Dentro desse contexto, o governo Sarney tratou de incrementar suas relações regionais, iniciando processo de integração econômica e comercial com a Argentina, que resultaria na criação do MERCOSUL, em 1991.

O Brasil passa a sentir, então, a partir do governo Collor, o peso da globalização como fator condicionante de sua política desenvolvimentista. Inicia-se o processo de desmantelamento do estado, de acordo com os preceitos do Consenso de Washington, por meio das privatizações da infra-estrutura estatal. A ênfase da política externa migra do desenvolvimento autônomo para a autonomia pela participação, conforme conceito proposto por Gelson Fonseca Jr. O objetivo é integrar o país à economia global e aos regimes

internacionais, credenciando-o a ser palco da globalização e de seus processos de acumulação. Esse processo cristaliza-se durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, após breve e infrutífera retomada de preceitos desenvolvimentistas no governo Itamar Franco.

Assim, na era FHC, o desenvolvimento foi buscado por meio da submissão à lógica da globalização, que pregava a retração da participação do Estado na economia e a atuação desimpedida do capital internacional. Os países em desenvolvimento perderam força e margem de manobra, tanto interna quanto externamente, frente à crescente internacionalização de suas economias. Portanto, o principal impacto da globalização na atuação dos países em desenvolvimento foi o de condicioná-los a fatores exógenos, sobre os quais não tinham controle.

A partir do governo Lula, ocorre uma inflexão nesse processo, no sentido de buscar novas alternativas para o desenvolvimento dos países do hemisfério sul. Busca-se a implantação do chamado Estado Logístico, capaz de proporcionar melhores condições de inserção internacional por meio da criação de condições para a multinacionalização das empresas nacionais, tanto privadas quanto estatais.

Na política externa, sob Celso Amorim, procura-se retornar aos preceitos que orientaram a política externa independente de Jânio Quadros e João Goulart, assim como o pragmatismo responsável implementado por Azevedo da Silveira no governo Ernesto Geisel.

Dessa forma, configurou-se atuação internacional mais pragmática, buscando autonomia e desenvolvimento por meio da formação de parcerias multilaterais entre países em desenvolvimento, a fim de reforçar as bases de sua atuação internacional. Nesse contexto insere-se a formação de parcerias como o fórum IBAS, entre Índia, Brasil e África do Sul e a maior cooperação com paises do hemisfério sul, como é o caso da China. Ademais, buscou-se o fortalecimento do Mercosul como forma de inserção internacional conjunta do continente na economia-mundo. Por último, parcerias Sul-Sul também foram formadas para atuar em organismos internacionais na busca do desenvolvimento, como o G20, criado por iniciativa do Brasil para defender a abertura dos mercados agrícolas aos países em desenvolvimento, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), mais precisamente na Rodada Doha.

Em síntese, é possível concluir que o Itamaraty buscou adaptar-se às condicionalidades impostas pela globalização a fim de manter a atuação externa do país no sentido de incentivar o desenvolvimento sustentável. Tal esforço foi empreendido, após a redemocratização, por meio da busca de novo paradigma orientador da atuação externa do Estado.

*

HISTÓRIA MUNDIAL (Prova Objetiva)

Programa:

1. Estruturas e idéias econômicas. Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o "New Deal". A prosperidade no segundo pós-guerra. O "Welfare State" e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível.

2. Revoluções. As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e "Trade Unions". Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba.

3. As Relações Internacionais. Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão Balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A "teoria dos dois campos" e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A "détente". A "segunda Guerra Fria" (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético.

4. Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação. O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não-Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo.

5. A evolução política e econômica nas Américas. A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas.

6. Idéias e regimes políticos. Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX.

7. A vida cultural. O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.

Bibliografia sugerida:

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto/São Paulo: UNESP, 2003.

BARRACLOUGH, G. **Introdução à História Contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BEAUD, Michel. **História do Capitalismo de 1500 a Nossos Dias**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BROGAN, Hugh. **The Penguin History of the USA: new edition.** New York: Penguin, 2001.

BURNS, Edward McNall. **História da Civilização Ocidental**. São Paulo: Editora Globo, 1994, 2v.

CARR, Edward H. **Vinte Anos de Crise, 1919-1939.** Brasília: Editora UnB/Imprensa Oficial do Estado/IPRI, 2001.

CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (Orgs.). **História do Cone Sul**. Brasília, Editora UnB/Revan, 1998.

HALPERIN DONGHI, Tulio. **História da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

________. **A Era do Capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

________. **A Era dos Extremos**. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2001.

________. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

________. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

MAGNOLI, Demetrio. **Relações Internacionais: teoria e história.** São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

MATIAS, Eduardo Felipe P. **A Humanidade e Suas Fronteiras: do Estado soberano à sociedade global.** São Paulo: Paz e Terra, 2005.

McWILLIAMS, Wayne; PIOTROWSKI, Harry. **The World Since 1945: a History of International Relations**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2005.

ROBERTS, J. M. **The Penguin History of the Twentieth Century: The History of the World, 1901 to the Present**. Londres: Penguin, 2004.

SARAIVA, José Flávio S. (Org.) **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. São Paulo: Editora Saraiva/IBRI, 2007.

SPENCE, Jonathan D. **The Search for Modern China**. New York: W. W. Norton, 1999.

VAISSE, Maurice, **Les Relations Internationales Depuis 1945**. Paris: Armand Collin, 2004.

WATSON, Adam. **A Evolução da Sociedade Internacional: uma análise histórica comparativa**. Brasília: Editora UnB, 2004.

*

GEOGRAFIA

A prova de Geografia consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

Programa:

1. Conceitos e teorias da Geografia. 1.1 Espaço, território, região, lugar e paisagem: conceituação. 1.2 Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: conceituação. 1.3 As teorias geográficas da relação sociedade/natureza. 1.4 O campo geográfico: divisões e interfaces.
2. A formação territorial do Brasil. 2.1 Macrodivisão natural do espaço brasileiro (relevo, clima, vegetação, hidrografia). 2.2 Os grandes eixos de ocupação do território e a cronologia do processo de formação territorial. 2.3 A cartografia e a definição das fronteiras do Brasil. 2.4 A estruturação da rede de cidades no Brasil e os processos recentes de urbanização. 2.5 O processo de industrialização e as tendências atuais da localização das indústrias no Brasil. 2.6 O processo de modernização da agricultura no Brasil e suas tendências atuais. 2.7 Regionalização e divisão inter-regional do trabalho no Brasil.
3. O Brasil no contexto geopolítico mundial. 3.1 O processo de mundialização da economia e a divisão internacional do trabalho: globalização e periferia na atualidade. 3.2 Herança colonial, condição periférica e industrialização tardia: a América Latina. 3.3 A globalização e a América do Sul na nova ordem política internacional. 3.4 A questão ambiental no Brasil e os desafios do desenvolvimento sustentável. 3.5 Os ecossistemas brasileiros e as principais causas de sua degradação. 3.6 Perspectivas de integração nas bacias do rio da Prata e do rio Amazonas. 3.7 Os fluxos e redes transnacionais e o território brasileiro.
4. Temas de Geografia contemporânea. 4.1 Soberania, identidade nacional e multiculturalismo. 4.2 Geografia da População: migrações e direitos humanos. 4.3 Degradação ambiental e gestão de recursos naturais. 4.4 Desigualdades sociais e padrões de consumo no mundo atual. 4.5 Conflitos geopolíticos contemporâneos.

Bibliografia sugerida:

BENKO, George. **Economia, Espaço e Globalização**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BECKER, Bertha & EGLER, Claudio. **Brasil: Uma nova potência regional na economia-mundo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

GREGORY, Derek et alli. **Geografia Humana. Sociedade, Espaço e Ciência Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

RIBEIRO, Wagner Costa (org.) **Patrimônio Natural Brasileiro**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**. Rio de Janeiro:Record, 2000.

________ & SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil. Território e Sociedade no Limiar do Século XXI.** Rio de Janeiro:Record, 2001.

SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Continente em Chamas. Globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

THÉRY, Hervé & MELLO, Neli Aparecida. **Atlas do Brasil. Disparidades e dinâmicas do território**. São Paulo: EDUSP, 2005.

A título de orientação, para os candidatos que desejarem aprofundar o estudo da matéria, sugerem-se as seguintes leituras adicionais:

BECKER, Bertha et alli. **Geografia e meio ambiente no Brasil.** 2.ed. São Paulo:Hucitec.1995.

CASTRO, Iná Elias et alli. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

LENCIONE, Sandra. **Região e geografia.** São Paulo: EDUSP, 2003.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**. São Paulo: Moderna/EDUNESP, 1997.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil.** São Paulo:Hucitec, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert**. Contribuição para a gestão da zona costeira do Brasil**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1999.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUZA, Maria Adelia Aparecida (org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003.

Prova de 2007

Questão 1

A zona costeira do Brasil apresenta considerável diversidade de ecossistemas, com os espaços litorâneos compondo grandes conjuntos paisagísticos ao longo dos mais de 7.500 quilômetros da linha de costa do país. Identifique tais conjuntos, caracterizando suas paisagens típicas, e comente os elementos geográficos (naturais e sociais) recorrentes nas variadas porções do litoral brasileiro.

Juliano Alves Pinto (20/20)

Aziz Ab'Sáber, em sua concepção de grandes domínios paisagísticos, identifica, na zona costeira brasileira, uma heterogeneidade que não se apresenta de forma tão patente em outros ecossistemas do Brasil. A costa brasileira, em seus mais de 7.500 quilômetros, a margear o Oceano Atlântico, caracteriza-se por uma diversidade múltipla de paisagens, a partir da foz do rio Oiapoque, no Amapá, até a foz do arroio Chuí, no Rio Grande do Sul. Devemos incluir, por óbvio, as ilhas oceânicas brasileiras, que possuem características bastante peculiares.

Traçando um panorama de norte a sul, temos, de início, do norte do Amapá ao litoral do Pará, complexo paisagístico que compreende os rios que formam o delta do Amazonas, ao qual se soma a confluência do rio Tocantins com o rio Pará. Ali, entremeia-se a exuberância

da floresta amazônica com a vegetação típica de litoral. No rio Pará, ocorre o fenômeno da Pororoca, que é a entrada de água marítima no curso baixo do rio, em época de maré alta, sendo motivo de atração para turistas do Brasil e do mundo (surfistas, em sua maioria). O turismo, aliás, é explorado principalmente com a locação de "bugues" e catamarãs, propiciando, ao público, maior conhecimento de tais paisagens. A atividade portuária é intensa na região (Macapá e Belém), assim como a pesca fluvial, que representam as mais importantes atividades econômicas da região.

Ao longo do litoral do Meio-Norte nordestino (do Maranhão ao Rio Grande do Norte), predominam as grandes formações de dunas, fruto da intensa atividade eólica na região (graças ao anticiclone dos Açores), além da floresta de coqueiros. A atividade turística nessas áreas vem crescendo muito ultimamente (Lençóis Maranhenses, delta do Parnaíba, Genipabu), o que resulta em fonte significativa de renda para a população. A atividade portuária não é menos intensa. Itaqui, no Maranhão, é o escoadouro do minério extraído de Carajás e o porto de Pecém, no Ceará, tornou-se o principal porto do Meio-Norte nordestino depois de Itaqui, sobretudo após se concluírem as obras do braço norte da Ferrovia Transnordestina.

*Do litoral da Paraíba ao Recôncavo Baiano, a paisagem litorânea dos manguezais passa a predominar; não é para menos que a cidade de Recife é conhecida como "*Mangue-Town*". O mangue é um dos ecossistemas mais biodiversos do mundo, sendo fundamental para evitar o assoreamento dos rios que deságuam no oceano, embora a degradação ambiental esteja a ameaçar a existência desse rico ecossistema. O litoral norte da região Nordeste é o mais apreciado em matéria de turismo. Além das famosas praias de Porto de Galinhas, Sauípe e Forte, vale destacar o arquipélago de Fernando de Noronha, que vem sendo explorado turisticamente com cautela, além da Reserva Biológica do Atol das Rocas, situada relativamente próxima ao arquipélago, destinada somente à pesquisa científica.*

Seguindo mais ao sul, do litoral sul da Bahia até o norte do Espírito Santo, encontramos a região em que outrora se configurava a Mata Atlântica de planície. É de se destacar o arquipélago dos Abrolhos – na altura da cidade de Caravelas, na Bahia –, que abriga o Parque Nacional Marinho homônimo, sendo um importante santuário destinado à reprodução de peixes, aves e mamíferos marinhos. A cerca de 1.000 quilômetros do litoral capixaba, situam-se as Ilhas da Trindade e Martim Vaz, sendo a primeira delas uma estação naval da Marinha do Brasil. Nela, desafortunadamente, introduziram-se cabras, há quase dois séculos, que praticamente extinguiram a vegetação original.

Do sul do Espírito Santo ao sul de São Paulo, a vegetação de Mata Atlântica – ou o que restou dela – convive com os manguezais. É uma região mais heterogênea, pois compreende as formações lacustres do litoral norte fluminense, as escarpas oceânicas próximas à baía de Guanabara e a Serra do Mar, cujas formações serranas praticamente desembocam no oceano. É a região mais dinâmica do litoral brasileiro, não só por compreender três regiões metropolitanas (Vitória, Rio de Janeiro e Santos/Baixada Santista), mas também por abrigar o maior complexo de extração de petróleo e gás natural do país (Bacia de Campos), fato que re-dinamizou a economia do estado do Rio de Janeiro, que se encontrava em decadência após a transferência da capital federal para Brasília. A ocupação imobiliária na região é intensa e é fator de grande preocupação para que se mantenham os escassos traços de Mata Atlântica nativa e os frágeis, mas não menos importantes, manguezais.

Por último, no litoral da região Sul, no Paraná e em Santa Catarina verifica-se um prolongamento da Serra do Mar, com sua vegetação exuberante até a altura da ilha de Santa Catarina, área que abriga grandes portos, como Paranaguá e Imbituba. Já em direção ao Rio Grande do Sul, temos um litoral escarpado, chamado pelos navegadores espanhóis que

ali chegaram, há séculos, de acantilados, i.e., *falésias constituídas pelo afloramento de rochas cristalinas moldadas pela atividade das ondas. Esses* acantilados *tornar-se-ão freqüentes no restante do litoral atlântico sul-americano em direção à Patagônia. Na altura da cidade de Osório, no Rio Grande do Sul, até o arroio Chuí, observa-se interessante ambiente lacustre, de vegetação ciliar rasteira e arbustiva (Lagoa dos Patos, Lagoa Mirim etc.), com abertura ao oceano, a servir de pouso para aves migratórias, sobre as quais, hodiernamente, deposita-se certa preocupação, em virtude do risco de propagação da gripe aviária. No que tange à atividade portuária, vale destacar o Porto de Rio Grande, na abertura da Lagoa dos Patos, e a cidade de Porto Alegre, na foz do rio Guaíba, que são os principais escoadouros da porção extrema meridional do país.*

Questão 2

Segundo dados de 2004 divulgados pelo IBGE, 25% do produto interno bruto (PIB) dos municípios brasileiros concentram-se em dez cidades, relacionadas, a seguir, em ordem decrescente do PIB: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF), Manaus (AM), Belo Horizonte (MG), Campos de Goytacazes (RJ), Curitiba (PR), Macaé (RJ), Guarulhos (SP) e Duque de Caxias (RJ). Considerando essas informações, explique a lógica espacial da distribuição da riqueza brasileira por setores de atividades.

Márcio José Alonso (20/20)

As duas maiores cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, consideradas pelo IBGE como metrópoles globais, lideram há décadas o ranking *das localidades que mais contribuem para o produto interno bruto do país, em virtude, sobretudo, da concentração espacial histórica de grandes empresas. Nos últimos anos, esse* ranking *apresentou como novidade o aparecimento de pequenos municípios, os quais, devido, principalmente, à atividade petroleira, desbancaram as capitais de alguns estados no que diz respeito à participação no PIB.*

A riqueza brasileira ainda está muito concentrada no Rio de Janeiro e em São Paulo. A importância da primeira remonta ao período colonial. Em 1763, a cidade do Rio de Janeiro passou a ser a capital do então vice-reino, em virtude do escoamento de ouro das Minas Gerais. A chegada da Família Real em 1808 teve como efeito a modernização da cidade, que, ainda no século XIX, atingiria a marca de 500 mil habitantes. Essa concentração populacional significou importante incentivo para o surgimento de pequenos estabelecimentos industriais com base em bens não-duráveis.

A cidade de São Paulo, por sua vez, começou a comandar o processo de industrialização brasileiro escorada na pujância da economia cafeeira, que recebia fortes investimentos estrangeiros em infra-estrutura nas primeiras décadas do século XX.

A partir da década de 1930, quando a industrialização do país passou a ser um dos objetivos principais do Estado nacional, a concentração de riqueza aumentou ainda mais nessas duas cidades, com destaque para a implementação da Companhia Siderúrgica Nacional no vale do Paraíba do Sul, na década de 1940, e da indústria automotiva em São Paulo.

Depois da década de 1960, em meio à revolução tecnocientífica e à intensificação do processo de globalização, Rio de Janeiro e São Paulo começaram a ganhar destaque como centros concentradores de empresas intensivas em tecnologia e como locais da sede de companhias de ramos tradicionais. Começava a ocorrer no espaço geográfico brasileiro o fenômeno da desconcentração espacial das fábricas, as quais mudaram sua lógica de

localização em virtude da revolução no setor de transportes e nas comunicações. Segundo Milton Santos, Rio e São Paulo comandavam assim a implantação do meio técnico-científico-informacional no território brasileiro.

Brasília aparece também entre os primeiros lugares do ranking *por ser outro ponto de controle de atividades dispersas pelo espaço nacional. Os altos salários do local, no entanto, não são pagos a executivos de grandes empresas, mas ao funcionalismo público. A capital federal, Rio e São Paulo comandam os contatos verticais da estrutura espacial reticular da economia brasileira.*

Movidas por atividades mais ligadas ao setor secundário da economia, Manaus, Belo Horizonte e Curitiba aparecem no ranking *como importantes metrópoles nacionais, por influenciarem grandes áreas em seu entorno. Grande parte de riqueza na capital do estado de Amazonas é proveniente da Zona Franca de Manaus, que vem recebendo investimentos estrangeiros, notadamente asiáticos, e se concentra na produção de bens duráveis, como motos e relógios. Belo Horizonte está fortemente conectada ao pujante setor siderúrgico do Estado de Minas Gerais. Já Curitiba, nos últimos anos, vem ganhando áreas de influência na Região Sul em detrimento de Porto Alegre. Além disso, a capital paranaense concentra a tomada de decisões em relação a importantes pólos industriais, como São José dos Pinhais, e em relação à produção de soja e ao escoamento desse produto pelo porto de Paranaguá.*

As novidades na lista sobre a distribuição do PIB são as cidades fluminenses de Campos, Macaé e Duque de Caxias, todas ligadas ao setor petroleiro. Campos e Macaé recebem altas receitas provenientes de royalties *pagos pelo governo federal em virtude da extração de petróleo na Bacia de Campos, que vem recebendo cada vez mais investimentos por parte da Petrobras para exploração da Plataforma Continental. Já Duque de Caxias registra alta geração de riqueza devido à refinaria da Petrobras (Reduc) localizada no município. Vale notar que, apesar da forte receita municipal, a cidade de Duque de Caxias apresenta alto índice de pobreza.*

Guarulhos, por sua vez, não vem sofrendo, nos últimos anos, o processo de desconcentração espacial de indústrias que atinge outras cidades do entorno da cidade de São Paulo, como os municípios do ABCD (Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema). Na verdade, em virtude da localização do Aeroporto Internacional de São Paulo, Guarulhos passou a ser uma área de transbordamento da economia da capital no que tange à localização de empresas intensivas em tecnologia e de sedes de empresas de ramos tradicionais. Além disso, Guarulhos localiza-se na saída de São Paulo em direção ao Rio de Janeiro, na Via Dutra, principal eixo da economia nacional.

Questão 3

O Brasil possui uma reserva de água doce superficial estimada em 12% do total mundial. Apesar desse potencial, seu aproveitamento ainda é considerado bastante insatisfatório, na medida em que se verificam distribuição irregular e problemas de abastecimento. Identifique as principais dificuldades de gestão dos recursos hídricos no país e as medidas implementadas, na atualidade, pelo Governo brasileiro, para resolver a questão.

Candice Sakamoto Souza Vianna (20/20)

Apesar da enorme disponibilidade de água no planeta, o acesso a esse recurso e sua potabilidade são cada vez mais escassos. Diversas regiões da Terra já consomem água doce a uma taxa mais elevada do que a de sua reposição pelo ciclo hídrico. Na Europa, o uso crescente das reservas subterrâneas supera seu reabastecimento natural, comprometendo a

utilização futura da água. Outras regiões, como o Oriente Médio, enfrentam déficit crônico do recurso, o que contribui para o acirramento das disputas geopolíticas. O processo de dessalinização, embora bastante usado nessa área, é ainda muito caro, de forma que a escassez da água aponta para perspectivas de elevação de seu preço, restringindo ainda mais o acesso a ela.

No Brasil, há grande disponibilidade de água doce. Entretanto, há diversos entraves para seu aproveitamento. A maior parte desses recursos localiza-se na Região Norte, principalmente na Bacia Amazônica. Essa, porém, é a região de menor consumo hídrico nacional. A concentração populacional do Centro-Sul demanda enorme quantidade de água, cujo transporte desde a Região Norte é inviabilizado pela distância. Apesar de haver água aproveitável nas bacias do Sudeste, especialmente na Bacia Tietê-Paraná, o consumo é crescente na região, assim como a degradação ambiental.

Logo, há incompatibilidade de distribuição entre recursos disponíveis e mercado consumidor. Agravando esse desequilíbrio, a Região Nordeste, importante consumidora, tampouco é dotada de abundância hídrica. Ao contrário, as prolongadas secas no domínio da Caatinga, os solos arenosos, a evaporação e transpiração superiores às precipitações caracterizam o déficit hídrico nordestino. A predominância de rios intermitentes torna a água um recurso escasso na região, havendo, desde o século XIX, iniciativas para a construção de açudes, barragens e outras formas de aproveitamento.

Outra dificuldade presente no caso brasileiro é o acesso à água. Apesar dos avanços tecnológicos, existem ainda parcelas da população desprovidas de água potável, principalmente em áreas rurais e na periferia das grandes cidades. Tal fato prejudica a saúde desses indivíduos, geralmente excluídos dos serviços públicos e da assistência estatal.

Ademais, cabe enfatizar a crescente contaminação dos rios, lençóis e mananciais, o que deteriora a qualidade da água. Isso decorre da eliminação de dejetos industriais nos rios e córregos, da dificuldade em administrar os lixos urbanos – tóxicos e residenciais – e do avanço de moradias precárias em direção às áreas de proteção de mananciais. A população expulsa dos centros urbanos pelos altos custos imobiliários constrói suas habitações progressivamente mais afastadas do centro, invadindo áreas de elevado risco ambiental. A inexistência de esgotos e outros serviços públicos contribui para a degradação dessas áreas de proteção. Dessa forma, a poluição da água é um desafio crescente que se relaciona com problemas sociais. Populações ribeirinhas, muitas vezes por falta de informação, desenvolvem atividades no leito dos rios, contaminando-os gradativamente e inviabilizando o uso permanente da água.

Além da poluição, o assoreamento dos rios, provocado pela atividade humana – tal qual a navegação e a irrigação – constitui-se como risco ambiental adicional. Os custos elevados de revitalização dos rios tornam a prevenção e a preservação dos recursos o melhor e mais eficiente meio de garantir a água futura.

Diante disso, o Governo brasileiro tem desenvolvido medidas dirigidas a evitar o esgotamento da água potável. A criação da Agência Nacional da Água (ANA) nos anos recentes é um indicativo da preocupação pública com a gestão dos recursos hídricos. O Estado passa a planejar seu uso, bem como a fiscalizá-lo, de forma que os agentes privados se responsabilizem pelos custos ambientais e sociais decorrentes de sua utilização.

Tendo em vista a valorização dos recursos naturais nas últimas décadas, que deixaram de ser bem público abundante para serem considerados bens escassos, a água começou a ser mais valorizada, havendo, inclusive, tentativas de precificação. Em alguns municípios brasileiros, iniciou-se a cobrança pelo uso da água que é retirada dos mananciais por agentes econômicos. Empresas que utilizam os recursos hídricos devem, atualmente, pagar para terem acesso a eles, além de cumprir requisitos ambientais.

O planejamento ambiental tem avançado significativamente no Brasil. Estudos conjuntos e planejamento integrado de municípios que compartilham os mesmos recursos hídricos são essenciais para coordenar sua utilização. Isso ocorre tanto na esfera local, regional, nacional quanto internacional. Logo, a gestão hídrica junto a países como a Argentina e o Paraguai é de suma relevância para garantir a sustentabilidade do Aqüífero Guarani, que abastece regiões separadas por fronteiras políticas.

Além da revitalização de rios promovida pelo poder público, outra obra de vulto do Estado é a transposição do rio São Francisco. Sendo o principal rio que cruza o Nordeste, delimitando as fronteiras entre Bahia e Pernambuco, bem como de Alagoas e Sergipe, o São Francisco é a fonte primordial de água da região. O projeto, que abrange dois eixos – Leste e Norte – objetiva o abastecimento de vastas áreas da Caatinga, interligando o São Francisco a rios intermitentes cujas cheias lhe são complementares. Isto é, quando chove na cabeceira do São Francisco é a época de seca mais intensa nesses rios. Portanto, a perspectiva de remediar o déficit hídrico da região por meio desse projeto aliado à instalação de cisternas mostra-se positiva.

Porém, o poder público ainda enfrenta grandes desafios no combate à poluição e ao desperdício. A exemplo do uso da água para irrigação no campo, extremamente ineficiente, persistem práticas que desperdiçam os recursos e degradam-nos. Ao mesmo tempo em que eles se tornam cada vez mais escassos, seu consumo eleva-se, exigindo respostas imediatas e coordenadas do Estado nas diversas áreas que afetam a gestão hídrica.

Questão 4

Alterando o sentido decrescente de uma curva secular, a população rural européia e norte-americana começou a registrar crescimento nas últimas décadas, fato já visível também nos indicadores demográficos brasileiros. Identifique e comente os fatores explicativos desse movimento, discutindo os limites de tal tendência em cada contexto geográfico mencionado.

André Rosa Bueno (20 /20)

A população rural européia e norte-americana tem registrado crescimento, nas últimas décadas, em decorrência de três fatores que definem tendências no mundo desenvolvido: a suburbanização, a flexibilização das relações trabalhistas e o advento de tecnologias da informação que permitem o trabalho à distância. Estas transformações se inserem no quadro da chamada "quaternização" da economia, caracterizada pelo advento e pela preponderância de atividades do setor de serviços, como altas finanças, tecnologia da informação, consultorias, serviços de saúde, turismo, entre outros. Percebe-se, desta feita, que a população rural que vem crescendo nos países desenvolvidos não é agrícola – concentra as suas atividades no quaternário, não no setor primário.

As tecnologias da informação e a flexibilização do trabalho, com a adoção de novos arranjos produtivos – como o just-in-time – e o pagamento do empregado por serviço prestado, criaram a figura do trabalhador doméstico: aquele que executa as tarefas requeridas de casa e comunica-se com o escritório por meios eletrônicos. Como resultado da facilidade de o profissional trabalhar em casa, houve reforço a outra tendência: a suburbanização.

A suburbanização diferencia-se da periferização (mais comum em países subdesenvolvidos) por se tratar de movimento da classe média em direção ao campo, geralmente motivada por preocupações com segurança e com o contato com a natureza. O processo de suburbanização leva à criação de condomínios fechados, espaços sem relações

com seus entornos. Trata-se, portanto, de reforços às verticalidades em oposição às horizontalidades.
Recentemente, uma tendência nova tem sido verificada: a de "commuters" (residentes nos subúrbios) voltarem para os centros urbanos, principalmente às áreas históricas. Isto vem ocasionando a valorização e a revitalização dessas áreas, bem como a expulsão da população pobre para regiões menos valorizadas (periferização).

No Brasil, os fenômenos da suburbanização e do crescimento da população rural não-agrícola também podem ser observados. Em todo o interior do Estado de São Paulo crescem as atividades destinadas à população urbana, como hotéis-fazenda, pousadas, feiras e exposições, parques de diversão e empreendimentos turísticos. Verifica-se facilmente o parcelamento de propriedades rurais para a constituição de condomínios fechados e loteamentos para casas de veraneio.

Um caso exemplar de espaço verticalizado são os condomínios fechados Alphaville, presentes hoje em várias capitais: São Paulo, Salvador, Goiânia e Recife. Este empreendimento cria um ambiente em que o residente não convive com a pobreza: todo o comércio, o atendimento médico e, em alguns casos, até o trabalho é feito dentro da área do condomínio.

A suburbanização, no Brasil, ainda é um fenômeno limitado, em decorrência do tamanho menor da classe média brasileira em comparação com a de países ricos. Entretanto, os altos índices de violência nos centros urbanos do Brasil têm reforçado esta tendência. É um fato a se lamentar, pois, de acordo com o geógrafo e filósofo francês Henri Lefebvre, os espaços fechados – com suas faltas de interação democrática entre pessoas e classes – representam o "fim da cidade".

Questão 5

Em 2004, o governo dos Estados Unidos da América lançou a concepção de um novo espaço estratégico denominado "Grande Oriente Médio", com o objetivo principal de promover a democratização e a adoção dos princípios do liberalismo econômico nessa região. Qual é a área geográfica abrangida por esse espaço estratégico e quais são as principais dificuldades geopolíticas encontradas pelos Estados Unidos para a implementação de seus objetivos no âmbito desse projeto?

Filipe Santos Lemos (20/20)

Desde os atentados terroristas contra alvos civis e militares norte-americanos em setembro de 2001, o governo dos Estados Unidos da América vem implementando uma política belicosa e intervencionista no Oriente Médio, região de onde são naturais parte dos terroristas e onde parte dos governos e das populações são hostis aos EUA e a alguns países aliados dos americanos.

O interesse norte-americano vai além de simplesmente desbaratar organizações terroristas que eventualmente possam esconder-se em países da região, ou mesmo serem apoiadas por certos governos. Toda a região islâmica, desde o Paquistão até o norte da África, é palco constante de instabilidades políticas. É comum entre as populações dessa área a desconfiança, ou mesmo a aversão, às interferências do Ocidente – leia-se, principalmente, dos EUA. Nessa região, no entanto, encontram-se recursos naturais estratégicos – dos quais o mais importante é o petróleo – e excelentes oportunidades de investimento, sobretudo para companhias mineradoras e do ramo de construção civil e infra-estrutura.

Diante desses interesses estratégicos, é importante para o governo e para as corporações norte-americanas vencer resistências e, se possível, estabelecer governos favoráveis ao Ocidente na região. A estratégia escolhida para tal finalidade variou de acordo com cada país, mas, de maneira geral, pode ser classificada como intervencionista. No Afeganistão e no Iraque, chegou-se à guerra e à ocupação. Em alguns outros países, como Arábia Saudita e Paquistão, onde os governos mostraram-se receptivos, os EUA tenderam à cooperação, mas sempre com imposição de condições e pontos de vista americanos.

Os problemas que a estratégia e a ação estadunidense vêm gerando são vários e complexos. Primeiramente, as operações militares foram decididas de maneira unilateral, inclusive contra a oposição de governos de países significativos da cena internacional (França, Alemanha e Rússia, por exemplo) e de grande parcela da opinião pública internacional. Isso retirou às operações militares a legitimidade que teve, por exemplo, a primeira Guerra do Golfo.

Além disso, o modo de agir violento das tropas norte-americanas e aliadas fez crescer entre a opinião pública da região o sentimento anti-Ocidente. Determinados grupos mais radicais destas populações optaram pela resistência guerrilheira armada contra as forças de ocupação. A facilidade em vencer a resistência armada institucional no Afeganistão e no Iraque contrasta com a dificuldade no controle de milicianos radicais.

A radicalização vem tornando a ocupação americana mais custosa, tanto em termos monetários quanto humanos. Dessa maneira, cresce a oposição às ocupações entre a população e os políticos dos próprios EUA, e também dos países aliados. As últimas eleições legislativas norte-americanas deram à oposição democrata o controle do legislativo federal, o que deve causar ainda mais dificuldades ao governo Bush.

Além da violência das milícias, as forças americanas ainda se ressentem da fragilidade política e institucional dos governos estabelecidos nos países ocupados. A desorganização estatal fomenta os choques entre grupos étnicos e religiosos, como xiitas e sunitas iraquianos, e tornam a política local e a ocupação militar mais sujeitas a instabilidades.

De tudo o que foi dito, fica claro que a política norte-americana para o Oriente Médio enfrenta sérias dificuldades, muitas das quais criadas ou ampliadas pela unilateralidade e pela violência dos próprios meios como agem americanos e aliados.

*

POLÍTICA INTERNACIONAL

A prova de Política Internacional consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

Programa:

1. Relações internacionais: conceitos básicos, atores, processos, instituições e principais paradigmas teóricos.
2. A política externa brasileira: evolução desde 1945, principais vertentes e linhas de ação.
3. O Brasil e a América do Sul. Mercosul.
4. A política externa argentina. A Argentina e o Brasil.
5. A política externa norte-americana e relações com o Brasil.
6. Relações do Brasil com os demais países do hemisfério.
7. Política externa francesa e relações com o Brasil.
8. Política externa inglesa e relações com o Brasil.
9. Política externa alemã e relações com o Brasil.
10. A União Européia e o Brasil.
11. Política externa russa e relações com o Brasil.
12. A África e o Brasil.
13. A política externa da China, da Índia e do Japão; relações com o Brasil.
14. Oriente Médio: a questão palestina; Iraque; Irã.
15. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
16. O Brasil e o projeto de área de livre comércio das Américas (ALCA).
17. A agenda internacional e o Brasil: 17.1 Desenvolvimento; 17.2 Pobreza e ações de combate à fome; 17.3 Meio ambiente; 17.4 Direitos Humanos; 17.5 Comércio internacional e Organização Mundial do Comércio (OMC); 17.6 Sistema financeiro internacional; 17.7 Desarmamento e não-proliferação; 17.8 Terrorismo; 17.9 Narcotráfico; 17.10 A reforma das Nações Unidas.

Bibliografia sugerida:

ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (Org.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira**. São Paulo: USP, 1996, 4v.

BAYLIS, John & SMITH, Steve (Orgs.). **The Globalization of World Politics: an introduction to international relations**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. **Repertório de Política Externa – Posições do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2007.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica: um estudo da ordem na política mundial**. Brasília: Editora UnB/Imprensa Oficial do Estado/IPRI, 2002.

CASTRO, Marcus Faro de. **Política e Relações Internacionais: fundamentos clássicos**. Brasília: Editora UnB, 2005.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

___________. **As Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FONSECA JR., Gelson. **A Legitimidade e Outras Questões Internacionais: poder e ética entre as nações**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GILPIN, Robert. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: Editora UnB, 2002.

________. **O Desafio do Capitalismo Global: economia mundial no século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOLDBLAT, Jozef. **Arms Control: The New Guide to Negotiations and Agreements**. 2 ed. Thousand Oaks: Sage Publications Ltd, 2002.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos Anos de Periferia: uma Contribuição ao Estudo da Política Internacional**. 5 ed. Rio de Janeiro : Contraponto, 2007.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três Conferências Ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

LESSA, Antônio Carlos. **A construção da Europa: a última utopia das relações internacionais**. Brasília: Funag; IBRI, 2003.

MOREIRA, Marcílio Marques; NISKIER, Arnaldo; REIS, Adacir (org.). **Atualidade de San Tiago Dantas**. São Paulo: Lettera.doc, 2005.

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações**. Brasília: FUNAG/IPRI, Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates.** Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2005.

NYE JR, Joseph S. **Compreender os Conflitos Internacionais: uma introdução à teoria e à história**. Lisboa: Editora Gradiva, 2002.

PARADISO, José. **Um lugar no mundo: a Argentina e a busca de identidade internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005.

PECEQUILO, Cristina S. **A Política Externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.

PINHEIRO, Leticia. **Política Externa Brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

ROBERTS, Paul. **The End of Oil: On the Edge of a Perilous New World**. Boston: Mariner Books, 2005.

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da. **Relações Internacionais: teorias e agendas**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.

VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, Integração e Processo Negociador: A Construção do Mercosul**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: Multilateralização, Desenvolvimento e a Construção de uma Potência Média (1964-1985)**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

VIZENTINI, P. F.; WIESEBRON, Marianne (Orgs.). **Neohegemonia americana ou multipolaridade? Pólos de poder e sistema internacional.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2006.

Os candidatos poderão servir-se também de periódicos especializados, tais como **Revista Brasileira de Política Internacional** (www.ibri-rbpi.org.br), **Política Externa** (www.politicaexterna.com.br), **Foreign Affairs** (www.foreignaffairs.org) e **Foreign Policy** (www.foreignpolicy.com), bem como das páginas eletrônicas do Ministério das Relações Exteriores (www.mre.gov.br) e da Rede Brasileira de Relações Internacionais (www.relnet.com.br).

Publicações adicionais que podem auxiliar a preparação dos candidatos estão disponíveis na FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão, tais como toda a série de Manuais do Candidato e a série Teses do CAE:

site na Internet – www.funag.gov.br
e-mail: funag@mre.gov.br
e-mail do Setor de Publicações: publicacoes@funag.gov.br

Brasília
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
ANEXO II, TÉRREO, SALA 1
70170-900 Brasília - DF
Telefones: (061) 3411-6033/6034/6847/6857
Fax: (061) 3322-2931, 3322-2188

Rio de Janeiro
Palácio Itamaraty
Avenida Marechal Floriano, 196 - Centro
520080-002 Rio de Janeiro - RJ
Telefax: (021) 2233-2318/2079

Prova de 2007

Questão 1

Um dos traços marcantes da política internacional após a Segunda Guerra Mundial foi a expansão do multilateralismo que, assim como os regimes e organizações internacionais surgidos desde então, constitui instrumento de governança nos planos regional e global. O multilateralismo converteu-se, conseqüentemente, em dimensão essencial de política externa e de atuação diplomática de forma geral. Com base nessas premissas, analise a importância do

multilateralismo para a inserção internacional do Brasil, caracterizando as estratégias adotadas pelo país com vistas ao fortalecimento dessa fundamental dimensão política.

Marcelo Azevedo de Araújo (20/20)

O multilateralismo assume grande relevância para as relações internacionais sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Entendeu-se, então, que, a despeito das premissas realistas segundo as quais os Estados agem sempre pela força em busca de sobrevivência e segurança, era preciso impor algum limite às ações desses agentes, a partir de maior cooperação internacional efetivada em foros permanentes, como a ONU. Essa tendência, intensificada na segunda metade do século passado, sofreu significativo reforço nas últimas décadas. Com o crescimento da interdependência internacional, os Estados precisam uns dos outros para o tratamento de quase todas as temáticas. Desafios como terrorismo, violação dos direitos humanos e aquecimento global não podem ser tratados singularmente, não importa quão poderoso um Estado se presuma. Conforme argumenta Kofi Annan, embora as abordagens multilaterais não sejam garantia de sucesso, os meios unilaterais estão fadados ao fracasso.

Para o Brasil, cuja identidade internacional se baseia em uma inserção principista, o multilateralismo foi sempre prezado como de grande valia. Na medida em que o país não possui "excedentes de poder", na expressão de Saraiva Guerreiro, precisa pautar sua diplomacia na defesa de princípios como a não-intervenção, a solução pacífica de controvérsias e o respeito ao direito internacional como forma de atingir maior legitimidade. Esse capital diplomático da legitimidade, somado a uma capacidade de "articulação de consensos", na expressão de Abdenur, transforma os foros multilaterais em espaços nos quais uma diplomacia competente e profissional pode multiplicar a influência e o prestígio internacional do Brasil, tornando-o um global player. Bom exemplo disso é a articulação do G-20 no âmbito da OMC. Por meio dessa coalizão, o país tornou-se um interlocutor indispensável no multilateralismo comercial, não obstante seja responsável por menos de 1% das trocas internacionais.

Embora sempre valorize o multilateralismo, as posições que o Brasil adotou perante os foros desse tipo nem sempre foram iguais, cabendo diferenciar dois períodos, segundo Gelson Fonseca Jr.: a "autonomia pela distância" e a "autonomia pela participação". No primeiro, quando, durante a vigência da guerra fria, havia rígida bipolaridade, o Brasil adotou uma postura de distanciamento como melhor forma de preservar sua autonomia. Quanto ao multilateralismo, apesar do apoio em princípio, passou a predominar o entendimento – sobretudo após a conclusão do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) – de que estaria sendo utilizado para "congelamento do poder mundial", segundo avaliação de Araújo Castro. Assim, o Brasil distanciou-se do Conselho de Segurança da ONU e encarou com suspeitas o debate ambiental internacional. A defesa do multilateralismo, nesse contexto, deu-se por meio da valorização de foros terceiro-mundistas, como o G-77 e a Unctad.

Com o fim da guerra fria, em âmbito internacional, e o advento da redemocratização, em âmbito interno, ressaltou-se a necessidade de repensar a política externa brasileira, e, com isso, empreendeu-se importante correção de rumos. Conforme argumenta Gelson Fonseca Jr., com o arrefecimento do conflito bipolar, mudaram-se os padrões de alinhamento e também os de legitimidade. Nesse contexto, percebem-se rápidas transformações no cenário global. Ainda que não se possam prever os rumos que irão tomar, é certo que é de todo interesse do Brasil influir nos regimes que se formam e se modificam. Daí a necessidade de

uma postura participativa, pró-ativa, diferenciada e criativa nos foros internacionais, como forma de preservar-se a autonomia internacional ante um cenário futuro incerto.

De acordo com essa postura de reapreciação do multilateralismo, o Brasil vem adotando uma estratégia de valorizar os foros desse tipo, especialmente no governo Lula, com o objetivo de aproveitar os espaços gerados pelo "redesenho da balança global de poder" (Sombra Saraiva), de forma a estabelecer-se uma globalização menos assimétrica. No âmbito da ONU, a prioridade tem sido a democratização de seu Conselho de Segurança, com ampliação da representação dos países em desenvolvimento, e a valorização da Assembléia Geral, incumbindo-lhe a discussão das metas do milênio de forma mais ativa e mesmo de temas atinentes à segurança. No âmbito da OMC, o Brasil, juntamente com seus aliados do G-20, insiste no cumprimento da Agenda do Desenvolvimento de Doha, de forma a garantir um comércio internacional mais eqüitativo e, no limite, até uma "nova geografia econômica internacional", na expressão do Presidente Lula. No regime ambiental, o Brasil, além de ter sido sede do maior encontro mundial nesse âmbito, a CNUMAD, apresenta uma postura de defesa do desenvolvimento sustentável, bem como da maior responsabilidade dos países desenvolvidos (responsabilidades comuns, porém diferenciadas).

Em um mundo crescentemente globalizado, portanto, o multilateralismo torna-se não uma escolha, mas um instrumento irrecusável para estabelecer-se a cooperação global. O Brasil, cuja inserção internacional se baseia na legitimidade, naturalmente, apóia o multilateralismo e mesmo toma medidas para seu fortalecimento. Atualmente, complementando-se o idealismo kantiano preponderante na gestão Cardoso com a estratégica logística do governo Lula, têm-se utilizado os foros multilaterais para a abertura de oportunidades para os países em desenvolvimento, a fim de que possam crescer de modo sustentável, fortalecer suas instituições e mitigar a pobreza e a fome.

Questão 2

As multinacionais brasileiras estão contribuindo, a seu modo, para o processo de integração na América do Sul, com importantes investimentos nos países vizinhos (por exemplo, na Bolívia, na Venezuela e no Equador). Analise as implicações da crescente atuação de empresas brasileiras na região e suas implicações para a política externa brasileira.

Marcelo Calero Faria Garcia (20/20)

O Governo Lula da Silva representou a acentuação do que Amado Cervo conceituou como Estado Logístico: o governo, nos moldes do que fazem os países centrais, ouve o empresariado e suas demandas, buscando fortalecer o núcleo robusto da economia e, com isso, permitir a internacionalização dos negócios das companhias nacionais, sempre com o apoio logístico do Estado. Não se trata, pois, de volta à era do Estado Empresário, mas de superação do Estado Normal, responsável que foi pela venda do patrimônio nacional e por uma inserção dita moderna, mas marcada pelo signo da dependência.

Nesse sentido, nos últimos anos, tem-se observado uma significativa expansão dos negócios de empresas brasileiras pelo globo, em especial em nosso entorno geográfico, a América do Sul. O capital brasileiro tem, de fato, empreendido investimentos contínuos na aquisição de empresas e no desenvolvimento de novos negócios no espaço sul-americano, o que, à parte refletir uma nova concepção do próprio papel do Estado Nacional no relacionamento econômico, traz para nossa política externa alguns desafios.

De fato, a atuação de empresas brasileiras tem contribuído para a crescente dinamização de algumas economias da região. A atuação da Petrobras na Bolívia – ainda

que recentemente marcada por alguns impasses e desafios – teve papel crucial como geradora de empregos e indutora do desenvolvimento daquele país andino. A Petrobras tem ainda atuação marcante na Venezuela, onde, em parceria com a estatal PDVSA, é responsável pela exploração de campos na Bacia do Orinoco e no âmbito do grande projeto de exploração de gás Mariscal Sucre. A compra de ativos da Shell marcou a entrada da estatal brasileira no mercado paraguaio e uruguaio, além da intensificação de sua presença na Colômbia, onde já possuía refinarias. Em 2001, a aquisição do Grupo Perez-Companc, na Argentina, determina o ingresso da Petrobras naquele país, onde hoje possui uma atuação fortalecida e pujante, sendo uma das principais marcas daquela nação platina. Também no campo dos serviços, as empresas brasileiras têm tido reconhecida atuação, destacando-se, nesse caso, a área bancária, sendo emblemática a atuação do Itaú na Argentina e a recente compra, pelo referido banco paulista, dos ativos do Banco de Boston, não só no Brasil, mas também no Chile e no Uruguai. A atuação de grandes empreiteiras brasileiras, como a Andrade Gutierrez, é igualmente exemplo de excelência brasileira em serviços. A multinacionalização de empresas brasileiras completa-se, ainda, com importantes iniciativas na área industrial, destacando-se a área de bebidas, com relevante atuação da INBEV na Argentina e no Peru, entre outras iniciativas.

A presença de tantos projetos liderados por capitais brasileiros, além de contribuir de maneira decisiva para o desenvolvimento das economias locais, acaba por resvalar para acusações, por parte de alguns segmentos das sociedades envolvidas, de atuação subimperialista do Brasil, o que, porém, não encontra maior respaldo nos dados que surgem da análise da presença de empresas brasileiras no espaço sul-americano. Se alguns conflitos e divergências pontuais existem – e isto é natural no relacionamento entre atores tão complexos como o Estado e as grandes corporações empresariais – o balanço final é positivo, seja para as sociedades que recebem o investimento, seja para o Brasil, que passa a receber lucros, pagamento de royalties e tem uma oportunidade para a expansão de suas exportações, na medida em que a instalação de multinacionais brasileiras no exterior é feita muitas vezes com base na larga importação de insumos por parte das subsidiárias locais desde a matriz no Brasil.

As multinacionais de origem brasileira revelam, assim, uma verdadeira capacidade de liderança do país, ao mesmo tempo que consubstanciam uma integração de cadeias produtivas, fortalecendo os laços e as próprias bases da integração regional. Essa atuação corresponde, pois, à posição do governo brasileiro de que a integração do espaço sul-americano não deve estar fundada apenas em aspectos políticos, mas também em aspectos econômicos. Entende-se, assim, que o desenvolvimento de economias locais, auspiciado por iniciativas, sejam eminentemente públicas ou privadas, do Brasil, contribuiria para a complementaridade entre as economias regionais, fortalecendo, em termos macro, o processo associativo em curso.

A grande atuação de corporações de origem brasileira no espaço sul-americano gera desafios também para nossa diplomacia e para nossa política exterior de uma maneira geral. Com efeito, essa atuação surge como uma nova condicionante do relacionamento brasileiro com os países do seu entorno, a qual até recentemente existia em escala reduzida. O Estado passa, assim, a ter o papel de verdadeiro mediador, junto aos governos locais, das empresas que se internacionalizam, na medida em que essas corporações traduzem, na maioria dos casos, perspectivas e interesses que têm relação direta com o próprio desenvolvimento nacional.

Ademais dessa postura de mediação, a política externa brasileira passa a incluir, ainda, iniciativas de financiamentos de empreendimentos no exterior, o que vai ao encontro de interesses e demandas das grandes multinacionais brasileiras, numa relação simbiótica

profícua e benéfica para o país como um todo. Exemplo disso é o financiamento, promovido pelo BNDES, para a construção do metrô de Caracas, obra que conta com a participação de empreiteiras de capital brasileiro.

Além da mediação – seja para a entrada de empresas, seja para a solução de conflitos – e do financiamento de projetos no exterior como políticas de governo no âmbito do relacionamento externo do país, as próprias diretrizes gerais da política externa brasileira passam a ser influenciadas por essa nova realidade de presença de empresas brasileiras em outras economias, sobretudo sul-americanas. Em suas negociações multilaterais, o Brasil passa a levar em conta que, mais do que um simples exportador, é agora um investidor, o que implica buscar, nessas negociações, mecanismos que efetivem proteção e resguardo a tais investimentos.

Assim, a presença de empresas multinacionais brasileiras no exterior, especialmente na América do Sul, é realidade alimentada pela própria concepção de Estado que atualmente se desenvolve, mas, ao mesmo tempo, cria novos condicionamentos e variáveis para a formatação de nossa política exterior. Cria, ainda, novas condições para as próprias empresas que se lançam a empreendimentos fora de nossas fronteiras, demandando uma atuação firme do governo brasileiro na resposta a seus anseios, sempre em uma perspectiva de busca do desenvolvimento nacional.

Questão 3

Em um período de menos de um mês, o Presidente Bush veio ao Brasil e o Presidente Lula foi aos Estados Unidos da América. Analise a evolução recente das relações bilaterais Brasil–Estados Unidos da América e suas perspectivas.

Carlos Augusto Rollemberg de Resende (19/20)

Desde que o Barão do Rio Branco mudou o eixo da política exterior brasileira de Londres para Washington, discute-se a natureza das relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos. Esse debate foi por vezes caracterizado pela existência de duas tendências da política exterior brasileira: uma americanista, outra universalista. Pode-se dizer, então, que, desde a década de 1970, se consolidou a vertente universalista, tendo por fundamento o desejo de autonomia. É o que se percebe com a denúncia do Acordo Militar entre Brasil e Estados Unidos pelo Presidente Geisel.

Durante o Governo Sarney, houve fortes tensões entre os dois países. No plano comercial, a disputa dava-se em torno de questões de propriedade intelectual – de fármacos e de informática – e de redução das tarifas comercias brasileiras. Havia, também, problemas nas negociações da dívida externa. Apesar disso, a partir da segunda metade da década de 1980, as relações bilaterais começaram a dar sinais de maturidade. A diplomacia brasileira demonstrou-se hábil em desdramatizar as crises, e os dois países concordaram em discordar.

Isso é importante de ser destacado, pois as relações bilaterais não eram afetadas mesmo quando havia divergências no plano multilateral. No âmbito do comércio, por exemplo, Brasil e Estados Unidos assumiram posições diferentes e às vezes opostas nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas e da Organização Mundial do Comércio. As divergências principais eram nas questões dos subsídios agrícolas e dos novos temas – como propriedade intelectual, serviços e compras governamentais. Ademais, no plano hemisférico, o Brasil privilegiava o fortalecimento do Mercosul. Ao assumir a co-presidência das negociações da ALCA com os Estados Unidos, o Brasil demonstrava não ser

contrário, a priori*, ao projeto. Mas as dificuldades de conciliar os interesses divergentes levaram ao fracasso das negociações em 2005.*

Na OMC, Brasil e Estados Unidos têm-se empenhado para destravar as negociações, apesar das divergências, como demonstram os constantes encontros bilaterais e a recente reunião do G-4 (Estados Unidos, Brasil, Índia e União Européia) em Nova Déli.

Nas questões de segurança, a adesão do Brasil aos principais regimes de desarmamento e de não-proliferação contribuiu para aproximar os dois países, como demonstrado em 2005, quando o Presidente Bush aceitou inspeções limitadas da Agência Internacional de Energia Atômica ao complexo nuclear de Resende. Os dois países, entretanto, divergem quanto ao combate ao terrorismo, ao Iraque e à tentativa dos Estados Unidos, no plano hemisférico, de militarizar as chamadas novas ameaças, como o narcotráfico. Isso não impede, porém, que os dois países cooperem bilateralmente no combate ao tráfico de drogas e a outros ilícitos transnacionais. Ademais, divergências quanto ao Plano Colômbia não impediram a cooperação dos Estados Unidos no estabelecimento do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).

Nas questões ambientais, também há divergências. No regime de mudança climática, os Estados Unidos não ratificaram o Protocolo de Quioto e demandam que países em desenvolvimento, como Brasil, China e Índia, também reduzam suas emissões de gases poluentes, ao que a diplomacia brasileira se opõe. Mas, por meio do Programa Piloto do G-7 (PPG-7), Brasil e Estados Unidos cooperam para a preservação da Amazônia e da Mata Atlântica.

Relacionada à questão ambiental, está a recentemente firmada cooperação para a produção de biocombustíveis. Esse acordo e os encontros dos Presidentes Lula e Bush são sinais do excelente relacionamento entre os dois países, como destacado pelo Chanceler Celso Amorim. A cooperação na área de biocombustíveis tornou pública uma face pouco conhecida do relacionamento bilateral, que é a cooperação com terceiros países: Brasil e Estados Unidos pretendem cooperar para tornar o etanol uma commodity *no mercado internacional e, para tanto, ofereceram cooperação para a produção e o desenvolvimento de tecnologias de combustíveis a países da América Latina e da África.*

No continente africano, Brasil e Estados Unidos têm parceria em alguns projetos, como o de fortalecer o Legislativo de Guiné-Bissau. Apesar das divergências em relação às patentes de fármacos, o Congresso dos Estados Unidos recentemente parabenizou o Brasil por seus programas de combate à AIDS na África.

O crescimento dos fluxos comerciais e de investimentos entre Brasil e Estados Unidos também são sinais de que o relacionamento bilateral é positivo. Além de principal parceiro econômico, os Estados Unidos também são um dos principais parceiros em projetos sociais, particularmente no combate ao tráfico de pessoas – o Brasil é um dos oito países com os quais os Estados Unidos mantêm programas nessa área – e na promoção de igualdade racial – com destaque para as parcerias com a Fundação Ford.

As perspectivas do relacionamento bilateral são, portanto, positivas. Entretanto, as questões comerciais multilaterais devem ser destacadas. Em julho, vencerá a autorização do Congresso para o Presidente Bush negociar acordos comerciais, o que é uma dificuldade para o avanço das negociações da Rodada Doha. Ademais, o Congresso de maioria democrata não se decidiu sobre a Farm Bill*, lei que regula os subsídios agrícolas. Sua manutenção também prejudicará as negociações da Rodada Doha. O Congresso aprovou, no entanto, a manutenção do Brasil no Sistema Global de Preferências dos Estados Unidos, o que têm animado a diplomacia brasileira.*

Por fim, deve-se destacar que o Brasil é visto pelos Estados Unidos como importante interlocutor nas negociações multilaterais de comércio e na promoção da estabilidade política na América do Sul.

Questão 4

"Costumo dizer que a Europa é um mercado, sem dúvida. Sem uma base econômica, não podemos ter integração. Mas é também uma união política, tem de ter um projeto político que necessariamente se assenta em valores, e um desses valores essenciais é a solidariedade, porque, sem solidariedade, não há união."

Comente o trecho acima, extraído da entrevista que o Presidente da Comissão Européia, Durão Barroso, concedeu ao jornal Folha de S. Paulo, em 22 de abril de 2007, e identifique os principais desafios enfrentados pelo processo de integração na Europa no marco de seus cinqüenta anos.

Fábio Simão Alves (20/20)

Tal como originalmente concebido no histórico Plano Schumann, no início dos anos 1950, o projeto do que hoje é a União Européia se caracterizava por ser um projeto eminentemente político, que tinha como instrumento a integração econômica. O objetivo da CECA (1952) e da CEE (1957) – reunidos, juntamente com a EURATOM (1957), no âmbito da Comunidade Econômica Européia, em meados dos anos 60 – era garantir a paz e a estabilidade política na Europa por meio da sinergia econômica entre seus países, especialmente entre Alemanha e França, que mais tarde viriam a constituir o motor franco-alemão do projeto integracionista.

Este projeto político não foi, no entanto, jamais assentado sobre uma base consensual. Ao longo de cinco décadas, debateram-se duas versões, que refletiam duas visões divergentes sobre qual deveria ser o verdadeiro objetivo do projeto de integração. A primeira versão defendia a Europa das Nações. De acordo com ela, a integração deveria assentar-se na formação de uma unidade política, uma federação européia ou os "Estados Unidos da Europa". Segundo essa perspectiva, o objetivo do processo de integração seria romper as fronteiras entre os povos europeus, amalgamando-os numa única unidade política.

A segunda versão defendia a chamada Europa dos Estados. Segundo ela, a Europa deveria caminhar rumo a uma confederação de Estados soberanos, com a manutenção de suas soberanias e identidades. Fortemente defendida por setores nacionalistas do continente e pela França gaullista, este parece ter sido o projeto que se impôs. Com efeito, foi a visão consagrada no Ato Único Europeu (1986), no Tratado de Maastricht (1991) e no Tratado Constitucional (2004).

A construção da Europa política, acelerada a partir do Ato Único (num contexto de final de Guerra Fria que ameaçava tirar do continente a importância política e estratégica que tivera até então), seria consagrada com Maastricht – que instituiu os princípios gerais da Política Externa e de Segurança Comum (PESC), instrumento fundamental para fazer avançar a unidade política européia – e com o Tratado Constitucional, firmado em Roma, que consolidaria a União Européia, conferindo-lhe personalidade jurídica de direito internacional público e institucionalizando a PESC (inclusive com a criação de um ministro de relações exteriores). No entanto, a não ratificação do Tratado Constitucional por França e Holanda, em razão da recusa popular em ambos os países, foi um duro golpe para o projeto de união política da Europa. Desde então, a União tem estado em crise, que alguns

autores classificam de "crise de identidade" ou de "crise de meia-idade", uma vez que o projeto de integração completou, em 25 de março de 2007, seu 50º aniversário.

Diversas são as dificuldades com que se defronta a União Européia neste momento, e que, de certa forma, a impedem de forjar a união política fundada na solidariedade de que nos fala J. Manuel Durão Barroso.

Em primeiro lugar, deve-se destacar a fraqueza da base de valores que devem sustentar a união política. Em que pese ao consenso quanto a, por exemplo, liberdade, direitos humanos, democracia, laicismo, existem sérias divergências que opõem, por exemplo, europeísmo e nacionalismo, liberalismo e socialismo, entre outros. Cite-se o Tratado Constitucional: para os liberais, ele é demasiado socialista, ao passo que, para os socialistas, é demasiado liberal. Durante os debates que antecederam o referendo de ratificação na França, a Carta de Direitos do Tratado foi duramente criticada por todos os grupos políticos, o que demonstra falta de consenso quanto aos valores fundamentais que, segundo Durão Barroso, devem sustentar a união política européia.

Em segundo lugar, dois grupos se enfrentam quanto a qual deve ser a estratégia de integração do continente: expandir a UE para novos países ou aprofundar a integração entre aqueles que já são membros. Entusiastas da entrada de dez países do Leste Europeu em 2004, bem como da Romênia e da Bulgária em 2007, foram duramente criticados por aqueles que diagnosticavam na UE problemas que deveriam ser resolvidos antes de que se pensasse em novos alargamentos – no que têm razão, pois pouco ajuda arregimentar novos membros para um bloco em crise, que não sabe ao certo qual rumo tomar.

A possível admissão da Turquia é um terceiro problema, que reúne em escala ampliada os dois primeiros. Quanto aos valores fundamentais da União, muitos crêem impossível compatibilizar a Europa cristã, laica e liberal com a Turquia, muçulmana, com uma política fortemente influenciada pela religião e com problemas de consolidação democrática. Quanto ao processo de integração em si, a eventual admissão da Turquia romperia o equilíbrio político e institucional do bloco (por conta do tamanho populacional, que determina o voto ponderado em algumas euro-instituições), ameaçando aprofundar a crise da União.

Ademais, retrocessos em relação às conquistas já logradas são outra dificuldade com que se defronta a Europa dos 27. A PESC, por exemplo, embora delineada em Maastricht, não foi operacionalizada – e a dificuldade de ação conjunta dos Estados europeus, tal como evidenciada na cisão entre a "nova Europa" e a "velha Europa" por ocasião da Guerra no Iraque (2003), contribui ainda mais para miná-la. Mesmo o euro, símbolo da integração européia, tem sofrido contestações por parte da França e da Itália – o presidente-eleito da França, Nicolas Sarkozy, tem culpado as políticas "recessionistas" do Banco Central Europeu pelo baixo crescimento econômico do país.

Finalmente, vale mencionar a oposição dos "eurocéticos", que não crêem no sucesso da Europa e levantam suas vozes – inclusive no Parlamento Europeu – contra o processo de integração.

Para lograr o sucesso de sua construção política, a UE deverá vencer os obstáculos que se lhe colocam. Sua inserção plena no sistema internacional, contribuindo decisivamente para o multilateralismo, dependerá da retomada de seu projeto político e da concentração de esforços para seu êxito.

Questão 5

Em 2008, será comemorado o centenário da imigração japonesa no Brasil. Discorra sobre as relações Brasil-Japão, comparando a década de setenta do século passado com o

período atual, do ponto de vista dos fluxos de comércio e de investimentos, das parcerias de cooperação e dos vínculos humanos existentes entre os dois países.

André Souza Machado Cortez (20/20)

Brasil e Japão são parceiros políticos e econômicos de longa data. Recentemente, contudo, em função da formação e consolidação do Mercosul e também devido às crises econômicas dos Tigres Asiáticos e do Brasil na década de 1990, esses países afastaram-se. A atual política externa brasileira (PEB) tem como um de seus objetivos reaproximar o País do Japão. Várias iniciativas foram implementadas nesse sentido.

Na década de 1970, Brasil e Japão viviam projetos econômicos de inserção na economia mundial radicalmente distintos. Por um lado, o Brasil dava continuidade ao seu processo de substituição de importações, baseado na associação entre capital privado nacional e investimentos externos (diretos e empréstimos) e governamentais (estes na área de infraestrutura). O Japão, por outro lado, organizava sua indústria voltando-a para a exportação de bens de alto valor agregado. A acumulação de poupança interna e os investimentos em tecnologia eram, dessa forma, essenciais para o projeto de recuperação econômica japonês. Tal disparidade, no entanto, não inviabilizou o comércio e as relações diplomáticas entre os países.

Protecionista, o Brasil não foi grande importador de manufaturados japoneses durante os anos 1970. Por outro lado, já era um importante exportador de bens primários para esse país. Data dessa década, inclusive, o Projeto de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), que logrou sucesso em introduzir o cultivo de soja na região Centro-Oeste. O projeto, atualmente em sua terceira etapa, foi em grande parte financiado por capital japonês, já que o Japão desejava emancipar-se da dependência da soja norte-americana. O PRODECER foi responsável também por alçar a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) a uma empresa de ponta no setor agrícola.

Atualmente, o Japão é grande investidor no Brasil. Entre os investimentos diretos, destacam-se as montadoras de automóveis Toyota e Honda. O governo japonês, por meio de sua agência de desenvolvimento, tem importantes projetos no Brasil. Merecem ser citados o projeto de prevenção de enchentes no Rio Tietê, em São Paulo, e o projeto de despoluição da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, além do já mencionado PRODECER. Em termos de investimentos, cabe também lembrar que o Japão tem interesse em participar da viabilização do projeto de integração sul-americana, IIRSA, na construção e financiamento de rodovias, barragens e demais obras de infraestrutura.

Se o Brasil continua sendo grande exportador de produtos primários para o Japão – como o era na década de 1970 –, com destaque para a soja e os minérios empregados em indústrias de tecnologia de ponta, o País passou a importar cada vez mais produtos japoneses. A abertura comercial dos anos 1990 foi determinante nesse sentido. Além de fábricas do setor automotivo, indústrias de outros bens de consumo como televisores e eletroeletrônicos também se instalaram no País.

Em termos de cooperação, destaca-se o recente Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL), criado nos anos 1990. O objetivo desse órgão foi reaproximar as duas regiões e ampliar o conhecimento mútuo sobre suas realidades locais. Em 1999, o Brasil firmou com o Japão a "Aliança para o Século XXI", a qual restabeleceu entre as nações o mesmo diálogo de alto nível que mantinham em anos anteriores, notadamente na década de 1970.

Uma das mais novas e promissoras parcerias entre os dois países diz respeito à televisão digital. Em recente acordo, o Brasil comprometeu-se a adotar o padrão japonês de

TV digital em troca de transferência de tecnologia em setores de ponta, como os semicondutores.

O relacionamento saudável entre Brasil e Japão também se fez sentir recentemente em foros multilaterais. Os países são parceiros de G-4 e convergem em relação à necessidade eminente de reformar o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em termos populacionais, o Brasil concentra a maior comunidade japonesa fora do Japão. Se o País sempre foi um receptor de imigrantes, atualmente ele é ponto de partida de fluxos migratórios. Merece destaque, nesse sentido, o recente "fenômeno decasségui" – brasileiros descendentes de japoneses que voltam à terra natal de seus pais e avós em busca de trabalho. Grande parte das transferências unilaterais do balanço de pagamentos brasileiro advém daí. Cabe destacar que essa aproximação também é responsável por uma empatia cultural, reforçando em termos de vínculos humanos as relações entre Brasil e Japão.

Assim como ocorre com as demais parcerias tradicionais, a atual ênfase da PEB na cooperação sul-sul não prejudica a relação Brasil-Japão. Iniciativas recentes têm apontado para o incremento dessa parceria. As relações bilaterais entre os países tende a aumentar, seja por meio do comércio e dos investimentos, seja por conta dos fluxos migratórios, seja pelo entendimento mútuo em foros diplomáticos multilaterais.

*

INGLÊS

A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de três partes: versão de um ou mais textos (valor: 25 pontos); tradução de um ou mais textos (valor: 25 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor: 50 pontos).

Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido de 350. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Programa:

1. Redação em língua inglesa: expressão em nível avançado; domínio da gramática; qualidade e propriedade no emprego da linguagem; organização e desenvolvimento de idéias.

2. Versão do Português para o Inglês: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfossintática e lexical.

3. Tradução do Inglês para o Português: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfossintática e lexical.

Orientação para estudo

1. Versão (25 pontos)

A versão do Português para o Inglês deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.

2. Tradução (25 pontos)

A tradução do Inglês para o Português deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.

3. Redação (50 pontos)

Os candidatos devem demonstrar conhecimento avançado de Inglês e capacidade de usá-lo em redação bem estruturada. A distribuição dos 45 pontos faz-se da seguinte maneira:

- Correção gramatical (20 pontos)

Avaliam-se a correção e a propriedade no emprego da linguagem. Deduz-se 1 (um) ponto para cada erro, com exceção das falhas de pontuação ou de ortografia, às quais corresponde dedução de 0,5 (meio) ponto por ocorrência. A atribuição de nota zero no quesito

"correção gramatical" implica, automaticamente, nota zero para a redação como um todo. Do mesmo modo, será atribuída nota zero às redações que demonstrarem baixo padrão de conhecimento da língua inglesa.

- Organização e desenvolvimento de idéias (20 pontos)

Serão considerados, principalmente, os itens a seguir:

a) capacidade de raciocínio e de expressão clara em Inglês;

b) pertinência das idéias e da eventual exemplificação em relação ao tema;

c) adequada organização formal da redação, com adequada paragrafação.

Os candidatos devem esforçar-se para apresentar redação interessante. A originalidade não será exigida, mas será avaliada positivamente, da mesma forma que o uso adequado de exemplos. Serão severamente punidas as redações decoradas e simplesmente adaptadas ao tema proposto. A redação que fugir a esse tema será punida com nota zero.

- Qualidade de linguagem (10 pontos)

Atribuem-se pontos ao candidato pelo correto uso de Inglês idiomático, por construções variadas e pelo emprego de vocabulário amplo e preciso.

Os candidatos que usarem construções de cunho meramente elementar na redação receberão nota zero no quesito, em especial quando esse recurso for utilizado para evitar erros.

Bibliografia sugerida:

Jornais e revistas

A Internet permite o acesso a vasto número de publicações em língua inglesa. Para preparar-se para o concurso, é útil a leitura de publicações do padrão do *The Times* de Londres*, The New York Times, The Washington Post e Guardian, The International Herald Tribune, The Financial Times, The Economist e Newsweek*. Pode-se encontrar a versão impressa de muitas dessas publicações em livrarias e bancas de revistas das principais cidades do País.

Dicionários de inglês

Collins Cobuild English Language Dictionary. Londres: Collins.

Language Activator. Londres: Longman.

The Longman Dictionary of Contemporary English. Londres: Longman.

The Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English. Oxford: University Press.

Oxford English Dictionary. Oxford: Oxford University Press.

The Random House College Dictionary. New York: Random House.

The Random House Dictionary of the English Language. New York: Random House.

Roget´s Thesaurus. Londres: Longman.

Webster´s Collegiate Dictionary. New York: BD&L.

Webster´s Third International Dictionary. New York: BD&L.

Dicionários inglês-português e português-inglês

Cambridge Word Routes-Inglês/Português: Dicionário temático do inglês contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Dicionário Português-Inglês, Inglês-Português. Porto: Porto Editora.

Novo Michaelis: Português-Inglês, Inglês-Português. São Paulo: Melhoramentos.

Taylor, J. L. **Portuguese-English Dictionary**. Rio de Janeiro: Record.

Gramáticas

BENSON, M. *et alii*.. **The BBI Combinatory Dictionary of English: A guide to word combinations**. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins.

Collins Cobuild English Usage. Londres: Harper Collins.

Comprehensive Grammar of the English Language. Londres: Longman.

CUTTS, M. **The Plain English Guide**. Oxford, Oxford University Press.

FRANK, M. **Modern English**. Englewood-Cliffs: Prentice-Hall.

LEECH, G.; SVARTVIK, J. **A Communicative Grammar of English**. Londres: Longman.

HILL, J.; LEWIS, M. (Orgs.) **LTP Dictionary of Selected Collocations**. Hove: Language Teaching Publications.

SANTOS, Agenor. **Guia Prático de Tradução Inglesa**. São Paulo: Cultrix.

SWAN, M. **A Practical English Usage**. Oxford: Oxford University Press.

THOMPSON, A. J.; MARTINET, A.V. **A Practical English Grammar**. Oxford: Oxford University Press.

Outras fontes

WALKER, S. B. **Candidate´s Handbook**: English. Brasília: FUNAG, 2000.

Internet: Há numerosos dicionários e glossários disponíveis em linha, bem como variadas fontes de informações e de consulta. Duas referências iniciais, a título meramente indicativo:
http://www.yourdictionary.com;
http://www.bbc.co.uk

Prova de 2007

1 – TRANSLATION (Total: 30 marks)

A) (15 marks)

Translate into Portuguese the following text adapted from John Cornwell's **Seminary Boy** (New York: Doubleday, 2006):

By late 1944, and after four wartime home removals, I was attending a Catholic primary school run by Irish nuns and spinsters, surrounded by a hostile world of unbelief. One Sunday a V-2 rocket destroyed a nearby Anglican church, killing most of the congregation.

The next day Miss Doonan, who taught us so piously to make the sign of the cross, informed us that these people had been struck down by God because they were Protestants.

The day before we celebrated the end of the war in Europe, I was humming to myself, skipping ahead of the girl who took me to school, when two bull terriers hurtled round the corner and sank their teeth into my plump legs. I spent the morning in a doctor's surgery being stitched up and painted with iodine. According to the policeman who visited our house on Victory Day, the dogs' owner claimed that I had made the animals bite me by my singing and dancing.

Marcílio Falcão Cavalcanti Filho (14/15)

No fim de 1944, após quatro mudanças de residência por causa da guerra, eu freqüentava uma escola primária administrada por solteironas e freiras irlandesas, cercada por um mundo hostil de descrença. Num domingo, um foguete V-2 destruiu uma igreja Anglicana que ficava próximo, matando a maior parte da congregação. No dia seguinte, a senhorita Doonan, que nos ensinou tão fervorosamente a fazer o sinal da cruz, informou-nos que aquelas pessoas haviam sido golpeadas por Deus porque eram protestantes.

Um dia antes de celebrarmos o fim da Guerra na Europa, eu estava cantando bem baixinho, pulando à frente da garota que me levava para a escola, quando dois cachorros da raça bull terrier pularam de trás da esquina e cravaram os dentes na minha perna roliça. Eu passei a manhã em um consultório médico levando pontos e pinceladas de iodo. De acordo com o policial que visitou nossa casa no Dia da Vitória, o dono dos cães afirmou que eu havia provocado a mordida dos animais com a minha dança e a minha música.

B) (15 marks)

Translate into English the following text adapted from Wilson Martins' **A Palavra Escrita** (São Paulo: Editora Ática, 1996):

Não havia razão para que os gregos amassem e, por conseqüência, guardassem os seus próprios livros: Sócrates, como tantos outros, nada escreveu. Desprezando profundamente os "bárbaros", não havia igualmente razão para que amassem e, por conseqüência, procurassem guardar os livros estrangeiros. Assim, o povo letrado por excelência da Antiguidade, a pátria das letras e das artes, não possuía bibliotecas.

Para completar o paradoxo, é um povo militar e guerreiro, comerciante e prático, imediatista e político, que só admitia a palavra — escrita ou oral — como instrumento da ação, que vai, no mundo ocidental, possuir as melhores bibliotecas e, em particular, as primeiras bibliotecas públicas. Nisto, aliás, neste último traço, está gravado o caráter de um povo, voltado para a conquista do mundo e capaz de imediatamente perceber a utilidade de todas as armas: com os romanos, o livro passa da categoria sagrada para a categoria profana, deixa de ser intocável para ser condutor, e, posto ao alcance de todos, é o veículo por excelência das idéias, dos projetos e dos empreendimentos.

Janaína Monteiro de Barros Frederico (13,5/15)

There was no reason for the Greeks to love and therefore keep their own books. Socrates, like so many others, wrote nothing. Deeply despising "barbarians", there was neither reason for them to love and therefore preserve foreign books. Thus, the most remarkably literate people of the Ancient World had no libraries.

In order to render the paradox complete, the best libraries and particularly the first public libraries, in the Western World, will belong to a military and bellicose, trading and practical, immediatistic and political people, who only allowed for words – written or spoken – as instruments for action. Indeed, this last trait summarizes the character of a people driven for world conquest and capable of instantly perceiving the utility of all weapons: with the Romans, book leave the sacred sphere to enter the profane one, shed their aura of aloofness to become means, and, available to everyone, turn into the privileged vehicle of ideas, projects and entreprises.

2 – SUMMARY & TEXTUAL EXERCISES (Total: 25 marks)

A. Read the following text adapted from **Empires with Expiration Dates** by Niall Ferguson in FOREIGN POLICY, nr. 156 (Sept./Oct. 2006), and complete the exercises at the end. (10 marks)

B. Summarize the text, in your own words, in up to 200 words. (15 marks)

Empires, more than nation-states, are the principal actors on the stage of world history. Much of history consists of the deeds of the few score empires that once ruled alien peoples across large tracts of the globe. Yet the lifespan of empires has tended to decline. Compared with their predecessors, the empires of the last century were singularly shortlived. Reduced imperial life expectancy has profound implications for our own time.

Officially, there are no empires now, only 190-plus nation-states. Yet the ghosts of empires past continue to stalk the Earth. Regional conflicts are easily — nay, often glibly — explained in terms of imperial sins of yore: an arbitrary border here, a strategy of divide-and-rule there.

Moreover, many of today's most important states are still recognizably the progeny of empires. Imperial inheritance is apparent from the Russian Federation to Great Britain, Italy and Germany. India is the heir of the Mughal Empire and the British Raj, China the direct descendant of the Middle Kingdom. In the Americas, the imperial legacy is patent from Canada to Argentina.

Today's world, in short, is as much one of ex-empires and former colonies as it is of nation-states. Even institutions designed to reorder the world after 1945 have a distinctly imperial bent. For what __________ are the five permanent members of the U.N. Security Council if not a cozy __________ of empires past? And what, pray, is "humanitarian intervention" if not a more politically correct-sounding version of the western empires' old "civilizing mission"?

Empires' life cycles and geographic reach are remarkably irregular. Whereas the average Roman empire lasted over 800 years, equivalents elsewhere before the modern age survived no more than half that time.

The empires forged in the 20th century, by contrast, were comparatively short. Why did they prove so ephemeral? The answer lies partly in the unprecedented degrees of centralized power, economic control, and social homogeneity to which the Communists in Russia and China, the Fascists in Germany and Italy and the expansionist Japanese aspired. They were not content with the haphazard administrative arrangements that had characterized the old empires. Though they inherited from the 19thcentury nation-builders an insatiable appetite for uniformity, these new "empire states" repudiated religious and legal constraints on the use of force. They relished sweeping away old political institutions and existing social structures. Above all, they made a virtue of ruthlessness.

The empire states of the mid-20th century were to a considerable extent the architects of their own demise. In particular, the Germans and Japaneses imposed their authority on other peoples with such unbridled ferocity that they undermined local collaboration thus laying the foundations for indigenous resistance. At the same time, their territorial ambitions were so boundless that they swiftly conjured into being na unassailable coalition of imperial rivals in the form of the British Empire, the Soviet Union, and the United States.

Empires do not survive for long if they cannot establish and sustain local consent and if they allow more powerful coalitions of rival empires to unite against them. The crucial question is whether or not today's global powers behave differently from their imperial forebears.

Publicly, the leaders of the American and Chinese republics deny entertaining imperial designs. Both states are the product of revolutions and have entrenched anti-imperialist traditions. Yet the mask does slip on occasions. In 2004 a senior presidential advisor confided to a journalist: "We're an empire now and when we act, we create our own reality." Similar thoughts may cross the minds of China's leaders. In any case, it is perfectly possible for a republic to behave like an empire in practice, while remaining in denial about its loss of republican virtue.

A historical pattern of U.S. imperial intervention underpins the widespread assumption that the U.S. military presence in Afghanistan and Iraq will not long outlast President Bush's term in office. Empire — especially unstated empire — is ephemeral in a way that sets our own age quite apart. In the American case, however, the real snag is not the alienation of conquered peoples or threats posed by rival empires (the prime solvents of other 20th-century empires) but domestic constraints.
These take three distinct forms.

The first can be classified as a troop deficit. The United States prefers to maintain a relatively small proportion of its population in the armed forces, at 0.5 percent. Moreover, only a small and highly trained part of this military is available for combat duties overseas. Members of this elite are not to be readily sacrificed. Nor are they easy to replace.

The second constraint on America's tacit empire is the burgeoning budget deficit. The costs of the war in Iraq have substantially exceeded the administration's forecast: $290 billion since the invasion in 2003.

Finally, there is the attention deficit. Past empires were not sorely taxed to sustain public support for protracted conflicts. The American public, by contrast, tires quickly. It has taken less than 18 months for a majority of American voters to start viewing the invasion of Iraq as a mistake.

An empire will thrive and endure so long as the benefits of exerting power over foreign peoples outstrip the costs of doing so in the eyes of the imperialists; and so long as the benefits of knuckling under a foreign yoke exceed the costs of resistance in the eyes of the subjects. Such calculations implicitly take stock of the potential costs of relinquishing power to a rival empire.

For the time being, the costs of empire building look too high to most Americans while the benefits seem at best nebulous. Moreover, a rival equipped or willing to do the job is clearly wanting. With its republican institutions battered but still intact, the United States hardly passes muster as a latter-day Rome.

All that may change, however. In a world where natural resources are destined to become scarcer, the old mainsprings of imperial rivalry resist. Empire today is both unstated and unsung. History suggests, though, that the calculus of power could well swing back in its favor tomorrow.

Glauber David Vivas (15/15)

Despite the historical importance of empires, modern history has seen a marked decline in their lifespan. Today, nearly 200 nation-states exist and, officially, there are no empires.

Notwithstanding, the impact of empires on the modern world is pervasive. Many countries are the result of imperial actions of the past, as are many of today's conflicts. Even international organizations appear to be influenced by the offspring of empires.

The short-lived empires of the 20th Century were greatly responsible for their own downfall: their ruthlessness bred resistance and their expansionism contributed to the creation of opposing coalitions. Empires cannot overcome lack of local consent and powerful opponents.

The leaders of today's powers, such as China and America, deny having imperial intentions, thus the question of whether they behave differently when compared to their predecessors gains importance. In the American case, among several factors, one appears to make a significant difference: the lack of popular support for long wars.

Empires exist only while imperialists and their subjects believe there is a benefit. The American people's lack of support for long conflicts seems to prevent imperial designs. Notwithstanding, the increasing scarcity of resources could change that picture, and empires could stage a comeback.

TEXTUAL EXERCISES (Total: 10 marks, 2 per correct answer)

a) Fill in each of the two gaps in paragraph four of the text above with na appropriate word or phrase:

"For what *truly* are the five permanent members of the U.N. Security Council if not a cozy *gathering* of empires past?"

b) Choose the most appropriate substitute in context for the words underlined in paragraph twelve:

I. **taxed**: "Past empires were not sorely **taxed** to sustain public support for protracted conflicts."

1) drained
2) compelled
3) levied
4) hurt
5) pressed

II. **protracted**: "Past empires were not sorely taxed to sustain public support for **protracted** conflicts."

1) dreadful
2) damaging
3) drawn out
4) costly
5) withering

c) Re-write the following sentence from the antepenultimate paragraph of the text starting as indicated below:

"An empire will thrive and endure so long as the benefits of exerting power over foreign peoples outstrip the costs of doing so in the eyes of the imperialists."
Only when the benefits *of the exercise of power over alien civilizations outweigh their price in the eyes of the conquerors, will an empire grow or survive.*

3 – COMPOSITION (Total 45 marks)

Write a composition on the following quotation from Albert Einstein:

"The unleashed power of the atom has changed everything save our modes of thinking and we thus drift toward unparalleled catastrophe."
(Length: 350-450 words)

Felipe Krause Dornelles (45/45)

When Marx stated that revolutions were the locomotives of history, he probably envisaged the technical and scientific revolutions that would alter the course of human actions and thought. What he could not foresee, however, was the boundless destructive capacity of the atom bomb. While developments in nuclear technology have permitted many countries to expand an otherwise deficient energy base, the world continues to fear the prospect of a nuclear war. The end of the Cold War may have somewhat dissipated that fear, but the bellicose tendencies of political leaders are a constant source of preoccupation.

Many argue today that scientific experiments with nuclear fission have produced more good than evil. Principal in what pertains to the former is the enlarged capacity which some countries now have to produce energy. With nuclear power, it is possible to provide electricity to more people at a lower cost, especially given the rising prices of fossil fuels used in thermal plants. The environmental effects, though ultimately ambiguous, are visually pleasing: less smoke and a reduction of coal mining in what have once again become pleasant rural landscapes.

Some of these arguments, however, are difficult to sustain. On the one hand, while the European countryside seems to be regaining its idyllic wilderness, much of the nuclear waste produced is being exported to poorer countries, which have found a new, though immensely risky, source of income. On the other hand, it has not been clearly shown by world leaders that the benefits of nuclear energy outweigh the dangers of stockpiling and testing nuclear warheads. One is led to question whether nuclear experiments should be banned altogether.

The problem lies in the repeated demonstrations of irresponsible behavior by Western and non-Western leaders alike. Some countries, such as North Korea and Iran, have been deemed "rogue states" for their disregard of international norms regulating nuclear experiments. Western leaders, however, also defy societal beliefs and needs, as they undermine world peace by maintaining arsenals and, at least until the 1990s, conducting explosions. This attitude seems to reflect an unchanging militaristic mindset within most governments and, possibly, a significant portion of voters.

Pacifist leaders and intellectuals are, indeed, either lacking or not given enough voice. Albert Einstein himself was a vocal critic of the military uses of nuclear technology. Post-war norms which began to govern the use of this technology were imbued with a spirit of peace and development. It is this spirit which should today prevail.

*

Exemplos de temas para redação em anos anteriores:

2006

Awareness that change is a constant feature of human life is as old as civilisation. However, more recently, technological development has greatly enhanced both the prospects for rapid change and the range of its social, political, and cultural impact.

Bearing this in mind, **comment on Berman's contention** (in Muqtedar Khan's text "Radical Islam, Liberal Islam" in section 2 above) **that "those motivated by aversion for liberalism will continue to seek the downfall of the West as long as its culture continues to influence the world, the Muslim World in particular"**.

2005

Read the following editorial from the *Washington Post*, 20th March, 2005, and in the light of it and of the text by Richard Gott in section 2, **comment on the geopolitical, social, and economic issues raised as they affect South American integration**.

A Threat to Latin Democracy

Another Latin American democracy is on the verge of crumbling under pressure from leftist populism. The trouble comes this time in Bolivia, where a democratic president and Congress face a paralyzing mix of strikes and roadblocks by a radical movement opposed to foreign investment and free-market capitalism. The insurgents, who claim to represent the country's indigenous population, drove one democratically elected president from office 18 months ago; now they are working on his successor, Carlos Mesa, who has searched valiantly but unsuccessfully for compromise. The populists ride a leftist wave of momentum in Latin America and have the rhetorical, and possibly material, support of the region's self-styled "Bolivarian" revolutionary, Venezuelan President Hugo Chavez. The democrats could use some outside help, from their neighbors and the United States.

Accounts of political crises in Andean countries such as Bolivia sometimes portray a poor and disenfranchised indigenous majority pitted against an ethnically European and mestizo elite. The facts tell a different story in Bolivia. Mr. Mesa, polls show, has the support of two-thirds of his compatriots, while the party leading the protests, the Movement Toward Socialism, has never received more than 21 percent of the vote in an election. Nor is it the case that Bolivia's experiment with free-market policies in the 1990s failed to help the poor. Per capita incomes rose by 20 percent in the second half of the decade. Thanks to private foreign investment, significantly more Bolivians gained access to water, sewage systems and electricity.

The populist minority, led by former coca farmer Evo Morales, is bent on using force to reverse that progress. Already it has effectively blocked natural gas exports to the United

States. Its current strikes are aimed at stopping further foreign investment in that industry through confiscatory taxes and reversing the privatization of other industries. Mr. Mesa, swearing off the use of force to break up the roadblocks, has countered with democratic political tactics: first a national referendum on a compromise gas policy, then an accord with Congress on political and economic reforms. Last week, in desperation, he proposed that his own term as president be cut short and new elections be held in August; Congress rejected the proposal, and Mr. Mesa later announced he would stay on. But the opposition still threatens to renew a blockade that is devastating one of the hemisphere's poorest economies and prompting talk of secession in Bolivia's relatively prosperous and pro-capitalist eastern provinces.

All of this is good news for Mr. Chavez, who along with Cuba's Fidel Castro dreams of a new bloc of Latin "socialist" (i.e., undemocratic) regimes that will join with like-minded states such as Iran, Libya and China to oppose the United States. Bolivia's neighbors, including Brazil, Argentina and Chile, ought to be alarmed by this trend; but though their own leftist governments have expressed support for Mr. Mesa they have refrained from more concerted action -- such as demanding that Mr. Chavez cease his meddling. The State Department issued a statement last week expressing "support for the people of Bolivia and a peaceful democratic process." If there is a deeper U.S. policy to head off the breakdown of democracy in Latin America, there isn't much sign of it.

*

NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

A prova de Noções de Direito e Direito Internacional Público consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

A banca examinadora levará em conta, sobretudo, o poder de argumentação do(a) candidato(a). Assim, eventual citação de tal ou qual autor deve ser evitada. O interesse dos examinadores é avaliar o entendimento do(a) candidato(a) sobre o problema formulado. Ele(a) deve pautar sua resposta pela objetividade, clareza e precisão.

A bibliografia é meramente indicativa. Os examinadores sugeriram livros atualizados e de fácil acesso, já que se trata de prova de “noções” de Direito. Desse modo, a banca ateve-se ao indispensável. O(a) candidato(a) poderá, por óbvio, lançar mão de outros autores que, ao seu juízo, abordem tal ou qual ponto do programa.

Programa:

I – Noções de direito e ordenamento jurídico brasileiro.

1. Normas jurídicas. Características básicas. Hierarquia.
2. Constituição: conceito, classificações, primado da Constituição, controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos.
3. Fatos e atos jurídicos: elementos, classificação e vícios do ato e do negócio jurídico. Personalidade jurídica no direito brasileiro.
4. Estado: características, elementos, soberania, formas de Estado, confederação, república e monarquia, sistemas de governo (presidencialista e parlamentarista), estado democrático de direito.
5. Organização dos poderes no direito brasileiro.
6. Processo legislativo brasileiro.
7. Princípios, direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF/88).
8. Noções de organização do Estado na CF/88: competências da União, dos Estados-membros e dos municípios; características do Distrito Federal.
9. Atividade administrativa do Estado brasileiro: princípios constitucionais da administração pública e dos servidores públicos, controle de legalidade dos atos da Administração.
10. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.

II – Direito internacional público.

1. Caráter jurídico do direito internacional público (DIP): fundamento de validade da norma jurídica internacional; DIP e direito interno; DIP e direito internacional privado (Lei de Introdução ao Código Civil).
2. Fontes do DIP: Estatuto da Corte Internacional de Justiça (artigo 38); atos unilaterais do Estado; decisões de organizações internacionais; normas imperativas (*jus cogens*).
3. Sujeitos do DIP: Estados [conceito; requisitos; território; população (nacionalidade, condição jurídica do estrangeiro, deportação, expulsão e extradição); governo e capacidade de entrar em relações com os demais Estados; surgimento e reconhecimento (de Estado e de governo); sucessão; responsabilidade internacional; jurisdição e imunidade de jurisdição;

diplomatas e cônsules: privilégios e imunidades]; organizações internacionais (definição, elementos constitutivos, classificação, personalidade jurídica), Organização das Nações Unidas (ONU); Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano; Indivíduo.
4. Solução pacífica de controvérsias internacionais (artigo 33 da Carta da ONU): meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais (arbitragem e tribunais internacionais).
5. Direito internacional dos direitos humanos: proteção (âmbito internacional e regional); tribunais internacionais; direito internacional humanitário; direito do refugiado.
6. Direito da integração: noções gerais; MERCOSUL e União Européia (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias).
7. Direito do comércio internacional: conhecimentos elementares; Organização Mundial do Comércio (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias).
8. Cooperação jurídica internacional em matéria penal.

Bibliografia sugerida:

I – Documentos:

Constituição da República Federativa do Brasil (1988).
Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça (1945).
Convenções de Viena sobre: Relações Diplomáticas (1961); Relações Consulares (1963); e Direito dos Tratados (1969).
Tratado de Assunção para a Constituição do Mercado Comum do Sul, Mercosul (1991).
Protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institucional do Mercosul (Ouro Preto, 1994).
Acordo constitutivo da Organização Mundial do Comércio - OMC (Marraqueche, 1994).
Memorando de Acordo relativo às Normas e Procedimentos para A solução de Litígios na OMC (1994).

II – Livros:

ACCIOLY, Hildebrando e Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva. **Manual de direito internacional público**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. 10 ed. Brasília: Editora UnB, 1999.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 12 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

________. **Teoria do Estado**. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

BORCHARDT, Klaus-Dieter. **O ABC do direito comunitário**. Bruxelas: Comissão Européia, 2000.

BROWNLIE, Ian. **Princípios de direito internacional público**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella**. Direito administrativo**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ENGISH, Karl. **Introdução ao pensamento jurídico**. 8 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

MELLO, Celso de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. 14 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 14 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional.** 15 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

QUOC DINH, Nguyen, Patrick Dailler e Alain Pellet. **Direito internacional público**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1999.

RANGEL, Vicente Marotta. **Direito e relações internacionais**. 7 ed. São Paulo: RT, 2002.

REALE, Miguel**. Lições preliminares de direito**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. 3 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SILVA, José Affonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 23 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de direito internacional público**. v. 1. São Paulo: Atlas, 2002.

THORSTENSEN, Vera. *OMC*: **Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais**. 2 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direito das organizações internacionais**. 3 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado (org.). **A Nova Dimensão do Direito Internacional Público (Vol. I)**. Brasília, Instituto Rio Branco, 2003.

Prova de 2007

Questão 1

Tendo em conta o direito das gentes dos dias de hoje, comente o famoso *obiter dictum* proferido pela Corte Permanente de Justiça Internacional (CPJI) no julgamento do Caso Lotus, assim redigido:

"International law governs relations between independent States. The rules of law binding upon States therefore emanate from their own free will as expressed in conventions or by usages generally accepted as expressing principles of law and established in order to regulate the relations between these co-existing independent communities or with a view to the achievement of common aims. Restrictions upon the independence of States cannot therefore be presumed."

(In: Coleção de Julgados da CPJI. Caso Lotus, Série A — № 10, 7 de setembro de 1927, p. 18).

Tradução não-oficial:

O direito internacional rege as relações entre Estados independentes. As regras de direito que vinculam os Estados procedem, portanto, de suas vontades manifestadas nas

convenções ou nos costumes geralmente aceitos como consagradores dos princípios de direito e estabelecidos com vistas a regulamentar a coexistência dessas comunidades independentes ou a atingir objetivos comuns. Logo, as limitações à independência do Estado não se presumem.

Pedro Henrique Fleider Wolanski (20/20)

A decisão da CPIJ representa interpretação essencialmente voluntarista do Direito Internacional Público, para a qual a vontade dos Estados seria o único elemento capaz de gerar normas de Direito das Gentes. Os veículos introdutores da manifestação de vontade seriam os tratados, a prática reiterada de certas condutas tidas, pelos Estados, como jurídicas, e o reconhecimento dos princípios gerais de Direito. Considerando que tratados, costumes e princípios gerais de Direito são as fontes ***principais*** *(secundadas pela doutrina, pela jurisprudência e, havendo possibilidade, pela eqüidade) elencadas no rol presente no estatuto da Corte Internacional de Justiça, pode-se afirmar que o assento da CPIJ permanece, em sua essência, correto e atual.*

Após a segunda Guerra mundial foi-se fortalecendo a corrente chamada ***objetivista*** *do DIP. A necessidade de convivência entre os Estados seria, para essa linha, capaz de gerar normas independentemente da vontade estatal:* ubi ius, ubi societas*. De fato, crescem os defensores da existência de um* jus cogens *em DIP, corpo normativo que poderia, grosso modo, ser comparado às normas de ordem pública internas. Supera-se, assim, a concepção do DIP como fenômeno descentralizado e dependente unicamente da vontade estatal para ser elaborado e cumprido. É essa nova compreensão que, por exemplo, habilita o C.S.N.U. a combater quaisquer ameaças à paz e à segurança internacionais, ainda que causadas por Estados não-membros das Nações Unidas.*

Diante desses novos desenvolvimentos do DIP, tanto no campo doutrinário quanto no positivo, a decisão da CPIJ, embora correta, deve ser reinterpretada. Os Estados são, ainda, a principal fonte do DIP, mas começa a surgir, pouco a pouco, um corpo de normas independente da vontade estatal, composto, entre outras manifestações, pelo jus cogens *e pelas decisões das Organizações Internacionais, entes dotados de personalidade e, portanto, de vontade.*

Questão 2

Pancrácio, estrangeiro domiciliado no Brasil, viaja ao Reino de Diomira, país em que a prática de jogos de azar é lícita. Lá, aposta e perde. Na jurisdição de Diomira, celebra acordo para pagamento futuro. Não honrada a dívida, o credor promove ação de cobrança em território diomiriano. Tendo a decisão condenatória no Estado de celebração do acordo transitado em julgado, o interessado requer à justiça brasileira a homologação da sentença para cobrar a dívida no território nacional.

Considerando essas circunstâncias, disserte sobre a possibilidade de êxito do pedido, tendo em conta o direito internacional privado brasileiro.

Pedro Henrique Bandeira Brancante Machado (20/20)

O direito internacional privado brasileiro encontra sua fundamentação na Lei de Introdução ao Código Civil (LICC). Esse decreto-lei, promulgado em 1942 e ainda vigente,

constitui uma "lei sobre as leis" que, dentre outras disposições, estabelece os parâmetros para dirimir conflitos espaciais entre diferentes ordenamentos jurídicos nacionais. Para o caso em tela são indispensáveis os artigos 9° e 15° da LICC, o primeiro por discutir os elementos de conexão entre as distintas legislações nacionais, o segundo por estabelecer os requisitos para a execução de sentença estrangeira em território brasileiro.

É importante salientar que, desde a Emenda Constitucional n° 45, de 2004, a competência para homologação de sentença estrangeira transferiu-se do Supremo Tribunal Federal (STF) para o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Este, ao receber o requerimento do interessado residente no Reino de Diomira, não avaliará o mérito do caso julgado, mas tão somente as condições de sua execução em território brasileiro.

Ao iniciar sua análise, o STJ constatará que o fato de Pancrácio ser estrangeiro domiciliado no Brasil em nada obsta a homologação, por ser o direito internacional privado brasileiro tributário do princípio da lex domicilii*, e não do da* lex patriae*. Tampouco importa ao nosso regime jurídico a ilicitude dos jogos de azar no território nacional, pois o ato foi praticado em país que o permite, não perturbando a ordem pública ou os bons costumes brasileiros. Em todo caso, o objeto sob avaliação do STJ é o contrato feito entre Pancrácio e o interessado e, segundo o direito internacional privado brasileiro, deve prevalecer o princípio de* lex loci contractus*, isto é, vale a lei de onde foi celebrado o acordo entre particulares de diferentes países.*

Não havendo, portanto, imperfeições nos elementos de conexão entre a legislação diomiriana e a brasileira, o STJ procederá com a homologação da sentença (visto que já transitada em julgado no estrangeiro) assim que receber a devida tradução juramentada do documento. Pancrácio não poderá recorrer da decisão em tribunais brasileiros, dado que a homologação não julgou o mérito da decisão judicial em Diomira, mas apenas declarou válida a execução da cobrança da dívida no território nacional.

Questão 3

O ordenamento jurídico nacional prescreve que compete ao presidente da República a formulação e a condução da política externa. Ao Poder Legislativo, no entanto, são reservadas atribuições no campo das relações internacionais. Descreva como se dá a atuação das casas congressionais, de modo isolado e conjunto, nesse domínio.

Leandro Vieira Silva (20/20)

Foi Charles-Louis de Secondat, Barão de La Brède e de Montesquieu, quem primeiro discorreu, com propriedade, acerca do axioma que estabelece que só o poder limita o poder. No âmbito das relações internacionais do Estado brasileiro, se ao Executivo cabe a primazia na condução da política externa, ao Poder Legislativo estão reservadas importantes prerrogativas constitucionais.

Chefiado pelo Presidente da República, o Poder Executivo é responsável pela negociação, assinatura, ratificação, promulgação e publicação dos atos internacionais de que faz parte o Brasil. Após a negociação e a assinatura do tratado ou convenção, o Presidente da República encaminha, por meio de Mensagem, o texto do pacto e a exposição de motivos elaborada, ordinariamente, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, para serem analisados por ambas as Casas congressuais, a começar pela Câmara dos Deputados. Em havendo aprovação (tanto nas Comissões temáticas quanto no Plenário), o processado segue para análise no Senado Federal, sob o mesmo procedimento. Aprovado o

tratado, o Presidente do Senado Federal autoriza, por meio de Decreto Legislativo, a ratificação, a promulgação e a publicação do ato internacional pelo Presidente da República. Doravante, o texto passa a existir com força normativa no direito interno. Frise-se, por oportuno, que, durante a tramitação legislativa, as Casas congressuais detêm a prerrogativa de apor reservas a cláusulas do tratado, que deverão ser respeitadas pelo Chefe do Executivo. O Legislativo, no entanto, não pode emendar texto do tratado.

Além das importantes prerrogativas acima descritas, ao Senado cabe aprovar as indicações para a chefia de missões diplomáticas de caráter permanente. O encaminhamento do Presidente da República (por meio de Mensagem) deve ser analisado e aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com posterior apreciação pelo Plenário.

Ademais, os debates sobre política externa mobilizam cada vez mais o Poder Legislativo, que tem convocado, com freqüência, o Chanceler para expor as diretrizes e receber questionamentos. Por meio desses checks and balances*, o Estado brasileiro apresenta melhores condições de formular política externa legítima, transparente, em consonância com os anseios da sociedade civil.*

Questão 4

Há quem veja no regionalismo verificado em todos os continentes tendência irreversível nas relações internacionais. É possível afirmar que quase todos os Estados-membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) participam de bloco econômico ou de esquema de integração regional. A convicção de que, em comércio internacional, é proibido fazer favores — traduzida juridicamente na cláusula da nação mais favorecida — não estaria em descompasso com as discriminações comerciais praticadas pelos blocos econômicos em prol de seus membros? Haveria, na opinião do candidato, como conciliar a cláusula da nação mais favorecida com o regionalismo e a política de blocos econômicos?

Leandro Vieira Silva (20/20)

É sobretudo no contexto do pós-Guerra Fria que se insinuam, com maior freqüência, as forças centrípetas, de coesão, e as centrífugas, de fragmentação, presentes na ordem internacional. Nesse momento histórico, nações de todos os quadrantes acentuam a busca de união em torno de blocos econômicos, para melhor competirem em um mundo em que o muro ideológico leste-oeste cede lugar à inexorável lógica de integração dos mercados.

Valendo-se da possibilidade de excepcionar a cláusula da nação mais favorecida no caso dos blocos econômicos regionais (prevista, de resto, desde o GATT), arranjos institucionais político-econômicos são elaborados – ou aperfeiçoados – na América do Sul (Mercosul, Comunidade Andina), Europa (desde Maastricht, em 1992, União Européia) e África (União Aduaneira da África Austral – SACU). Enfatize-se, no entanto, que a tendência ao regionalismo, exacerbada na década de 1990, não se contrapõe à globalização ou à lógica de mercado da cláusula da nação mais favorecida; ao contrário, é a ambição de maior competitividade em âmbito multilateral que alimenta os blocos regionais – as discriminações comerciais intra-bloco são importantes instrumentos para o fortalecimento dos países-membros, em perfeita conformidade com os ditames da Organização Mundial de Comércio, em funcionamento a partir de 1995. Não se trata, pois, de favor algum, mas da convicção de que espaços regionais melhor integrados têm amplas e melhores condições de competir em âmbito global.

Ao menos dois fatores corroboram essa assertiva: o volume e a intensidade das transações comerciais nunca foram tão elevados no mundo. A OMC, que tende à universalização no tocante ao número de países-membros, conta com Órgão de Solução de Controvérsias virtualmente cogente e sugestivamente sancionador (sem ser impositivo), que confere legitimatio ad causam *não apenas a Estados mas também a blocos econômicos com personalidade jurídica de direito internacional. À toda evidência, a política dos blocos econômicos, com a particularidade das discriminações comerciais, tem servido, de maneira inequívoca, aos propósitos do comércio multilateral.*

Questão 5

A Segunda Conferência da Paz, realizada na Haia — ora às vésperas de completar cem anos —, deixou importante legado para as relações internacionais. A atuação brasileira no encontro foi, em particular, relevante. Das inúmeras intervenções do chefe da nossa delegação, uma merece maior atenção. Trata-se da réplica, feita de improviso por Rui Barbosa, à censura a ele dirigida pelo presidente da Conferência, que o advertiu de que aquela assembléia deveria evitar envolver política em suas discussões. Da manifestação de Rui, proferida em 12 de julho de 1907, pode-se extrair o seguinte trecho:

"Não há nada mais eminentemente político, debaixo do céu, que a soberania. Não há nada mais resolutamente político, senhores, que pretender-lhe traçar limites. Não será, portanto, política da mais declarada e franca, o que estais fazendo, quando procurais alçar, com o arbitramento obrigatório, uma barreira ao arbítrio das soberanias? Essas entidades absolutamente políticas, as soberanias, cujos representantes sois nesta Conferência, iriam abdicar parte da sua independência nativa nas mãos de um tribunal, obrigando-se a lhe submeter certas categorias de pleitos entre Estados soberanos."

(In: STEAD, William. **O Brazil em Haya**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, p. 102. xvii, 190 p.)

Comente a passagem transcrita, considerando as modificações verificadas na cena internacional nos últimos tempos no tocante à via jurisdicional judiciária de solução de conflitos internacionais.

Rita Bered de Curtis (20/20)

A réplica elaborada por Rui Barbosa explicita a estreita relação existente entre aspectos políticos e jurídicos no plano internacional. Ao atribuir caráter político à soberania, que é elemento jurídico de constituição do Estado, o jurista não abandona sua doutrina da igualdade jurídica das nações. Ao contrário, a complementa. As atuais modificações nos mecanismos judiciais de solução de controvérsias internacionais permitem retomar a doutrina de Rui Barbosa na sua análise.

Observam-se, atualmente, tendências de positivação do direito internacional e de jurisdicização das relações entre Estados. Essas tendências ficam claras na importância que a Corte Internacional de Justiça consolidou nos últimos anos e no início da atuação do Tribunal Penal Internacional. Ambas representam instâncias de decisão jurídica, são desprovidas de conteúdo político e aplicam o princípio da igualdade jurídica das nações. Regem-se, entretanto, por estatutos emanados de negociações de uma coletividade de entes políticos, como são as soberanias estatais.

O fundamento de existência dessas cortes não é, assim, a supranacionalidade ou a flexibilização da soberania, mas a reunião dessas vontades soberanas no desejo de atribuir

força jurídica aos mecanismos de solução pacífica de controvérsias. A CIJ impõe, dessa forma, sentenças obrigatórias aos Estados. Esses Estados devem, no entanto, ter-se submetido voluntariamente à jurisdição da Corte no livre exercício das suas soberanias. Observa-se, portanto, que a CIJ é órgão jurídico, permanente e independente de instâncias políticas das Nações Unidas, como é o Conselho de Segurança, mas é fundado na manifestação de vontades de entes eminentemente políticos, como são os Estados. Ressalte-se, ainda, a evolução representada pelo TPI no sentido da jurisdicização das relações internacionais. Ao firmar-se como tribunal permanente, afasta críticas que foram dirigidas aos tribunais ad hoc *para Ruanda e para a antiga Iugoslávia referentes a seu caráter político, porquanto eram cortes constituídas* ex post facto *por órgão político, como é o Conselho de Segurança das Nações Unidas. A análise dessas duas importantes cortes de direito internacional, a CIJ e o TPI, permite retomar conceitos de Rui Barbosa, como o caráter político da soberania e a igualdade jurídica das nações.*

*

NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

Programa:

1. Noções de Microeconomia. 1.1. Demanda do Consumidor. Preferências. Curvas de indiferença. Restrição orçamentária. Equilíbrio do consumidor. Mudanças de equilíbrio, efeito-preço, efeito-renda e efeito-substituição. Taxa marginal de substituição. Curva de demanda. Deslocamento da curva e ao longo da curva. Elasticidade-preço e elasticidade-renda. Classificação de bens. Excedente do consumidor. 1.2. Oferta do Produtor. Fatores de produção. Função de produção. Isoquantas. Elasticidade-preço da oferta. Rendimentos de fator. Rendimentos de escala. Custos de produção. Excedente do produtor. 1.3. Concorrência Perfeita, Monopólio, Concorrência Monopolística e Oligopólio. Comportamento das empresas. Determinação de preços e quantidades de equilíbrio. 1.4. Comércio internacional e política comercial. Teorias clássicas. Vantagens absolutas e comparativas. Efeitos de tarifas, quotas e outros instrumentos de política governamental. Pensamento neoclássico e liberalismo comercial. A crítica de Prebisch e da Cepal.
2. Noções de Macroeconomia. 2.1. Contabilidade Nacional. Os conceitos de Produto e Renda Interna, Produto e Renda Nacional, Renda Disponível Bruta, Poupança Bruta Doméstica e capacidade ou necessidade de Financiamento Externo. Conceitos e cálculo do Déficit Público. A Conta de Balanço de Pagamentos: estrutura e cálculo do resultado do Balanço. Números Índices. Deflator Implícito e Índices de Preço ao Consumidor. 2.2. Evolução do pensamento macroeconômico. Keynesianismo, monetarismo e escolas posteriores. 2.3. Funções da moeda. Criação e distribuição de moeda. Oferta da moeda e mecanismos de controle. Procura da moeda. Papel do Banco Central. Moeda e preços no longo prazo. 2.4. Flutuações econômicas no curto prazo. Oferta e demanda agregadas. Papel das políticas monetária e fiscal. Inflação e desemprego. 2.5. Noções de macroeconomia aberta. Os fluxos internacionais de bens e capital. Taxa de câmbio nominal e real. Taxas de juros.
3. Economia Brasileira. 3.1. Políticas econômicas e evolução da economia brasileira na Primeira República. 3.2. A crise de 1929 e a industrialização brasileira na década dos trinta. O impacto da Segunda Guerra sobre a economia brasileira e os desdobramentos subseqüentes. 3.3. A Nova Fase de Industrialização. O Plano de Metas. 3.4. O Período 1962-1967. A desaceleração no crescimento. Reformas no sistema fiscal e financeiro. Políticas antiinflacionárias. Política salarial. 3.5. A Retomada do Crescimento 1968-1973. A desaceleração e o segundo PND. 3.6. A crise dos anos oitenta. A interrupção do financiamento externo e as políticas de ajuste. Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação. 3.7. Os anos noventa. Abertura comercial e financeira. A indústria, a inflação e o balanço de pagamentos. 3.8. Pensamento econômico e desenvolvimentismo no Brasil.

Bibliografia sugerida:

ABREU, Marcelo P. A. **Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Notas Metodológicas do Balanço de Pagamentos**. **Notas Técnicas do Banco Central do Brasil**. Nº 1, junho, 2001. (texto disponível na página: http://www.bcb.gov.br)

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro**. (Capítulos 2, 9, 10 e 11). 4ª Edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

FEIJÓ, Carmem A. et al. **Contabilidade Social: a Nova Referência das Contas Nacionais do Brasil**. (Capítulos 3 e 5). 3ª edição. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 2003.

GAMBIAGI, Fabio; VILLELLA, A.; BARROS DE CASTRO, L; HERMMAN, J. **Economia Brasileira e Contemporânea (1945-2004)**. Editora Elsivier/Campus, 2005.

LACERDA, Antonio Corrêa de. **Crise e oportunidade: o Brasil e o cenário internacional**. São Paulo: Lazuli Editora, 2006.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. **Nova estratégia de desenvolvimento para o Brasil: um enfoque de longo prazo**. São Paulo: Paz e Terra, 2005

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Pioneira Thomson, 2006.

PINHO, Diva B.; VASCONCELOS, M. A. S. (orgs**.**). **Manual de economia**. 5ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2006.

SAMUELSON, Paul A.; NORDHAUS, W. D. **Economia**. 17ª Edição: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2004.

TAVARES, Maria da Conceição. “Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil” in M. C. TAVARES (1979): **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar.

VERSIANI, F. R. e MENDONÇA DE BARROS, J. R. (orgs.). **Formação Econômica do Brasil: a Experiência da Industrialização**. Série de Leituras ANPEC. São Paulo: Saraiva, 1979.

Prova de 2007

Questão 1

Recorde seus estudos sobre evolução da análise econômica, noções de Economia Internacional e formação da economia brasileira. Contraste as implicações da teoria clássica do comércio e da teoria do desenvolvimento – esta associada à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) – quanto à inserção de países em desenvolvimento na estrutura do comércio internacional

Marcelo Azevedo de Araújo (20/20)

Formulada em reação ao pensamento mercantilista, a teoria clássica do comércio, em todas as suas vertentes, defende as vantagens do livre comércio. Para Adam Smith, um dos pioneiros dessa escola, a abertura de uma economia a trocas internacionais seria benéfica, na medida em que a ampliação de mercados possibilitaria o aprofundamento da divisão do

trabalho, estando nesse pensador já implícita a idéia de retornos crescentes de escala. O comércio, segundo Smith, deveria ocorrer com base na importação de produtos nos quais não se têm vantagens absolutas e na exportação de produtos nos quais se têm. Assim, a autarquia ocorreria no caso de um país possuir vantagens absolutas em todos os bens.

A teoria clássica do comércio, todavia, atingiu a maturidade com a obra de David Ricardo. Segundo o economista, mesmo que um país tivesse vantagens absolutas na produção de todos os bens, o livre comércio poderia ser vantajoso, pois deveriam ser considerados os custos relativos, ou seja, o custo de oportunidade de deixar de produzir um bem para produzir outro. Ganha relevo, dessa forma, o conceito de vantagem comparativa, que os países devem explorar, para obter ganhos de comércio. Ao especializar-se na produção dos bens nos quais possui vantagens comparativas, portanto, uma economia poderia trocá-los no mercado mundial, de forma a obter mais produtos nos quais não possuem essa vantagem do que poderiam produzir internamente. As diferenças de estruturas de custo internas são explicadas por meio da existência de distintos níveis de desenvolvimento tecnológico. O comércio é considerado benéfico sempre que dois países não possuem estruturas de custo iguais.

O modelo desenvolvido por Ricardo foi refinado por Heckscher e Ohlin, em cuja teoria as diferenças tecnológicas são substituídas pela dotação de fatores. Segundo esses economistas, um país deveria especializar-se na produção de bens cujo fator mais importante encontra-se de modo abundante no mercado interno.

De acordo com a teoria clássica, com efeito, seja qual for a sua vertente, os países em desenvolvimento deveriam inserir-se no comércio internacional como importadores de bens manufaturados e exportadores de produtos primários: conforme Smith, porque detêm vantagens absolutas na produção destes bens de baixo valor agregado (mão-de-obra barata, terras abundantes, etc.); conforme Ricardo, porque detêm vantagens comparativas (baixo custo de oportunidade para produzir esses bens em comparação com os países industrializados); e, conforme Heckscher e Ohlin, porque são vantajosamente dotados dos fatores necessários para a produção desses bens primários.

A teoria do desenvolvimento, contudo, tende a rejeitar esses argumentos, defendendo outro tipo de inserção internacional para os países periféricos. Segundo o pensamento de Raúl Prebisch, economista mais destacado da escola cepalina, o comércio internacional não seria sempre vantajoso para todos os países. De acordo com o autor, os países periféricos repassariam seus ganhos de produtividade para os países centrais em função da deterioração dos termos de troca (DTT).

Esse fenômeno possui, ao menos, duas explicações importantes. Em primeiro lugar, a DTT ocorreria porque os produtos primários são relativamente inelásticos à renda da demanda. Assim, na medida em que a renda mundial encontra-se em constante expansão, os bens primários tenderiam a perder valor relativo frente os industrializados, que não possuem essa inelasticidade. Em segundo lugar, a deterioração seria produzida pela maneira como se estruturaram os mercados de trabalho nas diferentes economias. Nos países centrais, a existência de fortes sindicatos faria que os aumentos de produtividade se traduzissem em aumento de salários. Nos periféricos, ao contrário, a existência de amplo setor de subsistência faria que o aumento da produtividade não pressionasse a remuneração da mão-de-obra, mas que comprimisse os preços dos produtos. Conclui-se, assim, que o comércio internacional se daria por meio de trocas desiguais, não-favoráveis aos países em desenvolvimento.

Com base nesse prognóstico, os economistas cepalinos defendem um modelo de inserção internacional bastante distinto dos economistas clássicos. De acordo com a teoria do desenvolvimento, deveriam as economias periféricas manter certo nível de protecionismo,

para que se pudesse dinamizar o mercado interno, a fim de produzir bens de maior valor agregado. A própria adoção de um modelo de desenvolvimento endógeno, ao diminuir a produção para exportação e, portanto, reduzir a oferta externa de bens primários, deveria, ademais, contribuir para atenuar os efeitos negativos da deterioração dos termos de troca.

As diferentes maneiras como enfocam as trocas internacionais, com efeito, levam a teoria clássica e a teoria do desenvolvimento a fazer recomendações bastante distintas acerca da abertura ou do fechamento das economias em desenvolvimento.

Questão 2

Recorde seus estudos sobre noções de Microeconomia e Economia Internacional. Um bem é comercializado internacionalmente ao preço de R$ 8,00. Comparado com o resto da economia mundial, o país denominado ficticiamente República Fechada é relativamente muito pequeno. Dispõe de barreiras que impedem o comércio exterior. Nele se comercializa o bem conforme as curvas de oferta e demanda abaixo.

a) Quais são o preço e a quantidade de equilíbrio e a receita total da venda do bem em equilíbrio na República Fechada? (2 pontos)

b) Suponha que se tivesse registrado progresso tecnológico na produção do bem, levando a um novo preço de equilíbrio de R$ 12,00. Indique a quantidade nesse novo equilíbrio e calcule, pelo método do ponto médio, a elasticidade-preço da demanda entre o novo ponto de equilíbrio e o original. (4 pontos)

Para responder aos itens de **c** a **g**, desconsidere a hipótese de progresso tecnológico e reconsidere o equilíbrio original. Suponha que o governo da República Fechada esteja cogitando duas opções de medida econômica.

c) A opção 1 consiste em cobrar imposto diretamente dos compradores, no valor de R$ 8,00 por unidade. Qual seria a quantidade de equilíbrio nesse caso? (3 pontos)

d) Ainda na opção 1, quanto pagariam, incluindo o imposto, os compradores por unidade do bem? Quanto receberiam os vendedores por unidade do bem? (2 pontos)

e) A opção 2 implica permitir a importação do bem, mas sujeito a uma taxa de importação de R$ 4,00 por unidade. Quais seriam o preço e a quantidade de equilíbrio? (3 pontos)

f) Ainda na opção 2, quantos bens demandados na República Fechada seriam produzidos dentro e fora do país, em equilíbrio? (3 pontos)

g) Quanto o governo arrecadaria em impostos oriundos da comercialização do bem, em equilíbrio, em cada uma das opções 1 e 2? (3 pontos)

Frederico Bauer (20/20)

a) No ponto de equilíbrio de mercado deste determinado bem na República Fechada, o preço de equilíbrio é de R$ 16,00 e a quantidade de equilíbrio é de 4 unidades. A receita total da venda de tal bem no ponto de equilíbrio calcula-se multiplicando-se a quantidade vendida pelo preço do produto, obtendo-se assim a quantia de R$ 64,00.

b) A tecnologia – junto com o capital físico, o capital humano e os recursos naturais – é um dos fatores a determinar a produtividade de uma economia. Progresso tecnológico aumenta a produtividade, deslocando-se assim a curva de oferta para a direita.

Neste caso, com o deslocamento da curva de oferta para a direita e a obtenção de um novo preço de equilíbrio de R$ 12,00, a nova quantidade de equilíbrio passa a ser de 5 unidades (não há deslocamento da curva de demanda).

Calculando-se a elasticidade-preço da demanda do produto pelo método do ponto médio, temos um índice, em módulo, de |0,77|, o que significa uma baixa elasticidade.

c) A imposição de imposto sobre os consumidores desloca a curva de demanda para a esquerda, mantendo-se a curva de oferta na mesma posição. Sendo o imposto de R$ 8,00 por unidade, a nova quantidade de equilíbrio cai para 3 unidades do produto.

d) Com o deslocamento da curva de demanda causada pela tributação, os compradores passariam a pagar R$ 20,00 por unidade do produto (já incluídos os R$ 8,00 de impostos), enquanto os vendedores receberiam apenas R$ 12,00 por unidade vendida.

e) Considerando-se que a economia da "República Fechada" seja relativamente pequena em relação à economia mundial, sua abertura ao mercado não implicaria mudanças no preço internacional do bem. Permitindo-se sua importação, com taxa de R$ 4,00 por unidade importada, o novo preço de equilíbrio seria de R$ 12,00 (preço praticado internacionalmente somado à taxa de importação) e a quantidade de equilíbrio seria de 5 unidades comercializadas.

f) Ao preço de R$ 12,00, os ofertantes nacionais, segundo a curva de oferta, disponibilizariam 3 unidades do produto. Assim, 3 unidades seriam produzidas internamente e duas delas seriam importadas. Registre-se que os vendedores têm interesse em vender produtos confeccionados internamente para evitar a tributação, razão pela qual optam por vender 3 unidades produzidas internamente ao invés de simplesmente importar as 5 unidades a serem comercializadas.

g) Nos termos da opção 1, sendo 3 as unidades negociadas, e o imposto de R$ 8,00 por unidade, o governo arrecadaria R$ 24,00. Nos termos da opção 2, sendo de R$ 4,00 a taxa de importação por unidade do produto e duas as unidades comercializadas de origem estrangeira, a arrecadação do governo seria de R$ 8,00.

Questão 3

Recorde seus estudos sobre moeda e sistema bancário e sobre Formação da Economia Brasileira.

a) Defina moeda e aponte suas funções. (5 pontos)

b) Discuta o enfraquecimento das funções da moeda no Brasil nos anos 1980. (5 pontos)

c) Explique o processo de criação de moeda, defina o multiplicador monetário e discuta o papel da Autoridade Monetária nesse processo. (10 pontos)

Eduardo Terada Kosmiskas (19/20)

a) Moeda pode ser definida como qualquer tipo de objeto que cumpra três funções básicas em uma economia: ser reserva de valor, unidade de conta e meio de troca. Para evitar que as trocas comerciais numa economia só ocorram quando houver a dupla coincidência, isto é, o produto que o vendedor oferece ser trocado exatamente pelo produto que o comprador ofertar, a moeda funciona como meio de troca, permitindo a separação do ato da compra do ato de venda no tempo. Para servir de base de preços de uma economia, dando um valor nominal homogêneo para os mais diversos produtos e facilitando cálculos fracionários, a moeda funciona como unidade de conta. Por possuir valor em si como meio de troca, podendo ser retida pelo agente econômico para necessidades futuras de consumo, a moeda também funciona como reserva de valor.

b) Na década de 80, o brasileiro teve de conviver com taxas de inflação cada vez mais altas, que corroíam o valor nominal da moeda e desorganizavam o cálculo dos preços relativos. Assim, para evitar perder o poder aquisitivo da moeda que tinham em mãos, os brasileiros começaram a buscar ativos financeiros ou moedas estrangeiras para fins de poupança, perdendo a moeda a sua função de reserva de valor. Como estava submetida a alterações constantes no seu valor por causa dos planos econômicos e dos constantes reajustes, a moeda nacional foi perdendo sua função de unidade de conta, com alguns contratos, como os de aluguel, sendo indexados em moeda estrangeira. Embora os constantes reajustes de preços tenham também causado muitas dificuldades àqueles que usavam a moeda na sua função de meio de troca, esta função não foi radicalmente enfraquecida, como nos países em que se observou o fenômeno da hiperinflação.

c) Os depósitos à vista feitos nos bancos comerciais, junto com a moeda emitida pelo governo, fazem parte do nível mais líquido de moeda de uma economia, M1. Como, com exceção de uma crise de confiança no sistema bancário, a maioria dos correntistas não tentará retirar todo o dinheiro de seus depósitos ao mesmo tempo, o banco poderá conceder empréstimos sem precisar retirar dos depósitos à vista, contabilmente, o valor desses empréstimos. Estes empréstimos podem ser concedidos tanto para clientes quanto para outros bancos. Os bancos que receberem um empréstimo, após terem retido a parte compulsória estabelecida pela autoridade monetária central, poderão igualmente conceder empréstimos para outros bancos e clientes. Assim, o multiplicador monetário opera por meio

da capacidade dos bancos de conceder empréstimos sem que seja necessário possuir no seu cofre a base "real" desses empréstimos.

O Banco Central, autoridade responsável pela política monetária do país, utiliza três instrumentos para controlar a quantidade de moeda na economia: a taxa de redesconto, os depósitos compulsórios e as operações de mercado aberto. Ao aumentar os depósitos compulsórios exigidos dos bancos, estes terão que reduzir seus empréstimos, contraindo, pelo efeito multiplicador monetário, a oferta de moeda do país. A taxa de redesconto é a taxa cobrada pelo BC dos bancos que o procuram em busca de empréstimos. Se o BC aumenta a taxa de redesconto, aumentam os custos dos bancos para contrair empréstimos, tendo eles que comprometer uma parte maior dos seus depósitos para pagá-los. Com menor quantidade de depósitos, a quantidade de empréstimos diminui, e, pelo efeito do multiplicador monetário, também a criação de moeda na economia. Por meio das operações de mercado aberto, o BC controla a oferta na economia, comprando e vendendo títulos no mercado financeiro. Ao vender títulos, o BC diminui a oferta de moeda, já que a moeda que é usada para pagar os títulos será retirada das mãos dos agentes econômicos. Ao comprá-los, o BC expande a quantidade de moeda na economia, usando suas reservas para pagar os títulos que estavam nas mãos dos agentes.

Questão 4

Recorde seus estudos sobre atividade econômica e contas nacionais, noções de Economia Internacional e Formação da Economia Brasileira. Considere a seguinte nomenclatura para agregados das contas nacionais:

Y = PIB;
C = consumo das famílias;
G = gastos do governo;
I = investimento bruto total;
X = exportações de bens e serviços; e
M = importações de bens e serviços.

Considere ainda a seguinte nomenclatura para dois componentes do Balanço de Pagamentos:

TC = transações correntes; e
BC = balança comercial de bens.

Recorde que no Brasil não mais se incluem serviços de fatores (remuneração aos fatores de produção) na conta de serviços, mas, sim, na conta de renda das transações correntes.

Período	Crescimento real, %	C/Y %	G/Y %	I/Y %	X/Y %	M/Y %	(X-M)/Y %	BC/Y %	TC/Y %
1967-73	10,7	69,6	10,9	20,3	6,7	7,6	-0,9	-0,2	-2,0
1974-79	6,9	69,2	9,7	23,5	7,2	9,7	-2,5	-1,5	-4,6
1980-84	1,4	67,8	9,6	21,4	10,8	9,8	1,0	1,2	-3,9
1985-89	2,0	60,9	12,4	22,8	10,6	6,4	4,2	4,8	-0,2

Nota: Os dados por período são médias aritméticas aproximadas de dados anuais do período.
Fontes: IBGE (Sistema de Contas Nacionais - Anual) e BCB-DEPEC

a) Defina o PIB (Y) pela ótica do dispêndio. (2 pontos)

b) Na tabela, os saldos dados por BC/Y têm sinal negativo nos dois primeiros períodos e positivo nos dois últimos. Comente as causas de tal inversão. (6 pontos)

c) Comente as relações entre os dados apresentados para TC/Y e BC/Y na tabela. Indique, em seus comentários, outros componentes do Balanço de Pagamentos e outras variáveis que contribuiriam para a melhor compreensão dessas relações. (6 pontos)

d) Comente as implicações das evoluções de TC/Y e BC/Y em relação aos outros componentes do PIB e ao crescimento da economia brasileira entre 1967 e 1989. (6 pontos)

Candice Sakamoto Souza Vianna (20/20)

a) O PIB (Y) pode ser definido pela ótica do dispêndio de acordo com a equação seguinte: Y = C + G + I + Nx, em que C se refere ao consumo das famílias, G aos gastos do governo, I aos investimentos das empresas e Nx às exportações líquidas do país. Por essa visão, analisa-se como cada agente econômico despende sua renda. Os gastos totais da economia devem corresponder ao PIB, produto total dessa mesma economia. Dada sua facilidade de cálculo, essa é a metodologia mais utilizada.

b) A inversão nos saldos comerciais reflete momentos econômicos distintos no Brasil. Na década de 1970, o País vivia o "Milagre Econômico" e, mesmo após o primeiro choque do petróleo, continuou a crescer a elevadas taxas. O Brasil presenciava a implantação do modelo de industrialização por substituição de importações, havendo grande necessidade de importar máquinas e equipamentos industriais. Logo, as importações eram expressivas. Elas aumentaram ainda mais com o choque do petróleo, uma vez que a economia nacional era altamente dependente de mercados externos para a obtenção desse recurso natural. Já com relação às exportações, o Brasil buscava ampliar mercado e alterar a pauta de exportação, o que de fato ocorreu, embora não de maneira significativa, pois os produtos importados possuíam ainda maior valor agregado. Portanto, nesse período, verifica-se déficit na balança comercial.

Tal quadro era possível devido aos saldos positivos na conta de capitais. A alta liquidez mundial, o crescimento interno e as elevadas taxas de juros estimulavam a entrada de divisas por meio do endividamento externo, fato que mantinha a balança de pagamentos em equilíbrio.

Já na década seguinte, houve grave crise econômica. A elevação dos juros internacionais, conjugada à queda da liquidez, causou problemas de insolvência em países cuja dívida externa era expressiva, de forma a inverter a conta de capitais. Para arcar com o endividamento externo, era preciso aumentar a entrada de divisas, o que se fez por meio da promoção de exportações. O governo concedia créditos e incentivava a exportação com a finalidade de tornar a balança comercial superavitária. Além disso, o baixo crescimento interno, devido à recessão, facilitou essa política, diminuindo a demanda por importados e elevando os excedentes exportáveis.

Por fim, deve-se citar a maxidesvalorização ocorrida ao final da década de 1970, a qual aumentou a competitividade do País no exterior, incrementando as exportações. Por esses motivos, nota-se superávit comercial no período.

c) A evolução da BC e das TC nesse período revela o comportamento crescente dos déficits em conta de serviço e de renda. Dado que as transferências unilaterais são positivas, porém pouco relevantes quantitativamente, serão desconsideradas na análise.

A balança comercial, apesar da elevação e do superávit, não se refletiu nas transações correntes, que se manteve deficitária. O déficit da conta de serviços e de renda foi em torno de 1,8%, 3,1%, 5,1% e 5% respectivamente aos períodos considerados. São dois os principais fatores explicativos de tal quadro. O primeiro é a industrialização crescente da economia brasileira por meio da presença de multinacionais. Os lucros e royalties auferidos contribuíam para a saída de divisas na conta de rendas.

Adicionalmente, na década de 1970, os empréstimos estrangeiros se elevaram sobremaneira. Esse fato fez que, na década seguinte, o serviço da dívida fosse parte expressiva do déficit na conta de rendas, mantendo o déficit em transações correntes a despeito do superávit na balança comercial. Além disso, as altas nos juros internacionais agravaram esse cenário. Logo, nota-se como a elevação da entrada de divisas na conta de capital na década de 1970 promoveu déficits em renda, principalmente no período subseqüente.

d) Em relação ao crescimento econômico, a deterioração no balanço de pagamentos reduziu o crescimento do País, causando a recessão da década de 1980. Na década anterior, o consumo e o investimento puderam-se manter elevados, devido à entrada de capitais na conta de capital. Entretanto, na década de 1980, houve recessão decorrente dos desequilíbrios já citados, o que contraiu o consumo e o investimento internos. Nota-se que em todo o período, o Brasil manteve-se como importador de poupança externa, o que viabilizou os investimentos, a despeito da baixa taxa de poupança interna. Somente com a redução do déficit em transações correntes ao final da década de 1980, pôde o Brasil voltar a crescer, embora a taxas muito mais modestas, retomando seu equilíbrio nas contas externas.

Questão 5

Recorde seus estudos sobre noções de Economia Internacional e Formação da Economia Brasileira. Ao comentar “a grande depreciação cambial do último decênio do século [XIX], provocada principalmente pela expansão creditícia imoderada do primeiro governo provisório (...)”, Celso Furtado nota que o governo Campos Salles (1898-1902) “adotou pela primeira vez no Brasil um conjunto de medidas econômico-financeiras coordenadas e visando a um objetivo definido, que era reduzir a pressão sobre a balança de pagamentos e a restabelecer o crédito exterior do governo” (p.172).

a) Em momentos de pressão inflacionária, credores internacionais tendem a associar a concessão de novos créditos à implementação de políticas monetárias restritivas, bem como à adoção de medidas de ajuste fiscal. Discuta a racionalidade subjacente a essa tendência e mostre como ela se coaduna com a avaliação de Furtado. (15 pontos)

b) Discuta a postura dos credores internacionais no contexto da concessão do “funding loan” de 1898. (5 pontos)

Luiz Fellipe Flores Schimdt (20/20)

Entidades que fazem empréstimos a Estados soberanos de maneira geral, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Clube de Paris, no período recente, ou os ingleses da

Casa Rothschild, no caso do Brasil da virada do século XX, geralmente vinculam a concessão desses empréstimos à adoção de "receituário" específico que, em geral, pouco varia, contendo sempre elementos de política monetária e fiscal restritivos. Tais políticas envolvem um "enxugamento" da liquidez interna, seja por elevação dos juros básicos, aumento do encaixe compulsório e medidas afins, seja pela redução dos gastos governamentais e/ou aumento dos impostos (ajuste fiscal). Isso causa, por um lado, recuo da inflação, devido à retração da demanda, que desencoraja alta de preços. Por outro lado, essa retração interna também age no sentido de reverter o déficit na balança de pagamentos, forçando a redução das importações e um crescimento da exportação dos bens produzidos, que não mais encontram mercado no país.

Ambas as medidas têm a mesma finalidade: preservar a capacidade de pagamento pelo país de seus compromissos externos. Caso não se apliquem essas medidas, a inflação e o déficit comercial acabam por pressionar por uma desvalorização do câmbio, reduzindo a capacidade de pagamento do país e aumentando o risco de "default" (não-pagamento). Evitar esse risco é o motivo da exigência, por parte dos credores, de tais medidas restritivas. Celso Furtado identifica essa intenção no governo Campos Sales: caso nada fosse feito, cessariam os empréstimos internacionais. O Brasil vinha da crise especulativa do início da República (o "Encilhamento"), na qual a expansão monetária imoderada, em parte decorrente da autorização dada aos bancos privados para emitir moeda, provocou grande desvalorização do mil-réis e perda do acesso a financiamentos internacionais.

Campos Sales, antes de sua posse, foi à City *londrina negociar com os Rothschild os termos do empréstimo conhecido como* Funding Loan*. Os credores mostravam-se reticentes em aprovar o empréstimo em virtude do discutido acima, somente aceitando concedê-lo mediante a adoção das medidas mencionadas, além de outras como a vinculação da moeda brasileira ao padrão-ouro, ou seja, seu lastreamento às reservas soberanas do metal.*

*

QUARTA FASE

A Quarta Fase constará de prova escrita, de caráter exclusivamente classificatório, de uma segunda língua estrangeira, que poderá ser, conforme a opção do candidato, Alemão, Árabe, Chinês (Mandarim), Espanhol, Francês, Japonês ou Russo. A prova terá o valor de 50 (cinqüenta) pontos e consistirá em questões de compreensão de texto(s) na língua escolhida pelo candidato. As respostas deverão ser dadas na mesma língua.

Apresentam-se, abaixo, os programas dessas provas. Não se incluem exemplos de provas anteriores, em respeito ao princípio da isonomia.

ALEMÃO

A prova de Alemão constará de questões de compreensão de texto(s), em língua alemã, sobre tema da atualidade. As respostas deverão também ser em língua alemã. A avaliação se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de idéias; d) qualidade da linguagem.

ÁRABE

A prova de Árabe constará de questões de compreensão de texto(s), em língua árabe, sobre tema da atualidade. As respostas deverão também ser em língua árabe. A avaliação se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de idéias; d) qualidade da linguagem.

CHINÊS (MANDARIM)

A prova de Chinês (Mandarim) constará de questões de compreensão de texto(s), em Mandarim, sobre tema da atualidade. As respostas deverão também ser em Mandarim. A avaliação se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de idéias; d) qualidade da linguagem.

ESPANHOL

A prova de Espanhol constará de questões de compreensão de texto(s), em língua espanhola, sobre tema da atualidade. As respostas deverão também ser em língua espanhola. A avaliação se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de idéias; d) qualidade da linguagem.

FRANCÊS

A prova de Francês constará de questões de compreensão de texto(s), em língua francesa, sobre tema da atualidade. As respostas deverão também ser em língua francesa. A avaliação se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de idéias; d) qualidade da linguagem.

JAPONÊS

A prova de Japonês constará de questões de compreensão de texto(s), em língua japonesa, sobre tema da atualidade. As respostas deverão também ser em língua japonesa. A avaliação se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de idéias; d) qualidade da linguagem.

RUSSO

A prova de Russo constará de questões de compreensão de texto(s), em língua russa, sobre tema da atualidade. As respostas deverão também ser em língua russa. A avaliação se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de idéias; d) qualidade da linguagem.

*

INSTITUTO RIO BRANCO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Guia de Estudos

2009

Ministro das Relações Exteriores

Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto

Diretor-Geral do Instituto Rio Branco

Embaixador Fernando Guimarães Reis

APRESENTAÇÃO

O **Guia de Estudos** do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, versão 2009, visa a orientar e auxiliar o candidato que pretende ingressar na carreira diplomática.

Constam deste **Guia**:

- Portaria nº 37, de 15 de janeiro de 2009, do Ministro de Estado das Relações Exteriores;

- Edital de 19 de janeiro de 2009, do Diretor-Geral do Instituto Rio Branco;

- Portaria nº 336, de 30 de maio de 2003, do Ministro de Estado das Relações Exteriores;

- Orientação para estudo, contendo programas das disciplinas, bibliografia para as provas e exemplos de respostas que mereceram aprovação no concurso anterior, mantidos os textos originais dos candidatos, com eventuais incorreções e/ou deficiências.

Brasília, em fevereiro de 2009.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 37, DE 15 DE JANEIRO DE 2009*

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 1º e 5º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria de 20 de novembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 25 de novembro de 1998, e alterado pela Portaria nº 11, de 17 de abril de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2001, resolve:

Art. 1º. Ficam estabelecidas as normas que se seguem para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2009.

Art. 2º. O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2009 constará, na Primeira Fase, de prova objetiva, de caráter eliminatório, constituída de questões de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público.

Art. 3º. A Segunda Fase constará de prova discursiva eliminatória e classificatória de Português.

Parágrafo único. Será estabelecida nota mínima para a prova de Português.

Art. 4º. A Terceira Fase constará de provas discursivas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público.

Parágrafo 1º. As seis provas da Terceira Fase terão peso equivalente.

Parágrafo 2º. Será estabelecida nota mínima para o conjunto das provas da Terceira Fase.

Art. 5º. A Quarta Fase constará de provas escritas de Espanhol e de Francês, de caráter exclusivamente classificatório.

Parágrafo único. Para efeitos de classificação, cada uma das provas da Quarta Fase terá peso equivalente a metade do peso de cada uma das provas da Terceira Fase.

Art. 6º. Serão oferecidas, no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2009, 105 (cento e cinco) vagas para a classe inicial da Carreira de Diplomata.

Art. 7º. O Diretor-Geral do Instituto Rio Branco fará publicar o Edital do Concurso.

CELSO AMORIM

** Publicada no Diário Oficial da União de 19 de janeiro de 2009 (Seção 1, página 74).

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO

EDITAL DE 19 DE JANEIRO DE 2009[†]
CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO RIO BRANCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público que estarão abertas, de 21 de janeiro a 12 de fevereiro de 2009, as inscrições para o Concurso Público de Admissão à Carreira de Diplomata, nos termos dos artigos 35 e 36 da Lei n.º 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

O Concurso obedecerá às seguintes normas:

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso será realizado pelo Instituto Rio Branco (IRBr), com a colaboração do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE/UnB). O texto deste Edital estará também disponível no endereço eletrônico do CESPE/UnB (http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2009), bem como eventuais informações adicionais sobre o Concurso.

1.2 O Concurso terá quatro fases, especificadas a seguir:

a) Primeira Fase: Prova Objetiva, de caráter eliminatório, constituída de questões objetivas de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público;

b) Segunda Fase: prova escrita de Português, de caráter eliminatório e classificatório;

c) Terceira Fase: provas escritas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público;

d) Quarta Fase: provas escritas, de caráter exclusivamente classificatório, de Espanhol e de Francês.

1.3 Cada uma das fases será realizada simultaneamente nas cidades de Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Manaus/AM, Natal/RN, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, São Luís/MA, São Paulo/SP e Vitória/ES.

1.4 VAGAS: 105, sendo 6 vagas reservadas aos candidatos portadores de deficiência.

2 DO CARGO

2.1 A aprovação no Concurso habilitará o candidato: 1.º) a ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata (Terceiro Secretário), de acordo com a ordem de classificação obtida; e 2.º) a ter matrícula no Curso de Formação do Instituto Rio Branco, regulamentado pela Portaria n.º 336 do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 30 de maio de 2003, publicada no *Diário Oficial da União* de 12 de junho de 2003.

2.2 REMUNERAÇÃO INICIAL NO BRASIL: R$ 10.906,86 (dez mil e novecentos e seis reais e oitenta e seis centavos).

2.3 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO: aos servidores da Carreira de Diplomata incumbem atividades de natureza diplomática e consular, em seus aspectos específicos de representação, negociação, informação e proteção de interesses

[*] Publicado no Diário Oficial da União de 20 de janeiro de 2009 (Seção 3, páginas 167 a 172). O item 14.2 já apresenta a nova redação estabelecida pelo edital de 30 de janeiro de 2009.

brasileiros no campo internacional.

3 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

3.1 Ter sido aprovado no Concurso.

3.2 Ser brasileiro nato, conforme o artigo 12, § 3.º, inciso V, da Constituição Federal.

3.3 Estar no gozo dos direitos políticos.

3.4 Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino.

3.5 Estar em dia com as obrigações eleitorais.

3.6 Apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação. No caso de candidatos cuja graduação tenha sido realizada em instituição estrangeira, caberá exclusivamente ao candidato a responsabilidade de apresentar, até a data da posse, a revalidação do diploma exigida pelo Ministério da Educação, nos termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

3.7 Haver completado a idade mínima de dezoito anos.

3.8 Apresentar aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, verificada por meio de exames pré-admissionais, nos termos do artigo 14, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

3.9 O atendimento a cada um dos requisitos acima é de responsabilidade exclusiva do candidato.

3.10 Será excluído do Concurso o candidato que não atender a qualquer dos requisitos acima enumerados ou que, quando for o caso, não obtiver a autorização de que trata o subitem 5.4.1.1 deste Edital.

4 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICÊNCIA

4.1 Do total de vagas destinadas ao cargo, 5% serão providas na forma do artigo 37, VIII, da Constituição Federal, do artigo 5.°, § 2.°, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

4.1.1 O candidato que se declarar portador de deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

4.2 Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá:

a) no ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência e estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e de que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação no estágio probatório; e

b) encaminhar cópia simples do CPF e laudo médico (original ou cópia autenticada), emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência, na forma do subitem 4.2.1.

4.2.1 O candidato portador de deficiência deverá entregar, até o dia **13 de fevereiro de 2009**, das 8 horas às 19 horas (exceto sábados, domingos e feriados), pessoalmente ou por terceiro, o laudo médico (original ou cópia autenticada) e a cópia simples do CPF a que se refere à alínea "b" do subitem 4.2, na Central de Atendimento do CESPE/UnB, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB – Asa Norte, Brasília/DF.

4.2.1.1 O candidato poderá, ainda, encaminhar o laudo médico (original ou cópia autenticada) e a cópia simples do CPF, via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, postado impreterivelmente até o dia **13 de fevereiro de 2009**, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB – Concurso IRBr Diplomata 2009 (laudo médico), *Campus*

Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB – Asa Norte, Brasília/DF, Caixa Postal 4488, CEP 70904-970.

4.2.2 O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada) e da cópia simples do CPF, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O CESPE/UnB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada dessa documentação a seu destino.

4.3 O candidato portador de deficiência poderá requerer, na forma do subitem 5.4.9 deste Edital, atendimento especial, no ato da inscrição, para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas, conforme previsto no artigo 40, parágrafos 1.º e 2.º, do Decreto n.º 3.298/99 e suas alterações.

4.4 O laudo médico (original ou cópia autenticada) e a cópia simples do CPF terão validade somente para este Concurso Público e não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias dessa documentação.

4.4.1 A relação dos candidatos que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de portadores de deficiência será divulgada na Internet, no endereço eletrônico **http://www.cespe.unb.br**/concursos/diplomacia2009, na ocasião da divulgação do Edital de locais e horário de realização da Prova Objetiva.

4.4.1.1 O candidato disporá de um dia a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar as razões do indeferimento, pessoalmente ou por meio de fax, *e-mail* ou via SEDEX, citados no subitem 14.5.1 deste Edital. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

4.5 A inobservância do disposto no subitem 4.2 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tal condição e o não-atendimento às condições especiais requeridas.

4.6 Os candidatos que, no ato da inscrição, declararem-se portadores de deficiência, se aprovados e classificados no Concurso, terão seus nomes publicados em lista à parte e figurarão também na lista de classificação geral.

4.7 Os candidatos que se declararem portadores de deficiência, se não eliminados no concurso, serão convocados para se submeter à perícia médica promovida pela Junta Médica designada pelo Diretor-Geral do Instituto Rio Branco, que verificará sobre a sua qualificação como deficiente ou não, bem como, no estágio probatório, sobre a incompatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada, nos termos do artigo 43 do Decreto n.º 3.298/99 e suas alterações.

4.8 O candidato deverá comparecer à perícia médica, munido de laudo médico (original ou cópia autenticada), emitido nos últimos doze meses, contados da data de publicação deste Edital, e de exames comprobatórios da deficiência apresentada, que atestem a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), conforme especificado no Decreto n.º 3.298/99 e suas alterações, bem como à provável causa da deficiência.

4.9 A não-observância do disposto no subitem 4.8, a reprovação na perícia médica ou o não-comparecimento à perícia acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

4.10 O candidato que, tendo-se declarado portador de deficiência, for reprovado na perícia médica por não ter sido considerado deficiente, caso seja aprovado no Concurso, figurará na lista de classificação geral.

4.11 O candidato portador de deficiência reprovado na perícia médica no decorrer do estágio probatório em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será exonerado.

4.12 As vagas definidas no subitem 4.1 que não forem providas por falta de candidatos portadores de deficiência aprovados serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

5 DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO

5.1 As inscrições poderão ser efetuadas somente via Internet, conforme procedimentos especificados a seguir.

5.1.1 TAXA DE INSCRIÇÃO: R$ 110,00.

5.1.2 Será admitida a inscrição exclusivamente via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2009, solicitada no período entre **10 horas do dia 21 de janeiro de 2009** e **23 horas e 59 minutos do dia 12 de fevereiro de 2009**, horário oficial de Brasília/DF.

5.1.3 O CESPE/UnB não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

5.2 O candidato poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU Cobrança).

5.2.1 A GRU Cobrança estará disponível no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2009 e deverá ser impressa para o pagamento da taxa de inscrição **imediatamente** após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição *online*.

5.2.2 A GRU Cobrança pode ser paga em qualquer banco, bem como nas lotéricas e Correios, obedecendo aos critérios estabelecidos nesses correspondentes bancários.

5.2.3 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia **13 de fevereiro de 2009**.

5.2.4 As inscrições somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.

5.2.5 O comprovante de inscrição do candidato estará disponível no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2009, após o acatamento da inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

5.2.6 Informações complementares acerca da inscrição estarão disponíveis no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2009.

5.3 Para os candidatos que não dispuserem de acesso à Internet, o CESPE/UnB disponibilizará locais com acesso à Internet, localizados nos endereços listados a seguir, no período entre **10 horas do dia 21 de janeiro de 2009** e **23 horas e 59 minutos do dia 12 de fevereiro de 2009** (horário oficial de Brasília/DF), observados os horários de funcionamento de cada estabelecimento.

UF	Cidade	Endereço
AM	Manaus	Blocout Lan House – Avenida Dublin, n.º 1040, Centro Comercial Barra Center 2
BA	Salvador	Cyber Vip Lan House – Avenida Otavio Mangabeira n.º 815, Box 2 – Pituba
CE	Fortaleza	CEBRAC Fortaleza – Avenida Bezerra de Menezes, n.º 1.034 – São Gerardo
DF	Brasília	Universidade de Brasília (UnB), *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, mezanino – Asa Norte, Brasília/DF
ES	Vitória	Microlins Vitória – Avenida Jeronimo Monteiro, n.º 776 – Centro
MA	São Luís	Net Point – Avenida Joaquim Soeiro Carvalho, n.º 818

UF	Cidade	Endereço
MG	Belo Horizonte	Planet Lan House – Rua Ilacir pereira Lima, n.º 215 – Bairro Silveira
MS	Campo Grande	CYBER da Rua 7 de setembro, n.º 758 – Centro
MT	Cuiabá	Original Papelaria Ltda – Avenida Mato Grosso, 280 – Centro
PA	Belém	Microlins Centro Somensi – Travessa São Pedro (atrás do Shopping Iguatemi), n.° 406 – Batista Campos
PA	Belém	Microlins Serzedelo Correa – Avenida Serzedelo Correa, n.º 160 – Batista Campos
PA	Belém	Microlins José Malcher – Avenida Governador José Malcher, n.º 1274 – Nazaré
PA	Belém	Microlins Umarizal – Avenida Alcindo Cacela, n.º 829 – Umarizal
PE	Recife	Lan House Multlink – Bairro Graças, Rua do Futuro, 516
PR	Curitiba	Microlins Portão – Avenida Presidente Kennedy, n.º 4.070 – Água Verde
RJ	Rio de Janeiro	Claudius Clan Lan House – Rua Francisco Real, n.º 1950, loja 120 – Bangu
RJ	Rio de Janeiro	Sercon Cyber e Informática – Rua Aurélio Valporto, n.º 102 – Bairro Marechal Hermes
RJ	Rio de Janeiro	SIC Cyber & Modas – Avenida Salvador Allende, n.º 4811 – Recreio dos Bandeirantes
RJ	Rio de Janeiro	Speed Net – Rua Siqueira Campos, n.º 143 – loja 118 – Copacabana
RJ	Rio de Janeiro	UNIGRANRIO – Rua da Lapa, 86 – 13.º andar – Bairro Lapa
RJ	Rio de Janeiro	Lan house Cometa – Estrada Luis Soares, n.º 690 – Comendador Soares – Nova Iguaçu
RN	Natal	Microlins Zona Norte – Avenida Bel Tomaz Landim, n.º 4F (ao lado do Cosern) – Igapó
RS	Porto Alegre	Dragon Lan House – Rua Garibaldi, n.º 944 – Independência
SC	Florianópolis	SOS Educação – Rua Felipe, n.º 51, sala 201 – Centro
SP	São Paulo	Acessa São Paulo Metrô São Bento – Boulevard Metrô São Bento, Loja 12 – Centro
SP	São Paulo	Acessa São Paulo Metrô Sé – Praça da Sé, s/n – Centro – Saída Anita Garibaldi
SP	São Paulo	Acessa São Paulo Poupa Tempo Sé – Praça do Carmo, s/n – Centro
SP	São Paulo	Acessa São Paulo Poupa Tempo Sé II – Secretaria da Fazenda – Avenida Rangel Pestana, n.º 300, 1° andar – Centro
SP	São Paulo	Acessa São Paulo SEADE – Avenida Cásper Líbero, n.º 478 Térreo – Luz
SP	São Paulo	Acessa São Paulo SEADS – Rua Bela Cintra, n.º 1.032 – Cerqueira César
SP	São Paulo	Sercon Cyber e Informática – Rua Aurélio Valporto, 102 – Bairro Marechal Hermes

5.4 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

5.4.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. No momento da inscrição, o candidato deverá optar pela cidade de provas. Uma vez efetivada a inscrição não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.

5.4.1.1 O candidato que tiver cônjuge de nacionalidade estrangeira será inscrito condicionalmente no Concurso e sua eventual aprovação só será válida se obtiver a autorização do Ministro de Estado das Relações Exteriores ou do Presidente da República, conforme o caso, a que se referem, respectivamente, o artigo 33, § 3.º, e o artigo 34, § 3.º, da

Lei n.º 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Esta exigência aplica-se também ao(a) candidato(a) casado(a) com estrangeira(o), cuja separação judicial ainda não tenha transitado em julgado.

5.4.2 É vedada a inscrição condicional (salvo o disposto no subitem 5.4.1.1), a extemporânea, a via postal, a via fax ou a via correio eletrônico.

5.4.3 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros ou para outros concursos.

5.4.4 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

5.4.5 As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o CESPE/UnB e o IRBr do direito de excluir do Concurso Público aquele que não preenchê-la de forma completa e correta.

5.4.6 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

5.4.7 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os candidatos amparados pelo Decreto n.º 6.593, de 2 de outubro de 2008, publicado no *Diário Oficial da União* de 3 de outubro de 2008.

5.4.7.1 Estará isento do pagamento da taxa de inscrição o candidato que:

a) estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto n.º 6.135, de 26 de junho de 2007; e

b) for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto n.º 6.135, de 2007.

5.4.7.2 A isenção deverá ser solicitada mediante requerimento do candidato, disponível por meio do aplicativo para a solicitação de inscrição, até o dia **23 de janeiro de 2009**, no endereço eletrônico www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2009, contendo:

a) indicação do Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo CadÚnico; e

b) declaração de que atende à condição estabelecida na letra “b” do subitem 5.4.7.1.

5.4.7.2.1 Os candidatos que não dispuserem de acesso à Internet poderão utilizar-se dos locais constantes do subitem 5.3 deste Edital para efetuar a solicitação de inscrição com isenção de taxa.

5.4.7.3 O CESPE/UnB consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

5.4.7.4 As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo responder este, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará sua eliminação do concurso, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto n.º 83.936, de 6 de setembro de 1979.

5.4.7.5 Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:

a) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;

b) fraudar e/ou falsificar documentação;

c) não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos no subitem 5.4.7.2 deste edital.

5.4.7.6 Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição via postal, via fax ou via correio eletrônico.

5.4.7.7 Cada pedido de isenção será analisado e julgado pelo CESPE/UnB.

5.4.7.8 A relação dos pedidos de isenção deferidos será divulgada até o dia **10 de fevereiro de 2009**, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2009.

5.4.7.8.1 Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição.

5.4.7.9 Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos deverão, para efetivar a sua inscrição no concurso, acessar o endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2009 e imprimir a GRU Cobrança, por meio da página de acompanhamento, para pagamento até o dia **13 de fevereiro de 2009**, conforme procedimentos descritos neste edital.

5.4.7.10 O interessado que não tiver seu pedido de isenção deferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e no prazo estabelecido no subitem anterior estará automaticamente excluído do concurso público.

5.4.8 O comprovante de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização das provas.

5.4.9 O candidato, portador de deficiência ou não, que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá indicar, na solicitação de inscrição, os recursos especiais necessários e, ainda, enviar, até o dia **13 de fevereiro de 2009**, impreterivelmente, via SEDEX, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB – Concurso IRBr Diplomata 2009 (laudo médico), *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB – Asa Norte, Brasília/DF, Caixa Postal 4488, CEP 70904-970, cópia simples do CPF e laudo médico (original ou cópia autenticada) que justifique o atendimento especial solicitado. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior e nos que forem de interesse da Administração Pública. A solicitação de condições especiais será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

5.4.9.1 O laudo médico (original ou cópia autenticada) e a cópia simples do CPF referidos no subitem 5.4.9 poderão, ainda, ser entregues, até o dia **13 de fevereiro de 2009**, das 8 horas às 19 horas, pessoalmente ou por terceiro, na Central de Atendimento do CESPE/UnB, localizada no endereço citado no subitem anterior.

5.4.9.2 O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada) e da cópia simples do CPF, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O CESPE/UnB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada dessa documentação a seu destino.

5.4.9.3 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial para tal fim, deverá encaminhar cópia da certidão de nascimento da criança até o dia **13 de fevereiro de 2009**, e deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas.

5.4.9.4 A cópia simples do CPF e o laudo médico (original ou cópia autenticada) valerão somente para este Concurso, não serão devolvidos e não serão fornecidas cópias dessa documentação.

5.4.9.5 A relação dos candidatos que tiveram o seu atendimento especial deferido será divulgada no endereço eletrônico **http://www.cespe.unb.br**/concursos/diplomacia2009, na ocasião da divulgação do Edital de locais e horário de realização da Prova Objetiva.

5.4.9.5.1 O candidato disporá de um dia a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar as razões do indeferimento pessoalmente ou por meio de fax, *e-mail* ou via SEDEX, citados no subitem 14.5.1 deste Edital.

5.4.10 O candidato deverá declarar, na solicitação de inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da posse.

6 DA PRIMEIRA FASE: PROVA OBJETIVA

6.1 A Prova Objetiva, de caráter eliminatório, abrangerá as seguintes disciplinas: Português, História do Brasil, História Mundial, Geografia, Política Internacional, Inglês, Noções de Economia e Noções de Direito e Direito Internacional Público.

6.2 **Data e horário**: a Prova Objetiva será aplicada no dia **8 de março de 2009**, em duas etapas: a primeira às **8 horas e 30 minutos** (horário oficial de Brasília/DF), com duração de **3 horas e trinta minutos**; e a segunda às **15 horas** (horário oficial de Brasília/DF), também com duração de **3 horas e trinta minutos**.

6.2.1 Na data provável de **20 de fevereiro de 2009**, os locais de realização da Prova Objetiva serão publicados no *Diário Oficial da União,* e divulgados na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2009. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.

6.2.2 O CESPE/UnB poderá enviar, como complemento às informações citadas no subitem anterior, comunicação pessoal dirigida ao candidato, por *e-mail* ou pelos Correios, sendo de sua exclusiva responsabilidade a manutenção/atualização de seu correio eletrônico e a informação de seu endereço completo e correto na solicitação de inscrição, o que não o desobriga do dever de observar o Edital a ser publicado, consoante o que dispõe o subitem 6.2.1 deste Edital.

6.3 **Características**: a Prova Objetiva será constituída de 80 questões objetivas.

6.3.1 As questões serão do tipo múltipla escolha e do tipo CERTO ou ERRADO.

6.3.2 Cada questão do tipo múltipla escolha terá cinco opções (A, B, C, D e E) e uma única resposta correta, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada questão deste tipo, cinco campos de marcação correspondentes às cinco opções: A, B, C, D e E, devendo o candidato preencher apenas aquele correspondente à resposta julgada correta, de acordo com o comando.

6.3.2.1 Para obter pontuação em cada questão de múltipla escolha, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos cinco campos da folha de respostas correspondentes às opções da questão.

6.3.3 Cada questão do tipo CERTO ou ERRADO será constituída de quatro itens. O julgamento de cada item será CERTO ou ERRADO, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada item, dois campos de marcação: o campo designado com o código **C**, que deve ser preenchido pelo candidato caso julgue o item CERTO, e o campo designado com o código **E**, que deve ser preenchido pelo candidato caso julgue o item ERRADO.

6.3.3.1 Para obter pontuação em cada item de cada questão do tipo CERTO ou ERRADO, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos dois campos da folha de respostas correspondentes a esse item.

6.3.4 O candidato deverá transcrever as respostas das questões da Prova Objetiva para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento será de inteira responsabilidade do candidato, que deve proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro de preenchimento do candidato.

6.3.5 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este Edital e/ou com as instruções contidas na folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não-preenchido integralmente.

6.3.6 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de ter a correção de sua prova prejudicada pela impossibilidade de realização da leitura óptica.

6.3.7 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento de identidade.

6.3.8 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por agente do CESPE/UnB devidamente treinado.

6.3.9 O CESPE/UnB divulgará a imagem da folha de respostas dos candidatos que realizaram a Prova Objetiva, exceto dos candidatos eliminados na forma do subitem 14.16.1, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2009, após a data de divulgação do resultado final da Prova Objetiva. A referida imagem ficará disponível até quinze dias corridos da data de publicação do resultado final do Concurso Público.

6.3.9.1 Após o prazo determinado no subitem anterior, não serão aceitos pedidos de disponibilização da imagem da folha de respostas.

7 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

7.1 A folha de respostas será corrigida por meio de processamento eletrônico.

7.2 A nota em cada questão do tipo múltipla escolha, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 1,00 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,20 ponto negativo (menos vinte centésimos), caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00 (zero), caso não haja marcação ou caso haja mais de uma marcação.

7.3 A nota em cada item de cada questão do tipo CERTO ou ERRADO, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 0,25 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,25 ponto negativo (menos vinte e cinco centésimos), caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00 (zero), caso não haja marcação ou caso haja marcação dupla.

7.4 Para cada candidato, o cálculo da nota no conjunto das questões da Prova Objetiva será igual à soma algébrica das notas obtidas em todas as questões e os itens que o compõem.

7.5 Será eliminado do Concurso o candidato que obtiver nota inferior a 40% da pontuação máxima possível no conjunto das questões.

7.5.1 Os candidatos eliminados na forma do subitem 7.5 deste Edital não terão classificação alguma no Concurso.

7.5.2 Os candidatos não eliminados na forma do subitem 7.5 serão ordenados de acordo com os valores decrescentes das notas obtidas no conjunto das questões.

7.6 Para os candidatos não eliminados segundo o subitem 7.5 será calculada a nota final na Prova Objetiva (*NFP0*) como sendo igual à soma das notas obtidas no conjunto das questões.

7.7 Os candidatos serão ordenados de acordo com a soma das notas obtidas no conjunto das questões e os classificados até a 300.ª posição (20.ª posição para os portadores de deficiência), respeitados os empates na última colocação, serão considerados aprovados na Primeira Fase.

7.7.1 Os candidatos que não estiverem classificados até a 300.ª posição serão eliminados e não terão classificação alguma no Concurso.

7.8 Os candidatos aprovados na Primeira Fase serão convocados para a prova da Segunda Fase, em Edital a ser publicado no *Diário Oficial da União*, na data provável de **24 de março de 2009**, do qual constarão igualmente os locais de realização da prova.

7.9 Todos os cálculos citados neste Edital serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se para cima, se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a cinco.

8 DOS RECURSOS REFERENTES À PROVA OBJETIVA

8.1 Os gabaritos oficiais preliminares das questões da Prova Objetiva serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2009, até as 18 horas da data provável de **10 de março de 2009**.

8.2 O candidato que desejar interpor recurso contra os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas disporá de dois dias úteis, a contar do dia subsequente ao da divulgação desses gabaritos, no horário das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF), ininterruptamente, conforme datas determinadas nesses gabaritos.

8.3 Para recorrer contra os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas, o candidato deverá utilizar os modelos de formulários disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso (http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2009), e seguir as instruções ali contidas.

8.4 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo na elaboração de seu recurso. Serão preliminarmente indeferidos recursos extemporâneos, inconsistentes e/ou fora de qualquer uma das especificações estabelecidas neste Edital ou em outros editais que vierem a ser publicados no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

8.5 O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que o identifique, sob pena de ser preliminarmente indeferido.

8.6 Se do exame de recursos resultar anulação de questão ou de item de questão integrante da prova, a pontuação correspondente a essa questão ou ao item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de questão ou de item de questão integrante da prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.7 Todos os recursos serão analisados e as justificativas das alterações de gabarito serão divulgadas no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2009 no momento da divulgação do gabarito definitivo. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

8.8 Não será aceito recurso via postal, via fax e/ou via correio eletrônico ou entregue fora do prazo.

8.9 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recurso ou de recurso de gabarito oficial definitivo, bem como recurso contra o resultado final nas demais fases.

8.10 Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.

9 DA SEGUNDA FASE: PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS

9.1 **Data e horário**: a prova escrita de Português será aplicada no dia **29 de março de 2009**, às **14 horas** (horário oficial de Brasília/DF), nos locais determinados pelo Edital de convocação a que se refere o item 7.8. Esta prova terá a duração de **5 horas**.

9.2 **Características**: a prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 600 a 650 palavras (valor: 60 pontos), e de dois exercícios de interpretação, de análise ou de comentário de textos, com a extensão de 100 a 150 palavras cada um (valor de cada exercício: 20 pontos). Os exercícios de interpretação, de análise ou de comentário de textos terão por base extratos dos livros indicados na bibliografia obrigatória constante do programa da prova de Português, que integra o Anexo deste Edital.

9.3 Na avaliação da redação, a organização do texto e o desenvolvimento do tema terão o valor de 30 pontos, e a correção gramatical e a propriedade da linguagem terão o valor de 30 pontos, totalizando os 60 pontos possíveis.

9.3.1 Será atribuída nota 0 (zero) à redação caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem.

9.3.2 Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido de 600 palavras.

9.4 O candidato que entregar a redação ou algum dos exercícios em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida estará eliminado e não terá sua prova corrigida.

9.5 **Aprovação**: serão considerados aprovados na Segunda Fase do Concurso os candidatos que obtiverem, em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem), a nota mínima de 60 (sessenta) pontos na prova de Português.

9.6 **Resultado**: o resultado provisório da Segunda Fase será anunciado na sede do IRBr, em Brasília, às **16 horas** (horário oficial de Brasília/DF), na data provável de **6 de maio de 2009**, e divulgado via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2009, até as 20 horas desse mesmo dia.

9.7 **Recursos**: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório na Segunda Fase serão divulgados quando da publicação deste resultado.

9.7.1 O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Segunda Fase, será anunciado até as **18 horas** (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de **27 de maio de 2009**, na sede do IRBr, em Brasília, e enviado para publicação no *Diário Oficial da União*, em Edital que convocará os candidatos aprovados para as provas da Terceira Fase do Concurso.

10 DA TERCEIRA FASE: PROVAS ESCRITAS DE HISTÓRIA DO BRASIL, DE GEOGRAFIA, DE POLÍTICA INTERNACIONAL, DE INGLÊS, DE NOÇÕES DE ECONOMIA E DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO.

10.1 A Terceira Fase constará de seis provas escritas, a serem realizadas de acordo com o seguinte calendário:

- data provável de **30 de maio de 2009**: História do Brasil;
- data provável de **31 de maio de 2009**: Geografia;
- data provável de **6 de junho de 2009**: Política Internacional;
- data provável de **7 de junho de 2009**: Inglês;
- data provável de **13 de junho de 2009**: Noções de Economia;
- data provável de **14 de junho de 2009**: Noções de Direito e Direito Internacional Público.

10.2 As provas da Terceira Fase terão a duração de **4 horas** cada uma, com início às 9 horas (horário oficial de Brasília/DF).

10.3 Características referentes às provas da Terceira Fase:

10.3.1 As provas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público consistirão, cada uma, de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma, totalizando, assim, 100 (cem) pontos para cada prova.

10.3.1.1 Nas provas de História do Brasil, de Geografia e de Política Internacional, as respostas às duas questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas, e as respostas às duas questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

10.3.1.2 Nas provas de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público, as respostas às duas questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas, e as respostas às duas questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

10.3.2 A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de tradução de um texto do inglês para o português (valor 20 pontos); versão de um texto do português para o inglês (valor 15 pontos); resumo de um texto (valor 15 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor 50 pontos).

10.3.2.1 Na avaliação da redação da prova de Inglês, a correção gramatical terá o valor de 20 pontos, a organização do texto e o desenvolvimento das ideias terão o valor de 15 pontos, e a qualidade da linguagem terá o valor de 15 pontos, totalizando os 50 pontos possíveis.

10.3.2.2 Será atribuída nota 0 (zero) à redação caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.

10.3.2.3 Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido de 350 palavras.

10.4 O candidato que não comparecer a uma das seis provas, ou entregar uma prova em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida, estará eliminado e não terá qualquer das provas corrigidas.

10.5 **Aprovação**: serão considerados aprovados na Terceira Fase do Concurso os candidatos que tenham alcançado a nota mínima de 360 (trezentos) e sessenta pontos na soma das pontuações obtidas nas seis provas desta fase.

10.6 **Resultado**: o resultado provisório das provas da Terceira Fase será anunciado, na sede do IRBr, em Brasília, às **16 horas** (horário oficial de Brasília/DF), na data provável de **1.º de julho de 2009**, e divulgados via Internet até as 20 horas do mesmo dia.

10.7 **Recursos**: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório na Terceira Fase serão divulgados quando da publicação desse resultado.

10.8 O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Terceira Fase, será anunciado até as **18 horas** (horário oficial de Brasília/DF) da data provável de **14 de julho de 2009**, na sede do IRBr, em Brasília, e enviado para publicação no *Diário Oficial da União*.

11 DA QUARTA FASE: PROVAS ESCRITAS DE ESPANHOL E DE FRANCÊS

11.1 A Quarta Fase constará de provas escritas de Espanhol e de Francês, de caráter exclusivamente classificatório, com o valor de 50 (cinquenta pontos) cada prova.

11.2 A prova de Espanhol será realizada na data provável de **7 de junho de 2009**, às 16 horas (horário oficial de Brasília/DF), e terá a duração de 2 horas. A prova de Francês será realizada na data provável de **14 de junho de 2009**, às 16 horas (horário oficial de Brasília/DF), e terá também a duração de 2 horas.

11.3 Todos os candidatos aprovados na Segunda Fase deverão fazer as provas da Quarta Fase.

11.3.1 Apenas os candidatos aprovados na Terceira Fase terão corrigidas suas provas da Quarta Fase.

11.4 O candidato que não comparecer às provas da Quarta Fase, ou que as entregar em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida, estará eliminado do Concurso.

11.5 A prova de Espanhol constará de dez questões relativas a textos em língua espanhola, com o valor de 5 pontos por questão. As respostas às questões deverão conter frases completas em espanhol e observar a extensão exigida no comando de cada questão.

11.6 A prova de Francês constará de dez questões relativas a texto em língua francesa, com o valor de 5 pontos por questão. As respostas às questões deverão conter frases completas em francês e observar a extensão exigida no comando de cada questão.

11.7 **Resultado**: o resultado provisório das provas da Quarta Fase será anunciado, na sede do IRBr, em Brasília, às **16 horas** (horário oficial de Brasília/DF), na data provável de **15 de julho de 2009**, e divulgados via Internet até as 20 horas do mesmo dia.

11.8 **Recursos**: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório da Quarta Fase serão divulgados quando da publicação desse resultado.

11.9 O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Quarta Fase, será anunciado até as **18 horas** (horário oficial de Brasília/DF) da data provável de **22 de julho de 2009**, na sede do IRBr, em Brasília, e enviado para publicação no *Diário Oficial da União*.

12 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL NO CONCURSO

12.1 A nota final no Concurso será a igual à soma das notas obtidas nas provas da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases.

12.2 A classificação final no Concurso, que determinará a ordem de ingresso dos aprovados na classe inicial da Carreira de Diplomata, corresponderá à ordem decrescente das respectivas notas finais.

12.3 O resultado final do Concurso será divulgado na Internet e publicado no *Diário Oficial da União* na data provável de **23 de julho de 2009**.

13 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

13.1 Em caso de empate na nota final no Concurso, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

a) tiver idade superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição nesta seleção, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;

b) obtiver a maior nota na prova escrita de Português;

c) obtiver a maior soma de notas nas seis provas da Terceira Fase;

d) obtiver a maior nota na Prova Objetiva.

13.1.1 Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 **Aceitação das normas deste Edital**: o requerimento de inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada a qualquer momento, por decisão do Diretor-Geral do IRBr, publicada no *Diário Oficial da União*. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

14.2 O Guia de Estudos para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata ficará disponível no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2009, a partir do dia 12 de fevereiro de 2009. Sua leitura é obrigatória e de caráter complementar a este Edital.

14.3 Os programas das provas do Concurso estão detalhados no Anexo deste Edital.

14.4 Não serão fornecidas, por telefone, informações a respeito de locais e de horários de aplicação das provas, informações quanto à posição do candidato no Concurso, bem como não será expedido qualquer documento comprobatório de sua classificação, valendo, para esse fim, a publicação da homologação do Concurso.

14.4.1 O candidato deverá observar rigorosamente os comunicados e os editais a serem publicados no *Diário Oficial da União* e divulgados na Internet, nos endereços eletrônicos http://www.irbr.mre.gov.br e **http://www.cespe.unb.br**/concursos/diplomacia2009.

14.5 O candidato poderá obter informações referentes à Prova Objetiva junto à Central de Atendimento do CESPE/UnB, localizada no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB – Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 3448 0100 ou via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2009, ressalvado o disposto no subitem 14.4 deste Edital.

14.5.1 O candidato que desejar relatar ao CESPE/UnB fatos ocorridos durante a realização do Concurso deverá fazê-lo à Central de Atendimento do CESPE/UnB, postar correspondência para a Caixa Postal 4488, CEP 70904-970; encaminhar mensagem pelo fax de número (61) 3448 0110; ou enviá-la para o endereço eletrônico sac@cespe.unb.br.

14.6 Não serão identificadas, para efeito de correção, as provas da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases.

14.6.1 As provas da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases serão identificadas em público no momento do anúncio dos resultados.

14.7 Os candidatos terão direito à vista das provas e, se desejarem interpor recurso contra os resultados provisórios da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases, disporão de dois dias úteis, conforme datas determinadas nos editais de divulgação desses resultados, no horário das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF), ininterruptamente.

14.7.1 O candidato deverá utilizar o Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso (http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2009), e seguir as instruções ali contidas.

14.7.2 Não será aceito recurso via postal, via fax ou via correio eletrônico ou entregue fora do prazo.

14.7.3 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo na elaboração de seu recurso; serão preliminarmente indeferidos recursos extemporâneos, inconsistentes e/ou fora de qualquer uma das especificações estabelecidas neste Edital ou em outros editais que vierem a ser publicados no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

14.7.4 O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que o identifique, sob pena de ser preliminarmente indeferido.

14.7.5 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recurso ou recursos contra o resultado final da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases.

14.7.6 Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.

14.8 A legibilidade é condição indispensável para a correção de todas as provas.

14.9 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de uma hora do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta preta, de comprovante de inscrição, do comprovante de pagamento da taxa de inscrição ou do Boletim Informativo e de documento de identidade original.

14.10 Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

14.11 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente modelo com foto).

14.11.1 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidão de nascimento, CPF, título de eleitor, carteira de motorista (modelo sem foto), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

14.12 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, noventa dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

14.12.1 A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

14.13 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 14.11 deste Edital, será automaticamente excluído do Concurso.

14.14 Será eliminado do Concurso o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira e/ou borracha.

14.14.1 O CESPE/UnB recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos citados no subitem anterior, no dia de realização das provas.

14.14.2 O IRBr e o CESPE/UnB não se responsabilizarão por perda ou extravio de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas.

14.15 O candidato deverá permanecer **obrigatoriamente** no local de realização das provas por, no mínimo, uma hora após o início das provas.

14.15.1 A inobservância do subitem anterior acarretará a não-correção das provas e, consequentemente, a eliminação do candidato no Concurso Público.

14.16 O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de provas e a folha de rascunho, que é de preenchimento facultativo, no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.

14.16.1 Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do Concurso o candidato que, durante a sua realização:

a) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;

b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos ou que se comunicar com outro candidato;

c) for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira e/ou borracha;

d) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;

e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;

f) não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;

g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;

h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas e/ou o caderno de respostas das questões discursivas;

i) descumprir as instruções contidas no caderno de provas, na folha de respostas ou no caderno de respostas das questões discursivas;

j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

k) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público;

l) não permitir a coleta de sua assinatura e/ou de sua impressão digital;

14.17 Exige-se traje apropriado nos dias de realização das provas.

14.18 Não será admitido o ingresso de candidatos nos locais de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

14.19 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, fora da data e do local predeterminados em Edital e/ou em comunicado.

14.20 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não-comparecimento a qualquer das provas implicará a eliminação automática do candidato.

14.21 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento de candidato da sala de provas.

14.22 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e ele será eliminado do Concurso.

14.23 No dia de realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

14.24 O prazo de validade do Concurso será de noventa dias, a contar da data de publicação do resultado final, sem possibilidade de prorrogação.

14.25 O candidato deverá manter atualizado seu endereço perante o CESPE/UnB, até data de divulgação dos resultados finais das provas, por meio de requerimento a ser enviado à Central de Atendimento do CESPE/UnB, e, após essa data, perante o IRBr, se aprovado. Serão de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não-atualização de seu endereço.

14.26 Os candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas oferecidas serão convocados para se submeterem a exame pré-admissional, conforme subitem 3.8.

14.27 Os casos omissos serão resolvidos pelo IRBr, com a colaboração do CESPE/UnB quando necessário.

FERNANDO GUIMARÃES REIS

Diretor-Geral

ANEXO

NOTA: A fim de facilitar a consulta por parte do candidato, os programas mencionados no subitem 14.3 do Edital constam deste Guia de Estudos nas seções de orientação para o estudo referentes a cada disciplina, razão pela qual não se reproduz neste ponto o ANEXO do Edital.

PORTARIA Nº 336, DE 30 DE MAIO DE 2003

Revoga Portaria de 01 de novembro de 1995, que regulamenta o Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase, PROFA-I, e institui novo regulamento para incorporar modificações decorrentes da implantação do Mestrado em Diplomacia do Instituto Rio Branco no processo de formação dos diplomatas.

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, tendo em vista o disposto nas Leis nº 70501, de 27 de junho de 1986, especialmente em seus artigos 38 e 39, parágrafos únicos, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o Decreto de 14 de setembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1995, resolve revogar Portaria de 01 de novembro de 1995 e estabelecer o seguinte regulamento para o Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase (PROFA-I), doravante denominado Curso de Formação do Instituto Rio Branco:

Regulamento do Curso de Formação do Instituto Rio Branco

Capítulo I
Das finalidades e duração

Art. 1º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco tem por finalidade a avaliação das aptidões e capacidade de funcionário nomeado para o cargo inicial da carreira de diplomata do Serviço Exterior, durante o estágio probatório de que trata o art. 8º da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986.

Art. 2º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco compreende as atividades de formação e desempenho funcional, a serem coordenadas pelo Instituto Rio Branco (IRBr).

Art. 3º Considerando a natureza da carreira diplomática, poderão ser utilizados como instrumentos de formação e aperfeiçoamento trabalhos práticos, exercícios, preleções, exames, debates em seminários, monografias, treinamento, visitas a Estados da Federação e demais atividades que programe o Diretor do IRBr.

Art. 4º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco começará no máximo 30 (trinta) dias após a nomeação dos aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, e terá a duração de quatro períodos consecutivos, assim distribuídos:

a) os dois primeiros períodos, de não mais do que 20 semanas cada um, darão ênfase a atividades indispensáveis à formação e ao aperfeiçoamento do funcionário nomeado, a luz das necessidades da carreira diplomática;

b) os dois últimos períodos compreenderão cursos de aperfeiçoamento e dedicação à pesquisa ou prática diplomática;

c) os estágios regulares no exterior serão realizados somente pelos alunos do Mestrado em Diplomacia, após a apresentação ou a aprovação das dissertações, e terão duração de até seis meses;

d) a distribuição dos estagiários por postos será feita preferencialmente por ordem de classificação nos exames de qualificação no Mestrado;

e) a designação de estágio no exterior em determinada missão ou instituição poderá se

condicionada à elaboração de dissertação de Mestrado sobre tema específico.

Art. 5º O funcionário não se poderá recusar a tomar parte ou submeter-se a quaisquer dos instrumentos e atividades de formação e aperfeiçoamento acima mencionados.

Capítulo II
Da avaliação

Art.6º A avaliação das atividades do Curso de Formação do Instituto Rio Branco ficará a cargo do IRBr e das Chefias imediatas.

Art. 7º O funcionário nomeado e dedicado à prática diplomática será avaliado segundo critérios de produtividade, assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa e responsabilidade.

Parágrafo Único – Na aferição desses critérios, serão considerados obrigatoriamente a proficiência nos instrumentos de formação e aperfeiçoamento, bem como o desempenho profissional, a conduta pessoal e a integração com a carreira;

Art. 8º A avaliação semestral, de que trata o art. 10, § 2º, alínea a, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, anexo ao Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, com as alterações aprovadas pelo Decreto de 14 de setembro de 1995, acima citado, e as alterações subsequentes, será graduada por notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), e por conceitos de “satisfatório” ou “insatisfatório”;

a) a média das notas do período será considerada suficiente se igualar ou superar 60 (sessenta) em cada atividade considerada obrigatória;

b) os conceitos serão também emitidos ao final de cada período;

c) em caso de insuficiência de notas ou de avaliação de “insatisfatório”, o funcionário será notificado formalmente pelo Diretor do IRBr.

d) Só será admitida uma notificação; e

e) Na eventualidade de uma segunda notificação, que poderá comprometer a confirmação no Serviço Exterior do funcionário nomeado, o Secretário Geral das Relações Exteriores designará Comissão de três diplomatas – composta pelo Diretor do IRBr e de dois outros dentre os Ministros de Segunda Classe e Conselheiros da carreira de diplomata – para examiná-la.

Art. 9º Os relatórios relativos aos períodos de avaliação, a serem submetidos pelo Diretor do Instituto Rio Branco ao Secretário Geral das Relações Exteriores, nos termos do Decreto de 14 de setembro de 1995, § 2, alínea b, acima citado, e as alterações subseqüentes, incluirão as notas e os conceitos conferidos e, se for o caso, as notificações.

CELSO AMORIM

Orientação para estudo

(inclui: programas e bibliografias para as provas do Concurso,
além de exemplos de provas do Concurso anterior)

PROVA OBJETIVA

A prova objetiva, de caráter eliminatório, visa a testar, de modo amplo, a capacidade de compreensão e a cultura dos candidatos, com base nos programas das provas discursivas que consituem a segunda e a terceira fases do Concurso e no programa de História Mundial estabelecido pelo edital reproduzido neste Guia de Estudos.

No Concurso de 2009, a prova objetiva será constituída de 80 questões objetivas de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público. Em virtude do caráter interdisciplinar da prova, uma questão poderá contemplar conhecimentos relativos a mais de uma disciplina.

*

PORTUGUÊS

A prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 600 a 650 palavras (valor: 60 pontos), e de dois exercícios de interpretação, de análise ou de comentário de textos, com a extensão de 100 a 150 palavras cada um (valor de cada exercício: 20 pontos). Os exercícios de interpretação, de análise ou de comentário de textos terão por base extratos dos livros indicados na bibliografia obrigatória constante do programa abaixo.

Programa:

1 Língua Portuguesa: modalidade culta usada contemporaneamente no Brasil. 1.1 Sistema gráfico: ortografia, acentuação e pontuação; legibilidade. 1.2 Morfossintaxe. 1.3 Semântica. 1.4 Vocabulário.

2 Leitura e produção de textos. 2.1 Compreensão, interpretação e análise crítica de textos em língua portuguesa. 2.2 Conhecimentos de Linguística, Literatura e Estilística: funções da linguagem; níveis de linguagem; variação linguística; gêneros e estilos textuais; textos literários e não-literários; denotação e conotação; figuras de linguagem; estrutura textual. 2.3 Redação de textos dissertativos dotados de fundamentação conceitual e factual, consistência argumentativa, progressão temática e referencial, coerência, objetividade, precisão, clareza, concisão, coesão textual e correção gramatical. 2.3.1 Defeitos de conteúdo: descontextualização, generalização, simplismo, obviedade, paráfrase, cópia, tautologia, contradição. 2.3.2 Vícios de linguagem e estilo: ruptura de registro linguístico, coloquialismo, barbarismo, anacronismo, rebuscamento, redundância e linguagem estereotipada.

Bibliografia obrigatória: ASSIS, Machado de. **Esaú e Jacó**. FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. ---.**Visão do Paraíso**. NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**.

Bibliografia sugerida:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1999.

Atualizado em http://www.academia.org.br/vocabulario

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2004. (versão impressa e eletrônica).

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. **Manual de expressão oral e escrita**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CUNHA, Celso e CINTRA, L. F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário de regimes de substantivos e adjetivos**. 25. ed. São Paulo: Globo, 2000.

______. **Dicionário de verbos e regimes**. 44. ed. São Paulo: Globo, 2001.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 21. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.

______. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0. Dez – 2001.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Introdução à lingüística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KURY, Adriano da Gama. **Ortografia, pontuação e crase**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SAVIOLI, Francisco e FIORIN, José Luiz. **Manual do Candidato – Português**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.

VANOYE, Francis. **Usos da Linguagem**. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WILSON, John. **Pensar com conceitos**. Trad. Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Orientação para a prova de Português

A prova de Português afere o domínio, por parte do candidato, da norma culta na modalidade escrita da língua portuguesa, sua competência de leitura e análise críticas, bem como a capacidade de síntese e de organização de idéias.

A prova apresenta textos curtos, que suscitam tema a ser desenvolvido pelo candidato em uma redação (com o valor de 60 pontos). Textos extraídos da bibliografia obrigatória servem de base para dois exercícios de interpretação, de análise ou de comentário (com o valor de 20 pontos cada um). O apoio em textos propicia subsídios ao candidato, visando evitar que deixe de escrever por falta de motivação ou informação acerca do objeto temático.

Produto do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo concurso, a **redação** deve revelar a maturidade intelectual do candidato. Este deverá demonstrar pensamento crítico, proveniente da capacidade de incorporar e inter-relacionar leituras prévias, sem afastar-se do tema proposto. Será avaliada a habilidade do candidato de redigir dissertação coerente e coesa, que exponha – com fluência e adequação – informações e argumentos fundamentados e logicamente encadeados. A aplicação de fórmulas prontas, fruto de adestramento precário e simplista, é enfaticamente desaconselhada.

As **questões de interpretação, de análise e de comentário de textos** devem ser respondidas de forma direta e objetiva, o que não desobriga o candidato de estruturar sua resposta, elaborando texto coerente, apoiado em raciocínio sólido. São critérios de avaliação nessas questões a objetividade, a precisão, a clareza e a concisão, além naturalmente do correto uso da língua portuguesa.

O candidato deverá obedecer aos limites de extensão definidos nos comandos das questões. Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,2 pontos para cada palavra que faltar para atingir o total exigido de 600. Será atribuída nota zero à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação zero na avaliação da correção gramatical.

A legibilidade é condição indispensável para a correção da prova escrita de Português e critério de apenação do candidato. São aceitos o uso de letra de forma (ou "letra maiúscula manuscrita"), respeitada a distinção entre maiúsculas e minúsculas, e as rasuras legíveis

("risco feito para tornar inválidas ou ilegíveis palavras ali contidas, ou substituí-las por outras").

Prova de 2008

PARTE I – REDAÇÃO

Elabore redação sobre o soneto abaixo.

LEGADO

Que lembraça darei ao país que me deu
tudo que lembro e sei, tudo quanto senti?
Na noite do sem-fim, breve o tempo esqueceu
Minha incerta medalha, e a meu nome se ri.

E mereço esperar mais do que os outros, eu?
Tu não me enganas, mundo, e não te engano a ti.
Esses monstros atuais, não os cativa Orfeu,
a vagar, taciturno, entre o talvez e o se.

Não deixarei de mim nenhum canto radioso,
uma voz matinal palpitando na bruma
e que arranque de alguém seu mais secreto espinho.

De tudo quanto foi meu passo caprichoso
na vida, restará, pois o resto se esfuma,
uma pedra que havia em meio do caminho.

Carlos Drummond de Andrade. *Claro Enigma*. **Nova reunião**.
v. I. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1983, p. 247.

Fabiano Burkhardt (50,5/60)

Em "Legado", um de seus poemas mais conhecidos, Carlos Drummond de Andrade faz uma reflexão acerca do risco do esquecimento, tema sempre presente em sua obra. Trata-se de uma escolha curiosa, uma vez que, à época do aparecimento de **Claro enigma***, o autor já experimentara a consagração. Desde a publicação de* **A rosa do povo***, pelo menos, Drummond era considerado um dos mais importantes poetas brasileiros.*

O poema dá a entender que, apesar do reconhecimento público, o autor não tinha ilusões acerca do porvir. Drummond parece considerar-se incapaz de legar à literatura de seu país uma contribuição relevante, capaz de resistir ao tempo. A glória que porventura tenha alcançado passará, sustenta o poeta, e restará apenas o olvido, quando não o escárnio.

Essas considerações não resultam da desconfiança do autor a respeito da qualidade dos próprios versos; são, antes, uma reflexão acerca do lugar da poesia na contemporaneidade. A menção ao mito de Orfeu, na segunda estrofe do soneto, explicita a perplexidade e o desalento de Drummond diante de um mundo indiferente à poesia. É nesse contexto que o poeta parece duvidar da própria capacidade para deixar às novas gerações um legado duradouro, e é por isso que ele afirma não esperar do futuro sorte melhor do que a dos outros.

Pode-se imaginar as diversas razões para a desesperança manifestada pelo autor no que se refere à permanência de sua obra e ao papel a ser desempenhado no mundo pela poesia. Sua geração testemunhara a mais cruenta guerra da história e viveria, na década de 1950, com a revelação dos crimes praticados pelo regime de Stalin, uma profunda desilusão com a utopia socialista. Essas experiências marcaram profundamente a obra de numerosos autores – como os pesquisadores associados à Escola de Frankfurt –, mas as questões suscitadas por Drummond em "Legado" parecem ter outra origem.

Os versos do soneto remetem a um outro tema: o do caráter transitório das coisas na modernidade. Drummond publicou **Claro enigma** *em um período de intensas transformações econômicas, políticas e sociais no contexto nacional. O Brasil de meados do século XX era, ainda, um país predominantemente rural, mas em acelerada urbanização. A paisagem das cidades alterava-se rapidamente, em razão da demanda habitacional, do desenvolvimento dos sistemas de transporte urbano e da industrialização. Drummond percebia essas transformações e perguntava-se sobre o impacto que elas teriam sobre a produção artística, especialmente sobre a poesia, constatando que o novo contexto afetava a possibilidade de permanência da contribuição do escritor.*

"Legado" pode ser interpretado, assim, como um poema sobre a aceleração dos tempos; ou, mais precisamente, sobre a permanência da arte em um contexto de transitoriedade. Nesse sentido, Drummond abordou um tema que se popularizaria somente no final do século, com autores como o urbanista francês Paul Virilio – já, então, sob o impacto do advento das novas tecnologias da comunicação.

A questão que Drummond sugere está em saber quais são as condições de permanência da obra de arte nesse contexto, ou seja, como um texto pode tornar-se clássico em uma situação de transitoriedade. O sociólogo britânico Jeffrey Alexander define como clássico o texto que se torna referência acerca de um tema qualquer, como ocorreu, por exemplo, com a obra de Karl Marx em relação ao estudo dos processos de trabalho no capitalismo. Pode-se entender, assim, a obra clássica como uma obra que se tornou, de certa forma, permanente, assegurando a seu autor a lembrança das gerações futuras.

Drummond, sem dúvida, alcançou produzir alguns clássicos, no sentido atribuído à expressão por Alexander. "Legado", certamente, é um deles; com esse poema, o autor produziu um texto clássico, em língua portuguesa, sobre o tema do esquecimento. O próprio Drummond demonstra ter clareza de que não mais será esquecido, ao referir-se, no verso final do soneto, ao "leitmotiv" de seu poema mais conhecido.

PARTE II – EXERCÍCIO I

Interprete, no contexto do excerto a seguir, a frase: "Com certeza existiam no mundo coisas extraordinárias."

[...] E talvez esse lugar para onde iam fosse melhor que os outros onde tinham estado. Fabiano estirou o beiço, duvidando. Sinha Vitória combateu a dúvida. Por que não haveriam de ser gente, possuir uma cama igual à de seu Tomás de bolandeira? Fabiano franziu a testa: lá vinham os despropósitos. Sinha Vitória insistiu e dominou-o. Por que haveriam de ser sempre desgraçados, fugindo no mato como bichos? Com certeza existiam no mundo coisas extraordinárias. Podiam viver escondidos, como bichos? Fabiano respondeu que não podiam.

– O mundo é grande.

Realmente para eles era bem pequeno, mas afirmavam que era grande – e marchavam, meio confiados, meio inquietos. [...]

Graciliano Ramos. **Vidas Secas**. 103. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 122-3.

Ezequiel Gerd Chamorro Petersen (17.5/20)

No excerto de **Vidas Secas***, Graciliano Ramos recorre ao discurso indireto livre para relatar diálogo entre Fabiano e Sinha Vitória. Marido e mulher encontravam-se em movimento migratório, fugindo, novamente, das conseqüências de seca que chegara ao sertão.*

Ao expressar a certeza de que existiam coisas extraordinárias no mundo, Sinha Vitória declarava ao companheiro ter esperança em uma vida melhor e estável. Demonstrava estar exausta da rotina desgraçada do sertanejo miserável, refém de suas limitações intelectuais e das estiagens que assolam a região nordestina de tempos em tempos. O desejo de vencer as adversidades da vida era a força que animava o casal na luta contra o mundo pequeno que os aprisionava.

PARTE II – EXERCÍCIO II

Com base no contraste entre os dois trechos reproduzidos a seguir, interprete a expressão “o verdadeiro *sentido* da colonização tropical”, empregada por Caio Prado Júnior na obra **Formação do Brasil Contemporâneo**.

[...] as colônias tropicais tomaram um rumo inteiramente diverso do de suas irmãs da zona temperada. Enquanto nessas se constituirão colônias propriamente de *povoamento* (o nome ficou consagrado depois do trabalho clássico de Leroy-Beaulieu, **De la colonisation chez les peuples modernes**), escoadouro para excessos demográficos da Europa que reconstituem no novo mundo uma organização e uma sociedade à semelhança do seu modelo e origem europeus; nos trópicos, pelo contrário, surgirá um tipo de sociedade inteiramente original. Não será a simples feitoria comercial, que já vimos irrealizável na América. Mas conservará, no entanto, um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco, que reúne a natureza, pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados. Há um ajustamento entre os tradicionais objetivos mercantis que assinalam o início da expansão ultramarina da Europa, e que são conservados, e as novas condições em que se realizará a empresa. Aqueles objetivos, que vemos passar para o segundo plano nas colônias temperadas, se manterão aqui, e marcarão profundamente a feição das colônias do nosso tipo, ditando-lhes o destino. No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem, em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos.

Caio Prado Júnior. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 30-1.

De um ponto de vista macroeconômico, as colônias da Nova Inglaterra (assim como Nova York e Pensilvânia) continuaram a ser, avançando o século XVIII, economias de produtividade relativamente baixa. O produto por habitante deveria ser substancialmente inferior ao das colônias agrícolas de grandes plantações. Contudo, o tipo de atividade econômica que nelas prevalecia era compatível com pequenas unidades produtivas, de base familiar, sem o compromisso de remunerar vultosos capitais. Por outro lado, a abundância de

terras tornava atrativa a imigração européia no regime de servidão temporária. Ao surgir para o pequeno proprietário a possibilidade de vender regularmente parte de sua produção agrícola, tornou-se para ele viável o financimento da viagem de um imigrante cujo trabalho seria explorado durante quatro anos. Estima-se que pelo menos a metade da população européia que emigrou para os EUA antes de 1700 estava constituída de pessoas que haviam aceito um ou outro regime de servidão temporária. A principal vantagem que esse sistema apresentava para o pequeno proprietário estava em que a imobilização de capital era muito menor que a exigida pela compra do escravo, sendo também menor o risco em caso de morte. O escravo africano constituía um negócio muito mais rentável para o grande capitalista, mas de maneira geral não estava ao alcance do pequeno produtor. Por outro lado, as atividades agrícolas dessas colônias tampouco justificavam grandes inversões. Explica-se, assim, que a importação de mão-de-obra européia em um regime de servidão temporária tenha continuado nas colônias mais pobres e haja sido excluída das colônias mais ricas, não obstante fosse amplamente reconhecido que o trabalho escravo era o mais barato. A transição para o escravo africano só se realizou ali onde foi possível especializar a agricultura num artigo exportável em grande escala.

Celso Furtado. **Formação econômica do Brasil**. 21. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1986, p.30.

Gustavo Henrique Maultasch de Oliveira (17.5/20)

Nos trechos em destaque, Caio Prado Júnior e Celso Furtado analisam diferenças existentes entre as colônias tropicais e as temperadas. Enquanto nestas prevaleceu a vontade de povoar, naquelas erigiu-se vasta empresa colonial, cujo objetivo era tão-somente remeter altos lucros às metrópoles, sem preocupações em fixar população na colônia.

Esse aspecto empresarial da colônia tropical, administrada em proveito do comércio europeu, constitui o que Caio Prado Júnior denomina "o sentido da colonização". Para realizar esse projeto, foi necessária a exploração de trabalho alheio, com destaque para o negro africano, escravizado, pois era preciso fixá-lo na terra dos grandes proprietários. Nas colônias de povoamento, por sua vez, não havia compromisso em remunerar grandes capitais externos. Os colonos povoadores puderam, por isso, estruturar-se em pequenas propriedades e fazer uso, quando oportuno, do sistema de servidão temporária, uma vez que seu restrito capital não lhes permitiria explorar o trabalho africano.

*

HISTÓRIA DO BRASIL

A prova de História do Brasil consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

Programa:

1. O período colonial. A configuração territorial da América Portuguesa. O Tratado de Madri e Alexandre de Gusmão.
2. O processo de independência. Movimentos emancipacionistas. A situação política e econômica européia. O Brasil sede do Estado monárquico português. A influência das idéias liberais e sua recepção no Brasil. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
3. O Primeiro Reinado (1822-1831). A Constituição de 1824. Quadro político interno. Política exterior do Primeiro Reinado.
4. A Regência (1831-1840). Centralização versus Descentralização: reformas institucionais. (o Ato Adicional de 1834) e revoltas provinciais. A Dimensão Externa.
5. O Segundo Reinado (1840-1889). O Estado centralizado; mudanças institucionais; os partidos políticos e o sistema eleitoral; a questão da unidade territorial. Política externa: as relações com a Europa e Estados Unidos; questões com a Inglaterra; a Guerra do Paraguai. A questão da escravidão. Crise do Estado Monárquico. As questões religiosa, militar e abolicionista. Sociedade e Cultura: população, estrutura social, vida acadêmica, científica e literária. Economia: a agroexportação; a expansão econômica e o trabalho assalariado; as políticas econômico-financeiras; a política alfandegária e suas conseqüências.
6. A Primeira República (1889-1930). A proclamação da República e os governos militares. A Constituição de 1891. O regime oligárquico: a "política dos estados"; coronelismo; sistema eleitoral; sistema partidário; a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais. A economia agro-exportadora. A crise dos anos 1920: tenentismo e revoltas. A Revolução de 1930. A política externa: a obra de Rio Branco; o pan-americanismo; a II Conferência de Paz da Haia (1907); o Brasil e a Grande Guerra de 1914; o Brasil na Liga das Nações. Sociedade e cultura: o Modernismo.
7. A Era Vargas (1930-1945). O processo político e o quadro econômico financeiro. A Constituição de 1934. A Constituição de 1937: o Estado Novo. O contexto internacional dos anos 1930 e 1940; o Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Industrialização e legislação trabalhista. Sociedade e cultura.
8. A República Liberal (1945-1964). A nova ordem política: os partidos políticos e eleições; a Constituição de 1946. Industrialização e urbanização. Política externa: relações com os Estados Unidos; a Guerra Fria; a "Operação Panamericana"; a "política externa independente"; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura.
9. O Regime Militar (1964-1985). A Constituição de 1967 e as modificações de 1969. O processo de transição política. A economia. Política externa: relações com os Estados Unidos; o "pragmatismo responsável"; relações com a América Latina, relações com a África; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura.
10. O processo democrático a partir de 1985. A Constituição de 1988. Partidos políticos e eleições. Transformações econômicas. Impactos da globalização. Mudanças sociais. Manifestações culturais. Evolução da política externa. Mercosul. O Brasil na ONU.

Bibliografia sugerida:

ALMINO, João & CARDIM, Carlos Henrique (Orgs.). **Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil**. Rio de Janeiro: EMC Edições/FUNAG, 2002.

BARBOSA, Carlos Alberto Leite. **Desafio Inacabado: A Política Externa de Jânio Quadros**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2007.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997.

CARONE, Edgar. **A República Velha**. São Paulo: DIFEL.

________. **A Segunda República**. São Paulo: DIFEL.

________. **A República Nova (1930-1937).** São Paulo: DIFEL. 1982.

________. **A Terceira República (1937-1945).** São Paulo: DIFEL. 1982.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem/Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1999.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. São Paulo: Globo/Publifolha, 2001. 2 v.

FAUSTO, Boris**. História Concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002.

FLORES, Moacyr. **Dicionário de História do Brasil.** Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Global, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Nacional, 2003.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil.** Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1995.

IGLESIAS, Francisco. **Trajetória Política do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996.

LINS, Álvaro. **Rio Branco (Barão do Rio Branco): biografia pessoal e história política**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1996.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**: **Da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003).** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

________. **As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

PENNA, Lincoln de Abreu. **República Brasileira.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

________. **A Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

Prova de 2008

Questão 1

Durante o Segundo Reinado, as relações de trabalho no Brasil passaram por diferentes condições sociais e jurídicas, desde o regime de escravidão até o trabalho livre ou assalariado. Discorra sobre a evolução das condições sociais e jurídicas do trabalho no referido período histórico.

Carlos Guilherme Sampaio Fernandes (29/30)

O Segundo Reinado, como período histórico do regime monárquico brasileiro, testemunhou importantes alterações nas ordens social e jurídica no que tange ao trabalho. A chaga da escravidão – já destacada por José Bonifácio na constituinte de 1823 –, que fora o interesse convergente da elite brasileira, sofreria reiteradas restrições, que culminariam na Lei Áurea de 1888. Evocando elementos de política interna, como também externa, é fundamental analisar com cuidado esse período de transição das relações do trabalho, pois a base da nascente República, no que diz respeito ao aspecto social e do trabalho, esteve assentada na herança do período monárquico.

Desde a época colonial é possível identificar uma coesão no pensamento da elite brasileira. A elite, que estudara em Coimbra na faculdade de direito e, posteriormente, nas escolas de São Paulo e Recife, formara-se com uma mesma matriz ideológica. A escravidão, que sustentava a monocultura exportadora, adentrou o regime imperial e a independência, sendo um forte elemento de união de interesses para o grupo dominante. Entretanto, a pressão inglesa para a abolição do tráfico, que vinha sendo manobrada desde a Lei Feijó de 1831, crescia consideravelmente, levando a Inglaterra a editar a Lei Aberdeen e a passar a tratar o tema de forma unilateral, pondo em ameaça o respeito à soberania brasileira.

Em 1950 foi promulgada a Lei Eusébio de Queirós, que representou o primeiro golpe jurídico ao trabalho escravo. A proibição do tráfico negreiro determinava que esta forma de trabalho teria pouco tempo de existência, exigindo uma política de Estado que garantisse os interesses dos grandes latifundiários, especialmente os de café. A Lei de Terras, discutida juntamente com o tema da abolição do tráfico, manifesta a preocupação do 2° Reinado com a futura relação de trabalho no Brasil limitando o acesso às terras disponíveis.

A imigração surgiu como uma opção de substituição de mão-de-obra escrava. A experiência do Senador Vergueiros ainda na década de 1850 não logrou sucesso, mas foi uma forma pretérita de inserção de um contingente de mão-de-obra livre para a lavoura. Nas décadas posteriores, o Estado brasileiro passou a incentivar a vinda de imigrantes europeus, sendo significativa a população italiana e germânica. Algumas iniciativas legais foram tomadas, como a possibilidade de financiamento das passagens para os europeus. Entretanto, a nova mão-de-obra, agora livre, enfrentava um grande obstáculo: a mentalidade escravista dos latifundiários. Acostumados a um regime de trabalho imposto, despreocupado com o trabalhador, houve abusos e maus-tratos aos imigrantes. Essa situação levaria países como a Alemanha a limitar e, até mesmo, a proibir a imigração de seus nacionais ao Brasil.

Passaram, assim, a coexistir mais intensamente essas duas formas antagônicas de trabalho: a escrava e a livre. Viriam, posteriormente, a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei Saraiva-Cotejipe (1885), limitando ainda mais o regime escravista e conduzindo-o à extinção. A dicotomia entre a escravidão que permanecia e mão-de-obra livre, especialmente o imigrante na lavoura, catalisou um processo dialético que tornou insustentável a relação do Estado com a divisão do trabalho. É mister ressaltar que o processo abolicionista consolida-se não apenas por ações de interesse político e econômico da elite, mas por um processo histórico de fortalecimento da resistência da sociedade, especialmente do negro. Os quilombos, a revolta dos Malês na Bahia, os escravos alforriados ou fugitivos eram uma realidade que adensava essa resistência histórica.

Havia, deste modo, um descolamento entre essas transformações sociais e o arcabouço jurídico do Estado. Essa distância estava relacionada à existência de uma elite que via o processo de um ponto de vista pragmático, centrado nos próprios interesses. Não era, portanto, oportuno estabelecer uma legislação ou uma atuação que incluísse o contingente de libertos ou acolhesse com civilidade a força imigrante. Estes, todavia, tinham o olhar atento dos seus Estados, que tentavam pela diplomacia exercer pressão junto ao Brasil; aqueles encontravam-se à deriva, entregues a um destino de miséria e exclusão.

A elite via as transformações sociais e do trabalho e agia à guisa de seus interesses econômicos. O descaso com essa parcela significativa da população, quase 5% na época da abolição, foi responsável para que a chaga, mencionada no início da monarquia por José Bonifácio, permanecesse ao longo da República brasileira. A ausência de leis mais atuantes correspondeu à lógica de exclusão de uma elite voltada para si mesma e seus próprios interesses.

Questão 2

O Mercosul é a experiência de integração mais importante da política externa brasileira e abriu uma nova etapa em sua formulação e implementação. O Tratado de Assunção foi assinado em 1991, a partir dos avanços da cooperação entre Brasil e Argentina desenvolvidos desde 1985.

Miriam Gomes Saraiva. **As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. Revista Brasileira de Política Internacional**, 50(2), 2007, p.50.

Tomando o fragmento acima apenas como referência inicial, redija um texto dissertativo em que sejam abordados os seguintes aspectos, relativos à importância que o Brasil atribuiu ao processo histórico de integração sub-regional:

a) o peso do Mercosul na agenda diplomática nacional, desde suas origens; e
b) a ampliação do processo de integração ao longo dos anos.

Alexandre Siqueira Gonçalves (29/30)

A integração continental constitui uma das diretrizes da política externa brasileira expressa no texto constitucional de 1988. O Mercosul, nesse contexto, não apenas representa um instrumento de integração regional, com vistas a dinamizar as economias e as relações comerciais entre os Estados-membros, como também corresponde ao esforço de concertação, visando a aumentar o poder de barganha e a autonomia de ação externa, em meio a uma conjuntura incerta inerente aos processos de globalização. Dessa forma, os êxitos do

Mercosul – tanto internos, quanto externos – apresentam-se como um dos eixos de ampliação da experiência do regionalismo do Mercosul para os demais países do continente.

A resolução do contencioso de Itaipu, em 1979, já no início da presidência de João Figueiredo, pode ser compreendida como um ponto de inflexão nas relações bilaterais entre Argentina e Brasil. As visitas de Figueiredo à Argentina durante seu governo representaram o desejo político de propiciar condições para conformação de bases de confiança mútua – confiança que não se restringiria a governos específicos, mas que se tornou projeto de Estado, integrando a agenda diplomática de ambos os países. A decisão de aprofundar as relações para além do âmbito comercial e de incluir, também, assuntos políticos e estratégicos, formalizada por Sarney e Alfonsín, surge da necessidade de aproximação, no contexto de redemocratização nas duas nações. A par disso, a crise da década de 1980 indicava aos países em desenvolvimento a necessidade de buscar outras formas de concertação política, econômica e comercial, uma vez que a conjuntura internacional não era favorável à retomada do dialogo Norte-Sul.

Brasil e Argentina, na década de 1980, voltaram-se um ao outro, com o intuito de apoiarem-se em um momento crítico de transição política e de crise econômica. Os acordos assinados entre os dois países previam a cooperação em diversas áreas, inclusive no setor militar-nuclear. A problemática nuclear mostrava-se de grande relevância, na medida em que dois países, não tendo ainda aderido ao Tratado de Não-Proliferação, dispunham-se a abrir suas instalações para vistas de altas autoridades. Essa atitude política contribuiu não apenas para convalidar as vontades políticas dos Estados em dar prosseguimento à aproximação, como também para instituir confiabilidade entre as duas sociedades. A temática nuclear evoluiria sobremaneira, culminando na institucionalização da ABACC – Agência Brasileiro-Argentina de Controle e Cooperação, já na década de 1990.

Dessa maneira, ao viabilizar o Mercosul, em 1991, com a integração do Uruguai e do Paraguai ao processo iniciado por Brasil e Argentina, construiu-se uma base de concertação política sem precedentes na região. A lógica que sustenta as ações e as decisões do Mercosul é a ação conjunta em âmbito multilateral, com o intuito de influenciar a conformação de uma agenda internacional mais representativa das aspirações dos países em desenvolvimento, de maneira que esses países possam atuar ativamente no delineamento de uma nova ordem internacional, assim como corrigir as assimetrias inerentes ao processo de globalização.

É importante ressaltar que a integração no Mercosul não visa apenas ao êxito intrabloco. A diplomacia nacional compreende a crescente institucionalização do bloco no Cone Sul como um vetor da integração de toda a América do Sul, valendo-se dos procedimentos de integração já existentes e adaptando-se às realidades de cada país sul-americano, para instituir uma dinâmica de cooperação benéfica, tanto para os Estados quanto para seus cidadãos. A integração serve, portanto, ao propósito de amenizar desigualdades entre países e dentro destes, uma vez que se podem observar disparidades socioeconômicas em todas as sociedades em busca de integração. Além disso, a ampliação do processo de integração, com a inclusão no Mercosul, como membros associados, de Chile e Bolívia nos anos de 1990, dos países da CAN, já nesse século, e da Venezuela – como membro permanente – aspira à fomentação de maior estabilidade para a região. É esse também o propósito da cláusula democrática de Ushuaia, consagrada em 1998.

Deve-se enfatizar, ademais, que o Mercosul se apresenta como um projeto de Estado, tendo sido prioridade para todos os governos desde a assinatura dos acordos de entendimento, em 1986. Ao consubstanciar-se em um projeto estatal, o Mercosul ganha legitimidade para atuar como bloco em negociações internacionais e interregionais, como se viu no âmbito da ALCA ou em concertação com a União Européia, no Acordo-Quadro de

1995. Essa legitimidade promove maior autonomia e credibilidade ao bloco, e confere justificável relevância ao Mercosul na agenda diplomática nacional.

Não se deve olvidar que todo processo de integração é passível tanto de avanços quanto de retrocessos. A persistência do bloco diante de reveses, inerentes a qualquer processo histórico, no entanto, demonstra a consistência do projeto iniciado em 1991 e o comprometimento dos Estados-membros com este. Conquanto os problemas que assomam com um maior grau de integração e de aproximação entre as sociedades, consolidar e avançar o processo de construção do Mercosul permanece como meta a ser seguida pelos diversos governos. Poder-se-ia argumentar que a identificação de pontos de divergência constitui processo indispensável para a evolução de qualquer processo de integração, porquanto expectativas dissonantes entre os países do bloco enunciam a necessidade de repensar-se os projetos originais, de modo a adaptá-los às conjunturas internas e externas, em constante mudança. Situações de crise e de estagnação, portanto, não só fortalecem o desejo de ver consolidados os avanços conquistados, como também revigoram a vontade política de dar novo impulso ao projeto integracionista.

Os êxitos comerciais logrados quando do início do Mercosul serviram como estímulo para o avanço do processo de integração na região. O comércio, não obstante sua expressiva importância para os Estados-membros, constitui apenas um dos aspectos da relevância do Mercosul na atualidade. O Mercosul, como bloco regional, apresenta-se como ator de influência para a inserção externa dos Estados e como uma das forças motrizes para o processo de coordenação e de integração econômica, social e de infra-estrutura para a região sul-americana. A expansão dos objetivos da Mercosul – com a inclusão de temas como democracia, governabilidade e minoração de disparidades econômicas e sociais no continente – constitui um dos motivos centrais para que o Mercosul desponte como prioridade da política externa brasileira e como exemplo a ser expandido a outras partes do continente latino-americano.

Questão 3

Exponha os principais pontos da Constituição republicana adotada em 1891.

Filipe Abbott Galvão Sobreira Lopes (19/20)

É comum que países que passam por rupturas no sistema político adotem novas constituições. Esse foi o caso do Brasil, após a Proclamação da República de 1889. No ano seguinte, reuniu-se, sob a presidência de Prudente de Moraes, a assembléia constituinte que elaboraria a nova Carta Magna brasileira. Em vigor a partir de fevereiro de 1891, foi amplamente redigida por Rui Barbosa, que tomou como base a Constituição de 1787 dos Estados Unidos.

Talvez uma das mudanças mais profundas em relação à Carta de 1824 tenha sido a extinção do Poder Moderador, até então exercido pelo Imperador. Foi adotada Constituição com três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. O Legislativo continuou a ser bicameral, mas foi extinto o caráter vitalício do Senado. Pela Carta promulgada em 1891, deputados teriam mandatos de três anos e senadores seriam eleitos por nove anos. O Poder Executivo, por sua vez, passou a ser chefiado por um presidente eleito a cada quatro anos. De acordo com as disposições transitórias, o primeiro presidente seria eleito pelo Congresso e, a partir de 1894, a eleição seria direta.

Em termos de participação do eleitorado, observou-se continuidade e ruptura. Como previsto pela Lei Saraiva, de 1881, analfabetos – à época, mais de 80% da população – não

tinham direito ao voto. Por outro lado, foi extinto o voto censitário. Ainda assim, pelo fato de o voto ser aberto, a cidadania estava fortemente limitada. Ademais, apesar de a Constituição prever "igualdade para todos", mulheres só teriam o direito de voto assegurado em 1932.

A "República dos Estados Unidos do Brazil", segundo o texto constitucional, adotou a forma federativa. Foram claramente definidas as competências da União e dos municípios. De forma análoga à Constituição de 1988, a Carta de 1891 previa que as competências não listadas nela, as remanescentes, pertenciam ao estados, como passavam a ser chamadas as antigas províncias. A Constituição não era explítica a respeito do título do chefe do executivo nos estados. Assim, alguns adotaram o título de "governador" enquanto outros estados preservaram a nomenclatura imperial: "presidente." O fato de a Constituição ter concedido amplos poderes às esferas locais propiciou a instituição do coronelismo, situação em que lideranças regionais foram fortalecidas. Também por isso, os maiores estados eram os que maior influência exerciam sobre o governo central.

Outra importante inovação da Constituição de 1891 foi a separação entre igreja e Estado. Em vitória para os positivistas, foi instituído o casamento civil e os cemitérios passaram para o controle do Estado.

A Carta de 1891 também dedicou seção específica para listar os direitos individuais dos cidadãos. Apesar disso, vários governos durante a República Velha fizeram uso de medidas excepcionais, para limitar liberdades dos cidadãos.

Finalmente, a Carta de 1891 promoveu a "grande naturalização", ao oferecer cidadania a todos que estivessem em território brasileiro na data de 15 de novembro de 1889 e não optassem por manter sua nacionalidade original.

Assim, a primeira constituição republicana foi largamente inovadora. Poucas foram as continuidades vindas do Império.

Questão 4

Disserte acerca do processo de envolvimento do Brasil na Primeira Guerra Mundial, com ênfase nas razões que, em 1917, levaram o país a rever a posição de neutralidade que mantivera até então.

Pedro Augusto Amorim Parga Martins (19/20)

A política externa desenvolvida pela República Velha costuma ser identificada, por certos setores da historiografia mais tradicional, como largamente tributária do paradigma americanista. De acordo com essa visão, engendrada em obras como **O nacionalismo na atualidade brasileira***, de Hélio Jaguaribe, e* **Interesse nacional e política externa***, de José Honório Rodrigues, os formuladores brasileiros de política externa, após o marcante período da chancelaria Rio Branco (1902-1912), teriam promovido certo "alinhamento automático", certa subordinação à atuação externa dos Estados Unidos da América. Esse entendimento, formulado em período da história recente brasileira no qual se propugnava por política externa mais independente e autônoma, tem sido revisto por moderna historiografia. Essa corrente busca relativizar a importância daquele alinhamento, do "marchar ao compasso de Washington", identificando momentos em que teria prevalecido maior realismo e mesmo afastamento das posições estadunidenses.*

De fato, conquanto seja inegável que a proclamação da República tenha tido o efeito de promover efetiva "republicanização" da diplomacia brasileira, traduzida em deslocamento de seu eixo principal de consubstanciação, da Europa para o continente americano, tal mudança de paradigma não se teria traduzido em conformação acrítica às

posições americanas. O debate em torno da adesão ao pan-americanismo e à Doutrina Monroe opunha intelectuais da época, como Joaquim Nabuco e Oliveira Lima. Cumpre destacar, ainda, que o Barão do Rio Branco, verdadeiro "realista formado na escola do poder" (Rubens Ricúpero), propôs que o reconhecimento dos Estados Unidos como potência de relevância crescente na América não estorvasse o desenvolvimento de relações competitivas entre os países (no que ficou conhecido como a "nobre emulação").

A partir de 1912, entretanto, pode-se afirmar que a comunidade de política externa brasileira deparou-se com o dilema de como dar continuidade ao legado de Rio Branco. Havia, com efeito, verdadeira dicotomia entre as pressões por engajamento mais assertivo no tabuleiro geopolítico internacional e a postura pan-americanista, que defendia a primazia do espaço hemisférico na atuação externa brasileira – com o conseqüente afastamento dos cálculos de poder das nações européias. Representativo dessa tensão dialética foi o episódio da entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial.

A Grande Guerra, conhecida como "guerra interimperialista", desenvolveu-se entre 1914 e 1919 e abarcou o intrincado sistema de alianças e acordos secretos firmados pelas chancelarias européias do período. A princípio, a posição do chanceler Lauro Müller foi a de manter a neutralidade brasileira no conflito, tendo em vista que este era associado ao exercício de políticas de poder praticadas na Europa, não possuindo relação com a política externa pacífica desenvolvida pelas repúblicas americanas. Contou para a neutralidade brasileira, ademais, a tese da "solidariedade continental", já que os EUA também não se tinham engajado no conflito, no primeiro momento.

Essa posição foi-se tornando insustentável a partir das pressões exercidas por setores organizados da sociedade, como a Liga promovida por Rui Barbosa em defesa da participação brasileira no conflito; ademais, pesavam sobre o chanceler acusações de "germanofilia". O torpedeamento de navios brasileiros por embarcações militares alemães fez surgir, progressivamente, indignações generalizadas por parte da opinião pública. O episódio do afundamento do navio brasileiro "Macau", aliado à prisão de seu comandante, foi o pináculo desse vetor.

Outras considerações de natureza política e econômica contaram para a decisão brasileira de participar efetivamente dos esforços de guerra na Europa: as nações aliadas, em especial a França e a Grã-Bretanha, desejavam a quebra da neutralidade brasileira, uma vez que isso contribuiria para a interrupção de fluxos financeiros em direção à Alemanha; o policiamento dos mares pelas forças navais aliadas causava importantes prejuízos às relações comerciais brasileiras; os governos britânico e norte-americano ameaçavam limitar as importações de café brasileiro, caso o país mantivesse a neutralidade. Entendeu-se ser necessária a decretação do estado de beligerância, com quebra da neutralidade – em respeito às tradições de sua política externa, o Brasil nunca declarou guerra a outras nações – para o fim de apresamento de navios mercantes alemães que se encontravam surtos em portos brasileiros. Por fim, concluiu-se que a participação brasileira no conflito seria essencial para sua presença nas negociações do pós-guerra. A decisão foi finalmente tomada em 1917, sob a chancelaria Nilo Peçanha.

A participação do Brasil na Grande Guerra (por meio da expedição de militares-aviadores, da construção do Hospital do Brasil em Paris e do envio da Divisão Naval de Operações em Guerra, a DNOG), associada ao seu engajamento na Conferência de Paz de Paris, por meio de delegação capitaneada por Epitácio Pessoa, e da qual faziam parte Pandiá Calógeras, Raul Fernandes e Olyntho de Magalhães, foi decisiva para o seu 'debut' na política internacional multilateral do período compreendido entre os anos de 1917 (entrada brasileira na guerra) e 1926 (saída da Liga das Nações). De acordo com Eugênio Vargas Garcia, esse interregno na política pan-americanista serve para desconstruir a

concepção de que a política externa da República Velha seria marcada por "estilo em busca de um assunto". As tensões entre a priorização do tabuleiro multilateral, pelo Brasil, em relação às considerações de ordem geopolítica, pelas potências européias, quando das negociações para a entrada da Alemanha como membro permanente da SDN, levariam, em 1926, à saída do Brasil do órgão, segundo a estratégia do "vencer ou não perder" de Artur Bernardes.

*

HISTÓRIA MUNDIAL (Prova Objetiva)

Programa:

1. Estruturas e idéias econômicas. Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anticrise: a Crise de 1929 e o "New Deal". A prosperidade no segundo pós-guerra. O "Welfare State" e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível.

2. Revoluções. As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e "Trade Unions". Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba.

3. As Relações Internacionais. Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão Balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A "teoria dos dois campos" e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A "détente". A "segunda Guerra Fria" (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético.

4. Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação. O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não-Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo.

5. A evolução política e econômica nas Américas. A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas.

6. Idéias e regimes políticos. Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX.

7. A vida cultural. O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.

Bibliografia sugerida:

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto/São Paulo: UNESP, 2003.

BARRACLOUGH, G. **Introdução à História Contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BEAUD, Michel. **História do Capitalismo de 1500 a Nossos Dias**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BROGAN, Hugh. **The Penguin History of the USA: new edition.** New York: Penguin, 2001.

BURNS, Edward McNall. **História da Civilização Ocidental**. São Paulo: Editora Globo, 1994, 2v.

CARR, Edward H. **Vinte Anos de Crise, 1919-1939.** Brasília: Editora UnB/Imprensa Oficial do Estado/IPRI, 2001.

CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (Orgs.). **História do Cone Sul**. Brasília, Editora UnB/Revan, 1998.

HALPERIN DONGHI, Tulio. **História da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

________. **A Era do Capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

________. **A Era dos Extremos**. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2001.

________. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

________. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

MAGNOLI, Demetrio. **Relações Internacionais: teoria e história.** São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

MATIAS, Eduardo Felipe P. **A Humanidade e Suas Fronteiras: do Estado soberano à sociedade global.** São Paulo: Paz e Terra, 2005.

McWILLIAMS, Wayne; PIOTROWSKI, Harry. **The World Since 1945: a History of International Relations**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2005.

ROBERTS, J. M. **The Penguin History of the Twentieth Century: The History of the World, 1901 to the Present**. Londres: Penguin, 2004.

SARAIVA, José Flávio S. (Org.) **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. São Paulo: Editora Saraiva/IBRI, 2007.

SPENCE, Jonathan D. **The Search for Modern China**. New York: W. W. Norton, 1999.

VAISSE, Maurice, **Les Relations Internationales Depuis 1945**. Paris: Armand Collin, 2004.

WATSON, Adam. **A Evolução da Sociedade Internacional: uma análise histórica comparativa**. Brasília: Editora UnB, 2004.

*

GEOGRAFIA

A prova de Geografia consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

Programa:

1. História da Geografia: 1.1 Expansão colonial e pensamento geográfico. 1.2 A Geografia moderna e a questão nacional na Europa. 1.3 As principais correntes metodológicas da Geografia.
2. A Geografia da População. 2.1 Distribuição espacial da população no Brasil e no mundo. 2.2 Os grandes movimentos migratórios internacionais e intra-nacionais. 2.3. Dinâmica populacional e indicadores da qualidade de vida das populações.
3. Geografia Econômica. 3.1 Globalização e divisão internacional do trabalho. 3.2 Formação e estrutura dos blocos econômicos internacionais. 3.3. Energia, logística e re-ordenamento territorial pós-fordista. 3.4. Disparidades regionais e planejamento no Brasil.
4. Geografia Agrária. 4.1 Distribuição geográfica da agricultura e pecuária mundiais. 4.2 Estruturação e funcionamento do agro-negócio no Brasil e no mundo. 4.3. Estrutura fundiária, uso da terra e relações de produção no campo brasileiro.
5. Geografia Urbana. 5.1. Processo de urbanização e formação de redes de cidades. 5.2. Conurbação, metropolização e cidades-mundiais. 5.3. Dinâmica intra-urbana das metrópoles brasileiras. 5.4. O papel das cidades-médias na modernização do Brasil.
6. Geografia Política. 6.1. Teorias geopolíticas e poder mundial. 6.2. Temas clássicos da Geografia Política: as fronteiras e as formas de apropriação política do espaço. 6.3. Relações Estado e território. 6.4. Formação territorial do Brasil.
7. Geografia e gestão ambiental. 7.1. O meio ambiente nas relações internacionais: avanços conceituais e institucionais 7.2. Macro-divisão natural do espaço brasileiro: biomas, domínios e ecossistemas 7.3. Política e gestão ambiental no Brasil.

Bibliografia sugerida:

BENKO, George. **Economia, Espaço e Globalização**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BECKER, Bertha & EGLER, Claudio. **Brasil: Uma nova potência regional na economia-mundo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

GREGORY, Derek et alli. **Geografia Humana. Sociedade, Espaço e Ciência Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

RIBEIRO, Wagner Costa (org*.)* **Patrimônio Natural Brasileiro**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**. Rio de Janeiro:Record, 2000.

________ & SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil. Território e Sociedade no Limiar do Século XXI.** Rio de Janeiro:Record, 2001.

SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Continente em Chamas. Globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

THÉRY, Hervé & MELLO, Neli Aparecida. **Atlas do Brasil. Disparidades e dinâmicas do território**. São Paulo: EDUSP, 2005.

A título de orientação, para os candidatos que desejarem aprofundar o estudo da matéria, sugerem-se as seguintes leituras adicionais:

BECKER, Bertha et alli. **Geografia e meio ambiente no Brasil.** 2.ed. São Paulo:Hucitec.1995.

CASTRO, Iná Elias et alli. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

LENCIONE, Sandra. **Região e geografia.** São Paulo: EDUSP, 2003.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**. São Paulo: Moderna/EDUNESP, 1997.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil.** São Paulo:Hucitec, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert**. Contribuição para a gestão da zona costeira do Brasil**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1999.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUZA, Maria Adelia Aparecida (org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003.

Prova de 2008

Questão 1

A lavoura cafeeira foi o objetivo da ocupação de vastas áreas do território brasileiro. Apresente uma cronologia do movimento de expansão dessa cultura, identificando as regiões incorporadas no processo e caracterizando as relações de produção dominantes nos distintos períodos.

Marina Moreira Costa (30/30)

O café não é nativo do Brasil mas encontrou em solo brasileiro condições singulares para o desenvolvimento da lavoura. Embora a pauta de exportações brasileira não se concentre mais na produção de café, o país ainda figura como principal exportador do produto, em decorrência da abundância de terras, de condições climáticas favoráveis e da mecanização da produção. Esse panorama é deveras distinto daquele observado no início do século XIX, quando a lavoura cafeeira foi instalada na região do Vale do Paraíba fluminense. De uma produção rudimentar, que acarretava o empobrecimento dos solos, o café tornou-se objeto de produção agrícola cientifizada,, desenvolvida em solos de alta fertilidade.

Durante a primeira metade do século XIX, o café se transforma de cultura de pouca importância em cultura dominante na região fluminense, ensejando a formação da classe dos "barões do café", de grande influência na política do Império. Utilizando-se de mão-de-obra escravista, a produção do café requisitava capital inicial considerável (a colheita só ocorria cerca de 4 anos após o plantio) oriundo, em grande parte, da renda gerada pelo comércio de escravos. A cultura de café era freqüentemente intercalada com a produção de gêneros de subsistência, como a mandioca, mas se caracterizava pela produção extensiva e pela precária tecnificação. O esgotamento dos solos da região do Vale do Paraíba propiciou o deslocamento da produção para o Oeste Paulista, onde terras ricas em basalto, de grande fertilidade, foram ulteriormente denominadas de terra rossa *(terra roxa) pelos imigrantes italianos que viriam a trabalhar nessas lavouras.*

Em contraste com os "barões do café", os produtores paulistas seriam denominados de "burgueses do café", devido ao emprego de métodos de produção capitalistas. Observa-se a consolidação do meio técnico, com a implantação do arado, de métodos para revolver a terra e do uso de depolpadoras. O deslocamento da produção ganha ímpeto nos anos de 1870 e contribuiria para desestabilizar a base de apoio político da monarquia. Cientes da inevitável suplantação do regime escravista, os cafeeiros se congregaram para subsidiar a vinda de mão-de-obra imigrante. A fundação do Departamento de Imigração e Colonização de São Paulo é um marco nesse processo, e os anos de 1880 testemunhariam o massivo influxo de imigrantes, direcionados principalmente para as lavouras de café. A grande fertilidade do solo e a tecnificação da produção tornaram o café principal produto da pauta de exportações brasileiras na virada para o século XX.

No início do século XX, a produção cafeeira se eleva devido à política de valorização do café, cujo início remonta ao Convênio de Taubaté, de 1906. Essa política estimulou sobremaneira a expansão da lavoura cafeeira, acarretando a "socialização das perdas" dos cafeicultores, na nomenclatura do Celso Furtado. Novas levas de imigrantes são incorporadas à produção, como destaque para os japoneses a partir de 1908. A cafeicultura também se espraia gradualmente para o noroeste paranaense, onde a continuidade da terra roxa propicia a elevação da produção. A instalação de estradas de ferro, ainda no século XIX, revoluciona os métodos de escoamento da produção, antes dependentes do transporte sobre mulas. A estrada de ferro Santos-Jundiaí torna-se meio de circulação, e cidades como Ribeirão Preto e Sorocaba são incorporadas à malha ferroviária, provocando adensamento dos fluxos com base na instalação de sistemas de engenharias (os fixos, na denominação de Milton Santos).

A expansão da cafeicultura, todavia, chegou à saturação com a crise de 1929 e o arrefecimento da exportação. O governo instaurado em 1930 decide adotar uma política de queima de estoques de café, de modo a manter a renda monetária da lavoura cafeeira e utilizar-se dos excedentes acumulados na produção para o desenvolvimento da indústria. Observa-se, portanto, um estímulo efetivo para a transição da produção agrícola para a industrial, de forma que o café não ocuparia mais papel predominante para a economia do país. A lavoura cafeeira não seria abandonada, sendo inclusive objeto da política agrícola de Kubitschek nos anos de 1950, mas a verdadeira modificação nas relações de produção ocorreria durante o regime militar.

No período pós-1964, instaurou-se o modelo da agroindústria, ressaltada por José Graziano da Silva, com intensa mecanização da produção e aumento da concentração fundiária. Créditos rurais e subsídios agrícolas foram utilizados na geração da Revolução Verde brasileira, que incluiu também a lavoura cafeeira. Previamente utilizando-se de mão-de-obra intensiva, a cafeicultura beneficia-se com a cientifização e quimização do campo (uso de semoventes e de defensivos agrícolas), liberando mão-de-obra que migraria para as

cidades e engrossando as fileiras do êxodo rural. O sul de Minas Gerais se beneficiaria dessa transformação, abrigando até os dias de hoje a cafeicultura agroindustrial (destaque para a região de Patos de Minas), onde se observa um transbordamento da produção para o Centro-Oeste.

No contexto contemporâneo, a produção do Espírito Santo também ganha relevo, ocupando o posto de um dos principais Estados produtores. O fenômeno da agroindústria é observado por meio do estímulo à produção industrial a jusante (indústria de tratores, arados mecânicos, pesticidas) e a montante (produção de café solúvel) da lavoura cafeeira, de modo que as plantações de café se encontram hoje plenamente integradas ao modelo industrial. A cafeicultura tem por base, portanto, a relação de produção capitalista, em que a agricultura familiar tem significado diminuto. Como as outras culturas de exportação, a produção cafeeira vem ganhando espaço em relação à produção de gêneros de subsistência (feijão, mandioca), cujo declínio relativo na produção agrícola nacional é notável. Isso se deve ao fortalecimento econômico dos poucos produtores que controlam essas áreas de lavoura, integrados aos interesses da indústria agrícola.

A produção de café sofreu significativas transformações no decorrer de cerca de dois séculos de cafeicultura brasileira. Inicialmente baseada na mão-de-obra escrava e na produção rudimentar, despreocupada com o incremento da produtividade dos solos, a cafeicultura configura hoje exemplo premente de agricultura altamente mecanizada, típica das culturas de exportação brasileiras, empregando reduzida mão-de-obra. Locais tradicionais de plantação foram suplantados por outros onde o meio técnico-científico-informacional pôde se instalar diretamente sobre o meio natural, ensejando a agricultura cientifizada que propicia níveis expressivos de produtividade do café.

Questão 2

Muitos economistas reconhecem a Índia e a China como as novas "locomotivas" (como se diz comumente no discurso jornalístico) da economia mundial. Estabeleça as semelhanças e as diferenças entre os modelos de desenvolvimento desses países, avaliando as vantagens comparativas e competitivas de cada um deles.

Juliana Cardoso Benedetti (30/30)

Não obstante as diferenças de ordem política existentes entre Índia e China – a primeira contando com um regime democrático e a segunda constituindo um regime autocrático –, os dois países se aproximam no que diz respeito à condução da economia, visto que correspondem, ambos, a modelos autárquicos fundados, firmemente, no protagonismo econômico estatal. Tanto a Índia quanto a China apostaram, ao longo de seu processo de desenvolvimento econômico, no papel indutor do Estado sobre a economia, especialmente no tocante a áreas intensivas em investimentos, como a de infraestrutura.

Os dois países iniciaram sua trajetória de inserção na economia capitalista como países marcadamente agrários e a agricultura consiste, até hoje, em uma área sensível da economia de ambos. A China, depois da Revolução Comunista de 1949, iniciou um processo de modernização que foi inaugurado com o chamado " grande salto para a frente". A aproximação com a União Soviética representou um primeiro ensaio industrial, favorecido pela planificação da economia, que, no entanto, não se aprofundou significativamente, por conta do caráter essencialmente camponês da doutrina maoísta – que implicou a remoção forçada de grandes contingentes populacionais para o campo – e do modelo de divisão do

trabalho proposto pela União Soviética, que se incumbiu da produção industrial, enquanto à China era reservada a provisão de matérias-primas. Foi só com o rompimento com a União Soviética, portanto, que uma maior esforço de industrialização foi envidado. Com a ascensão de Deng Xiaoping, a China inicia sua inserção na economia de mercado, adotando o modelo " um país, dois sistemas". Tendo como focos iniciais as Zonas Econômicas Especiais, a atividade industrial se expande, beneficiada pelo baixo custo da mão-de-obra. A produção em escala tornou a indústria de tecidos e de brinquedos chinesa altamente competitiva. Atualmente, entretanto, a China tem buscado implementar uma produção industrial de maior valor agregado e desenvolver tecnologias mais sofisticadas. O crescimento chinês, ancorado em gigantescas obras estruturais, tem provocado altas na demanda de matérias-primas e o chamado " efeito China" tem ocasionado a elevação dos preços das commodities *no mercado internacional. A China, ademais, logrou acumular uma considerável soma de reservas internacionais, com as quais tem investido em países em desenvolvimento, especialmente na África, capitaneando projetos de infraestrutura em países como Angola, por exemplo. A China detém, hoje, uma parcela não desprezível dos fluxos de bens e capitais em escala global.*

A Índia, por sua vez, também teve desafios a superar antes de encetar seu processo de industrialização. À época da independência, conflitos de ordem étnica e religiosa ensejaram a divisão do subcontinente indiano em três países: Índia, Paquistão e Bangladesh. Esse processo, bem como a disputa entre Índia e Paquistão pela região da Cachemira, envolveu choques armados que consumiram recursos materiais e humanos. A Índia, no entanto, contou com a atuação incisiva do Estado no processo de substituição de importações que orientou sua industrialização. Na década de setenta do século passado, o esforço de modernização atingiu a agricultura e a Índia foi palco da chamada "Revolução Verde". O uso de fertilizantes com componentes químicos e de defensivos agrícolas incrementou sobremaneira a produtividade da agricultura indiana, dotando-a de capacidade para abastecer a grande população do país. Subsiste, todavia, o modelo de agricultura familiar, motivo da relutância do governo indiano a aderir plenamente ao regime de liberalização da agricultura discutido no âmbito da OMC. A rivalidade com o Paquistão levou a Índia a desenvolver sua tecnologia nuclear, o que lhe permitiu fabricar bombas atômicas. A Índia investiu significativamente na área de ciência e tecnologia e seus cientistas, hoje, encontram-se entre os mais bem qualificados do mundo. Ela tem presença marcante no campo da informática e de desenvolvimento de softwares*. A numerosa população, além disso, oferece mão-de-obra para setores intensivos em trabalho, em particular para o setor de serviços, sendo que muitas empresas de países de língua inglesa já optaram por transferir suas centrais de atendimento para a Índia. Diferentemente da China, no entanto, a Índia continua sendo uma economia bastante fechada, com menor participação nos fluxos internacionais.*

A disponibilidade de mão-de-obra relativamente barata e de abundantes recursos naturais são fatores que atraem empresas estrangeiras à Índia e à China. Tais empresas, contudo, mantêm seus centros de decisão nos seus países de origem, perpetuando, assim, as relações centro-periferia. Um outro atrativo oferecido pela Índia e pela China é sua frouxa legislação ambiental e sua leniência em relação a atividades prejudiciais ao meio ambiente, m nome do desenvolvimento econômico, com o que ambos os países recebem um grande número de empresas poluidoras.

Tanto a Índia quanto a China têm alcançado níveis expressivos de crescimento econômico nos últimos anos. Esse potencial de crescimento, aliado à agressividade com que ambos têm buscado sua inserção na economia mundial, leva a um inédito protagonismo desses países na geopolítica global.

Questão 3

O sistema de transportes no Brasil é composto pelas redes rodoviária (1.724.929 km de extensão), ferroviária (30.550 km) e hidroviária (cerca de 28.000 km de vias navegáveis). Discorra sobre as principais dificuldades apresentadas para a gestão desse sistema e suas implicações para o chamado "custo Brasil".

Paulo Cezar Rotella Braga (20/20)

Com o crescimento da economia brasileira nos anos recentes, as dificuldades logísticas mostram-se como empecilhos ao desenvolvimento da produção nacional. O "custo brasil" tem demandado a atenção dos governantes recorrentemente em nossa história e ainda é um dos principais entraves à economia do País.

Desde o governo Juscelino Kubitschek, a rede rodoviária consolidou-se como a principal rede do sistema de transporte brasileiro. O expressivo número de rodovias que cortam o território nacional implica alto custo de manutenção, muitas vezes não atendido pelo poder público. A má conservação de estradas, problema freqüente na malha rodoviária, impede o escoamento da produção de forma eficiente, resultando em aumento do preço de transporte da mercadoria e, conseqüentemente, em aumento do preço final, tirando parte da competitividade da produção nacional. Caso emblemático é o da produção de soja. O Brasil possui um dos maiores índices de produtividade mundial no plantio, mas perde competitividade quando o produto deixa a fazenda e entra no sistema de transporte. A BR-163 (Cuiabá-Santarém), por onde parte da produção do Centro-Oeste é escoada, encontra-se em péssimas condições, aumentando o custo de transporte da soja.

O grande número de caminhões nas rodovias brasileiras, devido à opção pelo transporte rodoviário, gera enorme demanda por óleo diesel, produto que o Brasil importa em grandes quantidades. Os congestionamentos tornaram-se freqüentes em determinadas rodovias brasileiras, como na Rodovia Presidente Dutra. Ligando as duas áreas de maior dinamismo no Brasil, a rodovia cruza importantes centros urbanos, o que acarreta diminuição na fluidez. A estratégia de privatização de rodovias, adotada na década de 1990 com maior vigor, demonstrou produzir benefícios em determinadas regiões. O território do estado de São Paulo possui alta densidade de rodovias bem conservadas que permitem maior fluidez no transporte de sua produção. Os pedágios, no entanto, representam custos crescentes no processo de transporte. O governo federal licitou, recentemente, novos trechos de rodovias federais, entre eles o da ligação entre São Paulo e Curitiba. A intenção é atrair o capital privado para melhorar a conservação da malha rodoviária, sem que implique custos elevados de pedágio.

Ainda com relação ao escoamento da produção, o sistema ferroviário volta a ganhar atenção como opção de transporte. Negligenciado nos anos recentes da história brasileira, o sistema ferroviário tornou-se obsoleto, com exceção de algumas vias pontuais de escoamento, como a linha Vitória-Minas e a Estrada de Ferro Carajás. O sistema ferroviário também foi submetido às privatizações no intuito de torná-lo novamente dinâmico. Empresas como a América Latina Logística e a MRS Logística ficaram incumbidas da revitalização do sistema ferroviário, tornando-o novamente atrativo para o transporte de mercadorias. Implantado em redes extravertidas, o sistema ferroviário brasileiro não tem todo o seu potencial usufruído, em parte devido à má conservação dos trilhos e à diferença de tamanho das bitolas. Devido a esses problemas, as ferrovias brasileiras continuam transportando essencialmente produtos de grande peso, como os minérios.

Outro grave problema que aflige o sistema de transporte brasileiro é a lentidão nos trâmites portuários. São comuns as filas de caminhoneiros no porto de Paranaguá esperando o momento de embarque da soja. A falta de densidade normativa adequada, aumentando a burocracia, reflete no preço final do produto e tira a competitividade do produto local. A Lei dos Portos de 1993 permitiu a criação de portos privados para embarque de produtos de terceiros, de modo a dotar o território de maior porosidade. O alto volume de investimento necessário inibe as iniciativas que hoje existem no País. A burocracia lenta impede a fluidez de mercadorias, o que poderia ser resolvido com o aumento de portos secos. O transporte fluvial apresenta enormes potencialidades no Brasil, como atesta a hidrovia Tietê-Paraná.

Diminuir as viscosidades do território brasileiro para aumentar a competitividade do produto nacional continua sendo um grande desafio para o governo brasileiro. Hoje, o desafio maior é equacionar investimentos em infra-estrutura com conservação ambiental e distribuição eqüitativa dos benefícios.

<u>Questão 4</u>

Até a década de 90 do século passado, a indústria automobilística paulista respondia por cerca de 75% da produção nacional de veículos. Hoje, essa participação corresponde a, aproximadamente, 45%. Considerando-se que a produção de automóveis em São Paulo é a mais alta de todos os tempos, como se explica essa redução?

Eduardo Freitas de Oliveira (20/20)

Quando da instalação em peso da indústria automobilística no Brasil, em meados do século XX, São Paulo já era, de longe, a zona industrial mais dinâmica do país. A maior presença de infraestrutura, serviços, mão de obra e mercado consumidor fez da Região Metropolitana de São Paulo a área preferencial para a instalação da indústria automobilística que aportava no Brasil naquele momento. Nas décadas seguintes, essa supremacia se consolidou, a ponto de gerar uma concentração de mais de 75% da produção nacional de automóveis no subespaço paulista. Trata-se do processo tradicional de concentração verificado no Brasil, em que a modernização prévia do espaço atrai as atividades mais modernas, ampliando ainda mais as desigualdades entre as diversas localidades do território nacional.

A diminuição da participação paulista na produção automobilística nacional, a partir de então, pode ser explicada pelas chamadas "deseconomias de aglomeração": com a alta dos custos de vida, a mão de obra se torna extremamente cara; a especulação fundiária dos centros urbanos encarece brutalmente os terrenos; o crescimento populacional e econômico gera congestionamentos e aumenta as despesas com transporte. Nesse contexto, a alocação industrial passa a privilegiar novas zonas, que contem com a infraestrutura necessária mas não sejam ainda alvo desses problemas. É o que se denomina, comumente, de desconcentração industrial.

Esse processo de desconcentração é amplificado, na década de 1990, pela agudização da chamada "guerra dos lugares". Áreas até então pouco expressivas como zonas de produção industrial buscam compensar suas deficiências por meio de uma política agressiva de benefícios fiscais, incluindo a isenção de tributos e a concessão de subsídios, além de acenarem com a construção de infraestrutura moderna. É esse o caso, por exemplo, da Ford na Bahia, da Peugeot em Porto Real e, já há algum tempo, da Fiat em Betim.

Isso não significa, no entanto, que essas novas indústrias tenham-se deslocado de São Paulo para ocupar novas áreas. Na maior parte dos casos, como nos três exemplos citados

acima, trata-se de novas fábricas que, ao invés de optar pela tradicional área industrial paulista, preferiram buscar novos espaços, em busca de ganhos comparativos. É verdade que há, também, o caso de indústrias que se deslocam de São Paulo para novas áreas, buscando evitar as deseconomias de aglomeração (o próprio ABCD paulista já foi abandonado por muitas indústrias de automóveis), mas essas perdas são superadas pelos ganhos resultantes do aumento de produtividade. Dessa forma, o fenômeno de desconcentração industrial é apenas relativo: o aumento da produção em outras áreas diminui a participação paulista na produção total, mas não representa uma queda da produção automobilística de São Paulo em números absolutos.

Essa relativização do processo de desconcentração também pode ser atestado em maior escala: a maioria das fábricas que, de fato, deixam São Paulo irá se alocar no que Milton Santos e Maria Laura da Silveira chamam de "Região Concentrada". Afinal, a discrepância ainda é gritante no que tange à infraestrutura, permitindo que os municípios da região tenham melhor sucesso na "guerra dos lugares". Na indústria automobilística, em especial, a fábrica da Ford na Bahia, acima citada, é uma das poucas exceções.

O processo de desconcentração industrial pode induzir à ideia de que a enorme desigualdade regional verificável no território brasileiro poderia, enfim, ser superada. No entanto, uma análise mais pormenorizada leva à conclusão contrária: de um lado, as áreas industriais tradicionais mantém seu habitual poderio, com destaque para a Região Metropolitana de São Paulo; de outro, a discrepância infraestrutural entre as regiões brasileiras leva a uma "desconcentração concentrada", que não beneficia as regiões periféricas deprimidas. A superação dessa desigualdade só será possível mediante a atuação do governo no sentido de dotar essas áreas de condições de atração das atividades mais modernas, permitindo, ao menos, que elas participem da "guerra dos lugares" em igualdade de condições.

*

POLÍTICA INTERNACIONAL

A prova de Política Internacional consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

Programa:

1. Relações internacionais: conceitos básicos, atores, processos, instituições e principais paradigmas teóricos.
2. A política externa brasileira: evolução desde 1945, principais vertentes e linhas de ação.
3. O Brasil e a América do Sul. Mercosul.
4. A política externa argentina. A Argentina e o Brasil.
5. A política externa norte-americana e relações com o Brasil.
6. Relações do Brasil com os demais países do hemisfério.
7. Política externa francesa e relações com o Brasil.
8. Política externa inglesa e relações com o Brasil.
9. Política externa alemã e relações com o Brasil.
10. A União Européia e o Brasil.
11. Política externa russa e relações com o Brasil.
12. A África e o Brasil.
13. A política externa da China, da Índia e do Japão; relações com o Brasil.
14. Oriente Médio: a questão palestina; Iraque; Irã.
15. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
16. A agenda internacional e o Brasil: 16.1 Desenvolvimento; 16.2 Pobreza e ações de combate à fome; 16.3 Meio ambiente; 16.4 Direitos Humanos; 16.5 Comércio internacional e Organização Mundial do Comércio (OMC); 16.6 Sistema financeiro internacional; 16.7 Desarmamento e não-proliferação; 16.8 Terrorismo; 16.9 Narcotráfico; 16.10 A reforma das Nações Unidas.

Bibliografia sugerida:

ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (Org.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira**. São Paulo: USP, 1996, 4v.

BAYLIS, John & SMITH, Steve (Orgs.). **The Globalization of World Politics: an introduction to international relations**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. **Repertório de Política Externa – Posições do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2007.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica: um estudo da ordem na política mundial**. Brasília: Editora UnB/Imprensa Oficial do Estado/IPRI, 2002.

CASTRO, Marcus Faro de. **Política e Relações Internacionais: fundamentos clássicos**. Brasília: Editora UnB, 2005.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

___________. **As Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FONSECA JR., Gelson. **A Legitimidade e Outras Questões Internacionais: poder e ética entre as nações**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GILPIN, Robert. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: Editora UnB, 2002.

________. **O Desafio do Capitalismo Global: economia mundial no século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOLDBLAT, Jozef. **Arms Control: The New Guide to Negotiations and Agreements**. 2 ed. Thousand Oaks: Sage Publications Ltd, 2002.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos Anos de Periferia: uma Contribuição ao Estudo da Política Internacional**. 5 ed. Rio de Janeiro : Contraponto, 2007.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três Conferências Ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

LESSA, Antônio Carlos. **A construção da Europa: a última utopia das relações internacionais**. Brasília: Funag; IBRI, 2003.

MOREIRA, Marcílio Marques; NISKIER, Arnaldo; REIS, Adacir (org.). **Atualidade de San Tiago Dantas**. São Paulo: Lettera.doc, 2005.

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações**. Brasília: FUNAG/IPRI, Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates.** Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2005.

NYE JR, Joseph S. **Compreender os Conflitos Internacionais: uma introdução à teoria e à história**. Lisboa: Editora Gradiva, 2002.

PARADISO, José. **Um lugar no mundo: a Argentina e a busca de identidade internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005.

PECEQUILO, Cristina S. **A Política Externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.

PINHEIRO, Leticia. **Política Externa Brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

ROBERTS, Paul. **The End of Oil: On the Edge of a Perilous New World**. Boston: Mariner Books, 2005.

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da. **Relações Internacionais: teorias e agendas**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.

VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, Integração e Processo Negociador: A Construção do Mercosul**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: Multilateralização, Desenvolvimento e a Construção de uma Potência Média (1964-1985)**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

VIZENTINI, P. F.; WIESEBRON, Marianne (Orgs.). **Neohegemonia americana ou multipolaridade? Pólos de poder e sistema internacional.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2006.

Os candidatos poderão servir-se também de periódicos especializados, tais como **Revista Brasileira de Política Internacional** (www.ibri-rbpi.org.br), **Política Externa** (www.politicaexterna.com.br), **Foreign Affairs** (www.foreignaffairs.org) e **Foreign Policy** (www.foreignpolicy.com), bem como das páginas eletrônicas do Ministério das Relações Exteriores (www.mre.gov.br) e da Rede Brasileira de Relações Internacionais (www.relnet.com.br).

Publicações adicionais que podem auxiliar a preparação dos candidatos estão disponíveis na FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão, tais como toda a série de Manuais do Candidato e a série Teses do CAE:

site na Internet – www.funag.gov.br
e-mail: funag@mre.gov.br
e-mail do Setor de Publicações: publicacoes@funag.gov.br

Brasília
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
ANEXO II, TÉRREO, SALA 1
70170-900 Brasília - DF
Telefones: (061) 3411-6033/6034/6847/6857
Fax: (061) 3322-2931, 3322-2188

Rio de Janeiro
Palácio Itamaraty
Avenida Marechal Floriano, 196 - Centro
520080-002 Rio de Janeiro - RJ
Telefax: (021) 2233-2318/2079

Prova de 2008

Questão 1

A crescente aproximação com os grandes países emergentes constitui uma nova perspectiva aberta pela política externa brasileira. Discorra sobre essa aproximação, destacando os interesses que a orientam.

Roberto Fromer (30/30)

A aproximação do Brasil com os grandes países emergentes condiz com o interesse do Governo em compatibilizar as negociações Norte-Sul com a perspectiva de cooperação Sul-

Sul. O protagonismo da diplomacia brasileira, ao promover o incremento das relações políticas e comerciais com países como China, Índia e África do Sul, vincula-se à criação de parcerias coesas, que propiciem a seus membros maior poder de negociação nos foros internacionais e que permitam a expansão do comércio, como forma de aumentar a competitividade dos parceiros. Além de vantagens econômicas, a concertação político-estratégica permite aos países emergentes o intercâmbio de informações valiosas no combate a dificuldades comuns, como o subdesenvolvimento.

O Governo Brasileiro, ao aproximar-se dos grandes países emergentes, não pretende substituir seus parceiros tradicionais no cenário mundial. As parcerias com países desenvolvidos, como os Estados Unidos, e com blocos, como a União Européia, continuam imprescindíveis. O objetivo da diplomacia brasileira, contudo, é ampliar sua inserção internacional. A associação com países em desenvolvimento possui um caráter anti-hegemônico e pragmático. Ao respeitar princípios históricos, a política externa nacional demonstra continuidade, atuando com autonomia, independência e universalismo.

Nesse contexto, parcerias com a China, a Índia e a África do Sul devem ser ressaltadas. A aproximação com a China ocorreu ainda no período da Guerra Fria, no qual o Brasil procurava alternativas à rigidez do conflito Leste-Oeste. Na década de 1970, dotado de maior margem de manobra, devido ao enfraquecimento político dos Estados Unidos, provocado pela Guerra do Vietnã, o Brasil restabeleceu, em 1974, relações diplomáticas com o Governo chinês. À época, a política externa brasileira voltava-se à defesa de um maior protagonismo para os países do Terceiro Mundo no cenário internacional, e a concertação com a China ofereceria legitimidade e credibilidade à demanda brasileira. Superadas as dificuldades internas da década de 1980, durante a qual o Governo brasileiro necessitou atuar na reforma do Estado e na superação da crise econômica, Brasil e China tornaram a aproximar-se. A cooperação no G77, no âmbito do GATT 47, demonstrou a convergência das demandas dos parceiros.

Na atualidade, a cooperação sino-brasileira é crescente e promissora. A parceria estratégica elaborada nas últimas décadas permitiu aos países desenvolver trabalhos conjuntos na área de cooperação técnica e científico-tecnológica, como a construção de satélites de sensoriamento remoto, por meio do projeto CBERS, de 1988. Além disso, o Governo chinês tem demonstrado interesse na tecnologia de ponta brasileira para a exploração de petróleo em águas profundas. A abertura de um escritório da Petrobras em Pequim indica a possibilidade de uma parceria, não apenas em território chinês, mas também em terceiros países, incluindo África e Oriente Médio, por meio de um consórcio entre a Petrobras e a chinesa Sinopec para exploração e produção de hidrocarbonetos. Em busca de vantagens competitivas internacionais, os governos têm promovido parcerias no setor automobilístico, aeronáutico e siderúrgico. Neste último, a Companhia Vale do Rio Doce e a chinesa Baosteel associaram-se para a produção de aço e alumínio.

Índia e África do Sul tornaram-se, também, parceiros importantes para relações bilaterais e para atuação conjunta. O Fórum de Diálogo IBAS, criado em 2003, é resultado da necessidade crescente dos países emergentes de fortalecerem suas posições estratégicas e políticas no contexto mundial. O IBAS, além de fórum de concertação de interesses, atua em áreas sensíveis aos países, como o combate ao subdesenvolvimento. Suas ações transcendem o relacionamento entre seus parceiros e localizam-se em países como o Haiti, a Guiné-Bissau e o Sri Lanka.

O G20, grupo liderado pelo Brasil com o auxílio de grandes países emergentes, é outra demonstração do pragmatismo da política externa brasileira, voltada à busca de instrumentos que possibilitem o desenvolvimento nacional em particular, e o dos países subdesenvolvidos em geral. Criado em Cancun, em 2003, no âmbito das discussões da

Rodada Doha, o G20 significou o relançamento da postura reivindicatória brasileira, a retomada do protagonismo externo e a criação de um novo modelo de cooperação Sul-Sul. Por seu lado, o G4, grupo formado por Brasil, Índia, Japão e Alemanha, é uma alternativa para promover a reestruturação do sistema internacional, por meio da reforma da Organização das Nações Unidas.

O incremento do intercâmbio comercial auxilia o Brasil em suas demandas políticas, visto que o aumento da competitividade proporciona aos países emergentes alternativas para o desenvolvimento. A política externa brasileira, por meio de contatos bilaterais e por meio do Mercosul, visa à equalização das relações Norte-Sul. O Governo Brasileiro pretende alterar a distribuição da riqueza e do poder mundial, não apenas estreitando o relacionamento com as potências emergentes, mas aproximando-se, também, da América Latina e do continente africano, por meio de parcerias do Mercosul com a SACU e com a SADC. A diplomacia brasileira tem-se orientado por perspectivas pragmáticas e efetivas. O aumento do protagonismo do país nos últimos anos e a crescente atenção internacional às suas demandas indicam que a decisão de aproximar-se dos países emergentes, como alternativa ao mundo desenvolvido, tem sido acertada.

Questão 2

Analise a importância conferida pelo Brasil aos biocombustíveis para a promoção das agendas de meio ambiente, de desenvolvimento e de combate à fome e à pobreza.

Izabel Cury de Brito Cabral (30/30)

O Governo brasileiro e sua chancelaria têm tratado com destaque da importância dos biocombustíveis no cenário internacional. O desenvolvimento dos biocombustíveis tem, de fato, enorme relevância sobre as mais diversas áreas, pois provoca efeitos no meio ambiente e favorece significativamente as possibilidades de desenvolvimento econômico e social de muitos países, sobretudo os mais pobres.

A história dos biocombustíveis no Brasil data do início do século passado, quando começaram as primeiras experiências com a produção de energia a partir do açúcar. A criação do Instituto do Açúcar e do Álcool, em 1933, apontava para o crescente desenvolvimento dessa tecnologia. Os acontecimentos e as transformações vividas pelo país em meados do século, entretanto, adiaram esse projeto para a década de 1970, quando, com os graves efeitos do primeiro choque do petróleo, o Brasil viu-se na necessidade de criar alternativas para o gargalo energético. Em 1975, implanta-se o Proálcool, programa responsável pelo desenvolvimento pioneiro do Brasil na área de biocombustíveis.

A crise dos anos 1980 e a abertura dos anos 1990 provocaram, respectivamente, a paralisação e o sucateamento do programa, que voltou, nos anos 2000, no entanto, a ganhar destaque e prioridade, especialmente a partir do governo Lula, em 2003. O lançamento dos veículos flex fuel*, nesse mesmo ano, e a implantação do Programa Nacional de Produção e Consumo do Biodiesel (PNPB), em 2004, evidenciavam a importância dos biocombustíveis na agenda do atual governo. Outro exemplo significativo desse comprometimento foi a criação, em 2006, do Departamento de Energia no Itamaraty, com vistas a otimizar as relações entre o setor energético e a política externa brasileira.*

Como têm declarado, em sucessivos discursos, o presidente Lula e o chanceler Celso Amorim, os biocombustíveis são uma alternativa importante para a questão energética mundial e o seu desenvolvimento pode surtir efeitos positivos em diversas áreas da economia mundial. Na criação do Fundo de Combate à Fome e à Miséria, em 2003, o presidente já

chamava a atenção para a relevância do papel dos biocombustíveis no desenvolvimento econômico dos países pobres. A possibilidade de produzir cana-de-açúcar e dela o etanol é, hoje, uma fronteira econômica interessante para países africanos, asiáticos e latino-americanos. O próprio Fundo, no âmbito do IBAS, tem atuado na transferência de tecnologia brasileira para países como Guiné-Bissau e Gana. Também a Índia, grande produtora de cana, tem vislumbrado na produção de etanol uma alternativa importante para seu déficit energético e tem contado com a parceria indispensável do Brasil. Teriam os biocombustíveis, nesse caso, duplo papel: o de solucionar o grave problema do fornecimento energético (problema, aliás, que afeta todo o mundo) e o de colaborar com o desenvolvimento da agricultura e da indústria desses países.

Outro aspecto importante relaciona-se com a implantação de modelos produtivos sustentáveis, tanto econômica quanto socialmente. Como tem insistido a diplomacia brasileira, os biocombustíveis podem configurar vetores do desenvolvimento para países de economias frágeis. O modelo cooperativo e de agricultura familiar implantado na produção de biodiesel no Nordeste brasileiro é exemplo do êxito em que esse tipo de iniciativa pode resultar. A transferência de tecnologia e o incentivo brasileiro à produção de biocombustível em outros países do mundo periférico expressam o comprometimento do país com o combate à fome e à pobreza e seu compromisso com a construção de um mundo mais igualitário. O recém-inaugurado complexo da Embrapa em Acra, capital de Gana, é exemplo desse engajamento. Como afirma o chanceler Celso Amorim, o desenvolvimento sustentável somente o é, de fato, se tiver caráter inclusivo.

A agenda do meio ambiente também tem sido constantemente relacionada ao desenvolvimento dos biocombustíveis e à intenção de transformar o etanol em commodity. *São muitos os temas que ligam a produção de energia mais limpa à temática ambiental. A começar, o grave problema do aquecimento global e a presente necessidade de substituição dos combustíveis fósseis, altamente poluidores, por fontes mais sustentáveis de fornecimento energético. Como revelou o último relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) da ONU, é urgente a necessidade de criar alternativas à matriz energética mundial. Como defende a diplomacia brasileira, o etanol e o biodiesel constituem, inegavelmente, uma alternativa viável. É preciso destacar, nesse ponto, o crescente esforço que tem realizado a chancelaria brasileira em diferenciar o etanol brasileiro, produzido a partir da cana-de-açúcar, do etanol do milho, produzido em larga escala nos Estados Unidos. Esse último tem sido acusado, juntamente com outros fatores, pela alta de preços dos alimentos a nível mundial e pela tomada de áreas que eram previamente produtoras de outros alimentos. Como bem destaca o governo brasileiro, o etanol aqui produzido tem efeitos benéficos para o meio ambiente (graças ao rodízio de culturas) e a área de produção corresponde a menos de 10% do total das terras agricultáveis do país.*

Outra relação do biocombustível com o meio ambiente refere-se ao comprometimento brasileiro com a criação de mecanismos de desenvolvimento sustentável e limpo. A agenda ambiental brasileira tem-se mostrado pró-ativa e engajada nas grandes discussões e nos compromissos assumidos pela comunidade internacional. Nesse sentido, o etanol e o biodiesel se apresentam como evidência desse engajamento tanto doméstica quanto externamente.

É possível observar a importância conferida pelo Brasil aos biocombustíveis para a promoção de diversas agendas externas com base em breve análise das pautas temáticas de suas relações bilaterais e multilaterais. No âmbito da OMC e da Rodada Doha, o G-20 trabalha pela regulação do comércio agrícola mundial e, nesse contexto, sem dúvida os biocombustíveis são de grande importância. O fim dos subsídios e das elevadas tarifas que

distorcem o comércio internacional contribuiria para uma competitividade maior do etanol e do biodiesel brasileiros em mercados como o europeu e o norte-americano.

Da mesma forma, as realizações efetivadas no âmbito da cooperação Sul-Sul – a exemplo do Fórum IBAS, da ASPA (Cúpula América do Sul-Países Árabes, 2005), do próprio Mercosul – também contam com as contribuições do desenvolvimento da produção e do comércio dos biocombustíveis. Como afirma a chancelaria brasileira, o biocombustível pode ser vetor do desenvolvimento de muitas nações africanas, asiáticas e latino-americanas. A possibilidade de criação de empregos é significativa (só no Brasil o número de trabalhadores envolvidos na produção de biocombustível é superior a um milhão) e a alta produtividade alcançada pelo desenvolvimento de avançada tecnologia possibilita o uso sustentável e limitado da terra.

Os biocombustíveis têm-se firmado, indubitavelmente, como componentes fundamentais da agenda diplomática brasileira. É grande o número de acordos e memorandos de entendimento sobre o tema (especialmente referentes ao comércio e à transferência de tecnologia) com países de todo o mundo. Na esfera multilateral, vale observar a realização do Fórum Internacional de Biocombustíveis, em 2007, em Nova York, e a futura Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, a ser realizada no segundo semestre de 2008, em São Paulo. A importância do etanol e do biodiesel atravessa as principais agendas internacionais e a diplomacia brasileira tem-se mostrado disposta a explorar as múltiplas potencialidades oferecidas pelos biocombustíveis.

Questão 3

Discorra sobre a relevância dada ao continente africano no contexto da política externa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Guilherme Paião Ferreira Pinto (20/20)

O africanista Alberto da Costa e Silva deu a um de seus livros o título "Um rio chamado Atlântico". Com isso, o autor procurava fazer referência à proximidade existente entre o continente africano e o Brasil e aos fluxos e refluxos existentes entre ambos os espaços, sobretudo durante o período colonial. Como é sabido, de 1822 até meados do século XX, houve um retraimento nessa relação bilateral, com inflexão desse quadro a partir da Política Externa Independente (PEI) e dinamização do relacionamento após o périplo africanista de Mário Gibson Barbosa, seguido do reconhecimento de Angola, em 1975. Ainda que não se possa falar em linearidade, pois houve marchas e contramarchas nesse relacionamento ao longo das últimas décadas, a África nunca deixou de ser prioridade para a agenda diplomática brasileira, como a ênfase dada ao continente africano, pelo governo Lula, no bojo da cooperação sul-sul, bem ilustra.

O ano de 2003 e a realização do Fórum Brasil-África, em Fortaleza, são emblemáticos da prioridade dada ao continente africano pela gestão Amorim e podem servir de marco inicial para análise da questão bilateral. De fato, a partir, sobretudo, dessa data observa-se um incremento sensível nas relações Brasil-África, contemplando diferentes níveis de atuação, seja no plano governamental, seja no plano da iniciativa privada. Para além do discurso de solidariedade periférica, de não-indiferença e de cooperação sul-sul, nota-se a concretização de diversas propostas, com importantes resultados práticos. Percebe-se a intensificação das trocas comerciais e dos fluxos de investimento produtivo entre Brasil e África. Importantes empresas brasileiras têm investido no continente africano, estimuladas pelo governo brasileiro, em conformidade com a política de não-indiferença ante os

periféricos. A Petrobras investe, por exemplo, na Nigéria, no setor petrolífero (havendo perspectiva de exploração futura de gás), bem como em Angola, tendo em vista a prospecção de petróleo em águas profundas (é de se destacar que a costa atlântica africana é marcada pela existência de estruturas geológicas irmanadas ao pré-sal brasileiro, havendo prognósticos alvissareiros acerca de seu potencial). Grandes empreiteiras, como a Andrade Gutierrez e a Odebrecht, têm participado ativamente do processo de reconstrução de países devastados por conflagrações havidas no passado recente, construindo portos, estradas e usinas, entre outras obras de infraestrutura.

Digna de nota também é a preocupação com o desenvolvimento humano africano, por parte do Governo brasileiro. Entendendo ser a agenda social parte da agenda para a paz, o Brasil atua na capacitação de recursos humanos e na transferência de tecnologia e de "expertise" para os países africanos. Nesse sentido, o projeto de implantar, em Moçambique, indústria farmacêutica vinculada à Fiocruz é bastante ilustrativo, pois visa a combater sérias epidemias endêmicas na África, como a AIDS. Congênere é a iniciativa brasileira para consolidar parcerias no setor de biocombustíveis com países africanos. A produção de biocombustíveis pode-se afigurar instrumental para o desenvolvimento humano, uma vez que incentiva a agricultura familiar africana e contribui para a segurança energética do continente, refletindo-se positivamente no discurso diplomático brasileiro de defesa dessa fonte energética. Nessa seara, destaca-se a implantação de escritório da EMBRAPA, em Acra (Gana), que visa não só a estimular a pesquisa em energocultivos, mas também a desenvolver outras linhas de pesquisa, voltadas para outros produtos agrícolas tropicais, haja vista ser a África a última fronteira agrícola do planeta.

O Brasil atua também nos planos institucional e cultural. No primeiro, percebe-se o desejo brasileiro em contribuir para a consolidação de franquias democráticas no continente, como o apoio ao processo eleitoral de Togo bem demonstrou. No plano cultural, há valorização dos laços culturais comuns entre Brasil e África, que legitimam a ação de solidariedade diplomática para com esta. Houve a revitalização de casas culturais em Benin e em Gana, bem como o incentivo a programas de intercâmbio estudantil, alguns deles havidos sob o marco da CPLP.

A relevância dada ao continente africano, no governo Lula, pode, ainda, ser percebida por iniciativas simbólicas de importante envergadura. Verifica-se não somente o exercício da diplomacia presidencial, sob a forma de inúmeras viagens de Lula ao continente, mas também a expansão de missões diplomáticas em solo africano, dando sensível lastro de permanência à política africanista da gestão atual.

Ainda que criticada por setores nacionais, a relevância dada pela chancelaria atual ao continente africano é perfeitamente justificável. Ela não só se coaduna com a atuação principista da diplomacia brasileira e com a ênfase dada ao desenvolvimento humano como condição sine qua non *para a paz mundial, legitimando o protagonismo assumido pelo país na condução de iniciativas afetas à cooperação sul-sul, mas também atende a um cálculo pragmático. A África, pela miríade de nações que a integram, tende, cada vez mais, a ter voz ativa nos fóruns multilaterais, descortinando-se como a possibilidade de apoio a propostas brasileiras nesse âmbito. Em segundo lugar, mas não menos importante, mais do que última fronteira agrícola, a África constitui a última fronteira do capital, como a nova corrida para a África, encabeçada por Índia e China, denota. O continente africano não é mais o futuro. Ele é o presente, razão pela qual se justificam todos os esforços diplomáticos envidados pelo governo atual para o estreitamento dos laços bilaterais. É mister continuar as práticas atuais em prol do estreitamento dos laços entre Brasil e África, superando-se os preconceitos nutridos por setores da mídia e do empresariado nacionais.*

Questão 4

Considerando as posições defendidas pelo Brasil nas negociações sobre mudança do clima, analise os desafios que o país enfrenta nesse tema da agenda internacional.

Felipe Dutra de Carvalho Heimburger (19/20)

Nas negociações sobre mudança do clima, cujo principal arcabouço institucional-legal é a Convenção sobre Mudanças Climáticas e seu Protocolo de Quioto (1997), o Brasil tem sido coerente com suas posições históricas, desde quando foram consolidadas na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992.

Reconhecendo o direito das gerações futuras a um meio ambiente limpo e equilibrado, o Brasil defende, fundamentalmente, o princípio das "responsabilidades comuns, porém diferenciadas". Os países do norte, com efeito, com um histórico de dois séculos de industrialização e poluição, são os grandes responsáveis pelo insustentável padrão de consumo atual dos recursos naturais da terra. Especificamente, os países do norte são responsáveis por mais de dois terços do total de gases de efeito estufa emitidos anualmente.

A emissão desses gases tem levado ao aquecimento global do planeta em um ritmo acelerado e perigoso. Faz-se mister, portanto, que os países relacionados no anexo I ao protocolo de Quioto cumpram efetivamente as suas metas de redução na emissão de gases. Essas metas, aliás, podem ser atingidas por via indireta, por meio da negociação de "direitos de poluição" junto aos países em desenvolvimento, tais como o Brasil. Nesse sentido, temos transacionado com países europeus e com o Japão, e somos já o segundo maior negociador desses direitos. Dessa maneira, nada justifica que os países do anexo I aleguem dificuldades no cumprimento de suas metas. Mais grave ainda é a posição dos E.U.A., maior emissor, que sequer aderiu ao protocolo de Quioto, quando deveria ser o maior protagonista positivo no regime de mudanças climáticas.

Outro princípio essencial para o Brasil, no contexto atual, é o direito ao desenvolvimento, evidentemente caro também ao conjunto dos países do sul que buscam libertar-se da fome e da pobreza via crescimento econômico. O desenvolvimento sustentável, com efeito, é possível e desejável, embora nem sempre simples do ponto de vista tecnológico. O Brasil, portanto, não aceita que os países do norte queiram impor aos países do sul metas obrigatórias de redução de emissão de gases de efeito estufa. Observe-se que o Brasil, de todo modo, apresenta vantagens comparativas em relação aos demais grandes países em desenvolvimento (China, Índia, Rússia), por possuir uma matriz energética relativamente limpa e níveis de emissão industrial relativamente baixos. Em suma, defender o desenvolvimento sustentável é uma responsabilidade constante do Brasil.

Talvez o principal desafio para nosso país, na agenda da mudança do clima e na agenda ambiental em geral, seja o de ter que afirmar e reafirmar o princípio da soberania, tal como positivado na CNUMAD, em 1992. Algumas autoridades dos países do norte tentam culpabilizar os países do sul, como Indonésia e Brasil, pelo aumento do efeito estufa planetário, focalizando nas queimadas para desmatamento das grandes florestas mundiais, sobretudo a floresta equatorial amazônica. Argumentando com base numa suposta ineficiência no controle das queimadas, alguns, de forma leviana, chegam a afirmar a Amazônia como "patrimônio comum da humanidade".

O Brasil deve continuar a contribuir, de fato, para a redução da emissão de gases de efeito estufa. O Plano Amazônia Sustentável, garantindo incentivos fiscais e empréstimos

para projetos de desenvolvimento que preservem a floresta, é uma iniciativa ousada que pode ajudar a reduzir, de forma mais acelerada, as queimadas. No plano internacional, a tecnologia dos biocombustíveis e a vontade política de consolidá-los como alternativa global ao petróleo são trunfos brasileiros na agenda sobre mudança do clima. A substituição, ainda que parcial, do petróleo pelos biocombustíveis contribuirá para a redução do aquecimento global.

*

INGLÊS

A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de: tradução de um texto do inglês para o português (valor 20 pontos); versão de um texto do português para o inglês (valor 15 pontos); resumo de um texto (valor 15 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor 50 pontos).

Na avaliação da redação da prova de Inglês, a correção gramatical terá o valor de 20 pontos, a organização do texto e o desenvolvimento das ideias terão o valor de 15 pontos, e a qualidade da linguagem terá o valor de 15 pontos, totalizando os 50 pontos possíveis.

Será atribuída nota 0 (zero) à redação caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.

Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido de 350 palavras.

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Programa:

Primeira Fase:

1. Compreensão de textos escritos em língua inglesa.
2. Itens gramaticais relevantes para compreensão dos conteúdos semânticos.

Terceira Fase:

1. Redação em língua inglesa: expressão em nível avançado; domínio da gramática; qualidade e propriedade no emprego da linguagem; organização e desenvolvimento de idéias.
2. Versão do Português para o Inglês: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfossintática e lexical.
3. Tradução do Inglês para o Português: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfossintática e lexical.
4. Resumo: capacidade de síntese e de re-elaboração em Inglês correto.

Orientação para estudo

1. Tradução (20 pontos)

A tradução do Inglês para o Português deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.

2. Versão (15 pontos)

A versão do Português para o Inglês deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes

erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.

3. Resumo (15 pontos)

Avalia-se a capacidade de compreender e de reelaborar texto em língua inglesa. Requerem-se, no resumo, correção morfossintática, vocabulário adequado e capacidade de síntese.

4. Redação (50 pontos)

Os candidatos devem demonstrar conhecimento avançado de Inglês e capacidade de usá-lo em redação bem estruturada. A distribuição dos 50 pontos faz-se da seguinte maneira:

- Correção gramatical (20 pontos)

Avaliam-se a correção e a propriedade no emprego da linguagem. Deduz-se 1 (um) ponto para cada erro, com exceção das falhas de pontuação ou de ortografia, às quais corresponde dedução de 0,5 (meio) ponto por ocorrência. A atribuição de nota zero no quesito "correção gramatical" implica, automaticamente, nota zero para a redação como um todo. Do mesmo modo, será atribuída nota zero às redações que demonstrarem baixo padrão de conhecimento da língua inglesa.

- Organização e desenvolvimento de idéias (15 pontos)

Serão considerados, principalmente, os itens a seguir:

a) capacidade de raciocínio e de expressão clara em Inglês;
b) pertinência das idéias e da eventual exemplificação em relação ao tema;
c) adequada organização formal da redação, com adequada paragrafação.

Os candidatos devem esforçar-se para apresentar redação interessante. A originalidade não será exigida, mas será avaliada positivamente, da mesma forma que o uso adequado de exemplos. Serão severamente punidas as redações decoradas e simplesmente adaptadas ao tema proposto. A redação que fugir a esse tema será punida com nota zero.

- Qualidade de linguagem (15 pontos)

Atribuem-se pontos ao candidato pelo correto uso de Inglês idiomático, por construções variadas e pelo emprego de vocabulário amplo e preciso.

Os candidatos que usarem construções de cunho meramente elementar na redação receberão nota zero no quesito, em especial quando esse recurso for utilizado para evitar erros.

Bibliografia sugerida:

Jornais e revistas

A Internet permite o acesso a vasto número de publicações em língua inglesa. Para preparar-se para o concurso, é útil a leitura de publicações do padrão do *The Times* de Londres*, The New York Times, The Washington Post e Guardian, The International Herald Tribune, The Financial Times, The Economist e Newsweek.* Pode-se encontrar a versão impressa de muitas dessas publicações em livrarias e bancas de revistas das principais cidades do País.

Dicionários de inglês

Collins Cobuild English Language Dictionary. Londres: Collins.

Language Activator. Londres: Longman.

The Longman Dictionary of Contemporary English. Londres: Longman.

The Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English. Oxford: University Press.

Oxford English Dictionary. Oxford: Oxford University Press.

The Random House College Dictionary. New York: Random House.

The Random House Dictionary of the English Language. New York: Random House.

Roget´s Thesaurus. Londres: Longman.

Webster´s Collegiate Dictionary. New York: BD&L.

Webster´s Third International Dictionary. New York: BD&L.

Dicionários inglês-português e português-inglês

Cambridge Word Routes-Inglês/Português: Dicionário temático do inglês contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Dicionário Português-Inglês, Inglês-Português. Porto: Porto Editora.

Novo Michaelis: Português-Inglês, Inglês-Português. São Paulo: Melhoramentos.

Taylor, J. L. **Portuguese-English Dictionary**. Rio de Janeiro: Record.

Gramáticas

BENSON, M. *et alii*.. **The BBI Combinatory Dictionary of English: A guide to word combinations**. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins.

Collins Cobuild English Usage. Londres: Harper Collins.

Comprehensive Grammar of the English Language. Londres: Longman.

CUTTS, M. **The Plain English Guide**. Oxford, Oxford University Press.

FRANK, M. **Modern English**. Englewood-Cliffs: Prentice-Hall.

LEECH, G.; SVARTVIK, J. **A Communicative Grammar of English**. Londres: Longman.

HILL, J.; LEWIS, M. (Orgs.) **LTP Dictionary of Selected Collocations**. Hove: Language Teaching Publications.

SANTOS, Agenor. **Guia Prático de Tradução Inglesa**. São Paulo: Cultrix.

SWAN, M. **A Practical English Usage**. Oxford: Oxford University Press.

THOMPSON, A. J.; MARTINET, A.V. **A Practical English Grammar**. Oxford: Oxford University Press.

Outras fontes

WALKER, S. B. **Candidate´s Handbook**: English. Brasília: FUNAG, 2000.

Internet: Há numerosos dicionários e glossários disponíveis em linha, bem como variadas fontes de informações e de consulta. Duas referências iniciais, a título meramente indicativo:
http://www.yourdictionary.com;
http://www.bbc.co.uk

Prova de 2008

1 – TRANSLATION (Total: 50 marks)

A) (25 marks)

Translate into Portuguese the following excerpt from James Baldwin's "Notes of a native son" (1955) [in: **The United States in Literature**. Glenview: Scott, Foresman & Co., 1976, p. M 132.]:

I was born in Harlem thirty-one years ago. I began plotting novels at about the time I learned to read. The story of my childhood is the usual bleak fantasy, and we can dismiss it with the restrained observation that I certainly would not consider living it again. In those days my mother was given to the exasperating and mysterious habit of having babies. As they were born, I took them over with one hand and held a book with the other. The children probably suffered, though they have since been kind enough to deny it, and in this way I read **Uncle Tom's Cabin** and **A Tale of two Cities** over and over and over again; in this way, in fact, I read just about everything I could get my hands on – except the Bible, probably because it was the only book I was encouraged to read. I must also confess that I wrote – a great deal – and my first professional triumph occurred at the age of twelve or thereabouts.

Joaquim Aurélio Correa de Araújo Neto (25/25)

Eu nasci no Harlem há trinta e um anos. Comecei a idealizar romances tão logo aprendi a escrever. A história de minha infância é uma fantasia monótona e normal, e podemos descartá-la mediante a observação contida de que, certamente, eu não consideraria a possibilidade de revivê-la. Naquele tempo, minha mãe dedicava-se ao hábito irritante e misterioso de ter bebês. À medida que eles nasciam, eu os segurava com uma das mãos e, com a outra, segurava um livro. As crianças provavelmente sofriam, embora, desde aquela época, elas tenham sido gentis o bastante em negar essa situação. Assim, eu lia "Uncle Tom's Cabin" e "A Tale of two Cities" seguidas vezes. Na verdade, eu lia quase tudo que chegava às minhas mãos, com exceção da Bíblia; provavelmente, devido ao fato de que era o único livro que me encorajavam a ler. Devo confessar, também, que eu escrevia muito e que meu primeiro triunfo profissional ocorreu quando eu tinha doze anos, ou por volta dos doze anos.

B) (25 marks)

Translate into English the following excerpt adapted from Mário Henrique Simonsen's **Brasil 2002** (5ª ed. Rio de Janeiro: APEC, 1974, p. 11):

A idéia de prever a evolução econômica dos povos segundo modelos rígidos de determinismo histórico sempre seduziu os cientistas sociais. O futurólogo é uma espécie de cartomante recheado de álgebra, e que procura satisfazer uma das maiores angústias da humanidade, o pré-conhecimento do futuro. Além disso, o conteúdo de suas formulações parece, pelo menos para os leigos, bem mais fundamentado cientificamente do que a simples

leitura de um baralho. Fora o aspecto psicológico, há a questão estética. Os modelos que prevêem o futuro da humanidade segundo uma trajetória imutável, inabalável por hipóteses acessórias, possuem uma grandiosidade apocalíptica, inacessível àquelas construções prosaicas repletas de condicionais e condicionantes. Não surpreende, por isso, que os economistas tantas vezes se tenham aventurado no desenvolvimento desses modelos que, com o mínimo de hipóteses, apresentam o máximo de previsões.

A aplicação do determinismo histórico às ciências sociais envolve dois problemas: um filosófico, que consiste em questionar a validade da tese; outro, bem mais prático, que é o de saber se temos o direito de afirmar que descobrimos as leis desse determinismo.

Marcelo Lacerda Gameiro de Moura (23.5/25)

The idea of foreseeing the economic evolution of peoples according to rigid models of historical determinism has always seduced social scientists. The forecaster is some sort of fortune-teller filled with algebra, and who seeks to satisfy one of the greatest anguish of mankind, the prior knowledge of the future. Besides, the content of his predictions seems, at least to the laymen, scientifically much better based than the mere reading of a deck of cards. Apart from the psychological aspect, there is the issue of aesthetics. The models which foresee the future of mankind according to an unchangeable trajectory, unshakeable by accessory hypotheses, possess an apocalyptical grandiosity, not accessible to those prosaic constructs filled with conditions and variables. It comes as no surprise then that economists have time and again dared to develop these models, which with fewer hypotheses present most predictions.

The use of historical determinism in social sciences encompasses two problems: a philosophical one, which consists of questioning the validity of the thesis, and another one, more practical, of knowing whether we have the right to assert that we have found the laws of this determinism.

2 – COMPOSITION (Total 50 marks)

"Nationalism – Internationalism. These abstract words, so often abused, so often misunderstood, cover high ideals and strong emotions, reflect modes of thought and action that shape our world. We often see the word 'nationalism' used in a derogatory sense. The same is true of the word 'internationalism'. When nationalism connotes, for example, a 'go-it-alone' isolationism, and internationalism an outlook that belittles the significance of national life and of nations as centres of political action and spiritual tradition, the words become contradictory and the attitudes they describe irreconcilable. From such interpretations of the words comes the tendency to think of nationalism as in fundamental conflict with an internationalist attitude."

Discuss the above statement, adapted from an address by then United Nations Secretary-General Dag Hammarskjöld at Stanford University in 1955, in the light of current international political events.

(Length: 350-450 words)

Sophia Magalhães de Sousa Kadri (47/50)

Nationalism and internationalism may seem a contradiction in terms. As former Secretary-General Dag Hammarsjköld highlighted, nationalism appears to be the tendency to

act single-handedly, without taking into account other countries' opinions or thoughts. As for internationalism, most people think of it as downplaying the importance of states in the international community. Reality, however, is less clear-cut, as one can believe in the weight of nations and still have a tendency towards international cooperation.

Take the case of environmental degradation. Some of the problems nations have to address can be dealt with locally, for example, deforestation and non-productivity of soil caused by unsustainable agriculture. Other major issues, such as global warming and the hole in the ozone-layer, must be discussed globally, for unilateral measures would be of no use. Therefore, without underestimating the significance of nations as centers of political action, international cooperation is, at times, of absolute importance.

When it comes to security issues, the usual distinction between nationalism and internationalism seems even more exaggerated. Many argue that sovereignty and international military operations do not match. It is interesting to note that Dag Hammarsjköld made his speech at Stanford University in 1955, exactly one year before the first official peacekeeping operation under the UN flag. Since that first mission, there has been a profusion of other mandates in almost every continent of the world. These operations illustrate how multilateral actions can be fully compatible with national sovereignty. In fact, the former president of Egypt, Nasser, was known for his nationalist tendencies, yet he agreed to have blue helmet troops in his territory. He was aware that international peace was also in his best interest. When he decided to withdraw the UN troops, it resulted in a large loss of territory in favor of Israel.

International politics is, by definition, a two-level game. Even when considering only its own national interest, one cannot discard international cooperation. Sometimes domestic and global interests meet. However, even when this is not the case, in an interdependent world there can be no such thing as absolute isolationism. The same can be said about internationalists who believe that states have lost their primacy. The international community still is – and will probably always be – dominated by power-maximizing states.

*

Exemplos de temas para redação em anos anteriores:

2007

Write a composition on the following quotation from Albert Einstein:

“The unleashed power of the atom has changed everything save our modes of thinking and we thus drift toward unparalleled catastrophe.”

2006

Awareness that change is a constant feature of human life is as old as civilisation. However, more recently, technological development has greatly enhanced both the prospects for rapid change and the range of its social, political, and cultural impact.

Bearing this in mind, **comment on Berman’s contention** (in Muqtedar Khan’s text “Radical Islam, Liberal Islam” in section 2 above) **that “those motivated by aversion for liberalism will continue to seek the downfall of the West as long as its culture continues to influence the world, the Muslim World in particular”**.

*****

NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

Programa:

1. Microeconomia. 1.1. Demanda do Consumidor. Preferências. Curvas de indiferença. Restrição orçamentária. Equilíbrio do consumidor. Mudanças de equilíbrio, efeito-preço, efeito-renda e efeito-substituição. Taxa marginal de substituição. Curva de demanda. Deslocamento da curva e ao longo da curva. Elasticidade-preço e elasticidade-renda. Classificação de bens. Excedente do consumidor. 1.2. Oferta do Produtor. Fatores de produção. Função de produção. Isoquantas. Elasticidade-preço da oferta. Rendimentos de fator. Rendimentos de escala. Custos de produção. Excedente do produtor. 1.3. Concorrência Perfeita, Monopólio, Concorrência Monopolística e Oligopólio. Comportamento das empresas. Determinação de preços e quantidades de equilíbrio.
2. Macroeconomia. 2.1. Contabilidade Nacional. Os conceitos de Produto e Renda Interna, Produto e Renda Nacional, Renda Disponível Bruta, Poupança Bruta Doméstica e capacidade ou necessidade de Financiamento Externo. Conceitos e cálculo do Déficit Público. A Conta de Balanço de Pagamentos: estrutura e cálculo do resultado do Balanço. Números Índices. Deflator Implícito e Índices de Preço ao Consumidor. 2.2. Evolução do pensamento macroeconômico. Keynesianismo, monetarismo e escolas posteriores. 2.3. Mercado de trabalho. Determinações do nível de emprego. 2.4. Funções da moeda. Criação e distribuição da moeda. Oferta da moeda e mecanismos de controle. Procura da moeda. Papel do Banco Central. Moeda e preços no longo prazo. 2.5. Poupança e investimento. Sistema financeira. 2.6 Flutuações econômicas no curto prazo. Oferta e demanda agragadas. Papel das políticas monetária e fiscal. Inflação e desemprego.
3. Economia Internacional. 3.1. Política comercial. Efeitos de tarifas, quotas e outros instrumentos de política governamental. 3.2. Teorias clássicas do comércio. Vantagens absolutas e comparativas. Pensamento neoclássico e liberalismo comercial. 3.3. A crítica de Prebisch e da Cepal. 3.4. Noções de macroeconomia aberta. Os fluxos internacionais de bens e capital. Regimes de câmbio. Taxa de câmbio nominal e real.
4. Economia Brasileira. 4.1. A economia brasileira no Século XIX. 4.2. Políticas econômicas e evolução da economia brasileira na Primeira República. 4.3. A crise de 1929 e a industrialização brasileira na década dos trinta. O impacto da Segunda Guerra sobre a economia brasileira e os desdobramentos subsequentes. 4.4. A Nova Fase de Industrialização. O Plano de Metas. 4.5. O Período 1962-1967. A desaceleração no crescimento. Reformas no sistema fiscal e financeiro. Políticas antiinflacionárias. Política salarial. 4.6. A Retomada do Crescimento 1968-1973. A desaceleração e o segundo PND. 4.7. A crise dos anos oitenta. A interrupção do financiamento externo e as políticas de ajuste. Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação. 4.8. Os anos noventa. Abertura comercial e financeira. A indústria, a inflação e o balanço de pagamentos. 4.9. Pensamento econômico e desenvolvimentismo no Brasil.

Bibliografia sugerida:

ABREU, Marcelo P. A. **Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Notas Metodológicas do Balanço de Pagamentos**. **Notas Técnicas do Banco Central do Brasil**. Nº 1, junho, 2001. (texto disponível na página: http://www.bcb.gov.br)

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro**. (Capítulos 2, 9, 10 e 11). 4ª Edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

FEIJÓ, Carmem A. et al. **Contabilidade Social: a Nova Referência das Contas Nacionais do Brasil**. (Capítulos 3 e 5). 3ª edição. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 2003.

GAMBIAGI, Fabio; VILLELLA, A.; BARROS DE CASTRO, L; HERMMAN, J. **Economia Brasileira e Contemporânea (1945-2004)**. Editora Elsivier/Campus, 2005.

LACERDA, Antonio Corrêa de. **Crise e oportunidade: o Brasil e o cenário internacional**. São Paulo: Lazuli Editora, 2006.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. **Nova estratégia de desenvolvimento para o Brasil: um enfoque de longo prazo**. São Paulo: Paz e Terra, 2005

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Pioneira Thomson, 2006.

PINHO, Diva B.; VASCONCELOS, M. A. S. (orgs.). **Manual de economia**. 5ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2006.

SAMUELSON, Paul A.; NORDHAUS, W. D. **Economia**. 17ª Edição: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2004.

TAVARES, Maria da Conceição. "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil" in M. C. TAVARES (1979): **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar.

VERSIANI, F. R. e MENDONÇA DE BARROS, J. R. (orgs.). **Formação Econômica do Brasil: a Experiência da Industrialização**. Série de Leituras ANPEC. São Paulo: Saraiva, 1979.

Prova de 2008

Questão 1

André Lara Resende observa que o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) – implementado entre 1964 e 1968 – vai "além da ortodoxia simplista" (ABREU, Marcelo P. A. (Org.) **Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 225). Comente as principais características das políticas antiinflacionárias associadas ao PAEG que permitem ao autor fazer essa consideração. Saliente os aspectos ortodoxos e heterodoxos dessas políticas.

Pedro Augusto Franco Veloso (30/30)

Os anos que antecederam o regime militar foram de crise econômica e desarranjo produtivo. A inflação crescia, o produto estagnava, os trabalhadores reivindicavam maiores salários para conter as defasagens. A política econômica austera de Jânio Quadros, cujas diretrizes provinham do FMI, dera lugar a uma política mais frouxa no governo João Goulart. No fim de seu governo, o Plano Trienal de Celso Furtado ainda tentou atacar os problemas, mas a instabilidade política e a crise do populismo levaram ao fracasso do projeto e à queda do governo.

No governo Castello Branco, Octavio Bulhões e Roberto Campos foram chamados para sanar a crise. O Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG – trazia medidas para controlar a inflação, considerada então o principal alvo do programa e diagnosticada como sendo inflação de demanda. Dessa forma, as políticas deveriam ser antiinflacionárias, de cunho ortodoxo. Todavia, os dois economistas também empreenderam um saneamento do Estado e uma reforma de diversos setores, de modo que tais medidas justificam a análise de Lara Resende de que o PAEG "vai além da ortodoxia simplista".

As principais medidas antiinflacionárias objetivaram o controle da demanda agregada, dessa forma focando nos gastos públicos e no consumo das famílias. Tentou-se diminuir a necessidade de financiamento do setor público, bem como alcançar superávits primários, por meio de cortes em gastos públicos desnecessários. Do lado das famílias, eliminou-se a facilidade de crédito, que impulsionava o consumo, e aumentou-se a rigidez das políticas salariais, consideradas pelo regime militar muito frouxas. Lara Resende, em Ordem do Progresso, acrescenta que tais políticas tinham um efeito recessivo, necessário ao ajuste das contas públicas. Por esse motivo, os governos anteriores não haviam elegido tal caminho, e o regime militar, com maior controle da população e alheio a manifestações sociais, pôde empreendê-lo.

O PAEG, todavia, ia além da ortodoxia simplista, e certas medidas adotadas possuíam fundo heterodoxo. Elas podem ser percebidas nas reformas dos setores tributário, financeiro e externo. No setor tributário, houve um maior controle da arrecadação pela União, estabelecendo impostos sobre valor agregado ao invés de impostos em cascata e determinando impostos municipais e estaduais, como o ICM. Entre as medidas heterodoxas estão a criação de poupanças compulsórias, como o FGTS e o PIS, que limitavam a demanda e direcionavam divisas a outros setores, e a criação do Sistema Nacional de Habitação.

Quanto ao setor financeiro, o governo queria reformá-lo para oferecer aos agentes privados outra forma de financiamento além dos empréstimos. Outra medida importante de cunho heterodoxo foi a criação das ORTN's. Esses títulos públicos seriam fundamentais para o governo, pois criavam uma forma de financiamento que não aumentava a dívida externa e que não recorria à emissão de moeda, não sendo inflacionário a curto prazo. Ademais, sua criação introduzia a indexação na economia brasileira. As ORTN's eram, então, instrumentos para financiar a dívida pública, mas foram responsáveis pelo rápido aumento da dívida pública interna nos anos posteriores.

Por fim, o setor externo foi saneado para evitar os constantes déficits nas Transações Correntes. Aumentaram-se as taxas de importação e o controle sobre o câmbio.

O PAEG foi de extrema importância para a economia brasileira. Ele empreendeu as reformas e os ajustes que o país necessitava e lançou as bases para a grande fase de crescimento que se seguiria e que ficaria conhecida como "milagre brasileiro", de 1968 a 1973.

<u>Questão 2</u>

Recorde seus estudos sobre política monetária e macroeconomia para responder aos itens a seguir.

a) Quais são os principais instrumentos que os bancos centrais utilizam para controlar a oferta de moeda? Explique, de modo sumário, como cada um deles atua sobre a oferta de moeda.

b) Comente o impacto da política monetária sobre o nível de atividade da economia.

Fernando Mehler (30/30)

a) Os bancos centrais utilizam os seguintes instrumentos para controlar a oferta de moeda: operações de mercado aberto, exigência de reservas bancárias, taxas de redesconto e empréstimos de liquidez.

Por meio das operações de mercado aberto, os bancos centrais controlam a oferta de moeda comprando ou vendendo títulos ao mercado. Quando se pretende contrair a oferta de moeda, os bancos centrais vendem títulos, retirando, mediante essa operação, certa quantidade de moeda de circulação. Se o objetivo é ampliar a oferta, os bancos centrais compram títulos das mãos do público, emitindo moeda para tanto.

Ao exigir reservas bancárias, os bancos centrais afetam a oferta de moeda por meio do multiplicador bancário, o qual determina a criação de moeda pelos bancos. Como o multiplicador será maior quanto menor for a exigência de reservas, quando os bancos centrais a reduzem, aumenta a oferta de moeda. Já quando os bancos centrais aumentam a exigência de reservas, os bancos têm reduzida sua disponibilidade para efetuar empréstimos, contraindo-se a oferta de moeda.

Taxas de redesconto são as taxas de juros às quais os bancos centrais emprestam aos bancos. Quanto maior for essa taxa, menor será a demanda dos bancos por fundos dos bancos centrais e, consequentemente, menor será a oferta de moeda. Por outro lado, ao reduzir-se a taxa de redesconto, aumenta a demanda dos bancos por fundos dos bancos centrais, aumentando também, ceteris paribus, *a oferta de fundos emprestáveis ao público e a oferta de moeda.*

Empréstimos de liquidez são instrumentos de que os bancos centrais podem valer-se em situações de iliquidez na economia. Realizam-se empréstimos emergenciais aos bancos a fim de se evitar que a falta de liquidez produza efeitos recessivos na economia. Por meio desses empréstimos, portanto, aumenta-se a oferta de moeda.

b) No curto prazo, com a economia apresentando capacidade ociosa, a política monetária pode afetar o nível de atividade da economia por meio de seu impacto na demanda agregada. Uma política monetária expansionista estimula a demanda agregada: com a expansão da oferta de moeda, caem os juros, no curto prazo, e aumentam os investimentos e o consumo das famílias. O aumento da demanda agregada tem como conseqüência maior nível de atividade econômica. No caso de uma política monetária contracionista, o efeito é o oposto. Reduzindo-se a oferta de moeda, os juros sobem, no curto prazo, contraindo a demanda agregada e reduzindo o nível de atividade da economia.

Tratando-se de uma economia aberta, com livre movimento de capitais, o impacto da política monetária no nível de atividade depende do regime cambial. Em regime de câmbio fixo, a política monetária não afeta o nível de atividade, restringindo-se seus impactos à

quantidade de reservas detidas pelo país. Já em regime de câmbio flutuante, a política monetária é eficaz para determinar o nível de atividade da economia. Em caso de política expansionista, por exemplo, a redução da taxa de juros, além de estimular os investimentos e o consumo privado, acarreta saída de capitais e depreciação da moeda. Os produtos nacionais, assim, tornam-se relativamente mais baratos no mercado internacional, estimulando as exportações e aumentando ainda mais o nível de atividade econômica.

Questão 3

São apresentados abaixo alguns dos dados relativos às Contas Nacionais e ao Balanço de Pagamentos do país Novidade, onde não há governo, no ano 2015:

- Produto Interno Bruto = 1000
- Produção (Valor Bruto da Produção) = 1.200
- Investimento Bruto Doméstico = 200
- Saldo de Transações Correntes = 135
- Saldo da Balança Comercial = 220
- Saldo de Serviços = -94
- Rendas recebidas do Exterior = 65
- Rendas enviadas ao Exterior = 340
- Saldo da Conta Capital e Financeira = 173
- Erros e Omissões = -2

Calcule:

a) a renda líquida enviada ao Exterior
b) a Renda Nacional Bruta
c) o saldo da conta de Transferências Unilaterais
d) a Renda Disponível Bruta
e) o resultado do Balanço de Pagamentos
f) a variação das reservas (ou dos haveres) internacionais
g) o saldo da Conta de Capital das Contas Econômicas Integradas
h) o saldo da Conta de Operações Correntes com o Resto do Mundo
i) o valor da produção destinada ao consumo intermediário
j) as despesas de Consumo Final

Fernanda Maria Rocha Soares/Luiz Gustavo Villas Boas Givisiez/Marina Moreira Costa

a) A Renda Líquida Enviada ao Exterior (RLEE) corresponde à diferença entre as rendas enviadas e as recebidas do exterior. Logo, RLEE = 340-65. A renda líquida enviada ao exterior é 275.

b) A Renda Nacional Bruta (RNB) equivale ao Produto Interno Bruto menos a Renda Líquida Enviada ao Exterior (RNB= 1000-275), sendo, portanto, 725.

c) A conta de Transferências Unilaterais (TU) compõe o resultado de Transações Correntes (TC), juntamente com a Balança Comercial (BC), a Balança de Serviços (BS) e a Renda Líquida Enviada ao Exterior. Esquematicamente, tem-se que TC =

BC+BS-RLEE+TU. Substituindo os valores: 135=220+(-94)-275 + TU. Após os cálculos, conclui-se que o valor das transferências unilaterais é 284.

d) *A Renda Disponível Bruta (RND) equivale à soma da renda nacional bruta e das Transferências Unilaterais recebidas, ou seja, RND=RNB+TUr. Substituindo os valores: RND=725+284. Portanto, a renda nacional disponível é 1009.*

e) *O resultado do Balanço de Pagamentos (BP) é a soma do saldo de Transações Correntes, do saldo da Conta Capital e Financeira (CC) e dos Erros e Omissões (EO). Os Erros e Omissões são introduzidos porque os demais elementos do Balanço de Pagamentos são estimados, dando margem a uma eventual diferença entre as variações das reservas e o saldo do Balanço. Portanto, BP=TC+CC+EO, ou seja, BP=135+173+(-2). O Balanço de Pagamentos é superavitário em 306.*

f) *A variação das reservas internacionais é igual ao valor do saldo do Balanço de Pagamentos, com sinal oposto. Houve uma variação de -306, que deve ser interpretada como acúmulo de reservas internacionais no mesmo valor.*

g)

h) *O saldo da Conta de Operações Correntes com o Resto do Mundo equivale ao saldo em transações correntes, ou 135.*

i) *A produção destinada ao consumo intermediário é igual a 200, que é a diferença entre o valor bruto da produção e o Produto Interno Bruto (soma de todos os bens e serviços finais).*

j) *PIB = C + I + (X-M)* *(X-M) = Balança comercial + Balança de serviços*
C = PIB – I- (X-M) *(X-M)= 220 - 94*
C= 1000 – 200 – 126 *(X-M) = 126*
C = 674
As despesas de consumo final equivalem a *674.*

Questão 4

Recorde seus estudos sobre noções de Microeconomia. Considere uma economia – inicialmente sem relações comerciais com o resto do mundo – com um mercado de um certo bem, cuja curva de demanda é dada pela seguinte relação entre preços (P) e quantidades (Q): P = 390 - 3 Q.

Considere que o mercado opera em concorrência perfeita para responder aos itens de (a) a (d).

(a) Qual seria o equilíbrio de mercado (P e Q em equilíbrio), caso a curva de oferta do referido bem no mercado fosse descrita por P = 30 + 3Q?
(b) Em equilíbrio, qual é receita total, paga pelos compradores e recebida pelos vendedores?
(c) Qual é o lucro dos vendedores em equilíbrio no longo prazo? Justifique sua resposta.

(d) Explique como se determina em equilíbrio o custo marginal dos vendedores e determine o seu valor.

Para responder aos itens de (e) a (h), considere que o mercado deixa de operar em concorrência perfeita e passe a operar sujeito ao monopólio de uma empresa, e que a demanda do mercado mantenha-se como anteriormente descrita. Note que a curva de oferta acima indicada equivale, para o monopolista, ao seu custo marginal (CMg), em função de quantidades produzidas, ou seja: CMg = 390 - 3Q. Considere, ainda, que, no novo equilíbrio, em monopólio, sejam comercializadas 40 unidades.

(e) Qual é o preço de comercialização do bem?
(f) Qual é a receita marginal do monopolista?
(g) Comente como o monopólio introduz, no caso específico, ineficiência no mercado, com implicações adversas para certos agentes.
(h) Defina e calcule o peso morto resultante do monopólio.

Para responder aos itens (i) e (j), considere que o preço internacional do bem é R$ 180,00 e que a economia, pequena, se torne aberta, sendo permitido o livre comércio de bens com o resto do mundo. Suponha que as condições da oferta doméstica no mercado se mantenham como anteriormente apresentadas.

(i) Quantas unidades são importadas, e quantas são produzidas domesticamente?
(j) Quantas unidades são importadas, caso se passe a aplicar imposto de importação que adicione ao preço internacional **1/6** do seu valor?

Krishna Mendes Monteiro (20/20)

a) Equilíbrio de mercado: oferta = demanda, ou seja, 30 + 3Q = 390 – 3Q => Q=60. Substituindo Q=60 na equação da demanda (P=390 – 3Q) teremos P=210.

b) Receita total = P x Q, ou seja, R = 210 x 60 => R = 12600.

c) Em mercados de concorrência perfeita, as firmas são tomadoras de preço, não conseguindo influenciar a curva de demanda do mercado. Esta é horizontal e igual à receita marginal que a empresa aufere por cada unidade vendida, sendo também igual ao preço de equilíbrio (Rmg = P). Como a empresa produz até o momento em que seus custos marginais são iguais à receita marginal, teremos que Cmg = Rmg = P. Ora, se Cmg = P, e, no longo prazo, com a livre entrada e saída de firmas do mercado, o custo marginal iguala-se ao custo total médio (CTM), temos que o lucro econômico dos vendedores é igual a zero.

d) De acordo com o mecanismo exposto acima, podemos concluir que Cmg = P = 210.

e) Demanda de mercado = 390 – 3Q. Receita total = P x Q, ou seja: R = (390 – 3Q) x Q => R = 390Q – 3Q². A receita marginal do monopolista é dada pela derivada de R em relação a Q (dR/dQ), ou seja: Rmg = 390 – 6Q. A maximização de lucros ocorre no ponto em que Rmg = Cmg, ou seja: 390 – 6Q = 30 + 3Q => Q=40 e P (substituindo Q na curva de demanda do mercado) = 270.

f) Rmg = 390 – 6Q => Rmg = 390 – 6 x (40) = 150.

g) *Ao cobrar um preço maior que o de equilíbrio (270 > 210), o monopolista reduz o excedente do consumidor, pois diversos consumidores saem do mercado, realizam menos transações e, assim, têm acesso a menos bens. A quantidade por ele disponibilizada (40) também é menor que a de equilíbrio (60), reduzindo a quantidade de bens disponíveis no mercado.*

h) *O peso morto é a perda no bem estar total (excedente do produtor + excedente do consumidor) decorrente da situação de monopólio. No caso em questão, é dado pela área do triângulo no gráfico a seguir, calculada da seguinte forma: [(270-150) x (Q1 – Q2)]/2 = 1200 (note que o valor 150 é obtido substituindo-se Q2 = 40 em 30 + 3Q).*

30 + 5Q
390
270
210
150
30
390 – 3Q
390 - 6q
40 = Q2 Q1 = 60

i) *Quantidade produzida internamente: 180 = 30 + 3Q => Qa = 50. Quantidade demandada: Qb = 180 = 390 – 3Q => Qb = 70. Quantidade importada = Qb – Qa = 70 – 50 = 20.*

P
30 + 3Q
390
210
Preço sem livre-comércio
180
Preço com livre-comércio
importação
390 – 3Q
Qa 60 Qb Q

j) *180/6 = 30 => 180 + 30 = 210. A adição de um imposto de 1/6 sobre o preço internacional conduz os preços e quantidades novamente à condição de equilíbrio. Logo, a oferta dos produtores nacionais será suficiente para suprir a demanda, e a quantidade importada será igual a zero.*

*

NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

A prova de Noções de Direito e Direito Internacional Público consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

A banca examinadora levará em conta, sobretudo, o poder de argumentação do(a) candidato(a). Assim, eventual citação de tal ou qual autor deve ser evitada. O interesse dos examinadores é avaliar o entendimento do(a) candidato(a) sobre o problema formulado. Ele(a) deve pautar sua resposta pela objetividade, clareza e precisão.

A bibliografia é meramente indicativa. Os examinadores sugeriram livros atualizados e de fácil acesso, já que se trata de prova de "noções" de Direito. Desse modo, a banca ateve-se ao indispensável. O(a) candidato(a) poderá, por óbvio, lançar mão de outros autores que, ao seu juízo, abordem tal ou qual ponto do programa.

Programa:

I – Noções de direito e ordenamento jurídico brasileiro.

1. Normas jurídicas. Características básicas. Hierarquia.
2. Constituição: conceito, classificações, primado da Constituição, controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos.
3. Fatos e atos jurídicos: elementos, classificação e vícios do ato e do negócio jurídico. Personalidade jurídica no direito brasileiro.
4. Estado: características, elementos, soberania, formas de Estado, confederação, república e monarquia, sistemas de governo (presidencialista e parlamentarista), estado democrático de direito.
5. Organização dos poderes no direito brasileiro.
6. Processo legislativo brasileiro.
7. Princípios, direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF/88).
8. Noções de organização do Estado na CF/88: competências da União, dos Estados-membros e dos municípios; características do Distrito Federal.
9. Atividade administrativa do Estado brasileiro: princípios constitucionais da administração pública e dos servidores públicos, controle de legalidade dos atos da Administração.
10. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.

II – Direito internacional público.

1. Caráter jurídico do direito internacional público (DIP): fundamento de validade da norma jurídica internacional; DIP e direito interno; DIP e direito internacional privado (Lei de Introdução ao Código Civil).
2. Fontes do DIP: Estatuto da Corte Internacional de Justiça (artigo 38); atos unilaterais do Estado; decisões de organizações internacionais; normas imperativas (*jus cogens*).
3. Sujeitos do DIP: Estados [conceito; requisitos; território; população (nacionalidade, condição jurídica do estrangeiro, deportação, expulsão e extradição); governo e capacidade de entrar em relações com os demais Estados; surgimento e reconhecimento (de Estado e de governo); sucessão; responsabilidade internacional; jurisdição e imunidade de jurisdição;

diplomatas e cônsules: privilégios e imunidades]; organizações internacionais (definição, elementos constitutivos, classificação, personalidade jurídica), Organização das Nações Unidas (ONU); Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano; Indivíduo.
4. Solução pacífica de controvérsias internacionais (artigo 33 da Carta da ONU): meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais (arbitragem e tribunais internacionais).
5. Direito internacional dos direitos humanos: proteção (âmbito internacional e regional); tribunais internacionais; direito internacional humanitário; direito do refugiado.
6. Direito da integração: noções gerais; MERCOSUL e União Europeia (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias).
7. Direito do comércio internacional: conhecimentos elementares; Organização Mundial do Comércio (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias).
8. Cooperação jurídica internacional em matéria penal.

Bibliografia sugerida:

I – Documentos:

Constituição da República Federativa do Brasil (1988).
Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça (1945).
Convenções de Viena sobre: Relações Diplomáticas (1961); Relações Consulares (1963); e Direito dos Tratados (1969).
Tratado de Assunção para a Constituição do Mercado Comum do Sul, Mercosul (1991).
Protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institucional do Mercosul (Ouro Preto, 1994).
Acordo constitutivo da Organização Mundial do Comércio - OMC (Marraqueche, 1994).
Memorando de Acordo relativo às Normas e Procedimentos para A solução de Litígios na OMC (1994).

II – Livros:

ACCIOLY, Hildebrando e Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva. **Manual de direito internacional público**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. 10 ed. Brasília: Editora UnB, 1999.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 12 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

________. **Teoria do Estado**. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

BORCHARDT, Klaus-Dieter. **O ABC do direito comunitário**. Bruxelas: Comissão Européia, 2000.

BROWNLIE, Ian. **Princípios de direito internacional público**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella**. Direito administrativo**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ENGISH, Karl. **Introdução ao pensamento jurídico**. 8 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

MELLO, Celso de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. 14 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 14 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional.** 15 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

QUOC DINH, Nguyen, Patrick Dailler e Alain Pellet. **Direito internacional público**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1999.

RANGEL, Vicente Marotta. **Direito e relações internacionais**. 7 ed. São Paulo: RT, 2002.

REALE, Miguel**. Lições preliminares de direito**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. 3 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SILVA, José Affonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 23 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de direito internacional público**. v. 1. São Paulo: Atlas, 2002.

THORSTENSEN, Vera. *OMC*: **Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais**. 2 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direito das organizações internacionais**. 3 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado (org.). **A Nova Dimensão do Direito Internacional Público (Vol. I)**. Brasília, Instituto Rio Branco, 2003.

Prova de 2008

Questão 1

Comente a seguinte passagem, do professor Peter Häberle:

O direito constitucional não começa onde cessa o direito internacional. Também não é válido o contrário, ou seja, o direito internacional não termina onde começa o direito constitucional. Os cruzamentos e as ações recíprocas são por demais intensos para que se dê a essa forma externa de complementaridade uma idéia exata.

Fernanda Maria Rocha Soares (30/30)

A relação entre direito interno e direito internacional é complexa e sujeita a diversas interpretações. No contexto atual, a afirmação do Professor Peter Häberle é ainda mais contundente, pois multiplicam-se os "cruzamentos" e "ações recíprocas". O tradicional debate teórico entre monistas e dualistas é permeado por questões concretas advindas das normas dos direito da integração e da cooperação penal internacional, entre outras.

Monismo e dualismo são duas correntes de pensamento opostas que buscam explicar a relação entre direito nacional e internacional. Para os monistas, haveria apenas um direito

englobando ambos, de modo que não faria sentido pensar em uma distinção entre eles – os mesmos princípios e técnicas seriam aplicáveis a um todo coerente.

Os dualistas, por outro lado, percebem o direito internacional e o direito constitucional como duas ordens distintas, o que suscita a questão de como elas se relacionam. Embora cada esfera seja independente a princípio, os "cruzamentos" a que se refere Häberle existem nos casos concretos e necessitam de um princípio de interpretação. Atualmente, há exemplos que consagram a prevalência do direito internacional – e que são até mesmo previstos em algumas constituições – outros que mantêm a primazia da ordem interna, e uma miríade de posições intermediárias. No Brasil, pratica-se o chamado "dualismo moderado": para terem validade no plano interno, os tratados devem ser recepcionados, em processo que inclui a apreciação do Congresso Nacional; é apenas depois da aprovação em ambas as Casas e subsequente decreto presidencial de promulgação que os compromissos internacionais passam a ser obrigatórios no território nacional.

O processo adotado no Brasil mostra que um direito não começa simplesmente onde termina o outro. Os desenvolvimentos recentes nos ramos do direito da integração e cooperação penal ampliam e tornam mais complexa a área de intersecção. Desde a década de 1950, a experiência européia vem impondo novos desafios e suscitando novos princípios. A existência de instituições supranacionais, com normas de aplicação obrigatória, uniforme e imediata sobre os cidadãos dos Estados-Membros, dilui alguns limites das soberanias nacionais. As esferas de competência dos respectivos direitos constitucionais e do direito comunitário não raro se confundem – não obstante o princípio da subsidiariedade, orientação segundo a qual deve atuar a esfera que for mais eficiente para o caso em questão – formando um arcabouço inovador.

A cooperação penal internacional e a proliferação de crimes internacionais, por sua vez, requer significativa cooperação dos Estados. As experiências da ex-Iugoslávia e de Ruanda mostram que, em caso de falência das instituições nacionais em julgar graves crimes de guerra civil, a comunidade internacional deve chamar para si a responsabilidade – por meio do Conselho de Segurança. A recente criação do Tribunal Penal Internacional pelo Estatuto de Roma, ao qual o Brasil aderiu, é um grande avanço nesse sentido.

Cabe lembrar que muitas das violações previstas pelo TPI são consideradas contra normas de jus congens*, ou seja, normas imperativas de direito internacional que prevalecem sobre todas as demais, inclusive as constitucionais. Esse reconhecimento é cada vez mais importante para que a dignidade humana e a paz, finalidades últimas do direito, sejam resguardadas independentemente de disposições particularistas a seu respeito.*

Peter Häberle demonstrou, portanto, não apenas conhecimento conceitual sobre a interação entre direito interno e internacional, mas também uma visão atual frente aos desafios práticos.

Questão 2

O Rei de Argos, Danao, tinha cinqüenta filhas. Ao serem forçadas ao matrimônio, elas seguiram o plano ardiloso de um assassinato coletivo dos maridos. Morreram quase todos, menos Linceu, poupado pela arrependida Hipernestra. Condenadas pela engenhosa justiça dos deuses, as danaides tinham de encher o tonel sem fundo para toda a eternidade. Viraram símbolo de trabalho sem fim e do desejo insaciável. As irmãs transmutaram-se em expressão latina: *danaidum dolium* — o tonel das danaides.

KARNAL, Leandro. **Introdução: um certo tonel**. *In*: KARNAL, Leandro e FREITAS NETO, José Alves de (Org.). **A escrita da memória: interpretações e análises documentais**. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2004, p. 13.

Tendo em atenção as relações interestatais dos dias de hoje, disserte a respeito da seguinte afirmação:

"Defender a existência do direito das gentes parece ser o permanente *danaidum dolium* dos internacionalistas: por mais que se aprofunde o tema, ele nunca se esgota".

Felipe Dutra de Carvalho Heimburger (30/30)

A luta pelo Direito Internacional, parafraseando livro clássico de Ihering, é, efetivamente, uma lide constante e diária. Levada a cabo por filósofos e internacionalistas de todos os quadrantes do globo, a defesa da existência do Direito das Gentes tem ocorrido desde, pelo menos, o tempo das Cidades-Estado da Grécia antiga. Hegemonizada pelos teólogos católicos durante a Idade Média e pelo "concerto de Estados" europeus até o final do século XIX, a defesa do Direito das Gentes torna-se realmente universal apenas no século XX.

Com efeito, fruto da repulsa aos horrores das guerras mundiais, a Organização das Nações Unidas é criada em 1945, inaugurando o período das relações interestatais contemporâneas. Herdeira da Sociedade das Nações, a ONU (anterior a ela apenas a OIT, fundada em 1919) tem como uma de suas missões institucionais, conforme previsto na sua carta constitutiva, a promoção do Direito Internacional. Nesse sentido, os trabalhos da Comissão de Direito Internacional tem sido de grande valia para os juristas no seu permanente danaidum dolium. *Por outro lado, a crescente codificação dos costumes (embora em ritmo relativamente lento) pode ser apontada como um avanço na pretensão dos internacionalistas.*

Não se pode, todavia, negar que o Direito das Gentes tem, e sempre teve, inimigos. São muitos os Estados ainda que, embora membros da ONU, consideram suas resoluções, em termos de direitos humanos, como meras declarações de princípio, soft law, *ou seja, enunciados praticamente desprovidos de conteúdo jurídico. Por outra via, a própria linguagem de certos tratados, vaga e imprecisa, serve de argumento para que os céticos questionem a efetiva existência do Direito das Gentes. Subjaz a esse tipo de pensamento a idéia de que o Direito Internacional não seria direito, por não implicar sanção efetiva.*

Descentralizado por força da existência de centenas de soberanias estatais autônomas, tendentes todas elas a só reconhecer o direito internacional na medida em que por elas aceito, o Direito das Gentes é um processo contínuo de construção. Apresentando avanços e recuos conjunturais, o direito internacional, no longo prazo, evolui de forma constante. Hoje, por exemplo, faz-se mister reconhecer que – ao lado dos Estados Nacionais e das Organizações Internacionais – os indivíduos são, sim, sob vários aspectos, sujeitos de Direito das Gentes.

Observe-se também que várias Organizações Regionais e a própria Organização Mundial do Comércio possuem sistemas de solução de controvérsia com força cogente sobre os Estados parte. A condenação, no caso da OMC, é uma sanção que se manifesta em reparação financeira ou represália comercial, legítima, de um país sobre outro. O próprio tratado que criou o Tribunal Penal Internacional, ratificado pelo Brasil, garante punição internacional aos indivíduos que cometerem genocídio e crimes de guerra contra a humanidade.

O adensamento institucionalizado das relações entre indivíduos, Organizações Internacionais e Estados soberanos é inegável. A regulamentação dessa complexa gama de relações constitui-se, por si só, em arcabouço jurídico formidável. O danaidum dolium,

contudo, é permanente. Nesse sentido, talvez o mais significativo embate contemporâneo seja a defesa do Jus Cogens*. Definido formalmente na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados como sendo aquelas normas gerais e universais, cogentes, reconhecidas pelo conjunto dos Estados, inderrogáveis a não ser por disposição de igual teor, o* Jus Cogens *seria, portanto, imperativo. Em face de uma norma de tal natureza, nem mesmo a invocação do* pacta sunt servanda*, pálio essencial do atual Direito das Gentes, seria possível. Não existe, contudo, consenso na comunidade internacional acerca do exato conteúdo substantivo do* Jus Cogens *e nem mesmo acerca da sua existência plena no mundo jurídico. Encha-se o tonel.*

Questão 3

Graciliano de Assis, brasileiro naturalizado, foi contratado por Organização Internacional para trabalhar no território nacional como motorista do representante residente da Organização acreditado junto ao governo da República Federativa do Brasil. Após cinco anos de relação empregatícia, Graciliano foi demitido e, por não concordar com as indenizações laborais recebidas, apresentou reclamação à justiça do trabalho brasileira, pleitando o recebimento de direitos constitucionalmente assegurados. Diante disso, o advogado da Organização invocou imunidade à jurisdição dos tribunais locais, valendo-se da distinção entre "ato de império" e "ato de gestão". Alegou, ainda, que o acordo de sede em vigor outorgava imunidade para eventuais ações intentadas contra a Organização no Brasil. O patrono do reclamante, por sua vez, lançou mão do disposto no art. 5°, XXXV, da Constituição Federal ("XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito"), bem como do argumento de que tanto o ordenamento jurídico interno quanto o internacional asseguram direitos e garantias fundamentais do ser humano, de que "alimentos" são exemplo eminente.

Considerando os elementos indicados na situação hipotética acima relatada, decida sobre a preliminar suscitada pela reclamada, de imunidade à jurisdição local. Fundamente sua decisão.

Fernando Mehler (30/30)

A imunidade de jurisdição da organização internacional assenta-se em acordo de sede, o qual se reveste da característica de norma de direito internacional. Sua imunidade distingue-se, pois, da questão acerca da eventual imunidade de outro Estado à jurisdição brasileira, a qual se fundamentaria em norma internacional costumeira. Nesse último caso, seria possível a distinção entre atos de império e de gestão, mantendo-se a imunidade somente quanto àqueles.

Como o caso se refere a acordo de sede entre o Brasil e a organização internacional, somente seria possível fazer-se a distinção entre atos de império e de gestão quanto à imunidade se o referido acordo assim previsse. Presumindo-se que o acordo não estabeleça limitações à imunidade da organização internacional e de seus representantes, de pouco serviria a distinção entre atos de império ou de gestão, pois a imunidade valeria em qualquer situação. De qualquer forma, deve-se reconhecer que, na questão apresentada, trata-se de ato de gestão, consubstanciado na contratação de motorista para o representante da organização.

A imunidade da organização internacional à jurisdição brasileira funda-se, portanto, no acordo de sede e não em norma costumeira que permita distinguir-se entre atos de

império e de gestão. Cumpridas as formalidades para a vinculação do Brasil ao referido acordo, com sua ratificação e recepção ao ordenamento jurídico interno, este passa a produzir efeitos jurídicos no Brasil, valendo como lei ordinária. A imunidade da organização, assim, encontra-se assegurada pelo direito interno brasileiro.

A pretensão do reclamante, contudo, além de basear-se no direito trabalhista brasileiro, possui fundamento constitucional. Conforme o dispositivo constitucional suscitado pelo reclamante, o qual é aplicável a brasileiros natos e naturalizados, assim como a estrangeiros residentes no Brasil, a lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

A aceitação da preliminar de imunidade à jurisdição local, fundada em acordo de sede com status *de lei ordinária, constituiria violação a esse preceito constitucional, pois a apreciação do Judiciário de lesão ou ameaça a direito estaria sendo excluída por lei. Em razão do primado da Constituição Federal, seus preceitos devem prevalecer sobre as demais leis, inclusive sobre os termos do referido acordo de sede. Dessa forma, a preliminar suscitada pela reclamada deve ser afastada, já que sua aceitação violaria o preceito do art. 5°, XXXV da Constituição Federal. O direito constitucional do reclamante deve, pois, prevalecer sobre a imunidade da organização internacional à jurisdição local.*

Questão 4

Analise, à luz do direito internacional privado brasileiro, a possibilidade de homologação de sentença estrangeira de divórcio que dissolva casamento entre pessoas do mesmo sexo, legalmente celebrado em jurisdição estrangeira.

Fernanda Maria Rocha Soares (20/20)

A homologação de sentença estrangeira é de competência do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Trata-se de procedimento para que a decisão judicial proferida no exterior seja reconhecida em território nacional e nele possa ser cumprida. Os pedidos são analisados no STJ principalmente quanto a seus aspectos formais, sem verificar o mérito da sentença.

Os três requisitos formais para a homologação são: a sentença deve ter sido proferida por juiz competente, as partes devem ter sido citadas e o documento deve ter tido tradução juramentada para o português. O caso apresentado indica que essas condições foram satisfeitas, uma vez que o divórcio foi legalmente celebrado na jurisdição estrangeira e a tradução é procedimento de grande simplicidade.

Adicionalmente, o STJ deve analisar se a sentença estrangeira não fere a soberania nacional, a moral e os bons costumes. A situação torna-se mais complexa nesse ponto, uma vez que o casamento entre homossexuais não é reconhecido pela lei nacional. Dessa forma, é evidente que a celebração ou a homologação desse casamento não poderiam ser realizadas no Brasil. Uma parcela da sociedade poderia argumentar que tal união seria tão atentatória aos bons costumes aqui praticados como a poligamia.

Entretanto, cabe lembrar que a união estável entre homossexuais pode gerar direitos, como o de herança. O artigo 5º, cláusula pétrea da Constituição Federal, proíbe expressamente qualquer forma de discriminação em função de orientação sexual, seja entre brasileiros ou estrangeiros no País. É do entendimento de muitos juristas que o respeito a esse princípio fundamental poderia levar ao reconhecimento do casamento homossexual – e, por extensão, do divórcio.

Conforme exposto, o princípio da igualdade deve balizar a interpretação do STJ quanto à homologação. O divórcio é previsto no ordenamento jurídico nacional, bem como a união estável, e nenhum atenta contra a moral e os bons costumes. Ademais, não deve haver óbice quanto a uma sentença que declare o estado das pessoas como divorciadas, como disciplina a Lei de Introdução ao Código Civil. Quanto às decisões de partilha de bens, não havendo impedimentos formais, o STJ pode homologar a sentença para que ela gere seus efeitos no Brasil.

*

QUARTA FASE

A Quarta Fase constará de provas escritas de Espanhol e de Francês, de caráter exclusivamente classificatório, com o valor de 50 (cinquenta pontos) cada prova.

A prova de Espanhol constará de dez questões relativas a textos em língua espanhola, com o valor de 5 pontos por questão. As respostas às questões deverão conter frases completas em espanhol e observar a extensão exigida no comando de cada questão.

A prova de Francês constará de dez questões relativas a texto em língua francesa, com o valor de 5 pontos por questão. As respostas às questões deverão conter frases completas em francês e observar a extensão exigida no comando de cada questão.

ESPANHOL

A prova de Espanhol constará de leitura e compreensão de textos em língua espanhola, na modalidade culta contemporânea. A avaliação das respostas, que deverão ser em língua espanhola, se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de ideias; d) qualidade da linguagem.

FRANCÊS

A prova de Francês constará de leitura e compreensão de textos em língua francesa, na modalidade culta contemporânea. A avaliação das respostas, que deverão ser em língua francesa, se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de ideias; d) qualidade da linguagem.

*

INSTITUTO RIO BRANCO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Guia de Estudos

2010

APRESENTAÇÃO

O **Guia de Estudos** do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, versão 2010, visa a orientar e auxiliar o candidato que pretende ingressar na carreira diplomática.

Constam deste **Guia**:

- Portaria nº 683, de 27 de outubro de 2009 do Ministro de Estado das Relações Exteriores;

- Edital de 6 de novembro de 2009, do Diretor-Geral do Instituto Rio Branco;

- Portaria nº 336, de 30 de maio de 2003, do Ministro de Estado das Relações Exteriores;

- Orientação para estudo, contendo programas das disciplinas, bibliografia para as provas e exemplos de respostas que mereceram aprovação no concurso anterior, mantidos os textos originais dos candidatos, com eventuais incorreções e/ou deficiências.

Brasília, em novembro de 2009.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 683, DE 27 DE OUTUBRO DE 2009

O MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 1º e 5º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria de 20 de novembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 25 de novembro de 1998, e alterado pela Portaria nº 11, de 17 de abril de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2001, resolve:

Art. 1º. Ficam estabelecidas as normas que se seguem para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2010.

Art. 2º. O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2010 constará, na Primeira Fase, de prova objetiva, de caráter eliminatório, constituída de questões de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público.

Art. 3º. A Segunda Fase constará de prova discursiva eliminatória e classificatória de Português.

Parágrafo único. Será estabelecida nota mínima para a prova de Português.

Art. 4º. A Terceira Fase constará de provas discursivas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público.

Parágrafo 1º. As seis provas da Terceira Fase terão peso equivalente.

Parágrafo 2º. Será estabelecida nota mínima para o conjunto das provas da Terceira Fase.

Art. 5º. A Quarta Fase constará de provas escritas de Espanhol e de Francês, de caráter exclusivamente classificatório.

Parágrafo único. Para efeitos de classificação, cada uma das provas da Quarta Fase terá peso equivalente a metade do peso de cada uma das provas da Terceira Fase.

Art. 6º. Serão oferecidas, no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2010, 108 (cento e oito) vagas para a classe inicial da Carreira de Diplomata.

Art. 7º. O Diretor-Geral do Instituto Rio Branco fará publicar o Edital do Concurso.

CELSO AMORIM

EDITAL DE 6 DE NOVEMBRO DE 2009
CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO RIO BRANCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público que estarão abertas, de 9 de novembro a 13 de dezembro de 2009, asinscrições para o Concurso Público de Admissão à Carreira de Diplomata, nos termos dos artigos 35 e36 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

O Concurso obedecerá às seguintes normas:

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1 O Concurso será realizado pelo Instituto Rio Branco (IRBr), com a colaboração do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE/UnB). O texto deste Edital estará também disponível no endereço eletrônico do CESPE/UnB
http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010, bem como eventuais informações adicionais sobre o Concurso.
1.2 O Concurso terá quatro fases, especificadas a seguir:
a) Primeira Fase: Prova Objetiva, de caráter eliminatório, constituída de questões objetivas de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público;
b) Segunda Fase: prova escrita de Português, de caráter eliminatório e classificatório;
c) Terceira Fase: provas escritas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público;
d) Quarta Fase: provas escritas, de caráter exclusivamente classificatório, de Espanhol e de Francês.
1.3 Cada uma das fases será realizada simultaneamente nas cidades de Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Manaus/AM, Natal/RN, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, São Luís/MA, São Paulo/SP e Vitória/ES.
1.4 VAGAS: 108, sendo 6 vagas reservadas aos candidatos portadores de deficiência.

2 DO CARGO
2.1 A aprovação no Concurso habilitará o candidato: 1º) a ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata (Terceiro Secretário), de acordo com a ordem de classificação obtida; e 2º) a ter matrícula no Curso de Formação do Instituto Rio Branco, regulamentado pela Portaria nº 336 do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 30 de maio de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 12 de junho de 2003.
2.2 REMUNERAÇÃO INICIAL NO BRASIL: R$ 12.413,03 (doze mil quatrocentos e treze reais e três centavos).
2.3 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO: aos servidores da Carreira de Diplomata incumbem atividades de natureza diplomática e consular, em seus aspectos específicos de
representação, negociação, informação e proteção de interesses brasileiros no campo internacional.

3 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO
3.1 Ter sido aprovado no Concurso.
3.2 Ser brasileiro nato, conforme o artigo 12, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.
3.3 Estar no gozo dos direitos políticos.
3.4 Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino.
3.5 Estar em dia com as obrigações eleitorais.
3.6 Apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação. No caso de candidatos cuja graduação tenha sido realizada em instituição estrangeira, caberá exclusivamente ao candidato a responsabilidade de apresentar, até a data da posse, a revalidação do diploma exigida pelo Ministério da Educação, nos termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).
3.7 Haver completado a idade mínima de dezoito anos.
3.8 Apresentar aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, verificada por meio de exames pré-admissionais, nos termos do artigo 14, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
3.9 O atendimento a cada um dos requisitos acima é de responsabilidade exclusiva do candidato.
3.10 Será excluído do Concurso o candidato que não atender a qualquer dos requisitos acima enumerados ou que, quando for o caso, não obtiver a autorização de que trata o subitem 5.4.1.1 deste Edital.

4 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICÊNCIA
4.1 Do total de vagas destinadas ao cargo, 5% serão providas na forma do artigo 37, VIII, da Constituição Federal, do artigo 5.°, § 2.°, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.
4.1.1 O candidato que se declarar portador de deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.
4.2 Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá:
a) no ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência e estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e de que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação no estágio probatório; e
b) encaminhar cópia simples do CPF e laudo médico original ou cópia autenticada em cartório, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência, na forma do subitem 4.2.1.
4.2.1 O candidato portador de deficiência deverá entregar, até o dia 22 de dezembro de 2009, das 8 horas às 19 horas (exceto sábado, domingo e feriado), pessoalmente ou por terceiro, o laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF a que se refere a alínea "b" do subitem 4.2, na Central de Atendimento do CESPE/UnB, Universidade de Brasília (UnB) – Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB – Asa Norte, Brasília/DF.
4.2.1.1 O candidato poderá, ainda, encaminhar o laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF, via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, postado impreterivelmente até o dia 22 de dezembro de 2009, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB – Concurso IRBr Diplomata 2010 (laudo médico), Caixa Postal 4488, CEP 70904-970, Brasília/DF.

4.2.2 O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e da cópia simples do CPF, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O CESPE/UnB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada dessa documentação a seu destino.
4.3 O candidato portador de deficiência poderá requerer, na forma do subitem 5.4.9 deste Edital, atendimento especial, no ato da inscrição, para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas, conforme previsto no artigo 40, parágrafos 1º e 2º, do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações.
4.4 O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF terão validade somente para este Concurso Público e não serão devolvidos, assim como não serão
fornecidas cópias dessa documentação.
4.4.1 A relação dos candidatos que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de portadores de deficiência será divulgada na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010, na ocasião da divulgação do Edital de locais e horário de realização da Prova Objetiva.
4.4.1.1 O candidato disporá de um dia a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar as razões do indeferimento, pessoalmente ou por meio de fax, e-mail ou via SEDEX, citados no subitem 14.5.1 deste Edital. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.
4.5 A inobservância do disposto no subitem 4.2 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tal condição e o não atendimento às condições especiais requeridas.
4.6 Os candidatos que, no ato da inscrição, declararem-se portadores de deficiência, se aprovados e classificados no Concurso, terão seus nomes publicados em lista à parte e figurarão também na lista de classificação geral.
4.7 Os candidatos que se declararem portadores de deficiência, se não eliminados no concurso, serão convocados para se submeter à perícia médica promovida pela Junta Médica designada pelo Diretor-Geral do Instituto Rio Branco, que verificará sobre a sua qualificação como deficiente ou não, bem como, no estágio probatório, sobre a incompatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada, nos termos do artigo 43 do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações.
4.8 Os candidatos deverão comparecer à perícia médica, munidos de documento de identidade e de laudo médico original ou cópia autenticada em cartório que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), conforme especificado no Decreto nº 3.298/99 e suas alterações, bem como à provável causa da deficiência, conforme modelo constante do endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010.
4.8.1 Perderão o direito às vagas reservadas os candidatos que, por ocasião da perícia médica de que trata o subitem 4.7, não apresentarem laudo médico original ou cópia autenticada em cartório ou que apresentarem laudo que não tenha sido emitido nos últimos doze meses.
4.8.2 O laudo médico original ou cópia autenticada em cartório será retido pelo Instituto Rio Branco por ocasião da realização da perícia médica.
4.8.3 Os candidatos convocados para a perícia médica deverão comparecer com uma hora de antecedência do horário marcado para o seu início, conforme edital de convocação.
4.9 A não observância do disposto no subitem 4.8, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento à perícia acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

4.10 O candidato que, tendo-se declarado portador de deficiência, for reprovado na perícia médica por não ter sido considerado deficiente, caso seja aprovado no Concurso, figurará na lista de
classificação geral.
4.11 O candidato portador de deficiência reprovado na perícia médica no decorrer do estágio probatório em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será exonerado.
4.12 As vagas definidas no subitem 4.1 que não forem providas por falta de candidatos portadores de deficiência aprovados serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

5 DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO
5.1 As inscrições poderão ser efetuadas somente via Internet, conforme procedimentos especificados a seguir.
5.1.1 TAXA DE INSCRIÇÃO: R$ 120,00.
5.1.2 Será admitida a inscrição exclusivamente via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010, solicitada no período entre 10 horas do dia 9 de novembro de 2009 e 23 horas e 59 minutos do dia 13 de dezembro de 2009, horário oficial de Brasília/DF.
5.1.3 O CESPE/UnB não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de
comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
5.2 O candidato poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU Cobrança).
5.2.1 A GRU Cobrança estará disponível no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010 e deverá ser impressa para o pagamento da taxa de inscrição imediatamente após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição online.
5.2.1.1 O candidato poderá reimprimir a GRU Cobrança pela página de acompanhamento do concurso.
5.2.2 A GRU Cobrança pode ser paga em qualquer banco, bem como nas lotéricas e Correios, obedecendo aos critérios estabelecidos nesses correspondentes bancários.
5.2.3 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia 22 de dezembro de 2009.
5.2.4 As inscrições somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.
5.2.5 O comprovante de inscrição do candidato estará disponível no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010, após o acatamento da inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.
5.2.6 Informações complementares acerca da inscrição estarão disponíveis no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010.
5.3 Para os candidatos que não dispuserem de acesso à Internet, o CESPE/UnB disponibilizará locais com acesso à Internet, localizados nos endereços listados a seguir, no período entre 10 horas do dia 9 de novembro de 2009 e 23 horas e 59 minutos do dia 13 de dezembro de 2009 (horário oficial de Brasília/DF), observados os horários de funcionamento de cada estabelecimento.

Cidade/UF	Local
Belém/PA	Microlins Centro Somensi – Travessa São Pedro, nº 406 – Batista

Cidade/UF	**Local**
	Campos
Belém/PA	Microlins Serzedelo Correa – Avenida Serzedelo Correa, nº 160 – Batista Campos
Belém/PA	Microlins José Malcher – Avenida Governador José Malcher, nº 1.274 – Nazaré
Belém/PA	Microlins Umarizal – Avenida Alcindo Cacela, nº 829 – Umarizal
Belo Horizonte/MG	Microlins Barro Preto – Avenida Augusto de Lima, nº 1.912 – Barro Preto
Brasília/DF	Universidade de Brasília (UnB) – *Campus* Universitário Darcy Ribeiro – ICC Ala Norte, Asa Norte
Campo Grande/MS	CYBER 7 – Rua 7 de setembro, nº 758 - Centro
Cuiabá/MT	Microlins Centro – Avenida Gétulio Vargas, nº 1.055 – Centro
Curitiba/PR	Microlins Portão – Avenida Presidente Kennedy, nº 4.070 – Água Verde
Florianópolis/SC	Microlins – Rua Álvaro de Carvalho, nº 120 – Centro
Fortaleza/CE	Microlins Centro – Rua Floriano Peixoto, nº 1.040 – Centro
Goiânia/GO	Microlins Centro I – Rua 85, nº 160 – Setor Sul
Goiânia/GO	Microlins Centro II – Rua 6, nº 356 – Centro
Manaus/AM	Microlins Centro – Avenida Leopoldo Peres, nº 685 – Educandos
Natal/RN	Microlins Lagoa Nova – Avenida Prudente de Morais, nº 3.446 – Lagoa Nova
Porto Alegre/RS	Microlins – Rua Doutor Flores, nº 385 – Centro
Recife/PE	ITECI – Rua Real da Terra, nº 637 – Madalena
Rio de Janeiro/RJ	Microlins Tijuca – Rua Santo Afonso, nº 36, Loja B – Tijuca
Rio de Janeiro/RJ	Microlins Freguesia – Estrada dos Três Rios, nº 74 – Sobreloja – Jacarepaguá
Salvador/BA	Microlins Pólvora – Avenida Joana Angelica, nº 150 – Campo da Pólvora
São Luís/MA	Microlins Centro – Rua Oswaldo Cruz, nº 1238 – Centro
São Paulo/SP	Acessa São Paulo Metrô São Bento – Boulevard Metrô São Bento, Loja 12 – Centro
São Paulo/SP	Acessa São Paulo Metrô Sé – Praça da Sé, s/nº – Centro – Saída Anita Garibaldi
São Paulo/SP	Acessa São Paulo Poupatempo Sé – Praça do Carmo, s/nº – Centro
São Paulo/SP	Acessa São Paulo Poupatempo Sé II – Secretaria da Fazenda – Av. Rangel Pestana, nº 300, 1 – andar – Centro
São Paulo/SP	Acessa São Paulo SEADE – Av. Casper Líbero, nº 478 Térreo – Luz
São Paulo/SP	Acessa São Paulo SEADS – Rua Bela Cintra, nº 1.032 – Cerqueira César
Vitória/ES	Microlins Centro – Avenida Jerônimo Monteiro, nº 776 – Centro

5.4 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

5.4.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que

preenche todos os requisitos exigidos. No momento da inscrição, o candidato deverá optar pela cidade de provas. Uma vez efetivada a inscrição não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.
5.4.1.1 O candidato que tiver cônjuge de nacionalidade estrangeira será inscrito condicionalmente no Concurso e sua eventual aprovação só será válida se obtiver a autorização do Ministro de Estado das Relações Exteriores ou do Presidente da República, conforme o caso, a que se referem,
respectivamente, o artigo 33, § 3º, e o artigo 34, § 3º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Esta exigência aplica-se também ao candidato casado com estrangeira, cuja separação judicial ainda não tenha transitado em julgado.
5.4.2 É vedada a inscrição condicional (salvo o disposto no subitem 5.4.1.1), a extemporânea, a via postal, a via fax ou a via correio eletrônico.
5.4.3 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros ou para outros concursos.
5.4.4 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.
5.4.5 As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o CESPE/UnB e o IRBr do direito de excluir do Concurso Público aquele que não
preenchê-la de forma completa e correta.
5.4.6 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.
5.4.7 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os candidatos amparados pelo Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 3 de outubro de 2008.
5.4.7.1 Estará isento do pagamento da taxa de inscrição o candidato que:
a) estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto n.o 6.135, de 26 de junho de 2007; e
b) for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 2007.
5.4.7.2 A isenção deverá ser solicitada mediante requerimento do candidato, disponível por meio do aplicativo para a solicitação de inscrição, no período de 9 de novembro a 13 de dezembro de 2009, no endereço eletrônico www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010, contendo:
a) indicação do Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo CadÚnico; e
b) declaração de que atende à condição estabelecida na letra “b” do subitem 5.4.7.1.
5.4.7.2.1 Os candidatos que não dispuserem de acesso à Internet poderão utilizar-se dos locais constantes do subitem 5.3 deste Edital para efetuar a solicitação de inscrição com isenção de taxa.
5.4.7.3 O CESPE/UnB consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.
5.4.7.4 As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo responder este, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que
acarretará sua eliminação do concurso, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10
do Decreto n.o 83.936, de 6 de setembro de 1979.
5.4.7.5 Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:

a) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
b) fraudar e/ou falsificar documentação;
c) não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos no subitem 5.4.7.2 deste edital.
5.4.7.6 Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição via postal, via fax ou
via correio eletrônico.
5.4.7.7 Cada pedido de isenção será analisado e julgado pelo órgão gestor do CadÚnico.
5.4.7.8 A relação dos pedidos de isenção deferidos será divulgada até o dia 16 de dezembro de 2009, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010.
5.4.7.9 O candidato disporá de um dia a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar o indeferimento, no endereço eletrônico
http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.
5.4.7.9 Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos deverão, para efetivar a sua inscrição no concurso, acessar o endereço eletrônico
http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010 e imprimir a GRU Cobrança, por meio da página de acompanhamento, para pagamento até o dia 22 de dezembro de 2009, conforme procedimentos descritos neste edital.
5.4.7.10 O interessado que não tiver seu pedido de isenção deferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e no prazo estabelecido no subitem anterior estará automaticamente excluído do concurso público.
5.4.8 O comprovante de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização das provas.
5.4.9 O candidato, portador de deficiência ou não, que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá indicar, na solicitação de inscrição, os recursos especiais necessários e, ainda, enviar, até o dia 22 de dezembro de 2009, impreterivelmente, via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB – Concurso IRBr Diplomata 2010 (laudo médico), Caixa Postal 4488, CEP 70904-970, Brasília/DF, cópia simples do CPF e laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) que justifique o atendimento especial solicitado. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior e nos que forem de interesse da Administração Pública. A solicitação de condições especiais será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.
5.4.9.1 O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF referidos no subitem 5.4.9 poderão, ainda, ser entregues, até o dia 22 de dezembro de 2009, das 8 horas às 19 horas (exceto sábado, domingo e feriado), pessoalmente ou por terceiro, na Central de Atendimento do CESPE/UnB, na Universidade de Brasília (UnB) – Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB – Asa Norte, Brasília/DF.
5.4.9.2 O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada) e da cópia simples do CPF, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O CESPE/UnB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada dessa documentação a seu destino.
5.4.9.3 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial para tal fim, deverá encaminhar, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB, cópia autenticada em cartório da certidão de nascimento da criança, até o dia 22 de dezembro de 2009, e levar um acompanhante, que ficará em sala reservada e será o responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.
5.4.9.3.1 O CESPE/UnB não disponibilizará acompanhante para guarda de criança.

5.4.9.4 A cópia simples do CPF e o laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) valerão somente para este Concurso, não serão devolvidos e não serão fornecidas cópias dessa documentação.
5.4.9.5 A relação dos candidatos que tiveram o seu atendimento especial deferido será divulgada no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010, na ocasião da divulgação do Edital de locais e horário de realização da Prova Objetiva.
5.4.9.5.1 O candidato disporá de um dia a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar as razões do indeferimento pessoalmente ou por meio de fax, e-mail ou via SEDEX, citados no subitem 14.5.1 deste Edital.
5.4.10 O candidato deverá declarar, na solicitação de inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da posse.

6 DA PRIMEIRA FASE: PROVA OBJETIVA
6.1 A Prova Objetiva, de caráter eliminatório, abrangerá as seguintes disciplinas: Português, História do Brasil, História Mundial, Geografia, Política Internacional, Inglês, Noções de Economia e Noções de Direito e Direito Internacional Público.
6.2 Data e horário: a Prova Objetiva será aplicada na data provável de 24 de janeiro de 2010, em duas etapas: a primeira às 8 horas e 30 minutos (horário oficial de Brasília/DF), com duração de 3 horas e trinta minutos; e a segunda às 15 horas (horário oficial de Brasília/DF), também com duração de 3 horas e trinta minutos.
6.2.1 Na data provável de 14 de janeiro de 2010, os locais de realização da Prova Objetiva serão publicados no Diário Oficial da União, e divulgados na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.
6.2.2 O CESPE/UnB poderá enviar, como complemento às informações citadas no subitem anterior, comunicação pessoal dirigida ao candidato, por e-mail ou pelos Correios, sendo de sua exclusiva responsabilidade a manutenção/atualização de seu correio eletrônico e a informação de seu
endereço completo e correto na solicitação de inscrição, o que não o desobriga do dever de observar o Edital a ser publicado, consoante o que dispõe o subitem 6.2.1 deste Edital.
6.3 Características: a Prova Objetiva será constituída de 80 questões objetivas.
6.3.1 As questões serão do tipo múltipla escolha e do tipo CERTO ou ERRADO.
6.3.2 Cada questão do tipo múltipla escolha terá cinco opções (A, B, C, D e E) e uma única resposta correta, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada questão deste tipo, cinco campos de marcação correspondentes às cinco opções: A, B, C, D e E, devendo o candidato preencher apenas aquele correspondente à resposta julgada correta, de acordo com o comando.
6.3.2.1 Para obter pontuação em cada questão de múltipla escolha, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos cinco campos da folha de respostas correspondentes às opções da questão.
6.3.3 Cada questão do tipo CERTO ou ERRADO será constituída de quatro itens. O julgamento de cada item será CERTO ou ERRADO, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada item, dois campos de marcação: o campo designado com o código C, que deve ser
preenchido pelo candidato caso julgue o item CERTO, e o campo designado com o código E, que deve ser preenchido pelo candidato caso julgue o item ERRADO.

6.3.3.1 Para obter pontuação em cada item de cada questão do tipo CERTO ou ERRADO, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos dois campos da folha de respostas correspondentes a esse item.
6.3.4 O candidato deverá transcrever as respostas das questões da Prova Objetiva para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento será de inteira responsabilidade do candidato, que deve proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro de preenchimento do candidato.
6.3.5 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este Edital e/ou com as instruções contidas na folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não preenchido integralmente.
6.3.6 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de ter a correção de sua prova prejudicada pela impossibilidade de realização da leitura óptica.
6.3.7 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento de identidade.
6.3.8 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por agente do CESPE/UnB devidamente treinado.
6.3.9 O CESPE/UnB divulgará a imagem da folha de respostas dos candidatos que realizaram a Prova Objetiva, exceto dos candidatos eliminados na forma do subitem 14.16.1, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010, após a data de divulgação do resultado final da Prova Objetiva. A referida imagem ficará disponível até quinze dias corridos da data de publicação do resultado final do Concurso Público.
6.3.9.1 Após o prazo determinado no subitem anterior, não serão aceitos pedidos de disponibilização da imagem da folha de respostas.

7 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA OBJETIVA
7.1 A folha de respostas será corrigida por meio de processamento eletrônico.
7.2 A nota em cada questão do tipo múltipla escolha, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 1,00 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,20 ponto negativo (menos vinte centésimos), caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00 (zero), caso não haja marcação ou caso haja mais de uma marcação.
7.3 A nota em cada item de cada questão do tipo CERTO ou ERRADO, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 0,25 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,25 ponto negativo (menos vinte e cinco centésimos), caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00 (zero), caso não haja marcação ou caso haja marcação dupla.
7.4 Para cada candidato, o cálculo da nota no conjunto das questões da Prova Objetiva será igual à soma algébrica das notas obtidas em todas as questões e os itens que o compõem.
7.5 Será eliminado do Concurso o candidato que obtiver nota inferior a 40% da pontuação máxima possível no conjunto das questões.
7.5.1 Os candidatos eliminados na forma do subitem 7.5 deste Edital não terão classificação alguma
no Concurso.

7.5.2 Os candidatos não eliminados na forma do subitem 7.5 serão ordenados de acordo com os
valores decrescentes das notas obtidas no conjunto das questões.
7.6 Para os candidatos não eliminados segundo o subitem 7.5.2 será calculada a nota final na Prova Objetiva (NFP0) como sendo igual à soma das notas obtidas no conjunto das questões.
7.7 Os candidatos serão ordenados de acordo com a soma das notas obtidas no conjunto das questões e os classificados até a 300.ª posição (20.ª posição para os portadores de deficiência), respeitados os empates na última colocação, serão considerados aprovados na Primeira Fase.
7.7.1 Os candidatos que não estiverem classificados até a 300.ª posição serão eliminados e não terão classificação alguma no Concurso.
7.8 Os candidatos aprovados na Primeira Fase serão convocados para a prova da Segunda Fase, em Edital a ser publicado no Diário Oficial da União, na data provável de 16 de fevereiro de 2010, do qual constarão igualmente os locais de realização da prova.
7.9 Todos os cálculos citados neste Edital serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se para cima, se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a cinco.

8 DOS RECURSOS REFERENTES À PROVA OBJETIVA
8.1 Os gabaritos oficiais preliminares das questões da Prova Objetiva serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010, até as 18 horas da data provável de 26 de janeiro de 2010.
8.2 O candidato que desejar interpor recurso contra os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas disporá de dois dias úteis, a contar do dia subsequente ao da divulgação desses gabaritos, no horário das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF), ininterruptamente, conforme datas determinadas nesses gabaritos.
8.3 Para recorrer contra os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas, o candidato deverá utilizar os modelos de formulários disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso (http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010), e seguir as instruções ali contidas.
8.4 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo na elaboração de seu recurso. Serão preliminarmente indeferidos recursos extemporâneos, inconsistentes e/ou fora de qualquer uma das especificações estabelecidas neste Edital.
8.5 O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que o identifique, sob pena de ser preliminarmente indeferido.
8.6 Se do exame de recursos resultar anulação de questão ou de item de questão integrante da prova, a pontuação correspondente a essa questão ou ao item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de questão ou de item de questão integrante da prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
8.7 Todos os recursos serão analisados e as justificativas das alterações de gabarito serão divulgadas no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010 no momento da
divulgação do gabarito definitivo. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.
8.8 Não será aceito recurso via postal, via fax e/ou via correio eletrônico ou entregue fora do prazo.
8.9 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recurso ou de recurso de gabarito oficial definitivo, bem como recurso contra o resultado final nas demais fases.
8.10 Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.

9 DA SEGUNDA FASE: PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS

9.1 Data e horário: a prova escrita de Português será aplicada na data provável de 21 de fevereiro de 2010, às 14 horas (horário oficial de Brasília/DF), nos locais determinados pelo Edital de convocação a que se refere o item 7.8. Esta prova terá a duração de 5 horas.

9.2 Características: a prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 600 a 650 palavras (valor: 60 pontos), e de dois exercícios de interpretação, de análise ou de comentário de textos, com a extensão de 100 a 150 palavras cada um (valor de cada exercício: 20 pontos). Os exercícios de interpretação, de análise ou de comentário de textos terão por base extratos dos livros indicados na bibliografia obrigatória constante do programa da prova de Português, que integra o Anexo deste Edital.

9.3 Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido de 600 palavras. Será atribuída nota 0 (zero) à redação caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem.

9.4 O candidato que entregar a redação ou algum dos exercícios em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida estará eliminado e não terá sua prova corrigida.

9.5 Aprovação: serão considerados aprovados na Segunda Fase do Concurso os candidatos que obtiverem, em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem), a nota mínima de 60 (sessenta) pontos na prova de Português.

9.6 Resultado: o resultado provisório da Segunda Fase será anunciado na sede do IRBr, em Brasília, às 16 horas (horário oficial de Brasília/DF), na data provável de 30 de março de 2010, e divulgado via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010, até as 20 horas desse mesmo dia.

9.7 Recursos: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório na Segunda Fase serão divulgados quando da publicação deste resultado.

9.7.1 O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Segunda Fase, será anunciado até as 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de 20 de abril de 2010, na sede do IRBr, em Brasília, e enviado para publicação no Diário Oficial da União, em Edital que convocará os candidatos aprovados para as provas da Terceira Fase do Concurso.

10 DA TERCEIRA FASE: PROVAS ESCRITAS DE HISTÓRIA DO BRASIL, DE GEOGRAFIA, DE POLÍTICA INTERNACIONAL, DE INGLÊS, DE NOÇÕES DE ECONOMIA E DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO.

10.1 A Terceira Fase constará de seis provas escritas, a serem realizadas de acordo com o seguinte calendário:

- data provável de 24 de abril de 2010: História do Brasil;
- data provável de 25 de abril de 2010: Geografia;
- data provável de 1º de maio de 2010: Inglês;
- data provável de 2 de maio de 2010: Política Internacional;
- data provável de 8 de maio de 2010: Noções de Economia;
- data provável de 9 de maio de 2010: Noções de Direito e Direito Internacional Público.

10.2 As provas da Terceira Fase terão a duração de 4 horas cada uma, com início às 9 horas (horário oficial de Brasília/DF).

10.3 Características referentes às provas da Terceira Fase:

10.3.1 As provas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público consistirão, cada uma, de quatro questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas

com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma, totalizando, assim, 100 (cem) pontos para cada prova.
10.3.1.1 Nas provas de História do Brasil, de Geografia e de Política Internacional, as respostas às duas questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas, e as respostas às duas questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.
10.3.1.2 Nas provas de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público, as respostas às duas questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas, e as respostas às duas questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a
extensão máxima de 40 linhas.
10.3.2 A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de tradução de um texto do inglês para o português (valor 20 pontos); versão de um texto do português para o inglês (valor 15 pontos); resumo de um texto (valor 15 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor 50 pontos).
10.3.2.1 Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido de 350. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.
10.4 O candidato que não comparecer a uma das seis provas, ou entregar uma prova em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida, estará eliminado e não terá qualquer das provas corrigidas.
10.5 Aprovação: serão considerados aprovados na Terceira Fase do Concurso os candidatos que tenham alcançado a nota mínima de 360 (trezentos e sessenta) pontos na soma das pontuações obtidas nas seis provas desta fase.
10.6 Resultado: o resultado provisório das provas da Terceira Fase será anunciado, na sede do IRBr, em Brasília, às 16 horas (horário oficial de Brasília/DF), na data provável de 25 de maio de 2010, e divulgados via Internet até as 20 horas do mesmo dia.
10.7 Recursos: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório na Terceira Fase serão divulgados quando da publicação desse resultado.
10.8 O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Terceira Fase, será anunciado até as 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) da data provável de 8 de junho de 2010, na sede do IRBr, em Brasília/DF, e enviado para publicação no Diário Oficial da União.

11 DA QUARTA FASE: PROVAS ESCRITAS DE ESPANHOL E DE FRANCÊS
11.1 A Quarta Fase constará de provas escritas de Espanhol e de Francês, de caráter exclusivamente classificatório, com o valor de 50 (cinquenta pontos) cada prova.
11.2 A prova de Espanhol será realizada na data provável 1º de maio de 2010, às 16 horas (horário oficial de Brasília/DF), e terá a duração de 2 horas. A prova de Francês será realizada na data provável de 9 de maio de 2010, às 16 horas (horário oficial de Brasília/DF), e terá também a duração de 2 horas.
11.3 Todos os candidatos aprovados na Segunda Fase deverão fazer as provas da Quarta Fase.
11.3.1 Apenas os candidatos aprovados na Terceira Fase terão corrigidas suas provas da Quarta Fase.
11.4 O candidato que não comparecer às provas da Quarta Fase, ou que as entregar em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida, estará eliminado do Concurso.
11.5 A prova de Espanhol constará de dez questões relativas a textos em língua espanhola, com o valor de 5 pontos por questão. As respostas às questões deverão conter frases completas em

espanhol e observar a extensão exigida no comando de cada questão.
11.6 A prova de Francês constará de dez questões relativas a texto em língua francesa, com o valor de 5 pontos por questão. As respostas às questões deverão conter frases completas em francês e observar a extensão exigida no comando de cada questão.
11.7 Resultado: o resultado provisório das provas da Quarta Fase será anunciado, na sede do IRBr, em Brasília, às 16 horas (horário oficial de Brasília/DF), da data provável de 9 de junho de 2010, e divulgados via Internet até as 20 horas do mesmo dia.
11.8 Recursos: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório da Quarta Fase serão divulgados quando da publicação desse resultado.
11.9 O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Quarta Fase, será anunciado até as 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) da data provável de 15 de junho de 2010, na sede do IRBr, em Brasília, e enviado para publicação no Diário Oficial da União.

12 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL NO CONCURSO
12.1 A nota final no Concurso será a igual à soma das notas obtidas nas provas da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases.
12.2 A classificação final no Concurso, que determinará a ordem de ingresso dos aprovados na classe inicial da Carreira de Diplomata, corresponderá à ordem decrescente das respectivas notas finais.
12.3 O resultado final do Concurso será divulgado na Internet e publicado no Diário Oficial da União na data provável de 16 de junho de 2010.

13 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
13.1 Em caso de empate na nota final no Concurso, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:
a) tiver idade superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição nesta seleção, conforme artigo
27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;
b) obtiver a maior nota na prova escrita de Português;
c) obtiver a maior soma de notas nas seis provas da Terceira Fase;
d) obtiver a maior nota na Prova Objetiva.
13.1.1 Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
14.1 Aceitação das normas deste Edital: A inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada a qualquer momento, por decisão do Diretor-Geral do IRBr, publicada no Diário Oficial da União. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.
14.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este concurso público que sejam publicados no Diário Oficial da União e/ou divulgados na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/mec2009.
14.3 O Guia de Estudos para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata 2010 estará disponível até o final do mês de dezembro de 2009, no endereço eletrônico
http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010. Sua leitura é obrigatória e de caráter complementar a este Edital.
14.3.1 Os programas das provas do Concurso estão detalhados no Anexo deste Edital.

14.4 Não serão fornecidas, por telefone, informações a respeito de locais e de horários de aplicação das provas, informações quanto à posição do candidato no Concurso, bem como não será expedido qualquer documento comprobatório de sua classificação, valendo, para esse fim, a publicação da homologação do Concurso.
14.4.1 O candidato deverá observar rigorosamente os comunicados e os editais a serem publicados no Diário Oficial da União e divulgados na Internet, nos endereços eletrônicos http://www.irbr.mre.gov.br e http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010.
14.5 O candidato poderá obter informações referentes à Prova Objetiva junto à Central de Atendimento do CESPE/UnB, localizada na Universidade de Brasília (UnB) – Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB – Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 3448 0100 ou via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010, ressalvado o disposto no subitem 14.4 deste Edital.
14.5.1 O candidato que desejar relatar ao CESPE/UnB fatos ocorridos durante a realização do Concurso deverá fazê-lo à Central de Atendimento do CESPE/UnB, postar correspondência para a Caixa Postal 4488, CEP 70904-970; encaminhar mensagem pelo fax de número (61) 3448 0110; ou enviá-la para o endereço eletrônico sac@cespe.unb.br.
14.6 Não serão identificadas, para efeito de correção, as provas da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases.
14.6.1 As provas da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases serão identificadas em público no momento do anúncio dos resultados.
14.7 Os candidatos terão direito à vista das provas e, se desejarem interpor recurso contra os resultados provisórios da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases, disporão de dois dias úteis, conforme datas determinadas nos editais de divulgação desses resultados, no horário das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF), ininterruptamente.
14.7.1 O candidato deverá utilizar o Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso (http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2010), e seguir as instruções ali contidas.
14.7.2 Não será aceito recurso via postal, via fax ou via correio eletrônico ou entregue fora do prazo.
14.7.3 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo na elaboração de seu recurso; serão preliminarmente indeferidos recursos extemporâneos, inconsistentes e/ou fora de qualquer uma das especificações estabelecidas neste Edital ou em outros editais que vierem a ser publicados no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.
14.7.4 O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que o identifique, sob pena de ser preliminarmente indeferido.
14.7.5 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recurso ou recursos contra o resultado final da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases.
14.7.6 Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.
14.8 A legibilidade é condição indispensável para a correção de todas as provas.
14.9 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de uma hora do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente, de comprovante de inscrição, do comprovante de pagamento da taxa de inscrição e de documento de identidade original.
14.10 Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.
14.11 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício

profissional (Ordens, Conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente modelo com foto).
14.11.1 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidão de nascimento, CPF, título de eleitor, carteira de motorista (modelo sem foto), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.
14.12 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas,
documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, noventa dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.
14.12.1 A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.
14.13 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 14.11 deste Edital, será automaticamente excluído do Concurso.
14.14 Será eliminado do Concurso o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica,
notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira e/ou borracha.
14.14.1 O CESPE/UnB recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos citados no subitem anterior, no dia de realização das provas.
14.14.2 O IRBr e o CESPE/UnB não se responsabilizarão por perda ou extravio de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas.
14.14.3 No dia de realização das provas, o CESPE/UnB poderá submeter os candidatos ao sistema de detecção de metal.
14.15 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, uma hora após o início das provas.
14.15.1 A inobservância do subitem anterior acarretará a não correção das provas e, consequentemente, a eliminação do candidato no Concurso Público.
14.16 O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de provas no decurso dos últimos quinze minutos anteriores ao horário determinado para o término das provas.
14.16.1 Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do Concurso o candidato que, durante a sua realização:
a) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;
b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos ou que se comunicar com outro candidato;
c) for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica,

controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira e/ou borracha;
d) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;
f) não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas e/ou o caderno de respostas das questões discursivas;
i) descumprir as instruções contidas no caderno de provas, na folha de respostas ou no caderno de respostas das questões discursivas;
j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
k) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público;
l) impedir a coleta de sua assinatura;
m) for surpreendido portando caneta fabricada em material não transparente;
n) for surpreendido portando anotações em papéis, que não os permitidos;
o) for surpreendido portando qualquer tipo de arma e/ou se negar a entregar a arma à Coordenação;
p) recusar-se a ser submetido ao detector de metal;
q) for surpreendido por falsa identificação pessoal; e
r) recusar-se a transcrever o texto apresentado durante a aplicação das provas, para posterior exame grafológico.
14.17 Exige-se traje apropriado nos dias de realização das provas.
14.18 Não será admitido o ingresso de candidatos nos locais de realização das provas após o horário fixado para o seu início.
14.19 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, fora da data e do local predeterminados em Edital e/ou em comunicado.
14.20 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento a qualquer das provas implicará a eliminação automática do candidato.
14.21 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento de candidato da sala de provas.
14.22 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e ele será eliminado do Concurso.
14.23 No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da provas e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.
14.24 O prazo de validade do Concurso será de noventa dias, a contar da data de publicação do resultado final, sem possibilidade de prorrogação.
14.25 O candidato deverá manter atualizado seu endereço perante o CESPE/UnB, até data de divulgação dos resultados finais das provas, por meio de requerimento a ser enviado à Central de Atendimento do CESPE/UnB, e, após essa data, perante o IRBr, se aprovado. Serão de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.

14.26 Os candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas oferecidas serão convocados para se submeterem a exame pré-admissional, conforme subitem 3.8.
14.27 Os casos omissos serão resolvidos pelo IRBr, com a colaboração do CESPE/UnB quando necessário.

FERNANDO GUIMARÃES REIS
Diretor-Geral

ANEXO

NOTA: A fim de facilitar a consulta por parte do candidato, os programas mencionados no subitem 14.3 do Edital constam deste Guia de Estudos nas seções de orientação para o estudo referentes a cada disciplina, razão pela qual não se reproduz neste ponto o ANEXO do Edital.

PORTARIA Nº 336, DE 30 DE MAIO DE 2003

Revoga Portaria de 01 de novembro de 1995, que regulamenta o Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase, PROFA-I, e institui novo regulamento para incorporar modificações decorrentes da implantação do Mestrado em Diplomacia do Instituto Rio Branco no processo de formação dos diplomatas.

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, tendo em vista o disposto nas Leis nº 70501, de 27 de junho de 1986, especialmente em seus artigos 38 e 39, parágrafos únicos, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o Decreto de 14 de setembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1995, resolve revogar Portaria de 01 de novembro de 1995 e estabelecer o seguinte regulamento para o Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase (PROFA-I), doravante denominado Curso de Formação do Instituto Rio Branco:

Regulamento do Curso de Formação do Instituto Rio Branco

Capítulo I
Das finalidades e duração

Art. 1º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco tem por finalidade a avaliação das aptidões e capacidade de funcionário nomeado para o cargo inicial da carreira de diplomata do Serviço Exterior, durante o estágio probatório de que trata o art. 8º da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986.

Art. 2º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco compreende as atividades de formação e desempenho funcional, a serem coordenadas pelo Instituto Rio Branco (IRBr).

Art. 3º Considerando a natureza da carreira diplomática, poderão ser utilizados como instrumentos de formação e aperfeiçoamento trabalhos práticos, exercícios, preleções, exames, debates em seminários, monografias, treinamento, visitas a Estados da Federação e demais atividades que programe o Diretor do IRBr.

Art. 4º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco começará no máximo 30 (trinta) dias após a nomeação dos aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, e terá a duração de quatro períodos consecutivos, assim distribuídos:

a) os dois primeiros períodos, de não mais do que 20 semanas cada um, darão ênfase a atividades indispensáveis à formação e ao aperfeiçoamento do funcionário nomeado, a luz das necessidades da carreira diplomática;

b) os dois últimos períodos compreenderão cursos de aperfeiçoamento e dedicação à pesquisa ou prática diplomática;

c) os estágios regulares no exterior serão realizados somente pelos alunos do Mestrado em Diplomacia, após a apresentação ou a aprovação das dissertações, e terão duração de até seis meses;

d) a distribuição dos estagiários por postos será feita preferencialmente por ordem de classificação nos exames de qualificação no Mestrado;

e) a designação de estágio no exterior em determinada missão ou instituição poderá se condicionada à elaboração de dissertação de Mestrado sobre tema específico.

Art. 5º O funcionário não se poderá recusar a tomar parte ou submeter-se a quaisquer dos instrumentos e atividades de formação e aperfeiçoamento acima mencionados.

Capítulo II
Da avaliação

Art.6º A avaliação das atividades do Curso de Formação do Instituto Rio Branco ficará a cargo do IRBr e das Chefias imediatas.

Art. 7º O funcionário nomeado e dedicado à prática diplomática será avaliado segundo critérios de produtividade, assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa e responsabilidade.

Parágrafo Único – Na aferição desses critérios, serão considerados obrigatoriamente a proficiência nos instrumentos de formação e aperfeiçoamento, bem como o desempenho profissional, a conduta pessoal e a integração com a carreira;

Art. 8º A avaliação semestral, de que trata o art. 10, § 2º, alínea a, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, anexo ao Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, com as alterações aprovadas pelo Decreto de 14 de setembro de 1995, acima citado, e as alterações subsequentes, será graduada por notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), e por conceitos de "satisfatório" ou "insatisfatório";

a) a média das notas do período será considerada suficiente se igualar ou superar 60 (sessenta) em cada atividade considerada obrigatória;

b) os conceitos serão também emitidos ao final de cada período;

c) em caso de insuficiência de notas ou de avaliação de "insatisfatório", o funcionário será notificado formalmente pelo Diretor do IRBr.

d) Só será admitida uma notificação; e

e) Na eventualidade de uma segunda notificação, que poderá comprometer a confirmação no Serviço Exterior do funcionário nomeado, o Secretário Geral das Relações Exteriores designará Comissão de três diplomatas – composta pelo Diretor do IRBr e de dois outros dentre os Ministros de Segunda Classe e Conselheiros da carreira de diplomata – para examiná-la.

Art. 9º Os relatórios relativos aos períodos de avaliação, a serem submetidos pelo Diretor do Instituto Rio Branco ao Secretário Geral das Relações Exteriores, nos termos do Decreto de 14 de setembro de 1995, § 2, alínea b, acima citado, e as alterações subseqüentes, incluirão as notas e os conceitos conferidos e, se for o caso, as notificações.

CELSO AMORIM

Orientação para estudo

(Inclui: programas e bibliografias para as provas do Concurso,
além de exemplos de provas do Concurso anterior)

PROVA OBJETIVA

A prova objetiva, de caráter eliminatório, visa a testar, de modo amplo, a capacidade de compreensão e a cultura dos candidatos, com base nos programas das provas discursivas que constituem a segunda e a terceira fases do Concurso e no programa de História Mundial estabelecido pelo edital reproduzido neste Guia de Estudos.

No Concurso de 2010, assim como no exame do ano anterior, a prova objetiva será constituída de 80 questões objetivas de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público. Em virtude do caráter interdisciplinar da prova, uma questão poderá contemplar conhecimentos relativos a mais de uma disciplina.

*

PORTUGUÊS

A prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 600 a 650 palavras (valor: 60 pontos), e de dois exercícios de interpretação, de análise ou de comentário de textos, com a extensão de 100 a 150 palavras cada um (valor de cada exercício: 20 pontos). A redação e os exercícios de interpretação textual terão por base textos extraídos da bibliografia obrigatória constante do programa abaixo.

Programa (Primeira e Segunda Fases):

1. Língua Portuguesa: modalidade culta usada contemporaneamente no Brasil.
   - 1.1 Sistema gráfico: ortografia, acentuação e pontuação; legibilidade.
   - 1.2 Morfossintaxe.
   - 1.3 Semântica.
   - 1.4 Vocabulário.
2. Leitura e produção de textos.
   - 2.1 Compreensão, interpretação e análise crítica de textos em língua portuguesa.
   - 2.2 Conhecimentos de Linguística, Literatura e Estilística: funções da linguagem; níveis de linguagem; variação linguística; gêneros e estilos textuais; textos literários e não literários; denotação e conotação; figuras de linguagem; estrutura textual.
   - 2.3 Redação de textos dissertativos dotados de fundamentação conceitual e factual, consistência argumentativa, progressão temática e referencial, coerência, objetividade, precisão, clareza, concisão, coesão textual e correção gramatical.
   - 2.3.1 Defeitos de conteúdo: descontextualização, generalização, simplismo, obviedade, paráfrase, cópia, tautologia, contradição.
   - 2.3.2 Vícios de linguagem e estilo: ruptura de registro linguístico, coloquialismo, barbarismo, anacronismo, rebuscamento, redundância e linguagem estereotipada.

Bibliografia obrigatória: ASSIS, Machado de. **Esaú e Jacó**. FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. ---.**Visão do Paraíso**. NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**.

Bibliografia sugerida:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1999.

Atualizado em http://www.academia.org.br/vocabulario

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2004. (versão impressa e eletrônica).

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. **Manual de expressão oral e escrita**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CUNHA, Celso e CINTRA, L. F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário de regimes de substantivos e adjetivos**. 25. ed. São Paulo: Globo, 2000.

______. **Dicionário de verbos e regimes**. 44. ed. São Paulo: Globo, 2001.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 21. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.

______. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0. Dez – 2001.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Introdução à lingüística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KURY, Adriano da Gama. **Ortografia, pontuação e crase**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SAVIOLI, Francisco e FIORIN, José Luiz. **Manual do Candidato – Português**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.

VANOYE, Francis. **Usos da Linguagem**. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WILSON, John. **Pensar com conceitos**. Trad. Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Orientação para a prova de Português

A prova de Português afere o domínio, por parte do candidato, da norma culta na modalidade escrita da língua portuguesa, sua competência de leitura e análise críticas, bem como a capacidade de síntese e de organização de idéias.

A prova apresenta textos curtos – extraídos da bibliografia obrigatória acima reproduzida – , que servem de base para uma redação (com o valor de 60 pontos) sobre tema suscitado pelos textos e para dois exercícios de interpretação (com o valor de 20 pontos cada um). O apoio em textos propicia subsídios ao candidato, visando evitar que deixe de escrever por falta de motivação ou informação acerca do objeto temático.

Produto do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo concurso, a **redação** deve revelar a maturidade intelectual do candidato. Este deverá demonstrar pensamento crítico, proveniente da capacidade de incorporar e inter-relacionar leituras prévias, sem afastar-se do tema proposto. Será avaliada a habilidade do candidato de redigir dissertação coerente e coesa, que exponha – com fluência e adequação – informações e argumentos fundamentados e logicamente encadeados. A aplicação de fórmulas prontas, fruto de adestramento precário e simplista, é enfaticamente desaconselhada.

As **questões de interpretação** devem ser respondidas de forma direta e objetiva, o que não desobriga o candidato de estruturar sua resposta, elaborando texto coerente, apoiado em raciocínio sólido. São critérios de avaliação nessas questões a objetividade, a precisão, a clareza e a concisão, além naturalmente do adequado uso da língua portuguesa.

O candidato deverá obedecer aos limites de extensão definidos nos comandos das questões. Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,2 pontos para cada palavra que faltar para atingir o total exigido de 600. Será atribuída nota zero à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação zero na avaliação da correção gramatical.

A legibilidade é condição indispensável para a correção da prova escrita de Português.

Prova de 2009

PARTE I – REDAÇÃO

[Natividade] Não atinou... Nem sempre as mães atinam. Não atinou que a frase do discurso não era propriamente do filho; não era de ninguém. Alguém a proferiu um dia, em discurso ou conversa, em gazeta ou em viagem de terra ou de mar. Outrem a repetiu, até que muita gente a fez sua. Era nova, era enérgica, era expressiva, ficou sendo patrimônio comum.
Há frases assim felizes. Nascem modestamente, como a gente pobre; quando menos pensam, estão governando o mundo, à semelhança das idéias. As próprias idéias nem sempre conservam o nome do pai; muitas aparecem órfãs, nascidas de nada e de ninguém. Cada um pega delas, verte-as como pode, e vai levá-las à feira, onde todos as têm por suas.

Machado de Assis. Esaú e Jacó. In: Obra completa. v. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985, p. 993.

As ideias são "patrimônio comum"? Disserte sobre as implicações políticas desta questão, tendo como ponto de partida a leitura dos dois parágrafos finais do capítulo XXXVII da obra Esaú e Jacó, de Machado de Assis, acima reproduzidos.

Extensão: de 600 a 650 palavras
(valor: 60 pontos)

LOURENÇO FELIPE DREYER (52,75/60)

Como iniciar uma dissertação sobre idéias – isto é, não sobre uma ou outra idéia em particular, mas sobre as idéias em geral? Não vejo outra maneira de fazê-lo senão analisando, em primeiro lugar, o que são as idéias, por meio de um exercício de metalinguagem. Só então será possível chegar ao ponto central da discussão a que esse texto se propõe: até que ponto as idéias são coletivas e comuns, e até que ponto são privativas e individuais.

Nietzsche, em seus escritos, afirma que o que temos de mais íntimo e individual é sempre incomunicável, pois a linguagem – que se origina, justamente, na coletividade – distorce e torna comum tudo aquilo que é individual e único. Essa seria, até certo ponto, uma das próprias funções da linguagem: moldar a subjetividade do indivíduo de acordo com as idéias e visões de mundo do grupo ao qual ele pertence, habilitando-o dessa forma para a vida em sociedade.

Penso que nem mesmo Nietzsche saberia dizer, no entanto, exatamente até que ponto desenvolvemos nossas próprias idéias e até que ponto simplesmente adotamos aquelas que a sociedade nos oferece – pois é certo que, ao mesmo tempo em que a sociedade molda os indivíduos, por meio da ação e do pensamento coletivos, os indivíduos também podem moldar e transformar a sociedade por meio da ação e do pensamento individuais. Existe, portanto, a possibilidade de o indivíduo e a sociedade sofrerem influências mútuas, de forma que nem a subjetividade seja inteiramente determinada pela coletividade, nem a sociedade permaneça presa a um conjunto estático e imutável de idéias. Aliás, é justamente isso – o fato de que podemos individualmente influenciar e transformar a coletividade – o que nos torna responsáveis pelas idéias que proferimos, sejam elas oriundas do nosso próprio pensamento ou do conjunto de idéias coletivas mantido pela sociedade à qual pertencemos.

Não seria perigoso, portanto, pensar que as idéias são uma espécie de patrimônio comum? Se isso fosse mesmo verdade, então qualquer um poderia pegá-las para si, a qualquer momento, usando-as e vestindo-as ao sabor do momento, sem nenhuma responsabilidade por sua autoria nem por seu conteúdo. Infelizmente, é assim que muitos candidatos a cargos políticos agem, em época de eleição: adotam idéias e frases de efeito para criar uma fachada atraente para seus planos e propostas sem conteúdo. É comum que políticos de direita adotem, sem nenhum escrúpulo filosófico, discursos e frases típicos da esquerda – e vice-versa -, o que provoca uma grande indiferenciação entre as propostas dos diversos partidos políticos brasileiros. Parece que já não existem mais ideologias e filosofias específicas de esquerda ou de direita. Existe apenas um conjunto de idéias consagradas como politicamente corretas e utilizadas por todos os políticos, como se fossem um "patrimônio comum". A inteligência do país é que mais sai perdendo, quando as idéias que nele circulam sofrem esse tipo de abuso, sendo proferidas de forma inautêntica por tantas pessoas.

O uso irresponsável das idéias, no entanto, mão é uma exclusividade da época atual. Machado de Assis, no romance Esaú e Jacó, publicado há mais de cem anos, expôs com muita ironia as opções políticas dos gêmeos Pedro e Paulo. O tempo da narração transcorre entre as últimas décadas do Império e os primeiros anos da República. Pedro, com sua personalidade conservadora, define-se como monarquista. Paulo, dono de uma personalidade mais transformadora, adota, por sua vez, uma ideologia republicana – cujas idéias, em certos momentos, chocam sua mãe, Natividade, por irem de encontro ao sistema de governo estabelecido. Machado de Assis, porém, expõe com ironia a preocupação de Natividade com uma idéia subversiva que aparece em certo discurso de seu filho. Paulo, sugere o irônico autor, não havia criado essa idéia: havia apenas repetido um pensamento, ou uma frase, que já se tornara público e comum, e cujo próprio caráter revolucionário se esvaziara ao passar de boca em boca. Não havia, portanto, motivos para acreditar que tal idéia correspondesse às verdadeiras intenções do gêmeo Paulo.

Será correto agir assim? Será que estamos certos, ao adotar e divulgar como nossa qualquer idéia que nos agrade, como se todas as idéias fossem um bem público à nossa disposição? Acredito, pelo contrário, que, em uma sociedade que queira se desenvolver de forma inteligente, um mínimo de responsabilidade e autenticidade no uso das idéias deve ser estimulado e, no que diz respeito à política, exigido pelo povo de todos aqueles que o representam.

PARTE II – EXERCÍCIO I

Comente o primeiro parágrafo do trecho a seguir, da obra Raízes do Brasil, à luz dos conceitos apresentados no parágrafo seguinte, podendo seu comentário ser ilustrado com uma referência histórica.

No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização — que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades — ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos até hoje. Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados em tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público.

Sergio Buarque de Holanda. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 145.

Extensão: de 100 a 150 palavras
(valor: 20 pontos)

VINÍCIUS CHAGAS DIAS COELHO (18,75/20)

Em sua obra Raízes do Brasil, Sérgio Buarque de Holanda analisa o passado brasileiro com o intuito de explicar a sociedade e a política do país. O Brasil foi, durante os primeiros séculos de sua existência, organizado sob um modelo rural de estruturas políticas, sociais e econômicas. A família patriarcal constituiu o cerne da organização sociopolítica brasileira desde o início do período colonial.

Com o advento do processo de urbanização no Brasil, essa estrutura de poder familiar foi desequilibrada. Os indivíduos, acostumados a lidar com assuntos públicos de maneira personalista, têm dificuldades para compreender a separação entre o Estado e a família. O nepotismo e o desvio de dinheiro público são conseqüências desse desequilíbrio entre o passado, rural e patriarcalista, e o presente, urbano e impessoal. A organização política e social do Brasil urbanizado ainda é, portanto, afetada pela permanência de vícios oriundos da história rural do país.

PARTE II – EXERCÍCIO II

No conhecido Sermão da Sexagésima, pronunciado em 1655 na Capela Real, apresenta-nos ele [Padre A. Vieira] um pregador a discorrer sobre a Paixão. Fala este sobre Cristo chegando ao pretório de Pilatos, e como o fizeram rei de zombaria, com uma púrpura aos ombros: ouve-o o auditório muito atento. Diz que teceram uma coroa de espinhos e lhe pregaram na cabeça, e todos continuam a ouvi-lo com a mesma atenção. Narra, um a um, tudo quanto se sabe dos padecimentos do Senhor, e prossegue o mesmo silêncio, a mesma suspensão entre os ouvintes. Nisto corre-se a cortina, aparece a imagem do Ecce Homo, e eis que todos subitamente se prostram, todos entram a bater nos peitos, eis as lágrimas, eis os gritos, eis os alaridos, eis as bofetadas.

Sergio Buarque de Holanda. Visão do Paraíso. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 234.

Nota: A frase latina Ecce Homo — que significa eis o homem — teria sido proferida por Pilatos, ao apresentar Jesus Cristo coroado de espinhos ao povo.

Ao fazer a paráfrase do famoso Sermão da Sexagésima (1665), do Padre Vieira, o autor de Visão do Paraíso destaca a súbita mudança de atitude do público. Interprete e explique tal mudança.

Extensão: de 100 a 150 palavras
(valor: 20 pontos)

DANIELA OLIVEIRA GUERRA (18,50/20)

Em Visão do Paraíso, Sérgio Buarque de Holanda faz a paráfrase do Sermão da Sexagésima, de Padre Vieira. Nessa obra, Padre Vieira relata a história de um pregador que

narra a Paixão a uma platéia atenta, porém silenciosa. Nenhum dos sofrimentos de Cristo comove o auditório. Este reagirá com emoção apenas ao ver uma imagem do Ecce Homo.

A mudança de atitude do público, destacada por Sérgio Buarque de Holanda, mostra a força dos elementos imagéticos como meio de convencimento. A palavra, cuja compreensão é mediada pela capacidade cognitiva do ouvinte, é um apelo à razão. Já a imagem, por poder ser apreendida de forma imediata por qualquer pessoa, constitui um apelo à emoção.

***

HISTÓRIA DO BRASIL

A prova de História do Brasil consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

Programa (Primeira e Terceira Fases):
1. O período colonial. A Configuração Territorial da América Portuguesa. O Tratado de Madri e Alexandre de Gusmão.
2. O processo de independência. Movimentos emancipacionistas. A situação política e econômica européia. O Brasil sede do Estado monárquico português. A influência das idéias liberais e sua recepção no Brasil. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
3. O Primeiro Reinado (1822-1831). A Constituição de 1824. Quadro político interno. Política exterior do Primeiro Reinado.
4. A Regência (1831-1840). Centralização versus Descentralização: reformas institucionais. (o Ato Adicional de 1834) e revoltas provinciais. A Dimensão Externa.
5. O Segundo Reinado (1840-1889). O Estado centralizado; mudanças institucionais; os partidos políticos e o sistema eleitoral; a questão da unidade territorial. Política externa: as relações com a Europa e Estados Unidos; questões com a Inglaterra; a Guerra do Paraguai. A questão da escravidão. Crise do Estado Monárquico. As questões religiosa, militar e abolicionista. Sociedade e Cultura: população, estrutura social, vida acadêmica, científica e literária. Economia: a agroexportação; a expansão econômica e o trabalho assalariado; as políticas econômico-financeiras; a política alfandegária e suas consequências.
6. A Primeira República (1889-1930). A proclamação da República e os governos militares. A Constituição de 1891. O regime oligárquico: a “política dos estados”; coronelismo; sistema eleitoral; sistema partidário; a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais. A economia agro-exportadora. A crise dos anos 1920: tenentismo e revoltas. A Revolução de 1930. A política externa: a obra de Rio Branco; o panamericanismo; a II Conferência de Paz da Haia (1907); o Brasil e a Grande Guerra de 1914; o Brasil na Liga das Nações. Sociedade e cultura: o Modernismo.
7. A Era Vargas (1930-1945). O processo político e o quadro econômico financeiro. A Constituição de 1934. A Constituição de 1937: o Estado Novo. O contexto internacional dos anos 1930 e 1940; o Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Industrialização e legislação trabalhista. Sociedade e cultura.
8. A República Liberal (1945-1964). A nova ordem política: os partidos políticos e eleições; a Constituição de 1946. Industrialização e urbanização. Política externa: relações com os

Estados Unidos; a Guerra Fria; a "Operação Panamericana"; a "política externa independente"; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura.
9. O Regime Militar (1964-1985). A Constituição de 1967 e as modificações de 1969. O processo de transição política. A economia. Política externa: relações com os Estados Unidos; o "pragmatismo responsável"; relações com a América Latina, relações com a África; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura.
10. O processo democrático a partir de 1985. A Constituição de 1988. Partidos políticos e eleições. Transformações econômicas. Impactos da globalização. Mudanças sociais. Manifestações culturais. Evolução da política externa. Mercosul. O Brasil na ONU.

Bibliografia sugerida:

ALMINO, João & CARDIM, Carlos Henrique (Orgs.). **Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil**. Rio de Janeiro: EMC Edições/FUNAG, 2002.

BARBOSA, Carlos Alberto Leite. **Desafio Inacabado: A Política Externa de Jânio Quadros**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2007.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997.

CARONE, Edgar. **A República Velha**. São Paulo: DIFEL.

________. **A Segunda República**. São Paulo: DIFEL.

________. **A República Nova (1930-1937).** São Paulo: DIFEL. 1982.

________. **A Terceira República (1937-1945).** São Paulo: DIFEL. 1982.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem/Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1999.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. São Paulo: Globo/Publifolha, 2001. 2 v.

FAUSTO, Boris**. História Concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002.

FLORES, Moacyr. **Dicionário de História do Brasil.** Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Global, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Nacional, 2003.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil.** Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1995.

IGLESIAS, Francisco. **Trajetória Política do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996.

LINS, Álvaro. **Rio Branco (Barão do Rio Branco): biografia pessoal e história política**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1996.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**: **Da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003).** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

PENNA, Lincoln de Abreu. **República Brasileira.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

________. **A Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

Prova de 2009

Questão 1

A transição do regime militar (1964-1985) para a chamada Nova República foi marcada por iniciativas que visavam à democratização política e eram promovidas por movimentos de oposição e por integrantes do próprio sistema de poder.

A esse respeito, comente:
- o sentido da expressão "abertura lenta, gradual e segura";
- *o peso da eleição de governadores do partido de oposição em 1974; e
  *OBS: o segundo item desta questão foi anulado em razão de erro de revisão.
- a formação de forças sociopolíticas que passaram a demandar o fim do regime militar.

Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

PAULA RASSI BRASIL (28/30)

A transição do regime civil-militar instalado em 1964 para a Nova República, em 1985, apresentou avanços e recuos, sendo marcada por fases de maior abertura e outras de considerável autoritarismo. Ainda que os dez últimos anos do regime tenham sido pontuados por significativos movimentos de oposição, percebe-se que continuavam existindo forças contrárias à volta aos quartéis. A luta pela redemocratização do país - por meio da sociedade civil organizada e de parte dos militares, como o grupo castelista – foi, ao final, suficiente para modificar a estrutura política do Brasil.

Geisel e Golbery cunharam a expressão "abertura lenta, gradual e segura" para denominar a forma de governar o país entre os anos 1974 e 1979. A vitória da candidatura de Geisel representou, por si só, a volta dos castelistas ao poder e o início de significativa distensão na política interna. Em termos de corporação militar, faz-se mister notar que os anos Médici haviam assistido à autonomização do aparelho repressivo do Estado e a conseqüente quebra de hierarquia na execução de tortura. Tal cenário criou desafios para o presidente subsequente, bem como exacerbou a insatisfação popular. Neste mesmo sentido, os choques do petróleo e o fim do milagre econômico tornavam o regime militar mais frágil à críticas, comprometendo a "legitimação pela eficácia", expressão do Ministro Roberto

Campos que serviu como técnica utilizada pelos generais-presidentes para justificar a supressão de liberdades.

Ser lenta, gradual e segura significava que a abertura deveria acomodar os interesses divergentes que existiam na sociedade e no governo, promovendo uma transição sem "acerto de contas". Para tanto, equilíbrio delicado entre, por um lado sinalizações de abertura e, por outro pressões por fechamento (linha-dura) pode ser observado durante todo o período. A demissão do ministro Sílvio Frota, por exemplo, explicita que mortes por tortura, como a do jornalista Vladimir Herzog não mais seriam toleradas. Além disso, estava claro que não se pretendia instalar comissões de verdade para apurar os abusos do regime militar brasileiro – o que impossibilitava o surgimento de uma versão nacional do processo de solução interna construído na Espanha (Pacto de Moncloa). Assim, o gradualismo marcou a transição, ainda que os movimentos sociais cumprissem seu papel de acelerar tal ritmo.

A eleição de 1974 demonstrou a força da insatisfação nacional com os rumos da política. Desde 13 de dezembro de 1968 o país encontrava-se sob o manto do AI-5 e as guerrilhas urbanas e rurais já não existiam. A forma encontrada para exteriorizar opiniões dava-se, por conseguinte, pelos votos na oposição (MDB) e por meio de gestos cotidianos de protesto, como a compra de jornais perseguidos, como o "Pasquim". A vitória do MDB em vários Estados importantes teve impacto no governo que, não pretendendo retirar-se imediatamente da cena política, lançou a Lei Falcão e, posteriormente, o Pacote de Abril. A primeira legislação primava por impedir propaganda falada na televisão, dentre outras restrições, enquanto o Pacote de Abril, de 1977, criava senadores biônicos escolhidos indiretamente. Em conjunto, nota-se que por mais que o slogan oficial fosse em favor da abertura, essa sempre seria, na medida do possível, controlada.

Paralelamente às movimentações políticas propriamente ditas, ocorria a ascensão de forças sociopolíticas com fortes demandas pelo fim do regime. Ao lado de figuras como Golbery do Couto e Silva e de sua tentativa de restabelecer o controle sob o Sistema Nacional de Informações (SNI), havia organizações civis e religiosas lutando pela redemocratização, ainda que muitas vezes na ilegalidade. Percebe-se a crescente atuação da Pastoral da Terra e da Juventude Universitária Católica, assim como da União Nacional dos Estudantes. Com o passar dos anos, o fim do regime torna-se uma aspiração de boa parte da sociedade, visto que a opção pelo uso da força, em 1964, ocorrera para se evitar a "catástrofe comunista" – não constituindo cessão de mandato ad infinitum aos militares. A falta de clareza inicial sobre o tempo que o restabelecimento da ordem levaria conferiu fôlego ao regime, mas não era suficiente para garantir sua manutenção perpétua.

Neste sentido, o movimento da Anistia, de 1979, representou momento de união popular em prol da abertura, a qual foi instrumentalizada, inclusive para preservar os militares em relação às suas atitudes enquanto fora dos quartéis. A Anistia foi concedida a todos, de esquerda e de direita, civis e militares – impedindo soluções mais apuradas em termos de justiça. Neste mesmo ano, o Presidente suspendeu a execução do AI-5, sinalizando que o processo de abertura era sem retorno, apesar das resistências de alguns grupos militares que faziam parte do governo. A Campanha das "Diretas Já", já no ocaso do governo Figueiredo, também contou com ampla participação popular, apesar do malogro parlamentar da Emenda Dante de Oliveira.

Os vinte anos de regime militar não eram inicialmente esperados pela maior parte de seus executores e base de apoio, tendo transcorrido sem um plano acordado e discutido de forma clara e pública. A presença militar na política ocorreu no Brasil em período análogo às experiências no resto da América Latina, Espanha e Portugal. Os motivos para a extensão do regime brasileiro, contudo, são variados, mas pode-se perceber que houve resistência ao

projeto desde seus primeiros momentos – tendo aumentado progressivamente ao longo da segunda metade do regime.

A busca por uma abertura lenta, gradual e segura foi o mecanismo encontrado para uma transição sem revolução, ainda que existissem forças terminantemente contrárias ao prolongamento do regime. O papel da sociedade civil e o esforço de representantes do grupo castelista foram, assim, complementares para a abertura, ainda que em lados opostos do espectro: o primeiro grupo buscando aumentar o ritmo de abertura enquanto o segundo precisava dosar a extensão das mudanças, de modo a manter seu controle e evitar as pressões e retrocessos da linha-dura. Tendo sido a volta aos quartéis decidida, restava gerenciar o seu ritmo e garantir as menores conseqüências para tal atitude.

Questão 2

Os antecedentes da formação do espaço territorial brasileiro encontram-se, em grande parte, no período da colonização portuguesa. Para definir as soberanias territoriais das potências colonizadoras na América do Sul, Portugal assinou, naquele período, tratados diplomáticos com a França e a Espanha.

Nesse contexto, comente:
- a importância dos Tratados de Utrecht;
- o resultado das negociações entre 1750 e 1801; e
- a ação de D. João VI no período em que esteve no Brasil (1808-1821).

Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

RODRIGO DE OLIVEIRA MORAIS (30/30)

Ainda no século XV, na condição de potências marítimas, Portugal e Espanha por duas vezes dividiram o mundo entre si: primeiro pela Bula Inter Coetera, depois pelo Tratado de Tordesilhas. Esse último estabeleceu um meridiano que dividiria o continente sul-americano entre as nações ibéricas: a Leste para Portugal, a Oeste para a Espanha. Ao longo dos séculos posteriores ao tratado e à descoberta, ou "achamento", do Brasil, o meridiano de Tordesilhas seria seguidamente ignorado por ambos os países. Ao mesmo tempo, outras potências, insatisfeitas com aquela divisão, reclamavam sua parte na "herança de Adão". Desse modo, as questões de limites, a conquista e a manutenção das possessões ibéricas na América foram objeto de uma série de acordos.

Os dois tratados de Utrecht (1713 e 1715) tiveram importância para Portugal, no contexto da América do Sul, ao reconhecerem, respectivamente, a legitimidade da posse portuguesa sobre os territórios da margem norte do Amazonas e da Colônia do Santíssimo Sacramento. Conseqüência da conclusão de guerras européias em que Portugal esteve ao lado da Inglaterra e a Espanha aliada à França, ambos beneficiaram a Coroa portuguesa. No norte, a presença francesa datava pelo menos do século XVII, quando da fundação de São Luís, com a instalação da França Equinocial, empresa que desagradava aos ingleses. No Sul, a Colônia de Sacramento foi permanente pomo de discórdia entre portugueses e espanhóis na disputa pelo controle do Prata.

Em 1750 seria concluído entre Portugal e Espanha o Tratado de Madrid, idealizado pelo santista Alexandre de Gusmão. Ao estabelecer um tratado geral de fronteiras, dividindo o continente entre as duas potências, esse acordo fixou aqueles que viriam a ser os limites do Brasil moderno. Nas palavras de Synésio Sampaio Goes Filho, o Tratado de Madrid

concretizou o desenho do território brasileiro de acordo com o mito da Ilha Brasil. Foi, sem dúvida, o mais importante tratado de limites entre Portugal e Espanha, cujo legado permanece, ainda hoje, vivo. Nele foram estabelecidos paradigmas jurídicos que preservariam sua validade em decisões posteriores.

A obra magna de Alexandre de Gusmão foi edificada em contexto de iminente guerra sistêmica entre Inglaterra e França, uma vez mais. Como secretário do rei Dom João V e integrante do Conselho Ultramarino, Alexandre negociou secretamente com a Espanha os limites sul-americanos, tendo como contraparte espanhola Dom José de Carvajal y Lancaster. As negociações começaram em 1746 e foram concluídas de acordo com as diretrizes traçadas pelo santista. Dois aspectos são essenciais para a compreensão do Tratado de Madrid: o conceito de fronteiras naturais e o de uti possidetis. O primeiro visava a dar referências concretas para os limites, usando cursos fluviais e elevações topográficas. Evitar-se-ia, assim, o estabelecimento de fronteiras abstratas, "indemarcáveis", como as de Tordesilhas. O segundo, recuperado por Gusmão do direito privado romano, matéria em que se doutorara, garantiria a posse da terra para aquele que a ocupasse de fato. Em que pese o consentimento espanhol, ambos os critérios revelaram-se favoráveis a Portugal.

Deve-se ressaltar que o Tratado de Madrid representou uma compensação global entre Portugal e Espanha, na qual essa reconheceu como legítimo o avanço português além-Tordesilhas no Norte, no Oeste e no Sul do continente sul-americano. De sua parte, Portugal legitimava o avanço espanhol no Pacífico sobre as Ilhas Filipinas e as Molucas. Ademais, ambas as potências concordavam em não alterar suas fronteiras na América do Sul como resultado de guerras entre países europeus, com o que tentavam afastar ingleses e franceses de suas possessões. No Sul, Alexandre de Gusmão teve a sensibilidade necessária para abrir mão de Sacramento, entendendo que era inviável mantê-la e que a Espanha a valorizava sobremaneira. Em troca, garantiu para Portugal a Bacia Amazônica (ocupada legitimamente durante a União Ibérica), o Mato Grosso (atingido após a descoberta de metais preciosos) e o Rio Grande do Sul (fronteira estratégica no contexto platino).

Grande parte do sucesso português se deve ao conhecimento cartográfico acumulado previamente. Sem o mesmo arsenal, a Espanha não teve como questionar, por exemplo, o Mapa das Cortes. Contava-se, ainda, com a influência de Dona Maria Bárbara e com a percepção espanhola de que o avanço português era irreversível e um tratado evitaria novas perdas.

A morte de Dom João V, porém, resultou na ascensão de forças contrárias ao tratado, também malvisto entre os espanhóis. Sebastião de Carvalho e Melo, particularmente, era contra a cessão de Sacramento por Sete Povos. Em 1761, o Tratado de El Pardo anulou o de Madrid, cujos limites, observe-se, não chegaram a ser demarcados. Em 1777, o Tratado de Santo Ildefonso praticamente restabeleceu Madrid, exceto no Sul, onde havia novas perdas portuguesas. Ildefonso, entretanto, permaneceu preliminar, jamais sendo efetivado. No contexto da Guerra das Laranjas, assinou-se o Tratado de Badajoz, que não validava qualquer acordo anterior.

Transmigrada a Corte Bragantina para o Brasil, Dom João denunciou o Tratado de Badajoz. Deu início, então, a uma política expansionista contra os territórios dos países que haviam forçado a sua saída de Portugal: franceses ao Norte e espanhóis ao Sul. A importância geopolítica dessas regiões consistia no controle da foz do Amazonas e do Prata. Nessa região, tentou anexar a Banda Oriental em 1816, sendo impedido pelos ingleses. Finalmente, em 1821, atingiria seu objetivo, incorporando a Província Cisplatina, que continuaria a ser objeto de disputa no Império, entre brasileiros e argentinos, até 1828, quando se tornou independente, com o apoio de Ponsonby.

De modo geral, é possível afirmar que, apesar das marchas e contramarchas, o Tratado de Madrid foi o grande paradigma para o estabelecimento das fronteiras terrestres brasileiras. O predomínio das fronteiras naturais e o uso do uti possidetis de facto por Duarte da Ponte Ribeiro, contra as pretensões hispano-americanas pelo uti possidetis de jure, demonstram toda a sua força, tendo sido validado por quase todos os vizinhos brasileiros, exceção feita à Colômbia e à Argentina. Aceitaram-no, portanto, Peru (1851), Bolívia (1867), Uruguai (1851), Venezuela (1859) e Paraguai (1872). O território do Acre, outra exceção, foi obtido pelo Tratado de Petrópolis, em 1903. Assim, é válida a afirmação segundo a qual, apesar de sua anulação, o Tratado de Madrid desenhou o corpo da pátria.

Questão 3

Entre 1862 e 1868, o Império do Brasil viu a instalação de seis Gabinetes, formados sucessivamente, em razão de lutas internas.

Discorra a respeito da evolução dessa conjuntura e de sua repercussão sobre a ação externa brasileira, em particular quanto às questões da região platina.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

HUGO DE OLIVEIRA LOPES BARBOSA PEREIRA PINTO (17/20)

Durante os anos de 1862 a 1868, esteve no poder, no Brasil, a chamada "Liga Progressista", considerada liberal. Os muitos gabinetes formados pela Liga refletem os problemas intestinos a ela e sua tentativa de legitimar-se no poder. No período, a política brasileira intervencionista na região do Prata continuou, como ocorria desde 1848, quando o gabinete conservador de então implantou o que Amado Luiz Cervo chama de "grande política americanista", após anos de imobilismo. Como forma de angariar apoio interno, o Império, sob governo do gabinete da Liga, perpetrou a invasão do Uruguai, o rompimento de relações diplomáticas com a Inglaterra e a Guerra do Paraguai.

A Liga Progressista, formada por liberais e conservadores moderados, ascendeu ao gabinete em 1862. Liderada por Zacarias de Góes e Nabuco de Araújo, a Liga era uma tentativa de segregar os liberais e conservadores mais radicais, mantendo uma forma de conciliação. Os problemas enfrentados pela Liga, no entanto, ensejaram inúmeras mudanças de gabinete e certa instabilidade. Como forma de conseguir apoio interno, a Liga valeu-se da política externa intervencionista no Prata, aos moldes da que foi perpetrada durante os anos de gabinete daqueles que Ilmar Mattos chama de "trindade saquarema", os conservadores radicais, entre 1848 e 1852. A tentativa de parecer mais assertivo em suas ações fez, ainda, com que o gabinete rompesse as relações brasileiras com a Inglaterra, com a Questão Christie.

Em 1864, os blancos uruguaios estavam no poder naquele país, antes com Berro e depois com Aguirre. Aliado dos colorados, os oposicionistas de então, o Império ressentia-se do aumento de impostos para o gado gaúcho na região e da renitência dos blancos em estender a vigência dos tratados assinados com o Brasil em 1851, amplamente favoráveis ao Império. Sob pretexto de proteger interesses de brasileiros naquele país, o Império invade o Uruguai, derrubando os blancos. Tentava-se, ademais, com isso, conseguir apoio dos gaúchos ao gabinete de então. Antes, a Questão Christie, ensejada pela prepotência do representante inglês no Rio de Janeiro após o naufrágio de um navio inglês e a prisão de dois

marinheiros daquele país, fez com que o Império expulsasse o representante inglês e rompesse relações com a Inglaterra, em tentativa de parecer mais firme em suas posições.

Com a invasão do Uruguai, o ditador do Paraguai, Solano López, imagina que seu país poderia ser o próximo alvo da política intervencionista nacional. Ao invadir o Mato Grosso e o Rio Grande do Sul, passando, sem permissão, por território argentino, López faz com que Brasil, Argentina e Uruguai formem a Tríplice Aliança em oposição ao Paraguai, como em uma profecia auto-realizável. A Guerra do Paraguai, que se inicia então, pode ser considerada mais um exemplo de intervencionismo imperial, embora a historiografia recente, de Francisco Doratioto a Ricardo Salles, dê relevo ao processo de formação dos Estados nacionais na região, não ao intervencionismo estrito e sem justificativa.

A Guerra do Paraguai é o mote para o fim da Liga Progressista e da volta dos conservadores ao poder, em 1868, terminando o período de sucessão de gabinetes. Economicamente, a guerra devastou as finanças nacionais, retirando parte do poder de ação do gabinete. Militarmente, o país sofria reveses significativos, como a incapacidade de tomar Humaitá, que faziam com que novo comandante para as tropas devesse ser designado, especialmente após o abandono do comando das tropas por Mitre, presidente argentino que, então, se via com problemas internos em seu país. A escolha, para o comando, do Duque de Caxias, conservador, faz com que seja inevitável um gabinete conservador, mesmo porque o gabinete da Liga perdia seu apoio interno. A queda do gabinete de Zacarias de Góes ocorreu, portanto, em 1868, quando Caxias assumiu o comando das tropas da Tríplice Aliança na guerra, vencida, posteriormente, pela própria Aliança.

Enfatiza-se, pois, a importância da política interna para a execução da política externa do país. Entre 1862 e 1868, o fator interno foi determinante, em especial para a política imperial na região do Prata. Não se separa, de maneira estrita, a conjuntura interna do país de sua atuação internacional, ambas inter-relacionando-se. O exemplo do período 1862-1868 é marcante dessa característica. Após 1868, já sob gabinete conservador, o Império continuaria a guerra e a ocupação do Paraguai, encerrando, na década de 1870, sua "grande política americanista". A política interna e a política externa, no entanto, continuariam a se influenciar mutuamente.

Questão 4

Nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, o Brasil promoveu processo de inserção internacional marcado por crescente participação no sistema multilateral.

Nesse âmbito, disserte a respeito do papel do Brasil:
- na construção de regras para o comércio internacional; e
- nos trabalhos da ONU voltados para o tema da descolonização da África.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

LEONARDO WESTER DOS SANTOS RIBEIRO (19/20)

O período posterior à Segunda Guerra Mundial foi marcado pelo início da Guerra Fria, que se caracterizou pelo conflito ideológico entre o capitalismo e o comunismo. Nesse contexto, a atuação internacional de países como o Brasil, que buscavam recursos para viabilizar seu desenvolvimento interno, estava limitada por aquele conflito. A solução encontrada pela diplomacia brasileira foi participar, de maneira ativa, das discussões em foros multilaterais de comércio, de modo a garantir a formação de regras internacionais que beneficiassem

países em desenvolvimento, bem como em instâncias políticas que assegurassem o princípio da autodeterminação dos povos.

Em 1944, antes mesmo do fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil participou ativamente das reuniões de Bretton Woods, que criariam órgãos multilaterais para a regulação dos sistemas econômico e financeiro internacionais. Em 1947, também foi atuante nas negociações que resultaram no acordo do GATT, diante do fracasso em instituir-se a Organização Internacional do Comércio. Esse período coincide com o projeto desenvolvimentista brasileiro, inaugurado no período Vargas e conduzido pelos governos seguintes, em maior ou menor grau. Para isso, era fundamental que o Brasil se engajasse nas negociações multilaterais de comércio.

Na década de 1950, começa a ganhar força no Brasil a tese cepalina de deterioração dos termos de troca, pela qual os produtos agrícolas, produzidos por países em desenvolvimento, tenderiam a ter seus preços depreciados em comparação aos produtos manufaturados exportados por países desenvolvidos. Não obstante, o Brasil tinha por objetivo garantir a redução tarifária de produtos agrícolas, especialmente o café, para que pudesse aumentar suas exportações e, consequentemente, viabilizar seu projeto desenvolvimentista, por meio da geração de receitas.

Essa aparente contradição entre a teoria cepalina e o projeto de aumento das exportações brasileiras teve repercussão nas negociações comerciais internacionais das quais o Brasil participou. A atuação da diplomacia brasileira foi importante para o sucesso das diversas rodadas de negociação do GATT, que contribuíram, de fato, para reduzir as tarifas que restringiam o comércio internacional. Ao mesmo tempo, o Brasil uniu-se a outros países em desenvolvimento, para reivindicar acesso a mercado nos países desenvolvidos, como ficou demonstrado pela atuação no âmbito da UNCTAD, na Organização das Nações Unidas (ONU). Foi neste órgão que a diplomacia brasileira atuou de maneira destacada, com o objetivo de reduzir as assimetrias entre países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento.

No que tange a participação brasileira nos trabalhos da ONU para a descolonização africana, sua atuação foi crescente, uma vez superado o relativo afastamento da diplomacia brasileira nessas discussões. Como forma de participar de suas reuniões, o Brasil ingressou no Conselho de Tutela da ONU, que era o órgão responsável pelo tema da descolonização. O Brasil passou a apoiar os processos de independência afro-asiáticas, tendo como base o princípio de autodeterminação dos povos, especialmente após a formulação da Política Externa Independente (PEI), durante o governo de Jânio Quadros. Nesse momento, no entanto, ainda havia certa contradição quanto à descolonização de colônias portuguesas na África, em decorrência dos fortes laços que uniam o Brasil à sua ex-metrópole. O apoio incondicional à descolonização africana viria apenas durante o regime militar, especialmente com o "pragmatismo responsável e ecumênico" do governo Geisel, quando o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo do MPLA, em Angola. Essa atuação demonstra o caráter pragmático da política externa brasileira, que precisava de apoio de países afro-asiáticos em temas multilaterais, especialmente aqueles relacionados ao comércio internacional.

O contexto da Guerra Fria, portanto, levou a diplomacia brasileira a engajar-se de forma autônoma nas discussões multilaterais de comércio e de descolonização, especialmente na África. Em questões comerciais, o Brasil participou ativamente das reuniões do GATT, além de ter sido membro-fundador de diversas organizações comerciais temáticas, como a Organização Internacional do Café, durante a década de 1950. Já em questões de descolonização, houve evolução do papel da diplomacia brasileira, desde o fim da Segunda Guerra Mundial até o reconhecimento da independência de Angola, no governo Geisel.

Ambos são exemplos de que há aprofundamento e continuidade da política externa brasileira ao longo do tempo, independentemente do regime político em vigor no país.

HISTÓRIA MUNDIAL (Prova Objetiva)

Programa (Primeira Fase):
1. Estruturas e idéias econômicas. Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o "New Deal". A prosperidade no segundo pós-guerra. O "Welfare State" e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível.
2. Revoluções. As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e "Trade Unions". Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba.
3. As Relações Internacionais.Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão Balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A "teoria dos dois campos" e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A "détente". A "segunda Guerra Fria" (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético.
4. Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação. O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo.
5. A evolução política e econômica nas Américas. A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas.
6. Idéias e regimes políticos. Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX.
7. A vida cultural. O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.

Bibliografia sugerida:

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto/São Paulo: UNESP, 2003.

BARRACLOUGH, G. **Introdução à História Contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BEAUD, Michel. **História do Capitalismo de 1500 a Nossos Dias**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BROGAN, Hugh. **The Penguin History of the USA: new edition.** New York: Penguin, 2001.

BURNS, Edward McNall. **História da Civilização Ocidental**. São Paulo: Editora Globo, 1994, 2v.

CARR, Edward H. **Vinte Anos de Crise, 1919-1939.** Brasília: Editora UnB/Imprensa Oficial do Estado/IPRI, 2001.

CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (Orgs.). **História do Cone Sul**. Brasília, Editora UnB/Revan, 1998.

HALPERIN DONGHI, Tulio. **História da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

________. **A Era do Capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

________. **A Era dos Extremos**. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2001.

________. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

________. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

MAGNOLI, Demetrio. **Relações Internacionais: teoria e história.** São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

MATIAS, Eduardo Felipe P. **A Humanidade e Suas Fronteiras: do Estado soberano à sociedade global.** São Paulo: Paz e Terra, 2005.

McWILLIAMS, Wayne; PIOTROWSKI, Harry. **The World Since 1945: a History of International Relations**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2005.

ROBERTS, J. M. **The Penguin History of the Twentieth Century: The History of the World, 1901 to the Present**. Londres: Penguin, 2004.

SARAIVA, José Flávio S. (Org.) **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. São Paulo: Editora Saraiva/IBRI, 2007.

SPENCE, Jonathan D. **The Search for Modern China**. New York: W. W. Norton, 1999.

VAISSE, Maurice, **Les Relations Internationales Depuis 1945**. Paris: Armand Collin, 2004.

WATSON, Adam. **A Evolução da Sociedade Internacional: uma análise histórica comparativa**. Brasília: Editora UnB, 2004.

***

GEOGRAFIA

A prova de Geografia consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

Programa (Primeira e Terceira Fases):

1. História da Geografia:
    - 1.1 Expansão colonial e pensamento geográfico.
    - 1.2 A Geografia moderna e a questão nacional na Europa.
    - 1.3 As principais correntes metodológicas da Geografia.
2. A Geografia da População.
    - 2.1 Distribuição espacial da população no Brasil e no mundo.
    - 2.2 Os grandes movimentos migratórios internacionais e intra-nacionais.
    - 2.3.Dinâmica populacional e indicadores da qualidade de vida das populações.
3. Geografia Econômica.
    - 3.1 Globalização e divisão internacional do trabalho.
    - 3.2 Formação e estrutura dos blocos econômicos internacionais.
    - 3.3. Energia, logística e re-ordenamento territorial pós-fordista.
    - 3.4. Disparidades regionais e planejamento no Brasil.
4. Geografia Agrária.
    - 4.1 Distribuição geográfica da agricultura e pecuária mundiais.
    - 4.2 Estruturação e funcionamento do agro-negócio no Brasil e no mundo.
    - 4.3. Estrutura fundiária, uso da terra e relações de produção no campo brasileiro.
5. Geografia Urbana.
    - 5.1. Processo de urbanização e formação de redes de cidades.
    - 5.2. Conurbação, metropolização e cidades-mundiais.
    - 5.3.Dinâmica intra-urbana das metrópoles brasileiras.
    - 5.4. O papel das cidades-médias na modernização do Brasil.
6. Geografia Política.
    - 6.1. Teorias geopolíticas e poder mundial.
    - 6.2.Temas clássicos da Geografia Política: as fronteiras e as formas de apropriação política do espaço.
    - 6.3. Relações Estado e território.
    - 6.4. Formação territorial do Brasil.
7. Geografia e gestão ambiental.
    - 7.1. O meio ambiente nas relações internacionais: avanços conceituais e institucionais
    - 7.2. Macro-divisão natural do espaço brasileiro: biomas, domínios e ecossistemas
    - 7.3. Política e gestão ambiental no Brasil.

Bibliografia sugerida:

BENKO, George. **Economia, Espaço e Globalização**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BECKER, Bertha & EGLER, Claudio. **Brasil: Uma nova potência regional na economia-mundo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

GREGORY, Derek et alli. **Geografia Humana. Sociedade, Espaço e Ciência Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

RIBEIRO, Wagner Costa (org.) **Patrimônio Natural Brasileiro**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**. Rio de Janeiro:Record, 2000.

________ & SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil. Território e Sociedade no Limiar do Século XXI.** Rio de Janeiro:Record, 2001.

SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Continente em Chamas. Globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

THÉRY, Hervé & MELLO, Neli Aparecida. **Atlas do Brasil. Disparidades e dinâmicas do território**. São Paulo: EDUSP, 2005.

A título de orientação, para os candidatos que desejarem aprofundar o estudo da matéria, sugerem-se as seguintes leituras adicionais:

BECKER, Bertha et alli. **Geografia e meio ambiente no Brasil.** 2.ed. São Paulo:Hucitec.1995.

CASTRO, Iná Elias et alli. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

LENCIONE, Sandra. **Região e geografia.** São Paulo: EDUSP, 2003.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**. São Paulo: Moderna/EDUNESP, 1997.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil.** São Paulo:Hucitec, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert**. Contribuição para a gestão da zona costeira do Brasil**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1999.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUZA, Maria Adelia Aparecida (org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003.

Prova de 2009

Questão 1

O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo e apresenta taxas anuais de crescimento da produção bem superiores à média mundial. Apesar disso, a área destinada à agricultura ainda é pequena, se comparada à de outros grandes produtores mundiais, como a China e os Estados Unidos da América (EUA). Indique o percentual aproximado do território brasileiro destinado à produção agrícola e identifique os principais entraves existentes hoje para a expansão das terras agricultáveis.

Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

MARIANA MACIEL FONSECA (30/30)

O Brasil é considerado "celeiro agrícola" do mundo, muito embora a área destinada à agricultura no país seja ainda pequena, relativamente a países como China e Estados Unidos. Não mais do que 20% do território brasileiro destina-se à produção agrícola, mas as taxas anuais de crescimento da produção superam a média mundial. A agroindústria brasileira, altamente intensiva, mecanizada e competitiva no mercado global, esbarra em entraves existentes para a expansão das terras agricultáveis.

Desde a Colônia, o Brasil caracteriza-se por ser país agroexportador. Sem encontrar minerais preciosos, os portugueses introduziram a cultura da cana-de-açúcar para povoar a terra. Estabelecida nas franjas litorâneas, a cultura perduraria até depois da independência e dos ciclos do ouro e do café, embora com menor importância na pauta exportadora. O café, no Vale do Ribeira e depois no Oeste Paulista, adentrou um pouco mais o território. O algodão no Maranhão, o cacau no sul da Bahia e a borracha na Amazônia eram núcleos do arquipélago territorial de então. As características de equatoriedade e de tropicalidade do Brasil, com alta incidência solar e abundância de recursos hídricos, além da presença de terras férteis, como os latossolos massapé e terra roxa, favoreceram a agricultura brasileira, que servia a lógica "alienígena" e "extrovertida" (Milton Santos).

Hodiernamente, a pauta exportadora brasileira também apresenta produtos agrícolas no topo, como a soja, embora a agricultura componha hoje parcela bem menor do PIB brasileiro. A economia do país é mais diversificada e o Brasil exporta produtos de alto valor agregado, como aviões da Embraer. Os produtos agrícolas continuam a ser produzidos em grande parte do Brasil. Na atualidade, contudo, as técnicas evoluíram muito.

Desde os anos da década de 1940, a Revolução Verde melhorou os maquinários e fertilizantes, a montante da cadeia de produção agrícola. Nos anos de 1970, surgem os complexos agroindustriais no Brasil, como define Francisco Graziano: a indústria a montante do processo agrícola e a jusante, de beneficiamento dos produtos. A agroindústria pôde acelerar os tempos da natureza e introduzir o meio técnico-científico-informacional no campo. No Brasil, a criação da EMBRAPA, em 1972, evidencia esse fenômeno. A soja, por exemplo, passou a ser cultivada nos ácidos solos do Centro Oeste por meio do método conhecido como calagem. Essas tecnologias permitiram que a agricultura brasileira se tornasse altamente intensiva e ocupasse áreas mais exíguas, embora subsista agricultura familiar no Sul e no Nordeste baseada em técnicas mais simples – há "acumulação desigual de tempos" no espaço, de acordo com Milton Santos.

Um dos entraves atuais para expansão de terras agrícolas, contudo, é a existência de grandes latifúndios improdutivos. Muitas vezes, a produção de alimentos concentra-se em uma pequena parte dessas terras e destina-se à exportação, ao contrário da produção familiar nordestina (mandioca, feijão) e sulina, que abastecem o mercado interno. A especulação fundiária prejudica a expansão da agroindústria e a reforma agrária constitui questão de difícil dirimição política no Brasil.

Outro empecilho para a expansão das terras agricultáveis é a pecuária altamente extensiva no Brasil. O gado criado solto em largas pastagens pode ser uma vantagem comparativa, pois evita problemas como o da "vaca louca", mas também devasta vegetações e ocupa grandes espaços que poderiam ser utilizados para expandir terras agricultáveis.

Um terceiro quesito que dificulta a expansão de terras agricultáveis é a prudente política de conservação ambiental. Em 2000, o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação – estabeleceu no Brasil áreas preservacionistas, como estações ecológicas, e áreas conservacionistas, como as florestas nacionais (flonas), a fim de conter problemas de devastação ambiental, como o desmatamento. O bioma biodiverso da Amazônia é ameaçado

ao longo da BR-364, "rodovia da soja", onde observa-se o desmatamento "espinha de peixe". Ao longo da BR-163, o gado pasta livremente no sul do Pará, estado que emite muito CO2 devido ao desmatamento.

Os parques nacionais podem conter essa devastação, como bem exemplifica o Parque Indígena do Xingu, no norte do Mato Grosso, uma mancha verde em meio a região devastada pelo cultivo mecanizado da soja. Cabe diferenciar parques preservacionistas, como o Xingu, de áreas conservacionistas, como as flonas, em que atividades econômicas de desenvolvimento sustentável são permitidas.

Dessa feita, latifúndios improdutivos, pecuária extensiva e a questão ambiental são exemplos de entraves para a expansão de terras agricultáveis no Brasil. No entanto, mesmo assim as taxas anuais de crescimento da produção de alimentos são elevadas, porque a agroindústria brasileira é altamente produtiva e competitiva no mercado de commodities globais, caracterizado por subsídios de nações desenvolvidas, do qual a PAC- Política Agrícola Comum – européia é exemplo. Há produção familiar com técnicas arcaicas, mas a produção de soja no Mato Grosso, de cana-de-açúcar em São Paulo, de manga e de melão no Rio Grande do Norte e de café em Minas Gerais evidenciam quão intensiva e mecanizada pode ser a agricultura brasileira.

Questão 2

No contexto da atual geografia econômica, a África apresenta-se como a nova fronteira de recursos minerais do planeta, em razão das imensas jazidas existentes em algumas regiões daquele continente. Discorra a respeito das perspectivas da exploração de tais recursos, indicando os principais atores envolvidos no processo e explicando as implicações econômicas e políticas dele decorrentes.

Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

MARCELO SANTA CRUZ DE FREITAS FERRAZ (30/30)

A África é uma região rica em recursos naturais. Desde o século XVI, potências estrangeiras encontravam-se na região, a fim de explorar os recursos naturais dos países africanos. A crescente demanda internacional por matérias-primas reativa a corrida pelos recursos africanos. Os atores econômicos que atuam na região alteram-se, com a adição de atores provenientes de países emergentes. A lógica de acumulação, contudo, permanece a mesma. A pacificação de alguns dos conflitos internos reduziu o risco da operação de empresas em alguns países, o que colocou essas nações no mapa de exploração de empresas transnacionais.

O crescimento econômico de países de antes economia pouco relevante no contexto internacional aumentou a demanda por matérias primas. China e Índia, principalmente, aumentaram suas demandas de recursos naturais necessários para o crescimento de suas indústrias. Os processos energointensivos das indústrias chinesas engendraram o aumento da demanda por energia importada. Essa energia é proveniente, sobretudo, de fontes fósseis não renováveis como o carvão, abundante em território chinês, e o petróleo, escasso nos territórios chinês e indiano. O desenvolvimento industrial de China e de Índia passa também pela indústria de base, que tem na siderurgia sua pedra fundamental e demanda minério de ferro em profusão.

Historicamente, as potências europeias exploram materiais nobres na África. Ouro e diamante são minerais explorados pelas transnacionais europeias há séculos. Esses atores têm sua presença mantida nas economias africanas e seus imnpactos são sentidos somente fora da África.

A adição de países antes periféricos na economia mundial tem consequências nas economias e na política da África. O cenário internacional não é o mesmo do século XIX. Países em desenvolvimento querem, agora, seu quinhão dos recursos naturais africanos.

O petróleo é o recurso natural mais relevante no norte da África e de alguns países da África subsaariana. Os atores econômicos que atuam nesses países são, predominantemente, transnacionais. A Nigéria é um dos países com as maiores reservas petrolíferas do mundo. Empresas transnacionais como as Sete Irmãs exploram os ricos recursos petrolíferos do país, principalmente na região do delta do rio Níger. Os recursos ali explorados, contudo, não são repassados às populções locais, que se encontram insurretas em relação ao governo central. Aquele lugar é, portanto, subordinado à capital nigeriana, cujas decisões a respeito do petróleo estão subordinada aos centros de decisão das transnacionais. A riqueza natural encontra-se, desse modo, nas mãos das elites nigerianas em Abuja e nas mãos dos acionistas das empresas transnacionais que exploram o petróleo. Angola é outro país rico em petróleo. O fim da guerra civil possibilitou a prospecção de recursos em território angolano por empresas transnacionais. Nesse país, destaca-se a persença de uma transnacional de um país emergente: a Petrobrás. A Petrobrás explora petróleo em Angola, e a similiaridade da plataforma continental angolana em relação à brasileira indica que existe a possbilidade de haver petróleo na camada pré-sal angolana. O rápido crescimento da indústria petroleira nesse páis tornou Luanda uma das capitais mais caras do mundo. O benefício, contudo, não atinge o interior do país. Expatriados e funcionários de transnacionais movem a economia de Luanda, que importa quase todos os produtos ali consumidos. O Sudão é outro país em que a produção de petróleo decola. Transnacionais chinesas como a SINOPEC atuam no território sudanês, avessas às violações de direitos humanos perpetradas pelo governo de Cartum. A China leva ao Sudão a tecnologia, os materiais e até mesmo a mão-de-obra empregada no país. Como nos casos anteriores, o Sudão tem as rendas auferidas pelo petróleo concentradas nas elites árabes do norte do país, enquanto o restante do país mantém-se na pobreza. A exploração petrolífera na África, portanto, não proporciona a industrialização desses países, e as rendas petrolíferas não atingem todas as sociedades. Do mesmo modo, a avidez de países como a China por energia defende elites violadoras de Direitos Humanos nos países ricos em petróleo. Empresas, como a Petrobrás, contudo, podem ainda explorar recursos em locais como Angola, que saiu há poucos anos de uma guerra civil fratricida.

O fim da guerra civil em Moçambique possibilitou a exploração de metais não ferrosos no país. As vastas jazidas de bauxita e a presença de uma grande hidrelétrica na região permitem que o país possa produzir alumínio. Contudo, o país carece de quadros técnicos e de tecnologia que tornem possível a exploração das riquezas naturais do país. O porto de Beira é um importante fixo que permite a Moçambique estabelecer fluxos de escoamento do alumínio no mercado internacional. Os laços culturais entre Brasil e Moçambique tornam mais fáceis a instalação de empresas como a Vale em território moçambicano. Ao contrário do petróleo, a fabricação de alumínio em Moçambique é atividade que impulsionaria outras atividades econômicas nesse país.

O diamante é um recurso presente em países da costa oeste da África. Costa do Marfim, Libéria e outros países exportam diamantes para o mundo. A exploração, contudo, não requer alta tecnologia e está a cargo de grupos políticos que controlam esses Estados por meio da força. Os "diamantes de sangue" entram no mercado mundial, apesar das violações de direitos humanos ocorridas durante a exploração. A produção na África do Sul e

em Botsuana utiliza outro modelo. A transacional De Beers usa técnicas modernas de exploração de diamantes nesses países. A profundidade em que as gemas se encontram requer a tecnologia de que pequenas empresas não dispõem. A exploração nessas áreas, contudo, leva as riquezas para fora desses países, para os grupos belgas que controlam a empresa monopolista. África do Sul é um país rico, também, em ouro. A exploração se dá por empresas de grande porte, no mesmo modelo da exploração de diamantes.

A exploração de recursos minerais na África é uma oportunidade para empresas brasileiras como a Vale e a Petrobrás. A exploração, contudo, não trouxe, historicamente, impactos econômicos positivos aos países que receberam investimentos transnacionais, como o Sudão e a Nigéria. A riqueza mineral trouxe, também, tensões políticas nesses países, em que grupos políticos disputam, ainda hoje, os recursos oriundos dessa exploração. A entrada de novos atores na África, como a China, cujos valores diferem dos ocidentais, reduzirá a influência ocidental na região.

Questão 3

Em 2007, o IBGE elaborou estudo acerca das regiões de influência das cidades, em que se configurou uma hierarquia formada por uma grande metrópole nacional e centros metropolitanos secundários. Descreva o processo econômico-social que tem condicionado a evolução da rede urbana brasileira.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

MARINA DE ALMEIDA PRADO PENHA BRASIL (20/20)

O processo de urbanização brasileiro, devido à especificidade de formação de uma Região Concentrada, tem que ser dividido, pois diferentes partes do território sofrem processos diversos. Dessa forma, na Região Concentrada, nota-se a formação de uma Grande Metrópole Nacional, São Paulo, duas metrópoles nacionais, Rio de Janeiro e Brasília, e, de forma geral, uma tendência à desmetropolização, com formação de cidades médias. Fora da Região Concentrada, há duas outras formas de urbanização, a que caracteriza o Centro Oeste brasileiro e a que acarreta o processo de metropolização no Norte e no Nordeste do país.

A Região Concentrada corresponde à área de desenvolvimento tradicional da indústria, motivada por razões como proximidade do maior mercado consumidor. Essa industrialização foi capitaneada pela região metropolitana de São Paulo e do Rio de Janeiro, gerando rápido processo de urbanização e metropolização. No entanto, recentemente, houve um processo de desconcentração concentrada das indústrias, que, por razões como incentivos fiscais, terrenos mais baratos, sem distanciamento em demasia do mercado consumidor, adentraram o interior e passaram para os estados mais diretamente influenciados pelo Sudeste, qual seja, os do Sul. São exemplos dessa desconcentração concentrada as fábricas automobilísticas da Renault e da Nissan que optaram por Curitiba, da Fiat em Betim e da Toyota em Indaiatuba, respectivamente no Paraná, em Minas Gerais e no interior de São Paulo. Essa desconcentração somada a uma opção por maior qualidade de vida gerou o crescimento de cidades médias na Região Concentrada, que unem benefícios da urbanização, sem as externalidades negativas das metrópoles.

O crescimento das metrópoles, em especial de São Paulo, que se distanciou das demais, deve-se a concentração de valor dos serviços e, portanto, ao processo de

terceirização. No Rio de Janeiro, a concentração de valor liga-se aos serviços relacionados ao petróleo, e, em Brasília, aos serviços públicos e aos voltados para o consumo, com destaque para a homogênea classe de bem-remunerados funcionários públicos que trabalham no Distrito Federal.

A urbanização do Centro Oeste, por outro lado, explica-se pela expansão da fronteira agrícola sob domínio do complexo agroindustrial, em que se destacam as indústrias à jusante e os serviços para a agroindústria, como os financeiros. Nesse sentido, houve um crescimento de cidades médias que concentram esses serviços e indústrias de processamento, bem como servem de residência para aqueles que trabalham no campo, caracterizando o meio técnico-científico-informacional no campo, pois devido aos fluxos de informações permite-se a separação entre o local de residência e o de trabalho.

No Norte e Nordeste do país, por seu turno, o Estado capitaneou o processo de urbanização dos estados, e as indústrias surgiram por meio de pólos, como a Zona Franca em Manaus e o pólo petrolífero de Camaçari na Bahia. Outros incentivos como o Projeto Grande Carajás, os portos de Pecém, no Ceará, e Suape, em Pernambuco, bem como a refinaria de Abreu e Lima auxiliam a intensificar a importância desses pólos e das grandes cidades que estão perto deles. Dessa forma, ao contrário da tendência nacional de desmetropolização, há nessas regiões um processo de metropolização, com destaque para Manaus e Belém, no Norte, e para Fortaleza, Recife e Salvador, no Nordeste.

Questão 4

A proposta de criação do Estado da Palestina — retomada recentemente pelo presidente dos EUA, Barack Obama — esbarra na questão dos refugiados e do “direito ao retorno”. De que forma a demografia palestina se apresenta como óbice para a consecução dessa proposta?

Extensão máxima: 60 linhas

(valor: 20 pontos)

EDEN CLABUCHAR MARTINGO (20/20)

A Questão Palestina é dos temais mais complexos das relações internacionais atuais, porque entrelaça aspectos econômicos, políticos, culturais e religiosos. Dentre as diferentes condicionantes do problema, um dos mais sensíveis é o do direito de retorno dos refugiados palestinos e seus descendentes. Durante a gestão Clinton nos EUA, chegou-se a avançar bastante no projeto de criação do Estado Palestino, mas a recusa de Yasser Arafat em aceitar e extinção do direito de retorno, condição exigida pelos israelenses, entravou as negociações.

Atualmente, a retomada das negociações em um quadro internacional tenso soma-se às dificuldades materiais de se chegar a um acordo. As duas regiões palestinas, a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, são áreas altamente povoadas, também porque foram destino de refugiados do território israelense nas duas grandes diásporas palestinas, após a criação do Estado de Israel, em 1948, e após a Guerra dos Seis Dias, em 1967. Se, por um lado, o retorno dos milhões de refugiados não poderia ser revertido para os territórios atualmente controlados por palestinos, o retorno aos territórios originalmente ocupados por Israel, onde assentamentos e colônias foram implantados, e que é o que os palestinos reivindicam, suporia uma pressão demográfica sobre os recursos naturais e uma disputa pelas parcas terras agriculturáveis tendentes a levar a graves conflitos.

Tal retorno maciço exacerbaria, ainda, a disputa por recursos hídricos que já ocorre no Estado de Israel, em que as populações palestinas acusam o Estado de desviar volumes

desproporcionais de águas da região, especialmente do Rio Jordão, para os modernos projetos de agricultura irrigada israelenses, resultando em disparidade no consumo entre palestinos e israelenses, com grave prejuízo para os primeiros. Tal disputa, em caso de pressão demográfica ainda maior sobre os recursos, levaria à tentativa de tomada do controle das fontes, hoje israelense, ensejando sérias consequências.

Há ainda outra questão relacionada à demografia palestina, mas de ordem política. Com um crescimento vegetativo muito inferior ao das populações palestinas, o povo judeu já pressente o crescente protagonismo dos palestinos com cidadania israelense e direito a voto na vida política do país. O retorno dos refugiados, que só faria sentido em caso de concessão de direitos civis, políticos e sociais equivalentes, criaria uma súbita mudança na correlação de forças eleitorais do país. Há o medo da polarização brusca que seria causada e da enorme mudança no sistema político; se minorias tornarem-se maiorias, o próprio sentido de um "Estado para o povo judeu", que motivou sua criação, ficaria comprometido.

O povo israelense tem um direito histórico de retorno às terras de que saíram, semelhante ao reivindicado pelos sionistas quando da criação de Israel, mas muito mais recente. No entanto, no atual quadro de polarização e mesmo de ódio entre os dois povos, o exercício desse direito em bases completas causaria seríssimos conflitos. O entendimento prévio sobre questões relativas a disputas econômicas e políticas decorrentes da enorme pressão demográfica resultante seria imperativo, assim como o tratamento realista de quantos, e para onde, refugiados poderiam voltar.

***

POLÍTICA INTERNACIONAL

A prova de Política Internacional consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

Programa (Primeira e Terceira Fases):

1. Relações internacionais: conceitos básicos, atores, processos, instituições e principais paradigmas teóricos.
2. A política externa brasileira: evolução desde 1945, principais vertentes e linhas de ação.
3. O Brasil e a América do Sul. Mercosul.
4. A política externa argentina. A Argentina e o Brasil.
5. A política externa norte-americana e relações com o Brasil.
6. Relações do Brasil com os demais países do hemisfério.
7. Política externa francesa e relações com o Brasil.
8. Política externa inglesa e relações com o Brasil.
9. Política externa alemã e relações com o Brasil.
10. A União Européia e o Brasil.
11. Política externa russa e relações com o Brasil
12. A África e o Brasil.
13. A política externa da China, da Índia e do Japão; relações com o Brasil.

14. Oriente Médio: a questão palestina; Iraque; Irã.
15. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
16. A agenda internacional e o Brasil:
    16.1 Desenvolvimento;
    16.2 Pobreza e ações de combate à fome;
    16.3 Meio ambiente;
    16.4 Direitos Humanos;
    16.5 Comércio internacional e Organização Mundial do Comércio (OMC);
    16.6 Sistema financeiro internacional;
    16.7 Desarmamento e não proliferação;
    16.8 Terrorismo;
    16.9 Narcotráfico;
    16.10 A reforma das Nações Unidas.

Bibliografia sugerida:

ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (Org.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira**. São Paulo: USP, 1996, 4v.

BAYLIS, John & SMITH, Steve (Orgs.). **The Globalization of World Politics: an introduction to international relations**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. **Repertório de Política Externa – Posições do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2007.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica: um estudo da ordem na política mundial**. Brasília: Editora UnB/Imprensa Oficial do Estado/IPRI, 2002.

CASTRO, Marcus Faro de. **Política e Relações Internacionais: fundamentos clássicos**. Brasília: Editora UnB, 2005.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

___________. **As Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FONSECA JR., Gelson. **A Legitimidade e Outras Questões Internacionais: poder e ética entre as nações**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GILPIN, Robert. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: Editora UnB, 2002.

________. **O Desafio do Capitalismo Global: economia mundial no século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOLDBLAT, Jozef. **Arms Control: The New Guide to Negotiations and Agreements**. 2 ed. Thousand Oaks: Sage Publications Ltd, 2002.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos Anos de Periferia: uma Contribuição ao Estudo da Política Internacional**. 5 ed. Rio de Janeiro : Contraponto, 2007.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três Conferências Ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

LESSA, Antônio Carlos. **A construção da Europa: a última utopia das relações internacionais**. Brasília: Funag; IBRI, 2003.

MOREIRA, Marcílio Marques; NISKIER, Arnaldo; REIS, Adacir (org.). **Atualidade de San Tiago Dantas**. São Paulo: Lettera.doc, 2005.

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações**. Brasília: FUNAG/IPRI, Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates.** Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2005.

NYE JR, Joseph S. **Compreender os Conflitos Internacionais: uma introdução à teoria e à história**. Lisboa: Editora Gradiva, 2002.

PARADISO, José. **Um lugar no mundo: a Argentina e a busca de identidade internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005.

PECEQUILO, Cristina S. **A Política Externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.

PINHEIRO, Leticia. **Política Externa Brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

ROBERTS, Paul. **The End of Oil: On the Edge of a Perilous New World**. Boston: Mariner Books, 2005.

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da. **Relações Internacionais: teorias e agendas**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.

VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, Integração e Processo Negociador: A Construção do Mercosul**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: Multilateralização, Desenvolvimento e a Construção de uma Potência Média (1964-1985)**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

VIZENTINI, P. F.; WIESEBRON, Marianne (Orgs.). **Neohegemonia americana ou multipolaridade? Pólos de poder e sistema internacional.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2006.

Os candidatos poderão servir-se também de periódicos especializados, tais como **Revista Brasileira de Política Internacional** (www.ibri-rbpi.org.br), **Política Externa** (www.politicaexterna.com.br), **Foreign Affairs** (www.foreignaffairs.org) e **Foreign Policy** (www.foreignpolicy.com), bem como das páginas eletrônicas do Ministério das Relações Exteriores (www.mre.gov.br) e da Rede Brasileira de Relações Internacionais (www.relnet.com.br).

Publicações adicionais que podem auxiliar a preparação dos candidatos estão disponíveis na FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão, tais como toda a série de Manuais do Candidato e a série Teses do CAE:

site na Internet – www.funag.gov.br
e-mail: funag@mre.gov.br
e-mail do Setor de Publicações: publicacoes@funag.gov.br

Brasília
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
ANEXO II, TÉRREO, SALA 1
70170-900 Brasília - DF
Telefones: (061) 3411-6033/6034/6847/6857
Fax: (061) 3322-2931, 3322-2188

Rio de Janeiro
Palácio Itamaraty
Avenida Marechal Floriano, 196 - Centro
520080-002 Rio de Janeiro - RJ
Telefax: (021) 2233-2318/2079

Prova de 2009

Questão 1
Considerando o atual momento de crise econômica internacional, discorra acerca do papel que o Brasil e outros países emergentes podem desempenhar, no âmbito do chamado G20 Financeiro, na conformação de uma nova arquitetura financeira global e na reforma das instituições multilaterais de crédito.

Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

NATASHA PINHEIRO AGOSTINI (30/30)

A crise econômica intensa que atingiu o mundo em 2008 tem uma característica que a distingue das anteriores, é a primeira a surgir no coração do sistema capitalista, expandindo-se desde os países centrais para os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos. Diferentemente do que ocorreu com o padrão-ouro, no século XIX e no início do século XX, e com o sistema de Bretton Woods, no pós II Guerra Mundial, no momento atual não existe uma potência hegemônica que possa assegurar a estabilidade da nova arquitetura financeira e econômica que se faz necessária. A ascensão das economias emergentes nos últimos anos reforça o caráter multipolar da estrutura internacional, tornando indispensável a participação desses países na construção das novas regras e instituições.

Um marco dessa renovada importância foi o protagonismo do G-20 Financeiro no concerto internacional de ações de combate à crise. Desde a falência da paridade dólar-ouro e da arquitetura de Bretton Woods, as decisões em matéria econômica e financeira concentravam-se no G-7 + Rússia, o grupo das grandes economias desenvolvidas. O próprio G-20F havia sido criado, em 1999, na esteira das crises que assolaram países como México, Brasil, Rússia e o Leste Asiático, para que os países desenvolvidos pudessem oferecer diretrizes e orientações às grandes economias em desenvolvimento, no nível de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais.

Ocorreu, portanto, uma espetacular inversão de papéis nesse foro internacional, uma vez que os países emergentes tomaram precauções para garantir o crescimento econômico com estabilidade nos últimos anos e, nesse momento, têm melhores condições para enfrentar os impactos da crise mundial do que os países desenvolvidos. Na atual conjuntura, o peso econômico e as garantias de estabilidade transformam os países emergentes em atores centrais na determinação das reformas que devem ser feitas, privilegiando a redução das assimetrias e visando a um sistema internacional mais justo e igualitário, com instituições mais representativas.

Em 2008, durante a presidência brasileira no G-20F, o organismo teve uma reunião no nível de Ministros de Finanças, realizada em São Paulo, e sua primeira reunião de cúpula, realizada em Washington. Os países em desenvolvimento tiveram especial influência nesse protagonismo do G-20F, pois articularam posições conjuntas a respeito da necessidade de sua inclusão nas principais decisões para o combate a uma crise sobre a qual não tinham responsabilidade, mas que os estava afetando diretamente. Participam do G-20F países como África do Sul, Argentina, Brasil, China, Índia e México, que, com o sucesso na consolidação desse mecanismo de concertação, passaram a ter poder decisório proporcional a seu poderio econômico.

Nova cúpula foi realizada em abril de 2009, em Londres, da qual saiu um importante plano de ação para a mitigação dos efeitos da crise e para a reorganização do sistema financeiro internacional. As decisões tomadas incluíram planos de expansão fiscal e de expansão monetária (como medidas anticíclicas), o aumento da regulação para instituições financeiras e agências de rating e uma condenação ao regime adotado nos paraísos fiscais, que terá de ser modificado. Além disso, o acordo incluiu diversos itens em benefício dos países em desenvolvimento, como linhas de crédito flexível no FMI - mais capitalizado, também por decisão do G-20F -, que não estão vinculadas a adoção de políticas macroeconômicas específicas e créditos para aumento da liquidez e manutenção da capacidade de comércio internacional nesses países. O plano de ação inclui, ainda, decisão para investimento em tecnologias limpas, para a não adoção de políticas protecionistas e para conclusão da Rodada Doha da OMC, ponto caro ao Brasil, que geraria incremento calculado em 150 bilhões nos fluxos de comércio internacional.

A concertação mais relevante e de maior impacto estrutural foi aquela sobre a reforma das instituições financeiras internacionais, nomeadamente o FMI e o Banco Mundial, há muito reivindicada pelos países em desenvolvimento. Os países do G-20F comprometeram-se a realizar as reformas que permitirão que os emergentes tenham voz compatível com o seu peso econômico no sistema internacional. Até o momento, as sete grandes economias desenvolvidas detêm peso elevado nas votações, dominando as decisões e ditando as linhas de ação dessas instituições.

Os países em desenvolvimento aceitaram contribuir mais para estabilização da economia internacional, mas pedem como contrapartida que seja revisado o sistema de formação das cotas de participação, para que tenham força política nesses órgãos comparável a sua importância econômica. A distribuição do poder de decisão vigente não corresponde à distribuição real de poder e limita a representatividade das decisões das duas instituições, o que, por sua vez, reduz a legitimidade que elas têm sobre o conjunto da comunidade internacional.

A continuação dessas reformas - pequenas alterações já haviam sido realizadas nos últimos anos em favor da representação de economias emergentes - possibilitará que as instituições que fornecem liquidez e crédito para países em dificuldades financeiras - no caso do FMI - ou investimentos de longo prazo - no caso do Banco Mundial - tenham maior foco na promoção do desenvolvimento, redução das assimetrias e manutenção da estabilidade,

perdendo o estigma de serem instituições de último recurso, por terem atrelados aos seus benefícios uma série de exigências feitas pelos países desenvolvidos.

O México já foi beneficiado por uma linha de crédito flexível, uma vitória para os países em desenvolvimento. Foi aprovada, ainda, a reforma na eleição dos altos cargos das duas instituições, incluindo a escolha mais democrática de seus presidentes, que tradicionalmente foram sempre de um europeu - para o FMI - e um americano - para o BM.

O sucesso dos países emergentes do G-20F na construção de uma nova arquitetura financeira e econômica internacional não esteve restrito a esse foro. Em diversas outras oportunidades, como na reunião dos Ministros de Relações Exteriores dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) ou do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) foram articuladas posições comuns no enfrentamento da crise e o compromisso com mudanças estruturais para organização das decisões internacionais para temas econômicos em bases mais democráticas e representativas. Ocorreram ainda declarações conjuntas nos foros de cooperação sul-sul visando a que as maiores economias em desenvolvimento levassem a posição do todo dos países em desenvolvimento ao G-20F, como aconteceu na Cúpula América do Sul - Países Árabes e na reunião de Cúpula da América Latina e Caribe.

A consolidação do G-20F como foro de concertação preferencial para enfrentar as dificuldades do sistema econômico e financeiro reflete a fundamental importância que os países em desenvolvimento conquistaram no plano internacional e proporciona as bases para a transformação desse sistema em direção a maior democracia e representatividade.

Questão 2

Disserte a respeito da evolução histórica do MERCOSUL e da UNASUL e avalie, do ponto de vista da política externabrasileira atual, os elementos de complementaridade entre as duas iniciativas.

Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

MARCELO KOITI HASUNUMA (27/30)

A América do Sul sempre foi considerada prioritária para a política externa brasileira, uma vez que ela é a base para nossa inserção internacional competitiva e a circunstância geográfica a que o país está adstrito. Desde a época do Barão do Rio Branco a cooperação regional é tida como fator importante para o desenvolvimento e a estabilidade do Brasil, apesar de, por muito tempo, no século XX, ter-se falado mais da integração em termos de pan-americanismo e de latino-americanismo. A década de 1980, condicionada pela crise econômica e pela redemocratização do Brasil e da Argentina, possibilitou a materialização do plano cooperativo no Cone Sul, por meio da dissipação das desconfianças mútuas e da substituição da rivalidade pela união. Por serem países simétricos, Brasil e Argentina, os grandes pólos da integração regional, puderam estabelecer uma relação em eixo, no conceito de Moniz Bandeira, baseados na vontade de potência e no objetivo do desenvolvimento.

A partir da concertação entre Brasil e Argentina (representados por diversos Acordos de Integração, como o PICE, e de declarações presidenciais externando o bom relacionamento mútuo), nasceu o Mercosul, em 1991, por meio do Tratado de Assunção, que agregou também o Paraguai e o Uruguai. O Mercosul, personalidade jurídica de direito internacional desde o Protocolo de Ouro Preto (1994), é resultado não apenas do amadurecimento das relações entre seus sócios, mas também do contexto de regionalização mundial, com o surgimento de grandes blocos econômicos como o NAFTA e a União Européia. O abandono de projetos latino-americanistas (que abrangeriam, também, países

como o México e os da América Central) explica-se pela atração destes à órbita norte-americana e pelo fracasso de iniciativas integradoras anteriores como a ALALC e a ALADI. Por outro lado, o fortalecimento de uma identidade sul-americana seria fortalecida com o Mercosul (e a Comunidade Andina de Nações), o que acarretaria, mais tarde, no surgimento da CASA e da UNASUL (a substituta desta última).

Inicialmente, o Mercosul apresentou forte crescimento do comércio intra-bloco (de 1991 a 1998), gerando grande entusiasmo tanto interna (nos países membros) quanto externamente (na Europa, principalmente). A pouca institucionalização do bloco era vista como uma das causas de sua eficiência, visto que os membros poderiam ter flexibilidade para adaptar-se à nova situação e resolver os eventuais problemas de forma amigável, não-contenciosa (o que explicaria, portanto, a ausência de tribunais permanentes e o requisito de que todas as decisões importantes seriam tomadas por consenso). Nesse período inicial, estima-se que o comércio tenha quadruplicado de cerca de US$5 bilhões para cerca de US$21 bilhões, com grandes déficits comerciais para o Brasil (que então praticava política de âncora cambial contra a inflação, no contexto do Plano Real). A abertura das economias locais, marco da década de 1990, impulsionava o crescimento do comércio internacional e a renovação da matriz industrial da região (principalmente no Brasil), o que garantiu competitividade sistêmica a alguns setores.

As crises financeiras do Leste Asiático e da Rússia afetaram profundamente a dinâmica do Mercosul, uma vez que forçaram medidas contracionistas (aumento dos juros) e o abandono das âncoras cambiais no Brasil (em 1999) e na Argentina (em 2001/2002). No Brasil, a crise cambial de 1999 forçou o governo a abandonar o sistema de bandas cambiais e a adotar o tripé econômico de metas de inflação, câmbio flutuante (ainda que com intervenções do BACEN) e superávit fiscal, o que levou a balança comercial deficitária (que beneficiava a Argentina) a se tornar superavitária. Essa situação aprofundou as contradições da economia argentina e levou ao colapso econômico portenho em 2001 e 2002, escancarando a crise do Mercosul por meio da explícita violação de suas regras (com a não-observância da Tarifa Externa Comum, a imposição de barreiras tarifárias a produtos brasileiros, etc). O bloco já estava em crise, na verdade, desde 1999, quando essas medidas protecionistas e pouco amigáveis começaram a ser adotadas; porém, a crise argentina de 2001 revelou a urgência de seu relançamento.

Para evitar o colapso do Mercosul, com a defecção do Paraguai e do Uruguai (atraídos pela ALCA e insatisfeitos com as assimetrias do bloco) e com a constante violação de suas regras pela Argentina, o governo brasileiro procurou adotar diversas medidas, tais como a criação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul – FOCEM, para diminuir as assimetrias do bloco e beneficiar os dois sócios menores; a institucionalização da organização, o que criaria "lastros de permanência", por meio da criação de um Tribunal Permanente de Revisão, pelo Protocolo de Olivos, e de um Parlamento do Mercosul; a aceitação, pelo Brasil, dos custos da liderança do bloco, por meio da não-antagonização com a Argentina, então em profunda crise econômica, quando do surgimento de contenciosos comerciais; nesse mesmo sentido, com a criação do Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC), entre Brasil e Argentina, e que evitaria que esta última simplesmente violasse unilateralmente as regras mercosulinas; o estímulo à entrada de novos membros, em caráter de sócio pleno ou de parceiro associado (com a associação do Chile, Bolívia, Peru, Venezuela, Colômbia e Equador); etc. Essas medidas "relançaram" o Mercosul e lhe garantiram nova identidade regional, baseada na solidariedade e na cooperação.

O fortalecimento do Mercosul e da identidade sul-americana entre os países da região acabou por levar, em 2004, a um novo aprofundamento da integração regional, baseada na cooperação e em valores comuns, tais como a busca pelo desenvolvimento, o respeito aos

princípios da soberania, da não-intervenção e da solidariedade regional. O lançamento, em Cuzco, da Comunidade das Nações Sul-Americanas configurou, portanto, marco da integração regional que uniria o Mercosul, a Comunidade Andina de Nações (CAN), o Chile, a Guiana e o Suriname em um projeto que privilegia a união política, cultural e social, além da econômica.

Em 2007, ante à percepção da relativa estagnação do processo integrativo, como manifestado pelo presidente da Venezuela, o projeto da CASA foi relançado, com seu rebatizamento de União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). A UNASUL, institucionalizada em 2008, é representativa da identidade sul-americana que está se consolidando aos poucos, e busca redefinir a inserção internacional do sub-continente, como demonstrado na V Cúpula das Américas, ocorrida em Trinidad e Tobago, em 2009, na qual houve encontro oficial entre o organismo e os Estados Unidos. O lançamento de instituições como o Conselho de Defesa Sul-Americano e o Conselho de Saúde, no âmbito da UNASUL, comprova a intenção de se conferir maior autonomia ao subcontinente, afastando, dessa forma, ingerências externas na região em assuntos de tão vital importância como a segurança e a saúde pública.

Alguns críticos apontam o risco de a pluralidade de organismos regionais acabar por gerar a perda de efetividade de todos, pois os encontros acabariam servindo para poucas decisões efetivas. Nesse sentido, esses críticos apontam a redundância da criação da UNASUL em um subcontinente já servido por instrumentos como a Organização dos Estados Americanos, o Grupo do Rio, e mesmos os blocos Mercosul e CAN e instrumentos de integração como a ALADI. Esta perspectiva, no entanto, peca pela superficialidade de sua análise, por não perceber a importância da existência de pluralidade de fóruns regionais (que estimulam o contato e a harmonização de idéias) e por tentar homogeneizar organismos de composição e finalidades tão distintos.

É possível se afirmar, assim, que o Mercosul continua sendo (e sempre foi) a prioridade máxima da política externa brasileira, tanto pelos benefícios econômicos e comerciais que gera ao país, quanto pela sua perspectiva de fortalecer a legitimidade política do Brasil e de seus parceiros nos foros multilaterais (e nas negociações bilaterais) existentes. A consolidação do Mercosul passa, atualmente, pelo fortalecimento das economias de todos os países da região, principalmente na atualidade, em que a internacionalização das empresas brasileiras (favorecidas pelo que Amado Cervo denominou de Estado logístico) se aprofundou na região (ex. grande presença da Inbev na Argentina; Petrobrás na Bolívia; Odebrecht na Venezuela). Um Brasil economicamente forte requer uma América do Sul economicamente forte e estável, o que pode ser garantido pelo aprofundamento da integração regional, como a UNASUL (complementar, como visto, ao Mercosul) e a IIRSA demonstram.

Questão 3

Considerando que o sistema bipolar tal como existiu durante o período da Guerra Fria — com os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em polos opostos — já não prevalece nos dias de hoje, analise os elementos de unipolaridade e de multipolaridade do atual sistema internacional.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

WILLIAM SILVA DOS SANTOS (20/20)

A queda do Muro de Berlim deu ensejo a interpretações que julgavam inexoráveis a supremacia de alguns preceitos ligados ao liberalismo e à democracia, como a ideia de "fim da história" de Francis Fukuyama, e ao reforço dos Estados Unidos como única superpotência mundial, configurando-se um mundo eminentemente unipolar. Atualmente, alguns desses preceitos vêm sendo contestados pela realidade, conforme a crise econômica mundial enfraquece a defesa plena do neoliberalismo e traz oportunidade para o reforço do multilateralismo, reflexo institucional de um mundo crescentemente multipolar.

Elemento claro de multipolaridade no mundo atual é a ascensão dos países emergentes ao protagonismo nas decisões mundiais, logrando fortalecer a agenda dos países em desenvolvimento perante aquela dos países desenvolvidos. Talvez o primeiro sinal dessa ascensão tenha sido a formação do G-20 no âmbito da OMC, articulado com o objetivo claro de redução das assimetrias em nível internacional, logrando elevar a discussão sobre agricultura ao cerne das negociações da Rodada Doha. Confirmação dessa ascensão, entretanto, é o reconhecimento do G-20 financeiro como foro privilegiado de discussão e deliberação acerca das ações para combater a crise e regular a economia mundial, agregando um número muito maior de países do ocorria anteriormente no G-8, que, entretanto, ainda existe.

A formação de blocos regionais de integração, como a União Europeia, o Mercosul, a SACU e a SADC (no continente africano) e a ASEAN (no sudeste asiático) demonstra iniciativas locais em prol da multipolarização do mundo, progressivamente organizado em torno de grupos de articulação para atuação concertada em âmbito internacional. Isso se reforça com a crescente articulação entre os blocos, como atestam as negociações entre Mercosul e União Europeia, bem como os acordos de comércio preferencial Mercosul-SACU e Mercosul-Índia, da mesma forma que as articulações políticas entre alguns dos principais países emergentes, como o fórum IBAS (entre Índia, Brasil e África do Sul) e a crescente coordenação dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China). Tudo isso leva à percepção da necessidade de reforma dos principais foros de decisão mundial, como o Conselho de Segurança da ONU e as instituições de Bretton Woods, incapazes de acompanhar de forma ágil esse processo de multipolarização mundial.

Entretanto, os foros multilaterais de decisão, que devem ser reforçados em prol da nova ordem multipolar, ainda não são capazes de eliminar elementos de unipolaridade no sistema internacional. Um exemplo é a existência de cotas de participação no FMI, em número tão grande sob posse dos Estados Unidos que se confere a esse país poder informal de veto nas decisões do Fundo. Da mesma forma, o Conselho de Segurança ainda não tem plena capacidade de evitar que decisões unilaterais levem a conflitos, como atestam a invasão norte-americana ao Iraque, em 2003, e a invasão russa à Geórgia no ano passado, em apoio a regiões separatistas.

Atos unilaterais também são percebidos no mundo em desenvolvimento, como o recente teste nuclear por parte da Coreia do Norte, apesar das pressões da comunidade internacional; da mesma forma, podem ser elencados os massacres cometidos pelo Sudão na região do Darfur, em flagrante desrespeito ao Direito Internacional e aos Direitos Humanos. Entretanto, é dentre os países em desenvolvimento que se percebem alguns dos principais esforços em prol do reforço do multilateralismo, para a consolidação de um mundo multipolar.

Parte importante desses esforços diz respeito ao Brasil. Ciente de sua crescente importância no cenário internacional, tem o país buscado articular-se com os principais países emergentes do mundo em prol da democratização do sistema internacional, atentando também à sua crescente responsabilidade com relação aos destinos de países mais pobres,

justificando-se sua atitude de não-indiferença. Da mesma forma, as articulações no âmbito americano lideradas pelo Brasil lograram tamanho êxito a ponto de enfraquecer o poder de decisão de agenda da principal potência, os EUA, quanto aos destinos do hemisfério, como atesta o recente cancelamento da suspensão de Cuba na OEA.

Dessa forma, a disputa entre uma ordem unipolar, liderada pelos EUA, e uma multipolar, em que prevalece o reforço das instâncias multilaterais de decisão, tem-se encaminhado, apesar de alguns vestígios de unipolaridade, em direção à segunda, com importante perspectiva de redução das assimetrias de poder em âmbito internacional.

Questão 4

A crescente projeção internacional do Brasil envolve a participação ativa em esforços e iniciativas regionais e globais no plano da segurança internacional, sendo o enfrentamento ao narcotráfico questão de particular interesse para o país. Discorra acerca da participação brasileira na cooperação internacional frente ao narcotráfico, considerando instâncias e iniciativas nos planos regional e global.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

EDEN CLABUCHAR MARTINGO (18/20)

O Brasil é um país que, não obstante não sofrer ameaças de outros atores estatais, sofre com a segurança interna, principalmente no que concerne ao narcotráfico. Essas organizações criminosas trabalham em redes, sem limites fronteiriços ou de nacionalidade. Da mesma forma, seus vultosos recursos atravessam o sistema financeiro internacional, proporcionando flexibilidade e capacidade de mobilização inaudita. Para enfrentar esses desafios, cabe ao Estado territorial articular-se internacionalmente, única forma de se combater, efetivamente, essa ameaça. Para o Brasil, país segundo maior consumidor de cocaína do mundo, cercado de grandes produtores de droga e parte da "rota do tráfico" entre América e Europa, essa necessidade é premente.

No plano global, destaca-se a participação na Convenção de Palermo, de 2004, que busca implementar marcos de cooperação jurídica e política no combate conjunto ao narcotráfico, bem como medidas mais completas. Ressalte-se ainda o trabalho de cooperação realizado com a Interpol que levou, no Brasil, à prisão do georgiano Boris Berezovsky, acusado de trabalhar na lavagem de dinheiro que, entre outros negócios ilícitos, beneficia o narcotráfico. A questão dos fluxos financeiros é fundamental para o combate ao narcotráfico, conforme salienta a divisão de ilícitos internacionais do Itamaraty (COCIT), que faz parte do Sistema Brasileiro de Inteligência. O combate aos paraísos fiscais, propugnado pelo presidente Lula na seara financeira, é passo fundamental para mitigar o extraordinário poderio econômico dos cartéis internacionais. Perdendo seus santuários financeiros, tornar-se-iam muito mais vuneráveis às investidas internacionais.

No âmbito regional, o principal destaque a ser dado às ações internacionais é a cooperação nas regiões sensíveis de fronteira. A cooperação policial assumiu proporções significativas na região da Tríplice Fronteira, com autoridades tanto de Paraguai quanto de Argentina. As operações nessa região reprimem não apenas os narcotraficantes, como também os doleiros que ficam a seu serviço. Outras regiões sensíveis são as da fronteira noroeste do Brasil, desde a Bolívia até a Guiana Francesa. As chamadas "cidades gêmeas" são focos de ação das redes internacionais de tráfico de drogas, e a cooperação bilateral em regiões como Tabatinga-Abapóris e no Oiapoque são a única maneira de repressão eficaz do crime. Especialmente com a França o Brasil tem instituído ações conjuntas, devido ao

incremento do trânsito na região de fronteira, consubstanciada na nova ponte sobre o rio Oiapoque.

No plano regional mais amplo, a iniciativa americana do Plano Colômbia é vista com reticência pelas autoridades brasileiras, que não o apoiaram, o que não impede a cooperação no que toca a pontos específicos. Para o Brasil, a estratégia americano-colombiana não é eficiente, pois só modificaria as áreas de produção e traria riscos às fronteiras e ao meio ambiente (até mesmo o uso do agente-laranja foi cogitado no Plano). Em relação a outras regiões, destaca-se a necessidade cada vez mais urgente de cooperação internacional com a Europa, em virtude da peculiar "complementaridade" da indústria da droga nas duas regiões. As chamadas "mulas" levam cocaína de Bolívia e Colômbia, que entra pela fronteira seca, para a Europa e trazem de volta drogas sintéticas oriundas especialmente de Holanda e Espanha. A cooperação com a Interpol e com a Europol tem sido fundamental para a repressão a esse trânsito.

Devido à forma como se organizam, desafiando a lógica territorial dos Estados, as redes de narcotráfico exigem novas formas de cooperação política, policial e informacional entre os países, sob pena de ineficiência.

***

INGLÊS

A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de quatro partes: tradução de um texto do inglês para o português (valor 20 pontos); versão de um texto do português para o inglês (valor 15 pontos); resumo de um texto (valor 15 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor 50 pontos).

Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido de 350. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Programa (Primeira e Terceira Fases):

Primeira Fase:
1. Compreensão de textos escritos em língua inglesa.
2. Itens gramaticais relevantes para compreensão dos conteúdos semânticos.

Terceira Fase:
1. Redação em língua inglesa: expressão em nível avançado; domínio da gramática; qualidade e propriedade no emprego da linguagem; organização e desenvolvimento de idéias.
2. Versão do Português para o Inglês: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfossintática e lexical.
3. Tradução do Inglês para o Português: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfossintática e lexical.

4. Resumo: capacidade de síntese e de reelaboração em Inglês correto.

Orientação para estudo

1. Tradução – *Translation, Part A* (20 pontos)
A tradução do Inglês para o Português deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.

2.Versão – *Translation, Part B* (15 pontos)
A versão do Português para o Inglês deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.

3. Resumo – *Summary* (15 pontos)
O candidato deve apresentar capacidade de reelaborar, de forma concisa e coerente, o texto proposto. São critérios de avaliação a objetividade, a precisão, a clareza e a concisão do texto, além naturalmente da correção e propriedade no uso da língua inglesa.

4. Redação - *Compostition* (50 pontos)
Os candidatos devem demonstrar conhecimento avançado de Inglês e capacidade de usá-lo em redação bem estruturada. A distribuição dos 45 pontos faz-se da seguinte maneira:

- Correção gramatical (20 pontos)

Avaliam-se a correção e a propriedade no emprego da linguagem. Deduz-se 1 (um) ponto para cada erro, com exceção das falhas de pontuação ou de ortografia, às quais corresponde dedução de 0,5 (meio) ponto por ocorrência. A atribuição de nota zero no quesito "correção gramatical" implica, automaticamente, nota zero para a redação como um todo. Do mesmo modo, será atribuída nota zero às redações que demonstrarem baixo padrão de conhecimento da língua inglesa.

- Organização e desenvolvimento de idéias (20 pontos)

Serão considerados, principalmente, os itens a seguir:

a) capacidade de raciocínio e de expressão clara em Inglês;
b) pertinência das idéias e da eventual exemplificação em relação ao tema;
c) adequada organização formal da redação, com adequada paragrafação.

Os candidatos devem esforçar-se para apresentar redação interessante. A originalidade não será exigida, mas será avaliada positivamente, da mesma forma que o uso adequado de exemplos. Serão severamente punidas as redações decoradas e simplesmente adaptadas ao tema proposto. A redação que fugir a esse tema será punida com nota zero.

- Qualidade de linguagem (10 pontos)

Atribuem-se pontos ao candidato pelo correto uso de Inglês idiomático, por construções variadas e pelo emprego de vocabulário amplo e preciso.

Os candidatos que usarem construções de cunho meramente elementar na redação receberão nota zero no quesito, em especial quando esse recurso for utilizado para evitar erros.

Bibliografia sugerida:

Jornais e revistas

A Internet permite o acesso a vasto número de publicações em língua inglesa. Para preparar-se para o concurso, é útil a leitura de publicações do padrão do *The Times* de Londres*, The New York Times, The Washington Post e Guardian, The International Herald Tribune, The Financial Times, The Economist e Newsweek*. Pode-se encontrar a versão impressa de muitas dessas publicações em livrarias e bancas de revistas das principais cidades do País.

Dicionários de inglês

Collins Cobuild English Language Dictionary. Londres: Collins.

Language Activator. Londres: Longman.

The Longman Dictionary of Contemporary English. Londres: Longman.

The Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English. Oxford: University Press.

Oxford English Dictionary. Oxford: Oxford University Press.

The Random House College Dictionary. New York: Random House.

The Random House Dictionary of the English Language. New York: Random House.

Roget´s Thesaurus. Londres: Longman.

Webster´s Collegiate Dictionary. New York: BD&L.

Webster´s Third International Dictionary. New York: BD&L.

Dicionários inglês-português e português-inglês

Cambridge Word Routes-Inglês/Português: Dicionário temático do inglês contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Dicionário Português-Inglês, Inglês-Português. Porto: Porto Editora.

Novo Michaelis: Português-Inglês, Inglês-Português. São Paulo: Melhoramentos.

Taylor, J. L. **Portuguese-English Dictionary**. Rio de Janeiro: Record.

Gramáticas

BENSON, M. *et alii*.. **The BBI Combinatory Dictionary of English: A guide to word combinations**. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins.

Collins Cobuild English Usage. Londres: Harper Collins.

Comprehensive Grammar of the English Language. Londres: Longman.

CUTTS, M. **The Plain English Guide**. Oxford, Oxford University Press.

FRANK, M. **Modern English**. Englewood-Cliffs: Prentice-Hall.

LEECH, G.; SVARTVIK, J. **A Communicative Grammar of English**. Londres: Longman.

HILL, J.; LEWIS, M. (Orgs.) **LTP Dictionary of Selected Collocations**. Hove: Language Teaching Publications.

SANTOS, Agenor. **Guia Prático de Tradução Inglesa**. São Paulo: Cultrix.

SWAN, M. **A Practical English Usage**. Oxford: Oxford University Press.

THOMPSON, A. J.; MARTINET, A.V. **A Practical English Grammar**. Oxford: Oxford University Press.

Outras fontes

WALKER, S. B. **Candidate´s Handbook**: English. Brasília: FUNAG, 2000.

Internet: Há numerosos dicionários e glossários disponíveis em linha, bem como variadas fontes de informações e de consulta. Duas referências iniciais, a título meramente indicativo:
http://www.yourdictionary.com;
http://www.bbc.co.uk

Prova de 2009

TRANSLATION (Total: 35 marks)

PART A (20 marks)

Translate into Portuguese the following excerpt adapted from Edward Said’s 1993 Reith Lecture “Intellectual exile: expatriates and marginals. What is the proper role of the intellectual in today’s society?”

Exile means being neither entirely at one with the new setting, nor fully disencumbered of the old; beset with half-involvements and half-detachments; nostalgic and sentimental yet equally a consummate mimic or secret outcast. Being adept at survival becomes the imperative, with the dangers of getting too comfortable and secure constituting a threat constantly to be guarded against. Salim, the main character of V.S. Naipaul’s novel “A Bend in the River,” is an affecting instance of the modern intellectual in exile: an East African Muslim of Indian origin, he has left the coast and journeyed into the interior, where he survives precariously in a new state modelled on Mobutu's Zaire. Naipaul portrays Salim’s life at a 'bend in the river’ as a no-man’s-land, to which hail the European intellectual advisers (who succeed the idealistic missionaries of colonial times), as well as the assorted mercenaries, profiteers, and other Third World drifters in whose ambience Salim is forced to live, gradually forfeiting his property and integrity in the mounting confusion. As the novel unravels, the natives themselves have become exiles in their own country, so preposterous and erratic are the whims of the ruler, Big Man, a symbol of all post-colonial regimes.

GUILHERME FITZGIBBON ALVES PEREIRA (19/20)

Exílio significa estar nem integrado por completo ao novo ambiente, tampouco totalmente desprendido do antigo; acometido de semi-envolvimentos e semi-destacamentos; nostálgico e sentimental, mas em igual medida um mímico contumaz ou um excluído secreto. A maestria na sobrevivência torna-se um imperativo, os perigos de acomodar-se e de tornar-se seguro demais constituindo uma ameaça contra a qual deve-se proteger constantemente.

Salim, o personagem principal do romance Uma curva no rio, de V. S. Naipaul, é um exemplo tocante do intelectual exilado moderno: muçulmano de origem indiana do leste africano, ele deixou o litoral e rumou ao interior, onde sobrevive precariamente em um Estado baseado no Zaire de Mobutu. Naipaul retrata a vida de Salim em uma "curva no rio" como uma terra de ninguém, para onde dirigem-se os conselheiros intelectuais europeus (sucessores dos missionários idealistas de épocas coloniais), bem como diversos mercenários, gananciosos e outros golpistas terceiro-mundistas em cuja companhia Salim é forçado a viver, gradualmente renunciando a suas propriedades e sua integridade no ambiente de crescente agitação.

Conforme o romance se desenvolve, os próprios nativos tornam-se exilados em seu próprio país, tão absurdos e erráticos são os desmandos do governante, Grande Homem, um símbolo de todos os regimes políticos pós-coloniais.

PART B (15 marks)

Translate into English the following excerpt adapted from a special Folha de São Paulo report on Sri Lanka by Roberto Candelori published 18th May 2009:

O Sri Lanka vê-se diante de um conflito que já dura um quarto de século. Com uma população dividida entre cingaleses budistas (74%) e tâmeis de orientação hindu (18%), o antigo Ceilão tornou-se um "banho de sangue", segundo a ONU. O país conquistou a independência dos britânicos em 1948, quando começou a implantação de políticas discriminatórias contra a minoria tâmil, que tivera lugar de destaque na administração colonial. Sucessivos governos baixaram leis que cercearam os direitos dos tâmeis ao impor-lhes o cingalês como língua oficial e restringir-lhes o acesso à educação superior e a cargos públicos. Revoltados, os tâmeis passaram a reagir, exigindo a igualdade linguística, social e religiosa. Em 25 anos de conflito, estima-se que tenham ocorrido até 100 mil mortes, e o futuro parece não menos assustador. Mais de 250 mil tâmeis encontram-se agora sob a mira dos fuzis e sob o silêncio da comunidade internacional. A ordem é atirar.

JOSÉ ROBERTO HALL BRUM DE BARROS (13,5/15)

Sri Lanka faces a conflict that has already been going on for a quarter of a century. With a population divided between Buddhist Singalis (74%) and Hindu Tamils (18%), former Ceylan has become a "blood bath", according to the UN.

The country achieved its independence from the British in 1948, when it started the implementation of discriminatory measures against the Tamil minority which had occupied key positions in the colonial administration. Successive governments passed laws that curtailed Tamils' rights, by imposing Singali on them as an official language and denying them access to higher education and public offices.

The Tamils, outraged, began to fight back, demanding linguistic, social, and religious equality.

In 25 years of conflict, one hundred thousand deaths have been estimated, and the future seems no less dreadful. Over 250 thousand Tamils are now under guns' sights and under the silence of international society. The order is to shoot.

SUMMARY (Total: 15 marks)
Write a summary in your own words not over 200 words in length of the following excerpt adapted from "Open up,"an Economist special report on migration published 3rd January 2008.

Enoch Powell had a point. The radical British Conservative politician warned, nearly four decades ago, that immigrants were causing such strife that "like the Roman, I seem to see the River Tiber foaming with much blood." That proved to be nonsense, as did his advice that migrants should be encouraged to leave. Had they done so, Britain and other rich countries that depend heavily on foreign labour would be in a dreadful state. One prediction he made was spot on, however: that by about now, one in ten people in Britain would be migrants. At the last count in 2005, the foreign-born made up 9.7% of the British population.

By historical standards, that is high but consistent with that in other rich economies. In America the proportion is now about 13%, not far off the 15% peak reached shortly before World War I. What is particularly striking in Europe is that countries which had hitherto known only emigration, e.g. Ireland or Greece, now have an influx typical of countries like Australia and the U.S.

This special report argues that both emigration and immigration countries, as well as the migrants themselves, have been coping remarkably well with this new force reshaping our world. Yet ominous signs are emerging of a shrill backlash against immigration on both sides of the Atlantic.

Politicians may tinker with migration policies. They will certainly, under public pressure, pump extra resources and energy into building more fences and walls to keep foreigners out. By linking immigration to terrorism, they may even make their societies more fiercely policed. The basic forces driving migration, though, are unlikely to ebb.

Migrants move mainly for economic reasons. Most appear to do so legally. The number of illegal migrants is by definition hard to ascertain, but likely to be smaller than the legal sort. They probably comprise the bulk of those seen floating on rafts in the Mediterranean or scrabbling over the fence from Mexico to America. Others do not risk the high seas or physical borders, entering instead under some other guise, perhaps as tourists, and then staying on.

Lastly, there are refugees and asylum-seekers, strictly defined as those escaping persecution but often including anybody forced to flee, for example from a war. According to the UN's refugee agency, at the close of 2006 some 10m people fell under this category.

The number of migrants worldwide has been reckoned at 200m. That sounds a lot, but actually adds up to only 3% of the world's population, so there is ample potential for growth. Migration has proved a successful ploy for the world's poor to improve their lot. Nor is it the very poorest who travel, for money is required to travel overseas.

In the 100 years to 1920, brighter prospects encouraged some 60m Europeans to uproot and move to the New World. A European crossing the Atlantic could expect to double his income. Today the incentives are even more enticing. Those moving from a poor country to a rich one can expect to see their income rise fivefold. As long as such differentials persist, the draw will continue.

Demography too plays a big part. Not every migrant is bound for America or Europe: two in every five head for another poor or middle-income destination. Those aiming for the richest parts of the world, however, do their inhabitants a favour. Without them, the greying and increasingly choosy populations across the rich world would already be on the decline.

That is paramount for their fast-changing economies, which consistently demand either highly skilled workers or those willing to do unpleasant and tiring jobs.

One reason why much of the world has enjoyed a sustained economic boom with low inflation in the past decade is that the effective global workforce is expanding apace. The IMF estimates it has quadrupled since 1980. In all likelihood it will continue to grow, though at a slower rate, with a 40% increase in the world's working-age population forecast by 2050. According to the UN, the global stock of migrants has more than doubled in four decades. Not enough young natives have the skills or motivation, so the rich must hope outsiders will keep coming.

And they will. Luckily for Europe and America, there are huge pools of workers eager to jump on the next plane, train or leaking raft to work abroad. This can prove beneficial for their countries of origin as well.

If exporting brawn generally makes sense for a poor country, letting its better brains drain away may not. Most poor and middle-income countries grapple with chronic shortages of skilled labour. Professionals in demand abroad are the hardest to keep at home. In fact, if the lure is strong enough, it is virtually impossible to block the exit of the highly skilled.

Rich countries are taking in more highly skilled migrants than ever before. Yet emigration of skilled workers may be a consequence rather than a cause of problems in the sending country. For example, nurses may be emigrating because their salaries are not being paid or because hospitals are crumbling; entrepreneurs may be relocating because the local business climate is wretched. Halting emigration - even if that were feasible - would not solve these problems. Nurses might still quit their jobs, would-be entrepreneurs might sit on their hands.

Indeed, some argue that emigration can actually enhance the stock of brainpower. Migrants spend longer studying, pick up more skills and experience, and may then return home. Remittances are often used to fund schooling. Moreover, the prospect of emigration and prosperity abroad may induce others to get an education. All this suggests that the consequences of emigration, albeit not negligible, are tricky to measure. Governments should thus endeavour to tackle the factors pushing their skilled professionals out. If émigrés can be enticed back home, even for short spells, so much the better.

Unfettered movement of capital and goods has made the world a far richer place while greater human mobility has not only created wealth but also helped share it out more evenly. The billions in remittances repatriated each year eloquently testify to that. The cost of keeping people out would be steep.

Nasty surprises are constantly sprung on us. Wars can suddenly displace millions, who may start out as refugees but frequently end up as migrants. Some claim that climate change may forcibly relocate tens of millions of people in the space of decades. Misguided policies, a backlash over terrorism or a failure to integrate migrants could all pose serious problems. Nonetheless, 40 years on, it seems clear that Mr Powell was utterly amiss in everything save his sums.

THOMAZ ALEXANDRE MAYER NAPOLEÃO (14/15)

As Conservative politician Enoch Powell once predicted, migrants constitute nowadays one tenth of the entire British population, a rate comparable to that of other developed societies. Contrary to his expectations, however, violence has not ensued. Instead, migration has brought positive overall results to the persons and countries involved,

including those formerly used to emigration which are now in the receiving end, such as Greece and Ireland.

While governments may adopt harsh migration policies, the phenomenon is too vigorous to be stopped. Migrants are mostly legal, though clandestine flows exist. They constitute roughly 200 million people, 10 million of whom are refugees or asylum-seekers.

Income inequalty and demographic growth are key factors. Migrants may earn five times as much when abroad; around 60% of them head to wealthy countries, thus helping overcome the trends towards populational decrease in these parts. This could be a problem for developing nations, but may turn out to be a blessing instead, since successful migrants may return home or repatriate their earnings.

It would be unwise to curtail migration, as it fosters global prosperity. Nevertheless, since unexpected tragedies may occur, it is crucial to promote sound integration measures.

COMPOSITION (Total: 50 marks)

At the beginning of the 21st century, migration continues to loom large as a subject of media interest, of community preoccupation and of political controversy. Nevertheless, the discourse has evolved significantly in recent years, both in terms of substance and tone, and is now conducted with noticeably less acrimony than before and with much reduced levels of distrust between developed and developing countries. For instance, at [several recent high-level international conferences] participants were, in general, disposed to agree that migration holds considerable potential for economic and social development. At the same time, however, it was apparent that there is much more to be done before agreement can be reached on appropriate management strategies to be put in place, both nationally and on the international level, for that promise to be realized. The task of formulating a workable global approach to the management of international migration remains a formidable challenge, and one that will require both time and effort over the coming years.

An extract from the Introduction to World Migration 2008: managing labour mobility in the evolving global economy. Geneva: International Organization for Migration, 2008, p. 1.

Taking into account the points made above, discuss the main issues involved in the contemporary political debate on migration.

(Length: 350-400 words)

THOMAZ ALEXANDRE MAYER NAPOLEÃO (40,5/50)

Due to the persistent gap between industrialized and underdeveloped countries, migration remains a vital issue in contemporary world politics. As humanity evolves towards a near-consensus on the inevitability of this phenomenon and its potential to generate global progress, the topic gradually becomes less controversial. Notwithstanding this trend, numerous disagreements regarding migration policy still exist. The debate concerns three complex subjects above all others: the economic consequences of human mobility, the risks involved in terms of trafficking and terrorism, and the impact of migration upon national cultures and identities.

The economic side of migration, if examined through the lenses of sheer and cold rationality, would seen to be utterly simple: while some countries have a diminishing workforce, others can barely feed their ever-expanding population, so it would be logical to

encourage human flows from the latter group of nations to the former. Unsurprisingly, the issue is not that straightforward. Not all developing states are willing to cede their best and brightest citizens, as they fear the impact of an unequal flux of skilled workers, the so-called brain drain. Conversely, some industrial countries do not feel they can accommodate every potential migrant. Hence, limits and quotas are often established.

Secondly, the security threats possibly linked to the increasing migration flows are manifold. As the United States painfully learned on September 11th, 2001, not all foreigners legally settled are harmless. Beyond terrorism, other risks may be ushered by the uncontrolled movement of humans, namely drug trafficking and the clandestine trade of arms and other goods. Even diseases, such as the swine flu from Mexico, can be transmitted freely through migration.

Last but not least, it is evident that the cultural features of some countries, such as their language, religion and habits, will be partially under pressure if and when large inflows of migrants arrive. This is a delicate issue in Europe, where it often leads to prejudice and even xenophobia. Two opposite sets of policies claim to offer the best solution in this sense: the British usually allow foreigners to gather and form their own separate communities, whereas the French prefer to assimilate all migrants by imposing the so-called "Republican values" upon them.

Whether we study it from the economic perspective, the security angle, or the cultural point of view, migration continues to raise concerns and generate opportunities. One thing is clear, though: no country or society will be able to design and implement sound migration policies without paying the utmost attention to the quintessential human values of tolerance, respect, and cooperation.

Exemplos de temas para redação em anos anteriores:

2008

"Nationalism – Internationalism. These abstract words, so often abused, so often misunderstood, cover high ideals and strong emotions, reflect modes of thought and action that shape our world. We often see the word 'nationalism' used in a derogatory sense. The same is true of the word 'internationalism'. When nationalism connotes, for example, a 'go-it-alone' isolationism, and internationalism an outlook that belittles the significance of national life and of nations as centres of political action and spiritual tradition, the words become contradictory and the attitudes they describe irreconcilable. From such interpretations of the words comes the tendency to think of nationalism as in fundamental conflict with an internationalist attitude."

Discuss the above statement, adapted from an address by then United Nations Secretary-General Dag Hammarskjöld at Stanford University in 1955, in the light of current international political events.

2007

Write a composition on the following quotation from Albert Einstein:

"The unleashed power of the atom has changed everything save our modes of thinking and we thus drift toward unparalleled catastrophe."

2006

Awareness that change is a constant feature of human life is as old as civilisation. However, more recently, technological development has greatly enhanced both the prospects for rapid change and the range of its social, political, and cultural impact.

Bearing this in mind, **comment on Berman's contention** (in Muqtedar Khan's text "Radical Islam, Liberal Islam" in section 2 above) **that "those motivated by aversion for liberalism will continue to seek the downfall of the West as long as its culture continues to influence the world, the Muslim World in particular"**.

2005

Read the following editorial from the *Washington Post*, 20th March, 2005, and in the light of it and of the text by Richard Gott in section 2, **comment on the geopolitical, social, and economic issues raised as they affect South American integration**.

A Threat to Latin Democracy

Another Latin American democracy is on the verge of crumbling under pressure from leftist populism. The trouble comes this time in Bolivia, where a democratic president and Congress face a paralyzing mix of strikes and roadblocks by a radical movement opposed to foreign investment and free-market capitalism. The insurgents, who claim to represent the country's indigenous population, drove one democratically elected president from office 18 months ago; now they are working on his successor, Carlos Mesa, who has searched valiantly but unsuccessfully for compromise. The populists ride a leftist wave of momentum in Latin America and have the rhetorical, and possibly material, support of the region's self-styled "Bolivarian" revolutionary, Venezuelan President Hugo Chavez. The democrats could use some outside help, from their neighbors and the United States.

Accounts of political crises in Andean countries such as Bolivia sometimes portray a poor and disenfranchised indigenous majority pitted against an ethnically European and mestizo elite. The facts tell a different story in Bolivia. Mr. Mesa, polls show, has the support of two-thirds of his compatriots, while the party leading the protests, the Movement Toward Socialism, has never received more than 21 percent of the vote in an election. Nor is it the case that Bolivia's experiment with free-market policies in the 1990s failed to help the poor. Per capita incomes rose by 20 percent in the second half of the decade. Thanks to private foreign investment, significantly more Bolivians gained access to water, sewage systems and electricity.

The populist minority, led by former coca farmer Evo Morales, is bent on using force to reverse that progress. Already it has effectively blocked natural gas exports to the United States. Its current strikes are aimed at stopping further foreign investment in that industry through confiscatory taxes and reversing the privatization of other industries. Mr. Mesa, swearing off the use of force to break up the roadblocks, has countered with democratic political tactics: first a national referendum on a compromise gas policy, then an accord with Congress on political and economic reforms. Last week, in desperation, he proposed that his own term as president be cut short and new elections be held in August; Congress rejected the proposal, and Mr. Mesa later announced he would stay on. But the opposition still threatens to renew a blockade that is devastating one of the hemisphere's poorest economies and

prompting talk of secession in Bolivia's relatively prosperous and pro-capitalist eastern provinces.

All of this is good news for Mr. Chavez, who along with Cuba's Fidel Castro dreams of a new bloc of Latin "socialist" (i.e., undemocratic) regimes that will join with like-minded states such as Iran, Libya and China to oppose the United States. Bolivia's neighbors, including Brazil, Argentina and Chile, ought to be alarmed by this trend; but though their own leftist governments have expressed support for Mr. Mesa they have refrained from more concerted action -- such as demanding that Mr. Chavez cease his meddling. The State Department issued a statement last week expressing "support for the people of Bolivia and a peaceful democratic process." If there is a deeper U.S. policy to head off the breakdown of democracy in Latin America, there isn't much sign of it.

***

NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

Programa (Primeira e Terceira Fases):

1. Microeconomia.
   1.1. Demanda do Consumidor. Preferências. Curvas de indiferença. Restrição orçamentária. Equilíbrio do consumidor. Mudanças de equilíbrio, efeito-preço, efeito-renda e efeito-substituição. Taxa marginal de substituição. Curva de demanda. Deslocamento da curva e ao longo da curva. Elasticidade-preço e elasticidade-renda. Classificação de bens. Excedente do consumidor.
   1.2. Oferta do Produtor. Fatores de produção. Função de produção. Isoquantas. Elasticidade-preço da oferta. Rendimentos de fator. Rendimentos de escala. Custos de produção. Excedente do produtor.
   1.3. Concorrência Perfeita, Monopólio, Concorrência Monopolística e Oligopólio. Comportamento das empresas. Determinação de preços e quantidades de equilíbrio.
2. Macroeconomia.
   2.1. Contabilidade Nacional. Os conceitos de Produto e Renda Interna, Produto e Renda Nacional, Renda Disponível Bruta, Poupança Bruta Doméstica e capacidade ou necessidade de Financiamento Externo. Conceitos e cálculo do Déficit Público. A Conta de Balanço de Pagamentos: estrutura e cálculo do resultado do Balanço. Números Índices. Deflator Implícito e Índices de Preço ao Consumidor.
   2.2. Evolução do pensamento macroeconômico. Keynesianismo, monetarismo e escolas posteriores.
   2.3. Mercado de trabalho. Determinação do nível de emprego.
   2.4. Funções da moeda. Criação e distribuição de moeda. Oferta da moeda e mecanismos de controle. Procura da moeda. Papel do Banco Central. Moeda e preços no longo prazo.
   2.5. Poupança e investimento. Sistema financeiro.

2.6. Flutuações econômicas no curto prazo. Oferta e demanda agregadas. Papel das políticas monetária e fiscal. Inflação e desemprego.

3. Economia internacional.

3.1. Política comercial. Efeitos de tarifas, quotas e outros instrumentos de política governamental.

3.2. Teorias clássicas do comércio. Vantagens absolutas e comparativas. Pensamento neoclássico e liberalismo comercial. 3.3. A crítica de Prebisch e da Cepal. 3.4. Noções de macroeconomia aberta. Os fluxos internacionais de bens e capital. Regimes de câmbio. Taxa de câmbio nominal e real.

4. Economia Brasileira.

4.1. A economia brasileira no Século XIX.

4.2. Políticas econômicas e evolução da economia brasileira na Primeira República.

4.3. A crise de 1929 e a industrialização brasileira na década dos trinta. O impacto da Segunda Guerra sobre a economia brasileira e os desdobramentos subsequentes.

4.4. A Nova Fase de Industrialização. O Plano de Metas.

4.5. O Período 1962-1967. A desaceleração no crescimento. Reformas no sistema fiscal e financeiro. Políticas antiinflacionárias. Política salarial.

4.6. A Retomada do Crescimento 1968-1973. A desaceleração e o segundo PND.

4.7. A crise dos anos oitenta. A interrupção do financiamento externo e as políticas de ajuste. Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação.

4.8. Os anos noventa. Abertura comercial e financeira. A industria, a inflação e o balanço de pagamentos.

4.9. Pensamento econômico e desenvolvimentismo no Brasil.

Bibliografia sugerida:

ABREU, Marcelo P. A. **Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Notas Metodológicas do Balanço de Pagamentos**. **Notas Técnicas do Banco Central do Brasil**. Nº 1, junho, 2001. (texto disponível na página: http://www.bcb.gov.br)

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro**. (Capítulos 2, 9, 10 e 11). 4ª Edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

FEIJÓ, Carmem A. et al. **Contabilidade Social: a Nova Referência das Contas Nacionais do Brasil**. (Capítulos 3 e 5). 3ª edição. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 2003.

GAMBIAGI, Fabio; VILLELLA, A.; BARROS DE CASTRO, L; HERMMAN, J. **Economia Brasileira e Contemporânea (1945-2004)**. Editora Elsivier/Campus, 2005.

LACERDA, Antonio Corrêa de. **Crise e oportunidade: o Brasil e o cenário internacional**. São Paulo: Lazuli Editora, 2006.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. **Nova estratégia de desenvolvimento para o Brasil: um enfoque de longo prazo**. São Paulo: Paz e Terra, 2005

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Pioneira Thomson, 2006.

PINHO, Diva B.; VASCONCELOS, M. A. S. (orgs.). **Manual de economia**. 5ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2006.

SAMUELSON, Paul A.; NORDHAUS, W. D. **Economia**. 17ª Edição: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2004.

TAVARES, Maria da Conceição. "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil" in M. C. TAVARES (1979): **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar.

VERSIANI, F. R. e MENDONÇA DE BARROS, J. R. (orgs.). **Formação Econômica do Brasil: a Experiência da Industrialização**. Série de Leituras ANPEC. São Paulo: Saraiva, 1979.

Prova de 2009

Questão 1

Em Formação Econômica do Brasil, Celso Furtado defende a seguinte tese:

É [...] perfeitamente claro que a recuperação da economia brasileira, que se manifesta a partir de 1933, não se deve a nenhum fator externo e sim à política de fomento seguida inconscientemente no país e que era um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros.

Celso Furtado. Formação Econômica do Brasil. 22. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987, p. 193.

Assim, Furtado atribui, em última instância, às políticas de proteção ao setor cafeeiro um papel importante na determinação da trajetória do PIB nos anos trinta. Apresente os argumentos de Furtado que fundamentam sua tese quanto aos seguintes aspectos:
a) os efeitos da crise de 1929 sobre os preços do café;
b) as principais causas da desvalorização cambial nos anos trinta; e
c) os fatores que propiciaram a recuperação da economia brasileira a partir de 1933.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos; 10 pontos para cada item)

NATASHA PINHEIRO AGOSTINI (30/30)

O principal produto de exportação do Brasil durante longo período foi o café. Essa mercadoria contava com baixa elasticidade-preço e baixa elasticidade-renda, o que significava que, no longo prazo, a expansão da oferta levaria à queda nos preços. Durante o período Imperial, o preço se manteve viável para os produtores, porque o café estava atingindo novos mercados. Na República, as quedas de preços em conseqüência do excesso de oferta começaram a ocorrer, e o governo adotou medidas de sustentação dos preços internacionais do produto por meio da compra e da estocagem das safras, visando a controlar a oferta. Essa política foi financiada, na sua maior parte, por empréstimos externos.

Em 1929, com o início da crise mundial, a demanda pelo produto se reduziu, ao mesmo tempo em que a produção crescia (o tempo de maturação de um pé de café é de cinco anos, tornando as respostas a mudanças na demanda bastante lentas), impulsionada pelas políticas dos anos anteriores. Somou-se a isso a escassez de crédito internacional que interrompeu o fluxo de empréstimos para o Brasil. A crise mundial prejudicou as vendas

daquele produto que era a maior fonte de renda do país e que impulsionava o dinamismo econômico, além de limitar as políticas governamentais.

O Governo de 1930 poderia optar por abandonar o setor cafeeiro às forças do mercado, o que seria inviável política e economicamente, pois os proprietários tinham grande influência política e a crise se aprofundaria, uma vez que a maior parte das atividades internas estava ligada ao desenvolvimento do setor cafeeiro. Assim, o governo optou por seguir defendendo os interesses do café. No entanto, já não havia financiamento internacional disponível para que o governo sustentasse o preço da produção e a solução encontrada, uma vez que o sistema de crédito interno era bastante reduzido, foi a emissão de moeda. Aumentando a oferta de moeda na economia, a relação entre a quantidade de moeda nacional e de moeda estrangeira foi rapidamente aumentando, provocando a desvalorização da moeda brasileira. A escassez de divisas internacionais foi aumentada, também, pela queda nas receitas do setor exportador no início da crise.

A opção de política governamental foi assegurar o preço de compra do café aos produtores, permitindo a colheita (que cobriu, pelo menos, o custo variável médio de produção). Apresentaram-se três opções quanto ao que fazer com o café colhido: vender, estocar ou destruir. A primeira delas, vender, levaria a maior queda nos preços, prejudicando ainda mais os produtores e o governo. A segunda, estocar, representava uma série de custos para o governo, sem perspectiva de venda, uma vez que a produção aumentava e a crise se configurava como longa e profunda. Queimar o café foi então a opção escolhida, pois diminuiria a oferta e não oneraria ainda mais o governo.

Ao sustentar a renda cafeeira, o governo acabou por sustentar o nível de renda de toda a economia, dada sua interdependência com o setor do café. Dessa ação surge a idéia de que o governo brasileiro tivesse utilizado o "keynesianismo antes de Keynes", efetuando gastos públicos para manter a renda interna, com a diferença que Keynes descreveu a sustentação do setor interno, e o governo brasileiro atuou na sustentação das exportações.

A desvalorização cambial implicou o aumento no preço das importações, o que favoreceu o desenvolvimento da produção nacional, com o crescente estímulo da demanda interna, que havia sido mantida. Os capitais, antes concentrados no café, passaram a dirigir-se para investimentos voltados para o consumo interno, com melhor perspectiva de retorno que aqueles realizados no setor cafeeiro. Com a sustentação da renda interna, a queda dos preços do café e a desvalorização cambial, o Brasil entrou em uma nova fase de desenvolvimento econômico, que transferiu o centro dinâmico da economia do setor exportador para o mercado interno baseado na industrialização.

A recuperação rápida da economia brasileira foi, segundo a interpretação de Celso Furtado, resultado da conjunção de políticas para manter a renda dos produtores cafeeiros após a crise e que, sem que houvesse intenção deliberada, acabaram por impulsionar as atividades do setor interno da economia. Furtado classifica esse período como o ponto de inflexão fundamental das características do desenvolvimento econômico brasileiro. A atuação "keynesiana" inconsciente do governo permitiu que o país fosse um dos primeiros a se recuperar da crise e que a economia se voltasse para dentro.

Questão 2

Considere os seguintes componentes do Produto Interno Bruto, PIB (Y), de uma economia aberta: consumo final total das famílias e do Governo (C), investimento total (I), exportações (X) e importações (M) de bens e serviços. Estes últimos não incluem as rendas dos fatores de produção recebidas do exterior nem as enviadas ao resto do mundo. Considere também os seguintes componentes do saldo das transações correntes (TC) do balanço de pagamentos:

saldo da balança comercial e da conta de serviços (BC), saldo de rendas (BR) e saldo das transferências unilaterais (TU). Responda aos itens abaixo e justifique as respostas correspondentes.

(a) A Tabela abaixo apresenta as participações dos quatro referidos componentes do PIB, em porcentagem (%) do PIB, no Brasil, entre 1995 e 1999. Por exemplo, o consumo representou 83,5 % do PIB em 1995. A última coluna mostra o saldo da balança comercial e da conta de serviços (BC) em % do PIB. Calcule os valores representados na Tabela pelas letras x, y, z e w.

Tabela: Componentes do PIB (% do PIB), no Brasil, de 1995 a 1999.

Ano	C/Y	I/Y	X/Y	M/Y	BC/Y
1995	83,5	*y*	7,3	8,8	−1,5
1996	84,8	17,0	*z*	8,4	−1,8
1997	84,8	17,4	6,8	9,0	*w*
1998	*x*	17,0	6,9	8,9	−2,0
1999	85,0	16,4	9,4	10,8	−1,4

Nota: dados do IBGE e cálculos da Banca

(b) Considerando as definições de PIB, de Produto Nacional Bruto (PNB) e de saldo de transações correntes (TC), demonstre que:
PNB = C + I + TC - TU.

(c) A Renda Disponível Bruta (RDB) corresponde ao PNB acrescido do saldo das transferências unilaterais. Defina a Poupança Bruta (S), em termos do Investimento (I) e de um ou mais componente(s) do balanço de pagamentos.

(d) O Brasil financiou os investimentos, entre 1995 e 1999, mediante recurso à poupança externa? Justifique a resposta especialmente com base em seu conhecimento sobre a economia brasileira.

(e) Para uma economia sem governo e fechada, ou seja, sem transações com o resto do mundo, qual a relação entre Poupança (S) e Investimento (I)? Se a função consumo pudesse ser descrita pela equação C = 0,8 RDB, ou seja, igual a oito décimos da RDB, qual seria a taxa de investimento, em % do PIB?

(f) Ainda para uma economia fechada, pode-se estimar o impacto de um aumento independente dos investimentos sobre o produto total. Se a propensão marginal ao consumo é 1/5, qual o impacto imediato de uma elevação de R$ 10 bilhões nos investimentos sobre esse produto total? Qual é o impacto final dessa elevação sobre o produto total, uma vez integralizada a progressão em cadeia dos seus efeitos sobre os dispêndios? Defina e calcule o multiplicador (keynesiano) correspondente.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos; 5 pontos para cada item)

LUCAS CHALELLA DAS NEVES (30/30)

a) Para todos os cálculos, considerando que Y = C + I + (X - M), temos que X/Y - M/Y = BC/Y; e que C/Y + I/Y + BC/Y = 100%, já que, na hipótese, C engloba tanto o consumo das famílias, quanto do governo. Portanto, y = 100 - 83,5 - (- 1,5) = <u>18,0</u>; z = 8,4 - 1,8 = <u>6,6</u>; w = 6,8 - 9,0 = <u>-2,2</u>; x = 100 - 17,0 - (-2,0) = <u>85,0</u>.

b) Considerando que o PIB é Y = C + I + (X - M), podemos substituir (X - M) pela expressão (TC - TU - RLRE), ou seja, o saldo de exportações líquidas de bens e serviços equivale ao saldo de transações correntes menos as transferências unilaterais correntes e a renda líquida recebida do exterior. Vale notar que a RLRE equivale ao saldo da subconta de rendas, da conta de serviços e rendas do BP.

Considerando ainda que PNB = PIB + RLRE, chegamos a este sistema:

Y = C + I + (X - M)
TC = BC + BR + TU
∴ Y = C + I + TC - BR - TU
PNB = Y + BR
∴ PNB = C + I + TC - BR - TU + BR → <u>PNB = C + I + TC - TU</u>.

c) Considerando que Y = C + I + TC; que PNB = C + I + TC - TU, e que RDB = PNB + TU, temos que:

RDB = C + I + TC - TU + TU = C + I + TC

Como a poupança bruta doméstica equivale à RDB subtraída dos consumos das famílias e do governo, temos que:

S = C + I + TC - C → <u>S = I + TC</u>.

d) Sim, o Brasil financiou o investimento mediante recurso à poupança externa entre 1995 e 1999. Considerando que a poupança externa equivale ao déficit em transações correntes, e sabendo que houve déficit em transações correntes nesse período, temos uma poupança externa positiva.

O déficit na balança comercial e de serviços deve-se ao artifício da âncora cambial, utilizado nos primeiros anos do Plano Real, até 1999, para controlar a inflação. O regime de bandas cambiais mantinha o real valorizado, incentivando importações e desincentivando exportações.

O déficit no balanço de rendas deve-se sobretudo ao pagamento de serviços da dívida e à remessa de lucros, agravados pelo câmbio valorizado.

Considerando que as transações unilaterais não foram relevantes, temos um déficit em transações correntes no período, que precisou ser financiado pela poupança externa.

e) Em tal economia, o PIB pela ótica da demanda é Y = C + I. Pela ótica da alocação da renda familiar, temos que PIB = PNB = RDB, pois não há transferências unilaterais, nem RLRE. Como as famílias só consomem e poupam, Y = C + S. Portanto, Y = C + S = C + I, ∴ <u>S = I</u>.

Se Y = C + I, e C = 0,8 Y, então I = 20% do PIB.

f) Em uma economia fechada tal que Y = C + I + G, o impacto imediato de um aumento independente do investimento equivale ao seu valor, ou seja, R$ 10 bilhões.

O multiplicador keynesiano é igual a 1 / 1 - c. Para uma propensão marginal ao consumo (c) de 0,2, o multiplicador é de 1,25. O impacto final do aumento do investimento, portanto, é de R$ 12,5 bilhões no produto total.

Questão 3

De uma perspectiva neoclássica ou marginalista do mercado de trabalho (em que famílias e firmas maximizam respectivamente a utilidade e o lucro, sujeitas a restrição orçamentária e a uma tecnologia de produção com rendimentos marginais decrescentes), explique como podem ser definidos os seguintes elementos:

a) demanda por trabalho;
b) oferta de trabalho;
c) salários reais e nível de emprego.

Em Formação Econômica do Brasil, Celso Furtado observa os impactos diferenciados da abolição da escravatura nas diversas regiões econômicas do Brasil. Em relação à atividade cafeeira, afirma o seguinte: A situação favorável, do ponto de vista das oportunidades de trabalho, que existia na região cafeeira, valeu aos antigos escravos liberados salários relativamente elevados. Com efeito, tudo indica que na região do café a abolição provocou efetivamente uma redistribuição da renda em favor da mão-de-obra. Sem embargo, essa melhora na remuneração real do trabalho parece haver tido efeitos antes negativos que positivos sobre a utilização dos fatores. [...] Dessa forma, uma das consequências diretas da abolição, nas regiões em mais rápido desenvolvimento, foi reduzir-se o grau de utilização da força de trabalho.

Celso Furtado. Formação Econômica do Brasil. 22. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987, p. 140.

d) Com base em seus conhecimentos sobre mercado de trabalho, explique os argumentos apontados por Furtado para a situação descrita acima.

Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos; 5 pontos para cada item)

BERNARDO MACKE (20/20)

a), b) e c) Tendo em vista a perspectiva neoclássica acerca do mercado de trabalho, percebe-se que esse pode ser representado por um gráfico, cujo eixo "y" indica o nível de salários e cujo eixo "x" corresponde ao número de trabalhadores. A oferta de trabalho, nesse modelo, é dada por uma curva positivamente inclinada, segundo a qual maiores salários representam maior oferta de trabalho. Essa relação é convalidada pela idéia de que a oferta individual de trabalho é determinada pelo custo de oportunidade do trabalho face ao ócio.

Com salários mais altos, o efeito substituição versa que os indivíduos optarão por maior quantidade de trabalho, caso o trabalho seja bem normal ou bem inferior. Além disso, pelo efeito renda, encontra-se que a oferta de trabalho aumentará pela mudança nas utilidades relativas de salário e de ócio, caso trabalho for bem normal ou bem inferior. Isso ocorre, mesmo que em menor magnitude, pois haverá o predomínio do efeito substituição sobre o efeito renda, por definição, em hipótese de bem inferior. Por fim, caso o trabalho for

considerado bem de Giffen pelo indivíduo, haverá o predomínio do efeito renda, de modo que a compensação por mais trabalho não será capaz de suprir a perda em utilidade total que se geraria com a diminuição do nível de ócio. Ocorreria, assim, a inversão da curva da oferta de trabalho a partir de determinado nível de salários (W) em que a oferta diminuiria à medida que W aumentasse.

A demanda por trabalho é dada, por sua vez, por uma curva negativamente inclinada. Essa curva corresponde ao preço da produtividade marginal do trabalho (P.PMgL), a qual é decrescente em situações em que os demais fatores de produção forem fixos, como é a premissa do neoclassicismo em relação ao curto prazo. O nível de emprego seria dado pelo ponto em que as duas curvas se encontrassem, correspondendo ao ponto de equilíbrio do modelo. Assim, P.PMgL=W, de modo que, para baixas produtividades do trabalho, haveriam baixos salários em preços constantes do produto. O nível de emprego seria encontrado, portanto, quando os salários igualassem a produtividade de um trabalhador adicional vezes o preço do produto.

Os salários reais seriam, portanto, um reflexo da produtividade marginal do trabalho, visto que o aumento no nível geral de preços implicaria tão-somente em elevação dos salários nominais. Aumentos ou reduções na produtividade marginal do trabalho são, assim, as formas de alteração dos salários reais, entendidos como função da PMgL.

d) Na lavoura cafeeira paulista, após a Abolição, a redução no grau de utilização da força de trabalho, junto a salários relativamente elevados, pode ser explicada pelo aumento da produtividade marginal do trabalho, a qual se pode presumir maior no trabalho livre (onde há contrapartida) do que na escravidão (na qual o trabalhador equivale a parte do capital). Como tal fenômeno se verificou nas regiões mais dinâmicas, pode-se inferir, também, que a razão entre trabalho e capital foi marcada por elevação dos investimentos técnicos, que, a cada unidade de trabalho, logram maior produtividade "coeteris paribus". Outra explicação, não concorrente, mas complementar, é a fraqueza do efeito substituição na oferta de trabalho, com a presença de maior utilidade relativa do ócio em relação aos salários. Esse elemento explicaria, portanto, a menor elasticidade da oferta de trabalho e o reflexo de elevação salarial por parte da oferta.

Questão 4

Considere um mercado de um único bem em concorrência perfeita. As firmas produzem esse produto idêntico por meio de uma tecnologia de produção com custo marginal, CMg(q) = 10 + 0,5q, onde q representa a quantidade produzida por cada firma. Suponha ainda que a demanda de mercado por este produto seja Qd (P) = 160 - 4P, onde P é o preço de mercado.

a) Encontre a oferta de cada firma, ou seja a quantidade que a firma deseja produzir como função do preço de mercado.

b) Encontre o preço e quantidade de equilíbrio neste mercado, se o número de firmas for igual a 10, de modo que a oferta de mercado seja 10 vezes a oferta de cada firma tal como encontrada no item anterior.

c) Determine a quantidade e o custo marginal de cada firma associado a esta quantidade, tendo em conta que as firmas, por serem idênticas, produzirão, em equilíbrio, cada uma, a mesma quantidade da mercadoria.

d) Caso uma firma pudesse vender uma unidade a mais do produto pelo preço de equilíbrio (item b) o seu lucro seria maior ou menor? Explique.
Suponha agora que uma das firmas do exemplo acima tenha comprado as demais, tornando-se monopolista deste mercado. Considere que a mudança na estrutura de mercado não afetou a demanda.

e) Encontre a receita total da firma monopolista como função da quantidade produzida.

f) Determine o preço cobrado pelo monopolista e a quantidade negociada no mercado, considerando que a receita marginal é dada por RMg(Q) = 40 - 0,5Q.

g) O preço cobrado pelo monopolista é maior ou menor que o custo marginal pago pelo monopolista na quantidade de equilíbrio? Explique.

h) Caso o monopolista pudesse vender uma unidade a mais do produto pelo preço de equilíbrio (item f) o seu lucro seria maior ou menor? Explique.

Com os resultados dos exercícios acima, responda aos dois itens abaixo.
i) Os professores Lee Ohanian, da Universidade da Califórnia, Los Angeles, e Edward Cole, da Universidade da Pensilvânia, argumentam que o aumento da concentração de mercado que seguiu a crise de 1929 foi um dos principais responsáveis pela duração da Grande Depressão. As quantidades de concorrência (item b) e monopólio (item f) encontradas no item anterior são favoráveis ao argumento dos professores? Explique.

j) O Prof. Phillipe Aghion, da Universidade de Harvard, afirma que empresas monopolistas podem investir em pesquisa porque cobram um preço maior do que o custo marginal, de forma que esta diferença pode ser utilizada para financiar atividades que não entram diretamente na produção (não são fatores). O mesmo não ocorreria com firmas em concorrência perfeita. Os preços e custos marginais encontrados nos exemplos acima refutam a proposta do professor? Explique.

Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos; 2 pontos para cada item)

HUGO DE OLIVEIRA LOPES BARBOSA PEREIRA PINTO (20/20)

a) *A oferta da firma é dada por sua curva de custo marginal, ou seja, P = 10 + 0.5*q(P), 0.5*q(P) = P – 10, q(P) = 2P – 20.*
b) *A oferta do mercado será $Q_O(P)$ = 10*(2P – 20), $Q_O(P)$ = 20P – 200. O preço de equilíbrio é o que iguala oferta e demanda, $Q_D(P) = Q_O(P)$, 160 – 4P = 20P – 200, 24P = 360, P = 15. A quantidade de equilíbrio é encontrada ao se substituir o preço de equilíbrio em uma das equações (oferta ou demanda), Q = 20*15 – 200, Q = 100.*
c) *Se cada firma produz a mesma quantidade no equilíbrio, cada uma produzirá 100/10 = 10. O custo marginal (CMg) de cada firma é igual ao preço de equilíbrio, ou seja, 15. Isso é demonstrado ao se substituir a quantidade produzida por cada firma na fórmula CMg(10) = 10 + 0.5*10, CMg(10) = 15.*

d) *Caso a firma venda uma unidade a mais, o CMg excederá a receita marginal (Rmg) e, portanto, o preço. Com efeito, CMg(11) = 10 + 0.5*11, CMg(11) = 15.5. Se o custo de produzir uma unidade a mais excede o preço de mercado, haverá lucro menor para a firma, pois o lucro atual seria* $L = L_{ANTERIOR} + P - CMg = L_{ANTERIOR} - 0.5$.
e) *Seja a receita total (RT) igual ao preço vezes a quantidade (P*Q). Sendo o preço Q = 160 – 4P, 4P = 160 – Q, P = 40 – 0.25Q. Tem-se que RT(Q) = (40 – 0.25Q)*Q, RT(Q) = 40Q –* $0.25Q^2$.
f) *A quantidade negociada no mercado é encontrada ao se igualar CMg = RMg, ou seja, 10 + 0.5Q = 40 – 0.5Q, Q = 30. O preço cobrado pelo monopolista é encontrado ao se substituir a quantidade negociada na fórmula da demanda, 30 = 160 – 4P, P = 32.5.*
g) *O custo marginal na quantidade de equilíbrio do monopólio será CMg = 10 + 0.5*30, CMg = 25. O preço cobrado é, pois, maior que o CMg (32.5 > 25). Isso se explica pelo fato de que o monopolista tem poder de mercado e depara-se com uma demanda negativamente inclinada. A maximização do lucro monopolista permite lucro a curto prazo, ou seja, a venda por preço superior ao CMg.*
h) *Ao vender uma unidade a mais ao preço de equilíbrio, o lucro passaria a ser* $L = L_{ANTERIOR} + 32.5 - CMg = L_{ANTERIOR} + 32.5 - 25.5 = L_{ANTERIOR} + 7$*, ou seja, maior que antes. Ele não o faz por se deparar com demanda negativamente inclinada, ou seja, vender um produto a mais diminui o preço de todos os outros produtos, o que reduz seu lucro. Vender uma unidade a mais ao preço de equilíbrio anterior não é, pois, possível ao monopolista.*
i) *A quantidade de equilíbrio em concorrência perfeita (100) é maior que a quantidade em monopólio (30), o que diminui o tamanho do mercado, o consumo e, portanto, o produto da economia. O peso morto (perda de eficiência alocativa) do monopólio, gerado pela capacidade ociosa e pelo markup do monopólio, obsta o crescimento potencial do produto. Com menos produção, a Grande Depressão se alongou mais que se o mercado não houvesse se concentrado na ocasião.*
j) *Em concorrência perfeita, o lucro econômico a longo prazo é zero (receita total = custo total). No monopólio, há lucro mesmo a longo prazo, pois o preço supera o CMg e o custo médio, o que concede oportunidade de pesquisa ao monopolista, que poderá auferir lucro ainda maior.*

***

NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

A prova de Noções de Direito e Direito Internacional Público consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

A banca examinadora levará em conta, sobretudo, o poder de argumentação do(a) candidato(a). Assim, eventual citação de tal ou qual autor deve ser evitada. O interesse dos examinadores é avaliar o entendimento do(a) candidato(a) sobre o problema formulado. Ele(a) deve pautar sua resposta pela objetividade, clareza e precisão.

A bibliografia é meramente indicativa. Os examinadores sugeriram livros atualizados e de fácil acesso, já que se trata de prova de "noções" de Direito. Desse modo, a banca ateve-se ao indispensável. O(a) candidato(a) poderá, por óbvio, lançar mão de outros autores que, ao seu juízo, abordem tal ou qual ponto do programa.

Programa (Primeira e Terceira Fases):
I – Noções de direito e ordenamento jurídico brasileiro.
1. Normas jurídicas. Características básicas. Hierarquia.
2. Constituição: conceito, classificações, primado da Constituição, controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos.
3. Fatos e atos jurídicos: elementos, classificação e vícios do ato e do negócio jurídico. Personalidade jurídica no direito brasileiro.
4. Estado: características, elementos, soberania, formas de Estado, confederação, república e monarquia, sistemas de governo (presidencialista e parlamentarista), estado democrático de direito.
5. Organização dos poderes no direito brasileiro.
6. Processo legislativo brasileiro.
7. Princípios, direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF/88).
8. Noções de organização do Estado na CF/88: competências da União, dos Estados-membros e dos municípios; características do Distrito Federal.
9. Atividade administrativa do Estado brasileiro: princípios constitucionais da administração pública e dos servidores públicos, controle de legalidade dos atos da Administração.
10. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.

II – Direito internacional público.
1. Caráter jurídico do direito internacional público (DIP): fundamento de validade da norma jurídica internacional; DIP e direito interno; DIP e direito internacional privado (Lei de Introdução ao Código Civil).
2. Fontes do DIP: Estatuto da Corte Internacional de Justiça (artigo 38); atos unilaterais do Estado; decisões de organizações internacionais; normas imperativas (*jus cogens*).
3. Sujeitos do DIP: Estados [conceito; requisitos; território; população (nacionalidade, condição jurídica do estrangeiro, deportação, expulsão e extradição); governo e capacidade de entrar em relações com os demais Estados; surgimento e reconhecimento (de Estado e de governo); sucessão; responsabilidade internacional; jurisdição e imunidade de jurisdição; diplomatas e cônsules: privilégios e imunidades]; organizações internacionais (definição, elementos constitutivos, classificação, personalidade jurídica), Organização das Nações Unidas (ONU); Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano; Indivíduo.
4. Solução pacífica de controvérsias internacionais (artigo 33 da Carta da ONU): meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais (arbitragem e tribunais internacionais).
5. Direito internacional dos direitos humanos: proteção (âmbito internacional e regional); tribunais internacionais; direito internacional humanitário; direito do refugiado.
6. Direito da integração: noções gerais; MERCOSUL e União Européia (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias).
7. Direito do comércio internacional: conhecimentos elementares; Organização Mundial do Comércio (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias).
8. Cooperação jurídica internacional em matéria penal.

Bibliografia sugerida:

I – Documentos:

Constituição da República Federativa do Brasil (1988).
Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça (1945).
Convenções de Viena sobre: Relações Diplomáticas (1961); Relações Consulares (1963); e Direito dos Tratados (1969).
Tratado de Assunção para a Constituição do Mercado Comum do Sul, Mercosul (1991).
Protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institucional do Mercosul (Ouro Preto, 1994).
Acordo constitutivo da Organização Mundial do Comércio - OMC (Marraqueche, 1994).
Memorando de Acordo relativo às Normas e Procedimentos para A solução de Litígios na OMC (1994).

II – Livros:

ACCIOLY, Hildebrando e Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva. **Manual de direito internacional público**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. 10 ed. Brasília: Editora UnB, 1999.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 12 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

________. **Teoria do Estado**. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

BORCHARDT, Klaus-Dieter. **O ABC do direito comunitário**. Bruxelas: Comissão Européia, 2000.

BROWNLIE, Ian. **Princípios de direito internacional público**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella**. Direito administrativo**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ENGISH, Karl. **Introdução ao pensamento jurídico**. 8 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

MELLO, Celso de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. 14 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 14 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional.** 15 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

QUOC DINH, Nguyen, Patrick Dailler e Alain Pellet. **Direito internacional público**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1999.

RANGEL, Vicente Marotta. **Direito e relações internacionais**. 7 ed. São Paulo: RT, 2002.

REALE, Miguel**. Lições preliminares de direito**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. 3 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SILVA, José Affonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 23 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de direito internacional público**. v. 1. São Paulo: Atlas, 2002.

THORSTENSEN, Vera. *OMC*: **Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais**. 2 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direito das organizações internacionais**. 3 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado (org.). **A Nova Dimensão do Direito Internacional Público (Vol. I)**. Brasília, Instituto Rio Branco, 2003.

Prova de 2009

Questão 1

Suponha uma situação em que exportações brasileiras sejam objeto de barreira comercial imposta por outro membro do MERCOSUL, com fundamentação em suposta necessidade de proteger o meio ambiente. Contra a medida em tela, cogita-se da possibilidade jurídica de o Brasil recorrer à Corte Internacional de Justiça ou a mecanismo de solução de controvérsia no âmbito do MERCOSUL ou da OMC.

Discorra acerca da competência de cada uma dessas instituições para analisar a questão e acerca dos eventuais desdobramentos jurídicos, caso a decisão seja favorável ao Brasil.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)

ALEXANDRE SCUDIERE FONTENELE (29/30)

No caso de exportações brasileiras serem objeto de barreira comercial imposta por outro membro do MERCOSUL, com fundamentação em suposta necessidade de proteger o meio ambiente, o Brasil poderá recorrer a mecanismos internacionais de solução de controvérsias. Dentre essas possibilidades, encontram-se a Corte Internacional de Justiça e os mecanismos presentes no âmbito da OMC e do MERCOSUL. No entanto, é importante destacar que essas instituições apresentam características diferentes, no que tange ao acesso, aos procedimentos adotados e à implementação de suas decisões.

Quando se trata da Corte Internacional de Justiça, é fundamental ressaltar que é órgão do sistema ONU com competência para julgar Estados que aceitam a jurisdição dessa corte. Trata-se, portanto, de meio jurisdicional de solução de controvérsias, que analisa questões de fato e de direito para proferir decisões vinculantes. Para que um caso seja levado à CIJ, os Estados litigantes devem ter assinado a cláusula facultativa de jurisdição obrigatória, ou devem reconhecer a jurisdição da corte por meio de declaração ad-hoc. No caso das barreiras às exportações brasileiras, a situação dificilmente chegaria à Corte Internacional de Justiça, na medida em que o Estado protecionista provavelmente não aceitaria a jurisdição da Corte, e existe fórum mais adequado, dedicado à solução de controvérsias comerciais, no âmbito da OMC.

Nesse sentido, o Organismo de Solução de Controvérsias da OMC é instituição mais específica e apta a proferir decisões nessa matéria. Segundo o Entendimento sobre Solução de Controvérsias, todos os membros da OMC têm acesso a esse mecanismo e podem recorrer, simultaneamente, a outros meios pacíficos de solução de controvérsias, como a mediação, a conciliação e os bons ofícios. No âmbito da OMC, o procedimento inicia-se com a etapa de negociações (consultas), visando a uma solução amistosa em um prazo de 60 dias. Se isso não for possível, forma-se um grupo especial para analisar questões de fato e de direito, proferindo, ao final, uma série de recomendações. Essas recomendações só não serão definitivas se o Estado recorrer ao órgão de apelação ou houver consenso negativo no OSC (órgão político). No caso de apelação, esse órgão avalia questões de direito, podendo modificar, confirmar ou revogar as recomendações do grupo especial. Uma vez terminado esse relatório, as recomendações, com apenas um voto afirmativo no Organismo de Solução de Controvérsias (OSC), já são aplicáveis.

No caso das exportações brasileiras, se o Brasil submete a questão à OMC e consegue resultado favorável, o Estado violador deve interromper imediatamente a conduta em questão ou oferecer compensações temporárias, enquanto não consegue fazê-lo. Caso isso também não ocorra, o Brasil poderá recorrer ao painel de cumprimento, que deve autorizar a imposição de contramedidas (proporcionais ao dano e reversíveis), para que o Estado violador seja compelido a retornar ao status quo anterior.

Outra opção à disposição das autoridades brasileira é recorrer ao mecanismo de solução de controvérsias do MERCOSUL. Esse mecanismo está acessível aos Estados membros desse bloco, mas não impede que um litígio também seja levado à OMC, como visto anteriormente, caso um Estado assim prefira. Uma primeira etapa do mecanismo mercosulino é a negociação no âmbito do Grupo do Mercado Comum. Caso uma das partes assim deseje, a controvérsia pode ser submetida diretamente ao tribunal arbitral ad-hoc, que irá julgar questões de fato e de direito, para proferir sua decisão. As partes também podem recorrer e levar o caso para a segunda instância, o Tribunal Permanente de Revisão, que então julga apenas questões de direito. As partes, em comum acordo, podem submeter o caso diretamente ao Tribunal Permanente de Revisão, como instância única, que avaliará tanto questões de fato como de direito.

No caso das exportações brasileiras, uma vez proferida decisão favorável ao Brasil no Tribunal Permanente de Revisão (instituído pelo Protocolo de Olivos), pode o Brasil adotar contramedidas, sem a necessidade de recorrer a órgão de fiscalização, como ocorre na OMC. Portanto, caso o Estado violador não cumpra a decisão, é possível implementar retaliações mais rapidamente.

Como se trata de matéria comercial, e ambos os países são membros do MERCOSUL, constata-se que os mecanismos de solução de controvérsias presentes nesse bloco e na estrutura da OMC são os mais indicados para tratar da questão, oferecendo a possibilidade de negociação amistosa prévia e de implementação de contramedidas temporárias, caso a decisão de última instância não seja cumprida.

Questão 2

Tendo em conta que as relações entre os atores da vida internacional são permeadas por constantes enfrentamentos, algumas vezes com o uso da força, disserte sobre os aspectos jurídicos desse tema, com especial atenção para meios de solução pacífica de controvérsias internacionais.

Extensão máxima: 60 linhas

(valor: 30 pontos)

LARISSA SCHNEIDER CALZA (30/30)

Por muitos séculos, a força foi considerada um recurso legítimo para a resolução de disputas entre Estados. Já no século XIX, Carl von Clausewitz afirmou que a guerra era "a continuação da política por outros meios". Essa noção foi-se modificando a partir do final do século XIX e ao longo do século XX, e, atualmente, o uso da força, ou mesmo sua ameaça, é não apenas condenado política e moralmente, mas também vedado pelo direito internacional – algo expresso em mais de uma de suas fontes. Essa vedação ao uso da força implica a prioridade aos meios de solução pacifica de controvérsias internacionais, algo comprovado não apenas pelo fato de a Carta das Nações Unidas ter um capítulo inteiro dedicado ao tema, mas, além disso, pela multiplicação dos meios jurisdicionais para a solução de controvérsias.

A condenação do uso da força tornou-se mais expressiva no século XX, em razão da destruição e violência causados pela Primeira Guerra Mundial. Nesse contexto, foi assinado, em 1928, o Pacto Briand-Kellogg (também conhecido como Pacto de Paris), o qual vedava o uso da força, com uma notável exceção: os territórios coloniais. Esse pacto contava com um número não muito significativo de signatários, não tendo sido capaz de impedir a eclosão de novo conflito mundial. Ainda assim, é importante evidência do início da condenação jurídica do uso da força. Em 1945, tal condenação jurídica foi confirmada e fortalecida pela Carta das Nações Unidas, documento que contava com 51 signatários quando da fundação da Organização, mas que hoje tem como partes 192 Estados – a quase totalidade dos Estados do mundo. Ademais, considera-se hoje que a vedação do uso da força configura-se como um costume internacional, preenchendo os requisitos de prática reiterada e opinio iuris. Muitos autores chegam a entender a proibição ao uso da força como um princípio de ius cogens.

É importante ressaltar que a vedação do uso da força não impede seu uso em legítima defesa, outra norma que é tanto positivada na Carta da ONU – a qual determina que a legítima defesa deve ser sempre proporcional à agressão sofrida – quanto confirmada como um costume internacional. Faz-se necessário lembrar, contudo, que o mesmo não se aplica à idéia de legítima defesa preventiva – que alguns teóricos entendem ser um novo costume internacional que modificaria a Carta da ONU, uma vez que seu artigo 103 prevê a primazia da Carta sobre outros tratados, mas não sobre o costume internacional. A legítima defesa preventiva não é aceita como costume, visto que inexiste opinio iuris a seu respeito, podendo mesmo sua prática reiterada ser questionada.

A vedação do uso da força deu maior destaque aos meios solução pacífica de controvérsias internacionais, sendo que todo o Capítulo VI da Carta da ONU é dedicado a esse tema, enumerando, inclusive, muitas dessas formas de solução pacífica de controvérsias. Embora esses meios sejam classificados em diplomáticos – entre Estados, diretamente –, políticos – no âmbito de organizações internacionais – e jurisdicionais – como é o caso dos tribunais internacionais –, o mais importante são seu objetivo e sua adequação à solução de determinada disputa. Entre os vários meios, destacam-se as próprias negociações diretas, os bons ofícios (em que um Estado ou uma organização internacional, geralmente por meio de seu Secretário-Geral, põem as partes em contato para facilitar seu diálogo), a mediação (semelhante aos bons ofícios, com a diferença de que o mediador participa mais ativamente das negociações, podendo sugerir possíveis soluções), a arbitragem (meio jurisdicional, sendo o laudo do árbitro vinculante para as partes), o inquérito e os próprios tribunais internacionais.

O aumento do número de tribunais internacionais e sua maior especialização (tanto temática quando regional) é forte evidência da crescente importância dada aos meios de

solução pacífica de controvérsias e da consolidação da proibição ao uso da força. Existem, atualmente, tribunais específicos para julgar questões como o direito do mar – o qual é anterior à própria Convenção de Montego Bay –, direitos humanos – como as Cortes Interamericana e Europeia de Direitos Humanos –, e questões comerciais – como é o caso do Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL. A própria criação do Tribunal Penal Internacional, destinado a julgar indivíduos por crimes de guerra, crimes contra a humanidade, crimes de agressão e genocídio é outra evidência da condenação do uso da força pelo direito internacional.

Ao longo do século XX, construiu-se o arcabouço jurídico que resultou na condenação do uso da força e na maior institucionalização dos meios de solução pacífica de controvérsias, os quais passaram a ser considerados a maneira prioritária de resolução de disputas. A multiplicação e o fortalecimento desses meios é tanto resultado quanto evidência da proibição do uso da força como princípio fundamental do direito internacional atual.

Questão 3

Ao movimentar fundos depositados em banco brasileiro, estrangeiro residente no país foi informado de que sua conta havia sido bloqueada em razão de seu nome constar em lista de sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A lista fora elaborada com base em Resolução adotada sob o Capítulo VII da Carta da ONU e internalizada por Decreto presidencial. O congelamento dos ativos financeiros havia sido determinado como medida cautelar em processo judicial. Em sua defesa, o estrangeiro alega que seu nome foi incluído na lista de sanções sem que tivesse sido ouvido ou podido defender-se, o que violaria direitos mínimos de devido processo legal, inscritos tanto no artigo 5º da Constituição Federal, como em instrumentos internacionais de direitos humanos.

Tendo em vista os elementos jurídicos da situação acima descrita, discorra sobre a possibilidade de que o poder judiciário brasileiro exerça alguma forma de controle sobre Resolução do Conselho de Segurança.

Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)

PATRICK LUNA (20/20)

O Capítulo VII da Carta da ONU estabelece que, verificada alguma situação de ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão (art. 39), o Conselho de Segurança estará autorizado a tomar decisões que podem se traduzir tanto em sanções pacíficas (art. 41) – como o embargo econômico e a ruptura de comunicações –, como sanções militares (art. 42), que envolvem o uso da força. Percebe-se, assim, a nítida possibilidade de atuação coercitiva desse órgão das Nações Unidas. É imprescindível mencionar que a Carta da ONU expressamente atribui aos Estados-membros da organização o dever jurídico de cumprir e respeitar fielmente tais decisões do Conselho de Segurança (art. 25). No caso apresentado, o congelamento de ativos financeiros de um indivíduo corresponde a manifestação de sanção descrita no art. 41 da Carta da ONU – e, ademais, essa espécie de "targeted sanction" é recorrente nos esforços do Conselho de Segurança em combater as ameaças à paz e à segurança internacionais causadas pelo terrorismo. Cabe-lhe, discricionariamente, eleger qual espécie de sanção determinará.

Na qualidade de Estado-membro da ONU, a República Federativa do Brasil está juridicamente obrigada, no âmbito internacional, a dar fiel cumprimento à resolução proferida pelo Conselho de Segurança. Deve-se esclarecer que, sob a perspectiva do Direito

Internacional Público, o Poder Judiciário brasileiro nada mais é do que um órgão da República Federativa do Brasil – de tal sorte que uma eventual determinação de autoridade judicial brasileira que corresponda a uma forma de controle da resolução do Conselho de Segurança ensejaria a responsabilização internacional do Brasil.

É certo que existem dispositivos normativos no ordenamento brasileiro que estabelecem a necessidade de devido processo legal, o que incluiria a possibilidade de ampla defesa e de contraditório, antes que qualquer sanção seja desencadeada. É igualmente certo, entretanto, que o art. 27 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 1969, proíbe que os Estados invoquem normas dos seus respectivos ordenamentos domésticos como escusa para o descumprimento das suas obrigações internacionais. A referida Convenção de Viena excetua a regra do art. 27 às situações em que a obrigação internacional for manifesta e indiscutivelmente contrária às disposições constitucionais essenciais do Estado (art. 46, §1º). A situação apresentada no caso concreto – o congelamento de bens ou ativos financeiros – não compõe situação excepcional ao regramento do art. 27, vez que efetivamente havia processo judicial instaurado no país e medidas cautelares, inclusive "inaudita altera parte", estão longe de representar qualquer violação ao núcleo duro dos direitos fundamentais consagrados na Constituição da República e nos tratados relativos a direitos humanos que integrem o "bloco de constitucionalidade".

Ademais, a referida resolução do Conselho de Segurança passou a se tornar obrigatória domesticamente a partir da publicação do decreto presidencial destinado à sua internalização, em clara obediência do "iter" procedimental requerido para tal fim.

Diante do exposto, conclui-se inexistir qualquer possibilidade de que o Poder Judiciário brasileiro realize alguma espécie de revisão ou controle sobre a resolução do Conselho de Segurança, vez que essa atitude representaria o descumprimento de obrigação internacional por parte de órgão do Estado brasileiro – e, por conseguinte, ensejaria a responsabilização internacional do Brasil.

Questão 4

Comente a seguinte afirmativa: "O artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça não constitui enumeração exaustiva das fontes do direito internacional".

Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)

FRANCISCO JEREMIAS MARTINS NETO (20/20)

O Estatuto da CIJ, em seu artigo 38, enumera como fontes do direito internacional os tratados, o costume e os princípios gerais de direito. Além disso, estabelece a doutrina e a jurisprudência como meios de auxílio para interpretação e compreensão, e a possibilidade de recurso à equidade, caso as partes expressamente por isso se manifestem. Esse rol, no entanto, não é exaustivo.

O primeiro fator a corroborar aquela assertiva é o jus cogens. Definido como normas imperativas de direito internacional geral, o jus cogens encontra-se reconhecido expressamente pela Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969. São normas inderrogáveis, só sucumbindo perante outra norma de mesma natureza. Tratados firmados que contrariem o jus cogens serão nulos de pleno direito, do mesmo modo que o surgimento

de uma norma de jus cogens torna nulos os tratados já consubstanciados que a contrariem. Afigura-se, desse modo, como tendo o teor de normas de ordem pública internacional, revelando o direito, sendo uma fonte. Podem ser de ordem processual ou material, destacando-se a igualdade soberana dos Estados, a solução pacífica de controvérsias, o combate à pirataria e a condenação da escravidão.

Outro exemplo são determinados atos unilaterais do Estado. Em certos casos, um ato típico do exercício da soberania estatal acaba por protrair seus efeitos em direção ao exterior, sem que tenha havido o animus contrahendi, ou seja, a vontade de celebração de compromisso jurídico com outra pessoa de direito internacional público. É o caso das declarações acerca da extensão do mar territorial ou sobre o regime de portos. Um exemplo histórico foi o decreto imperial de 1866 que abriu o Rio Amazonas à navegação internacional. Influem, portanto, no arcabouço jurídico internacional e podem ser interpretados como fontes de direito.

Por fim, pode-se falar das decisões de organizações internacionais. Embora, em última instância, derivem do tratado constitutivo da organização, a história de tais pessoas de direito das gentes tem demonstrado que certas decisões de seus órgãos podem interpretar extensivamente suas atribuições e influir na criação de direito internacional, às vezes mesmo contra certos países membros. O exemplo da "Resolução Acheson" é ilustrativo, pois por meio dela a Assembleia Geral da ONU, em 1950, estendeu sua competência para além do que era depreendido da Carta da ONU, dado o quadro de inércia do Conselho de Segurança. A manifestação da Corte Internacional de Justiça no caso Lockerbie, no início da década de 1990, solidificou a interpretação das decisões das organizações internacionais como fonte de direito, pois afirmou serem as resoluções do CSNU superiores a quaisquer tratados, não sendo limitadas por nenhuma norma internacional, dada a sua finalidade de defesa da paz.

***

QUARTA FASE

A Quarta Fase constará de provas escritas de Espanhol e de Francês, de caráter exclusivamente classificatório, com o valor de 50 (cinquenta pontos) cada prova.

Apresentam-se, abaixo, os programas dessas provas. Não se incluem exemplos de provas anteriores, em respeito ao princípio da isonomia.

ESPANHOL

A prova de Espanhol constará de 10 questões de leitura e compreensão de textos em língua espanhola, na modalidade culta contemporânea. A avaliação das respostas, que deverão ser em língua espanhola, se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de ideias; d) qualidade da linguagem.

FRANCÊS

A prova de Francês constará de 10 questões de leitura e compreensão de textos em língua francesa, na modalidade culta contemporânea. A avaliação das respostas, que deverão ser em língua francesa, se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de idéias; d) qualidade da linguagem.

***

INSTITUTO RIO BRANCO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Concurso de Admissão

à Carreira de Diplomata

Guia de Estudos

2011

APRESENTAÇÃO

O **Guia de Estudos** do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, versão 2011 visa a orientar e auxiliar o candidato que pretende ingressar na carreira diplomática.

Constam deste **Guia**:

- Portaria nº 762, de 28 de dezembro de 2010 do Ministro de Estado das Relações Exteriores;

- Edital de 17 de janeiro de 2011 , do Diretor-Geral do Instituto Rio Branco;

- Orientação para estudo, contendo programas das disciplinas e exemplos de respostas que mereceram aprovação no concurso anterior, mantidos os textos originais dos candidatos, com eventuais incorreções e/ou deficiências.

Brasília, em 20 de janeiro de 2011.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 762, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010

O MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 87, parágrafo único, I, da Constituição e nos artigos 1º e 5º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria de 20 de novembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 25 de novembro de 1998, e alterado pela Portaria nº 11, de 17 de abril de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2001, resolve:
Art. 1º Esta Portaria estabelece normas e diretrizes para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2011.
Parágrafo único. Demais normas serão objeto de disposição do Edital do Concurso.
Art. 2º O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2011 constará, na Primeira Fase, de prova objetiva, de caráter eliminatório, constituída de questões de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público.
Parágrafo único. Será estabelecida reserva de vagas na Primeira Fase para candidatos afrodescendentes nos termos do Edital do Concurso.
Art. 3º A Segunda Fase constará de prova discursiva eliminatória e classificatória de Português.
Parágrafo único. Será estabelecida nota mínima para a prova de Português.
Art. 4º A Terceira Fase constará de provas discursivas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público.
§1º As seis provas da Terceira Fase terão peso equivalente.
§2º Será estabelecida nota mínima para o conjunto das provas da Terceira Fase.
Art. 5º A Quarta Fase constará de provas escritas de Espanhol e de Francês, de caráter exclusivamente classificatório.
Parágrafo único. Para efeitos de classificação, cada uma das provas da Quarta Fase terá peso equivalente a metade do peso de cada uma das provas da Terceira Fase.
Art. 6º Serão oferecidas, no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2011, 26 (vinte e seis) vagas para a classe inicial da Carreira de Diplomata.
Art. 7º O Diretor-Geral do Instituto Rio Branco fará publicar o Edital do Concurso.
Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 9º Fica revogada a Portaria n.º 708, de 30 de novembro de 2010.

CELSO AMORIM

EDITAL DE 17 DE JANEIRO DE 2011
CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO RIO BRANCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público que estarão abertas, de **24 de janeiro** a **22 de fevereiro de 2011**, as inscrições para o Concurso Público de Admissão à Carreira de Diplomata, nos termos dos artigos 35 e 36 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, e da Portaria nº 762, de 28 de dezembro de 2010.

O Concurso obedecerá às seguintes normas:

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso será realizado pelo Instituto Rio Branco (IRBr), com a colaboração do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE/UnB). O texto deste Edital estará também disponível no endereço eletrônico do CESPE/UnB http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011, bem como eventuais informações adicionais sobre o Concurso.

1.2 O Concurso terá quatro fases, especificadas a seguir:

a) Primeira Fase: Prova Objetiva, constituída de questões objetivas de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público, de caráter eliminatório.

b) Segunda Fase: prova escrita de Português, de caráter eliminatório e classificatório.

c) Terceira Fase: provas escritas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público, de caráter eliminatório e classificatório.

d) Quarta Fase: provas escritas de Espanhol e de Francês, de caráter classificatório.

1.3 Cada uma das fases será realizada simultaneamente nas cidades de Aracaju/SE, Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Boa Vista/RR, Brasília/DF, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, João Pessoa/PB, Macapá/AP, Maceió/AL, Manaus/AM, Natal/RN, Palmas/TO, Porto Alegre/RS, Porto Velho/RO, Recife/PE, Rio Branco/AC, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, São Luís/MA, São Paulo/SP, Teresina/PI e Vitória/ES.

1.4 VAGAS: 26, sendo 2 vagas reservadas aos candidatos portadores de deficiência.

2 DO CARGO

2.1 A aprovação no Concurso habilitará o candidato a: 1º) ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata (Terceiro Secretário), de acordo com a ordem de classificação obtida; e 2º) matricular-se no Curso de Formação do Instituto Rio Branco, regulamentado pela Portaria nº 336 do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 30 de maio de 2003, publicada no *Diário Oficial da União* de 12 de junho de 2003.

2.2 REMUNERAÇÃO INICIAL NO BRASIL: R$ 12.962,12 (doze mil novecentos e sessenta e dois reais e doze centavos).

2.3 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO: aos servidores da Carreira de Diplomata incumbem atividades de natureza diplomática e consular, em seus aspectos específicos de representação, negociação, informação e proteção de interesses brasileiros no campo internacional (Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006).

3 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

3.1 Ter sido aprovado no Concurso.

3.2 Ser brasileiro nato, conforme o artigo 12, § 3º, inciso V, da Constituição Federal e artigo 36 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.
3.3 Estar no gozo dos direitos políticos.
3.4 Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino.
3.5 Estar em dia com as obrigações eleitorais.
3.6 Apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação. No caso de candidatos cuja graduação tenha sido realizada em instituição estrangeira, caberá exclusivamente ao candidato a responsabilidade de apresentar, até a data da posse, a revalidação do diploma exigida pelo Ministério da Educação, nos termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).
3.7 Haver completado a idade mínima de dezoito anos.
3.8 Apresentar aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, verificada por meio de exames pré-admissionais, nos termos do artigo 14, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
3.9 O atendimento a cada um dos requisitos acima é de responsabilidade exclusiva do candidato.
3.10 Será excluído do Concurso o candidato que não atender a qualquer dos requisitos acima enumerados ou que, quando for o caso, não obtiver a autorização de que trata o subitem 5.4.1.1 deste Edital.

4 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICÊNCIA

4.1 Do total de vagas destinadas ao cargo, 5% serão providas na forma do artigo 37, VIII, da Constituição Federal, do artigo 5º, § 2º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.
4.1.1 O candidato que se declarar portador de deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.
4.2 Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá:
a) no ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência e estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e de que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação no estágio probatório; e
b) encaminhar cópia simples do CPF e laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência, na forma do subitem 4.2.1.
4.2.1 O candidato portador de deficiência deverá entregar, até o dia **11 de março de 2011**, das 8 horas às 19 horas (exceto sábado, domingo e feriado), pessoalmente ou por terceiro, o laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF a que se refere a alínea “b” do subitem 4.2, na Central de Atendimento do CESPE/UnB, Universidade de Brasília (UnB) – *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB – Asa Norte, Brasília/DF.
4.2.1.1 O candidato poderá, ainda, encaminhar o laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF, via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, postado impreterivelmente até o dia **11 de março de 2011**, para a Central

de Atendimento do CESPE/UnB – Concurso IRBr Diplomata 2011 (laudo médico), Caixa Postal 4488, CEP 70904-970, Brasília/DF.
4.2.2 O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e da cópia simples do CPF, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O CESPE/UnB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada dessa documentação a seu destino.
4.3 O candidato portador de deficiência poderá requerer, na forma do subitem 5.4.9 deste Edital, atendimento especial, no ato da inscrição, para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas, conforme previsto no artigo 40, parágrafos 1º e 2º, do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações.
4.4 O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF terão validade somente para este Concurso Público e não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias dessa documentação.
4.4.1 A relação dos candidatos que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de portadores de deficiência será divulgada na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011, na ocasião da divulgação do Edital de locais e horário de realização da Prova Objetiva.
4.4.1.1 O candidato disporá de **um dia** a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar o indeferimento na Central de Atendimento do CESPE/UnB, Universidade de Brasília (UnB), *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB, Asa Norte, Brasília/DF, pessoalmente ou por terceiro, ou pelo *e-mail* atendimentoespecial@cespe.unb.br. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.
4.5 A inobservância do disposto no subitem 4.2 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tal condição e o não atendimento às condições especiais requeridas.
4.6 Os candidatos que, no ato da inscrição, declararem-se portadores de deficiência, se aprovados e classificados no Concurso, terão seus nomes publicados em lista à parte e figurarão também na lista de classificação geral.
4.7 Os candidatos que se declararem portadores de deficiência, se não eliminados no concurso, serão convocados para se submeter à perícia médica promovida pela Junta Médica designada pelo Diretor-Geral do Instituto Rio Branco, que verificará sobre a sua qualificação como deficiente ou não, bem como, no estágio probatório, sobre a incompatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada, nos termos do artigo 43 do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações.
4.8 Os candidatos deverão comparecer à perícia médica munidos de documento de identidade e de laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), conforme especificado no Decreto nº 3.298/99 e suas alterações, bem como à provável causa da deficiência, conforme modelo constante do endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011.
4.8.1 Perderão o direito às vagas reservadas os candidatos que, por ocasião da perícia médica de que trata o subitem 4.7, não apresentarem laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) ou que apresentarem laudo que não tenha sido emitido nos últimos doze meses.

4.8.2 O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) será retido pelo Instituto Rio Branco por ocasião da realização da perícia médica.
4.8.3 Os candidatos convocados para a perícia médica deverão comparecer com uma hora de antecedência do horário marcado para o seu início, conforme edital de convocação.
4.9 A não observância do disposto no subitem 4.8, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento à perícia acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.
4.10 O candidato que, tendo-se declarado portador de deficiência, for reprovado na perícia médica por não ter sido considerado deficiente, caso seja aprovado no Concurso, figurará na lista de classificação geral.
4.11 O candidato portador de deficiência reprovado na perícia médica no decorrer do estágio probatório em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será exonerado.
4.12 As vagas definidas no subitem 4.1 que não forem providas por falta de candidatos portadores de deficiência aprovados serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

5 DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO

5.1 As inscrições poderão ser efetuadas somente via Internet, conforme procedimentos especificados a seguir.
5.1.1 TAXA DE INSCRIÇÃO: R$ 150,00.
5.1.2 Será admitida a inscrição exclusivamente via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011, solicitada no período entre **10 horas do dia 24 de janeiro de 2011** e **23 horas e 59 minutos do dia 22 de fevereiro de 2011**, horário oficial de Brasília/DF.
5.1.3 O CESPE/UnB não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
5.2 O candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU Cobrança).
5.2.1 A GRU Cobrança estará disponível no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011 e deverá ser impressa para o pagamento da taxa de inscrição após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição *online*.
5.2.1.1 O candidato poderá reimprimir a GRU Cobrança pela página de acompanhamento do concurso.
5.2.2 A GRU Cobrança pode ser paga em qualquer banco, bem como nas lotéricas e Correios, obedecendo aos critérios estabelecidos nesses correspondentes bancários.
5.2.3 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia **10 de março de 2011**.
5.2.4 As inscrições somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.
5.2.5 O comprovante de inscrição do candidato estará disponível no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011, após o acatamento da inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.
5.2.6 Informações complementares acerca da inscrição estarão disponíveis no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011.

5.3 Para os candidatos que não dispuserem de acesso à Internet, o CESPE/UnB disponibilizará locais com acesso à Internet, localizados nos endereços listados a seguir, no período entre **10 horas do dia 24 de janeiro de 2011** e **23 horas e 59 minutos do dia 22 de fevereiro de 2011** (horário oficial de Brasília/DF), observados os horários de funcionamento de cada estabelecimento.

UF/CIDADE	LOCAL	ENDEREÇO
AC/Rio Branco	Cyber Acrebell	Avenida das Nações Unidas, nº 339 – Bosque
AL/Maceió	Battosoft Lan House	Travessa Panair, nº 127 – Vergel
AM/Manaus	Atlantis I Lan House e Cyber Café	Rua Senador Cunha Melo, nº 771 – São Jorge
AM/Manaus	Atlantis II Lan House e Cyber Café	Rua Pará, nº 136 - Vieiralves – N. Sra. das Graças
AM/Manaus	Atlantis III Lan House e Cyber Café	Avenida André Araújo, nº 79 – Aleixo
AM/Manaus	Atlantis IV Lan House e Cyber Café	Rua Marciano Armond, nº 929 – Cachurinha
AP/Macapá	Cyberplay Informática e Serviços	Rua General Rondon, nº 1.467, Loja 17 – Central
BA/Salvador	AS Escritório Virtual	Avenida Ademar de Barros, nº 408, Sala 3 – Ondina
CE/Fortaleza	Microlins	Rua Floriano Peixoto, nº 1.040 – Centro
DF/Brasília	ICC - Norte - UNB	*Campus* Universitário Darcy Ribeiro – ICC – Ala Norte
ES/Vitória	Data Control	Rua Neves Armond, nº 535 – Sala 301 – Bento Ferreira (entre a Avenida Cezar Hillal e Avenida Vitória antigo Largo das Compras)
GO/Goiânia	Suport Informática e Lan House	Avenida Juscelino Kubitschek, quadra 06 Lote 1/26 nº 507 sala 1 – Jardim Presidente (próximo ao posto de gasolina)
MA/São Luís	Microlins	Rua Osvaldo Cruz, nº 1.238 – Centro
MG/Belo Horizonte	Microlins	Avenida Augusto de Lima, nº 1.912 – Barro Preto
MS/Campo Grande	Tano Cyber Lan House	Avenida Capibaribe, nº 495 – Silvia Regina
MT/Cuiabá	Original Papelaria e Serviços Ltda.	Avenida Mato Grosso, nº 280 – Araés
PA/Belém	Microlins	Avenida Alcindo Cacela, nº 829 – Umarizal
PA/Belém	Microlins	Avenida Governador José Malcher, nº 1.274 – Nazaré

PA/Belém	Microlins	Travessa São Pedro, nº 406 – Batista Campos
PA/Belém	Microlins	Avenida Pedro Miranda, nº 1.593 – Pedreira
PB/João Pessoa	Microlins	Avenida Pedro II, nº 601 – Centro
PB/João Pessoa	Microlins Praia	Avenida Epitácio Pessoa, 3.161 – Miramar
PE/Recife	Cyber Tigre Lan House	Rua da Conceição, nº 189 – Boa Vista
PI/Teresina	Microlins	Avenida Frei Serafim, nº 2.138 – Centro
PR/Curitiba	Back Bone Lan House	Rua Camões, nº 601, Polloshop Alto da XV, Loja 280
RJ/Rio de Janeiro	Microlins	Avenida das Américas, nº 16.691, Cobertura 303, Recreio dos Bandeirantes – Barra da Tijuca
RN/Natal	Microlins Zona Sul	Avenida Ayrton Senna, nº 1.970 – Neópolis
RO/Porto Velho	Space Net	Rua Governador Valadares, nº 3.540 (próximo a Escola Bela Vista) – Conceição
RR/Boa Vista	Technet	Avenida Benjamin Constant, nº 586 – São Pedro
RS/Porto Alegre	Insite Informática	Rua Otávio Rocha, nº 151, 2º andar – Porto Alegre
SC/Florianópolis	Khalil Informática	Travessa Doutor Zulmar de Lins Neves, nº 253 Centro, Florianópolis
SE/Aracaju	Micro Aid Informática	Rua Senador Rollemberg, nº 561 – São José
SP/São Paulo	Acessa São Paulo Metrô Sé	Praça da Sé, s/nº - Centro – Saída Anita Garibaldi
SP/São Paulo	Acessa São Paulo Poupatempo Sé	Praça do Carmo, s/nº – Centro
SP/São Paulo	Acessa São Paulo Poupatempo Sé II - Secretaria da Fazenda	Av. Rangel Pestana, nº 300, 1º andar – Centro
SP/São Paulo	Acessa São Paulo SEADE	Av. Casper Líbero, nº 478 Térreo – Luz
SP/São Paulo	Acessa São Paulo SEADS	Rua Bela Cintra, nº 1.032 – Cerqueira César
TO/Palmas	Arena Lan House	Avenida JK, Quadra 106 sul, nº 19, Sala 02 – Setor Sul

5.3.1 Nos locais listados no subitem anterior, não serão fornecidas informações nem serão prestados esclarecimentos a respeito do concurso público. Para tanto, o candidato deverá observar o disposto no subitem 14.5 deste Edital.

5.4 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

5.4.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. No momento da inscrição, o candidato deverá

optar pela cidade de provas. Uma vez efetivada a inscrição não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.
5.4.1.1 No ato de inscrição, os candidatos afrodescendentes deverão declarar, em campo apropriado, essa condição, com vistas à aplicação das disposições previstas no subitem 7.6 deste Edital.
5.4.1.2 O candidato que tiver cônjuge de nacionalidade estrangeira será inscrito condicionalmente no Concurso e sua eventual aprovação só será válida se obtiver a autorização do Ministro de Estado das Relações Exteriores ou do Presidente da República, conforme o caso, a que se referem, respectivamente, o artigo 33, § 3º, e o artigo 34, § 3º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Esta exigência aplica-se também ao candidato casado com estrangeira, cuja separação judicial ainda não tenha transitado em julgado.
5.4.2 É vedada a inscrição condicional (salvo o disposto no subitem 5.4.1.1), a extemporânea, a via postal, a via fax ou a via correio eletrônico.
5.4.3 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros ou para outros concursos.
5.4.4 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.
5.4.5 As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o CESPE/UnB e o IRBr do direito de excluir do Concurso Público aquele que não preenchê-la de forma completa e correta.
5.4.6 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.
5.4.7 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os candidatos que tenham recebido a Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia do Instituto Rio Branco no ano de 2010, que deverão realizar a sua inscrição conforme procedimentos descritos neste Edital e no aplicativo de inscrição, e para os candidatos amparados pelo Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, publicado no *Diário Oficial da União* de 3 de outubro de 2008, que deverão proceder conforme descrito a seguir.
5.4.7.1 Estará isento do pagamento da taxa de inscrição o candidato que:
a) estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007; e
b) for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 2007.
5.4.7.2 A isenção deverá ser solicitada mediante requerimento do candidato, disponível por meio do aplicativo para a solicitação de inscrição, no período entre **10 horas do dia 24 de janeiro de 2011** e **23 horas e 59 minutos do dia 22 de fevereiro de 2011** (horário oficial de Brasília/DF), no endereço eletrônico www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011, contendo:
a) indicação do Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo CadÚnico; e
b) declaração de que atende à condição estabelecida na letra “b” do subitem 5.4.7.1.
5.4.7.2.1 Os candidatos que não dispuserem de acesso à Internet poderão utilizar-se dos locais constantes do subitem 5.3 deste Edital para efetuar a solicitação de inscrição com isenção de taxa.
5.4.7.3 O CESPE/UnB consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

5.4.7.4 As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo responder este, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará sua eliminação do concurso, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.
5.4.7.5 Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:
a) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
b) fraudar e/ou falsificar documentação;
c) não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos no subitem 5.4.7.2 deste edital.
5.4.7.6 Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição via postal, via fax ou via correio eletrônico.
5.4.7.7 Cada pedido de isenção será analisado e julgado pelo órgão gestor do CadÚnico.
5.4.7.8 A relação dos pedidos de isenção deferidos será divulgada até o dia **1º de março de 2011**, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011.
5.4.7.9 O candidato disporá de **um dia** a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar o indeferimento, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.
5.4.7.9.1 Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos deverão acessar o endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011 e imprimir a GRU Cobrança, por meio da página de acompanhamento, para pagamento até o dia **10 de março de 2011**, conforme procedimentos descritos neste edital.
5.4.7.10 O interessado que não tiver seu pedido de isenção deferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e no prazo estabelecido no subitem anterior estará automaticamente excluído do concurso público.
5.4.8 O comprovante de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização das provas.
5.4.9 O candidato, portador de deficiência ou não, que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá indicar, na solicitação de inscrição, os recursos especiais necessários e, ainda, enviar, até o dia **11 de março de 2011**, impreterivelmente, via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB – Concurso IRBr Diplomata 2011 (laudo médico), Caixa Postal 4488, CEP 70904-970, Brasília/DF, cópia simples do CPF e laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) que justifique o atendimento especial solicitado. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior e nos que forem de interesse da Administração Pública. A solicitação de condições especiais será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.
5.4.9.1 O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e a cópia simples do CPF referidos no subitem 5.4.9 poderão, ainda, ser entregues, até o dia **11 de março de 2011**, das 8 horas às 19 horas (exceto sábado, domingo e feriado), pessoalmente ou por terceiro, na Central de Atendimento do CESPE/UnB, na Universidade de Brasília (UnB) – *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB – Asa Norte, Brasília/DF.
5.4.9.2 O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e da cópia simples do CPF, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O CESPE/UnB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada dessa documentação a seu destino.

5.4.9.3 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial para tal fim, deverá encaminhar, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB, cópia autenticada em cartório da certidão de nascimento da criança, até o dia **11 de março de 2011**, e levar um acompanhante, que ficará em sala reservada e será o responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.
5.4.9.3.1 O CESPE/UnB não disponibilizará acompanhante para guarda de criança.
5.4.9.4 A cópia simples do CPF e o laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) valerão somente para este Concurso, não serão devolvidos e não serão fornecidas cópias dessa documentação.
5.4.9.5 A relação dos candidatos que tiveram o seu atendimento especial deferido será divulgada no endereço eletrônico **http://www.cespe.unb.br**/concursos/diplomacia2011, na ocasião da divulgação do Edital de locais e horário de realização da Prova Objetiva.
5.4.9.5.1 O candidato disporá de **um dia** a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar o indeferimento, na Central de Atendimento do CESPE/UnB – Universidade de Brasília (UnB), *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB, Asa Norte, Brasília/DF; pessoalmente ou por terceiro, ou pelo *e-mail* atendimentoespecial@cespe.unb.br. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.
5.4.10 O candidato deverá declarar, na solicitação de inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da posse.

6 DA PRIMEIRA FASE: PROVA OBJETIVA

6.1 A Prova Objetiva, de caráter eliminatório, abrangerá as seguintes disciplinas: Português, História do Brasil, História Mundial, Geografia, Política Internacional, Inglês, Noções de Economia e Noções de Direito e Direito Internacional Público.
6.2 **Data e horário**: a Prova Objetiva será aplicada na data provável de **10 de abril de 2011**, em duas etapas: a primeira às **10 horas** (horário oficial de Brasília/DF), com duração de **2 horas e 30 minutos**; e a segunda às **15 horas** (horário oficial de Brasília/DF), com duração de **3 horas e 30 minutos**.
6.2.1 Na data provável de **30 de março de 2011**, os locais de realização da Prova Objetiva serão publicados no *Diário Oficial da União,* e divulgados na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.
6.2.2 O CESPE/UnB poderá enviar, como complemento às informações citadas no subitem anterior, comunicação pessoal dirigida ao candidato, por *e-mail* ou pelos Correios, sendo de sua exclusiva responsabilidade a manutenção/atualização de seu correio eletrônico e a informação de seu endereço completo e correto na solicitação de inscrição, o que não o desobriga do dever de observar o Edital a ser publicado, consoante o que dispõe o subitem 6.2.1 deste Edital.
6.3 Características: a Prova Objetiva, cuja elaboração caberá ao CESPE/UnB, será constituída de 65 questões objetivas, sendo 13 questões de Português, 12 questões de Inglês, 11 questões de Política Internacional, 10 questões de História Mundial, 5 questões de Noções de Direito e Direito Internacional Público, 5 questões de Noções de Economia, 5 questões de História do Brasil e 4 questões de Geografia.

6.3.1 As questões serão do tipo múltipla escolha e do tipo CERTO ou ERRADO.
6.3.2 Cada questão do tipo múltipla escolha terá cinco opções (A, B, C, D e E) e uma única resposta correta, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada questão deste tipo, cinco campos de marcação correspondentes às cinco opções: A, B, C, D e E, devendo o candidato preencher apenas aquele correspondente à resposta julgada correta, de acordo com o comando.
6.3.2.1 Para obter pontuação em cada questão de múltipla escolha, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos cinco campos da folha de respostas correspondentes às opções da questão.
6.3.3 Cada questão do tipo CERTO ou ERRADO será constituída de quatro itens. O julgamento de cada item será CERTO ou ERRADO, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada item, dois campos de marcação: o campo designado com o código **C**, que deve ser preenchido pelo candidato caso julgue o item CERTO, e o campo designado com o código **E**, que deve ser preenchido pelo candidato caso julgue o item ERRADO.
6.3.3.1 Para obter pontuação em cada item de cada questão do tipo CERTO ou ERRADO, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos dois campos da folha de respostas correspondentes a esse item.
6.3.4 O candidato deverá transcrever as respostas das questões da Prova Objetiva para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento será de inteira responsabilidade do candidato, que deve proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro de preenchimento do candidato.
6.3.5 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este Edital e/ou com as instruções contidas na folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não preenchido integralmente.
6.3.6 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de ter a correção de sua prova prejudicada pela impossibilidade de realização da leitura óptica.
6.3.7 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento de identidade.
6.3.8 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas. Nesse caso, o candidato será acompanhado por fiscal do CESPE/UnB devidamente treinado.
6.3.9 O CESPE/UnB divulgará a imagem da folha de respostas dos candidatos que realizaram a Prova Objetiva, exceto dos candidatos eliminados na forma do subitem 14.16.1, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011, após a data de divulgação do resultado final da Prova Objetiva. A referida imagem ficará disponível até quinze dias corridos da data de publicação do resultado final do Concurso Público.
6.3.9.1 Após o prazo determinado no subitem anterior, não serão aceitos pedidos de disponibilização da imagem da folha de respostas.

7 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

7.1 A folha de respostas será corrigida por meio de processamento eletrônico.
7.2 A nota em cada questão do tipo múltipla escolha, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 1,00 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,20 ponto negativo, caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00, caso não haja marcação ou caso haja mais de uma marcação.
7.3 A nota em cada item de cada questão do tipo CERTO ou ERRADO, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 0,25 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,25 ponto negativo, caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00, caso não haja marcação ou caso haja marcação dupla.
7.4 Será calculada, para cada candidato, a nota final na Prova Objetiva (*NFPO*) como sendo igual à soma algébrica das notas obtidas em todas as questões e itens que a compõem.
7.5 Será eliminado do Concurso o candidato que obtiver *NFPO* inferior a 26.
7.6 Os candidatos não eliminados na forma do subitem 7.5 serão ordenados de acordo com a nota final na Prova Objetiva (*NFPO*), e os classificados até a 300ª posição na listagem geral, até a 20ª posição na listagem dos que se declararam portadores de deficiência, de acordo com o disposto no subitem 4.2 deste Edital, e até a 30ª posição na listagem dos que se declararam afrodescendentes, de acordo com o disposto no subitem 5.4.1.1 deste Edital, respeitados os empates na última colocação, serão considerados aprovados na Primeira Fase e serão convocados para a prova da Segunda Fase, em Edital a ser publicado no *Diário Oficial da União*, na data provável de **3 de maio de 2011**, do qual constarão igualmente os locais de realização da prova.
7.7 Os candidatos não convocados para a Segunda Fase na forma do subitem 7.6 deste Edital serão eliminados e não terão classificação alguma no concurso.
7.8 Todos os cálculos citados neste Edital serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se para cima, se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a cinco.

8 DOS RECURSOS REFERENTES À PROVA OBJETIVA

8.1 Os gabaritos oficiais preliminares das questões da Prova Objetiva serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011, até as 18 horas da data provável de **12 de abril de 2011**.
8.2 O candidato que desejar interpor recurso contra os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas disporá de dois dias úteis, a contar do dia subsequente ao da divulgação desses gabaritos, no horário das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF), ininterruptamente, conforme datas determinadas nesses gabaritos.
8.3 Para recorrer contra os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas, o candidato deverá utilizar os modelos de formulários disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso (http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011) e seguir as instruções ali contidas.
8.4 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo na elaboração de seu recurso. Serão preliminarmente indeferidos recursos extemporâneos, inconsistentes e/ou fora de qualquer uma das especificações estabelecidas neste Edital.
8.5 O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que o identifique, sob pena de ser preliminarmente indeferido.

8.6 Se do exame de recursos resultar anulação de questão ou de item de questão integrante da prova, a pontuação correspondente a essa questão ou ao item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de questão ou de item de questão integrante da prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
8.7 Todos os recursos serão analisados e as justificativas das alterações de gabarito serão divulgadas no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011 no momento da divulgação do gabarito definitivo. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.
8.8 Não será aceito recurso via postal, via fax e/ou via correio eletrônico ou entregue fora do prazo.
8.9 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recurso ou de recurso de gabarito oficial definitivo, bem como recurso contra o resultado final.
8.10 Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.

9 DA SEGUNDA FASE: PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS
9.1 **Data e horário**: a prova escrita de Português será aplicada na data provável de **8 de maio de 2011**, às **14 horas** (horário oficial de Brasília/DF), nos locais determinados pelo Edital de convocação a que se refere o item 7.6. Esta prova terá a duração de **5 horas**.
9.2 **Características**: a prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, consistirá de redação sobre tema geral, com a extensão mínima de 80 linhas e máxima de 120 linhas (valor: 60 pontos), e de dois exercícios de interpretação, de análise ou de comentário de textos, com a extensão mínima de 15 linhas e máximo de 25 linhas cada um (valor de cada exercício: 20 pontos).
9.3 Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de linhas, deduzindo-se 1,00 ponto para cada linha que faltar para atingir o mínimo exigido. Será atribuída nota 0 (zero) à redação que não se atenha ao tema proposto ou que obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem.
9.4 A avaliação da prova escrita de Português será feita da seguinte forma.
9.4.1 A redação da prova de Português escrita valerá 60,00 pontos e será avaliada segundo os critérios a seguir:
9.4.1.1 A organização do texto e o desenvolvimento do tema valerão 30,00 pontos, sendo:
a) 10 pontos para apresentação/impressão geral do texto, legibilidade, estilo e coerência;
b) 10 pontos para capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações);
c) 10 pontos para capacidade de análise e reflexão.
9.4.1.2 A correção gramatical e a propriedade da linguagem valerão 30,00 pontos.
9.4.2 Cada um dos dois exercícios valerá 20 pontos, e sua avaliação será feita da seguinte forma:
a) 10 pontos para apresentação e desenvolvimento do tema;
b) 10 pontos para correção gramatical e a propriedade da linguagem.
9.5 O candidato que entregar a redação ou algum dos exercícios em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida será eliminado e não terá sua prova corrigida.
9.6 A nota do candidato na Prova Escrita de Português (*NPEP*) será igual à soma das notas obtidas na redação e nos exercícios.

9.7 **Aprovação**: serão considerados aprovados na Segunda Fase do Concurso os candidatos que obtiverem *NPEP* igual ou superior a 60 (sessenta).
9.8 **Resultado provisório**: o resultado provisório da Segunda Fase **será divulgado via Internet**, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011, até as 18 horas da data provável de **6 de junho de 2011**.
9.9 **Recursos**: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório na Segunda Fase serão divulgados quando da publicação deste resultado.
9.10 **Resultado definitivo**: O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Segunda Fase, será anunciado até as 18 horas da data provável de **20 de junho de 2011** e enviado para publicação no *Diário Oficial da União*, em Edital que convocará os candidatos aprovados para as provas da Terceira e Quarta Fases do Concurso.

10 DA TERCEIRA FASE: PROVAS ESCRITAS DE HISTÓRIA DO BRASIL, DE GEOGRAFIA, DE POLÍTICA INTERNACIONAL, DE INGLÊS, DE NOÇÕES DE ECONOMIA E DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

10.1 A Terceira Fase constará de seis provas escritas, a serem realizadas de acordo com o seguinte calendário:
- data provável de **25 de junho de 2011**: História do Brasil;
- data provável de **26 de junho de 2011**: Inglês;
- data provável de **2 de julho de 2011**: Geografia;
- data provável de **3 de julho de 2011**: Política Internacional;
- data provável de **9 de julho de 2011**: Noções de Direito e Direito Internacional Público;
- data provável de **10 de julho de 2011**: Noções de Economia.

10.2 As provas da Terceira Fase terão a duração de **4 horas** cada uma, com início às **9 horas** (horário oficial de Brasília/DF).
10.3 **Características**: as provas da Terceira Fase, de caráter eliminatório e classificatório, terão as seguintes características:
10.3.1 As provas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público consistirão, cada uma, de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma, totalizando, assim, 100 (cem) pontos para cada prova.
10.3.1.1 Nas provas de História do Brasil, de Geografia e de Política Internacional, as respostas às duas questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas, e as respostas às duas questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.
10.3.1.2 Nas provas de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público, as respostas às duas questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas, e as respostas às duas questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.
10.3.2 A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de tradução de um texto do inglês para o português (valor 20 pontos); tradução de um texto do português para o inglês (valor 15 pontos); redação de um resumo, em inglês, a partir de um texto escrito em língua inglesa (valor 15 pontos); e redação, em inglês, a respeito de tema geral, com extensão mínima de 45 linhas e máximo de 60 linhas (valor 50 pontos).
10.3.2.1 Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de linhas, deduzindo-

se 1,00 ponto para cada linha que faltar para atingir o mínimo exigido. Será atribuída nota 0 (zero) à redação a respeito de tema geral que não se atenha ao tema proposto ou que obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem.
10.4 O candidato que não comparecer a uma das seis provas, ou entregar uma prova em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida, será eliminado e não terá qualquer das provas corrigidas.
10.5 **Aprovação**: serão considerados aprovados na Terceira Fase do Concurso os candidatos que tenham alcançado a nota mínima de 360 (trezentos e sessenta) pontos na soma das pontuações obtidas nas seis provas desta fase.
10.6 **Resultado provisório**: o resultado provisório das provas da Terceira Fase será **divulgado via Internet**, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011, até as 18 horas da data provável de **29 de julho de 2011**.
10.7 **Recursos**: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório na Terceira Fase serão divulgados quando da publicação desse resultado.
10.8 **Resultado definitivo**: o resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Terceira Fase, **será divulgado via Internet**, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011, até as 18 horas da data provável de **11 de agosto de 2011** e enviado para publicação no *Diário Oficial da União*.

11 DA QUARTA FASE: PROVAS ESCRITAS DE ESPANHOL E DE FRANCÊS

11.1 A Quarta Fase constará de provas escritas de Espanhol e de Francês, de caráter classificatório, com o valor de 50 (cinquenta pontos) cada prova.
11.2 As provas escritas de Espanhol e Francês serão realizadas, simultaneamente, na data provável **10 de julho de 2011**, às **14 horas** (horário oficial de Brasília/DF), e terão a duração de **4 horas**.
11.3 Todos os candidatos aprovados na Segunda Fase deverão fazer as provas da Quarta Fase.
11.3.1 Apenas os candidatos aprovados na Terceira Fase terão corrigidas suas provas da Quarta Fase.
11.4 O candidato que não comparecer às provas da Quarta Fase, ou que as entregar em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida, será eliminado do Concurso.
11.5 **Características da prova de Espanhol**: a prova de Espanhol constará de dez questões relativas a textos em língua espanhola, com o valor de 5 pontos por questão. As respostas às questões deverão conter frases completas em espanhol e observar a extensão exigida no comando de cada questão. A avaliação das respostas, que deverão ser em língua espanhola, se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de ideias; d) qualidade da linguagem.
11.6 **Características da prova de Francês**: a prova de Francês constará de dez questões relativas a texto em língua francesa, com o valor de 5 pontos por questão. As respostas às questões deverão conter frases completas em francês e observar a extensão exigida no comando de cada questão. A avaliação das respostas, que deverão ser em língua francesa, se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de ideias; d) qualidade da linguagem.

11.7 **Resultado provisório**: o resultado provisório das provas da Quarta Fase será divulgado via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011, até as 18 horas da data provável de **12 de agosto de 2011**.
11.8 **Recursos**: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório da Quarta Fase serão divulgados quando da publicação desse resultado.
11.9 **Resultado definitivo**: o resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Quarta Fase, **será divulgado via Internet**, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011, até as 18 horas da data provável de **22 de agosto de 2011** e enviado para publicação no *Diário Oficial da União*.

12 DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO FINAL NO CONCURSO

12.1 A nota final no Concurso será a igual à soma das notas obtidas nas provas da Segunda, da Terceira e da Quarta fases.
12.2 A classificação final no Concurso, que determinará a ordem de ingresso dos aprovados na classe inicial da Carreira de Diplomata, corresponderá à ordem decrescente das notas finais no concurso.
12.3 O edital de Resultado Final do Concurso contemplará a relação dos candidatos aprovados, ordenados de acordo com os valores decrescentes da nota final no Concurso, observados os critérios de desempate na última posição, dentro dos quantitativos previstos no quadro abaixo, de acordo com o Anexo II do Decreto nº 6.944/2009.
12.3.1 Caso não haja candidato portador de deficiência aprovado até a classificação estipulada no quadro a seguir, serão contemplados os candidatos da listagem geral em número correspondente, observada rigorosamente a ordem de classificação, os critérios de desempate e o limite de candidatos definido pelo Decreto nº 6.944/2009.

Geral	Portadores de deficiência	Total
57	3	60

12.4 Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados de que tratam os subitens 12.3 e 12.3.1 deste edital, ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente reprovados no Concurso.
12.3 O resultado final do Concurso será divulgado na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011 e publicado no *Diário Oficial da União* na data provável de **23 de agosto de 2011**.

13 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

13.1 Em caso de empate na nota final no Concurso, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:
a) tiver idade superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição nesta seleção, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;
b) obtiver a maior nota na prova escrita de Português da Segunda Fase;
c) obtiver a maior soma de notas nas seis provas da Terceira Fase;
d) obtiver a maior nota na Prova Objetiva (Primeira Fase).
13.1.1 Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 **Aceitação das normas deste Edital**: A inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada a qualquer momento, por decisão do Diretor-Geral do IRBr,

publicada no *Diário Oficial da União*. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.
14.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este concurso público que sejam publicados no *Diário Oficial da União* e/ou divulgados na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011.
14.3 Os programas das provas do Concurso estão detalhados no Anexo deste Edital.
14.4 Não serão fornecidas, por telefone, informações a respeito de locais e de horários de aplicação das provas, informações quanto à posição do candidato no Concurso, bem como não será expedido qualquer documento comprobatório de sua classificação, valendo, para esse fim, a publicação da homologação do Concurso.
14.4.1 O candidato deverá observar rigorosamente os comunicados e os editais a serem publicados no *Diário Oficial da União* e divulgados na Internet no endereço eletrônico **http://www.cespe.unb.br**/concursos/diplomacia2011.
14.5 O candidato poderá obter informações referentes à Prova Objetiva junto à Central de Atendimento do CESPE/UnB, localizada na Universidade de Brasília (UnB) – *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Sede do CESPE/UnB – Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 3448-0100 ou via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011, ressalvado o disposto no subitem 14.4 deste Edital.
14.5.1 O candidato que desejar relatar ao CESPE/UnB fatos ocorridos durante a realização do Concurso deverá fazê-lo junto à Central de Atendimento do CESPE/UnB, postando correspondência para a Caixa Postal 4488, CEP 70904-970, encaminhando mensagem pelo fax de número (61) 3448-0110 ou enviando *e-mail* para sac@cespe.unb.br.
14.6 Não serão identificadas, para efeito de correção, as provas da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases.
14.7 Os candidatos terão direito à vista das provas e, se desejarem interpor recurso contra os resultados provisórios da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases, disporão de **dois dias** úteis, conforme datas determinadas nos editais de divulgação desses resultados, no horário das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF), ininterruptamente.
14.7.1 O candidato deverá utilizar o Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso (http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2011), e seguir as instruções ali contidas.
14.7.2 Não será aceito recurso via postal, via fax ou via correio eletrônico ou entregue fora do prazo.
14.7.3 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo na elaboração de seu recurso; serão preliminarmente indeferidos recursos extemporâneos, inconsistentes e/ou fora de qualquer uma das especificações estabelecidas neste Edital ou em outros editais que vierem a ser publicados.
14.7.4 O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que o identifique, sob pena de ser preliminarmente indeferido.
14.7.5 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recurso ou recursos contra o resultado final da Primeira, da Segunda, da Terceira e da Quarta Fases.
14.7.6 Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.
14.8 A legibilidade é condição indispensável para a correção de todas as provas.

14.9 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de **uma hora** do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente, de comprovante de inscrição, do comprovante de pagamento da taxa de inscrição e de documento de identidade original.
14.10 Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.
14.11 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente modelo com foto).
14.11.1 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidão de nascimento, CPF, título de eleitor, carteira de motorista (modelo sem foto), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.
14.12 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, noventa dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.
14.12.1 A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.
14.13 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 14.11 deste Edital, será automaticamente excluído do Concurso.
14.14 Será eliminado do Concurso o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro, protetor auricular etc. e, ainda, lápis, lapiseira e/ou borracha.
14.14.1 O CESPE/UnB recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos citados no subitem anterior no dia de realização das provas.
14.14.2 O IRBr e o CESPE/UnB não se responsabilizarão por perda ou extravio de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas.
14.14.3 No dia de realização das provas, o CESPE/UnB poderá submeter os candidatos ao sistema de detecção de metal.
14.15 O candidato deverá permanecer **obrigatoriamente** no local de realização das provas por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas.
14.15.1 A inobservância do subitem anterior acarretará a não correção das provas e, consequentemente, a eliminação do candidato no Concurso Público.

14.16 O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de provas no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
14.16.1 Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do Concurso o candidato que, durante a sua realização:
a) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;
b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos ou que se comunicar com outro candidato;
c) for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro, protetor auricular etc. e, ainda, lápis, lapiseira e/ou borracha;
d) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;
f) não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas e/ou o caderno de respostas das questões discursivas;
i) descumprir as instruções contidas no caderno de provas, na folha de respostas ou no caderno de respostas das questões discursivas;
j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
k) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público;
l) impedir a coleta de sua assinatura;
m) for surpreendido portando caneta fabricada em material não transparente;
n) for surpreendido portando anotações em papéis, que não os permitidos;
o) for surpreendido portando qualquer tipo de arma e/ou se negar a entregar a arma à Coordenação;
p) recusar-se a ser submetido ao detector de metal;
q) for surpreendido por falsa identificação pessoal; e
r) recusar-se a transcrever o texto apresentado durante a aplicação das provas, para posterior exame grafológico.
14.17 Exige-se traje apropriado nos dias de realização das provas.
14.18 Não será admitido o ingresso de candidatos nos locais de realização das provas após o horário fixado para o seu início.
14.19 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, fora das datas e dos locais predeterminados em Edital e/ou em comunicado.
14.20 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento a qualquer das provas implicará a eliminação automática do candidato.
14.21 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento de candidato da sala de provas.

14.22 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e ele será eliminado do Concurso.
14.23 No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da provas e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.
14.24 O prazo de validade do Concurso será de noventa (90) dias, a contar da data de publicação do resultado final, sem possibilidade de prorrogação.
14.25 O candidato deverá manter atualizado seu endereço perante o CESPE/UnB, até data de divulgação dos resultados finais das provas, por meio de requerimento a ser enviado à Central de Atendimento do CESPE/UnB, e, após essa data, perante o IRBr, se aprovado. Serão de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.
14.26 Os candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas oferecidas serão convocados para se submeterem a exame pré-admissional, conforme subitem 3.8.
14.27 Os casos omissos serão resolvidos pelo IRBr, com a colaboração do CESPE/UnB quando necessário.

GEORGES LAMAZIÈRE
Diretor-Geral

Orientação para estudo

(Inclui programas para as provas do Concurso e
exemplos de provas do Concurso anterior)

PROVA OBJETIVA

A prova objetiva, de caráter eliminatório, visa a testar, de modo amplo, a capacidade de compreensão e a cultura dos candidatos, com base nos programas das provas discursivas que constituem a segunda e a terceira fases do Concurso e no programa de História Mundial estabelecido pelo edital reproduzido neste Guia de Estudos.

No Concurso de 2011 a prova objetiva será constituída de 65 questões objetivas de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público. Em virtude do caráter interdisciplinar da prova, uma questão poderá contemplar conhecimentos relativos a mais de uma disciplina.

*

PORTUGUÊS

A prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 80 a 120 linhas (valor: 60 pontos), e de dois exercícios de interpretação, de análise ou de comentário de textos, com a extensão de 15 a 25 linhas cada um (valor de cada exercício: 20 pontos).

Programa (Primeira e Segunda Fases):

1. Língua Portuguesa: modalidade culta usada contemporaneamente no Brasil.
    - 1.1 Sistema gráfico: ortografia, acentuação e pontuação; legibilidade.
    - 1.2 Morfossintaxe.
    - 1.3 Semântica.
    - 1.4 Vocabulário.
2. Leitura e produção de textos.
    - 2.1 Compreensão, interpretação e análise crítica de textos em língua portuguesa.
    - 2.2 Conhecimentos de Linguística, Literatura e Estilística: funções da linguagem; níveis de linguagem; variação linguística; gêneros e estilos textuais; textos literários e não literários; denotação e conotação; figuras de linguagem; estrutura textual.
    - 2.3 Redação de textos dissertativos dotados de fundamentação conceitual e factual, consistência argumentativa, progressão temática e referencial, coerência, objetividade, precisão, clareza, concisão, coesão textual e correção gramatical.
    - 2.3.1 Defeitos de conteúdo: descontextualização, generalização, simplismo, obviedade, paráfrase, cópia, tautologia, contradição.
    - 2.3.2 Vícios de linguagem e estilo: ruptura de registro linguístico, coloquialismo, barbarismo, anacronismo, rebuscamento, redundância e linguagem estereotipada.

Orientação para a prova de Português

A prova de Português afere o domínio, por parte do candidato, da norma culta na modalidade escrita da língua portuguesa, sua competência de leitura e análise críticas, bem como a capacidade de síntese e de organização de idéias.

A prova apresenta textos curtos que servem de base para uma redação (com o valor de 60 pontos) sobre tema suscitado pelos textos e para dois exercícios de interpretação (com o valor de 20 pontos cada um).

Produto do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo concurso, a **redação** deve revelar a maturidade intelectual do candidato. Este deverá demonstrar pensamento crítico, proveniente da capacidade de incorporar e inter-relacionar leituras prévias, sem afastar-se do tema proposto. Será avaliada a habilidade do candidato de redigir dissertação coerente e coesa, que exponha – com fluência e adequação – informações e argumentos fundamentados e logicamente encadeados. A aplicação de fórmulas prontas, fruto de adestramento precário e simplista, é enfaticamente desaconselhada e será penalizada.

As **questões de interpretação** devem ser respondidas de forma direta e objetiva, o que não desobriga o candidato de estruturar sua resposta, elaborando texto coerente, apoiado em raciocínio sólido. São critérios de avaliação nessas questões a objetividade, a precisão, a clareza e a concisão, além naturalmente do adequado uso da língua portuguesa.

A legibilidade é condição indispensável para a correção da prova escrita de Português.

Prova de 2010

PARTE I – REDAÇÃO

Leia os trechos abaixo, que têm caráter meramente motivador, e, com base nos fatores históricos, socioeconômicos, políticos e culturais que deram origem à atual configuração da sociedade brasileira, disserte sobre a projeção internacional do Brasil.

Extensão: de 600 a 650 palavras
(valor: 60 pontos)

Sou antes um espectador do meu século do que do meu país: a peça é para mim a civilização, e se está representando em todos os teatros da humanidade, ligados hoje pelo telégrafo. Uma afeição maior, um interesse mais próximo, uma ligação mais íntima, faz com que a cena, quando se passa no Brasil, tenha para mim importância especial, mas isto não se confunde com a pura emoção intelectual [...]. A abolição no Brasil me interessou mais do que todos os outros fatos de que fui contemporâneo; a expulsão do imperador me abalou mais profundamente do que todas as quedas de tronos ou catástrofes nacionais que acompanhei de longe [...]. Em tudo isto, porém, há muito pouca política; [...] o que há é o drama humano universal de que falei, transportado para nossa terra.
Joaquim Nabuco. Minha Formação. 10.ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981, p. 41.

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente, muitas vezes, desfavorável e hostil, somos, ainda hoje, uns desterrados em nossa terra. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar à perfeição o tipo de civilização que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e outra paisagem. Assim, antes de perguntar até que ponto poderá alcançar bom êxito a tentativa, caberia averiguar até onde temos podido representar aquelas formas de convívio, instituições e ideias de que somos
herdeiros.
Sérgio Buarque de Holanda. Raízes do Brasil. 26.ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 31.

Nenhum país escapa a seu destino e, feliz ou infelizmente, o Brasil está condenado à grandeza. A ela condenado por vários motivos, por sua extensão territorial, por sua massa demográfica, por sua composição étnica, pelo seu ordenamento socioeconômico e,

sobretudo, por sua incontida vontade de progresso e desenvolvimento. [...] Ou aceitamos nosso destino como um país grande, livre e generoso, sem ressentimentos e sem preconceitos, ou corremos o risco de permanecer à margem da história, como povo e como nacionalidade. [...] Em uma palavra: a política internacional do Brasil tem como objetivo primordial a neutralização de todos os fatores externos que possam contribuir para limitar o seu poder nacional.
Rodrigo Amado (Org.). Araújo Castro. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982, p. 212 (com adaptações).

Pelas suas dimensões territoriais e de população, pelos recursos naturais de que dispõe e pelo impulso de sua história, nosso país está destinado a uma crescente projeção no mundo. Não nos podemos esquivar deste mandato, que não deliberamos, mas que nos é postulado pelo que somos e pelo que podemos ser. Devemos preparar-nos para assumi-lo, procurando expressar essa projeção segundo critérios pautados pela tolerância, pelo espírito de conciliação, pelo respeito aos direitos alheios e pela conformidade com as tradições e a cultura [...].
Azeredo da Silveira. Discurso pronunciado por ocasião do Dia do Diplomata, em 20/4/1977. In: Anuário do IRBr, 1977.

JOÃO PAULO MARAO (50,55/60)

Em decorrência das especificidades históricas na formação da sociedade brasileira, o Brasil tornou-se importante nação nas relações internacionais contemporâneas. A transposição da cultura europeia para o território colonial e a formação social miscigenada originaram a característica brasileira de país universalista e diversificado. O processo de desenvolvimento de ideias autônomas acerca das idiossincrasias do Brasil permitiu a consolidação das instituições e da economia nacional, o que garante independência e respeito perante outros países. A universalidade da cultura brasileira é o aspecto subjetivo que confere imponência e aceitação do país no mundo atual.

A sociedade brasileira formou-se por meio da miscigenação cultural e da adaptação da civilização europeia ao território nacional. Esse processo é compreendido, por muitos intelectuais do país, como criador de uma civilização brasileira. A sociedade constituída após a independência da nação resultou da combinação de ideias vindas da Europa e de influências inerentes à estrutura socioeconômica da colônia. As contradições decorrentes dessa organização social eram vistas, inicialmente, como problemáticas; no entanto, pensadores como Gilberto Freyre revelaram que a diversidade cultural e a adaptabilidade eram características que conferiam originalidade ao povo brasileiro.

Joaquim Nabuco, em Minha Formação, revela o aspecto universal da sociedade brasileira apenas em momentos específicos da história do país. Essa perspectiva aponta para uma ideia eurocentrista de cultura. O Brasil, na ótica de Nabuco, estaria na periferia da civilização. Diferentemente desse pensamento, pode-se compreender que os valores europeus que se tornaram universais são também ideais humanitários e, por essa razão, foram apreendidos pela sociedade formada após a difusão dessas ideias dentro do país.

Combinados os valores humanitários e a diversidade cultural brasileira, percebe-se que, a partir da década de 1920, surgiu um pensamento crítico autônomo brasileiro, que iniciou a projeção de um país destinado à grandeza. Formação Econômica do Brasil, de Celso Furtado, é importante exemplo do pensamento desenvolvimentista que possibilitaria a

ascensão do Brasil como potência, quando fossem superados os entraves econômicos e a dependência internacional herdados do passado. A consolidação desse pensamento, na segunda metade do século XX, permitiu uma prática política voltada para o desenvolvimento econômico e o fortalecimento das instituições democráticas no país. Como resultado, o Brasil encontra-se capacitado para atuar globalmente com independência econômica.

A característica universalista da sociedade brasileira proporciona uma participação autônoma e contributiva nos principais debates internacionais em temas que envolvem a humanidade como um todo. O país não enfrenta restrições de fundo ideológico em negociações com países de diversas índoles culturais, políticas ou religiosas. Da mesma maneira, não há, contra o Brasil, pressão causada pela dependência econômica internacional. Esses fatores são fundamentais para que o país tenha crescente participação nas relações internacionais, principalmente em temas humanitários, como meio ambiente, proliferação nuclear e direitos humanos. O reconhecimento do Brasil como nação livre de ideologias e de interesses imediatistas é consensual contemporaneamente, conforme exemplificam a atual controvérsia iraniana e o problema humanitário no Haiti, situações em que o país se apresenta como principal interlocutor internacional.

A projeção global do Brasil deve ser compreendida sob a perspectiva da universalidade da cultura brasileira. Desde a formação colonial, o país constituiu-se pela adaptação da cultura europeia e pelo desenvolvimento de meios autênticos de estrutura social. A cultura brasileira compreende os valores universais difundidos pela Europa e está aberta à diversidade cultural, que foi característica da formação do país. Dessa forma, ao atuar globalmente, o Brasil revela-se capacitado para ser reconhecido como nação respeitável por todos os países, sem rivalidades ou ideologias conflitantes com outros povos. Os aspectos do passado que eram vistos como entraves na formação do país, como a miscigenação e a dependência econômica, tornaram-se, no século XXI, as principais vantagens para a projeção do Brasil no mundo.

PARTE II – EXERCÍCIO I

Com base na leitura do trecho abaixo, discorra acerca do conceito de "equilíbrio de antagonismos", sobretudo com referência à noção de diversidade cultural.

Extensão: de 100 a 150 palavras
(valor: 20 pontos)

O que se sente em todo esse desadoro de antagonismos são as duas culturas, a europeia e a africana, a católica e a maometana, a dinâmica e a fatalista, encontrando-se no português, fazendo dele, de sua vida, de sua moral, de sua economia, de sua arte um regime de influências que se alternam, se equilibram ou se hostilizam. Tomando em conta tais antagonismos de cultura, a flexibilidade, a indecisão, o equilíbrio ou a desarmonia deles resultantes, é que bem se compreende o especialíssimo caráter que tomou a colonização do Brasil, a formação sui generis da sociedade brasileira, igualmente equilibrada nos seus começos e, ainda hoje, sobre antagonismos [...]. Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade, [...] um processo de equilíbrio de antagonismos.
Gilberto Freyre. Casa-Grande & Senzala. 13.ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963, p. 72-3, 116 (com adaptações).

RICARDO FAGAN PASIANI (15,82/20)

Em Casa Grande e Senzala, constata-se o "equilíbrio de antagonismos" na formação da sociedade brasileira desde os primórdios da colonização. Gilberto Freyre atenta para o momento inicial de surgimento da família patriarcal, em que se determinou a polarização de classes no âmbito da economia açucareira. Desde esse momento, embora senhores e escravos passassem a exercer papéis sociais opostos, haveria espaço para a interpenetração cultural entre eles.

Dois processos pareciam ocorrer em paralelo no âmbito da sociedade patriarcal. De um lado, a referência cultural do senhor de engenho encontrava-se na Europa, especialmente em Portugal. De outro, os negros escravizados traziam da África cultura bastante rica e consolidada. Embora essa distinção fosse evidente, a convivência desses dois pólos sociais em um mesmo espaço impulsionava processo de miscigenação. O "equilíbrio de antagonismos", que não se restringe à mera coexistência de culturas distintas em um mesmo ambiente, resultou na formação peculiar da sociedade brasileira.

PARTE II – EXERCÍCIO II

Interprete e comente o seguinte trecho do fragmento de texto abaixo: "há casos em que a memória dos obséquios aflige, persegue e morde, como os mosquitos; mas não é regra."

Extensão: de 100 a 150 palavras
(valor: 20 pontos)

Nenhum obséquio, por ínfimo que seja, esquece ao beneficiado. Há exceções. Também há casos em que a memória dos obséquios aflige, persegue e morde, como os mosquitos; mas não é regra. A regra é guardá-los na memória, como as joias nos seus escrínios; comparação justa, porque o obséquio é muita vez alguma joia, que o obsequiado esqueceu de restituir.
Machado de Assis. Esaú e Jacó. Cap. LXXVI. In: Obra Completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

GUSTAVO HEYSE MARCHETTI (17,11/20)

Em sua fase realista, Machado de Assis escreveu contos e romances cuja característica marcante é a crítica de costumes. O escritor carioca fez uso da ironia, a fim de criticar a elite brasileira do final do século XIX. No trecho de Esaú e Jacó, o narrador, Aires, faz comentário acerca de prática bastante comum na sociedade brasileira da época, que é a troca de favores.

O favor teve como origem a família patriarcal, cuja característica básica é o personalismo ibérico, nota Sérgio Buarque de Holanda, em Raízes do Brasil. A família patriarcal tornou-se o paradigma para grande parte das relações na sociedade brasileira, o que fez que o clientelismo, a proteção, a relação de compadrio e a troca de favores fossem considerados normais. Esperava-se que, quando se fizesse um favor, o favorecido retribuísse com outro obséquio. A necessidade de retribuição não atormentava aqueles indivíduos acostumados com a troca de favores.

***

HISTÓRIA DO BRASIL

A prova de História do Brasil consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

HISTÓRIA DO BRASIL (Primeira e Terceira Fases): 1 O período colonial. A configuração territorial da América Portuguesa. O Tratado de Madri e Alexandre de Gusmão. 2 O processo de independência. Movimentos emancipacionistas. A situação política e econômica européia. O Brasil sede do Estado monárquico português. A influência das ideias liberais e sua recepção no Brasil. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil. 3 O Primeiro Reinado (1822-1831). A Constituição de 1824. Quadro político interno. Política exterior do Primeiro Reinado. 4 A Regência (1831-1840). Centralização *versus* descentralização: reformas institucionais. O Ato Adicional de 1834 e revoltas provinciais. A dimensão externa. 5 O Segundo Reinado (1840-1889). O Estado centralizado; mudanças institucionais; os partidos políticos e o sistema eleitoral; a questão da unidade territorial. Política externa: as relações com a Europa e os Estados Unidos da América; questões com a Inglaterra; a Guerra do Paraguai. A questão da escravidão. Crise do Estado Monárquico. As questões religiosa, militar e abolicionista. Sociedade e cultura: população, estrutura social, vida acadêmica, científica e literária. Economia: a agroexportação; a expansão econômica e o trabalho assalariado; as políticas econômico-financeiras; a política alfandegária e suas conseqüências. 6 A Primeira República (1889-1930). A proclamação da República e os governos militares. A Constituição de 1891. O regime oligárquico: a "política dos estados"; coronelismo; sistema eleitoral; sistema partidário; a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais. A economia agroexportadora. A crise dos anos 20 do século XX: tenentismo e revoltas. A Revolução de 1930. A política externa: a obra de Rio Branco; o pan-americanismo; a II Conferência de Paz da Haia (1907); o Brasil e a Grande Guerra de 1914; o Brasil na Liga das Nações. Sociedade e cultura: o Modernismo. 7 A Era Vargas (1930-1945). O processo político e o quadro econômico financeiro. A Constituição de 1934. A Constituição de 1937: o Estado Novo. O contexto internacional dos anos 1930 e 1940; o Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Industrialização e legislação trabalhista. Sociedade e cultura. 8 A República Liberal (1945-1964). A nova ordem política: os partidos políticos e eleições; a Constituição de 1946. Industrialização e urbanização. Política externa: relações com os EUA; a Guerra Fria; a "Operação Pan-Americana"; a "política externa independente"; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura. 9 O Regime Militar (1964-1985). A Constituição de 1967 e as modificações de 1969. O processo de transição política. A economia. Política externa: relações com os EUA; o "pragmatismo responsável"; relações com a América Latina, relações com a África; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura. 10 O processo democrático a partir de 1985. A Constituição de 1988. Partidos políticos e eleições. Transformações econômicas. Impactos da globalização. Mudanças sociais. Manifestações culturais. Evolução da política externa. MERCOSUL. O Brasil na ONU.

Prova de 2010

QUESTÃO 1
Analise as relações Brasil-Argentina nas três últimas décadas do século XIX.
Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

DANIEL FERREIRA MAGRINI (29/30)

O fim da Guerra do Paraguai marca nova fase nas relações entre Brasil e Argentina. Destruída a ameaça paraguaia à ordem bipolar na bacia do Prata, os dois países retomaram tensões e rivalidades que antecederam a Tríplice Aliança. Nesse sentido, tanto Brasil quanto Argentina buscaram a articulação com os vizinhos sul-americanos para conter o rival, o que provocou alterações em certos aspectos da política externa de ambos. Com a proclamação da República em 1889, o panorama de tensão não é profundamente alterado, apesar de algumas mudanças evidenciadas na Questão de Palmas (Misiones).

O prolongamento da permanência das tropas brasileiras no Paraguai durante o Gabinete Rio Branco (1871-1875) é sinal das transformações em direção à retomada da rivalidade. Esse último marco de intervencionismo brasileiro na região platina durante o Segundo Reinado justificou-se, no âmbito das relações internacionais, pelo receio do avanço das pretensões argentinas na região do Chaco. Assim, esse acontecimento de caráter intervencionista indica a nova postura do Brasil de retraimento vigilante na política externa, preocupada principalmente com a contenção da influência argentina. Do lado argentino, a postura brasileira é vista como direcionador de uma abordagem diferente: consolidada por Bartolomé Mitre, a Argentina não adotará posição expansionista tendo em vista a reconstrução do antigo Vice-Reino do Rio da Prata, como antes, mas buscará a aproximação com os demais Estados hispânicos para conter o Brasil.

Os dois primeiros cenários desses desdobramentos foram as negociações para definição de limites e as iniciativas panamericanistas. Até então, o Império do Brasil insistira no uti possidetis e adotara postura firme de não ceder território nas negociações de limites com seus vizinhos; com o objetivo de evitar tensões que os aproximassem da Argentina unificada, o Brasil assume maior flexibilidade e diminui o ritmo, chegando até a cogitar a antes rejeitada idéia de arbitragem. Resultado disso foi a subsistência de diversas questões limítrofes até a República Velha. O Brasil também tira proveito das divergências de fronteira entre Argentina e Chile para se aproximar desse último. No âmbito panamericano, a iniciativa pende para a Argentina, que busca aliança entre os países hispanoamericanos com base na visão bolivarista. A diplomacia brasileira responde com esforços para evitar a formação de coalizão anti-brasileira. Desses dois palcos internacionais, pode-se depreender as articulações diplomáticas em torno da rivalidade das duas potências platinas.

No âmbito econômico, a modernização dos dois países no contexto periférico do capitalismo industrial do século XIX coaduna-se com a realidade do eixo geopolítico. As duas economias guardam pouca complementaridade e, se exercem o mesmo papel de fornecedoras de matérias-primas agrícolas para os mercados centrais, seus principais produtos de exportação não são concorrentes: o Brasil é exportador de café principalmente para os Estados Unidos, enquanto a Argentina exporta carne e trigo para a Europa. No entanto, observa-se, em certa medida, disputa entre os dois vizinhos pelos investimentos europeus na América do Sul, sobretudo nos setores de infraestrutura de exportação. Se essa

perspectiva indicaria o recrudescimento da rivalidade, cabe ressaltar também a demanda por empréstimos dos dois: o Brasil obteve, no final do Império, empréstimo vultoso de 20 milhões de libras esterlinas; tanto Brasil quanto Argentina saem da Guerra do Paraguai bastante endividados. No sentido contrário da relação causal das tensões Brasil-Argentina, a falta de cooperação entre os dois vizinhos afastou qualquer perspectiva de negociação conjunta no momento de crise dos dois, na década de 1890, porquanto o Brasil buscou maximizar isoladamente seus ganhos com o universalismo e a política de prestígio pautada nas viagens de D. Pedro II e a Argentina concentrou-se nos benefícios auferidos da relação íntima com o Reino Unido.

A proclamação da República no Brasil provocou certos desdobramentos diferenciados na relação bilateral e na articulação em torno do retraimento vigilante brasileiro. A Argentina é o primeiro país a reconhecer o novo regime brasileiro e as divergências em relação à forma de Governo singular do Brasil no contexto americano são desfeitas. A presença do Brasil na Conferência Panamericana de Washington sinaliza mudança na política externa brasileira: da política pragmática firme do Império, passa-se ao americanismo ideológico flexível. O novo regime, instável no plano interno, procura melhorar as relações no eixo continental no plano externo.

Se novamente a política panamericanista é indício da configuração das relações Brasil-Argentina, as negociações de limites também não deixam de adquirir novos contornos. A indefinição das fronteiras na região de Missões, a oeste do estado de Santa Catarina, é razão para as negociações do chanceler Quintino Bocaiúva com a potência vizinha, o que culmina com a assinatura do Tratado de Montevidéu. Esse acordo, entretanto, não é ratificado pelo Congresso Nacional sob recomendação do próprio Bocaiúva; com efeito, cedia metade da região em litígio à Argentina, o que não satisfazia os interesses brasileiros. A recusa do Congresso brasileiro marca não somente o fortalecimento da instância parlamentar nos negócios estrangeiros, como também fornece subsídio para afirmar-se a continuidade da rivalidade entre Brasil e Argentina.

Outros eixos sinalizam mudanças além do panamericano e fronteiriço, mas subsiste a tensão em torno do sistema bipolar platino. Durante a Revolta da Armada, o presidente Floriano Peixoto procura Buenos Aires para a aquisição de uma esquadra a fim de combater os revoltosos no Rio de Janeiro, o que é negado pela Argentina. Esse ocorrido evidencia que o grau de cooperação ensaiado após a queda da Monarquia não se traduziu em desconstrução do modelo de tensão nas relações entre Brasil e Argentina: o vizinho platino não estava disposto a ceder parcela do poderio naval em prol da estabilização da República brasileira. No eixo econômico, a simultaneidade entre o Encilhamento brasileiro e a crise da Bolsa argentina não gerou concertação entre o dois, obrigando-os à aceitação de acordos draconianos com seus credores (funding loan de Campos Sales). A falta de cooperação e seus prejuízos nas negociações com credores no final do século XIX não foi lição aprendida nas crises da dívida da década de 1980.

A estabilização do regime republicano brasileiro com Campos Sales aponta novos rumos para as relações entre Brasil e Argentina, sem romper, contudo, com o paradigma da rivalidade. A resolução da Questão de Missões (Palmas) pelo arbitramento do presidente norte-americano Glover Cleveland em favor do Brasil desponta a figura do Barão de Rio Branco na diplomacia brasileira. Sob a perspectiva argentina, a conclusão desse litígio expõe a aproximação do Brasil com os Estados Unidos, que seria fortalecida por Rio Branco durante sua chancelaria e já fora prenunciada pelo Acordo Blaine-Mendonça de 1891 e pela

contratação da "esquadra de papel" por Floriano para combater a Revolta da Armada. Nesse sentido, a Questão de Palmas é prévia do recrudescimento das tensões com a Argentina nas primeiras décadas do século XX.

A partir desses argumentos, pode-se verificar a caracterização das relações entre Brasil e Argentina nas três últimas décadas do século XIX sob o eixo do retorno da rivalidade entre os dois vizinhos platinos. O fim da Guerra do Paraguai é marco da retomada das tensões no sistema bipolar do Cone Sul, em que se apresentam articulações no âmbito continental e aspectos econômicos. A proclamação da República provocou laços diretos entre os dois Estados; no entanto, a lógica regional geopolítica prevaleceu sobre obstáculos econômicos comuns e semelhanças internas. O paradigma da rivalidade é levado, após o intervalo da Tríplice Aliança, como fio condutor das relações entre os dois países até o período seguinte, no qual ganha nova dimensão.

QUESTÃO 2

A classe média urbana brasileira, cuja formação incipiente ocorreu na Primeira República, teve crescimento quantitativo na passagem do século XX para o XXI. A respeito da formação da classe média brasileira nas primeiras décadas do século XX, redija um texto dissertativo em que sejam estabelecidas as relações entre os seguintes aspectos:

- expansão da classe média, ascensão da economia cafeeira e atividades governamentais nas primeiras décadas do século XX no Brasil;
- imigração europeia e impactos no ambiente urbano das primeiras grandes urbes brasileiras, tais como São Paulo e Rio de Janeiro;
- expectativas da nova classe média do início do século XX e vida política nacional.

Extensão máxima: 90 linhas

(valor: 30 pontos)

LEONARDO BASTOS AZEVEDO (28/30)

A classe média urbana brasileira teve a sua conformação condicionada por dois grandes aspectos: a existência do complexo cafeeiro paulista e seus multiplicadores; a industrialização insipiente e o surgimento de atividades citadinas mais complexas, inicial e predominantemente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Destarte, vale dividir a análise desses fatores em três conjuntos relacionados: a ascensão da economia cafeeira, das elites a ela relacionadas e sua produção política; a imigração européia e seus impactos; os anseios dessas novas camadas médias urbanas no início do século XX, essencialmente relacionados aos projetos políticos de então.

O fortalecimento da economia cafeeira, na segunda metade do século XIX, trouxe à configuração socioeconômica do Brasil mudanças essenciais, que podem ser analisadas à diferença de um sistema anterior: o complexo açucareiro. A nova economia cafeeira iria muito além de uma ilha autossuficiente, segundo análise de Celso Furtado. Ao contrário de um sistema fechado, sem circulação de renda e sem a criação de demandas externas, como o era o sistema açucareiro, a nova economia do café vai absorver, gradualmente, mão de obra livre, e gerar demandas de produtos por parte dessa nova classe, bem como do próprio setor.

O controle da produção, por sua vez, encontrava-se, nesse momento, interiorizado no país, e não mais ligado à companhia das Índias Ocidentais ou a outros financistas. Do controle da produção, passar-se-ia ao estabelecimento de demandas políticas de uma classe

que não mais aceitaria a coadjuvância política: a relativa decadência do Nordeste açucareiro deixaria um vácuo de poder primeiramente ocupado pela elite cafeeira fluminense, e posteriormente pelos cafeicultores do oeste paulista. A participação na nova configuração política e a extensão da economia, incluindo-se nesse sistema o novo trabalhador livre, levariam a um processo de aceleração da dinâmica urbana. A construção de ferrovias permitiu, assim, não apenas o transporte da produção até o porto de Santos, mas o estabelecimento, pelos cafeicultores, de moradias urbanas. A esse estabelecimento seguiram-se reformas naturalmente imprescindíveis: companhias de gás; bondes; telégrafos; serviços financeiros e casas comerciais. A economia cafeeira estendeu efeitos multiplicadores que foram além da constituição de uma elite política e econômica e conformaram também uma nova classe urbana, ligada aos serviços já descritos.

Cabe, ainda, relacionar a economia cafeeira às primeiras indicações de um processo de industrialização no Brasil. A passagem da produção cafeeira do Vale do Paraíba para o Oeste paulista serve de fundamento de análise para essas indicações. Como modelos macroanalíticos, que comportam exceções, pode-se caracterizar a produção cafeeira fluminense em menos avançada: baseada em terras de baixa fertilidade, que exigiram a expansão das propriedades até o limite do referido vale, essa produção era amplamente sustentada por mão de obra escrava e pelo transporte do café em mulas. O segundo modelo, implantado sobre as terras roxas, mais produtivas, conheceria mão de obra predominantemente livre e transporte ferroviário. À expansão da produção, limitada posteriormente pelas quedas do preço do café, seguir-se-ia o desvio de parte dos capitais para atividades industriais, a saber a têxtil.

Essa nova elite cafeeira, que dominaria o sistema político nacional até as três primeiras décadas do século XX, sob a política dos Estados, promoveria um movimento de atração de imigrantes para o trabalho nas lavouras. Inicialmente oprimidos pelo regime de semi-servidão do colonato, e impossibilitados, em sua maioria, de comprar as suas propriedades (a Lei de Terras, promulgada em 1850, reconhecia então que à iminente libertação dos escravos deveria seguir a imposição de limites à aquisição de lotes, de forma a manter um excedente de trabalhadores), parte desses imigrantes desenvolveriam atividades urbanas. Em São Paulo, a maioria italiana foi absorvida pela insipiente industrialização; no Rio de Janeiro, posteriormente, reproduzir-se-ia aquele modelo. A imigração japonesa constituiria cinturões de produção agrícola, que abasteciam as cidades diretamente. De uma forma ou de outra, porém, os imigrante trariam mais do que suas culturas familiares: um modelo de organização social de impacto urbano. Para outros autores, a imigração italiana traria também os primeiros ímpetos de organização operária.

Essas novas camadas médias urbanas, portanto, não se encontravam impassíveis diante das modificações por que o país passava. Mais educadas do que a grande massa camponesa, mais desvencilhadas das políticas dos grandes coronéis, e reconhecendo o projeto político de dominação oligárquico, elas estariam na base de movimentos políticos das segunda e terceira décadas do século XX. Essa nova classe: condenava o agrarismo, que sustentava as oligarquias cafeeiras, e muitas vezes defendia um projeto industrializante; condenava o alijamento político em que se encontrava, viabilizado pela política dos governadores e pelas fraudes nas eleições; sofria com as políticas econômicas de valorização do café, que desvalorizavam a moeda nacional e impediam a importação de produtos essenciais.

Com mais acesso à informação, tais camadas conseguiram reconhecer, ademais, a existência de outros setores sociais cujas demandas, se não totalmente convergentes com as suas aspirações, ao menos não divergiam no propósito de se opor às elites políticas do período. Foram eles: o movimento operário, que se organizava a partir da década de 1920; o movimento tenentista, projeto modernizador; oligarquias dissidentes, que não haviam participado da configuração política de então.

As camadas médias urbanas e esses setores conseguiriam, posteriormente, realizar parte de suas expectativas: o fim da República oligárquica e a ascensão de um Estado de compromisso que promoveria a industrialização e a modernização do país. Outrossim, mudariam, depois, as suas demandas, bem com as suas formas de participação da vida política nacional.

QUESTÃO 3

Considerando que a energia foi um dos importantes insumos que motivaram a ação internacional do Brasil em diferentes momentos do século XX, em especial na década de 70, disserte acerca das motivações da política externa no governo Geisel relacionadas ao setor energético.
Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

MATEUS DRUMOND CAIADO (20/20)

A política externa do "Pragmatismo Ecumênico e Responsável" engendrada pelo Ministro Azeredo da Silveira foi amplamente influenciada pela Crise do Petróleo de 1973, a qual expôs o déficit e a dependência energética do Brasil. Dessa maneira, a inserção internacional do Brasil foi influenciada pela pragmática busca por reversão desse quadro, tendo sido auxiliada por concomitante esforço de política interna.

Frente ao contexto de restrição sistêmica, fruto do conflito entre árabes e israelenses que elevou o preço do petróleo, impôs-se ao Brasil a necessidade de aprofundar os laços com o Oriente Médio e a África, de maneira a garantir a sustentabilidade energética do crescimento econômico do Pais.

As relações bilaterais com o Oriente Médio encontravam-se estagnadas desde a visita de Dom Pedro II à região. Nesse sentido, o Brasil passou a apoiar o pleito dos países árabes contra o expansionismo israelense, o que possibilitou aproximação política e comercial. Exemplifica essa aproximação o voto do Brasil favorável à resolução da Assembleia Geral da ONU que considerava o sionismo como forma de racismo.

O aprofundamento das relações bilaterais com a África já havia sido percebido como estratégico pela "Diplomacia do Interesse Nacional" do governo Médici. Já na gestão Geisel busca-se aprofundar ainda mais a aproximação, tendo o Brasil condenado o apartheid, na ONU, e reconhecido, antes de todos os outros países, a independência angolana feita pelo MPLA.

Apesar da necessidade de garantir o suprimento de petróleo à economia brasileira – dependente desse insumo devido à adoção única do modelo rodoviarista – formulou-se também a necessidade de a política externa promover tanto a diversificação das fontes de energia, quanto a diversificação das parcerias comerciais, como meio de garantir recursos (advindos das exportações) para a importação do petróleo pelo Brasil.

No contexto da diversificação da matriz energética brasileira, a energia nuclear foi eleita como prioritária, tanto por prover energia ao desenvolvimento autônomo nacional, quanto pela sua sensibilidade no aspecto militar. Dessa forma, após a recusa americana de transferir tecnologia nuclear ao Brasil por meio do Acordo de 1972, o qual levou à construção de Angra I, o Brasil firma, em 1975, Acordo de Cooperação Nuclear com a RFA. Esse acordo previa transferência de tecnologia e construção de usinas nucleares no Brasil, tendo rendido a construção de Angra II.

No que tange a diversificação de parcerias comerciais, destaca-se a busca por superávits comerciais como meio de facilitar a importação de petróleo e diminuir o peso dos empréstimos para tanto. Em tal contexto, efetuou-se o reconhecimento da República Popular da China (RPC), em 1974, fruto da percepção do caráter estratégico de seu grande mercado consumidor. Ademais, intensificou-se o relacionamento comercial com os países socialistas do Leste Europeu.

Cabe ressaltar que a preponderância da temática energética na política externa do pragmatismo ecumênico e responsável apoiou-se em priorização do tema no relacionamento regional e na política interna. As negociações acerca da construção da hidrelétrica binacional de Itaipu, a qual, em 1979, veio a ser compatibilizada com projetos argentinos, demonstram o peso do fator energético no relacionamento regional. O lançamento do II PND, que previa investimentos em petróleo e fontes alternativas, dentre as quais destaca-se o proálcool, demonstra a congruência entre a política externa e interna.

A crise do petróleo de 1979, impôs restrição sistêmica ao crescimento auto-sustentado brasileiro. A inserção internacional do Brasil, nesse sentido, passou a responder ao imperativo de garantir os fluxos de petróleo para o Brasil (aproximação com África e Oriente Médio) e diversificar tanto a matriz (acordo nuclear com a RFA) quanto os parceiros comerciais (aproximação com a RPC e leste europeu).

QUESTÃO 4

Discorra sobre a relação entre a inserção internacional de segurança e a política exterior do Brasil no período compreendido entre 1945 e 1990.
Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

HENRI PFEIFFER LOPES (17/20)

A política exterior de qualquer país, conquanto almeje objetivos específicos, jamais pode se distanciar da meta fundamental de garantir a própria segurança nacional. Entre 1945 e 1990, a política exterior do Brasil esteve fortemente vinculada ao projeto desenvolvimentista do Estado brasileiro, mas não foi uma exceção a esse postulado do realismo político. Ao invés de conceber as metas de segurança e desenvolvimento como campos estanques, o pensamento formulado tanto por civis quanto por militares brasileiros concebia um alto grau de complementaridade entre ambos os objetivos. O pensamento brasileiro compreendia a existência de uma relação dialética entre segurança e desenvolvimento, em que uma meta não poderia se realizar sem a outra, sendo este o principal aspecto da relação entre a inserção internacional de segurança e a política exterior do Brasil.

O pensamento civil acerca dessa relação costuma ser relegado a segundo plano diante do pensamento mais estruturado dos militares, cujo foco de irradiação foi a Escola Superior de Guerra (ESG) e seu maior fruto foi a doutrina de segurança nacional. O pensamento civil, por outro lado, foi mais descentralizado, não sendo o ISEB, por exemplo, tão hegemônico entre os civis quanto a ESG entre militares. Entre os produtos do pensamento civil estão obras que criticaram o modelo econômico liberal e afirmaram que o Estado deveria atuar de forma mais destacada em prol do desenvolvimento da economia como forma de garantir a segurança nacional, tal qual propôs Helio Jaguaribe em O nacionalismo no Brasil atual. Os frutos do pensamento dos civis e dos militares, no entanto, não foram apenas desdobramentos teóricos, tendo influenciado concretamente iniciativas da política externa.

Nos anos 1950, o maior exemplo de vinculação entre inserção internacional de segurança e a política externa de ideal desenvolvimentista do Brasil foi a Operação Pan-americana. A OPA é lançada em um contexto em que o eixo da política externa ainda é bilateral-americanista. Em especial após a II Guerra, o alinhamento com os EUA foi tomado como a principal garantia de segurança do Brasil e do Hemisfério Ocidental diante do cenário internacional marcado pela emergente guerra fria, concepção consagrada, por exemplo, por ocasião da celebração do TIAR em 1947. A OPA, proposta pelo governo JK, marcou uma primeira mudança no discurso brasileiro sobre a segurança hemisférica. O governo JK buscou relacionar a segurança do continente frente à ascensão do comunismo internacional à garantia de melhores condições de vida e desenvolvimento econômico aos povos da América. De parcos resultados no curto prazo, os postulados da OPA chamaram a atenção dos EUA após a revolução cubana, influenciando o governo Kennedy a lançar a Aliança para o Progresso.

A transição do paradigma liberal-americanista para a ideia de globalismo na política externa brasileira nos anos 1960 não poderia deixar de influir sobre a concepção nacional da relação entre segurança e desenvolvimento. Nesse contexto, o peso maior nessa relação pendeu para o lado do desenvolvimento, reforçando a ideia desenvolvida pela OPA. Se desenvolvimento era a condição fundamental para que o país garantisse a sua segurança internacional e ordem doméstica, cumpria diversificar os eixos de política externa pelos quais o Brasil deveria buscar os recursos que necessitava. Passou-se a vislumbrar que uma inserção de segurança associada aos EUA limitava as possibilidades do Brasil no meio internacional e, conquanto o país permanecesse aliado à superpotência ocidental, ele deveria ser capaz de promover a inserção de segurança de forma autônoma, para o que precisaria industrializar-se e estabelecer contatos políticos e econômicos com outros parceiros.

Essas proposições consubstanciadas na política externa independente perduraram hegemônicas até 1990, mesmo diante de preferências ideológicas específicas de certos períodos do regime militar. O governo Castelo Branco, por exemplo, ainda que politicamente tenha representando um "passo fora da cadência", não pode se furtar, na área econômica ao menos, a uma diversificação de parceiros, pois havia uma tendência de universalismo inevitável. A relação entre desenvolvimento e segurança voltou a se reequilibrar no período militar, principalmente em relação à ordem interna, mas, no que se refere à política externa, a concepção dos militares foi próxima à dos civis.

A política exterior, portanto, relacionava-se à segurança nacional por meio do vínculo entre segurança e desenvolvimento, concepção compartilhada tanto por civis quanto por

militares e ajustada conforme as alterações percebidas no paradigma brasileiro de inserção internacional.

* * *

HISTÓRIA MUNDIAL (Prova Objetiva)

HISTÓRIA MUNDIAL (Primeira Fase): 1 Estruturas e ideias econômicas. Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais ideias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anticrise: a Crise de 1929 e o “New Deal”. A prosperidade no segundo pós-guerra. O “Welfare State” e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível. 2 Revoluções. As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e “Trade Unions”. Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba. 3 As relações internacionais. Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A questão balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A “teoria dos dois campos” e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A “détente”. A “segunda Guerra Fria” (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético. 4 Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação. O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não-Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo. 5 A evolução política e econômica nas Américas. A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas. 6 Ideias e regimes políticos. Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX. 7 A vida cultural. O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.

***

GEOGRAFIA

A prova de Geografia consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

GEOGRAFIA (Primeira e Terceira Fases): 1 História da Geografia: 1.1 Expansão colonial e pensamento geográfico. 1.2 A Geografia moderna e a questão nacional na Europa. 1.3 As principais correntes metodológicas da Geografia. 2 A Geografia da População. 2.1 Distribuição espacial da população no Brasil e no mundo. 2.2 Os grandes movimentos migratórios internacionais e intranacionais. 2.3 Dinâmica populacional e indicadores da qualidade de vida das populações. 3 Geografia Econômica. 3.1 Globalização e divisão internacional do trabalho. 3.2 Formação e estrutura dos blocos econômicos internacionais. 3.3 Energia, logística e re-ordenamento territorial pós-fordista. 3.4 Disparidades regionais e planejamento no Brasil. 4 Geografia Agrária. 4.1 Distribuição geográfica da agricultura e pecuária mundiais. 4.2 Estruturação e funcionamento do agronegócio no Brasil e no mundo. 4.3 Estrutura fundiária, uso da terra e relações de produção no campo brasileiro. 5 Geografia Urbana. 5.1 Processo de urbanização e formação de redes de cidades. 5.2 Conurbação, metropolização e cidades-mundiais. 5.3 Dinâmica intraurbana das metrópoles brasileiras. 5.4 O papel das cidades médias na modernização do Brasil. 6 Geografia Política. 6.1 Teorias geopolíticas e poder mundial. 6.2 Temas clássicos da Geografia Política: as fronteiras e as formas de apropriação política do espaço. 6.3 Relações Estado e território. 6.4 Formação territorial do Brasil. 7. Geografia e gestão ambiental. 7.1 O meio ambiente nas relações internacionais: avanços conceituais e institucionais. 7.2 Macro divisão natural do espaço brasileiro: biomas, domínios e ecossistemas 7.3 Política e gestão ambiental no Brasil.

Prova de 2010

QUESTÃO 1

Fenômeno relevante do início do século XXI, as migrações internacionais globalizaram-se a partir da segunda metade do século XX. Acerca desse assunto, redija um texto dissertativo atendendo, necessariamente, ao que se pede a seguir.

- Apresente as principais causas do movimento migratório global e os principais fluxos da migração internacional.
- Relacione o fenômeno da migração internacional do início do presente século com a questão dos direitos humanos.

Extensão máxima: 90 linhas

(valor: 30 pontos)

GUSTAVO HEYSE MARCHETTI (30/30)

As migrações internacionais sempre foram fenômeno relevante nas sociedades humanas. A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, e em especial ao final do século XX e início do XXI, essa dinâmica tem-se intensificado e globalizado por causas diversas – socioeconômicas, políticas, tecnológicas e ambientais. São causas antigas e contemporâneas que têm impelido o movimento migratório global seja entre os países do Sul e do Norte seja entre os países do Sul. No advento deste século, encontra-se no âmago do debate migratório a questão dos direitos humanos, haja vista o recrudescimento da xenofobia. Destacam-se também as "migrações forçadas", cujo papel, segundo a Organização das Nações Unidas, tem sido cada vez mais significativo nos fluxos migratórios globais.

De um lado, para a visão de mundo marxista, toda migração seria forçada. Em Por uma outra globalização, Milton Santos aponta que as causas do movimento migratório global estariam vinculadas à lógica do capital, que seria excludente, pois escolheria espaços e populações beneficiadas, forçando pessoas a se deslocarem para uma região ou um país economicamente mais dinâmico. Por outro lado, a percepção liberal entende que o fenômeno migratório estaria relacionado a decisões individuais, ao livre-arbítrio do indivíduo. As pessoas tomariam a decisão de migrar não sob constrangimento das dinâmicas do capital, mas, sim, fundamentadas em fatores de atração e de repulsão de países e regiões. Para essa escola de pensamento, as migrações forçadas seriam resultado de fatores diversos, como guerras, conflitos internos, desastres ambientais etc.

A partir da segunda metade do século XX, diferentes fatores têm intensificado o movimento migratório global. A disparidade socioeconômica entre as sociedades é o principal fator de estímulo a essa dinâmica. A "migração econômica" é resultado das diferenças de renda per capita, de qualidade de vida, de oportunidades, fazendo que muitas pessoas saiam do seu lugar de origem em busca de uma vida melhor. O tipo de migração clássica, nesse aspecto, é a do Sul em direção ao Norte, onde as sociedades têm Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) – que leva em conta, além da renda, dimensões como educação e saúde – bastante altos em comparação com as sociedades do Sul. Os principais fluxos migratórios entre o Sul e o Norte são: dos países da América Latina, em particular, dos países da América Central e Caribe para os Estados Unidos; da África Subsaariana, do Magreb e do Oriente Médio para a Europa Ocidental; da Europa Oriental para a Europa Ocidental; de países do Leste da Ásia para a América do Norte, a Oceania e o Japão. É notável que essas correntes migratórias acontecem entre regiões que têm ou tiveram forte vinculo econômico e político, como das antigas colônias africanas para as ex-metrópoles europeias ou da região de influência americana para os EUA. Entretanto, com a nova divisão internacional do trabalho, verifica-se crescente fluxo migratório entre os países do Sul, em especial, entre as "periferias" e as "semi-periferias". Em virtude do crescimento econômico assimétrico entre os países em desenvolvimento, as economias regionais mais dinâmicas atraem cada vez mais imigrantes de países vizinhos, como são os casos da África do Sul – que recebe emigrantes de Moçambique, Namíbia, Suazilândia – e também dos países do Golfo Pérsico – que, em razão do aumento do preço do petróleo, atraem mão-de-obra da Índia e de países africanos para trabalhar na indústria petrolífera e nos grandes canteiros de obra da região.

O fenômeno da migração internacional tem provocado desinteligências entre as nações. Com o crescimento dos fluxos migratórios, parte das sociedades que recebem os migrantes tem defendido, mediante a organização em torno de partidos cujo programa

atende a demandas xenófobas, medidas mais robustas no tratamento da questão. Em parte devido ao medo da perda do emprego ou simplesmente do outro, esses movimentos têm ganhado espaço político nos governos europeus. Com uma agenda política cujo objetivo é criminalizar o imigrante, esses grupos nacionalistas têm conseguido aprovar medidas de endurecimento, como a proibição dos minaretes na Suíça, a criminalização do imigrante "sem papel" na Itália e a proibição do uso do véu na França. Em âmbito regional, a aprovação pela União Europeia da chamada "diretiva de retorno", com tratamento policial do migrante, tem levantado o debate sobre a questão da defesa dos direitos humanos pelos países de origem do imigrante. Nos EUA, a atuação de milícias na fronteira – como o Minuteman – e a construção de muro para impedir a entrada de imigrantes "ilegais", bem como a adoção de medidas repressivas pelos estados – Arizona, por exemplo – têm estremecido as relações com os países latino-americanos e dividido a população americana.

É importante destacar também o fenômeno da migração forçada, evidente violação dos direitos humanos. Ela ocorre tanto por motivos antigos (guerras, conflitos étnicos e religiosos) quanto contemporâneos (mudança climática). A figura do refugiado tem ganhado cada vez mais destaque no contexto das migrações e recebido o amparo de organizações internacionais, como a ONU, por intermédio do ACNUR. Os refugiados iraquianos na Síria ou na Alemanha e dos afegãos no Paquistão e no Irã são os exemplos contemporâneos mais dramáticos.

Embora as migrações Sul-Norte ainda constituam grande parte do fluxo migratório global, gerando problemas como a xenofobia e a "fuga de cérebros", o movimento migratório Sul-Sul tem ganhado destaque, sendo mais significativo hoje, se levarmos em consideração as migrações forçadas. A questão dos direitos humanos está evidentemente bastante imbricada com a dos direitos humanos, bem como com a crescente necessidade dos países desenvolvidos por mão-de-obra, haja vista a queda de seu saldo vegetativo.

QUESTÃO 2

Se, em grande medida, a industrialização tardia do Brasil pode ser atribuída à ausência de combustíveis fósseis abundantes em nosso território terrestre, as perspectivas para o futuro parecem, ao contrário, bastante promissoras. A esse respeito, discorra, sucintamente, sobre as opções de energias renováveis e não renováveis do Brasil, conjecturando sobre a fonte que deverá constituir, em breve, o eixo de nossa matriz energética.
Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

RUBENS DIONISIO DE CAMARGO CAMPANA (30/30)

Tradicionalmente, o Brasil esteve submetido a limitações energéticas que impediram um ciclo de industrialização precoce, que, em países como a Alemanha, foi possibilitado pela presença de energia fóssil barata. O Brasil não é rico em carvão mineral, e a descoberta de petróleo em Lobato, nos anos 1930, apesar de ter resultado em euforia, não foi seguida de importante exploração terrestre.

No início do século XXI, no entanto, o Brasil depara-se com diversas opções de investimentos energéticos, que podem vir a dar maior robustez a uma matriz já extensa e diversificada. No caso hidrelétrico, a bacia amazônica representa o maior potencial

energético, embora a utilização ainda seja baixa em comparação a outras bacias. O melhor planejamento e a tecnologia disponível atualmente permitem evitar a necessidade de áreas de alagamentos extensas como anteriormente — evitando um caso como o de Balbina — e obras como as das usinas do Rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, devem produzir no futuro o equivalente a meia Itaipu. No Rio Xingu, a Usina de Belo Monte é outra obra importante, e prevê-se atualmente a possibilidade de parcerias para a construção de usinas na bacia amazônica a montante do território brasileiro, com capital nacional, ou nas fronteiras, seguindo o modelo binacional. A integração da rede elétrica com o Sul aumentará a segurança do sistema e abastecerá a região concentrada.

A quase saturação da Bacia do São Francisco não impede que novas usinas sejam instaladas, como as previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); com menor aproveitamento até agora, no entanto, os investimentos no Nordeste devem concentrar-se na Bacia do Parnaíba. No Sul, a grande utilização da Bacia do Paraná também não impede investimentos, visto que as variações altimétricas dessa bacia garantem grande eficiência em relação à área alagada. Pequenas Centrais Hidrelétricas, de menor impacto relativo, já estão em construção, como Mauá, no Paraná.

No campo da extração de petróleo, a vigorosa exploração da Bacia de Campos, iniciada na década de 1970, agora prossegue com a descoberta de novas áreas e o aprofundamento da tecnologia. A região que compõe as reservas do petróleo da camada do pré-sal apresenta-se com enorme potencial, estendendo-se do litoral do Espírito Santo até o litoral de Santa Catarina. É notável também a potencialidade das novas áreas do pós-sal, e a tecnologia de exploração em camadas profundas permite que o Brasil busque novas oportunidades de investimento na África, como já ocorre em vários países lusófonos.

A extração de gás apresenta também grande potencial; a extração no Campo de Júpiter pode, em longo prazo, garantir a auto-suficiência, se associada também às reservas de Urucu. A extração do gás natural no espaço marítimo oferece novas possibilidades, como a instalação de usinas "off shore", dado o menor custo dos cabos de energia em comparação à instalação de dutos. Por fim, o projeto do Anel Energético da América do Sul, parte da IIRSA, visa ligar os países produtores de gás do continente, como Bolívia, Venezuela e Peru, aos consumidores, como o Brasil. O próprio duto Brasil-Bolívia pode ser ampliado, segundo estudos recentes.

Controlador de todas as etapas necessárias para a geração de energia nuclear, o Brasil combina esse recurso tecnológico com a presença de reservas de urânio, principalmente as de Caetité. O potencial de enriquecimento do Brasil ainda é baixo, mas a cooperação com a Argentina pode ser estendida rumo à suficiência para os dois países, no futuro. O projeto de Angra III representa importante passo no planejamento energético brasileiro.

A extração de carvão mineral concentra-se no Sul, especialmente em Criciúma, mas o baixo teor de carbono do carvão brasileiro limita a eficiência dessa fonte.

A energia eólica, que ganha destaque com o PAC, pode ser importante área de inovação para reforçar a matriz limpa e recebe investimentos no Rio Grande do Sul e no Ceará.

A principal vantagem da matriz brasileira é sua característica relativamente limpa e altamente renovável. Para além da geração elétrica, o etanol brasileiro reforça essas características, sendo a eficiente produção da cana um ponto central, que se associa com a eficiência garantida pela tecnologia — resultado na melhor relação entre energia, biomassa

e captura de carbono entre os biocombustíveis. Também investe hoje o Brasil em tecnologias novas de biodiesel e inovações tecnológicas para o etanol.

No futuro, o Brasil deve constituir sua matriz energética de maneira variada, com destaque para a hidroeletricidade e para os biocombustíveis, duas áreas em que o país possui enormes vantagens e que são fontes limpas e renováveis. O pré-sal e a possibilidade de um biocombustível produzido a partir da soja também terão impacto extremamente positivo. Por fim, o longo prazo deve exigir a nuclearização, embora o eixo atual deva ser o hídrico/petrolífero.

QUESTÃO 3

No livro Brasil: território e sociedade no limiar do século XXI, Milton Santos e Maria Laura Silveira propõem uma nova regionalização para o território brasileiro contemporâneo. Apresente as unidades regionais identificadas pelos autores, comente as características que distinguem cada uma dessas regiões e explique as relações existentes entre elas.
Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

GUILHERME LOPES LEIVAS LEITE (20/20)

Para Milton Santos e Maria Laura Silveira, existem quarto macrorregiões no Brasil: Norte, Nordeste, Centro-Oeste e região concentrada, que engloba o Sul e o Sudeste. A lógica dessa regionalização foi a polarização histórica do centro dinâmico do país e sua relação com áreas deprimidas, periferias e fronteiras. A desconcentração incompleta da economia brasileira fez que essa divisão ainda impere; as dinâmicas atuais, porém, complexificam os fluxo e redirecionam os vetores, de modo que se pode observar, em certos espaços, uma nova regionalização do território brasileiro.

A região concentrada é constituída pelos Estados do Sul e Sudeste e caracteriza-se pela densidade de sistemas técnicos, dinamismo econômico-industrial, a polaridade e integração à ordem econômica global. Passa, por um lado, por processo de desconcentração concentrada, com a reterritorilização intrarregional das indústrias. Sintomático é o dado de que São Paulo e Rio Grande do Sul estavam entre os cinco Estados cujo número de empresas mais aumentou, ambos de industrialização tradicional. Assim, trata-se do espaço do mandar brasileiro, que articula e coordena as demais regiões. As principais metrópoles, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre, segundo o último REGIC, apresentam abrangência significativa para além dos limites estaduais, muitas vezes a despeito de cidades mais próximas.

Área tradicionalmente deprimida, a região Nordeste consiste em região de ocupação antiga, com grandes rugosidades econômicas, bem como sociais, mas que sofre surto muito recente de industrialização. A chamada "guerra dos lugares" e as economias de aglomeração possibilitam certo transbordamento de capitais da região concentrada. O modelo de industrialização, no entanto, é alienado da tecnologia e pouco integrado ao espaço que ocupa. As rugosidades, por sua vez, dificultam a fluidez do capital e a maior interiorização do desenvolvimento. A articulação entre Nordeste e Norte tem ocorrido, nos últimos anos, por meio da integração física, com a construção de linhões que ligam Tucuruí ao sistema CHESF, a interligação do gasoduto a ligações rodoviárias e ferroviárias ainda projetadas. Com o

Centro – Oeste, por sua vez, passa a ter pontos de contato em sua hinterlândia, com a expansão da soja às franjas da Caatinga na região do Bico do Papagaio, entre Maranhão, Piauí e o sul baiano.

Contrastando as rugosidades nordestinas, encontra-se a Região Norte, zona de fronteiras brasileira. De ocupação rarefeita e concentrada, constitui "anecúmeno superpovoado" na expressão de Bertha Becker. À exceção de Manaus, o eixo oeste de Belém goza de presença industrial quase insignificante, apenas com enclaves mineradoras extrativistas totalmente desterritorializados. A falta de sistemas técnicos impede a desconcentração mais contundente para a região, mas novas potencialidades hidrelétricas tornam-na foz dos excedentes de capital da área core brasileira. O Centro-Oeste também expande sua fronteira agrícola na Amazônia setentrional e oriental.

A região Centro-Oeste é a região mais articulada à região concentrada, uma vez que seu dinamismo atual decorre, em grande parte, do transbordamento populacional e financeiro do Sul e do Sudeste. A ocupação ocorreu pela chamada "diáspora sulina", que deu dinamismo ao agronegócio após a adaptação técnica da soja ao Cerrado. É, por sua vez, alvo prioritário da drenagem de capitais, consistindo em uma "periferia integrada".

Apresentam-se, assim, duas tendências que levam à reflexão da regionalização brasileira. Por um lado, o dinamismo do agronegócio e a importância de Brasília e Goiânia estariam permitindo uma acumulação primitiva de capital e crescimento de modo a integrar a região Centro-Oeste à região concentrada, conformando-se a ideia de região Centro-sul, conforme Pedro Geiger. Por outro, a expansão do Centro-Oeste às franjas do Norte e do Nordeste parece mais ser o transbordamento do capital e da lógica da região concentrada que uma integração birregional mais igualitária.

Milton Santos tende a concordar com Edward Soja na ideia de que o capitalismo necessita não só da diferença de classes e da exploração de uma sobre a outra, mas também da exploração entre regiões e espaços. A regionalização de Santos parece seguir essa lógica, a região concentrada polariza e coordena as demais regiões, deprimidas, como é o Nordeste, ou de fronteira, ocupada, no caso do Centro-Oeste, e em processo de fechamento, na Amazônia. A nova dinâmica capitalista parece reforçar a centralização da área core, enquanto integra sob sua lógica e seus ditames a região Centro-Oeste, descaracterizando-a.

QUESTÃO 4

Apesar de o Brasil possuir um território de dimensões continentais, as manchas de elevada fertilidade natural de seu solo são escassas. Descreva quais são as principais culturas agrícolas que, historicamente, exploraram estas "vantagens comparativas", e de que forma isto tem influenciado a evolução de nossa formação econômico-social.
Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

JOÃO EDUARDO GOMIDE DE PAULA (20/20)

As manchas de elevada fertilidade natural verificadas no território foram exploradas pelas mais tradicionais culturas brasileiras: a cana de açúcar e o café, especialmente o do Oeste Paulista. As expansões dessas duas culturas foram, respectivamente, essenciais para definição do modelo de colonização nacional e, ainda, para a expansão da fronteira agrícola, para a industrialização e para a urbanização, no inicio do século XX.

O solo de massapé verificado na Zona da Mata nordestina, especialmente em Pernambuco, é solo com elevada deposição de matéria orgânica associado aos regimes de cheias e baixas dos cursos fluviais meândricos presentes no litoral nordestino. A elevada produtividade da cana de açúcar nessa região viabilizou a exploração comercial da Colônia e a sua inserção no comércio Atlântico. A sociedade gerada nessa região teve como figura central o Senhor de Engenho, o grande proprietário que coordenava o regime de produção baseado no latifúndio, na mão de obra escrava e na monocultura da cana.

De acordo com Sérgio Buarque de Hollanda, essa estrutura social altamente concentradora de riquezas moldou as bases de nossa sociabilidade cordial, paternalista e excludente. Ainda para o autor, o patrimonialismo no trato da res publica teria sus raízes profundas no modelo social erigido sobre os férteis solos de massapé.

De maneira similar, essa sociedade agrária e patriarcal consolidou, ao menos no Nordeste, o padrão de urbanização concentrado no litoral, que somente começou a ser modificado com a exploração aurífera e, especialmente, com a interiorização promovida pelo café. Igualmente relevante é que esse padrão produtivo legou as bases para o modelo fundiário nordestino altamente concentrado na Zona da Mata e disperso no Agreste e no Sertão, locais em que ainda hoje persiste a agricultura de subsistência.

Os solos basálticos do Oeste Paulista e Norte do Paraná, cuja origem remonta às atividades vulcânicas no Mesozóico, chamados de terra roxa em derivação da alcunha terra rossa que lhe foi dada pelos imigrantes italianos, serviram de suporte para o café. Essa cultura agrícola foi fundamental para a industrialização, urbanização e interiorização do Brasil, tendo empregado amplamente mão de obra imigrante.

Ao contrário da cana de açúcar, o café não tinha produção autárquica, demandando insumos e favorecendo a construção de infraestruturas de apoio. O café estimulou a indústria direta ou indiretamente por meio da transferência de capitais auferidos com essa cultura para a indústria. Ao contrário dos Senhores de Engenho, os empresários do café habitavam nas cidades e reinvestiram seus lucros na expansão industrial, especialmente em São Paulo. Além disso, a comercialização do café gerou externalidades significativas como: ferrovias, armazéns, criação de casas bancárias e comerciais. A expansão do café para acompanhar os solos férteis permitiu a crescente interiorização do território que se integrava ao exterior por meio das estradas de ferro. Complementarmente, a utilização do trabalho imigrante permitiu a incorporação de novos padrões de consumo e lançou as sementes do mercado interno nacional. Mesmo após a relativa decadência do café com a Crise de 1929, essa cultura continuaria sua trajetória de expansão para atingir Londrina e Maringá, nas décadas de 1940 e 1950. Além do crescimento de São Paulo, o café foi fundamental para a dinamização do Noroeste do Paraná.

Guardadas suas respectivas diferenças, a cana de açúcar e o café foram basilares para a formação econômica e social brasileira. A primeira cultura viabilizou economicamente a empresa colonial, ao passo que a segunda criou as condições materiais e financeiras da sociedade urbana e industrial contemporânea. Os solos férteis de massapé e a terra roxa ajudam a compreender a dinâmica de expansão territorial dessas culturas.

***

POLÍTICA INTERNACIONAL

A prova de Política Internacional consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

POLÍTICA INTERNACIONAL (Primeira e Terceira Fases): 1 Relações internacionais: conceitos básicos, atores, processos, instituições e principais paradigmas teóricos. 2 A política externa brasileira: evolução desde 1945, principais vertentes e linhas de ação. 3 O Brasil e a América do Sul. 3.1 Integração na América do Sul. 3.2 O MERCOSUL: Origens do processo de integração no Cone Sul: objetivos, características e estágio atual de integração. 3.3 A Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). 3.4 A União Sul-Americana de Nações: objetivos e estrutura. 3.5 O Conselho de Defesa da América do Sul. 4 A política externa argentina; a Argentina e o Brasil. 5 A política externa norte-americana e relações com o Brasil. 6 Relações do Brasil com os demais países do hemisfério. 7 A Política externa francesa e relações com o Brasil. 8 Política externa inglesa e relações com o Brasil. 9 Política externa alemã e relações com o Brasil. 10 A União Européia e o Brasil. 11 Política externa russa e relações com o Brasil. 12 A África e o Brasil. 13 A política externa da China, da Índia e do Japão; relações com o Brasil. 14 Oriente Médio: a questão palestina; Iraque; Irã. 15 A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. 16 A agenda internacional e o Brasil: 16.1 O multilateralismo de dimensão universal: a ONU; as Conferências Internacionais; os órgãos multilaterais. 16.2 Desenvolvimento. 16.3 Pobreza e ações de combate à fome. 16.4 Meio ambiente. 16.5 Direitos Humanos. 16.6 Comércio internacional e Organização Mundial do Comércio (OMC). 16.7 Sistema financeiro internacional. 16.8 Desarmamento e não-proliferação. 16.9 Terrorismo. 16.10 Narcotráfico. 16.11 A reforma das Nações Unidas. 17 O Brasil e o sistema interamericano. 18 O Brasil e a formação dos blocos econômicos. 19 A dimensão da segurança na política exterior do Brasil. 20 O Brasil e as coalizões internacionais: o G-20, o IBAS e o BRIC. 21 O Brasil e a cooperação sul-sul.

Prova de 2010

QUESTÃO 1

Avalie os elementos de continuidade e inovação da política externa brasileira atual e estabeleça paralelos e contrastes com visões de mundo prevalecentes em períodos anteriores, como o da "Política Externa Independente" e o do "Pragmatismo Responsável".
Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

FABIANO BASTOS MORAES (29/30)

A política externa brasileira atual, delineada a partir da ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República, é marcada, em linhas gerais, pela ênfase nas relações

Sul-Sul, pela busca de diversificação de parcerias e pela "desideologização", o que quer dizer que se busca orientá-la menos por afinidades político-ideológicas do que pela preocupação em transformar as relações exteriores em pólo ativo no desenvolvimento sócio-econômico nacional. Essas características, observadas abstratamente, não constituem exatamente novidade na história da política externa brasileira. Ao contrário, tais diretrizes possuem pontos de contatos claros com os conceitos principais presentes em dois outros momentos da inserção internacional brasileira: a Política Externa Independente (PEI), que data do início da década de 1960, durante os governos Jânio Quadros e João Goulart, e o Pragmatismo Responsável e Ecumênico, implementado em meados da década de 1970 pelo presidente Ernesto Geisel. No entanto, uma vez que o contexto nacional e internacional das décadas de 1960 e 1970 é bastante diverso daquele dos anos 2000, aquelas idéias mestras, embora ainda observáveis, sofreram modificações, sobretudo no que diz respeito a sua aplicação, de onde provêm importantes diferenças entre a política externa de Quadros/Goulart e Geisel, por um lado, e aquela de Lula, por outro.

A PEI constituiu grande novidade à época de seu anúncio e implementação. De fato, até então a política externa brasileira permanecera, grosso modo, no âmbito ideológico e civilizacional do Ocidente, compreendido como a Europa e as Américas, do que dão prova o "americanismo" da política externa republicana (seja ele "ideológico" ou "pragmático") e a oscilação do Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, entre a Europa e a América. A PEI, ao contrário, buscou projetar o país em outras arenas, nas quais a inserção e a presença brasileiras fossem mais importantes, levando-se em conta o interesse nacional. Contrariamente ao Pragmatismo Responsável e às políticas posteriormente implantadas, a PEI possuía uma retórica e um simbolismo bastante politizados, o que é satisfatoriamente demonstrado pela condecoração do líder rebelde cubano Ernesto "Che" Guevara. Encerrada aquela experiência pelo golpe militar de 1964, a política externa brasileira retomou a inserção "ideológica" via a teoria dos "círculos concêntricos", da época da presidência Castelo Branco. Posteriormente, as idéias de diversificação e da busca de parcerias orientada pelo interesse nacional foi retomando espaço, até ganhar nova e sólida expressão com o Pragmatismo Responsável do período Geisel (1974-79). Conforme indica o nome daquela forma de inserção internacional, tratava-se então de pensar a presença externa brasileira de maneira pragmática, tendo em vista o interesse nacional, mas sem descuidar de seu caráter "responsável" – leia-se, sem os arroubos retóricos do período Quadros/Goulart. Anote-se que data dessa época o adensamento das relações com os países africanos (simbolicamente, é importante notar que o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, apesar da disparidade ideológica então verificável entre ambos os países), árabes (em 1975, na ONU, o Brasil se alinhou ao pleito, caro aos países árabes, de considerar o sionismo uma forma de racismo) e asiáticos (data desse período o reconhecimento da China comunista). Em suma, embora PEI e Pragmatismo Responsável possuam as mesmas diretrizes básicas, os contextos interno e externo em que se manifestaram fazem com que a realização daquelas idéias assuma formas diferentes. Ou, como disse um intérprete de ambas, trata-se de idéias afins aplicadas em mundos diferentes.

A mesma análise pode ser estendida, cum grano salis, para a política externa do governo Lula (2003-2010). São palpáveis, na inserção internacional brasileira concebida por aquele presidente, as diretrizes básicas da PEI e do Pragmatismo Responsável, a saber: diversificação de parcerias (tendo em vista menos aspectos ideológicos do que o interesse nacional e o desenvolvimento) e ênfase na inserção Sul-Sul (capaz de render mais

"dividendos", no sentido acima exposto). No entanto, dadas as características do Brasil e da arena global no início do século XXI, tais conceitos assumiram formas diversas.

A primeira idéia a ter em mente é que o Brasil, durante a década de 1990, "quitou" suas hipotecas internacionais no campo dos Direitos Humanos, do Meio-Ambiente e do uso da tecnologia nuclear, e isso marca de forma indelével a atual inserção brasileira. Para ficar em um exemplo, a aceitação, por parte do Brasil, da agenda internacional dos Direitos Humanos se manifesta na atual política externa brasileira por meio do conceito de "não-indiferença", pelo qual o Brasil busca exercer solidariedade ativa em relação a países que passam por crises humanitárias, mesmo que tais países não se encontrem na esfera imediata do interesse nacional, compreendido em sentido estrito. Tal solidariedade se manifestou, por exemplo, no engajamento do Brasil em missões de paz sob a bandeira da ONU (por exemplo, no Haiti) ou na utilização de recursos do Fundo IBAS para combate à pobreza em países como Guiné-Bissau, Sri Lanka e nos territórios palestinos. Desnecessário dizer que essa atuação foi possível tanto pela vontade dos formuladores da política externa brasileira quanto pelo fato de o Brasil gozar de posição internacional relativa mais favorável neste início do século XXI do que nas décadas de 1960 e 1970, o que lhe permite ter presença internacional mais forte.

Outro ponto em que a inserção Sul-Sul do governo Lula se diferencia daquela dos governos Quadros/Goulart e Geisel é na importância dada à cooperação internacional, área em que também comparece o elemento de solidariedade. Assim, o Brasil tem realizado operações de cooperação trilateral (com países europeus na África; com os EUA na América Central e no Caribe) para ajudar países em desenvolvimento, por exemplo, a melhorar sua produtividade agrícola com o auxílio de técnicos da EMBRAPA. Tem-se verificado, igualmente, a cooperação na formação de capital humano, sobretudo dos países africanos, seja com o envio de equipes de treinamento brasileiras, seja com a recepção de estudantes universitários estrangeiros em nossas instituições de ensino. Os dividendos advindos dessa forma de inserção Sul-Sul são, por um lado, maior respeito e prestígio internacionais; por outro, no que tange à cooperação em agricultura, o Brasil, à parte ajudar a melhorar a situação em países necessitados, visa à "commoditização" de produtos como o etanol de cana-de-açúcar.

Por fim, a inserção Sul-Sul brasileira durante o governo Lula buscou, ao contrário do que ocorreu em períodos anteriores, se manifestar de forma multilateral. Buscou, igualmente, institucionalizar-se. A soma dessas duas tendências explica a pletora de grupos fundados pelo Brasil, como o IBAS, o BRIC, a UNASUL, a CELAC, a ASPA. Tais organizações procuram perenizar o diálogo e as relações firmadas pelo Brasil na esfera Sul-Sul, tornando-as imunes às conjunturas políticas, que poderiam interrompê-las ou torná-las mais rarefeitas.

Em suma, o governo Lula, em sua atuação externa, pode ser dito um continuador, ou, melhor ainda, um herdeiro das idéias-mestras da PEI e do Pragmatismo Responsável, desde que se acrescente que os formuladores da política externa presente atualizaram aquelas idéias em confronto com as novas realidades nacionais e internacionais. Assim, como visto, a inserção Sul-Sul foi tingida pelos princípios da solidariedade e da não-indiferença, o que quer dizer que o próprio conceito de interesse nacional foi revisto e ampliado à luz da importância da agenda dos Direitos Humanos na política externa brasileira. Outrossim, o Brasil buscou multilateralizar e institucionalizar sua inserção Sul-Sul, tendo em vista a perenização desses laços e a importância deles para o desenvolvimento nacional. Mutatis mutandis, pode ser dito da política externa de Lula, em comparação à PEI e

ao Pragmatismo Responsável, o que foi dito na análise comparativa das duas doutrinas de inserção internacional dos anos 1960 e 1970 acima mencionadas: as idéias são basicamente as mesmas, mas sua manifestação, haja vista as alterações internas e externas observadas, é bastante diferente.

QUESTÃO 2

A partir de uma perspectiva da mudança global do clima como uma questão de desenvolvimento, comente:

a) a evolução da posição brasileira no processo preparatório da COP-15 e durante a Conferência;

b) desafios e vantagens, do ponto de vista doméstico e internacional, que o país terá nas próximas negociações multilaterais sobre o tema.

Extensão máxima: 90 linhas

(valor: 30 pontos)

FREDERICO OLIVEIRA DE ARAÚJO (27/30)

As mudanças do clima são um fenômeno que atinge indistintamente o mundo inteiro, mas com efeitos especialmente nocivos sobre os países insulares e os de menor desenvolvimento relativo. A diplomacia brasileira tem sido elemento-chave nas negociações sobre o clima, particularmente desde a Rio-92, mas de forma crescente nos últimos anos. Isso se deve à maior legitimidade do Brasil para adotar uma postura pró-ativa, afiançada tanto em credenciais internas (políticas de combate ao desmatamento, adoção de uma matriz produtiva limpa, sistema nacional de unidades conservação) quanto em credenciais externas: participação no regime ambiental internacional, inclusive com compromissos voluntários ambiciosos, articulação de sua diplomacia dos biocombustíveis em favor do desenvolvimento de terceiros países e da redução das emissões de CO2 no globo. Assim, o Brasil promove hoje as principais iniciativas tendentes a contornar o problema das mudanças do clima, não só fazendo a sua parte, mas também – como diria San Tiago Dantas – "contribuindo com idéias", propondo mecanismos inovadores e instrumentos eficazes, segundo o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

No processo preparatório da COP-15, o Brasil já vinha se engajando ativamente desde as conferências das partes anteriores. Para não recuar muito, tomemos o caso da COP-13, realizada em Bali, quando se formou grupo de trabalho para intensificar as negociações sobre um segundo período de compromisso (2013-2017) a vigorar após o 1º período do Protocolo de Quioto. Em Bali, o Brasil anunciou a elaboração de um Plano Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC), no âmbito doméstico, que serviria de exemplo para a comunidade internacional. Aguardado com bastante expectativa, o PNMC foi lançado no Brasil e divulgado em Copenhague, onde o País expôs seus compromissos voluntários. Ainda em Bali, o Brasil participara ativamente da proposta de criação de um fundo de ajuda aos países de menor desenvolvimento que têm maiores dificuldades em reduzir suas emissões de gases geradores de efeito estufa (GGEE).

Na COP-14, realizada na Polônia, a diplomacia brasileira enfatizou, com grande interesse, a proposta de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), sempre destacando que os países desenvolvidos têm a obrigação – estabelecida na Eco-92 – de transferir tecnologia e ajuda financeira aos países em desenvolvimento para que estes

possam cumprir sua parte no combate ao aquecimento global. Particularmente, o Brasil tem vantagens quanto à redução das emissões de CO2, pois, segundo o IPCC, 25% das emissões no mundo são causadas por desmatamento; no caso do Brasil, essa cifra chegaria a 70%, o que prova que nossa matriz produtiva (industrial, etc) é relativamente limpa. Ademais, o Brasil já vem conseguindo reduzir o desmatamento em 50% nos últimos anos, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), reconhecidos pela ONU. Portanto, o Brasil tem "vantagens comparativas" em relação a outros países, no que tange à redução das emissões de carbono.

Segundo o Embaixador Everton Vieira Vargas, durante o processo de preparação da COP-15, o Brasil defendeu a proposta de um fundo global de combate às mudanças do clima, com aporte de recursos extras, a espelho do já existente Fundo Amazônia – no que foi apoiado pela União Européia. Os EUA, entretanto, não acolheram a proposta. Divergências dessa natureza demarcam a persistência de clivagens Norte-Sul, apenas parcialmente superada (se tanto) no Acordo de Copenhague de 2009. Este acordo, de caráter não vinculante, foi negociado por Brasil, África do Sul, Índia, China (BASIC), além dos EUA, e endossado por outros países, enquanto algumas nações européias limitaram-se a "tomar nota". Embora não suficiente, o governo brasileiro entende que o Acordo de Copenhague é um passo importante para o esforço internacional de combate às mudanças do clima; nos seus termos, os países desenvolvidos comprometem-se a transferir US$ 100 bilhões até 2020, para os países em desenvolvimento, além de comprometerem-se – de forma não obrigatória – com a redução das emissões em 20% até 2020 e em 80% até 2050. Ao longo da COP-15, o Brasil atuou como "articulador de consensos", obtendo um resultado possível em tema tão polarizado e permeado de clivagens, sempre primando, de forma principiológica, pela observância dos preceitos reconhecidos na Convenção-Quadro de Mudança do Clima.

No bojo daquelas discussões, a Ministra Dilma Roussef comunicou à UNFCCC todos os compromissos voluntários brasileiros, em termos de combate ao desmatamento e de redução das emissões, em números que são mensuráveis, reportáveis e verificáveis.

No entanto, persistem importantes desafios a superar, tanto no âmbito doméstico quanto no plano internacional, para as próximas negociações. No cenário mundial, ainda há divergências sobre a revisão, por exemplo, do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), o qual também nasceu de uma idéia originalmente brasileira. Permanecem clivagens mesmo dentro do mundo desenvolvido: enquanto os EUA não querem engajar-se em metas obrigatórias e apegam-se ao mecanismo de mercado de carbono, a União Européia, por sua vez, parece disposta a aderir a metas mais ambiciosas, desde que outros países desenvolvidos também o façam, porém. Além disso, conquanto o governo Obama represente o retorno dos EUA à mesa de negociações sobre o tema, não se acena para a assinatura do Protocolo de Quioto, imputando-se ao Senado norte-americano sua eventual rejeição – numa lógica possivelmente explicável nos termos da "two-level game theory" de Robert Putnan. Então, o Brasil terá de empenhar sua energia diplomática e sua já demonstrada capacidade de articular consensos para as próximas negociações multilaterais, particularmente na Conferência Rio+20, em 2012, que o Brasil sediará.

No plano doméstico brasileiro, também existem desafios, como divergências interministeriais, em que pese à importância, à transparência e ao caráter ambicioso da Política Nacional de Meio Ambiente em geral, e do PNMC em particular. Outra necessidade é conscientizar o setor produtivo do País, para que a ação da diplomacia brasileira no plano

internacional, em consonância com a sociedade civil (aliás, já incorporada ao debate, haja vista a delegação brasileira em Copenhague), seja feita de forma eficazmente harmoniosa.

Em conclusão, vê-se que o Brasil detém credenciais internas e externas que o habilitam a assumir postura pró-ativa, com enorme legitimidade, nas discussões sobre a diplomacia ambiental e, em especial, quanto às mudanças do clima. Será, portanto, fundado em suas vantagens que o Brasil virá por superar seus desafios.

QUESTÃO 3

O Brasil e a Argentina estabeleceram, a partir da década passada, uma importante cooperação bilateral no campo nuclear. Quais os principais marcos institucionais (e características) dessa cooperação?
Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

RUBENS DIONISIO DE CAMARGO CAMPANA (20/20)

A integração promovida por Brasil e Argentina foi precedida por intensa construção de confiança em áreas sensíveis, em uma colaboração que prossegue mesmo quando o dínamo da política passa a ser a economia ou a política. No âmbito da segurança, o que Moniz Bandeira chama de "neutralidade imperfeita" do Brasil no conflito das Malvinas é passo importante, mas seria a cooperação bilateral no campo nuclear um dos marcos mais essenciais do relacionamento.

Essa cooperação inicia-se já simultaneamente à convergência promovida pelos governos Sarney e Alfonsín, quando é firmado o primeiro acordo nuclear entre os dois países, colocando fim ao que muitos consideram um dos principais motivos da rivalidade entre os dois regimes militares anteriores — a possibilidade de uma corrida armamentista. Outros acordos nesse tema seguir-se-iam no final da década de 1980, acordos esses que culminam no grande marco dessa cooperação, a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Controle e Contabilidade de Materiais Nucleares, a ABACC, de 1991.

A ABACC inova por estabelecer um novo instituto de controle mútuo — o Tratado de Não- Proliferação prevê a possibilidade de arranjos regionais que reforçam o regime de não-proliferação, como no sistema interamericano, representado pelo Tratado de Tlatelolco — mas a agência cria um sistema de dupla contabilidade, ao qual apenas Brasil e Argentina se submetem. O Acordo Quadripartite, entre Brasil, Argentina, ABACC e Agência Internacional de Energia Atômica, estabelece um dos mais estritos regimes de controle em matéria nuclear do mundo.

Os dois países também atuam conjuntamente em todos os eixos do regime internacional de não-proliferação: o universal, representado pelo TNP, o regional, por Tlatelolco, e o de controle de materiais, sendo ambos membros do Nuclear Suppliers Group.

O Brasil também é vigoroso defensor da implementação do artigo sexto do TNP, defendendo o desarmamento em iniciativas como a Coalizão para a Nova Agenda, defesa essa na qual é acompanhado pela Argentina. Os 13 passos propostos por Celso Amorim na iniciativa Global Zero, em Paris, em 2000, prevêem medidas concretas para as potências nucleares. Os dois países caminham juntos na denúncia dos problemas notáveis do regime,

legitimados por participarem do que foi a primeira zona livre de armas nucleares e por iniciativas como o Acordo Tripartite.

Uma outra dimensão ainda dessa cooperação é a integração das cadeias de produção de energia nuclear, sendo a Argentina um parceiro estratégico do Brasil no projeto de alcançar a suficiência na obtenção de urânio enriquecido, o que pode ser conquistado na forma de uma suficiência conjunta.

Brasil e Argentina cooperaram para evitar que a desconfiança levasse a proliferação e a possível destruição mútua, e hoje atuam com coordenação em temas como energia nuclear e proliferação.

QUESTÃO 4

Jochen Prantl considera que o contexto internacional caracteriza-se, atualmente, pela "multipolaridade sem multilateralismo". Com base nessa assertiva, comente:

a) o papel do Brasil no âmbito dos diversos grupos negociadores que integra;

b) naquilo que se refere aos grupos UNASUL, CELAC, BRICs, IBAS, AFRAS e ASPA, descreva as características de cada um deles e identifique a importância que podem ter na dimensão Sul-Sul da política externa brasileira.

Extensão máxima: 60 linhas

(valor: 20 pontos)

MARIA EUGENIA ZABOTTO PULINO (17/20)

O Brasil integra, atualmente, diversos foros internacionais de negociação e deliberação. Nos últimos anos, a diplomacia brasileira passou a participar dos mais diversos regimes internacionais, sobre os mais variados temas. A estratégia de participar para transformar se reflete na postura propositiva do país, que congrega diferentes atores nos foros de cuja criação fez parte. A via da negociação tem sido constantemente privilegiada e estimulada pela política externa brasileira, que "optou por trocar a estática da confrontação pela dinâmica da cooperação", nas palavras do Presidente Lula.

A "multipolaridade sem multilateralismo", denunciada por Jochen Prantl, é uma das principais críticas da diplomacia brasileira ao sistema internacional pós-Guerra Fria. O multilateralismo, nas palavras do Chanceler Celso Amorim, "é a expressão jurídica da multipolaridade". O poder econômico, político e até mesmo militar vem se mostrando cada vez mais descentralizado, enquanto que os foros decisórios continuam representando a antiga ordem do pós-Segunda Guerra Mundial. A participação e incentivo ao G-20 Financeiro pela política externa brasileira, especialmente após a crise econômica de 2008, faz parte da estratégia de reformar e reformular os grupos decisórios. O G-8 não mais representa os atores mais relevantes no cenário econômico global e, portanto, é preciso incluir as novas economias emergentes nas instâncias de elaboração dos diversos regimes internacionais.

Uma das importantes inovações da política externa brasileira atual são os foros e alianças Sul-Sul de cooperação e concertação. O país não apenas pretende aumentar a participação dos países em desenvolvimento nos grupos que tradicionalmente abrigam apenas países desenvolvidos, mas propõe alianças entre os países em desenvolvimento e os de menos desenvolvimento relativo. Nessa categoria existem grupos regionais, como a UNASUL e a CEALAC, inter-regionais, como a ASA e a ASPA, e alianças de geometria variável, como o BRIC e o IBAS. No que se refere aos primeiros, é possível perceber um esforço de

ampliação da cooperação sul-americana e da América Latina e Caribe. A UNASUL, criada em 2008 e sucessora da CASA (2004), pretende consolidar-se como um foro essencialmente político e promover a cooperação em segurança, saúde, finanças e outras áreas. A CEALAC, ainda em processo de gestação, quer expandir a cooperação e a concertação para toda a América Latina e Caribe. Esses foros buscam não apenas a integração, mas também a coordenação de posições que fortaleçam a inserção internacional da região.

A ASPA (Cúpula América do Sul-Países Árabes) e a ASA (América do Sul-África), antigo AFRAS, são cúpulas inter-regionais que promovem a cooperação e concertação política em diversos eixos temáticos, de ciência e tecnologia a temas sociais. A ASPA foi criada em 2005 (Brasília) e teve sua segunda cúpula presidencial em 2009, em Doha. A ASA nasceu em 2006 e teve também uma segunda cúpula presidencial em 2009 (Isla Margarita). Ambos os grupos têm forte aspecto cultural, a exemplo da BibliASPA, mas também apontam para o surgimento de uma nova geografia comercial global.

O IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) são as chamadas alianças de geometria variável, significando a flexibilidade na formação de alianças tanto em sua composição quanto em seu tema. O IBAS surgiu em 2003, mesmo ano da formação do G-20 Comercial, e se destaca pelo caráter de solidariedade periférica, exercida por meio do Fundo IBAS de combate à fome e à miséria. O BRIC, acrônimo criado pelo economista-chefe da Goldman Sachs, consolidou-se posteriormente em um grupo de concertação e cooperação. O foro simboliza os novos tijolos da economia global.

A diversificação dos grupos decisórios dos quais o Brasil faz parte sinaliza a projeção internacional acentuada do país em vários temas e em várias regiões. A maioria dos foros de concertação mencionados defendem uma ampla reforma dos pilares do sistema internacional, de forma a que o multilateralismo normativo reflita a multipolaridade real.

***

INGLÊS

A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de quatro partes: tradução de um texto do inglês para o português (valor 20 pontos); versão de um texto do português para o inglês (valor 15 pontos); resumo de um texto (valor 15 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 45 a 60 linhas (valor 50 pontos).

Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 1 ponto para cada linha que faltar para atingir o mínimo exigido. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Programa (Primeira e Terceira Fases):

INGLÊS (Primeira e Terceira Fases): **Primeira Fase**: 1 Compreensão de textos escritos em língua inglesa. 2 Itens gramaticais relevantes para compreensão dos conteúdos semânticos. **Terceira Fase**: 1 Redação em língua inglesa: expressão em nível avançado; domínio da gramática; qualidade e propriedade no emprego da linguagem; organização e desenvolvimento de ideias. 2 Versão do Português para o Inglês: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfossintática e lexical. 3 Tradução do Inglês para o Português: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfossintática e lexical. 4 Resumo: capacidade de síntese e de reelaboração em Inglês correto.

Orientação para estudo

1. Tradução – *Translation, Part A* (20 pontos)
A tradução do Inglês para o Português deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.

2.Versão – *Translation, Part B* (15 pontos)
A versão do Português para o Inglês deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.

3. Resumo – *Summary* (15 pontos)
O candidato deve apresentar capacidade de reelaborar, de forma concisa e coerente, o texto proposto. São critérios de avaliação a objetividade, a precisão, a clareza e a concisão do texto, além naturalmente da correção e propriedade no uso da língua inglesa.

4. Redação - *Compostition* (50 pontos)
Os candidatos devem demonstrar conhecimento avançado de Inglês e capacidade de usá-lo em redação bem estruturada. A distribuição dos 50 pontos faz-se da seguinte maneira:

- Correção gramatical (20 pontos)

Avaliam-se a correção e a propriedade no emprego da linguagem. Deduz-se 1 (um) ponto para cada erro, com exceção das falhas de pontuação ou de ortografia, às quais corresponde dedução de 0,5 (meio) ponto por ocorrência. A atribuição de nota zero no quesito "correção gramatical" implica, automaticamente, nota zero para a redação como um

todo. Do mesmo modo, será atribuída nota zero às redações que demonstrarem baixo padrão de conhecimento da língua inglesa.

- Organização e desenvolvimento de idéias (20 pontos)

Serão considerados, principalmente, os itens a seguir:

a) capacidade de raciocínio e de expressão clara em Inglês;

b) pertinência das idéias e da eventual exemplificação em relação ao tema;

c) adequada organização formal da redação, com adequada paragrafação.

Os candidatos devem esforçar-se para apresentar redação interessante. A originalidade não será exigida, mas será avaliada positivamente, da mesma forma que o uso adequado de exemplos. Serão severamente punidas as redações decoradas e simplesmente adaptadas ao tema proposto. A redação que fugir a esse tema será punida com nota zero.

- Qualidade de linguagem (10 pontos)

Atribuem-se pontos ao candidato pelo correto uso de Inglês idiomático, por construções variadas e pelo emprego de vocabulário amplo e preciso.

Os candidatos que usarem construções de cunho meramente elementar na redação receberão nota zero no quesito, em especial quando esse recurso for utilizado para evitar erros.

Prova de 2010

TRANSLATION (Total: 35 marks)

PART A (20 marks)

Translate into Portuguese the following excerpt adapted from Eleanor Roosevelt's speech which opened a series of United Nations seminars at Brandeis University on December 17th, 1954:

You hear people say, "Why hasn't the United Nations done this or that?" The United Nations functions just as well as the member nations make it function, no better or worse. So the first thing to look at is the kind of machinery that was set up, and what it was meant to do. Now we have to cast our minds back to the time when the Charter was first planned. The war was not over, and this was a dream — an idea to set up an organization, the object of which was to keep peace. Great tracts of the world had first-hand knowledge of war on their doorsteps. We did not know what it was like, either to be occupied or to be bombed. We need to use our imaginations, because we really must grasp what the nations felt then and still feel. What happened, of course, was that peace has never been found, so this organization has had to face questions that were not on its mind at the outset. But talk itself can have great value. You have to envisage it as a bridge, to think of the General Assembly as a place where bridges are built between peoples.

FREDERICO OLIVEIRA DE ARAUJO (18/20)

Ouvem-se pessoas dizendo: "Por que as Nações Unidas não têm feito isso ou aquilo?". A Organização das Nações Unidas funciona tão bem quanto seus membros a fazem funcionar, nem melhor nem pior. Então, a primeira coisa a observar é o tipo de engrenagem que foi concebida e o que ela foi incumbida de fazer.

Agora, nós devemos nos concentrar na época em que a Carta foi planejada. A guerra não havia acabado, e o sonho era este: a idéia de estabelecer uma organização, cujo objetivo era manter a paz.

Muitas partes do mundo tinham um conhecimento em primeira-mão a respeito da guerra, cujo flagelo chegava à sua soleira. Nós não sabíamos o que era isso, ser invadido ou ser bombardeado. Nós precisamos usar nossa imaginação, porque realmente devemos captar o que as nações sentiam naquele momento e o que ainda sentem.

O que aconteceu, evidentemente, foi que jamais se alcancou a paz, e assim a ONU tem-se obrigado a enfrentar questões que não estavam no seu ideário no momento de sua fundação. Mas o diálogo, por si mesmo, pode ser de grande valor. Deve-se conceber a ONU como uma ponte; a Assembléia Geral, como um lugar onde se constroem pontes entre os povos.

PART B (15 marks)

Translate into English the following excerpt adapted from a lecture delivered by Ambassador Celso Amorim as guest speaker at the Portuguese Ministry of Foreign Affairs Diplomatic Seminar on 5th January, 2009:

A reforma das Nações Unidas é peça-chave da agenda de mudanças. O multilateralismo é a expressão normativa da multipolaridade. O mundo multipolar que emerge neste século deve encontrar seu paralelismo lógico no reforço das instituições multilaterais. A reforma da ONU, em particular de seu Conselho de Segurança, decorre da necessidade de aumentar a legitimidade, transparência e representatividade nas suas decisões. Mesmo sem resolver todos os problemas (como o do veto, por exemplo), um Conselho ampliado enviaria aos Estados-membros uma mensagem de confiança na capacidade da ONU de se adaptar aos novos tempos. O Brasil fez uma clara opção pelo multilateralismo. A contribuição brasileira à Minustah no Haiti constitui uma demonstração concreta desse compromisso. Reflete a nossa "não-indiferença" diante de uma situação difícil vivida por uma nação com a qual temos muitas afinidades. Coaduna-se, ademais, com os princípios de ação coletiva para prevenir ameaças à paz e à segurança internacionais.

BRUNO BARBOSA AMORIM PARGA (13,5/15)

Reform of the United Nations is the key piece of the agenda of change. Multilateralism is the normative expression of multipolarity. The multipolar world which has been emerging in this century must find its logical parallel in the strengthening of multilateral institutions. UN reform, and particularly Security Council reform, stems from the need of enhancing legitimacy, transparency and representativity in its decisions. Even if it would not solve every problem (take, for example, that of the veto), an enlarged Council

would send member States a message of trust in the ability of the UN to adapt to the new times. Brazil has made a clear option for multilateralism. The Brazilian contribution to Minustah in Haiti means a concrete demonstration of this commitment. It reflects our "non-indifference" towards a difficult situation faced by a nation with which we have plenty of affinity. It is coherent with the principles of collective action in order to prevent threats to international peace and security, as well.

SUMMARY (Total: 15 marks)
Write a summary in your own words not over 200 words in length of the following excerpt adapted from Gwynne Dyer's Future Tense: the coming world order? (Toronto: Random House, 2004).

The United Nations as constituted in 1945 was a profoundly cynical organization; more explicitly so even than the League of Nations. It accepted without demur that its member states enjoyed absolute sovereignty and would never be forced to submit to intervention in their internal affairs (with the sole and uncertain exception that acts of genocide might trigger international intervention). The UN Charter made no moral or practical distinction between the most law-abiding democracies and the most repressive dictatorships. How could it, when more than half its members were dictatorships themselves? The UN was not about love, or justice, or freedom, although words of that sort are sprinkled freely through the preamble to the UN Charter; it was about avoiding another world war.
The problem that the surviving governments faced in 1945 was this: the existing international system is bankrupt in an era of weapons of mass destruction. The world cannot afford to allow countries armed with nuclear weapons to go to war with each other. It can certainly never again go through one of those generalized great-power melees that in the past were the main way of adjusting the international system to accommodate the changing balance between the great powers. If we fight that kind of war just once more, the whole northern hemisphere will fry. We therefore have to change the system. In fact, we have to outlaw war. Because 'outlaw war' sounds like a naive slogan on a protester's banner, people fail to grasp how radical a change it was for the great powers of the world to sign up to such a rule in 1945. Since the first city-states of Mesopotamia five thousand years ago, war had been a legitimate tool of statecraft, with no long-lasting opprobrium attached to waging 'aggressive war' so long as you were successful. Empires rose and fell, the militarily competent prospered. Now, all of a sudden, it's over.
Since 1945, according to the UN Charter, it has been illegal to wage war against another country except in two tightly defined circumstances. One is that you have just been attacked, and are fighting back pending the arrival of international help. The other exception arises when the Security Council authorizes various member states to use military force on its behalf to roll back an aggression, or to enforce its decisions on a strictly limited number of other questions. And that's it. Apart from these exceptions, international war — that is, war waged by a sovereign government across an international border — is illegal. It is illegal to attack a country because it is sitting on territory that previously belonged to your country. It is even illegal to attack a country because it is ruled by a wicked dictator who oppresses his own people. The rules had to be written like that because to allow exceptions on these counts would have left loopholes big enough to drive a tank through.

Making war illegal does not mean that all wars have stopped, any more than making murder illegal has stopped all killings, but it has transformed the context in which wars take place. The United Nations does not always act to roll back a successful aggression, because that requires getting past the vetoes wielded by all five permanent members of the Security Council and then finding member states willing to put their troops at risk on the ground, but it almost never recognizes border changes accomplished by war.
There is also, however, much that the United Nations cannot do. First and foremost, it cannot act against a perceived interest of any of the great powers, for in order to get them all to sign up it had to offer them a special deal: vetoes that allow the United States, Russia, Britain, France and China to block any UN action they don't like. It's neither fair nor pretty, but how else were the founders of the UN going to get the great powers to sign up — and what use would the organization be if some of them were outside it? Likewise, the United Nations cannot intervene in a sovereign state — or at least it could not until recently — even to stop the most horrendous violations of human rights.
Despite such limitations, the UN is a central and indispensable part of the modern world. It is the institution through which a politically conscious global society first came into existence, and its specialized organs are still the arena in which most of the world's large-scale deals are made on matters ranging from telecommunications frequencies and trade to public health and the environment. It is the organizer and command centre for many of the peacekeeping missions that hold old enemies apart and try to minimize the level of violence in failed states, and the source of legal authority for many peacekeeping missions it does not directly control. Most important by far, it is the repository of the new international law which bans the use of aggressive military force, even by the great powers.
It is not generally realised how important this law is because it has so often been broken, especially by the really big powers. Nonetheless, most of the wars that have not involved veto-wielding superpowers have tended not to last very long before international diplomatic intervention puts a halt to them. The Security Council busies itself with appeals for a cease-fire and offers of peace-keeping troops. This has made it hard for those involved to go on fighting. So wars have rarely ended in decisive victories, and territory has almost never changed hands in a legal and permanent way. These very significant constraints may also explain why nuclear weapons have not been used in war for the past 59 years. Of course, these same constraints can feel very burdensome if you happen to be the greatest power in the world, with overwhelming superiority in both nuclear and conventional weapons. You might even wind up filled with frustration and fury because all these Lilliput nations are trying to use the rules of the United Nations to tie you down like Gulliver.
The best measure of any institution's real importance is how much its enemies hate it. US neo-cons, for instance, hate the UN a lot. They portray it one moment as an irrelevant excrescence and the next as an arrogant, uncaring organization of great power. The United Nations, though, was not created to fight evil wherever it appears. It was designed primarily to stop the kind of straightforward cross-border aggression that had triggered both the First and the Second World Wars, but must not be allowed to cause a Third. So, since the veto-wielding permanent members of the Security Council stand to lose everything themselves in another world war, they have generally been able to act in a surprisingly coordinated and decisive manner at the UN when events elsewhere threatened to drag them into such a conflict.
Available at: www.gwynnedyer.com.

Retrievedon 24/3/2010

GUILHERME LOPES LEIVAS LEITE (14/15)

The United Nations were instituted not as a means to end all conflicts, but as a way to prevent a global war in a nuclear age. Thenceforth, no longer could problems be solved by the hitherto legitimate means of warfare as it would mean the extinction of humankind. Therefore, a pragmatic system was created in order to limit widespread war.

War was forbidden expect by two tightly defined circumstances: self-defense and Security Council authorization. Not contemplating other possibilities, laudable as they might be, was necessary to ensure its respect.

The system is far from perfect, particularly since the five permanent members of the Council have veto power and, thus, hardly will the UN act against these countries' interests. Notwithstanding, the organization has greatly contributed to the international community with its peacekeeping operations and legal framework banning the use of force.

Yet, the UN's main contribution was to prevent the use of nuclear weapons among great powers. Its flexibility and pragmatic nature have permitted a coordinated effort from the permanent members of the Security Council, as they are the ones most concerned with a possible Third World War.

COMPOSITION (Total: 50 marks)

It will be no surprise to those who follow UN affairs that the end of the Cold War has been the single most formative experience in the existence of the Security Council. There are many ways to demonstrate this. The simplest is to count the absolute number of Council resolutions. For the period 1946-1989 the annual average number of resolutions passed was fifteen; since then the average has been more than sixty. The Council has moved from roughly one decision a month to one per week. This is indeed a dramatic change.
Peter Wallensteen e Patrick Johansson's. Security Council decisions in perspective.
In: Malone, D.M. ed. The United Nations Security Council: from the Cold War to
the 21st Century. London: International Peace Academy, 2004 (Adapted).

In what other ways have the Security Council's actions changed since the end of the Cold War? Why?
(Length: 350-450 words)

JOSÉ JOAQUIM GOMES DA COSTA FILHO (45/50)

The demise of the Soviet Union marks a watershed in the history of the UN Security Council. Not only has the amount of resolutions increased in the aftermath of the Cold War, but the substance of its decision has also changed. Peacekeeping operations have been enhanced, new topics have been introduced at the top of the agenda of the council and stiffer verification mechanisms have been concocted in light of the changing global scenario.

"An agenda for peace", a UN report published at the beginning of the 1990s, stressed the new features of armed conflicts and urged states to improve the peacekeeping operations' capacity to tackle the daunting challenges posed by the new scenario.

Thenceforth, the Security Council, aware of the complexity of the burgeoning number of intrastate conflicts, has aimed at diversifying the roles played by peace operations. Peacemaking and peacebuilding activities are now as important as monitoring prior peace deals. The changing nature of armed conflicts since the end of the Cold War has demanded brand new responses from the Security Council.

Another major change is the discussion of topics which are not related to the traditional concept of security. This concept has evolved from a strict military bias to a more diverse understanding. The new concept of "securitization", which was consolidated by Barry Buzan, entails not only the military domain but also the societal, environmental and economic realms. Any threat may be securitized by states and put at the top of their political agenda. Accordingly, the Security Council has held meeting on climate change and human rights.

Finally, the Security Council has improved its verification tools through recent decisions such as resolutions 1373 and 1540. The latter refers to the proliferation of weapons of mass destruction and the former is related to terrorism. Both established specific committees to oversee their implementation by UN member-states. Countries have to submit national reports to the committees' scrutiny. This change was spurred by the 2001 terrorist assaults in the United States and the political will of some permanent members.

The international scenario engendered by the end of the Cold War has rendered the UN Security Council more pro-active inasmuch as new challenges have demanded a streamlined approach. A broader agenda, multifaceted peace operations and new verification mechanisms are important changes in its actions.

***

NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

Programa (Primeira e Terceira Fases):
NOÇÕES DE ECONOMIA (Primeira e Terceira Fases): 1. Microeconomia. 1.1. Demanda do Consumidor. Preferências. Equilíbrio do consumidor. Curva de demanda. Elasticidade-preço e elasticidade-renda. 1.2. Oferta do Produtor. Fatores de produção. Função de produção. Elasticidade-preço da oferta. Rendimentos de fator. Rendimentos de escala. Custos de produção. 1.3. Concorrência Perfeita, Monopólio e Oligopólio. Comportamento das empresas. Determinação de preços e quantidades de equilíbrio. 2. Macroeconomia. 2.1. Contabilidade Nacional. Balanço de Pagamentos: estrutura e interpretação dos resultados dos diferentes componentes do Balanço. Medidas da atividade econômica. Conceitos e

cálculo do *deficit* público. 2.2. Determinação da renda, do produto e dos preços. Oferta e demanda agregadas. Consumo, investimento, poupança e gasto do governo. Exportação e importação. Objetivos e instrumentos de política fiscal. 2.3. Teoria monetária. Funções da moeda. Criação e distribuição de moeda. Oferta da moeda e mecanismos de controle. Procura da moeda. Papel do Banco Central. Objetivos e instrumentos de política monetária. Moeda e preços no longo prazo. Sistema bancário e intermediação financeira no Brasil. 2.4. Emprego e renda. Determinação do nível de emprego. Indicadores do mercado de trabalho. Distribuição de renda no Brasil. 3. Economia internacional. 3.1. Teorias clássicas do comércio. Vantagens absolutas e comparativas. Pensamento neoclássico. 3.2. A crítica de Prebisch e da Cepal. Deterioração dos termos de troca. 3.3. Macroeconomia aberta. Os fluxos internacionais de bens e capital. Regimes de câmbio. Taxa de câmbio nominal e real. A relação câmbio-juros. 3.4. Comércio internacional. Efeitos de tarifas, quotas e outros instrumentos de política governamental. Principais características do comércio internacional ao longo das décadas. Sistema multilateral de comércio: origem e evolução. As rodadas negociadores do GATT. A Rodada Uruguai. A Rodada Doha. 3.5. Política comercial brasileira. Negociações comerciais regionais. Integração econômica na América do Sul. Protecionismo e liberalização. 3.6. Sistema financeiro internacional. Padrão-ouro. Padrão dólar-ouro. Fim da conversibilidade. Crises econômico-financeiras nos últimos 20 anos. Governança internacional e os novos atores estatais e não-estatais. Características dos fluxos financeiros internacionais. 4. História econômica brasileira. 4.1. A economia brasileira no Século XIX. A economia cafeeira. 4.2. Primeira República. Políticas econômicas e evolução da economia brasileira. Crescimento industrial. Políticas de valorização do café. 4.3. A crise de 1929 e as décadas de trinta e quarenta. Industrialização restringida. Substituição de importações. 4.4. A década dos cinquenta. O Plano de Metas. 4.5. O Período 1962-1967. A desaceleração no crescimento. Reformas no sistema fiscal e financeiro. Políticas antiinflacionárias. Política salarial. 4.6. O período do milagre econômico (1968-1973) e o segundo PND. 4.7. Os anos oitenta. Crise da dívida. A interrupção do financiamento externo e as políticas de ajuste. Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação. 5. Economia Brasileira. 5.1. Os anos noventa. Abertura comercial e financeira. A indústria, a inflação e o balanço de pagamentos. A estabilidade econômica. 5.2. A economia brasileira na última década. Avanços e desafios. 5.3. Pensamento econômico e desenvolvimentismo no Brasil. A visão de Celso Furtado.

Prova de 2010

QUESTÃO 1

O comércio internacional é fator integrante do processo de globalização. Ao longo de muitos anos, na maioria dos países, observamos um processo de abertura ao comércio internacional, seja por meio do sistema multilateral de comércio, seja por meio de maior integração regional, ou ainda por meio de reformas de programas domésticos. O comércio e a globalização, de maneira geral, trouxeram benefícios a muitos países e aos seus cidadãos. O comércio permitiu a essas nações o benefício da especialização e a produção em escalas maiores e, portanto, mais eficientes. Elevou a produtividade, permitiu a difusão de

conhecimento e de tecnologia e aumentou o escopo das opções disponíveis aos consumidores. Porém, a maior integração à economia global não é necessariamente popular, e os benefícios da globalização não chegaram da mesma forma a todos os setores da sociedade.
OMC. Relatório da Organização Mundial do Comércio 2009.

a) Com base no excerto acima e nas teorias clássica e neoclássica do comércio internacional, explique as razões que levariam diferentes países a comerciar entre si. Em sua resposta, discorra sobre as diferentes teorias, assinale suas limitações e reflita sobre a natureza da inserção de um país no comércio internacional à luz das referidas teorias.
b) Com base no arcabouço analítico da CEPAL, discuta os efeitos da deterioração dos termos de troca para a inserção de um país no comércio internacional. Explique a visão cepalina sobre o desenvolvimento desigual da economia mundial.
Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)

JOANA D´ANGELO MARTINS DE MELO (30/30)

a) A teoria clássica do comércio internacional tem seu marco inicial com a teoria das vantagens absolutas de Adam Smith. Segundo Smith, o comércio entre países ocorre quando um país tem vantagem absoluta (menor custo de produção) na produção de um determinado bem e outro país, na produção de outro. Os países devem se especializar na produção do bem no qual têm vantagem absoluta e trocá-lo pelo bem em que não tenham essa vantagem. Segundo a teoria de Smith, caso um país tivesse vantagem absoluta na produção de todos os bens, ocorreria autarquia.

David Ricardo modificou a teoria ao explicar que, na verdade, os países comercializam por terem vantagens comparativas na produção de bens, não vantagens absolutas. Um país tem vantagem comparativa quando tem menor custo de oportunidade (ou menor preço relativo) para produzir determinado bem. Essas diferenças entre os países, para Ricardo, são explicadas pelas diferenças tecnológicas.

A teoria de Hecksher-Ohlin aprofunda a análise de Ricardo ao argumentar que as vantagens comparativas derivam da dotação dos fatores de produção dos países. Assim, o país deveria especializar-se na produção do bem que usa intensivamente o fator de produção abundante naquele país.

De acordo com as teorias clássicas e neoclássicas, dadas as vantagens absolutas ou comparativas, o livre-comércio traria benefícios para todos os países envolvidos, uma vez que os ganhos de produtividade com a especialização seriam repassados a todos pela queda nos preços dos produtos. Assim, os países em desenvolvimentos deveriam especializar-se na produção de produtos primários (segundo Smith por terem custos de produção mais baixos; segundo Ricardo por produzirem esses produtos de forma mais eficiente do que produziriam manufaturados, e segundo Hecksher e Ohlin, por terem abundância em terras e mão-de-obra). Os países desenvolvidos, por outro lado, deveriam especializar-se na produção de manufaturados. Os dois tipos de países trocariam os produtos, com benefícios para a economia como um todo.

b) Os limites das teorias clássicas e neoclássicas foram identificados pela Cepal. A especialização dos dois grupos de países implicava o desenvolvimento desigual da economia

mundial, que era dividida entre países centrais e países periféricos. A periferia sofria com a deterioração dos termos de trocas (DTT). Os produtos primários, por apresentarem baixa elasticidade-renda não tinham seu consumo expandido em tempos de aumento da renda mundial na mesma proporção da expansão da renda, enquanto os produtos manufaturados tinham alta elasticidade renda. Ademais, as estruturas de mercado nos países periféricos, com abundância de mão-de-obra, impediam que os ganhos de produtividade fossem repassados para os salários, enquanto nos países centrais, o contrário acontecia; os ganhos de produtividade não eram repassados para os preços e, sim, retidos pelos produtores, aumentando a renda da economia. Isso forçava os países periféricos a precisarem expandir cada vez mais suas exportações para conseguirem comprar a mesma quantidade de manufaturados importados, o que, muitas vezes, não conseguiam, dadas as condições dos mercados, levando a crises estruturais do balanço de pagamentos dos países periféricos.

A partir dessa visão, a Cepal defende a industrialização induzida pelo Estado, já que as condições do livre mercado não favoreciam o desenvolvimento industrial periférico. Caberia ao Estado, por meio de políticas comerciais de proteção a determinados setores e investimento em infraestrutura, garantir as condições de desenvolvimento industrial, para romper com o ciclo vicioso do livre-comércio. Essa visão da Cepal, foi implementada em países como Brasil e Argentina, e ficou conhecida como processo de substituição de importações.

QUESTÃO 2

Os anos 1900-1913, chamados de Era de Ouro por Winston Fritsch, têm sido considerados, na literatura, como anos de prosperidade da economia brasileira, após um longo período de estagnação que havia se estendido por quase toda a década de noventa do século anterior. A respeito desse período, comente:

a) Que fatores externos deram origem a esse ciclo de prosperidade, considerando-se que o preço do café, principal item de exportação brasileiro, encontrava-se em queda?

b) De que maneira condições externas mais favoráveis foram, em última instância, responsáveis pelo abandono das políticas monetárias restritivas em vigor no governo de Campos Salles?

c) Em que sentido seria válido afirmar que a evolução da economia brasileira nesse período criou condições para a expansão da indústria brasileira durante a Primeira Guerra Mundial?

Extensão máxima: 60 linhas

(valor: 30 pontos)

GUSTAVO MEIRA CARNEIRO (30/30)

O período entre 1900 e 1913 foi de grande prosperidade para o Brasil, após o período de desestruturação da primeira década da República. Nessa década, na tentativa de sanar o problema da falta de meio circulante derivado do fim da escravidão, promoveu-se a expansão da emissão monetária que levou à chamada crise do encilhamento. O governo Campos Salles, em 1898, foi responsável pela estabilização da economia, graças à obtenção do funding loan com a casa Rotschild e a políticas de austeridade e contração da economia. O ajuste promovido por Campos Salles foi importante para permitir o crescimento econômico da primeira década do século XX.

Fatores externos foram determinantes para esse período de expansão da economia brasileira. Um deles foi o próprio funding loan de 1898, que permitiu uma situação favorável no balanço de pagamentos durante o período, até 1913 e o começo da I Guerra Mundial. Com o ajuste promovido pelo governo Campos Salles e com o fundind loan, o país teve um importante crescimento da entrada de capitais, graças ao momento de expansão econômica vivido na Europa (Belle Époque na França, expansão na Inglaterra e na Alemanha). Esse bom momento da economia mundial, aliado ao novo momento da indústria nos países centrais, ajudou o Brasil também na balança comercial, pois mesmo que o preço do café não fosse favorável, as exportações de borracha tiveram grande expansão, permitindo o alívio na balança comercial.

O bom momento do setor externo, com abundância de capitais estrangeiros levou o Brasil a, em 1906, adotar o padrão-ouro, seguindo o formato de política econômica dos países centrais (que tinha grande sucesso então). O Brasil fez isso por meio da criação da Caixa de Conversão – baseada na experiência recente da Argentina. No mesmo ano de 1906, tem destaque a realização do Convênio de Taubaté, que definiu que o governo promoveria a compra dos excedentes de café para manter os preços por meio de empréstimos externos e que faria um imposto em ouro sobre o café exportado para pagar o serviço das dívidas, além de determinar que os Estados buscassem desincentivar a produção cafeeira. A realização do acordado em Taubaté, assim, foi muito facilitada pelo bom momento internacional, na medida em que havia abundância de capitais, o que permitiu o sucesso das políticas de valorização do café, que contribuíram para a expansão econômica já no final da década.

A adoção do padrão-ouro pelo Brasil fez que o país ficasse ainda mais atrelado à situação do setor externo. Nesse momento de abundância da entrada de divisas (tanto pelo comércio quanto por empréstimos e investimentos), a existência da Caixa de Conversão foi fundamental para que isso se refletisse em expansão monetária, na medida em que a oferta de moeda estava atrelada às reservas em ouro do país. Dessa forma, a abundância de capitais numa situação de padrão-ouro levou a um abandono, ainda mais evidente do que primeira metade da década, das políticas restritivas de Campos Salles.

A adoção do padrão-ouro no Brasil, assim como em outros países periféricos, mostrou-se problemática no final do período em discussão, assim como na segunda tentativa, no governo de Washington Luiz. Isso porque, ao contrário do que ocorria nos países centrais, nos países periféricos a conta de capitais tinha um comportamento pró-cíclico, ou seja, quando havia uma redução do superávit comercial, os capitais também escasseavam, levando à perda rápida de reservas. Esse processo ocorreu no Brasil e contribuiu para o momento recessivo vivido pelo país concomitantemente ao início da I Guerra Mundial.

A evolução da economia do Brasil no período 1900-1913 teve impacto importante na criação de condições para a expansão da indústria no país durante a I Guerra. Entre os fatores em que esse período contribuiu pode-se citar a acumulação de capital possibilitada pela expansão da economia e pela entrada de capitais. A abundância de capitais, aliada à política monetária menos restritiva permitiram, também, juntamente com a maior capacidade de importação, a entrada de máquinas e a instalação de capacidade na indústria (ainda muito incipiente), que seria usada durante a I Guerra Mundial em razão da dificuldade de importar. Outros fatores, como o crescimento das cidades, a imigração e o crescimento de atividades relacionadas à economia do café, como as bancárias e as de comércio exterior,

também podem ser citados como importantes para o crescimento da indústria durante a I Guerra Mundial.

A chamada Era de Ouro do Brasil no início do século XX, assim, foi fortemente influenciada pelo setor externo, o eixo dinâmico da economia, que beneficiou-se do bom momento da economia mundial de então e ajudou a criar condições para o surto industrial da I Guerra.

QUESTÃO 3

Considerando que a taxa de câmbio é uma variável fundamental em uma economia aberta, e que sua determinação pode-se dar de formas distintas:

a) Explique a determinação da taxa de câmbio em regimes de câmbio fixo e flutuantes.

b) Comente o papel das reservas internacionais nos dois regimes.

Extensão máxima: 40 linhas

(valor: 20 pontos)

GUSTAVO MEIRA CARNEIRO (20/20)

A taxa de câmbio pode ser determinada de maneiras distintas de acordo com o modelo de política cambial adotado pelos países. Os dois principais regimes de determinação da taxa de câmbio são o de câmbio fixo e o de câmbio flutuante.

Em um regime de câmbio fixo, a taxa de câmbio é determinada pelo governo e a autoridade monetária deve garantir a manutenção dessa taxa por meio de sua atuação no mercado. Nesse regime, portanto, a autoridade monetária deve agir como agente "price maker", aumentando ou reduzindo a quantidade de divisas por meio de compra ou venda, de forma a manter a taxa de câmbio fixa. Assim, havendo pressões para a desvalorização da moeda local, por exemplo, as autoridades monetárias devem atuar vendendo divisas estrangeiras em troca de moeda local, de maneira a conter as pressões. Percebe-se, dessa forma, que as reservas internacionais têm papel fundamental no caso do regime de câmbio fixo, aumentando nos momentos em que há pressão de valorização da moeda local e diminuindo no caso oposto. Cabe destacar, ainda, que devido à necessidade de manter um equilíbrio entre as quantidades de moeda local e estrangeira compatível com a taxa de câmbio fixada, a autoridade monetária é incapaz de fazer política monetária eficazmente (considerando um regime de liberdade de capitais).

Em um regime de câmbio flutuante, a taxa de câmbio é determinada pela oferta e demanda de moedas no mercado cambial. Esse mercado reúne agentes que demandam moeda estrangeira (importadores, por exemplo) e que a ofertam (exportadores, por exemplo), mas, ao contrário do que ocorre no regime de câmbio fixo, com o câmbio flutuante a autoridade monetária participa do mercado como qualquer agente. Um regime de taxa de câmbio flutuante permite um ajuste automático do balanço de pagamentos (com tendência a desvalorização em caso de déficit), diferentemente do regime de câmbio fixo, o que – teoricamente – tornaria as reservas internacionais pouco necessárias com câmbio flutuante (já que, ao contrário do câmbio fixo, não é necessário usá-las para ajustar o balanço de pagamentos). Na realidade, contudo, observa-se aquilo que alguns economistas chamam de "medo de flutuar", ou seja, a tendência de que, mesmo em regimes de câmbio flutuante, as autoridades monetárias mantenham reservas importantes e intervenham no mercado para impedir uma alta volatilidade da taxa de câmbio. Cabe destacar, ainda, que em um regime

de taxas de câmbio flutuante a autoridade monetária tem capacidade de fazer política monetária eficaz (considerando um regime de liberdade de capitais), já que a taxa de câmbio não precisa ser mantida e pode ajustar-se a um novo equilíbrio.

Nota-se, assim, que existem diferenças importantes entre regimes cambiais fixos e flutuantes, desde o papel das reservas internacionais até a capacidade de utilizar a política monetária de maneira eficaz. Uma distinção interessante é aquela que percebe na taxa de câmbio fixa uma forma de manter a estabilidade de preços e facilitar a formação de expectativas na economia internacional, ao preço de aumentar a vulnerabilidade ao exterior (incluindo perda de capacidade de fazer política monetária), enquanto as taxas flutuantes reduzem essa vulnerabilidade, mas apresentam maior dificuldade para a formação de expectativas devido à volatilidade dos preços.

QUESTÃO 4

Considere que dois países apresentem o mesmo nível de risco para o mercado financeiro internacional. A taxa de câmbio é igual a dois, ou seja, são necessárias duas unidades monetárias do país A para comprar uma unidade monetária do país B. No país A, a taxa de juros é de 20% ao ano, enquanto, no país B, a taxa de juros é de 0% ao ano. Com base nessa situação, responda às seguintes questões.

a) Suponha que determinado investidor possua 200 unidades monetárias do país A. Após um ano, quanto ele terá em unidades monetárias do país A se investir todo seu dinheiro nesse país?

b) Caso esse mesmo investidor decida aplicar seu dinheiro no país B, quanto ele terá disponível para aplicar em moeda do país B? Quanto ele terá, após um ano, em unidades monetárias do país B?

c) Qual deverá ser a taxa de câmbio para que esse investidor fique indiferente entre aplicar seu dinheiro, no período de um ano, no país A ou no país B?

Extensão máxima: 40 linhas

(valor: 20 pontos)

GUSTAVO MEIRA CARNEIRO (20/20)

a) Considerando que o investidor possui 200 unidades monetárias (u.m.) do país A e que a taxa de juros nesse país é de 20% ao ano (a.a.), caso ele invista todo o seu dinheiro nesse país, sua quantidade de u.m. após um ano será: 200 x 1,2 = 240 unidades monetárias.

b) Caso o mesmo investidor do exercício anterior decida investir seu dinheiro todo no país B, ele deverá, em primeiro lugar, trocar suas unidades monetárias do país A por unidades monetárias do país B à taxa de câmbio praticada no mercado. Considerando-se que são necessárias duas unidades monetárias de A para comprar uma de B, qual seja, que a taxa de câmbio de unidades monetárias de A em relação às de B é igual a 2 (2 Au.m./Bu.m.), e que o investidor possui 200 u.m. de A, deduz-se que ele possui 100 u.m. de B, após a conversão, disponíveis para aplicar no país B.

Dado que a taxa de juros do país B é igual a 0% a.a., caso o investidor aplique seu dinheiro (100 u.m. de B) nesse país pelo prazo de um ano, no final desse período ele

terá a mesma quantidade de unidades monetárias de B, qual seja, 100. Percebe-se, portanto, que, em comparação com o investimento no país A, o investimento no país B apresenta menor atratividade – o que fica evidente já na análise das taxas de juros – do que no país A, considerando-se uma expectativa de que a taxa de câmbio permaneça constante nesse período de um ano.

c) *Considerando dadas as taxas de juros em A (20%) e B (0%), e o fato de que o investidor possui 200 u.m. de A disponíveis, para que ele fique indiferente entre aplicar o dinheiro em A e B, o que deve ocorrer é um movimento da taxa de câmbio, no período de um ano, que compense o diferencial de juros entre os dois países. Assim, seria preciso que ocorresse uma desvalorização de 20% na taxa de câmbio de Au.m./Bu.m. entre o momento em que o investidor coloca seu dinheiro no país B e o momento em que ele o retira e transforma em u.m. de A novamente, ou seja, deve haver uma taxa de câmbio esperada diferente.*

   O resultado do investimento de 200 u.m. de A a juros de 20% a.a. seriam 240 u.m. de A. Para que se obtenha o mesmo resultado investindo no país B, considerando um câmbio inicial de 2 Au.m./Bu.m. (o que transforma 200 u.m. de A em 100 u.m. de B), é preciso que, ao final de um ano, a taxa de câmbio torne-se 2,40 Au.m./Bu.m. (de modo que 100 u.m. de B tornem-se equivalentes a 240 u.m. de A). Dessa forma, uma desvalorização de 20% na taxa de câmbio Au.m./Bu.m. no período de um ano tornaria o investidor indiferente entre aplicar suas 200 u.m. de A no país A ou no país B.

   Nota-se, portanto, que seria necessária uma mudança na taxa de câmbio no período de um ano que iguale o diferencial de taxas de juros entre os países, sob a hipótese de um risco equivalente entre ambos os países. Como a diferença entre as taxas de juros era de 20%, seria necessária uma desvalorização de 20% no câmbio Au.m./Bu.m. para atingir a indiferença entre as aplicações.

***

NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

A prova de Noções de Direito e Direito Internacional Público consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

A banca examinadora levará em conta, sobretudo, o poder de argumentação do(a) candidato(a). Assim, eventual citação de tal ou qual autor deve ser evitada. O interesse dos examinadores é avaliar o entendimento do(a) candidato(a) sobre o problema formulado. Ele(a) deve pautar sua resposta pela objetividade, clareza e precisão.

Programa (1ª e 3ª Fases)
NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO (Primeira e Terceira Fases): **I – Noções de direito e ordenamento jurídico brasileiro**. 1 Normas jurídicas. Características básicas. Hierarquia. 2 Constituição: conceito, classificações, primado da Constituição, controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos. 3 Fatos e atos jurídicos: elementos, classificação e vícios do ato e do negócio jurídico. Personalidade jurídica no direito brasileiro. 4 Estado: características, elementos, soberania, formas de Estado, confederação, república e monarquia, sistemas de governo (presidencialista e parlamentarista), estado democrático de direito. 5 Organização dos poderes no direito brasileiro. 6 Processo legislativo brasileiro. 7 Princípios, direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF/88). 8 Noções de organização do Estado na CF/88: competências da União, dos Estados-membros e dos municípios; características do Distrito Federal. 9 Atividade administrativa do Estado brasileiro: princípios constitucionais da administração pública e dos servidores públicos, controle de legalidade dos atos da Administração. 10 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. **II – Direito internacional público**. 1 Caráter jurídico do direito internacional público (DIP): fundamento de validade da norma jurídica internacional; DIP e direito interno; DIP e direito internacional privado (Lei de Introdução ao Código Civil). 2 Fontes do DIP: Estatuto da Corte Internacional de Justiça (artigo 38); atos unilaterais do Estado; decisões de organizações internacionais; normas imperativas (*jus cogens*). 3 Sujeitos do DIP: Estados [conceito; requisitos; território; população (nacionalidade, condição jurídica do estrangeiro, deportação, expulsão e extradição); governo e capacidade de entrar em relações com os demais Estados; surgimento e reconhecimento (de Estado e de governo); sucessão; responsabilidade internacional; jurisdição e imunidade de jurisdição; diplomatas e cônsules: privilégios e imunidades]; organizações internacionais (definição, elementos constitutivos, classificação, personalidade jurídica), Organização das Nações Unidas (ONU); Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano; Indivíduo. 4 Solução pacífica de controvérsias internacionais (artigo 33 da Carta da ONU): meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais (arbitragem e tribunais internacionais). 5 Direito internacional dos direitos humanos: proteção (âmbito internacional e regional); tribunais internacionais; direito internacional humanitário; direito do refugiado. 6 Direito da integração: noções gerais; MERCOSUL e União Europeia (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias). 7 Direito do comércio internacional: conhecimentos elementares; Organização Mundial do Comércio (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias). 8 Cooperação jurídica internacional em matéria penal.

Prova de 2010

QUESTÃO 1
A Corte Internacional de Justiça proferiu, há 14 anos, parecer consultivo por meio do qual, pela primeira vez, um tribunal internacional especificou limites jurídicos às armas nucleares. Sem necessariamente discutir detalhes dessa decisão, comente como a ameaça e o uso de armas nucleares são regulados pelo direito relativo ao uso da força, tal como consagrado pela Carta das Nações Unidas e pelos princípios de direito internacional humanitário aplicáveis em conflitos armados.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)

RUBENS DIONISIO DE CAMARGO CAMPANA (29/30)

Quando testemunhou a explosão da primeira bomba nuclear no deserto de Los Alamos, Robert Oppenheimer diz ter se lembrado de um verso das escrituras hindus: "Agora eu me torno a Morte, o Destruidor de Mundos". No mesmo ano, eram celebradas as assinaturas da Carta de São Francisco, configurando o regime contemporâneo do Direito Internacional acerca do uso da força. Desde então, a regulação jurídica internacional sobre as armas nucleares passou por notável adensamento, como nos temas da não-proliferação e do controle de materiais físseis, mas as hipóteses de efetivo uso de armas dessa natureza devem ser analisadas à luz da atual proscrição da guerra e do direito internacional humanitário hoje em vigor.

A Carta de São Francisco torna, como regra geral, ilegal o uso da força, não sendo a agressão ou a ameaça dela meio legítimo de solução de controvérsias. São reservadas duas hipóteses — a legítima defesa e a possibilidade de o Conselho de Segurança fazer uso de suas prerrogativas legais para manter a paz. O instituto da legítima defesa pressupõe que a força deve ser usada em medida proporcional, sem objetivo de conquista do Estado agressor, mas buscando apenas repelir a continuidade do ato ilegal. Abre-se, nessa hipótese, o uso de armas nucleares como possibilidade de resposta simétrica a um ataque nuclear prévio — medida que, à primeira vista, não poderia ser considerada ilegal de imediato, sendo necessária a análise do caso concreto para avaliação acerca do fato de se essa resposta é justificável dada a dimensão extrema do instrumento usado para afastar a agressão em curso.

A outra possibilidade de uso da força baseia-se no capítulo 7 da Carta da ONU, segundo o qual o objetivo maior de manutenção da paz, atribuído como dever ao Conselho de Segurança, presume que esse possa autorizar ações militares que representem interesse coletivo por segurança. A autorização do uso de armas nucleares, nesse caso, também é hipótese, uma vez que a paz pode possivelmente ser atingida apenas por meio de força à altura da utilizada pelo Estado violador do Direito Internacional. Mais uma vez, esse caso extremo é de possibilidade restrita: não é possível vislumbrar de imediato caso em que a destruição nuclear seja o único caminho à paz. Mais importante do que isso, no entanto, é ponderar se o uso de armas nucleares poderia estar em acordo com o direito internacional humanitário, uma vez estabelecido que o uso ou a ameaça do uso de tais armas é ilegal, estando limitado a considerações muito restritas.

O "Direito da Haia", como é conhecido o conjunto de convenções que versam sobre os meios e métodos utilizados em conflitos, estabelece claros limites ao instrumental bélico válido. Não há, no entanto, no arcabouço jurídico desses tratados, considerações sobre o uso de bombas nucleares — embora o uso dessas claramente caminhe contra o objetivo central desse direito, que visa reduzir o sofrimento desnecessário. Embora não sejam ilegais frente ao "Direito da Haia", as bombas nucleares possuem óbvia possibilidade de violar o outro pilar do "jus in bello" — o chamado "Direito de Genebra", que visa garantir que certas categorias de pessoas sejam poupadas dos conflitos. Aqui, adentra-se no ramo jurídico internacional que garante a impossibilidade da força nuclear legítima: a explosão nuclear não poupa indivíduos com base nos preceitos "ratione personae" e "ratione oficio" consagrados em Genebra. Nota-se também que no "jus in bello" já não vigora cláusula "si

omnes" — a violação do direito humanitário não autoriza que outros Estados em conflito façam o mesmo.

A proteção das partes que não participam do combate é imperativa, sendo hoje considerada parte de um estrito núcleo do direito que não aceita relativização. Cristalizadas como norma de "jus cogens", hoje não é possível vislumbrar sua violação sem que o Estado incorra em ilícito. Essa ponderação é percebida no parecer consultivo da CIJ: a vontade soberana dos Estados não convergiu para que o uso de armas nucleares se tornasse ilegal por tratado ou outra fonte de Direito Internacional, mas seu uso resultaria em conseqüente violação provável do "Direito de Genebra".

QUESTÃO 2

Contencioso do Algodão — Publicação da Lista de bens para retaliação

Foi publicada hoje (8 de março) a lista final de bens, aprovada pelo Conselho de Ministros da CAMEX, que terão suas alíquotas de imposto de importação majoradas para os Estados Unidos da América (EUA), conforme autorização do Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) de 19 de novembro de 2009, no contencioso "EUA — Subsídios ao Algodão" (DS267). A OMC também foi notificada hoje da mesma lista. O valor total de retaliação atingido com a lista de bens é de US$ 591 milhões. O restante do valor de retaliação a que tem direito o Brasil — US$ 238 milhões (perfazendo o total autorizado de US$ 829 milhões) — será aplicado nos setores de propriedade intelectual e serviços. O valor da retaliação autorizado ao Brasil e determinado pelos árbitros da OMC é o segundo maior da história da OMC e decorre do descumprimento, pelos EUA, das determinações dos painéis e do Órgão de Apelação da OMC, que, por quatro vezes, confirmaram a incompatibilidade dos subsídios norte-americanos para seus produtores e exportadores de algodão com as regras multilaterais de comércio. As contramedidas autorizadas poderão vigorar enquanto os EUA mantiverem a atual situação de descumprimento dessas regras.

Assessoria de Imprensa — Palácio Itamaraty.

Nota n.º 106, 8/3/2010 (com adaptações).

Tendo em vista os numerosos contenciosos dos quais o Brasil participou na OMC (tais como CE — subsídios ao açúcar, Canadá — aeronaves, CE — classificação aduaneira de frangos) e as medidas que o país considerou tomar no caso do algodão, discorra sobre a eficácia do sistema de solução de controvérsias da OMC.

Extensão máxima: 60 linhas

(valor: 30 pontos)

MICHAEL NUNES LAWSON (25/30)

O sistema de solução de controvérsias (SSC) da OMC é geralmente enaltecido na doutrina internacionalista pela sua efetividade. De fato, o Entendimento sobre Solução de Controvérsias (ESC), um dos resultados da Rodada Uruguai, apresentou inúmeros avanços com relação à solução de controvérsias praticada sob a égide do GATT. Com o ESC, os Membros da OMC passaram a possuir o direito de ter a sua queixa examinada (direito a um painel), algo que não ocorria no GATT. No entanto, mais do que ao direito a um painel, a eficácia do SSC da OMC costuma ser associada à existência de uma fase de implementação da decisão final (dos painéis ou do Órgão de Apelação), ao contrário, por exemplo, do que

ocorre na Corte Internacional de Justiça, onde a atividade jurisdicional esgota-se com a prolação da sentença.

A fase de implementação tem início com a adoção, pelo Órgão de Solução de Controvérsias, do relatório proferido pelos painéis ou pelo Órgão de Apelação. Tal fase, centrada nos artigos 21 e 22 do ESC, é constituída de uma série de mecanismos que visam a assegurar que a decisão seja implementada pela parte perdedora (ou seja, que a medida julgada ilegal seja posta em conformidade com os acordos da OMC). Havendo controvérsia entre as partes quanto a se a decisão foi de fato implementada pelo perdedor da disputa, o ESC coloca à disposição dos litigantes o chamado "painel de cumprimento" (art. 21:5) para realizar essa determinação. Entendendo esse painel que houve descumprimento, a parte vencida vê-se diante da possibilidade de oferecer compensação à vencedora, medida temporária, enquanto providencia o cumprimento da decisão. Caso não haja acordo quanto a compensação (que é o que comumente sucede), a parte vencedora pode recorrer ao "último remédio da OMC contra o descumprimento", a suspensão de concessões.

A suspensão de concessões, ou retaliação, autoriza o vencedor da controvérsia a impor barreiras ao comércio do vencido (que de outra forma seriam proibidas), com vistas a compeli-lo ao cumprimento da decisão. Nesse sentido, a retaliação é também uma medida temporária. A imposição de retaliação cerca-se de uma série de controles, dispostos no art. 22 do ESC. Assim, deve ela incidir preferencialmente sobre o mesmo setor objeto da controvérsia; caso se comprove que teria maior eficácia, a retaliação pode incidir sobre outro setor no mesmo acordo, ou sobre outro acordo (art. 22:3). Ainda, a retaliação deve ser equivalente ao prejuízo experimentado (art. 22:4). Na hipótese de haver controvérsia quanto aos controles mencionados, as partes podem recorrer à arbitragem. No contencioso entre Brasil e EUA sobre subsídios ao algodão, todo esse procedimento foi percorrido, tendo os árbitros, por fim, determinado os parâmetros da retaliação autorizada ao Brasil.

O instituto da suspensão de concessões (e o SSC da OMC em geral) não derroga a regra de que, em direito internacional, a implementação do direito cabe aos próprios Estados. Isso é decorrência da estrutura descentralizada da sociedade internacional, em que inexiste um órgão central que monopolize a força. Nesse passo, na fase de implementação, o ESC cinge-se, em verdade, a regulamentar, para que não haja abuso, o recurso às contramedidas. Autorizada por fim a retaliação, voltam, em larga medida, a atuar as relações de força. Considerando que, entre Brasil e EUA por exemplo, há fluxos comerciais significativos, em ambas as direções, a retaliação torna-se um instrumento eficaz, visto que o Brasil tem poder de barganha. Diferente seria se o país autorizado a retaliar fosse um país pequeno, com fluxos comerciais pouco representativos. Em razão disso, já se propôs que a OMC estabeleça algum mecanismo coletivo de implementação das decisões.

Por fim, mencione-se que o SSC, principalmente para países como o Brasil, tem sido eficaz para a "formulação" de regras comerciais. Face aos impasses da Rodada Doha, o recurso ao SSC tem-se revelado útil para a explicitação de normas que países como os EUA relutam em aceitar, como ocorreu no contencioso referente aos subsídios ao algodão. O direito judiciário, nesse sentido, tem expandido o direito escrito nos acordos.

QUESTÃO 3

Para que o Brasil se vincule a determinado tratado, é necessária a aprovação preliminar do Congresso Nacional nas hipóteses constitucionalmente previstas. Isto posto, responda: para

que o Brasil se desvincule, é necessário, por igual, a aprovação congressional prévia? Fundamente sua resposta.
Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)

GUSTAVO MEIRA CARNEIRO (20/20)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, para que o Brasil vincule-se a determinado tratado, nos casos em que este acarrete encargos ou compromissos gravosos à União, é necessária a aprovação do Congresso Nacional. Essa aprovação ocorre por meio de processo iniciado na Câmara dos Deputados, passando por sua Comissão de Relações Exteriores, Comissão de Constituição e Justiça e comissões temáticas afetas ao tema do tratado; aprovado em plenário, o tratado segue para comissões análogas no Senado Federal (podendo haver voto terminativo por acordo de líderes na Comissão de Relações Exteriores) e, caso aprovado, toma forma de decreto legislativo que autoriza a ratificação pelo Poder Executivo. A necessidade de aprovação congressional para que o Brasil possa ratificar e vincular-se a um tratado traz à tona a discussão do caso oposto, em que o país venha a desvincular-se de um tratado.

Embora seja fonte de discussão entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, pode-se afirmar que a aprovação do Congresso não é necessária para que o Brasil se desvincule de um tratado. A base para essa afirmação reside no fato de que a própria Constituição Federal de 1988 reserva ao Poder Executivo a competência de promover as relações exteriores do Brasil. Ao fazer tal previsão, a Constituição brasileira garante ao Executivo a autonomia das decisões concernentes à política exterior do país, respeitados os princípios elencados em seu artigo 4º e ressalvada a necessidade de aprovação do Congresso Nacional para tratados que acarretem encargos ou compromissos gravosos à União.

A não necessidade de aprovação congressional para a desvinculação de tratados fica mais clara quando se atenta para outros aspectos da aprovação de tratados. Cabe destacar, primordialmente, que, embora seja necessária, a aprovação do Congresso não é suficiente para vincular o Brasil no plano internacional, já que isso depende da ratificação e de seu depósito, que são atos discricionários do Presidente da República. Dessa forma, a própria aprovação do tratado pelo Congresso não apresenta obrigação para que o Brasil se vincule ao tratado, sendo essa decisão dependente do Poder Executivo. Nesse sentido, torna-se lógico que, assim como a vinculação, a desvinculação do tratado seja decidida de forma discricionária pelo Executivo, ao qual cabe manter as relações do Brasil com o exterior. Por representar, então, um ato soberano do Brasil em suas relações com outros países, a desvinculação de um tratado, assim, como sua vinculação, depende apenas da discricionaridade do Poder Executivo, não necessitando de aprovação congressional.

Cabe destacar, contudo, que o fato de não ser necessária a aprovação congressional não significa que o Congresso Nacional não possa manifestar-se a respeito da desvinculação de um tratado. Essa manifestação, contudo, seria apenas um gesto político, não implicando obrigação para o Poder Executivo com relação aos atos internacionais.

Nota-se, dessa forma, que o fato de a ratificação – e, logo, a vinculação – do Brasil a um tratado depender da aprovação do Congresso Nacional não implica que a desvinculação também dependa. A desvinculação, assim como a vinculação, são atos soberanos do Brasil e competem ao Poder Executivo, conforme disposição constitucional.

QUESTÃO 4
Leia a nota verbal abaixo transcrita e atenda ao que se pede a seguir.

Circular de 19/11/1989
Índice: Proclamação da República. Pede reconhecimento.

Aos Governos estrangeiros,
Em 19 de novembro de 1889

Sr. Ministro,
O Exército, a Armada e o Povo decretaram a deposição da dinastia imperial e, consequentemente, a extinção do sistema monárquico representativo; foi instituído um governo provisório, que já entrou no exercício das suas funções e que as desempenhará enquanto a nação soberana não proceder à escolha do definitivo pelos seus órgãos competentes; este governo manifestou ao Sr. D. Pedro de Alcântara a esperança de que ele fizesse o sacrifício de deixar, com sua família, o território do Brasil e foi atendido; foi proclamada provisoriamente e decretada como forma de governo da nação brasileira a república federativa, constituindo as províncias os Estados Unidos do Brasil. O governo provisório, como declarou na sua proclamação de 15 do corrente, reconhece e acata todos os compromissos nacionais contraídos durante o regime anterior, os tratados subsistentes com as potências estrangeiras, a dívida pública, interna e externa, os contratos vigentes e mais obrigações legalmente estatuídas. No governo provisório, de que é chefe o Sr. Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, tenho a meu cargo o Ministério das Relações Exteriores e é por isso que me cabe a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, assegurando-lhe que o mesmo governo deseja manter as relações de amizade que têm existido entre os dois países e pedindo o reconhecimento da república dos Estados Unidos do Brasil.

Aproveito com prazer esta oportunidade para oferecer a Vossa Excelência as seguranças da minha mais alta consideração.
Quintino Bocaiúva

Com o benefício de mais de um século de desenvolvimentos jurídicos sobre o tema, analise, com base nas normas e nos princípios de direito internacional atualmente existentes, o pedido de reconhecimento formulado por Quintino Bocaiúva em 1889.
Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)

RUBENS DIONISIO DE CAMARGO CAMPANA (20/20)

O instituto do reconhecimento de governo passou por notável evolução histórica, podendo o pedido formulado por Quintino Bocaiúva ser analisado à luz do DIP contemporâneo.

O Primeiro aspecto notável do texto encontra-se na referência ao povo como elemento que participou da ruptura do regime constitucional — Bocaiúva aqui expressa a crença de que o apoio popular é um dos determinantes da legitimidade dos governos. Essa

crença foi expressa de modo inequívoco na doutrina Tobar e depois reafirmada na doutrina Betancourt: resultados de uma América Latina instável, esses pronunciamentos afirmavam que só poderiam ser reconhecidos os governos que dispusessem de apoio majoritário da população, preferencialmente expresso democraticamente. Nota-se ainda hoje essa preocupação com o conteúdo dos governos, demonstrada por Bocaiúva — não é tão comum o reconhecimento de regimes baseados estritamente na violência.

Um segundo aspecto de destaque é a declaração acerca da manutenção dos compromissos externos. Essa declaração é desnecessária e eminentemente política, uma vez que o titular dos direitos e deveres no plano internacional — a República ou Império do Brasil — não se alterou, sendo total a continuidade de sua personalidade jurídica. Não houve o fenômeno da sucessão de Estados, que poderia implicar alterações dos vínculos compromissais frente ao DIP.

Um terceiro aspecto diz respeito ao pedido de reconhecimento expressado na declaração — ela faz menção ao reconhecimento na forma de um pedido expresso formalmente, o que possivelmente resulta do fato de que Bocaiúva esperava dos outros Estados uma declaração de reconhecimento igualmente formal. Nota-se aqui a preocupação dos formuladores da doutrina Estrada. Segundo essa doutrina, o reconhecimento formal de governos era notável forma de intervenção em assuntos internos. Percebe-se hoje a redução da importância antes atribuída a essa forma de reconhecimento, prevalecendo o reconhecimento tácito, pelo qual a mera continuidade do relacionamento entre os Estados indica que o outro sujeito reconhece naquele governo o titular do monopólio legítimo da força.

O reconhecimento de governo é ato unilateral discricionário, e nota-se hoje a tendência ao reconhecimento implícito e à presença de alguma preocupação com o conteúdo da relação entre governo e povo. Em todo o caso, havendo continuidade das bases fáticas — território e povo — como ocorreu em 1889, não há mudança nas obrigações.

***

QUARTA FASE

A Quarta Fase constará de provas escritas de Espanhol e de Francês, de caráter classificatório, com o valor de 50 (cinquenta pontos) cada prova.

ESPANHOL

A prova de Espanhol constará de 10 questões de leitura e compreensão de textos em língua espanhola, na modalidade culta contemporânea. A avaliação das respostas, que deverão ser em língua espanhola, se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de ideias; d) qualidade da linguagem.

FRANCÊS

A prova de Francês constará de 10 questões de leitura e compreensão de textos em língua francesa, na modalidade culta contemporânea. A avaliação das respostas, que deverão ser em língua francesa, se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de ideias; d) qualidade da linguagem.

***

INSTITUTO RIO BRANCO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Guia de Estudos
2012

APRESENTAÇÃO

O Guia de Estudos do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, versão 2012 visa a orientar e auxiliar o candidato que pretende ingressar na carreira diplomática por meio do registro das questões abordadas no exame de 2011 acompanhadas de respostas que mereceram avaliação positiva por parte das respectivas Bancas Examinadoras, mantidos os textos originais dos candidatos, com eventuais incorreções e/ou deficiências.

Brasília, em 20 de janeiro de 2012.

Orientação para estudo

PROVA OBJETIVA

A prova objetiva, de caráter eliminatório, visa a testar, de modo amplo, a capacidade de compreensão e a cultura dos candidatos, com base nos programas das provas discursivas que constituem a segunda e a terceira fases do Concurso e no programa de História Mundial estabelecido pelo edital.

No Concurso de 2012 a prova objetiva será constituída de 65 questões de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público. Em virtude do caráter interdisciplinar da prova, uma questão poderá contemplar conhecimentos relativos a mais de uma disciplina.

***

PORTUGUÊS

A prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 600 a 650 palavras (valor: 60 pontos), e de dois exercícios de interpretação, de análise ou de comentário de textos, com a extensão de 120 a 150 palavras cada um (valor de cada exercício: 20 pontos).

Programa (Primeira e Segunda Fases):

1. Língua Portuguesa: modalidade culta usada contemporaneamente no Brasil.
   1.1 Sistema gráfico: ortografia, acentuação e pontuação; legibilidade.
   1.2 Morfossintaxe.
   1.3 Semântica.
   1.4 Vocabulário.
2. Leitura e produção de textos.
   2.1 Compreensão, interpretação e análise crítica de textos em língua portuguesa.
   2.2 Conhecimentos de Linguística, Literatura e Estilística: funções da linguagem; níveis de linguagem; variação linguística; gêneros e estilos textuais; textos literários e não literários; denotação e conotação; figuras de linguagem; estrutura textual.
   2.3 Redação de textos dissertativos dotados de fundamentação conceitual e factual, consistência argumentativa, progressão temática e referencial, coerência, objetividade, precisão, clareza, concisão, coesão textual e correção gramatical.
   2.3.1 Defeitos de conteúdo: descontextualização, generalização, simplismo, obviedade, paráfrase, cópia, tautologia, contradição.
   2.3.2 Vícios de linguagem e estilo: ruptura de registro linguístico, coloquialismo, barbarismo, anacronismo, rebuscamento, redundância e linguagem estereotipada.

Orientação para a prova de Português

A prova de Português afere o domínio, por parte do candidato, da norma culta na modalidade escrita da língua portuguesa, sua competência de leitura e análise críticas, bem como a capacidade de síntese e de organização de idéias.

A prova apresenta textos curtos que servem de base para uma redação (com o valor de 60 pontos) sobre tema suscitado pelos textos e para dois exercícios de interpretação (com o valor de 20 pontos cada um).

Produto do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo concurso, a **redação** deve revelar a maturidade intelectual do candidato. Este deverá demonstrar pensamento crítico, proveniente da capacidade de incorporar e inter-relacionar leituras prévias, sem afastar-se do tema proposto. Será avaliada a habilidade do candidato de redigir dissertação coerente e coesa, que exponha - com fluência e adequação - informações e argumentos fundamentados e logicamente encadeados. A aplicação de fórmulas prontas, fruto de adestramento precário e simplista, é enfaticamente desaconselhada e será penalizada.

As **questões de interpretação** devem ser respondidas de forma direta e objetiva, o que não desobriga o candidato de estruturar sua resposta, elaborando texto coerente, apoiado em raciocínio sólido. São critérios de avaliação nessas questões a objetividade, a precisão, a clareza e a concisão, além naturalmente do adequado uso da língua portuguesa.

A legibilidade é condição indispensável para a correção da prova escrita de Português.

Prova de 2011

PARTE I - REDAÇÃO

O achatamento do mundo tem a ver com a criação de uma plataforma global para múltiplas formas de compartilhar trabalho, conhecimento e divertimento. Preocupar-se com os efeitos pulverizadores da globalização é legítimo e, de fato, muito importante, mas ignorar sua capacidade de também dar poder e enriquecer nossa cultura é ignorar seus efeitos potencialmente positivos sobre a liberdade e a diversidade humanas. Minha afirmação aqui não é a de que o achatamento do mundo vai sempre enriquecer e preservar a cultura. É a de que nem sempre ela destrói a cultura, ao contrário da mensagem que se ouve dos críticos da globalização.

Thomas Friedman. *In:* **O mundo é plano: uma breve história do século XXI.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2007 (com adaptações).

Mas adiante você fala em "apertado dilema: nacionalismo ou universalismo. O nacionalismo convém às massas, o universalismo convém às elites". Tudo errado. Primeiro: não existe essa oposição. O que há é mau nacionalismo: o Brasil pros brasileiros — ou regionalismo exótico. Nacionalismo quer simplesmente dizer: ser nacional. O que mais simplesmente ainda significa: Ser. Ninguém que seja verdadeiramente, isto é, viva, se relacione com seu passado, com suas necessidades imediatas práticas e espirituais, se relacione com o meio e com a terra, com a família etc., ninguém que seja verdadeiramente, deixará de ser nacional.

(...)

E agora reflita bem no que eu cantei no final do "Noturno" e você compreenderá a grandeza desse nacionalismo universalista que eu prego. De que maneira nós podemos concorrer pra grandeza da humanidade? É sendo franceses ou alemães? Não, porque isto já está na civilização. O nosso contingente tem de ser brasileiro. O dia em que formos inteiramente brasileiros e só brasileiros a humanidade estará rica de mais uma raça, rica duma nova combinação de qualidades humanas. As raças são acordes musicais. Um é elegante, discreto, cético. Outro é lírico, sentimental, místico e desordenado. Outro é áspero, sensual, cheio de lembranças. Outro é tímido, humorista e hipócrita. Quando realizarmos o nosso acorde, então seremos usados na harmonia da civilização. Nós só seremos civilizados em relação às civilizações o dia em que criarmos o ideal, a orientação brasileira. Então passaremos da fase do mimetismo pra fase da criação. Então seremos universais, porque nacionais.

Mário de Andrade. **Carta a Carlos Drummond de Andrade,** 1924.

Tendo em vista a discussão a respeito das identidades na sociedade globalizada contemporânea, disserte, com base nos textos apresentados, acerca da tensão entre o nacional e o universal.

Extensão do texto: de 80 linhas a 120 linhas
(valor: 60,0 pontos)

PEDRO HENRIQUE MOREIRA GOMIDES (51.5/60)

O processo por meio do qual diferentes culturas entram em contato ocorre desde as primeiras grandes migrações de que se tem notícia. É com base na relação estabelecida entre povos distintos que se pode identificar determinados costumes, os quais, associados a um grupo de indivíduos, se distinguem de outros hábitos, vinculados, estes, a outro grupo social. O conceito de cultura, entendido como conjunto de ritos sociais, de valores morais consubstanciados em um padrão ético e de símbolos compartilhados por meio de um código linguístico, decorre da relação de oposição entre povos. Observa-se, no decorrer dos processos históricos, uma intensificação do contato entre diferentes sociedades, sobretudo quando se considera o período das grandes navegações feitas por povos ibéricos e, posteriormente, por holandeses, britânicos e franceses. As viagens marítimas realizadas nos séculos XV, XVI e XVII, período em que se constata a transição do Renascimento para a Idade Moderna, possibilitaram uma interação entre culturas particularmente distintas – a europeia e a ameríndia, por exemplo.

A globalização, embora caracterizada por processos que não se vinculam a tempos pretéritos, pode ser entendida, em grande medida, como um desdobramento da modernidade. Possibilitada pelo advento de tecnologias digitais, por meio das quais diversas formas de comunicação se estabelecem entre indivíduos a habitar diferentes regiões do planeta, a globalização permite um contato entre culturas cuja instantaneidade surpreenderia, de forma radical, um navegador ibérico do século XVI. A crescente sofisticação dos meios de transporte e a ubiquidade das informações em circulação permitem, contemporaneamente, um contínuo imbricamento entre culturas distintas. Em decorrência dos permanentes contatos entre diversas formas de pensamento, que se relacionam dialeticamente, observam-se dois fenômenos, entre os quais há, também, relação dialética: a homogeneização de valores – políticos, sociais, econômicos – e, simultaneamente, a referência, feita por diferentes povos, à singularidade de culturas locais. A ocorrência desses dois processos, cujo paroxismo se deve à globalização, acarreta um pertinente debate sobre as perspectivas nacional e universal; sobre o que é – e deve ser – global, partilhado por todas as nações, e o que se circunscreve ao âmbito local.

A tensão entre concepções que aspiram a uma vigência universal e ideias que se restringem a determinada comunidade, infensas a pensamentos fomentados por outros povos, ganhou particular importância no momento em que ao conceito de Estado – organização política e administrativa circunscrita a território habitado por determinada população – se somou outro conceito – o de nação. A modernidade valeu-se dessa ideia para garantir a manutenção do Estado, entidade permanentemente sujeita à desintegração. A Revolução Francesa e a posterior tentativa de divulgação – e imposição – dos ideais republicano e democrático, realizada por Napoleão Bonaparte, marcam a gênese da ideia de nação. A essa época, um normando devia saber-se sobretudo francês, identidade que se elabora mediante uma relação de oposição a outras nacionalidades.

São notórios, no século XIX, os projetos, feitos por eminentes pensadores, que visavam à consolidação da ideia de nação. Filólogos e filósofos alemães, a viver em territórios ocupados por Napoleão, estudaram com minúcia inúmeras lendas teutônicas, com as quais buscavam definir uma identidade alemã. Os contos dos irmãos Grimm e os estudos folclóricos feitos por Herder resultaram do afã de buscar uma essência teutônica. Esforço semelhante foi envidado por escritores românticos no Brasil Imperial. Consolidada a

condição independente do país, era preciso escrutinar aspectos que marcassem a singularidade do brasileiro em face de outros povos. José de Alencar, escritor que se empenhou na tarefa de consolidar uma nacionalidade brasileira, buscou romper o vínculo com a matriz lusitana, ao afirmar que um povo inclinado à fruição do caju havia de se distinguir por completo do português dado a comer pêra.

A utopia universalista, por sua vez, esteve sempre a opor-se a aspirações nacionalistas. Paradoxalmente, o Iluminismo fomentava tanto valores nacionais quanto universais. A noção de contrato social, proposta por Rousseau, pressupõe um Estado e um povo que com ele se identifique. Kant, contudo, outro expoente da razão iluminista, propugnava arduamente uma confederação de Estados, unidos sob o pálio de uma entidade supranacional. O debate sobre a oposição entre concepções universais e nacionais tornou-se particularmente polêmico no século XX, no início do qual formulações da antropologia culturalista se contrapuseram aos dogmas deterministas, dos quais Comte e Taine foram expoentes. O cotejo de diferentes culturas ensejou o conceito de relativismo, que nega, em grande parte, a existência de valores universais. Outras disciplinas, como a filosofia, caracterizaram-se, também, por proposições relativistas. Michel Foucault, por exemplo, ao postular que os diferentes discursos engendrados pelo homem têm sua verdade – ou o que afirmam ser verdadeiro – condicionada pelo contexto histórico, nega que haja valores universais. Outro filósofo, o vienense Wittgenstein, afirma que a verdade decorre dos jogos de linguagem, travados entre falantes de determinada língua. Se há diversas línguas, há distintas verdades. Essa inferência evidencia que também na filosofia analítica de Wittgenstein há relativismo.

A despeito das teorias que refutam ideias de vigência universal, não se pode afirmar que elas lograram êxito absoluto. Parece-nos mais interessante pensar sobre a tensão que se estabelece entre ideias universais e nacionais, entre verdades que se aplicam a todos os homens e verdades relativas a determinados grupos, com base nas teorias e nas criações artísticas de escritores modernistas do século XX. Expoentes do modernismo brasileiro, cuja gênese está na década de 1920, ao buscarem a singularidade de sua nacionalidade, que a torna distinta em face de outros povos, visaram a consolidar um conjunto de valores locais por meio da apropriação de concepções referentes a outras culturas. Oswald de Andrade, em seu Manifesto Antropofágico, propugnava a consolidação de uma cultura genuinamente brasileira, com base na assimilação de características do pensamento europeu. Outro importante fundador do modernismo brasileiro, Mario de Andrade, enquanto estudava manifestações folclóricas do Brasil, não ignorava as vanguardas europeias. Na visão de mundo desses escritores, os fatores que tornam um povo singular conferem a ele, ao mesmo tempo, sua universalidade.

Diante do acirramento da oposição estabelecida entre perspectivas universais e nacionais, o qual decorre da globalização, que, ao aproximar diferentes culturas, evidencia suas discrepâncias, a concepção modernista é particularmente produtiva. Ser antropofágico, à maneira de Oswald de Andrade, em um mundo globalizado, é a melhor forma de assimilar o que pertence a outro povo ou o que aspira a ser universal, sem prescindir da singularidade. Diante do fenômeno que se chama globalização, deve-se ser como o Riobaldo de Guimarães Rosa, que apreendia valores universais exatamente porque se concebia como fragmento de um todo.

PARTE II - EXERCÍCIO 1

Já vai longe o tempo descrito em **Vidas Secas,** de Graciliano Ramos, dominado pelo caminhão pau-de-arara. Longe no tempo os retirantes da monocultura do latifúndio e da seca nordestina. Hoje, os retirantes brasileiros, muitos deles oriundos de estados relativamente ricos da nação, seguem o fluxo do capital transnacional como um girassol.

Silvino Santiago. **O cosmopolitismo do pobre.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

Considerando a importância atualmente conferida aos fluxos internacionais, discorra sobre a mudança no processo migratório referida no fragmento de texto acima apresentado.

Extensão do texto: de 15 linhas a 25 linhas (valor: 20,0 pontos)

BRUNO PEREIRA REZENDE (17.51/20)

A migração está, frequentemente, associada à busca de melhores condições de vida pelos indivíduos, seja por motivos econômicos, seja por concepções particulares. As migrações internas, na sociedade brasileira, estiveram, tradicionalmente, relacionadas à busca de melhores oportunidades de trabalho nos estados mais ricos do país. A partida de migrantes nordestinos que visavam a condições mais dignas que as oferecidas pela vida no sertão foi característica dos fluxos populacionais no Brasil, até a década de 1970. No Sudeste, houve grande aumento da parcela da população oriunda de outros estados. Na década de 1980, as condições econômicas brasileiras desfavoráveis desestimularam as migrações internas, e, em face do progresso e do desenvolvimento de outros Estados, houve incentivos às migrações de brasileiros para fora do país.

O Brasil deixou de ser um país receptor de imigrantes, para ser um Estado em que predominam as emigrações. A mudança verificada no processo migratório brasileiro, como ressaltado por Silvino Santiago, no excerto de O cosmopolitismo do pobre, ocorreu em âmbitos que se referem tanto à parcela da população que se desloca quanto aos motivos para os referidos deslocamentos. A migração interna de indivíduos de regiões mais pobres que buscavam emprego nos estados mais desenvolvidos do Brasil foi substituída pelo predomínio da migração internacional da população de estados ricos que vai morar no exterior, em busca de melhores condições de vida e de trabalho. A metáfora do girassol empregada no referido excerto identifica as oportunidades do mercado internacional como incentivo à emigração de brasileiros atualmente.

PARTE II - EXERCÍCIO 2

O que há de mais evidente nas atitudes dos brasileiros diante do "preconceito de cor" é a tendência de considerá-lo como algo ultrajante (para quem o sofre) e degradante (para quem o pratica).

Florestan Fernandes. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo: Difusão Europeia *do* Livro, p. 23 (com adaptações).

De feito, se nos perguntassem qual o aspecto mais alto, mais edificante e significativo da civilização brasileira, não teríamos a menor dúvida em indicar a quase inexistência de problemas raciais intransponíveis. Não que estes de todo não existam ou que a instituição da escravatura não nos tenha também legado em termos de discriminação e segregação o pesado fardo de sua odiosa herança, ou que o passivo ideológico dela resultante já esteja de todo resgatado ou sequer em via de total resgate. Infelizmente, ainda não é disso que se trata. Esse odioso passivo esgalhou-se por todos os setores da vida nacional e, provavelmente, ainda levará séculos para ser extirpado. Mas pelo menos o seu ramo mais agressivo e ameaçador — o puro conflito de raça — esse tende a desaparecer.

Vianna Moog. **Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre as duas culturas.** Rio de Janeiro: Graphia, 2000.

Discuta a temática apresentada nos textos acima, tendo em vista o debate contemporâneo acerca da questão racial inserido na agenda política da sociedade e do Estado brasileiro.

Extensão do texto: de 15 linhas a 25 linhas (valor: 20,0 pontos)

BRUNO PEREIRA REZENDE (18.07/20)

A discussão acerca da temática racial foi, até o início do século XX, caracterizada pelo preconceito. O determinismo de Taine, historiador francês, foi assimilado por seguidores de ideias que defendiam a existência de condicionamentos sociais impostos pelo meio ambiente, pelo momento histórico e pela raça. Autores brasileiros, como Oliveira Vianna e Nina Rodrigues, compartilharam a tese da superioridade da raça branca, o que seria, posteriormente, criticado por outros pensadores. Joaquim Nabuco, em O Abolicionismo, rejeitou as teorias deterministas, reconheceu a importância da raça negra para a formação do Brasil e criticou o legado nefasto da escravidão. Na década de 1930, destacaram-se concepções teóricas que valorizaram a cultura negra no Brasil, como a perspectiva de Gilberto Freyre, em Casa-Grande & Senzala. Os hábitos, as crenças e os comportamentos dos negros foram assimilados pelos colonizadores na América portuguesa, segundo Freyre, por meio do contato entre brancos e escravos domésticos, em uma sociedade caracterizada pelo equilíbrio de antagonismos.

A miscigenação racial propiciou a constituição de uma cultura heterogênea no Brasil, mas a inexistência de políticas governamentais efetivas, para combater as consequências

negativas da escravidão, implicou, após a Lei Áurea, um processo de marginalização social dos ex-escravos. Hodiernamente, diversas práticas, como os programas de ação afirmativa e as leis que consideram o preconceito de raça crime, visam a combater os efeitos da falta de ação de governos anteriores. A assimilação da perspectiva que condena o preconceito racial pela população é a principal mudança que deve ocorrer, para resolver o problema da discriminação no Brasil. Além das iniciativas governamentais, é necessário transformar a mentalidade de parcela da sociedade brasileira.

***

HISTÓRIA DO BRASIL

A prova de História do Brasil consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

Programa (Primeira e Terceira Fases): 1 O período colonial. A Configuração Territorial da América Portuguesa. O Tratado de Madri e Alexandre de Gusmão. 2 O processo de independência. Movimentos emancipacionistas. A situação política e econômica européia. O Brasil sede do Estado monárquico português. A influência das idéias liberais e sua recepção no Brasil. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil. 3 O Primeiro Reinado (1822-1831). A Constituição de 1824. Quadro político interno. Política exterior do Primeiro Reinado. 4 A Regência (1831-1840). Centralização versus Descentralização: reformas institucionais. (o Ato Adicional de 1834) e revoltas provinciais. A Dimensão Externa. 5 O Segundo Reinado (1840-1889). O Estado centralizado; mudanças institucionais; os partidos políticos e o sistema eleitoral; a questão da unidade territorial. Política externa: as relações com a Europa e Estados Unidos; questões com a Inglaterra; a Guerra do Paraguai. A questão da escravidão. Crise do Estado Monárquico. As questões religiosa, militar e abolicionista. Sociedade e Cultura: população, estrutura social, vida acadêmica, científica e literária. Economia: a agroexportação; a expansão econômica e o trabalho assalariado; as políticas econômico-financeiras; a política alfandegária e suas consequências. 6 A Primeira República (1889-1930). A proclamação da República e os governos militares. A Constituição de 1891. O regime oligárquico: a "política dos estados"; coronelismo; sistema eleitoral; sistema partidário; a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais. A economia agro-exportadora. A crise dos anos 1920: tenentismo e revoltas. A Revolução de 1930. A política externa: a obra de Rio Branco; o panamericanismo; a II Conferência de Paz da Haia (1907); o Brasil e a Grande Guerra de 1914; o Brasil na Liga das Nações. Sociedade e cultura: o Modernismo. 7 A Era Vargas (1930-1945). O processo político e o quadro econômico financeiro. A Constituição de 1934. A Constituição de 1937: o Estado Novo. O contexto internacional dos anos 1930 e 1940; o Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Industrialização e legislação trabalhista. Sociedade e cultura. 8 A República Liberal (1945-1964). A nova ordem política: os partidos políticos e eleições; a Constituição de 1946. Industrialização e urbanização. Política externa: relações com os Estados Unidos; a Guerra Fria; a "Operação Panamericana"; a "política externa independente"; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura. 9 O Regime Militar (1964-1985). A Constituição de 1967 e as modificações de 1969. O processo de transição política. A economia. Política externa: relações com os Estados Unidos; o "pragmatismo responsável"; relações com a América Latina, relações com a África; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura. 10 O processo

democrático a partir de 1985. A Constituição de 1988. Partidos políticos e eleições. Transformações econômicas. Impactos da globalização. Mudanças sociais. Manifestações culturais. Evolução da política externa. Mercosul. O Brasil na ONU.

Prova de 2011

QUESTÃO 1

Desenvolva análise comparativa do processo de definição das fronteiras do Brasil com a Guiana Francesa e com a Guiana Inglesa.

Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

GUSTAVO GUELFI DE FREITAS (30/30)

O processo de definição das fronteiras brasileiras com a Guiana Francesa e com a Guiana Inglesa está inserido em um contexto de pressões de grandes potências e expansão territorial e, no caso brasileiro, acesso ao território amazônico. Apesar de haver diferenças quanto a característica geral das arbitragens que definiram as fronteiras nos dois casos em tela, com a questão do território do Amapá e a definição do rio Oiapoque tendo caráter mais geográfico e a questão do Pirara envolvendo questões mais jurídicas, em ambos os casos a atuação dos diferentes governos desde a Coroa portuguesa foi determinante para fazer frente à ameaça imperialista de expansão territorial que teve seu ápice entre o final do século XIX e início do século XX.

A história das disputas entre Portugal e França por territórios na América tem início ainda no século XVI, quando da implantação da França Antártica na atual região do Rio de Janeiro. Posteriormente, as tentativas francesas de estabelecer a França Equinocial e a fundação de São Luis, no contexto da União Ibérica, tornam clara a fragilidade da ocupação luso-espanhola na região amazonica, sobretudo no território do Cabo Norte, atual Amapá, e pertencente à Espanha desde Tordesilhas. Nesse contexto de insegurança territorial que marca a América portuguesa durante a União Ibérica, como demonstram as invasões holandesas no nordeste, a concessão do Cabo Norte a súditos portugueses, que se instalam na região em torno do forte de Macapá e passam a chamá-la Feliz Lusitania, por parte da Coroa espanhola será o marco juridico fundamental para justificar a ocupação portuguesa na região após o fim da União Ibérica, assim como viabiliza a ocupação do território ão norte da foz do Amazonas, uma vez que a Coroa espanhola não tinha interesse na região e tinha dificuldades geográficas de estender sua presença para além dos Andes.

Durante o século XVIII e XIX persistiam tentativas francesas de expandir sua presença a partir de Caiena para chegar ão Vale Amazônico. Apesar do sucesso militar em ocupar territórios portugueses no Cabo Norte, Utrecht 1713, tratado assinado na cidade do mesmo nome na Holanda por ocasião do final das disputas em torno da sucessão do trono espanhol, beneficia Portugal aliado ingleses que consegue um importante vitória diplomática frente a França com relação ao reconhecimento do rio Oiapoque ou Vicente Pinzón como fronteira entre os dois Estados. Durante o Império, tais disputas continuavam desde o período regencial, na Regência Feijó, quando o Império precisa instrumentalizar as rivalidades entre Inglaterra e França para conter a ofensiva francesa ao sul do rio Oiapoque.

A missão Uruguai, na década de 1850, introduz um elemento novo na disputa com a proposta do Império de definir a fronteira norte ao sul do rio Oiapoque, proposta essa rejeitada por Napoleão III.

A questão da Guiana Francesa tem novos desdobramentos em 1894, por ocasião da descoberta de ouro na região e do contexto de expansão imperialista pós Congresso de Berlim (1885), alarmando a diplomacia brasileira da jovem república. Após incidentes militares na região, entre eles ataques militares franceses a povoados e a civis desarmados, a negociação difinitiva da fronteira com a França torna-se uma questão de segurança nacional para conter eventual expansão militar francesa até o Vale Amazônico e Macapá. O chanceler Carlos de Carvalho inicia o processo de negociação do contrato de arbitragem com a França para a definição do rio Japoc e da fronteira interior do território. Rio Branco é nomeado advogado brasileiro na disputa, que terá Vidal de la Blache como advogado francês e será arbitrado pelo presidente da Confederação Suíça. Com base em Utrecht 1713 e na ocupação do território, e apesar de tratados assinados por D. João VI no contexto das Guerras Napoleonicas e denunciados em 1808 e da Missão Uruguai a Paris, na década de 1850, Rio Branco tem sucesso em demonstrar que o rio Oiapoque não era, como argumentava a França, o rio Amazonas. Novamente, a atuação do governo brasileiro é fundamental para definir a questão territorial do Pais, sobretudo na região Norte.

A questão do Pirara, com a Inglaterra, tem histórico menos dramático que as investidas francesas na região do Cabo Norte. Aliado fundamental para Portugal, a disputa territorial acerca do Pirara é relativamente congelada desde a assinatura de um modus vivendi que posterga a definição da ocupação do território demandado pelas duas nacões após incurssões de exploradores inglesses no território Amazônico no início do século XIX. A presença inglesa, no entanto, assim como a presença holandesa e francesa na região, preocupam o governo brasileiro por conta da dinamica de rivalidade imperialista que era replicada no norte da América do Sul. Se por um lado era possível instrumentalizar tal rivalidade para conter avanços de uma dessas potências, como no caso de Utrecht 1713 e posteriormente da ameaça francesa na Regência, a força militar dessas potências era vista sempre como uma ameaça e teria profundo impacto na formulação da política platina do Barão do Rio Branco.

Tal presença é fundamentada pelo resultado do lado arbitral da questão do Pirara. Processo sobretudo de caráter juridico, diferente das questões arbitrais de Palmas e da Guiana Francesa, onde o fator geográfico era preponderante, a discussão em torno da questão da Guiana Inglesa envolvia principios jurídicos de ocupação e questões envolvendo definicões de fronteiras naturais como forma de demarcação de fronteiras. O arbitramento tem lugar após recusa brasileira de definir a região igualmente, conforme proposta inglesa. Da mesma maneira que com a Franca, por se tratar de uma grande potência, o Brasil opta pela arbitragem frente a relativa falta de recursos de poder e Nabuco é nomeado advogado brasileiro na causa. O resultado, porém, surpreende a chancelaria brasileira e corrobora a tese de Rio Branco e Nabuco acerca da ameaça imperialista como fator real de preocupação. Victor Emanuel III, árbitro do processo, invoca o princípio da ocupação efetiva, consagrado em Berlim (1885), como fator determinante em sua decisão, fato que, no limite, poderia colocar sob ameaça grande parte do território nacional na Região Norte.

Dessa maneira, apesar de históricos distintos, é possivel apontar elementos comuns nas duas questões, como a constante ameaça imperialista que paraiva sobre tais fronteiras, a atuação decidida e consciente dos diferentes governos para ocupar e defender o território norte e a preocupação em definir fronteiras. Além disso, tanto a questão da Guiana Francesa quanto a do Pirara, em 1905, foram fundamentais para consolidar o afastamento brasileiro da área de influencia política européia e instrumentalizar a amizade dos Estados Unidos como forma de se proteger do risco imperialista, característico do final do século XIX.

QUESTÃO 2

Redija texto dissertativo a respeito das iniciativas que caracterizaram a Política Externa Independente (1961-1964) no âmbito da descolonização afro-asiática, do descongelamento do poder mundial e do discurso desenvolvimentista. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

► participação do Brasil no processo de descolonização africana naquele momento histórico;

► ideias de Araújo Castro acerca da ordem global;

► relação entre a Política Externa Independente e a formação de conceitos brasileiros de relações internacionais.

Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

JOÃO GUILHERME FERNANDES MARANHÃO (28/30)

A Política Externa Independente, inaugurada na gestão Jânio Quadros-Afonso Arinos de Melo Franco, foi um momento de inflexão na história da política externa brasileira. Ainda que o período 1963-1964 tenha sido marcado pela presença de cinco ministros no Ministério das Relações Exteriores (sem contar a recondução de Afonso Arinos), trata-se de uma "unidade histórica" no dizer de Paulo F. Visentini. Conforme as observações do ministro San Thiago Dantas, a PEI tinha em vista engendrar uma política externa autônoma em face do conflito Leste-Oeste, sem adesão a blocos ou mesmo ao neutralismo dos não-alinhados. Nesse contexto, merecem destaque o nascimento da política africanista, as ideias de Araújo Castro e os principais conceitos inaugurados pela PEI.

A política africanista do Brasil foi inaugurada pela PEI, segundo alguns autores. De fato, deve-se lembrar que, no governo JK, o Brasil negligenciou a opção africana, como asseveraram Bezerra de Menezes e Osvaldo Aranha. É certo que JK manifestou, no plano retórico, o repúdio ao "apartheid" e ao Massacre de Sharpeville. Ocorre que tal retórica não se traduziu em condenação às potências colonialistas na ONU. Nesse aspecto, a PEI inovará em termos relativos. Com efeito, a Política Externa Independente apresentava uma política ambígua frente à África. Se, por um lado, em 1962, o Brasil votou favoravelmente à Resolução 1742 na Assembleia Geral da ONU, demandando, assim, a criação de instituições livres em Angola, por outro, nesse mesmo ano, absteve-se na votação das resoluções 1807 e 1808, que condenavam Portugal nos termos da Carta da ONU. Daí por que José Flávio Sombra Saraiva dirá que o Brasil sustentava veementemente a descolonização da África Negra, mas tinha uma "política de ziguezague" em relação às colônias portuguesas. Quais seriam as razões para tanto?

Em primeiro lugar, há que se lembrar das relações de amizade e proximidade com Portugal, sempre a exigir a observância do Acordo de Amizade e Cooperação de 1953. No que tange especificamente à África do Sul, embora não fosse colônia de Portugal, era a principal parceira econômica do Brasil na África naquele período (contribuindo, em média, com 50% das transações comerciais com todo o continente africano). Tais aspectos explicam, em boa parte, a ambiguidade da PEI no que diz respeito à descolonização, sempre sustentada no plano do discurso, mas não linear na prática.

Podem-se perquirir ainda as razões da retórica da descolonização durante o período da PEI. Segundo San Thiago Dantas, essa defesa da autonomia dos países africanos deve-se a um fator de ordem moral e principiológica (a autodeterminação dos povos) e a um objetivo pragmático, que era o aumento das trocas comerciais com a África. Nesse último aspecto, o colonialismo prejudicava as transações econômicas com os países africanos, já que as colônias tinham privilégios alfandegários junto a suas metrópoles e tinham produção parcialmente concorrente com a brasileira.

A descolonização permaneceu como princípio norteador da PEI durante todo o período. Araújo Castro, na XVIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, proferirá seu famoso discurso "dos três Ds": descolonização, desarmamento e desenvolvimento. Desses três elementos, aquele que sumaria as ideias de Araújo Castro é o desenvolvimento. De fato, para esse chanceler, o desarmamento liberaria recursos econômicos para os projetos de desenvolvimento no Terceiro Mundo e a descolonização levaria ao fortalecimento do pleito dos países em desenvolvimento. Tal pleito ressaltava a assimetria Norte-Sul existente no mundo, ainda que a divisão ideológica da Guerra Fria levasse a que se enfatizasse a divisão Leste-Oeste. Da perspectiva de Araújo Castro, o Brasil poderia servir de ponte entre os universos Norte-Sul, justamente por não se alinhar a blocos, tomando o cuidado de participar apenas como observador do Movimento dos Não-Alinhados. Nesse contexto, pode-se mesmo ousar dizer que a atual defesa de uma ordem global mais democrática guarda profunda relação com as ideias de Araújo Castro, o qual, ademais, conferiu um maior "status" ao aspecto social da PEI, voltado ao desenvolvimento.

De fato, a PEI foi fundamental para traçar uma linha de continuidade na política externa brasileira. Princípios como a autodeterminação dos povos, não-intervenção em assuntos internos de outros Estados, defesa da paz, defesa do desarmamento e mesmo a desideologização da política externa, voltada à atuação autônoma e global, perduraram no tempo. Durante a PEI, tais conceitos foram colocados em prática de várias formas. As missões comerciais ao Leste Europeu e à União Soviética em 1962 marcam a afirmação do globalismo, assim como a manifestação de "profunda apreensão" por parte de Jânio Quadros após a invasão da Baía dos Porcos. A nomeação do primeiro embaixador negro (Raimundo de Souza Dantas) e a visita à África de Afonso Arinos simbolizam a defesa da descolonização e da autodeterminação dos povos, ainda que a ambiguidade tenha marcado certas atitudes brasileiras. A defesa do desarmamento gradual no mundo remete ao princípio da promoção da paz.

Todos os conceitos citados marcaram presença na atuação internacional brasileira a partir do governo Costa e Silva. Anteriormente, o governo Castelo Branco, com sua defesa da teoria dos círculos concêntricos e combate ao comunismo será um "passo fora da cadência" (Amado Cervo). Posteriormente, durante o governo Collor e o primeiro governo FHC, posturas neoliberais contrastariam com uma "diplomacia voltada ao desenvolvimento", inaugurada com Vargas e consolidada com a PEI. Exemplo de tal continuidade geral que aqui se defende é a política africanista, cujas bases são estabelecidas pela PEI. Durante o Regime Militar (1964-1985), a política africanista vai se consolidando na prática. Após o "périplo africano" de Mário Gibson Barbosa (1972), em 1973, o Brasil já dá mostras de que as relações com Portugal não mais impediriam o ataque ao argumento das "províncias ultramarinas". No que tange às assimetrias Norte-Sul e à defesa do desenvolvimento e do globalismo, basta citar que durante todo o Regime Militar as relações com a URSS foram mantidas, e a defesa de regras de comércio mais justas para os países em desenvolvimento é ainda hoje parte da agenda diplomática do Brasil.

A PEI inaugurou um longo período de tradição da diplomacia brasileira. Se não logrou completo êxito em seu tempo, talvez as condições impostas pelo período de Guerra Fria possam indicar certas restrições. A historiografia recente aponta para certas contradições entre o plano retórico e a prática, como no caso da política africanista. Há que se admitir, porém, que a PEI lançou as bases principiológicas da diplomacia brasileira, que, mais tarde, ganharam plena defesa e aplicação.

QUESTÃO 3

Disserte sobre a importância da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para a política externa brasileira na década de 50 do século XX.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

RAMON LIMEIRA CAVALCANTI DE ARRUDA (17/20)

O retorno de Getúlio Vargas ao poder, no início da década de 1950, ocorreu em momento de relativa frustração com as expectativas vinculadas a um relacionamento privilegiado com os Estados Unidos. As contrapartidas esperadas pelo Brasil, em conseqüência do apoio incondicional aos Estados Unidos, na segunda metade da década anterior, não ocorreram. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos constituiu uma tentativa norte-americana de atendimento dessas expectativas e, embora não fosse exatamente o que se esperava, legou avanços importantes para o planejamento do desenvolvimento nacional.

O governo de Getúlio Vargas, em virtude da inserção brasileira no continente americano e do acirramento das tensões entre os Estados Unidos e a União Soviética, não pôde recorrer à barganha que lograra, antes da II Guerra Mundial, com a mesma efetividade. A aproximação aos Estados Unidos durante o conflito mundial e a influência ideológica estadunidense sobre setores sociais relevantes internamente, como as Forças Armadas, limitava a ação externa do Brasil.

Os financiamentos públicos norte-americanos para o desenvolvimento do país, nos moldes do auxílio oferecido à Europa ocidental e ao Japão, não foram concedidos. Em compensação, os estadunidenses condicionaram a concessão de créditos pelo Eximbank à elaboração de um diagnóstico da economia brasileira, o que ficou sob a responsabilidade da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), adrede constituída. Os estudos da CMBEU deveriam identificar as vocações da economia nacional e fundamentar a concessão de créditos e a realização de investimentos do setor privado.

A cooperação consubstanciada nos trabalhos da CMBEU consiste em uma conquista da política externa brasileira e contribuiu para a formação de quadros nacionais em aspectos relacionados ao desenvolvimento do país. Apesar disso, o grupo foi extinto em poucos anos, em decorrência das tensões entre os dois países no que concerne à concessão de financiamentos e às políticas econômicas que iam de encontro às recomendações estadunidenses.

Os relatórios da CMBEU ensejaram a concessão de créditos ao Brasil pelo Eximbank e subsidiaram a formulação da política externa do país. No Governo de Juscelino Kubitschek, foi enviado aos Estados Unidos memorial de que constavam as diretrizes da política externa brasileira, influenciadas pelos documentos produzidos pela comissão mista. A extinção da cooperação, entretanto, aconteceu nesse mesmo governo. A Operação Pan-Americana, com sua defesa da necessidade de promoção do desenvolvimento do continente como forma de contenção das ditas ideias exógenas ao sistema americano, ecoa as contribuições brasileiras consolidadas no âmbito da experiência da CMBEU.

A constituição da CMBEU pode ser considerada um êxito da política externa brasileira da década de 1950, em contexto de limitação das possibilidades de sua ação em virtude da Guerra Fria. Marcou uma aproximação bilateral entre Brasil e Estados Unidos e,

por meio da cooperação, contribuiu para o amadurecimento técnico de quadros da burocracia nacional e para as formulações desenvolvimentistas brasileiras.

QUESTÃO 4

Ao assumir a Presidência da República, em abril de 1964, o Marechal Castelo Branco alterou os rumos da ação do Brasil no plano internacional. Caracterize as rupturas verificadas nas relações do Brasil com a Argentina, em decorrência da política externa brasileira adotada no primeiro governo do regime militar.

Extensão máxima: 60 linhas

(valor: 20 pontos)

GUSTAVO CUNHA MACHALA (10/20)

O governo de Castelo Branco, que assume após o golpe que depôs João Goulart, reorganiza as bases de orientação da política externa brasileira, que vinha caminhando no sentido da universalização, autonomia e pragmatismo, colocando-a novamente num eixo de alinhamento automático com os Estados Unidos. Esse "passo fora da cadência" coloca o Brasil em situação de atrito com a Argentina, que no contexto da bipolaridade do cenário internacional vinha esboçando e defendendo uma espécie de "terceira via", nem neutraliza nem terceiro mundiça.

O afastamento claro de Castelo Branco dos princípios da Política Externa Independente (PEI) traz consequências diretas para a ação brasileira. Primeiro, o país volta a acompanhar as decisões norte-americanas nos principais órgãos multilaterais, incluindo a Organização dos Estados Americanos (OEA). Como uma forma de "demonstração de apreço", o Brasil rompe com Cuba ainda em 1964 (laço que só seria retomado nos anos 1980) e distancia-se das configurações e agrupamentos que pregavam uma nova ordem internacional. Ao fazê-lo, o Brasil criava dificuldades para a ampliação das relações bilaterais com a Argentina, que procurava sustentar seu desenvolvimento e crescimento (nesse período superior ao brasileiro, com taxas e indicadores de qualidade de vida bem superiores aos brasileiros) por meio de estratégia alternativa de inserção internacional.

A dificuldade do diálogo irá exacerbar a histórica rivalidade entre os dois grandes da América do Sul, em um período em que ambos os países (com vantagem grande para a Argentina) começam a dar passos no sentido de dominar os conhecimentos e as tecnologias necessárias para a utilização pacífica (possível e temivelmente militar) da energia nuclear. Outros aspecto de tensionamento, afetado pela dificuldade de diálogo, dirá respeito ao aproveitamento dos rios internacionais, ou comuns, para fins de geração energia ou outros. Esse debate estender-se-á para a década de 1970, sendo sua resolução — com a assinatura do Convênio Itaipú-Corpus — o passo inicial no distencionamento entre as duas nações.

A tentativa brasileira, na esteira da mudança de rumos da política externa implementada por Castelo, de estabelecer laços prioritários e estratégicos com os Estados Unidos também será mal vista pelos argentinos, uma vez que se temia a ação subimperialista brasileira, que poderia vir a atuar como "xerife" norte-americano na América

do Sul, o que não interessava à Argentina.

Mesmo as questões de aproximação comercial, com liberalização tarifária, como previa o Tratado de Montevidéu 1960 (que criou a Associação Latino Americana de Livre Comércio) não tiveram encaminhamento satisfatório, uma vez que o Brasil rejeitava a aproximação sub-regional em favor de relações mais favoráveis com o gigante norte-americano, já na década de 1960, o maior parceiro comercial brasileiro, além de principal fornecedor de crédito ao Brasil. Só na década de 1980, em meio a grandes crises e ato endividamento, com o processo de redemocratização, tanto argentino como brasileiro, é que os dois países vão procurar aproximar-se comercialmente, dessa vez no âmbito do Tratado de Montevidéu 1980 (criador da ALADI).

Embora o realinhamento brasileiro com os EUA e o abandono das bases e conceitos da PEI tenham sido breves (1964-1967), suas conseqüências para o relacionamento Brasil-Argentina foram de grande monta, uma vez que o distanciamento e a dificuldade de diálogo permaneceriam por cerca de 20 anos, sendo apenas retomado efetivamente com o histórico encontro Sarney-Alfonsín em 1985.

* * *

HISTÓRIA MUNDIAL (Prova Objetiva)

Programa (Primeira Fase): 1 Estruturas e idéias econômicas. Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o “New Deal”. A prosperidade no segundo pós-guerra. O “Welfare State” e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível. 2 Revoluções. As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e “Trade Unions”. Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba. 3 As Relações Internacionais.Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão Balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A “teoria dos dois campos” e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A “détente”. A “segunda Guerra Fria” (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético. 4 Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação. O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo. 5 A evolução política e econômica nas Américas. A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas. 6 Idéias e regimes políticos. Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e

a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX. 7 A vida cultural. O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.

***

GEOGRAFIA

A prova de Geografia consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

Programa (Primeira e Terceira Fases): 1 História da Geografia: 1.1 Expansão colonial e pensamento geográfico. 1.2 A Geografia moderna e a questão nacional na Europa. 1.3 As principais correntes metodológicas da Geografia. 2 A Geografia da População. 2.1 Distribuição espacial da população no Brasil e no mundo. 2.2 Os grandes movimentos migratórios internacionais e intra-nacionais. 2.3.Dinâmica populacional e indicadores da qualidade de vida das populações. 3 Geografia Econômica. 3.1 Globalização e divisão internacional do trabalho. 3.2 Formação e estrutura dos blocos econômicos internacionais. 3.3. Energia, logística e re-ordenamento territorial pós-fordista. 3.4. Disparidades regionais e planejamento no Brasil. 4 Geografia Agrária. 4.1 Distribuição geográfica da agricultura e pecuária mundiais. 4.2 Estruturação e funcionamento do agro-negócio no Brasil e no mundo. 4.3. Estrutura fundiária, uso da terra e relações de produção no campo brasileiro. 5 Geografia Urbana. 5.1. Processo de urbanização e formação de redes de cidades. 5.2. Conurbação, metropolização e cidades-mundiais. 5.3.Dinâmica intra-urbana das metrópoles brasileiras. 5.4. O papel das cidades-médias na modernização do Brasil. 6 Geografia Política. 6.1. Teorias geopolíticas e poder mundial. 6.2.Temas clássicos da Geografia Política: as fronteiras e as formas de apropriação política do espaço. 6.3. Relações Estado e território. 6.4. Formação territorial do Brasil. 7 Geografia e gestão ambiental. 7.1. O meio ambiente nas relações internacionais: avanços conceituais e institucionais. 7.2. Macro-divisão natural do espaço brasileiro: biomas, domínios e ecossistemas 7.3. Política e gestão ambiental no Brasil.

Prova de 2011

QUESTÃO 1

O conceito de frente pioneira foi utilizado por vários geógrafos na descrição do processo de formação do território brasileiro. Discuta o significado desse conceito, exemplifique o seu uso em alguma obra clássica sobre o tema e avalie a possibilidade de ele ser empregado, na atualidade, em análises geográficas do Brasil.

Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

GERMANO FARIA CORREA (30/30)

O conceito de frente pioneira foi importante para explicar os processos de ocupação e de integração de porções do território brasileiro ao que Golbery do Couto e Silva, em obra sobre a geopolítica do Brasil, definiu como ecúmeno nacional. Esse conceito foi utilizado para descrever a ocupação de importantes regiões do território brasileiro, especialmente o movimento de ocupação de áreas mais afastadas e menos integradas à tradicional zona de ocupação do território nacional, a área próxima à costa. É no contexto da chamada marcha para oeste que a noção de frente pioneira foi mais utilizada como instrumento de explicação e descrição da recriação humana de territórios pouco integrados às zonas concentradas, polarizadas, já naquela época, pelas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Desde então, não apenas o território nacional passou por profundas mutações, mas também houve significativa evolução da técnica, que permite a integração de territórios ao ecúmeno, mesmo sem a ocupação populacional. Desse modo, o conceito de zona pioneira perde parte de seu potencial explicativo face às realidades contemporâneas, ainda que certos fenômenos atuais tenham certas semelhanças com fatos de outrora.

Um exemplo clássico do uso do conceito de frente pioneira pode ser encontrado na obra do geógrafo Pierre Monbeig, que participou da instalação da Universidade de São Paulo, na década de 1930, e que pesquisou a ocupação do norte do Paraná e do oeste de São Paulo, no contexto da marcha para oeste. A frente pioneira sucede a frente de expansão. Esta consiste na simples expansão do que se poderia chamar de fronteira econômica, por meio da integração de novas faixas de terra ao mercado imobiliário. No caso do Norte do Paraná, a frente de expansão foi liderada por empreendedores ingleses, que compraram terra na região e passaram a comercializá-las por meio da Companhia de Terras Norte do Paraná, o instrumento de integração dessa nova área ao mercado. Desse modo, houve o loteamento da região e os lotes foram vendidos, inicialmente, para pequenos e médios agricultores, entre eles, indivíduos que trabalhavam no regime de colonato na cafeicultura paulista, especialmente imigrantes. Esses pequenos e médios agricultores foram o que se pode designar propriamente de frente pioneira, movimento que, por meio da ocupação populacional, integra uma porção do território ao ecúmeno, por meio da produção agrícola, geralmente. No norte do Paraná, o cultivo do café, um prolongamento da cafeicultura paulista, foi a base da integração. A frente pioneira norte-paranaense, baseada na cafeicultura, criou novas cidades, como Londrina (fundada no início da década de 1930), ligou a região a sistemas técnicos (especialmente de transportes, meio de escoar a produção) e consolidou a integração da região às zonas mais concentradas do território nacional.

O conceito de frente pioneira pode ser aplicado a outros movimentos no território nacional, geralmente inscritos no marco da marcha para oeste. Um exemplo significativo é a fundação de Brasília, que também contou com uma frente de expansão inicial, que efetivamente construiu a cidade e estabeleceu as conexões com o resto do país, e com uma frente pioneira, que promoveu a integração da nova capital, por meio de atividades econômicas e governamentais, ao ecúmeno. Outro exemplo, este fora do contexto da marcha para oeste, foi a tentativa de colonização da Amazônia durante a década de 1970. Nesse caso, houve a frente de expansão, simbolizada pela abertura da rodovia Transamazônica, porém não houve frente pioneira que consolidasse a integração da região ao restante do país.

O avanço da técnica transformou a percepção do espaço e os modos de sua apropriação. Todo o território nacional está, atualmente, mapeado, conhecido, monitorado e já são planejados os aproveitamentos econômicos de cada região. Nesse contexto, a ideia de frente pioneira, entendida como movimento populacional para novas áreas que integram novas faixas do território ao ecúmeno nacional, perde sua força explicativa de certo

fenômeno geográfico, pois, ainda que não ocupado, todo o território está integrado por meio de sistemas de informação e de gestão, sejam privados, sejam públicos.

Por exemplo, o avanço da soja no norte de Mato Grosso, ocorre de maneira diversa da expansão do café no norte do Paraná na década de 1930. A expansão que ora acontece no Mato Grosso é feita com muito mais densidade técnica, científica e informacional, em um processo que não promove a integração de um território ao ecúmeno. Ao contrário, trata-se de uma ocupação populacional de um território já conhecido e de integração ao complexo agroindustrial, por meio de empresas que atuam em escala global.

A frente pioneira foi um meio de promoção da integração nacional, por meio do aproveitamento econômico e da ocupação de regiões do território. Atualmente, na era do meio técnico-científico-informacional, todo o território já é conhecido, inclusive em suas potencialidades econômicas e, portanto, integrado ao território nacional. A ocupação populacional não é mais uma questão de integração ao ecúmeno, mas, antes, uma decisão que se funda, principalmente, em um cálculo econômico. Nesse sentido, perde força a ideia de frente pioneira motivada pelo desbravamento e integração, e ganha destaque a de movimentos motivados por decisões tomadas nos chamados centros de pensar.

QUESTÃO 2

Caracterize a situação atual do Distrito Federal (DF) no território brasileiro, refira-se às motivações para a construção de Brasília, obra mais emblemática da política nacional-desenvolvimentista no Brasil, e para a criação do DF e avalie se os objetivos apresentados à época foram atingidos até o momento atual.

Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

DANILO VILELA BANDEIRA (30/30)

A construção de Brasília, ao longo da administração Juscelino Kubistchek, insere-se em um longo e antigo processo de interiorização do desenvolvimento brasileiro – até então praticamente restrito às franjas litorâneas. Considerava-se que a mobilização do aparato governamental para uma região que se encontrava próxima do centro geográfico do território fomentaria um movimento de descentralização econômica e populacional. Conquanto o Brasil ainda apresente pontos de excessiva aglomeração, pode-se dizer que tais objetivos foram alcançados.

Note-se, de início, que uma proposta dessa natureza já fora concebida anteriormente. Em verdade, há registros desde ao menos a administração do Marquês de Pombal em Portugal, no século XVIII, de tentativas de levar-se a capital do país para uma área distante do litoral, região em que historicamente concentrou-se o dinamismo econômico brasileiro. Também Vargas constatou a necessidade de aprofundar a ocupação da hinterlândia, consubstanciada na célebre “Marcha para o Oeste”. Concretamente, entretanto, essas ideias não lograram transferir o centro do governo para regiões afastadas da costa.

Tal meta realizou-se em um momento no qual a política desenvolvimentista alcançava seu paroxismo. Lastreado nas teorias de autores como Celso Furtado, Kubitschek empenhou-se em industrializar o país, por um lado, e articular as diferentes regiões produtivas que o compunham, por outro lado. Tratava-se de por fim ao desenvolvimento de "arquipélagos econômicos" no território brasileiro, promovendo a integração por meio de pesados investimentos em infra-estrutura – um dos eixos do Plano de Metas. Nesse sentido, a construção de uma nova capital para o país afigurava-se como passo natural a ser dado, tendo em conta o processo de macrocefalia urbana que já começava a afetar o Rio de Janeiro e as gigantescas disparidades entre o Sudeste desenvolvido e o restante do território. Havia, ademais, a percepção de que a manutenção da sede do governo no Rio de Janeiro contribuiria para a instabilidade institucional, de vez que as últimas eleições realizadas no país haviam enfrentado ameaças de setores militares. Nesse particular, deve-se registrar que a mudança não surtiu o efeito esperado, já que, apenas quatro anos depois, os militares lograram êxito em afastar João Goulart do poder.

A instalação do aparato de governo no coração do território de Goiás ensejou alterações significativas nos aspectos econômicos, populacionais e logísticos da região. Já no processo de construção da cidade, registrou-se um enorme afluxo de migrantes nordestinos, contratados aos milhares para dar conta do ritmo acelerado requerido por Juscelino. Esses "candangos" – como ficariam conhecidos – instalaram-se em áreas ao redor do Plano Piloto, dando origem ao que mais tarde constituiria as cidades-satélites. Nota-se, nesse fenômeno, a fragilidade do planejamento, que não deu conta de atender às demandas de uma população que obviamente seria requerida para a construção da cidade e que, marginalizada após o fim das obras, alimentou o processo de favelização no entorno de Brasília.

O impacto econômico foi bastante relevante. Brasília detém, hoje, um PIB inferior apenas ao de São Paulo e Rio de Janeiro no território brasileiro, e um PIB per capita que, entre as capitais, perde apenas para Vitória (ES). Isso deriva, em larga medida, do enorme contingente de funcionários públicos bem remunerados que se instalaram na cidade para atender ao aparato governamental. A conseqüência natural de tal processo é a constituição de um setor de serviços sólido, estruturado em torna da demanda de uma população com alto poder aquisitivo. É sintomático que a economia de Brasília esteja praticamente repartida ao meio entre gastos públicos e setor terciário, sem participação relevante da indústria e da agricultura. Tal prosperidade, entretanto, enseja um outro dado, menos positivo: trata-se da região com um dos maiores índices de desigualdade do país, resultado da enorme discrepância entre os salários do setor público e aqueles do setor privado, precarizado pela economia informal.

É relevante observar que, erigida em um momento no qual o Brasil começava a adentrar o meio técnico-científico-informacional – nos termos de Milton Santos -, Brasília desenvolveu-se em estreita associação com o grande centro emanador de técnicas e informação do território brasileiro – São Paulo. Nesse sentido, pode-se entender a mudança da capital como a primeira etapa da instalação do meio técnico-científico-informacional no Centro-Oeste, processo que se aprofundaria nas décadas seguintes com a expansão da fronteira agrícola rumo ao cerrado e o estabelecimento do agronegócio altamente mecanizado nas lavouras de soja. O desenvolvimento de Brasília é, portanto, tanto tributário quanto propagador da revolução tecnológico-industrial que impulsionou o Sudeste ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970. Esse fenômeno iria ainda mais longe com a instalação, em 1967, da Zona Franca de Manaus, polo industrial localizado no centro da Amazônia.

Avaliar o êxito dos objetivos da construção de Brasília é tarefa complexa. O mero fato de haver um dinamismo econômico tão intenso em uma região anteriormente desocupada já indica que houve efeitos positivos, potencializados pela posterior pujança do agronegócio nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Ademais, o deslocamento da capital contribuiu para desafogar relativamente o Rio de Janeiro, que, ainda assim, dá mostras de saturação urbana. Deve-se notar, porém, que o Brasil de hoje ainda apresenta

uma concentração desproporcional de riqueza nas regiões Sul e Sudeste – as quais Milton Santos chama de "região concentrada". A relativa desconcentração industrial que vem ocorrendo nas últimas não basta para alterar as distorções regionais geradas por séculos de ocupação litorânea e, a partir do século XVIII, concentração no Sudeste.

Dessa maneira, não resta dúvida de que a concentração econômica e populacional no território brasileira seria muito mais intensa não fosse a construção de Brasília – o que basta para, em um país de extremos, comprovar o relativo êxito da empreitada.

QUESTÃO 3

De acordo com os dados do Censo do IBGE de 2010, a população brasileira está passando por significativas alterações no que concerne à estrutura etária, consequência do intenso processo de transição demográfica verificado no país. Identifique o início desse processo e analise suas implicações para o desenvolvimento econômico-social do Brasil.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

JOÃO GUILHERME FERNANDES MARANHÃO (20/20)

A estrutura etária brasileira sofreu inúmeras alterações no decorrer do século passado, refletindo a superação da transição demográfica. Hoje, o Brasil apresenta uma pirâmide etária que se aproxima do padrão etário dos países do centro capitalista, embora a população seja considerada jovem. As mudanças observadas impõem novos desafios à gestão dos bens públicos e suas causas estão fortemente ligadas ao avanço da urbanização.

Tendo em vista o modelo de Warren Thompson, de 1929, pode-se avaliar o avanço do fenômeno demográfico no Brasil. Esse país sofreu imensas transformações desde o primeiro censo demográfico (1872). Nessa época, contava com uma população majoritariamente rural e com uma população de mais de 9 milhões de habitantes. Hoje, 84,4% da população brasileira é urbana e a população total já ultrapassa 190 milhões de pessoas.

Pode-se dizer que, entre 1872 e 1930, o Brasil apresentava altas taxas de natalidade e altas taxas de mortalidade, com baixo crescimento vegetativo. A população era marcadamente jovem e os incrementos demográficos ficaram por conta de grande influxo de imigrantes entre 1890 e 1920. Ocorre que o processo de urbanização ganha novo impulso a partir da década de 1930, observando-se, a partir desse ponto, queda acentuada da taxa de mortalidade. Dado que o meio urbano oferece melhores condições de alimentação e de vida, permitindo o incremento da renda familiar, o número de mortes prematuras cai. A taxa de natalidade, por sua vez, permanece alta durante maior tempo.

O período de transição demográfica (fases 2 e 3 do modelo Warren Thompson) é marcado por queda acentuada da taxa de mortalidade, seguida por queda tardia da taxa de natalidade. No Brasil, observam-se fortes quedas da taxa de mortalidade nos anos 1950 e

1960. Tal fenômeno, mais uma vez, pode ser associado ao avanço da urbanização. Entre 1960 e 1970, o Brasil torna-se um país majoritariamente urbano. Se, no campo, uma prole extensa significa mais braços para trabalhar na lavoura, na cidade, muitos filhos levam ao aumento acentuado de custos da família em um meio em que o custo de vida é mais elevado. Soma-se a isso a mudança de hábitos com a introdução da mulher no mercado de trabalho, principalmente durante o Regime Militar. Com isso, os casais decidem ter filhos mais tarde e cada vez em número menor. Assim, cai a taxa de fecundidade também.

O estágio de transição demográfica estende-se até o fim do século XX, tendo suas fases mais acentuadas entre 1930 e 1970. O fato de a queda na taxa de natalidade ser mais lenta que a queda da taxa de mortalidade leva ao fenômeno da "explosão demográfica". Essa fase pode ser considerada praticamente superada no Brasil. A taxa de fecundidade contemporânea está em torno de 2,1, muito próxima da taxa de reposição. Alguns geógrafos chegam a afirmar que o Brasil, a partir de 2010, ingressou na fase 4 do modelo Warren Thompson, com baixa taxa de natalidade e baixa taxa de mortalidade, mas estando esta ainda abaixo da primeira. Como consequência, constata-se que a população acima de 60 anos tem crescido muito e crescerá ainda mais nos próximos anos. Tal realidade impõe a necessidade de criar um sistema previdenciário que seja sustentável no longo prazo, associado a iniciativas de planos privados de previdência. Não obstante tais preocupações, o Brasil afigura-se ainda um país relativamente jovem, com a população concentrada entre 20 e 40 anos. Ademais, o país tem se mostrado aberto ao influxo migratório de países vizinhos. Tais aspectos permitem considerar que o Brasil possui uma expressiva população economicamente ativa e jovem, o que é elemento de dinamismo econômico.

Por fim, diga-se que o Brasil enfrenta uma demanda educacional que tende a se expandir pouco no nível básico e fundamental. Esse contexto é propício para o aprimoramento das redes públicas de ensino básico e fundamental, historicamente negligenciadas em benefício do ensino superior. Comparado a países como a França, o Brasil tem maior tempo para pensar os desafios previdenciários futuros e grandes vantagens no presente.

QUESTÃO 4

A navegação de cabotagem, que já foi o principal meio de transporte de cargas no Brasil, apresentou, por determinado período de tempo, drástica redução em relação ao conjunto geral dos modais. Entretanto, no período entre 2000 e 2010, observou-se aumento da sua participação no transporte total de produtos no país. Disserte sobre os aspectos favoráveis da cabotagem no Brasil e as principais dificuldades existentes, no país, para o seu desenvolvimento.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

JOÃO GUILHERME FERNANDES MARANHÃO (20/20)

A navegação de cabotagem foi historicamente importante para o Brasil durante o período colonial. Como a população estava concentrada nas zonas costeiras e havia poucas estradas, o transporte por meio de navios que percorriam o litoral era fundamental para a comunicação entre províncias e a troca de mercadorias. Hoje, a navegação de cabotagem oferece uma alternativa relativamente barata para o transporte de cargas no Brasil. As

dificuldades impostas para tanto são o déficit de infraestrutura portuária, a alta concentração de atividades em determinados portos e a necessidade de expansão da lógica intermodal.

No Brasil, assim como em países centrais como os Estados Unidos e Canadá, a malha rodoviária ultrapassa em extensão a malha aquaviária e ferroviária. O problema, nesse caso, é que o transporte de carga brasileiro, diversamente daqueles países, está concentrado em rodovias. Estas possuem um alto custo de manutenção, o que encarece o frete e o preço do produto final. Dessa forma, o Brasil perde em competitividade no cenário global. Nesse contexto, a navegação de cabotagem oferece vantagens porque é mais barata e contribui para diminuir o "custo Brasil".

A navegação de cabotagem oferece ainda a oportunidade de diminuir o trânsito interno de cargas, aliviando a pressão sobre determinadas vias. Somem-se a isso as vantagens oferecidas no âmbito de integração da IIRSA. As ligações projetadas em eixo Acre-Peru, Porto de Santos-Chile (portos de Iquique, Arica e Antofagasta) e RS/SC-Chile (Valparaíso) podem ser mais bem aproveitadas com uma movimentação interportuária costeira mais dinâmica no Brasil. Por fim, ressalte-se a grande extensão da costa brasileira e a concentração espacial do dinamismo econômico nas áreas próximas ao litoral. Tais fatores são propícios a um maior aproveitamento da navegação de cabotagem.

Os maiores desafios à expansão da navegação de cabotagem estão na infraestrutura portuária brasileira. Com exceção do Porto de Tubarão (RJ), controlado pela CVRD – aliás, o maior porto em volume de carga transportada, seguido pelo de Itaqui, no Maranhão – todos os portos brasileiros apresentam problemas logísticos e de infraestrutura. Além disso, alguns portos apresentam fortes pressões de demanda, indicando a concentração da infraestrutura portuária. Os portos de Itaqui, Tubarão, Santos e Paranaguá são expressão da referida concentração. Embora algumas obras do PAC valorizem outros portos, como o de Pecém (CE), há a necessidade de descentralização da demanda sobre os portos brasileiros e de modernização desses portos.

Outro desafio à navegação de cabotagem é a expansão dos terminais intermodais, permitindo o escoamento da produção ao porto mais próximo e daí para outros portos. O caso da ligação rodoviária Acre-Peru oferece a oportunidade de uso da bacia do Amazonas para o escoamento de produção no sentido Oeste-Leste em uma lógica multimodal. A projetada hidrovia Araguaia-Tocantins permitiria ligações intermodais com rodovias e ferrovias provenientes do Centro Oeste e o aproveitamento variado de portos no litoral nordestino.

O último desafio que pode ser apresentado ao avanço da navegação de cabotagem é a prevalência de uma lógica extrovertida, conforme o esquema "bacia de drenagem", no uso e construção da malha viária brasileira. Nesse sentido, pensar no avanço da navegação de cabotagem é pensar na integração da costa brasileira, em uma lógica parcialmente introvertida, já que os portos são, a um só tempo, pontos de contato com o mundo extraterritorial e possíveis pontos de contato entre fluxos costeiros.

Em suma, a navegação de cabotagem é uma área próspera para a economia brasileira, permitindo o pagamento de fretes mais baratos e a integração maior da costa brasileira. As dificuldades para essa navegação estão em uma estrutura portuária concentrada, pouco dinâmica e marcada pela extroversão.

***

POLÍTICA INTERNACIONAL

A prova de Política Internacional consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

POLÍTICA INTERNACIONAL (Primeira e Terceira Fases): 1 Relações internacionais: conceitos básicos, atores, processos, instituições e principais paradigmas teóricos. 2 A política externa brasileira: evolução desde 1945, principais vertentes e linhas de ação. 3 O Brasil e a América do Sul. 3.1 Integração na América do Sul. 3.2 O MERCOSUL: Origens do processo de integração no Cone Sul: objetivos, características e estágio atual de integração. 3.3 A Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). 3.4 A União Sul-Americana de Nações: objetivos e estrutura. 3.5 O Conselho de Defesa da América do Sul. 4 A política externa argentina; a Argentina e o Brasil. 5 A política externa norte-americana e relações com o Brasil. 6 Relações do Brasil com os demais países do hemisfério. 7 A Política externa francesa e relações com o Brasil. 8 Política externa inglesa e relações com o Brasil. 9 Política externa alemã e relações com o Brasil. 10 A União Européia e o Brasil. 11 Política externa russa e relações com o Brasil. 12 A África e o Brasil. 13 A política externa da China, da Índia e do Japão; relações com o Brasil. 14 Oriente Médio: a questão palestina; Iraque; Irã. 15 A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. 16 A agenda internacional e o Brasil: 16.1 O multilateralismo de dimensão universal: a ONU; as Conferências Internacionais; os órgãos multilaterais. 16.2 Desenvolvimento. 16.3 Pobreza e ações de combate à fome. 16.4 Meio ambiente. 16.5 Direitos Humanos. 16.6 Comércio internacional e Organização Mundial do Comércio (OMC). 16.7 Sistema financeiro internacional. 16.8 Desarmamento e não-proliferação. 16.9 Terrorismo. 16.10 Narcotráfico. 16.11 A reforma das Nações Unidas. 17 O Brasil e o sistema interamericano. 18 O Brasil e a formação dos blocos econômicos. 19 A dimensão da segurança na política exterior do Brasil. 20 O Brasil e as coalizões internacionais: o G-20, o IBAS e o BRIC. 21 O Brasil e a cooperação sul-sul.

Prova de 2011

QUESTÃO 1

Nos últimos anos, o Brasil ampliou sua interlocução externa com os mais variados parceiros. Nessa interlocução, o governo brasileiro vem defendendo os interesses nacionais e buscando produzir resultados socioeconômicos, sem negligenciar os esforços em prol da melhoria das condições tecnológicas e da competitividade de sua estrutura produtiva. Ao mesmo tempo, o país sinaliza com o "idealismo como horizonte", em defesa de uma ordem mais justa e do respeito aos valores democráticos e aos direitos humanos. Disserte sobre os desafios a serem enfrentados para a materialização desses objetivos políticos.

Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

DANILO VILELA BANDEIRA (26/30)

A política externa altiva e soberana adotada a partir da administração Lula persegue objetivos amplos e ousados, que passam por mudanças no sistema de governança global e pela priorização absoluta do desenvolvimento como objetivo central das relações internacionais, em detrimento de visões belicistas – nesse aspecto reside o "idealismo como horizonte". É natural, portanto, que obstáculos interponham-se à consecução de metas tão ambiciosas, notadamente devido à estrutura de um sistema internacional rígido, tributário da ordem estabelecida pelas potências vitoriosas na Segunda Guerra Mundial.

Um dos objetivos centrais da política externa brasileira é abrir mercados para a agricultura de altíssima produtividade praticada em nosso território, de vez que um aumento nas exportações agrícolas atenderia à necessidade de fomentar o desenvolvimento sócio-econômico interno. É notório que o maior entrave a essa política é o fornecimento de bilionários subsídios à agricultura por parte dos países desenvolvidos, particularmente os EUA e a União Europeia. Tal prática resulta em consequências deletérias de duas naturezas: primeiro, impede que os países em desenvolvimento explorem plenamente as vantagens comparativas de que gozam na produção de gêneros agrícolas, o que prejudica o desenvolvimento econômico; em segundo lugar – e mais grave -, a concessão de subsídios gera distorções no mercado global de alimentos, elevando seus preços a um nível superior ao que existiria se os países em desenvolvimento pudessem ampliar sua produção. Nesse sentido, os subsídios contribuem para a fome no mundo e, por conseguinte, constituem obstáculo à observância de um dos direitos humanos mais básicos. Ciente do problema, a diplomacia brasileira adota postura assertiva nas negociações multilaterais referentes ao tema, notadamente no âmbito da Rodada Doha da OMC.

Outro campo de atuação complexa para a chancelaria é o do sistema financeiro global. Dele dependem as condições macroeconômicas diretamente relacionadas ao desenvolvimento dos países pobres, como as taxas de câmbio, de juros e o volume de crédito disponível. Ora, é inegável que tal campo apresenta as distorções mais flagrantes do multilateralismo global, consubstanciada na divisão de quotas do FMI e do Banco Mundial e na baixa representatividade dos foros de concertação. Em relação a esse último aspecto, o Brasil logrou um gigantesco avanço quando, por iniciativa, do ex-Presidente Lula, o G20 financeiro substituiu o G8 como instância preferencial, corrigindo uma assimetria histórica em relação à concertação financeira. O FMI e o Banco Mundial, embora tenham alterado suas divisões de quotas em virtude dos pleitos dos países em desenvolvimento, permanecem instituições sob o controle dos EUA e da EU, dando peso desproporcional a seus interesses. A melhoria da competitividade industrial brasileira, por exemplo, tem sido prejudicada pela forte valorização do câmbio causada por políticas monetárias expansionistas nos EUA – o "quantatitive easing". Como a OMC não está formalmente autorizada a tratar de dumping cambial, o organismo responsável pela regulação do tema deveria ser o FMI. Sob controle dos EUA, porém, seu maior quotista, é difícil conceber o órgão como ator relevante em tal situação.

O unilateralismo e o intervencionismo também prejudicam a construção de uma ordem internacional em que prevaleçam os valores democráticos e os direitos humanos. Dessa constatação deriva a assertiva posição brasileira de condenação a, por exemplo, os conflitos no Iraque e na Líbia. Ao subverter os princípios consagrados pela ONU em relação à soberania e à auto-determinação, as potências ocidentais eliminam as condições básicas para o surgimento de regimes democráticos e observadores dos direitos humanos. O mesmo pode ser dito em relação às sanções: ao retirar os países-alvos da mesa de negociações, as sanções tendem a aumentar o isolamento do país e agravar os problemas enfrentados pela população civil. Nesse sentido, o Brasil propugna pela utilização desse recurso apenas em última instância, julgando ser mais produtivo o engajamento no diálogo e a cooperação. A atual conjuntura internacional, porém, em que o combate a violações dos

direitos humanos ganha contornos belicistas, não se apresenta alvissareira para a implementação da visão de mundo brasileira. Trata-se de um impedimento agravado pela resistência dos países membros do Conselho de Segurança da ONU com status de permanentes em realizar uma reforma do órgão, adequando-se à nova configuração de forças global. A afirmação da perspectiva brasileira em relação a questões de segurança e direitos humanos seria mais concreta se fosse atendido o histórico pleito por um assento permanente ao país.

Pode-se mencionar ainda a questão ambiental, fulcral para qualquer política de defesa dos direitos humanos. Nesse campo, o Brasil defende o direito soberano dos países de industrialização tardia perseguirem o desenvolvimento econômico sem a imposição de metas obrigatórias de redução de emissões. O controle das emissões deve ser feito por meio da transferência de tecnologia dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, consoante aos comprometimentos feitos na Rio-92. Há, entretanto, forte resistência dos países desenvolvidos em cumprir tais obrigações, evidenciada pelo impasse na Conferência de Copenhagen, em 2009. O estabelecimento do Fundo Verde, no contexto da COP-16, é sinal positivo de progressos no tocante à transferência de tecnologias para o combate ao aquecimento global, mas os desafios a serem superados para o surgimento de um sistema que permita o desenvolvimento de forma equilibrada e ambientalmente correta são imensos.

Verifica-se, dessa maneira, a existência de obstáculos de monta para a concretização das metas da política externa brasileira. A cooperação bilateral com países africanos, por exemplo, tem sido um dos meios utilizados para contornar as limitações sistêmicas e atingir uma ordem mais justa e democrática. Da conjugação de uma atuação multilateral assertiva e transformadora com políticas de cooperação Sul-Sul voltadas para o desenvolvimento dos povos há de resultar a consecução de tal meta.

QUESTÃO 2

Em 17 de março de 2011, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovou, por meio da Resolução n.° 1.973, o estabelecimento de uma zona de exclusão aérea na Líbia. A adoção da resolução, em cuja votação se absteve, entre outros Estados, o Brasil, expressou a resposta do CSNU à situação interna naquele país. Comente tal situação, do ponto de vista político, econômico e humanitário, e identifique, com base nos traços definidores da diplomacia brasileira, as razões que levaram o Brasil a abster-se na votação da referida resolução.

Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

VITOR MATTOS VAZ (27/30)

A primavera árabe não é um movimento homogêneo. De fato, conforme afirmou o pensador Edward Said, do Maghreb ao Mashreq ao Khalij, a umma árabe é composta de uma miríade de sociedades díspares, "multiculturais e multiidentitárias". Consequentemente, o movimento iniciado pela revolução de jasmim tunisiana apresenta nuances em cada país que alcança. No caso específico da Líbia, os protestos emanados sobretudo a partir de Benghazi encontraram dura repressão. Diante de tal quadro de crise humanitária, o Brasil não se furtou de condenar a ação do Estado líbio, seguindo a posição da Liga Árabe; não obstante, frente aos termos excessivamente vagos e da abertura à interferência externa colocados pela resolução n° 1973 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o país optou por abster-se, em posição semelhante à de China, Rússia, Índia e Alemanha.

Em uma visão geral sobre o sistema político do mundo árabe, é possível perceber a forte presença de Estados autocráticos. De fato, a própria estrutura socioeconômica de parte das sociedades árabes – em que o Estado não necessita taxar a sociedade, tendo a função de dividir por ela as receitas externas da exportação de hidrocarbonetos – privilegia a habilidade do Estado de exercer poder sobre a sociedade, reduzindo a capacidade de pressão dos grupos civis. Por muito tempo, o arranjo autocrático foi apoiado pelos países centrais, temerosos de que a democracia acarretasse a instalação de regimes islamistas, nos moldes da revolução iraniana de 1979. A primavera árabe, como movimento autóctone, é a decisão popular de romper com esse padrão e de buscar o empoderamento do povo. Até o momento, a função protagônica do movimento revolucionário foi exercida por lideranças laicas, indo contra as expectativas mencionadas.

No caso específico da Líbia, vigia um sistema descentralizado, nomeado de República das Massas(Jamahiryia), onde a pletora de tribos diferentes que habita o país era representada em um Congresso dos Povos, cuja liderança – e poder de facto – era exercida por Khadaffi. Também neste caso, o movimento de Benghazi afirma lutar pela deposição de um regime autocrático.

As razões econômicas da Primavera Árabe podem ser, cum grano salis, atribuídas a fatores societários e demográficos. Em geral, o mundo árabe apresenta estrutura etária jovem. Malgrado certo ritmo de crescimento econômico na última década, a estrutura burocrática autocrática gerou oligarquização dos postos de trabalho. Como conseqüência, grassa o desemprego entre os mais jovens e mais escolarizados, ensejando insatisfação que é exponencializada pelo aumento atual dos preços dos alimentos e pela impossibilidade de se alterar o sistema pela via eleitoral. Por outro lado, o advento das novas mídias(internet) possibilitou novas formas de organização da sociedade civil antes inviabilizadas pela ação estatal. Em que pese o alto nível de desenvolvimento humano e os programas salutares de distribuição de renda organizados pela Líbia, tal lógica pode ser, em alguma medida, aplicada àquele país.

Os efeitos políticos do movimento são o redesenho potencial das alianças políticas dos governos árabes, que deverão responder aos anseios de seus povos, matriz cardinal da política externa. Economicamente, a instabilidade em zonas de passagem do petróleo leva ao encarecimento considerável do insumo, engendrando inflação e reduzindo as margens de crescimento ao redor do mundo. Em termos humanitários, destaca-se o caso líbio, em que o Estado usou de bombardeios aéreos e de ataques militares contra os manifestantes.

Inspirado na tradição principista de sua diplomacia – em especial no princípio basilar da auto-determinação dos povos – o Brasil louvou o direito das populações árabes de definir, de maneira autóctone, seu sistema político. Outrossim, baseado no princípio da dignidade da pessoa humana – epicentro axiológico do ordenamento jurídico brasileiro – condenou qualquer tentativa governamental de reprimir, pelo uso da força, os movimentos da Primavera Árabe. Nesse contexto, diante das manifestas violações dos direitos humanos perpetradas pelo governo líbio, o Brasil apoiou a decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas que, em ação inédita, suspendeu a Líbia do Conselho de Direitos Humanos. Ademais, o país apoiou a resolução n°1970 do CSNU, prevendo embargos – a exemplo dos referentes à venda de armas 0 contra o governo de Trípoli. Em respeito aos mecanismos regionais, o Brasil observou a posição da Liga Árabe – favorável às medidas – antes de tomar tais atitudes.

Sem embargo, o país preferiu abster-se – junto com outras nações já mencionadas – na votação da Resolução n°1973, prevendo a criação de uma zona de exclusão aérea e a adoção de "todos os meios necessários" para apoiar os rebeldes. Dois aspectos preponderantes pesaram para a decisão brasileira. Por um lado, os países árabes evitaram, até o momento, culpar estrangeiros pelo processo revolucionário. Interferências forâneas poderiam deturpar tal narrativa, prejudicando seu caráter autóctone e legítimo. Por outro lado, os termos da Res.1973(repetindo, em alguma medida, os da Res.1368, que almejava combater os responsáveis pelo 11 de Setembro.) são excessivamente vagos, ultrapassando

a posição da Liga Árabe(que mencionava apenas a zona de exclusão aérea.) O Brasil não estava convencido de que medidas tão amplas – que poderiam incluir, por exemplo, armar os rebeldes – não levariam à escalada dos conflitos na Líbia e na região, sendo, em última instância, contraproducentes. A própria falta de coesão da sociedade líbia – dividida em diversas tribos – poderia levar à dissipação do Estado, na esteira de um movimento que vinha não da sociedade, mas do estrangeiro.

Através de sua postura assertiva, porém cautelosa, o Brasil confirma sua legitimidade enquanto interlocutor do mundo árabe.Enquanto exemplo de democracia multiétnica e multicultural, o Brasil goza das credenciais para desenvolver diálogo construtivo e horizontal com os países árabes – igualmente multifacetados – em transição política, prescindindo da arrogância e dos preconceitos civilizacionais que marcam a postura de outros atores. Dotado de considerável comunidade sírio-libanesa, de interesses comerciais e políticos crescentes na umma árabe – exemplificados, respectivamente, pela conclusão do acordo de livre comércio Mercosul-Egito e pelas cúpulas da ASPA -, O Brasil tem a oportunidade de firmar laços ainda mais profundos com essas comunidades, servindo de exemplo de democracia, conforme mencionado mesmo pelo Presidente estadunidense Barack Obama.

QUESTÃO 3

Quem poderia imaginar, em um passado não tão distante, que os chefes de Estado do Brasil e da Argentina poderiam dar instruções a suas agências nucleares para que desenvolvessem conjuntamente um reator nuclear multipropósito com fins de pesquisa? Quem poderia supor que esses países desenvolveriam em conjunto um veículo militar para equipar os dois exércitos, ou que seriam capazes de cooperar em áreas tão variadas e de alta tecnologia como a construção de um satélite para observação de oceanos e da costa, a fabricação de peças para aviões, a TV digital? Há apenas três décadas, não seria possível, tampouco, iniciar estudos para a construção de hidrelétricas na fronteira ou para melhorar a integração rodoviária e ferroviária entre ambos os países. A fronteira, hoje, pode ser mais bem descrita como o espaço por excelência da integração, da paz, da união e da amizade.

Antonio Patriota. **Um exemplo de audácia.** *In:* La Nación, 10/1/2011 (com adaptações).

Considerando o fragmento de texto acima, assim como a diversidade da agenda bilateral, analise os principais tópicos do relacionamento Brasil-Argentina.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

BRUNO PEREIRA REZENDE (17/20)

O relacionamento Brasil-Argentina é ponto fundamental da política externa brasileira em diversos âmbitos: bilateral, regional e multilateral. A aproximação entre os dois países, engendrada a partir de entendimentos na área nuclear que se estenderam a diversos outros âmbitos, compreende atualmente várias áreas de atuação, em uma aliança estratégica que corrobora a dimensão Sul-Sul da política externa do Brasil, com evidente capacidade de superação de eventuais desafios.

A Argentina é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil, atrás apenas da China e dos Estados Unidos. A acentuação da vertente comercial entre os dois países foi impulsionada pela criação do MERCOSUL, em 1991, e a capacidade de superação de alguns desentendimentos (como a crise do Real de 1999 e a crise argentina de 2001) foi fundamental para a expansão do comércio bilateral. Os superávits comerciais brasileiros (de cerca de quatro bilhões de dólares em 2010) por vezes levam ao protecionismo argentino, como nos desacordos acerca da exportação de produtos da linha branca ou na suspensão das licenças automáticas de importação pela Argentina, em 2009. O governo brasileiro, entretanto, tem respondido com iniciativas de apoio, como os entendimentos acerca do Mecanismo de Adaptação Competitiva. O Brasil reconhece a importância do comércio com a Argentina, o que permite a superação de desafios protecionistas com uma postura conciliatória e propositiva.

O mercado argentino enquadra-se, também, como peça fundamental na estratégia de internacionalização de empresas brasileiras, como a Natura, que expande a linha de cosméticos para o país vizinho. A Petrobras tem investimentos na Argentina, grande produtora de petróleo e gás. A indústria de bebidas belgo-brasileira AB InBev tem ganhado projeção no mercado local, com a compra de empresas como a cervejaria Quilmes. O Banco Itaú também tem investido no país, ganhando espaço no setor bancário-financeiro. A inserção de empresas brasileiras no mercado argentino é, portanto, notória, revelando a importância do relacionamento bilateral para sua internacionalização.

A escolha da Argentina como a primeira visita presidencial de Dilma Rousseff revela a importância do país vizinho para a política externa brasileira no contexto da "autonomia pela diversificação". Como ficou evidente na apreciação conjunta de diversos temas, Brasil e Argentina compartilham visões de mundo em amplas áreas, de segurança a tecnologia e inovação. Em anos recentes, a agenda bilateral diversificou-se e ampliou seu campo de atuação. Como demonstrado desde o início do governo Lula, com instrumentos como o Consenso de Buenos Aires (2003) e a Ata de Copacabana (2004), Brasil e Argentina reconhecem a necessidade de promoção do desenvolvimento em bases equitativas e reiteram a "aliança estratégica" firmada em 1997, por Fernando Henrique Cardoso e Carlos Menem. O desenvolvimento, como fundamento básico para a promoção da paz e da segurança internacionais, tem pautado a ação de Brasil e Argentina em diversos âmbitos.

Na América do Sul, Brasil e Argentina são grandes entusiastas da integração e da cooperação para o desenvolvimento, como demonstram suas ações no MERCOSUL e na UNASUL. Iniciativas como o FOCEM e o Conselho de Defesa Sul-Americano reiteram o compromisso de ambos os países com o desenvolvimento e com a segurança da região. No âmbito latino-americano, os dois países participam da MINUSTAH com contribuições militares e assistenciais, como exemplo da convicção de que segurança e desenvolvimento caminham juntos. Na Organização das Nações Unidas, Brasil e Argentina também compartilham interesses comuns, a despeito da reticência argentina em ratificar o pleito brasileiro a um assento permanente no Conselho de Segurança. Nas instituições financeiras internacionais, os dois países defendem a reforma das instituições de Bretton Woods, como fundamento para maior democratização, legitimidade e eficácia dos foros. A cooperação é, portanto, prezada por ambos os países.

O relacionamento Brasil-Argentina em anos recentes, que abrange temas variados como cooperação tecnológico-científica (COBEN, Sabia-mar, reator multipropósito, Centro Binacional de Nanotecnologia), infraestrutura (pontes sobre o rio Uruguai, hidrelétrica binacional de Garabi e integração viária) e militar (veículo "gaúcho", reator nuclear para submarinos), demonstra a amplitude e a importância da relação. A despeito de eventuais desafios, a parceria é, indubitavelmente, essencial para os dois países.

QUESTÃO 4

Defina BRIC — grupo negociador, bloco econômico, grupo consultivo, agrupamento ou nenhuma dessas opções? Em sua resposta, especifique a participação do BRIC nos regimes globais de comércio, clima e segurança e explicite o modo como iniciativas como essa contribuem para os esforços da política externa brasileira em prol do fortalecimento das estruturas de governança global.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

GERMANO FARIA CORREA (17/20)

O BRIC foi um termo originalmente cunhado por analistas de mercado para designar economias em rápida expansão e que têm o potencial de alterar as estruturas da economia mundial. Esse termo foi apropriado pelos formuladores de políticas de Brasil, Rússia, Índia e China, que decidiram constituir, em 2008, na Cúpula de Ecaterimburgo, um agrupamento de coordenação em temas da agenda bilateral. Por agrupamento deve-se entender a coordenação, com baixo grau de institucionalização, de países, característica que confere mais flexibilidade em suas atuações. Ademais, no início de 2011, a África do Sul aderiu ao agrupamento, em uma ampliação que extrapolou o âmbito inicial do conceito formulado pelo mercado e enfatiza o caráter político do, agora chamado, BRICS, que tem, entre seus objetivos centrais, a coordenação da posição dos seus membros nos mais diversos temas da agenda internacional. É importante ressaltar, nesse sentido, que apesar da coordenação no âmbito do BRICS, Brasil, Rússia, Índia, China e, agora, África do Sul não atuam em nome de um bloco nos diversos foros internacionais, mesmo porque há, em determinados temas, divergências de interesses, o que, entretanto, não impede o diálogo construtivo.

No âmbito do comércio, a participação da Rússia é reduzida, pois essa não faz parte ainda do regime da OMC. Não obstante, Brasil e Índia cooperam estreitamente para a conclusão da Rodada de Doha, em que pesem algumas divergências pontuais quando da última reunião ministerial em Genebra. No âmbito econômico e financeiro, a cooperação entre os BRICS é ainda mais estreita, como é possível constatar nas articulações feitas em face de crise financeira e nas propostas de reforma das instituições de Bretton Woods, de modo a torná-las mais representativas da atual estrutura da economia mundial. Simultaneamente, o BRICS defendeu maiores controles sobre capitais, com vistas a eliminar movimentos especulativos.

No âmbito das discussões sobre o clima, parte dos membros do BRICS articulam-se no agrupamento BASIC, formado por Brasil, África do Sul, Índia e China, atores fundamentais nas discussões recentes a respeito do regime pós-Quioto. Diante do impasse das negociações em Copenhague, em 2009, o BASIC apresentou acordo que propunha reduções voluntárias nas emissões e reafirmou o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

No âmbito da segurança, o BRICS conta com dois membros permanentes no CSNU. Em 2011, todos os membros do BRICS estão nesse órgão, o que indica a importância desse grupo na estabilidade e promoção da paz. Um exemplo da coordenação do agrupamento foi a abstenção conjunta de Brasil, Rússia, Índia e China na votação da resolução 1973, que autorizou intervenção na Líbia. Ademais, o presidente sul-africano tem atuado no sentido de mediar o conflito na Líbia por meio de conversas diretas com Muamar Kadafi.

O BRICS atua, portanto, em diversos tabuleiros da política internacional e seus membros articulam-se, a despeito de divergências pontuais, para a reforma das instituições

da governança global, de modo a dotar as mais importantes instâncias decisórias do mundo contemporâneo de mais representatividade e, consequentemente, mais legitimidade.

***

INGLÊS

A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de quatro partes: tradução de um texto do inglês para o português (valor 20 pontos); versão de um texto do português para o inglês (valor 15 pontos); resumo de um texto (valor 15 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 400 a 450 palavras (valor 50 pontos).

Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,2 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Programa (Primeira e Terceira Fases):

INGLÊS (Primeira e Terceira Fases): **Primeira Fase**: 1 Compreensão de textos escritos em língua inglesa. 2 Itens gramaticais relevantes para compreensão dos conteúdos semânticos. Terceira Fase: 1 Redação em língua inglesa: expressão em nível avançado; domínio da gramática; qualidade e propriedade no emprego da linguagem; organização e desenvolvimento de ideias. 2 Versão do Português para o Inglês: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfossintática e lexical. 3 Tradução do Inglês para o Português: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfossintática e lexical. 4 Resumo: capacidade de síntese e de reelaboração em Inglês correto.

Orientação para estudo

1. **Tradução - Translation, Part A (20 pontos)**

A tradução do Inglês para o Português deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.

2.**Versão - Translation, Part B (15 pontos)**

A versão do Português para o Inglês deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.

3. **Resumo - Summary (15 pontos)**

O candidato deve apresentar capacidade de reelaborar, de forma concisa e coerente, o texto proposto. São critérios de avaliação a objetividade, a precisão, a clareza e a concisão do texto, além naturalmente da correção e propriedade no uso da língua inglesa.

4. **Redação - Compostition (50 pontos)**

Os candidatos devem demonstrar conhecimento avançado de Inglês e capacidade de usá-lo em redação bem estruturada. A distribuição dos 50 pontos faz-se da seguinte maneira:

- Correção gramatical (20 pontos)

Avaliam-se a correção e a propriedade no emprego da linguagem. Deduz-se 1 (um) ponto para cada erro, com exceção das falhas de pontuação ou de ortografia, às quais corresponde dedução de 0,5 (meio) ponto por ocorrência. A atribuição de nota zero no quesito "correção gramatical" implica, automaticamente, nota zero para a redação como um todo. Do mesmo modo, será atribuída nota zero às redações que demonstrarem baixo padrão de conhecimento da língua inglesa.

- Organização e desenvolvimento de idéias (20 pontos)

Serão considerados, principalmente, os itens a seguir:

a) capacidade de raciocínio e de expressão clara em Inglês;
b) pertinência das idéias e da eventual exemplificação em relação ao tema;
c) adequada organização formal da redação, com adequada paragrafação.

Os candidatos devem esforçar-se para apresentar redação interessante. A originalidade não será exigida, mas será avaliada positivamente, da mesma forma que o uso adequado de exemplos. Serão severamente punidas as redações decoradas e simplesmente adaptadas ao tema proposto. A redação que fugir a esse tema será punida com nota zero.

- Qualidade de linguagem (10 pontos)

Atribuem-se pontos ao candidato pelo correto uso de Inglês idiomático, por construções variadas e pelo emprego de vocabulário amplo e preciso.

Os candidatos que usarem construções de cunho meramente elementar na redação receberão nota zero no quesito, em especial quando esse recurso for utilizado para evitar erros.

Prova de 2011

TRANSLATION

(Total: 35 marks)

PART A (20 marks)

Translate into Portuguese the following passage adapted from John Tomlinson's **Globalization and Cultural Identity:**

> Once upon a time, local, autonomous, distinct and well-defined, robust and culturally sustaining connections existed between geographical place and cultural experience. They constituted one's "cultural identity"', something people simply "had" as an inheritance, a benefit of continuity with the past. Identity, then, was not just a description of cultural belonging; it was a collective treasure of local communities. But it proved to be fragile, needing protection and preservation. Into this world of manifold, discrete cultural identities suddenly burst the corrosive power of globalization. Globalization, so the story goes, has swept like a flood tide through the world's diverse cultures, bringing a market-driven homogenization of cultural experience, thus obliterating the differences between locality-defined cultures. Whilst communities in the mainstream of the flow of capitalism have seen a sort of standardized version of their cultures exported worldwide, it is the "weaker"' cultures of the developing world that have been most threatened.

John Tomlinson. **Globalization and cultural identity.** Internet: <www.polity.co.uk>.

RAMON LIMEIRA CAVALCANTI DE ARRUDA (19/20)

Houve um tempo em que existiam, entre o espaço geográfico e a experiência cultural, conexões locais, autônomas, claras e bem definidas, robustas e culturalmente duradouras. Elas constituíam a "identidade cultural" de cada um, algo que as pessoas simplesmente "possuíam" como herança, um benefício de continuidade com o passado. A identidade, então, não era apenas uma descrição de pertencimento cultural, mas também um tesouro coletivo das comunidades locais; entretanto, ela mostrou-se frágil, dependente de proteção e de preservação. Nesse mundo com identidades culturais variadas e distintas, repentinamente irrompeu o poder corrosivo da globalização, que, seguindo a narrativa, varreu as diversas culturas do mundo como um maremoto, provocou uma homogeneização da experiência cultural orientada pelo mercado e, por conseguinte, obliterou as diferenças entre as culturas locais. Se as comunidades pertencentes ao "mainstream" do fluxo capitalista testemunharam a disseminação mundial de uma espécie de versão padronizada de suas culturas, foram as culturas "mais fracas" do mundo em desenvolvimento que sofreram a ameaça maior.

PART B (15 marks)

Translate the following excerpt from Mauro José Teixeira Destri's **Globalização, Educação e Diversidade Cultural**
into English:

> Os problemas da globalização e as consequências e desafios que ela apresenta a respeito de assuntos como a biodiversidade, a diversidade cultural e a educação estão fundamentados na perspectiva histórica da ocidentalização do mundo, iniciada pela dominação colonial europeia desde o século XV e ratificada pelo poderio norte-americano em todas as esferas, com seu poder de "disseminar cultura". Tal dominação do etnocentrismo ocidental, amparada por uma ideologia neoliberal, abrange não só o domínio econômico-financeiro, mas também o controle da informação e das comunicações referentes às grandes empresas multinacionais, impondo, dessa forma, uma "padronização" cultural. A globalização tem sua limitação mais grave por não ter um modelo de sociedade viável. A educação, concebida como a transmissão de visões do mundo, de saberes e de sistemas de valores, tem um enorme desafio histórico na defesa e na preservação da diversidade cultural, o que tem sido abordado em diversas esferas pelos diversos países ao redor do mundo.

Mauro José Teixeira Destri.
Globalização, educação e diversidade cultural. Internet:
<www.fsma.edu.br>.

DANILO VILELA BANDEIRA (15/15)

The problems of globalization and the consequences and challenges it presents concerning subjects such as biodiversity, cultural diversity and education are based on the historical perspectives of the world's occidentalization, which began with European colonial dominance since the XVth century and was ratified by the American might in every sphere , with its power to "disseminate culture". This dominance of Western ethnocentrism, supported by a neoliberal ideology, encompasses not only the economic and financial field, but also the control of information and communication related to big multinational corporations, thereby imposing a cultural "standardization". Globalization has its main limitation because it does not have a feasible model of society. Education, conceived as the transmission of world visions, of knowledge and of systems of values, has an enormous historical challenge in defending and preserving cultural diversity, which has been discussed in several spheres by many countries around the world.

SUMMARY (Total: 15 marks)

Write in your own words a summary of the following article from **The Economist in no more than 200 words.**

Geoffrey Crowther, editor of **The Economist** from 1938 to 1956, used to advise young journalists to "simplify, then exaggerate". He might have changed his advice if he had lived to witness the current debate on globalisation. There is a lively discussion about whether it is good or bad. But everybody seems to agree that globalisation is a *fait accompli:* that the world is flat, if you are a (Tom) Friedmanite, or that the world is run by a handful of global corporations, if you are a (Naomi) Kleinian.

Pankaj Ghemawat of IESE Business School in Spain is one of the few who has kept his head on the subject. For more than a decade he has subjected the simplifiers and exaggerators to a barrage of statistics. He has now set out his case — that we live in an era of semi-globalisation at most — in a single volume, **World 3.0,** that should be read by anyone who wants to understand the most important economic development of our time.

Mr Ghemawat points out that many indicators of global integration are surprisingly low. Only 2% of students are at universities outside their home countries; and only 3% of people live outside their country of birth. Only 7% of rice is traded across borders. Only 7% of directors of S&P 500 companies are foreigners — and, according to a study a few years ago, less than 1% of all American companies have any foreign operations. Exports are equivalent to only 20% of global GDP. Some of the most vital arteries of globalisation are badly clogged: air travel is restricted by bilateral treaties and ocean shipping is dominated by cartels.

Far from "ripping through people's lives", as Arundhati Roy, an Indian writer, claims, globalisation is shaped by familiar things, such as distance and cultural ties. Mr Ghemawat argues that two otherwise identical countries will engage in 42% more trade if they share a common language than if they do not, 47% more if both belong to a trading block, 114% more if they have a common currency and 188% more if they have a common colonial past.

What about the "new economy" of free-flowing capital and borderless information? Here Mr Ghemawat's figures are even more striking. Foreign direct investment (FDI) accounts for only 9% of all fixed investment. Less than 20% of venture capital is deployed outside the fund's home country. Only 20% of shares traded on stockmarkets are owned by foreign investors. Less than 20% of Internet traffic crosses national borders.

And what about the direction rather than the extent of globalisation? Surely Mr Friedman (author of **The World is Flat)** and company are right about where we are headed even if they exaggerate how far we have got? In fact, today's levels of emigration pale beside those of a century ago, when 14% of Irish-born people and 10% of native Norwegians had emigrated. Back then you did not need visas. Today the world spends $88 billion a year on processing travel documents and in a tenth of the world's countries a passport costs more than a tenth of the average annual income.

That FDI fell from nearly $2 trillion in 2007 to $1 trillion in 2009 can be put down to the global financial crisis. But other trends suggest that globalisation is reversible. Nearly a quarter of North American and European companies shortened their supply chains in 2008 (the effect of Japan's disaster on its partsmakers will surely prompt further shortening). It takes three times as long to process a lorry-load of goods crossing the Canadian-American border as it did before September 11th 2001. Even the Internet is succumbing to this pattern of regionalisation, as governments impose a patchwork of local restrictions on content.

Mr Ghemawat also explodes the myth that the world is being taken over by a handful of giant companies. The level of concentration in many vital industries has fallen dramatically since 1950 and remained roughly constant since 1980: 60 years ago two car companies accounted for half of the world's car production, compared with six companies today.

He also refutes the idea that globalisation means homogenisation. The increasing uniformity of cities' skylines worldwide masks growing choice within them, to which even the most global of companies must adjust. McDonald's serves vegetarian burgers in India and spicy ones in Mexico, where Coca-Cola

uses cane sugar rather than the corn syrup it uses in America. MTV, which went global on the assumption that "A-lop-bop-a-doo-bop-a-lop-bam-boom" meant the same in every language, now includes five calls to prayer a day in its Indonesian schedules.

Mr Ghemawat notes that company bosses lead the pack when it comes to overestimating the extent of globalisation. Nokia, for example, spent years trying to break into Japan's big but idiosyncratic mobile-handset market with its rest-of-the-world-beating products before finally conceding defeat. In general companies frequently have more to gain through exploiting national differences — perhaps through arbitrage — than by muscling them aside.

This sober view of globalisation deserves a wide audience. But whether it will get it is another matter. This is partly because **World 3.0** is a much less exciting title than **The World is Flat** or "Jihad vs. McWorld". And it is partly because people seem to have a natural tendency to overestimate the distance-destroying quality of technology. Go back to the era of dictators and world wars and you can find exactly the same addiction to globaloney. Henry Ford said cars and planes were "binding the world together". Martin Heidegger said that "everything is equally far and equally near". George Orwell got so annoyed by all this that he wrote a blistering attack on all the fashionable talk about the abolition of distance and the disappearance of frontiers — and that was in 1944, when Adolf Hitler was advancing his own unique approach to the flattening of the world.

The Economist. April 23rd, 2011, p. 72.

PEDRO HENRIQUE MOREIRA GOMIDES (13.5/15)

Whilst writers such as Tom Friedman advocate that globalization is a reality, other thinkers have put this much talked about process under more severe scrutiny. Pankaj Ghemawat, for instance, asserts that the current scenario can be described as an era of semi-globalization.

According to the data compiled by the researcher, not many students are studying abroad, nor the number of people living outside their birth place is substantial. Few CEOs are foreigners, the amount of exported goods is relatively low and restrictions to transport flows are abundant. Furthermore, interstate relations are commonly established between countries that share a similar background. Surprisingly, foreign direct investment counts for 9% of the world's fixed investment. This relates to the fact that many states put a tight rein on Internet traffic.

Other myths are dissolved by Ghemawat. Current emigration levels are lower than those of a century ago, due to a more rigid passport control. Besides, regionalization is balking the flow of goods between borders. The author also refutes the idea of homogenization. Global companies are permanently adjusting their modus operandi to local premises. Not all of them, however, succeed when trying to penetrate certain local markets.

Ghemawat's view is disquieting, for it contests the tendency according to which people give technology an ubiquitous quality.

COMPOSITION

(Total: 50 marks)

> I do not want my house to be walled in on all sides and my windows to be stuffed. I want the cultures of all the lands to be blown about my house as freely as possible. But I refuse to be blown off my feet by any.
>
> Mahatma Ghandi

In light of the above quotation and of the other texts comprising the test, would you say that globalization is a threat to local culture or a source of its enrichment?

DANILO VILELA BANDEIRA (45/50)

Communication between different cultural and mutual influence are inherent in human history: no society can fully develop if it is kept in isolation, and Brazil provides a powerful example of the potential of intercultural dialogue. Yet, these relations often unfold under unequal terms, causing the imposition of the characteristics of a cultural to the detriment of others. This is what Gandhi condemns in his statement, in accordance with the tolerant, but proud stance in relation to culture that he adopted throughout his life.

It is important, to begin with, to reject radical views that may tend to xenophobia. Language, music, dance, food: a brief analysis would show that all these aspects, which are at the core of any culture, evolved through interaction. A great deal of examples could be mentioned, but jazz and bossa nova suffice to illustrate this thesis: as the result of a complex process of cultural mixture of African, Brazilian and American sounds, these groundbreaking music styles are positive outcomes of a broad process of globalization. It is reasonable to imagine that Gandhi had something similar in mind when he talked about letting "cultures of all the lands to be blown about" his house.

Unfortunately, harmony is not the only possible result of globalization. History has shown time and again that interaction in a situation of inequality of economic or political forces tends to favor the values carried by the strongest part. Indeed, it would require a great deal of imagination to argue that indigenous people in Brazil benefited from their relations with the Portuguese invaders. Their near annihilation throughout the centuries, together with the impoverishment of the culture of the survivals, constitutes precisely the process of "being blown off his feet" described by Gandhi is his statement.

Current impacts globalization has on "weaker" cultures are not essentially different from those experienced by indigenous people. As clever as Pankaj Ghemawat's argument about the adaptation of Mcdonald's to Mexican's spicy taste may sound, it is not clear how exactly this phenomenon contributes to preserving local cultures. The very substitution of ancient traditional meals for standardized fast food coming from the center of capitalism is enough to affect a people's culture, and the addition of local features to the original product does little to prevent this from happening.

It is no easy task to find the right balance between inner characteristics and outside influence. Nonetheless, it is beyond doubt that, as Mauro José Teixeira Destri points out, education plays a pivotal role in providing citizens with the tools required to undertake this task. Only by forming critical, well-informed and conscious citizens will countries manage to neutralize the threats of globalization and use it as a source of enrichment. Otherwise, the future may be one of gloomy homogenization under the aegis of American influence.

***

NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

Programa (Primeira e Terceira Fases):
NOÇÕES DE ECONOMIA (Primeira e Terceira Fases): 1. Microeconomia. 1.1. Demanda do Consumidor. Preferências. Equilíbrio do consumidor. Curva de demanda. Elasticidade-preço e elasticidade-renda. 1.2. Oferta do Produtor. Fatores de produção. Função de produção. Elasticidade-preço da oferta. Rendimentos de fator. Rendimentos de escala. Custos de produção. 1.3. Concorrência Perfeita, Monopólio e Oligopólio. Comportamento das empresas. Determinação de preços e quantidades de equilíbrio. 2. Macroeconomia. 2.1. Contabilidade Nacional. Balanço de Pagamentos: estrutura e interpretação dos resultados dos diferentes componentes do Balanço. Medidas da atividade econômica. Conceitos e cálculo do *deficit* público. 2.2. Determinação da renda, do produto e dos preços. Oferta e demanda agregadas. Consumo, investimento, poupança e gasto do governo. Exportação e importação. Objetivos e instrumentos de política fiscal. 2.3. Teoria monetária. Funções da moeda. Criação e distribuição de moeda. Oferta da moeda e mecanismos de controle. Procura da moeda. Papel do Banco Central. Objetivos e instrumentos de política monetária. Moeda e preços no longo prazo. Sistema bancário e intermediação financeira no Brasil. 2.4. Emprego e renda. Determinação do nível de emprego. Indicadores do mercado de trabalho. Distribuição de renda no Brasil. 3. Economia internacional. 3.1. Teorias clássicas do comércio. Vantagens absolutas e comparativas. Pensamento neoclássico. 3.2. A crítica de Prebisch e da Cepal. Deterioração dos termos de troca. 3.3. Macroeconomia aberta. Os fluxos internacionais de bens e capital. Regimes de câmbio. Taxa de câmbio nominal e real. A relação câmbio-juros. 3.4. Comércio internacional. Efeitos de tarifas, quotas e outros instrumentos de política governamental. Principais características do comércio internacional ao longo das décadas. Sistema multilateral de comércio: origem e evolução. As rodadas negociadores do GATT. A Rodada Uruguai. A Rodada Doha. 3.5. Política comercial brasileira. Negociações comerciais regionais. Integração econômica na América do Sul. Protecionismo e liberalização. 3.6. Sistema financeiro internacional. Padrão-ouro. Padrão dólar-ouro. Fim da conversibilidade. Crises econômico-financeiras nos últimos 20 anos. Governança internacional e os novos atores estatais e não-estatais. Características dos fluxos financeiros internacionais. 4. História econômica brasileira. 4.1. A economia brasileira no Século XIX. A economia cafeeira. 4.2. Primeira República. Políticas econômicas e evolução da economia brasileira. Crescimento industrial. Políticas de valorização do café. 4.3. A crise de 1929 e as décadas de trinta e quarenta. Industrialização restringida. Substituição de importações. 4.4. A década dos cinquenta. O Plano de Metas. 4.5. O Período 1962-1967. A desaceleração no crescimento. Reformas no sistema fiscal e financeiro. Políticas antiinflacionárias. Política salarial. 4.6. O período do milagre econômico (1968-1973) e o segundo PND. 4.7. Os anos oitenta. Crise da dívida. A interrupção do financiamento externo e as políticas de ajuste. Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação. 5. Economia Brasileira. 5.1. Os anos noventa. Abertura comercial e financeira. A indústria, a inflação e o balanço de pagamentos. A estabilidade econômica. 5.2. A economia brasileira na última década. Avanços e desafios. 5.3. Pensamento econômico e desenvolvimentismo no Brasil. A visão de Celso Furtado.

Prova de 2011

QUESTÃO 1

Os ingressos líquidos de divisas na conta financeira do balanço de pagamentos têm possibilitado o financiamento integral do déficit em transações correntes, bem como a continuidade da política de fortalecimento das reservas internacionais, via aquisições de dólares pelo Banco Central do Brasil no mercado doméstico.

Banco Central do Brasil. **Relatório da Administração, 2010,** p. 6 (com adaptações).

A partir dessas informações, redija um texto dissertativo, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

► a estrutura básica do balanço de pagamentos e, de maneira sucinta, a situação do balanço de pagamentos do Brasil;
► as razões para o aumento das reservas cambiais brasileiras;
► os benefícios e custos de se manterem reservas elevadas.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)

JOÃO HENRIQUE BAYÃO (29/30)

O balanço de pagamentos é um mecanismo desenvolvido para registrar toda operação envolvendo entradas e saídas de divisas entre residentes e não residentes de uma dada economia em um determinado período de tempo. Ele funciona pelo método das partidas dobradas, ou seja, para toda entrada em alguma de suas contas e subcontas deve haver o registro de uma saída.

Sua estrutura básica se divide na conta de transações correntes (TC), na conta capital e financeira (CCF), na conta de erros e omissões e na conta que registra a variação dos haveres (ΔH). A conta TC subdivide-se na balança comercial, que registra a exportação e importação de bens, na balança de serviços, que registra o comércio de serviços como aluguéis, royalties, turismo, fretes e outros, na balança de rendas, que registra a remuneração dos fatores de produção (juros, lucros e salários) e, finalmente, na conta de transferências unilaterais (TU), que registra o envio e recebimento de doações em espécie ou mercadorias de não residentes e governos estrangeiros. A conta capital e financeira subdivide-se na conta capital, que registra a transferência unilateral de ativos pertencentes a migrantes internacionais e a transferência de bens não financeiros não produzidos, como a aquisição de patentes, por exemplo; e na conta financeira, que registra a entrada de recursos financeiros como empréstimos, investimentos e amortizações, entre outros. Consideradas conjuntamente, as contas TC e CCF são denominadas de transações autônomas. Existe ainda a conta de erros e omissões, que registra variações que não foram devidamente registradas, mas que efetivamente ocorreram.

Somadas, as contas TC, CCF e erros e omissões fornecem o resultado do balaço de pagamentos. Este resultado é registrado com sinal invertido como haveres da autoridade monetária. Assim, devido ao método das partidas dobradas, uma variação positiva no balanço de pagamentos (BP) será registrada com sinal negativo nos haveres da autoridade

monetária. Por tal razão, a soma de TC, CCF, erros e omissões e ΔH deve, necessariamente, ser zero.

O Brasil hoje apresenta um resultado final positivo na BP. Isso se deve à soma de um conjunto de fatores. A BC do Brasil é positiva desde 2001, havendo alcançado um récorde no ano de 2006. Desde então vem apresentando resultados inferiores, mas ainda positivos. Em 2010 o saldo da BC superou US$20 bilhões. A balança de serviços e rendas é historicamente negativa devido tanto às remessas de lucros, juros e salários (balança de rendas), quanto ao pagamento de fretes, seguros e viagens internacionais (serviços). As transações correntes, que foram positivas entre 2003 e 2007, apresentam hoje um déficit, agravado pela queda do saldo comercial. A conta TU é ligeiramente positiva, sem influenciar em muito o saldo da TC. O déficit da TC é, no entanto, compensado pelo saldo positivo da CCF. Com isso, o resultado final do BP tem sido superavitário (ΔH negativo).

As reservas cambiais vêm aumentando devido ao grande ingresso de divisas, que possui razões endógenas e exógenas. O baixo crescimento mundial, excetuadas certas regiões, como a Ásia, além da ampla liquidez externa, oriunda dos baixos juros praticados nos Estados Unidos, seu déficit comercial e sua ampla liberação de recursos desde novembro de 2010, aumentaram a tendência de buscas por mercados rentáveis. Internamente, a valorização das commodities no mercado mundial tem ampliado as exportações brasileiras, o que aumenta a oferta de divisas. A CCF vem apresentando expressivos saldos positivos devido aos juros ainda altos praticados internamente, o que atrai o capital especulativo, além do sólido crescimento da economia brasileira, as boas expectativas e o baixo risco Brasil. Tudo isso tem levado a um aumento expressivo dos investimentos estrangeiros no país. Em resumo, a entrada de divisas superior à saída, combinada com a aquisição de divisas pela autoridade monetária, tem aumentado as reservas cambiais.

A manutenção de amplas reservas, que hoje superam US$300 bilhões, traz consequências positivas e negativas. Por um lado, as intervenções do Banco Central adquirindo reservas têm impedido a maior valorização do real, o que seria particularmente danoso para a competitividade do produto nacional. Ao diminuir a oferta de divisas, o real se aprecia menos. Ademais, as reservas dão segurança e sinalizam para a robustez da economia. Isso é particularmente benéfico em contextos de crise, como a de 2008. Igualmente, a disposição de amplas reservas permite a consolidação de um fundo soberano, o que, a longo prazo, ajudaria a diminuir o déficit na conta de rendas. O lado ruim é que, dada a entrada maciça de recursos, o governo é obrigado a retirar moeda de circulação, para impedir a inchação do meio circulante. Para isso, o governo emite títulos públicos, retirando reais de circulação. Tais títulos são vendidos a juros superiores aos praticados nos mercados externos. Assim, o governo não consegue aplicar suas reservas ao mesmo valor com que remunera seus títulos. Essa diferença representa um alto custo para os cofres públicos.

QUESTÃO 2

Duas são as principais explicações para o fenômeno inflacionário: a inflação de demanda e a inflação de custos. Redija um texto dissertativo acerca de cada uma dessas vertentes do pensamento econômico, apontando a filiação teórica de cada uma delas e comentando a recente tendência de elevação de preços observada nos países que itegram o BRIC.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)

JOÃO GUILHERME FERNANDES MARANHÃO (27/30)

A inflação pode ser definida como o aumento geral dos preços de uma economia. Na teoria econômica, há grandes divergências para que se defina a principal causa do mecanismo inflacionário. Nesse contexto, interessante é analisar a alta inflacionária nos países integrantes do BRIC.

Inicialmente, cabe analisar a chamada inflação de demanda. Para os monetaristas, a inflação tem sua principal causa no aumento da demanda agregada. Geralmente, esse aumento ocorre via elevação dos gastos do governo ou via política monetária expansionista. Conforme observa Milton Friedman, no curto prazo, pode haver algum grau de rigidez nominal que permita a validade do "trade-off" inflação-desemprego. Em outras palavras, no curto prazo, o aumento da demanda agregada, com consequente elevação dos preços (processo inflacionário), pode permitir o aumento do emprego. No longo prazo, no entanto, considera-se válida a hipótese de total flexibilidade de variáveis nominais e do mecanismo de expectativas adaptativas, havendo a tendência de longo prazo de que a inflação esperada seja igual à inflação efetiva (πe=π). De uma perspectiva ortodoxa radical, qualquer política expansionista, seja monetária ou fiscal, conduz ao desequilíbrio das forças de mercado via expansão da demanda agregada e alta dos preços, sem qualquer impacto em variáveis reais da economia.

Os diagnósticos de inflação de custos, por sua vez, entram nas avaliações estruturalistas da economia. Grandes gargalos de infraestrutura ou elevados preços de produtos alimentícios básicos elevam os custos de produção, não permitindo que a oferta agregada acompanhe a expansão da demanda agregada. Por via de outro raciocínio, o aumento de custos de produção, "ceteris paribus", pode levar a uma retração da oferta agregada, com consequente quadro de estagflação. A inflação de custos também tem importante papel no que alguns economistas consideram análises heterodoxas da inflação. Exemplo histórico é a análise contida no PAEG de que os salários estavam além da capacidade produtiva, isto é, o nível muito alto dos salários criava restrições às possibilidades de expansão da oferta agregada, o que gerava elevação geral de preços.

Para além da consideração de inflação de custo e de demanda, pode-se considerar ainda a influência da taxa de câmbio no processo inflacionário. Com efeito, desvalorizações cambiais (aumento da taxa de câmbio nominal, considerando-se a relação real-dólar) podem levar ao encarecimento dos produtos importados, que também fazem parte da cesta de consumo das famílias. Tal contribui para a elevação geral dos preços via "pass-through", algo que pode ser considerado para explicar a inflação na China, por exemplo.

A recente tendência de elevação de preços observada nos países do BRIC comporta análises baseadas na inflação de demanda e na inflação de custos. No caso do Brasil, por exemplo, a inflação tem causas internas, como o aumento dos gastos do governo, que tem anunciado grandes projetos de infraestrutura, como as usinas de Jirau e Santo Antônio. Processo semelhante pode ser observado nos outros países do BRIC, constatando-se aumento do gasto público e dos investimentos na China e na Índia e tentativas de amplas reformas urbanas na Rússia, que procura alterar a situação das monogorodas, cidades

monofuncionais, muitas em decadência. Ademais, o crescimento acelerado do PIB na Índia e na China contribui para elevar a demanda por bens primários produzidos no Brasil. Como a população daqueles dois países ultrapassa, em conjunto, 2 bilhões, o aumento da demanda em Índia e China tem grande impacto internacional, elevando o preço das "commodities" e alimentos em geral. Nesse aspecto, cabe ressaltar que também se verificam processos inflacionários causados pelo aumento dos custos. A recente elevação do preço internacional dos alimentos encarece a mão-de-obra, já que influenciará nos reajustes salariais. A elevação do custo de mão-de-obra, por sua vez, cria dificuldades de expansão da oferta agregada em contexto de forte crescimento da renda nacional no Brasil, na Índia e na China (a Rússia é uma exceção neste caso, dado o impacto da crise financeira de 2008 em sua economia).

Como fica demonstrado pela análise da inflação nos países do BRIC, nem sempre a inflação terá somente uma causa. Com efeito, as situações reais dos países afiguram-se mais complexas que as hipóteses das teorias econômicas.

QUESTÃO 3

A despeito do desequilíbrio entre oferta e demanda de divisas observado no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, o governo Dutra decidiu manter o câmbio fixo e controlar administrativamente as importações. Segundo Celso Furtado, tal opção foi, em última instância, benéfica ao setor industrial. A partir dessas informações, faça o que se pede a seguir.

- ► Indique os fatores que causaram o desequilíbrio no comércio exterior àquela época.
- ► Descreva a política de controle das importações implementada no governo Dutra.
- ► Explicite o argumento de Celso Furtado em relação ao benefício que a referida descisão gorvenamental gerou ao setor industrial.

Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)

RAMON LIMEIRA CAVALCANTI DE ARRUDA (20/20)

O início do Governo de Gaspar Dutra, no imediato pós-Guerra, foi marcado por grande disponibilidade de divisas, mas também por pressões inflacionárias e déficit fiscal. A política econômica desse período é considerada, de forma geral, como pendular, porque oscilou, inicialmente, de medidas predominantemente ortodoxas, a fim de controlar a inflação, para ações em outro sentido, na segunda metade do mandato presidencial.

De início, em decorrência da avaliação de que o país não estaria sujeito a vulnerabilidades externas, o acesso à moeda estrangeira foi liberado, mas manteve-se o câmbio fixo. O país detinha, então, divisas em moedas européias, que, por causa da má situação econômica no pós-Segunda Guerra, pouco lhe valeriam para o pagamento de uma dívida crescentemente dolarizada. A necessidade de reconstrução e de recuperação das economias centrais provocou um impacto negativo nas exportações do Brasil, especialmente em virtude do fato de que seus principais produtos de exportação, como o café ainda era, não se caracterizavam pela essencialidade. O acesso facilitado ao dólar, cujo valor foi mantido fixo, acarretou aumento da demanda por importações, o que levou o governo, finalmente, a adotar medidas de controle.

O objetivo de limitar as importações foi efetuado por meio do estabelecimento da necessidade de licenças para compras do exterior. O sistema de licenças foi instaurado em 1947, ao mesmo tempo que se limitou o acesso ao dólar, que deveria ser comprado no Banco do Brasil.

O sistema adotado pelo Governo Dutra beneficiou o setor industrial doméstico, conforme apontou Celso Furtado, porque implicou uma proteção dos produtores brasileiros contra a concorrência de produtos importados, ao mesmo tempo que proporcionava condições especiais de importação de máquinas e de equipamentos para a indústria nacional. Dessa maneira, a lucratividade dos industriais brasileiros era mantida elevada, ao passo que havia condições para investimento na ampliação da capacidade instalada. Tratou-se, por conseguinte, de um estímulo à política de industrialização por substituição de importações, que diminuía a necessidade do país de captar divisas internacionais e, assim, aliviava a situação do balanço de pagamentos brasileiro.

QUESTÃO 4

As taxas de juros estão entre os aspectos mais discutidos em relação à economia brasileira nos últimos anos. O Banco Central do Brasil argumenta que a queda na taxa de juros depende da redução dos gastos públicos, cujo aumento, de acordo com alguns analistas, foi necessário para se evitarem os efeitos da crise mundial. Com relação a esse assunto, responda aos seguintes questionamentos.

► Como o aumento dos gastos públicos influencia as taxas de juros, considerando-se os mercados de fundos emprestáveis?

► Como o aumento dos gastos públicos pode afetar o produto de equilíbrio, considerando-se o mercado de bens e serviços?

Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)

JOÃO GUILHERME FERNANDES MARANHÃO (20/20)

Considerando-se o mercado de fundos emprestáveis, pode-se dizer que o aumento do gasto público fará com que o governo dispute com o setor privado a oferta de financiamentos, levando a um aumento da demanda pelos mesmos, tudo mais constante. Em consequência, elevar-se-ão os juros. Em outras palavras, considerando-se que não há expansão da oferta de fundos emprestáveis, a demanda por esses fundos será expandida, elevando os juros. Essa é uma forma plausível de explicar a elevação dos juros devido aos gastos do governo, mas não é a única. Se considerarmos que o governo está financiando seus gastos não por meio da captação de recursos no mercado de fundos emprestáveis, mas sim consumindo sua poupança (Sg), que faz parte da poupança bruta doméstica, ocorrerá uma retração da oferta de fundos emprestáveis e, tudo mais constante, elevação dos juros. São duas formas de explicar um mesmo fenômeno, a elevação dos juros em razão dos gastos do governo. Esse fenômeno integra a análise da dominância fiscal, conforme observa Gustavo Franco, que assevera que os gastos públicos elevados acabam

sendo preponderantes para o estabelecimento de um patamar elevado da taxa básica de juros da economia.

O aumento dos gastos públicos e, como consequência, dos juros tem impacto sobre o produto de equilíbrio via efeito "crowding-out" (efeito deslocamento) e efeito multiplicador. Inicialmente, os gastos do governo têm um impacto sobre o PIB via efeito multiplicador, dada uma determinada taxa de propensão marginal a consumir. Por outro lado, o aumento dos juros levará a uma retração da demanda agregada (efeito deslocamento). Com efeito, juros elevados desestimularão o consumo das famílias, o investimento por parte das empresas e, em se tratando de economia sob regime de câmbio flutuante, levarão a uma queda das exportações líquidas. Nesse último aspecto, vale fazer maiores esclarecimentos. O aumento da taxa de juros, ultrapassando a taxa internacional de juros somada ao prêmio de risco (considerando-se a paridade de juros coberta), atrairá capital externo, elevando a taxa de câmbio nominal (apreciação da moeda), o que desestimulará as exportações e estimulará as importações. Diga-se ainda que uma retração ou expansão do produto de equilíbrio dependerá de qual efeito será preponderante, o efeito multiplicador ou o efeito deslocamento.

Por fim, deve-se observar que o aumento dos gastos públicos em regime de câmbio fixo tem outros efeitos. Costuma-se dizer que uma política fiscal expansionista em regime de câmbio fixo tem eficácia plena. Isso porque o aumento dos gastos do governo com consequente aumento da taxa de juros interna ocasionará influxo de capitais externos, forçando a autoridade monetária a expandir a oferta monetária, via política monetária expansionista, para evitar a valorização da moeda nacional. O aumento da oferta monetária causará aumento da demanda agregada, a qual já havia sido expandida inicialmente com o aumento dos gastos do governo.

***

NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

A prova de Noções de Direito e Direito Internacional Público consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

A banca examinadora levará em conta, sobretudo, o poder de argumentação do(a) candidato(a). Assim, eventual citação de tal ou qual autor deve ser evitada. O interesse dos examinadores é avaliar o entendimento do(a) candidato(a) sobre o problema formulado. Ele(a) deve pautar sua resposta pela objetividade, clareza e precisão.

Programa (1ª e 3ª Fases)

NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO (Primeira e Terceira Fases): **I -Noções de direito e ordenamento jurídico brasileiro.** 1 Normas jurídicas. Características básicas. Hierarquia. 2 Constituição: conceito, classificações, primado da Constituição, controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos. 3 Fatos e atos jurídicos: elementos, classificação e vícios do ato e do negócio jurídico. Personalidade jurídica no direito brasileiro. 4 Estado: características, elementos, soberania, formas de Estado, confederação, república e monarquia, sistemas de governo (presidencialista e parlamentarista), estado democrático de direito. 5 Organização dos poderes no direito brasileiro. 6 Processo legislativo brasileiro. 7 Princípios, direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF/88). 8 Noções de organização do Estado na CF/88: competências da União, dos Estados-membros e dos municípios; características do Distrito Federal. 9 Atividade administrativa do Estado brasileiro: princípios constitucionais da administração pública e dos servidores públicos, controle de legalidade dos atos da Administração. 10 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. **II - Direito internacional público**. 1 Caráter jurídico do direito internacional público (DIP): fundamento de validade da norma jurídica internacional; DIP e direito interno; DIP e direito internacional privado (Lei de Introdução ao Código Civil). 2 Fontes do DIP: Estatuto da Corte Internacional de Justiça (artigo 38); atos unilaterais do Estado; decisões de organizações internacionais; normas imperativas (jus cogens). 3 Sujeitos do DIP: Estados [conceito; requisitos; território; população (nacionalidade, condição jurídica do estrangeiro, deportação, expulsão e extradição); governo e capacidade de entrar em relações com os demais Estados; surgimento e reconhecimento (de Estado e de governo); sucessão; responsabilidade internacional; jurisdição e imunidade de jurisdição; diplomatas e cônsules: privilégios e imunidades]; organizações internacionais (definição, elementos constitutivos, classificação, personalidade jurídica), Organização das Nações Unidas (ONU); Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano; Indivíduo. 4 Solução pacífica de controvérsias internacionais (artigo 33 da Carta da ONU): meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais (arbitragem e tribunais internacionais). 5 Direito internacional dos direitos humanos: proteção (âmbito internacional e regional); tribunais internacionais; direito internacional humanitário; direito do refugiado. 6 Direito da integração: noções gerais; MERCOSUL e União Europeia (gênese,

estrutura institucional, solução de controvérsias). 7 Direito do comércio internacional: conhecimentos elementares; Organização Mundial do Comércio (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias). 8 Cooperação jurídica internacional em matéria penal.

Prova de 2011

QUESTÃO 1

Alguns doutrinadores consideram o preâmbulo do tratado constitutivo da Organização das Nações Unidas (Carta da ONU) como a expressão do constitucionalismo internacional. Alegam, em defesa dessa tese, que, no texto, há referência à composição da comunidade internacional (povos e governos), ao seu passado (escória da guerra), às suas crenças (direitos humanos fundamentais), ao seu projeto de futuro (estabelecimento da justiça, progresso econômico e social e autodeterminação dos povos). Outros argumentam que a possibilidade de a Carta da ONU produzir efeitos sobre Estados não membros da organização — "A Organização fará que os Estados que não são Membros das Nações Unidas ajam de acordo com esses Princípios em tudo quanto for necessário à manutenção da paz e da segurança internacionais" (art. 2.°, inc. 6) — bem como sobre obrigações decorrentes de outros tratados — "No caso de conflito entre as obrigações dos Membros das Nações Unidas em virtude da presente Carta e as obrigações resultantes de qualquer outro acordo internacional, prevalecerão as obrigações assumidas em virtude da presente Carta" (art. 103) — representa exceção a dois princípios fundamentais do direito das gentes *(res inter alios acta* e *pacta sunt servanda),* o que indicaria, segundo esses doutrinadores, a existência de um direito superior representado pelo instrumento constitutivo. Há, por fim, os que afastam essas perspectivas ao argumento da inexistência da hierarquia entre os órgãos das Nações Unidas na interpretação da Carta, assim como ao da ausência de freios e contrapesos entre esses mesmos órgãos. Posicione-se, de maneira fundamentada, em relação a esse debate.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)

JOÃO GUILHERME FERNANDES MARANHÃO (30/30)

A discussão sobre hierarquia de fontes normativas e a preeminência de certos órgãos das Nações Unidas é matéria controversa na doutrina de Direito Internacional Público. A análise jurídica de tal questão pode, no entanto, pautar-se pelo atual estágio do Direito Internacional geral e pelas disposições da Carta da ONU, visto que o surgimento das Nações Unidas inaugura uma renovada fase do Direito Internacional.

Inicialmente, há que se observar que, em regra, não há hierarquia entre fontes do Direito Internacional Público. Destarte, um costume superveniente poderia, por exemplo, derrogar ou ab-rogar disposições de um tratado, sendo o raciocínio inverso plausível de

igual maneira. Não obstante, o Direito Internacional contemporâneo passa por um processo de "constitucionalização", tendo em vista a proliferação de regimes normativos internacionais contendo conjuntos de normas secundárias, a exemplo de regras de julgamento, que estabelecem sistemas específicos de solução pacífica de controvérsia com decisões obrigatórias. Considere-se ainda a existência de normas de Direito Internacional geral imperativas, chamadas de "jus cogens" (artigo 53 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados), como o direito à vida e à existência digna. Tais normas não admitem derrogação, a não ser por outra norma de "jus cogens".

No que tange à prescrição do artigo 103 da Carta da ONU, deve-se observar que há, de fato, prevalência das obrigações decorrentes da Carta em relação às obrigações estatuídas por outros acordos. Nesse contexto, a ONU possui legitimidade suficiente para que assim se entenda a questão da hierarquia das fontes: hoje, 192 Estados são membros da ONU, a ampla maioria da sociedade dos Estados. Com isso, a força normativa do artigo 103 da Carta decorre da própria manifestação da vontade da sociedade dos Estados. Caso um ente estatal que não seja membro da ONU envolva-se em questão atinente à paz e à segurança mundial, de igual maneira, estaria ele obrigado pelas disposições da Carta da ONU, sendo aqui necessária detida reflexão.

De início, poder-se-ia alegar que um Estado não membro da ONU está desobrigado em relação ao disposto no artigo 2°, inc. 6, da Carta da ONU, haja vista a necessidade de respeito ao princípio da não intervenção, corolário da soberania, também previsto no artigo 2° da Carta da ONU. Não obstante, como observa Luigi Ferrajoli, em A Soberania no Mundo Moderno, não subsiste mais o conceito de soberania absoluta. Esta se encontra limitada internamente pela noção de Estado de Direito, que impõe a necessidade de respeito aos direitos fundamentais. No âmbito externo, a soberania é limitada pelo compromisso com a paz e o respeito aos direitos humanos. Dessa forma, a soberania moderna arvora-se em um binômio direito-dever: direito de agir de forma independente no cenário internacional, sempre observado o compromisso com a paz e os direitos humanos. Não há, portanto, domínio reservado absoluto titularizado pelos Estados. Este foi o entendimento da Assembleia Geral da ONU ao editar a Resolução 60/01, de 2005, adotando a doutrina da responsabilidade de proteger. Permanecem hígidas a legalidade e a legitimidade da atuação da ONU, em especial do Conselho de Segurança, em matéria de paz e segurança, podendo envolver o respeito aos direitos humanos, mesmo em relação a Estados não membros da ONU.

Por fim, há que se analisar o argumento de que inexiste hierarquia entre os órgãos da ONU e o de que não há sistema de freios e contrapesos entre os mesmos. Tais argumentos são parcialmente corretos. A Corte Internacional de Justiça, por exemplo, não dispõe de poderes executórios, ficando na dependência de eventual atuação do Conselho de Segurança, conforme o disposto no artigo 94 da Carta da ONU. De qualquer maneira, não resta dúvida de que as resoluções do CSNU e as decisões da CIJ, mesmo as interlocutórias, são obrigatórias, o que se depreende dos julgados do caso Lockerbie e do acórdão da CIJ sobre a questão de mérito do caso La Grand, de 2001. Fica claro, assim, que, no âmbito do Direito Internacional, não há somente relações de coordenação, havendo, em dadas circunstâncias, relações de subordinação.

Tendo em vista os argumentos expendidos, pode-se afirmar que a defesa de um constitucionalismo internacional em formação possui bases de sustentação. Com efeito, a ideia de que a vontade de cada Estado em particular é soberana e absoluta depara-se com vários constrangimentos, tais como o dever de respeitar os direitos humanos e de buscar a promoção da paz e da estabilidade internacional, o que pode ser ainda considerado no âmbito normativo do "jus cogens". Ademais, a noção de soberania absoluta não mais se sustenta na doutrina e na prática internacional. Nesse contexto, as prescrições da Carta da ONU assumem especial caráter de legalidade e de legitimidade, dado o amplo apoio da comunidade internacional a essa organização internacional, guardiã da indivisibilidade da paz e dos direitos humanos.

QUESTÃO 2

Em que pese a contribuição expressiva da Corte de Haia em casos relevantes para a comunidade internacional, é no seio do sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio onde se forja, atualmente, o moderno direito internacional, haja vista não só a quantidade de disputas submetidas e esse sistema, mas também a qualidade da tarefa de interpretação jurídica levada a cabo pelo Órgão de Apelação, que lança mão, com frequência, da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados.

Comente a proposição acima apresentada, com base na atuação, desde o pós-Segunda Guerra, da Corte Internacional de Justiça da Haia e, desde 1995, do Órgão de Apelação da Organização Mundial de Comércio, bem como à luz do extenso corpo jurisprudencial desenvolvido nesses dois âmbitos.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)

DANILO VILELA BANDEIRA (27/30)

A Corte Internacional de Justiça e o órgão de Apelação da Organização Mundial do Comércio são reflexos do processo de jurisdicionalização do Direito Internacional em dois momentos diferentes, quais sejam, o pós-Segunda Guerra e a década de 1990, respectivamente. Com competências que não se confundem, ambos os organismos têm atuação relevante na aplicação do Direito Internacional, cabendo à CIJ um papel mais amplo – e, portanto, mais complexo – do que ao Órgão de Apelação. A dificuldade de implementação das sentenças da CIJ, em contraste com a relativa eficiência da implementação das decisões do Órgão de Apelação, é o que leva o autor do excerto a afirmar que é no seio da OMC que se forma, hoje, o moderno Direito Internacional.

A CIJ foi estabelecida pela Carta da ONU, em substituição à antiga Corte Permanente de Justiça Internacional. Funcionando como instância máxima de solução jurisdicional para litígios entre Estados, o organismo alcançou maior êxito na resolução de conflitos relativos a questões de fronteiras, uso de rios e limites marítimos. Isso deve-se à relutância dos Estados em aceitar sua jurisdição e suas sentenças no tocante a questões mais complexas, notadamente as referentes a conflitos militares. Nesse aspecto, a natureza mesma do Direito Internacional, baseado no consentimento dos Estados, interpõe alguns desafios: um país que, embora membro da ONU, não tenha assinado a cláusula facultativa de jurisdição obrigatória – como é o caso do Brasil – não está internacionalmente obrigado a aceitar ser parte em litígio perante a Corte. Sua mera recusa impossibilita o prosseguimento do julgamento, o que dificulta o trabalho da CIJ em zelar pela observância do Direito Internacional. O mesmo pode ser dito em relação à implementação das sentenças proferidas: sem dispor de meios de execução, a Corte depende da anuência do Estado condenado em cessar o ilícito ou fornecer reparações. Ainda que a Carta da ONU preveja a possibilidade de uma decisão da Corte ser remetida ao Conselho de Segurança para implementação em casos de ameaça à paz coletiva, trata-se de expediente quase exclusivamente teórico. Os constantes vetos americanos à implementação da sentença da CIJ no caso Nicarágua X EUA, na década de 1980, evidenciaram tais dificuldades.

A atuação do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC é algo mais efetiva, particularmente por tratar-se de tema menos suscetível a hostilidades irreconciliáveis – o comércio. A emergência de um órgão jurisdicional de direito comercial internacional é resultado lógico do processo de globalização, que acentua os fluxos econômicos entre os países. Nesse contexto, a propensão à cooperação é maior, dada a constância dos intercâmbios comerciais e a expectativa de ganhos futuros. O OSC da OMC apresenta, ainda, um diferencial notável em relação à CIJ: a possibilidade de implementação da sentença, conquanto esta não se dê por meio de interferência direta no comportamento do Estado responsável pelo ilícito. O último estágio do processo de solução de controvérsias, ao autorizar a aplicação de contramedidas por parte do Estado prejudicado, permite que haja um incentivo material – traduzido em perdas comerciais, de vez que o OSC autoriza retaliações com medidas protecionistas – à alteração da postura do Estado sentenciado. O Brasil vem utilizando-se com êxito de tal mecanismo, traduzido, por exemplo, na recente vitória no contencioso sobre o algodão com os Estados Unidos.

Deve-se notar, ademais, que o processo de fragmentação do Direito Internacional, com o surgimento dos chamados regimes auto-suficientes, resulta da complexificação da matéria. Ora, a proliferação de órgãos jurisdicionais nas décadas recentes (TPR do Mercosul, Tribunal do Direito do Mar, CIDH) criou foros especializados para o tratamento de questões que oporiam dificuldades à atuação da CIJ. Nesse sentido, parece mais lógico que uma divergência comercial entre Brasil e Argentina caiba ao sistema do Mercosul, um desentendimento marítimo entre China e Japão ao Tribunal do Direito do Mar, e assim por diante. No novo Direito Internacional, a atuação da CIJ tende a tornar-se aplicável apenas aos casos mais amplos, que não sejam contemplados por órgãos especializados.

O excerto em questão evidencia, portanto, uma mudança de lócus do Direito Internacional Público. A maior estabilidade do sistema internacional e o protagonismo do comércio apontam para a valorização do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, tornado foro privilegiado para a formulação e a aplicação do moderno Direito Internacional.

QUESTÃO 3

> Determinado país considerou *persona non grata* membro de missão diplomática em seu território e determinou sua saída imediata, em razão de haver ele participado de tentativa de golpe no Estado representado pela missão. O chefe da missão, contudo, recusou-se a cumprir a exigência com base no princípio da não intervenção em assuntos internos.

Analise a situação hipotética acima apresentada, à luz das normas previstas na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, cujos 50 anos se celebram neste ano.

Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)

NATÁLIA SHIMADA (20/20)

A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 1961, promoveu a codificação do costume internacional em matéria de relações entre Estados e missões diplomáticas em seus territórios. Hodiernamente, grande maioria dos Estados é parte nesse tratado.

De acordo com essa convenção, os membros de missão diplomática, por serem representantes de seu Estado, desfrutam de imunidades e de privilégios necessários ao

bom desempenho de suas funções. Da mesma forma, os locais da missão diplomática são invioláveis, assim como seus bens e correspondências. Em contrapartida, os membros da missão comprometem-se a não interferirem nos assuntos internos do Estado acreditado e a respeitarem suas leis.

Ainda segundo a Convenção de Viena de 1961, o Estado acreditado tem o dever de garantir a integridade física e moral dos membros da missão. No entanto, pode, a qualquer tempo, declarar que considera um membro da missão diplomática persona non grata. Para tanto, não é necessário apresentar qualquer justificativa, sendo, portanto, um ato discricionário. O Estado acreditado deve, então, conceder um limite de tempo razoável para que o membro declarado persona non grata se retire de seu território. Durante o decorrer desse tempo, conservam-se todas as imunidades e todos os privilégios. Surge, então, para o Estado acreditante a obrigação de proceder à retirada do referido membro do território onde ele se encontra.

No caso em questão, o chefe da missão recusou-se a cumprir a exigência de retirar o membro do território, após este ser considerado persona non grata. Descumpriu a Convenção de Viena de 1961, alegando que o Estado acreditado estaria interferindo em assuntos internos, justificativa que não encontra fundamento no Direito Internacional. Como anteriormente destacado, é direito do Estado exigir a saída de certo membro de missão estrangeira.

Cabe ressaltar que, mesmo que o Estado acreditante não seja parte da referida convenção, deve respeitar suas normas, já que estas são costume internacional. Assim, diante de seu descumprimento, o Estado acreditante estará incorrendo em ilícito internacional, podendo ser responsabilizado por tal violação. Deve-se destacar, ainda, a possibilidade de que, passado o prazo razoável fornecido pelo Estado acreditado para a retirada do membro, tal indivíduo venha a não mais desfrutar de suas imunidades e de seus privilégios.

Percebe-se, assim, que a situação apresentada está em desacordo com as normas expressas na Convenção de Viena de 1961, que estabelece direitos e obrigações para os Estados em suas relações diplomáticas. Caso seus dispositivos sejam desrespeitados, o Estado violador poderá incorrer em ilícito internacional, sendo responsabilizado internacionalmente, enquanto o Estado que sofreu a violação se encontra no direito de aplicar retaliações.

QUESTÃO 4

Há quem pense que o direito internacional não seja senão um código de regras e máximas morais, a que as nações, na ausência de jurisdição superior incumbida de aplicá-lo e fazê-lo observar, só prestarão obediência quando seus interesses o permitirem ou o exigirem, ou quando lhes faltar poder para impunemente violá-lo. Não haverá nisso uma parcela, uma partícula de verdade?

Lafayette Rodrigues Pereira.
Princípios de direito internacional (com adaptações).

Com base no atual direito das gentes, responda à pergunta ao final do fragmento de texto acima, formulada por Lafayette Rodrigues Pereira.

Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)

PEDRO HENRIQUE MOREIRA GOMIDES (20/20)

A afirmação de Lafayette Rodrigues Pereira evoca metáfora já utilizada em exame pretérito do presente concurso, qual seja, aquela do "tonel das danaides". A luta por fazer valer, no direito internacional público, a jurisdição das cortes que o compõem, bem como o cumprimento efetivo de suas sentenças, é diária e inesgotável. Dotar um sistema congenitamente descentralizado de uma estrutura mais centralizada e capaz de cominar sanções é um desafio que, não obstante os entraves, vem conhecendo inegáveis êxitos.

Um primeiro exemplo é a crescente sofisticação de sistemas internacionais que têm o condão de sancionar indivíduos – hoje reconhecidamente sujeitos de direito internacional público – ou de reconhecer seus direitos no plano internacional. No primeiro caso, a responsabilização internacional do indivíduo, outrora impensável, tornou-se realidade concreta com a criação do Tribunal Penal Internacional, instituído por meio do Estatuto de Roma, de 1998. Desdobramento de uma evolução que se inicia com os tribunais de exceção de Nürnberg e Tóquio e passa pelos tribunais para Ruanda e para a ex-Iugoslávia, o TPI, fundamentado no princípio nullum crimen, nulla poena sine lege, tem criado jurisprudência crescente e coerente. A baixa adesão – posto que cada vez maior – ao Estatuto de Roma é compensada pela possibilidade de o CSNU, por meio de resolução, ter autoridade para mandar cumprir sentença do TPI. No segundo caso, os direitos dos indivíduos têm sido reconhecidos e devidamente amparados por meio da atuação, por exemplo, das Cortes Interamericana e Europeia de Direitos Humanos, que permitem – inovadoramente – a apresentação de petições individuais (à Comissão, no âmbito interamericano; à Corte, no âmbito europeu). Há, ainda, no caso interamericano, a possibilidade de petições interestatais, por meio de cláusula facultativa (no sistema europeu, essas petições são obrigatoriamente reconhecidas).

Um segundo exemplo pode ser encontrado na eficácia das sanções aplicadas por órgãos de solução de controvérsias temáticos ou regionais. No caso da OMC, a obediência a suas sanções – frequentemente observada em países desenvolvidos face a países em desenvolvimento – reflete um compromisso assumido pelos Estados em garantir a estabilidade do sistema internacional. O mesmo se observa no cumprimento dado às

sentenças do Tribunal Permanente de Revisão, instituído, em âmbito mercosulino, pelo Protocolo de Olivos, em 2002.

Tendo em vista esses avanços, não há mais como pensar ser o direito internacional um "código de regras e máximas morais". O tonel das danaides, por mais que se assemelhe à pedra perenemente rolada por Sísifo, não é mais um barril sem fundo algum. O direito cogente tem ganhado definição cada vez mais precisa – a sua garantia, bem como a da paz e da segurança internacionais, tem sido implementada por mecanismos que complementam o aparato onusiano capitaneado pelo CSNU.

***

QUARTA FASE

A Quarta Fase constará de provas escritas de Espanhol e de Francês, de caráter classificatório, com o valor de 50 (cinquenta pontos) cada prova.

ESPANHOL

A prova de Espanhol constará de 10 questões de leitura e compreensão de textos em língua espanhola, na modalidade culta contemporânea. A avaliação das respostas, que deverão ser em língua espanhola, se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de ideias; d) qualidade da linguagem.

FRANCÊS

A prova de Francês constará de 10 questões de leitura e compreensão de textos em língua francesa, na modalidade culta contemporânea. A avaliação das respostas, que deverão ser em língua francesa, se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de ideias; d) qualidade da linguagem.

***

INSTITUTO RIO BRANCO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Guia de Estudos

2013

APRESENTAÇÃO

O Guia de Estudos do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, versão 2013 visa orientar e auxiliar o candidato que pretende ingressar na carreira diplomática por meio do registro das questões abordadas no exame de 2012 acompanhadas de respostas que mereceram avaliação positiva por parte das respectivas Bancas Examinadoras, mantidos os textos originais dos candidatos, com eventuais incorreções e/ou deficiências.

Brasília, em 10 de julho de 2013.

Orientação para estudo

(Inclui programas para as provas do Concurso
e exemplos de provas do Concurso anterior)

PROVA OBJETIVA

A prova objetiva, de caráter eliminatório, visa a testar, de modo amplo, a capacidade de compreensão e a cultura dos candidatos, com base nos programas das provas discursivas que constituem a segunda e a terceira fases do Concurso e no programa de História Mundial estabelecido pelo edital.

No Concurso de 2012 a prova objetiva será constituída de 65 questões de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Economia e de Noções de Direito e Direito Internacional Público. Em virtude do caráter interdisciplinar da prova, uma questão poderá contemplar conhecimentos relativos a mais de uma disciplina.

***

PORTUGUÊS

A prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 600 a 650 palavras (valor: 60 pontos), e de dois exercícios de interpretação, de análise ou de comentário de textos, com a extensão de 120 a 150 palavras cada um (valor de cada exercício: 20 pontos).

Programa (Primeira e Segunda Fases):

1. Língua Portuguesa: modalidade culta usada contemporaneamente no Brasil.
    - 1.1 Sistema gráfico: ortografia, acentuação e pontuação; legibilidade.
    - 1.2 Morfossintaxe.
    - 1.3 Semântica.
    - 1.4 Vocabulário.
2. Leitura e produção de textos.
    - 2.1 Compreensão, interpretação e análise crítica de textos em língua portuguesa.
    - 2.2 Conhecimentos de Linguística, Literatura e Estilística: funções da linguagem; níveis de linguagem; variação linguística; gêneros e estilos textuais; textos literários e não literários; denotação e conotação; figuras de linguagem; estrutura textual.
    - 2.3 Redação de textos dissertativos dotados de fundamentação conceitual e factual, consistência argumentativa, progressão temática e referencial, coerência, objetividade, precisão, clareza, concisão, coesão textual e correção gramatical.
    - 2.3.1 Defeitos de conteúdo: descontextualização, generalização, simplismo, obviedade, paráfrase, cópia, tautologia, contradição.
    - 2.3.2 Vícios de linguagem e estilo: ruptura de registro linguístico, coloquialismo, barbarismo, anacronismo, rebuscamento, redundância e linguagem estereotipada.

Orientação para a prova de Português

A prova de Português afere o domínio, por parte do candidato, da norma culta na modalidade escrita da língua portuguesa, sua competência de leitura e análise críticas, bem como a capacidade de síntese e de organização de idéias.

A prova apresenta textos curtos que servem de base para uma redação (com o valor de 60 pontos) sobre tema suscitado pelos textos e para dois exercícios de interpretação (com o valor de 20 pontos cada um).

Produto do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo concurso, a **redação** deve revelar a maturidade intelectual do candidato. Este deverá demonstrar pensamento crítico, proveniente da capacidade de incorporar e inter-relacionar leituras prévias, sem afastar-se do tema proposto. Será avaliada a habilidade do candidato de redigir dissertação coerente e coesa, que exponha - com fluência e adequação - informações e argumentos fundamentados e logicamente encadeados. A aplicação de fórmulas prontas, fruto de adestramento precário e simplista, é enfaticamente desaconselhada e será penalizada.

As **questões de interpretação** devem ser respondidas de forma direta e objetiva, o que não desobriga o candidato de estruturar sua resposta, elaborando texto coerente, apoiado em raciocínio sólido. São critérios de avaliação nessas questões a objetividade, a precisão, a clareza e a concisão, além naturalmente do adequado uso da língua portuguesa.

A legibilidade é condição indispensável para a correção da prova escrita de Português.

Prova de 2012

PARTE I - REDAÇÃO

Em meados da década de 90 surgiram vozes que, motivadas pelo justo objetivo de impedir que a inação da comunidade internacional permitisse episódios sangrentos como os da Bósnia ou do genocídio em Ruanda, forjaram o conceito de "responsabilidade de proteger".

Embora a responsabilidade coletiva não precise se expressar por meio de ações coercitivas para ser eficaz, surgiram vozes particularmente intervencionistas e militaristas no chamado "Ocidente" que continuam gerando controvérsia e polêmica.

A Carta da ONU, como se sabe, prevê a possibilidade do recurso à ação coercitiva, com base em procedimentos que incluem o poder de veto dos atuais cinco membros permanentes no Conselho de Segurança — órgão dotado de competência primordial e intransferível pela manutenção da paz e da segurança internacionais.

O acolhimento da responsabilidade de proteger na normativa das Nações Unidas teria de passar, dessa maneira, pela caracterização de que, em determinada situação específica, violações de direitos humanos implicam ameaça à paz e à segurança.

Para o Brasil, o fundamental é que, ao exercer a responsabilidade de proteger pela via militar, a comunidade internacional, além de contar com o correspondente mandato multilateral, observe outro preceito: o da responsabilidade ao proteger. O uso da força só pode ser contemplado como último recurso.

Antônio de Aguiar Patriota, Ministro das Relações Exteriores

A partir da leitura do excerto acima, redija um texto dissertativo que verse sobre o tema abordado.

Extensão do texto: 600 a 650 palavras
(Valor: 60 pontos)

ALEXANDRE VIEIRA MANHAES FERREIRA (53/60)

A promoção da paz no mundo tem sido temática de fundamental importância para as relações internacionais. Depois da destruição que foi provocada durante a Segunda Guerra Mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), com o intuito de assegurar a paz mundial; contudo, sua ação foi restringida pelo contexto bipolar. Com o fim da Guerra Fria e o surgimento de conflitos étnicos intraestatais, renovou-se a expectativa de que a ONU pudesse agir de maneira decisiva, para combater as ameaças à segurança internacional. Isso levou à formulação do conceito de "responsabilidade de proteger", o qual demonstrou limitações relativas a seu uso abusivo. Em resposta a esse desafio, os meios diplomáticos e a promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento aparecem como forma de alcançar a paz duradoura e inclusiva, o que é defendido, incisivamente, pelo Brasil. Os Estados, após os acontecimentos da Segunda Grande Guerra, almejaram constituir uma ordem internacional que restringisse o recurso à violência e que garantisse a estabilidade. O surgimento do sistema ONU conferiu grande responsabilidade às potências vencedoras daquele conflito na consecução desses objetivos. O advento do embate político e ideológico entre os blocos capitalista e socialista frustrou as expectativas iniciais em relação à ONU, limitando sua participação. Evidência disso foi a paralisação do Conselho de Segurança. Os países, diante desse contexto adverso, adotaram uma posição excessivamente soberanista, o que dificultou a elaboração de soluções multilaterais para os desafios à paz mundial. Como consequência dessa situação, as poucas resoluções adotadas tiveram pouco ou nenhum êxito.

A década de 1990 assistiu ao fim da bipolaridade e ao otimismo a respeito da ONU, a qual passou a buscar participação decisiva na política internacional. O fim da Guerra Fria proporcionou, também, a eclosão de conflitos civis, nos quais o Estado promove violência étnica contra seus cidadãos. Esse novo contexto foi analisado por Mary Kaldor em Novas Guerras, o que propiciou o advento do conceito da responsabilidade de proteger, para justificar a intervenção nas crises que houvesse ameaça à segurança internacional. Essa nova concepção choca-se com o princípio de não intervenção, presente na Carta da ONU, e pode, portanto, comprometer os fundamentos da organização. A ONU, diante dessa problemática, agiria de modo mais coerente, ao concentrar esforços no esgotamento dos meios diplomáticos e ao combater as origens dos conflitos.

O Brasil pauta-se, historicamente, na defesa da não intervenção. Verifica-se, nessa lógica, a preocupação da diplomacia nacional com a extrapolação da responsabilidade de proteger e com as potenciais implicações negativas que esse conceito causaria para a paz. O país, por conta desses receios, absteve-se de apoiar a Resolução 1973 do Conselho de Segurança, adotada em 2011, que permitiu a intervenção multilateral na Líbia. As denúncias de que o âmbito da missão não teria sido respeitado ocasionaram desconfianças na comunidade internacional acerca dos excessos relacionados ao uso da responsabilidade de proteger. Ao proferir o primeiro discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU realizado por uma mulher, a presidente Dilma Rousseff defendeu a "responsabilidade ao proteger", perspectiva que aponta para o uso prioritário dos meios pacíficos na redução de conflitos e para a interdependência entre segurança, direitos humanos e desenvolvimento.

A promoção da paz internacional tem conquistado grande relevância desde o fim da Segunda Guerra Mundial, principalmente. A ONU surgiu como principal símbolo desse ideal, porém sua ação foi prejudicada pelo advento da bipolaridade no sistema internacional. O período posterior ao fim da Guerra Fria tem sido marcado por instabilidades que precisam de respostas da sociedade internacional. A concepção de responsabilidade de proteger acabou levando ao intervencionismo da ONU, o qual tem se mostrado incapaz de garantir a segurança internacional. A alternativa a essa situação é a ênfase nos mecanismos diplomáticos e no combate às causas das guerras. Essa solução é apoiada pelo Brasil e deve ser seguida para que a paz duradoura tenha maior chance de ser efetivada na contemporaneidade.

PARTE II - EXERCÍCIO 1

No meio da taba de
amenos verdores,
Cercados de troncos —
cobertos de flores,
Alteiam-se os tetos
d'altiva nação; São
muitos seus filhos, nos
ânimos fortes, Temíveis
na guerra, que em densas
coortes Assombram das
matas a imensa extensão.

São rudos, severos,
sedentos de glória, Já
prélios incitam, já cantam
vitória, Já meigos
atendem à voz do cantor:
São todos Timbiras,
guerreiros valentes! Seu
nome lá voa na boca das
gentes, Condão de
prodígios, de glória e
terror!

Gonçalves Dias. **I-juca-pirama.** ***In:*** **Poesia e prosa completas.** Rio de Janeiro: Aguilar, 1998.

Tupy, or not tupy that is the question.
Preguiçosos no mapa-múndi do Brasil.
Queremos a revolução Caraíba.
O instinto Caraíba.
Catiti Catiti
Imara Notiá
Notiá Imara
Ipeju
Contra o índio de tocheiro. O índio filho de Maria, afilhado de Catarina de Médicis
e genro de D. Antônio de Mariz.

Em Piratininga
Ano 374 da Deglutição do Bispo Sardinha

Oswald de Andrade. **Manifestoantropófago.** ***In:*** **Revista de Antropofagia,** São Paulo, n.° 1, 1928 (fragmentos).

Leia os textos acima e determine o lugar que ocupam, do ponto de vista cultural e literário, na história da nacionalidade brasileira.

Extensão do texto: de 120 a 150 palavras
(Valor: 20 pontos)

ANDRE LUIS BRIDI (17.51/20)

Na primeira metade do século XIX, autores do romantismo brasileiro, como Gonçalves Dias, buscavam definir a identidade nacional por meio de idealizações acerca da pátria, da terra e do indígena brasileiros. Em "I-Juca Pirama", de Gonçalves Dias, tem-se exemplo dessa tentativa de idealizar o indígena, em consonância com valores europeus de pureza e nobreza de espírito. Os românticos brasileiros buscavam, nos indígenas pré-colombianos, o mesmo que os europeus buscavam nos cavaleiros medievais: pioneiros da nação que fossem nobres e corajosos.

No início do século XX, os autores do Modernismo opuseram-se a essa tentativa de idealização dos povos pré-colombianos. O "Manifesto antropófago", redigido por Oswald de Andrade, denunciava as perspectivas românticas acerca dos indígenas, as quais os aproximavam dos europeus. A identidade nacional não se definiria por meio desse indígena idealizado, mas por meio do hibridismo entre as culturas de indígenas, negros e europeus.

PARTE II - EXERCÍCIO 2

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respingando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos.

Euclides da Cunha. **Os Sertões.** Rio de Janeiro: Laemmert & Cia., 1902

Tendo como base o segmento de texto acima, discuta a síntese nele esboçada.

Extensão do texto: de 120 a 150 palavras
Valor: 20 pontos

LAURA BERNADINE SANTOS DELAMONICA (17.51/20)

Em Os Sertões, Euclides da Cunha, autor pré-moderno, descreveu a Revolta de Canudos, com base em três vertentes de análise: a terra, o homem e a luta. Essa revolta messiânica contribuiu para que fossem evidenciadas a instabilidade política e militar do governo de Prudente de Moraes e a desigualdade social existente entre as regiões brasileiras.

Euclides da Cunha, ao afirmar que existem "rudes patrícios mais estrangeiros nessa terra do que os imigrantes da Europa", criticou o descaso da elite republicana do Rio de Janeiro frente às mazelas socioeconômicas vivenciadas pela população nordestina. Pode-se constatar que a elite brasileira desconhecia as particularidades regionais do Brasil. É inegável que a Revolta de Canudos conferiu destaque à região e foi motivo de preocupação das elites cariocas, mas, após o massacre do movimento, a seca e a pobreza continuaram a caracterizar a região, conforme retratado por Graciliano Ramos, em Vidas Secas.

***

HISTÓRIA DO BRASIL

A prova de História do Brasil consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

Programa (Primeira e Terceira Fases): 1 O período colonial. A Configuração Territorial da América Portuguesa. O Tratado de Madri e Alexandre de Gusmão. 2 O processo de independência. Movimentos emancipacionistas. A situação política e econômica européia. O Brasil sede do Estado monárquico português. A influência das idéias liberais e sua recepção no Brasil. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil. 3 O Primeiro Reinado (1822-1831). A Constituição de 1824. Quadro político interno. Política exterior do Primeiro Reinado. 4 A Regência (1831-1840). Centralização versus Descentralização: reformas institucionais. (o Ato Adicional de 1834) e revoltas provinciais. A Dimensão Externa. 5 O Segundo Reinado (1840-1889). O Estado centralizado; mudanças institucionais; os partidos políticos e o sistema eleitoral; a questão da unidade territorial. Política externa: as relações com a Europa e Estados Unidos; questões com a Inglaterra; a Guerra do Paraguai. A questão da escravidão. Crise do Estado Monárquico. As questões religiosa, militar e abolicionista. Sociedade e Cultura: população, estrutura social, vida acadêmica, científica e literária. Economia: a agroexportação; a expansão econômica e o trabalho assalariado; as políticas econômico-financeiras; a política alfandegária e suas consequências. 6 A Primeira República (1889-1930). A proclamação da República e os governos militares. A Constituição de 1891. O regime oligárquico: a "política dos estados"; coronelismo; sistema eleitoral; sistema partidário; a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais. A economia agro-exportadora. A crise dos anos 1920: tenentismo e revoltas. A Revolução de 1930. A política externa: a obra de Rio Branco; o panamericanismo; a II Conferência de Paz da Haia (1907); o Brasil e a Grande Guerra de 1914; o Brasil na Liga das Nações. Sociedade e cultura: o Modernismo. 7 A Era Vargas (1930-1945). O processo político e o quadro econômico financeiro. A Constituição de 1934. A Constituição de 1937: o Estado Novo. O contexto internacional dos anos 1930 e 1940; o Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Industrialização e legislação trabalhista. Sociedade e cultura. 8 A República Liberal (1945-1964). A nova ordem política: os partidos políticos e eleições; a Constituição de 1946. Industrialização e urbanização. Política externa: relações com os Estados Unidos; a Guerra Fria; a "Operação Panamericana"; a "política externa independente"; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura. 9 O Regime Militar (1964-1985). A Constituição de 1967 e as modificações de 1969. O processo de transição política. A economia. Política externa: relações com os Estados Unidos; o "pragmatismo responsável"; relações com a América Latina, relações com a África; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura. 10 O processo democrático a partir de 1985. A Constituição de 1988. Partidos políticos e eleições. Transformações econômicas. Impactos da globalização. Mudanças sociais. Manifestações culturais. Evolução da política externa. Mercosul. O Brasil na ONU.

Prova de 2012

QUESTÃO 1

O Brasil se aproxima das comemorações dos seus 200 anos de conformação estatal juridicamente independente. A política externa que emergiu em 1822 carregou heranças dos séculos anteriores e agregou novos desígnios. A propósito desse tema, disserte sobre os seguintes itens:

a) raízes coloniais de política externa do Brasil e seus impactos na política externa de Pedro I;
b) articulações internas e externas da independência do Brasil;
c) resultantes dos reconhecimentos internacionais do Brasil na década de 1820.

Extensão máxima: 90 linhas
(Valor: 30 pontos)

MARIANA YOKOYA SIMONI (24/30)

A independência brasileira representa caso "sui generis" em meio às independências da América Latina, em razão da continuidade político-institucional e da integridade territorial mantidas no Brasil Império. Tal continuidade deve-se à herança de desígnios políticos engendrados no período colonial, ao passo que a integridade do território brasileiro se associa à formação de uma perspectiva coesa das elites interiorizadas, como enfatizou José Murilo de Carvalho, e da necessidade de defesa diante das pressões britânicas para abolição do tráfico de escravos ao longo da primeira metade do século XIX. As articulações internas e externas na independência do país tanto permitiram a consolidação da autonomia política brasileira como influenciaram a inserção internacional do Brasil independente. Nesse contexto, a principal meta da política externa constituía no reconhecimento internacional da independência, o que legou constrangimentos externos significativos até o Segundo Reinado (1840-1889), mas que permitiu, igualmente, o desenvolvimento das convicções externas da jovem nação.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar as heranças coloniais legadas à política externa de D. Pedro I. Em função da continuidade político-administrativa, o Brasil tinha quadros políticos e diplomáticos, assim como experiência em matéria da condução da política exterior, o que lhe conferirá grande vantagem frente a seus vizinhos até pelo menos a Guerra do Paraguai (1864-1870). Além da estrutura administrativa colonial, o Brasil também herdou o projeto econômico concebido no período colonial. A Transmigração da Corte portuguesa, a Abertura dos Portos às nações amigas, ambos ocorridos em 1808, e a Revogação do Alvará de 1795, do Período Mariano, representaram tentativas de construção de um projeto político e econômico extra-europeu e independente em relação à Grã-Bretanha, nos moldes do que fora preconizado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho para o "Império Luso-Brasileiro". Entretanto, esse projeto autonomista foi paulatinamente abandonado, o que se evidencia pela assinatura dos chamados "tratados desiguais" de 1810 com a Grã-Bretanha. Ao garantir tarifas alfandegárias de 15% "ad valorem", inferiores à de 16% para produtos portugueses, e a extraterritorialidade, D. João estava abrindo mão

do projeto autonomista e ratificando a relação bastante próxima com a Inglaterra, a qual caracterizou a política colonial e parte da política imperial. Isso se explica pelo fato de a independência ter representado uma continuidade econômica em favor dos interesses da elite agroexportadora interiorizada no Rio de Janeiro.

A política externa de D. Pedro I também reinterpreta as diretrizes coloniais referentes à presença brasileira no estuário do Rio da Prata. A rivalidade no Novo Mundo, em particular aquela canalizada no Prata, refletem antigas dissensões entre Portugal e Espanha. Logo após a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, D. João ordenou incursões na Banda Oriental e em Caiena (colônia francesa), com o objetivo de revidar a invasão sofrida pelo território português. No período colonial, já estão estruturados os condicionantes das relações assimétricas com as potências europeias e das relações simétricas com as colônias da América espanhola. Igualmente, permanecem as questões relativas à livre navegação dos rios, ao contrabando e ao comércio entre interior e litoral, as questões alfandegárias (principalmente do charque) e de fronteiras. As disputas por hegemonia na região, inclusive envolvendo pressões militares, ficam evidentes com a criação do Vice-Reino do Brasil em 1774, com a habilidosa política do Marquês de Pombal, e do Vice-Reino do Prata em 1776. No período independente, esse conflito culminará na Guerra da Cisplatina (1825-1828), em que essa província – brasileira desde 1821 – buscará ser anexada pela Argentina, que aceitará tal demanda. Essa situação dá início a um conflito que se encerra com a mediação inglesa e com a criação do Estado do Uruguai, em cuja política interna continuará a disputa entre a predominância da influência brasileira ou argentina.

No que concerne às articulações internas e externas à época da independência, destaca-se que a independência do Brasil ocorreu no quadro mais abrangente de crise do sistema colonial e do Antigo Regime. Esteve associada ao espraiamento de ideias liberais e iluministas europeias, que influenciaram movimentos emancipacionistas no Brasil, como a Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798). Em particular, a onda revolucionária europeia de 1820 teve impactos significativos no Brasil, uma vez que a Revolução do Porto (1820) exigiu a volta da Família Real, a constitucionalização de Portugal e a recolonização do Brasil. O anti-liberalismo das Cortes portuguesas em relação ao Brasil foi o que desencadeou a transformação do projeto de autonomia com união das coroas para um projeto de independência, centrado na figura de D. Pedro e nas articulações de José Bonifácio. Ao Grito do Ipiranga, seguiram-se guerras de independência entre províncias que aderiram ao Império e aquelas que se mantinham fiéis às Cortes, principalmente localizadas no Norte e no Nordeste, em que havia concentração maior de tropas portuguesas. O auxílio de comandantes estrangeiros e das províncias aliadas foi articulação fundamental para a rápida vitória da independência em 1823. Outra articulação essencial refere-se às negociações para o reconhecimento internacional da independência brasileira.

O reconhecimento da independência do Brasil foi marco precípuo da política externa iniciada em 1822, pois os estadistas de então temiam uma recolonização do Brasil por Portugal, com apoio da Santa Aliança. O reconhecimento foi enfocado, igualmente, pois permitiria a continuidade política e econômica do projeto da elite do Rio de Janeiro de manter estreitas relações comerciais com a Inglaterra. As primeiras nações a reconhecerem o Brasil independente foram africanas, Onin e Benin, o que ilustra a importância das relações políticas, comerciais e culturais no Atlântico Sul à época. Com efeito, havia possibilidade de aproximação e até de união desses países com o Brasil. Formalmente, os EUA prontamente reconheceram o Brasil, ainda que com o regime monárquico, pois acreditavam que a jovem nação contribuiria para afastar o "Hemisfério da Paz" das Américas do "Hemisfério da Guerra" que o Velho Continente representava. Os países europeus, incluso o Reino Unido, aguardaram o reconhecimento por parte de Portugal, o qual foi negociado intensamente em Londres e no Rio de Janeiro. Após o malogro de duas rodadas de negociação, a Grã-Bretanha – interessada na renovação dos tratados de 1810 – pressionou o governo português e conseguiu o seu reconhecimento mediante certas condições. O Brasil teve a sua independência reconhecida por Portugal (este representado

pelo diplomata britânico Charles Stuart), com as ressalvas de que a independência foi concedida pela metrópole, mantendo-se a linhagem dos Bragança, de que não poderia haver união entre o Brasil e as colônias portuguesas na África e de que o Brasil pagaria um valor indenizatório. Os demais países europeus reconheceram o Brasil depois do ano de 1825. A Inglaterra o fez com a garantia de renovação dos tratados de 1810, com a inclusão de uma cláusula que previa a abolição do tráfico de escravos em 3 anos. Em suma, o Brasil logrou alcançar o reconhecimento de sua independência, mas com os custos da indenização, que deterioraram o prestígio interno do Imperador, e da relativa dependência econômica em função dos tratados de 1827 e de uma inserção internacional aquém de seu potencial.

A independência brasileira é caracterizada por importantes continuidades e rupturas em relação ao período colonial. Destacam-se as continuidades político-institucional e econômica, assim como a manutenção da relação privilegiada com a Inglaterra, mantida por D. Pedro I, e das disputas por hegemonia no rio da Prata. As dificuldades econômicas engendradas pela baixa arrecadação e pelos gastos com as guerras de independência conduzirão a um período de instabilidades, culminando na Abdicação em 1831 e na dificuldade de o Brasil se impor no Prata entre 1831 e 1840. Dessa maneira, observa-se que as heranças coloniais e o legado da política externa à época da independência foram fundamentais para definir a inserção internacional do Brasil – seus condicionantes externos, suas diretrizes e estratégias de política exterior – no Período do Império (1822-1889).

QUESTÃO 2

Compare as posições do Brasil no Império e na República nascente, no que tange à Conferência de Washington (1889-1890).

Extensão máxima: 90 linhas

(Valor: 30 pontos)

FELIPE PINCHEMEL COTRIM DOS SANTOS (29/30)

Desde sua Independência, o Brasil tinha relegado pouca atenção à América Hispânica, com exceção da região do Prata. Única Monarquia entre Repúblicas, o Brasil era visto com desconfiança pelos outros Estados latino-americanos. Embora sua política externa fosse pautada pelo pragmatismo, objetivando principalmente definir os limites de seu território, o Brasil estava atento às movimentações internacionais de coligações regionais, ora participando, ora abstendo-se das reuniões pan-americanistas de caráter bolivariano. Exatamente para evitar a formação de uma liga regional contra o Brasil, o país atuava bilateralmente, de modo a alcançar boas relações com os Estados sul-americanos. A Proclamação da República aconteceu em um momento singular das relações continentais, quando o Império já aceitava participar das reuniões pan-americanas, mas agora de caráter monroísta, pois grande parte de seus contenciosos com os vizinhos já estava encaminhada. A mudança de regime também trouxe mudanças profundas na política exterior do país, pois os líderes políticos de então acreditavam que republicanizar as relações internacionais significava americanizar irrestritamente as decisões externas.

O último presidente do Conselho de Ministros do Império, Ouro Preto, fora chamado ao poder para inviabilizar a República. Por meio do reform-mongering, o Império acreditava que realizando as reformas solicitadas por diversos setores, como o fim do Senado vitalício, o voto universal, o fim da escravidão, poderia ser mantido o regime político. Contudo, no plano internacional, o Império não mudou suas diretrizes, e as ordens do representante brasileiro para a Conferência de Washington seguiam a racionalidade da política externa imperial que vinham desde a década de 1840. Essa política externa foi marcada pela continuidade e pela racionalidade, decidida pelas instituições do Conselho de Estado, Parlamento, Conselho de Ministros e pelo próprio Imperador. Após a vitória na Guerra do Paraguai e da distensão nas relações com a Argentina, depois que sua arbitragem com o Paraguai pelo Chaco Boreal foi decidida favoravelmente ao país mediterrâneo pelo presidente Hayes, o Brasil pôde voltar-se para suas relações internacionais com a Europa e com os Estados Unidos.

Na década de 1880, embora voltado para a resolução de seus problemas internos, o Brasil deu os primeiros sinais amistosos em direção a um pan-americanismo do estilo monroísta. Ainda que o Império não atuasse de forma automática, a aceitar uma influência norte-americana absoluta, percebeu a importância de a América estabelecer-se politicamente em torno do novo polo emergente das relações internacionais, para evitar iniciativas imperialistas das potências do Velho Continente. A primeira conferência pan-americana sob os auspícios dos EUA tinha sido cancelada por causa da Guerra do Pacífico (1879-1883), envolvendo o Chile contra o Peru e a Bolívia. A distância de quase dez anos para a segunda conferência, essa realizada em Washington de 1889 a 1890, não modificou profundamente os interesses nem as prevenções do Brasil relacionados a ela. Os EUA pretendiam estabelecer uma hegemonia no continente, por meio de projetos como a instalação de uma união aduaneira, de uma interligação ferroviária continental, ou ainda a instituição de arbitragem internacional obrigatória. O Brasil, assim como a Argentina e o Chile, opunha-se a tais desígnios, pois entendia que preservar sua autonomia política nas relações regionais (onde tinha maior margem de manobra) era primordial para sua política exterior de atuação subregional mais livre. De igual modo, preservar sua liberdade econômica, que seria engessada por uma união aduaneira dominada pelos EUA, era fundamental para manter e expandir suas relações com as potências europeias, tanto para mercados de exportação e importação quanto para a atração de importantes investimentos para desenvolvimento doméstico.

A ascensão de atores políticos que não tinham experiência prévia na política externa brasileira foi uma consequência direta da Proclamação da República. Como o exemplo da negociação direta das fronteiras entre Brasil e Argentina feita pelo próprio ministro Bocaiúva ilustra, a política exterior republicana pretendeu alterar completamente diretrizes antigas, arraigadas da política exterior imperial. Nesse diapasão, a substituição do representante imperial brasileiro à Conferência de Washington por Salvador de Mendonça foi acompanhada pela alteração das ordens e dos limites possíveis de negociação. Acreditando-se que o simples fato de tornar-se República teria alinhado os interesses do Brasil com os EUA, decidiu-se pela adoção de posições fortemente influenciadas por um americanismo ideológico. O Brasil, representado por Mendonça, passaria a aceitar as propostas hegemônicas do grande irmão do norte. Não fossem as prevenções e oposições de Chile e Argentina, a imposição do arbitramento obrigatório feito pelos EUA teria sido implementada no continente como resultado da Conferência. De igual modo, esses dois países resistiram ao projeto da união aduaneira, algo que não seria alcançado pelos EUA nem mesmo no séc. XXI.

A Proclamação da República teve muitos efeitos imediatos e outros tantos a médio e a longo prazo. Um desses efeitos de curto prazo foi a modificação nas diretrizes da política exterior. Ainda que a noção de que republicanizar a política exterior fosse americanizá-la, a ausência de quadros qualificados republicanos para atuarem nessa área levou ao retorno de antigas diretrizes no médio prazo. Os diplomatas formados no II Reinado, como o próprio

Barão do Rio Branco, tratariam de dar direções mais condizentes aos interesses pátrios, mas sabendo reconhecer a mudança do polo político internacional da Europa para os EUA, algo sistemático e não proveniente de mudanças políticas internas. O estabelecimento da Secretaria Pan-Americana, fruto da Conferência de Washington, demonstrou o começo da institucionalização da influência americana no continente e o Brasil soube adaptar-se às mudanças.

QUESTÃO 3

Disserte sobre a política brasileira para a África entre o final da década de 1960 e o início dos anos 1970.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

HUGO FREITAS PERES (18/20)

A política africana do Brasil, que, considera-se, teve início em 1961 com a PEI, passou desde então por um período de avanços e recuos, até entrar em uma fase de reafirmação a partir da Diplomacia do Interesse Nacional, no governo Médici, de acordo com José Flávio Sombra Saraiva. A partir de 1969, os interesses pragmáticos do Brasil, fundamentados em novas concepções de segurança, na defesa dos interesses econômicos, e na vinculação da ação externa ao desenvolvimento nacional, passaram a guiar as políticas para a África, propiciando uma inserção autônoma, fora da via portuguesa, no Continente Negro.

As bases da política brasileira para a África do final da década de 1960 foram lançadas ainda no governo Castello Branco. Embora não houvesse negligencia em relação à África, a ênfase no desenvolvimento da PEI foi deslocada para a segurança. A inserção no continente africano passou a balizar-se pelas concepções de círculos concêntricos de Golbery do Couto e Silva, que o colocava em hierarquia de importância relativamente secundária, de fronteiras ideológicas e, portanto, de combate ao comunismo. Nesse sentido, reforçaram-se as relações com Portugal – tratado em matéria comercial e cultural de 1966, apoio às teses colonialistas na ONU e proposta de formação de comunidade luso-afro-brasileira – e com a África do Sul. A visita do mandatário senegalês Léopold Senghor ao Brasil, que havia sido convidado ainda no governo João Goulart, foi utilizada pelos geopolíticos brasileiros para criar pontes anticomunistas no Atlântico.

O governo Costa e Silva não rompeu com a orientação da política externa para a África de seu predecessor, mas o deslocamento da ênfase da segurança para o desenvolvimento, a busca de maior autonomia nas relações internacionais e o atendimento dos interesses econômicos e comerciais determinaram mudanças qualitativas relevantes. Não se abandonaram concepções de relações especiais com Portugal, nem os vínculos do Tratado de Amizade e Consulta de 1953, mas encetaram-se ensaios de inserção autônoma no continente africano. Três iniciativas corroboram essa perspectiva. Em primeiro lugar, foram ampliadas as representações diplomáticas no continente africano. Em segundo, o Brasil passou a realizar consultas junto à Comissão Econômica para a África das Nações Unidas, com o fito de buscar oportunidades comerciais. Finalmente, procedeu-se a uma reforma no Itamaraty que separou a Divisão de África da Subsecretaria de Europa Ocidental, criando-se a Subsecretaria de África e Oriente Médio – separando, desse modo, os assuntos africanos das relações com as potências coloniais. Além disso, mudanças na

concepção geopolítica para o Atlântico Sul ficaram evidentes com a recusa do pacto de segurança proposto por Portugal e África do Sul.

O governo Médici, sob a chancelaria de Mário Gibson Barboza, marca o retorno a uma política africana em bases autônomas e calcada no pragmatismo econômico e em moderna concepção geopolítica. Após divergências do Itamaraty com Delfin Netto, que defendia a inserção pela via portuguesa, o predomínio das visões da diplomacia se consolidou com a viagem de Gibson Barboza a nove países africanos, que não haviam passado por guerra de independência, em 1972. Em todos os países, firmaram-se acordos de cooperação técnica e cultural, e, diferentemente da estratégia de Costa e Silva, que privilegiava o multilateralismo, estabeleceram-se contatos diplomáticos diretos com os novos países africanos, o que contribuiu para a melhor compreensão de suas demandas, sobretudo no que concerne às vinculações com Portugal. A influência africana pode ser encontrada na negação do apoio irrestrito que se vinha concedendo até então ao colonialismo português na ONU pelos governos militares, quando o Brasil se absteve, em 1973, em votação sobre a questão colonial portuguesa. Nesse mesmo ano, Gibson Barboza realizou viagem ao Egito e ao Quênia, onde reforçou o apoio brasileiro à descolonização e criticou o apartheid, embora se atribuísse grande importância ao maior parceiro econômico africano do Brasil, a África do Sul, contra a qual não se tomavam medidas concretas em relação ao apartheid.

Do final da década de 1960 ao início da de 1970, destacam-se a formação de massa crítica sobre o continente africano e a mudança de estratégia de segurança para o Atlântico Sul, do ocidentalismo anticomunista para a cooperação e o estabelecimento de laços pacíficos e econômicos. Gibson Barboza ajudou a criar o Museu Afro-Brasileiro e o programa de concessão de bolsas de estudo que propiciaram maior conhecimento sobre os países africanos.

QUESTÃO 4

Disserte sobre a política econômica do Estado Novo (1937-45), discutindo eventuais mudanças no que se refere ao período compreendido entre 1930 e 1937.

Extensão máxima: 60 linhas

(valor: 20 pontos)

CESAR LINSAN PASSY YIP (14/20)

A política econômica da Era Vargas foi marcada pela mudança do que Celso Furtado chamou de eixo dinâmico da economia (do mercado exportador ao consumo interno) e de uma forma de viabilizar o desenvolvimento em contexto de escassez de divisas. Nesse sentido, o Estado Novo marcou uma inflexão importante no sentido de uma industrialização planejada e da nacionalização da economia, no que foi facilitado pelo contexto da Segunda Guerra Mundial.

Com a crise de 1929, houve grande diminuição da renda pela queda da exportação de café. Com isso, o início da década de 1930 viu uma verdadeira política anticíclica, que, ao retirar café de circulação, impedia queda maior de preços. Essa política de sustentação de renda, somada à depressão do mercado internacional, incentivou a produção para o mercado interno, incluindo a criação de indústrias. Tratou-se, no entanto, de industrialização

espontânea, uma vez que respondia a incentivos do mercado. Essa política deixará de ser espontânea para ser objetivo do Estado após a instalação do Estado Novo, em 1937. Com efeito, uma das primeiras medidas do novo regime foi a suspensão do pagamento da dívida externa, rompendo com o esquema provisório acordado em 1934. Com isso, evidenciou-se o objetivo de utilizar as escassas divisas disponíveis para o processo de industrialização, por meio da importação de máquinas e equipamentos, de forma a produzir internamento os bens de consumo duráveis. Em 1939, a Missão Aranha negociaria uma retomada parcial do pagamento da dívida externa, mas em troca do apoio dos Estados Unidos ao processo de industrialização.

Essa barganha com os EUA, por sua vez, foi possível em razão do contexto externo de tensões que resultariam na II Guerra. Com efeito, Gerson Moura afirma que o Brasil manteve, até 1942, uma equidistância pragmática entre Estados Unidos e Alemanha, com que praticava o comércio compensado. Amado Cervo, no entanto, ressalta que a disputa no continente americano foi ainda mais ampla, com o grande incremento do comércio com o Japão, por meio da companhia de navegação Osaka Shosen Kaisha. Mesmo a URSS sondou o Brasil, mas Vargas recusou um acordo com a Iuyamtorg por temor de infiltração ideológica.

Assim, à medida que aumentavam as tensões, Vargas teve condição de barganhar o apoio aos EUA em troca de apoio à industrialização. Pode-se apontar como marco desse processo o discurso no navio Minas Gerais, em 1940, depois do qual os EUA anunciaram empréstimo para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional.

A utilização de recursos para a indústria pesada no Estado Novo passou por uma estratégia de nacionalização, de que são evidências o Código de Minas e a criação do Conselho Nacional de Petróleo, sob o comando do general Horta Barbosa. Com isso, evidencia-se o intuito explícito de promover a industrialização pesada, em oposição à industrialização espontânea de bens de consumo no início da década de 1930. Exemplo dessa dualidade sobre o papel do Estado nesse processo foi o debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin sobre a criação de uma Comissão de Planificação, já no curso da Guerra. A atividade centralizadora do Estado, nesse aspecto, era exigência fundamental para coordenar o financiamento obtido do Eximbank americano, não só para a CSN, mas para a construção de ferrovias ou o desenvolvimento da borracha, conforme projeto desenvolvido pela Missão Cooke, em 1942.

A eclosão da guerra favoreceu ainda a industrialização pelos efeitos no comércio internacional. O bloqueio do Atlântico resultou na diminuição de importações pelo Brasil, ao mesmo tempo em que permitiu aumento das exportações para os Estados Unidos (sobretudo materiais estratégicos como borracha) e para outros países americanos, substituindo fornecedores tradicionais de bens manufaturados. Esse saldo positivo da balança comercial permitiu uma acumulação de divisas que, no entanto, esgotar-se-ia logo após o final do conflito. A industrialização, por sua vez, permaneceu.

A política centralizadora e nacionalista do Estado Novo permitiu aprofundar o desenvolvimento do mercado nacional, aproveitando-se do contexto da II Guerra. Assim, das negociações sobre a dívida externa, decidiu-se pela sua suspensão; de uma industrialização espontânea passou-se ao planejamento; e das dificuldades no comércio e da escassez de divisas passou-se ao superávit e à acumulação de reservas. Todos os fatores, portanto, evidenciam o objetivo de fomento ao desenvolvimento da produção nacional e da indústria.

* * *

HISTÓRIA MUNDIAL (Prova Objetiva)

Programa (Primeira Fase): 1 Estruturas e idéias econômicas. Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o “New Deal”. A prosperidade no segundo pós-guerra. O “Welfare State” e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível. 2 Revoluções. As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e “Trade Unions”. Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba. 3 As Relações Internacionais.Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão Balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A “teoria dos dois campos” e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A “détente”. A “segunda Guerra Fria” (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético. 4 Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação. O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo. 5 A evolução política e econômica nas Américas. A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas. 6 Idéias e regimes políticos. Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX. 7 A vida cultural. O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.

***

GEOGRAFIA

A prova de Geografia consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

Programa (Primeira e Terceira Fases): 1 História da Geografia: 1.1 Expansão colonial e pensamento geográfico. 1.2 A Geografia moderna e a questão nacional na Europa. 1.3 As principais correntes metodológicas da Geografia. 2 A Geografia da População. 2.1 Distribuição espacial da população no Brasil e no mundo. 2.2 Os grandes movimentos migratórios internacionais e intra-nacionais. 2.3.Dinâmica populacional e indicadores da qualidade de vida das populações. 3 Geografia Econômica. 3.1 Globalização e divisão internacional do trabalho. 3.2 Formação e estrutura dos blocos econômicos internacionais. 3.3. Energia, logística e re-ordenamento territorial pós-fordista. 3.4. Disparidades regionais e planejamento no Brasil. 4 Geografia Agrária. 4.1 Distribuição geográfica da agricultura e pecuária mundiais. 4.2 Estruturação e funcionamento do agro-negócio no Brasil e no mundo. 4.3. Estrutura fundiária, uso da terra e relações de produção no campo brasileiro. 5 Geografia Urbana. 5.1. Processo de urbanização e formação de redes de cidades. 5.2. Conurbação, metropolização e cidades-mundiais. 5.3.Dinâmica intra-urbana das metrópoles brasileiras. 5.4. O papel das cidades-médias na modernização do Brasil. 6 Geografia Política. 6.1. Teorias geopolíticas e poder mundial. 6.2.Temas clássicos da Geografia Política: as fronteiras e as formas de apropriação política do espaço. 6.3. Relações Estado e território. 6.4. Formação territorial do Brasil. 7 Geografia e gestão ambiental. 7.1. O meio ambiente nas relações internacionais: avanços conceituais e institucionais. 7.2. Macro-divisão natural do espaço brasileiro: biomas, domínios e ecossistemas 7.3. Política e gestão ambiental no Brasil.

Prova de 2012

QUESTÃO 1

O setor de geração de energia é considerado estratégico em muitos projetos nacionais. Por outro lado, os sistemas de engenharia por ele incrustados no território provocam por vezes significativos impactos nas áreas onde se localizam. Descreva as principais matrizes energéticas atuais, apontando as formas espaciais a elas associadas e o tipo de impacto que causam ou podem causar no meio ambiente.

Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

PEDRO TIE CANDIDO SOUZA (30/30)

A matriz energética brasileira é diversificada e, em grande medida, limpa. Enquanto a matriz energética mundial é composta por cerca de 10% de fontes renováveis e 90% de fontes não renováveis, a participação das fontes renováveis na matriz energética brasileira é de cerca de 45,4%. O Brasil tem realizado diversos investimentos no setor de geração de

energia, considerado estratégico para projetos nacionais de desenvolvimento, e elaborado tecnologias referentes às fontes renováveis e menos poluentes.

Em razão do alto nível de urbanização brasileira (cerca de 84,4%, segundo o último censo do IBGE) e das características da matriz de transportes do país (rodoviarismo), o petróleo continua representando a principal matriz energética atual, respondendo por cerca de 28% do total da matriz energética brasileira. Entretanto, essa participação significativa do petróleo causa impactos ao meio ambiente, sobretudo no que se refere ao aquecimento global, o que tem incentivado a transição progressiva para fontes mais limpas.

Ainda no que se refere às fontes não renováveis, cumpre ressaltar o papel do gás natural, do carvão mineral e do urânio na matriz energética brasileira. A participação do gás natural na matriz energética brasileira (cerca de 10%) tem aumentado, sobretudo em razão das reservas do Vale do Rio Urucu e da importação pelo gasoduto Brasil-Bolívia, mas ainda é menor que a média mundial. Quanto ao carvão mineral, deve-se destacar que o Brasil detém grandes reservas (principalmente no Rio Grande do Sul), mas que o carvão mineral brasileiro é de baixa qualidade. Por isso, a participação dessa fonte na matriz energética brasileira (aproximadamente 5%) também está abaixo da média mundial (mais de 20%). Ademais, as carvoarias causam impactos ambientais significativos, sobretudo em relação ao desmatamento. Por fim, o Brasil possui reservas de urânio em Caetité e em Santa Quitéria, além de controlar a tecnologia para a exploração dessa fonte. Ainda assim, a participação da energia nuclear na matriz energética brasileira (cerca de 1,4%) também se encontra abaixo da média mundial. Ademais, a fonte nuclear acarreta impactos ambientais relativos à questão dos resíduos e dejetos nucleares e pode, inclusive, ter impactos mais severos em acidentes ou vazamentos como o de Fukushima.

No que se refere às matrizes energéticas renováveis, cumpre ressaltar que a sua alta participação no total da matriz energética brasileira (45,4%) se deve ao peso da hidroeletricidade, dos produtos da cana de açúcar e, ainda, da lenha e do carvão vegetal. O Brasil tem uma extensa rede hidrográfica, o que confere ao país um dos potenciais hidrelétricos mais elevados do mundo. Ainda que a construção de hidrelétricas acarrete questões ambientais relativas à construção de barragens e ao alagamento de áreas, a energia hidrelétrica é considerada limpa e renovável. As bacias do Paraná e do Tocantins-Araguaia abrigam as maiores hidrelétricas em funcionamento no país, respectivamente "Itaipu Binacional" e "Tucuruí". Além disso, há diversas hidrelétricas projetadas ou em construção, sobretudo no Norte, região que pode ser considerada a fronteira elétrica brasileira. É o caso das usinas de Belo Monte, Tapajós e Jirau, por exemplo. A matriz hidrelétrica responde por quase 15% do total da matriz energética brasileira e por quase 75% da matriz elétrica do país.

Com o relançamento do PROÁLCOOL e com os recentes investimentos em tecnologia "flex fuel" para automóveis, o etanol e os produtos da cana de açúcar têm representado uma das principais matrizes energéticas atuais, chegando a mais de 17% do total da matriz energética brasileira. Muitos argumentam que essa matriz pode impactar o meio ambiente por meio do esgotamento dos solos e ameaçar a segurança alimentar, ao desviar terras agricultáveis para a produção de combustível. O Brasil tem-se empenhado em demonstrar que os produtos da cana de açúcar e o etanol não representam uma ameaça à segurança alimentar e, na realidade, são fontes mais limpas e menos poluentes que os combustíveis fósseis. Nesse sentido, o Brasil promove o desenvolvimento do etanol em terceiros países e elabora projetos relativos ao etanol celulósico e ao uso do etanol na aviação.

A lenha e o carvão vegetal ainda têm um peso significativo (cerca de 10%) no total da matriz energética brasileira. Apesar de serem consideradas renováveis, essas fontes, utilizadas majoritariamente em termelétricas, não são muito eficientes. Além disso, favorecem o desmatamento e geram gases poluentes, o que tem encorajado o uso de matrizes mais eficientes e limpas.

Ainda que não tenham participação significativa na matriz energética brasileira, as fontes solar e eólica têm grande potencial para desenvolver-se no país. No geral, o que impede sua maior utilização são os custos elevados associados à instalação desse tipo de matriz. Mesmo assim, o Brasil tem centrais eólicas relevantes em localidades como Osório (RS), Cabo Frio (RJ) e Fortaleza (CE), além de uma crescente utilização residencial de energia solar em diversas regiões do país.

O Brasil é um país rico em recursos naturais, que são entendidos pela geopolítica como recursos de poder. Para assegurar a manutenção e a sustentabilidade do desenvolvimento, diversos programas nacionais têm priorizado o setor de geração de energia. O Brasil é rico em fontes não renováveis, como indicam as significativas reservas de petróleo na plataforma continental (Bacia de Campos, Espírito Santo e Bacia de Santos) e os recentes investimentos na exploração da camada pré-sal. Por outro lado, a matriz energética também é composta por fontes renováveis, em razão do peso da hidroeletricidade e do pioneirismo brasileiro no setor de etanol. Em suma, pode-se argumentar que a matriz energética brasileira é mais equilibrada que a média mundial e que, no contexto atual, se deve buscar minimizar os impactos ambientais da geração de energia.

QUESTÃO 2

Estudos encomendados pela UNESCO indicam que, no ano de 2025, diversos países deverão sofrer severa escassez de água doce. Enquanto isso, no Brasil, descobriu-se recentemente a existência de um aquífero ainda mais extenso que o conhecido Guarani. Reflita sobre a "questão da água" como problema geopolítico deste início de século XXI e procure situar o Brasil diante de processos que poderiam tornar a água doce uma commodity global.

Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

RAFAEL SANTOS GORLA (30/30)

A “questão da água” é definitivamente um dos grandes temas geopolíticos do início do século XXI. Levando em conta os estudos encomendados pela UNESCO (segundo os quais, em 2025, a escassez de água doce será a realidade de muitos países), e considerando ainda se encontram em zonas já por si sós geograficamente vitais (Oriente Médio, África etc), a importância geopolítica da água doce no mundo contemporâneo torna-se inegável. Em face desse novo cenário que ora se descortina, a recente descoberta do Aquífero Tapajós (Alter do Chão) no Brasil traz esse país para a linha de frente dos debates e ações geopolíticas do novo milênio, especialmente se se leva em conta a possível commoditização da água doce. A “questão da água”, dessa forma, além de ser premente questão geopolítica internacional, representa desafios e oportunidades para o organizador do território brasileiro, o Estado nacional, o qual desempenhará papel fundamental no uso sustentável e geopolítico dos fartos recursos hídricos nacionais.

A “questão da água” será fundamental nos próximos anos, haja vista a crescente degradação ambiental que se observa em muitas regiões e a consequente escassez hídrica resultante. Pode-se afirmar que essa escassez hídrica tem suas causas em muitos fatores dispersos, mas que criam um conjunto nefasto de problemas graves, que demandam

solução. A urbanização acelerada, o mau uso de recursos hídricos, a contaminação de lençóis freáticos (pelo uso insustentável de agrotóxicos), bem como o aquecimento global são todos causas para a severa escassez de água a ser observada em muitos países em 2025.

No Oriente Médio, por exemplo, alvo de tantas disputas geopolíticas (muitas vezes associadas ao controle sobre reservas de petróleo) ao longo da história, a escassez de água que já se observa tem o potencial de lançar a região em tenebrosa convulsão social e política, em muito prejudicando a tentativa de equacionamento de importantes dilemas geopolíticos, como a questão palestina. Atualmente, o rio Jordão é a única fonte de água doce da região, e seu controle pelo Estado de Israel é um dos grandes complicadores do processo de emancipação palestina e do reconhecimento pleno do Estado palestino. No entanto, a questão da água não se limita ao embate geopolítico árabe-israelense. Também entre as nações árabes a escassez de água tem o potencial de exacerbar diferenças e desentendimentos entre diferentes etnias, podendo multiplicar as tensões na área.

O continente africano, por sua vez, também está sujeito a grandes dificuldades decorrentes da falta de água. À medida que os países da região busquem modernizar suas agriculturas, é natural que recorram cada vez mais a técnicas de irrigação. No entanto, esse uso da água pode proporcionar grandes desperdícios, o que, associado ao crescimento urbano macrocéfalo observado em vários territórios africanos, resulta em grande escassez de água e, consequentemente, elevação de tensões geopolíticas e disputa pelo controle de bacias hidrográficas.

Ressalte-se ainda que, de maneira geral, o grande crescimento econômico que se observa nos grandes emergentes, como China, Índia, Brasil e África do Sul, promove mudanças de estruturas sociais, de modo que esse crescimento retira milhares de pessoas da classe pobre e os eleva à categoria de classe média, alterando assim os padrões de consumo. Essa alteração de padrões de consumo implica demanda cada vez maior por recursos hídricos (tão sequiosos que estão as massas emergentes por um padrão de consumo semelhante ao dos países ricos), tornando a “questão da água” um problema geopolítico incontornável.

O Brasil, nesse contexto internacional, há de ter posição protagônica. No Brasil, fluem em torno de 20% da água doce do mundo. Seu território é irrigado por um complexo farto de bacias hidrográficas, sendo que as principais são: bacia Amazônica, bacia do Araguaia-Tocantins, bacia do São Francisco, bacia do Parnaíba, bacia do Paraguai, bacia do Paraná e bacia do Uruguai. Além disso, o estoque de água doce subterrâneo, consubstanciado principalmente, mas não apenas, no Alter do Chão e no Aquífero Guarani, representa recurso de poder geopolítico considerável.

Nesse sentido, os processos que poderiam tornar a água doce uma commodity mundial são assunto que importa à gestão do patrimônio ambiental brasileiro. O uso da água teria der ser regulado nacionalmente, tendo em mente as novas demandas e exigências territoriais que a exportação de água doce implicaria.

Na realidade, autores como Bertha Becker chamam atenção para o fato de a água doce já ser comercializada atualmente, segundo o conceito de “mercadoria fictícia”. Na acepção do termo, considera-se a grande quantidade de água doce que é utilizada como insumo na produção de vários produtos que são exportados pelo Brasil. Produtos primários como soja, milho e açúcar são fruto de processos agrícolas intensivos em água, via irrigação, assim como, mutatis mutandis, as carnes que são exportadas. Isso se observa em razão, em partes, da aceleração dos tempos da natureza promovida pela inserção do vetor técnico-cientifico-informacional nos processos agropecuários, de modo que tal aceleração demanda maior uso de água.

No caso da commoditização em si da água doce, o Brasil se tornaria imediatamente grande supridor internacional desse bem. Tal cenário teria como resultado a elevação do perfil nacional em sua inserção internacional. Ao dispor, em abundancia, de recursos que em outra parte são escassos, o Brasil estaria, em termos geopolíticos, em posição de

vantajosa. Todas as discussões relativas à governança global de recursos hídricos teriam de contar com o apoio brasileiro para que prosperassem.

Do ponto de vista da gestão territorial, caberia ao Estado nacional ocupar-se de maneira cada vez mais eficiente do adequado manejo de seus fartos recursos hídricos. Segundo Bertha Becker, recursos naturais não devem ser preservados apenas em função de seus valores intrínsecos naturais, mas, principalmente, devem ser preservados por serem recursos de poder do Estado. O aspecto natural dos recursos hídricos pouco importa. O que é realmente importante é a interação entre esses recursos e os homens, ou seja, o aspecto social e geográfico das águas que irrigam o território nacional. Nesse sentido, pode-se observar uma progressiva retomada de espaço por parte do Estado desde a década de 1930, quando Getúlio Vargas editou o Código das Águas, passando pela SEMA, de 1973 (a qual implicava reação soberanista à Conferência de Estocolmo), pelo Plano Nacional de Meio Ambiente, de 1981 (já dotado de preocupações ambientalistas), até a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual dedica especial atenção ao uso social do patrimônio natural brasileiro. Nesse quadro normativo estatal hão de se inserir e de se aprofundar os meios de gestão hídrica, tendo em vista o valor da água doce no inicio do século XXI.

A escassez de água já se faz sentir em muitas regiões do mundo, especialmente em locais por si sós já importantes do ponto de vista geopolítico. Nesse cenário de carestia hídrica internacional, o Brasil há de desempenhar papel protagônico, tendo em vista sua abundância de recursos hídricos bem como a disposição estatal em instrumentalizá-los.

QUESTÃO 3

O Acordo de Schengen é uma convenção intergovernamental que suprime o controle de pessoas nas fronteiras interiores do espaço comum europeu e o organiza em suas fronteiras exteriores. Com relação a estas últimas, explique como a questão da imigração tem sido tratada pelos principais países signatários, considerando a atual crise econômica no continente.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

RAFAEL SANTOS GORLA (20/20)

No caso das fronteiras exteriores dos países da União Europeia, pode-se observar que tem havido endurecimento por parte de alguns dos signatários de Schengen no que tange às práticas imigratórias. A crise econômica da zona do euro, que já causou a derrubada de vários governantes ou a derrota dos partidos de situação (como em Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha), tem gerado pressões imigratórias nas fronteiras dos países europeus, levando vários signatários a reverem suas políticas de controle de fronteiras.

Em termos gerais, as fronteiras de um Estado podem ser mais ou menos porosas, mais ou menos fluidas, dependendo das dinâmicas sociais que se verificam ao longo da faixa de fronteira e dependendo também da disposição regulatória do Estado, o qual tem a função de organizar e de selecionar os fluxos que buscam atravessar suas fronteiras. Há, em termos abstratos, 4 modelos de interação fronteiriça: o sináptico, o capilar, o modelo de

frente e o de tampão. O sináptico é o que proporciona interação mais substancial entre os dois lados, pressupondo uma fluidez que compartilhe recursos e promova o livre trânsito de fluxos. O capilar pressupõe interação menor e que pode ocorrer, às vezes, à revelia do Estado, o administrador da fronteira. O modelo de frentes pressupõe fluxo unidirecional, em geral motivado por necessidade de exploração de novas possibilidades territoriais; finalmente modelo tampão pressupõe isolamento e pouca interação entre os dois lados da fronteira.

No arcabouço normativo da União Europeia, o Acordo de Schengen teve a função de abolir o controle fronteiriço de pessoas nas fronteiras interiores do espaço comum europeu e regulou o controle das fronteiras externas. Assim, internamente, o contato fronteiriço pretendido por Schengen se assemelha a uma versão aprofundada do modelo de interação sináptica. O intuito dos signatários foi dotar o espaço comum europeu de maior fluidez interna, multiplicando assim as possibilidades de interação entre as sociedades dos países signatários, o que implica criação de espaço e maior oportunidade de fruição de recursos econômicos, sociais e políticos. Externamente ao espaço comum europeu, o Acordo de Schengen fixou regras gerais, obrigatórias a todos os signatários.

No entanto, a crise econômica acentuada, pela qual se debatem os governos de todos os países europeus, tem gerado pressões imigratórias nas fronteiras europeias. Além da crise econômica mundial, eventos como a Primavera Árabe deflagraram impulsos migratórios em direção aos países europeus, especialmente os do Mediterrâneo. Nesse contexto, alguns países signatários do Acordo de Schengen têm pretendido endurecer o controle em suas fronteiras. Julgam que o controle das fronteiras externas, tal como regulado pelo Acordo de Schengen, não tem mais condições de selecionar adequadamente o fluxo de pessoas pelas fronteiras. Questionam, assim, a relativa porosidade ensejada por Schengen e almejam controlar seus territórios de maneira mais intensa e soberana.

Outra crítica que tem sido feita ao Acordo de Schengen por parte de países como Alemanha e França diz respeito ao fluxo dentro do espaço comum europeu. Segundo esses países, o fato de alguns dos signatários não realizarem o controle em suas fronteiras externas com o necessário rigor faz que muitos imigrantes extra-comunitários adentrem os limites da U.E. e, uma vez dentro, dirijam-se aos países alvo de imigração, facilitados nesse desiderato pelas facilidades e pela flexibilidade inter-fronteiriça proporcionada pelo Acordo de Schengen. Assim, esses países têm se manifestado no sentido de eventualmente suspender a validade do regime de Schengen para si, o que implicaria grande retrocesso no projeto de integração europeia.

Na realidade, os questionamentos feitos à normativa do Acordo de Schengen refletem o fenômeno mais geral do euroceticismo, que se abate sobre vários grupos sociais em muitos dos países signatários. No que respeita ao tema do controle das fronteiras, tanto internas quanto externas, há grupos políticos europeus que veiculam discurso segundo o qual a cessão de soberania em favor dos mecanismos supra-nacionais foi demasiada. Advogam uma progressiva reconquista da soberania, especialmente no tema candente do controle fronteiriço.

Em suma, a tentativa de recrudescimento do controle nas fronteiras externas (e, em alguns casos, internas) é reflexo de problemas econômicos e políticos – que se manifestam na forma de pressões migratórias nas fronteiras europeias – e é também reflexo do sentimento de euroceticismo, segundo o qual teria de haver progressiva reconquista da soberania estatal dos signatários.

QUESTÃO 4

O Sahel compreende uma grande faixa de terras situada entre o deserto do Sahara e as florestas e savanas africanas. Identifique país da região que sofreu recente processo de secessão do seu território e as principais questões geopolíticas envolvidas, levando em conta sua posição de interface entre as duas porções do continente.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

RAFAEL SANTOS GORLA (20/20)

A região do Sahel africano tem grande importância geopolítica em razão de estar situada entre a porção norte do continente, majoritariamente muçulmana, e a porção sul, majoritariamente cristã e animista, de modo que sua posição de interface pode tanto contribuir para maior interação e integração do continente como um todo quanto pode representar fratura espacial, bloqueando iniciativas de aproximação entre os países africanos das duas porções. O fato de ter havido, recentemente, processo de secessão de país da região (Sudão, dando origem ao Sudão do Sul) incrementa o valor estratégico do Sahel e sua função de interface. Uma das grandes questões geopolíticas envolvidas é saber se a secessão promoverá possibilidade de maior interação entre as duas porções africanas ou se reforçará a fratura continental entre norte e sul.

A secessão ocorreu no Sudão, país rico em petróleo, mas flagelado por desafiadores traumas sociais. Como resultado do processo de secessão, a porção norte do território permaneceu como o Sudão, e a porção sul surgiu como o mais novo membro da comunidade de nações, denominado Sudão do Sul. Após anos de conflitos entre as populações muçulmanas e nômades do norte (que controlavam todos os recursos territoriais, inclusive os do sul) e a população de etnias cristãs e animistas do sul, foi organizado plebiscito para que se escolhesse pela secessão ou pela continuidade dos vínculos políticos com a administração do norte. A maioria esmagadora da população do sul (mais de 90%) votou pela secessão, de modo que surgia então o Sudão do Sul.

A princípio, o processo pacífico de secessão, que resultou no plebiscito e na criação do novo Estado, poderia significar o fim das tensões que, durante muitos anos, agravaram as condições sociais da região. Infelizmente, subsistem problemas geopolíticos entre Sudão e Sudão do Sul, os quais, se não forem equacionados, põem em risco a estabilidade da região do Sahel, o que pode comprometer os esforços de estabilização da África toda, tendo em vista a posição estratégica de interface do Sahel, do Sudão e do Sudão do Sul.

O principal problema geopolítico entre Sudão e Sudão do Sul se refere ao controle da região denominada Abiey. Essa região é extremamente rica em petróleo e, por situar-se no entroncamento entre norte e sul, é reivindicada por ambos os países. Na realidade, a discórdia se materializa na escolha das regras que determinariam o plebiscito em Abiey. Essa região tem a particularidade de ser habitada por grupos étnicos pertencentes ao Sudão do Sul. No entanto, transitam pela região grandes contingentes de etnias nômades, que possuem maiores vínculos com o Sudão. Desse modo, o resultado do plebiscito em Abiey sempre dependeu de definir quem estaria habilitado a participar do plebiscito. Se apenas as populações de etnias cristãs e animistas, fixas na área e vinculadas ao sul, ou se também as populações nômades (vinculadas ao norte) poderiam votar no plebiscito. No primeiro caso, é evidente que a vitória é do Sudão do Sul; no segundo, do Sudão. Assim, a disputa pelo controle de Abiey continua como séria controvérsia entre os Estados. O fato de a região

ser rica em petróleo agrava as tensões, pois introduz na dinâmica local um componente geopolítico extrarregional, tendo em vista o valor estratégico que o petróleo tem para as potências econômicas, militares e políticas do mundo globalizado.

Especificamente no Sudão, ainda não foram controladas graves crises humanitárias, como na região de Darfur, o que implica grandes dificuldades no que tange ao objetivo de estabilizar a região e fazer que ela se torne faixa de interação entre a porção norte e a porção sul do continente africano. No caso de Darfur, não se trata de separatismo motivado por diferenças étnicas, mas se trata de demanda por maior autonomia administrativa por parte da população de Darfur. A crise humanitária, de qualquer modo, atinge o paroxismo, na medida em que muitos analistas de direitos humanos afirmam tratar-se de genocídio em curso.

Tomadas conjunturalmente, essas dificuldades locais maximizam as repercussões geopolíticas que têm os eventos da região. A sobreposição de camadas de tensões torna-se, em seu conjunto, muito determinante para o destino do continente africano, tendo em vista a posição estratégica do Sudão e do Sudão do Sul. Caso ambos os Estados cheguem a um consenso a respeito de Abiey, e caso o Sudão equacione adequadamente seus problemas internos, então terá sido dado passo determinante no desejável projeto de maior interação africana, em especial entre a porção norte e porção sul do continente. Caso esses problemas se exacerbem e não se chegue a denominador comum, então a tentativa de proporcionar maior união continental restará severamente prejudicada.

***

POLÍTICA INTERNACIONAL

A prova de Política Internacional consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 90 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas.

POLÍTICA INTERNACIONAL (Primeira e Terceira Fases): 1 Relações internacionais: conceitos básicos, atores, processos, instituições e principais paradigmas teóricos. 2 A política externa brasileira: evolução desde 1945, principais vertentes e linhas de ação. 3 O Brasil e a América do Sul. 3.1 Integração na América do Sul. 3.2 O MERCOSUL: Origens do processo de integração no Cone Sul: objetivos, características e estágio atual de integração. 3.3 A Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). 3.4 A União Sul-Americana de Nações: objetivos e estrutura. 3.5 O Conselho de Defesa da América do Sul. 4 A política externa argentina; a Argentina e o Brasil. 5 A política externa norte-americana e relações com o Brasil. 6 Relações do Brasil com os demais países do hemisfério. 7 A Política externa francesa e relações com o Brasil. 8 Política externa inglesa e relações com o Brasil. 9 Política externa alemã e relações com o Brasil. 10 A União Européia e o Brasil. 11 Política externa russa e relações com o Brasil. 12 A África e o Brasil. 13 A política externa da China, da Índia e do Japão; relações com o Brasil. 14 Oriente Médio: a questão palestina; Iraque; Irã. 15 A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. 16 A agenda internacional e o Brasil: 16.1 O multilateralismo de dimensão universal: a ONU; as Conferências Internacionais; os órgãos multilaterais. 16.2 Desenvolvimento. 16.3 Pobreza e ações de combate à fome. 16.4 Meio ambiente. 16.5 Direitos Humanos. 16.6 Comércio internacional e Organização Mundial do Comércio (OMC).

16.7 Sistema financeiro internacional. 16.8 Desarmamento e não-proliferação. 16.9 Terrorismo. 16.10 Narcotráfico. 16.11 A reforma das Nações Unidas. 17 O Brasil e o sistema interamericano. 18 O Brasil e a formação dos blocos econômicos. 19 A dimensão da segurança na política exterior do Brasil. 20 O Brasil e as coalizões internacionais: o G-20, o IBAS e o BRIC. 21 O Brasil e a cooperação sul-sul.

Prova de 2012

QUESTÃO 1

Um grande desafio estratégico para os Estados Unidos nas próximas décadas será integrar as potências emergentes às instituições internacionais. O vigoroso crescimento do Brasil, da China e da Índia, bem como o surgimento de economias médias como a Indonésia e a Turquia, está transformando a paisagem geopolítica e colocando à prova os fundamentos da ordem liberal criada após a Segunda Grande Guerra. A administração Obama está desenvolvendo relações cooperativas com as potências emergentes com base na premissa de que países cuja presença na cena internacional é relevante atuam de forma responsável em nível global. Mas os Estados Unidos não devem alimentar ilusões quanto à facilidade de integrar os atores emergentes. Potências emergentes podem clamar por maior influência global, mas elas, com frequência, opõem-se às regras nas esferas econômica e política que foram herdadas da ordem liberal ocidental. Elas procuram transformar os arranjos multilaterais existentes e se abstêm de assumir responsabilidades globais significativas.

Patrick Stuart. **Irresponsible Stakeholders? The difficulty of integrating rising powers. In: Foreign Affairs**, nov./dez./2010.

Ao comentar a opinião acima, discorra de forma breve sobre as mudanças estruturais que levaram, nos últimos anos, ao surgimento de novos atores de peso no sistema internacional. Identifique os principais dentre tais atores, bem como os correspondentes mecanismos de coordenação de que participam nas esferas financeira e comercial. Ao examinar esses mecanismos, indique os pontos de divergência que esses países apresentam entre si, bem como com relação aos Estados Unidos da América.

Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

JOHN MONTEIRO MIDDLETON (25/30)

Ao longo das últimas décadas, uma série de mudanças sistêmicas e particulares a determinados países fizeram com que a ordem internacional cambiasse de uma lógica bipolar (Guerra Fria) e um breve período unipolar (pós-queda da URSS) para uma lógica crescentemente multipolar. O surgimento de novos atores de peso no cenário internacional torna-se cada vez mais incompatível com o arcabouço institucional criado após o término da

2ª Guerra Mundial. É nesse contexto que se situa o pleito desses novos atores de peso por uma democratização dos foros internacionais. Ao mesmo tempo, não se pode ignorar que haverá forças de resistência em relação a essas demandas, forças que serão exercidas por parte dos atores que detêm maior protagonismo e poder dentro dessas instituições.

No que concerne às mudanças estruturais que levaram ao surgimento de nações com maiores recursos de poder e à formação de uma ordem mais multipolar, a questão pode ser analisada sob dois prismas. Primeiramente, deve-se destacar a maturidade atingida por atores como Índia e Brasil, que se tornaram democracias sólidas e estáveis do ponto de vista político e econômico. A experiência chinesa certamente é a mais impressionante, impulsionada pelo reformismo de Deng Xiaoping. Por outro lado, houve uma alteração sistêmica importante, que se aliou à ascensão desses países para engendrar a multipolaridade. A Rússia, que permaneceu paralisada após a desastrosa transição para economia de mercado, retomou seu protagonismo. Ademais, a multipolaridade aventada para o pós Guerra Fria não se materializou, e houve um declínio de poder norte-americano. É importante salientar que esse declínio deve ser relativizado. A economia dos EUA ainda é três vezes maior do que a chinesa e o poder militar do país permanece absolutamente inconteste, levando alguns analistas a falar em uma unimultipolaridade, uma ordem multipolar que, sob muitos aspectos, permaneceria sob a égide norte-americana.

Como principais atores dessa nova ordem multipolar podem ser citados, ao lado das três nações supracitadas (Brasil, Índia e China) e da Rússia revigorada, a África do Sul e a Indonésia, de modo que não é coincidência o fato de que esses atores estão presentes nos acrônimos de quase todas as alianças de geometria variável das quais participa, de modo engajado, a diplomacia brasileira, como o BASIC, o BRICS e o IBAS.

Nos âmbitos financeiro e comercial, os principais mecanismos de coordenação dos quais participam esses atores são, respectivamente, o G20 Financeiro e o G20 da OMC, formado por ocasião das negociações da paralisada Rodada de Doha do Desenvolvimento.

Numa análise sobre a esfera comercial e sobre os eventuais pontos de divergência entre os países em desenvolvimento e destes em relação aos EUA, cabe, primeiramente, tecer alguns comentários sobre o atual estágio das negociações. Detratores da política externa brasileira defendem que o impasse nas negociações atesta que os investimentos feitos no G20 não renderam frutos, todavia, cabe destacar que diante de sucessivas rodadas em que somente os interesses dos países desenvolvidos foram contemplados, a paralisia pode ser entendida como progresso. O acordado no âmbito da OMC foi que chegara o momento de contemplar os interesses dos países em desenvolvimento. A Rodada deveria negociar agricultura e seria benéfica ao desenvolvimento, conforme atesta seu nome: Rodada de Doha do Desenvolvimento. É a defesa desse compromisso que o G20 coerentemente advoga. No seio do G20 da OMC, há divergências devido ao fato de que a China e, particularmente, a Índia mostram maiores resistências em relação à extensão da liberalização agrícola. Isso acontece devido a particularidades desses dois países, principalmente no que tange aos seus contingentes demográficos e sua agricultura, que, em vastos espaços dos interiores dessas nações, carece de densidade técnica. Esses países temem que uma desarticulação dos seus setores agrícolas resulte em êxodo maciço rumo aos já superpovoados centros urbanos. No que concerne às divergências com os EUA, os membros do G20 sustentam que os norte-americanos devem reduzir seus subsídios agrícolas sem que sejam exigidas tantas contrapartidas em NAMA, conforme foi acordado previamente em umas das rodadas da OMC que antecederam Doha, por meio da chamada negociação mandatada.

Na esfera financeira, pode-se dizer que há um consenso maior não somente no que concerne à coesão dos membros do G20F que são países em desenvolvimento, mas também quanto à relação dos mesmos com os EUA. A própria situação de protagonismo a que foi alçado o G20F, em detrimento do G8+1, atesta que a concertação política dos emergentes surtiu efeitos. Alia-se a isso o compromisso assumido de reforma das instituições de Bretton Woods (BM e FMI), com aumento das quotas-parte para os

emergentes. Como ponto de discórdia, pode ser destacada a questão cambial. Entre os emergentes, devido à competitividade que o yuan desvalorizado confere à economia chinesa, e entre estes e os EUA, em relação ao excesso de liquidez que os pacotes anticíclicos norte-americanos despejaram no mundo. Muitos desses dólares buscam a estabilidade brasileira, causando apreciação cambial e críticas da Presidente Rousseff sobre um tsunami monetário que minaria a competitividade e capacidade exportadora do Brasil.

Em relação às iniciativas sul-sul promovidas por muitos dos novos atores emergentes, cabe destacar que elas não são novidade, conforme atesta a existência de iniciativas anteriores como o MNA ou o G77, no entanto, as iniciativas atuais contêm uma característica nova e marcante. Ao contrário do disposto no excerto da obra de Patrick Stuart, países como o Brasil demonstram, de modo inequívoco, que estão dispostos a assumir o papel de stakeholders globais responsáveis, assumindo responsabilidades crescentes ante a ordem internacional contemporânea. Contrastando com a postura mais demandante e reativa do passado, o Brasil e outros atores em ascensão dão mostras claras de que contribuirão com o seu quinhão no que concerne à construção de uma ordem global mais justa, equilibrada e menos assimétrica. Essa nova ordem será construída de modo concertado com os países desenvolvidos, por meio de contribuições concretas e não somente retórica reivindicatória. No caso do Brasil, a lógica supracitada se aplica em inúmeros âmbitos, como demonstram a Minustah (segurança e desenvolvimento), os aportes financeiros junto ao FMI e o Fundo IBAS para redução da fome e da pobreza.

QUESTÃO 2

A conjuntura econômica internacional continua a refletir o alcance da crise financeira iniciada em 2008. Seus impactos afetam diferentes variáveis econômicas e políticas nacionais, bem como processos negociadores internacionais. Discorra sobre as consequências da crise no que tange à evolução das agendas financeira (G-20 financeiro) e comercial (Rodada Doha) internacionais. Avalie em que medida as respostas à crise poderiam afetar um desenlace exitoso da Rodada Doha.

Extensão máxima: 90 linhas
(valor: 30 pontos)

LAURA BERDINE SANTOS DELAMONICA (30/30)

A crise econômico-financeira que teve início em 2008, também chamada de crise dos subprimes, cujo estopim foi a falência do banco Lehman Brothers teve seu epicentro nos Estados Unidos da América. Essa crise evidenciou a fragilidade do sistema financeiro internacional baseado na "mão invisível do mercado" e exigiu dos países respostas concertadas e multifacetadas. As conseqüências dessa desestabilização econômica foram sentidas em diversos países, em razão de o mundo ser crescentemente interligado e interdependente. A necessidade de reformas fiscais e monetárias ficou patente, bem como se deu destaque à solidez econômica de países como a China e o Brasil, que saíram da crise com relativa rapidez, ao contrário do que ocorreu com alguns países da Europa. Nesse contexto, a crise financeira influenciou sobremaneira a evolução das agendas financeira (G-20 Financeiro) e comercial (Rodada Doha), ao mostrar que a cooperação e a defesa do

multilateralismo são respostas mais eficazes que o unilateralismo na resolução dos desafios internacionais. Nessa esteira, a conclusão da Rodada Doha torna-se essencial, como tem advogado a diplomacia brasileira.

No que tange à evolução da agenda financeira internacional, a eclosão da crise destacou que o G-8 (G-7 + Rússia), o clube das oito potências econômicas do planeta, não era o foro mais adequado para lidar com esse desafio internacional, devido à sua pequena abrangência e por comportar países que estavam sendo seriamente afetados pela descrença internacional nos sistemas financeiros. Dessa forma, foi necessário articular uma resposta mais ampla, representativa e imediata à crise. Mais que discussões em um G-8 ampliado (G-8 + "outreach five"), na esteira do Processo de Heiligendamm, era necessário multilateralizar as discussões, pois países com experiências diversas poderiam ter contribuições diferentes para solucionar a crise. O Brasil, por sua vez, buscou atuar pelo exemplo, conferindo destaque à sua estabilidade econômica, e pretendeu também diminuir suas vulnerabilidades externas. Nesse contexto, convocou-se a Cúpula do G-20 Financeiro em 2008, em Washington, em seu mais alto nível, de Chefes de Estado e de Governo. Desde a criação do G-20 F em 1999, era a primeira vez que tal composição de alto nível se apresentava.

Desde então, a agenda financeira foi aprofundada e reformada, com ganho de protagonismo e proatividade dos países em desenvolvimento, pois, apesar de a crise ter se originado no centro do modelo econômico neoliberal, as conseqüências foram globais. Nesse sentido, cabe ilustrar esse argumento com as Cúpulas realizadas e as reformas entabuladas desde então. Após a Cúpula de Washington, a Cúpula de Londres (2009) evidenciou o engajamento dos países na reforma das instituições de Bretton-Woods – Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, aumentando o aporte do primeiro de US$250 bilhões para US$750 bilhões, além de apresentar medidas de combate à lavagem de dinheiro e à corrupção. Na sequência, a Cúpula de Pittisburg (2009), além de dar continuidade à discussão acerca da distribuição de quotas do FMI e do BM, reconheceu o G-20F como principal instituição na discussão de soluções concertadas para a crise, o que trouxe importantes conseqüências para a ordem internacional. O protagonismo de países emergentes, como Brasil, China e Índia, ficou evidente no discurso questionador e, ao mesmo tempo, propositivo desses países, materializando reivindicações que datavam do G-24 e do Blue Book da década de 1970. Nas Cúpulas de Seul e de Toronto, a defesa de um crescimento forte, sustentado e equilibrado fica clara no discurso brasileiro, o qual foi retomado na recente cúpula do G-20F em Los Cabos, quando se reconheceu que medidas recessivas de austeridade fiscal não são a melhor resposta para a crise, cujos efeitos ainda são sentidos em muitas localidades.

Nesse sentido, os efeitos da crise permeiam também a agenda comercial no âmbito da Organização Mundial do Comércio e, principalmente, criam obstáculos à conclusão da Rodada Doha. Também chamada de Rodada do Desenvolvimento, atualmente encontra-se "em compasso de espera". Desde seu lançamento em 2001, mesmo ano da entrada da China na OMC, a Rodada Doha passou por avanços e recuos. A evolução das negociações foi notada após a proposição do Pacote Lamy (July Framework), em 2004, em que a União Europeia, os Estados Unidos e o G-20 Comercial (criado em 2003, em Cancún) mostraram disposição para negociar os principais temas da Rodada: subsídios à produção e à exportação de bens agrícolas, bem como a contrapartida de liberalização dos mercados não agrícolas (NAMA).

A crise de 2008 trouxe, no entanto, uma dificuldade adicional a essas tratativas, infelizmente em um momento em que as negociações pareciam avançar. A dificuldade dos debates acerca do gatilho das salvaguardas especiais (ou seja, quais seriam os limites de importação que autorizariam a imposição de salvaguardas) foi agravada pela adoção de medidas protecionistas por parte de vários países no contexto da crise desencadeada em 2008, a exemplo do programa Buy American dos EUA. A dificuldade de obtenção de um acordo por parte de Índia, China e Estados Unidos frente à barganha entre liberalização em

NAMA e no mercado agrícola, bem como em relação ao patamar das salvaguardas especiais, levou a Rodada Doha a ser colocada em "compasso de espera", tornando-se a rodada de negociações mais longa da história da OMC.

O Brasil defende que a Rodada Doha é insubstituível e que sua conclusão exitosa é fundamental para tornar as relações econômicas internacionais mais justas e equilibradas. Um dos eixos da política externa contemporânea é a promoção do desenvolvimento, de modo a crescer, incluir e proteger. Nesse sentido, a Rodada Doha será essencial para promover o desenvolvimento dos países. Uma vez que as relações econômicas e comerciais estão interconectadas, medidas de resposta à crise que busquem a promoção da competitividade mediante investimentos em ciência, tecnologia e inovação podem estimular os países a consolidarem suas vantagens competitivas, o que os daria condições de definir seus interesses específicos e de defendê-los na Rodada Doha. Além disso, a adoção de ajustes ficais não recessivos estimularia o consumo internos dos países, aquecendo a economia de maneira sustentável e evitando a aplicação de medidas protecionistas distorcivas ao comércio.

O desenlace exitoso da Rodada Doha não é uma possibilidade, deve ser uma necessidade, conforme advogado pelo Brasil. A conclusão da Rodada, da mesma maneira que pode ser uma conseqüência das respostas à crise articuladas no âmbito do G-20F, pode ser considerada também uma das medidas de superação da crise, ao promover relações comerciais mais justas e equânimes. Os efeitos negativos da crise de 2008 ainda são sentidos, a exemplo da crise da zona do euro afetada pela crise dos subprimes, mas somente a tomada de decisões concertadas, abrangentes e responsáveis, em defesa do multilateralismo, será capaz de colocar a economia de volta nos trilhos.

QUESTÃO 3

Uma das principais características do atual cenário internacional reside no crescente peso relativo de países emergentes nas relações comerciais, financeiras e políticas internacionais. Tal tendência se refletiria, com particular intensidade, no exemplo da China, que deverá tornar-se a principal economia mundial (conforme critério de "Paridade de Poder de Compra") a curto prazo.

Discorra sobre as oportunidades e desafios da ascensão relativa da China, sob a perspectiva da política externa brasileira, nos planos comercial e financeiro. Indique, ainda, eventuais pontos de convergência e de divergência entre a China e o Brasil quanto à agenda ambiental multilateral (mudanças climáticas) e à reforma do Conselho de Segurança da ONU.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

JOHN MONTEIRO MIDDLETON (18/20)

A ascensão chinesa observada ao longo das últimas décadas representa e suscita importantes oportunidades e desafios para a política externa brasileira. No que concerne às oportunidades, é importante que o Brasil perceba sob que aspectos pode haver convergência entre os pleitos de ambos os países no contexto de uma ordem internacional crescentemente multipolar, de modo que a diplomacia brasileira possa ver serem reforçadas, por esse ator essencial, muitas das suas reivindicações no plano externo. Como maior desafio, reside o fato de que a China se desloca cada vez mais para um eixo

assimétrico de poder em relação ao Brasil, fato que pode reduzir a congruência entre a política externa e os interesses nacionais de cada um dos países, ao mesmo tempo em que compromete a posição negociadora do Brasil.

Quanto à crescente assimetria supracitada, cabe salientar que ela decorre do fenômeno absolutamente sem precedentes na era industrial de crescimento de quase 10% a.a. vivenciado pela China ao longo de três décadas. Nesse período, particularmente nas últimas duas décadas, o Brasil vivenciou avanços notáveis e atingiu estabilidade política e macroeconômica, além de ter implementado um programa de reformismo social muito bem-sucedido, todavia, o fenômeno de crescimento chinês aumentou, e segue aumentando, a assimetria de recursos de poder à disposição de ambos os países.

No âmbito comercial e financeiro, residem grandes desafios para a relação bilateral, como a disputa e concorrência chinesa em terceiros mercados, notadamente África e América do Sul em relação a bens manufaturados que o Brasil tradicionalmente exportava para essas regiões. Outro problema é a predominância significativa de primários na pauta exportadora para a China (soja e minério), ao passo que o Brasil importa cada vez mais manufaturados, à medida que o parque industrial chinês se moderniza e se torna cada vez mais competitivo.

Cabe destacar, todavia, que é também nesse âmbito que residem muitas das sinergias entre os dois países. A China é o maior parceiro comercial do Brasil e a manutenção das suas importações e do superávit comercial em favor do Brasil permitiriam que se atenuassem os efeitos da crise mundial contemporânea. No âmbito financeiro, a China compartilha o pleito brasileiro por uma reforma do arcabouço institucional dos organismos de Bretton Woods que democratize o processo decisório nesses foros, tendo prestado contribuição decisiva para o triunfo do compromisso assumido de reforma do BM e do FMI.

No contexto do regime internacional de mudanças climáticas e reforma do CSNU, também existem convergências e divergências entre ambos os países. No âmbito da segurança, a China já afirmou que considera legítimas as aspirações do Brasil a um assento permanente, todavia, em matéria tão sensível é recorrente que prevaleçam abordagens absolutamente realistas, e é notório que não é do interesse chinês a presença de atores como a Índia e o Japão como membros permanentes, países que, juntamente com o Brasil e a Alemanha, compõem o G4, grupo de nações que aspiram à condição de membros permanentes. No que concerne à agenda relacionada ao regime de mudanças climáticas, a convergência prevalece, limitando-se as divergências a questões de fundo. A articulação bilateral em que ambos se comprometeram a doar fundos ao PNUMA e aos PMDRs no contexto da Rio+20 e o BASIC são prova disso, além da defesa do princípio das responsabilidades comuns, porém, diferenciadas.

O contínuo deslocamento da China para um eixo de poder assimétrico em relação ao Brasil, à medida que Beijing se aproxima de Washington na escala de poder mundial, significa que o Brasil deve investir em medidas que dotem sua política externa em relação a esse país de maior operacionalidade e racionalidade, de modo a atenuar eventuais prejuízos em sua posição negociadora e reforçar a capacidade de perceber eventuais oportunidades. Isso significa investir em quadros técnicos para atuarem na China, aumentar o conhecimento sobre o país e sua cultura diplomática e investir na infraestrutura e qualidade das representações brasileiras naquele país.

QUESTÃO 4

Em sua Diretriz número 6, a Estratégia Nacional de Defesa estabelece que "o Brasil tem compromisso — decorrente da Constituição Federal e da adesão ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares — com o uso estritamente pacífico da energia nuclear. Entretanto, afirma a necessidade estratégica de desenvolver e dominar essa tecnologia".

À luz dessa diretriz, comente a política externa brasileira com relação à questão nuclear. Justifique sua resposta do ponto de vista político, econômico e estratégico.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

LAURA BERDINE SANTOS DELAMONICA (17/20)

O desenvolvimento brasileiro relaciona-se diretamente com o processo de inovação, no qual estão inseridos os esforços em prol da consolidação do conhecimento acerca da energia nuclear. Nesse sentido, o domínio do processo de enriquecimento de urânio e o uso pacífico da energia nuclear estão a reboque da estratégia de desenvolvimento e de defesa nacional, conforme se depreende de uma análise extensiva da Diretriz nº6 da Estratégia Nacional de Defesa. Pautada no tripé do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) – não proliferação, desarmamento e uso pacífico da energia nuclear, a diplomacia brasileira faz uso de argumentos políticos, econômicos e estratégicos na defesa de sua prerrogativa de desenvolver e dominar essa tecnologia, respaldados inclusive pelo Direito Internacional.

O uso pacífico da energia nuclear está expressamente assegurado no artigo 4º do TNP, do qual o Brasil é parte desde 1998, bem como está presente na Constituição Brasileira de 1988. Em termos político-jurídicos, o Brasil está amplamente respaldado no seu intento de dominar a tecnologia nuclear. Além das garantias estabelecidas pelo TNP, o Brasil aponta o Tratado de Tlatelolco (proscrição de armas nucleares na América Latina e no Caribe) como fundamento de sua postura pacifista e voltada ao crescimento nacional sustentável. Além desse engajamento evidente em benefício do uso nuclear pacífico, é mister apontar que o Brasil é duplamente salvaguardado em termos de energia nuclear. Durante a década de 1980, Brasil e Argentina assinaram acordo para cooperação em matéria nuclear, o que evidencia um compromisso inequívoco de ambos com a promoção da paz. Em 1991, criou-se a Agência Brasileiro - Argentina de Contabilidade e Controle (ABACC), mesmo ano em que foi assinado o Acordo Quadripartite entre Brasil, Argentina, ABACC e a Agência Internacional de Energia Atômica. No que tange ao âmbito político-jurídico, o Brasil acredita estar suficientemente salvaguardado, uma vez que o país preza pelo respeito ao Direito Internacional e pela coerência e complementaridade de suas ações, o que pode inclusive ser evidenciado pela defesa turco-brasileira do direito iraniano de uso da energia nuclear para fins pacíficos.

Em termos estratégicos, o argumento brasileiro respalda-se na busca de segurança energética, bem como no destaque conferido à autonomia brasileira em razão de suas reservas de urânio (sexta maior reserva do mundo, até o momento). O argumento defendido pela diplomacia pátria está em consonância inclusive com as demandas das Forças Armadas, que veem na energia nuclear uma questão soberanista e geopolítica. Apesar de alguns críticos afirmarem que a energia nuclear seria usada em tempos de conflito armado, essa compreensão superficial e equivocada pode ser afastada quando se nota a modernização das Forças Armadas, com base em elementos nucleares, a exemplo da construção do submarino de propulsão nuclear – classe Scorpène – em parceria com a

França. A questão energética, que também está presente nas preocupações militares, ficou evidente com a instabilidade energética vivenciada pelo Brasil no início dos anos 2000, por isso o país buscou, posteriormente, diversificar seus investimentos em diferentes fontes de energia, inclusive a nuclear, com destaque para a proposta de construção de Angra III.

A esfera econômica apresenta uma ligação bastante evidente com os princípios da diplomacia nacional, dentre os quais estão a diversificação de parcerias, a promoção do desenvolvimento competitivo do país e o desenvolvimento sustentável tanto em termos econômicos quanto sociais e ambientais. Nesse sentido, é importante destacar que a energia nuclear pode ser usada para fins medicinais (medicina nuclear), o que contribuiria para o desenvolvimento social do país e diminuiria a dependência externa em relação à importação de medicamentos, bem como reduziria a vulnerabilidade do país às oscilações dos preços internacionais. O comércio de materiais nucleares, por sua vez, tem respaldo internacional, visto que o Brasil integra o Grupo de Supridores Nucleares e se mostra engajado na defesa das diretrizes estabelecidas pelo grupo. Adicionalmente, as parcerias nucleares são vistas pelo país como uma forma de diversificar parcerias e de aprofundar relações com países tradicionais, como França e Alemanha.

Após o incidente nuclear de Fukushima, no Japão, muitos países passaram a repensar seus programas nucleares, especialmente os direcionados à geração de energia. Nessa esteira, o Brasil buscou ressaltar a necessidade de aumentar a segurança e o monitoramento dessas instalações, mas continuou a ver a questão nuclear como uma temática essencial que, apesar de trazer consigo riscos, é fundamental para a promoção do desenvolvimento e para a segurança energética e econômica de países soberanos e pacíficos.

***

INGLÊS

A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de quatro partes: tradução de um texto do inglês para o português (valor 20 pontos); versão de um texto do português para o inglês (valor 15 pontos); resumo de um texto (valor 15 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 400 a 450 palavras (valor 50 pontos).

Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,2 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Programa (Primeira e Terceira Fases):

INGLÊS (Primeira e Terceira Fases): **Primeira Fase**: 1 Compreensão de textos escritos em língua inglesa. 2 Itens gramaticais relevantes para compreensão dos conteúdos semânticos. Terceira Fase: 1 Redação em língua inglesa: expressão em nível avançado; domínio da gramática; qualidade e propriedade no emprego da linguagem; organização e

desenvolvimento de ideias. 2 Versão do Português para o Inglês: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfossintática e lexical. 3 Tradução do Inglês para o Português: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfossintática e lexical. 4 Resumo: capacidade de síntese e de reelaboração em Inglês correto.

Orientação para estudo

1. **Tradução - Translation, Part A (20 pontos)**
A tradução do Inglês para o Português deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.

2.**Versão - Translation, Part B (15 pontos)**
A versão do Português para o Inglês deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.

3. **Resumo - Summary (15 pontos)**
O candidato deve apresentar capacidade de reelaborar, de forma concisa e coerente, o texto proposto. São critérios de avaliação a objetividade, a precisão, a clareza e a concisão do texto, além naturalmente da correção e propriedade no uso da língua inglesa.

4. **Redação - Compostition (50 pontos)**
Os candidatos devem demonstrar conhecimento avançado de Inglês e capacidade de usá-lo em redação bem estruturada. A distribuição dos 50 pontos faz-se da seguinte maneira:

- Correção gramatical (20 pontos)

Avaliam-se a correção e a propriedade no emprego da linguagem. Deduz-se 1 (um) ponto para cada erro, com exceção das falhas de pontuação ou de ortografia, às quais corresponde dedução de 0,5 (meio) ponto por ocorrência. A atribuição de nota zero no quesito "correção gramatical" implica, automaticamente, nota zero para a redação como um todo. Do mesmo modo, será atribuída nota zero às redações que demonstrarem baixo padrão de conhecimento da língua inglesa.

- Organização e desenvolvimento de idéias (20 pontos)

  Serão considerados, principalmente, os itens a seguir:
  a) capacidade de raciocínio e de expressão clara em Inglês;
  b) pertinência das idéias e da eventual exemplificação em relação ao tema;
  c) adequada organização formal da redação, com adequada paragrafação.

Os candidatos devem esforçar-se para apresentar redação interessante. A originalidade não será exigida, mas será avaliada positivamente, da mesma forma que o uso adequado de exemplos. Serão severamente punidas as redações decoradas e simplesmente adaptadas ao tema proposto. A redação que fugir a esse tema será punida com nota zero.

- Qualidade de linguagem (10 pontos)

Atribuem-se pontos ao candidato pelo correto uso de Inglês idiomático, por construções variadas e pelo emprego de vocabulário amplo e preciso.

Os candidatos que usarem construções de cunho meramente elementar na redação receberão nota zero no quesito, em especial quando esse recurso for utilizado para evitar erros.

Prova de 2012

TRANSLATION

(Total: 35 marks)

PART A (20 marks)

Translate into Portuguese the following excerpt adapted from Isabel Hilton's review of The Opium Wars by Julia Lovell, published in The Guardian on 1 la September 2011.

> The Opium Wars were an inglorious episode on both sides. They were triggered by an upstart imperial power being snubbed and rebuffed in its quest for trade: there was nothing, the Chinese loftily told the British emissaries, which China needed or wanted from the West — not their goods, not their ideas, and definitely not their company.
>
> In March 1839, Canton commissioner Lin Zexu, hot from arresting 1,600 opium smokers and confiscating a full 14 tonnes of the narcotic, ordered foreign merchants to hand over their stocks and undertake to bring no more. The British agreed to relinquish over 20,000 chests of premium Bengal-grown opium, assuring merchants all the while that the crown would make good their losses, thus transforming the dispute into an affair of state. Lin reported to Emperor Daoguang that matters had been satisfactorily concluded. Months later, somewhat to his amazement, the British gunboats arrived.
>
> A motley cast of characters played their part in the ensuing tragicomedy: bungling officials, rogue merchants, unscrupulous politicians, muscular military imperialists and the dithering, bewildered emperor.

Internet: <www.guardian.co.uk> (adapted).

JOSE CARLOS SILVESTRE FERNANDES (17/20)

As Guerras do Ópio foram um episódio inglório para ambos os lados. Elas foram engatilhadas quando uma potência imperial ascendente foi esnobada e rejeitada em sua busca por comércio: não havia nada, os chineses disseram arrogantemente aos emissários britânicos, que a China quisesse ou de que precisasse do Ocidente – nem suas mercadorias, nem suas ideias e, definitivamente, nem sua companhia.

Em março de 1839, o comissão cantonês Lin Zaxu, incensado ao prender 1600 fumantes de ópio e confiscar nada menos que 14 toneladas do narcótico, ordenou a mercadores estrangeiros que entregassem seus estoques e tratassem de não trazer mais. Os britânicos concordaram m ceder mais de 20.000 baús de ópio cultivado em Bengala da melhor qualidade, garantindo aos mercadores nesse ínterim que a coroa compensaria suas perdas, transformando a disputa, assim, em um assunto de Estado. Lin reportou ao Imperador Daoguang que as questões haviam sido concluídas satisfatoriamente. Meses depois, um tanto para sua surpresa, as canhoneiras britânicas chegaram.

Uma trupe variegada de personagens fez seus papéis na tragicomédia que se seguiu: oficiais atrapalhados, mercadores fora-da-lei, políticos inescrupulosos, militares imperialistas musculosos e o vacilante, abismado imperador.

PART B (15 marks)

Translate into English the following excerpt adapted from Maurício Carvalho Lyrio's study "A ascensão da China como potência".

> Historiadores e sinólogos convergem na avaliação de que a civilização chinesa impressiona não apenas por sua longevidade, mas também e principalmente por sua grandeza econômica e política ao longo de boa parte da história, quando comparada a outras civilizações antigas e modernas.
>
> Francis Bacon observou que o mundo seiscentista se recriava pela pólvora, pela prensa e pelo ímã. Omitiu o fato, no entanto, de que todos os três foram descobertos séculos antes na China.
>
> Malgrado seu status de economia mais pujante do mundo ao longo de três milênios, em 1829, já se vislumbravam os primeiros indícios da queda abrupta que apequenaria a economia chinesa diante das rivais europeias no século seguinte. Passadas sucessivas décadas de declínio relativo, a produção industrial chinesa era, nos anos 1930, menor do que a da Bélgica. Já sua produção de aparelhos e equipamentos não ultrapassava a de um estado do meio-oeste norte-americano.

M. C. Lyrio. **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos.** Brasília: FUNAG, 2010, p. 16-8.

IGOR DA MOTA MAGALHÃES CARNEIRO (11/15)

Historians and sinologists converge on the assessment that the Chinese civilization is impressive not only due to its longevity, but also and mainly due to its economic and political might during a great part of History, when compared to other ancient and modern civilizations.

Francis Bacon noted that the world in the 1600s was recreated through the gun powder, the press and the magnet. However, he omitted the fact that all three objects had been discovered in China centuries before.

Despite its status as the most dynamic economy of the world during three thousand years, in 1829, one could notice the first signs of the sudden fall that would make the Chinese economy less relevant in relation to the economies of its European rivals in the following century. After decades of continuous relative decrease, the Chinese industrial output was, in the 1930s, less than that of Belgium. As for its production of machinery and equipment, it did not surpass that of a mid-west North American state.

SUMMARY (Total: 15 marks)

Write a summary, in your own words, of the following excerpt adapted from Michael Glosny's 2010 **Polity** paper "China and the BRICs". **(Length: no more than 200 words)**

> Despite fundamental differences between the four countries and structural constraints of unipolarity that might have kept them from cooperating, the BRICs have surpassed most expectations in recent years in forming a nascent political grouping. On the foundation of other meetings between newly emerging powers, most importantly the trilateral Russia-India-China (RIC) arrangement, the BRIC foreign ministers began meeting in 2006. BRIC cooperation expanded to include two finance ministers' summits, meetings of leaders, and a stand-alone BRIC leaders' summit in June 2009, which produced a joint communiqué. Russia and Brazil have been the driving forces responsible for transforming the BRICs from an abstract financial concept into a genuine political grouping. However, the Chinese have also agreed to participate and cooperate. In a lengthy interview on the BRICs on the eve of the summit, Director-General Wu Hailong of the International Department at the Ministry of Foreign Affairs described the BRIC grouping as an "evolution from a hypothetical into a realistic platform for international cooperation."
>
> As the world's second largest economy, a nuclear weapons state, a permanent member of the U.N. Security Council, the largest holder of foreign exchange reserves, and a rising power whose influence is spreading across the globe, China has already been acknowledged as a superpower by the rest of the world. Having China as a partner has helped raise the profile of the other three BRICs partners, but China itself is less reliant on this association. However

logical this cooperation may be, it is also costly and risky. As Chinese leaders' time is limited and valuable, participation in meetings has an opportunity cost. Moreover, China also risks being perceived as participating in a political bloc designed to challenge and undermine the U.S. and the western liberal order.

For China, cooperation with the BRICs has occurred under the structural constraints of unipolarity, which provide it with an incentive to cooperate with the U.S. and ensure its behavior is not seen as a threat to which the hyper-sensitive hegemon might feel prompted to respond. However, China has benefited from its cooperation with the BRICs in significant ways. Looking forward, one of the major challenges for China in its engagement with the BRICs is how to maximize its benefits from cooperation while doing its utmost to make sure the U.S. does not perceive its cooperation with the BRICs as a threat. Zhao Gancheng, a researcher at the Shanghai Institute of International Studies, perfectly captures this dilemma in his analysis of BRIC cooperation. He argues that "[China's] objective is through cooperation, to strengthen its position in the international system, but concomitantly to endeavor not to challenge the U.S. in a confrontational mode." China does not see its cooperation with the BRICs as part of an anti-U.S. hard balancing coalition. Were anyone to attempt to move the BRICs in that direction, China would oppose the move, as would other member states. Despite the significance of BRIC cooperation, fundamental differences among the BRICs, the continued relevance of the U.S., and intra-BRIC competition and rivalry seriously limit the extent to which further BRIC cooperation can go. Looking to the future, as the U.S. declines and the BRICs continue to rise, it is very possible that intra-BRIC competition and rivalry will become fierce, further curbing cooperation among the member states.

U.S. policy is an important factor that could potentially overcome such limitations and push the BRICs toward more far-reaching cooperation. If the U.S. views limited BRIC cooperation as an anti-U.S. bloc and so adopts a more hostile policy towards this "alliance," it may drive these countries closer together and thus create a self-fulfilling prophecy. Moreover, were the U.S. and other western countries to spurn BRIC demands for limited changes in the international order, the BRICs might well become disillusioned, see themselves as forced to mount a sweeping challenge, and seek to replace it with an order more suited to their interests. Thus far, this scenario seems unlikely. Western countries have started to show themselves to be more receptive to the idea of reforming the order and accommodating some of the BRIC demands. Although negotiation on reforming the international order is likely to be a drawn-out and difficult process, the willingness of western countries to entertain BRIC proposals should enhance the BRICs' satisfaction with the international order, and so make them more likely to act as "responsible stakeholders." That would put paid to the prospect of them challenging the status quo.

Looking ahead, China's power will likely provide a challenge to BRIC cooperation and the BRICs as a grouping. Although the other three powers have

garnered prestige by their association with the rising Chinese juggernaut, analysts have begun to suggest that China's overwhelming power relative to the other three will eventually undermine the BRICs as a coherent grouping. For instance, recent unofficial calls for a Sino-American G2 designed to address global challenges and manage the global order suggest China is no longer an emerging power or a developing country. However much this may raise concern for BRIC coherence, China is already much more powerful than the other BRICs by most measures. Moreover, its advantages have not hobbled the positive momentum of BRIC cooperation. Besides, although foreign analysts may call for a G2, Premier Wen Jiabao and most Chinese experts have criticized the concept as inappropriate and unworkable, arguing that China is too weak to shoulder such responsibility whilst recognizing that endorsing the idea would harm China's diplomacy, isolating it from the developing world. In fact, rather than being eager to be seen as part of a G2 leading and managing the world, China's leaders are more than glad to continue to keep a relatively low profile as a developing country, to cooperate with other emerging powers, and to benefit from this cooperation, all the while studiously avoiding being seen as standing up to the United States.

Michael A. Glosny. **China and the BRICs: a real (but limited) partnership in a unipolar world**. *In: Polity,* v. 42, n.° 1, January 2010, 100-29. Internet: <www.palgrave-journals.com> (adapted).

RENATA NEGRELLY NOGUEIRA (14/15)

Exceeding expectations, the BRICs has evolved from an abstract concept into a political group, mostly thanks to Brazilian and Russian efforts. However, China also acknowledges its importance as a means for international cooperation.

China's economic, military and political clout characterizes it as a superpower. Whereas this is advantageous for its BRIC partners, it is a risk for China. Considering the structural constraints of unipolarity, China's challenge is to keep profiting from the BRICs to reinforce its international position and, concomitantly, to avoid confronting the United States.

BRIC cooperation is limited by differences between its members, the US relevant international role and intra-group competition – which may intensify if the US declines. Conversely, if the US adopts an hostile policy towards the group, this would foster cooperation in the bloc. Western countries have recently shown interest in accepting BRICs demands for change in the international order lest the bloc feels forced to radicalize its stance.

Analysts suggest that China's power will undermine the BRICs, and call for a Chinese-American alliance. Chinese disparage this possibility for they want to keep cooperating with developing countries, while avoiding competition with the US.

COMPOSITION

(Total: 50 marks)

In the joint declaration at the conclusion of the 4th BRICS Summit, the leaders of Brazil, Russia, India, China and South Africa vowed to enhance mutual cooperation and contribute to world development and prosperity. The summit has come at a crucial moment, as the global economic recovery is still dragging its feet, entangled by fragile financial systems, high public and private debt, high unemployment and the rising price of oil. Pressing issues, such as climate change, food security and energy security also pose grave challenges. "BRICS cooperation now stands at a new starting point," declared President Hu Jintao, adding that the five emerging economies need to build on current cooperation and blaze new trails so as to inject vitality into their mechanism and so usher in a more just, fair and reasonable international political and economic order.

China Daily, 30th March 2012.
Internet: <www.chinadaily.com>
(adapted).

Taking due account of the text above and of China's strategic objectives, comment on how its participation in the BRICS might fit into this framework

(Length: 400-450 words)

RAFAEL SANTOS GORLA (44.5/50)

While many Western countries still look hopeless trying to wade out of the economic morass into which they began to sink after the 2008 world crisis, the BRICS further their cooperation in order to address the most pressing issues today. Among them, China stands out as the most important emerging power of our times. Due to its singularity, it has three strategic objectives, which may benefit from BRICS cooperation: to achieve the appropriate level of development, necessary to grant its huge population a dignified life; to protect its territory against separatism; to make sure its ascend as a global superpower will be peaceful, i.e., that it will not entail confrontation with the US.

China is an ancient civilization, an Asian colossus, with a rich 5000-years history and a huge population. During most of its history, China has been an empire, but in the nineteenth century it fell prey to widespread corruption, internally, and was subjected to dreadful onslaughts by Western imperialism. As a result, its population has suffered severe hardship since then and only recently has China managed to begin its recovery. However, even today most part of the Chinese population still fights poverty and its under-development remains a cause for concern. Given that, China perceives the BRICS as a paramount forum, by means of which global economic governance may be reformed, so as to help, or at least not to hinder (as Araújo Castro would say) the development of the emerging powers and the rest of the Southern countries.

Moreover, cooperation with the BRICS may also be of the utmost importance for China with respect to its territorial integrity. Throughout its history, and even today, Chinese leaders have always been cautious to prevent separatism from gaining momentum. Within the BRICS, China is able to establish closer links with two of its neighbors, India and Russia, thus neutralizing possible reasons for border issues, or being more capable of addressing them, were problems to emerge.

Furthermore, it can be said that Chinese culture is embedded in a notion of harmony. It does not want its inevitable rise as a superpower to be perceived as a threat by the "hyper-sensitive hegemon", as Michael Glosny describes the US. China wants to emerge in a harmonious and peaceful way. Considering the jittery conditions of current international relations, the best way to avoid an aggressive North American reaction is to become closer to countries such as Brazil and India, which are commonly considered by the Western superpower as non-confrontational.

Given that there is no fundamental contradiction between China´s objectives and those of the other BRICS partners, it is reasonable to expect that China will continue to cooperate within the BRICS framework, in order to achieve its goals with respect to development, territorial integrity and peaceful coexistence with the US.

***

NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

Programa (Primeira e Terceira Fases):
NOÇÕES DE ECONOMIA (Primeira e Terceira Fases): 1. Microeconomia. 1.1. Demanda do Consumidor. Preferências. Equilíbrio do consumidor. Curva de demanda. Elasticidade-preço e elasticidade-renda. 1.2. Oferta do Produtor. Fatores de produção. Função de produção. Elasticidade-preço da oferta. Rendimentos de fator. Rendimentos de escala. Custos de produção. 1.3. Concorrência Perfeita, Monopólio e Oligopólio. Comportamento das empresas. Determinação de preços e quantidades de equilíbrio. 2. Macroeconomia. 2.1. Contabilidade Nacional. Balanço de Pagamentos: estrutura e interpretação dos resultados dos diferentes componentes do Balanço. Medidas da atividade econômica. Conceitos e cálculo do *deficit* público. 2.2. Determinação da renda, do produto e dos preços. Oferta e demanda agregadas. Consumo, investimento, poupança e gasto do governo. Exportação e importação. Objetivos e instrumentos de política fiscal. 2.3. Teoria monetária. Funções da moeda. Criação e distribuição de moeda. Oferta da moeda e mecanismos de controle. Procura da moeda. Papel do Banco Central. Objetivos e instrumentos de política monetária. Moeda e preços no longo prazo. Sistema bancário e intermediação financeira no Brasil. 2.4. Emprego e renda. Determinação do nível de emprego. Indicadores do mercado de trabalho. Distribuição de renda no Brasil. 3. Economia internacional. 3.1. Teorias clássicas do comércio. Vantagens absolutas e comparativas. Pensamento neoclássico. 3.2. A crítica de Prebisch e da Cepal. Deterioração dos termos de troca. 3.3. Macroeconomia aberta. Os fluxos internacionais de bens e capital. Regimes de câmbio. Taxa de câmbio nominal e real. A relação câmbio-juros. 3.4. Comércio internacional. Efeitos de tarifas, quotas e outros instrumentos de política governamental. Principais características do comércio internacional ao longo das décadas. Sistema multilateral de comércio: origem e evolução. As rodadas negociadores do GATT. A Rodada Uruguai. A Rodada Doha. 3.5. Política comercial

brasileira. Negociações comerciais regionais. Integração econômica na América do Sul. Protecionismo e liberalização. 3.6. Sistema financeiro internacional. Padrão-ouro. Padrão dólar-ouro. Fim da conversibilidade. Crises econômico-financeiras nos últimos 20 anos. Governança internacional e os novos atores estatais e não-estatais. Características dos fluxos financeiros internacionais. 4. História econômica brasileira. 4.1. A economia brasileira no Século XIX. A economia cafeeira. 4.2. Primeira República. Políticas econômicas e evolução da economia brasileira. Crescimento industrial. Políticas de valorização do café. 4.3. A crise de 1929 e as décadas de trinta e quarenta. Industrialização restringida. Substituição de importações. 4.4. A década dos cinquenta. O Plano de Metas. 4.5. O Período 1962-1967. A desaceleração no crescimento. Reformas no sistema fiscal e financeiro. Políticas antiinflacionárias. Política salarial. 4.6. O período do milagre econômico (1968-1973) e o segundo PND. 4.7. Os anos oitenta. Crise da dívida. A interrupção do financiamento externo e as políticas de ajuste. Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação. 5. Economia Brasileira. 5.1. Os anos noventa. Abertura comercial e financeira. A indústria, a inflação e o balanço de pagamentos. A estabilidade econômica. 5.2. A economia brasileira na última década. Avanços e desafios. 5.3. Pensamento econômico e desenvolvimentismo no Brasil. A visão de Celso Furtado.

Prova de 2012

QUESTÃO 1

A conclusão de acordo entre o MERCOSUL e a União Europeia contribuirá para a ampliação do comércio entre as duas regiões. Como presidente pro tempore do MERCOSUL, no próximo semestre, o Brasil se empenhará nessas negociações.

Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após reunião com o Primeiro-Ministro da Finlândia, Jyrki Katainen. Brasília, 14 de fevereiro de 2012 (com adaptações).

(O Relatório Anual desse ano faz uma nova e profunda análise sobre acordos de preferência comercial). A escolha desse tópico reflete duas tendências significativas nas relações comerciais internacionais, ambas carregando extensas implicações para o sistema multilateral de comércio. A primeira e mais evidente delas é a contínua expansão e a crescente proeminência de acordos preferenciais de comércio. Ao longo das duas últimas décadas, o número desses acordos cresceu mais de quatro vezes, para cerca de 300 atualmente. Não há razão alguma para crer que esse crescimento cessará ou que esses acordos não continuarão a formar parte do tecido das relações comerciais internacionais no longo prazo. A segunda tendência é a de evolução e aprofundamento do conteúdo desses acordos preferenciais, que refletem importantes mudanças na economia mundial. Isso também levanta questões vitais sobre o foco e o alcance da OMC, e sobre o valor conferido pelos Governos a relações comerciais baseadas na arquitetura global.

Prefácio do Diretor da Organização Mundial do Comércio, Pascal Lamy. **Relatório Anual de 2011**. A OMC e os acordos preferenciais de comércio: da coexistência à coerência, página 3 (tradução livre).

Com base nos excertos acima, atenda ao que se pede a seguir.

a) Discorra sobre a natureza do sistema multilateral de comércio e dos acordos de preferências comerciais. Em sua resposta, não deixe de analisar a relação entre ambos.

b) Explique os conceitos de criação e desvio de comércio.

c) Analise os efeitos que a proliferação de acordos de preferências comerciais poderá trazer ao sistema multilateral de comércio.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)

LEANDRO PIGNATARI SILVA (29/30)

O sistema multilateral de comércio contemporâneo está assentado nos princípios estabelecidos no GATT47 e incorporados à OMC. O princípio basilar que sustenta todo o sistema é aquele elencado no artigo I do GATT, o princípio da nação mais favorecida. A partir deste ponto, exclui-se a possibilidade de discriminações comerciais, universalizando os benefícios do comércio. Acordos regionais de preferências comerciais, conquanto aparentemente incompatíveis com a ideia central do sistema multilateral de comércio, são aceitos pelo GATT em seu artigo XXIV.

A lógica subjacente a essa disposição é a da maior facilidade de redução de tarifas a partir de pequenos grupos de países do que quando todos estão envolvidos. Considera-se a liberalização do comércio no interior de blocos ou entre países um primeiro e encorajador passo na direção da liberalização universal. Centrais para a compreensão e justificativa desta prática são os conceitos de criação de comércio e desvio de comércio, sendo esta última consequência dos acordos parciais veementemente condenada.

A criação de comércio, vinculada à ideia de regionalismo aberto, refere-se ao processo pelo qual a redução tarifária permite o surgimento de fluxos de comércio previamente inexistentes em razão da produção interna, menos eficiente. O desvio de comércio, por outro lado, surge quando reduções tarifárias tornam produtos menos eficientes mais atrativos em razão do regime aduaneiro. Neste caso, a tarifa torna um produto do país beneficiado pelo acordo mais vantajoso do que aquele de outro país não incorporado ao regime preferencial, mas que produz o bem em questão de forma mais eficiente. Ocorre, assim, um desvio do comércio, do país eficiente para o menos eficiente com vantagem tarifária.

Ao se instituir um sistema multilateral de reduções tarifárias busca-se, precisamente, eliminar os desvios de comércio e permitir a criação de novos fluxos de troca. O sustentáculo de todo o sistema pode ser encontrado na teoria clássica do comércio, inaugurada por David Ricardo. Se cada país produz aquela pauta em que é mais eficiente haverá mais produto globalmente, permitindo a cada país expandir sua riqueza. Desde a queda do muro de Berlim é possível afirmar com serenidade que existe um compartilhamento desta visão positiva do livre comércio. A consagração do princípio do "single undertaking" no âmbito da OMC é, igualmente, emblemática do esforço no combate ao desvio de comércio e às distorções do mercado internacional.

Diante da multiplicidade de regras e regimes existentes sob o GATT47, o chamado "GATT à la carte", decidiu-se, na Rodada Uruguai, pelo princípio do "single undertaking", pelo qual a existência do regime depende da participação de todos. Exclui-se, desta forma, a possibilidade de grandes desvios de comércio e de fragmentação do sistema de comércio internacional. O Brasil, nesse contexto, é forte defensor do multilateralismo, o qual deve ser o mais amplo possível; daí seu afinco nas negociações da Rodada Doha e o repúdio a soluções setoriais e bilaterais nesse âmbito.

Fiel ao objetivo de criação de comércio, no entanto, o Brasil também se engaja em parcerias multilaterais de menor escopo geográfico, como é o caso do Mercosul e do acordo em negociação entre o bloco e a UE. Não se procura com estas iniciativas, ou com outras como os acordos de preferência tarifária com a Índia e a SACU, desviar o comércio de outros parceiros para aqueles diretamente beneficiados pelos acordos. Tampouco busca-se ampliar as fronteiras do mercado interno protegendo-o da competição internacional. Os acordos compreensivos e abrangentes que o Brasil propugna, imbuídos do espírito do regionalismo aberto, são benéficos à economia global e contribuem para o avanço do sistema multilateral.

De outra natureza e com nefastas consequências são os acordos bilaterais de livre comércio como propostos pelos EUA, por exemplo. Aproveitando a importância de seu mercado para os outros países, os EUA conseguem ampliar a penetração de seus produtos em bases frequentemente assimétricas. Para além dos danos particulares aos países, a disseminação de tal prática enfraquece e fragmenta o sistema multilateral. Tais acordos criam não só múltiplos regimes tarifários ao redor do mundo, mas também retiram o interesse dos envolvidos em negociações multilaterais mais abrangentes como as rodadas da OMC.

Em adição a resultados econômicos presentes aquém do ótimo possível, a proliferação de acordos de preferências tarifárias deste segundo tipo provoca resultados decepcionantes no longo prazo e em âmbito global. Em arenas globais onde persiste, até certa medida, a dicotomia Norte-Sul, a disseminação destes acordos diminuem a sustentação política dos países menos desenvolvidos. No cenário comercial contemporâneo, porém, são os mercados dos países ricos em relação aos produtos dos países mais pobres que necessitam liberalização.

QUESTÃO 2

Na esfera das relações comerciais e financeiras introduzimos ideias inovadoras. Em linha com as manifestações públicas da Senhora Presidenta da República, o Brasil ajudou a trazer para a Organização Mundial do Comércio a questão dos efeitos do câmbio sobre o comércio. Após vencermos resistências de todo tipo, conseguimos abrir caminho para o tratamento desse tema, que passa a ser amplamente reconhecido como atual e relevante.

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores na cerimônia do Dia do Diplomata formatura da turma de alunos do Instituto Rio Branco. Brasília, 20 de abril de 2012.

O Brasil propôs um debate sobre a natureza da relação entre taxas de câmbio e comércio internacional. Como mencionado na apresentação anterior, o assunto tem recebido cada vez maior atenção em anos recentes — mesmo que essa relação não seja um tema novo no sistema mundial de comércio — à luz das significativas flutuações relativas do câmbio entre parceiros comerciais.

A relação entre taxas de câmbio e comércio internacional. Proposta brasileira (WT/WGTDF/W/56). Genebra, 26 de setembro de 2011 (com adaptações).

Com base nos excertos acima, atenda ao que se pede a seguir.

a) Discorra sobre o impacto da variação da taxa de câmbio sobre o comércio no curto prazo.

b) Analise a relação entre alterações persistentes e acentuadas da taxa de câmbio e o nível de tarifas de importação aplicadas por um país.

c) Identifique e contextualize, na história econômica brasileira após 1980, um momento em que a taxa de câmbio foi deliberadamente utilizada com fins de promoção de superávit na balança comercial brasileira.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)

PEDRO TIE CANDIDO SOUZA(30/30)

No contexto atual, políticas monetárias expansionistas têm levado a desvalorizações cambiais em países com os Estados Unidos, por exemplo. Além disso, países como a China têm mantido um câmbio fixo artificialmente desvalorizado. Diante disso, alguns países emergentes (dentre os quais o Brasil) têm vivenciado um processo de apreciação de suas moedas, o que prejudica a competitividade de suas economias no cenário internacional. A questão do câmbio tem, portanto, impactos significativos para o comércio internacional, aspecto que o Brasil vem destacando em instâncias como a OMC (Organização Mundial do Comércio).

No curto prazo, o principal impacto da variação da taxa de câmbio sobre o comércio diz respeito ao saldo da balança comercial de um país e à competitividade de sua economia no mercado internacional. Nesse sentido, uma moeda nacional desvalorizada aumenta a competitividade de um país, favorecendo, portanto, suas exportações. Além disso, a moeda desvalorizada desincentiva as importações, o que, "ceteris paribus", tende a aumentar o saldo da balança comercial. Por outro lado, uma moeda nacional relativamente valorizada (como no Brasil) diminui a competitividade de um país, prejudicando suas exportações e favorecendo as importações. Nesse sentido, esses países tendem a ver seu saldo da balança comercial reduzir-se no curto prazo.

À medida que as alterações na taxa de câmbio se tornam mais acentuadas e se prolongam no tempo, os efeitos sobre o comércio tendem a ser mais severos. Esse quadro pode, por exemplo, alterar padrões de comércio nos diversos países, sobretudo naqueles que perdem competitividade em razão do câmbio. Em alguns países, a questão cambial agrava tendências à "reprimarização" de suas exportações e prejudica o desempenho da indústria nacional, que, em razão de uma moeda valorizada, passa a enfrentar maior concorrência de produtos importados.

Tudo mais constante, alterações persistentes e acentuadas da taxa de câmbio tendem a afetar, de maneira significativa, o nível de tarifas de importação aplicadas por um país. Ressalte-se, nesse sentido, que a crise financeira de 2008 e as alterações cambiais que se lhe seguiram em diversos países favoreceram um recrudescimento do protecionismo em escala global. Um país prejudicado por alterações persistentes e acentuadas da taxa de câmbio tende a aumentar o nível de tarifas de importação aplicadas em seu território, com o objetivo de recuperar a competitividade de sua economia. O protecionismo tarifário seria, portanto, uma maneira de lidar com os efeitos prejudiciais das alterações cambiais no curto prazo (tentar ampliar o saldo da balança comercial) e no médio-longo prazos (tentar proteger a indústria nacional e evitar as tendências à reprimarização da economia).

A maxidesvalorização de 1983 exemplifica um momento em que a taxa de câmbio foi deliberadamente utilizada com fins de promoção de superávit na balança comercial brasileira. Vale lembrar que o segundo choque do petróleo (1979) favorecia o aumento da inflação de custos no Brasil e agravava os déficits na balança comercial brasileira (por se tratar de um insumo essencial). Ao contrário do que ocorrera no primeiro choque do petróleo (1973), o cenário que se seguiu ao choque de 1979 não foi caracterizado por ampla liquidez no cenário internacional. O Brasil não pôde, portanto, promover um ajustamento baseado no

endividamento externo (como fizera quando da elaboração do II-PND). Diante disso, entre 1981 e 1983, o governo brasileiro recorreu a uma estratégia de ajuste recessivo, baseada na contração da demanda interna para gerar excedentes exportáveis. A maxidesvalorização de 1983 contextualiza-se nessa estratégia recessiva de ajuste, que logrou superávits na balança comercial em 1985, mas teve altos custos sociais.

Nota-se, portanto, que a conjunta atual de variações cambiais tem impactos sobre o comércio no curto prazo. Além disso, alterações persistentes e acentuadas da taxa de câmbio também afetam o nível de tarifas de importação aplicadas por um país, favorecendo o recrudescimento do protecionismo.

QUESTÃO 3

Em capítulo de seu Formação Econômica do Brasil, Celso Furtado critica as interpretações que enfatizam a ausência de uma política governamental protecionista como causa do atraso relativo, na primeira metade do século XIX, da industrialização brasileira em relação à dos Estados Unidos:

"As observações anteriores põem em evidência as dificuldades criadas indiretamente, ou agravadas, pelas limitações impostas ao governo brasileiro nos acordos comerciais com a Inglaterra firmados entre 1810 e 1827. Sem embargo, não parece ter fundamento a crítica corrente que se faz a esses acordos, segundo a qual eles impossibilitaram a industrialização do Brasil nessa etapa, retirando das mãos do governo o instrumento do protecionismo.

Observando atentamente o que ocorreu na época, comprova-se que a economia brasileira atravessou uma fase de fortes desequilíbrios (...). Se se houvesse adotado, desde o começo, uma tarifa geral de 50% ad valorem, possivelmente o efeito protecionista não tivesse sido tão grande como resultou ser com a desvalorização da moeda".

Celso Furtado. **Confronto com o Desenvolvimento dos Estados Unidos**, cap. **XVIII**. In: **Formação Econômica do Brasil.**

Com base nas teses de Celso Furtado, disserte sobre outros fatores responsáveis pelo relativo atraso brasileiro.

Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)

LEANDRO MAGALHÃES SILVA DE SOUSA (20/20)

Celso Furtado, em Formação Econômica do Brasil, compara o desempenho econômico do Brasil e dos Estados Unidos e conclui que as causas da industrialização dos EUA não estavam somente relacionadas ao protecionismo tarifário. Pelo contrário, o autor evidencia o papel de Alexander Hamilton nos EUA como um facilitador da industrialização em razão de fatores estruturais.

A economia brasileira na primeira metade do século XIX era fundamentalmente agrária, com base no trabalho escravo e com centro dinâmico na exportação. Assim, crescimento econômico adviria fundamentalmente de aumentos de fluxos comercias. A situação brasileira não era muito favorável, pois o ciclo do ouro já terminara, os preços do açúcar estavam em queda, decorrente do plantio da beterraba na Europa, assim como o algodão. O café, apesar da rápida expansão pelo Vale do Paraíba, não ganhou proeminência senão após a década de 1830.

Nesse sentido, não havia condições para o acúmulo de capitais necessários para a industrialização do país. Para Furtado, o mercado interno é o responsável por garantir sustentação à indústria. No caso dos EUA, o comércio triangular entre os EUA, as Antilhas e a África produziam condições para a fabricação de rum e de uma indústria mercante. Essa acumulação de capital revertia-se, em parte, em pagamentos de salários aos empregados, que eram responsáveis por constituir um mercado interno que favorecesse a demanda por produtos industrializados.

Situação diversa ocorria no Brasil. O país era relativamente atrasado, pois não tinha uma produção com base assalariada, o que impedia um mercado consumidor, fundamental para o aparecimento da indústria. Ademais, o país estava desprovido de acúmulo de capitais, em decorrência dos baixos preços dos produtos exportáveis e do crescente déficit público com o processo de independência e com as lutas regenciais. Além disso, o Brasil não tinha uma fonte de tecnologia para garantir a implementação de uma indústria, ao contrário dos EUA, que tinham na imigração fonte para a progressiva industrialização.

Nesse sentido, o autor propõe que uma reversão da política de livre cambismo, consolidada, em grande medida, com a Lei Bernardo Pereira de Vasconcelos (1828), que estendeu os benefícios tarifários concedidos à Inglaterra a outros países nos moldes da Nação Mais Favorecida, não garantiria a industrialização brasileira. Uma tarifa desse tipo tenderia a financiar os decorrentes gastos do governo sem nenhum tipo de benefício para a constituição de um mercado interno.

Já uma desvalorização da moeda traria melhores benefícios, embora também limitados. Com esse tipo de medida, o preço internacional dos produtos exportáveis expresso em mil-réis aumenta, contribuindo para o aumento do lucro dos fazendeiros, possibilitando, de maneira limitada, um acúmulo de capital, o qual seria uma das condições necessárias para a implementação da indústria no país. Entretanto, o deslocamento do centro dinâmico do setor exportador para o mercado interno somente irá ocorrer na década de 1930, ou seja, quase um século depois do período em tela. A Abolição da Escravatura (1888) proporcionará o incremento progressivo do trabalho assalariado 50 anos após o período, o que explica os fatores de relativo atraso brasileiro.

QUESTÃO 4

Segundo dados do IBGE e estudos de A. C. Pastore, M. C. Pinotti e T. A. Pagano, de 1994 a 2010 a taxa média de poupança doméstica foi de 18,3% do PIB, comparativamente com a de 24,1% verificada entre 1970 e 1993. Explique os principais fatores que levaram a essa mudança na taxa de poupança doméstica brasileira, considerando, por exemplo, os condicionantes da poupança, a estrutura previdenciária, o crescimento da economia, o desempenho das contas públicas, a cultura inflacionária e a incerteza econômica.

Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)

JOHN MONTEIRO MIDDLETON (19/20)

A taxa de poupança de uma economia é um indicador absolutamente fundamental em relação à capacidade de crescimento de longo prazo, haja vista que ela se relaciona de modo direto com a taxa de investimentos (S = I), e é a taxa de investimentos que pode afetar as condicionantes de longo prazo capazes de deslocar a oferta agregada. A

poupança canalizada para investimentos aumenta os estoques de capital físico (bens e equipamentos), capital humano (qualificação dos trabalhadores) e o grau tecnológico de uma economia, portanto, incide diretamente sobre a produtividade da mesma.

Primeiramente, cabe breve explanação sobre a composição da poupança nacional, que pode ser representada pela equação S = Sp + Sg + Sext, ou seja, poupança das empresas e famílias (Sp), poupança do governo (Sg) e poupança externa (Sext).

Como é normal em economias em desenvolvimento, o Brasil é um país importador de poupança, haja vista seu déficit em transações correntes (Sext = - Stc). Importar poupança não é, per se, um problema, desde que se atente para o fato de que essa poupança pode tornar-se volátil em virtude de dinâmicas da economia internacional. Estima-se que cerca de 2,5% da poupança brasileira seja importada, nível considerado satisfatório.

No que concerne à poupança de famílias e empresas, essas respondem a algumas variáveis. No caso das famílias, pode-se afirmar que a estrutura previdenciária brasileira, apesar de seus inúmeros problemas, constitui um desestímulo à poupança, pois confere algum grau de proteção aos agentes, desestimulando a transferência de poder de compra para o futuro. O recente crescimento econômico brasileiro, de modo parcialmente inédito, incluiu ganho real de renda para as camadas mais pobres da população. Nesses segmentos, prevalece a propensão marginal ao consumo, na medida em que as pessoas querem acesso mais imediatista a alimentos, serviços e bens dos quais eram privados anteriormente, fato que contribui para a queda da taxa de poupança nacional. Quanto às empresas, suas decisões de poupança e investimento se relacionam diretamente com expectativas de retorno e o estado futuro da atividade econômica.

O governo é parte absolutamente essencial da composição da taxa de poupança, pois ele é ofertante, mas, se opera com déficit fiscal, demandará recursos no mercado de fundos emprestáveis, podendo causar elevação dos juros e crowding out dos investidores. Desde a gestão Armínio Fraga, o Governo brasileiro pauta-se por uma política de manutenção de superávit primário como um de seus pilares macroeconômicos (ao lado das metas de inflação e do câmbio flutuante).

A cultura inflacionária engendrada ao longo de décadas na economia brasileira também desestimula a poupança, na medida em que a inflação corrói os retornos a serem auferidos. Embora a inflação esteja sob controle há mais de uma década, essa cultura inflacionária ainda permeia o comportamento dos agentes.

Estima-se que para que o Brasil possa manter uma trajetória estável de crescimento do PIB da ordem de 4% a 5%, a taxa de poupança nacional terá de voltar aos índices observados entre 1970 e 1993, ou seja, aproximadamente 25%. A título de comparação, a taxa de poupança nacional chinesa supera os 40% do PIB.

***

NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

A prova de Noções de Direito e Direito Internacional Público consistirá de **quatro** questões discursivas, duas das quais com o valor de 30 (trinta) pontos cada uma e duas com o valor de 20 (vinte) pontos cada uma. As respostas às questões com o valor de 30 (trinta) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 60 linhas; as respostas às questões com o valor de 20 (vinte) pontos terão, cada uma, a extensão máxima de 40 linhas.

A banca examinadora levará em conta, sobretudo, o poder de argumentação do(a) candidato(a). Assim, eventual citação de tal ou qual autor deve ser evitada. O interesse dos examinadores é avaliar o entendimento do(a) candidato(a) sobre o problema formulado. Ele(a) deve pautar sua resposta pela objetividade, clareza e precisão.

Programa (1ª e 3ª Fases)

NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO (Primeira e Terceira Fases): **I -Noções de direito e ordenamento jurídico brasileiro.** 1 Normas jurídicas. Características básicas. Hierarquia. 2 Constituição: conceito, classificações, primado da Constituição, controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos. 3 Fatos e atos jurídicos: elementos, classificação e vícios do ato e do negócio jurídico. Personalidade jurídica no direito brasileiro. 4 Estado: características, elementos, soberania, formas de Estado, confederação, república e monarquia, sistemas de governo (presidencialista e parlamentarista), estado democrático de direito. 5 Organização dos poderes no direito brasileiro. 6 Processo legislativo brasileiro. 7 Princípios, direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF/88). 8 Noções de organização do Estado na CF/88: competências da União, dos Estados-membros e dos municípios; características do Distrito Federal. 9 Atividade administrativa do Estado brasileiro: princípios constitucionais da administração pública e dos servidores públicos, controle de legalidade dos atos da Administração. 10 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. **II - Direito internacional público**. 1 Caráter jurídico do direito internacional público (DIP): fundamento de validade da norma jurídica internacional; DIP e direito interno; DIP e direito internacional privado (Lei de Introdução ao Código Civil). 2 Fontes do DIP: Estatuto da Corte Internacional de Justiça (artigo 38); atos unilaterais do Estado; decisões de organizações internacionais; normas imperativas (jus cogens). 3 Sujeitos do DIP: Estados [conceito; requisitos; território; população (nacionalidade, condição jurídica do estrangeiro, deportação, expulsão e extradição); governo e capacidade de entrar em relações com os demais Estados; surgimento e reconhecimento (de Estado e de governo); sucessão; responsabilidade internacional; jurisdição e imunidade de jurisdição; diplomatas e cônsules: privilégios e imunidades]; organizações internacionais (definição, elementos constitutivos, classificação, personalidade jurídica), Organização das Nações Unidas (ONU); Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano; Indivíduo. 4 Solução pacífica de controvérsias internacionais (artigo 33 da Carta da ONU): meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais (arbitragem e tribunais internacionais). 5 Direito internacional dos direitos humanos: proteção (âmbito internacional e regional); tribunais internacionais; direito internacional humanitário; direito do refugiado. 6 Direito da integração: noções gerais; MERCOSUL e União Europeia (gênese,

estrutura institucional, solução de controvérsias). 7 Direito do comércio internacional: conhecimentos elementares; Organização Mundial do Comércio (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias). 8 Cooperação jurídica internacional em matéria penal.

Prova de 2012

QUESTÃO 1

Conhecido internacionalista afirma que "(...) a rationale do direito do comércio internacional não tem nada a ver com soberania. O direito do comércio internacional não repousa sobre o pressuposto central do direito internacional de que o mundo é composto de Estados-Nações soberanos, cada qual cercado de fronteiras territoriais dentro das quais exerce autoridade plena. O direito do comércio internacional funda-se no valor fundamental da especialização e do bem-estar econômico que resulta da especialização e das trocas. O direito do comércio internacional (...) se preocupa com a remoção dos empecilhos que a soberania coloca no caminho do comércio através das fronteiras. Em um sentido, o direito do comércio internacional consiste na irrelevância da soberania dos Estados."

Donald McRae. **The contribution of international trade law to the development of international law**. In: Hague Recueil, 1996, p. 117 e 123.

Recentemente, na OMC, certo país foi condenado pela imposição de restrições às exportações de matérias-primas e novo caso foi aberto em março de 2012 sobre restrições às exportações de terras raras. À luz da citação acima e levando em conta a posição do Brasil como país importador e exportador de matérias-primas, e tendo em mente ainda que muitas das regras aplicáveis ao assunto no campo do direito internacional do comércio derivam do texto original do GATT de 1947, comente como se poderia enquadrar de modo satisfatório no direito internacional contemporâneo o conflito entre soberania sobre recursos naturais e livre comércio.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)

RENATA NEGRELLY NOGUEIRA (25/30)

A recente condenação da China na OMC, por imposição de restrições às exportações de matérias-primas, faz emergir a questão sobre a relação entre soberania e sistema multilateral de comércio. Nesse âmbito, três pontos devem ser abordados, que dirimem a aparente oposição nesta relação: primeiro, a participação na OMC é voluntária; segundo, o livre-comércio é percebido como vantagem para todos os participantes, no contexto atual; terceiro, as próprias regras da OMC prevêem situações em que é legítimo proteger recursos naturais internos.

A ideia de soberania envolve, necessariamente, o controle sobre um território que é regido por um sistema jurídico único. Nesse território incluem-se a superfície, o espaço

aéreo, o subsolo e 12 milhas de ar territorial. O Estado detém o direito de definir como os recursos presentes nesse território serão explorados.

As normas do comércio internacional não contrariam essa soberania porque sua aplicação depende da acessão voluntária do Estado à OMC. Trata-se de decisão soberana e discricionária, por meio da qual o Estado pleiteia tornar-se membro, e esse pleito é aceito por votação pelos demais membros (que podem não ser Estados, inclusive). A China decidiu entrar na OMC (assim como a Rússia, recentemente) por reconhecer nesse sistema jurídico vantagens ao seu interesse soberano, e não desvantagens. Cumpre destacar que a economia chinesa é altamente dependente do setor externo, que constitui quase 50% de seu PIB; logo, a abertura dos demais países ao comércio chinês é uma benesse proporcionada pela participação na OMC.

De fato, o sistema multilateral de comércio surgiu, por meio do GATT 47, com base em duas ideias: a de que o maior contato comercial favoreceria a recuperação econômica no pós-Segunda Guerra, e a de que o comércio aproxima as nações, contribuindo para a estabilidade internacional. Surgiu, assim, um regime especial, conjunto de normas primárias e secundárias especificamente voltadas para o objetivo de promover o livre-comércio, mediante regras que conferissem ao sistema transparência e previsibilidade.

Constata-se, dessa maneira, que o regime jurídico da OMC constitui exemplo de direito de cooperação, em que sujeitos de Direito Internacional voluntariamente se unem para a consecução de interesses comuns. Em um contexto de crescente globalização e interdependência, a partir da segunda metade do século XX, os Estados perceberam que o isolamento econômico seria prejudicial a seu desenvolvimento. Portanto, submetem-se a princípios basilares do comércio internacional – tais como "tratamento nacional" e "nação mais favorecida" – que parecem prejudicar a soberania nacional, mas, na verdade, reforçam os benefícios para todas as partes, mediante as vantagens da especialização que o livre-comércio acarreta, com consequente aumento do bem-estar econômico global.

Nesse âmbito inserem-se normas que impedem que os membros da OMC restrinjam suas exportações. Considerando a distribuição desigual de riquezas naturais no mundo, essa restrição prejudicaria o bem-estar geral. A China, por exemplo, concentra a maior parte das terras raras do planeta, matéria-prima essencial para produtos de alta tecnologia. Entretanto, as próprias regras da OMC regem que a restrição às exportações é possível e legal, em caso de risco de desabastecimento interno. A China alegou isso ao se defender das acusações, mas tal posição não foi aceita porque, segundo as regras da OMC, essa restrição só é legítima quando temporária – e a China vinha renovando as restrições continuamente.

Nesse contexto, o Brasil, como grande importador e exportador de matérias-primas, articula-se em duas frentes face ao ordenamento jurídico internacional. Por um lado, o país pleiteou e obteve internacionalmente o direito de estender a área legal de sua plataforma continental, permitindo-lhe privilégios na exploração de recursos minerais e petrolíferos. Por outro lado, o país tem atuação intensa no sistema de solução de controvérsias da OMC – com participação em mais de cem casos, é o país em desenvolvimento mais ativo. Isso lhe permite contribuir na interpretação dos tratados e na definição dos termos, por meio da formação de jurisprudência do Órgão de Apelação da OMC, tentando garantir visões que favoreçam o interesse do pais.

A soberania permanecerá elemento vital enquanto forem os Estados os principais atores da sociedade internacional. Contudo, no contexto do direito cooperativo, é inegável que o direito da OMC contribui para a evolução do DI no sentido de beneficiar os interesses nacionais mas, também, o atendimento do bem-estar coletivo.

QUESTÃO 2

Há vinte anos, juiz da Corte Internacional de Justiça externou as seguintes inquietações:

> "A questão ora levantada pela recusa da Líbia em reconhecer a validade da Resolução 748 (1992) diz respeito à hipótese de que uma decisão do Conselho de Segurança possa sobrepor-se aos direitos dos Estados e, em caso afirmativo, se existem limites ao poder do Conselho de caracterizar determinada situação como uma que justifique a produção de decisão que acarrete tais consequências. Há limites ao poder de apreciação do Conselho? No equilíbrio de forças que suporta a estrutura das Nações Unidas na ordem internacional, há algum ponto concebível a partir do qual uma questão jurídica pode ser suscitada quanto à competência do Conselho de Segurança para produzir tais resultados? Caso haja limites, quais são eles e que órgão, senão o Conselho de Segurança, é competente para dizer quais são esses limites?"

Mohamed Shahabuddeen, voto separado, medidas cautelares, caso relativo às questões de interpretação e aplicação da Convenção de Montreal de 1971 resultante do incidente aéreo de Lockerbie. Líbia v. Estados Unidos da América. Decisão de 14 de abril de 1992 (tradução livre).

Responda às indagações do magistrado guianense.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 30 pontos)

RAFAEL SANTOS GORLA (30/30)

As indagações de Mohamed Shahabuddeen na decisão do caso Lockerbie suscitam uma série de questionamentos que têm como pano de fundo o debate mesmo acerca da natureza do atual direito internacional. São questionamentos que opõem concepções voluntaristas a concepções objetivistas, que indagam acerca do eventual processo de constitucionalização do direito internacional e que põem em evidência a estrutura institucional da ONU e como ela há de operar em face de casos (como Lockerbie) que evidenciam, na prática, esses embates de diferentes racionalidades jurídicas.

Sabe-se que a estrutura do direito internacional é anárquica, de modo que os Estados coordenam-se horizontalmente, sem que haja surgimento de ente superior que ponha os Estados em relação de subordinação. Na concepção voluntarista, cada Estado apenas se obriga por sua vontade e, da conjugação das declarações de vontade estatal, criam-se as normas que regulam as interações entre os Estados. Pode-se dizer que, segundo Martti Koskenniemi, essa forma de conceber o direito internacional é fruto de um espírito de civilidade dezenovesco, nutrido por juristas cônscios das soberanias estatais e que criam num movimento evolutivo do DIP, caracterizado por regras de coexistência essencialmente formalistas. A atuação desses operadores do direito, primeiro na Corte

Permanente de Justiça Internacional e depois na CIJ, teve como efeito essa configuração do DIP em que as soberanias são invioláveis e em que não pode haver sanções aos Estados.

No entanto, essa visão tem sido progressivamente modificada. Fenômenos como a jurisdicionalização mais ampla do DIP, tanto em termos de proliferação de cortes quanto em termos de aprofundamento de temáticas abordadas, bem como o reconhecimento de novos sujeitos de direito, e ainda o reconhecimento de normas erga omnes (caso Barcelona Traction) e o ius cogens (art. 53 e 64 da CVDT/1969), são indicativos das profundas mudanças que se fazem sentir sobre o DIP atual, as quais podem instaurar relações de subordinação.

Nesse sentido, levando em conta as disposições da Carta da ONU, pode-se dizer que não há, a princípio, limites ao poder de apreciação do Conselho de Segurança (CSNU), quando for o caso que implique risco à estabilidade da paz e da segurança mundiais. Sendo a instância máxima para o tratamento desse tema, o CSNU tem competência para, em conformidade com o capítulo VII da Carta, adotar decisões e resoluções obrigatórias, que vinculem os Estados e a eles imponham sanções. Ressalte-se que, no próprio caso Lockerbie, a CIJ afirma que não tinha competência para julgar o CSNU. A CIJ, como corte internacional, possui a chamada "competência da competência", de modo que, ao declarar-se incompetente para exercer jurisdição sobre a atuação do CSNU, descartou a possibilidade de haver qualquer controle jurisdicional sobre o CSNU. Do ponto de vista dos Estados, tampouco eles podem insurgir-se contra a competência do CSNU no tema da paz e segurança internacionais, uma vez que estão obrigados pelo art. 25 da Carta a respeitar suas decisões. Mesmo Estados não-membros da ONU, argumenta-se, estariam sujeitos às decisões do CSNU sob força do artigo da Carta que a eles se refere diretamente.

Há, contudo, parte da doutrina que afirma haver limites à atuação do CSNU. Seria o caso de normas de jus cogens, as quais nem o CSNU poderia desrespeitar. Normas de jus cogens são normas de hierarquia superior, reconhecidas como tal por expressiva maioria dos Estados, de todos os continentes. Como expressão de uma possível ordem pública internacional, manifestada no bojo da sociedade internacional (que, segundo Pellet, é ela própria um sujeito de direito internacional), o jus cogens seria o único fato a constranger a atuação do CSNU. Ressalte-se que a existência do jus congens já foi reconhecida e positivada na CVDT/1969, nos artigos 53 e 64. Prescreve o art.53 que são nulos os tratados que violarem normas de jus cogens. Já o art. 64, prevê que serão revogados aqueles tratados que contrariem norma de jus cogens superveniente. Ora, as decisões e resoluções do CSNU são normas que decorrem da Carta das NU, tratado firmando entre a maioria esmagadora dos Estados da atualidade. O que é afirmado pela doutrina que advoga o jus cogens como limite de atuação do CSNU é que seriam nulas as resoluções do CSNU que contrariassem normas de jus cogens, ou seriam revogáveis, na superveniência de norma imperativa contrária.

No entanto, a possível nulidade de resoluções do CSNU só poderia ser declarada pelo próprio CSNU, considerando a inexistência de órgão jurisdicional competente para julgá-lo, o que torna o alcance prático desse raciocínio assaz restrito. Além disso, ressalte-se que o CSNU é órgão político, que, embora produza resoluções juridicamente vinculantes, não necessariamente precisa se fundamentar no direito internacional para decidir. Com efeito, o fato de o guardião da paz e da segurança internacionais não ser obrigatoriamente um guardião do direito internacional implica que, em último caso, nem normas de jus cogens poderiam limitar-lhe a atuação.

QUESTÃO 3

O Supremo Tribunal Federal deliberou, em abril de 2012, por meio de Emenda Regimental, a plena participação do Brasil no sistema de solução de controvérsias do MERCOSUL, ao regulamentar seu procedimento não contencioso. A esse propósito, comente e cite exemplos da atuação não contenciosa de tribunais internacionais.

Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)

MARIANA YOKOYA SIMONI (20/20)

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, observa-se um processo de jurisdicização das relações internacionais, evidenciado, particularmente, pela multiplicação de tribunais internacionais e regimes especiais com mecanismos de solução pacífica de controvérsias. Exemplos disso são as Cortes de Direitos Humanos (Interamericana e Europeia), de Comércio (OMC e Mercosul) e de temáticas particulares, como o Tribunal do Mar. Ao lado da tradicional Corte Internacional de Justiça, estabelecida pela Carta de São Francisco, tais tribunais têm atuação não contenciosa, ou seja, atuação com o intuito de interpretar as disposições normativas de seus tratados paradigmáticos. Com efeito, essa multiplicação de tribunais e de sua atuação não contenciosa indica uma maior preocupação com as interpretações válidas e, consequentemente, com a previsibilidade dos sistemas.

A Corte Interamericana, baseada no Pacto de San José da Costa Rica, e a Corte Europeia, baseada na Declaração Europeia de Direitos do Homem e na Carta Social, têm demonstrado importante desempenho na interpretação e na consolidação de normas de direitos humanos. No âmbito hemisférico, Comissão e Corte Interamericana têm contribuído em temas como proteção ao meio ambiente e de direitos dos povos indígenas (conforme recomendação da Comissão sobre o caso de Belo Monte), bem como em temas de justiça de transição, uma vez que grande parte dos países latino-americanos passaram por regimes autoritários na década de 1980. Já a Corte Europeia, desde que se vinculou ao sistema comunitário com o Tratado de Lisboa, tem destacado, em suas interpretações, a interdependência entre direitos humanos e temas caros ao direito comunitário, como segurança e comércio.

O Tribunal Permanente do Mercosul, estabelecido pelo Protocolo de Olivos (2002), representa um importante avanço institucional no seio do bloco, considerando sua capacidade de produzir e interpretar as regras do Mercosul, inclusive em procedimento não contencioso. Em 2012, o Brasil declarou sua plena participação neste sistema de solução de controvérsias, demonstrando seu interesse não apenas pelas normas já estabelecidas, mas também pela evolução normativa no interior dessa instituição. Esse tribunal já atuou de forma não contenciosa em questões sobre violação das liberalidades acordadas e as condições necessárias para evocar uma cláusula de exclusão, a exemplo de um grande influxo de importações em um dos países membros. Tal faculdade não contenciosa é essencial para que os países membros busquem melhor compreender as regras e os seus significados, adaptando suas normas e práticas internas com vistas a garantir a estabilidade das normas de integração.

A atuação não contenciosa da Corte Internacional de Justiça (CIJ) tem informado o direito internacional e o sistema ONU há mais tempo, de modo a contribuir para a interpretação textual e teleológica da Carta de São Francisco. Importantes interpretações como sobre as condições de entrada de um novo membro à organização, que deve seguir as normas tais quais dispostas na Carta fundadora, e sobre a natureza da relação entre CIJ e Conselho de Segurança, bem como suas próprias competências, ocorreram pelo procedimento não contencioso. Tais interpretações permitiram um conhecimento mais

aprofundado sobre a estrutura da ONU e de seus órgãos, conferindo maior previsibilidade nas ações e nas relações no âmbito dessa organização.

Desse modo, a atuação não contenciosa dos diversos tribunais internacionais, em um contexto de maior interdependência e multilateralismo, tem contribuído para elucidar as disposições de cada referencial jurídico específico e para adensar as relações entre órgãos e Estados. Essa maior transparência na operação das normas confere maior legitimidade e eficácia às sentenças jurídicas internacionais.

QUESTÃO 4

Por ocasião da entrega do "Prêmio da Liberdade", em 1962, o Presidente Kennedy declarou a Jean Monnet: "Caro Senhor Monnet, durante séculos os imperadores, os reis, os ditadores procuraram impor à Europa sua unidade pela força. Em todas as oportunidades fracassaram. Mas sob sua inspiração a Europa, em menos de vinte anos, progrediu em direção à unidade mais do que em mil anos. O senhor e aqueles com quem trabalha edificaram-na com a argamassa da razão e com essas pedras que são os interesses econômicos e políticos. O senhor está transformando a Europa exclusivamente pelo poder de uma ideia construtiva."

Jean Monnet. **Memórias**. Editora UnB, 1986, p. 416.

Tendo em vista o histórico da construção comunitária europeia e a do MERCOSUL, assim como os atuais desafios enfrentados pelos dois blocos, analise, do ponto de vista jurídico-institucional, as características e consequências decorrentes de modelos de integração que contenham ao mesmo tempo elementos supranacionais e intergovernamentais.

Extensão máxima: 40 linhas
(valor: 20 pontos)

RAFAEL DOS SANTOS GORLA (20/20)

Enquanto uma integração calcada na supranacionalidade sacrifica parcela das soberanias estatais em prol de maior interação entre os países membros e incremento de fluxos entre eles, a integração calcada em modelo intergovernamental preserva incólumes as soberanias estatais, em detrimento de maior aprofundamento de vínculos de interdependência. Um modelo que contenha, ao mesmo tempo, elementos intergovernamentais e supranacionais, a depender de seu funcionamento, pode tanto promover a otimização de sua atuação, acomodando em seu bojo interesses diversos, quanto pode incorrer em contradições funcionais, que podem vir a inviabilizar o projeto integrador em questão. Tudo depende, em última análise, do contexto político-sócio-econômico em que se dá a integração e de como os mecanismos de integração reagirão em face de desafios. Nesse sentido, o projeto de integração europeu suscita questionamentos.

A União Europeia (U.E.) é modelo de integração comunitária que contém, simultaneamente, elementos supranacionais e intergovernamentais, apesar de que, em sua evolução institucional, pode-se claramente notar um progressivo predomínio (ou avanço) de elementos supranacionais. O Tratado de Lisboa pôs fim ao sistema de "pilares" da U.E. e

instaurou modelo de domínios, a saber: domínio da competência exclusiva (no qual a U.E., supranacionalmente, tem competência exclusiva para regulamentar questões concernentes à integração); domínio da competência compartilhada (no qual a U.E. e os Estados conjuntamente têm competência); e domínio da competência subsidiária (no qual a U.E. apenas exerce regulação se os Estados não a exercerem). No domínio de competência exclusiva estão temas como a Política Externa de Segurança Comum e a representatividade internacional da U.E. em face de outros sujeitos de direito. No domínio compartilhado, encontram-se as disposições sobre a PAC; no domínio de competência subsidiária, questões culturais, de turismo etc. Ora, ao analisarmos a dinâmica proporcionada pela interação entre esses fatores supranacionais e intergovernamentais, nota-se que a crise atual por que passa a U.E. evidenciou contradições institucionais. A supranacionalidade encontrada na existência de moeda comum, o euro, não se traduziu em adequada coordenação de políticas econômicas entre os países membros, nos quais se observam discrepâncias de atuação e de performance macroeconômica (e.g. entre Alemanha e Grécia) decorrentes de permanência de esferas de competência intergovernamental. Por um lado, analistas institucionais afirmam que a solução para a crise da zona do euro seria dar ainda mais força a mecanismos supranacionais; afirmam que a integração sofreu com incongruência por não ter sido completa a supranacionalização. Outros afirmam que a integração se aprofundou demasiadamente, de modo que a solução estaria em fortalecer o domínio intergovernamental. Com efeito, a existência simultânea de elementos supranacionais e intergovernamentais gera possibilidade de contradições latentes, que se exacerbam em momentos de crise aguda.

No caso do Mercosul, pode-se dizer que tais contradições latentes não existem, pois o modelo de integração do bloco privilegiou o padrão intergovernamental. Assim, restam incólumes as soberanias dos Estados membros. Diferentemente do direito comunitário, o direito do Mercosul necessita de internalização para gerar efeitos nos Estados. Assim, seu caráter intergovernamental torna-se um escudo contra crises institucionais severas. Diferentemente do Mercosul, a U.E. vive atualmente as contradições institucionais que ameaçam sua continuidade. Para que o projeto europeu não pereça, seus idealizadores terão de equacionar a difícil relação entre soberania e supranacionalidade.

***

QUARTA FASE

A Quarta Fase constará de provas escritas de Espanhol e de Francês, de caráter classificatório, com o valor de 50 (cinquenta pontos) cada prova.

ESPANHOL

A prova de Espanhol constará de 10 questões de leitura e compreensão de textos em língua espanhola, na modalidade culta contemporânea. A avaliação das respostas, que deverão ser em língua espanhola, se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de ideias; d) qualidade da linguagem.

FRANCÊS

A prova de Francês constará de 10 questões de leitura e compreensão de textos em língua francesa, na modalidade culta contemporânea. A avaliação das respostas, que deverão ser em língua francesa, se pautará pelos seguintes critérios: a) correção gramatical; b) compreensão textual; c) organização e desenvolvimento de ideias; d) qualidade da linguagem.

***

Foto: Vismar Ravagnani

O GUIA
DO FILHOTE DE GNU

As melhores (e piores) respostas do CACD 2013

Material de estudo para a terceira fase do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Like a newborn wildebeest, it's time to hit the ground running. It is pretty amazing to think of a newborn creature running with the pack within minutes after birth. Like the wildebeest, or gnu if you prefer, it is time to get things moving (...)

David Bates

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que a turma de 2013 do Instituto Rio Branco apresenta o **Guia do filhote de gnu - As melhores (e piores) respostas do CACD 2013**, voltado à preparação para a terceira fase do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD). Em um concurso tão complexo, o serviço prestado pelos guias de estudo publicados desde 1996 pelo Instituto Rio Branco em parceria com o Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE) mostra-se fundamental para auxiliar os candidatos durante a preparação. O presente guia tem o objetivo de complementar esse trabalho, de maneira a oferecer uma visão mais ampla sobre o que é esperado do candidato ao CACD.

No começo da preparação, é comum que os candidatos se assustem com a qualidade das respostas dos guias de estudo. Aqui, pretendemos mostrar que não há, necessariamente, uma resposta universal e perfeita. Geralmente, a banca do CACD aceita diferentes argumentos e posicionamentos, desde que fundamentados e bem estruturados. Por esse motivo, apresentamos as três melhores respostas de cada questão (com exceção da resposta já presente no guia oficial), para que o candidato perceba as abordagens distintas dos aprovados.

Publicamos, também, a resposta com nota mais baixa obtida pelos aprovados em cada uma das questões. Essa ideia é motivada por dois objetivos. Em primeiro lugar, o candidato poderá observar claramente a distinção entre as respostas com notas altas e baixas, o que fornecerá uma noção sobre como *não* responder a uma questão. Em segundo lugar, há um aspecto motivacional. Em todos os concursos, há alguma questão especialmente complexa ou que trata de um assunto sobre o qual o candidato não possui total domínio. Pretendemos mostrar que é possível, sim, ser aprovado no CACD mesmo quando o candidato se depara com dificuldades durante as provas.

Por fim, anexamos os dois melhores espelhos das provas de espanhol e francês de 2013. Embora saibamos que, em 2014, essas provas serão objetivas, pensamos ser interessante a divulgação desses documentos devido à dificuldade de obtenção de espelhos de francês e espanhol, uma vez que o guia de estudos oficial não aborda essas disciplinas. Ademais, pretendemos que esse guia se torne uma ferramenta útil não apenas para o CACD 2014, mas também para concursos dos próximos anos. Caso as provas de francês e espanhol voltem a ser discursivas, os espelhos podem auxiliar futuros candidatos.

Esperamos que o guia seja útil a todos os aspirantes à carreira diplomática e que se torne uma tradição seguida pelas turmas posteriores. Todos sabemos o quão complexo é o caminho até a aprovação, e, por esse motivo, é nosso dever ajudar como possível nossos futuros colegas de profissão.

Turma 2013

PORTUGUÊS

*As expressões destacadas em vermelho foram descontadas pela banca como erros microestruturais.

REDAÇÃO

Texto I

É um lamentável fato da vida que o comércio internacional tenha, apesar de suas imensas potencialidades, contribuído tão pouco para o desenvolvimento econômico dos países de baixa renda per capita, sobretudo nos últimos tempos da história humana. Em certos casos, através de mecanismos de deterioração das relações de troca, o comércio internacional tem atuado até mesmo como fator de empobrecimento relativo dos países subdesenvolvidos e como veículo de agravamento dos desníveis de rendas entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos.

Fragmento de discurso proferido pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores na abertura da XVIII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 17/9/1963.

Texto II

Ao selecionar o embaixador Roberto Azevêdo, a Organização Mundial do Comércio renova o compromisso com uma visão de multilateralismo que privilegia o diálogo, o respeito à diversidade e a busca de consenso, conforme as nossas melhores tradições diplomáticas; uma visão que incorpora as perspectivas de todos os membros, com particular atenção às dos países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo; uma visão segundo a qual o comércio não é um fim em si mesmo, mas uma ferramenta para o desenvolvimento e para a melhor distribuição da prosperidade entre as nações, e dentro delas, em benefício de todos.

Fragmento de circular telegráfica do Ministro de Estado das Relações Exteriores transmitida em 22/5/2013.

Discuta e emita opinião sobre os fragmentos de texto acima apresentados, com atenção às semelhanças e às diferenças de percepção relativas ao comércio internacional.

Extensão do texto: 600 a 650 palavras

[valor: 60 pontos]

FILIPE BRUM CUNHA (52,50/60)

Ao final da Guerra Fria, o economista Samuel Huntington previu a ocorrência de um "choque de civilizações" na sociedade internacional, devido às diferenças culturais existentes entre os países. Mais de vinte anos depois, percebe-se que a teoria de Huntington não se confirmou, uma vez que a cooperação entre os Estados é característica importante do atual contexto mundial. O comércio internacional é um meio pelo qual os países mantêm relações amistosas, porquanto representa uma possibilidade real de promover o interesse coletivo. Embora subsistam empecilhos para que o comércio seja considerado plenamente justo, as relações comerciais têm possibilitado o desenvolvimento de Estados anteriormente marginalizados, o que demonstra que o comércio internacional possibilita mais que apenas o crescimento econômico de poucas nações.

As relações comerciais nem sempre resultaram em ganhos multilaterais. Na década de 1960, o comércio beneficiava somente os países ricos, na medida em que as decisões não consideravam os interesses das nações subdesenvolvidas. O Brasil criticava a marginalização econômica imposta pelas grandes potências, pois o comércio não ajudava a promover o desenvolvimento, principal objetivo da nação. Conquanto já existissem mecanismos internacionais de cooperação econômica, não se buscava eliminar as injustiças do comércio internacional, como a deterioração dos termos de troca. A atuação da diplomacia brasileira, dessa forma, era limitada por um contexto de possibilidades desiguais.

Com o passar das décadas, ocorreram muitas mudanças no cenário econômico internacional. O desenvolvimento industrial e a progressiva urbanização permitiram que países como Brasil, China e Índia ascendessem à condição de forças econômicas. Se, antigamente, as decisões eram tomadas por um seleto grupo de potências, atualmente, não é mais possível estabelecer medidas no comércio internacional sem a participação de outros países. Novas instâncias de debate multilateral, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), possibilitam uma atuação mais equitativa dos diversos membros da sociedade internacional, de forma a garantir a busca do interesse de nações cuja capacidade de manifestação costumava ser limitada.

O Brasil é um ator fundamental para a realização de mudanças no comércio internacional. A eleição de Roberto Azevêdo para a direção da OMC, conquistada com votos de países de diferentes condições econômicas, demonstra o reconhecimento internacional da relevância brasileira para a promoção de um comércio mais justo. A diplomacia brasileira considera que o comércio internacional não deve ser uma forma de assegurar ganhos relativos, mas, sim, absolutos, porquanto as trocas comerciais podem ser positivas para todos os envolvidos. A melhor maneira de garantir benefícios coletivos é o debate multilateral, pois somente o consenso é capaz de evitar a prevalência de interesses de atores específicos.

Apesar dos significativos avanços promovidos, ainda existem alguns obstáculos a serem superados. A representação desigual dos Estados em determinadas instâncias decisórias e a resistência dos países desenvolvidos em eliminar os subsídios de seus produtos agrícolas demonstram que a estrutura desigual do comércio internacional ainda não foi completamente superada. A diplomacia brasileira busca reduzir essas dificuldades, por meio de alianças com países de interesses semelhantes, como o G-20 comercial. O Brasil, dessa forma, defende a continuidade da evolução do sistema de comércio internacional, e a eleição de Roberto Azevêdo representa importante possibilidade de atuação para a consecução desse objetivo.

Os diferentes discursos brasileiros nas décadas de 1960 e 2010 mostram a evolução pela qual passou o comércio internacional. O Brasil, defensor do debate multilateral, foi um dos principais responsáveis para que esse sistema se tornasse mais justo. O resultado da ação da diplomacia nacional é a promoção do desenvolvimento mundial, uma vez que o comércio, quando em bases equitativas, ajuda todos os países a superarem suas dificuldades econômicas. As trocas comerciais, por representarem interesse coletivo, possibilitam maior cooperação interestatal, um dos motivos que explicam por que a previsão de Samuel Huntington não se tornou realidade. Os benefícios de um comércio internacional mais justo, portanto, não se limitam ao âmbito econômico.

Aspectos macroestruturais: 22,50/30
Aspectos microestruturais: 30/30

MARIANA FERREIRA CARDOSO DA SILVA (52/60)

Processos de integração econômica em acelerada marcha atestam que não mais subsistem as utopias de isolacionismo outrora vigentes. A participação no comércio internacional tornou-se indispensável aos projetos nacionais de desenvolvimento; os resultados dessa participação, contudo, diferem em grande medida. Por um lado, instrumentos iníquos distorcem o comércio mundial em prejuízo das nações que dele mais necessitam. Por outro, os processos de liberalização em curso indicam possibilidades alvissareiras de desenvolvimento. O Brasil, como país entusiasta da integração que propicia o progresso, defende, acertada e veementemente, concepção de comércio internacional como ferramenta para o desenvolvimento equitativo entre as nações. O êxito da Rodada Doha, também intitulada Rodada do Desenvolvimento, privilegia essa acepção, uma vez que eliminará tendências perversas e impulsionará os benefícios oriundos da integração.

A despeito do elevado grau de integração internacional das nações do Norte, subsídios à produção e à exportação, barreiras técnicas e quantitativas ainda são praticados em seus mercados. Esses mecanismos elevam os preços dos gêneros alimentícios, perpetuando a fome e a pobreza. Prejudicam, ainda, produtores de países de menor desenvolvimento relativo, desprovidos de orientação e de meios materiais para o atendimento das rigorosas restrições técnicas impostas.

Desde a década de 1960, a comunidade internacional tem reagido a essas práticas, como atesta a criação da UNCTAD em 1964. Entrementes, houve uma mudança de percepção acerca do comércio. A tese da deterioração dos termos de troca defendia, à época, restrições ao comércio Norte-Sul, porquanto perpetrador do subdesenvolvimento. Hodiernamente, consolida-se a ideia de que o comércio pode garantir o desenvolvimento, desde que realizado em condições de igualdade material.

A criação do Sistema Geral de Preferências (SGP), que conferiu privilégios a países africanos, asiáticos e **latinoamericanos**[1], atenuou as tendências espoliadoras do comércio internacional. A insuficiência desse mecanismo para o pleno desenvolvimento das nações do Sul motivou o lançamento da Rodada Doha. O mandato da Rodada evidencia nova percepção internacional sobre as possibilidades do comércio, ao indicar a possibilidade de eliminação de distorções equivocadas e de transformação do comércio em meio de distribuição da riqueza entre as nações, como notou o ex-Chanceler Antônio Patriota por ocasião da eleição do embaixador Roberto Azevêdo à **direção geral**[2] da Organização Mundial de Comércio (OMC).

O Brasil, atualmente a sexta maior economia mundial, mas ainda com grande passivo social a superar, tem dado o exemplo de utilização eficaz da integração comercial para o projeto de desenvolvimento do país. O crescimento econômico aliado à melhoria dos indicadores sociais não são obtidos à revelia dos processos de integração. A participação brasileira nos fluxos internacionais de mercadorias e de serviços é crescente, assim como também é crescente a inclusão das parcelas mais desfavorecidas da população. Ademais, a utilização intensa do mecanismo de solução de controvérsias da OMC pelo Brasil favorece a eliminação de práticas comerciais espúrias, em benefício de todas as nações em desenvolvimento. A chefia da organização por um brasileiro, feito inédito na história do país, indica o reconhecimento internacional do êxito das políticas públicas brasileiras. Denota, ainda, o reconhecimento da capacidade ímpar do país de articulação de consensos, talvez um legado da tradição de equilíbrio de antagonismos como sugeriu o embaixador português José Fernandes Fafe. Uma liderança brasileira

na mais exitosa experiência do institucionalismo internacional na área do comércio propiciará soluções abrangentes e equilibradas, em consonância com o atual paradigma do comércio não como fim em si, mas como meio para o progresso das nações.

As últimas décadas do século XX assistiram a mudanças significativas na percepção dos resultados possíveis do comércio internacional. Outrora compreendida como meio de perpetuação das desigualdades entre as nações, a integração comercial é considerada, na contemporaneidade, tendência necessária e irreversível, que, **matizadas**[3] certas distorções, pode favorecer o desenvolvimento. A conclusão da rodada Doha tende a reforçar essa percepção. Efetivadas as promessas contidas em seu mandato, a clivagem norte-sul deixará de ser característica predominante da geografia mundial.

Aspectos macroestruturais: 25/30
Aspectos microestruturais: 27/30

Marcações da banca
[1] Ortografia (hifenização)
[2] Ortografia (hifenização)
[3] Propriedade da linguagem

PEDRO PIACESI DE SOUZA (51/60)

O comércio internacional é um dos temas mais importantes para as relações interestatais. Não obstante as distintas percepções sobre o tema, os Estados reconhecem a importância do comércio para o desenvolvimento econômico. Enquanto no texto I, verifica-se um certo pessimismo acerca do comércio internacional, haja vista a crítica em relação aos mecanismos de deterioração dos termos de troca, no texto II, constata-se um posicionamento mais otimista, uma vez que é ressaltada a contribuição do comércio internacional para o desenvolvimento das nações. O comércio internacional não é um fim em si mesmo, mas, sim, um caminho para a construção de uma ordem mundial mais justa e menos assimétrica.

A crítica do texto I[1] acerca dos aspectos negativos do comércio internacional evidencia a natureza contraditória do capitalismo. Se, por um lado, o capitalismo **contribuíu**[2] para o desenvolvimento de países mais avançados tecnologicamente; por outro, agravou os problemas socioeconômicos nos países subdesenvolvidos. O empobrecimento relativo dos países subdesenvolvidos decorreu, entre outros motivos, do mecanismo de deterioração dos termos de troca. Conforme argumentou Raul Prébisch, a deterioração dos termos de troca ocorre devido à especialização técnica entre os países. O centro, composto por países desenvolvidos, é mais beneficiado pelo comércio internacional, porquanto exporta bens de maior valor agregado. A periferia, por sua vez, é prejudicada pela sua especialização técnica em bens primários, visto que a exportação destes bens arrecada uma quantidade de divisas menor, o que explica o desnível de renda entre esses dois polos produtivos.

O elogio do texto II[3] ao multilateralismo coaduna-se não só com a tradição diplomática pátria, mas também com a reivindicação brasileira por uma ordem internacional mais inclusiva e representativa. O comércio internacional, ao ser realizado com base no pluralismo das ideias e no multilateralismo das ações, contribui sobremaneira para o desenvolvimento dos países. Embora as potencialidades do comércio tenham sido reconhecidas já na década de 1960, conforme pode ser observado no texto I, **apenas em décadas mais recentes**[4] o comércio tem desempenhado um papel mais positivo no desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Trata-se de uma mudança paradigmática, porquanto demonstra que as potencialidades do comércio internacional não se restringem aos países desenvolvidos, contribuindo também para a prosperidade de outras nações, contanto que o comércio internacional, como defendido no texto II, seja feito levando-se em consideração as demandas de todos os países envolvidos.

Conquanto tenham sido elaborados em contextos diferentes, ambos os textos defendem a importância do comércio internacional para o desenvolvimento dos países. Em um mundo globalizado, a interdependência entre os países pode ser considerada fato consumado, o que torna inviável desconsiderar o impacto do comércio internacional nas relações internacionais. Os Estados, portanto, devem privilegiar o diálogo, a fim de que o regime mundial de comércio seja estabelecido sob bases consensuais e mutuamente benéficas. Nesse sentido, a ênfase atribuída pela diplomacia brasileira ao multilateralismo, ao contrário das críticas que tem recebido por parte da imprensa, deve ser elogiada, uma vez que somente o multilateralismo é capaz de promover uma ordem internacional que beneficie tanto países desenvolvidos quanto países em desenvolvimento.

Schopenhauer, em Sobre o Fundamento da Moral, argumentou que existem apenas três motivações humanas: o egoísmo, a maldade e a compaixão. De forma análoga, pode-se afirmar que o comércio internacional, como descrito no texto I, foi prejudicial aos países sub-

desenvolvidos, porquanto era motivado por interesses egoístas de países desenvolvidos, os quais se beneficiaram das assimetrias tecnológicas para desenvolverem sua economia. A compaixão, entendida como a busca de um desenvolvimento compartilhado e benéfico para todos, pode ser observada tanto no discurso do texto II quanto nas ações empreendidas pelo Brasil, com vistas a uma maior participação dos países em desenvolvimento no comércio internacional. O comércio internacional, portanto, se for estruturado sob o multilateralismo, como defende o Brasil, é um dos caminhos possíveis para a superação dos desafios contemporâneos e para a constituição de uma ordem internacional mais justa e menos assimétrica.

Aspectos macroestruturais: 25/30
Aspectos microestruturais: 26/30

Marcações da banca

[1] Construção do período / colocação de termos
[2] Ortografia (acentuação)
[3] Construção do período / colocação de termos
[4] Pontuação (falta de vírgula após "recentes")

MENOR NOTA (32,65/60)

Na transição do século XVIII para o XIX, com o advento de algumas das principais teorias do livre comércio internacional, rompeu-se a hegemonia do pensamento mercantilista vigente no período. Desde então, a promoção da liberdade no intercâmbio mundial, tornou-se um dos principais objetivos da sociedade dos Estados. Ao longo do século XX, a dinâmica do comércio internacional aprofundou-se e sofisticou-se, mas nem sempre beneficiou todos os países da mesma forma. No alvorecer do século XXI, em um contexto de globalização econômica, não há como negar a importância das trocas internacionais para o desenvolvimento das nações; esse desenvolvimento, entretanto, é, ainda, bastante desigual. Nesse sentido, o grande desafio do comércio internacional contemporâneo é o de assegurar uma distribuição mais equitativa da prosperidade entre as nações e dentro delas.

Em 1776, Adam Smith publicou A Riqueza das Nações. Entre os diversos temas tratados no livro, chama a atenção o relativo à defesa da liberdade comercial internacional, que, segundo o autor, seria capaz de gerar riqueza e desenvolvimento para todos os países que a praticassem. A teoria de Smith foi aperfeiçoada por David Ricardo, e, logo, tornou-se parte integrante do discurso oficial da Grã-Bretanha, potência mundial dominante no século XIX, que a impunha às demais nações por meio de tratados desiguais. Ocorreram guerras, revoluções e crises, e a Grã-Bretanha foi substituída em sua condição de potência hegemônica pelos Estados Unidos da América; o discurso em defesa da liberdade do comércio internacional, no entanto, não desapareceu.

Após a Segunda Guerra Mundial, surgiram novos instrumentos de promoção da liberdade nas trocas entre as nações, como os Acordos Gerais sobre Tarifas e Comércio (GATT). O mundo, todavia, transformava-se. Emergiam novas nações que não se sentiam beneficiadas pela estrutura do comércio internacional. Nesse contexto, surgiu a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL), um grupo de economistas coordenado por Raúl Prebisch que passou a pensar o comércio internacional da perspectiva do mundo em desenvolvimento. As conclusões da CEPAL foram revolucionárias. Segundo Prebisch e sua equipe, a dinâmica do comércio internacional vigente em meados do século XX, que opunha um centro exportador de produtos de alto valor agregado a uma periferia agroexportadora, gerava uma situação de deterioração dos termos de troca em prejuízo do mundo em desenvolvimento, cujos produtos perderiam valor, ao longo do tempo, em face daqueles dos países desenvolvidos. Nesse sentido, concluiu a CEPAL, o comércio internacional, no lugar de promover o desenvolvimento dos países periféricos, era indutor de crises recorrentes em seus balanços de pagamentos.

As teorias cepalinas romperam a hegemonia do pensamento clássico em comércio internacional e incentivaram uma maior articulação entre os países menos desenvolvidos, o que levou à criação de importantes foros políticos com o objetivo de promover um comércio internacional que seja, de fato, indutor do desenvolvimento dos diversos Estados, como, por exemplo, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e o Grupo dos 77. É importante notar que essa maior articulação entre as nações periféricas resultou em importantes conquista, como as relativas à criação de regras comerciais mais favoráveis aos países pobres.

Em 1994, foi criada a Organização Mundial do Comércio (OMC), a qual passou a conferir maior institucionalização ao intercâmbio multilateral global. Após anos sob o comando dos países centrais, em 2013, finalmente, a organização passou à direção de um nacional do mun-

do em desenvolvimento, o brasileiro Roberto Azevêdo. Embora Azevêdo não assuma o cargo em nome do seu país, é evidente que sua trajetória pessoal e profissional influenciará no modo como ele exercerá a **diretoria geral**[1] da OMC. Por ter sido, durante anos, representante brasileiro nessa organização, Azevêdo é mais sensível aos anseios dos países em desenvolvimento. Pode-se considerar, portanto, que sua eleição é uma vitória de todos que almejam um comércio internacional mais justo.

Nas últimas décadas, o comércio internacional passou por transformações notáveis no sentido de tornar-se, cada vez mais, um vetor de desenvolvimento global, **e isso deve-se, em grande medida, à atuação coerente e articulada do mundo periférico**[2]. Nesse sentido, a eleição de um nacional dessa parte do planeta para a diretoria geral do principal órgão de regulação do intercâmbio mundial suscita perspectivas animadoras quanto ao futuro da vertente desenvolvimentista do comércio internacional.

Aspectos macroestruturais: 16,25/30
Aspectos microestruturais: 28/30
Palavras em excesso: 58 (-11,6 pontos)

Marcações da banca
[1] Ortografia (hifenização)
[2] Construção do período / colocação de termos

EXERCÍCIO 1

As fábulas indígenas têm uma participação intensa na literatura oral brasileira, mas sempre através da interpretação mestiça, mudados os termos, substituído o herói, trocadas às vezes as finalidades do conto por efeito da influência catequista. O mestiço transmite a fábula indígena aproveitando quanto não contrarie sua maneira pessoal de viver, agir e compreender. As égides indígenas não satisfazem a mentalidade do mameluco e do caboclo. Transfere, para a estória, os valores que o impulsionam e justificam, aos seus olhos, a conduta.

Luis da Camara Cascudo. Literatura oral no Brasil. 2.ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio/INL, 1978, p. 97 (com adaptações).

Com base no fragmento acima apresentado, discuta como a ideia de "interpretação mestiça" repercutiu nos movimentos sociais e culturais do Brasil no século XX.

Extensão do texto: 120 a 150 palavras
[valor: 20 pontos]

LEONARDO ROCHA BENTO (18,07/20)

A temática da mestiçagem é aspecto indissociável da elaboração da identidade brasileira. Por ser mestiço, o povo brasileiro não compartilha a mesma interpretação da realidade dos povos que o originaram e adapta peculiaridades culturais dessas nações ao modo de viver local, o que se expressou em manifestações socioculturais, no século XX.

A interpretação mestiça da realidade foi característica dos escritores modernistas, como evidenciam a obra Macunaíma, de Mário de Andrade, que reuniu influências culturais diversas, a fim de definir o indivíduo autenticamente brasileiro, e as análises de Gilberto Freyre sobre as relações entre africanos e portugueses. Essa interpretação fortaleceu-se depois, repercutindo na difusão de movimentos socioculturais de valorização da mestiçagem e das etnias formadoras da nação. Nas artes cênicas, ela foi adotada pelo Teatro Experimental do Negro, que promoveu discussões sobre as desigualdades sociais brasileiras; na música, ela foi utilizada pelo movimento tropicalista, que enfatizou a miscigenação nas composições.

Aspectos macroestruturais: 8,07/10
Aspectos microestruturais: 10/10

PEDRO MEIRELLES REIS SOTERO DE MENEZES (18,07/20)

É amplamente aceita, hoje, a constatação de que a cultura e sociedade brasileiras são formadas por aportes de diferentes. Neste processo de assimilação, no entanto, cada fragmento absorvido sofrerá uma adaptação, uma interpretação segundo as características e interesses dos grupos envolvidos. A adaptação, por mestiços, das tradições indígenas é excelente exemplo deste fenômeno. No século XX, o movimento que primeiro explicita este processo é o Modernismo, fazendo dele uma de suas pedras angulares. Esta “antropofagia” consciente de elementos estrangeiros e nacionais será algo repetido no cinema novo, na tropicália e em outros movimentos. O Estado brasileiro também praticou esta “interpretação mestiça”: o Estado Novo buscou na cultura popular elementos para combater os regionalismos e tentar criar uma cultura nacional com ele identificada. Esta apropriação de elementos alheios para fins próprios continuou, no século XX, a ser uma constante na vida social e cultural do Brasil.

Aspectos macroestruturais: 8,07/10
Aspectos microestruturais: 10/10

LUIZ HENRIQUE ELLER QUADROS (17,63/20)

Em sua obra Literatura oral no Brasil, Luis da Camara Cascudo afirma que o processo de formação da tradição oral pátria se caracterizou pela "interpretação mestiça" das lendas ameríndias. De acordo com esse conceito, a população multiétnica do Brasil teria selecionado elementos da cultura autóctone com base em visão de mundo própria, influenciada por valores de outros povos formadores, como o catolicismo europeu.

Essa interpretação foi um dos elementos mais importantes no pensamento modernista do século XX. No campo social, autores, como Gilberto Freyre, buscaram valorizar a formação multiétnica da população brasileira. No campo artístico-cultural, a fusão de elementos estrangeiros e autóctones, para formar estética brasileira original, foi defendida, por exemplo, por Oswald de Andrade em seu "Manifesto antropofágico". Para esses autores, a interação entre culturas seria característica indissociável da nacionalidade brasileira, reflexo da mestiçagem que singularizou a formação do país.

Aspectos macroestruturais: 7,63/10
Aspectos microestruturais: 10/10

MENOR NOTA (13,45/20)

As fábulas indígenas são parte integrante da cultura oral e do folclore brasileiros, em especial nas regiões interioranas do país. Personagens fantásticos, como a Cuca, o Curupira e a Iara, fazem parte do imaginário coletivo nacional; a maneira como a maioria das pessoas os conhece, no entanto, não é a original, mas decorrente daquilo que Luís da Câmara Cascudo chamou “interpretação mestiça”.

De acordo com Câmara Cascudo, ao ter contato com uma fábula indígena, aquele que não é índio a adapta a sua realidade antes de **retransmití**-la. Essa seria a interpretação mestiça – mameluca, cabocla – que, embora não tenha preservado a integralidade das referidas fábulas, teve enorme repercussão nos movimentos sociais e culturais brasileiros do século XX, uma vez que é a interpretação mestiça que torna as lendas autóctones do nosso país conhecidas de toda a população.

Aspectos macroestruturais: 4,45/10 Aspectos microestruturais: 9/10

Marcações da banca
[1] Acentuação

EXERCÍCIO 2

(...)
Porque os homens não me escutam! Por que os governadores
Não me escutam? Por que não me escutam
Os plutocratas e todos os que são chefes e são fezes?
Todos os donos da vida?
Eu lhes daria o impossível e lhes daria o segredo,
Eu lhes dava tudo aquilo que fica pra cá do grito
Metálico dos números, e tudo
O que está além da insinuação cruenta da posse.
E se acaso eles protestassem, que não! que não desejam
A borboleta translúcida da humana vida, porque preferem
O retrato a óleo das inaugurações espontâneas,
Com béstias de operário e do oficial, imediatamente inferior,
E palminhas, e mais os sorrisos das máscaras e a profunda comoção,
Pois não! Melhor que isso eu lhes dava uma felicidade deslumbrante
De que eu consegui me despojar porque tudo sacrifiquei.
(...)

Mário de Andrade. A meditação sobre o Tietê. In: Poesias completas.
São Paulo: Martins, 1974, 4.ª ed., p.311-2, (com adaptações).

Com base no texto acima apresentado, discorra sobre as recentes manifestações públicas nos planos nacional e internacional, relacionando-as, em especial, ao fragmento: “Por que os governadores / Não me escutam? Por que não me escutam / Os plutocratas e todos os que são chefes e são fezes?”.

Extensão do texto: 120 a 150 palavras
[valor: 20 pontos]

LUIZ HENRIQUE ELLER QUADROS (17,07/20)

Recentes manifestações populares no Brasil e em outros países denunciaram o distanciamento entre as populações de Estados democráticos e seus líderes eleitos. Em seu poema “A meditação sobre o Tietê”, Mário de Andrade exprime visão análoga, ao demonstrar indignação com a indiferença dos poderosos em face de seu anseio por renovação.

As contradições existentes em uma sociedade, para que sejam superadas, requerem meios que permitam o diálogo constante entre representantes e representados. Quando a comunicação entre esses dois grupos é obstruída, perde-se o dinamismo da democracia e, muitas vezes, a legitimidade dos governantes é questionada. Tanto nas manifestações populares quanto na diatribe de Mário de Andrade, é essa vontade de participação no processo político que se revela. Em um como em outro caso, há desejo de mudança, que é legítimo e que deve ser considerado como contribuição positiva para o processo democrático.

Aspectos macroestruturais: 7,07/10
Aspectos microestruturais: 10/10

MARIANA FERREIRA CARDOSO DA SILVA (16,95/20)

Mário de Andrade, liderança do Modernismo brasileiro, sacrificou a naturalidade de estilo, adquirindo "pedantismo às avessas", na expressão de Antonio Candido, para o êxito de seu projeto de tradicionalizar o passado cultural do país. Diferiu, desse modo, da atitude, comum à época, de negar tradições locais e de buscar inspiração em obras estrangeiras - comportamento que intitulou "moléstia de Nabuco".

A analogia entre a atitude de Mário e as manifestações públicas contemporâneas é deveras elucidativa. A negação do sistema político vigente é inócua, se não houver disposição para aperfeiçoá-lo. O arcabouço político-constitucional é o ponto de partida para qualquer mudança e as vias democráticas são o único caminho legítimo para o aprofundamento da cidadania. Os protestos recentes parecem indicar a conscientização da juventude sobre a importância da participação democrática; para que as lideranças a escutem, é preciso, contudo, que se disponham a contribuir nos processos de mudança.

Aspectos macroestruturais: 6,95/10
Aspectos microestruturais: 10/10

FLÁVIA CRISTINA DE LIMA FERREIRA MAGRINI (16,63/20)

A ideia atual de democracia baseia-se na necessidade de que os bens públicos sejam administrados de acordo com a vontade popular. Desse modo, é democrático aquele regime que se estabelece por meio da liberdade de expressão, do direito de voto e da transparência. Frequentemente, a cobiça e a vaidade distanciam governadores em relação a governados, e o poder transforma-se em meio de dominação.

As manifestações públicas, nacionais e internacionais, que ocorreram nos últimos anos, podem ser analisadas como reações contra situações em que a manutenção do poder não promove o bem-estar social. As manifestações são protestos contra a desatenção dos representantes em relação às necessidades dos representados, são formas de o povo interromper as "palminhas" e "os sorrisos de máscaras", palavras com as quais Mário de Andrade identificou o cinismo dos plutocratas e dos governantes autoritários.

Aspectos macroestruturais: 6,63/10
Aspectos microestruturais: 10/10

MENOR NOTA (10,44/20)

Em "A meditação sobre o Tiête", Mário de Andrade expressa insatisfação com os governantes que não o escutam apesar de ele saber o que fica "pra cá do grito", isto é **qual os**[1] desejos que levam o povo a protestar. O sentimento de desencontro entre governos e demandas populares motivou protestos no mundo árabe e no Brasil. **Em ambos os casos**[2] reivindicações são difusas e há dificuldade em saber exatamente aquilo que, no poema, Andrade afirmou saber.

Os protestos brasileiros e a Primavera Árabe não são idênticos. O Brasil não vive uma situação de instabilidade política decorrente desses protestos e o governo tem buscado estabelecer diálogo com a população. Contrariamente, alguns países árabes vivem guerras civis e os envolvidos não conseguem **estabelecer comunicação entre si. Mário de Andrade era brasileiro**[3], mas no que diz respeito à comunicação entre governo e cidadãos, **na atualidade, seu poema representa melhor outros países**[4].

Aspectos macroestruturais: 4,44/10
Aspectos microestruturais: 6/10

<u>Marcações da banca</u>

[1] Concordância

[2] Pontuação

[3] A banca marcou erro de pontuação nessa linha.

[4] Colocação de termos

HISTÓRIA DO BRASIL

QUESTÃO 1

Disserte acerca das relações entre a Inglaterra e o Brasil no período compreendido entre 1808 e 1831.

Extensão do texto: máximo de 90 linhas
[valor: 30 pontos]

GUILHERME RAFAEL RAICOSKI (30/30)

As relações entre Brasil e Inglaterra durante o período joanino e o Primeiro Reinado tiveram em comum uma dinâmica enquadrada em uma lógica de dependência assimétrica. O determinante fundamental para a estruturação de uma lógica claramente de centro e periferia, para além do evidente desequilíbrio de poder entre as partes, foi o interesse das elites dirigentes nacionais em manter a continuidade dinástica em contextos de instabilidade. Em ambos os contextos, a dinâmica foi marcada por concessões da América Portuguesa e do Brasil à Inglaterra em favor da manutenção dinástica dos Bragança à frente do Estado em processo de emancipação, com escassos ensaios de autonomia, fatores que implicaram a periferização do Brasil e sua inclusão na órbita de influência direta do Império Britânico.

O processo de reprodução da relação de dependência Inglaterra-Portugal para os vínculos Inglaterra-Brasil, que seria a marca de todo o Brasil Imperial, teve início por condicionantes das disputas de poder europeias, em particular as Guerras Napoleônicas. O dilema posto ao regente Dom João VI apresentou-se com a escolha difícil entre respeitar o Bloqueio Continental imposto pela França e encarar provável ruína econômica devido à sua satelitização econômica em relação à Inglaterra, ou manter o comércio com o Império Britânico e enfrentar possível invasão e derrubada da dinastia de Bragança. A solução encontrada foi a transmigração da Corte, que se instalaria no Rio de Janeiro, sob os amparos e proteções da esquadra inglesa. A contrapartida pretendida por George Canning, à frente dos negócios estrangeiros britânicos, seria o acesso direto ao mercado da América Portuguesa via um porto de comércio exclusivo, preferencialmente na região de Santa Catarina. Dom João, cioso de criar tal vínculo preferencial, decide uma solução de caráter mais autônomo, de cunho liberal, ao decidir, em escala em Salvador, pela abertura dos portos do Brasil a todas as nações "amigas", orientado pelos conselhos smithianos de José da Silva Lisboa.

Não obstante esse ensaio autônomo, sua efemeridade seria determinada pela posição de fragilidade portuguesa. Os plenipotenciários de Canning, buscando a contrapartida pela continuidade da dinastia Bragança, arrancaram aos negociadores portugueses os tratados de 1810. Estes inauguraram a relação de tratados desiguais que seria a marca do processo de independência do Brasil entre 1808 e 1831. Os produtos ingleses teriam acesso ao mercado brasileiro mediante pagamento de tarifa "ad valorem" de apenas 15%, inferior à taxa de 16% sobrada de produtos fretados por navios portugueses. Ainda, criaram-se direitos de extraterritorialidade, em que a soberania de Bragança sobre a América Portuguesa seria flexibilizada, pois súditos ingleses contariam com jurisdição de tribunais ingleses, escapando à competência jurisdicional lusa. Por fim, marca-se o início da cruzada inglesa contra o tráfico de escravos africanos, ao se iniciar processo, complementado no contexto do Congresso de Viena, em que Portugal deveria se abster de promover tráfico no Atlântico norte e em territórios da costa da África que não estivessem sob soberania do Império Português.

No contexto americano, as expedições militares de Dom João em represália ao eixo Paris-Madri contaram com posicionamentos diversos do ingleses. Estes apoiaram a ocupação de Caiena, que furtou o acesso francês à Bacia Amazônica, mas foram menos entusiastas das duas intervenções contra Artigas na Banda Oriental e se opuseram à incorporação da Bacia Cisplatina em 1821. Tal incorporação revela algum espaço para conduções dos negócios externos de Bragança, por expressar o interesse histórico em garantir acesso à navegação do Prata. No Congresso de Viena, em que Castlereagh consegue levar os portugueses à mesa secundária das potências em concertação, por influência britânica para garantir o princípio da legitimida-

de, Portugal restitui Caiena à dinastia Bourbon reinstaurada e logra, com apoio inglês, elevar a colônia ao patamar de Reino Unido a Portugal e Algarve.

Os desafios ensejados pela rebelião liberal do Porto, no contexto da primeira leva da Era das Revoluções descrita por Eric Hobsbawn, obrigam o retorno de D. João VI a Portugal e precipitam uma ruptura política até então inesperada e indesejada pelas elites brasileiras associadas aos cortesões da metrópole interiorizada. Após breve guerra de independência, em que houve larga participação de mercenários britânicos, a questão fundamental que se impunha era o reconhecimento da independência sob a soberania de Dom Pedro. A historiografia, em vertente endossada por Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, costuma indicar que a independência já se encontrava consolidada não apenas pelos esforços nacionais e pelo consenso conjuntural intraelites em favor de Dom Pedro, mas pelo interesse inglês na independência brasileira, vez que implicaria acesso direto à porção mais rica do Império Português sem mais nenhum constrangimento implícito à relação com os lusos. Dom Pedro alijou as elites nacionais do processo de negociação da independência ao afastar José Bonifácio e manter o Parlamento fechado até 1826, fazendo concessões extremas aos plenipotenciários de Canning, novamente à frente dos negócios estrangeiros. Estes serviram como representantes de Portugal e negociaram o tratado de 1825 entre Brasil e Portugal, que previu: indenização de 2 milhões de libras; o conceito de que a independência fora concessão, e não conquista; o compromisso em não buscar anexar territórios lusos na África; e a manutenção do título de imperador para Dom João. A contrapartida exigida pela Inglaterra consubstanciou-se nos tratados de 1827, em que as preferências tarifárias que inundaram o Brasil com têxteis ingleses nos 17 anos anterior foram reafirmados por mais 15 anos e em que o Brasil assumiu o compromisso de eliminar o tráfico de escravos até 1830. As medidas foram insidiosas para o interesse nacional conforme interpretado pelas elites, pois gerava a perspectiva de estrangulamento da principal oferta de mão de obra e a realidade de que a receita do Estado, à época advindas principalmente de tarifas alfandegárias, seria reduzida. Gera-se, assim, um dos paradoxos fundamentais da estratégia externa de Dom Pedro: ao subordinar os interesses da elite nacional à sua leitura de inexorabilidade do reconhecimento inglês a qualquer custo em favor da manutenção do trono para os Bragança, Dom Pedro corroeu sua base de apoio entre as elites, fato que precipitou sua renúncia em 7 de abril de 1831.

Outro fato que contou com protagonismo inglês foi a mediação na Guerra da Cisplatina. O conflito entre Brasil e Províncias Unidas, iniciado a partir do apoio buenairense aos “33 orientales” que declararam o desejo de vincular a Cisplatina às Províncias Unidas no Congresso da Flórida, contou com participação massiva dos mercenários ingleses em ambos os lados, além de desorganizar o comércio inglês com ambos os países. O impasse na guerra levou a Inglaterra a mediar, exitosamente, a Convenção Preliminar de Paz de 1828, em que se garantiu a livre navegação do Prata e a independência uruguaia, que seria, em palavras atribuídas ao plenipotenciário inglês, um “algodão entre dois cristais”.

As relações entre 1808 e 1831 de Brasil e Inglaterra foram marcadas pela continuidade nas relações de dependência, ensejadas, sobretudo, pela continuidade na estratégia externa dos Bragança em submeter o país à tutela inglesa com vistas à continuidade da Coroa. Não obstante, os efeitos negativos para as elites nacionais decorrentes desses arranjos foram, justamente, a raiz do colapso de legitimidade que levou à entrópica Regência.

PEDRO MEIRELLES REIS SOTERO DE MENEZES (28/30)

Tanto Portugal quanto mais tarde o Brasil independente mantiveram relação próxima, porém marcada por tensões e pela dependência, com a Inglaterra nos 23 anos que seguiram à chegada da família real à América. A dependência, no plano externo, teve origem principalmente na configuração econômica de Portugal e do Brasil, sobremaneira dependentes das rotas do Atlântico para sua inserção internacional e para a viabilização de sua produção. Houve, no entanto, episódios constantes de tensão entre esta dependência estrutural e esforços para resisti-la e minorá-la.

O Estado português, no início do século XIX, é financeiramente dependente das rendas tributárias e do comércio oriundos de sua colônia americana. Em um contexto de polarização do sistema europeu entre Inglaterra e França, a elite portuguesa se vê dividida entre “anglófilos” e “francófilos”, e pressionada fortemente pelas potências rivais. Com o Decreto de Berlim de 1806 e o Bombardeio de Copenhagen pelo Almirante Nelson, França e Inglaterra deixam claro que não aceitarão neutralidade ou ambiguidade em seus sistemas de alianças. Com a revelação do tratado de Fontainebleu, que previa o desmembramento de Portugal entre França, Espanha e Manuel de Godoy e a permissão de passagem de tropas francesas pela Espanha, a facção anglófila, liderada pelo Conde da Barca, vence o debate interno e é decidida a transferência da corte para o componente dinâmico do Império: o Brasil. Tal escolha implica em um aprofundamento da dependência para com a Inglaterra, pois é a única fiadora de um traslado seguro e de um possível retorno à Europa.

Meros dias após a chegada em Salvador, no entanto, Dom João VI ensaia movimento de independência, ainda que não de resistência explícita, em relação ao domínio inglês: a abertura dos portos. Assessorado ainda no trânsito pelo Conde de Belas e, na chegada, pelo futuro Visconde de Cairú, o príncipe regente decide empreender abertura de comércio no Brasil a todas as nações amigas em regime de tarifas igualitárias e relativamente baixas. Alguma forma de abertura era, certamente, inevitável, pois uma manutenção do exclusivo comercial sem o eixo metropolitano implicaria um fechamento total do Império Português ao comércio. A forma como se deu esta iniciativa, no entanto, estava longe de ser pré-determinada, e não agradou aos interesses ingleses. Não tardou para que os efeitos da insatisfação inglesa se fizesse sentir. Desde a sua chegada no Rio de Janeiro o ministro inglês Strangford aplica enorme pressão à corte portuguesa que, ciente de suas limitações, cede em 1810. Assinam-se neste ano um tratado de aliança, um comercial e um, menos importante, sobre o envio de paquetes entre os dois países. As disposições favoráveis à Inglaterra são extensas: teria ela tarifa de 15% na importação de seus produtos (frente a 24% de outras nações e 16% de Portugal); humilhante extraterritorialidade, na figura do Juiz Conservador da Nação Inglesa; o direito de atracar e cortar madeira na costa brasileira e outras ainda. As disposições em favor de Portugal se resumiram, em verdade, ao reconhecimento da casa de Bragança como única representante do império português, em uma clara preponderância de interesses dinásticos sobre políticas de Estado, algo repetido em certa medida no processo de independência, como veremos adiante.

Apesar deste reforço da supremacia inglesa, Dom João percebe no Brasil uma base para ação autônoma, promovendo a reforma e a criação de instituições estatais no Brasil, "interiorizando" a metrópole na América. A elevação do Brasil a Reino Unido em 1815 e o expansionismo na bacia do Prata atestam este viés dinâmico e independente. Este ímpeto, no entanto, será tolhido pela Revolução Liberal do Porto, em 1820. Dentre os fatores responsáveis pelo movimento, certamente a relação com a Inglaterra é um dos mais fortes: a burguesia comercial que agora se revoltava havia sido o setor mais prejudicado pelo predomínio comercial inglês no Brasil, e enquanto Dom João VI promovia o adensamento institucional do Brasil, Portugal era, de fato, governado pelo representante inglês – Lord Beresford. Sob pressão no Rio de tropas leais às cortes e sem controle sobre Portugal, Dom João parte para Lisboa, deixando seu primogênito no Brasil, como proteção à dinastia frente a qualquer "aventureiro" – iniciativa apoiada pela Inglaterra.

As tensões da corte resultam na proclamação da independência e, com ela, novo reforço da supremacia inglesa. Para existir politicamente, o novo país precisaria do reconhecimento da grandes potências da época. Mas, para além disso, sua sobrevivência econômica dependia da exportação e, portanto, da Inglaterra,, que detinha a maior armada mercante e de guerra. O caso das negociações para a independência brasileira é único, pois tratou-se de relação tripartite. AA Inglaterra era a maior interessada em um reconhecimento célere, pois desde o bloqueio continental o Brasil era um mercado importantíssimo. Pelo tratado de 1810, no entanto, dependia do reconhecimento português para que pudesse também fazê-lo. Em um primeiro momento José Bonifácio, Ministro da Guerra e dos Estrangeiros, empreende negociação com base em política de Estado, sendo intransigente com as demandas excessivas de Portugal Inglaterra. Segundo Rubens Ricupero, o estadista estava ciente de que motivos de ordem econômica e o vencimento, em 1817, das disposições de 1810, impeliriam a Inglaterra a reconhecer, eventualmente, o Brasil. Sua queda, no entanto, resulta em controle mais direto, por parte de Pedro I, das negociações, e e com a isso a colocação de interesses dinásticos em pauta. O impasse entre Brasil e Portugal é quebrado por intermédio de Charles Stuart, diplomata inglês a serviço de Portugal. Com esta mudança de postura o Brasil aceita termos extremamente favoráveis tanto a Portugal quanto à Inglaterra, que consegue uma transferência sem sobressaltos do domínio que tinha sobre a metrópole para o novo país. O Brasil assumiria a dívida vultuosa de Portugal com bancos ingleses, reconheceria e renovaria os compromissos comerciais de 1810 e se comprometeria a abolir o tráfico de escravos em no máximo três anos. O preço cobrado pelos ingleses por uma separação sem grandes rupturas com Portugal foi considerado extremamente alto, e a queda de Pedro I reflete, em parte, uma reação da elite brasileira a estas exigências. O interesse inglês no cone sul será, ainda, a causa para a solução do Império com as Províncias Unidas do Prata ter tomado sua forma final.Em 1828, com os dois rivais exauridos militar e economicamente em sua luta pelo controle da banda oriental, foram os esforços de mediação ingleses que resultaram na criação de um Estado-tampão, o "algodão" que amorteceria tensões e atritos, na expressão de Ponsonby. A criação do Uruguai foi a solução inglesa para o bloqueio do Prata pelo Brasil e para um quadro de instabilidade e insegurança para seus comerciantes.

A exposição acima ilustra momentos de maior influência e dominância da Inglaterra, impondo seus interesses geopolíticos e econômicos, e momentos de reação e iniciativas autônomas por parte de Portugal e, mais tarde, do Brasil. A questão do comércio de escravos demonstra este contraste de forma sucinta: a edição da lei de 1831 abolindo o tráfico é uma vitória inglesa imposta a uma elite escravocrata. A não- aplicação da lei, no entanto, mostra que a elite consegue impor limites a esta influência. A progressiva solidificação institucional e a prosperidade do café possibilitarão que, ao longo do século XIX, os momentos de resistência se tornem mais coesos e constantes, culminando no rompimento de relações da questão Christie em 1863.

LETICIA DOS SANTOS MARRANGHELLO (27/30)

As relações entre Brasil e Inglaterra entre 1808 e 1831 foram intensamente marcadas pelo contexto internacional e pela conjuntura política brasileira. Nesse contexto, podem-se destacar as relações comerciais; a pressão quanto ao tráfico de escravos e a independência do Brasil. Assim, as relações bilaterais eram do interesse de ambos, mas havia uma importante assimetria devido ao fato de a Inglaterra ser a maior potência mundial.

Em 1808, no contexto das guerras napoleônicas, houve a transmigração da corte portuguesa para o Brasil, o que contou com o auxílio inglês em questões de política e segurança. Devido ao Bloqueio Continental imposto pela França à Inglaterra, esta tinha problemas para realizar comércio com o continente europeu, inclusive devido à guerra que lá acontecia. Nesse contexto, ganha importância para a Inglaterra o mercado brasileiro. Ao chegar ao Brasil, Dom João decretou a abertura dos portos às nações amigas. Apesar de essa medida ser benéfica para as importações provenientes da Inglaterra, não foi uma exigência inglesa. Ao contrário, tratava-se de medida baseada na ideologia liberal de Adam Smith, sugerida ao regente pelo Visconde de Cairu. À Inglaterra interessava obter vantagens especiais no comércio com o Brasil. Além disso, a Coroa portuguesa estava em dívida com a Inglaterra, devido ao auxílio na transmigração da Corte. Assim, em 1810, foram assinados tratados de amizade e comércio que davam diversas vantagens aos ingleses. Por exemplo, eles passavam a ter direito a serem julgados por um juiz conservador no Brasil, e suas importações pagavam taxa de apenas 15%, inferior inclusive aos produtos provenientes de Portugal. Com efeito, diversos autores consideram que esses foram tratados desiguais, devido à desproporção das cláusulas em favor da Inglaterra. É necessário considerar que Portugal já tinha relações muito próximas à Inglaterra e que lhe interessava esse tipo de relacionamento no contexto do sistema internacional, visto que Portugal era uma potência decadente e um país pequeno na Europa e havia-se aliado aos ingleses em diversas ocasiões nas guerras sistemas destes contra a França, o que tinha rendido algumas vantagens aos portugueses em relação à Espanha (aliada da França, em várias ocasiões).

Apesar de as relações bilaterais também serem relevantes para os ingleses, já na década de 1810 começaram atritos devido ao tráfico de escravos para o Brasil. No início do século XIX, começavam os movimentos internacionais pela abolição da escravidão, que era a base de trabalho para a grande lavoura brasileira. Há divergências sobre o motivo para os ingleses pressionarem por essa causa, um dos mais plausíveis parece ser a emergência do movimento Quacker, com campanhas de caráter humanitário pelo fim da escravidão. O tema ganhava relevância internacional e chegou a ser discutido no Congresso de Viena. Assim, o Brasil acabou consentindo com a Inglaterra em medidas como o direito de visita a embarcações suspeitas de estarem traficando escravos de certas regiões da África para o Brasil. Num primeiro momento, a supressão do tráfico foi geográfica (ao Norte do Equador), mas depois a pressão tornou-se generalizada, sobre todo o tráfico de escravos para o Brasil. Tanto as questões comerciais quanto a do tráfico de escravos foram retomadas quando da independência.

O Brasil tornou-se independente de Portugal em 1822 e passou a concentrar esforços de sua política externa na obtenção do reconhecimento nacional. Amado Cervo argumenta que o Brasil abriu mão de várias vantagens em negociações com a Inglaterra naquele período, pois à Inglaterra também interessava reconhecer o Brasil e normalizar relações. De fato, a Inglaterra tinha relações comerciais próximas com Portugal desde muito tempo, como demonstra o Tratado de Methuen (1703), e o Brasil era o maior mercado, a região com maior potencial

no império português. Consequentemente, não interessava à Inglaterra romper relações comerciais. O Brasil, porém, cedeu-lhe grandes vantagens no processo de reconhecimento. Em primeiro lugar, cabe ressaltar que a Inglaterra mediou o reconhecimento do Brasil por Portugal, contribuindo para que se chegasse a um tratado aceitável para ambos. Nesse sentido, foi importante o papel do inglês Charles Stuart, que representou os interesses portugueses na ocasião. A Inglaterra já teve vantagens com o tratado entre Brasil e Portugal, uma vez que o Brasil comprometeu-se a pagar uma indenização a Portugal, o que fez com empréstimo inglês. Apos esse tratado, passou-se à negociação do reconhecimento do Brasil pela Inglaterra (esta esperou estar concluído o processo com Portugal, devido à aliança antiga com este país). Nessa ocasião, interessava aos ingleses replicar com o Brasil independente o sistema de vantagens que a Inglaterra tivera quando o Brasil era colônia portuguesa. Desse modo, os tratados assinados replicam, em grande medida, o que já se tinha firmado em 1810. Os ingleses permanecem com a tarifa preferencial de 15% para suas importações para o Brasil, também permanecem com os direitos referentes ao juiz conservador, alem de liberdade de culto. Além disso, determinou-se que o Brasil extinguiria o tráfico de escravos 3 anos depois de ratificada a convenção (o que se deu em 1827). Percebe-se que os termos do tratado eram pouco vantajosos ao Brasil, o que pode ser explicado pela prioridade de ver a independência reconhecida pela maior potência da época, bem como pela não participação da sociedade brasileira no processo de negociação dos tratados. De fato, o Parlamento não participou da elaboração do dito tratado e muito o criticou posteriormente, chegando inclusive a estender a todas as demais nações a tarifa preferencial dada aos ingleses, o que prejudicou a arrecadação de impostos. Quanto à escravidão, criou-se um problema que iria repercutir ao longo do século XIX, sendo apenas resolvido com a Lei Eusébio de Queirós (1850). Em 1831, foi aprovada a abolição do tráfico de escravos, mas a medida não era do interesse da elite brasileira, portanto, não foi cumprida. Assim, geraram-se várias tensões bilaterais.

A Inglaterra também teve importância nas relações regionais do Brasil. É o caso da Guerra da Cisplatina entre Brasil e Argentina, que foi causada pela separação unilateral da província Cisplatina do Império do Brasil e sua posterior incorporação à Argentina. Como nenhuma das partes conseguiu vencer a guerra, a Inglaterra mediou o conflito, levando à independência do Uruguai, como um "algodão entre dois cristais" na região do Prata.

Apesar de as relações terem sido desequilibradas entre Brasil e Inglaterra, devido à maior força militar, política e econômica desta, foram relações úteis e importantes para o Brasil. Por exemplo, à Inglaterra de fato interessava a independência e a estabilidade do Império brasileiro, tanto por motivos econômicos quanto por ver com simpatia a única monarquia da América. Assim, na conjuntura da independência, foi importante o Memorando Polignac, com o qual a Inglaterra conseguiu compromisso francês de não intervir nas independências. Além disso, a Inglaterra foi o garantidor de fato da Doutrina Monroe, dos EUA, que estabelecia o princípio da América para os americanos e visava a afastar a interferência europeia dos processos de independência no continente. Na época, os EUA não tiveram condições bélicas de impedir essas intervenções, e foi o apoio inglês à Doutrina que a sustentou.

Desse modo, as relações entre Brasil e Inglaterra foram centrais para a política externa brasileira de 1808 a 1831 (da transferência da Corte ao fim do I Reinado). A Inglaterra era o principal mercado para as exportações brasileiras (ainda não havia ocorrido a grande expansão das exportações de café) e uma importante fonte de crédito. As relações, no entanto, foram marcados tanto pela diferença do poder de que os dois dispunham no sistema internacional quanto pela conjuntura interna instável no Brasil, que impunha algumas prioridades e restrições. Apesar disso, pode-se dizer que as relações eram importantes para ambos e que, apesar de pressões em vários momento, a Inglaterra tinha interesse de preservar a amizade do Brasil.

MENOR NOTA (11/30)

As relações entre a Inglaterra e o Brasil, no período entre 1808 e 1831, são, em grande medida, um reflexo da relação que existia entre Portugal e Inglaterra. Desde do final do século XVIII, Portugal havia se tornado crescentemente dependente da Inglaterra. Uma série de tratados comerciais foram assinados entre os dois países, consolidando a dependência de Portugal e culminando com o Tratado de Methuen de 1703. Ao mesmo tempo, Portugal conservava sua posição como potência colonial justamente devido à proteção inglesa. De acordo com Sinésio Goes, o mesmo diplomata inglês que negocia o Tratado de Methuen é aquele que promove a participação portuguesa na guerra entre Inglaterra e França no início do século XVIII, levando à assinatura dos tratados de Utrecht, em que se define a posse portuguesa de Sacramento e os limites entre as posses francesas e portuguesas na América do Sul. Essa relação de subordinação e proteção entre Portugal e Inglaterra estende-se por décadas, chegando até o início do século XIX.

A transmigração da corte portuguesa para o Brasil ocorre no contexto do bloqueio continental promovido por Napoleão. Como grande aliado da Inglaterra, Portugal não poderia respeitar a imposição francesa, restando a transmigração como forma de conservar o trono. A escolta dos navios portugueses é realizada pela marinha inglesa, e essa proteção afetará profundamente a relação da Inglaterra com o território brasileiro. Em 1810, assina-se um tratado entre ingleses e portugueses que concede amplos benefícios tarifários para os produtos ingleses, sacramentando o fim do exclusivo colonial. A Inglaterra, por sua vez, afirma que não reconhecerá nenhuma pessoa que proclame sua soberania sobre Portugal. Na medida em que as batalhas contra Napoleão avançam, o território de Portugal passa a ser administrado por um general inglês, e a Inglaterra consolida sua influência econômica no Brasil.

Após esse período inicial, D. João VI busca limitar de certa maneira a influência inglesa. No Congresso de Viena, os portugueses discordam das proposições inglesas de restrição da escravidão. No âmbito dos laços dinásticos, D. João VI demonstra sua intenção de afastar-se da Inglaterra ao casar seu filho, D. Pedro I, com uma princesa austríaca. No âmbito da América da Sul, o rei português contraria interesses ingleses ao promover incursões na Banda Oriental, levando à incorporação da Província Cisplatina em 1821.

Apesar desses esforços, a influência inglesa era por demais forte, sendo a subordinação portuguesa transferida para o Brasil no processo de independência. Apesar dos esforços de José Bonifácio, que afirmava que o reconhecimento da independência brasileira viria naturalmente com o tempo, o governo brasileiro buscou obter, por meio da concessão de benefícios, o reconhecimento de Portugal e da Inglaterra. As negociações com Portugal arrastaram-se por 3 anos, sendo que o acordo final entre Brasil e Portugal foi negociado por um plenipotenciário inglês. Um dos termos desse acordo referia-se ao pagamento de uma indenização a Portugal, sendo que os recursos seriam emprestados ao Brasil pela Inglaterra. O domínio inglês consolidou-se na assinatura dos Tratados de 1827, em que benefícios tarifários são concedidos para os bens ingleses e determina-se, em primeiro lugar, que cidadãos ingleses serão julgados por juízes especiais e, em segundo lugar, que o tráfico de escravas deverá ser proibido em até 3 anos. Essas determinações levam à Lei Feijó, de 1831, e a uma substancial redução dos impostos tarifários coletados pelo Brasil.

Se a influência econômica inglesa no Brasil foi institucionalizada em 1827, a influência política inglesa fica evidente no caso da Guerra Cisplatina de 1825 a 1828. Essa guerra surge a partir da reivindicação de independência da Cisplatina por parte de nacionalistas uruguaios

conhecidos como os “33 orientales”. Esse grupo solicita e obtém ajuda das Províncias Unidas, cujo sonho de recriação do Vice-Reino da Prata ainda estava vivo. O Brasil intervém na região, mas sofre várias derrotas em campo de batalha, criando um impasse militar em que nenhum dos lados conseguia obter uma vitória definitiva. Buscando defender seus interesses econômicos no Prata, a Inglaterra media o conflito, levando à conhecida solução do “algodão entre cristais”: a independência do Uruguai. Os interesses ingleses estavam protegidos, em um resultado que não agradava nem brasileiros nem argentinos. Além disso, a Inglaterra exigiu o pagamento de uma indenização pelo período de tempo em que o Brasil bloqueou o acesso à bacia do Prata.

As relações entre Brasil e Inglaterra no período entre 1808 e 1831 são caracterizadas pelos laços de subordinação que marcavam a relação entre Inglaterra e Portugal. Os ingleses tornam-se os principais parceiros econômicos e políticos do Brasil, havendo, nas décadas seguintes, momentos em que o Brasil busca limitar a influência inglesa, como no caso da tarifa Alves Branco, e momentos em que a Inglaterra impõe sua influência, cujo exemplo maior é a Lei Bill Aberdeen de 1845.

QUESTÃO 2

O Brasil manteve, na Primeira República, a política econômica da defesa das exportações, bem como a de atração de imigrantes e capitais. A respeito desse momento histórico, analise os seguintes aspectos:

- **iniciativas voltadas para a exportação de produtos brasileiros para a Europa;**
- **a mudança da lei alfandegária;**
- **as iniciativas no campo das imigrações.**

Extensão do texto: máximo de 90 linhas
[valor: 30 pontos]

JOÃO LUCAS IJINO SANTANA (25/30)

As políticas econômico-comerciais e imigratórias desenvolvidas por sucessivos governos ao longo da Primeira República denotam os interesses econômicos das oligarquias nacionais, em sua maioria, ligadas ao complexo agroexportador. Essa identidade de interesses entre elite política e elite econômica, embora nem sempre totalmente coincidentes, influenciou fortemente as iniciativas comerciais e imigratórias do Brasil em suas relações com os países europeus. Tais iniciativas concentraram-se em três frentes: política comercial, legislação alfandegária e política de imigração.

A Primeira República surge em contexto econômico marcado pela preponderância do café nas exportações brasileiras. O produto respondia por grande parte do comércio exterior brasileiro e sua defesa tornou-se uma constante ao longo de todo o período. A alta lucratividade, resultante da elevada demanda internacional pelo produto (Estados Unidos e Europa continental em plena *Belle Époque*) e dos ganhos de produtividade oriundos da introdução do trabalho remunerado em grande escala, em substituição ao trabalho cativo, geravam incentivos à expansão dos cafezais. Essa dinâmica, não raro, levaria a crises de superprodução que deprimiam o preço internacional do produto, levando a intervenções governamentais. Isso ocorreu em 1906 com o Convênio de Taubaté e em 1927 com a Caixa de Estabilização. No entanto, a República não foi só café. Tentativas de promover as exportações de outros produtos primários como o açúcar e a borracha (em plena expansão) podem ser associados à assimetria do Acordo de Reciprocidade Comercial Blaine-Mendonça – o primeiro dessa natureza desde os anos 1820 – por exemplo. No que diz respeito à borracha, é possível que a anexação negociada do Acre (Tratado de Petrópolis, 1903) tenha relação com a crescente importância comercial da extração do látex na Amazônia brasileira.

Gozando de um mercado cativo para seus produtos, notadamente café e borracha, no mercado estadunidense, a diplomacia comercial da Primeira República buscou expandir mercados na Europa. Para tanto, as legações brasileiras naquele continente adotaram estratégia de divulgação de nossos produtos em feiras internacionais. Em alguns casos, manifestou-se a preocupação de agentes diplomáticos brasileiros com a manutenção da qualidade do produto, a exemplo de José Maria da Silva Paranhos Junior – quando atuava junto ao governo de Berlim.

Do ponto de vista alfandegário, a Primeira República introduziu grandes inovações. Imbuída do espírito liberal e descentralizador, a Constituição de 1891 concedeu aos Estados federados a liberdade para tributar sobre suas respectivas exportações, reservando à união apenas os impostos de importação. Essa legislação possibilitou, na prática, que os Estados mais ligados ao complexo agroexportador desenvolvessem uma verdadeira "paradiplomacia financeiro-comercial", pois além de recolherem impostos de exportação, as unidades da federação podiam contrair empréstimos diretamente no exterior, independentemente da União.

Estatísticas da época relevam que os Estados comercialmente mais dinâmicos como São Paulo , Rio de Janeiro e Minas Gerais (exportadores de café) e o Acre (exportador de borracha) gozavam de mais acesso à liquidez internacional e, consequentemente, contraiam empréstimos mais vultosos. Entretanto, o lado negativo desse ativismo financeiro e comercial dos Estados foi o aumento substancial da dívida externa brasileira, sobretudo junto aos credores da city londrina. Ademais, a baixa capacidade de tributar do governo federal aumentou o descontrole das contas públicas, gerando sucessivas crises do balanço de pagamento.

No contexto do Encilhamento e das constantes crises de superprodução de café, o governo Campos Salles recorreu ao primeiro *Funding Loan* (1898) – um vigoroso plano de estabilização financeira de corte ortodoxo – a fim de recuperar o acesso do Brasil aos mercados internacionais de capitais. Diante de sua baixa capacidade tributária, o governo federal oferecia como garantia do empréstimo as rendas da alfândega do Rio de Janeiro.

A política de imigração da Primeira República traduz, igualmente, as preocupações do governo central em promover as exportações brasileiras, especialmente o café. Embora remonte às iniciativas de recrutamento de mão de obra europeia assalariada do Senador Vergueiro, uma política governamental sistemática e consciente para a imigração só ocorreria a partir dos anos 1870-1880, quando ficou claro que o fim do trabalho compulsório do elemento servil era uma questão de tempo.

Além da questão econômica, a imigração visou a um processo de "branqueamento" do elemento autóctone, em um contexto marcado pelo cientificismo e pelas doutrinas racistas e raciais de finais do século XIX. Influenciados por esse pensamento, autores como Oliveira Vianna defenderam a imigração como solução para supostos problemas raciais brasileiros.

Ao contrário do que ocorria na Argentina desde o governo Rocca (1880), a imigração para o Brasil gozou de pesados subsídios governamentais, que se puseram como uma necessidade frente às constantes queixas de imigrantes vindos para o Brasil com relação a maus tratos e péssimas condições de vida e de trabalho nas lavouras brasileiras. Ademais, desenvolveu-se verdadeira guerra propagandística entre a Argentina e o Brasil para atrair mão de obra europeia. Com efeito, a imigração em massa levou a constantes atritos entre o Brasil e chancelarias europeias. Exemplo cabal dessas tensões foi o decreto de naturalização emitido pelo Governo Provisório, contra o qual fizeram protestos contundentes os governos da Itália, Alemanha, Espanha e Portugal.

À guisa de conclusão, nota-se que tanto a política comercial, quanto a legislação alfandegária e a política de imigração da Primeira República atuaram em harmonia e de forma complementar. O objetivo último de todas elas foi realizar os interesses econômicos e ideológicos das oligarquias dominantes em um contexto de descentralização do poder e de enfraquecimento do poder central. Esse ideário perduraria hegemônico até a eclosão da Revolução de 1930.

VICTOR CAMPOS CIRNE (25/30)

A Primeira Repúbica representa um momento de tentativa de redefinição da inserção internacional brasileira. Para o grupo de republicanos históricos, sejam da vertente mais radical do Manifesto Republicano de 1870, sejam da vertente da Convenção de Itu de 1873, o Brasil era uma nação caracterizada pelo atraso, pelo insulamento internacional e pela escravidão. A Primeira República, tanto em sua geração original quanto na geração após a Primeira Guerra Mundial, buscou alterar esse panorama. Entretanto, a percepção de oportunidades foi exagerada e a implementação das políticas foi dificultada pela estrutura do Estado republicano, comprometendo o êxito dessas iniciativas.

No plano comercial, a integração com a economia norte-americana foi ainda mais aprofundada, em relação ao período imperial. A importância do café como produto de exportação é evidenciada pelo atrelamento de toda a estrutura econômica nacional com a produção cafeicultora. As políticas de defesa do café, iniciadas com o Convênio de Taubaté de 1906 e posteriormente nacionalizadas, eram o instrumento de política econômica primordial do governo republicano. As articulações cambiais da Caixa de Conversão, nos anos de 1910, e da Caixa de Estabilização, nos anos de 1920, realizavam uma correlação entre a moeda nacional, as divisas externas e as letras de crédito da venda do café.

Nesse contexto de definição da política de produção cafeicultora como fundamento da política econômica, a política comercial era definida pela promoção do café. A dependência em relação à demanda americana era uma preocupação válida do governo, como evidenciado após a crise de 1929. A propaganda do café na Europa era identificada como uma possibilidade e foi aventada no Brasil. O Itamaraty, inclusive, buscou o desenvolvimento de missões comerciais e de atividades de promoção comercial nos consulados. Não somente o governo central, mas também os governos estaduais, na ótica do federalismo econômico típico da Primeira República, empreenderam essas iniciativas. No caso dos estados não produtores de café, essa necessidade de elevação do comércio com a Europa era ainda mais clara.

Não obstante essas percepções, a exportação de produtos brasileiros para a Europa não foi relevante, com a crescente participação dos Estados Unidos no comércio exterior brasileiro. O Estado europeu com mais ligações comerciais com o Brasil, a Inglaterra, não era consumidor de café, e o tamanho da demanda americana, aliada à capacidade monopolística brasileira de definição de preços, desincentivava esses esforços.

Adicionalmente, a indefinição das atribuições de política econômica entre a União e os estados dificultava a implementação dessas iniciativas. Sombra Saraiva, ao descrever as articulações financeiras do estados, que tinham capacidade de contrair empréstimos internacionais e exerciam um tipo de "paradiplomacia econômica", caracteriza os problemas advindos dessa capacidade de fazer política econômica dos estados como políticas conflitantes e concentradas no curto prazo.

Apesar das dificuldades no comércio com a Europa, relativamente impermeável ao comércio com o Brasil e abastecida por produtos coloniais advindos dos territórios africanos e asiáticos, o Brasil empreendeu uma política alfandegária liberal. As concepções de política econômica da elite republicana, influenciada pela Escola de Manchester, defendiam o livre-comércio e o padrão-ouro. A capacidade brasileira de adesão a esse padrão foi intermitente, mas o liberalismo alfandegário foi efetivo, com a adoção de tarifas mais baixas.

A redução de tarifas ocasionou, à época, problemas não relacionados ao comércio. O padrão alfandegário baixo influenciou fortemente a exportação, especialmente de café, e a importação diversificada de bens de consumo, alimentos e maquinário. No entanto, a arrecadação dos governos estaduais e da União foi comprometida. Tendo em vista que os impostos de importação e de exportação eram os principais (inclusive com a contribuição do imposto de exportação sobre o café para a política de defesa do café), a adoção de tarifas baixas diminuiu a possibilidade de financiamento do setor público. Os governos estaduais, especialmente, sofreram com essa diminuição e mantiveram a política de cobranças de taxas interestaduais, disruptivas para a articulação do mercado interno nacional, e a busca de empréstimos no exterior descrita anteriormente.

Outro ponto de inflexão da sociedade brasileira, que teve êxito relativamente maior, foi a política de imigração. Ao contrário das políticas comercial e econômica, que foram crescentemente articuladas pelos governos estaduais e não pelo governo federal, a política de imigração brasileira teve um movimento inverso. O esforço imigratório, realizado principalmente pela província de São Paulo, no período imperial, foi sendo progressivamente encampado pelo governo federal.

O cenário internacional do início do século XX era favorável à imigração europeia, com as frentes de abertura agrícola no Novo Mundo, especialmente no Cone Sul e na Oceania, desincentivando grande parte da produção agrícola em países como Espanha, Itália e Alemanha, que não eram tão competitivos na produção de trigo e carne. No Brasil, a ideologia racista, tipificada na obra do Conde de Gobineau, era extremamente influente desde o final do século XIX. A elite republicana almejava o branqueamento da população brasileira e, em termos práticos, considerava que a constituição de um mercado de trabalho livre seria melhor realizada com imigrantes europeus do que com antigos escravos.

Nesse sentido, a União e os estados alteraram a prática de contratos privados entre patrões e imigrantes e subsidiaram a vinda de imigrantes europeus e japoneses, que começaram a se instalar em São Paulo desde os anos de 1900. As instituições de apoio, como a Casa do Imigrante em São Paulo, foram financiadas. Apesar de algumas controvérsias sobre o tratamento dos imigrantes, a ideia de fortalecimento da vocação agrária pela implantação de um mercado de trabalho livre suportou a grande expansão da produtividade agrícola do Brasil republicano e trouxe grandes contribuições para a sociedade brasileira.

Uma transformação radical da inserção internacional brasileira, com a modernização, a integração econômica diversificada e o branqueamento de sua população, não foi efetivamente empreendida pelo Brasil. Entretanto, a afirmação da capacidade agrícola e a renovação do mercado de trabalho em seu centro dinâmico foram possibilitadas devido, principalmente, a encampação dessas iniciativas por governos estaduais fortes e pela União.

GUILHERME RAFAEL RAICOSKI (24/30)

A marca estrutural fundamental da política externa brasileira na Primeira República foi a ênfase nas relações americanas, sobretudo no comércio com os Estados Unidos e na participação nas reuniões pan-americanas. O país, contudo, não se podia descuidar do restante de suas relações exteriores devido às características econômicas do Brasil entre 1889 e 1930: escassez de mão de obra e dependência do setor externo, sobretudo das exportações de café. Tais enquadramentos implicaram estratégias internas e externas para abrir o mercado europeu. Foram relações, contudo, desafiadoras devido ao perfil alfandegário brasileiro a partir de 1891 e à estratégia tarifária adotada a partir do governo Artur Bernardes. Por fim, as iniciativas de atração de imigrantes, a quase totalidade europeus, foram elementos central do ativismo diplomático brasileiro, em atenção, por um lado, às necessidades de mão de obra, e por outro, ao perfil do sistema intelectual brasileiro no período.

A estratégia de expansão da venda de produtos brasileiros na Europa envolvia o ativismo estatal no sentido de manter o preço internacional do café em patamar que mantivesse a renda dos cafeicultores - e, assim, o efeito multiplicador da cafeicultura na economia nacional - e de garantir a credibilidade macroeconômica interna para não gerar desconfianças a respeito da capacidade de pagamento do Brasil. Os planos de valorização do café, baseados, a partir do Convênio de Taubaté de 1906, pela compra dos excedentes de produção de modo a conter a oferta internacional e formar estoques reguladores para venda em entressafra, aumentavam os preços internacionais e permitiam firmar acordos aduaneiros em forma de listas de rebaixamento tarifário. Essa estratégia permitia a criação de vantagens comparativas, pois o café teria preço elevado que compensaria a entrada de produtos europeus. Ainda, a busca por estabelecer, ao menos parcialmente, o padrão-ouro, por meio da Caixa de Conversão e da Caixa de Estabilização, buscava legitimar o Brasil como ator comercial com credibilidade.

A estratégia externa envolveria a ação em várias frentes, como a negociação de acordos e a divulgação de produtos. O Brasil buscava participar nas grandes feiras internacionais e Exposições Universais, como as de Paris, com grandes estruturas e investimentos. Em seus espaços, o Brasil buscava mostrar aos europeus seus produtos, como o café, a borracha de látex de seringueira e frutos secos exóticos, como a castanha-do-pará. Ainda, o período da Primeira República foi marcado pela expansão da rede de missões consulares no continente europeu, presente em Moscou - até a revolução bolchevique - e outro polos comerciais como Hannover e Liverpool. Neste, em que atuou o Barão do Rio Branco, demonstravam-se os desafios da penetração do café no mercado inglês, diante do escasso hábito de consumo desse produto. As exportações para a França e Alemanha superavam aquelas para a Inglaterra, outrora o principal parceiro comercial brasileiro, mas que jamais foi grande importador do Brasil ao se levar em conta o porte do seu mercado.

A mudança ensejada pelo advento da República no âmbito político implicou alterações também na estrutura alfandegária. Na Constituição de 1891, a consagração do princípio federalista, com elevada autonomia para os estados, teve como corolário a definição de que a arrecadação de impostos de importação integraria a receita do estado exportador, enquanto os impostos de importação fariam parte da arrecadação federal. Tal fato implicou a concentração de receitas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que escoavam o café, e, durante o ciclo da borracha, nos estados do Norte. Para manter suas receitas em patamar equivalente aos gastos, em contexto no qual a capilaridade da arrecadação tributária por meio de impostos de consumo e de renda era irrisória e inviável logisticamente, caberia ao governo federal não

liberalizar em excesso as tarifas de importação. A necessidade de tarifas de importação em patamar relativamente elevado tinha repercussões sociais relevantes. Embora em meados da Primeira República o Brasil já tivesse capacidade industrial instalada para suprir a maior parte da demanda interna de têxteis, o país ainda era extremamente dependente em relação à importação de bens primários. Aliado esse fato à socialização das perdas derivada da manutenção de um câmbio desvalorizado e de política inflacionárias para manter a renda do café, gerava-se carestia, sobretudo em centros urbanos emergentes. Essa carestia esteve na raiz da emergência do jacobinismo florianista e das grandes greves operárias de 1917. Até Vargas, de fato, o Brasil não realizaria seu “zollverein”, padecendo o consumidor interno com altos custos gerados pela existência de impostos interestaduais, que gravavam múltiplas vezes o produto, do porto até o estado de consumo.

Na relação entre política alfandegária e a estratégia de expansão de mercados brasileira, há dois momentos em que o Brasil adota modelos diferentes de acordos comerciais. O primeiro é o de convênios aduaneiros, baseados em listas de desgravação negociadas país a país, inaugurado pelo Barão do Rio Branco em acordo firmado com os EUA em 1904. Esse modelo orientaria os acordos brasileiros até 1922, quando da transição entre Epitácio Pessoa e Artur Bernardes inicia o paradigma de acordos com cláusula da nação mais favorecida, que o Brasil firma com EUA, Espanha e Bélgica, entre outros. Por fim, não se pode olvidar o paradigma conjuntural da Primeira Guerra, em que o bloqueio marítimo alemão suspendeu o comércio com a Europa, o que fomentou o comércio de têxteis entre Brasil e União Sul-Africana, então vinculada ao Império Britânico.

Nas imigrações, uma variável fundamental era a hegemonia das ideias de embranquecimento e de hierarquia racial entre a intelectualidade, o que motivou políticas da “intelligentsia” nacional pelo fomento à imigração de europeus. No período, mais da metade dos cerca de 2 milhões de imigrantes que entraram no país eram italianos e portugueses. O incentivo à imigração era feito mediante negociações diretas entre cafeicultores e companhias de imigração no sul da Itália, espécie de “coiotes avant la lettre”, de modo preponderante, com apoio dos consulados e missões diplomáticas locais. Nesse contexto, boa parte das iniciativas diplomáticas davam-se no plano defensivo. Esse perfil de atuação, em primeiro lugar, era determinado pela concorrência com EUA e Argentina. Este país, em plena fase de integração de terras indígenas para a lavoura de trigo, processo iniciado sob o presidente Roca, promovia ativa campanha de difamação do Brasil na Europa, associando-o à herança recente da escravidão, às más condições de trabalho no regime de colonato e instrumentalizando a ojeriza predominante na Europa em relação à predominância dos afrodescendentes na composição social brasileira. Em segundo lugar, o Brasil tinha de se contrapor aos protestos das próprias nações. Assim como a Alemanha, que proibiu por algum tempo a imigração para o Brasil, Itália e Portugal protestavam contra as condições frequentemente insalubres a que seus nacionais transmigrados eram submetidos.

As relações exteriores do Brasil pela atração de imigrantes e expansão do comércio foram elementos marcantes da Primeira República. As iniciativas foram temperadas e, não raro, obstaculizadas pelos desafios internos do Brasil, seja no tocante à sua composição social e os efeitos ideológicos decorrentes, seja na complexidade alfandegária derivada do federalismo econômico e dos imperativos orçamentários federais.

MENOR NOTA (11/30)

Ao longo da Primeira República, a atuação externa do Brasil esteve condicionada pelas transformações no sistema internacional e na sociedade brasileira. Após a Proclamação, jacobinos, positivistas e liberais disputaram o poder e a representação simbólica da República (a "formação das almas", segundo José Murilo de Carvalho). Superados os "anos entrópicos" (Lessa), a República se consolidaria durante o governo Campos Salles com a "política dos governadores", sendo assegurado o predomínio da oligarquia cafeicultora. A correlação de forças no âmbito interno teve forte impacto sobre a política externa do Brasil, tanto no contexto da atração de imigrantes e das questões alfandegárias quanto da promoção das exportações.

A defesa da entrada de imigrantes europeus remonta aos esforços do senador Vergueiro, ainda na primeira metade do século XIX. No entanto, a despeito de auxílios pontuais, somente após a Proclamação da República a atuação do Estado tornou-se fundamental nesta seara. A grande naturalização promovida em 1890 foi um marco fundamental nesse processo. Outro aspecto relevante foi a campanha externa pela atração de imigrantes. Apesar da Lei Adolfo Gordo de 1907 e da rivalidade com a Argentina nesse âmbito (denegriam a imagem do Brasil para atrair mais imigrantes), a campanha para atrair imigrantes foi mantida por período considerável.

A mão de obra estrangeira era desejada por vários motivos. Primeiramente, desde as últimas décadas do Império, ganharam relevância as teses evolucionistas. Concebia-se o negro como inferior, temia-se o exemplo do Haiti, e a entrada de europeus era amplamente defendida para tornar a população brasileira mais branca – vide o quadro "A Redenção de Cam". Ademais, a lavoura cafeeira expandia-se vertiginosamente e a mão de obra local era insuficiente. Alem da imigração de italianos – familiarizados com a rubiácea – cabe destacar a atração de asiáticos, sendo a chegada do Kasato Maru em 1908 marco relevante nesse processo, bem como a vinda de árabes e ibéricos, em boa medida pelas turbulências em seus países de origem.

Em uma república marcada pela agroexportação, as questões tarifárias e alfandegárias adquirem singular importância. Inicialmente, deve-se destacar que os Estados Unidos eram o principal consumidor do café brasileiro. No contexto da Tarifa McKinley, tornou-se necessário reduzir as tarifas de vários produtos norte-americanos, em troca da manutenção da isenção de tarifas ao café e da facilitação da entrada de outros produtos, como o açúcar. A despeito da efemeridade do acordo Blaine-Mendonça, o café brasileiro esteve isento de tarifas nos EUA durante a maior parte da Primeira República. Nesse contexto, houve pressão argentina para a equiparação entre as tarifas cobradas ao trigo norte-americano e o argentino, o que ensejou a "Guerra das Farinhas". Cabe destacar que, no âmbito alfandegário, a Constituição de 1891 conferiu grande autonomia aos Estados, os quais podiam coletar e manter tarifas de exportação, o que favoreceu sobremaneira as unidades agroexportadoras da federação.

Embora os Estados Unidos fossem o principal mercado do café brasileiro, sua demanda era insuficiente para absorver a produção nacional. Logo, fazia-se mister promover o café e outros produtos brasileiros – como a borracha, de grande importância na balança comercial até a Primeira Guerra Mundial. Iniciativa importante nesse processo foi a primazia conferia às representações do Brasil nos principais portos europeus, sendo que algumas legações de menor relevância comercial foram fechadas. Além disso, diplomatas brasileiros promoviam as exportações do países em diversas capitais -como o Barão do Rio Branco o fez em Berlim – e protestavam contra o embargo a alguns produtos brasileiros no contexto da Guerra.

Outra iniciativa importante voltada para a exportação de produtos brasileiros para a Europa foi o uso do café como colateral em empréstimos e barganha em negociações. No contexto do arrendamento de navios surtos, a França teve que adquirir grande quantidade de café brasileiro. A Alemanha tornara-se importante mercado, sendo a receita de venda retida nesse país tema fundamental para o Brasil em Versalhes. Ademais, destaca-se a ênfase conferida às exportações na gestão Mangabeira, ao final do período.

Ao longo da Primeira República, o Brasil tornou-se mais moderno e urbano. As migrações impactaram na constituição da sociedade brasileira, mas a defesa da agroexportação foi o norte da diplomacia brasileira. Ao final do período, consolidadas as fronteiras nacionais, a política externa brasileira estaria intrinsecamente relacionada aos imperativos do desenvolvimento nacional.

QUESTÃO 3

Disserte acerca da relevância do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) no que tange ao pensamento político e social brasileiro, bem como suas repercussões para os conceitos de política externa brasileira.

Extensão do texto: máximo de 60 linhas
[valor: 20 pontos]

RAFAEL BRAGA VELOSO PACHECO (18/20)

A fundação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), na década de 1950, foi determinante para a consolidação do pensamento político e social nacional, bem como para a formulação seguinte da política externa brasileira. Eram intensos os debates ideológicos acerca da Guerra Fria no país, com repercussão nos movimentos políticos e em movimentos sociais, que discutiam a maneira pela qual o Estado brasileiro deveria se comportar, tanto interna quanto externamente. O posicionamento do Iseb foi determinante para a continuidade do projeto nacional-desenvolvimentista, a qual consequentemente influenciou a política exterior do período, colocada a serviço dos interesses nacionais.

O Iseb foi fundado em 1955, na gestão do presidente Café Filho, com o objetivo de debater a política e a sociedade brasileiras, em momento de avanço da urbanização e da industrialização no país e de intensos debates ideológicos, fruto da Guerra Fria e do embate bipolar entre EUA e URSS.

Progressivamente, o pensamento político e social do Instituto foi-se identificando com grupos ligados ao nacional-desenvolvimentismo, projeto iniciado nos anos 1930, por Getúlio Vargas. Dessa maneira, o Iseb passou a advogar um desenvolvimento independente, não subordinado a interesses do capital estrangeiro e com base no fortalecimento do mercado interno nacional, que apresentava perspectivas de crescimento.

No âmbito interno, o Iseb identificou-se com o pensamento social e político de grupos denominados “nacionalistas”, em oposição a grupos favoráveis à participação do capital estrangeiro no desenvolvimento do país – chamados por Hélio Jaguaribe de “cosmopolitas”. Exemplificativamente, o pensamento do Iseb influenciou o trabalhismo do PTB e sua atuação na aprovação de nova Lei restringindo a remessa de lucros e dividendos de empresas estrangeiras no Brasil para o exterior e na criação da Eletrobras, nos moldes da aprovação da Petrobras, durante a gestão João Goulart (1962). Crescentemente, foram ocorrendo embates entre o pensamento do Iseb e o de grupos ligados ao capital estrangeiro, como Adep, Ibad e CIA. Esses movimentos também repercutiram na diplomacia nacional.

No contexto externo, o pensamento do Iseb influenciou a formulação de novos conceitos da diplomacia nacional, havendo o setor externo sido colocado a serviço do desenvolvimento do Brasil. Dessa forma, o nacional-desenvolvimentismo em certa medida associado à participação do capital estrangeiro de JK deu lugar à formulação de conceitos como o de inserção internacional autônoma do Brasil, pragmatismo, não alinhamento ideológico e diversificação de parcerias, que foram paradigmas, por exemplo, da Política Externa Independente (1961-1964) e do Pragmatismo Responsável e Ecumênico (1974-1979). Dessa forma, e visando ao interesse nacional, o Governo João Goulart restabeleceu relações diplomáticas com a URSS e com países do Leste Europeu (fortalecimento da Coleste no MRE), ao passo que Ernesto Geisel iniciou a consolidação da política africanista nacional e estabeleceu relações diplomáticas com a China comunista. Esses conceitos, em certa medida, permanecem até os dias atuais na política externa nacional.

A criação do Iseb, em 1955, foi determinante para a formulação do pensamento social e político nacional. Suas teses repercutiram nos contextos interno e externo brasileiros, havendo contribuído para o desenvolvimento e uma inserção internacional autônoma do país.

FERNANDA CARVALHO DAL PIAZ (17/20)

O historiador Jorge Ferreira caracterizou o período da República Liberal (1945-1964) como a polarização entre dois projetos de nação: o nacional-estatismo e o liberal-conservador. O primeiro projeto visava ao desenvolvimento nacional em bases autônomas, de preferência baseado no capital nacional. O Instituto Brasileiro de Estudos Brasileiros (Iseb), alinhava-se a esse pensamento. O projeto liberal conservador, por outro lado, era mais favorável ao capital estrangeiro.

O Iseb foi criado na década de 1950 e teve, como principal expoente, Hélio Jaguaribe. A instituição contribuiu sobremaneira para o pensamento político e social brasileiro do período, a partir da formulação de ideias e da discussão intelectual em torno de aspectos que favorecessem o desenvolvimento nacional autônomo. O Iseb, principal "think-tank" do projeto nacional-desenvolvimentista, priorizava a atração de capital nacional. No entanto, devido às restrições impostas pela legislação nacional a esse investimento (ex. Lei da Usura), o recurso ao capital estrangeiro era inevitável. O Iseb favorecia, então, a aplicação do capital estrangeiro, de preferência público, voltado ao investimento em setores estratégicos do Estado, como a infraestrutura. Além disso, o Iseb era forte defensor da industrialização por substituição de importações, estratégia que vinha sendo adotada pelo Brasil desde a década de 1930 e que advogava o papel ativo do Estado na promoção do desenvolvimento econômico.

Durante o governo JK, o Iseb teve importância, ainda que indireta, na formulação do plano econômico. O Programa de Metas embasou seu planejamento nos estudos da Comissão Mista Brasil-EUA e da Comissão CEPAL-BNDE. Enquanto a primeira contava com integrantes favoráveis ao pensamento liberal-conservador, como Roberto Campos, a segunda era mais favorável ao pensamento defendido pelo Iseb. O governo JK sintetizou as duas correntes e baseou seu programa no tripé capital público nacional, capital privado nacional e capital estrangeiro. O capital público nacional seria aplicado em áreas estratégicas, como a construção de estradas e a melhoria da infraestrutura energética, enquanto os capitais privados nacional e estrangeiro seriam responsáveis por alentar os "pontos de germinação". Convém notar que JK fez uso do arrefecimento do contexto do enfrentamento bipolar na Guerra Fria e de surgimento de novos parceiros para diversificar os investimentos no Brasil, como aqueles vindos da Europa e do Japão (ex.: Volkswagen – Alemanha). No entanto, JK ignorou o contexto de descolonização afro-asiática, o que poderia ter aumentado os ganhos do Brasil, conforme observou o historiador José Flávio Sombra Saraiva.

É nesse ponto que o pensamento do Iseb repercute nos conceitos de política externa. O instituto notou que a ênfase no americanismo limitava o comércio exterior do Brasil e os investimentos. Era preciso diversificar parcerias, indo além do "ensaio multilateral" de JK. O Iseb, que contribuíra para o "desenvolvimentismo" da PEB, por meio da instrumentalização da política externa para a obtenção dos objetivos econômicos, agora contribuía para o "universalismo" da Política Externa Independente (PEI). É nesse sentido que o governo Jânio Quadros busca aproveitar as vantagens da descolonização africana, por meio da retomada da política africanista, além de buscar estreitar os contatos com o leste europeu. Notório, nesse sentido, é o restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS. A "desideologização" da PEI favoreceria o desenvolvimento brasileiro, na medida em que se abririam novos mercados consumidores de produtos brasileiros.

No entanto, as iniciativas da PEI não tiveram tempo de florescer no período (1961-64), mas estavam lançadas as bases para a continuidade do universalismo, da desideologização da

PEB e da diversificação de parcerias, entendidos como conceitos fundamentais pelo Iseb, para a continuidade do modelo de industrialização por substituição de importações, que encontrava limitações no mercado interno brasileiro para a absorção da produção.

Ainda que o golpe militar possa ser considerado a vitória do pensamento liberal-conservador (defendido por setores ligados a UDN, ao IPES e ao IBAD), os governos militares seguiram, com maior ou menor ênfase, os princípios da PEI. Mesmo o governo Castello Branco ("passo fora da cadência") empreendeu missão comercial no Leste Europeu. No entanto, apenas no governo Geisel, a semente brotada na PEI floresceria com toda a força e se intensificariam os conceitos e as contribuições do Iseb para a PEB.

VICTOR CAMPOS CIRNE (17/20)

O ISEB foi uma instituição fundamental para o desenvolvimento do pensamento progressista e reformista brasileiro, influenciando gerações de intelectuais nas décadas posteriores. Sua atuação, no final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, influenciada pela obra da CEPAL, ajudou a definir os contornos do nacional-desenvolvimentismo no Brasil. Apesar da rejeição a alguns preceitos do ISEB durante o regime militar, seu pensamento foi preponderante para a política externa brasileira até os anos de 1980 e tem grande influência hodierna.

No plano político, o pensamento isebiano era marcadamente democrático e desenvolvimentista. A participação popular era percebida como incipiente, naquele momento, e sujeita à influência do populismo. Apesar da adoção de algumas ideias autoritárias por algumas vertentes, o ISEB se caracterizava por uma concepção progressista de cunho tipicamente social-democrata. A política econômica defendida, majoritariamente, na instituição, tinha um caráter cepalino, defendendo o desenvolvimento pela industrialização de substituição de importações, com o crescimento do mercado interno, o suprimento das necessidades das classes baixas, e, internacionalmente, a integração produtiva na América Latina. Nesse contexto, a intervenção do Estado na economia era fundamental e o capital externo deveria ser incentivado quando fornecido por fontes públicas das nações desenvolvidas. O recurso ao capital privado internacional era, usualmente, rechaçado.

Socialmente, a concepção fundamental da instituição era a necessidade de distribuição de renda no Brasil. As desigualdades social, racial e regional eram consideradas entraves para o aperfeiçoamento da nação. Dentro do contexto de diminuição da desigualdade, a questão da terra era a principal. No âmbito do rol de políticas públicas defendidas no ISEB, a reforma agrária é, provavelmente, a primordial.

As macrovisões do ISEB definiriam, em grande parte, muitos aspectos da inserção internacional do Brasil nos anos de 1960, 1970 e 1980, aprofundando a lógica do nacional-desenvolvimentismo identificada por Amado Cervo. Em alguns momentos, como a PEI do início dos anos de 1960, essa influência foi maior. Em outros, como a "correção de rumos" do governo Castelo Branco, ela pode ser menos identificada. Adicionalmente, os princípios da ISEB têm repercussões em diversas diretrizes clássicas da diplomacia brasileira, que vão além da concepção temporal e que são preponderantes, inclusive, atualmente.

Notoriamente, a preocupação com o desenvolvimento nacional influenciou a lógica da política externa em prol do desenvolvimento. Do discurso dos "3 Ds", de Araújo Castro, à associação entre segurança e desenvolvimento presente na concepção de "Responsabilidade ao Proteger", o desenvolvimento do Brasil e do Sul global é um aspecto fundamental da política externa brasileira. Além de desenvolvimentista, a preocupação com a participação do Sul no sistema internacional é nitidamente democrática. O empenho pela promoção do multilateralismo e a compreensão da necessidade de legitimar a ordem e a regulação internacional, por meio da inclusão de todos os povos, permeia a defesa brasileira da autodeterminação dos povos, caracterizada, hodiernamente, pelo apoio ao reconhecimento internacional da Palestina. Essa participação do Sul não é considerada como válida por si só. A diminuição das desigualdades internacionais, o combate à lógica de congelamento de poder e o empoderamento do Sul pela reforma da sociedade internacional se coadunam com o pensamento do ISEB.

Além das questões da sociedade internacional, a ideia de integração econômica é desenvolvida pela diplomacia brasileira não somente nesse aspecto, mas como a integração polí-

tica dos povos da América, segundo o princípio consagrado na Constituição Federal de 1988, e implementado desde 1960, por iniciativas como a ALALC, a OTCA, o Mercosul e a UNASUL.

Efetivamente, a política externa brasileira, ao aliar a tradição diplomática com a renovação de seus princípios, foi uma das áreas de grande influência do pensamento isebiano, que, apesar de rechaçado implacavelmente pelo regime militar, em 1964, foi identificado como fundamental por esse mesmo regime, em momento posterior. A afirmação de uma ordem internacional mais inclusiva, multilateral, multipolar e reformista pode ser entendida como um objetivo do Brasil.

MENOR NOTA (0/20)

A análise do pensamento político e social brasileiro ao longo do século XX deve considerar a interação de diversas correntes e seus impactos na formação efetiva das diretrizes político-sociais no Brasil, interna e externamente. Nesse contexto, é importante ressaltar a mistura de influências – cada uma, em maior ou menor grau, contribuindo para a formação das instituições nacionais e para seu funcionamento. Exemplo relevante é a concorrência de diversas fontes intelectuais para a consolidação do país após a Revolução de 30 (modernismo, pensamento autoritário relacionado a Alberto Torres, Igreja Católica e conservadorismo) e também depois do Golpe de 1964, em que muitas dessas tradições serão resgatadas. A partir, pelo menos, do processo de abertura do regime militar nas décadas de 1970 e 1980, ganha espaço uma nova e significativa influência: o Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

Embora haja precedentes notáveis com as doutrinas liberais no Brasil do século XIX e com o período democrático entre 1945 e 1964, as ideias sociais democráticas não haviam ganhado, até a década de 1970, expressão contundente e perspectiva operacional efetiva. Nesse sentido, ganha destaque a progressiva influência do pensamento desenvolvido no ISEB sobre os movimentos democráticos de oposição à ditadura e, à primeira vista surpreendentemente, sobre a política externa desenvolvida ao final do regime.

O pensamento no âmbito do ISEB enfatiza ideias que eram, muitas vezes, opostas às do regime vigente. Notadamente, a defesa de instituições democráticas não se alinhava com o setor mais radical da ditadura. No entanto, principalmente no que tange à política externa e a seus conceitos, o pensamento dos intelectuais ligados ao ISEB coincidia com várias iniciativas levadas a cabo pelo governo Geisel e sua estratégia de "pragmatismo responsável", por exemplo o universalismo, a defesa da descolonização, da autodeterminação dos povos, apoio às reivindicações terceiro-mundistas e, sobretudo, a defesa do desenvolvimento.

A aparente contradição entre a convergência com o pensamento isebiano na política externa e a divergência, pelo menos em parte, com esse pensamento no plano político interno pode ser explicada por uma análise dos meios que guiaram o processo de abertura do regime. A política externa foi, nesse contexto, uma forma de teste e de ensaio para a abertura interna. A necessidade de defesa do interesse nacional em questões como a restrição energética da década de 70 foi justificativa para a tomada de posição universalista. A resistência interna não se manifestaria, devido ao risco de parecer contrária aos interesses nacionais, um risco que a linha dura não queria correr.

Nesse contexto, adotaram-se fórmulas de inserção externa derivadas do pensamento do ISEB, empreendendo-se iniciativas globalistas, de aproximação com países comunistas como a China, de apoio aos pleitos do terceiro mundo, por exemplo. Internamente, tentava-se garantir um processo de transição gradual e segura, enfrentando, por um lado, a oposição da direita (linha dura) e, por outro lado, da esquerda, aí incluídos diversos setores heterogêneos, com a participação notável da sociedade civil (OAB, ABI, por exemplo) e com o aproveitamento das ideias democráticas e sociais do ISEB.

Ao final dos governos militares, com a transição definitiva para a democracia, houve, enfim, convergência dos planos externo e interno, com a busca de adequação de alguns pontos da diplomacia brasileira à situação democrática, em conformidade como o que se defendia no âmbito do ISEB. Exemplos marcantes são as adesões aos regimes internacionais de proteção aos direitos humanos e de defesa do meio ambiente, concretizadas nos governos subse-

quentes dos presidentes José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco. Notavelmente, haverá também a adesão ao regime internacional de desarmamento e não proliferação (ratificação do TNP) por Fernando Henrique Cardoso, consolidando a transição e efetivando a realização dos conceitos de política externa do ISEB.

QUESTÃO 4

A Petrobras completa, em 2013, sessenta anos de sua criação. Comente sua evolução histórica na formação do cenário brasileiro nos anos 1970 e na política externa nacional desse período.

Extensão do texto: máximo de 60 linhas
[valor: 20 pontos]

FELIPE NEVES CAETANO RIBEIRO (15/20)

Em 2013, o lema "O petróleo é nosso" ecoou nos meios de comunicação no contexto de leilões para exploração dos recursos do Campo de Libra, no Pré-sal. Esse fato demonstra a maneira como a criação da Petrobrás e sua história permanecem vivas na memória coletiva nacional, o que se atribui a sua importante atuação desde 1953 até a década de 1970, chegando aos dias atuais. Na formação do cenário brasileiro nos anos 1970, a Petrobrás foi importante para a alavancagem do desenvolvimento, para o pragmatismo e para o interesse nacional, que caracterizaram a política externa do período.

As origens da Petrobrás são importantes para a compreensão do protagonismo assumido por essa empresa, desde sua criação até a década de 1970. Em 1938, encontram-se as primeiras reservas de petróleo no Brasil na região do Recôncavo Baiano, o que suscita debates acerca da exploração desse recurso. Em 1946, a nova Constituição autorizava uma exploração conjunta dos recursos do subsolo, o que, somado às novas descobertas de reservas de hidrocarbonetos, levou à criação do Centro de Estudos e de Defesa do Petróleo, com sede no automóvel clube no Rio de Janeiro, que lançaria a campanha "O Petróleo é nosso", já no segundo governo Vargas. Essa campanha, uma das maiores manifestações públicas da história nacional, dividiu a sociedade e criou divergências dentro de importantes partidos políticos, como a UDN, resultando na criação da Petrobrás, por meio da Lei nº 2004/53.

A partir de sua criação, a Petrobrás tornou-se um emblema do desenvolvimentismo, que foi a tônica da política externa brasileira após 1950. No final da década de 1960, a descoberta pela Petrobrás de reservas de petróleo "offshore" na costa de Alagoas-Sergipe, no campo de Guaricema, prenunciava a expansão das atividades petrolíferas brasileiras. Em um momento em que a conjuntura internacional se caracterizava pela concentração da produção petrolífera no Oriente Médio, como evidenciaria o choque do petróleo de 1973, as descobertas de reservas em 1968 impulsionaram o Brasil a conscientizar-se de sua vulnerabilidade energética e a buscar a diversificação de parcerias, bem como o aprimoramento da produção e da exploração interna.

Durante os governos Médici e Geisel, a Petrobrás ganha um novo protagonismo, que se reflete na política externa do interesse nacional e do pragmatismo responsável e ecumênico. As reservas encontradas pela Petrobrás na Bacia de Campos, no campo de Garoupa, abriram espaço para uma política externa dos hidrocarbonetos, que influenciava o Itamaraty a buscar parceiros no Oriente Médio e na África. Dessa forma, o estabelecimento de relações diplomáticas com os Emirados Árabes Unidos e com o Sultanato de Omã, bem como a busca de uma guinada para a África, exemplificada pela aproximação com Angola e com a Nigéria, é influenciada também pela incipiente percepção da necessidade de internacionalizar a Petrobrás, levando-a à Ásia e à África.

Além da diversificação de parcerias, influenciada pelo desenvolvimento crescente da Petrobrás, é imprescindível destacar sua relevância para a autoconfiança das empresas nacionais e para sua internacionalização. No contexto do IIº PND, a obtenção de empréstimos externos ficou a cargo das empresas públicas, detentoras de maior credibilidade, destacando-se o crescimento da influência da Petrobrás. A partir da década de 1970, a exploração conjunta de campos e de poços em outros países contribuiu para internacionalizar a marca "Brasil", além de favorecer o desenvolvimento da cooperação técnica, englobando o setor privado nacional.

No marco de seus 60 anos, reconhece-se a importância da Petrobrás para o desenvolvimento e para a política interna e externa nacional. Pode-se considerar que essa empresa atuou como um elo desenvolvimentista, responsável, em certa medida, pelo reforço de traços de continuidade na política interna e externa nacional, ao favorecer o pragmatismo, a autonomia e, sobretudo, o desenvolvimento como aspecto norteador da política externa brasileira.

GUILHERME RAFAEL RAICOSKI (15/20)

A formação da Petrobrás pela lei 1004/54, no contexto do governo Vargas, foi elemento protagonista no debate nacional acerca do manejo dos recursos estratégicos. A ela se concedeu o monopólio de exploração, prospecção, refino e venda para distribuidoras. Até a década de 1970, suas atuações na exploração dos recursos petrolíferos nacionais foi limitada pela falta de recursos financeiros, diante da situação permanentemente instável do balanço de pagamentos até o PAEG, e pelas limitações tecnológicas, em momento no qual a industrialização por substituição de importações ainda não alcançara o patamar de promoção da independência tecnológica. Sua grande evolução nos anos 1970 relaciona-se, por um lado, à estratégia de desenvolvimentista de Médici e de Geisel e, por outro, às necessidades de renovado ativismo na política externa devido a fatores do sistema internacional.

No início da década de 1970, as atividades da Petrobrás mantinham-se concentradas na importação de petróleo e de derivados, algum refino e distribuição e exploração de alguns poços no Nordeste brasileiro. O baixo preço do petróleo no mercado internacional, somado às necessidades crescentes de combustível para uma frota de milhões de automóveis e de óleo diesel para a indústria do país em pleno Milagre Econômico, tornaram custosa e pouco competitiva a potencial ampliação das atividades da Petrobrás. Não obstante, o choque do petróleo de 1973, desencadeado pela OPEP em resposta à Guerra do Yon Kippur e do envolvimento de Israel e EUA, quadruplicou o preço do petróleo e gerou deterioração das transações correntes brasileiras, passando a importação de petróleo a representar mais da metade dos gastos brasileiros com importados na balança comercial. Médici e, em seguida, Geisel iniciam o projeto de prospecção de petróleo na plataforma continental e em águas profundas.

A defesa das reservas de petróleo a serem exploradas pela Petrobrás envolvia a expansão do mar territorial brasileiro. Médici, sob protestos dos Estados Unidos, decreta unilateralmente a expansão do mar territorial brasileiro para 200 milhas náuticas a partir da costa, destacando navios de guerra para proteger a soberania. Tal gestão diplomática, capitaneada por Gibson Barboza, seria base para as iniciativas de Geisel no II PND, que dispendeu recursos para a formação de tecnologia nacional para a exploração de petróleo no fundo marinho. Assim, de modo a reduzir a dependência do petróleo importado, com preço sujeito a flutuações em face de instabilidades no sistema internacional, fortalece-se a Petrobrás para que ela atue no contexto interno com vistas a promover maior autonomia energética.

As iniciativas, contudo, não frutificaram de maneira contundente senão no longo prazo. As necessidades imediatas de petróleo levaram o chanceler Azeredo da Silveira a ativa diplomacia energética. Em primeiro lugar, buscou-se a formação e ampliação de relações diplomáticas e comerciais com nações do Norte da África e do Oriente Médio. Em segundo lugar, buscou-se uma nova política africana nas diretrizes do Pragmatismo Responsável e Ecumênico. No início da década de 1970, a Nigéria incluíra o Brasil em uma lista de nações que poderiam ser alvo de embargo no comércio de petróleo. Essa postura era consequência da política ambígua do Brasil na África, da leniência prática em relação ao apartheid e à questão da Namíbia, no contexto sul-africano, e do apoio tácito à tese dos territórios ultramarinos portugueses e do lusotropicalismo. O Brasil, autonomamente e instrumentalizando discurso culturalista, busca a aproximação dos países africanos. Angola, onde havia reservas petrolíferas conhecidas, é reconhecida pelo Brasil sob o regime marxista do MPLA de Agostinho Neto. Esse fato revela o interesse brasileiro em buscar novos fornecedores de petróleo para que a Petrobrás pudesse suprir a demanda interna.

No contexto do II PND, pode-se citar, ainda, o investimento em novas refinarias pela Petrobrás, como o Polo Petroquímico de Camaçari, no Nordeste, com vistas a reduzir o dispêndio com derivados de petróleo.

Essa atuação renovada da Petrobrás gerou certos constrangimentos entre Médici, Geisel e presidentes dos EUA. A aproximação de países de orientação socialista, o fechamento da plataforma continental brasileira à atuação de firmas dos EUA e a postura autônoma brasileira somaram-se a outros desafios, como a questão dos direitos humanos, para promover progressivo afastamento entre os dois países.

A atual liderança mundial da Petrobrás em sua tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas, que agora alcança novo capítulo com o pré-sal, deriva das decisões que expandiram as ações da Petrobrás na década de 1970. Por meio de ações de curto prazo de cunho diplomático para diversificação de fornecedores e de longo prazo para desenvolver exploração autônoma, o Brasil abriu caminho para a autonomia.

VISMAR RAVAGNANI DUARTE SILVA (14/20)

A Petrobras foi criada no contexto interno conturbado do final do segundo governo de Getúlio Vargas. Na época, a discussão era, principalmente, sobre o monopólio da estatal sobre a extração e/ou refino do petróleo brasileiro. Deveria o Brasil se preocupar em garantir, monopolisticamente, o controle econômico sobre o mercado petrolífero, ou adotar a estratégia de simplesmente comprar óleo estrangeiro barato e oferecer as reservas nacionais às empresas de outros países, sem o ônus de ter a responsabilidade de desenvolver tecnologia na área? Esse debate foi significativamente alterado com a mudança do contexto internacional, com a grande delevação dos preços internacionais do petróleo na década de 1970, o que teve impacto na política externa brasileira desse período.

Em seus primeiros vinte anos de existência, a Petrobras desempenhou um papel na extração de petróleo no continente e também na formação de know-how técnico nas áreas de prospecção, extração e refino. No entanto, devido aos preços significativamente baixos do mercado internacional, a demanda energética para o desenvolvimento brasileiro – especialmente durante os anos do "milagre" – foi suprida em grande parte pelas importações. A dependência nacional em relação ao petróleo importado cresceu, o que, nas previsões da época, não chegava a representar grande risco. Nos anos 70, com dois choques do petróleo, viu-se que essa ideia era equivocada, e passou-se a desenvolver estratégias direcionadas a mitigar os efeitos negativos da elevação dos preços e a garantir o suprimento necessário do produto.

Antes de assumir a presidência do país, Ernesto Geisel tinha sido presidente da Petrobras. Sua escolha como sucessor de Médici evidencia não só preocupações políticas em si, mas também um viés técnico. Valorizava-se notavelmente o setor energético, fundamental ao desenvolvimento do país. Isso teve efeitos positivos tanto na política interna (prospecção de petróleo no mar) quanto externa.

A política exterior brasileira dos anos 70, tendo em vista a restrição energética, guia-se significativamente por estratégias que visam a garantir o desenvolvimento do país por meio do acesso à energia. Nesse sentido, destaca-se o projeto de construção de Itaipu e a aproximação com os países árabes no âmbito do universalismo característica à política do "pragmatismo ecumênico e responsável".

O projeto de Itaipu gerou grandes tensões com a vizinha Argentina, cujo projeto de construção de outra hidrelétrica no mesmo rio (a de Corpus) ficaria, segundo os argentinos, comprometido. O contencioso durou todo o governo Geisel e só foi resolvido em 1979, com acordo que tornaria possíveis ambos os projetos. A aproximação com os países árabes, por outro lado, visava a melhorar as garantias de fornecimento externo de petróleo. Nesse sentido, foi significativo o apoio à causa palestina e a condenação do sionismo como racismo no ONU em 1975, o que aproximou o Brasil da agenda externa dos Estados árabes.

Significativos foram também os avanços no desenvolvimento de outras fontes de energia, notadamente a energia nuclear, sobre a qual versa um acordo com a Alemanha (1975) de construção de usinas no Brasil, o que gerou desconfianças no EUA em relação a possíveis ambições militares brasileiras na área. Houve também o Pro-álcool, destinado a estimular o uso do etanol como combustível e reduzir a dependência em relação ao petróleo.

O debate sobre se deveria haver ou não monopólio da Petrobrás na década de 1950, assim como se essa empresa deveria assumir a responsabilidade de avanço tecnológico na área, foi respondido na década de 1970 positivamente. O papel da Petrobrás na garantia futura de maior estabilidade, por meio da pesquisa que favorecesse a exploração máxima do potencial brasileiro, revelou-se fundamental no contexto restritivo que se consolidou depois dos

choques. A política externa, nesse contexto, beneficiou-se muito desse papel, tendo em vista, em médio prazo, não só a diminuição da dependência externa, mas também até mesmo a significativa internacionalização da Petrobrás posteriormente, investindo em grande quantidade de países em todos os continentes, concretizando e fundamentando o universalismo da política exterior do Brasil até os dias de hoje.

MENOR NOTA (10/20)

A questão do petróleo gerou debates acirrados no cenário político brasileiro desde, pelo menos, a Era Vargas (1930-1945). A ascensão de grupos nacionalistas ao poder lançou o debate sobre as condições para a exploração do petróleo no território nacional. De um lado estavam os defensores do monopólio estatal (como Horta Barbosa e outros militares); de outro, os defensores da exploração estrangeira (liberais, representados, principalmente, por Monteiro Lobato). A criação da Petrobrás, no entanto, só ocorre no segundo governo Vargas (1951-54), quando se garante o monopólio estatal, com apoio, inclusive, da UDN.

A evolução histórica da Petrobrás passa pelos debates sobre o modelo de exploração do petróleo, citados acima, e pela descoberta, prospecção e início da exploração de novas jazidas, cujo marco foi a descoberta da jazida de Lobato-BA, no final dos anos 1930. No entanto, até a década de 1970, o Brasil foi forte importador de petróleo, devido tanto aos baixos preços do produto no mercado internacional, quanto à dependência do petróleo para industrialização e para o desenvolvimento econômico brasileiro. No entanto, com o choque do petróleo em 1972, a capacidade importadora do Brasil reduziu-se significativamente, o que teve impactos significativos na política externa do período.

O governo Geisel (1974-79) herdou os efeitos do choque do petróleo e da "crise do milagre econômico", os quais comprometeram o crescimento econômico brasileiro e poderiam, como consequência, desestabilizar o processo de abertura "lenta, gradual e segura" que o presidente almejava iniciar. Para evitar uma crise econômico-política, Geisel empreendeu um crescimento econômico em "marcha forçada", aproveitando-se da liquidez internacional (petrodólares) e instrumentalizando a política externa de modo a diversificar parcerias, para garantir fornecimento de petróleo ou de fontes alternativas de energia.

A "política externa pragmática e ecumênica" buscou novos parceiros na África, incentivada, conforme evidenciou Flávio Sombra Saraiva, pela crise do petróleo, dando início à "era de ouro" da política africanista do Brasil. A PEB estreitou contatos com Angola (reconhecendo sua independência em 1974) e com a Nigéria. Além de objetivar importar petróleo, o Brasil se ofereceu como fornecedor de "tecnologia tropical adaptada", para esses países que possuem condições físicas semelhantes às brasileiras. Além da África, a política externa buscou novos parceiros no Oriente Médio. A PEB empreendida por Geisel deu continuidade e aprofundou os ideais da Política Externa Independentes (PEI), mas, ao contrário desta, enfatizou o bilateralismo. No entanto, para aproximar-se dos países árabes, o governo Geisel, por vezes, utilizou-se do âmbito multilateral (ex.: apoio ao voto antissionista na ONU), para estreitar os contatos bilaterais. A estratégia de Geisel deu certo e o comércio entre o Brasil e os países árabes, como o Iraque, se intensificou.

No entanto, apenas a diversificação de parcerias não foi suficiente para superar o problema decorrente do encarecimento do preço do petróleo no mercado internacional. Geisel, portanto, deu alento à prospecção de novas reservas de petróleo no território nacional, fortalecendo o papel da Petrobrás, além de investir em fontes alternativas de energia, como o Proálcool, a exploração de carvão em Santa Catarina e a energia nuclear.

No tocante à energia nuclear, observou-se iniciativa de política externa que representou o auge do pragmatismo da política externa dos anos 1970. O Brasil rompeu o acordo nuclear com os EUA (parceiro tradicional desde a década de 1950, quando se fundou o CNPq), pois estes resistiam à transferência de tecnologia, e assinou acordo com a Alemanha Ociden-

tal, apesar da forte oposição americana. No mesmo período, o Brasil rompeu o acordo militar Brasil-EUA, sem efeito prático, mas de significativo efeito simbólico de afastar a influência americana naquilo que limitava a busca do desenvolvimento autônomo brasileiro.

Conclui-se que o governo Geisel instrumentalizou a PEB para dar continuidade ao crescimento brasileiro, baseado na industrialização por substituição de importações, e cujo foco, nos anos 1970, foi o investimento no setor energético. Os incentivos à prospecção e à produção de petróleo levariam tanto à autossuficiência brasileira no insumo e a descoberta das reservas do pré-sal, já no século XXI. Os investimentos em outros tipos de energia levariam à diversificação da matriz energética brasileira e à redução da dependência do petróleo. De ambos os lados, as iniciativas de política interna e externa do período, juntamente com o fortalecimento da Petrobrás, contribuíram para consolidar o Brasil como potência energética do século XXI.

INGLÊS

*As expressões destacadas em vermelho foram descontadas pela banca.

TRANSLATION - PART A

Iquitos, once a boom town, lies more than 2,000 miles from the mouth of the Amazon, yet here the river is still more than half a mile wide. You are deep in the steaming jungle. On both banks, rainforest comes tipping down to the water in a rough and tumble of vegetation sporting a million shades of green. Piranhas teem in the shallows while alligators idle on the banks. Birds of iridescent colours cackle and croak, whistle and squawk. Three-toed sloths lounge leisurely in the branches and monkeys career headlong through the treetops.

Into the midst of all this unbridled wildness there looms a floating incongruity in the discordant guise of a new three-storey luxury cruise boat. Aria, a 150-foot long glasshouse, is plying the waters around Iquitos at a point on the Amazon where Brazilian and Peruvian naval bases flaunt the armed flotillas farthest inland anywhere in the world. Luxury here spells everything the jungle is not: air conditioned, bug-, mud- and snake-free, comfortable and clean.

Internet: <http://www.spectator.co.uk/supplements/the-spectator-guide-to-cruises/7238013/its-a-jungle-out-there/> Retrieved on 13/9/2013.

Translate into Portuguese the previous excerpt adapted from Peter Hughes' article "It's a jungle out there", published in The Spectator on 17th September 2011.

[valor: 20 pontos]

ALEXANDRE PIANA LEMOS (17/20)

Iquitos, que já foi uma cidade de economia pujante, localiza-se a mais de 2.000 milhas da embocadura do Amazonas. No entanto, o rio aqui ainda apresenta uma largura de mais de meia milha. Você encontra-se em plena selva sufocante. Nas duas margens, a floresta tropical invade a água com uma vegetação abundante que ostenta uma milhão de tonalidades de verde. Piranhas pululam nas áreas rasas, ao passo que jacarés descansam nas margens. Pássaros de múltiplas cores cacarejam e arrulham, assobiam e piam. **Lesmas** de três dedos estendem-se langorosamente nos galhos e macacos saltitam entre os cumes das árvores.

Em meio a toda essa natureza irrefreável, **espreita** uma presença flutuante que destoa do meio, na forma de um cruzeiro de luxo de três andares. Aria, uma **casa de vidro** de 150 pés, está percorrendo as águas em torno de Iquitos, em um ponto do Amazonas em que as bases navais de Brasil e de Peru ostentam suas frotas armadas, adentrando o território mais que em qualquer outra parte do mundo. O luxo, aqui, é representado por um ambiente climatizado, confortável e limpo, livre de insetos, de lama ou de serpentes. Em suma, tudo aquilo que a selva não é.

PEDRO MEIRELLES REIS SOTERO DE MENEZES (17/20)

Iquitos, que já foi uma cidade dinâmica e em expansão, fica a mais de 2,000 milhas da foz do Amazonas, ainda assim aqui o rio continua com uma largura de mais de meia milha. Você está imerso na selva profunda, quente e abafada. Em ambas as **margens a**[1] floresta tropical chega até a água em um emaranhado de vegetação, exibindo um milhão de tons de verde. Piranhas se aglomeram nas partes rasas, enquanto crocodilos deitam ociosamente nas margens. Pássaros de cores iridescentes **gorjeiam**, **coalham**, assoviam e gralham. Preguiças com seus três dedos repousam aprazivelmente nos galhos e macacos se atiram com ímpeto entre as copas das árvores.

Em meio a toda essa natureza selvagem encontra-se uma incongruidade flutuante, na figura de uma embarcação de **cruseiros**, nova, luxuosa e dotada de três andares. Aria, uma estrutura envidraçada de 150 pés, está singrando as águas ao redor de Iquitos, em um local da Amazônia onde bases navais brasileiras e peruanas exibem as flotilhas armadas mais distantes da costa no planeta. O luxo aqui demonstra tudo aquilo que a selva não é: climatizada, livre de insetos, lama e cobras, confortável e limpa.

Comentários

[1] Erro de pontuação - falta de vírgula.

HEITOR FIGUEIREDO SOBRAL TORRES (16,5/20)

Iquitos, uma cidade que já esteve em plena ascensão, localiza-se a mais de 2000 milhas de distância da foz do rio Amazonas, mas, mesmo assim, o rio apresenta, aqui, mais de meia milha de largura. Você está nas profundezas de uma selva sufocante. Nas duas margens, a floresta tropical chega a arquear até a água, com uma selvagem e pendente vegetação que possui um milhão de tons de verde. As piranhas são abundantes nas partes mais rasas do rio, enquanto jacarés repousam nas margens. Pássaros de cores exuberantes piam e **cantam**, assobiam e **berram**. Preguiças de três dedos descansam relaxadamente nos galhos e macacos avançam **verticalmente** pela copa das árvores.

No meio de todo esse espaço selvagem e intocado assoma uma incongruência flutuante na forma dissonante de um novo cruzeiro de **luxo com**[1] três andares. Aria, uma estrutura de vidro com 150 pés de comprimento, está navegando as águas ao redor de Iquitos em um ponto do rio Amazonas no qual as bases navais brasileiras e peruanas abrigam as flotilhas armadas mais distantes do mar do que em qualquer lugar do mundo. O luxo, aqui, evidencia tudo o que a selva não é: dotada de ar-condicionado, livre de insetos, de lama e de cobras, confortável e limpa.

Comentários

[1] Erro de pontuação - falta de vírgula.

MENOR NOTA (4,5/20)

Iquitos, outrora uma cidade pujante, localiza-se mais de 2000 milhas de distância em relação ao **centro da Amazônia**, mesmo assim, aqui, o rio tem, ainda, mais de meia milha de largura. Você está nas profundezas da floresta fechada. Em ambas as margens, a floresta equatorial chega a tocar a água em uma rústica resplandecência de vegetação que apresenta uma milhão de tons de verde. Piranhas agrupam-se nas **águas escuras**, enquanto jacarés repousam nas margens. Pássaros de cores candentes fazem barulhos estridentes, **gorjeiam**, cantam e **sarapateiam**. **Garças** dançam, **prazeirosamente**, nos **manguezais** e macacos **fazem filas** em direção ao topo das árvores.

No meio de toda essa vida selvagem sem limites, lá, aparece uma incongruência a flutuar na **perspectiva** discordante de um novo cruzeiro luxuoso de três **compartimentos**. Ária, um navio de vidro de 150 pés de extensão, **remanesce** sobre as águas próximas a Iquitos em um ponto **da Amazônia** no qual as bases navais brasileiras e peruanas dispõem de flotilhas armadas em uma região mais central em um continente do que em qualquer outro lugar do mundo. Luxo, aqui, significa tudo aquilo que a floresta não é: **ar condicionado**, **ausência** de mosquitos, de lama, e de cobras, **limpeza** e **conforto**.

TRANSLATION - PART B

Os países da América se unem hoje com um sentimento comum de satisfação para comemorar o primeiro aniversário da Declaração de Paz do Itamaraty, de 17 de fevereiro de 1995, que restabeleceu a confiança e a amizade entre dois povos irmãos.

Esse é o caminho: o diálogo, nunca a confrontação; a razão, jamais a força. Serão, por certo, desafiadoras essas negociações. A agenda é densa e os temas se entrelaçam numa teia de condicionantes múltiplos. Acima de tudo, será preciso saber projetar uma visão de futuro, inspirada no interesse de longo prazo dos dois países. Uma visão que enfrente o desafio de buscar formas, mais do que de convivência pacífica, de desenvolvimento solidário. Esse processo, de dimensão histórica, deverá proporcionar que as Partes se sintam estimuladas a assumir, de forma gradual e progressiva, as tarefas e responsabilidades de, conjuntamente, assegurarem não tão somente a paz na região como também o desenvolvimento e o progresso social.

Source: **Resenha de Política Exterior do Brasil**, número 78, 1º semestre de 1996, pp 37-38

Translate into English the excerpt above adapted from a speech delivered by the Brazilian Minister of State for External Relations, Ambassador Luís Felipe Lampreia, in Brasília on February 16th, 1996.

[valor: 15 pontos]

FERNANDA CARVALHO DAL PIAZ (9/15)

Today, the **American** countries are reunited, with a shared feeling of satisfaction, to celebrate the first anniversary **of** Itamarat**y's** Peace Declaration, signed on February 17th, 1995, which **established** trust and friendship between two brotherly peoples.

This is the **way**: dialogue, never confrontation; reason, never force. These negotiations will certainly be challenging. The agenda is dense and the **themes** are mixed together in a web of multiple variables[1]. Above all, knowing how to project a vision of the future, inspired in the long-term interest[2] of both countries, will be necessary. A vision that faces the challenge of seeking new ways of solidary development, more than the[3] peaceful relationship. This process, of historic **dimension**, should make the Parties feel stimulated[4] to take over, gradually and progressively, the tasks and responsibilities to guarantee together not only **the** peace in the region, but also **the** development and social progress.

Comentários

[1 2 4] A banca destacou essas palavras, mas não descontou pontos

[3] Comentário da banca: "a" peaceful relationship. A banca destacou, mas não descontou pontos.

GUILHERME ESMANHOTTO (9/15)

The countries of America gather today with a common feeling of satisfaction to celebrate the first **aniversary** of the Declaration of Peace of **the** Itamaraty, of the 17th **of** February **of** 1995, which **restablished** trust and friendship between two brother peoples.

This is the **way**: talk, and never confrontation; reason, and never force. These negotiations will certainly be **defying**. This agenda is dense and subjects intertwine **on** a web of multiple contingencies, Above all, one needs to know how to project a **perspective** of the future, inspired on the long-term interests of both countries. A **perspective** that shall face the challenge of searching for forms of more than living together peacefully, forms of solidary development. This process, of historical proportions, shall allow the parts to feel encouraged to assume, gradually and progressively, the tasks and responsibilities to, **altogether**, **assure** not only Peace in the region, but also development and social progress.

LETICIA DOS SANTOS MARRANGHELLO (9/15)

American countries get together today with a common feeling of satisfaction to celebrate the first anniversary of Itamaraty's Peace Declaration, of February 17th, 1995, which **established again** trust and friendship between two close peoples.

This is the path: dialogue, never confrontation; reason, never force. These negotiations will be challenging for sure. The agenda is dense, and the topics are entangled in a web of multiple conditioning factors. Above all, it will be necessary to know how to project a vision of the future, inspired in both countries' long-term interests. A vision that faces the challenge of seeking ways, more than peacefully living together, of solidary development. This process, of **historical dimension**, will provide the Parties with a stimulus that will make them **take**, gradually and progressively, tasks and responsibilities of together **assuring** not only regional peace, but also development and social progress.

MENOR NOTA (0/15)

America's countries unite today with a common feeling of satisfaction so as to celebrate the first anniversary of the Itamaraty Peace Declaration of February the seventeenth, 1995, which **restablished the** trust and **the** friendship between two **sibling** peoples.

This is the path: dialogue, never confrontation; reason, never **strenght**. These negotiations will **be certainly** challenging. The agenda is dense and the **themes** intertwine in a web in a web of multiple conditionings. Above all, **it will be needed** to know how to project a **view** of the future, inspired by the long term **interest of** both countries. A vision that faces the challenge of searching for **forms**, **of more than** pacific **convivence**, of solidary development. This process, of **historical dimension**, should **aid the Parts feel** stimulated to assume, in a graded and progressive way, the tasks and **responsabilities** of, together, securing not only peace in the region, but also development and social progress.

SUMMARY

A 700-kilometre march by indigenous protesters in Ecuador lasted two weeks before reaching the capital Quito on 22 March 2012. It echoes previous marches in both Peru and Bolivia against policies that pose a threat to indigenous communities.

The governments of all three Andean countries face criticism for policies designed to boost investment but that fail adequately to address the concerns of local people, who claim these projects threaten their physical and social environment.

Earlier in 2012, protesters from the northern Cajamarca region in Peru marched on Lima, repudiating plans to build a giant new copper and gold-mining plant at Conga, a project they say will affect water supplies to local communities.

These events are set against a background where, in all three countries, governments elected with the support of indigenous populations have taken steps to enshrine indigenous rights in their respective legal codes.

In Peru, these rights have recently been passed into law. Soon after his inauguration as president in July 2011, Ollanta Humala passed a law making prior consultation a legal obligation. Elected on a leftwing ticket that supported indigenous rights, Humala was obliged to enact a law vetoed by his predecessor, Alan García Perez. In 2009, García had faced down protests in the northern town of Bagua as indigenous groups protested against plans to facilitate hydrocarbons exploration and exploitation in the Amazon jungle. Some thirty people, including police, were killed in the fray.

The governments of Bolivia, Peru and Ecuador reflect aspects of what has been called the “pink wave” in Latin America, a reversion of the free-wheeling neo-liberal policies in vogue up until the early years of the new millennium – albeit to varying degrees. Bolivia and Ecuador belong to the Bolivarian Alternative for the Americas (ALBA), spearheaded by President Hugo Chávez of Venezuela. Both countries have pursued policies highly critical of the United States ans its policies towards Latin America. For his part, Peru’s Humala came to power having previously established and led a highly nationalistic party which, in the elections of 2011, made common cause with the parties of the Peruvian left. Since taking office, however, Humala has abandoned much of his earlier leftist rhetoric.

In Peru traditional party elites had failed conspicuously to resolve the country’s chronic economic and political problems, and were largely swept aside under the governments of Alberto Fujimori (1990-2000). But Fujimori’s departure from the scene did not lead to the resurgence of partisan organisation. Even the Alianza Popular Revolucionaria Americana (Apra), which dates from the 1930s and was once Peru’s largest mass party, remained but a shadow of its former self; in the 2011 elections it won only four seats in the 130-seat unicameral legislature.

All three presidents have had scope, therefore, to refashion their country’s electoral politics since taking power. In Bolivia, despite some defections, the MAS has a clear majority in both houses of the legislature, now known as the “plurinational legislative assembly”. With only a modest presence, the opposition parties are effectively powerless to stop legislation.

Rafael Correa’s party, Alianza Pais (AP), has likewise enjoyed a working majority in Ecuador’s national assembly, although it has suffered some damaging defections in recent times. The situation is different in Peru, where Humala’s Gana Peru grouping did not win a majority in the 2011 elections, but has since entered into alliances with centrist and centre-right groupings which have(at least so far) afforded him parliamentary majorities.

All three presidents have managed to fashion good working relationships with their armed forces, still and important factor of power in this part of Latin America. In each case,

they have used their electoral prowess to push through changes at senior levels to garner support in the barracks.

Opinion-polls suggest support for Humala has risen strongly since his election in 2011; admiration for his young and attractive wife, Nadine, who has displayed some consummate political skills since becoming the first lady, makes her a political factor. It is too soon to say what will happen when the president's term ends in 2016. Humala has said he will not stand, and he lacks the parliamentary strength to change the constitution to be able to do so; but there are many who argue that he will seek to perpetuate his power by supporting the candidacy of his wife. This would be to emulate the Argentine model, whereby Néstor Kirchner was replaced as president by his wife, Cristina.

The future of mining and extractive industries more generally in Peru has become a major source of political discord, of which the Congas dispute is but the latest of a series of bitter confrontations. The Congas project involves the expansion of activities by Yanacocha, Latin America's largest gold producer. It is formed by a consortium of Newmont Mining (of the United States), Buenaventura (a large Peruvian miner) and the International Finance Corporation (IFC), part of the World Bank. There has been a history of conflict between Yanacocha and local community groups and farmers stretching back over most of the past decade. The latter claim their livelihoods will be irretrievable damaged by the project.

Environmental impacts have been a major source of conflict between mining companies and communities throughout the Peruvian highlands. Several important projects have been halted owing to local pressure, including Yanacocha's Cerro Quilish scheme near Cajamarca city. Peru has seen an unprecedented expansion in mining and hydrocarbons projects in recent years, attracting more investment than most other Andean countries. Often these investments take place in remote areas where the state is virtually absent and where no other legitimate entities are on hand to mediate disputes.

The president previously sided with local communities against extractive industries. But Humala has found himself under huge pressure from pro-mining lobby groups and other interested parties to shift his ground. Since his election victory, he has publically acknowledged the need to continue to support mining investments but argued that the resources generated thereby should be used to improve the living conditions of the poorest, including those living in the areas surrounding mining camps. In December 2011, he dismissed many of the more leftwing voices in his cabinet.

However, traditionally, the Peruvian state has proved unable to respond effectively to such social needs, lacking the administrative machinery to achieve its ends. While social spending has increased in recent years, the conditions of poverty in Peru's interior have not improved substantially. Considerable doubt thus remains as to whether Humala will succeed where his predecessors failed.

John Crabtree. **The New Andean politics: Bolivia, Peru, Ecuador**. openDemocracy, 25 March 2012. Internet: <http://www.opendemocracy.net/john-crabtree/new-andean-politics-bolivia-peru-ecuador> Retrieved on 18/9/2013. John Crabtree is a research associate at Oxford University's Centre for Latin American Studies, St. Anthony's College, Oxford University.

Write a summary, in your own words, in no more than 200 words, of the previous excerpt adapted from John Crabtree's 2012 openDemocracy paper "The New Andean politics: Bolivia, Peru, Ecuador".

Extensão do texto: máximo de 200 palavras
[valor: 15 pontos]

ALEXANDRE PIANA LEMOS (12,5/15)

Indigenous communities in Peru, Bolivia and Ecuador are protesting against policies that may harm their traditions and the environment. Governments in these three countries assumed power supported by those communities, but now are divided between the need to develop and the demands of their peoples.

The three governments were elected to fight neo-liberalism in Latin America, following the leftist trend of Hugo Chavez.

Ecuador's Rafael Correa, Bolivia's Evo Morales and Peru's Humala enjoy support both from their armies and from their parliaments, so they can impose their will. In Peru, Humala`s power may last, if his popular wife Nadine is elected in 2016.

The three presidents try to cater to their peoples' needs, but in Peru disputes between local tribes and <u>exctrative</u> firms is particularly serious. Development projects in the region, according to some communities, threaten the environment and their livelihoods. Initially, Humala backed the protesters' demands, but egged on by the companies' pressure groups, he has abandoned radical left-wing stances and supported projects that could improve life conditions. The Peruvian state record, however, suggests Humala may disappoint his people again.

* A palavra sublinhada foi destacada pela banca.

FERNANDA CARVALHO DAL PIAZ (12/15)

Against the background of the "pink wave" in Latin America (where left-wing parties have been reverting the neo-liberal policies of the 1930s), Peru, Bolivia and Ecuador are facing popular protests against investments that disregard the interests of indigenous peoples. Recently, these governments were able to build Congressional majority[1] to approve laws supporting the interests of indigenous groups, nevertheless[2] policies to boost the economy are being questioned.

Take Peru's case. Pollsters indicate President Humala enjoys growing popular approval, which may stimulate his[3] plans to perpetuate in power. However, despite adopting a leftist rhetoric during the presidential campaign, in which he affirmed he was against huge investments in mining and hydrocarbons in Peru's highlands, he is now defending that such projects could contribute to lifting people out of poverty.

Nevertheless, doubts abound over Peru's ability to distribute wealth, due to the country's traditional failure to meet its population's demands and the remoteness of the areas the industries will be installed. Desagreement over the future of mining and extractive industries and the environmental impacts that result from the exploitation is the order of the day. Whether Humala will manage the conflict is still unknown.

Comentários
[1] Comentário da banca: "majorities".
[2] Comentário da banca: "but".
[3] Comentário da banca: "who?".

* As palavras sublinhadas foram destacadas pela banca.
* Comentário da banca: "concise summary, got most of the points, but some misplaced idiomatic expressions".

IGOR ANDRADE VIDAL BARBOSA (12/15)

A series of protests have occurred in Ecuador, Peru and Bolivia against policies that favor investment in detriment of the interests of indigenous communities. These policies have been adopted despite the election of governments that try to protect indigenous rights. In Peru, Ollanta Humala made prior consultation with indigenous groups a legal obligation.

The election of these governments reflect the so called “pink wave” in Latin America, where neo-liberal policies, popular until the end of the 1990s, have been rejected.

The elected presidents have been able to transfom electoral policies in their countries. In Bolivia, the MAS has a clear majority in the legislative assembly. In Ecuador, the AP has a working majority, and in Peru, political alliances have given parliamentary majority to Gana Peru. The presidents also have good relationships with their armed forces.

In Peru, Humala has gained public support since 2011. Since he cannot be reelected, he might even support his wife’s candidacy in 2016.

In Peru, the activities of mining and extractive industries have led to political discord. Local community groups question the social and environmental impacts of some projects. Humala argues that the resources that are generated can improve living conditions in Peru.

* A palavra sublinhada foi destacada pela banca.

MENOR NOTA (5/15)

The conflict between indigenous populations and investment policies in the Andean countries regarding Amazon resource exploitation has changed since previous years' neo-liberalism, even if confrontation, such as that of 2009's Congo, show its dangers. Today, popular anger against such policies is linked to a framework of at least nominally left-wing politicians. In Peru, traditional party politics suffered a major blowback as outsiders claimed both power and legitimacy. A similar development also occurred in Bolivia and in Ecuador, where leftists are even stronger[1]. However, Peru's leftist success has been halted by a lack of parliamentary support. Its president, Ollanta Humala, does not have the support so as to seek reelection[2] and may opt to put his popular wife's name on the ballots.

Economic imbroglios add up to Peru's political struggles. Conflicts regarding oil extraction and gold mining put local farmers and environmentalists against partially foreign-owned projects, such as the Yamacocha trust. Recently, investment has soared, mostly in remote hinterlands where State power is feeble. Even if Humala had previously supported locals' claims, he is now adopting a more pro-market stance. The question is whether his government will be able to tackle poverty, especially in remote areas.

Comentários

[1] Comentário da banca: "than what?".

[2] Comentário da banca: "he does have parliamentary support through alliances".

* As palavras sublinhadas foram destacadas pela banca.

COMPOSITION

Peru's government, like those in other emerging economies, sees development of minerals and timber as the fastest way to lift the country out of poverty, particularly in the country's largely untouched Amazon region. In Peru, land ownership is private, but the government has full rights to the resources below ground - such as minerals, oil, and gas - and above it - such as water, fish, and timber. In 2007, President Garcia infamously dismissed what he called "the law of the dog in the manger, which says, 'If I do not do it, then let no one do it.'" Without the state to give out concessions, Garcia wrote, the land would remain undeveloped, with "unused resources that cannot be traded, that do not receive investment, and do not create jobs".

But indigenous groups and communities in the Amazon fear the government is engaged in a large-scale giveaway of their land to industry at the expense of their cultural heritage. "For the indigenous people, the land is sacred, but in [Western culture] the land is simply a resource", said Roger Rumrill, an expert on the Amazon's indigenous communities. The government recently created new concessions that would open up 70 percent of the Amazon to oil and gas exploration, though many of these concessions haven't been given out yet.

Toni Johnson. **Peru's mineral wealth and woes**, Council on Foreign Relations, 10th February 2010.
Internet: <http://www.cfr.org/peru/perus-mineral-wealth-woes/p21408#p4> Retrieved on 19/9/2013.

Weigh up the potential benefits and drawbacks of Peru opening up and developing its Amazon region.

Extensão do texto: 400 a 450 palavras
[valor: 50 pontos]

IRINA FEISTHAUER SILVEIRA (43/50)

It stands to reason that the Amazon region is rich in natural resources, such as minerals, water and great biodiversity, which become more essential every day. The use of these resources can lead to the countries of the Amazon region, namely Peru, to achieve improved development levels. Nevertheless, depending on how the resources are managed, their exploitation can lead to unmitigated disaster, both for the environment and for local people. In this sense, Peru does not have to maintain the Amazon region untouched, what it needs to do is create basis for sustainable development projects.

Peru is a developing country which needs to improve its population’s living standards. Since its territory includes part of the Amazon forest, it can use the potential of the region to develop profitable activities that not only could increase its GDP, but also would create jobs and, in some cases, foster innovation. The region’s biodiversity, for example, can be used to produce **cosmethics** and new drugs and, therefore, help the country develop an industry related thereto.

However, there is more to the issue than meets the eye. By developing its Amazon region, Peru can seriously **dammage** the region’s environment and destroy the culture of indigenous groups that inhabit the forest. Despite being rich, the Amazon environment is fragile. Careless exploitation will cause irreversible harm to the forest’s soil and, consequently, to its vegetation, climate and fauna. Furthermore, indigenous people who are already threatened by the “Western way of life”, are deeply connected to the environment and risk disappearing if the forest does so. Their ancient knowledge and culture would be forever lost.

For these reasons, Peru’s government must find balance between developing the region and not causing harm to the environment or to local groups and their culture. A Brazilian specialist in the Amazon region, Bertha Becker, believes that this balance is possible. She states that the government must pave the way to sustained development by integrating local people in projects which use the region’s resources in a well balanced way. This model can also be applied to Peru. It is important that the government creates laws to regulate the use of natural resources in the region and mechanisms to guarantee that such laws are observed. Moreover, the government itself can develop projects in the region to set examples of good practices.

By developing the Amazon region, the Peruvian government can surpass its present development level and offer better living standards to its population. Nonetheless, these projects will only bear fruit if the region is developed in a sustainable way, with all due respect to its environment and local population

Organização e desenvolvimento de ideias: 18/20
Correção gramatical: 18,5/20
Qualidade da linguagem: 6,5/10

ALEXANDRE PIANA LEMOS (42/50)

Peru is a resource-rich country and its Amazon region offers unique opportunities for the nation's development. Yet, recent projects to tap into the region`s minerals and timber have been met with fierce resistance. Indigenous groups and local communities fear that their cultural heritage is under threat. To a great extent, however, these worries are unwarranted. There is no contradiction between responsible resource exploration and the rights of local tribes. Opening up the Amazon provides Peru with a unique opportunity **for Peru**. The Amazon`s resources and biodiversity could lift millions out of poverty and contribute to developing the nation.

Mining and extractive industries in Peru have been fuelling protests. Local communities believe their cultural heritage and traditional ways of life are at risk. Given Peruvian government`s record of utter disregard **towards** their own people, these worries are reasonable. But exploration of resources is not tantamount to environmental damage. Responsible firms acting under strict regulations could contribute to improving the **life** conditions of the downtrodden in the country.

Indigenous communities in Peru lack jobs and live in extreme poverty. Opening up the Amazon to foreign investment could provide a livelihood for millions. Admittedly, there are always risks of environmental damage. Nonetheless, setting up protected zones and natural reserves should guarantee the survival of ancient traditions, while firms operating under environmental regulations could offer jobs and opportunities for the destitute. At the Rio+20 conference, world leaders agreed that environmental policies should foster development. Keeping Peruvian resources intact, while millions are starving, is pure nonsense.

Moreover, developing the Amazon is not tantamount to destroying the environment. As Bertha Becker argued, value needs to be added to the standing forest. Peru`s biodiversity should be tapped through clean-mechanism projects, which could generate much of the wealth the country so badly needs. Pharmaceutical companies would be eager to aid Peruvians in this task. But only if Peru opens up its Amazon region to research and investment.

It would be ill-advised to isolate Peru`s Amazon from the world. Biodiversity and mineral riches are the world`s most valuable assets in our days, and Peru has plenty of them to offer. The very indigenous groups and communities that shudder at the risks of opening up the Amazon are likely to benefit from greater investment and responsible development projects. Peru should seize this historical opportunity, lest it condemn its people to another century of penury. There is no sense living in paradise surrounded by poverty and underdevelopment.

Organização e desenvolvimento de ideias: 16/20
Correção gramatical: 17,5/20
Qualidade da linguagem: 8,5/10

CAIO GROTTONE TEIXEIRA DA MOTA (40,1/50)

The debates concerning the Amazon Rainforest encompass not only the environment and biodiversity, but also the demands of local communities and opportunities to promote development. In this context, Peru stands out as a country facing the challenge of conciliating different perspectives about the use of natural resources. In order to succeed in promoting social welfare, Peruvian authorities should adopt a three-dimensional approach to development: one that combines economic growth, social inclusion and environmental protection.

When it comes to the economy of emerging markets, the need to "catch up" and reach levels of development similar to those of traditional powers demands economic growth. Although international flows of capital are considered as causes of political instability by some policy-makers in Latin America, it would be **churlish** to deny that they may contribute to boosting investments, creating jobs and raising income. As a matter of comparison, suffice it to say that Brazil's recent boom has benefited to a large extent from foreign investments. Should Peruvian authorities be able to carry out policies sovereignty, investors may become partners to use local natural resources with legitimate purposes.

Secondly, in order to tackle longstanding social inequalities, Peru's government should keep its commitment to Peruvian society, which supports the leftist **perspective** proposed by the candidate Humala. As a president, he has promised to use the resources generated by the investments of mining and extractive industries **in benefit of** social policies. This approach is grounded in Brazil's experience, which has helped millions of people clamber out of poverty. Moreover, Peruvian authorities have passed a law which turns into a legal obligation the need of consulting local communities before final investment decisions.

Last but not least, environmental protection, which is one of the most pressing issues of international relations, presents challenges at the local level. In Peru, indigenous communities and local populations have risen against projects of Yanacocha, a gold producer. Environmental impacts of such activities threaten water supplies and areas of tropical rainforest. According to Bertha Becker, deforestation is related to economic activities which forgo a high level of technology. The investments which the countries sharing the Amazon Rainforest should seek are those which **conciliate** economic opportunities and the preservation of the environment.

The pros and cons of Peru opening up its Amazon region depend on the capacity of authorities to conduct the process according to the three pillars of sustainable development (economic, social and environmental). International flows of capital present economic opportunities for emerging markets, which must not make light of social and environmental challenges. A balanced and integrated perspective may be enhanced if Peru furthers its cooperation with regional partners. Brazil, for example, is at the cutting edge of sustainable development and may help Peru strengthen its policies.

Organização e desenvolvimento de ideias: 17/20
Correção gramatical: 16/20
Qualidade da linguagem: 7,5/10
Palavras em excesso: 2 (-0,4 pontos)

MENOR NOTA (25/50)

One of the biggest concerns of Latin American countries is the promotion of development. This fact has particularly been in vogue since leftwing governments, interested in social issues, were elected throughout the region. Peru is not an exception. Remote areas of the country, such as the Amazon region, are being integrated through projects related to the exploration of natural resources. Only after adopting an approach based on sustainable development, will Peru be able to **overcome** the **dispute** between the positive and the negative impacts of those initiatives.

Peru may follow some remarkable examples of countries which have promoted widespread development through **its** own natural potentials. Historically, by possessing great reserves of coal and iron ore, the United Kingdom led the Industrial Revolution. Thus, it stands to reason that Peru can benefit from its resources, but an enhanced cooperation among several groups, such as the Government, local communities, and companies, is required. Since the regions which possess natural resources are the least developed ones, the current economic policy may not only foster the country's integration but also reduce inequalities, should the perks be duly **transfered** to the local population. Notwithstanding these opportunities, there are negative arguments which may hamper this brand new Peruvian policy.

Given that economic impacts do not suffice, there is a host of drawbacks which may thwart the government's plans. Two of them call more attention. Firstly, the projects must take into account the utmost importance of the environment, with the aim of not damaging the livelihoods of local communities. Secondly, there must be legal commitments with a view to guaranteeing that the affected communities will truly benefit from these initiatives, in the shape of local jobs, tax revenues, and the preservation of their culture.

Sustainable development must be the paradigm upon which these projects will hinge. This concept, one of the bastions of this age of global cooperation, gathers together three indissociable pillars, regarding economic, social and environmental aspects, which can adequately address the aforementioned drawbacks due to the introduction of standards to oversee the exploration of resources. Furthermore, by following this paradigm, Peru will be able to comply with international obligations, such as those stemming from the treaty which has set the cooperation among the country **whereby** the Amazon river **pass**.

Development is the driving force behind many countries in Latin America, such as Peru. One of the strategies to promote it has been the exploration of natural resources, but some drawbacks are casting doubts on this strategy. The Peruvian government has great opportunities to reaffirm its commitments its people's living conditions. Therefore, the adoption of an approach based on sustainable development can contribute to **overcome resistences**.

Organização e desenvolvimento de ideias: 7/20
Correção gramatical: 13,5/20
Qualidade da linguagem: 5,5/10

GEOGRAFIA

QUESTÃO 1

O acordo de Sykes-Picot, assinado em 1916 entre França e Inglaterra, definiu a partilha de territórios pertencentes ao antigo Império Otomano no Oriente Médio. Aponte qual o princípio geopolítico que norteou a divisão dos territórios e explique como foram divididas as fronteiras entre os dois países.

Extensão do texto: máximo de 90 linhas
[valor: 30 pontos]

MARIANA FERREIRA CARDOSO DA SILVA (30/30)

Em 1916 e, portanto, em meio a Primeira Guerra Mundial, França e Grã-Bretanha celebraram, secretamente, o acordo de Sykes-Picot, que definiria a partilha dos territórios do Oriente Médio em zonas de domínio e influência dos dois países. À época, a grande preocupação era a contenção da Rússia, que ambicionava avançar sobre o território do decadente Império Otomano, com vistas a obter uma saída para mares quentes. Para além do imperialismo francês e britânico, havia a tentativa de conservar o predomínio inglês nos mares mediante a contenção da Rússia, que remanesceria, assim, como potência unicamente continental.

Já em 1904, Sir Halford Mackinder havia apresentado diante da Sociedade Inglesa de Geografia sua tese "O pivô geográfico da historia". Segundo Mackinder, quem controlasse o heartland mundial, que indicava como sendo a região compreendida entre o Ártico e o Himalaia, o Volga e o Yang-Tsé, dominaria o mundo. Dominando a maior parcela dessa massa territorial, a Rússia era a grande ameaça à hegemonia mundial inglesa. Tratava-se, com efeito, do embate entre o urso e a baleia, esta sempre cuidadosa com as saídas para os mares, mas ainda mais precavida no tocante à chegada de sua grande rival nos mares quentes. Havia sido essa a motivação subjacente ao conflito da Crimeia em 1853 - o pequeno interregno da pax britânica do século XIX -, quando o czar russo declarou-se protetor dos povos ortodoxos do cambaleante Império Otomano, buscando com isso o domínio da saída para o Mediterrâneo. Apenas incorporando parcela do território otomano, poderiam os russos adentrar aquela que era a grande rota marítima da segunda metade do século XIX, de vez que já em operação o canal de Suez. Atingiriam, assim, o seu intento, controlando os estreitos de Bósforo e Dardanelos, que lhes assegurariam a passagem para o mar de Mármara e, dali, para o Mediterrâneo.

Não imaginavam, contudo, que no grande conflito que os espreitava lutariam lado a lado. As rivalidades anteriores, ainda que postas em suspenso durante o grande conflito mundial, remanesciam latentes, como se comprovou com a divulgação do Acordo de Sykes Picot. Unindo forças com a França, a Inglaterra definia partilha de todo o território do Império Turco-Otomano e adjacências, chancelado no pós-guerra no tratado de Lausanne. O humilhante retalhamento territorial - os otomanos teriam na Europa tão somente a Trácia Oriental e no Oriente Médio manteriam apenas o Curdistão, além de uma área core deveras reduzida - levou ao exacerbamento do nacionalismo turco , que encontrou na figura de Mustafa Kemal seu grande defensor. Kemal lograria anular o tratado de Lausanne e restabelecer o orgulho nacional turco. No período em que esteve a frente da Turquia, foi responsável por estabelecer as bases do moderno Estado turco.

Outra grande liderança à época havia sido Lawrence das Árabias, representante do Estado inglês que havia negociado a autonomia dos povos submetidos ao antigo Império Otomano em troca de sua participação na guerra. As promessas de Lawrence das Arábias estavam, todavia, em frontal contradição com o que dispunha o Acordo de Sykes-Picot. O lobby judaico era extremamente forte na Inglaterra, uma vez que integrado pelos grandes financistas da empreitada bélica britânica, dentre os quais, por exemplo, o Barão de Rotschild. A salvaguarda do território para o povo judaico na terra prometida era condição incontornável de partilha territorial no Oriente Médio.

Para além da separação de território que deveria ficar sob a tutela britânica e que viria a dar origem a Israel no pós-Segunda Guerra Mundial, o acordo de Sykes-Picot estabelecia o domínio inglês também sobre a região do Iraque e deixava intocado seu domínio sobre o Egito, acertado com a França em período anterior. À Franca caberia a tutela sobre a Síria e o Líbano.

As divisões entre os domínios britânicos e franceses eram, assim, cuidadosamente delimitadas de acordo com seus interesses imperialistas, sem que se levasse em conta os interesses dos povos locais ou mesmo as promessas de Lawrence das Arábias.

Encerrada a guerra, os Catorze Pontos de Wilson pareciam sinalizar em direção oposta ao acordo das duas potenciais europeias. Entretanto, a menção à autodeterminação dos povos na maior parte dos casos não ganharia contornos práticos, mormente na divisão dos destroços do Império Otomano. O sistema de tutelas que seria administrado pela Liga das Nações chancelaria a grande maioria dos dispositivos do Acordo de Sykes-Picot, assegurando, assim, o domínio anglo-francês sobre o Oriente Médio e evitando o avanço da Rússia em direção ao Mediterrâneo.

A despeito da sustentação de algumas lideranças locais, como, por exemplo, a dinastia hashemita que formaria o governo do Iraque com Faisal a sua frente, tratava-se tão somente de protogovernos, amparados que eram pelas potências europeias. Ademais, a desconsideração de sentimentos autonomistas de certos grupos, como os curdos - que, dominados à época pelo Iraque, passaram posteriormente ao domínio da Turquia - ou mesmo os alauitas sírios, submetidos a longo domínio da maioria sunita até sua ascensão ao poder na segunda metade do século XX, acirraria as tensões locais. O resultado, no longo prazo, foi a instabilidade que se observa ainda na contemporaneidade, numa região que se afigura como um mosaico étnico, cultural e religioso, submetida a longo período de dominação imperialista, a minar as possibilidades da experiência construtiva de auto-organização e governo.

O acordo de Sykes-Picot de 1916 foi apenas o prelúdio de longa história de dominação externa e instabilidade interna no Oriente Médio. A diversidade étnica, cultural e religiosa na região, desconsiderada na partilha territorial anglo-francesa, estaria na origem dos diversos conflitos que ainda hoje emergem no Oriente Médio, para além da questão israelense, cujas bases seriam postas no pós-Segunda Guerra, acirrando ainda mais as tensões regionais. A grande preocupação geopolítica de britânicos e franceses à época era tão somente a contenção russa e, desse modo, a preservação de seu poderio.

PEDRO MARIANO MARTINS PONTES (30/30)

A riqueza de recursos energéticos do Oriente Médio e sua ocupação por povos de distintas crenças tornam a região lugar de relevância estratégica para geopolítica mundial. Na atualidade, verifica-se que muitos dos principais temas da agenda internacional – o conflito na Síria, a questão Palestina, a instabilidade no Iraque e a disputa geopolítica entre Irã e Arábia Saudita – situam-se na região, e as raízes dessas questões remontam à forma como foi feita a partilha do antigo império Otomano, consubstanciada, precipuamente, no Acordo Sykes-Picot. Destarte, para uma melhor compreensão da geopolítica do Oriente Médio, faz-se mister uma análise sobre o contexto em que o acordo foi assinado e a forma como França e Grã Bretanha dividiram a região.

Ao longo do século XIX, a decadência do Império Otomano (o "homem doente" da Europa) foi tema fundamental para as relações entre as potências europeias e, na virada do século, para as disputas interimperialistas. Para a Inglaterra, era essencial a manutenção de um governo forte em Istambul, capaz de conter a expansão russa para o Mediterrâneo, a qual colocaria em risco rotas marítimas vitais para o Império Britânico. Desse modo, a "pérfida Albion" opôs-se aos russos na Guerra da Criméia e conteve o expansionismo promovido por Muhammad Ali do Egito contra territórios do decadente Império Otomano. De modo concomitante a esse processo, a França promoveu a expansão de sua zona de influência para o Mediterrâneo, inicialmente com a longa conquista da Argélia e, com Napoleão III, obteve importantes concessões no Egito e ampliou sua influencia sobre o Levante.

No início do século XX, no contexto do recrudescimento das questões balcânicas e do choque entre o pan-eslavismo e o pan-germanismo, a manutenção do Império Otomano tornou-se inviável. Na Primeira Guerra Mundial, a "sublime porta" se alinhou aos impérios centrais, tendo em vista a crescente influência alemã (ex. Ferrovia Berlim-Bagdá). Nesse contexto, França e Grã Bretanha elaboraram um acordo para a partilha de territórios pertencentes ao Império Otomano. Pelo Acordo Sykes-Picot, esses territórios seriam divididos de modo a conformar zonas de influência. Caberia à França os territórios dos atuais Líbano e Síria e ao Reino Unido o que hoje corresponderia ao Iraque, à Península Arábica, à Jordânia e a Israel/Palestina. O Egito tornou-se nominalmente independente em 1922, mas manteve-se sob forte influência britânica até a década de 1950.

No quinhão que lhe coube da partilha, a França destacou uma região de forte densidade populacional e de importantes fluxos com a Europa e criou o Líbano. O restante, seria a Síria. Deve-se enfatizar que esse divisão não obedeceu a critérios étnicos, de modo que, na Síria, druzos, alauítas (xiitas), sunitas, curdos e cristãos foram forçados a habitar o mesmo território, sendo esta uma das origens da atual guerra civil. Embora o acordo de Sèvres tenha previsto a independência do Curdistão, a mesma foi inviabilizada pela ascensão de Kemal Ataturk.

No território que coube à Inglaterra, três aspectos devem ser enfatizados: o sionismo, o petróleo e os laços com a família Hussein de Meca. Quanto ao primeiro, deve-se ressaltar que a defesa do retorno de judeus à "terra prometida" estava em voga, com os "pogroms" no Império Russo e as conferências promovidas por Theodore Herzl. Ademais, era forte a influência de banqueiros judeus (ex. Rotschild) na Inglaterra, o que explica a declaração de Balfour, ainda na Primeira Guerra, prometendo a criação de um Estado judeu. Após a Guerra, a Liga das Nações estabeleceria o Mandato da Palestina, que esteve a cargo da Grã Bretanha até 1948.

O petróleo já era importante para a Inglaterra, principalmente após o então Chefe do Almirantado Winston Churchill ampliar o uso de seus derivados como combustível. No contexto do acordo Sykes-Picot, a Inglaterra privilegiou territórios onde a exploração de recursos locais pudesse ser mais rentável. Para tanto, não só auxiliou os árabes contra os Otomanos (vide a tomada de Aqaba por T.E. Lawrence), como estabeleceu laços profícuos com chefes locais, como o Xerife de Meca, Hussein, rival dos sauditas.

A Inglaterra dependeu de aliados locais para poder exercer influência de modo efetivo sobre os territórios que lhe cabiam. Hussein controlava a cidade sagrada de Meca; não obstante, foi posteriormente derrotado pelos sauditas. Seus filhos, porem, tiveram melhor sorte. Faisal e seus descendentes reinaram no Iraque pelas décadas seguintes, enquanto o Reino da Jordânia, que coube a Abdullah, ainda pertence aos hashemitas.

A partilha promovida pelo acordo Sykes-Picot reveste-se de grande importância para a geopolítica atual. Em boa medida, franceses e ingleses partilharam o território conforme interesses e contatos previamente estabelecidos, sendo a inobservância das distinções tribais e religiosas a origem de muitos dos atuais conflitos no Oriente Médio.

VISMAR RAVAGNANI DUARTE SILVA (30/30)

Assinado no contexto da I Guerra Mundial, o acordo Sykes-Picot foi base para a definição territorial da região do antigo Império Otomano após sua derrota nessa guerra. Acordado secretamente, sua revelação gerou descontentamento entre os povos árabes, pois tornou público que, em vez de cumprir a promessa de garantir Estado árabe independente, a Grã-Bretanha, na verdade, havia dividido o território em questão com a França, consubstanciando o imperialismo e trocando a submissão do árabes aos turcos otomanos pela influência inglesa.

A geopolítica da região do antigo Império Otomano era e permanece sendo vital, no que diz respeito especialmente à circulação. Os estreitos de Bósforo e Dardanelos, que separam o continente europeu do asiático e dão acesso ao Mar Negro, eram objeto de preocupação dos ingleses, pois, se controlados pela Rússia, poderiam possibilitar a expansão naval deste país, conflitando com a hegemonia da Inglaterra sobre os mares. Portanto, era de grande interesse garantir o controle desses estreitos, para assegurar sua posição de potência mundial. O tratado Sykes-Picot, nesse sentido, foi favorável aos ingleses e franceses, estabelecendo estatuto especial sobre os estreitos e a área de Constantinopla, garantindo-lhes a navegação. Com relação à Rússia, esta saiu da I Guerra Mundial em plena Revolução Bolchevique, o que tornava improvável qualquer arroubo ou veleidade de expansão naval, reforçando assim a posição anglo-francesa nos territórios otomanos.

A divisão prevista pelo acordo Sykes-Picot conferia, basicamente, a parte mais ao norte do território à França, e a parte mais ao sul à Grã-Bretanha. Dessa forma, coube aos ingleses a área da Palestina, o que teria grande influência posterior, devido à promessa dos ingleses de conceder territórios à colonização judaica. Tal política teve seu marco com a Declaração de Balfour. Pouco tempo depois, no entanto, decidiu-se limitar a imigração, devido à necessidade de garantir um equilíbrio entre a população judaica e árabe no território palestino, gerando conflitos que levaram, por exemplo, à criação da organização radical terrorista Irgun.

É preciso ressaltar o objetivo que Grã-Bretanha e França tinham de assegurar sua influência na região, para o qual era fundamental garantir a estabilidade. Isso explica o destino da área correspondente à Jordânia e ao Iraque. Esses dois países foram criados como territórios autônomos, cujo governo, no entanto, ficou a cargo de membros da família Hashemita. Abstendo-se do ônus de um governo direto sobre esses territórios, ingleses e franceses preferiram garantir sua influência por meio indireto, apoiando monarquias locais favoráveis a eles.

O território da atual Síria, até a fronteira com a região turca, que ocuparia uma área reduzida na Península da Anatólia, coube à França. Da mesma forma, enquadrava-se sob influência francesa parte do atual Iraque, que acabou por tornar-se independente sob influência majoritariamente britânica.

No Leste da Anatólia, seguiu-se o princípio teórico da autodeterminação dos povos, na medida em que se previu, logo após a I Guerra, a constituição de um futuro Estado curdo independente, na área que hoje abarca principalmente a Turquia, mas também a Síria e parte pequena do Iraque. Na prática, no entanto, tal independência não se concretizou. Na verdade, observa-se hoje que, ironicamente ao conceito de autodeterminação, os territórios que efetivamente se consolidaram foram aqueles garantidos pela tutela das potências França e Inglaterra.

O território reservado aos turcos de acordo com o previsto pelo tratado de Sykes-Picot era, como dito acima, consideravelmente menor que o atual. Entretanto, as fronteiras foram

significativamente alteradas pela revolução surgida logo em seguida na região, a qual alçou o mustafá Kemal Atatürk ao poder e promoveu expansão territorial destinada a recuperar parte do território do antigo Império Otomano. Com efeito, logo após o término da guerra, assinou-se o tratado de Lausanne, pelo qual se previa a independência do Estado turco e a expansão de suas fronteiras para leste, até o Iraque. Além disso, houve novas definições no Mar Egeu, com ganho territorial sobre a Grécia em algumas ilhas.

Na região de Istambul, antiga Constantinopla, houve significativas mudanças tanto com o tratado Sykes-Picot quanto com o tratado de Lausanne. Significativamente, os turcos haviam perdido a parte europeia de seu território em Sykes-Picot, em favor da influência franco-britânica. Com a independência turca, essa parte de Constantinopla e seu entorno são recuperados. As ações britânicas e francesas no Oriente Médio, na época, relacionavam-se à ideia geopolítica, muito em voga no fim do século XIX, de que era necessário garantir controle sobre territórios e sobre recursos naturais, o que tenderia a se converter em ganhos de poder. Essas teorias derivavam, principalmente, do conceito de “espaço vital” (Lebensraum) de Ratzel e se converteram na busca por espaço não só no continente europeu, mas também em outros lugares. Preocupava-se, também, com a garantia de recursos naturais (Mackinder) e com o domínio dos mares e das rotas que passavam, no caso, pelo Oriente Médio, o que deriva da geopolítica de Alfred T. Mahan. Garantir o acesso ao Mar Negro continuava sendo necessário, pois, mesmo como o enfraquecimento das veleidades expansionistas da Rússia, o território russo era estratégico, segundo o que defendia a teoria do “heartland” adotada por Mackinder.

O Tratado de Sykes-Picot de 1916 dividiu os territórios do antigo Império Otomano entre França e Grã-Bretanha, estabelecendo áreas de influência de uma e de outra potência e prevendo regime de tutela na Síria e na Palestina. A estabilidade foi garantida mediante autonomia no Iraque e na Jordânia, com governos pró-ocidentais. Na Turquia, as fronteiras se expandiram. O Estado curdo nunca se concretizou. A geopolítica da região é complicada desde essa época, com instabilidades surgidas no pós-guerra e que permanecem sem solução até o presente.

MENOR NOTA (15/30)

O acordo Sykes-Picot, de 1916, entre França e Grã-Bretanha foi assinado no contexto da I Guerra Mundial, com o objetivo de dividir os territórios do antigo Império Otomano ("o grande enfermo da Europa") em áreas de influencia francesas e inglesas. O princípio geopolítico que norteou a divisão estabelecia relação com a disponibilidade de recursos naturais e com a localização dos territórios, em um momento em que a expansão do espaço vital de um Estado era fundamental para a geopolítica clássica. Além disso, as grandes potências coloniais desejavam garantir as linhas vitais de acesso a suas colônias no extremo oriente e evitar a expansão dos rivais em direção ao heartland.

Durante o fim do século XIX até meados do século XX, a geopolítica clássica estabeleceu relação direta entre a posse de recursos naturais e o poder do Estado. Ratzel foi o primeiro a descrever tal relação, em que o "território" seria o meio que nutriria o organismo Estado. A apropriação de recursos naturais era fundamental para o desenvolvimento do Estado, especialmente daqueles que tinham o maior componente de "cultura" (mais "civilizados"). Em suma, o desenvolvimento relacionava-se com o "espaço vital", um território provido de recursos minerais, agrícolas e topografia adequada para a defesa e a integração interna. A geopolítica (termo criado por Kjellén) deu alento à corrida colonialista das potencias coloniais tradicionais – França e Inglaterra – e das potências retardatárias – Alemanha e Itália. Nos anos 1960, a geografia crítica apresentaria essa crítica à geografia clássica ("A geografia serve antes de tudo para fazer a guerra", Yves Lacoste).

No entanto, é notório que o pensamento geopolítico serviu como subsídio ao expansionismo territorial do final do século XIX e início do século XX, além de outros princípios, como o "darwinismo social" e o "fardo do homem branco" (dever de civilizar os bárbaros). O expansionismo territorial tornava-se um círculo vicioso, à medida que a posse de um território original ensejava a posse de outros, para que fosse assegurado o acesso ao primeiro. Se a "partilha da África" teve início com a ocupação francesa do Senegal, sua intensificação pode ser explicada, principalmente, pela necessidade de manutenção de linhas vitais de comunicação e, também, de garantir a posse de recursos naturais, para sustentar a industrialização em curso no continente europeu. A segunda revolução industrial passou a demandar, cada vez mais, carvão e petróleo, além de minério de ferro e outros minerais.

O caso inglês é curioso, devido à importância da Índia para a sustentação de seu império. Com o início da corrida colonial na África, os ingleses quiseram conquistar os territórios com o objetivo de evitar a inviabilização de seu acesso à Índia. Desse aspecto surgiu o primeiro impasse com a França em torno do Egito. A Inglaterra exercia influencia política sobre o país, apesar da emancipação política egípcia na década de 1830. No entanto, o Canal do Suez, rota estratégica para os ingleses, foi construído pelos franceses na década de 1860. Ao final, chegou-se a um acordo franco-britânico que garantia a influencia inglesa sobre o Egito e o acesso ao Suez, em troca da garantia do apoio à França no Magreb (principalmente no Marrocos). Esse acordo pode ser considerado um precursor na lógica de Sykes-Picot e na aliança entre França e Grã-Bretanha, que levaria dois países historicamente rivais a lutarem do mesmo lado durante a I Guerra Mundial.

A França, por outro lado, empenhou-se no colonialismo não só por causa da busca por recursos estratégicos, mas também como forma de legitimação política interna, após a derrota na Guerra Franco Prussiana e de seu isolamento na Europa, articulado pela realpolitik de Bismark.

A ascensão da Alemanha unificada e a adoção da Weltpolitik, após a queda de Bismark, acirraram os ânimos na Europa e levaram à eclosão da I Guerra Mundial e ao acirramento das disputas geopolíticas por novas áreas de expansão colonial. Grã-Bretanha e França passaram a considerar a Alemanha como ameaça direta a seus domínios coloniais, especialmente após o anúncio da construção da ferrovia Berlim-Bagdá, que passaria no centro do “heartland”, da “ilha mundial", conforme definição de Mackinder.

De acordo com o geógrafo inglês Mackinder, existia uma área no continente euroasiático que era de importância estratégica vital para a consolidação do poder das nações. A região, que se estendia do Rio Volga ao Yang-Tsé e do Ártico ao Himalaia, era rica em recursos naturais, possuía relevo que possibilitava a integração interna e a defesa externa, além de grande extensão territorial. Segundo Mackinder, quem dominasse o heartland, dominaria o mundo. A expansão alemã era, portanto, uma grande ameaça.

Diante desse contexto, surge a teoria do “Rimland”, de Hartshorne, que se direcionava à área na periferia do “heartland”, na Europa Ocidental. Essa teoria era importante para a Inglaterra, pois como seu poder era essencialmente marítimo, ela nunca conquistaria o “heartland”. Mas o “himland” era a estratégia para impedir que qualquer outra nação dominasse a ilha mundial. Foi nessa lógica que o acordo Sykes-Picot foi assinado.

O Sykes-Picot dividiu os territórios pertencentes ao Império Otomano (que seria desintegrado no final da I Guerra Mundial) entre Grã Bretanha e França, de modo a satisfazer os interesses coloniais das duas potências. A França manteve os territórios que hoje correspondem à Síria e ao Líbano, enquanto a Grã Bretanha estabeleceu influência sobre o Irã e o Afeganistão. Importante notar que França e Grã Bretanha não estabeleceriam colonização direta nesses territórios, os quais consistiam zonas de influência, as quais teriam como objetivo prover recursos minerais, contrabalançar o poder russo na Ásia do Leste e em direção à Turquia (em especial em relação aos estreitos de Bósforo e Dardanelos), além de anular o expansionismo alemão, e assegurar a rota às colônias asiáticas (Índia-Inglaterra; Indochina-França). Com o surgimento da Liga das Nações, no pós-Guerra, esses territórios passaram a ser chamados de “protetorados”.

Em suma, conclui-se que a geopolítica clássica exerceu influência determinante sobre os acontecimentos no continente europeu no pré-I Guerra Mundial e no pós-Guerra. A teoria do Rimland ensejou a formação do “Cordão Sanitário” no Leste Europeu, para conter a expansão soviética, além de ter embasado os objetivos de contenção alemã do Acordo de Sykes-Picot. Nenhuma potência dominaria, sozinha, o heartland. A teoria de Mackinder perderia poder explicativo com o desenvolvimento de novas tecnologias de guerra e a descoberta de novos recursos em outras regiões do mundo.

QUESTÃO 2

Estados Unidos da América, China e Rússia possuem visões bastante distintas a respeito de seu próprio futuro energético. Discrimine quais são estas visões, identificando até que ponto cada uma delas se ajusta ou não ao paradigma do "desenvolvimento sustentável".

Extensão do texto: máximo de 90 linhas
[valor: 30 pontos]

TAINÃ LEITE NOVAES (30/30)

Desde, pelo menos, a Revolução Industrial, o fator energia constitui um dos principais elementos para a promoção do desenvolvimento socioeconômico dos Estados. Nesse sentido, faz-se importante entender quais as perspectivas de três das maiores potências energéticas do mundo contemporâneo quanto ao seu futuro energético, e como estas se ajustariam, ou não, ao paradigma moderno do Desenvolvimento Sustentável.

Os Estados Unidos da América são a mais tradicional potência energética do planeta desde, pelo menos, a "Segunda Revolução Industrial", quando despontaram os usos das eletricidade e do petróleo como bases da matriz energética global. A exploração de petróleo no país é bastante difundida, sendo a base da "sociedade do automóvel". Assim, embora sejam grandes produtores, os EUA são, também, grandes importadores do "ouro negro", o que justifica grande parte da sua atuação geoestratégica global. Não obstante, apesar da grande relevância do petróleo na matriz-energética norte-americana, esta é bastante diversificada, contando com boa participação de hidroeletricidade, energia nuclear e, inclusive, significativa presença de fontes renováveis.

Para o futuro, a grande aposta dos EUA recai sobre a aclamada "revolução do xisto". O xisto é uma fonte não tradicional de petróleo e gás, os quais são extraídos por meio de procedimentos complexos de "fratura hidráulica" e "perfuração horizontal". A grande vantagem do xisto é que ele proporciona hidrocarbonetos de boa qualidade e baixo custo, principalmente gás. Nesse sentido, principalmente em um contexto de crise econômica, se afigura como ótima alternativa, reduzindo os custos de produção e gerando crescimento e emprego. Todavia, o xisto tem um grande problema que é seu impacto ambiental, uma vez que o seu processo de extração tende a contaminar lençóis freáticos, comuns nas áreas de exploração – bacias sedimentares. Ademais, alguns especialistas apontam que os campos de xisto tendem a se esgotar muito rapidamente, fazendo-se necessário realizar, constantemente, novas perfurações, a fim de manter-se o nível de produção.

No que concerne à China, esta assumiu, em 2013, o status de maior importador mundial de petróleo – o que se deve, em grande medida, à diminuição das importações norte-americanas, tanto por conta do xisto quanto pelo contexto de baixo crescimento naquele país. Tradicionalmente, a China abastece sua "fábrica do mundo" com energia proveniente de termoelétricas a carvão. No entanto, devido à imensa poluição gerada por essa fonte, que já afeta sobremaneira a saúde e a qualidade de vida da população chinesa e provoca protestos por parte da comunidade internacional devido a seus efeitos relativos às mudanças climáticas, o governo chinês vem reduzindo a participação do carvão em sua matriz energética. A matriz chinesa, vale notar, também é significativamente diversificada, com destaque para a hidroeletricidade. Encontra-se na China a maior usina hidroelétrica do mundo, a usina de Três Gargantas. Energia nuclear também exerce papel relevante, e as fontes renováveis ganham cada vez mais espaço dentro do plano chinês de mitigar os impactos provocados pelo carvão.

Tendo assumido o posto de maior importador mundial de petróleo, a China deve mantê-lo por algum tempo, pois seu incessante crescimento econômico demanda quantidades cada vez maiores de energia; ademais, localizam-se no país as maiores reservas mundiais conhecidas de xisto. Embora a produção de petróleo e gás não convencionais no gigante asiático ainda não sejam significativas, podem vir a ser amplamente exploradas no futuro. Por enquanto, todavia, a China busca assegurar seu suprimento de hidrocarbonetos por meio de parceiros, especialmente africanos. Tudo indica, portanto, que a estratégia energética chinesa para o

futuro baseia-se em combustíveis fósseis, com potencial impacto sobre o clima e o meio ambiente como um todo.

Em relação à Rússia, esta detém a oitava maior reserva mundial de petróleo, mas é o maior exportador global do hidrocarboneto. Ademais, cerca de ¼ das reservas mundiais de gás natural se encontram naquele país, tornando-o um player fundamental da geopolítica energética contemporânea: a Rússia é fornecedora fundamental para a Europa, tendo recentemente inaugurado o gasoduto Nordstream, que liga o país à Alemanha passando pelo Mar Báltico. Há, ainda, perspectivas de construção de um gasoduto ligando a Sibéria oriental à China.

Internamente, a Rússia aproveita suas enormes reservas para alimentar a economia nacional, que se baseia, em grande medida, na própria indústria energética. Não há, nesse sentido, grandes incentivos para uma eventual transformação da matriz russa.

Uma breve análise do panorama energético dessas três potências permite-nos perceber algumas questões. Em primeiro lugar, que os EUA, com o xisto, caminham para uma redução da sua dependência energética global, o que pode ter efeitos sobre sua estratégia de inserção internacional no futuro próximo. A China, por outro lado, caminhando para tornar-se a primeira economia global, vem aumentando seu consumo de energia, bem como suas importações, mas isso pode mudar, caso suas reservas de óleo e gás não convencionais passem a ser amplamente exploradas. A Rússia, por sua vez, consolida-se, cada vez mais, como potência exportadora de hidrocarbonetos.

Ante o exposto, fica claro que os combustíveis fósseis ainda serão a principal fonte energética global durante algum tempo, o que pode contrariar o paradigma do desenvolvimento sustentável, já que estes causam alto impacto ambiental. Será necessário, portanto, que se encontrem formas de mitigar os efeitos deletérios de tais combustíveis, combinando, na composição das matrizes energéticas dos países, seu uso com o de fontes limpas.

VITOR AUGUSTO CARVALHO SALGADO DA CRUZ (30/30)

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza, realizada no Rio de Janeiro, consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável na agenda internacional. O documento final, “O futuro que queremos”, foi adotado por consenso. Dessa forma, verifica-se que entre seus signatários estavam importantes países, como Estados Unidos, China e Rússia. A participação desses países foi fundamental, na medida em que esses são os três maiores emissores de CO2 na atmosfera, além de representarem grande parcela do consumo de bens e serviços no mundo. Com efeito, faz-se necessário entender como as visões de futuro desses países se ajustam ao paradigma de desenvolvimento sustentável, o qual deve, necessariamente, contemplar os três pilares: o econômico, o social e o ambiental.

Entre os três países, o caso da Rússia destaca-se devido à vastidão de recursos naturais associado a um quadro demográfico peculiar. A Rússia apresentou um declínio econômico e social, na década de 1990, o que permitiu um arrefecimento das pressões sobre o meio-ambiente. Na primeira década do século XXI, entretanto, o país reemergiu no contexto internacional sob comando de Vladimir Putin. Essa ascensão, que foi tanto geopolítica e econômica, deveu-se à capacidade do país de utilizar seus recursos naturais como recursos de poder. A Rússia tem cerca de um quarto das reservas mundiais de gás natural, além de significativas reservas de petróleo e carvão. O país se aproveitou dessas riquezas e tornou-se o maior exportador de petróleo e gás natural do mundo. Isso permitiu o soerguimento da economia, o que, por sua vez, possibilitou a melhora dos indicadores sociais de sua população. Nesse contexto, o país passou a pressionar seu meio-ambiente, notadamente em regiões ricas em recursos como a Sibéria Ocidental e os Urais. Outro ponto em que se concentra é a expansão de sua fronteira norte, visando incorporar os recursos do Ártico, o que, inclusive, tem sido combatido por ambientalistas, conforme se percebe no caso da prisão dos ativistas do Greenpeace. Ainda que a Rússia tenha apresentado avanços nos âmbitos econômico e social, em relação ao meio-ambiente o país não tem progredido significativamente.

No que concerne os EUA, deve-se primeiramente observar que o país tem a maior responsabilidade histórica em relação à poluição no período pós-Revolução Industrial. Isso ocorreu devido aos elevados padrões de consumo de sua população, que historicamente consumiu bens e serviços de maneira não sustentável. Ainda que o país não seja mais o principal emissor de poluentes, o consumo de sua população está em níveis muito superiores à média mundial. Para atender essa demanda, os EUA tinham como principal fonte de energia o carvão, o qual, no entanto, foi recentemente superado pelo uso do gás natural, em especial de fontes não convencionais. O desenvolvimento de novas técnicas, como a fratura hidráulica e a prospecção direcional horizontal, ensejaram o aproveitamento do “shale gas”, em um processo que especialistas descrevem como verdadeira revolução energética. O gás de xisto (ou de folhelho) foi capaz de reduzir de modo significativo o preço da energia nos EUA, em particular daquela destinada ao uso industrial, o que possibilita um processo de reindustrialização do país. Dessa forma, observa-se uma melhora dos indicadores econômicos e sociais do país, os quais haviam sido consideravelmente afetados pela crise econômica de 2008. No entanto, esse avanço foi obtido à custa do meio-ambiente. A exploração do gás não convencional demanda enorme quantidade de água para fraturar as rochas sedimentares, o que pode causar a contaminação dos lençóis freáticos, além de emitir grandes quantidades de metano. Assim, a água, precioso recurso do século XXI, pode se tornar cada vez mais escassa nos EUA, em particular nas regiões ricas em folhelho, mas que já sofrem de déficit hídrico, como a Califórnia. Ainda em relação aos EUA, não se deve olvidar a importância que o petróleo continua a ter

para o país, importância essa que pode ser percebida nos movimentos geoestratégicos que o país realiza em áreas como o Oriente Médio e África. Em que pese os esforços envidados pelo presidente Barack Obama para tornar a economia do país mais "verde", os EUA ainda dependem de fontes energéticas não renováveis, que têm considerável impacto sobre o meio-ambiente.

A China ganhou proeminência nas últimas décadas em decorrência de seu acelerado processo de crescimento econômico. Esse crescimento, na casa de dois dígitos durante três décadas, possibilitou uma melhora significativa dos padrões de vida de sua população, no maior processo de formação de classe média da história mundial. Para isso, o país teve de fazer uso desmedido de seus recursos naturais, em particular o carvão, que o país tem em abundância. A pressão sobre o meio-ambiente, entretanto, foi exacerbada, o que se verifica pelos altos níveis de poluição tanto em zonas urbanas, como Pequim, quanto em relação aos recursos hídricos, como se constata no caso do rio Yangtsé. Percebendo a necessidade de alterar esse padrão, o governo chinês busca empreender uma diversificação de sua matriz energética. A conclusão da usina de Três Gargantas, que teve um alto custo social, vai nesse sentido, assim como o último plano quinquenal, que prevê vultosos investimentos em relação à energia nuclear e às fontes renováveis, em particular no que tange a energia eólica e solar, campos nos quais o país tem ganhado crescente destaque. Adicionalmente, deve-se observar que o país também é dependente de petróleo, o que implica grandes importações, seja do Oriente Médio, seja da África ou até mesmo das Américas, como demonstrado pelas parcerias com Brasil e Venezuela para explorar as áreas do Pré-sal e da faixa do Orinoco.

O desenvolvimento sustentável pressupõe a necessidade de garantir o desenvolvimento sem prejudicar as gerações futuras, de modo a crescer, incluir e proteger. Isso implica considerar igualmente os pilares econômico, social e ambiental. Quando se analisa os padrões atuais e futuros de Rússia, EUA e China em relação ao uso de energia, verifica-se que o pilar ambiental tem sido tradicionalmente negligenciado. Ainda que se percebam avanços, faz-se necessário que os três países amplifiquem seus esforços na promoção do desenvolvimento sustentável, na medida em que China, Rússia e EUA são importantes atores tanto em relação ao consumo quanto à oferta de energia.

RAFAEL BRAGA VELOSO PACHECO (29/30)

Atualmente, o futuro energético é questão de debate em diversos países, sendo assunto estratégico para a continuação do desenvolvimento das nações. De fato, teóricos da geopolítica advogam que a existência de recursos naturais em um país pode proporcionar recursos de poder aos Estados, inserindo-se a questão energética no âmbito desse assunto. Estados Unidos da América, China e Rússia são três potências econômicas e energéticas mundiais, as quais possuem visões distintas acerca do futuro do uso da energia nesses países. Nesse contexto, é importante ressaltar, também, o reflexo das políticas energéticas de cada país, tendo em vista a crescente preocupação com questões ambientais, consubstanciadas no paradigma do desenvolvimento sustentável.

Os EUA são um dos grandes produtores mundiais de hidrocarbonetos, com cerca de 9,3% da produção mundial de petróleo, segundo dados recentes. Entretanto, apesar da grande produção interna, os norte-americanos também são enormes importadores de hidrocarbonetos, devido à elevada demanda doméstica. Os EUA possuem reservas convencionais de hidrocarbonetos de tamanho considerável, principalmente no Golfo do México e no Estado do Alasca, as quais aliviam a pressão exercida pela crescente demanda nacional. Destacam-se nesse contexto, ademais, as grandes importações dos EUA com relação à Venezuela, país detentor das maiores reservas de petróleo comprovadas, em sua Bacia do Orinoco, e relativamente ao Canadá, país que pode subir no *ranking* de grande produtor de hidrocarbonetos do mundo, devido à recente descoberta de fontes não convencionais denominadas areias betuminosas.

O futuro energético dos EUA pode ser considerado híbrido, com certos ajustamentos ao paradigma do desenvolvimento sustentável. Por um lado, os EUA vêm incrementando sua oferta doméstica com base em fontes não convencionais, principalmente devido ao desenvolvimento de nova tecnologia de exploração do xisto, em estrutura não sedimentar e não tradicional. A tecnologia avançada permitiu redução de cerca de 1/5 dos custos de exploração, o que pode contribuir para a redução da pressão sobre a demanda energética do país. Por outro lado, os EUA possuem avançado programa de biocombustíveis, com a produção de etanol de milho, que representa fonte renovável e pouco poluente, em sintonia com os preceitos do princípio do desenvolvimento sustentável. O Memorando de Entendimento firmado com o Brasil, em 2007, pode contribuir para o avanço na cooperação bilateral na produção de biocombustíveis e para expansão dessa tecnologia a outros países.

A China, assim como os EUA, é grande país produtor de hidrocarbonetos, além de importante utilizador de minério de ferro e de carvão mineral, mas a crescente necessidade – o país possui a maior demanda energética mundial – também leva os chineses a buscarem fontes externas de energia. Dessa forma, é crescente a internacionalização da demanda chinesa por hidrocarbonetos, com investimentos em iniciativas desenvolvidas em diversos países do mundo. Destacam-se, por exemplo, a participação de duas petroleiras chinesas no leilão do Campo de Libra, realizado em outubro de 2013, no Brasil, para a exploração de hidrocarbonetos em águas profundas no pré-sal brasileiro, e a participação na exploração de hidrocarbonetos nos novos *hot spots* africanos, na área sedimentar do delta do Rio Níger (Nigéria, Gabão, Costa do Marfim) e no sudoeste do continente (Angola e Namíbia). Diferentemente, contudo, das “economias de enclave” de antigamente, quando as potências exportavam para o Ocidente as riquezas produzidas nas colônias, atualmente a China oferece como contrapartida ajuda na construção da infraestrutura básica dos países africanos, como estradas, ferrovias e até estádios esportivos.

O futuro energético chinês, entretanto, mostra-se fortemente baseado em fontes não renováveis de energia, como as diversas usinas movidas a carvão mineral construídas anualmente, necessárias para o aprofundamento da indústria altamente tecnológica e competitiva do país. A construção da hidrelétrica de 3 Gargantas, baseada em fonte renovável, e a disposição em adotar percentuais mínimos de biocombustíveis em determinados setores da indústria e da economia podem não ser suficientes para relativizar a preponderância de fontes não renováveis e adequar o futuro energético chinês aos preceitos do desenvolvimento sustentável.

A Rússia é o segundo maior país produtor de petróleo do mundo (12%), atrás somente da Arábia Saudita (13%), e maior Estado exportador mundial de hidrocarbonetos, devido à grande existência de reservas convencionais de petróleo e de gás natural em seu território. Nesse sentido, os russos atualmente se engajam em estratégica "geopolítica de dutos", a fim de manter suas exportações para a Europa, principalmente, e para o Oriente Médio e Ásia Central, com destaque para os projetos *Nabucco* e *South and North Stream*.

Potência energética baseada em fontes não renováveis de hidrocarbonetos, o futuro energético da Rússia deve seguir a mesma tendência da atualidade, com relativamente poucas adaptações ao paradigma do desenvolvimento sustentável.

O futuro energético de EUA, China e Rússia é distinto, tendo em vista o comprometimento de cada país com o princípio do desenvolvimento sustentável. O Brasil pode ser considerado importante *player*, aprofundando a cooperação em biocombustíveis com os EUA e procurando estabelecê-la com China e Rússia.

MENOR NOTA (26/30)

Apesar de a questão energética em Rússia, China e Estados Unidos responder a padrões geoestratégicos distintos, nos três persiste uma preocupação essencial com a segurança energética que irá assegurar um projeto de desenvolvimento de longo prazo. Para tanto, essas três grandes economias devem tanto atentar-se à escassez de recursos energéticos exauríveis no mundo e em seus próprios territórios quanto à necessidade de articular uma matriz energética que preserve o equilíbrio ambiental e climático do mundo. Da necessidade de articular tais objetivos com uma visão de futuro é que se constroem as estratégias energéticas dos três países.

Até a década de 1970, o desenvolvimento industrial mundial esteve eminentemente calcado em combustíveis fósseis, cujas reservas são finitas. Os dois choques do petróleo lançaram luz sobre a fragilidade e vulnerabilidade da economia mundial diante dessas reservas, cujo potencial desestabilizador, à medida que os preços do recurso subiam, se tornou patente. Nesse momento, a preocupação com a segurança energética lançou diversos países do mundo em uma busca obstinada tanto por alternativas ao fornecimento do petróleo do Oriente Médio quanto por alternativas ao petróleo em si, o que suscitou um importante avanço tecnológico no âmbito de fontes energéticas alternativas. O Brasil é exemplo paradigmático já que remonta a esse contexto os expressivos investimentos em exploração de petróleo offshore, além do programa do pró-álcool.

Na década de 1990, à preocupação com a segurança energética somar-se-ia uma crescente percepção acerca dos efeitos danosos do uso de combustíveis fósseis para o equilíbrio climático do planeta. A emergência de um discurso sobre a necessidade de um desenvolvimento sustentável, ou seja, de um desenvolvimento que possa ser perpetuado ao longo das décadas e que assegure o bem-estar das gerações vindouras, passou a pautar igualmente o planejamento geoeconômico de grandes economias centrais, como é o caso de Rússia, China e Estados Unidos.

Os Estados Unidos, como maior economia mundial, diante do choque do petróleo de 1973, estabeleceu uma estratégia multifacetada para equacionar o problema. Em função do tamanho de sua economia e de sua dependência do petróleo, era tanto necessário variar o máximo possível sua matriz quanto assegurar fornecedores de petróleo estáveis. No que concerne ao primeiro aspecto, os Estados Unidos investiram fortemente em pesquisa e desenvolvimento de alternativas, como os biocombustíveis, e avançaram, em um primeiro momento, em seu programa nuclear. No que concerne ao segundo, procuraram assegurar, por meio de alianças, fontes seguras e alternativas ao Oriente Médio, tanto na América Latina, destacando-se o México e a Venezuela, quanto em outras regiões do mundo, como a África, onde se empreendeu um esforço de mapeamento das reservas existentes. Paralelamente, investiu fortemente em meios de assegurar tanto quanto possível sua autossuficiência energética, o que alguns especialistas apontam pode vir a acontecer com a exploração das reservas de xisto.

A Rússia e a China, igualmente grandes consumidoras de energia, destacam-se ambas por apresentar uma matriz fortemente dependente de combustíveis fósseis. No caso da Rússia, o consumo energético é largamente balizado pelas reservas extensas de gás e petróleo da região do Cáspio e das bacias sedimentares da Sibéria, as quais constituem uma importante renda do comércio exterior do país. Já a China construiu historicamente sua matriz com base em expressivas reservas de carvão mineral. Em ambos os casos, trata-se de recursos finitos e de uma matriz energética poluente. O significativo crescimento chinês nas últimas décadas

impõe a necessidade de garantir fontes energéticas mais estáveis e, especialmente, mais limpas, já que as grandes cidades do país se destacam como as mais poluídas do mundo.

O regime de emissões instituído em Quioto (1997) estabeleceu uma primeira tentativa de coordenação internacional de esforços no sentido de reorientar a matriz energética mundial em direção a alternativas mais limpas e sustentáveis. Estados Unidos e Rússia, como países de industrialização antiga, possuíam metas obrigatórias, enquanto a China, apesar de constituir-se atualmente como grande poluidora, não possuía qualquer meta. O fato de os Estados Unidos não ter ratificado o protocolo e a Rússia não ter aderido à segunda vigência (2012) não definem bem o cenário já que os Estados Unidos, principalmente, está na vanguarda mundial de iniciativas de eficiência energética e desenvolvimento limpo. A China, por sua vez, está cada vez mais engajada em encontrar alternativas sustentáveis para seu desenvolvimento econômico, como sinaliza seu interesse crescente em fontes hidráulicas e biocombustíveis.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que as três grandes economias procuram equacionar o difícil equilíbrio entre manter um crescimento econômico continuado e a necessidade de modernizar e "limpar" suas matrizes energéticas. Em todos os três casos, percebe-se uma estratégia bifronte, que tanto aprofunda o uso de matrizes tradicionais quanto busca uma pletora de alternativas. Esse movimento em direção de uma matriz energética do futuro, embora ainda tímido em relação à Rússia e China, é uma tendência inexorável dada a finitude dos recursos energéticos tradicionais e seu efeito deletério sobre o planeta.

QUESTÃO 3

O avanço da cafeicultura em território paulista foi marcado por um novo padrão geográfico de ocupação do solo, que contrariava alguns elementos básicos do modelo de organização territorial estabelecido desde os tempos coloniais. Aponte a inovação básica introduzida, fazendo uma explanação comparativa entre os modelos.

Extensão do texto: máximo de 60 linhas
[valor: 20 pontos]

FERNANDA CARVALHO DAL PIAZ (20/20)

José Graziano define quatro fases do desenvolvimento da agricultura brasileira: a decomposição do complexo rural (1850 a 1890); o complexo cafeeiro paulista (1890-1930); a integração do sistema agrícola (1930-1960); e a consolidação do complexo agroindustrial (1960 até hoje). Dessa forma, pode-se entender que, antes do avanço da cafeicultura no território paulista, predominava, no Brasil, o complexo rural, caracterizado pelo fechamento e pela autossuficiência.

O "complexo rural" predominou na agricultura brasileira durante todo o período colonial e parte do século XIX. Esse modelo caracterizava-se pela predominância da mão de obra escrava, do latifúndio, além de ser voltado, essencialmente, para o mercado externo, caracterizando o "sentido da colonização", de acordo com Caio Prado Jr. De acordo com esse autor, a descoberta do Brasil era um capítulo da história da expansão do capitalismo europeu no início do século XV. Como consequência da implantação desse modelo pelos portugueses, a configuração territorial brasileira ficou definida pela formação do "Brasil arquipélago", em que havia pouca ou nenhuma conexão entre as regiões produtoras do país, que se ligavam diretamente ao centro consumidor europeu.

O ano de 1850 representou um marco para o início da decomposição do complexo rural, devido à aprovação da Lei Eusébio de Queirós e da Lei de Terras. Além disso, durante meados do século XIX, o café, que começara sua expansão pelo Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, durante a década de 1830, ganha proeminência na pauta de exportação brasileira. O ano de 1890 é outro marco desse processo, devido à consolidação do Oeste Paulista como principal centro produtor do café brasileiro, em cidades como Taubaté e Araraquara.

Em 1890 dá-se, portanto, o início da fase do complexo cafeeiro paulista, que José Graziano da Silva define como momento de transição, devido às transformações introduzidas no campo. A inovação básica introduzida foi a mão de obra assalariada, abastecida, principalmente, pela mão de obra composta por imigrantes italianos, alemães e, já no século XX, japoneses. Após a lei Eusébio de Queirós, a importação de escravos para o Brasil tornou-se cada vez mais cara, incentivando a atração de imigrantes europeus. Primeiramente, tentou-se atrair imigrantes por meio do sistema de parcerias, de iniciativa privada, como demonstram as tentativas do Senador Vergueiro. Devido ao fracasso dessas tentativas, o estado de São Paulo tomou a frente das iniciativas de atração de imigrantes no final do século XIX. Com a abolição, o Estado brasileiro também envolveu-se em tal política.

Outro aspecto relevante do complexo cafeeiro paulista é sua ruptura com o fechamento característico do complexo rural. No final do século XIX, notou-se um movimento de integração incipiente do núcleo produtor com os centros financeiros e o porto exportador. Essa integração é explicada, principalmente, pelo desenvolvimento pelo sistema de transportes, especialmente das ferrovias. A estrada de ferro Jundiaí-Santos, por exemplo, demonstra um dos aspectos da evolução tecnológica, em região onde o transporte era feito, anteriormente, por mulas. Nesse sentido, nota-se também que a cafeicultura paulista buscou aproveitar melhor o solo fértil (solo basáltico ou "terra rossa/roxa"), por meio de sua conservação, em vez de empreender a expansão vertical radical e a degradação do solo que havia sido levada à cabo no Vale do Paraíba, e, por fim, levou à decadência da região. O último aspecto relevante do complexo cafeeiro como ponto de inflexão foi o uso do capital excedente no desenvolvimento incipiente da industrialização, o que explica a posição de São Paulo como grande polo industrial no início da industrialização brasileira.

Em suma, enquanto o complexo rural fez uso da mão de obra escrava, pouca inovação tecnológica (predominância do "meio técnico") e foi essencialmente fechado, o complexo cafeeiro paulista caracterizou-se pela mão de obra assalariada (principal revolução da economia brasileira, segundo Celso Furtado), pela inovação tecnológica, pelo desenvolvimento dos transportes e o investimento na indústria. A ruptura com o isolamento abriria caminho para a expansão da industrialização brasileira, após o enfraquecimento do modelo paulista com a crise de 1929.

JOÃO MARCELO COSTA MELO (20/20)

O avanço da cafeicultura em território paulista enfrentou desafios cuja superação foi determinante para transformar a região no centro mais dinâmico da economia brasileira. O principal obstáculo a ser superado consistiu na distância do Oeste paulista para os principais centros urbanos do país e, em particular, para os pontos de escoamento da produção.

O avanço do café para o Oeste de São Paulo foi impulsionado pelo fechamento da fronteira na tradicional região produtora, o Vale do Paraíba, cujas terras já começavam a dar sinais de esgotamento. A região paulista atraía os cafeicultores em particular pela presença ali da terra roxa, bastante propícia para a cultura do café, oferecendo altos níveis de produtividade. A região, contudo, não contava com a proximidade do porto do Rio de Janeiro, que representava grande vantagem aos produtores do Vale do Paraíba, diante da ausência de infraestrutura no interior do país. O transporte da produção paulista em lombo de burro, sobre o terreno acidentado que a separa do litoral, era uma dificuldade que demandava uma política de transformação do espaço, que proporcionasse a fluidez necessária. Nesse sentido, a instalação de uma rede extrovertida de ferrovias foi condição fundamental para a viabilização econômica da produção paulista. A cidade de São Paulo, por sua posição de ponto de convergência dessa rede, passou a desempenhar importante função logística, transformando-se em centro de comando e beneficiando-se economicamente. A partir de São Paulo, a produção descia a serra em ferrovia que ligava a cidade ao porto de Santos, que se transformou em ponto de escoamento da produção, quase que totalmente destinada à exportação.

Além da produção do território mais intensa em termos de rede e fluxos, a cafeicultura paulista distinguiu-se de sua congênere do Vale do Paraíba por um padrão menos predatório de exploração da terra. Os produtores paulistas desde cedo mostraram-se mais inclinados à inovação técnica, investindo em alguma melhoria de instrumentais e procurando evitar o esgotamento do solo. Procuraram imprimir maior flexibilidade ao capital investido, buscando alternativa ao trabalho escravo, que consistia na base da produção do Vale do Paraíba. As iniciativas pioneiras de incentivo à imigração estrangeira, por meio do sistema de parceria, embora não tenham apresentado os resultados esperados, apontaram para uma direção distinta, na tentativa de evitar a imobilização do capital a partir de alto investimento em mão de obra escrava.

As características que distinguiram a cafeicultura paulista indicam a busca de algum nível de sustentabilidade da atividade econômica, seja por meio do investimento logístico decisivo em ferrovias, seja por meio de maior receptividade às inovações técnicas, ou, ainda, o fomento a relações de trabalho mais flexíveis. Esse traço do empreendedorismo paulista reflete-se ainda na diversificação das atividades econômicas observada na região a partir da segunda metade do século XIX. O capital acumulado pela cafeicultura esteve na base do processo de industrialização continuada que se observa na região, transformando-a no centro dinâmico da economia brasileira até os dias atuais.

Enquanto a cafeicultura paulista logrou diversificar-se, expandir-se e promover uma transformação decisiva do território, a produção do Vale do Paraíba entrou em franco declínio, sem conseguir se reinventar. Em que pesem as características naturais que permitiram o transbordamento da produção paulista para o norte do Paraná, o padrão de apropriação do território que adotou mostrou-se superior.

LETICIA DOS SANTOS MARRANGHELLO (20/20)

O café representou um fator de extrema relevância na economia, na política e na geografia do Brasil nos séculos XIX e XX. Em um primeiro momento, seu cultivo ocorreu no estado do Rio de Janeiro e no estado de São Paulo em região próxima ao litoral. Com a expansão da produção cafeeira, houve uma alteração na localização das novas lavouras, com a criação de fazendas no oeste paulista.

A ocupação do território brasileiro foi baseada na formação de núcleo próximos ao litoral, local de acesso e importante sob a perspectiva geopolítica, pois garantia a segurança da costa (havendo preferência pela formação de núcleos em alguns pontos estratégicos). Com o tempo, a ocupação territorial foi estendendo-se para o interior, com a formação de redes de comunicação com o litoral. No caso do café, percebe-se que houve um padrão de ligação com o litoral, devido ao fato de essa ser uma cultural de exportação; portanto, dependente do acesso aos portos para a venda para o mercado externo. Em São Paulo, o café começou a ser cultivado em locais pouco distantes dos portos, sendo muito relevante a ocupação da região do Vale do Paraíba. Desse modo, as lavouras permaneciam concentradas em uma região restrita, onde havia facilidades para a plantação de café, devido à boa qualidade do solo e à presença de água.

Com a rápida expansão da economia cafeeira, foram sendo abertas novas frentes de ocupação em direção ao oeste de São Paulo. Essas novas áreas cafeeiras eram mais distantes do litoral. Assim, foi necessário aumentar os investimentos quanto aos meios de transportes até os portos do litoral do sudeste. Nesse sentido, foi muito relevante o investimento em ferrovias, que constituíam meios modernos e rápidos de ligação entre o interior e o litoral. Elas representaram uma importante evolução nas redes de transporte brasileiras, visto que, nos locais mais próximos ao litoral, era possível realizar o transporte da safra por meios tradicionais. Desde a época colonial, a ligação pelas redes de comunicação brasileiras tinha sido realizada com forte recurso a animais de carga, sendo muito relevante o uso de mulas. Esse fato inclusive foi importante para que se consolidasse a ligação da economia do sul do país ao eixo mais dinâmico (de economia de exportação agrícola e de extração mineral) do sudeste.

Percebe-se no caso do avanço da cafeicultura algumas semelhanças e algumas diferenças com relação aos padrões tradicionais de uso do território brasileiro. Em primeiro lugar, a cafeicultura paulista expandiu-se com base em paradigma depredatório de ocupação do solo, em que novas fronteiras agrícolas são abertas e expandidas quando há o esgotamento do solo, não sendo priorizada a sua recuperação (devido à abundancia de terras). Esse fator pode ser considerado responsável pela diminuição dos rendimentos em áreas de ocupação antiga, o que é um fator fundamental em uma conjuntura de necessidade de investimentos elevados, como o caso da conformação de uma malha ferroviária, um meio de transporte eficiente para deslocamentos em médias e grandes distâncias, mas que demanda investimentos iniciais elevados. Em segundo lugar, ambas as áreas cafeicultoras citadas eram baseadas no modelo de latifúndio monocultor voltado para a exportação. Esse elemento é relevante para a questão de desigualdades sociais e concentração de capital nos grandes proprietários e, além disso, é uma explicação para o padrão da rede de transportes que se formou. Nesse sentido, apesar do avanço tecnológico, manteve-se a lógica de construir vias voltadas para a ligação entre as zonas produtoras e os portos, fazendo que o fator determinante da rede de transportes seja o escoamento da produção. A infraestrutura para exportação de produtos ainda é um fator relevante no Brasil atualmente, porém, no sentido de concentração da malha de transportes naquele

região, sem a priorização das comunicações entre pontos diversos do território nacional. Em terceiro lugar, uma diferença importante diz respeito à transição do tipo de mão de obra, tendo as áreas mais antigas permanecendo mais ligadas aos trabalhadores escravos, enquanto as zonas novas se esforçaram para atrair trabalhadores livres – muitas vezes imigrantes com relações pré-capitalistas de trabalho. Esse também foi um fator relevante para liberar capital para liberar capital para novos investimentos, o que foi essencial no caso das ferrovias.

Desse modo, percebe-se que houve importantes mudanças nos modelos de produção de café, principalmente no que diz respeito à localização territorial dessas lavouras e às redes de transporte utilizadas para o escoamento dessa produção. Nas décadas seguintes, o café permaneceu como produto fundamental da pauta de exportação brasileira e, mais recentemente, expandiu-se para outras regiões do país, tendo atualmente grande importância sua produção em Minas Gerais e no Espírito Santo.

MENOR NOTA (10/20)

A ocupação dos fundos territoriais nos trópicos deu-se, inicialmente, no litoral nordestino, no qual prevaleceria o modelo de organização espacial fundado nos latifúndios monocultores e seus engenhos. O deslocamento da ocupação econômica do território em direção a São Paulo manteria, em um primeiro momento, a tríade latifúndio, monocultura e trabalho escravo, inovaria, contudo, ao estabelecer novo padrão de sociabilidade, de trato com a terra e, por consequência desses dois fatores, acrescido ainda das condições geográficas diversas, de organização territorial, garantido pela ação estatal com a Lei de Terras de 1850.

A produção açucareira nordestina foi viabilizada, desde os primórdios da colonização, em virtude do elevado preço internacional do açúcar. O solo fértil de massapê encontrado no Nordeste favoreceu as atividades dos grandes senhores de engenhos, figura central na primeira fase da empreitada colonial portuguesa. Como minuciosamente descrito por Gilberto Freyre, a economia e a sociedade nordestina giravam em torno dos senhores de engenho, que comandavam as grandes universidades produtivas voltadas ao mercado externo. Ademais, em torno deles gravitavam as demais atividades voltadas ao consumo local, sobretudo a pecuária, a fornecer alimento e tração animal.

A despeito da perenidade da pecuária no período Colonial, de um modo geral, pode-se dizer que a organização territorial se dava em grandes latifúndios, cujas bases foram assentadas com a primeira distribuição territorial pela Coroa portuguesa - as capitanias hereditárias de 1514 e a subsequente distribuição de sesmarias pelos capitães-donatários. A baixa mobilidade social - em regime já nomeadamente hereditário - e a lógica do favor encontrariam terreno fértil no litoral e zona da mata nordestina. A pecuária fora, assim, atividade subsidiaria, conquanto bastante relevante para interiorização do empreendimento colonial rumo ao sertão, no qual a propriedade da terra não se afigurava como fator de discórdia.

A cafeicultura paulista fortaleceu-se em um momento mais avançado do empreendimento colonial. O ciclo do ouro que a havia precedido legara uma incipiente rede urbana e rotas bem conhecidas pelos bandeirantes e monçoneiros. Pode-se dizer, portanto, que sociedades cafeicultora e o espaço geográfico que a abrigava abrangiam elementos complexificadores ausentes nas etapas iniciais da colonização nordestina.

As circunstâncias geográficas no vale do Paraíba eram também deveras diversas. A expansão das propriedades era limitada pelos acidentes geográficos, como a Serra do Mar e da Mantiqueira. Ainda que tenha prevalecido o latifúndio monocultor, as ambições expansionistas dos grandes cafeicultores eram limitadas goegraficamente. O solo basáltico, todavia, garantia elevada produtividade dos cafezais paulistas.

A mão de obra predominantemente escrava, à semelhança dos canaviais nordestinos, também seria alterada no território paulista. A medida que se consolidava a ocupação do Oeste Paulista e se acirravam as pressões internacionais para extinção do tráfico, os cafeicultores paulistas buscavam alternativas ao trabalho escravo com a atração da mão de obra migrante europeia. Ainda que malogrados os primeiros esforços, como o do Senador Vergueiro em Ibicaba, os fluxos de migrantes que se intensificariam nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX trariam consigo novas técnicas no trato da terra. Inviabilizado o cultivo autônomo dos imigrantes com a Lei de Terras de 1850, os seus conhecimentos acabariam por ser aplicados nas grandes propriedades dos tradicionais senhores do café.

Na comparação do padrão geográfico de ocupação do solo do litoral nordestino em relação aos cafezais paulistas, verificam-se notáveis diferenças decorrentes da prévia exploração e conhecimento do território paulista, da mão de obra cambiante e agregadora de novas técnicas e, principalmente, da preocupação estatal de limitar o acesso à terra dos novos migrantes. A despeito das limitações geográficas, o padrão latifúndio-monocultura lograria êxito.

QUESTÃO 4

Depois de décadas em declínio, a população rural de alguns países começa a se estabilizar e até a apresentar leve crescimento. Explique os motivos atribuídos pelos demógrafos a tal comportamento dessa variável populacional e discorra sobre suas potencialidades nos próximos anos.

Extensão do texto: máximo de 60 linhas
[valor: 20 pontos]

GUILHERME RAFAEL RAICOSKI (20/20)

Estima-se que, em 2008, mais de 50% da população mundial tornou-se urbana. Tal número agregado, contudo, dissimula variabilidades complexas na relação de concentração populacional urbano-rural no mundo. Em certas localidades, diversos fenômenos contribuem para a estabilização do processo de aumento relativo da concentração populacional no meio rural, mas, em outros, prossegue acelerada urbanização.

Uma das variáveis contemporâneas é o esgotamento do potencial de êxodo rural. Esse fenômeno é claro na América Latina, a região mais urbanizada do mundo, com mais de 80% da população vivendo em cidades. O Brasil, cuja urbanização atinge 84,4% da população, tem concentrações urbanas que dependem do meio rural para seu abastecimento. Essa rede de interdependência urbano-rural cria novos incentivos, estimulados inclusive pelo Estado, para manter os agricultores em suas terras. São exemplo o PRONAF e o Plano Safra da Agricultura Familiar. Na França, a Política Agrícola Comum também tem esse efeito estabilizador.

Em segundo lugar, o processo de urbanização foi, tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, acompanhado pela formação progressiva de deseconomias de aglomeração e de ocupações periferizadas. As metrópoles, tradicionalmente grandes centros de atração populacional, tiveram seu potencial atrativo reduzido. Conforme outrora disposto por Ernst Ravenstein na obra “Leis da migração”, questões econômicas são fator central de atração e de repulsão de população. Na medida em que a especulação imobiliária, a desconcentração de indústrias, a terciarização precarizada e a favelização avançam, os centros urbanos tornam-se menos atrativos, a ponto de repelirem contingentes populacionais rumo a cidades médias ou para o meio rural.

A nova ênfase no meio rural tem grande vinculação com a íntima e crescente vinculação entre meios urbano e rural no seio da formação de Complexos Agroindustriais. A implementação do meio técnico-científico-informacional no meio rural, sendo a produção agrícola vinculadas a atividades industriais tipicamente urbanas à montante - máquinas, equipamentos, insumos - e à jusante - beneficiamento da produção agrícola - gera fator de atração populacional relevante para o meio rural. Em regiões com CAI desenvolvido, os incentivos econômicos implicam a estabilização e até mesmo a reversão.

Deve-se citar, ainda, o fato de que a população mundial continua em expansão. Essa dimensão cria crescentes necessidades nutricionais e bioenergéticas. A demanda por biocombustíveis e o aumento no preço mundial dos alimentos gera vantagens relativas para o meio rural em comparação com o urbano.

Não se pode, contudo, afastar a causalidade do crescimento demográfico. Nas cidades, devido ao melhor acesso a meios contraceptivos, à consideração dos altos custos para criar filhos, entre outras, a taxa de fecundidade média encontra-se abaixo da taxa de reposição. Por trás dessa estatística, há o fato de que, no meio rural, a taxa é superior a 2,1 filhos por mulher, sendo próxima a 1,5 filho nos centros urbanos. No mundo, essa tendência implica crescimento vegetativo maior no meio rural que no meio urbano, fato que tem peso primordial no reequilíbrio das concentrações populacionais relativas.

Insta afirmar que o fenômeno da estabilização é presente, fundamentalmente, em áreas do mundo já predominantemente urbanizadas, e que a pequena reversão relativa em favor do meio rural é fenômeno demográfico quase que exclusivo em países desenvolvidos que tenham tradição agrícola, como Suíça e França. Na África e Ásia, ainda predominantemen-

te rurais, o fenômeno de urbanização segue em larga escala, agravando redes urbanas macrocefálicas, como Lagos e Cairo.

As tendências para o futuro, assim vinculam-se às especificidades regionais. Na América Latina, o processo já se encontra em vias de estabilização, e pode haver aumento na população rural, tanto devido ao apoio à agricultura familiar por governos progressistas da região quanto pela atratividade do paradigma “rurbano” ensejado pelo CAI. A mesma tendência é possível na Europa e América do Norte, ambos em processo de renovação da PAC para o período 2014-2019 e da “Farm Bill”. Na África e na Ásia, contudo, o processo de urbanização de matiz periferizada deve prosseguir. Na África subsaariana, estima-se que a população urbana dobrará nos próximos 40 anos, e a China mantém seu engajamento na política oficial de realocação de camponeses em cidades projetadas.

A estabilização da relação populacional rural-urbana deriva de transformações que ensejam a repulsão nas cidades e a atração no meio rural. Não é um fenômeno homogêneo no mundo, contudo. O mundo prosseguirá predominantemente urbano, muito devido ao fato de que a fronteira entre urbano e rural, cada vez mais, se desfaz.

IGOR ANDRADE VIDAL BARBOSA (20/20)

O fenômeno da estabilização da população rural em alguns países é especialmente evidente na Europa. Contudo, as causas desse fenômeno afetam diversas regiões do globo e podem representar uma tendência futura, ainda que em países como o Brasil ainda haja uma queda da população rural absoluta, como demonstrado no Censo 2010.

A primeira causa dessa variável populacional é a formação de um "novo rural", conforme descrito por José Graziano. O campo e a cidade estão cada dia mais interligados. Por um lado, o avanço da infraestrutura e das tecnologias de comunicação trouxe para o campo diversas das comodidades antes exclusivas à cidade. O avanço do ensino à distância, por exemplo, trouxe grande capilaridade à rede de educação, reduzindo a necessidade de deslocamento até a cidade. Por outro lado, a consolidação do meio técnico-científico-informacional no espaço rural faz com que a produção agrícola dependa dos insumos e do know-how fornecidos na cidade. Além disso, há a ampliação de atividades terciárias no espaço rural, como o ecoturismo. Esse fato atrai pessoas para o campo e modifico a quadro das relações de trabalho nesse espaço, que deixa de ser exclusivamente destinado a atividades primárias.

Outro fator que explica esse "retorno ao campo" é a saturação das grandes cidades. Nos países em desenvolvimento, em que houve uma acelerada urbanização que levou à macrocefalia urbana, o esgotamento das metrópoles é ainda mais evidente, mas a falta de estrutura no espaço rural faz com que as pessoas se desloquem para as cidades médias. No espaço europeu, por sua vez, a infraestrutura é distribuída de maneira mais homogênea no espaço nacional. As grandes cidades europeias não possuem níveis de saturação comparáveis aos dos países em desenvolvimento, mas é inegável que o custo fundiário, o custo de vida e os níveis de violência são mais elevados na cidade do que no espaço rural.

Esse fenômeno demográfico da revalorização do espaço rural surge como potencial mitigador da severa crise econômica enfrentada pelos países da zona do euro. Em países como Portugal, o espaço rural tornou-se uma alternativa para jovens desempregados na cidade. O governo português incentiva essa reocupação do campo, vendo-a como potencial catalisador da economia. No contexto europeu como um todo, a revalorização do campo pode mitigar os efeitos da reformulação da Política Agrícola Comum, cujo peso no orçamento europeu está diminuindo.

No Brasil, a importância do espaço rural fica atestada nos fluxos migratórias atuais que se destinam ao Centro-Oeste e ao Norte brasileiro. Contudo, o alto grau de urbanização nessas áreas impede que isso se reflita em um aumento da população rural, com a possível exceção de determinadas áreas na fronteira agrícola nacional.

A estabilização da população rural é um fenômeno que ocorre em determinadas regiões como a Europa. No contexto global, contudo, esse ainda é um fenômeno minoritário, especialmente em vistas da crescente urbanização no continente africano e asiático. No caso europeu, o "retorno ao campo" tem grande potencial de atuação como catalisador do crescimento local.

VINICIUS FOX DRUMMOND CANÇADO TRINDADE (20/20)

O crescimento da população urbana no mundo é fato inquestionável. Em 2008, pela primeira vez na história, a humanidade tornou-se mais urbana do que rural. Não obstante, verifica-se, atualmente, que a população rural de alguns países tende a se estabilizar e a apresentar relativo crescimento. Motivos socioeconômicos têm sido atribuídos a esse comportamento demográfico, o qual impõe potencialidades no futuro.

O modelo pós-fordista e sua lógica reticular de organização econômica tem sido atribuído como uma das possíveis causas não apenas da desmetropolização, mas também pela busca de áreas rurais. As deseconomias de aglomeração e os altos custos advindos da especulação imobiliária e de serviços precários de transporte tem resultado em relativa migração para áreas rurais. Segundo Ernest Ravestein, elementos econômicos influenciam como fatores de atração e de repulsão nos movimentos demográficos. Nesse sentido, é compreensível que as deseconomias de aglomeração influenciem em decisões de saída para o campo, o que não impede o exercício de atividades econômicas pós-industriais, pautadas no meio técnico-científico-informacional (setor quaternário). O turismo é exemplo de atividade rural que atrai contingentes demográficos urbanos.

A estrutura fundiária agrícola também desempenha papel importante para explicar o comportamento demográfico de estabilização rural. A Índia, por exemplo, é país com estrutura fundiária desconcentrada, o que possibilita amplo desenvolvimento da agricultura familiar. À medida em que este país atravessa a fase 3 de estabilização demográfica no Modelo Warren Thompson, também tende a se estabilizar a população rural. Esta, na verdade, poderia apresentar taxas de natalidade superiores, uma vez que mais filhos significa maior mão de obra na produção agrícola familiar. Em outros países, onde a estrutura fundiária é mais concentrada e pautada no modelo de especialização, menor tende a ser a população rural.

Em termos de segurança alimentar e nutricional, a estabilização da população rural pode se constituir em acontecimento salutar. Com efeito, o êxodo rural acelerado impõe o desafio do "risco agrícola", quando a saída do campo não é acompanhada por ganhos de produtividade na base técnica agrícola. Além disso, eleva a pressão demográfica sobre recursos escassos, o que é agravado por condições precárias de infraestrutura básica. Trata-se de um desafio que se impõe à África, que cresce ao ritmo de 2,4 % ao ano em termos demográficos. Os corredores de favela em regiões como a África Ocidental (e.g. Lagos) e o rápido êxodo tornam o risco agrícola e a "fadiga demográfica" desafios significativos.

Portanto, depois de décadas em declínio, a estabilização da população rural pode apresentar benefícios para questões sociais, como a segurança alimentar e nutricional. Os custos crescentes nas chamadas deseconomias de aglomeração contribuem para esse comportamento demográfico, bem como o desenvolvimento de novas tecnologias capazes de fomentar atividades econômicas em uma lógica descentralizada e reticular. Ademais, fator fundamental para esse comportamento é a estrutura fundiária. Países com elevada concentração fundiária, como o Brasil (com 84,4 % de população urbana), dificultam um desenvolvimento amplo de agricultura familiar. Por sua vez, estruturas fundiárias desconcentradas, como na Índia, corroboram para o atual processo de estabilização – e até mesmo pequeno crescimento em certos países – da população rural.

MENOR NOTA (15/20)

A evolução demográfica global tem sido caracterizada por um movimento de urbanização, com constante diminuição da população rural em relação à população urbana. Entretanto, em diversos países, especialmente aqueles com alto nível de desenvolvimento, que já completaram o processo de urbanização e o processo de transição demográfica até a fase 4 do modelo de Thompson, evidenciou-se, efetivamente, indicadores de estabilização e até de leve crescimento da população rural. Esse processo é caracterizado não por uma reversão da tendência urbana e sim, principalmente, pela descaracterização dos limites entre atividades e ocupações rurais e urbanas.

Inicialmente, além da discussão sobre a interligação entre as duas esferas, é preciso salientar que ocorre, em menor escala, um efetivo retorno de população para o meio rural. Os impactos e constrangimentos associados à vida urbana, aliados às possibilidades econômicas da produção rural moderna, têm levado à existência de um retorno populacional. No entanto, em relação às tendências principais desse movimento, o impacto dessa "ruralização" é marginal.

A influência preponderante não é relacionada à "ruralização" da população, mas à crescente intermediação das atividades urbanas no meio rural, com a desconstrução dos limites entre meio rural e meio urbano, proporcionada pelos avanços tecnológicos e pela interligação entre as atividades rurais e urbanas; representando, efetivamente, uma "urbanização" do espaço rural e a transferência de atividades e de população para esse espaço.

O motor principal dessa tendência é a constituição de uma agroindústria verticalizada, com a apropriação das atividades de beneficiamento e industrialização para o espaço produtivo agrário. Essa influência é identificada inclusive no Brasil, que não é um país de alto desenvolvimento, mas apresenta alto grau tecnológico e capacidade de inovação em determinados territórios e setores rurais. A indústria de avicultura catarinense é um exemplo desse processo, com a integração e verticalização produtiva estabelecida por empresas como a BR Foods, que implantou plantas industriais no meio rural, aproximando a atividade industrial à região de criação dos insumos orgânicos para sua produção.

O estabelecimento desses setores industriais é possibilitado pelas ligações logísticas entre os espaços de produção e os centros de controle e regulação, que estabelecem uma maior fluidez nessas regiões e permitem a instalação de estruturas físicas associadas ao meio técnico-científico-informacional, como descrito por Milton Santos. A Internet, as rodovias e os aeroportos criam fluxos físicos e informacionais crescentes e demandam a instalação de centros de fornecimento de serviços para o meio rural, atraindo população e completando a integração à jusante e à montante do agronegócio com a estrutura econômica.

Essa estruturação determina uma facilidade de transição entre meio rural e urbano. Outra faceta desse processo é identificada na atração de população que integra a atividade econômica urbana com a permanência ou instalação no meio rural. Por meio da migração pendular até a cidade ou mesmo pelo conceito de "home office", a instalação e domicílio no meio urbano é, crescentemente, menos necessária.

No futuro próximo, essa dinâmica de estabilização e de pequena variação, para cima ou para baixo, na população rural deve ser mantida, devido ao aprofundamento desse processo de fluidização e deslimitação das fronteiras rurais e urbanas. Em economias com intensidade agroindustrial preponderante, como Brasil, Estados Unidos e Austrália, a industrialização do

meio rural é um fator cada vez mais importante para os setores do agronegócio, impulsionando essa atração. Em algumas regiões europeias, com estabilidade, padrões de vida elevados e redes de bem-estar social estruturadas, as facilidades logísticas, regulatórias e informacionais presentes na sociedade podem incentivar a migração para o meio rural, na busca do afastamento dos problemas relacionados à vida urbana.

À primeira vista, o leve aumento da população rural pode ser encarado como sinal de reversão dos processos de urbanização iniciados com a Revolução Industrial, no século XVIII. A análise detalhada demonstra que se trata, evidentemente, de um aprofundamento estrutural e de um enraizamento das características do meio urbano no espaço rural, determinando uma atração populacional não pelo meio rural em si, mas pelas vantagens do meio rural que são potencializadas pelos desenvolvimentos tecnológico, agrícola e logístico.

POLÍTICA INTERNACIONAL

QUESTÃO 1

Leia os seguintes trechos.

I. “Os desdobramentos preocupantes no campo da paz e da esperança internacional demonstram a necessidade de valorização cada vez maior da diplomacia e dos meios pacíficos de solução de controvérsias. Neste, assim como em outros casos, estaremos atentos para a contribuição que o Brasil pode e deve dar, especialmente num contexto de uma já inadiável
transformação da governança internacional, que inclui a reforma do Conselho de Segurança”

II. “O traço definidor do multilateralismo é não apenas que ele coordena as políticas nacionais entre grupos de três ou mais Estados (...), mas adicionalmente que o faz com base em certos princípios de ordenamento das relações entre os Estados”.

Considerando os trechos acima como motivadores, elabore o conceito e multilateralismo, examine as funções do Conselho de Segurança e, com base nisso, analise o tratamento internacional do conflito na Síria.

Extensão do texto: máximo de 90 linhas
[valor: 30 pontos]

LAÍS LOREDO GAMA TAMANINI (26/30)

O sistema de segurança coletiva construído sob a égide das Nações Unidas, em 1945, tinha como principal objetivo evitar a conflagração de uma nova guerra sistêmica de proporções similares às duas Grandes Guerras. O princípio basilar desse sistema era de que a articulação multilateral em temas de paz e segurança internacional funcionaria como um poderoso dissuasor no que concerne à irrupção de conflitos no mundo. A crise na Síria, desencadeada pela Guerra Civil iniciada em 2011, lança luz sobre a contínua necessidade de aperfeiçoamento da governança da segurança global no âmbito da ONU e da relevância e premência do multilateralismo como princípio legitimador de ações nessa seara.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, o Conselho de Segurança das Nações Unidas fora criado com o objetivo primário de assegurar a paz, esta vista como um princípio estruturante das Nações Unidas. Desse modo, por meio do artigo 25 da Carta, todos os membros da comunidade de nações acordavam submeter-se às determinações do Conselho, cuja composição refletia o equilíbrio de forças do pós-1945. Seus cinco membros permanentes – Estados Unidos, URSS, China, Reino Unido e França – detinham o que se convencionou chamar poder de veto. Este destinava-se a conferir às grandes potências maior poder de influência sobre as decisões da organização, em contraposição ao que ocorrera na malsucedida experiência da Liga das Nações. O veto, no entanto, provaria ser, no contexto da Guerra Fria, um instrumento de paralisação do Conselho de Segurança. Embora este detenha a responsabilidade primária sobre temas de segurança, diante de sua inação na Guerra da Coreia, por exemplo, o tema seria discutido no âmbito da Assembleia Geral (resolução United for Peace, 1950).

O fim da Guerra Fria e a diluição da estrutura de poder existente no contexto da criação da ONU trouxeram à baila a crescente incongruência do CSNU com a configuração crescentemente multipolar do mundo contemporâneo. O multilateralismo deve ser a expressão jurídica dessa multipolaridade. Em um contexto no qual a paz e a segurança internacional contam com diversos garantidores, as instâncias multilaterais tornam-se espaços legítimos para a articulação de temas de interesse global. Isso porque o multilateralismo está assentado na indivisibilidade dos temas e na reciprocidade difusa, o que o caracteriza, em última instância, como um multilateralismo de reciprocidade. No sistema de segurança coletiva, isso significa que uma ameaça contra um membro é uma ameaça contra todos, sem distinção.

O contexto da crise síria trouxe, todavia, os desafios de operacionalização do sistema de segurança coletiva diante da guerra civil em curso. Desde o final de 2011, três resoluções que imporiam sanções ao regime do presidente Bashar Assad foram vetadas por Rússia e China no CSNU, o que significou uma relativa paralisia diante do desenrolar do conflito. Um avanço seria obtido com as resoluções 2042 e 2043 de 2012, as quais instituíram o Plano Annan e uma missão de supervisão da ONU sobre a Síria. Para que esta entrasse em operação, no entanto, era necessário que o plano de cessar-fogo fosse bem sucedido, o que acabou não ocorrendo. Diante desse fracasso, Kofi Annan sairia do cargo de enviado especial da ONU e da Liga Árabe para a Síria, sendo substituído por Lakhdar Brahimi.

A contínua deterioração da situação dos civis sírios ao longo de 2013 levou à formação de um consenso crescente articulado pelos Estados Unidos e pela França da necessidade de promover uma intervenção militar no conflito. Diante da constatada impossibilidade de legitimá-la por meio do Conselho de Segurança, aventava-se a possibilidade de promovê-la à margem do sistema das Nações Unidas. Essa percepção tornou-se mais evidente quando o uso de armas químicas contra civis se tornou sistemático. A possibilidade de uma intervenção unilate-

ral na Síria, a exemplo do que ocorrera no Iraque (2003), é um dado que deslegitima o sistema da ONU e fora desde o princípio criticada pela diplomacia brasileira.

A solução de compromisso para o impasse envolveu a adesão da Síria à Convenção sobre a Proibição de Armas Químicas e a consequente destruição de seu arsenal químico sob a supervisão da organização que monitora o cumprimento do tratado, a OPAQ. Esse desfecho fora amplamente apoiado pela diplomacia brasileira, já que ele preserva, em última instância, a legitimidade do sistema de segurança coletiva da ONU. O conflito, no entanto, perdura, com grandes perdas humanas e materiais. A posição brasileira, em consonância com sua tradição principista e pacífica, é de que não há solução militar para o conflito e, nesse sentido, devem ser esgotadas todas as formas de negociação disponíveis. Dessa forma, conclama-se a atuação do Grupo de Ação de Genebra II, que articula membros permanentes da ONU e países da Liga Árabe, para alcançar uma saída negociada para o confronto.

A crise síria representa a necessidade de preservação das instâncias multilaterais de manutenção da paz. O sistema construído em 1945 sob os escombros de dois grandes conflitos mundiais erigiu-se sob a percepção dos efeitos deletérios de ações unilaterais. Desse modo, a diplomacia brasileira defende com veemência que os temas prementes da governança global, em especial os de paz e segurança, estejam sempre sob a égide legítima do multilateralismo.

LETICIA DOS SANTOS MARRANGHELLO (26/30)

O multilateralismo é um avanço da política internacional moderna, na medida em que representa uma maneira de concertação internacional, com vistas a encontrar soluções equilibradas. Esse conceito evoluiu muito nas últimas décadas e vem se consolidando como um dos fundamentos do sistema internacional. Persistem, no entanto, ações e organizações com forte viés unilateral ou de concertações de número restrito de países, o que prejudica a representatividade das decisões e soluções pacíficas de conflitos. O caso da Síria é pragmático quanto às possibilidades contemporâneas de ação da comunidade internacional.

O multilateralismo é um conceito de ação e tomada de decisão internacionais que se refere a um processo com ampla participação de diversas nações, em bases igualitárias. Isso envolve questões de representatividade da decisão tomada, democracia, discussão de diferentes opiniões e pontos de vista, de modo a encontrar soluções equilibradas para negociações internacionais. Esse meio de tomar decisões é um grande avanço no âmbito da política internacional, uma vez que evita que países ajam baseadas apenas em seus interesses específicos. É uma evolução com relação a políticas unilaterais, que pode provocar diversas crises – inclusive por frequentemente não levarem em consideração todas as implicações de um problema – e, muitas vezes, fundamentam-se em ações militares. Assim, o multilateralismo é um avanço no sentido de permitir que se tomem decisões equilibradas e representativas da comunidade internacional.

Sob o ponto de vista do multilateralismo, a ONU é uma organização ambígua. Por um lado, ela representou uma importante evolução na política internacional, pois une a comunidade internacional em um ambiente em que as principais questões globais podem ser discutidas e pacificamente solucionadas; por outro lado, o seu Conselho de Segurança (CSNU) é um fórum em que as nações estão desigualmente representadas, havendo diferenças de distribuição de poder (devido à existência de membros permanentes com poder de veto). O CSNU foi criado para zelar pela paz e pela segurança internacionais, tendo a capacidade de, para tanto, impor decisões obrigatórias e resolver sobre sanções e mesmo intervenções militares. Os desequilíbrios de poder internos a esse órgão são uma consequência da conjuntura internacional no momento quando ele foi criado, logo após o final da Segunda Guerra Mundial. Naquela conjuntura, alguns países (potências que tinham vencido a guerra) consolidaram seu poder no âmbito da organização. Pode-se argumentar que essa estrutura e mesmo a impossibilidade de aprovar-se decisões quando há voto contrário de um dos membros permanentes foram essenciais para assegurar a participação das grandes potências quando a organização estava se consolidando (sendo assim importantes para a preservação da paz naquele período), porém, o contexto internacional atualmente é muito diferente. Nesse sentido, não contribui para a solução de conflitos o fato de o CSNU representar uma estrutura de poder congelada no contexto internacional de 1945. O caso da Síria é um exemplo.

No caso da Síria, distúrbios internos no contexto da Primavera Árabe (causados por problemas políticos sociais e econômicos) levaram a uma guerra civil que já dura anos tendo feito milhares de vítimas. Além disso, a Síria localiza-se numa área muito sensível do globo, no Oriente Médio, onde um conflito regional poderia chegar a consequências catastróficas. Esse seria um caso que demandaria açao imediata e assertiva do CSNU, no sentido de impedir a escalada da violência e levar as partes a uma negociação política, liderada pelo povo sírio, com representação de todos os interessados, tendo em vista atingir os objetivos políticos, sociais e democráticos da sociedade síria. O conflito, entretanto, escalou em um cenário em que, du-

rante muito tempo, foi impossível para grandes potências mundiais chegarem a um acordo, o que também levou a soluções unilaterais ou regionais, que não contribuem para a solução do conflito.

Assim, já em 2011, uma resolução sobre a Síria não foi aprovada. Na ocasião, o Brasil absteve-se, por acreditar que as medidas tinham sido tomadas muito rapidamente, sem abrir espaço para o diálogo, assim, provavelmente a resolução não contribuiria para a solução do conflito. Ao longo dos últimos dois anos, houve outras decisões que não foram aprovadas no CSNU, devido a oposição da Rússia e China, países que têm importantes relações com a Síria, além de interesses regionais. A tentativa de solução de conflitos com mais possibilidades de sucesso foi o envio de uma missão de observadores (da qual o Brasil participou) e do enviado conjunto da ONU e da Liga Árabe (LEA), Kofi Annan, que apresentou um Plano de 6 Pontos que previa, entre outras coisas: solução política para o conflito, diálogo entre as partes, acesso da ajuda humanitária, acesso dos jornalistas aos locais do conflito, libertação de presos políticos. Annan, no entanto, após conseguir breve sucesso – um cessar-fogo, de pouca duração – renunciou, sendo substituído por Lakhdar Brahimi. É relevante notar que a LEA tem papel importante para tentar solucionar a questão (tendo inclusive suspendido a Síria). Esse fórum tem representatividade, o que fomenta que se encontre uma solução negociada.

Houve ainda a Conferência de Genebra, em 2012, em que se discutiu uma solução negociada para o problema sírio. Essa conferência contou com a participação de potências mundiais e de países regionais, o que é importante para assegurar o equilíbrio do processo. O problema, no entanto, persiste, tendo havido tentativas de impor soluções pouco representativas da comunidade internacional e que não representam os anseios do povo sírio de maneira equilibrada. Assim, houve a imposição de sanções internacionais, por parte de EUA e UE, o que demonstra um efeito negativo da incapacidade de ação do CSNU. Além disso, alguns países ocidentais passaram a apoiar a oposição síria, por meio do Grupo de Amigos da Síria. Isso não é uma atitude positiva, pois a comunidade internacional não deveria intervir, mas, sim, possibilitar uma solução política para o conflito, a qual deve incluir negociações entre os diversos grupos de oposição e o governo. O envolvimento internacional pode ser positivo, no entanto, por exemplo a missão do IBAS à Síria para tentar uma solução negociada.

Houve ações importantes em outros órgãos da ONU, como o Conselho de Direitos Humanos, em que se criticou a guerra civil na Síria e se criou um relator para aquele país, o brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro. O avanço da solução no CSNU, entretanto, dependeu da concertação bilateral entre EUA e Rússia, que conseguiram superar o impasse dos últimos anos e chegar a uma solução de compromisso, não prevendo intervenções, mas estabelecendo que a Síria deveria aderir à OPAQ e se desfazer de suas armas químicas. A Síria aceitou essas medidas, aderiu à OPAQ, e o plano foi aprovado pelo CSNU na resolução 2118 de setembro de 2013. Apesar de isso ser um avanço, havendo inclusive iniciado a missão da OPAQ, para destruir o arsenal sírio, e com essa organização ganhando o Prêmio Nobel da Paz, ela só foi possível depois de anos de impasse e após terem sido usadas armas químicas contra a população, o que é extremamente grave. Além disso, a situação do CSNU foi preocupante, pois sua ação só foi possível após uma concertação bilateral entre dois países (o que lembra a lógica da Guerra Fria), quando deveria ter-se privilegiado uma solução multilateral.

O caso da Síria demonstra como ainda é necessário avançar no multilateralismo, de modo a permitir que as ameaças à paz sejam resolvidas por meio de ações democráticas, representativas da comunidade internacional e equilibradas. Não é possível que um órgão central para a segurança internacional permaneça refletindo a conjuntura de 1945, não se adaptando à ascensão das potências médias e à necessidade de participação de potências regionais na solução de conflitos. Assim, quanto à Síria, não existe solução militar para o conflito, e a

comunidade internacional deverá continuar agindo (com importante participação dos Estados árabes), para encontrar uma solução equilibrada que atenda aos legítimos objetivos democratizantes do povo sírio.

MARIANA FERREIRA CARDOSO DA SILVA (26/30)

A ordem internacional contemporânea caracteriza-se pela permanência de elementos oriundos de um momento anterior, sobretudo no que concerne à plena operatividade do multilateralismo. Este conceito, inexoravelmente associado à perspectiva de democratização dos foros decisórios internacionais e coordenação entre países em bases igualitárias, depende, para sua efetiva materialização, de modificações nos mecanismos voltados à governança internacional. A composição do Conselho de Segurança, reflexo da composição de forças do pós-Segunda Guerra, é emblemática nesse sentido, na medida em que elementos herdados de uma ordem anterior tornam progressivamente menos representativo das realidades hodiernas e, por conseguinte, menos legítimo e eficaz na resolução dos problemas contemporâneos que a ele são colocados. A análise das funções do Conselho de Segurança e de sua atuação recente no conflito sírio demonstra a premência da reforma da governança global, notadamente a do próprio conselho, de sorte a tornar o multilateralismo característica central dos mecanismos de governança global.

O multilateralismo pode ser conceituado como a participação aberta e inclusiva dos Estados nacionais nos mecanismos de governança global. A convergência de posições entre número crescente de países em foros mais multilaterais demonstra que quanto mais inclusivo e agregador o processo decisório maior a legitimidade das decisões tomadas e, por consequência, a eficácia de sua implementação - na qual evitar-se-ão atitudes contestatórias. A substituição do G8 - ou mesmo do G8 + Oureach Five - pelo G20 financeiro é indicativa nesse sentido. O multilateralismo é, portanto, mecanismo de resolução de problemas internacionais em que se garante a participação equitativa de todos os atores interessados. Na perspectiva brasileira, uma ordem internacional multilateral asseguraria melhores condições para soluções efetivas e duradouras para os problemas globais.

A reforma das Nações Unidas, organização central na promoção da governança global assume, nesse sentido, grande urgência. O fortalecimento da Assembleia Geral, foro inegavelmente multilateral, de vez que integrado por todos os seus membros - e, por consequência, por quase todos os países do mundo - com igual direito de voto, e a ampliação da composição do Conselho de Segurança são questões fundamentais. A reforma do Conselho de Segurança arrasta-se há décadas. Desde o relatório de Boutros-Ghali “Empowering the UN”, reconhece-se que a ampliação do número de membros do Conselho fortaleceria a Organização das Nações Unidas como um todo, uma vez que a tornaria mais apta a lidar com os problemas atuais, sobretudo os concernentes à paz e à segurança internacional, atribuídos essencialmente do Conselho de Segurança. Cumpre notar que a incapacidade do Conselho de Segurança tornou-se de tal forma patente que deu azo, ainda na década de 1950, à resolução da AGNU “Uniting for peace” que garantiu a deliberação da Assembleia em questões concernentes ao Conselho quando se verificasse a paralisia do órgão.

Desde então inúmeras propostas para a reforma do Conselho foram apresentadas com vistas ao aprimoramento da atuação do órgão no exercício das funções precípuas elencadas nos capítulos VI e VII da Carta da ONU. O painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudanças convocado pelo então Secretário-Geral Kofi Annan em 2004, cujos trabalhos dariam origem ao relatório “In Larger Freedom”, enfatizou a premência da reforma do Conselho, a despeito das inúmeras outras modificações que deveriam ser implementadas na organização. Entrementes, várias de suas sugestões já foram implementadas, como a substituição da Comissão de Direitos Humanos por um Conselho. A reforma do Conselho de Segurança, contudo,

permanece emperrada, porquanto não se atinge um consenso acerca da magnitude da reforma, a distribuição das novas cadeiras e o exercício do poder de voto. A convergência de posições entre Brasil e África do Sul em um proposta que arrebanharia os membros da União Africana, defensores do Consenso de Ezulwini, e os do G4 - fato que se consubstanciou na proposta L.69 - sinaliza, contudo, para superação de desinteligências entre grande número de países, o que poderá garantir o avanço da questão.

No próprio Conselho, o reconhecimento da necessidade da reforma já não se afigura como pomo da discórdia, como já ocorreu outrora. O impasse do órgão diante do conflito sírio tornou inegável a urgência de modificações em seus procedimentos decisórios, bem como a ampliação da sua composição, agregando novos atores cujas credenciais democráticas e contribuições para promoção da paz e da segurança internacional possam facilitar a convergência de posições no órgão. Com efeito, a discordância entre Rússia e China, de um lado, e Estados Unidos, França e Inglaterra, de outro, impediu a aprovação de resoluções que poderiam ter evitado a escalada do conflito na Síria e o alastramento das tensões sectárias nos países vizinhos. Após a aprovação da resolução 2042 que assentava as bases para a Missão Annan (na linha da Missão IBAS de 2011) e sua renovação, nenhuma proposta de resolução foi aceita até que o acordo entre chanceler russo e norte-americano viabilizou o plano da OPAQ para eliminação do arsenal químico sírio - recentemente concluído - e da capacidade síria de produzir novos armamentos de semelhante natureza, plano este que foi chancelado pela resolução do CSNU 2118.

A unidade que se observou no Conselho, no momento de aprovação da Resolução, assegurou imperiosa tomada de posição diante de conflito que já se arrasta há dois anos e meio e já implicou mais de 100 mil mortes, 2 milhões de refugiados e 5 milhões de deslocados internos. A realização da Conferência de Genebra II deverá garantir novos progressos, sobretudo no tocante à viabilização do diálogo entre o regime de Bashar Al-Assad e as forças multifacetárias da oposição, privilegiando, desse modo, a diplomacia construtiva que deveria ter sido empregada pelo CSNU desde os primórdios do conflito. Fosse o conselho mais representativo e eficaz na tomada de decisão, o desenlace dos problemas sírios poderia já se ter efetivado.

Como afirmou o chanceler Luiz Alberto Figueiredo Machado, problemas relacionados à paz e à segurança internacional denotam a urgência da reforma da governança global. Como principal órgão voltado ao equacionamento de problemas de tal natureza, o Conselho de Segurança deve estar apto à tomada de decisões céleres, legítimas e eficazes, o que apenas com o alargamento de suas bases poderá ser viabilizado. A progressiva multilateralização do Conselho e das instituições de governança global como um todo permitirá o fortalecimento da ordem internacional, evitando a perpetuação de conflitos, como o sírio, diante da inércia da comunidade internacional.

MENOR NOTA (18/30)

O multilateralismo é um conceito caro à diplomacia brasileira, tendo-se consolidado como um dos principais vetores de atuação da política externa do país ao longo de décadas. Suas origens remotas podem ser encontradas na atuação de Rui Barbosa "a águia de Haia" na Conferência de 1917, na qual, além de defender o princípio multilateral e a solução pacífica de conflitos, sustentou a igualdade soberana dos Estados – princípio sem o qual o multilateralismo se torna letra morta.

Do ponto de vista do Brasil, o multilateralismo constitui estratégia essencial para a realização do interesse nacional, na medida em que permite a um país sem excedentes de poder negociar com as demais nações e, especialmente as grandes potências, em pé de igualdade ao abrigo do Direito Internacional. Nesse sentido, a atuação multilateral brasileira é revolucionária, pois visa a criar polos alternativos de poder nas negociações multilaterais com o intuito não de desmontar completamente as estruturas de governança global, mas de reformá-las de modo a que melhor reflitam as dinâmicas de poder contemporâneas. Por essa razão, o Brasil é, nas palavras do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, "uma potência insatisfeita".

A diplomacia brasileira pauta-se, como norma, pelo reforço do multilateralismo (regime no qual a agenda internacional e a governança global são geridas de forma compartilhada pela comunidade internacional de Estados), especialmente em momentos de reacomodação das estruturas de poder, tal qual ocorre na atualidade. Seu engajamento e protagonismo em coalizões de geometria variável, a exemplo do G20 Comercial, G20 Financeiro, IBAS, BRICS e G4 – são mostras inequívocas de que a defesa brasileira do multilateralismo extrapola o campo do discurso, traduzindo-se na práxis diplomática.

Na esfera onusiana, o Conselho de Segurança destaca-se como o órgão primordial nas ações para a manutenção da paz e da segurança internacionais, conforme estipulado na própria Carta da organização. Sua precedência em tempos de paz e segurança impõe-se, inclusive, sobre a Assembleia Geral e os demais órgãos das Nações Unidas. Além disso, cabe ao CSNU zelar, juntamente com os demais órgãos da ONU, pelo cumprimento da Carta de São Francisco e pelo cumprimento dos objetivos da organização.

Em situações em que o CSNU julgue estarem ameaçadas a paz e a segurança internacionais, pode o órgão tomar medidas pacíficas de solução de controvérsias (capítulo VI) ou adotar sanções contra o país infrator conforme o capítulo VII. No entanto, a face mais visível das prerrogativas do CSNU quanto a temas afetos à paz e segurança são as missões de paz, que, por não estarem expressamente previstas na Carta de São Francisco, são chamadas de ações do capítulo VI 1/6.

Com o ativismo do CSNU, que se seguiu ao fim da Guerra Fria, as missões de paz ganharam maior robustez e se multiplicaram. Tendo como princípios a aceitação das partes em conflito, a imparcialidade e o uso da força apenas em casos excepcionais, as operações dos chamados cascos azuis tornaram-se cada vez mais complexas. Ademais, a adoção multilateral do conceito de responsabilidade de proteger R2P, em 2005, impulsionou ainda mais o CSNU a intervir militarmente em zonas conflagradas onde pudessem ser ameaçados os direitos humanos.

O conceito R2P foi refinado e aprofundado recentemente mediante a iniciativa conceitual da diplomacia brasileira chamada responsabilidade ao proteger RWP. A R2P fundamenta-

se em três princípios básicos: os Estados detêm a responsabilidade primária pela proteção dos direitos humanos de seus cidadãos; a comunidade internacional deve cooperar com os Estados nesse sentido; a comunidade internacional deve intervir diplomaticamente ou mediante o uso da força contra governos que não possam ou não queiram proteger seus cidadãos contra crimes de guerra, de genocídio, de limpeza étnica ou crimes contra a humanidade.

À luz das experiências da intervenção militar da OTAN na Líbia – sob autorização do CSNU, resolução 1973 – o Brasil propôs o conceito de responsabilidade ao proteger, cuja base é o princípio hipocrático de fazer o bem e não fazer o mal. Nesse sentido, o RWP defende que o CSNU e toda a comunidade internacional: atuem no sentido de prevenir conflitos por meio da diplomacia preventiva, utilizem todos os meios pacíficos ao seu dispor para solucionar controvérsias e, em caso de ineficácia dos meios pacíficos, as soluções de uso da força devem-se fazer ao amparo da CSNU. Nesses casos, o CSNU deve supervisionar aplicação do mandato por ele conferido à intervenção militar a fim de que não haja extrapolação de funções e para que não se cause mais danos e violência às populações locais além daquelas que se pretendia evitar.

Na visão da diplomacia, o tratamento internacional do conflito na Síria reflete a incapacidade de ação concertada e tempestiva do CSNU. A polarização e a falta de legitimidade do Conselho têm contribuído para arrastar o conflito, que já causou mais de 100.000 mortes. Por essa razão, torna-se ainda mais premente a reforma da ONU e de seu Conselho de Segurança, com vistas a torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz em sua tarefa precípua de manter a paz e a segurança internacionais. Essa a razão de o Brasil defender a ampliação do número de membros nas categorias de membros permanentes e membros não permanentes com a participação de países em desenvolvimento da América Latina, Europa, Ásia e África (postura do G4).

Apesar de ressaltar a necessidade de avançar nas reformas estruturais da ONU, o Brasil saudou o acordo russo-estadunidense e a resolução da ONU sobre o desarmamento do arsenal sírio de armas químicas, bem como a decisão de Damasco de aceder à Convenção para a Proibição de Armas Químicas. É preciso, no entanto, avançar no sentido de "multilateralizar a multipolaridade", conforme o ex-chanceler Celso Amorim, ou, nas palavras do também ex-chanceler Antonio Patriota, promover um "multilateralismo de cooperação", onde a multipolaridade esteja a serviço da paz, da segurança e da estabilidade mundial.

QUESTÃO 2

A cooperação para o desenvolvimento internacional tem sido componente importante da política externa brasileira, com ramificações e, áreas como cooperação técnica e humanitária. Ela orienta-se por princípios e práticas tais como o apoio do progresso socioeconômico dos povos e o respeito às particularidades dos países que a recebem. Os analistas dividem-se com respeito a essa cooperação: para uns, ela constitui posição idealista, decorrente de perspectiva românticas da ordem internacional e pouco compatível com a extensão dos desafios internos para outros, ela fortalece a imagem do País, envolvida sua liderança e aponta benefícios econômicos de longo prazo. A partir dessas considerações, examine as principais características e condicionamento da cooperação brasileira para o desenvolvimento, bem como suas implicações para a inserção internacional do Brasil.

Extensão do texto: máximo de 90 linhas
[valor: 30 pontos]

JOÃO LUCAS IJINO SANTANA (29/30)

A não indiferença é o paradigma que informa a solidariedade ativa que tem caracterizado a política externa brasileira ao longo da última década. A autopercepção brasileira de um país em desenvolvimento, cujas responsabilidades sociais se voltam não apenas para o seu povo mas também para as populações dos países de menor desenvolvimento relativo, está na gênese da atual política brasileira de apoio ao desenvolvimento internacional. Essa estratégia é, a um só tempo, idealista e pragmática. Pragmática, na medida da ação diária, mas tendo o idealismo como horizonte.

Toda política externa em, em certa medida, a tradução externa de um conjunto de escolhas e políticas internas, que se refletem no plano internacional. Sob esse prisma, o fortalecimento do perfil internacional brasileiro em temas de cooperação responde às políticas sociais do governo federal, que têm buscado aliar crescimento econômico com maior distribuição de renda, geração de mais empregos e de qualidade, trabalho decente e justiça social na sua dimensão distributiva. Exemplo desse compromisso internacional do Brasil para com o desenvolvimento pode ser identificado na cooperação técnica prestada a terceiros países nas áreas de agricultura e segurança alimentar, energias renováveis (especialmente etanol e biodiesel) e saúde. Na primeira área, destaca-se a atuação da Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA), que tem transferido tecnologia para países tropicais pobres por meio do programa Pró-Savana. A autarquia recebeu, recentemente, autorização do Congresso Nacional para atuar internacionalmente a título próprio, fato que demonstra, em última instância, o compromisso da própria sociedade brasileira com o tema do direito ao desenvolvimento.

No campo das energias renováveis, a diplomacia brasileira tem atuado, sobretudo, por meio da cooperação trilateral. Esse é o caso de projetos para a produção de etanol em países como Haiti, El Salvador e República Dominicana, em parceria com os Estados Unidos. No âmbito da cooperação médica e farmacêutica, destaca-se a construção de uma fábrica de retorvirais em Moçambique, com o apoio da Fiocruz e da Farmanguinhos. A cooperação médico-farmacêutica está mesmo na gênese do IBAS, numa clara demonstração de *spill over* produtivo para as relações trilaterais das três maiores democracias, multirraciais e multiétnicas do Hemisfério Sul.

A cooperação humanitária brasileira é outra faceta importante da diplomacia de solidariedade ativa do Brasil. As recentes doações do governo brasileiro ao ACNUR e a outros órgãos de ajuda humanitária da ONU tendo em vista a guerra civil na Síria são prova do engajamento pró-ativo do país na questão, Mais ainda, por ocasião do terremoto que devastou o Haiti em 2010, o Brasil foi um dos países líderes na Conferência de Doadores para a Reconstrução do Haiti, além de ter passado a investir mais capital político e material para robustecer o mandato da MINUSTAH em prol do povo haitiano.

Além da cooperação técnica e da ajuda humanitária propriamente ditas, o Brasil tem feito ao mundo ver seu compromisso com o princípio da não indiferença por meio de outras ações, que são, por vezes, mal interpretadas por certos setores da sociedade civil. Esse é o caso da iniciativa do governo brasileiro de conceder o perdão de dívidas que alguns países africanos haviam contraído com o Brasil. Feita em consonância com os mais elevados padrões de *accountability* internacionais e de modo a não ferir o patrimônio nacional, essa medida foi alvo de “coalizões de veto” (grupos de interesse) que veem na ação brasileira gesto de mero idealismo desprovido de conteúdo prático.

As negociações paraguaio-brasileiras em torno do ajuste contratual de Itaipu e o acordo brasileiro-boliviano envolvendo a Petrobras expressam igualmente o intuito brasileiro de não reproduzir, ante países mais fracos, estruturas de poder características da relação entre potências hegemônicas e países sem excedente de poder. Ademais, a postura brasileira visou a promover a estabilidade e o progresso da região: objetivos que contribuirão para a realização dos interesses políticos, econômicos e comerciais brasileiros no longo prazo. Afinal, conforme ensinou o Barão do Rio Branco, "um vizinho instável é sempre um vizinho incômodo e perigoso". Nesse sentido, destaca-se a inauguração da linha de transmissão Itaipu-Villa Hayes, realizada com recursos do FOCEM, como importante elemento indutor de estabilidade e prosperidade regional.

Além de contribuir para criar um mundo mais justa solidário, onde a fome, as guerras e a miséria sejam chagas cada vez menos frequentes, a política externa solidária do Brasil rende frutos concretos ao país. Além de elevar seu perfil em uma série da questão da agenda internacional – que vão desde a reformulação do sistema financeiro à governança ambiental – a ajuda brasileira ao desenvolvimento fortalece a liderança brasileira junto ao mundo em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo. Em última instância, esse cenário político-diplomático favorável ao Brasil tende a facilitar os fluxos comerciais e de investimento de empresas brasileiras nessas regiões do mundo, como o comprova a participação de estatais brasileiras e de grandes corporações nacionais em diversos empreendimentos na África e na América Latina.

Resta, contudo, superar a visão paroquial que permeia boa parte das análises de especialistas e de setores da mídia acerca da política brasileira de apoio ao desenvolvimento internacional. Uma política externa egoisticamente altista, que não considere os interesses legítimos de nações irmãs, não é bom nem para o Brasil nem para o mundo. Assim como o governo da Presidenta Dilma Rousseff objetiva construir um Brasil sem miséria, o alvo último da diplomacia brasileira deve ser o estabelecimento de uma *pax* mundial igualmente sem fome, sem guerras e sem miséria.

TAINÃ LEITE NOVAES (29/30)

A promoção do desenvolvimento internacional sempre foi prática integrante do discurso e da prática internacionais do Brasil. Nesse sentido, à medida que o país consolida, internacionalmente, seus fundamentos macroeconômicos e logra obter avanços cada vez mais significativos no âmbito social, ele se torna mais apto a cooperar com o restante do mundo nessa direção. É nesse contexto que se insere a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (CBDI).

Coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a CBDI divide-se em cinco eixos principais: assistência humanitária internacional; concessão de bolsas de estudo em universidades brasileiras; cooperação técnica; contribuições com operações de paz; e contribuições para instituições financeiras e organizações internacionais.

No que concerne a assistência humanitária e missões de paz, percebe-se que a maior parte dos recursos brasileiros destinam-se ao Haiti, onde o país tem o comando militar da MINUSTAH desde 2004. No país caribenho, o Brasil tem uma atuação que vai muito além da mera manutenção da paz, contribuindo sobremaneira para o fortalecimento institucional haitiano e fazendo uma vinculação direta entre segurança e desenvolvimento, que só podem ser plenamente alcançados quando promovidos em conjunto.

A concessão de bolsas de estudo por parte do governo brasileiro concentra-se em dois programas básicos: o PEC-G e o PEC-PG. Por meio deles, o Brasil acolhe em suas universidades estudantes de diversas nacionalidades, sendo estes, em sua maioria, latino-americanos e africanos de língua portuguesa. Os estudantes contemplados por esses programas frequentam cursos de graduação e pós-graduação, tendo seus custos com moradia e alimentação subsidiados pelo governo brasileiro.

No que concerne às contribuições com instituições financeiras e organizações internacionais, destaca-se o exemplo do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM). Embora não seja este o principal destino dos recursos da cooperação brasileira nessa seara, é, sem dúvidas, o mais representativo. O FOCEM é um mecanismo de redução de assimetrias dentro do MERCOSUL que se destina a promover iniciativas de coesão social dentro do bloco, com foco para os países menos desenvolvidos, notadamente o Paraguai.

Embora todas as iniciativas mencionadas sejam de extrema relevância, é no âmbito da cooperação técnica que a CBDI mais se sobressai. Nesse sentido, percebe-se que o Brasil promove uma cooperação eminentemente desinteressada e isenta de condicionalidades – políticas ou econômicas –, ao contrário do observado na atuação de outros países. A cooperação técnica brasileira é demand driven, visando a atender às necessidades específicas dos países que a recebem. Ademais, visa a ser autorreplicável, de modo a gerar frutos mesmo quando os projetos brasileiros estejam concluídos. Vale ressaltar que, como em todos os outros âmbitos da CBDI, a cooperação técnica brasileira tem como foco o desenvolvimento humano dos beneficiários, sendo emblemática sua ênfase nas áreas de saúde e alimentação.

Por sua importância e representatividade, é importante mencionar alguns projetos característicos da cooperação técnica brasileira em que a ABC trabalha em ampla parceria com a EMBRAPA e com a FIOCRUZ. No que concerne à primeira, esta tem escritórios em Caracas e em Acra, desenvolvendo, dentre muitos projetos, um importantíssimo de implementação de uma fazenda-modelo de algodão no Mali, país extremamente pobre e membro do Cotton-4,

grupo de nações menos desenvolvidas que têm no algodão a base de sua economia. No que tange aos projetos da FIOCRUZ, é necessário mencionar a importantíssima implementação de uma fábrica de antirretrovirais em Moçambique, país assolado por uma “quase-epidemia” de HIV.

Por fim, vale lembrar que outra forma extremamente salutar de cooperação empreendida pelo Brasil é a cooperação triangular, que, normalmente, envolve um terceiro país, desenvolvido, como financiador. Ressaltemos, também, o Fundo IBAS de combate à fome e à pobreza, para o qual o Brasil contribui tanto financeiramente quanto com expertise.

Tomando esse panorama geral, podemos concluir que o objetivo principal da CBDI é a promoção do desenvolvimento internacional. No entanto, não se pode dizer que iniciativas nesse sentido sejam puramente ideológicas. É possível identificar entre os países que recebem cooperação brasileira uma preponderância de latino-americanos e africanos de língua oficial portuguesa, locais tradicionais de projeção econômica do Brasil. É nesses países que se encontram as grandes empresas e os grandes investimentos brasileiros. O único grande receptor de CBDI que foge a essa lógica é o Haiti, onde, contudo, temos o comando militar de uma importante missão de paz, o que demonstra o empenho brasileiro em assumir crescentes responsabilidades, inclusive no campo da paz e da segurança internacionais, reforçando nossas credenciais para pleitearmos um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ademais, onde quer que ela seja empreendida, a CBDI gera “reciprocidade difusa” nos Estados receptores, fortalecendo a imagem do país, consolidando seu papel de liderança no mundo em desenvolvimento e aportando benefícios de longo prazo para a nação.

Tendo o idealismo como horizonte, o Brasil vem-se tornando um dos principais atores no tabuleiro internacional da cooperação para o desenvolvimento, promovendo, ao mesmo tempo, maior equilíbrio socioeconômico internacional e seus próprios interesses nacionais.

PEDRO MARIANO MARTINS PONTES (28/30)

Consolidadas as fronteiras nacionais, a promoção do desenvolvimento tornou-se o princípio norteador da política externa brasileira. Desde então, a atuação externa do Brasil pautou-se pela obtenção, no âmbito externo, dos recursos e mercados necessários para o desenvolvimento no âmbito interno. Ademais, buscou-se remover os obstáculos internacionais a esse processo. Ao longo da última década, lastreada em significativa redução da desigualdade na sociedade brasileira, a diplomacia pátria guiou-se não só pela promoção do desenvolvimento nacional, como pela expressiva contribuição para o desenvolvimento de outros países, por meio da cooperação internacional, sendo a ABC particularmente importante para esse processo. A cooperação promovida pelo Brasil tem-se destacado sobremaneira no âmbito internacional, contribuindo para a imagem do Brasil e sua inserção na ordem global.

A cooperação brasileira para o desenvolvimento possui importantes peculiaridades. Entre os países centrais, privilegia-se a "cooperação vertical". Esta, baseada nos critérios da OCDE, consubstanciados nas declarações de Paris e de Busan, implica condicionalidades e intromissão na política interna dos receptores. A cooperação oferecida pelo Brasil, ao contrário, pauta-se pela horizontalidade, de modo que o Brasil se apresenta como "parceiro" – e não doador -, o qual considera, precipuamente, as demandas de quem recebe a cooperação. Destarte, trata-se de uma cooperação "demand-driven" e sem condicionalidades.

Outro aspecto fundamental da cooperação para o desenvolvimento oferecida pelo Brasil é sua inter-relação com a superação interna dos desafios do subdesenvolvimento. Se hoje o Brasil é um país de classe média, deve-se atribuir esse processo à "expertise" acumulada na promoção do desenvolvimento. Nessa seara, faz-se mister destacar a saúde, a agricultura e a transferência de renda. Quanto à primeira, o Brasil destacou-se na universalização da oferta de anti-retrovirais, e essa experiência é agora compartilhada com países africanos, por meio do escritório da FIOCRUZ em Moçambique. Com relação à agricultura, destaca-se a abertura de escritórios da Embrapa em outros países (ex. Gana), de modo que o sucesso obtido no cerrado brasileiro possa ser replicado em outras regiões, como a savana africana. Quanto à transferência de renda, o Brasil tem compartilhado a exitosa experiência do Bolsa Família com diversos países. Observa-se, pois, que o Brasil se pauta pela "não indiferença".

Os benefícios desta cooperação para o Brasil não são evidentes para todos os analistas. Para uns, tratar-se-ia de um posicionamento ideológico, do qual adviriam poucos resultados tangíveis para o país. Contra essa perspectiva, deve-se enfatizar, como o fazia o ministro Celso Amorim, que o desenvolvimento nacional, assim como a paz e estabilidade no âmbito global, estão intrinsecamente vinculados ao desenvolvimento do Sul Global e à redução da pobreza, para os quais o Brasil pode contribuir de modo significativo. Ademais, nesse processo, fortalecem-se os vínculos comerciais entre os países parceiros e empresas brasileiras, fato ainda mais relevante tendo em vista as dificuldades enfrentadas pela indústria nacional e a primazia das exportações de manufaturas nos fluxos comerciais com os principais parceiros na cooperação.

A cooperação brasileira para o desenvolvimento contribuiu consideravelmente para a inserção internacional do Brasil. Por um lado, o adensamento dos vínculos comerciais com os países em desenvolvimento, tributário da expansão da presença da diplomacia nacional, permitiu que o Brasil se recuperasse mais rapidamente da atual crise internacional. Cabe ressaltar que os fluxos com o Sul Global já predominam no comércio do Brasil com outros países. Por

outro lado, a cooperação promove a imagem do Brasil como grande aliado dos países em desenvolvimento. O apoio desses, maioria no sistema internacional, foi essencial para a eleição de José Graziano para a FAO e de Roberto Azevêdo para a Organização Mundial de Comércio.

A promoção do desenvolvimento é e continuará sendo a pedra angular da política externa brasileira. Nesse contexto, a cooperação para o desenvolvimento – seja bilateral, triangular ou por meio do Fundo IBAS – seguirá sendo fundamental para a atuação externa do Brasil. Além de resultar em benefícios significativos para o país, no curto e no longo prazo, a cooperação para o desenvolvimento contribui para a conformação de uma “solidariedade cosmopolita” e uma ordem multipolar mais justa e inclusiva.

MENOR NOTA (19/30)

Tanto em uma perspectiva histórica quanto conceitual, o desenvolvimento ocupa lugar de destaque entre os princípios que guiam a política externa brasileira. Todavia, em uma mudança ocorrida nos últimos anos, o Brasil tem enfocado não mais apenas a condição de receptor e de reivindicante de condições que propiciem o desenvolvimento próprio, mas também a condição ativa de promotor do desenvolvimento em outros países, por meio de ajuda internacional e principalmente por meio de iniciativas de cooperação. A diplomacia brasileira do século XXI guia-se crescentemente pelo princípio da não indiferença, o qual se caracteriza pela disposição de contribuir para a consecução de objetivos sociais em países menos desenvolvidos, constituindo reforço da participação internacional conjunta do mundo em desenvolvimento e fortalecimento da imagem internacional do Brasil.

Entre os condicionantes da ação brasileira no que tange à cooperação para o desenvolvimento, tem destaque a concepção de que a maior participação de países em desenvolvimento no cenário internacional é benefício conjunto para esses países. A contribuição para o desenvolvimento de países menos desenvolvidos reforça a participação destes, por exemplo, no comércio internacional, contribuindo, dessa forma, para um multilateralismo comercial mais equânime. A melhoria de situações de problemas sociais melhora a capacidade de inserção internacional dos países em questão. Politicamente, isso é fundamental para o progresso do sistema global em direção à maior igualdade entre os Estados.

A forma como tem sido reivindicada maior inserção internacional do mundo em desenvolvimento está intimamente relacionada com parcerias políticas que possibilitem uma ação conjunta. A cooperação para o desenvolvimento se relaciona com a concertação, na medida em que fortalece os laços e viabilliza um melhor entendimento e convergência diplomática, o que é relevante nas alianças políticas internacionais.

A posição brasileira como um dos países que lideram os pleitos desenvolvimentistas fica fortalecida no contexto da disposição de atuar ativamente nessa área. Sobretudo, ganha-se legitimidade e apoio, o que é aproveitado pelo Brasil não exclusivamente em proveito próprio, mas como ganho político que favorece a defesa da agenda de desenvolvimento nas instituições mundiais em favor de todos.

A relação entre laços políticos, legitimidade e promoção do desenvolvimento pode ser exemplificada de maneira emblemática pela atuação do IBAS. Com efeito, concertação política, cooperação setorial e promoção do desenvolvimento inter-relacionam-se de maneira inseparável nesse foro trilateral. A posição de Índia, Brasil e África do Sul como líderes regionais fortalece-se mediante a cooperação entre os três, para desenvolvimento nacional, mas também por meio de ações conjuntas em terceiros países, viabilizadas pelo Fundo IBAS. Projetos no Haiti, na Guiné-Bissau, na Palestina apontam, inclusive, para a participação mundial desses países no que se refere a iniciativas de desenvolvimento. É por meio, entre outros fatores, dessas ações que se consolida a legitimidade do IBAS para reivindicar pleitos relativos a suas agendas e à agenda de países em desenvolvimento.

Ações brasileiras em diversos países africanos também exemplificam como a promoção do desenvolvimento se relaciona positivamente com interesses nacionais. Programas como o Pró-Savana em Moçambique, desenvolvido conjuntamente com o Japão, objetivam a melhoria do aproveitamento do solo na região, por meio do emprego de técnicas similares às utilizadas no Brasil, para cultivo de soja. Nesse contexto, brasileiros recebem concessões de

exploração de terras moçambicanas, consistindo a cooperação uma situação de ganho para ambos os países. A concessão de tecnologia é observada também nas iniciativas brasileiras para os "Cottos-4" (Benin, Burkina Faso, Mali, Chade), objetivando o aumento da produtividade algodoeira nesses países.

Há que ressaltar também a área de saúde, fundamental ao desenvolvimento, e que enseja a conjugação da cooperação com países desenvolvidos e emergentes com a preocupação com a não indiferença. Exemplo disso é a central de medicamentos UNITAID, iniciativa conjunta com a França que beneficia principalmente países de menor desenvolvimento relativo. A questão dos fármacos, igualmente, ilustra esse tipo de cooperação, aliada aos esforços de desenvolvimento interno dos países participantes. O licenciamento compulsório de alguns medicamentos beneficia a Índia, que os fabrica, a África do Sul e o Brasil, que os utilizam para combater problemas prementes de saúde pública e contribui para a aquisição desses medicamentos por menor preço, por parte de países menos desenvolvidos.

Outra característica relevante da cooperação brasileira para o desenvolvimento é a disposição de compartilhamento de resultados relacionados a parcerias que o país desenvolve com outros países. São oferecidas a países africanos imagens de satélite que lhes permitem melhor conhecimento e planejamento do uso do solo, por exemplo, o que é fundamental à agricultura.

Um destaque das iniciativas brasileiras no continente africano que permite compreender o papel da não indiferença nos interesses de longo prazo do Brasil é a cooperação técnica para produção de etanol. Para o Brasil, é interessante que se promova a produção de tal combustível, na medida em que isso representaria a "commoditização" dessa mercadoria, o que reforça a posição brasileira como produtor, já que implicaria maior difusão do etanol. A segurança energética advinda daí seria fator que impulsionaria o consumo mundial, contribuindo para a economia dos países exportadores – tanto os Estados africanos quanto o Brasil – e, além disso, para a redução de emissões de gases-estufa.

A atuação brasileira no âmbito da promoção ao desenvolvimento, portanto, não constitui mera posição romântica ou idealista, mas sim uma estratégia que oferece ganhos tanto aos países receptores quanto ao Brasil. Em longo prazo, os frutos tendem a ser ainda maiores. A cooperação para o desenvolvimento está intimamente ligada à concertação política, à defesa de agendas comuns e à consecução conjunta de objetivos do mundo emergente e em desenvolvimento, assim como a benefícios comerciais. Nesse sentido, a "não indiferença" assume papel primordial entre os princípios que condicionam a atuação internacional do Brasil e que contribuem para o alcance de seus objetivos.

QUESTÃO 3

Discorra sobre a experiência recente do Brasil em operações de paz auspiciadas pela Organização das Nações Unidas. Discuta os riscos e as oportunidades que esses compromissos aportam para a condução da política externa brasileira no futuro próximo.

Extensão do texto: máximo de 60 linhas
[valor: 20 pontos]

HEITOR FIGUEIREDO SOBRAL TORRES (16/20)

A participação recente do Brasil em missões de paz coordenadas pela ONU representa corporificação das propostas brasileiras para o tratamento de temas de paz e de segurança pela comunidade internacional. Como questões de interesse coletivo, os tópicos de segurança internacional devem ser tratados pela via multilateral. O unilateralismo é fonte de abusos, seja da parte de potências hegemônicas, seja da parte de governos que violam o Direito Internacional. Em virtude da indivisibilidade da paz com outros fatores sociais, a segurança, o desenvolvimento e os direitos humanos devem ser promovidos em conjunto. As operações de paz de terceira geração, em geral, e as missões de construção da paz, em particular, habilitam o Brasil a exercer esse conceito holístico de segurança. Os custos e os benefícios que qualquer iniciativa diplomática robusta mobilizam devem ser analisados detidamente.

A missão das Nações Unidas formulada para promover a estabilização do Haiti é, indubitavelmente, aquela de maior relevância para o escrutínio da participação brasileira no tema, em razão do papel de liderança assumido pelo país. Cumpre ressaltar, ainda, o envio de tropas brasileiras para operação de construção da paz no Líbano.

Os riscos decorrentes do compromisso brasileiro com operações de paz do sistema ONU resultam da dificuldade de estabelecer marcos claros para o desenvolvimento e para a conclusão do mandato de uma missão. A liderança brasileira das tropas da MINUSTAH está próxima de completar uma década. A participação do exército brasileiro tem sido crucial para incrementar a estabilidade do Haiti e para reconstruir a infraestrutura do país. Ainda assim, as condições sociais precárias da nação caribenha dificultam o reconhecimento de êxitos no terreno e, frequentemente, provocam uma inflação das responsabilidades da operação. Nos círculos onusianos, essa tendência mais que natural de ampliação do escopo de ação nas condições concretas é descrita como “mission creep” e deve ser periodicamente vigiada por países que coordenam as missões.

As oportunidades conferidas pela participação brasileira no sistema de operações de paz são mais evidentes. Trata-se de chance importante de o Brasil assumir ônus na agenda internacional que o credenciam como um “stakeholder” responsável da ordem internacional vigente. Por meio da liderança na MINUSTAH, o Brasil tem sido capaz de difundir a legitimidade de um conceito ampliado de segurança. A importância das tropas multinacionais só aumentou com a eclosão do terremoto de 2010. As ações sociais tornaram-se ainda mais urgentes para preservar a estabilidade do país e para manter o curso de sua transição política. Dessa forma, o Brasil também tem podido trabalhar em apoio ao desenvolvimento, um dos marcos da inserção brasileira no cenário internacional e uma das demandas mais urgentes do povo haitiano.

O credenciamento do Brasil como um dos polos de estabilidade de uma multipolaridade de cooperação pode ser avaliado como um benefício considerável do compromisso com as missões de paz. Seja no cenário geopoliticamente mais distante do Líbano, seja no contexto de um dos países mais pobres da América Latina, a inserção brasileira nas soluções multilaterais de segurança eleva o perfil de sua diplomacia.

JOÃO LUCAS IJINO SANTANA (15/20)

O Brasil participou de cerca de 40 missões de paz das Nações Unidas desde o surgimento da Organização em 1945. No entanto, a aceitação por parte do Brasil do desafio de liderar a força militar da Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH), por meio da Resolução 1542 (2004) do Conselho de Segurança, significou um *'turning point'* no engajamento brasileiro em iniciativas dessa natureza.

As missões de paz da ONU, que são estabelecidas pelo CSNU, baseiam-se em três princípios: consentimento das partes, imparcialidade e uso da força apenas em casos extremos e em legítima defesa. A posição da diplomacia brasileira em relação às missões de paz é no sentido de que elas devem não apenas garantir a cessação das hostilidades entre as partes contendoras, mas também atacar as causas profundas da instabilidade. No caso da MINUSTAH, o Itamaraty logrou incluir dispositivos de construção da paz *'peace building'* no mandato original da missão. Para o Brasil, era preciso cooperar com o governo haitiano para o fortalecimento das instituições democráticas, do processo de conciliação nacional e da promoção de oportunidades para a população do país, sobretudo os mais jovens.

Na realidade, a filosofia defendida pelo Brasil para as missões de paz traduz a percepção brasileira de que segurança e desenvolvimento são temas relacionados e inseparáveis. Um povo sem perspectivas econômicas e sociais torna-se povo vulnerável a extremismos, inseguranças e barbáries. A dimensão desenvolvimentista da MINUSTAH tornou-se ainda mais evidente em resposta às demandas surgidas após o terremoto de janeiro de 2010. Nesse contexto, a chancelaria brasileira foi exitosa em robustecer o mandato da missão e liderar um processo multilateral que deu origem à Conferência Internacional de Doadores para a reconstrução do Haiti. Merece ainda destaque o fato de o Brasil comandar, atualmente, a Missão Naval da Força Tarefa da ONU no Líbano (UNIFIL) e o componente militar da Missão de Paz da ONU na República Democrática do Congo.

Não há dúvidas de que o recente ativismo brasileiro em missões de paz apresenta desafios, dentre eles a necessidade de compatibilizar princípios e demandas pacifistas históricas do país frente ao tratamento da paz e da segurança internacionais. Vale ressaltar que o Brasil continua a privilegiar a solução pacífica de controvérsias, mas isso não significa imobilismo e omissão em face de violações flagrantes dos direitos humanos. Outro desafio que se coloca ao país é a crescente demanda da comunidade internacional por participações brasileiras em missões, o que implica despesas para o Tesouro Nacional. Além, é claro, do constante risco de morte a que estão submetidos milhares de brasileiros em terras distantes.

As oportunidades, entretanto, superam em muito os desafios. A elevação do perfil diplomático do Brasil, mediante a comprovação de sua responsabilidade para assumir crescentes responsabilidades na manutenção da paz e da segurança internacionais, é, sem dúvida, a maior delas. Outros benefícios resultam da promoção da estabilidade regional sistêmica, que, em última instância, é do interesse do Brasil e de seus vizinhos e do fomento do debate interno sobre política externa no Congresso Nacional e no seio da sociedade civil. A modernização e o adestramento das Forças Armadas e das forças policiais brasileiras, resultante do intercâmbio com oficiais de outras nacionalidades e da experiência *in situ* contribuem, igualmente, para a consecução de objetivos-chave da Estratégia Nacional de Defesa.

Em suma, a participação protagônica do Brasil em missões de paz da ONU revela, a um só tempo, a crescente capacidade externa do País de assumir responsabilidades e seu compromisso com o aperfeiçoamento conceitual das intervenções militares da ONU. Sem dúvida, o Brasil continuará sendo um ator responsável e confiável nas missões de paz da ONU. Isso se

deve a seu passado e seu presente pacíficos e a sua capacidade de interlocução com a totalidade de atores que compõem as Nações Unidas.

TAINÃ LEITE NOVAES (15/20)

O Brasil é tradicional participante das operações de paz das Nações Unidas, tendo contribuído com tropas já em 1956, quando o “Batalhão Suez” incorporou-se aos capacetes azuis. Recentemente, à medida que o país ganha cada vez mais relevo na cena internacional, passa, também, a assumir responsabilidades cada vez maiores, inclusive no âmbito da paz e da segurança internacionais. Nesse sentido, a participação brasileira em operações de paz sob os auspícios da ONU se torna cada vez mais complexa, acarretando maiores riscos e oportunidades para a condução da política externa nacional.

Atualmente, o Brasil exerce função de comando em três importantíssimas operações de paz da ONU: comando militar da MINUSTAH, no Haiti; comando da força tarefa naval na UNIFIL, no Líbano; e comando militar da MONUSCO, República Democrática do Congo – nesta, o general Alberto Cruz foi escolhido a título pessoal, mas não deixa de representar o Exército Brasileiro e a República Federativa do Brasil.

No MONUSCO, general brasileiro terá o comando militar da primeira operação de paz da ONU que incorporou uma força-tarefa ofensiva, com armamento pesado e mandato robusto, autorizada a empregar “todos os meios necessários” para auxiliar o governo congolês a estabilizar o país. Na UNIFIL, missão já antiga, o comando naval brasileiro ganha enorme importância em um contexto de conflito na vizinha Síria, pois passa a fiscalizar possível contrabando de armas para aquele país, já tendo a fragata brasileira feito significativas apreensões. Missões como essa são importantíssimas para dar expertise aos militares brasileiros em contextos de emblemáticos conflitos internacionais contemporâneos, ademais, permitem fortalecer a imagem internacional de um país que busca ampliar sua inserção global; no entanto, é na MINUSTAH que podemos perceber, de fato, como o Brasil entende uma operação de paz.

A MINUSTAH é uma operação de paz multidimensional e multissetorial, onde fica clara a relação indissociável que o Brasil estabelece entre a promoção da paz e do desenvolvimento. Além de promover operações militares convencionais, como no processo de pacificação Cité Soleil, o Brasil tem, no Haiti, um batalhão de engenharia, que desenvolve projetos de infraestrutura, além de inúmeros projetos de cooperação técnica, nos quais conta com a colaboração da sociedade civil – vale notar que a ONG brasileira Viva Rio está em Porto Príncipe.

Para o Brasil, não há verdadeira paz sem desenvolvimento. Por isso, o país privilegia ações de promoção de desenvolvimento como forma de prevenção de conflitos – o que, inclusive, já foi corroborado pela ONU em discurso do ex-Secretário Geral Kofi Annan: “Freedom from fear; freedom from want”. No entanto, se a prevenção falhar, a promoção, a manutenção e a consolidação da paz devem ser empreendidas de modo que se evitem novos conflitos, ou seja: fortalecendo-se a dimensão institucional e socioeconômica nos países, como o Brasil faz no Haiti.

Assumindo responsabilidades cada vez maiores, inclusive em posições de comando em importantes operações de paz, o Brasil reforça suas credenciais no campo da manutenção da paz e da segurança internacionais, fortalecendo seu pleito por um papel mais protagônico na administração da ordem internacional contemporânea, o que poderia traduzir-se em eventual escolha para compor o seleto grupo de membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde o Brasil poderia ter uma voz ainda maior como empreendedor normativo, que visa a promover uma nova concepção de paz e segurança internacionais, intrinsecamente relacionadas à ideia de desenvolvimento. Todavia, com maiores responsabilidades,

advirá maior cobrança por parte da comunidade internacional, o que fará que o Brasil por ventura tenha que rever algumas de suas posturas internacionais.

MENOR NOTA (11/20)

Desde a redemocratização, o Brasil tem se envolvido mais em operações de paz auspiciadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Essas operações, evidentemente, comportam riscos, pois envolvem o contato com outras soberanias, o que é sempre delicado. As operações de paz, no entanto, oferecem oportunidades únicas para o Brasil colocar em prática os princípios que prega – como os de solidariedade, não indiferença, defesa do desenvolvimento – e para influenciar a configuração dessas operações, junto à ONU, com seus ideais, além de contribuir pra o maior prestígio do país e ajudá-lo na consecução de seus objetivos.

A experiência recente do Brasil em operações de paz envolve as operações no Timor Leste e, mais recentemente, a MINUSTAH, no Haiti. O Brasil tem como princípio só atuar com o consentimento das partes envolvidas, em consonância com os princípios de respeito à autodeterminação dos povos e de não intervenção. O Brasil, ademais, em respeito a esses mesmo princípios, só assume operações que visem à manutenção da paz, rejeitando as missões de "peace enforcement".

Operações de paz, evidentemente, comportam riscos, pois lidam com países soberanos, ciosos de suas autonomias. Além disso, há sempre custos humanos envolvidos, já que tropas nacionais têm de ser deslocadas. Esses riscos, no entanto, são pequenos, se comparados às oportunidades que a participação nessas missões oferece ao Brasil.

O Brasil, nos últimos nos, tem firmado-se como potência emergente pacífica, e deve agir como tal. As operações de paz são excelentes oportunidades para o país expandir seu prestígio. Como dizia o ex-chanceler Celso Amorim, no mundo "não se pode viver de carona": o Brasil precisa assumir responsabilidades condizentes com sua posição atual e com sua pretensão de assumir vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Além do mais, o envolvimento em operações de paz oferece ao Brasil a oportunidade de colocar em prática os valores que prega e de influenciar, num futuro próximo, a doutrina das operações de paz com seus valores. Quanto ao primeiro ponto, o Brasil, ao participar das operações de paz da ONU, confirma seu compromisso com os princípios da solidariedade e da não indiferença e, ainda, contribui para o desenvolvimento dos países beneficiados.

A ênfase no desenvolvimento é o que distinguiu a missão do Brasil no Haiti (MINUSTAH) de outras operações semelhantes. O enfoque do Brasil não foi apenas militar, visando à segurança, mas também desenvolvimentista, ao promover projetos de inclusão social diversos, muitas vezes em cooperação trilateral com países como os Estados Unidos e a França.

A participação do Brasil em operações de paz da ONU, portanto, é positiva. Ela contribui não apenas para expandir o prestígio do país, mas também para difundir seus valores e, com base neles, influenciar a ordem internacional.

QUESTÃO 4

Não há dúvida sobre o interesse brasileiro a respeito da normatização internacional sobre a delimitação dos espaços marítimos. Espera-se que a plataforma continental brasileira seja em breve alargada. Ao longo do litoral brasileiro, desenvolvem-se atividades econômicas, como a pesca, o turismo e a exploração de reservas de gás e petróleo, entre outros minerais, atividades que só crescerão em importância. A partir dessas considerações, responda, de forma fundamentada, o seguinte questionamento: em que medida a ZOPACAS é um instrumento de promoção e defesa dos interesses brasileiros no Atlântico Sul?

Extensão do texto: máximo de 60 linhas
[valor: 20 pontos]

FELIPE NEVES CAETANO RIBEIRO (19/20)

A Zona de Paz do Atlântico Sul, criada em 1986 a partir da resolução 41/11 da Assembleia Geral da ONU, constitui um espaço de concertação entre 24 Estados ribeirinhos, com foco na promoção da paz e da cooperação em áreas de interesse comum. De acordo com as diretrizes do Plano de Ação de Luanda, editado em 2007, a ZOPACAS privilegia três aspectos: a consolidação regional como área livre de armas nucleares, a cooperação entre os membros e a promoção de temas econômicos e financeiros. Em todos esses três aspectos, a ZOPACAS constitui um instrumento de defesa dos interesses brasileiros no Atlântico sul, relacionados à paz, à segurança e ao desenvolvimento.

No que concerne ao desarmamento e à consolidação do Atlântico sul como área livre de armas nucleares, a ZOPACAS converge com a posição tradicional brasileira de país provedor da paz. Na América do Sul, Brasil, Argentina e Uruguai são partes do Tratado de Tlatelolco, enquanto, do lado africano, 14 dos 21 membros da ZOPACAS são membros do Tratado de Pelindalba, dando grande contribuição à consolidação do hemisfério sul como área livre de armas nucleares. Tal realidade coaduna-se com o interesse brasileiro de evitar a militarização regional, que ameaça a estabilidade. O Brasil acredita que as riquezas do Atlântico sul devem ser exploradas e usadas pelos países da região, razão pela qual valoriza a ZOPACAS como instrumento para evitar ingerências externas, para construir o diálogo e para promover a cooperação.

Na reunião da ZOPACAS realizada em 2013 em Montevidéu, lançou-se o plano de ação homônimo, que prioriza a cooperação em áreas fundamentais para o interesse brasileiro. Esse plano prevê a cooperação relativa à exploração e ao mapeamento dos recursos marítimos e da extensão das plataformas continentais dos países, devendo-se aproveitar as similaridades entre as costas africana e brasileira para estimular a transferência e o compartilhamento de tecnologia. O Brasil pleiteia junto á ONU a expansão de sua plataforma continental em 950 mil km², de modo a resguardar a Amazônia Azul, e tem incentivado os países da ZOPACAS a explorarem suas plataformas continentais, a fim de que os recursos sejam usados em benefício da região. Antes mesmo do Plano de Ação de Montevidéu, o Brasil engajou-se em cooperação bilateral com a Namíbia, contribuindo para a formação de seus fuzileiros navais, além do mapeamento de sua plataforma continental, em que há petróleo, gás, nódulos e sulfetos polimetálicos e crostas mangaseníferas.

É relevante ressaltar que, conquanto a ZOPACAS seja frequentemente associada à segurança, trata-se de um mecanismo mais abrangente, que converge com os interesses brasileiros também no domínio comercial. O recente Plano de Ação de Montevidéu, marco da presidência uruguaia da ZOPACAS, alude igualmente aos temas de interesse econômico-financeiro. O Atlântico sul é o “locus” de saída de 95% do comércio exterior brasileiro, em um cenário em que o continente africano tem apresentado taxas de crescimento superiores à média mundial. A ZOPACAS instrumentaliza-se como forma de construir pontes sobre o Atlântico, permitindo maior intercâmbio comercial com o continente africano, cujo fluxo de comércio com Brasil alcançou 28 bilhões de dólares em 2012. O comércio Brasil-África abrange trocas comerciais de alta qualidade, com destaque para a compra de manufaturados brasileiros e para crescente internacionalização das empresas nacionais.

A ZOPACAS tem passado por um processo de revitalização nos últimos anos, o qual, por si só, revela sua importância para a promoção de interesses brasileiros. A cooperação sul-sul é, nesse âmbito, linha de ataque e força de defesa contra a existência de assimetrias, sendo

a ZOPACAS relevante para promover, a um só tempo, cooperação, segurança e comércio, temas que são cruciais para o Brasil.

LAÍS LOREDO GAMA TAMANINI (19/20)

A reativação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul em 2013 indica a importância crescente da dimensão atlântica da política externa contemporânea. A descoberta de importantes recursos minerais e o crescimento do dinamismo do Atlântico Sul como rota marítima trouxeram à baila a necessidade de adensamento da cooperação com os países ribeirinhos desse rio chamado Atlântico.

Quando primeiro elaborada no final da década de 1980, a ZOPACAS objetivava criar um espaço de concertação política que privilegiasse a cooperação entre os países de ambas as margens do Atlântico Sul. O princípio basilar era de que a segurança dessa parte do oceano deveria ser assegurada antes pelos países ribeirinhos e não por atores externos, como sinalizava a proposta de criação de uma organização para o Atlântico Sul (OTAS). Para isso, era necessário adensar as relações entre a costa africana e a costa atlântica da América do Sul, objetivo ao qual a ZOPACAS se destinava.

Ao longo da década de 1990, no entanto, o mecanismo manteve baixo perfil, só sendo revitalizado recentemente. A percepção atual sobre a importância crescente do Atlântico Sul, na esteira das determinações da Convenção de Montego Bay sobre Direito do Mar (1982), é o controle sobre os recursos da Plataforma Continental. De acordo com a convenção, os países teriam direito a uma zona econômica exclusiva de 200 milhas marítimas, as quais poderiam ser estendidas até 350 milhas marítimas caso fosse comprovado que a plataforma continental do país ultrapassasse o limite inicialmente estipulado. Devido ao grande potencial energético comprovado pelas reservas do pré-sal na costa brasileira, o controle desse espaço marítimo fez-se premente. Do mesmo modo que no Brasil, as semelhanças da plataforma continental africana também levam a antecipar a descoberta de grandes descobertas energéticas em sua costa.

Para além disso, a inadequação dos canais de Suez e do Panamá ao porte dos navios cargueiros atuais aumentou enormemente o fluxo de cargas no Atlântico Sul e, por consequência, sua importância para o comércio internacional.

À medida que o Atlântico Sul cresce em importância estratégica, cresce também o interesse brasileiro em assegurá-lo como uma zona segura e estável. Nesse sentido, a ZOPACAS consolida-se como instrumento cooperativo prioritário para garantir a consecução desses objetivos securitários. Por meio da ZOPACAS, o Brasil torna-se capaz de criar um arranjo institucional que irá articular novas iniciativas de cooperação e coordenar as existentes, como os exercícios navais sob a égide do projeto IBSAMAR e o treinamento brasileiro de oficiais de Marinha da Namíbia.

Ao cooperar no âmbito do Atlântico Sul, onde se encontram recursos estratégicos à economia nacional, o Brasil reitera dois princípios basilares de sua política externa: a busca de desenvolvimento e de autonomia na política internacional. Por ser o Atlântico Sul um espaço comum de atuação dos países da região, a ZOPACAS consolida-se como uma instância de responsabilidade compartilhada pelos destinos e potencialidades da dimensão atlântica.

LEONARDO ROCHA BENTO (19/20)

Constituída em 1986 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul foi revitalizada recentemente, a partir de 2005, recebendo um enfoque mais multissetorial e multitemático. Essa revitalização responde aos anseios do Brasil em introduzir novos temas, de viés principalmente social, nas discussões de segurança. Os progressos atuais da ZOPACAS, evidenciados pela Reunião Ministerial de Montevidéu, em 2013, comprovam que a zona é instrumento importante para a consecução dos objetivos de política externa do Brasil.

A relevância do Atlântico Sul para os interesses brasileiros pode ser dividida em aspectos de segurança e de economia. No primeiro caso, é possível elencar que, com os tratados de Tlatelolco, que proscreveu o uso de armamentos nucleares na América Latina e no Caribe, e de Pelindaba, que, embora carente de ratificações de alguns dos signatários, promove a proscrição daqueles armamentos no continente africano, o Atlântico Sul está tornando-se uma área livre de armas nucleares. A ZOPACAS, nesse sentido, é forum que intensifica a cooperação em segurança sob a égide de um ambiente mais propício à defesa do desarmamento. Para o Brasil, além de garantir a estabilidade na região, o que é de vital importância estratégica para um país cujo litoral tem mais de 8 mil quilômetros, a ZOPACAS reforça a lógica de multilateralismo, ao permitir que os 24 países-membros coordenem seus esforços. Essa coordenação reflete-se também em diversas iniciativas bilaterais entre eles, como a formação do Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia, com base na cooperação técnica oferecida pelo Brasil.

Economicamente, o Atlântico Sul também é lócus de promoção e de defesa dos interesses econômicos brasileiros. A maioria das exportações brasileiras deixa o país por esse oceano. O fluxo comercial com a África Subsaariana atingiu a cifra de 26 bilhões de dólares em 2012, o que torna o subcontinente, caso fosse um único país, um dos cinco maiores parceiros comerciais do Brasil. Essa relevância econômica também é revestida de caráter estratégico, no que diz respeito ao Atlântico Sul, por causa das riquezas da plataforma continental brasileira. A chamada “Amazônia Azul”, incorporada ao Brasil pelo deferimento parcial do pleito brasileiro junto à Comissão sobre os Limites da Plataforma Continental, é dotada de riquezas, como novos campos de exploração de petróleo, adjacentes ao Pré-Sal. A garantia de paz e de segurança na região, oferecida pela atuação cooperativa no âmbito multilateral da ZOPACAS, responde, assim, aos interesses econômicos e estratégicos do país.

A ampliação do escopo de atuação da ZOPACAS é um indicativo de que a garantia de segurança está relacionada com a promoção do desenvolvimento. Em 2007, foi firmado o Plano de Ação de Luanda, que contempla um enfoque mais multitemático para a zona, em consonância com o interesse brasileiro de reduzir a securitização da agenda internacional, ampliada nos últimos anos. Durante a Reunião Ministerial de Montevidéu, em 2013, os ministros dos 24 países-membros da ZOPACAS reforçaram o caráter multissetorial da cooperação, ao incluir na declaração final do encontro a necessidade de ampliar as rotas marítimas na região, de intensificar o comércio e de promover o desenvolvimento conjunto dos membros. São evidências desse compromisso o auxílio de integrantes da LEPLAC brasileira ao programa que está elaborando estudos sobre a plataforma continental da Namíbia ou as estratégias de apoio à segurança alimentar, como o Diálogo Brasil-África sobre o tema, de 2010.

O fortalecimento da ZOPACAS responde a interesses internos e internacionais do Brasil. Domesticamente, a cooperação no Atlântico Sul torna-se garantia da defesa do vasto litoral nacional, incluindo não apenas a zona costeira, como também a Amazônia Azul, além do refor-

ço a uma região livre de armas nucleares, que poderiam ser uma ameaça à segurança do país. Internacionalmente, a cooperação transcende a temática da segurança, tratando de temas mais amplos, como o desenvolvimento, que contribuem para a paz e a estabilidade. Como arranjo multilateral, a ZOPACAS legitima a atuação de seus membros e reforça a existência de uma ordem internacional calcada na ideia de multipolaridade de cooperação.

MENOR NOTA (8/20)

Recentemente, tem ganhado destaque a exploração de petróleo no pré-sal. Há perspectivas, inclusive, de exploração de tais reservas também na costa Oeste da África, especialmente em países como Angola e Namíbia. Além disso, há, tanto na costa brasileira quanto na africana, atividades econômicas como a pesca e o turismo, fundamentais às economias dos países desenvolvidos. Esses fatores, aliados à concertação e à cooperação entre o Brasil e os Estados do litoral atlântico africano, conferem especial importância estratégica à região do Atlântico Sul. Para que se realizam plenamente os potenciais dessa área, é necessário ter uma concepção que leve em conta, também, a cooperação e a defesa, no sentido de garantir estabilidade. Nesse sentido, a ZOPACAS é mecanismo privilegiado.

No litoral brasileiro, há perspectivas de reconhecimento de extensão maior à plataforma continental, o que se configura como estratégico para o Brasil devido aos recursos energéticos disponíveis no subsolo do mar – notadamente, o petróleo do pré-sal. A exploração petrolífera significa a concentração de grandes interesses econômicos brasileiros e internacionais, na medida em que haverá participação de empresas estrangeiras nessa atividade. Do lado africano, devido à mesma origem geológica, acredita-se haver reservas semelhantes, as quais estão em fase de intensa prospecção. Dessa forma, torna-se relevante o estímulo a mecanismos que aproximem os países africanos e o Brasil na cooperação para a gestão adequada desses interesses semelhantes. A ZOPACAS, criada em 1986, adquire novo fôlego nesse contexto, na medida em que deve ser utilizada como mecanismo de discussão e de criação de normativas que fortaleçam a cooperação interoceânica em áreas de interesse à exploração econômica.

A pesca oceânica é atividade fundamental à economia de países como Namíbia, Angola e vários outros da costa atlântica africana. No Brasil, essa atividade também merece destaque. No contexto das águas do Atlântico Sul, a navegação – sua regulamentação e garantia de segurança – é essencial ao crescimento econômico da área de pesca. No que se refere ao turismo – que é intenso ao longo do litoral brasileiro – a navegação também surge como meio estratégico à economia, seja em relação ao turismo marítimo, seja em relação a garantir a segurança litorânea com vistas à proteção do potencial turístico terrestre. A zona de paz do Atlântico Sul seria, nesse sentido, fundamento relevante sobre o qual se poderá garantir uma política adequada de defesa e garantir a navegação pacífica, a qual é fator determinante para as atividades econômicas da pesca e do turismo.

Os interesses brasileiros não se localizam apenas ao longo da parte nacional do Atlântico Sul. Ao contrário, a presença de empresas como a PETROBRAS em Angola e na Namíbia comprova o fato de que o país é cada vez mais atuante no território africano. Há, também, significativos investimentos brasileiros em países africanos na área de construção civil, assim como cooperação técnica para promoção do desenvolvimento, o que vincula os interesses africanos aos brasileiros, formando uma área de intersecção de grande importância. Essa área se concentra geograficamente no Atlântico Sul, o que enseja a ênfase em um diálogo institucionalizado que congregue os principais temas de interesse envolvendo todos os países costeiros de cada um dos lados. A ZOPACAS é, dessa maneira, instrumento a ser privilegiado na promoção de discussões e na consecução de consenso sobre iniciativas de interesse desses Estados.

É notável a crescente convergência das agendas do Brasil e dos países costeiros do Atlântico africano nas últimas décadas. Ao aumento da densidade de relações e da gama de interesses compartilhados deve corresponder também um crescimento da densidade institu-

cional das relações entre esses países. Sob outra perspectiva, há a necessidade de garantir a paz e a cooperação em uma área de crescentes atividades econômicas que têm grande potencial de crescimento futuro. Em todos esses aspectos, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul tem muito a contribuir, significando mecanismo essencial de efetivação da política externa brasileira no Atlântico e na África.

DIREITO

QUESTÃO 1

Comente o trecho seguinte, adaptado da obra de Serge Sur:

"Há certamente um vocabulário jurídico nas relações internacionais, toda uma coleção de acordos e compromissos, mas isso não seria apenas a aparência dissimulada da realidade nua das relações de força e, para citar Bismarck, o poder normativo dos fatos."

Extensão do texto: máximo de 60 linhas
[valor: 30 pontos]

FELIPE EDUARDO LIEBL (30/30)

Há uma relação muito próxima entre as relações internacionais e o direito das gentes. Na medida em que se reconhece que as relações jurídicas são, em parte, consequências da materialização das relações de poder, nos termos expostos a partir da teoria de Michel Foucault, é possível reconhecer que há influência política na formulação de postulados jurídicos. Assim, não se pode afirmar que o direito das gentes é um sistema isolado, nos termos da teoria de Niklas Luhmann, sendo ele influenciado pela constituição conjunta de normas que refletem relações políticas e que as integram a uma sistemática de poder jurisdicionalizado. Apesar dessas constatações, o sistema jurídico internacional reveste-se de relativa autonomia, sendo mais do que a mera repetição de relações do poder normativo dos fatos.

Ao conferir maior preeminência às relações de poder, teóricos realistas das relações internacionais aliam-se a doutrinas que nem a existência de um direito das gentes. Essa perspectiva é rechaçada por internacionalistas como Celso Duvivier A. Mello, que afirmam haver um ordenamento jurídico internacional coerente, embora lacunoso, apesar das falhas no que concerne à sua efetiva aplicabilidade. Para além dessa perspectiva, há de se assinalar que todo o Direito guarda relação com a força e, portanto, negar o caráter jurídico do direito das gentes corresponde a negar a jurisdicionalidade do Direito como um todo, o que é uma medida excessivamente radical.

O processo de influência do direito das gentes na política internacional e vice versa é descrito por Alain Pellet, segundo o qual o direito das gentes passa por um processo de comunitarização. Para ele, esse processo reflete o atual estágio de cooperação internacional, que necessita de instrumentos normativos eficazes e amplos. Esses instrumentos podem garantir um arcabouço de normas que diminuem o caráter anárquico internacional, realçando princípios como a autodeterminação dos povos e a soberania estatal, nos termos já parcialmente propostos na defesa da igualdade jurídica dos Estados por Rui Barbosa, em 1907.

A preocupação com o direito das gentes pode ser constatada nos esforços internacionais para garantir, ao menos retoricamente, o apoio de um substrato jurídico às relações de poder. Exemplo disso é a redação de resoluções do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU). Os textos adotados nesse órgão apresentam deferência clara à linguagem adotada no âmbito do direito das gentes. Isso ocorre devido à percepção da relevância do ordenamento jurídico internacional e de sua legitimidade, bem como pela percepção, pela opinião pública interna, da necessidade de manutenção de uma ordem jurídica internacional eficaz.

A influência do direito das gentes nas relações internacionais vai além da linguagem adotada. O respeito às normas internacionais é uma tendência crescente no mundo hodierno. Essas normas abrangem cada vez mais temas e evitem, ou aumentem os custos de, ações unilaterais em discordância com os ensaios internacionais. A proliferação de normas e de mecanismos de controle garante mais efetividade ao direito das gentes, que passa a contar com mais mecanismos de solução de controvérsias, sejam elas institucionalizadas ou sejam eles provenientes do costume internacional.

O aumento do número e da importância de novos sujeitos no direito das gentes é significativo aporte na separação da mera negação do direito internacional. Ao expandir-se, o direito das gentes possibilita a gestão de normas que possibilitam a criação de meios capazes

de sustentar um direito das gentes efetivo e protetivo. Exemplo disso é a criação de normas de direitos humanos efetivos a partir de postulados de organizações internacionais e de sujeitos.

Além disso, o reforço do "jus cogens" como normas imperativas internacionais é uma das características que permitem constatar a superação de um modelo meramente realista nas relações internacionais. Ao consagrarem-se normas imperativas, há a redução da autonomia estatal no que concerne às suas ações externas. Isso é positivo, na medida em que exemplifica a tendência à maior interdependência mundial.

Desse modo, é possível constatar que, embora o direito das gentes seja, em parte, um reflexo das relações de poder que permitiam a constituição de todas as normas jurídicas, há uma autonomia desse direito, que avança seus princípios e é capaz de, parcialmente, moldar as ações internacionais. Esse avanço é lento e gradual, cabendo advertir, como o faz Pellet, que as normas internacionais não são, "per se", mecanismos de emancipação. A busca de princípios de igualdade e de representatividade deve ocorrer, assim, no quadro de limitações e de instituições existentes, o que garantirá a transformação gradual da ordem jurídica internacional.

HEITOR FIGUEIREDO SOBRAL TORRES (30/30)

O excerto da obra de Serge Sur e a menção ao estadista alemão Otto von Bismarck evidenciam a relevância do vínculo entre as relações internacionais e as normas do Direito Internacional. Referência é feita à concepção clássica de Direito Internacional, mediante a qual são reguladas as relações de coexistência entre os sujeitos internacionais por excelência, os Estados soberanos. O fulcro dessas relações é a definição da paz e da guerra — as "relações de força" do excerto —, fenômenos lícitos e recorrentes no sistema de coerção descentralizado do Direito Internacional Clássico.

A transição entre a vigência do Direito Internacional Clássico e o advento do Direito Internacional Contemporâneo é marcada por transformações relevantes ao debate introduzido pelo trecho de Sur. A primeira dessas transformações vincula-se ao ius ad bellum, uma vez que o atual Direito Internacional restringe sobremaneira o recurso à força nas relações internacionais. A Carta da ONU é que encabeça essas normas internacionais de limitação da força às hipóteses de legítima defesa, de ameaça à segurança internacional (por conta de ameaça à paz, ruptura da paz e ato de agressão) e de luta anticolonial, sendo todas essas hipóteses sujeitas às deliberações do Conselho de Segurança da ONU quanto a sua pertinência. Após a prevalência da licicitude da guerra até o início do século XX, a tentativa de implementar a chamada "moratória da paz" na Liga das Nações e a proscrição do recurso à força como política de Estado propugnada pelo Pacto Briand-Kellogg, não se pode dizer que o direito de ir à guerra é, atualmente, mera "aparência dissimulada da realidade", mas, sim, um conjunto de normas que constrange o emprego da força a hipóteses muito específicas.

A segunda transformação que caracteriza o Direito Internacional Contemporâneo é a ascensão de normas internacionais cujo fundamento de validade não decorre da vontade estatal. Em outros termos, a teoria voluntarista, que advoga a volição dos Estados soberanos como fundamento para a validade das normas de Direito Internacional e que explica grande parte das normas internacionais vigentes, passa a dividir terreno com a teoria objetivista, segundo a qual a realidade objetiva de certas normas internacionais independe da vontade estatal. A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados é comprovação contumaz dessa coexistência voluntarista-objetivista, por ser resultante da vontade estatal que reconhece que normas convencionais que conflitem com normas de jus cogens — cuja vigência está acima das volições soberanas — são nulas ao Direito Internacional. Assenta-se não só o "poder normativo dos fatos", mas também o poder mesmo das normas.

A terceira transformação decorrente da ascensão do Direito Internacional Contemporâneo é o surgimento de novos sujeitos, para além dos Estados soberanos. Organizações internacionais tiveram sua personalidade jurídica reconhecida já na década de 1940, quando o parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça sobre o Caso Bernadotte esclareceu a existência de direitos e de obrigações internacionais das OIs. Indivíduos têm seus direitos protegidos pelas normas do Direito Internacional dos Direitos Humanos e por tribunais permanentes, principalmente em âmbito regional — a exemplo da Corte Interamericana de Direitos Humanos. O dever de respeitar as normas imperativas de Direito Internacional cogente por parte dos indivíduos é assinalado pelas hipóteses de jurisdição do Tribunal Penal Internacional quanto a crimes contra a humanidade, crimes de guerra e de genocídio.

A densidade incrementada do "vocabulário jurídico nas relações internacionais" é decorrência de um Direito Internacional Contemporâneo em que há restrição ao uso da força, normas independentes da vontade estatal e novos titulares de direitos e de obrigações. Tais

transformações são coerentes com o robustecimento do Direito Internacional de cooperação, para solução de problemas comuns aos sujeitos internacionais, e de solidariedade, para proteção de um núcleo duro de valores compartilhados por toda a humanidade.

RAFAEL BRAGA VELOSO PACHECO (30/30)

Há autores e acadêmicos que defendem não existirem, no âmbito do direito das gentes, mecanismos hierarquicamente superiores de produção do arcabouço normativo internacional e de sua aplicação compulsória, inclusive por meio de sanções. A celebração de acordos e compromissos entre sujeitos de Direito Internacional é feita de maneira descentralizada e baseada, para muitos, na Teoria Voluntarista, no âmbito da qual a manifestação positiva de vontade é fundamental para que determinado sujeito do direito das gentes se obrigue a certa norma internacional. A evolução da formação e da aplicação do Direito Internacional, entretanto, comprova que Tratados e normas jurídicas vigentes para sujeitos de direito das gentes não podem ser considerados aparência dissimulada do uso da força no âmbito da comunidade global.

A ordem internacional gestada após os Tratados de Westfália, em 1648, superou teorias transcendentais e religiosas que autorizavam o uso da força com base na teoria jusnaturalista da “Guerra Justa”. Assim, o direito ao uso da força foi positivado, havendo Carl von Clausewitz inclusive afirmado que a guerra é a “continuação da política por outros meios”, prevalecendo sobre “vocábulos jurídicos” idealistas sobre paz e cooperação. Ocorre, entretanto, que a evolução do Direito Internacional, após diversas guerras, culminou na proibição geral do uso da força, consagrada no art. 2º, § 4º, da Carta da ONU, havendo todos os 193 Estados membros das Nações Unidas também conferido ao Conselho de Segurança a principal responsabilidade na manutenção da paz e segurança internacionais (art. 24 da Carta da ONU). Não obstante as exceções à proibição do uso da força – legítima defesa e autorização do CS (arts. 51 e 39 da Carta da ONU) e direito à autodeterminação externa dos povos coloniais – , é inequívoca a percepção de todos os Estados da ONU sobre a proibição do uso da força em suas relações internacionais.

A evolução na formação contemporânea do direito das gentes também indica não haver aparência dissimulada das relações de força nas relações internacionais. Nesse contexto, merecem ser destacadas as normas de jus cogens, caracterizadas como normas imperativas de Direito Internacional geral e que não podem ser derrogadas por outras normas internacionais de hierarquia inferior. Insculpidas, por exemplo, nos arts. 53 e 64 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 1969, as normas de jus cogens vêm consolidando o entendimento dos Estados sobre a proibição do uso da força em determinados ramos do direito das gentes, como em certas normas de direitos humanos e humanitários. A própria obrigatoriedade das Resoluções do CS da ONU (arts. 25 e 103 da Carta da ONU) também demonstra uma relativização do uso da força, devido à valorização do primado do pacta sunt servanda e à possibilidade de sanções econômicas e militares impostas pelo CS (arts. 41 e 42 da Carta da ONU).

A aplicação do Direito Internacional também vem passando por evoluções, sendo verificado, atualmente, crescente engajamento de Estados com as soluções pacíficas de controvérsias. A criação progressiva de Cortes internacionais, exemplos de meios jurisdicionais judiciários de solução pacífica de conflitos, comprova o compromisso da comunidade internacional com as normas jurídicas e a mitigação do uso da força. Apesar de a implementação da decisão obrigatória proferida ainda estar revestida de certa descentralização, a atuação de Cortes, como o TPR do Mercosul, CIJ e TPI, e do Sistema de Soluções de Controvérsias da OMC incontestavelmente se coaduna com a proscrição geral do uso da força.

A evolução da formação e da aplicação do direito das gentes demonstra inequivocadamente o respeito à proscrição do uso da força nas relações internacionais (art. 2º, § 4º, da

Carta da ONU), favorecendo um “constitucionalismo global” (José Joaquim Gomes Canotilho), em que Estados deixam apenas de coexistir e passam a cooperar mutuamente.

MENOR NOTA (20/30)

Diversos estudiosos e políticos já afirmaram que o Direito Internacional não passa de uma fábula, de um conjunto de princípios morais que se subordinam às relações de força no sistema internacional. Essa interpretação certamente decorre do caráter anárquico das relações internacionais, em que não há um Leviatã hobbesiano capaz de formular regras e de garantir sua implementação. O contexto internacional atual, contudo, demonstra que sistemas jurídicos podem surgir e se ampliar mesmo em um cenário de “self-help”, havendo uma conjunto crescente de normas internacionais, de organizações intergovernamentais e de instâncias judiciais.

A obrigatoriedade das normas internacionais fundamenta-se em duas visões básicas: a voluntarista e a objetivista. De acordo com os voluntaristas, o fundamento da validade do Direito Internacionais é a vontade estatal soberana. Esse é, certamente, o caso de diversos tratados internacionais, em que os Estados aceitam certas regras com o intuito de facilitar a coexistência internacional;. Com a crescente interdependência internacional, contudo, a cooperação internacional tornou-se uma necessidade para os Estados, que precisam formular regras que facilitem a obtenção conjunta de certos objetivos. Esse é o caso, por exemplo, das organizações comerciais regionais. A solução de problemas globais, por sua vez, demanda a formação de um direito internacional de solidariedade, em que os Estados subordinam-se a certas regras, como o Protocolo de Quioto, para o bem da humanidade. Esses acordos não são o mero reflexo das relações de força internacionais.

O objetivismo, por sua vez, demonstra que diversas normais internacionais surgem se o consentimento explícito dos Estados. O costume internacional, por exemplo, surge a partir de práticas reiteradas e amplas que os Estados consideram ser obrigatórias (opinio juris). As normas imperativas, por sua vez, refletem normas fundamentais da sociedade internacional que não podem ser rejeitadas por um Estado, sendo, inclusive, causa de nulidade de tratados internacionais, conforme definido nos artigos 53 e 64 da CVDT/69. O respeito a normas que não surgiram explicitamente da vontade estatal é um grande indicador de que as relações de também se subordinam, em certos momentos, ao Direito Internacional.

Um terceiro aspecto que demonstra o poder normativo das regras internacionais é o surgimento de regimes especiais que buscam dar maior efetividade às normas primárias do Direito Internacional por meio de normas secundárias de julgamento e de implementação. Esses regimes não modificam o caráter descentralizado das sanções internacionais, mas legitimam a aplicação dessas sanções e, desse modo, incentivam a observância das normais internacionais. Isso fica evidente, por exemplo, no caso do sistema de solução de controvérsias da OMC, assim como no caso de tribunais internacionais como a Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Tribunal Penal Internacional. O sistema de segurança coletiva das Nações Unidas, por sua vez, demonstra os limites atuais que existem em relação ao uso da força, restringindo o “uso da guerra como continuação da política”, conforme descrito por Clausewitz.

O Direito Internacional avançou muito no último século. O sistema internacional ainda é anárquico, mas houve um impressionante adensamento jurídico internacional que visa à limitação do puro e simples poder normativo dos fatos.

QUESTÃO 2

O direito das gentes contempla doutrinas notabilizadas pelo nome de seus autores, dentre essas, as doutrinas Drago, Tobar e Estrada. Indique o conteúdo de cada uma delas e assinale sua importância no desenvolvimento desse ramo do direito.

Extensão do texto: máximo de 60 linhas
[valor: 30 pontos]

FLÁVIA CRISTINA DE LIMA FERREIRA MAGRINI (30/30)

De acordo com o artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, a doutrina não é fonte do Direito Internacional Público, mas, assim como a jurisprudência, meio auxiliar para a determinação das normas internacionais. Nesse contexto, deve-se esclarecer que as doutrinas Drago, Tobar e Estrada não são meios pelos quais o Direito Internacional se revela; antes, são opiniões a respeito de regras já existentes, costumeiras ou convencionais, sobre as quais recai certo grau de indefinição quanto a seu conteúdo. É justamente por existir essa indefinição, e, portanto, espaço para debates, que essas doutrinas contribuem com a evolução do Direito Internacional.

A Doutrina Drago relaciona-se com a proteção diplomática prestada por um Estado a um nacional residente em outro Estado. Assim, o indivíduo recorre à representação diplomática do país de que é nacional para alcançar a proteção de algum alegado direito. De acordo com o Direito Internacional, isso só pode ocorrer depois de esgotados os recursos aos órgãos jurisdicionais do país de residência, ou caso seja negado o acesso a esses órgãos. Além disso, o requerente deve ter idoneidade moral para merecer a proteção, autorizada por meio do "endosso". Mesmo se preenchidos esses requisitos, o Estado de nacionalidade do requerente tem completa discricionariedade na concessão do endosso, avaliando-o por meio de juízo de oportunidade e conveniência. De acordo com a Doutrina Drago, elaborada por ministro argentino no início do século XX, os Estados deveriam assumir o compromisso de absterem-se da concessão de endosse, dado que ele poderia levar a uma indevida intervenção nos assuntos internos de um Estado, por meio de um autoconcedido direito de extraterritorialidade. Essa doutrina foi rejeitada pela maior parte dos países e não evoluiu no sentido de transformar-se em norma internacional.

As doutrinas Tobar e Estrada, por sua vez, referem-se ao reconhecimento de governo imposto por meio de revolução ou no contexto de perturbação de regras constitucionais para a instalação de governos. De acordo com a Doutrina Tobar (1907), não se deve reconhecer governos ilegítimos, impostos pela força, em descumprimento do ordenamento jurídico estatal. A Doutrina Estrada (1933), por outro lado, baseia-se no fato de que não compete aos Estados avaliar a legitimidade ou a ilegalidade do governo de outro Estado, porquanto a organização política interna é de competência exclusiva daquele país cujo governo foi deposto. Atualmente, a Doutrina Tobar, que muito se assemelha à teoria do poder constitutivo do reconhecimento de Estado, está em desuso. Hoje, as teorias sobre reconhecimento de governo evoluíram no sentido de que aceitem os governos cuja legitimidade advém de bases internas, do apoio da maioria da população nacional, e de bases internacionais (de menor relevância), referente aos respeito dos compromissos assumidos pelo governo anterior. De acordo com o princípio do estoppel, o governo atual não pode agir no sentido de contrariar o comportamento anterior do Estado. Nesse contexto, tem-se tornado comum esperar as eleições nacionais que confirmem ou que rejeitem o governo e a nova ordem instalados, para que se proceda ao reconhecimento. Uma vez reconhecido, por ato unilateral, o ato é irrevogável, além de retroativo.

O ponto de semelhança entre as doutrinas Drago, Tobar e Estrada encontra-se no tema da não intervenção em assuntos internos de um país, que muito evoluiu a partir desses debates doutrinários. Atualmente, o artigo 2.7 da Carta da ONU estipula o dever de não intervenção, fundamentado na igualdade soberana dos Estados, mas não desvenda, de maneira explícita, quais são os conteúdos materiais desse dever, nem os casos em que a intervenção

ilegítima se configura. No caso das Atividades Militares e Paramilitares na Nicarágua, no âmbito da Corte Internacional de Justiça (CIJ), decidiu-se que é uma intervenção indevida aquela que procura alterar o sistema político, jurídico ou os quadros institucionais de um país, particularmente por meio da força. É claro que o reconhecimento de governo não necessariamente passará por uma intervenção militar com propósito político, mas, de qualquer forma, a jurisprudência da CIJ revela limites sobre o que pode ser considerado assunto de competência interna exclusiva do Estado. Nesse sentido, a Doutrina Estrada está mais próxima do entendimento atual sobre reconhecimento de governo, ainda mais se a ela forem adicionadas a preocupação com a aquiescência interna e com o respeito dos direitos humanos, elementos caros ao Direito Internacional contemporâneo.

O debate em torno das doutrinas Drago, Tobar e Estrada contribuiu para que o conceito de não intervenção em assuntos internos adquirisse maior grau de jurisdicidade e para que se desfizessem, pelo menos em parte, as forças políticas envolvidas com os institutos do reconhecimento de governo e da proteção diplomática. Atualmente, ambos ganharam contornos rule-oriented, estando seus conceitos mais adensados juridicamente.

VICTOR CAMPOS CIRNE (30/30)

As doutrinas Drago, Tobar e Estrada foram fundamentais para o desenvolvimento de uma prática jurídica de reconhecimento de governo, especialmente no âmbito do Direito Internacional praticado na América Latina, o Direito Interamericano ou direito regional, mas também no âmbito do Direito Internacional Geral (DI). A necessidade de se reconhecer um novo governo, de forma expressa, foi sendo gradualmente entendida não mais como uma maneira de legitimação de novos regimes, e sim como uma possibilidade de intervenção, segundo o avanço dessas doutrinas.

As práticas estabelecidas pela doutrina Drago e pela doutrina Tobar são similares, tendo sido constituídas em um contexto temporal, histórico, local e jurídico comum, no início do século XX. Ambas as doutrinas afirmam que a mudança de regime, com a ascensão de novos grupos ao poder, trazendo novos marcos institucionais e constitucionais, só deveria ser reconhecida por outros Estados após a identificação de alguns critérios. De forma geral, pode-se entender que governos ilegítimos ou que tomaram o poder por meio da força não deveriam ser reconhecidos. Nesse sentido, as doutrinas consagram uma prática ativa de reconhecimento de governo, na qual os outros Estados, efetivamente, analisam e tomam posições em relação à legitimidade do novo governo.

Essa posição deve ser compreendida sob a perspectiva da América Latina, à época de afirmação desses preceitos. Desde as independências no século XIX, a região tem apresentado grande instabilidade política, caracterizada nos diversos "coups d'État" protagonizados. A análise da legitimidade necessária para o reconhecimento seria um incentivo à estabilidade institucional. A importância do reconhecimento de governo no período anterior à Carta de São Francisco pode ser exemplificada nos esforços da diplomacia brasileira em ter seu governo reconhecido, quando das mudanças de 1889 e 1930. A doutrina Estrada, desenvolvida pela chancelaria mexicana no período posterior à Organização das Nações Unidas (ONU), tem uma posição muito diferente das doutrinas Drago e Tobar. Para essa perspectiva, a ascensão de um novo governo não demandaria o reconhecimento expresso desse governo por Estados terceiros. A questão da instalação de um novo regime seria um assunto de interesse estritamente interno, não cabendo a outras soberanias tomar posição sobre a legitimidade desse regime. A prática consagrada na doutrina Estrada mitiga o instituto do reconhecimento de governo, adotando uma prática passiva sobre esse mecanismo.

Esse pensamento é resultante de um novo contexto na América Latina e no DI após a criação da ONU. Apesar da continuidade de alguns golpes, a institucionalidade e a cooperação no continente estão mais asseguradas, inclusive com a constituição da Organização dos Estados Americanos. A negação do método de reconhecimento expresso de governo implica uma preocupação maior com a possibilidade do uso desse instrumento para se influenciar o processo político interno. A doutrina Estrada seria, então, uma forma de afirmação do princípio de não intervenção.

Em um momento onde o DI era caracterizado como um direito de coexistência entre os Estados, as doutrinas Drago e Tobar foram exemplos de um esforço de estabelecimento de formas de cooperação, com o objetivo de promover a estabilidade política e jurídica em uma zona conturbada. A noção de legitimidade foi, posteriormente, assumida pela Carta da ONU, segundo o princípio de autodeterminação dos povos. No âmbito regional, a promoção da estabilidade se configura como preceito fundamental, demarcada nos compromissos democráti-

cos realizados na OEA e no Protocolo de Ushuaia do Mercosul, acionado recentemente no caso do Paraguai.

A doutrina Estrada, por outro lado, cimentou a necessidade de garantia da soberania em um cenário no qual o adensamento das relações políticas, sociais e jurídicas entre os povos é cada vez maior. A doutrina internacional moderna e a prática dos Estados reconhecem, majoritariamente, a caducidade jurídica do instrumento de reconhecimento de governo expresso. As práticas recentes de mitigação da soberania estatal frente à comunidade internacional exigem a garantia da não intervenção.

A afirmação e a evolução das visões latino-americanas sobre o reconhecimento de governo incentivou a ideia de um Direito Interamericano, consubstanciado hodiernamente na OEA, no costume do asilo político e na jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Adicionalmente, influenciou na evolução do DI no âmbito geral, fortalecendo os princípios da legitimidade, da autodeterminação dos povos e da cooperação, em primeiro momento e, posteriormente, na percepção da ausência de necessidade de um instrumento que possa ser usado de forma intervencionista.

VISMAR RAVAGNANI DUARTE SILVA (30/30)

As doutrinas que se tornaram notáveis pelo nome de seus autores têm um papel de destaque na formação do Direito Internacional. Tendo em vista a descentralização da produção de normas no direito das gentes, assim como a relevância da doutrina dos juristas mais qualificados como meio auxiliar para compreensão dessas normas, tais doutrinas são, muitas vezes, base para justificativa jurídica da atuação dos Estados. Exemplos disso podem ser encontrados nas doutrinas Drago, Tobar e Estrada, as quais tiveram repercussão e influência significativas no contexto histórico em que foram formuladas e ainda têm importância crucial no DI contemporâneo, refletindo-se no posicionamento de diversos países quanto ao conteúdo que definem, como é o caso do Brasil.

A doutrina Drago foi elaborada no início do século XX, no contexto da atuação coercitiva da Grã-Bretanha devido ao não pagamento de dívidas que a Venezuela tinha junto a esse país. Na época, surgiu o questionamento a respeito de se tal atitude britânica, consubstanciada mediante posicionamento de canhoneira e de ameaça militar, seria ou não compatível com a Doutrina Monroe, que visava a resguardar as Américas do imperialismo e da intervenção europeia. Com base em tal controvérsia jurídica, o chanceler argentino defendeu a ilegalidade da atuação militar britânica. Segundo ele, a cobrança de dívidas não poderia ensejar ameaça de uso da força, intervenção armada ou qualquer violação da soberania territorial. Tal doutrina foi rechaçada pelos Estados Unidos e também, na época, pelo Brasil, o qual alegou que países que cumprissem seus compromissos não deveriam temer intervenção.

A importância da doutrina Drago para o desenvolvimento do direito das gentes reside no fato de que ela questionou, de maneira inovadora, a ação militar como meio de solução de controvérsias comerciais. No DI contemporâneo, é natural que não deve haver ameaça militar em tais casos; na época, no entanto, o pensamento vigente era diverso, razão pela qual essa doutrina representou avanço. Com efeito, ela se incorporou de tal forma ao atual direito das gentes (costume internacional e Carta da ONU), que muitas vezes não se dá conta de que esse avanço foi iniciado por tal doutrina.

As doutrinas Tobar e Estrada referem0se a concepções distintas sobre a questão jurídica relacionada ao reconhecimento de governo, motivo pelo qual foram de importância crucial no contexto da instabilidade política de vários países ao longo do século XX. Segundo a doutrina Estrada, a mudança de governo não deve ensejar a necessidade de reconhecimento por parte de outros Estados. A base das relações diplomáticas se daria entre Estados, e por esse motivo uma nova conformação interna de cada país não influenciaria o reconhecimento já atribuído ao Estado em questão quando do início das relações diplomáticas.

A doutrina Tobar expressa entendimento oposto. Ocorrendo ruptura da ordem interna, com a quebra da continuidade institucional política, notadamente por meio de revolução ou golpe, haveria a necessidade de que os demais Estados expressassem seu reconhecimento ou não. Há, nesse sentido, vinculação entre a preocupação com a democracia no plano interno e a normalidade das relações jurídicas interestatais.

As doutrinas Tobar e Estrada se refletem no atual Direito Internacional, estando ambas presentes na atuação dos Estados. A doutrina Estrada é constantemente invocada pelo Executivo brasileiro, o qual afirma reconhecer Estados, mas não governos. De forma dialética, a doutrina Tobar também se faz presente no cenário mundial, o que ficou claro, por exemplo, no tratamento das revoluções árabes, em cujo contexto vários Estados demonstraram agir de

acordo com tal doutrina, reconhecendo os governos revolucionários. No âmbito do MERCOSUL, houve, de certa forma, atuação de acordo com a doutrina Tobar no recente caso de ruptura da ordem democrática no Paraguai.

No que concerne aos efeitos duradouros das doutrinas Drago, Tobar e Estrada, identifica-se contribuição significativa para a afirmação mais contundente de princípios como não intervenção, soberania, proibição do uso da força (Drago). A doutrina Estrada contribuiu para o reforço da não intervenção e da autodeterminação, enquanto a doutrina Tobar pode ser identificada com a ênfase na promoção de princípios democráticos nos planos mundial e regional. Atualmente, o conteúdo de todas essas doutrinas se encontra incorporado no direito das gentes, embasando juridicamente as relações internacionais.

MENOR NOTA (15/30)

A doutrina é fonte do Direito Internacional (DI), consagrada como tal no artigo 38 do estatuto da Corte Internacional de Justiça. Uma vez que o DI é um campo em constante construção, cabe à doutrina o papel de auxiliar no desenvolvimento do direito das gentes, por meio do esclarecimento de pontos controversos e da elaboração de conceitos que podem guiar as relações entre os sujeitos do DI. Nesse diapasão, autores como Drago, Tobar e Estrada criaram doutrinas que fortaleceram ramos do DI. O candidato reconhece desconhecer o teor das doutrinas Tobar e Estrada, e, por isso, analisará com maior profundidade a Doutrina Drago e oura importante doutrina que influenciou o Direito Internacional: a doutrina Betancourt.

A doutrina Drago surgiu no início do século XX, quando potências europeias ameaçaram utilizar a força para cobrar uma dívida venezuelana. Era um período de receio dos ímpetos imperialistas europeus, o que ensejou a criação da doutrina por parte do argentino Drago. O político condenava a ameaça e o uso da força na tentativa de garantir o cumprimento dos acordos, afirmando que esse tipo de ação deveria ser rechaçado e condenado pelos demais países sul-americanos. O Brasil mostrou-se reticente em aceitar a proposta argentina, uma vez que acreditava que os compromissos assumidos pelos Estados deveriam ser cumpridos.

Mais de um século após a formulação da Doutrina Drago, pode-se afirmar que muitos de seus preceitos foram adaptados à medida que o DI se desenvolveu. Atualmente, a ameaça ou uso de força para a cobrança de dívidas seria mecanismo impensável no contexto internacional, visto que foram elaboradas diversas maneiras de promover a solução pacífica de controvérsias. De fato, o uso da força tornou-se limitado a situações de legítima defesa ou quando autorizado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, conforme dispõe a Carta de São Francisco. Essas medidas só podem ser invocadas quando mecanismos de solução pacífica forem (ou mostrarem que seriam) ineficazes. Ademais, fortaleceu-se também o princípio de não intervenção externa em assuntos internos, preceito que está presente na Carta de São Francisco e em muitas Constituições nacionais, como a brasileira. Embora a existência de uma dívida constitua tema relevante a mais de um Estado, não há, no DI, instituto que justifique a adoção de posturas que permitam a um Estado imiscuir-se no adensamento político de outro. Deve haver respeito à soberania interna de cada país, de forma que eventuais controvérsias devem ser solucionadas conforme as diretrizes do DI.

Pode-se ainda ressaltar que a doutrina Drago auxiliou a consolidar a noção de proibição à coerção militar. É significativo, por exemplo, que a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969, afirma que esse tipo de coerção é motivo suficiente para que um acordo internacional seja considerado nulo. Esse princípio se mostra presente, também, no ordenamento jurídico interno brasileiro, o que indica influência direta da doutrina Drago sobre preceitos que regem os direitos interno e internacional até hoje.

Em relação à doutrina Betancourt, trata-se da ideia de não reconhecimento de governos que chegaram ao poder por meio de golpes, o que incitou a Venezuela a romper relações diplomáticas com o Brasil e outros países sul-americanos quando dos golpes militares dos anos 1960. Embora o rompimento tenha ocorrido de maneira breve, a doutrina Betancourt indicou já nos anos 1960 a relevância da democracia para garantir a legitimidade de um governo. Esse ideal se fortaleceu sobremaneira com o passar das décadas. É significativo, por exemplo, que, nos anos 1960, não houve qualquer suspensão dos Estados com governos golpistas na OEA. Contudo, o golpe que derrubou Manuel Zelaya em Honduras ensejou prontamente a suspen-

são do país do bloco. De maneira similar, a não observância do regime democrático no Paraguai originou sua suspensão do Mercosul e da UNASUL, o que comprova a influência da doutrina Betancourt no atual contexto internacional, no qual há grande valorização da democracia.

As doutrinas são fruto de determinado contexto histórico, mas os preceitos por elas afirmados podem auxiliar no desenvolvimento do DI por décadas. Assim como as demais fontes do DI, as doutrinas favorecem o esclarecimento e o fortalecimento do direito das gentes.

QUESTÃO 3

Discorra sobre a possibilidade de um brasileiro, que esteja no território nacional, ser processado e julgado por crime praticado no exterior, à luz das garantias fundamentais estabelecidas na Constituição Federal e dos princípios que regem a cooperação jurídica internacional em matéria penal.

Extensão do texto: máximo de 40 linhas
[valor: 20 pontos]

PEDRO MEIRELLES REIS SOTERO DE MENEZES (19/20)

Estabelece a Constituição Federal que não haverá extradição de nacional brasileiro. Dada esta restrição básica, deve-se analizar como se dá o julgamento de brasileiro por crime cometido no exterior tanto nos casos mais simples ou usuais quanto naqueles que comportam algum tipo de peculiaridade ou exceção distintiva.

Via de regra, brasileiro que se encontra em território pátrio que tenha cometido crime no estrangeiro será julgado pela justiça pátria, reconhecendo-se que o caso o crime cometido não seja considerado como tal pelas normas nacionais (crime político, por exemplo) não há de se promover ação penal alguma. A lei aplicável, seja nos aspectos materiais ou formais, será a brasileira e se dará aqui o cumprimento de eventual sentença.

Há, no entanto, casos específicos que fogem a esta regra, como no caso de brasileiro naturalizado procurado por judiciário estrangeiro por crime cometido antes do processo de naturalização. Neste caso abre-se possibilidade de extradição, visando-se evitar que a naturalização sirva de proteção contra procedimento penal estrangeiro.

Há, também, exceção aberta para crime de tráfico de drogas: brasileiro naturalizado que o tenha praticado no exterior não goza de imunidade à extradição.

O julgamento em território pátrio de crime cometido em outro Estado não implica em abandono dos princípios e práticas da cooperação jurídica internacional em matéria penal. De fato, ele implica grande necessidade de cooperação visto que diversos atos processuais essenciais terão que se efetivar por meio de carta rogatória, como a penhora de bens ou a colheita de provas. Apenas por meio de laços estreitos com o judiciário estrangeiro conseguirá a justiça pátria reger o processo de forma plena.

Assim, a vedação à extradição de brasileiro (mitigada nos casos acima descritos) não implica em abandono da solidariedade e cooperação entre Estados e seus aparatos judiciários, mas representa uma defesa de prerrogativas de soberania nacional inteiramente compatível com a manutenção destes princípios.

RAFAEL BRAGA VELOSO PACHECO (19/20)

Os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República de 1988 repercutem na cooperação jurídica internacional em matéria penal desenvolvida pelo Brasil, da qual a extradição é exemplo. Nesse contexto, para que nacional brasileiro, que esteja no território nacional, possa ser processado e julgado alhures, há que se observar a situação concreta com cautela.

Em primeiro lugar, à luz dos direitos e deveres individuais e coletivos do art. 5º da CF/88, deve ser verificado se o brasileiro em questão é nato ou naturalizado. Caso seja nato, o princípio do art. 4º, IX, da CF/88, que valoriza a cooperação entre os Estados, restará obstado pelo proibitivo constitucional do art. 5º, LI, que veda a extradição passiva de nacional brasileiro nato ao Estado requerente. É necessário esclarecer, entretanto, que a não extradição, nesse caso, não significa impunidade: o Estado requerente poderá solicitar ao Brasil a persecução criminal do nacional brasileiro perante tribunais pátrios, o que comumente está previsto nos Tratados de Extradição de que o Estado brasileiro é parte, bem assim é permitido pelas regras da extraterritorialidade do Código Penal nacional (art. 7º).

Caso, entretanto, a pessoa foragida seja um brasileiro naturalizado, ela poderá ser extraditada ao Estado requerente, desde que o crime comum tenha sido cometido antes da naturalização ou haja comprovado envolvimento com o tráfico ilícito de entorpecentes ou drogas afins (art. 5º, LI, da CF/88). A possibilidade de efetivação da medida compulsória, após deferimento do pedido pelo STF (art. 102, I, g, da CF/88 e competência originária para julgar pedidos de extradição, por meio do sistema belga-holandês do contencioso limitado, que verifica somente aspectos formal-jurídicos do pleito), deverá respeitar os princípios que regem a cooperação jurídica internacional em matéria de extradição, tais como: fundamentação do pedido com base em Tratado ou princípio de reciprocidade de tratamento para casos análogos; houver a dupla tipicidade; pena privativa de liberdade cominada maior que 1 ano; o crime não ser considerado político; proibição de que o extraditando responda perante Tribunal de Exceção; não houver ocorrido a prescrição, segundo a Lei de qualquer dos Estados; o Brasil não for competente, segundo suas leis, para julgar o crime; e proibição de que o extraditando esteja a responder a processo ou houver sido condenado ou absolvido no Brasil pelo mesmo fato em que se fundar o pedido.

O crime organizado internacional vem sendo fortemente combatido pelos Estados, sendo exemplo a Convenção de Palermo, da qual o Brasil é parte e que prevê o instituto da extradição como forma de lutar contra a criminalidade organizada transnacional (art. 16). No caso apresentado, há que se verificar a real situação, esclarecendo que, pela interpretação da CF/88 e dos princípios da cooperação jurídica internacional aplicáveis, a não extradição não significa impunidade.

VISMAR RAVAGNANI DUARTE SILVA (19/20)

A Constituição Federal brasileira proíbe a extradição de brasileiro, havendo apenas duas exceções quanto ao naturalizado (crime comum anterior à naturalização ou tráfico de entorpecentes). Em caso de nacional que tenha cometido crime no estrangeiro, como evitar a impunidade, tendo em vista a necessidade de respeito a tal garantia? Haveria, nesse caso, a possibilidade de julgá-lo no Brasil, com base na lei brasileira. Em tal situação, no entanto, devido ao fato de o crime ter ocorrido fora do território nacional, são necessárias considerações a respeito de possibilidades de cooperação internacional em matéria penal.

No que tange ao embasamento jurídico para julgamento de tais casos, há que considerar as hipóteses reconhecidas pelo costume internacional para existência de jurisdição. Se, em regra, o vínculo estabelecido é o territorial (Estado onde ocorreu o crime tem jurisdição sobre ele), há também a hipóteses de vínculo nacional. De acordo com esta última, caso um brasileiro que tenha cometido crime no exterior se encontre no Brasil, o Judiciário brasileiro poderá exercer sua jurisdição.

A fase de instrução processual deverá beneficiar-se de mecanismos de cooperação internacional, tendo em vista a necessidade de obtenção de provas e oitiva de testemunhas no país estrangeiro em questão, por exemplo. Isso se dá, em regra, por comunicação judiciária via cartas rogatórias endereçadas às autoridades competentes do Estado em questão. Para a efetividade de tais cartas, é necessário o cumprimento de requisitos internos que variam conforme o país. Eventualmente, há a necessidade de envio de cartas rogatórias de caráter executório, para quebra de sigilo, por exemplo. Nesse caso, frequentemente os Estados opõem vários obstáculos, como era o caso do Brasil antes da transferência da competência para concessão de “exequatur” ao STJ, cuja Res. 9/2005 possibilitou conceder “exequatur” a cartas rogatórias de caráter executório. Terminada a instrução processual, permanece possível a utilização de cartas rogatórias para, por exemplo, promover o bloqueio de bens no exterior.

O julgamento de brasileiro que tenha cometido crime do exterior deve observar a lei brasileira, especialmente quanto à caracterização do ilícito no Brasil como crime – tipificação, responsabilidade penal (maioridade) e cominação da pena. Sobretudo, as garantias constitucionais devem ser respeitadas, independentemente da lei vigente no estrangeiro, razão pela qual não haverá pena cruel, de banimento, perpétua ou de morte (salvo, neste último caso, em crime militar durante guerra declarada). Em caso específico – crime de competência do TPI – o brasileiro poderá ser entregue a tal tribunal para julgamento, com base no art. 5º § 4º da CF/88.

Tendo em vista a essencialidade da cooperação internacional em matéria penal para o curso normal de processos na justiça brasileira envolvendo crime cometido no exterior, é necessária a ampliação dos mecanismos que viabilizam tal cooperação, assim como a contribuição nacional em analisar e conceder “exequatur” a cartas rogatórias recebidas, forma de estimular atuação correspondente de outros países, embora a reciprocidade não seja requisito jurídico. A cooperação entre as autoridades policiais (existente em grau mais avançado no MERCOSUL, por exemplo), se intensificada, contribuirá decisivamente para um melhor combate ao crime.

MENOR NOTA (5/20)

A possibilidade de um brasileiro, presente em território nacional, ser processado e julgado por crime praticado no exterior requer uma série de ponderações baseadas na lei pátria e nos princípios de cooperação jurídica internacional.

Primeiramente, há que se afastar a possibilidade de o nacional ter exercido, no país onde é acusado, função diplomática (representação política), situação em que estaria imune a toda e qualquer acusação de cunho criminal.

Isto dito, passa-se à análise da forma como foi adquirida a nacionalidade pelo indivíduo. Caso seja brasileiro nato (nascido em território pátrio, nascido no exterior e filho de funcionário brasileiro a serviço da República ou filho de brasileiro que obteve a cidadania originária ao retornar ao Brasil), o indivíduo não poderá, sob nenhuma hipótese, ser extraditado a pedido da justiça do país onde é acusado. Ainda no tocante a brasileiros natos, caso o indivíduo tenha obtido uma segunda nacionalidade quando esteve fora do Brasil, de acordo com a CF/88, perderá, com este fato, a nacionalidade brasileira, a não ser que o contraimento de nova nacionalidade fosse indispensável ao gozo de direitos fundamentais no país estrangeiro. De toda sorte, cabe ao Ministro da Justiça do Brasil pronunciar-se sobre a perda, de fato, da nacionalidade, o que permitiria abertura de processo de extradição.

No caso de o acusado ser brasileiro naturalizado, a Constituição Federal veda a extradição, a não ser em casos, a qualquer tempo, de crime de tráfico de drogas ou de crime cometido antes da naturalização.

Uma vez identificado o tratamento aplicável ao caso concreto, e dado que fosse procedente a abertura de procedimento de extradição, esse apenas poderá ser apreciado pelo Supremo Tribunal Federal, órgão do Judiciário responsável por analisar a existência dos requisitos que baseiam esse instrumento de cooperação internacional em matéria penal. Nesse tocante, cabe mencionar que a apreciação do STF basear-se-á em tratado bilateral sobre extradição sempre que haja tal instrumento. Na sua ausência, a extradição pode ser concedida mediante acordo de reciprocidade com o país demandante. Ainda, a análise da mais alta Corte do país deverá afastar qualquer relação entre o acusado com crimes políticos cometidos no país estrangeiro em questão, caso em que prevaleceria o princípio fundamental brasileiro de repúdio a condenações de cunho político, independentemente do cometimento de crimes comuns conexos.

Por fim, cabe mencionar que a extradição, caso autorizada pelo STF, apenas será levada a efeito caso haja consentimento do Presidente da República, uma vez que ele é o responsável pelas relações exteriores do país.

QUESTÃO 4

Considere a situação hipotética.

> Estrangeiro expulso do Brasil por ato do Ministro de Estado da Justiça, usando de competência delegada pelo Presidente da República, impetra *habeas corpus* para garantir sua permanência no território nacional, fundamentado nas seguintes alegações: a) a competência para resolver sobre a conveniência e a oportunidade da expulsão é exclusiva do Presidente da República, não podendo ser delegada; b) o estrangeiro está no Brasil há trinta anos, desde seus dez anos de idade, e não tem qualquer vínculo com seu Estado patrial; e c) o paciente vive há dois anos em comprovada união estável com brasileira naturalizada.

Com base nesta situação, analise, à visa dos elementos oferecidos, a possibilidade de êxito do pedido.

Extensão do texto: máximo de 40 linhas
[valor: 20 pontos]

CAIO GROTTONE TEIXEIRA DA MOTA (20/20)

O "habeas corpus" impetrado no caso em tela, garantia constitucional consubstanciada no artigo 5º da Constituição Federal (CF/88), elenca três principais alegações para que se efetive a expulsão, que consiste em ato discricionário do Poder Executivo, mas que deve respeitar os limites estabelecidos pelo artigo 12 da CF/88 e pela legislação infraconstitucional, como o Estatuto do Estrangeiro.

A temática da condição jurídica do estrangeiro envolve uma série de institutos. Tanto a deportação, que se pode efetivar a partir da ilegalidade da entrada ou da permanência de estrangeiro em território nacional, quanto a expulsão, decidida quando o estrangeiro representa risco à soberania nacional e à ordem pública, são atos discricionários, sujeitos à vontade política do agente responsável pela medida. A expulsão, graças à proibição da pena de banimento (artigo 5º da CF/88), não se estende aos nacionais (natos ou naturalizados). O estrangeiro, se tiver consolidado determinados laços afetivos com brasileiros, como ter um filho nacional, tampouco poderá ser expulso. Conforme se verificou no Caso Biggs, também está vedada a expulsão se ela configurar extradição dissimulada. A execução da expulsão ocorre, por regra, via decreto presidencial, em decisão discricionária do Presidente da República.

No caso proposto, a primeira alegação, relacionada ao fato de a expulsão ter sido decidida pelo Ministro da Justiça, não procede. Embora a expulsão caiba ao Presidente da República, ela pode ser delegada a tal Ministro. A segunda alegação, relacionada ao tempo de permanência do estrangeiro no país, tampouco procede. É possível que ele preencha os requisitos exigidos para a obtenção da nacionalidade derivada, mas, não o tendo feito, seus trinta anos de residência não configuram óbice à expulsão. A terceira alegação, por sua vez, aponta uma união estável de dois anos com brasileira naturalizada. Os fatos de ela ser naturalizada, e não nata, e de a união estável não ser casamento em nada importam, juridicamente, no que se refere à expulsão.

Nesse sentido, conclui-se que não há obstáculos jurídicos, no caso em tela, para que se efetive a ordem de expulsão. Entretanto, vale destacar que esse instituto se refere a uma decisão discricionária do Poder Executivo, que não se encontra obrigado a dar andamento ao procedimento, diferentemente do que ocorreria, por exemplo, em caso de tratado bilateral sobre extradição. Por essa razão, as alegações apresentadas no "habeas corpus", embora juridicamente inconsistentes, podem sensibilizar a opinião pública, de modo a pressionar as autoridades no sentido de decidir pela não expulsão. Essa possibilidade encontra fundamento constitucional no "caput" do artigo 1º da CF/88, que define o Brasil como estado democrático de direito.

JOÃO MARCELO COSTA MELO (20/20)

No Brasil, a expulsão de estrangeiro do país é ato de competência do presidente da República, destinado a afastar pessoa que represente ameaça à ordem pública nacional. Constitui elemento de consequências graves, que só poderá ser revertido em função de nova decisão presidencial. No caso em tela, as alegações apresentadas pelo estrangeiro em habeas corpus para garantir sua permanência em território nacional devem ser analisadas individualmente.

No que se refere ao fato de o paciente viver há dois anos em comprovada união estável com brasileira naturalizada, cabe afirmar que não constitui razão impeditiva para expulsão. Tal situação somente se observaria se o casamento, ou união estável reconhecida, tivesse duração superior a cinco anos. Ainda, seria elemento impeditivo a existência de filho cujo sustento dependesse do estrangeiro em questão. Cabe observar, ainda, que o impeditivo da comprovada união estável alegado pelo paciente será nulo em se tratando de crime internacional de tráfico de drogas.

Com relação à alegação do estrangeiro de que está há trinta anos no Brasil, desde os dez anos de idade, acrescido do fato de que não tem qualquer vínculo com seu Estado patrial, é imperioso notar, novamente, que tais elementos não obstam a expulsão. O período de residência no país não é impeditivo para a expulsão. Caberia verificar, contudo, a hipótese de o estrangeiro haver feito uso do seu direito de solicitar a naturalização, o que seria possível tanto em razão do seu período de residência no país como, também, em decorrência de ter comprovada união estável com brasileira naturalizada.

Por fim, no que se refere à alegação do estrangeiro de que a competência para resolver sobre a conveniência e a oportunidade da expulsão é exclusiva do presidente da República, não podendo ser delegada ao Ministro da Justiça, tal afirmação não se sustenta. Embora seja competência do presidente decidir sobre a expulsão do estrangeiro, tal ato poderá ser expedido pelo Ministro da Justiça mediante competência delegada pelo presidente.

Em conclusão, podemos observar que as normas que regem a condição do estrangeiro no Brasil estão em grande parte reunidas no Estatuto do Estrangeiro, que complementa e regulamenta o disposto na Constituição Federal. No caso em tela, os três elementos apresentados pelo estrangeiro não constituem razão impeditiva para a concessão de habeas corpus contra ato de expulsão.

VITOR AUGUSTO CARVALHO SALGADO DA CRUZ (20/20)

No Brasil, não existe o recurso ao banimento. Dessa forma, quando o Estado nacional necessita retirar um indivíduo que atente contra os interesses nacionais, opta-se pela expulsão, que constitui ato administrativo. O titular da prerrogativa da expulsão é o Presidente da República, no entanto, deve-se observar que o Ministro de Estado da Justiça pode receber a incumbência de emitir o ato que determina a consecução do processo de expurgo. Ademais, a expulsão será válida enquanto o decreto presidencial que estabelece a expulsão não for revogado. Adicionalmente, deve-se observar que a expulsão é ato discricionário e unilateral do Estado.

Considerando o exposto acima, pode-se prosseguir com a análise do caso apresentado. A competência para resolver sobre a conveniência da expulsão é do Presidente da República, no entanto, deve-se considerar que, uma vez decidida a expulsão, o Ministro da Justiça pode emitir ato que encaminha o processo. Assim, verifica-se que a alegação do estrangeiro é improcedente em relação ao questionamento da competência do Ministro da Justiça.

O fato de o demandante residir no Brasil há trinta anos tampouco impede o prosseguimento do processo, visto que nesse período ele não requisitou a naturalização, a qual, aparentemente, ele estaria habilitado a demandar conforme os termos do artigo 12 da Constituição Federal. Ademais, pode-se ressaltar que ele não precisa ser expulso para seu Estado natal, que, segundo sua alegação, não seria adequado devido à ausência de vínculos efetivos. Com efeito, o estrangeiro pode ser destinado a qualquer Estado que se disponha a recebê-lo. Dessa forma, verifica-se que a segunda alegação também não constitui impedimento ao prosseguimento do ato de expulsão.

No que concerne sua união estável, essa poderia ser um impedimento, na medida em que a legislação brasileira afirma que não se deve expulsar pessoas com filhos dependentes nem aquelas em união estável. No entanto, a legislação caracteriza união estável como os vínculos afetivos que têm duração igual ou superior a cinco anos. Como a alegação afirma que o vínculo é de apenas dois anos, esse não é fator de impedimento.

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que o pedido apresentado no caso em tela tem escassas chances de êxito, visto que as alegações do demandante não constituem qualquer impedimento para o prosseguimento do ato de expulsão. Nada impede, no entanto, que o estrangeiro impetre ação visando garantir seus direitos fundamentais garantidos pelo artigo 5 da CF. Entretanto, o habeas corpus não seria o instrumento mais adequado, visto que se destina aos indivíduos que tem sua circulação restringida.

MENOR NOTA (5/20)

Ao estrangeiro residente no Brasil, é garantida uma série de direitos e de obrigações. Assim, seus direitos fundamentais devem ser respeitados e protegidos; em contrapartida, ele deve preservar a ordem pública e os bons costumes, além de manter regular sua estadia no Brasil (pela aquisição de visto próprio para cada situação). A expulsão é ato administrativo, de competência do Presidente da República, nos casos em que o estrangeiro se torna fonte de perturbação da ordem e dos bons costumes nacionais. Uma vez expulso, o estrangeiro somente pode voltar ao Brasil se for revogado o decreto presidencial de expulsão, o que faz da expulsão ato de consequências mais sérias que o repatriamento ou a deportação, por exemplo.

No caso em tela, é certa a afirmação de que, por ser exclusiva, a competência do Presidente da República não pode ser delegada; a expulsão só pode ser feita sob decreto presidencial. Ainda que ao Ministério da Justiça caibam diversas competências no que tange a admissão ou não de estrangeiros no Brasil, ele não foi investido com o poder de expulsão. É certo que esse órgão é uma instância decisória (no contexto da Administração) a respeito dos fatos geradores da expulsão, mas a decisão final, como se disse, dependerá de juízo final do chefe de Estado, que decidirá segundo seus próprios critérios de oportunidade e conveniência.

Quanto à alegação “b”, não tem relevância jurídica a informação sobre a idade que o estrangeiro tinha quando veio ao Brasil; o que importa é saber por quanto tempo ele residiu neste país. De acordo com o artigo 12 da Constituição Federal, há duas formas de o estrangeiro naturalizar-se no Brasil. A primeira requer o preenchimento de condições como a residência ininterrupta por no mínimo quatro anos, a posse de visto permanente, o conhecimento da língua portuguesa e a inexistência de condenação penal, entre outros. Nesse caso, o estrangeiro pode requerer sua naturalização ao MJ e este pode decidir por conceder ou não, a seu juízo de preenchimento dos requisitos mencionados na Constituição e no Estatuto dos Estrangeiros (L. 6815/80). A segunda forma requer a residência no Brasil por 15 anos e a inexistência de condenação penal. Neste segundo caso, o MJ está vinculado a conceder a naturalização. No caso em análise, tendo vivido por trinta anos no Brasil, é provável que o estrangeiro tenha direito a naturalizar-se, sobretudo se não houver decisão tramitada em julgado sobre alguma condenação de natureza penal.

Por fim, quanto à alegação “c”, a existência de união estável com brasileira naturalizada por dois anos não seria impedimento para a expulsão, a não ser que houvesse comprovada dependência financeira da mulher e dos filhos (o que a questão não menciona, mas que reforçaria o impedimento da expulsão) em relação ao estrangeiro. Nesse caso, o Direito brasileiro tenderia a proteger a segurança financeira da família, assim como faz, por exemplo, quanto torna impenhorável o chamado “bem de família” (nos termos do Código Civil).

Com base na análise das alegações feitas por meio de habeas corpus (ação cabível, a propósito, se o estrangeiro já estiver preso), é muito provável que o juiz responsável pela ação anule o ato do Ministério da Justiça que estipulou a expulsão. Seus motivos seriam, de um lado, a impropriedade formal do mandato de expulsão (tendo o MJ agido além de suas competências); por outro, o direito adquirido do estrangeiro à naturalização, conforme a Constituição Federal e a impossibilidade de, naturalizado, o brasileiro não poder ser expulso do território nacional.

ECONOMIA

QUESTÃO 1

Considere o seguinte texto de Paul Krugman, divulgado em 15/10/2010.

> "Os representantes do governo americano costumavam dar lições aos outros países a respeito dos problemas econômicos que estes enfrentavam, dizendo-lhes que precisavam emular o modelo dos Estados Unidos. A crise financeira asiática do fim da década de 90, em particular, levou os satisfeitos americanos a distribuir muitas lições de moral. Assim, em 2000, o então secretário do Tesouro dos EUA, Lawrence Summers, declarou que as chaves para se evitar uma crise financeira eram "bancos adequadamente capitalizados e supervisionados, códigos de falência sólidos, governança corporativa efetiva e meios críveis de fazer cumprir os contratos". Por implicação, estas eram características que nós apresentávamos, mas que faltavam aos asiáticos. Na verdade, nós não correspondíamos a esta descrição. Os escândalos contábeis da Enron e da WorldCom derrubaram o mito da governança corporativa efetiva. Atualmente, a ideia de que nossos bancos eram adequadamente capitalizados e supervisionados soa como uma piada de péssimo gosto. E agora a bagunça das hipotecas está transformando em falácia a sugestão de que dispomos de meios críveis de fazer cumprir os contratos – na verdade, cabe perguntar se nossa economia está sujeita a algum tipo de código de leis."

Considerando o texto apresentado, responda, de forma fundamentada, os seguintes questionamentos:

- **de que modo as crises financeiras da década de 1990 (México, Ásia, Rússia e Brasil) resultaram na revisão do "Congresso de Washington" e no surgimento de uma "liderança compartilhada" na governança da ordem econômica mundial?**
- **qual tem sido, desde então, a participação do Brasil nesses processos de revisão e de construção de uma nova liderança?**

Extensão do texto: máximo de 60 linhas
[valor: 30 pontos]

GUILHERME ESMANHOTTO (30/30)

O processo de participação do Brasil na elaboração de uma ordem econômica internacional nova tem sido crescente. Esse processo ganhou momento a partir das crises conjuntas dos emergentes na década de 1990, que demonstraram a insuficiência dos consensos de Washington e de suas medidas para a promoção da estabilidade econômica duradoura e do desenvolvimento econômico sustentado. A crise financeira recente corrobora a necessidade de reforma da governança econômica global, o que reforça o papel do Brasil nos foros econômicos internacionais.

Em um cenário de inflação descontrolada e dívidas crescentes na década de 1980, países na América Latina necessitavam de uma solução econômica urgente. O modelo de substituição de importações, adotado por estes países em consonância com as recomendações cepalinas, contrastava-se crescentemente com o modelo liberal induzido pelo Estado abraçado pelos tigres asiáticos. Nesse sentido, e em um contexto de prevalência das ideias econômicas liberais, tais países latino-americanos adotaram uma série de medidas econômicas condicionantes do refinanciamento de suas dívidas. Essas medidas incluíam liberalização comercial e financeiras, políticas fiscal e monetária contracionistas, entre outras, naquilo que se resumiu, posteriormente, em "Consenso de Washington".

A afoção desse modelo não veio, entretanto, livre de senões. No sentido de manejar a inflação, muitos países associaram à liberalização comercial taxas mais ou menos fixas de câmbio (taxa fixa no México, livre conversibilidade na Argentina, âncora cambial no Brasil). Isso gerou um padrão vicioso do balanço de pagamentos: os déficits em conta corrente, expandidos vertiginosamente, dependiam da entrada de divisas via conta capital e financeira para saneamento das contas externas. Em 1994, a crise mexicana demonstrava a vulnerabilidade desses países às oscilações de expectativas do mercado mundial. A crise russa posterior e a crise brasileira confirmaram a fragilidade dos países emergentes aos fluxos financeiros internacionais. Os países asiáticos, que adotaram pioneiramente o modelo, não deixaram de apresentar os mesmos vícios de seus pares: crises de confiança levaram a fugas massivas de capitais que imediatamente impunham desequilíbrios ao balanço de pagamentos, afetando a capacidade de crescimento desses países. Fazia-se necessário, assim, rever as recomendações do Consenso de Washington.

Nesse contexto, em 1999, iniciaram-se as primeiras medidas de construção de uma liderança compartilhada, Nesse ano, cria-se o G-20, a partir de experiências prévias de participação de um ou mais emergentes no âmbito do G-8. Prevalecem, nesse momento, como destaca Paul Krugman, as recomendações dos países desenvolvidos. Afinal, em um cenário de fragilidade dos emergentes, percebia-se, por muitos, a oportunidade para avançar ainda mais as medidas de liberalização que haviam gerado, em última instância, as crises da década de 1990.

O aumento da importância dos emergentes para a economia mundial e a eclosão da crise econômica de 2009 reverteu essa balança. Elevando o peso de países em desenvolvimento nos órgãos econômicos internacionais. Os BRICS respondem atualmente, por exemplo, por 50% do crescimento mundial, e quase 20% do PIB mundial. Esse fato, somado à fragilização dos países centrais causada pela recente crise, levou à elevação do G-20 a nível de cúpula, em 2008, e a uma atenção maior às propostas de países como o Brasil.

O Brasil tem contribuído com o avanço da reforma dos órgãos econômicos internacionais. Apoiou as mais recentes reformas do FMI, órgão do que é atualmente credor e cotista "top ten". No tocante ao G-20, há grande ênfase à necessidade de adotar políticas fiscais menos austeras na zona Euro, no sentido de acelerar a retomada do crescimento. Além disso, seu governo enfatiza a necessidade, central na economia atual, de rever as regulações de Basileia, dotando-as de maior capacidade (contemplando nelas, por exemplo, as instituições que hoje são protegidas pelo "shadow banking".)

As crises da década de 1990 demonstraram, portanto, a incapacidade de uma ordem econômica verticalizada, em que poucos países formulem recomendações econômicas genéricas. A partir disso, o Brasil vem defendendo a revisão dos atuais órgãos econômicos internacionais, no sentido de adequar suas agendas e diretrizes aos interesses econômicos nacionais.

LAÍS LOREDO GAMA TAMANINI (30/30)

O irromper da crise financeira em 2008 abalara a credibilidade dos construtos conceituais que balizavam o Consenso de Washington. Ao contrário das crises financeiras em países emergentes, na década de 1990, a presente crise nascera no âmago dos países centrais e expusera as fragilidades intersticiais tanto dos modelos de regulação pregados quanto da configuração da governança da ordem econômica mundial, a qual privilegiava arranjos entre países centrais. No intuito de articular uma saída concertada para a crise, tornou-se inevitável a constatação do novo equilíbrio de forças da economia internacional e da necessidade de incorporação dos países emergentes no ônus da administração da ordem financeira global.

Na esteira das recomendações de liberalismo econômico apregoadas pelo Consenso de Washington na década de 1980, diversos países em desenvolvimento promoveram expressivas reformas no sentido de maior abertura comercial e livre mobilidade de capitais. Isso torná-los-ia particularmente suscetíveis a ataques especulativos e crises no balanço de pagamentos, como sucedera no México, Sudeste Asiático, Rússia, Brasil e Argentina. Os empréstimos de regulação do BP efetuados pelo Fundo Monetário Internacional eram acompanhados de condicionalidades que aprofundavam as políticas fiscais e monetárias ortodoxas, com efeitos sobre a retração do crescimento econômico. Nesse contexto, seria criado o G20 Financeiro (1999), inicialmente uma reunião de ministros da Economia, cuja agenda programática refletia tons neoliberais.

Com o advento da crise financeira em 2008, tornou-se patente o anacronismo dos esquemas de governança global vigentes, cujas estruturas e diretrizes refletiam a ordem erigida em Bretton Woods. A crescente diluição do poder econômico entre uma multiplicidade de atores, o que caracterizaria um mundo cada vez mais multipolar, tornava o recurso a negociações no âmbito do G8 não só ilegítimas como também ineficazes. A solução inexorável e que passou a ser crescentemente aventada por países emergentes, dentre os quais o Brasil, era a necessidade de construção de uma liderança compartilhada da governança econômica global, razão pela qual o G20F se tornaria o fórum por excelência, agora em nível presidencial, para promoção da reforma das instituições financeiras internacionais.

O Brasil seria, nesse sentido, um dos grandes articuladores dessa reforma, atuando, de forma propositiva, no sentido de compatibilizar as estruturas de governança existentes a um cenário em que os países em desenvolvimento têm maior proeminência. Uma primeira iniciativa fora a proposta de reforma das cotas do FMI, as quais não refletem o peso econômico-financeiro dos países emergentes na atualidade. A partir da atuação do G20F, 6% das cotas foram transferidas dos países centrais para os países emergentes, tendo o Brasil passado ocupar a lista das dez maiores cotas. Além disso, flexibilizou-se a regra informal que impunha a eleição de um europeu para chefia do FMI e de um americano para o do Banco Mundial. A atuação dos emergentes seria igualmente importante para a recapitalização do FMI, sendo hoje o Brasil detentor de títulos da dívida do fundo, após quitar todos os seus débitos com o organismo.

A maior participação dos países emergentes na gestão da ordem financeira internacional seria igualmente importante para a mudança do acervo de prescrições normativas das instituições de Bretton Woods. Ao contrário dos remédios ortodoxos, o Brasil defende que medidas de austeridade fiscal e monetária não se configuram como saídas acertadas para a crise, além de espalharem a recessão pelo mundo. O que esse novo cenário indica, acima de tudo, é que os novos esquemas de governança global tenderão, crescentemente, a abarcar

uma multiplicidade de novas vozes, contrariando a adoção de soluções top-down, como outrora.

LUIZ HENRIQUE ELLER QUADROS (30/30)

O chamado Consenso de Washington, que ganhou proeminência durante a década de 1990, consistia em um conjunto de medidas econômicas preconizado por economistas dos países do centro do capitalismo como solução para os problemas crônicos de países em desenvolvimento. Essa foi a rationale adotada por governos que se viram obrigados a recorrer a ajuda externa para resolver crises de Balanço de Pagamentos, de que são exemplos Brasil e México. Dentre as principais medidas exigidas como contrapartida aos empréstimos, destacavam-se esforços de ajuste fiscal e aperto monetário, por meio da consecução de superávits primários, de vendas de ativos estatais e de adoção de câmbio flutuante acoplada a operações de esterilização que controlassem a quantidade de moeda.

Tal receituário, no entanto, enfrentou sérias limitações quando aplicado na prática, e as crises financeiras da década de 1990 levaram a uma revisão do modelo e a uma democratização na governança econômica global. O primeiro grande choque dessa década foi a crise mexicana de 1994. Este país viu sua moeda sofrer um ataque especulativo de grandes proporções, o que levou ao esgotamento das reservas internacionais (defesa do peso) e obrigou o país a recorrer a ajuda externa para saldar seus compromissos internacionais. Da mesma forma, a Ásia do Sudeste e a Coreia do Sul foram atingidas por forte crise relacionada à falência de milhares de empresas e a um sistema regulatório incipiente, que não conseguiu impedir a contaminação de setores saudáveis da economia por outros. Na Rússia, em 1998, houve novo ataque especulativo e, finalmente, no Brasil, em 1999, a aposta contra o real (cujo valor era controlado pelo BACEN desde 1994) forçou o governo a adotar o regime de câmbio flexível, levando a pronunciada desvalorização do real frente ao dólar. Todas essas crises relacionaram-se com ataques especulativos contra as moedas nacionais em um contexto em que a livre mobilidade de capitais (inclusive os especulativos) era preconizada pelos países centrais. Nesse sentido, muitos países em desenvolvimento foram induzidos a retirar qualquer mecanismo de controle da entrada de capital estrangeiro, ficando, portanto, expostos aos movimentos especulativos que buscavam auferir ganhos com arbitramento e aposta contra as moedas nacionais. Os efeitos altamente deletérios desta realidade levaram a uma revisão de conceitos na economia mundial.

A criação, em 1999, do G20 financeiro foi, nesse sentido, uma resposta às crises da década anterior. A aproximação de presidentes de Bancos Centrais e de ministros de finanças das maiores economias levou à revisão do receituário ortodoxo dos organismos de Bretton Woods e demonstrou sua importância no momento da crise dos subprimes em 2008. Nesse momento, os governos reagiram de forma concertada, estabelecendo acordos de swap cambial e negociando pacotes de estímulo que garantiram a liquidez no sistema financeiro mundial, impedindo o aprofundamento da crise. Mostra evidente do aumento da cooperação nessa área foi a elevação do G-20 F a principal mecanismo de concertação financeira mundial, com reuniões anuais em nível de chefes de Estado a partir da Cúpula de Pittsburg, além da criação do Financial Stability Board.

O Brasil foi um dos principais entusiastas dos processos de revisão da governança global após 2008. O país demonstrou resistência face à crise, acumulou reservas internacionais e superou os crônicos problemas de BP. Com efeito, o país tem legislação bancária mais avançada que a média mundial, resultante do PROER da década de 1990, estando à frente dos países que só agora adotam o acordo Basileia III (que regulamenta a alavancagem bancária). Ademais, o país tem voz ativa na reforma das instituições de Bretton Woods, pugnando pelo au-

mento das cotas aos emergentes que podem contribuir com mais aportes. Da mesma forma, o país tem alertado sobre os perigos da adoção de políticas de restrição fiscal em países que enfrentam recessão acoplada a alto desemprego estrutural (Europa). Por fim, o Brasil propõe que as políticas monetárias expansionistas sejam adotadas de forma transparente e com parcimônia por países como os EUA, de forma a evitar "spill overs" em economias como a brasileira.

O Brasil também atua de forma concertada com países do BRICS para criar mecanismos complementares de governança financeira. O Banco do BRICS, em negociação, e o Fundo Contingencial de Reservas (US$100 bi), a serem anunciados em 2014, demonstram a democratização da governança global pós-Consenso de Washington.

MENOR NOTA (27/30)

A eclosão de crises financeiras em países como Coreia do Sul, Tailândia, México, Rússia e Brasil ao longo dos anos 1990 marca o declínio dos princípios econômicos vinculados ao Consenso de Washington. A proposição de orientações como a abertura comercial e o livre movimento transnacional de capitais decorria da influência das políticas econômicas das administrações Thatcher e Reagan. A posição de assimilação das reformas macroeconômicas, adotada pelos tigres asiáticos e pelo México, os expôs aos efeitos mais nefastos das crises dos anos 1990: os países asiáticos pela estratégia de plataforma de exportações e o México pela integração ao NAFTA. A exposição da Rússia à crise decorreu da "terapia de choque" aplicada ao país para instituir o capitalismo liberal. No Brasil, as reformas do Plano Real acentuaram a necessidade de financiar déficits em transações correntes por meio de atração de capitais estrangeiros.

Os efeitos das crises dos anos 1990 possibilitaram o surgimento de mecanismos de concertação entre governos para coordenar a governança econômica mundial e para evitar a eclosão de novas crises nos países médios e emergentes. Em função do risco de fuga maciça de capitais, os governos passaram a zelar mais pelo acúmulo de reservas internacionais. Em razão da propensão dos regimes cambiais fixos a ataques especulativos contra as moedas nacionais, instituiu-se regime de câmbio flutuante em diversas economias. O controle de capitais adotado por países que resistiram bem às crises — a despeito de sua inclusão no grupo das economias médias e emergentes —, como China e Índia, passou a ser privilegiado em relação ao livre fluxo de capitais do Consenso de Washington. Fortaleceu-se a capitalização dos bancos, a fim de preservar sua centralidade no funcionamento da economia em períodos de escassez de recursos financeiros. Uma liderança compartilhada pelos ministros de finanças de países emergentes e desenvolvidos, denominada G20 Financeiro, firmou-se como maneira de coordenar as políticas macroeconômicas dos dois grupos de países.

A participação brasileira no advento dessa nova liderança tem sido crucial para manter as economias emergentes menos expostas a crises sistêmicas, como a de 2008. O governo brasileiro deu apoio à iniciativa de privilegiar o G20 Financeiro no tratamento da governança econômico-financeira, transformando-o em reunião também de cúpula e substituindo o G8 nesse parâmetro. A condenação do "tsunami financeiro", promovido por economias desenvolvidas para estimular seu crescimento, foi vocalizada pelo Brasil, em razão dos efeitos distorcivos de políticas monetárias expansionistas para o comércio internacional. Nesse tópico, Brasil e Índia integram, com Estados Unidos e União Europeia, o chamado G4 da OMC, um agrupamento responsável pelo estímulo às negociações multilaterais de liberalização comercial sob o mandato da Rodada Doha. O Brasil defende que a conclusão da Rodada significaria um estímulo para uma economia global ainda em recuperação. O acúmulo de reservas internacionais, ressaltado como um dos pilares macroeconômicos do Brasil desde a gestão de Armínio Fraga no BACEN, tem possibilitado maior protagonismo do governo brasileiro em organizações internacionais: sobretudo no FMI, houve transição da condição de devedor para a condição de credor, o que assinala o êxito de diversas reformas na economia brasileira.

O prestígio do Consenso de Washington nas economias médias e emergentes deu lugar a reticência, com a sequência de crises dos anos 1990. Em seu lugar, tem ascendido uma governança compartilhada dos desafios econômicos e financeiros mundiais, em que governos de países emergentes e desenvolvidos buscam soluções coordenadas para estimular a retomada do crescimento e para dirimir os riscos de novas crises estruturais.

QUESTÃO 2

Em reação à crise financeira iniciada em 2008, muitos países, desenvolvidos e em desenvolvimento, lançaram mão de vigorosos planos de contenção da queda da demanda agregada e do aumento do desemprego e de proteção dos seus mercados. Um dos instrumentos anticíclicos mais utilizados pelos países emissores de moedas de curso internacional durante a crise foi a expansão monetária.

A partir dessas considerações, responda, de forma fundamentada, os questionamentos seguintes.

> **a. Do que se trata o termo "*currency war*", que emergiu em foros internacionais durante a crise financeira?**
> **b. Por que países em desenvolvimento estariam especialmente expostos à suposta "*currency war*"?**
> **c. Quais são as relações entre "*currency war*" e o comércio internacional? Que países tendem a se beneficiar e que países tendem a se prejudicar e por quê?**

Extensão do texto: máximo de 60 linhas
[valor: 30 pontos]

FLÁVIA CRISTINA DE LIMA FERREIRA MAGRINI (25/30)

Ao longo da crise mundial, que se desenrola desde o final de 2008, diversos países adotaram políticas anticíclicas de caráter keynesiano. Assim, passaram a usar instrumentos estatais para compensar os desequilíbrios financeiros do mercado, e, desse modo, atuar no sentido da manutenção da renda, do estímulo do consumo e, portanto, do estímulo ao crescimento. Além da política fiscal expansionista, esses países têm recorrido a políticas monetárias expansionistas, que promovem a ampliação da oferta de moeda nacional, estimulando tanto o consumo e os investimentos (componentes internos da demanda agregada) quando o aumento do saldo as exportações líquidas (componente externo da demanda agregada). Essa expansão dos meios de pagamento em países grandes, como Estados Unidos e China, alteram a configuração dos preços relativos, na medida em que os produtos nacionais ficam mais competitivos. As consequências das diversas formas de "quantitative easing" tem inegáveis impactos na economia e no comércio mundial.

Desde 2008, as políticas monetárias expansionistas, por promoverem a desvalorização das moedas nacionais, têm dado causa ao que se convencionou chamar de "currency war", ou guerra cambial. Internamente, a expansão monetária, que pode ser feita, por exemplo, pela compra de títulos pelo governo, determina uma redução dos juros, o que, por sua vez, desestimula a poupança e estimula o consumo (já que o custo de oportunidade do consumo atual em relação ao consumo futuro é pequeno), promovendo também os investimentos. De acordo com a teoria keynesiana, a expansão da demanda agregada estimula o crescimento das atividades produtivas e, assim, a geração de emprego e de renda, sobretudo devido ao multiplicador keynesiano dos investimentos iniciais. No fim do processo, tem-se expansão econômica e aumento da arrecadação tributária do governo, o que lhe confere maior poder para debelar a crise. Externamente, a desvalorização das moedas nacionais desestimula as importações e estimula as exportações, tornando superavitário o saldo da balança comercial e da balança de serviços, o que certamente contribui para um saldo positivo em transações correntes. Diante disso, o país tem condições de tornar-se um exportador de poupança, pela aquisição de ativos estrangeiros por agentes nacionais.

Os países em desenvolvimento estão especialmente expostos à guerra cambial, devido à tendência de valorização de suas moedas frente ao dólar (desvalorização pela política norte-americana de Quantitative Easing), o que estimula um desequilíbrio na conta de transações correntes do balanço de pagamentos. Os investidores internacionais respondem à redução da taxa de juros norte-americana buscando mercados onde a rentabilidade compense a assunção de maiores riscos (existentes nos países em desenvolvimento). A entrada de dólares, na forma de investimentos contabilizados na conta financeira, causa a valorização da moeda nacional e, consequentemente, altera os preços relativos entre os produtos nacionais (tornados mais caros) e os estrangeiros (que ficam mais baratos). Aumentam as importações e reduzem-se as exportações, deteriorando o saldo das balanças comercial e de serviços. Nos países desenvolvidos, onde a balança de rendas tende, na maioria dos casos, ao déficit histórico, devido à repatriação de lucros e ao pagamento de despesas com empréstimos, o saldo de transações correntes sofre importante redução, o que obriga o país a recorrer à poupança estrangeira (estimulando os investimentos estrangeiros ou contraindo os empréstimos) para manter o equilíbrio do balanço de pagamentos. A necessidade de aumentar os juros internos, além de prejudicar o investimento e comprometer o investimento futuro da economia, aumenta o endividamento do governo.

As relações entre a guerra cambial e o comércio internacional referem-se justamente à alteração dos preços relativos dos produtos nacionais e estrangeiros. De certa forma, a desvalorização da moeda nacional funciona como subsídio às exportações nacionais. Se essa desvalorização ocorre em países de economia grande, o aumento das exportações aumentará a quantidade ofertada de produtos no mercado internacional, o que reduzirá seu preço. Os países cujas moedas estão valorizadas sofrem duas vezes: com a dificuldade de exportar (porque seus produtos serão menos competitivos internacionalmente) e com a criação de demanda pelos produtos estrangeiros, que estarão mais baratos. Em um quadro de livre comércio (em grande parte promovido pela OMC), os preços internos dos países de moedas desvalorizadas aumentam, o que instiga a produção nacional, enquanto os preços internos dos países de moedas valorizadas se reduzem, o que desestimula a produção nacional. No longo e no médio prazo, esse quadro pode levar a dinâmicas de desindustrialização e de deslocamento de suas moedas, em detrimento daqueles onde isso não ocorre.

O Brasil tem tentado incluir o problema do câmbio nos debates da OMC, já que as políticas cambiais, como visto, servem como instrumentos protecionistas no âmbito do comércio internacional. De acordo com a visão brasileira, o câmbio, se desvalorizado o suficiente, é capaz de suplantar a redução das tarifas e minar a liberalização comercial já alcançada.

IRINA FEISTHAUER SILVEIRA (25/30)

A chamada "Guerra cambial" tem suscitado controvérsias internacionais dados os efeitos nocivos que causa à economia e a dificuldade em estabelecer uma negociação sobre o tema nos foros internacionais. A questão tornou-se ainda mais premente após a crise de 2008 e as consequências das medidas anticíclicas adotadas para combatê-la.

A manipulação artificial da taxa de câmbio por um país tem o condão de beneficiar as suas exportações, via aumento da competitividade. Ao adotar essa prática, um país cria "incentivo" para que outros façam o mesmo, de forma a não sofrer prejuízos. O Brasil foi pioneiro em levar a questão cambial aos fóruns internacionais. O tema chegou a ser discutido no G-20 financeiro e na OMC, apesar de muitos países terem protestado afirmando que a OMC deve tratar de comércio e não de câmbio, propositadamente ignorando a íntima relação entre os dois, já prevista no artigo XV do GATT 47.

A principal alegação brasileira era de que os EUA, ao promover sucessivas rodadas de afrouxamento monetário – o "quantitative easing" -, estavam na verdade desvalorizando artificialmente o dólar (ao aumentar a oferta de moeda via política monetária expansionista, seu valor se reduz). Essa política estaria favorecendo as exportações americanas em detrimento de outros países, dentre os quais o Brasil. Por sua vez, os EUA afirmam, com endosso brasileiro, que a China mantém taxa de câmbio fixa propositalmente desvalorizada para beneficiar suas exportações. A questão ainda não teve resposta satisfatória, apesar das declarações do G20 conterem afirmativas genéricas sobre o compromisso de abster-se de usar o câmbio para beneficiar as exportações, e do grupo de trabalho criado na OMC.

Os países emergentes ficam especialmente expostos à "currency war" porque são mais suscetíveis às oscilações dos capitais especulativos e, em geral tem na exportação uma atividade importante, de forma que, a perda de competitividade pode prejudicar seu PIB como um todo.

O aumento da liquidez internacional causada pela política monetária expansionista norte-americana, num contexto de armadilha da liquidez na economia dos EUA, leva a que mais capitais se destinem a mercados emergentes, onde as taxas de juros tendem a ser mais altas, do que decorrem dois efeitos. Em primeiro lugar, esses capitais podem inicialmente e-quilibrar o BP ou criar reservas, mas sua saída brusca pode gerar a rápida desvalorização da moeda local, como ocorreu recentemente na Indonésia, com a simples possibilidade de reversão do afrouxamento monetário nos EUA, que não se verificou. Por outro lado, a entrada de grande fluxo de capitais em um país leva à valorização da moeda local, o que torna os bens importados mais baratos e os nacionais mais caros, diminuindo o saldo líquido em transações correntes ou tornando-o negativo.

Fica evidente, portanto, que o comércio internacional é afetado pela guerra cambial , o que foi de certa forma reconhecido pelo artigo XV do GATT 47, por meio do qual os contratantes se comprometiam a não usar o câmbio para obter vantagens comerciais. O câmbio desvalorizado pode ter o condão de criar distorções tarifarias, enquanto a sobre valorização cambial tem o efeito de anula tarifas, ao menos parcialmente. Isso porque o câmbio afeta a competitividade dos produtos, de forma que mesmo aplicando uma tarifa para proteger determinado setor, bens importados a uma taxa desvalorizada podem tornar-se mais baratos no mercado nacional. Como a taxa de câmbio é uma relação entre duas moedas, se uma moeda é subvalorizada, a outra ficará necessariamente sobrevalorizada. Dessa forma, a guerra cambial prejudi-

ca os países cujas moedas acabam se valorizando em função da manipulação das demais, criando-lhes dificuldades adicionais para exportar e podendo, eventualmente, anular tarifas usadas para proteger setores estratégicos ou sensíveis da economia nacional.

Em decorrência de seus efeitos distorcivos, criando inclusive dificuldades para que se analise o nível real de tarifas aplicadas pelos países para saber se estes estão cumprindo suas obrigações perante a OMC, e sua propensão a influenciar os fluxos de capital, a guerra cambial precisa ser discutida conjuntamente pelo FMI e pela OMC. Os capitais especulativos provaram seu potencial desestabilizador em mais de uma ocasião. O comércio internacional, por sua vez, pode ser causa para o aumento da prosperidade nos países. Evitar que sejam causadas distorções é essencial, em especial porque os países em desenvolvimento são os mais afetados em casos como a guerra cambial.

LUIZ HENRIQUE ELLER QUADROS (25/30)

A crise financeira de 2008 levou à queda abrupta da demanda agregada nos EUA, uma vez que a queda no preço de ativos financeiros "tóxicos" levou a uma paralisação momentânea do consumo das famílias e reduziu o investimento, dado o aumento da incerteza. Nesse contexto, o Federal Reserve adotou política monetária expansionista com o intuito de garantir a liquidez na economia americana e reativar o consumo (principal componente do produto do país). O ministro da Fazenda do Brasil, nesse momento, cunhou o termo "currency war" para descrever o que seria uma política de desvalorização competitiva dos EUA e uma intervenção no mercado de câmbio da China, reduzindo a competitividade de outras nações.

O termo "currency war" relaciona-se com o movimento em que um país decide realizar uma expansão monetária e, com isso, reduz o valor de sua moeda face a moedas de outros países. O efeito de tal medida seria um aumento das exportações liquidas no curto prazo e um ganho em produto no país que realizou a expansão em detrimento de outras economias.

Em um ambiente com perfeita mobilidade de capitais e em que o câmbio é determinado pelo mercado (câmbio flutuante), a emissão monetária reduz os juros vigentes na economia e fomenta o consumo via investimentos e via consumo privado. No caso americano, em que é possível a emissão de moeda que serve de padrão para trocas internacionais, esse movimento não gera dificuldades para o financiamento do déficit no Balanço de Pagamentos, que pode ser pago com a moeda nacional. Esse é um diferencial importante em relação a países que necessitam de dólar para financiar seus compromissos externos, o que permite concluir que os EUA têm uma posição privilegiada e uma maior liberdade para promover relaxamentos monetários.

O impacto dessa política, no entanto, vai muito além das fronteiras americanas, uma vez que grande parte do aumento da liquidez nos EUA é direcionada a mercados que remuneram melhor o capital, notadamente os países emergentes. O Brasil é exemplo paradigmático dessa realidade. Por diversos motivos, o país mantém taxas de juros sensivelmente superiores à média mundial e substancialmente superiores às taxas praticadas em países desenvolvidos (que têm juro real negativo). Destarte, o país experimentou elevada entrada de divisas após o início do emissionismo americano. Tal fato, em um país que adota o regime de câmbio flutuante, leva a uma apreciação da moeda brasileira face ao dólar no curto prazo, reduzindo a competitividade dos produtos nacionais e reduzindo as exportações líquidas. Note-se que outras moedas em países em desenvolvimento, como o rand sul-africano, também enfrentaram uma valorização artificial de suas moedas, e mesmo países que intervêm com frequência no mercado cambial, como a China, só puderam fazê-lo porque detêm grandes reservas internacionais que lhes permitem adotar regimes de câmbio fixo.

Nesse contexto, percebe-se estreita correlação entre a desvalorização cambial competitiva e o comércio internacional. Por atingir diretamente a remuneração dos exportadores, por um lado, e o preço de oferta internacional dos produtos de um país, as nações que têm uma desvalorização relativa de suas moedas ganham competitividade internacional. Assim, os EUA, que promoveram a expansão monetária, e países que adotam câmbio fixo, como a China, são beneficiados, no âmbito do comércio internacional, em relação a países que adotam câmbio flexível como o Brasil, a África do Sul e a Índia. Da mesma forma, países de menor desenvolvimento relativo, que não dispõem de grandes reservas para estabilizar o mercado cambial, são prejudicados de forma ainda mais acentuada em um contexto de "currency war".

Os efeitos deletérios de uma expansão prolongada na oferta monetária nos EUA tem efeitos diretos na economia de países emergentes. Os “spill overs” da política americana são a alteração do preço relativo das moedas e a deterioração da competitividade de países emergentes. Nesse sentido, o Brasil posiciona-se contrariamente a esse tipo de “protecionismo disfarçado” e advoga a adoção de medidas transparentes por parte do FED que reduzam a incerteza na economia global.

MENOR NOTA (21/30)

O governo brasileiro, “think tanks” econômicos, organizações de cooperação da indústria e intelectuais, com destaque para Vera Thorstensen e o grupo da FGV, têm sido ávidos críticos do papel que o câmbio tem desempenhado nas estratégias de enfrentamento da crise pelos países desenvolvidos. Estratégias calcadas em pesado expansionismo monetário têm gerado distorções macroeconômicas, sobretudo em países em desenvolvimento. Por suas distorções atuais e potenciais, vez que a retirada súbita dos estímulos é também causalidade futura de desequilíbrios, o Brasil tem-se engajado na crítica a tais estratégias e estimulado debates no governo, na academia e na OMC.

O termo “currency war” emergiu a partir das críticas do Ministro da Fazenda brasileiro, Guido Mantega, às estratégias de expansionismo monetário de países desenvolvidos e, em parte, da China. Esse expansionismo foi instrumentalizado por meio da redução extrema das taxas de juros nominais pelos Bancos Centrais de EUA, Japão e União Europeia, além de emissionismo puro, este sobretudo pelo FED. Desde o desencadeamento da crise, o FED tem mantido taxa básica de juros nominais entre 0 e 0,25%, implicando juros reais negativos diante da inflação anual de pouco menos de 2%. Ainda, o FED engajou-se em duas rodadas massivas de relaxamento quantitativo, provendo liquidez superior a 1 trilhão de dólares ao mercado financeiro mundial, e tem mantido rodadas mensais de provimento de liquidez. O Banco Central Europeu, em sua última reunião, reduziu seus já baixos juros nominais de 0,5% para 0,25%. Na medida em que tanto a queda na taxa de juros quanto o aumento da base monetária desvalorizam as moedas domésticas desses países, e que a China, devido a suas reservas superiores a 3 trilhões de dólares, consegue manter o renminbi desvalorizado, há uma profusão de desvalorizações competitivas cambiais, que geram verdadeiro subsídio cambial para os países que se engajam na “currency war” em detrimento dos países em desenvolvimento.

Os países em desenvolvimento são especialmente afetados, em parte, devido à dinâmica atual de fluxos de investimento, mas também por serem, de certa forma, vítimas de seu próprio sucesso recente. Em primeiro lugar, devido ao fato de os fluxos de investimento e o grau de remuneração de ativos serem fundamentalmente determinados pelas agências de “rating”, os países em desenvolvimento, por serem tidos como mais arriscados, devem pagar prêmios de risco sobre suas taxas de juros, terminando por pagar juros reais muito mais atrativos em comparação aos títulos de países que pagam juros reais negativos. Em segundo lugar, vez que o crescimento econômico e o desenvolvimento dos mercados internos desses países tornam os investimentos produtivos e em carteira não apenas potencialmente rentáveis, mas seguros, há maior atratividade de capitais. Tendo em conta os níveis extravagantes de liquidez internacional e a atratividade dos emergentes, há massivo influxo de liquidez nesses países. Esse aumento na oferta interna de dividas gera a desvalorização das moedas domésticas e, consequentemente, um desalinhamento nas taxas de câmbio real entre as moedas de emergentes e desenvolvidos, fomentando a competitividade externa destes últimos.

A “currency war” gera três tipos de efeitos no comércio internacional. Primeiramente, a valorização relativa das moedas dos países em desenvolvimento e a desvalorização relativa da moeda dos desenvolvidos implica ganho de competitividade dos produtos exportados pelos desenvolvidos. Em segundo lugar, gera-se inchaço artificial no preço das commodities, que, reajustadas em dólar, tornam-se mais caros. Finalmente, gera-se a distorção nos preços internacionais e afeta-se a previsibilidade na produção. Os benefícios, nesse contexto, tendem a ser ilusórios, diante da integração dos mercados nas cadeias globais de valor. Mais da metade do

comércio internacional, atualmente, é composto por bens intermediários. Dessa forma, o aparente ganho de competitividade dos bens exportados pelos desenvolvidos e o aumento de receita dos emergentes com a venda de commodities são matizados pela realidade da dispersão produtiva global. Assim, o aumento no preço das commodities globais encarece toda a produção nas diferentes etapas e locais, anulando-se o benefício para os países em desenvolvimento pelo encarecimento do importado no longo prazo, fato que determina flutuações macroeconômicas desestabilizadoras diante do aumento das importações por estes países no curto prazo, o que desarticula a produção interna rumo a uma reprimarização da pauta exportadora. Assim, embora gozem de ganhos conjunturais de competitividade, em última análise, não há beneficiados pela "currency war". Haja vista que o potencial de redução do monetarismo no FED gerará redução súbita no influxo de liquidez para os países em desenvolvimento, mostra-se que a instabilidade de fluxos e de preços é fator negativo que em muito supera os efêmeros benefícios com o incremento na receita pela venda de commodities.

Na "currency war", não há vencedores. Os subsídios cambiais ensejados pelo expansionismo monetário gera desalinhamentos cambiais, instabilidades nos fluxos monetários e de comércio e imprevisibilidades que, no fim, prejudicam a todas as nações.

QUESTÃO 3

A tabela abaixo apresenta dados relativos à população brasileira entre os anos 2000 e 2010 e projetos para os anos de 2015 a 2060. Como se vê, a população ainda continuará aumentando no futuro próximo, mas a taxas de crescimento cada vez menores. A parcela da população de 60 anos ou mais aumentará, enquanto a parcela de jovens diminuirá. De acordo com o IBGE, a taxa de fecundidade brasileira já é menor que a taxa de reposição populacional e o chamado bônus demográfico deverá chegar ao fim por volta de 2023. A partir de então, a taxa de dependência aumentará com a participação crescente do grupo de idosos.

População brasileira - estimativas IBGE			
Ano	População total	População 0-19 anos	População com 69 anos ou mais
2000	173.448.346	70.204.619	14.235.731
2005	185.150.806	68.893.686	16.367.881
2010	195.497.797	67.106.378	19.601.854
2015	204.450.649	64.549.292	23.940.885
2020	204.450.649	61.156.335	29.290.662
2025	204.450.649	57.313.261	35.427.289
2030	223.126.917	53.913.591	41.541.763
2035	226.438.916	51.022.680	47.598.368
2040	228.153.204	48.460.622	54.204.894
2045	228.116.279	46.016.123	61.161.913
2050	226.347.688	43.630.444	66.457.570
2055	222.975.532	41.242.757	70.485.475
2060	218.173.888	38.917.837	73.551.010

Internet: <ibge.gov.br>.

Considerando os dados apresentados, responda, de forma fundamentada, os questionamentos seguintes.

a. Ouve-se cada vez mais frequentemente que "o Brasil precisa se apressar para aproveitar o bônus demográfico". O que se quer dizer com isso?
b. Por que o aumento da produtividade do trabalho será elemento fundamental para se mitigar os efeitos econômicos deletérios do fim do bônus demográfico?

Extensão do texto: máximo de 40 linhas
[valor: 20 pontos]

GUILHERME ESMANHOTTO (16/20)

A expressão supracitada de “que o Brasil precisa se apressar para aproveitar o bônus demográfico” traduz, na realidade, o caráter transitório desse fenômeno. Se a presença de “janela de oportunidade” demográfica apresenta potencia, seu fim exige ajustes que evitem maiores desequilíbrios econômicos.

O bônus demográfico de um país é a presença de período de tempo em que a proporção da população inativa economicamente (0-14 anos ou >65 anos) é historicamente baixa em relação à PEA; isto é, apresentam-se taxas de dependência sustentadamente baixas por uma determinada janela temporal. É fenômeno decorrente da transição demográfica de um país que experiência o ganho de volume das camadas demográficas médias. O Brasil, atualmente, passa por um período de “bônus demográfico”, com razões de dependência em torno de 0,5 (a título de comparação, esse índice era, na década de 70, correspondente a aproximadamente 0,9.)

A presença de bônus demográfico apresenta oportunidades aos países que o experienciam. Do ponto de vista do mercado de trabalho, representa o máximo de contingente de mão de obra relativo, o que certamente expande os potenciais produtivos e de arrecadação tributária, por conseguinte. Somado a isso, diminuem-se, relativamente, os encargos com a população inativa, sejam educacionais, sanitários ou produtivos, o que diminui a pressão sobre os gastos governamentais.

Como fenômeno demográfico natural, o bônus demográfico é, em verdade, uma condição positiva com que se defrontam os países na formulação de suas políticas públicas. Nesse sentido, “aproveitar i bônus demográfico” é muito mais preparar-se para seu fim. O fim da janela de oportunidades é o avanço das camadas médias ao topo da pirâmide; isto é, o crescimento dos idosos mais que compensaria a diminuição de jovens, trazendo à tona pressão sobre os gastos governamentais e dificuldades com a mão de obra. No Brasil, esse fenômeno é nitidamente observado a partir de 2040. O gráfico concedido demonstra que, em detrimento da queda da população total, a população idosa permanece aumentando. O bônus demográfico é, portanto, oportunidade ímpar para as contas públicas pouparem para o incremento de gastos futuros.

A produtividade do trabalho é, nesse sentido, fundamental. Como o contingente de mão de obra futuro será menor e os encargos previdenciários maiores, cada trabalhador deverá produzir mais do que atualmente, mesmo em número menor. Isso só será possível mediante qualificação técnica que permita ao futuro contingente de mão de obra suprir a retração numérica da oferta de trabalhadores, de moda a permitir expansão do PIB que sustente os gastos públicos.

Em face da perspectiva presente de janela de oportunidade para as contas públicas, aproveitar o bônus demográfico é poupar para o incremento futuro de gastos. É, do mesmo modo, investir em qualificação profissional que garanta ganhos de produtividade.

HEITOR FIGUEIREDO SOBRAL TORRES (16/20)

O principal argumento oferecido para defender a necessidade de o Brasil aproveitar seu bônus demográfico é aquele que ressalta a abundância relativa de brasileiros em idade economicamente ativa. A função atribuída a esses indivíduos é a de incrementar os agregados macroeconômicos do país, por meio do trabalho. Para promover o crescimento econômico, é preciso que os indivíduos economicamente ativos sejam produtivos o suficiente para, por um lado, financiar os custos previdenciários e, por outro, incrementar o produto da economia.

A ideia de que "o Brasil precisa se apressar" denota que transformações precisam ser realizadas para possibilitar o pleno aproveitamento econômico de uma população economicamente ativa que ainda cresce. A primeira delas refere-se à estrutura previdenciária, que onera excessivamente os mais jovens para garantir a previdência de uma população idosa que, para padrões internacionais, é relativamente pequena. A segunda delas vincula-se à qualificação da mão de obra. Altos níveis de capital humano são essenciais para promover a competitividade dos setores da economia. Os efeitos de uma educação de baixa qualidade podem ser nefastos, ao diminuir a capacidade de jovens e de adultos de adaptar seus conhecimentos e suas habilidades a setores dinâmicos da economia.

O incremento da produtividade dos trabalhadores tem, aqui, importância-chave. São os aumentos de produtividade que propiciam o crescimento da economia, para teóricos do crescimento como Paul Romer. A conjunção de uma economia cada vez maior e de uma população cada vez mais velha determina que o momento atual é o mais propício para promover ganhos de retorno que tendem a se tornar mais raros. Mais escassez do fator trabalho induz relevância crescente de ganhos de produtividade.

Há razões sistêmicas para crer que o aumento da produtividade do trabalho deve ser prioritário. Em primeiro lugar, a escassez de infraestrutura de alta qualidade — construções com custo alto de implantação, mas com benefícios futuros cruciais à manutenção do crescimento — exige que os profissionais do presente sejam afeitos às demandas tecnológicas das grandes obras, como é o caso dos engenheiros — cuja proporção no mercado de trabalho brasileiro é baixa. Em segundo lugar, o aumento da produtividade atual sedimenta o aumento quase inevitável dos gastos públicos com saúde e com previdência. A sanidade das contas públicas é processo de longo prazo, que pode ser suplementado por decisões atuais.

LETICIA DOS SANTOS MARRANGHELLO (16/20)

O processo de transição demográfica gera grandes oportunidades de crescimento para os países, pois há estágios em que ainda se vivencia os efeitos positivos das taxas de natalidade relativamente elevadas de períodos anteriores. Essa situação refere-se ao bônus demográfico.

O bônus demográfico é uma conjuntura em que existe uma relação favorável entre a população economicamente ativa (PEA) – composta principalmente por pessoas jovens e adultos – e a população inativa – composta principalmente por crianças e idosos. Como a PEA gera produção, é uma etapa em que trabalham na economia precisam sustentar um nível relativamente baixo de pessoas que não trabalham. Isso gera diversas oportunidades para o pais, o que é o caso do Brasil.

Contudo, para aproveitar essas oportunidades, é preciso realizar investimentos e realizar algum planejamento econômico. Desse modo, com uma menor taxa de dependência na economia (relativa ao esforço que a população ativa realiza para sustentar a população inativa), é possível realizar novos investimentos e modificar a estrutura produtiva, uma vez que, nesse estágio, os níveis de gastos sociais com crianças e idosos são relativamente pequenos, pois já se investiu em escolas e outros serviços para crianças nos estágios anteriores, e ainda não é necessário realizar grandes gastos com previdência e saúde para idosos. Consequentemente, o país tem a chance de usar seus recursos na formação bruta de capital fixo, na infraestrutura (com correção de gargalos), na educação superior e na dotação tecnológica. Todas essas são iniciativas que podem contribuir para a solução de problemas econômicos estruturais, o que pode modificar as próprias vantagens comparativas e ampliar seu produto potencial.

Essa análise é pertinente para o caso brasileiro, visto que o país não conseguiu retomar as altas taxas de crescimento econômico que teve durante grande parte do século XX. Além disso, o bônus demográfico pode contribuir para aumentar a entrada de capital no país, pois o maior número de trabalhadores gera queda do preço relativo do trabalho, aumentando a competitividade da economia. Assim, pode-se aumentar as exportações de produtos intensivos no fator trabalho e atrair Investimento Externo Direto para esses setores, aumentando ainda mais o capital disponível para realizar investimentos produtivos e reformas.

Desse modo, existe a possibilidade de aumentar a produtividade da economia e resolver problemas estruturais. No entanto, existem também problemas. Em primeiro lugar, é necessário permitir que ocorra esse reequilíbrio no mercado de trabalho, para aumentar as vantagens dos produtos brasileiros. Em segundo lugar, a entrada de capital e de IED, no caso do Brasil, deve ser direcionada para setores específicos em que o país pode ter vantagens importantes para solucionar graves deficiências estruturais e melhorar a dotação de fatores de produção.

Por fim, o Brasil precisa usar o bônus demográfico para planejar também sua transição para a próxima etapa demográfica, em que a taxa de dependência aumentará e a PEA não contará com abundância de trabalhadores jovens. Assim, é necessário aumentar a produtividade do trabalho para conseguir manter os níveis de produção, com uso menos intensivo do fator trabalho. Desse modo, o país não perderá vantagens e mercados conquistados durante o período do bônus demográfico. Essa evolução também demanda planejamento e investimento por parte do governo brasileiro. Em primeiro lugar, a taxa de investimento no país ainda é

baixa e deve ser elevada para acompanhar o aumento do trabalho disponível, proporcionando expansão da produção e economias de escala. Em segundo lugar, investimentos em educação e treinamento poderiam aumentar a especialização da mão de obra e sua produtividade.

O Brasil, portanto, deve atuar para realizar modificações estruturais e aumentar a produtividade do trabalho (aproveitando a abundância de trabalho durante o bônus demográfico), de modo a consolidar novas vantagens comparativas para o país e melhorar sua dotação de fatores, aumentando o seu produto potencial.

MENOR NOTA (13/20)

A dinâmica etária da sociedade brasileira passa, atualmente, por um momento de inflexão. Se em 1960, auge do crescimento vegetativo, a taxa de natalidade (razão entre nascimentos e óbitos de crianças até 4 anos) brasileira era de 2,9%, atualmente, não supera 1,17% - abaixo da taxa de reposição populacional, que é de 1,9%. Essa nova realidade traz implicações econômicas presentes e futuras para o país e requer um planejamento de longo prazo para potencializar seus benefícios e reduzir seus impactos.

O chamado "bônus demográfico" corresponde ao momento histórico no qual a taxa de dependência da população inativa (60 anos ou mais) é o mais baixo em relação à população em idade economicamente ativa (PEA). Isto é, há mais pessoas produzindo renda presente na economia do que pessoas gozando dos benefícios da previdência. Economistas, sociólogos e demais especialistas coincidem na análise de que este momento de "bônus demográfico" por que passa o Brasil deve ser aproveitado ao máximo para o benefício futuro de toda a sociedade. Para tanto, é preciso que sejam feitos pesados investimentos em educação, ciência, tecnologia e inovação direcionados à população em idade ativa PIA, com vistas a dotar o país de capital humano qualificado para produzir bens e serviços de alto valor agregado e competitivos internacionalmente. Os investimentos em ciência, tecnologia e inovação devem ainda contribuir para aumentar o estoque de capital (FBKF) da economia e a infraestrutura de transportes e de comunicação.

Os investimentos necessários em educação e CTeI serão fundamentais para elevar a produtividade média do trabalho na economia brasileira e, consequentemente, a renda. Se, em um ambiente de equilíbrio (W=PMgl), o salário nominal W equivale à produtividade marginal do trabalho Pmgl, o aumento da Pmgl levará, inevitavelmente, à elevação de W, contribuindo assim para aumentar a renda agregada.

Com o aumento da renda agregada RA (resultante dos ganhos de produtividade) há um aumento da própria demanda agregada DA, pois RA+DA (C+I+G+X-M). Com maior renda disponível, os agentes econômicos poderão, ao mesmo tempo, consumir mais e poupar mais (Sp=Y-c-t). Ao pouparem mais, os agentes econômicos contribuirão para aumentar o estoque de poupança da economia, necessário ao investimento. Investimento esse que dará origem a mais consumo e mais renda, em um processo virtuoso de crescimento da economia.

No futuro, quando chegar ao fim o bônus demográfico, a população inativa gozará de melhor renda, devido aos ganhos de produtividade que elevaram seus salários na época em que estava no mercado de trabalho, bem como devido à melhor remuneração das aposentadorias e à possibilidade de poupar para consumo futuro. É, portanto, necessário elevar o nível presente de investimento da economia com vistas a extrair os melhores benefícios do atual bônus demográfico.

QUESTÃO 4

Entre as três funções básicas da política fiscal, figura a função estabilizadora do Estado. Nos casos em que o orçamento é deficitário e nos quais seja feita a opção de cobertura desse déficit por intermédio de empréstimos, a compensação expansionista do produto será menos efetiva em comparação com a alternativa de uma maior expansão monetária. Isto decorre em razão das implantações do endividamento em termos de taxas de juros e seus respectivos impactos sobre o comportamento dos agentes privados.

Comente essas afirmações, utilizando as consequências das alternativas de coberturas do déficit nas variáveis acima referidas.

Extensão do texto: máximo de 40 linhas
[valor: 20 pontos]

FELIPE EDUARDO LIEBL (19/20)

Segundo Giambiagi e Além, a ação do governo na economia pode ocorrer baseada em três princípios básicos que informam e que orientam a condução de política fiscal. Essa ação pode dar-se por meio da função distributiva, como pelo uso de impostos progressivos; por meio da função alocativa, criando novos ramos na economia, como durante o II PND; e por meio da função estabilizadora, que corresponde ao uso de dispêndios públicos a fim de promover o crescimento e de suavizar crises conjunturais.

Nesse sentido, uma política fiscal será expansionista quando os gastos do governo forem maiores do que suas receitas (G>T). Quando isso corre, o governo injeta dinheiro na economia, o que pode, segundo a teoria keynesiana, promover o crescimento por meio do efeito multiplicador e tirar uma economia de um cenário de armadilha de liquidez. O Estado, assim, atuaria para estabilizar a demanda efetiva e para promover a melhoria das expectativas dos agentes econômicos, levando a um deslocamento da curva IS.

Para financiar esse déficit, medido, no Brasil, pelas NFSP, o governo pode fazer uso de vários mecanismos. Um deles é o endividamento público. Quando isso ocorre, a poupança do governo, que cai, é financiada pelo setor privado e pelo setor externo. Essa necessidade de financiamento é coberta pela alta da taxa de juros (i) governamental, que precisa de maior captação. Como a taxa de juros do governo é a base (benchmark) dos juros praticados pelo setor privado, há um deslocamento da curva LM para a esquerda, no que é denominado de efeito deslocamento (efeito crowding out). Os maiores juros diminuem o produto da economia e reduzem os efeitos da expansão fiscal, pois reduzem os fundos disponíveis para o setor privado.

Outra maneira de financiamento de déficits públicos é por meio do emissionismo de moeda, seja por meio da impressão de papel-moeda, seja pelas operações no mercado de títulos. Essa estratégia aumenta significativamente a inflação e está relacionado ao financiamento por meio da senhoriagem. O emissionismo e os "ganhos" com a senhoriagem estão muito ligados ao período de maior inflação no Brasil, ainda que ainda haja receitas de senhoriagem atualmente, em uma escala mais reduzida.

Há, ainda, a possibilidade de cobertura do déficit por meio do aumento de impostos. Esse movimento constitui uma política contracionista, mas que surte efeitos fiscais significativos. Além disso, em períodos inflacionários, é possível indexar as receitas tributárias e desindexar e protelar dispêndios, que passam, em termos reais, a ser menores, no que a literatura econômica denomina "efeito Tanzi às avessas" ou efeito Bacha. Esses gastos inflacionários permitem a administração de conflitos alocativos de maneira pouco eficaz socialmente, sendo muito usada no contexto anterior a 1994.

O uso da política de fiscal expansionista está relacionado à função estabilizadora do Estado, constituindo importante meio de ação estatal. Seu uso, atualmente, no Brasil, é menos eficiente, pois o país usa um regime de câmbio flutuante, o que reduz os ganhos dessa política. Essa função estabilizadora é relevante, sobretudo em um contexto de crise, com a ação fiscal (e monetária) do governo brasileiro durante a crise de 2008, sendo um exemplo de uso eficiente desse mecanismo para a estabilização da demanda agregada e para a administração das expectativas.

LEONARDO ROCHA BENTO (19/20)

Em um cenário em que a Necessidade de Financiamento do Setor Público, principalmente em seu resultado nominal, demanda a ação do Estado para financiar seu déficit, há duas grandes alternativas para os tomadores de decisão: a obtenção de empréstimos ou o financiamento via expansão monetária e imposto inflacionário. Ambas têm resultados distintos sobre as taxas de juros e sobre o crescimento, portanto precisam ser analisadas mais detalhadamente, sob a perspectiva das duas escolas tradicionais da Economia.

Quando o governo procura cobrir seu déficit orçamentário com empréstimos, ele atua sobre o mercado de fundos emprestáveis. A taxa de juros, fator que estabiliza a oferta e a demanda desses fundos, elevar-se-á, uma vez que o governo entrará no mercado como demandante. Em consequência dessa ampliação dos juros, há uma tendência de queda no consumo, já que a poupança se torna mais atrativa; de queda no investimento privado, pois os juros maiores podem superar a eficiência marginal do capital (ademais da lógica do efeito deslocamento no mercado de fundos emprestáveis); e de queda nas exportações líquidas (déficits gêmeos), por causa da valorização cambial provocada pela maior entrada de divisas estrangeiras decorrente da atração exercida pela maior taxa de juros. Por essa análise, mais afeita ao pensamento clássico, a ação estatal teria efeito negativo sobre o conjunto da economia, de modo que o mais recomendável seria a redução dos gastos públicos e do papel do Estado como forma inclusive de arcar com o déficit atual. Keynesianos e neokeynesianos atribuem importância reduzida ao efeito deslocamento e são entusiastas do efeito multiplicador que a expansão de gastos públicos provoca na economia, embora não a recomendem para o financiamento do déficit.

A segunda alternativa do governo para a cobertura do déficit é o emissionismo. Quando o governo emite moeda, ele ganha recursos correspondentes às receitas de senhoriagem (diferença entre o valor de produção da moeda e seu valor nominal) e impõe um imposto inflacionário sobre os demais agentes econômicos. No mercado monetário, a ampliação da oferta vertical de moeda reduz os juros. Com isso, espera-se que aumentem o consumo, o investimento e as exportações líquidas pelos motivos inversos aos efeitos mencionados anteriormente: baixa atratividade da poupança e dos títulos e desvalorização cambial. Clássicos e keynesianos divergem, mais uma vez, sobre os efeitos reais da expansão monetária sobre o produto. Para os clássicos, dado que a oferta agregada da economia é vertical, dependente da dotação dos fatores produtivos, a expansão da demanda decorrente da baixo dos juros terá apenas reflexos sobre a inflação e não incrementará o produto. Para os keynesianos, que advogam uma oferta agregada positivamente inclinada, a expansão da demanda agregada elevará o produto, às custas de uma elevação tolerável do nível de preços.

Enquanto a obtenção de empréstimos para financiar o déficit eleva os juros na economia, o emissionismo os reduz, sendo, portanto, mais adequado para a expansão da oferta agregada da economia. No entanto, clássicos e keynesianos divergem a respeito dos efeitos dessas duas alternativas. Os primeiros não encorajariam nenhuma das duas, enquanto os segundos defenderiam a maior efetividade do emissionismo.

IRINA FEISTHAUER SILVEIRA (17/20)

Ao utilizar a política fiscal para atuar na economia nacional de forma a criar um efeito estabilizador em face de uma crise, por exemplo, o governo que for deficitário precisará financiar seu déficit. Isso pode ser feito tanto por meio do recurso ao mercado de fundos emprestáveis, como por meio do emissionismo, cada um com consequências diferentes sobre a economia.

Quando o governo recorre ao mercado de fundos emprestáveis para financiar seu déficit, aumenta a demanda nesse mercado, levando a um aumento do "preço", ou seja, aumento da taxa de juros. Uma taxa de juros mais alta é um desincentivo ao investimento privado. A saída do setor privado do mercado para buscar empréstimos e a consequente redução desses investimentos é chamada efeito "crowding out", que pode ser total ou parcial.

Como o produto total da economia é a soma do consumo, gastos do governo, investimentos e saldo líquido em exportações de bens e serviços, se o aumento dos gastos do governo acarreta diminuição do investimento, o crescimento do PIB será a diferença entre o aumento dos gastos governamentais e a redução dos investimentos, sendo, portanto, menor que aquele pretendido inicialmente com a política fiscal.

Adicionalmente, note-se que o aumento da taxa de juros representa um atrativo para o capital internacional que busca maior rentabilidade dos investimentos. A entrada de capitais leva à valorização da moeda nacional. Com uma moeda mais valorizada surge a tendência a aumento das importações e redução das exportações, reduzindo o saldo líquido de exportações, ou até tornando-o negativo, o que também impacta o produto total da economia (no caso de se adotar câmbio flutuante).

A outra opção do governo para financiar seu déficit é via emissionismo, ou seja, maior expansão monetária. Ao emitir moeda, o governo gera uma desvalorização da moeda nacional. A redução do poder de compra da moeda significa um imposto inflacionário, que pode levar a uma redução do consumo, que também é componente do produto total. A desvalorização monetária pode gerar um saldo líquido em exportações de bens e serviços maior favorecendo o PIB. A contrapartida da expansão monetária como forma de financiar déficits governamentais é seu efeito inflacionário. O aumento generalizado dos preços da economia pode sair do controle e gerar efeitos bastante negativos para a atividade econômica, como comprova a história brasileira, em especial os anos 1980.

A política fiscal, ou seja, o aumento ou redução dos gastos do governo e dos impostos, quando expansionista, pode incrementar a atividade econômica e o PIB, tendo efeitos anticíclicos em situações de crise, especialmente via multiplicador keynesiano. O financiamento de eventuais déficits governamentais, entretanto, pode reverter o efeito desejado. No caso do recurso a empréstimos, o "crowding out" para os clássicos, ou no modelo keynesiano com IS-LM e balanço de pagamentos com câmbio flutuante, a política fiscal expansionista fica sem efeitos. Já o recurso a expansão monetária leva a desvalorização da moeda e ao surgimento de tendências inflacionárias.

MENOR NOTA (15/20)

O equilíbrio do orçamento governamental é fundamental para a estabilização econômica do Estado, que deve evitar situações de despoupança, em que gastos públicos superam receitas públicas. Advogam-se duas saídas para superar esse desafio e restabelecer a capacidade financeira estatal: empréstimos e financiamentos ou políticas monetárias expansionistas. Há que se analisar essas alternativas, levando em consideração os objetivos de curto e de longo prazo do governo.

A obtenção de empréstimos e financiamentos possui aspectos positivos, pois favorece resultados superavitários na Conta Financeira do Balanço de Pagamentos, que tende a ser positivo e a gerar divisas para o país. Com o restabelecimento da capacidade econômica estatal, o governo poderá investir na melhora da capacidade produtiva e novamente aumentar os gastos públicos, contribuindo para o aumento progressivo do PIB e da distribuição de renda no país. Os aspectos negativos são o pagamento de juros relativos à obtenção de empréstimos e financiamentos, lançados na Balança de Rendas das Transações Correntes, e o aumento de importações, devido à expansão do PIB e da renda dos cidadãos, conforme demonstrado.

A adoção de saída emissionista, por sua vez, favorece a baixa da taxa de juros local, estimulando o consumo e o investimento privados, também levando ao aumento do PIB e da renda dos cidadãos. Entretanto, políticas monetárias expansionistas, que estimulam fortemente o consumo e a expansão da demanda agregada, geram inflação, devido ao excesso de moeda na economia e ao excesso de demanda, que pressiona a estrutura produtiva do país, que não pode se expandir e superar gargalos estruturais de maneira imediata, levando firmas a elevarem seus preços, a fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura de bens e de serviços.

As consequências de adoção de empréstimos e financiamentos ou de implementação de políticas monetárias expansionistas são, portanto, distintas, devendo o Estado analisar suas estratégias de curto e de longo prazo. A saída por meio de financiamentos e empréstimos parece, em uma análise preliminar, mais adequada ao futuro do país, pois este poderá investir na modernização de sua capacidade produtiva, com relativa estabilidade inflacionária, o que a longo prazo contribuirá para a obtenção de receitas necessárias para um equilíbrio fiscal estável, via aumento de exportações líquidas. O emissionismo monetário, contrariamente, pode ser considerado solução de curto prazo, com incremento da inflação e sem contribuir para o aprimoramento da capacidade produtiva do Estado.

ESPANHOL

Texto para las cuestions de 1 a 5

Las ciudades de Maquiavelo

Lo interesante de un autor como Maquiavelo no es que sea un “ejemplo a seguir”, sino lo que nos dice de las ciudades donde habitó y lo que nos puede decir de lo que estamos haciendo con las nuestras. De hecho los autores que movilizan nuestro pensamiento no lo hacen por su ejemplaridad sino por la fuerza intelectual a la hora de significarnos el espacio social en el que moraron. Y Maquiavelo vivió en ese “torbellino de las ciudades-Estado de la Italia del Renacimiento” donde se fraguó el pensamiento político moderno (Arendt). La historia de estas ciudades fue, fundamentalmente, la del movimiento municipalista entre los siglos XI y XVI, la de la lucha por la libertad, la autonomía y el autogobierno de algunas de las comunas que salpicaron el territorio europeo. Esta historia hay que interpretarla en la vieja encrucijada del Mediterráneo, en el cruce de caminos entre las diversas culturas y civilizaciones que se encontraban en sus orillas y donde las ciudades bajomedievales y renacentistas tuvieron un papel decisivo. Entre ellas destaco Florencia, el espacio donde Maquiavelo (1469-1527) vivió el final de este largo recorrido de las ciudades-república, con un escenario de enfrentamientos entre las tendencias populares y aristocráticas de la ciudad y de esta con las potencias extranjeras que la amenazaban (los Estados modernos de España y Francia, fundamentalmente). De hecho, la obra de Maquiavelo se presenta con las ambivalencias propias de una ciudad dividida. Autor de El príncipe fue el ciudadano republicano que redactó los Discursos sobre la primera década de Tito Livio. Esta última fue escrita en plena crisis de la ciudad y acabaría siendo un texto capital para la teoría moderna de la democracia. Parece ser que, en esta ocasión, el búho de Minerva sí voló al caer la noche.

Siguiendo las lecciones de los autores que he destacado anteriormente, me gustaría subrayar algunas aportaciones revolucionarias que Maquiavelo hizo a la teoría de la democracia y que nos pueden resultar útiles en la actualidad. Maquiavelo fue, para empezar, el fundador de la “actitud crítica” moderna (Foucault). Ese “manifiesto revolucionario” (Gramsci) que fue El príncipe no pensaba en los “principados nuevos” porque en ellos es donde se encontraban las “dificultades”. Es decir, para pensar la política Maquiavelo construyó el telón de fondo de la crisis. Resultado: la política se convirtió en un mecanismo de innovación en una práctica de construir “órdenes políticos nuevos” para hacerle frente a situaciones críticas y problemáticas. Al estilo del mejor Baudelaire, Maquiavelo abrió la puerta a buscar “lo eterno y lo inmutable” de la política en la crisis de la ciudad, precisamente cuando en esta reinaba “lo efémero, lo veloz, lo contingente”. Fundador de la “maestría de la sospecha” (Riocoeur), altero siempre las condiciones desde donde la política debía ser pensada y buscó la otra cara de la ciudad para producir un concepto radicalmente moderno del poder.

Con ello, la aportación decisiva de Maquiavelo fue, desde mi punto de vista, poner a “las ciudades primero” (Jacobs, Soja) en su reflexión sobre los proyectos históricos de la sociedad. Maquiavelo defendió en los capítulos más importantes de los Discursos una nación su-

mamente moderna de la misión histórica de las sociedades. Negó que el objetivo de estas fuera mantenerse inalterables a lo largo del tempo ya que "las cosas de los hombres están siempre en movimiento y no pueden permanecer estables". Ante ello aposto por ciudades preparadas para acometer grandes cambios en el presente que acabarían dejando huella en la memoria histórica de lo social. La condición de posibilidad de este poder en la historia era, para Maquiavelo, un espacio urbano que garantizara la autonomía y libertad de todos los ciudadanos. Solo en aquellas ciudades donde el pluralismo social estuviese garantizado habría el poder suficiente para realizar mutaciones decisivas.

Y ello a pesar de o precisamente por las disputas y enfrentamientos que en una sociedad libre y plural pudieran producirse. Maquiavelo pensaba (y esto alarmó a los espíritus de su tempo y, concretamente, a su colega Guicciardini) que la pugna entre los ciudadanos era un síntoma positivo de vitalidad urbana, de una ciudadanía "fuete" y en "aumento" que era motor del devenir de la sociedad. Es esta defensa de la libertad y el pluralismo, de la energía positiva del conflicto para la constitución de la ciudad y del compromiso histórico de las sociedades con el cambio la que haría de Maquiavelo un pensador revolucionario para la teoría de la democracia.

Internet: www.elpais.es (adaptado)

Cuestiones

1. De acuerdo con el texto, ¿cuál es, para el pensador florentino, el cometido de las sociedades en la historia?

2. Según el autor, ¿qué aportaciones revolucionarias hace Maquiavelo al concepto democrático?

3. De acuerdo con el artículo, ¿qué es lo que hace que los ciudadanos se alejen de sus raíces y se trasladen de los espacios públicos de decisión en el actual discurso sobre el cambio social? ¿Cuál es la propuesta de Maquiavelo?

4. ¿Cuál seria, para el articulista, la actitud del ciudadano en los momentos de crisis social?

5. Según el artículo, ¿cómo han de ser las urbes, para el pensador renacentista, en las que se produzcan cambios con consecuencias determinantes en la historia?

Texto para las cuestions de 6 a 10

Manuel Castells: "La sociabilidade real se da hoy en Internet"

Recién llegado del agitado Brasil, anda a las corridas este sociólogo español ciudadano del mundo. Sus textos lo convierten en el teórico más citado en trabajos sobre tecnologías de la comunicación mundialmente. Ahora que los contrapoderes también se organizan en red, ausculta el nuevo escenario de los movimientos sociales. **Redes de indignación y esperanza** tituló su último libro.

- Cuando hablamos del origen de su obra siempre hacemos referencia a todos esos exilios forzados por los que debió pasar. Huir del franquismo primero, de los coletazos del Mayo francés después, recalar en el Chile de Allende, ¿qué impacto tuvo en el perfil multicultural de su obra?

- Me marcó en dos sentidos. En términos de contenido aprendí que las relaciones de poder son fundamentales en toda sociedad. Quienes tienen el poder, organizan, institucionalizan nuestras vidas en función de sus intereses y valores. Al mismo tiempo, como agente que, afortunadamente, no acepta ese tipo de instituciones políticas, prácticas sociales y empresariales que no están en concordancia con sus deseos y aspiraciones, aprendí que siempre hay un contrapoder. Todo depende de cómo se jueguen estas relaciones de poder, que no se traducen sólo en el ámbito político o del Estado, sino que están en todos lados. Por eso las estudié en la ciudad, en la globalización, en la tecnología, en las identidades, y finalmente en los movimientos sociales, que para mí son el actor fundamental.

- Aquel inicio suyo coincide con lo que podríamos llamar los setentas (el Mayo francés, la buena salud del bloque socialista). En aquellos movimientos sociales, subyacía un factor ideológico que ha perdido presencia en los nuevos, ¿qué cambió?

- Es que los movimientos sociales no buscan tomar el poder. Nunca. Cuando lo intentan se vuelven movimientos político revolucionarios, que es otra cosa. El movimiento social busca cambios en las mentes de las personas y en las categorías culturales con las que la sociedad, normalmente, se piensa a sí misma. Desde este punto de vista, todos los grandes cambios en Europa y en gran parte del mundo salieron de los movimientos sociales de los 60 en los Estados Unidos, y del Mayo francés, principalmente. Ecologismo, derechos de la mujer, ideas modernas de autogestión, independencia de los partidos políticos... es lo que vemos ahora. Nuestro enemigo en el Mayo francés era tanto el Partido Comunista Francés como el capitalismo. Lo que se hundió en lo que nunca se propuso, tomar el poder. Es un error interpretarlo en categorías tradicionales. No queríamos nada de eso.

- Si tomar el poder no es lo superlativo, ¿estos movimientos no terminan por diluirse o volverse funcionales a las verdaderas redes del poder?

-No, porque lo peor que puede hacer un movimiento social es transformarse en lo mismo que combate. Conquistar el poder para hacer más o menos lo mismo, como ocurre con la social democracia, sepulta la legitimidad del proyecto. Si llegar al poder quiere decir gestionar todo aquello contra lo que se lucha con un acento más de izquierda pues no estamos frente a un movimiento social. Eso es la izquierda política, que es muy importante, pero los cambios culturales implican otro proceso. En términos políticos, un año después del Mayo francés cayó De Gaulle, se tuvo que jubilar. Poco tiempo después cayó la derecha francesa, remplazada por el socialismo, entonces, también se determinaron cambios políticos en Francia. Pero la idea de que si no se llega al poder se le hace el juego a los que están en el poder es histórica y empíricamente errónea. Todos los movimientos sociales terminan siendo o cooptados o destruidos. Nunca ganan como movimientos sociales. Lo que ganan son sus ideas. La cuestión es cuál es su productividad histórica una vez que desaparecen, ¿Desaparecen y ya, o desaparecen y germinan algunas de esas ideas que los movilizaron?

- Hubo movimientos sociales inspirados en el marxismo, cristalizados en la revolución rusa, desvirtuados con el estalinismo. Hay varios ejemplos como este, pero lo que primaba eran las identidades fuertes, ideas y conceptos marcados y definidos, ahora parece todo má difuso...
- Sí, pero esa es la fuerza de estos movimientos. La revolución soviética fue un golpe de Estado, en el sentido que remplazó un estado por otro aunque fuera totalmente distinto y funcionara con una lógica distinta. No nació de un movimiento social, y si nació, este fue remplazado y destruido por los bolcheviques, que era un grupo minoritario en el movimiento revolucionario antizarista. Luego el imaginario colectivo de América latina ignoro durante mucho tiempo la realidad de una de las experiencias totalitarias más crueles de la historia. El movimiento social había sido aplastado en esos meses de revolución y durante la guerra civil que siguió. Los marinos de Kronstadt, los campesinos revolucionarios de Makhno, estos eran verdaderos movimientos sociales a los que el régimen soviético se dedico a liquidar ya desde Lenin. Después Stalin lo organizo científicamente. El movimiento social fue el movimiento obrero, que tuvo un impacto histórico e institucional muy importante expresado en grandes progresos y reformas sociales. Los derechos los trabajadores, el derecho al voto, el estado de bienestar, lo convierten en un movimiento que dio grandes cambios sociales y políticos de la historia. El movimiento obrero era el movimiento social, pero no fue esto lo que germinó en la Unión Soviética.
- Entonces, ¿con qué podríamos identificar hoy el concepto de lucha de clases si es que cabe alguna equivalencia?
- Es un concepto que tuvo su papel histórico, pero que hoy simplemente no va con esta realidad. Las luchas sociales que hay ahora definitivamente no son luchas de clase. Aquí, en Europa, o en cualquier lugar. Para empezar son luchas por los derechos humanos. La palabra clave para todas estas luchas es dignidad. Se produce un efecto de indignación en defensa de la dignidad, una explosión espontánea de gente que se siente humillada constantemente por el sistema político. No es una lucha de clases, aunque se puede encontrar siempre un contenido en la reivindicación social, en la explotación o la pobreza. Absolutamente. No son construcciones mentales arbitrarias, salen de una experiencia de explotación y ahí sí se puede expresar que hay una estructura de clases en la sociedad, pero las luchas no son de clase en casi ninguna parte del mundo. La única lucha de clase, y esto resulta interesante y paradójico, se está dando en China.
- Disputas que se derivan de las nuevas matrices laborales en la sociedad en red, que usted describe: ¿es necesario crear nuevas categorías para pensar sociológicamente este cambio?
- Hay que partir de la observación y buscar las categorías más simples. Por ejemplo, en todo el mundo estamos en un proceso de flexibilización laboral y de individualización de estas relaciones. Es un proceso de desocialización. Si la sociedad industrial tomó artesanos y campesinos y los integró a grandes organizaciones en las que materialmente se unificaban las condiciones de trabajo y por lo tanto se formaba una clase, ahora vemos que sucede lo contrario. Asistimos a la disolución de estas grandes concentraciones de trabajo están cada vez más individualizadas. Los sindicatos siguen existiendo y seguirán siendo importantes por un tiempo, pero son organizaciones sociopolíticas, mucho más que organizaciones de defensa de los trabajadores en concreto, salvo en el sector público.
- ¿Podemos decir entonces que el gran objetivo de estos movimientos es volver representativa de verdad a esta democracia tan poco representativa?
- Es justamente eso. Son movimientos absolutamente diversos que crecen en culturas y contextos diferentes. Pero tienen tres comunes. Se inician por Internet, viven siempre en la red y desde allí van y vienen al espacio urbano, son rizomáticos. Segundo, parten de una indignación espontánea, y ante todo defienden su dignidad. Y tercero: en cuestión de objetivos programáticos, tienen tantos programas que no tienen ninguno. No bay un objetivo ni una ideología común, pero como usted dice muy bien, en todos los casos el tema central es la democracia.

Son movimientos por la democracia. Y propugnan la construcción de un nuevo sistema de representación de las voces de los ciudadanos, son movimientos prodemocracia pero de una democracia en cuya búsqueda están. No tienen un modelo definido, pero buscan formas que no son las actuales.

- Su obra toda es una apuesta al cambio social. ¿Trabaja siempre pensando en la acción, en llecar al territorio sus trabajos académicos? Y si es así: ¿como le gustaría, una vez que pase este momento de confusión, de transición sociopolítica, que sus ideas se vieran reflejadas?

- El cambio social no era mi pasión, sino mi deber, mi deber moral frente a la sociedad para no quedarme encerrado solo como un investigador. Soy feliz escribiendo, investigando, enseñando, esto es el centro de mi vida. Y en la investigación, cuanto más ligada al cambio social está, más importante es que sea rigurosa y no ideológica. Hacia el futuro yo estoy intentando entender realmente cuál es este proceso de transición histórica hacia nuevas formas de civilidad y de construcción de la coexistencia entre los humanos, algo que veo en peligro. Voy a seguir en esto, pero a la vez llevo tres tipos de investigación empírica. Una, sobre la crisis, que aqui en la Argentina no la notan, también trabajo sobre las formas de economía alternativa que están surgiendo en Europa, que es básicamente la economía de la solidaridad, y estoy trabajando en ver como estos movimientos, que ya estoy convencido son el patrón de movimientos sociales de nuestro siglo, llegan o no a producir cambios institucionales y de políticas sociales y económicas que afecten de manera positiva la vida de la gente. Esto no lo podemos inventar, ninguna teoría lo puede solucionar, es mirando estos movimientos que aprenderemos. En ello estoy.

Internet: <www.revistaenie.com> (adaptado)

Cuestiones

6. A partir de la entrevista al profesor Castells, desarrolle la evolución que han sufrido los movimientos sociales a lo largo del tempo.

7. Para el sociólogo entrevistado, ¿en qué consiste la victoria de los movimientos sociales? Justifique su respuesta.

8. ¿Cuál es la diferencia, según Castells, entre los movimientos sociales y los movimientos político revolucionarios?

9. La observación le há llevado al autor de Redes de indignación y esperanza a descubrir una evolución en los moldes laborales desde la época industrial hasta la actualidad. ¿en qué consiste esta evolución para el autor?

10. Para el intelectual entrevistado, ¿cuál es la relación de los movimientos sociales actuales con los que puedan aparecer a lo largo del presente siglo? ¿Qué es lo que ello puede suponer en los ciudadanos? Justifique su respuesta.

VINICIUS FOX DRUMMOND CANÇADO TRINDADE (38,7/50)

Não é permitida marca identificadora nesta página.

3,35

CUESTIÓN 1

Según el texto, para Maquiavelo, la misión de las sociedades en la historia es de ponerse en movimiento, preparadas para la promoción de grandes cambios a lo largo del tiempo. En este marco, es esencial un espacio urbano de garantía de la autonomía y libertad.

CG 1,25 CT 0,70 OI 0,70 CL 0,70

CUESTIÓN 2

3,90

De acuerdo con el texto, la obra de Maquiavelo construyó una noción revolucionaria de la teoría de la democracia, basada en la libertad y el pluralismo político como condiciones para la constitución de una ciudad moderna.

CG 0,70 CT 0,70 OI 1,25 CL 1,25

CUESTIÓN 3

3,90

El autor analiza el discurso sobre el cambio social bajo un ángulo negativo, puesto que se está transformando en una ideología de tendencias antidemocraticas, sin el necesario debate político. En este contexto, la propuesta de Maquiavelo es de defensa de un espacio público plural que pueda producir una deliberación entre los ciudadanos.

CG 0,70 CT 1,25 OI 0,70 CL 1,25

CUESTIÓN 4

1,60

En los momentos de crisis social, el autor critica la actitud de trasladar de los espacios públicos y de adoptar un activismo omisivo de los dilemas de la actualidad. Siendo ello así, en estos momentos, es necesario ingresar en los ~~espacios~~ grupos de debate y deliberación política.

CG 0,70 CT 0,70 OI 0 CL 0,70

4,45

Não é permitida marca identificadora nesta página.

CUESTIÓN 5

1	De acuerdo con Maquiavelo, para que las ciudades tengan el
2	poder para acometer cambios determinantes en la historia,
3	es necesario la garantía de un espacio de autonomía y
4	libertad de los ciudadanos, donde disputas y enfrentamientos
5	produzcan una fuerte cidadanía y vitalidad social.

3,90 CG 0,70 CT 1,25 OI 1,25 CL 1,25

CUESTIÓN 6

1	A partir de la entrevista de Manuel Castells, se concluye que los
2	movimientos sociales han sufrido una importante evolución. En efecto,
3	los movimientos actuales no son de luchas de clases, sino que de luchas
4	sociales espontáneas por los derechos humanos y la dignidad.
5	

CG 1,25 CT 0,70 OI 0,70 CL 1,25

5

CUESTIÓN 7

1	Según el entrevistado, la victoria de los movimientos sociales
2	consiste en la germinación y la repercusión histórica de
3	sus ideas políticas, con el objetivo de promover cambios
4	en la sociedad.
5	

CG 1,25 CT 1,25 OI 1,25 CL 1,25

3,90

CUESTIÓN 8

1	El entrevistado señala que la diferencia básica entre los movimientos
2	sociales y los movimientos políticos revolucionarios es que estes
3	intentan tomar el poder. En este marco, lo que los movimientos
4	sociales buscan, en realidad, es el cambio en las mentes de
5	las personas.

CG 0,70 CT 1,25 OI 0,70 CL 1,25

Não é permitida marca identificadora nesta página.

CUESTIÓN 9 4,45

1	Según Manuel Castells, el proceso de flexibilización laboral en
2	redes de trabajo y la creciente individualización de estas
3	relaciones son las características principales de la evolución de
4	los moldes laborales desde la época industrial, marcados en
5	el pasado por grandes organizaciones unificadas.

4,45 CG 1,25 CT 1,25 OI 1,25 CL 0,70

CUESTIÓN 10

1	Para el entrevistado, los movimientos sociales actuales propugnan
2	la construcción de un nuevo sistema de representación de
3	los intereses de los ciudadanos y consisten en el patrón
4	de otros movimientos que puedan aparecer a lo largo del siglo.
5	

CG 1,25 CT 0,70 OI 1,25 CL 1,25

FRANCÊS

Texte pour les questions 11 à 20

Qu'est-ce qu'une puissance au XXIe siècle ?

Avant de tenter d'éclairer cette question, il convient de s'entendre sur les concepts. Celui de puissance, qui s'applique à toute unité active et en particulier à toute unité politique, est l'un des plus discutés dans la littérature. Il prête à beaucoup de confusion. Je commencerai donc par préciser ma propre interprétation. Il importe de distinguer entre pouvoir et puissance.

J'appelle pouvoir d'une unité active la capacité de mobiliser ses ressources dans des directions déterminées, et potentiel l'ensemble des objectifs virtuellement atteignables par cette mobilisation. La notion de puissance concerne le passage du virtuel au réel, c'est-à-dire le passage à l'acte, à la fois discontinuité et choix. Toute unité active dispose de ressources. Dans la littérature américaine, on parle souvent des resources of power, sans d'ailleurs distinguer, s'agissant du mot power, entre pouvoir, potentiel et puissance . L'Organisation qui dirige l'unité active exerce, par définition, le pouvoir collectif. Typiquement, le Gouvernement pour un Etat. Cette Organisation peut elle-même s'analyser comme une unité active et ainsi de suite, comme des poupées gigognes. L'identification du potentiel est un travail qualitatif auréolé d'incertitude, qui repose sur une analyse de l'environnement et sur une réflexion concernant le croisement des stratégies, celles de l'unité active en question, et celles de ses partenaires comme de ses opposants.

Sans ressources, il n'y a ni pouvoir ni potentiel. Une unité active peut disposer de ressources sans être capable de les mobiliser dans une direction voulue. Dans les deux cas, le problème de la puissance ne se pose pas. Naturellement, ces deux situations extrêmes n'existent pas dans la réalité. Toute unité active dispose d'un minimum de ressources et d'un minimum de capacité d'en faire usage. Mais on ne doit pas négliger le troisième cas, où l'impuissance provient non pas de l'absence de ressources ou de direction, mais d'un blocage dans une conjoncture particulière, face au passage à l'acte. Répétons que le passage à l'acte, c'est-à-dire la transition du virtuel au réel, est toujours une discontinuité.

Les ressources, humaines et matérielles, sont donc à la base de la puissance. Par ressources humaines, j'entends le capital humain dans l'acception pleine du terme, avec ses dimensions démographiques au sens large, mais aussi les forces morales, typiquement dérivées de la culture, de l'idéologie, de la religion ou des émotions. Un aspect essentiel de l'idéologie concerne les territoires, et constitue historiquement l'essence de la notion de géopolitique. [...]

Ainsi entendues, les ressources humaines incluent le travail au sens économique, mais aussi les facteurs sous-jacents au soft power. Cette expression, forgée par le professeur Joseph

Nye dans le contexte de ses travaux sur l'avenir de la puissance américaine, se réfère à la capacité d'obtenir des autres ce qu'on veut qu'ils fassent, sous le seul effet de la conviction. Le

leadership en est le prototype. Le rayonnement des cultures et le mouvement naturel des idées en sont des manifestations plus diffuses. Le soft power est donc d'ordre psychologique et sociologique. Par contraste, le hard power concerne la mobilisation de ressources tangibles,

lesquelles recouvrent évidemment une gamme très large de biens souvent complémentaires au soft power, qu'il s'agisse par exemple de faire de la propagande, de diffuser une culture, de

menacer de faire la guerre ou de la faire effectivement. Je ne donne pas ces exemples au hasard, mais pour montrer qu'en pratique le soft power est presque toujours associé à une dose de hard power. Toujours inspiré pour forger de nouvelles expressions, Joseph Nye parle aussi de smart power pour qualifier ce type de couplage, où le hard power intervient en soutien au soft power et non l'inverse. Il fut un temps où l'Union soviétique excella dans ce domaine et, de nos jours, les exemples abondent. Je pense par exemple aux Jeux Olympiques. Les unités actives, en particulier les unités politiques, sont inégalement habiles face à l'exercice du smart power. En particulier, quand il s'agit de travailler sur leur image et leur réputation. [...]

J'ai défini le pouvoir comme la capacité de mobiliser des ressources dans une direction déterminée. Cette mobilisation et cette direction sont décidées par une Organisation qui elle-même doit souvent être analysée comme une unité active avec sa propre Organisation et ainsi

de suite. Ceci conduit à l'idée, essentielle dans les sociétés contemporaines – et certainement

de plus en plus dans les prochaines décennies -, de ce que j'ai appelé les "usines de production

des décisions''. Un aspect important de cette question est la tendance à l'organisation du pouvoir par ressource, et donc à une forme de séparation des pouvoirs, évidemment différente de celle de Montesquieu. Ainsi parle-t-on couramment de la puissance économique, de la puissance militaire ou du pouvoir culturel. Chaque pouvoir est associé à une catégorie de

ressources, mais aussi à une catégorie d'objectifs pensés comme susceptibles d'être atteints

par leur mobilisation, à la limite indépendamment des autres ressources. La tendance au fractionnement, qui est liée à la technicité croissante de chaque domaine, ne s'arrête évidemment pas là. En économie, on distinguera par exemple la puissance industrielle et la

puissance financière ; dans les armées, entre la puissance terrestre, navale ou aérienne.

[...] L'imperfection de telles "usines'' est reconnue, au moins depuis la thèse célèbre de Graham Allison sur la crise des missiles de Cuba . Par imperfection, j'entends les inefficacités mais, plus gravement, le risque de produire des décisions aberrantes ou catastrophiques. Je crois que cette question de la coordination des pouvoirs, qui touche à la fois au fonctionnement interne des Etats et aux différents modes de la coopération internationale, donc à la gouvernance mondiale à tous les niveaux, est l'une des plus importantes qui nous soit posée au XXIe siècle. L'enjeu a considérablement augmenté avec l'apparition du cyber-pouvoir, celui-là non spécifiquement militaire. Il s'agit de la capacité, pour toutes sortes d'unités actives, d'agir sur le "cyber-espace'', c'est-à-dire sur les systèmes de toute nature qui sont connectés directement ou indirectement via Internet. L'affaire Wikileaks a révélé la fragilité du secret diplomatique. Américains et Israéliens ont apparemment démontré leur capacité à intervenir sur les installations nucléaires iraniennes, ce dont beaucoup peuvent se réjouir, mais on parle moins de cyber-attaques quotidiennes dans le monde, qui font froid dans le dos. Des scénarios cauchemardesques sont devenus concevables sinon probables, comme un accident majeur provoqué sur une centrale nucléaire, la neutralisation de tous les

systèmes informatiques d'une banque ou d'un système de communication aérien, ou même l'assassinat à distance de patients porteurs d'équipements thérapeutiques digitalisés. La difficulté est que l'internet s'est développé de façon épigénétique, de sorte qu'aucun plan n'a inclus les préoccupations de sécurité à son origine. Aujourd'hui, le système est massivement asymétrique, en faveur de l'attaque. Je crains qu'on ne se trompe guère en prédisant l'occurrence d'une catastrophe majeure, tôt ou tard. Il est plus difficile d'en prévoir les conséquences, mais l'une d'entre elles pourrait être une tendance à la nationalisation du Web, ce qui est techniquement possible. Cette perspective n'est d'ailleurs pas la seule dans le sens d'un ralentissement de la mondialisation et d'un retour partiel aux formes plus classiques de la puissance.

Thierry de Montbrial, séance de l'Académie des sciences morales et politiques du 07/01/13

Questions

11. Quelles sont les raisons qui amènent T. De Montbrial à distinguer pouvoir et puissance ?

12. Cette Organisation peut elle-même s'analyser comme une unité active et ainsi de suite, comme des poupées gigognes. » (paragraphe 2) Expliquez dans ce contexte l'expression « poupées gigognes ».

13. D'après la définition de T. De Montbrial, l'ONU constitue-t-elle une puissance ?

14. Redéfinissez avec vos propres mots la notion de ressources humaines, telle que l'entend T. De Montbrial.

15. Dans quel domaine le Brésil peut-il, selon vous, accroître son rayonnement ?

16. Donnez une définition complète ainsi qu'un exemple de ce que J.Nye appelle « smart power ».

17. Pour vous, l'organisation de grands évènements sportifs relève-t-elle d'un acte de soft power prépondérant pour l'essor d'un pays ?

18. Comment comprenez-vous l'affirmation suivante : « Les usines de production des décisions » occasionnent une forme de séparation des pouvoirs bien différente de celle de Montesquieu (paragraphe 6) ?

19. Selon T. De Montbrial, quel pouvoir a-t-il fait son apparition au cours du XXIème siècle ? Citez quelques exemples de son potentiel d'action ?

20. A la fin du texte, l'auteur avance l'idée suivante : « Le ralentissement de la mondialisation et d'un retour partiel aux formes plus classiques de la puissance. » Explicitez ce que pourrait être « un retour aux formes classiques de puissance. »

LUIZ HENRIQUE ELLER QUADROS (44,75/50)

Não é permitida marca identificadora nesta página.

QUESTION 11 3,5

Thierry de Montbrial souligne qu'il est important de faire la différence entre le pouvoir et la puissance car ces concepts sont souvent mélangés. L'auteur précise que le pouvoir est la capacité d'un pays de faire valoir ses ressources pour atteindre un but quelconque. À son tour, la puissance serait en relation avec l'utilisation effective de ces ~~ressources~~ moyens, avec l'action elle-même, donc.

R 1,5 L 1,25 S 0,75 — R 1,5 L 1,25 S 0,75

QUESTION 12 2,5

L'expression "poupées gigognes" est utilisée par l'auteur pour transmettre l'idée de contrôle d'une organisation sur une autre qui obéit à la précédente comme une poupée. Dans le contexte de la stratégie militaire, la tête est le gouvernement, alors que la poupée est l'unité active, c'est-à-dire les ressources à mobiliser.

R 0 L 2 S 0,5 — R 0 L 2 S 0,5

QUESTION 13 5

L'ONU est une organisation internationale contrôlée par ses ~~États-mem~~ État-membres. Or, il est évident qu'elle dispose de moyens importants en matière de pouvoir. En même temps, il est aussi vrai que l'ONU n'a aucune capacité de transformer ses ressources en action sans mandat du Conseil de Sécurité, d'où l'on pourrait conclure qu'elle ne constitue pas, à vrai dire, une puissance.

R 2 L 2 S 1 — R 2 L 2 S 1

QUESTION 14 4,75

Pour T. De Montbrial, les ressources humaines sont non seulement les personnes peuplant un ~~pays~~ pays, mais aussi sa production intellectuelle, sa capacité de créer des ressources économiques ainsi que des concepts d'ordre morale et religieuse. ~~Ce~~ Ces atouts feraient qu'un pays dispose d'un "soft power" ~~assez~~ important.

R 2 L 1,75 S 1 — R 2 L 1,75 S 1

Não é permitida marca identificadora nesta página.

QUESTION 15 4,75

1	Le Brésil est un pays qui dispose d'innombrables ressources ~~et~~ tant
2	au niveau économique ~~et~~ comme au niveau des ressources humaines. A mon
3	sens, le pays peut tirer profit de son paysage, de sa culture, de sa
4	musique et aussi de sa tradition ~~pacifique~~ de non confrontation pour
5	augmenter son influence dans le monde. Le cinéma est aussi utile dans ce sens.

R1 L1,75 S2 R1 L1,75 S2

QUESTION 16 4,25

1	Le concept de "smart power" sert à traduire un situation dans laquelle
2	un État, pour faire croître son rayonnement e son "smart power",
3	utilise des moyens "durs", soit le hard power. Quand les États Unis ~~utilisent~~
4	utilisent son poids économique pour ouvrir les marchés européens aux
5	films de Hollywood, c'est bien ~~à~~ cela qu'on constate. R2 L1,25 S1

R2 L1,25 S1

QUESTION 17 5

1	Je pense que l'organisation de grands événements sportifs ne peut
2	devenir un acte de "soft power" que si le pays concerné a déjà une
3	réputation internationale importante. Le cas de la Russie est ~~révélateur~~ un
4	exemple de faible utilisation de "soft power" même avec ~~les J.O. d'hiver~~ les JO
5	de Sochi qu'elle organise. Par contre, le Brésil tire profit de ce type d'événement.

R1 L2 S2 R1 L2 S2

QUESTION 18 5

1	Montesquieu a décrit un système de gouvernement où coexistent trois pouvoirs
2	indépendants : l'exécutif, le législatif et la justice. Or, les usines de production
3	des décisions dont parle l'auteur sont elles aussi des centres de pouvoir, mais
4	cela concerne le domaine des ressources stratégiques telles que le secteur
5	économique, ~~le~~ militaire et ~~le~~ culturel.

R2 L2 S1 R2 L2 S1

Não é permitida marca identificadora nesta página.

QUESTION 19 5

1 L'auteur signale l'apparition du cyber-pouvoir au cours du XXIème
2 siècle. Le potentiel d'action de ce pouvoir s'est déjà fait sentir
3 lors de la publication des secrets diplomatiques américains par Wikileaks. D'autres
4 actions possibles seraient des cyber-attaques provocant des catastrophes
5 nucléaires ou bien la mise hors service d'un système financier ou autre.

R2 L2 S1 R2 L2 S1

QUESTION 20 5

1 Les formes classiques de puissance sont celles qui ont origine
2 une source nationale. Cela veut dire que si l'Internet devient de
3 plus en plus nationalisé (contrôlé par les États), elle risque de se
4 transformer en tableau de jeu stratégique où les pays font la guerre
5 (quoique mimétique) pour dominer les autres, comme dans le passé.

R1 L2 S2 R1 L2 S2

O GUIA

DO CALANGO LUMBRERA

As melhores e piores respostas do CACD 2014

Material de Estudo para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

ÍNDICE

DIREITO

ECONOMIA

APRESENTAÇÃO

Em 2013, a turma de aprovados no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD) teve uma grande ideia: lançar uma coletânea de suas melhores e piores respostas no certame. Sem conflitar com o guia de estudos oficial, publicado pelo Instituto Rio Branco em parceria com o Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE), **O guia do filhote de gnu** foi indispensável à preparação de milhares de candidatos, incluídos os dezoito que conseguiram aprovação em 2014. O PDF de 218 páginas já nasceu clássico, e as expectativas de que os aprovados deste ano fizessem algo parecido eram mais do que naturais. É com satisfação, portanto, que apresentamos **O guia do calango lumbrera – As melhores e piores respostas do CACD 2014**.

O Chanceler Azeredo da Silveira (1917-1990), lembrado na prova de português deste ano, afirmou que a melhor tradição do Itamaraty era saber renovar-se. Nesse sentido, mantivemos princípios do **Gnu**, mas também propusemos duas novidades.

A ideia de publicar as três melhores respostas da terceira fase e a pior delas foi preservada. No caso dos empates das respostas mais bem avaliadas, que foram muitos neste ano, usamos como critério a tentativa de representar cada candidato com algo como três ou quatro questões, de modo que todos os estilos estivessem contemplados no guia. Como inovação, figura a transcrição dos espelhos de prova dos dezoito aprovados, sem identificação, bem como informações sobre recursos contra penalizações gramaticais e respostas da banca. Ademais, foi feito um apanhado estatístico referente ao perfil dos aprovados: anos de estudo para aprovação, idade média, curso de formação, entre outros dados quantitativamente aferidos em entrevista com todos os aprovados no concurso do CACD 2014.

Devemos dizer algumas palavras sobre o nome desta coletânea.

Uma página de Facebook sugeriu que os aprovados do CACD 2014, que integram a menor turma do Instituto Rio Branco desde 1989, seriam os Dezoito do Forte. Apreciamos a criativa associação com a revolta tenentista de 1922 e propomos um título que dialoga com o achado de maneira bem-humorada e que foi muito bem representado no desenho de Solange Ribeiro, artista brasileira a quem agradecemos pela imagem de capa do guia.

Segundo o Dicionário Houaiss, calango é “design. comum a diversos lagartos de pequeno porte, esp. da fam. dos teiídeos”. Não se trata, pois, de uma espécie, mas de um conjunto de espécies. Há, nessa escolha, uma tentativa de dizer algo sobre a nossa diversidade: os do Forte somos sete mulheres e onze homens de quatro regiões brasileiras, formados em

graduações como física, odontologia e publicidade, além das clássicas relações internacionais e direito. As singularidades das nossas respostas refletem nossas diferentes trajetórias e visões de mundo.

Diminuto, não raro confundido com a paisagem, o calango também é tido como um bicho insignificante e até mesmo desprezível, o que ajuda a afastar qualquer tentação de autoelogio.

Lumbrera, por seu turno, foi uma palavra mencionada no exame de espanhol e desconhecida pela maioria de nós. De acordo com o dicionário da Real Academia Española, trata-se de "persona que brilla por su inteligencia y conocimientos excepcionales". Lumbrera não foi aqui empregado para ressaltar uma suposta genialidade, mas para lembrar o vocábulo estrangeiro obscuro. Buscamos, de alguma maneira, evocar a máxima socrática de que só sabemos que nada sabemos.

Entre a insignificância do calango e o jogo de claro e escuro do lumbrera, desejamos ressaltar que o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, ainda que bastante difícil, é humanamente possível. Que nossas respostas que impressionaram a banca e aquelas que não a comoveram sirvam de inspiração para os nossos futuros colegas. – Turma de 2014

ESTATÍSTICAS

O intuito dessas estatísticas é fornecer maiores dados quantitativos acerca dos aprovados no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática de 2014. Com eles, desejamos quebrar ou ajudar a minimizar alguns mitos e questionamentos, como: (i) é impossível ser aprovado em sua primeira tentativa na terceira fase; (ii) é impossível/muito difícil ser aprovado se estiver trabalhando; (iii) apenas formados em Relações Internacionais são aprovados; (iv) sou muito novo/velho para ser aprovado; (v) será que algum dia conseguirei passar no TPS?; (vi) a aprovação no CACD é um processo de longo prazo? De quanto tempo?

Obviamente, algumas dessas questões não podem ser resolvidas por meros dados quantitativos, mas a intenção deles é mostrar que existem diversos caminhos que podem ser percorridos, a fim de se alcançar a aprovação em um dos concursos mais difíceis do Brasil.

A Turma do Instituto Rio Branco 2014-2015 é composta por 19 pessoas. Dessas, 18 foram aprovadas no Concurso 2014.

Dos 18 aprovados no último concurso, aproximadamente 40% (7 em termos absolutos) são mulheres, compondo uma das turmas com o maior percentual feminino da história do Instituto.

A média de idade dos aprovados é de 28 anos. O mais jovem tinha 23 anos no momento de sua aprovação. O mais velho, 33 anos.

Em termos de formação universitária dos aprovados no último concurso, tem-se:

7 formados em Relações Internacionais

5 formados em Direito

1 formado em Economia

1 formado em Filosofia

1 formado em Física

1 formado em Odontologia

1 formado em Letras e Propaganda

1 formado em História

Dos 18 aprovados, um foi beneficiário do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco.

Quando verificada a quantidade de reprovações na primeira fase (TPS), a média foi de 1,3 vezes. A maior quantidade de reprovação por um mesmo indivíduo na primeira fase foi 4 vezes. A menor foi 0 vezes. Dos 18 aprovados, apenas 2 nunca foram reprovados na primeira fase. 11 pessoas foram reprovadas uma vez. 4 pessoas foram reprovadas duas vezes.

Na estatística referente à terceira fase, a média de tentativas foi de 1,8 vezes. Aproximadamente 40% (7 pessoas) passaram de primeira na terceira fase. A mesma porcentagem (aproximadamente 40%) foi aprovada na segunda tentativa. Pouco menos de 17% (3 pessoas) passaram na terceira tentativa. Uma pessoa passou na quarta tentativa.

A média de anos de estudo dos aprovados foi de 3 anos. O que passou mais rápido estudou um ano. O que mais demorou a passar estudou 5 anos.

Quando verificada a porcentagem de aprovados que estudaram e trabalharam concomitantemente, obteve-se que 33% (6 pessoas) realizaram as duas atividades durante todo/maior parte do período em que se dedicaram ao Concurso de Admissão à Carreira Diplomática. O tempo médio de aprovação apenas desse grupo de indivíduos foi de aproximadamente 4 anos, um pouco superior à média geral acima mencionada.

PORTUGUÊS

***As marcações dos erros microestruturais foram destacadas em vermelho**

REDAÇÃO

Texto I

Planejar uma política externa exige — além do conhecimento da conjuntura interna do país — o estudo do quadro internacional dentro do qual essa política deverá operar. É necessário, portanto, antes de mais nada, tentar prever a evolução provável da conjuntura mundial nos próximos anos, como pano de fundo para as opções possíveis da diplomacia brasileira. Um exercício desse gênero comporta elementos impressionísticos inevitáveis, pois não é possível antecipar tendências futuras com a mesma precisão com que podemos descrever acontecimentos atuais. O máximo que podemos fazer para limitar o alcance do componente puramente especulativo é formular hipóteses alternativas e, em seguida, verificar a maior ou menor plausibilidade de cada uma delas.

Antonio Francisco Azeredo da Silveira. Política externa brasileira: seus parâmetros internacionais. 16/1/1974. Arquivo do CPDOC, FGV.

Texto II

O Brasil, em razão de fatores objetivos, tem um destino de grandeza, ainda relativa em nossos dias, ao qual não terá como se furtar, e isso lhe impõe a obrigação de encarar o seu papel no mundo em termos prospectivos fundamentalmente ambiciosos. Digo ambição no sentido de vastidão de interesses e escopo de atuação, e não no desejo de hegemonia ou de preponderância.

Antonio Francisco Azeredo da Silveira. Discurso proferido em 9/11/1976, apud Matias Spektor (Org.). Azeredo da Silveira: um depoimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

Texto III

O mundo tem passado por transformações significativas, e o lugar do Brasil no mundo mudou. Essas transformações incidem sobre a própria distribuição do poder mundial. Desenham-se os contornos de uma configuração multipolar da geopolítica e da geoeconomia mundial. A desconcentração do poder econômico e político no espaço internacional vem conferindo mais voz e peso aos países emergentes. (…) A confluência dessas grandes transformações no Brasil e no mundo tem efeitos significativos sobre a formulação e a execução da política externa brasileira. Tenho enfatizado que a política externa é parte integral do projeto nacional de

desenvolvimento do Brasil — econômico, político, social, cultural. Nesse papel de instrumento do desenvolvimento, uma política externa sem perspectiva estratégica de longo prazo torna-se reativa, sem direção.

Luiz Alberto Figueiredo Machado. Discurso proferido na abertura dos Diálogos sobre Política Externa, em 26/2/2014 (com adaptações).

A partir da leitura dos fragmentos de texto acima, discuta e opine a respeito das perspectivas de longo prazo da política externa brasileira, tendo em vista as circunstâncias internas e os cenários internacionais a ela relacionados.

Extensão do texto: 600 a 650 palavras

[valor: 60 pontos]

53,25/60

O Pragmatismo Responsável, conduzido por Azeredo da Silveira, e a política externa contemporânea apresentam aspectos de continuidade e de ruptura. Tanto a estratégia desenvolvida na década de 1970 quanto aquela elaborada por Luiz Alberto Figueiredo enfatizam o desenvolvimento e a mitigação das assimetrias globais como objetivos de longo prazo da diplomacia brasileira. Cabe ressaltar, entretanto, que não somente o contexto internacional é, significativamente[1], diferente nos dois períodos, mas também os meios de ação externa do Brasil foram transformados. O processo de redemocratização e a maior projeção do país no mundo ampliaram os temas da agenda diplomática nacional e viabilizaram o aumento do interesse da sociedade pela política externa do país, o que influenciará, positivamente, o processo de inserção do Brasil no contexto global.

Segundo Gelson Fonseca, uma das diferenças fundamentais entre a política externa do período posterior à redemocratização e aquela desenvolvida durante o regime de exceção é a ênfase no multilateralismo como meio de ação. Segundo o autor, a busca de autonomia decisória, na década de 1970, dava-se pelo afastamento brasileiro dos foros internacionais, em estratégia que denominou autonomia pela distância. Atualmente, o âmbito multilateral é meio prioritário da ação externa do país, o que caracteriza o novo paradigma da política externa nacional, chamado autonomia pela participação. Os foros multilaterais tornaram-se, portanto, centrais na estratégia de inserção de longo prazo do país, o que pode ser evidenciado pelo ativo engajamento brasileiro na reforma da Organização das Nações Unidas (ONU) e pela criação de organizações internacionais regionais, de que é exemplo a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

Luiz Alberto Figueiredo afirmou, recentemente, que "o diálogo diplomático é, também, um diálogo com a sociedade". Essa percepção demonstra o interesse de que a autonomia pela participação não seja obtida somente com a inserção do país no âmbito multilateral, mas também pelo ativo engajamento da sociedade civil na formulação da política externa. A elaboração do Livro branco da política externa, no qual serão apresentadas as diretrizes de longo prazo da estratégia internacional do Brasil, bem como a realização dos Diálogos sobre Política Externa, é[2] evidência da importância atribuída pela diplomacia à participação popular. Esse processo garante legitimidade à tendência de continuidade da projeção internacional do Brasil e aos pleitos históricos de democratização dos foros multilaterais, o que dota de conteúdo a emergência político-econômica nacional.

A Rio+20 e a Conferência das Nações Unidas para o meio ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) são simbólicas do momento de transição das estratégias desenvolvidas pelos regimes militares para as elaboradas pela diplomacia democrática. Essas conferências não se destacam apenas pela grande participação de Chefes de Estado e pela contribuição popular, mas também porque consolidaram o meio ambiente como tema prioritário da agenda internacional. Os direitos humanos, o desenvolvimento social e o meio ambiente não são mais considerados secundários, o que relativiza a ideia de que a diplomacia trata apenas de temas distantes da população. Há, portanto, uma tendência de aproximação das políticas públicas desenvolvidas internamente e aquelas elaboradas no âmbito internacional, o que transforma as políticas externas contemporâneas e do futuro em importantes meios de desenvolvimento econômico e social.

As reivindicações históricas do Estado brasileiro pela diminuição das assimetrias globais e pelo desenvolvimento de um multilateralismo de reciprocidade foram complementadas, recentemente, pela maior participação da sociedade civil no processo de elaboração da política externa. Esse maior engajamento fortalece os pleitos tradicionais do Brasil, como a redução da pobreza e a reforma das organizações internacionais com sistema de representação inadequado ao século XXI, e garante legitimidade à ascensão do país no âmbito externo. Esses processos são desenvolvimentos contemporâneos, mas que[3] deverão influenciar a diplomacia brasileira no futuro de forma intensa. O “destino de grandeza” do Brasil, mencionado por Azeredo da Silveira, será atingido não pelo alijamento da população, mas pela sua intensa contribuição.

Marcações da banca:

[1] Pontuação

[2] Concordância Verbal

[3] Construção de período/Colocação de termos

Avaliação:

Apresentação	8,75
Argumentação	10,0
Análise	7,50
Gramática	27,0

52,75/60

O mundo hodierno experimenta transformações significativas. Em nível sistêmico, verifica-se a ascensão da China ao grupo das grandes potências e a recuperação da Rússia, em termos políticos e militares. Esses dois dados, tomados em conjunto, terão consequências ainda imprevisíveis para a ordem mundial futura. Adicionalmente, os efeitos da crise financeira de 2008 têm demonstrado que os Estados Unidos e a Europa deverão ter sua hegemonia econômica e financeira, nos próximos anos, mais relativizada. Considerando as condicionantes externas e as circunstâncias internas do Brasil, pode-se afirmar que os formuladores de política interna e externa devem ser capazes de antecipar algumas tendências, de modo a manter a continuidade do projeto de desenvolvimento nacional.

O Brasil é um país de renda média, onde há uma quantidade de jovens proporcionalmente maior do que a de crianças e de idosos. Estima-se que essa característica da pirâmide etária brasileira dure, aproximadamente, mais duas décadas. Nesse sentido, para que o Brasil possa elevar a renda média da população, é necessário que se invista na qualificação da mão de obra, sobretudo, nas áreas do setor produtivo que requerem forte base em física, em química e em matemática[1]. Atualmente, verifica-se uma carência da ordem de cem mil professores nessas áreas. Consequentemente, essa é uma limitação interna com a qual o Brasil terá de lidar nos próximos anos.

A estrutura produtiva atual está organizada em cadeias globais de valor. Uma das maneiras de integrar-se, beneficamente, a essas cadeias é por intermédio da intensificação da agenda de cooperação internacional na área científica e tecnológica. Nesse contexto, uma hipótese plausível é a de que países emergentes deverão aumentar, significativamente, sua parte na produção científica de alto nível. Projeta-se, por exemplo, que a China irá, em breve, ultrapassar os Estados Unidos na produção de artigos científicos. Consequentemente, para além das parcerias tradicionais, seria vantajoso para o Brasil intensificar o envio de estudantes no âmbito do programa Ciências sem Fronteiras para os países do BRICS, bem como desenvolver políticas de atração de pesquisadores para o Brasil, de modo a elevar a projeção internacional do Brasil nessa área.

A estrutura do balanço de pagamentos do Brasil é típica de países em desenvolvimento, o que significa que o Brasil é deficitário em transações correntes e necessita de superávits na conta capital e financeira. Em decorrência dessas circunstâncias, o Brasil necessita criar poupança interna, para conseguir viabilizar os investimentos necessários para o desenvolvimento nacional. Será necessária, a longo prazo, uma complexa reestruturação dos

processos produtivos, para modificar o perfil deficitário das transações correntes; além disso, será imprescindível aumentar o nível de investimentos internos, o que implicará mudanças internas, a fim de aumentar o nível de poupança doméstica.

No âmbito externo, deve-se reconhecer que, no futuro, será mais difícil conseguir inserir-se em terceiros mercados, considerando a competitividade que caracteriza o comércio internacional. O Brasil deverá aproveitar, ao máximo, o perfil universalista de sua política externa, a fim de viabilizar a abertura de mercados para produtos brasileiros, preferencialmente, de maior valor agregado. Nesse sentido, o Brasil deve priorizar a inserção em mercados consumidores emergentes, como é o caso do continente africano, cuja classe média se estima ser de, aproximadamente, 300 milhões de pessoa e que tenderá a aumentar nos próximos anos.

Em síntese, conquanto haja incertezas inerentes à ordem internacional hodierna, verifica-se uma tendência de fortalecimento dos dois principais países do bloco euroasiático, bem como de crescimento econômico do continente africano. O principal desafio para os formuladores de políticas públicas brasileiros é o de criar condições para transformar o país em uma sociedade do conhecimento, baseada na produção de itens de alto conteúdo tecnológico. Para a consecução desses objetivos, as estratégias que se propõem são a intensificação da cooperação científica no âmbito dos BRICS, além da busca de novos mercados para os produtos manufaturados brasileiros.

Marcações da banca:

[1] Construção de período/Colocação de termos

Avaliação:

Apresentação	8,25
Argumentação	7,50
Análise	7,50
Gramática	29,0

Comentário do candidato:

[1] Recurso (argumentação do candidato):

O Candidato solicita a revisão do que foi considerado erro de construção de período/colocação de termos. O trecho "[...] forte base em física, em química e em matemática", vale-se do paralelismo sintático, por meio da repetição da preposição "em", conforme prescrito no livro "Comunicação em Prosa Moderna", de Othon M. Garcia, páginas 52 e 53.

Resposta da banca: recurso indeferido:

A argumentação apresentada não sustenta o recurso. Registra-se erro referente à repetição da preposição "em" no trecho: "... forte base em física, em química e em matemática", visto que, nesse caso, a concisão deve prevalecer ao paralelismo, já que não se justificam palavras repetidas sem qualquer efeito enfático, sem que sejam necessárias para evitar interpretação equívoca e cujo sentido seja logicamente deduzível. Também não há, no trecho, estrutura de longa extensão que exija retomada da preposição, portanto, a sua repetição concorre para a prolixidade do texto. No item 1.4.5 Coordenação, correlação e paralelismo, da obra citada no texto de recurso, Garcia afirma: "...Entretanto, o paralelismo não constitui uma norma rígida, nem sempre é, pode ou deve ser levado à risca, pois a índole e as tradições da língua impõem ou justificam outros padrões".

52,25/60

A importância de uma visão de longo prazo no planejamento da política externa, bem como a consciência do potencial de atuação global do Brasil estavam presentes nos discursos do chanceler Azeredo da Silveira na década de 1970 e, quatro décadas depois, são reafirmadas pelo chanceler Figueiredo Machado. O exercício da diplomacia pressupõe uma leitura atenta das tendências internas e internacionais para que se formule uma inserção proativa, e não simplesmente reativa, na ordem mundial. Nesse sentido, os desafios que se colocam à política externa contemporânea referem-se, no plano interno, às demandas populares por aprofundamento da democracia e, no plano externo, aos avanços em direção a uma multipolaridade econômica e também política. Recentes iniciativas do Itamaraty têm demonstrado esforço constante em se adaptar a essas transformações e dotar a política externa brasileira de perspectivas estratégicas fiéis às ambições do país.

No que tange às circunstâncias internas, é importante reconhecer que os anseios da população brasileira por maior participação política, manifestados em junho de 2013, não se esgotam a[1] questões puramente nacionais. O interesse por assuntos internacionais tem-se elevado na medida em que o Brasil se consolida como ator de peso nas relações internacionais e que a globalização permite uma conexão direta com o que acontece no exterior. Em atenção a essa tendência, o Ministério das Relações Exteriores antecipou-se no reconhecimento da importância de ouvir a população na formulação da política externa. É de se notar a velocidade com que tem atualizado seus métodos de trabalho para fomentar esse diálogo. Três novos canais de comunicação já foram abertos, como a promoção de conferências com participação da população civil, o uso de redes sociais para recolher sugestões e críticas e o contato direto da Presidenta da República com o setor empresarial. Esse aggiornamento indica que, no longo prazo, as perspectivas são de uma política externa cada vez mais legítima, forte e, sobretudo, criativa.

Em relação ao cenário internacional, a previsão de que a ordem mundial se configure de maneira multipolar tem orientado novas iniciativas tanto no âmbito político quanto econômico[2]. Consciente da desconcentração do poder político no espaço internacional, o Brasil tem-se esforçado em articular seus parceiros para promover uma democratização dos foros internacionais, como a Organização das Nações Unidas e o Fundo Monetário Internacional, que dê maior voz aos países em desenvolvimento[3]. A perspectiva de que, no futuro próximo, o Brasil ocupe um assento permanente no Conselho de Segurança parece adequada para um país com tradição de solução pacífica de controvérsias e de articulação de consensos. A desconcentração do poder econômico na ordem mundial também oferece ao Brasil a oportunidade de se

projetar na arena internacional com maior influência para defender seus pleitos. A eleição, em 2013, do Embaixador Roberto Azevêdo para o cargo de diretor-geral da Organização Mundial do Comércio demonstrou que o Brasil é valorizado por seu protagonismo na defesa do sistema multilateral de negociações comerciais. A perspectiva de longo prazo é, também nesse caso, animadora, pois não apenas o Brasil, como os demais membros daquela organização se beneficiarão da conclusão exitosa da Rodada de Doha.

Pelas razões acima discutidas, tudo indica que a política externa brasileira caminha em consonância com as projeções que não apenas os diplomatas, como, agora também, a sociedade civil faz para os cenários interno e global. Mesmo se essas projeções não se provarem acertadas, há[4] flexibilidade suficiente entre os formuladores brasileiros para corrigir, de maneira pragmática, os rumos. Conforme ressalta o chanceler Figueiredo Machado no discurso de abertura dos “Diálogos sobre Política Externa”, a política externa brasileira é parte integral do projeto de desenvolvimento nacional. Nessa condição, continuará respondendo, de forma fidedigna, aos anseios da população se mantiver a preocupação com estratégias de longo prazo.

Marcações da banca:

[1] Regência Verbal

[2] Construção de período/colocação de termos

[3] Construção de período/colocação de termos

[4] Construção de período/colocação de termos

Avaliação:

Apresentação	10,0
Argumentação	8,75
Análise	7,50
Gramática	26,0

51,50/60

Desde o início do século XX, a política externa tornou-se importante mecanismo para o projeto de desenvolvimento nacional. Durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, a ação diplomática proativa garantiu os recursos necessários ao início do processo de industrialização brasileira, a qual foi essencial para a sustentabilidade do crescimento econômico nacional e para o ascendente nível de desenvolvimento social do país. Desse modo, verifica-se que a análise estratégica do governo brasileiro, ao evitar um posicionamento reativo permitiu que a diplomacia pátria maximizasse os ganhos do país, apesar das limitações oriundas do contexto doméstico e das circunstâncias internacionais. A fim de lograr êxito na implementação de uma política externa proativa que represente o interesse nacional, a diplomacia brasileira deve definir estratégias de longo prazo que levem, em consideração,[1] as circunstâncias domésticas e internacionais.

A política externa brasileira é influenciada, profundamente, por modificações na conjuntura interna, visto que elas alteram as prioridades e os objetivos de longo prazo do país. O fim da ditadura militar favoreceu o fortalecimento da sociedade civil, o que originou a necessidade de melhorar o diálogo entre a sociedade brasileira e os formuladores de política externa, a fim de que a diplomacia não só contribuísse para a consolidação democrática, mas também representasse, internacionalmente, os pleitos desse povo que se libertara do autoritarismo. Reforçada pelo fim da Guerra Fria, a tradução diplomática desse processo consiste na ênfase ao multilateralismo e à democratização dos foros decisórios internacionais como objetivos centrais da política externa brasileira, a fim de que o fortalecimento da ordem multilateral permita uma maior representatividade dos interesses dos países em desenvolvimento na agenda internacional.

A conjuntura internacional impõe limites à ação diplomática brasileira, na medida em que apresenta um processo decisório bastante concentrado. Desse modo, a agenda internacional é definida com base nos interesses de um grupo restrito de países, do qual o Brasil está excluído. Essa perspectiva tem sido alterada, em razão do acelerado crescimento econômico dos países emergentes, cuja importância ascendente foi verificada durante a crise financeira de 2008, quando o apoio deles foi fundamental para amenizar os efeitos danosos da instabilidade financeira. A verificação da maior interdependência entre os países tem estimulado a aceitação de que democratizar os mecanismos de governança global favoreceria a estabilidade mundial, além de ampliar a representatividade do processo decisório internacional. Desse modo, a estratégia diplomática brasileira mostra-se em sintonia com as tendências mundiais.

No Brasil, a recente ascensão política de governos progressistas fortaleceu a ênfase dada pela diplomacia pátria à temática do desenvolvimento econômico e social. Desse modo, o desenvolvimento integral dos povos torna-se objetivo primordial da política externa brasileira. O contexto internacional de crescente instabilidade, sobretudo em regiões mais pobres, corrobora a interpretação da diplomacia brasileira de que o combate à fome e à miséria é a única iniciativa capaz de prover estabilidade ao sistema internacional. Dessa forma, as circunstâncias internacionais indicam que a promoção do desenvolvimento deve continuar sendo o paradigma orientador da estratégia internacional brasileira no longo prazo.

Verifica-se que os formuladores da política externa brasileira têm logrado êxito em estabelecer diretrizes de longo prazo que permitam a realização dos objetivos nacionais e que ampliem a projeção internacional do Brasil. Os impactos das modificações políticas no âmbito doméstico favoreceram o estabelecimento de uma diplomacia proativa que está em sintonia com os interesses dos países em desenvolvimento e que, portanto, se torna mais representativa, o que amplia o poder de barganha do Brasil. Essa representatividade permite ao país reduzir os limites impostos por um processo decisório internacional ainda bastante concentrado, visto que legitima a defesa brasileira da democratização dos foros internacionais e do fortalecimento do multilateralismo, ambos essenciais para a paz mundial.

Marcações da banca:

[1] Pontuação

Avaliação:

Apresentação	8,75
Argumentação	10,0
Análise	7,50
Gramática	29,0

50,75/60

A política externa brasileira tem como objetivo permanente a busca do desenvolvimento; este, entretanto, não se limita, apenas, ao crescimento econômico. A diversidade dos condicionantes que caracterizam uma nação verdadeiramente desenvolvida abrange aspectos como o respeito aos direitos humanos, a justiça social e a liberdade política. O vínculo indissociável entre desenvolvimento e democracia norteia a ação externa brasileira. Nesse sentido, os objetivos de longo prazo da política exterior do Brasil relacionam-se com a busca da democratização dos sistemas de governança mundial, do que decorre a necessidade[1] de se ampliar a participação dos países periféricos nos fóruns decisórios internacionais. Contribuem para a consecução da ambiciosa perspectiva brasileira a inevitabilidade do multilateralismo, em um contexto multipolar, e a consolidação democrática, no âmbito doméstico, que, ao favorecer a participação popular na definição da política externa, confere legitimidade aos pleitos do país.

A redemocratização política, a conquista da estabilidade macroeconômica e a consolidação dos programas de inclusão social transformaram as bases da inserção internacional do Brasil. A melhora no padrão de distribuição de renda, em um ambiente de liberdade democrática, suscitou o aparecimento de uma nova classe média, mais consciente, politicamente;[2] mais demandante e crescentemente participativa. Além disso, o acesso instantâneo aos acontecimentos mundiais, o incremento da produção acadêmica nacional acerca de temas internacionais, a intensificação das relações de comércio e das trocas culturais entre as nações contribuíram para ampliar o engajamento da sociedade civil na agenda externa do país. À medida que se consolida a democracia brasileira, inciativas que visam a expandir a participação popular na determinação do interesse nacional colaboram para ampliar a legitimidade dos posicionamentos do Brasil, no contexto internacional.

A política externa brasileira dos últimos doze anos baseou-se no diagnóstico da inevitabilidade dos países emergentes para a resolução das problemáticas internacionais. A estes correspondem, por exemplo, a maior contribuição para o crescimento econômico mundial e a maior proporção das emissões de carbono na atmosfera. Ao demonstrarem inédita capacidade de se articularem em múltiplos temas, como a macroeconomia e o meio ambiente, países como o Brasil, a Índia e a China comprovam que o mundo não pode mais prescindir das nações periféricas. A tendência à multipolaridade não é meramente conjuntural. Dessa forma, eventuais empecílios[3] à institucionalização da nova ordem multipolar, com o atraso verificado na reforma do Conselho de Segurança da ONU, não devem ser interpretados

como retrocessos às recentes conquistas do multilateralismo. A democratização da governança mundial é uma necessidade estrutural do mundo contemporâneo; os entraves para que isso ocorra são conjunturais.

As transformações paradigmáticas a que visa o Brasil não ocorrerão de forma abrupta. A diplomacia nacional não se baseia em ações de confrontação à hegemonia vigente, mas na proposição de alternativas práticas que a relativizem, de forma a garantir uma transição segura e estável para uma nova ordem multipolar institucionalizada. No âmbito financeiro, o advento do G-20, em substituição ao G-8, como fórum principal das discussões macroeconômicas, exemplifica a necessidade da integração das novas potências financeiras, sem a exclusão das tradicionalmente estabelecidas. O processo de mudanças pretendido pelo Brasil, apesar de revolucionário em seu conteúdo, deve ser implementado com paciência estratégica, de forma a garantir avanços contínuos, sem ameaçar a consolidação de conquistas já realizadas.

Há uma evidente relação entre a consolidação da democracia, no âmbito doméstico, e a busca da institucionalização do multilateralismo, no contexto externo. Na realidade, há o reforço mútuo desses dois condicionantes da política externa brasileira. Esta, que, tradicionalmente, se constituiu como mecanismo para a consecução do projeto de desenvolvimento nacional, volta-se para o estabelecimento e para a implementação de uma nova ordem mundial, mais democrática e representativa. As perspectivas de êxito são significativas, dada a irreversível centralidade de que os países emergentes dispõem, no mundo contemporâneo; a velocidade com que se concretizarão as transformações ansiadas pelo Brasil, entretanto, dependerá de condições conjunturais, o que de todo modo, não altera a tendência geral de longo prazo ao multilateralismo.

Marcações da banca:

[1] Construção de período/colocação de termos

[2] Pontuação

[3] Grafia/acentuação

Avaliação:

Apresentação	8,75
Argumentação	7,50
Análise	7,50
Gramática	27,0

[1] **Resposta da banca: recurso indeferido**

Trata-se de falha na construção do período em apreço, o que dificulta sua interpretação, visto que o trecho "do que decorre a necessidade de ..." relaciona-se com tudo o que foi expresso anteriormente, ou seja, conclui-se dessa formulação que "a necessidade de..." decorre do fato de "os objetivos..." estarem relacionados à "busca da democratização", o que é incoerente. Para se concluir que "a necessidade..." decorre da "busca da democratização..." apenas, essa relação deveria ser feita por meio do emprego de expressão conectiva (da qual) que especificasse essa correferência.

50,75/60

As perspectivas de longo prazo da política externa brasileira caracterizam-se pela crescente legitimidade da ação do Brasil no mundo. As circunstâncias internas e os cenários internacionais contemporâneos indicam que o país pode contribuir de modo criativo[1] para formação de ordem multilateral mais justa. Pode-se afirmar que o atual esforço da diplomacia nacional, consubstanciado no projeto de escrita do Livro Branco da Política Externa, resultará em maior coerência entre práticas internas e externas, incremento do diálogo com a sociedade e fortalecimento do multilateralismo como espaço privilegiado de cooperação entre os povos.

As transformações pelas quais o Brasil tem passado ampliam a legitimidade da diplomacia nacional. Se Azeredo da Silveira, em plena ditadura militar, considerava que país estava destinado à grandeza, pode-se argumentar que o êxito das políticas brasileiras de inclusão social, conservação ambiental e fortalecimento da cidadania estão transformando o prognóstico de Silveira de projeto liderado por poucos em sonho compartilhado por muitos. Conquanto o Brasil ainda enfrente desafios significativos em infraestrutura e educação, o planejamento estatal em diálogo com a sociedade é forma eficaz de solucioná-los, pois incentiva práticas transparentes, em sintonia com o interesse nacional.

Os cenários internacionais de um mundo multipolar em formação representam oportunidade única para a política externa brasileira. Em que pese a maior possibilidade de divergências entre Estados cujos recursos de poder são menos desiguais, a multipolaridade requer a cooperação entre as nações, porquanto nenhum país pode determinar a agenda internacional sozinho. Fortalece-se, portanto, o multilateralismo como espaço privilegiado para a concertação política. Assim como as Nações Unidas estão promovendo a definição colaborativa dos objetivos do desenvolvimento para o período posterior a 2015, o Itamaraty patrocinou a elaboração coletiva do Livro Branco, que contará com as contribuições de representantes do governo, do empresariado e da sociedade civil, presentes nos Diálogo sobre Política Externa.

O desenvolvimento inclusivo nacional e o surgimento da multipolaridade da cooperação contribuem para que se identifiquem três tendências para a politica[2] externa brasileira a longo prazo: maior coerência, diálogo ampliado e fortalecimento da estratégia multilateral. Já no século XIX, Honório Hermeto Carneiro Leão compreendia que a política externa deve ser a outra face do progresso interno. Esse entendimento continua a inspirar a atuação dos diplomatas brasileiros, e é por essa razão que os avanços sociais e

democráticos contemporâneos tendem a resultar em política externa mais coerente e legítima.

A expectativa de diálogo ampliado entre o Itamaraty e as sociedades brasileira e latino-americanas relaciona-se a tradições e inovações da diplomacia nacional. Assim como a solução pacífica de controvérsias foi o princípio que inspirou o Barão do Rio Branco a propor diálogo franco entre Argentina, Brasil e Chile há mais de um século, o desejo de dialogar com cidadãos do país e da região tem feito o Ministério das Relações Exteriores empregar as tecnologias da comunicação para transmitir suas mensagens de forma clara e transparente.

A terceira perspectiva que surge para a política externa futura é a de crescente influência nas organizações multilaterais. Embora o Brasil já participe há décadas desses foros, a ação histórica do país[3] era caracterizada sobretudo por atitude demandantes. Atualmente, a diplomacia brasileira não apenas pleiteia a reforma da governança global, como tem condições e legitimidade para ofertar ideias e recursos para implementá-la.

Em O conto da ilha desconhecida, José Saramago descreve barco onde navegam homem e mulher à procura de suas identidades. Pode-se afirmar que a diplomacia brasileira, quando começou a se universalizar, nos anos 1960, era como esse barco, pois não estava ainda plenamente harmonizada com os interesses da maioria dos brasileiros, que viviam em país desigual e progressivamente autoritário. Atualmente, ao buscar legitimidade, promover o diálogo e contribuir para o multilateralismo, o Brasil demonstra que aprendeu a lição de João Cabral de Melo Neto: “um galo sozinho não tece a manhã”, pois a “tenda” do futuro será democrática e inclusiva.

Marcações da banca:

[1] Pontuação

[2] Grafia/acentuação

[3] Grafia/acentuação

Apresentação	8,75
Argumentação	7,50
Análise	7,50
Gramática	27,0

50,25/60

Em um contexto internacional globalizado e em constante transformação, a política externa adquire importância crescente. Isso torna-se ainda mais verdadeiro para países como o Brasil, que almeja obter maior influência internacional, ao mesmo tempo que[1] se dispõe a assumir maiores responsabilidades em temas como segurança internacional e cooperação para o desenvolvimento. As perspectivas de longo prazo para a política externa brasileira são favoráveis, uma vez que há reforço do diálogo entre a sociedade brasileira e os formuladores de política externa, o que ocorre simultaneamente à manutenção da tradição diplomática do país de defesa de um sistema internacional mais equilibrado, baseado no Direito Internacional.

Nos últimos anos, como exposto pelo ministro Luiz Alberto Figueiredo, houve transformações significativas no contexto internacional que favoreceram países em desenvolvimento. Esse novo contexto externo enseja maior participação do Brasil em temas como a reforma da governança global, a resolução pacífica de conflitos e a promoção do desenvolvimento. A diplomacia brasileira tem aproveitado o contexto internacional mais favorável aos países em desenvolvimento para constituir ou para reforçar diversos agrupamentos de diálogo e de concertação política, como BRICS, IBAS, UNASUL, CELAC e ZOPACAS. Conquanto não seja possível prever as próximas mudanças no contexto externo, a existência desses grupos confere à diplomacia brasileira oportunidades mais institucionalizadas de diálogo com diferentes países, o que é positivo.

O contexto interno tem sido igualmente favorável à política externa brasileira. O êxito de iniciativas de redução da pobreza e da fome, que atesta o crescente desenvolvimento social do país, possibilita a cooperação com diversos países. A temática do desenvolvimento é vertente tradicional da política externa brasileira; a mudança das condições econômicas internas do país, entretanto, tornou possível a realização de diversos programas de cooperação para o desenvolvimento. A Agência Brasileira de Cooperação desenvolve iniciativas em vários continentes, segundo os princípios desenvolvidos pela política externa brasileira, como a inexistência de condicionalidades e a sustentabilidade dos projetos.

Outro aspecto que permite considerar favoráveis as perspectivas de longo prazo da política externa brasileira é o crescente diálogo entre a sociedade e os formuladores de política externa. Recentemente, o Ministério

das Relações Exteriores promoveu o seminário Diálogos de Política Externa, do qual participaram acadêmicos, estudiosos e empresários, com o objetivo de debater temas importantes para a política externa do Brasil. A elaboração de um Livro Branco de Política Externa, com diretrizes e objetivo da política externa, confere maior previsibilidade à ação externa do país. Esse diálogo entre os diversos interessados em temas internacionais proporciona, ainda, maiores legitimidade e efetividade à política externa brasileira, uma vez que uma política externa formulada de maneira isolada da sociedade e de seus interesses não apresentará consequências positivas duráveis.

Essa inovação recente de maior abertura ao diálogo interno existe conjuntamente com a manutenção das tradições da diplomacia brasileira, o que é positivo para a imagem internacional do país. O Brasil tem orientado suas ações externas por meio do respeito ao Direito Internacional e a princípios como a não-interferência nos assuntos internos, a prevalência dos direitos humanos e a solução pacífica de controvérsias. A manutenção dessa tradição diplomática tem proporcionado ganhos ao país, como comprovado por sua recente eleição para presidir a Comissão de Construção da Paz da Organização das Nações Unidas. Com a permanência dessas diretrizes e desses princípios, as perspectivas de longo prazo da política externa brasileira manter-se-ão positivas.

A política externa tem sido percebida como mais importante pela sociedade brasileira, uma vez que constitui política pública cujo objetivo primordial é o projeto de desenvolvimento nacional. Os contextos interno e internacional propiciaram ação externa mais abrangente para o Brasil, coadunando-se com o "destino de grandeza" do país, afirmado por Azeredo da Silveira. As perspectivas de longo prazo para a política externa brasileira tendem a ser favoráveis, desde que sejam mantidos tanto o diálogo com a sociedade quanto as tradições da diplomacia brasileira.

Marcações da banca:

[1] Construção de períodos; colocação de termos

Avaliação:

Apresentação	7,50
Argumentação	7,50
Análise	6,25
Gramática	29,0

50,00/60

Azeredo da Silveira previa que o Brasil tinha um destino de grandeza. Para o chanceler de Geisel, isso significa que o país tinha capacidade de exercer maior protagonismo na defesa de seus interesses, no âmbito internacional. Esse maior protagonismo dependia de mudanças tanto no contexto interno quanto no contexto internacional. O Brasil hodierno não é mais o mesmo em que viveu Azeredo da Silveira. A redemocratização e o crescimento econômico favoreceram a inserção internacional do Brasil em um mundo cada vez mais multipolar. Avançou-se muito na busca do desenvolvimento sustentável e na defesa do meio ambiente; a essas perspectivas de longo prazo de política externa brasileira, porém, deve-se acrescentar a luta contra as desigualdades raciais, para que o Brasil atinja seu potencial.

A política externa brasileira tem como uma de suas perspectivas de longo prazo a busca do desenvolvimento nacional. O barão do Rio Branco buscava, na "aliaça[1] não-escrita" com os Estados Unidos, conforme descreve Bradford Burns, meios para fazer desenvolver o Brasil. Azeredo da Silveira, por meio do "Pragmatismo Responsável e Ecumênico", também almejava eliminar os constrangimentos ao desenvolvimento brasileiro. Apesar de a matriz desenvolvimentista estar presente ao longo da história da atuação diplomática brasileira, a ascensão de governos progressistas propiciou mudança no que se compreende, atualmente, como desenvolvimento. O conceito evoluiu no âmbito interno e no externo. A diplomacia brasileira acompanhou essa evolução e, hodiernamente, não busca o mero crescimento de seu produto interno bruto, mas o desenvolvimento sustentável de todos os países periféricos, o que favoreceria[2] o surgimento de um mundo mais multipolar ainda.

O desenvolvimento sustentável implica proteção ao meio ambiente, outra perspectiva de longo prazo da diplomacia brasileira. No que concerne ao meio ambiente, a atuação diplomática brasileira evoluiu de postura defensiva, também adotada pelo regime militar em relação aos direitos humanos e à não-proliferação, para postura propositiva, facilmente evidenciada pelo fato de o Brasil ter sediado duas das mais importantes conferências das Nações Unidas sobre a temática ambiental. Mediante a redemocratização e a conscientização da população brasileira quanto aos problemas ambientais[3] a diplomacia brasileira consegue "renovar suas credenciais", conforme afirmas o embaixador Gelson Fonseca Júnior. Antecipou-se, desse modo, à evolução da pauta ambiental no contexto internacional a tempo de poder exercer protagonismo e conformar a temática aos interesses dos países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil.

Importante perspectiva de longo prazo da diplomacia brasileira é o combate ao racismo e a quaisquer outras formas de discriminação. Tamanha é a importância dessa diretriz que ela foi elencada no artigo 4º da Constituição Federal, como um dos princípios que regem as relações internacionais brasileiras. A despeito da previsão constitucional, ainda é primordial uma maior conscientização da população brasileira, para que, como na questão ambiental, o Brasil possa assumir maior protagonismo internacionalmente. No contexto interno, muitos ainda acreditam na existência da democracia racial de que falou Gilberto Freyre e são contrários a medidas efetivas de combate às desigualdades raciais, evidentes mesmo em instituições, [4] conscientes de sua função no combate ao racismo, como o Itamaraty. Em um contexto internacional em que África e Ásia vem se tornando parceiras cada vez mais importantes, é incoerente que as desigualdades raciais não sejam, efetivamente, combatidas no Brasil.

A busca do desenvolvimento sustentável inclusivo, a defesa do meio ambiente e o combate ao racismo são diretrizes de longo prazo da política externa brasileira. Essas diretrizes coadunam-se com a análise da evolução provável da conjuntura internacional nos próximos anos, entre as quais[5] o maior protagonismo dos países em desenvolvimento, em contexto progressivamente multipolar, o agravamento dos problemas ambientais e a conformação de sociedades, cada vez mais, multiétnicas e preocupadas com o combate à discriminação. Mediante a conformação de quadro funcional que privilegie a diversidade, surgirão diferentes análises sobre as futuras conjunturas mundiais, o que permitirá à diplomacia brasileira garantir ao Brasil o destino de grandeza que vaticinou Azeredo da Silveira.

Marcações da banca:

[1] Grafia/acentuação

[2] Emprego de modos e tempos verbais

[3] Pontuação

[4] Pontuação

[5] Emprego de conectores

Avaliação:

Apresentação	8,75
Argumentação	8,75
Análise	7,50
Gramática	25,0

O longo prazo é o tempo da política externa brasileira. Preceitos ainda valorizados, como, por exemplo, o trato cordial com os vizinhos, remontam à chancelaria do Barão do Rio Branco. A persistência de rotinas e princípios, contudo, não deve remeter às ideias de fossilização ou de insulamento. Tendente à continuidade, a política externa brasileira só será política pública responsável se considerar, em seus cálculos, as demandas urgentes da sociedade civil. Por outro lado, como ensina Azeredo da Silveira, só será eficaz se tentar antecipar-se às conjunturas sistêmicas internacionais.

A imagem de cúpulas em que príncipes como Metternich, Talleyrand e Bismarck tomavam decisões, não raro brilhantes em termos políticos, mas desconectadas dos anseios das sociedades que deveriam representar, cedo se tornou um estereótipo da atividade diplomática. O Itamaraty tem confrontado esse lugar-comum de exclusivismo e segredo por meio de iniciativas de diplomacia pública, como o foro Diálogos sobre Política Externa. A abertura à interlocução com diferentes atores da sociedade civil ocorreu em momento de clamor por transparência do processo decisório, reivindicação entrevista nas Jornadas de Junho de 2013. A recente e acertada audição da opinião pública trouxe notáveis ganhos qualitativos à política externa do país. Sugestões criativas de acadêmicos, jornalistas, representantes de organizações não governamentais e minorias têm o potencial de tornar o "impressionismo inevitável" definido por Silveira, no mínimo, mais legítimo, porque beneficiado pelo diálogo democrático e pelo debate público franco.

Um país que alicerça sua política externa em uma fecunda interlocução doméstica está mais apto a realizar o destino de grandeza não hegemônico preconizado por Azeredo da Silveira. Potência média desprovida de armamentos nucleares, o Brasil tende a auferir ganhos de poder brando com suas ações de diplomacia pública. Ao considerar, em seus cálculos de política externa, as demandas e sugestões da sociedade civil, o Brasil reforça sua imagem externa de país que articula consensos, prestigia as soluções multilaterais pacíficas e reivindica uma ordem internacional menos assimétrica, na qual as vozes dos países emergentes possam ser ouvidas.

A aproximação com os países do Sul, marcante na chancelaria de Azeredo da Silveira, que defendeu, nas Nações Unidas, uma nova ordem econômica internacional (NOEI), tem sido característica da política externa brasileira desde a década passada. Sem conflitar com os países desenvolvidos, o Brasil antecipou-se, conforme a sugestão de Silveira, à conjuntura internacional. A procura pela parceria chinesa, a retomada do contato solidário com a África e o lançamento de grupos como o IBAS e o

BRICS podem parecer, hodiernamente, obviedades. Não o foram quando de sua implementação, instante em que pareciam ecoar, para certos segmentos, um terceiro-mundismo fora do tempo. A persistência da crise econômica internacional e a relativa preservação brasileira no que concerne aos seus efeitos corroboram a tese de que todo planejamento, para ser bem-sucedido, deve ser acompanhado de intuição. O longo prazo, afinal, é feito de curtos intervalos, que apresentam desafios imediatos. Criatividade e consistência conceitual fazem-se, nesse contexto, imprescindíveis.

A chancelaria de Azeredo da Silveira completa, em 2014, quarenta anos. Muitos dos embaixadores do Itamaraty atual foram terceiros-secretários impactados pelos conceitos do Ministro das Relações Exteriores do Governo Ernesto Geisel. A perspectiva de longo prazo, a ideia de inovação beneficiada pelo acumulado histórico, a intuição como elemento indispensável e a realização de um destino de grandeza não hegemônico são patrimônios legados por Silveira. O Itamaraty honra seu legado ao atualizá-lo com a defesa de uma diplomacia pública, aberta ao diálogo democrático, inexistente em meados dos anos de 1970[1]. País atento à redistribuição do poder mundial, o Brasil acerta ao abrir a política externa ao debate público interno. Que essa disposição renovadora se torne uma política pública de longo prazo, acompanhando a busca pelo desenvolvimento e a promoção de uma multipolaridade cooperativa.

Marcações da banca:

[1] Construção de período/Colocação de termos

Avaliação:

Apresentação	7,50
Argumentação	6,25
Análise	6,25
Gramática	29,0

Comentário do candidato:

Tive uma marcação gramatical (Construção de período/Colocação de termos) na redação, na linha como o trecho “(...) Meados dos anos de 1970. País atento à redistribuição do poder (...)”. Não entendi se a marcação correspondia ao trecho da primeira frase ou ao da segunda e fiz o recurso direcionado a ambos. A banca considerou a expressão “anos de 1970” equivocada e subtraiu um ponto da nota. Em minha argumentação, que não foi aceita, apresentei trechos de livros da Funag que utilizavam idêntica construção. Sempre escrevi e falei “década de 1970” (soa-me mais natural e corrente), mas um cursinho pontificou, em 2012, que eu deveria empregar o “anos de 1970” na prova e fiquei com isso na cabeça. Mais recentemente, o supracitado cursinho tem sugerido o emprego da forma que eu originalmente preferia e que era a exigida pela banca examinadora. Fica a sugestão para que os candidatos, em determinadas situações, sigam sua própria sensibilidade em vez de fórmulas arbitrárias e oscilantes.

Ao contrário do que previa Francis Fukuyama, o fim da Guerra Fria não significou o "fim da história", mas a emergência de novas possibilidades. A significativa complexidade da nova ordem internacional apresenta desafios aos Estados, mas também permite o surgimento de novas oportunidades de desenvolvimento social, econômico e político. Nesse contexto, a política externa ganha relevância para a consecução dos objetivos nacionais. As circunstâncias internas e externas indicam que o Brasil tende a apresentar, a longo prazo, política externa crescentemente atuante nas relações internacionais.

O significativo desenvolvimento socioeconômico obtido pelo Brasil, nas últimas décadas, credenciam-no[1] a ter participação externa proativa no contexto internacional. Por meio de políticas macroeconômicas estabilizadoras, como o Regime de Metas de Inflação, e de programas sociais de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Brasil Sem Miséria, o país conseguiu retirar milhões de pessoas da linha de pobreza, alcançando os Objetivos do Milênio com antecedência. Dessa forma, o Brasil tem servido de exemplo, no âmbito da sociedade internacional, o que amplia a legitimidade de sua política externa. Promover o desenvolvimento interno favorece a posição externa do Brasil, como país emergente, permitindo-lhe atuar proativamente, a longo prazo.

Institucionalmente, o Brasil tem buscado preparar-se para assumir maiores responsabilidades nas relações internacionais. O Ministério de Relações Exteriores destaca-se, internacionalmente, pelo alto nível de profissionalização e pela capacidade de articular consensos nos fóruns multilaterais. Nos últimos anos, esse Ministério tem ampliado o debate nacional sobre política externa, ressaltando sua importância para a consecução dos objetivos nacionais de desenvolvimento. Exemplo disso é a recente discussão sobre a elaboração de uma estratégia nacional de política externa, em colaboração com a sociedade civil. Esse desenvolvimento institucional garante uma atuação coerente a principista, que reconhece a função da política externa como instituto de Estado e que contribui para a credibilidade internacional do país. Nesse sentido, internamente, o Brasil está preparado para incrementar sua participação nas relações internacionais, cumprindo seu "destino de grandeza", concebido por Azeredo da Silveira.

No âmbito externo, a constituição de uma ordem multipolar favorece o aumento da participação internacional de países emergentes. O sistema internacional hodierno é mais complexo que a bipolaridade ideológica que caracterizou o "curto século XX", analisado por Eric Hobsbawm, em A Era dos

Extremos. Países que haviam ficado à margem das relações internacionais começam a articular-se, reivindicando uma ordem internacional mais justa e representativa. A reforma dos órgãos de governança financeira internacionais, promovida pelo grupo de articulação Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, na Cúpula do Grupo dos Vinte, em Seul, comprova essa capacidade de transformação dos emergentes.

A atuação da diplomacia brasileira tem demonstrado a disposição do país a incrementar o engajamento externo, em nome do desenvolvimento e da paz mundiais. O Brasil coopera com diversos países para a promoção do desenvolvimento. Com base no princípio de solidariedade, o Estado brasileiro construiu Unidades de Pronto Atendimento, no Haiti; instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos, na África; e promove a agricultura moçambicana com o Pró-Savana. Além disso, assumiu a presidência da Comissão para a Construção da Paz, de forma a contribuir para a resolução pacífica e duradoura de conflitos. Isso demonstra que o Brasil tem interesse em ampliar sua participação internacional, assumindo responsabilidades de cooperação.

Não tendo ocorrido o "fim da história", previsto por Francis Fukuyama, a ordem internacional hodierna apresenta oportunidades inéditas de inserção externa a países em desenvolvimento. O crescimento recente do Brasil permite que o país tenha condições de aproveitar a nova conjuntura. Nesse sentido, o Estado pode ampliar sua atuação externa, a longo prazo, cumprindo o "destino de grandeza" previsto por Azeredo Silveira. As circunstâncias internas coadunam-se com a conjuntura externa, indicando a possibilidade de a política externa brasileira ter atuação crescente nas relações internacionais a longo prazo.

Marcações da banca:

[1] Concordância nominal e verbal

Avaliação:

Apresentação	7,50
Argumentação	6,25
Análise	6,25
Gramática	29,0

47,50/60

A definição de uma política externa pressupõe a avaliação de riscos e de oportunidades, com consequências verificáveis no longo prazo. Em 1976, Azeredo da Silveira assinalou, em discurso, o componente estratégico das escolhas feitas por aqueles responsáveis pela elaboração da diplomacia brasileira. De acordo com o ex-chanceler, o Brasil estava destinado a uma projeção internacional inexorável. Esse raciocínio é retomado, na contemporaneidade, pelo Ministro Luiz Alberto Figueiredo, cuja iniciativa de estabelecer um diálogo permanente sobre política externa, o qual congrega governo e sociedade, busca atender à necessidade de elaborar uma estratégia internacional democrática, consistente com o propósito de assegurar ao Brasil maior influência nas decisões com repercussão mundial.

A projeção internacional adquirida pelo Brasil deve-se não apenas aos atributos inerentes à condição de grande nação emergente, mas decorre, também, dos esforços diplomáticos empreendidos nas últimas décadas. Se, por um lado, o interesse internacional pelo país é consequência de aspectos demográficos, ambientais, políticos e econômicos; por outro, a tradição diplomática dotou o Brasil de uma política externa previsível, a qual lhe proporciona a condição de parceiro internacional confiável. O Brasil é membro fundador da Organização das Nações Unidas e defende, de maneira consistente, a não intervenção em assuntos domésticos, a solução pacífica de controvérsias, a ênfase no multilateralismo e a cooperação para o desenvolvimento.

Os princípios que regem a política externa brasileira permitem ao país projetar-se como interlocutor franco e confiável, condição que amplia as possibilidades atuais e futuras de contribuir para a consolidação da paz e para a promoção do desenvolvimento. Não por outra razão, o Brasil assumiu, há uma década, o comando militar da Missão para Estabilização do Haiti, iniciativa cujo êxito proporciona ao país convite para integrar missões congêneres futuras. Nesse sentido, escolhas estratégicas realizadas no passado acarretarão o surgimento de oportunidades futuras, por meio das quais o Brasil poderá reforçar a defesa de diretrizes de sua política externa, como a vinculação entre segurança e desenvolvimento.

A iniciativa de inclusão da sociedade no processo de definição das diretrizes e das metas da política externa brasileira ocorre em contexto de consolidação da democracia. No longo prazo, ao assimilar demandas sociais, a diplomacia pátria pode, de maneira eficiente, atender aos desígnios de grupos

sociais diferentes, com interesse em temas variados, como meio ambiente, imigração e política comercial. A perspectiva de que os vínculos que se estabelecem entre o Brasil e outros países tendem a se intensificar, devido à crescente interdependência econômica e política, reforça a premência da inclusão da sociedade nas decisões sobre política externa.

A diplomacia brasileira atual defende uma conjuntura internacional caracterizada pela multipolaridade. Com o propósito de que essa multipolaridade se converta em multilateralismo, a política externa brasileira pauta-se pela defesa da democratização de foros internacionais. Essa estratégia tem sido executada por meio da busca de interesses convergentes tanto em parceiros tradicionais, como França e Alemanha, quanto em países emergentes. Nesse sentido, o Brasil espera que, no longo prazo, todos os países sejam beneficiados por instituições mais plurais e mais inclusivas, o que será possível, por exemplo, após a conclusão dos projetos de reforma de foros como o FMI e o Conselho de Segurança da ONU.

A política externa brasileira é conformada tanto por circunstâncias internas quanto pela conjuntura internacional. Conquanto a diplomacia tenha aspecto estratégico, que diz respeito a expectativas futuras, as quais podem não se realizar, a política externa brasileira é concebida, no presente, em função do projeto de democratização de foros internacionais, da defesa de princípios tradicionais, como o desenvolvimento, e da inclusão da sociedade civil no processo decisório. Ao associar-se a países com expectativas semelhantes acerca do futuro da ordem mundial, o Brasil amplia as chances de êxito do projeto de reforço do multilateralismo. Além disso, o diálogo entre governo e sociedade confere maior legitimidade aos pleitos do país no âmbito internacional.

Avaliação:

Apresentação	6,25
Argumentação	6,25
Análise	5,00
Gramática	30,0

Comentário do Candidato:

Comentário da banca: no quesito 2.2, o que se espera do candidato é a defesa de uma opinião original e pessoal.

47,50/60

Política internacional e política interna são aspectos dinâmicos das sociedades. Cabe aos formuladores dessas políticas adequá-las aos desafios impostos pelas transformações sociais constantes. No âmbito externo, a política internacional contemporânea caracteriza-se pela diversificação de temas e pela ascensão de novos Estados relevantes para o futuro da governança global. No Brasil, a política interna tem passado por significativas modificações, desde o fim do regime militar. Em ambiente institucional interno democrático e diante da conformação de uma ordem internacional multipolar, a perspectiva de longo prazo da política externa brasileira deve ser ativa e abrangente, sem deixar de ser representativa dos anseios da sociedade nacional que a legitima.

O Brasil é um Estado que, devido a suas características geográficas, populacionais e econômicas, não pode deixar de assumir postura protagônica nas negociações internacionais. Henry Kissinger, em seu livro Diplomacia, reforça esse entendimento ao argumentar que não se poderá excluir o Brasil dos debates acerca do futuro da governança global, uma vez que o país possui dimensão continental, contingente populacional dinâmico e uma das maiores economias do mundo. A compreensão de que uma inserção internacional ativa é imprescindível para a identidade internacional do país precisa pautar as perspectivas de longo prazo da política externa brasileira, especialmente na atual conjuntura internacional de redistribuição de poder, a qual permite que Estados emergentes atuem de maneira mais representativa.

Após o fim da União Soviética, uma ordem multitemática e multipolar começou a ser conformada. Ao lado do tratamento de tradicionais aspectos da economia e da segurança, novas temáticas, como meio ambiente, direitos humanos, inclusão social e governança da rede mundial de computadores, ganharam espaço na agenda internacional. Além disso, a maneira de lidar com as novas problemáticas deixou de respeitar a lógica hierárquica da bipolaridade, e propostas apresentadas por países emergentes passaram a receber respaldo. Nesse contexto, a inserção internacional de longo prazo do Brasil deve basear-se na ampla atuação em relação às temáticas que passaram a ser discutidas em âmbito global, pois isso reforçará o protagonismo do país na nova ordem internacional.

No âmbito interno, o fim do regime militar permitiu a constituição do debate democrático e plural na formulação de políticas públicas, o que as torna mais representativas e legítimas. Sérgio Buarque de Holanda, em Raízes do Brasil, argumentou que a democracia se tornaria legítima, no Brasil, quando

fossem criados mecanismos para a inclusão de todos os grupos sociais na classe política dominante. Essa é a tendência que se observa atualmente, na medida em que a população vota regularmente, o direito de livre manifestação é respeitado e a transparência na gestão pública é reforçada por intermédio de medidas como a lei de acesso à informação e o voto eletrônico.

A perspectiva de longo prazo da política externa deve observar essa tendência de inclusão do indivíduo no processo político. É importante que os formuladores de política externa promovam, recorrentemente, iniciativas como a do Diálogos sobre Política Externa. Por meio de conferências que reuniram integrantes do governo e da sociedade civil, buscou-se debater os principais aspectos da política internacional, a fim de auxiliar na conformação de um livro branco de política externa, documento que apresentará ao público as diretrizes da inserção internacional do país. Conformar, junto com a sociedade, os principais objetivos da política externa aumenta sua legitimidade, porquanto sua formulação tem a participação de diferentes grupos de interesse.

A política externa, como política pública, muda de acordo com o contexto social. No âmbito internacional, em razão de suas características físicas e econômicas, o Brasil deve aproveitar o momento de redistribuição do poder e de surgimento de novas temáticas, para estabelecer posicionamento ativo em vários temas internacionais. No âmbito interno, a consolidação da democracia demonstra que, para que a política externa de longo prazo seja legítima e eficaz, ela deve ser elaborada com significativa participação da sociedade.

Avaliação:

Apresentação	7,50
Argumentação	5,00
Análise	5,00
Gramática	30,0

Comentário do Candidato:

Recurso - Argumentação do Quesito: 2.1

Solicito, respeitosamente, reavaliação na nota atribuída ao quesito capacidade de argumentação, em razão dos argumentos expostos a seguir. O candidato, ao longo de todo o texto, buscou sistematizar as informações e trazer argumentos seguindo

padrões consagrados em obras de renome no âmbito da comunicação escrita, como "Comunicação em prosa moderna", de Othon M. Garcia.

O candidato, inicialmente, buscou propor uma introdução que deixa explícita tanto sua ideia-núcleo (apresentada por meio de uma sentença independente, entre

as linhas 7 -10) quanto os planos nos quais irá basear-se ao longo do desenvolvimento do texto (âmbito externo [linhas 3 – 5] e interno [linhas 5 – 7]).

Nesse sentido, o candidato organizou sua introdução tendo em vista o padrão consagrado na mencionada obra de Othon M. Garcia (página 378), na qual o autor indica que são essas ("ideia núcleo" e "plano") as partes essenciais de uma boa introdução em um texto dissertativo. Ao longo dos quatro parágrafos seguintes, à guisa de melhor sistematizar a argumentação, o candidato faz referências recorrentes à ideia núcleo (linhas 17 – 21; 29 – 32; 42 - 43) e aos "planos" (linhas 13, 26, 32).

Ao longo dos parágrafos de desenvolvimento, o candidato utilizou diferentes estratégias consagradas na obra "Comunicação em prosa moderna" (página 224),

a fim de deixar o texto o mais objetivo e sistematizado possível. O candidato seguiu a compreensão, consagrada nesse livro, de apresentar um tópico frasal em cada parágrafo destinado a essa parte da dissertação (linhas 11 – 13; 22 – 23; 33 – 35; 42 – 43 e 49 – 52). Exemplos disso são os fatos de o candidato ter buscado apresentar um tópico frasal por meio de uma declaração inicial (l. 11 – 13), dois tópicos frasais históricos (l. 22-23 e 33 – 35), bem como um tópico frasal diluído (l.42 – 43 e 49- 52).

Além da preocupação com a sistematização e objetividade, o candidato visou a reforçar a pertinência de seus argumentos recorrendo a métodos de argumentação apresentados na obra de Garcia (página 381). Exemplos disso são os recursos ao argumento de autoridade (l. 13 – 16 e 35 – 38) e a fatos e exemplos (38 – 41 e 43 – 49).

Na conclusão, o candidato buscou seguir as instruções de Garcia (página 379) de "repisar a ideia núcleo", apresentada na introdução da dissertação. De modo a garantir a objetividade e a clareza necessárias ao texto, o candidato propôs conclusão que faz remissão à ideia núcleo explicitamente vinculando-a ao plano internacional (l. 54 – 57) e ao plano interno (l. 57 – 60), já que são esses os planos apresentados na introdução.

Em virtude da correspondência entre a proposta da questão formulada pela banca e a argumentação empregada na resposta do candidato – argumentação essa pautada nas concepções consagradas da comunicação escrita - requer-se, respeitosamente, a revisão da nota conferida em leitura preliminar.

Referência: GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 26ª E

Indeferido

CONTEÚDO

Quesito 2.1 – Recurso indeferido. O tema da redação é a discussão das perspectivas de longo prazo da PEB, a partir do pronunciamento de dois Chanceleres, Azeredo da Silveira e Luiz Alberto Figueiredo. É bem possível que o próprio Othon M. Garcia estranhasse a ausência de referência aos autores na redação, e, mais ainda, da citação dos nomes de Henry Kissinger e Sérgio Buarque de Holanda, que atestam princípios semelhantes aos que se encontram nos textos sugeridos. Ocorre que, ao longo da redação, a capacidade de argumentação se vê de fato comprometida porque o candidato, sem fugir inteiramente ao tema, optou por discutir aspectos da PEB sem demonstrar que a motivação principal deveria ser o comando da questão e os elementos presentes nos textos. Assim, a banca mantém a pontuação atribuída por estar proporcional ao desempenho do candidato.

46,75/60

O planejamento da política externa brasileira depende de dados conjunturais endógenos e exógenos, de modo que a perspectiva estratégica do desenvolvimento esteja sempre presente na inserção internacional do país. O Brasil representa potência emergente que defende um multilateralismo de reciprocidade e busca uma ordem internacional mais justa e equilibrada, em um contexto de novas dinâmicas internas e globais. Por isso, convém analisar os três eixos de ação que sustentam as perspectivas da política exterior de longo prazo e o multilateralismo: o econômico, o político e o social.

No domínio da economia, o Brasil é a sexta maior economia do mundo e um dos mercados emergentes mais atrativos para o capital globalizado. A necessidade de continuar a crescer, em meio à crise financeira internacional, apresenta-se como desafio para a política econômica nacional e para os rumos da política externa brasileira. O peso do país na economia mundial o fez integrar a principal coalizão multilateral de diálogo e de concertação política sobre o sistema financeiro contemporâneo, o G-20 financeiro, onde[1] o Brasil defende a cooperação entre países em desenvolvimento e desenvolvidos para que a renda e o emprego sejam estimulados. A diplomacia brasileira age de modo pragmático ao usar o multilateralismo financeiro como vetor do desenvolvimento econômico internacional, visto que o crescimento da economia nacional depende do incremento das exportações e do influxo de capitais.

A política interna influencia as diretrizes da política exterior. O Brasil constitui potência emergente guiada em suas relações internacionais por princípios constitucionais que abrangem a defesa da paz e a prevalências dos direitos humanos. O país demonstra, portanto, ter credenciais para ser liderança emergente no multilateralismo político em face da nova distribuição de poder global, onde[2] predomina a multipolaridade. Nesse contexto, a diplomacia brasileira almeja unir-se a outros países emergentes para reformar as instâncias internacionais de decisão, de modo a dotá-las de maior legitimidade e eficácia. O Brasil foi um dos incentivadores para a criação do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e sustenta uma reforma no principal órgão multilateral a cuidar da manutenção da paz e da segurança internacionais, o Conselho de Segurança da ONU. Dessa forma, a política externa pátria recorre ao realismo para defender os interesses brasileiros, vinculados aos princípios constitucionais.

A grandeza da nação e o papel do Brasil no mundo não se resumem ao aspecto econômico e político. Estes se associam ao plano social nas diretrizes de longo prazo adotadas pela diplomacia. O país conseguiu algo inédito ao unir

as aspirações democráticas da nação ao combate à fome e à pobreza. Políticas econômicas e sociais retiraram milhões de brasileiros da miséria, o que embasa o desenvolvimento social. O Brasil é, portanto, exemplo para o mundo e não pode abster-se de difundir os projetos nacionais de cunho social para outros países por meio de ações bilaterais ou multilaterais de cooperação. A cooperação para o desenvolvimento mostra a vontade brasileira de constituir a igualdade de oportunidades nas relações internacionais.

O desenvolvimento é o maior objetivo da política externa brasileira, seja de longo prazo, seja de curto prazo. Os domínios da economia, da política e do social servem como base para que ações específicas alcancem os interesses nacionais, os quais estão em consonância com um multilateralismo mais justo, em contexto de configuração de uma nova multipolaridade. O Brasil coopera, consequentemente, para que a coesão de ideias multilaterais seja elemento estratégico de planejamento da política externa. Dessa forma, o Estado brasileiro conseguirá consolidar-se como potência emergente e contribuirá para que a multipolaridade sistêmica seja oportunidade para a igualdade entre todos os países. Para tanto, a política externa une as circunstâncias internas e os cenários internacionais para estimular o desenvolvimento nacional e o progresso da sociedade internacional.

Marcações da banca:

[1] Emprego de conectores

[2] Emprego de conectores

Avaliação:

Apresentação	6,25
Argumentação	6,25
Análise	6,25
Gramática	28,0

46,75/60

A elaboração de perspectivas de longo prazo para a política externa brasileira exige que se considerem circunstâncias internas e internacionais, as quais definem valores e limites para a atuação do país. O Brasil não possui recursos militares que lhe permitam exercer influência determinante na conformação do sistema internacional. O país busca garantir seus interesses por meio de iniciativas que lhe assegurem posição internacional adequada. Interessa-lhe a manutenção de estabilidade na ordem mundial, com predomínio de esforços cooperativos. Esse cenário propicia condições favoráveis ao desenvolvimento socioeconômico.

A política externa brasileira apresenta aspectos de continuidade e de mudança. As mudanças percebidas nessa política são tributárias de transformações das circunstâncias internas do país e de novas formas de distribuição de poder no cenário internacional. Novas perspectivas não significam, nesse caso, rupturas; antes, referem-se a maior ênfase em determinados temas da agenda internacional ou a esforços renovados em certo sentido. Os traços de continuidade são característicos do discurso diplomático brasileiro. Quase cinquenta anos separam, no tempo, discurso proferido pelo Ministro de Estado Antonio Francisco Azeredo da Silveira de outro discurso, proferido pelo Ministro de Estado Luiz Alberto Figueiredo Machado. Ambos apontam a importância de pensamento estratégico [1]que permita ao Brasil aproveitar suas potencialidades, para inserir-se de forma mais favorável no sistema internacional.

As circunstâncias internas, ora vigentes, no Brasil, possibilitam ao país buscar uma nova inserção. Nos últimos trinta anos, promoveu-se a redemocratização e alcançou-se a estabilidade macroeconômica. A Constituição Federal, promulgada em 1988, assegura a transparência das eleições e o respeito às garantias individuais. Iniciativas de combate à pobreza

implicaram ascensão social de milhões de brasileiros. Esse conjunto de novas condições e de novas características influenciou a formulação da política externa. Hoje, o Brasil apresenta-se como país emergente, democrático e promotor da cooperação em prol do desenvolvimento socioeconômico. Essa condição permite que o país reivindique uma ordem internacional justa, democrática e inclusiva.

O cenário internacional contemporâneo pode oferecer oportunidades valiosas para o atendimento das reivindicações brasileiras. O fim da Guerra Fria ensejou surgimento de cenário internacional multipolar, no qual não há centros hegemônicos absolutos. Por um lado, o novo contexto pode resultar em recrudescimento de rivalidades; por outro lado, pode significar melhores

chances para os ensaios de cooperação internacional e para soluções pacíficas de conflitos armados. Ao Brasil, interessa atuar em prol do segundo cenário. Um contexto de estabilidade sistêmica, reforçado pela cooperação e pela solidariedade, propicia espaço para a ascensão dos emergentes e fomenta a reforma democrática de foros decisórios internacionais.

As perspectivas de longo prazo da política externa brasileira devem buscar o atendimento dos interesses nacionais. O desenvolvimento socioeconômico e a reforma das instâncias decisórias internacionais figuram como objetivos básicos da política externa pátria. Esses interesses têm guiado a ação internacional do Brasil nos últimos cinquenta anos. O Brasil não possui excedentes de poder militar, os quais poderiam permitir ao país exercício de influência significativa nos foros decisórios que articulam as relações internacionais. As iniciativas de política externa consideram essa limitação e têm buscado promover a formação de um novo cenário internacional, no qual o poder militar não seja preponderante de forma absoluta.

O sistema internacional contemporâneo oferece desafios e oportunidades para o Brasil. As perspectivas de longo prazo da política externa brasileira devem promover avaliação crítica dos novos cenários, de forma a assegurar a consecução dos objetivos nacionais. Mudanças no contexto interno do país, nos últimos trinta anos, possibilitam uma ação internacional proativa e legítima, a qual busca assegurar formação de contexto sistêmico favorável à cooperação e ao desenvolvimento. É possível que o mundo adote essa perspectiva, uma vez que o fim da Guerra Fria ampliou as margens de manobra necessárias para o exercício da cooperação; é preciso evitar, não obstante, surgimento de rivalidades que restringiriam essas margens de manobra e que seriam prejudiciais a países,[2] como o Brasil. No longo prazo, o Brasil seria beneficiado por um sistema internacional democrático e cooperativo.

Marcações da banca:

[1] Pontuação

[2] Pontuação

Avaliação:

Apresentação	6,25
Argumentação	6,25
Análise	6,25
Gramática	28,0

Comentário do candidato:

Nessa prova, fui penalizado por dois erros de gramática: ausência de vírgula antes da oração subordinada adverbial final no trecho “*que permita ao Brasil aproveitar suas potencialidades, para inserir-se de forma mais favorável no sistema internacional”* e presença de vírgula desnecessária no trecho *“que seriam prejudiciais a países, como o Brasil”*. Dois casos de falta de atenção, sendo que, no segundo, a vírgula era sobra de um período que cortei – seria *“países que, como o Brasil, não detêm excedentes de poder militar”.*

Fica a dica: cuidado com as vírgulas e com as sobras de trechos cortados, na redação final.

42,50/60

A política externa está efetivamente relacionada com a conjuntura nacional e internacional. Diversas mudanças, como a emergência de países em desenvolvimento, com crescimento econômico superior ao de nações ricas, e a difusão de protestos populares em vários Estados, têm ocorrido nas últimas décadas. Essas alterações influem na formulação das estratégias diplomáticas. O contexto interno é, também, base para a ação internacional. No caso do Brasil, seu papel ao lado dos grandes emergentes, as mudanças socioeconômicas e a tradição histórica e principiológica são fatores que norteiam as diretrizes externas. Considerando-se que o desenvolvimento é um dos maiores objetivos brasileiros, é por meio da articulação desse conceito com o contexto nacional e o internacional que devem ser analisadas as perspectivas da política exterior.

A adequação ao cenário interno é essencial para o estabelecimento da política externa. A dinâmica nacional delimita as metas e os parâmetros da atuação internacional. No Brasil, a ascensão da classe média e a redução da pobreza coadunam-se com a ideia de desenvolvimento amplamente defendida em foros multilaterais. Políticas públicas, como o Bolsa Família, permitiram que várias famílias obtivessem melhores condições de vida e são defendidas no plano externo. A experiência brasileira em distribuição de renda é replicada em países africanos, mediante projetos de cooperação técnica implementados pelo Brasil. Embora ainda existam desafios socioeconômicos domésticos, o Estado deve continuar a utilizar seus programas exitosos em ações externas. Desse modo, o Brasil age como exemplo de que é possível melhorar a situação interna, incentivando mudanças em outras nações.

O desenvolvimento nacional e a existência de uma sociedade harmônica, sem graves conflitos étnicos, conferem ao Brasil credenciais para a participação em decisões internacionais sobre diferentes temas e regiões. Formado pela união de índios, brancos e negros, o Brasil arvora a mestiçagem como motivo de orgulho nacional e como modelo para locais conflituosos. Ademais, como ressaltou o embaixador português José Fernandes Fafe, o equilíbrio de antagonismos da sociedade brasileira, de acordo com conceito de Gilberto Freyre, forneceu ao Brasil a habilidade de articulador de consensos. É por meio dessas duas teses que o país tem sua atuação legitimada em questões como o conflito entre Israel e Palestina e a guerra civil na Síria. Em consonância com os princípios de relações internacionais inscritos na Constituição Federal de 1988, o Brasil defende a solução pacífica de controvérsias, buscando contribuir para o estabelecimento do diálogo e da paz nesses e em outros conflitos.

A consolidação da democracia no Brasil e a ascensão dos países emergentes na esfera internacional permitem ao Estado a meta de maior participação nas decisões multilaterais. A crescente abertura das instituições estatais no âmbito interno, até mesmo no contexto da diplomacia, como demonstram os Diálogos sobre Política Externa, pode basear a demanda brasileira pela reforma da governança internacional. A decisão do futuro global por cúpulas que envolvam apenas as maiores potências, como na época do Congresso de Viena e da Conferência de Versalhes, não deve mais ocorrer. É importante que os organismos multilaterais sejam atualizados, para que incluam um conjunto representativo de países. Com essa finalidade, o Brasil propugna a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a principal instância decisória em questões de paz e segurança, mas que ainda reflete a divisão de poder do período após a Segunda Guerra Mundial. O aumento da participação da sociedade internamente legitima a busca por maior abertura no âmbito multilateral.

Como afirmou Luiz Alberto Figueiredo Machado, o Brasil ocupa novo lugar no mundo. As transformações no cenário interno e no externo permitem ao país desempenhar papel mais proeminente nas instâncias internacionais, seja demandando maior participação nas decisões globais, seja ampliando seu âmbito de atuação. A postura principista e as tradições nacionais, como a defesa do diálogo e a valorização da mestiçagem, permanecem importantes e fortalecem a atuação brasileira, sempre visando ao desenvolvimento.

Avaliação:

Apresentação	5,00
Argumentação	3,75
Análise	3,75
Gramática	30,0

40,75/60

As perspectivas de longo prazo da política externa foram objeto de análise nos Diálogos de Política Externa, recentemente promovidos pelo Ministério das Relações Exteriores. Conquanto um exercício do gênero seja especulativo, como afirmou Azeredo da Silveira, ele é útil na medida em que suscita debate sobre as circunstâncias internas e os cenários internacionais, análises que Keneth Waltz denominava de “segunda imagem” e “terceira imagem”. Considerando os resultados das discussões realizadas, pode-se afirmar que as perspectivas de longo prazo da política externa brasileira são positivas.

Transformações significativas têm ocorrido no sistema internacional. Embora muito teóricos tenham afirmado que o mundo bipolar decorrente da Guerra Fria seria substituído por um sistema unipolar com prevalência dos Estados Unidos, não foi isso que ocorreu. Começou a formar-se uma ordem mundial multipolar, na qual o poder passou a ser distribuído entre diversos países, ainda que de maneira desigual. Um grupo de nações foi especialmente beneficiado, as quais constituíram o agrupamento BRICS, do qual o Brasil é membro. A alteração das diversas estruturas de governança mundial decorre do processo de redistribuição de poder em curso, de maneira a suscitar tendência de aumento de poder desses países no médio prazo e sua consolidação no longo prazo.

As mudanças geopolíticas estão vinculadas a mudanças geoeconômicas. A evolução dos países emergentes confirmou a dualidade desse processo, uma vez que ao desenvolvimento econômico correspondeu a aquisição de poder. Na crise de 2008, por exemplo, a diferença da capacidade de reação dos países desenvolvidos e dos emergentes fez que o G-20 Financeiro se consolidasse como instância máxima de decisão financeira, em detrimento do G-8. Esse cenário é de grande importância para o Brasil, dado que o desenvolvimento nacional está historicamente relacionado a capitais estrangeiros. Dessa maneira, o aumento de poder decisório do país em instâncias financeiras multilaterais pode ensejar a elaboração de regras que facilitem a criação de fluxos financeiros, bem como o aumento de transações comerciais. A manutenção do ritmo de crescimento do país no longo prazo pode ser assim garantida, de modo a fazer da política externa instrumento do desenvolvimento, como afirmou o Embaixador Figueiredo Machado.

A economia brasileira desenvolveu-se de maneira intensa nas últimas décadas. Embora o país tenha sido submetido a anos de hiperinflação, o Plano Real fez que a economia retomasse o crescimento e se estabilizasse, de maneira a se transformar na sexta economia mundial. Inovações tecnológicas

viabilizaram a comprovação de reservas de petróleo em águas profundas, e investimentos permitiram que a produção agrícola e a extração mineral se expandissem. Por conseguinte, o Brasil tem reservas energéticas e naturais, que, exploradas de maneira sustentável, podem assegurar o crescimento do país no longo prazo, bem como viabilizar a cooperação para o desenvolvimento de outras nações. Circunstâncias internas, assim, permitem posição estratégica no cenário internacional.

As circunstâncias internas do Brasil também mudaram nos últimos anos. A democracia foi consolidada, o acesso à educação foi facilitado e a pobreza foi reduzida. A sociedade tem participado de maneira ativa na política, inclusive no processo de formulação da política externa. A nova realidade brasileira pode ser considerada modelo de desenvolvimento, porquanto o país superou séculos de dominação e décadas de subdesenvolvimento. Essas circunstâncias permitem o exercício de "soft power", o qual tende a consolidar-se no longo prazo, na medida em que a imagem internacional do país se torna mais positiva.

As perspectivas de longo prazo da politica[1] externa brasileira são positivas. Essa constatação, no entanto, não é suficiente, dado que é preciso elaborar políticas ativas e estratégicas, conforme Figueiredo Machado[2]. Para tanto, foram formuladas propostas ao longo dos Diálogos sobre Política Externa, que serão compiladas em Livro Branco[3]. O desafio do Brasil é, no curto prazo, formular essas políticas, a fim de executá-las no médio prazo. Dessa maneira, a perspectiva positiva pode-se confirmar no longo prazo.

Marcações da banca:

[1] Grafia/acentuação

[2] Construção de período/Colocação de termos

[3] Construção de período/Colocação de termos

Avaliação:

Apresentação	5,00
Argumentação	5,00
Análise	3,75
Gramática	27,0

Em sua obra Diplomacia, Henry Kissinger afirmou que um dos grandes desafios da prática diplomática é o longo prazo de tempo necessário para a execução de ações e para[1] a consecução de objetivos. O ex-Secretário de Estado afirmou que o mundo moderno transforma-se, por vezes, mais rapidamente do que os estadistas podem formular suas políticas. Na Primeira Guerra Mundial, por exemplo, a velocidade das mobilizações militares impediu que negociações emergenciais fossem convocadas à[2] tempo de impedir o conflito. Os acontecimentos do mundo contemporâneo requerem reações ainda mais urgentes dos estadistas, devido à revolução nas tecnologias da informação e à contínua globalização. O desafio para a política externa brasileira é o de reagir de maneira célere aos acontecimentos mundiais, sem prejudicar seus interesses permanentes1 como a promoção do desenvolvimento, a defesa dos Direitos Humanos e a busca por uma ordem internacional mais justa.

Após o final da Guerra Fria, o fim da bipolaridade tornou mais complexa a ordem internacional, o que aumentou a incerteza da diplomacia e permitiu o surgimento de novos desafios, frustrando os teóricos do “fim da história”. Como afirmou o ex-chanceler Azeredo da Silveira, muitas das novas tendências não foram antecipadas, como o ressurgimento do nacionalismo nos Balcãs, o aumento do número de conflitos intraestatais, o recrudescimento de ações terroristas baseadas em radicalismo religioso ou as grandes crises económicas. Esse aumento da incerteza ocorreu simultaneamente à revolução nos meios de comunicação acarretada pela disseminação da internet, gerando uma situação paradoxal: atualmente, os tomadores de decisão têm mais informações à sua disposição do que jamais antes, porém[4] a tomada de decisões nunca foi tão difícil. Desde o final da Guerra Fria, a política externa estadunidense tem sido criticada, ora por realizar ações desnecessárias e danosas, ora por não agir em situações em que seria necessário fazê-lo, o que evidencia a falta de um modelo adequado às novas complexidades internacionais.

A palavra complexidade nunca teve conotações negativas para o Brasil. A amplitude geográfica do Brasil, assim como sua população vasta e matizada, com diferentes raças, credos, culturas e opiniões políticas significa,[5] necessariamente, uma grande complexidade. Cada vez mais, porém, essa pluralidade é valorizada como vantagem, tanto nacionalmente quanto no âmbito internacional. A crescente inclusão social da última década teve efeito

---

também[6] sobre a diplomacia, que passou a incluir novos atores, temas e demandas. O Itamaraty tem um papel fundamental na formulação de uma política externa inclusiva, que atenda aos anseios de diversos setores, seja coordenando as demandas de diferentes ministérios, seja privilegiando o contato direto com a sociedade civil, por meio de iniciativas de diplomacia pública. Esse esforço de coordenação interna é o que permite que o Brasil aja de maneira coerente e promova a coordenação também entre diferentes atores no plano internacional. A eleição de brasileiros para diversos cargos de direção de organizações multilaterais é exemplo da legitimidade do Brasil como interlocutor e de sua capacidade de formar consensos internacionais. À medida que o mundo torna-se mais complexo, essa capacidade será cada vez mais essencial à governança global.

O Brasil, como país que, historicamente, buscou desenvolver-se e reformar a ordem internacional, sempre esteve ciente do contraste referido por Kissinger, entre o tempo necessário à diplomacia e a urgência das necessidades materiais nacionais. A solução encontrada foi, por um lado, definir princípios que permanecessem válidos independentemente de transformações nacionais ou internacionais, e por outro lado, a formação de um corpo diplomático eficaz, propositivo e constantemente renovado. Somado à capacidade de coordenação nos âmbitos interno e internacional, esse modelo permite a execução de uma política externa coerente, capaz de beneficiar-se da configuração multipolar descrita pelo chanceler Figueiredo Machado para propor soluções construtivas aos desafios globais, sem descuidar dos interesses brasileiros permanentes.

Marcações da banca:

[1] Construção de período/colocação de termos

[2] Grafia/acentuação

[3] Pontuação (faltou vírgula)

[4] Construção de período/colocação de termos

[5] Pontuação

[6] Construção de período/colocação de termos

Avaliação:

Apresentação	6,25
Argumentação	3,75
Análise	5,00
Gramática	24,0

Auferir os interesses nacionais de um país é o objetivo permanente da política externa. Por conseguinte, ela pode ser caracterizada como política de Estado. A função da política externa é fixa, mas seus objetivos e meios alteram-se no longo prazo. A política externa brasileira tem como característica a continuidade, visto que é possível identificar a defesa contínua de alguns princípios, como o da soberania. O século XXI inicia-se com alterações significativas na ordem mundial. A política externa brasileira, como um dos meios de promoção do desenvolvimento nacional, deve ser executada com base em perspectiva de longo prazo, a fim de realizar seus objetivos internos e internacionais.

Identificar os objetivos de longo prazo de um Estado facilita sua ação internacional autônoma no presente. O conhecimento dos contextos interno e internacional, nesse sentido, faz-se necessário, pois ele permitirá a identificação das possibilidades no longo prazo, pois a realidade internacional está em constante mudança. No século XXI, verificam-se alterações significativas na distribuição de poder. A ascensão dos países emergentes, como o Brasil, enseja maior multipolaridade, a qual impõe novos desafios e oportunidades. A criação do Livro Branco da política externa brasileira será importante meio de consecução da estratégia de longo prazo da diplomacia nacional.

A mudança de perspectiva sobre o desenvolvimento ensejou a alteração da posição internacional do Brasil. A maior ênfase na inclusão social significou a expansão da classe média e a redução da pobreza nos últimos dez anos. Um país só pode ser considerado desenvolvido se incluir seus cidadãos. Programas governamentais, como o Bolsa Família, são reconhecidos internacionalmente, devido aos seus esforços sociais. O economista Amartya Sen, um dos criadores do Índice de Desenvolvimento Humano, afirmou que a liberdade só existe se houver igualdade de oportunidades. No âmbito internacional, o Brasil luta por essa igualdade no comércio, nas finanças e nos orgãos[1] internacionais. O estímulo à cooperação técnica com países em desenvolvimento insere-se nessa lógica, ao não exigir condicionalidades.

A busca de uma ordem internacional mais democrática requer a existência de um contexto mais multilateral. Um dos objetivos de longo prazo da diplomacia brasileira é a multiplicação de instâncias multilaterais. O estabelecimento do G-20 comercial, do IBAS, dos BRICS e do BASIC visa à democratização da ordem internacional, tornando-a mais justa e inclusiva. O desejo brasileiro de maior participação nas negociações internacionais ensejou posição propositiva nos âmbitos financeiro, ambiental, comercial e político. O

exemplo mais recente de protagonismo brasileiro foi a convocação da Reunião Multissetorial sobre governança na rede mundial de computadores, com o objetivo de tornar a rede mais democrática no futuro.

O avanço da democracia no Brasil, verificado nos movimentos populares recentes, estimula maior participação dos nacionais nas discussões sobre política externa. Dessa maneira, as estratégias de política externa tornar-se-ão mais legítimas e democráticas. Isso fornecerá maior projeção internacional ao Brasil e facilitará a consecução de seus objetivos, principalmente o de desenvolvimento. A liderança brasileira, nas negociações dos objetivos para o desenvolvimento pós-2015[2], exemplifica a busca dos objetivos de longo prazo do Brasil nos âmbitos interno e internacional. A conferência Rio +20 também representa a maior democratização das negociações multilaterais e a ênfase no desenvolvimento sustentável.

A política externa mais altiva e propositiva dos últimos dez anos só foi possível devido ao avanço da inclusão social brasileira. O estímulo à democracia ensejará meios mais legítimos de consecução da política externa brasileira, a qual deve sempre visar ao desenvolvimento inclusivo. A elaboração do Livro Branco da Política Externa, com o auxílio dos diversos setores sociais, será o melhor meio de garantir a existência de estratégia internacional de longo prazo do Brasil. Isso facilitará o enfrentamento de possíveis óbices e dará maior legitimidade ao Brasil nas negociações internacionais.

Marcações da banca:

[1] Grafia/acentuação

[2] Pontuação

Avaliação:

Apresentação	5,00
Argumentação	3,75
Análise	1,25
Gramática	28,0

Comentário do candidato:

[2]: marcação em pontuação: resposta da banca ao recurso interposto: No contexto em questão, o trecho "nas negociações dos objetivos para o desenvolvimento pós-2015" é argumental, portanto não deve ser separado por vírgulas do sintagma de que faz parte: "A liderança brasileira nas negociações... pós-2015". A liderança brasileira nessas negociações é o que "exemplifica a busca dos objetivos...", e não a liderança brasileira de maneira geral.

PARTE II – EXERCÍCIO 1

Recife, 1923.

O que sinto é que sou repelido pelo Brasil a que acabo de regressar homem, depois de o ter deixado menino, como se me tivesse tornado um corpo estranho ao mesmo Brasil. É incrível o número de artigos e artiguetes aparecidos nestes poucos meses contra mim; e a insistência de quase todos eles é neste ponto: a de ser eu um estranho, um exótico, um meteco, um desajustado, um estrangeirado. Sendo estrangeiro— argumentam eles — é natural que não me sinta mais à vontade no Brasil, se não sei admirar Rui Barbosa na sua plenitude, se não me ponho em harmonia com o progresso brasileiro nas suas expressões mais modernas, antes desejo voltar aos dias coloniais — uma mentira — se isto, se mais aquilo, por que não volto aos lugares ideais onde me encontrava, deixando o Brasil aos brasileiros que não o abandonaram nunca por tais lugares? Este parece ser o sentido dominante nos artiguetes que vêm aparecendo contra mim.

A verdade é que eu me sinto identificado com o que o Brasil tem de mais brasileiro. Esses supostos defensores do Brasil contra um nacional que dizem degenerado ou deformado pelo muito contato com universidades estrangeiras me parecem excrescências.

Gilberto Freyre. Tempo morto & outros tempos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 128 (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, discuta a importância da manutenção da consciência sobre a nacionalidade em contraste com a absorção de influências estrangeiras.

Extensão do texto: 120 a 150 palavras

[valor: 20 pontos]

17,64/20

Edward Said, em Cultura e imperialismo, afirma que as culturas e as nacionalidades formadas sob dominação estrangeira apresentam dificuldades no desenvolvimento de linguagem própria. No Brasil, por exemplo, o desejo de criar nacionalidade original, sem influência estrangeira, é uma constante perceptível desde o Romantismo. A expressão da nacionalidade pareceu, no entanto, ser restringida pela existência de cânones estrangeiros, os quais, paradoxalmente, se tornaram referências de validade da cultura autóctone.

A revolução culturalista promovida pelo Modernismo transformou a maneira de entender a nacionalidade e a influência estrangeira. O hibridismo não era o que impedia o acesso do Brasil à modernidade, mas o que viabilizava uma inserção diferenciada no mundo. A integração de diferentes culturas ocorreria de forma antropofágica, como qualificado por Mário de Andrade, o que conferiria expressão singular da nacionalidade. Esse processo, permanente e dinâmico, relativiza o antagonismo entre o nacional e o estrangeiro.

Avaliação:

Apresentação	0,88
Argumentação	3,38
Análise	3,38
Gramática	10,0

16,94/20

Em Tempo morto e outros tempos, Gilberto Freyre comenta que se manteve consciente quanto a sua nacionalidade brasileira, apesar das críticas que recebeu, quando regressou ao Brasil nos anos 1920. Pode-se afirmar que essa consciência do autor em relação a sua brasilidade foi fundamental para que a produção intelectual de Freyre transformasse o pensamento social brasileiro na década seguinte.

A manutenção da consciência nacional permite a apropriação crítica de valores pertencentes a cultural estrangeiras, conforme o conceito de antropofagia. Indivíduos conscientes das nacionalidades que representam podem produzir manifestações culturais inovadoras, porquanto combinam linguagens estéticas e acadêmicas nacionais e estrangeiras. Além disso, cidadãos cujo senso de nacionalidade é desenvolvido tendem a retribuir à comunidade o aprendizado decorrente de experiências no exterior. É possível concluir que a valorização da identidade nacional e o diálogo com ideias estrangeiras fortalecem a nacionalidade, pois, como afirma Claude Lévi-Strauss, não há civilização sem intercâmbio cultural.

Avaliação:

Apresentação	0,75
Argumentação	3,38
Análise	2,81
Gramática	10,0

16,94/20

A identidade nacional é importante fator para a coesão social de um país. Esse conceito confere harmonia à sociedade, evitando conflitos internos e favorecendo a implementação de projetos nacionais. A manutenção da consciência sobre a nacionalidade possibilita a permanência do sentimento de ser membro de um grupo, mesmo quando há influências exógenas.

Alguns pensadores condenam, contudo, a absorção de influências estrangeiras, pois elas seriam nocivas para a consciência nacional. Correntes externas suplantariam as idiossincrasias, fazendo que as particularidades fossem amainadas em um conjunto globalizante. Fatores externos podem, todavia, ser absorvidos pela cultura de um país, sem prejuízo para a manutenção da identidade. O Brasil é exemplo da abertura para influências externas, com preservação do conceito identitário comum. A identidade não precisa, portanto, ser apartada dos fluxos externos. O contato com valores estrangeiros é benéfico para a diversidade cultural.

Avaliação:

Apresentação	0,75
Argumentação	3,38
Análise	2,81
Gramática	10,0

16,94/20

A nacionalidade brasileira decorre da combinação entre diferentes influências culturais, as quais são oriundas dos diversos contingentes populacionais que contribuíram para a formação do povo brasileiro. Desse modo, a identidade nacional tem como característica basilar a diversidade cultural. Ao longo do século XX, o pensamento sociológico acerca da nacionalidade brasileira ressaltou os benefícios potenciais dessa cultura mestiça em um contexto internacional de crescente interação entre os povos.

Verifica-se que a capacidade de observar as influências estrangeiras e de transformá-las, a fim de acomodar diferenças está na base da formação da cultura nacional. Dessa forma, o contexto internacional de globalização e de maior interação cultural é favorável aos brasileiros, visto que, sem perder consciência da própria nacionalidade, eles conseguem acomodar influências externas. Essa manutenção da consciência acerca da própria nacionalidade é fundamental para uma política externa que, como a brasileira, visa ao universalismo de parcerias.

Avaliação:

Apresentação	0,75
Argumentação	2,81
Análise	3,38
Gramática	10,0

16,82/20

Toda fronteira é artificial, porque a existência do Estado é uma ficção jurídica. A despeito dessa utopia, defendida tanto por Kant quanto por Marx, o mundo hodierno está dividido em Estados nacionais. O ser humano somente se integra à sociedade internacional, na medida em que está inserido em contexto nacional. Como aduzia Mário de Andrade, que cunhou o termo "moléstia de Nabuco", para denominar o mal de que padeciam pensadores deslocados do contexto nacional, é preciso ser nacional, para se tornar internacional.

Manter a consciência sobre a nacionalidade é importante e implica saber quais são os elementos constitutivos dessa identidade nacional. Para propor uma estética verdadeiramente nacional, os modernistas pesquisaram a cultura popular brasileira. Enquanto não se conformam as utopias, será necessário manter a consciência sobre a nacionalidade e "deglutir", conforme o "Manifesto Antropofágico", as influências estrangeiras.

Avaliação:

Apresentação	0,63
Argumentação	3,38
Análise	2,81
Gramática	10,0

16,82/20

Em <u>Tempo morto & outros tempos</u>, Gilberto Freyre queixa-se das críticas acerca de sua estadia no exterior, a qual o teria convertido em brasileiro “degenerado ou deformado”. A manutenção da consciência sobre a nacionalidade foi compreendida pelos críticos de Freyre como tarefa especialmente problemática, em contexto de multiplicação de influências culturais estrangeiras; no entanto o receio de perder o conjunto de componentes culturais que possibilitam a identificação com a pátria tem como premissa conceito demasiadamente restrito de nacionalidade. De maneira diversa, o caráter nacional pode ser concebido como fenômeno inconcluso, na medida em que está submetido a transformações decorrentes tanto de novas vivências coletivas quanto da experiência pessoal. Perspectiva semelhante foi adotada pela primeira geração modernista, a qual concebia a assimilação de influências estrangeiras como etapa inerente ao processo de formação da nacionalidade.

Avaliação:

Apresentação	0,63
Argumentação	3,38
Análise	2,81
Gramática	10,0

16,82/20

No Brasil, a influência estrangeira na formação da identidade nacional é temática abordada, recorrentemente, nos movimentos artísticos. Na literatura, enquanto autores românticos idealizaram a identidade nacional, por meio da representação heróica de grupos autóctones, escritores modernistas buscavam compreendê-la por intermédio da análise da miscigenação dos diversos grupos étnicos presentes no país. Na música, alguns pensadores, como Ariano Suassuna, defendem a proteção da música brasileira em relação a tendências externas, embora outros artistas, como aqueles vinculados à Tropicália, tenham incluído aspectos da música estadunidense em suas melodias.

Independentemente do gênero artístico, é importante que o sentimento de nacionalidade esteja presente, para que as influências estrangeiras sejam absorvidas sem que se perca a identidade nacional. Essa perspectiva era recorrente na obra de Mário de Andrade, por exemplo, que entendia que, para a sociedade brasileira possuir cultura universal, deveria estabelecer suas bases na cultura nacional.

Avaliação:

Apresentação	0,63
Argumentação	3,38
Análise	2,81
Gramática	10,0

16,31/20

A manutenção de consciência sobre a nacionalidade constitui esforço importante para que se alcance um entendimento correto acerca da identidade nacional. De fato, é possível argumentar-se que a absorção excessiva de influências estrangeiras pode prejudicar interpretações elaboradas sobre fenômenos culturais típicos de uma nação, os quais são tributários de valores intrínsecos ao arcabouço cultural pátrio.

Apesar da validade desse argumento, é necessário reconhecer que interpretações relevantes acerca dos legados históricos e culturais brasileiros fizeram uso de métodos de análise elaborados em outros países, sem que isso comprometesse a consciência sobre aspectos fundamentais da nacionalidade. O pensamento culturalista de Gilberto Freyre, a perspectiva weberiana presente nas obras de Sérgio Buarque de Holanda e o materialismo dialético percebido nos trabalhos de Caio Prado Jr. são exemplos de influências que serviram para ressaltar fenômenos importantes na formação histórica e cultural do Brasil. A cultura brasileira é sincrética; seu estudo não deve, portanto, ser infenso a influências estrangeiras.

Avaliação:

Apresentação	0,75
Argumentação	3,38
Análise	3,38
Gramática	10,0
Penalização por # de palavras	1,20

16,22/20

A compreensão da identidade nacional e, consequentemente, da inserção do Brasil no mundo permite a correta distinção dos aspectos fundamentais da tradição cultural brasileira com relação àqueles de que estar poderia prescindir. O vínculo entre o indivíduo e sua origem favorece sua inclusão social, sem que isso signifique que a valorização de características nacionais ocorra em detrimento da assimilação de influências estrangeiras. Os estudos realizados por Gilberto Freyre, nos Estados Unidos, proporcionaram-lhe a elaboração de inovadoras perspectivas acerca do pensamento social brasileiro. Nesse sentido, o contato com o exterior o fez refletir sobre o Brasil.

Não há real contraste entre consciência nacional e universalismo, desde que estejam presentes os mecanismos garantidores da liberdade de escolha, como a educação. O pensamento crítico permite que cada grupo social determine, livremente, quais aspectos de sua identidade coletiva devem ser modificados, quais devem ser mantidos e, principalmente, aqueles que necessitam ser fortalecidos, no contato com culturas estrangeiras.

Avaliação:

Apresentação	0,63
Argumentação	3,38
Análise	2,81
Gramática	10,0
Penalização por # de palavras	0,60

16,07/20

A nacionalidade é fundamental para a constituição da identidade de um povo, motivo pelo qual ela deve ser preservada, mesmo quando influenciada pelo exterior[1]. Conforme afirmava Mário de Andrade, no início do Modernismo, o Brasil precisa ter consciência de sua unidade cultural, como nação, para que possa tornar-se internacional. A consciência nacional confere autenticidade ao povo brasileiro, tornando-o universal.

As influências estrangeiras devem dialogar com a consciência nacional, em vez de serem absorvidas. O Brasil não deve reproduzir as experiências provenientes do exterior. O país tem que ser capaz de conceber ideias originais, que influenciem a cultura e a sociedade mundiais. Conforme o Manifesto Antropofágico, de Oswald de Andrade, a nação precisa adaptar o externo à realidade local, de forma a criar o nacional. Nesse sentido, manter a consciência sobre a nacionalidade significa constituir uma essência identitária.

Marcações da banca:

[1] Construção de período/Colocação de termos

Avaliação:

Apresentação	0,88
Argumentação	2,81
Análise	3,38
Gramática	9,00

16,07/20

Gilberto Freyre não parece ter perdido a consciência sobre sua nacionalidade ao ter ido estudar fora do país, porquanto o Brasil foi uma constante de seus estudos. Freyre trouxe significativos aportes teóricos para os estudos acerca da identidade brasileira. Em termos metodológicos, o autor recebeu influência de Franz Boas, o que teve implicações para a compreensão freyreana dos processos socioculturais que formaram o Brasil; no entanto o trabalho de Freyre não poderia ter sido realizado por Boas, já que este não era brasileiro.

A absorção de influências estrangeiras fez parte da formação da intelectualidade brasileira. Se, por um lado, afirma-se que essas ideias chegaram ao Brasil com atraso e não foram adaptadas, de maneira crítica, à realidade brasileira; por outro, não se pode negar que, por intermédio de importantes formulações teóricas estrangeiras, foi criada e, em certa medida, mantida,[1] a consciência nacional sobre a nacionalidade.

Marcações da banca:

[1] Pontuação

Avaliação:

Apresentação	0,88
Argumentação	3,38
Análise	2,81
Gramática	9,00

15,13/20

A tensão entre a absorção de influências estrangeiras e a manutenção da consciência sobre a nacionalidade tem sido tematizada pela intelectualidade brasileira. Joaquim Nabuco sentia saudades de Paris, quando no Brasil, e saudades do Brasil, quando em Paris. As acusações de estrangeirismo dirigidas a quem vai viver em outro país partem do pressuposto de que as influências de outras culturas pervertem o instinto da nacionalidade do "meteco", que se torna afetado, inautêntico e, no limite, perigoso.

Gilberto Freyre revolta-se, justamente, contra as acusações de estrangeirado. Para ele, a temporada no exterior antes açulou sua brasilidade do que a mitigou. Essas reflexões são de particular interesse a quem pretende ingressar na carreira diplomática: a permanência em postos no estrangeiro pode contribuir para um melhor conhecimento do Brasil. À distância e em meio a outras referências culturais, a consciência nacional, proveitosamente, adensa-se.

Avaliação:

Apresentação	0,63
Argumentação	2,25
Análise	2,25
Gramática	10,0

14,94/20

Gilberto Freyre não considerava o contato com outras culturas antagônico à identidade brasileira, nem mesmo quando esse contato acarretava a absorção de hábitos, tradições e aspectos da cultura estrangeira. Em sua obra Casa Grande[1] & Senzala, Freyre argumenta o oposto: que a nacionalidade brasileira é fruto do intercâmbio de culturas entre portugueses, índios e africanos e que a identidade brasileira foi influenciada pela cultura estrangeira.

Em maior ou menor grau, todos os pensadores que analisaram a sociedade brasileira a partir da “Geração de 1930” utilizaram a tese de Freyre,[2] de que não há contradição entre a absorção de influências estrangeiras e a manutenção da consciênca sobre a nacionalidade. Uma inovação recente no debate é a valorização da pluralidade de identidades brasileiras, todas igualmente válidas como expressão da nacionalidade, em contraste com a ideia da nacionalidade como uma síntese única das influências estrangeiras.

Marcações da banca:

[1] Grafia/acentuação

[2] Pontuação

Avaliação:

Apresentação	0,75
Argumentação	3,38
Análise	2,81
Gramática	8,00

14,82/20

A nacionalidade brasileira compõe-se de influências culturais múltiplas que decorrem da miscigenação racial. Nesse sentido, ser nacional brasileiro não é apenas ter o vínculo jurídico-político com o Estado, mas compartilhar valores, axiomas e crenças que constituem a identidade nacional. Esta, segundo autores modernistas, é local sem deixar de ser universal, o que denota que a consciência sobre a nacionalidade não se restringe a aspectos socioculturais brasileiros.

Todas as nações recebem influências externas. Cabe a cada indivíduo ter a consciência de quais são as características de sua nacionalidade para não perder a identidade com o povo a qual pertence. Dessa forma, os brasileiros não serão “desterrados em sua própria terra”, como afirmou Sérgio Buarque de Holanda, mas indivíduos que se permitem usufruir de influências externas sem perderem o vínculo com o Brasil.

Avaliação:

Apresentação	0,63
Argumentação	3,38
Análise	2,81
Gramática	8,00

14,81/20

A absorção de influências estrangeiras constitui processo natural e, muitas vezes, inevitável na formação cultural e intelectual de um povo. Os benefícios dessa troca, no entanto, esvaziam-se quando a consciência sobre a nacionalidade não é mantida.

A importação de ideias estrangeiras carrega elevado potencial de enriquecimento do repertório criativo local, especialmente no caso de países com passado colonial, como o Brasil. Tão relevante quanto absorver tendências externas é, entretanto, saber fazê-lo sem prejuízo da cultura nacional para que a identidade do povo seja preservada. A apropriação de ideais políticos de outras partes do mundo ilude, frequentemente, a compreensão dos nacionais sobre as próprias peculiaridades e necessidades, como lembra Roberto Schwartz em “Ideias fora do lugar”. Embora trate de literatura, a solução de Antonio Candido, nesse sentido, pode servir de metonímia para a cultura em geral, ao sugerir uma simbiose construtiva entre o local e o universal[1].

Marcações da banca:

[1] Construção de período/Colocação de termos

Avaliação:

Apresentação	0,75
Argumentação	2,81
Análise	2,25
Gramática	9,00

14,64/20

Ao longo da formação da identidade brasileira, discutiu-se o contraste entre uma consciência inerentemente nacional e uma cultura influenciada por ideias estrangeiras. Todas as correntes do pensamento nacional sofreram influência de autores externos. Intelectuais brasileiros, como Oliveira Vianna e Euclides da Cunha, aderiram ao Cientificismo, no final do século XIX, o qual impactou a maneira pela qual[1] eles compreendiam o Brasil.

Na década de 1920, o movimento modernista fez releitura[2] sobre a formação da identidade brasileira[3]. Ele dividiu-se em dois grupos. O primeiro, sob influência de Plínio Salgado, rejeitou qualquer interferência externa na cultura nacional. O segundo, o Movimento Antropofágico, de Oswald de Andrade, afirmou que as ideias estrangeiras deveriam ser assimiladas, juntamente com as características nacionais, e transformadas. A manutenção da consciência nacional não contrasta com a absorção de influências estrangeiras. Ao contrário, ela é potencializada, como comprovam as obras de Gilberto Freyre.

Marcações da banca:

[1] Construção de período/Colocação de termos

[2] Grafia/acentuação

[3] Construção de período/Colocação de termos

Avaliação:

Apresentação	0,88
Argumentação	3,38
Análise	3,38
Gramática	7,00

13,64/20

A temática da influência estrangeira na identidade nacional tem sido preocupação constante em países que, como o Brasil, foram colonizados e tiveram suas identidades definidas por meio da percepção de estrangeiros. Isso pode ser identificado no conceito de “ideias fora do lugar”, de Roberto Schwarz, acerca da[1] utilização de ideias e de instituições de origem externa, que não seriam adequados[2] ao contexto nacional.

Em um mundo globalizado, no qual a fragmentação cultural é mais comum, a manutenção da consciência sobre a nacionalidade é necessária para definir a própria identidade individual. Como sugeriu o Modernismo brasileiro, a influência externa deve ser “deglutida” pela cultura interna, produzindo algo[3] novo. Apenas por meio dessa dinâmica cultural entre interno e externo é possível a manutenção da consciência da nacionalidade, para que não ocorra a situação descrita por Sérgio Buarque de Holanda, em Raízes do Brasil: “somos desterrados em nossa própria terra”.

Marcações da banca:

[1] Concordância verbal

[2] Construção de período/Colocação de termos

[3] Construção de período/Colocação de termos

Avaliação:

Apresentação	0,88
Argumentação	3,38
Análise	3,38
Gramática	7,00

12,44/20

A importância da manutenção da consciência sobre nacionalidade em contraste com absorção[1] de influências[2] estrangeiras está relacionada com a solução entre nacional e universal. A formação cultural brasileira, dada a influência européia, fez que houvesse dificuldade em pensar sobre a nacionalidade, uma vez havia necessidade de estar em sintonia com centros culturais estrangeiros. O Romantismo suscitou tentativa de solução dessa tensão, mas a adoção de temas brasileiros não ensejou a formação de estética nacional.

No movimento modernista, Mario de Andrade propôs que fosse estabelecida mediação entre universal e nacional por meio da nação. O autor afirmava que a consciência da nacionalidade não se opunha à absorção de influências estrangeiras. Esse entendimento era compartilhado pelo movimento antropofágico, mas não era aceito pelo movimento verde-amarelo. A importância da nacionalidade era sintetizada por Mário na afirmação: “porque nacionais, seremos universais”. A tensão poderia ser assim solucionada.

Marcações da banca:

[1] Construção de período/Colocação de termos

[2] Grafia/acentuação

Avaliação:

Apresentação	0,50
Argumentação	2,25
Análise	1,69
Gramática	8,00

PARTE II – EXERCÍCIO 2

O estudo da literatura de cordel propõe inevitavelmente a reflexão sobre o espaço que nela ocupam o acervo da tradição coletiva e a criatividade do poeta. Sendo inquestionável o seu enraizamento em um repertório tradicional, tanto no que respeita à substância da expressão — temas, motivos, personagens, ideologia — quanto no que tange às formas de expressão, resta ao estudioso ou curioso indagar se, apesar desse arraigamento na tradição, podem-se esperar do cordel e da literatura oral como um todo manifestações de originalidade e inventividade.

Nesse sentido, nossa experiência com folhetos trouxe-nos à conclusão de que neles existe lugar para a surpresa e a novidade. Diríamos que no latifúndio da tradição coletiva vingam minifúndios de inovação pessoal.

Marlene de Castro Correia.
Sobre literatura de cordel: conversa (quase) descosturada.
In: Poesia de dois Andrades (e outros temas).
Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2010, p. 151 (com adaptações).

Com base no texto acima, discorra sobre as oportunidades para que a inovação surja em um contexto de tradição.

Extensão do texto: 120 a 150 palavras

[valor: 20 pontos]

18,32/20

Marlene de Castro Correia argumenta que, na literatura oral e de cordel, a manifestação cultural, em contexto de consolidada tradição expressiva, não impede criações estéticas e materiais inovadoras. Não haveria, segundo a autora, antagonismo absoluto entre o dinamismo da inovação e a suposta inércia dos aspectos tradicionais da cultura. Os cânones criam tensões para a manutenção da conformidade e, por isso, segundo Silviano Santiago, na obra O entre-lugar do discurso latino-americano, devem ser desafiados por manifestações originais.

O embate entre a tradição e a inovação não é único da literatura de cordel, porquanto o surgimento de variada gama de escolas literárias e metodologias expressivas também é influenciado por essa aparente contradição entre o canônico e a ruptura. Ambos são mutuamente dependentes, uma vez que a inovação é viabilizada pela referência estática e a tradição é reafirmada pela sua ruptura.

Avaliação:

Apresentação	1,00
Argumentação	3,38
Análise	3,94
Gramática	10,0

18,07/20

Ao contrário do que defendiam os primeiros modernistas, que buscavam revolucionar a arte brasileira, a inovação nem sempre significa ruptura, podendo surgir em um contexto de tradição. João Cabral de Melo Neto, em Morte e Vida Severina, demonstra que não é preciso romper com a estética e com o lirismo tradicionais para que se obtenha originalidade. Ferreira Gullar resgata a literatura de cordel, relacionada a formas de expressão tradicionais, conferindo-lhe novas perspectivas.

A tradição pode inspirar o novo, pois é passível de releituras. Conforme afirmava Walter Benjamin, as experiências passadas podem ser reinterpretadas, sob perspectiva de nova realidade, tornando-se autênticas. Essa concepção foi comprovada pela obra de Mário de Andrade. Em Macunaíma, o autor reconstitui lendas indígenas, oriundas da tradição, integrando-as a uma nova identidade nacional a ser concebida. Dessa forma, o tradicional pode contribuir para surgimento da inovação.

Avaliação:

Apresentação	0,75
Argumentação	3,94
Análise	3,38
Gramática	10,0

16,94/20

À maneira do Arcadismo e do Classicismo musical, a literatura de cordel caracteriza-se por um repertório de formas fixas. O cordelista J. Borges, como Cláudio Manuel da Costa ou Joseph Haydn, reporta-se a estruturas cristalizadas e a um estoque de temas relativamente limitado. Ao contrário do gênio romântico, de quem se esperava, sempre, inovação, o poeta do cordel é, predominantemente, previsível. Não se confunda, contudo, tradição rotinizada com inexistência de inventividade: é na tensão entre o reconhecível e o surpreendente que reside a beleza do cordel.

Essas ponderações não servem, apenas, à análise de manifestações artísticas. A política externa brasileira é, também, definida como rotineira e pautada pela continuidade de princípios. Isso não significa que não possa ser criativa, como demonstram as recentes ações de diplomacia pública empreendidas pelo Ministério das Relações Exteriores. Segundo Azeredo da Silveira, "a melhor tradição do Itamaraty é saber renovar-se".

Avaliação:

Apresentação	0,75
Argumentação	3,38
Análise	2,81
Gramática	10,0

16,64/20

Os mecanismos de transmissão da cultura popular através das gerações incluem, geralmente, a expressão oral e os registros informais. A memória, particular ou compartilhada, bem como livros de histórias, de receitas, as letras de música e os objetos de artesanato contribuem para conferir transcendência aos aspectos tradicionais de um sistema cultural; entretanto mesmo a mais automática reprodução de conteúdo não inviabiliza interpretações inovadoras. Apesar de, aparentemente, a capacidade de permanência da cultura tradicional se sobrepor à criatividade individual, aquela, na realidade, depende desta.

O gênio do intérprete, ao dotar expressões tradicionais de novos significados, atualiza-as, o que garante o crescente interesse popular na preservação das heranças culturais. Além disso, a existência de referências históricas é condição indispensável para a inovação da cultura. Assim com a criatividade é favorecida pela tradição, a manutenção desta também é beneficiada por um ambiente dinâmico de renovação e de modernização.

Avaliação

Apresentação	0,88
Argumentação	3,38
Análise	3,38
Gramática	10,0

16,37/20

De acordo com Marlene de Castro Correia, o cordel e a literatura oral são expressões da tradição, entendida como costumes e hábitos inerentes a determinado grupo social. A tradição não impede, todavia, o desenvolvimento de perspectivas novas, pois convive com a surpresa e a novidade decorrentes da imaginação de cada autor.

Ao seguir a tradição, o indivíduo resgata heranças culturais para transmitir a perspectiva subjetiva sobre um tema específico. Essa subjetividade permite que o autor desenvolva senso crítico capaz de fomentar aspectos tradicionais por meio de perspectiva inovadora. Neste sentido, a união entre as considerações subjetivas e a tradição representa a dialética entre o antigo e o novo. Nesse contexto, a tradição coletiva abrange a criatividade individual, essencial para o desenvolvimento de qualquer cultura.

Avaliação:

Apresentação	0,75
Argumentação	2,81
Análise	2,81
Gramática	10,0

16,25/20

Como asseverava Ortega y Gasset, o ser humano é produto de seu meio. Culturalmente, isso implica que o contexto social tende a homogeneizar tanto a produção literária oral quanto a escrita por meio da conformação de certa tradição. A consolidação dessa tradição, todavia, não significa que não haverá oportunidades para que a inovação surja.

A despeito da sanção moral para o que descumpre a tradição, o mundo não parou de transformar-se. Mesmo em contextos fortemente marcados pelo tradicionalismo, há novidades. Na literatura de cordel, exemplo paradigmático de literatura oral com profundo enraizamento na tradição coletiva, há espaço para a expressão da criatividade do autor, conforme demonstram recentes estudos dessa estética. O mesmo ocorre em tradicionais instituições do Estado brasileiro, como o Itamaraty, cuja maior tradição, conforme Azeredo da Silveira, é "saber renovar-se".

Avaliação:

Apresentação	0,63
Argumentação	3,81
Análise	2,81
Gramática	10,0

15,56/20

Um contexto de tradição não impede, em princípio, surgimento de novas formas de expressão artística. As tradições culturais servem de parâmetro para elaboração de manifestações que adotem os valores expressos pela tradição. Esses valores proporcionam arcabouço por meio do qual a inovação pode ser produzida. A literatura de cordel, objeto de pesquisa de Marlene de Castro Correia, é exemplo de forma artística que permite inovações.

Se, por um lado, a tradição fornece temas e formas ao artista, por outro, pode tolher-lhe a criatividade, se lhe impuser parâmetros rígidos para elaboração de trabalhos; tradições rígidas são, entretanto, vulneráveis. Quando um contexto de tradição não apresenta oportunidades para novas expressões, os aspectos tradicionais não se renovam, tornam-se limites à expressão artística e ficam, portanto, sujeitos ao obscurantismo. O contexto da tradição deve ser flexível de modo a permitir inovações, pois estas são as verdadeiras responsáveis pela preservação dos fundamentos do legado tradicional.

Avaliação:

Apresentação	0,50
Argumentação	2,81
Análise	2,25
Gramática	10,0

15,25/20

A tradição não é obstáculo à inovação, porque o artista cria apropriando-se da memória coletiva, de questões contemporâneas e das expectativas da sociedade em relação ao futuro. Essa criação coletiva, conquanto produzida pela inventividade do artista, caracteriza manifestações populares na cultura brasileira, como a literatura de cordel.

Assim como o cordel alia tradição e inovação, o modernismo brasileiro valorizou as artes barrocas, ao mesmo tempo em que prestigiava as vanguardas europeias. Experiência semelhante ocorreu na segunda metade do século XX, quando o contexto cultural que originou as campanhas de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional permitiu o surgimento do tropicalismo na música e nas artes plásticas. Embora os tropicalistas almejassem superar os arcaismos[1] da cultura nacional, eles beneficiaram-se do desenvolvimento da identidade brasileira, favorecido pelo experimentalismo estético e sem preconceitos de seus antecessores modernistas. Cordel, modernismo e tropicalismo, portanto, atestam as possibilidades da inovação em contexto de tradição.

Marcações da banca:

[1] Grafia/acentuaçã

Avaliação:

Apresentação	0,63
Argumentação	2,81
Análise	2,81
Gramática	9,00

15,25/20

A exigência de observância de paradigmas tradicionais pode, em diversos âmbitos, constituir óbice à inovação. Nesse sentido, a resistência à transformação de técnicas, de temas e de formas pode influenciar, de maneira dupla, um trabalho artístico: por um lado, o paradigma proporciona a valorização do conhecimento tradicional; por outro, ele também delimita os aspectos artísticos passíveis de inovação.

Em manifestações populares, como a literatura de cordel, a preservação de um repertório tradicional de temas, de personagens e de linguagem possibilita que se conserve o caráter distintivo dessa arte. Não obstante reforcem os vínculos com a tradição, artistas contemporâneos adeptos da literatura oral são exitosos na busca de dotar seus trabalhos de características inovadoras, mesmo em contexto de aparente desincentivo à criação. Desse modo, verifica-se que a identificação de oportunidades para inovação pressupõe talento artístico.

Avaliação:

Apresentação	0,75
Argumentação	2,25
Análise	2,25
Gramática	10,0

15,07/20

Tradição e inovação, apesar de parecerem antagônicas, podem coexistir em diversas manifestações culturais, como a literatura. Uma vez que todo texto é produzido em determinado contexto social, mudanças significativas no contexto social representam oportunidades de inovação em uma tradição. Essas inovações podem, inclusive, constituir-se em novas tradições.

A poesia fornece exemplo ímpar acerca da coexistência entre tradição e inovação, porquanto formas fixas, como o soneto, são utilizadas há séculos. Transformações nas condições sociais e econômicas tiveram como consequência a utilização de novos conteúdos, ocasionando[1] inovações temáticas na tradição dos sonetos. Por não ser a cultura um fenômeno fixo e sim[2] dinâmico e adaptável ao contexto de determinada sociedade, há sempre oportunidades de inovação. A permanência de aspectos tradicionais em produções culturais não significa que algo novo não tenha sido criado. Nesse contexto, a literatura de cordel atual é mais um exemplo da associação entre tradição e inovação.

Marcações da banca:

[1] Construção de período/Colocação de termos

[2] Pontuação

Avaliação:

Apresentação	0,88
Argumentação	2,81
Análise	3,38
Gramática	8,00

15/20

Em “Sobre literatura de cordel: conversa (quase) descosturada”, Marlene de Castro Correia analisa a possiblidade de que, no contexto da força que a tradição coletiva exerce na literatura de cordel, manifestações individuais inovadoras surjam. A conclusão da autora é a de que há espaço para a novidade, apesar do repertório tradicional.

A criatividade pode aparecer em ocasiões nas quais a tradição predomina. Fatores tradicionais fornecem a base para que novas formas de expressão sejam desenvolvidas. O intento de Mário de Andrade de tradicionalizar o passado para que fosse estabelecida uma cultura efetivamente brasileira demonstra essa ideia. É necessário que haja, entretanto, abertura, para que a inovação ocorra. Um ambiente democrático, no qual a liberdade de expressão seja respeitada é essencial. A tradição não deve representar um impedimento teórico e formal, mas, sim, um substrato para a emergência de novas ideias.

Avaliação:

Apresentação	0,50
Argumentação	2,25
Análise	2,25
Gramática	10,0

14.69/20

A identidade cultural de uma sociedade e[1] algo dinâmico, pois recebe, constantemente, a influência de hábitos de diferentes grupos étnicos e sociais. A miscigenação da sociedade brasileira, formada com base em características da tradição erudita e da tradição popular, é representativa da contínua oportunidade de transformação das identidades culturais. Em várias regiões do país, hábitos entendidos como eruditos e conservadores misturam-se ao folclore da população local, o que estabelece uma perspectiva cultural inovadora.

Essa dinâmica pode ser observada, por exemplo, na literatura de cordel. A tradição religiosa, herdada da cultura erudita e conservadora, é transformada, por meio de sua mistura aos hábitos locais, os quais são influenciados por lendas folclóricas, transmitidas oralmente. Dessa forma, conforma-se uma arte inovadora, caracterizada por abordar, por intermédio de linguagem pouco rebuscada, temas que envolvem religião e folclore.

Marcações da banca:

[1] Grafia/acentuação

Avaliação:

Apresentação	0,63
Argumentação	2,81
Análise	2,25
Gramática	9,00

14,57/20

A tradição pressupõe a existência de alguns padrões de conduta, que devem ser seguidos. No caso da literatura de cordel, conteúdo e forma previamente determinados são imprescindíveis. Apesar disso, é possível que haja diferenciações, inerentes à vivência de seus autores. Isso é verdade em quase todos os movimentos literários, com exceção da poesia contemporânea, a qual tem estética livre.

Ideias estrangeiras podem ensejar inovação em outros âmbitos sociais. Joaquim Nabuco, monarquista convicto e adepto da tradição, afirmou, no livro Minha Formação, a importância de seus contatos estrangeiros e de sua infância para a sua posição abolicionista. Na arte, Anita Malfatti sofreu significativas críticas de seus conterrâneos, devido às suas obras terem sofrido influência do cubismo europeu. Verifica-se que existem múltiplas possibilidades e oportunidades para que a inovação surja em diferentes contextos de tradição.

Avaliação:

Apresentação	0,63
Argumentação	1,69
Análise	2,25
Gramática	10,0

14,13/20

Os temas e elementos recorrentes na literatura de cordel devem-se, em parte, às experiências e às histórias compartilhadas da região nordestina, que tornam essas referências imediatamente reconhecíveis a seus leitores. A genialidade, tanto na literatura de cordel quanto em qualquer outro gênero artístico[1] está na utilização de recursos tradicionais para a consecução de efeitos novos e surpreendentes. Shakespeare utilizava os mesmos temas e personagens que seus contemporâneos, porém legou obras que continuam atuais mesmo no século XXI.

A diplomacia, por desenvolver-se em longos períodos de tempo, precisa de tradições que sirvam de orientação ao longo de décadas ou séculos. No Brasil, porém, essas tradições não impediram o êxito de figuras como Duarte da Ponte Ribeiro e o Barão do Rio Branco, que não apenas inovaram, como também estabeleceram novas tradições.

Marcações da banca:

[1] Pontuação

Avaliação:

Apresentação	0,63
Argumentação	2,25
Análise	2,25
Gramática	9,00

13,88/20

O texto de Marlene Correia sugere ser possível, tendo em vista sua experiência com folhetos, o exercício da inovação criativa pessoal em literatura identificada com forte tradição coletiva.

Embora as oportunidades de inovar sejam restritas quando não apenas a substância, como também as formas de expressão tradicionais constituam a essência do gênero artístico, é possível, ainda, surpreender. O imaginário coletivo é, normalmente, receptivo a criações que inovem em detalhes que preservem a continuidade da obra e, ao mesmo tempo, lhe confiram alguma dose de autenticidade. O exemplo mais notável desse fenômeno no repertório cultural brasileiro parece ser o desfile de escolas de samba no Carnaval, que se reinventa a cada ano sem, no entanto, descaracterizar uma tradição que remonta ao início do século passado. É preciso, portanto, conhecer a fundo a imaginação coletiva para nela encontrar as oportunidades de criação e novidade.

Avaliação:

Apresentação	0,50
Argumentação	1,69
Análise	1,69
Gramática	10,0

13,76/20

Em suas obras, Ariano Suassuna ressalta que a singularidade da cultura brasileira deriva da mistura entre aspectos eruditos e aspectos populares. Oriunda dessa combinação, a diversidade da cultura nacional decorre da inovação popular, cuja base inicial é a tradição erudita. Desse modo, verifica-se não só que a inovação é possível em um contexto de tradição, mas também que a realização desse processo está na base da formação da cultura brasileira.

Inserida em um contexto bastante tradicional, a literatura de cordel representa a grande capacidade inovadora do povo brasileiro. Embora a literatura de cordel mantenha aspectos tradicionais, como a proximidade entre poesia e música, ela inova nos aspectos formais, ao usar linguagem coloquial típica do sertão nordestino, e nas temáticas, ao apresentar ao leitor os desafios de uma realidade diferente daquela das grandes cidades do Sudeste.

Avaliação:

Apresentação	0,38
Argumentação	1,69
Análise	1,69
Gramática	10,0

Comentários do candidato:

Motivo da perda de pontos: não é coerente afirmar que "a literatura de cordel representa a grande capacidade criadora do povo brasileiro". Frases do tipo já foram ditas por outras pessoas em relação ao Carnaval - e a incoerência é a mesma. Além disso, a afirmação de que "a singularidade da cultura brasileira deriva da mistura entre aspectos eruditos e aspectos populares" não deveria estar confinada às obras de Ariano Suassuna: poderia ser também característica de Mario de Andrade, em Macunaíma; de Villa-Lobos, nos Choros; dos quadros de Portinari sobre festejos populares, entre tantos outros autores. No caso da literatura de cordel, é questionável que sua base inicial seja a tradição erudita. É mais provável que seja, ao contrário, outra tradição de base popular, oriunda da Península Ibérica.

13,25/20

O escritor paraibano Ariano Suassuna foi um dos fundadores do Movimento Armorial, na década de 1970. Inspirado na literatura de cordel, seu objetivo era resgatar a riqueza cultural do sertão nordestino, tendo, como base, seus principais símbolos heráldicos. Nesse contexto, a xilogravura, o teatro de bonecos e ao pífano, manifestações culturais criadas no passado, foram ressignificadas[1] em novo contexto. Na obra O Auto da compadecida, de Suassuna, encontram-se vários aspectos da estética Armorial.

É possível encontrar diversas oportunidades para que a inovação surja em contexto de tradição, como demonstrou Ariano Suassuna. Juntando a estética medieval, além da tradicional religiosidade sertaneja, sua obra mais conhecida transformou-se em produções televisionada e cinematográfica[2]. A primeira teve altos índices de audiência, e a segunda recebeu grande número de expectadores[3] nas salas de cinema do Brasil e do mundo.

Marcações da banca:

[1] Concordância Nominal ou Verbal

[2] Construção de período/Colocação de termos

[3] Grafia/acentuação

Avaliação:

Apresentação	0,63
Argumentação	2,81
Análise	2,81
Gramática	7,00

Comentário do candidato:

Recurso: (1)

O candidato solicita que o que foi considerado erro de concordância seja revisto. A palavra que o candidato escreveu foi "ressignificadas", o que concorda com "[...]manifestações culturais criadas no passado[...]". O candidato solicita que seja feita uma comparação da grafia utilizada para as letras "a" e "o". Pode-se tomar como exemplo a grafia das letras "a" e "o" nas palavras "criadas" e "passado", na mesma linha.

Recurso indeferido

Registra-se erro referente a concordância verbal. Em lugar de "ressignificadas", o candidato deveria ter empregado "ressignificados", visto que a concordância deve ser estabelecida com o sujeito composto "a xilogravura, o teatro de bonecos e o pífano", que exige forma no masculino plural, e não com o sujeito da oração apositiva.

9,76/20

A inovação pode surgir em um contexto de tradição. No século XIX, empregavam-se modelos europeus na cultura brasileira, os quais chegavam com certo atraso ao Brasil, dadas as dificuldades de comunicação. Desse modo, a estética era vinculada mais ao passado que ao presente, o que constituia[1] o denominado “passadismo”. Os valores pretéritos prevaleciam, ao passo que inovações não eram bem recebidas.

No movimento modernista, alguns artistas procuraram conciliar as tradições e as novas tendências. Mario de Andrade considerava que não havia oposição entre elas, mas que releituras,[2] de tendências do passado poderiam ensejar inovações no presente, sem “passadismo”. Ele pesquisou o folclore e a cultura popular, a fim de demonstrar a existência de possibilidades. A literatura de cordel foi exemplo de oportunidade[3] bem aproveitada, na medida em que a revalorização de um estilo literário tradicional suscitou a elaboração de estética moderna inovadora.

Marcações da banca:

[1] Grafia/acentuação

[2] Pontuação

[3] Construção de período/Colocação de termos

Avaliação:

Apresentação	0,50
Argumentação	1,13
Análise	1,13
Gramática	7,00

HISTÓRIA

QUESTÃO 1

Analise comparativamente as políticas do Segundo Reinado em relação à navegação internacional dos rios Amazonas, Paraná e Paraguai, explicando suas motivações.

Extensão máxima do texto: 90 linhas

[valor: 30 pontos]

Ernesto Batista Mané Júnior (29/30)

As políticas em relação à navegação internacional nesses dois sistemas hidrográficos estratégicos constituíram-se uma preocupação central para os formuladores de política externa brasileira durante o Segundo Reinado. De início, em termos geográficos, as duas bacias, do Prata e do Amazonas, delineiam o contorno atlântico do Brasil e servem de elemento de conexão para o interior, fechando a "ilha Brasil". Desse modo, o controle do regime de navegação das águas dessas duas bacias está relacionado à própria integridade territorial do Brasil. Considerando que, em relação aos rios Paraná e Paraguai, o Brasil não dominava sua foz, era necessário garantir a livre navegação nesses rios, para garantir acesso ao Mato Grosso. Em relação ao Amazonas, o Brasil realizou uma cuidadosa política de abertura, de modo a conter a cobiça internacional.

É necessário, de início, tecer alguns comentários acerca do Período Regencial, já que deixou alguns passivos que a política externa brasileira teria de resolver nas décadas posteriores. Cervo afirma que, em relação ao Prata, a política externa brasileira foi marcada pelo imobilismo. Isso decorre, basicamente, de questões de ordem interna e de ordem externa. Internamente, os tomadores de decisão brasileiros estavam envidando esforços para manter a integridade territorial diante das revoltas provinciais. No plano externo, o fim do Conselho de Estado havia deixado a política externa brasileira acéfala, já que seus principais formuladores foram alijados de suas atribuições básicas. O parlamento passaria a ter papel importante na formulação da política externa, em que pese seu caráter predominantemente reativo, ao questionar os "tratados desiguais".

Pode-se afirmar que, em grande medida, o fortalecimento de Rosas, durante as décadas de 1830 e 1840, ameaçou o projeto político brasileiro na bacia platina. Caso Rosas viesse a anexar o Paraguai e o Uruguai, tornar-se-ia impraticável a livre navegação nas águas daquele sistema hidrográfico; portanto a política externa brasileira no início do Segundo Reinado, no que

concerne ao Prata, terá, como foco, a contenção de Rosas. O Império Brasileiro contará com quadros do calibre de Paulino José Soares de Sousa para empreender uma política assertiva no Prata, cujo ápice será o sistema de alianças desenhado pelo futuro Visconde do Uruguai para derrubar Rosas e Oribe, substituindo-os, respectivamente, por Urquiza e por Rivera, representantes de grupos políticos mais amigáveis ao Império.

Ainda como consequência do quadro sistêmico durante o Período Regencial, deve-se mencionar o oportunismo das potências como Inglaterra e França durante esse período delicado de formação do Estado brasileiro. A França, ignorando o acordado no 1º Tratado de Utrecht, fez movimentações na região da foz do rio Oiapoque, no Cabo Norte, no momento em que a Cabanagem estava ocorrendo. Naquele momento, o máximo que o Império consegue obter é um modus vivendi e, somente na República, essa questão será resolvida em definitivo. Considerações semelhantes podem ser feitas com relação à Inglaterra, dessa vez em relação ao Pirara. Durante todo o Segundo Reinado a questão será colocada em suspenso. Esses dois casos, tomando em conjunto, ameaçavam a hegemonia do controle da foz do Rio Amazonas, por óbvio.

Entre a década de 1830 e 1860, os Estados Unidos da América empreenderam uma polícia expansionista extremamente agressiva, sob os desígnios do "destino manifesto". Após ter garantido a condição de país bioceânico, os americanos ambicionavam seguir expandindo em direção ao sul, região tropical, que seria muito útil ao sistema de "plantation" implantado no sul dos Estados Unidos, no qual se aventava a ideia de enviar colonos, sobretudo negros, para a região amazônica. Ora, esse padrão de ocupação já havia sido realizado na região do Texas que, posteriormente, torna-se independente e é anexada pelos Estados Unidos. Cientes desse perigo, os formuladores de política externa brasileira tiveram de agir com habilidade.

Se, por um lado, o Brasil defendia, na Bacia do Prata, o direito à livre navegação, por outro, no Amazonas, o Brasil controlava a navegação para terceiros países com mão de ferro. Geograficamente, havia uma grande diferença, uma vez que o Brasil não controlava a foz do primeiro e controlava a do segundo. Esse foi, aliás, um dos argumentos utilizados pelas potências imperiais e pelos Estados Unidos para forçar a livre navegação no Amazonas – como o Brasil negava o direito de navegação em um sistema cuja navegação superior ele controlava, e reivindicava, ao mesmo tempo, ter direito à navegação em um sistema de navegação cujo controle não estava em suas mãos? Essa indagação está no centro da política em relação à navegação internacional nos rios em tela, e estratégias diferentes serão utilizadas pelo Império brasileiro, para garantir seus objetivos.

Em termos genéricos, o direito à livre navegação no sistema hidrográfico do Amazonas será utilizado pelo Império Brasileiro como instrumento de barganha para a conclusão da delimitação das fronteiras brasileiras com seus vizinhos. Somente após a garantia de estabilização fronteiriça sob um quadro jurídico favorável ao Brasil – o uti possidetis - , o Império brasileiro irá abrir, na década de 1860, a navegação do Amazonas para terceiros países. Mais uma vez, em termos sistêmicos, a ameaça dos Estados Unidos torna-se menor, já que o país está ocupado com sua guerra civil fraticida. Finalmente, diplomatas como Duarte da Ponte Ribeiro e Miguel Maria Lisboa foram fundamentais para, a um só tempo, garantir o fechamento de tratados de limites com os países andinos e impedir a formação de uma liga antibrasileira de âmbito regional. Exemplo maior desse tipo de política foi o Tratado de Ayacucho, de 1867, com a Bolívia.

De volta ao Prata, deve-se tecer mais alguns comentários. Após a queda de Rosas e de Oribe, o Brasil terá um período de relativa estabilidade na região do Prata, até meados da década de 1860. É digno de nota, por exemplo, o tratado assinado entre o Império brasileiro e o Uruguai, garantindo que o Brasil pudesse navegar livremente na região. Outro ponto de destaque é a “diplomacia dos patacões”, da qual Irineu Evangelista de Souza irá participar ativamente. Finalmente, no contexto do conflito que levou à Guerra do Paraguai, o Brasil irá, por meio da força, garantir sua integridade territorial na região do rio Paraguai, de modo a preservar seus interesses de navegabilidade naquele rio.

Em síntese, o Império brasileiro no Segundo Reinado empreendeu estratégias diferentes, no que concerne às políticas de navegação internacional nos rios que formam a Bacia Platina e a Bacia Amazônica, cujos principais rios são os Paraná e Paraguai, no primeiro caso, e o rio Amazonas, no segundo. A natureza das ameaças enfrentadas pelo Brasil eram essencialmente diferentes – na região Norte, o país deparava-se com a cobiça de potências imperiais e o expansionismo americano; ao Sul, o Brasil preocupou-se peremptoriamente em conter o expansionismo de Rosas e garantir seu direito à livre navegação em uma bacia hidrográfica cuja foz não estava sob seu controle. Desse modo, a diplomacia, a hegemonia geográfica e a força física serviram de instrumentos para esses objetivos.

Leonardo Cardote (29/30)

As políticas do Segundo Reinado em relação à navegação internacional dos rios Amazonas, Paraná e Paraguai foram motivadas por interesses geopolíticos estratégicos fundamentais. Em conjunto, esses rios conformam as fronteiras da “Ilha Brasil”; questões envolvendo tais cursos fluviais envolviam, portanto, aspectos da defesa da integridade territorial e da manutenção de acesso a partes remotas do país. As políticas adotadas para proteção dos interesses brasileiros nessas regiões adequavam-se ao tipo de desafio enfrentado pelo Império. No Norte, a cobiça de atores políticos poderosos em relação ao Amazonas condicionou ensaios de articulação com os países vizinhos e medidas de manutenção da soberania territorial. Nas bacias do Paraná e do Paraguai, as políticas adotadas inseriam-se no contexto do xadrez geopolítico do subsistema platino de poder. Nesse caso, circunstâncias geopolíticas específicas e “forças profundas” (Renouvin) condicionaram a política imperial.

O domínio brasileiro sobre o Amazonas fora consolidado pela política implementada por Alexandre de Gusmão. O tratado de Madri asseguro direitos territoriais sobre o avanço lusitano na bacia amazônica. A manutenção da soberania brasileira sobre tal território foi a principal motivação da política do Império para essa região. De fato, o legado lusitano na região amazônica incluía diversos fortes que serviam como entreposto avançado para proteção contra invasões. No conturbado período regencial, a escassez de recursos militares despertou a cobiça imperialista de Grã-Bretanha e França, potências detentoras de colônias lindeiras ao Norte brasileiro. Os avanços perpetrados por França e Inglaterra no século XIX tinham o mesmo objetivo político: alcançar os rios que davam acesso ao Amazonas (nos casos concretos, o rio Oiapoque e o rio Pirara).

A geopolítica do Império teve de lidar, portanto, com a cobiça aos afluentes do Amazonas por parte de potências europeias. Além disso, iniciativas de norte-americanos, em meados do século XIX, também serviram para despertar atenções para a região. Nos Estados Unidos, vigorava o expansionismo da doutrina Polk, a qual possivelmente não se oporia a um ensaio de secessão promovido por norte-americanos no Amazonas (essas iniciativas seriam suspensas com a Guerra de Secessão).

Nesse sentido, a política imperial para o Amazonas atuou em duas frentes: por um lado, neutralizou as áreas litigiosas na margem esquerda, submetendo as questões com França e Inglaterra a um posterior julgamento arbitral; por outro lado, articulou-se com países lindeiros sul-americanos, de forma a definir os limites com estes, e buscou consolidar a soberania brasileira na região. A definição de limites, aliás, também atendia aos interesses do Brasil, que esgrimia o princípio do uti possidetis e, em troca, oferecia vantagens

comerciais e o acesso à navegação do Amazonas. A década de 1850 testemunhou acordos com Peru, Colômbia e Venezuela; a de 1860, acordo com a Colômbia e, em 1867, a “abertura soberana e livre” (Amado Cervo) do Amazonas à livre navegação. Vale ressaltar o trabalho monumental de Duarte da Ponte Ribeiro, diplomata que articulou as bases negociais para tratados na região. Vale ainda ressaltar iniciativas de navegação a vapor no Amazonas, implementadas pelo Barão de Mauá.

O Paraná e o Paraguai viram-se objetos de política imperial que considerava os interesses brasileiros no complexo xadrez do Prata. As duas bacias receberiam iniciativas que buscavam esses interesses. Esses interesses tiveram articulação iniciada ainda pelo Marquês de Pombal, que rejeitou as opções platinas do Tratado de Madri; não obstante, a política brasileira para a região somente foi implementada de forma efetiva a partir do Gabinete Saquarema (Ilmar Rohloff de Matos), sob a chancelaria do Visconde de Uruguai. Essa política envolvia: manutenção do acesso fluvial ao Mato Grosso; contenção dos ensaios expansionistas por parte da confederação argentina e negociação de tratados lindeiros com base no uti possidetis.

Havia interesse precípuo do Brasil na manutenção do Paraná como rio internacional; essa condição garantiria a liberdade de navegação do rio, importante tanto como via de acesso ao território brasileiro como enquanto rota comercial para o sul do Brasil. Implicava, portanto, garantir as independências Paraguaia e Uruguaia e conter o expansionismo de Buenos Aires. Nesse sentido, o Império promoveu intervenções no Uruguai em 1851 e na Confederação Argentina em 1852 (Guerra contra Oribe e Rosas). Ato contínuo, o gabinete conservador, no poder no Império, celebrou tratados de limites, comércio e navegação com o Uruguai; e de comércio e navegação com a confederação Argentina do Paraná, liderada pelo caudilho Justo José Urquiza. Nos dois países, o Brasil apoiou financeiramente grupos políticos próximos ao Império. Conseguiu-se, assim, manter livre o acesso do rio Paraná.

No rio Paraguai, os objetivos eram semelhantes, mas o ator político com o qual o Brasil negociava tornou a questão em torno do acesso ao rio mais dificultosa. O rio Paraguai era importante ao Brasil como via de acesso ao Mato Grosso e como canal de escoamento da produção dos ervatais na região. Em 1857, o Visconde do Rio Branco empreendeu missão diplomática a Assunção para negociar tanto questões de limites quanto o acesso fluvial do Brasil à região. O Visconde negociva em posição de força – já passara por Montevidéu e Buenos Aires e galvanizara o apoio desses governos às pretensões brasileiras. As negociações com Carlos Lopez lograram garantir o acesso fluvial brasileiro; as questões lindeiras seriam posteriormente resolvidas. No entanto, a ascensão de Solano López implicou adoção de política agressiva por parte do país guarani. A nova intervenção brasileira no Uruguai, na década de 1860, deflagrou a agressão paraguaia e o início da guerra.

O fim da Guerra do Paraguai permitiu ao Império assegurar seus interesses nos rios da região (embora isso exigisse paz em separado com o Paraguai e novas gestões para conter o expansionismo argentino). A rivalidade Brasil-Argentina, “força profunda” (Pierre Renouvin) que permeava as ações do Império na ergião, continuou a orientar as relações entre os dois países e sustentou políticas brasileiras no intuito de manter o caráter internacional dos rios Paraná e Paraguai.

As políticas do Segundo Reinado em relação aos rios Amazonas, Paraná e Paraguai foram tributárias dos interesses nacionais específicos para cada região. Esses interesses tiveram seu curso de ação definidos pelos desafios enfrentados e pelas posturas dos atores relevantes em cada parte da fronteira ocidental da “ilha Brasil”. No Norte, ameaças à soberania brasileira ensejaram articulações com vizinhos, a abertura do Amazonas à livre navegação e o início da navegação a vapor nesse rio. Nas bacias do Paraná e do Paraguai, o xadrez geopolítico platino conformou interesses e ações brasileiras, as quais tinham por objetivo precípuo a manutenção da navegação livre nesses cursos fluviais.

Flora Cardoso de Almeida Mendes Pereira (28/30)

É na década de 1840 que o Império brasileiro se consolida. Essa consolidação permitiu o exercício de uma política mais autônoma, que atendesse aos interesses nacionais, inclusive no que se refere à navegação internacional dos rios Amazonas, Paraná e Paraguai. Se, por um lado, o Império era reticente à abertura do Rio Amazonas à navegação internacional, por outro, esse princípio era amplamente defendido na questão dos rios platinos. Por fim, o princípio da livre navegação acabou por predominar em ambos os casos, em parte por motivações que interligaram as duas questões.

A ascensão de D. Pedro II ao comando do Império, com a antecipação da maioridade, permitiu a centralização do poder estatal e, assim, a consolidação do “projeto saquarema”, segundo Ilmar Mattos. O Império pôde se sustentar sobre os cafeicultores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, aliados à burocracia da capital. Foram, assim, pacificados os conflitos internos, e o Império superou a política externa que havia caracterizado o período regencial. A autonomia permitiu, inclusive, a não renovação dos tratados comerciais da época da Independência, possibilitando o estabelecimento da Tarifa Alves Branco. O aumento da renda do Império, muito dependente do imposto de importação, a centralização política, a estabilidade interna e o apoio das oligarquias cafeicultoras permitiram ao Império a busca de seus objetivos nacionais no Prata e no Amazonas.

A questão dos rios platinos tem importância na política brasileira mesmo antes da Independência, o que no caso seria uma política portuguesa na América. À geopolítica lusitana interessava que a América portuguesa tivesse seus limites no Rio da Prata, como comprovam as intervenções joaninas na Cisplatina em 1811 e 1816, a anexação da Cisplatina em 1821 e a guerra contra a Argentina para mantê-la sob poder brasileiro, que acabou, em 1828, após mediação inglesa e acordo determinando a independência para o Uruguai. Só então foi superada a lógica portuguesa.

As principais motivações brasileiras na política para os rios Paraná e Paraguai, partes da Bacia Platina, relacionam-se à necessidade de livre navegação nesses rios. Eles dão acesso mais fácil às províncias interiores do Brasil, sobretudo o Mato Grosso. Para manter a livre navegação nesses rios, a questão de manter o caráter internacional deles é essencial, por isso também a política de evitar o surgimento de um Estado platino forte, que reunificasse o Vice-Reino do Prata. Para que isso não ocorresse, o Império brasileiro realizou intervenções e alianças na região. Em 1844, o Império reconheceu a Independência do Paraguai, evitando que ele fosse para a órbita argentina. Buscava, também, garantir a independência do Uruguai, de preferência com governos próximos ao Brasil. Intervenções no Uruguai em 1851 e 1864 foram realizadas com esse intento.

Cabe ressaltar que a livre navegação nos rios platinos era também de interesse de potências europeias, como a Inglaterra e França, que visavam ao livre comércio na região, interesse que também era brasileiro. Essa coincidência de objetivos não gerou, contudo, ação em conjunto. Inglaterra e França tentaram agir sozinhas contra Rosas na década de 1840, em contexto no qual Rosas buscou o Brasil para uma aliança, rejeitada pelo próprio após vencer os europeus. Percebendo a ameaça que Rosas representava à livre navegação, o Brasil aproximou-se de seus inimigos, como Urquiza. A intervenção no Uruguai em 1851 se deu por essa aliança e ensejou a declaração de guerra de Rosas contra o Brasil. Em 1852, o Império, aliado a Urquiza e Uruguai, derruba Rosas do poder. O livre comércio foi, assim, garantido por mais uma década, quando nova correlação de forças no Prata levou a outra intervenção no Uruguai, em 1864. Isso causou a invasão do Mato Grosso pelo Paraguai, levando à formação da Tríplice Aliança, facilitada pela coincidência ideológica entre os liberais no poder na Argentina, desde a ascensão de Mitre ao poder em 1862 e dos progressistas no Brasil, também desde 1862. A Guerra do Paraguai então iniciada influenciará a política brasileira para o Amazonas. O fim da guerra, após a resolução da questão do Chaco, pacificará a região, com a estabilidade garantindo a livre navegação, tão cara ao Brasil.

No que se refere ao Rio Amazonas, os objetivos brasileiros são evitar o imperialismo na região e manter a soberania nacional. Demorou, por isso, a implementação da livre navegação nesse caso, sendo necessário o contexto da Guerra do Paraguai para incentivar o Brasil a abrir a navegação. A Amazônia foi historicamente alvo de ameaças imperialistas, como demonstram o expansionismo francês da Guiana Francesa, buscando ultrapassar o Oiapoque e atingir o Amazonas, o expansionismo britânico, sobretudo na questão do Pirara, e as iniciativas americanas, que, apesar de não abertamente apoiadas pelo governo estadunidense, geravam temores de expansionismo. A anexação do Texas pelos EUA era fonte de temor para o Brasil, pois seria um modelo do que estava ocorrendo na Amazônia. Assim, ao Brasil não interessava a livre navegação do Amazonas. Essa postura foi se modificando com o passar do tempo. Primeiro, o Brasil passou a usar a livre navegação como incentivo para assinar tratados de limites, comércio e navegação com os vizinhos, baseados no uti possidetis. Depois, para evitar simpatias para o Paraguai, no contexto da Guerra do Paraguai, e após cessada a ameaça pelos EUA devido à Guerra de Secessão nesse país, o Brasil abriu o Rio Amazonas à livre navegação internacional, em 1866, por ato unilateral. O princípio da livre navegação prevaleceu, por fim.

A política externa brasileira para os rios Amazonas, Paraná e Paraguai foi fruto de objetivos históricos e foi adaptada aos contextos da época. A consolidação do Estado imperial facilitou a atuação mais autônoma e voltada

aos interesses nacionais. Ainda que em um primeiro momento o mesmo princípio da livre navegação não tenha sido seguido no Prata e no Amazonas, o enleamento das duas questões levou a uma harmonização dos objetivos brasileiros nas questões dos rios, proporcionando o êxito da livre navegação no Prata e no Amazonas.

PIOR NOTA (19/30)

Verifica-se que a postura da política imperial em relação às bacias do Prata e do Amazonas foi, inicialmente, distinta, assumindo ela maior congruência após a década de 1860. De forma paradoxal, a elite imperial defendeu, entre as décadas de 1840 e 1860, a livre navegação na bacia platina e em seus principais rios (Uruguai, Paraná e Paraguai), uma vez que restringi-la significaria ameaçar a soberania nacional em regiões interioranas inacessíveis por terra, e, ao mesmo, mantinha fechado o rio Amazonas para a livre navegação. A partir da década de 1860, o aumento da presença brasileira na bacia setentrional e a negociação de acordos com países lindeiros nessa região amazônica fizeram com que a incongruente política fosse abandonada e se abrisse a livre navegação do Amazonas. Nos anos finais do Império, observa-se a manutenção da abertura dos rios das duas regiões.

Entre as décadas de 1840 e de 1850 era imprescindível manter a livre navegação no rio Paraguai, a fim de garantir o acesso à província do Mato Grosso. Tendo a primeira conexão terrestre com essa região do interior sido criada apenas em 1913, o acesso à região da fronteira com o Chaco se fazia, durante todo o Império, necessariamente pela via fluvial. Provas da importância que a elite imperial dava ao tema são a negociação do acordo de 1856 com o governo de Antônio Lopez, bem como a Missão Paranhos a Assunção, em 1856. No primeiro caso, o acordo além de prever suspensão temporária (6 anos) da disputa lindeira entre os rios Apa e Branco, garantia que o Paraguai não fecharia o rio homônimo aos navios brasileiros. No segundo caso, a Missão do futuro Visconde de Rio Branco visava negociar o cumprimento do acordado em 1856, pois o regime paraguaio vinha restringindo o acesso de embarcações ao rio.

Nesse mesmo período, era de igual importância a garantia de acesso ao rio Paraná. Esse rio configurava-se como principal via de acesso ao interior paulista e a manutenção de sua livre navegação atendia aos interesses econômicos tanto do Império quanto de potências europeias. Depois do conflito entre Juan Manoel Rosas e a aliança anglo-francesa, o qual envolvia a garantia da livre navegação da bacia (tendo os europeus, inclusive, dominado a estratégica ilha de Martín García, para atender a essa finalidade), coube ao Império, especialmente a partir da segunda gestão de Paulino José Soares de Sousa, manter a liberdade de navegação no Paraná e no prata em geral. Para tanto, adotou-se a estratégia de aliança com Urquiza e com os colorados uruguaios para retirar Rosas do poder (1852). Depois disso, a elite imperial preocupou-se em garantir a abertura do rio por meio da negociação com a Confederação Argentina (a navegação internacional era um dos temas da missão de José Maria da Silva Paranhos à cidade de Paraná, antes de seguir

para negociar com Antônio Lopez o cumprimento do acordo de 1856 com o Paraguai).

Já no extremo norte a perspectiva imperial era distinta. Observa-se, na década de 1850, crescente interesse estadunidense e europeu pela livre navegação no rio Amazonas, a qual era constantemente negada pelo governo brasileiro, que entendia que isso ameaçaria a soberania do país em região pouco habitada. De modo a garantir o cumprimento das restrições, decidiu-se pela criação da Província do Amazonas (o que aumentaria a conexão burocrática da região com o Rio de Janeiro), pela concessão de exploração da bacia amazônica ao Barão de Mauá (que cria a Companhia de Comércio do Amazonas) e pela negociação de acordos de limites com ribeirinhos superiores (que lhes garantia, em troca do reconhecimento das fronteiras com base no uti possidetis facto, o acesso ao rio Amazonas). Emblemáticos da busca pela abertura pontual da navegação a países que não ameaçariam a soberania do Império na região são os acordos lindeiros negociados com o Peru e a Venezuela, no contexto da Missão de Duarte da Ponte Ribeiro aos países do pacífico, enviada durante a segunda gestão de Soares de Souza.

Na década de 1860 um dos motivos que levaram a Guerra do Paraguai foi, justamente, o fechamento dos rios platinos, principalmente o Paraguai, por Solano Lopez. O aprisionamento do navio que levava o novo presidente da Província do Mato Grosso por tropas de Lopez é prova disso e serviu de estopim para o conflito. O acordo de aliança entre o Império, a República da Argentina e o Uruguai tinha, entre seus termos, a previsão da destruição da fortaleza de Humaitá e o apoio dos três governos à manutenção da livre navegação no Prata. A vitória na guerra e a hegemonia brasileira na região nos anos seguintes foram essenciais para impossibilitar políticas como a de Rosas na década de 1850 e de Solano Lopez na de 1860.

Já na região setentrional, observa-se a mudança de postura do Império, na década de 1860. O grande perigo de uma política expansionista estadunidense na região havia sido dissipado pela Guerra Civil e pela vitória da União. Ademais, vinha se tornando insustentável o antagonismo de políticas entre as bacias do Prata e do Amazonas, como já sustentavam alguns membros do Conselho de Estado. Por fim, a abertura seria importante para evitar desgastes com países vizinhos e com potências imperialistas no contexto do conflito armado contra Solano Lopez. Diante dessa conjuntura, e ciente de que a medida não colocaria em risco a soberania do Brasil na região, o Império abre o rio Amazonas à navegação comercial em 1866.

Já nas décadas finais do Império, não se observa significativa mudança de postura em relação à navegação internacional no Prata e no Amazonas. A preocupação do governo argentino em ampliar suas exportações de carne para a Europa, no contexto do surgimento de containers refrigerados, desloca suas

atenções para o velho continente e não há obstrução à manutenção da livre navegação no Prata. Os acordos de limites entre Paraguai e Brasil (1872) e Argentina e Paraguai (1876), embora tenham sido complexos, envolvendo a extensão da fronteira argentina no Chaco, não colocaram em risco a livre navegação. No extremo norte, comprovou-se a teoria de que a abertura do Amazonas não significou a ampliação da ameaça à soberania do país, uma vez que os EUA concentravam sua atenção mais expansionista para o extremo oeste da América do Norte e para o Caribe, e a Europa se preocupava com o colonialismo afro-asiático.

Observa-se continuidade na política de livre navegação dos rios Paraguai e Paraná. Era imperativo que intentos expansionistas como o de Rosas sobre Assunção e Montevidéu e de Solano Lopez colocassem em risco a soberania e a influência do Império nas regiões ribeirinhas desses rios, pois seu fechamento seria nocivo à soberania e à economia do Brasil. No extremo Norte, verifica-se modificação da postura do Império quando este percebe que a livre navegação no Rio Amazonas não colocará em risco a soberania do Brasil. Depois de ampliar presença do Estado na região e de negociar bilateralmente com ribeirinhos superiores o acesso ao amazonas em acordos de fronteira, o Império passa a adotar política consoante aquela já adotada no extremo sul: a de livre navegação.

QUESTÃO 2

Alçado ao cargo de ministro das Relações Exteriores em 1902, Rio Branco emergiu do espírito de modernização do Brasil, preparado pela presidência de Campos Sales (1898-1902). Com base nessa informação, discorra sobre os traços da modernização empenhada por Campos Sales e o papel de Rio Branco na Chancelaria.

Extensão máxima do texto: 90 linhas

[valor: 30 pontos]

Gustavo Gerlach da Silva Ziemath (29/30)

Clodoaldo Bueno e Amado Cervo defendem que José Maria da Silva Paranhos Júnior assumiu a chancelaria em contexto econômico favorável, o que lhe garantiu maior margem de manobra na execução de sua política externa. Esses dois autores também argumentam de maneira acertada que a política do Barão de Rio Branco foi norteada pelos seguintes princípios: intransigência da soberania nacional; definição das questões lindeiras; inteligência cordial na política regional sul-americana; recuperação do prestígio internacional do país e defesa dos interesses da elite agrário exportadora, principalmente no referente às exportações de café e imigração.

O Barão de Rio Branco, no correto entendimento de Rubens Ricúpero, assume em um contexto afortunadamente favorável, tanto no aspecto político interno quanto no econômico. Politicamente, o governo Campo Sales, ao estabelecer a política dos governadores, logrou estabilizar o conturbado cenário do início da primeira república. Diante da estabilização interna, Rio Branco conseguiu permanecer afastado de incontingências que contribuíram para a queda dos mais de dez chanceleres que ocuparam o posto entre a proclamação da República e sua ascensão no governo Rodrigues Alves. Além disso, a implementação do funding loan negociado com casas financeiras britânicas em 1898 foi bem sucedida. O regime de austeridade do governo Campo Sales, inclusive com a queima de moeda que inflacionava a economia desde a política do encilhamento de Rui Barbosa, permitiu que Rodrigues Alves encontrasse um governo com as contas equilibradas e preparado para um ciclo de modernização, aspecto que o Barão soube aproveitar em favor da inserção internacional do país.

O contexto internacional da época de ascensão do Barão à chancelaria era de expansão do imperialismo. Os incidentes da ilha de Trindade com a Inglaterra e de Calçoene, no Amapá, com a França provavam que o Brasil não estava livre de ingerências imperialistas. O caso Panther com a Alemanha foi o estopim para que o Barão apoiasse definitivamente políticas que

assegurassem a soberania nacional. Nesse sentido, embora não tenha participado diretamente na elaboração do projeto, Rio Branco apoiou o programa de reaparelhamento naval da marinha brasileira, que se encontrava em clara inferioridade em relação até a países vizinhos, desde os incidentes da Revolta da Armada. A compra dos encouraçados Minas Gerais e São Paulo, bem como a de outros navios de guerra, embora tenha gerado tensões com a Argentina, foi emblemática da defesa da soberania nacional.

Outro aspecto central na política externa de Rio Branco foi a resolução definitiva das questões de fronteira. Depois de se destacar como advogado brasileiro nos arbitramentos da questão de Palmas com a Argentina e na questão da fronteira norte com a Guiana Francesa, o Barão assume com o grande desafio de solucionar a questão do Acre. Em nova prova de intransigência soberana, ele envia tropas para a região, indeniza a companhia comercial que havia recebido do governo boliviano o direito de explorar a região e negocia a compra do Acre, então juridicamente pertencente a Bolívia (o que dificultaria o recurso à arbitragem), mas sob a ocupação de seringueiros brasileiros. Ademais, Paranhos negociou também com o Peru a definição da fronteira na região do Acre, bem como foi bem-sucedido em acertar, de acordo com a doutrina do uti possidetis facto, a fronteira com a Colômbia, país historicamente defensor dos tratados de Santo Ildefonso como princípio demarcador. Por fim, estabeleceu ele ainda a fronteira com o Uruguai na Lagoa Mirim, de modo a garantir o direito de navegação de Montevidéu nela.

A região sul-americana não importava apenas devido às questões de fronteira. A concepção de Rio Branco era a de que se deveria estabelecer no sub-continente uma soberania compartilhada que respeitasse o princípio da não intervenção, mas que também garantisse a estabilidade dos regimes de governo. O temor de Rio Branco era o de que a recorrência de revoluções destituindo governos estabelecidos servisse de pretexto para a atuação imperialista na região, o que colocaria, ultima ratio, a soberania do Brasil também em risco. Diante dessa perspectiva é que Paranhos Júnior aceita a proposta chilena, por ele aventada anteriormente, de estabelecimento de um Pacto entre Argentina, Brasil e Chile de cordial Inteligência. O acordo, contudo, é rechaçado pelo governo argentino, alegando que isso elevaria a desconfiança de países como o Peru.

Outra preocupação constante de Rio Branco era com a manutenção dos interesses da elite agroexportadora no contexto da ascensão dos Estados Unidos como ator protagônico. Rio Branco soube atender aos anseios da oligarquia cafeicultora ao manter a aliança com o maior mercado consumidor de café do Brasil. Contudo, esse alinhamento deixou de ser automático e passou a se embasar em diretrizes pragmáticas. O chanceler percebeu que os EUA se tornavam grande liderança global (como prova a mediação de Washington na questão de Agadir, no Marrocos, entre Alemanha

e França) e buscou servir de ponte de diálogo entre os EUA e os países latinos. Prova disso foi seu intento em sediar a Conferência Pan-americana e a Conferência científica americana. Apesar dessa política de aproximação com Washington, não era automático o alinhamento, como provam as divergências entre Brasil e EUA, na 2ª Conferência de Haia, em relação à igualdade soberana dos Estados.

Todas essas políticas do Barão tinham como fundamento a necessidade de recuperação do prestígio nacional do Brasil. Assim, conseguir o pedido de desculpas alemão no caso Panther, defender o reaparelhamento naval frente a desconfiança argentina, estabelecer o primeiro cardinalato da Igreja Católica na América do Sul no Rio de Janeiro, elevar o status da representação do Brasil nos EUA à nível de embaixada e outras medidas visavam a mostrar a importância do Brasil na cena internacional. Isso auxiliaria, ainda, na promoção da política imigratória, importante no contexto em que Brasil, Argentina e EUA buscavam atrair migrantes europeus e competiam por sua preferência.

A política externa do Barão de Rio Branco traçou novas diretrizes para a política externa do país, algumas delas ainda presentes no projeto de inserção internacional do Brasil. Não se pode negar que Paranhos Júnior teve a fortuna de chegar ao posto de chanceler em condições econômicas favoráveis à conformação de políticas como a do reaparelhamento naval e a da indenização rápida da companhia de comércio na Bolívia. Contudo, isso não minimiza as características de virtú que se observam nesse chanceler, que soube negociar questões lindeiras, soube realocar pragmaticamente os interesses brasileiros em relação aos EUA e teve a capacidade de constituir um sistema sub-regional que impediu a atuação imperialista na América do Sul.

Ernesto Batista Mané Júnior (27/30)

Os anos de Rio Branco na chancelaria coincidem com os “anos dourados” vividos pelo Brasil na virada do século XIX para o século XX e a primeira década do novo século. Esse período de prosperidade, nos âmbitos interno e externo, é tributário de reformas estruturais que foram feitas, sobretudo no âmbito econômico pelo governo de Campos Sales, após os anos entrópicos do imediato período após a proclamação da república e a política macroeconômica conhecida na historiografia por encilhamento. Após a estabilização política interna e a política econômica austera de Campos Sales, foi possível para os governos subsequentes empenharem-se em um projeto modernizador, do qual Rio Branco fez parte, tendo como principal marco, além das vitórias fronteiriças, o deslocamento do eixo da política externa brasileira de Londres para Washington.

Até a chegada de Prudente de Morais à presidência da República, o Brasil experimentou um período de grande instabilidade interna. O Estado brasileiro teve de lidar com a Revolta da Armada e a Insurreição Federalista no Rio Grande do Sul e arredores, de modo que observadores externos não viam com grande entusiasmo a virada republicana, a exemplo da Inglaterra. Do ponto de vista macroeconômico, a chegada de imigrantes europeus e a Abolição demandavam a emissão de meio circulante, o que gerou um debate entre papelistas e monetaristas. Rui Barbosa, defensor do emissionismo, será o arquiteto do que se chamou de encilhamento. O resultado dessa política foi a especulação e a desestruturação macroeconômica de um país que ainda estava acostumado com o padrão-ouro e contava com sistema bancário precário.

A chegada de Campos Sales à presidência marca um ponto de inflexão na política interna e externa. No plano interno, a aprovação do Funding Loan em 1898 garante um mínimo de consenso entre as oligarquias, o que permite a instalação e consolidação da “colmeia oligárquica”, mecanismo segundo o qual o presidente emulava uma espécie de poder moderador, já que os estados da federação tinham ampla liberdade de ação e lhe conferiam legitimidade em troca. As exigências feitas pelos credores brasileiros para o empréstimo de consolidação fez o governo adotar uma política de modernização das contas públicas, conferindo maior racionalidade na política de gastos públicos. O arrocho orçamentário e o aumento da tributação foram remédios amargos, mas que renderam dividendos na década seguinte.

Desde a I Conferência Panamericana de Washington, verifica-se um processo de reorientação da política externa brasileira no sentido do americanismo. Sinais dessas mudanças foram a própria troca de delegado com nova instrução para a condução da política brasileira na conferência, na pessoa de Salvador de Mendonça. O acordo Blaine-Mendonça e a arbitragem

favorável ao Brasil na questão de Palmas, onde o Barão do Rio Branco terá papel de destaque, mostram o sentido dessa mudança em direção a um maior alinhamento com os Estados Unidos, que, na época, já era nosso principal parceiro comercial. A consolidação da virada americanista da política externa brasileira ocorrerá sob os anos da chancelaria do Barão, pelas razões que se seguem.

Além da Questão de Palmas, o Barão do Rio Branco terá papel de destaque em outras questões lindeiras tais quais o contencioso com a França na região do Oiapoque e a questão do Acre; nesta última, o Barão atuando já como chanceler. Em relação à questão do Oiapoque, Rio Branco atuará como advogado do Brasil em oposição ao geógrafo francês, Paul Vidal de La Blache. O árbitro, presidente dos cantões suíços, decidirá a favor do Brasil, que defendia que o Rio Japoc ou Vincente Pinzón era, efetivamente, o Rio Oiapoque. Em relação ao Acre, problema bem mais complexo, o Barão do Rio Branco teve de agir com senso de oportunidade, com sensibilidade e com visão de estadista, já que não se tratava de uma mera demarcação de território e sim da ameaça da própria integridade territorial do país em uma região pouco habitada, de difícil acesso e alvo das cobiças imperiais.

A derrota do Brasil, representado por Joaquim Nabuco, na Questão do Pirara talvez tenha sido o elemento sistêmico que faltava para que o Brasil, pragmaticamente, optasse por aderir à doutrina Monroe. Considerando que o árbitro da questão, o rei Vitor Emanuel, aplicou um princípio – o da ocupação efetiva – utilizado para a partilha da África na Conferência de Berlim de 1885, no Brasil, não restava dúvidas que era melhor para o Brasil alinhar-se com os Estados Unidos em nome da garantia de sua integridade territorial como conhecemos hoje. Essa foi a leitura feita por Rio Branco à época, o que demonstra a visão de longo prazo desse estadista. Além disso, o caso Panther de 1905 será outro aspecto da realidade sistêmica que forçara o Barão a defender uma política de renovação naval.

Os anos entre 1905 e 1912 são ricos em elementos analíticos para a compreensão do agir externo do Brasil, sob a chancelaria do Barão, nos anos dourados. É nesse período, por exemplo, que o Brasil terá sua primeira embaixada em continente americado, nos Estados Unidos, sob a chefia de Nabuco. Esse gesto denota o deslocamento do eixo das prioridades do Brasil de Londres para Washington. No âmbito regional, o Brasil terá momentos de acirramento da rivalidade com a Argentina, bem como de maior aproximação. Vale mencionar que o Barão sempre prezou pela estabilidade regional e pela concórdia entre os vizinhos, sobretudo, para evitar chamar a atenção das potências imperiais expansionistas. O fato de o Brasil ter sediado a III Conferência Panamericana no Rio de Janeiro em 1906, contando com a presença de Elihu Root, numa cidade que acabara de passar por processo de modernização urbana com a construção de largos bulevares *à la* Haussmann,

foi, sem dúvida, um dos pontos altos da atuação do Barão e de seu embaixador em Washington.

É instrutivo tecer mais alguns comentários sobre as relações entre o Brasil e a Argentina no período, já que os dois países quase chegaram as vias de fato. O pomo da discórdia entre os dois países era justamente o projeto de renovação da frota naval brasileiro, sob a forma de aquisição de três encouraçados – dreadnoughts, o que colocaria o Brasil em situação de grande vantagem militar sobre a Argentina. Sob a presidência de Alcorta, o chanceler argentino Zeballos irá rivalizar com Rio Branco e quase será o responsável pela conflagração militar entre os dois países. O retorno de Saenz Peña ao poder em 1910 servirá para amainar os ânimos, já que este era um amigo do Brasil. De todo modo, em termos sistêmicos, a opção brasileira pelo alinhamento com os Estados Unidos suscitou desconfianças entre os argentinos.

Finalmente, a participação do Brasil na Conferência de Paz de Haia em 1907, sob a representação de Rui Barbosa, foi fundamental para a consolidação do princípio da igualdade soberana entre as nações, princípio defendido por Rio Branco, a contragosto de Nabuco.

Pode-se afirmar que, em síntese, o governo Campos Sales, através do Funding Loan, preparou o terreno para um decênio de estabilidade política no campo interno. A supremacia de Rio Branco à frente da chancelaria deixou marcas no agir externo brasileiro, cujos ecos são ouvidos por todos os interessados em política externa até os dias atuais.

Pedro Guerreiro Lopes Da Silveira (27/30)

Os anos entrópicos que caracterizaram a República de Espadas e o primeiro governo republicano civil, o de Prudente de Moraes, decorreram da eliminação abrupta do poder moderador de D. Pedro II. Um vácuo de legitimidade e uma profusão de propostas para o país determinaram um período de instabilidade política, econômico-financeira e social para o país. A institucionalização do regime sobre bases estáveis apenas se daria no governo do paulista Campos Sales, um oligarca da cafeicultura de São Paulo, ex-deputado durante o Império pelo PRP. A montagem de mecanismos estabilizadores que garantiram a coexistência de elementos de permanência do regime anterior e de aspectos modernizadores é a principal realização de Campos Sales. A estabilidade atingida seria fundamental para viabilizar a passagem de dez anos de Rio Branco na chancelaria brasileira, quando este pôde efetivar a transição de uma política americanista ideologizada para uma pragmática.

Um dos primeiros esforços empreendidos pelo governo de Campos Sales foi a estabilização econômica. A alta no custo de vida das grandes cidades, gerada pela política emissionista do Encilhamento, era um elemento de perturbação da ordem. O endividamento externo e as dificuldades no balanço de pagamentos fragilizavam o poder do Estado na promoção da estabilidade interna. Nesse sentido, o funding loan, grande plano de consolidação da dívida externa brasileira, visava a organizar as finanças públicas, reescalonando prazos de pagamento, o que oferecia alívio temporário às restrições orçamentárias e de divisas do país. Um plano de ajuste ortodoxo foi posto em prática, saneando a política monetária de acordo com o receituário liberal imperante na city londrina. O sucesso das medidas econômicas de Campos Sales garantiu a retomada da imagem de bom pagador do Brasil, que havia sido arranhada pelo descontrole monetário dos primeiros anos da República, em uma tentativa de fornecer a liquidez necessária a uma economia crescentemente integrada ao modo de produção capitalista. Após os excessos do Encilhamento, Campos Sales promoveu a integração da economia nacional ao capitalismo financeiro internacional, que se fortalecia na transição do século XIX para o XX.

Campos Sales também inauguraria a diplomacia presidencial brasileira, um evidente traço de modernização da política externa nacional. A aproximação do Brasil com a Argentina de Julio Argentino Roca, em seu segundo mandato, foi materializada por meio da troca de visitas presidenciais. As honras, os desfiles públicos e as solenidades presentes nas duas visitas antecipam, de certa forma, a diplomacia de prestígio que seria potencializada por Rio Branco. A compreensão da necessidade de concertar posições com a Argentina prenunciaria importante elemento da política externa executada por Rio Branco. O abandono da política intervencionista no Paraguai, no início de

sua chancelaria, em evidente tentativa de superar rivalidades com a Argentina pela hegemonia na nação mediterrânea, não deixou de aproveitar as bases de aproximação construídas pro Campos Sales. Seus esforços seriam reconhecidos, anos depois, quando foi nomeado plenipotenciário brasileiro em Buenos Aires. Portanto, o uso da influência do cargo presidencial para estimular a amizade e a cordialidade nas relações bilaterais foi um traço de modernidade incorporado pela gestão de Campos Sales de forma inédita na política externa brasileira até então.

A governabilidade política que Campos Sales conseguiu conquistar favoreceu um período de crescimento econômico, superação de tensões internas (Canudos, Revolta Federalista, Revolta da Armada marcaram os governos anteriores) e reorganização do Estado Nacional. Campos Sales representa a vitória do modelo federalista de República, em íntima associação com os interesses da cafeicultura paulista. As elites economia e política finalmente coincidiam-se no poder, o que possibilitou uma primeira modernização conservadora do país. É esse período de estabilidade desenhado no governo de Campos Sales o pano de fundo para a execução da paradigmática gestão de Rio Branco à frente da chancelaria brasileira. Sua longa permanência no cargo, além de justificar-se pela óbvia constatação de seus méritos e pela efetividade de seus métodos, também deve ser relacionada com o ambiente de estabilidade institucional consolidado por Sales.

A transcendência de Rio Branco e dos princípios de sua diplomacia são inegáveis. Ao revestir o caráter americanista da política externa brasileira de conteúdo pragmático, Paranhos instrumentalizou a aproximação com os EUA para a consecução do interesse nacional. O alinhamento aos EUA, além de não subordinado, revelava um correto diagnóstico das reações internacionais da época. A inevitável emergência dos EUA como potência mundial e o risco de as disputas imperialistas europeias transbordaram para a América do Sul tornavam os EUA um perfeito escudo contra eventuais pretensões das potências europeias com relação ao Brasil. A partilha da África, o incidente de Fashoda e a questão marroquina foram episódios imperialistas vivenciados por Rio Branco durante usa carreira consular na Europa. Rio Branco, entretanto, não considerava os EUA menos imperialistas do que a Europa, mas reconhecia a necessidade de o Brasil se proteger das ambições expansionistas do Velho Continente, por meio do concerto diplomático com os americanos. A elevação da legação brasileira em Washington, em 1905, reciprocada pelos EUA, é a materialização do advento do paradigma americanista pragmático nas relações exteriores brasileiras, o que viria a servir futuramente às negociações do Brasil em Versalhes, em 1919, por exemplo.

Além do abandono da política de intervenção no Prata, Rio Branco promoveria a estrita neutralidade brasileira nos assuntos internos de outras Repúblicas. Governos eleitos, mesmo que hostis ao Brasil, passariam a ser

tolerados. Para o Barão, a estabilidade dos vizinhos era mais importante do que o estímulo a grupos políticos pró-Brasil no Paraguai e no Uruguai. A desordem interna seria justificativa para a intervenção estrangeira na região. A melhor maneira de se afastarem as ameaças imperialista era a promoção da estabilidade institucional da região. Com relação às demais potências médias da região, Argentina e Chile, Rio Branco visará a institucionalizar um pacto para concertação política regional, de modo a diluir desconfianças e rivalidades. Ameaças pontuais ao seu maior objetivo, como a campanha de Zeballos para convencer o governo argentino de pretensas ameaças brasileiras, serão combatidas a todo o custo, como revelou o episódio do telegrama #9, após o qual Rio Branco autorizou a abertura do código criptográfico brasileiro, em nome da manutenção das boas relações com a Argentina.

A intensificação da uma diplomacia de prestígio, assentada sobre bases legalistas e principialistas, da prevalência da solução pacífica de controvérsias sobre o uso da força e o correto reconhecimento do cenário internacional para a determinação da inserção externa do país são legados da gestão de Rio Branco à frente da chancelaria brasileira. Ter atuado com base em princípios sólidos facilitou sua transcendência para períodos posteriores. Rubens Ricúpero aponta que o americanismo de Rio Branco tornou-se vítima de seu próprio êxito, entretanto. A obstinação por um concerto com os EUA tornaria míope a política externa brasileira. A subserviência de Lauro Muller, embora confrontada pela altivez de Domício da Gama, a busca desenfreada por prestígio que determinou a saída do Brasil da Liga das Nações em 1926 e o posicionamento subordinado de Mangabeira relacionam-se com a tentativa malograda de se reproduzir o padrão estabelecido por Paranhos.

Os ganhos conquistados por Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores do Brasil e a consagração dos princípios de sua política externa não deixam de ser tributários do contexto da modernização estabilizadora empreendida anteriormente por Campos Sales. Sem contar com finanças públicas reorganizadas e estabilidade interna, dificilmente Paranhos teria permanecido por dez anos na chancelaria. Sua política americanista também colaboraria com os interesses da elite conservadora do café paulista, havendo uma confluência entre a elite econômica, a política e a inserção internacional do Brasil.

PIOR NOTA (19/30)

Chamam-na hodiernamente de velha devido a uma construção historiográfica que salienta sua diferença com o Estado Novo, mas a Primeira República não era compreendida por seus idealizadores e líderes como tal. Mediante aprimorada inserção do Brasil no contexto das relações internacionais, em que sobressai a figura do barão do Rio Branco, e a própria reorganização política interna, faina em que se destaca Campos Sales, visava-se a modernização do país.

Em termos econômicos, o governo Campos Sales saneia as contas públicas brasileiras e moderniza o sistema econômico nacional. Depois do excesso de liquidez injetado na economia que causou o "encilhamento", ainda no governo Prudente de Morais é negociado o primeiro "Funding Loan" junto a credores ingleses, com a presença do presidente eleito, Campos Sales. Campos Sales levou a cabo as condições impostas pelos ingleses no sentido de reduzir a quantidade de moeda em circulação, de sanear as contas públicas. O furor de suas políticas monetária e fiscal extremamente contracionistas lhe garantiram os epítos de "campos secos" e "campos selos" junto a uma população, que, como salienta José Murilo de Carvalho, era dada ao tribofe.

Em termos políticos, o governo Campos Sales põe fim à instabilidade política, característica dos anos entrópicos da República, como salienta Renato Lessa. Mediante a "política dos governadores", a prática política é rotinizada e conforma-se sólida aliança entre os oligarcas regionais e o governo federal. Este garante a permanência no poder daquelas, que, em troca, lhe dão o apoio necessário no Parlamento. A modernização política implementada pelo governo Campos Sales permitiu o que a hodierna ciência política chama de governabilidade, garantindo assim maior possibilidade de reforço institucional do Estado brasileiro, facilmente evidenciado pela era Rio Branco no Itamaraty.

Escolhido por Rodrigues Alves para ser seu chanceler em 1902, o barão do Rio Branco permanece como chefe da diplomacia brasileira por um decênio, até sua morte em 1912. O barão do Rio Branco representa a projeção do Império na Primeira República. Se não bastasse seu título de barão, era filho de importante estadista do Segundo Reinado, e não hesitou em buscar elementos da antiga política imperial que poderiam ser úteis ao Brasil republicano em um contexto de ascensão dos Estados Unidos como potência e de recrudescimento do imperialismo europeu.

No relacionamento com os vizinhos, abandonou a ingênua política externa de matriz kantiana implementada nos albores da República por inteligente política de não-intervenção. Cedeu o condomínio da lagoa Mirim para garantir a simpatia do Uruguai, enquanto esse país se desentendia com a Argentina quanto aos seus limites no rio da Prata; mas recusou-se a intervir quando a revolução de 1904, com apoio argentino, derrubou governo simpático ao Brasil. Quando teve de agir energicamente, não hesitou em fazê-lo. Na

permuta desigual de territórios pelo Tratado de Petrópolis, deslocou tropas para a região, para assim criar um fato político, a partir do qual negociaria em uma posição mais vantajosa para o Brasil.

Ainda quanto a fronteiras, cumpre salientar a atuação de Rio Branco nas arbitragens com a Argentina e com a França. Totalmente vitorioso em ambas, o barão garantiu que as fronteiras com a Argentina fossem fixadas nos rios Santo Antônio e Peperiguaçu e não no Chapecó e no Chopim, ao sul, e que as fronteiras com a França fossem fixadas no Oiapoque e não no Araguari, ao norte. O Brasil não foi vitorioso na questão do Pirara com a Inglaterra, mas nessa causa foi Joaquim Nabuco o advogado brasileiro.

No contexto internacional mais amplo, foi preponderante a percepção e a utilização da ascensão dos Estados Unidos para combater e evitar o crescente imperialismo europeu. O barão do Rio Branco deu início, assim, a importante paradigma da política externa brasileira, identificado por Amado Cervo como “americanista”. A aproximação inicialmente comercial com os EUA, transbordou para outros setores e permitiu que Joaquim Nabuco se tornasse o primeiro embaixador brasileiro em Washington e a legação americana no Rio de Janeiro tivesse seu status elevado a embaixada. A “aliança não-escrita” era motivo de preocupação na vizinha Argentina, para a qual o barão propôs o Pacto ABC, recusado devido ao afloramento de força profunda da rivalidade bilateral, bem evidenciada pela atuação de Zeballos.

Campos Sales empenhou-se em modernizar o Brasil política e economicamente. Sua atuação permitiu a consolidação das instituições estatais republicanas, entre as quais o Itamaraty, que sob a batuta do barão do Rio Branco orquestrou uma renovada política externa republicana dotada de arranjos imperiais.

QUESTÃO 3

Disserte sobre a Missão Abbink.

Extensão máxima do texto: 60 linhas

[valor: 20 pontos]

Helena Hoppen Melchionna (16/20)

O governo Dutra inicia-se como um momento de grandes expectativas. O Brasil redemocratizava-se, superando a ditadura do Estado Novo, crescia e se industrializava, tendo acumulado divisas durante a Segunda Guerra Mundial, e tinha suposta "aliança especial" com a grande superpotência que emergia na ordem mundial do pós-guerra. Nesse contexto, a Missão Abbink poderia ser a correspondência das expectativas brasileiras, mas não o foi. Essa missão acabou desapontando os formuladores de política externa brasileira e pode ser incluída aos episódios que levaram o governo a redigir um "Memorando de Frustração" endereçado aos Estados Unidos.

Com base na crença da existência de uma "aliança especial" entre Brasil e EUA, o governo Dutra alinhou-se automaticamente à grande potência, sem obter as recompensas esperadas. Nessa lógica, o Brasil sediou a reunião que concebeu o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, apoiou a Carta de Bogotá, que criava a Organização dos Estados Americanos e acompanhou o voto norte-americano na ONU contra o ingresso da República Popular da China. Apesar de ter favorecido a consolidação da hegemonia norte-americana sobre a América Latina, o Brasil teve suas expectativas frustradas, pois não tinha mais o peso estratégico que tivera no âmbito da Segunda Guerra Mundial no novo cenário da Guerra Fria. Nesse novo contexto, a América Latina era vista como área de influência norte-americana, sem riscos de cair sob a esfera comunista, de forma que a atenção de Washington voltava-se ao Extremo Oriente e à necessidade de reconstrução da Europa. O Brasil, em segundo plano, não tinha como manter a "política de barganhas" empregada por Vargas, tendo de contentar-se com um alinhamento ideológico pautado no anticomunismo.

A Missão Abbink, embora apenas técnica, foi vista com grande expectativa pelo governo brasileiro, que pretendia utilizá-la para a promoção do desenvolvimento nacional. A missão tinha escopo reduzido, limitando-se a fazer análises técnicas acerca da situação interna do país, de forma a identificar possíveis gargalos da economia. Esses estudos, que eram entendidos como continuação dos esforços empreendidos pela Missão Cooke, negociada ainda no contexto da Segunda Guerra, permitiria ao governo brasileiro identificar áreas prioritárias de investimento. Esperava-se que, com

isso, o país fosse capaz de atrair investimentos privados, uma vez que os EUA não disponibilizariam recursos públicos. Esses investimentos, por sua vez, eram condição para que o Brasil desse continuidade ao processo de substituição de importações, mantendo os esforços de industrialização do país.

Não obstante, a Missão Abbink ficou muito aquém das expectativas brasileiras, tendo poucos, e breves, resultados práticos. Além de não se traduzir na atração de recursos, a missão também foi incompleta em seu diagnóstico da situação econômica brasileira, legando estatísticas pouco precisas. Um de seus poucos resultados foi a utilização de alguns dos dados levantados para a formulação do Plano Salte, o qual buscou canalizar os escassos recursos nacionais para setores considerados prioritários. Mesmo assim, a implementação desse plano foi limitada, não produzindo grandes transformações no sistema econômico brasileiro e sendo abandonado quando da recondução de Getúlio Vargas ao poder, em 1951. Dessa forma, a Missão Abbink desapontou o governo brasileiro e enfraqueceu o projeto liberal-conservador de desenvolvimento nacional, o qual defendia o “desenvolvimento associado” ao capital estrangeiro. Analogamente, reforçou a posição dos defensores do nacional-estatismo, que tinham certas reservas em relação ao capital estrangeiro e ao alinhamento automático com os EUA.

A Missão Abbink pode ser entendida, portanto, como parte do que Gerson Moura chamou de “alinhamento sem recompensas” do governo Dutra. Esse governo começou entusiasmado com a “aliança especial” e terminou com o amargor do Memorando de Frustração entregue à embaixada norte-americana. O lançamento da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, na transição para o Segundo Governo Vargas, renovaria as esperanças brasileiras na relação com os EUA, levando o Brasil à tentativa de “barganha nacionalista”. Porém, novamente há frustrações, arrefecendo a “aliança especial”.

Ana Maria Garrido Alvarim (16/20)

Com a Revolução de 1930, o desenvolvimento e a industrialização brasileiros tornam-se diretamente vinculados. Durante esse período, até a Missão Abbink, em 1948, o Brasil foi visitado por diversas missões financeiras estrangeiras, as quais tinham o intuito de verificar as condições reais da economia brasileira. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a crença em uma aliança especial com os Estados Unidos fará com que o governo de Eurico Gaspar Dutra procure o apoio americano para as estratégicas (sic) e para o financiamento da industrialização brasileira. A Missão Abbink insere-se nesse contexto.

O apoio brasileiro aos aliados durante a Segunda Guerra Mundial criou a expectativa de apoio americano para o desenvolvimento brasileiro. Entretanto, com o final da guerra e início da Guerra Fria, os Estados Unidos estavam mais preocupados com a expansão comunista na Europa, ensejando a elaboração do Plano Marshall. A diplomacia do presidente Dutra pautou-se pelo apoio a quase todas as iniciativas americanas, com a exceção do GATT, em que os países divergiram. A crença em uma aliança especial com os Estados Unidos levou Dutra a visitar esse país em 1949. Já nessa época, ficavam patentes as desilusões brasileiras com a “aliança especial”, manifestadas no Memorando das Frustrações, de Raul Fernandes.

A fim de atender aos anseios brasileiros por ajuda, e no contexto do Plano IV de Truman, foi estabelecida a Missão Bulhões-Abbink. Ela tinha como objetivo verificar a situação da economia brasileira, assim como as oportunidades de investimento. O governo brasileiro enfatizava o investimento estrangeiro público, do Eximbank, mas os americanos eram reticentes, preferindo apoiar os investimentos de empresas privadas norte-americanas. A Missão Abbink verificou os pontos de estrangulamento e de germinação da economia brasileira, emitindo relatórios com sugestões.

A Missão Abbink não resultou em financiamentos para a industrialização brasileira, mas foi importante, pois sugeriu a criação de uma Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, a qual terá início em 1951, no governo Vargas. A Comissão dará frutos e financiará projetos até 1953, quando será encerrada pelo presidente americano Eisenhower. Um dos grandes legados da Comissão foi a sugestão da criação de um banco de desenvolvimento brasileiro, que será criado no governo Vargas.

O governo Dutra teve grandes decepções com os Estados Unidos devido à crença irreal de aliança especial com aquele país. O contexto de Guerra Fria dificultará a relação entre os dois países, pois diminuirá o poder de barganha do Brasil. Os poucos resultados auferidos durante o governo Dutra,

como a Missão Abbink, não diminuirão a frustração da diplomacia brasileira. Entretanto, a missão foi fundamental ao reconhecer diversas potencialidades brasileiras, como a exploração de petróleo na plataforma continental e a do rodoviarismo. O estabelecimento da Comissão Mista, alguns anos depois, será a maior e mais importante consequência da Missão Abbink.

Dutra foi abertamente criticado por suas políticas comerciais e fiscais liberais no início de seu governo. A ilusão de divisas e a crença não fundamentada na entrada de maior volume de investimentos estrangeiros modificarão a estratégia econômica do governo, que se tornará mais protecionista com a escassez de divisas e o déficit comercial. O maior planejamento industrial dessa segunda fase e a pressão sobre os Estados Unidos, devido à crença em uma aliança especial, levarão à criação da Missão Abbink nos anos finais do governo Dutra. Apesar disso, ela terá como herança a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e o Plano de Metas, o qual levará em conta as sugestões da Comissão Mista.

Victor Hugo Toniolo Silva (16/20)

A Missão Abbink correspondeu a uma iniciativa a fim de obter recursos para o financiamento do desenvolvimento do Brasil. Historicamente, os países da periferia do capital necessitam de recursos externos para sustentar seu desenvolvimento. Em contexto no qual não existiam instituições multilaterais de fomento — como FMI, Banco Mundial, BID — realizavam-se missões técnicas, que após análise das estruturas macroeconômicas dos países, sugeriam mudanças estruturais a fim de viabilizar empréstimos de instituições estrangeiras — especialmente da City londrina —, bem como identificavam possíveis pontos de estrangulamento nos quais os investimentos poderiam significar maiores resultados. As missões eram uma espécie de FMI "avant la lêttre", na medida em que elaboravam condicionalidades para os empréstimos. O Brasil recebeu diversas missões, dentre as quais podem ser destacas a Montagu, a Niemeyer e, de maneira especial, a Abbink.

Após o período da eqüidistância pragmática, o governo Vargas realizou a barganha nacionalista. Diversos insumos para o desenvolvimento foram obtidos, especialmente a construção da CSN e o reaparelhamento das Forças Armadas. A participação efetivas nos combates, malgrado a resistência aliada, e o envolvimento na construção da paz mundial, fizeram que as elites brasileiras considerassem que o Brasil era o aliado especial dos EUA na América Latina. Dessa realidade decorreria substancial fluxo de capitais que poderiam financiar o desenvolvimento do país, o que havia se tornado o principal objetivos das políticas interna e externa. Considerava-se, inclusive, que poderia haver algo como o Plano Marshall, que havia sido formulado para a Europa. O famoso "Ponto IV" do plano permitia realmente essa percepção. Criou-se, assim, o que a literatura econômica denominou "ilusão de divisas"; o Brasil adotou uma série de medidas, como o câmbio fixo, certo de que os capitais iriam começar a fluir para o grande amigo dos "yankees". Esse fato, no entanto, não ocorreu, e a frustração surgiu nas elites nacionais.

O governo Dutra manifestou sua insatisfação ao governo Truman, o qual, a fim de apaziguar os ânimos, enviou um grupo de técnicos ao Brasil, que constituíram a Missão Abbink. O objetivo era analisar a estrutura econômica do país, identificar os gargalos para o desenvolvimento e, por demanda brasileira, indicar as fontes de financiamento para o projeto. Na realidade, o governo brasileiro conhecia perfeitamente sua estrutura e seus gargalos, mas queria uma manifestação oficial sobre a necessidade de capitais norte-americanos. Parece ser que a ilusão não era só de divisas, pois dificilmente o Departamento de Estado permitiria uma manifestação do gênero. Após período de trabalho o relatório final da Missão Abbink fez uma série de observações e indicou que o desenvolvimento do Brasil deveria ser financiado por capitais privados. Tornava-se oficial que o Brasil não tinha aliança especial com os EUA, que a

América latina não era uma zona de prioridade e que não haveria fluxos financieros do governo americano para o Brasil. Diante desse quadro, o chaceler Raúl Fernandes enviou o “Memorando da Frustração” ao embaixador norte-americano, de modo a manifestar o profundo desapontamento do país latino-americano que mais havia apoiado os EUA na guerra.

Não se pode afirmar que a Missão Abbink foi inútil. A frustração, no segundo governo de Vargas, daria lugar à contestação junto a Washington. Como resultado, foi criada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que se dedicou, com base no relatório Abbink, a elaborar os projetos de desenvolvimento a serem realizados com recursos do Eximbank. Uma parte dos recursos chegou ao Brasil, mas o governo Eisenhower suspendeu abruptamente a cooperação. O histórico originado a partir da Missão Abbink fez as elites brasileiras compreenderem que era preciso diversificar parcerias a fim de obter recursos para o desenvolvimento. Pode-se considerar esse, no longo prazo, o mais relevante fruto da Missão Abbink.

PIOR NOTA (12/20)

A Missão Abbink insere-se no contexto da busca de investimento público estadunidense para o desenvolvimento brasileiro durante o período democrático republicano (1946-1964). Trata-se de grupo de especialistas em economia, chefiados por John Abbink, que desembarcam no Brasil com o intuito de identificar os problemas e propor soluções para que se superassem os constrangimentos ao desenvolvimento brasileiro. É exemplo paradigmático da tentativa do governo nacional de buscar auxílio nos Estados Unidos, algo que o governo Vargas havia feito durante a Segunda Guerra Mundial, mas cuja repetição será obstaculizada por diferentes contextos internacionais.

Durante o período, havia um embate, conforme identifica Jorge Ferreira, entre dois projetos de desenvolvimento nacional: um mais identificado com as esquerdas, outro com as direitas. A Missão Abbink favorecia esse projeto mais caro às direitas, chamado de “entreguista” por muitos, mas de “cosmopolita” por Hélio Jaguaribe. Nos marcos desse projeto favorecido pela visão ideológico-econômica dos especialistas americanos da Missão Abbink o capital privado estrangeiro teria função preponderante na superação dos constrangimentos ao desenvolvimento nacional. A essa visão se contrapunha o pensamento nacional-desenvolvimentista que, cioso em garantir a autonomia econômica nacional, era favorável ao ingresso de financiamentos públicos estrangeiros, mas não à abertura total da economia brasileira ao exterior - até porque eram favoráveis à industrialização por substituição de importações.

A Missão Abbink será preponderante para a sobrevida do paradigma americanista, implementado pelo barão do Rio Branco nos albores do século XX e recuperado pelo governo Castelo Branco após o golpe de 1964. A Missão Abbink demonstra - ou tenta demonstrar - que o governo americano estava preocupado com o desenvolvimento brasileiro. Tal postura garante simpatia por uma parte da diplomacia nacional, ciosa em utilizar a política externa brasileira como instrumento para o desenvolvimento do país em moldes liberais. Os estudos realizados pela Missão Abbink tiveram poucos resultados concretos palpáveis além da conformação da Comissão Abbink, que resultou na criação do BNDE em 1952 e também em importante instrumento para o financiamento de obras públicas até hoje, o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Como se tentou demonstrar, a Missão Abbink é um marco na história da política externa brasileira, principalmente no que tange a sua abordagem ideológico-econômica liberal, consubstanciada no paradigma americanista. Trata-se de tentativa de replicar o auxílio econômico recebido pelo Brasil durante a Segunda Guerra, mas negado pelos Estados Unidos em um diferente contexto internacional.

QUESTÃO 4

Disserte a respeito da extensão do mar territorial para 200 milhas, explicitando a suas consequências e posteriores desdobramentos.

Extensão máxima do texto: 60 linhas

[valor: 20 pontos]

Helges Bandeira (15/20)

Em 1970, o governo Medici, nos marcos da Diplomacia do Interesse Nacional, amplia o mar territorial brasileiro para 200 milhas. Os protestos estadunidenses a essa medida somente farão aumentar a popularidade do regime, mediante instrumentalização do nacionalismo. A medida não foi original, na medida em que outros países latino-americanos já haviam feito o mesmo e acabou funcionando como elemento amalgamador, em meio a época de relações nem sempre amigáveis e cordiais entre os vizinhos.

Há muito o Brasil já vinha enfrentando problemas em relação ao resguardo de sua soberania em sua costa. O episódio que ficou conhecido como "Guerra das Lagostas" e levou, inclusive, ao deslocamento de navios de guerra franceses para o Atlântico Sul, acabou sendo resolvido no governo João Goulart, mediante inteligente argumentação jurídica pautada no conceito de plataforma continental submarina. A adoção do mar territorial de 200 milhas foi a maneira encontrada para resguardar os recursos naturais presentes na plataforma continental submarina brasileira, bem como na coluna de água superior a ela - recursos naturais esses que passaram a integrar conceito criado pela Marinha do Brasil, a "Amazônia Azul".

Tradicionais potências marítimas protestaram contra a expansão do mar territorial brasileiro. A medida, adotada unilateralmente pelo governo Medici, implicava que navios pesqueiros estrangeiros teriam de pedir autorização para explorar recursos situados a menos de 200 milhas da linha base - geralmente estabelecida na baixa-mar. O mesmo ocorreria com eventuais pesquisas sobre o leito e os recursos marinhos do Atlântico Sul levadas a cabo por potências estrangeiras. Nesse sentido, a expansão do mar territorial coaduna-se com a maior preocupação com a própria segurança do Atlântico Sul, consubstanciada na teoria geopolítica de Golbery do Couto e Silva do "hemicírculo interior".

A celeuma jurídico-diplomática quanto à extensão do mar territorial foi resolvida mediante a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, realizada em Montego Bay, na Jamaica, na década de 1980. Ao adotar, prontamente, a convenção oriunda dessa conferência, o mar territorial brasileiro voltou a ter 12 milhas marinhas, com zona contígua de 24 milhas (onde o Brasil pode exercer poder de polícia) e zona econômica exclusiva de 200 milhas (onde o Brasil tem exclusividade na exploração econômica). Abriu-

se ainda a possibilidade de extensão da plataforma continental para 350 milhas.

À guisa de conclusão, salienta-se que o Brasil já submeteu pleito para a extensão de sua plataforma continental junto à ONU. A diplomacia brasileira, munida dos estudos realizados pelo projeto LEPLAC, conseguiu a extensão de alguns trechos da plataforma junto à Comissão de Direito do Mar; o Brasil, porém, declarou unilateralmente a extensão de sua plataforma continental no que tange aos trechos não reconhecidos pela comissão, seguindo assim a mesma lógica que adotou a Rússia em relação ao mar Ártico.

Pedro Ivo Souto Dubra (15/20)

A extensão do mar territorial para duzentas milhas náuticas foi um evento relevante do governo Médici ocorrido em 1970. Apoiado por outras nações sul-americanas, esse ato unilateral de Estado costuma ser caracterizado como um dos pontos de atrito mais notáveis da relação entre Brasil e Estados Unidos no período. Considerações geopolíticas e econômicas orientaram o gesto de Médici. Analisar suas razões auxilia na compreensão de suas consequências e de seus desdobramentos.

Proponente da "diplomacia do interesse nacional", conceito lançado pelo chanceler Mário Gibson Barboza, o governo Médici ensaiou uma política de potência. Não houve abandono integral do terceiro-mundismo atribuído a Costa e Silva, mas uma nova modulação: chegara a hora de o Brasil realizar seu destino de grandeza, simbolizado, no mesmo ano, pela conquista da Copa do Mundo e, em 1972, pelo sesquicentenário da independência. O governo Médici ainda revelaria postura soberanista em outra seara, a ambiental, como mostra sua atuação na Conferência de Estocolmo (1972), ainda que uma secretaria de meio ambiente haja sido criada.

A faixa de mar territorial, essa "Amazônia Azul", para citar o conceito da geógrafa Bertha Becker, interessava estudiosos de geopolítica brasileiros desde os anos 1940, década em que se criou a Escola Superior de Guerra (ESG). Golbery do Couto e Silva criara uma teoria que apontava para o risco de contaminação comunista no eixo Dacar/Natal. Ainda que alijado do centro de poder no período, Golbery era um teórico respeitado pelos círculos militares. Um episódio de ameaça à soberania marítima ocorrera no princípio dos anos 1960, na costa pernambucana, a chamada Guerra da Lagosta, que tensionou as relações Brasil e França, como ensina Antônio Carlos Lessa. Em um tempo em que a segurança nacional era presença marcante nos artigos da Constituição, estender o mar territorial parecia uma política legítima de soberania sobre recursos naturais potenciais e sobre um território que deveria ser defendido, de acordo com a lógica da infiltração comunista, ainda presente, malgrado a détente entre Estados Unidos e União Soviética que se observava.

Os Estados Unidos protestaram contra a extensão unilateral do mar territorial brasileiro, tanto no plano bilateral quanto no multilateral. A situação arrastou-se durante o governo Geisel, período em que a relação permaneceria desgastada e em que o Brasil começava a apostar na prospecção petrolífera em águas profundas como forma de minorar sua dependência energética, em um quadro agravado pelo choque do petróleo de 1973.

Apenas com a Convenção de Montego Bay, que remonta a 1982, se deu um encaminhamento multilateral ao problema da extensão do mar territorial. De acordo com esse tratado, o mar territorial deve ter doze milhas náuticas,

havendo uma zona contígua equivalente e uma faixa denominada de Zona Econômica Exclusiva (ZEE), que atinge duzentas milhas náuticas, podendo ser esta estendida até os limites da plataforma continental. É curioso que tal extensão de duzentas milhas náuticas da ZEE seja a mesma do mar territorial reivindicado por Médici. Sobre essa extensão, os Estados atualmente exercem direitos de exploração econômica, sem, porém, deter direitos exclusivos típicos da soberania integral almejada no princípio dos anos 1970.

A discussão sobre o mar territorial têm desdobramentos no presente. A descoberta de reservas de petróleo do pré-sal e sua exploração relançaram as luzes econômicas e geopolíticas sobre a “Amazônia Azul”. A reativação da Quarta Frota norte-americana, que opera no Atlântico Sul, causou tensões. O relançamento da ZOPACAS, criada por resolução da Assembleia Geral da ONU em 1986, pode ser considerado uma resposta às tentações da militarização. Ademais, o Brasil empenha-se em realizar o levantamento de sua plataforma continental e em prestar cooperação técnica a países como Angola no mesmo sentido. Nada mais distante do eixo de infiltração comunista de Golbery do que tais iniciativas que estreitam os laços solidários entre os países do Sul.

Política soberanista de Médici, a extensão do mar territorial para duzentas milhas náuticas foi ato unilateral que tensionou as relações com os Estados Unidos. Um regime multilateral benéfico disciplinou a territorialidade marítima, trazendo estabilidade. A questão marítima brasileira, contudo, permanece relevante dadas as perspectivas do pré-sal.

Júlia Vita De Almeida (14/20)

A extensão do mar territorial para 200 milhas, feita por ato unilateral do Brasil, consistiu no exercício de postura autônoma e pragmática durante o governo Médici (1969-1974) e trouxe conseqüências importantes nas relações com países do norte. Os posteriores desdobramentos dessa questão já podem ser identificados durante o governo de seu sucessor, quando o mundo passou por duas crises do petróleo.

O governo Médici teve como característica, no plano externo, a retomada de alguns princípios da Política Externa Independente, em continuidade ao governo Costa e Silva, imediatamente anterior. Dentre esses princípios, destaca-se o afastamento do conflito leste-oeste, o que permitia uma abordagem mais pragmática e autônoma dos assuntos externos. Além disso, a diplomacia de Mário Gibson Barbosa refletiu, de maneira fidedigna, o que acontecia no Brasil internamente. Os anos do governo Médici ficaram, afinal, conhecidos como "Milagre Econômico", pois o I Plano Nacional de Desenvolvimento permitiu que o país crescesse a altas taxas sem, no entanto, descontrolar a inflação. A busca de novos mercados e investimentos externos, parte essencial desse projeto de desenvolvimento, coube à política externa, o que explica os esforços da diplomacia pátria em diversificar as parcerias do Brasil nesse momento. No entanto, é a noção de "Brasil-potência", reflexo direto da política econômica interna na política externa, é que explica, em grande parte, o ato unilateral de extensão do mar territorial para 200 milhas.

O crescimento notável da economia não apenas contribuiu para legitimar um regime repressivo no plano nacional, como deu fundamento para uma postura mais afirmativa e incisiva no plano internacional. Ciente de que vários governos estrangeiros, durante aquele período, estavam se mobilizando para expandir o mar territorial de seu país, Médici optou por fazer o mesmo e garantir ao Brasil o domínio sobre recursos estratégicos de sua costa. Esse ato de soberania, tomado em momento em que não havia uma regulação sólida dos mares no âmbito internacional, condiz com a visão que o Brasil tinha de sua posição relativa no concerto das nações.

Embora tivessem sido estabelecidas boas relações com países do norte durante a chancelaria de Gibson Barbosa, essa atitude do Brasil provocou tensões substanciais com os EUA, mas, principalmente, com a França. Essas foram as conseqüências conjunturais da extensão do mar territorial. Convém mencionar, a título de exemplo, o contencioso entre Brasil e França decorrente dessa medida no âmbito da ONU – a chamada "guerra da lagosta". A recusa do Brasil em permitir a continuidade das atividades pesqueiras francesas em seu mar territorial estremeceu as relações entre os dois países durante o governo Médici.

Posteriores desdobramentos dessa questão podem ser identificados já durante o governo Geisel (1974-1979), por conta, principalmente, da Primeira Crise do Petróleo, que pôs em cheque a continuidade do sucesso econômico

obtido por seu antecessor. A decisão de Geisel por uma “marcha forçada para o crescimento” esteve na base da formulação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que, por sua vez, priorizou a expansão da fronteira energética brasileira, tanto por matrizes não renováveis como renováveis. O impacto, portanto, da medida de extensão do mar territorial tomada por Médici foi, aqui, extremamente positivo, pois assegurou a soberania brasileira sobre os novos recursos petrolíferos que vinha descobrindo em sua bacia marítima. Exemplo notável disso é o início da prospecção na Bacia de Campos.

A questão dos mares foi, definitivamente, regulada pelo Direito Internacional nos anos 1980, com a assinatura da Convenção de Montego Bay. O Brasil, assim como a maioria de seus parceiros, aceitou vincular-se ao regime internacional, de modo que as 200 milhas de mar territorial transformaram-se em zona econômica exclusiva.

PIOR NOTA (6/20)

A extensão do mar territorial para 200 milhas por meio de decreto do governo Médici, em 1970, foi decisão tomada com fundamentação estratégica e implicações diversas para a política eterna brasileira, na medida em que o ato motivou tensões com potencias estrangeiras, especialmente os EUA. Sob a presidência de Ernesto Geisel, a Petrobrás buscava ampliar a produção de petróleo e reduzir a dependência externa (em torno de 85% do consumo nacional provinha de importações), razão pela qual a prospecção em águas profundas, ainda em fase inicial de desenvolvimento, exigia a garantia da soberania sobre possíveis bacias no leito do mar territorial brasileiro. Com o propósito de assegurar o êxito da estratégia geopolítica, elaborada pela intelligentsia situada no Itamaraty e na Escola Superior de Guerra (ESG), a chancelaria de Mário Gibson Barbosa enfrentou a resistência internacional, que pressionou o país em foros multilaterais ao longo de toda a década, até que a solução política e jurídica para a questão fosse decidida em bases definitivas, em Montegobay (1982), de modo que os interesses nacionais fossem assegurados contra possíveis violações à soberania.

No início da década de 1970, a dependência energética brasileira era vista como problema crítico, antes mesmo do choque do petróleo acarretado pela Guerra do Yom Kippur, em 1973. O início da prospecção em águas profundas pela Petrobrás evidencia a necessidade de assegurar a soberania sobre reservas localizadas além da faixa de 12 milhas náuticas de mar territorial, então assegurada pelo direito internacional. A repercussão imediata da decisão do governo brasileiro foi a condenação internacional do ato unilateral, principalmente por parte do governo Nixon, que receava o descontrole mundial sobre sensível tema geopolítico.

A decisão corajosa de Médici demandou intenso esforço diplomático com vistas a obter a aceitação internacional do ato. Na Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, organizada pelas Nações Unidas em 1972, os representantes brasileiros lograram importante vitória ao conseguir a transferência das discussões do tema para a Conferência sobre Direito do Mar, em 1974. Na ocasião, a diplomacia brasileira obteve o apoio de países africanos e latino-americanos, com vistas à elaboração de um regime internacional para o tema.

As crises do petróleo de 1973 e 1979 conferiram maior legitimidade estratégica à decisão tomada em 1970, corroborando com a necessidade de equacionar os direitos soberanos de um país sobre a exploração econômica dos recursos naturais localizados na plataforma continental, a qual deveria ser interpretada como extensão do território nacional. Vale ressaltar que, em 1973, concomitantemente à assinatura do Tratado de Itaipu, o governo brasileiro

também encetou negociações com o Uruguai a respeito da exploração de petróleo em sua costa, o que suscitou a desconfiança do governo argentino.

A busca de apoio internacional para o pleito brasileiro foi facilitada, na década de 1970, pelo que José Flávio Sombra Saraiva chama de retomada da política africanista brasileira. O estreitamento dos vínculos diplomáticos com o continente, reforçados na gestão de Mário Gibson Barboza, é estratégia aprofundada no governo Geisel, que rompe com a ambiguidade do apoio à descolonização, fato evidenciado, por exemplo, pelo reconhecimento do governo comunista em Angola e pela condenação ao Apartheid na Assembleia Geral da ONU em 1975. A aproximação com o continente também estava subordinada à lógica de fortalecimento dos pleitos brasileiros, como a defesa do desenvolvimento e, a partir de então, da soberania sobre a plataforma continental, fato possibilitado pela convergência de interesses e características geográficas semelhantes com países africanos.

A extensão do mar territorial brasileiro para 200 milhas constituiu decisão estratégica, cujos resultados ainda se verificam na atualidade, a exemplo da exploração de petróleo no pré-sal, de minerais e da biodiversidade da chamada “Amazônia Azul”. O ato envolveu a chancelaria em batalhas diplomáticas que resultaram no reconhecimento do pleito brasileiro, ainda que em termos um pouco diferentes (as 200 milhas constituem, atualmente, Zona Econômica Exclusiva), na Conferência de Montegobay, além de impulsionar a diversificação de parcerias por meio da busca de faixas de convergência de interesses.

INGLÊS

TRANSLATION PART A

Translate into Portuguese the following excerpt adapted from Goerge Orwell's "Homage to Catalonia".

[value: 20 marks]

In winter on the Zaragoza front, except at night, when a surprise attack was always conceivable, nobody bothered about the enemy. They were merely remote black insects whom one occasionally glimpsed hopping to and fro. The prime concern of both sides was essaying to keep warm. The things one normally associates with the horrors of war seldom raised their ugly heads. Um in the hills it was simply the mingled boredom and discomfort of stationary warfare. A life as uneventful as a city clerk's, and almost as regular. Atop each hill, knots of ragged, grimy men shivering round their flag. And all day and night, the senseless bullets and shells wandering across the empty valleys and only by some fluke getting home on a human body.
I would gaze round the wintry landscape marveling at the futility, the inconclusiveness of such a kind of war. Could you forget that every mountain-top was occupied by troops and thus littered with tin cans and crusted with dung, the scenery was stupendous.

George Orwell. **Homage to Catalonia**. Harmondsworth, Penguin, 1975, pp. 25 – 26.

Roberto Szatmari (16,50/20)

No inverno, na frente de Zaragoza, ninguém se preocupava com o inimigo, exceto à noite, quando um ataque surpresa era sempre plausível. Os inimigos eram apenas pequenos insetos distantes, que eventualmente eram avistados, saltitando para lá e para cá. A preocupação central, de ambos os lados, era apenas tentar se manter aquecido. As coisas normalmente associadas aos horrores da guerra raramente se faziam presentes. Nos morros, havia apenas a mistura de tédio e desconforto de uma guerra estática. Uma vida quase tão monótona quanto a de um escrivão na cidade e quase tão regrada. No topo de cada morro, aglomerados de homens sujos e em farrapos tremiam ao redor de sua bandeira. Todo o dia e toda a noite as balas e cartuchos sem sentido passavam pelos vales desertos, só atingindo algum corpo humano por sorte.

Eu observava a paisagem invernal, admirando a futilidade, a falta de conclusão desse tipo de guerra. Se fosse possível esquecer que cada cume estava ocupado por tropas e, logo, coberto de latas e imundo de fezes, a vista era maravilhosa.

Adriano Giacomet de Aguiar (12,5/20)

Durante o inverno no fronte de Saragoça, exceto à noite, quando um ataque era sempre possível, ninguém se incomodava com o inimigo. Eles eram meros insetos pretos os quais alguém ocasionalmente percebia pulando de um lado a outro. A maior preocupação dos dois lados era tentar manterem-se aquecidos. As coisas normalmente associadas aos horrores da guerra raramente levantava as cabeças feias deles. Em cima das montanhas era somente a monotinia e o desconforto da guerra estacionária. Uma vida tão sem emocões quanto a de um funcionário da cidade, e quase tão regular. No cume de cada montanha, aglomerados de homens furiosos e pálidos tremendo ao redor de sua bandeira. E por todo dia e noite, as balas e as cápsulas sem sentido passeando através do vales vazios e somente com alguma sorte voltando para casa em um corpo humano.

Eu olhava ao redor da paisagem de inverno contemplando a futilidade, e o aspecto inconclusivo de uma guerra como essa. Não dá para esquecer que cada topo da montanha era ocupada por tropas e por isso suja com latas e repleta de fezes, a paisagem era estupenda.

Camilla Neves Moreira (12,5/20)

No inverno na frente de batalha de Zaragoza, ninguém se incomodava com os inimigos, exceto à noite, quando um ataque surpresa era sempre possível de imaginar. Eles eram meramente remotos insetos negros para quem, ocasionalmente, se olhava rapidamente com desdenho. A principal preocupação de ambos os lados era esforçar-se para manter-se aquecido. As coisas que, normalmente, se associa aos horrores da guerra raramente apareciam. Lá nas colinas, estavam apenas o tédio desanimador e o desconforto da guerra parada. Uma vida tão sem acontecimentos quanto a de um tabelião da prefeitura, e quase tão regular. No topo de cada colina, grupos de homens infelizes e em trapos reuniam-se ao redor de suas bandeiras. E, todo o dia e toda a noite, as balas e as cápsulas sem sentido vagavam pelos vales vazios e somente por azar se alojavam em um corpo humano.

Eu olhava a paisagem de inverno chocado com a futilidade, a inconclusão desse tipo de guerra. Poder-se-ia esquecer que o cume de cada montanha estava ocupado por tropas e abarrotado, portanto, com o lixo das latas de comida processada e encrostado por dejetos, o cenário era estupendo.

PIOR NOTA (5,5/20)

Durante o inverno, ninguém se importava com o inimigo no front de Saragoça, a não ser à noite, quando um ataque surpresa era sempre possível. Eles eram meros insetos negros remotos, dentre os quais um eventualmente brilhava, piscando. A maior preocupação de ambos os lados era tentar permanecer aquecido. As coisas que normalmente se associa aos horrores da guerra raramente despertavam suas cabeças feias. No alto das montanhas, o que havia era, simplesmente, o suave tédio e desconforto de uma guerra estagnada. Uma vida tão desprovida de acontecimentos, e quase tão regular, quanto uma cidade clerical. Ao topo de cada montanha, porções de homens exaustos e obscuros tremiam ao redor de sua bandeira. E todos os dias e noites, as balas sem sentido vagavam sobre os vales vazios e, apenas por algum incidente, chegavam ao destino de um corpo humano.

Eu poderia olhar indefinidamente a gélida paisagem, maravilhando-me com a futilidade, a inconclusividade desse tipo de guerra. A cena seria estupenda, se possível fosse esquecer que cada topo de montanha estava ocupado por tropas e, portanto, iluminado com latas de pólvora.

TRANSLATION PART B

Translate into English the following excerpt adapted from Foreign Minister Celso Lafer's lecture at Instituto Rio Branco in april 2001.

[value: 15 marks]

O novo ambiente internacional e seus cenários de conflito tornaram inadequadas as doutrinas de dissuasão nuclear e do "equilíbrio do terror", e, assim, passaram a ser ainda mais difíceis de justificar a retenção e o desenvolvimento de arsenais nucleares. Se aparentemente amainaram os riscos de uma conflagração atômica na escala contemplada à época da guerra fria, seguramente aumentaram os perigos difusos da violência de natureza descontrolada. Tais perigos aumentaram em função de uma faceta da globalização, que faz funcionar o mundo através de diversos tipos de redes. Entre estas estão as das finanças, que possibilitam, além dos movimentos rápidos dos fluxos de capital, a "lavagem" de dinheiro; as do crime organizado; as do tráfico de armas e de drogas; as do terrorismo; as das migrações clandestinas de pessoas, causadas por guerras e perseguições. No caso do Brasil, em função da porosidade das fronteiras, esses riscos provêm, em parte, do impacto interno, no território nacional, de fatores externos.

Roberto Szatmari (13,50/20)

The new international environment and its scenarios of conflict have made the doctrines of nuclear deterrence and of the "balance of terror" inadequate. Thus, it has become even harder to justify the continued possession and development of nuclear arsenals. If, apparently, the risks of a nuclear conflict on the scale envisaged during the Cold War have decreased, the diffuse dangers have increased due to an aspect of globalization, which makes the world work by means of several kinds of networks. Among these are finance networks, which, beyond enabling for rapid capital flows, also enable money laundering, organized crime networks, drug and arms trafficking networks, terrorist networks and networks for clandestine migrations, caused by war and persecution. In the case of Brazil, due to the porous nature of the borders, these risks arise, in part, from external factors, which have internal impacts on the national territory.

Helges Bandeira (10/15)

The new international environment and its **possible conflicts**[2] have made the doctrines of nuclear dissuasion and of "**terror balance**[3]" inadequate, thus making it more difficult to justify the retention and **(**the**)**[4] development of nuclear arsenals. If the risks of an atomic conflagration **in**[5] the scale contemplated at the time of the Cold War have apparently dwindled, the diffuse dangers **the uncontrolled nature of the violence**[6] have certainly risen. Such dangers have risen due to **an**[7] aspect of globalization, which makes the world work through several types of networks. Among them are the finance networks, which besides **fast**[8] capital flows make money laundering possible; the organized crime networks; the drug and arms trafficking **network**[9]; the terrorism networks; the networks of clandestine people migration, caused by wars and persecutions. In the case of Brazil, due to its porous borders, these risks are partially engendered **from**[10] the internal impact of external factor in its national territory.

[2] o candidato recorreu e a banca respondeu: Linhas 1 e 2 - Recursos indeferidos. The candidate's argument here clearly confirms the fact that the phrase should have been translated as "conflict scenarios".

[3] a banca descontou um ponto por traduzir mal a expressão

[4] a banca colocou the entre parênteses, mas não tirou ponto

[5] o candidato errou a preposição e perdeu meio ponto

[6] o candidato não traduziu parte da frase

[7] a banca sublinhou "an", mas não retirou ponto

[8] o candidato recorreu e a banca respondeu: Linha 13 - Recurso indeferido. The mark was deducted for a non-collocational word choice. "Fast" does not collocate with "capital flows"; "rapid" or "swift" would have been adequate choices.

[9] a banca sublinhou, mas não descontou pelo uso do singular

[10] o candidato errou a preposição e perdeu meio ponto

Pedro Guerreiro Lopes Da Silveira (9/15)

The international environment and its scenarios of conflict have made the doctrine of nuclear dissuasion and that of “the balance of terror” old-fashioned, and, therefore, holding and developing nuclear weapons have become even harder to justify. If apparently the risks of an atomic conflagration in the scale considered during the Cold War times have been negotiated, for sure, the difuse danger of uncontrolled violence has increased. This danger has increased due to a particular side of globalisation, which makes the world work through various kinds of nets. Among them, there are those of finance, which enable, apart from the rapid movements of capital flows, “money-washing”; those of the organized crime; those of the traffic of weapons and drugs; those of terrorism; those of non-official migrations, which are caused by wars and persecutions. In the case of Brazil, due to the fragility of its borders, these risks in part stem from the internal impact of external factors in the national territory.

MENOR NOTA (0,5/15)

The new international environment and its scenarios of conflict outdated the doctrines of nuclear deterrence and of “balance of terror”, and, therefore, it has become even more difficult to justify the control and the development of nuclear arsenals. If they apparently diminished the risks of an atomic conflict in the escalation characterized during the cold war, they surely increased the diffuse dangers of the violence of uncontrolled nature. Those perils increased as the result of a characteristic of globalization, which makes the world works through multiple kinds of nets. Among these nets are the financial ones, which make possible, besides the fast traffic of the flux of capital, the money “laundering”; that of organized crime; that of the traffic of drugs and arms; that of terrorism; that if illegal migration of people, caused by wars and persecutions. In the Brazilian case, due to the porosity of its borders, those risks stems from, to a certain degree, the domestic impact, in the national territory, of foreign factors.

COMPOSITION

The most intense conflicts, if overcome, leave behind a sense of security and calm that is not easily disturbed. It is just these intense conflicts and their conflagration which are needed to produce valuable and lasting results.

Carl Gustav Jung. The Structure and Dynamics of the Psyche. **The Collected Works**. V.8. Routledge: London, 1960. P. 26

In light of the quote above, comment on the possible positive effects, if any, of different conflicts throughout the twentieth century.

(value: 50 marks)

Roberto Szatmari (45,50/50)[11]

Throughout history, many thinkers have argued that crises and conflicts have positive effects for progress and civilization. German philosopher Hegel compared nations to trees, which occasionally needed to be shaken to be cleared of dead leaves. Proposed benefits of conflicts have included everything from technological development to increased unity and moral edification. As our economic and political analyses improve, however, these views seem increasingly quixotic and untenable.

It is certainly true that the need to best your opponent in a conflict creates a demand for innovation rarely seen in peacetime. The need to break German codes in World War II led to the invention of the first computers and the Manhattan Project drove advances in theoretical physics that went far beyond the creation of the atom bomb.

Another argument suggests that conflicts bring more intangible benefits to populations, by boosting morale and providing a sense of purpose. In this view, Americans in the Cold War enjoyed a sense of kinship with others in the western bloc and their struggles in their daily lives could be seen as part of a broader struggle to prove that their model of society was the superior one. This reflected in the space race, in Hollywood films and in the Olympics.

A third argument claims that it is not the conflict itself that brings prosperity, but its aftermath. A return of soldiers from the front could boost demand and the end of the war effort would raise supply accordingly, driving economic growth. More importantly, the post-conflict world would build new institutions to guarantee lasting progress, such as the creation of the UN and the Bretton Woods system.

[11] Por problemas técnicos, não será possível apontar onde estão os erros gramaticais.

All of these views contain some truth, yet all vastly understate the damage brought by conflict. Perhaps unsurprisingly, they tend to be formulated in times of peace and prosperity, not war.

In Europe, pre-World War I levels of growth and prosperity were only matched late in the twentieth century. Political freedoms, in some areas, were not re-established until the end of the Cold War. In conflicts on the periphery of the Cold War, such as in Africa and in Southeast Asia, it is hard to argue for any plausible benefits at all.

Further, technological progress has been proceeding at an extraordinary pace ever since the IT revolution, much of which happened after the end of the Cold War.

Upon more careful analysis, it is clear that conflicts bring guaranteed strife and uncertain benefits. Rather than looking to conflict as a necessary catharsis, it is more important to recognize the positive effects of peace and stability and to always bear in mind the devastating human cost of the twentieth century conflicts.

Organização e desenvolvimento de ideias: 18/20
Qualidade de linguagem: 9,5/10
Correção gramatical: 18/20

Camilla Neves Moreira (34,5/50)

A hundred years after the beginning of the First World War, debates over conflicts are on the rise. In the twentieth century, the concert of nations witnessed more than its fair share of wars and conflicts between countries. Generations had to learn how to contend with the horrors of war and were long haunted by the memories of those times. Academic theories were developed to try to explain how rational beings could be capable of so much destruction. Despite the well-known negative effects of conflicts, they can also have positive impacts on communities and on the international scene.

Although ethnic differences and political disputes might split countries apart, some conflicts can stimulate closer social ties in nations which are facing a foreign enemy. This stems from a sense of solidarity and collectiveness which derives from the shared experiences of hiding and trying to survive in times of war. The United Kingdom epitomises this possibility: in the Second World War, Germany strongly bombed the country, with the purpose of creating political unrest and instability, which would make the United Kingdom an easier target. Nonetheless, the woes caused by the attacks brought people together and spurred its community to work in unissom so as to defeat Germany.

In a broader perspective, intense conflicts can result in a strong commitment to peace. The aftermath of the Second World War and the international commitment to prevent new conflicts represent the backdrop which allowed the inception of the United Nations in 1945. After the horrors of this war, the concert of nations decided to create an international organisation with the quintessencial purpose of guaranteeing lasting international peace. Moreover, the genocides and the crimes of war that were perpetrated by the Nazis stimulated the development of an international regime to protect humans rights. Therefore, one of the worst conflicts in history fostered the creation of an international system to protect humanity from the menaces of warfare.

Carl Jung had already indicated the possibility of positive outcomes stemming from intense conflicts. Even though his perspective is based on the analyses of individuals, this notion can be applied to countries and even to the international community. The Second World War left to the United Kingdom a legacy of collectiveness which allowed the country to cross the hurdles imposed by this war. In addition, the conflicts in the twentieth century brought nations together in the effort to prevent political disputes from becoming full-scale wars. Therefore, not only have past conflicts fostered the current international commitment to lasting peace, but they also showed humanity the paramount importance of the task.

Organização e desenvolvimento de ideias: 15/20
Qualidade da linguagem: 6,5/10
Correção gramatical: 13/20

Pedro Ivo Souto Dubra (34,5/50)

That the twentieth century was a conflictuous period is undeniable. Not only was it perceived as a bloody instant of history, but it was also considered a time of potential peace. In those years, Realism and Idealism flourished, which corroborates the argument that the “Age of Extremes” was quite ambivalent. An informed analysis of the possible positive effects of different conflicts throughout the twentieth century will bear fruit only if two aspects are not neglected: the possibility of learning from wars and the need for changing the international system that emerged from that period.

In his writings about the Psyche, Carl Jung advocated that intense conflicts could have productive effects. If overcome, they would pave the way for a valuable sense of security, which could positively last. World War II seems to have contradicted Jung’s standpoint, inasmuch as one could argue that mankind learned nothing from the 1914-1918 events. Nevertheless, that is not entirely true. Wilson’s Points were taken into account in the ambit of the United Nations creation, even if Realism has been prevailing since 1945. Statesmen such as Churchill were firmly decided not to fall prey to a new Hitler. Public opinion started to put pressure on national leaders, namely from the 1960s on, as the example of the Vietnam War demonstrates. Moreover, the Cold War can be described as an effort towards equilibrium. As Jung shrewdly suggested, conflicts can teach something, and mankind seemed capable of learning something from them throughout the twentieth century.

The need for changing the international system that derived from the last century also lies at the core of the discussion on the possible positives effects of conflicts. Albeit relatively efficient, that order must be shifted. Should not the Security Council be reformed, potential conflicts may emerge. The post-World War II configuration of power is no longer acceptable, and the proposals of reforms sustained by countries such as Brazil and India should not fade into the background. As both world wars taught men who lived in the twentieth century, conflicts may emerge from peaceful contexts. In that sense, preventive diplomacy is a topic of great germaneness, inasmuch as it paves the way for long-lasting peace by gathering information and advising national leaders.

Mankind always learns something from past experiences. In that sense, the twentieth century, full of contrasts, had much to teach. Millions were unfortunately killed so as to show that peace should not be taken for granted. Moreover, the order that emerged from that period, in spite of its relatively stable basis, must be reformed in order to prevent new conflicts.

Organização e desenvolvimento de ideias: 13/20
Qualidade da linguagem: 6/10
Correção gramatical: 15,5/20

PIOR NOTA (23,5/50)[12]

The twentieth century was the bloodiest in recorded history. Its first half encompassed two World Wars; in its second half, a plethora of small conflicts ravaged underdeveloped nations, particularly in Africa. It is not safe to assume that all the conflicts which took place throughout the twentieth century have produced positive effects. In some cases, they did; in others, they jeopardized state sovereignty and national cohesion, leaving behind nothing but chaos.

A long and cruel war can bring forward the preciousness of peace. High death tolls and V exhaustion of resources make states and national societies more willing not only to celebrate peace, but also to avert new quagmires that would lead to conflict. In no other region this choice has been more enthusiastically embraced than in Europe. After the second World War, rivalries between France and Germany gave way to integrating efforts that addressed the cultural, economic and social issues that once had led to the worst carnage ever registered.

Although serving as a beacon to guide other international integrating efforts, Europe has a dynamics of its own. Other regions did not fare that well in post-conflict scenarios. V Positive effects of war are more likely to appear when societies are galvanized towards the pursuit of peace. Should conflict affect the very fabric of societies, it would be harder to sustain broad arrangements for lasting peace. The civil strifes that ravaged African countries such as Somalia, Rwanda and Guinea-Bissau still are being dealt with by the African Union, which is focused in providing the means for those states to achieve peace within their territories.

The comparison between European and African panoramas reveals that different conflicts throughout the twentieth century have produced different results. When these conflicts have affected well-formed, fully-fledged national societies, such as the European ones, a lasting peace could follow the end of war; conversely, should the strife tear up national cohesion, which happened in Africa, positive outcomes are not so easy to spot. The African Union, for instance, is rather a collective answer to dire instability than a benefit from those conflicts.

---

[12] Comentários do autor: Observações do primeiro examinador (conteúdo): “Well thought of comparison – Europe x Africa. Sound structure and development of ideas”. Dois pontos a menos em gramática, a redação sequer teria sido corrigida. Cometi erros diversos, variados e sortidos, de colocação, de escolha vocabular, de ortografia. Creio que o conteúdo salvou a redação. Sugestão aos candidatos: preocupem-se com a gramática, ela é fundamental; mas não descuidem do conteúdo, ele pode salvar sua prova.

Beyond political instability, conflicts in Africa also left a dark legacy of lack of infrastructure and undedevelopment. Eventually, Africa might finally overcome the challenges derived from the twetieth-century conflicts. Some countries such as South Africa and Nigeria have achieved stability and have prospered. Nonetheless, the healing of the African wounds will be a substantially different process than that of the Europeans.

Organização e desenvolvimento de ideias: 15/20
Qualidade de linguagem: 6,5/10
Correção gramatical: 2/20

SUMMARY

Write a summary, **in no more than 200 words**, of the following excerpt adapted from Michael S. Lund’s 1995 Foreign Affairs article “Underrating Preventive Diplomacy”

(value: 15 marks)

The malaise of U.S. foreign policy is such that academic gadflies now debunk any proposal sounding suspiciously positive. The charge is that proponents of preventive diplomacy oversell its potential, and naive policymakers are taking the bait. It is argued that problems of prescience, policy prescription, and political support mean the "intractable" conflicts "endemic" to the post-Cold War period cannot be averted unless major resources are invested in situations where risks are high and success is doubtful. Preventive diplomacy, the contention runs, merely means that one founders early in a crisis instead of later.

Scaremongers conjure up a nightmare in which zealous purveyors of preventive diplomacy mesmerize unwitting policymakers into buying a discount antidote for local quagmires, one with little potency and hidden side effects. Yet responsible proponents of preventive diplomacy obviously do not presume easy solutions to such disasters can be found, nor do they advise key players to do something, just anything, in dealing with incipient conflicts, tout preventive diplomacy as a cure-all with no cost or risk, or assume no value judgments need be made. Not only do the scaremongers distort the views being expressed but they insult policymakers by implying they would fall for such policy nostrums.

Advocacy of a policy is confounded with adoption of the substance behind it. The fact preventive diplomacy is a buzzword of foreign policy does not imply that early warning and conflict prevention have become official doctrine or standard operating procedure. The term “preventive diplomacy” refers to actions or institutions that are used to keep political disputes arising between or within nations from escalating into armed force. These efforts are needed when and where existing international relations or national politics fail to manage tensions without violence erupting. They come into play before a point of confrontation, sustained violence, or military action is reached.

The claim is that while we know the societal conditions that stoke the chances of war or state collapse (e.g., poverty, environmental degradation, ethnic and economic divisions, and repressive, corrupt regimes, and so forth), murky individual and group decisions make it impossible to predict exactly when

and where violence will surface. But just because political forecasting is not rocket science does not disqualify it. Unheralded acts, such as a military coup or a terrorist bombing, are very difficult to forecast. Early-warning specialists are, though, making progress in pinning down the probable precipitants of more gradual, phenomena, such as ethnic conflict, genocide, and the breakdown of states. Demonstrations, repressive measures, hate rhetoric, arms build-ups, separatist communities forming parallel institutions: these signs one ignores at one's peril.

In Estonia, for example, restrictive citizenship and language laws adopted in 1993 by the newly-independent government were perceived by resident Russian speakers – then a third of Estonia's population – as discriminatory and threatening. Mindful of this group's powerful patron next door, the High Commissioner on National Minorities of the Conference on Security and Cooperation in Europe and other governmental and private actors took preventive steps to allay tensions.

The rub, so the argument runs, lies in knowing what actions to take. But preventive strategy is not the stab in the dark some observers insinuate. The blanket view that ethnic tensions uniformly lead to intractable conflicts is based on a few recent instances where, despite efforts to avoid it, violence has ensued: Croatia, Bosnia, Somalia, and Rwanda. One should look, instead, at the numerous ethnic and national disputes deemed potentially destabilizing and menacing that were actually managed in relative peace: Russia and Ukraine over Crimea, the break-up of the Czech and Slovak Republics, Congo's transition from autocracy, Zambia's non-violent shift toward democracy, and Hungary's moderated relations with its neighbors, among others. Such success stories are virtually ignored. Only two policy options ("little more than talking" or armed force) are mooted, whereas governments and NGOs have resorted to a gamut of measures to influence parties in disputes.

One may well be skeptical that preventive action would save more lives, cost less, and obviate the need for humanitarian intervention. No need, still, to go to the opposite extreme, wherein the financial and political cost of preventing such crises is prohibitive. The logic of conflict escalation is prima facie support for the view that less violent and short-lived disputes offer much greater opportunities for peaceful management by mediators. Issues in those types of disputes tend to be simple and singular, disputants are less rigidly polarized and politically mobilized, fatalities (and thus passions) are low, and communications and common institutions may have survived. Other states or external groups are less likely to have taken sides and may even share an interest in keeping local disputes from burgeoning.

The calculus of deciding whether preventive diplomacy is worth the price must comprehend the costs of alternatives such as mid-conflict intervention and

non-involvement. That covers not only lives lost and injuries but also the price of humanitarian relief, refugee aid, and peacekeeping. It should also include the cost of losses in health, education, infrastructure, trade and investment opportunities, and natural resources.

The feeling is that the public will not endorse preventive diplomacy's risks and costs, but the considerations described above cast the issue of "political will" in a different light. Preventive efforts are often much less challenging and more prosaic than cases in which a government must endeavor to rouse the country to expose troops to possible danger abroad. For example, the dispatch of 500 American soldiers to join the U.N. peacekeeping mission in Macedonia was hardly noticed. Were preventive diplomacy to prosper, incipient conflicts would not even reach the desks of the National Security Council, the State Department's upper echelons, and the Pentagon.

Rather than ignore potential crises and threats out of some unexamined theory of their imagined intractability, policymakers might prudently track emerging political disputes around the world and develop policy options for addressing them promptly as opposed to belatedly. That would enable decision-makers to better assess whether they should act, when, with what means, and with whom. As successes mount, the burden of proof will shift those who would still defend the notion that current wait-and-see policies and practices are best. The stakes in the potential crises are simply too high for such options to be dismissed with cavalier analyses carping on about a few frustrating experiences.

Michael S. Lund, **Underrating Preventive Diplomacy.** Foreign Affairs, July/August 1995 issue. Available at: http://www.foreignaffairs.com/articles/51214/michael-s-lund/underrating-preventivediplomacy. Retrieved on 27.03.2014

Roberto Szatmari (14/15)

Naysayers in academia dismiss the value of preventive diplomacy by assuming it is ineffective in the face of post-Cold War challenges. They claim that preventive diplomacy proponents treat the policy as a panacea while ignoring its risks. The critics, however, conflate the actual tenets of preventive diplomacy – preventing disputes from escalating – with the superficial adoption of preventive diplomacy as a policy slogan. They claim that the difficulty in predicting the outbreak of violence makes the policy ineffective. The counterargument is that, thanks to specialists' efforts, predictability is improving.

While in many cases of ethnic violence conflict ensued, claiming that violence is inevitable ignores several other instances in which conflict was avoided. Short disputes are particularly prone to peaceful mediation. The choice

for preventive diplomacy should involve a cost-benefit analysis of its value compared to that of the alternatives. The lower costs of preventive diplomacy also mean it is more easily accepted by national populations. It is, therefore, more useful for policymakers to improve their information gathering and to develop early responses to crises than to assume that the crises are unsolveable. The growing success of preventive diplomacy will make it progressively harder for critics to contend that inaction is the best course of action.

Flávio Beicker (12,5/15)

Academic researchers are critical of preventive diplomacy, which has had great influence on US foreign policymakers. They hold that, in the aftermath of the Cold War, the solution for international problems requires major resources and that preventive diplomacy only speeds up the deepening of a crisis.

Those who seriously propose preventive actions, however, do not assume that there are cost and risk-free solutions for entanglements. Preventive diplomacy comprises the deployment of diplomatic means to prevent an escalation in international or domestic disputes, thus avoiding violence or military action.

Political scientists have improved methods of predicting the surge of ethnic conflicts or the threshold of state collapse. In Estonia, for instance, preventive actions managed to ease tensions arisen by laws deemed threatening to minorities. One should not turn a blind eye to examples in which preventive diplomacy has silently succeeded. This demands an evaluation of the risks and alternatives available and is more likely to succeed in the beginning of a crisis.

Instead of neglecting potential crises, policymakers should monitor emerging disputes and conceive strategies to address them. Only through success preventive diplomacy can enjoy widespread acceptance.

* expressões sublinhadas pela banca, sem marcação explicativa.

Clarissa De Souza Carvalho (12/15)

A 1995 Foreign Affairs article supports preventive diplomacy and counters the arguments of those who favor reactive armed responses. Critics of preventive diplomacy say it is expensive, uncertain and risky. You just bring defeat forward by adopting it, and unwanted consequences might ensue, due to its **unefficient** methods. The article retorts that these arguments are misleading, as they suppose that policymakers lack critical thinking. Preventive diplomacy is neither naïve nor a one-size-fits-all solution. It aims at defuse domestic and international conflicts before they become widespread wars.

Anticipating conflicts' place and time is impossible, despite knowing their structural causes. Social strifes, however, are more predictable than terrorist attacks, as decisions related to the latter lack transparency. Early-warning systems also help in the first case. Despite such episodes as Rwanda, preventive diplomacy has successful cases to show, although people often forget them. Acknowledging the challenges to preventive diplomacy, one should not favor its antipode.

Assessing the benefits of diplomatic solutions, the costs of armed responses must be considered. Diplomacy means less troops abroad and less challenges to top-rank security institutions. Officials should therefore anticipate conflicts inasmuch as possible and react soon, so supporters of armed responses will have to justify their preferences.

PIOR NOTA (4/15)

Preventive diplomacy has been discussed within the framework of United States foreign policy issues. Someone consider that the proposal is overvaluated, as it is naive, weak and non comprehensive. Others say that prevention is not a standart procedure, indeed it is just a tool to prevent forecasted conflicts. The very fact is when and which this actions have to be taken.

Some conflicts could be predicted, as succesful experiences can illustrate. Situations that cannot be forecasted do not desqualify the whole policy. Even in some cases there are less space to prevention and intervention, so less rigid conflicts can offer great opportuniteis to this kink of diplomacy.

Finantial costs have been also discussed. Prevention can cost less, but in some cases the price is prohibitive. Nevertheless, there are things that make the calculus hard to be done, such as injuries and humanitarian relief. Risks have also to be considered.

Public support seems to be hard to achieve. Prevention efforts are less challenging than big military interventions, indeed. Thus, prevention should not be ignored. Track potential crisis and develop policies have to be done, in order to adress conflicts. Past experiences cannot determine current actions.

"*weak summary and language"*

1: 0,5 / 2: 0,5 / 3: 0,5 / 4: 0,5 / 5: 1 / 6: 0,5

use of English: 0,5

GEOGRAFIA

QUESTÃO 1

Países do Sul têm-se destacado no mercado global e incrementado as trocas comerciais entre si (figuras 1, *a* e *b*). No caso brasileiro, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, observa-se uma intensificação nas relações comerciais com a China, cuja demanda crescente por *commodities* a faz um dos principais parceiros comerciais do Brasil (figura 2). Não se pode deixar de registrar que o redesenho da geografia do comércio mundial remete à problemática ambiental, deixando explícitas as contradições entre a preservação/conservação da natureza e o desenvolvimento econômico.

Considerando, de um lado, a composição e a escala das trocas entre o Brasil e seus parceiros comerciais e, de outro, os instrumentos da política ambiental brasileira, bem como os compromissos assumidos no que se refere à negociação e à implementação de acordos, tratados e convenções internacionais sobre o meio ambiente, discorra sobre as implicações ambientais para o país em face de sua diversidade biológica. Tenha em conta o desenvolvimento dos setores agrícolas, industrial e energético do Brasil.

Extensão máxima: 90 linhas

[valor: 30 pontos]

Diego De Souza Araujo Campos (28/30)

A geografia do comércio exterior brasileiro tem mudado de perfil nos últimos anos, graças ao incremento do comércio com países em desenvolvimento. A composição e a escala de trocas entre o Brasil e outros países, no entanto, traz desafios para a gestão do meio ambiente, mormente no que tange à diversidade biológica e ao regime internacional que trata da questão. Nesse contexto, cabe analisar tais desafios, levando em consideração os setores agrícola, industrial e energético do país.

Os países em desenvolvimento são, atualmente, os principais parceiros comerciais do país, como ilustra a primazia da China na demanda por produtos primários nacionais, como soja e minério de ferro. De fato, as exportações de matérias-primas e de outros produtos de baixo valor agregado permitiram manter os superávits na Balança Comercial nos últimos anos. Percebe-se, no entanto, que a escala de trocas entre o país e os seus parceiros comerciais não se resumem ao setor primário exportador. Os países do Mercosul e da Aladi como um todo importam, sobretudo, produtos manufaturados brasileiros, que passaram a dominar a pauta de exportações do país a partir dos esforços do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). O caso da China, no entanto, mostra a crescente dependência brasileira em relação às exportações de *commodities*, inclusive para parceiros tradicionais como Estados Unidos e União Europeia.

Esse cenário do comércio exportador brasileiro ressalta o risco de "reprimarização" do quantum das exportações nacionais, altamente dependentes dos ciclos de preços dos mercados internacionais. Vale lembrar que, mesmo no que tange às importações, o Brasil voltou a ser importador líquido de petróleo e de seus derivados por desafios presentes nos sistemas de engenharia que permitem a exploração e o refino dessa *commodity*. Espera-se que o desenvolvimento dos campos do pré-sal traga novamente a autossuficiência para o país. Nesse contexto, deve-se ressaltar que a abertura de novos mercados para os produtos e as empresas nacionais por meio de diversificação de parcerias contribuiu para que a antiga dependência dos mercados desenvolvidos fosse substituída pela maior cooperação Sul-Sul, o que não exclui totalmente a lógica assimétrica no comércio com parceiros comerciais.

A questão comercial brasileira vincula-se à problemática ambiental, principalmente no que se refere às implicações para a biodiversidade em país que lidera o grupo dos Estados megadiversos. Como ator produtivo e responsável, o Brasil renovou credenciais a partir do processo de redemocratização ao aderir aos principais acordos que compõem o regime internacional do meio ambiente. Tome-se como exemplo a Convenção sobre a Biodiversidade, celebrada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), com o intuito de proteger a diversidade biológica em contexto do desenvolvimento de ações antrópicas em

setores como a agricultura. Por isso, o Brasil apoiou a assinatura do Protocolo de Cartagena (2000) e do Protocolo de Nagoya (2010), que são ramificações da Convenção supracitada e se coadunam com a Lei de Biossegurança brasileira. Pelo documento de Cartagena, os países produtores agrícolas devem resguardar a biodiversidade e a saúde humana frente à tendência homogeneizante dos transgênicos. A perda de biodiversidade pode advir do uso de sementes geneticamente modificadas, que podem misturar-se, inclusive às culturas tradicionais.

A erosão genética afeta não apenas a agricultura, mas a indústria, pois esta vende produtos manufaturados que podem conter transgênicos. Consequentemente, o Brasil e a União Europeia sustentaram medida de rotulagem de produtos que contenham transgênicos. No Brasil, medidas adicionais resultantes da Lei de Biossegurança, com a aprovação do Conselho Nacional de Biossegurança, buscam evitar a propagação de transgênicos sem o controle governamental, como ocorria com o contrabando de sementes geneticamente modificadas pela fronteira com a Argentina, um dos maiores produtores de soja transgênica do mundo.

Quanto ao Protocolo de Nagoya (2010), este torna-se alicerce para proteção de tradições e de costumes de povos locais, como os amazônicos, no que tange ao aproveitamento da biodiversidade local. As indústrias, segundo o documento, devem repartir com as comunidades locais o lucro proveniente do uso dessas tradições e desses costumes. Isso é particularmente importante porque muitas empresas estrangeiras recorriam aos conhecimentos indígenas para desenvolverem produtos como cosméticos e remédios, além de tentarem patentear as matérias-primas em outros países, como foi o caso do cupuaçu no Japão. Mostra-se, assim, que as implicações ambientais para o país em face de sua diversidade transcendem a agricultura e alcançam a indústria.

No domínio da energia, a atual dependência das importações petróleo contrastam com o desenvolvimento dos biocombustíveis, como o etanol e o biodiesel. A tentativa brasileira de universalizar a *commodity* do etanol, conquanto contribua para o combate ao aquecimento global, como expresso na Convenção sobre Mudanças Climáticas (1992), constitui foco de preocupação de ambientalistas e do Ministério do Meio Ambiente quanto ao desmatamento para o plantio de cana-de-açúcar. Por isso, o governo trabalha para conter o desmatamento, sobretudo na Amazônia, com políticas ambientais específicas que já incluem o Fundo Amazônia. A perda de biodiversidade, portanto, envolve também a questão da energia. Convém mencionar que o Brasil, como exportador de petróleo para países como Estados Unidos, deve atentar para os efeitos da exploração do pré-sal sobre a biodiversidade marinha da Amazônia Azul, o que foi discutido em reunião da Rio+20.

O Brasil defende o desenvolvimento nacional calcado na proteção ambiental e no combate à pobreza. Não por acaso, é um dos incentivadores do conceito de economia verde. A composição e a escala das trocas entre o Brasil e os seus parceiros, no entanto, impactam no meio ambiente nacional. Por

isso, o Brasil, como país megadiverso, negocia e celebra acordos internacionais para preservar a biodiversidade, com atenção especial para a biossegurança relacionada aos transgênicos. Nesse contexto, o Brasil reflete esses acordos em políticas nacionais de proteção ambiental, sempre considerando a variável do desenvolvimento sustentável na adoção de medidas específicas.

Victor Hugo Toniolo Silva (28/30)

David Harvey discorreu largamente acerca da reordenação territorial pós-fordista. A flexibilização ocorrida ensejou a expansão da produção nos territórios e a formação de redes. Esse processo criou o que Milton Santos denominou de meio técnico-científico-informacional, que se baseia fortemente no incremento de próteses no território e na formação de espaços luminosos, fluidos e bem informados. As evoluções desse processo atingiram de maneira considerável o Brasil, especialmente pelo seu estoque de recursos naturais. Ademais, o próprio país realizou acelerado processo de desenvolvimento, que atingiu seus setores agrícola, industrial e energético. A discussão atual versa sobre equilibrar de maneira sustentável esse quadro, de modo a crescer segundo um padrão consciente de preservação do meio ambiente. As implicações ambientais são consideráveis, mas o Brasil tem criado modelos adequados para mitigar esses impactos sem comprometer seu desenvolvimento.

A análise da pauta comercial brasileira revela grande discrepância entre a exportação de commodities e a de manufaturados. Na realidade, essa diferença decorre da antiga divisão internacional do trabalho, que resultou em países centrais intensivos em tecnologia e países periféricos intensivos em matérias-primas. É muito questionável que parceiros como EUA e União Européia (UE), após terem esgotado grande parte de seus recursos naturais, baseiem seu atual crescimento nas commodities da periferia. China e Índia são casos distintos, pois seu ritmo de crescimento demanda commodities de outros países. A atividade exploratória e agrícola no Brasil, ensejada pela demanda de parceiros, constitui desafio com sérias implicações ambientais. A expansão da fronteira agrícola rumo à Amazônia, a compactação e contaminação dos solos do Cerrado, o desmatamento decorrente dos eixos de escoamento da produção são exemplos das implicações ambientais decorrentes do “boom” das commodities.

O jargão do regime internacional de proteção ao meio ambiente denomina “NAMA” as medidas nacionais adequadas à proteção do meio ambiente. O Brasil tem diversos NAMA, que surgiram como resposta às questões ambientais, especialmente àquelas vinculadas à produção e extração de commodities. A partir da década de 1990, políticas consistentes foram elaboradas, inclusive com financiamentos do então G-7. Em 2004, no entanto, houve um pico no desmatamento da Amazônia, que demandou novas medidas. Nesse contexto, foi elaborado o Plano Amazônia Sustentável (PAS), que baseou-se nos estudos de Berta Becker. É um conjunto de diretrizes que visa a criar alternativa economicamente viável ao trinômio boi-soja-madeira. Becker dizia que o Brasil realizou três revoluções ambientais — correção dos solos do Cerrado, biocombustível de cana-de-açúcar e exploração de petróleo em águas profundas — e restava criar modelo sustentável para a exploração da Amazônia. Ademais, o Brasil elaborou o Plano Nacional de Mudanças

Climáticas (PNMC), que visa à redução de emissões sobretudo por desmatamento, e o PPCerrado, que versa sobre área degradada pelo agronegócio, especialmente.

A mudança do perfil soberanista para atividade propositiva fez que o Brasil se tornasse líder nas negociações de meio ambiente. Além de sediar a Rio-92 e a Rio +20, o Brasil age intensamente nos trilhos de negociação de mudança climática, o AWG-LC e o AWG-KP. A ambição do compromisso do país foi manifestada na Conferência de Copenhague, onde, diante do impasse criado, o país adotou unilateralmente compromisso ousado de redução de emissões. Em outra vertente, o Brasil é membro da coligação dos países megadiversos, que trabalha intensamente nas negociações vinculadas à proteção da biodiversidade, que resultaram na adoção do Protocolo de Nagoya. Junto com o Protocolo de Kyoto, esses dois compromissos formam o eixo jurídico multilateral da ação do Brasil na proteção do meio ambiente, tanto de negociação quanto de implementação.

O desenvolvimento econômico brasileiro tem-se baseado em três eixos principais: agrícola, industrial e energético. Na vertente agrícola, o país tem expandido a produção tanto verticalmente quanto horizontalmente. A fronteira agrícola tem adentrado cada mais a Amazônia meridional, bem como avançado no Cerrado setentrional. No campo da indústria, a demanda nacional por commodities soma-se à internacional, aumentando as pressões de exploração de minérios e de madeira. No setor energético, malgrado a matriz tenha componente renovável consideravelmente alto, o crescimento dessa oferta não acompanha o crescimento geral da demanda por energia. Desse modo, conforme estudo do Ministério de Minas e Energia, a participação de fontes não-renováveis têm aumentado frente à de fontes renováveis. Resta saber se isso é tendência ou casualidade.

O quadro apresentado suscita numerosas implicações ambientais para o Brasil. O apetite por commodities enseja o aumento da exploração e a expansão da produção agrícola. O desenvolvimento nacional incrementa essas pressões sobretudo por energia. Os “NAMA” brasileiros, assim, são submetidos a estresse, agravado pela adoção do novo Código Florestal, que foi vitória ruralista e derrota ambientalista. Dessa maneira, os compromissos internacionais do Brasil são colocados em risco. Estudos afirmam que o Brasil não alcançará as metas assumidas em Copenhague, e que em 2020 haverá excesso de emissão de gases. É oportuno recordar que, dada a matriz energética relativamente limpa, as emissões do Brasil se devem em grande parte ao desmatamento.

O Brasil sempre advogou que é possível crescer de maneira sustentável. As discussões da Rio +20 mostraram que isso é possível, malgrado Eli da Veiga a tenha considerado, com certa razão, “dois passos para trás e um para a frente”. A fim de executar seus “NAMA” e cumprir os compromissos internacionais, a retórica brasileira precisa converter-se em

maiores ações. Somente assim o Brasil pode desenvolver-se de maneira sustentável, de modo a realizar “o futuro que queremos”.

Leonardo Cardote (27/30)

A análise das implicações ambientais da nova dinâmica comercial brasileira deve relevar, por um lado, as consequências e os desdobramentos da nova inserção do Brasil na dinâmica do capitalismo global. Essas consequências podem afetar a biodiversidade do país, porquanto espaços territoriais consagrados à produção para o exterior são refuncionalizados segundo a ótica produtiva do século XXI. Por outro lado, deve levar-se em consideração esforços e programas governamentais voltados à sustentabilidade, os quais buscam regular essas novas relações produtivas e estimular o uso adequado do território. Nesse sentido, o desenvolvimento dos setores agrícola, industrial e energético, no Brasil, deve ser orientado no sentido da promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável.

A nova dinâmica comercial brasileira evidencia a reconfiguração da inserção internacional do país, resultados de esforços de diversificação de parcerias. Além disso, a ascensão dos países emergentes, em especial da China, estimulou formação de novos fluxos comerciais. Na última década, a China assumiu a posição de maior parceiro comercial do Brasil. Essa nova condição consagra o êxito dos esforços de diversificação promovidos pelo Brasil nas últimas décadas; apresenta, entretanto, novos desafios. O principal desses desafios é o risco de reprimarização da pauta exportadora brasileira. De fato, o comércio com a China revela-se profundamente concentrado em quatro tipos de produto (soja, minério de ferro, petróleo e pasta de madeira/celulose). Essa concentração é deletéria para o Brasil, porquanto promove pressões para expansão da produção desses bens no país. Tais bens estão intimamente ligados a questões de gestão do território brasileiro e a temas delicados de preservação ambiental.

A expansão territorial das frentes de cultura da soja envolve aspectos de preservação da biodiversidade. Após a expansão inicial para o estado do Paraná, o cultivo da soja expandiu-se sobremaneira para o Centro-Oeste, impulsionado pelas técnicas agrícolas de correção da acidez do solo do cerrado, desenvolvidas pelo Programa de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER) no âmbito da EMBRAPA. Hoje, as fronteiras de expansão incluem outros cultivos (algodão e milho) e alcançaram a região Norte e a área central da divisa entre Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia (MAPITOBA). As vertentes de expansão refuncionalizaram o território e podem comprometer a diversidade biológicas dos biomas Amazônico e do Cerrado. O bioma do Pantanal, embora ainda bastante preservado, é extremamente vulnerável a este avanço.

A ameaça à diversidade do Cerrado, da Amazônia e do Pantanal tem ensejado medidas por parte do governo brasileiro para dirimir riscos a esses biomas. O governo brasileiro implementou o Programa Amazônia Sustentável,

cujo objetivo é promover o uso sustentável e o manejo florestal correto de propriedades na região amazônica. O Fundo Amazônia, por sua vez, visa financiar projetos de capacitação em sustentabilidade para aquela região. Da mesma forma, o cerrado também é objeto de Programa de Preservação, sendo o bioma mais devastado pela atividade agrícola. A legislação brasileira estabelece limites mínimos de preservação da cobertura natural das propriedades.

Políticas para os setores industrial e energético também complementam o rol de medidas implementadas pela política ambiental brasileira. O Brasil possui legislação ambiental complexa e multifacetada; a necessidade de obtenção de licenças prévias para atividades industriais e de produção energética que provoquem impacto no meio ambiente é exemplo de norma que reitera o compromisso brasileiro com um desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento de novas tecnologias de obtenção de energia que sejam menos agressivas ao meio ambiente insere-se nesse compromisso. A maior parte da matriz elétrica brasileira é composta por fontes renováveis, como a hidroeletricidade; o país utiliza, nesse setor turbinas de "fio d'água", as quais exigem uma menor área de alagamento para geração de energia. As usinas construídas nos afluentes do Amazonas utilizam essa tecnologia e sua implantação foi precedida de estudos técnico/ambientais e consulta às populações.

Para além de esforços domésticos em prol do desenvolvimento agrícola, industrial e energético sustentável, o Brasil também participa dos principais regimes ambientais internacionais. A adesão a esses regimes proporciona repercussões imediatas na forma de gestão do território brasileiro. O regime ambiental referente à biodiversidade consagrou, pelo Protocolo de Nagoya, a necessidade de repartição equitativa dos benefícios auferidos com pesquisas biológicas. Para o Brasil, esse mecanismo fortalece uma solução sustentável para a "incógnita do Heartland" (Berta Becker); o estabelecimento de obrigações internacionais quanto ao compartilhamento permite ao país buscar soluções adequadas para gerir o espaço amazônico, uma alternativa à simples exploração predatória.

O Brasil também é parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudanças climáticas. Nesse regime, o Brasil comprometeu-se com metas de redução relativa de suas emissões. No caso brasileiro, o deflorestamento responde pela parte mais significativa das emissões de gases de efeito estufa (GEEs). A adoção de programas de preservação da cobertura florestal e de uso sustentável repercute de forma positiva na redução dessas emissões. O controle exercido sobre a atividade agrícola nas áreas de expansão já oferece resultados: nos últimos anos, o país tem registrado decréscimo no ritmo do desmatamento.

Os acordos internacionais e matéria ambiental firmados pelo Brasil proporcionam oportunidades ao país de encetar maiores esforços na gestão adequada de seu território; esses acordos prevêm não somente o estímulo a esses esforços, por vezes via financiamento direto, mas também a troca de expertises e o desenvolvimento de novas tecnologias. O Fundo Amazônia, por exemplo, recebe recursos tanto da Petrobras como do governo da Noruega. Para o Brasil, essa dinâmica revela-se fundamental, uma vez que a diversidade biológica revela-se ativo geoestratégico valioso. O setor agrícola não é o único afetado por essa dinâmica; a exploração de petróleo no poço de Urucu, na selva amazônica, vem sendo feita de forma sustentável pela Petrobras, o que pode ser entendido como exemplo de influência das responsabilidades ambientais no setor energético.

O Brasil precisa manter um equilíbrio delicado quanto à preservação da própria biodiversidade. As novas relações comerciais brasileiras estimulam demandas de “soft commodities”, como a soja, e de commodities energéticas, como o petróleo, que podem provocar impactos nocivos na biodiversidade. Nesse sentido, os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil servem para sustentar uma política de promoção da sustentabilidade, enquanto programas e legislações internas servem para promover a adequada gestão territorial. Não obstante, os desafios permanecem prementes, e o Brasil deve continuar os esforços em curso.

PIOR NOTA (15/30)

A geografia do comércio mundial tem passado por importante mudança atualmente. As trocas comerciais brasileiras ocorrem crescentemente com países emergentes e em desenvolvimento. Ao lado da mudança de origens e destinos comerciais, ocorre um aumento da venda de produtos primários pelo Brasil, sobretudo por causa da grande demanda chinesa. O aumento da produção de commodities no Brasil gera preocupações de cunho ambiental, relacionadas à rica biodiversidade do país. O desenvolvimento dos setores agrícola, industrial e energético é fonte dessa preocupação, mas deve-se ressaltar que o desenvolvimento econômico não é contraditório à proteção ambiental.

O aumento do comércio com a China, que compra, sobretudo, commodities brasileiras, preocupa ambientalistas. A soja, commodity mais comprada pela China, tem sido causa de desmatamento, ao empurrar a pecuária para novas terras. O arco do desmatamento já chega na Amazônia, levando ao risco de prejuízos para a biodiversidade desse bioma. Com o Plano de Combate ao Desmatamento na Amazônia, o desmatamento tem diminuído em ritmo constante, sendo importante incentivar o aumento da produtividade da soja e da pecuária, para que não ampliem suas áreas para aumentar a produção. A produção de minério de ferro, também muito comprado pela China, envolve preocupações em torno de Carajás, ainda que essa região da Amazônia já esteja mais desmatada. Já as exportações de petróleo apresentam riscos de vazamento e de prejuízo para a biodiversidade marítima, nas explorações na costa brasileira. Esses riscos podem, contudo, ser prevenidos com medidas de segurança nas atividades extrativas.

No que se refere às exportações de produtos industrializados, EUA e Argentina são destinos importantes. As preocupações com a biodiversidade nesse caso são menores, pois as indústrias são, em geral, instaladas em regiões já urbanizadas, mesmo no caso da desconcentração industrial que passa o Brasil – é a desconcentração na concentração, segundo Milton Santos. A preocupação ambiental refere-se mais à poluição. O estímulo a indústrias de alta tecnologia e a métodos de controle da poluição pode amainar esse problema.

Cabe observar, também, a relação entre o setor agrícola e industrial, representada na formação do complexo agroindustrial. O aumento da exportação de commodities para a China causa temores sobre a primarização da pauta comercial e a desindustrialização. Agregando valor à produção agrícola por meio de indústrias a montante, que ajudam a aumentar a produtividade, e a jusante, beneficiando o produto, é diminuído o risco ambiental de expansão da fronteira agrícola e são melhorados os índices de valor agregado das exportações. As cadeias de produção de suco de laranja no sudeste e de carne bovina e de aves no sul são exemplos disso. A

implantação do meio técnico-científico-informacional na figura do complexo agroindustrial demonstra, assim, compatibilidade entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

No que se refere ao setor energético no Brasil, observa-se que o país tem uma matriz energética limpa, sobretudo em relação a outros países industrializados. Enquanto o uso de fontes renováveis por países da OCDE é de cerca de 10%, no Brasil o uso está em torno de 50%. No caso da energia elétrica a porcentagem é ainda maior, principalmente pelo predomínio de hidrelétricas. O desenvolvimento econômico do país e o aumento de exportações de commodities para a China não mudará necessariamente o padrão energético limpo do Brasil. O transporte de commodities pode ser realizado adequadamente por hidrovias, ferrovias e dutos, planejados no Plano Nacional de Logística e Transportes e que são menos poluentes que o modal rodoviário. Ademais, a construção de eixos rodoviários é causa de desmatamento, pela ocupação de terras em volta das rodovias, o que não ocorre nos outros modais mencionados. O aumento da fluidez no território é, assim, compatível com a matriz energética limpa brasileira e com a conservação ambiental.

O Brasil é preocupado com o meio ambiente e com a sua diversidade biológica. Políticas internas e ações e compromissos internacionais demonstram essa lógica, que não é prejudicada por seu desenvolvimento econômico. No âmbito interno, instituições e políticas domésticas normatizam a conservação ambiental, como no caso do IBAMA, dos estudos e relatórios de impacto ambiental e dos planos de proteção para a Amazônia, o Cerrado, a Caatinga e o Pantanal. No caso da Amazônia, o Plano Amazônia Sustentável (PAS) é exemplar da compatibilidade entre desenvolvimento econômico e preocupação ambiental. Segundo lógica desenvolvida e defendida por Bertha Becker, o PAS incentiva a preservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos, a valorização de conhecimentos tradicionais e indústrias e atividades limpas, como o turismo sustentável. O estímulo à exportação de produtos sustentáveis oriundos da Amazônia pode ser inserido na estratégia comercial externa do país. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) regulamenta o uso de regiões delimitadas, determinando onde pode ou não ocorrer a produção das commodities demandadas pela China.

No que se refere a compromissos internacionais, o Brasil não tem metas obrigatórias de redução de emissões de gases de efeito estufa, mas se comprometeu a tê-las no acordo que substituirá o Protocolo de Quioto e apresentou metas voluntárias internas, pelo Plano Nacional de Mudanças Climáticas, sempre defendendo o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”. Quanto à biodiversidade, o Brasil, além de membro do Grupo dos Países Megadiversos assinou o Protocolo de Nagoya, embora ainda não o tenha ratificado.

Em face dos compromissos internos e externos do Brasil, nota-se que o país é comprometido com o meio ambiente e a biodiversidade. O

desenvolvimento econômico e as trocas comerciais não prejudicam essa preocupação ambiental, na lógica da defesa do desenvolvimento sustentável e seus três pilares – social, econômico e ambiental.

QUESTÃO 2

O caso da Ucrânia e de sua região da Crimeia é fato que reafirma a teoria de Sir Halford Mackinder (1904) como modelo para a análise das relações internacionais dos blocos de poder e entre os países. Em face dessa afirmação, analise, com base nos conceitos clássicos da geografia política, a atual geopolítica mundial, considerando as negociações diplomáticas entre os Estados Unidos da América (apoiados pela União Europeia), de um lado, e a Rússia, de outro.

Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 20 pontos]

Diego De Souza Araujo Campos (18/20)

O caso da anexação da Crimeia pela Rússia suscita a análise de elementos geopolíticos relacionados à disputa de poder entre potências. Esse caso resgata a necessidade de se recorrer a conceitos clássicos de geopolítica, principalmente aquele de Sir Halford Mackinder sobre a importância da Eurásia para o controle do mundo. Nesse contexto, convém discorrer sobre a polarização entre os Estados Unidos e a União Europeia (UE), de um lado, e a Rússia de outro no que concerne à questão da Crimeia e outras variáveis.

De acordo com o Mackinder, a potência que controlar a região da Eurásia, o que inclui a localização geográfica da Ucrânia e da Rússia, dominará o mundo. Nesse sentido, a anexação da República Autônoma da Crimeia pela Rússia ressalta a tentativa russa de influenciar a geopolítica mundial com base em dois fatores principais: a energia e o poderio bélico. No que se refere à energia, a Rússia implementa a diplomacia dos hidrocarbonetos como mecanismo de pressão sobre vizinhos e sobre a UE. A Rússia detém reservas gigantescas de hidrocarbonetos, sendo o maior exportador de gás mundial. Por meio de suas estatais, como a Gazprom, a Rússia tem gasodutos que ligam o país a mercados distantes, como o europeu, e que passam por países como a Ucrânia, uma vez que o gasoduto *Nord Stream* ainda não está em pleno funcionamento. Ademais, a Gazprom já explora petróleo nas águas do Ártico, uma das últimas fronteiras mundiais e que serve de ponto de passagem marítima para navios que ligam a Europa à Ásia.

A Rússia, herdeira da ex-União Soviética, reconhece que a influência de dissuasão de poder sobre vizinhos, como a Ucrânia, passa pela avançada indústria bélica do país, como ilustram os caças SUKOI-35, e pelo poderio das Forças Armadas russas, que têm no porto de Sebastopol, na Crimeia, área estratégica para o domínio do mar Negro, ponto de contato entre o mar Morto e a bacia do Mediterrâneo. Sendo assim, a Rússia almeja controlar não apenas o centro da chamada Eurásia, que tinha em tempos distantes a presença do Império Otomano, mas o acesso marítimo à região – o que se coaduna com as

ideias do almirante Haushofer sobre o domínio dos mares e o poderio hegemônico.

Por outro lado, os Estados Unidos, apoiados pela UE, tentam conter o expansionismo russo. Nesse sentido, a UE negocia com a Ucrânia a adesão ao bloco, que já tem membros como os Estados Bálticos, ex-satélites soviéticos. Ademais, os norte-americanos e os europeus tentam trazer, cada vez mais, os ex-países comunistas para a área de influência ocidental por meio da adesão à OTAN, que negociava a adesão ucraniana. A ação de contenção norte-americana, no entanto, avança para o Oriente Médio, em que o conflito sírio prova a necessidade de negociação dos Estados Unidos e da Rússia. Estes negociaram o fim das armas químicas sírias e a adesão síria à OPAQ. Ambas as potências têm interesses na região, seja pelo petróleo, seja pela localização geográfica, propícia para a base naval russa ali presente e para a segurança de Israel, maior aliado norte-americano no Oriente Médio.

Outra questão pertinente ao contexto é o “pivot” dos Estados Unidos para a Ásia. O governo Obama entende que essa política estratégica de influência depende de negociações com os russos e com os chineses. Por isso, os Estados Unidos negociaram um novo Acordo de Redução de Armas Estratégicas (START) com a Rússia e hesita em aplicar sanções severas contra o país pela anexação da Crimeia. Tanto os Estados Unidos quanto a Rússia sabem que a dissuasão nuclear de ambos impede uma guerra bilateral em termos convencionais, mas não ações estratégicas como o veto no Conselho de Segurança da ONU quando necessário. A influência sobre a Eurásia passa pela concertação entre essas duas potências.

A situação da Crimeia reafirma as ideias de Mackinder, em cenário de disputas geopolíticas de poder entre os EUA e a Rússia. Essas disputas são heranças da Guerra Fria e obedecem à lógica da influência dissuasória para controlar regiões. A atual geopolítica mundial, nesse sentido, decorre da rivalidade entre norte-americanos e russos e da emergência de novos atores.

Ana Maria Garrido Alvarim (16/20)

O conflito em torno da Crimeia envolve motivações de toda sorte, entre elas, razões geopolíticas e geoeconômicas. O apoio americano e da União Europeia à Ucrânia envolve considerações estratégicas que advêm desde pelo menos o século XIX. Dessa maneira, o conhecimento da história e da geopolítica tradicional ajuda políticos e acadêmicos a compreenderem as negociações internacionais para a resolução do caso da anexação da Crimeia pela Rússia.

De acordo com sir Halford Mackinder, no início do século XX, a massa territorial eurasiana, que atualmente corresponde ao território russo e áreas adjacentes, corresponderia ao Heartland geográfico. Essa região, o pivô geográfico, seria de difícil alcance por mar, devido aos mares gelados do Norte e ao Inner Crescent, área de terra firme que circunda o Heartland. Para Mackinder, quem controlasse essa região teria a capacidade de controlar o inner crescent e, posteriormente, o mundo. Apesar de essa teoria poder ser relativizada atualmente, ela tem, ainda, grande poder explicativo para o conflito da Crimeia.

A região da Crimeia foi doada pelos russos à Ucrânia em 1954, no contexto da desestalinização. Entretanto, havia a condição de manutenção das tropas e marinhas russas em bases navais de Sevastopol, no Mar Negro. Esse mar tem importância estratégica para a Rússia, visto que lhe permite alcançar as águas quentes do Mediterrâneo, localizado no inner crescent. A busca russa por uma saída para mares quentes e a temeridade britânica dessa expansão russa ocasionou o surgimento dos topônimos Baleia, para a Grã-Bretanha, e Urso, para o Império Russo. A Guerra da Crimeia (1854), território que fazia parte do combalido Império Otomano, demonstra que a estratégia geopolítica russa pouco se alterou, apesar das mudanças de regime político. Isso deve-se a características geopolíticas permanentes, como a importância do controle do inner crescent, a fim de proteger o Heartland.

No atual conflito envolvendo a Crimeia, os Estados Unidos e a União Europeia, especialmente o Reino Unido, temem que a Rússia continue expandindo-se em direção ao Inner Crescent. Os conflitos na Geórgia, com a separação da Ossétia do Sul, envolvem as mesmas considerações geopolíticas. Entretanto, a Ucrânia é vizinha de países da União Europeia, e uma expansão russa para o Ocidente é temida. Acredita-se que a Rússia possa expandir-se para a Polônia, país com o qual definiu fronteiras há poucas décadas, e para a Transnístria, região separatista de maioria russa na Moldávia.

Nesse sentido, a posição dura dos Estados Unidos e da União Europeia nas negociações diplomáticas com a Rússia é embasada em eventos históricos prévios e na teoria geopolítica clássica. Os países ocidentais visam a evitar a

continuação da expansão russa em direção ao Inner Crescent e aos mares quentes, a fim de evitar a dominação russa dessa região, vital para a segurança e para os interesses estratégicos dos países europeus e dos Estados Unidos, o qual mantêm bases navais em diversos pontos do inner crescent. O teórico geopolítico Nicholas Spikman afirmou que o domínio da região que bordeia o Heartland, a qual chamou de Rimland, seria vital para os interesses americanos e europeus na configuração geopolítica mundial.

A Crimeia representa importante *hotspot* geopolítico devido a sua localização geográfica. O teórico Robert Kaplan considera o conflito nessa localidade como uma "vingança da geografia" em termos nos quais os aspectos territoriais são marginalizados nas análises de acadêmicos e nas estratégias de segurança das potências ocidentais. O conflito envolvendo a Rússia e a Ucrânia significa, por sua vez, que as considerações geopolíticas clássicas não são inválidas atualmente.

Victor Toniolo (14/20)

A atual crise da Criméia não surpreende o geógrafo político. O valor geopolítico da região fez que ela fosse razão de disputas desde tempos imemoriais. Apos o Império Mongol dar lugar ao Império Otomano, sua posse foi contestada pelo Império Russo, que deflagrou o conflito mais sangrento do século XIX na tentativa de dominar a Táurida. As vicissitudes decorrentes da Operação Barbarossa, já na Segunda Guerra Mundial, asseguraram o domínio soviético da região, que dada sua importância e peculiaridade assumiu status especial sob o governo de Nikita Kruschev. A atual contestação do "status quo" geopolítico pode ser explicada por três teorias geopolíticas, que elucidam as ações da Federação Russa e dos EUA.

"Quem dominar o leste europeu domina o heartland; quem dominar o heartland, domina a ilha mundial; quem dominar a ilha mundial, domina o mundo". A afirmação de Mackinder sintetiza seu pensamento geopolítico. Ele considerava que havia uma porção de terra no centro da Eurásia cujos recursos naturais, fertilidade e posição naturalmente defensável fazem dela o maior recurso de poder do planeta. A Criméia encontra-se diretamente vinculada ao heartland, compartilhando sua importância geopolítica. Assim, a disputa por essa península sempre se relaciona a uma dimensão maior que ela. Enquanto a Rússia tem posses no heartland, os EUA encontram-se no crescente insular externo. Desse maneira, não interessa ao segundo o aumento de posses na ilha mundial por parte da primeira.

Mahan centrou-se na importância do poder marítimo. A metáfora do urso e da baleia ilustra a oposição entre Rússia e EUA. Enquanto um está presente em grande porção da Eurásia, o outro deve estar presente nos mares. A Criméia é a ponte de acesso da Rússia a mares quentes, e sua importância é confirmada pela magnitude da Base Naval de Sebastopol, sede da frota russo do Mar Negro. Conforme Mahan, pode-se dizer que Criméia seria incremento da presença do urso nos mares, o que confronta os EUA. A teoria do Rimland de Spykman, corrobora a tese de Mahan, na medida em que valoriza a posse dos apêndices da ilha mundial.

Brzezinski, como era próprio ao período da Guerra Fria, definiu áreas de influência. Para o autor, as disputas entre as potencias não se davam de maneira direta, mas, sim, por meio dos territórios nas áreas de influência. A Criméia, bem como a Ucrânia, pertenciam à URSS. Com a fragmentação desta, antigos territórios conquistaram a independência, mas ainda assim são considerados área de influência russa, tanto pela OTAN quanto por Moscou. Por essa razão, muitos consideram que a atual crise não é senão uma reedição das tensões da Guerra Fria.

As diferentes teorias apontam para a obviedade do conflito na Criméia. Cumpre compreender que, apos o fim da URSS, o governo de Yeltsin desestruturou o país. Vladmir Putin, ainda que de modo discutível, estabilizou a economia e a política, de modo a poder retomar a atividade externa. Não

parece ser, no entanto, que Putin retome por inteiro a geopolítica clássica. Mais que a oposição delineada por Mackinder e Mahan, ele parece valorizar as idéias de Spykman e Brzezinski, na medida em que valoriza a Criméia como acesso ao Mediterrâneo — logo ao Atlântico e ao Índico — e, sobretudo, visa a retomar a zona de influência perdida para o trinômio OTAN – UE – EUA.

A Federação Russa não mais pode pretender-se como potencia mundial. No entanto, sua economia e poder militar remanescente permite que ela queria se afirmar como potencia regional. As teorias geopolíticas clássicas dão subsídio a essa visão russas, especialmente de Putin. Esse entendimento parece ter suscitado, tanto pela Rússia quanto pelos EUA, a opção pela negociação. Mais que reedição da Guerra Fria, o caso da Criméia se encaixa na atual redistribuição de poder. A herança imperial e soviética faz que a Rússia demande maior poder e reconhecimento de seu status. Muito mais que a posse da Criméia encontra-se em jogo no tabuleiro geopolítico.

PIOR NOTA (8/20)

O brasilianista Kenneth Maxwell, em recente artigo publicado no jornal Folha de S.Paulo, relacionou, de maneira interessante, as tensões atuais na Crimeia com a famosa guerra ocorrida nos anos 1850, dramático enfrentamento que envolveu Rússia, Império Otomano, Reino Unido, França e outras potências menores. Nesse sentido, é proveitoso lançar mão da velha teoria do heartland proposta por Sir Halford Mackinder, em 1904, como modelo analítico das relações internacionais de poder. A história, bem como a geografia e a geopolítica, ensina e contribui para o entendimento do quadro que envolve atores como Estados Unidos, União Europeia e Rússia.

Mackinder definiu o heartland como uma ampla região eurasiana, estratégica pela posição no globo e pelos recursos naturais. Para esse autor, quem dominasse o heartland disporia de enorme poder mundial. A teoria ecoava as disputas de poder entre os impérios britânico e russo nas franjas desse território (a Índia era a joia da Coroa Britânica, o Japão aparecia como possível estabilizador do expansionismo russo na região asiática, o Afeganistão sobressaía como tampão entre os impérios). A tensão diminuiu com a entente anglo-russa criada para conter a Alemanha (ela própria a enxergar no heartland um prolongamento de seu espaço vital), mas o conceito de Mackinder prevaleceu como útil. Ele próprio o revisou parcialmente, já que o desenvolvimento da indústria aeronáutica minorava relativamente a importância da contiguidade territorial implicada no heartland. A geógrafa Bertha Becker o retrabalhou de maneira proveitosa, chamando a atenção para a existência de “novos heartlands” (Amazônia, “Amazônia Azul”, Ártico). É com base nesse aggiornamento conceitual que se pode lançar mão da ideia de heartland no exame da questão da Ucrânia e da Crimeia.

Após o caos econômico dos anos 1990, a Rússia tem ressurgido como uma assertiva potência emergente. Suas impressionantes quantidades de gás e de petróleo em bacias sedimentares tanto nas proximidades da Europa quanto da China corroboram a ideia de centralidade do heartland em termos de recursos naturais. Os hidrocarbonetos alimentam a economia russa e geram excedentes exportáveis, possibilitando uma política de poder capitaneada por Putin, que tenta reviver a influência do Império soviético em países como o Cazaquistão, também cortejados pelo Ocidente. O gás russo flui por dutos que passam pela Ucrânia e, mais recentemente, a contornam pelo norte (projeta-se, ainda, um gasoduto no sul). Nesse sentido, três atores se tornam umbilicalmente ligados: a Rússia precisa exportar hidrocarbonetos para a União Europeia (e flerta com a possibilidade de atender a China com as reservas siberianas); a Europa precisa dos hidrocarbonetos da Rússia (e se vê ansiosa pela possibilidade de diversificar o fornecimento via Noruega e o xisto que flui dos Estados Unidos); a Ucrânia aufere ganhos econômicos como rota de passagem do gás russo e ela própria depende do fornecimento barato do produto (que vinha sendo oferecido por Putin) para equilibrar suas frágeis

contas nacionais. Ainda que a Rússia busque rotas não ucranianas para o gás, hoje o subsolo ucraniano por onde transita o produto é central, constitui um heartland.

Em termos geopolíticos, a questão dramatiza-se por conta da variável da política doméstica da Ucrânia. Importantes segmentos da sociedade ucraniana defendiam a aproximação com a União Europeia, o que desagradava à Rússia, que acenava com o fim da relação especial do gás. Protestos internos depuseram o governo pró-russo e agitaram regiões em que a presença de russos étnicos era relevante, como a Crimeia, que, aliás, fora incorporada à Ucrânia por decisão de Kruschev, em tempos de irmandade soviética. Nesse sentido, a presença dos Estados Unidos, potência única em termos militares, atua de maneira complexa. Interessa ao país a estabilidade do fornecimento de gás russo para a União Europeia (ainda que haja possibilidade de competir por esse mercado com os russos), interessa-lhe a integridade territorial ucraniana (a anexação russa da Crimeia desestabiliza as proximidades do arco da OTAN expandida) e interessa-lhe conter a projeção de poder de Vladimir Putin sobre a antiga vizinhança soviética. As negociações têm sido tensas e algo imprevisíveis, já que ressentimentos de parte a parte se têm manifestado em choques entre grupos pró-Rússia e pró-Ucrânia na região leste. Ódios nacionalistas são sempre um preocupante combustível para as guerras.

O conceito de heartland proposto por Mackinder, desde que atualizado, serve para analisar a geopolítica atual. A região das tensões presentes remete a uma porção do território definido em 1904, há disputa envolvendo o trânsito e o fornecimento de recursos naturais e existe o engajamento de importantes potências na questão. Reler Mackinder com olhos contemporâneos é, pois, um exercício produtivo. Malgrado as muitas diferenças e peculiaridades, a região de contato entre a Europa e a Ásia ainda parece um tabuleiro para um novo Grande Jogo.

POLÍTICA INTERNACIONAL

QUESTÃO 3

Em razão de fatores como a disseminação da democracia, a globalização e os avanços nas tecnologias de informação e comunicação, assistiu-se, nas últimas décadas, à afirmação da importância dos atores não-estatais nas relações internacionais. Esse fenômeno tem reclamado das chancelarias nacionais atenção crescente à diplomacia pública, tanto na esfera multilateral quanto no plano das relações bilaterais, como complemento à diplomacia intergovernamental.

Identifique os princípios que devem fundamentar a diplomacia pública brasileira e sugira meios para seu aprimoramento continuado.

Extensão máxima: 90 linhas
[valor: 30 pontos]

Clarissa De Souza Carvalho (22/30)

Em sintonia com as transformações recentes da sociedade internacional globalizada, e ao mesmo tempo antecipando-se a elas, a política externa brasileira tem valorizado a diplomacia pública como ferramenta indispensável à legitimidade da ação do Brasil no mundo. Se a multipolaridade e o multilateralismo ampliam as oportunidades disponíveis aos países em desenvolvimento, a busca de democracia, desenvolvimento e direitos humanos fortalecem a contribuição da democracia brasileira às relações internacionais. Para se compreender o papel da diplomacia pública nesse processo, deve-se identificar os princípios que a fundamentam e os possíveis meios para aprimorá-la continuamente.

O compromisso com a democracia é o primeiro princípio a informar a diplomacia pública nacional. Esse comprometimento significa que o Brasil compreende a política externa como política pública, para a qual a participação do cidadão é essencial. O planejamento em política externa, para atender aos interesses da sociedade brasileira como um todo, no rumo do seu desenvolvimento sustentável e inclusivo, deve contar com a participação ativa de outras esferas do governo, do setor privado e da sociedade civil. Essa foi a tônica dos diálogos de política externa, promovidos pelo Itamaraty, no primeiro quadrimestre de 2014. As discussões democráticas daí decorrentes subsidiarão a produção do Livro Branco da Política Externa Brasileira, no qual constarão os princípios que tradicionalmente informam a diplomacia nacional,

bem como visões estratégicas para a inserção internacional contemporânea do país.

Corolário do princípio democrático é a busca de transparência na fundamentação da diplomacia pública. A transparência é simultaneamente princípio e meio de fortalecimento da diplomacia pública, porquanto favorece a governança democrática, já que todos os atores têm acesso à informação. Em consonância com esforços do Estado brasileiro como a Lei de Acesso à Informação, o Itamaraty criou o portal Diplomacia Pública, disponibilizou ao cidadão acesso amplo a informações relativas à gestão do Ministério, e ampliou os contatos transparentes com a sociedade civil via canal do "Youtube", página do "Facebook" e perfil no "Twiter". Vale lembrar que consoante pesquisa do "Twiplomacy", o perfil do MRE nesta rede social está entre as páginas de relações internacionais mais visitadas do "Twiter".

A terceira gama de princípios a orientar a diplomacia pública brasileira refere-se ao tema dos direitos humanos. Para além do compromisso constitucional brasileiro com a prevalência dos direitos humanos (inciso II do artigo 4º da Constituição de 1988), o Itamaraty tem buscado a transversalidade desse princípio, ou seja, valorizá-lo como componente indispensável às diversas áreas abrangidas pela diplomacia pública. Vez que esta depende atualmente dos recursos da Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), o Brasil defende a governança multissetorial, democrática, transparente e inclusiva da Internet. Conforme afirma a Presidenta Dilma Rousseff, os direitos do cidadão no âmbito "on-line" devem seguir as garantias já asseguradas na esfera "off-line". Para que a diplomacia pública atenda aos interesses do desenvolvimento da sociedade brasileira, os direitos humanos, e em particular o direito à privacidade na era digital, devem ser respeitados.

Complementam os princípios da diplomacia pública os meios necessários para seu aprimoramento. Na sociedade globalizada, onde os atores não-estatais buscam informar-se não apenas da diplomacia de seus países, mas também de países parceiros, a diplomacia pública deve levar em conta que seu público não é apenas o nacional, falante de português e plenamente informado em relação à cultura brasileira. Nesse sentido, o fomento a publicações bilíngues, impressas e digitais, tem sido buscado pelo Itamaraty, em parcerias entre a FUNAG e países e blocos parceiros. Assim foi o lançamento de obras específicas sobre o BRICS, que reuniram dados referentes a sociedade, economia, política e cultura dos cinco países, entre outras iniciativas semelhantes.

O fortalecimento das capacidades brasileiras no ramo da TIC é outro meio indispensável ao aprimoramento da diplomacia pública. Conforme aponta o Ministro da Defesa Celso Amorim, a política externa e a política de defesa se complementam na grande estratégia de inserção internacional do Brasil. Nesse sentido, o Brasil deve valorizar o desenvolvimento de tecnologias informacionais próprias, não apenas como ferramenta para evitar ameaças cibernéticas à soberania, mas para garantir a integridade dos canais digitais,

tão indispensáveis à execução da diplomacia pública. Cooperação com parceiros externos que garantam transferência de tecnologia é possível, como é o caso da parceria entre Brasil e França no ramo da computação petaflópica.

A ênfase em mecanismos multissetoriais também é meio necessário para a consolidação da diplomacia pública. Seguindo modelo de iniciativas que já ocorrem no âmbito do MERCOSUL, como as reuniões especializadas da agricultura familiar, o Itamaraty tem cogitado a possibilidade de criar conselho consultivo de política externa, do qual participariam representantes da sociedade civil e do setor privado, bem como de outras instâncias governamentais. A proposta não foi fechada ainda, e deve levar em conta os princípios que regem a política externa brasileira tanto como política pública quanto como política de Estado.

O aprimoramento continuado da diplomacia pública brasileira é essencial para a legitimidade da política externa nacional. Assim como o Brasil valoriza e contribui para o multilateralismo no plano internacional, de forma a construir a multipolaridade da cooperação, o diálogo permanente, inclusivo, transparente e democrático com a sociedade civil é fundamental. Pode-se afirmar que essa capacidade do Itamaraty de promover a coerência entre as políticas domésticas e externa corresponde a novo recurso de poder a serviço do Brasil nas relações internacionais. País que consegue atender aos interesses de seu povo, rumo ao desenvolvimento, tem mais legitimidade e potencial ao relacionar-se com os demais parceiros no mundo.

Helena Hoppen Melchionna (20/30)

A ascensão da democracia fez com que o Brasil passasse por grandes mudanças na sua política externa, ajustando sua postura internacional para que essa fosse compatível com as demandas provenientes da cidadania. Passando pela "renovação de credenciais" e pela "autonomia pela participação", termos de Gelson Fonseca Júnior, a política externa brasileira tem buscado adaptar-se para corresponder às demandas dos cidadãos brasileiros em âmbito multilateral e bilateral. Nesse sentido, a diplomacia pública brasileira deve fundamentar-se nos princípios de cooperação com a sociedade civil, de promoção de relações interpessoais entre as nações e de supressão do déficit democrático em todas as instâncias.

O Ministério das Relações Exteriores tem buscado fortalecer os laços com a sociedade civil, de forma a trazê-la para o debate de política externa, promovendo a cooperação com diversos setores da sociedade. Nesse sentido, destacam-se os esforços para a consecução de uma estratégia de política externa desenvolvida pelo governo em conjunto com a sociedade civil, que será lançada como um Livro Branco de Política Externa. Isso demonstra o interesse da diplomacia brasileira em superar o monopólio estatal na elaboração de política externa, que prevaleceu durante a ditadura militar, abrindo-se às demandas do povo brasileiro.

Esse princípio da cooperação com a sociedade civil deve servir de base para a diplomacia pública brasileira tanto no âmbito regional como no âmbito multilateral. Nesse sentido, cabe ressaltar que o Brasil incentivou a criação das Cúpulas Sociais do Mercosul, realizadas anualmente desde 2006, acreditando ser esse um mecanismo fundamental para fortalecer o processo integrador do bloco. Da mesma forma, o Brasil também defende a criação do Fórum de Participação Cidadã da União das Nações Sul Americanas (UNASUL), cujas diretrizes básicas foram definidas na Cúpula de Paramaribo, em 2013. Em âmbito multilateral, a política externa brasileira também tem buscado encorajar a participação de ONGs, da comunidade científica e de outros grupos. Ressalta-se, nesse sentido, a participação da sociedade civil nos fóruns paralelos à Rio+20, fundamental para fortalecer as demandas pelo desenvolvimento sustentável. Dessa forma, percebe-se que o Brasil reconhece a importância de cooperar com a sociedade civil, como princípio de sua diplomacia pública, para fortalecer projetos regionais e multilaterais que interessem ao país.

Outro princípio fundamental para a diplomacia pública brasileira deve ser a promoção das relações interpessoais no âmbito de suas iniciativas bilaterais e multilaterais, de forma a fortalecer o laço de solidariedade entre Estados e entre povos. Destaca-se, no âmbito bilateral, a importância do Conselho Empresarial Brasil-China, criado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva quando de sua visita a Pequim, em 2004, para a promoção dos investimentos mútuos. Isso permitiu o estabelecimento de uma gama de parcerias bem

sucedidas, favorecendo o aumento dos investimentos chineses no Brasil e o processo de internacionalização de empresas brasileiras como a EMBRAER, a Vale do Rio Doce e a Gerdau.

Esse princípio da promoção das relações interpessoais também vem tendo bons resultados no âmbito multilateral, favorecendo a diversificação de parcerias, a lógica Sul-Sul e a universalização da política externa brasileira. Vale ressaltar, nesse sentido, a criação da BibliASPA em São Paulo, estabelecida no âmbito das Cúpulas América do Sul-Países Árabes. Essa tem sido uma instituição importante para superar o desconhecimento mútuo entre as duas regiões, promovendo grande aproximação, a qual já tem-se traduzido em ganhos comerciais, uma vez que, apesar da crise na Síria, o comércio com a região tem crescido. De forma semelhante, cabe ressaltar a importância dos foros acadêmicos promovidos no âmbito do IBAS, os quais têm permitido ampliar os laços interpessoais entre a sociedade civil brasileira e a indiana e sul-africana. Isso permite fortalecer o relacionamento trilateral, legitimando as demandas do grupo por uma ordem internacional mais justa e representativa, contribuindo para a multipolaridade.

A supressão dos déficits democráticos nas instâncias regionais é outro princípio basilar da diplomacia pública brasileira, por reforçar a legitimidade dos processos integradores. Ressalta-se, sobretudo, os avanços feitos no âmbito do Mercosul, com o estabelecimento do Parlasul, em 2005, por iniciativa brasileira. A proposta do Parlasul é integrar os cidadãos dos cinco países membros no processo de aproximação, permitindo que as demandas desses sejam representadas. Esse instituto será reforçado com as eleições diretas para o organismo, que irão ocorrer até 2020. Além do Parlasul, o déficit democrático também vem sendo superado por meio da ampliação da agenda do bloco, a qual tem ganhado crescente dimensão social. Iniciativas como a criação do Instituto Social do Mercosul, a criação do Instituto de Polítias Públicas sobre Direitos Humanos e o estabelecimento de uma Comissão Brasileira por um Mercosul social e participativo demonstram a crescente relevância do princípio de superação do déficit democrático para a diplomacia pública brasileira.

Esses princípios condizem com a política interna brasileira e com a estratégia de inserção externa do país. Um Brasil democrático, que busca o desenvolvimento socioeconômico no plano interno e externo, não pode prescindir de uma diplomacia pública que corresponda aos anseios de sua população. Daí a necessidade de buscar suprimir o déficit democrático e de buscar a cooperação com a sociedade civil. Um Brasil universalista, que pauta suas relações internacionais pela lógica da diversificação de parcerias e da cooperação Sul-Sul e pela busca de uma ordem multipolar mais justa e representativa não pode, igualmente, descuidar-se desses princípios de diplomacia pública, sobretudo do princípio de promoção das relações interpessoais, fundamental para o fomento de investimento e comércio. A importância de a política externa brasileira adequar-se aos anseios de outros

atores, como ONGs, indivíduos e empresas, comprova-se pelos debates recentes acerca do Livro Branco da diplomacia. Demonstra-se, nesse sentido, a coerência da atuação externa brasileira com a diplomacia pública.

Flávio Beicker (20/30)

Na condição de política pública, a diplomacia se legitima e se aprimora ao buscar a sintonia com os interesses e aspirações da sociedade à qual serve. Iniciativas como os Diálogos de Política Externa, a criação de um Livro Branco da Diplomacia Brasileira e a busca por transparência e divulgação de políticas e programas por meio de eventos e das mídias sociais orientam o Itamaraty na busca por uma diplomacia pública, visando à promoção dos valores e à persecução de interesses da sociedade brasileira no mundo contemporâneo. Porquanto a transparência seja um valor intrínseco à diplomacia pública, é por meio dela que o Brasil tem buscado definir os princípios que orientam sua atuação externa, como as ideias de não intervenção e, seu outro espectro, a de não indiferença; a defesa da paz e de soluções pacíficas de controvérsias internacionais; e, por fim, o desenvolvimento e a promoção dos direitos humanos. A diplomacia brasileira tem buscado atingir esses objetivos por meio do reforço ao multilateralismo nos fóruns de governança mundial, bem como mediante a diversificação de parcerias, sem prevenções e preconceitos. Nesse contexto, o aprimoramento da diplomacia brasileira dar-se-á mediante a contínua ampliação dos canais de diálogo entre aqueles que a elaboram e os demais atores não-estatais, seja no âmbito multilateral, seja no das relações bilaterais.

A política externa brasileira atual pauta-se pela defesa do multilateralismo como meio legítimo de governança internacional. Para o Brasil, a democratização de foros não deve ocorrer apenas de maneira horizontal, incorporando mais Estados à discussão de temas da agenda internacional, mas também deve ocorrer em sentido vertical, na medida em que passe a assimilar a perspectiva também de atores não-estatais. Essa concepção ampla de multilateralismo, não somente multidimensional, mas também multissetorial, é defendida pelo Brasil em diversos âmbitos. No caso dos avanços no campo das tecnologias da informação e comunicação, o país tem advogado por uma governança plural e inclusiva da internet, com a incorporação de atores não-estatais, na linha do que vinha sendo definido nas Cúpulas de Genebra e Túnis da Sociedade da Informação e nas discussões atualmente em curso na União Internacional de Telecomunicações, no Fórum de Governança da Internet e na Netmundial, realizada recentemente em São Paulo. Em todos esses foros, o Brasil reforça a diplomacia pública, ao defender uma governança multissetorial para a internet, de modo a assegurar a neutralidade da rede e seu pluralismo.

No âmbito da segurança, a diplomacia pública defendida pelo Brasil leva em consideração o peso dos atores não-estatais na projeção de uma paz duradoura e em bases sustentáveis. Nesse sentido, nos contextos plurilateral e multilateral, a diplomacia brasileira defendeu a incorporação de amplos setores sociais envolvidos na chamada Primavera Árabe, com o propósito de favorecer o diálogo e o entendimento, únicos meios para cessar a violência e as hostilidades. No caso da Síria, por exemplo, essa defesa ocorreu no plano

trilateral, por meio da Comissão de Representantes do IBAS (2011) para aproximar governo e setores da oposição. No plano regional, o diálogo e a concertação entre governo e agentes não-estatais também foram promovidos pelo Brasil na Comissão de Chanceleres da Unasul para acompanhar a situação na Venezuela, com o consentimento de Caracas. Cumpre notar, ainda, que a diplomacia pública brasileira tem buscado a mediação de conflitos que podem opor governo e população locais a atores não-estatais brasileiros, a exemplo de divergências ocorridas em Moçambique, no contexto da exploração da mina de Moatize.

A diplomacia pública brasileira ainda se volta para a busca de promoção responsável dos interesses de atores não-estatais nos âmbitos comercial e financeiro. No plano plurilateral, isso tem-se desenvolvido de maneira concertada com outros países, a exemplo do Fórum de Empresários dos BRICS, realizado na África do Sul em 2013. De modo semelhante, pode-se citar o exemplo do programa "Mais Alimentos África", que disponibiliza recursos do BNDES para o aprimoramento tecnológico de países africanos, mediante a aquisição de produtos (insumos e maquinários) de empresas brasileiras. Como se percebe, a promoção de interesses de atores não-estatais é eixo pragmático que se alinha com princípios mais idealistas da política externa brasileira, como a promoção do desenvolvimento no sul geopolítico.

No âmbito regional, a diplomacia pública é orientada pelo princípio da integração multidimensional. Nesse sentido, o Brasil liderou a criação de Fórum de Empresários do Mercosul, durante sua presidência *pro tempore*, no ano de 2012. Nesse âmbito, também se situam iniciativas como o Fundo PYMES, para garantia financeira de pequenas e médias empresas, bem como o Mecanismo de Fortalecimento Produtivo do Mercosul. A diplomacia pública também é exercida nas Cúpulas Sociais do bloco, por meio das quais atores não-estatais contribuem para a elaboração do Plano Estratégico de Ação Social (PEAS), coordenado pela Comissão de Ministros de Assuntos Sociais de cada país (CCMAS).

A diplomacia pública brasileira, nesse sentido, deve-se orientar pelos princípios da inclusão de uma pluralidade de atores, seja na concepção das iniciativas de política externa, seja na definição de agendas e prioridades no relacionamento bilateral e multilateral do país. Isso tem ocorrido mais recentemente por meio da ampliação da transparência do Ministério das Relações Exteriores, inclusive no marco da Lei de Acesso à Informação, de 2011, bem como por meio dos Diálogos de Política Externa, que, a exemplo do modelo adotado nos Diálogos sobre Desenvolvimento Sustentável durante a Rio+20, incorporaram atores não-estatais na discussão da política externa em temas variados como imigração, meio ambiente, direitos humanos e comércio exterior.

O conceito de democracia participativa, aplicado a sociedades democráticas com alto grau de diversificação de atores e de interesses, também se estende à política externa. Nesse sentido, o aprimoramento

contínuo da diplomacia pública brasileira pressupõe a manutenção de canais abertos entre Itamaraty e setores da sociedade interessados em assuntos específicos, compromisso que foi assumido pelo Chanceler Luiz Alberto Figueiredo Machado no discurso de encerramento dos Diálogos de Política Externa, recebido com entusiasmo pela sociedade brasileira. Pode-se sugerir, nesse caso, a reedição periódica de eventos semelhantes, ou mesmo a reprodução, em outros níveis, da exitosa experiência consular da Comunidade de Brasileiros no Exterior, que promove rede de apoio aos brasileiros residentes no exterior, serviço que é aprimorado por intermédio de reuniões periódicas de subcomitês regionais, com composição diversificada, combinando agentes públicos e atores não-estatais.

PIOR NOTA (12/30)

Os princípios que orientam o Brasil em suas relações internacionais estão elencados no art. IV da Constituição Federal. Eles podem ser entendidos como a maneira que o país vê tanto o sistema internacional quando sua inserção na comunidade global. O elenco do art. IV da Carta Magna, no entanto, não pode ser considerado exaustivo ou estático, nomeadamente em contexto mundial em transformação, a qual suscita redistribuição de poder. O “aggiornamento” é característico de diplomacias eficientes, que atualizam seus princípios e, sobremaneira, os meios para alcançá-los. Os Diálogos sobre Política Externa corresponderam a esforço com esse objetivo, e o Livro Branco irá apresentar consolidação de princípios, proposição de diretrizes e adoção de meios para alcançá-los. Das discussões dos 14 painéis realizados, pode-se destacar quatro princípios da política externa brasileira: desenvolvimento, integração, reforma da governança global e defesa de temas sensíveis.

O Emb. Figueiredo Machado tem insistido em seus discurso que a política externa não pode ser compreendida senão como instrumento para o desenvolvimento nacional. O Brasil tem alcançado resultados significativos nessa matéria, destacadamente na erradicação da pobreza e na distribuição de renda. O país encontra-se em momento privilegiado para o desenvolvimento, dado um conjunto de fatores: ascensão da China, estabilidade macroeconômica e bônus demográfico nacional. O Itamaraty tem atuado de maneira a sustentar o desenvolvimento, com destaque para iniciativas multilaterais — negociações na OMC, estrutura financeira dos BRICS e discussões no G-20 Financeiro —, bem como regionais — avanços nos acordos do Mercosul e projetos de infra-estrutura da Unasul. O aprofundamento do diálogo com a sociedade, de maneira multissetorial, pode ser considerada como sugestão válida, dado que os agentes privados são protagonistas e primeiros beneficiados do desenvolvimento. As políticas públicas vinculadas a esse princípio podem adquirir maior legitimidade e incremento de eficiência, eficácia e efetividade, na medida em que a sociedade participe de sua formulação.

A integração é um dos princípios mais caros à política externa brasileira. O Brasil, na atualidade, a desenvolve em três círculos concêntricos, como referiu o Emb. Antonio Simões: Mercosul, Unasul e CELAC. O entorno regional é eixo essencial da atuação do Brasil, e os benefícios comerciais, políticos e comerciais têm confirmado o acerto dessa opção brasileira. A superação da crise de 2008 esteve vinculada à integração regional. Pode-se afirmar que nessa vertente a participação da sociedade é antiga, como as iniciativas vinculadas ao Mercosul Social podem confirmar. Em contexto de possível transição política interna duas sugestões podem ser formuladas: continuidade do aprofundamento da integração por meio de atuação mais assertiva, como foi

o caso do ingresso da Venezuela no Mercosul, e aumento da participação da sociedade. Constata-se desconhecimento da realidade da integração por parte da população brasileira, malgrado tenha aumentado o interesse desta pela política externa. Nesse âmbito, a diplomacia pública tornou-se essencial.

A inclusão de novos temas, assim denominados por Figueiredo Machado em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado Federal, na agenda da política externa, corresponde ao tratamento de assuntos sensíveis. Nesse contexto, destacam-se os Direitos Humanos e o Meio Ambiente. Quanto ao primeiro, a espionagem cibernética é o mais recente desafio, que foi enfrentado pelo Brasil no âmbito da ONU e no fórum Net Mundial, realizado em São Paulo. A estratégia inovadora brasileira, ao considerar multissetorialidade e transparência, corresponde a raro caso de diplomacia pública multilateral. Quanto ao segundo, a Rio +20, com a participação da sociedade, traçou caminho a ser seguido. Não é acaso que ambos temas tenham recebido tratamento semelhante, na medida em que envolvem atores não-estatais que adquirem protagonismo. A sugestão que emerge, comum aos dois temas, é a continuidade dos processos, dado que a sociedade já está neles inserida. Cumpre aumento o número de decisões que se convertem em ações.

A reforma da governança global pode ser considerada conseqüência necessária da aplicação dos princípios da política externa brasileira. A redistribuição de poder em curso e a formação de um sistema interpolar demandam que as instâncias multilaterais reflitam essa realidade. Os obstáculos apresentados ao desenvolvimento, integração e novos temas estão vinculados diretamente à governança global. Ademais de o Brasil vincular desenvolvimento a segurança — o que enseja a reforma do CSNU —, as estruturas do FMI e do Banco Mundial impedem avanço no desenvolvimento e complexificam negociações no âmbito regional de integração. No tratamento de novos temas, o superior poder relativo de alguns países influencia negativamente os foros multilaterais. As alianças de geometria variável, como o BRICS, visam a criar alternativas à morosidade das reformas. Cabe, portanto, sugerir o aumento de ambição dessas alianças que, no caso dos BRICS, iniciam novo ciclo, que terá início com a Conferência de Fortaleza, no mês de julho. Pode ser momento propício para tal.

A necessidade de atualização e análise dos princípios da política externa do Brasil ensejou que o Itamaraty abrisse suas portas para o diálogo com a sociedade. Esse ciclo virtuoso demonstrou que os princípios prioritários estão claros, e cada um tem processos iniciados com vistas a alcançá-los. De maneira geral, as sugestões apresentadas a fim de aprimorar esses processos vinculam a participação da sociedade e o aumento do exercício da Diplomacia Pública. Desse modo, pode-se esperar que o Livro Branco sintetize-se em três

eixos: aumento da ambição da diplomacia brasileira, incremento da participação da sociedade e expansão da transparência. A aplicação dos principios com base nessas sugestões pode suscitar metas de longo prazo para o Itamaraty, a fim de beneficiar o Brasil nos plano bilateral, regional e multilateral, conferindo ao país a posição e o papel que lhe compete por natureza.

QUESTÃO 4

A Declaração Final da Conferência Rio+20 ressalta a necessidade de uma melhor integração dos aspectos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável. Da perspectiva brasileira, como esse objetivo deve ser perseguido nas negociações da Agenda de Desenvolvimento pós-2015?

Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 20 pontos]

Camilla Neves Moreira (17/20)

Sob os auspícios da lógica "crescer, incluir e proteger", a Rio+20 marca o ponto de partida de um processo de debates que consolidou o conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável. Não se trata apenas de buscar o crescimento econômico sem comprometer as possibilidades das gerações futuras. A Rio+20 consolida a inclusão definitiva da dimensão social como ponto central do debate ambiental, para o que o Brasil contribui fortemente, visto que a pobreza põe pressões significativas sobre o meio ambiente. Cabe analisar, portanto, como o objetivo de alcançar um desenvolvimento sustentável e inclusivo deve ser perseguido nas negociações da Agenda de Desenvolvimento pós-2015.

O Brasil preconiza que a consecução desse objetivo passa pelo fortalecimento do multilateralismo. A proteção do meio ambiente é um global common, e como tal torna iniciativas individuais inócuas. Desse modo, a consecução do trinômio "crescer, incluir e proteger" requer medidas que favoreçam o fortalecimento do regime ambiental e que permitam a inclusão da dimensão social nos debates. Nesse contexto, a decisão de fortalecer o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente em detrimento da criação de uma nova organização internacional especializada na temática ambiental é crucial, pois arriscaria um retrocesso conceitual, excluindo a importância do combate à fome e à pobreza na realização do desenvolvimento sustentável. O fortalecimento do multilateralismo é vital nas negociações da Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, decidida na Rio+20, e abraçadas pela ONU como orientadores da Agenda de Desenvolvimento pós-2015, sejam flexibilizadas posições soberanistas intransigentes e defensivas com base no tradicional conceito westphaliano, de modo a tender a uma noção de soberania compartilhada, a qual é mais adequada à gestão dos global commons.

Outro ponto enfatizado pelo Brasil como central para a concretização dos objetos de longo prazo da Rio+20, materializados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, consiste nos avanços dos mecanismos de cooperação e de transferência de recursos de modo a viabilizar o desenvolvimento integral dos povos, o qual é condição sine qua non para a

proteção do meio ambiente. Nesse sentido, a diplomacia brasileira celebrou os avanços nos mecanismos de distribuição de recursos no regime de mudanças climáticas, sobretudo do REDD++ com o estabelecimento dos critérios para receber os recursos por redução do desmatamento, além de ter contribuído para a instituição de um mecanismo de perdas e danos na COP 19. Esses exemplos indicam a tendência de amadurecimento do regime ambiental em seu conjunto, o que é um prognóstico positico para o sucesso de uma Agenda de Desenvolvimento Sustentável pós-2015 que contemple o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

O sucesso desse objetivo requer não só a ampliação do esforço cooperativo na promoção do desenvolvimento, mas também a inclusão dos atores não estatais nos debates e nos esforços. No Brasil, a diplomacia pública tem favorecido avanços conceituais e materiais importantes, sendo a sociedade civil aliada central do governo em seu esforço de redução das desigualdades conjugada com uma estratégia de desenvolvimento sustentável inclusivo. Isso demonstra o pragmatismo político brasileiro que percebe que políticas públicas de desenvolvimento sustentável não existem separadas e independentes da sociedade civil. A implementação nacional e internacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável requer, portanto, um esforço conjunto e o êxito das suas negociações será auxiliado por esse diálogo cooperativo.

O compromisso social da Rio+20 e de sua decisão de estabelecer Objetivos de Desenvolvimento Sustentável reflete-se na decisão da ONU de pautar neles sua Agenda de Desenvolvimento pós-2015. Para o Brasil, o sucesso dessa iniciativa baseia-se no fortalecimento do multilateralismo, visto que este é essencial para a construção de sua ordem ambiental e social mais justa, protegendo os recursos naturais para as gerações futuras e garantindo o desenvolvimento sustentável econômico e social dos povos.

Júlia Vita De Almeida (16/20)

O regime ambiental internacional, criado na Conferência Rio 92, encontra-se, 20 anos depois, em processo de consolidação e aprofundamento, sempre em atenção à evolução do equilíbrio Norte-Sul na ordem internacional. Trata-se de temática em que os países emergentes têm maior peso na definição da agenda, o que se observa, especialmente, no caso do protagonismo brasileiro. Da perspectiva da diplomacia pátria, o objetivo da Rio+20 de melhor integração dos aspectos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável deve ser perseguido em três principais frentes de negociação da Agenda de Desenvolvimento pós-2015.

A primeira frente diz respeito à manutenção da ideia de tripé, acima mencionada, no conceito e abordagem da economia verde. Esse conceito, que não havia sido aprovado por consenso no seio do PNUMA, foi aceito em seguida, na Rio+20, como significando um tipo de exploração de recursos naturais que promova o bem-estar da população e a inclusão social. O Brasil, ciente dos desafios à manutenção dessa abordagem conjunta de economia, sociedade e meio ambiente, recusou, durante a Rio+20, a proposta de criação de uma organização ambiental internacional, justamente porque esse formato provavelmente estimularia a imposição de sanções ambientais em vez de promover os outros pilares do desenvolvimento sustentável. A solução acordada na Declaração Final da Rio+20 foi, como sugeriu a diplomacia brasileira, fortalecer o PNUMA; criar, no longo prazo, um foro ambiental na ONU; e, mais importante, definir os objetivos do desenvolvimento sustentável, juntamente com a revisão dos objetivos de desenvolvimento do milênio, que serão vigentes no pós-2015.

Esse objetivo de manter a abordagem em tripé do desenvolvimento sustentável, já alcançado durante a Rio+20, será privilegiado nas negociações da Agenda de Desenvolvimento pós-2015. É aqui que se insere a segunda frente de negociação da diplomacia brasileira, que diz respeito ao aprofundamento dos mecanismos de financiamento dos países em desenvolvimento para que eles se adaptem ao regime ambiental internacional e, também, sejam compensados pelos impactos destrutivos da degradação do meio ambiente em seus territórios. A complexificação do regime ambiental, que não mais abrange apenas medidas de mitigação, como também de adaptação e perdas e danos, é notável no âmbito das mudanças climáticas. A última COP, realizada em Varsóvia no final de 2013, por exemplo, fortaleceu o Fundo Verde, que terá sede na Coreia do Sul e capitalização de 100 bilhões de dólares até 2020. Foi também previsto nessa conferência que o financiamento de REDD será condicionado por ações mensuráveis, reportáveis e verificáveis, bem como foi criado o mecanismo de perdas e danos de Varsóvia.

Na Agenda de Desenvolvimento pós-2015, o Brasil acredita que o incremento de mecanismos de financiamento possibilitará a integração de aspectos econômicos, sociais e ambientais na economia vede. Sua terceira frente de negociação, nesse sentido, preza pela manutenção do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, sem prejuízo, entretanto, do comprometimento multilateral dos países em desenvolvimento em fazerem concessões, quando necessário e oportuno, em prol do avanço do regime. Exemplo dessa postura foram as concessões realizadas pelos países do sul para permitir a prorrogação do Protocolo de Kyoto na COP 17, em Durban.

Finalmente, cumpre destacar que o Brasil, ciente dos desafios para se alcançar um equilíbrio entre os três pilares do desenvolvimento sustentável, tem buscado, por meio da realização de conferências, sugestões da sociedade civil para a Agenda pós-2015. Essa estratégia se faz acertada na medida em que, em primeira instância, são os próprios cidadãos que se beneficiarão de uma abordagem ambiental que assegure igualdade e melhores condições de vida.

Pedro Guerreiro Lopes Da Silveira (16/20)

Desde a publicação do Relatório Nosso Futuro Comum, em 1987, sob a liderança da norueguesa Gro Brundtland, o conceito de desenvolvimento sustentável vem se consubstanciando, consagrando a superação do velho debate entre preservacionistas e conservacionistas. Consolidou-se a visão da plena compatibilidade do desenvolvimento socioeconômico e o respeito ao meio ambiente. A concepção de que recursos naturais, apesar de localizados no espaço territorial das nações, devem ser geridos de forma a garantir as possibilidades das gerações futuras prevaleceu sobre posturas soberanistas intransigentes. Ao reconhecer o meio ambiente como um bem público global, torna-se necessário o fortalecimento das instâncias multilaterais, que, de acordo com a perspectiva brasileira, conformam a melhor arquitetura institucional para a definição dos novos objetivos globais para o desenvolvimento.

O Brasil foi um dos grandes entusiastas dos objetivos de desenvolvimento do milênio, defendendo a expansão do conceito de desenvolvimento, que não deve se limitar apenas a aspectos relacionados ao crescimento econômico. Com a caducidade do prazo para a realização dessas metas, torna-se necessária a elaboração de novos objetivos que possam abarcar, de maneira ainda mais ampla, a evolução conceitual de desenvolvimento. A Rio+20 visou a dar um novo impulso nesse sentido, estabelecendo o lema: “crescer, incluir e proteger”, ações respectivamente relacionadas aos aspectos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento. A necessidade de conferir uma visão integrada desses três elementos pauta a atuação da diplomacia brasileira. A perseguição desmedida do crescimento econômico, sem a preocupação com a correção de assimetrias sociais, por exemplo, não se basta. Tampouco é aceitável que países de menor desenvolvimento relativo, os que mais sofrem com os efeitos das mudanças climáticas, tenhas suas possibilidades limitadas pela retórica ambientalista. O multilateralismo, por permitir a participação de todos os envolvidos, por privilegiar o diálogo entre as nações, por democratizar o processo decisório acerca de temas de interesse global, é o sistema mais adequado para a construção de consensos legítimos e eficazes em torno da Agenda do Desenvolvimento.

Ao defender a substituição do Conselho de Desenvolvimento Sustentável por um fórum de alto nível sobre sustentabilidade e economia verde, o Brasil pretende reforçar o regime multilateral para o meio ambiente, fortalecendo a multiconectividade da agenda ambiental com temas sociais. O desrespeito ao meio ambiente e o subdesenvolvimento reforçam-se mutuamente. A incipiência dos sistemas de saneamento básico, por exemplo, além de provocar danos ambientais, limita o exercício da dignidade humana e mina as possibilidades de desenvolvimento econômico. Dessa forma, deve-se buscar um tratamento abrangente para o tema do desenvolvimento,

relacionando-o com aspectos do regime de direitos humanos e do regime ambiental. A interconexão de agendas, portanto, é um elemento adicional que justifica a adoção do multilateralismo. Como é indesejável, senão impossível, tratar de tais assuntos de maneira desintegrada, os fóruns multilaterais são o espaço privilegiado que permite que distintos interesses se articulem, viabilizando o avanço das negociações.

A importância da cooperação para o desenvolvimento tampouco pode ser negligenciada. Nesse sentido, a política externa brasileira dos últimos doze anos buscou refundar os mecanismos de cooperação periférica, porém dotando-os de melhores meios práticos para sua viabilização. O discurso terceiro mundista, de reivindicação, que acusava o desenvolvimento dos países centrais como causa da pobreza do mundo periférico, foi abandonado, cedendo espaço para posicionamentos propositivos e construtivos. O Brasil, assim como os demais países emergentes, tem-se mostrado crescentemente disposto a assumir responsabilidades, baseando suas ações no princípio da não indiferença. A ativa cooperação prestada aos países africanos materializa o discurso brasileiro. O estabelecimento de escritórios da EMBRAPA, da FIOCRUZ, e mais recentemente, do BNDES na África consubstanciam o compromisso brasileiro com o desenvolvimento desse continente. A articulação do Fundo IBAS, com a África do Sul e a Índia, também exemplifica o engajamento brasileiro com a redução das assimetrias globais. Com recursos desse fundo, financiou-se um projeto de reciclagem de resíduos no Haiti, uma iniciativa que combina geração de renda, e, portanto, redução de pobreza, e respeito ao meio ambiente. A cooperação é um instrumento tradicional da promoção do desenvolvimento. Nesse âmbito, o Brasil ilustra a importância dos países emergentes para a construção de uma agenda global para o desenvolvimento.

O tradicional objetivo da política externa brasileira, a busca do desenvolvimento, reveste-se de novo impulso com a ampliação conceitual do desenvolvimento. A pluralidade de circunstâncias que caracteriza esse objetivo enseja o reforço do multilateralismo de reciprocidade e de cooperação, o que será consubstanciado pela negociação das metas do desenvolvimento sustentável, com vigência a partir de 2015.

PIOR NOTA (13/20)[13]

O Brasil insere-se no regime ambiental como importante ator, tendo-se afastado de postura soberanista em prol de inserção mais propositiva nos temas sobre meio ambiente. Para a diplomacia nacional, a proteção ao meio ambiente está diretamente vinculada à promoção de desenvolvimento inclusivo. Dessa maneira, a declaração final da Rio + 20 revela posição equilibrada e integrada dos três pilares do desenvolvimento sustentável.

A Conferência Rio+20 representou o reconhecimento internacional da liderança brasileira nesse regime. Como "conferência de partida", nas palavras do Chanceler Figueiredo, a conferência alcançou importantes consensos, os quais foram construídos por meio do trabalho intenso da diplomacia nacional. Entre esses consensos, está a Declaração "O Futuro que Nós Queremos", escrita pelo Brasil e negociada na conferência. O documento ressalta a importância do pilar do desenvolvimento social para a maximização dos resultados dos outros pilares. Ele consagra, por conseguinte, o desenvolvimento como fator necessário para a proteção do meio ambiente e para o crescimento econômico.

Na Conferência Rio+20, ficou estabelecido que os Estados se comprometeriam a definir, nos anos seguintes, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Isso é de extrema importância para a definição da agenda internacional para as próximas décadas. Nesse sentido, a definição dos ODS terá importância fundamental nas negociações da Agenda de Desenvolvimento pós-2015, a qual dará continuidade aos Objetivos do Milênio de maneira renovada e atualizada.

A Agenda de Desenvolvimento pós-2015 é vital instrumento para a definição dos objetivos e das negociações internacionais nos próximos anos. O Brasil, como potência ambiental e social, tem papel essencial na definição das estratégias futuras. O objetivo do desenvolvimento sustentável, na perspectiva brasileira, deve ser perseguida de maneira holística. Isso significa que as ações nas áreas ambiental, econômica e social devem ser estabelecidas de maneira conjunta e interdependente, visto que, assim, o desenvolvimento sustentável se concretizaria em sua magnitude.

O Brasil é modelo evidente de integração bem-sucedida dos três pilares do desenvolvimento sustentável. Na última década, o país cresceu economicamente, por meio da inclusão social e da proteção ambiental, realizada de forma sustentada. Milhões de pessoas foram integradas à economia formal ao mesmo tempo em que houve a redução do desmatamento. Isso fornece as credenciais necessárias para o Brasil assumir a liderança nas negociações da Agenda de Desenvolvimento pós-2015, período em que as

---

[13] Por razões técnicas, não foi possível colocar a pior nota (11/20).

metas serão traçadas de maneira que os três pilares do desenvolvimento sustentável se tornem cada vez mais integrados.

A concertação com países com interesses comuns fornecerá maior legitimidade e representatividade ao objetivo de promoção do desenvolvimento sustentável integrado. Nesse sentido, as organizações regionais de integração, como a UNASUL e a CELAC, reúnem países em desenvolvimento com grande potencial ambiental. A coalizão dos países do BASIC também pode representar um foro adequado de concertação de posições de países de diferentes regiões geográficas.

O futuro da agenda do desenvolvimento envolve o fortalecimento de organismos multilaterais, como a Comissão de Desenvolvimento Sustentável e o PNUMA. O Brasil, como potência ambiental e líder em políticas de inclusão social, tem muito a oferecer para o delineamento da agenda pós-2015. A concertação de posições com outros atores internacionais fortalecerá e legitimará a estratégia brasileira de integração dos pilares do desenvolvimento sustentável, a qual gerará ganhos difusos para a população e meio ambiente globais.

DIREITO

QUESTÃO 1

Leia o texto abaixo e faça o que se pede a seguir.

O século XX foi o mais sangrento na história conhecida da humanidade. A cifra total de mortes causadas direta ou indiretamente por guerras alcança cerca de 187 milhões de pessoas, o que equivale a mais de 10% da população mundial em 1913. Se tomamos 1914 como ponto de partida, o século XX foi um século de guerras quase ininterruptas, com poucos e curtos períodos sem conflitos armados organizados em algum lugar. Foi um século dominado por guerras mundiais, ou seja, guerras entre Estados territoriais ou alianças de Estados. Pode-se considerar o período compreendido entre 1914 e 1945 como uma só "guerra dos 30 anos", interrompida apenas por uma pausa nos anos vinte: uma pausa que se iniciou com a retirada final dos japoneses das regiões mais orientais da União Soviética, em 1922, e que se concluiu com a invasão da Manchúria em 1931. Seguiram-se, quase imediatamente, 40 anos de guerra fria, que se conformavam à definição de Hobbes de que a guerra não consiste "apenas na batalha ou no ato de lutar, mas no lapso de tempo em que a vontade de travar batalha é suficientemente conhecida".

Eric Hobsbawm. Guerra e Paz no Século XXI (com adaptações).

Há 100 anos, eclodia a I Guerra Mundial, que, para Hobsbawm, marcaria o início do século XX. À luz dos desenvolvimentos ocorridos no direito internacional com o período das grandes guerras mundiais (1914-1945), analise a legalidade do recurso à ação armada pelos Estados e o princípio da solução pacífica das controvérsias internacionais.

Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 30 pontos]

Flora Cardoso De Almeida Mendes Pereira (29/30)

Durante muito tempo, a guerra foi considerada meio legítimo de solução de controvérsias internacionais. Como disse Carl von Clausewitz, a guerra é a continuação da política por outros meios. Normas internacionais formavam o chamado jus ad bellum, que regulava a possibilidade de recurso ao uso da força. Essa ideia foi, contudo, superada. Atualmente, o uso da força não é mais permitido para a resolução de controvérsias, sendo apenas autorizado em casos restritos. O princípio da solução pacífica de controvérsias é, assim, arvorado como obrigação de todos os membros da comunidade internacional.

Os horrores da Primeira Guerra Mundial fizeram que os Estados buscassem proibir o recurso ao uso da força. Em 1928, foi então assinado o Pacto Briand-Kellog, que proscreveu o uso da força, sem ter, contudo, êxito. A eclosão de uma nova guerra mundial levou os Estados a outra tentativa de

proibir o uso da força, dessa vez com sucesso. A Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) é, portanto, marco desse processo.

A Carta da ONU tem a defesa da paz e da segurança internacionais como princípio basilar. Nesse sentido, os membros da ONU são obrigados pela Carta a recorrerem a meios pacíficos para resolver suas controvérsias e são proibidos de usar a força, exceto em duas hipóteses. A primeira é no caso de legítima defesa, individual ou coletiva, respeitando os princípios da proporcionalidade e da necessidade. A segunda hipótese ocorre por meio de autorização do Conselho de Segurança da ONU, com base no Capítulo VII da Carta da ONU, para casos de ameaça à paz ou segurança internacionais. Cabe ressaltar que essa autorização deve ser expressa e anterior ao uso da força. Outro caso em que o uso da força é comumente permitido é para movimentos de libertação nacional, em sua luta pela autodeterminação contra o domínio de uma potência estrangeira.

Não podendo, enquanto regra, utilizar a força, devem os Estados recorrer a meios pacíficos para solucionar controvérsias, conforme prescreve o Capítulo VI da Carta da ONU e a Carta da OEA. Cabe aos Estados escolher o meio pacífico que considere adequado. Dada a importância na atualidade, os tipos e complexidade de meios pacíficos têm aumentado, mas podem ser, essencialmente, divididos em meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais.

Os meios diplomáticos têm como característica comum o fato de não precisarem recorrer ao direito internacional e de não produzirem soluções vinculantes. Negociação, mediação, bons ofícios e conciliação são alguns dos meios que ilustram os meios pacíficos diplomáticos, facilitando o entendimento entre as partes.

Os meios políticos se caracterizam pelo recurso a uma organização internacional para ajudar a resolver o conflito, como é o caso do recurso à Assembleia Geral da ONU e ao Conselho de Segurança da ONU. Esses meios também não precisam recorrer ao direito e não geram soluções obrigatórias, a menos que o Conselho de Segurança emita uma resolução com base no capítulo VII da Carta da ONU.

Os meios jurisdicionais são de grande importância no contexto do direito internacional, por fazerem uso do direito em suas decisões, e têm apresentado grande proliferação recentemente, sobretudo dos meios judiciários, como a Corte Interamericana de Direitos Humanos, a Corte Internacional de Justiça e o Tribunal de Revisão do Mercosul. A arbitragem é, também, meio jurisdicional, embora não judiciário. Esses meios produzem soluções obrigatórias para as partes e em respeito ao caso em questão.

De acordo com o artigo 103 da Carta da ONU, as obrigações da Carta prevalecem sobre outras obrigações assumidas pelos Estados-partes. Sendo assim, mesmo que façam acordos com objetivos contrários, os Estados devem respeitar a defesa da paz, a obrigação de buscar soluções de controvérsias por meios pacíficos e a proibição do uso da força, exceto nas hipóteses de legítima defesa e autorização pelo Conselho de Segurança contidas na Carta da ONU.

Fernanda Maciel Leão (28/30)

No início do século XX, o recurso à guerra ainda era considerado instrumento legítimo à disposição dos Estados, sendo poucas as limitações ao seu emprego. A dimensão dos dois conflitos mundiais levaria a uma grande transformação no jus ad bellum, que seria convertido, na realidade, em um jus contra bellum, estabelecendo a ilegalidade do uso da força no direito internacional e a necessidade da solução pacífica de controvérsias, conforme restou codificado na Carta da Organização das Nações Unidas.

Finda a Primeira Guerra Mundial, a Liga das Nações foi estabelecida, com o objetivo de promover a paz internacional e evitar que outro conflito de grandes proporções fosse conflagrado. Anteriormente à Liga, o jus ad bellum tinha poucas limitações, como demonstrado pelo Direito de Haia, que tratava de fenômenos como neutralidade, armistício e declaração de guerra, além do estabelecido pelo Direito Humanitário, constituindo, assim, um jus in bellum. O pacto da Sociedade das Nações modificou esse quadro ao estabelecer a moratória da guerra por um prazo limitado. Estados em conflito não deveriam recorrer à ação armada por pelo menos três meses, tempo em que o Conselho da Liga examinaria a questão. Terminado o prazo, entretanto, ainda era possível engajar-se em ações militares. Com efeito, o recurso à ação armada não era tido como ilegal, desde que se respeitasse a moratória da guerra.

Em 1928, o Pacto de Paris avançaria nessa questão ao estabelecer que os Estados deveriam renunciar à guerra como instrumento de suas políticas nacionais. Embora o Pacto tenha sido firmado por vários países, não logrou a consecução de seus objetivos, uma vez que em poucos anos um clima de agressividade iria pairar por sobre a Europa, em função do avanço dos fascismos e totalitarismos na região. Com efeito, eclodiu um novo conflito mundial, que não foi impedido nem pelos esforços da Liga nem pelo Pacto de Paris.

A Carta de São Francisco de 1945 foi produto da Segunda Guerra Mundial e modificou radicalmente a situação da legalidade da guerra. O documento estabeleceu a proibição do uso da força, promovendo o princípio da solução pacífica de controvérsias. Ao Conselho de Segurança foi delegada a responsabilidade primária pela manutenção da paz e da segurança internacionais, devendo os membros da ONU submeter-se às suas decisões. Conforme o artigo 33, capítulo VI da Carta da ONU, os Estados devem resolver suas controvérsias por meios pacíficos, como a negociação, a mediação e o inquérito. Caso desejem, as partes em conflito podem submeter a questão à apreciação do Conselho de Segurança, que tomará as medidas que achar necessárias. É, portanto, obrigatório engajar-se na solução pacífica de controvérsias, sendo o recurso à força proibido, a não ser em caso de legítima defesa. Em consonância com os capítulos VI e VII, o Conselho de Segurança pode tomar diversas medidas para a preservação da paz e da segurança

internacionais, sendo-lhe permitido, inclusive, a realização de ações militares, uma vez que possui o monopólio do uso da força.

Hodiernamente, existem autores que advogam que a proibição do uso ou da ameaça do uso da força, por seu caráter axiológico para a sociedade internacional, constitui norma de "jus cogens", da qual não seria possível derrogação. Ademais, o artigo 2º da Carta da ONU estabelece que a organização fará com que Estados que não sejam membros da ONU atuem de acordo com os princípios estabelecidos na Carta, o que inclui, obviamente, o princípio da solução pacífica de controvérsias internacionais. Tais fenômenos apontam para o crescente objetivismo jurídico atribuído ao Direito Internacional, representando limitações à soberania estatal e ao voluntarismo dos Estados, conforme exposto por Luigi Ferrajoli. Na questão da legalidade ou não do uso da força e da obrigatoriedade do princípio da solução pacífica de controvérsias, os fenômenos apresentados refletem o adensamento jurídico do Direito Internacional, conformando novas limitações à ação agressiva dos Estados.

No período posterior às duas guerras mundiais, o Direito Internacional passou por significativas transformações, como a multiplicidade de tribunais internacionais e de organizações interestatais atesta. Uma das maiores transformações ocorreu em relação à guerra como instrumento válido, uma vez que o recurso à ação armada passou de válido a sujeito à moratória e, posteriormente, claramente ilegal, devendo prevalecer o princípio da solução pacífica de controvérsias. A Carta da ONU constitui marco fundamental nesse processo, que é aprofundado quando se considera o uso da força como proibido, em razão de seu caráter de norma peremptória de Direito Internacional.

Adriano Giacomet De Aguiar (28/30)

A eclosão das duas Guerras Mundiais foi evento traumático da vida política internacional, a qual refletiu imediatamente no Direito internacional. O processo de construção de normas e instituições que buscavam mitigar ou mesmo superar o flagelo das guerras foi fator fundamental que catalisou a transformação do Direito internacional e interno, viabilizando a incorporação de características de cooperação, como argumentado por Wolfgang Friedmann, em sistema que antes se reduzia à noção de coexistência. Essa mudança permitiu a re-significação dos objetivos, valores e meios do Direito das Gentes, influenciando a formação de princípios contrários à guerra como meio de ação internacional dos Estados e de mecanismos para coibir o uso da força.

Há cem anos, a guerra não constituía necessariamente um ilícito internacional, havendo apenas frágil corpo normativo que limitava os meios de guerra, em contexto no qual predominava a noção westphaliana de soberanias rígidas. A Liga das Nações foi uma primeira tentativa no contexto do pós-guerra de evitar a emergência de um novo conflito sistêmico, sendo complementada pelo Pacto Briand-Kellog (1928) o qual previu a renúncia dos Estados de recorrer à guerra. Faltavam, no entanto, à configuração jurídica estabelecida, meios de garantir a eficácia das obrigações e das promessas de renúncia ao que era, então, o direito da guerra (jus ad bellum). A autolimitação da vontade, tal qual apresentada por Jellinek, como fundamento de validade do Direito internacional, falharia e mostraria suas limitações com a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Foi com a criação da Organização das Nações Unidas que a guerra se tornava um ilícito internacional, sendo estabelecido em sua Carta Constitutiva tanto obrigações negativas de não fazer a guerra (art. 2.4) quanto obrigações positivas de buscar a paz (art. 2.3). Ao contrário da Liga das Nações, no entanto, eram incorporados, nos meios para garantir a eficácia das normas, elementos de verticalização no Direito internacional, de que é exemplo não apenas os artigos 2.4 e 2.5 da Carta da ONU que discorrem sobre o reconhecimento pelos Estados do papel do Conselho de Segurança na manutenção da paz mundial e a obrigatoriedade de suas decisões, mas principalmente o artigo 2.6 que vincula a essas obrigações mesmo os Estados que desejarem não serem membros da ONU. Cabe aos Estados, portanto, resolverem suas controvérsias pelos meios pacíficos existentes, sejam os elencados no artigo 33 da referida Carta, sejam os meios jurisdicionais existentes, como a arbitragem e as cortes internacionais, de que é exemplo a Corte Internacional de Justiça. Esses mecanismos deram substância ao princípio de solução pacífica de controvérsias.

A emergência de situação que ameace a paz e a ordem internacionais são referidas ao Conselho de Segurança que pode agir sob o abrigo do Capítulo VII da Carta da ONU, adotando a força (art. 42) ou meios não violentos (art.41) para resolver a controvérsia. Deve-se ressaltar, no entanto, a

possibilidade de os Estados usarem a força em caso de legítima defesa individual ou coletiva, bem como sob autorização do Conselho de Segurança, sendo estas as únicas hipóteses contempladas pelo Direito das Gentes para o uso da força pelos Estados. Deve-se ressaltar ainda as previsões existentes no Capítulo VIII da Carta que garantiu às organizações regionais papel ativo no processo de resolução pacífica de controvérsias, o que viabilizou a contrução de arranjos sui generis adequados às particularidades geopolíticas das diferentes regiões.

Ainda que o sistema de efetivação do princípio de solução pacífica de controvérsias criado pela ONU não seja perfeito, ele aumenta significativamente os custos dos Estados de recorrerem à guerra. Além disso, o Conselho de Segurança demonstrou plasticidade suficiente para criar novas estruturas e mecanismos de solução de controvérsias, superando os entraves políticos do uso do veto de forma criativa, seja pelo estabelecimento do chamado Capítulo Seis e meio que disciplina a criação de operações de manutenção da paz, seja pela criação dos Tribunais Penais Internacionais de Ruanda e da Ex-Iugoslávia. Esse processo de proscrição gradativa da guerra iniciada há mais de um século foi o principal vetor das mudanças sofridas pelo Direito internacional, sendo o Direito de solidariedade, a como se refere Alberto Amaral a essa dinâmica, tributária da busca global pela paz.

PIOR NOTA (21/30)

O primado do direito internacional, observado atualmente nas relações internacionais, decorre do flagelo de duas guerras mundiais no século XX e de diversas outras ocorridas antes e depois delas. Esses conflitos internacionais levaram os Estados a buscar desenvolver mecanismos jurídicos que obstem sua repetição. Nesse sentido, o que se tem verificado, nos últimos séculos, é o surgimento de institutos que, progressivamente, têm feito o direito internacional superar a ótica coexistencialista, que não foi capaz de evitar a deflagração de dois conflitos globais, e que têm contribuído para estabelecer um direito de solidariedade, o qual tem como uma de suas características mais marcantes a proscrição ao recurso à ação armada.

O flagelo da Primeira Guerra Mundial mostrou aos Estados a necessidade de se estabelecer mecanismos claros com vistas a evitar conflitos armados. Desde a Paz de Vestfália, em 1648, quando se superou a percepção de que a guerra seria legítima quando em resposta a atos imorais, até 1814, verifica-se a existência de um sistema jurídico internacional incipiente, o qual permitia aos detratores do direito internacional justificar a guerra como a política por outros meios. O intento doutrinário de autores dessa época, como Hugo Grotius, de regulamentar a paz e a guerra, tornou-se regra internacional com o tratado da Liga das Nações. Neste os Estados-parte acordam em criar mecanismos como a “Moratória da Paz”, que obstava a deflagração de conflito armado se não houvesse antes um período de tentativa de negociações com suspensão de provocações. Além dessa previsão do pacto, Estados que dele não fizessem parte tinham ainda, desde 1928, a opção de aderir a pacto Briand-Kellog, o qual efetivamente proibia o recurso à ação armada entre as partes no acordo.

Isso não foi suficiente para que se impusesse a paz entre todos os Estados, porquanto aqueles que desses dois instrumentos jurídicos não fizessem parte poderiam, sem constrangimentos jurídicos, recorrer à guerra. A carta das Nações Unidas vem superar essa lacuna. Em seu artigo 2(4) fica estabelecido que a guerra estaria proscrita como recurso de solução de controvérsias. Esse princípio basilar do Tratado mostra-se extensível a todos os Estados, na medida em que o inciso 6 desse mesmo artigo expressa que os princípios da Carta da ONU devem ser respeitados por todos os Estados, sejam eles membros da Organização ou não. Resguardou-se o direito ao uso da força em apenas três ocasiões: nos casos de autorização do Conselho de Segurança (art 41); nas ocasiões de legítima defesa (art 52); e quando da existência de povos sob ocupação colonial. Dessa forma, o direito internacional contemporâneo surgia com uma essência marcadamente distinta daquela do direito internacional clássico: nenhum Estado estava mais autorizado a usar

discricionariamente a força, o que reforçava sobremaneira o princípio da solução pacífica de controvérsias como balizador da ordem internacional.

Esse princípio foi consagrado no artigo 2 da Carta da ONU, que expressa que os Estados não devem cessar de buscar a solução pacífica, mesmo quando o mecanismo inicialmente utilizado não logre resolver a questão. O artigo 33 da carta vem reforçar esse entendimento, apresentando rol exemplificativo de meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais para a solução do conflito. Aos tradicionais meios diplomáticos, como a solução direta, os bons ofícios, a mediação e a conciliação, se adicionam os meios políticos, como os recursos à Assembleia Geral da ONU ou ao seu Conselho de Segurança, o qual está autorizado a buscar a solução, caso observe que a controvérsia coloca em risco a paz e a segurança internacionais. Ademais, o meio jurisdicional judicial foi reforçado por meio da criação da CIJ e da Cláusula Raul Fernandes. Desde então, o meio jurisdicional judicial tem avançado de forma significativa, por intermédio da criação de redes policêntricas de tribunais internacionais o que facilita o acesso dos sujeitos ao direito internacional.

O adensamento dos institutos jurídicos que tornam ilegal o recurso à ação armada e reforçam os mecanismos pacíficos de solução de controvérsias se deu, nos últimos séculos, por meio de retrocessos pontuais e de avanços expressivos. Tal adensamento ganhou contornos mais significativos no direito internacional contemporâneo por meio dos dispositivos da Carta de São Francisco e do que Marti Koskenniemi chama de “fragmentação do direito internacional”. Essa nova dinâmica, que proscreve a guerra e reforça o primado do direito, é imprescindível para que os Estados avancem na constituição de uma ordem internacional cada vez mais pautada nas lógicas da cooperação e da solidariedade.

QUESTÃO 2

Paris, Roma, Maastricht, Amsterdã, Schengen e Lisboa são cidades marcantes no processo de construção da União Europeia. Comente o significado jurídico dessa assertiva.

Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 30 pontos]

Flávio Beicker (30/30)

O processo de construção da União Europeia é caracterizado por diversas etapas, com implicações políticas e jurídicas para o adensamento da integração do continente. Do Tratado de Paris ao de Lisboa, diferentes marcos jurídicos foram responsáveis pela progressiva consolidação do atual direito internacional comunitário, cujo fundamento central é a transformação da concepção de soberania estatal ilimitada, conceito caro ao direito internacional (DI) clássico. Nesse sentido, o avanço da integração europeia vai além da mera união aduaneira ou, ainda, monetária, podendo servir de modelo para outras regiões do globo e contribuir para a transformação do atual DI.

A integração europeia teve início, do ponto de vista jurídico, com a constituição da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), por meio do Tratado de Paris, de 1951, a qual consistia em uma união aduaneira de escopo limitado a determinados setores econômicos, com a participação de Itália, Alemanha, França e do chamado Benelux. A moldura jurídica da integração adquiriu nova conformação com os dois tratados de Roma, de 1957, os quais instituíram duas novas frentes de integração: a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atômica (Euratom). A expansão dos membros dessas comunidades de integração nas décadas de 1970 e 1980 ensejou a edição do chamado Ato único Europeu, o qual tratou de incorporar novas questões e procedimentos ao processo de integração.

A reformulação institucional do processo integrador ocorreu com o Tratado de Maastricht, o qual criou a União Europeia, embora ainda não fosse dotada de personalidade jurídica, com base na lógica dos três pilares de atuação: a cooperação em matéria judiciária e policial; o pilar das “Comunidades Europeias”; e o da Política Externa de Segurança Comum (PESC). Maastricht, ademais, disciplinou as regras de interação entre os órgãos da integração, com caráter de supranacionalidade, como o Conselho Europeu, o Conselho da União Europeia – instituições destinadas a direcionar o processo integrador – e a Comissão Europeia – órgão executivo da integração.

Da perspectiva jurídica, o Tratado de Amsterdã, de 1997, deve ser analisado à luz das disposições do Acordo Schengen e do Tratado de Nice

(2001), os quais, respectivamente, disciplinam questões de controle fronteiriço no interior da União Europeia (UE) e lidam com o déficit democrático da integração. Nesse sentido, a limitação do controle de fronteiras, a fim de assegurar o livre trânsito de bens, pessoas e capital dentro da UE, envolve a renúncia de parcela da soberania estatal, tão central ao DI clássico. O déficit democrático, por outro lado, é compensado pela existência de um Parlamento Europeu, o qual já conta com eleições diretas e composição proporcional, e dispõe de competências fiscalizatórias, além de participar do processo normativo do bloco em questões atinentes aos chamados temas de codecição, em conjunto com os demais órgãos da integração. Em Amsterdã, ademais, definem-se, também, as regras para o ingresso na união monetária, o que implicou limitação evidente à autonomia dos bancos centrais nacionais, com a criação do Banco Central Europeu, cujo mandato atual caminha para uma ampliação.

O marco jurídico definitivo da integração e da emergência de um novo direito comunitário é o Tratado de Lisboa, de 2008, o qual, além de dotar a UE de personalidade jurídica, conferiu contornos constitucionais ao processo integrador. Merece destaque, nesse sentido, o abandono do sistema de pilares, adotado em Maastricht, e a instituição de um sistema de divisão de competências entre os órgãos da integração e os Estados nacionais, tema que havia se tornado típico do constitucionalismo clássico. Por esse sistema, a UE possui temas de competência exclusiva – como a PESC, anteriormente mencionada –, competência concorrente com os Estados – a exemplo de questões como o uso de recursos naturais transfronteiriços –, e os Estados também exercem uma competência apoiada – temas nos quais a UE oferece suporte e cooperação na tomada de decisões no âmbito doméstico. Registre-se, também, que Lisboa incorporou a Convenção de Direitos Humanos de 1950 e a Carta Social europeia de 1965 ao processo integrador, bem como que há crescente judicialização dos temas da integração, conforme evidenciado pela Corte de Justiça Europeia, que julga litígios entre a Comissão Europeia e os Estados membros, além de deter a autoridade para interpretar as normas comunitárias (reenvio prejudicial).

O processo de integração europeia, como visto, representa o movimento evolutivo do atual direito internacional comunitário, o qual passou a incorporar dois temas caros ao constitucionalismo clássico, conforme descrito por Carl Schmitt: a distribuição de competências executivas, normativas e jurisdicionais entre Estados nacionais e órgãos do processo de integração, de um lado; e a garantia de direitos e de liberdades fundamentais aos cidadãos, de outro.

Adriano Giacomet De Aguiar (30/30)

A União Europeia é, segundo diversos autores, entre eles Guido Soares, o mais ambicioso projeto de integração regional. Paris, Roma, Maastricht, Amsterdã, Schengen, Lisboa e, por que não, Nice e Bruxelas são cidades simbólicas e juridicamente relevantes para esse longo processo de conformação do espaço europeu, pois abrigaram conferências fundamentais para a viabilização da integração do continente. Se alinhados historicamente, permitir-se-á vislumbrar a progressiva evolução da ambição do processo integrador, o qual tem na sua experiência elementos motivadores de outros processos de integração regional pelo mundo.

Os Tratados de Paris e Roma, do final da década de 1940 e meados da década de 1950, apresentavam como principal objetivo não apenas a articulação dos setores produtivos e da exploração do carvão e do açõ, mas como descrito por Jean Monnet, um dos principais articuladores e incentivadores do projeto de integração europeia, a superação da rivalidade franco-alemã por meio do entrelaçamento de obrigações jurídicas e a mitigação das controvérsias, em período sensível do pós-Segunda Guerra, pela afirmação do Direito. Especialmente relevante nesse sentido foi o estabelecimento, desde o início do processo integrador, de uma opção pela supranacionalidade técnica na organização da integração. Deve-se ressaltar também o efeito de "spill over" da vertente técnico-comercial do processo, para áreas sensíveis como a de energia nuclear por meio da Euratom.

Após interregno em que a emergência de questões geopolíticas sensíveis, como a política europeia de De Gaulle e a existência de ditaduras na península ibérica, diminuíram o ritmo do processo de afirmação do direito da integração sobre as vulnerabilidades políticas, deu-se, a partir do Ato Único Europeu e da entrada de novos membros (Europa dos 9 e dos 12) na década de 1980, novo ímpeto ao processo de integração. Os tratados de Maastricht, Amsterdã e Schengen são a materialização jurídica do processo de relançamento. A comunidade europeia que se construira no passado, transformar-se-ia numa União Europeia, fundada juridicamente no sistema dos "três pilares" que previa diferentes graus de renúncia da soberania para a formação de um espaço comum. Ainda que os membros da União Europeia e as partes do Acordo de Schengen não sejam coincidentes é inevitável afirmar que o incremento de mobilidade de deslocamento garantiu maior substância ao processo de integração jurídico-política. O Tratado de Amsterdã de 1995, insere-se nesse mesmo processo, definindo diretrizes institucionais e normativas para a continuidade e ampliação da estrutura comunitária.

O Tratado de Lisboa, já no século XXI, responde a novos tipos de questões que emergiram com a superação da rivalidade militar do pós-guerra, como a superação do déficit democrático, por meio do aumento das prerrogativas e competência do Parlamento Europeu e da criação de elementos identitários, e a criação de corpo de normas e instituições jurídicas

inovadoras que deram origem a elemento inovador no Direito internacional que é o Direito Comunitário, expressão mais bem acabada daquilo que Pierre Marie Dupuy chamou comunitarização do Direito internacional. Entre outras inovações dessa nova fase da integração e que são juridicamente relevantes são o reenvio prejudicial e a afirmação do Direito Comunitário sobre o ordenamento interno, como feito evidente no caso Costa vs. ENEL, e a incorporação da Convenção Europeia de Direitos Humanos como norma comunitária.

A integração europeia é, até o momento, o processo de integração mais profundo e radical da história contemporânea, tornando-se importante precedente para outras regiões do mundo, em particular os mecanismos jurídicos criados no processo de integração, como elementos de supranacionalidade, o estabelecimento de cortes internacionais capazes de se sobrepor em determinadas matérias ao Direito nacional e os acordos de livre circulação.

Júlia Vita De Almeida (30/30)

As seis cidades em questão são marcantes na construção da União Europeia, porque sediaram a celebração dos tratados mais importantes do processo integrador. A análise de cada um deles pode ser dividida em três grandes períodos nos quais se nota a evolução do bloco: a década de 1950 (Tratados de Paris e Roma), a década de 1990 (Tratados de Maastricht, Amsterdam e Acordos Schengen) e, finalmente, a década de 2000 (Tratado de Lisboa).

A década de 1950 marca o início da integração europeia com a celebração do Tratado de Paris, em 1951, e do Tratado de Roma, em 1957. O Tratado de Paris foi assinado entre França e Alemanha para a criação da Comunidade do Carvão e do Aço, uma instituição supranacional responsável por regular a produção dessas duas matérias-primas altamente sensíveis. Esse tratado simboliza duas estratégias fundamentais ao processo de construção da União Europeia: marca o início de uma integração em eixo, ou seja, estimulada por Alemanha e França; e uma integração pensada para pacificar o continente, já que foi inaugurada pelos dois grandes rivais históricos justamente para regular um setor (carvão e aço) estratégico em tempos de guerra. Por sua vez, o Tratado de Roma inaugura a integração econômica do continente, por meio da criação da Comunidade Europeia com vistas à formação de um mercado comum, inicialmente, entre seus seis fundadores (França, Alemanha, Itália, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos). A ideia era utilizar a livre-circulação de mercadorias, capitais e pessoas como elemento de convergência entre os europeus que não apenas os fortalecesse economicamente depois da destruição da II Guerra, como também desestimulasse conflitos entre eles e os transformasse em uma unidade política de maior peso relativo na ordem internacional.

Três décadas depois, já no início dos anos 1990, o processo integrador havia superado desafios internos importantes ao seu avanço e incluído países relevantes da Europa Ocidental, como Inglaterra, Portugal e Espanha. O novo desafio que se impunha, nesse momento, era consolidar o que se havia alcançado até então para incorporar, no futuro próximo, os países da Europa Oriental recém-libertados do domínio da antiga URSS. O Tratado de Maastricht foi, então, assinado em 1992 para consolidar o processo integrador por meio da criação da União Europeia. A previsão era de uma estrutura em três pilares: PESC (política externa de segurança comum), Comunidade Europeia e cooperação judiciária. Além disso, quatro órgãos seriam encarregados de conduzir a integração: Conselho Europeu, Conselho da União Europeia, Comissão Europeia e Parlamento Europeu. No entanto, foi preciso a assinatura de mais dois tratados para dar conta dos desafios que a expansão do bloco impunha. O Tratado de Amsterdam, de 1998, forneceu as bases para a entrada em vigor da zona do euro, nos anos seguintes, e reformulou o processo

decisório da normativa da União Europeia, estabelecendo uma votação com duplo critério (maioria e abrangência/representatividade) na Comissão Europeia. Os Acordos de Schengen, por sua vez, instauraram a livre circulação de pessoas entre seus signatários. Convém lembrar que nem todos os membros da União Europeia o assinaram, a exemplo de Inglaterra e Irlanda, e que ele não se restringe aos membros da União Europeia.

Finalmente, o Tratado de Lisboa, assinado em 2007 e ratificado em 2009, conformou a União Europeia que se conhece hoje. Depois do fracasso da tentativa de assinatura de uma Constituição Europeia, o Tratado de Lisboa teve a função de incorporar essa ideia sem, no entanto, forçar uma integração para além do que os cidadãos europeus podiam aceitar. O Tratado de Lisboa, nesse sentido, unificou todos os tratados anteriores em um mesmo documento; conferiu personalidade jurídica à União Europeia; substituiu a estrutura de pilares por uma divisão entre competência exclusiva, compartilhada e subsidiária; incorporou a Convenção Europeia de Direitos Humanos como anexo ao seu texto; e, em vez de criar um presidente e um chanceler para a União Europeia, como previa a Constituição rejeitada, optou por criar o cargo de presidente do Conselho Europeu e de alto-representante para assuntos externos.

PIOR NOTA (27/30)

O processo de construção da União Europeia (UE), como utopia transformada em realidade das relações internacionais, caracteriza-se tanto pela internacionalização dos constitucionalismos, quanto pela constitucionalização do direito internacional (DI). A importância das cidades de Paris, Roma, Maastricht, Amsterdã, Schengen e Lisboa no processo de integração europeu revela-se não apenas no fato de haverem sediado negociações para o surgimento de tratados constitutivos do direito comunitário e da integração, mas também como "locus" do processo de coconstrução da EU entre diversos sujeitos do DI, como Estados, Organizações Internacionais (OI) e indivíduos.

Em que pesem precedentes anteriores às guerras mundiais do século XX, como a união aduaneira do Zollverein entre Estados alemães, pode-se afirmar que a integração europeia começa a se tornar realidade jurídica na esteira dos conflitos de 1914 e 1939. Paris, que fora o local da "paz punitiva de Versalhes", responsável, em boa medida, pelo fracasso da Liga das Nações, ganha importância após a Segunda Guerra Mundial como sede das negociações que desembocaram na Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). A Comissão da CECA – organização baseada na ideia de homens como Jean Monnet de que a interdependência econômica evita a guerra – pode ser vista como uma das primeiras transferências de soberania que os Estados europeus fizeram aos órgãos comunitários. Essa transferência embasa a noção de supranacionalidade.

A integração europeia se adensou juridicamente nas cidades de Roma, Maastricht e Amsterdã. O tratado de Roma (1957), responsável por criar a Comunidade Europeia, definiu as bases do projeto integracionista, pautado não apenas na coordenação entre órgãos como conselhos e comissões, mas também por abrir caminho à definição de posições conjuntas dos Estados membros em relação a terceiros Estados, como na definição de preferências comerciais às ex-colônias (tratados de Iaundé, Lomé e Cotonou). O tratado de Roma também esclareceu o objetivo comunitário de criar mercado comum, superando as fases de zona de livre comércio, união aduaneira e desembocando ao fim ao cabo em uma união entre Estados. Maastricht, por sua vez, avança na institucionalização jurídica do bloco em 1992. O tratado de Maastricht definiu os pilares da UE, evidenciando o caráter de processo misto, entre a intergovernamentalidade e a supranacionalidade: a cada pilar variava o grau de soberania que os Estados transferiam ao bloco. Definem-se, assim, competências supranacionais, intergovernamentais (em que não há transferência) e de cooperação. Tanto Amsterdã, como Nice, aprofundam esforços de institucionalização do bloco europeu, atraindo novos membros à UE.

Quanto às cidades de Schengen e Lisboa, seus significados jurídicos são bastante diversos, mas ambos apontam para o desejo europeu de integrar sociedades, e não apenas Estados. Em Schengen foi firmado acordo visando à livre circulação de pessoas, o qual não se limita a membros da UE. A liberdade de circulação reforça a preocupação europeia com a cidadania no bloco, a fim de garantir mobilidade ao indivíduo, beneficiário último da integração, que tem assim reforçada sua personalidade jurídica internacional. O tratado firmado em Lisboa (2007), por seu turno, substituiu os pilares da UE por competências classificadas em domínios: domínios de competência exclusiva, partilhada e subsidiária. Exemplo do primeiro é a política externa e de segurança comum; do segundo, a política agrícola comum; e do terceiro, a competência dos Estados em temas como cultura e turismo. O tratado também atribuiu personalidade jurídica internacional à UE, reforçou os poderes legislativos do Parlamento Europeu (que decide junto com o Conselho Europeu na criação do direito comunitário), e reconheceu, ainda, "status" comunitário às normas da Carta Europeia de Direitos Humanos (artigo 6º do tratado de Lisboa)

Misto de intergovernamentalidade e supranacionalidade, a integração europeia requereu que os constitucionalismos se abrissem ao Direito Internacional. O paradigma do diálogo intersistêmico entre direito interno e internacional superou a dicotomia doutrinária entre monismo e dualismo, reforçando a validade e a eficácia das normas internacionais na sociedade globalizada. O processo de integração europeu, portanto, pode ser visto como símbolo da internacionalização do direito constitucional. Igualmente, ao estabelecer hierarquia entre a normativa comunitária, que tem efeito direto e aplicabilidade imediata, a integração europeia reforçou a verticalização na sociedade internacional, originalmente anárquica. Nesse sentido, ao exigir, por exemplo, a observância dos direitos humanos como condição "sine qua non" da participação na UE, este bloco contribui para a preservação dos valores mais caros à comunidade internacional, apontando, inclusive, para processos de constitucionalização do direito das gentes.

QUESTÃO 3

Um dos aspectos mais controversos nos casos contenciosos perante a Corte Internacional de Justiça (CIJ) é o estabelecimento de sua jurisdição. Discorra sobre as várias formas de fixação da competência da CIJ, mencionando precedentes do principal órgão judiciário da Organização das Nações Unidas.

Extensão máxima: 40 linhas
[valor: 20 pontos]

Ana Maria Garrido Alvarim (20/20)

A Corte Internacional de Justiça, criada pela Carta da ONU, representa importante evolução da juridicização do Direito Internacional. Apesar de todos os Estados-partes da ONU serem parte do Estatuto da CIJ, a competência contenciosa daquele Tribunal não é universal. Os Estados devem, expressamente, aceitar essa competência da Corte.

Cabe ressaltar que a CIJ julga apenas questões entre Estados soberanos, com base nas fontes do Direito Internacional estabelecidas no artigo 38 do seu Estatuto. Enquanto a CIJ pode emitir pareceres consultivos sobre situações jurídicas envolvendo um Estado sem haver sua autorização, no caso de sua jurisdição contenciosa, os Estados partes de uma controvérsia devem aceitar expressamente sua competência contenciosa. Uma das formas mais usuais para tal é por meio do depósito da Cláusula Facultativa de Jurisdição Obrigatória (Cláusula Raul Fernandes). Por meio dessa, a CIJ poderá julgar qualquer caso que envolva dois ou mais Estados que tenham depositado a cláusula, desde que um deles leve sua controvérsia à Corte. Exemplo de processo que seguiu esse ritual é o concernente ao caso entre Alemanha e Itália de 2012 sobre imunidade de execução, visto que todos os membros da União Europeia devem aceitar a jurisdição contenciosa da CIJ.

Outro meio pelo qual a CIJ pode fixar sua jurisdição contenciosa é por meio da existência de tratados que estabeleçam a obrigatoriedade da solução de controvérsia na CIJ. A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados estabeleceu, em um de seus artigos, que qualquer controvérsia poderia ser levada à CIJ. O Brasil ratificou a Convenção com reserva a esse artigo, visto que não reconhece a jurisdição contenciosa da CIJ. Nesse âmbito, a decisão da Corte sobre os limites marítimos entre Peru e Chile foi realizada com base em tratado.

Outra maneira de exercício da competência contenciosa da CIJ é em casos concretos. Um Estado que não tenha aceitado esse tipo de jurisdição pode levar uma controvérsia à Corte Internacional de Justiça, desde que a outra parte da controvérsia também aceite. Esse meio é, entretanto, mais raro.

Verifica-se que existem diversos meios para que um Estado leve suas controvérsias à CIJ mesmo nunca tendo aceitado expressamente em documento esse desejo. Casos emblemáticos como Nicarágua x EUA (Contras), o caso Nottebohm, o caso da Plataforma do Mar do Norte e, mais recentemente, o caso Bolívia x Peru sobre limites territoriais perfazem o extenso rol de jurisprudência da Corte Internacional de Justiça, que representa importante instituição de promoção do Direito Internacional e da solução pacífica de controvérsias.

Helges Samuel Bandeira (20/20)

A CIJ, corte criada como órgão da ONU, tem competência consultiva e contenciosa. Sua jurisdição, nos casos contenciosos, pode ser estabelecida de quatro maneiras: existência de cláusula facultativa de jurisdição obrigatória; tratado anterior entre as partes, prevendo recurso à corte; acordo “ad hoc” entre as partes, para levar o caso à Haia; e prorrogação de foro.

A cláusula facultativa de jurisdição obrigatória é, como seu próprio nome diz, facultativa, mas obriga os Estados que aderiram a ela a aceitar a jurisdição da corte caso emirja controvérsia com outro Estado ou conjunto de Estados que a ela, outrossim, aderiram. A aplicação da cláusula Raul Fernandes pauta-se, assim, pelo princípio do mínimo denominador comum: um Estado que não aderiu à cláusula não pode exigir que outro que aderiu esteja obrigado a submeter-se à jurisdição da CIJ. A cláusula facultativa foi utilizada pela Nicarágua para levar os EUA à CIJ, por conta da atuação dos “contras”. Após sua condenação, os EUA retiraram sua adesão à cláusula facultativa de jurisdição obrigatória e, como o Brasil, hodiernamente só pode ser levado à corte por alguma outra das três hipóteses.

É possível que dois ou mais Estados hajam pactuado que mediante o surgimento de alguma controvérsia entre eles, recorreriam à CIJ. Tal possibilidade é vislumbrada por exemplo pela Convenção de Viena de Direito dos Tratados no caso de controvérsia quanto à interpretação do jus cogens; salienta-se, porém, que o Brasil fez reservas quando aderiu à supracitada convenção, uma das quais afastando tal possibilidade.

Os Estados podem ainda, mediante o surgimento de uma controvérsia entre eles, decidir levar o caso, de comum acordo, à CIJ. Nos marcos da necessidade de solução pacífica de controvérsias propugnada expressamente pela Carta da ONU, nada mais lógico que mediante o surgimento da controvérsia, os Estados recorram à CIJ. Salienta-se, porém, que nunca prosperou nessa corte reclamação contra o Brasil, apesar de a possibilidade ter sido aventada por Honduras.

Por fim, é possível que o Estado não se defenda preliminarmente quanto à incompetência da corte, o que implica na prorrogação de foro. Foi por meio de “forum prorrogatum” que a Albânia foi chamada à corte da Haia no Caso do Canal Corfu proposto pelo Reino Unido. Aponta-se também para o Caso do Pessoal Diplomático da Embaixada Americana em Teerã como outro caso em que a prorrogação de foro foi alegada.

Cumpre salientar, à guisa de conclusão, que é a própria CIJ que dispõe da competência para afirmar se é competente ou não, algo que os jurisconsultos francófonos chamam de “compétence de la compétence”.

Clarissa De Souza Carvalho (20/20)

A Corte Internacional de Justiça (CIJ), herdeira da antiga Corte Permanente de Justiça Internacional, é o principal órgão judiciário das Nações Unidas (ONU). Todo Estado membro da ONU é, "ipso facto", parte do Estatuto da CIJ. Ser parte nesse tratado, porém, não é suficiente para que se afirme a jurisdição obrigatória da corte, pois há várias formas de fixação da competência da CIJ. Vale lembrar que, excepcionalmente, Estado não membro da ONU pode acessar a CIJ desde que adira a seu estatuto ou seja autorizado pelo Conselho de Segurança (CSNU). A CIJ tem competências consultiva e contenciosa no exercício de suas funções.

Há três formas principais para a fixação da competência da CIJ, que pode julgar exclusivamente casos envolvendo controvérsias entre Estados. A primeira denomina-se cláusula facultativa de jurisdição obrigatória, solução proposta pelo brasileiro Raul Fernandes e que se baseia no princípio da reciprocidade. Estado que tenha firmado essa cláusula estará reconhecendo a competência da CIJ sempre que acionado, mas só pode basear pleito nessa cláusula se sua contraparte no contencioso também tiver se obrigado pela cláusula Raul Fernandes. A segunda possibilidade de competência da CIJ caracteriza-se pela existência de tratado no qual dois ou mais Estados acordaram levar eventuais disputas à Corte. Essa previsão, por exemplo, é feita na Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, no artigo 66, ao qual o Brasil fez reserva. Finalmente, um Estado pode reconhecer de forma "ad hoc" a competência da CIJ, manifestando sua vontade nesse sentido, tanto explícita como tacitamente. Acionar a Corte, por exemplo, significa reconhecimento tácito.

Quando se discorre sobre a competência da CIJ, é vital mencionar o entendimento da própria corte a respeito de sua "compétence de la compétence". Podendo conhecer de controvérsia jurídica relativa a qualquer tratado internacional, não apenas a Carta da ONU, a CIJ se reserva o direito de afirmar sua competência em cada caso. Essa jurisprudência foi assentada no Caso Lockerbie, no qual a Corte foi questionada sobre a possibilidade de se pronunciar e expressou tal prerrogativa. No plano da competência consultiva, é preciso destacar que apenas a Assembleia Geral e o CSNU, além de outros órgãos da ONU devidamente autorizados pela Assembleia, podem solicitar parecer consultivo à CIJ, o qual faz "coisa julgada interpretada", no dizer de Carvalho Ramos.

Entre os inúmeros precedentes da Corte que abarcam temas de sua competência, merece destaque o Caso Nicarágua, pelo qual a CIJ esclareceu seu caráter exclusivamente jurídico. O fato de o CSNU estar lidando com determinada questão pode impedir o exame desta pela Assembleia (artigo 12 da Carta da ONU), mas não a atuação jurisdicional da Corte. Outro precedente célebre relativo às competências da CIJ foi o caso La Grand, no qual a Corte reiterou o caráter obrigatório de suas medidas provisórias, embora este tenha

sido desrespeitado por países como os Estados Unidos, em afronta à jurisdição da CIJ.

Em outras situações, a Corte manifestou não poder conhecer de disputas por razões diversas. No caso Atividades Armadas no Congo, a CIJ afirmou que nem mesmo violação a norma de "jus cogens" afasta a exigência de que sua competência seja reconhecida pelos Estados em disputa. Entendimento relacionado foi proferido no Caso Responsabilidade Internacional do Estado (Alemanha versus Itália), quando a CIJ reiterou que violações de normas imperativas não afastam a imunidade do Estado estrangeiro frente a cortes de outros Estados. Percebe-se, portanto, que, apesar de controverso, o tema da fixação da competência da CIJ se baseia em normas decorrentes de fontes como a Carta da ONU, o Estatuto da CIJ e de meios auxiliares como sua esclarecedora jurisprudência em vários casos.

PIOR NOTA (12/20)

A Corte Internacional de Justiça, meio jurisdicional judiciário, segundo classificação clássica de Francisco Rezek, dispõe de duas competências fundamentais: uma litigiosa e outra consultiva. A jurisdição da CIJ para cada uma das competências é distinta e foi prevista não apenas na Carta da ONU e no Estatuto da CIJ, mas em seus próprios julgados e na emissão de seus pareceres consultivos, na medida em que detém a competência de definir sua competência.

A jurisdição litigiosa é acessível apenas aos Estados, que podem se obrigar por meio de depósito e aceitação da cláusula facultativa de jurisdição obrigatória (36.2); de cláusula ad hoc e por meio de tratado que preveja a CIJ como foro jurisdicional apropriado. Excepcionalmente é prevista a possibilidade de Estados não membros da ONU se tornarem partes do Estatuto, desde que contem com a recomendação do Conselho de Segurança e aprovação da Assembleia Geral, como ocorrido com a Suíça, por exemplo. Para que a CIJ se pronuncie e exerça sua competência litigiosa é necessário, no entanto, que haja uma controvérsia jurídica sobre direito, tal como definida no Caso Mavrommatis (CPIJ). A CIJ também determinou não julgar casos que sejam fundados apenas em aspectos políticos, devendo haver controvérsias acerca de direito, o que restou evidente no Caso Lockerbie. Ademais, a causa do pedido não pode ser fundada exclusiva e principalmente em direito de terceiros Estados, tal qual ocorrera no caso envolvendo Portugal e Austrália sobre questões relativas à Indonésia e o Timor Leste, o que evidencia a necessidade da vontade do Estado em se obrigar.

A competência consultiva da CIJ, pela qual são emitidos parecers consultivos não obrigatórios, não é, por sua vez, acessível aos Estados. Somente o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral da ONU podem solicitar o parecer consultivo da Corte sobre determinada questão de Direito. As agências especializadas da ONU, como a UNICEF e a UNESCO, podem solicitar pareceres desde que autorizadas pela Assembleia Geral da ONU e devem ser sobre tema pertinente à atuação e funções da agência especializada. O parecer consultivo de 2010 sobre a declaração unilateral do Kosovo, a partir de solicitação da AGNU, bem como sobre o uso de armas nucleares, exemplifica a importância dos pareceres, na medida em que, embora não vinculantes, são capazes de influenciar determinantemente questões controvertidas no âmbito internacional, dando forma ao que, para o âmbito da Corte Interamericana de Direitos Humanos, André de Carvalho Ramos chamou coisa julgada interpretada.

A CIJ define sua competência e jurisdição não apenas a partir dos seus instrumentos constitutivos, mas também por meio de sua atuação, tanto por meio de pareceres consultivos quanto de decisões litigiosas. Essas prerrogativas garantem papel fundamental para a CIJ na evolução do Direito das Gentes.

QUESTÃO 4

Considerando que, com o objetivo de favorecer a aproximação bilateral e o desenvolvimento da região fronteiriça determinado país fronteiriço proponha ao Brasil a negociação de tratado bilateral segundo o qual todos aqueles nascidos a cinquenta quilômetros da fronteira comum tenham reconhecida, além da nacionalidade de seu país de origem, a nacionalidade do país vizinho, analise a viabilidade jurídica dessa proposta.

Extensão máxima: 40 linhas
[valor: 20 pontos]

Helena Hoppen Melchionna (20/20)

Para verificar a viabilidade jurídica de um tratado bilateral que concedesse a nacionalidade brasileria aos indivíduos de dado país vizinho, de forma recíproca, é preciso analisar a questão sob uma perspectiva de direito interno e de direito internacional. Leva-se em consideração, ainda, que cabe, via de regra, ao direito interno dos Estados determinar como se dá a concessão de sua nacionalidade de forma soberana.

Em termos de direito interno, a Constituição de 1988, art. 12, estabelece os requisitos para que um indivíduo possa obter nacionalidade brasileira. Será brasileiro nato que nascer no Brasil (jus soli), desde que não seja filho de agentes estatais estrangeiros; quem for filho de pai ou mãe brasileira nascido no exterior, devidamente registrado perante autoridades brasileiras e podendo optar pela nacionalidade brasileira ao atingir maioridade civil (jus sanguini); e quem for filho de agentes estatais brasileiros nascido no exterior (jus sanguini). Logo, o indivíduo do país vizinho só poderia ser brasileiro nato nessas circunstâncias.

O art. 12 também estabelece as condições para que alguém seja brasileiro naturalizado. Nesse caso, se o estrangeiro for proveniente de país de língua portuguesa, é necessário que resida no Brasil há pelo menos um ano e demonstre idoneidade moral. Caso o estrangeiro seja de qualquer outro país, é preciso residir ao menos 15 anos no Brasil e não pode ter condenação criminal. Nesse sentido, o tratado proposto só seria viável se todos os indivíduos do outro país apresentassem essas condições necessárias para a naturalização, o que é, obviamente, uma situação quase impossível. Como os tratados entram na legislação brasileira com natureza infraconstitucional, esse tratado não poderia ser cumprido, sob a perspectiva do direito interno, devido ao princípio do primado da Constituição. Logo, a menos que houvesse reforma constitucional, esse tratado seria inviável pela legislação brasileira, podendo o Brasil incorrer em responsabilidade internacional caso o firmasse.

Do ponto de vista do direito internacional, essa concessão de nacionalidade só seria reconhecida caso houvesse algum tipo de vínculo social

efetivo entre o indivíduo e o Brasil, tal como o jus solis ou o jus sanguini. A necessidade de comprovação da existência desse vínculo foi consagrada no caso Nottebom, no âmbito do qual a CIJ considerou que a Guatemala não era obrigada a reconhecer a nacionalidade concedida por Luxemburgo a um indivíduo com o qual esse país não tinha qualquer vínculo. No caso do possível tratado entre o país vizinho e o Brasil, dificilmente poder-se-ia comprovar a existência de vínculo social efetivo entre o país e o indivíduo estrangeiro, de forma que esse tratado também seria inviável para fins de direito das gentes.

Verifica-se, assim, que o tratado seria inviável em termos de direito internacional e de direito interno – mesmo porque, a Constituição brasileira só permite a dupla nacionalidade se o outro Estado reconhecer a brasileira como primária. O que poderia ser feito, de forma alternativa, seria algum acordo nos moldes do Estatuto da Igualdade existente entre Brasil e Portugal, o qual permite a concessão de cidadania brasileira a portugueses, desde que preenchidos certos requisitos.

Camilla Neves Moreira (20/20)

A faixa de fronteira, definida pela Constituição Federal em 150 quilômetros a partir do limite internacional, tem frequentemente regulamentação especial, decorrente de sua característica especial de forte contato com países vizinhos evidenciando elevado nível de interdependência, além de sua importância na defesa nacional. A proposição de negociar tratado bilateral que reconheça nacionalidade originária aos nascidos a cinquenta quilômetros da região fronteiriça coaduna-se com a transição do Direito Internacional de coexistência (marcado por rivalidades e preocupação excessiva com a defesa da soberania westphaliana) para um Direito de cooperação, facilitador de aproximações. Entretanto, é mister analisar a viabilidade jurídica da proposta.

A possibilidade de aplicação diferenciada do princípio da soberania à faixa de fronteira apresenta precedentes jurídicos importantes, como a soberania compartilhada via concessão em condomínio ao Uruguai da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão no início do século XX ou gestões integradas atuais que permitem entre Brasil e vizinhos mútuo acesso a sistema de saúde na faixa de fronteira. Nessa perspectiva de institutos jurídicos diferenciados à região de fronteira, a proposta tem viabilidade jurídica, embora requeira adaptação de 50 para os 150 km previstos pela CF. Além disso, a concessão de nacionalidade representa ato de soberania cujos requisitos podem ser discricionariamente estabelecidos pelos Estados, de modo que, sob esse aspecto, a decisão bilateral de conceder dupla cidadania originária aos nascidos na faixa de fronteira tem viabilidade jurídica.

Entretanto, as hipóteses de nacionalidade originária brasileira elencadas na CF têm status hierárquico superior e constituciuonal, não podendo, nesse diapasão, ser modificadas por tratado bilateral, visto que, embora superada para temas de Direitos Humanos sob o paradigma da Emenda Constitucional 45/2004, a tese da legalidade ordinária dos tratados, com base no RE 80004 de 1977, continua a vigorar sobre os demais temas. Tendo a CF hierarquia superior a possível tratado bilateral que vise a adicionar nova hipótese de nacionalidade originária, não alcança este o fim jurídico pretendido, pois sua inferioridade normative impede seus efeitos. No caso brasileiro, a nova hipótese de nacionalidade proposta só pode ser adicionada ao rol constitucional por medio de emenda constitucional, não constituindo, portanto, o tratado referido o meio jurídico adequado, de modo que a proposta é inviável juridicamente.

Verifica-se que, embora juridicamente viável na perspectiva de possibilidade de regulamentação diferenciada à faixa de fronteira e de ser a atribuição de nacionalidade ato discricionário, a proposta de tratado para prever

nova hipótese de nacionalidade brasileira aos nascidos na região de fronteira comum sob a jurisdição do país fronteiriço não tem viabilidade jurídica no Brasil, visto que violaria a hierarquia do ordenamento jurídico pátrio, tendo tratado status de lei ordinária e sendo, portanto, incapaz de alterar previsões constitucionais.

Diego De Souza Araújo Campos (20/20)

A questão da nacionalidade é tema de Direito Interno dos Estados e, no caso brasileiro, abrange a expressão constitucional, insculpida no artigo 12 da Carta Magna de 1988. Sendo assim, o caso em tela enseja a análise de tratado internacional que versa sobre nacionalidade em relação aos ditames constitucionais.

O artigo 12 da Constituição brasileira adota o critério jus solis, com possibilidades inerentes ao jus sanguinis para a aquisição da nacionalidade originária brasileira. Além disso, apresenta as possibilidades da aquisição da nacionalidade derivada. De forma clara, o legislador brasileiro buscou evitar a apatridia, em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e com o Pacto de São José da Costa Rica, que menciona, inclusive, a concessão na nacionalidade do local de nascimento do indivíduo no caso de ele não ter direito a outra.

Como tema constitucional, a questão da atribuição da nacionalidade brasileira associa-se ao respeito à soberania (fundamento constitucional) e à independência nacional, um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil. Além disso, convém mencionar que o tratado bilateral em apreço seria equivalente a uma lei ordinária, tendo em vista que ele precisaria ser recepcionado pelo Brasil por ato subjetivamente complexo entre os Poderes Executivo e Legislativo.

O tratado bilateral em exame, entretanto, apresenta inconstitucionalidade flagrante, ao tratar de questão afeta à norma suprema do país, com base no topo da pirâmide de Kelsen. Por isso, ainda que o controle preventivo de constitucionalidade do Poder Executivo (ao assinar e ao ratificar) e do Poder Legislativo (ao referendar o tratado sob a égide do artigo 49 da Constituição) falhassem, poderia haver a apreciação do Pretório Excelso por meio de controle direto de inconstitucionalidade.

Além da inconstitucionalidade relacionada à afronta ao artigo 12 do Texto Fundamental, o tratado bilateral em análise fere os princípios constitucionais supracitados, especificamente o fundamento da soberania e o princípio da independência nacional. É inconcebível que norma equivalente à lei ordinária pretenda emendar a Constituição, visto que tal hipótese se mostra taxativa no artigo 60 do documento fundamental.

Pelo exposto, defende-se a inviabilidade jurídica da proposta apresentada por tratar de tema constitucional, o que levará à flagrante inconstitucionalidade tanto material quanto formal. O Estado brasileiro é soberano para decidir quais são os seus nacionais e respeita os princípios internacionais. A inconstitucionalidade desse tratado bilateral, portanto, impede a sua recepção pelo ordenamento jurídico pátrio.

PIOR NOTA (12/20)[14]

Conforme o hodierno direito internacional a nacionalidade é uma questão intimamente imbricada à soberania, verdadeiro fundamento da República Federativa do Brasil conforme o art. 1º I da Constituição Federal (CF). Apesar da ampla liberdade de ação dos Estados quanto ao reconhecimento ou atribuição de nacionalidade no seu próprio ordenamento jurídico, podem ser estabelecidas limitações para que essa nacionalidade surta efeitos no âmbito internacional.

A Carta da ONU expressamente garante aos Estados temáticas de sua atuação exclusiva. Poder-se-ia argumentar que a nacionalidade pode ser considerada como uma dessas temáticas. Ora, qualquer Estado está livre para adotar o critério que julgar conveniente para a atribuição de sua nacionalidade. Enquanto os países europeus tendem a preferir o "jus sanguinis", os americanos preferem o "jus soli" - ou uma combinação de ambos, conforme consubstanciado no art. 12 da CF.

Cumpre salientar, porém, que a nacionalidade é um direito humano elencado não só pela Declaração Universal dos Direitos Humanos como

---

[14] Comentário do autor: Insatisfeito com a nota, o candidato interpôs recurso:

"Em sua resposta, o candidato apresenta sólida fundamentação jurídica (jurisprudência internacional, tratados internacionais e Constituição), caso o Brasil deseje celebrar o referido tratado. Como se trata de parecer, o cadidato enfatiza quais seriam as consequências da celebração do referido tratado e sua possível viabilidade, caso isso fosse do interesse brasileiro. O candidato desenvolve sua análise da seguinte forma:

Introdução: O candidato inicia sua resposta enfatizando o entendimento cristalizado no caso Nottebohn de que apesar da liberdade dos Estados na atribuição de sua nacionalidade no que tange o seu direito interno, há limitações para que essa nacionalidade surta efeitos no plano do direito internacional.

2º parágrafo: O candidato evidencia a liberdade de ação dos Estados na atribuição de sua nacionalidade, considerando o atual direito internacional e especifica o artigo da Constituição que trata da nacionalidade no Brasil, indicando a possibilidade de sua modificação.

3º parágrafo: O candidato explora as limitações internacionais no que tange a possibilidade de atribuição da nacionalidade - o repúdio à apatrídia, presente em diversos documentos internacionais, e a necessidade de que essa nacionalidade seja efetiva

4º parágrafo: O candidato apresenta fundamento constitucional para a celebração do tratado. Ora, o enunciado fala em país vizinho, então é evidente que se trata de país latino-americano, é possível, portanto, vislumbrar que a a exegese do art. 4º parágrafo único poderia ser utilizada para fundamentar a celebração do referido tratado.

conclusão: Os países poderiam celebrar o referido tratado livremente. Bem certo que talvez teriam que fazer ajustes em seus ordenamentos jurídicos internos, mas não há nenhuma norma que os impeça peremptoriamente de celebrar o referido tratado.

Considerando que, por mais outras posições sobre o tema sejam possíveis, o candidato utilizou-se de sólidos argumentos jurídicos e escorreito léxico jurídico, para justificar a viabilidade do tratado, caso isso fosse do interesse do Brasil, e indicou os seus possíveis questionamentos (principalmente no âmbito internacional), merece a majoração de sua nota."

A banca indeferiu:

"Recurso indeferido. Além da recorrente utilização de linhas suplementares, a resposta não aborda, de modo claro e suficiente, elementos essenciais esperados na resposta, com base nas normas constitucionais que disciplinam o instituto da nacionalidade perante o ordenamento brasileiro. A pontuação foi atribuída à luz do conjunto das respostas dos demais candidatos e reflete tal comparação"

também pela Convenção Americana de Direitos Humanos. A garantia de atribuição de nacionalidade visa a evitar a situação indesejável em uma ordem jurídica ainda protagonizada por Estados, a proliferação da apatrídia. Outra limitação à atuação estatal nessa seara é a necessidade de a nacionalidade ser efetiva para que o Estado possa, por exemplo, oferecer proteção diplomática, conforme já decidiu a Corte da Haia no Caso Nottebohn.

No caso em tela, poder-se-ia argumentar, caso a constitucionalidade da proposta fosse questionada, que a aproximação bilateral com o país vizinho encontra respaldo jurídico-constitucional no parágrafo único do artigo 4º da Constituição, pois fomenta a integração latino-americana. Ademais, a proposta consolidaria situação fática representada pela porosidade existente em sinápticas relações transfronteiriças do Brasil com seus vizinhos e seria mais um passo rumo à livre circulação de pessoas - parte fundamental de um mercado comum, como o Mercosul aspira a ser.

Resta claro, portanto, que os países poderiam livremente atribuir suas respectivas nacionalidades àqueles nascidos a cinquenta quilômetros da fronteira comum, cem como reconhecer a nacionalidade atribuída pelo país vizinho nos marcos desse acordo. Outros Estados, porém, não estariam obrigados por esse tratado e poderiam ou não reconhecer a efetividade dessa nacionalidade. Caso outros Estados não considerem essa nacionalidade como efetiva, fica obstada a projeção dessa dupla nacionalidade no direito internacional, impedindo destarte esses Estados de protegerem esses seus nacionais no exterior. Salienta-se, por fim, que apesar de uma nacionalidade derivada geralmente substituir uma originária nada impede a existência de duas nacionalidades originárias.

ECONOMIA

QUESTÃO 1

O regime de câmbio flutuante puro, na realidade, não se verifica há algum tempo em nenhum país. Mesmo os países que flutuam o câmbio, a exemplo dos Estados Unidos da América, da Europa do euro e do Japão, entre outros, intervêm, vez ou outra, no mercado cambial, adotando assim o denominado regime "sujo". No Brasil, desde a crise cambial de 1999, tem-se, na prática, um sistema de câmbio administrado pelas frequentes intervenções no mercado cambial, como se verifica nas subidas e descidas na curva de câmbio nominal real/dólar, especialmente a partir da crise financeira de 2008.

Considerando esse contexto, explique as razões dessas subidas e descidas, considerando, separadamente: (a) os fatores externos; (b) os fatores domésticos que resultam em apreciação cambial. Ao apresentar seus comentários, considere os seguintes elementos: liquidez internacional, taxas internacionais de juros, fluxo de capital externo, termos de troca, taxa de poupança doméstica, política fiscal do governo em termos de gastos e déficit público, e inflação.

Extensão máxima: 60 linhas

[valor: 30 pontos]

Flora Cardoso de Almeida Mendes Pereira (30/30)

A taxa de câmbio é o preço da moeda nacional em relação a uma moeda estrangeira, em geral o dólar. Em um contexto de câmbio flexível, modificações nessa taxa refletem alterações na oferta e na demanda do mercado de divisas. Se a oferta de dólares aumenta, por exemplo com a entrada de capitais externos, o aumento das exportações ou a venda de divisas pelo Banco Central, o real tende a valorizar-se. Se a oferta de dólares diminui ou a demanda por dólares aumenta, o real se desvaloriza. Diversos fatores externos e internos têm influenciado essa dinâmica.

No que se refere a fatores externos, a liquidez internacional, é elemento importante. As políticas monetárias expansionistas que os países desenvolvidos têm empregado para lidar com a crise, como o quantitative easing dos Estados Unidos, geram grande entrada de dólares em emergentes como o Brasil, o que a Presidente Dilma Rousseff chamou “tsunami monetário”. Essa entrada de dólares causa valorização cambial. A reversão dessas políticas expansionistas, ou a simples expectativa de reversão, como ocorreu em meados de 2013 em relação ao programa do FED dos EUA, gera efeito contrário.

Outro elemento são os juros internacionais, mantidos em patamares baixos por causa das políticas monetárias expansionistas. Em cenário de livre mobilidade de capitais, os capitais migram para países com taxas de juros mais altas, como o Brasil, valorizando a moeda nacional.

Os termos de troca, por sua vez, influenciam o mercado de divisas por causa do aumentou ou diminuição do valor das exportações líquidas. Nos anos 2000, os termos de troca evoluíram favoravelmente ao Brasil, sobretudo pelo alto crescimento da China e sua forte demanda por commodities exportadas pelo Brasil. A consequente alta do preço dessas commodities possibilitou grandes superávits na balança comercial brasileira, aumentando a oferta de dólares e favorecendo a valorização cambial. Recentemente, ocorre, contudo, certa redução do crescimento e da demanda da China, o que pode gerar efeito contrário ao já mencionado, com desvalorização cambial do real.

O fluxo de capitais externos é grande elemento modificador do mercado de divisas. A atração de capitais para países com juros maiores que os internacionais, estabilidade macroeconômica e baixo risco de investimento gera valorização do câmbio. É o caso do Brasil, ainda que recentemente uma agência de rating tenha aumentado o nível de risco brasileiro.

Em relação a fatores domésticos, a poupança doméstica, a política fiscal e a inflação são elementos importantes para a apreciação do real. A poupança doméstica brasileira, em torno de 15% do PIB, não é suficiente para financiar os investimentos do país. Dada a igualdade entre poupança e investimento, é necessário recorrer à poupança externa, que se materializa em déficits em transações correntes. Para financiá-los é necessário que a conta capital e financeira seja positiva, o que é favorecido pelo aumento de juros. Esses juros altos atraem capital externo, valorizando a moeda nacional.

A política fiscal do governo, em regime de câmbio flutuante, tende a apreciar o câmbio, quando há aumento de gastos ou déficit público. Isso ocorre porque, ao aumentar os gastos ou o déficit, o governo age no mercado de fundos emprestáveis, seja diminuindo a oferta de fundos caso se financie com a própria poupança, seja aumentando a demanda por fundos e concorrendo com agentes privados, o que aumenta a taxa de juros. O aumento de juros atrai capital externo e valoriza o câmbio. Ainda que o governo brasileiro tenha atingido a meta de superávit primário, gastos em investimentos podem ter esse efeito.

Por fim, a inflação pode ser uma causa de apreciação cambial. A recente alta dos preços internos, por fatores como o baixo desemprego, variações climáticas e a alta demanda, tem levado à realização de um ciclo de aperto monetário. A taxa SELIC tem sido aumentada, o que atrai capitais, valorizando o câmbio.

Diversos fatores agem simultaneamente sobre o câmbio brasileiro, sendo que a interação deles tem levado, principalmente, à valorização cambial nos últimos anos.

Gustavo Gerlach da Silva Ziemath (29/30)

São diversos os motivos que contribuem para a tendência de apreciação do câmbio no Brasil, na última década e, principalmente, desde a crise financeira de 2008. Pode-se elencar ao menos três fatores internacionais e quatro elementos da economia nacional.

O primeiro fator internacional é o excessivo aumento da liquidez no mercado externo, desde as crises econômicas deflagradas nos EUA (crise subprime) e na zona do euro (crise de dívidas soberanas). De modo a reverter o quadro econômico recessivo, os bancos centrais de EUA, do Japão e o da Zona do Euro lançaram mão de políticas fiscais e monetárias expansionistas. A manutenção, por tempo significativo, da política de afrouxamento monetário dessas moedas de elevada conversibilidade internacional aumentou a liquidez do mercado e fez investidores externos passarem a buscar mercados com maiores perspectivas de retorno, sobretudo mercados emergentes, como o Brasil, o que resultou na pressão pela valorização do Real, vez que aumentou a entrada de moeda externa (dólar, euro, iene) no país.

Essa dinâmica está intimamente relacionada com o segundo fator externo a ser analisado: a diminuição da taxa de juros internacional. O aumento da oferta de moedas de países desenvolvidos reduziu significativamente suas taxas de juros domésticas, o que tornou muito mais atrativo mercados como o brasileiro, que tem taxas básicas de juros elevadas para padrões internacionais. Dessa forma, na bastasse a tendência natural de entrada de mais moeda externa pela liquide internacional, a elevada taxa de retorno dos títulos públicos brasileiros reforçou essa tendência e, consequentemente, a pressão pela valorização do real. Esse fluxo de capital externo passou a ser mais substantivo no Brasil, também devido ao dinamismo da economia. Taxas de crescimento expressivas na segunda metade dos anos 2000 exacerbou as expectativas dos agentes estrangeiros em relação a economia brasileira. Isso favoreceu ainda mais a entrada de moeda externa, sobretudo entre 2009, quando o Brasil revele que retomaria rapidamente o crescimento, e 2011, quando o crescimento de 2010 de mais de 7% fez a conta capital e financeiro do balanço de pagamentos registrar superávit histórico. Assim, os três fatores externos (alta liquidez global, baixa taxa de juros internacional e excessivo influxo de capital externo) auxiliam na compreensão do porquê, após rápido momento de depreciação no auge da crise subprime (2º semestre 2008 e 1º semestre 2009, contexto de elevada incerteza internacional), a moeda brasileira voltou a valorizar, sendo uma das moedas que mais valorizaram no mundo.

No referente aos fatores nacionais que explicam a pressão baixista, destaca-se como o primeiro deles a valorização nos termos de troca de parte das exportações do país. O aumento da demanda internacional por bens

agrícolas e minerais fez o valor dessas commodities subir na última década. O Brasil, como exportador desses bens, foi beneficiado e registrou elevados superávits comerciais, o que pressiona pela valorização do real, já que a venda desses bens resulta no aumento da entrada de divisas estrangeiras. Entre 2008 e 2011 essa dinâmica foi ainda mais estimulada pela política chinesa de combate à crise internacional por meio do aumento nos investimentos públicos em infraestrutura, elevando a demanda por minérios. Hoje essa dinâmica se revela menos exacerbada, diante da redução no ritmo de crescimento chinês, embora os preços dos bens primários continuem acima do observado em décadas passadas.

Um segundo fator (nesse caso, estrutural) da tendência de apreciação do real é a baixa taxa de poupança doméstica. Ela faz com que o país precise captar poupança externa para financiar investimentos e dificulta redução substancial da taxa de juros do país. No atual contexto de baixa taxa de juros externa, isso corrobora o processo de entrada de capital no país (seja para investimento ou para especulação) e pressiona a valorização. Terceiro fator interno para a apreciação do real é a política fiscal expansionista anticíclica adotada no contexto da crise de 2008, a qual levou à redução da meta de superávit primário nos últimos anos e elevou a necessidade de financiamento do setor público. A redução na poupança do governo gerou um efeito deslocamento, reduzindo a oferta de poupança doméstica e corroborando para a manutenção da elevada tava de juros. Esses juros elevados, em conjunto com as políticas de esterilização, que evitam maior valorização do real via compra do excedente de moeda externa, mas que tem o custo de carregamento transferido para a dívida pública, acabam aumentando o déficit público, embora esse continue em níveis muito inferiores ao de economias desenvolvidas. Por fim, o quarto fator que pressiona a valorização do Real é a manutenção da inflação acima da inflação dos mercados de moeda conversível, o que encarece bens e serviços nacionais em termos de câmbio real e diminui a competitividade do produto nacional.

Verificam-se ao menos três fatores externos e quatro domésticos que pressionaram pela valorização do real nos últimos anos. Diante desse cenário e no contexto em que diversos países passam a administrar sua taxa de câmbio, cabe ao Brasil buscar meios de evitar que a apreciação do real continue.

Fernanda Maciel Leão (28/30)

Em um mundo globalizado, a taxa de câmbio representa importante instrumento para a política econômica de um país, uma vez que é capaz de influenciar a balança comercial e a taxa de juros, entre outras variáveis. No Brasil, variações da taxa de câmbio têm sido causadas tanto por fatores externos quanto internos.

Entre os fatores externos capazes de influenciar a taxa de câmbio está o fluxo de capital externo. Quando há grande entrada de capital externo no país, a taxa de câmbio se aprecia, uma vez que os investidores entram com os dólares, desejando trocá-los por reais, o que aumenta a procura por reais, gerando sua valorização. O grau de liquidez internacional está diretamente relacionado ao fluxo de capital externo, visto que maior liquidez engendra maior entrada de capitais. Esses dois fatores foram fundamentais, por exemplo, para a alta do real no ano passado, porquanto as políticas monetárias expansionistas dos Estados Unidos geraram excesso de liquidez internacional e grande entrada de capital externo em países emergentes. A perspectiva de revisão da política americana de quantitative easing, chamada de tapering, deu origem a um movimento inverso a partir do segundo semestre de 2013, com a desvalorização do real em relação ao dólar.

Outro fator externo determinante para as taxas de câmbio dos países é a taxa de juros praticada internacionalmente. Em um regime de livre fluxo de capitais, estes tendem a migrar para países que apresentem maiores taxas de juros, uma vez que o capital é melhor remunerado. Caso um governo deseje atrair capital externo, deve levar em consideração as taxas de juros praticadas internacionalmente e estabelecer um nível mais alto para suas taxas de juros. Taxas de juros mais altas atraem capital externo, o que pode acarretar a diminuição da taxa de câmbio, com valorização da moeda internacional. A perspectiva de aumento das taxas de juros dos EUA no ano passado diminuiu o fluxo de capital para países emergentes, resultando na desvalorização de suas moedas.

Os termos de troca dos produtos constituem outro fator importante, uma vez que impactam no saldo da balança comercial. Termos de troca mais favoráveis para um país geram a expansão, em valor, de suas exportações. Com maior entrada de dólares no país, a taxa de câmbio tende a se apreciar, com a valorização da moeda nacional.

Internamente, também diversos fatores podem influenciar a taxa de câmbio nominal, ou serem influenciados por ela, sendo um deles a poupança doméstica. No caso brasileiro, a poupança doméstica é extremamente baixa, em torno de 13%. Para um país em desenvolvimento, que necessita aumentar o investimento, a poupança doméstica não é suficiente. Dessa forma, é necessário atrair poupança externa, o que é feito por meio da alta da taxa de

juros. Taxas de juros altas atraem capital externo, o que, por sua vez, leva à valorização da moeda, com diminuição da taxa de câmbio.

A política fiscal do governo atua de maneira semelhante. Se a política fiscal governamental é expansionista, com aumento de gastos, há a necessidade de financiar esses gastos. Uma das maneiras de fazê-lo é atraindo poupança externa, o que ocorre por meio do aumento das taxas de juros, por exemplo, nas operações de mercado aberto, em que títulos da dívida pública são colocados à venda. Mais uma vez, juros mais elevados levam à atração de capital externo, o que tenderia à valorização da moeda nacional. O problema de financiar o déficit governamental por meio dessas operações é que o déficit tenderá a crescer no futuro. Nesse sentido, a geração de superávits primários pelo governo tende a ser positiva para o clima econômico. No ano passado, houve superávit primário no país.

Em economias com menores restrições à entrada de produtos estrangeiros, a taxa de câmbio nominal é importante para determinar a inflação. Se o dólar estiver relativamente mais caro, por exemplo, o preço interno dos produtos importados aumenta, o que aumenta as pressões inflacionárias. Recentemente, por meio da alta das taxas de juros, o governo tem tentado conter a inflação, que em 2013 foi de 5,91% de alta em relação a 2012, aproximando-se do teto da meta de 6,5%. Nesse sentido, é importante que não haja uma grande desvalorização do real, ou o preço dos produtos importados aumentará, acarretando a alta da inflação, o que seria prejudicial à economia brasileira.

Tendo em vista o que foi exposto acima, percebe-se que a taxa de câmbio constitui variável essencial para a economia dos países, não sendo diferente no caso do Brasil. O regime de câmbio flutuante pressupõe maior instabilidade econômica. Para diminuir essa instabilidade, faz-se necessária a adoção, na prática, de um sistema de câmbio administrado, em que as intervenções no mercado cambial levem em consideração as necessidades da economia brasileira.

PIOR NOTA (25/30)

O regime de câmbio flutuante foi adotado pelo Brasil no âmbito do Plano Real. Na ocasião, foi adotada a âncora cambial, que visava a impedir excessiva valorização da moeda nacional e seus decorrentes efeitos deletérios, especialmente o que concerne a inflação. As crises de 1999 e os ataques especulativos ao Real fizeram que a âncora fosse abandonada e a autoridade monetária passasse a intervir esporadicamente no mercado cambial a fim de controlar as oscilações da moeda. A partir da crise de 2008, houve considerável incremento nas pressões para valorização da moeda nacional, em função de fatores externos e fatores domésticos.

No âmbito externo, a crise ensejou o que Guido Mantega denominou “guerra cambial”, bem como o “tsunami monetário” aludido por Dilma Rousseff. Políticas adotadas em países centrais, especialmente o “quantitative easing” do FED, aumentaram a liquidez internacional. Em si, esse mecanismo aumenta o valor relativo do Real, dada a abundância de dólares no mercado financeiro internacional. Mas, sobretudo, a disparidade da taxa de juros doméstica e das taxas de outras economias fez que a liquidez abundante se dirigisse para o Brasil. Com efeito, os capitais buscam mercados que oferecem maiores rendimentos, como o Brasil que tem das mais altas taxas de juros do mundo. Ademais, políticas anticíclicas nos EUA e na Europa comprimiram taxas de juros, aumentando a disparidade. Dessa maneira, a liquidez internacional somada ao diferencial de taxas de juros fez que os capitais buscassem o Brasil. Esse movimento resultou em apreciação da moeda nacional, dado o aumento por sua procura. As intervenções do BACEN evitaram valorização excessiva, mas não foram capazes de impedir o surgimento de distorções na economia nacional. O Brasil procurou suscitar, no âmbito da OMC, discussão acerca das questões cambiais sem, no entanto, obter sucesso.

No âmbito interno, um conjunto de elementos corrobora a volatilidade cambial. Os estudos Prebisch e Furtado demonstraram haver um desequilíbrio estrutural decorrente da especialização da periferia no setor agroexportador e a especialização dos países centrais no setor manufatureiro. No longo prazo, comprovou-se que, na periferia, as exportações ficam mais baratas e as importações mais caras, relativamente. As oscilações cambiais reforçam esse processo, na medida em que a apreciação da moeda nacional aumenta a disparidade do poder de compra, deteriorando ainda mais os termos de troca. Conseqüência desse mecanismo, apontada pela CEPAL, é a tendência a déficit no Balanço de Pagamentos na periferia, o que demanda fluxos de financiamento que impedem a formação de poupança externa e corroem a poupança doméstica. Esta é comprometida pelo esforço do Governo e pelo padrão artificial de consumo adotado pelas famílias, ensejado por taxas desvalorizadas artificialmente, como na China.

Pode-se afirmar que a “flutuação suja” tem grave impacto fiscal no governo. As intervenções do BACEN supõe retirada de moeda estrangeira da economia; ora, os reais lançados no mercado, decorrentes dessa operação de compra precisam ser esterilizados, a fim de não provocar aumento da inflação, em função da Teoria Quantitativa da Moeda. A esterilização é feita por meio da emissão de títulos, o que impacta negativamente na dívida pública brasileira. Essas operações comprometem recursos que não são investidos no país, mas garante melhor equilíbrio do BP. Sobretudo, a contínua aplicação do mecanismo faz que os fluxos internacionais não cessem de se dirigir ao Brasil, e tendem a manter elevadas as taxas de juros. Não seria realista considerar que a esterilização elimina pressões inflacionárias. O elevado volume de importações provoca sérias distorções de preços, além de impactar diretamente em índices como o IGP-M. Especialmente elementos não passíveis de importação, como determinados serviços, têm aumento de pressões inflacionárias. O próprio mecanismo da âncora cambial demonstrou a vinculação entre câmbio e inflação.

A volatilidade da taxa de câmbio no Brasil enseja imprevisibilidade para os agentes. A elevação de operações de “swap” cambial e sua criação no âmbito dos BRICS demonstra essa preocupação. O tema tem suscitado debate por parte de economistas, nomeadamente no contexto de surgimento de déficit no BP e à sombra do risco de Doença Holandesa. Dada a existência de pressões de valorização do Real, endógenas e exógenas, não é fácil adotar uma proposta consistente. Para muitos, o câmbio flutuante tem se revelado incômodo, e a adoção de controles de câmbio seria oportuna a fim de equilibrar o mercado. Para outros, é preciso esperar sinais mais claros da reconfiguração econômica mundial. Enquanto isso, as oscilações penalizam o Brasil.

QUESTÃO 2

Análises a partir de novas bases de dados de comércio de bens e serviços finais e intermediários têm destacado os benefícios da participação em cadeias globais de valor (CGVs), mas, também, os desafios, em especial para países em desenvolvimento (e.g. World Investment Report 2013 – Global Value Chains: Investment and Trade for Development, UNCTAD, Geneva, 2013; Perspectives on Global Development – Industrial Policies in a Changing World – OECD, Paris, 2013).

Com relação a esse contexto, faça o que se pede a seguir.

a) Explique por que e como a participação em CGVs está associada ao desenvolvimento econômico.

b) A participação do Brasil em CGVs não apenas é relativamente modesta, mas se dá, basicamente, por meio do componente downstream de comércio, tal como mostra a figura abaixo, extraída do relatório da UNCTAD acima referido. Considerando essas informações, discorra sobre o que o modo e a intensidade da participação do Brasil nas CGVs revelam e as implicações econômicas e os riscos dessa participação, incluídos os principais desafios para as empresas brasileiras.

Participação nas CVGs dos 25 maiores exportadores mundiais, 2010

País	%
Singapura	82%
Bélgica	79%
Holanda	76%
Reino Unido	76%
Hong Kong, China	72%
Suécia	69%
Malásia	68%
Alemanha	64%
Coreia	63%
França	63%
China	59%
Suíça	59%
Rússia	56%
Arábia Saudita	56%
Itália	53%
Tailândia	52%
Japão	51%
Taiwan, China	50%
Espanha	48%
Canadá	48%
EUA	45%
México	44%
Austrália	42%
Brasil	37%
Índia	36%

Componente *upstream*
Componente *dowstream*

Fonte: UNCTAD, 2013, p. 132.

Extensão máxima: 60 linhas

[valor: 30 pontos]

Pedro Guerreiro Lopes Da Silveira (28/30)

Com a intensificação do processo de globalização, as cadeias globais de valor alteraram profundamente o paradigma produtivo até então vigente. A redução relativa dos custos logísticos, a atenuação das barreiras ao comércio internacional e a expansão da atividade industrial para novas fronteiras geográficas fragmentaram as cadeias produtivas mundiais. A constante busca por vantagens competitivas levou as empresas multinacionais a descentralizarem sua estrutura produtiva. Assim, passaram a buscar novos locais que oferecessem custos mais baixos, favorecendo o estabelecimento de verdadeiras cadeias produtivas globais. Isso intensificou o comércio internacional de componentes, cuja produção foi deslocada para a periferia do mundo, em geral. Por outro lado, o domínio tecnológico passou a ser o fator

fundamental para a criação de valor. A inserção internacional dos países nessa nova lógica produtiva relaciona-se, portanto, com suas perspectivas de desenvolvimento econômico.

A intensificação da concorrência internacional por investimentos produtivos levou à redução dos custos de produção de bens e serviços. Dessa forma, houve uma certa commoditização da atividade produtiva, com o incremento do processo de terceirização da produção, por exemplo. Com isso, a industrialização, tradicionalmente associada ao desenvolvimento econômico, atingiu novas zonas do globo, sem, no entanto, engendrar desenvolvimento. A proliferação de indústrias “maquiladoras” na fronteira mexicana e de meras montadoras de equipamentos no Sudeste Asiático a partir da importação de componentes é emblemática desse processo. Dado o baixo valor agregado atribuído a essas atividades, a geração de bem estar social oriunda desse novo esquema produtivo é reduzida. Em compensação, os grandes centros produtores de tecnologia concentram os ganhos da maior parte da cadeia, beneficiando-se das reduções de custos e do aumento de suas margens. Portanto, contemporaneamente, o desenvolvimento econômico está associado à forma como as economias domésticas aderem à lógica das cadeias globais de valor.

O Brasil realmente ainda apresenta tímida participação nas cadeias globais de valor. Historicamente, o desenvolvimento econômico nacional deu-se por meio da substituição de importações, processo que se esgotou durante a década de 1980. Com a abertura comercial empreendida no início dos anos 1990 e as iniciativas de integração econômica regional, como o MERCOSUL, o país buscou rever sua inserção internacional, participando mais ativamente no comércio internacional. Entretanto, ainda se pode reconhecer que o consumo interno tem sido o principal motor do crescimento brasileiro nos últimos anos, apesar de esforços para se diversificar parcerias comerciais. No mercado automobilístico, um exemplo clássico de cadeia global de valor, o país ainda pratica taxas de importação acima da média mundial, o que ocasiona uma relativa baixa competitividade mundial, apesar da escala da produção nacional e da importância do mercado interno brasileiro. Nesse sentido, ainda se verifica a predominância de um modelo de crescimento voltado para dentro.

De qualquer forma, não se pode comparar a participação brasileira nas cadeias globais com a de países como Singapura e Holanda, que baseiam sua inserção econômica em forte atividade portuária e possuem um diminuto potencial de consumo interno. Países de dimensões continentais, como Canadá, os EUA, a Austrália e a Índia, localizam-se, no ranking apresentado pelo enunciado, em posição similar à do Brasil. É de certa forma compreensível que a participação do componente upstream seja menor do que a verificada em países que não contam com um parque industrial tão completo quanto o brasileiro. Nesse sentido, a diversidade presente na composição do produto

brasileiro determina, em alguma medida, uma menor integração de sua produção nas cadeias globais de valor.

Com relação às implicações econômicas, constata-se ainda um peso baixo do comércio exterior brasileiro no PIB, bem como um resultado em transações correntes deficitário na maior parte do tempo (superávits em transações correntes são mais uma exceção do que a norma, no caso brasileiro). A balança de serviços brasileira também é estruturalmente deficitária, dada à baixa presença de empresas brasileiras nos setores de fretes e seguros internacionais, por exemplo. Se por um lado, a força do mercado interno torna o país menos vulnerável à economia internacional, um risco possível da tímida participação brasileira nas cadeias globais de valor é a queda de competitividade das empresas nacionais. Sabe-se que o contato com a concorrência é um dos fatores que estimula a inovação, pois a busca de vantagens competitivas incentiva o surgimento de novas tecnologias, que ampliam a fronteira das possibilidades de produção. Nesse sentido, a baixa participação brasileira nas cadeias globais de valor não deixa de ser um obstáculo à internacionalização de empresas brasileiras, tanto como fornecedoras de componentes, quanto como consumidores de bens intermediários e exportadoras de produtos finais.

Diego de Souza Araujo Campos (27/30)

Em um mundo cada vez mais interdependente pela globalização, a participação dos países nas cadeias globais de valor (CGVs) torna-se necessária, inclusive para países em desenvolvimento, como meio de adensar a industrialização a interligá-la com o setor de serviços, de forma que se estimule o desenvolvimento econômico por meio da agregação de valor e da melhora da infraestrutura necessária. A participação do Brasil em CGVs ainda é relativamente modesta. Por isso, deve-se analisar o modo e a participação do Brasil nas CGVs e as implicações econômicas e os riscos inerentes a tal relação.

As CGVs representam cadeias de agregação de valor do produto. Tal agregação dá-se pela simbiose e pela sinergia entre os setores industrial e de serviços. Não basta produzir um produto com tecnologia estrangeira, existe a necessidade de inovar, de investir em desenvolvimento de novas tecnologias e de capital humano. Tome-se como exemplo o iPad, da Apple, o qual tem 90% do seu custo relacionado a royalties e a outras despesas associadas a serviços. Esse produto é feito na China, mas boa parte dos recursos auferidos direciona-se aos Estados Unidos. Outra forma de participar das CGVs é ilustrada por Cingapura: com modais de transporte e com sistemas de engenharia, como o porto e o aeroporto, esse país utiliza os serviços de infraestrutura para agregar valor a bens, finais e intermediários, produzidos em outros países, funcionando como hub de ligação da Ásia com o mundo. Essa participação ativa nas CGVs permite aumentar o componente upstream do comércio, gerando mais renda e emprego e multiplicando-se por toda a economia. Contribui-se, portanto, para o desenvolvimento econômico, visto que a interdependência dos fluxos comerciais se apresenta de forma ativa e não reativa.

O Brasil tem participação modesta em CGVs, com predomínio atual do uso das vantagens comparativas e competitivas das commodities nacionais, como comprova os produtos exportados pelo país, como minério de ferro e soja. O país passa por processo de “reprimarização” da pauta de exportações e de “desindustrialização precoce”, em que a diminuição da participação do setor industrial no PIB não foi acompanhada de aumento significativo da renda per capita. Nesse sentido, o Brasil vincula-se às CGVs por meio do componente downstream do comércio, imperando, na economia interna, os serviços (cerca de 70% do PIB) de baixa produtividade e de baixo valor agregado.

Por isso, o Brasil e as suas empresas precisam investir em inovação, em pesquisa e desenvolvimento, em capital humano e físico. Precisa-se diminuir o “custo Brasil”, atrelado à infraestrutura e à carga tributária, de modo a incentivar a inserção competitiva do país nas CGVs. Deve-se adensar a industrialização, aproveitando-se a transição demográfica, e estimulá-la por

meio das vantagens comparativas nacionais, como a agricultura. A inserção do país nas CGVs deve agregar valor ao produto nacional, com ajuda dos serviços de alta tecnologia, como faz a EMBRAER. O desafio reside em não apenas exportar produtos primários, mas produzir bens que aprofundem o processo produtivo interno e que permitem a inserção competitiva do país com base no componente upstream.

Caso contrário, o Brasil ficará refém das oscilações cíclicas dos preços das commodities, aumentando, cada vez mais, a dependência de poupança externa, consequência do déficit estrutural em Transações Correntes. Ademais, o setor primário exportador gera poucos empregos e o de serviços, no caso brasileiro, tem produtividade baixa, o que prejudica o crescimento sustentável da economia. Nesse cenário, há riscos inerentes à participação do Brasil nas CGVs por meio de produtos de baixo valor agregado, o que traz implicações econômicas importantes relacionadas ao setor externo da economia, como a diminuição do saldo da balança comercial e a dependência do influxo de capitais externos.

A participação em CGVs associa-se ao crescimento da renda e do emprego, bases do desenvolvimento econômico sustentável, desde que haja agregação de valor aos produtos. A “reprimarização” da pauta exportadora do Brasil e a desindustrialização precoce evidenciam implicações econômicas e riscos na inserção do Brasil nas CGVs. Necessita-se aprofundar a industrialização e, para tanto, os investimentos das empresas brasileiras - para aumentar a produtividade e a simbiose entre os setores primário, secundário e terciário – são elementos cruciais, de forma a desenvolver a economia sem dependência externa.

Ernesto Batista Mané Júnior (26/30)

As cadeias globais de valor (CGV) dizem respeito à nova estrutura produtiva que se vem esboçando, em nível generalizado, em que os sistemas produtivos estão distribuídos globalmente na produção de bens intermediários e finais, bem como a grande imbricação entre os setores de bens e serviços de alto conteúdo tecnológico. O sistema é reticular, o que significa que há pontos, ou nós, na rede que exercem o papel de comando na concepção, no design e no marketing desses produtos. Por outro lado, há pontos menos adensados na rede que se caracterizam pela fraca conexão com os demais pontos e estão responsáveis pela montagem dos componentes produzidos em outros locais. Um exemplo clássico desse tipo de relação com a rede são as “maquiladoras” mexicanas. O Brasil precisa buscar uma estratégia de inserção diferente nas CGV, que propicie o desenvolvimento econômico e não o deixe em posição subordinada na rede.

Evidências empíricas demonstram que países que possuem alta produtividade conseguem, no médio e no longo prazo, aumentar a renda de sua população. O Brasil, atualmente, padece de três anomalias que se configuram em um sério desafio para os formuladores de política econômica. Em primeiro lugar, o país passa por um processo de reprimarização de sua economia. Uma indústria que já ocupou 35% do PIB na década de 1980, atualmente, ocupa menos da metade desse percentual, com o agravante de não ter conseguido um nível de adensamento produtivo satisfatório. Em segundo lugar, o país conta com um setor de serviços que corresponde a 70% do PIB, cuja produtividade é notoriamente baixa. Em terceiro lugar, o país possui renda média, baixa poupança e seu bônus demográfico aproxima-se do fim. O país tem mais uma ou duas décadas para educar e qualificar tecnicamente sua população.

O crescimento econômico está relacionado ao crescimento do produto com a redução das desigualdades. Para atingir esse objetivo, será preciso aumentar a produtividade, sobretudo da população de baixa renda e das pequenas e médias empresas. A maneira pela qual a inserção nas CGV pode contribuir com esse fim está ligada ao fato de que se verifica o aumento da produtividade nas economias que se inseriram nessas redes, já que essas economias compartilham de práticas, mentalidade e marcos institucionais similares. A competitividade inerente a esse modelo de produção impõe aos pontos da rede a adequação aos mais altos padrões produtivos.

É preciso analisar mais detalhadamente a divisão setorial da economia brasileira em conexão com a CGV. Considerando a segunda anomalia da estrutura produtiva nacional – a de que 70% está ligada ao setor de serviços-, verifica-se que é nesse setor onde há grandes chances de aumento de

produtividade. Em uma cadeia, é importante que cada elo seja otimamente utilizado, caso contrário, ganhos de produtividade marginais em alguns elos podem ser perdidos se os elos finais são ineficientes. Atualmente, esse parece ser o caso do Brasil. Problemas estruturais, a exemplo das péssimas condições de mobilidade urbana nas grandes cidades do país, a relativa baixa velocidade de transmissão de dados digitais no país e a excessiva burocratização nas relações entre os agentes econômicos se somam ao baixo nível técnico-científico da população e resulta nas baixas produtividades verificadas nos elos produtivos nacionais.

Riscos e desafios são um lado da moeda; o outro lado são as oportunidades. O Brasil tem condições de inserir-se competitivamente nas CGV em nichos que o país apresenta vantagens competitivas. A quase incomensurável diversidade biológica encontrada em território brasileiro é, em verdade, uma reserva de valor que deve ser explorada economicamente. O Brasil pode tornar-se líder na área de bioengenharia, com desdobramentos na indústria farmacêutica, por exemplo. O agronegócio é outra área em que o Brasil deve adensar seus elos produtivos. Finalmente, a exploração de petróleo e gás em águas profundas tem a possibilidade de induzir o desenvolvimento de competências técnicas tanto na componente “upstream” quanto na “downstream” das CGV.

A população brasileira é bastante criativa, flexível e adaptável a situações externas. O país tem desafios enormes a servem vencidos, a começar pela correção das três anomalias de que a economia padece. Para que se obtenham ganhos de produtividade significativos, os formuladores de políticas públicas devem ir um passo além em termos de políticas sociais. Nesse sentido, faz-se urgente a convergência dessa agenda com a do investimento. O país possui áreas específicas em que se podem potencializar a inserção nas CGV, a partir do adensamento produtivo e industrial das vantagens competitivas. Finalmente, enfatiza-se o fato de que a qualificação profissional do trabalhador brasileiro e o incentivo para que as empresas brasileiras invistam em P&D podem, a um só tempo, aumentar a renda do país e melhorar as contas externas.

PIOR NOTA (20/30)

A crescente integração financeira e comercial tem levado ao surgimento das Cadeias Globais de Valor (CGVs). Nesse quadro, bens e serviços não são mais criados de acordo com a velha moldura fordista de grandes plantas e de consequentes concentração de operários e patrocínio de políticas de Estado de bem-estar social. Conforme ensina David Harvey, a produção pulverizou-se, sendo que o valor final de bens e serviços é constituído por uma série de etapas intermédias descentralizadas e distribuídas desigualmente pelo planeta. Há benefícios em participar das cadeias globais de valor, sobretudo em suas componentes de maior valor agregado (upstream). Este é um desafio relevante para o Brasil, país que se integra cada vez mais ao sistema financeiro internacional e aos fluxos de comércio entre as nações.

A abertura às dinâmicas econômicas mundiais é uma realidade incontornável. O Brasil tem-se empenhado, em termos de política externa, em reformar o sistema financeiro internacional a fim de democratizar suas instâncias decisórias e de tornar os fluxos de capital mais estáveis. Em termos de comércio, o país privilegia o multilateralismo, buscando mitigar o protecionismo nortista e consolidar reduções tarifárias, posição madura que concilia postulados das vantagens comparativas ricardianas com a necessidade do desenvolvimento da periferia propugnada no âmbito da CEPAL e da UNCTAD. Não há como não participar, atualmente, das CGVs. O setor externo das economias nacionais é uma relevante alavanca do desenvolvimento econômico, gerando efeitos multiplicadores domésticos (a construção por empreiteiras brasileiras do porto cubano de Mariel, por exemplo, gera empregos no Brasil). Nesse sentido, quanto maior a participação do país nos estágios de maior valor agregado das cadeias produtivas, maiores serão os ganhos nas balanças comercial e de serviços.

O exame da participação dos vinte e cinco maiores exportadores mundiais nas CGVs enseja reflexões interessantes. Note-se a proeminência de países do Sul Global, como Singapura, Hong Kong/China, Malásia e Coreia do Sul. Já chamados de tigres asiáticos, esses países desenvolveram, no contexto do transbordamento da indústria japonesa, importantes plataformas de exportação de manufaturados, produzindo, paulatinamente, conteúdo tecnológico próprio (evoquem-se as coreanas Samsung e Hyundai). O Brasil, por seu turno, teve, em boa parte do século XX, uma postura mais introspectiva em termos comerciais, privilegiando o processo de substituição de importações e o mercado interno. Esse legado de autarquia relativa ajuda a explicar a participação modesta atual nas CGVs, ainda que a tendência seja a de o país aumentar sua presença, dada sua estabilidade macroeconômica e a dinâmica política de promoção de exportações.

A prevalência do componente downstream da participação brasileira nas CGVs, todavia, representa um risco. Ela reflete a presença de primários na pauta exportadora (farelo de soja que alimentará porcos chineses, minério de ferro que servirá para processos produtivos mais refinados). A alta dos preços dessas commodities enseja a apreciação da moeda nacional, estimulando a importação de produtos de alto valor agregado. Há, dessa maneira, riscos de deterioração dos termos de troca e de primarização da pauta (a presidenta Dilma Rousseff já vocalizou aos chineses a necessidade de diversificação da pauta exportadora brasileira para o país asiático).

A busca pelo componente upstream representa um desafio e uma oportunidade para as empresas brasileiras. A decisão da nova geração política chinesa de privilegiar o mercado doméstico e a qualidade do consumo pode ensejar ganhos para um empresariado nacional que se internacionaliza, não raro participando de missões comerciais que contam com a presença do Itamaraty e do MDIC. Não basta fornecer mão-de-obra barata que costura caros jeans italianos em uma cidade cearense: é preciso internacionalizar as grifes brasileiras, aproveitando a simpatia “soft power” que a cultura brasileira tem despertado.

Não há como não participar, no presente, das cadeias globais de valor. A participação brasileira é modesta e centrada no componente downstream, algo explicável por razões históricas de opção econômica de introspecção e pela alta dos preços das commodities alavancada pela demanda chinesa. Há riscos e oportunidades, devendo o Brasil investir em promoção comercial de alto valor agregado e no incentivo ao desenvolvimento tecnológico, o que já vem sendo ensaiado no âmbito do programa Ciência sem Fronteiras.

QUESTÃO 3

Explique e comente o II Plano Nacional de Desenvolvimento, implementado no governo de Ernesto Geisel, sobretudo no que diz respeito às suas consequências para o desempenho da economia brasileira nos anos 80.

Extensão máxima: 40 linhas

[valor: 20 pontos]

Clarissa de Souza Carvalho (20/20)

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) representou o ápice da industrialização substitutiva de importações. Os objetivos de Geisel e seu ministro Simonsen representaram a opção pelo crescimento com endividamento na esteira do primeiro choque do petróleo (1973). Para compensar a deterioração na balança comercial, devido às importações de petróleo (numa época em que o país dependia muito desse insumo), a gestão Geisel buscou atrair os petrodólares via empréstimos externos feitos sobretudo por estatais. Diz-se que o II PND, baseado em amplos investimentos em transportes, energia e telecomunicações, além de bens de capital, pôs a economia em marcha forçada, pois enquanto os países desenvolvidos adotavam o ajustamento via “mix” monetário e fiscal recessivo, o Brasil não quis sacrificar o nível de investimento, para avançar no PSI e reduzir a dependência externa.

O contexto de abertura política ajuda a explicar a opção de Geisel e Simonsen pela manutenção do crescimento via II PND. Após as altas taxas do Milagre Econômico (1968-73), a inflação começou a dar sinais de aumentar, assim o II PND visou conciliar crescimento e controle da inflação, com base na ampliação do produto potencial e no desenvolvimento do parque industrial. Nesse sentido, o papel das estatais destacou-se, pois ao mesmo tempo em que Simonsen visava controlar, em certa medida, o gasto público, fazendo política fiscal mais austera, as estatais ampliaram muito sua participação nos investimentos e no PIB. A política monetária do II PND, por vez, objetivou fornecer crédito e manter os juros domésticos baixos enquanto possível, estimulando a FBKF.

As consequências do II PND para o desempenho da economia brasileira podem ser divididas em três áreas: avanço do PSI com redução da dependência externa; alteração na pauta comercial com melhoria na qualidade dessas trocas; e complicações macroeconômicas decorrentes do aumento da inflação e do endividamento público a taxas flutuantes, em cenário de reversão negativa dos juros internacionais, após o segundo choque do petróleo. A

maturação dos investimentos do II PND reduziu a dependência da indústria nacional em relação a insumos externos, consolidando o parque industrial brasileiro e o setor energético.

Do ponto de vista da economia no início dos anos 1980, o II PND legou a Figueiredo e Delfim Netto não apenas a redução dos gargalos infraestruturais, mas pauta de exportação mais composta de manufaturados e menos dependente da importação de insumos energéticos. A obtenção de superávits comerciais foi fundamental na década de 1980, na medida em que o Brasil precisou acomodar em saldos comerciais a elevação dos juros sobre a dívida pública, para tentar compensar as crescentes partidas na balança de rendas em contexto de menor liquidez internacional e asfixia cambial dos países periféricos. Após a crise entre 1981 e 1983, a recuperação contou com a balança comercial melhorada pelo II PND.

Entretanto, a redução da dependência externa foi seguida de maior vulnerabilidade externa, sobretudo após a grande elevação dos juros nos EUA (17% no auge da gestão de Paul Volker no Fed). A saída de capitais da periferia em direção ao centro foi uma questão monetário-financeira que as transformações estruturais do II PND não poderiam evitar. Ao contrário, o elevado endividamento decorrente desse plano acarretou a necessidade da maxidesvalorização cambial, feita por Delfim. Esta agravou o quadro inflacionário, que já sofria com pressões de demanda desde o fim do Milagre. A deterioração macroeconômica nos anos 1980, com a maior vulnerabilidade externa, foi a consequência indesejada do II PND.

Fernanda Maciel Leão (20/20)

Em um contexto internacional complicado, com o primeiro choque do petróleo em 1973, o governo Geisel agiu na contramão da maior parte dos países, negando-se a adotar um ajuste econômico recessivo. Ao invés disso, o governo implementou o segundo PND, que seria fundamental para a economia brasileira nos anos 70 e 80.

A estratégia do II PND era aprofundar a substituição de importações para lidar com o contexto econômico restritivo. O crescimento do período do milagre econômico tinha sua origem nas reformas do PAEG e no aproveitamento da capacidade ociosa. Na época do II PND, a capacidade ociosa diminuíra consideravelmente, sendo necessário, portanto, aumentar a oferta na economia brasileira. Nesse sentido, o II PND elegeu setores importantes que necessitavam de investimento, como o setor energético, o de transportes e o da indústria de base. O desenvolvimento desses setores dotaria a indústria brasileira de capacidade de crescer de maneira sustentada, superando a fase de industrialização restringida ou baseada na utilização de capacidade ociosa.

Esses investimentos foram fundamentais para a economia do país, a exemplo do setor energético, com o PROALCOOL e o avanço nas negociações de Itaipu. O choque do petróleo explicitara a carência brasileira nesse setor fundamental, o que levou o governo brasileiro a tentar diversificar suas parcerias comerciais, aproximando-se de países africanos, árabes e da Alemanha, como mostra o acordo nuclear bilateral.

O II PND foi financiado prioritariamente por meio do endividamento público externo. Os petrodólares forneciam a liquidez internacional necessária para a realização dos pesados investimentos do II PND. Como resultado, foi possível manter o modelo de crescimento econômico em “marcha forçada”, com taxas de crescimento em torno de 7% e inflação não tão alta, em um contexto internacional recessivo.

Os problemas do modelo adotado no II PND ficariam mais evidentes no início dos anos 80. A nova alta dos preços do petróleo, em 1979, representou outro choque para a economia internacional. Dessa vez, as consequências foram mais sérias. Buscando conter a depreciação do dólar, as taxas de juros americanas foram elevadas. Como resultado, a dívida externa brasileira, que havia crescido consideravelmente durante o II PND, aumentou ainda mais, uma vez que boa parte dos empréstimos havia sido tomada a juros flutuantes. Teria início, assim, a crise da dívida no Brasil, que também atingiu outros países em desenvolvimento, como o México.

A liquidez internacional também seria drasticamente reduzida, pondo fim à viabilidade do modelo de crescimento via endividamento externo,

tradicionalmente aplicado no Brasil e aprofundado durante o II PND. A inflação também sairia do controle, representando um grave problema econômico para o país, que só seria sanado em 1994.

O governo Geisel optou por não fazer um ajuste econômico recessivo em meados dos anos 70, procurando expandir a oferta na economia brasileira via endividamento externo. O adiamento do ajuste recessivo acabou por torná-lo mais grave, com a deterioração dos fundamentos da economia brasileira nos anos 80; ainda que os investimentos produtivos do II PND tenham sido importantes, o seu preço foi muito caro.

Helena Hoppen Melchionna (20/20)

O II Plano Nacional de Desenvolvimento, implementado no governo de Ernesto Geisel, insere-se em um contexto externo desfavorável, no âmbito do qual a crise do petróleo de 1973 gerava problemas para o equilíbrio do Balanço de Pagamentos brasileiro e punha fim ao "milagre econômico". A forma como o II PND foi implementado bem como seus objetivos terão impacto no desempenho da economia brasileira dos anos 1980, relacionando-se à crise da dívida enfrentada pelo governo de João Figueiredo.

Em um contexto em que o Saldo em Transações Correntes deteriorava-se rapidamente, em decorrência da alta de preços do petróleo (produto do qual o Brasil era muito dependente), era preciso reequilibrar o Balanço de Pagamentos e, ao mesmo tempo, completar o parque industrial brasileiro. Esse último objetivo era fundamental para que o país superasse a dependência energética e tecnológica no longo prazo, sendo capaz de gerar resultados positivos nas Transações Correntes; porém isso só seria possível com a manutenção do ritmo de crescimento no curto prazo.

Para atingir esses objetivos, o II PND aproveitou-se do cenário de alta liquidez do Sistema Financeiro Internacional, com a reciclagem dos petrodólares. Pondo a economia em "marcha forçada", o país captava recursos externos (Sext) pela Conta Capital e Financeira, por meio de endividamento das empresas estatais. Essas tinham mais facilidade para captar empréstimos externos, por estarem ligadas ao governo brasileiro, e mais dispostas a fazer investimentos em setores estratégicos para o ajuste estrutural da economia – os quais tinham rendimento de longo prazo e apresentavam maiores riscos.

Esse endividamento, além de permitir equilibrar o Balanço de Pagamentos e manter certo nível de crescimento econômico, permitia investir em setores estratégicos para o ajuste estrutural da economia brasileira. Investiu-se em energia, com a Petrobrás começando a explorar o petróleo off-shore, com o Pró-Álcool, e com a cooperação com a Alemanha para a construção de usinas nucleares. Investiu-se, igualmente, em bens de capitais, completando o processo de substituição de importações; e em tecnologia, via EMBRAPA e centros de pesquisa ligados a estatais ou a universidades públicas.

Essa estratégia de endividamento, contudo, gerou graves problemas para o desempenho econômico da década de 1980, devido ao aumento dos juros promovido pelos EUA a partir de 1979. Uma vez que a dívida era contraída a juros flutuantes, o Aperto Monetário norte-americano levou a um grande déficit na Conta Rendas, desequilibrando mais uma vez o Balanço de Pagamentos, em um cenário de baixa liquidez internacional. O ajuste teve de ser feito via desvalorização cambial e via políticas contracionistas. O resultado foi a "estagflação" vivida na "década perdida", em que altos níveis de preço

(agravados pelas desvalorizações) conviviam com baixos níveis de crescimento econômico, devido às políticas recessivas.

O II PND, pela forma como foi implementado, acabou comprometendo o desenvolvimento econômico da década de 1980. Não obstante, tendo atingido seu objetivo de completar o parque industrial brasileiro, ele também permitiu o reequilíbrio do Balanço de Pagamentos em 1984 e favoreceu o desenvolvimento econômico de longo prazo do Brasil, permitindo grandes ganhos de competitividade em setores de mais alto valor agregado.

PIOR NOTA (17/20)

O II PND corresponde a esforço de crescimento da economia em contexto adverso. O Brasil — sob Vargas, JK e Médici, especialmente — havia apoiado seu crescimento no capital estrangeiro e pautado sua estrutura na dependência externa, em grande parte. Ora, a Crise do Petróleo comprometeu o modelo, na medida em que o aumento dos juros e dos custos do "brent" tornou inviável o prosseguimento daquela proposta de substituição de importações. A mudança da conjuntura internacional impunha a escolha: crescer somente em períodos favoráveis, como até então, ou colocar a economia em ritmo forçado, a fim de reduzir a dependência esterno por meio da conclusão do PSI. A literatura entende que o II PND foi um misto de ambos.

O aumento de preço dos petróleo fez que divisas acorressem em maior volume para os países produtores. Estes, por sua vez, os enviavam para centros financeiros a fim de obter rendimentos, o que aumento as taxas de juros. Por outro lado, esses petrodólares criavam abundante liquidez internacional. Era fácil aceder a crédito, o que configurava conjuntura favorável para obter empréstimos. No entanto, o aumento dos juros alterou a magnitude das dividas assumidas e elevou o espectro dos compromissos a serem assumidos. No caso do Brasil, o aumento do serviço da dívida ensejou déficit no Balanço de Pagamentos (BP). Diante disso, o governo optou por poupar divisas e gerar divisas, a fim de não somente saldar compromissos anteriores, mas também assumir novos empréstimos decorrentes dos petrodólares. Esse mecanismo, cerne do II PND, colocou a economia em ritmo forçado a fim de realizar as necessárias mudanças estruturais do final do PSI.

Já no final da década de 1970, o II PND começou a apresentar conseqüências nefastas. O Segundo Choque do Petróleo fez que houvesse aumento das taxas de juros também na Europa, o que tornou a divida brasileira impagável. No esteio de outros países latino-americanos não restou ao Brasil senão declarar a moratória, o que interrompeu os fluxos de capitais que financiavam seus déficits. Os juros flutuantes dos empréstimos vinculados ao II PND, e não só, afirmaram suas conseqüências negativas.

Ao longo da década de 1980, porém, o II PND começou a apresentar suas conseqüências positivas. As últimas etapas do PSI, relativas a bens de capital, haviam ensejado profunda mudança estrutural na economia brasileira. Começaram a surgir superávits no BP e expansão da produção nacional, de modo a gerar divisas para o serviço da dívida. Malgrado a hiperinflação, o país dava claros sinais de recuperação. A marcha forçada produzia conseqüências positivas que superavam as negativas.

O desempenho da economia brasileira na década de 1980, devido às mudanças advindas do II PND, permitiu que o país iniciasse o combate à inflação e adotasse medidas liberais, ainda que discutíveis. Ainda que a década de 1980 tenha ficado para a história como a década perdida, a consolidação dos projetos do II PND permitiram que, nos anos de 1990, o Brasil realizasse a derrota da inflação e a aquisição da estabilidade econômica. O risco da marcha forçada do II PND, não sem percalços, havia obtido êxito.

QUESTÃO 4

Depois de vinte anos, a adoção generalizada da URV ainda está cercada de uma aura de mistério e fascinação (...). Era apenas o começo, é claro, e o programa prosseguiu, inclusive, porque havia clareza de que o Plano Real, diferentemente dos outros planos econômicos, compreendia uma extensa agenda de ações que contemplavam os chamados fundamentos econômicos da estabilização e do desenvolvimento.

Gustavo Franco (com adaptações).

Explique os fundamentos do Plano Real, aponte as principais razões de o Plano ter logrado reduzir drasticamente a inflação e comente os principais desafios até a crise de 1999.

Extensão máxima: 40 linhas

[valor: 20 pontos]

Leonardo Cardote (20/20)

As principais razões para o sucesso do Plano Real são a capacidade desse plano de combater os múltiplos aspectos do fenômeno hiperinflacionário brasileiro e a adoção de um conjunto de medidas macroprudenciais rígidas que impediram o retorno da espiral inflacionária. Até a crise de 1999, quando se rompe a âncora cambial, os principais desafios podem ser percebidos na própria manutenção da âncora e na questão da taxa de juros.

O Plano Real propôs uma nova abordagem no enfrentamento da inflação. Diferentemente dos planos que o antecederam, o Plano Real não promoveu congelamento ou confiscos. Baseando-se na experiência implementada por Hermann Schacht para debelar a hiperinflação na Alemanha dos anos 1930, o Plano Real estabeleceu um hiperindexador: a Unidade Real de Valor (URV). A função desse instrumento pode ser analisada em três aspectos: primeiro, buscava-se neutralizar a componente inercial da inflação, restringindo-se os efeitos da inflação passada; segundo, a URV permitiria a retomada do equilíbrio entre os preços relativos, corroído pela inflação; terceiro, isso restauraria a função de unidade de conta da moeda, prejudicada por aquele desequilíbrio. A substituição da URV pelo Real em 1994 resultou no "descolamento" da memória inflacionária atrelada à moeda.

A proposta de um "hiperindexador", com posterior troca de moeda, já fora aventada pelos economias Pérsio Arida e André Lara Resende; no entanto, apenas esta troca não bastaria para conter as pressões inflacionárias.

Para tanto, foram necessárias políticas macroprudenciais rígidas, de matriz ortodoxa, que incluíram: reescalonamento da dívida externa (Plano Brady); aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal; contenção significativa dos gastos públicos e início de um programa de privatização; por fim, adoção de âncora cambial, a qual permitia que importados competissem com produtos nacionais, reduzindo pressões inflacionárias pelo lado da demanda.

Os desafios econômicos enfrentados nesse período foram bastante significativos. Em primeiro lugar, a manutenção da âncora cambial revelou-se bastante dificultosa. De fato, em contextos de fugas de capitais (como foram os contextos das crises dos tigres asiáticos e da Rússia) a manutenção da âncora significou erosão das reservas internacionais brasileiras. A âncora cambial mantinha o país em situação de vulnerabilidade. Em segundo lugar, a atração de capitais estrangeiros, inclusive para manter a âncora, dependia de sustentação de altas taxas de juros. O período, o Brasil chegou a figurar entre os países com maior diferencial entre a taxa doméstica e a taxa internacional. Juros altos desestimulam investimentos e podem comprometer a renda doméstica. Em terceiro lugar, o conjunto de ajustes recessivos, conjugado com um câmbio fixo e com juros altos provocou recessão, além de retardar a retomada do crescimento. No período, o Brasil registrou índices baixos, eventualmente recessivos, de crescimento. Além disso, a âncora cambial, por manter o câmbio valorizado, implicou desequilíbrios no Balanço de Pagamentos, o que tornava ainda mais delicada a situação econômica.

A crise russa de 1999 ensejou tal volume de fuga de capitais que o governo se viu obrigado a romper com a âncora do câmbio. Ainda assim, a espiral inflacionária não retornou, porquanto inexistiam condições para esse tipo de desequilíbrio. Nesse sentido, pode-se apontar o bom êxito do Plano Real no combate à inflação sustentada.

Pedro Ivo Souto Dubra (20/20)

O Plano Real retomou uma proposta de combate à inflação inercial não adotada pelo Brasil nos anos 1980: a da moeda indexada. Defendida pelos economistas André Lara Resende e Pérsio Arida, a sugestão Larida remetia a experiência ensaiada na Hungria e evitava o congelamento de preços, choque heterodoxo proposto por Francisco Lopes que acabou balizando o Plano Cruzado. O Real beneficiou-se da longa experiência de fracassos dos planos anteriores –a década de 80 e os primeiros anos da de 90 foram um laboratório de políticas econômicas defendidas por diferentes instituições acadêmicas (FGV, PUC-Rio, Unicamp, USP). Dessa maneira, como sugere Gustavo Franco, o Real não negligenciou a estabilização como fundamento nem deixou de reter a preocupação com o desenvolvimento. Houve sucesso na redução drástica da inflação, mas também percalços e desafios.

O sucesso do Real tem diferentes causas explicativas. O abandono definitivo do congelamento, que, de certa maneira, traumatizara a população, foi acompanhado por um diálogo transparente com a sociedade civil, o que não ocorreu por ocasião do Plano Collor (sequestro de ativos). O Real continha o aprendizado de que a heterodoxia não poderia ser a única ferramenta (Bresser já adotara, aliás, o contracionismo como política). Na primeira metade dos anos 1990, havia grande liquidez internacional, o Brasil acumulara reservas internacionais (abertura comercial e privatizações) e conseguira refinanciar a dívida externa (Plano Brady). A grande explicação, contudo, reside, provavelmente, na sofisticada engenharia conceitual da URV, uma quase-moeda que conseguiu, de maneira paulatina, eliminar a memória inflacionária da população. Para acabar com a indexação, adotou-se a completa indexação monetária, que, dia após dias, ia descontaminado o ativo, até que surgisse a nova moeda.

Apesar de bem-sucedida, a experiência do Real não esteve imune a percalços. Além da reforma monetária inovadora, o Plano demandou política monetária bastante restritiva, chegando a atingir a totalidade das reservas bancárias, tornadas compulsórias. A alta dos juros ajudava a atrair capitais voláteis e diminuía as pressões da demanda. Essa política, contudo, elevava a dívida pública, diminuía a competitividade das exportações (ainda que, em paralelo, a importação de insumos resultasse mais barata) e sangrava as reservas internacionais. O câmbio fixo apreciado, verdadeira âncora, mitigava a inflação com o sacrifício do investimento produtivo (ainda que se acreditasse que a redução da inflação tivesse efeito saneador de estímulo ao consumo e ao investimento, o que levaria a um crescimento sustentável de longo prazo). A âncora cambial, de certa maneira, simbolizava uma aposta, haja vista que dependia da boa situação internacional. Havia, em suma, vulnerabilidade.

A crise de 1999, antecedida por turbulências no México, na Ásia e na Rússia, tornou a âncora cambial de moeda apreciada inviável, forçando a desvalorização. O Real teve de ser parcialmente reinventado por meio do tripé câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário. Àquela altura, contudo, a memória inflacionária já estava exaurida. Políticas contracionistas e baixo crescimento foram marcas dos anos seguintes, mas o desafio persistente da inflação inercial espiralada havia sido vencido. A década de 2000, com a alta do preço das commodities, abriu novas possibilidades ao país sem que postulados do plano ortodoxo/heterodoxo da moeda indexada fossem abandonados.

Gustavo Gerlach da Silva Ziemath (19/20)

Ao identificar componentes tanto de demanda (visão ortodoxa) quanto de inércia (visão heterodoxa), o Plano Real logrou reduzir a inflação. Essa contenção teve, contudo, consequências para a balança de pagamentos do país, revelando novos desafios econômicos.

O Plano Real fundamentou-se em três etapas a partir do diagnóstico misto (ortodoxo e heterodoxo) da inflação. A primeira etapa visava a reequilibrar as contas públicas. Para tanto, promoveu-se mudanças jurídicas que desvincularam cerca de 20% das recitas da União, criou-se o Fundo Social de Emergência, para gerenciar essas receitas desvinculadas, combateu-se a sonegação e aumentou-se o controle sobre os gastos públicos. Essa política fiscal contracionista fez o governo registrar um superávit primário de cerca de 5% em 1992, atacando o componente de demanda da inflação. A segunda etapa visava a resolver a inércia inflacionária. Para tanto, criou-se um padrão monetário (URV) a fim de que todos os preços fossem a ele indexados, na medida em que isso reestabeleceria a função de unidade de conta da moeda e possibilitaria o realinhamento de preços e salários. A terceira etapa foi a introdução da nova moeda (o real), que substituiria a moeda antiga com base nos valores da URV. Com isso, buscava-se acabar com a memória inflacionária, que criava uma expectativa que retroalimentava a espiral inflacionária.

As principais razões para o êxito desse projeto foram a maneira de sua implementação e os mecanismos estabelecidos para evitar o retorno da espiral inflacionária. Além de se ter atuado de modo a efetivamente conter a demanda (vários planos anteriores não viam nas contas públicas um fator inflacionário, devido ao equilíbrio dos resultados ficais operacionais, em razão do que Edemar Bacha chamou de “Efeito Tanzi às avessas” – indexação das receitas da União e não indexação de despesas), o plano foi adotado de maneira gradual e transparente Não se buscou combater a memória inflacionária via tratamento de choque (como era feito ao se congelar preços e salários sem aviso prévio) e a transparência norteou a ação do governo, que diariamente anunciava a desvalorização da URV em relação à moeda em circulação, de modo a mostrar à população o real valor dos bens. Ademais, o equilíbrio alcançado foi atrelado às âncoras cambial e monetária, as quais mantiveram o controle da inflação, mas criaram novos desafios.

Entre 1995 e 1999, o governo teve como novo desafio estabilizar as contas externas e a dívida pública. O real foi introduzido sob um regime de bandas cambiais que promoveram pequena desvalorização anual em relação ao dólar (cerca de 7%) e foi assim mantido sobrevalorizado. Isso evitou uma desvalorização súbita da nova moeda, a qual elevaria a inflação. Contudo, o

real valorizado foi nocivo à balança comercial, que se deteriorou muito nos anos seguintes. A maneira que o governo encontrou para equacionar essa deterioração foi a política monetária contracionista. Ela serviria não apenas para conter a expansão da demanda, provocada pela estabilização dos preços, mas também para atrair capital externo a fim de financiar os crescentes déficits na balança comercial e em transações correntes. O revés dessa política, contudo, era o crescente endividamento público, que leva a perda de confiança, em relação à solvência do governo e terminou por incentivar ataques especulativos que resultaram na liberalização da moeda em 1999.

Diferentemente dos planos anteriores, o Plano Real conseguiu estabilizar em patamares historicamente baixos a inflação do país. Os custos dessa política se observaram sobretudo no aumento da dívida pública e os efeitos positivos e negativos do plano são observados até os dias atuais.

PIOR NOTA (13/20)

Após o fracasso de diversos planos econômicos em reduzir a inflação de forma duradoura, o Plano Real foi exitoso em realizar esse objetivo. Nesse contexto, deve-se analisar os fundamentos do Plano Real, as principais razões de seu sucesso e os desafios enfrentados até a crise de 1999.

O Plano Real continha elementos ortodoxos e heterodoxos. Sua parte ortodoxa consistiu no emprego de políticas fiscal e monetária contracionistas, que ajudariam a conter a demanda agregada e pressões sobre a inflação. Altas taxas de deposito compulsório e redução de gastos públicos, por exemplo, foram instrumentos com esse intento.

Em relação ao aspecto heterodoxo do plano, nota-se a novidade de não aplicar o congelamento de preços e salários como planos anteriores. A estratégia utilizada foi a da moeda indexada – a "proposta Larida". A economia foi totalmente indexada, por meio da Unidade Real de Valor (URV), que tinha seu valor igualado ao dólar. Conseguiu-se, assim, amainar a memória inflacionaria e as expectativas de alta de inflação, grandes causas da inflação inercial que o plano combatia firmemente.

A principal razão para o êxito do Plano Real foi a combinação de medidas macroeconômicas, além de um contexto externo mais favorável, por exemplo por causa do Plano Brady, e do aprendizado após os insucessos anteriores. A nova moeda reduziu as expectativas de inflação. As políticas contracionistas contiveram a demanda agregada eficientemente, ainda que gastos de consumo aumentem, em geral, após estabilizações inflacionárias. Ademais, foi empregada uma âncora cambial, sendo o real mantido valorizado em relação ao dólar, de modo que a oferta de produtos importados ajudasse a forçar a manutenção de preços internos em patamares baixos.

A manutenção do câmbio valorizado estava, contudo, no cerne de desafios enfrentados até 1999. A alta de importações gerou déficits na balança comercial e em transações correntes, nem sempre compensados pela conta capital e financeira, o que levava à redução das reservas internacionais. Com as crises dos anos 1990, ocorria maior saída de capitais do Brasil e ataques especulativos contra a moeda nacional. Sucessivos aumentos de juros foram empregados para tentar evitar a fuga de capitais, mas não foi possível evitar que o Brasil enfrentasse uma crise cambial em 1999.

Ainda que as medidas do Plano Real tenham tido consequências cambiais negativas no decorrer dos anos, seu êxito no controle da inflação é incontestável, tendo contribuído para o crescimento brasileiro nas décadas seguintes.

Turma do Instituto Rio Branco 2015 - 2017

GUIA DO ORLANDO LAGARTIXA

as melhores (e as piores) respostas dos aprovados no CACD 2015

Turma do Instituto Rio Branco 2015 - 2017

Adriano Bonotto
Alexandre de Paula Oliveira
Alexandre Pinto Dib
Ana Flavia Jacintho Bonzanini
Arthur Cesar Lima Naylor
Camilla Corá
Daniel Leão Sousa
Daniel Nogueira Chignoli
Ellen Cristina Borges Londe Mello
Gaétan I. M. Spielmann Moura
Guilherme Fernando Rennó Kisteumacher
Hudson Caldeira Brant Sandy
Isadora Loreto da Silveira
Jean Paul Coly
João Soares Viana Neto
Júlio Cesar de Jesus
Lucas Cortez Rufino Magalhães
Marcelo Cid Laraburu Nascimento
Maria Eduarda Paiva
Mariana da Silva Giafferi
Mariana Marshall Parra
Paulo Victor Figueiredo Valença
Pedro Barreto da Rocha Paranhos
Pedro Gazzinelli Colares
Ramiro Januário dos Santos Neto
Renato Barbosa Ferreira de Andrade
Riane Laís Tarnovski
Rodrigo Cruvinel Barenho
Thiago Braz Jardim Oliveira
Wallace Medeiros de Melo Alves

Capa: Gabriel Branchina Oliveira | Editoração: Raquel Bentes

T941

Turma do Instituto Rio Branco 2015 - 2017

Guia do Orlando Lagartixa : as melhores (e as piores) respostas dos aprovados no CACD 2015 / Turma do Instituto Rio Branco 2015 – 2017. – Brasília, 2016.

116 p.

1. Instituto Rio Branco 2. Diplomacia 3. Concurso de Admissão à Carreira Diplomática. I. Título

DEDICATÓRIA

AUSÊNCIA

Carlos Drummond de Andrade

Por muito tempo achei que a ausência é falta.
E lastimava, ignorante, a falta.
Hoje não a lastimo.
Não há falta na ausência.
A ausência é um estar em mim.
E sinto-a, branca, tão pegada, aconchegada nos meus braços,
que rio e danço e invento exclamações alegres,
porque a ausência, essa ausência assimilada,
ninguém a rouba mais de mim.

Este Guia é dedicado à memória de Anariá C. Recchia Mourão Henrique,
cujo sonho, tão presente nestas páginas, permanecerá.

SUMÁRIO

GEOGRAFIA

POLÍTICA INTERNACIONAL

ECONOMIA

DIREITO

2 Apresentação

Gnus. Calangos. Lagartixas. Ano após ano, os candidatos ao Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD) são apresentados a animais inusitados, cuja função é representar o espírito da nova Turma de diplomatas que ingressa no Instituto Rio Branco. Embora a fauna se expanda, o objetivo do Guia do Orlando Lagartixa é equivalente ao de seus antecessores: auxiliar na preparação para a terceira fase do CACD por meio da apresentação das melhores e piores questões dos candidatos aprovados.

Na esteira do Filhote de Gnu e do Calango Lumbrera, o Orlando Lagartixa apresenta as três melhores respostas para cada questão e a pior delas, bem como os recursos dos candidatos e as respectivas respostas da banca. Note-se que alguns colegas desejaram manter-se anônimos em todas as questões que redigiram, o que foi respeitado. Por sua vez, no intuito de manter a "tradição em renovar-se", o Guia apresenta "Respostas Extras" para algumas das questões. Nelas, o leitor encontrará erros factuais, fugas ao tema e deslizes dos candidatos que se, em alguns casos, não prejudicaram seu desempenho, em outros, tiveram de ser

compensados pelas notas das demais questões. Essas respostas demonstram que o CACD não exige perfeição, mas, sim, candidatos equilibrados o suficiente para vencer uma maratona extenuante de provas, sem se deixar abalar por um deslize ou outro no percurso.

A capacidade de resiliência demandada pelo CACD inspirou a escolha da Lagartixa como símbolo heráldico do Guia. Trata-se de animal que se adapta a distintas circunstâncias, escala obstáculos e, em situações de perigo, é capaz de regenerar-se. Concomitantemente, as lagartixas são animais presentes no cotidiano de todos, sem causar alarde quando escalam paredes ou percorrem dutos de ar-condicionado. Com a imagem da lagartixa, a Turma busca destacar que os aprovados no CACD se distanciam da imagem do diplomata brasileiro inacessível. Oriundos de todas as regiões do Brasil, seu mérito foi o de conseguirem adaptar-se aos diversos tipos de desafios propostos pelas provas. Um dos mais marcantes, indubitavelmente, foi a interpretação do excerto da obra de Virginia Woolf, Orlando, que, por isso, cede seu nome ao guia.

Na presente edição, foram mantidas as análises estatísticas sobre o perfil dos candidatos. É importante esclarecer que as descrições não têm por objetivo estabelecer o trajeto ideal de preparação a ser seguido, e, sim, demonstrar que existe uma pluralidade de caminhos possíveis para se chegar à aprovação. No Instituto Rio Branco, histórias de dedicação exclusiva ao concurso convivem harmoniosamente com caminhos mais heterodoxos - de alunos que começaram a trabalhar, casaram, tiveram filhos e, posteriormente, passaram. Em se tratando do CACD, não há como se estabelecer um padrão de aprovação a ser seguido e, felizmente, por não haver resposta única, são múltiplas as trajetórias de êxito que se apresentam aos candidatos.

No ano de 2015, o livro que mais conquistou espaço na mala para a ilha deserta foi Grande Sertão: Veredas, de Guimarães Rosa. A travessia tortuosa do sertanejo Riobaldo traz grandes ensinamentos aos que se aventuram a acompanhá-la; um deles, em especial, é um conselho valioso para aqueles que optam por prestar um concurso que demanda grande dedicação do candidato e daqueles que o cercam. Nas palavras de Riobaldo, “a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”. Boa coragem na caminhada!

Turma 2015-2017

O Perfil dos aprovados no CACD 2015

Antes de apresentar as melhores e as piores respostas do CACD 2015, gostaríamos, introdutoriamente, de dedicar algumas páginas ao autor: a Turma 2015-2017 do Instituto Rio Branco. Por se tratar de uma obra coletiva, cabe-nos deixar de lado, por ora, a trajetória pessoal de cada um de nós e focar-nos nos traços gerais que formam o perfil dos aprovados. Esperamos, com isso, desconstruir alguns mitos sobre o CACD, ilustrar algumas tendências e aproximar os candidatos da realidade de ser aprovado.

Somos trinta os integrantes da Turma 2015-2017, sendo oito mulheres e vinte e dois homens. Em poucas palavras, somos uma turma de juristas e de mineiros, cuja idade média, na data da posse, era de 28,5 anos. Em média, cada um de nós dedicou 3,4 anos de preparação para o CACD e chegou a passar na primeira fase 2,3 vezes antes de ser aprovado. Contudo, se você apenas saiu da universidade e está impaciente com os estudos, não desanime. Sete dos aprovados tinham 25 anos ou menos na data da posse e quatro foram aprovados na primeira tentativa, um deles com menos de um ano de preparação. Do mesmo modo, não pense que é tarde para passar no CACD. Três dos aprovados tinham 35 anos ou mais e, para sete de nós, a aprovação só veio após 5 anos ou mais de dedicação. Antes de apresentarmos os gráficos ilustrativos do perfil dos aprovados em 2015, é preciso fazer a ressalva de que não há um caminho único para a aprovação e de que as estatísticas não se sobrepõem ao esforço e à perseverança individuais.

Estado de origem dos aprovados

A participação dos Estados de nascimento dos aprovados no CACD 2015 sugere uma maior diversificação de origem dos diplomatas, com predominância de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Apesar disso, em sua maior parte, os aprovados são naturais das capitais de seus Estados, sendo que 16% provêm de cidades menores.

MG	RS	DF	SP	BA	RJ	AM	CE	MS	PE	SC
8	5	4	4	2	2	1	1	1	1	1

Gráfico 1: Estado de origem dos aprovados

Participação de mulheres entre os aprovados

Com oito novas diplomatas em 2015 (27% dos aprovados), o número de mulheres empossadas permanece inferior ao de homens, embora, em geral, as mulheres tenham demorado um ano a menos do que a média para serem aprovadas no CACD.

Formação dos aprovados na graduação

Predominou, entre os aprovados, a formação em Direito, embora os formados em Relações Internacionais, segundos mais numerosos, tenham, em média, demorado menos tempo para serem aprovados no CACD. Em termos de instituição de ensino, houve relativa diversificação, com destaque para as universidades públicas dos Estados de origem dos aprovados. Além disso, 24% dos aprovados possuía mestrado.

Direito	Rel. Intern.	História	Economia	Letras	Eng. Mecânica
48%	29%	10%	6%	3%	3%

Gráfico 2: Área de formação dos aprovados na graduação

Em geral, os candidatos dedicaram cerca de 3,5 anos de estudo até serem aprovados na carreira.

Gráfico 3: Média de anos de estudo ao CACD dos aprovados por graduação.

Direito	3
Relações internacionais	2
Engenharia	1
Ciência política	1

Gráfico 5: Parcela de aprovados com mestrado e área de pós-graduação.

OUTROS: UFPE | UFRJ | UFSC | UNESP | UniCamp | FGV | Insper | Faculdade Milton Campos | John Cabot University | La Sapienza | Aristotle University of Thessaloniki

Gráfico 4: Universidades de formação dos aprovados.

A preparação dos candidatos

O recurso aos cursinhos em algum momento da preparação foi necessário para a quase totalidade dos aprovados, embora haja duas notáveis exceções. Nesses dois casos, em que os aprovados concorreram em ampla concorrência, chama a atenção o fato de o tempo de estudos até a aprovação ter sido substancialmente inferior à média. É ainda notável que parte expressiva dos aprovados tenha realizado sua preparação em localidades distantes das sedes dos principais cursos preparatórios, sem que isso tenha ocasionado demora adicional até a aprovação, senão o contrário.

Brasília (13) | São Paulo (7) | Belo Horizonte (4) | Rio de Janeiro (3) | Genebra (2) | Porto Alegre (2) | Campo Grande (1) | Florianópolis (1) | Rio Claro/Campinas (1)

Gráfico 6: Cidade de preparação dos aprovados.

Gráfico 7: Média de anos de estudo por cidade de preparação.

A dúvida recorrente entre os candidatos ao CACD sobre se é possível conciliar trabalho e estudo também é respondida de forma inusitada pelo perfil dos aprovados em 2015. Nada menos que 40% dos novos diplomatas trabalhava em regime de 40 horas semanais até o momento da posse e, ao contrário do que se poderia imaginar, esse dado praticamente não teve influência sobre a produtividade dos aprovados. Como se nota no Gráfico 8, a diferença de tempo de estudo entre os aprovados que trabalhavam e aqueles que não trabalhavam foi, em média, insignificante.

Gráfico 8: Média de anos de estudo dos aprovados trabalhando ou não.

Preferências pessoais dos aprovados

Nesta seção, selecionamos alguns dados dos aprovados no CACD em 2015 apenas para sanar a curiosidade dos candidatos e descontrair o leitor antes de, finalmente, passarmos para o conteúdo central deste guia. Além disso, esperamos afastar alguns misticismos ligados ao concurso e demonstrar, definitivamente, que não é preciso ter bom gosto em todos os aspectos da vida para tornar-se diplomata.

O Gráfico 9, por exemplo, demonstra que o fato de seu time de futebol ter sido rebaixado da série A ou ter perdido a Libertadores não é (necessariamente) um sinal de que você não passará no concurso este ano.

Finalmente, a lista a seguir responde à pergunta que todos os candidatos ao CACD 2015 devem ter-se perguntado em algum momento: que livro os aprovados no concurso escolheram levar para uma ilha deserta?

Nenhum	8
Grêmio	4
Flamengo	3
Atlético mineiro	3
Cruzeiro	3
Palmeiras	3
São Paulo	3
Bahia	1
Botafogo	1
Ceará	1
Corinthians	1
Sport	1
Vasco	1
Vitória	1

Gráfico 9: Opção de time de futebol dos aprovados

Livro que levaria para a ilha deserta (e quantas vezes foi indicado!):

- *Grande Sertão: Veredas*, Guimarães Rosa (5)
- *Atlas (1)*
- *A Bíblia Sagrada (1)*
- *Caderno em branco (1)*
- *Cândido ou o Otimismo*, Voltaire (1)
- *A Comédia Humana*, Balzac (1)
- *Dicionário de Filosofia de Cambridge (1)*
- *Dom Casmurro*, Machado de Assis (1)
- *Dom Quixote*, Cervantes (1)
- *Enciclopédia (1)*
- *Ficções*, Jorge Luís Borges (1)
- *Huis Clos*, Sartre (1)
- *A Ilíada*, Homero (1)
- *Livro de Receitas (1)*
- *Os Lusíadas*, Camões (1)
- *Manual de História da Arte (1)*
- *Mente do Ser Humano Primitivo*, Franz Boas (1)
- *A rosa do povo*, Carlos Drummond de Andrade (1)
- *Obras Completas*, Machado de Assis (1)
- *Primeiras Estórias*, Guimarães Rosa (1)
- *Qualquer coisa menos um dicionário (1)*
- *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda (1)
- *Rayuela*, Cortázar (1)
- *Sentimento do Mundo*, Carlos Drummond de Andrade (1)
- *Tratado Lógico-Filosófico*, Wittgenstein (1)
- *Vidas Paralelas*, Plutarco (1)

Respostas - observações preliminares

Após o enunciado de cada uma das questões que compõem a prova do CACD 2015, os candidatos encontrarão uma menção à média e ao desvio padrão das notas dos aprovados para aquele exercício. É, ainda, feita uma distinção entre as notações estatísticas dos aprovados na categoria concorrência ampla e afrodescendente para melhor apreensão do seu significado prático.

Ao apresentar a média simples das notas dos aprovados em cada questão, procura-se compensar o fato de apenas estarem representadas neste guia as melhores e as piores respostas do CACD 2015.

Os candidatos poderão, dessa forma, ter uma ideia de qual seria o desempenho médio esperado em cada prova para garantir a aprovação. Já o desvio padrão representa uma medida da variação das notas dos aprovados em relação à nota média para cada questão. Um desvio padrão maior significa, portanto, uma maior variabilidade de notas naquela questão, enquanto um desvio padrão menor indica que as notas dos aprovados estiveram, de modo geral, situadas em torno da média.

Desse modo, graças a essa medida, os candidatos poderão estimar quais questões tiveram maior impacto sobre a diferença na nota final dos aprovados.

3

Língua Portuguesa Redação

REDAÇÃO

Há hoje, entre nós, numerosos salvadores e “grandes” pregadores do espírito nacional. A lembrança de Camões, mais ou menos estruturada à fisionomia ardente de Péguy, incita nossos escribas, determinados a desvendar o segredo das agruras políticas que nos castigam. Que Deus me afaste de semelhante infantilidade, de tão enfatuada tolice. Se procuro com certa insistência aquilo que poderia me indicar a marca de um “espírito brasileiro”, é para definir a mim mesmo e encontrar em meu íntimo a permanência desses valores nacionais que determinam a existência de um verdadeiro escritor. E, se assim procedo, é exatamente porque não sinto muito vivas as minhas raízes, sofro antes de uma carência que me põe constantemente inquieto e me faz debruçar sobre todos esses tristes problemas com um mal-estar que se avizinha da repugnância. Não fossem a certeza de que uma essência verdadeira existe, em qualquer escuro desvão desse país de ambições diminutas (a ambição, como o apetite, é um dos sintomas mais vivos de vitalidade), e a certeza sobre o fato de podermos adaptar livremente nossos sonhos de realidade e sobrevivência, talvez de há muito tivesse deixado de remoer essas questões; resta que não somos escritores em vão, como um instrumento vibrado pelo vento: nosso destino, queiramos ou não, está estreitamente vinculado à terra em que nascemos. Deus me livre de ser um artista exótico e sem nacionalidade, um desses despaisados que se adaptam a qualquer lugar e que compõem os buracos de qualquer paisagem necessitada... Antes de sermos identificados à terra obscura que nos gerou, jamais poderemos atingir a posição de lucidez e de calma — e, por que não acrescentar, de luminosa humildade — que nos colocará acima dos litígios, estreitamente vinculados à voz que exprime o que de mais saudável e de mais profundo caracteriza a fisionomia permanente de um povo.

Lucio Cardoso. Diário completo. Rio de Janeiro: José Olympio/INL, 1970, p. 54-5 (com adaptações).

Tendo por fundamento as ideias defendidas pelo autor do texto acima, discuta o que é ser um diplomata brasileiro.

1. Extensão do texto: 600 a 650 palavras
2. Valor: 60,00 pontos
3. Média: 42,6 amp. / 39,2 afro.
4. Desvio padrão: 5,1 amp. / 3,5 afro.

REDAÇÃO 1 • 54,25

Pedro Barreto da Rocha Paranhos

Ser um diplomata brasileiro é acreditar no potencial de um país que, em meio a avanços e recuos, vem forjando seu lugar no mundo como defensor da ideia do desenvolvimento como condição para a convivência pacífica entre as nações. Nesse sentido, o diplomata brasileiro é, sobretudo, um crente que, com plena consciência das possibilidades e das contingências nacionais, procura defender o interesse do Brasil no mundo. A fim de executar a sua tarefa, o diplomata passa por processo de consolidação identitária similar ao do escritor Lucio Cardoso. O diplomata, assim como o escritor, deve identificar-se com o Brasil, ciente do fato de que seu destino está estritamente vinculado ao país.

A primeira ideia de Lucio Cardoso é a de ser uma tolice a definição do Brasil de forma generalizada. O autor não almeja ser um pregador do nacionalismo brasileiro, mas, sim, identificar elementos nacionais que definam sua identidade como escritor. Em contraste com a abordagem individualista de Cardoso, o diplomata tende a ser um generalista, dado que é o profissional que representa o país como um todo. Essa representação é embasada em conhecimento profundo das ideias de autores que, em diferentes momentos históricos, definiram características centrais da identidade nacional. Pode-se identificar, nas obras de Joaquim Nabuco e Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, a questão central do nacionalismo brasileiro, que é a necessidade de superação da dívida social, resultante do longevo regime escravocrata. Para o diplomata brasileiro, essa pertinente generalização fundamenta a defesa da inclusão social e do combate à pobreza como condicionantes do desenvolvimento e da paz mundiais.

Em sua reflexão identitária, Lucio Cardoso identifica como motivação a certeza tanto da existência de verdadeira essência nacional quanto da liberdade de adaptação dos sonhos e da realidade brasileira a diferentes contextos. Para o diplomata brasileiro, essa ideia é o fundamento de sua atuação profissional. A essência nacional é a característica de superação de desafios, sejam sociais, políticos ou econômicos. Ao contrário de Cardoso, que acredita que o país não tem ambições, o diplomata brasileiro interpreta a possibilidade de adaptação de sonhos como oportunidade para a construção de ambições que reflitam a realidade do Brasil, que é o quinto maior país do mundo, em termos de população e território, e a oitava economia do planeta. É exemplar, nesse sentido, a legitimidade do pleito brasileiro por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Seguindo o texto de Lucio Cardoso, o ponto de maior aproximação entre a tomada de consciência do escritor e a do diplomata é a ideia de que o destino de ambos está inexoravelmente vinculado ao Brasil. De acordo com Cardoso, a identificação com a pátria permite ao escritor obter a lucidez e a calma necessárias ao discernimento dos aspectos mais positivos do povo brasileiro. Similarmente, o diplomata deve estar embuído de ambos o sentimento patriótico e o conhecimento do país, de modo a, como defendido pelo patrono da diplomacia brasileira, carregar o Brasil consigo onde quer que esteja. Nesse sentido de formação do diplomata, cabe destacar a atuação do Instituto Rio Branco, que celebra, em 2015, o seu septuagenário.

De modo similar ao escritor em Cardoso, ser um diplomata brasileiro é buscar uma vocação nacional que lhe permita enxergar oportunidades e soluções onde outros veem desafios e problemas. O diplomata deve ter um conhecimento profundo do Brasil, tanto no âmbito das ideias de formação nacional quanto na esfera das características atuais do país. Dessa forma, o diplomata brasileiro pode consolidar a consciência da necessidade de superação de mazelas sociais por meio do desenvolvimento. Pode, por fim, defender a ideia principal da política externa brasileira: a paz e o desenvolvimento são indissociáveis.

Extensão do texto: 606 palavras.

Avaliação:

1. Apresentação / Impressão geral do texto: 10/10
2. Capacidade de argumentação: 7,50/10
3. Capacidade de análise e reflexão: 8,75/10
4. Total Aspectos Macroestruturais: 26,25/30
5. Correção Gramatical e qualidade da linguagem: 28/30.
    a. Número de erros: 2
    b. Penalização por grafia/acentuação: 1
    c. Penalização por morfossintaxe: 1
    d. Penalização por propriedade vocabular: 0
    e. Penalização por excesso de palavras: 0

REDAÇÃO 2 • 50,50

Camilla Corá

De acordo com Lucio Cardoso, o destino dos escritores está vinculado ao local onde nasceram. O diplomata, encarregado de representar a nação brasileira perante a comunidade internacional, pode ser compreendido, por meio da mesma perspectiva [1]. Em que pesem ideias antiquadas sobre o distanciamento entre a diplomacia e a sociedade, o serviço exterior, atualmente, inclui membros de diversos grupos socioeconômicos e dialoga com a população acerca da formulação e da condução da política externa brasileira. Ao aproximar-se dos cidadãos, a diplomacia brasileira legitima suas funções representativas e fortalece a identidade nacional, em seus aspectos voltados à inclusão, à democracia e ao pacifismo.

Em décadas passadas, a diplomacia era associada ao elitismo. Em função de deficiências do sistema internacional e do relativo desinteresse pelos temas internacionais, os diplomatas trabalhavam em contexto de isolamento da população – por vezes, sequer retornavam ao Brasil, como retratado por Machado de Assis, em Memorial de Aires. Atualmente, graças a avanços na diminuição da desigualdade social e às oportunidades abertas pelas ações afirmativas e pelos concursos públicos, os diplomatas brasileiros constituem grupo mais representativo da totalidade da população, o que valida a atuação da diplomacia em nome da sociedade brasileira. Assim como a ordem internacional deve refletir a variedade dos países e de seus anseios, o serviço exterior brasileiro deve favorecer a inclusão de membros de todos os setores da população – notadamente aqueles marginalizados -, a fim de tornar-se mais democrático e, consequentemente, mais eficaz.

O diplomata brasileiro representa país entusiasta dos princípios democráticos. No trigésimo aniversário da redemocratização, crescem as demandas populares por maior transparência institucional. O Ministério das Relações Exteriores tem demonstrado empenho em dialogar com a sociedade civil, ao promover o contato direto com a população – por meio das mídias sociais e de debates públicos – e ao solicitar a opinião dos cidadãos sobre a formulação e a condução da política externa, conforme evidenciado pelas consultas sobre mudanças climáticas. Amparado por iniciativas de abertura institucional do Itamaraty, o diplomata brasileiro pode atender às necessidades do povo a que serve, o que consolida a adesão da sociedade aos princípios da política externa. O diplomata brasileiro, além de representante, negociador e observador, é burocrata, que deve prestar contas à população e reavaliar prioridades, de acordo com as preferências da coletividade.

O desenvolvimento é objetivo primordial da política externa brasileira. Progressos socioeconômicos, proporcionados por iniciativas governamentais voltadas à redistribuição de renda [2], possibilitam atuação propositiva da diplomacia brasileira em questões de desenvolvimento. O diplomata brasileiro defende, no cenário internacional, a interdependência entre princípios fundamentados na Constituição Federal: a paz e o desenvolvimento. O engajamento a favor da democratização das instâncias multilaterais, como a Organização das Nações Unidas, é sustentado pela convicção de que não há alternativa à cooperação a favor do desenvolvimento, uma vez que a segurança internacional depende da diminuição das desigualdades socioeconômicas e da atenção às comunidades

vulneráveis. A priorização do desenvolvimento sustentável – em suas dimensões econômicas, sociais e ambientais – e seu vínculo à manutenção da paz fazem parte dos "valores nacionais", nas palavras de Lucio Cardoso, e dos paradigmas que orientam a ação dos diplomatas brasileiros.

O diplomata brasileiro é interlocutor entre os cidadãos nacionais e os de outros países. Além de, por sua composição, representar os diferentes grupos étnicos e sociais que formam a sociedade brasileira, o serviço diplomático defende os parâmetros que fundamental a identidade nacional, como a democracia, a paz e o desenvolvimento. Uma vez que o diplomata possibilita o diálogo com outras civilizações, o processo contínuo de formação da brasilidade depende da atuação da diplomacia. O diplomata defende, sobretudo, as ambições da nação brasileira – que não são diminutas, ao contrário do que afirma Cardoso [3].

Extensão: 600 palavras

Avaliação:

1. Apresentação / Impressão geral do texto: 8,75
2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações): 7,50
3. Capacidade de análise e reflexão: 6,25
4. Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema 22,50
5. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem 28,00
   a. Número de erros 2
   b. Penalização por grafia/acentuação: 0
   c. Penalização por morfossintaxe: 2
   d. Penalização por propriedade vocabular: 0
   e. Penalização por excesso de palavras: 0

[1] Erro de morfossintaxe

Recurso foi indeferido com a seguinte explicação: "No trecho "O diplomata, encarregado de representar a nação brasileira...., pode ser compreendido, POR MEIO da mesma perspectiva", verifica-se estrutura de voz passiva analítica em que o agente da ação expressa pelo verbo "compreender" vem expresso não na função de agente da passiva, mas, sim, na função de adjunto adverbial de meio, o qual, nesse contexto, não exerce, portanto, função acessória que possibilite o emprego de vírgula que isole esse termo do verbo a que está relacionado. Trata-se de termo argumental. (V. Bechara. Moderna gramática portuguesa. RJ: Nova Fronteira/Lucerna, 2009, p. 4124). Ainda, o mais coerente, nesse contexto, seria que se tivesse feito referência ao DESTINO (ou à vocação, aptidão) do diplomata, que poderia ser visto na mesma perspectiva do "destino dos escritores", para o devido paralelismo semântico com a ideia exposta na primeira linha do texto da prova."

[2] Erro de morfossintaxe

Recurso foi indeferido com a seguinte explicação: "Registra-se erro referente ao emprego de vírgula para separar oração subordinada adjetiva restritiva, visto que, inegavelmente, nem todo progresso socioeconômico é "proporcionado por iniciativas governamentais voltadas à redistribuição de renda". No contexto em questão, esse tipo específico de progresso econômico é que possibilita a "atuação propositiva da diplomacia", haja vista a menção, logo abaixo, nas linhas 57-8, à "diminuição das desigualdades socioeconômicas" e à "atenção às comunidades vulneráveis", das quais depende "a segurança internacional", conforme palavras do próprio candidato. Verifica-se, no parágrafo, o desenvolvimento da ideia desse tipo de progresso socioeconômico, que motiva a ação dos diplomatas."

[3] Majoração da nota

Recurso solicitando majoração da nota de conteúdo foi indeferido com a seguinte explicação: "A redação cita o texto de Lúcio Cardoso, mas não discute com a profundidade esperada as principais questões por este suscitadas (como exigiria ter o texto como fundamento, conforme o enunciado). Poderiam ter sido melhor explorados elementos presentes no texto de Cardoso (discussão problematizante sobre a suposta "essência nacional", e a oscilação entre elementos de exaltação e de crítica ao país, p.ex.) com vistas à discussão da situação do diplomata brasileiro. Há também deficiências de estilo e coerência. As notas atribuídas refletem o reconhecimento dos méritos da redação, mas também de suas deficiências, não devendo ser majoradas."

REDAÇÃO 3 • 50,50

Daniel Leão Sousa

Em Diário completo, Lucio Cardoso exprime a necessidade de identificar em si próprio os valores nacionais necessários à existência de um escritor genuíno. O autor qualifica a consciência da nacionalidade como requisito para que expresse "o que de mais saudável e de mais profundo caracteriza a fisionomia permanente de um povo". A mesma necessidade de expressão apresenta-se ao diplomata, em suas tarefas essenciais de representar, informar e negociar em nome de sua nação. A consciência do diplomata acerca da identidade nacional é condição necessária para o exercício adequado de sua função como mandatário do país. No Brasil, a construção de uma identidade nacional autêntica necessitou superar [1] a dependência cultural, política e econômica em relação ao continente europeu, em um processo que exerceu influência significativa sobre a inserção internacional e a atividade diplomática do país.

A construção da identidade nacional brasileira foi um processo gradual e lento, porém irreversível. Nos anos que se seguiram à independência do Brasil, a ausência de referências culturais próprias determinou proposta pouco original de definição da identidade brasileira, porquanto o ideal de nacionalidade foi afirmado com base em cânones culturais europeus. A idealização da natureza tropical e da população nativa, no Romantismo, e as categorias de raça e meio geográfico, no Realismo, contribuíram para a conformação de uma "estrutura de sentimento colonizado", segundo expressão de Edward Said. Essa tendência de inferiorização da identidade nacional foi superada apenas com a revolução culturalista promovida pelo Modernismo, a partir da década de 1920. Segundo o conceito de antropofagia, os autores modernistas propuseram a valorização das tradições autóctones e a assimilação crítica de influências culturais estrangeiras, o que conferiria ao país inserção internacional criativa e diferenciada.

A evolução do conceito de identidade nacional teve relevância fundamental para o exercício da atividade do diplomata brasileiro. Silviano Santiago afirma que a identidade brasileira se define com base em um "entre-lugar", intermediário à expressão autêntica e à assimilação de influências externas. Essa posição singular do Brasil permitiu à diplomacia brasileira, sobretudo a partir do século XX, assumir orientações autênticas, que equilibrassem os condicionamentos externos e a consecução do interesse nacional. A "equidistância pragmática" entre Estados Unidos e Alemanha, na década de 1930, a orientação universalista da Política Externa Independente no contexto bipolar da Guerra Fria e a "autonomia pela diversificação de parcerias", desde a década passada, atestam o "entre-lugar" original da diplomacia brasileira, formulado com base em identidade nacional igualmente autêntica.

Assim como a identidade cultural que representa, o diplomata brasileiro deve compreender-se como síntese entre tradição nacional e inovações alheias. A atividade do diplomata do Itamaraty exige o respeito aos tradicionais princípios que definem a atuação internacional do Brasil como política de Estado, a exemplo do pacifismo, da juridicidade e do multilateralismo. A manutenção de tradições, contudo, não deve excluir a possibilidade de que o diplomata brasileiro proponha inovações à política externa do país, em consonância com a evolução do contexto internacional. A relação dialética entre tradição e inovação determina que, ao inovar, o diplomata brasileiro esteja consciente da tradição de autonomia do Brasil, como país que surgiu à margem dos centros internacionais de poder e que visa a instaurar ordem global mais justa e equitativa. Os recentes conceitos de "diferenciações concêntricas" em matéria ambiental e de "responsabilidade ao proteger" atestam a capacidade do diplomata brasileiro de inovar, com base na tradicional defesa da autonomia nacional.

A identificação à terra natal, de que fala Lucio Cardoso, implica, no caso brasileiro, não a intolerância de um nacionalismo excessivo, mas sim [2] o equilíbrio de tensões entre o nacional e o estrangeiro, do qual deve derivar identidade original. O diplomata brasileiro é, por excelência, a personificação desse processo dialético: aberto à influência externa, pela essência de sua profissão, concilia-a com a defesa autônoma do país. Trata-se, portanto, de plena expressão do lema modernista de Mário de Andrade, segundo o qual "precisamos ser nacionais, para que possamos ser universais".

EXTENSÃO DO TEXTO: 643 PALAVRAS

Avaliação:

1. Apresentação 7,50
2. Argumentação 7,50
3. Análise 7,50
4. Gramática 28,0

[1] Erro de morfossintaxe - Regência verbal

[2] Erro de morfossintaxe – Pontuação – ausência de vírgulas para isolar o advérbio "sim".

REDAÇÃO 4 • 49,50

Wallace Medeiros de Melo Alves

É por meio do conhecimento das particularidades culturais e sociais de sua nação que o diplomata brasileiro pode identificar as potencialidades da inserção internacional do país, bem como suas dificuldades. A compreensão da realidade nacional possibilita ao agente diplomático conciliar seu idealismo de buscar seus "sonhos de realidade e sobrevivência" com o pragmatismo de reconhecer os "tristes problemas com um mal-estar". Ao negociar como representante oficial do Brasil, o diplomata deve harmonizar sua posição cosmopolita de respeito às culturas estrangeiras com sua ação nacionalista na defesa intransigente dos interesses do Estado pátrio. Nesse sentido, o diplomata não pode incorrer nem no pessimismo fatalista nem no ufanismo patriótico. É por meio da consciência crítica do nacional que o diplomata representa a identidade singular e socialmente diversa do povo brasileiro.

"Não atire no mensageiro". A frase remonta ao período histórico da Grécia Antiga, quando representantes oficiais eram enviados às cidades-estado, para transmitirem mensagens aos governantes. Desde então, as imunidades e os protocolos diplomáticos evoluíram e institucionalizarem-se, da mesma forma como seus agentes ampliaram suas funções além da condição de mensageiro. Representar, informar e negociar permanecem sendo as principais atribuições do diplomata brasileiro, às quais se acrescentam, na atualidade, novas responsabilidades, como dialogar com a sociedade civil e acompanhar as transformações da democracia nacional e da multipolaridade internacional. A fim de defender, com legitimidade, os interesses do povo que representa, o Itamaraty intensifica seu contato com a opinião pública, seja por meio da formulação do Livro Branco e das interações nas mídias digitais, seja por meio da realização de palestras e da publicação de livros pela FUNAG.

As novas formas de prática da diplomacia não alteram a essência do diplomata, cujo capital humano continua a ser insubstituível. Ser diplomata implica coletar informações sobre a política externa de outros Estados, interpretar os dados e transmiti-los à chancelaria. Além disso, a criação de confiança mútua entre os países depende dos contatos que o agente diplomático estabelece com seus homólogos estrangeiros e com as autoridades locais. A consecução desses objetivos, entretanto, enfrenta desafios. No mundo crescentemente marcado pela deterioração da segurança humanitária, ser diplomata é estar sujeito a riscos, muitas vezes da própria vida, na defesa do interesse do Estado e na garantia do bem-estar das comunidades brasileiras no exterior.

O corpo diplomático brasileiro precisa ser tão diverso quanto a sociedade que ele representa. Os afrodescendentes e as mulheres correspondem, respectivamente, a 53% e 51% da população brasileira. Não incentivar a inclusão desses grupos na diplomacia significa negligenciar mais da metade do potencial humano nacional. Para "sermos identificados à terra obscura que nos gera", conforme destaca Lucio Cardoso, a diplomacia brasileira deve refletir, em sua composição, as heterogeneidades étnicas e culturais que formam o povo nacional. Ser diplomata brasileiro, nesse sentido, é representar, no exterior, a miscigenação inerente à formação constitutivo do país.

No desempenho de sua função diplomática, o agente brasileiro enfrenta um duplo desafio: não contrair a "moléstia de Nabuco", "ao tornar um artista exótico sem nacionalidade" e ao privilegiar o estrangeiro em detrimento do nacional, nem ser excessivamente saudoso da pátria no exterior, ao sobrevalorizar as características do país. A virtude do diplomata reside na ponderação entre as duas dimensões, de maneira a reconhecer as qualidades do Brasil e aquilo que necessita ser aprimorado.

Ser diplomata brasileiro significa ser capaz de adaptar-se às transformações nacionais e internacionais e, ao mesmo tempo, preservar a característica essencial de compromisso com seu país. O idealismo transformador é tão relevante quanto a compreensão pragmática dos problemas nacionais e dos limites à ação externa brasileira. Ainda que seja um servidor público e nem sempre suas convicções pessoais sejam compatíveis com as posições oficiais, cabe ao diplomata buscar a consecução dos objetivos do Estado brasileiro, cujos interesses transcendem a agenda política de partidos específicos e são a expressão da soberania popular.

EXTENSÃO DO TEXTO: 635 PALAVRAS

Avaliação:

1. Nota referente à organização do texto e ao desenvolvimento do tema (macroestrutural), e dentro desta:
    a. Nota de Apresentação/impressão geral do texto: 7,5
    b. Nota de Capacidade de argumentação: 7,5
    c. Capacidade de análise e reflexão: 7,5
2. Nota referente à correção gramatical e à propriedade da linguagem (microestrutural) e, dentro desta:
    a. 2.1 Penalização por grafia/acentuação: 1
    b. 2.2 Penalização por morfossintaxe: 2
    c. 2.3 Penalização por propriedade vocabular
3. Penalização por excesso de palavras

Comentário da banca: Trata-se de erro referente a construção do período, visto que não se estabelece a devida correferência entre "(ele) seja funcionário público...", na oração subordinada, e "diplomata", na oração principal, como se verifica no seguinte trecho: "Ainda que seja um servidor público e nem sempre suas convicções pessoais sejam compatíveis com as posições oficiais, CABE ao diplomata ...". A correta retomada do referente seria a seguinte: "Ainda que..., o diplomata ...".

REDAÇÃO 5 • 45,50

Alexandre de Paula Oliveira

Em "Mário, Oswald, Carlos, intérpretes do Brasil", Silviano Santiago afirma que, para elaborar uma grande obra literária, é essencial ter uma interpretação pessoal e original a respeito do Brasil. Afirmação semelhante pode ser feita sobre o diplomata. É imprescindível que esse profissional interprete, constantemente, o Brasil, como forma de identificar, corretamente, as características do país que ele representa. Os princípios importantes para o brasileiro são desenvolvidos continuamente, e ao diplomata cabe convertê-los em ação externa adequada. Ser diplomata brasileiro é defender a conformação de uma ordem internacional que coincida com os valores que, historicamente, influenciaram a formação da identidade nacional e que, atualmente, são relevantes para a sociedade brasileira.

O diplomata brasileiro deve ser capaz de superar o "dilema do mazombo", como Evaldo Cabral de Mello denominou os sentimentos ambíguos do brasileiro em relação a sua terra e a [1] Europa. Ele precisa ter consciência plena da característica plural da identidade nacional, formada pela síntese não excludente das contribuições das culturas indígena, branca e negra. Por meio da consciência a respeito dessa complexidade, torna-se mais evidente a necessidade de considerar que os interesses do país no mundo são geográfica e tematicamente amplos e não admitem opções excludentes que inviabilizariam [2] a função diplomática de promover o desenvolvimento nacional.

A característica de ser "nacional por subtração", como afirma Roberto Schwarz, está historicamente presente na identidade nacional. De acordo com essa concepção, o brasileiro não se confundiria com o índio nativo, o negro africano e o branco europeu, mas seria a síntese dessas culturas. A consciência da miscigenação deve contribuir para a defesa da promoção de uma ordem internacional em que a alteridade seja respeitada e valorizada. O comprometimento brasileiro com a defesa dos direitos humanos representa o engajamento dos diplomatas nacionais com a conformação de uma ordem mundial que repercuta a importância interna da promoção dos direitos humanos.

No século XIX, a forma contraditória pela qual o liberalismo europeu foi adotado no Brasil originou a expressão "ideias fora do lugar", pois, no país escravista, liberdade não significava igualdade. No século XXI, ser diplomata é reconhecer que as "ideias fora do lugar" são, atualmente, aquelas que defendem a continuação de uma estrutura de governança internacional em descompasso com a real distribuição de poder global. A utilização mundial das mesmas estruturas criadas há setenta anos tem tanta legitimidade e eficácia quanto a aplicação dos conceitos liberais no Brasil dezenovesco. O diplomata deve ser capaz de compreender essa mudança e defender uma ordem mais justa e democrática.

Uma das principais funções do corpo diplomático brasileiro é contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional. Esse desenvolvimento deve respeitar as características históricas, geográficas e socioeconômicas do Brasil, sem, necessariamente, utilizar, de forma integral, modelos estrangeiros que, dificilmente, solucionariam os problemas nacionais. Para curar a "moléstia de Nabuco", que dizia sentir saudade do cais do Sena e da Via Appia, Mário de Andrade sugeriu que Carlos Drummond de Andrade deveria "sentir" os espaços históricos do Brasil pelo que eles representam e representaram. O desenvolvimento brasileiro também deve ser buscado pelos diplomatas nacionais, de acordo com as características nacionais, razão pela qual o desenvolvimento sustentável tem função incontornável na política externa brasileira.

Da "ninguendade" brasileira, conforme expressão de Darcy Ribeiro, decorre a necessidade de elaborar uma identidade nacional. Essa formação identitária é contínua e, por isso, ser diplomata brasileiro é estar permanentemente disposto a interpretar o Brasil e o mundo e a sugerir a melhor forma de defender os complexos, contraditórios e multidimensionais interesses do país. Os valores que a sociedade brasileira defende, como a tolerância, o diálogo, a justiça e o desenvolvimento sustentável, tornam esse desafio diplomático maior e mais urgente, mas indicam que, se for elaborada de acordo com eles, a ordem internacional terá mais chances de garantir um futuro mais auspicioso para a humanidade.

EXTENSÃO DO TEXTO: 626 PALAVRAS

Avaliação:

a. Apresentação: 5
b. Argumentação: 5
c. Análise e reflexão: 7,5
d. Gramática: 28

[1] Erro de grafia e acentuação

[2] Erro de morfossintaxe

REDAÇÃO 6 • 45,50

Ramiro Januário dos Santos Neto

"Em todo lugar, lembrar-se da pátria". Essa divisa do Barão do Rio Branco fundamenta a atuação de sucessivas gerações de diplomatas brasileiros, os quais têm por missão defender os interesses nacionais. Estes, entretanto, não são imutáveis, e a política externa brasileira deve, continuamente, conduzir uma ação externa condizente com os anseios da sociedade nacional. Seja na Secretaria de Estado, seja nas representações no exterior, ser diplomata brasileiro significa contribuir para a construção de um Brasil mais justo e inclusivo.

Para ser diplomata brasileiro, é imperativo entender o que é o Brasil. O diplomata pátrio não pode representar um país que ele não conheça. Por mais paradoxal que pareça, os brasileiros, muitas vezes, não têm uma compreensão satisfatória do Brasil. Conforme assevera Lucio Cardoso, uma "posição de lucidez e de calma" – a qual se vincula à "fisionomia permanente" de uma nação – somente é possível caso o brasileiro se identifique com as virtudes e os defeitos de seu país. Segundo essa reflexão, a concepção de uma democracia racial brasileira, defendida por Gilberto Freyre, não se coadunaria com a realidade de uma nação que tem, apenas, vinte por cento de negros no serviço público federal, apesar de possuir uma população negra que representa mais de cinquenta por cento da sociedade. Representar o Brasil no exterior, desse modo, pressupõe reconhecer a riqueza da formação multicultural brasileira sem esquecer os desafios que se impõem para promover a igualdade socioeconômica de todos os brasileiros.

Além de possuir profundo conhecimento da realidade nacional, os diplomatas brasileiros distinguem-se pela excelente formação profissional. Segundo Lucio Cardoso, o destino dos brasileiros está relacionado com o da terra natal. De forma semelhante, a educação propiciada pelo Instituto Rio Branco, desde 1945, garante que os diplomatas adquiram uma visão coesa sobre a identidade brasileira, os desafios internos e os objetivos de política externa nacional. Essa concepção comum de política externa pôde ser demonstrada, ao longo dos anos, pela similaridade entre a Política Externa Independente, do Embaixador Afonso Arinos, o Pragmatismo Ecumênico e Responsável, do ex-Ministro Azeredo da Silveira, e a política externa ativa e altiva, do Embaixador Celso Amorim. Acredita-se que, com uma formação qualificada, os diplomatas brasileiros podem, seguramente, evitar as visões limitadas dos "pregadores do espírito nacional".

Estar consciente da complexa conjuntura internacional é fator que influencia a ação dos diplomatas brasileiros. De acordo com Alberto da Costa e Silva, o diplomata pátrio dá, com sua cultura diplomática, a medida do Estado brasileiro em face do sistema internacional. Consequentemente, é importante que o diplomata brasileiro tenha conhecimento sobre os objetivos da política externa pátria em todos os âmbitos de negociação internacionais. Nesse contexto, a identidade do diplomata brasileiro delinea-se [1] à medida que ele faz valer as estratégias pátrias – decididas pelas forças sociais internas – nas negociações bilaterais ou multilaterais. Na próxima Conferência das Partes (COP) da Convenção sobre Mudança do Clima, a diplomacia brasileira trabalhará para aprovar um documento vinculante que consagre a visão brasileira de "diferenciação concêntrica". Esse conceito e a posição brasileira baseam-se [2] em ativa participação da sociedade brasileira na formulação da Agenda pós-2015. Entende-se, portanto, que ser diplomata brasileiro implica não apenas conhecer as particularidades do ofício diplomático, mas também representar as aspirações da população brasileira.

A diplomacia pátria é formada por quadros altamente especializados, os quais devem promover os interesses de toda a sociedade brasileira ao mesmo tempo em que identificam os desafios do contexto internacional. Considerando a discussão feita [3], conclui-se que explicações de outrora sobre a identidade nacional são úteis, porém insuficientes. É necessária a constante renovação do entendimento sobre o Brasil e da formação diplomática daqueles que querem servir a nação em todos os lugares do globo. Ser diplomata brasileiro, dessa forma, significa almejar um Brasil que será cada vez melhor, interna e externamente.

Extensão: 629 palavras

Avaliação:

1. Apresentação / Impressão geral do texto: 6,25
2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações): 5,00
3. Capacidade de análise e reflexão: 6,25
4. Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema 17,50
5. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem 28,00
   a. Número de erros 2
   b. Penalização por grafia/acentuação: 0
   c. Penalização por morfossintaxe: 2
   d. Penalização por propriedade vocabular: 0
   e. Penalização por excesso de palavras: 0

[1] Erro de morfossintaxe.

A conjugação correta do verbo delinear-se, na 3ª pessoa do singular, é "delineia-se".

[2] Erro de morfossintaxe.

A conjugação correta do verbo basear-se, na 3ª pessoa do plural, é "baseiam-se".

[3] Erro de propriedade vocabular

No espelho provisório, o trecho "discussão feita" foi considerada erro de propriedade vocabular. Após recorrer, o candidato teve seu recurso deferido. Abaixo, segue a argumentação que logrou êxito:

Argumentação do candidato: "Solicita-se, gentilmente, a retirada da penalização imposta ao candidato em virtude do uso da palavra "discussão". Entende-se que essa palavra respeita a modalidade culta da língua portuguesa, bem como se coaduna

com um texto dissertativo-argumentativo, já que foi empregada no sentido de “argumentação”, “análise”, “debate” e “reflexão”.

Primeiramente, segundo o Dicionário Houaiss, “discussão” tem a seguinte acepção, entre outras: “exame minucioso (de um assunto, problema etc.), levantando-se os prós e os contras”. Exemplo do dicionário: "discussão de um projeto de lei".

De fato, a palavra “discussão” sintetiza, ao ser utilizada no parágrafo conclusivo da redação em apreço, o exame feito pelo candidato sobre o tema da redação. Além disso, a forma como “discussão” foi empregada no período das l.77-79 vai ao encontro da acepção do verbete apresentada acima.

O Dicionário Houaiss destaca, ainda, que “discussão” é sinônimo de “argumentação” e “debate”. Uma das acepções de argumentação é: “no desenvolvimento do discurso, corresponde aos recursos lógicos, como silogismos, paradoxos etc. geralmente acompanhados de exemplos, que induzem à aceitação de uma tese e à conclusão geral e final”. Por sua vez, “debate” significa, entre outros sentidos: “exposição de razões em defesa de uma opinião ou contra um argumento, ordem, decisão etc”

Sendo assim, a “discussão” apontada na conclusão remete à exposição de razões e a defesa de uma tese feita pelo candidato nos parágrafos anteriores.

Em segundo lugar, acredita-se que “discussão” não é uma palavra menos apropriada a fim de expressar os significados do Dicionário Houaiss elencados acima. “Discussão” tem a mesma exatidão que “argumentação” e “debate”, visto que são sinônimas e fazem parte do mesmo campo semântico. Segundo Francisco Ferreira Azevedo, no Dicionário analógico da língua portuguesa, “discussão”, “argumentação”, “debate”, “análise” e “reflexão” fazem parte de uma classe de palavras que expressam raciocínio (Conforme a categorização do autor, em ordem decrescente, “discussão” estaria na Classe IV: Entendimento > Divisão I: Formação de ideias > 4º raciocínio). Dessa forma, todos esses termos são análogos e expressam a mesma ideia.

Respeita-se, portanto, a norma culta na modalidade escrita da Língua Portuguesa, conforme orientação do Guia de Estudos 2013 (página 6).

Por fim, o candidato conclui sua redação demonstrando que se ateve ao tema proposto no enunciado, uma vez que este tinha como comando: “discuta” o que é ser diplomata brasileiro. Nesse contexto, a escolha pelo vocábulo “discussão” retoma, semanticamente, o comando da questão e demonstra, por meio da coesão referencial, que a análise do tema foi feita ao longo de toda a redação.

Em virtude das razões apresentadas, reitera-se o pedido de retirada da penalização imposta ao candidato.”

REDAÇÃO 7 • 44,75

Pedro Gazzinelli Colares

A dificuldade em definir a identidade nacional é problema recorrente em países que, como o Brasil, foram colonizados e receberam influências culturais externas. Escritores românticos e modernistas, como José de Alencar e Mário de Andrade, buscaram, sucessivamente, identificar as características definidoras do povo brasileiro. A complexidade do debate não torna a temática da identidade menos relevante para o diplomata, que deve conhecer a nação para desempenhar a tarefa de representação que lhe cabe. Ser um diplomata brasileiro significa ser um servidor público identificado com a nação, que reconhece a multiculturalidade brasileira e que se dedica a promover a inserção internacional do país.

O diplomata é o representante de um povo. Para exercer, adequadamente, seu ofício é premente conhecer o representado, buscando identificar o que Lucio Cardoso, em Diário completo, qualificou como “espírito brasileiro”. O diplomata brasileiro deve ser capaz de identificar esse espírito não apenas no povo, mas também em si, para [1] sentindo-se parte da coletividade, representá-la. Por essa razão, o diplomata deve estudar o Brasil com dedicação, o que não significa, contudo, isolar-se da sociedade. O contato é a melhor forma de aprendizado, motivo pelo qual o Ministério das Relações Exteriores tem buscado ampliar os canais de comunicação, [2] de modo a conduzir Diplomacia Pública. Iniciativas como os Diálogos de Política Externa viabilizam a cooperação entre representantes e representados, o que aumenta a identificação do diplomata com a sociedade brasileira.

Ser um diplomata brasileiro significa reconhecer o valor da multiculturalidade. Darcy Ribeiro descreve, em O povo brasileiro, como a multiculturalidade representa uma das maiores virtudes brasileiras, porquanto prepara o indivíduo para o relacionamento com todos os povos. Em um mundo crescentemente multipolar, a multiculturalidade favorece a inserção internacional brasileira e precisa ser incorporada pelo diplomata. Os formuladores da política externa nacional reconhecem esse potencial e, por isso, buscam garantir que o processo seletivo de novos diplomatas seja inclusivo e capaz de representar a diversidade brasileira, recrutando, por exemplo, maior número de mulheres e de negros. O diplomata formado em ambiente multicultural estará melhor habilitado a compreender o outro, o que facilita o desempenho da tarefa essencial da diplomacia, que é articular consensos.

O diplomata brasileiro é, essencialmente, um servidor público. Para servir ao povo, não basta se identificar com a população, o que, no caso brasileiro, envolve reconhecer a multiculturalidade. O diplomata brasileiro deve ser imbuído de um senso profundo de dever. O conhecimento da história do país e a ciência das severas desigualdades que o caracterizam, apesar de importantes avanços recentes, impõem ao diplomata a obrigação de trabalhar, [3] para que a política externa contribua para o desenvolvimento nacional e para a melhoria da vida das pessoas. A política externa e as demais políticas públicas devem gerar resultados, como alertou, recentemente, o chanceler Mauro Vieira. A preocupação do diplomata, nesse sentido, deve ser, sempre, a de atuar para garantir o aproveitamento das oportunidades existentes no sistema internacional, de modo a

promover o desenvolvimento nacional e a melhoria das condições socioeconômicas do país.

O diplomata brasileiro não pode, jamais, se esquecer do Brasil. É preciso evitar que a preocupação em entender o mundo signifique a negligência do dever de conhecer o Brasil. Na condição de servidores públicos, os diplomatas devem prestar contas aos brasileiros, devem compreender suas dificuldades e seus anseios, para bem representa-las [4]. O reconhecimento da identidade brasileira, de sua característica multicultural é o que diferenciará o diplomata brasileiro daqueles do restante do mundo, conferindo originalidade à sua atuação. Mário de Andrade afirmou que é preciso ser particular para ser universal. O diplomata brasileiro aprendeu essa lição. Apresenta-se ao mundo como multicultural, busca dialogar com todos.

Extensão do Texto: 601 palavras

Avaliação:

1. Apresentação 6,25
2. Argumentação 7,50
3. Análise 5,00
4. Gramática 26,0

[1] Erro de pontuação

[2] Erro de pontuação

[3] Erro de pontuação

[4] Erro de acentuação

REDAÇÃO 8 • 44,25

Anônimo

O aniversário de setenta anos de fundação do Instituto Rio Branco renova a discussão acerca da identidade do diplomata brasileiro. As funções do diplomata são, geralmente, definidas em trinômio clássico: informar, representar e defender. A essas funções genéricas, típicas do serviço exterior de qualquer país, deve-se conjugar deveres próprios do diplomata brasileiro. No contexto nacional, desde a década de 1930, a política exterior brasileira tem como principal objetivo a obtenção dos recursos externos necessários ao desenvolvimento socioeconômico do país. Embora a definição apresentada enfatiza a atuação internacional do diplomata, este também deve ter destacada atuação interna. A discussão sobre a identidade do diplomata brasileiro é, em última instância, uma discussão sobre a própria identidade nacional e sobre os objetivos da sociedade brasileira.

Uma das principais características do diplomata brasileiro é sua capacidade de articular consensos nas negociações internacionais. Essa qualidade distintiva decorre da formação multicultural e multiétnica do povo brasileiro, na medida em que o diálogo entre culturas diferentes sempre esteve presente na história brasileira. Em um mundo crescentemente caracterizado pelo conflito religioso e cultural, a diplomacia brasileira pode utilizar-se de nossa identidade nacional mestiça para contribuir na constituição de uma ordem internacional mais pacífica. Como exemplo, tem-se o destacado protagonismo brasileiro no fórum no âmbito das Nações Unidas conhecido como Aliança de Civilizações.

O diplomata brasileiro é, em alguma medida, agente transformador da realidade nacional. Embora a riqueza da diversidade cultural do país seja inegável, grande parte do seu povo ainda vivencia as consequências sociais do subdesenvolvimento. Em razão de sua forte formação humanística e cultural, o diplomata brasileiro sabe que essa mazela deve ser superada. Nesse sentido, o Itamaraty tem envidado esforços a fim de identificar oportunidades comerciais e financeiras no sistema internacional, visto que as correções das assimetrias desses regimes internacionais favorecem o desenvolvimento dos países periféricos.

Atualmente, considera-se que o poder de um país não se resume a componentes econômicos e militares, porquanto a cultura tem grande relevância nas relações entre os países. Durante a Guerra Fria, por exemplo, a disputa cultural e ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética teve mais relevância para o fim do conflito do que a inexistente disputa militar entre os dois países. Historicamente, no Brasil, os diplomatas estiveram fortemente envolvidos na produção cultural do país, o que se comprova pela mera menção a nomes como Guimarães Rosa, Vinícius de Moraes e João de Cabral Melo Neto, integrantes dos quadros do Itamaraty. Pode-se afirmar, desse modo, que a cultura brasileira fortalece os pleitos brasileiros na ordem internacional.

Em que pesem as características positivas do diplomata brasileiro, sua atuação está limitada pelos recursos de poder do país. A diplomacia exitosa empreendida pelo Barão do Rio Branco, por exemplo, somente foi possível pela estabilidade política interna promovida pelo presidente Campos Sales. Os diplomatas devem, portanto, participar ativamente nas

discussões acerca dos diferentes projetos de desenvolvimento, uma vez que somente um país estável política e economicamente permite uma política externa autônoma e eficaz. Em um contexto de polarização política, o diplomata pode contribuir na mediação de oposições. É significativo que a grande personagem diplomática da literatura brasileira seja o Conselheiro Aires, criado por Machado de Assis. Aires, em Essaú e Jacó, age como [1] mediador dos conflitos entre Pedro e Paulo, irmãos gêmeos respectivamente monarquistas e republicano.

O diplomata brasileiro é, como todo funcionário público, servidor do Estado brasileiro, pois atua na defesa dos interesses da sociedade do Brasil. Se os agentes diplomáticos atuam, no âmbito externo, em defesa de uma agenda social e da democratização das organizações internacionais, é porque essas são as prioridades da sociedade brasileira. Dessa maneira, conquanto o diplomata atue, na maior parte das vezes, no exterior, todos os seus esforços tem como objetivo a melhora da vida dos nacionais de seu país, pois, para empregar-se a consideração de Lucio Cardoso em Diário Completo, o destino do diplomata brasileiro está vinculado ao da terra em que nasceu.

Extensão do texto 648 palavras

Avaliação:

1. Apresentação / Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência) 6,25/10
2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações) 5,00/10
3. Capacidade de análise e reflexão 5,00/10
4. Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema 16,25
5. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem 28,00
    a. Número de erros 2
    b. Penalização 0,00

[1] Erro de morfossintaxe:

(...) "por Machado de Assis. Aires, em Essaú e Jacó, age como"(...)

[2] Erro de grafia/acentuação

Essaú

REDAÇÃO 9 • 42,75

Isadora Loreto da Silveira

Os autores modernistas brasileiros criticavam os artistas que ignoravam o caráter nacional na sua produção e guiavam o seu trabalho a partir de influências puramente externas. Estes sofriam, afirmavam aqueles, da "moléstia de Nabuco". Analogamente aos modernistas, o diplomata brasileiro deve representar, em sua atuação, valores e interesses nacionais. A capacidade de compreender o contexto doméstico- em termos socioeconômicos, políticos e identitários- é fundamental para o exercício da diplomacia pátria. Outrossim, a defesa dos interesses e dos cidadãos brasileiros no exterior requer que o diplomata, consciente das características que compõem a identidade nacional, aja de acordo com os princípios históricos da política externa brasileira.

A política exterior do Brasil é formulada e implementada a partir de orientações gerais construídas historicamente. Essas orientações têm forte relação com aspectos constitutivos da formação social brasileira. O equilíbrio de antagonismos identificado por Gilberto Freyre na sociedade nacional, por exemplo, tem por manifestações reflexas a defesa da solução pacífica de controvérsias e a articulação de consensos externamente. O "acumulado histórico" da política externa brasileira, portanto, guarda forte relação com a própria concepção de nacionalidade brasileira. O diplomata nacional deve ser aquele que consegue conciliar os interesses do Brasil no exterior com as suas necessidades domésticas por meio da utilização dos princípios brasileiros de política externa.

A atividade diplomática é, indubitavelmente, uma política pública e, como tal, deve primar pelo bem-estar da sua população. Enquanto executores da política exterior, os membros do corpo diplomático brasileiro buscam promover o desenvolvimento socioeconômico do país por meio da ação externa. Desde o governo Vargas, a diplomacia contribui para a consecução dos objetivos de desenvolvimento nacional estabelecidos no âmbito doméstico. Hodiernamente, o Brasil também transfere para o plano externo por meio da ação de seus diplomatas, políticas públicas que tiveram resultados positivos em termos de promoção do desenvolvimento, como programas de erradicação da pobreza externa e de combate à fome. Dessa forma, a interface entre o âmbito interno e o externo afirma-se como componente fundamental da diplomacia.

Não obstante, o papel essencial que a tradição desempenha no seio da diplomacia brasileira, faz-se necessária a adaptação do Ministério das Relações Exteriores e de seus quadros às demandas da sociedade. Afinal, nas palavras de Azeredo da Silveira, a melhor tradição do Itamaraty é saber-se renovar [1]. Nesse sentido, dois acontecimentos recentes são relevantes, por promoverem mudanças, respectivamente, na composição do corpo diplomático brasileiro e na sua relação com a sociedade. O primeiro é a adoção de cotas raciais no concurso de admissão à carreira diplomática, com o objetivo de tornar o Itamaraty mais diverso e representativo da sociedade brasileira, além de procurar sanar uma dívida histórica. O segundo é o esforço no sentido de promover a diplomacia pública e de abrir canais de diálogo entre o Ministério das Relações Exteriores e a sociedade.

O diplomata brasileiro é, portanto, essencialmente o representante do governo e, em última instância, da sociedade

brasileira no exterior. Em outras palavras, ao personificar o Brasil externamente, o membro do corpo diplomático deve responder aos anseios e às necessidades da população nacional. Três aspectos devem ser levados em conta ao questionarmos o que é ser um diplomata brasileiro: os fatores históricos e identitários que moldaram a tradição diplomática nacional, o caráter de política pública da diplomacia e a importância de inovações, como a ampliação da interação com a sociedade. Esse último aspecto refere-se tanto ao aumento da representatividade do corpo diplomático brasileiro- cada vez mais diverso- quanto ao incremento da interlocução entre o Itamaraty e a sociedade, o qual confere maior legitimidade à ação do diplomata. Em suma, assim como afirmou Lucio Cardoso, o diplomata deve ser imbuído do "espírito brasileiro" e representar os valores nacionais. Ainda, deve representar a tradição e a inovação nacionais a um só tempo, tal qual a síntese modernista de outrora.

Extensão do texto: 632 palavras

Avaliação:

1. Apresentação 5,00
2. Argumentação 5,00
3. Análise 3,75
4. Gramática 29,0

[1] Erro de grafia/acentuação

Provavelmente refere-se à ausência de aspas na frase atribuída à Azeredo da Silveira.

REDAÇÃO 10 • 41,75

Anônimo

O diplomata pode ser considerado não apenas representante de um Estado, mas também de uma nacionalidade. Ainda que se possa questionar a ideia de que uma nação tem uma essência, é inegável que todo povo tem algumas características fundamentais, as quais se manifestam por meio de suas tradições e cultura em constante transformação. Desse modo, o diplomata brasileiro deve ser capaz de compreender as características que definem seu país, não apenas para melhor representá-lo, mas também para contribuir de forma eficaz na promoção do interesse nacional e do relacionamento do país com a comunidade internacional.

A popularização do nacionalismo, ao longo do século XIX, fez que o conceito moderno de Estado, entendido fundamentalmente como Estado territorial, fosse reinterpretado como Estado nacional, ao passo que a ampliação da democracia, ao longo do século XX, contribuiu para a consolidação do princípio de soberania popular, de modo que os agentes diplomáticos, ao exercerem suas funções de representação do Estado, representam também o povo, que é o titular da soberania estatal. Nesse sentido, por ser o Brasil um Estado democrático caracterizado por uma nacionalidade, o diplomata brasileiro é um representante do povo do seu país, embora o seja de modo indireto, uma vez que as diretrizes que obedece são estabelecidas pelo Estado, o qual é governado por representantes do povo.

Conquanto [1] a nacionalidade seja frequentemente considerada a essência de um povo, a determinação da identidade individual por meio da ideia de nação é um fenômeno histórico moderno, de modo que o conceito de nação pode ser caracterizado, segundo a definição do historiador Benedict Anderson, como uma "comunidade imaginada", que é resultado da valorização, por intelectuais e artistas, de determinadas tradições e manifestações culturais. Por um lado, a ideia de nação como elaboração intelectual implica o questionamento da ideia de "espírito nacional", expressa no excerto, já que inexiste uma essência da nacionalidade; por outro, essa ideia resulta na valorização da importância da interpretação e da compreensão da nacionalidade brasileira, uma vez que a nacionalidade, por ser histórica e por não ter essência, está sujeita a constantes transformações. Nesse sentido, o diplomata brasileiro deve ser não só representante, mas também intérprete da nacionalidade brasileira.

Ainda que [2] a busca da compreensão da nacionalidade tenha importância simbólica para o diplomata brasileiro, já que possibilita que este desempenhe com mais eficiência a função de representante do Estado e da nacionalidade, o conhecimento da cultura e das tradições que compõem a nacionalidade brasileira também é importante por motivos práticos. Ao compreender seu país, o diplomata brasileiro também terá melhores condições de compreender tanto os anseios e as agruras da sociedade brasileira quanto os valores e as características positivas do país, de modo que o entendimento do interesse nacional será aprimorado. Desse modo, além de representante e intérprete da nacionalidade, o diplomata brasileiro também deve ser promotor do desenvolvimento nacional, o que pressupõe tanto o desempenho eficiente de suas funções de representação quanto

a compreensão do tipo de desenvolvimento almejado pela sociedade brasileira.

Embora os diplomatas frequentemente permaneçam distantes de seu país por longos períodos de tempo, essa distância geográfica não implica equivalente distância sentimental e intelectual, já que a própria natureza das funções de representação diplomática, bem como a preocupação constante com a compreensão do país e com a promoção do interesse nacional, contribui para a relativização ou eliminação simbólica dessa distância. Também o cosmopolitismo associado à carreira do diplomata não deve ser considerado empecilho para a atuação do diplomata brasileiro, pois a nacionalidade deve ser interpretada em relação dialética com as influências estrangeiras, que podem contribuir tanto para o enriquecimento da cultura brasileira quanto para a sua inserção na cultura universal. Nesse sentido, por fim, o diplomata brasileiro, além de representante, intérprete e promotor do país, também pode atuar na vinculação da nação ao mundo.

Extensão do texto: 628 palavras

Avaliação:

1. Apresentação 5
2. Argumentação 4
3. Análise 4,75
4. Gramática 28,0

[1] Erro de morfossintaxe.

[2] Erro de morfossintaxe.

Comentário da banca (recurso): Defiro parcialmente. Embora falhe em referenciar-se mais diretamente ao texto de Lucio Cardoso, a redação tem o mérito de tratar e, sobretudo, de problematizar diversas das questões suscitadas pelo autor do texto de referência, com o recurso a argumentos sólidos baseados na moderna historiografia e antropologia políticas. Majora-se, assim, as notas dos quesitos 2 e 3, mantendo-se a nota do quesito 1. [Majoração de 3,75 pontos].

REDAÇÃO 11 • 41,25

Guilherme Fernando Rennó Kisteumacher

O serviço diplomático exige, em sua essência, a identificação entre o indivíduo e sua nacionalidade. Um diplomata incapaz de assimilar os valores e as características de seu país pode, ao exercer as tradicionais funções de representar, negociar e informar, gerar prejuízo ao interesse nacional no âmbito externo. Dessa forma, a assimilação das características nacionais é determinante para a identidade do diplomata brasileiro. Ser um diplomata brasileiro significa apresentar identificação pessoal com os valores e os ideais de seu país, de modo a defender, coerentemente, o interesse nacional do Brasil.

Como ressalta o Embaixador Sérgio Danese, em A escola da liderança, o que se exige de um diplomata brasileiro é o realismo quanto aos meios e aos objetivos do país, além de grande compreensão sobre o processo de formação do Brasil e sobre as potencialidades brasileiras no sistema mundial contemporâneo. Dessa forma, ser um diplomata brasileiro implica não somente pragmatismo, mas também significativa compreensão dos desafios e das oportunidades que determinam a inserção internacional do Brasil. Essas circunstâncias exigem a excelência do profissional brasileiro e seu comprometimento no exercício de suas funções, características que definem sua identidade.

Outro significado da essência do diplomata brasileiro decorre do seu compromisso com o desenvolvimento nacional e com a promoção dos interesses do Brasil e dos brasileiros no exterior. Ao apresentar uma identificação com os valores nacionais, o diplomata brasileiro é determinado por um sentido de missão e por uma compreensão de sus responsabilidades em relação à sociedade brasileira. O profissional diplomático brasileiro deve compreender que tem a obrigação de conduzir suas atividades de acordo com adequada representação de seu país. Conforme enfatizou o ex-chanceler Araujo Castro, em discurso por ocasião de posse como Secretário-Geral Adjunto do Itamaraty para Organizações Internacionais, em 1961, "uma política externa, para ser viável, sustentável e mesmo respeitável, deve ser representativa do povo e da sociedade que a desenvolvem".

De forma adicional, ser um diplomata brasileiro significa manter um compromisso com uma política de Estado, a política externa brasileira, e desconsiderar partidarismos ou ideologias. Ao assumir suas funções, o diplomata brasileiro deve abster-se em relação a pronunciamentos políticos que possam fragilizar a atuação do Ministério das Relações Exteriores, de modo a contribuir para incompreensões da sociedade brasileira sobre aspectos da diplomacia nacional. O comprometimento do funcionário diplomático nacional deve ser com a transparência e com a diplomacia pública, para auxiliar a divulgação das razões que orientam a política externa brasileira. Ser um diplomata brasileiro, dessa forma, significa defender que, conforme afirmou o chanceler Mauro Vieira, em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, em 2015, "a única ideologia do Brasil é o interesse nacional".

Ser um diplomata brasileiro significa, também, representar os valores que constituem a identidade brasileira em outros países e em outras culturas, o que exige do profissional diplomático grande identificação com esses valores. O compromisso com a democracia e com a pluralidade, a

disposição ao diálogo e a capacidade de compreensão de outros povos são aspectos fundamentais não somente da política externa brasileira, mas também do diplomata brasileiro. A perspectiva que orienta a ação do diplomata do Brasil é singularmente nacional, pois sua história pessoal e suas particularidades íntimas foram constituídas nesse país. Além disso, essa relação dialética entre identidade e nacionalidade beneficia o interesse nacional, visto que as características nacionais que o diplomata brasileiro representa fundamentam o poder suave, de atração, do Brasil no mundo.

Se os aspectos da nacionalidade são indissociáveis de uma personalidade, o diplomata brasileiro constitui perfeito exemplo dessa relação dialética. A identidade entre os valores brasileiros e a individualidade do profissional diplomático do Brasil é o aspecto fundamental que representa o significado de se ser um diplomata brasileiro. Essa identidade explica o compromisso do profissional diplomático do Brasil com a adequada compreensão da realidade nacional, com o progresso do país e com o desenvolvimento integral da sociedade e do Estado brasileiros.

Extensão do texto: 642 palavras

Avaliação:

1. Apresentação: 3,75/10,00
2. Argumentação: 3,75/10,00
3. Análise 3,75/10,00
4. Gramática: 30,00/30,00

REDAÇÃO 12 • 40,25

Anônimo

Em ensaio publicado na obra O Itamaraty na cultura brasileira, o embaixador Alberto da Costa e Silva comenta quadro de Hans Holbein, [1] em que dois embaixadores aparecem vestidos elegantemente. As personagens estão próximas a uma mesa na qual estão diversos instrumentos, como mapas e astrolábios. A imagem parece sugerir que elegância e erudição são características exigidas daqueles vocacionados a representar seu país; isso, porém, não é tudo. Considerando-se as funções que, tradicionalmente, são identificadas como próprias da diplomacia, pode-se afirmar que o que distingue o diplomata brasileiro dos agentes de outros países é, sobretudo, sua capacidade de representar os valores fundamentais da sociedade brasileira.

O agente diplomático deve manter sua chancelaria informada acerca dos eventos ocorridos no país em que se encontra. Desde o século XIX, com a invenção do telégrafo, as melhorias dos meios de comunicação têm permitido aos diplomatas desempenhar essa função com mais eficiência. A partir da metade do século XX, com o aumento do fluxo de informações, o desafio tem sido selecionar os dados mais relevantes. Embora se possa afirmar que o trabalho ficou mais complexo, as melhorias tecnológicas, de modo geral, favoreceram a atividade diplomática, o que não significa que a presença física e o contato humano se tornaram prescindíveis. Conquanto seja possível obter informações por diversos meios eletrônicos, as relações pessoais dos diplomatas com os agentes do país onde se encontram são insubstituíveis, razão pela qual foi positivo o aumento do número de embaixadas brasileiras ocorrido no começo deste século.

O diplomata deve, também, negociar para seu país, e a capacidade de negociação dos diplomatas brasileiros é reconhecida internacionalmente. Para que essa função fosse bem desempenhada, o governo brasileiro criou, em 1945, o Instituto Rio Branco, onde se formam os diplomatas do Brasil e, inclusive, de outros países, por meio de acordos. Trata-se da terceira academia diplomática do mundo, pois somente a academia do Vaticano e a de Viena existiam antes dela. Na década de 1940, os intelectuais brasileiros defendiam a modernização do país, e a criação do Instituto Rio Branco demonstrou que a burocracia do Estado começava a tornar-se profissional. Aquele foi um momento relevante, e os êxitos obtidos nas negociações internacionais das quais o Brasil tem participado evidenciam que a decisão foi correta.

Além de informar sua chancelaria e de negociar acordos, o diplomata deve representar seu país. Era costumeiro que os diversos Estados recrutassem seus diplomatas entre os originários das famílias mais tradicionais. Pretendia-se que os agentes fossem cultos, já que sua erudição demonstraria o desenvolvimento da cultura do país. Em Os bastidores da diplomacia, o embaixador Guilherme Luiz Leite Ribeiro narra episódio em que um chanceler afirmou a um aspirante à carreira que ele não poderia ser diplomata, porque era feio. Verifica-se que, além de erudição, se exigia beleza dos representantes do país.

Atualmente, não é necessário que o diplomata brasileiro seja nobre ou belo, pois a capacidade de o corpo diplomático representar o Brasil é avaliada por meio de outros critérios. Na

atuação de todo diplomata do país, deve-se identificar o "espírito brasileiro", ao qual Lucio Cardoso faz referência em Diário completo. Para que isso ocorra, é essencial que o corpo diplomático evidencie a pluralidade característica do país. Nesse contexto, o Instituto Rio Branco, por meio de seu processo seletivo, tem sido fundamental, pois a realização das provas em todos os Estados e o programa de ações afirmativas têm privilegiado a diversidade regional e étnica do povo brasileiro.

O conhecimento continua importante, mas exigem-se outras características dos diplomatas. A excelência dos membros do Itamaraty distingue o Brasil dos outros países. O ministério mantém-se bem informado, pois tem muitas representações. A ótima formação permite que o diplomata brasileiro seja um bom negociador, e o corpo diplomático representa a diversidade e os valores nacionais, não se podendo negligenciar, nesse caso, a relevância do Instituto Rio Branco.

Extensão do texto: 648 palavras

Avaliação:

1. Apresentação/Impressão geral do texto: 5,00/10,00
2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações): 3,75/10,00
3. Capacidade de análise e reflexão: 2,50/10,00
4. Nota relativa a correção gramatical: 29,00/30,00 (Total de erros: 1)

[1] Erro gramatical

O erro gramatical identificado pela banca, conforme resposta ao recurso interposto, foi a vírgula após "Holbein". O candidato quis introduzir uma oração adjetiva explicativa; a banca, porém, considerou que a única possibilidade, naquele período, era uma adjetiva restritiva, razão pela qual a vírgula estaria mal empregada.

Resposta da banca ao recurso no qual o candidato solicitou majoração da nota de conteúdo: "Indefiro. A redação em exame cita, mas não toma por fundamento, o trecho de Lúcio Cardoso, conforme solicitado no enunciado, restando prejudicados a coerência, a argumentação e a análise posteriores. Não há a construção de argumentação a partir de elementos presentes no texto de Cardoso (discussão problematizante sobre a suposta 'essência nacional', e a oscilação entre elementos de exaltação e de crítica ao país, p.ex.) com vistas à discussão da situação do diplomata brasileiro, não sendo a mera menção a 'valores brasileiros' suficiente. A redação confunde a discussão sobre o que é ser diplomata brasileiro com digressão, com estilo regular, sobre as funções do diplomata e as condições de sua execução na realidade contemporânea. Não há de se falar de majoração da nota no caso em questão, em qualquer dos quesitos."

REDAÇÃO 13 • 40,25

Anônimo

O diplomata brasileiro é quem representa, em nível individual, a dualidade entre a formação do Brasil e sua inserção externa. Diplomatas como Joaquim Nabuco participaram ativamente dos debates acerca da compreensão e da proposição da nacionalidade e da identidade do país, que tiveram início com a independência. Esses paradigmas, naturalmente, definiram e ainda definem os objetivos pátrios e, como consequência, o modo como o Brasil atua em âmbito internacional. Como afirmou o chanceler Mauro Vieira, "a ideologia da política externa do Brasil é o interesse nacional". O diplomata, na condição de implementador da política externa, deve também contribuir para o desenvolvimento de um projeto de país, a fim de verdadeiramente defender os interesses brasileiros.

Verificam-se mudanças, na atualidade, na compreensão acerca da função e das atribuições da diplomacia. Ao mesmo tempo que [1] a atuação diplomática vem aproximando-se da sociedade, com maior abertura para a participação pública, a exemplo dos Debates sobre Política Externa, as expectativas a respeito da atuação do diplomata, como indivíduo, vêm buscando atribuir mais valor à diversidade de experiências pessoais. A celebração dos 70 anos do Instituto Rio Branco evidencia a preocupação do Ministério das Relações Exteriores com a formação intelectual de seus membros; porém Mauro Vieira, ao declarar que "o Itamaraty faz-se mais representativo do Brasil para melhor representá-lo", confere importância às iniciativas do órgão para propiciar maior diversidade de gênero, de etnia e de classe social a seu quadro de pessoal. Isso demonstra que se espera do diplomata a capacidade não somente de agir, mas também de criar e de inovar.

Uma vez que a atividade diplomática possui maior abrangência, a qual foi transferida para os diplomatas, na condição de indivíduos, é importante garantir que sua contribuição para o desenvolvimento do projeto de país, em todos os níveis – social, econômico, cultural e político-institucional –, seja efetiva. Desse modo, deve-se valorizar a análise realista e propositiva, em detrimento da meramente crítica e da excessivamente ufanista, desprovida de aplicabilidade. Diferentemente dos autores deterministas de seu tempo, Manoel Bomfim, por exemplo, em seu livro A América Latina, males de origem, não se restringe a atribuir as dificuldades brasileiras a aspectos imutáveis, decorrentes da formação do país. Ele identifica, na adversidade, a ignorância como um problema central, que pode ser combatido. Surge, dessa forma, a educação como uma oportunidade.

Quando o diplomata cumpre sua função de representar o Brasil no exterior, ele contribui para a difusão da cultura brasileira internacionalmente, ao mesmo tempo em que fica exposto a diferentes costumes e a novas ideias. Por ser dotado de treinamento intelectual privilegiado, o membro do corpo diplomático possui a capacidade de discernir o que há de mais válido nessas influências estrangeiras. Como propôs Oswald de Andrade, em seu "Manifesto Antropófago", deve-se aproveitar somente o que interessa. Essa interação retroalimenta-se, na medida em que a característica diversificada do povo brasileiro e de suas ideias tem como consequência não apenas a formação de interesses nacionais distintos dos de outras nações, mas também o desenvolvimento de uma forma de agir em âmbito externo que

possui importantes particularidades, de que é exemplo a habilidade do Brasil de compreender posições conflitantes em litígios internacionais, que faz dele um bom mediador.

Sílvio Romero, em História da Literatura Brasileira, declarou que "todo brasileiro é mestiço senão no sangue pelo menos nas ideias". O diplomata brasileiro, qualquer que seja sua origem, está exposto a experiências diversas, o que o habilita a contribuir, de modo significativo, com o desenvolvimento do Brasil, seja por meio do bom desempenho de suas tradicionais funções de defesa e de representação do país no exterior, seja mediante sua atuação no processo de definir os interesses brasileiros, com clareza quanto às dificuldades e às oportunidades existentes em casa situação. O diplomata é capaz de representar e de mudar o Brasil, porque o Brasil está representado na identidade do diplomata.

Extensão do texto: 642 palavras

Avaliação:

1. Apresentação 3,75
2. Argumentação 5,00
3. Análise 2,50
4. Gramática 29,0

[1] Erro de morfossintaxe.

Ao mesmo tempo em que.

Resposta ao recurso (conteúdo): Indefiro. A redação em exame sequer cita, e muito menos toma por fundamento, o trecho de Lúcio Cardoso, conforme solicitado no enunciado, restando prejudicadas a coerência, a argumentação e a análise posteriores. Não há a construção de argumentação a partir de elementos presentes no texto de Cardoso, mas sim a partir da citação de outros autores. A redação também confunde a discussão sobre o que é ser diplomata brasileiro com a citação de fatos e posições de política externa, e, em vez de problematizar o que é ser diplomata brasileiro, limita-se a idealizar a figura do diplomata e a fazer a exaltação, com estilo e argumentos pouco sólidos, da política externa e do IRBr. Não há de se falar de majoração da nota no caso em questão, em qualquer dos quesitos.

REDAÇÃO 14 • 40,00

Riane Laís Tarnovski

A diplomacia está intimamente relacionada à paz entre as nações. A elaboração da política externa dos Estados pressupõe a existência de instituições profissionalizantes que capacitem seus funcionários para atuarem nos mais diversos âmbitos das relações exteriores. Celebra-se, em 2015, o aniversário de 70 anos da fundação da Academia Diplomática brasileira, o que enseja reflexões sobre a carreira. Ser diplomata brasileiro implica, antes de tudo, ser nacional e reconhecer que, embora haja desafios na defesa dos interesses do Brasil, o país avança, significativamente, na promoção do desenvolvimento.

As funções primordiais do diplomata são representar, negociar e defender os interesses nacionais. Para tato, é imprescindível que o profissional se identifique com a nação que representa. A identificação pode manifestar-se pelo patriotismo, que não se refere à adoração acrítica de tudo que seja nacional, mas relaciona-se à análise criteriosa e otimista das características da pátria. O diplomata Gilberto Amado, paraninfo da turma do Instituto Rio Branco que se formou em 1955, salientou a importância do patriotismo pragmático, que extrai perspectiva positiva do que é negativo no país e apresenta possibilidade de melhora daquilo que é bom. Lucio Cardoso, em Diário completo, também atentou para o fato de que é impossível alcançar a serenidade adequada para compreender as características de um povo, sem identificar-se com ele previamente. Além do patriotismo, a identificação do diplomara com o país está atrelada às demandas sociais do povo que o compõe.

A política externa brasileira tem como fundamento a defesa dos interesses nacionais, consubstanciados nas necessidades da população. O desenvolvimento sustentável, analisado em sua concepção triádica – social, econômica e ambiental – constitui objetivo central da diplomacia pátria e guarda estreita relação com os anseios do povo por inclusão social. O diplomata brasileiro, consequentemente, deve estar atento às novas demandas sociais. O fortalecimento da democracia, por exemplo, ensejou maior vontade de participação da sociedade civil na elaboração de políticas públicas. O Ministério das Relações Exteriores (MRE), nesse sentido, criou canais de diálogo e de consulta nas principais redes sociais digitais, o que motivou a intensificação do debate acerca da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, por exemplo. Além disso, o Blog do Itamaraty torna a política externa mais transparente e acessível aos brasileiros. O Programa Bolsa-Prêmio de Ação Afirmativa e as cotas para o concurso de admissão à carreira diplomática também demonstram a consonância entre as políticas públicas domésticas e o pleito brasileiro de democratização dos foros multilaterais.

A consolidação da democracia e a redução da fome e da pobreza contribuem para o protagonismo do Brasil nos diversos foros internacionais. O diplomata brasileiro, consciente de que seu país ainda enfrenta desafios relativos à pobreza, à fome e às desigualdades socioeconômicas, deve analisar a situação interna e externa com bom ânimo, ressaltando os resultados positivos logrados. Essa perspectiva positiva permeou, por exemplo, as negociações da Agenda de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para 2030, que apresentou como meta prioritária a erradicação da pobreza e da fome. "Desenvolver-se é, sempre,

emancipar-se", palavras do ex-chanceler San Tiago Dantas, que aludem, atualmente, à crescente projeção do Brasil no sistema internacional, atribuída ao êxito de suas políticas públicas que fazem o crescimento econômico ser acompanhado da mitigação das assimetrias sociais. O Brasil será, portanto, consultado com mais frequências, razão pela qual seus diplomatas devem estar preparados para defender os objetivos de longo prazo da política externa brasileira calcados na inserção principista do país na comunidade internacional, no respeito ao Direito Internacional e na solução pacífica das controvérsias.

Os valores da sociedade brasileira, como a democracia, a pluralidade étnica e a redução das desigualdades, são também metas da diplomacia e, por conseguinte, do diplomata brasileiro. A vocação do diplomata encontra respaldo em seu desejo íntimo de defender a nação e de promovê-la por intermédio da cooperação, pois, apenas no multilateralismo, os Estados encontrarão soluções para problemas comuns, embasadas na prosperidade com respeito à dignidade humana.

Extensão do texto: 637 palavras

Avaliação:

1. Apresentação 5,0
2. Argumentação 2,5
3. Análise 2,5
4. Gramática 30,0

<u>Recurso no quesito "apresentação"</u> – Nota preliminar: 2,5. Pontos deferidos com recurso: 2,5, totalizando 5,0

A dissertação apresentou pouquíssimas rasuras, e a letra/grafia da candidata é legível e agradável à leitura. Toda a dissertação é completamente legível, os parágrafos são todos simétricos, e o candidato observou as margens em ambos os lados da folha de resposta.

Nota-se, ainda, que o estilo de escrita do candidato é conciso e objetivo, conforme determinação do edital, não tendo havido utilização de linguagem conotativa. Os termos utilizados são claros e precisos, e a linguagem é culta e adequada para o exame a que se propõe. O candidato demonstrou, ainda, habilidade linguística, ao evitar a repetição do vocabulário.

Ademais, o tópico frasal de cada parágrafo apresenta argumentos que coerentemente defendem a tese apresentada, qual seja, a de que ser diplomata brasileiro implica ser nacional e reconhecer os desafios existentes na defesa dos interesses do Brasil. A tese, por sua vez, está de acordo com o tema proposto (discutir o que é ser um diplomata brasileiro).

A argumentação esposada em cada tópico frasal defende, coerentemente, a tese apresentada na introdução, reportando-se sempre a sentimentos/anseios/funções do diplomata brasileiro.

No primeiro tópico frasal, argumenta-se que o diplomata brasileiro, para bem exercer suas funções, necessita identificar-se com a pátria que representa, sendo que essa identificação pode dar-se por meio do patriotismo pragmático. Tal identificação também é ideia apresentada no texto motivador da dissertação de autoria de Lucio Cardoso.

No segundo tópico frasal, ressalta-se a importância de o diplomata estar atento às demandas sociais, porquanto a política externa brasileira serve, primeiramente, a população.

Finalmente, o terceiro tópico frasal advoga o sentimento positivo que deve animar os diplomatas brasileiros ainda que diante de desafios prementes no âmbito interno e externo, tais como a superação da fome e da pobreza.

A conclusão enlaçou os argumentos abordados na redação e sintetizou os valores resguardados pela sociedade brasileira, de forma a demonstrar que a vocação do diplomata encontra respaldo em seu desejo íntimo de defender a nação de promovê-la internacionalmente.

Verifica-se, assim, que o candidato claramente concatenou os argumentos entre os tópicos frasais de modo coerente, com contínua ligação à tese defendida na introdução e arrematada na conclusão. Os conectores foram utilizados corretamente, sem uso excessivo, pois foram inseridos em períodos pontuais para trazer coerência ao texto (l. 8, 16, 62 e 73).

Considerando que o quesito "Apresentação / Impressão geral do texto" inclui legibilidade, estilo e coerência, a nota atribuída ao candidato (2,5) é deveras baixa para o seu desempenho. Se cada um dos itens contasse igualmente, cada um valeria 3,33, totalizando aproximadamente 10 pontos. O candidato tem convicção de que a nota pode ser majorada para coadunar-se com seu desempenho, especialmente em "legibilidade" e "estilo", nota que poderia ser elevada para, pelo menos, 50% (5 pontos).

Requer-se, pois, a releitura da dissertação, considerando-se as especificidades aqui trazidas, e, por conseguinte, a majoração da nota.

QUESTÃO EXTRA • 35,60

De acordo com Alberto da Costa e Silva, o diplomata "representa, sendo" [1], ou seja, o diplomata, além de realizar as funções que lhe são atribuídas pelo Estado brasileiro, tem um valor simbólico, pois personifica o Estado no exterior. Na medida em que a atividade cotidiana do diplomata é a representação, cumpre ao profissional identificar-se com o povo brasileiro. Além disso, na atualidade, o diplomata deve não só ser a síntese da identidade nacional, como também atender demandas de diversos grupos que se manifestam em sociedade democrática. Ser diplomata é, portanto, representar a multifacetada sociedade brasileira, de modo a transformar suas necessidades internas em possibilidades externas.

Em Diário Completo, Lucio Cardoso expressa seus anseios de representar "o espírito brasileiro", de sorte a conferir consistência a sua produção artística. A preocupação de Lucio Cardoso, que é, em grande medida, semelhante à de Mário de Andrade a respeito da cultura, deve orientar a atuação do diplomata brasileiro, o qual deve estar em permanente consonância com as demandas nacionais. Embora o diplomata passe grande parte de sua vida no exterior, seu objetivo precípuo é representar o Brasil e, em particular, o Estado brasileiro. A lembrança da pátria deve acompanhá-lo em todo lugar, como ressaltou o Barão do Rio Branco, pois as ações do diplomata, quando estiver no exterior, são ações oficiais do Estado brasileiro. Caso se torne mero internacionalista, o diplomata perde sua razão de ser e, assim como o escritor, não logrará dialogar com o universal se não for profundamente nacional.

Conquanto a essência do diplomata seja representar o Estado no exterior, com a democratização [2] o diplomata brasileiro ganhou novas características, sobretudo em razão de a política externa ser a síntese de interesses conflitantes da sociedade civil. Em uma sociedade complexa como a brasileira, grupos de interesses recorrentemente divergem em relação a política públicas essenciais, a exemplo do que ocorre na área ambiental, em que debates entre ambientalistas e representantes do agronegócio são constantes. No processo de formulação da política externa, no entanto, os diversos grupos devem confrontar suas opiniões para, eventualmente, chegar a consenso que irá fundamentar a política externa sobre o tema. Uma vez que ser diplomata significa não só implementar a política externa, mas também participar de sua formulação, infere-se que o diplomata, na atualidade, contribui para a promoção de profícuos debates domésticos sobre políticas públicas e, consequentemente, para o fortalecimento do regime democrático.

Ser diplomata é não só representar o país e a sociedade, como também procurar novas oportunidades para a promoção do desenvolvimento nacional. Em obra clássica, Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas, Synésio Sampaio destaca como os patronos da diplomacia, ao negociarem com as nações vizinhas, contribuíram para a expansão do território brasileiro de forma pacífica. Embora, contemporaneamente, não haja mais fronteiras a serem demarcadas, os diplomatas brasileiros devem perpetuar a tradição de expandirem as possibilidades de desenvolvimento do país e representarem a nação em países onde outros setores da sociedade e do governo não conseguem, ainda, ser diretamente atuantes. A expansão do número de embaixadas brasileiras, notadamente em países em que a presença do empresariado nacional é incipiente, é representativa desse "ethos" da diplomacia nacional, a qual está comprometida em ser vanguarda da sociedade para expandir as oportunidades nacionais. Conforme ressaltou Mauro Vieira, a expansão da presença brasileira no exterior contribui diretamente para propiciar maiores investimentos no Brasil e facilitar o aumento de fluxos comerciais benéficos ao país.

Em seus romances, ao descrever o Conselheiro Aires, Machado de Assis qualificou a diplomacia como "a arte de encobrir e descobrir". Embora o diplomata da atualidade ainda apresente algumas características ressaltadas por Machado, o profissional do serviço exterior é, em grande medida, distinto do dezenovesco Aires. Em particular, o diplomata contemporâneo representa uma sociedade democrática, o que lhe confere maior legitimidade por estar representando diretamente o povo brasileiro. Ser um diplomata brasileiro é estar a serviço de uma política externa que contribui, crescentemente [3] para a consolidação da democracia e para a projeção dos interesses brasileiros no exterior. Caillères, em De la manière de négocier avec les souverains, argumentou de forma inédita a favor da constituição de uma classe de profissionais especializados na arte de negociar. A despeito das profundas mudanças pelas quais passou a atividade diplomática, o diplomata continua imprescindível para afirmar os interesses da nação.

EXTENSÃO DO TEXTO 707 PALAVRAS

Avaliação:

1. Apresentação 6,25
2. Argumentação 7,50
3. Análise 6,25
4. Gramática 27,0
5. Penalização 11,40

[1] Erro de morfossintaxe

A candidata solicita a reapreciação da penalização por morfossintaxe na linha em que se lê "De acordo com Alberto da Costa e Silva, o diplomata "representa, sendo"", em razão da inexistência de qualquer impropriedade. Analisemos dois aspectos morfossintáticos que poderiam suscitar dúvidas:

1. A estrutura "representa, sendo" é uma citação, claramente sinalizada por aspas. A estrutura é utilizada não só por Alberto da Costa e Silva, "representava-se, sendo" (O Itamaraty na Cultura Brasileira, Francisco Alves, pág.22), como também por Celso Lafer, à página 11 do mesmo livro: "No quadro, seja pela capacidade de decifrar exemplificada pelos documentos (...), seja pela competência de discorrer, o diplomata representa, sendo". Não cabe, portanto, apenação, por tratar-se de citação claramente indicada pelo uso de aspas;

2. O uso da conjunção conformativa "De acordo com" mostra-se adequado à norma padrão. Celso Cunha (Nova Gramática do Português Contemporâneo, Lexikon, 5 edição, pp. 603) argumenta que as conjunções conformativas iniciam uma oração em que se exprime a conformidade do pensamento da oração principal, uso ao qual recorreu a candidata. O gramático expõe uma lista não exaustiva de conjunções, entre as quais

"conforme, como, segundo, consoante, etc". Embora a locução "de acordo com" não conste no rol, o Dicionário Houaiss de Sinônimos e Antônimos coloca "de acordo com" como sinônimo de, por exemplo, "conforme" (Dicionário de Sinônimos e Antônimos Houaiss, PubliFolha, 20 edição, pp. 199, verbete "Conforme").

Resposta da Banca: DEFERIDO. Acatada a argumentação apresentada a respeito da estrutura "representa, sendo", dado que se trata de citação literal.

Pontos ganhos com o recurso: 1,00

[2] Erro de morfossintaxe

A candidata solicita a reapreciação da apenação por morfossintaxe na linha 25, em razão da ausência de impropriedade na linha mencionada. A utilização de vírgula anteriormente ao adjunto adverbial "com a democratização" foi empregada para isolá-lo da oração adverbial concessiva anteposta precedente ("Conquanto a essência do diplomata seja representar o Estado no exterior" l.24). Não há vírgula após o adjunto porque tal pontuação provocaria ambiguidade: não ficaria claro se com a democratização o diplomata brasileiro ganharia novas características (adjunto ligado ao verbo da oração principal), ou se com a democratização se desenvolveria a essência do diplomata (adjunto ligado ao verbo da oração reduzida, anterior). A pontuação empregada pela candidata não deixa dúvidas de que "com a democratização" liga-se à forma verbal "ganhou" (l.25). Ademais, a ausência de vírgulas isolando termos adverbiais razoavelmente curtos encontra respaldo em Celso Cunha (Nova Gramática do Português Contemporâneo, Lexikon, 5 edição, pp. 660).

Resposta da Banca: INDEFERIDO. O registro de erro deve-se à omissão da vírgula necessária para isolar o adjunto adverbial deslocado "com a democratização".

[3] Erro de morfossintaxe

PIOR NOTA • 35,35

O que caracteriza a atuação diplomática de Alexandre de Gusmão, de Duarte da Ponte Ribeiro e de José Maria da Silva Paranhos Júnior é a capacidade de identificar interesses genuinamente brasileiros, mesmo, como no caso do santista, antes de o Brasil ser Estado independente. O diplomata, assim como o artista e o escritor, deve identificar-se, nacionalmente, com seu pais, para exercer, plena e exitosamente, sua profissão. Ser diplomata brasileiro é ser capaz de defender os interesses nacionais, por meio de conhecimento de singularidades sociais, econômicas, políticas e culturais da sociedade brasileira e de sentimento de pertencimento à nação brasileira.

Historicamente, consagrou-se atuação diplomática que logrou identificar o interesse nacional. O aspecto simbólico que o território possui para a consolidação do sentimento nacional permite afirmar a importância da atuação de Alexandre de Gusmão, que negociou o Tratado de Madri, de 1750, de Duarte da Ponte Ribeiro, responsável por negociação de fronteiras com países vizinhos do Brasil, e do Barão do Rio Branco, que defendeu interesses brasileiros na Questão de Palmas, contencioso lindeiro com a Argentina, e na Questão do Oiapoque, litígio resolvido por arbitragem com a França. Entre 1902 e 1912, Paranhos Júnior logrou potencializar ganhos para o Brasil, por meio de consecução de política externa pragmática, que identificou no americanismo alternativa para se opor a práticas imperialistas europeias. Os grandes nomes da diplomacia brasileira empregaram a política externa como meio para atender interesses da sociedade brasileira.

O conhecimento de peculiaridades brasileiras e da forma como o Brasil se insere, no contexto internacional, é fundamental para a atividade diplomática. Rubens Ricúpero, em "Inserção Internacional do Brasil", defende que o estudo da política externa, apesar de ser recente, no Brasil, é fundamental para a compreensão da realidade brasileira, o que demonstra relações entre atuação diplomática e conhecimento da sociedade brasileira. A Política Externa Independente, que se iniciou, [1] durante [2] governo de Jânio Quadros, é exemplo de iniciativa que se propôs a engendrar atuação diplomática que se adequava à realidade da sociedade brasileira e à inserção do pais no sistema internacional. Reconheceu-se, nesse período, identificação do Brasil com países em desenvolvimento e necessidade de maior autonomia, em relação a países desenvolvidos.

A preocupação com a identidade brasileira ocupou executores de política externa e legisladores, conquanto importante para o exercício do ofício de diplomata, que deve identificar-se com a nação. Na década de 1920, Oliveira Vianna, em Populações Meridionais do Brasil, relacionou características da sociedade brasileira, como a diversidade regional e como tensões em relações entre público e privado, com a política externa brasileira. O anseio de selecionar indivíduos imbuídos de sentimento nacional para a carreira diplomática é evidenciado no artigo 12, parágrafo terceiro, da Constituição da República, que estabelece que a carreira diplomática é privativa de brasileiro nato. O atingimento dos objetivos da política externa brasileira, vinculado à realização do interesse público, depende de atuação diplomática consentânea com sentimento de pertencimento à sociedade brasileira e de identificação dos anseios dessa.

Ser diplomata brasileiro é defender interesses nacionais, que o indivíduo entende como seus, por constituir a sociedade brasileira. Grandes nomes da diplomacia brasileira consagraram-se, em razão de sua capacidade de exercerem política externa coerente com as peculiaridades da sociedade brasileira. O desejo de diplomacia identificada com o interesse nacional e com sentimento de nacionalidade é compartilhado tanto por executores da política externa quanto por legisladores. O diplomata deve ser, antes de tudo, brasileiro que conhece seu pais, que se identifica com a nação brasileira e que, por conseguinte, é capaz de atuar conforme interesses nacionais.

Extensão do texto: 583 palavras

Avaliação:

1. Apresentação/Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência): 5/10
2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações): 5/10
3. Capacidade de análise e reflexão: 3,75/10
4. Número de erros: 5
5. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 25/30
6. Penalização: 3,40

[1] Erro de morfossintaxe

[2] Erro de morfossintaxe

Recurso dos quesitos [1] e [2]: No trecho: "A Política Externa Independente, que se iniciou, durante governo de Jânio Quadros, é exemplo de iniciativa (...)" o candidato sofreu duas penalizações relativas a erros de morfossintaxe. O candidato reconhece a penalização decorrente de ausência de artigo, antes do termo "governo", mas discorda da penalização sofrida por emprego de vírgula, antes do termo "durante". Essa vírgula foi empregada para separar oração subordinada adverbial de tempo. Apesar de a oração subordinada adverbial não ser anteposta à principal, o emprego da vírgula é facultativo nesse caso, conforme afirmado por Celso Cunha e Lindley Cintra (Nova gramática do português contemporâneo. 4a ed. fl. 663): "Para separar as orações subordinadas adverbiais, principalmente quando antepostas à principal". Note¬se que os referidos autores não excluem a possibilidade de emprego de vírgula para separar orações adverbiais que não sejam antepostas à principal. Requer, respeitosamente, reconsideração da referida penalização pelo emprego de vírgula para separar oração subordinada adverbial de oração principal.

Resposta da Banca: Verifica¬se que, no trecho "que se iniciou, (sic) durante(sic) governo de Jânio Quadros", há dois erros de morfossintaxe: (i) emprego de vírgula entre verbo e seu complemento circunstancial; (ii) omissão do artigo definido "o", de forma a tornar genérico o sentido do vocábulo "governo", deixando implícita a ideia de que houve mais de um governo de Jânio Quadros (V. gramáticas normativas).

Pontos ganhos com recurso: 0,00

4

Língua Portuguesa Exercícios

EXERCÍCIO 1

Papai [João Guimarães Rosa] definia a inspiração como "um estado de transe". Num dos prefácios de Tutameia, ele faz uma espécie de catarse, um desabafo, descrevendo a variedade de centelhas inspiradoras que se acendiam em sua imaginação: "Conversa de bois", um dos contos de Sagarana, ele "recebeu" de manhã, completo, facilmente, substituindo a versão penosa e muito trabalhada que escrevera na noite anterior. E assim escreveu papai: "Só sei que há mistérios demais, em torno dos livros e de quem os lê e de quem os escreve. Às vezes, quase sempre, um livro é maior que a gente."

Vilma Guimarães Rosa. Relembramentos: João Guimarães Rosa, meu pai. 4.ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014 (com adaptações).

A poesia não é inspiração pura, é trabalho; não é só ficar esperando que o santo baixe, é preciso puxar o santo pelos pés e isso dá trabalho; esse é o trabalho poético...

Mario Quintana. In: Giovanni Ricciardi. Auto-retratos. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Eu não acredito em inspiração nem sou poeta inspirado. O ato de criação para mim é intelectual. Acredito na expiração. Nunca escrevi um poema inspirado, soprado pelo Espírito Santo. Isso eu não sei o que é...

João Cabral de Melo Neto. In: Correio Braziliense, 18/1/1998.

A partir da leitura dos excertos de texto acima, discorra sobre o valor da "inspiração" e da "expiração" para o trabalho.

1. Extensão do texto: 120 a 150 palavras
2. Valor: 20,00 pontos
3. Média: 14,6 amp. / 13,1 afro.
4. Desvio padrão: 2,1 amp. / 0,6 afro.

RESPOSTA 1 • 17,63

Guilherme Fernando Rennó Kisteumacher

A "inspiração" e a "expiração" são aspectos essenciais do trabalho, visto que a criatividade e a dedicação apresentam uma relação dialética indissociável de toda obra humana de valor. A "inspiração" é inestimável à experiência humana, pois possibilita a renovação de perspectivas e a inovação criativa [1] que são essenciais ao indivíduo. Apesar desse valor, nem toda atividade humana pode ser orientada pela pura criatividade, como pretendeu Mário de Andrade, no "Prefácio Interessantíssimo" de Pauliceia Desvairada, ao fundar o "desvairismo", método de criação inconsciente.

De forma complementar, a "expiração" é fundamental para o trabalho, pois apresenta os valores da elaboração e da dedicação, que são importantes não somente para as obras de arte, como exemplificam os poemas de João Cabral de Melo Neto, em O Engenheiro, mas também para o conhecimento humano contemporâneo. Como enfatizou Albert Einstein, em Como vejo o mundo, a "expiração" prevalece sobre a "inspiração" no trabalho científico".

Extensão do texto: 150 palavras

Avaliação

1. Apresentação: 0,75/1,00
2. Argumentação: 4,5/4,5
3. Análise: 3,38/4,5
4. Gramática: 9,00/10,00

[1] Erro de morfossintaxe – a Banca considerou a oração como adjetiva explicativa e, assim, haveria erro por ausência de vírgula. Mesmo tendo o candidato argumentado que a oração seria adjetiva restritiva, conforme pretendera, o recurso foi indeferido.

Resposta da Banca – "Num texto necessariamente curto, a reflexão pessoal é mais importante que o espaço dado a referência de pensadores. O candidato apresentou, no entanto, muito boa capacidade de argumentação. Defiro o pedido de aumento de pontuação no quesito 2."

Pontos ganhos com o recurso: 1,12 (de 3,38 para 4,5 no quesito capacidade de argumentação)

RESPOSTA 2 • 17,51

Ellen Cristina Borges Londe Mello

A "inspiração" e a "expiração" são meios opostos, porém complementares, para a realização de um trabalho. Mário Quintana, em Auto-retratos, compreende essa dialética, ao contrário de João Cabral de Melo Neto e de João Guimarães Rosa, autores que, muitas vezes, afirmam que seus trabalhos literários têm como base somente uma ou outra dessas duas funções, de modo que compartilham a percepção de que seriam separáveis.

A "inspiração" assegura a inovação, enquanto a "expiração" garante que um projeto seja realizado. Sem esforço, nada é produzido, do mesmo modo que, sem a inovação, as obras de João Cabral de Melo Neto e de João Guimarães Rosa não seriam caracterizadas pela originalidade que distinguiu a produção desses dois autores da terceira geração modernista de seus contemporâneos. Verifica-se, desse modo, que o esforço e a criatividade são igualmente importantes para o trabalho

Extensão do texto: 138 palavras.

Avaliação

1. Apresentação 0,75
2. Argumentação 3,38
3. Análise 3,38
4. Gramática 10,00

RESPOSTA 3 • 17,51

Lucas Cortez Rufino Magalhães

João Cabral de Melo Neto, em artigo publicado no jornal Correio Braziliense, destaca a dedicação intelectual no processo de criação poética, o que chama de expiração. De maneira distinta, João Guimarães Rosa, conforme se depreende de relato elaborado por sua filha, valoriza a inspiração na escrita.

Inspiração e expiração não são elementos contraditórios do trabalho: aquela está relacionada ao surgimento de novas temáticas, e esta está vinculada à dedicação ao aspecto formal. Entendidas dessa forma, pode-se dizer que a conjugação de ambas deu origem a obras de destaque nas artes brasileiras, como as telas Abaporu e Operários, nas quais Tarsila do Amaral inspira-se em aspectos inovadores da cultura brasileira e dedica-se à estética das vanguardas europeias. No trabalho, inspiração e expiração são, desse modo, indissociáveis, pois o ser humano é inspirado pela realidade que o cerca e, simultaneamente, dedica-se ao aprimoramento formal dos resultados.

Extensão do texto: 144 palavras.

Avaliação

1. Apresentação: 0,75/1,00
2. Argumentação: 3,38/4,5
3. Análise: 3,38/4,5
4. Gramática: 10,00/10,00
5. Organização do texto/ Tema: 7,51

PIOR NOTA • 10,51

Vilma Guimarães Rosa descreve momentos de "inspiração" do pai, o autor de Grande Sertão Veredas. Mario Quintana e João Cabral de Melo Neto, por sua vez, exaltam o esforço, ou seja, a "expiração" no trabalho.

Pode-se argumentar que a "inspiração", que é relativa ao talento para alguma atividade, necessita ser trabalhada. Uma pessoa pode nascer com um talento para a música, mas, se não estudar a linguagem musical, não poderá exercer o seu talento.

Uma vez que o talento seja reconhecido, permanece em aberto a questão do potencial e da possibilidade. O limite de um talento, considerando que exista um limite, somente pode ser alcançado por meio de muito esforço. Do acima exposto, conclui-se que "inspiração" e "expiração" são aspectos complementares na realização do trabalho.

Extensão do texto: 127 palavras.

Avaliação

1. Apresentação / Impressão geral do texto: 0,25/1,00
2. Capacidade de Argumentação: 1,13/4,50
3. Capacidade de análise e reflexão: 1,13/4,50
4. Correção gramatical e qualidade da linguagem: 8,00/10,00

EXERCÍCIO 2

Os senhores todos conhecem a pergunta famosa universalmente repetida: "Que livro escolheria para levar consigo, se tivesse de partir para uma ilha deserta?".

Vêm os que acreditam em exemplos célebres e dizem naturalmente: "Uma história de Napoleão". Mas uma ilha deserta nem sempre é um exílio... Pode ser um passatempo... Os que nunca tiveram tempo para fazer leituras grandes pensam em obras de muitos volumes. É certo que numa ilha deserta é preciso encher o tempo... E lembram-se das Vidas de Plutarco, dos Ensaios de Montaigne, ou, se são mais cientistas que filósofos, da obra completa de Pasteur. Se são uma boa mescla de vida e sonho, pensam em toda a produção de Goethe, de Dostoievski, de Ibsen. Ou na Bíblia. Ou nas Mil e Uma Noites.

Pois eu creio que todos esses livros, embora esplêndidos, acabariam fatigando; e, se Deus me concedesse a mercê de morar numa ilha deserta (deserta, mas com relativo conforto, está claro — poltronas, chá, luz elétrica, ar-condicionado), o que levava comigo era um dicionário.

Não sei se muita gente haverá reparado nisso — mas o dicionário é um dos livros mais poéticos, se não mesmo o mais poético dos livros. O dicionário tem dentro de si o Universo completo. O dicionário é o mais democrático dos livros. O dicionário explica a alma dos vocábulos: a sua hereditariedade e as suas mutações. A minha pena é que não ensinem as crianças a amar o dicionário. Ele contém todos os gêneros literários, pois cada palavra tem seu halo e seu destino — umas vão para aventuras, outras para viagens, outras para novelas, outras para poesia, umas para a história, outras para o teatro.

Eu levaria o dicionário para a ilha deserta. O tempo passaria docemente, enquanto eu passeasse por entre nomes conhecidos e desconhecidos, nomes, sementes e pensamentos e sementes das flores de retórica. Poderia louvar melhor os amigos, e melhor perdoar os inimigos, porque o mecanismo da minha linguagem estaria mais ajustado nas suas molas complicadíssimas. E, sobretudo, sabendo que germes pode conter uma palavra, cultivaria o silêncio, privilégio dos deuses, e ventura suprema dos homens.

Cecília Meireles. O livro da solidão. In: Cecília Meireles - Obra em prosa, v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 270 (com adaptações).

Comente a opção de Cecília Meireles de levar um dicionário para uma ilha deserta e aponte, na conclusão, justificando sua escolha, que livro levaria consigo, caso estivesse na mesma situação da autora.

1. Extensão do texto: 120 a 150 palavras
2. Valor: 20,00 pontos
3. Média: 16,0 amp. / 14,7 afro.
4. Desvio padrão: 2,1 amp. / 1,8 afro.

RESPOSTA 1 • 19,75

Paulo Victor Figueiredo Valença

Cecília Meireles, em O livro da solidão, reflete sobre o livro, objeto que simboliza aspirações e convicções íntimas de cada indivíduo, que a autora escolheria para acompanhá-la a uma ilha deserta, símbolo da eternidade e da solidão. A opção pelo dicionário, vasto repositório de conhecimento e de possibilidades de expressão, condiz com a espiritualidade e o universalismo que caracterizam a obra da autora. O dicionário representa a perspectiva de continuar a tratar da condição humana em contexto ideal de isolamento.

Em consonância com a reflexão da autora, levaria comigo a uma ilha deserta a obra Vidas paralelas, de Plutarco. Nela, o objetivo do autor é a projeção de exemplos virtuosos a serem imitados e de exemplos indignos a serem rejeitados. A opção por essa obra deve-se a sua riqueza artística e filosófica e à influência que exerceu sobre escritores de distintas épocas, como Shakespeare e Machado de Assis.

EXTENSÃO DO TEXTO :149 PALAVRAS

Avaliação

1. Organização do texto e desenvolvimento do tema: 9,75
2. Correção gramatical e propriedade da língua: 10,00
3. Número de erros: 0
4. Penalização: 0

RESPOSTA 2 • 18,88

Pedro Barreto da Rocha Paranhos

A opção de Cecília Meireles parece ser ideal para uma escritora como ela. O dicionário seria, em seu caso, um meio para a expansão de sua criatividade. A opção metalinguística de Meireles permitir-lhe-ia, em sentido metafórico, reinventar a própria ilha, por meio de seus poemas e prosas.

Para os que têm a leitura como paixão, mas a escritura como talento não alcançado, a escolha haveria de ser mais tradicional. Quiçá um clássico, definido como obra sempre atual e adaptável a diferentes situações, ou um livro de afeição do portador.

Acredito que faria a escolha pelo segundo caso, sabendo poder contar com o livro como se confia em um amigo. O livro que atenuaria minha solidão nessa ilha seria Cândido, ou o otimismo, de Voltaire, que também é um clássico.

EXTENSÃO DO TEXTO:131 PALAVRAS

Avaliação

1. Apresentação / Impressão geral do texto: 1,00/1,00
2. Capacidade de argumentação: 4,50/4,50
3. Capacidade de análise e reflexão: 3,38/4,50
4. Correção gramatical e propriedade da linguagem: 10,00/10,00

RESPOSTA 3 • 18,75

Anônimo

A opção de Cecília Meireles pode ser interpretada como a escolha do indeterminado e potencialmente infinito. Uma vez que toda reflexão intelectual se manifesta por meio de palavras, pode-se dizer que todo trabalho intelectual é composto por uma combinação variada de um determinado número de palavras. O modo pelo qual as palavras são combinadas depende da imaginação conceitual e da intuição poética do indivíduo. Confiante de seus dotes intelectuais, a autora escolhe o dicionário, por sentir-se capaz de produzir quantidade indeterminável de reflexões intelectuais por meio das palavras.

O autor desse [1] exercício, por duvidar de sua imaginação conceitual e intuição poética, prefere confiar nas reflexões intelectuais realizadas por outros, de forma que escolheria não um dicionário, mas, sim, A Comédia Humana, de Balzac, por entender que a obra, síntese das alegrias e das tristezas que conformam a experiência humana, pode contribuir para o entendimento da condição humana.

EXTENSÃO DO TEXTO: 148 PALAVRAS

Avaliação

1. Organização do texto e desenvolvimento do tema: 9,75
2. Correção gramatical: 9

[1] Erro de morfossintaxe.

QUESTÃO EXTRA • 16,13

Cecília Meireles, ao comentar o clássico cenário hipotético da vida em ilha deserta, afirma que levaria consigo um dicionário. A autora rejeita opções ilustres, como obras de Goethe e de Dostoievski, na medida em que considera que o dicionário, ao conter "todos os gêneros literários", favoreceria a

percepção da passagem do tempo e a contemplação de relacionamentos passados, além da valorização do silêncio.

A escolha de Meireles demonstra seu apreço à linguagem e à criação literária, uma vez que permite que a imaginação e o talento da autora se desenvolvam na ilha fictícia. Para o indivíduo de ambições mais humildes, a solidão decorrente do isolamento exigiria a leitura de obras que mitigassem a saudade da pátria e permitissem, concomitantemente, a introspecção. O Nome da Rosa, de Carlos Drummond de Andrade, atende a essas demandas e propicia inúmeras releituras. [1]

Extensão do texto 138 palavras

Avaliação

1. Apresentação / Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência) 0,00 a 1,00: 0,50
2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações) 0,00 a 4,50: 3,38
3. Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 6,13
4. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 10,00
5. Número de erros 0
6. Penalização 0,00

[1] Mesmo errando o nome do livro (era para ser "A Rosa do Povo"), fiz recurso de todos os quesitos possíveis, mas foram todos indeferidos sem outros comentários.

PIOR NOTA • 13,00

Cecília Meireles, em O livro da solidão [1] conclui que levaria consigo para uma ilha deserta um dicionário. A autora cita diversas obras de literatura, filosofia e religião, identifica vantagens e desvantagens dessas opções e escolhe um dicionário, o qual, segundo a escritora, é um dos livros mais poéticos e mais filosóficos e, ainda, permite cultivar o silêncio, o qual é "privilégio dos deuses".

Cecília Meireles não escolheria um livro de literatura, filosofia ou religião, mas um que fosse síntese de todos eles. Por ser escritora, ela optou por um livro que lhe forneceria, com precisão, a matéria-prima de que necessita. Penso, como Jorge Luiz Borges, que o paraíso deve ser uma imensa biblioteca. Na impossibilidade de levar uma dessas, optaria por Grande sertão: veredas, de João Guimarães Rosa, porquanto se trata [2] de romance cuja temática é universal e cujas palavras não se conteriam em um dicionário.

Extensão do texto: 148 palavras

Avaliação

1. Apresentação / Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência) 0,00 a 1,00: 0,50
2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações) 0,00 a 4,50: 2,25
3. Capacidade de análise e reflexão: 2,25
4. Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 08,00
5. Número de erros: 2

[1] Erro de morfossintaxe: Candidato penalizado por ausência de virgule.

[2] Erro de morfossintaxe: a construção "se trata"não admite complemento.

5

Inglês

TRANSLATION A

Translate into Portuguese the following excerpt adapted from Sir Christopher Meyer's article How to step down as an ambassador — with style.

It was once the custom for British ambassadors to write a valedictory despatch at the end of their posting. In contrast to the utilitarian style of daily diplomatic reporting, ambassadors were expected to spread their wings with candid comment on the country they were leaving, larded, where the wit was willing, with humorously pungent observations on the character of the locals. The best were distributed throughout the diplomatic service for the enlightenment and amusement of its ranks.

These were usually pretty sensitive and might be construed as a slight abroad were their contents divulged beyond the Ministry's portals. Some missives were deemed so delicate that their circulation was restricted for fear of leaks. Bidding farewell Sir Ivor Roberts dared ask: "Can it be that in wading through the plethora of business plans, capability reviews, skills audits... we have forgotten what diplomacy is all about?"

Whether written with quill, typewriter or tablet, a key requirement has ever been the ability to render incisive judgment, with style and wit.

Christopher Meyer. How to step down as an ambassador — with style. The Daily Telegraph. August 7th 2015.

1. Value: 20 marks]
2. Média: 10,9 amp. / 8,8 afro.
3. Desvio padrão: 2,1 amp. / 3,3 afro.

TRADUÇÃO 1 • 15,00

Arthur Cesar Lima Naylor

Já foi costume dos embaixadores britânicos escrever suas impressões pessoais ao final de suas correspondências. Em contraste com o estilo utilitário dos reportes diplomáticos diários, esperava-se que os embaixadores abrissem suas asas em comentários sinceros sobre o país que eles estavam deixando, temperados, onde permitisse a presença de espírito, por observações engraçadas sobre o caráter dos habitantes locais. Os melhores eram distribuídos por todo o corpo diplomático, para ilustração e divertimento de seus membros.

Esses comentários eram bastante sensíveis e poderiam ser entendidos como uma afronta no exterior, caso seu conteúdo fosse divulgado para além dos portais do ministério. Algumas cartas eram consideradas tão delicadas que sua circulação era restrita, por medo de vazamentos. Ao dizer adeus, sir Ivor Roberts ousou perguntar: "Será que, ao lidarmos com essa massa de planos de negócios, análises de conjuntura, avaliações de desempenho..., não nos esquecemos do que é a diplomacia de verdade?"

Quer escrito a pena, a máquina ou em tablet, um requisito fundamental sempre foi a capacidade de fazer avaliações incisivas, com estilo e humor. [1]

[1] As palavras destacadas em vermelho representaram a perda de 1,0 ponto cada. A palavra sublinhada em preto não foi apenada.

TRADUÇÃO 2 • 14,50

Guilherme Fernando Rennó Kisteumacher

Já foi o costume de os embaixadores britânicos escreverem um despacho [-1] de despedida ao final de seu exercício em um posto diplomático. Em contraste ao estilo utilitário das reportagens diplomáticas diárias, esperava-se que os embaixadores "abrissem suas asas" com comentários francos sobre o país que estavam deixando, recheados, onde a argúcia era devida, com observações humoristicamente pungentes sobre as características dos locais. Os melhores eram distribuídos por todo o serviço diplomático, para o esclarecimento e o divertimento de seus funcionários.

Esses comentários eram, geralmente, bastante sensíveis e podiam ser compreendidos como uma crítica depreciativa no exterior, caso seus conteúdos fossem divulgados além do âmbito do Ministério. Algumas missivas eram consideradas tão delicadas que sua circulação foi restringida, por medo de vazamentos. Despedindo-se, Sir Ivor Roberts ousou questionar: "Será possível que, ao atravessarmos a miríade de planos de negócios, revisões de capacidades, auditorias de habilidades... nós esquecemos o que é a essência da diplomacia?".

Seja escrito em pena, máquina de escrever ou "tablet", um requisito-chave sempre foi a habilidade de produzir um juízo incisivo, com estilo e perspicácia.

Marcações da Banca

Todas as marcações foram referentes a Vocabulário. As apenações, no resultado provisório, aos termos "argúcia" [l.5] e "perspicácia" [l.15] foram retiradas após recurso.

Recurso

"O candidato pede revisão de sua nota, pois discorda de penalizações de suas escolhas vocabulares na tradução, as quais são perfeitamente corroboradas pelos sentidos encontrados e pelo correto uso dessas palavras em diversos dicionários da Língua Inglesa.

Em particular, o candidato discorda das seguintes penalizações:

- linha 1: "despatch" poderia ser, corretamente, traduzido como "despacho", no sentido encontrado pelo Oxford Dictionary ("an official report on state or military affairs"), ou no exato sentido encontrado no American Heritage Dictionary ("an important message sent by a diplomat or an officer in the armed forces").

- l.3: "reporting" pode ser traduzido por "reportagem", visto que, segundo a versão bilíngue do Oxford Dictionary, um dos sentidos da palavra "reporting" é, exatamente, "reportagem", e tal tradução não prejudica o sentido da frase original. No Cambridge Dictionary, "reporting" seria adequadamente traduzido como "apresentar um informe", o que significa, em Português, precisamente, "reportar" algo.

- l.5 e l.18: "wit" pode ser, corretamente, traduzido como "argúcia" e como "perspicácia". Considerando que o dicionário bilíngue Michaelis traduz "wit" como "perspicácia, agudeza, sagacidade", e que um dos sinônimos de sagacidade, segundo dicionários de Português, é "argúcia", não há qualquer problema com a escolha vocabular do candidato. Não se pode penalizar o candidato por ter amplo domínio vocabular, ainda mais quando essa penalização indevida ocorreu duas vezes na mesma questão, o prejudicando significativamente.

- l. 6: "pungent" apresenta, como uma de suas traduções possíveis, o sentido de "pungente", palavra que apresenta, na Língua Portuguesa, os sinônimos de "dramático, mordaz, contundente", dentre outros. Não se pode desconsiderar todos sentidos da palavra utilizada pelo candidato: ao escolher "pungente", o candidato considerou seus sentidos alternativos e fez escolha vocabular que mantivesse a maior fidelidade possível ao texto-fonte, não podendo ser apenado por essa razão.

- l.15: "skills", traduzido como "habilidades", deve ser considerado correto, pois, conforme os primeiros sentidos apresentados em ambos os dicionários bilíngues do Cambridge Dictionary e do Michaelis, "skill" apresenta exatamente o sentido de "habilidades". Além disso, a tradução da expressão foi excessivamente apenada, não considerando a inteligibilidade da forma final e da fidelidade ao texto-fonte apresentadas pelo candidato.

É importante ressaltar que o candidato não contesta a existência de diversas outras palavras que poderiam ser utilizadas para a tradução desejada. No entanto, acredita que a existência de tais opções não anula a eficácia da palavra utilizada por ele na forma final traduzida.

Além disso, deve-se ressaltar que o candidato teve acesso a espelhos de prova de outros candidatos em que, em alguns

casos, idênticas escolhas vocabulares não foram penalizadas pela presente Banca. Isso gera uma situação injusta perante desempenhos equivalentes, que não pode prosperar no resultado final e que pode resultar, ultimamente, na eliminação indevida de candidatos.

Dessa forma, ainda que o candidato respeite a escolha de outra palavra para a referida tradução, pede-se que seja revista as penalizações atribuídas a sua escolha de forma, para excluí-la ou, alternativamente, diminuí-la."

Marcações da Banca

[MEP1] " Com Deferimento

CONTEÚDO

L.1: Despatch – Não se trata, aqui, de "uma resolução de autoridade pública sobre um requerimento; ou uma carta/ofício relativa (o) a negócios públicos que um ministro envia a outro". (definições de despacho). Trata-se, tão somente, de um relatório de despedida. Indeferido.

L.3: Reporting – Seu significado é o de relatos. "... estilo utilitário/pragmático dos relatos diplomáticos rotineiros". Indeferido.

L.5: Deferido.

L.6: Pungent – mordazes, picantes, bem-humorados, humorísticos, engraçados. Indeferido.

L.15 Deferido"

Pontos ganhos com o recurso: 2,00 – de 12,5 para 14,5

TRADUÇÃO 3 • 14,50

Jean Paul Coly

Outrora, já foi um costume para embaixadores britânicos a redação de um despacho [1] valeditório ao fim de sua estada em um posto. Em contraste com o estilo utilitário da correspondência diplomática diária, esperava-se que os embaixadores dessem vazão a suas ideias com comentários singelos sobre o país do qual estavam partindo, por meio de observações humoristicamente mordazes sobre o caráter dos locais. Os melhores despachos [2] eram distribuídos ao serviço diplomático, para divertir e instruir seus membros.

Essas comunicações eram, em geral, bastante sensíveis e poderiam ser interpretadas como uma ofensa [3] caso seu conteúdo fosse divulgado fora dos portais do Ministério. Algumas correspondências eram consideradas tão delicadas que a sua circulação era restrita em função do temor de vazamentos. Em sua despedida, o senhor Ivor Roberts ousou indagar: "Será que vagando pela grande quantidade de planos empresariais, análises de capacidades [4], avaliações de habilidades [5] ... nós esquecemos a essência da diplomacia?"

Seja escrita com pena, máquina de escrever ou tablet, um requisito chave sempre foi a habilidade de fornecer julgamento incisivo, com estilo e sagacidade [6].

Marcações da banca:

[1] Comentário da banca em resposta ao recurso: L.2: Despatch – Não se trata, aqui, de "uma resolução de autoridade pública sobre um requerimento; ou uma carta/ofício relativa(o) a negócios públicos que um ministro envia a outro". (definições de despacho). Trata-se, tão somente, de um relatório de despedida. Indeferido.

[2] A banca sublinhou o termo "despacho", porém não retirou pontos pelo erro (já penalizado na primeira ocorrência).

[3] A ausência de tradução do termo "abroad" foi sinalizada e penalizada pela banca.

[4] O candidato recorreu, argumentando a possibilidade de traduzir "review" como "análise" e obteve majoração da nota.

[5] O candidato recorreu, argumentando a possibilidade de traduzir "skills" como "habilidades" e obteve majoração da nota.

[6] O candidato recorreu, argumentando a possibilidade de traduzir "wit" como "sagacidade" e obteve majoração da nota.

PIOR NOTA • 06,50

Antigamente, era o costume dos embaixadores britânicos escrever um despacho [-1,0] laudatório [-1,0] [1], ao final de seu tempo no posto diplomático. Contrastando com o estilo utilitário dos relatórios [-1,0] diplomáticos diários, esperava-se dos embaixadores que abrissem suas asas com comentários cândidos sobre o país que estavam deixando, laureados [-1,0], onde o rito era voluntário [-1,0], com observações bem-humoradas e pungentes [-1,0] [2] sobre o caráter dos habitantes locais. O melhor [-0,5] era distribuído entre todo o serviço diplomático para a iluminação [-1,0] e o prazer dos seus quadros profissionais.

Esses eram, normalmente, bastante sensíveis e podiam ser limitados [-1,0] como uma amostra [-0,5], se seus conteúdos fossem divulgados além das portas do ministério. Algumas missivas eram elaboradas tão delicadamente [-1,0] que sua circulação era restrita pelo [-0,5] medo de vazamentos. Despedindo-se, Sir Ivon Roberts ousou perguntar: Pode ser que, vagando pela abundância de planos de negócios, análises [3] de capacidade, audições de habilidades [4], nós tenhamos esquecido sobre o [-0,5] que trata a diplomacia?

Seja escrita com [-0,5] pena, máquina de escrever ou tablet, um requerimento principal sempre foi a habilidade de fornecer [-1,0] julgamento incisivo, com estilo e forma [-1,0].

Marcações da banca

[1] Recurso apresentado pelo candidato, indeferido: dispatch pode ser traduzido como "despacho" de acordo com o Dicionário Porto de Inglês-Português. Segundo o Merriam-Webster's Online Dictionary, dispatch pode ser "an

important official message”, enquanto que o Dicionário Houaiss afirma que “despacho” pode ser usado na área da diplomacia.

Resposta da Banca: Despatch – Não se trata, aqui, de “uma resolução de autoridade pública sobre um requerimento; ou uma carta/ofício relativa(o) a negócios públicos que um ministro envia a outro". (definições de despacho). Trata-se, tão somente, de um relatório de despedida.

[2]- Recurso apresentado pelo candidato, indeferido: pungent pode ser traduzido como “pungente” de acordo com o Dicionário Porto de Inglês-Português. De acordo com o Dicionário Prático de Tradução Inglesa, pungent pode ser traduzido como “que tem grande capacidade de entusiasmar, de provocar muita atenção, comoção ou profundo interesse”, enquanto que o Dicionário Houaiss define “pungente” como aquilo “que afeta e/ou impressiona profundamente o ânimo, os sentimentos, as paixões; muito comovente”. Assim, o sentido da palavra pungente é mantido.

[3]- Recurso apresentado pelo candidato, deferido: Review pode ser traduzido como “análise” de acordo com o Dicionaário Porto de Inglês-Português, tendo o mesmo sentido que “estudo” e “exame”. O Oxford Dictionaries define review como “a report on or evaluation of a subject or past events”, equanto que o Dicionário Houaiss define “análise” como “estudo pormenorizado de cada parte de um todo, para conhecer melhor sua natureza, suas funções, relações, causas etc.”

[4]- Recurso apresentado pelo candidato, deferido: Skills pode ser traduzido como “habilidades” de acordo com o Dicionário Porto de Inglês-Português. O vocábulo também poderia ser traduzido como “competências”, mas, segundo o Dicionário Houaiss, “competência” é a “soma de conhecimentos ou de habilidades”. Dessa forma, pede-se, respeitosamente, a revisão da correção e a majoração da nota do quesito.

TRANSLATION B

Translate into English the following excerpt adapted from Sérgio Buarque de Holanda’s Raízes do Brasil.

A empreitada de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, francamente antagônicas à sua cultura milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes refratário e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. Podemos enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, aperfeiçoar o tipo de civilização que representamos, mas todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e outra paisagem.

É significativo termos recebido a herança proveniente de uma nação ibérica. Espanha e Portugal eram territórios-ponte pelos quais a Europa se comunicava com os outros mundos. Constituíam uma zona fronteiriça, de transição, menos carregada desse europeísmo que, não obstante, retinha como um patrimônio imprescindível.

Sérgio Buarque de Holanda. Raízes do Brasil. 3.ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, p. 15-16.

1. Value: 15 marks]
2. Média: 7,3 amp. / 5,2 afro.
3. Desvio padrão: 3,0 amp. / 4,2 afro.

TRADUÇÃO 1 • 12,00

Camilla Corá

The dominant and most consequential fact in the origins of Brazilian society is the effort of implanting [-1,0] the [-0,5] European culture upon a large territory, doted [-1,0] with natural conditions that were, if not adverse, frankly antagonistic toward Europe's millenar [-0,5] culture. By bringing from distant countries our forms of socialization, our institutions, our ideas, and by insisting on maintaining all that in an environment that is often unfavorable and hostile, we remain, still, a people disconnected from our surroundings. Although we may enrich our humanity with new and unforeseen aspects and perfect the kind of civilization that we represent, all the product of either our work or our laziness seems to be a part of a system of evolution that belongs to another climate and another landscape.

It is significant that we received the heritage of an Iberic nation. Spain and Portugal were both passageways through which Europe communicated with the other worlds. They constituted an area of borders and of transition, less filled with this European influence which, nonetheless, they retained as an indispensable asset.

TRADUÇÃO 2 • 11,00

Wallace Medeiros de Melo Alves

The undertaking of the establishment of the [-1,0] European culture in a large territory, endowed with natural conditions, which if not adverse, it is widely antagonist [-1,0] of [-1,0] its centuries-old culture, is, at the roots of Brazilian society, the richest and most dominant factor in its consequences. By bringing our ways of life, institutions and ideas from distant countries, as well as managing to conciliate all this in an environment that is hostile and opponent at times, we are still foreigners in our own land. We can enrich our humanity through new and unexpected aspects, improve the type of civilization we represent, but all the outcome from our work or laziness seems to take part in a system of evolution related to a different climate and landscape.

It is meaningful that we have received the heritage from an Iberian nation. Spain and Portugal were territories that served as a bridge, through which Europe communicated with other worlds. They were a transitional border zone, less [-1,0] endowed with this European identity, although they kept it as a valuable asset.

TRADUÇÃO 3 • 10,50

Hudson Caldeira Brant Sandy

In the origins of Brazilian society, the attempt to implant [-1,0] European culture in a vast territory with natural conditions that are - if not contrary [-1,0] - openly antagonistic towards Europe's millenar [-0,5] culture has been the dominant fact, and the one richest in consequences. Having brought our models of community life, our institutions and our ideas from distant countries, and struggling to keep them all in an environment that rebuffs and is hostile to them, we are, even nowadays [-1,0], outcasts in our own land. We may enrich our humanity with new and unforseen aspects, we may paerfect the kind of civilization that we represent, but the fact remains that the entire product of our work or sloth seems to be a part of a specific evolution system, one from a different climate and a different landscape.

It is meaningful that the heritage we received stems from an Iberian nation. Spain and Portugal were bridge territories through which Europe could communicate with other worlds. They were a frontier zone, one of transition, less burdened with this Europeism [-1] that it kept, regardless, as an indispensible patrimony.

PIOR NOTA • 00,00

The work of implementing the European culture in a vast territory, rich in natural conditions, if not adverse, frankly opposed to its millenar culture is, in the origins of the Brazilian society, the dominant fact and the richer one in ___ consequences. Bringing from far away countries our ways of living, our institutions, our ideas, and carrying for keeping all that in an environment often closed and hostile, we are nowadays still some expatriates in our own land. We may enrichen our humanity with new and unexpected aspects, improve the kind of civilization that we represent, but all the outcomes of our work or of our lazyness seem to participate in an evolution system characteristic of another climate and another landscape.

It is significant that we had received the heritage from an Iberic nation. Spain and Portugal were bridge-territories through which Europe used to communicate with the other worlds. They used to constitute a bordering zone of transition, less charged of that europeism which, however, it retained as an essential property.

SUMMARY

Write a summary, in your own words, of the following excerpt adapted from Gaia Vince's Humans have caused untold damage to the planet. Your text should not exceed 200 words.

The times in which we live are epoch-making. Literally. Such is the scale of the changes humans have wrought of late that our world has been altered beyond anything experienced hitherto. Our planet is now crossing a geological boundary, and we are the change-makers.

Millions of years from now, a stripe in the accumulated layers of rock on Earth's surface will reveal our human fingerprint, just as we can discern evidence of dinosaurs in rocks of the Jurassic, the explosion of life that marks the Cambrian or the glacial retreat scars of the Holocene. Our imprint will be revealed by species going extinct by the score, sharp changes in the oceans' chemistry, depletion of forests and encroachment of deserts, shrinking of glaciers and the sinking of islands. Geologists of the far future will detect in fossil records a diminishing array of wild animals offset by an upsurge of domesticates, the baleful effects of detritus such as aluminium drink cans and plastic carrier bags, and the noxious smudge of mining projects laying waste the oil sands of north-western Canada, revolving 30 billion tonnes of earth each year — twice the amount of sediment discharged from all the rivers in the world.

In acknowledgement that humanity has become a geophysical force on a par with the earth-shattering asteroids and planet-cloaking volcanoes that defined past eras, geologists are dubbing this new epoch the Anthropocene. Earth now ranks as a human planet. We determine whether a forest stands or is razed, whether species survive or become extinct, how and whither a river flows, the temperature of the atmosphere, even. We have become the most manifold big animal on Earth, followed by those we breed to feed and serve us. Nearly half the planet's land surface is now used to grow our food, and we control three-quarters of the world's fresh water. Prodigious times, indeed. In the tropics, coral reefs dwindle, ice melts apace at the poles while the oceans are emptying of fish at our doing. Entire islands are submerging under rising seas, just as naked new land emerges in the Arctic.

It has become the business of science journalists to take special note of reports on how the biosphere is changing, and research is hardly in short supply. Study after study plot changes in butterfly migrations, glacier melt rates, ocean nitrogen levels, wildfire frequency... all linked by a common theme: the impact of humans. Scientists have described the multifarious ways humans are affecting the natural world. Climate scientists tracking global warming have forewarned of deadly droughts, heatwaves and gathering sea-level rise. Conservation biologists have envisaged biodiversity collapse to the point of mass extinction; marine biologists deplore "of plastic garbage" roaming the seas; space scientists debate the destiny of all the junk up there menacing our satellites; ecologists denounce deforestation of the last intact rainforests; agro-economists raise the alarm about deserts engulfing vast tracts of fertile soil. Every new study hammers home the extent to which our world is changing. Humanity is shaking it up. And people across the globe can hardly be in any doubt about the environmental crises we set in motion. All this is deeply troubling, if not overwhelming.

Dire predictions abound as to our future on Earth. At the same time, nonetheless, we should not disparage our triumphs, our inventions and discoveries — how scientists find novel ways to improve plants, stave off disease, transport electricity and forge new materials. We can be an incredible force of and for nature. Humans have the power to heat the planet further or to cool it down, to eliminate species and to engineer new ones, to re-sculpt the terrestrial surface and to fashion its biology. No part of this planet is untouched by human hand — we have transcended natural cycles, altering physical, chemical and biological processes. We can craft new life in a test tube, resurrect extinct species or grow replacement body parts. We have invented robots to be our drudges, computers to expand our brains, and a new ecosystem of communication networks. We have redrawn our own evolutionary pathway with medical advances that save those who would otherwise die in infancy. We are supernatural: we can fly without wings and dive without gills; we can survive killer diseases and be resuscitated after death.

The realisation that we wield such planetary power requires a major shift in perception, one that topples the scientific, cultural and religious philosophies that define our place in the world, in time and in relation to all other known life. Man was once framed at the centre of the Universe. Then came Copernicus in the 16th century, who put Earth in its place as just another planet revolving around the Sun. By the 19th century, Darwin had reduced man to just another species — a wee twig on the grand tree of life. The paradigm has swung round again, though: man is no longer just another species. We are the first to knowingly reshape the Earth's biology and chemistry. We have become vital to the destiny of life on Earth. The Anthropocene throws up unprecedented challenges, as we have already begun to tilt global processes out of kilter. In some cases, minuscule further changes could spell disaster; in others, a fair degree of leeway remains before we face the consequences.

The self-awareness implicit in recognising our power requires us to question our new-found role. Are we just another part of nature, doing what nature does: reproducing to the limits of environmental capacity, subsequently to suffer a sudden demise? Or shall we prove the first species capable of curbing its natural urges, and modulating its impact on the environment, such that habitability on Earth can be maintained? Should we treat the rest of the biosphere as an exploitable resource to be plundered at will for our pleasures and needs, or does our new global power imbue us with a sense of responsibility over the rest of the natural world? The Anthropocene — and our very future — will be defined by how we reconcile these opposing, interwoven drives in the years to come.

Gaia Vince. Humans have caused untold damage to the planet.

1. Value: 15 marks
2. Média: 9,6 amp. / 7,2 afro.
3. Desvio padrão: 2,1 amp. / 1,8 afro.

RESPOSTA 1 • 13,00

Anônimo

As a result of humankind's unprecedented capacity to alter the Earth's geophysical characteristics, geologists have named the current era as the Anthropocene. Humans have now significant control and can deeply affect nature.

Millions of years in the future, fossils will present a record of humanity's impact on the planet: a long list of extinct animal species, deforestation, desertification, and raising sea levels.

Scientists and journalists have been researching and reporting these anthropogenic changes on climate, soils, and biodiversity. Hence, few people deny that humanity has caused these environmental crises taht are changing the world.

However, modern technological and scientific advancements can also be used to protect the environment. Therefore, humankind's impact on the Earth does not necessarily have to be a negative one.

Though the Scientific Revolution has put and end to the old anthropocentric conceptions, contemporary developments of humankind's capacity to alter the world mean that a new self-perception about humanity's place and powers must be formed.

Hence, humanity must make a decision about what it will do with its new perceived power: continue to make unrelentless use of nature's resources or act with greater responsibilities. The future depends on this choice.

Comentário da banca:

1. 2
2. 1,5
3. 1,5
4. 1,5
5. 1,5
6. 2

Use of English - 3

RESPOSTA 2 • 12,50

Lucas Cortez Rufino Magalhães

Human action has prompted deep changes on Earth, and has inaugurated a new geological era: the Anthropocene. In the future, the human fingerprint will be measured in terms of extinction of species, the composition of oceans, deforestation, desertification, the disappearance of islands and ice caps, garbage and climate change. Humanity has managed to control the resources from Earth, but it has also become a force comparable to asteroids and volcanoes. Science journalism foreshadows a dismal reality in the fields of biodiversity, sea-level, outer space and agriculture – all as a consequence of human action.

Conversely, the progress of science cannot be disregarded, as we are now capable of controlling nature. Mankind needs to change its perception regarding the planet. Our position as the center of the Universe, toppled [1] by Copernicus and Darwin in the past, is once again real. Humanity is sure that the changes we are experiencing are a direct result of human action. As mankind becomes aware of its position as a great geological force, it needs to answer the prospects unveiled by scientists. We need to decide whether we will live according to the limits imposed by nature or we will adjust nature to our survival demands.

[1]. Marcação feita pela banca, mas sem detalhamento.

Comentário da banca:

1. 2
2. 1,5
3. 1,0
4. 1,5
5. 1,5
6. 2

Use of English - 2

Observações: Após interposição de recurso, o candidato obteve majoração da nota em um ponto, sem maiores especificações sobre qual quesito teve sua nota revisada.

RESPOSTA 3 • 11,50

Alexandre de Paula Oliveira

Human beings are changing the planet in a decisive way, and scientists are calling the current geological age the “Anthropocene”.

When the scientists of the future study the present period, just like we have found fossils of dinosaurs, they will find an array of elements that will show them how we changed our planet for the worse.

Human beings have become a force as strong as volcanoes and asteroids in our ability to definitely change the planet. We are affecting the climate, the oceans, the biodiversity and even the outer space.

However, the same power we use to destroy we can also use to construct. The improvements in medicine, biogenetics and technology in general prove human beings can work in favor of nature, not only against it.

In order to use our force in this positive way, however, we need to change our perspective. We have to assume our place in the world and acknowledge that, in the Anthropocene, we are not “a species”, we are “the species” that controls the destiny of the planet. With great power comes great responsibility, and this is why we must act carefully when we deal with our environment.

Comentário da banca:

1. 1,5
2. 1,5
3. 2,0
4. 1,5
5. 1,5
6. 1,5

Use of English - 2

Comments: "Good summary. Straightforward. Covered most of the points".

QUESTÃO EXTRA • 05,50

Human activities have caused unprecedented changes in the world, which has led the planet to cross a geological boundary that menaces the survival of all species, including humanity. In the future, the human impact upon the environment will be measured by its fingerprint concerning the adverse consequences brought to the planet. Humankind's geophysical force is comparable to that of the asteroids and volcanoes that dramatically changed life in Earth. This context paves the way for a new era of the Anthropocene, in which humanity plays a critical role in determining the course of natural events, such as species' extinction and global temperature. Indeed, along with the prodigious use of the environmental resources, there is also the depletion of them.

It has been of increasing concern to journalists, climate scientists and conservation biologists to keep track of the human-induced changes in the global environmental system. Even new study further corroborates such transformations and leaves no doubt that the environmental crisis are already set in motion.

Despite these predictions, humanity should place a great value on its capacity to innovate, adapt to the nature and enhance its living standards. Humans' force for nature has transcended deterministic natural cycles. What is necessary is to reshape the anthropocentric perception, in which humanity defines the destiny of life on Earth. In this sense, humankind needs to perform a new-found role, considering the dilemmas between responsibility and unsustainable development, between to perish and reduce its impact upon the planet. Addressing these concerns is at the center of the Anthropocene debate.

Comentário da banca

1. 2
2. 1,5
3. 1
4. 1
5. 1
6. 1,5

Use of English: 2,5

10,5

Over the limit: +250 words. Deduction: -5 points (10,5-5=5,5)

PIOR NOTA • 06,00

Mankind has been considerably impacting the world's environment as never before. Our marks will be left for future generations to see and assess, through an array of physical evidence. Such is the scale of human-produced change that it is comparable to natural forces that shaped the Earth. This is echoed in the omnipresence of humans across the globe, whose resources are either explored or otherwise used or modified by them in their immediate interest.

Analysts have been taking note of these changes. They are engaging in predictions about our future, warning against disastrous consequences. Yet the same capacity humans have to destroy nature allows them to tame it, through technical progress. This puts us above nature and call for a change of perception as to our role on Earth. Whether we stand on the planet as any other animal or have differentiated responsibilities towards nature is what the future will tell.

Comentário da Banca

1. 1
2. 0,5
3. 0,5
4. 1
5. 0,5
6. 0,5

Use of English - 2

Comentário do corretor: "Very short. Could have expanded several points."

Recurso do candidato: "Peço encarecidamente ao revisor que, pelas razões que explico a seguir, possa reconsiderar sua penalização do meu resumo, principalmente por causa da concisão. Não tendo seguido qualquer curso de adestramento para a realização das questões desta prova, pautei-me exclusivamente pelas informações do edital e do enunciado da questão. Assim, estava consciente da existência de um limite máximo de 200 palavras, cujo desrespeito, segundo as regras do edital, levariam à penalização da minha nota final. Ao mesmo tempo, procurei produzir um texto que correspondesse a um bom resumo: um texto que reproduzisse todas as ideias do texto, com objetividade, precisão, clareza e, sobretudo, concisão.

Portanto, procurei resumir, da maneira mais concisa possível, rigorosamente, todas as informações contidas no texto. Em 151 palavras, penso que não deixei de sintetizar, rigorosamente, nenhuma das informações apresentadas no texto-base, articulando-as entre elas, de modo a alcançar

precisão, clareza, objetividade e concisão no meu resumo. Esforcei-me também para redigir um resumo coerente e com qualidade de linguagem, sem reproduzir fórmulas próprias do texto-base.

Peço ao revisor, ademais, que considere que o texto-base já não era muito longo. Além disso, muitas de suas sentenças repetiam as mesmas ideias e informações, de modo que a concisão do resumo impunha-se, no meu entendimento, com maior força. Torná-lo mais longo, pareceu-me, levaria a uma perda da característica principal de um bom resumo: a essencialidade e não repetição (ou prolixidade) das informações sistematizadas.

Compreendo que existam imperfeições no meu resumo, mas também acredito que meu desempenho correspondeu a pelo menos metade do que se esperava dos candidatos nessa questão. Tendo sido a nota que recebi inferior à metade dos pontos possíveis, penso sinceramente que sua reconsideração é algo possível, ainda que a melhora da nota final seja, segundo o julgamento do examinador, mínima. Eu a aceito, qualquer que seja essa melhora."

Resposta da banca: "The length of the text - around 1.000 words - has been the norm for the summary question for some years. Candidates should therefore strive to keep to the maximum limit of words in the summary in order to be able to develop in an adequate manner, the main ideas in the presented text. By foregoing 20% of the wordage at his/her disposal, the candidate deprived him/herself of the opportunity to expand and include important points in the set text." (Indeferido).

COMPOSITION

History consists of a corpus of ascertained facts. The facts are available to the historian in documents, inscriptions and so on, like fish on the fish monge's slab. The historian collects them, takes them home, and cooks and serves them in whatever style appeals to him. Acton, whose culinary tastes were austere, wanted them served plain. In his letter of instructions to contributors to the first Cambridge Modern History, he announced the requirement "that our Waterloo must be one that satisfies French and English, German and Dutch alike".

E. H. Carr. What is history? 2nd Harmondsworth: Penguin, 1987, p. 9 (adapted).

When history is mobilised for specific political projects and sectarian conflicts; when political and community sentiments of the present begin to define how the past has to be represented; when history is fabricated to constitute a communal sensibility, and a politics of hatred and violence, we [historians] need to sit up and protest. If we do not, then the long night will never end. History will reappear again and again, not just as nightmare but as relived experience, re-enacted in endless cycles of retribution and revenge, in gory spectacles of blood and death.

Neeladri Bhattacharya, quoted in Willaim Dalrymple. Trapped in the ruins. The Guardian. March 20th 2004.

Compare and discuss the views of history expressed in the two quotes above, illustrating your discussion with appropriate examples.

1. Length: 400 to 450 words
2. Value: 50 marks
3. Média: 33,6 amp. / 17,3 afro.
4. Desvio padrão: 4,1 amp. / 6,5 afro.

RESPOSTA 1 • 39,50

João Soares Viana Neto

There is a common saying according to which history is a means of learning from the mistakes committed in the past in order to avoid them in the future. That definition might cause some problems, because it largely depends on the evaluation each one makes of the [1] facts, which could lead to cinicism [2]. However, it has the advantage of remembering [3] historians that their mission is a moral one. Moreover, the definition highlights something of the utmost importance: historical knowledge must make the present better.

History-making depends not only on the people who decide, but also on the circumstances in which they find themselves. That is also true for reporting the facts, which means that the opinions and values of historians play a great role in their work. When Edward Carr wrote that the historian collects the facts, "takes them home, and cooks and serves them in whatever style appeals to him", he was referring to that. Denying it would mean refusing [4] that men and women are not facts-reporting machines. Their feelings and preferences inevitably interfere.

Recognizing the role played by personal values does not mean nobody should try to distinguish true facts from false ones. People must be vigilant, for history can be used for undesirable political projects and sectarian conflicts. That is the opinion of Neeladri Bhattacharya, according to whom historians must firmly reject those attempts. In fact, that use of history is very frequent. The prime minister of Israel has recently declared that an Islamic leader, the mufti of Jerusalem, was responsible for influencing Hitler, when the latter decided to annihilate the Jewish people. Fortunately, many historians and political leaders have followed Bhattacharya's advice, condemning Netanyahu's declaration.

Behind the reaction to the Israeli leader's words, there is a very important belief: historical knowledge should not be used for stirring confrontation. On the contrary, it must foster cooperation. It means historians and political leaders should work together, seeking peace and progress for all. In South America, the people of Brazil, Argentina, Uruguay and Paraguay have learnt it very well. Insted [5] of insisting on a version of the War of the Triple Alliance that highlighted good and evil players, historians have explained that conflict as the result of the creation of each state in the nineteenth century. That probably helped, when the four countries formed Mercosur in 1991.

The way something is defined reflects how people intend to use it. Consequently, describing history and the work of historians might be really beneficial to society. When facts are reported, people's style and values cannot be eliminated. Nevertheless, history should not be a means for stimulating hatred and revenge.

Extensão do texto: 434 palavras

Marcações da banca

[1] -0,5. O mesmo erro foi marcado no parágrafo seguinte, mas a banca não penaliza mais de uma vez.

[2] -0,5.

[3] -1,0.

[4] -1,0.

[5] -0,5.

Avaliação:

1. Organização e desenvolvimento de ideias: 15,00.
2. Qualidade de linguagem: 8,00
3. Correção gramatical: 16,50
4. Comentário do corretor: "Simple yet straightforward, keeping to the question"

RESPOSTA 2 • 38,50

Anônimo

The idea that true History may only be constituted by [1] impartial accounts of past experiences seems to have acquired a sacred quality of sorts that few would dare challenge. Yet scepticism as regards the soundness of this idea can perhaps be found even among the most staunch advocates of an orthodox approach to History. The views expressed by Bhattacharya, according to whom any politically-oriented use of History should be abhorred, do not invalidate the scepticism, nor are they incompatible with it. That History must reveal accurate facts does not mean it must be descriptive.

Any interpretation of previous events, as much as the events themselves, happens at a certain point in time. The writings of Pangiá Calogeras on the political life of the newly-born Brazilian Republic were only concluded a few years after a coup in 1930 put an end to that first republican experience [2]. His version of that very fact – the coup – clearly bears the mark of a brain nurtured with ideals that ceased to exist in later generations of historians. Yet there is no denying that what Calogeras produced was true History, and his work remains a valuable source for the understanding of the period on which he wrote.

Accepting that judgments over narrated facts will always pervade historical writing impinges upon historians perhaps an unexpected role. Just as the past constitutes the subject-matter of History, so too the person of the historian becomes such a subject-matter. To understand the thought of political elites during the final years of the Brazilian Empire, the contributions of Joaquim Nabuco cannot pass unnoticed, notably his Um Estadista no Império. However far one may disagree with his romantic views, these are now themselves facts, which in turn shed increased light upon the facts on which they were based.

It would of course be too pretentious for someone to contend that his or her opinions on History represent the only truth. Could historian E.H. Carr be charged of doing that? As he admits that his work should be conceived so as not to displease certain groups, one sees clearly that his endeavour cannot be rid of some subjectivity. Surely how facts are construed result from personal choices. And although Carr, as any other historian, may escape criticism for not distorting facts or using them politically, his preference for a more or less nuanced stance in presenting those facts may not.

Perhaps the essence of any attempt to write History lies in the honesty of the writer. To accept and disclose one's background as well as how one fits into History is the fundamental step for writing good History, since impartiality may not be something achievable at all.

Extensão do texto: 446 palavras

Marcações da Banca

[1] Recurso do candidato: "Na linha 1 do texto, a palavra "by" foi sublinhada e apenada em meio ponto. A palavra integra o trecho "true History may only be constituted by impartial accounts". De acordo com o Oxford English Dictionary, admite-se que o verbo "constitute", na voz passiva, seja seguido da preposição "by", que indica o sujeito do verbo "constitute". O sentido de "constitute", nesse contexto, em acordo com o mesmo Oxford English Dictionary, é "combine to form (a whole)". Na forma direta, a frase ficaria: "only impartial accounts may constitute true History".

Vejamos exemplos na literatura:

T. Sheridan, Wonderful Wonder, p. 2: "He hath been constituted by the higher Powers in the Station of Receiver-General."

Bp. J. Taylor, Rule of Holy Living, iii. §1, p. 183: "We must obey all humane laws appointed and constituted by lawful Authority."

J. S. Mill, Princ. Polit. Econ., i. v. §9: "This theorem..that the demand for labour is constituted by the wages which precede the production."

J. Ruskin, Munera Pulveris, (1880) p. 25: "All wealth is intrinsic, and is not constituted by the judgment of men.""

Resposta da banca: "Nessa estrutura, a preposição correta é "of". Indeferido"

[2] Recurso do candidato: "Na linha 14, a palavra "experience", na expressão "republican experience", aparece sublinhada; foi apenada em um ponto. O Oxford English Dictionary define "experience" como "an event or occurrence which leaves an impression on someone". Foi nesse sentido que utilizei a palavra. Nesse mesmo sentido, no livro "Machiavelli and Republicanism", do Professor Quentin Skinner, publicado pela Cambridge University Press, o capítulo I está intitulado: "Machiavelli and the Republican Experience". Peço, portanto, a reconsideração da penalização." Resposta da banca: "Nesse contexto, não é possível o uso de "experience", por se tratar de evento pontual. Indeferido."

Avaliação:

1. Organização e desenvolvimento de ideias: 15/20
2. Qualidade da linguagem: 8/10
3. Correção gramatical: 15,5/20

RESPOSTA 3 • 38,00

Isadora Loreto da Silveira

History is never completely neutral. Whether due to the historian's biases or to the lack of sources or credible accounts, it cannot be considered as [1] an absolute truth. In that sense, history can be used for creating national myths and heroes, bringing national "imagined communities" together, but also stoking political and sectarian conflicts. History can also be employed as a tool for providing valuable knowledge about past facts, preventing the repetition of wars and informing future political and economic decisions.

Knowing history is paramount to understand the world's current state of affairs. One can only fully comprehend the results of past actions that still manifest in the present by studying their background, underlying causes [2] and the actors – states and individuals – involved. History provides context [3] to otherwise isolated facts and unveils the "deep forces", according to Pierre Renouvin, that drive the world. The knowledge of history can prevent countries from waging wars and implementing unsound economic, social and foreign policies, for instance.

It stands to reason, however, that history is usually told by the victors. Great powers, imperialist countries and national elites are normally the ones left standing to tell the story. That fact is dangerous because the people who are dominated, enslaved or killed cannot tell their own version of that story. Currently, post-colonial historical studies seek to change that scenario. They aim to create an epistemology of the South and to empower and listen to the accounts of the outcasts and the dominated in order to achieve a more comprehensive historical account of given facts.

Examples that expose the danger of telling a one-sided story when constructing historical narratives include a part of the historiography on the expansion of the U.S. territory and on the colonization of a vast area of the world by the Europeans. The massacre of indigenous peoples is largely left out in a number of historical accounts of those two processes. The choice of terms is also a harbinger of the use of history for political or nationalistic purposes. Calling the arrival of the Europeans in America its "discovery" turns the American countries' histories into a chapter of European expansion.

All things considered, the study and the production of historical narratives can help forge a more peaceful and prosperous future, but it can also foster [4] sectarian tendencies and revisionist actions. As history is never completely neutral, preventing it from acquiring chauvinistic overtones and diversifying its sources and perspectives is essential to ensure its use as an effective instrument for promoting peace and development.

Extensão do texto: 417 palavras

Marcações da banca

[1]- Penalização em -0,5 pontos.

[2]- A frase recebeu marcação negativa para qualidade da linguagem

[3]- Penalização em -0,5 pontos por ausência de termo entre “provides” e “context”.

[4]- Penalização em -1,0 pontos

Avaliação

1. Organização e desenvolvimento de ideias: 12,00
2. Qualidade de linguagem: 8,00
3. Correção gramatical: 18,00

PIOR NOTA • 17,50

The Portuguese writer José Saramago once said “we are the memory we have and the responsibility we assume. Whithout memory we do not exist, without responsibility maybe we do not deserve to exist.” Historians not only have the duty of preserving human history, but also they have the responsibility of represent honestly the past. The view of history that reduces it to a corpus of facts and the view of history that mobilized it for the achievement of ideological goals of the present are two views that jeopardize human memory and the historian responsibility.

The view of history that considers it a collection of facts and the view of history that mobilizes it for political purposes have in common the fact that they engender a Pyrrhic victory to the historians which support them. Notwithstanding the suposed neutrality of facts, if they are not interpreted they do not help to preserve the memory of human achievements and notorious acts. The view of history which is anachronistic and which uses history as a tool for ideological purposes also puts human existence in danger. This argument is epitomized by the Turkish denial of the Armenian genocide, which is nowadays a problem for the construction of a national sentiment in Turkey. Those who try to deny the holocaust also create a feeling of insecurity, which is due to the feeling that authoritarism and facism are looming over contemporary societies.

Despite the appearence of contrast between both views of history, they deny both to bear the brunt of assuming the responsibility for human acts. To consider historical events, such as industrialization, colonialism and neocolonialism, as mere facts diminish the explanatory power that these facts have nowadays. International migration flows, environmental responsibilities and wealth distribution problems can be understood by the debate of these facts. In Brazil denounciation of a past of slavery and authoritarism has forged a more democratic society in contemporanity. Germany has achieved to regrow as a nation after World War II, when it nipped totalitarism in the bud by assuming its historical responsibilities.

The two views of history are contraditory only in appearence. Both deny human memory, jeopardizing the existence of civilization, and both run from the burden of remembering nations and human societies of their responsibilities. Historians and societies have to assume their responsibilities and guarantee human’s memory survival and none of the discussed views of history are fit to achieve these goals.

Extensão do texto: 402 palavras

Avaliação

1. Organização e desenvolvimento de ideias: 10/20
2. Qualidade de linguagem: 4,5/10
3. Correção grammatical: 3/20
4. Comentário do corretor:
5. Quality of language 4,5
6. Some flowed arguments (l. 26, 27 e 38). Could have been more direct at kept to the question. 10/20

6

História

QUESTÃO 1

Em primeiro de maio de 1865, foi assinado o Tratado da Tríplice Aliança entre Argentina, Brasil e Uruguai em resposta à invasão do território brasileiro e argentino por tropas paraguaias. A respeito do referido tratado e da Guerra do Paraguai.

- explique o motivo das críticas feitas ao tratado, por membros do Partido Conservador no Conselho de Estado;
- discorra sobre a atuação da diplomacia do Império em apoio ao esforço militar aliado;
- apresente os objetivos da atuação de José Maria da Silva Paranhos, no Paraguai, no período de 1869 a 1870.

1. Extensão máxima: 90 linhas
2. Valor: 30,00 pontos
3. Média: 22,4 amp. / 19,7 afro.
4. Desvio padrão: 5,8 amp. / 8,5 afro.

RESPOSTA 1 • 30,00

Ana Flavia Jacintho Bonzanini

A aproximação entre Brasil e Argentina, consubstanciada na Tríplice Aliança, representa uma subversão da lógica da política externa brasileira para o Prata. De fato, desde a década de 1840, a PEB se racionalizara, com suas diretrizes adquirindo estabilidade e previsibilidade sob a hegemonia do partido conservador. Nesse sentido, em relação ao Prata, advogava-se a contenção da Argentina e a defesa das independências do Paraguai e Uruguai e da livre navegação da bacia platina. Ao chegar a Liga Progressista ao poder, em 1862, a aproximação com a Argentina de Mitre tornou-se possível. No entanto, ao contrário do que desejavam os artífices dessa aproximação, a aliança entre Brasil e Argentina seria abalada ainda na década de 1870, em razão dos desdobramentos da Guerra do Paraguai e do retorno dos conservadores ao poder.

O Tratado da Tríplice Aliança, firmado por Argentina, Brasil e Uruguai (este último sob a liderança do colorado Venâncio Flores), tinha o intuito e combater o Paraguai de Solano López, o qual ansiava por aumentar sua influência no subsistema platino. A configuração do Tratado somente foi possível em razão das convergências ideológicas daqueles que detinham o poder na década de 1860 em cada um dos Estados partes. Na Argentina, havia ascendido ao poder Bartolomeu Mitre, um unitarista responsável por unificar definitivamente o Estado argentino após derrotar Urquiza na batalha de Pavón. Mitre e seu chanceler, Rufino de Elizalde, eram favoráveis a uma aproximação duradoura com o Império. No Brasil, por sua vez, os liberais chegam ao poder após décadas de predominância conservadora. A Liga Progressista ansiava por afirmar-se frente à opinião pública, a qual atribuía à Liga o desacato que o Império sofrera recentemente na questão Chrisitie. Ademais, os liberais sofriam as pressões dos estancieiros gaúchos, crescentemente descontentes com o tratamento que lhes era reservado no Uruguai. Assim, a aliança com Mitre e com o Uruguai colorado mostrava-se auspiciosa e atendia aos interesses da Liga Progressista recém-chegada ao poder.

No entanto, nos círculos conservadores e no próprio conselho de Estado, o Tratado da Tríplice Aliança não seria bem recebido. Ainda imperavam as desconfianças em relação à Argentina e o zelo por garantir a independência paraguaia uma vez finda a guerra. De fato, pelos termos do Tratado da Tríplice Aliança, a Argentina anexaria o Chaco Central e a região entre o Rio Verde e o braço principal do Rio Pilcomayo, incluindo Vila Ocidental, que se encontrava perigosamente perto de Assunção. Assim, os conservadores receavam que, não só a extensão da fronteira entre Brasil e Argentina aumentaria, como também o tratado representava uma ameaça para a existência do Paraguai como nação independente. Diante desses desafios, os conservadores denunciavam os termos da Aliança concluída por Almeida Rosa sob os auspícios da Liga Progressista por estimarem que esta fortalecia a Argentina em caráter permanente e ameaçava o histórico interesse brasileiro de garantir a independência das pequenas nações platinas e de livre navegação dos rios Paraná e Paraguai.

A despeito das críticas oriundas do partido conservador e do Conselho de Estado, pode-se dizer que toda a burocracia imperial esteve empenhada para garantir o êxito no esforço militar aliado. Em particular, a diplomacia brasileira teve importância primordial na empreitada. Não só a própria Tríplice Aliança nasceu de aproximação entre Saraiva e Elizalde em Puntas del Rosario, como também a atuação diplomática ao longo do conflito permitiu afastar eventuais interferências de grandes potências - em especial dos Estados Unidos - e garantir recursos para equipar as tropas.

De fato, pode-se analisar a atuação da diplomacia brasileiro em dois âmbitos ao longo do conflito. No primeiro âmbito estão o relacionamento com as demais nações platinas e com os países da América do Sul. As relações com a Argentina e com o Uruguai foram facilitadas pelo clima de confiança que se estabeleceu entre Elizalde, Flores e Saraiva quando da missão deste último para pacificar o Uruguai. Já, em relação aos demais países da América do Sul, cumpria evitar que estes não simpatizassem com a causa paraguaia e se aliassem a Solano López. Assim, o Brasil empreendeu a abertura irrestrita do Amazonas e, principalmente, celebrou o tratado de Ayacucho com a Bolívia, definindo a fronteira entre os dois países.

No que concerne às grandes potências, as relações com a Inglaterra, rompidas desde a questão Christie, foram retomadas com o pedido oficial de desculpas pelo incidente apresentado pelo representante Thornton. Esse episódio permitiu que o Império tivesse livre acesso a empréstimos ingleses, essenciais para sustentar o esforço de Guerra. A diplomacia brasileira também foi essencial para garantir a vinda de equipamento militar encomendado à França. Embora a Franca se proclamasse neutra na Guerra, seus representantes no Prata nutriam simpatias por Solano López. Assim, o governo francês estava retardando injustificadamente a entrega da belonave, problema que só foi superado com a missão do Barão de Penedo a Paris. Finalmente, a diplomacia foi amplamente empregada para administrar a posição estadunidense em relação ao conflito, pois os EUA colocaram-se ao lado do Paraguai. Em particular, o Brasil, juntamente com Argentina e Uruguai, recusou a oferta de mediação da guerra oferecida pelo Secretário de Estado.

O prolongamento da Guerra levaria à própria queda da Liga Progressista, que havia favorecido a aproximação com a Argentina. No embate entre Zacarias de Góes e Vasconcelos, presidente do Conselho de Ministros, contra Caxias, comandante das tropas do front, o Imperador, no uso de seu poder moderador, optaria pelo último. O retorno dos conservadores ao poder, coincidindo com a eleição de Sarmiento na Argentina, desgastaria a Aliança, com os conservadores retomando a tradicional diretriz de contenção da Argentina e contestando os termos do Tratado de 1865.

Nesse novo contexto se insere a missão José Maria da Silva Paranhos, no Paraguai, em 1869. Paranhos objetivava o estabelecimento de um governo provisório no Paraguai, para garantir que este não seria incorporado pela Argentina. A despeito do sucesso em estabelecer o governo provisório, o desentendimento entre os antigos aliados só faria aumentar a partir de então, na medida em que Sarmiento receava que o novo governo paraguaio satisfaria somente os anseios brasileiros. Os desacordos desembocaram de fato em cada um dos antigos aliados firmando tratados de paz em separado com o Paraguai, o que havia sido expressamente proibido pela aliança.

Os objetivos brasileiros no Paraguai acabaram sendo garantidos tanto pelo tratado de 1872 firmado com o próprio Paraguai, como pelo tratado que a Argentina assinou com o país guarani em 1876. Garantiu-se assim a independência paraguaia e a manutenção de sua soberania sobre o Chaco Boreal e a Vila

Ocidental. No entanto, a aliança entre Argentina e Brasil foram rompida, dando ensejo a um acompanhamento vigilante que, somente na década de 1880, adquiriria maiores tonalidades de cordialidade.

RESPOSTA 2 • 30,00

Paulo Victor Figueiredo Valença

O Tratado da Tríplice Aliança, assinado entre Argentina, Brasil e Uruguai, em 1865, constituiu a base do engajamento militar desses países na guerra contra o Paraguai de Francisco Solano López. Esse acordo possuía dispositivos que tratavam da necessidade de deposição do presidente paraguaio e da divisão do território do Paraguai entre Brasil e Argentina. Resultado da boa vontade e da convergência de interesses entre liberais argentinos e brasileiros no poder (no Brasil, sob a égide da Liga Progressista), o tratado tornar-se-á objeto de contenda entre Argentina e Brasil durante e após o fim da Guerra do Paraguai, sobretudo quando políticos conservadores em ambos os países retornam ao poder.

A dificuldade no recrutamento e na organização da Forças Armadas brasileiras, insucessos militares, como a retirada desorganizada de tropas brasileiras em Laguna e as concessões secretas feitas aos aliados argentinos são aspectos que, junto à humilhação sofrida ante os ingleses na Questão Christie, em 1863, inviabilizaram a permanência no poder da Liga Progressista, composta de liberais moderados e conservadores dissidentes. Com a dissolução do Parlamento, em 1868, D. Pedro II entrega a chefia do gabinete de ministros ao Partido Conservador. No poder, os conservadores efetuarão esforço em reverter os dispositivos do Tratado da Tríplice Aliança que consideravam contrários ao interesse nacional, sobretudo os que fortaleciam a posição argentina na região.

De acordo com o Tratado da Tríplice Aliança, o Brasil obteria o território que reivindicava há mais de duas décadas na região até o rio Apa, enquanto à Argentina caberia todo o Chaco Boreal. Ao serem revelados os termos do tratado, os políticos conservadores indignaram-se com o excessivo ganho territorial argentino. A Argentina, se os termos do tratado fossem implementados, adquiriria fronteira com a província brasileira do Mato Grosso. Esse fato, na prática, daria controle argentino sobre a navegação do rio Paraguai e, consequentemente, do acesso brasileiro à província mato-grossense, o qual era, na época, inviabilizado por vias terrestres.

O controle da navegação do rio Paraguai pelos argentinos encontrava-se em clara oposição às diretrizes de ação externa consolidadas pelo político conservador Visconde do Uruguai. O Visconde do Uruguai havia preconizado, no final da década de 1840, que a diplomacia brasileira deveria assegurar a independência de Uruguai e Paraguai, como forma de assegurar a livre navegação no Paraná e seus afluentes e, dessa forma, garantir a integridade territorial brasileira, sobretudo no que toca ao acesso ao Mato Grosso e ao leste do Rio Grande do Sul. O Tratado da Tríplice Aliança inviabilizaria a independência de fato do Paraguai, pois os argentinos teriam tropas a poucos quilômetros de Assunção, na futura Villa Hayes e, assim, controlariam a política paraguaia.

O Tratado constituiu consequência de aproximação entre liberais brasileiros e argentinos no esforço contra Solano López. A atuação da diplomacia do Império, em apoio ao esforço militar aliado, inicia-se após a campanha de Venâncio Flores, político uruguaio colorado, contra o governo “blanco” de seu país. O Império apoia a ação contra os “blancos” e envia a missão José Antônio Saraiva, em 1864, para articular a transição do governo no Uruguai. O não atendimento das reivindicações brasileiras resulta em apoio efetivo, com envio de tropas ao Uruguai, o que constituiu “casus belli” para o Paraguai e desencadeou o conflito. Nesse momento, Saraiva reúne-se com o chanceler argentino e com o general Venâncio Flores no acampamento de Puntas del Rosario, o que marca, efetivamente, o início da Tríplice Aliança.

O novo embaixador brasileiro em Buenos Aires, Francisco Otaviano Almeida Rosa, aprofunda a aproximação de Saraiva com Rufino Elizalde e concretiza o Tratado da Tríplice Aliança em 1865. Nesse momento de plena confrontação, o Brasil tinha suas relações rompidas com a Inglaterra, grande potência da época, em decorrência da questão Christie, em 1863. Na Europa, o Brasil engaja-se em tratativas diplomáticas que, sob a alçada do rei Leopoldo da Bélgica, culminam em ganho de causa para o Brasil. A Inglaterra compromete-se a ressarcir o país e, a partir de então, haverá fornecimento massivo de empréstimos, armas, equipamentos e munições para o esforço de guerra dos aliados, o que será decisivo para o desfecho do conflito.

Em 1868, a volta dos conservadores ao poder representa mudança na abordagem do Tratado da Tríplice Aliança. O Partido Conservador empreenderá esforços diplomáticos para não serem atingidos os objetivos argentinos em detrimento do território paraguaio. O Visconde do Rio Branco, novo chanceler, é enviado ao Paraguai em missão que visava ao estabelecimento de governo provisório que atendesse aos desígnios brasileiros e impedisse a anexação argentino de todo o Chaco Boreal.

A atuação diplomática de José Maria da Silva Paranhos insere-se, portanto, em um quadro mais amplo de esforço brasileiro em garantir a independência viável do Paraguai e em refrear os anseios territoriais argentinos. O envio do Visconde pode ser corretamente descrito como continuação da atuação diplomática do Império em apoio ao esforço aliado. Essa atuação consistiu na melhora do relacionamento com os ingleses e aquisição de armas e munições, além da neutralização do ímpeto estadunidense sobre o vale do Amazonas, com a abertura da navegação desse rio aos ribeirinhos, e em acordo de limites com a Bolívia, o Tratado de Ayacucho, que cedia a região do futuro Acre aos bolivianos em 1867.

O ápice desse esforço constituiu a missão do Visconde do Rio Branco ao Paraguai. Paranhos consegue viabilizar a formação do governo provisório em torno de um triunvirato, o qual seria, doravante, o interlocutor paraguaio nas relações internacionais. Nesse contexto, o novo presidente argentino descontenta-se com a vontade brasileira de não aceitar as cláusulas do Tratado da Tríplice Aliança. Rio Branco, entretanto, consegue a concordância do enviado argentino, Varela, de manter as possessões argentinas aquém do Pilcomayo. Essa medida desagradará ao presidente argentino Sarmiento e comprometerá a posição argentina na questão nos próximos anos. Varela será destituído de sua missão, substituído por Manuel Quintana, o que significa sucesso na atuação do Visconde do Rio Branco entre 1869 e 1870.

O retorno do Partido Conservador ao poder, em 1868, pode ser caracterizado como período de contestação dos termos do Tratado da Tríplice Aliança que fortaleciam sobremaneira a presença argentina no Prata. A diplomacia do Império, mesmo sob a égide liberal-progressista, já atuava em favor do interesse nacional, articulando ações na Europa e na região que impedissem a atuação de outras forças contra o esforço aliado. A missão do Visconde do Rio Branco ao Paraguai constituiu o ápice dessa atuação na década de 1860, porquanto assegurou a viabilidade de um governo paraguaio e impediu que os anseios argentinos se concretizassem. A diretriz de atuação externa brasileira pautou-se pelos princípios consolidados pelo político conservador Visconde do Uruguai ainda no início do Segundo Reinado, na década de 1840.

RESPOSTA 3 • 28,00

Hudson Caldeira Brant Sandy

Antes da Guerra do Paraguai, a contenção da Argentina fora uma preocupação fundamental e permanente da política externa do Império do Brasil. Temia-se que o fortalecimento daquele país, com a possível anexação de territórios que foram anteriormente parte do antigo Vice-Reino do Rio da Prata, seria a causa de fragilização estratégica e militar para o Império e ocasionaria um desequilíbrio de forças na região. Os esforços para conter Buenos Aires incluíram a tentativa, pelo Brasil, de se aproximar de governos do Paraguai e do Uruguai, apoiando-os contra o expansionismo argentino. O Tratado da Tríplice Aliança, assinado em 1865, inverteu essa lógica, unindo Brasil e Argentina em um esforço militar de grandes proporções contra o Paraguai, que invadira seus territórios. Para os políticos liberais que estavam no poder no Brasil e na Argentina na década de 1860, o Tratado era o ensaio do que poderia se tornar uma aliança durável entre os dois maiores países da América do Sul. A percepção de membros do Partido Conservador brasileiro, contudo, era a de que tratava-se de uma aliança conjuntural, que não sobreviveria ao fim da ameaça de Solano López. A visão dos conservadores parece ter se confirmado com o aumento das tensões entre Brasil e Argentina mesmo antes do término do conflito no Paraguai.

A guerra entre Brasil e Paraguai, após a invasão do Mato Grosso, era inevitável. Tornava-se necessário, para o Império, conseguir ao menos a neutralidade argentina no conflito. Em Buenos Aires, o representante brasileiro foi surpreendido com mais que a neutralidade, mas uma proposta de aliança militar contra López. Essa aliança era favorecida pela identificação ideológica entre os liberais de ambos os países e pela convicção do presidente Bartolomé Mitre de que Argentina e Brasil deviam ter relações amistosas. Ainda assim, o Tratado da Tríplice Aliança, que consubstanciou essa aproximação, foi criticado por membros conservadores do Conselho de Estado brasileiro. Para eles, as concessões territoriais feitas pelo tratado à Argentina (que incluíam toda a região do Chaco) eram excessivas e poderiam inviabilizar a independência paraguaia. Além disso, havia a percepção de que, terminada a guerra, a maior ameaça militar ao Brasil seria justamente a Argentina.

A diplomacia imperial apoiou o esforço militar aliado tanto no eixo simétrico quanto no eixo assimétrico. Na região platina, a ação exterior do Brasil vinha fortalecida da década de 1850, quando mantivera hegemonia política na região e fizera do Brasil credor externo regional no contexto da diplomacia dos patacões. O conflito alterara esse quadro, envolvendo os quatro países da região na guerra. Assim, tornara-se importante, no eixo assimétrico[1], garantir a não interferência de outras nações sul-americanas, em especial da Bolívia, que tinha com o Paraguai uma indefinição fronteiriça. A divulgação, no parlamento britânico, das cláusulas secretas do Tratado da Tríplice Aliança deteriorou a imagem dos aliados no continente e exigiu esforço diplomático para desfazer ou minimizar o dano político. Pode ser entendida como parte desse esforço diplomático a decisão unilateral brasileira de permitir, em 1866, a livre navegação de nações amigas no rio Amazonas, pleito antigo a que o Império há muito resistia. A negociação do tratado de limites com a Bolívia, em 1867, também pode ser entendida como parte desse esforço de reaproximação regional, embora o acordo tenha acabado se tornando alvo de críticas em ambos os países.

No eixo assimétrico, era fundamental que a diplomacia do Império cumprisse dois objetivos em apoio ao esforço de guerra. Em primeiro lugar, devia-se buscar, junto às potências da época, a neutralidade no conflito; em segundo lugar, era fundamental conseguir empréstimos para financiar o esforço militar, não apenas brasileiro, mas também argentino (após décadas de caos político, era difícil para a Argentina obter crédito no exterior) e, em muito menor escala, do Uruguai. A diplomacia imperial foi bem sucedida em ambos os objetivos. Os empréstimos contraídos para a guerra levaram o Império ao ápice de seu endividamento entre os anos 1860 e 1870.

Em 1869, Assunção fora ocupada por tropas brasileiras e a guerra parecia perto do fim. José Maria da Silva Paranhos foi enviado ao Paraguai com a missão de apoiar a organização de um governo paraguaio com quem se pudesse assinar a paz. Ao fim da guerra, tinham mudado os governos no Brasil, agora sob o Partido Conservador, e na Argentina, agora governada pelo presidente Sarmiento. Tanto o governo de Sarmiento quanto os conservadores brasileiros nutriam desconfianças recíprocas quanto às intenções do outro país para o Paraguai, e isso causou grandes dificuldades às negociações de paz. Eventualmente, Brasil e Paraguai assinaram a paz em separado em 1872, o que intensificou ainda mais as tensões crescentes entre Brasil e Argentina. O projeto de Mitre quanto há[2] uma aliança durável com o Brasil não tinha mais condições de existir.

A Guerra do Paraguai representou uma inversão temporária da lógica geopolítica que predominou no Prata ao longo do século XIX. ao invés de marcar o início de uma aproximação estrutural entre Brasil e Argentina, a guerra foi uma aliança passageira, que logo cedeu à rivalidade. Apenas no final do século XX, em contextos regional e sistêmico completamente diferentes, a parceria sólida e durável entre os dois países pode tornar-se realidade, para o benefício e a estabilidade de toda a região.

Comentários do candidato

[1] Aqui, escrevi assimétrico quando queria dizer simétrico. Trata-se de um erro grave, que prejudica a leitura da resposta. Na terceira fase, o tempo é curto e a tensão é grande. Cuidado para não pensar em uma coisa e escrever outra, assim como fiz aqui. Caso você tenha cometido algum erro assim, busque demonstrar, na fase de recursos, que foi apenas um deslize pontual, que nada tem a ver com seu domínio da matéria.

Em geral, isso pode ser comprovado pela leitura da questão como um todo. Nessa questão, por exemplo, é evidente que a resposta opõe a diplomacia junto à Bolívia, no eixo simétrico, à ação externa junto às potências do século XIX, no eixo assimétrico.

[2] Agora, escrevi "quanto há" onde devia ter escrito "quanto à". Impressionante! Sei exatamente o que você está pensando: "um cara passou no concurso sem ter sido alfabetizado". Não é bem assim! Eu mesmo já ri bastante desse erro de português grotesco. Para ser sincero, fiquei bastante tentado a simplesmente omiti-lo neste guia de estudos. Mantive o erro porque acho que este comentário complementa, de certa forma, o anterior. É o seguinte: as respostas da terceira fase do concurso (não apenas as minhas) são cheias de erros como esse. As pessoas que corrigem nossas provas sabem que, ao responder às questões, nós estamos organizando uma grande quantidade de informações e argumentos em um tempo bastante exíguo. Nem todo erro de escrita é igualmente grave na terceira fase, pois há certos deslizes que, por mais horrendos que sejam, não interferem gravemente na compreensão da resposta. Assim, busque evitar, com maior atenção, os erros que podem causar problemas de leitura (como o erro de um certo candidato que escreveu assimétrico quando queria dizer simétrico). Naturalmente, nada disso vale para a segunda fase, quando nenhum erro será perdoado!

PIOR NOTA • 08,00

Em meados da década de 1840, o Brasil rompe com a postura de "imobilismo" na região platina. A partir de então, a política externa do Império brasileiro passa a ser marcada por maior assertividade. Após a malograda tentativa de estabelecer uma aliança com Rosas, em 1843, para evitar o apoio do governo uruguaio aos farroupilhas, o Brasil passa a ter, cada vez mais, como objetivo conter o expansionismo rosista. Após o fechamento do acesso a rios da região e a resistência à intervenção anglo-francesa, Rosas ganhava espaço no Prata. Na década de 1850, o Brasil participou do esforço empreendido para derrubar Oribe, no Uruguai, e Rosas, na Argentina, aliando-se a Urquiza. O período também foi marcado pela chamada "diplomacia do patacão", que teve importante participação de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, na política de concessão de empréstimos a facções políticas aliadas ao Império no Prata.

Na década de 1860, o Brasil apoiou os colorados uruguaios, encabeçados por Venâncio Flores, contra o blanco Aguirre. Ao intervir no Uruguai para forçar a saída de Aguirre, o Brasil sofreu uma invasão do território do Mato Grosso por tropas paraguaias. O presidente paraguaio, Solano López, que havia sido aconselhado por seu pai e antecessor na presidência a não entrar em guerra com o Brasil, não previu que suas ações teriam o efeito de aproximar Brasil e Argentina. Apoiado pelos blancos uruguaios e, inicialmente, por Urquiza, López procedeu à invasão da Argentina. Em 1875, como em uma "profecia autorrealizável", o Brasil, a Argentina de Mitre e o Uruguai firmaram o pacto que criava a Tríplice Aliança para lutar contra o Paraguai.

Membros do Partido Conservador teceram diversas críticas ao tratado. Apesar da célebre frase de Holanda Cavalcanti ("nada mais liberal que um conservador no poder"), havia alguns desacordos entre luzias e saquaremas. Entre os pontos de divergência dos dois partidos, destaca-se justamente a relação com a Argentina. A Guerra do Paraguai teve inicio sob gabinete liderado pela Liga Progressista, a qual, apesar de não possuir uma agenda muito bem definida para o Prata, não era refratária a uma aproximação com Buenos Aires. Esse contexto político interno favoreceu a assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, o qual foi visto com maus olhos pelos conservadores, os quais nutriam forte desconfiança em relação à Argentina. Essa diferença fica clara ao analisarmos a postura do Brasil ao final do conflito, quando chega ao poder um gabinete conservador. Nesse momento, cresce a oposição em relação à Argentina e o Brasil opta por manter tropas no Paraguai até 1876, ano em que foram estabelecidas as fronteiras entre Paraguai e Argentina. Os conservadores temiam pela manutenção da independência guarani e pelo avanço potencial da Argentina sobre o Chaco.

No início da Guerra do Paraguai, apesar de estar com as relações rompidas com a Inglaterra em função da "diplomacia do porrete" de Christie, o Brasil seguia contraindo empréstimos junto à Casa Rothschild. A situação de devedor em relação aos ingleses se revertia no contexto platino, onde o Brasil era credor de seus vizinhos. Essa questão explicita as "duas faces da moeda" da política exterior brasileira no período, combinando dependência da Inglaterra e certa autonomia no Prata. Ao longo do conflito, o Brasil realizou vultosos empréstimos aos aliados e contraiu outros junto à City londrina.

Em 1867, o Brasil assinou o tratado que delimitou suas fronteiras com a Bolívia. O esforço para firmar o pacto de Ayacucho envolvia não só a necessidade de estabelecer os limites do território nacional, mas também a intenção de evitar uma possível aproximação boliviana com o Paraguai. Entre os diplomatas que tiveram importante atuação na região sul-americana destacam-se Duarte da ponte Ribeiro, Paulino José Soares de Souza, o qual se tornaria o Visconde do Uruguai, e José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco.

José Maria da Silva Paranhos buscou, nos anos finais da Guerra do Paraguai, preparar o processo de pacificação da região. O Tratado da Tríplice Aliança garantia a independência paraguaia, pois o Brasil visava a evitar a possibilidade do surgimento de uma coalizão antibrasileira na região, favorecendo, portanto, a independência das repúblicas vizinhas. O tratado também previa que o conflito só chegaria ao fim após a captura de Solano López. Por esse motivo, além da superioridade do exército paraguaio e do desconhecimento dos aliados do terreno, o conflito se arrastou muito mais tempo do que fora inicialmente previsto. Nesse sentido, Paranhos deveria buscar assegurar a continuidade das relações bilaterais com o Paraguai após o final da guerra, evitando uma possível aproximação em relação à Argentina e preparando o período de "inteligência cordial" com os vizinhos que marcaria o final do Segundo Reinado.

Em 1868, a Argentina deixara o conflito em função de questões políticas internas. Ao final do confronto, sob o comando do Conde D'Eu, que sucedera Caxias, o Brasil logrou capturar López, pondo fim à guerra. O Paraguai encontrava-se arrasado e com sua população masculina dizimada e os aliados encontrava-se pesadamente endividados em função do esforço de guerra. As tropas brasileiras permaneceriam em território paraguaio, como já mencionado, até meados dos anos 1870, para assegurar o estabelecido pelo Tratado da Tríplice Aliança.

Em 1872, o Brasil assinou tratado de limites com o Paraguai, garantindo a região do Mato Grosso. Quatro anos mais tarde, a Argentina fez o mesmo, assegurando uma parte do Chaco. O período que se seguiu foi marcado, na política exterior brasileira, pela distensão no Prata. O Império esforçou-se em manter uma relação cordial com os vizinhos platinos, evitando a conflagração de novos conflitos.

A Guerra do Paraguai também trouxe efeitos para o âmbito político interno do Brasil. A "questão militar" foi um dos fatores que contribuiu para o fortalecimento do movimento republicano internamente. Igualmente, a participação de ex-escravos, muitas vezes comprados e alforriados pelo governo para contribuir nas tropas, dada a escassez de "voluntários da pátria", exerceu alguma pressão sobre a questão da escravidão. Nas décadas finais do Império, os processos de distensão e universalismo na política externa foram acompanhados pelo fortalecimento dos movimentos republicano e abolicionista no plano interno. A legitimidade monárquica era, aos poucos, substituída pelo nacionalismo republicano. A união de forças com as repúblicas platinas na Guerra do Paraguai fizera parte do esforço de construção do Estado nacional, não só para o Brasil, mas também para seus vizinhos.

QUESTÃO 2

O ano de 2015 faz lembrar o meio século do fim da Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, discorra sobre a participação militar do Brasil na referida guerra e as implicações dessa participação para a política externa brasileira no contexto imediato do pós-Segunda Guerra.

1. Extensão máxima: 90 linhas
2. Valor: 30,00 pontos
3. Média: 23,9 amp. / 23,0 afro.
4. Desvio padrão: 3,4 amp. / 4,6 afro.

RESPOSTA 1 • 30,00

Alexandre Pinto Dib

O Brasil foi um dos poucos países latino-americanos a enviar tropas e a participar militarmente da II Guerra Mundial. A escolha pela participação, no entanto, não foi de cunho ideológico, tendo sido fruto de uma estratégia de desenvolvimento nacional em estreita ligação com a condução da política externa. Os objetivos brasileiro eram os de promover a industrialização interna, principalmente por meio da instalação de uma siderúrgica; reequipar suas Forças Armadas e maximizar sua projeção internacional, no contexto do pós-guerra, de modo a aumentar o próprio poder de barganha. Se os dois primeiros objetivos lograram êxito, o mesmo não pode ser dito sobre o terceiro, cujo resultado foi ambivalente, mas, diante das expectativas, frustrante.

A política externa conduzida na década de 1930, denominada por Gerson Moura de "equidistância pragmática" é prova de que a posterior decisão de juntar-se ao esforço de guerra dos Aliados foi puramente estratégica. Entre 1933 e 1939, o Brasil buscou manter relações comerciais estreitas tanto com os EUA quanto com a Alemanha nazista. A falta de divisas do Brasil estimulou o comércio sob marcos de compensação com os alemães (1936), que também encontravam-se com poucas reservas internacionais. Por outro lado, o comércio com os EUA também era intenso (Acordo – 1935), e as relações políticas favorecidas pela política de Boa Vizinhança, inaugurada por Roosevelt, e pelo temor de que, se alijado, o Brasil pendesse para os totalitarismos.

Apesar da inicial neutralidade brasileira e estadunidense, a eclosão da II Guerra tornou a estratégia equidistante do Brasil crescentemente inviável. O Bloqueio Atlântico dificultou o comércio com a Alemanha, e a eventual entrada dos EUA na guerra forçaram o governo Vargas a posicionar-se de forma mais definida. Após a Missão Aranha (1939) que renegociara algumas dívidas e da visita de Gois de Monteiro aos EUA, acordou-se o financiamento para a Companhia Siderúrgica Nacional e o reequipamento militar brasileiro pelo esquema de "lend and lease".

Em troca, o Brasil oferece seu apoio à causa dos Aliados, inclusive na tentativa de persuadir os demais países sul-americanos, que por vezes pendiam mais para a causa alemã. Na III Conferência de Chanceleres, de 1942, Brasil e EUA tentam convencer países como Argentina e Chile a romper relações com o eixo, mas sem êxito. Com os ataques a Pearl Harbor e a entrada estadunidense na guerra, o Brasil percebe que, caso participasse do esforço militar, poderia, inclusive, maximizar seus ganhos no período pós-conflito, tendo sido o único país a apoiar os EUA e com eles estabelecendo suposta "relação especial".

A efetiva contribuição militar foi uma exigência brasileira. Contrariamente aos desígnios ingleses de apenas utilizar bases aéreas no Nordeste brasileiro, Vargas demandou participação direta. A experiência da I Guerra revelara os ganhos que se podia obter ao compor o grupo dos vitoriosos em negociações pós-conflito. Assim, o Brasil envia a Força Expedicionária Brasileira, que luta na península itálica, a FAB ocupa-se da proteção costeira, e as bases aéreas do Nordeste contribuíram para os esforços ingleses e americanos na África.

Findo o conflito, o Brasil via o momento de colher os esperados frutos em prestígio e projeção internacionais. Quando Vargas encontrara Roosevelt, em Natal (1943), este lhe prometeu um lugar de destaque na nova organização multilateral que iria substituir a LdN. Com efeito, o Presidente americano propõe a inclusão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança, mas vê sua sugestão obstruída pela Inglaterra e pela URSS. Quando Cyro Freitas-Valle assina a Carta de São Francisco, em 1945, portanto, o Brasil adere à Organização das Nações Unidas sem receber a posição de destaque que esperava. Freitas-Valle, ciente do malogro da estratégia adotada por Artur Bernardes na tentativa de conquistar assento permanente no Conselho Executivo da LdN, em 1926, opta por uma tática menos intransigente. Busca reformar o Conselho da ONU, nos primeiros anos, mas percebe a inviabilidade de seu pleito diante do acirramento da bipolaridade entre EUA e URSS. No âmbito da ONU, desse modo, mantém-se o alinhamento aos estadunidenses, mas conquista-se apenas o direito de inaugurar os debates da Assembleia Geral, que se consolida na década de 1950.

A suposta "relação especial" que a participação na Guerra teria garantido ao Brasil junto aos EUA mostra-se, igualmente, uma frustração de expectativas. Os estadunidenses, mais preocupados em conter o avanço soviético sobre a Europa e a Ásia no contexto de pós-guerra, relegam a América Latina, em geral, e o Brasil, em particular, a segundo plano. Incipientes medidas de auxílio, como a Missão Abbink, a Comissão Mista e o Acordo Militar de 1952 denotam o mito dos laços de amizade especial, e, após a posse do Republicano Eisenhower, até mesmo as minguadas ações de assistência cessam. Para os americanos, a América Latina era vista somente em termos de segurança, o que foi fortemente prejudicial para o projeto desenvolvimentista do Brasil no período.

No plano externo, o final da II Guerra teve como principal consequência a significativa perda do poder de barganha brasileiro na arena internacional. O fato de que o governo Dutra, imediatamente posterior ao fim do conflito, fosse ferrenhamente anticomunista (rompendo, inclusive, relações com a URSS), apenas contribuiu para a deterioração da posição negociadora nacional frente ao bloco ocidental desenvolvido

A participação militar brasileira na II Guerra levou a ganhos estratégicos, como o financiamento de uma siderúrgica nacional e o reequipamento das Forças Armadas. Entretanto, o objetivo de ter participação destacada na nova ordem internacional ficou muito aquém do esperado e, em decorrência da eclosão da Guerra Fria, o poder de barganha do Brasil viu-se drasticamente reduzido, afetando negativamente o projeto desenvolvimentista e desconstruindo o mito da relação especial com os EUA.

RESPOSTA 2 • 30,00

Daniel Nogueira Chignoli

Ao participar, militarmente, da Segunda Guerra Mundial, o Brasil foi o único Estado latino-americano a mandas tropas ao teatro de operações na Europa. Esse determinante é significativo, pois engendrou conseqüências que favoreceram a política externa nacional e o processo de industrialização. O

contexto de aproximação com os Estados Unidos, igualmente, permaneceria, com desdobramentos nem sempre profícuos ao país, após o fim do conflito, devido a razões sistêmicas. Nesse sentido, a participação militar do Brasil insere-se no processo gradativo de aproximação entre Brasil e Estados Unidos, com resultados importantes para a industrialização e para a atuação diplomática.

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial representa o fim do paradigma da equidistância pragmática, conforme assevera Gerson Moura. Após crises abalarem as relações do governo brasileiro com a Alemanha, como a Questão Ritter, que ensejou a declaração de persona non grata ao embaixador alemão, o bloqueio do Atlântico com o conflito, que impediu o comércio bilateral e o bombardeio de navios brasileiros por submarinos alemães, o governo norte-americano pôde aumentar sua influencia sobre a administração Vargas, a fim de favorecer o rompimento com o Eixo. Esse contínuo processo de aproximação é verificado na III Conferência dos Chanceleres Americanos, em janeiro de 1942, no Rio de Janeiro, em que o Brasil é o único Estado sul-americano a seguir a posição dos EUA e romper com a Alemanha, na medida em que Estados como a Argentina e o Chile preferiram a neutralidade. Antes mesmo dessa conferência, o governo brasileiro já vinha abandonando a equidistância pragmática, em favor das relações com Washington, como demonstra a Missão Aranha, que normalizou o pagamento da dívida externa nacional, conseguiu financiamentos e apoio à modernização das Forças Armadas. Assim sendo, mesmo afastado da Alemanha, o governo seguiria barganhando com os EUA o apoio no esforço de guerra, em troca de auxílio ao desenvolvimento nacional.

É importante ressaltar que, a partir da Revolução de 1930, conseguir ajuda para o processo de substituição de importações será o principal leitmotiv da diplomacia nacional. Sob esse contexto é que se deve compreender a participação militar do país na Segunda Guerra. Mesmo sem a hipótese de aproximação com a Alemanha, os EUA dependiam, ainda, da ajuda brasileira no fornecimento de matérias-primas para as operações militares, como a borracha, e do uso de bases do país no Nordeste, para auxiliar o teatro de guerra no Norte da África. Em contrapartida, o governo brasileiro permanecia empenhado em dois objetivos: a consolidação do parque industrial e a modernização das Forças Armadas. Nessa conjuntura, ocorrem, após a Conferência do Rio de Janeiro de 1942, as Missões Souza Costa e Cooke. A Missão Souza Costa tinha por objetivo o fornecimento de matérias-primas do país em troca de financiamento para o desenvolvimento siderúrgico do Brasil e para o reequipamento dos militares. Da mesma forma, a Missão Cooke buscava verificar os entraves ao progresso industrial do país. Conseqüentemente, o governo brasileiro aproximava-se e, paralelamente, barganhava com os EUA, durante as negociações sobre o apoio nacional aos Aliados.

Malgrados os Estados Unidos necessitassem de matérias-primas e da posição privilegiada do Nordeste brasileiro, não havia consenso sobre a participação política do Brasil com o envio de tropas para combater na Europa. A Grã-Bretanha, por exemplo, era contrária a esse envolvimento, embora Washington não fizesse oposição. Desse modo, realiza-se, em janeiro de 1943, a Conferência de Natal, onde há o encontro cordial entre Roosevelt e Vargas. O apoio norte-americana ao desenvolvimento industrial e à modernização das Forças Armadas brasileiras é consolidado, bem como a permissão do uso de bases aéreas nordestinas para o esforço de guerra dos Aliados. Nesse encontro, define-se que o Brasil enviaria uma Força Expedicionária para o teatro de operações italiano, assim como um corpo de aviadores. Essa concordância norte-americana é consequência do processo de aproximação e de barganha, pois o governo brasileiro insistia na importância do envio de tropas do país para combater, esperando obter uma posição privilegiada nas negociações de paz futuras, como havia ocorrido durante a Primeira Guerra Mundial. Da mesma maneira, Eugênio Vargas Garcia assevera que Roosevelt, em Natal, lançou seu balão de ensaio ao declarar que esperava presenciar Vargas ao seu lado na futura conferência de paz e que o Brasil poderia fazer parte do grupo de Estados que conformaria a "polícia do mundo" que o presidente norte-americano planejava. A participação do país na guerra seria determinante para a atuação internacional do país no pós-guerra.

No livro O Sexto Membro, Eugênio Vargas Garcia relata o plano de Roosevelt de criar uma organização internacional que substituísse a Liga das Nações, com um Conselho de Segurança com membros permanentes que garantissem a paz e a segurança mundiais. O Brasil estava presente no paradigma do presidente norte-americano, pois era parceiro essencial na América do Sul, capaz de mitigar a desconfiança dos EUA com outros Estados daquela região, como a Argentina. Do mesmo modo, o governo brasileiro tinha interesse por esse arranjo e entendia o apoio de Roosevelt como resultado exitoso da barganha para auxiliar os Aliados. As determinações brasileiras permaneceriam com a rendição da Alemanha, na medida em que o Brasil declararia guerra ao Japão, para continuar com a posse do material bélico norte-americano. A vitória aliada e a participação brasileira na Conferência de São Francisco que constitui a ONU das bases da ideia de Roosevelt é momento crucial para a diplomacia nacional.

Em 1945, mudanças importantes engendram consequências para a política externa brasileira. Mediante o apoio ao esforço de guerra, o país havia obtido financiamento para o parque industrial, o fornecimento de armamentos aos militares e a participação militar no conflito. Não obstante isso, novas razões sistêmicas influenciam a Conferência de São Francisco. Roosevelt falecera e Harry Truman não tinha o mesmo entusiasmo pela presença brasileira no novo Conselho de Segurança da recém-criada Organização das Nações Unidas. Além disso, a União Soviética opunha-se a mais um aliado dos EUA no Conselho, e a Grã-Bretanha também era contrárias, pois temia que países como Austrália e Canadá reivindicassem, igualmente, assento, por sua participação militar. Nesse sentido, a diplomacia brasileira embora em posição favorável pelo apoio ao esforço de guerra dos Aliados e pela participação militar, não conseguiria garantir o ligar como sento membro do Conselho de Segurança e passaria a fazer uma defesa indireta, ao propor um assento permanente a um Estado latino-americano. Ainda assim, a política externa lograria resultados significativos decorrentes do envio de tropas: o país foi eleito membro não permanente do Conselho de Segurança, membro da Comissão de Energia Atômica da ONU e garantiu o direito de abrir as sessões da Assembleia Geral. Conquanto a contínua aproximação com os EUA não haja sido suficiente para garantir o assento permanente no Conselho de Segurança, o país encontrava-se em uma posição favorável, ao final da Segunda Guerra.

A participação militar do Brasil na Segunda Guerra não foi uma exigência do governo norte-americano. Essa decisão decorre da política nacional, que compreendia que o envio de

tropas favoreceria o país. A barganha brasileira com os Estados Unidos auxilia a industrialização, a modernização das forças militares e foi determinante para o destaque brasileiro na Conferência de São Francisco. Embora a concepção de Roosevelt não haja sido, completamente, cumprida, o Brasil foi membro fundados da ONU e ocupou posições importantes nessa organização. As relações bilaterais, que, progressivamente, se intensificariam, permaneceriam influenciando a atuação diplomática do país, em busca de apoio ao desenvolvimento nacional.

RESPOSTA 3 • 29,00

Anônimo

A entrada do Brasil na Segunda Guerra, em 1942, é resultado de uma aproximação aos Estados Unidos e um distanciamento dos países do Eixo (notadamente Alemanha), de modo progressivo, mas com contornos definidos já em 1938. Pouco antes desse ano, o comércio compensado entre Brasil e Alemanha havia alçado este país à condição de grande parceiro comercial brasileiro, rivalizando com os Estados Unidos e gerando fortes preocupações no governo norte-americano. O Governo de Vargas adotava uma postura pragmática de eqüidistância entre os dois pólos de poder, cujo antagonismo crescia e estava refletivo em suas ideologias opostas de governo, liberal-democrática e autoritária (fasci-nazismo) para Estados Unidos e Alemanha respectivamente. As disposições autoritárias do Estado Novo brasileiro, instituído em 1937, evidentemente preocupavam os Estados Unidos, bem como algumas declarações do líder brasileiro revelando certa simpatia com os regimes do Eixo. (Pensa-se, em particular, ao pronunciamento de Vargas a bordo da embarcação Minas Gerais, imediatamente posterior a vitórias militares da Alemanha na Europa). Desse temor norte-americano, logrou Vargas a atenção e benefícios junto aos Estados Unidos, com a conseqüência de afastar-se o perigo de aproximação com o Eixo por meio da consolidação da influência norte-americana no Brasil. No quadro de concessões, instalou-se sob o governo de Vargas a Companhia Siderúrgica Nacional, com investimento estadunidense, assim como armamento ou reaparelhamento das forças armadas brasileiras. Note-se que havia tratativas e mesmo acordos conclusos entre brasileiros e alemães relativamente à compra de material bélico, mas sua consecução já se afigurava difícil diante do bloqueio britânico que se impunha à Alemanha. Em contrapartida aos investimentos americanos (cuja alocação tributa-se, em parte, às conclusões da Missão Cooke) em sede econômica e militar, cedeu o Brasil a utilização de suas bases militares na Costa Nordeste, perfazendo aquela região parte do "trampolim da vitória" na guerra dos Aliados frente à Alemanha nas posições do Atlântico. Tais bases, claro, também se beneficiaram do papel reestruturador do investimento estadunidense, . Ainda em contrapartida às concessões dos Estados Unidos, participou o Brasil no esforço de guerra dos Aliados fornecendo-lhes matérias primas e, no caso dos vizinhos do norte, minerais estratégicos.

Além do que se buscou junto ao Brasil, por parte dos Aliados, o pais insistiu que enviasse ao campo de batalha um contingente militar. Possivelmente visando reproduzir a experiência da Primeira Guerra, na qual o Brasil foi o único país da América do Sul a contribuir efetivamente no conflito, e ao término da qual projetou-se internacionalmente com sua experiência na Liga das Nações, aspirava o Governo Vargas posicionar-se favoravelmente nas Conferências de Paz, tal qual ocorrera em Versalhes. Essas aspirações, no entanto, não vingaram, apesar da efetiva participação militar brasileira no conflito. Pensa-se, sobretudo, no papel importante do uso das bases brasileiras no Atlântico, e menos na atuação em solo europeu, já próxima à rendição da Alemanha.

Dentre as frustrações, a mais imediata (embora alimentada sobretudo por Vargas) foi a não obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança que se arquitetava para a futura organização mundial. Vargas Garcia, em estudo recentemente publicado, discorre sobre como o apoio inicial de Roosevelt, mais pessoal do que decorrente dos quadros diplomáticos estadunidenses, logo se perdeu diante de resistências internas, oposição de URSS e Reino Unido, e o posterior desaparecimento do líder norte-americano.

A tentativa mal lograda de obtenção de um assento permanente, cautelosa afim de não se repetir o que ocorreu em 1926-1927 na Liga das Nações, reverteu-se em simples eleição do Brasil para um assento não permanente quando do funcionamento inicial das Nações Unidas.

As demais frustrações do pós-guerra imediato são sobretudo ressentidas durante os anos do Governo Dutra. Preocupados os Estados Unidos com a contenção da URSS e a reconstrução da Europa, não houve ganhos financeiro-econômicos ao Brasil decorrentes de seu engajamento da Guerra. Investimentos com capital público norte-americano ao vieram, porquanto insistissem os Estados Unidos, como manifestado nas conclusões da Missão Abbink, que incumbiria ao capital privado o papel de motor econômico das economias latino-americanas, que permaneceram alheias à destruição provocada na Europa e na Ásia. Nesse sentido, malograda a abertura liberalizante da economia provocada por Dutra, sofreu a economia brasileira a ausência de investimentos diretos e, logo, perdeu-se o acumulado comercial durante a guerra. Diante do descontentamento brasileiro crescente, manifestado aos Estados Unidos oficialmente por meio de memorando entregue pelo chanceler Raul Fernandes às autoridades norte-americanas, buscou paliar tal situação o governo daquele pais com uma proposta de constituição de uma comissão mista Brasil-EUA, gestada nos últimos anos do governo Dutra mas somente criada nos anos seguintes do Governo Vargas. Em aplicação do princípio IV de Truman, poucos resultados produziu (Banco Nacional do Desenvolvimento, por exemplo, foi criado) e logo dissolveu-se com a chegada de Eisenhower ao poder nos Estados Unidos. (Seus relatórios e estudos, conteúdo, serviram para a formação do plano de metas no Governo Kubitscheck).

Olhando-se em retrospectiva, sabe-se que o apoio brasileiro aos Aliados no contexto da Segunda Guerra não resultou exclusivamente do desígnio pessoal de Vargas, de modo que o valor de barganha obtida pelo Brasil pode ser temperado. Em 1938, portanto antes que rompesse relações com o Eixo e reconhecesse o estado de beligerância contra a Alemanha, o Governo brasileiro se indispunha com autoridades nazistas, notadamente o representante alemão no Rio de Janeiro Karl Ritter, diante de suas demandas relativas à política nacional sobre descendentes e a comunidade de imigrantes alemães no sul do país. Dentre essas políticas, tem-se aquela relativa à nacionalização do ensino, limitação da influência estrangeira do Estado de nacionalidade junto aos descendentes e também a limitação do uso da língua estrangeira em certos veículos de

comunicação. Intermitentemente interrompendo-se o comércio compensado entre Alemanha e Brasil em razão desses desentendimentos, já nota-se um esfriamento do antes dinâmico comércio bilateral e reaproximação junto aos Estados Unidos, conforme se verifica com a Missão Aranha àquele país. Dessa forma, pode-se dizer que o que Vargas obteve com sua "eqüidistância pragmática" logrou o máximo que poderia lograr nas circunstâncias. O posterior desencantamento, ao mesmo tempo, estava fadado a realizar-se, sobretudo com o recrudescimento da Guerra Fria.

PIOR NOTA • 17,00

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil não só apoiou os aliados como participou ativamente do quadro de operações militares, em participação muito mais importante do que aquela que já havia ocorrido na Primeira Guerra Mundial. Assim como, em 1918, a participação do Brasil no conflito rendera-lhe frutos na consecução da política externa, a participação na Segunda Guerra Mundial gerou conseqüências, desde a obtenção de recursos para a consecução de projetos nacionais, até a destacada participação na construção de sistema multilateral de segurança internacional.

Na Primeira Guerra Mundial a participação brasileira no conflito iniciou-se com o afundamento, decorrente da guerra submarina irrestrita alemã, dos navios Paraná e Macau, que navegavam em absoluto respeito à neutralidade brasileira. A participação brasileira, durante o governo Wenceslau Brás, foi relativamente pequena e limitou-se ao envio de pessoal médico para Paris, ao envio de pilotos brasileiros, que atuaram juntamente com a Royal Air Force, e o envio de navios para patrulha, na Europa, que não chegou a operar, em razão de um surto de gripe espanhola, que forçou-os a aportar, em Dakar.

Essa atuação brasileira rendera atuação privilegiada do Brasil ao fim da Grand Guerra, fato que, provavelmente, não foi ignorado por Getúlio Vargas e demais executores da política externa brasileira, durante o Estado Novo. Ao fim da Primeira Guerra Mundial o Brasil logrou ter acolhido seu pleito de reconstruir sua marinha mercante com os cerca de quarenta navios alemães apresados em portos brasileiros; o Brasil logrou obter indenização alemã, nas Conferências Aliadas de Paris, pelo café enviado a consumidores alemães, cujos recursos para o pagamento restaram bloqueados e o Brasil teve lócus privilegiado de atuação nas negociações do principal órgão de manutenção da paz internacional, em sistema multilateral de segurança, conforme as ideias de Woodrow Wilson. O representante brasileiro, Epitácio Pessoa, nas negociações da Liga das Nações, esteve à frente de legação com 3 representantes, tamanho equiparado à representação espanhola, ressaltando-se que as principais potencias possuíam 5 representantes. Apesar de não ter logrado um assento permanente no Conselho da Liga, o Brasil foi reeleito sucessivamente nessa.

Durante o Estado Novo, quando a manutenção de uma política de eqüidistância pragmática, empreendida por Getúlio Vargas, já apresentava limitações – o que se torna difícil, após 1941 – o Brasil negocia com os Estados Unidos, sob a presidência de Roosevelt diversos acordos. O Brasil enviou para os Estados Unidos minérios estratégicos, como areias monazíticas, e garantiu o suprimento de borracha, já que o comércio Asiático dessa matéria prima estava prejudicado, em razão do conflito. O Brasil cedeu à demanda norte-americana de utilização da Base Aérea, em Natal, Rio Grande do Norte, garantindo alternativa à força aérea norte-americana, caso precisasse chegar à Europa via África.

Ademais, o Brasil logrou reequipar as forças armadas, por meio dos atos de Empréstimo e Arrendamento dos Estados Unidos. É com essas forças armadas que o Brasil atua no cenário de guerra europeu. São enviados para a Europa cerca de 20.000 pracinhas brasileiros, integrantes da Força Expedicionária Brasileira – FEB, que atuaram, principalmente, na Itália. Pilotos da Força Aérea Brasileira também receberão treinamento e terão participação no conflito. A participação brasileira, na Segunda Guerra Mundial, foi muito mais densa do que aquela no conflito anterior, houve colaboração militar com os Estados Unidos e envio de número significativo de tropas para a Europa.

A participação militar do Brasil no conflito gerou implicações tanto para a política interna quanto para a política externa, no contexto imediato do pós-guerra. Internamente, a participação brasileira em conflitos internacionais tem potencial de gerar efeitos. A queda da Monarquia está fortemente relacionada ao crescimento da participação política dos militares no Segundo Reinado. No Estado Novo, a luta brasileira, na Europa, contra regimes totalitários, em prol da democracia, igualmente, engendraria o retorno a regime democrático.

No que tange à política externa brasileira, a participação no conflito permitiu que Vargas desse consecução a seu projeto de desenvolvimento da indústria siderúrgica brasileira. Apesar de existirem iniciativas privadas na siderurgia, a exemplo da Belgo-Mineira, a indústria siderúrgica estava aquém das demandas do mercado e necessitava de apoio estatal para se desenvolver. O Eximbank, após a desistência da US Steel, é que irá, com apoio do governo Roosevelt, financiar o desenvolvimento da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e a Usina de Volta Redonda.

No imediato pós –Segunda Guerra, o Brasil irá ter participação destacada, assim como ocorreu quando da criação da Liga das Nações, na conformação do sistema multilateral de segurança internacional e da ONU. Eugênio Vargas Garcia destaca o apoio que Roosevelt aventou, inclusive, a que o Brasil se tornasse um sexto membro permanente da Organização. Apesar de o governo Truman não ter dado consecução a essa ideia, o Brasil logrou obter posição de destaque na conformação do sistema, colaborando, inclusive, com iniciativas como a Cláusula Raúl Fernandes, presente do Estatuto da Corte Internacional de Justiça. A posição de destaque brasileira, igualmente, permitiu que interviesse em prol de direitos da Argentina e do Chile, que se mantiveram neutros até os estertores do conflito.

O Brasil participou ativamente de dois dos principais conflitos do século XX, logrando, em ambos, firmar posição de destaque tanto na defesa de interesses nacionais de desenvolvimento quanto na conformação do quadro sistêmico de segurança internacional.

<u>Recurso:</u>

Requer-se, respeitosamente, reconsideração da nota atribuída ao candidato. Frente ao comando da questão, que

exigia que o candidato discorresse sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial e as implicações para a política externa brasileira que teria curso subsequentemente, o candidato julgou que seria interessante realizar análise comparativa entre a participação brasileira na Grande Guerra e na Segunda Guerra, comparando a política externa em ambos os casos. Apesar da abordagem diferenciada, o candidato não descuidou do objeto da questão e dissertou sobre a participação da FEB e sua atuação militar no cenário de guerra europeu; sobre as condicionantes que engendraram ao ingresso do Brasil no conflito e o esgotamento da política de equidistância pragmática; a consecução de política econômica desenvolvimentista, com financiamento do Eximbank e desenvolvimento da siderurgia nacional; a participação do Brasil nas conferências do pós-guerra e a tentativa de manter a ideia de Roosevelt de integrar o Brasil como sexto membro permanente da ONU. O candidato reconhece que preteriu discussões como o engajamento brasileiro no sistema interamericano, o que se deveu à abordagem comparativa dada ao tema, que ocupou espaço de outras discussões possíveis, mas entende que penalização em mais de 50% da nota é rigorosíssima, mormente considerando-se que o candidato demonstrou domínio do tema e propôs abordagem diferenciada.

Resposta da Banca: Acatado parcialmente o recurso. Pontos ganhos com recurso: 3 pontos

QUESTÃO 3

Discorra sobre a crise política de 1954, que marcou a República Liberal (1946–1964).

1. Extensão máxima: 60 linhas
2. Valor: 20,00 pontos
3. Média: 18,7 amp. / 19,3 afro.
4. Desvio padrão: 1,2 amp. / 0,8 afro.

RESPOSTA 1 • 20,00

Anônimo

Historiadores como Daniel Aarão Reis Filho argumentam que o varguismo, como fenômeno político, não terminou com o suicídio de Getúlio Vargas, em 24/8/1954, mas dez anos depois, com a Ditadura Civil-Militar. De fato, a crise de 1954 enquadra-se no contexto maior de polarização da sociedade brasileira, em ambiente genuinamente democrático e de transformações estruturais de um país eminentemente rural e agrário-exportador, para uma sociedade urbana, complexa e industrializada.

Desde a nova ascensão de Vargas ao Catete, em 1950, ficou evidente que o governo não seria tranquilo, em termos políticos, como fora a gestão do Gen. Dutra. De fato, este empreendeu uma política conservadora, no âmbito interno, e de "alinhamento automático" (Gerson Moura) aos EUA, na política externa. Embora apoiado pelo PSD – e pelo próprio Vargas -, Dutra também tinha apoio da UDN e, portanto, maioria folgada no Congresso Nacional, o que lhe garantia a estabilidade política.

O mesmo não ocorreu no governo Vargas. Getúlio foi eleito pela aliança PSD-PTB, partidos que, em termos ideológicos não se assemelhavam: o PSD tinha base agrária e conservadora, e o PTB era fruto da "Invenção do Trabalhismo" e do Queremismo que se seguiu ao final da Ditadura do Estado Novo. A base do partido, portanto, eram os trabalhadores urbanos. Do outro lado do espectro político havia a UDN, de base urbana de classe média conservadora, cujo líder era Afonso Arinos de Melo Franco, um dos subscritores do Manifesto dos Mineiros, que pediu a redemocratização do país. Houve, portanto, oposição ferrenha da UDN ao novo governo de Vargas.

A oposição político-partidária tinha causas mais profundas, as quais são fundamentais para entender a crise de 1954. No âmbito externo, o fim da 2ª Guerra Mundial logo conformou o contexto bipolar entre EUA e URSS. O Brasil, nesse contexto, alinhou-se, indiscutivelmente, ao bloco capitalista. Embora a opção socialista fosse inviável, ela constituía pretexto para desestabilizar o regime, mesmo com o Partido Comunista na ilegalidade desde 1947. Outro foco desestabilizador externo era o regime peronista na Argentina. A oposição enfatizava a "semelhança" entre os regimes, embora Vargas tivesse recusado um Pacto ABC com Perón. Evidência da preocupação com essa aliança suposta foi a acusação de João Neves da Fontoura de que Vargas queria criar uma República Sindicalista no Brasil.

No âmbito interno, a polarização do Congresso Nacional, entre nacionalistas, os quais eram partidários de maior autonomia do Estado frente aos EUA, e os liberais ("entreguistas"), mais favoráveis ao alinhamento com Washington, refletia-se no âmbito militar, sugestivamente alcunhado de "poder desestabilizador", por José Murilo de Carvalho. Ora, o termômetro dos ânimos militares era as eleições do Clube Militar, onde havia forte oposição entre militares nacionais e liberais. A publicação de artigo, no Clube Militar, defendendo a não participação brasileira na Guerra da Coreia acirrou os ânimos dos militares mais liberais. Vargas buscou acalmar os ânimos escolhendo como Ministro da Guerra Estilac Leal, de índole nacionalista, que fora eleito presidente do Clube Militar.

Vários episódios evidenciaram a polarização e a perda de apoio de Vargas no âmbito do Congresso Nacional. Os mais importantes foram o Acordo Militar com os EUA (1952) e a criação da Petrobras (1953). Os projetos foram aprovados, porém evidenciavam o uso político para desestabilizar o governo. O ultimato dos generais militares, pedindo a renúncia de Vargas, na esteira do aumento do salário mínimo e das crises como o atentado da rua Toneleros indicam o desfecho trágico da crise política de 1954.

Os episódios políticos que ocorreram durante o segundo governo Vargas demontram forte oposição de interesses na sociedade, no Congresso e no âmbito militar. Esses interesses conflitantes emergiam não somente da urbanização e da industrialização do país, mas também do cenário internacional e da razão propagandística do conflito Leste-Oeste, apesar de o Brasil estar evidentemente do lado capitalista. Essa polarização seria acirrada no restante da República Liberal, levando ao golpe de 1964 e ao alijamento da esquerda.

RESPOSTA 2 • 20,00

Lucas Cortez Rufino Magalhães

A República Liberal é caracterizada pelo embate entre projetos distintos para a modernização do Brasil. Caracterizado por elevadas taxas de crescimento demográfico e por crescente urbanização, o Brasil é concebido segundo modelos distintos pelas lideranças partidárias de então. Nesse sentido, a crise de 1954 é emblemática da profunda oposição que havia entre as distintas correntes políticas, quadro que enseja grave instabilidade institucional. Dessa forma, a análise da dinâmica política de 1954 é essencial para se compreender a polarização na República Liberal.

O contexto político de 1954 era marcado pela configuração de dois projetos distintos para o desenvolvimento do Brasil. De um lado, encontravam-se os partidários do nacional-desenvolvimentismo, cuja figura central era Vargas. Este grupo defendia a participação ativa do Estado no planejamento e na condução de ações que levassem à modernização do país, de maneira que caberia ao poder público regular os recursos estrangeiros destinados a fins econômicos no Brasil. Essa posição política era defendida em especial pelo PTB, o qual, ao crescer de maneira significativa nas eleições da República Liberal, representa o apoio da população urbana a esse projeto de país. Do outro lado, encontrava-se o projeto chamado de cosmopolita, o qual defendia maior associação e maior liberdade ao capital estrangeiro para o crescimento econômico do país. O principal apoiador desse projeto era a UDN, de base conservadora. Por fim, o PSD, maior partido da República Liberal, assentava-se sobre base rural, e é a influência do seu apoio no regime político-partidário que permite o equilíbrio entre as forças dos projetos distintos de desenvolvimento nacional.

Diante desse quadro político, Vargas elege-se em 1950 com o apoio do PTB e do PSD, embora de maneira não-oficial quanto a esse último. Nesse sentido, é a alteração do equilíbrio de forças em 1954 que dá origem à crise de agosto de 1954. O

governo Vargas, nos anos de 1953 e 1954, decide adotar nova linha de política econômica, configurando a chamada "virada nacionalista", o que representa a opção definitiva pelo modelo do nacional-desenvolvimentismo, de que é exemplo a concessão de monopólio à recém-criada Petrobrás. Nesse contexto, o governo decide-se também por reorganizar sua base partidária, concedendo maior espaço ao PTB nos ministérios em detrimento do PSD, o que prejudica o equilíbrio de forças que permitia a governabilidade.

A aproximação com a classe trabalhadora em 1953-1954 representa momento de agravação das instabilidades. Nesse sentido, a decisão pela elevação do salário mínimo em 100% pelo ministro do trabalho petebista João Goulart gera acirradas críticas dos parlamentares oposicionistas. Contribui para a deterioração do governo Vargas o "manifesto dos coronéis", que demonstra a insatisfação dos meios militares com a política trabalhista implementada pelo Palácio do Catete. A exoneração do ministro Goulart, bastante apreciado pelas classes trabalhadoras que eram a base do PTB, não é suficiente para aplacar a tensão política no ano de 1954.

O atentado da Rua Tonelero contra o líder udenista Carlos Lacerda representa o ápice do tensionamento político em 1954. Nesse sentido, a morte do major da Aeronáutica Rubem Vaz e o consequente indiciamento do chefe da segurança presidencial, Gregório Fortunato, no contexto das investigações da "República do Galeão", representam o enredamento definitivo do presidente Vargas na crise política de então. A perda do apoio do Estado-Maior das Forças Armadas representou o isolamento político de Vargas, que opta pelo suicídio em 24 de agosto de 1954. A insatisfação popular e os violentos protestos que se seguem ao suicídio são indicativos da profunda polarização política que o Brasil vivia à época.

A crise política de 1954 é emblemática da configuração partidária e da oposição de projetos de desenvolvimento do país que caracterizaram a República Liberal. A profunda instabilidade que a nação vive nesse ano é indicadora das mudanças que ocorriam na sociedade brasileira, as quais impactaram sobremaneira na polarização política da época.

RESPOSTA 3 • 20,00

Paulo Victor Figueiredo Valença

A crise política de 1954 representa o ápice das tensões que opunham setores liberal-conservadores da sociedade brasileira à figura de Getúlio Vargas e ao nacional-desenvolvimentismo que ele representava. Em conjuntura econômica difícil para o país, o acirramento ideológico terá como desfecho trágico o suicídio do presidente e a difícil transição político para os próximos presidentes.

A insatisfação política com Getúlio Vargas advém do período em que ele conduziu autoritariamente o país, de 1937 a 1945, e do descontentamento que as elites tradicionais nutriam desde o golpe que extinguiu a Primeira República, em 1930. Nos últimos anos do regime ditatorial, articularam-se diferentes grupos de oposição a Vargas e a favor da redemocratização, cuja manifestação mais notória foi o chamado Manifesto dos Mineiros. Com o fim do Estado Novo, esses grupos esperavam que Vargas se retirasse da política e, dessa forma, não comprometesse o processo democrático com sua influência. Vargas retira-se a sua fazenda em São Borja, mas se mantém articulado com dois grandes partidos da República Liberal, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD), sendo este último o maior daquele período.

Forças liberais e conservadoras articulam-se em torno da União Democrática Nacional, coligação que auferia apoio das classes médias urbanas, do grande empresariado e de intelectuais de direita e centro-direita. Apesar de brilhantes figuras em sua liderança, a UDN fracasse nas eleições presidenciais de 1945 e de 1950, quando seu candidato, o Brigadeiro Eduardo Gomes, é derrotado por Dutra, do PSD, e por Getúlio Vargas, do PTB. Essas derrotas convencem a UDN de que o aparelhamento da máquina estatal por varguistas e o populismo e carisma de Vargas inviabilizariam qualquer vitória expressiva nas urnas. A partir de então, a UDN pautar-se-á pela bandeira anticorrupção e moralizadora, ao gosto da classe média de então, e esforçar-se-á por demonstrar o autoritarismo, o populismo e a imoralidade do governo Vargas.

Getúlio Vargas, pela primeira vez no poder pelo voto direto, fracassa em seu intento de sanear a economia e de promover crescimento sem inflação. Manipulado por facções do PTB e prejudicado pela gestão desastrada de Ricardo Jafet à frente do Banco do Brasil, Vargas opta, em contrariedade a seu compromisso saneador, por aumento de 100% salário-mínimo dos trabalhadores, em 1954, além de já haver promulgado Lei de Remessa de Lucros que limitava a atuação do capital estrangeiro no país. O descontentamento de empresários com essas medidas heterodoxas e a desconfiança do capital externo em investir no país geram queda do crescimento e desequilíbrio externo.

No mesmo ano, de 1954, o líder da UDN, Carlos Lacerda, é alvo, juntamente ao Major Rubens Vaz, de atentado com arma de fogo na rua Tonelero, em Copacabana. Lacerda culpa Vargas pela polarização política que conduziu ao atentado e acusa-o diretamente de envolvimento. A aeronáutica, indignada com a morte do major-aviador, conduz investigação que aponta o envolvimento de braço direito do presidente no acontecimento. A UDN sente-se legitimada para exigir a renúncia de Vargas, e setores das Forças Armadas cogitam apeá-lo do poder.

Em agosto de 1954, Vargas decide não abandonar o poder e, em ato de desespero, suicida-se. O suicídio reverte a opinião pública contra os antivarguistas, os quais pleitearão o fim do mandato do Vice-Presidente Café Filho, o qual alega doença e retira-se da política. Ala legalista das Forças Armadas, liderada por Henrique Lott, efetua golpe preventivo para assegurar a possa do presidente eleito, Juscelino Kubitschek. JK sofrerá tentativa e golpe no início de seu mandato (base área de Jacareacanga) e no final (Aragarças), mas anistiará os revoltosos e cumprirá integralmente seu mandato.

Os golpes e contragolpes que se seguiram ao suicídio de Vargas demonstram o quanto o ambiente político encontrava-se sobrecarregado e polarizado. Quando, na década de 1960, a esquerda adota o discurso golpista da UDN, segundo Daniel Aarão Reis Filho, o golpe definitivo que poria fim à República Liberal era apenas questão de tempo e, dessa forma, a ditadura civil-militar que se estabeleceu em 1964 pode ser vista como desfecho da crise política que culminou no suicídio de Vargas em 1954.

As repercussões da crise política de 1954 demonstram a centralidade desse momento na República Liberal brasileira O

acirramento ideológico que redundou no suicídio de Vargas não arrefeceu, pelo contrário, exacerbou-se após esse ano. Quando as esquerdas absorvem o conteúdo golpista, a República Liberal deixou de possuir legitimidade política e os acontecimentos que conduziram ao golpe de 1964 podem ser vistos como consequência de 1954.

QUESTÃO EXTRA • 18,00

O suicídio de Vargas resultou no que Jorge Ferreira designou de "carnaval da tristeza". Enquanto setores populares tomavam as ruas para defender o legado varguista e as conquistas trabalhistas e sociais, os setores da oposição a Vargas ficaram acuados e tiveram suas principais instituições depredadas. Com seu suicídio, Vargas logrou "inverter os papéis" por um certo tempo, mas ainda havia ameaças de golpe em relação a seu sucessor. Nesse sentido, a Novembrada (1954) foi uma tentativa exitosa de impedir um golpe de estado, cujo objetivo era inviabilizar a tomada de posse do presidente eleito

Com o suicídio de Vargas, seu vice, Café Filho, assumiu a presidência da república. Tratava-se de uma chapa pouco ideológica, organizada para interesses políticos. Para ganhar eleições presidenciais, Vargas precisou de apoio de Adhemar de Barros, político de grande apelo popular em São Paulo e líder do PSP. Em retribuição, Adhemar pôde escolher o vice da chapa varguista e tinha garantias de que Vargas o apoiaria na próxima eleição presidencial. Com a morte de Vargas, esse apoio estava inviabilizado e Café Filho, de viés mais liberal, assume a presidência.

Como medida inicial, Café Filho lança sua instrução nº 113 da SUMOC, a qual estabelece facilitação de remessa de lucros para empresas estrangeiras e compra de mercadorias sem reservas cambiais. Isso demonstra sua associação com setores liberal-conservadores, nesse momento representados pela UDN. Em determinado momento de seu mandato, e já com a vitória de Juscelino pela aliança PSD-PTB, Café Filho se licencia sob o argumento de tratar de questões de saúde, dando lugar à posse do udenista Carlos Luz. Nesse momento, o Comandante das Forças Armadas, General Henrique Teixeira Lott é informado de que a troca de cargos poderia fazer parte de um golpe para impedir a posse de Juscelino. Ressalte-se que o novo presidente já era contestado judicialmente pela UDN, sob o argumento de que ele não havia obtido a maioria absoluta dos votos nas eleições. A tentativa de Lott de se comunicar com Carlos Luz e de discutir essa ameaça golpista é amplamente noticiada pela imprensa, que, inclusive, informa a opinião pública acerca da resistência de Carlos Luz em receber o Comandante das Forças Armadas.

Quando o encontro entre ambos de fato ocorre, Lott percebe a possibilidade de golpe, requer exoneração e, no mesmo dia, aciona as forças armadas que lhe são leais para dar início à Novembrada (1954). Tanques do Exército tomam as ruas do Rio de Janeiro e depõem, no episódio que recebeu a alcunha de "golpe preventivo", o Presidente Carlos Luz. Nesse mesmo período, Café Filho busca retomar a presidência alegando que já se recuperou de seu problema de saúde, no que é impedido por Lott, que designa como presidente o ministro do Supremo, Nereu Ramos. Seu mandato foi, em realidade, a preparação para a posse de Juscelino de Kubitschek.

Pode-se afirmar que o "golpe preventivo", além de garantir a posse do presidente eleito, teve influência no novo governo. JK adotou postura conciliatória com os membros da corrente partidária mais liberal, mesmo tendo de governar sob intensas e frequentes acusações de corrupção por parte da ala "Banda de Música" da UDN. Além disso, JK percebeu a importância do setor militar como garantia da estabilidade no governo, tendo estabelecido vários militares em cargos-chave e tendo referendado, inclusive, a candidatura do General Lott para as eleições de 1960, que resultaram na vitória do liberal-conservadorismo.

O episódio da Novembrada demonstra a importância fulcral obtida pelas Forças Armadas ao longo da República Liberal. Intervenções "cirúrgicas" foram utilizadas com frequência, como meio de os militares garantirem a ordem que consideravam ideal. Em um contexto de extrema polarização que toma o país, e que tende a se acentuar após o fim do governo do conciliador JK, o apoio dos militares acaba por se tornar decisivo para a manutenção ou queda do governo. No caso da Novembrada, houve uma intervenção que propiciou a manutenção da democracia.

PIOR NOTA • 16,00

A crise política que se instaurou no país em 1954 se deveu ao suicídio de Getúlio Vargas. Em meio a pressões políticas de toda ordem, Vargas "deixou a vida para entrar para a História", segundo sua carta-testamento. O suicídio do presidente levou ao hiato Café Filho, que simbolizou uma maior aproximação aos EUA e abriu espaço para a eleição de JK. Vargas enfrentava forte e crescente oposição interna, com o desgaste de sua base de apoio, além de pressões de ordem externa e da deterioração da economia.

O governo Vargas havia sido marcado, na esfera externa, pelo que Mônica Hirst chamou de "pragmatismo impossível". Assim, o governo alternou momentos e posicionamentos de maior alinhamento aos EUA e de maior afirmação nacional. Uma vez que era impossível, dado o contexto diferente imposto pela Guerra Fria, repetir a barganha de seu governo anterior, Vargas buscou alinhar-se de forma moderada ao projeto estadunidense, assegurando uma margem de autonomia tanto quanto possível.

Como comportamentos de maior alinhamento, podem ser citados o acordo militar bilateral de 1952 e a cautela nas relações com a Argentina peronista. Esse último ponto foi marcado pela disputa entre o embaixador brasileiro na Argentina, Batista Lusardo, defensor de uma maior concertação e da adesão ao redivivo Pacto ABC, agora proposto por Perón, e o chanceler João Neves d Fontoura, contrário à aproximação.

A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, criada em 1951 a partir de entendimentos prévios do governo Dutra, não rendeu os frutos que o Brasil esperava. Em 1953, a comissão foi encerrada por Eisenhower. Seus estudos foram bastante importantes no diagnóstico de gargalos à industrialização brasileira, mas os financiamentos ficaram aquém das expectativas.

O plano econômico de Getúlio, que teria uma fase de estabilização e ajustamento ("Campos Salles"), seguida de uma de realizações, baseada na CMBEU ("Rodrigues Alves"),

fracassou. Diante da incapacidade do governo de estabilizar a economia e do fim da CMBEU, o cenário econômico se tornou crescentemente complicado.

Do ponto de vista político, o PTB e o PSD, partidos criados em 1945 pela lei Agamenon de Magalhães, encontravam-se cada vez mais desgastados, fator que favoreceria a ascensão de Jânio ao poder em 1961. A oposição, consubstanciada na figura do jornalista Carlos Lacerda, acirrava-se cada vez mais. O episódio da Rua Toneleiros, quando houve um atentado que resultou na morte de um major da Aeronáutica, selou o fim do governo Vargas. Descobriu-se que um membro da guarda presidencial estava envolvido no episódio e que o atentado teria visado a matar Lacerda.

O suicídio de Vargas gerou enorme comoção nacional. Apesar de seu governo autoritário de 1937 a 1945, Vargas seria lembrado como líder trabalhista e estadista de fortes tendências nacionalistas. O cargo de presidente foi assumido por Café Filho, cujo governo foi breve e marcado pelo alinhamento com os EUA, simbolizado pelo acordo para pesquisa acerca de recursos de urânio no país e pela ampliação das facilidades ao capital estrangeiro, vide Instrução 113 da SUMOC e nova lei de remessas.

Café Filho seria substituído por Juscelino Kubitschek, tendo João Goulart como vice. Essa eleição demonstraria que o período de crise institucional não havia terminado. Após a insurgência de parte da oficialidade das Forças Armadas contrária à posse, o general Lott desferiu um "golpe preventivo". Carlos Luz e Nereu Ramos assumiram a presidência sucessivamente, substituindo Café Filho, e a posse de JK e Jango foi assegurada. O fim da república liberal, que ocorreria em 1964, teve, de certa forma, início com a crise de 1954. A partir de então, os militares, organizados no Clube Militar e na ESG, ganharam força e, cada vez mais, exerceram oposição aos governos eleitos, sobretudo após breve interregno inicial do governo JK.

QUESTÃO 4

Discorra sobre as eleições de 1974 e o seu impacto no processo de transição do regime militar à Nova República.

Extensão máxima: 60 linhas

Valor: 20,00 pontos

Média: 18,5 amp. / 17,8 afro.

D. padrão: 2,0 amp. / 2,6 afro.

RESPOSTA 1 • 20,00

Arthur Cesar Lima Naylor

As eleições de 1974 foram o primeiro alerta significativo de que o bloco de poder construído pelo regime militar dava sinais de desgaste. Após os anos de euforia econômica do milagre, entre 1968 e 1973, quando a ARENA, partido do governo, obtinha vitórias maiúsculas nas eleições legislativas, o primeiro choque do petróleo e as dificuldades econômicas decorrentes fragilizaram o regime. Isso levaria o presidente Ernesto Geisel a promover mudanças significativas na política econômica, com o lançamento do II PND; na política externa, com o pragmatismo responsável e ecumênico; e na política interna, com o início do processo de abertura.

Ciente das tribulações da economia, mas sem penetração social para aferir o humor da população, o regime imaginou que, a despeito de algumas dificuldades, venceria as eleições parlamentares de 1974. Foi com surpresa, pois, que o governo recebeu os resultados da apuração: o MDB, partido da oposição consentida pelo regime, conquistou, com relativa facilidade, a maior parte das cadeiras em disputa para o Senado. Isso não foi, porém, suficiente para dar-lhe maioria naquela Casa, uma vez que apenas parte do Senado estava sendo renovada. Mas o mais relevante era o fato de que a maioria dos votos do MDB provinha das regiões mais prósperas e dinâmicas do país, concentrando-se o eleitorado da ARENA cada vez mais nos rincões do país, regiões cuja população, mais dependente da ação do Estado, tende a votar no partido do governo.

Atento à tendência de o quadro eleitoral tornar-se cada vez mais difícil para o regime, na medida em que não havia recuperação econômica prevista para o curto prazo, o presidente Geisel, aconselhado pelo ministro Golbery do Couto e Silva, resolve iniciar processo de abertura "lenta, gradual e segura", ao final do qual, esperava-se, os militares devolveriam o poder aos civis sem a irrupção de grandes convulsões sociais. Esse processo, porém, não transcorreu sem contramarchas. Se medidas eram tomadas de modo a promover a liberalização do regime, como o abrandamento da censura à imprensa, outras buscavam evitar que a sucessão dos fatos se acelerasse em demasia, como o conjunto de leis eleitorais de caráter restritivo baixado em abril de 1977 e conhecido como "pacote de abril". Paralelamente, episódios de tortura e outras violações de direitos humanos, embora em menor número, ainda ocorriam, desafiando o regime em seu propósito de transição política.

Nas eleições seguintes às de 1974, ainda que algumas derrotas da oposição tenham sido registradas, sobretudo devido às manobras do governo, a tendência de fortalecimento do MDB se manteve, sobretudo nas grandes cidades. Novas lideranças, fundamentais para a condução dos processos históricos, afirmavam-se, como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Paulo Brossard. A transição ganharia ímpeto ainda maior no governo de João Figueiredo.

Em 1979, ano em que assume o poder o último presidente do regime militar, um evento de grande monta ocorre no cenário internacional: o 2º choque do petróleo. A crise econômica brasileira agrava-se, em um prenúncio de todas as dificuldades da década seguinte, como crescimento baixo, inflação renitente e desequilíbrios no balanço de pagamentos, o que levaria à moratória da dívida externa em 1987. No plano político, ainda em 1979, é abolido o AI-5, decreta-se a lei de anistia e é editada uma nova lei de partidos políticos baseada na pluralidade partidária. A abertura acelera-se, vindo a culminar na campanha das diretas (1984) e na eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral (1985).

As eleições de 1974 foram, portanto, a primeira rachadura no bloco de sustentação do regime militar. Apesar das restrições políticas, foi pela via eleitoral que a população manifestou seu crescente desagrado em relação ao governo, forçando-o a aceitar a abertura democrática.

RESPOSTA 2 • 20,00

Daniel Leão Sousa

As eleições de 1974 apresentam grande relevância simbólica para o processo de abertura política que levaria ao fim do regime militar implementado em 1964. A vitória relativa do MDB nas eleições para o Parlamento, em 1974, denotava a crescente força política da oposição consentida e a necessidade de que o governo militar orientasse o processo de abertura política, a fim de que ele não fugisse ao controle das autoridades governistas. A partir das eleições de 1974, o regime militar, sob o governo Ernesto Geisel e influência do pensamento castelista de Golbery do Couto e Silva, daria início a um processo de abertura política lenta, gradual e segura.

As eleições de 1974 garantiram maior presença do MDB nas duas casas do Congresso brasileiro. No Senado, o partido conquistara 16 dos 22 cargos em disputa – o que, todavia, ainda não lhe conferia maioria naquela casa, já que apenas um terço de seus postos foram à eleição. Na Câmara dos Deputados, por sua vez, o MDB elegera número de parlamentares suficiente para bloquear a aprovação automática de reformas políticas pela ARENA. A relativa vitória do MDB em 1974 deveu-se, em parte, à participação do partido nas eleições presidenciais do ano anterior. Naquela ocasião, o MDB pudera apresentar propostas políticas, questionar o caráter anti-democrático das eleições no regime ditatorial e exercer habilidades de propaganda política, que se revelaram úteis nas eleições de 1974.

O avanço do MDB no Congresso demonstrou à equipe de governo de Geisel a necessidade de tomar controle do processo de abertura política. Apesar de que os movimentos de guerrilha urbana já houvessem sido sufocados por Médici, ainda havia o risco de que a abertura política se desse à revelia do regime, o que justifica o projeto de abertura lenta, gradual e segura, realizada por vias institucionais. Segundo Golbery do Couto e Silva, militar castelista que inspirou o projeto de abertura de Geisel, tratave-se [sic], naquela ocasião, de um período de "diástole" do regime.

As medidas de abertura política adotadas no governo Geisel, como a repressão à tortura praticada pelos quadros militares – como no caso Herzog – e a extinção do AI-5 – com o fim da censura prévia – conviveram com medidas de orientação restritiva, que assegurassem o controle do processo de abertura

pelo governo. A Lei Falcão, nesse sentido, limitou o espaço para propaganda política televisiva e radiofônica, a fim de reduzir as chances de nova vitória do MDB nas eleições parlamentares de 1978. O Pacote de Abril, ademais, criou a figura do Senador biônico, determinando que um terço dos cargos do Senado fossem eleitos pelas Assembleias Legistativas estaduais. O interesse era garantir a manutenção da maioria da ARENA no Senado e, por conseguinte, o controle governista sobre o órgão, inclusive para a eleição de um próximo presidente militar, capaz de dar continuidade a um processo de abertura controlado pelo governo.

A eleição de João Figueiredo à presidência, em 1979, comprovou a eficácia política do projeto de abertura lenta, gradual e segura idealizado pelo governo de Geisel, a partir das eleições de 1974. O novo presidente, também de tradição castelista, foi incumbido da missão de dar continuidade ao processo de abertura, mantendo-o sob direcionamento do governo. Tal foi a explicação da Lei de Anistia, que compreendia tanto membros do regime quanto opositores políticos, e da permissão para que vigorasse o pluripartidarismo no país. No governo de Figueiredo, contudo, o processo de abertura foi mais turbulento, em vista da atuação mais incisiva da oposição e das tentativas de setores militares em frear a abertura, por meio, inclusive, de ataques terroristas como o do Riocentro.

As eleições de 1974 deram início a um processo de abertura política que se fez sob controle e direção do próprio regime militar. O avanço da oposição nos quadros parlamentares, em 1974, sinalizou a necessidade de que o governo permitisse a abertura, vista como natural pela gestão de Geisel, desde que feita por vias institucionais. A eleição de Figueiredo, em continuidade ao projeto, e de Tancredo Neves, por vias legais, representa o trunfo [sic] desse projeto na transição para a democracia.

RESPOSTA 3 • 20,00

Anônimo

O ano de 1974 foi um divisor de águas na história do regime militar. O início do governo Geisel caracterizaria o início do processo de redemocratização sob controle do governo, ao passo que, nas eleições legislativas, o avanço significativo da oposição consentida simbolizaria tanto o fortalecimento das forças sociais e políticas contrárias ao regime quanto as dificuldades que se apresentariam para o governo garantir seu controle sobre a transição política.

No final de 1965, o AI-2 e o subsequente AC n. 4 representaram a extinção dos partidos políticos da República Liberal e a implantação de um sistema bipartidário na prática, composto pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), governista, e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), oposicionista. O MDB, contudo, era a oposição consentida pelo governo, uma vez que os direitos políticos de diversos parlamentares e políticos brasileiros haviam sido cassados nos anos anteriores. Nas eleições que ocorriam nos anos iniciais do regime, o MDB geralmente praticava o boicote do pleito, abstendo-se de realizar campanhas eleitorais como forma de protesto velado ao regime. A realização de eleições periódicas era uma forma de o regime buscar se legitimar perante a sociedade e demonstrar sua representatividade. Desse modo, ao abster-se de fazer campanhas, o MDB questionava a legitimidade do próprio regime, embora, em termos práticos, isso significasse perda de espaço no Congresso Nacional.

Em 1974, o MDB mudou sua posição e realizou intensa e ativa campanha presidencial. O vitorioso no pleito, dada a ampla maioria arenista no Congresso, foi, naturalmente, o candidato do governo, Ernesto Geisel. A visibilidade da campanha do MDB, contudo, refletiu-se em importante vitória do partido nas eleições legislativas, de modo que o partido apresenta significativo crescimento no Congresso Nacional em 1974. Embora continuasse minoritário, o MDB obteve a maioria dos assentos em disputa no Senado Federal (somente 1/3, na ocasião), e o governo deixou de gozar de maioria qualificada no Congresso. A vitória do MDB foi vista com contrariedade pelo recém-eleito Geisel. O compromisso do presidente, da ala moderada ou castelista das Forças Armadas, com uma abertura "lenta, gradual e segura", supunha o estrito controle do governo sobre a redemocratização. Naquele mesmo contexto, a redemocratização de Espanha e Portugal reforçaria o argumento do governo a respeito da importância de uma transição controlada: na Espanha, a transição foi tranquila e implicou o retorno da monarquia; em Portugal, uma revolução (com participação de jovens tenentes) implicou a formação de um governo socialista.

O governo reagiu ao crescimento da oposição por meio de medidas antidemocráticas, de modo a conter o avanço do MDB nos anos seguintes. Desse modo, restringiu as propagandas eleitorais em televisão e, por meio do Pacote de Abril (1977), aprovado com o Congresso fechado pelo governo, fortaleceu o peso eleitoral em regiões onde a ARENA era mais poderosa, como Norte e Centro-Oeste (no qual o Mato Grosso foi dividido, aumentando a presença da região no Parlamento) e criando a figura dos "senadores biônicos", eleitos indiretamente pelas assembleias legislativas estaduais. Por um lado, essas medidas dificultaram o avanço do MDB no Parlamento (garantindo, por exemplo, a derrota da Emenda Dante de Oliveira no início dos anos 1980). Por outro, não impediram o crescimento da oposição da sociedade ao regime, por meio da OAB, da ABI e de novos movimentos sociais, como o novo sindicalismo do ABC paulista.

O ano de 1974 demonstraria que a ideia de transição política controlada enfrentaria obstáculos crescentes. O crescimento eleitoral do MDB, no mesmo ano, seria apenas um deles, como demonstrado pela oposição crescente ao regime tanto de atores favoráveis à redemocratização quanto da própria linha-dura das Forças Armadas. Ao fim e ao cabo, a transição acabou sendo controlada, embora com crescentes dificuldades e tensões.

QUESTÃO EXTRA • 20,00

Costuma-se afirmar que, após o Ato Institucional nº2, que instituiu o bipartidarismo no Brasil, havia o partido do "sim" e o partido do "sim, senhor": o Movimento Democrático Brasileiro e a Aliança Renovadora Nacional, respectivamente. Para um regime que se instaurara alegando defender a democracia – como fora o caso do regime militar de 1964 –, era importante manter a aparência de que havia disputa eleitoral no país, e a "boutade" denunciava a farsa. Nesse contexto, a eleição de 1974 foi um marco, pois a disputa, independentemente do resultado, apontou para a perspectiva de um embate verdadeiro, preparando os espíritos para a redemocratização.

Ao lançar a candidatura de Ulysses Guimarães à presidência da República – ou anticandidatura, como ficou conhecido o movimento –, o MDB preparou e fortaleceu um discurso de oposição ao regime militar. Naquele momento, as eleições indiretas para presidente beneficiavam a ARENA, o partido governista. Dada sua penetração nos rincões do país, onde prefeitos arenistas dominavam a política local, a ARENA não tinha dificuldades em eleger para o Congresso Nacional parlamentares alinhados ao regime, os quais elegiam o chefe do Executivo Federal. O MDB sabia que eram remotas as chances de Ulysses eleger-se num parlamento assim, mas a campanha, ao percorrer o país, divulgou e promoveu a oposição.

A penetração do MDB no interior do Brasil não foi um fato que não gerou quaisquer consequências. Sabe-se que o Congresso Nacional elegeu o General Ernesto Geisel, que derrotou Ulysses Guimarães. Com a anticandidatura, porém, percebeu-se que havia espaço para o embate político. Mesmo que, eleitoralmente, ainda não fosse possível derrotar o regime, a campanha do MDB tornou o partido mais atrativo aos olhos daqueles que, inconformados com o regime autoritário, não queriam aderir à luta armada. Isso explica, inclusive, o fato de o MDB ter agregado em seu seio desde os simpáticos ao socialismo aos partidários da democracia cristã.

Ainda na década de 1970, apesar da eleição de Geisel, o MDB obteve importantes vitórias eleitorais, as quais podem ser atribuídas ao ganho de prestígio resultante da heroica anticandidatura. O expressivo número de senadores eleitos pela oposição fez que, de repente, não se visse mais como garantida a eleição de um presidente da República arenista. Em um sistema eleitoral baseado no voto indireto, o avanço da bancada oposicionista era uma clara ameaça à continuidade do regime – ameaçava, pelo menos, o controle da abertura idealizada pelo governo Geisel, lenta e segura. Como resposta a esse crescimento da bancada do MDB, o governo promoveu e conseguiu a criação do senador biônico.

As eleições de 1974 tiveram um efeito mais sutil, no entanto importante. Com a anticandidatura de Ulysees, criou-se a tradição do embate. Enquanto o candidato do MDB percorreu e empolgou o país em 1974, na eleição seguinte – a da sucessão de Geisel –, a disputa entre a candidatura governista de Figueiredo e a candidatura oposicionista do também general Euler tomou o noticiário. Assim como Geisel, Figueiredo elegeu-se; chamava a atenção, todavia, que o MDB conseguisse lançar o nome de um homem dos quartéis.

Nesse contexto, percebe-se que o principal resultado da anticandidatura de Ulysses não se verificou em 1974, mas no momento da redemocratização. Assim como a Lei do Ventre Livre abrira, na alma do escravo, a perspectiva de direitos (conforme se alegou), as eleições de 1974 abriram, na alma do povo brasileiro, a perspectiva de democracia. A partir da campanha de 1974, o MDB não só penetrou os rincões atrasados do país, como progressivamente reuniu figuras que, a despeito das diferenças, coligaram-se em favor da instauração da Nova República.

PIOR NOTA • 13,00

As eleições de 1974 marcaram o início do processo de abertura lenta gradual e segura, promovido a partir do governo Geisel. O impacto da vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foi o de sinalizar que o regime militar enfrentaria crescentes desafios à sua sustentação.

As eleições de 1974 fazem parte de processo eletivo que foi mantido na maior parte do regime militar (1964-1985). Após o fechamento do Congresso no início do período, com o Ato Institucional I, o governo Castello Branco promoveu a reabertura e a composição de dois partidos, o ARENA, partido governista, e o MDB, que representaria forças de oposição. Nesse contexto, foram mantidas as eleições para governadores, prefeitos e Câmaras Legislativas, (tanto federais quanto estaduais). As eleições de 1974 permitiram ao MDB não só ocupar bancada substancial no Congresso (cerca de 40%), como lograr vencer algumas eleições governamentais, como foi o caso do Estado da Guanabara, com Moreira Franco.

O incremento da participação do MDB pode ser justificado por motivos sociais e econômicos. Na esfera social, o regime militar havia atingido seu nível mais alto de repressão, após a edição do Ato Institucional número 5, em 1969, ainda no governo Costa e Silva. O governo Médici foi, contudo, o principal executor da medida, que violava direitos humanos, privacidade e seguranças institucionais basilares da cidadania. Pode-se afirmar que o AI-5 levou a uma "descentralização da repressão", o que constituiu um dos principais desafios da proposta de abertura proposta por Geisel. No âmbito econômico, os anos do "milagre econômico", caracterizados por sucessivas taxas de crescimento do PIB na casa dos dois dígitos, já davam sinais de desgaste. O principal era a inflação galopante, que, para o consumidor final, é sempre um dos efeitos mais nefastos. De fato, a crescente crise econômica, entre a segunda metade dos anos 1970 e os anos 1980, foi, também, desafio do processo de abertura, uma vez que o argumento de "legitimação pela eficiência" não mais se sustentava.

O governo Médici procurou conter a expansão do MDB por meio de instrumentos constitucionais. É interessante notar que, mesmo com a possibilidade de edição de atos institucionais arbitrários, o governo tenha escolhido a via parlamentar para a implementação de mudanças. Nessa lógica pode ser compreendida a Lei Falcão, também de 1974, que instituiu parcela fixa de representação para a ARENA e, ainda, instituiu os chamados senadores "biônicos", que seriam escolhidos diretamente pelo governo.

Em termos de legitimação do governo, pode-se afirmar que o governo Médici promoveu singular iniciativa de "bonapartismo", ou seja, procurar desviar a atenção de questões internas para problemas externos. É nesse contexto que se insere a denúncia do Acordo Militar com os EUA (1952), em 1957. A justificativa da denúncia deu-se em contexto de pressão dos EUA (governo Jimmy Carter) pela questão dos direitos humanos, que o governo brasileiro abordou como atentado à soberania nacional.

Ainda no âmbito da política externa, as iniciativas do chamado "pragmatismo responsável e ecumênico", como a diversificação de parcerias comerciais (principalmente na África e no Oriente Médio) eram uma certa apropriação da agenda do MDB.

A partir do governo Figueiredo o processo de abertura é consolidado, a despeito de eventuais tentativas de alas radicais de reverter a situação, como no episódio do Riocentro.

As eleições de 1974 marcam, portanto, momento de inflexão quanto à necessidade de abertura do regime, pois este não se sustentava mais, nem pela via autoritária, nem pela via da legitimação pela eficiência econômica.

7

Geografia

QUESTÃO 1

De acordo com o estudo Brasil em Desenvolvimento, Estado, Planejamento e Políticas Públicas, de 2011, do IPEA, a fronteira internacional do Brasil percorre onze unidades da Federação, delimitando o território nacional com o de dez países da América do Sul. Na faixa de 150 km de largura ao longo de 15.719 km (27% do território nacional), existem 588 municípios, com aproximadamente 10 milhões de habitantes. Esses municípios têm atraído significativos contingentes de migrantes a partir de dinâmicas econômicas nacionais e internacionais. As aglomerações transfronteiriças incluem duas ou mais cidades que apresentam relações expressivas entre si, podendo se localizar na fronteira de dois ou mais países, incluindo o Brasil. Essas aglomerações materializam um conjunto de novas possibilidades de inserção na divisão do trabalho, não se restringindo apenas à população local, mas expandindo sua influência para cidades e regiões além da fronteira, reforçando, assim, sua condição de centralidade na rede urbana da América do Sul.

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, discorra sobre o papel das aglomerações transfronteiriças nas dinâmicas de desenvolvimento regional, com foco nos seguintes tópicos:

- cidades de fronteira e seu papel estratégico nas políticas de integração sul-americana;
- funções, oportunidades e possibilidades no desenvolvimento das cidades/aglomerações transfronteiriças;
- papel das infraestruturas de transporte na condição de centralidade das cidades de fronteira.

1. Extensão máxima: 90 linhas
2. Valor: 30,00 pontos]
3. Média: 22,8 amp. / 25,0 afro.
4. Desvio padrão: 4,8 amp. / 4,7 afro.

RESPOSTA 1 • 30,00

João Soares Viana Neto

Recente estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mapeou os arranjos populacionais brasileiros, aglomerações que foram definidas com base em dois critérios, quais sejam: a ocorrência de conurbação entre as cidades ou um fluxo pendular de dez mil pessoas por dia entre elas. Entre esses arranjos, podem-se destacar as aglomerações transfronteiriças, cujo papel na hierarquia urbana nacional se pode avaliar pela sua importância para que o espaço brasileiro se conecte não apenas com os vizinhos sul-americanos, mas também com outros países.

Na rede sul-americana, destacam-se as cidades de fronteira. Antes do rodoviarismo promovido pelo governo de Juscelino Kubitschek, sabe-se que era quase inexistente a integração entre os municípios brasileiros, numa lógica de ilhas econômicas. A existência, nos dias atuais, de fluxos de pessoas, de mercadorias e de serviços entre cidades brasileiras e cidades dos países vizinhos atesta o quanto se avançou em termos de fluidez do espaço geográfico brasileiro. Como exemplo de aglomeração transfronteiriça relevante, pode-se citar aquela formada por Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Cidade do Leste, no Brasil, na Argentina e no Paraguai, respectivamente, a chamada região da Tríplice Fronteira.

No começo dos anos 2000, reconhecendo as dificuldades em expandir sua área de influência até a América Central e o Caribe, o governo brasileiro substituiu, em suas prioridades, a noção de América Latina pela de América do Sul. De fato, América Central e Caribe ligavam-se, tradicionalmente, aos Estados Unidos, de modo que era mais fácil, para o Brasil, investir na consolidação de um espaço sul-americano, o que se buscou fazer por meio da IIRSA, inciativa voltada para a formação de uma infraestrutura regional sul-americana. A partir daí, o desenvolvimento da infraestrutura de energia e de transportes impulsionaria a integração entre as populações, processo que se evidencia nas cidades de fronteiras, sobretudo.

Quando se analisa um arranjo transfronteiriço como o formado por Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú, fica evidente o conceito de cidades gêmeas. Trata-se, em linhas gerais, de aglomerações urbanas que, separadas por um divisor natural, estão indissoluvelmente ligadas, econômica e socialmente, com fluxos dinâmicos entre si. Exemplo histórico é o das cidades de Buda e Peste, cujo vínculo era tão profundo, que resultou na fusão de ambas, formando Budapeste. Mesmo quando não se chega a esse ponto, cidades gêmeas dividem possibilidades e desafios. O desafio evidente, conforme se verifica nas cidades brasileira e argentina, é a necessidade de combater a criminalidade transfronteiriça, o que exige coordenação entre as respectivas forças policiais. As oportunidades, porém, também são inquestionáveis, como se percebe com o dinamismo econômico, caracterizado pelo fluxo não apenas de bens, mas também de mão de obra. Mais do que isso, a Tríplice Fronteira foi a base de cooperação dos três países com os Estados Unidos, quando, na esteira do 11 de setembro, o terrorismo determinou a agenda de segurança internacional.

Nas cidades de fronteira, o desenvolvimento da infraestrutura de transportes é fundamental, se se quer que essas aglomerações sirvam de base para a integração de todo o espaço sul-americano. Sem integrar os transportes, é impossível fazer que os benefícios da integração nas fronteiras cheguem ao litoral do Atlântico e ao litoral do Pacífico. Foi essa a razão de a IIRSA ter sido sempre prioritária, e seu êxito é atestado, por exemplo, pela existência da chamada rodovia do Pacífico, que liga os portos brasileiros aos portos do Pacífico, como o porto de Antofagasta. No modal hidroviário, pode-se destacar a hidrovia do Tietê-Paraná, a chamada hidrovia do Mercosul. Trata-se de inciativas que vêm ao encontro do que afirmou Milton Santos, para quem não basta produzir, sendo necessário pôr em circulação – ou, em outras palavras, a circulação preside a produção.

A integração do Atlântico ao Pacífico, passando pelas cidades de fronteira, ganha ainda mais importância quando se observa que o Pacífico vai consolidando-se como espaço privilegiado das trocas comerciais internacionais, e a Ásia, como o continente mais dinâmico em termos de comércio. Geopoliticamente, inclusive, a união de ambas as costas marítimas da América do Sul atende aos interesses brasileiros, pois o país tem uma imensa massa continental e um litoral extenso, o que o coloca em posição destacada, seja com base numa hipótese geoestratégica terrestre, seja com base numa hipótese geoestratégica marítima.

As cidades de fronteira são essenciais ao desenvolvimento da economia brasileira. Considerando-se a relevância do agronegócio para a geração de saldos em conta corrente e que essa produção, atualmente, se destaca na região Centro-Oeste do país, não se pode ignorar a importância de tornar mais fluidos os fluxos com os países vizinhos a essa região. A atualidade dessa preocupação fica evidente quando se observa o interesse do governo brasileiro em projetos como o da ferrovia cortando a região, a desenvolver-se com a participação de capital chinês. O objetivo, destaque-se, é chegar ao Pacífico.

As aglomerações transfronteiriças são os centros a partir dos quais se tem viabilizado a integração sul-americana, seja a integração dos mercados, seja a dos transportes, seja a da produção energética. Mais do que importância econômica, essas aglomerações têm importância social e política. Não é outra a razão de a Tríplice Fronteira, por exemplo, estar indissoluvelmente associada ao Mercosul. Não se trata de comércio e de Itaipu apenas, mas da consolidação de uma verdadeira identidade mercosulina.

RESPOSTA 2 • 30,00

Mariana da Silva Giafferi

As aglomerações fronteiriças são uma das dimensões mais visíveis do processo de integração regional na América do Sul, uma vez que, nesses casos, o impacto sobre o cidadão se faz sentir de modo mais nítido. É importante observar que essas aglomerações cumprem papéis distintos, segundo o local em que estão inseridas, mas sua característica de ponto de contato confere-lhes potencial para tornar-se importantes polos de crescimento e, eventualmente, polos de desenvolvimento. A cooperação internacional é essencial, nesse sentido, para garantir o "direito à cidade".

O esforço de integração sul-americano pode ser analisado não somente a partir do enfoque na escala regional, mas também na escala local, com destaque para o papel das cidades de

fronteira, que, no caso brasileiro, são múltiplas pelo território. A função estratégica dessas aglomerações, no Brasil, ficou evidenciada pela elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento das Fronteiras, que adota a teoria das fronteiras como ponto de partida para a elaboração de uma política integrada de desenvolvimento em cooperação com os vizinhos latino-americanos.

O Plano Nacional brasileiro considera as fronteiras norte do país como sendo do tipo "zona-tampão", o que não significa que a integração, nessa área, seja menos desejável. Pelo contrário, nota-se que são ainda maiores os desafios relacionados à promoção do desenvolvimento em cidades fronteiriças com a Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname, onde observa-se a presença de reservas indígenas, unidades de conservação ambiental e, muitas vezes, atividades ilegais. A coordenação das atividades internacionais, nesses casos, está voltada para a garantia do desenvolvimento sustentável, com destaque para a atuação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Tratados internacionais para a facilitação do desenvolvimento de populações indígenas em regiões de fronteira, como no município de São Gabriel da Cachoeira, também são essenciais para assegurar os direitos dessas comunidades. Em outras aglomerações que permitem maior contato entre regiões urbanas, como em Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa, maior integração infraestrutural é desejável para possibilitar o dinamismo econômico e criar espaços luminosos, sendo a construção de ponte e o estabelecimento de regime especial de comércio nessa localidade objeto de recentes encontros entre os governos do Brasil e da França.

No caso do Peru e da Bolívia, as cidades de fronteira com o Brasil apresentam caráter distinto, com maior incidência histórica de fluxos populacionais, haja vista a economia da borracha em regiões do Estado do Acre no início do século XX. As fronteiras nessa região são, portanto, consideradas como de "margem" ou "capilar" e apresentam enorme potencial para se transformarem em polos de desenvolvimento. Os projetos de construção de hidrelétrica binacional com a Bolívia, no rio Madeira, ou de construção de ferrovia transoceânica ligando o Rio de Janeiro ao litoral do Peru não devem desprezar, desse modo, a dimensão local. A maior porosidade dessas fronteiras ainda faz que elas sejam local privilegiado para rotas de migrantes, a exemplo de haitianos. Desse modo, a cooperação internacional faz-se necessária para coibir a ação de traficantes de seres humanos e administrar esses fluxos populacionais. Dada a relevância dos rios da Bacia Amazônica para o desenvolvimento da região, a integração e aprimoramento logístico das rotas fluviais é essencial para as cidades de fronteira.

O caso da fronteira entre Brasil e Bolívia é ainda mais particular, ao se considerar a presença, na região do Mato Grosso, de frentes de expansão dos complexos agroindustriais brasileiros em direção à Bolívia, na localidade da "Media Luna". Nesse caso, uma gestão conjunta com foco na infraestrutura de escoamento da produção e geração de renda para as populações das aglomerações transfronteiriças é essencial para promover a integração com crescimento inclusivo no âmbito sul-americano.

Finalmente, temos as fronteiras brasileiras com Argentina, Paraguai e Uruguai, que, por seu caráter essencial na estratégia de desenvolvimento nacional nos últimos anos, comportando intensos fluxos, são consideradas como "sinápticas". Nessa região, é notável a presença de arranjos populacionais com fluxos diários acima de 10 mil pessoas, em cidades gêmeas como Foz do Iguaçu-Ciudad del Este e Ponta Porã-Pedro Juan Caballero. Nesses casos, o desenvolvimento de adequada infraestrutura de transportes nas aglomerações fronteiriças é essencial para a concretização das quatro liberdades previstas na persectiva de formação de um mercado comum (MERCOSUL): pessoas, capitais, bens e serviços. A ratificação do Acordo de Facilitação de Residência para cidadãos dos países do MERCOSUL, a inclusão da Venezuela e a perspectiva de inclusão da Bolívia no bloco acarretam desafios adicionais à gestão das cidades fronteiriças em contexto de integração pela via econômica.

As cidades/aglomerações transfronteiriças na América do Sul criam, desse modo, oportunidades para o incremento do comércio, mas também para a promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo, mesmo em "zonas-tampão", em que a intensidade das trocas ainda é baixa. No caso de aglomerações em zonas de fronteira "sináptica" ou de "margem", a a integração regional transportada para o contexto local tem potencial para criar laços sociais e culturais que transcendem a lógica econômica, embora esta ainda seja preponderante. Para aproveitar o papel estratégico dessas aglomerações transfronteiriças, os países da região têm conferido atenção a esse tema nas reuniões da UNASUL e do MERCOSUL, sendo que as cidades gêmeas são expressão mais concreta da cidadania mercosulina.

As infraestruturas de transporte são essenciais para possibilitar o desenvolvimento dessas aglomerações fronteiriças, tanto ao possibilitar o contato entre os territórios de dois ou mais países quanto ao conectar essas cidades aos eixos macro da integração física sul-americana. Em contexto de disseminação do meio técnico-científico-informacional, em que a circulação preside a produção, o desenvolvimento de infraestrutura de transportes pode efetivamente contribuir para a criação de atividades produtivas locais.

Desse modo, o Brasil, em âmbito doméstico e internacional, tem dedicado atenção à questão fronteiriça, ao reconhecer seu papel de vetor de crescimento e desenvolvimento, especialmente em contexto de globalização e integração. A gestão integrada dessas aglomerações deve considerar sua posição geográfica, assim como as necessidades das populações locais, de modo que esses polos de crescimento possam reverter-se em polos de desenvolvimento inclusivo e sustentável.

RESPOSTA 3 • 30,00

Ramiro Januário dos Santos Neto

As aglomerações transfronteiriças exemplificam as mudanças por que passa o planejamento territorial levado a cabo pelos países da América do Sul. Nessas aglomerações fica patente o redimensionamento da escala a ser considerada pelos planejadores estatais, não sendo mais a região de fronteira considerada periférica, mas central para políticas urbanas e de desenvolvimento regional. Nesse contexto, analisar-se-á [1] o papel estratégico das aglomerações transfronteiriças no contexto sul-americano, as funções e potenciais dessas

aglomerações para o desenvolvimento em seu entorno e o papel da logística para a centralidade dessas aglomerações.

No atual modelo de desenvolvimento pós-fordista do capitalismo, o conceito de centralidade relativiza-se, e o central passa a ser o local em que é possível perpetuar a valorização do capital e, por conseguinte, promover o desenvolvimento regional – como é o caso das aglomerações transfronteiriças em algumas regiões. No contexto sul-americano, verifica-se a continuidade da desconcentração concentrada, apontada por Milton Santos, das atividades industriais, levando para a região de fronteira brasileira, principalmente no Sul e Centro-Oeste, uma gama de atividades associadas ora ao complexo agroindustrial – como no oeste do Paraná, oeste do Mato Grosso do Sul e oeste do Mato Grosso – ora a polos industriais, como no Amazonas. Verifica-se que essa desconcentração é mais restrita ao Brasil meridional, alargando a região concentrada apontada por Santos e constituindo uma verdadeira região Centro-Sul, como apontada por Pedro Geiger. Assim, não sendo mais consideradas periféricas, essas regiões de fronteira do Brasil abrigam aglomerações urbanas que são polos de desenvolvimento regional.

As cidades de fronteira, nesse contexto, desempenham papel estratégico nas políticas sul-americanas de integração, como as levadas a cabo no âmbito do Mercosul. De acordo com a conceituação de Cuisinier-Raynal sobre "interações transfronteiriças", o contato entre cidades na região de fronteira podem ser sinápticos, capilares, em "frentes" de fronteira ou não possuir qualquer contato. No âmbito do Cone Sul, busca-se interações sinápticas – que são aquelas que têm grande relação socioeconômica entre as cidades que se situam na fronteira – para as cidades que formam aglomerações transfronteiriças com cidades do Paraguai, da Argentina e do Uruguai. Por exemplo, no contexto do FOCEM foram feitas obras para levar a energia produzida pela hidrelétrica binacional de Itaipu para Assunção. As linhas de transmissão construídas com recursos provenientes desse fundo do Mercosul exigirão o planejamento integrado para três cidades de fronteira: Foz do Iguaçu, Puerto Iguaçu e Ciudad del Leste, aumentando a interação sináptica entre essas aglomerações transfronteiriças.

O desenvolvimento das aglomerações transfronteiriças possibilita que elas exerçam determinadas funções na rede urbana e geram possibilidades para suas populações. Primeiramente, as cidades transfronteiriças funcionam como hubs por onde circulam os fluxos – seja de pessoas, seja de mercadorias – no contexto da integração regional. Por exemplo, os entrepostos aduaneiros localizados no oeste do Paraná e do Rio Grande do Sul são fixos por onde passam a maior parte da exportação de produtos de alto valor agregado com destino aos países do Mercosul. Em segundo lugar, essas cidades oferecem possibilidade de incremento do desenvolvimento socioeconômico de seus habitantes, como é o caso de Corumbá, na fronteira com a Bolívia, que recebeu investimentos para a construção de infraestrutura de saneamento básico dentro do âmbito do FOCEM. Com relação as possibilidades, elas são as mais variadas e envolvem desde projetos para revitalizar a infraestrutura urbana, como no caso de Corumbá citado, até projetos de transformar polos industriais fronteiriços em referência de desenvolvimento sustentável, como é o caso do Plano Amazônia Sustentável (2008), baseado nos estudos de Bertha Becker, o qual visa a transformar o desenvolvimento predatório da região amazônica em desenvolvimento baseado na biotecnologia, o qual, consequentemente, poderia irradiar seu modelo de desenvolvimento para as cidades fronteiriças dos países da região amazônica.

As infraestruturas de transporte têm papel crucial para a centralidade das cidades de fronteiras, pois, ao torna-las entrepostos na ligação da malha logística regional, essas infraestruturas promovem o desenvolvimento local. No âmbito da IIRSA, ligada ao Conselho de Planejamento da UNASUL, há previsão de se utilizar as regiões navegáveis das bacias do Paraguai e do Paraná para a navegação de cargas. Esse projeto pode revitalizar as cidades portuárias e que fazem parte de aglomerações transfronteiriças. Ainda no contexto da IIRSA, está em acelerada marcha o projeto de construção da Ferrovia Transoceânica, que ligará o porto de Ilu, no Peru, ao porto de Açu, no litoral do Rio de Janeiro. A depender do traçado da ferrovia na fronteira do Brasil com o Peru, na região amazônica, diversas cidades transfronteiriças no Brasil setentrional podem ganhar condições de centralidade.

Conclui-se que as aglomerações transfronteiriças têm grande potencial de desenvolvimento em decorrência do planejamento territorial feito, atualmente, não mais em escala nacional, mas em escala sul-americana. Com o aprofundamento da cooperação econômica e política nos âmbitos do MERCOSUL e da CELAC, essas cidades transfronteiriças que se encontram em 27% do território nacional têm condições alvissareiras de desenvolvimento.

[1]. Decidiu-se manter os erros gramaticais, para que o candidato veja o grau de influência deles na nota atribuída à resposta.

PIOR NOTA • 12,00

O complexo exercício de engenharia diplomática que é a construção da integração sul-americana é complexo justamente porque durante séculos os países da região voltaram as costas para si mesmos e privilegiavam a integração com polos mais desenvolvidos de outros continentes. Essa abordagem refletia-se no tratamento das cidades de fronteira, que eram vistas mais sob a ótica de segurança do que de integração em favor do desenvolvimento mútuo. Na primeira década do século XXI, a nova visão sobre integração sul-americana, que tem como marcos a IIRSA, no início da década, e a UNASUL, no fim, estabeleceram como foco a integração entre os países do continente e isso fortaleceu o papel das cidades de fronteira como importantes nós da integração regional.

Na política de integração sul-americana, privilegia-se a cidade de fronteira não como zona tampão, mas na categoria de sinapse, de integração profunda dos espaços urbanos fronteiriços. É na integração entre cidades como Letícia e Tabatinga, Benjamim Constant e Ramon Castillo ou Foz do Iguaçú e Ciudad del Este que o esforço diplomático se materializa. Nesse sentido, é paradigmático qua a ponte entre Jaguarão e Rio Branco tenha sido escolhida como primeiro patrimônio cultural do Mercosul. Sob a nova ótica da integração sul-americana, fronteira não pode ser vista exclusivamente como limite, mas como espaço de densificação que deve ser aproveitado pelos países que se engajam no desafio de se integrar.

As funções, oportunidades e possibilidades de desenvolvimento de cidades transfronteiriças são tão múltiplas quanto as próprias realidades dessas cidades. Se a criação do espaço pelo Estado, na expressão de Henri Lefebvre, já é um exercício complexo quando se trata de territórios que envolvem apenas um país, esse desafio se multiplica quando dois ou mais países estão envolvidos, o que corrobora a necessidade de diálogo fluido e constante que a integração deve permitir. Quando se analisa a região do MAP, na Amazônia Ocidental, envolvendo Madre de Dios, Acre e Pando, percebe-se que ali se concentram não apenas graves questões sociais que só podem ser solucionadas em conjunto, mas também é um polo dinâmico de integração regional entre três países amazônicos.

A construção do espaço transfronteiriço pelos Estados envolvidos depende, portanto, de políticas públicas adequadas e específicas para cada realidade regional. O regime tributário especial entre cidade do Amapá e St. Georges de l'Oyapock, na Guiana Francesa, por exemplo, é importante para a vida cotidiana dos moradores da região, mas as necessidades de aglomerações maiores, como Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, são outras, e essas diferenças devem ser consideradas. A questão da segurança persiste em algumas regiões transfronteiriças e a integração entre as polícias federais deve ser mantida, mas a ótica de integração deve ser transversal.

O Plano Amazônia Sustentável, por exemplo, considera a importância da integração e do fluxo transfronteiriço para o desenvolvimento sustentável da região. Trata-se de um passo além da harmonização de Planos Diretores que, a despeito de tornarem a vida dos habitantes mais fácil, não são suficientes para o desenvolvimento duradouro. Para o pleno desenvolvimento das oportunidades que cada região oferece para suas cidades de fronteiras, é necessário que o Estado esteja engajado na transformação dos espaços fronteiriços em espaços fluidos, luminosos, de densificação, na terminologia de Milton Santos. O impulso diplomático em favor da integração sul-americana trouxe o envolvimento político; o desafio é traduzir esse envolvimento na prática.

Para isso, é essencial planejar a infraestrutura de transportes nas regiões que envolvem cidades de fronteira. Não fazem mais sentido trilhos ferroviários com bitolas diferentes para impedir eventual invasão. O COSIPLAN da UNASUL herdou os projetos da IIRSA e tem o grande desafio de colocar a infraestrutura como fator de integração, e não mais de fragmentação. Infraestruturas de transportes adequadas reduzem custos e, mais importante, permitem a geração de valor para as regiões fronteiriças envolvidas, tornam o espaço mais fluido e luminoso. Os estudos realizados recentemente sobre os caminhos possíveis para integração da linha ferroviária Mesopotâmica, na Argentina, à malha ferroviária do Sul do país é paradigmático dos novos tempos.

Assim como as cidades globais concentram diversidade e são reterritorializadas, como afirma Saskia Sassen, um paralelo pode ser feito, embora em escala distinta, com as cidades de fronteira. Elas também concentram diversidade e são reterritorializadas, mas, diferentemente das cidades globais, que muitas vezes estão descoladas das suas hinterlândias, as cidades de fronteira dependem do esforço dos Estados-nacionais envolvidos para que possam realizar todo seu potencial. Na ausência desse esforço pró-integração em favor do desenvolvimento, a integração se dará por meio do narcotráfico e da criminalidade, uma reterritorialização perversa que tornaria mais difícil a vida dos milhões que vivem nessas regiões.

Assim, rodovias como as que ligam Roraima a Venezuela ou as iniciativas energéticas, como a linha de transmissão entre San Carlos e Candiota, são um bom começo para a reparação de séculos de fragmentação que caracterizou o espaço sul-americano e podem, à medida que avançam, trazer um ímpetp novo para a integração regional.

[O candidato recorreu veementemente da nota atribuída a essa questão e recebeu a resposta padrão dos recursos de Geografia.]

QUESTÃO 2

A Convenção do Patrimônio Mundial, aprovada em 1972, inscreve-se entre as mais bem-sucedidas estratégias da UNESCO para a preservação da diversidade dos povos, de suas culturas e territórios, nas quais, em última instância, estão assentados os fundamentos do respeito, da tolerância e de um desenvolvimento social e culturalmente equilibrado. Em 1977, o Brasil aderiu à Convenção, e, entre 1980 e 2015, dezenove sítios culturais e naturais brasileiros foram inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, o que resultou, nos dias atuais, em um painel bastante representativo da riqueza cultural e natural do país.

J. Werthein. Prefácio. In: F. F. Silva. As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade. São Paulo: EdUSP, 2003, p. 7 (com adaptações).

A partir da reflexão sobre a informação contida no excerto acima, explique a relação contraditória entre, por um lado, a consagração do patrimônio da humanidade no Brasil e a gestão ambiental e cultural brasileiras, e, por outro lado, as especificidades do desenvolvimento territorial histórico do país.

Extensão máxima: 60 linhas

[valor: 20,00 pontos]

Média: 11,0 amp. / 11,2 afro.

Desvio padrão: 2,1 amp. / 1,3 afro.

RESPOSTA 1 • 15,00

Isadora Loreto da Silveira

A relação entre a concepção de patrimônio da humanidade e a gestão ambiental e cultural e as especificidades do desenvolvimento do território brasileiro é, a um só tempo, contraditória e complementar. Se, por um lado, o Brasil tem uma postura soberanista em relação aos seus recursos naturais, como a Amazônia e o pré-sal, localizado na "Amazônia Azul"; por outro, desde os anos 1990, o País vem aderindo aos mais diversos regimes internacionais, esposando uma visão universalista acerca da importância da conservação ambiental e cultural. Nesse sentido, percebe-se que as duas noções, apesar de aparentemente contraditórias, são complementares.

Em 1972, na Conferência de Estocolmo, os países desenvolvidos advogaram a tese do "crescimento zero" para evitar o agravamento da degradação ambiental, desagradando os países em desenvolvimento. Quatro anos mais tarde, o Brasil aderiu à Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO. Após o relatório Brundtland, em 1987, e a consolidação crescente do conceito de desenvolvimento sustentável, o Brasil sediou a Cúpula da Terra da ONU ou Rio-92, no início dos anos 1990. Nessa ocasião, o País advogou a ideia de "responsabilidades comuns, mas diferenciadas" no combate às mudanças climáticas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e defendeu sua soberania sobre a Amazônia, afastando as noções de "pulmão do mundo" e de "patrimônio comum". A postura brasileira em 1977 e em 1992 não apresenta contradição, pois admitir a existência de sítios culturais e naturais brasileiros incluídos na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO não implica a possibilidade de sua exploração por outros países.

Ainda, a gestão ambiental brasileira, iniciada sob o paradigma nacional-desenvolvimentista de Vargas nos anos 1930, evoluiu muito ao longo do tempo. Hoje, cinte de suas obrigações internacionais em foros ambientais e da necessidade de promoção do desenvolvimento sustentável, o Brasil opera nessa seara a partir do paradigma, consagrada na Rio+20, realizada em 2012, de "crescer, incluir, conservar e proteger". Na Cúpula do Desenvolvimento Sustentável, realizada recentemente durante a 70ª reunião da Assembleia Geral da ONU, o Brasil anunciou, antecipadamente, sua contribuição nacionalmente determinada (INDC) para o combate às mudanças climáticas. Na ocasião, a presidente Dilma Rousseff anunciou que o Brasil pretende reduzir em 43% suas emissões de gases geradores de efeito estufa até 2030, em relação aos níveis de 2005. O Brasil foi um dos únicos países em desenvolvimento a assumir metas de redução absolutas. O Brasil também é signatário da Convenção de Diversidade Biológica (1992), da Convenção do Combate à Desertificação (1994) e dos protocolos de biossegurança de Cartagena e Nagoya-Kuala Lumpur. Ademais, conta com sistema nacional de unidades de conservação desde 2000, com legislação referente ao manejo de resíduos sólidos, recursos hídricos, etc.

O Brasil, portanto, combina a defesa da soberania sobre seus recursos e riquezas ambientais com a assunção de responsabilidades a nível global em questões ambientais. No que tange às suas riquezas culturais, que inclui não só cidades históricas, mas também "patrimônios imateriais", ou seja, danças, manifestações folclóricas, culinária, entre outros, o Brasil ao mesmo tempo se esforça em conservá-las a partir de políticas nacionais e apoia a sua inserção na lista da UNESCO

para, simultaneamente, reforçar seu caráter nacional e permitir a sua divulgação no âmbito internacional.

Assim, o Brasil assume responsabilidades tanto no âmbito interno quanto no externo para assegurar a conservação de suas riquezas naturais e culturais e, sem renunciar de sua soberania, aceita a consagração do conceito de "patrimônio da humanidade". Percebe-se, assim, que a ideia de complementaridade se sobrepõe à de contradição. Muito embora a ideia de soberania tenha sido muito reforçada no que se refere ao desenvolvimento territorial brasileiro ao longo do tempo, em função do temor da espoliação de seus recursos por potências com inclinações imperialistas, ela vem, cada vez mais, combinando-se de forma articulada com concepções mais universalistas em relação às temáticas de meio ambiente e cultura.

RESPOSTA 2 • 15,00

Riane Laís Tarnovski

A relação contraditória entre, por um lado, a consagração de sítios culturais e naturais brasileiros como patrimônio da humanidade e a gestão cultural e ambiental brasileiras e, por outro lado, as especificidades do desenvolvimento histórico do território brasileiro é explicada pelo modelo de desenvolvimento adotado para a industrialização e o crescimento econômico do país até aproximadamente a década de 1990.

Embora a UNESCO, de fato, muito tenha contribuído para a consagração de patrimônios mundiais e para a sua preservação, tal fenômeno não passou de forma acrítica. Cita-se, como exemplo, a tese de "patrimonialização global" de Everaldo Batista da Costa, que critica, de certa forma, a estetização e a banalização urbana por meio de marketing pós-cancela de patrimônio mundial da UNESCO, como ocorreu com a cidade de Ouro Preto. De todo modo, o Brasil felicita-se em já contar com 19 sítios culturais e naturais, como Brasília e Ouro Preto. Contudo, antes de iniciar políticas mais sustentáveis na gestão ambiental e cultural, o Brasil seguia um padrão de desenvolvimento a todo custo.

Pode-se marcar o governo Vargas como o início do paradigma desenvolvimentista do Brasil, interessado em industrializar e integrar o país. Antes disso, a ocupação do território e a produção econômica concentravam-se no litoral e no interior paulista. Embora Vargas tivesse promulgado Códigos de Minas e das Águas, a preocupação era a nacionalização dos recursos e sua exploração. A criação do DNER e o planejamento de Goiânia facilitaram a interiorização do país, mas sem qualquer preocupação ambiental ou com as populações indígenas e ribeirinhas, obrigadas a se deslocarem, com perdas irreversíveis de costumes e cultura. A construção de Brasília e o Rodoviarismo de Juscelino Kubitschek seguiram a mesma lógica até alcançar o ápice no Regime Militar, que alçava a bandeira de "integrar para não entregar" quanto à ocupação dos anecúmenos amazônicos – regiões de fronteira –, que seguiu a lógica dentrítica (espinha de peixe), com a construção de rodovias – muitas das quais sequer foram asfaltadas –, com destaque para a Transamazônica. Muitos migrantes, especialmente nordestinos, morreram nessa empreitada na floresta "inóspita". Não foram os únicos, porém, já que, novamente, tribos indígenas e comunidades locais foram "expropriadas" sem amparo.

Nos foros internacionais de debate que surgiam (como Estocolmo, em 1972), o Brasil defendia soberania intransigente sobre seus recursos naturais e defendia seu "direito de poluir". Interessava ao país industrializar-se e integrar-se (II e I PND, respectivamente). A Revolução do meio técnico-científico-informacional, implantado diretamente sobre o meio natural do Cerrado do Centro-Oeste, com apoio japonês e a EMBRAPA, possibilitou agricultura de soja e ocupação territorial, mas com o custo do desmatamento do bioma com queimadas e homogeneização.

Somente com o fim da Ditadura e o "resgate das hipotecas", na década de 1980, o Brasil passou a adotar postura preventiva no que tange ao meio ambiente e à proteção dos direitos humanos, culturais e sociais das minorias, como os quilombolas e indígenas. Como exemplo dessa mudança de postura, citam-se: a Política Nacional do Meio Ambiente, o CONAMA, os relatórios EIA/RIMA, a Constituição Federal de 1988 (arts. 5º e 225), o IBAMA e o início da adesão aos Pactos Internacionais de direitos humanos. É de bom alvitre lembrar que, entre as décadas de 1960 e 1990, a Amazônia perdeu a maior parte da cobertura vegetal até hoje registrada, o que demonstra a lógica exploratória do desenvolvimento territorial do país, chamando a atenção internacional e nacional de ambientalistas e defensores da floresta. A maior geógrafa no assunto, Bertha Becker, desenvolveu um planejamento para a Amazônia, deslocando o vetor técnico-industrial para o vetor técnico-científico, proporcionando o desenvolvimento regional com tecnologia de alto valor agregado relacionado aos recursos locais, como plantas medicinais.

O Brasil migrou, portanto, para o modelo de desenvolvimento sustentável, consagrado na RIO-92, confirmado na RIO+20 e centralizado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, congregando crescimento econômico com inclusão social e conservação ambiental. Eis, em tese, o fim da contradição apontada na introdução. É notável a redução do desmatamento ilegal na Amazônia, sobretudo desde 2002, bem como a importância do PPCDam (2004) e do PAS (2008), que normatizou o modelo proposto por Becker. No entanto, permanecem, ainda, algumas incongruências, tais como a autorização para Rodovias, como a BR-163 (Cuiabá-Santarém), e a aprovação do Novo Código Florestal, que também trouxe alguns retrocessos. Por outro lado, as reservas indígenas e a proteção a diversos sítios urbanos, como Diamantina, Paraty, Ouro Preto e Brasília, são dignos de nota e comprovam a mudança da postura histórica brasileira para uma ação mais preventiva.

A relação contraditória entre gestão cultural e ambiental, somado à consagração do patrimônio da humanidade no Brasil, e as peculiaridades do desenvolvimento territorial histórico do país, como explanado, explica-se pelo modelo de desenvolvimentismo adotado desde 1930, com alteração significativa a partir de 1980, com a consagração do desenvolvimento sustentável, embora persistam incongruências.

RESPOSTA 3 • 14,00

Ana Flavia Jacintho Bonzanini

A adesão do Brasil à Convenção do Patrimônio Mundial e a declaração de dezenove sítios como patrimônio culturais e

naturais brasileiros representam o compromisso nacional em promover o desenvolvimento sustentável e proteger o rico histórico natural e cultural do território. A despeito de ações estruturais para promover a proteção ambiental e cultural, o desenvolvimento territorial brasileiro, historicamente, baseou-se em lógica predatória, ou "economia de fronteira", com novos territórios sendo incorporados ao processo produtivo de forma insustentada e desrespeitosa ao meio ambiente.

De acordo com Robert de Morais, a lógica de fronteira orientou a formação territorial brasileira na medida em que, dispondo de vasto território a ser ocupado, os colonizadores empreenderam uma marcha para o sertão em que a terra e as riquezas naturais eram percebidas como recursos infinitos. Ademais, o histórico legal da apropriação dos recursos naturais do Brasil foi marcada pela preponderância da assimilação privada, com o Estado tendo dificuldades em controlar como ocorria o processo de assimilação de terras e de recursos.

Somente com a afirmação de um Estado mais forte, notadamente após a Era Vargas, é que se começou a centralizar a gestão do patrimônio cultural e ambiental. Se, por um lado, o desejo de controle das reservas naturais - que se consubstanciou no Estatuto de Águas, de Minas, etc. - fora motivada pelo projeto desenvolvimentista nacional, a preocupação com a proteção do patrimônio histórico despertara com o Modernismo, que apontou para a necessidade de se conservar a riqueza do Barroco tipicamente brasileiro de Minas Gerais.

No entanto, o movimento de apropriação de riquezas pelo Estado não se revestiria, tão cedo, de características conservacionistas e sustentáveis. Durante todo o regime militar imperava o vetor técnico-industrial de incorporação territorial, com o desejo de Brasil-potência sobrepujando qualquer respeito ao meio ambiente. Movimentos como a expansão da soja pelo Cerrado ou a ocupação da Amazônia via rodoviarismo, projetos que causaram profundos impactos nos biomas, tiveram origem nesse momento.

O ano de 1972 representa significativo marco nessa seara, não só porque o Brasil assinou a mencionada Convenção de Patrimônio Mundial, mas porque ocorreu a Conferencia de Estocolmo, primeira Conferência internacional de peso a tratar sobre a temática ambiental. Ainda assim, embora tenha participado, a postura do Brasil em relação à proteção ambiental não mudara, defendendo o regime militar um soberanismo intransigente, com o argumento de promover o desenvolvimento.

As pressões internacionais na década que se seguiu e as crescentes pressões para a abertura do regime levaram a uma subversão do paradigma de gestão territorial até então vigente. Em 1981, com a Política Nacional de Meio Ambiente inaugura-se a lógica preventiva da proteção ambiental, a qual seria consagrada na Constituição de 1988, ou em políticas como a instituição do Sistema Nacional das Unidades de Conservação, além de se refletir na atuação internacional do Brasil no regime de meio ambiente, que seria crescentemente cooperativa.

Não obstante a adesão formal a nova lógica de gestão territorial calcada no respeito ao desenvolvimento sustentável, a tradição de desenvolvimento territorial do Brasil continua a dar ensejo a significativas contradições, notadamente na Amazônia e no Cerrado. Na Amazônia, se, por um lado, o governo federal adotou o plano Amazônia Sustentável (PAS), baseado nos trabalhos da geógrafa Bertha Becker, que advogava pela maior preservação das áreas central e ocidental da Amazônia, por outro, nos planos de logística, o governo promoveu a pavimentação de diversas estradas que cortam a Amazônia, como a BR-319 de Porto Velho a Manaus. No Cerrado, ocorre contradição semelhante, com o PPCerrado - plano de proteção de biomas - se contrapondo aos estímulos do MAPITOBA.

A contradição entre uma gestão ambiental e cultural sustentável e uma assimilação do território baseada em um vetor predatório não parece ter sido plenamente superada no Brasil, com as gestões e planos do governo federal adotando ora uma, ora outra dessas orientações. A "incógnita do Heartland" parece, assim, cobrir todo o território.

PIOR NOTA • 07,00

Pelo menos desde a Conferência de Estocolmo e, provavelmente, mesmo antes dela, duas forças contraditórias discutem que uso dar ao território e aos recursos de um país, e que poderiam ser simplificados no binômio preservação-exploração. Ao longo do desenvolvimento territorial histórico brasileiro essas forças contraditórias estiveram presentes, com predominância, quase sempre, da exploração. Desenvolvimentos tecnológicos, políticos e conceituais, no entanto, têm permitido a busca da superação dessa contradição na produção do ordenamento territorial pátrio.

Na ocupação inicial da colônia e mesmo do Império houve pouca preocupação com a preservação, a despeito da constatação desde cedo da excepcionalidade de nossa natureza. Assim, o padrão de ocupação litorânea ao longo de todo o país levou à devastação da Mata Atlântica.

Mesmo na Era Vargas, a preocupação principal ainda não era com a preservação dos patrimônios ambiental e cultural brasileiros, de modo que os Códigos Florestal, de Águas e de Minas revelavam viés economicista. O desenvolvimento territorial brasileiro continuava orientado pela lógica da exploração, com avanço do front e incorporação de novas áreas, ainda que date dessa época a criação do primeiro parque nacional do país, o Parque de Itatiaia.

Seria somente na década de 1980, com o lançamento da Política Nacional de Meio Ambiente que a gestão ambiental ganha respaldo político e passa a influir no ordenamento territorial do Brasil. A necessidade de retirar o país do subdesenvolvimento e a população da miséria, no entanto, mantinha viva a contradição. Seria legítimo privar a população dos recursos de que necessitava em nome da gestão ambiental e da preservação do patrimônio da humanidade?

Vale lembrar que a essa altura continuava a produção do espaço brasileiro sob a lógica do front de recursos, com a soja e a pecuária espraiando-se pelo Centro-Oeste e aproximando-se da Amazônia.

A partir dos anos 80, contudo, a redemocratização conjugada com avanços tecnológicos que aumentam a produtividade no campo, bem como inovações conceituais como a de desenvolvimento sustentável possibilitaram a constatação de que os interesses não precisam ser contraditórios e podem ser conciliados. A legislação ambiental avança simultaneamente à maior preocupação ambiental da sociedade propiciando a criação de diversos parques e áreas protegidas que preservassem

o patrimônio ambiental brasileiro. A vastidão do território, igualmente, contribuiu para viabilizar as duas lógicas e foi determinante para que áreas até dos mais desmatados biomas brasileiros sobrevivessem ao desenvolvimento territorial do país ao longo da história até poderem ser preservados.

Atualmente, o Brasil é consciente da sua condição de país mega diverso e guardião de alguns dos mais importantes patrimônios ambientais da humanidade. Dessa forma, orienta seu ordenamento territorial pelo princípio do desenvolvimento sustentável que resolve a contradição entre as forças apontadas ao compatibilizar crescimento, inclusão social e proteção do meio ambiente.

8

Política Internacional

QUESTÃO 3

Estamos frente a um processo de desestruturação do ordenamento internacional montado no pós-guerra e diante da incapacidade de desenhar novas regras e instituições que deem respostas aos desafios do século XXI. Trata-se de uma crise sistêmica que abarca as formas de regulação da economia, da política e das relações internacionais. Esse será um período longo de transição e o porto final ao qual chegaremos é incerto.

Clodoaldo Hugueney. A OMC tem futuro? Revista Política Externa, v. 23 n.º 3, jan.-fev.-mar./2015 (com adaptações).

À luz do excerto acima, disserte sobre a suposta disjunção entre ordem e poder no mundo atual, apresentando situações específicas da realidade internacional.

1. Extensão máxima: 90 linhas
2. Valor: 30,00 pontos]
3. Média: 24,0 amp. / 22,8 afro.
4. Desvio padrão: 1,3 amp. / 2,1 afro.

RESPOSTA 1 • 27,00

Alexandre de Paula Oliveira

O mundo atual passa por um momento clássico de transição de poder em termos westphalianos, mas em um contexto pós-westphaliano de interdependência e presença cada vez mais forte de organizações internacionais. É esse contexto, inédito, que torna o porto final incerto. Ser uma grande potência nunca foi apenas uma questão de possuir grande poder material, mas está relacionado também com questões de legitimidade e de autoridade. É nesse sentido que Andrew Hurrell afirma que "é preciso reordenar as cadeiras ao redor da mesa", pois o surgimento de novos atores demanda esse ajuste, em nome de sua própria legitimidade.

A disjunção entre ordem e poder fica evidente quando se analisa o funcionamento da ONU e, em especial, de seu Conselho de Segurança. Com a estrutura atual, o Conselho tornou-se anacrônico frente ao ordenamento global do século XXI. Pior que seu anacronismo, no entanto, é sua falta de eficácia para solucionar crises, como prova a situação atual do Iraque, da Líbia, da Síria e do conflito entre Israel e Palestina. Portanto, mesmo o antigo argumento de que um órgão menor seria mais eficaz encontra, atualmente, ainda menos validade frente à realidade. A reforma do Conselho de Segurança para que ele reflita, com mais justiça, a atual conformação de poder no mundo é essencial para que recupere sua capacidade de enfrentar, com legitimidade e a eficácia dela decorrente, os desafios de manter a paz e a segurança internacional.

Na governança econômica internacional, verifica-se situação semelhante de hiato entre poder econômico e sua representação no plano político. A transformação do G-20 em uma reunião de Cúpula no contexto da crise econômica de 2008 assumiu a necessidade de se ampliar o escopo de governança e trazer para a mesa de negociação um número de países que fosse suficientemente grande a ponto de tratar de como superar a crise com eficiência e representatividade. No entanto, instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional ainda refletem, em grande medida, o mundo da década de 1940, e não o século XXI.

A atual situação da OMC é reflexo da dificuldade de dar respostas aos desafios do século XXI. Clodoaldo Hugueney afirma que a dificuldade de se concluir a Rodada de Doha pode ser encontrada ainda em sua origem, pois seu mandato colocou desenvolvimento e liberalização da agricultura como temas centrais, e não marginais. Assim o atual impasse e as dificuldades previstas para Nairobi são mais do que apenas o reflexo da disjunção entre ordem e poder, elas representam um momento em que esses princípios de fato colidem. Como resultado, pouca coisa é resolvida e reforça-se a ideia de um longo período de transição.

A multipolaridade deve ser devidamente refletida no ordenamento multilateral por razões de política-poder e por razões pragmáticas-utilitárias. Por um lado, é difícil pressionar os novos grandes atores que surgiram, como Brasil ou Índia; por outro, para que a nova ordem que está em gestação funcione, a contribuição desses novos atores é essencial. Não se vislumbra, por exemplo, a criação de um regime ambiental duradouro e eficaz sem a presença de países como o Brasil.

O país lida com essa distonia entre ordem e poder por meio do instrumento principal e preferencial de sua projeção no mundo: a diplomacia. Desde que optou pela "autonomia pela participação", o Brasil decidiu que não vai sozinho para o mundo. Por meio de coalizões de geometria variável, como o G-4, o BRICS e o BASIC, o Brasil busca, sob a forma de um revisionismo não revolucionário, alterar o status quo, para que seus interesses sejam plenamente realizáveis e que as normas internacionais não sejam criadas à revelia do país. A esses instrumentos de soft balancing, junta-se a defesa da integração regional em múltiplos níveis, como Mercosul, UNASUL e CELAC. Por meio de integrações, melhoram não apenas as relações entre os membros, mas reforça-se também a projeção regional como polo importante de poder no mundo.

Após 1945, o multilateralismo funcionou porque não era muito multilateral. Rodadas iniciais do GATT eram concluídas rapidamente, mas unicamente porque as decisões eram tomadas por um número reduzido de países desenvolvidos. No entanto, a rapidez e a suposta facilidade de uma negociação excludente não pode ser preferível à complexidade de uma negociação inclusiva. Os desanimadores impasses no ordenamento comercial, os perigosos gerenciamentos ad hoc na tentativa de manutenção da paz e da segurança internacional e as tímidas evoluções das negociações sobre mudanças climáticas que têm potencial destrutivo para o planeta são reflexos da crise sistêmica na regulação internacional.

O Brasil, país legalista de tradição grociana, atua responsavelmente nesse contexto e defende a atualização da governança internacional, a fim de que ela permita a consecução dos interesses nacionais e do desenvolvimento do país sem limitações anacrônicas e pouco eficazes.

RESPOSTA 2 • 26,00

Isadora Loreto da Silveira

O descompasso entre a ordem multilateral estabelecida no pós-Segunda Guerra Mundial e a atual distribuição de poder entre os Estados que compõem o sistema internacional é patente. Desde então, o mundo passou pela transição engendrada pelo fim da Guerra Fria, episódio que pôs fim ao período de bipolaridade que opunha o bloco capitalista, encabeçado pelos EUA, ao bloco socialista, liderado pela URSS. Testemunhou-se um processo de difusão de poder após 1991, e um período marcado pela crescente multipolaridade sucedeu um ensaio de multipolaridade dos EUA.

As instituições que têm por objetivo regular e mediar diversos aspectos das interações interestatais (desenvolvimento, comércio, segurança, etc.) não podem seguir refletindo uma distribuição de poder que não mais se manifesta na prática. O processo de emergência de diversos países, do ponto de vista econômico e político, e as dinâmicas por ele criadas não podem ser ignorados, sob pena de gerar crescente descrença em relação ao sistema multilateral. A ONU, as instituições de Bretton Woods – Banco Mundial e FMI – e a OMC encaram, de diferentes formas, esse desencontro entre "ordem e poder" hodiernamente. Idealmente, o multilateralismo deve servir como "sustentáculo jurídico" da multipolaridade.

O sistema financeiro internacional ainda é largamente dominado pelas potências do pós-guerra. Na esteira da crise financeira de 2008, iniciada a partir da crise do subprime nos EUA, contuso, os países emergentes, como os BRICS, passaram a ganhar alguma voz. O G-20 financeiro, que fora criado no contexto das crises asiáticas, em 1999, adquiriu maior relevância no cenário internacional a partir de 2008. Ainda que, a partir do processo de Heiligendamm, já se houvesse formado o grupo denominado "outreach five", o qual participava de algumas reuniões do G-8, a revitalização do G-20f foi um evento notável. No atual contexto, em que a crise, que havia atingido a Europa e os EUA primeiro, chega aos países emergentes de maneira mais acentuada, já se percebe, todavia, certa negligência dos países desenvolvidos em relação ao G-20f.

A questão das quotas do FMI e do Banco Mundial também merece atenção. A concentração das maiores quotas entre os países desenvolvidos lhes confere maior poder em votações. Recentemente, ocorreu uma reforma no sistema de quotas do Banco Mundial por pressão dos países emergentes. A esperada reforma do sistema de quotas do FMI, por seu turno, ainda não ocorreu, pois não foi aprovada pelo Congresso dos EUA. Essa resistência se justifica pelo fato de que, uma vez que os EUA detêm a maior parte das quotas, na prática Washington tem poder de veto no âmbito do Fundo. Ademais, essas duas instituições são tradicionalmente dirigidas por europeus estadunidenses.

Em 2014, reunidos em Fortaleza, os membros dos BRICS acordaram sobre a criação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas. Essas instituições não foram idealizadas como substitutos ao FMI e ao Banco Mundial, mas como complementos. O contexto de paralisação das reformas do FMI, ao mesmo tempo "arquiteto" e "bombeiro" do sistema financeiro internacional, favoreceu, todavia, a adoção dessa iniciativa pelos BRICS. Outro exemplo de iniciativa financeira recente para além do sistema de Bretton Woods é a criação do Banco Asiático de Infraestrutura e Desenvolvimento, do qual o Brasil é, inclusive, membro fundador.

Quanto ao sistema multilateral de comércio, há que se falar da OMC. Em 1947, enquanto cerca de 50 países se preparavam para a Conferência de Havana, quando seria criada a Organização Internacional do Comércio, foi assinado o GATT (General Agreement on Tariffs and Trade). O GATT acabou frustrando as tentativas de criação de uma organização para tratar de comércio. Apenas em 1995, em Marraquexe, criou-se a OMC, após decisão nesse sentido na Rodada Uruguai. A primeira rodada de negociações da OMC, a Rodada Doha, que contou com importante participação dos países em desenvolvimento na forma do G-20 comercial, formado em Cancún, em 2003, perdeu ímpeto em 2008. Após o desacordo entre limites de concessões em NAMA e os gatilhos dos mecanismos de salvaguardas especiais do lado indiano e a inflexibilidade dos negociadores dos EUA e da UE em facilitar acesso a mercado a produtos agrícolas do mundo em desenvolvimento, chegou-se a um impasse. Sob a diretoria-geral do brasileiro Roberto Azevêdo, a OMC vem tentando retomar as negociações, logrando apenas o Acordo de Bali, de 2013, até o momento.

A paralisação das negociações multilaterais de comércio afeta negativamente os países em desenvolvimento, como o Brasil. A proliferação de acordos de preferências comerciais de alcance limitado, inclusive os mega-acordos (como a Parceria Transpacífica), podem levar à fragmentação dos regimes multilaterais comerciais, A Parceria Transpacífica, por exemplo, trata de assuntos "OMC-plus", ou seja, que aprofundam assuntos tratados no âmbito da OMC, e "OMC-extra", que tratam de questões que vão além do escopo da OMC, como legislação trabalhista, ambiental e solução de controvérsias entre investidores e Estados. A dificuldade de se avançar nas tratativas da OMC pode causar efeitos nefastos sobre países que ficam de fora de acordos de preferência comercial em termos de acesso a mercados, regulação comercial e integração em CGVs (cadeias globais de valor).

Deve-se falar também da ONU ao tratar-se do descompasso entre ordem e poder. O CSNU, por exemplo, conta com cinco membros permanentes com poder de veto desde o pós-guerra. As mudanças ocorridas no sistema internacional desde então vêm gerando pressões crescentes pela sua reforma, em particular a partir da secretaria-geral de Kofi Annan e da cúpula que tratou da reforma do sistema ONU em 2005. O Brasil integra, junto com Alemanha, Índia e Japão, o G-4, grupo que almeja a expansão do número dos assentos permanentes para incluir esses quatro países e dois representantes africanos. A União Africana também tem proposta própria de reforma, assim como o grupo denominado "Uniting for Consensus". Recentemente, o G-4 vem buscando maior articulação com os africanos, visando a compatibilizar as propostas, no âmbito do L69.

Em suma, as instituições multilaterais existentes devem buscar, cada vez mais, adaptar-se à nova distribuição de poder no sistema internacional para se manterem relevantes na organização das relações entre os Estados. Enquanto a ONU e as instituições de Bretton Woods sofrem pressões dos países desenvolvidos (as "velhas" potências) para se manterem intocadas, a OMC, por favorecer a participação crescente dos países em desenvolvimento, vem sendo esvaziada. O desafio de equacionar poder e ordem segue posto.

RESPOSTA 3 • 26,00

Anônimo

A ordem mundial contemporânea apresenta evidente descompasso entre a estrutura de governança global, forjada no pós-2ª Guerra Mundial, e os atuais desafios nos âmbitos de segurança, economia e sociedade. Passou-se do contexto de unipolaridade, no início dos anos 2000, para um cenário de incerteza, ora caracterizado como multipolaridade sem multilateralismo (Prantl), ora como unimultipolaridade (Huntington). Argumenta-se, ainda, que há uma demanda por poder, porém uma carência em sua oferta. Esse debate permeia o sistema das Nações Unidas, o Sistema Financeiro Internacional e a OMC.

Os Estados Unidos da América são, indiscutivelmente, a maior potência militar do planeta; contudo, não são capazes de, sozinhos, resolver os principais desafios internacionais. Mesmo a conformação atual dos P-5 do Conselho de Segurança carece de legitimidade e de representatividade para lidar com os desafios à paz internacional. O consenso obtido na Resolução 1970, que aplicou sanções à Líbia e promoveu o "referral" ao TPI, logo se desfez, quando da aprovação da Resolução 1973, que implicou verdadeira mudança de regime na intervenção.

Consequentemente, a questão da Síria, um dos principais desafios globais em termos de segurança, está congelada na pauta do Conselho de Segurança, o qual somente se pronunciou para "multilateralizar" o acordo Kerry-Lavrov, que desmantelou o arsenal químico sírio. Percebe-se, portanto, o descompasso entre ordem e poder nessa seara.

Em relação ao Sistema Financeiro Internacional, e particularmente às instituições de Bretton Woods, a elevação do G-20 Financeiro à categoria de principal foro de negociação, na esteira das Cúpulas de Washington, Londres e Pittsburg, não foi seguida pela implementação da revisão de cotas do FMI, acordadas na Cúpula de Seul (2010). Ora, os países em desenvolvimento, particularmente os BRICS, foram responsáveis pela maior parte do crescimento mundial depois da crise de 2008. Entretanto, seu peso relativo na agenda do FMI e do Banco Mundial é subestimado, o que evidencia o descompasso entre a realidade do poder mundial e a arquitetura forjada em Bretton Woods. Não por acaso foram criados o Novo Banco de Desenvolvimento do Brics e o Arranjo Contingente de Reservas, com a finalidade de complementar as instituições multilaterais (FMI e Banco Mundial) incumbidas do tema. De fato, há um evidente descompasso entre a oferta de recursos e sua demanda. Não por acaso, todo esse contexto explica porque em 2012, pela primeira vez, os países em desenvolvimento receberam mais investimentos estrangeiros que os países ricos.

No âmbito da OMC, a paralisia da Rodada Doha, desde 2008 (com exceção do acordo sobre facilitação de comércio, de 2013, mas que ainda não foi implementado), é outra prova da dicotomia entre poder e ordem mundial. Nesse contexto, no entanto, Clodoaldo Hugueney defendeu a tese de que a governança global estava mais consentânea com a balança de poder real. Com efeito, o antigo QUAD (EUA, U.E., Japão e Canadá), o qual ditava a agenda da OMC, foi suplantado pelo novo QUAD (EUA, U.E, Brasil e Índia), em decorrência, principalmente, do protagonismo de Brasil e Índia no âmbito do G-20 Comercial e das negociações agrícolas.

O mandato da negociação da Rodada Doha do Desenvolvimento, no entanto, não incorpora a principal demanda do comércio internacional na contemporaneidade: as cadeias globais de valor. Dessa forma, têm sido empreendidas negociações comerciais regionais, que constituem exceção permitida pelo art. 24 do GATT-94. Ora, tais exceções já comportam cerca de 400 acordos, razão pela qual o economista Jagdish Bhagwati afirma que eles representam "cupins do Sistema Multilateral do comércio". Tal perspectiva é grave, do ponto de vista dos países em desenvolvimento, pois, por um lado, suas demandas não são atendidas na Rodada Doha, e as negociações regionais sequer põem em pauta seus anseios. É certo que acordos regionais têm efeito catalizador na agenda multilateral, podendo ser posteriormente objeto de regras da OMC. Mas também é certo que, se a OMC tornar-se irrelevante, todo arcabouço de adensamento de juridicidade do Órgão de Solução de Controvérsias – considerado um dos mais avançados do Direito Internacional – pode vir a tornar-se obsoleto.

Por fim, convém retornar à ONU, a fim de tecer alguns comentários sobre sua reforma. Desde a Cúpula Mundial de 2005, portanto há dez anos, tem-se discutido uma ampla reforma na organização, a qual é o pilar do multilateralismo. Não obstante, pouco se fez de concreto para que se redistribuísse o poder na ONU. Essa perspectiva é particularmente séria no âmbito da 5ª Comissão, responsável pelas finanças da organização, e no Conselho de Segurança. No primeiro caso, a ONU tem ficado à mercê das potências, porquanto o orçamento regular pouco se alterou, ao passo que o orçamento voluntário permite, em tese, seletividade dos doadores em relação, por exemplo, às missões de paz que pretendem financiar. Além disso, o desenvolvimento, um dos pilares da ONU, não tem sido financiado de forma apropriada, o que gera um descompasso entre compromissos assumidos na Conferência de Monterrey (2002), e o efetivo financiamento. No que tange à reforma do Conselho de Segurança, fundamental para uma governança global mais efetiva, as grandes potências têm-se mostrado pouco engajadas. Ademais, os métodos de trabalho do Conselho, especialmente as deliberações do P-5, são pouco conhecidos, o que mina o multilateralismo em seu aspecto mais evidente: a transparência.

É certo que o mundo vive um "déficit de diplomacia" e uma "retórica de desenvolvimento", os quais são evidentes a partir da pouca efetividade dos mecanismos de governança global nos âmbitos de segurança, finanças, comércio e desenvolvimento. Para uma multipolaridade de cooperação, é necessário que as estruturas do pós-guerra sejam adequadas à nova configuração do poder mundial, que inclui tanto países vencedores da 2ª Guerra Mundial quanto outras potências médias, como o Brasil.

PIOR NOTA • 20,00

Embora haja muitos autores que advoguem que vivamos em um processo de desestruturação do ordenamento internacional, é possível afirmar que o multilateralismo é a opção mais plausível para diversos atores no sistema internacional. Ainda que o multilateralismo sofra críticas de inúmeros analistas, é necessário ponderar que, sem as ações multilaterais observadas nos últimos anos, o mundo estaria refém do poder de algumas poucas potências. Há, de fato, algumas disjunções entre ordem e poder. Contudo, o ordenamento internacional propiciado pelas ações multilaterais é o meio mais eficiente para tornar o mundo um lugar mais justo e inclusivo. Cabe, agora, analisar, as supostas disjunções sob as óticas política, econômica e de direitos humanos.

Alguns analistas consideram que as instituições e os regramentos existentes no ambiente internacional não são suficientes para responder aos desafios do século XXI. Se, por um lado, surgem novos desafios e novos atores no sistema internacional; por outro, algumas instituições não refletem a crescente complexidade de temas e de atores. De fato, instituições como as Nações Unidas refletem os polos de poder do pós-guerra, tornando-se, muitas vezes, inábil para responder às novas demandas de um mundo multipolar. O Conselho de Segurança, por exemplo, não tem conseguido solucionar uma série de assuntos relacionados à sua função primária de manter a paz e a segurança internacional. A crise na Síria e na Ucrânia demonstra essa incapacidade. Contudo, ainda que as ações das Nações Unidas e do Conselho de Segurança sejam, muitas vezes, lentas, não é possível conceber que temas ligados à segurança e à paz mundial sejam decididos fora das instâncias multilaterais. Portanto, a solução para que os temas levados ás Nações Unidas sejam tratados com mais celeridade e com viés, sobretudo, humanitário é a reforma do Conselho de Segurança das Nações

Unidas, como advoga o Brasil há tempos. Caso a reforma não ocorra como o prometido há 10 anos, é possível que o sistema ONU, especialmente o Conselho de Segurança, perca credibilidade, ensejando, dessa forma, a prática de ações unilaterais, como a aplicação de sanções econômicas ou intervenções militares à margem da Carta da ONU e do direito internacional.

Economicamente, percebe-se alguma disjunção entre ordem e poder, embora o ordenamento multilateral tenda a prevalecer. A construção do arcabouço jurídico da OMC representa o valor que a comunidade internacional empresta ao sistema multilateral de comércio. Com o sistema de solução de controvérsias da OMC, países que antes não teriam condições de atingir seus pleitos contra países desenvolvidos podem, hoje, fazê-lo por meios diplomáticos ou contenciosos. O Brasil é um entusiasta do sistema OMC, na medida em que a organização reflete o multilateralismo como expressão normativa da multipolaridade. Ainda que surjam novos acordos econômicos de grande abrangência, como a Parceria Transpacífico, é possível afirmar que a OMC, apesar dos contratempos para concluir a Rodada de Doha, é o espaço privilegiado para a inclusão de diferentes atores na seara comercial. Na OMC, o poder rende-se ao direito internacional e ao argumento sólido, diferentemente do que ocorria no antigo GATT. Se há ainda sanções comerciais aplicadas de modo unilateral, é porque estas estão ligadas a contextos estranhos ao multilateralismo, como o caso de Cuba (Helms-Burton e Torricceli Acts).

Com relação aos direitos humanos, pode-se afirmar que o papel do multilateralismo tem sido fundamental para a consecução de avanços na ordem internacional. Muito embora observem-se, repetidas vezes, situações de desrespeito aos direitos humanos, constata-se também a ação de órgãos das Nações Unidas que procuram encaminhar soluções para questões específicas relativas a crises humanitárias. A ação multilateral para o tratamento dos direitos humanos ganhou maior relevância com a instituição do Conselho de Direitos Humanos em 2005. O papel do Conselho tem sido cada vez mais relevante, na medida em que procura agir de forma universal e de modo despolitizado. Em alguns momentos, o Conselho age em desacordo com sus princípios, ao politizar temas, como no caso de resoluções recentes sobre o Irã e a Síria, nas quais o Brasil se absteve. Contudo, a ação do Mecanismo de Revisão Periódica Universal permitiu o aperfeiçoamento do diálogo acerca dos direitos humanos, o que pode ser comprovado pelos avanços observados no Irã, ainda que muito tenha que ser feito.

Embora haja processos de disjunção entre o ordenamento internacional e o poder, não é possível afirmar que se trata de uma crise sistêmica e que o processo para a formação de um novo ordenamento será longo. É natural que, em processos que demandam grandes maiorias ou consensos, as soluções demorem mais que o desejado. Contudo, as perspectivas que se abrem para o futuro são positivas. No sistema ONU, há crescente consenso de que são necessárias reformas urgentes no Conselho e nos métodos de trabalho. Até mesmo os Estados Unidos reconhecem essa necessidade, demostrando apreço pela candidatura brasileira ao Conselho de Segurança. Ademais, cerca de 125 países, segundo as estimativas brasileiras, apoiam a reforma, o que se aproxima dos 2/3 necessários para a proposição de emendas à Carta. No sistema OMC, as negociações de Bali deram novo alento à Rodada de Doha, que, segundo o diretor-geral Roberto Azevedo, serão aprofundadas em Nairóbi, com o apoio de Brasil, Estados Unidos, Índia e União Europeia. A todos interessa o sistema multilateral de comércio robusto, pois isso implica segurança jurídica nas relações comerciais internacionais.

Ainda que, em alguns momentos, os Estados levem em consideração o poder, é imprescindível afirmar que o multilateralismo é o meio mais eficiente de organizar os diferentes pleitos dos participantes do sistema internacional. Sem o multilateralismo, as condições políticas e econômicas seriam seriamente prejudicadas. Como disse Dag Hammarskjold, caso a ONU não existisse, seriamos obrigado a cria-la. Essa afirmação ainda atual reforça a centralidade do multilateralismo e da ordem no sistema internacional.

QUESTÃO 4

Redija um texto dissertativo em que sejam examinadas as relações sino-japonesas nas últimas décadas e suas implicações para o fortalecimento do sistema multilateral, em especial para as Nações Unidas.

Extensão máxima: 60 linhas

Valor: 20,00 pontos

Média: 13,9 amp. / 14,2 afro.

Desvio padrão: 3,5 amp. / 0,4 afro.

RESPOSTA 1 • 18,00

Anônimo

As relações sino-japonesas têm se desenvolvido sob o signo da desconfiança, com fortes implicações para o sistema multilateral, sobretudo para a ONU. Do lado chinês, a desconfiança histórica e o trauma nacional decorrente do imperialismo expansionista japonês, basta lembrar-nos de episódios como o Massacre de Nanquim durante a Segunda Guerra Mundial, tem informado a política externa chinesa. Do lado japonês, a ascensão chinesa ao posto de segunda maior economia do mundo e seu crescente poder militar fazem com que Tóquio reveja sua política externa pacifista, baseada apenas em forças de defesa nacional. Nesse contexto, o primeiro-ministro japonês Shinzo Abe tem afirmado o caráter vital da energia nuclear para o país, o que pode ser interpretado de forma ambígua. Dessa maneira, a potencialidade de eclosão de um conflito na região demanda uma análise cuidadosa ao mesmo tempo que aponta para possíveis caminhos para o fortalecimento do sistema multilateral da ONU.

O recente conflito em torno da posse de ilhas localizada no Mar da China oriental chamou a atenção da comunidade internacional para a escalada de tensão entre os dois países. Essas ilhas, que recebem denominações distintas por parte do Japão (ilhas Senkaku) e da China (Diaoyu), revelam crescente disputa pela hegemonia política na região. O governo japonês, como já enfatizado, revê seu compromisso de não possuir armas nucleares, já que sua dependência, em matéria de defesa e segurança, para com os Estados Unidos é questionada, já que o tradicional aliado americano possui um alto grau de dependência econômica com a China, pois esta é uma expressiva credora da dívida pública norte-americana. A China, por sua vez, acredita que qualquer concessão ao Japão pode ser vista como mais um episódio da "política de humilhação" que caracterizou historicamente seu relacionamento com os "países imperialistas" nos últimos séculos.

É nesse contexto que uma resolução em torno desse conflito deve ser buscada no âmbito das Nações Unidas. A obtenção de uma solução que fosse satisfatória para ambos os países representaria um fortalecimento do sistema multilateral. Cabe ressaltar, também, que a China tem se mostrado uma opositora prática da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, por conta das ambições japonesas em se tornar um dos membros permanentes, o que foi materializado na sua participação no G-4 criado em 2005.

Conquanto pelo panorama traçado até então possa considerar-se que o relacionamento sino-japonês apenas dê sinais de mau agouro para o revigoramento da ONU, há outros elementos mais auspiciosos. Nesse sentido, pode-se falar da complementariedade econômica entre os dois países, com grandes fluxos de comércio e investimento entre os dois países, tendo um dos maiores comércios bilaterais do mundo. Esse simples fator eleva, drasticamente, o custo de uma elevação na tensão entre os dois países, o que tem levado ambos países a se comprometerem com a resolução pacífica de seus contenciosos. Há, ademais, o interesse chinês em participar dos novos mega-acordos comerciais como o TPP, do qual o Japão é parte.

A busca de uma multipolaridade de cooperação passa, necessariamente, pelo fortalecimento da normatividade do sistema multilateral. Nesse sentido, é necessário que as relações

sino-japonesas e seus possíveis litígios sejam resolvidas dentro do arcabouço jurídico das Nações Unidas. Os Estados Unidos, principal aliado do Japão, deve pressionar para que o país nipônico mantenha sua política externa pacifista ao mesmo tempo que este não deva abrir mão de sua defesa nacional, investindo no aprimoramento do poder de dissuasão de suas forças de defesa. A China, por seu turno, deve procurar ao máximo conformar sua atuação nos marcos do multilateralismo, pois é do próprio interesse estratégico chinês garantir que sua ascensão seja vista como pacífica. A estabilidade do sistema internacional como um todo depende da harmonização entre esses dois objetivos de política externa que, à primeira vista, podem parecer antagônicos.

RESPOSTA 2 • 17,00

Wallace Medeiros de Melo Alves

As relações entre China e Japão são fundamentais para o encaminhando de questões que transcendem o escopo bilateral dessa interação, repercutindo sobre a governança sistêmica, como a reforma do CSNU e a estabilidade regional asiática. Há de reconhecer-se que, no mundo crescentemente multipolar, China e Japão se apresentam como polos de poder, criando simultaneamente relações de interdependência econômica e rivalidades geopolíticas.

Tendo em vista que a China constitui um membro permanente do CSNU, qualquer tentativa de reforma desse órgão passa necessariamente por sua concordância. O pleito japonês, articulado no âmbito do G4, esbarra, contudo, na oposição de Pequim à inclusão do Japão como membro em uma eventual reforma do organismo. Nesse sentido, rivalidades históricas sino-japonesas e o crescimento das tensões geopolíticas entre os dois países obstam tratativas, com o fito de promover o aggiornamento do CSNU à nova distribuição de poder internacional, de modo que celeumas bilaterais se traduzem em impasses multilaterais. Embora o Japão já disponha do endosso de países como os EUA, o veto chinês serve como anteparo a qualquer projeto tendente a reformar o organismo, tal como articulado pelo G4.

As tensões e impasses sino-chineses encontram também ressonância no nível regional. Abrigando significativos efetivos militares dos EUA, como na base de Okinawa, o Japão é um contraponto à expansão da hegemonia chinesa na Ásia e ao estabelecimento da pax sínica. Desse modo, revela-se refratário ao expansionismo marítimo de Pequim sobre o Mar do Sul da China, defendendo a concertação multilateral da temática no âmbito da ASEA+3 (China, Coreia do Sul e Japão).

Convergente ao projeto de pax sínica, encontra-se a Nova Rota da Seda, com o objetivo de interligar a infraestrutura dos países circunvizinhos ao Estado chinês e promover a cooptação dessas nações. Tal postura confronta-se diretamente com a posição do Japão, nação esta que se manteve historicamente como principal polo de poder e fiel da balança na Ásia. Eventuais conflitos nessa região tendem a provocar transbordamentos além do escopo regional, ameaçando a paz e a segurança internacionais, de modo a envolver multilateralmente a ONU, particularmente seu Conselho de Segurança, consoante o capítulo VII.

Soma-se a isso o desenho de uma nova arquitetura econômico-financeira da Ásia. A China ultrapassou o Japão como maior economia asiática e sobrepõe-se aos EUA como maior potência de acordo com o critério PIB paridade poder de compra. Pequim articula um novo rearranjo econômico regional, ao interligar os países de seu horizonte imediato em relações de centro e periferia, exportando produtos de alta densidade tecnológica e importando bens de baixo valor agregado. Nesse sentido, promove deslocamento de comércio em detrimento do Japão, retroalimentando rivalidades em busca de nichos de mercado consumidor.

Ao mesmo tempo, a China constitui o maior destino das exportações japonesas. Tensões e disputas econômicas e geopolíticas são mediadas por relações de interdependência entre os países em virtude do crescente entrelaçamento dos fluxos de comércio.

Cabe ressaltar a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, capitaneado pela China e como reflexo da consolidação de uma nova arquitetura econômico-financeira, em substituição dos tradicionais papéis desempenhados por EUA e Japão no âmbito da provisão de recursos e da articulação econômica asiática.

É inegável que as relações sino-japonesas geram efeitos que transcendem o espaço regional e impactam diretamente no multilateralismo onusiano, particularmente no projeto de reforma do CSNU, conforme propugnado pelo G4. No âmbito asiático, a crescente presença financeira e econômica da China ocorre paralelamente à perda de influência japonesa; todavia, qualquer possibilidade de eclosão de conflitos encontra-se contingenciada pela profunda interdependência e potenciais revezes recíprocos para ambos os países.

RESPOSTA 3 • 16,00

Hudson Caldeira Brant Sandy

China e Japão são as duas maiores economias da Ásia, além de global players que participam das discussões sobre todos os temas mais importantes da agenda internacional. As relações entre os dois países têm efeitos que vão muito além do âmbito estritamente bilateral, reverberando por todo o sistema internacional. Apesar do adensamento dos fluxos de bens e capitais entre os dois países, as relações sino-japonesas nas últimas décadas têm sido caracterizadas por persistentes desconfianças recíprocas e por tensões pontuais. A dificuldade de ambos os países em superar a desconfiança tem efeitos nocivos não apenas para os dois, mas para todo o sistema internacional, e para a ONU em particular, pois dificulta que avancem as negociações sobre importantes temas da agenda multilateral.

Tanto China quanto Japão reivindicam soberania sobre um mesmo conjunto de ilhas no Pacífico, o que caracteriza uma disputa territorial. Embora ambos os países tenham expressado o desejo de solucionar a questão de forma pacífica e de acordo com o direito internacional, trata-se de um tema sensível, fonte de tensões para ambos os lados. Por um lado, a imprensa japonesa tornou comuns críticas ao poderio militar e ao que percebe como postura expansionista da China. Por outro, o governo chinês manifestou apreensão quanto à política de defesa

do Primeiro-Ministro Shinzo Abe. O governo Abe tem buscado relativizar certos dispositivos da constituição japonesa que limitam as capacidades militares nipônicas. Durante as comemorações dos 70 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, o Primeiro-Ministro chinês, Li Keqiang, alertou quanto a "antigos agressores que têm buscado relativizar o passado".

Uma diferença importante entre as ações externas de China e Japão diz respeito ao fato de um país se identificar com o Sul geopolítico e o outro, com o Norte. Embora a economia chinesa seja maior que a do Japão, a China coloca-se junto aos países emergentes e em desenvolvimento, participando de mecanismos e coalizões como o BRICS, de natureza político-diplomática, e o BASIC, que é um grupo de concertação sobre a temática ambiental. O Japão, por sua vez, é um país desenvolvido integrante de agrupamentos como o G-8 (que continua a existir apesar de ter perdido importância frente ao G-20) e a OCDE. Ao contrário da disputa pelos territórios insulares, essa diferença entre Japão e China não é necessariamente conflitiva, expressando meramente visões diferentes, e possivelmente complementares, de mundo.

O fortalecimento do sistema multilateral deve passar, necessariamente, pela reforma da ONU, em especial de seu Conselho de Segurança, que padece de falta de representatividade e de legitimidade. Uma eventual ampliação do número de membros permanentes do conselho provavelmente incluiria o Japão. A China não deseja o Japão no Conselho e, indiretamente, acaba por prejudicar as possibilidades de reforma. Dessa forma, as desconfianças entre os dois países prejudicam o fortalecimento de todo o sistema internacional.

As tensões que prejudicam o relacionamento sino-japonês são sérias, mas não insuperáveis. Brasil e Argentina também já tiveram relações caracterizadas por uma rivalidade estrutural, mas as diferenças acabaram por dar lugar ao entendimento e à cooperação. É de interesse da Ásia e de todo o sistema multilateral que China e Japão superem suas diferenças e intensifiquem suas relações amistosas e seu progresso conjunto.

PIOR NOTA • 02,00

A parceria entre Japão e Brasil vem-se aprofundando crescentemente, completando-se 120 anos do estabelecimento de relações bilaterais em 2015. Se, nas décadas de 1950 e 1970 o Japão destacou-se como investidor que contribuiu para a modernização e o crescimento brasileiro, atualmente os países mantêm diálogo multifacetado, que foi alçado a novo patamar com a visita de Shinzo Abe ao Brasil no ano passado, quando se firmou Parceria Estratégica Global. Brasil e Japão não só cooperam no âmbito bilateral, como crescentemente se empenham para promover sistema multilateral representativo da atual ordem mundial, em particular nas Nações Unidas.

Embora as relações comerciais entre Brasil e Japão tenham arrefecido ao longo das décadas de 1980 e 1990 - ora em razão da crise da dívida brasileira, ora em razão das dificuldades de crescimento enfrentadas pelo Japão - o ritmo do intercâmbio comercial vem ganhando dinamismo ao longo dos últimos anos. Assim, o Japão já se encontra entre os 10 principais parceiros comercias brasileiros no mundo, importando principalmente produtos agrícolas - como grãos, soja em particular - e café. Sobressai a crescente importância que os investimentos japoneses vêm adquirindo no Brasil, com Shinzo Abe comprometendo-se a investir nas áreas de estaleiros navais, de infraestrutura e de petróleo. As empresas brasileiras também têm ganhado renovado interesse pelo país na medida em que os efeitos da "Abeconomics" se fazem sentir.

No entanto, mais do que parceiro comercial, o Japão sobressai como parceiro na área de ciência, tecnologia e inovação, desenvolvendo tanto projetos bilaterais como trilaterais com o Brasil. Em 1970, o Japão, via programa PRODECER, foi essencial para que o Brasil superasse as dificuldades naturais que impediam a cultura da soja nos solos ácidos do Cerrado. Atualmente, a parceria entre Brasil e Japão ganha novas fronteiras, com os países desenvolvendo frutífera cooperação em Moçambique, por meio do Pró-Savana, que visa aumentar a capacidade agrícola da nação africana. Ademais, Japão e Brasil desenvolveram parcerias nas áreas de exploração de fundos marinos e na área espacial, com lançamento de microssatélite.

Outra esfera que pontua as relações bilaterais é o intercâmbio populacional característico dos países. Em 1908, chegavam ao Brasil os primeiros imigrantes japoneses, que iriam conformar uma das maiores comunidade de japoneses no exterior e moldar a identidade de grandes cidades do Centro-Sul do Brasil, em particular São Paulo. A migração brasileira para o Japão, por sua vez, foi motivada pelo arrefecimento da economia brasileira nas décadas de 80 e 90, com descendentes de imigrantes japoneses indo buscar trabalho no país de seus ancestrais. Embora significativa parcela dessa população já tenha retornado, eles representam a terceira maior comunidade de brasileiros no exterior, o que ensejou recente acordo entre os dois países na área previdenciária.

A aproximação entre Brasil e Japão, entretanto, repercute primordialmente na área multilateral, onde ambos os países se empenham para fortalecer multilateralismo que espelhe a atual ordem mundial. Em particular, ambos países fazem parte do G-4 - juntamente com Alemanha e Índia - que advoga a expansão do Conselho de Segurança da ONU, com a assimilação de todos os países do agrupamento como membros permanentes. Ao proporem um CSNU expandido e renovado, Brasil e Japão procuram conferir maior legitimidade ao órgão e incorporar países capazes de assumir crescentes responsabilidades para a manutenção da ordem mundial.

Cabe ressaltar, no entanto, que, como qualquer relação madura e multifacetada entre dois países de porte econômico significativo, a relação entre Brasil e Japão não é isenta de divergências. Em particular, o Japão desponta como um dos países mais protecionistas no âmbito agrícola na OMC, posição que se contrapõe à brasileira. Ademais, o Brasil deplorou que o Japão tenha denunciado o Protocolo de Kyoto e se recusado à aderir à sua prorrogação.

As relações sino-japonesas são marcadas por crescentes tensões, que se materializam notadamente por buscas de influência no Mar do Leste da China, nas ilhas Senkaku/Diaoyu e se refletem igualmente na paralisia das tentativas da reforma do Conselho de Segurança, na medida em que a China barra, com poder de veto, qualquer tentativa de admissão do Japão, notadamente a proposta do G-4.

Recurso

A candidata solicita reavaliação da nota zero atribuída à questão. Como se demonstra a seguir, as linhas 56 a 60 estão rigorosamente dentro do tema da questão (as implicações das relações sino-japonesas para o fortalecimento do sistema multilateral), e abordam aspectos fundamentais solicitados no enunciado. As linhas 41-49 trazem uma ampla descrição do contexto da reforma do Conselho de Segurança, não fugindo, portanto, ao tema.

Nas linhas 56-60, a candidata demonstrou conhecimento das tratativas visando a reforma do Conselho de Segurança, em particular o impasse representado pela resistência da China em admitir a acessão do Japão à condição de membro permanente. O contexto mais amplo da reforma do Conselho é igualmente abordado nas linhas 41-49 (embora sob a ótica das relações nipo-brasileiras). A candidata demonstrou igualmente conhecimento sobre um tema central nas relações sino-japonesas: as tensões no Mar do Leste da China nas ilhas Senkaku/Diaoyu, e foi capaz de articulá-las ao tema mais amplo da governança global.

A candidata não discorreu mais aprofundadamente sobre o tema proposto no enunciado pelo seguinte motivo: após 7 horas de prova, confundiu-se ao ler o caderno de provas e pensou tratar-se de uma pergunta sobre relações Brasil-Japão. Somente se deu conta do erro após ter preenchido 55 das 60 linhas do espaço dedicado à resposta. As regras do CESPE não admitem escrever fora do espaço dedicado a cada resposta, nem escrever em qualquer outro papel que não o caderno de respostas. A candidata viu-se, assim, fisicamente impossibilitada de corrigir seu equívoco. Não peço à banca que releve o erro; mas peço respeitosamente à banca que considere as cinco linhas respondidas em conformidade com o enunciado.

Resposta: com deferimento

A recusante reconhece haver-se enganado com respeito ao enunciado da questão e fugido ao tema no conjunto da resposta. Ao dar-se conta disso, caberia anular o que se escreveu antes - o que não se fez - e iniciar a resposta no espaço faltante, ação a que se procedeu.

Efetivamente, a resposta oferecida nas quatro linhas finais é pertinente e atende ao comando, revelando conhecimento do tema. O problema de fuga ao tema, contudo, permanece. Pode-se considerar, portanto, apenas uma fração do que poderia ser alcançado pela candidata.

9

Economia

QUESTÃO 1

Explique de que modo a evolução da economia cafeeira contribuiu para o processo da industrialização no Brasil e, ao mesmo tempo, como as crises enfrentadas pela economia monocultora-agrária-exportadora ao longo da Primeira República incentivaram a indústria brasileira. Além disso, discorra sobre a forma como as políticas econômicas durante o Estado Novo e o Governo Dutra, sobretudo com relação à questão cambial, influenciaram o desenvolvimento industrial brasileiro. Por fim, explique como tais aspectos se relacionam ao momento atual da indústria e do comércio exterior brasileiro.

1. Extensão máxima: 60 linhas
2. Valor: 30,00 pontos
3. Média: 28,1 amp. / 28,7 afro.
4. Desvio padrão: 1,2 amp. / 1,0 afro.

RESPOSTA 1 • 30,00

Alexandre de Paula Oliveira

A relação entre a economia cafeeira e o processo de industrialização no Brasil é objeto de intenso debate na historiografia da Formação Econômica do Brasil. Devido à complexidade do tema, as principais teorias que buscam explicar essa relação, como a teoria da industrialização incentivada por exportações e a teoria dos choques adversos, são mais complementares entre si do que mutuamente excludentes.

A evolução da economia cafeeira passa pelo fim do trabalho escravo e a transição para diversas formas de trabalho livre, incluindo o assalariado. Se, antes, a quase totalidade da renda era empregada em importações, surgia agora um mercado interno cada vez mais dinâmico. Mercado interno é uma das condições para a industrialização, assim como a infraestrutura ferroviária e de comunicações, cada vez mais presente. Os imigrantes tanto dinamizaram esse contexto como aproveitaram-se dele. Segundo Bresser, 85% dos industriais paulistas eram imigrantes ou descendentes. Nesse cenário insere-se a teoria das industrialização incentivada por exportações. Era em momentos de expansão da exportação de café que crescia o investimento industrial, via importação de máquinas e equipamentos que era permitida pela disponibilidade de moeda estrangeira. Exemplo desse momento é o governo de Afonso Pena e Nilo Peçanha, quando a Caixa de Conversão interrompeu a valorização do mil-reis, que prejudicava os cafeicultores, e deu fôlego para o setor.

Se, nos momentos de disponibilidade de moeda estrangeira pelo aumento das exportações, aumentava-se o investimento industrial, nos momentos de crise da economia cafeeira, utilizava-se a capacidade instalada anteriormente. É disso que trata a teoria dos choques adversos. Um bom exemplo é a Primeira Guerra Mundial e seus efeitos sobre a industrialização do Brasil. Com a dificuldade de importar e de exportar café, utilizaram-se as máquinas importadas durante os governos de Afonso Pena para produzir internamente o que antes era importado. Além disso, a pauta exportadora diversificou-se, para atender novos mercados com, por exemplo, alimentos processados. Deu-se um surto industrial. Assim, em momentos de crise na economia agrário-exportadora, da qual decorria a redução da capacidade de importar, devido a falta de divisas de exportação, a solução era produzir internamente. A indústria surgia, portanto, nas franjas da economia cafeeira.

A política econômica do Estado Novo e de Dutra teve grande impacto da Segunda Guerra Mundial. Inicialmente, em 1937, Vargas tentou promover certa rigidez no acesso ao câmbio, mas após a Missão Aranha aos EUA e pressão norte-americana, houve certa flexibilização a partir de 1939. O câmbio dependia do comércio exterior, e a guerra alterou o cenário. Para importações, houve uma perda imediata do mercado europeu, mas ainda havia outros. No entanto, até 1941, se havia algum mercado, não havia divisas para importar; já após 1941, o Brasil tinha divisas, mas não havia mercado, pois os EUA entraram na Guerra. As divisas provinham da reorientação das exportações: exportavam-se materiais estratégicos para os EUA, mais café após o Acordo Interamericano, carne e outros produtos para a Inglaterra e atendiam-se mercados anteriormente supridos pelos aliados. Nesse contexto, aumentaram as Reservas Internacionais, a renda e a inflação. A política monetária e fiscal foi expansionista, uma das causas da inflação. Houve, portanto, aumento da produção industrial no período.

Dutra, para reduzir a inflação e permitir a importação de bens de capital, equipamentos e bens de consumo que a guerra impedia, flexibilizou o acesso ao câmbio, acreditando nas Reservas Internacionais que o país possuía. No entanto, grande parte delas era inconversível, como libras bloqueadas e ouro no exterior, e isso levou a uma crise cambial em 1947. O governo passou a estabelecer as Licenças de Importação, uma forma de selecionar o que se importava. Isso foi bom para o desenvolvimento industrial, pois era uma forma de protecionismo. Com a saída de Corrêa e Castro, em 1949, desfez-se de vez a ilusão liberal e adotou-se uma política econômica expansionista e o plano SALTE. No entanto, com inflação, moeda fixada em nível valorizado e desvalorizações pelo mundo, a indústria brasileira era pouco competitiva.

Competitividade nos traz para o momento atual da indústria brasileira. Assim como em Dutra, atualmente a inflação, a moeda até pouco tempo supervalorizada e desvalorizações de outras moedas pelo mundo, fruto de políticas monetárias expansionistas, minam a competitividade da indústria brasileira, o que se reflete na pauta do comércio exterior: exportamos produtos básicos e importamos produtos manufaturados. As Licenças de Importação de Dutra só foram extintas com Collor, quando nossa protegida indústria sofreu com a competição internacional e ainda não se recuperou. Se entre 1930 e 1980 crescemos quase 6% ao ano, entre 1980 e 2012, o crescimento não passou de 2%. Os impactos do nosso desenvolvimento industrial histórico continuam até o presente.

RESPOSTA 2 • 30,00

Gaétan I. M. Spielmann Moura

O processo de industrialização brasileiro foi marcado por momentos de gargalo estrutural, com escassez de divisas e incentivos a uma industrialização por substituição de importações, e aproveitamento de capacidade ociosa, e por momentos de maior disponibilidade de divisas, com câmbio mais valorizado e incentivos à importação de bens de capital, necessários ao aprofundamento do processo de industrialização. Na sequência às crises enfrentadas pela economia monocultora e agrário-exportadora da Primeira República, o Estado Novo, a partir de 1937, logra empregar mecanismos de política cambial para promover salto no processo de industrialização brasileiro. O governo Dutra, caracterizado, em seu início, por uma ilusão de divisas, promoverá, em um segundo momento, política cambial que facilitou a importação de bens de capital, mais essenciais, em detrimento de bens menos essenciais. Apesar da ruptura do modelo de industrialização iniciado na década de 1930, na década de 1990, o momento atual da indústria e do comércio exterior brasileiro impõe revisão das lições aprendidas, no passado, com vistas a permitir retomada e aprofundamento do processo de industrialização, essencial para o desenvolvimento econômico brasileiro.

A evolução da economia cafeeira e as crises enfrentadas pelo modelo agrário-exportador, na Primeira República, são fundamentais para o processo de industrialização empreendido na década de 1930. A promoção de “políticas keynesianas avant la lettre”, ao se empreender política econômica de defesa da

economia cafeeira, mesmo depois da crise de 1929, garantiu, por meio do que Celso Furtado denomina de socialização das perdas, a manutenção do nível de atividade econômica e dos níveis de emprego e a geração de excedentes que, posteriormente, seriam revertidos para inversões na indústria, principalmente a indústria de bens não-duráveis.

A escassez de divisas, que caracteriza a década de 1930, impunha um câmbio desvalorizado, e que favoreceu política de industrialização por substituição de importações. Getúlio Vargas foi habilidoso em promover incentivos para que os excedentes gerados pelas exportações de café não fossem reinvestidos na lavoura. Ademais, as dificuldades para importar bens de consumo aportaram estímulos para que se instalassem indústrias voltadas para o mercado interno. O contexto político conturbado, mundialmente, igualmente, favoreceu que Vargas lograsse negociar com os Estados Unidos de Roosevelt o financiamento do projeto siderúrgico brasileiro, com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e a instalação da Usina de Volta Redonda, com recursos do Eximbank.

O acumulo de reservas do governo Vargas engendrou, no início do governo Dutra, uma ilusão de divisas. Empreendeu-se, nesse momento, política cambial frouxa, o que propiciou rápido decréscimo das reservas cambiais brasileiras, engendrada por uma balança comercial deficitária. Dutra acreditava que o relacionamento existente entre o Brasil e os Estados Unidos propiciaria o ingresso de divisas, no Brasil, o que não se concretizou. Em um segundo momento o governo Dutra, cria-se mercado de câmbio, visando favorecer a importação de bens essenciais, notadamente ao processo de industrialização brasileiro, em detrimento de bens não essenciais.

Bresser Pereira, em artigo publicado na Le Monde Diplomatique, afirma que o câmbio, no Brasil, é, historicamente, sobrevalorizado. Esse câmbio sobrevalorizado, observado, nos últimos anos, acarretou dificuldades para a indústria nacional, haja vista o ganho de competitividade de produtos manufaturados estrangeiros e a perda de competitividade da indústria nacional. O comércio exterior, nos últimos anos, manteve-se dinâmico e superavitário, em razão do preço elevado das commodities, engendrado pelo crescimento da economia chinesa, principalmente; entretanto, atualmente, o crescimento da economia chinesa diminuiu e a demanda por commodities refreou. A indústria vem perdendo participação no PIB, 38%, em 1980, e 9%, hodiernamente, e os manufaturados representam 35% da pauta de exportação brasileira – eram 62%, na década de 1980. Temores da "doença holandesa" são levantados. A recente subvalorização do real deve apontar para um reversão desse quadro com aumento de exportação e com ganho de competitividade da indústria brasileira, favorecendo o aproveitamento da capacidade ociosa. Impor-se-iam, contudo, igualmente, esforços de maior sofisticação da produção industrial.

RESPOSTA 3 • 29,00

Jean Paul Coly

Segundo a interpretação clássica de Celso Furtado, os anos 1930 foram caracterizados pela transferência do centro dinâmico da economia brasileira. Esse processo foi condicionado tanto por fatores internos – como as supersafras de café – quanto por fatores internacionais – como a crise de 1929. A análise do período revela, portanto, íntima relação entre a crise do modelo agroexportador e o desenvolvimento da indústria no Brasil.

Durante a Primeira República, o descompasso entre a oferta e a demanda de café suscitou o uso de diferentes mecanismos de proteção do setor cafeeiro. Além das políticas de valorização, inauguradas pelo Convênio de Taubaté (1906), foram frequentes as desvalorizações do câmbio, a fim de manter a renda dos cafeicultores em moeda doméstica, em contextos de queda dos preços internacionais do produto.

De acordo com a teoria dos choques adversos, o comportamento do câmbio é aspecto fundamental para compreender a relação entre as crises do setor exportador e o crescimento da indústria. Nos períodos de crise da economia cafeeira, a redução das entradas de divisas gerava a desvalorização do mil-réis. Com isso, os preços dos produtos importados, medidos em moeda nacional, tornavam-se mais caros, reorientando a demanda doméstica para o consumo de produtos brasileiros. Com efeito, a Primeira Guerra Mundial e o início dos anos 1930 são períodos nos quais se observa crescimento da participação da indústria na renda nacional.

O projeto desenvolvimentista posto em marcha por Getúlio Vargas caracteriza-se por crescente intervenção do Estado na economia. Nesse contexto, as políticas de defesa do café, por meio da estocagem e queima de parte da produção, contribuíram para sustentar a demanda doméstica. Tratava-se, assim de uma "política keynesiana avant la lettre". Por sua vez, o câmbio desvalorizado induzia o crescimento da produção industrial nacional, que seria favorecida pelas restrições de afretamento durante a Segunda Guerra Mundial. A construção da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, e da Fábrica Nacional de Motores são exemplos da política industrial desenvolvida pelo Estado Novo.

A 'ilusão de divisas' que marcou o governo Dutra, em seus anos iniciais, contribuiu indiretamente para o aprofundamento da substituição de importações no pós-guerra. Diante da crise do balanço de pagamentos, o governo manteve a paridade cambial (18Cr$-1US$) e adotou o controle de importações. Desse modo, garantiu à indústria a capacidade de importar máquinas e equipamentos a preços baixos (efeito subsídio), ao mesmo tempo em que restringiu a importação de bens com similar nacional (efeito proteção). Em síntese, a resposta do governo Dutra ao estrangulamento externo incentivou profundamente a indústria nacional.

A evolução da economia cafeeira e seus vínculos com o processo de industrialização no Brasil não estão dissociados das dinâmicas atuais da economia brasileira. Nos últimos anos, tem se verificado queda da participação da indústria no produto interno. Atualmente, a indústria responde por cerca de 13% do PIB. A redução da participação industrial tem reflexo no comércio exterior brasileiro, na medida em que se identifica uma tendência de reprimarização da pauta. Sendo assim, a crescente importância de produtos como soja e minério de ferro revela uma dificuldade de inserção nas cadeias globais de valor, sobretudo em setores de maior valor agregado.

A crise do café, nos anos 1930, incentivou significativamente o desenvolvimento do mercado interno e da indústria nacional. A análise do período fornece, desse modo, importantes contribuições para o debate sobre a indústria

brasileira na atualidade. Assim como ocorreu no passado, o câmbio continua sendo variável fundamental para a evolução do comércio do Brasil com o mundo. Nesse sentido, a recente desvalorização da moeda brasileira traz perspectivas de recuperação da indústria nacional.

PIOR NOTA • 26,00

A economia cafeicultora, que ganhou ímpeto a partir da década de 1830, repercutiu à medida que evoluía, ambivalentemente sobre o processo de industrialização brasileiro. Embora a prosperidade da cafeicultura exportadora tenha contribuído para a geração de fatores que foram essenciais para o nascimento da indústria nacional – como o acúmulo de capitais, a infraestrutura de transportes e bancaria e, até mesmo, a urbanização incipiente -, o peso político da oligarquia cafeeira e os altos lucros da atividade também desestimularam o investimento na indústria que foi, por muito tempo, menos rentável.

Durante a Primeira República, a cafeicultura dominou, política e economicamente, e, dada a inelasticidade da demanda pelo café à renda, a Balança Comercial e, portanto, o Balanço de Pagamentos brasileiros estavam fortemente vulneráveis a oscilações no preço internacional do produto, que sofria, amiúde, com crises de superprodução ou de baixa demanda externa. Nos tempos de bonança, como entre 1908-13, havia grande acúmulo de capitais e entrada de divisas estrangeiras, que eram reinvestidas não só na expansão da cafeicultura, mas também na criação de capacidade industrial ociosa e infraestrutura ferroviária, portuária e bancária. Em momentos de crise, como a iniciada com a ação antitruste estadunidense de 1913, e que foi agravada com a eclosão da I Guerra Mundial, essa capacidade era aproveitada, gerando surtos industriais, como o que ocorreu durante o conflito.

A crise de 1929, no entanto, foi um divisor de águas. As fortes quedas na demanda e preço do café foram novamente mitigadas pela atuação do Estado mas, dessa vez, com a criação de demanda efetiva, pela compra e queima do produto (não mais estoque). Subproduto dessa política, contudo, foi um efeito anticíclico, que arrefeceu o quadro recessivo e que terminou por deslocar o eixo dinâmico da economia brasileira de fora para dentro. Preservou-se o nível de emprego, por meio da ação estatal, mas a queda no preço internacional do café, acompanhada pela desvalorização cambial tornou a produção para o mercado interno, inclusive industrial, mais rentável, estimulando investimentos nesse setor, antes relegado a segundo plano.

Assim, a economia interna passou a produzir bens que antes eram importados e a direcioná-los ao mercado doméstico; o eixo dinâmico havia se deslocado. Nesse contexto, passou a haver competição entre os importadores (que no passado abasteciam a demanda interna por manufaturados) e os novos produtores internos, que também forneciam industrializados. Enquanto a taxa de câmbio do mil-réis estivesse desvalorizada, o setor secundário interno estaria protegido, mas não se podia, dada a nova organização produtiva do Brasil, permitir que a taxa de câmbio fosse deixada às leis de mercado: uma valorização repentina poderia quebrar a economia nacional.

Desse modo, o governo Vargas assume o controle sobre a política cambial, criando o monopólio do câmbio pelo Banco do Brasil. Durante o Estado Novo, o controle é mantido, de modo a proteger a indústria nacional da concorrência externa e, além disso, adota-se uma política econômica de incentivo à industrialização por substituição de importações (MSI). Importa-se, por exemplo, bens de capital usados de indústrias falidas no exterior. Dutra dá continuidade ao modelo. Após uma malograda liberalização cambial entre 1946-47, que queima as reservas internacionais do país, ele mantém a taxa de câmbio valorizada, para conter a inflação e para favorecer a importação de bens de capital e de insumos para a indústria, mas protege o mercado interno da concorrência internacional e manufaturados por meio da criação de licenças de importação, proibitivas para bens com substitutos nacionais.

O MSI vigorou até o final da Ditadura, quando foi substituído por maior abertura ao capital e comércio internacionais, mas o modelo permitiu a industrialização brasileira ao longo do século XX. Atualmente, o Brasil propugna pelo livre comércio, mas reconhece o papel do Estado em incentivar setores industriais estratégicos, como o de tecnologia. Não se busca mais industrializar o país por meio do protecionismo tarifário, nem cambial e privilegia-se o sistema multilateral de regulação de comércio. O câmbio, no entanto, apesar de agora viger sob regime flutuante, ou seja, segundo as leis de mercado, continua determinante para o êxito da industrialização e das exportações nacionais. O câmbio atual tem favorecido melhora na BC, mas, em anos anteriores, sua supervalorização prejudicou, sobremaneira, a economia e a indústria nacionais [1].

[1]- Resposta ao recurso que negou qualquer majoração: "A parte sobre a situação atual está incompleta, insuficiente, comparada, inclusive, com respostas de outros candidatos. A nota final reflete esse diferencial."

QUESTÃO 2

Com a implantação do regime de metas de inflação no Brasil, a taxa básica de juros brasileira, a SELIC, tornou-se o principal instrumento de política monetária do país.

Nesse regime, não se podem atribuir à política monetária metas adicionais para o câmbio ou o crescimento econômico. Contudo, essas e outras variáveis econômicas são levadas em consideração na construção do cenário para a inflação. Ao ser definida uma taxa para a SELIC, há mecanismos de transmissão da política monetária que afetam, entre outros aspectos, as expectativas dos agentes econômicos, a liquidez, o crédito, a demanda agregada e os preços dos ativos, incluindo-se a taxa de câmbio.

Desde o início desse regime, em 1999, a taxa básica de juros brasileira tem sido uma das mais altas do mundo e suas frequentes alterações não têm sido de reduzidas dimensões, como as que se verificam em outros países que utilizam tal regime. Ainda assim, não se conseguiu reduzir a inflação brasileira para padrões verificados em países que adotam regime semelhante.

Considerando os fundamentos teóricos e as particularidades do caso brasileiro, discorra sobre os seguintes aspectos:

- principais elementos que caracterizam o regime de metas de inflação;
- principais condições para a eficácia desse regime;
- mecanismo de transmissão da SELIC para a taxa cambial do país;
- principais fatores que mais dificultam o controle da inflação no Brasil, desde a adoção desse regime.

1. Extensão máxima: 60 linhas
2. Valor: 30,00 pontos
3. Média: 23,8 amp. / 24,2 afro.
4. Desvio padrão: 2,9 amp. / 3,1 afro.

RESPOSTA 1 • 30,00

Renato Barbosa Ferreira de Andrade

O regime de metas de inflação é adotado no Brasil, desde 1999, na sequência da desvalorização da moeda nacional, em função de crises no balanço de pagamentos, que atingiram países emergentes à época, como, por exemplo, a Rússia. O sistema de metas de inflação possui elementos característicos e condições que permitem sua eficácia. No caso brasileiro, dadas as especificidades da economia nacional, é necessário discutir acerca do relacionamento das taxas de câmbio e de juros, além de analisar os elementos que obstam o controle inflacionário no Brasil.

O sistema de metas de inflação tem como característica ancorar as expectativas dos agentes econômicos. Sem esse ajuste de expectativas, os agentes tendem a alterar os preços dos ativos, desequilibrando, dessa forma, os preços relativos, o que gera o processo inflacionário. Para que as expectativas sejam efetivamente ancoradas, a Autoridade Monetária faz uso, sobretudo, das taxas de juros. Por meio das taxas de juros, o Banco Central altera a liquidez da economia (deslocando para direita ou para esquerda a curva LM) com a intenção de ajustar a demanda de moeda à oferta de moeda. Como a oferta dos meios de pagamento influencia a curva de demanda agregada no curto prazo (e, por consequência, o nível geral de preços), a política monetária, via taxa de juros, é eficiente no combate aos aumentos de preços. Portanto, apesar de não ter metas para as taxas de câmbio e de crescimento econômico, percebe-se a importância da política monetária no sistema de metas, pois, além de ancorar as expectativas, promove alterações na demanda agregada e nos preços dos ativos, incluindo a taxa de câmbio.

Para que o sistema de metas de inflação seja eficaz, parte-se da premissa de que os agentes econômicos têm confiança na Autoridade Monetária e nos agentes públicos responsáveis pela política econômica. Em países desenvolvidos, os agentes focam as atenções, sobretudo, nas ações dos Bancos Centrais. No Brasil, por outro lado, dadas as características de nosso processo inflacionário, que é, em grade parte, relacionado às questões fiscais, os agentes econômicos observam as ações do Banco Central e do Ministério da Fazenda. Se não há confiança na autonomia operacional do Banco Central, nem na efetividade da política fiscal, o sistema de metas de inflação será prejudicado. Portanto, a comunicação direta e transparente das autoridades governamentais é elemento essencial no regime de metas inflacionárias. Ademais, a confiança nos instrumentos à disposição da autoridade monetária, como a taxa Selic, é fundamental para a efetividade do sistema.

Para além de ser o principal instrumento de política monetária no sistema de metas, a taxa de juros (Selic) tem impacto direto no preço de moedas estrangeiras. Aumentos nas taxas de juros, ceterius paribus, deslocam a curva LM para a esquerda. Nesse processo de contração da oferta de moeda, a taxa de câmbio aprecia-se, dado o relacionamento inverso entre câmbio e juros nominais. Por outro lado, uma política monetária expansionista,

ao deslocar a LM para a direita, reduz as taxas de juros e provoca a depreciação cambial. As alterações no câmbio são importantes, na medida em que impactam o balanço de pagamentos (via conta capital e de transações correntes) e o nível geral de preços (em função dos deslocamentos da curva de demanda agregada).

No Brasil, uma série de fatores limitam o alcance das metas de inflação. Em primeiro lugar, os preços dos ativos (de consumo e de investimento) não são inteiramente livres, o que é condição para a efetividade do sistema. Há uma série de preços administrados e controlados, como é o caso dos preços de energia e de combustíveis. Em segundo lugar, há uma persistente indexação de preços na economia nacional, como demonstra o uso de IGPs nos contratos de aluguel. Esse é um resquício de inflação de base inercial, o que denota a resiliência inflacionária, ou melhor, o que demonstra a dificuldade do índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) em retornar para o centro da meta (hoje de 4,5%), dado que esses preços são insensíveis às ações da política monetária, que, para funcionar, parte do pressuposto que a inflação é de demanda.

O sistema de metas de inflação se mostra uma ferramenta econômica de grande valia no combate à inflação. Contudo, uma série de premissas são necessárias para que o sistema seja efetivo. No Brasil, especificamente, observa-se que a resiliência (ou rigidez, como diria Keynes) dos preços está ligada à inexistência de preços totalmente livres. A resolução dessa questão aliada à confiança nas ações da autoridade monetária são os alvos sobre os quais os agentes públicos devem se debruçar para que as metas sejam, de fato, atingidas, permitindo que o país cresça sustentavelmente no longo prazo.

RESPOSTA 2 • 29,00

Maria Eduarda Paiva

Em 1999, na gestão Armínio Fraga no Bacen, houve a substituição do regime de âncora cambial pelo tripé macroeconômico, marcado pela necessidade de realização de superávit primário, com câmbio flutuante e regime de metas de inflação. O objetivo principal do tripé era conceder estabilidade macroeconômica a um país com um histórico inflacionário expressivo e com contas públicas ainda desajustadas. Essa estratégia, no entanto, acabou por limitar o crescimento da economia brasileira. O regime de metas de inflação ajuda a explicar as baixas taxas de crescimento Brasil, além de influenciar em expectativas dos atores, liquidez da economia, crédito e taxa de câmbio.

Os mecanismos de política monetária à disposição da autoridade monetária são os depósitos compulsórios, a taxa de redesconto e as operações de mercado aberto, sendo estas a principal alternativa do BACEN para regular a liquidez da economia. Em reuniões periódicas, o COPOM define qual deve ser a taxa de juros básica (SELIC) a ser perseguida nas realizações de operações de mercado aberto – considerando, para isso, a inflação existente, a expectativa dos agentes, o estado da economia, dentre outros fatores. Essa definição é divulgada por meio de ata, o que garante transparência aos agentes econômicos, e, em seguida, o BACEN começa a atuar no mercado secundário de títulos com o objetivo de influenciar a taxa básica.

A taxa SELIC influencia sobremaneira a expectativa dos agentes. Caso deseje aumenta-la, o BACEN vende títulos. Caso seu interesse seja reduzi-la, o BACEN compra títulos da dívida no mercado secundário. Um aumento na taxa de juros significa que haverá redução do investimento produtivo, visto que se torna mais custoso aos agentes demandarem empréstimos. Isso também desestimula o consumo, dado que as aplicações financeiras tornam-se mais vantajosas. A tendência, portanto, é que haja uma redução da inflação com uma economia pouco aquecida. Por sua vez, caso haja redução da taxa de juros, os agentes econômicos terão mais incentivos para investir, o que geraria, naturalmente, aquecimento da economia. As altas taxas de juros no Brasil acabaram por, no médio-longo prazo, desestimular investimentos produtivos. Como o retorno do capital aplicado é muito elevado, formaram-se classes no país alheias ao setor produtivo, dada a rentabilidade da SELIC.

Uma das condições de eficácia do regime de metas é a sua credibilidade perante os agentes econômicos, que precisam confiar na capacidade do BACEN de influenciar a taxa básica de juros. Além disso, é necessário que haja uma medição transparente da inflação, divulgada por meio dos índices produzidos por instituições confiáveis (no caso do Brasil, menciona-se o IPCA). Por fim, é de fundamental importância que o governo apresente condições de solvência fiscal. Afinal, o controle da inflação é realizado por meio da compra e venda de títulos públicos. Caso os agentes econômicos não confiem na capacidade do governo de pagamento, eles não mais adquirirão títulos da dívida pública, podendo esse processo culminar na dominância fiscal.

Em um contexto de mobilidade de capital, pode-se falar de mecanismos de transmissão da SELIC para a taxa cambial. Isso porque o aumento na taxa de juros torna os títulos brasileiros mais atrativos no mercado internacional, levando a uma entrada de divisas maior do que a saída. Esse ingresso de moeda estrangeira tem como resultado uma valorização da moeda brasileira (câmbio apreciado), o que propicia a maior entrada de importados e a redução das exportações. Caso haja redução da taxa básica de juros, a tendência é de saída do capital volátil, que busca mercados com maior rentabilidade, e de depreciação da moeda brasileira – favorecendo, por conseguinte, as exportações.

Desde a adoção do regime de metas de inflação, alguns fatores dificultaram o atingimento da meta, que, atualmente, é de 4,5% a.a., podendo variar em 2 p.p. para cima ou para baixo. Um dos problemas é a instabilidade política interna, que pode interferir na confiança dos agentes. As incertezas também interferem na taxa SELIC, tendo ela chegado a 40% em 2003, em razão das incertezas sobre a continuidade da política macroeconômica no governo Lula. Outro problema é a instabilidade dos mercados externos, que, caso optem por não mais adquirirem títulos da dívida pública brasileira, podem minar a estratégia de controle da inflação por meio das operações de mercado aberto. Nos últimos anos, outro fator que dificultou o controle da inflação foi a adoção pelo governo de uma política fiscal expansionista que resultou numa redução de impostos e na expansão de crédito para consumo. Essas medidas anti-cíclicas, que buscaram mitigar os efeitos da crise internacional no Brasil, acabaram por prejudicar a solvência

fiscal do país (déficit primário de 0,6% do PIB em 2014) e influenciam as expectativas dos agentes econômicos acerca da inflação.

RESPOSTA 3 • 27,00

Guilherme Fernando Rennó Kisteumacher

A adoção de um regime de metas de inflação pelo governo brasileiro, em 1999, representou importante momento de estabilização das expectativas inflacionárias que prejudicaram a economia nacional em décadas anteriores. No entanto, com a inflação estimada, pelo Boletim Focus, em 9,91% para 2015, bem acima da meta oficial, e com a manutenção da taxa SELIC em 14,25%, na Ata da 194ª reunião do COPOM, em outubro de 2015, é necessário considerar mais detalhadamente o funcionamento desse sistema.

Os principais elementos do regime de metas de inflação são o estabelecimento de uma meta central para a inflação anual, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e de uma banda ou margem de tolerância, para cima ou para baixo, em relação à meta central. Além disso, o Banco Central compromete-se a ajustar a condução da política monetária à meta estipulada oficialmente, o que garante previsibilidade ao sistema. Nesse sentido, o Conselho de Política Monetária (COPOM) reúne-se a cada 45 dias, para definir a taxa de juros, com viés de alta, de baixa ou sem viés, de modo a coordenar suas ações com a meta central.

As principais condições de eficácia do regime de metas decorrem da própria previsibilidade gerada pelo sistema e da confiança dos agentes econômicos de que o Banco Central tem compromisso com a meta e utilizará suas funções precípuas para atingi-la. Por um lado, a coerência e continuidade das metas é fundamental: desde 2005 até 2015, a meta central esteve fixa em 4,5% ao ano, com tolerância de até 2 pontos percentuais acima ou abaixo (6,5% ou 2,5% ao ano). Assim, alterações arbitrárias na meta, ou mesmo na composição do IPCA, de modo a reduzir, artificialmente, a inflação efetiva, são prejudiciais à eficácia do sistema. Por outro lado, a confiança de que o BACEN vai seguir as diretrizes necessárias à manutenção do sistema revela-se crucial para a eficácia do regime de metas, evitando que os agentes econômicos reajustem suas expectativas inflacionárias unilateralmente, destruindo o próprio objetivo do regime de estabilizar expectativas. Nesse sentido, a denominada "estabilidade dinâmica da política econômica", formulada por Kydland e Prescott (Prêmio Nobel em economia em 2004), demonstra-se fundamental para a eficácia do regime de metas brasileiro.

Deve-se, no entanto, considerar que existe um mecanismo de transmissão da política monetária sobre a taxa cambial brasileira, o qual se manifesta via taxa de juros (SELIC). Com a manutenção da alta taxa de juros pelo BACEN, incentiva-se, devido à atratividade dos investimentos no país, no processo de arbitragem internacional em busca do maior "spread" dos juros e, assim, maior rentabilidade, grande entrada de capitais no Brasil. Isso, consequentemente, gera maior demanda por reais e, assim, uma valorização nominal da moeda nacional e a queda da taxa de câmbio (preço da divisa). Esse cenário gera, no curto prazo, uma tendência de déficit na Balança Comercial do país. Além disso, esse processo pode causar uma pressão inflacionária interna (dinâmica conhecida como "pass-through") e colocar o governo frente ao difícil "trilema de Mundell-Fleming" (a chamada "trindade impossível"), tendo de optar por estabilidade cambial, livre entrada de capitais ou autonomia da política monetária.

Desde a adoção do regime de metas de inflação, em 1999, com meta inicial de 8% a.a., o governo brasileiro tem lutado para sua implementação. Os fatores que mais dificultaram a manutenção da inflação observada, efetiva, dentro dos parâmetros do regime de metas foram: as políticas econômicas (monetária, creditícia e fiscal) expansionistas, adotadas, principalmente no biênio 2003-2004, que geraram a ampliação do crédito, do consumo e do investimento (ampliando a demanda agregada e pressionando o nível de preços interno); as medidas contra-cíclicas implementadas, a partir de 2008, visando conter os efeitos adversos da crise econômica mundial; a baixa formação de poupança, na média de 15%, no período (mas apenas 14,4% no 2º trimestre de 2015, segundo o IBGE); e a grande entrada de capitais externos, estimulada pela alta taxa de juros brasileira.

É possível concluir que o regime de metas brasileiro constituiu um aspecto fundamental da estabilização macroeconômica, com queda das expectativas inflacionárias, que permitiu o elevado crescimento do PIB brasileiro na primeira década do século XXI. Entretanto, suas condições de eficácia, sua relação com o juros e a dificuldade de compromisso com as metas têm gerado preocupações

Recurso:

"Pede-se revisão da nota do candidato, visto que ele foi capaz de redigir texto dissertativo que discorre, com sólida base conceitual e dados técnicos atualizados e corretos, sobre todos os elementos de análise exigidos pelo enunciado.

O candidato analisou os principais fundamentos do regime de metas de inflação brasileiro nos primeiros parágrafos, sendo capaz de destacar, inclusive:

- a dinâmica do funcionamento do Conselho de Política Monetária (COPOM) para a definição da taxa de juros, com base no sistema de metas de inflação;
- a base de cálculo da inflação no IPCA para o funcionamento do regime de metas;
- as estimativas da inflação brasileira disponíveis pelo Banco Central até a data da realização da prova (citando, corretamente, os dados do Boletim Focus e da Ata da última reunião do COPOM até então).
- a evolução histórica da meta central de inflação entre 2005 e 2015, conforme dados do Banco Central, disponíveis em http://www.bcb.gov.br/Pec/metas/TabelaMetaseResultados.pdf;

No terceiro parágrafo, o candidato explicitou as principais condições de eficácia do regime de metas de inflação, argumentando, consistentemente, sobre a importância da previsibilidade e da coerência de sua implementação. Corroborou seus argumentos com a importante teoria de Finn Kydland e Edward Prescott, ganhadora do Prêmio Nobel de

Economia em 2004, intitulada "A Consistência Temporal da Política Econômica".

No 4º parágrafo, o candidato explicou corretamente o mecanismo de transmissão da SELIC para a taxa cambial, conforme a teoria econômica. Os argumentos utilizados podem ser encontrados nos principais livros-texto sobre a matéria, como Economia Internacional: teoria e experiência brasileira (edição de 2015), de Renato Baumann e Reinaldo Gonçalves (p.231 a 236), e Economia: Micro e Macro, de Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos (p.375-376). O candidato demonstrou, além disso, grande domínio conceitual da matéria, ao mencionar, inclusive, o efeito denominado "pass-through" que poderia ser gerado pelo mecanismo de transmissão da SELIC para a taxa (a eventual queda da taxa de câmbio poderia pressionar a própria inflação interna) e a possibilidade de o Brasil ter de lidar com o denominado "dilema de Mundell-Fleming" (ou para Baumann e Gonçalves, a "trindade impossível").

O candidato, por fim, analisou os principais fatores que dificultam o controle da inflação nacional, argumentando com base em exemplos desde as políticas econômicas expansionistas do biênio 2003-2004 até as medidas contra-cíclicas adotadas pelo Brasil em 2008, incluindo a baixa taxa média de formação de poupança do país, a grande entrada de capitais e a elevada taxa de juros brasileira.

Portanto, tendo em vista o elevado desempenho efetivo do candidato, pede o candidato a revisão da nota atribuída."

Comentário da Banca:

"A Banca Examinadora examinou os argumentos do candidato e, após releitura da prova, tendo presente a totalidade dos requisitos da questão, decidiu aceitá-los parcialmente, acrescentando um ponto na nota da planilha." Pontos ganhos com o recurso: 1,00

PIOR NOTA • 15,00

A taxa SELIC é um conjunto de taxas cuja meta é determinada pelo Banco Central. Essa meta é alcançada pelo uso do principal instrumento de política monetária à disposição do governo: as operações de mercado aberto (compra e venda de títulos públicos). Ao anunciar um aumento na taxa SELIC, o BACEN indica que irá vender títulos públicos. Para promover essa venda, taxas de juros crescentemente elevadas devem ser ofertadas, elevando o padrão das taxas de juros como um todo. A venda de títulos públicos retira liquidez (meio circulante) da economia, perfazendo política monetária contracionista. Do contrário, a compra de títulos públicos caracteriza política expansionista. No Brasil, a determinação da taxa SELIC tem sido, desde 1999, o principal meio de contenção da demanda agregada (DA), com o objetivo de controlar a inflação.

O debate acerca da inflação no Brasil se adensou nas décadas de 1980 e 1990. Os principais diagnósticos para a inflação foram: o estruturalista, que apontava a necessidade de um pacto social entre empregadores e trabalhadores; o heterodoxo, que definiu a inflação como mecanismo inercial de "carregamento" de preços e de custos por meio de indexadores econômicos; e o ortodoxo, que refletia a concepção clássica da inflação sendo resultado do excesso de demanda. Diversos planos econômicos corresponderam a uma ou outra (ou combinação) dessas visões, levando ao Plano Real, em 1994. Com as crises nas economias emergentes no final daquela década (México, Rússia, Argentina), o Brasil teve que abandonar a âncora cambial, uma vez que as reservas internacionais que a sustentavam foram esgotadas. O mecanismo de âncora cambial tinha o efeito de controlar os preços na economia. A partir de 1999, foi substituído pelo regime de metas de inflação.

Os principais elementos que caracterizam o regime de metas de inflação são, por um lado, o diagnóstico ortodoxo das causas da inflação e, por outro lado, a utilização do mecanismo de determinação da taxa de juros (taxa SELIC) como meio de manutenção das metas. O diagnóstico ortodoxo explica a contenção da demanda agregada de modo a manter as metas de inflação. Ao longo dos últimos anos, as metas foram de 4,5% ao ano, com tolerância de variações de 2%, positivas ou negativas. A contenção de demanda é feita pela pelo estímulo ao aumento de juros, o que encarece o crédito, provocando reduções nas componentes de consumo (C) e investimento (I) do PIB, bem como reduz a capacidade de gastos do governo (G).

As principais condições para a eficácia do regime de metas são a obtenção de superávits fiscais e a manutenção do equilíbrio no Balanço de Pagamentos (BP). De fato, esses elementos compõem o "tripé" que tem orientado a política econômica brasileira desde 1999. O superávit fiscal, calculado com base no resultado primário, que não leva em conta gastos com juros (nominal) ou inflação (operacional), é fator determinante para que o governo não se torne concorrente do setor privado nos mercados de fundos emprestáveis, deslocando agentes da economia (efeito "crowding out") e aumentando o nível de preços (inflação). O equilíbrio no BP, por sua vez, evita pressões inflacionárias decorrentes da entrada e saída de moeda estrangeira. Cabe lembrar, nesse sentido, que movimentos de depreciação cambial, como o atual, provocam o encarecimento das importações, o que configura fator de pressão inflacionária.

O equilíbrio do BP no Brasil caracteriza-se, historicamente, pela dinâmica em que a Conta Capital e Financeira (CCF) compensa déficits nas Transações Correntes (TC). A entrada de capitais, seja na forma de investimento estrangeiro direto, seja como investimento em carteira, é meio de equilibrar uma TC deficitária, principalmente pelos balanços de rendas e serviços, sendo que estes ultrapassaram aquelas no últimos anos. Aqui pode ser identificado o mecanismo de transmissão da taxa SELIC para a taxa cambial do país: de modo a atrair capitais estrangeiros (poupança externa), o governo eleva a taxa SELIC. Essa entrada de capitais provoca uma valorização cambial. Portanto, elevações na taxa SELIC tendem a valorizar o câmbio, fortalecendo o real frente a outras moedas.

A adoção do regime de metas de inflação enfrenta dificuldades decorrentes da excessiva dependência em relação à taxa SELIC. A manutenção dos juros da economia em patamares elevados compromete tanto a formação bruta de capital fixo quanto a capacidade de absorção interna. Nesse contexto, o caráter estrutural dos déficits em transações correntes tende a perpetuar-se, dada a falta de investimentos. Soma-se a isso uma demanda represada que, quando são baixados os juros, representa forte pressão inflacionária. O regime de metas de inflação também é sensível ao endividamento público, como ocorre no cenário atual. São necessárias reformas estruturais que permitam investimentos, inovação e adequação de custos, de modo a desvincular as meras de sua dependência de altos níveis de juros.

QUESTÃO 3

Os recursos naturais do Brasil o colocam na condição de poder vir a ser um dos maiores produtores mundiais de energia. A maior parte da nova energia virá da exploração de petróleo em águas superprofundas e de usinas hidrelétricas. No entanto, deve-se considerar que, primeiro, parte do crescimento da capacidade instalada para fornecer a energia adicional que o país requer virá de projetos hidrelétricos, o que eleva a dependência da oferta às condições e variações sazonais naturais, e, segundo, que serão necessários investimentos anuais de ao menos US$ 90 bilhões.

International Energy Agency, World Energy Outlook 2013 (com adaptações).

A partir das informações do texto acima, discorra sobre como as alterações previsíveis no mercado mundial de energia e as mudanças climáticas poderão impactar o setor de energia brasileiro e a competitividade da economia.

1. Extensão máxima: 40 linhas
2. Valor: 20,00 pontos
3. Média: 12,5 amp. / 12,8 afro.
4. Desvio padrão: 0,8 amp. / 1,2 afro.

RESPOSTA 1 • 15,00

Guilherme Fernando Rennó Kisteumacher

O ano de 2015 revela-se desafiador para a economia brasileira devido, entre outros fatores, às recentes alterações no mercado energético mundial (especialmente do petróleo) e às mudanças climáticas que prejudicam a matriz energética nacional, a produtividade média do país e a competitividade de suas exportações.

Desde 2014, os preços do petróleo, commodity fundamental para as exportações brasileiras e para o equilíbrio de seu Balanço de Pagamentos, têm caído vertiginosamente (de cerca de US$ 100 por barril Brent-Crude para cerca de US$50). Essa dinâmica teve dois impulsos: o início da exploração em grande quantidade do "shale oil" (derivado do folhelho do xisto betuminoso) nos EUA e a decisão da Arábia Saudita, mesmo contra certos parceiros da OPEP, de aumentar a exploração, para quebrar a concorrência norte-americana. O quadro de queda dos preços parece continuar, no médio prazo, e o FMI (World Economic Outlook 2015, "Adjusting to lower commodity prices", de outubro) estima que o impacto dessa queda (- 46%, em 2015) impactará, negativamente, os grandes produtores de petróleo, como o Brasil (estimado a contrair o PIB, em 2015, em 3%, considerando, também, esse impacto).

Adicionalmente, as mudanças climáticas poderão ter implicações adversas significativas sobre a economia brasileira. Em primeiro lugar, elas poderão prejudicar a competitividade da economia nacional ao reduzir a produtividade média do trabalhador brasileiro, devido ao aumento e aos picos da temperatura mundial, em efeito que, conforme a The Economist Intelligence Unit, passa a ser cada vez mais reconhecido pelos economistas. Em segundo lugar, a mudança do clima, ao gerar secas (conforme observado no biênio 2014/2015), impacta fortemente na matriz energética nacional, que usou 74% da fonte hidrelétrica para a geração de eletricidade no país, em 2014, segundo o Balanço Energético Nacional de 2015. Segundo esse documento, houve redução, em anos consecutivos, da disponibilidade hídrica do Brasil, algo que tem sua contrapartida econômica na elevação dos preços da eletricidade e, por conseguinte, dos custos de produção da indústria, que é a principal consumidora de eletricidade no Brasil. Finalmente, a competitividade das exportações nacionais pode ser afetada, devido a elevações dos custos gerados pelas secas, que não somente afetam as safras agrícolas de exportação, como também suas rotas (como exemplifica a desativação da hidrovia Tietê-Paraná até 2016, importante modal de escoamento da soja brasileira do Paraná até o Porto de Santos, devido ao baixo nível das águas).

Frente a duas condicionalidades externas que, estima-se, permanecerão no médio a longo prazo, a economia brasileira deve se preparar para os efeitos deletérios da persistente queda do preço do petróleo e da mudança climática sobre uma economia que teve seu crescimento ancorado nas exportações de commodities e na abundância da hidroeletricidade. As recentes suspensões de projetos de exploração do "pré-sal" pela Petrobras e os reajustes, em 2015, das tarifas sobre eletricidade indicam que as alterações no cenário mundial já são sentidas no Brasil.

Recurso:

"O candidato pede revisão de sua nota, pois a pontuação atribuída pela Banca não foi condizente com o elevado desempenho demonstrado na questão. Todos os comandos presentes no enunciado da questão foram respondidos, com alto nível de detalhamento e demonstrando domínio da matéria.

No primeiro parágrafo, o candidato dissertou sobre as alterações previsíveis no mercado mundial de energia (especialmente a queda do preço do petróleo desde 2014, após a exploração em grande quantidade de petróleo derivado do folhelho do xisto betuminoso - "shale"- nos EUA), e a dinâmica atual desse mercado, marcada pela ampliação, em 2015, por motivos concorrenciais, da exploração petrolífera na Arábia Saudita. O candidato foi capaz, inclusive, de mencionar, corretamente, dados importantes presentes no relatório World Economic Outlook do FMI, intitulado "Adjusting to Lower Commodity Prices", divulgado no final de outubro de 2015, pouco tempo antes da realização da prova, demonstrando sua atualização na matéria. Ele, também, avaliou os efeitos prejudiciais à nova dinâmica do mercado energético mundial sobre a economia brasileira, com foco no desequilíbrio do Balanço de Pagamentos brasileiro, na redução das exportações do setor energético e contração do PIB brasileiro.

No segundo parágrafo, o candidato passou a analisar o impacto das mudanças climáticas sobre a economia brasileira, destacando dois aspectos complementares do problema:

a) a queda de produtividade média do trabalhador nacional (efeito corroborado em matéria da The Economist publicada em 24 de outubro de 2015, duas semanas antes da prova, intitulada "Putting Goldilocks to work: a new study shows that climate change is likely to sap productivity in the rich world"); e

b) a relativa escassez hídrica que tem afetado enormemente a economia brasileira entre 2014 e 2015.

O candidato exemplificou seus argumentos com dados atualizados do Balanço Energético Nacional de 2015 e com o recente fechamento da hidrovia Tietê-Paraná, destacando o grande impacto das mudanças climáticas sobre a competitividade das exportações nacionais e sobre o setor energético nacional, conforme requerido pela Banca.

Assim, com argumentos pertinentes, com forte embasamento em dados atualizados e citados corretamente, atendendo a todos os requisitos do enunciado, o candidato considera que a nota atribuída, pouco acima da média, não é condizente com o elevado desempenho que conseguiu demonstrar, apesar das limitações de tempo e de linhas.

Portanto, pede o candidato a revisão da nota atribuída."

Pontos ganhos com o recurso: 1,00

RESPOSTA 2 • 15,00

Jean Paul Coly

O Brasil dispõe de condições privilegiadas no que se refere a recursos energéticos. A ampla rede hidrográfica e o clima tropical garantem ao país um imenso potencial de exploração hidrelétrica. Ao mesmo tempo, as reservas de hidrocarbonetos na plataforma continental, especialmente na Bacia de Campos e Santos, colocam o país em condições de se tornar um dos maiores produtores mundiais de energia. As alterações previstas no mercado mundial de energia vinculam-se diretamente às estratégias nacionais de desenvolvimento.

Considerando o atual cenário de combate às mudanças do clima, o Brasil demonstra perfil favorável em sua matriz: 39% da energia produzida no país advém de fontes limpas, como as hidrelétricas, ao passo que a média mundial gira em torno de 13%. A construção das hidrelétricas de Girau e Santo Antônio, no rio Madeira, e os investimentos na usina de Belo Monte, no vale do rio Xingu, demonstram o potencial de ampliar a produção com respeito ao paradigma do desenvolvimento sustentável. Esse intuito, contudo, não está livre de desafios. Por um lado, o país carece de investimentos nas linhas de transmissão entre regiões produtoras e o mercado consumidor. Por outro, a atual crise hídrica evidencia a necessidade de desenvolver sistemas de compensação, que reduzam a vulnerabilidade a variações no regime de chuvas.

A exploração de petróleo e gás em águas profundas abre outra possibilidade de expansão da fronteira energética brasileira. Atualmente, cerca de 88% do petróleo produzido no país é oriundo da plataforma continental. O compromisso de reduzir as emissões de gases de efeito estufa impõe, no entanto, a necessidade de - a um só tempo - ampliar a capacidade de exploração de petróleo e investir em fontes renováveis, como a energia eólica, a energia solar e, sobretudo, os biocombustíveis. Outro desafio será o de fornecer petróleo e gás a baixo custo em momento em que a exploração de areias betuminosas, no Canadá, e de gás de xisto, nos EUA, reduzem o preço desses recursos no mercado internacional.

O crescimento da capacidade instalada de produção de energia no Brasil tem impacto direto sobre a competitividade da economia brasileira, em especial, em setores energo-intensivos, como a indústria. A energia é componente significativo dos custos de produção, de modo que o aumento da oferta propiciará redução dos preços ao consumidor final. Essa dinâmica tem sido observada nos EUA, na medida em que a redução dos custos de energia tem fomentado o retorno de plantas industriais ao país, contribuindo para a recente recuperação da economia americana.

Outro efeito positivo do desenvolvimento do setor de energia no Brasil tende a ser a atração de investimentos externos e empresas multinacionais. Espera-se, nesse sentido, que a condição de destaque do Brasil no setor energético permita a inserção competitiva do país nas cadeias globais de valor, por meio da industrialização das vantagens comparativas nacionais.

RESPOSTA 3 • 14,00

Alexandre de Paula Oliveira

Com o intuito de se analisar o impacto das mudanças no mercado global de energia e das mudanças climáticas para o setor energético brasileiro e para a competitividade nacional, é necessário, primeiramente, discorrer sobre esses fatores impactantes. Uma das grandes alterações previsíveis é a redução da utilização de fontes energéticas não renováveis. O G-7, por exemplo, comprometeu-se recentemente com a total descarbonização de suas economias até 2100. Atualmente, o mundo tenta se adaptar às novas condições que o novo (e baixo) preço do petróleo impõem, redução que se dá tanto pelo excesso de oferta, via fontes não convencionais, como xisto, como pela redução da demanda de alguns mercados. As mudanças climáticas corroboram a decisão do G-7 e, com o objetivo de manter o aquecimento global em até 2°C, ensejarão políticas em favor das fontes renováveis, como hidrelétricas e biocombustíveis.

Esse cenário tem grande impacto no setor de energia do Brasil. No caso do petróleo, a manutenção dos preços nos níveis atuais ou menores pode tornar financeiramente inviável a exploração e a extração em águas profundas dessa fonte que representa por volta de 39% da matriz energética brasileira. No caso das hidrelétricas, caso a mudança climática não seja revertida, a alteração no regime de chuvas e a tendência de savanização da Amazônia, onde estão previstos os novos investimentos nessa fonte, podem por em risco todo setor energético brasileiro, principalmente o elétrico.

Com relação às energias renováveis, como biomassa, etanol e derivados, há uma grande oportunidade para o Brasil. O país possui experiência, tecnologia de ponta e recursos humanos e físicos para produzir biocombustíveis com baixo custo e alta eficiência energética. O desenvolvimento do etanol de 2a geração e do biojet, para aviação, demonstram que o Brasil e seu setor de energia têm capacidade para enfrentar os novos tempos. No entanto, para que isso se consolide, políticas públicas adequadas e previsíveis são imprescindíveis, tendo em vista que o setor precisa de alguma previsibilidade de demanda para ajustar sua oferta.

Estar na dianteira no processo de mudança global da matriz energética é uma grande vantagem competitiva. Assim como a Inglaterra, no caso do carvão, e dos EUA, no caso do petróleo, o Brasil pode aproveitar-se da dianteira no caso das energias renováveis. Considerando que energia é um dos principais insumos de produção, senão o principal, produzir a energia certa, com baixo custo e antes dos concorrentes pode aumentar a competitividade da economia brasileira, permitindo que a produção nacional não apenas seja limpa e ambientalmente sustentável, de acordo com o conceito de "economia verde", mas também consiga competir nos principais mercados, trazendo crescimento, renda e emprego para o país.

PIOR NOTA • 12,00

A disponibilidade abundante e barata de energia, insumo de toda atividade econômica, é indispensável para a manutenção de níveis sustentáveis de crescimento. O Brasil, por suas potencialidades naturais, tem importantes vantagens relativas nessa área, desde que consiga reunir o capital necessário para explorá-las.

No que diz respeito ao setor de hidrocarbonetos, o Brasil conta com amplas reservas submarinas de petróleo e gás, inclusive no pré-sal. É verdade que os atuais preços internacionais destes insumos estão depreciados, resultado da ampla oferta mundial (OPEP, Rússia e EUA, com faturamento hidráulico) e do desaquecimento de economias importantes, como a China, grande consumidora. Embora isso torne parte das reservas nacionais economicamente inviáveis, a tendência é de recuperação dos preços à medida que a economia se recupere e as reservas tradicionais sejam consumidas.

No momento em que isso ocorrer as vantagens comparativas brasileiras, oriundas da avançada tecnologia e experiência de exploração em poços profundos colocará o Brasil em posição confortável, garantindo o suprimento energético interno a preços competitivos e viabilizando a exportação. O desafio, contudo, é garantir os investimentos necessários para aproveitar essa oportunidade.

Também do opnto de vista das energias renováveis as perspectivas são boas, embora a mudança climática demande atenção. País que mais detém águas de superfície do mundo, o potencial hidrelétrico nacional é gigantesco, sobretudo no Norte do país. A interligação quase completa das redes de transmissão em todo o Brasil possibilita a geração em áreas distantes dos centros produtivos sem afetar a competitividade econômica, persistindo apenas o desafio dos custos de capital para a instalação.

As mudanças climáticas, contudo, podem representar dificuldade relevante, como evidenciado pelo baixo nível dos reservatórios no Sudeste, que já provocaram aumentos consideráveis do custo da energia. Há, contudo, soluções para minimizar seus impactos. A própria construção de hidrelétricas no Norte, onde chove mais, é um caminho. A possibilidade mais promissora, contudo, é a diversificação, o que pulveriza os riscos. O Brasil tem amplo potencial eólico e já é um dos 10 maiores investidores do setor, havendo ainda a possibilidade de ampliação dos biocombustíveis.

O Brasil deverá, portanto, tornar-se uma das maiores potências energéticas mundiais, o que impulsionará sua economia.

QUESTÃO 4

Estrutura da população por faixa etária 2000 2030:

A figura acima mostra a estrutura da população brasileira, por faixa etária, em 2000 e a projeção para 2030. Percebe-se que o país está passando por uma transformação demográfica bastante rápida e a previsão é a de que esse aumento demográfico chegue ao fim em meados da década de 2020. Considerando essas informações, discorra sobre as implicações da referida transformação para:

- a competitividade internacional;
- as finanças públicas;
- o mercado de trabalho;
- a taxa de poupança.

1. Extensão máxima: 40 linhas
2. Valor: 20,00 pontos]
3. Média: 15,4 amp. / 15,2 afro.
4. Desvio padrão: 0,6 amp. / 1,0 afro.

RESPOSTA 1 • 16,00

Camilla Corá

A população brasileira passa por período de transição conhecido como bônus demográfico. Enquanto, nos anos 2000, a estrutura etária indicava uma população jovem, em 2030, é prevista uma estrutura de população adulta e porcentagem significativa de idosos. O período de transição entre os dois momentos é considerado crucial para as finanças públicas, a taxa de poupança e a competitividade internacional do país.

O período do bônus demográfico é caracterizado pela maior quantidade de pessoas em idade ativa do que pessoas fora dessa faixa. Dessa forma, para cada pessoa considerada dependente (crianças ou idosos), há mais de uma pessoa efetivamente no mercado de trabalho. Nesse contexto, observam-se níveis relativamente baixos de desemprego, uma vez que o crescimento econômico e a capacidade ociosa existentes permitiram a inserção de mais pessoas na economia formal. Conforme o bônus chega próximo ao seu fim, contudo, será necessário investir em maior produtividade, especialmente no setor de serviços, responsável por cerca de 70% do PIB, por meio do incentivo à educação, à pesquisa e à inovação.

A grande quantidade de pessoas empregadas em relação às dependentes (baixa taxa de dependência) deveria implicar aumento da poupança nacional. A poupança pode ser considerada função da renda e das expectativas de retorno dos investimentos, em perspectiva análoga à de Keynes. Assim, por um lado, o aumento da renda do trabalhador poderia ser canalizado para a poupança, incentivada, ainda, por altas taxas de juros. Por outro, a cultura inflacionária, a alta propensão ao consumo e as desigualdades ainda persistentes podem justificar que se prefira o consumo à poupança, se não houver maiores incentivos.

A baixa taxa de poupança nacional é uma preocupação para as finanças públicas no contexto de eventual fim da transição. Ao término do bônus, a taxa de dependência aumentará, com menos pessoas no mercado de trabalho para cada dependente. Ainda, o envelhecimento da população significará que os dependentes incluirão mais idosos do que anteriormente. Cria-se, portanto, pressão nas finanças públicas, uma vez que a arrecadação deve diminuir (com a saída de pessoas do mercado de trabalho) e, ao mesmo tempo, crescerão os dispêndios com a Previdência Social. Explicam-se, portanto, reformas feitas para aumentar o período de contribuição, uma vez que se espera o aumento da expectativa de vida e a diminuição da quantidade relativa de contribuintes.

O período da transição demográfica é propício para o aumento da competitividade internacional do Brasil. Com a alta proporção da população em idade ativa, o incentivo ao aprimoramento das habilidades, à transferência de tecnologia e ao aumento da produtividade trariam grandes vantagens comparativas. A economia brasileira é, atualmente, representativa de baixos índices de produtividade, nomeadamente no setor de serviços. Esse cenário é preocupante não só pelo peso dos serviços no valor adicionado do comércio mundial, mas pela tendência de aumento dessa participação em setores de criação de valor, sinalizada, por exemplo, pela assinatura do TPP. O Brasil, para aumentar sua competitividade internacional, precisa encontrar atalhos no momento do bônus demográfico que permitam sua inserção em cadeias globais e

regionais de valor no setor upstream, substituindo o foco atual em serviços de consumo final e promovendo a densidade industrial que permitirá a competição nos novos padrões de comércio internacional.

O período do bônus demográfico pode trazer dividendos ao país, se bem administrado. O aumento da massa de trabalhadores poderia favorecer a poupança nacional, incentivando investimentos e desonerando a Previdência Social no futuro. Mais significativa é a urgência que o bônus adiciona à necessidade de melhora da produtividade no mercado doméstico e da qualificação profissional desses novos trabalhadores, a fim de que se insiram em empregos de qualidade e preparem a economia para o fim da transição.

RESPOSTA 2 • 16,00

Maria Eduarda Paiva

Existe uma estimativa de que, em 2024, o Brasil encerrará o seu período de bônus demográfico, o que resultará em aumento da razão de dependência do país. Esse fenômeno tem repercussões em vários âmbitos na economia, a serem analisados a seguir.

Com respeito à competitividade internacional, assinala-se que o período de bônus demográfico não foi acompanhado de um aumento expressivo da produtividade, como ocorreu os países desenvolvidos. Além disso, com o boom das commodities incentivado pela demanda chinesa, houve crescimento do setor agroexportador em detrimento da indústria – setor amis competitivo e capaz de empregar mais mão-de-obra do que a agricultura. Do mesmo modo, a indústria perdeu competitividade porque não conseguiu associar sua produção a um setor de serviços capaz de agregar valor à produção (tais como pesquisa e desenvolvimento, branding e marketing). Isso faz que, atualmente, a indústria brasileira se insira pouco em cadeias globais de valor e, quando se insere, não está associada diretamente à tecnologia de ponta. Com o aumento cada vez menor da população economicamente ativa (PEA), esses problemas se acentuam e podem dificultar um acrescimento da competitividade internacional do país sustentado e de longo prazo.

As finanças públicas sofrerão pressão suplementar. Afinal, a tendência é de que o topo da pirâmide aumento mais do que o seu meio, o que significa aumento do número de inativos. O regime previdenciário brasileiro, ainda não atualizado em relação às atuais expectativas de vida, propicia aposentadorias em idades em que há capacidade de trabalho, o que resulta em agravamento do problema. Isso porque os mais velhos têm menos incentivos a poupar, além de demandarem maiores recursos nas áreas de saúde e previdência. Por sua vez, com a progressiva diminuição do número de jovens, no médio-longo prazo, é possível que os recursos destinados à educação sejam alocados de forma mais eficiente, dada uma possível melhor capacidade de planejamento estatal.

O mercado de trabalho brasileiro passou por uma transição típica dos países mais desenvolvidos: grande participação dos serviços no PIB. Enquanto que, na década de 1980, os serviços respondiam por 43% do PIV, eles são, atualmente, 70% dele. Essa mudança não é intrinsecamente um problema, dado que existem países com setor de serviço altamente produtivo e em sinergia com a indústria. Não obstante, no Brasil, prevalecem os serviços de custo (como logística e transporte) e os destinados ao consumidor final (hotéis e restaurantes). Eles possuem baixa produtividade e poucos incentivos à inovação, visto que estão menos sujeitos à concorrência estrangeira, gerando, com isso, pressões inflacionárias. Em um contexto de redução da mão-de-obra disponível, investir na produtividade dos serviços e na sua integração com a indústria é necessário para garantir crescimento. Isso pode ser feito por meio do investimento em qualificação de mão-de-obra, redução do custo Brasil, investimento em infraestrutura, reforma tributária, reforma trabalhista, dentre outros.

Por fim, deve-se considerar que a taxa de poupança, essencial para o investimento (S=I), é estruturalmente baixa no Brasil – chegando hoje a patamares de 18% do PIB. Com o envelhecimento da população, essa taxa tende a diminuir, dado que a atual estrutura previdenciária é segura e não estimula a poupança. Isso pode resultar em maior captação de poupança externa no futuro.

RESPOSTA 3 • 16,00

Anônimo

O Brasil passa atualmente pelo que se convencionou chamar de “bônus demográfico”. Trata-se de um período durante o qual parcela significativa da população do pais integra o grupo de pessoas economicamente ativas, bem como de situação em que as natalidades se comprimem e o grupo de idosos ainda é relativamente pouco representativo. Segundo a informação contida no gráfico em questão, o “bônus demográfico” brasileiro deve estender-se até pelo menos 2030, iniciando-se pouco tempo depois o fim desse período.

Em termos dos impactos desse período na competitividade da economia brasileira, é importante notar ao menos [x] aspectos positivos. Com a elevada taxa de pessoas em idade ativa, o fator trabalho em abundancia deveria reduzir custos de produção. Atividades intensivas em trabalho, por exemplo, podem prosperar. Ademais, os custos relativos à previdência social e gastos com a formação de mão de obra qualificada, dadas as menores proporções de idosos e crianças em idade escolar, não deveriam impactar negativamente as finanças públicas. Essa situação, em si um fato que contribui para a alocação de recursos públicos sem maiores pressões na gestão do orçamento do governo, também tem o condão de melhorar a competitividade brasileira: liberando-se recursos, pode o governo prover investimentos necessários à ampliação da oferta agregada, tais como em infra-estrutura, reduzindo-se assim pressões sobre preços da economia decorrente de altos custos.

Como se sabe, ademais, a contenção possível dos gastos previdenciários e de formação básica liberam recursos que, se não consumidos pelo governo em qualquer outra modalidade, passam a integrar a poupança doméstica. Esta, aumentada a oferta de fundos emprestáveis, é fundamental para o

financiamento sustentável do investimento privado. Do investimento, evidentemente, depende a expansão da economia brasileira.

A velocidade, contudo, em que se está chegando ao fim do "bônus demográfico" brasileiro é causa de preocupação. A bonança de pressões relativamente reduzidas sobre as finanças públicas não se tem materializado em uma taxa de poupança satisfatória (abaixo de 20% atualmente). A distribuição da população economicamente ativa, por sua vez, concentrada no setor terciário de consumo final, caracterizado por uma baixa produtividade, tem minado o potencial de incremento da competitividade brasileira por meio da associação da indústria com serviços de agregação de valor. Com efeito, a integração entre indústria e o setor que mais reflete a situação do "bônus demográfico" (serviços) tem-se feito mais pelo lado dos serviços de custo, de manutenção e logística de produção. Dessa forma, ainda que se verifiquem ganhos de produtividade no fator trabalho, o impacto para a competitividade brasileira restará aquém de seu real potencial. Portanto, necessário torna-se que as menores dificuldades relativas na capacitação da mão-de-obra brasileira no momento presente, graças ao cenário demográfico ilustrado graficamente na questão, resulte efetivamente em capacitação (e em ritmo acelerado) antes que a pressão inevitável sobre as finanças públicas e a poupança, que advirão com o envelhecimento populacional, condene o pais aos subdesenvolvimento e à pouca competitividade.

PIOR NOTA • 14,00

A população de um Estado constitui um dos ativos mais importantes de sua economia, seja porque a mão de obra é um insumo fundamental na produção, seja porque o mercado consumidor é estratégico para o crescimento sustentável. O Brasil está, atualmente, no chamado bônus demográfico, o qual se encerrará em meados da década de 2020, com importantes implicações para a competitividade internacional, as finanças públicas, o mercado de trabalho e a taxa de poupança.

O bônus demográfico é o momento em que a população economicamente ativa é maior do que as demais faixas populacionais. Conforme o gráfico apresentado no enunciado, a população entre 15 e 60 anos, em 2000, era bem menor do que a projeção feita para 2030. Segundo a teoria clássica de comércio internacional, trata-se de vantagem comparativa da economia nacional, de modo que deve impulsionar a produção de bens intensivos em trabalho. Segundo Hecksher-Öhlin, isso levaria ao aumento da produtividade do fator mais usado, aumentando seu valor. Essa não deve ser a perspectiva dos formuladores de política econômica no Brasil, pois a elevação de produtividade da mão de obra requer investimentos em educação e saúde, os quais levam tempo para produzir resultados. Daí a existência de programas como FIES, Ciência Sem Fronteiras e PRONATEC. Deve-se aproveitar a janela demográfica antes que ela se feche.

O quadro da distribuição da população brasileira traz desafios para as finanças públicas. Atualmente, os gastos previdenciários já são o maior fator das despesas do governo. Em 2030, conforme os dados do enunciado, as faixas entre 60 e 90 anos serão ainda mais expressivas do que são atualmente. A reforma da previdência é, pois, indispensável. Além disso, o impacto nas finanças públicas já ocorre em relação a serviços como educação. Estes devem ser expandidos no curto e no médio prazos, para qualificar a mão de obra brasileira.

A qualificação é o principal impacto no mercado de trabalho. Para entrar em equilíbrio, esse mercado exige que a produtividade do trabalho seja igual aos salários. Elevando-se a produtividade (por meio da educação), elevam-se os salários. Isso é fundamental para que o Brasil saia da armadilha do país de renda média. Exemplos históricos são Japão e Alemanha, com enormes populações que se qualificaram antes de envelhecerem.

A taxa de poupança é relacionada com os Investimentos (I = S), os quais são o setor do PIB que relacionam a economia presente com a futura. O Brasil é, historicamente, carente de poupança, razão pela qual a importa, via déficit em transações correntes. Esse fato em si não é ruim, desde que o país utilize a poupança para qualificar esse exército de mão de obra. O desafio é que o brasileiro tem baixa propensão a poupar (e alta propensão a consumir). Esse fato tende a aumentar, pois, conforme se verifica do gráfico, haverá grande contingente populacional entre as faixas de 15 a 60 anos, que são as que mais consomem. Por outro lado, um aumento da população entre 65 e 90 anos pode aumentar a poupança privada, porquanto esses indivíduos tendem a consumir menos e geralmente dispõem de renda fixa, como aposentadorias. Logo, a poupança do governo adquirirá maior importância, pois pode ser direcionada para políticas públicas de longo prazo.

O bônus demográfico brasileiro somente será aproveitado se houver investimento em educação. Os atuais 15% de taxa de investimento são insuficientes para tornar o Brasil uma nação desenvolvida.

10

Direito

QUESTÃO 1

Discorra sobre a paulatina erosão da dicotomia do direito (summa divisio) conducente à moderna publicização do direito privado.

Extensão máxima: 60 linhas

Valor: 30,00 pontos}

Média: 26,6 amp. / 25,7 afro.

Desvio padrão: 1,6 amp. / 2,7 afro.

RESPOSTA 1 • 30,00

João Soares Viana Neto

Superando-se a discussão acerca de o Direito ser ou não ser uma ciência e assumindo-se que o seja, pode-se afirmar que a consolidação do conhecimento jurídico como científico ocorreu sob o influxo racionalista que caracterizou tanto o iluminismo quanto, posteriormente, o positivismo. Sob essa perspectiva, o conhecimento era compartimentado. A história do século XX, porém, é a da progressiva erosão dessas distinções, à medida que as relações humanas se tornaram mais complexas e interdependentes. No Direito, o fenômeno significou não apenas o enfraquecimento da distinção entre Direito Público e Direito Privado, mas também a paulatina erosão de outras dicotomias.

Evidência de [que] o fenômeno contemporâneo da publicização do Direito Privado se insere num contexto mais amplo é o aumento do diálogo entre ordem constitucional e ordem internacional. Autores como Marcelo Neves e J. J. Gomes Canotilho falam em transconstitucionalidade e constitucionalismo global, para explicar esse fenômeno marcado pelas influências recíprocas de institutos de Direito Constitucional e de Direito Internacional. Demonstram a abertura das Constituições ao Direito das Gentes, por exemplo, a previsão de princípios constitucionais para as relações internacionais (conforme artigo 4º da Constituição Federal de 1988) e a possibilidade de tratados internacionais de direitos humanos terem status de Emenda Constitucional (conforme art. 5º, §3º, da CF/88). Ao mesmo tempo, verifica-se a constitucionalização do Direito Internacional na previsão de julgamento de indivíduos perante o Tribunal Penal Internacional.

No âmbito interno, a Constituição de 1988 teve papel fundamental na publicização do Direito Privado. Com efeito, a Lei Maior avançou em temas que, originalmente, não seriam próprios dela, não se limitando a veicular normas materialmente constitucionais (ou seja, normas relativas à organização do Estado e à defesa dos direitos dos indivíduos). Consequentemente, a Constituição disciplinou desde instituições financeiras à família, por exemplo, demonstrando a influência do público sobre o privado.

Simultaneamente, normas de Direito Privado expandiram-se, abarcando matérias de evidente interesse público. Se o Código Civil de 1916 era um documento essencialmente privatista e patrimonialista, o Código Civil de 2002 reflete princípios que talvez surpreendessem Clóvis Beviláqua. O atual Código certamente consagra e protege o direito de propriedade, mas vincula essa proteção ao atendimento de sua função social. O Código protege o instituto da família e prevê o poder familiar (o antigo pátrio poder); porém, em decorrência do princípio constitucional da dignidade humana (previsto no art. 1º, III, da CF/88), não se admite aos pais um poder ilimitado sobre os filhos, conforme evidenciado pela proibição de castigos físicos pela chamada "Lei da Palmada".

Mesmo no âmbito o Direito Privado, percebe-se uma tendência ao fim das dicotomias. Compreende-se, assim, o fato de o Código Civil de 2002 trazer um Livro dedicado ao Direito de Empresa – derrogando boa parte do Código Comercial de 1850. Isso surpreende, pois o fato convive com a tendência, verificada, no Brasil, na década de 1990, de proliferação de microssistemas jurídicos, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Código de Defesa do Consumidor. Esses regimes, todavia, não são isolados e autossuficientes: a interpretação e a aplicação de suas normas devem ser feitas segundo princípios gerais, sobretudo os previstos na Constituição Federal.

É cada vez mais evidente a erosão da dicotomia do Direito, fenômeno do qual a publicização do Direito Privado é um dos exemplos mais relevantes, embora não seja o único. Ao mesmo tempo em que se fala em Direito Civil Constitucional, fala-se também em transconstitucionalismo. Não se negam as especificidades que caracterizam as diversas situações que o Direito é chamado a regular, mas pode-se identificar, cada vez mais, a emergência de um Direito Comum.

RESPOSTA 2 • 30,00

Riane Laís Tarnovski

A gradativa erosão do direito (summa divisio), que culminou na moderna publicização do direito privado, foi repleta de debates jurídico-filosóficos, em que se destacam Bobbio, Kelsen, Hobbes e Locke. Do Direito Natural ao Direito Positivo, no âmbito doméstico, até à dualidade de monistas e dualistas, no âmbito do Direito Internacional, a paulatina erosão dessa dicotomia do Direito contribuiu para o atual pluralismo jurídico no contexto doméstico dos Estados e para a publicização do direito privado.

Hobbes bem ilustrou uma sociedade sem Direito: o estado de natureza em que o homem é o lobo do próprio homem. Surge a necessidade de um pacto social com o Leviatã – o Estado, para regular o monopólio do uso da força. No mesmo sentido, Locke defende a proteção de direitos fundamentais, como a vida e a propriedade, destacando serem esses direitos naturais – é o surgimento dos jus-naturalismo. O debate jurídico evoluiu e encontrou em Hans Kelsen a Teoria Pura do Direito, a "cientifização"/positivação de uma ciência humana. Kelsen desenvolve a teoria da validade do Direito por meio de conceitos como a pirâmide normativa e a Norma Fundamental, que teria supremacia sobre todo o ordenamento jurídico de um Estado. No âmbito doméstico, seria a Constituição de m Estado, que conferiria validade às demais normas. Bobbio também contribuiu com suas soluções para as aparentes antinomias normativas e com conceitos, como "sanção premial".

Havia a dicotomia entre jusnaturalismo e positivismo, ou seja, entre Direito Natural e Direito Positivo. Durante a maior parte do século XX, as teorias do Positivismo Jurídico ganharam ímpeto. Ainda assim, houve Estados que adotaram o Positivismo, como o Brasil (com suas Constituições Federais) e Estados que permaneceram com a tradição de um Direito não necessariamente escrito, como a Inglaterra, adepta do "Common Law". No entanto, percebeu-se que essa dicotomia não refletia a realidade da dinâmica social. Nos países cujo positivismo jurídico prevalecera, havia situações de prevalência do direito natural e de costumes ainda não positivados. Tais situações contribuíram para a evolução do estudo do Direito no âmbito doméstico dos Estados, de forma a conduzir os ordenamentos jurídicos à publicização do direito privado.

Situação similar de dicotomia surgiu no plano do Direito Internacional. Para atribuir validade ao Direito Internacional, juristas dividiram-se em duas correntes: objetivistas e voluntaristas. Os primeiros buscaram a validade do Direito Internacional (DI) nos valores e princípios de maior relevância para uma relação civilizada entre Estados, ao passo que os voluntaristas atribuíram a validade do DI à vontade dos Estados de contraria deveres e direitos no plano internacional. Atualmente, no entender de Alain Pellet, vive-se uma comunitarização do DI, no sentido de que tanto objetivistas têm razão – especialmente quanto à obrigatoriedade de normas "jus cogens" – quanto voluntaristas têm razão no aspecto da vontade – sobretudo quanto à conclusão de tratados. Porém, há que se distinguir vontade de consentimento, razão por que a dicotomia deixa de fazer sentido. Ambas as correntes explicam, conjuntamente, a validade do atual DI.

No que concerne à relação entre Direito Interno e Direito Internacional, também a dicotomia entre monistas e dualistas foi erodida ao longo do século XX. Hodiernamente, está-se diante de verdadeiro "Direito Comum", nos dizeres de Peter Häberle, uma vez que tanto normas internacionais influenciam o direito doméstico, sobretudo normas de proteção aos direitos humanos, quanto normas de Direito interno (especialmente constitucionais) influenciam o DI, que tem-se tornado cada vez mais hierarquizado com normas imperativas.

Verifica-se, portanto, que a paulatina erosão da dicotomia do Direito, em todos os seus aspectos (de validade, de internalização, de relação entre o âmbito doméstico e o internacional) deu lugar a um Direito inter-relacionado e complexo. Alain Pellet afirma que o DI e o Direito Interno se complexificam à medida que se complexificam as relações sociais. A necessidade de maior segurança jurídica e estabilidade tanto às relações sociais, na seara doméstica, quanto às relações interestatais, na comunidade internacional, incentivaram a codificação de normas, mas nem por isso deixaram de considerar regras e normas não positivadas/codificadas. Isso demonstra que a moderna publicização do direito privado, em realidade, combina aspectos que antes eram dicotômicos. O mesmo ocorreu no plano internacional, com a superação da divisão entre monistas e dualistas e de objetivistas e voluntaristas.

RESPOSTA 3 • 28,00

Gaétan I. M. Spielmann Moura

Na modernidade, são cada vez mais frágeis os fundamentos sobre os quais se sustentava a dicotomia clássica entre os ramos do direito público e do direito privado. O direito privado tem sido objeto de gradual publicização. A alteração da denominação da Lei de Introdução ao Código Civil para Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB é reflexo da gradual erosão da dicotomia do direito. Ramos tradicionalmente associados ao direito privado, como o direito civil, o direito empresarial e o direito do consumidor, têm consagrado normas cuja finalidade é a defesa de interesses da coletividade, em detrimento dos interesses dos particulares diretamente vinculados por determinada relação jurídica.

No Direito Internacional Privado é notória a paulatina publicização do direito privado. Trata-se de ramo do direito em que as normas, apesar de relacionarem-se às condutas dos particulares, não raramente, têm nítido interesse público e acabam por regular, em grande medida, a atuação de agentes estatais. Questões afeitas à nacionalidade e à condição jurídica do estrangeiro, apesar de poderem ser classificadas como atinentes ao direito internacional privado, têm nítida relação com o direito público e referem-se a elemento constitutivo do próprio Estado, o conjunto de seus nacionais, e a institutos de cooperação internacional na área penal, a exemplo da extradição. Bens maiores, como a rejeição a penas degradantes, impedem a extradição.

O artigo 17 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro faz menção expressa à ordem pública e à soberania nacional como pressupostos para a homologação de sentença estrangeira ou para a concessão de exequatur em carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ. O regimento do STJ, ademais, condiciona a realização desses atos, geralmente, relacionados ao direito privado, ao resguardo da dignidade da pessoa humana. Evidencia-se que execução de sentença estrangeira, no Brasil, pressupõe respeito à ordem pública, à soberania nacional e à dignidade da pessoa humana, matérias nitidamente relacionadas ao direito público. Do mesmo modo, só se promoverá ato judicial, em processo afeito a relações de direito privado, quando os mesmos imperativos de respeito à ordem pública, soberania nacional e dignidade da pessoa humana forem respeitados.

As relações jurídicas de direito privado não são válidas ou aptas a produzirem efeitos se desconsiderarem regras de direito público. O transconstitucionalismo proposto por Marcelo Neves pressupõe dialogo, inter-relaçãoa entre as relações jurídicas privadas e princípios constitucionais ou fundamentos da República Federativa do Brasil, como aquele trazido no art. 10 , inciso III, da Constituição Federal: a dignidade da pessoa humana. A disposição da vontade, típica de relações privadas, não pode desconsiderar o respeito à dignidade da pessoa humana. Essa afirmação encontra exemplo na impossibilidade de estabelecimento de relação contratual que submeta indivíduo a condições laborais degradantes ou atentatórias a sua dignidade. O direito privado encontra limites no direito público.

A crescente presença do Estado como regulador da exploração de atividades econômicas por particulares, igualmente, evidencia o fenômeno da publicização do direito privado. As relações entre particulares, cada vez mais, submetem-se a imperativos afeitos ao interesse público. O próprio direito privado irá estabelecer limites à atuação dos agentes privados, em razão de imposições decorrentes da aplicação do direito público.

A dicotomia entre direito público e direito privado é cada vez mais tênue. Subramos do direito tradicionalmente relacionados ao direito privado regulam matérias de natureza pública. A ordem pública e o respeito à soberania nacional impõem limites à efetividade de atos jurisdicionais estrangeiros que visam atender a interesses de particulares. O princípio da dignidade da pessoa humana, bem como outros princípios constitucionais são impostos as relações privadas. O direito privado não pode refrear o imiscuimento com o direito público na atualidade.

PIOR NOTA • 21,00

Historicamente, as dicotomias do direito eram consideradas necessárias e, até mesmo, insuperáveis. A divisão entre a ordem interna e a internacional engendraram barreiras entre as normas jurídicas, caracterizadas pela emergência de teorias monistas e dualistas e pela separação entre o Direito Internacional público e o Direito Internacional privado. A complexidade da ordem mundial contemporânea e a contínua publicização do direito privado erodem essas concepções. Normas internas e internacionais inter-relacionam-se, de maneira simbiótica, para garantir a efetividade do direito privado em territórios distintos, e a necessidade de cooperação exige um avanço institucional, mediante tratados, a fim de concretizar decisões judiciais. Nesse sentido, pode-se aventar a emergência de do esboço de um Direito Comum, em uma expansão do paradigma de Peter Haberle de Estado constitucional cooperativo também para a cooperação no âmbito do Direito Privado.

As normas de direito privado, tradicionalmente, eram separadas entre o direito interno e o internacional. No caso do Brasil, as Leis de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), surgidas, originalmente, como leis de introdução do Código Civil de 1916, têm a função de nortear o direito internacional privado no território nacional. Por outro lado, no âmbito internacional, o Código Bustamante, do qual o Brasil é signatário, é exemplo da iniciativa importante dos Estados de codificar regras e costumes internacionais de direito privado, por meio de tratado. Hodiernamente, essa divisão é, continuamente, mitigada, como demonstra a nova denominação da lei de introdução ao Código Civil para LINDB, bem como o aproveitamento dessas normas no novo Código de 2002. Dessa forma, a publicização do direito privado exige que esse tema não esteja restrito ao direito civil e ao dualismo das ordens normativas; é mister, portanto, o alargamento dessa compreensão, mediante a cooperação de diferentes ramos do direito além do direito civil e de Estados e indivíduos de diferentes territórios, na medida em que se considera o ser humano, igualmente, sujeito de direito internacional. Além disso, o reconhecimento generalizado de princípios como o locus fori e o pacta sunta servanda não só no direito público, mas também no direito privado internacional fortalece a publicização desse último e erode a dicotomia dualista. Consequentemente, o direito privado é, atualmente, prioridade das relações internacionais entre Estados e particulares.

Indivíduos e governos devem cooperar para a efetivação das normas de direito privado, independentemente dos territórios. Questões como adoção internacional, instrução de processos existentes em outros Estados, coleta de provas em países diferentes, contratos internacionais e reconhecimento de acordos entre pessoas de nacionalidade diferente são crescentes na ordem globalizada e demandam cooperação jurídica internacional. O processo de publicização do direito privado tornou evidente a necessidade de avanço internacional para responder a essas demandas. Assim sendo, o direito internacional público, por intermédio de tratados, exerce essa função. Iniciativas e protocolos de cooperação jurídica entre Estado, como os constituídos no âmbito dos BRICS, permitem o intercâmbio entre tribunais e entre juízes de diferentes países. Para se cumprir uma sentença emitida em outra nação, ou para decidir sobre lide existente em território estrangeiro, o operador do direito deve conhecer distintas ordens jurídicas, e essas ações de cooperação contribuem para esse objetivo. Desse modo, a publicização do direito privado aumenta a necessidade de evolução do direito internacional, que deve ser atendida mediante acordos entre Estados cujo objeto são instituições e operadores jurídicos. Essa inter-relação e interdependência entre o direito público e o privado internacionais é, igualmente, fenômeno de erosão da dicotomia do direito.

A ordem internacional contemporânea tornou-se tão complexa, que os Estados perderam a exclusividade de atuação internacional. Não somente as organizações internacionais, mas também os indivíduos são sujeitos de direito internacional. Nesse contexto, é possível aventar a possibilidade de conflitos entre Estado e indivíduo estrangeiro, bem como entre indivíduos ou empresas estrangeiras, que tendem a se acumular em quantidade e em importância devido à publicização do direito privado. Câmaras internacionais de arbitragem são exemplo desse processo, e que as dicotomias do direito são bastante mitigadas. Princípios de direito de menor utilização no âmbito internacional, como a paridade de armas entre as partes, o contraditório e, até mesmo, o duplo grau de jurisdição, somam-se aos princípios tradicionais de direito internacional privado, como o locus fori e o pacta sunta servanda, a fim de solucionar lides internacionais. A necessidade de cooperação mediante tratados está, novamente, em evidência, uma vez que acordos entre Estados são precisos para determinar a sede dessas câmaras, bem como garantir a legitimidade e a efetividade das suas decisões. Embora seja um processo ainda em consolidação, a dissolução da dicotomia do direito apresenta características de irreversibilidade.

Não há mais necessidade para concepções estanques sobre a dicotomia do direito, A publicização do direito privado é uma dos fenômenos que exige a flexibilização das distinções entre as ordens jurídicas e seus temas. Lides entre particulares de diferentes nacionalidades ou entre Estados e particulares fazem urgente a atualização dos mecanismos de cooperação. O intercambio institucional, entre operadores do direito e o diálogo de fontes e de tribunais, internacionalmente, é um desses instrumentos que permite o uso de princípios do direito interno do DI, e vice-versa. Malgrado haja muitos aspectos a serem evoluídos, esse processo cooperativo tende a afetar, decisivamente, a dicotomia do direito.

QUESTÃO 2

Tendo em vista que, segundo a Organização das Nações Unidas, cerca de sessenta milhões de pessoas se encontram, atualmente, obrigadas a abandonar suas casas devido a guerras ou perseguição, o que representa o maior número desde a Segunda Guerra Mundial, discorra sobre os principais instrumentos internacionais de proteção aos refugiados e sobre o que dispõe a legislação brasileira a esse respeito.

1. Extensão máxima: 60 linhas
2. Valor: 30,00 pontos]
3. Média: 29,7 amp. / 29,0 afro.
4. Desvio padrão: 0,9 amp. / 1,5 afro.

RESPOSTA 1 • 30,00

Arthur Cesar Lima Naylor

O direito internacional dos refugiados é, na tipologia de Antônio Augusto Cançado Trindade, um dos três vetores, ao lado do direito internacional dos direitos humanos e do direito internacional humanitário, do sistema internacional de proteção aos direitos humanos. Seus intrumentos básicos são o Estatuto dos Refugiados, de 1951, e seu Protocolo Adicional, de 1967. No Brasil, a lei 9474/97 amplia o alcance das normas internacionais sobre refugiados e confere ao país a condição de grande receptor de pessoas em busca de refúgio, sendo, no contexto da atual crise, o segundo país das Américas a mais receber refugiados sírios.

O Estatuto dos Refugiados, em seu artigo 1°, A, estabelece as cláusulas de inclusão, isto é, os motivos pelos quais alguém adquire o status de refugiado. Essas hipóteses versam sobre perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, posição política ou grupo social. Trata-se de rol exaustivo, e não meramente exemplificativo, de modo que apenas essas hipóteses, no plano internacional, ensejam a caracterização de um indivíduo ou grupo de indivíduos como refugiados. Preveem-se, ainda no artigo 1°, mas inciso C, cláusula de cessação da condição de refugiado, e, nos incisos D, E e F, cláusulas de exclusão da condição de refugiado, entre as quais se inclui a situação em que o refugiado deixa o país que lhe reconheceu a condição de refugiado sem notificar as autoridades competentes.

A legislação brasileira ampliou a extensão das cláusulas de inclusão do Estatuto dos Refugiados e de seu Protocolo Adicional. Assim, a lei 9474/97 estipulou que, além das perseguições por motivos de raça, religião, nacionalidade, posição política ou grupo social, as violações graves e generalizadas de direitos humanos também ensejariam a caracterização de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos como refugiados. Há, no aparato institucional do país, ainda, o Comitê Nacional de Refugiados – CONARE, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, igualmente criado pela lei 9474/97, a quem compete avaliar os pedidos de reconhecimento de refúgio no Brasil. Sua decisão, porém, não é definitiva, podendo ser reformada, em sede de recurso, pelo próprio ministro da Justiça.

O refúgio é instituto jurídico com características próprias, que o distinguem de outros institutos igualmente voltados para a proteção de direitos de indivíduos em trânsito, marcadamente o asilo. Em primeiro lugar, o refúgio tem natureza declaratória, cabendo ao Estado apenas reconhecer a condição de refugiado do solicitante. Em segundo lugar, só pode ser solicitado dentro do Estado, jamais, como é possível no asilo, em base militar ou sede diplomática de um Estado em outro. Além disso, o refúgio só pode ser pedido contra Estado do qual se é nacional ou onde se tenha domicílio fixo, no caso de apátrida. Por fim, é proibido pelo direito internacional, quando não se reconhece a condição do refugiado, fazê-lo regressar ao Estado que o motivou a requisitar o reconhecimento do refúgio, em um princípio denominado non refoulement.

Grandes têm sido as pressões para que se modifique o Estatuto dos Refugiados de modo a se contemplar novas categorias de pessoas que se veem obrigadas a abandonar seus lares por motivos de força maior. É o caso, por exemplo, das figuras dos "refugiados econômicos" e dos "refugiados

ambientais", amplamente referenciados pela imprensa e por outras disciplinas quando tratam da temática dos refugiados. Do ponto de vista estritamente jurídico, porém, não é possível caracterizá-los como refugiados. É o que ocorre, por exemplo, com os milhares de haitianos que têm buscado, nos últimos anos, melhores condições de vida no Brasil: embora busquem uma vida melhor em território brasileiro, não integram os cerca de 8,5 mil refugiados existentes no país atualmente.

A atual crise de refugiados é a maior desde a Segunda Guerra Mundial e representa grande desafio para a sociedade internacional nos âmbitos político, econômico e social. Juridicamente, contudo, desde 1951, na esteira justamente da grande crise causada pelo conflito bélico de anos antes, dispõe-se de instrumentos que normatizam e orientam a concessão de refúgio e o tratamento a ser dispensado aos refugiados. Nesse contexto, destaque-se a posição do Brasil, cuja legislação alarga as disposições internacionais sobre o tema e cuja política oficial para refugiados tem-se caracterizado por ser o que o governo federal qualifica como "de braços abertos".

RESPOSTA 2 • 30,00

Daniel Leão Sousa

Na atualidade, verifica-se o vertiginoso aumento do número de refugiados, fenômeno decorrente, sobretudo, da eclosão e persistência de conflitos armados intraestatais, com destaque para a guerra civil na Síria, iniciada em 2011, e para conflitos em países africanos, históricos emissores de refugiados. Desde a metade do século XX, no pós Segunda Guerra, o Direito Internacional oferece proteção convencional aos refugiados, no âmbito da Organização das Nações Unidas. Esse arcabouço jurídico mais geral é complementado por sistemas regionais de proteção aos refugiados, como o interamericano, e por regimes nacionais, como o brasileiro.

No âmbito global – ONU –, o principal instrumento internacional de regulação da matéria é o Estatuto dos Refugiados, de 1951. Esse documento qualifica refugiado como qualquer indivíduo que se encontre impossibilitado de permanecer ou retornar ao seu país de nacionalidade ou residência – no caso de apátridas –, por motivos de perseguição fundada em critérios de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertencimento a grupo social. O âmbito temporal de proteção do Estatuto dos Refugiados, aplicável a eventos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951, foi ampliado pelo Protocolo Adicional de 1967, que estendeu a proteção ilimitadamente, em termos temporais.

No sistema ONU, o principal órgão responsável pela proteção aos refugiados é o ACNUR (Alto Comissariado da ONU para Refugiados). Criado em 1950, o ACNUR prima [sic] proteção dos refugiados em nível internacional e pela promoção de instrumentos e iniciativas internacionais que ampliem e assegurem tal proteção. Cabe ressaltar que a atuação do ACNUR é imparcial e não-discriminatória.

O sistema interamericano também assegura, em nível regional, a proteção dos refugiados, ampliando o regime de proteção da ONU e adaptando-a às características próprias do continente. No sistema regional de proteção aos refugiados, possui destaque a Declaração de Cartagena, de 1984. Esse instrumento amplia a definição de refugiado prevista pelo Estatuto dos Refugiados de 1951, incluindo no âmbito de proteção interamericano também os indivíduos que deixaram seu país de nacionalidade em vista de uma situação de violações graves e sistematizadas de direitos humanos. De 1984 à atualidade, a Declaração de Cartagena foi complementada por outros documentos que reforçam a proteção em âmbito regional, dentre os quais se destaca o Plano de Ação do Brasil ("Cartagena+30"), de 2014. Nesse documento, reconheceram-se as particularidades da América Latina como área receptora de refugiados e a necessidade de seguir expandindo-se a proteção regional.

O Brasil provê robusto sistema nacional de proteção aos refugiados, emanado, sobretudo, da Lei 9.474. Esse instrumento legal adota o "espírito de Cartagena" para fins de definição de refugiado – ou seja, a definição brasileira amplia aquela prevista pelo Estatuto dos Refugiados (1951), nos mesmos termos em que o fez a Declaração de Cartagena. A Lei 9.474, ademais, criou o CONARE (Conselho Nacional dos Refugiados), órgão vinculado ao Ministério da Justiça e composto por entidades governamentais, da sociedade civil e pelo ACNUR – que tem direito a voz, mas não a voto. O CONARE delibera sobre a concessão do "status" de refugiado, bem como sobre sua cessação e perda, além de promover medidas que garantam os direitos dos refugiados no território nacional. Pela legislação brasileira, o "status" de refugiado é expandido ao cônjuge, ascendentes, descendentes e demais dependentes do indivíduo protegido, e seus direitos e obrigações equiparam-se aos dos estrangeiros em território nacional e incluem também identificação própria, documento de viagem e autorização de trabalho. Além disso, a legislação brasileira (Lei 9.474) prevê hipóteses de cessação e perda do "status" de refugiado, como, respectivamente, a aquisição de nacionalidade de outro país e a comprovação da falsidade dos fatos que embasaram a concessão do refúgio pelo CONARE. Cabe ressaltar, ainda, que a concessão de refúgio tem natureza declaratória.

O Brasil demonstra grande engajamento nos sistemas global e regional de proteção aos refugiados. Além de ser parte do Estatuto de 1951 e do Comitê Diretivo do ACNUR, o Brasil participa do programa de reassentamento de refugiados (ACNUR) há mais de uma década. No contexto do conflito sírio, o Brasil tem se destacado pela abertura aos refugiados daquele país, havendo o CONARE emitido resoluções, em 2013 e 2015, que facilitam a concessão de visto e de refúgio aos sírios, por razões humanitárias, com vigência de 2 anos, cada uma. Acima de tudo, o Brasil promove a abordagem do tema do refúgio não sob bases criminais, mas sim segundo os direitos humanos e o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

RESPOSTA 3 • 30,00

Ellen Cristina Borges Londe Mello

A crise de refugiados na Síria lançou luz, em âmbito internacional, ao problema humanitário das pessoas obrigadas a abandonarem suas casas. Contudo é relevante lembrar que, embora o tema esteja sujeito a momentos de maior ou menor severidade, não se trata de questão nova para o Direito Internacional, uma vez que conta com instrumentos de proteção

aos refugiados que emanam de fontes convencional e consuetudinária no Direito das Gentes, além de estar abrigada pelo ordenamento jurídico interno do Brasil, em sua legislação ordinária.

O principal instrumento internacional de proteção aos refugiados é o Estatuto dos Refugiados de 1951, com seu Protocolo adicional de 1967. Nele se encontra definição dos aspectos que classificam um indivíduo como refugiado, bem como as cláusulas de cessação, que preveem as circunstâncias nas quais há a perda da condição de refugiado, como a cessação dos motivos que levaram a esse status, e as cláusulas de exclusão, que impedem o reconhecimento da condição de refugiado em casos como o de o indivíduo em questão atentar contra os princípios que regem a Organização das Nações Unidas. Cabe destacar que o reconhecimento do status de refugiado possui natureza declaratória, de modo que é o fato da existência de um fundado temor de perseguição por motivos como raça, religião e opinião política que atribui o valor jurídico da condição do refugiado, e não o reconhecimento por um Estado, como ocorre em casos de asilo. Em que pese ambos possuírem natureza humanitária, os institutos do refúgio e do asilo são profundamente distintos, não devendo ser confundidos.

Um aspecto essencial do Estatuto dos Refugiados é que estabelece com clareza que o refugiado deverá se encontrar necessariamente fora de seu país de nacionalidade ou, no caso dos apátridas, do seu país de residência habitual. Assim, as pessoas que foram obrigadas a saírem de suas casas mas ainda estão no país de origem não têm reconhecimento da condição de refugiados. Esses são somente deslocados internos, porém por motivos humanitários também invocam a atenção da ONU. Quanto à definição em torno do “fundado temor”, há sem dúvida um aspecto de subjetividade com relação ao temor de perseguição, todavia esse temor possui também aspecto de objetividade no que concerne ao fundamento, que deve ter abrigo em situações que possam ser objetivamente verificadas no país de origem.

Por possuir fonte em tratado, as obrigações de reconhecimento e acolhimento dos refugiados pelos Estados, que são supervisionados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), somente alcançam os países que tenham ratificado o Estatuto dos Refugiados, sendo o Brasil um desses países. Contudo o princípio do não rechaço, que impede a devolução de um refugiado ao país de origem, está consagrado em costume internacional. Desse modo, ainda que o país não faça parte do referido Estatuto e, portanto, não esteja obrigado a permitir a entrada ou a permanência do indivíduo em seu território, deverá primar para que não ocorra rechaço, sob pena de cometer ilícito por violação ao costume.

No Brasil, a Lei nº 9474/1997 reflete em sua maior parte o que prevê o Estatuto de 1951. A diferença reside, na verdade, no fato de que a legislação brasileira é mais abrangente no que se refere às condições que definem o status de refugiado, pois também reconhece a hipótese de graves violações de Direitos Humanos. Dada a abrangência encontrada pelos Direitos Humanos na atualidade, que englobam as dimensões civis e políticas, mas também as econômicas, sociais e culturais em suas variadas vertentes, isso significa que o Brasil pode reconhecer refugiados econômicos, por exemplo. O Estatuto dos Refugiados não apenas não prevê a hipótese de graves violações dos Direitos Humanos, como também veta expressamente a possibilidade de que refugiados por motivos econômicos estejam abrangidos por seu arcabouço. Pode-se dizer, assim, que a legislação brasileira e o problema de refugiados tratado no Brasil pelo CONARE vão além das proteções da ONU.

Observa-se, desse modo, que os problemas de refugiados são abarcados no cenário internacional pela ONU, por meio do ACNUR, regidos pelas disposições do Estatuto dos Refugiados de 1951. Mesmo os países que não aderiram ao Estatuto estão obrigados pelo costume internacional a respeitarem o princípio do não rechaço. O Brasil demonstra sua preocupação tradicional com questões de Direitos Humanos e Humanitário ao possuir legislação ainda mais abrangente e com maiores proteções que a do sistema da ONU. Não por acaso, apesar da distância que se encontra dos conflitos atuais no Oriente Médio, firmou acordo com o ACNUR recentemente para conceder visto especial aos refugiados sírios, a fim de acolhê-los.

PIOR NOTA • 27,00

O instituto do asilo, em lato sensu, inclui o que hoje se entende como duas categorias distintas: o asilo (diplomático e territorial) e o refúgio. Na Grécia clássica, por exemplo, o asilo era utilizado, sobretudo, como meio de proteção de pessoas perseguidas por motivos religiosos. Paulatinamente, o asilo estendeu-se para proteger pessoas que tinham cometido crimes comuns. Todavia, a partir do século XIX, com a evolução da consciência social e histórica dos povos, passou-se a proteger não mais os criminosos comuns, mas sim aqueles que cometiam crimes políticos. Atualmente, em razão de guerras, sejam civis ou internacionais, e de perseguições das mais variadas naturezas, testemunha-se o colossal número de cerca de 60 milhões de pessoas em situação de refúgio, o que renova, sem sobra de dúvida, a necessidade de discussão acerca desse instituto. Nesse sentido, é necessário analisar os principais instrumentos internacionais de proteção ao refugiado bem como analisar o tratamento da legislação brasileira em relação ao tema.

O moderno complexo normativo internacional de proteção aos refugiados remonta a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951. Sob o impacto do gigantesco número de refugiados na Europa, fruto dos horrores da Segunda Guerra Mundial, a referida convenção lançou os princípios que norteiam esse instituto. Grosso modo, pode-se afirmar que o refugiado é a pessoa que foge de perseguições motivadas por critérios raciais, religioso, políticos e ideológicos. Corolário dessa situação, tem-se o princípio do non-refoulement, ou seja, o país que recebeu os refugiados não pode enviá-lo de volta para o território daquele país onde o indivíduo foi perseguido. Cumpre ressaltar que, a Convenção de 1951 tinha estritos limites temporais e geográficos: perseguição ocorrida até o ano da convenção dentro do continente Europeu. É somente em 1967, com o protocolo adicional, que essas limitações são retiradas.

Adicionalmente, deve-se destacar que refugiados não se confundem como simples migrantes, já que está é uma confusão bastante frequente na imprensa com consequências, por vezes danosas para os refugiados. Ademais, contrariamente ao instituto do asilo político, a concessão de refúgio não é discricionária. Os Estados vinculam-se a esse instituto por meio diversos instrumentos internacionais de âmbito global e regional, baseados nos princípios da solidariedade, humanidade e cooperação. Regulando o tema de maneira mais ampla, tem-se

o Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados (ACNUR) de 1950.

No que concerne a legislação brasileira, pode-se afirmar que o país foi considerado pela comunidade internacional como possuidor de um dos tratamentos jurídicos mais avançados e humanitários em relação ao tema. Além de ser parte da maioria das convenções regionais e globais relevantes, o Brasil possui uma estrutura jurídica própria para o refugiado. Nesse sentido, destaca-se o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), presidido pelo Ministro da Justiça e composta por outros ministérios da República Federativa do Brasil como o Itamaraty. Para mostrar a importância do tema para o Brasil, pode-se lembrar o fato de que em 2010 houve a Declaração de Brasília Sobre a Proteção de Refugiados e Apátridas no Continente Americano.

Como a questão dos refugiados haitianos nos tem ensinado, o refúgio não pode se limitar ao simples recebimento de refugiados em nosso território. São necessárias ações, após sua chegada, que lhes forneçam os meios de sobreviver e se integrar na sociedade brasileira, sempre tendo em consideração a necessidade de proteção dos direitos humanos. Nesse contexto, a solicitação do pedido de refúgio é um processo que envolve a Política Federal, o CONARE e o Ministro da Justiça. Ultrapassada essa etapa, aplica-se o princípio do non-refoulement e incide uma série de direitos e deveres por sobre o refugiado.

A recente crise dos refugiados é um teste relevante para a capacidade de estruturas multilaterais resolverem graves crises de direitos humanos. Caso a comunidade internacional falhe em dar tratamento digno e humano para pessoas que fogem de seus países com o único intuito de garantir a sobrevivência sua e de seus familiares, então, poderemos afirmar, que a humanização do Direito Internacional é apenas uma quimera em uma sociedade indiferente ao sofrimento alheio.

QUESTÃO 3

Disserte sobre direito internacional e água, em qualquer de suas dimensões.

Extensão máxima: 40 linhas

Valor: 20,00 pontos

Média: 17,1 amp. / 16,7 afro.

Desvio padrão: 2,2 amp. / 2,6 afro.

RESPOSTA 1 • 20,00

Mariana da Silva Giafferi

O fato de a água ser um recurso essencial ao pleno desenvolvimento humano e estar desigualmente distribuída entre os países e regiões do mundo faz com que essa questão também seja de interesse do direito internacional. A relação entre água e direito das gentes, como se pode observar, é muito antiga, remontando os primórdios do direito do mar, mas foi somente recentemente que se desenvolveu maior preocupação da comunidade internacional com o caráter de recurso desse bem, cabendo, assim, análise mais detida acerca das diferentes dimensões dessa relação.

O direito do mar é, efetivamente, um dos segmentos mais tradicionais do direito internacional, sendo tema de atenção do jurista clássico Hugo Grotius. No contexto atual, essa matéria encontra-se bastante evoluída, sendo que a Convenção de Montego Bay de 1982 instituiu tribunal especializado no direito do mar. Nesse caso, a preocupação com a água deve-se essencialmente ao seu caráter de meio de comunicação, embora a preocupação com os recursos presentes no mar já possam ser observados no que se refere à delimitação das plataformas continentais dos Estados.

A importância atribuída à água enquanto recurso humano foi ensejada pelas declarações de direitos humanos aprovadas no pós-Segunda Guerra Mundial e pela aprovação, em 1966, do Pacto Internacional sobre Direitos Sociais, Econômicos e Culturais. Como se pode afirmar, a plena realização do direito à saúde, à alimentação adequada e à vida digna dependem, em boa medida, do acesso a recursos hídricos de qualidade e em abundância.

O desenvolvimento do direito do meio ambiente, em âmbito internacional, contribuiu para a definitiva inclusão da água na temática referente aos direitos humanos. Como demonstram os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável aprovados pela ONU em 2015, hoje, considera-se que o acesso a recursos hídricos e a preservação dos ambientes marinhos e costeiros são um direito difuso, que enseja obrigações internacionais dos Estados e de outros sujeitos do direito internacional.

Além dessas dimensões, é possível observar que a água também é tema do direito internacional no tocante à gestão conjunta de rios, bacias hidrográficas e aquíferos subterrâneos por dois ou mais Estados. No caso da América do Sul, tratado bilateral de 1909 entre Brasil e Uruguai determinou a gestão compartilhada do rio Jaguarão e da Lagoa Mirim. Os tratados de Cooperação Platina e de Cooperação Amazônica, de 1969 e 1978, respectivamente, também ensejaram a cooperação internacional na gestão das principais bacias hidrográficas da região.

Assim, a relação entre direito internacional e água mostra-se complexa e se dá em diferentes dimensões, dado o contexto atual de fragmentação do direito das gentes e emergência de regimes especializados. Além da tradicional regulação do direito do mar, é possível hoje observar normas internacionais dos direitos humanos e mesmo do direito da integração que incidem sobre a gestão dos recursos hídricos. Essa evolução no tratamento da matéria pelo direito internacional reflete, ademais, a importância crescente atribuída à água enquanto recurso.

RESPOSTA 2 • 20,00

Riane Laís Tarnovski

As relações entre Direito Internacional (DI) e água, em qualquer de suas dimensões, são inúmeras e envolvem desde regulação internacional até regional e bilateral, bem como cooperação para compartilhamento e/ou exploração, sendo destacadas a seguir as principais relações do hodierno Direito Internacional.

Quanto aos limites estabelecidos entre Estados soberanos que contam com lagos, rios e/ou mares, reza o DI que a fronteira deve ser estabelecida na centralidade do curso do rio ou do lago. Podem os Estados acordar de modo mais benéfico para ambos, de forma pacífica, como o caso em que o Brasil concedeu, em 1909, o condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão ao Uruguai. No que concerne à soberania dos Estados sobre os direitos marítimos, foi firmada a Convenção de Montego Bay de 1982, que conta com o Tribunal do Mar para dirimir controvérsias acerca dessa temática. Antes dessa convenção, a Corte Internacional de Justiça já havia se manifestado acerca da possibilidade de limites fronteiriços por meio da Plataforma Continental, no "Caso de Limites da Plataforma Continental'.

A Convenção de Montego Bay, portanto, definiu que os Estados podem exercer soberania plena sobre o Mar Territorial (que vai da linha de maré baixa até 12 milhas náuticas). Na Zona Contígua, o Estado pode exercer poder de polícia e fiscalização. Na Zona Econômica Exclusiva (ZEE), que vai de 12 milhas a 200 milhas náuticas, o Estado não detém mais completa soberania, mas possui exclusividade para exploração econômica dos recursos naturais. Também ficou definido que a ZEE pode ser estendida para até 370 milhas náuticas, desde que seja comprovada a extensão da plataforma continental na Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU (CLPC). O Brasil submeteu um pedido de reconhecimento dessa extensão (a "Amazônia Azul") à Comissão, que validou aproximadamente 80% do pleito brasileiro, razão pela qual o Brasil prossegue com mais pesquisas para submeter novo pedido posteriormente.

As águas de superfície, quando transfronteiriças, também ensejam aplicação do DI. Citam-se, como exemplo, os Aquíferos Guarani e SAGA (Sistema Aquífero Grande Amazônia). O Brasil possui gestão compartilhada dessas águas com seus vizinhos, estando todos obrigados a proteger os aquíferos de contaminações e a usufruí-los de forma sustentável. Em 2012, o Brasil assinou o Plano Amazônia com os países vizinhos – membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no intuito de estabelecer regras acerca do uso dos aquíferos SAGA.

Ainda no âmbito da cooperação internacional, acordos de preservação da biodiversidade em ecossistemas marinhos, firmados no âmbito do quadro normativo da Rio-92, obrigam os Estados a criarem reservas marinhas para proteção ambiental. Nesse ponto, cabe destacar um Acordo Internacional de "ultra hazardous activities" assinado pelo Brasil, sobre derramamento

de óleo, que pode gerar responsabilidade internacional objetiva ao país.

Quanto à água congelada, vale ressaltar as disputas geopolíticas no Ártico e a implicação do DI. Os países banhados pelo Ártico, como Canadá, Dinamarca, Noruega, Rússia, Suécia e EUA, acordaram a criação do Conselho do Ártico, responsável pela manutenção do condomínio pacífico das águas congeladas entre os membros. Embora a Rússia tenha submetido um pedido de extensão de sua Plataforma Continental em direção ao Ártico via Cordilheira Lomonosov, a CLPC da ONU decidiu que os estudos ainda são inconclusivos.

Pode-se destacar, ainda, que a água doce, por ser mais escassa, passa por uma possível "commoditização", que deverá ser regulada pela OMC, em mais um exemplo de relação entre água e DI.

É imprescindível destacar a evolução do Direito Internacional nos âmbitos gerais, regionais e bilaterais acerca da água no mundo. A Convenção de Montego Bay estabeleceu limites e considerou os oceanos como águas internacionais sobre as quais nenhum Estado exerce soberania, podendo as controvérsias serem pacificamente dirimidas, inclusive pelo Tribunal do Mar e pela CIJ, como exemplifica o recente caso de limites entre Peru e Chile.

RESPOSTA 3 • 20,00

Anônimo

A água torna-se crescentemente relevante no contexto do Direito Internacional. Para além de sua utilização tradicional nos transportes e comércio por vias marítimas e fluviais, que tem sido ampliada, os recursos hídricos apresentam crescente importância como recursos naturais ou fonte de recursos minerais e pesqueiros, o que demonstra a importância de normas que disciplinem seu uso no âmbito internacional, seja no contexto das relações bilaterais, regionais ou multilaterais.

Normas internacionais no contexto do Direito Internacional de Coexistência (Alberto do Amaral Jr), responsáveis por regular o acesso e o uso de recursos hídricos, existem há séculos. É o caso de tratados disciplinando o acesso e trânsito pacífico de embarcações por vias fluviais, como o Tratado de Paz entre Brasil e Paraguai, de 1872, e o acordo entre Brasil e Uruguai prevendo o uso partilhado da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão (1909). Normas dessa natureza e de âmbito bilateral continuam a ter grande relevância na atualidade, como demonstrado pelo recente acordo entre Rússia e Noruega a respeito do mar de Barents.

A progressiva emergência de um Direito Internacional de Cooperação, paralela à tendência de regionalização e institucionalização do Direito Internacional (Jorge Miranda), no contexto da ampliação de iniciativas de integração regional e do surgimento de organizações internacionais abordando temas cada vez mais variados, impactou diretamente na evolução do arcabouço jurídico-normativo acerca dos recursos hídricos.

A ampliação da cooperação e da integração regional tem contribuído para a expansão do rol de normas internacionais que promovam interesses coletivos no uso da água. No âmbito sul-americano, o avanço da integração regional, a partir da ALALC (1960), viabilizou a celebração de acordos prevendo o uso conjunto de recursos hídricos, como o Tratado da Bacia do Prata, no final da década de 1960, e o Tratado de Cooperação Amazônico (1978), que resultou em organização internacional criada na década de 1990. No uso de recursos hídricos internacionais, quando a cooperação não se impõe, contudo, a confrontação prevalece: caso da Crise Itaipu-Corpus (1973-1979) e de tensões na África (rio Nilo), Ásia Central (Amu Darya e Sir Darya) e Ásia do Leste (mar da China Oriental e Meridional).

No âmbito multilateral, o avanço do direito internacional acerca da água também é notável, como indica a celebração da Convenção de Montego Bay sobre o Direito do Mar, da década de 1980. A Convenção é fundamental, ao disciplinar multilateralmente a definição do mar territorial (12 milhas náuticas), da zona contínua (24 milhas náuticas) e da zona econômica exclusiva (200 milhas náuticas, a princípio), além de estabelecer tribunal internacional com jurisdição sobre o direito do mar.

O Direito Internacional Contemporâneo abrange cada vez mais temas, como a própria água, a um só tempo via de acesso entre as nações e fonte de recursos econômicos. Disso resulta a inserção do tema no contexto das tendências evolutivas do Direito Internacional, caracterizado pelo avanço da cooperação, da regionalização e da institucionalização.

PIOR NOTA • 13,00

A água é um recurso natural limitado, desigualmente distribuído entre os diversos Estados e cuja utilização e preservação tendem a transcender barreiras nacionais. Assim, a água é um tema fortemente relevante para o Direito Internacional, tendo sido causa para o surgimento de controvérsias entre Estados, para a realização de tratados internacionais e para experiências de cooperação.

As primeiras organizações internacionais de que se tem registro tinham por objeto a utilização de bacias hidrográficas na Europa, como a do Danúbio. Nesse sentido, pode-se afirmar que a natureza intrinsecamente transfronteiriça de regimes que regulam a navegação ou a utilização da água, acompanhada da necessidade de se tratar desses temas, impulsionaram a evolução do DIP como um todo, principalmente porque, em vários casos, a mera coexistência não oferecia meios adequados para seu tratamento, e necessitava-se de novos paradigmas jurídicos, como o da cooperação, para obter resultados satisfatórios para todos.

Para além de direitos de navegação de rios, foram relevantes, também, episódios que envolviam tanto a água quanto dois dos elementos constitutivos do Estado: o território e a soberania. Em especial na década de 1970, muitos países ampliaram a extensão de seu mar territorial, dentre os quais o Brasil, trazendo à tona questionamentos jurídicos sobre a licitude internacional de tais atos de soberania e sobre a aplicabilidade de costumes regionais (no caso, europeus) a contextos extrarregionais. Em decorrência desses episódios, pactuou-se a Convenção de Montego Bay e revitalizou-se o papel do Tribunal de Hamburgo sobre o Direito do Mar. Fica evidente, portanto, que o tratamento dado à água ensejou tanto maior codificação de regras do DIP quanto sua judiciarização, com presença de cortes internacionais em matéria.

A utilização da água para fins outros que não a mera navegação ou a soberania territorial está, também essa, fortemente vinculada ao DIP. O Tratado de Itaipu, de 1973, gerou grande celeuma entre Brasil e Paraguai, de um lado, e Argentina, de outro. Tratava-se, aqui, da exploração econômica de recursos hídricos e de como esta poderia inviabilizar interesses equivalentes de outros Estados. A superação dessa divergência foi, ademais, fundamental para possibilitar o processo de integração que seguiu, e que levou à criação do Mercosul.

Mais recentemente, o regime internacional de meio ambiente é ulterior motivo pelo qual a gestão das águas tende a se dar em nível transfronteiriço e sob bases de cooperação, ou mesmo de solidariedade. Essa noção influencia, inclusive, a legislação nacional. No brasil, a unidade de gestão hídrica é a bacia hidrográfica e, apesar de a lei ainda ter efeitos meramente domésticos, essa já prevê, nos comitês de administração das bacias que ultrapassam as fronteiras nacionais, a presença de um representante do MRE, em claro reconhecimento da tendência de internacionalização do tratamento jurídico dado à água. A água é uma pré-condição para a existência de sociedades humanas, e como bem se sabe, "ubi jus, ibi societas".

QUESTÃO 4

Em dissensão acadêmica acerca da possibilidade de organização internacional conceder asilo diplomático, Bernardo considera a proposta inadmissível, visto que o instituto é tradicionalmente outorgado por Estado; Carla entende que a possibilidade é admissível, haja vista a natureza humanitária do asilo; e Daniel concorda com a possibilidade, contudo, considera que os sujeitos plenipotenciários do direito internacional não a endossariam. Considerando essa situação hipotética, posicione-se a respeito do assunto, desenvolvendo, em seu texto, os argumentos apresentados acima.

1. Extensão máxima: 40 linhas
2. Valor: 20,00 pontos]
3. Média: 18,7 amp. / 19,3 afro.
4. Desvio padrão: 1,5 amp. / 1,0 afro.

RESPOSTA 1 • 20,00

Anônimo

A discussão a respeito da concessão de asilo diplomático por Organização Internacional (OI) é pertinente, pois, embora hoje a hipótese seja inegavelmente incabível, o Direito das Gentes evolui de forma bastante dinâmica.

O asilo tem natureza humanitária, e visa a proteger indivíduo que é vítima de perseguição estatal em razão de opiniões políticas. De fato, o asilo diplomático é concedido por Estados, especialmente na América Latina, onde tem fundamento consuetudinário. Corrobora a visão de que somente Estados poderiam concedê-lo o fato de que o asilo diplomático é necessariamente temporário e se convola em asilo territorial, mediante concessão de salvo-conduto para que o asilado se dirija ao Estado asilante. Ora, OI não tem território, que é característica inerente a Estado. Portanto, aparentemente, não poderia conceder asilo diplomático.

Esse argumento, no entanto, não é suficiente para impedir uma hipotética concessão de asilo por uma OI. O instituto tem natureza humanitária, e há várias organizações internacionais que têm por finalidade precípua a promoção dos direitos humanos. As Nações Unidas são o maior exemplo. Conforme reconhecido pela CIJ no caso Reparação de Danos, as OIs têm poderes implícitos, não previstos, portanto, em suas cartas constitutivas, os quais lhes autorizam a praticar todos os atos que atendam suas finalidades. Logo, se uma OI tem por escopo promover os direitos humanos, poderia ter o poder implícito, ainda não revelado, de conceder asilo diplomático.

Mas como ficaria a questão da convolação do asilo diplomático em territorial? Este é o terceiro argumento a ser analisado: saber se os "sujeitos plenipotenciários" do Direito Internacional endossariam essa iniciativa. O asilo diplomático concedido por OI não poderia ser definitivo, sob pena de condenar-se o asilado a verdadeira prisão perpétua. Assim, a OI deveria contatar os diversos Estados para saber se algum deles se disporia a conceder asilo territorial. Em caso positivo, o Estado em cujo território está a OI deveria conceder salvo-conduto, de modo que o asilado seria levado ao território do Estado que aceitou conceder o asilo territorial. Essa situação certamente implicaria insegurança jurídica, pois não se sabe se algum Estado efetivamente endossaria a medida. Mas não se deve olvidar que o próprio instituto do asilo diplomático é objeto de críticas de vários Estados, que não concordam com tal restrição a sua soberania.

Ante o exposto, é perfeitamente aceitável que, futuramente, OI possa conceder asilo diplomático. Saliente-se que as OIs gozam de imunidades de bens e instalações, decorrente de acordos de sede ou convenções específicas. Portanto, detêm condição de, materialmente e de forma temporária, conceder asilo. A evolução do Direito Internacional nesse sentido dependerá de maior relativização da soberania estatal em prol do ser humano, que é o fundamento axiológico do Direito das Gentes atual.

RESPOSTA 2 • 20,00

Pedro Barreto da Rocha Paranhos

A discussão acadêmica proposta, acerca da possibilidade de concessão de asilo diplomático por organização internacional, necessariamente passa pela consideração de três elementos: a caracterização do asilo diplomático, a natureza das organizações internacionais enquanto sujeitos de Direito Internacional Público (DIP) e a própria possibilidade aventada em tela.

O asilo diplomático pode ser definido como ato discricionário de Estado de abrigo a indivíduos que sofrem ameaças ou perseguições por motivos de convicção política, em contexto extraterritorial, ou seja, nos locais - embaixadas, consulados - onde o Estado goza de imunidade. Trata-se de instituto consuetudinário latino-americano, cujo marco de referência é o Caso Haya de la Torre (CIJ). A própria definição de asilo diplomático oferece duas considerações que limitam a possibilidade de sua concessão por OIs. A primeira diz respeito à discricionariedade, que é aspecto relativo à soberania estatal. Nesse aspecto, tanto concepções voluntaristas, que propugnam a vontade estatal como fundamento de DIP, quanto ideais objetivistas, que defendem lei maior - como o "jus cogens"-, convergem no sentido de que o Estado tem atribuições exclusivas de organização de seu ordenamento e garantia dos direitos de seus cidadãos, os "acta imperii". Não cabe, nesse sentido, atribuir a OIs atos de império, porquanto suas atuações limitam-se nos objetivos definidos em seus acordos constitutivos. Seriam, portanto, atos de gestão os que marcam o funcionamento de OIs. A segunda consideração decorrente da definição de asilo diplomático diz respeito à imunidade. A imunidade estatal resulta de processo evolutivo do costume internacional, ainda que em grande medida codificado da Convenção das Nações Unidas sobre Imunidade Jurisdicional de Estados e seus Bens, de 2004, ainda não em vigor. A prática costumeira define que a imunidade estatal é absoluta, em jurisdição e execução, mesmo que esta venha sendo relativizada. Já a imunidade de OIs é convencional: ela decorre de tratados constitutivos e acordos de sede, em sua maioria "pro ratione" e "pro materiae". Não cabe, portanto, aventar a possibilidade de concessão de asilo diplomático por OI em função de sua imunidade.

Enquanto sujeitos de DIP, as OIs depreendem sua existência e funcionalidade dos seus tratados constitutivos. A chamada "teoria dos poderes implícitos", consubstanciada no Caso Bernadotte, ofereceu as bases para o reconhecimento da personalidade jurídica internacional de OIs, a qual não se confunde com o elemento de soberania de constituição do Estado. É, contudo, o próprio elemento da soberania o que justifica a concessão de asilo diplomático, embasado na discricionariedade. Esse embate entre a subjetividade e a objetividade pode ser exemplificado pela comparação do asilo com o instituto do refúgio, cujos preceitos constitucionais são postos pela convenção para os Refugiados, de 1951. A atuação de OIs nesse regime é concentrada na ACNUR, cujo mandato é determinado por seu tratado constitutivo. Não cabe, no caso dos refugiados, a discricionariedade estatal, pois o Estado limita sua conduta em acordo com a Convenção, por exemplo, no princípio do "non refoulement".

Considerando os elementos de discricionariedade e de imunidade soberana, necessários à concessão do asilo

diplomático, bem como a natureza constitutiva convencional e objetiva das OIs, cabe concordar com Bernardo.

RESPOSTA 3 • 20,00

Renato Barbosa Ferreira de Andrade

Ainda que tenha caráter humanitário, o asilo, diferentemente da questão do refúgio, não recebe tratamento universal por meio de tratado internacional sobre o temário. Por outro lado, o asilo recebe tratamento regional e vincula-se, sobretudo ao costume latino americano. Tendo por base esses elementos iniciais, faz-se necessário analisar a situação hipotética relacionada à possibilidade de Organização Internacional conceder asilo.

Organizações Internacionais são consideradas sujeitos de direito internacional público, sobretudo após a decisão da CIJ relativa ao caso reparação de perdas (caso conde Bernadotte). Se, por um lado, possuem capacidades implícitas que lhes permite agir para atingir seus objetivos; por outro, não são entes soberanos, não podendo, portanto, praticar atos de império, mas tão somente de gestão. Dessa forma, não pode ser efetivada a concessão de asilo por Organização Internacional, na medida em que a concessão desse instituto é ato discricionário (motivado por conveniência e oportunidade) que se deriva da soberania estatal para a prática de atos de império. Cabe aqui, ainda, uma diferenciação entre asilo diplomático e territorial. O primeiro, que se relaciona à questão, é concedido por embaixadas e instalações militares e quem o concede, a princípio, é o embaixador, que, por sua vez, solicitará salvo conduto para que aquele que solicita o asilo seja encaminhado para o país em que receberá o asilo definitivo (territorial). No segundo caso, que concede o asilo é o Presidente da República. No Brasil, esse instituto faz parte do rol de princípios das relações internacionais do país (artigo 4 da Constituição Federal).

Portanto, de acordo com o que foi exposto, somente o Estado, por meio de seu representante no país acreditante ou por meio do Presidente da República, poderia conceder o asilo diplomático e territorial respectivamente. No que concerne ao asilo, cabem algumas considerações gerais sobre o instituto. O temário ligado ao asilo possui uma convenção de alcance limitado (Convenção de Caracas de 1954). O asilo diplomático, por sua vez, é norma regional costumeira na América Latina, ainda que nem todos os países da região o tomem como tal. Diferentemente do refúgio, o asilo é considerado constitutivo, pois não configura direito a priori definido. Não possui, ademais, órgãos de fiscalização e acompanhamento como o Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados, constituído após a Convenção de Viena de 1993. Ainda que seja tema humanitário, o instituto do asilo não é tratado de forma universal, pois seu fundamento baseia-se na perseguição individualizada, ao passo que no refúgio, a perseguição é generalizada com grandes repercussões para a comunidade internacional.

O instituto do asilo tem um claro fundo humanitário. Entretanto, as restrições com as quais o tema é tratado, reduz as possibilidades de concessão. Desse modo, conclui-se que a tese de que Organização Internacional possa conceder asilo diplomático não é válida, na medida em que se trata de ato de império, que se vincula somente a Estados soberanos. Por isso, caso alguma Organização venha a conceder asilo, será questionado com base na ausência de costume, tratado e soberania.

PIOR NOTA • 14,00

A concessão de asilo diplomático é tema de uma longa tradição de controvérsias jurídicas. Muitos são os aspectos que geram polêmica nesse debate: a extensão geográfica da possibilidade de asilo diplomático; os sujeitos de direito internacional aptos a concedê-lo; a obrigação ou não de o Estado contra o qual se pede asilo conceder salvo-conduto para que o asilado em sede diplomática possa partir para o território do Estado em cuja embaixada se asilou.

Surgido de um costume internacional existente na América Latina, o asilo diplomático ganhou estatuto convencional com a Covenção de Caracas de 1954. Bastante aplicado pelos Estados latino-americanos, região politicamente instável ao longo da história, é controversa a possibilidade de sua concessão por organização internacional. Trata-se, afinal, de costume internacional local materializado convencionalemente em um tratado assinado por Estados pertencentes à região latino-americana.

Esse argumento, que poderia ser apresentado por Bernardo, porém, é falho ao não notar que o fato de organizações internacionais não estarem obrigadas, nem por lei nem por costume, a conceder asilo diplomático não significa que elas não possam, em julgamento de conveniência e oportunidade, fazê-lo. Isso faz ainda mais sentido caso se considerem organizações internacionais latino-americanas, como o Mercosul ou a Unasul, cujos membros subscrevem o costume regional e integram a Convenção de Caracas e suas obrigações referentes à concessão de asilo diplomático. O argumento de Carla de que o asilo tem natureza humanitária é relevante quando se considera a tendência de humanização do direito e de supremacia dos valores humanísticos na ordem política internacional.

Uma possível ressalva é aquela feita por Daniel, segundo a qual, embora concorde com a possibilidade, os sujeitos plenipotenciários do direito internacional não a endossariam. Parte-se, ao elaborar essa visão do pressuposto de que a acessão a um costume elaborado por Estados requereria seu endosso para que pudesse ser praticado por outros sujeitos de direito internacional, como as organizações internacionais.

Essa visão, contudo, é insubsistente. Não há qualquer empecilho para que, desejando obrigar-se por um costume internacional, passando a orientar suas ações pelas exigências daquele, organização internacional não possa fazê-lo. Mesmo se fosse negador persistente, poderia alterar sua visão e guiar-se pelo costume. O que se protege com aquele instituto é a vontade de não se obrigar por costume de cuja elaboração não participou. Querendo obrigar-se, porém, não há óbice jurídico a impedi-lo.

Conclui-se, pois, pela possibilidade de organização internacional conceder asilo diplomático, sem necessidade de endosso dos sujeitos plenipotenciário do direito internacional.

11

Índice onomástico

CAMILLA CORÁ

Economia | Questão 4 | Resposta 1 | 16,00

Inglês | Translation B | Tradução 1 | 12,00

Língua Portuguesa | Redação 2 | 50,50

DANIEL LEÃO SOUSA

Direito | Questão 2 | Resposta 2 | 30,00

História | Questão 4 | Resposta 2 | 20,00

Língua Portuguesa | Redação 3 | 50,50

DANIEL NOGUEIRA CHIGNOLI

História | Questão 2 | Resposta 2 | 30,00

ELLEN CRISTINA BORGES LONDE MELLO

Direito | Questão 2 | Resposta 3 | 30,00

Língua Portuguesa | Exercício 1 | Resposta 2 | 17,51

GAÉTAN I. M. SPIELMANN MOURA

Direito | Questão 1 | Resposta 3 | 28,00

Economia | Questão 1 | Resposta 2 | 30,00

GUILHERME FERNANDO RENNÓ KISTEUMACHER

Economia | Questão 2 | Resposta 3 | 27,00

Economia | Questão 3 | Resposta 1 | 15,00

Inglês | Translation A | Tradução 2 | 14,50

Língua Portuguesa | Exercício 1 | Resposta 1 | 17,63

Língua Portuguesa | Redação 11 | 41,25

HUDSON CALDEIRA BRANT SANDY

História | Questão 1 | Resposta 3 | 28,00

Inglês | Translation B | Tradução 3 | 10,50

Pol. Intern. | Questão 4 | Resposta 3 | 16,00

ISADORA LORETO DA SILVEIRA

Geografia | Questão 2 | Resposta 1 | 15,00

Inglês | Composition | Resposta 3 | 38,00

Língua Portuguesa | Redação 9 | 42,75

Pol. Intern. | Questão 3 | Resposta 2 | 26,00

JEAN PAUL COLY

Economia | Questão 1 | Resposta 3 | 29,00

Economia | Questão 3 | Resposta 2 | 15,00

Inglês | Translation A | Tradução 3 | 14,50

JOÃO SOARES VIANA NETO

Direito | Questão 1 | Resposta 1 | 30,00

Geografia | Questão 1 | Resposta 1 | 30,00

Inglês | Composition | Resposta 1 | 39,50

LUCAS CORTEZ RUFINO MAGALHÃES

História | Questão 3 | Resposta 2 | 20,00

Inglês | Summary | Resposta 2 | 12,50

Língua Portuguesa | Exercício 1 | Resposta 3 | 17,51

MARIA EDUARDA PAIVA

Economia | Questão 2 | Resposta 2 | 29,00

Economia | Questão 4 | Resposta 2 | 16,00

MARIANA DA SILVA GIAFFERI

Direito | Questão 3 | Resposta 1 | 20,00

Geografia | Questão 1 | Resposta 2 | 30,00

PAULO VICTOR FIGUEIREDO VALENÇA

História | Questão 1 | Resposta 2 | 30,00

História | Questão 3 | Resposta 3 | 20,00

Língua Portuguesa | Exercício 2 | Resposta 1 | 19,75

PEDRO BARRETO DA ROCHA PARANHOS

Direito | Questão 4 | Resposta 2 | 20,00

Língua Portuguesa | Exercício 2 | Resposta 2 | 18,88

Língua Portuguesa | Redação 1 | 54,25

PEDRO GAZZINELLI COLARES

Língua Portuguesa | Redação 7 | 44,75

RAMIRO JANUÁRIO DOS SANTOS NETO

Geografia | Questão 1 | Resposta 3 | 30,00

Língua Portuguesa | Redação 6 | 45,50

RENATO BARBOSA FERREIRA DE ANDRADE

Direito | Questão 4 | Resposta 3 | 20,00

Economia | Questão 2 | Resposta 1 | 30,00

RIANE LAÍS TARNOVSKI

Direito | Questão 1 | Resposta 2 | 30,00

Direito | Questão 3 | Resposta 2 | 20,00

Geografia | Questão 2 | Resposta 2 | 15,00

Língua Portuguesa | Redação 14 | 40,00

WALLACE MEDEIROS DE MELO ALVES

Inglês | Translation B | Tradução 2 | 11,00

Língua Portuguesa | Redação 4 | 49,50

Pol. Intern. | Questão 4 | Resposta 2 | 17,00

Turma do Instituto Rio Branco 2016-2018

Guia do

Texugo Melívoro

As melhores (e as piores) respostas dos aprovados no CACD 2016

Turma do Instituto Rio Branco 2016 - 2018

André Nassim de Saboya

Clarissa Alves Machado

Daniel Tavares Vidal

Débora Antônia Lobato Cândido

Diego Fernandes Alfieri

Diogo Alves Reis

Douglas Nascimento Santana

Elaine Cristina Pereira Gomes

Emanuel Sebag de Magalhães

Felipe Pinheiro Mello

Hamad Mota Kalaf

Igor Goulart Teixeira

Igor Moreira Moraes

João Marcelo Conte Cornetet

Jônathas José Silva da Silveira

Julia Salles Amaral

Lucas Andrade Aguiar

Lucas de Brito Lima

Marianna Brück Goulart

Marina Carrilho Soares

Matheus Pires Uller

Meinardo Cabral de Vasconcelos Neto

Nara Cardoso Barato

Pedro Muniz Pinto Sloboda

Rafael Spirandeli Galera

Rafaela Seixas Fontes

Rodrigo Bertoglio Cardoso

Rodrigo Ponciano Guedes Bastos dos Santos

Santiago Pinto

Sarah de Andrade Ribeiro Venites

Tiago Noronha Ribeiro Siscar

Desenho da capa por Willem van der Merwe (willemsvandermerwe@gmail.com).

T 942

Turma do Instituto Rio Branco 2016-2018

Guia do Texugo Melívoro: as melhores (e as piores) respostas dos aprovados no CACD 2016 / Turma do Instituto Rio Brando 2016 – 2018

245 p.

1. Instituto Rio Branco 2. Diplomacia 3 Concurso de Admissão à Carreira Diplomática. I. Título

SUMÁRIO

2 | APRESENTAÇÃO

A cada ano, a fauna do CACD é enriquecida pela contribuição dos mais novos aprovados. Cada novo animal representa um legado dos que passaram para os que ainda passarão.

A princípio, o leitor poderia acusar os novos diplomatas de aleatoriamente acrescentar espécimes ao zoológico cacdístico. Nada há de aleatório, contudo, na escolha desses animais. Cada turma sabe a razão de suas opções. Por algum motivo, esses animais expressam o espírito da turma.

O texugo melívoro (mellivora capensis), também conhecido como texugo do mel, ratel ou *honey badger*, foi selecionado como a mascote do Guia dos Aprovados de 2016 por ser esse um animal que sobrevive e prospera a despeito das circunstâncias impostas pela natureza. Ele alimenta-se de mel e de cobras, o que representa, em alguma medida, a dieta alimentar de todo aspirante à carreira diplomática: há questões e bancas que adoçam a boca; e há questões e bancas que nos dão mordidas letais.

O *honey badger* não se deixa abalar por picadas de najas ou de abelhas africanas na busca por seu alimento. Ele escapa de predadores por meio de sua ampla gama de habilidades (bit.ly/videotexugo). Sobe árvores, nada velozmente, corre com destreza, cava com desenvoltura.

Devemos todos ser texugos melívoros. Não nos basta uma única habilidade, mas várias que nos permitam lidar com uma maratona de provas que exige rapidez, concisão, precisão, capacidade argumentativa, hermenêutica, estabilidade emocional, audácia e criatividade, para que tenhamos alternativas para enfrentar os desafios que a prova nos propõe.

O texugo pode até parecer inofensivo e vulnerável, mas ele sabe o que quer e não há cobra venenosa que o possa deter, exatamente como todas e todos que se aventuram a prestar o CACD.

Esperamos que a figura do texugo do mel incentive os candidatos ao CACD – tanto os que já estão calejados por anos de provas quanto os que iniciam essa jornada. A persistência e a resiliência foram fundamentais para a aprovação no CACD 2016. Nenhum integrante de nossa turma prestou a prova apenas uma vez. Nenhum dos aprovados estudou por apenas um ano. Todos foram reprovados

na terceira fase ao menos uma vez. Todos tinham motivos para desistir do CACD em cada uma das reprovações. Nenhum o fez.

Tudo isso é dito para incentivá-los. Assim como o texugo, devemos ter forças para levantar-nos após gravemente feridos e alimentar-nos de nosso algoz. A reprovação não é o fim da história cacdística, mas, como mostram os aprovados, um meio do caminho quase inevitável.

Em relação ao formato do guia, optamos por seguir o exemplo deixado por nossos veteranos. Optamos pela simplicidade e pela essencialidade. O Guia do Texugo Melívoro deve ser, sobretudo, um guia fácil de ser consultado. Conseguimos, entretanto, inovar em alguns pontos.

Em primeiro lugar, com a ajuda inestimável do mestre das estatísticas, Artur Lascala, conseguimos apresentar mais informações sobre o desempenho por questão. Esperamos que isso possa auxiliar os candidatos a decidirem que matérias ou temas reforçar em seus estudos.

Em segundo lugar, optamos por apresentar quatro melhores questões, em vez das costumeiras três.

Por fim, criamos um blog (guiasirbr.wordpress.com) para concatenar os guias anteriores e servir de base de divulgação para os próximos guias.

Repetimos as palavras da turma de 2015. Esperamos que esse guia sirva para mostrar que não há um único caminho para a aprovação no CACD. Os 31 aprovados serviram-se de diversas fontes, métodos, ênfases e estratégias em seus estudos. Os 31 têm as mais diversas origens, formações e trajetórias de vida. Cada um teve suas barreiras a superar, e todos nós conseguimos. Não nos conhecíamos antes da fortuita aprovação no CACD 2016 e a impressão que tivemos ao nos conhecer é a de que todos os caminhos levaram a Roma, ou seja, à aprovação.

Repetimos também o fato de que nenhum aprovado foi infalível, o que é demonstrado não apenas pelas piores questões, mas pelos eventuais deslizes em algumas das melhores questões. Essencial para o CACD não é acertar sempre, mas conseguir compensar os poucos erros com grandes acertos. Esperamos que lembrem sempre que nenhum aprovado em qualquer CACD jamais logrou os 700 pontos possíveis.

Munidos dessas palavras e de nossas respostas, desejamos a todos ótimos estudos e esperamos tê-los em breve como colegas. Que o Guia do Texugo Melívoro possa ajudar nessa trajetória!

O perfil dos aprovados

A turma 2016-2017 do Instituto Rio Branco é composta de trinta e uma pessoas, das quais vinte e dois homens e nove mulheres. O aprovado médio da turma é mineiro, fluminense ou paulista, formado em direito, com idade média, na posse, de cerca de vinte e nove anos. Durante a preparação, todos fizeram cursinho. A maioria não trabalhou e levou, em média, quatro anos e meio até a aprovação. Seis dos aprovados tinham 25 anos ou menos na posse, mas nenhum de nós foi aprovado de primeira – o tempo mínimo de estudo na turma foi de 2 anos. Onze de nós fomos aprovados com 30 anos ou mais, e o mais velho de nós passou com 39 anos.

Distribuição geográfica

A origem geográfica dos alunos aprovados continua diversificada, como se pode ver no gráfico abaixo.

Estado de origem dos aprovados

Estado	Aprovados
RJ	7
MG	7
SP	6
RS	3
BA	2
RR	1
MS	1
CE	1
PB	1
RN	1
PR	1

Dois a cada três dos aprovados são da região Sudeste, mas há alunos de todas as regiões do Brasil. A região Sudeste é sobrerrepresentada; a representação da região Sul corresponde à realidade; demais regiões são sub-representadas. A realidade da turma reflete as desigualdades socioeconômicas regionais do Brasil

Região de origem dos aprovados

70%
60%
50%
40%
30%
20%
10%
0%

65% 42%
13% 14%
16% 28%
3% 7%
3% 8%

Sudeste Sul Nordeste Centro-Oeste Norte

■ Aprovados da região em % do total de aprovados
■ População da região em % da população brasileira

Distribuição por gênero

As nove mulheres da turma de 2016 representam cerca de 30% dos aprovados. Elas estudaram menos tempo que os homens até serem aprovadas (média de 4,2 anos delas, contra 4,6 deles), mas a idade na posse era maior (30,5 anos, contra 28,1 anos).

Distribuição por formação acadêmica

Cerca de metade dos alunos é bacharel em Direito, mas eles levaram mais tempo que a média até serem aprovados. Os formados em Relações Internacionais são, também, parte substantiva dos aprovados, mas há grande diversidade de formação acadêmica. A média de tempo de estudo da turma, até a aprovação, foi de 4,5 anos. Dos 31, 14 (45%) têm algum tipo de especialização.

Formação acadêmica dos aprovados

Direito 15
Rel. Int. 6
Economia 2
Administração 1
Ciências Militares 1
Com. Social 1
Eng. de Alimentos 1
Farmácia 1
Filosofia 1
Jornalismo 1
Medicina 1

Anos de estudo, por graduação

4,8 4,3 2,5 4,5 4,5
Direito Rel. Int. Economia Outros Geral

A preparação dos candidatos

Todos os aprovados no CACD em 2016 recorreram, em algum momento de sua preparação para o concurso, aos cursinhos. Como em anos anteriores, os aprovados, durante sua preparação, concentraram-se nos tradicionais centros atendidos pelos cursos: Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília (58% do total). No entanto, há aprovados que se prepararam fora dos centros tradicionais, em cidades como Fortaleza, João Pessoa, Londrina, Maringá, Natal e Resende (RJ), sem que isso tenha implicado anos adicionais de estudo para obtenção da aprovação.

Dos 31 aprovados, 9 (29%) trabalharam em regime integral ao longo de toda a preparação, e outros dois, em regime parcial ou por somente parte de seu tempo de estudo. Aqueles que trabalharam levaram, em média, 5,2 anos até serem aprovados, em comparação a 4 anos para aqueles que se dedicaram integralmente aos estudos.

Cidade de estudo

Cidade	
São Paulo/SP	7
Rio de Janeiro/RJ	6
Brasília/DF	5
Belo Horizonte/MG	3
Fortaleza/CE	2
Campinas/SP	1
João Pessoa/PB	1
Londrina/PR	1
Maringá/PR	1
Natal/RN	1
Porto Alegre/RS	1
Resende/RJ	1
Salvador/Bahia	1

Anos de estudo, por cidade de estudo

São Paulo/SP	Rio de Janeiro/RJ	Brasília/DF	Belo Horizonte/MG	Fortaleza/CE	Outros	Média geral
5	6,25	3,3	3,7	3,5	3,9	4,5

Preferências pessoais dos aprovados

Nesta seção, o intuito é mostrar certas preferências pessoais dos aprovados: o time de futebol, a série favorita e o tema escolhido na redação. Percebe-se, portanto, que é possível ser aprovado no CACD enquanto se sofre pelo seu time de futebol de desempenho duvidoso. Ademais, também não é necessário isolar-se das séries de TV (desde que se tome cuidado com a tentação de ver várias temporadas de uma vez!).

Time dos aprovados

Time	
Nenhum	7
Flamengo	5
São Paulo	4
Cruzeiro	2
Grêmio	2
Vasco	2
#TeamKatya	1
ABC	1
Bahia	1
Corinthians	1
Fluminense	1
Fortaleza	1
Palmeiras	1
Santos	1
Vitória	1

Série favorita

Série	
RuPaul's Drag Race	6
Nenhuma	3
House of Cards	3
Breaking Bad	2
Mad Men	2
Seinfeld	2
The Americans	2
True Detective	2
3%	1
Dawson's Creek	1
Friends	1
Stranger Things	1
The honourable woman	1
The Leftovers	1
The Sopranos	1
The walking dead	1
West Wing	1

Com relação à redação da Segunda Fase, 15 de nós escolheram um fato relevante da cultura brasileira ocorridos no século XX, com larga preferência pelo Modernismo ou a Semana de Arte Moderna de 1922. Para aqueles que optaram por um fato relevante da história mundial nesse mesmo período, houve maior diversificação: a desintegração do bloco socialistas após o fim da Guerra Fria foi escolhida por 4 candidatos; temas afeitos à Primeira Guerra Mundial, por outros 4; a criação da Organização das Nações Unidas, por 3; e o fim da política de apaziguamento com relação a Hitler foi a opção de 2 candidatos. Importa ressaltar que 2 dos aprovados da turma de 2016 tiveram suas questões originalmente zeradas, devido a fuga de tema. Esses candidatos lograram reverter a decisão da banca e obtiveram notas finais de segunda fase bastante elevadas.

Outros números

Abaixo, separamos uma série de estatísticas e gráficos que acreditamos possam ser úteis para aqueles que estão na corrida por uma vaga. Esses dados permitem visualizar uma série de tendências que se delinearam no último concurso. Eles ajudam a perceber o que os aprovados têm em comum em termos de desempenho, quais matérias e questões permitiram maior diferenciação entre os aprovados, qual a relação entre o desempenho na primeira fase e a aprovação e qual a relação, na prática, entre ir bem em uma matéria e ir bem em outra.

Agradecemos ao Artur Lascala (arturlascala@gmail.com) pela confecção dos gráficos e tabelas. Os gráficos foram feitos no software livre R, com o pacote ggplot2.

Boxplots

O boxplot, ou diagrama de caixa, é uma das formas mais completas de representar uma distribuição de dados. Funciona assim: a linha horizontal no centro da caixa corresponde à mediana, que é o valor que separa a distribuição em duas partes com o mesmo número de observações. As extremidades da caixa são os quartis de 25% e de 75% dos dados. As linhas verticais representam os dados que estão fora da caixa, mas não são outliers. Os outliers, ou dados exorbitantes, são representados pelos pontinhos e são assim chamados porque se diferenciam muito dos demais dados, seja para cima ou para baixo.

Direito

Economia

História do Brasil

Política Internacional e Geografia

Geral (sem línguas)

Inglês

50
40
30
20
10
0
Translation_A
Translation_B
Summary
Composition

Segunda Fase

50
40
30
20
10
0
SEG_REDACAO
SEG01
SEG02

Regressão logística

O nome estranho desse método de analisar dados pode confundir, e os cálculos por trás dele são meio complicados, mas a interpretação desse gráfico é bem simples. Na linha de baixo, as bolinhas representam os candidatos que não passaram (valor 0) e na linha de cima, em azul claro, os candidatos que passaram (valor 1). O eixo X exibe as notas no TPS. A ideia é verificar se existe alguma correlação entre a nota no TPS e passar no concurso. A conclusão a que se chega é que a correlação é desprezível, pois os pontos não obedecem ao padrão esperado. Caso houvesse correlação, essa curva plotada no gráfico seria mais inclinada e tocaria as duas linhas de pontos.

Matriz de correlação

Esse gráfico também é bastante simples, mas pode confundir porque é uma matriz que reúne diversos pequenos gráficos. A ideia é que cada gráfico cruza a nota de duas provas diferentes e plota os pontos de cada candidato. As cores representam a força da correlação, sendo o vermelho o mais forte, o verde intermediário e o amarelo o mais fraco. Exemplo: se o quadrinho é vermelho, como em 'Direito X Economia', pode-se observar que os pontos estão agrupados em algo mais próximo de uma linha reta na diagonal (ainda que não muito). Isso significa que quem foi bem em Direito, tendeu a ir bem em Economia também. Onde a correlação é baixa, não existe padrão.

Histograma – TPS

3 | RESPOSTAS

PORTUGUÊS

Redação

"Antes cair das nuvens,
que de um terceiro andar."

Machado de Assis.
Memórias póstumas de Brás Cubas.
Capítulo CXIX. In: Obra completa.
Volume I. Rio de Janeiro: José Aguilar,
1962, p. 615 (com adaptações).

A partir de sua interpretação da citação de Machado de Assis, comente um fato relevante da cultura brasileira ocorrido no século XX; ou, alternativamente, um fato relevante da história mundial ocorrido no mesmo período; e relacione o fato escolhido à citação.

Média: 43,9 amp. / 41,7 cotas negros.

Desvio padrão: 11,9 amp. / 4,8 cotas negros.

Débora Antônia Lobato Cândido – 55,25/60

A frase "antes cair das nuvens, que de um terceiro andar", retirada do romance Memórias Póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis, sintetiza a desilusão que caracterizou o período entre as duas guerras mundiais do século XX. Após décadas de otimismo, associado ao avanço da industrialização e ao crescimento do comércio mundial, os países europeus iniciaram um conflito que destruiu muitas das principais cidades do continente e que levou ao questionamento de ideia como o progresso, a modernidade e o capitalismo. A Alemanha é exemplo emblemático da desilusão do pós-guerra, uma vez que a fundação da República de Weimar foi uma tentativa de reverter os impulsos expansionistas que haviam contribuído tanto para o início da I Guerra Mundial quanto para a destruição alemã, de modo a evitar nova "queda das nuvens" ou, o que seria pior, uma "queda do terceiro andar".

A fundação da República de Weimar representa o "cair das nuvens" a que alude Machado de Assis, por marcar o fim do governo imperial alemão responsável pelo projeto de expansionismo da Alemanha. Desde a Guerra Franco-Prussiana, havia grande euforia entre os alemães, associado ao crescente poder econômico, militar e político do novo Estado. Embora, a princípio, a Alemanha buscasse apresentar-se como "potência satisfeita", como indicado por Otto von Bismarck, o projeto expansionista logo seria recuperado. Durante a I Guerra Mundial, o otimismo alemão seria substituído pelo sentimento de desilusão, uma vez que se evidenciariam os limites do poder do país e, sobretudo, os custos decorrentes do esforço bélico. O estabelecimento do governo republicano, de bases democráticas e não militaristas, consistia na tentativa de evitar que a "queda do terceiro andar", que poderia ser novo conflito ou a desintegração do Estado alemão, efetivamente ocorresse.

Embora a desilusão característica do período da República de Weimar contribuísse para a fragilidade política alemã na década de 1920, a produção cultural do país seria beneficiada por esse sentimento. Com o objetivo de desvincular-se da ilusão imperialista de grandeza, artistas e intelectuais alemães criariam tendências culturais vanguardistas, como o utilitarismo de Bauhaus e o expressionismo de Fritz Lang. Esses movimentos artísticos visavam a romper com as ilusões de progresso que haviam caracterizado o período anterior a 1914, indicando novas possibilidades de desenvolvimento social para a Alemanha. Assim como seria melhor para Brás Cubas enfrentar a decepção, seria melhor para a Alemanha lidar com a perda da guerra e com o

fracasso do projeto expansionista do que contestar o Tratado de Versalhes e arriscar o recrudescimento de um revanchismo militarista.

A ascensão dos nazistas ao poder, na Alemanha, inviabilizaria o projeto pacifista da República de Weimar, o qual seria substituído por uma lógica cultural ufanista e militarista. Embora a queda do governo republicano tenha sido influenciada por aspectos econômicos e políticos, pode-se afirmar que a desilusão decorrente da I Guerra Mundial, um aspecto eminentemente psicossocial, também contribuiu para a radicalização alemã. A coesão de uma sociedade requer um projeto comum de transformação da realidade, de modo que a incapacidade de realizar um desejo compartilhado, como o restabelecimento do antigo Império Alemão, pode ter efeitos sociais tão desestabilizadores quanto acontecimentos reais, como a destruição decorrente de um conflito.

Se, para a Alemanha, o "cair das nuvens" foi a fundação da República de Weimar, após as desilusões associadas à I Guerra Mundial, o início do governo nazista foi, certamente, a "queda do terceiro andar". Não obstante os esforços dos políticos social-democratas e dos intelectuais vanguardistas alemães, a Alemanha buscou, novamente, o expansionismo territorial que destruíra o país após 1914. Desse modo, pode-se questionar a afirmação de Machado de Assis, em Memórias Póstumas de Brás Cubas, de que "antes cair das nuvens, que de um terceiro andar", uma vez que a primeira queda, que representa a desilusão, tende a ser acompanhada da segunda, que representa, efetivamente, a tragédia.

Avaliação

Apresentação: 8,75/10

Capacidade de Argumentação: 7,5/10 (Depois do recurso, 8,75/10)

Capacidade de Análise e Reflexão: 8,75/10

Correção Gramatical: 29/30

643 palavras

Daniel Tavares Vidal – 55/60

Machado de Assis, em Memórias póstumas de Brás Cubas, afirma ser preferível a queda das nuvens à derrocada a partir do terceiro andar. Essa asserção, que subverte o pessimismo e o pragmatismo típicos do autor realista, elucida a importância do idealismo na persecução de objetivos individuais e coletivos. Ainda que adstrita a limitações impostas pelo contexto histórico e socioeconômico, a motivação ideológica representa o pressuposto inerente a qualquer empreitada que vise à reconstrução de instituições. A fundação da Organização das Nações Unidas, após duas calamitosas guerras generalizadas, exemplifica a importância e a perenidade de iniciativas baseadas em ideais.

Hans Morgenthau, em A política entre as nações, alega que a história humana pode ser compreendida como o embate estratégico entre as diversas coletividades estatais existentes. Essa análise, ainda que limitada e reducionista, coaduna-se com a dinâmica política inicial dos séculos XIX e XX. A compreensão de incursões bélicas como decorrência natural de conflitos diplomáticos viabilizou a concepção de que, conforme asseverou Carl von Clausewitz, a guerra seria a continuação do diálogo interestatal por meios alternativos. Essa é a razão pela qual o centenário prévio à eclosão das guerras mundiais representa a falência do idealismo no contexto internacional.

É inegável que a contenção de aspirações ideológicas extremistas e o privilégio de estratégias de inserção internacional coerentes e racionais contribuem para a estabilidade interestatal; todavia a adoção de paradigmas realistas amorais, conforme exemplificam eventos históricos, é capaz de ocasionar o desrespeito a valores humanos essenciais. A priorização da corrida imperialista, em detrimento do reconhecimento de aspirações e da autodeterminação de povos colonizados, assim como o isolamento imposto às nações vencidas viabilizaram a deflagração de dois conflitos mundiais e abalaram a crença no progresso civilizacional. De modo análogo, movimentos vanguardistas, a exemplo do Dadaísmo, elucidaram a irracionalidade inerente à supressão da alteridade no contexto geopolítico inicial do século XX.

A fundação, em 1945, da Organização das Nações Unidas, dessa maneira, representa a perenidade do idealismo como motivador de iniciativas políticas. Em dois momentos consecutivos, a destruição do continente europeu comprovou que o empenho na superação de obstáculos inerentes a estratégias altruístas é preferível ao fracasso decorrente da priorização do niilismo no âmbito político. A ineficácia inicial do sistema de

segurança coletiva, cerne da concertação promovida pela Liga das Nações, não obstou à retomada desse ideal após o fim da Segunda Guerra Mundial.

A consolidação do sistema de governança global contemporâneo, regido pelos esforços da Organização das Nações Unidas, reafirma mais que a relevância de utopias na melhoria da condição de vida humana. A existência de uma cúpula apta a congregar as mais importantes lideranças globais e a prevenir o conflito entre as nações retoma ideais que, desde o século XVIII, haviam sido preteridos. Immanuel Kant, em A paz perpétua, argumenta que o progresso da humanidade, imperativo inexorável, impeliria os povos à paz e a interações positivas, a exemplo do comércio. Segundo o filósofo germânico, a racionalidade, de maneira autônoma, conduziria os cidadãos e as lideranças políticas à rejeição da violência internacional na solução de disputas. A dinâmica histórica do século XX permite inferir a adequação das previsões kantianas.

A condução da política externa estatal demanda racionalidade, requisito essencial à formulação de estratégias de inserção internacional adequadas; no entanto, conforme elucida a eclosão de duas guerras mundiais, a concertação interestatal alijada de valores é capaz de ocasionar crises relevantes. De modo análogo, a fundação da Organização das Nações Unidas, em 1945, evidencia a relevância e a perenidade de ideais na busca de interações governamentais benéficas. O êxito da instituição, mesmo após o infortúnio de sua antecessora, a Liga das Nações, elucida, conforme asseverou Machado de Assis, que as utopias constituem objetivos que justificam a superação de obstáculos e de adversidades.

Avaliação

Quesitos avaliados	***Resultado:***
Apresentação / Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência): 8,75	***Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 25,00***
Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações): 7,50	***Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 30,00***
Capacidade de análise e reflexão: 8,75	***Extensão do texto: 611 palavras***
	Número de erros: 0
	Penalização: 0,00
	Nota prova escrita de língua portuguesa – redação: 55,00

Felipe Pinheiro Mello – 55/60

"Antes cair das nuvens, que de um terceiro andar". Essa citação de Machado de Assis, retirada de Memórias Póstumas de Brás Cubas, refere-se a uma situação em que mais vale aperceber-se da realidade dos fatos, afastando-se de idealismos, que correr o risco de sucumbir às ameaças que essa realidade apresenta. Contrapõe-se, dessa forma, um idealismo arriscado a um realismo mais seguro. Essa citação pode ser relacionada à mudança de posição da Inglaterra diante da crescente ameaça representada pelo Nazismo ao longo da década de 1930. Nesse contexto, o idealismo da Política de apaziguamento foi obrigado a dar lugar ao realismo da necessidade da guerra, de forma a salvar a democracia britânica.

Com a ascensão do Nazismo, a Inglaterra, um dos pilares da Liga das Nações, adota a política de nada fazer diante do expansionismo alemão. Para o ministro britânico Neville Chamberlain, a Alemanha havia sido excessivamente prejudicada pelo Tratado de Versalhes; e parecia-lhe justo, num primeiro momento, que ela expandisse suas forças militares para além do que fora designado pelo tratado. Posteriormente, diante dos avanços alemães sobre a Áustria e a Tchecoslováquia, Chamberlain implementa a Política de Apaziguamento. Por esse meio, o ministro buscava manter a paz na Europa, que ainda se recuperava dos efeitos da Primeira Guerra Mundial e da Grande Depressão. Mais que isso, acreditava-se que a política expansionista da Alemanha, inevitavelmente, a levaria a se chocar com a União Soviética, de forma que essas duas forças totalitárias acabariam anulando-se mutualmente.

Em uma visão retrospectiva dos fatos, fica evidente o erro de cálculo dos britânicos. A demora e a hesitação em conter a política imperialista de Hitler permitiram-lhe reunir forças para sustentar a maior guerra da história da humanidade, além de perpetrar um dos maiores genocídios já realizados. A Política de Apaziguamento não trouxe a paz, pelo contrário, ela ajudou a ampliar as dimensões da guerra que se tornava inevitável. Também contrariando as previsões dos ingleses, a Alemanha e a União Soviética, em vez de se anularem, uniram-se em um pacto de não agressão, o que lhes possibilitou prosseguir com seus planos anexionistas sobre a Polônia.

A política externa britânica manteve-se, durante a maior parte da década de 1930, presa ao idealismo do apaziguamento de Chamberlain. Somente após a invasão da Polônia, os ingleses vão "cair das nuvens" e dar-se conta do risco iminente representado pela Alemanha. A declaração de guerra da Inglaterra ao Eixo, antes mesmo de Hitler se

aproximar de suas fronteiras, visava assim a evitar que ela viesse a "cair de um terceiro andar", como ocorreu com a França. Apesar das boas intenções de Chamberlain, sua falha ao analisar a realidade europeia de sua época levou-o a desenvolver uma política que acabou sendo contrária a seu objetivo de pacificar a Europa. A correção de rumos, baseada em avaliação mais realista do contexto internacional, veio tarde, mas ainda a tempo de evitar uma possível conquista da Inglaterra pelos nazistas.

A frase de Machado de Assis aplica-se, de forma adequada, ao dilema pelo qual passam os tomadores de decisão ingleses meses antes da deflagração da Segunda Guerra Mundial. Os ingleses, ao aperceberem-se da ameaça real que o expansionismo de Hitler significava, adotam postura mais realista, evitando sucumbir à força dos fatos. Se, por um lado, é certo que o mundo necessita de princípios e de ideais, é preciso considerar, por outro lado, que a defesa desses valores jamais pode afastar-se de análise realista do contexto em que eles se inserem. Do contrário, corre-se o risco de, na defesa desses valores, comprometê-los ainda mais.

Avaliação

601 palavras
Organização e Desenvolvimento (aspectos macroestruturais): 22,50
Apresentação / Impressão geral do texto – 8,75
Capacidade de argumentação – 7,5
Capacidade de análise e reflexão – 8,75
Correção Gramatical e Propriedade da Linguagem: 30,00

Recurso interposto pelo candidato:

Argumentação do Quesito: 3

Ciente de que as notas dos 3 quesitos macroestruturais estão interligadas e tendo em vista a qualidade da análise e reflexão demonstradas no texto apresentado, o candidato sustenta que a nota atribuída no quesito 3 (capacidade de análise e reflexão) ficou aquém de seu desempenho.

O candidato recebeu 87,5% da nota de apresentação, 75% da nota de capacidade de argumentação, porém somente 62,5% da nota de análise e reflexão. Considerando que

os quesitos 1 e 2 estão interligados ao quesito 3, a nota atribuída ao candidato nesse último quesito parece destoar da pontuação geral conquistada nos aspectos macroestruturais.

O candidato demonstrou correta compreensão do enunciado da questão, cumprindo tanto com o comando de comentar um fato relevante da história mundial (fim da Política de Apaziguamento e consequente explosão da Segunda Guerra Mundial), como com o comando de relacionar esse fato à interpretação pessoal da citação de Machado de Assis (o que é feito de forma explícita ao longo de todo o quarto parágrafo do texto).

Ao longo de texto argumentativo, o candidato deixa claro sua interpretação sobre a Política de Apaziguamento inglesa e seu término, estabelecendo relação inequívoca entre essa interpretação do fato histórico e a interpretação da citação de Machado de Assis contida no comando da redação. Mais que isso, o candidato apresenta os motivos que levaram a Inglaterra a adotar tal política, assim como as razões pelas quais essa política acabou indo de encontro aos objetivos de Chamberlain.

Note-se ainda que a escolha do fato histórico foi propícia e coaduna-se de forma bastante adequada à interpretação dada pelo candidato à frase de Machado de Assis: o despertar de uma ilusão com a adoção de medidas que impeçam maiores danos.

Em sua conclusão, o candidato não se limita a sumariar os argumentos apresentados, mas vai além, extraindo do texto apresentado uma importante consideração sobre política externa (valores importam, mas não podem ser descolados de realismo na análise da conjuntura externa) e, dessa forma, justificando a relevância da redação apresentada.

Diante do acima exposto, o candidato solicita, muito encarecidamente, a reconsideração da pontuação atribuída no quesito 3, com vistas à majoração da nota.

Resposta da banca:

Com Deferimento CONTEÚDO

Quesito 3 - Recurso deferido parcialmente. Nas respostas elaboradas aos recursos, a Banca Examinadora tem sublinhado que o enunciado da prova não poderia ter sido mais cristalino: eleger fato relevante da cultura brasileira no século XX ou, alternativamente, fato relevante da História mundial no mesmo período. A capacidade de interpretar a

citação e a proficiência de correlacioná-la à escolha proposta constituem exigência mínima requerida de um candidato ao CPCD.

A Banca não está diante de um texto impecável, mas a interpretação do excerto é judiciosa, e a capacidade analítica do candidato se revela, com efeito, desde o primeiro parágrafo. A linha argumentativa e a pertinência das informações também indicam um raciocínio articulado.

A Banca acolhe, portanto, as alegações expostas no recurso e decide majorar a nota do quesito para 8,75

Douglas Nascimento Santana – 53/60

Mesmo quando o êxito é incerto, a busca de ideais grandiosos justifica os esforços para os alcançar, conforme adverte Machado de Assis, em Memórias Póstumas de Brás Cubas. Essa defesa do idealismo contrapõe-se ao paradigma utilitarista dominante na sociedade capitalista, o qual justifica a ação apenas quando os resultados são racionalmente previsíveis. O pressuposto machadiano encontra respaldo em outra obra clássica da literatura ocidental, que é Dom Quixote, de Miguel de Cervantes. Nela, o cavaleiro protagonista insiste em lutar por feitos improváveis após reiterados fracassos. A realidade brasileira do século XX também apresenta comprovações dos benefícios de se guiar* as ações por grandes objetivos. O movimento modernista almejou, ambiciosamente, influenciar a cultura e a sociedade brasileiras, com contribuições duradouras, embora diferentes das pretendidas.

A primeira geração de artistas do Modernismo, na década de 1920, intencionou a ruptura plena com as tradições culturais precedentes. A total liberdade formal e conteudística era a única alternativa capaz de expandir a criatividade humana. O rigor na representação da natureza pelo Realismo e o apego às normas da linguagem culta do Simbolismo e do Parnasianismo eram limitações à expressão de uma arte genuinamente brasileira, conforme defendiam Mário de Andrade e Oswald de Andrade, dois dos expoentes dessa geração. A despeito da altivez das intenções, o radicalismo das mudanças provocou uma perda de parâmetros estéticos, que ameaçava descaracterizar todo o movimento cultural que se iniciava. A partir de 1930, as gerações modernistas subsequentes resgataram padrões de expressão artística, considerados benéficos, dos movimentos culturais anteriores, o que permitiu a conciliação da tradição com a inovação

modernista. A persistência da liberdade de criação na arte brasileira contemporânea atesta que a grandiosidade dos ideais dessa primeira geração do Modernismo logrou êxito longevo.

A segunda geração modernista, denominada de geração regionalista, buscava contribuir para a integração cultural e social das populações interioranas do país ao centro econômico do Sudeste. Em análise pragmática, a reversão das desigualdades regionais, em momento de acelerada industrialização, parece depender, exclusivamente, de políticas públicas de espraiamento das atividades produtivas. Seria mais adequado, para os romances regionalistas, que eles permanecessem restritos ao "terceiro andar" do entretenimento das elites litorâneas com o pitoresco das relações sociais e dos hábitos do interior do país. Romances, como Vidas Secas, de Graciliano Ramos, contudo, apresentam uma realidade de exclusão social que sensibiliza a sociedade civil e estimula a busca de mudanças, com efeitos que não se dissiparam com o tempo.

Embora seja um processo em contínuo ajustamento, a formação de uma identidade brasileira autêntica é tributária dos esforços modernistas. A ruptura com a influência cultural europeia, que remontava ao Período Colonial, apresentava-se como um objetivo inalcançável, localizado "nas nuvens", em analogia à citação machadiana, no início do século XX. O radicalismo das concepções nacionalistas do "Manifesto Pau-brasil" e do "Manifesto do Verde-amarelismo" atestam** as dificuldades que a tarefa impunha. O amadurecimento das perspectivas de nacionalismo, sob influência de sociólogos demiurgos, como Gilberto Freyre, permitiu a aceitação dos benefícios das contribuições dos povos estrangeiros. A identidade nacional multicultural contemporânea deriva, portanto, das reflexões catalizadas pelos modernistas.

A ação humana que é motivada por cálculos racionais de probabilidades de êxito assegura eficiência no uso dos esforços. Seu alcance, contudo, é limitado, caso não haja ideais mais ambiciosos de conquista. O senso crítico apurado de Machado de Assis permitiu que esse autor reconhecesse a importância de objetivos grandiosos improváveis, a despeito de ele escrever sob influências realistas. As mudanças culturais que o Modernismo produziu, a partir da década de 1920, representam evidências empíricas de que o idealismo é capaz de ensejar transformações duradouras na sociedade. Os modernistas contribuíram para a ampliação da liberdade artística, para a conscientização dos problemas sociais e para a elaboração de uma identidade nacional no Brasil, que são metas altivas.

Avaliação

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 25,00

Apresentação / Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência): 7,50

Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações): 8,75

Capacidade de análise e reflexão: 8,75

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 28,00

Número de erros: 2

**Concordância verbal*

***Concordância verbal*

Extensão do texto: 633 palavras

Matheus Pires Uller – 53/60

A citação de Machado de Assis remete ao mito de Ícaro. Para escapar da prisão, Ícaro concebeu asas que lhe permitiam voar pela janela. Enquanto voava, encantou-se pela luz solar e aproximou-se do astro. A aproximação derreteu a cera de suas asas, e Ícaro despencou. Se Ícaro morreu por seu descomedimento, a morte nas nuvens foi preferível à morte na prisão. Por esse motivo, "antes cair das nuvens, que de um terceiro andar", como afirmado por Machado de Assis. É melhor sucumbir na procura pelo extraordinário do que na mediocridade cotidiana. Evidentemente, o impacto da queda é proporcional à altura. Um fato relevante da história mundial que se relaciona à citação de Machado de Assis é a Primeira Guerra Mundial.

Antes do conflito, pensava-se, na Europa, que a paz perpétua havia sido atingida. A prosperidade econômica e as diversas alianças militares tornavam a guerra desvantajosa e inconcebível. Nesse contexto, as exposições universais de invenções cresciam, e os impérios mantinham sua pompa e ostentação. Diversos autores retratam esse período, como Stefan Zweig e Thomas Mann. Em **A Montanha Mágica**, o mundo opulento e intelectual de Hans Castorp, o protagonista, desaparece com a Primeira Guerra Mundial. Nenhum analista pôde prever que a morte de Francisco Ferdinando se desdobraria em conflito mundial. Após o fim da guerra, o sonho de uma era de prosperidade perpétua, que parecia estar próxima, acabou. A queda da era dos impérios teve consequência o surgimento de diversas propostas totalitárias que ganharam força até a década de 1940.

O caso do Império Austríaco ilustra essa queda. Antes da Primeira Guerra Mundial, Viena era um dos maiores centros culturais do mundo. Capital de um império multiétnico, a cidade atraía artistas de todo o mundo, desde o século XVIII, e era exemplo de cosmopolitismo. Algumas das maiores ideias do pensamento ocidental foram concebidas em Viena, como a psicanálise de Sigmund Freud. A música erudita ganhava ímpeto e surgiam diversos movimentos de vanguarda. O Império Austríaco foi um dos que mais sofreu o impacto da Primeira Guerra Mundial. Após a guerra, o país fragmentou-se e perdeu relevância, até que foi anexado por Adolf Hitler. O legado cultural do Império Austríaco permanece, contudo, o que comprova a validade da citação de Machado de Assis.

Os impactos da Primeira Guerra Mundial atingiram, também, os vencedores do conflito. O Reino Unido, que, durante a era vitoriana, expandia sua influência por todo o mundo, perdeu seu protagonismo para os Estados Unidos de modo definitivo. O império colonial britânico desintegrou-se algumas décadas após a Primeira Guerra. A Rússia, por sua vez, sofreu revolução, em 1917, e o imperador foi fuzilado. O país entrou em guerra civil, e, posteriormente, foi adotado modelo autoritário, que durou até a década de 1990. Os legados do Reino Unido e da Rússia imperial são perceptíveis atualmente, o que reforça a afirmação de Machado de Assis. A queda dos impérios vencedores, ainda que tenha sido traumática, impactou mais do que a derrota de países menores e legou rica herança cultural.

Percebe-se, dessa forma, a relação da afirmação de Machado de Assis com a Primeira Guerra Mundial. Antes do conflito, impérios poderosos conviviam de modo próspero e conflito. Nenhum especialista previu a queda que seguiria a guerra. Contudo, o fato de esses impérios aspirarem a grandes valores e produzirem grandes obras culturais e artísticas permitiu que seu legado fosse transmitido à atualidade. O mito de Ícaro, apesar de terminar de forma trágica, reforça a ideia de que, se a perfeição não é possível, é necessário escapar da mediocridade. O mundo anterior à Primeira Guerra Mundial caiu, mas, em sua queda, deixou herança cultural importante à posteridade. Machado de Assis, do mesmo modo, destacou-se de mediocridade e legou seu patrimônio cultural à sociedade brasileira.

Avaliação

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 25,00

Apresentação / Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência): 7,50

Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações): 8,75

Capacidade de análise e reflexão: 8,75

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 28,00

643 palavras

Igor Moreira Moraes – 52,75/60

A expansão da democracia foi, na história mundial do século XX, um fato que indicou a capacidade dos seres humanos de, por meio de ideias, melhorar a situação em que vivem. A citação de Machado de Assis é, portanto, uma valorização do pensamento abstrato, em contraposição ao realismo derrotista – a queda "de um terceiro andar". É perceptível que o avanço da democracia tem demonstrado, malgrado os seus problemas, como, por meio da mudança de ideias, sociedades conflituosas podem acomodar interesses diversos, de modo que direitos fundamentais sejam protegidos, e capacidades individuais sejam respeitadas.

Em <u>As Consequências da Modernidade</u>, Anthony Giddens afirmou que a globalização é um produto da modernidade, a qual se caracteriza pela valorização da racionalidade instrumental. Caso a globalização seja compreendida como um processo, percebe-se que, neste, há diferentes aspectos. No âmbito da política, a expansão da democracia é o aspecto mais perceptível da busca pela valorização de individualidades. No século XX, mormente após a Segunda Guerra Mundial, a compreensão de que era possível conseguir lutar, por meio do esforço intelectual, contra a tirania, foi um fato relevante da história mundial*.

Descartado o reducionismo do conflito entre Leste e Oeste, é inegável que se deve reconhecer o mérito da luta das pessoas que buscaram proteger as democracias incipientes da Europa Ocidental do avanço do comunismo de influência soviética, uma vez que esse conflito foi, essencialmente, um conflito de ideias. Os comunistas, que criticavam as democracias liberais, acreditavam que estas eram simples simulacros, pois, de acordo com a teoria materialista sobre a história, os textos constitucionais dessas democracias não refletiam os "fatores reais de poder", aos quais, no século XIX, Ferdinand Lassale fazia referência. Os comunistas daquele período não percebiam, no entanto, que os seres humanos têm a necessidade constante de fazer críticas sobre os seus modos de vida. As democracias liberais permitem o embate de ideias necessário ao contínuo aperfeiçoamento

desses modos de vida, ainda que, eventualmente, a influência de grupos poderosos faça que críticos considerem a democracia de massas liberal uma oligarquia disfarçada. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, essa percepção acerca da força de oligarcas já fazia que muitas pessoas "caíssem das nuvens" e percebessem que, apesar de o povo ser o titular do poder, o exercício eficaz deste exigia luta.

Dentre as variadas afirmações atribuídas a Winston Churchill, é famosa a afirmação irônica de que a democracia é a pior forma de governo, exceto por todas as outras. A democracia é, portanto, problemática, mas a sua característica mais importante é a garantia dos meios necessários a sua contestação pelos cidadãos. Em um país democrático, essa garantia está embasada no estímulo à crítica pública e ao desenvolvimento intelectual. Na República Federal da Alemanha, o rápido desenvolvimento da democracia, passados poucos anos da queda do nazismo, exemplificou a força das ideias democráticas, outrora compreendidas por muitos intelectuais europeus como utópicas. Naquela época, em um contexto de grande tensão política, os defensores da democracia preferiam buscar corrigir as falhas desta a aceitar o pragmatismo autoritário, o qual resolve conflitos políticos, mas cria vários outros.

A afirmação de Machado de Assis, quando comparada ao desenvolvimento da democracia, especialmente na Europa Ocidental, pode ser compreendida como a defesa do direito de buscar a própria felicidade, por meio das motivações que cada pessoa tem, como foi reconhecido, de modo pioneiro, na Constituição dos Estados Unidos da América. Como afirmou Jorge Luis Borges, no conto "O congresso", cada ser humano tem uma representação única, a qual, na democracia de massas, pode ser anulada pela ação de poderosos oligarcas. Apesar desse problema permanente, é preferível ser idealista e continuar a acreditar que é possível resolver os conflitos de uma sociedade, por meio da democracia, a aceitar soluções autoritárias.

Resposta ao recurso. Na análise do trecho "No século XX, mormente após a Segunda Guerra Mundial, a compreensão de que era possível conseguir lutar, por meio do esforço intelectual, contra a tirania, (sic) foi um fato relevante da história mundial", verifica-se, após o vocábulo "tirania", erro no emprego de vírgula, visto que esse sinal de pontuação separa sujeito e predicado da oração.

Avaliação

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema 23,75/30

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem 29/30

616 palavras

Rafael Spirandeli Galera – 51,6/60

A ascensão e a queda do comunismo soviético são dois dos fenômenos mais relevantes do século XX. O otimismo da primeira metade do século foi lentamente sendo substituído pelo pessimismo. A frase de Machado de Assis, "antes cair das nuvens, que de um terceiro andar", aplica-se ao processo de transformação das esquerdas devido à decadência e ao fim da URSS. As esquerdas que abandonaram posições idealistas, "caindo das nuvens",foram mais bem sucedidas que as que não se adaptaram a tempo e, portanto, causaram danos concretos aos países que governaram.

Nos anos emediatamente posteriores à 2ª Guerra Mundial, havia um grande otimismo a respeito do futuro do comunismo. A economia da URSS crescia a um ritmo significativo e o sistema de economia planificada era uma alternativa viável ao capitalismo. Muitos especialistas ocidentais admitiam que era uma questão de tempo até o socialismo triunfar. O apoio aos movimentos de descolonização, enquanto os EUA cooperavam com o regime do apartheid da África do Sul, colocava a URSS em uma posição moralmente superior. As esquerdas estavam, de fato, "nas nuvens".

O processo de desestalinização, entretanto, começou a mostrar que mesmo que a economia soviética tivesse crescido muito, o estado[1] soviético havia cometido inúmeros crimes contra sua própria população. A URSS começou, então, a receber críticas significativas da própria esquerda. A obra 1984 de George Orwell enquadra-se nesse contexto de crítica ao totalitarismo e ao stalinismo.

O fracasso do "grande salto avante", tentado por Mao, na China e os horrores do regime de Pol-Pot, no Camboja, pareciam demonstrar que o comunismo era incompatível

---

[1] Estado. Nesse caso, segui o manual de redação do MRE que diz que Estado não deve ser mais escrito com letra maiúscula, fora casos muito específicos. A banca não aceitou o manual do MRE como fonte válida de recursos.

com a democracia e com os direitos humanos. Muitas vertentes da esquerda, então, passaram a "cair das nuvens", adotando, aos poucos, posturas mais pragmáticas e menos idealistas, participando do jogo democrático e buscando formas de tornar o capitalismo mais justo.

A incapacidade das economias planificadas dos países socialistas de acompanhar os avanços tecnológicos do ocidente enfraqueceu ainda mais as teses da esquerda comunista. Os fracassos do sistema totalitário e do planejamento econômico eram tão evidentes que um de seus críticos chegou ao poder na própria URSS. Gorbatchev buscou reformar o sistema soviético, liberalizando as áreas políticas e econômicas. Essas reformas, entretanto, foram tardias e mal implementadas, levando à fragmentação da URSS e ao fim do comunismo como ideologia capaz de competir com o capitalismo.

A frase "antes cair das nuvens, que de um terceiro andar", de Machado de Assis, é uma ótima analogia para as diferentes formas que as esquerdas lidaram com o fim das URSS. Os países do antigo Pacto de Varsóvia, de fato, "caíram do terceiro andar".

O fim do comunismo representou não só o caos político mas também forte regressão econômica, especialmente na Rússia. As esquerdas desses países foram incapazes de se recuperar desse acontecimento. Mesmo a insatisfação popular com o sistema capitalista e com a globalização tem sido manifestada por meio do apoio a partidos conservadores e populistas, como as últimas eleições na Polônia e na Hungria demonstram. Não há mais, de fato, uma esquerda significativa na maioria dos países do antigo bloco soviético. As esquerdas da maior parte do resto do mundo, inclusive do Brasil, adotaram posições mais pragmáticas. Elas "caíram das nuvens", adotando posturas reformistas e abandonando qualquer idealismo de acabar com o capitalismo, buscando, ao contrário, atenuar seus problemas por meio de políticas que respeitem o livre mercado, das quais a bolsa família é um exemplo.

As esquerdas que se adaptaram a tempo foram mais bem sucedidas, enquanto as que permaneceram no idealismo não se recuperaram até hoje. Esses fatos comprovam o valor da frase de Machado de Assis: antes abandonar uma posição idealista e utópica, adotando, então, uma visão pragmática, do que sofrer consequências reais e trágicas, como a crise de transição dos países da antiga URSS, que demoraram para "cair das nuvens", e a permanência de um regime anacrônico na Coréia do Norte, que, ainda hoje, é a principal causa da miséria de sua população.

Avaliação

2 – Marcaram falta de vírgula, revertida com sucesso.

Apresentação: 9,40/10 (aumentado com recurso)

Análise 10/10

Argumentação 10/10

- 6 pontos de erros microestruturais

Extensão do texto 659 palavras (-1,8 pontos)

Julia Salles Amaral – 51,5/60

"Antes cair das nuvens, que de um terceiro andar". Essa citação de Machado de Assis, extraída da obra Memórias póstumas de Brás Cubas, enseja múltiplas interpretações, o que decorre da universalidade e da atemporalidade da literatura machadiana. Ao se analisar as inovações propostas pelo Modernismo, cujo objetivo primordial era promover a ruptura com a tradição europeísta, constata-se a adesão dos intelectuais modernistas à ousadia implícita na citação de Machado de Assis. Mesmo não sabendo, na época em que viveram, se seu projeto identitário lograria êxito, os intelectuais modernistas optaram pela proposição de um novo paradigma, o qual, ao contrário de fracassar, viabilizou a renovação da tradição cultural brasileira.

Os movimentos culturais envolvem, necessariamente, a formulação de proposições inovadoras, embora o grau de ousadia varie nos respectivos projetos. A mera proposição de rupturas formais ou temáticas não implica, contudo, a aceitação social automática dessas inovações, que podem ser ignoradas ou rechaçadas. Nesse sentido, além de ser ambicioso em sua releitura da realidade, o movimento cultural deve atender aos anseios identitários da sociedade na qual se insere, a fim de promover a renovação da tradição, por meio da inovação. À luz da citação de Machado de Assis, os intelectuais devem estar dispostos a "saltar das nuvens", mas seu fracasso ou êxito dependerá da ressonância social das proposições.

O Modernismo transcendeu os âmbitos literário e artístico, conformando verdadeira revolução cultural, cujos efeitos persistem no contexto atual. Em consonância com a citação machadiana, os intelectuais modernistas empreenderam audacioso "salto das nuvens", ao propor a ruptura com o mimetismo em relação à matriz de pensamento europeia. À assimilação acrítica de influências estrangeiras, Oswald de Andrade opôs a

metáfora da antropofagia, cujo propósito era promover a reflexão acerca de teorias formuladas em contextos diversos, para adequá-las à realidade pátria. No "Manifesto Antropófago", Oswald de Andrade preconiza essa atitude crítica não só na literatura, mas também nos mais diversos âmbitos culturais, propondo, desse modo, a ruptura com a tradição europeísta.

Apesar da resistência inicial oposta pela sociedade brasileira, que foi evidenciada pela repercussão negativa da Semana de Arte Moderna de 1922 na imprensa, o "salto" empreendido pelos intelectuais modernistas não teve como consequência, no longo prazo, a "queda". Movidos pelo projeto de constituição da identidade nacional, esses intelectuais dedicaram-se, ativamente, à propagação de suas ideias. O método epistolar de Mário de Andrade, associado às expedições ao interior do país e às iniciativas de conversar com indivíduos das mais diversas classes sociais, corrobora o engajamento desse líder modernista no processo que denominava de "abrasileiramento do Brasil". O ativismo dos intelectuais modernistas foi, portanto, fundamental para a assimilação do projeto de reflexão crítica pela sociedade.

A opção deliberada pela ousadia e a proatividade na difusão dos ideais modernistas viabilizaram a progressiva conformação do "entre-lugar" da literatura brasileira, segundo conceituação de Silviano Santiago. Apesar de o paradigma modernista ter sido reformulado nas décadas que sucederam ao seu advento, os intelectuais modernistas lograram transformar a inovação em tradição, ao angariar o apoio da sociedade brasileira à metodologia antropófoga. A preferência convicta por um projeto de nacionalidade ambicioso permitiu que o risco de fracasso fosse paulatinamente neutralizado, recompensando-se a ousadia inicial com a consolidação das ideais propostos pelo Modernismo no âmbito da identidade nacional.

Depreende-se da citação de Machado de Assis que as transformações de grande importância histórica pressupõem iniciativas ambiciosas, as quais estão, contudo, sujeitas à possibilidade de fracasso. Aplicando-se a máxima machadiana ao contexto cultural brasileiro do século XX, compreende-se que a coragem dos intelectuais modernistas, ao questionarem padrões vigentes, foi crucial para o êxito do projeto de ruptura com as matrizes de pensamento estrangeiras, o qual continua a informar a produção artística na contemporaneidade. Ao se proporem a empreender um grande "salto", sem temer a eventual "queda", esses intelectuais promoveram a renovação das tradições brasileiras, em um processo que persiste no contexto atual, em razão de sua natureza identitária.

Avaliação

Aspectos macroestruturais:

Apresentação/ impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência): 7,5

Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações): 8,75

Capacidade de análise e reflexão: 6,25

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 22,5

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 29

Extensão do texto: 648 palavras

Número de erros: 01

Nota total: 51,5

Diego Alfieri – 51,5/60

A derrocada do regime comunista nos países da Europa oriental está entre os fatos mais marcantes do século XX. Apesar do desgaste político e econômico que enfraquecia a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a redemocratização de seus antigos satélites foi resultado do esforço de parcela da sociedade insatisfeita com a limitação de seus direitos civis, políticos e econômicos. Esses atores sociais prefeririam, parafraseando Machado de Assis, almejar algo melhor e correr o risco de cair das nuvens a contentar-se com a repressão e resignar-se com uma queda do terceiro andar. Enquanto o desfecho desta queda é certo, a morte, o daquela é incerto e pode trazer muitos benefícios.

As consequências da divisão do mundo entre as potências capitalistas e a potência socialista ao final da Segunda Guerra Mundial não se limitaram ao domínio das relações internacionais, pois implicaram uma transformação da forma de organização dos novos Estados comunistas da Europa oriental. O poder foi concentrado no partido único, e a autonomia dos indivíduos foi reduzida, teoricamente, em benefício da coletividade. Durante os anos 1950 e 1960, diferentes setores sociais de vários países começaram a reivindicar liberdade de expressão, de voto, de trabalho. Na República Democrática da Alemanha, a população cruzou, em massa, a fronteira com sua vizinha capitalista. Na Polônia, na Hungria e na Tchecoslováquia, iniciaram-se rebeliões contra a centralização imposta pela URSS. Após esses eventos, a repressão aumentou, contudo eles representaram o primeiro passo rumo às nuvens.

Nos anos 1980, os esforços em prol da redemocratização foram exitosos. A superioridade do padrão de vida dos países europeus que foram reconstruídos com base em um regime democrático era clara para a população da Europa oriental. Dessa forma, nem mesmo a violência foi capaz de conter as aspirações sociais por uma renda maior, por um debate político brasileiro, por uma liberdade de escolha. Logo no início da década, o

sindicato Solidariedade, na Polônia, incorporou a luta contra o Partido Comunista local e contra | as ordens vindas de Moscou. Seus resultados não foram sem sacrifícios, mas, no final da[1] década, os membros do Solidariedade lideraram a campanha pelo fim do comunismo. No mesmo período, a população alemã tratava de derrubar o maior símbolo da Guerra fria: o muro de Berlim. Esses casos demonstram, de modo paradigmático, a ação de pessoas que não temeram ir às nuvens, desafiar o estado vigentes das coisas, se isso fosse necessário, para melhorar suas vidas.

O processo de redemocratização da Europa oriental tornou-se exemplo para outros povos. Não se trata de transporte de modelo socioeconômico hermético para diferentes regiões do globo, mas da reprodução de uma conduta: retomar o controle do processo decisório em seus países e direcioná-los para uma trajetória de crescimento com redução das desigualdades e preservação das liberdades. No Oriente Médio, os manifestantes que se insurgiram contra governos autocráticos e incapazes de promover o bem-estar não pretendiam copiar as democracias ocidentais acriticamente. Todavia, eles reeditaram, mais de duas décadas depois, a conduta social combatida dos europeus orientais. Foi justamente em referência ao histórico mundial de luta contra tiranias que o movimento foi chamado de Primavera Árabe. Seu aparente fracasso não reduz o valor das ações empreendidas.

Viver preso ao terceiro andar de um prédio, apenas esperando a morte chegar, é insuficiente quando as pessoas podem aprimorar sua vida, sua sociedade, seu país. É melhor visar às nuvens, mesmo que o resultado não seja garantido, pois lutar por dignidade já é mais gratificante do que aceite a mediocridade lesiva. A ação dos povos da Europa oriental simboliza a valorização das liberdades, da democracia, do indivíduo. Esses valores, ainda que sejam matizados por tradições culturais milenares em outras sociedades, são indispensáveis para qualquer nação do século XXI.

Avaliação

Aspectos macroestruturais:
Apresentação/ impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência): 7,5
Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações): 7,5
Capacidade de análise e reflexão: 7,5

[1] Erro na linha 27 – morfossintaxe – provavelmente concordância nominal.

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 27,5

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 29

Extensão do texto: 614 palavras

Número de erros: 01

Anônimo – 48/60

A citação de Machado de Assis, em Memórias Póstumas de Brás Cubas, refere-se, essencialmente, à busca de excelência. Ainda que esse esforço pressuponha idealismo e, em muitos casos, a assunção de maiores riscos, a mediocridade deve ser evitada. Na história da política externa brasileira, o pleito malogrado por um assento permanente no Conselho da Sociedade das Nações representa um momento em que se preferiu despencar "das nuvens" – pleitear um sistema securitário internacional que seria mais legítimo e representativo – a cair "de um terceiro andar" – testemunhar, passivamente, a erosão da influência brasileira no âmbito multilateral.

O pleito por uma vaga permanente no conselho deliberativo da Liga das Nações buscou atender, prioritariamente, aos interesses nacionais. Com efeito, historiadores – como Eugênio Vargas Garcia – têm argumentado que a escolha de uma demanda internacional grandiosa possa ter servido como tentativa de legitimação em um contexto doméstico conturbado, como foi o governo de Artur Bernardes. Entretanto, não se pode negligenciar a importância histórica da consecução de um papel assertivo na comunidade das nações. Galgar uma posição de maior influência nas principais discussões mundiais ainda constitui, não por acaso, um dos mais emblemáticos anseios brasileiros, como evidencia a ênfase na necessidade de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

No caso da Liga das Nações, o pleito brasileiro representou, outrossim, a defesa de maior idealismo na sociedade internacional, motivo pelo qual pode ser associado a "cair das nuvens". A composição permanente do conselho apresentava sobrerrepresentação europeia, ao passo que a América tinha déficit de participação[1]. Os Estados Unidos, por exemplo, sequer haviam ingressado nessa organização internacional. Portanto, na perspectiva brasileira, seria legítimo ampliar a distribuição geográfica dos integrantes do

[1] Erro de morfossintaxe

conselho, o que evitaria que funcionasse à maneira do Concerto Europeu, que vigeu no século XIX e priorizou as capacidades econômica e militar dos Estados. A falta de adequação do sistema de concerto à realidade internacional da época foi, ressalte-se, uma das causas da Primeira Guerra Mundial, por ter inviabilizado soluções institucionais para os desafios desse contexto.

Ao eleger essa demanda como aspecto prioritário de ação internacional, na década de 1920, as instâncias decisórias brasileiras guiaram-se por uma autoimagem confiante e superdimensionada. Para alcançar a vaga permanente, a diplomacia pátria – por ordem presidencial – opôs-se ao ingresso da Alemanha como membro perene do conselho, caso não fosse conferida ao Brasil posição equivalente. Orientada pela participação no conflito mundial da década precedente, pelo êxito da atuação brasileira nas negociações de paz e pelas sucessivas eleições para um assento provisório no órgão, a Presidência da República considerou plausível que o país realizasse o objetivo de participar desse fórum permanentemente. Todavia, caiu "das nuvens", pois o Brasil, diplomaticamente isolado, optou por abandonar a organização internacional em análise, para preservar a credibilidade das manifestações exteriores do país.

Se o Brasil tivesse permanecido na Liga das Nações, teria caído "de um terceiro andar". Com o aumento do número de membros permanentes do conselho securitário, o país provavelmente deixaria de ser eleito como membro provisório – para mandatos sucessivos, pelo menos –, pois passou a viger um sistema de rodízio no órgão. A Alemanha, por exemplo, detentora de maior poderio econômico e militar, era considerada mais importante para as relações internacionais da época. De fato, a saída brasileira não rendeu quaisquer benefícios imediatos. Contudo, se tivesse permanecido na Liga, o país teria testemunhado, sem capacidade interferir[1] efetivamente – em razão do critério consensual do processo decisório –, as agressões militares europeias que conduziram à Segunda Guerra Mundial.

A posição brasileira, apesar do equívoco quanto à relevância internacional do país na época e do idealismo a ela inerente, mostrou-se correta em relação à identificação das fragilidades da Liga das Nações. Assim, embora o Brasil tenha caído "das nuvens" naquele contexto, as ponderações arrojadas ecoam no presente, em relação às deficiências do

---

[1] Erro de morfossintaxe. O candidato omitiu a preposição quando passou a limpo

sistema multilateral de segurança, o que não seria possível se as lideranças daquele tempo não se tivessem permitido ousar.

Avaliação

646 palavras

Nota 48

Aspectos macroestruturais: 20

1. 6,25

2. 6,25

3. 7,5

Aspectos microestruturais: 28

*** Dissertação preliminarmente apenada por fuga ao tema. No extenso recurso, o candidato buscou demonstrar o atendimento ao comando por meio da enunciação de trechos de livros de história mundial que fizessem referência à participação brasileira na crise de 1926 da Liga das Nações e à importância do episódio para a trajetória do multilateralismo. Frisou, ademais, a ausência de proibição do enunciado a que o evento – desde que fosse relevante em si mesmo para a História Mundial – tivesse o Brasil como um de seus protagonistas. Finalmente, o candidato salientou que abordar a crise segundo a perspectiva brasileira tenha sido a estratégia mais adequada para construir uma relação interessante com a citação machadiana.***

Pior questão 1 – 34,25/60

"Nós, os povos das Nações Unidas, decididos a preservar as gerações futuras do flagelo da guerra". Ainda são repetidas as palavras grandiloquentes que marcaram o sonho da comunidade internacional em 1945. Reunidos em São Francisco, os representantes dos povos que se proclamavam unidos criaram a organização internacional que estaria destinada a preservar a paz mundial e a promover os direitos humanos. Doce ilusão. A comunidade internacional não demoraria para cair das nuvens e perceber que muitos discursos aparentemente altruistas mal disfarçavam o desejo de liderar a nova governança global, muitas vezes à revelia da paz e dos direitos humanos.

A criação da Organização das Nações Unidas foi um dos fatos mais relevantes da história do século XX. A esperança renascia das cinzas da guerra; a organização pautava-se pelo princípio da igualdade entre as nações e deveria promover a solidariedade entre os

povos. Nas décadas seguintes, contudo, a comunidade internacional desiludiu-se. A ONU não foi capaz de eliminar as guerras que, contraditoriamente, foram mais numerosas na segunda que na primeira metade do século XX. Além disso, ao longo de sua história, a própria organização foi acusada de violar direitos humanos e princípios de direito humanitário, como no caso da guerra da Bósnia, na década de 1990.

A comunidade internacional caiu das nuvens, porque parte dela acreditou, em São Francisco, em um discurso típico de Brás Cubas. O defunto autor morreu por uma ideia, a de criar um emplasto que curasse todos os hipocondríacos, contribuindo, dessa forma, para o bem-estar da humanidade. Depois de morto, contudo, o autobiógrafo confessou que seu verdadeiro propósito era egoista; pretendia obter a satisfação pessoal de ver seu nome estampado nas caixas de remédio – "emplasto Brás Cubas". Na história mundial da segunda metade do século XX, a comunidade internacional acordou do sonho de que as gerações seguintes à de 1945 seriam poupadas do flagelo da guerra. Muitas vezes, a paz mundial e os direitos humanos são usados em discursos análogos ao do emplasto de Brás Cubas.

A comunidade internacional, que acreditou no espírito de São Francisco, caiu das nuvens nas décadas seguintes à criação da ONU. Não caiu, contudo, de um terceiro andar. Diferentemente de sua antecessora, a Liga das Nações que, ineficaz, foi extinta em 1946, a Organização das Nações Unidas completou setenta anos de existência em 2015, sem que, nesse período, tenha havido, no mundo, uma guerra com as proporções dos dois conflitos mundiais da primeira metade do século XX. Por mais que não tenha alcançado uma paz universal, a comunidade internacional logrou evitar, por meio das Nações Unidas, uma guerra direta entre as grandes potências mundiais. Além disso, ao longo de sua história, a ONU contribuiu decisivamente para a promoção dos direitos humanos no mundo, não apenas ao elaborar tratados internacionais sobre a matéria, mas também ao criar órgãos de monitoramento, como o Conselho de Direitos Humanos, para assegurar sua implementação.

De acordo com a citação de Machado de Assis, é melhor desiludir-se do que perecer. Alçada às nuvens pelos princípios e propósitos que uniram os povos em São Francisco, em 1945, desiludiu-se nas décadas seguintes, ao perceber que parte da retórica grandiloquente estava sendo instrumentalizada em favor de objetivos egoístas. A governança global criada em 1945, contudo, não pereceu. Ainda que de modo imperfeito e assimétrico, ela tem contribuido para evitar uma grande guerra e para promover direitos humanos.

A comunidade internacional caiu das nuvens, mas não caiu de um terceiro andar. A Organização das Nações Unidas não tem funcionado da maneira ideal, mas tem contribuído, de alguma forma, para um mundo mais seguro. Como dizia um dos primeiros secretários gerais da organização, se a ONU não existisse, seria preciso criá-la.

Avaliação

627 palavras.

Apresentação: 3,75

Capacidade de argumentação: 3,75

Capacidade de análise e reflexão: 3,75

Organização do texto e desenvolvimento do tema: 11,25

Correção gramatica e propriedade da linguagem: 23.

Pior questão 2 – 34/60

"Antes cair das nuvens, que de um terceiro andar". A provocação intelectual realizada pela citação de Machado de Assis é relevante para que se possa pensar o momento contemporâneo de distopia generalizada. O ideal de constituição de uma sociedade justa e igualitária vem sendo contraposto à ascensão de ideologias radicais baseadas, principalmente, em nacionalismos que se pensavam superados. Nesse contexto, a valorização do legado modernista brasileiro pode servir de inspiração para a sociedade brasileira e, em especial, para os futuros diplomatas, que deverão pensar o lugar do Brasil no mundo. Não se trata de promover um "assalto aos céus", continuando no campo semântico da metáfora machadiana, mas de valorizar um entrelugar para a cultura brasileira que se aproxime dessas mencionadas nuvens.

"Sou um tupi tangendo um alaúde". A proposta antropofágica da Semana de Arte Moderna de 1922 foi, provavelmente, o fato relevante que mais marcou a cultura brasileira no século XX. Gerações de poetas, romancistas, pintores e escultores empreenderam esforços na busca da brasilidade entre o local e o universal. Ao longo das décadas seguintes, com a interação entre o pós-moderno e o pós-colonial, as artes e a cultura brasileira mantiveram contatos com o projeto identitário modernista. Destaca-se, nesse contexto, a crítica de Silviano Santiago. Em Uma literatura nos trópicos, Santiago contesta a busca da influência europeia, defendendo, em seu lugar, a noção da diferença.

A diferença seria a contribuição da América Latina para o mundo, relacionando-se com o conceito de multiculturalismo. A partir dessa análise, propõe-se que a distopia contemporânea seja combatida por meio da utilização desse entrelugar da diferença como base para a constituição de uma sociedade mais justa e igualitária. Raciocínio similar foi desenvolvido por Luiz Feldman, em Clássico por amadurecimento, onde propõe a associação entre as metáforas do desterro e do equilíbrio de antagonismos e o conceito de entrelugar. Em ambos os casos, trata-se de esforço de vinculação do convívio das diferenças como elemento formador da identidade nacional.

No ano do quinto centenário de publicação de Utopia, de Thomas More, o resgate do potencial transformador das artes pode ser uma utopia necessária. O tema vem sendo debatido na Academia Brasileira de Letras e, em recente palestra, o convidado Eduardo Giannetti buscou responder à pergunta **sobre se** existe uma utopia para o Brasil. A atualidade do legado modernista esteve presente em sua exposição, que concluiu pela necessidade de rejeitar o mimetismo de soluções importadas e um "nacionalismo tatu", em favor da construção conjunta de um sonho necessário.

O desejo de superar as desigualdades sociais e raciais talvez seja a utopia brasileira mais urgente, representando as nuvens da citação machadiana. Antes cair dessas nuvens, que adotar um conformismo que perpetue a estrutura de sentimento, na definição de Edward Said em Cultura e imperialismo. Não se trata de impor ou de exigir engajamento na manifestação artística, o que retiraria sua individualidade. Clarice Lispector não se engajava, abertamente, mas sua literatura intimista revela inconformismo com as injustiças sociais, como visto no conto "Mineirinho". Esse inconformismo deve ser, portanto, a conexão entre o combate à distopia presente e o resgate do ideal modernista da antropofagia.

"Dessa terra e desse estrume é que nasceu esta flor". No mesmo Memórias póstumas de Brás Cubas, Machado de Assis registra, com essa citação, a potencialidade da terra brasileira, apesar da forte crítica à sociedade de seu tempo. O autor de "Instinto de nacionalidade" demonstrava, à época, a importância da questão social e identitária no Brasil, comprovando a tese de que a passagem do século XIX para o século XX consolidaria as bases para a ruptura modernista de 1922. Seja por meio do cinema ou da poesia visual, em um mundo interessado pela não literalidade da expressão artística, a utopia brasileira deverá contar com um novo entrelugar no século XXI, que não seja um mero "terceiro andar".

Avaliação

Apresentação: 2,5/10

Argumentação: 1,25/10

Análise e reflexão: 1,25/10

Correção gramatical e à propriedade da linguagem: 29/30

Extensão do texto: 631 palavras

Número de erros: 1 – utilização incorreta da expressão "sobre se"

Pior Questão 3 – 32,25/60

Em Memórias Póstumas de Brás Cubas, Machado de Assis afirma ser preferível a desilusão que se segue ao sonho àquela que decorre de uma realidade destituída de idealismo. Essa afirmação oferece uma perspectiva inovadora tanto para a interpretação da história brasileira do século XX quanto para a compreensão dos eventos do XXI. Tendo alternado períodos de euforia e de decepção, o Brasil logrou êxitos expressivos em seu desenvolvimento, os quais apenas se viabilizaram pela postura visionária daqueles que vislumbraram as potencialidades do país em meio às adversidades. Em um momento em que os desafios suscitam certo ceticismo, a citação de Machado de Assis adquire pertinência renovada e, à luz do histórico nacional recente, permite que se conceba uma nova utopia, imprescindível para progressos futuros.

O desenvolvimento brasileiro ocorreu, ao longo do século XX, em meio a avanços e recuos, com reflexos nas manifestações culturais. Após a Segunda Guerra Mundial, o presidente Juscelino Kubitschek implementou um projeto que visava a promover o crescimento e a aprimorar o bem estar da população. Os resultados foram substanciais e estimularam percepções otimistas sobre as possibilidades que se conformavam para o país. O contexto cultural foi favorecido sobremaneira por esse panorama, tendo-se manifestado, na música, pela Bossa Nova de Vinícius de Morais e de Tom Jobim, entre outros. Também nessa conjuntura foi implementado o projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer para a nova capital: Brasília consagraria um imaginário novo, para uma sociedade que se tornaria, finalmente, moderna.

A década de 1960, por sua vez, apresentou crises que fizeram que a população brasileira caísse das nuvens, para tomar de empréstimo a expressão de Machado de Assis. As consequências da política do governo de Juscelino Kubitschek fizeram recrudescer

conflitos sociais ocasionados tanto pelo progresso ensejado pelo projeto modernizante quanto pelo encerramento do ciclo de prosperidade. Nesse sentido, a Bossa Nova do período anterior constituiu experiência efêmera, que durou apenas enquanto se mantiveram as condições que sustentaram o crescimento. A cultura brasileira refletiria, a partir dos anos de 1960, o contexto de tensão e de desafios.

O momento histórico atual pode, também, ser compreendido segundo a abordagem da alternância entre períodos de otimismo e de depressão. O início do século XXI constituiu um momento promissor, no qual os resultados econômicos auspiciosos originaram uma euforia social generalizada. A escolha do Brasil para sediar grandes eventos esportivos internacionais, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, é emblemática dessa conjuntura positiva. A segunda década do centênio, contudo, tem-se apresentado adversa, combinando desafios políticos e econômicos, que repercutem no imaginário social. Os protestos recentes da população demonstram a dissonância entre a realidade e as promessas anteriores de desenvolvimento.

Refletir sobre uma nova utopia brasileira é pertinente para que se evite, na atualidade, a adoção precipitada de uma postura cética quanto ao potencial de realização do país. Essa tarefa envolve analisar, de forma crítica e ponderada, os êxitos e os dilemas correntes, para, então, formular os ideais desejáveis para o Brasil. É irrealista considerar o país como fadado ao atraso, em virtude de constrangimentos conjunturais. Ao contrário, a história recente demonstra que o progresso depende, em grande medida, de um projeto nacional que não deve prescindir de elaborações de ordem pragmática nem de propostas idealistas. O desenvolvimento nacional é resultado direto de utopias passadas, ainda que existam desafios no presente.

A perspectiva exposta por Machado de Assis sobre as desilusões que se seguem aos sonhos é, portanto, relevante. Ater-se tão somente à realidade condenaria a um conformismo que ignora as possibilidades de realização do país. A história brasileira, em suas dimensões cultural, econômica e política, não é linear, como corroboram as historiadoras Heloísa Sterling e Lilia M. Schwarcz. Dessa forma, a história é, antes, um acúmulo de experiências e oferece subsídios para que se concretizem, de forma equilibrada, as adversidades conjunturais, sem que se desconsidere o idealismo necessário para promover o desenvolvimento futuro.

Avaliação

Apresentação: 2,5/10

Argumentação: 2,5/10

Análise e reflexão: 1,25/10

Correção gramatical e à propriedade da linguagem: 26/30

Extensão do texto: 649 palavras

Exercício 1

O que Mário de Andrade esperava de nós não era que o seguíssemos, mas que nos descobríssemos a nós mesmos, ao que pudesse haver de bom em nós, no sentido de inquietação, desejo de investigação e reflexão: queria (e foi explicitando isto nas cartas que passaria a nos escrever, paciente, pedagógico, obstinado) que adquiríssemos consciência social da arte e trabalhássemos utilitariamente nesse sentido, pela descoberta ou redescoberta gradativa do Brasil em nós, atualizados e responsáveis. Nunca segui a fundo a lição de Mário, mas o pouco de ordem (sob a desordem superficial) que passei a pôr no que escrevia é consequência da ação dele para me salvar do individualismo e do estetismo puro.

Carlos Drummond de Andrade. Tempo, vida e poesia. Entrevistas concedidas em 1954 (com adaptações).

Tendo como referência inicial o excerto acima, comente o valor da arte como instrumento de conscientização sobre o Brasil.

Extensão do texto: 120 a 150 palavras [valor: 20,00 pontos]

Média: 15,5 amp. / 16,7 cotas negros.
Desvio padrão: 4,0 amp. / 2,5 cotas negros.

Anônimo – 19,75/20

Carlos Drummond, ao referir-se a Mário de Andrade, ressalta duas das principais contribuições deste autor para a perspectiva desenvolvida, no Brasil, sobre a arte como instrumento de conscientização: a valorização da investigação do passado e a da escrita socialmente engajada.

Na obra de Mario de Andrade, debruçar-se sobre o passado é um meio de perscrutar a própria identidade. Todavia, não se trata de perspectiva estanque da história, mas, sim, de uma concepção identitária que permita uma autoafirmação convicta perante outros povos. A consciência social da arte, por seu turno, relaciona-se ao engajamento do escritor no contexto em que vive, em oposição à atitude escapista que predominou, por exemplo, na poesia parnasiana e na simbolista.

Dessa forma, o embasamento histórico e o envolvimento social influenciaram a defesa de uma arte interessada por Drummond. A obra desses escritores, portanto, coaduna-se com o sentido de missão exaltado no Modernismo.

Avaliação

149 palavras

Aspectos macroestruturais: 9,75

1. 0,75

2. 4,5

3. 4,5

Aspectos microestruturais: 10

Pedro Muniz Pinto Sloboda – 19,5/20

A arte é instrumento eficaz e democrático de conscientização sobre o Brasil. A cultura mestiça do país, por exemplo, é evidenciada nos quadros de Tarsila do Amaral e na música popular. Sobre o samba, dizia Vinícius de Moraes que "se hoje ele é branco na poesia, ele é negro demais no coração". A literatura, além de demonstrar a mestiçagem do povo brasileiro, ajuda a escrever a história do país. Até a publicação de Os Sertões, por exemplo, o massacre de Canudos era concebido como uma vitória da civilização.

Mesmo a arte marcada pelo estetismo puro, sem engajamento social, contribui para a conscientização sobre o Brasil. Afinal, o que seriam os poemas de Olavo Bilac senão prova da influência europeia sobre a cultura brasileira? A arte é valioso instrumento de conscientização sobre o Brasil. O país carece, contudo, de conscientização sobre o valor da arte.

Avaliação

144 palavras.

Apresentação: 0,5

Capacidade de argumentação: 4,5

Capacidade de análise e reflexão: 4,5

Correção gramatical e propriedade da linguagem: 10,0

Tiago Noronha Ribeiro Siscar – 19,20/20

Em Tempo, vida e poesia, Carlos Drummond de Andrade faz referência à influência de Mário de Andrade sobre os modernistas da 2ª geração. A redescoberta do Brasil deflagrada em 1922 adquire conteúdo crítico na década de 1930, diferenciando-se do caráter desengajado da fase heroica do movimento. Esse é o "sentido de inquietação" a que alude o autor de Claro enigma. É por meio desse sentimento que se denunciam as contradições sobreviventes no país após a Revolução de Outubro.

O reencontro do Brasil consigo mesmo não deveria circunscrever-se às artes. Nessa perspectiva, o propósito ulterior da arte como instrumento de conscientização deve corresponder à ação transformadora da realidade social, mediante a exposição de conflitos. Não é sem sentido, portanto, que boa parte da prosa e da poesia do período getulista seja caracterizada como literatura engajada, a exemplo de A rosa do povo, do próprio Drummond, ou de Vidas secas, de Graciliano Ramos.

Avaliação

A. Aspectos Macroestruturais (organização do texto e desenvolvimento do tema): 10,00/10,00

1. Apresentação/Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência): 1,00/1,00

2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações): 4,50/4,50

3. Capacidade de analise e reflexão: 4,50/4,50

B. Aspectos Microestruturais (correção gramatical e propriedade da linguagem): 10,00/10,00

C. Extensão do texto: 154 palavras (penalização: 0,80)

Rafaela Seixas Fontes – 18,75/20

A arte é uma forma de conhecimento. Apesar de esse conhecimento não adotar a pretensão de neutralidade e de imparcialidade, aquele contribui para a formação de imagens e de conceitos que nos ajudam a compreender o mundo e a nós mesmos, através do lúdico e de formas de expressão que envolvem os cincos sentidos. Parafraseando Augusto Boal em Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas, toda arte é política, pois sempre representa um ponto de vista sobre a realidade.

Mario de Andrade, ciente da função educadora e cognitiva da arte, adotou a escolha política de realizar viagens pelo interior do Brasil, para revelar as tradições de negros, índios, sertanejos, povos ribeirinhos, entre outros. Ao contrário de escritores do Romantismo do século XIX, os quais utilizaram referências estrangeiras para interpretar a realidade nacional, Mário afirmava que não era necessário inventar uma tradição, mas, sim, descobrir as diversas tradições existentes.

Avaliação

149 palavras
Apresentação/ Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência) – 0,75/1,00
Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações) – 4,5/4,5
Capacidade de análise e reflexão – 4,5/4,5
Correção gramatical e propriedade da linguagem – 9,0/10,0

Marcação por morfossíntaxe. Argumentação da candidata no recurso: Defende-se o emprego do pronome demonstrativo "aquele" como instrumento de coesão anafórica na referida linha, pois o pronome tem como referência o substantivo "conhecimento", o qual é sucedido pelo substantivo "pretensão". Para evitar ambiguidades sobre qual seria o referente do sujeito do verbo "contribuir", a candidata optou pela utilização do pronome anafórico "aquele". De acordo com Evanildo Bechara, já citado previamente, no discurso, quando o falante deseja fazer menção ao que ele acabou de narrar, emprega "este" (2009, p. 254 255), logo, quando desejase fazer referência a um elemento mais distante, na mesma frase, deve-se empregar "aquele". Pede-se, portanto, a revogação da penalização. Resposta ao recurso: Linha 3 – Recurso indeferido. A argumentação não procede. Trata-se de erro de construção de período em "Apesar de esse conhecimento não adotar a pretensão de neutralidade e de imparcialidade, aquele contribui para a formação de imagens e de conceitos...", visto que a correferência exigida pelo emprego de "aquele" não se estabelece nesse período nem em relação ao período inicial ("A arte é uma forma de conhecimento."). Verifica-se, no trecho em análise, que o único referente possível é "esse conhecimento", que deveria ser retomado pelo pronome "ele" na oração seguinte. Caso a referência fosse arte, o pronome teria de ser "ela".

Argumentação da candidata no recurso: A candidata pede, gentilmente, à banca a majoração de sua nota de apresentação. Primeiramente porque o texto não apresenta rasuras, é legível,

coerente e dotado de estilo, de forma que recebeu pontuação máxima nos critérios "capacidade de argumentação" e "capacidade de análise e de reflexão". Em segundo lugar, o exercício também é dotado de boa estruturação, sendo o primeiro parágrafo destinado a problematizar a função cognitiva, conscientizadora e política da arte, e o segundo é voltado para discutir a atuação de Mário de Andrade na utilização da arte como instrumento político de aprendizagem e compreensão do Brasil. Resposta ao recurso: Quesito 1 Recurso indeferido

Pior Questão 12,63/20

Constantemente criticados pelos Modernistas que lhes sucederam por não se dedicarem às mazelas sociais pátrias, os intelectuais da Primeira Geração do Modernismo propuseram-se a desenvolver arte que baseasse abordagens sociais posteriores. Em **Tempo, vida e poesia**, Carlos Drummond de Andrade confirma essa intenção, ao afirmar que Mário de Andrade desejava que seus seguidores adquirissem "consciência social".

Porquanto a arte pode ser difundida para todas as classes sociais, a ideia de Mário de Andrade é válida, tanto para o período que lhe foi contemporâneo quanto para o atual. As universidades brasileiras surgiram na terceira década do século XX; o pensamento social não estava, portanto, estruturado no Modernismo, cabendo aos artistas a tarefa de conscientizar a sociedade. Atualmente, a Academia pátria está consolidada, mas permanece pouco acessível às classes baixas, o que valida o uso contemporâneo da arte como instrumento de conscientização sobre o Brasil.

Avaliação

0,25 de apresentação/ 2,25 de argumentação / 1,13 de análise e reflexão / 9 de correção gramatical - 11,63 ao todo. 1 ponto adicionado com recursos, total 12,63.

Exercício 2

O diplomata, como o poeta, trabalha com as palavras. Tendo por alvo destinatários tão diferentes e intenções quase opostas, ambos as usam para mostrar e para ocultar, para convencer e iludir.

Alberto da Costa e Silva. Diplomacia e cultura. In: Alberto da Costa e Silva (Org.). O Itamaraty na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2002, p. 26.

Comente a citação acima, indicando se concorda com as ponderações nela contidas, e discorra sobre a importância da retórica na diplomacia.

Extensão do texto: 120 a 150 palavras [valor: 20,00 pontos]

Média: 15,5 amp. / 16,0 cotas negros.

Desvio padrão: 3,7 amp. / 1,3 cotas negros.

Matheus Pires Uller – 18,88/20

Alberto da Costa e Silva afirma que o ofício de diplomata se assemelha ao ofício de poeta. A afirmação é válida, uma vez que ambos têm o discurso escrito como instrumento de trabalho, apesar da divergência de objetivos e de métodos. De fato, o discurso diplomático utiliza, predominantemente, a função referencial da linguagem, enquanto a poesia privilegia outras funções, como a poética e a metalinguística. Apesar dessa oposição, a escrita é importante para ambos, já que a forma como se expressam influencia a mensagem, tanto quanto o conteúdo.

A retórica, nessa perspectiva, é essencial para o diplomata. O modo de expressão influencia a recepção da mensagem pelo interlocutor. Adicionar palavras de apreço antes de fazer uma demanda pode favorecer o pedido. Omitir introduções formais, de modo oposto, pode causar descontentamento. A diplomacia, dessa forma, valoriza a retórica para a consecução de seus objetivos.

Avaliação

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 8,88

Apresentação / Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência): 1,00

Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações): 4,5

Capacidade de análise e reflexão: 3,38

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 10,00

141 palavras

Rodrigo Bertoglio Cardoso – 18,88/20

Concordo com Alberto da Costa e Silva. Ainda que a linguagem escrita seja o meio comum de expressão de poetas e diplomatas, há diferenças quanto aos destinatários, às intenções e aos modos do uso da palavra. Enquanto o diplomata busca influenciar destinatários específicos, o poeta visa a comover um público atemporal. O vate não tem a intenção de entender, absolutamente, a polissemia dos textos, mas a ação diplomática requer correlação quase perfeita entre redação e objetivos.

Ao pressupor o uso da palavra como mecanismo de imposição da vontade, a diplomacia também diferencia-se pela importância da retórica. Se todo discurso é uma manifestação de poder, segundo Foucault, a retórica significa, para o poder diplomático, o que as armas representam, para o poder militar. Trata-se de vantagem potencial: ela aumenta a efetividade das ações corretamente concebidas, mas não corrige as deficiências da estratégia diplomática ou militar.

Avaliação

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS:

Apresentação: 1,00

Capacidade de argumentação: 3,38

Capacidade de análise e argumentação: 4,5

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Correção gramatical e propriedade da linguagem: 10

148 palavras

Tiago Noronha Ribeiro Siscar – 18/20

Em O Itamaraty na cultura brasileira, Alberto da Costa e Silva empreende analogia entre o diplomata e o poeta, assinalando a palavra como matéria prima de ambos.

Ao destacar o par antitético "mostrar" e "ocultar", o autor de Das mãos do oleiro reverbera raciocínio veiculado por Machado de Assis, em Esaú e Jacó, em que o personagem Conselheiro Aires define a diplomacia como atividade composta pelos verbos "descobrir" e "encobrir".

Ambas as ponderações revelam-se acertadas. A convergência entre as considerações do diplomata real e de seu congênere fictício evidencia o caráter estratégico do discurso na práxis diplomática, na medida em que as mensagens transmitidas se destinam à legitimação da ação e da omissão dos Estados. Essa avaliação encontra suporte, por exemplo, na Teoria Construtivista das Relações Internacionais, de Alexander Wendt, em Anarchy is what states make of it. A retórica, nessa perspectiva, condiciona padrões de cooperação ou de conflito no plano interestatal.

Avaliação

A. Aspectos Macroestruturais (organização do texto e desenvolvimento do tema): 10,00/10,00

1. Apresentação/Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência): 1,00/1,00

2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações): 4,50/4,50

3. Capacidade de analise e reflexão: 4,50/4,50

B. Aspectos Microestruturais (correção gramatical e propriedade da linguagem): 9,00/10,00

C. Extensão do texto: 155 palavras (penalização: 1,00)

Nara Cardoso Barato – 17,76/20

No excerto, Alberto da Costa e Silva revela que tanto o diplomata quanto o poeta, embora exerçam funções diferentes, trabalham com as palavras, de modo a "mostrar" e "ocultar", "convencer" e "iludir", dependendo da intenção do interlocutor.

Concordo com essas ponderações. A poesia, como asseverou João Cabral de Mello Neto, não deve ser revelada de modo explícito, mas se configurar concreta, de difícil penetração, aguçando a sensibilidade e o raciocínio crítico do leitor. O diplomata também domina a arte de mostrar e de ocultar, como demonstrou o personagem Conselheiro Aires, de Machado de Assis. Outrossim, o diplomata, como servidor do Estado, deve explicitar diretrizes da política externa, mas ocultar ideologias e partidarismos pessoais. Ressalta-se, entretanto, que a retórica deve ser revelada na diplomacia, especialmente quando se

almeja convencer por meio de discurso coerente e racional, essencial ao diplomata que serve Estado com escassos recursos de poder.

Avaliação

1. Apresentação/Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência): 1,00/1,00

2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações): 3,38/4,50

3. Capacidade de analise e reflexão: 3,38/4,50

B. Aspectos Microestruturais (correção gramatical e propriedade da linguagem): 10,00/10,00

C. Extensão do texto: 145 palavras

Pior Questão – 11,88

O instrumento de trabalho do diplomata é as palavras, as quais, conforme observa Alberto da Costa e Silva, destinam-se a diferentes alvos e podem possuir distintas intenções. Atualmente, os diplomatas utilizam-nas largamente com o objetivo de convencer e mostrar. Na busca por atender os interesses nacionais, muitas vezes recorre-se a seu uso para ocultar e iludir, embora, hodiernamente, devido ao grande fluxo de informações e ao fato de que muitos países, como o Brasil, dependem da imagem que projetam no âmbito internacional, esse uso revela-se bastante arriscado.

A retórica revela-se de importância fundamental. Argumentos bem construídos, bem apresentados e baseados em teorias e pensamentos sólidos muitas vezes na história mostraram-se capazes de persuadir interlocutores, atraindo-os para a realização de seus interesses. A imagem do país também depende da retórica, a qual, por exemplo, foi muito bem utilizada por dom Pedro II em suas viagens pela Europa.

Avaliação

149 palavras

Organização e Desenvolvimento (aspectos macroestruturais): 3,88

4. Apresentação / Impressão geral do texto – 0,50

5. Capacidade de argumentação – 2,25

6. Capacidade de análise e reflexão – 1,13

Correção Gramatical e Propriedade da Linguagem: 8,00

Recursos:

CONTEÚDO

Argumentação do Quesito: 2

Embora reconheça ter feito uma abordagem insuficiente no quesito análise e reflexão, uma vez que a resposta não aborda o uso da palavra pelo poeta (somente aborda o uso dessa pelo diplomata), o candidato acredita ter sido excessivamente penalizado, sobretudo no quesito 2 (capacidade de argumentação).

Dentro do posicionamento tomado pelo candidato, o argumento está bem construído, sistematizado, e complementado com informações pertinentes aos propósito argumentativos do texto, sem perder de vista a objetividade.

A resposta do candidato está construída em 2 parágrafos, ambos os quais discorrem sobre o uso da palavra pelo diplomata.

No primeiro parágrafo, são apontados os diferentes usos que o diplomata pode fazer da palavra, assim como seus diferente objetivos e interlocutores. Concordando com Alberto da Costa e Silva, o candidato destaca as funções de convencer, mostrar, iludir e ocultar da palavra. Para complementar seu argumento, realça-se a utilidade dessas funções no mundo contemporâneo.

A importância da retórica, requisitada no comando da questão, é objeto do segundo parágrafo. Nele, o candidato destaca o papel da retórica para a persuasão e, indo além desse uso mais evidente, nota como o bom uso da retórica é importante para a imagem do país. A título de exemplo, o candidato recorda a boa impressão que Dom Pedro II causa em seus interlocutores durante suas viagens pela Europa.

A resposta do candidato, portanto, encontra-se bem sistematizada em 2 parágrafos que trazem argumentos específicos e diferenciados. Os exemplos são concisos e diretos ao ponto (corroborando a objetividade) e o candidato não recorre a citações e outros argumentos externos de autoridade que poderiam prejudicar a objetividade de um texto necessariamente curto.

Diante do exposto, o candidato sustenta que uma nota de 25% no quesito "capacidade de argumentação" é uma pontuação que está aquém de seu desempenho. Solicita-se, portanto,

muito respeitosamente, a reconsideração da nota atribuída no quesito 2 com vistas a sua majoração.

FORMA

Linha: 3 Contrariando a marcação da banca, o candidato não identificou qualquer erro de morfossintaxe na linha 03 do exercício II.

Dessa forma, o candidato solicita, muito respeitosamente, a revisão dessa marcação, com vistas a reverter a penalização conferida.

Respostas da Banca

Com Deferimento

CONTEÚDO

Quesito 2 - Recurso deferido parcialmente. A resposta atende apenas parcialmente ao quanto solicitado. Portanto, a nota no quesito foi majorada para 2,25.

Indeferido

FORMA

Linha 3 - Recurso indeferido. No trecho "[as PALAVRAS] podem POSSUIR distintas INTENÇÕES", verifica-se incompatibilidade entre os traços semânticos do vocábulo que exerce a função de núcleo do sujeito da oração e os dos vocábulos que exercem a função de predicado.

INGLÊS

Translation A

Translate into Portuguese the following excerpt.

[value: 20 marks]

As you are reading these words, you are taking part in one of the wonders of the natural world. For you and I belong to a species with a remarkable ability: we can shape events in each other's brains with esquisite precision. I am not referring to telepathy or mind control or the other obsessions of fringe science; even in the depictions of believers these are blunt instruments compared to an ability that is uncontroversially present in every one of us. That ability is language. Simply by making noises with our mouths, we can reliably cause precise new combinations of ideas to arise in each other's minds. The ability comes so naturally that we are apt to forget what a miracle it is.

In any natural history of the human species, language would stand out as the preeminent trait. To be sure, a solitary human is an impressive problem-solver and engineer. But what is truly arresting about our kind is better captured in the story of the Tower of Babel, in which humanity, speaking a single language, came so close to reaching heaven that God himself felt threatened.

Adapted from Steven Pinker. The language instinct. Penguin Books, 1995.

Média: 15,9 amp. / 12,0 cotas negros.

Desvio padrão: 1,9 amp. / 2,8 cotas negros.

Matheus Pires Uller – 19/20

Enquanto você lê essas palavras, você toma parte em uma das maravilhas do mundo natural. Pois você e eu pertencemos a uma espécie com uma habilidade notável: nós podemos moldar eventos com exímia precisão no cérebro um do outro. Não me refiro à telepatia ou ao controle da mente ou a outras obsessões da pseudociência; mesmo na descrições dos crentes, esses são instrumentos grosseiros comparados a uma habilidade que está presente em cada um de nós. Essa habilidade é a linguagem. Fazendo,

simplesmente, ruídos com nossas bocas, podemos, com segurança, causar novas combinações precisas de ideias a serem concebidas na mente de cada um. A habilidade é tão natural que tendemos a esquecer o milagre que ela é.

Em qualquer história natural da espécie humana, a linguagem se destacaria como traço proeminente. Seguramente, o humano solitário é um solucionador de problemas e um engenheiro impressionante. Mas o que é verdadeiramente admirável sobre nosso gênero é melhor ilustrado na história da Torre de Babel, em que a humanidade, falando uma única língua, chegou tão próxima de alcançar o paraíso que até Deus se sentiu ameaçado.

André Nassim de Saboya – 19/20

Ao ler estas palavras, você está participando de uma das maravilhas naturais do mundo. Pois você e eu participamos de uma espécie com uma habilidade[1] impressionante: nós podemos dar forma a eventos no cérebro de cada um de nós com ótima precisão. Não estou me referindo à telepatia ou a controle mental ou a outras obsessões marginais à ciência; mesmo quando descritas por pessoas que acreditam neles, eles instrumentos são rústicos comparados à habilidade que se encontra incontroversamente presente em cada um de nós. Essa habilidade é a linguagem. Simplesmente ao emitir sons com nossas bocas, nós podemos, com segurança, fazer emergir novas e precisas combinações de ideias na mente de cada um de nós. A habilidade é tão natural que nós nos esquecemos com facilidade de que se trata de um milagre.

Em qualquer história natural da espécie humana, a linguagem se sobressairia como sua característica mais preeminente. Em verdade, um solitário ser humano é impressionante em resolver problemas e como engenheiro. Porém, o que é realmente marcante sobre nossa espécie é melhor ilustrado na história da Torre de Babel, na qual a humanidade, ao falar uma única língua, chegou tão perto de alcançar o céu que mesmo Deus se sentiu ameaçado.

Argumento do candidato: O candidato roga pela majoração da nota aplicada e crê haver lastro para isso. A palavra "ability" significa "habilidade" ou "capacidade", segundo o

[1] Erro: o candidato deveria ter usado "capacidade" ao invés de "habilidade". A repetição do termo não gerou novas penalizações.

dicionário Michaelise os dois termos são considerados sinônimos pelo dicionário Aurélio. A leitura do texto não se encontra prejudicada pelo uso da palavra habilidade, uma vez que o texto fala da habilidade diferente da espécie em se comunicar.

Resposta da banca: Os seres humanos, a menos que sofram de graves disfunções físicas ou mentais, têm a "capacidade" (ability) de se comunicarem usando a linguagem. Alguns podem ter grande "habilidade" (skill) no emprego desse instrumento, tornando-se, por exemplo, grandes oradores. A diferença entre os dois termos é óbvia erelevante no contexto. A repetição do erro não implicou penalização adicional.

2 - Recurso concedido: A palavra "exquisite" significa ótimo segundo o dicionário Michaelis e o uso da palavra "ótima" na locução "ótima precisão" (l.5) está de acordo com o texto, "exquisiteprecision" (l. 3). Outros candidatos usaram a palavra "extraordinária" enquanto outros usaram a palavra "primorosa" e "excelente", sem serem penalizados, sendo queessas palavras são sinônimos de "ótima", segundo o dicionário Aurélio. A acepção de ótima também se enquadra com o objetivo original do texto, uma vez que "ótimo"significa "muito bom" e "excelente", e o autor homenageia o instinto da linguagem humana. O candidato não deve ser penalizado, portanto, pelo uso da palavra "ótima", visto que o uso está de acordo com o texto.

3 - Recurso concedido: A palavra "fringe" (l.3), quando usado substantivo, significa "franja" ou "margem", segundo dicionário Michaelis. Não existe uma versão adjetivada de "franja", mas existe de "margem": marginal. O uso de "marginais à ciência" não prejudica o entendimento do texto (não se pode confundir com criminoso, por exemplo). Outros candidatos usaram a palavra "periférico" enquanto outro usou a palavra "sobrenatural" (sobrenatural não significa "fringe") e não foram penalizados; "periférico" é sinônimo demarginal, segundo o dicionário Aurélio. Seria injusto o candidato ser penalizado por usar a palavra marginal, quando esta está mais de acordo com a acepção da palavra original (franja ou margem).

Lucas de Brito Lima – 18/20

Enquanto você lê essas palavras, está participando de uma das maravilhas do mundo natural. Isso porque eu e você pertencemos a uma espécie com uma habilidade[1] notável: podemos moldar os eventos no cérebro um do outro com precisão sofisticada. Não me refiro a telepatia, controle de mentes ou outra obsessão da ciência marginal; mesmo os crentes descrevem esses instrumentos como grosseiros, se comparados a uma habilidade que está presente, indiscutivelmente, em cada um de nós. Essa habilidade é a linguagem. Ao simplesmente fazer sons com nossas bocas, podemos causar, com certeza[2], o surgimento de novas e precisas combinações de ideias na mente um do outro. A habilidade vem tão naturalmente que podemos esquecer o milagre que ela é.

Em qualquer história natural da espécie humana, a linguagem destacar-se-ia como o traço principal. É verdade que um homem solitário tem impressionantes habilidades de engenharia e capacidade de resolver problemas. No entanto, o que é realmente admirável nos seres humanos é melhor descrito na história da Torre de Babel, em que a humanidade, falando a mesma linguagem, chegou tão perto de alcançar o céu que o próprio Deus se sentiu ameaçado.

Rodrigo Bertoglio Cardoso – 18/20

Ao ler essas palavras, você está participando de uma das maravilhas do mundo natural. Porque eu e você pertencemos a uma espécie dotada de uma **habilidade** notável: nós podemos moldar os acontecimentos nos cérebros um do outro com uma precisão maravilhosa. Não estou me referindo à telepatia ou ao controle da mente ou às outras obsessões da paraciência; mesmo nas discussões daqueles que acreditam, esses são instrumentos imperfeitos se comparados a uma capacidade incontestavelmente presente em cada um de nós. Essa habilidade é a linguagem. Ao simplesmente fazer sons com nossas bocas, podemos, de forma segura, fazer com que novas combinações precisas de ideias surjam nas mentes um do outro. A **habilidade** manifesta-se tão naturalmente que tendemos a esquecer quão miraculosa ela é.

---

[1] Os seres humanos, a menos que sofram de graves disfunções físicas ou mentais, têm a "capacidade" (ability) de se comunicarem usando a linguagem. Alguns podem ter grande "habilidade" (skill) no emprego desse instrumento, tornando-se, por exemplo, grandes oradores. A diferença entre os dois termos é óbvia e relevante no contexto. A repetição do erro não implicou penalização adicional.

Em qualquer história natural da espécie humana, a linguagem se destacaria como o traço proeminente. **Para ser justo**, um ser humano, sozinho, soluciona problemas e constrói coisas de forma impressionante. Mas o que é realmente formidável em nossa espécie foi melhor apreendido na história da Torre de Babel, na qual a humanidade, falando um único idioma, chegou tão perto de alcançar o céu que até Deus se sentiu ameaçado .

Pior Resposta – 8/20

À medida que você lê essas palavras, entra em contato com uma das maravilhas do mundo natural. Como você e eu pertencemos a uma espécie com notória capacidade, nós podemos condicionar[1] eventos no cérebro de cada um com uma precisão notória. Não estou me referindo à telepatia ou ao controle da mente ou a outras obsessões da ciência louca; mesmo nas descrições dos que creem, esses são instrumentos loucos, comparados com uma habilidade que é, de modo incontroverso, presente em cada um de nós. Tal capacidade é a linguagem. Simplesmente, ao fazer barulho com nossas bocas, podemos, de modo confiável, causar novas combinações precisas de ideias para que elas apareçam na cabeça de cada um. Essa capacidade aparece tão naturalmente que nós estamos aptos a esquecer o que é um milagre.

Em qualquer história natural da espécie humana, a linguagem se destacaria como traço preeminente. Para ter certeza, um ser humano solitário é um sensível solucionador de problemas e engenheiro. Mas o que é realmente notório sobre nossa espécie é melhor verificado na história da Torre de Babel, na qual a humanidade, falando um única língua, chegou tão perto de atingir o céu que Deus se sentiu ameaçado.

[1] - shape – marcada no resultado provisório, mas deferido recurso para a tradução “condicionar.

Translation B

Translate into English the following text.

[value: 15 marks]

Com o fim da escravidão e a consequente desorganização momentânea do sistema de mão de obra, uma série de esforços foi feita no sentido de atrair imigrantes, sobretudo europeus, para o Brasil. A experiência vinha da época do Império, mas seria incrementada na Primeira República. Em razão da concorrência de países como Argentina, Cuba, México e Estados Unidos da América, o governo brasileiro teve de se esmerar para vender a ideia do "paraíso terreal". Grandemente destinado ao campo — à formação de núcleos coloniais oficiais nos estados do Sul e em especial às fazendas de café na Região Sudeste —, esse contingente de imigrantes acabaria absorvido pela dinâmica das cidades que cresciam e ofereciam empregos e serviços.

Como existiam grandes áreas não ocupadas no Sul do país, instalou-se aí um modelo de imigração baseado em pequenas propriedades policultoras. A terra era vendida a prazo, em lotes de vinte a vinte e cinco hectares, geralmente distribuídos ao longo dos cursos de água. As propriedades eram, porém, muito isoladas, e seus novos habitantes sujeitos a todo tipo de adversidade: ataques de indígenas, maus-tratos por parte da população local, dificuldades de comércio.

Adapted from Lilia M. Schwarcz and Heloisa M. Starling. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Média: 9,2 amp. / 6,8 cotas negros.

Desvio padrão: 2,8 amp. / 1,9 cotas negros.

Lucas de Brito Lima – 13,5/15

With the end of slavery and the ensuing momentary[1] disarray of the labor system, a series of initiatives was undertaken to attract immigrants to Brazil, not least from Europe. The experience had started during the Empire, but it would be enhance in

---

[1] A acepção mais correta do vocábulo português "momentâneo", no sentido em que foi usado pelas autoras, é: "que dura no intervalo de um estado de coisas a outro" (Dicionário Houaiss). Uma opção aceitável é "temporary". "Momentary" significa, em inglês, "a very short time", o que não se aplica ao contexto histórico descrito.

the First Republic. Owing to competition from countries such as Argentina, Cuba, Mexico and the US, the Brazilian government had to strive to peddle the country as a "heaven on Earth". Largely destined to the countryside – to the formation of official colonial settlements in southern states and especially to the coffee farms in the Southeast-, this mass if immigrants would end up being absorbed by the dynamic of the cities that flourished and offered employment opportunities and services.

Since there were large unoccupied swaths of land in the country's South, an immigration model based on small properties that divirsified their crops established in the region. Land was sold on credit, in tracts of twenty to twenty-five hectares, normally distributed along the course of rivers. These properties were, however, too isolated, and their new inhabitants were subject to all kinds of adversities: attacks by indigenous peoples, ill treatment from the local population and trade difficulties.

Marina Carrilho Soares – 12,5/15

With the end of slavery and the consequent temporary disruption of the labour force system, a series of efforts was implemented to attract immigrants to Brazil, mostly those from Europe. This experience dated from the period of the Empire, but it would be enhanced during the First Republic. The Brazilian government had to endeavour to convince immigrants of the idea of a "heaven on Earth", due to the competition of countries such as Argentina, Cuba, Mexico and the United States. Largely destined to the countryside, in order to form official colonial centres in the states of the South and especially to the coffee plantations in the South-Eastern region, this mass of immigrants would end up being absorbed by the dynamics of the cities that were being expanded and that offered employment and services.

Since there were large areas that were not populated in the South, a model of immigration based on small properties that produced many types of crops was implemented there. Land was sold on long term contracts and was divided into portions that ranged from twenty to twenty-five accres, usually distributed throughout water streams. However, these properties were very isolated and inhabitants were subject to every sort of adversity: attacks from natives, ill-treatment from the local population, trade difficulties.

Sarah de Andrade Ribeiro Venites – 12/15

With the end of slavery and the following* temporary disorganisation of the labour system, a series of efforts was made in order to attract immigrants, mainly European ones, to Brazil. The experience* came from the time of the Empire, but it would be improved* during the First Republic. Because of the competition of countries such as Argentina, Cuba, México, and the United States of America, the Brazilian government had to do its best to sell the idea of an "earthly paradise". Greatly* destined to the rural areas – to the formation of official colonial centers* in the Southern states and particularly to the coffee farms in the Southeast Region – this mass of immigrants would end up being absorbed by the dynamic of the cities that were growing and offering jobs and services.

As there were large unoccupied areas in the South of the country, an immigration model based on small properties with a diversified agriculture was established. The land was sold by* installments, in lots of twenty to twenty-five hectars*, usually distributed along the waterflows. The properties were, however, very isolated, and their new inhabitants were subjected to all kinds of trouble: indigenous people's attacks, mistreatment by the locals, trade problems.

marcações da banca

Recurso deferido parcialmente. Nota majorada para 12,00.

Linha 1 - "Following", no caso em tela, não tem função de "preposition", não podendo portanto assumir o significado de "consequente" (opções aceitáveis: "resulting", "consequent").

Linha 4 - A tradução correta não é "experience" mas "experiment", na acepção de "a tentative procedure or policy" (Merriam-Webster online dictionary). Outras possibilidades admissíveis seriam "initiative" ou "effort").

Linha 5 - O texto assinala melhora ('incrementada") da política de imigração da Primeira República em comparação com a do Império, o que requer o phrasal verb "improve on" como opção correta para versão ao inglês.

Linha 8 - "Greatly" ("by a considerable amount") não se aplica ao caso, para o qual vocábulos como "largely" ou "mostly" seriam aceitáveis.

Linha 12 - Argumentação aceita. "Dynamic" "pode ser considerado "noun", embora de uso bem menos usual do que "dynamics". Atribuído 0,5 ponto.

Linha 17 - A forma "by instalments"(ou "installments") não é usual, mas pode ser aceita. Atribuído 0,5 ponto.

André Nassim de Saboya – 12/15

With the end of slavery and the resulting and momentary unravelling of the labour system, a series of efforts were carried out so as to attract immigrants, especially Europeans, to Brazil. The endeavour began during the Imperial period, but it would be boosted during the First Republic. Due to the competition from Argentina, Cuba, Mexico and the United States, the Brazilian government had to go through great lengths[1] to sell the idea of an"earthly paradise". Majorly directed to the fields – to compose official colonies in the Southern states and especially to the coffee farms in the Southeast region – these immigrants would end up absorbed by the dynamics of the cities that grew and offered jobs and services.

As there were large swaths of unoccupied land in the South of the country, a model of immigration based on small diversified-crops-yielding properties was set up there. The land was sold on term[2] in pieces of 20 to 25 hectares, usually distributed along the river courses. The properties were, however, too isolated, and their inhabitants subject to all kinds of adversities: attacks from indigenous people, mistreatment by a part of the local population, difficulties in trade.

Pior Resposta – 4/20

With the end of slavery and the following **momentaneous disintegration** of the labor system, a series of efforts **were** made in order to attract immigrants, mostly Europeans, **towards** Brazil. The **experience** came from Imperial times, but would be enhanced during the First Republic. In face of the competition stemming from countries such as Argentina, Cuba, Mexico, and the United States of America, the Brazilian government had to **spend energy** to sell the idea of the "heaven on Earth". Directed mainly

---

[1] Recurso aceito. Argumentação do candidato: O termo "esmerar-se" significa "polir" ou "aperfeiçoar" originariamente, mas aqui, no texto, não está sendo usado nesse sentido, e, sim, o de "se esforçar". A expressão"go through great lengths" tampouco significa "ir a grandes distâncias", mas, sim, nesse contexto, "se esforçar". A tradução, portanto, repete o intuito original da autora de usar uma expressão que não significa exatamente o sentido literal e está de acordo com a acepção original do texto. O candidato não deve ser punido por pensarnos pormenores do estilo empregado pela autora.

[2] O termo "vender a prazo" é traduzido como "sellonterm", é uma tradução comum em contratos de compra e venda de imóveis entre residentes americanos e brasileiros. O uso da expressão pelo candidato não pode ser punido, portanto.

to the countryside – to the creation of official **colonial** hubs in the states of the South and, especially, to the coffee farms **on** the South-Eastern region –, these **hordes** of immigrants would end up **absorbed** by the dynamics of the growing cities, which provide jobs and services.

As there were vast **areas unoccupied** in the South of the country, a model of immigration based on small properties with adverse crops was **settled** there. The land was sold **with payment tolerance**, **with areas** of twenty to twenty five **hectars**, usually spread along the **river** courses. Properties were, however, very isolated, and their new inhabitants were subject to all kinds of adversities: indigenous assaults, mistreat by the local **populace**, troubles in commerce.

Observação: um candidato tirou nota 0/20, mas por deixar a questão em branco.

Summary

Write a summary, in your own words, of the following excerpt. Your text should not exceed 200 words.

[value: 15 marks]

Economists are sometimes criticized for concentrating too much on efficiency and too little on equity. There may be some ground for complaint here, but it must also be noted that inequality has received attention from economists throughout the history of this discipline. Adam Smith, who is often thought of as "the Father of Modern Economics", was deeply concerned with the gulf between the rich and the poor. Some of the social scientists and philosophers who are responsible for making inequality such a central subject of public attention were, in terms of substantive involvement, devoted economists, no matter what else they might also have been. In recent years, economics of inequality as a subject has flourished. This is not to deny that the focus on efficiency to the exclusion of other considerations is very evident in some works in economics, but economists as a group cannot be accused of neglecting inequality as a subject.

If there is a reason to grumble, it rests more on the relative importance that is attached, in much of economics, to inequality in a very narrow domain, viz. income inequality. This narrowness has the effect of contributing to the neglect of other ways of seeing inequality and equity, which has far-reaching bearing on the making of economic policy. Policy debates have indeed been distorted by overemphasis on income poverty and income inequality, to the neglect of deprivations that relate to other variables, such as unemployment, ill health, lack of education, and social exclusion. Unfortunately, the identification of economic inequality with income inequality is fairly common in economics, and the two are often seen as effectively synonymous. If you tell someone that you are working on economic inequality, it is quite standardly assumed that you are studying income distribution.

The distinction, however, between income inequality and economic inequality is important. Many of the criticisms of economic egalitarianism as a value or a goal apply much more readily to the narrow concept of income inequality than they do to the broader notions of economic inequality. For example, giving a larger share of income to a person with more needs can be seen as militating against the

principle of equalizing incomes, but it does not go against the broader precepts of economic equality.

Empirically, the relationship between income inequality and inequality in other relevant spaces can be rather distant and contingent because of various economic influences other than income that affect inequalities in individual advantages and substantive freedoms. For example, in the higher mortality rates of African Americans vis-à-vis the much poorer Chinese, or Indians in Kerala, we see the influence of factors that run in the opposite direction to income inequality, and that involve public policy issues with strong economic components: the financing of health care and insurance, provision of public education, arrangements for local security and so on.

Mortality differences can, in fact, serve as an indicator of very deep inequities that divide races, classes and genders. Statistics on mortality rates as well as other deprivations (such as undernourishment or illiteracy) can directly present a picture of inequality and poverty in some crucial dimensions. This information can also be used to relate the extent of relative deprivation of women to the existing inequalities in opportunities (in earning outside income, in being enrolled in schools and so on). Thus both descriptive and policy issues can be addressed through this broader perspective on inequality and poverty in terms of capability deprivation.

Despite the crucial role of incomes in the advantages enjoyed by different persons, the relationship between income (and other resources), on the one hand, and individual achievements and freedoms, on the other, is neither constant nor in any sense automatic and irresistible. Different types of contingencies lead to systematic variations in the "conversion" of incomes into the distinct "functionings" we can achieve, and that affects the lifestyles we can enjoy. I have tried to illustrate the different ways in which there can be systematic variations in the relationship between incomes earned and substantive freedoms (in the form of capability to lead lives that people have reason to value). The respective roles of personal heterogeneities, environmental diversities, variations in social climate, differences in relational perspectives and distributions within the family have to receive the serious attention they deserve for the making of public policy.

The argument is sometimes made that income is a homogeneous magnitude, whereas capabilities are diverse. This sharp contrast is not entirely correct, in the sense that any income evaluation hides internal diversities with some special — and often heroic — assumptions. Also, interpersonal comparisons of real income give us no basis

for interpersonal comparisons even of utility. To get from the comparison of the means in the form of income differences to something that can be claimed to be valuable in itself (such as well-being or freedom), we have to take note of circumstantial variations that affect the conversion rates. The presumption that the approach of income comparison is a more "practical" way of getting at interpersonal differences in advantages is hard to sustain.

Furthermore, the need to discuss the valuation of diverse capabilities in terms of public priorities is an asset, forcing us to make clear what the value judgments are in a field where value judgments cannot be — and should not be — avoided. Indeed, public participation in these valuational debates is a crucial part of the exercise of democracy and responsible social choice. In matters of public judgment, there is no real escape from the evaluative need for public discussion. That evasion becomes transparent when we supplement income and commodity data with information of other types (including matters of life and death).

The issue of public discussion and social participation is thus central to the making of policy in a democratic framework. The use of democratic prerogatives — both political liberties and civil rights — is a crucial part of the exercise of economic policy making itself, in addition to other roles it may have. In a freedom-oriented approach, participatory freedoms cannot but be central to public policy analysis.

Adapted from Amartya Sen. Development as Freedom. New York: Anchor Books, 1999. p. 107-10.

Média: 10,6 amp. / 10,0 cotas negros.

Desvio padrão: 1,7 amp. / 2,5 cotas negros.

Felipe Pinheiro Mello – 15/15

If it is true that some economic studies focus more on efficiency rather than inequality, this does not apply to all economists. Several economists, as did Adam Smith himself, are deeply concerned with equity.

However, economists give more importance to income inequality than to other kinds of inequality, such as unemployment and the lack of access to health and education.

The relationship between the two is not always close, since several other economic influences impact on equity. This explain (sic) why African Americans have higher mortality rates than the Chinese.

Statistics on deprivations, such as mortality rates, undernourishment and illiteracy, can depict other dimensions of inequality, which can be utile for policy-making. Several other factor (sic) also affect the individual's capacity of converting income into capabilities, such as environmental, social and family diversities.

The claim that comparing income is a more "practical" way of addressing the problem is difficult to sustain. Interpersonal comparison of income does not take into consideration the other aspects of economic inequality. It is necessary, thus, to discuss the issue with public participation to valuate (sic) the diverse capabilities and set public priorities. The participation of the public is central to a democratic policy-making.

Rafael Spirandeli Galera – 14/15

Even though economists are sometimes accused of neglecting inequality, the study of economics of inequality as a subject is actually flourishing. Even in the past, famous economists such as Adam Smits were deeply concerned wit`s this subject: the mainstream view on inequality, however, is simplistic, focusing to much on income inequality and neglecting other forms of deprivations that also characterize economic inequality.

A broader perspective on inequality and poverty can improve public policies. An effective analysis of capability deprivation can presents a picture of inequality in some crucial dimensions. This broader perspective is important because there is no clear correlation between income and individual achievements. Thus, there is a need to take into account other variables.

The argument that income is a more practical measure of Well-being is hard to sustain. In order to analyse income inequality there is a need to take into consideration the circumstantial variations that change how a person can translate their income into Well-being and freedom.

Moreover, since these valuations are subjective in nature, it fallows that public participation in these debates is needed to ensure that public policy meets people`s demands in a freedom-oriented approach.

191 palavras

Julia Salles Amaral – 14/15

The lack of emphasis on the challenges related to equity is a common source of criticism towards economists. While pondering that, all in all, this is an unfair accusation, Amartya Sen acknowledges that the economic approach to equity has been undermined by the evils of oversimplification. By and large, the issues raised by the concept of equity have been analysed through the lens of income inequality, which encompasses only one aspect of equity, among many.

The importance of the distinction between economic inequality and income inequality lies in two main factors, that is, the need of an accurate description of reality, as well as of efficient policy making, which are largely interdependent. In this sense, it is undeniable that a myriad of other economic aspects, such as undernourishment and illiteracy, affect equity. Furthermore, the relationship between income and individual achievements is by no means automatic, thus requiring a broader perspective.

The case against the proposal to widen the scope of the debate on equity is built upon the argument that income is a homogeneous concept, whereas capabilities are inherently heterogeneous. This idea is not only hard to sustain, but also detrimental to the imperative of public participation in economic debates, which is a condition to democratic policy making.

208 palavras

Santiago Pinto – 12/15

Inequality has become a mainstream subject when it comes to economic science, given the generalized criticism against the focus on efficiency, rather than equity. Yet these concerns are not new to economists. At least since Adam Smith's works, the rich-poor divide has been studied by scientists and philosophers. The pressing issue,

however, is to surmount the overemphasis on income and address other contingencies that curb economic equality in a broader domain.

The separation between income and economic inequality is paramount to design better public policies. Based on data about unemployment, health, and education, civil society can assess the "capability deprivation" question. This is how the higher mortality of African-Americans or the gender prejudice regarding women can be dealt with.

The idea that income is more homogeneous and objective is, therefore, mistaken, since it hides the systematic variations that define individual freedoms. A democratic society is heterogeneous at economic, environmental, and social levels, which is why public discussion and social engagement are central to the creation of rules. In that sense, value judgments should be a part of policy and economic debates to promote equity in a freedom-oriented perspective.

188 palavras

Pior resposta – 6/15

Economists are often accused of ignoring inequality by focusing mainly on efficiency and thus neglecting equity. That accusation, however, is not fair because, as a matter of fact, inequality is approached in a very narrow realm, and this is what contributes to the neglect of this subject on the economic policy agenda.

Moreover, economic inequality and income inequality are often seen as synonymous, and the distinction between these topics are important and necessary in order to forge better economic public policies.

The making of public policies demands the ability to see a broader perspective on inequality and poverty. There are several systematic variations such as social and environmental ones, that must be considered in order to produce effective policies.

Plus, public participation in the debates about economic policies in mandatory, according to the democratic principles that modern political liberties and civil rights impose.

143 palavras

Composition

You'll never have a quiet world till you knock the patriotism out of the human race.

George Bernard Shaw, Irish playwright (1856-1950).

Our country! In her intercourse with foreign nations, may she always be in the right and always successful, right or wrong.

Stephen Decatur Jr., U.S. Commodore (1779-1820).

From the point of view of a diplomat, compare and discuss the views of patriotism expressed in the two quotes above.

(Length: 400 to 450 words) [value: 50 marks]

Média: 40,9 amp. / 34,8 cotas negros.

Desvio padrão: 3,4 amp. / 7,4 cotas negros.

Sarah de Andrade Ribeiro Venites – 47,5/50

George Bernard Shaw argues that,* in order to achieve peace in the world, patriotism must be extinct. Stephen Decatur Jr., in turn, wishes that his own nation prevails as the best and most successful one, no matter under what circumstances. Both of them adopt extreme views on the matter of patriotism. From the point of view of a diplomat, neither one or* the other should be considered entirely right.

When Stephen Decatur Jr. wrote that he wished his country to be "always in the right and always successful, right or wrong", he was not aware of the dangers that extreme patriotism poses to peace. Only in the second half of the 19th century did Imperialism rise, following the consequences of the Industrial Revolution. And only in the 20th century did the world witness the horrors of two heavily industrialised* wars. Even nowadays, when most of the world is relatively in peace, extreme patriotism is responsible for increasing tension between countries and among people. When a diplomat looks at a crisis such as the Crimean one in 2013, he or she cannot pay scant heed to the role of

patriotism as an igniting factor. The same is true regarding the refugee crisis in Europe – a continent where growing xenophobia only makes it more difficult for leaders to come up with a solution. Diplomacy can help, as it did when Germany and Turkey reached an agreement regarding the refugee crisis earlier in 2016, but it cannot work miracles.

Unlike Decatur Jr., George Bernard Shaw did live through the rise and fall of the Empires. Arguably, his stance on peace based on the extinction of patriotism might have been motivated precisely by his testimony* of the two world wars. Idealist views were strengthened particularly after World War II, largely based on Kant's philosophy of a cosmopolitan world. It is true that, as humans, we all share the same existential conundrums. However, it is also true that we value our local cultures and identities. The closest we have ever been to putting Kant's perspectives into use was the creation of the United Nations – and still, power is not equally distributed and there is a very Realist approach to how its Security Council was formed, with the winners of the war holding permanent seats. A diplomat should always try to reach peaceful solutions, but must also take the reality of the world into account, in order not to be naïve.

Neither Decatur Jr.'s nor Shaw's views are enough to understand the world in which we live today. When faced with extremisms, a diplomat should always try to find balance* and build consensus, embracing patriotism without bigotry, and always engaging in dialog.

marcações da banca

Recurso parcialmente deferido. Nota majorada para 17,50.
Linha 1 - não se trata de oração adjetiva não restritiva, mas de oração adverbial; o uso da vírgula, nesse caso, segundo a gramática prescritiva, é proibido, para não separar "that" de seu complemento.
Linha 14 - recurso deferido.
Linha 43 - nesse contexto, o substantivo é contável e deveria estar na forma plural.

Avaliação

1. ***Organização e desenvolvimento de ideias: 20/20***
2. ***Qualidade de linguagem: 10/10***
3. ***Correção gramatical: 17,5/20***

446 palavras

Débora Antônia Lobato Cândido – 46/50

Patriotism can have different meanings, but it usually involves love for a person's homeland. This feeling of affection tends to be heightened on special situations, such as the Olympic Games, or when the country faces danger, after a terrorist attack, for instance. Even though all these forms of patriotism are understandable, diplomats, as people who represent their countries, should deem patriotism as the ability to determine and defend the true interests of their homelands, without turning the rest of the world against them.

To George Bernard Shaw, patriotism is intrinsically a source of instability. If one considers that most of the wars of the 20th century, such as World War I, were driven by people's willingness to die so that their countries would not be destroyed or even humiliated, it is possible to defend Shaw's ideas. Stephen Decatur Jr.'s view of patriotism, be it as different as it is from Shaw's view, actually sustains the latter. If a patriot always considers that his homeland is in the right, he supports it even when it is clearly setting a path of destruction, as pointed out by Shaw.

Nevertheless, patriotism is not necessarily harmful nor should it be the simple praise of one's homeland. Joaquim Nabuco once affirmed that the true patriot was the one able to see what harmed his country, even if the country itself did not see it. This is why he went to Rome to ask the Pope to decry Brazil's slavery, in spite of Brazil's unwillingness to abolish this labor system. Nabuco was not betraying his homeland, but, rather, trying to save it from itself.

Although diplomats should not openly contest their countries' policies, they should always be critical regarding their countries' problems and challenges. This way, they can prevent bad policies from being adopted and anticipate issues which may tarnish their countries' images in the long-run. More importantly, to diplomats, patriotism should always come hand in hand with cosmopolitanism, for a diplomat must strive to understand and respect, whenever possible, other countries' needs and ideas, or he may encourage these States to rally against his homeland.

As shown by Policarpo Quaresma, a character of a novel by Lima Barreto, a patriot who is oblivious to the reality of his homeland is likely to become a victim of his own patriotism. In this sense, Shaw's view, as well as Decatur's, are both possible approaches to patriotism, but neither offers a definite answer to this issue. A person can be a patriot and, at the same time, not be xenophobic and not agree entirely with

everything his country does. Diplomats, who bear the responsibility for their countries' international images, should act this way.

Avaliação

Organização e Desenvolvimento de Ideias: 20/20
Qualidade de linguagem: 8/10
Correção Gramatical: 18/20
445 palavras

Tiago Noronha Ribeiro Siscar – 45,30/50

The emergence of the nation-state has profoundly altered the dynamics of world politics. Before such a phenomena, the loyalty of most peoples was expressed with reference to the persona of the ruler as both a representative of his dynasty and the embodyment of God himself. The French Revolution and the subsequent rise of a multitude of national entities throughout the 19th century have repositioned that same ancestral loyalty as the foundation of the collective bodies known today as nations. This is the central contention of Eric Hobsbawm in Nations and Nationalism since 1780. Nationalism or patriotism can frequently be pushed to extremes. The ensuing chauvinism is illustrated by the perspective of the U.S. Commodore Stephen Decatur Jr. The Irish playwright George Bernard Shaw represents the opposing view, inasmuch as he proposes to "knock the patriotism out of the human race". Naturally adverse to manifestations of fanaticism, the diplomat must strive to find common ground between both positions, with the purpose of achieving moderation without neglecting the national interests he has sworn to protect.

Extreme patriotism constitutes the root cause of the travesties of the 20th century. Both World War I and World War II can indeed be rationalized through the lenses of French-German rivalry. In this perspective, the logic propounded by Mr Decatur Jr. amounts to the very same principle that fueled the search for revenge and sparked the conduct of hostilities in an unprecedented scale. It is therefore understandable that patriotism be so often regarded as an evil in itself, thus justifying the case for its obliteration.

As appealing as it may sound in theory, attaining a "quiet world", as Mr Shaw advocates, through the extinction of nationalism is neither easy nor desirable. The flaws

of the nation-state system notwithstanding, nations are still a stabilizing force through which inter-individual cohesion is fostered. The withering of national entities can in fact result in sheer chaos. The case of Iraq provides a striking example. The unlawful U.S. intervention in 2003 not only demolished national institutions but also created a vaccuum of authority in which the so-called Islamic State was able to emerge and spread terror.

The diplomatic perspective must therefore endeavour to promote consensus over a judicious compromise between the poles of this nationalistic-non-nationalistic spectrum. The principles and objectives inscribed in articles 1 and 2 of the Charter of the United Nations conform an adequate means of progressing in this direction. With the directives of non-intervention and prohibition of the use of force in mind, the diplomat must, in sum, pursue the defense of his nation within the limits of International Law, all the while avoiding to employ the extreme stances advocated by both Mr Shaw and Mr Decatur Jr.

Avaliação

1. ***Organização e desenvolvimento de ideias: 20,00/20,00***
2. ***Qualidade da linguagem: 10,00/10,00***
3. ***Correção gramatical: 16,00/20,00***
4. ***Extensão do texto: 457 palavras (penalização: 0,70)***

Daniel Tavares Vidal – 45/50

Patriotism constitutes a remarkable force. The attachment to one's cultural heritage and country represents the bedrock upon which great nations are founded and relevant endeavours accomplished. Nonetheless, historical events have continuously demonstrated that irrational and excessively nationalistic policies may drive the international community to brinkmanship and human tragedy. Patriotism may be the driving force behind a country's success, but, for that to happen, diplomats and politicians must prevent nationalism from becoming a withering influence capable of preventing sound judgement.

Eric Hobsbawm, in The age of revolution, argues that patriotism represents the second most important concept developed by humans, only overshadowed by the advent of farming and collective settlements. According to the historian, it was only after the Battle of Valmy, during the French Revolution, that ordinary citizens swore allegiance to the nation, and not to the king. From that moment on, a new and vigorous force became

the backbone of European and American societies: patriotism, states Hobsbawm, through imperialism and economic expansionism, shaped the world. Vast empires, upon which the sun – literally – never set, were built in the name of country and God. The United Kingdom, France, America and Russia, amongst other European rivals, driven by the faith in the superiority of their nations not only explored the rest of the world: they forced their rule upon it.

That process, which seemed at the time unstoppable, would, however, come to a halt due to the very same component that rendered Western civilisation exceptional. Henry Kissinger, in Diplomacy, states that unrestrained nationalism was the cause of not only both world wars, but also represents a perpetual influence contributing to separatism and to irredentism. According to the former American State Secretary, the dissolution of the British Empire, the demise of the Soviet Union and even the American civil war can be attributed to excessive patriotism. Once and idea as irrational as cultural exceptionalism is unleashed, argues Kissinger, it is extremely hard to prevent if from either establishing a regional foothold or becoming so strong and seductive that reasoning with other nations is no longer possible.

Patriotism is necessary for a population to be proud of its history. No country whose citizens show contempt towards their own culture will be able to assert itself amongst other nations. Nonetheless, diplomats and politicians, responsible for interactions between states, must always be aware that the difference between extreme patriotism and bigotry can be subtle. History tends not to be forgiving with those who dare to stoke the flames of excessive nationalism.

Avaliação

Organização e desenvolvimento de ideias: 20

Qualidade de linguagem: 10

Correção Gramatical: 15

Resultado:

Extensão do texto: 415 palavras

Penalização: 0,00

Nota da prova Escrita – Língua Inglesa – Composition: 45,00

Pior resposta – 21,50/50

George Bernard Shaw and Stephen Decatur Jr. point out two perspectives of patriotism in different ages of human history. Both views are still present in the current debates about nationalism and globalization and they imply variations of the role of patriotism within an unquiet world, besides suggesting that patriotismcould be a source or either conflicts or development.

The quote of Mr. Shaw reveals a pessimist feeling about patriotism since the author believes that we could never reach sustainable peace while patriotism remains between our values. This radical belief can be seen in the behavior of soccer team supporters. We often hear about fights between different sides of supporters, especially in Brazil and in the United Kingdom, where this sport is more popular. The passion dedicated to soccer teams could clearly illustrate the feeling underneath patriotism; in both cases, fundamentalist views and confronts are likely to happen due to the lack of tolerance.

Yet patriotism is a value that could fit peacefully in a world of exchanges between nations. In that case, Decatur Jr. advocates that the intercourse with foreign nations could benefit a country, although sometimes things apparentlygo wrong. This perception implies that risks inherent to interactions between countries are worth taking since the profits of intercourses would always be amusing, even when they seem to be wrong. Take the imigration flows to Brazil: even after so many social unrest and economic hardship, many cultures, in the end, helped to enrich the nation's identity as we know it.

If patriotism ever happen to be knocked out of the human race, as Mr. Shaw stated, maybe we could indeed live in a more peacefull world. Many conflicts we see even these days could be settled down, for there would be no clash of national passions at stake. However, with no patriotism, the world would be plain and have no visible diversity since the different people would not feel proud to conserve its local cultures and values. Conversely, in a world of extreme patriotisms, we would probably see more repeated events such as the Fascism that emerged during the XX century.

Balance is, after all, the secret to reaching success and that may be applied to human race development. An extreme perspective of patriotism, such as in the quote of George Bernard Shaw, sounds too much radical and does not safeguard the world in peace. Stephen Decatur Jr., by his turn, tends to be more optimistic about the benefits of

patriotism under a globalization process, and that perception seems to be more balanced and in accordance with what the beauty of diversity has to serve to the human race.

Avaliação

1 Organização e desenvolvimento de ideias – 15/20

2 Qualidade de linguagem – 4/10

3 Correção grammatical – 2,50/20

Número de palavras: 439

HISTÓRIA

Questão 1

Em termos sintéticos, as três transformações estruturais da política exterior brasileira na Primeira República foram

1 a "aliança não escrita" com os Estados Unidos da América;

2 a sistemática solução das questões fronteiriças e a ênfase em maior cooperação com os latino-americanos; e

3 os primeiros lances da diplomacia multilateral, na versão regional ou global.

Rubens Ricupero. A política externa da Primeira República (1889-1930). In: José Vicente de Sá Pimentel. Pensamento diplomático brasileiro; formuladores e agentes da política externa (1750-1964). Brasília: FUNAG, 2013, vol. II, p. 336 (com adaptações).

Redija um texto dissertativo apresentando e analisando eventos históricos e as respectivas contextualizações que fundamentem a afirmação feita por Rubens Ricupero no fragmento de texto apresentado acima.

Extensão máxima: 90 linhas [valor: 30,00 pontos]

Média: 25,2 amp. / 22,7 cotas negros.

Desvio padrão: 2,7 amp. / 3,6 cotas negros.

João Marcelo Conte Cornetet – 29/30

A Primeira República representou algumas transformações estruturais na política exterior brasileira. Acompanhando uma mudança no âmbito sistêmico, buscou-se um entendimento melhor com os Estados Unidos, em especial a partir da chancelaria de José Maria da Silva Paranhos Jr. (1902-1912). No âmbito regional, procurou-se resolver os litígios fronteiriços, além de buscar-se maior cooperação com os latino-americanos, vista como fundamental na garantia da estabilidade e no afastamento de ingerências das potências imperialistas. Também nesse período, deram-se ações de diplomacia multilateral

nos âmbitos regional e-global, inaugurando-se tendências que amadureceriam no transcorrer do Século XX.

A "aliança não escrita" com os Estados Unidos da América, segundo Bradford Burns, consistiria em uma aproximação bilateral desenvolvida a partir da chancelaria de Rio Branco, chamado pelo presidente Rodrigues Alves. Rio Branco, um conservador formado na escola realista do poder, nos termos de Ricupero, não buscava a aproximação com os EUA por motivos ideológicos, como Quintino Bocaiúva e Joaquim Nabuco faziam. Para Rio Branco, a aproximação com os EUA era pragmática, relacionando-se ao fato de que eram a grande potência da época. Buscava um padrão similar de relação ao que o Visconde do Uruguai estabelecera com o Reino Unido na década de 1850. Assim, a chancelaria Rio Branco promoveu a troca de embaixadas com Washington e silenciou enquanto demais latino-americanos criticaram a política americana de cobrança de dívidas. Apesar disso, o Brasil enfrentou a diplomacia americana quando foi necessário, como na Conferência de Haia de 1907, em que Rui Barbosa contrariou a delegação americana ao defender a igualdade soberana. O alinhamento com os EUA, portanto, visava o apoio de Washington nas disputas fronteiriças em que o Brasil participava e na dissuasão de pretensões imperialistas europeias, mas tratava-se de uma aliança pragmática, e não de um alinhamento automático.

As soluções fronteiriças começaram ainda no Império – e. g. tratados com Uruguai em 1851, com Bolívia em 1864, com Paraguai em 1875 – e tiveram continuidade na república. Com a Argentina, restava equacionar a questão de Palmas, que fora destinada à arbitragem no fim do Império. O novo governo republicano negociou um tratado de distribuição equitativa, mas este não foi ratificado, sendo retomada a ideia de arbitragem. Representado por Rio Branco, o Brasil venceu a Argentina, representada por Estanislau Zeballos, na arbitragem do presidente Cleveland. Rio Branco também representou o Brasil contra a França, representada por Paul Vidal de La Blache, na arbitragem do presidente da Suíça que localizou o rio Oiapoque (Vicente Pinzón) conforme a interpretação brasileira. Com o Reino Unido, na Questão do Pirara, o Brasil, representado por Nabuco, teve menos sucesso, sendo que o rei italiano evocou o princípio imperialista da ocupação efetiva no laudo arbitral, o que representou ameaça para as fronteiras brasileiras. Outra questão do período que merece destaque é a do Acre, em que Rio Branco utilizou da força e da diplomacia para afastar o BolivianSyndicate e promover permuta territorial com indenização à Bolívia.

A Primeira República também foi marcada por maior cooperação com os latino-americanos. Inicialmente, essa cooperação tinha fundo ideológico: os republicanos que chegaram ao poder acreditavam que a relação com os vizinhos era limitada pela política intervencionista do império. Esse espírito motivou o Tratado de Montevidéu com a Argentina, mas não modificou o intervencionismo do Brasil, manifestado nas ingerências de Cavalcanti no Paraguai com aval de Floriano Peixoto. Com o advento de Rio Branco, essa aproximação tornou-se pragmática e mais efetiva. Rio Branco tinha "temor obsessivo" com relação ao imperialismo, que ele vira se formar quando serviu em Berlim e que vira em ação na Venezuela (cobrança de dívidas) e no Brasil (invasão da Ilha de Trindade, Caso Panther). Para o chanceler brasileiro, a melhor forma de evitar essas ameaças era manter a estabilidade latino-americana, com apoio a governos constituídos. As guerras civis eram pretexto para a ingerência estrangeira. Neste sentido, manteve neutralidade no Paraguai (realizando o "gambito do rei" com a Argentina) e no Uruguai e buscou certa cooperação com Argentina e Chile, chegando a redigir o Pacto ABC de 1907, o qual, no entanto, não foi assinado. Os sucessores do barão dão seguimento ao seu legado. Após a Conferência de Niagara Falls, Lauro Müller conseguiu a assinatura do Pacto ABC de 1915, o qual, no entanto, é rejeitado por novo governo argentino.

Soma-se a isso os primeiros lances da diplomacia multilateral do Brasil. No âmbito regional, cabe lembrar a Conferência de Washington de 1889, quando o representante brasileiro foi substituído após o golpe republicano, e passou a apoiar os interesses de Washington – arbitramento obrigatório, moeda comum e ferrovia continental. O âmbito multilateral regional, no entanto, era difícil para a diplomacia brasileira em decorrência de diversas acusações de vizinhos de que o Brasil promovia corrida militar, principalmente após a compra dos dreadnoughts e da recusa do Brasil a assinar o tratado naval de limite de tonelagem. O Brasil buscou amenizar essas resistências por meio da assinatura do Pacto Gondra, proposta pacifistaparaguaia.

O Brasil também se projetou no âmbito multilateral global. Digno de destaque, nesse sentido, foi a participação de Rui Barbosa na II Conferência de Haia, realizada em 1907, em que a participação do Brasil foi decisiva para que fosse salvaguardado o princípio da igualdade soberana entre as nações na Corte Permanente de Arbitragem que era estabelecida. Cabe frisar, outrossim, a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial, com envio da DNOG e de médicos e enfermeiros. Com isso, conseguiu o Brasil garantir a participação na Conferência de Paz de Versalhes, a posse de navios surtos, a indenização pelo café brasileiro vendido à Alemanha e a participação na Liga das Nações, organização

que o governo Artur Bernardes deixaria em 1926 após o fracasso da campanha brasileira de integrar o Conselho Executivo de modo permanente.

Em que pesem eventuais desinteligências, a diplomacia da I República logrou resultados importantes para o Brasil, como a boa relação com os EUA – inevitável diante do quadro sistêmico – e a cooperação com latino-americanos – a despeito de avanços e recuos com a Argentina, que perdurariam até a década de 1980. O legado de não intervenção e de busca de inteligência cordial na América do Sul, por fim, deixado por Rio Branco, informa a PEB até a atualidade.

Igor Goulart Teixeira – 29/30

Iniciado em 1889, o período republicano brasileiro pautou-se pelo signo da rejeição à diplomacia imperial, como indica a tentativa de repartir o território litigioso de Palmas com a Argentina. Entretanto, logo ficou evidente que havia carência de diretrizes aos formuladores da diplomacia republicana. Por isso, paulatinamente foram retomadas tradições positivas das chancelarias imperiais, como o adensamento das relações com os EUA e a doutrina de limites tributária dos esforços de Duarte da Ponte Ribeiro e do Visconde do Uruguai. A esses componentes, somaram-se traços marcantes da abordagem do Barão do Rio Branco, como a busca da estabilização regional em uma espécie de condomínio dual de hegemonia com a Argentina. Ademais, destacaram-se também lances da diplomacia multilateral como a Conferência de Haia (1907) e a campanha na Liga das Nações que terminou malograda devido ao voluntarismo excessivo de Artur Bernardes.

A aproximação com os EUA não surgiu após a Proclamação da República, pois Washington já era importante parceiro comercial do Império. Entretanto, essa relação seria acentuada na República e, por isso, Bradford Burns cunhou o termo "Aliança Não Escrita". Nos entrópicos anos 1890, essa tendência será retomada como demonstrou o "espírito americanista" portado por Salvador de Mendonça na Conferência Interamericana de Washington em 1889. O mesmo Mendonça, junto de Blaine, assinaria acordo de comércio preferencial que facilitaria a entrada do açúcar e do café brasileiros no mercado americano. Seria, porém, na chancelaria de Rio Branco (1902-1912) que a aproximação com os EUA alcançaria seu apogeu.

O Barão era um americanista pragmático e interpretara corretamente a ascensão dos EUA como potência global. Para Paranhos Júnior, os EUA eram, ao mesmo tempo, um

anteparo ao imperialismo europeu e um contraponto à aproximação entre Buenos Aires e Londres. De fato, na Primeira República, o Brasil sofreria ameaças europeias. Em 1895, descobriu-se ouro no rio Calçoene e isso ensejou pressões expansionistas francesas sobre o Cabo Norte. Ademais, a Inglaterra lograria vitória na questão do Pirara e tentaria se apossar da Ilha de Trindade, ao passo que a Alemanha exporia a fragilidade naval brasileira no Caso Panther (1905). Ciente dessas ameaças impostas pelo imperialismo europeu que retalhara Ásia e África, o Barão investiu na (imperfeita) Aliança Não Escrita. Inserem-se nessa lógica o apoio brasileiro à divisão da Colômbia – que gerou o Panamá, pleito de Washington –, a não rejeição ao Corolário Roosevelt, pois o Brasil era país estável, e a mediação das tensões americano-chilenas, em 1906, no Caso Alsop. No plano diplomático, o Brasil elevou reciprocamente à categoria de Embaixada a legação em Washington, com quadro do quilate de Joaquim Nabuco como embaixador, e recebeu, na III Conferência Interamericana do RJ (1906), a visita de Elihu Root, a primeira de um Secretário de Estado americano ao exterior.

Conquanto nos anos 1890 o Brasil houvesse intervindo no Paraguai para evitar a posse do candidato pró-Argentina José Decoud, a partir da chancelaria Rio Branco, a diretriz passou a ser buscar a estabilidade regional por meio do apoio a governos efetivos e da aproximação com a Argentina. Esse objetivo ficou premente quando, em 1904, o Brasil não interveio em favor do paraguaio Escurra, político pró-brasileiro. Tratava-se do "gambito do rei" que deslocou o Paraguai para a órbita argentina até 1954. O Rio de Janeiro, porém, empreenderia aproximação com o Uruguai por meio do condomínio do Rio Jaguarão e da Lagoa Mirim (1909), visando a equilibrar o xadrez do subsistema geopolítico platino. O Barão opinava que o "espetáculo da revolução triumphante" atraía a cobiça imperialista e, assim, enfatizou a cooperação com os vizinhos.

A busca do pacto ABC é verdadeira demonstração da tentativa de concórdia com vizinhos e de ensaio multilateral regional. O primeiro esboço de acordo foi proposto pelo chileno Puga Borne e ratificado pelo Barão em 1909, porém o governo Alcorta rechaçou. As relações entre Brasil e Argentina eram ruins durante o "tresloucado governo Alcorta", nas palavras do Barão, e assim seguiram mesmo após a queda do belicoso chanceler Zeballos, que articulara plano para atacar o RJ. Como demonstrou a quebra da criptografia do telegrama #9, expedido do RJ para a embaixada em Santiago, Buenos Aires obstaculizou a conformação de cordial inteligência entre os países do ABC. Nova tentativa de avançar o pacto ocorreu em 1915, após a mediação dos três países, na conferência de Niagara Falls

(1914), de conflito entre EUA e México, mas o governo de Hipólito Yrigoyen (UCR) opôs-se à assinatura do tratado.

Tendo herdado questões fronteiriças do Império, a Primeira República resgatou a Doutrina de Limites do Visconde do Uruguai, baseada no uti possidetis, para solucioná-las pacificamente. A Questão de Palmas, após o Legislativo recusar o acordo entre Quintino Bocaiúva e Zeballos pela divisão do território, foi solucionada por arbitragem de Grover Cleveland, presidente dos EUA, com quem o Brasil tinha boas relações. O ganho de causa do Brasil, cuja "memória" foi escrita por Rio Branco, arrefeceu tensões bilaterais provisoriamente. Ademais, o Brasil teve de haver-se com disputas lindeiras com potências europeias. Após a arbitragem do presidente da Confederação Suíça, Walter Hauser, o Brasil obteve vitória sobre a França acerca do Cabo Norte. Com a Inglaterra, porém, na Questão do Pirara, o rei italiano Vitor Emanuel deu ganho parcial de causa a Londres, valendo-se do critério da ocupação efetiva, o mesmo usado pelos europeus na ocupação da África. Há que ressaltar, ainda, a intrincada questão do Acre. Em 1867, para evitar apoio boliviano a Solano López, o Brasil aceitou tratados coloniais para estabelecer a fronteira com a Bolívia nos rios Beni e Madeira. Na virada do século, o Acre era boliviano, mas habitado por brasileiros. A presença de interesses de especuladores (Bolivian Syndicate) fez o Brasil negociar o tratado de Petrópolis (1903) e incorporar o Acre. Em 1909, as pretensões do Peru seriam afastadas também.

Além dos mencionados pacto ABC e Conferência de 1906, o Brasil avançou no multilateralismo global. Em 1907, em Haia, Rui Barbosa representou o interesse brasileiro ao defender o Princípio da Igualdade Soberana de Nações em oposição aos EUA e à Alemanha que propuseram categorizações de Estados. Mais representativamente, o Brasil foi o único país latino-americano a participar da I Guerra Mundial. Isso valeu ao país participação no Tratado de Versalhes em que obteve indenizações para o café paulista situado na Alemanha e a posse de navios surtos localizados em portos brasileiros. Entretanto, parte da elite brasileira compreendeu mal a criação da Liga das Nações e, em ato de estrito voluntarismo, buscou obter assento permanente. Ainda que válida como finalidade, a atuação capitaneada por Artur Bernardes (Melo Franco era o representante na LDN) não foi bem executada. O Brasil vetaria o ingresso da Alemanha na LDN, costurado pelos acordos de Locarno (1925) e sairia da organização no ano seguinte.

A Primeira República herdou contigenciamentos do Império, como questões de limite, e promoveu os primeiros passos do país no ativismo multilateral. A atuação de Rio Branco, nesse diapasão, foi marcante e ao chanceler é atribuída a gestação de princípios

diplomáticos em voga na PEB hodierna, como a cooperação com os vizinhos e a estabilidade regional. Nos anos 1920, exceto pelo voluntarismo ocasional, a diplomacia brasileira situou-se "Entre a Europa e a América" e obteve ganhos ocasionais, como a relativa aproximação com o Paraguai, sobretudo quando este país esteve sob a lógica do Gondrismo.

Igor Moreira Moraes – 29/30

Durante a Primeira República, a política exterior brasileira teve de se adequar às mudanças na balança de poder mundial, além de ser apta a refletir as mudanças internas do país. A aproximação dos EUA, consagrada no termo "aliança não escrita", de Bradford Burns, foi o ponto central de uma estratégia de solução das questões fronteiriças do país e de garantia de uma renovada projeção internacional. A cooperação maior com os países latino-americanos e a sucessão de importantes iniciativas multilaterais completam esse quadro da projeção do país.

A Proclamação da República trouxe à tona o impulso de "americanização" da política externa, antes esboçado no Manifesto Republicano. A aproximação dos EUA, a mais poderosa república hemisférica, foi, portanto, buscada por meio de um americanismo inicialmente ingênuo. Por esse motivo, na Conferência de Washington, a diplomacia republicana passa a apoiar as propostas estadunidenses, a exemplo do arbitramento obrigatório e a busca da redução geral de tarifas, no continente americano, propostas que eram opostas àquelas defendidas pela diplomacia imperial. A assinatura do Tratado Blaine-Mendonça foi outro exemplo indicativo dessa mudança estrutural da diplomacia brasileira, ao garantir tratamento preferencial ao açúcar brasileiro e a manutenção das preferências do café no mercado estadunidense. A denúncia desse tratado no governo Floriano Peixoto e o apoio dos EUA contra os insurgentes da Revolta da Armada indicaram, no entanto, que a incipiente república também demonstrou pragmatismo.

A "aliança não escrita" com os EUA tinha, portanto, uma racionalidade que ia além das meras semelhanças ideológicas. Os EUA eram o maior comprador do café brasileiro, já no começa da Primeira República e, em uma época na qual o Brasil tinha pendências lindeiras com países do chamado "eixo assimétrico" (Ricupero), aproximar-se dos EUA era uma forma de balancear melhor as possibilidades de atuação do Brasil frente a países como a França (Questão do Amapá) e o Reino Unido (Questão do Pirara). A abertura da embaixada em Washington é, nesse sentido, um símbolo do novo patamar das relações

entre os dois países, e a atuação do Barão do Rio Branco, com seu americanismo pragmático, consolidou o americanismo na política externa brasileira. A aceitação do corolário Roosevelt e o reconhecimento da independência do Panamá são exemplos que demonstram essa diretriz, que persistiria para além da gestão do Barão, como indica a vinda da Missão Naval dos EUA, após a Primeira Guerra Mundial e, para além da Primeira República.

A solução das questões fronteiriças era compreendida pelos dirigentes brasileiros como uma condição essencial para o fortalecimento da projeção internacional do Brasil e para a garantia da paz e da estabilidade na América do Sul. A primeira questão a demonstrar esse entendimento foi a Questão de Palmas contra a Argentina, na qual o árbitro, o presidente Cleveland, garantiu o pleito brasileiro de não ter a comunicação com o Extremo Sul do país prejudicada pela permanência de somente uma estreita faixa de terra. Além da aproximação dos EUA, de modo que este não estorvasse os pleitos brasileiros, destacou-se também a utilização do "uti possidetis" como critério de definição territorial, conseguindo o Brasil determinar adequadamente o curso do Peperi-Guaçu. O princípio do "uti possidetis" seria defendido em outros contenciosos com países como o Peru e a Colômbia, mas não o foi na Questão do Acre.

No caso do contencioso com a Bolívia o Brasil teve de demonstrar capacidade de adaptação e realismo às condições em que se encontrava, afastando o "uti possidetis", garantindo a terceiros países que futuras contestações seriam negociadas bilateralmente, além de afastar o Bolivian Syndicate por meio do pagamento de uma indenização. Essa resolução de questões fronteiriças fez o país fortalecer a cooperação com os países do entorno regional, sendo a concessão do condomínio da Lagoa-Mirim ao Uruguai um exemplo dessa disposição de evitar o confronto com os vizinhos. A assinatura do Pacto ABC, ainda que este tenha sido frustrado pela Argentina, e a articulação na Conferência de Niagara Falls, no qual Argentina, Brasil e Chile buscaram mediar controvérsias entre EUA e México, são demonstrações de um Brasil que vai ao encontro da América Latina como nunca antes, quando as rivalidades e as desconfianças da formação de uma liga antibrasileira eram tão grandes que atrapalhavam as possibilidades de cooperação.

A cooperação com os latino-americanos, no plano multilateral, era ainda predominantemente realizada segundo a perspectiva pan-americanista, na qual a influência dos EUA era marcante. A série de conferências pan-americanas que ocorreram durante a Primeira República foram, nesse sentido, fulcrais para o fortalecimento da solidariedade continental, tendo o Brasil sediado, em 1906, no Rio de Janeiro, uma destas

conferências, o que indicava a relevância dada a esse aspecto da cooperação hemisférica. O grande trunfo dessa série de conferências foi garantir um importante espaço de diálogo e solução de diferenças, ainda que essas conferências eram, por vezes, marcadas por controvérsias entre os países, a exemplo da Conferência de Santiago. Nesta, as divergências quanto à definição da paridade naval entre Brasil, Argentina e países como o Chile eram fatores de conflito, tendo sido o Pacto de Gondra importante para a valorização do recurso a soluções pacíficas.

Além do plano regional citado, a diplomacia multilateral brasileira também teve destaque no âmbito global, sendo a 2ª Conferência da Haia de 1907 e a atuação brasileira na Liga Das Nações reflexos de uma renovada projeção internacional brasileira. Na Haia, a defesa da igualdade jurídica das nações por Rui Barbosa revelou que o Brasil também passava a ter maior influência sobre os debates globais. Na Liga das Nações, como participante nas negociações pós-Primeira Guerra Mundial, por ter sido o único país latino-americano a participar do conflito, o Brasil garantiu assento na primeira composição do Conselho Permanente (sic) e a participação de Epitácio Pessoa na CPJI. Na LDN, no entanto, divergências entre a percepção do governo Bernardes sobre a posição brasileira no Conselho e a recusa em aceitar a Alemanha fizeram o Brasil deixá-la.

Em suma, a Primeira República foi um importante período de nova conformação estrutural da diplomacia brasileira. A "aliança não escrita" com os EUA mostrou-se, no longo prazo, acertada, e a cooperação, tanto no âmbito regional latino-americano quanto no âmbito da diplomacia multilateral global fortaleceram a projeção internacional de um país com fronteiras agora definidas.

Marina Carrilho Soares – 29/30

A transição do Império para a República trouxe consequências de monta não apenas para a condução da política interna, mas, também, para a formulação de diretrizes da política externa brasileira, como informa Rubens Ricupero. O período republicano ocasionou a alteração gradual do eixo diplomático nacional, que passaria da Europa para os Estados Unidos e culminaria na chamada "aliança não escrita" entre as duas maiores nações do continente, para tomar de empréstimo a expressão cunhada pelo historiador Bradford Burns. Também no que concerne à resolução de questões lindeiras a alteração de paradigmas foi expressiva, tendo a diplomacia republicana suplantado princípios que, por décadas, orientaram a ação externa do Brasil em suas relações com os vizinhos. É

pertinente, pois, considerar os eventos e as contextualizações que tornaram possíveis as transformações do perfil da diplomacia brasileira entre o final do século XIX e o início do XX.

A política externa imperial possuía como uma de suas principais características a ênfase no relacionamento com a Europa, com relativo distanciamento em relação aos países do continente. Única monarquia em meio a inúmeras repúblicas, o relacionamento entre Brasil e países americanos era caracterizado por desconfianças mútuas. O advento da República, ocorrido em um contexto em que os Estados Unidos se tornavam o principal parceiro comercial brasileiro, alteraria esse panorama. O imediato pós-Proclamação foi seguido pela adoção de um americanismo ideológico, que acompanhava os dizeres do Manifesto Republicano, os quais afirmavam a vontade de inserir-se como país de identidade americana. A alteração da conduta brasileira, nesse sentido, é exemplificada pela participação do país na Conferência Pan-Americana de 1889, realizada em Washington: a postura imperoal, relutante em aderir a maiores compromissos, sobretudo no que concerne à obrigatoriedade de arbitragem em conflitos entre nações continentais, foi suplantada pela concordância com as propostas estadunidenses.

A opção pelos Estados Unidos, ademais, tornar-se-ia cada vez mais viável ao longo das décadas, de forma que o americanismo ideológico ganharia contornos pragmáticos. No governo Floriano Peixoto, de intensas contestações internas e de crescente antagonismo com os países europeus, os Estados Unidos mostraram-se favoráveis ao presidente, em um momento crucial para o regime republicano: durante a Revolta da Armada, por exemplo, Washington ofereceu apoio fundamental para a derrota dos revoltosos, consubstanciada no envio da Esquadra Flint. No cenário externo, o imperialismo europeu também ensejava a desconfiança do governo brasileiro, que passou a perceber nos Estados Unidos uma parceria de relevo para a manutenção da integridade do país. O Acordo Blaine-Mendonça, de 1891, não obstante sua denúncia poucos anos depois, é também exemplar do rompimento das diretrizes imperiais - que, desde a década de 1840, desaconselhava tratados comerciais bilaterais - e da consolidação gradativa da aproximação com Washington.

Também no que concerne à solução de pendências fronteiriças foram observadas mudanças sensíveis nos princípios orientadores da política externa. Se no Império predominou uma abordagem que favorecia acordos bilaterais, embassados pelo princípio do uti possidetis facto, na República prevaleceu a adoção da via arbitral. A chancelaria do Barão do Rio Branco consolidou esse modelo, com a resolução das questões lindeiras com

Inglaterra e França, ainda que na controvérsia do Pirara o resultado tenha sido favorável aos ingleses - o único, deve-se ressaltar, em que o Brasil não teve seus objetivos logrados.

A obra do Barão do Rio Branco, ademais, representou a tentativa brasileira de fundar novas bases para o relacionamento com os países latino-americanos. O chanceler, reconhecido por seu pragmatismo, percebia a importância de fomentar maior cooperação com os países hemisféricos. Se tal cooperação apresentou certos reveses, como as controvérsias referentes a questões alfandegárias com a Argentina ou as disputas em torno do programa de reaparelhamento naval brasileiro, também teve iniciativas inéditas, como o Pacto do ABC, entre Brasil, Chile e Argentina, que previa uma espécie de condomíno para a administraçao da política regional. Deve-se atentar para o fato de que Buenos Aires não aderiria, naquele momento, à proposta. Foi apenas após o fim da era Rio Branco que o ABC atuaria em conjunto, ainda que informalmente, com destaque para a questão de Niagara Falls, nos anos 1910.

As diretrizes consolidadas no início do século XX sofreriam poucas alterações ao longo da Primeira República. Foi nesse período que o Brasil ensaiaria uma participação ativa nos fóruns multilaterais, tanto regionais quanto multilaterais. No âmbito regional, a participação nas conferências pan-americanas seguiria constante ao longo de todo o centênio. Cabe destacar que o pan-americanismo que teve êxito, no multilateralismo regional, foi aquele de matriz monroísta, em contraste com o bolivarista que, durante o Império, não suscitou maior entusiasmo. Nesse sentido, o advento da República ensejou maior participação brasileira em tais fóruns, ainda que, em certos momentos, tenha-se mantido em posição defensiva, como por ocasião da Conferência de Santiago, de 1923, quando o Brasil enfrentou a oposição e as desconfianças dos demais Estados quanto ao seu rearmamento.

A diplomacia multilateral global também se beneficiou do contexto republicano. A participação direta do Brasil na Primeira Guerra Mundial, ao lado das potências vencedoras, permitiu a participação do país na Conferência de Versalhes. A atuação multilateral brasileira ocorreria no âmbito da Liga das Nações, organismo no qual o governo brasileiro ocuparia assento não permanente em seu órgão decisor. Enquanto esteve na Liga, o Brasil manteve-se relativamente distante da política continental, como menciona o diplomata Eugênio Vargas Garcia. A decepção de 1926, com a saída histriônica do país da instituição após a entrada da Alemanha como membro permanente do conselho, inaugurou uma fase de certo retraimento geral do Brasil. Diante da necessidade de uma vitória no campo multilateral, desejado pelo governo Artur Bernardes, que governava em

estado de sítio em virtude das instabilidades políticas internas, o malogro fez que Washington Luís retornasse a atenção à América.

A Proclamação da República trouxe inovações, em matéria de política exterior, em comparação com as diretrizes imperiais. A aproximação aos Estados Unidos, as tentativas de maior cooperação com a América Latina e o pacifismo, consubstanciado na solução amigável de disputas, acompanhariam as determinações de política externa por largo período durante o século XX.

Pior resposta – 15/30

De acordo com Rubens Ricupero, existiram 3 transformações significativas na política exterior brasileira durante a primeira república. A substituição da Inglaterra pelos EUA como aliado preferencial, a solução das questões fronteiriças, facilitando a cooperação com outros países latino americanos e, por fim, uma atuação multilateral, tanto regional como global.

Os EUA representavam o principal mercado consumidor de café e, portanto, eram um parceiro relevante para o Brasil. O Barão do Rio Branco, com grande pragmatismo, eleva a missão diplomática em Washington à embaixada, nomeando Joaquim Nabucco como embaixador. A aproximação com os EUA tinha, também, um caráter defensivo, uma vez que Rio Branco temia o imperialismo europeu e esperava contar com o apoio americano em caso de necessidade. O alinhamento com os EUA não era, entretanto, automático. Na conferência de Haia de 1907 o Brasil adotou posição a favor da igualdade jurídica entre as nações, contrariando os americanos.

Essa "aliança não escrita" nos termos de Bradford Buens, trouxe benefícios quantificáveis ao Brasil. O apoio americano, conforme afirmam Clodoaldo Bueno e Amado Cervo, foi importante para que o Brasil cumprisse seus objetivos na conferência de Versalhes: garantindo o pagamento, pela Alemanha, dos valores relativos ao café armazenado antes da guerra e, igualmente, solucionando a questão do afretamento de navios alemães confiscados de forma favorável ao Brasil. A forma amigável com que se foi resolvida a questão do truste do café, que evitou uma queda drástica dos preços desse produto, também é resultado dessa "aliança não escrita".

A solução de conflitos lindeiros foi uma importante conquista da diplomacia da primeira república. A primeira questão a ser resolvida foi a referente ao território de

Palmas, na qual a arbitragem do presidente americano conferiu a maior parte do território ao Brasil. A questão do Piraru foi resolvida por arbitragem do rei Vitor Emanuel, da Itália porém, a maior parte do território foi conferido à Inglaterra, sendo considerada uma derrota para o Brasil. A questão da Guiana Francesa também foi resolvida por arbitragem, em que o presidente do conselho suíço reconheceu que o rio Oiapoque era o VincentePizon, conforme afirmou o Brasil, e não o Araguari, conforme defendia a França. A questão do Acre foi resolvida por meio de acordo bilateral, em que o Brasil comprou o território, cedendo um pequeno território da região do Mato Grosso, que deu acesso à Bolívia ao rio Amazonas, e se comprometeu a construir uma ferrovia ligando o rio Madeira ao rio Mamoré. Além de solucionar quase todas as questões lindeiras, Rio Branco buscou melhorar as relações com os países latino-americanos, propondo o pacto ABC. O ABC atuou de maneira a evitar uma guerra entre os EUA e o México durante a Conferência de Niagara Falls. O tratado do pacto, entretanto, não foi ratificado pelo parlamento argentino. Rio Branco buscou melhorar as relações com o Uruguai, cedendo o condomínio da Lagoa Mirim em 1907, o que agradou e muito os uruguaios.

Os primeiros lances da diplomacia multilateral brasileira ocorreram na Primeira República. Na Conferência Pan-americana de 1889, o Brasil buscou se alinhar aos EUA. A oposição de outros países latino americanos às propostas americanas inviabilizou a maior parte delas. Na Conferência de Haia, o Brasil teve papel de destaque, ao defender a igualdade jurídica entre as nações. Rui Barbosa, inclusive, recebeu o apelido de “águia de Haia”, devido às suas brilhantes exposições. A Participação do Brasil na primeira guerra e, posteriormente, sua adesão à liga das Nações se enquadram nesse contexto de maior atuação multilateral. A atuação do Brasil na Liga, entretanto, foi vergonhosa. Arthur Bernardes, contrariando os conselhos de inúmeros diplomatas, decidiu chantagear as grandes potencias, ameaçando vetar o ingresso da Alemanha na Liga, o que poderia arruinar todo o esforço diplomático do tratado de Locarno, caso o Brasil não se tornasse um membro permanente do conselho da organização. Esse jogo não funcionou e o Brasil se retirou da Liga. Na conferência de desarmamento de Santiago, o Brasil atuou de forma a garantir a aprovação de um tratado que reforçava a arbitragem como meio de solução de controvérsias e garantir que a proposta de congelamento das forças navais não fosse aprovada, o que evitou que o Brasil ficasse em situação de inferioridade perante a Argentina e o Chile que possuíam marinhas fortes devido à corrida armamentista entre ambos.

A política externa brasileira passou por inúmeras trans- formações ao longo da Primeira República. O Brasil aproximou-se dos EUA, solucionou a maior parte de suas questões de fronteira, melhorou sua relação com outros países latino-americanos e deu seus primeiros lances na diplomacia multilateral, obtendo sucessos mas também fracassos. Esse foi um período de grande aprendizado e experimentações para a diplomacia brasileira.

Questão 2

Na segunda metade dos anos 1950, Jango entrou no cenário político brasileiro com grande prestígio entre petebistas e sindicalistas, aproximando-os sob o ideário do trabalhismo e tecendo alianças com os grupos nacionalistas, de esquerda e o próprio PCB. Contudo, na primeira metade da década de 60 do século passado, os tempos eram outros: tempos de radicalização. Pactos, negociações e compromissos não estavam nos planos dos grupos reformistas. No confronto entre esquerda e direita, o regime liberal-democrático entrou em colapso. Março de 1964 significou duas grandes derrotas. A primeira, a dos valores e das instituições democráticas. A segunda, a do projeto nacionalista, reformista e estatista defendido pelos trabalhistas, comunistas e outras esquerdas. O projeto que se impôs com a derrota de ambos foi o conservadorismo liberal de vertente udenista.

Jorge Ferreira. João Goulart: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 686-7 (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, discorra a respeito da experiência republicana brasileira sob a vigência da Constituição de 1946 e seu colapso oficializado pela ruptura institucional de 1964.

Extensão máxima: 90 linhas [valor: 30,00 pontos]

Média: 29,2 amp. / 25,7 cotas negros.

Desvio padrão: 1,2 amp. / 3,1 cotas negros.

Anônimo – 30/30

Ao contrário do que sugere o senso comum, a República Liberal, sob a vigência da Constituição de 1946, foi um período de amplo engajamento popular na vida política do país. O embate entre o nacional-desenvolvimentismo e o liberal-conservadorismo repercutiu amplamente no Parlamento e na imprensa, de forma que os eleitores tiveram posições bem marcadas no espectro político da época, condizentes, aliás, com as transformações urbanas e industriais que o Brasil experimentou naquele contexto. Contudo, o acirramento da polarização levou à ruptura institucional provocada pelo golpe civil-militar de 1964.

No marco da Constituição de 1946, a "repartidarização" da vida política brasileira foi determinada pela conjuntura que determinou o fim do Estado Novo em 1945. A participação em defesa das democracias, na Segunda Guerra Mundial, evidenciou as contradições do regime varguista. Nesse sentido, o Manifesto dos Mineiros, em 1942, e o clamor pela realização do plebiscito previsto na Constituição de 1937 (em favor do qual se manifestava o próprio Francisco Campos), entre outros eventos, demonstraram a articulação de forças antivarguistas na política brasileira. No desenrolar da República Liberal, a União Democrática Nacional (UDN) deixaria de ser uma frente de oposição à continuidade do governo de Vargas e passaria a estar crescentemente associada ao liberal-conservadorismo [e a ser] defensora das forças de livre mercado e da associação ao capital estrangeiro.

O legado trabalhista, por outro lado, era favorável ao desenvolvimento da indústria nacional e, se preciso, à imposição de controles sobre a mobilidade de capitais externos. Além disso, defendia uma legislação garantista em relação a direitos sociais, sobretudo trabalhistas. Via de regra, essas forças encontraram expressão partidária mais nítida no PTB, herdeiro do varguismo. Esse foi o partido que mais rapidamente cresceu no final da República Liberal, sobretudo em razão do ritmo acelerado de urbanização e de industrialização do Brasil na época, o que engrossava as fileiras do operariado urbano.

O maior partido do período, contudo, foi o PSD, cujas origens estão intimamente associadas à força política dos interventores da era Vargas. Esse partido foi mais influente no campo, onde o mandonismo local permaneceu relevante. Por ter sido um partido de centro, em termos ideológicos, e em razão da representatividade de sua bancada, o PSD foi, em grande medida, responsável pelo grau de estabilidade dos governos da época, ditado pela capacidade de arregimentar apoio nesses grupos. Como aspecto complicador, os militares estiveram grandemente dispostos a intervir durante todo o período, o que é exemplificado pela identificação maior da Aeronáutica com a UDN e pela presença de militares de alta patente nos quadros do PSD. Todas essas referências são fundamentais para analisar as principais crises da República Liberal e o desfecho representado pela ruptura de 1964.

O governo de Eurico Gaspar Dutra (sintomaticamente, um militar eleito pelo PSD) foi estável do ponto de vista institucional, mas evidenciou o grau de polarização ideológica, por exemplo, por meio da contenção do comunismo. A bancada representativa do PCB e a votação relativamente significativa de Iedo Fiúza nas eleições presidenciais alarmaram a cúpula militar, que ilegalizou o partido sob o pretexto de críticas realizadas por jornal

soviético. Foi um governo em [que] predominou o liberal-conservadorismo, situação ameaçada pela eleição de Getúlio Vargas.

A gestão de Getúlio Vargas foi grandemente tolhida por um contexto de indubitável ascendência norte-americana no hemisfério e pela dificuldade de relacionar-se com um Parlamento polarizado. Embora tenha havido um esforço notável no sentido de cooptar os extremos do espectro político – como exemplificam, de um lado, a criação da Petrobras e a regulamentação da remessa de lucros e, de outro, o acordo militar de 1952 e o apoio à intervenção na Guatemala –, Vargas viu-se progressivamente isolado politicamente, até que a radicalização extrema da situação política, após o atentado da rua Toneleros, levasse à tragédia de 1954.

O suicídio de Vargas teve profundas repercussões políticas. Em nível analítico mais abrangente, a comoção popular ocasionada pelo "carnaval da tristeza" provocou maior aproximação do PSD em relação às forças de esquerda, notadamente o PTB. Ora, foi precisamente a eleição de Juscelino Kubitschek pelo PSD, tendo João Goulart, do PTB, como vice, que precipitou a articulação de Café Filho com as forças conservadoras da UDN e a chefia da Câmara dos Deputados (Nereu Ramos), para evitar a posse do presidente eleito. Nessa ocasião, a intervenção de Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, convicto defensor da legalidade, garantiu a continuidade democrática.

A polarização ideológica voltaria a ameaçar a estabilidade democrática após a renúncia de Jânio Quadros. A primeira ruptura ocorreu por meio da imposição do regime parlamentarista à gestão de João Goulart, acerto veementemente criticado por Leonel Brizola. Com o retorno do presidencialismo, em 1963, mediante plebiscito, ocorreu uma importante inversão que, na perspectiva da historiografia mais recente – como a obra de Jorge Ferreira –, foi decisiva para o desfecho de 1964. As forças progressistas, que, até então, haviam atuado em favor da legalidade, como visto, passaram a pressionar os limites constitucionais em favor das reformas de base. "Reforma na lei ou na marra", epitomizada pelos decretos de João Goulart relativos à reforma agrária, foi o lema que galvanizou a reação conservadora – após eventos como o discurso no Automóvel Clube e a interpretação de favorecimento de quebra da hierarquia militar pelos sargentos –, orquestrada pelas forças liberais domésticas com o auxílio do capital estrangeiro e das Forças Armadas.

Douglas Nascimento Santana – 30/30

A República liberal-conservadora (1946-1964) representa um dos mais conturbados períodos políticos da história brasileira. Projetos antagônicos de desenvolvimento do país opuseram-se em disputas eleitorais e, até mesmo, sob ameaça de uso da força, conforme atesta Jorge Ferreira. O grande eixo condutor das instabilizações do período é a rivalidade entre cosmopolitas e nacionalistas, que permeou os diversos âmbitos da sociedade e que, quando atingiu seu extremo, ampliou margem de ação para intervenções militares que romperam a ordem democrática.

O período de República Liberal inicia-se sob o comando de um general, Eurico Gaspar Dutra, que, de germanófilo no período pré-participação brasileira na Segunda Guerra, se tornou americanista no período pós-guerra em que foi presidente (1946-1951). O caráter anedótico dessas informações ilustra, contudo, as contradições que marcarão todo esse período republicano. O governo de Dutra promulgou a Constituição de 1946 que, inspirada na Constituição liberal brasileira de 1932, assegurava voto secreto, universal, embora mantida a restrição a analfabetos, e assegurava a participação política feminina.

O alinhamento automático do governo de Dutra aos interesses norte-americanos não foi capaz de assegurar os investimentos e os benefícios comerciais que a elite conservadora que o apoiava almejavam. Em consequência, a crise econômica nacional agravou-se com o déficit no balanço de pagamentos gerado com a abertura econômica, e as críticas nacionalistas exacerbaram-se. Configuravam-se os dois polos de disputas políticas, que persistiriam durante todo o período: cosmopolitas e nacionalistas.

Os cosmopolitas defendiam um projeto de desenvolvimento vinculado ao capital internacional, capaz de beneficiar empresariado e elites urbanas que lastreavam o apoio da UDN. Os nacionalistas, por sua vez, prezavam por maior controle do Estado na economia, de modo a orientar investimentos, câmbio, políticas salariais e setores prioritários de desenvolvimento, em atendimento aos interesses nacionais. Embora heterogêneo, o grupo nacionalista detinha apoio político do PSD e do PTB no parlamento, com coincidência de princípios também entre os militares.

Embora o governo de Dutra tenha alcançado o término no prazo legal previsto de cinco anos, seu insucesso na solução dos problemas econômicos nacionais vai abrir margem para o retorno de Getúlio Vargas e do projeto nacional-trabalhista. Nesse governo, as radicalizações de posições de cosmopolitas e nacionalistas inviabilizavam a formação de um governo de coalizão pelo presidente. Se, por um lado, Vargas tentava

atrair apoio cosmopolita celebrando o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, desagradava-os, por outro lado, com o aumento de 100% do salário mínimo e com a sanção da Lei de Remessas de Lucros. O mais simbólico evento das disputas parlamentares, que se reproduziam na imprensa e alcançavam a opinião pública, foi a "Campanha do Petróleo é nosso", que culminou com a nacionalização do refino e da exploração do petróleo pela Petrobrás.

O suicídio de Vargas, pressionado por ambos os lados, gerou ainda maior instabilidade institucional. Os militares, com apoio da ala udenista, não queriam aceitar a posse de novo presidente nacionalista-trabalhista, Juscelino Kubitschek. Ademais das radicalizações ideológicas, a ameaça de ruptura institucional pela força tornava-se crível. A defesa do legalismo pelo golpe preventivo da Novembrada (1955) permitiu a posse de JK, mas não apaziguou as posições extremadas.

JK estabeleceu um Estado de compromisso ao se conciliar com militares revoltosos, manter base nacional-trabalhista via João Goulart na vice-presidência e coaptar a ala mais moderada da UDN. A ala mais radical deste partido, sob a alcunha de "Banda de Música" e liderada pelo jornalista-parlamentar Carlos Lacerda (já profundamente envolvido na oposição ao nacional-trabalhismo e nos eventos do Atentado da Toneleros que levaram ao suicídio de Vargas), manteve, durante todo o governo JK, posição de enfrentamento, com denúncias de corrupção envolvendo os grupos executivos criados pelo presidente para suplantar entraves burocráticos.

Embora as consequências legais das apurações das Comissões Parlamentares de Inquérito não tenham sido significativas, elas criavam o clima de exaltação do problema da corrupção como a principal mazela brasileira a ser extirpada. A UDN explora politicamente os acontecimentos, via veículos de imprensa sob o controle da elite conservadora, como os jornais Diários Associados, O Globo, O Estado de São Paulo e Tribuna de Imprensa. A associação entre o governo nacional-trabalhista e as infrações jurídicas e atos de corrupção lastreou a campanha presidencial udenista de Jânio Quadros, que asseverava que "varreria" esses problemas do governo.

Disposições autoritárias de Jânio Quadros ("política dos bilhetinhos"), uma política externa autonomista (Política Externa Independente) e, até mesmo, excentricidades pessoais do presidente, em país cujo personalismo político exerce relevante impacto simbólico na definição de opiniões públicas, foram fatores que mitigaram o apoio político da UDN a este presidente. Por outro lado, a política econômica ortodoxa impedia que os

nacionalistas aderissem a suas posições. Sem apoio diante dos dois grupos rivais, Jânio Quadros renuncia.

A instabilização política alcança seu extremo durante o governo do nacionalista-trabalhista João Goulart. Os cosmopolitas da UDN, apoiados em bases parlamentares pela Aliança Parlamentar Democrática, com suporte ideológico no IBAD e IPES, e com base social no empresariado e na classe alta, almejam depor o presidente a qualquer custo. Os nacionalistas, com retaguarda da Frente de Mobilização Popular no Parlamento, ideologia isebiana e apoio de trabalhadores, Ligas Camponesas e classes médias urbanas, visam a impor as Reformas de Base mesmo contra a vontade dos congressistas. Em ambiente de tensão política e intenções de ruptura institucional de ambos os lados, conforme atesta Daniel Aarão Reis Filho, a ocorrência de golpe político tornava-se provável.

A intervenção militar de 1964 é a culminância de um contexto de radicalização política que caracterizou toda a República Liberal e envolveu a classe política, a imprensa, a população e instituições civis. Exemplos históricos auxiliam na busca da moderação política como meio de perpetuar a democracia no Brasil.

Santiago Pinto – 30/30

A experiência republicana brasileira sob a vigência da Constituição de 1946 nasce sob o signo da redemocratização do país, após a ditadura estadonovista. A permanência do regime fechado de Getúlio Vargas tornava-se insustentável em face da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, contra o nazi-fascismo. Nesse contexto, Vargas buscou conduzir a abertura política através de modificações legislativas, especialmente com a Lei Agamenon Magalhães, mas não logrou sucesso em manter-se no poder, apesar do movimento queremista que se esboçava nas ruas do país. A trajetória de 1946 ao golpe militar de 1964 foi marcada pela radicalização e pela esquizofrenia das principais forças políticas do país, levando à ruptura completa da legalidade com a deposição de João Goulart.

Os anos iniciais da República Liberal mostrariam o quão tormentosa seria a trajetória democrática do Brasil, nos quais as forças militares passariam a exercer o papel de “fiel da balança” nas disputas pelo poder. Eurico Gaspar Dutra havia sido ministro da guerra durante o governo Vargas e seria apoiado por ele quando o queremismo se mostrou inviável com o avanço da candidatura udenista do Brigadeiro Eduardo Gomes. Eleito,

contudo, Dutra rompeu relações com a URSS e cassou o registro do Partido Comunista Brasileiro, que fortalecera seu desempenho eleitoral. O contexto, como descreve Gérson Moura, era de um "anticomunismo autóctone".

Assim, na condição de "fiel da balança", os militares passariam a exercer a função de "termômetro eleitoral", com destaque para as eleições do Clube Militar. Coincidindo com a campanha pela volta de Getúlio Vargas ao poder, em 1950, numa aliança costurada pelo PTB com Adhemar de Barros para lançar Café Filho como vice-presidente, ocorreu a eleição de Estillac Leal para o Clube Militar. Getúlio ficaria contente com o resultado do "termômetro eleitoral" e chamaria Estillac Leal para o Ministério da Guerra. Em 1952, todavia, com a assinatura do Acordo Militar com os EUA, Estillac Leal pede demissão, sendo substituído por Ciro do Espírito Santo e, posteriormente, por Zenóbio da Costa. A saída de Leal do governo retira sustentabilidade militar a Vargas, que assiste ao avanço da Cruzada Democrática nas eleições do Clube Militar em 1952, com a vitória de Canrobert Pereira da Costa e Juarez Távora (o qual disputaria as eleições presidenciais em 1955).

Aparentemente, na República Liberal o apoio militar era uma garantia para o término do mandato presidencial. Os únicos que o fizeram foram Dutra (ele próprio um militar) e Juscelino Kubitschek, que tinha a sombra de Henrique Teixeira Lott como proteção. Assim, quando Vargas assiste ao lançamento do Manifesto dos Coronéis, a hierarquia militar já não poderia garantir seu mandato. A saída encontrada para a sentença emitida pela República do Galeão (após o assassinato do Major Rubens Vaz) seria o suicídio, adiando o golpe orquestrado pelos setores mais conservadores por mais dez anos.

No mundo cultural e intelectual, vivia-se o desabrochar da obra dos modernistas, podendo-se cogitar inclusive da hegemonia das esquerdas nesses debates, conforme Angélica Madeira e Mariza Velloso. Fruto de reuniões do Grupo de Itatiaia, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) seria fundado e passaria a discutir o nacional-desenvolvimentismo como estratégia política do Estado. Em 1958, o Brasil ganharia a primeira Copa do Mundo de futebol, e o progresso do Plano de Metas fazia crer que o país do futuro finalmente teria alcançado seu lugar de destaque.

Ocorre que o trabalhismo nunca fora aceito pelo conservadorismo liberal de vertente udenista. Esse partido sempre contestou os resultados das urnas quando não alcançava a vitória. Carlos Lacerda utilizava-se do seu Tribuna da Imprensa para propagar o mote de que seus adversários não deveriam tomar posse, governar ou terminar seus mandatos. No confronto de ideias e ideologias, os grupos de extrema direita passariam a se

organizar no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e no Instituto de Pesquisa Econômica e Social (IPES), que visavam a desestabilizar governos que se mostrassem favoráveis a projetos associados à esquerda.

Ao longo da República Liberal, os partidos políticos também sofreram com a "esquizofrenia legislativa", pois o PTB viu-se forçado a aprovar o mencionado acordo militar de 1952, enquanto a UDN adotou postura mais nacionalista que o próprio Vargas na criação da Lei 2004/53, que estabeleceu a Petrobrás. Essa esquizofrenia levou a Banda de Música de Carlos Lacerda a apoiar Jânio Quadros na disputa com o pessedista Henrique Teixeira Lott. Nas eleições de 1960, Jânio ganhou juntamente com João Goulart para vice, mas o que é pouco discutido são as vitórias estaduais de Magalhães Pinto em Minas Gerais e de Carlos Lacerda na Guanabara, demonstrando a ascensão do conservadorismo em setores da sociedade brasileira.

Em 1962 ocorrem novas eleições para renovar a totalidade da Câmara dos Deputados, dois terços do Senado Federal e os governos estaduais, como no Rio Grande do Sul. Nesse estado, Leonel Brizola deixa o poder após ter conduzido a Campanha da Legalidade para a posse de João Goulart em 1961. No Congresso, o PTB apresenta um desempenho extraordinário, conquistando quase o mesmo número de cadeiras que o PSD. Isso explica como foi possível aprovar, em 1963, a instalação de duas CPIs que investigariam o financiamento externo do IBAD e do IPES.

Mais importante, em linha com o argumento aqui desenvolvido sobre o papel dos militares como "fiel da balança", foi a volta da Cruzada Democrática ao poder no contexto do Clube Militar, nesse mesmo ano de 1962. O quadro de radicalização estava, portanto, formado com Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul governados por forças conservadoras; o Clube Militar sob um viés antitrabalhista; e uma grave crise econômica decorrente do superendividamento de Juscelino Kubistchek. O país estava em movimento, mas a desestabilização promoveria uma ruptura institucional grave, com expurgos no próprio Itamaraty, como no caso de Antonio Houaiss, cuja defesa histórica deve ser relembrada.

André Nassim de Saboya – 30/30

A partir do fim do Estado Novo em 1945 e com a vigência da Constituição de 1946, iniciava-se a nova era democrática no país. A República Liberal erigia-se a partir da

modernização empreendida pela Era Vargas, com a estruturação da máquina burocrática e com a industrialização promovida pelo Estado, mas voltava-se, nesse momento, para abertura do Estado às pressões sociais e ao jogo político-eleitoral das democracias liberais. A experiência republicana-liberal, que terminou abruptamente em 1964, foi o resultado de uma sociedade em constante transformação e pelo combate de forças opostas que emergiam do seu centro.

A primeira grande transformação refere-se ao binômio industrialização-urbanização. O desenvolvimento industrial atraiu mão de obra para as cidades e fortaleceu a emergência de uma classe operária, cada vez mais engajada politicamente, e de uma classe média, que também se fazia representar enquanto o poder das oligarquias rurais continuavam a decrescer. Como resultado dessa transformação, o PTB, partido com origem no varguismo e ligado às classes trabalhadoras, ganhou cada vez mais popularidade, conseguindo eleger cada vez mais deputados nas sucessivas eleições. A UDN, partido conservador, ligado às classes médicas urbanas, também se fortaleceu e tornou-se um dos principais partidos da República Liberal. O PSD, por sua vez, partido ligado ao varguismo, porém associado às antigas oligarquias, enfraqueceu-se no período, abrindo margem para uma crescente radicalização entre os dois partidos já citados.

A segunda grande transformação foi a redefinição do papel dos militares na configuração de forças do novo período democrático. Se ao longo da Era Vargas os militares assumiram o comando direto da máquina pública, a partir da redemocratização a classe castrense seria o fator de instabilidade da República Nova – como afirma José Murilo de Carvalho. Com integrantes democráticos e legalistas, como Henrique Teixeira Lott, que promoveria a Novembrada para preservar a continuidade da República; nacionalistas, como Estillac Leal; ou liberais-udenistas, como Bizarria Mamede, que promoviam o golpe contra governantes considerados populistas – Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart – as Forças Armadas seriam mais um elemento a contribuir contra a estabilidade da república.

A terceira transformação refere-se à internalização das disputas ideológicas no contexto da Guerra Fria e afetaria as mudanças sociais já descritas anteriormente. Em meio ao contexto de radicalização ideológica, sindicatos, militares nacionalistas, políticos reformistas, como João Goulart, ou acadêmicos soberanistas, como aqueles reunidos no Iseb, eram recorrentemente taxados de esquerdistas ou populistas, por setores da direita. Enquanto isso, militares americanistas, políticos conservadores, como Carlos Lacerda, empresários ligados ao capital estrangeiro e acadêmicos liberais, como aqueles reunidos no

Ibad, eram pejorativamente chamados de entreguistas ou, quando golpistas, de gorilas por setores da esquerda.

As fissuras internas da República Liberal se agudizavam à medida que os setores populares lutavam por mais direitos contrariamente aos interesses do empresariado, ou quando governos mais populares buscavam atender as demandas da classe trabalhadora. A tentativa de golpe contra Vargas, alguns meses depois do aumento de 100% do salário mínimo, ou o golpe de 1964 contra as reformas de base de Goulart, são exemplo disso. Ademais, as alianças de setores das forças armadas com grupos políticos divergentes também esgarçavam a estabilidade institucional, como o episódio da República do Galeão claramente revela pela proximidade de setores da Aeronáutica com o udenismo. Ao mesmo tempo, as preocupações de ordem externa, relacionados à Guerra Fria, também contribuíram para a quebra de institucionalidade, como se revela pelo apoio logístico dos Estados Unidos ao Golpe de 1964.

Frente a todos esses problemas, somente dois presidentes eleitos conseguiram terminar seus mandatos, ambos do PSD. O conservador Eurico Dutra assumiu ainda no começo da República e, apesar do grande apoio legislativo, valeu-se da repressão contra sindicatos e comunistas durante seu tempo no poder. Já Juscelino Kubitschek conseguiu por mais tempo a conciliação entre forças divergentes: tinha o apoio do Congresso, de Lott, não reprimia os sindicatos ou os comunistas e garantiu vultosos lucros ao empresariado com o Plano de Metas.

Desse modo, verifica-se que a derrota do projeto democrático e reformista e a vitória do projeto liberal-conservador com o Golpe de 1964 – como afirma Jorge Ferreira – não ocorreram por acaso. A estabilidade da República Nova era extremamente frágil, baseada no equilíbrio possível entre forças políticas divergentes, forças sociais antagônicas, setores militares distintos e ideologias radicalizadas, e despreparada para as fortes transformações do período.

Pior Questão – 22/30

A experiência republicana de 1946-1964 por vezes é questionada quanto a seu caráter efetivamente democrático. Seus críticos afirmam que os episódios de ruptura ou tentativas de ruptura da ordem ocorridos nesse interregno, bem como a manutenção de certas estruturas de restrição da participação popular não permitiriam essa classificação.

O exame de alguns aspectos e eventos que marcaram o período permitem uma outra interpretação.

Os principais partidos políticos que disputaram o poder no período foram criados em 1945, sob a lei Agamenon Magalhães, que determinava que os partidos deveriam ser nacionais. Surgiram, assim, a UDN, associada às oligarquias rurais; o PSD, partido de centro, cujas bases estavam, mormente, no interior; e o PTB, associado aos interesses do proletariado urbano. O PCB deixaria a ilegalidade nesse ano, sendo Luiz Carlos Prestes o senador eleito com o maior número de votos na constituinte de 1946. O país vivia, naquele momento, um rápido processo de urbanização, particularmente intensificado no período JK.

É verdade, por um lado, que o interregno 1946-1964 foi marcado por episódios de ruptura ou quase ruptura da ordem que tornam compreensíveis algumas das afirmações de que o período não foi democrático. O suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, em meio à radicalização crescente entre "nacionalistas" e "entreguistas", que se fazia sentir no Parlamento (como nas discussões sobre a criação da Petrobras com a presença de capitais estrangeiros) e mesmo no seio das Forças Armadas (como no episódio da saída de Estilac Leal do Ministério da Guerra, quando da assinatura do Acordo Militar com os EUA, em 1952), é um exemplo. Igualmente, a necessidade de um contragolpe, em novembro de 1955, para garantir a posse de Juscelino Kubitschek, a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, a adoção do parlamentarismo durante o governo João Goulart, visto por muitos como um “golpe branco” contra o representante do Executivo, assinalam certa instabilidade democrática. Não faltou, ainda, no período, a perseguição a partidos e parlamentares, como a ilegalidade do PCB em 1947 e a cassação de Prestes nesse mesmo ano.

Por outro lado, o período 1946-1964 também foi caracterizado por avanços não negligenciáveis para a promoção da experiência democrática. Em que pese a Carta Magna de 1946 ter mantido o veto ao voto dos analfabetos (introduzido nos anos de 1880 e preservado até a constituição Federal de 1988), vale lembrar que o período se caracterizou por um intenso processo de urbanização que contribuiu para a expansão do ensino básico e consequente diminuição das taxas de analfabetismo. O resultado foi notório nas urnas, em que se verificou um eleitorado cada vez mais expressivo.

Outro fato que corrobora a ideia de que a República Liberal foi uma experiência democrática legítima diz respeito à própria mobilização que se verificou na sociedade brasileira. Temas como as reformas progressistas propostas por João Goulart e a própria Política Externa Independente estabelecida a partir de 1961 eram motivo de acalorados

debates no parlamento (onde geravam significativas clivagens transpartidárias, como se verifica na formação da Ação Democrática Nacional e da Frente Nacional Parlamentar) e também nas ruas. Foi nas ruas, aliás, que mobilizações populares como as dos Comícios da Central de 13/3/1964 e a Marcha de 19/3/1964 demonstraram que o povo já não se conformava em "assistir bestializado" às vicissitudes políticas do país. À esquerda ou à direita, manifestava sua opinião.

O interregno republicando 1946-1964, efetivamente, foi marcado por episódios de ameaça às instituições democráticas, mas pode-se argumentar que mesmo democracias sólidas viveram, nesse período, ameaças semelhantes (vide as perseguições no âmbito do Macarthismo nos EUA). É preciso reconhecer, porém, que o período apresentou mudanças substanciais na vida política nacional que permitem caracterizá-lo como uma experiência legitimamente democrática. O estabelecimento de partidos nacionais (em lugar dos partidos regionais que caracterizaram a Primeira República), com bases programáticas mais definidas; a crescente participação popular nas urnas, graças, sobretudo, ao avanço da urbanização e da alfabetização; a mobilização social em torno de temas tradicionalmente insulados da vida pública brasileira, como verificado nos debates acerca da política externa independente, corroboram essa perspectiva.

Questão 3

Tendo em vista que o longo processo de abolição, que resultou na assinatura da Lei Áurea em 1888, contou com importantes marcos legais a partir de 1850, discorra sobre essas peças legislativas, sobre as discussões em torno da aprovação de cada uma delas e sobre seus desdobramentos imediatos.

Extensão máxima: 60 linhas [valor: 20,00 pontos]

Média: 15,8 amp. / 13,3 cotas negros.

Desvio padrão: 2,6 amp. / 3,0 cotas negros.

Rafael Spirandeli Galera – 20/20

O longo processo de abolição contou com importantes marcos legai que foram, aos poucos, diminuindo a importância da escravidão na sociedade brasileira e, por fim, resultaram na abolição da escravidão. Entre os marcos mais importantes merecem citação: a proibição definitiva do tráfico de escravos, de 1850; a Lei do ventre livre; a lei dos sexagenários e, por fim, a lei Áurea.

A proibição do tráfico, de 1850, insere-se no contexto geopolítico conturbado desse ano. A armada da Inglaterra, após o fim da intervenção no Uruguai, estava livre para fazer valer a Bill Aberdeen, combatendo o tráfico de escravos.

O Brasil preparava-se para intervir no prata contra Oribe e Rosas e, portanto, desejava evitar conflitos com a Inglaterra. Além disso, a enorme importação de escravos nos anos anteriores implicava numa menor oposição dos fazendeiros ao fim do tráfico. Esses fazendeiros, inclusive, estavam, em sua maioria endividados com os traficantes e não ofereceram resistência à proibição do tráfico. Não houve, portanto, grandes polemicas no parlamento e a lei foi aprovada com facilidade.

A aprovação da Lei do ventre livre, entretanto, foi muito mais polêmica. Desde o fim da guerra do Paraguai, o Imperador deixou claro que desejava aprovar uma lei desse gênero. Muitos gabinetes fracassaram na tentativa de aprovar essa lei. O gabinete do Visconde do Rio Branco, do partido conservador, foi capaz de aprovar a lei em 1871, que deixava todos os escravos nascidos apartir de então livres. Rio Branco foi capaz de aprovar a lei pois obteve o apoio dos conservadores do nordeste, que já não eram tão dependentes

da mão de obra escrava, e de parlamentares que eram funcionários públicos e, portanto, mais vulneráveis às pressões do executivo. Os conservadores do RJ e de SP, entretanto, foram, em sua maioria, contra. Essa lei não teve consequencias práticas, já que os filhos de escravos permaneciam sob a tutela de seus antigos mestres e poucos realmente foram libertos. Politicamente, entretanto, essa lei alienou muitos apoiadores da monarquia, que, posteriormente, viriam a fortalecer o movimento republicano. A lei dos sexagenários, que libertou escravos idosos, não teve, igualmente, efeitos significativos.

A Lei Aurea libertou todos os escravos e não previa nenhuma indenização aos antigos donos. A lei foi aprovada com facilidade no parlamento, sofrendo a oposição pouco significativa dos conservadores do RJ. Essa lei teve importantes consequências políticas uma vez que alienou um dos principais pilares de sustentação da monarquia: os cafeicultores do Vale do Paraíba. Muitos deles passaram a apoiar o movimento republicano, esperando, em vão, obter indenização pela perda dos escravos.

O processo de abolição foi, aos poucos, enfraquecendo a monarquia. As leis do ventre livre e Áurea enfraqueceram significativamente a base de sustentação do regime monárquico, que era a classe de latifundiarios, especialmente os voltados para a exportação. A lei do Ventre livre foi percebida como um capricho do Imperador e uma intervenção indevida do poder moderador nos assuntos parlamentares.

A lei áurea, por fim, alienou um dos poucos setores que ainda apoiavam fortemente a monarquia: os barões do café, abrindo caminho para a proclamação da República.

Rodrigo Bertoglio Cardoso – 19/20

Pode-se considerar que o processo de Abolição, que culminou em 1888, com a aprovação da Lei Áurea, tem raízes em 1850, quando da promulgação da Lei Eusébio de Queiroz. Os condicionantes para a proibição efetiva do tráfico são diversos e comportam debate historiográfico acerca de qual teria predominado: externamente, a Inglaterra, por força do Bill Aberdeen, caçava os navios negreiros brasileiros, ao passo que, internamente, havia preocupações econômicas (endividamento junto aos traficantes), sociais (natureza desumana do tráfico e da escravidão) e de segurança pública (medo do haitianismo). Independentemente do motivo exato de sua publicação, a Lei Eusébio de Queiroz logrou, a um só tempo, acabar definitivamente com o tráfico e acender o debate sobre a Abolição,

que se intensificou na década de 1870: criaram-se panfletos, clubes e "meetings" abolicionistas, bem como o movimento foi-se polarizando entre facções moderadas, lideradas por Joaquim Nabuco, e radicais, encabeçadas por José do Patrocínio.

Após 1850, três leis mobilizaram os ânimos públicos acerca do abolicionismo: a Lei do Ventre Livre, em 1871; a Lei dos Sexagenários, em 1885 e a Lei Áurea, em 1888. A Lei do Ventre Livre foi, em grande medida, um projeto de iniciativa do Imperador D. Pedro II, que havia não somente prometido à Liga Francesa de Emancipação que abordaria o tema após a Guerra do Paraguai, como também havia pautado o assunto na Fala do Trono de 1867 e encomendado esboços de projetos de lei a Pimento Bueno. A resistência dos gabinetes a debater o tema era fundamentada: tratava-se de ideia contrária aos interesses das elites escravocratas, incluídos os cafeicultores, o que motivou o monarca a colocar o Visconde do Rio Branco à frente do Conselho de Ministros. Com a incumbência explícita de fazer aprovar a lei que libertasse os nascituros, Rio Branco (pai) retomou projeto baseado no estudo de Perdigão Malheiro, A Escravidão no Brasil, a fim de aprovar a Lei do Ventre Livre, que libertava os filhos de mão escrava, ainda que a tutela do "ingênuo", até os 8 anos, permanecesse com os senhores de sua mãe. Atingida essa idade, o proprietário poderia optar por libertar a criança, com indenização advinda do Fundo de Emancipação, criado para esse fim, ou usar os serviços da criança até os 21 anos. Criava-se, ainda, um sistema de matrícula obrigatória dos cativos, cuja não inscrição ensejaria sua libertação. A aprovação da lei foi difícil, sujeita à polêmica, e o governo fez prevalecer sua vontade não apenas pela ação obstinada de Rio Branco, como também como pelo apoio dos funcionários públicos (dependentes do governo). Ainda assim, a aprovação criou uma clivagem Norte-Sul, entre estados que já não tinham número significativo de cativos, e os que o possuíam. A aprovação levou, ainda, à incompatibilização entre a elite fundiária e a Coroa.

A Lei dos Sexagenários, por sua vez, foi aprovada em 1885, e foi, novamente, obra de iniciativa imperial. Ainda que D. Pedro II tivesse estimulado o gabinete liberal Sousa Dantas a apreciar a matéria, este não obteve sucesso: primeiro, tratou de a defender o Parlamento, mas a vigência da Lei Saraiva levou à constituição de uma maioria liberal ainda menor; acabou, então, caindo o gabinete Souza Dantas, dando espaço à liderança de Saraiva. Este, em arranjo com os conservadores, logrou aprovar o projeto na Câmara, renunciando três meses após a posse e abrindo caminho para o retorno dos conservadores. O gabinete Cotegipe terminou o processo de deliberação legislativa, ao aprová-la no Senado com clivagem semelhante ao de 1871 e renovados protestos das elites fundiárias, que argumentavam que a Coroa conspirava contra seus interesses. Aprofundou-se, pois, o

divórcio entre o monarca e as elites do Império. A Lei dos Sexagenários, contudo, era deveras moderada: libertava escravos acima de 60 anos, devendo estes trabalhar para seu antigo senhor, a título de indenização, por três anos, ou até que completassem 65 anos. Discutiam-se, igualmente, a proibição do tráfico interprovincial e a ampliação do Fundo de Emancipação. Conquanto modestos, as medidas antagonizavam a classe proprietária, entre outros motivos por considerarem que a atribuição de direitos aos escravos era contrária à ordem social existente.

Em paralelo ao desenvolvimento do tema no Parlamento, ocorreu a evolução do movimento abolicionista, que influenciou e foi influenciado pelas leis aprovadas. A partir da Lei do Ventre Livre, ganhou força a causa abolicionista, tanto entre aqueles, como Nabuco, que desejavam uma emancipação gradual com indenização, como entre aqueles que desejavam a radicalização do movimento, como Antônio Bento de Souza Costa, que, sob os auspícios dos caifases, auxiliava, desde 1882, a fuga e a sublevação de negros cativos. Sob inspiração da campanha das camélias, as elites urbanas passaram a tolerar as fugas. Nabuco foi à Europa promover a causa abolicionista, enquanto João Clapp ajudou a fundar a Confederação Abolicionista, em 1883. O Pará e o Maranhão aboliram a escravidão em 1884; em 1887, após breve "Eclipse do Abolicionismo", conforme chamou Nabuco, o clube militar enviou petição à princesa Isabel, para que parassem de caçar escravos fugidos. Com a Guarda Nacional praticamente inoperante, acabavam os mecanismos coercitivos que viabilizavam a escravidão. Com dois artigos, a Lei Áurea acabou com o regime escravista sem qualquer indenização, em 1888.

A Abolição, no Brasil, teve extensas repercussões. Politicamente, conquanto tenha levado à grande popularidade de Isabel, inclusive com a criação de uma guarda negra, a Abolição representou a crise derradeira da "dialética da ambiguidade" que afastava, crescentemente, as elites da monarquia, o que explica o fortalecimento do republicanismo. Socialmente, a Abolição não previu medidas de inclusão social do negro, reforçando desigualdades.

Marianna Brück Goulart – 19/20

Na segunda metade do século XIX, o movimento abolicionista passou a acontecer também nos tribunais. Diversas leis baseadas na postura emancipacionista que adotara o Império pautarão processos de negros nas Cortes, muitas vezes defendidos por brancos da elite pertencentes ao Partido Liberal. A lei Feijó, de 1831, por exemplo, deixou de ser "para

inglês ver” a partir da segunda metade do século, quando negros a usavam para basear sua liberdade, alegando que haviam ingressado no Brasil após a abolição do tráfico e que eram, portanto, livres. Nesse contexto, cabe analisar as principais peças legislativas que culminaram na lei Áurea, a partir de 1850.

Em 1850, respondendo aos imperativos internos de ameaça à lavoura pela exacerbação do tráfico enquanto atividade econômica (sabendo que o fim do tráfico era questão de tempo, os senhores se endividaram em larga escala com traficantes), de haitianismo e de necessidade de deslocar a Marinha Imperial do Atlântico, onde se combatiam navios britânicos sobretudo após a exacerbação da Bill Aberdeen em 49, para o Prata, onde Rosas ameaçava a integridade territorial brasileira, promulga-se a lei Eusébio de Queirós. Sua aprovação atrasou-se devido à reação popular à Bill de 45, pois o Império, embora já intencionasse a abolição efetiva do tráfico, viu-se pressionado pelo povo a não tomar atitude aparentemente subserviente à Inglaterra. A lei Eusébio de Queirós implicou a lei da terra, em 19 de setembro de 1850, bem como o aumento da mão de obra imigrante na lavoura.

Duas décadas depois, no gabinete conservador de Rio Branco, aprova-se a lei do ventre-livre. Expoente do emancipacionismo adotado pelo Império, essa lei foi bastante criticada no Parlamento pelos abolicionistas: o Senador Nabuco, por exemplo, acusava a lei Rio Branco de não cuidar das gerações atuais, apenas das futuras. Essa peça legislativa, no entanto, trouxe em suas entranhas o reconhecimento do escravo como sujeito de Direito, o que irá pautar processos por maus-tratos, fixações da alforria, entre outros. Destaca-se que a lei do ventre-livre insere-se no que Angela de Castro Gomes chama sequestro da agenda liberal pelos conservadores, o que leva aqueles a radicalizarem suas demandas e a diversificarem suas formas de atuação, na geração de 1870: busca-se a abolição e a República, pois.

Na década de 1880, aprova-se a lei Saraiva-Cotegipe. Inicialmente proposta por Saraiva, a lei previa que escravos com mais de 60 anos seriam livres. A oposição dos senhores de terras levou Cotegipe a propor o aumento da idade para 65 anos. Mais uma vez, os abolicionistas criticarão, dizendo que pouquíssimos escravos sequer atingiam tal idade.

Em 1888, a lei Áurea diluiu a aliança entre elites políticas, grande comércio e grande lavoura que se desenhara em 1837 e se consolidara em 1850. João Luís Fragoso explica que essa aliança sustentara um projeto Monarquista, unitário, centralizador e de baixa representatividade. Quando as elites políticas, certas de que a escravidão acabaria e,

portanto, ciosas da manutenção do status quo, abolem a escravidão, a aliança se desfaz e o projeto se erode. Mesmo a cafeicultura paulista, frequentemente retratada como moderna e pautada pela mão de obra imigrante, era escravista, como comprova o Congresso dos Cafeicultores de 1878 e o fato de o Oeste de SP só ter começado a receber imigrantes, de fato, nos anos 80.

Se a lei Eusébio de Queirós foi essencial para a consolidação do Estado Saquarema (mesmo quando havia Luzias no poder), a lei Áurea, 38 anos depois, foi o gatilho de seu colapso. O emancipacionismo adotado pelo Estado não acabou gradualmente só com a escravidão - levou, também, ao fim gradual do próprio Império.

Sarah de Andrade Ribeiro Venites – 19/20

Se a questão do "tráfico de almas" foi tema de tensões internacionais entre Brasil e Inglaterra, a questão da abolição da escravatura foi processo eminentemente interno. Já no período da Independência, José Bonifácio propunha projeto de abolição gradativa do trabalho escravo e de transição para o trabalho assalariado. O projeto das elites, no entanto, era outro – e foi este que prevaleceu.

Houve, ao longo do século XIX, tentativas de abolição do tráfico de escravos. Convênio assinado com a Inglaterra, em 1826, ratificado em 1827, previa o fim do tráfico em três anos (1830). O Regente Diogo Feijó aprovou, em 1831, lei que extinguia o tráfico, mas foi inócua, ficando conhecida como "lei para inglês ver". Como o suprimento de mão de obra escrava permanecia existindo, pouco ou nenhum incentivo tinham as elites escravocratas em abolir o trabalho escravo.

Apenas em meados do século XIX, o Estado brasileiro se consolida a ponto de poder fazer frente aos interesses das elites. Em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz extingue, de fato e de direito, o tráfico negreiro para o Brasil. A decretação do Bill Aberdeen pela Inglaterra, em 1845, havia feito crescer o suprimento de mão de obra escrava. Discute-se, na historiografia, se essa seria uma das razões para que a Trindade Saquarema pudesse fazer valer a lei – afinal, o problema da mão de obra não seria imediato.

Também em 1850 são criados a Lei de Terras e o Código Comercial, além de ser reformada a Guarda Nacional, reduzindo-se o poder das oligarquias locais. Esse conjunto de marcos legais tem o condão de lidar com o excedente de capital que seria liberado do tráfico e com as novas condições de trabalho remunerado, restringindo-se o acesso à terra.

Com a Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870, o tema da escravidão ganha relevância. Muitos escravos haviam lutado pelo Brasil, e o Exército ganha consciência de seu papel na sociedade. As discussões sobre a abolição ganhavam as ruas, mas, em contraste com o silêncio do Manifesto Republicano sobre a questão, partiu da Coroa a iniciativa da Lei do Ventre Livre, de 1871.

Para fazê-la aprovar, foi preciso nomear um novo gabinete. A tarefa coube ao Visconde do Rio Branco, à frente do gabinete mais duradouro do Segundo Reinado. A nova lei previa a possibilidade de compra da alforria pelo escravo, antes fruto da discricionariedade do proprietário. Com isso, abriu precedente para que os escravos pudessem ir à justiça exigir sua libertação mediante pagamento. Os abolicionistas passaram a comprar alforrias. No interior do país, movimentos como o dos caifazes, no interior de São Paulo, ganhavam cada vez mais força e visibilidade.

Já na década seguinte, foi aprovada a Lei dos Sexagenários, que previa a libertação dos escravos aos 60 anos. A medida foi bem recebida por alguns, mas muito criticada pela maioria dos abolicionistas, por ser virtualmente ineficaz. A expectativa média de vida de um escravo era muito inferior, o que tornava morta a letra da lei. A discussão sobre a abolição, ainda assim, é favorecida. Não se tratava mais de "se" haveria abolição, mas de "como" ela aconteceria.

E aconteceu em 1888, sem indenização e por meio de poucas palavras. O fim da escravidão decretou o fim da própria monarquia, com a adesão dos "republicanos de 1º de maio" ao movimento que queria o fim do Império. A Princesa Isabel seria homenageada pelo Papa e aclamada pelos beneficiários da lei, com a formação de uma "guarda negra" para protegê-la, mas, no ano seguinte, caía a monarquia.

Pior Resposta – 10/20

A abolição da escravidão no Brasil, consagrada com a aprovação da Lei Áurea, em 1888, foi um processo longo, que permeou os debates políticos brasileiros durante todo o século XIX. Concorreram para esse desfecho alterações socioeconômicas no país, como aponta a historiadora Emília Viotti da Costa, bem como a gradativa acomodação dos interesses escravistas e abolicionistas no que concerne ao equacionamento da questão da mão-de-obra. Nesse sentido, é pertinente refletir sobre as principais iniciativas legislativas

que envolveram a situação jurídica dos cativos, assim como sobre as suas consequências para os eventos que levariam ao fim do regime monárquico.

Desde a primeira metade do século XIX, a conformação de campos políticos que oporiam liberais e conservadores seria baseada em diferenças sobretudo referentes ao grau de centralização do poder real. A manutenção de um regime monárquico, porém, foi objeto de consenso, visto que se mostrava central para a continuidade do sistema escravista frente à crescente pressão externa da Inglaterra. O ano de 1850 foi crucial para a aprovação de leis que se dirigiriam a solucionar os impasses decorrentes da permanência da escravidão: as pressões inglesas a partir de 1845, em virtude da aprovação da Bill Aberdeen, mostravam-se como atentados à soberania brasileira. A inclinação gradativa de D. Pedro II em direção a uma solução para essa questão fez que liberais e conservadores concorressem entre si. Ainda que a coibição do tráfico negreiro viesse se tornando pauta liberal, foi a trindade saquarema quem encaminhou a controvérsia, por meio da Lei Eusébio de Queirós.

Ao contrário da lei de proibição do tráfico de escravos de 1831, a legislação de 1850 foi efetiva. Contribuíram para esse fato alterações nas regras judiciais, que livravam os fazendeiros de possíveis penalizações, além do antagonismo crescente entre traficantes e senhores de terras. Ainda, a aprovação simultânea da Lei de Terras, em 1850, já sinalizava a percepção de que seria questão de tempo até que fosse preciso conceber soluções para a crise de mão-de-obra. Com a Lei de Terras, dificultava-se a aquisição fundiária, o que viabilizaria o ingresso de imigrantes europeus com destino às plantações agroexportadoras. Os efeitos imediatos dessas duas leis, portanto, incluíram desde um breve surto nas importações de escravos africanos, logo estancado, além do início de atividades mais sistemáticas de atração de mão-de-obra europeia, sobretudo para os cafezais.

O fim da Guerra do Paraguai constituiu momento significativo da história abolicionista brasileira. Um grande contingente de negros lutou ao lado do Exército brasileiro, conformando uma das razões para que militares nacionais não apenas aderissem, em grande medida, à campanha abolicionista, mas, também, para que se recusassem a cumprir ordens de aprisionamento de escravos fugitivos. Ainda, a campanha em torno da abolição se fortalecia, gradativamente, em virtude da adesão de figuras ilustres, como Joaquim Nabuco, e de mudanças sócio-políticas, que incluem o recrudescimento de lutas e rebeliões escravas, fomentadas, em muitos casos, por advogados abolicionistas, bem como pela chegada de contingentes cada vez mais

expressivos de imigrantes europeus, direcionados, principalmente, para as lavouras do Oeste de São Paulo.

É nesse contexto que são aprovadas a Lei do Ventre Livre, em 1871, e a Lei dos Sexagenários, em meados da década de 1880. Novamente, as leis abolicionistas se coadunam com as inclinações pessoais do Imperador, que desejava ver a questão solucionada com o passar dos anos. Ambas as leis, contudo, tiveram impacto reduzido no que concerne a promover o fim do regime escravista. A Lei do Ventre Livre estipulava a possibilidade de permanência dos menores libertos sob o domínio dos senhores de terras, que poderiam, assim, usufruir de seus serviços. A Lei dos Sexagenários, por sua vez, destinava-se à libertação dos escravos idosos, um contingente pouco significativo até então. As legislações serviram, antes, para dar sobrevida à escravidão, sob a aparência de se estar realizando concessões à ala abolicionista. Os debates, contudo, opuseram, de forma crescente e irreversível, aqueles que apenas sustentavam a monarquia por sua função de preservar a escravidão e o Imperador.

Abolição e República são, portanto, resultados de um mesmo processo de transformações na sociedade e na política brasileiras, como corrobora Emília Viotti da Costa. Ambas apenas se viabilizaram após a consolidação da opção pelo braço imigrante, o que contribuiu, em última instância, para a crise final do regime monárquico.

Questão 4

Em 1.o de março de 1851, o Secretário dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil, Paulino José Soares de Souza, expediu as instruções para a "Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e na Venezuela", que foi chefiada por Duarte da Ponte Ribeiro.

1 Discorra sobre a política externa brasileira nas décadas de 40 e 50 do século XIX e situe a "Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e na Venezuela" nesse contexto, apontando seus objetivos e seu alcance.

2 Comente a atuação de Duarte da Ponte Ribeiro na diplomacia brasileira do século XIX.

3 Descreva o desenvolvimento da "Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e na Venezuela" e analise seus desdobramentos e seus resultados.

Extensão máxima: 60 linhas [valor: 20,00 pontos]

Média: 18,9 amp. / 16,8 cotas negros.

Desvio padrão: 2,3 amp. / 3,5 cotas negros.

Lucas Andrade Aguiar – 20/20

Na década de 1840, houve inflexão substancial no paradigma da política externa pátria, uma vez que o encerramento da instabilidade interna predominante durante a Regência, juntamente com o fim da validade dos tratados desiguais com a Inglaterra e demais nações ocidentais, permitiram à chancelaria tomar postura mais ativa e condizente com os interesses nacionais. Nesse contexto, a solução de lides lindeiras foi marca desse período, cuja implementação se dera, sobretudo, a partir da atuação de Duarte da Ponte Ribeiro, que estabelecera os parâmetros que permeariam as negociações fronteiriças até a Primeira República. A missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e na Venezuela marcou o ápice de sua atuação na resolução de litígios fronteiriços com as repúblicas em comento, sendo responsável por assentar parcela representativa do "corpo da pátria".

Com o advento do Segundo Reinado, a política externa passou a guiar-se pelas diretrizes do interesse nacional, sepultando o paradigma da instabilidade interna decorrente das insurreições regenciais. O ápice do ativismo da diplomacia pátria foi a

ascensão de Paulino José Soares de Sousa, o futuro visconde do Uruguai, uma vez que, em decorrência da estabilidade interna proveniente do gabinete da Trindade Saquarema (1848-53), ele passou a propugnar maior ativismo no entorno regional, especialmente no que concerne aos intentos expansionistas de Juan Manuel de Rosas. Com isso, o paradigma platino da política externa passou a moldar-se na contenção da Confederação Argentina e em assegurar as independências do Uruguai e do Paraguai. No âmbito da questão lindeira, a atuação do Visconde do Uruguai consistiu em congregar os diplomatas que delimitariam as lindes territoriais no período.

Entre esses diplomatas, destaca-se, especialmente, Duarte da Ponte Ribeiro, na medida em que esse diplomata fora responsável por congregar as principais diretrizes que orientariam as negociações nas questões fronteiriças. Árduo estudioso da história diplomática nacional, Duarte da Ponte Ribeiro admirava a atuação de Alexandre de Gusmão no Tratado de Madrid (1750). Embora esse tratado não tenha servido de base para as negociações lindeiras no Segundo Reinado, os seus principais princípios formadores foram resgatados, tal como o uti possidetis e o princípio das fronteiras naturais. Além desses princípios, foi Duarte da Ponte Ribeiro o responsável por consagrar o princípio de que as negociações seriam bilaterais e não admitiriam intervenções de terceiros ou processos arbitrais. Ademais, o uti possidetis foi flexibilizado de maneira a admitir compensações mútuas e concessões, estabelecendo-se como uti possidetis de facto.

O trabalho de Duarte da Ponte Ribeiro teve especial ressonância na Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e na Venezuela, uma vez que ele a chefiou. Essa missão consistiu na ida de diversos diplomatas a esses países a fim de solucionar as pendências lindeiras, além de evitar a difusão da desconfiança dessas repúblicas em relação ao país, especialmente no que concerne à navegação no Amazonas. Em um contexto de imperialismo norte-americano na Amazônia, com um projeto de estabelecer uma colônia na região, a inimizade com as repúblicas ribeirinhas não seria senão prejudicial para os interesses nacionais, na medida em que elevaria as pressões internacionais pela abertura da livre-navegação no Amazonas.

Nesse contexto, a navegação no Amazonas serviu como moeda de troca para as negociações lindeiras com esses países. Em 1851, Duarte da Ponte Ribeiro estabeleceu tratado com o Peru, delimitando as lindes nacionais na margem do Rio Javari. Em 1859, Miguel Maria Lisboa (sob as diretrizes de Duarte da Ponte Ribeiro) estabeleceu, com a Venezuela, tratado lindeiro, delimitando a fronteira na Bacia do Rio Orinoco. Já a Missão Azambuja à Colômbia não teve o mesmo sucesso, uma vez que o governo colombiano

discordava da proposta brasileira e propugnava o uti possidetis iure. Apesar disso, esta missão teve o mérito de estabelecer a "linha Azambuja", que informaria as negociações lindeiras com o país em 1907.

Foi, portanto, de destacada importância a Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e na Venezuela, não somente em decorrência de seus resultados concretos – a delimitação com Peru e Venezuela e o arrefecimento do imperialismo estadunidense na Amazônia –, mas, principalmente, em decorrência dos princípios que passariam a orientar as negociações lindeiras a partir de então.

Jônathas José Silva da Silveira – 20/20

A política externa brasileira, nas décadas de 1840 e 1850, sai do imobilismo que a havia caracterizado nos anos de Regência. Após o Golpe da Maioridade, D. Pedro II assume o trono e, após um breve gabinete liberal, nomeia sucessivamente gabinetes conservadores (com poucas exceções nessas décadas). Esse " Regresso Conservador" permite a consolidação do Estado Nacional e abre caminho para uma política externa mais assertiva. Com a chegada da Trindade Saquarema ao poder (1848-1852), uma nova política externa liderada por Paulino José Soares de Souza ganha forma. Seus objetivos principais giram em torno da contenção de Rosas, governador de Buenos Aires e líder da Confederação Argentina, que busca reconstruir o Vice-Reino do Prata, tentando incorporar – sob a égide de Buenos Aires – Paraguai, Uruguai e porções do Chaco Boliviano. Soma-se a isso a necessidade de consolidar nossas fronteiras com os demais vizinhos, em especial, os amazônicos, de modo a garantir nossa soberania na Bacia Amazônica. É nesse contexto simétrico que se insere a Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e na Venezuela. Seus objetivos eram demarcar as fronteiras do Brasil de modo a vetar que uma eventual desocupação do Centro-Oeste (devido à queda de produção de diamantes) e a cobiça das grandes potências na Bacia Amazônica viessem a comprometer nossa soberania naqueles territórios estratégicos.

Na consecução dos objetivos lindeiros de nossa diplomacia, Duarte da Ponte Ribeiro, nosso "fronteiro-mor" contribuiu grandemente. Foi dele a ideia de adotar o princípio do Uti Possidetis de Facto, como princípio doutrinário de nossa diplomacia de fronteiras. Essa tese, segundo a qual a propriedade do território deve ser cedida a quem o possui efetivamente, faz com que o argumento brasileiro anterior, com base no Tratado de Santo Idelfonso de 1777 seja utilizado apenas de maneira subsidiária. O uti possidetis

defendido pelo Brasil também se contrapunha ao uti possidetis de jure, defendido por nossos vizinhos. Ponte Ribeiro, então, no contexto da Missão Especial para as Repúblicas do Pacífico e Venezuela, negocia o tratado de limites que serviria como modelo para as próximas negociações: o Tratado de Navegação e Limites, de 1851, com o Peru. Nesse tratado, o uti possidetis será o fundamento jurídico central. Outra tática negociadora importante que se consolida com esse tratado é a de intercambiar direitos de navegação na Bacia Amazônica por territórios.

Além do tratado com a Bolívia, de 1851, a Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e na Venezuela, buscou tratar de nossos limites com demais vizinhos amazônicos. Com a Colômbia, entretanto, não logrou êxito definitivo, pois o tratado não foi ratificado. Nas tratativas com Bolívia, Peru e Equador, a geodésica Tabatinga-Apaporis e sua demarcação foram fundamentais. A consolidação e a demarcação dos limites com esses países, entretanto, ainda seriam objetivo de controvérsias após a Missão, e só foram definitivamente resolvidas na época do Barão do Rio Branco. Os desdobramentos e os resultados dessa Missão, ainda assim, mostraram-se como a pedra angular que nortearia a política de limites brasileiros nos anos que se seguiram, uma vez que serviram como balão de ensaio para a estratégia negocial advogada por Ponte Ribeiro, a qual tinha por base o uti possidetis e a concessão de direitos de navegação em troca de melhores termos negociais para o Brasil.

Em suma, a política externa, comandada por Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai, lançou as bases para uma inserção internacional mais assertiva. Para isso, foi fundamental a "Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e na Venezuela", chefiada por Duarte da Ponte Ribeiro, diplomata que resgatou o legado de Alexandre de Gusmão, quando este negociou o Tratado de Madri (1750). A base jurídica de Gusmão foi o uti possidetis de facto, e é a ela que Ponte Ribeiro pragmaticamente recorre para negociar nossos limites com os vizinhos amazônicos no contexto da missão que chefiou.

Emanuel Sebag de Magalhães – 20/20

A política externa brasileira durante o Segundo Reinado foi fortemente influenciada pelas diretrizes traçadas pelo partido conservador, em especial pelo Secretário dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Souza. A fim de assegurar a estabilidade política entre os países sul-americanos, diversas missões diplomáticas foram organizadas,

com especial atenção para a Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e na Venezuela, em um contexto de afirmação do Estado brasileiro e de suas fronteiras.

Durante a década de 1840, o golpe da maioridade viabilizou a implementação de reformas burocráticas que dotaram o Estado brasileiro das condições para romper o imobilismo de sua política externa que caracterizou o Período Regencial. Para além da volta do Poder Moderador e da reforma sepetiba na Secretaria de Negócios Estrangeiros, o retorno do Conselho de Estado conferiu maior racionalidade à política externa do país. O fim da vigência dos tratados desiguais com grandes potências, especialmente com a Inglaterra, e a edição da tarifa Alves Branco dotou o Estado de condições fiscais para uma política externa mais assertiva. Assim, as delimitações estruturais do imobilismo brasileiro estavam terminadas. No que tange aos objetivos da diplomacia pátria, a instabilidade da região platina, com o fortalecimento do federalista portenho Rosas e o prolongamento da guerra civil uruguaia entre blancos e colorados e a continuação da Revolução Farropilha, preocupava o Império. Após a negativa de Rosas acerca de acordo que ele mesmo propusera, em 1843, inicia-se a clara definição de contenção desse caudilho argentino, reconhecendo a independência paraguaia, em 1844, e selando a paz com os farropilhas em 1845. Acerca da questão amazônica, cresciam as pressões internacionais pela abertura da Bacia Amazônica.

Na década de 1850, o Visconde do Uruguai articula mais claramente os objetivos de conter o ímpeto expansionista de Rosas, da garantia de acordos de fronteira baseados no uti possidetis facto e da liberdade de navegação nos rios da bacia platina (viabilizada pelas independências de Paraguai e Uruguai) e na bacia amazônica. No contexto da intervenção brasileira na Guerra Grande, em 1851, Paulino Soares de Souza envia a Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e Venezuela, chefiada por Duarte da Ponte Ribeiro no intuito de estabelecer acordos fronteiriços com outros países da região, impedindo alianças regionais seja em torno do projeto rosista, seja em torno da pauta de abertura irrestrita da Bacia Amazônica à navegação internacional.

A figura de Duarte da Ponte Ribeiro é central não somente para o êxito da Missão ao Pacífico e à Venezuela, mas, também, para o estabelecimento do uti possidetis facto como critério de definição dos acordos lindeiros no século XIX. Com a vitória sobre Rosas na batalha de Monte Caseros, em 1852, a missão assume importância elevada para as questões de segurança da bacia amazônica. O Império já havia negado a instalação de companhia de navegação à vapor inglesa e, em Belém, embarcação estadunidense fora impedida de seguir curso por autoridades locais. De fato, o expansionismo norte-americano preocupava

sobremaneira a diplomacia pátria. Além das pressões do plenipotenciário dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, a atividade de Mathew Mouray Fontaine na região amazônica levantavam o temos, já anunciado pelo representante brasileiro em Washington, das pretenções* daquele país fazer da Amazônia um novo Texas, enviando populações para atividades de plantation para futura anexação. Para evitar que as posições norte-americanas se tornem hegemônicas, parte a missão de Ponte Ribeiro.

Embora tenha passado pelo Chile, Duarte da Ponte Ribeiro terá êxito de maior relevância com a assinatura do acordo de fronteiras com o Peru, em 1851, assegurando sob as bases do uti possidetis facto. Tal doutrina opunha-se ao uti possidetis jure defendido pelos países hispano-americanos, na medida em que este os favorecia por ser a região amazônica pouco habitada pelas repúblicas do Pacífico. Utilizando a abertura da Bacia Amazônica como barganha para a obtenção de acordos lindeiros, Duarte da Ponte Ribeiro conseguiria negociar bilateralmente, preservando posição de força para o Império. Assim, essa missão conseguiu contemporizar as pressões extrarregionais, ao abrir a navegação da Bacia Amazônica aos ribeirinhos superiores do rio Amazonas. A missão em questão ainda iria obter acordos com Nova Granada e Venezuela, este em 1859. Ambos, porém, não foram ratificados pelos governos de seus países posteriormente.

Dessa forma, pode-se afirmar que a Missão Duarte da Ponte Ribeiro foi fundamental para o atingimento de objetivos da política externa brasileira definidos entre as décadas de 1840 e 1850. Se, por um lado, a questão platina pôde evoluir com maior estabilidade; por outro, tal missão influenciou diretamente sobre a abertura soberana da Bacia Amazônica e sobre a consagração do utis possidetis facto na definição fronteiriça.

* Erro no texto original

Diogo Alves Reis – 20/20

O Segundo Reinado representa mudança assertiva na Política Externa Brasileira (PEB). A necessidade de assegurar a soberania, de promover a comunicação com o interior do território e de conter pretensões expansionistas na região platina determinavam a ação externa imperial. Consoante a lógica de defesa dos interesses nacionais, de conformação de alianças favoráveis ao Império e solução de questões lindeiras, a PEB nas décadas de 1840 e 1850, redunda em um “pax brasileira” no Prata.

A década de 1840 assinala o retorno de instituições importantes para a PEB. A volta do poder moderador, em 1841, em associação com a reforma Sepetiba de 1842 e o retorno do Conselho de Estado, agora com 12 membros, corroboram o movimento de consolidação do Estado brasileiro que, é ainda, reforçado pelo protecionismo da tarifa Alves Branco. A ascensão da trindade Saquarema, 1848-52, tendo Paulino Soares de Souza como Ministro dos Negócios Estrangeiros, caracteriza a postura ativa do Brasil no Prata e a promoção do "uti possidetis" como doutrina de solução de questões lindeiras. Após o malogrado acordo entre Rosas e Pedro II em 1843 e pacificação da Farroupilha, via Paz de Ponche Verde, com a consequente herança pelo império da aliança dos farrapos com Rivera, a contenção do presidente da província de Buenos Aires torna-se prioridade. Em 1844, por exemplo, é enviada a Missão Abrantes para a Europa, para convencer Inglaterra e França a lutarem contra Rosas, e a Missão Pimenta Bueno ao Paraguai.

Os britânicos e franceses chegam a estabelecer o bloqueio do Prata de 1845-48, porém o retiram ao perceberem que Rosas poderia ser, inclusive, útil a seus interesses. Dessa forma, o Império intervém na Grande Guerra no Uruguai (1839-51) para colocar no poder governo favorável a seus interesses. Envia-se a Missão Carneiro Leão para o Uruguai e a Missão especial nas Repúblicas do Pacífico e na Venezuela, a fim de lograr alianças favoráveis ao Império e contra Rosas. Paralelamente, o Império, que tinha a navegação do Amazonas e seus afluentes fechada, vai autorizar a livre-navegação desse rio em troca de acordos transfronteiriços com base no uti possidetis.

Dessa forma, cabe à Duarte da Ponte Ribeiro negociar com as Repúblicas do Pacífico e Venezuela alianças simpáticas ao Império. Ressalta-se que, em 1852, o Brasil intervém na Argentina, em favor do líder da Província de Entre Ríos e Corrientes, Urquiza, derrotando Rosas nesse ano. Diante da natureza da missão, Duarte da Ponte Ribeiro divide-a em duas frentes. Coube-lhe ir à Bolívia, ao Chile e ao Peru, ao passo que a Miguel Maria Lisboa incumbiu-lhe ir ao Equador, Colômbia e Venezuela. Por intermédio da barganha, que tinha a livre navegação do Amazonas como fundamento, o Império logra, efetivamente, acordos com Equador e tratados de fronteira com o Peru (1851) e Venezuela (1859). Um dos legados da missão é não apenas a aplicação do uti possidetis facto, mas também a construção de um contexto regional favorável aos interesses do Estado brasileiro.

Duarte da Ponte Ribeiro foi fundamental para a diplomacia brasileira do século XIX, porquanto, já na década de 1830, período de imobilismo relativo da PEB no Prata em que se aplicava a diplomacia do patacão mesmo diante da neutralidade nos conflitos,

Duarte se destacou como um português a serviço da PEB, a partir de uma missão para vizinhos sul-americanos, praticando bons ofícios em favor do Brasil. Na década de 1850, ele se torna responsável pela consolidação do uti possidetis facto como doutrina de solução de questões fronteiriças. Seus esforços somam-se aos de Carneiro Leão e ao do Visconde do Uruguai, no que concerne à atuação diplomática com base na negociação, na diplomacia do patacão e na intervenção militar, se preciso.

A Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e Venezuela insere-se em um contexto de afirmação do Império brasileiro. Os acordos fronteiriços logrados e o desequilíbrio de poder em favor do Brasil, tendo os colorados uruguaios e Mitre na Argentina a favor, fortalecem o Estado monárquico diante da contestação imperialista de Solano López à "pax brasileira" na região platina.

Pior resposta – 10/20

A política externa brasileira das décadas de 1840 e 1850 pode ser explicada pelo contexto de fortalecimento da ação estatal e da soberania nacional em um período de consolidação do Segundo Reinado, após o "imobilismo" da Regência.

Nesse contexto, a "Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e Venezuela" situa-se no objetivo maior de fortalecer a presença brasileira na região num período no qual a projeção das Províncias Unidas começavam a sobressair.

A "Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico" buscava primordialmente resolver questões de fronteira com os vizinhos amazônicos – Bolívia, Peru, Equador (que à época dividia fronteira com o Brasil), Colômbia e Venezuela – e de estabelecer negociações amistosas com os países citados. Apesar dos esforços empreendidos, somente um tratado de fronteiras com o Peru foi assinado e, posteriormente, denunciado pelo lado peruano. Ainda assim, a missão é um marco como primeira aproximação do Brasil com os países do Norte e Noroeste da América do Sul e serviria como base para negociações futuras sobre tratados fronteiriços.

Duarte da Ponte Ribeiro desenvolveu um trabalho hercúleo ao engajar-se na missão às Repúblicas do Pacífico e à Venezuela, viajando em diferentes meios de transporte, inclusive lombo de burro para alcançar seu objetivo. Ao negociar as fronteiras brasileiras com os países do pacífico e a Venezuela, Duarte da Ponte Ribeiro retomou o princípio do uti possidetis e das fronteiras naturais primeiramente defendidos por

Alexandre de Gusmão na redação do Tratado de Madri de 1750. Ademais, Duarte da Ponte Ribeiro também negociou a navegação do rio Amazonas, valendo-se da posição privilegiada do Brasil como controlador da desembocadura do estratégico rio. Apesar de não ter gerado grandes resultados concretos, apenas um tratado de fronteiras foi efetivamente assinado, os princípios de negociação invocados por Duarte da Ponte Ribeiro, além dos mapas topográficos e estudos realizados pelo mesmo, seriam usados como base na negociação de tratados futuros, principalmente por Barão do Rio Branco.

Nesse sentido, a "Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e na Venezuela" gerou poucos frutos imediatos à política externa brasileira no período. Enquanto Duarte da Ponte Ribeiro negociava com repúblicas consideradas longínquas do centro de poder, no Rio de Janeiro, o Brasil fortalecia sua posição no Prata, intervindo contra Oribe e Rosas e engajando-se na "diplomacia do patacão", isto é, financiando seus aliados na região platense. Assim, Duarte da Ponte Ribeiro foi pouco auxiliado e recebeu escassas instruções de como proceder nas negociações.

Apesar do grande esforço de Duarte da Ponte Ribeiro, a missão colheu poucos resultados práticos imediatos, além de alguns "Tratados de Amizade, comércio e navegação", de modo que a missão deve ser vista sob o ponto de vista do legado deixado às gerações futuras de diplomatas que negociaram fronteiras na Amazônia, a partir do trabalho pioneiro de Duarte da Ponte Ribeiro.

POLÍTICA INTERNACIONAL

Questão 1

Comente os fundamentos, a evolução e as perspectivas da cláusula democrática do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Extensão máxima: 90 linhas [valor: 30,00 pontos]

Média: 25,6 amp. / 24,2 cotas negros.

Desvio padrão: 0,9 amp. / 1,7 cotas negros.

Rafael Spirandeli Galera – 28/30

O Brasil, ao buscar integrar-se com seus vizinhos e fomentar relações cooperativas, optou por seguir uma estratégia multisetorial ampla e criar mecanismos multiníveis de cooperação. O Mercosul, portanto, não apenas busca a criação de um mercado comum, mas, igualmente, a manutenção da democracia em seus estados membros. A Unasul, igualmente, tem importante papel na garantia de práticas democráticas.

O Mercosul progressivamente ampliou seus mecanismos de integração e cooperação. Com o Protocolo de Ouro Preto, o Mercosul adquiriu personalidade jurídica própria, tornando-se um ator internacional. Mais relevante ainda, para entender a lógica da integração, são os protocolos de Ushuaia 1 e 2, que instituíram a chamada clausula democrática no Mercosul. Essa clausula prevê que, caso um estado membro abandone a democracia, ele seja suspenso do Mercosul e que os outros membros tomarão medidas para auxiliar no reestabelecimento da democracia. O protocolo de Ushuaia foi acionado, por exemplo, quando o presidente do Paraguai sofreu um impeachment que não respeitou o direito de ampla defesa, uma vez que todo o processo durou poucos dias. O Paraguai foi, então, suspenso do Mercosul.

Os outros membros optaram por não suspenderas trocas comerciais com o Paraguai, medida prevista como hipótese de pressão no Protocolo de Ushuaia, pelo fato do pais ter uma economia vulnerável, ter marcado novas eleições e que esse tipo de sanção só

agravaria a crise política, penalizando a população paraguaia. Durante a suspensão do Paraguai a Venezuela tornou-se membro do Mercosul. As Medidas previstas no Protocolo de Ushiaia, vale lembrar, não são automáticas, dependendo da análise e da aprovação do GMC. Esse órgão é político e intergovernamental e, portanto, pode optar por não atuar decisivamente a favor da democracia. Uma próxima etapa na evolução da Cláusula Democrática poderia ser dar mais poder ao Parlasul em termos de análise e aplicação do Protocolo de Ushuaia, uma vez que o parlamento representa os povos e não os governos e, portanto, teria mais legitimidade ao lidar com rupturas democráticas. O Parlasul, entretanto, não foi ainda plenamente estabelecido, mas, no futuro, poderá vir a desempenhar importante papel na democratização do Mercosul e na defesa da democracia em seus estados membros.

A defesa da democracia é um dos princípios constitucionais que guiam a política externa brasileira. O Brasil portanto, busca incluir esse princípio nas OIGs em que participa. A UNASUL, como o Mercosul, prevê a defesa da democracia dentre seus objetivos e pode atuar de forma complementar na defesa da democracia. A atuação da UNASUL foi essencial para evitar que duas crises viessem a evoluir para uma ruptura democrática: a crise separatista da região do Pando, na Bolívia, e a sublevação da Guarda Nacional do Equador.

Essas OIGs, entretanto, não devem atuar apenas quando a democracia está em risco, elas devem, igualmente, atuar de forma a fortalecer a sociedade civil dos estados membros, evitando o surgimento de crises. Mecanismos que permitem maior participação da sociedade civil nessas OIGs devem, portanto, ser ampliados. O Fórum Social do Mercosul tem permitido um maior debate na sociedade civil sobre o futuro do bloco.

Iniciativas como essas devem ser ampliadas e expandidas para outras esferas. Os relatórios do Grupo Cardoso, apesar de elaborado no contexto da ONU, trazem importantes conclusões sobre a necessidade de aumentar a participação de ONGs e da sociedade civil em organizações internacionais. Democratizar o Mercosul e a Unasul, criando mecanismos transparentes de participação popular, não só tornaria essas OIGs mais legitimas e efetivas, mas também fortaleceria a cultura democrática nos países membro, evitando o surgimento de crises que levariam à invocação da cláusula democrática.

A atual crise na Venezuela traz importantes desafios para a defesa da democracia no Mercosul. O governo de Maduro, apesar de eleito democraticamente, tem tomado medidas que podem ser consideradas anti-democráticas, como, por exemplo, a demissão de

funcionários públicos da oposição e a prisão de opositores. Essa crise é especialmente complicada pois envolve a definição do que seria uma ruptura democrática, que não é, por enquanto, tão clara nesse país. Caso resolvida pacificamente, por meio da atuação da Unasul ou do Mercosul, a legitimidade dessas OIGs como defensoras da democracia iria, sem dúvida, aumentar.

O Brasil possui um papel indispensável no aprofundamento da defesa da democracia. Implementar adequadamente o Parlasul e fortalecê-lo, dotando-o de maior controle sobre a aplicação do Protocolo de Ushiaia, poderá fortalecer os mecanismos de defesa da democracia no bloco, tornando-os mais efetivos e legítimos, mesmo que diminuindo o controle dos governos sobre esses mecanismos.

João Marcelo Conte Cornetet – 27/30

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), que completa 25 anos em 2016, constitui uma iniciativa de integração profunda que transcende aspectos de ordem meramente econômica. Em especial, tem o bloco, como função precípua, o fortalecimento da democracia no âmbito do subcontinente sul-americano. A cláusula democrática do MERCOSUL, nesse sentido, encontra-se consubstanciada no Protocolo de Ushuaia (1998) e no Protocolo de Montevidéu (2011), e reflete um valor compartilhado entre as sociedades sul-americanas, que guardam grande apreciação por seus direitos civis e políticos conquistados no fim do século passado. Cabe, portanto, analisar a cláusula democrática do MERCOSUL em seus fundamentos jurídicos, em sua evolução histórica e em suas perspectivas para o futuro.

Os fundamentos da cláusula democrática do MERCOSUL encontram-se positivados em três principais documentos: o Tratado de Assunção (1991), o Protocolo de Ushuaia (1998) e o Protocolo de Montevidéu (2011, sem vigor). O Tratado de Assunção, enquanto documento constitutivo, compreende princípios que norteariam o destino do bloco, incluindo preceitos relativos à democracia. No período em que foi assinado, no entanto, a orientação dos governos era ainda economicista, com influência do paradigma do "Estado Normal", nos termos do ministro argentino Domingo Cavallo. Desse contexto decorreu atenção menor à salvaguarda jurídico-política da democracia, de modo que não se previram mecanismos de enforcement ou sanções para caso de rupturas institucionais.

Ao longo da década de 1990, em consonância com a ascensão do paradigma do Estado Logístico, conceito de Amado Cervo, os assuntos políticos retornam à agenda regional. Instabilidades no Paraguai, país cujo sistema político padecia de institucionalidade ainda frágil, levam os membros do MERCOSUL a aprovarem, na Argentina, o Protocolo de Ushuaia. Esse protocolo constitui hoje no principal documento jurídico relativo à cláusula democrática do bloco. Fica previsto que, em caso de ruptura na ordem constitucionalmente instituída em um país membro, demais Estados devem reunir-se de modo extraordinário e deliberar a respeito da possibilidade de suspensão do país infrator. Cabe qualificar que não se prevê expulsão do bloco, mas sim suspensão temporária, até que a ordem democrática seja restaurada – o que pode dar-se, por exemplo, por meio de eleições livres. Outro destaque necessário diz respeito ao fato de que, uma vez que o MERCOSUL se organiza sob o prisma da intergovernamentabilidade, a decisão pela suspensão só ocorre se verificado o consenso – excluindo-se, como é natural, a necessidade de voto favorável do país violador. Se um dos Estados membros não compartilhar a análise de que houve ruptura, não se verificará a suspensão no MERCOSUL.

Em anos mais recentes – em que o paradigma do Estado Logístico, iniciado em meados do governo Cardoso, já estava consolidado –, buscou-se ampliar a capacidade de dissuasão de rupturas que a cláusula democrática representa. O Protocolo de Montevidéu (2011), referido, por vezes, como Ushuaia II, preveu novas sanções, incluindo-se possibilidades tais como o fechamento de fronteiras e a interrupção do fornecimento energético. Inspirou-se, nesse sentido, nos avanços paralelos e complementares da UNASUL, lançada em 2008, cuja cláusula democrática preveria possibilidades de sanções como as mencionadas. O Protocolo de Montevidéu, conquanto ainda não goze de vigência, reflete a intransigência de governos e sociedades do MERCOSUL em salvaguardar a democracia a qualquer custo.

Essa evolução histórica da cláusula democrática do MERCOSUL, durante a qual se estabeleceram seus documentos jurídicos fundamentais, passou por episódio singular em 2012, por ocasião do rito sumário que culminou na deposição do presidente paraguaio Fernando Lugo. Acusado de irresponsabilidade no tratamento dispensado a uma manifestação interna que resultou em mortes, Lugo foi impedido por um processo de impeachment deveras curto, em que sua ampla defesa e a garantia do contraditório podiam ter sido preteridos pelo Congresso paraguaio. Os países sul-americanos reagiram por meio de reunião em que se deliberou, por consenso dos demais onze países da região, cujos governos tinham diferentes inclinações ideológicas, pela suspensão do Paraguai do

MERCOSUL e da UNASUL, cuidando-se para que a população paraguaia não sofresse prejuízo com a medida. A suspensão foi baseada no preâmbulo do tratado constitutivo da UNASUL – porquanto sua cláusula democrática ainda não era vigente (hoje o é) – e no Protocolo de Ushuaia do MERCOSUL – já que o Protocolo de Montevidéu carece de vigência. O governo de facto de Federico Franco protestou, mas a situação paraguaia só foi regularizada com a ascensão, mediante eleições, de Horacio Cartes, cujo governo legítimo já equacionou todas as pendências que a suspensão deixou no MERCOSUL – incluindo-se o ingresso da Venezuela e o acordo de adesão da Bolívia, verificados na suspensão, mas chancelados recentemente pelo Paraguai.

As perspectivas futuras da cláusula democrática do MERCOSUL, portanto, são de seu progressivo fortalecimento. A condução correta e cuidadosa do caso do Paraguai não só garantiu que o povo paraguaio não fosse prejudicado pela suspensão, mas também serviu de exemplo para que grupos políticos dos diferentes países do bloco abstenham-se de ritos sumários ou de práticas extrainstitucionais. O recente impeachment realizado no Brasil, nesse sentido, não incorreu nos equívocos daquele do Paraguai, porquanto houve garantia da ampla defesa, além de prazos razoáveis processuais. No caso venezuelano, cujas prisões políticas têm sido denunciadas pelo Brasil, o MERCOSUL tem agido de forma decidida, inclusive com envio de Comissão de Chanceleres para mediar contatos entre o governo e a Mesa de Unidade Democrática.

O MERCOSUL tem suas raízes na democracia na medida em que decorreu de um processo de aproximação entre Brasil e Argentina, simbolizado nos contatos entre Sarney e Alfonsín, justamente quando ambos enterravam os entulhos autoritários das ditaduras recentes. Mais que um mero processo econômico, o bloco, em seus 25 anos, desempenhou processo fundamental de salvaguarda da democracia, papel esse que deve se aprofundar de modo a fazer superar os desafios hodiernos.

Pedro Muniz Pinto Sloboda – 27/30

A democracia é um valor fundamental do MERCOSUL. Por isso, com base no Protocolo de Ushuaia, de 1998, um país que sofre uma ruptura em sua ordem democrática está sujeito a algumas sanções, entre as quais a principal é a suspensão dos órgãos decisórios do MERCOSUL. A cláusula democrática já foi acionada em 2012, em face do Paraguai, e há perspectivas de que seja acionada novamente, em dezembro de 2016, em

face da Venezuela. A cláusula constitui importante instrumento de manutenção da ordem democrática nos países integrantes do MERCOSUL.

A cláusula democrática tem fundamento político no compromisso com a democracia, característico de todos os países do bloco. Juridicamente, a cláusula tem fundamento no Protocolo de Ushuaia, celebrado em 1998, após tentativa de golpe de estado no Paraguai. De acordo com o Protocolo, caso haja ruptura da ordem democrática em qualquer Estado parte do processo de integração, os demais Estados deverão realizar consultas junto ao estado afetado. Caso as consultas não consigam solucionar a controvérsia, os demais Estados deverão decidir, por unanimidade, e sem a participação do Estado afetado, sobre a suspensão do Estado afetado dos direitos decorrentes do processo de integração. Em particular, chama a atenção a possibilidade de suspensão dos órgãos decisórios do MERCOSUL, quais sejam, o Conselho Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do MERCOSUL.

Em 2012, foi celebrado um novo Protocolo sobre compromisso com a democracia, o Protocolo de Montevidéu, também conhecido como "Ushuaia II". Esse protocolo prevê sanções mais duras em caso de ruptura da ordem democrática, que podem chegar até ao rompimento de comunicações terrestres e aéreas. Esse protocolo, contudo, ainda não se encontra em vigor, e a cláusula democrática do MERCOSUL ainda se fundamenta no Protocolo de Ushuaia. Outros organismos regionais também possuem cláusulas democráticas, como a UNASUL, com base no Protocolo de Georgetown, em vigor desde 2014, e a OEA, com base em sua Carta Democrática de 2001.

A única vez em que a cláusula democrática do MERCOSUL foi acionada foi em 2012, por ocasião do processo de "impeachement" do então presidente Fernando Lugo. O Paraguai alegou que o processo de impedimento tinha sido realizado com o devido respeito à sua Constituição, mas os demais países do bloco entenderam que a extremada celeridade do processo caracterizava a ruptura democrática. Na Cúpula de Mendoza, portanto, Brasil, Argentina e Uruguai decidiram suspender o Paraguai do MERCOSUL. À época, questionou-se acerca da realização de consultas, alguns críticos alegando que ela não teria existido. Contudo, durante a Rio+20, todos os chanceleres do MERCOSUL haviam se deslocado para Assunção, para acompanhar o processo.

Em 2012, o Paraguai foi suspenso dos órgãos decisórios do MERCOSUL. Não foi suspenso, contudo, do Parlamento do MERCOSUL, em que seus parlamentares já haviam sido eleitos por voto direto. Apesar disso, alguns mercodeputados paraguaios reclamaram de certa "exclusão informal". O Paraguai também continuaria fazendo jus aos recursos do

FOCEM, ainda que tenha se recusado a recebê-los. O Paraguai chegou até a questionar o processo de suspensão no Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL, mas a Corte não chegou a analisar o mérito do caso. A suspensão se deu de modo adequado, nos termos do Protocolo de Ushuaia. Finalmente, em 2013, depois da eleição do novo presidente, Horácio Cartes, a suspensão do país foi revogada, e ele voltou a participar normalmente do MERCOSUL.

Desdobramento importante da suspensão do Paraguai em 2012 foi o ingresso da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL. Mesmo sem a ratificação do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL, de 2012 [sic], por parte do Paraguai, o Protocolo entrou em vigor, em função da suspensão paraguaia. Também durante a suspensão do Paraguai, foi assinado o Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL. Novo protocolo seria assinado em 2015, de modo a incluir o Paraguai.

Em 2016, há perspectivas de novo acionamento da cláusula democrática em função da crise venezuelana. A situação na Venezuela vem se deteriorando, em particular desde 2014, quando da repressão a manifestações políticas. Apesar de o processo eleitoral venezuelano ter sido supervisionado por comissões eleitorais, como a da UNASUL, têm sido frequentes as denúncias de intervenção do Poder Executivo no Judiciário e de prisões de dissidentes políticos. Nesse contexto, cogitou-se acionar a cláusula democrática por ocasião da transmissão da presidência do MERCOSUL. O Uruguai, contudo, resistiu em acionar a cláusula, e o impasse foi solucionado em setembro, por declaração dos chanceleres dos Estados fundadores do MERCOSUL, com base na qual a Venezuela não assumirá a presidência do bloco, porque não concluiu o processo de internalização do conjunto normativo do MERCOSUL no prazo de 4 anos exigido por seu protocolo de adesão. A Venezuela ainda não incorporou, por exemplo, o Protocolo de Assunção, sobre compromisso com os direitos humanos. A presidência do bloco será exercida conjuntamente por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Segundo a declaração de chanceleres, a Venezuela deverá ser suspensa se até o início de dezembro, continuar desrespeitando a normativa MERCOSUL. Eventual suspensão deverá ter por base a cláusula democrática do Protocolo de Ushuaia.

Por fim, cabe salientar que não há perspectivas de suspensão do Brasil do MERCOSUL com base na cláusula democrática. O processo de impeachment de Dilma Rousseff foi supervisionado pelo STF, e os meses de duração do processo destoam das 48 horas que Fernando Lugo teve para se defender. As críticas realizadas por alguns países

da região foram rechaçadas pelo Ministro José Serra e não há expectativas de suspensão do MERCOSUL.

A cláusula democrática é instrumento central no compromisso do MERCOSUL com a democracia e deve ser usada como meio de evitar a ruptura institucional nos países da região.

Débora Antônia Lobato Cândido – 27/30

O Mercado Comum do Sul evoluiu, ao longo dos últimos 25 anos, de uma iniciativa de liberalização comercial no Cone Sul para um projeto de integração abrangente, que considera tanto aspectos econômicos quanto aspectos sociopolíticos. A cláusula democrática, estabelecida pelo Protocolo de Ushuaia, foi importante mecanismo estabelecido nesse processo de aprofundamento da integração mercosulina. Baseada em mecanismos similares de outras organizações internacionais, a cláusula democrática do MERCOSUL tem por objetivo assegurar a proteção das instituições democráticas no Cone Sul, o que é especialmente relevante para a região, dados os governos autoritários em Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai na segunda metade do século XX. Com a adesão da Venezuela ao bloco, a lógica de proteção da democracia passa a abranger novos eixos sul-americanos, o que é especialmente importante no contexto atual de instabilidade política venezuelana.

Os fundamentos para a cláusula democrática do MERCOSUL encontram-se já no período de transição democrática dos países do Cone Sul. Isso porque o bloco mercosulino constituiu-se paralelamente ao processo de consolidação da democracia nessa região. A aproximação brasileiro-argentina, consubstanciada pela Declaração de Iguaçu, só foi possível porque as desconfianças militares suscitadas pelos governos ditatoriais já haviam sido amenizadas. A própria constituição do MERCOSUL pauta-se, nesse sentido, por uma nova lógica política mais democrática, muito embora os governos de Collor e Menem optassem por priorizar, em um primeiro momento, a dimensão comercial do bloco. De todo modo, a dimensão sociopolítica do MERCOSUL já ganharia relevo com o Protocolo de Ouro Preto, instrumento que estabelece a estrutura institucional do bloco, a qual já prevê a formação de uma Comissão Parlamentar Conjunta. Se essa Comissão, que posteriormente se tornaria o Parlamento do MERCOSUL, representa a democratização do bloco, a cláusula democrática estabelecida pelo Protocolo de Ushuaia, representaria o esforço de manutenção da ordem democrática nos países membros propriamente ditos.

A cláusula democrática do MERCOSUL parte do pressuposto de que a democracia é um requisito fundamental para que um Estado participe, ativamente, das negociações e das discussões no âmbito do bloco. Desse modo, o Protocolo de Ushuaia prevê que a ruptura da ordem democrática em algum Estado-membro do bloco enseja a suspensão desse Estado do MERCOSUL até que haja retomada dos processos democráticos nesse Estado. A decisão de suspensão deve ser adotada por consenso, como em todos os outros procedimentos no âmbito do MERCOSUL, mas, nesse caso específico, o Estado suspeito de violar a ordem democrática não participa da votação. Caso a suspensão seja determinada, o Estado que a sofre não fica, porém, isento de suas responsabilidades no seio do bloco, ficando limitado, apenas, no exercício de suas prerrogativas. Verificada a normalização democrática no país em questão, lhe é permitido voltar a usufruir, plenamente, de seus direitos no âmbito do bloco, o que, contudo, pode não ocorrer automaticamente.

A lógica de suspender, em vez de expulsar, um Estado que viole normas democráticas é de que, como defendido tradicionalmente pelo Brasil, a completa alienação de um Estado de uma instituição tende a torná-lo ainda mais recalcitrante às normas e aos costumes internacionais, em vez de incentivar uma mudança positiva de comportamento. Por meio da suspensão, sinaliza-se o comportamento inadequado do Estado, ao mesmo tempo em que se demonstra a disposição dos outros Estados a auxiliarem o Estado violador dos procedimentos democráticos. Tendo isso em vista, estabeleceram-se mecanismos complementares à cláusula democrática, tanto no âmbito do MERCOSUL quanto no âmbito de outras instituições regionais. São exemplares, nesse sentido, o Protocolo de Assunção, que trata sobre a garantia dos direitos humanos no MERCOSUL, o que é essencial a um Estado Democrático de Direito; e a instituição de uma cláusula democrática na União das Nações Sul-Americanas, organização que abrange todos os países da América do Sul e que passa a atuar, juntamente com o MERCOSUL, na defesa da democracia na região.

O caso emblemático de ativação da cláusula democrática do MERCOSUL ocorreu em 2012, quando o Paraguai iniciou um processo de impeachment contra o presidente democraticamente eleito do país, cuja excessiva celeridade inviabilizou o exercício do direito de defesa pelo presidente acusado. A situação foi caracterizada como um golpe parlamentar, o que ensejou a reunião de Brasil, Argentina e Uruguai para avaliar se teria ou não ocorrido ruptura democrática no Paraguai. Chegou-se à conclusão de que isso teria ocorrido e o Paraguai foi, efetivamente, suspenso do MERCOSUL. Se, por um lado, isso foi positivo porque incentivou a retomada dos processos democráticos pelo governo

paraguaio, por outro lado, criou-se grande celeuma no bloco, por ter sido a Venezuela admitida no período de suspensão do Paraguai. Embora atualmente essa questão já tenha sido resolvida, persistem desconfianças entre os governos da Venezuela e do Paraguai, o que cria novos desafios para o bloco.

Recentemente, a cláusula democrática do MERCOSUL sofreu nova evolução, com a assinatura do Protocolo de Montevidéu, conhecido como “Ushuaia II”. O novo protocolo, que ainda não está em vigor, prevê medidas mais duras contra o Estado que rompa com a ordem democrática, como o fechamento de fronteiras e a interrupção de provisão energética. O objetivo, com isso, é reforças os incentivos à proteção da democracia nos países do MERCOSUL, associando custos mais elevados ao comportamento refratário. De todo modo, mantém-se a lógica de não exclusão completa do Estado recalcitrante do sistema mercosulino, do modo a evitar a radicalização deste Estado. Paralelamente, tem-se buscado fortalecer os aparatos democráticos do próprio MERCOSUL, como o Parlamento e os fóruns de consulta à sociedade, uma vez que o incentivo à transparência e ao “accountability” no seio do bloco certamente incentivam o fortalecimento desses valores no âmbito dos Estados-membros.

Atualmente, embora o MERCOSUL passe por um momento de crise, a perspectiva é de que a cláusula democrática se fortaleça ainda mais. Isso é evidenciado por dois casos emblemáticos atuais, o brasileiro e o venezuelano. Não obstante acusações de ruptura democrática no Brasil, o não acionamento da cláusula democrática evidencia a diferença entre o impeachment paraguaio e o brasileiro, o qual seguiu todos os procedimentos e prazos previstos pela Constituição do Brasil. Por outro lado, no caso venezuelano, o não acionamento da cláusula democrática demonstra a disposição dos países do MERCOSUL a auxiliar a Venezuela em sua crise político-institucional, de modo a evitar que ocorra, efetivamente, uma ruptura democrática no país.

A cláusula democrática do MERCOSUL representa uma das bases da integração mercosulina, pois é um mecanismo necessário à estabilização de uma região historicamente marcada pelo autoritarismo e por rupturas democráticas. Do mesmo modo que a União Europeia foi essencial para a transição democrática no leste europeu, o MERCOSUL é essencial para a preservação da democracia no Cone Sul e, com a expansão do bloco, em novos eixos da América do Sul. Isso não se faz, contudo, apenas por meio de punições, mas, sobretudo, por meio de gestões preventivas, como o que ocorre na Venezuela, e pela legitimação de processos democráticos, como o impeachment brasileiro.

Pior Resposta – 21/30

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) representa a evolução nas relações internacionais sul-americanas, a partir da transição de uma lógica de divergências e desconfianças, para uma efetiva prevalência da concertação e do diálogo entre Brasil e Argentina. À medida que o processo integrador se consolida, os dois maiores parceiros do bloco estendem os benefícios da integração regional a Paraguai e Uruguai. Consoante a lógica de promoção do desenvolvimento equânime, de fortalecimento das relações comerciais e de afirmação dos Direitos Humanos como plataforma obrigatória que deve ser promovida, a cláusula democrática do MERCOSUL constitui mecanismo assertivo intrabloco que simboliza, também, potencialidades e desafios.

O MERCOSUL identifica importante avanço na multiplicidade de temas da agenda sul-americana. Representando um "aggiornamento" em relação à temática comercial priorizada na década de 1990, segundo Gerardo Caetano, o MERCOSUL deixa de ser meramente "fenício" para englobar outras dimensões necessárias à consecução dos objetivos do bloco. Nesse âmbito, além da temática comercial, temas como trabalho, solução de controvérsias e promoção dos Direitos Humanos passam a ser incorporados nas prioridades do bloco, denotando significativo amadurecimento institucional dessa importante plataforma de inserção internacional.

A evolução nas relações bilaterais entre Brasil e Argentina é elemento catalisador de mudanças substantivas em favor da democracia no âmbito do MERCOSUL. Na medida em que os dois maiores membros do bloco se tornaram parceiros indispensáveis, priorizando a construção de confiança mútua e, principalmente, o fomento à incisiva redemocratização de suas sociedades pós-regimes militares, o compromisso com a busca de concertação acerca de temas relevantes, como Direitos Humanos, determina a agenda mercosulina. Consequentemente, em contexto de renovação de credenciais, os dois países foram agentes propositivos em favor da adoção da Cláusula Democrática, Protocolo de Ushuaia I, em 1998 no MERCOSUL.

O Protocolo de Ushuaia I constitui importante mecanismo em favor da estabilidade institucional do MERCOSUL. Porquanto os países do bloco se tornam garantes de um processo integrador comprometido com o cumprimento do Direito Internacional e reafirmam suas convicções de que a estabilidade democrática e o correto funcionamento das instituições nacionais é decisivo, a cláusula democrática representa o consentimento mútuo de que paz e segurança se associam, de forma, intrínseca, com a promoção da

democracia, condições imperativas para o desenvolvimento dos países. Dessa forma, além do adensamento jurídico do bloco, Ushuaia I incentiva a modificação das legislações dos países, em favor do reconhecimento da estabilidade como caminho para o progresso.

A mudança no perfil do MERCOSUL é elemento que redunda no maior reconhecimento e promoção da democracia. A década de 2000 reitera o compromisso dos membros do bloco com o reforço da dimensão social e do engajamento político, a despeito das instabilidades econômicas internacionais. À medida que o Mercosul se expande, passando a incluir novos membros associados e se tornando mais sul-americano, aumenta a importância da cláusula democrática. Emblemático do compromisso dos membros com a estabilidade, a cláusula foi aplicada, pela primeira vez, contra o Paraguai, em 2012, devido ao rito sumário de deposição do presidente Fernando Lugo pelo legislativo do país, ensejando a suspensão do Paraguai até 2013.

Na medida em que a democracia é um dos fundamentos do MERCOSUL, os países membros ratificam o incremento de ações propositivas para a estabilidade das sociedades mercosulinas. Keohane já havia destacado a importância da interdependência nas relações internacionais, e os quatro membros originários do bloco, por meio de um contexto de identificação de plataformas governamentais, no que concerne à valorização da cidadania mercosulina, corroboram compromissos anteriores, sendo criado o Protocolo de Ushuaia II, de 2011, mecanismo legítimo e representativo da imperatividade da normalidade institucional no MERCOSUL.

A recente expansão do MERCOSUL implica, necessariamente, a redefinição de estratégias para alcançar os objetivos dessas organização internacional. No momento da suspensão paraguaia, houve a admissão da Venezuela, a qual havia submetido sua adesão em 2006 e cuja aprovação dependia do legislativo paraguaio. Conquanto o Paraguai tenha ratificado a entrada venezuelana posteriormente, a promoção das franquias democráticas intrabloco está comprometida devido à situação politica, econômica e social do mais recente membro do bloco. A manutenção do autoritarismo do executivo do país e o não adimplemento de acordos, particularmente os relacionados à proteção dos Direitos Humanos até agosto de 2016, simbolizam importante desafio para a afirmação da cláusula democrática mercosulina, podendo, inclusive, ensejar a suspensão do país do bloco em dezembro deste ano.

O Brasil identifica atuação altiva e decisiva para o cumprimento da cláusula democrática do MERCOSUL. Consoante Celso Amorim, desenvolvimento, desarmamento e democracia são os novos 3 D's da política externa brasileira, e o compromisso com as

franquias democráticas do MERCOSUL inclui o entendimento de que a estabilidade é condição "sine qua non" para o avanço do processo integrador e para o desenvolvimento mais justo e inclusivo. Como resultado, o país propugna a entrada em vigor de Ushuaia II e demanda mudança de posturas da Venezuela, para que democracia, Direitos Humanos, desenvolvimento e estabilidade institucional respaldem o MERCOSUL como importante plataforma de inserção competitiva.

A cláusula democrática do MERCOSUL é representativa do avanços e desafios ao processo integrador no âmbito sub-regional. Em contraposição, a maior institucionalização do bloco, assim como a centralidade da promoção de direitos e garantias reputados fundamentais exigem posturas renovadas dos membros, permitindo, desse modo, ir além de divergências político-ideológicas e enfatizando a democracia como caminho necessário para o progresso regional e mundialmente.

Questão 2

As negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) não são as únicas que moldam o sistema mundial de comércio. Um número crescente de acordos comerciais regionais está introduzindo regimes comerciais preferenciais entre subconjuntos da comunidade internacional. Alguns ampliam o comércio e apoiam o desenvolvimento por meio de "regionalismo aberto". Outros, entretanto, distorcem o comércio, retardam o desenvolvimento e minam o sistema multilateral com uma teia de discriminações.

Uri B. Dadush. Foreword. In: Richard Newfarmer (editor). Trade, Doha, and Development — A window into the issues. Washington, D.C: The Word Bank, 2006 (com adaptações).

Considerando que a declaração de Uri B. Dadush tem caráter unicamente motivador, apresente o conceito de regionalismo comercial, discuta sua adequação ao regime multilateral vigente e indique os riscos e oportunidades que as áreas de comércio preferencial proporcionam aos países que as integram. Em sua resposta, discuta em que medida a Parceria Trans-Pacífico — o acordo firmado, em 2015, entre Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Cingapura, Estados Unidos da América, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru e Vietnã — amplia ou ameaça o regime comercial erigido em torno da OMC.

Extensão máxima: 60 linhas [valor: 20,00 pontos]

Média: 12,2 amp. / 10,7 cotas negros.

Desvio padrão: 3,8 amp. / 3,1 cotas negros.

Débora Antônia Lobato Cândido – 19/20

O regime de comércio internacional estabelecido pela Organização Mundial do Comércio não é incompatível com iniciativas regionais de liberalização comercial, como fica claro no próprio acordo constitutivo da OMC, o qual prevê exceções ao princípio da nação mais favorecida. Não obstante isso, o número crescente de acordos regionais cria riscos relevantes ao regime multilateral, sobretudo no que concerne à normatização de áreas ainda não reguladas multilateralmente. Em um novo padrão de comércio internacional, em que as cadeias globais de valor assumem predominância, os acordos regionais são, certamente, relevantes, mas corre-se o risco de que poucos países, como

aqueles que formam a Parceria Trans-Pacífica, passem a estabelecer as regras do comércio internacional.

O regionalismo comercial não é fenômeno recente, podendo-se associar este conceito já à iniciativa de integração econômica europeia em meados do século XX. Contudo, esse fenômeno ganhou relevo na década de 1990, quando vários países optaram por constituir blocos econômicos para ampliar suas respectivas competitividades em um mundo crescentemente globalizado. Nesse sentido, pode-se falar tanto em regionalismo aberto, qual promove a "criação de comércio", quanto em regionalismo fechado, o qual promove o "desvio de comércio". Recentemente, o conceito de regionalismo comercial ganha novas matizes, com a multiplicação de iniciativas inter-regionais, que visam não apenas a liberalizar os fluxos comerciais, mas, sobretudo, a regulamentar procedimentos econômicos, alfandegários e logísticos dos países, de modo a permitir a maior integração das cadeias produtivas desses Estados. São exemplos desse novo tipo de regionalismo a Parceria Trans-Pacífica, e as iniciativas de Acordo Trans-Atlântico entre Estados Unidos e União Europeia.

Esse novo tipo de regionalismo comercial, contrariamente ao regionalismo de década de 1990, não pode ser simplesmente dividido em aberto ou fechado, para avaliar sua adequação ao multilateralismo consagrado pela OMC. Isso porque, mesmo que criem fluxos comerciais, como se espera que a Parceria Trans-Pacífica faça, esses acordos inter-regionais podem criar estruturas de normatização paralelas às da OMC, de modo que leve à obsolescência das normas multilaterais existentes. Adicionalmente, como evidenciado pela Parceria Trans-Pacífica, esses acordos tendem a regulamentar áreas ainda não reguladas multilateralmente, como proteção a investimentos e comércio eletrônico. Por os países envolvidos nesses acordos serem, frequentemente, grandes e importantes economias, como Estados Unidos e Japão, as regras estabelecidas "minilateralmente" podem acabar assumindo aplicabilidade global, muito embora vários países tenham sido excluídos do processo negociador.

De todo modo, essas novas áreas de comércio preferencial apresentam riscos também para os países que as integram. Isso porque as economias menores, como Brunei e Peru no caso da Parceria Trans-Pacífica, têm pouco poder de barganha face às economias mais representativas do acordo, o que as leva a aceitar condições não tão favoráveis nas negociações. Além disso, muitos dos países envolvidos nas negociações desses acordos já são amplamente abertos a importações, de modo que têm menor poder de barganhar aberturas em setores estratégicos de outros países da negociação. É emblemático, nesse

sentido, o caso da Austrália na Parceria Trans-Pacífica, visto que esse país, que já é muito aberto aos produtos estadunidenses, tem dificuldade de abrir o mercado estadunidense às exportações australianas de produtos agropecuários.

Similarmente, existem, também, muitas oportunidades para os países envolvidos nesse novo processo de regionalismo. Primeiramente, há o "efeito agenda", associado à capacidade desses Estados de participar, ativamente, da formulação de regras e normatizações que podem, futuramente, ser estendidas para o restante do mundo. Adicionalmente, há a maior capacidade de participação nas cadeias globais de valor, uma vez que esses países, ao adotarem procedimentos produtivos, operacionais e logísticos harmonizados, se tornam mais atrativos para empresas transnacionais que buscam segmentar suas estruturas produtivas em vários Estados distintos. Em um contexto em que as cadeias globais de valor assumem importância crescente, a maior qualificação para integrar esses circuitos é, certamente, uma importante vantagem comparativa.

Nota-se que o regionalismo comercial atual apresenta substantivas diferenças em relação ao modelo de regionalismo que orientou a formação de blocos como o MERCOSUL. Naturalmente, os novos acordos criam desafios para o regime multilateral, ao estabelecerem uma espécie de "competição estratégica" na produção de normas e regulamentos para o comércio internacional. Isso não implica, necessariamente, que os novos acordos sejam uma ameaça ao regime comercial da OMC. Em verdade, tais acordos podem prover, precisamente, o incentivo à retomada e à conclusão de importantes acordos no âmbito da OMC.

Diego Alfieri – 18/20

Desde a assinatura, em 1947, do GATT – Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas, vem-se desenvolvendo um sistema multilateral de comércio baseado nos princípios da não discriminação e da transparência. Esse processo ganhou ímpeto em 1994, com a assinatura do Tratado de Marraquexe, que criou a Organização Mundial do Comércio, e com os diversos covered agreements, que passaram a regular, em âmbito multilateral, temas como comércio agrícola, serviços, propriedade intelectual, barreiras sanitárias e fitossanitárias, entre outros. Contudo, desde 2008, a vigente rodada de negociações para aprofundamento do regime multilateral do comércio, a Rodada Doha, tem enfrentado muitas dificuldades para ser concluída. Isso favoreceu a que se desse ímpeto renovado às negociações comerciais regionais. Essas negociações são permitidas pelo artigo XXIV do GATT-94, e os

tratados de livre comércio regionais de primeira geração firmados desde os anos 1990 buscaram aprofundar o compromisso dos países na OMC em termos de reduções tarifárias. Atualmente, porém, com um nível bastante baixo de tarifas consolidadas, os tratados regionais expandiram grandemente seu escopo. São tratados de terceira geração, tratados econômico-comerciais que regulam temas OMC-Plus, como propriedade intelectual e serviços, aprofundando compromissos nessas áreas, e temas OMC-Extra, como convergência regulatória, compras governamentais, comércio e meio ambiente e comércio e normas trabalhistas, avançando em áreas em que o sistema multilateral não consegue avançar. Os principais exemplos do regionalismo comercial são a TTIP – Parceria Transatlântica em Comércio e Investimentos – negociada por EUA e União Europeia, buscando aproximar as duas margens do Atlântico Norte, e a TPP – Parceria Transpacífica – já assinado (out.2015), envolvendo países da Oceania, América e Ásia bandos pelo Pacífico.

Uma análise da TPP permite notar que ele, ao mesmo tempo em que inova em muitas pontos, também se adequa ao regime multilateral vigente. Por um lado, há bastante harmonia entre as normas da OMC e do TPP em termos de solução de controvérsias – fora situações específicas, aplicam-se normas similares às do Entendimento sobre Solução de Controvérsia da OMC -, em termos de e-commerce, em que se mantém a moratória tarifária, e normas de subsídios, antidumping e salvaguardas. Por outro lado, a TPP aprofunda muito a liberalização do comércio de serviços, que, em termos de valor agregado, responde por 54% do comércio mundial; aumenta a proteção da propriedade intelectual, inclusive para a indústria farmacêutica, o que é mitigado pela OMC; estabelece normas de livre concorrência e tratamento nacional para compras governamentais, um setor que os países em desenvolvimento resguardaram no regime multilateral, para barganhar com países desenvolvidos em temas como agricultura e políticas industrialistas. Portanto, ainda que seja impossível prever os resultados do TPP, ainda não em vigor, há influência muito grande sobre o regime multilateral da OMC.

É interessante também analisar que os riscos e as oportunidades dos países que embarcam no regionalismo comercial dependem muito das relações de poder entre eles. Se EUA e UE negociam em pé de igualdade a TTIP e, salvo casos pontuais, vislumbram a possibilidade de ganhos geopolítico e geoeconômicos compartilhados com o acordo, a TPP demonstra uma clara divisão entre países com mais poder, como os EUA e o Japão, e países com menos poder, como Malásia e Vietnã. Para os dois primeiros, é possível imaginar que as oportunidades são maiores que os riscos, que decorrem, sobretudo, da possibilidade de

exportação de empregos. A vigência do acordo permitirá que as indústrias e setores mais pujantes dessas economias tenham mercados abertos nas outras 10 nações. Os EUA, que já são o principal exportador mundial de serviços, poderão, por exemplo, expandir sua participação nesse setor. Para ambos os ganhos também serão geopolíticos e geoeconômicos, pois terão novo instrumento para conter a crescente ascendência chinesa sobre os países da região da Ásia-Pacífico, além disso, serão as principais economias de um bloco que reúne 40% do PIB mundial e que passará a atuar em concertação nos foros multilaterais em prol de acordos que se adequem às regras pioneiras por eles definidas. O fato de haver países em desenvolvimento na TPP enfraquecerá o poder de países como Brasil, Índia e África do Sul, que são bastante assertivos em negociações multilaterais sobre a necessidade de regras mais flexíveis. Já os países menores estarão em posição ambígua. Parte de suas vantagens competitivas que explicam sua grande participação em cadeias globais de valores é reduzido custo de produção doméstico. Esses países poderão sentir dificuldade com a adesão a padrões ambientais e trabalhistas mais rígidos. Porém, a TPP deverá criar uma rede de interesses compartilhados que aproximará os circuitos produtivos desses países-membros e beneficiará as economias menores com investimentos e transferência da tecnologia.

A OMC está diante de um desafio muito grande, o que a obriga a continuar avançando em seu pilar negociador, para manter-se relevante. O acordo de facilitação do comércio e a abolição de subsídios de exportação são elementos importantes desse processo de valorização da OMC, que também poderá beneficiar-se dos avanços em acordos regionais, para destravar alguns pontos de sua agenda.

João Marcelo Conte Cornetet – 17/20

O debate a respeito dos acordos regionais está na ordem do dia da agenda do comércio internacional. Efetivamente, o crescente tratamento de temas não contemplados na Rodada Doha – como comércio de serviços, BNTs, proteção de investimentos e propriedade intelectual – restaura a centralidade desses acordos, porquanto essas áreas são basilares na atual geografia do comércio internacional, fundada em Cadeias Globais de Valor (CGVs). Cabe, portanto, apresentar o conceito de regionalismo comercial, discutindo-se sua adequação ao regime multilateral e seus riscos e oportunidades, além de analisar a Parceria Trans-Pacífico (TPP, na sigla em inglês), cuja importância decorre do fato de que

já foi aprovada e da sua grande abrangência, tanto em temas contemplados quanto em Estados-parte.

O regionalismo comercial é um fenômeno histórico – como demonstra o exemplo clássico da Zollverein no século XIX –, mas seu aprofundamento ocorreu após a II Guerra Mundial. O GATT – tanto em sua versão de 1947 quanto na de 1994 – prevê a possibilidade de acordos regionais, em exceção ao princípio da nação mais favorecida. É necessário, no entanto, que o acordo preveja regionalismo aberto, que compreende o não fechamento ao comércio com o restante do mundo, além da "criação" em detrimento do "desvio"de comércio. Posteriormente, se formaria, na OMC, comitê para julgar blocos regionais, avaliando se seguiam ou não as regras genéricas relativas ao regionalismo aberto, mas esse grupo de trabalho jamais chegaria a conclusão consensual, de modo que não há regras precisas que disciplinem o tema além do disposto no GATT 94. O regionalismo aberto também exige a compreensãoda totalidade ou da quase totalidade das linhas tarifárias, o que a doutrina entende como mais de 85% delas.

O regionalismo aberto, além de adequado ao regime multilateral – observados os requisitos acima –, apresenta oportunidades e riscos aos países que o integram. As oportunidades dizem respeito à possibilidade de avanços em temas cujo tratamento é restrito na OMC em função da dificuldade em se obter consenso em um universo grande de membros. Destacam-se, outrossim, os ganhos de escala, que podem propiciar avanço nas economias participantes que seria inviável não fosse a integração. A CEPAL, nesse sentido, recomenda a integração como meio de superar-se a indústria nascente. Os riscos, por sua vez, estão mais presentes para os PEDs e para os PMDRs, e dizem respeito ao menor poder de barganha durante as negociações – se comparado ao âmbito multilateral, em que somam vozes –, à possibilidade de desindustrialização e à possibilidade de terem de aceitar regras frontalmente contrárias ao seu interesse – como o mecanismo de solução de controvérsias que o México aceitou com o NAFTA, que permite a empresas acionarem governos em arbitragem.

A Parceria Trans-Pacífico (TPP) constitui exemplo de potencial ameaça ao regime multilateral da OMC. No âmbito tarifário, hoje menos importante para a proteção do comércio, não há mudanças substantivas, porquanto as tarifas médias consolidadas já são baixas entre os membros. As partes latino-americanas – Chile, México e Peru –, por exemplo, já tinham acordos de livre comércio com os EUA. A ameaça maior ao multilateralismo coaduna-se com o fato de que o TPP aborda as áreas fundamentais do atual comércio internacional, nomeadamente barreiras não tarifárias (BNTs), comércio de

serviços, proteção de investimentos, defesa da propriedade intelectual e solução de controvérsias. Há grande potencial de que as regras definidas em acordos como TPP, TTIP e RECEP tornem-se padrão internacional, podendo ser incorporadas ao arcabouço da OMC. Países que não participaram das negociações antecedentes, neste caso, podem ter de aceitar regras contrárias aos seus interesses.

O sistema multilateral e a Rodada Doha ganharam novo fôlego com a diretoria-geral de Azevêdo, inclusive com medidas de facilitação de comércio (Bali) e de proibição de subsídios agrícolas à exportação (Nairóbi). Ainda assim, o "trilho"regional, conforme o termo da literatura afeta ao tema, tem avançado de modo mais expressivo. O Brasil deu importante resposta com os ACFIs, acordos de facilitação de investimentos, e com o novo modelo firmado com o Peru em 2016, que inclui serviços e compras governamentais. Frente à geografia cada vez mais dinâmica dos acordos internacionais, cabem soluções criativas e pragmáticas de modo a garantir que o comércio internacional mantenha seu fim último de promover o desenvolvimento global.

Hamad Mota Kalaf – 17/20

A globalização propiciou a desierarquização das agendas internacionais, de forma que assuntos de "baixa política", como o comércio, ganham importância em relação a temas de "alta política". Com efeito, grande parte da atenção da sociedade internacional atual devota-se aos desdobramentos das negociações comerciais em âmbito multilateral e regional. Ao contrário do que é frequentemente alardeado, os dois âmbitos não se excluem, mas, ao contrário, complementam-se. Deve-se atentar, no entanto, para a convergência entre ambos esforços e para que as negociações regionais, dentre as quais inclui-se a Parceria Trans-Pacífico (TPP) não se tornem maneira de reduzir o foro negociador do sistema multilateral.

A evidência maior da complementariedade entre as negociações multilaterais e regionais jaz no art. 24 do GATT 1947, o qual reconhece que o regionalismo comercial é permitido sob o amparo do sistema multilateral. Define-se o regionalismo comercial como a constituição de blocos entre países que compartilham um entorno regional com vistas à redução de barreiras tarifárias e não tarifárias para que se incrementem os fluxos comerciais entre eles. Como destaca Uri B. Dadush, a instituição dessas preferências pode ser "aberta" ou "fechada". O "regionalismo aberto" reduz barreiras entre os integrantes sem intensificar as dificuldades para o restante da comunidade internacional. O regionalismo

fechado ergue barreiras ao comércio fora da região. Em linguajar econômico, o primeiro engendra mais criação de comércio do que desvio de comércio, o segundo faz o contrário. A primeira espécie de regionalismo adequa-se ao sistema multilateral, enquanto o segundo não.

A emergência de grandes negociações regionais ou inter-regionais provê oportunidades e riscos para os páises participantes. As oportunidades, por um lado, referem-se à possibilidade de se tornarem rule-makers, do controle da agenda de negociações e de maior inserção nas cadeias globais de valor. É indubitável que as negociações da TPP, da Trannsatlantic Trade and Investment Partnership e do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia influíram sobre as discussões no âmbito do sistema multilateral. Dessa forma, ao participar dessas negociações, pode-se conformar as regras aos seus interesses. Ademais, as negociações em questão influíram sobre a própria escolha de tópicos a serem discutidos no âmbito multilateral. Por fim, cria-se a possibilidade de inclusão ou aumento da participação nas cadeias de valor vigentes em ãmbito regional.

Por outro lado, há riscos nessas negociações, visto que, em âmbito regional, reduz-se o poder de barganha de estados menores e as regras abrangentes diminuem o policy space das políticas de desenvolvimento. Com efeito, nas negociações regionais, é menor a possibilidade de estados pequenos articularem-se em coalizações de defesa de interesses, como ocorre no âmbito multilateral com o G20, G33 e outros. Ademais, na medida em que essas negociações tratam amplamente de regras como concorrência, compras públicas e investimentos reduz-se a possibilidade de políticas ativas de governos para promoção de fins específicos, como seria o caso de políticas de conteúdo local.

A TPP prevê o aprofundamento das regras em temas já negociados no âmbito da OMC (OMC plus) e regula temas em que não há acordo multilateral (OMC extra). Conforme indica Carlos Cozendey, a negociação regional mais midiatizada no momento não avança muito além das normativas multilaterais já existentes, a não ser em serviços financeiros e pesca. Ademais, as normativas referentes à concorrência e compras governamentais (OMC extra) não são tão específicas ao ponto de dificultarem acordos multilaterais. Dessa forma, o medo de que a TPP venha a ameaçar o futuro do sistema multilateral é, relativamente, infundado, tendo em vista que é possível a convergência entre ambos.

Nota-se que as negociações regionais, ao articularem normativas em certas áreas em que o consenso multilateral foi dificultado, constituem-se "building blocks", sob os quais novas regras da OMC podem surgir. É preocupante, no entanto, a possibilidade de que se trate de mera redução do foro negociador, já que certas regiões permanecem às margens

das negociações. Com efeito, Roberto Azevedo, SG da OMC, considera positiva a negociação de acordos regionais.

Pior questão – 5/20

As negociações comerciais constituem meio crucial de promoção do desenvolvimento, no contexto atual de crescente interdependência entre as nações. A princípio, a coexistência de negociações de acordos comerciais nos níveis bilateral, regional e multilateral não deve ser considerada uma realidade negativa. Trata-se de esforços complementares, e não excludentes, no sentido do desenvolvimento dos povos, desde que não resulte no enfraquecimento do sistema multilateral de comércio consubstanciado na OMC, cuja representatividade e abrangência viabiliza discussões de largo alcance para a conformação de um comércio mais justo.

O conceito de regionalismo comercial é plenamente compatível com o regime multilateral vigente, desde que na modalidade aberta, conforme previsto expressamente no Acordo de Marraqueche, que fundou a OMC. A ressalva da abertura é extremamente relevante, para evitar que os acordos comerciais regionais adquiram características discriminatórias e excludentes em relação a países que não integram os blocos comerciais.

O Mercosul constitui exemplo contundente de regionalismo aberto, que se coaduna com o regime multilateral de comércio. Além de permitir a adesão, como membros plenos, dos países da ALADI ao bloco, o Mercosul dedica-se à celebração de acordos comerciais extrarregionais, a exemplo dos acordos de livre comércio com Israel e Palestina e dos acordos de preferência comercial, como aqueles celebrados com a Índia e com a SACU. O fato de o Brasil se engajar na celebração desses acordos não denota descompromisso com o sistema multilateral de comércio. Ao contrário, a diplomacia brasileira permanece proativa e atuante na OMC, com o objetivo de viabilizar a construção de consenso em torno de regras de comércio mais favoráveis aos países em desenvolvimento e ao aumento dos fluxos globais de comércio.

Embora não sejam excludentes em relação a outros níveis de negociação, as áreas de comércio preferencial apresentam tanto oportunidades quanto desafios aos países que as integram. Apesar de favorecerem a expansão das trocas comerciais e uma maior integração das cadeias de valor, a existência de assimetrias entre os países negociadores pode reduzir o poder de barganha de Estados menores, resultando no aprofundamento de

especializações que podem se revelar maléficas no longo prazo, como é o caso da ampliação do peso de produtos primários na pauta exportadora. Em uma conjuntura de impasse na negociação da Rodada Doha, apesar dos avanços pontuais nas Ministeriais de Bali e de Nairóbi, os países em desenvolvimento se veem na contingência de celebrar acordos que potencialmente proporcionarão riscos às indústrias locais.

Indubitavelmente, a Parceria Trans-Pacífico, uma vez em vigor, proporcionará aumento do intercâmbio entre os países parceiros, sobretudo na área de serviços, que constitui ponto central do acordo. Esse aspecto por si só não fragiliza o sistema multilateral de comércio, que tem por objetivo justamente a expansão do comércio global. A Parceria Trans-Pacífico impõe desafios, contudo, no que concerne ao estabelecimento de normativas à margem das negociações multilaterais. Dada a pluralidade de parceiros, essas regras tendem a conformar novo padrão, que não necessariamente será benéfico aos países em desenvolvimento.

A negociação de áreas de comércio preferencial não deve ocorrer em detrimento do regime multilateral, conforme preconiza a diplomacia brasileira. Com efeito, a existência de regras vinculantes de escopo universal e de um sistema de solução de controvérsias confiável beneficia a todos os países, devendo coexistir com o regionalismo aberto.

GEOGRAFIA

Questão 3

Estudos recentes sobre o processo de urbanização evidenciam um período de transição econômica, social, política, demográfica e territorial decorrente de novas lógicas de produção relacionadas à globalização. Esse processo de globalização impactou a geografia e as realidades urbanas, ao gerar novas configurações que transcendem as fronteiras nacionais. Esses aspectos evidenciam a relevância das cidades na atualidade. Tendo como referência este processo, atenda ao que se pede a seguir.

1 Mencione e discuta as principais transformações da urbanização em escala global.

2 Discorra a respeito do impacto da urbanização sobre o sistema urbano brasileiro.

3 Discorra sobre o impacto dessas transformações sobre a configuração e organização dos espaços intraurbanos.

Extensão máxima: 90 linhas [valor: 30,00 pontos]

Média: 24,9 amp. / 22,2 cotas negros.
Desvio padrão: 5,7 amp. / 4,9 cotas negros.

Daniel Tavares Vidal – 30/30

A urbanização, contemporaneamente, caracteriza-se como fenômeno de abrangência global. Impulsionado pelas novas formas de reprodução do capital e pelas necessidades e imperativos impostos pela globalização, o aumento percentual da quantia da população global vivendo em cidades ocasiona impactos e novas dinâmicas a nível global, regional e local, impactando não somente a vida cotidiana de cidadãos, mas também impactando de modo relevante os sistemas socioeconômicos vigentes.

Os geógrafos Roberto Lobato Correa, em O Espaço Urbano, e Rogério Haesbaert, em Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo, consideram o atual impeto urbano do mundo como decorrência histórica do desenvolvimento e expansão do sistema capitalista em âmbito global. De maneira sintética, argumentamos acadêmicos que a urbanização ocorrida nos países centrais adveio dos processos socioeconômicos

desencadeados pela 1ª e 2ª revoluções industriais, ocorridas no final do século XVIII e a partir da década de 1840, aproximadamente. Esse fenômeno mundial, ainda que localizado, teria culminado na divisão internacional clássica do trabalho, que pressupunha áreas periféricas como fornecedoras de matéria primas e produtos primários. De maneira análoga, todavia, sustentam ambos os geógrafos que a relativa superação do paradigma fordista, com o posterior advento da flexibilização produtiva do capital ("Toyotismo just in time"), na 2ª metade do século XX, contribuiu sobremaneira para o advento de uma nova divisão internacional do trabalho que, explorando menores passivos trabalhistas e ambientais nos países periféricos, impulsionou a alocação de cadeias produtivas no "sul global", imiscuindo-se e potencializand processos urbanos pelos quais essas nações já passavam.

Confirmando essa tendência de aceleração da urbanização em Estados periféricos ao longo do século XX, documento publicado pelas agências funcionais da ONU (Organização das Nações Unidas) entitulado World Population Prospect confirma que, pela primeira vez na história, a humanidade mostra-se predominantemente urbana. No entando, conforme demonstra o professor Milton Santos, ao tratdo do tema em A urbanização brasileira, o processo de desenvolvimento das cidades mostra-se extremamente iníquo e desigual entre as nações ricas e as em desenvolvimento. Ao passo que os países do "Norte geopolítico" contaram com um desenvolvimento contínuo, que pode ser dirigido e cujos problemas puderam ser mitigados, ao longo de dois séculos, os Estados periféricos, impulsionados pelos requisitos dos mercados globais e dotadas de bases estruturais voltadas a demandas externas, completaram caminho de urbanização análogo, mas percorrido ao longo de poucas décadas, ocasionando o desenvolvimento de metrópoles com relevantes desafios e problemas estruturais e, mais recentemente, levando ao que o próprio professor Milton Santos classificou como uma "involução metropolitana".

O exemplo brasileiro ilustra, de maneira consistente, as peculiaridades do processo de urbanização pelo qual tem passado o munod em desenvolvimento. O primeiro censo brasileiro, imperial, de 1872, indicava que somente 7% da população brasileira, então, vivia em cidades. Confirmando a aceleração do crescimento das cidades experimentado ao longo do século XX, é relevante que o 1º censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e de Estatística) que mostra o predomínio da população urbana do país, o censo de 1970, tenha dado lugar a dados do censo de 2010, que revela, de modo importante, que mais de 84% da população brasileira, atualmente, resida em cidades. Esse processo, mais do que

mera referência numérica, evidencia decorrências importantes da urbanização no país: ao passo que houve o decréscimo da natalidade (atualmente em 1,9 filhos por mulher), corolários da vida urbana, a exemplo da diminuição de famílias e da inserção da mulher no mercado de trabalho acarretaram a desaceleração do crescimento populacional brasileiro (atualmente, em 1,17% ao ano).

Maria Laura da Silveira, assim como Milton Santos, em Brasil: território e sociedade no início do século XXI, identificam diversas tendências e impactos da urbanização no sistema urbano brasileiro. De maneira específica, os acadêmicos lançam luz acerca da rapidez com qe o processo se deu e nos problemas e desafios estruturais ocasionados pelo processo em questão. O aumento da participaçãode atividades terciárias no PIB brasileiro, assim comoo desenvolvimento de novas metrópoles (como Brasília, Goiânia e Manaus, que não constavam inicialmente nos estudos do IBGE ednominados "REGIC"). Porém, conforme explicam ambos os autores, o desorganizado crescimento metropolitano, no Brasil, ocasionou o advento de deseconomias de escalas, que, cominadas com incentivos fiscais de áreas não tão centrais à economia nacional (a "guerra dos lugares") e à implantação do que José Graziano da Silva (A nova dinâmica da Agricultura Brasileira) designou como Complexo Agroindustrial, levou a relativa "involução metropolitana" e ganho de importância das cidades médias, a partir dos anos 1980.

Essas novas dinâmicas, entretanto, acarretam mudanças significativas à organização dos espaços intraurbanos e à vida cotidiana dos habitantes de cidades. David Harvey, em Social Justice and the city, elucida que, por conta da lógica muitas vezes excludentes da globalização e da reprodução de capital, é cada vez mais comum que o espaço urbano seja colocado a serviço de interesses corporativos e/ou de grupos internacionais. O acadêmico menciona, como exemplo, dessa dinâmica, a coexistência, em Londres, na "City' financeira, assim como na Costa Oeste dos EUA (o "vale do silício"), entre megacorporações tecnológicas e financeiras com uma parcela cada vez maior de sem-tetos e demais pessoas em situação de vulnerabilidade. Esse peocesso, no entanto, repete-se na periferia do capitalismo, na qual, de modo frequente, movimentos sociais e organizações não governamentais opõem-se a projetos de reestruturação ou de renovação urbanas que, segundo seus critérios, concentram-se em áreas mais ricas, já integradas ao fluxo financeiro internacional ou priorizam a valorização de áreas visadas por empreendimentos imobiliários.

A globalização, assim como a urbanização e acontemporânea reprodução do capital interligam-se, nos âmbitos global, regional e local. O crescimento do número de

habitantes de cidades, fenômeno marcante acelerou-se ao longo do século XX, ocasionando novas dinâmicas complexas e, muitas vezes, contraditórias, refletindo, desse modo, as características diversas e multifacetadas dos processos que o estimularam.

Marianna Brück Goulart – 30/30

"Vivemos uma macro-urbanização", afirmou o geógrafo brasileiro Milton Santos. A percepção do intelectual se verifica se observarmos que 54% da população mundial reside em áreas urbanas, número que tende a crescer com a transformação da Ásia e da África em continente majoritariamente urbanos. A urbanização é fenômeno recente na história da humanidade; tende, no entanto, a estabilizar-se ainda nesse século: como a urbanização é o crescimento das cidades maior que o do campo, entende-se que o processo é limitado - o meio urbano não pode crescer eternamente. A afirmação de Edward Soja de que, mais que uma luta entre classes, o capitalismo enseja uma luta entre lugares, se verifica na análise da urbanização, fenômeno que revela, no espaço, as assimetrias da contemporaneidade.

Em escala global, as transformações da urbanização revelam as desigualdades entre Norte e Sul. Ao passo que a urbanização dos países que experimentaram as Revoluções Industriais foram lentas e sustentadas, a urbanização tardia daqueles que se industrializaram no século XX foi acelerada e macrocéfala. O crescimento do meio urbano, nos países centrais, deveu-se à industrialização: polos próximos das matérias-primas, como o vale do rio Pó (triângulo Turim-Milão-Gênova), na Itália, ou as bacias carboníferas britânicas, experimentaram crescimento pautado pela geração de infraestrutura e aumento gradual na qualidade de vida. Os países periféricos, por sua vez, industrializaram-se tardiamente, pautados por um modelo rent-seeking no qual ganhos de produtividade se revelaram nos lucros e não nos salários e capital-intensive, ao invés de labor-intensive. Nesses, portanto, não foi a indústria, mas a miséria que fomentou o êxodo rural e o crescimento das cidades. O processo foi acelerado e permeado por um contingente populacional que, se era miserável no campo, permaneceu miserável nas cidades. Ao passo que a urbanização gerou, nos centrais, a permanência de espaços densos, fluidos, rápidos, do mandar e luminosos, nos periféricos prevaleceram espaços urbanos rarefeitos, viscosos, lentos, do obedecer e opacos.

O Brasil não fugiu à regra do Sul global. No final do século XIX, a urbanização iniciou-se no país, ganhando impulso a partir dos anos 30. Esse fenômeno impactou o

espaço nacional na medida em que implicou macrocefalia urbana, periferização, favelização, urbanização terciária e involução metropolitana. A rede urbana brasileira, inicialmente bastante macrocéfala, observou a predominância da região concentrada (Sul e Sudeste) sobre as demais, na medida em que esse polígono da aglomeração industrial, para usarmos a metáfora de Clélio Campolina, concentrou as atividades dos setores secundário e terciário, no século XX. Nas últimas décadas desse século, contudo, o modelo de acumulação fordista-keynesiano foi substituído pelo modelo de acumulação flexível, como explica David Harvey. Essa transformação, associada à abertura brasileira e à consolidação dos complexos agroindustriais no campo (os quais fomentam a urbanização), impactou a rede urbana pátria.

Com a desmetropolização (crescimento das cidades médias superior ao das metrópoles), os fenômenos da fazenda-dispersa e da fábrica-dispersa propiciaram certo alívio na característica macrocéfala da rede urbana brasileira. Antes concentrado nas capitais e na região concentrada, o dinamismo espraiou-se para novos polos como Barcarena, no Pará, Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, ou Camaçari, na Bahia. Esse espraiamento, no entanto, não foi acompanhado do compartilhamento do comando. A região concentrada resta como o grande polo nacional do mandar, ostentando o mais desenvolvido meio técnico-científico-informacional. Embora esse meio também se faça presente nas demais regiões, essas restam como espaços que obedecem. Às metrópoles tradicionais, no entanto, não couberam apenas os bônus da nova dinâmica urbana nacional: a involução metropolitana pauta esses espaços, os quais produzem pobreza pelo seu modelo espacial segregador e pelo seu modelo econômico terciário.

Na escala local, os espaços urbanos também revelam as assimetrias da hodierna "globalização como perversidade". A urbanização leva, muitas vezes, espaços luminosos a privilegiarem as verticalidades (relação com o globo) em detrimento das horizontalidades (relação com o entorno imediato). Saskia Sassen chamou cidades globais os centros urbanos que representam um "nó"entre seu país e os demais, polarizando, com suas decisões, todo o globo. Esses espaços tendem, no entanto, a prestigiar mais uma das pontas da corda da qual são o nó: a das verticalidades. No espaço, tal escolha se revela por meio da segregação, autossegregação e gentrificação. São Paulo, cidade global de tipo **α**, segundo o GAWC, revela a segregação em seu espaço, de que são exemplos o "declínio do centro" e o surgimento de "novos centros", como os Jardins e a avenida Oscar Freire. O Rio de Janeiro, cidade global de tipo **β**, viveu a refuncionalização urbana na medida em que gentrificou-se a região que hoje abriga o Porto Maravilha. Nesse exemplo, a reação das

horizontalidades, pautadas pelo conceito de lugar, ocorreu com base na reivindicação do "direito à cidade", como chama David Harvey: "porto maravilha pra quem?", perguntavam os manifestantes. Mesmo as cidades que não são globais vivenciam as contradições capitalistas em sua configuração espacial, na periferização, na favelização e na segregação. Nesse sentido, é sintomático o fato de o World Cities Report de 2016 apontar que houve aumento absoluto das favelas no globo.

Na aparente contradição entre aldeia global e local, Roland Robertson criou o termo "glocal", para expressar a coexistência, e não oposição, dessas dimensões uma na outra. Os espaços locais, sobretudo os luminosos, tendem a preferir o "glo" ao "cal", subvertendo uma relação que deveria ser de simbiose. A reação dos grupos excluídos deve ocorrer, como preconizou Milton Santos, pelas mesmas bases da globalização excludente. Nesse sentido, a urbanização promove a sociodiversidade, a qual deve pautar a luta por espaços urbanos mais justos e equilibrados. Essa dinâmicaica urbana renovada deve, então, ser transposta para a escala nacional e para a global, em um contágio positivo no qual a urbanização levará ao "mundo como ele pode ser".

Lucas Andrade Aguiar – 30/30

De acordo com o World Urbanisation Prospects, a humanidade tornou-se majoritariamente urbana em 2008. Isso se faz acompanhar por um processo de transição que redunda em mudanças na dinâmica social, política e econômica dos espaços urbanos, processos estes que tendem a se diferenciar de acordo com o nível de desenvolvimento de cada país. Apesar de esses processos ocorrerem de maneira diferenciada em cada país, nota-se uma tendência global de acentuação das desigualdades, o que repercute em dinâmicas urbanas distintas em países centrais e periféricos. Cabe, nesse contexto, discorrer a respeito das principais transformações da urbanização em escala global, assim como os impactos de processo no sistema urbano brasileiro. Por fim, cabe discorrer como essas mudanças repercutem na organização dos espaços intraurbanos.

A primeira transformação que se observa na urbanização global é sua maior aceleração. É inegável o crescimento em escalas sem precedentes de espaços urbanos em países periféricos, o que se nota, por exemplo, com a multiplicação de megacidades (com mais de 10 milhões de habitantes) nos continentes asiático e africano. Por outro lado, é sintomático que a expansão de espaços urbanos em países centrais, assim como na América Latina, tem arrefecido nas últimas décadas, o que favorece o maior planejamento de

espaços urbanos. Já na Ásia e na África, como o crescimento dos espaços urbanos tem-se dado de maneira muito acelerada, o que pode ser explicado, por exemplo, pela especulação fundiária no continente africano, que acarreta massivo êxodo rural, o planejamento urbano é precário, o que remete ao processo de consolidação e acentuação de desigualdades propiciado pela globalização.

A segunda transformação digna de menção é uma maior tendência à concentração dos espaços urbanos em países periféricos e emergentes. Ao passo que, na década de 1970, apenas Nova York e Tóquio figuravam na categoria de cidades com mais de 10 milhões de habitantes, atualmente, diversas cidades se alçaram a esse patamar, estando localizadas, majoritariamente, em países emergentes e periféricos. A Índia e a China apresentam-se, atualmente, como os países que mais detêm megacidades. Esse processo de concentração urbana é, sobretudo, negativo, uma vez que redes concentradas apresentam maiores desafios aos formuladores de políticas urbanas e, quando ocorrem em contexto de planejamento precário, tendem a redundar em espaços urbanos com alto grau de marginalização endógena e uma série de outros problemas.

Por fim, a terceira transformação da urbanização em escala global é o processo de concentração das cadeias globais de valor, o que tende a, novamente, marginalizar países emergentes e periféricos. As regiões de urbanização mais recente, como a Ásia e a África, sobretudo esta, tendem a estar alijadas do processo de globalização, uma vez que suas cidades se encontram precariamente inseridas nessas cadeias. Em decorrência disso, esses conglomerados urbanos tendem a especializar-se em atividades produtivas do setor terciário de baixo valor agregado, o que estimula, por exemplo, altas taxas de natalidade, dado que são atividades intensivas em mão de obra, o que faz as famílias terem mais filhos para ampliar sua renda, o que, inegavelmente, afeta o desenvolvimento desses países. A periferização desses conglomerados urbanos faz-se notar, por exemplo, na categoria de "cidades globais", a qual inclui redes urbanas conectadas a essas cadeias de agregação de valor: majoritariamente, tais cidades encontram-se em países centrais, o que contrasta com a preponderância de mega-cidades em países periféricos.

Esse processo apresenta diversos impactos no sistema urbano brasileiro. Pertencente à segunda onda de urbanização, o Brasil já apresenta maior estabilidade no seu processo de expansão de redes urbanas, espaços estes que já se encontram, largamente, saturados. Especialmente a partir da década de 1980, o Brasil tem passado por processo de "desmetropolização", com a desconcentração de eixos produtivos para cidades médias e o maior crescimento destas. Dessa forma, no que se refere à aceleração e à concentração, o

país encontra-se em cenário mais auspicioso que seus homólogos asiáticos e africanos. Entretanto, é sintomático que os espaços urbanos brasileiros ainda se encontram largamente concentrados nos extremos, com significativas parcelas da população vivendo em cidades pequenas ou mega-cidades. Isso se dá em decorrência das escassas oportunidades que as cidades médias ainda apresentam para a mão de obra de baixa qualificação, uma vez que o setor terciário de baixo valor agregado ainda se encontra concentrado nas mega-cidades.

Já no que concerne à inserção do país nas cadeias globais de valor, esta ainda esta aquém do ideal, haja vista que poucas cidades brasileiras figuram na categoria de "cidades globais". Em decorrência disso, certos serviços e eixos produtivos, como o mercado financeiro, ainda se encontram extremamente concentrados em mega-cidades. Isso dificulta a desconcentração urbana no país e obsta sua maior inserção nas cadeias globais de agregação de valor, prejudicando, com isso, seu desenvolvimento.

Por fim, o processo de urbanização em escala global também afeta a organização dos espaços intraurbanos. Isso se pode observar, por exemplo, com a significativa presença de conglomerados urbanos subnormais (favelas), sobretudo em países periféricos e emergentes. Isso se dá em decorrência da maior aceleração e concentração da urbanização verificada nesses países, o que impede a implementação de políticas públicas adequadas e o melhor planejamento do espaço urbano. Observa-se, com isso, o fenômeno da "periferização" dos espaços urbanos, uma vez que, em decorrência da especulação imobiliária em regiões centrais da cidade, as populações de baixa renda tendem a deslocar-se para a periferia das cidades. Outro fenômeno que se observa são os danos ambientais advindos desse processo, como a contaminação de recursos hídricos em decorrência da ausência de saneamento adequado.

Em decorrência desses desafios, a nova configuração dos espaços urbanos exige a adoção de modelos que visem a conter esses efeitos negativos. Um exemplo seria o modelo de "cidade sustentável", uma das metas propostas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visa a congregar os viéses econômico, social e ambiental de desenvolvimento, a fim de propiciar espaços urbanos integrados, igualitários e plenamente inseridos em estruturas de agregação de valor. Outro exemplo seria a revitalização de espaços públicos, que são fulcrais para a participação da população urbana no processo política e para sua maior integração. Outro fenômeno que se observa na organização de espaços intraurbanos é o surgimento de conglomerados urbanos transfronteiriços, que exigem políticas de integração adequadas.

São, pois, patentes as transformações verificadas no processo de urbanização em escala global. Isso se dá, principalmente, pela sua maior aceleração, concentração e alheamento de estruturas globais de agregação de valor. Faz-se, portanto, premente integrar esses novos espaços urbanos por meio de políticas que visem a sanar esses óbices, tal como o modelo "cidade sustentável".

Rodrigo Ponciano Guedes – 30/30

O processo de urbanização intensificou-se globalmente no século XX, com o fenômeno da industrialização. Verificam-se, no entanto, processos de urbanização regionais distintos, havendo uma nítida diferença na evolução urbana entre países de industrialização antiga e tardia. Não obstante essas diferenças, é nítido o impacto na geografia e nas realidades urbanas causado por um fenômeno que transcendeu as fronteiras nacionais. A globalização imprimiu novas lógicas de produção que hierarquizou lugares e pôs em evidência o papel das cidades nessa hierarquização.

As transformações urbanas verificadas nos países centrais evidenciaram uma lógica de planejamento dirigida pelo Estado. Nesse sentido, foram constituídas redes urbanas com melhor infraestrutura, em que os fixos obedeceram a uma racionalidade de longo prazo, a favor do desenvolvimento das cidades. Em países periféricos, é mais comum a ocorrência de manchas de urbanização não planejada, em que os problemas relacionados ao crescimento das cidades são potencializados justamente pela falta de racionalidade prévia na sua constituição. Exemplos de urbanização desordenada, segundo Sergio Buarque de Holanda, são as cidades de colonização lusitana.

Os diferentes estágios de urbanização não impediram que, assim como ocorreu nos países centrais, os países periféricos testemunhassem o surgimento de fenômenos como metropolização, deseconomias de aglomeração e "guerra de lugares". Em todos os quadrantes do planeta, há cidades que constituem o centro de comando de uma determinada região, bem como os processos de desmetropolização e desconcentração industrial. Nesse sentido, também se identifica no processo de globalização a hierarquização de cidades entre diferentes países.

A lógica dessa hierarquização resta evidenciada na classificação das metrópoles globais em relação às metrópoles nacionais e regionais. Nova Iorque constitui exemplo de metrópole global, enquanto São Paulo pode ser entendida como uma metrópole nacional.

Outro fenômeno que merece ser comentado é a “megalópole”, quando há a união física entre duas metrópoles.

A urbanização tardia do Brasil ocorreu de forma acelerada, tendo ímpeto a partir dos anos de 1950. A conformação de grandes cidades concentradoras de oportunidades em uma ilha pouco dinamizada internamente contribuiu para o inchaço de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Nesse sentido, verificou-se um crescimento desordenado nessas cidades, em que a infraestrutura e serviços públicos de qualidade (saúde, educação, saneamento básico) não puderam acompanhar esse crescimento. O impacto dessa urbanização desordenada e não planejada impôs severos desafios ao sistema urbano brasileiro, que se conformou (e ainda se conforma), em larga medida, de maneira reativa frente à urbanização constante.

Uma das medidas racionais adotadas para reverter o aspecto reativo da urbanização brasileira manifestou-se com a criação do Ministério das Cidades e a promulgação do Estatuto da Cidade, na esfera federal. Com isso, pretendeu-se estabelecer linhas-mestras do planejamento urbano nas políticas públicas nacionais e regionais, mitigando-se os efeitos deletérios da falta de racionalidade prévia no sistema urbano nacional.

As transformações da urbanização estabeleceram, portanto, hierarquias e impôs uma configuração dos espaços intraurbanos. O processo de globalização salienta essa hierarquização, por exemplo, na configuração das cadeias globais de valor no comércio internacional. Ademais, identifica-se a intensificação da divisão internacional do trabalho, em que países centrais produtores de manufaturados ainda se mantêm acima na cadeia de comando sobre países periféricos produtores de bens primários, apesar das diversas contestações desse statu quo vigente.

Marshall McLuhan teorizou que a globalização causaria uma homogeneização do mundo sob os aspectos políticos, econômicos e sociais, conformando-se, ao fim desse processo, uma “aldeia global”; no entanto, a dinâmica da urbanização sob o processo de globalização realçou justamente as diferenças entre os lugares, conforme previu Milton Santos.A geografia e as realidades urbanas foram severamente alteradas pela globalização. A dinâmica centro-periferia tem sido ditada pelas cidades globais, que constituem os centros decisórios mundiais, em simetria ao que ocorre entre as metrópoles nacionais e as demais cidades no âmbito doméstico.

Em escala nacional, verifica-se um ambiente disciplinado pelo direito interno, enquanto que, em escala mundial, a globalização por vezes extrapola o direito internacional e desenvolve-se em ambiente anárquico. Nesse sentido, testemunha-se, não raro, o caráter predatório da globalização sobre as cidades inferiorizadas na cadeia de comando, que ficam condicionadas aos interesses do capital e da lógica da produção.

A globalização pressupunha a eliminação de barreiras, porém impôs limitações na mobilidade de posições entre as cidades. Verifica-se a intensificação e o acúmulo crescente de poder decisório das cidades centrais/globais, enquanto que as demais cidades tendem a permanecer em posição subalterna dentro dessa lógica. O fenômeno da desconcentração industrial também ocorre em âmbito global e evidencia o caráter cada vez mais controlador das cidades globais como centros decisórios e de comando vis-à-vis às demais cidades.

Questão Extra – Jônathas José Silva da Silveira – 30/30

Nas diversas escalas geográficas, a territorialização dos processos sociais, econômicos e políticos ensejados pela globalização tem impactado diretamente os espaços urbanos ao redor do mundo. Na escala global, o processo de urbanização, crescentemente caracterizado pela formação de redes nas quais circulam as diversas funções direcionais oriundas das principais cidades, tem sofrido importantes transformações, as quais influenciam de maneira decisiva a configuração e a organização dos espaços intraurbanos (sic). Na escala nacional, também é importante avaliar como a urbanização tem impactado o sistema urbano brasileiro.

Na escala global, a urbanização tem se caracterizado pela conformação de um sistema urbano reticular ancorado na territorialização do meio técnico-científico-informacional. Em seu início, a urbanização, ao redor do globo, caracterizou-se pela lógica da (sic) Localidades Centrais. Nesse contexto, as principais cidades polarizavam áreas de sua hiterlândia imediata, estabelecendo com elas relações principalmente hierárquicas. O processo de globalização permitiu que as cidades, em especial grandes centros, como Tóquico, Nova Iorque, Londres começassem a exercer influencia (sic) direta em territórios distantes de suas hiterlândias. Esses grandes centros do capitalismo global passariam a constituir os principais nós da rede de fluxos econômicos e de mando que orientam a produção mundial. Consolidam-se, assim, as cidades globais, conforme conceito de Saskia Sassen. Essas cidades, historicamente centrais para o capitalismo global, acumularam, ao

longo do tempo, os equipamentos necessários para que se fixassem em seu território as funções de mando que coordenam a atividade produtiva, bem como os padrões culturais que dominam as localidades.

Essas transformações matizam o conceito de Milton santos, segundo o qual espaço é a acumulação desigual de tempo. Com efeito, Manuel Castells demonstra que a territorialização da hegemonia econômica das cidades globais criou a infraestrutura necessária que nos permite afirmar que, na sociedade em rede, os espaços passaram a organizar o tempo. A concentração das funções de mando em cidades globais e a dispersão das funções produtivas permitiram que as cidades, por meio das novas tecnologias da informação, passassem a se relacionar não apenas de maneira vertical (hierárquica), mas também horizontal (cooperação). Como exemplo, temos os mecanismos informacionais de integração das principais bolsas de valores do mundo. Cidades não globais também se conectam à rede e exercem em relação a elas ações de verticalidade e horizontalidade. Como exemplo, podemos citar a pequena cidade de João Câmara/RN, cujo tecido urbano tem sido diretamente reorganizado pela chegada de empresas multinacionais de energia eólica. Da mesma forma que a população local precisa se adaptar às funções direcionais vindas de centros tecnológicos globais da França ou da Alemanha, as empresas que investem em João Câmara/RN precisam da cooperação da população local na reorganização do espaço urbano e para a adaptação de práticas empresariais estrangeiras à acumulação desigual de tempos no espaço daquela promissora cidade potiguar.

O exemplo de João Câmara/RN é a expressão clara de como as transformações da urbanização em escala global impactam diretamente a configuração e organização dos espaços intraurbanos (sic). A integração das cidades à sociedade em rede implica a necessidade de adaptar seu espaço aos influxos das funções direcionais. Nesse sentido, a lógica de integração aos fluxos globais passa a condicionar, em muitos casos, o próprio planejamento intraurbano (sic). Assim, tempos oriundos de outros espaços se territorializam nas cidades por meio da implantação das próteses necessárias à sua integração à rede. A realização de mega-eventos esportivos também ilustra essas transformações, uma vez que as cidades se organizam não para fazer frente aos desafios enfrentados pela população local, mas para atender aos desígnios de sua inserção internacional, como ocorre no Rio de Janiero, com os Jogo Olímpicos de 2016. Outro exemplo do impacto das transformações citadas no tecido intraurbano é o distrito financeiro de La Défense em Paris, assim como a gentrificação da região de Puerto Madero,

em Buenos Aires. Os investimentos na capital argentina, entretanto, não se mostraram tão exitosos quanto os realizados em Paris.

O sistema urbano brasileiro, por sua vez, também foi influenciado pelo processo de urbanização em escala global. Nossa urbanização, que ocorreu rapidamente, sobretudo em meados do século XX, marcou-se pelo fenômeno da metropolização, muitas vezes, resultando na macrocefalia urbana, como no caso de São Paulo. Nosso sistema urbano, entretanto, nos últimos anos, tem sido caracterizado pelo processo que Milton Santos chamou de involução metropolitana. Embora as metrópoles não parem de crescer, as cidades médias têm se expandido em proporções maiores, o que tem gradativamente harmonizado nossa rede urbana. Inicialmente, nossa rede urbana caracteriza-se principalmente, ou mesmo exclusivamente, por um modelo de Localidades Centrais de base cristaliana, no qual destacava-se a lógica hierárquica e de contiguidade das áreas de influência das metrópoles. Atualmente, observamos um processo no qual as cidades passam a exercer influência direta para além de sua hiterlândia imediata. Da mesma forma, convive com o modelo hierárquico de relações a lógica de cooperação reticular. Ilustra essa tendência a crescente cooperação entre diversas capitais regionais para aperfeiçoar seus serviços e seu planejamento intraurbano.

As novas lógicas produtivas do capitalismo global têm influenciado diretamente as diversas dimensões das relações humanas e de como (sic) estas se vinculam ao território. Nesse sentido, as transformações por que têm passado as redes urbanas em escala global impactam diretamente a configuração do tecido intraurbano. Assim, na sociedade em rede, a territorialização desses novos processos transformam o papel dos espaços, que tornam-se forças importantes na organização do tempo, como afirma Manuel Castells. A urbanização brasileira se insere nesse novo contexto, o qual tem influído diretamente na configuração de nosso sistema urbano, cada vez mais integrado aos fluxos informacionais.

Pior resposta – 14/30

O mundo passa por um acelerado processo de urbanização. Países em desenvolvimento, como a India, a China e inúmeros países africanos têm se urbanizado significativamente. A China tem adotado uma estratégia baseada no planejamento urbano, construindo inúmeras cidades para receber os chineses vindos do ambiente rural, de forma a evitar a chamada "favelização"- criação de zonas com habitações e infraestruturas precárias devido ao déficit de moradias urbanas. A maioria dos países,

entretanto, não tem feito um planejamento adequado. A rápida urbanização de países africanos e da India não tem sido acompanhada de investimentos adequados em infraestrutura, o que acarretou a formação de inúmeros bairros periféricos sem saneamento adequado e, muitas vezes, sem nem mesmo ruas adequadamente asfaltadas e acesso à energia elétrica.

O Brasil, atualmente, é um dos países mais urbanizados do mundo, com cerca de 84% de sua população vivendo nas cidades. Esse número parece ter-se estabilizado e, portanto, é possível afirmar que o Brasil não tem sofrido um processo de urbanização. Após 1930, entretanto, o Brasil passou a se urbanizar, processo que se acelerou durante o regime militar e, atualmente, encontra-se estabilizado. Apesar da relação populacional campo-cidade ter-se estabilizado, tem ocorrido importantes mudanças no sistema urbano brasileiro. A população das cidades às grandes metrópoles.

Um importante desafio para o sistema urbano brasileiro é a diminuição de congestionamentos. Ao perder tempo significativo de seus dias no transito, o Brasileiro torna-se menos produtivo. Existem inúmeros estudos demonstrando que os congestionamentos têm impactos muito negativos sobre a economia da cidade de São Paulo, por exemplo. Além disso, a proliferação de automóveis também eleva significativamente os níveis de carbono no ar dessas cidades. A poluição do ar na China, que vem não só dos carros mas também do grande uso de carvão em termoelétricas, tem sido tão significativo que alguns teóricos a tem chamado de "airpocalypse", tendo impactos, inclusive, na expectativa de vida da população.

O planejamento urbano, portanto, deve incentivar o uso do transporte coletivo e, por que não?, de bicicletas. A criação de ciclofaixas e de linhas expressas para o transporte coletivo em São Paulo são práticas que devem ser copiadas e expandidas. A criação de pedágios urbanos, apesar de polêmica, também pode servir tanto como incentivo ao uso do transporte coletivo e de bicicletas quanto como captação de recursos a serem investidos em melhorias no transporte público.

A crescente importância das cidades tem levado à criação de mecanismos que transcendem as fronteiras nacionais e as tradicionais relações intra-estatais. O fórum C40, por exemplo, reune 85 grandes cidades do mundo e tem sido um importante meio de propagação de experiências urbanas bem sucedidas. Vale lembrar que esse fórum tem ênfase em práticas que estimulem o desenvolvimento sustentável e contribuam para a melhor qualidade de vida nas cidades.

A quarta resolução industrial terá impactos significativos nas cidades. A criação de "cidades inteligentes" pode tanto melhorar a qualidade dos serviços urbanos quanto diminuir seus custos. Barcelona, por exemplo, criou um sistema integrado para administrar a iluminação pública, economizando milhões. As possibilidades tecnológicas desses tipos de sistemas inteligentes são quase infinitos. O Uber, por exemplo, tem investido em sistemas automatizados sem a necessidade de motoristas, para carros e ônibus.

Esse tipo de tecnologia, combinado com vias especiais para carros e ônibus automatizados, e a interligação, por meio de um sistema integrado de controle de tráfego, poderá criar um transito mais fluido, limpo e eficiente.

Os desafios para as cidades são muitos e, para enfrenta-los, o compartilhamento de práticas bem sucedidas é indispensável. Fóruns como o C40 devem, portanto, ser incentivados. Os países em desenvolvimento devem investir mais em infraestrutura urbana, especialmente os países que têm enfrentado uma urbanização acelerada. Investimentos em saneamento e em moradias, para esses países, são imperativos. O melhor uso de tecnologias, por meio da criação de "cidades inteligentes", tem um grande potencial de melhorar a qualidade de vida das pessoas e deve, igualmente, ser incentivado.

O futuro da humanidade está nas cidades. Mais de 50% da população mundial habita cidades e esse número só tende a crescer. Melhorar a qualidade de vida urbana, portanto, é imperativo.

Questão 4

Faixas de campos limpos ou campestres sublinham as áreas de cristas quartzíticas e xistos aplainados e mal pedogenetizados dos bordos de chapadões onde nascem bacias de captação de pequenas torrentes dotadas de forte capacidade de dissecação (centro-sul de Goiás). Por sua vez, as florestas-galeria permanecem amarradas rigidamente ao fundo aluvial dos vales de porte médio a grande. Os sulcos das cabeceiras dendritificadas das sub-bacias hidrográficas possuem apenas uma vegetação ciliar, disposta linearmente, em sistema de frágil implantação. As florestas-galeria verdadeiras às vezes ocupam apenas os diques marginais do centro das planícies de inundação, em forma de corredor contínuo de matas; outras vezes, quando o fundo aluvial é mais homogêneo e alongado, ocupam toda a calha aluvial, sob a forma de serpenteantes corredores florestais.

N. AB'Saber. Domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. Ateliê Editorial: São Paulo, 2003.

O capital natural é considerado escasso e frequentemente é apontado como causa de conflitos locais e internacionais. Isso e os visíveis processos de degradação ambiental motivam o encaminhamento de debates e o estabelecimento de políticas em escala nacional e mundial. No que se refere ao Brasil, a riqueza biológica — entendida não só como variabilidade de organismos — atinge seus diversos biomas, a exemplo do Cerrado, mencionado no texto acima. Considerando essas informações, discorra sobre o valor estratégico dos recursos ambientais e as inter-relações entre a geodiversidade do Brasil e os desafios e novos imperativos ao desenvolvimento tecnológico, econômico e social do país. Em seu texto, aborde os temas segurança alimentar, suprimento de água, e acesso e apropriação dos recursos genéticos.

Extensão máxima: 60 linhas [valor: 20,00 pontos]

Média: 12,8 amp. / 13,2 cotas negros.

Desvio padrão: 2,0 amp. / 2,0 cotas negros.

Matheus Pires Uller – 16/20

O capital natural, por sua escassez, torna-se cada vez mais essencial e ganha características de recurso. Sua exploração predatória, no século XXI, não pode ocorrer, já que o valor agregado do capital natural é maior do que o de simples matéria-prima. O Brasil, por seu grande capital natural, prima pela utilização de seus diversos biomas e sua riqueza genética de forma sustentável. Isso significa utilizar os recursos ambientais de forma a desenvolver a tecnologia, a economia e a sociedade do país. Os marcos legais do Brasil permitem a utilização sustentável do patrimônio natural brasileiro, mas há necessidade de medidas para extrair o máximo benefício da biodiversidade da biodiversidade de modo sustentável.

Em relação à segurança alimentar, muito do patrimônio brasileiro foi perdido para a utilização da terra para a produção agrícola. Essa terra nem sempre foi utilizada da melhor forma possível. Por exemplo, metade do bioma Cerrado foi desmatado para a agropecuária, mas as terras desse bioma não são naturalmente férteis. Além disso, dos cerca de 380 milhões de hectares utilizados para a produção, aproximadamente metade refere-se à pecuária, segundo dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Cabe, dessa forma, aumentar a produtividade do campo, por meio da tecnologia, para aproveitar de melhor forma o uso da terra. Propostas da Embrapa, como a integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) ou os sistemas de agrofloresta podem aumentar a produtividade e garantir a segurança alimentar de forma sustentável, sem risco de estresse da terra ou hídrico. A exploração predatória da terra, por sua vez, aumenta o risco de alterações climáticas, o que põe em risco a própria segurança alimentar.

O uso indiscriminado da água é outro risco de longo prazo. A poluição, por um lado, e o uso predatório, por outro, podem por em risco o suprimento desse recurso. O desmatamento é outro fator em relação à água. O próprio Cerrado é exemplo. A constante alteração da paisagem natural no Cerrado afetou a captação da água dos lençóis freáticos e o regime de chuvas. A consequência é a diminuição da vazão de água para bacias tão distantes como a do Amazonas, Tocantins, São Francisco e Paraná. O respeito à promoção integral das matas ciliares deve ser respeitado, assim como o disposto sobre o uso coletivo da água na Política Nacional de Recursos Hídricos de 1997. O aumento da produtividade é outra solução para o desenvolvimento sustentável em relação ao suprimento da água. A exploração dos aquíferos, como o Guarani e o SAGA, deverá respeitar esses princípios, sob pena de predação sem desenvolvimento dos recursos hídricos.

Os compromissos internos, como o Marco Legal da Biodiversidade de 2015 e o próprio artigo 225 da Constituição Federal, e externos, como as Metas de Aichi e o Protocolo de Nagóia (ainda não ratificado), preveem maior preocupação com o acesso e a apropriação dos recursos genéticos pela população local. De fato, a exploração predatória da biodiversidade associada ao capital internacional levou, historicamente, ao alheiamento da população local ao patrimônio natural existente em seus lugares. Reunir a população ao seu patrimônio é mister para o desenvolvimento social. Além disso, o conhecimento tradicional pode auxiliar na inovação e no desenvolvimento tecnológico. Diversos fármacos e cosméticos foram desenvolvidos com base no conhecimento tradicional de populações locais, gerando aumento de valor agregado, o que, em uma política equitativa de acesso, significaria maior desenvolvimento local. De toda forma, a biodiversidade não pode ser alvo de predação, uma vez que seu valor em desenvolvimento sustentável é maior.

Diversos geógrafos, como Bertha Becker, apontaram para a utilização sustentável como modo de promover o desenvolvimento a partir dos recursos ambientais. O valor estratégico do patrimônio natural brasileiro é muito maior do que o de matéria-prima. A utilização sustentável dos recursos de biodiversidade poderão impulsionar a segurança alimentar, o suprimento de água e o acesso e apropriação dos recursos genéticos pelas populações locais. O uso predatório, diferentemente, será responsável por extinguir os possíveis benefícios para o desenvolvimento oriundo dos recursos naturais.

Lucas de Brito Lima – 16/20

Os imperativos do desenvolvimento sustentável do Brasil, conjugando-se crescimento econômico, preservação ambiental e promoção da inclusão social implica a mediação de conflitos entre diferentes necessidades humanas com relação ao capital natural do país. Nesse contexto, ganha importância a ferramenta de zoneamento ecológico-econômico pelo Estado, de forma a garantir a ocupação ordenada do território nacional, considerando aspectos econômicos, as necessidades sociais e os riscos potenciais da implantação de atividades produtivas sobre os biomas do país. A crescente escassez dos recursos naturais, aliada a sua desigual distribuição pelo mundo, confere importância estratégica ao bom manejo do capital natural do Brasil e à incorporação da exploração sustentável da biodiversidade do país a processos produtivos intensivos em tecnologia.

A modernização da agricultura brasileira, em que se privilegiou a monocultura para exportação, impõe ao poder público a necessidade de assegurar-se a viabilidade da pequena agricultura, para o mercado interno, que se vê ameaçada pelo aumento dos preços das terras e pela necessidade de maiores investimentos para a mecanização das lavouras. Incentivar a produtividade de cultivos como o arroz, feijão e mandioca permitiriam a redução das áreas plantadas e assegurariam a segurança alimentar. Com relação às grandes culturas, como soja, milho e trigo, o aumento da produtividade ensejaria menor conversão de pastagens naturais ao uso agrícola, possibilitando a redução do desmatamento. Tona-se igualmente necessário assegurar a manutenção da variabilidade genética, tantos dos cultivos voltados para a exportação quanto os cultivos locais, para minimizar o risco de que alguma praga possa levar à eliminação de grande parte das lavouras. Nesse sentido, a atuação da Embrapa para desenvolver novas variedades de sementes e conservar a diversidade genética nacional é instrumental para reduzir-se a dependência de grandes empresas transnacionais, como Monsanto, e, assim, garantir a segurança alimentar do país.

A água representa um desafio com características distintas para cada região. No Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a concentração populacional, da agropecuária e da geração de energia hidráulica impõe ponderação aos Comitês Gestores das bacias hidrográficas, para arbitrar entre as diferentes necessidades sociais e econômicas, como evidenciou a crise hídrica de 2014 e 2015 no Brasil. No Cerrado, em particular, a agropecuária moderna pode ocasionar degradação ambiental que afete importantes bacias hidrográficas, com repercussões nas outras regiões. No Norte, o desafio é garantir a qualidade das águas dos rios para abastecimento e equacionar as necessidades de navegabilidade e de produção de energia hidráulica. No Nordeste, é preciso superar a ideia de que a falta de água é o grande causados de subdesenvolvimento; inovações tecnológicas permitiram o surgimento de novas atividades econômicas, adaptadas ao regime hídrico, e a convivência humana com a escassez que caracteriza o bioma caatinga, predominante na região.

Os recursos genéticos do país adquirem maior importância com as inovações tecnológicas, sobretudo na biotecnologia, e implicam a necessidade de garantir-se a repartição dos benefícios deles decorrentes com as comunidades locais responsáveis por sua descoberta e exploração. Atende a essa necessidade o Protocolo de Nagoya da Convenção-quadro da ONU para a biodiversidade, que entrou em vigor em 2014, mas não para o país. Esses recursos são fundamentais para o projeto que Bertha Becker imaginou para a Amazônia, em que a utilização da diversidade genética em processos produtivos de

ponta, na região, permitiria a inserção nas economias nacional e global sem o recurso à exploração extensiva de floresta e o desenvolvimento social regional.

Os atuais imperativos do desenvolvimento tecnológico, econômico e social do país conferem importância renovada à geodiversidade brasileira e à necessidade de o governo atuar como ordenador das necessidades humanas e do capital, de modo a garantir o desenvolvimento sustentável. A grande biodiversidade do país é capaz de fornecer as condições necessárias para a evolução da sociedade brasileira, sem esgotamento dos recursos naturais. Nesse contexto, as inovações tecnológicas tornam-se instrumentais para permitir uso mais consciente e restrito, para a produção industrial, de recursos vitais para a sobrevivência humana, sobretudo a água.

Clarissa Alves Machado – 16/20

Os recursos ambientais tradicionalmente estão no centro de muitos dos conflitos internacionais contemporâneos, como exemplificam as disputas pelos recursos hídricos das Colinas de Golan, no Oriente Médio, as tensões no Mar da China e mesmo os contenciosos sobre restrições de exportação de minerais estratégicos na OMC. A crescente normatização das formas de aproveitamento e conservação desses recursos, nos marcos de uma lógica de desenvolvimento sustentável, é uma das melhores estratégias para evitar potenciais conflitos ou o acirramento dos mesmos.

O Brasil é particularmente engajado nesse tema. Dotado de vasto território, caracterizado por distintos biomas, formações geológicas e recursos minerais; ampla costa, rica em recursos energéticos e de pesca; e detentor de 12% da biodiversidade mundial, é natural esse interesse, que se reflete na adesão a importantes acordos internacionais e desenvolvimento de regulação doméstica sobre o tema.

Nos marcos da Convenção sobre Biodiversidade e seus protocolos de Cartagena e Nagoia, o país estabeleceu regulações sobre biossegurança e aproveitamento de recursos genéticos. A Lei de Biossegurança (2005) buscou disciplinar o uso de Organismos Vivos Modificados no país de modo a conciliar nossas necessidades de desenvolvimento tecnológico, segurança alimentar e proteção do meio ambiente. O país ocupa posição peculiar nesse temário: é, ao mesmo tempo, país megadiverso, o que, nos marcos do "princípio da precaução", acirra as preocupações que o uso de OVMs de modo irresponsável pode gerar à biodiversidade, e um grande produtor agrícola, expressivo produtor de OVMs.

Quanto ao aproveitamento de recursos genéticos, destaca-se a Lei sobre a Repartição dos Benefícios Associados ao Uso desses recursos, editada em 2015. A lei busca assegurar que os benefícios obtidos pelas empresas de alimentos, remédios e cosméticos que exploram recursos genéticos e o conhecimento tradicional associado sejam repartidos de forma mais justa, contribuindo para o desenvolvimento do país e dos povos detentores desse conhecimento tradicional.

No que concerne ao suprimento de água, destaca-se a chamada "Lei das Águas", de 1997, que foi fortemente influenciada pelos debates havidos na Conferência Internacional de Dublin sobre o tema. A Lei estabeleceu a bacia hidrográfica como unidade de referência para gestão dos recursos hídricos e buscou conciliar a visão da água como recurso econômico e, ao mesmo tempo, como direito social. O Brasil ocupa posição privilegiada na questão do domínio desse escasso recurso ambiental que é a água doce. Seu território abriga os aquíferos Saga e Guarani cujas potencialidades exigem gestão. No caso do Aquífero Transfronteiriço Guarani, vale mencionar o acordo assinado em 2010 com os demais países cujos territórios se beneficiam de seus recursos (Argentina, Paraguai e Uruguai), visando uma administração concertada desses recursos. É sabido como as diferenças de visão sobre a exploração de recursos hídricos compartilhados pode ser prejudicial para estabilidade da região, como exemplificam o contencioso Itaipu-Corpus, na década de 1970, e o contencioso recente entre Uruguai e Argentina na questão das indústrias papeleras.

País megadiverso, rico em recursos hídricos, geológicos, energéticos, o Brasil busca desenvolver legislação doméstica em consonância com o Direito Internacional buscando evitar que o acesso a recursos ambientais seja motivo de conflito, seja com países vizinhos com que partilha esses recursos, seja com multinacionais estrangeiras interessadas em sua exploração.

Marina Carrilho Soares – 16/20

O século XXI se inicia com a intensificação de debates e de negociações de novos marcos legais destinados a equacionar os dilemas entre o desenvolvimento econômico e social e a manutenção da diversidade biológica. Questões referentes ao aproveitamento de recursos naturais são centrais a essas discussões e apresentam tanto oportunidades quanto desafios no que concerne à sua distribuição espacial e à repatriação de seus benefícios. O Brasil é, nesse sentido, país privilegiado pela diversidade de biomas que abriga em seu

território. Há que se considerar, dessa forma, o valor estratégico desses recursos naturais para o desenvolvimento nacional, além dos desafios que se colocam ao país em termos de segurança alimentar, de suprimento de água e do acesso e da apropriação dos recursos genéticos.

O Brasil constitui um país megadiverso, com grande riqueza biológica contida em seus biomas. A vasta porção territorial combina diferentes climas, formações vegetais e geológicas, resultando na formação geodiversa brasileira. Não obstante a riqueza natural, há desafios que se colocam ao país para o aproveitamento de seu patrimônio ambiental. Além da distribuição heterogênea desses recursos pelo país, notam-se interesses diversos em seu aproveitamento: há, por exemplo, objetivos de cunho mais conservacionista, com comunidades tradicionais e nacionais que se articulam para evitar a dilapidação do patrimônio natural; existem, ainda, interesses de caráter mais economicista, apresentados por governos estaduais e federal, além de companhias multinacionais, atraídos por benefícios financeiros que decorrem da chamada mercantilização da natureza, como assinala Bertha Becker.

Esses dilemas vão se tornando mais latentes conforme a população brasileira se desenvolve e passa a apresentar novas demandas. A segurança alimentar, nesse sentido, é crucial aos imperativos de desenvolvimento do país. O Brasil apresenta potencialidades substanciais para lidar com essa questão, uma vez que tanto a geodiversidade quanto os desenvolvimentos tecnológicos - notadamente aqueles realizados pela Embrapa - permitem que o país seja um dos maiores produtores agropecuários do mundo, tendo menos de 10% de suas terras cultivadas. Há, evidentemente, margem significativa para ampliar a produção de forma intensiva, permitindo conciliar as demandas do mercado externo com aquelas que emergem de um mercado interno que deve ter seu poder aquisitivo gradativamente ampliado. Existem, porém, desafios, sobretudo quando se considera que cerca de metade das propriedades fundiárias destinam-se a uma pecuária extensiva, que avança mesmo em áreas amazônicas. Estabelecer uma pecuária mais intensiva, que combina desenvolvimento tecnológico e a integração entre lavoura, pecuária e floresta- a exemplo da experiência da pecuária verde em Paragominas - torna-se crucial para enfrentar os desafios e imperativos nacionais de segurança alimentar.

O abastecimento hídrico é, também, relevante no atual contexto do desenvolvimento nacional. O Brasil abriga as maiores reservas hídricas mundiais, tanto em águas superficiais quanto subterrâneas. O desafio, contudo, é a heterogeneidade de sua distribuição: a maior parte desses recursos hídricos encontra-se na região Norte, onde se

encontra parcela minoritária da população. O cenário tende a se agudizar conforme se processa o desenvolvimento nacional e a metropolização da população. Há, ainda, que se considerar os imperativos que a pujança crescente do setor agrícola apresenta, além da necessidade de se abastecer os reservatórios das usinas hidrelétricas, haja vista sua participação na matriz energética nacional.

Quanto ao acesso a recursos genéticos, há, também oportunidades e desafios. A megadiversidade brasileira confere posição privilegiada ao país em um momento em que o capital natural e informacional constituem grandes fontes de riqueza. O país tem, com efeito, conferido relevância a essa questão, sendo parte de convenções internacionais sobre o tema, como a Convenção sobre Diversidade Biológica e o Protocolo de Nagoya. A regulação nacional, com o recente Marco da Biodiversidade, também atesta para a importância da conservação e da repartição justa dos benefícios advindos da apropriação de recursos genéticos e do conhecimento dos povos tradicionais. Há, porém, desafios, que incluem a efetiva aplicação desses marcos legais e o desenvolvimento de uma indústria tecnológica nacional que possa traduzir o acesso a esses recursos em benefícios para o país.

Claude Raffestin afirmou que possuir patrimônio natural se torna estratégico quanto este se converte em recursos. A geodiversidade brasileira, nesse sentido, confere posição relevante ao país, sendo preciso, porém, equacionar os desafios que ainda se colocam ao desenvolvimento sustentável nacional.

Pior resposta – 9/20

Os recursos ambientais e geomórficos dos quais dispõe o Brasil, país mega-diverso, têm fundamental valor estratégico para o desenvolvimento econômico, tecnológico e social do Brasil. Segundo Paul Crutzel, vivemos em uma nova era geológica: o Antropoceno. Nessa nova era, não há como separar o tempo humano do tempo profundo da natureza, o qual imperou por milênios na conformação geológica da superfície terrestre. Nesse contexto, constata-se que 90% da atividade vegetal do planeta é influenciada pela ação humana. Ciclos naturais importantes, como o do nitrogênio e o do carbono, também são grandemente impactados pela ação humana. A indissociabilidade entre homem e natureza, portanto, torna imprescindível a promoção do desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: econômica, social e ambiental. O Brasil tem sido ator fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável, uma vez que a sua geodiversidade é central

para que o país logre inserir-se competitivamente na cena internacional, promovendo seu desenvolvimento sustentável.

A geodiversidade brasileira, junto com sua biodiversidade, é um diferencial para o desenvolvimento do país. Em primeiro lugar, sua localização tropical lhe garante um território com diversas características florestais, regimes de chuvas e diversidade biológica. Nesse sentido, o território brasileiro é privilegiado para a segurança alimentar do planeta. Com vastas áreas agricultáveis, com solos férteis (ou tecnologicamente fertilizados) e topografia propícia, a agricultura brasileira é uma das mais produtivas do planeta, com grande potencial de expansão de áreas agricultáveis, sem que seja necessário ameaçar os ecossistemas florestais do país. Da mesma forma, o regime pluviométrico das regiões onde há grande atividade agroexportadora aliado à disponibilidade hídrica, tanto de superfície, quanto em mananciais do subsolo garantem uma oferta hídrica regular, tornando nossa produção ainda mais eficiente. Assim, nossa capacidade de produzir alimentos a baixo custo e com alto valor nutricional nos assegura um lugar fundamental nos debates acerca da segurança alimentar.

Os recursos hídricos do Brasil também colocam o país no centro das discussões sobre o suprimento de água. Além de 2/3 da Bacia Amazônica – o maior caudal de água doce superficial do planeta – encontrar-se em nosso território, contamos com grandes reservas no subsolo, como o Aquífero Guarani e o Sistema de Aquíferos Grande Amazônia (SAGA). Esses mananciais permitem abastecer a produção agrícola, assim como o consumo humano. O desafio é a distribuição desses recursos uma vez a maior disponibilidade hídrica do país encontra-se em áreas de baixa densidade demográfica, o que gera estresse hídrico em outras áreas do território nacional. Essa disponibilidade de água também é fundamental para a matriz elétrica nacional, a qual é suprida, em 64%, por hidroenergia. Isso é possível pela geodiversidade topográfica de nosso território, que permite a formação de quedas d'água naturais propícias para a construção de usinas hidrelétricas. Assim, a disponibilidade de água é um fator fundamental para alavancar nosso desenvolvimento tecnológico, econômico e social.

País mega-diverso, que abriga maior floresta tropical do planeta, o Brasil é rico em biodiversidade. Esse capital genético permite que o país desenvolva as tecnologias necessárias para a apropriação de recursos genéticos. Para isso, o desenvolvimento em tecnologia e inovação é fundamental. Ao se atribuir valor econômico à "floresta em pé", como afirma Bertha Becker, é possível encontrar na Amazônia uma "fronteira de novo

tipo", a qual permitirá a preservação ambiental aliada aos imperativos do desenvolvimento econômico.

A geodiversidade brasileira, na era do Antropoceno, permite ao paí's promover seu desenvolvimento tecnológico, econômico e social por meio do aproveitamento racional de suas riquezas naturais. Essa racionalidade deve se guiar pelos três pilares do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental. Visto que, no Antropoceno, homem e natureza são indissociáveis, cabe ao Brasil utilizar-se de seu capital humano para promover o desenvolvimento sustentável.

ECONOMIA

Questão 1

Nenhum observador perspicaz poderia ter deixado de notar que no início da década de 60 do século XX o Brasil não possuía capacidade administrativa para implementar complexas políticas econômicas. O estilo de governo voltado para questões específicas, como acontecia na década de 50, era mais compatível com um período de expansão econômica do que com uma fase de dificuldades. Por isso nenhum governo que se instalasse no começo de 1964, fosse da direita ou da esquerda, poderia ter evitado a necessidade de uma reforma institucional.

Thomas Skidmore. Brasil: de Castelo a Tancredo. p. 71 (com adaptações).

"Quando eu entrei no ministério o serviço já estava feito. O professor Bulhões e o Roberto Campos tinham terminado a obra de salsicharia."

Delfim Netto, citado em Elio Gaspari. A ditadura derrotada. p. 271.

Considerando os textos acima, discorra sobre a política econômica do regime militar entre 1964 e 1967, abordando os seguintes aspectos:

1 o diagnóstico sobre a inflação e a estratégia anti-inflacionária; [valor: 10,00 pontos]

2 as reformas econômicas e institucionais implementadas, suas principais características e consequências. [valor: 20,00 pontos]

Extensão máxima: 60 linhas [valor: 30,00 pontos]

Média: 28,5 amp. / 27,7 cotas negros.

Desvio padrão: 1,5 amp. / 1,4 cotas negros.

Julia Salles Amaral – 30/30

A ditadura civil-militar iniciou-se em um contexto de profunda instabilidade econômica, marcado por altas taxas de inflação e pelo descontrole das contas públicas. Já

no governo Castelo Branco, a equipe econômica liderada por Bulhões e por Roberto Campos implementaria o PAEG, com a proposição de reformas financeira, tributária, bancária e trabalhista, que viabilizariam, juntamente com o controle da inflação, a estabilização da economia brasileira.

A aceleração inflacionária que remontava, pelo menos, ao governo JK, cujo Plano de Metas foi viabilizado pelo emissionismo monetário, entre outras formas de financiamento, erigiu-se em prioridade do governo Castelo Branco. Nesse contexto, o diagnóstico da inflação adquiriu nuances heterodoxas, já que Bulhões e Campos apontaram como causas não só o excesso de demanda, mas também a inconsistência distributiva da economia brasileira.

Com base nesse diagnóstico, o PAEG propôs uma estratégia anti-inflacionária gradualista. Não se buscava a redução imediata da inflação a patamares baixos; ao contrário, Bulhões e Campos acreditavam ser necessária certa tolerância com a inflação, priorizando seu controle progressivo. Evidências dessa postura foram a correção dos preços públicos e administrados, que disparou a inflação corretiva, e a instituição da correção monetária.

Para garantir a estabilização da economia, Bulhões e Campos propuseram uma série de reformas que reestruturaram, verdadeiramente, a conjuntura econômica nacional. Se, por um lado, a Circular nº. 10 propiciou mudança relevante no âmbito trabalhista, ao instituir o reajuste automático dos salários em substituição às negociações diretas entre trabalhadores e empregadores, por outro, o governo propiciou reajuste de 100% aos funcionários públicos e de 120% aos militares. A Circular nº. 10 erigir-se-ia em mecanismo relevante de arrocho salarial, já que, para os trabalhadores, os reajustes seriam, com frequência, inferiores às taxas de inflação.

No que concerne ao âmbito econômico-financeiro, a criação do Banco Central do Brasil constituiu reforma institucional de suma relevância, pois eliminou as contradições inerentes à cumulação de funções de fomento e de autoridade monetária pelo Banco do Brasil. Além disso, a criação da ORTN e a revogação da Lei da Usura, combinadas com a instituição da correção monetária, ensejaram a reformulação das formas de financiamento dos gastos do governo. Além de viabilizar a captação de empréstimos junto ao público, criou-se efetivo mercado de títulos da dívida pública, permitindo-se, desse modo, o virtual abandono do financiamento inflacionário.

Operou-se, também, uma reforma bancária. Além da criação do Banco Nacional de Habitação, o governo optou pela fragmentação do sistema bancário, de acordo com os tipos de operação realizadas, que seria, posteriormente, revertida por Delfim Netto. Outra reforma crucial foi a tributária, que viabilizou a eliminação dos impostos em cascata, conferindo maior racionalidade e previsibilidade ao sistema. Ademais de criar novos impostos, fornecendo novas fontes de receita ao governo, a reforma tributária ensejou o aprimoramento das atividades de arrecadação.

Embora tenham sido resultado de um projeto de modernização autoritário e conservador, o PAEG e suas reformas viabilizaram reestruturação essencial da economia brasileira. A partir de um diagnóstico com componente heterodoxo da inflação e de uma estratégia anti-inflacionária gradualista, complementados pelas reformas tributária, trabalhista, bancária e financeira, Bulhões e Campos prepararam as bases que permitiram o "milagre econômico", embora às custas do aumento da concentração de renda no país.

Santiago Pinto – 30/30

Compreender o contexto descrito por Thomas Skidmore é fundamental para a análise do sucesso do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), implementado por Mário Henrique Simonsen e Octávio Gouveia de Bulhões (no Ministério da Fazenda) e por Roberto Campos (no Ministério do Planejamento). O governo Jânio Quadros havia tentado conduzir a política econômica ortodoxa para corrigir o desequilíbrio e a inflação herdados de Juscelino Kubistchek e seu Plano de Metas. Igualmente, João Goulart encarregou Celso Furtado com a elaboração do Plano Trienal, de diagnóstico também ortodoxo, e que não resultou nas reformas necessárias. Em razão do foco excessivo em "questões específicas", adiava-se a aplicação do amargo remédio de reformas estruturais e institucionais. O PAEG surge, nesse contexto, como grande programa de governo que pode atacar as raízes da espiral inflacionária, preparando o caminho para o "milagre econômico".

O diagnóstico da inflação do PAEG foi de "inflação de demanda", com mercado superaquecido, descontrole das contas públicas e salários acima da produtividade marginal do trabalhador. Apesar desse diagnóstico predominantemente ortodoxo, a estratégia anti-inflacionária do PAEG foi gradualista e, de certo modo, híbrida, pois apresentava tolerância com a inflação e propunha, mesmo, mecanismos heterodoxos de correção monetária, como as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN). Ocorre que foi essa visão

ortodoxo-gradualista que permitiu as reformas inadiáveis mencionadas por Thomas Skidmore.

Por coerência histórica, é necessário destacar que, após o golpe militar de 1964, o Congresso brasileiro foi fechado e praticamente não houve debate democrático sobre as propostas elaboradas no âmbito do PAEG. Isso não tira o mérito das medidas econômicas por ele realizadas, mas as coloca em perspectiva. As reformas institucionais levadas a cabo pela dupla Bulhões-Campos envolveram a criação de uma autoridade monetária com independência funcional (Banco Central do Brasil – BACEN); a reforma do Código Tributário Nacional (CTN); a mencionada criação das ORTN; a consolidação da unificação cambial iniciada pela Instrução 204/SUMOC de 1961; a criação do sistema financeiro habitacional (SFH); a criação do FGTS em substituição da antiga estabilidade no trabalho; a extinção da Lei da Usura, que impedia uma política monetária eficaz; o achatamento salarial; entre outras medidas que, globalmente, revelam a firme disposição de corrigir os desajustes acumulados nas décadas anteriores.

Trata-se, portanto, de reforçar a característica pragmática do PAEG, na medida em que o sucesso da implementação da estratégia anti-inflacionária somente foi possível por não haver válvulas de escape para os interesses organizados de grupos de pressão nesse momento entre 1964 e 1967. Combinadas, a extinção da Lei da Usura e a criação do BACEN possibilitariam que a política monetária concentrasse artilharia contra a inflação, verdadeiro imposto regressivo que prejudica sobretudo as camadas mais pobres. Não haveria, ainda, preocupação com o controle do câmbio, seja para efeitos de confisco cambial (ágio) ou de proteção ao setor doméstico. O diagnóstico prevalecente na equipe econômica indicava a possibilidade de o país se beneficiar da maior abertura e do ajuste automático do balanço de pagamentos. A reforma tributária e trabalhista buscava, por fim, destravar o que hoje se chama de "ambiente de negócios".

Em seu conjunto, o diagnóstico ortodoxo e a estratégia gradualista possibilitaram a efetividade das reformas implementadas e abriram caminho para que Delfim Netto utilizasse a "casa arrumada" pelo PAEG e a capacidade ociosa oriunda do Plano de Metas para aplicar o 1° PND. Nele, Delfim Netto realizou a mudança do diagnóstico da inflação, passando a combater a "inflação de custos", por meio de minidesvalorizações cambiais competitivas, adotadas a partir de 1968. Com a "obra de salsicharia" realizada, tornar-se-ia mais fácil promover essa nova espécie de socialização das perdas enquanto houvesse liquidez internacional. Nesse sentido, a heterodoxia de Delfim dependeu do êxito da

ortodoxia do PAEG, o que pode servir para lembrar da necessidade de realizar um ajuste fiscal na contemporaneidade e, assim, superar a crise.

Clarissa Alves Machado – 30/30

O Plano de Ação Econômica do Governo, adotado no governo Castello Branco, teve por objetivo promover a estabilidade e o crescimento da economia brasileira. Concebido pelos ministros Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos, diagnosticou que a principal causa de inflação seria o excesso de demanda provocado, sobretudo, pela elevação dos salários.

Com base nesse diagnóstico, buscou-se combater a inflação utilizando mecanismos tradicionais da ortodoxia (política fiscal e monetária contracionistas). A estratégia era gradualista, estabelecendo metas progressivamente menores para cada ano de duração do plano, até alcançar o patamar de 20% ou menos. A política de correção dos salários, peça-chave nesse processo, estabelecia correções com base nas expectativas de inflação projetada pelo governo, que não se confirmavam, o que terminou caracterizando o período como uma fase de contração dos salários reais.

Paralelamente às medidas de combate à inflação, foram realizadas as reformas financeira e tributária. A primeira estabeleceu um sistema financeiro segmentado no Brasil, nos moldes do sistema americano. Com a criação das ORTNs, por meio das quais se introduzia a correção monetária, lançavam-se as bases de um mercado aberto de títulos no Brasil.

A reforma tributária, por seu turno, caracterizou-se pela simplificação do sistema tributário, com a eliminação de impostos redundantes ou pouco relevantes. A redistribuição de competências fiscais entre os entes da Federação reforçou os poderes da União. A reforma também teve caráter bastante regressivo, o que se explica, em grande medida, pelas condições excepcionais em que o país se encontrava então (a reforma dificilmente teria sido aprovada pelo Congresso em um regime democrático). A reforma tributária teve impactos, ainda, no setor externo: sob a lógica de que "imposto não se exporta", foram eliminados alguns impostos em cascata que prejudicavam a competitividade das exportações.

Ainda no contexto das reformas, a Superintendência da Moeda e do Crédito foi substituída pelo Banco Central, nova autoridade monetária do país.

As reformas não apenas estabeleceram as necessárias condições de financiamento para a retomada dos investimentos da economia brasileira, como também criaram capacidade ociosa na economia. Esse quadro favorável explica a frase de Delfim Neto, ministro da fazenda do governo seguinte ao de Castello Branco (Costa e Silva), afirmando que, ao entrar no ministério, "o serviço já estava feito. O professor Bulhões e o Roberto Campos tinham terminado a obra de salsicheria". O PAEG e as reformas do período Castello proporcionariam as condições para a fase seguinte da economia, caracterizada por elevadas taxas de crescimento com manutenção da estabilidade, e por isso chamada de "Milagre Econômico".

As medidas adotadas no âmbito do PAEG transformaram a economia brasileira no curto e no longo prazo. Estabeleceu-se um importante sistema de financiamento e criaram-se as condições para o período acelerado de crescimento dos anos do "Milagre".

Diego Alfieri – 30/30

Quando Castelo Branco formou sua equipe econômica em 1964, atribuiu a Campos e a Bulhões a tarefa de fazer a economia crescer e de controlar a inflação. Para isso, seria preciso reformular o modelo de crescimento brasileiro, pois o desenvolvimentismo e o processo de industrialização por substituição de importações haviam legal uma economia fechada e altamente dependente dos Estados e das estatais. O instrumento para isso seria o PAEG.

A tarefa conjuntural era o controle da inflação, que chegaria a 90%. A equipe econômica inovou ao definir uma meta de redução de inflação para 10% a.a. Em ambiente de grande crescimento como se imaginava para o Brasil, não era factível ter inflação zero. O diagnóstico de inflação indicava que tínhamos uma inflação de demanda provocada por 3 fatores principais: i) alta propensão a consumir devido a política salarial frouxa em ambiente econômico próximo ao pleno emprego; ii) recorrência de déficits públicos; iii) políticas monetária e creditícia expansionista. A tarefa estrutura era lançar as bases para um novo ciclo de crescimento. Entre as principais reformas econômicas e institucionais implementadas podem ser citadas a política salarial, a reforma monetária, a reforma fiscal, a reforma do sistema financeiro e a reforma do comércio exterior.

A nova política salarial tinha como objetivo reduzir a pressão sobre a demanda oriunda do consumo familiar e que estava no cerne da inflação brasileira. Foi definida uma

forma que levava em consideração a média salarial dos últimos dois anos, a qual seria corrigida pela expectativa de inflação oficial. Como esta sempre ficou aquém da real, houve perda real do poder de compra dos trabalhadores.

A reforma monetária tinha como objetivo principal por fim à ficção jurídica que impedia o desenvolvimento do sistema financeiro, a lei de usura, e criar condições de o governo financiar o déficit orçamentário de forma não inflacionária. A lei de usura, que proibia juros nominais acima dos 10% a.a. foi revogada. Também foi criada a ORTN – Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – que introduziu a correção monetária nos títulos públicos e que permitiria o financiamento do déficit pela venda de títulos da dívida. Essa foi a porta de entrada da correção monetária na economia brasileira, a qual logo se espalharia para outros preços, como contratos privados, impostos e câmbio, e que esteve na raiz da inflação inercial que assolou o Brasil nos anos 1980 e 1990 e que só foi eliminada com o Plano Real.

A reforma fiscal também buscava readequar o estado para suas funções de crescimento e diminuir a pressão do déficit sobre a inflação. O sistema tributário foi alterado, de forma a que os impostos domésticos passaram a ter mais peso na arrecadação que os impostos de comércio exterior. Houve um aumento de 10% da carga tributária sobre o PIB; a redistribuição dos impostos entre as unidades da federação, sob um modelo que, grosso modo, mantém-se até hoje (Imposto de Renda com União, Imposto sobre Circulação de Mercadorias para estados e impostos sobre serviços para municípios, por exemplo). Também foi criado um fundo de transferência entre as unidades federativas. Uma crítica ao sistema é o foco nos impostos indiretos, tornando-o regressivo. Assim como o aumento dos impostos que pretendia reduzir os déficits governamentais que pressionavam o nível de preços, houve aumento das tarifas das estatais. Era a chamada inflação corretiva, que reduziria a necessidade de financiamento inflacionário e renovaria a capacidade de investir.

A reforma do sistema financeiro teve dois grandes focos. O primeiro foi a criação de uma autoridade central para a condução da política monetária, até então a cargo da SUMOC e do Banco do Brasil. Foram criados o Conselho Monetário Nacional, órgão decisor da política monetária, e o Banco Central, que executaria a política e fiscalizaria o sistema. Foi, porém, uma reforma incompleta, pois, de um lado, a Conta Movimento dava liberdade para o Banco do Brasil conduzir política creditícia expansionista autonomamente, por outro, o orçamento monetário foi contaminado com contas fiscais. Também foi realizada uma reforma que fragmentou o sistema financeiro, nos moldes norte-americanos. Cada

instituição seria responsável por tipos de ativos e tipos de passivos determinados. Esse sistema seria abolido por Delfim Neto, pois ele era mais custoso, e o novo diagnóstico inflacionário, inflação de custos, requereria juros menores, os quais poderiam ser conseguidos com bancos múltiplos. Também foram criados o Sistema Nacional de Crédito Rural e o Sistema Financeiro Habitacional, cujo centro era o Banco Nacional de Habitação. Tanto a agricultura quanto a construção civil foram muito importantes para o crescimento sob o Milagre.

A política de comércio exterior também foi reformada, com vistas a conter a inflação e estimular o crescimento. Os remanescentes das quotas de importação e das taxas múltiplas de câmbio foram extintos. A política seria concentrada em tarifas. Pretendia-se estimular as importações para reduzir o nível de preços domésticos. O setor exportador também foi objetivo de atenção especial. Houve subsídios à exportação – a obtenção de divisas era essencial, para manter o projeto industrialista – e reforma dos órgãos de governo de apoio ao comércio exterior, como a CACEX.

Os efeitos desse conjunto de reformas estiveram na base do sucesso econômicos dos governos Costa e Silva e Médici. A inflação não caiu a 10%, mas chegou a 20% em 1968 e permitiu uma estabilidade de preços compatível com o crescimento. O BACEN, a correção monetária, a política salarial, o comércio exterior, entre outros, fazem parte do arcabouço que permitiu o milagre.

Pior resposta – 26/30

No início do regime militar, um conjunto de reformas estruturais foi implementado na economia brasileira sob o lastro do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), conduzido por Otávio Gouveia Bulhões e Roberto Campos. O ideário de racionalização e ampliação da eficiência do Estado foi consubstanciado por estratégias bem-sucedidas de combate à inflação que estabilizaram a economia e pavimentaram crescimento futuro.

O PAEG foi um plano econômico essencialmente ortodoxo, que atribuía a causa do processo inflacionário a um excesso de demanda efetiva e de moeda circulante herdado de governos anteriores, sobretudo dos elevados gastos governamentais e do emissionismo associado ao Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. A reversão dessa inflação que distorcia a alocação dos fatores produtivos na economia e que havia desestabilizado os

governos de Jânio Quadros e de João Goulart dependia, em primeiro aspecto, de contração da base monetária por meio de política monetária contracionista, reduzindo meios de pagamento. Adicionalmente, foi primordial a intervenção governamental na promoção do achatamento salarial. O alto salário dos trabalhadores, na avaliação dos gestores do plano, aumentava os custos produtivos das empresas, ao mesmo tempo em que mantinha a demanda efetiva aquecida, com impactos inflacionários persistentes.

A despeito da ortodoxia do PAEG, o governo militar recorreu a intervenções mais diretas na economia com o fito de auxiliar as medidas acima descritas na tarefa de controle da inflação. Foi instituído o controle estatal do preço de produtos considerados de alto potencial inflacionário, como alguns alimentos básicos. Com efeito, não foi um controle geral de preços, mas sim seletivo, permitindo mitigar seus efeitos nos indicadores inflacionários. Por fim, a disponibilização de subsídios aos produtores reduziu custos produtivos e ampliou oferta agregada de modo a melhor ajustar o casamento entre demanda e oferta na economia, estabilizando preços.

Os problemas econômicos do período não se restringem à inflação, tendo sido necessária a promoção de reformas institucionais mais amplas no sistema tributário e no sistema financeiro, de modo a pavimentar o crescimento econômico que legitimaria o governo militar. Em 1966, foi aprovado o Código Tributário, que ajustava o sistema arrecadatório nacional a uma economia mais industrializada e urbanizada, não mais agrário-exportadora como até então. Foram criados impostos industriais (IPI), sobre a circulação de mercadorias (ICM) e prestação de serviços (ISS), bem como ampliada a base de arrecadação do imposto de renda sobre pessoa física. Em grande medida, o arcabouço do sistema tributário contemporâneo é aquele delineado pelo PAEG, a despeito de reformas incrementais posteriores e da modificação da estrutura de gastos com a seguridade social trazida pela Constituição de 1988.

No âmbito financeiro, o PAEG convergiu esforços para a ampliação da poupança, de forma a catalizar o investimento produtivo e o crescimento, o que ratifica os pressupostos classicistas do plano. Foi criada a caderneta de poupança, com salvaguardas do Estado para as inversões do pequeno poupador, de modo a estimular a poupança privada. A estabilidade do trabalhador no emprego após 10 anos de serviço foi substituída pela poupança obrigatória via FGTS, recursos que auxiliariam os investimentos imobiliários. A Lei da Usura foi extinta, o que permitia ao governo obter poupança doméstica via emissão de títulos públicos, em vez de financiar os gastos públicos pelo emissionismo. Ademais, a criação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional

(ORTN), que asseguram rendimentos dos títulos públicos via correções monetárias com base nos índices inflacionários, ampliou a capacidade de financiamento estatal, embora tenha gerado uma gradual indexação dos preços da economia que está entre as causas da espiral inflacionária dos anos 1990.

O PAEG assegurou, adicionalmente, financiamento para as empresas e estabilidade ao sistema financeiro. A Lei do Mercado de Capitais autorizou a obtenção de financiamento externo diretamente para empresas estatais e privadas, além de fomentar a abertura de capitais e as negociações no mercado aberto de ações. A extinção da lei que proibia a remessa de lucros de multinacionais abriu margem para a intensificação do investimento estrangeiro direto. A criação do Banco Central do Brasil, em substituição à SUMOC do Banco do Brasil, institucionalizava autoridade monetária capaz de gerir créditos e moeda no país, a despeito da permanência da Conta Movimento do BB vinculada ao Tesouro.

A atuação assertiva do PAEG no controle inflacionário e nas reformas institucionais que a economia brasileira demandava no início da década de 1960 pavimentou o caminho para o aproveitamento do potencial doméstico e da liquidez internacional que catalizaram o Milagre Econômico (1968-1973). Mais do que isso, relevante parte da estrutura econômica contemporânea ainda é tributária das mudanças promovidas por esse plano.

Questão 2

If the purpose of protection is to redistribute income to producers, production subsidies (financed by lump-sum taxes) dominate both tariffs and import quotas on efficiency grounds, since the consumption costs of protection are avoided. Yet governments generally prefer to assist industries by providing import protection rather than production subsidies.

Robert E. Baldwin. The Political Economy of Trade Policy. In: Journal of Economic Perspective. vol. 3, n.o 4, p. 119.

Tendo o trecho de texto acima como referência inicial, discorra sobre os seguintes tópicos:

1 os efeitos positivos e negativos da imposição de barreira às importações;2 a diferença entre os efeitos de imposição de barreira a produtos importados via preços e via restrição quantitativa;3 as razões para os países protegerem determinados setores produtivos contra a concorrência de produtos importados, mesmo cientes dos custos envolvidos;4 a experiência brasileira com barreiras às importações desde o início da década de 90 do século passado.

Extensão máxima: 60 linhas [valor: 30,00 pontos]

Média: 23,8 amp. / 20,3 cotas negros.

Desvio padrão: 2,6 amp. / 3,4 cotas negros.

Marina Carrilho Soares – 26,78/30

O sistema multilateral de comércio está assentado sobre princípios que visam a coibir práticas concorrenciais desleais e a promover maior liberalização e incremento dos fluxos de intercâmbio. Embora tenham sido promovidos avanços substanciais nessa direção, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, ainda são recorrentes práticas protecionistas contra importações, seja pela via tarifária, seja pela via quantitativa. Dados do Banco Mundial indicam que o Brasil, atualmente, se mostra ainda relutante em abrir-se de forma mais expressiva ao comércio externo. É pertinente, pois, refletir não apenas

sobre as motivações e consequências decorrentes das diferentes formas de protecionismo, como, também, sobre a experiência recente do Brasil com barreiras às importações.

As barreiras às importações apresentam tanto efeitos positivos quanto negativos, decorrentes de sua utilização. O livre-comércio tende a aumentar a concorrência e a oferta de bens, o que conduz à redução de preços. Com isso, produtores domésticos cujos custos produtivos excedam os preços praticados mundialmente são, dessa forma, deslocados do mercado. A implementação de barreiras às importações elevam, internamente, os preços das mercadorias externas, fazendo que os produtores nacionais permaneçam operantes. Ao adotar medidas protecionistas, porém, são provocadas distorções no mercado, o que leva, por sua vez, a uma alocação ineficiente de fatores de produção. Além disso, produz-se perda de bem-estar para os consumidores, que serão obrigados a consumir o produto a preços mais elevados do que aqueles que seriam praticados na hipótese de livre-comércio.

Existem, contudo, diferenças e semelhanças entre as diferentes formas de barreiras às importações. No caso das barreiras tarifárias, ocorre a elevação dos preços dos produtos importados por meio da aplicação de tarifas. Com isso, observa-se um fenômeno duplo: por um lado, ocorre a geração de uma receita para o poder público; por outro, ocasiona um peso morto para a economia. Quanto às barreiras de natureza quantitativa, trata-se de expediente que visa ao aumento dos preços dos itens importados por meio da redução de sua oferta no mercado doméstico, ou seja, impõe-se uma limitação à quantidade que pode ser importada. Nesse caso, é comum a introdução de mecanismos de licenças de importação, o que não acarreta a geração de um peso morto, ainda que restrições quantitativas sejam vedadas no âmbito do sistema multilateral de comércio. Tanto no caso das barreiras via preços quanto no das restrições quantitativas, tem-se um aumento no valor do produto importado.

Apesar de a introdução de limitações às importações gerar resultados sub-ótimos, muitos governos insistem em manter a prática. Isso decorre de preocupações diversas, que incluem tanto a pressão de grupos de interesse quanto preocupaçõs com a manutenção do emprego e da renda internos. Com efeito, muitos governos justificam o protecionismo alegando estarem resguardando os interesses de populações vulneráveis, como é o caso da Índia, que reluta em liberalizar seu mercado agrícola, argumentando que isso geraria desemprego entre seus numerosos produtores internos. Sobretudo em setores que empregam parcelas numerosas da população, práticas protecionistas podem ter forte apelo.

No caso do Brasil, foram observados, desde o início dos anos de 1990, diferentes momentos, que alternaram maior e menor abertura ao comércio exterior. No governo do presidente Collor, procedeu-se a uma abertura irrestrita e sem reciprocidade da economia brasileira, o que ocasionou falências entre muitos produtores nacionais e ensejou, na gestão Itamar Franco, retorno a certo patamar de proteção tarifária. Até o final daquela década, porém, a gestão de Fernando H. Cardoso procederia a maior abertura do mercado brasileiro, haja vista a centralidade dessa medida para o êxito do Plano Real: a abertura promoveria maior concorrência no mercado interno, impedindo que produtores nacionais aumentassem seus preços. Desde o início dos anos 2000, tem-se notado, entretanto, certo fechamento às importações, sobretudo pela via tarifária e em setores nos quais a indústria nacional é pouco competitiva, como a de eletro-eletrônicos.

Percebe-se, pelo exposto, que as motivações para a implementação de medidas de proteção em relação às importações atende a imperativos sociais e nacionais domésticos, ainda que existam desestímulos, do ponto de vista econômico. No caso do Brasil, a opção por barreiras às importações seguem lógica semelhante no atual contexto, o qual difere sobremaneira do panorama verificado na década de 1990.

Rodrigo Bertoglio Cardoso – 26,75/30

O debate entre livre comércio e protecionismo é uma das discussões fundamentais da economia. Contemporaneamente, encontra-se consolidado o entendimento de que o comércio externo é vantajoso às nações, ideia que se fundamenta em diferentes autores e teorias: Adam Smith (vantagens absolutas), David Ricardo (vantagens relativas), Hecksher-Olin (vantagens baseadas em dotações de fatores). A persistência de barreiras ao comércio suscita, então, análise pormenorizada.

Os efeitos positivos da imposição de barreiras ao comércio são de três tipos. Primeiro, sob a análise de um mercado de grandes dimensões que comercia com o resto do mundo, a imposição de barreiras poderia levar à redução internacional do preço do produto importado em razão da diminuição da demanda, o que significaria um ganho de preços relativos favorável ao país que impõe a barreira. Se esses ganhos superassem as perdas de eficiência na economia doméstica, haveria benefícios líquidos após a introdução da tarifa. Segundo, pode-se argumentar que o aumento da produção interna, decorrente das restrições ao comércio externo, pode ter benefícios sociais marginais implícitos (externalidades). Terceiro, segundo a crítica estruturalista cepalina, o livre mercado levaria

à especialização das economias periféricas, cuja baixa elasticidade-renda da demanda dos produtos de exportação levaria à deterioração dos termos de intercâmbio. As barreiras mitigariam esse problema, por meio do fomento à industrialização. As desvantagens das restrições ao comércio estão relacionadas, por sua vez, à redução da quantidade demandada pelos e à ampliação ineficiente da oferta dos produtores nacionais decorrentes da elevação do preço de equilíbrio interno. Subsidiariamente, há perdas de produtividade, porque o comércio externo, que se reduz, deixa de proporcionar ganhos tecnológicos e de competitividade às firmas locais.

A imposição de barreiras via preços e via restrições quantitativas podem ter efeitos diferentes sobre o bem-estar agregado da economia. A imposição de tarifas sobre as importações leva ao aumento dos preços internos e, se a economia for suficientemente grande, à redução dos preços praticados internacionalmente. O governo aufere tributação equivalente à diferença entre o preço internacional e o preço praticado internamente, multiplicado pela quantidade importada do produto. Há peso morto, haja vista que as firmas locais aumentam de forma ineficiente sua produção, bem como os consumidores nacionais consomem menos. A tributação, entretanto, não implica peso morto; representa apenas redistribuição de renda. No caso das quotas, em contrapartida, há definição prévia da quantidade a ser importada pelo detentor do direito da quota. A restrição ao comércio internacional leva, internamente, à redução da quantidade ofertada e ao aumento do preço de equilíbrio, com as respectivas perdas de eficiência para produtores e consumidores. Caso os direitos de importação sejam entregues a estrangeiros, a transferência de renda das quotas a não residentes também representará perda de bem-estar para a economia doméstica, calculada pela diferença entre preços internos e externos, multiplicada pela quantidade.

Há três conjuntos de razões para a imposição de medidas de restrição de comércio. Primeiro, trata-se das especificidades da ação política em relação às políticas comerciais: os ganhos marginais para os consumidores, ao defender a retirada de tarifas, são pequenos, se considerados individualmente, porém as vantagens para o segmento que é beneficiado pela proteção é grande, o que estimula produtores de mercados oligopolizados a se organizarem para reivindicar proteção. Segundo, nota-se que a ação política que impõe tarifas ou quotas não se guia, necessariamente, por imperativos de racionalidade econômica. Em um modelo em que há dois políticos disputando por eleitores e sendo o tamanho de uma tarifa a única dimensão em análise, políticos tendem a oferecer uma tarifa média que atraia o maior número de eleitores (protecionistas e liberais). Terceiro, a

mensuração dos custos de tarifas ou quotas é de difícil apreciação, ao passo que perdas de emprego ou saída de empresas são fatos tangíveis de alta visibilidade, estimulando governos a manter a proteção.

A experiência brasileira com barreiras à importação, a partir da década de 1990, caracteriza-se por um processo de abandono da proteção indiscriminada como mecanismo de estímulo à industrialização. O Programa Nacional de Desestatização, implementado pelo governo Fernando Collor, previu a redução de tarifas, a extinção da maior parte dos regimes especiais de importação, bem como a supressão de restrições ou capitais estrangeiros em determinados setores. No governo Fernando Henrique Cardoso, deu-se continuidade ao processo de abertura econômica, com destaque para os setores de telecomunicação, energia e infraestrutura. A redução das tarifas tinha como objetivo a elevação da competitividade, em um contexto em que a indústria nacional tornara-se pouco competitiva em decorrência da proteção, que era, ademais, desaconselhada pelo Consenso de Washington. A redução de tarifas teve resultados ambivalentes: por um lado, elevou a produtividade e a qualidade de produtos e serviços em setores de telecomunicação e indústria automobilística, mas desestruturou, por outro lado, indústrias como a de microcomputadores. Realizaram-se, ainda, reduções tarifárias associadas à integração, via MERCOSUL, constituindo cadeias regionais.

João Marcelo Conte Cornetet – 26,47/30

O tema da proteção do comércio internacional está na ordem do dia da agenda internacional, em especial com a ascensão de barreiras não tarifárias (BNTs). Cabe, portanto, analisar os efeitos positivos e negativos de barreiras, diferenciar efeitos da restrição via preço e via quantidade, demonstrar as razões para proteger e retomar a experiência brasileira nas últimas décadas.

As barreiras às importações implicam efeitos positivos e negativos. Entre os efeitos positivos, destacam-se o ganho de escala – capaz de fazer superar, por exemplo, situação de indústria nascente –, a segurança alimentar – argumento dos países que protegem sua agropecuária –, a arrecadação do governo – fundamental para o financiamento do Estado brasileiro durante o Império e a I República – e a proteção da renda e do emprego nacionais. Entre os efeitos negativos, é importante contemplar a ineficiência – porquanto as vantagens comparativas das economias não são plenamente aproveitadas –, o desincentivo à produtividade, à competitividade e à inovação – já que as

empresas nacionais não precisam esforçar-se tanto para competir com as estrangeiras – e o preço maior a ser arcado pelo consumidor final – a não ser que a proteção se dê por subsídios, como analisou Robert E. Baldwin.

Os efeitos da proteção via preços e via restrição quantitativa são distintos. Em uma análise gráfica, o consumo consta em curva descendente, a oferta em curva ascendente e o preço internacional em reta horizontal (considerando que a economia é "pequena", ou seja, incapaz de influenciar no preço internacional do bem). A proteção via preços ocorre por tarifas ou subsídios. Com tarifas, desloca-se a curva do preço internacional para cima, no valor da alíquota, e verifica-se arrecadação do governo: a quantidade importada (que foi reduzida) multiplicada pela taxa. Com subsídios, há um deslocamento da curva de oferta para a direita, porquanto o produtor pode produzir mais por um mesmo valor pago pelo consumidor. Neste caso, como Baldwin ressaltou, o preço final é o mesmo do cenário em que não há proteção, mas há gastos do governo – os quais, no caso de subsídios agrícolas de países industrializados, chegam a representar percentuais elevados do PIB. Com restrições quantitativas, por fim, os produtores internacionais elevam o preço até o nível que conseguem vender a quantidade autorizada, não há arrecadação nem despesa pública.

Em que pese a perda de eficiência alocativa, há razões para que os países protejam determinados setores produtivos contra a concorrência de importados. Um dos mais clássicos consiste no argumento da CEPAL da indústria nascente. Os estruturalistas denunciam a deterioração dos termos de troca no caso da abertura indiscriminada dos países em desenvolvimento (PEDs), afirmando ser necessário um ganho de escala antes que a indústria nacional possa abrir-se à competição internacional de países de industrialização mais antiga e consolidada. Outro argumento é o da segurança alimentar, utilizados por Estados Unidos e União Europeia para justificar seus subsídios agrícolas – positivados na Farm Bill e na Política Agrícola Comum – e também por China e, sobretudo, Índia, que exigem, na Rodada Doha, prerrogativas como gatilhos para salvaguardas especiais e direitos de estoques de alimentos. Por fim, há razões estratégicas para proteger bens energéticos e insumos raros, mas, neste caso, falamos de proteção à exportação, como no caso das terras raras chinesas.

O Brasil promoveu abertura substancial da economia nos anos 1990, o que foi fundamental para o êxito do Plano Real e da âncora cambial. Paralelamente, o país envolveu-se no MERCOSUL, que unificou a política alfandegária com a TEC (Protocolo de Ouro Preto, 1994) e previu a negociação em bloco das concessões tarifárias a terceiros

(decisão 32/00 do CMC, 2000, que não abrange barreiras não tarifárias). O Brasil também ingressou na OMC em 1995, tornando-se player central da Rodada Doha com o G-20 (2003). Cabe lembrar, por fim, que foram negociados uma miríade de ACEs com latino-americanos, configurando-se o livre comércio sul-americano até 2019, além de ACPs com a SACU e com a Índia (ambos em vigor) e de ALCs com Isarael (em vigor), Egito e Palestina.

O mundo das tarifas é o mundo do século XX, mas a proteção do comércio continua atual, agora sob a vestimenta de padrões técnicos, barreiras sanitárias, exigências de conteúdo local e outras BNTs. Cabe ao Brasil imprimir racionalidade à sua política comercial de modo a acompanhar a dinâmica do mundo globalizado.

Lucas de Brito Lima – 26,47/30

O argumento em favor do livre comércio tem sido professado desde o século XVII, com Adam Smith e David Ricardo. A experiência de diversos países e desenvolvimentos na teoria econômica, notadamente a partir do século XX, no entanto, mostram que há espaço para políticas protecionistas no processo de desenvolvimento de um país. As limitações e os custos de estratégias como essa justificam ação cuidadosa dos governos para que dificuldades inerentes à economia política não impliquem no malogro, a longo prazo, das políticas protecionistas adotadas. Analisam-se, a seguir, considerações relativas à eficiência econômica, aos custos em termos de bem-estar e à experiência recente do Brasil com barreiras à importação.

De início, cabe registrar que a imposição de barreiras à importação leva, inequivocamente, ao aumento dos preços ao consumidor, seja diretamente, por meio de tarifas específicas ou ad valorem, seja pelo estabelecimento de quotas, as quais restringem a oferta do produto e provocam, igualmente, subida dos preços. O impacto sobre os índices de inflação, no momento de imposição da barreira, será tão maior quanto mais expressiva for a parcela de produtos importados na cesta de consumo da população e de insumos importados na indústria doméstica. No entanto, na medida em que levam ao aumento dos preços relativos desses produtos importados, as barreiras permitem que se confira proteção à produção doméstica, que não precisa ser tão eficiente quanto as estrangeiras, gerando maiores lucros para o setor privado nacional. Como se analisará mais à frente, podem-se identificar benefícios dessa proteção à indústria local.

Pode-se comparar a eficiência econômica de barreiras impostas por tarifas ou por quotas por meio da análise dos excedentes de consumidores e produtores. Considerando-se determinada quota e uma tarifa de importação que, às condições prevalentes no mercado, implique valor idêntico de importações, as tarifas são preferíveis às quotas. Não há diferenças em termos de quantidades produzidas localmente, importadas e consumidas, e de preços, mas, com tarifas, o governo apropria-se de parte do excedente do consumidor que é perdida, o que, nas quotas, cabe aos que exportam ao país, porquanto conseguem maiores preços pelos seus produtos. Destaque-se que, com relação ao livre comércio, há perda de bem-estar econômico em ambos os casos, porquanto a soma do ganho de excedente dos produtores domésticos com o equivalente à arrecadação com a tarifa não compensa a perda de excedente de consumidores.

Em que pesem os malefícios acima referidos, há motivos que justifiquem a proteção a determinados setores produtivos. Um deles é consubstanciado no argumento da indústria nascente, segundo o qual a existência de ganhos de escala no setor motivaria que a proteção temporária pudesse levar ao incremento da produtividade, com redução dos custos médios de produção, no longo prazo, de modo a garantir-se competitividade com relação à produção estrangeira. Pode-se fazer argumento semelhantes para setores em que haja custos de aprendizagem, como aqueles mais intensivos em tecnologia, que, no longo prazo, ensejam redução de custos. Igualmente, a existência de externalidades no setor, a exemplo de produtos de informática, em que a experiência adquirida no setor pode ser utilizada em outro, de modo a reduzir custos, também justificariam a imposição de barreiras à importação.

No Brasil, reduziram-se, sobremaneira, as barreiras à importação desde o início da década de 1990, mas ainda há tarifas de cerca de 30% para bens de setores como o de eletrônicos e automotivo, casos em que há similares nacionais. Já no final da década de 1980 se haviam reduzido as tarifas de importação, mas o movimento mais expressivo nesse sentido deu-se no governo Collor. Nesse governo, a abertura geral do mercado brasileiro às importações implicou um processo de ajuste da indústria nacional. Posteriormente, houve novos períodos de redução, devido à entrada em vigor da TEC do Mercosul e da consolidação das tarifas com o início das atividades da OMC. Desde meados da década de 1990, a tarifa média de importação, no Brasil, encontra-se entre 20 e 30%, sem grandes movimentos para baixo ou para cima.

A imposição de barreiras comerciais pode ser instrumental para o desenvolvimento da indústria nacional, mas sua adoção por prazo longo, sem sobraça de

metas de eficiência, pode levar à consolidação de interesses privados que buscam garantir seus lucros, e não aumentar sua produtividade, o que se denomina rent seeking. Há argumentos econômicos, porém, que justificam sua utilização em determinadas situações e em alguns setores, por período certo. A experiência de países como a Coreia do Sul evidencia que é possível fazer uso de barreiras à importação para estimular a indústria doméstica, mas impõe-se severa disciplina em seu uso pelo governo.

Pior Resposta – 15/30

O comércio internacional é benéfico para os países envolvidos nele. Ainda que haja efeitos microeconômicos negativos para alguns grupos, o efeito geral é de ganho para a economia. As forças dos agentes internos bem como a necessidade de desenvolvimento de cada país fazem que sejam impostas barreiras às importações.

Entre os efeitos positivos que a imposição de barreiras às importações pode gerar estão a proteção de setores sensíveis da economia e a geração de empregos. Com relação a setores sensíveis, podem ser citadas as indústrias nascentes. É nesse sentido que deve ser percebida, por exemplo, a proteção que o Brasil dava à indústria de software na década de 1980.

Como efeito negativo da imposição de barreiras à importação, é possível citar a perda da competitividade da indústria nacional. Ao se expor menos à competição externa, a indústria nacional não aumenta a sua produtividade. Além disso, a ausência de competição no mercado interno tem como consequência a tendência de vigorarem preços mais altos ao consumidor.

De maneira abrangente e teórica, então, é possível afirmar que as barreiras ao comércio reduzem o excedente do consumidor. A abertura de uma economia a mercadorias de preços mais baixos tem como efeito inicial o aumento do excedente do consumidor em relação à situação de equilíbrio no mercado interno anterior. Quando se impõem restrições ao comércio, parte desse excedente gerado vai para o produtor e uma parcela menor fica com o consumidor.

A barreira ao ingresso de produtos importados pode ocorrer com a imposição de tarifas a esses produtos ou mediante a restrição quantitativa (como as quotas). A imposição de tarifas tem como consequência, além da redução do excedente do consumidor em favor do excedente do produtor, a geração de receita tributária ao governo. Além disso, haverá,

ao consumidor, aumento do preço do produto final como efeito prático de perda do seu excedente. Nas quotas, há liberalização da entrada dos bens importados mais baratos até uma quantidade determinada, depois da qual passam a vigorar os preços internos.

As razões para os países protegerem determinados setores contra a concorrência de produtos importados, mesmo considerando os produtos envolvidos, são a proteção de setores-chave para o desenvolvimento tecnológico ou a preservação de empregos. Raul Prebisch, mesmo sabendo que não era muito eficiente empregar mão de obra na indústria latino-americana, fomentando esse setor, justificava a necessidade de fomentá-la e protegê-la devido a geração de empregos de qualidade.

No início da década de 1990, sobretudo a partir do governo Collor, houve significativa redução das barreiras às importações no Brasil, principalmente das tarifas. Essa redução foi essencial para expor a indústria nacional a maior competitividade e para, mediante a concorrência com os bens importados, gerar pressão baixista na inflação. É possível afirmar, entretanto, que a abertura foi demasiadamente brusca, levando à falência de empresas.

Questão 3

Redija um texto dissertativo a respeito de oligopólio e cartéis, discorrendo sobre mercado em concorrência perfeita versus mercado em oligopólio e sobre o estabelecimento de um cartel em um mercado oligopolizado e as consequências de sua atuação sobre o equilíbrio dessa estrutura de mercado.

Extensão máxima: 40 linhas [valor: 20,00 pontos]

Média: 15,9 amp. / 15,7 cotas negros.

Desvio padrão: 1,9 amp. / 3,4 cotas negros.

Igor Goulart Teixeira – 20/20

O modelo de organização das empresas em um determinado mercado acarreta consequências sobre o bem-estar social e sobre a quantidade produzida. Na concorrência perfeita, as empresas praticam o preço e a quantidade indicados pelo ponto em que a Receita Marginal (RMg) se iguala ao Custo Marginal (CMg). Ademais, trata-se de mercado caracterizado por muitos produtores, que são tomadores de preço e não se defrontam com barreiras à entrada ou à saída. Disso decorre que, em concorrência perfeita, as empresas ofertam produtos homogêneos e possuem lucro econômico igual a zero. O fato de, em concorrência perfeita, o preço e a quantidade serem aqueles do equilíbrio faz que não seja gerado peso morto sobre o conjunto da população.

Por sua vez, o oligopólio consiste em estrutura de mercado não eficiente do ponto de vista alocativo e da preservação do bem-estar, porquanto é gerador de peso-morto. No oligopólio, existem poucos ofertantes e muitos consumidores. Como decorrência, a empresa oligopolista é discriminadora de preço, possui lucro econômico positivo e mark-up tão elevado quanto mais inelástica ao preço for a demanda. O produtor oligopolista também produz a quantidade indicada pelo entrecruzamento das curvas de RMg e de CMg. Entretanto, o preço cobrado não será aquele do equilíbrio e isso reduz o bem-estar da sociedade. O mercado em oligopólio é caracterizado pela existência de barreiras à entrada, que podem ser de natureza econômica ou regulatória.

A cartelização, por sua vez, ocorre quando as poucas empresas participantes em um mercado oligopolista se articulam e coordenam preços, quantidade ou ainda

componentes do produto ofertado. Essa coordenação é ainda mais insidiosa à eficiência e ao bem-estar, porquanto a contração articulada da oferta poderá ocasionar adicional acréscimo de preço praticado e o consequente aumento do peso-morto. Caso o ajuste entre os oligopolistas em um cartel seja perfeito, o que inclui a quantidade que cada um pode produzir e vender, o oligopólio em cartel assemelha-se a um monopólio de fato e o preço praticado passará a ser o máximo que a demanda for capaz de desembolsar. Por isso, em diversos países, normas que proíbem a formação de cartéis foram adotadas por autoridades que disciplinam a defesa da concorrência, como o CADE no Brasil.

Nota-se, portanto, que a capacidade de formar preço e consequentemente reduzir o bem-estar é intensificada em estruturas oligopolistas e cartelizadas. Por isso, do ponto de vista da eficiência alocativa, autoridades governamentais ligadas à defesa da concorrência devem envidar esforços para que as empresas oligopolistas não se associem em cartéis e pratiquem preços gerados pelo equilíbrio entre RMg e CMg. Além da coordenação entre empresas, portanto, é necessário evitar a prática da abusiva discriminação de preços. A concorrência perfeita, ao ser tomadora de preços de mercado e registrar reduzido mark-up, é a estrutura de mercado capaz de preservar o bem-estar do conjunto de uma economia.

Igor Moreira Moraes – 18/20

Cartéis ocorrem quando oligopólios entram em conluio, com o fim de minorar os efeitos da concorrência sobre os preços. Essa prática é, comumente, ilegalizada pelos governos, haja vista a perda de bem-estar gerada à população. A fim de compreender, de acordo com a microeconomia, como essa perda de bem-estar ocorre, é essencial fazer uma comparação entre o oligopólio e a concorrência perfeita, para, posteriormente, compreender com o cartel age no equilíbrio do oligopólio.

Na concorrência perfeita, há atomicidade, logo, as empresas são tomadoras de preços. Há livre saída e entrada de empresas no mercado, e o produto é homogêneo. Essa situação faz que o preço cobrado pelo produto seja igual ao custo marginal e que, no longo prazo, o lucro econômico seja igual a zero. A condição de tomadoras de preço faz que as empresas não tenham poder de mercado. No Oligopólio, no entanto, várias dessas características não estão presentes. Não há atomicidade, logo, as empresas têm poder de determinar preços e instrumentos como o "índice de Lerner" são úteis à mensuração desse poder de mercado. Não há livre saída e entrada, uma vez que há barreiras, sejam estas

técnicas ou legais, a exemplo de requisitos de montantes muito elevados de capital para as empresas. Por último, cabe ressaltar, para finalizar a comparação com a concorrência perfeita, que, também no oligopólio, há produtos homogêneos, mas o preço cobrado pelos oligopolistas é superior ao custo marginal.

O fato de o oligopólio cobrar preço superior ao custo marginal implica lucro econômico positivo, geração de peso-morto e perda de bem-estar para os consumidores. Quando há duopólio, estes têm o modelo de análise via preços e o modelo de análise via quantidades produzidas (modelo de Cournot) como possibilidades de prever o comportamento dos duopolistas. No âmbito dos oligopólios, no entanto, o assunto é mais complexo, dado o maior número de agentes, que podem ser muitos, mas não geram a "atomicidade".

A formação de um cartel em um mercado oligopolizado tem, ironicamente, o efeito de auxiliar a análise econômica, haja vista as empresas passarem a adotar um comportamento de determinação de preços ou de quantidade mais previsível. Logo, a combinação dos preços faz que os oligopolistas possam cobrar preços mais altos aos consumidores, o que gera "mark-ups" mais elevados, a depender da elasticidade-preço do produto. Os oligopolistas passam a cobrar preços, nesse sentido, mais próximos àqueles que um monopolista poderia cobrar, desequilibrando o mercado.

Os cartéis são um interessante exemplo de como a existência de marcos regulatórios da concorrência são importantes para que a boa análise econômica não exclua certas possibilidades do comportamento humano. No Brasil, o CADE é o principal órgão na busca da defesa da concorrência.

Jônathas José Silva da Silveira – 18/20

O oligopólio é uma estrutura de mercado na qual um pequeno número de produtores ofertam (sic) produtos relativamente homogêneos a um grande número de compradores. Quando cooperam entre si os produtores, nessa estrutura de mercado, têm poder econômico para fixar preços acima do nível de equilíbrio do mercado em concorrência perfeita. A esse tipo de conluio entre produtores, numa estrutura de oligopólio, dá-se o nome de cartel. Na concorrência perfeita, por outro lado, temos um grande número de produtores ofertando um produto perfeitamente homogêneo a um

grande número de compradores, de modo que ofertantes e demandantes são tomadores de preços e não há barreiras à entrada ou saída.

Tanto no oligopólio quanto na concorrência perfeita, os produtores estabelecem um nível de produção no qual o custo marginal se iguala à receita marginal. Visto que, na concorrência perfeita, a receita marginal é igual ao preço do bem, os ofertantes operam com lucro econômico igual a zero e, ceteris paribus, no equilíbrio, sendo a elasticidade-preço da demanda igual à elasticidade-preço da oferta, os excedentes do produtor e do consumidor se igualam. No oligopólio, entretanto, a receita marginal não necessariamente se igual ao preço do bem, de modo que é possível alcançar o ponto ótimo da produção (Cmg=Rmg), estabelecendo preços acima do equilíbrio em caso de concorrência perfeita.

Para que se estabeleça um cartel é necessário que as empresas de uma estrutura oligopolista cooperem entre si. Entretanto, visto que os preços, no oligopólio, podem ser determinados acima do ponto ótimo, os lucros gerados com o aumento do nível de produção incentivam as empresas a ofertarem mais, o que resultará no deslocamento do preço para o ponto de equilíbrio, reduzido, consequentemente, as margens de lucros de todos os produtores. Esse é o dilema que enfrentam os integrantes de um cartel, pois o ímpeto maximizador de lucros pode, no longo prazo, restringir os ganhos iniciais. Quando operam em conluio, os integrantes do oligopólio estabelecem um nível de produção no qual seus lucros são máximos, devido ao nível de preço bem acima do ótimo em concorrência perfeita. Assim, além de não atenderem à demanda reprimida do mercado, reduzem o excedente total, criando um peso morto. A geração de peso morto e a redução do excedente do consumidor, bem como o estabelecimento de preços acima da receita marginal são consequência da atuação de um cartel no equilíbrio de um mercado oligopolista.

A formação de cartéis é uma falha de mercado que compromete o equilíbrio entre oferta e demanda de um determinado bem. Por isso, desde o final do século XX, os governos vêm atuando para combater essa prática. No Brasil, o CADE é a instituição responsável por proteger a livre concorrência.

Rodrigo Ponciano Guedes – 18/20

No mercado em concorrência perfeita, são produzidos bens homogêneos por muitos produtores, sem a incidência de barreiras à entrada de novos produtores, o que os

torna price takers, ou seja, estes não possuem a prerrogativa de arbitramento de preços em um mercado competitivo, em que os preços tendem ao equilíbrio.

O mercado em oligopólio produz, tal como o mercado em concorrência perfeita, bens homogêneos; porém há poucos produtores e barreiras à entrada de novos concorrentes. A quantidade diminuta de produtores oligopolistas por vezes enseja a formação de cartéis, quando esses produtores desejam apropriar-se da condição de price makers.

Em geral, os cartéis reproduzem práticas reprováveis que elevam, por meio da concertação entre os poucos produtores, o preço acima daquele que seria considerado de equilíbrio. Para atingir essa finalidade, os cartéis também controlam a produção dos bens, de modo a contrair a oferta e, com isso, pressionar o preço para um viés de alta. Nesse sentido, as práticas dos cartéis reduzem o bem-estar e o excedente do consumidor.

Exemplos de cartéis podem ser identificados de forma recorrente ao redor do mundo: redes de supermercados, bancos, produtores de bebidas e de petróleo. A OPEP, que reúne países produtores e exportadores de petróleo, representa um exemplo clássico de cartel em declínio, com margem de barganha reduzida. A constante queda do preço do barril de petróleo e a oferta expandida desse recurso com o advento da exploração de óleo e gás não convencionais (xisto), nos Estados Unidos, reduziram significativamente o poder de price maker que o referido cartel exercia no mercado internacional.

Como exemplo de repressão de práticas cartelistas, no âmbito nacional, destaca-se a atuação do CADE, autarquia vinculada ao Ministério da Justiça, que possui missão institucional de fiscalizar o mercado nacional para coibir, dentre outros ilícitos, fusões e aquisições empresariais que venham a desequilibrar as forças de concorrência leal no mercado doméstico, além de apurar denúncias de práticas cartelistas abusivas.

Os oligopólios, portanto, por apresentarem reduzida quantidade de produtores de bens homogêneos em um determinado mercado com barreiras à entrada de novos concorrentes, podem eventualmente apresentar tendências de práticas cartelistas que só conseguem prosperar em função das peculiaridades que esses mercados apresentam. Em um mercado de concorrência perfeita com price takers, a tentativa de formação de cartel seria infrutífera.

Pior resposta – 10/20

Livre-concorrência, monopólio e oligopólio são formas de organização de mercados que interferem e modificam o preço e a quantidade de equilíbrio, bem como o poder de barganha dos consumidores. Quanto mais um mercado se afasta da livre-concorrência e se aproxima de um monopólio, menos os consumidores têm poder de interferir no preço em relação aos produtores e mais este mercado gerará ineficiência.

Entende-se por concorrência perfeita um mercado de um bem, no qual tanto consumidores quanto produtores são tomadores de preço. Dessa forma, nenhum produtor ou consumidor considerado isoladamente tem o poder de determinar o preço daquele produto que está sendo comercializado. É o mercado mais eficiente que existe e o que gera mais bem-estar, pois a concorrência com os outros produtores estimulará estes a colocar produtos de boa qualidade pelo preço mais barato e competitivo possível.

Já em um mercado oligopolizado, no qual poucos produtores dominam a oferta de um determinado bem, apenas os consumidores são tomadores de preço. Este será estabelecido em um novo equilíbrio, que gerará perda de eficiência, pois menos quantidades do mesmo produto serão vendidas a um preço mais caro. Entretanto, como o mercado é oligopolizado (e não monopolizado), em teoria, existe a possibilidade de consumidores escolherem entre a oferta dos oligopolistas que apresentam mínimas diferenças de qualidade e de preço entre os seus produtos.

Situação diversa ocorre em um mercado monopolista. Se existe um único fornecedor, este irá determinar , independentemente da preferência e da vontade dos consumidores, a quantidade e o preço do bem ofertado. Para economistas como Mankiw, trata-se de situação de maior perda de eficiência. Sem o estímulo da competitividade, a tendência do monopólio é oferecer produtos caros e de baixa qualidade, deslocando, assim, a curva de oferta para cima e para esquerda, o que implica novo equilíbrio com maior preço e menor quantidade ofertada.

Um cartel caracteriza-se como um arranjo de produtores que, em comum acordo, estabelecem um preço para determinado bem ou serviço. Devido a essa capacidade de agir em concerto e de estipular um preço, os cartéis controlam os mercados oligopolistas da mesma forma que um único produtor controla um monopólio. Assim, em termos econômicos, a ação em concerto de um cartel tem o poder de transformar um mercado oligopolizado em um monopólio. O novo equilíbrio será alcançado com a oferta de uma

menor quantidade por um maior preço, quando comparado ao equilíbrio de um mercado em concorrência perfeita.

Recurso:

CONTEÚDO

Argumentação do Quesito: 1 A candidata entende que a penalização sofrida foi excessiva e vem, humildemente, pedir a banca que aumente a nota provisória.

A candidata abordou todos aspectos relevantes, solicitados pelo enunciado. Em sua introdução (l.16), ela já sintetiza as principais diferenças, relativas a preço e

quantidade de equilíbrio que particularizam a livreconcorrência, o monopólio e o oligopólio como formas distintas de organização de mercado. Dessa forma, afirma que "quanto mais um mercado se afasta da livreconcorrência e se aproxima de um monopólio, menos os consumidores tèm poder de interferir no preço em relação aos produtores e mais este mercado gerará ineficiência (l.36).

Nas linhas 7 a 14, a aspirante a diplomata apresenta a definição de um mercado em concorrência perfeita, tal qual havia sido solicitado pelo enunciado. Naslinhas 15 a 22, o texto da candidata caracteriza um oligopólio e o deslocamento do preço e da quantidade de equilíbrio. Em relação ao estabelecimento de um cartel em um mercado oligopolizado, a candidata afirmou corretamente que "em termos econômicos, a ação em concerto de um cartel tem o poder de transformar um mercado oligopolizado em um monopólio. O seu novo equilíbrio será alcançado com a oferta de uma menor quantidade por um maior preço, quando comparado ao equilíbrio de um mercado em concorrência perfeita" (l.3640). Por tudo o quanto foi exposto, pede-se a majoração da nota.

Resposta ao recurso: Indeferido

CONTEÚDO

Quesito 1 Recurso indeferido. O candidato não apresentou diversas características que poderiam ser usadas como referência para comparação entre concorrência perfeita e oligopólio, como as barreiras de entrada, a assimetria de informações e a homogeneidade de produtos. Também não descreveu bem por que cartéis prejudicam o equilíbrio de mercado, tampouco mencionando efeitos, como a regulação econômica com o intuito de evitar o surgimento de monopólios, ou cooperação por meio de decisões em jogos. Mantida a nota.

Questão 4

Desde abril de 2015, o Banco Central do Brasil (BCB) passou a divulgar as estatísticas de setor externo da economia brasileira em conformidade com a sexta edição do Manual de Balanço de Pagamentos, publicada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa nova metodologia de apuração do balanço de pagamentos (BPM6) foi modificada em alguns pontos, em relação à anterior (BPM5). Essas modificações tiveram impacto sobre o saldo da conta de transações correntes e da conta financeira do balanço de pagamentos brasileiro em 2015.

Considerando as informações apresentadas acima, discorra a respeito das principais mudanças introduzidas pela nova metodologia de apuração do balanço de pagamentos adotada pelo BCB e explique como essas mudanças impactaram o saldo de transações correntes e da conta financeira do balanço de pagamentos brasileiro em 2015.

Extensão máxima: 40 linhas [valor: 20,00 pontos]

Média: 10,5 amp. / 5,0 cotas negros.

Desvio padrão: 5,6 amp. / 3,0 cotas negros.

Felipe Pinheiro Mello – 19/20

Em 2015, o Banco Central do Brasil (Bacen) passou a adotar a nova metodologia de apuração do Balanço de Pagamentos do FMI (BPM6). Essa nova metodologia introduziu diversas mudanças no cálculo das contas externas do governo, mudanças que impactaram o saldo de transações correntes e da conta financeira do balanço de pagamentos brasileiro em 2015. A análise da nova metodologia ajuda a compreender essas mudanças.

O BPM6 introduziu, em primeiro lugar, algumas mudanças de nomenclatura em relação ao BPM5. Dessa forma, a Balança de Rendas passou a ser designada Balança de Rendas Primária, ao passo que a Balança de Transferências Unilaterais passou a ser designada Balança de Rendas Secundária. Houve, ademais, uma mudança contábil: enquanto as exportações eram representadas com sinal positivo e as importações com sinal negativo no BPM5; no BPM6 ambas passaram a ser representadas com sinal positivo – para se obter o saldo, agora, em vez de somar, deve-se subtrair o valor das importações do valor

das exportações. O sinal negativo, na BPM6 (sic) só é utilizado para indicar destruição de ativos e desinvestimentos.

Essas alterações, conjugadas a alguns ajustes contábeis, provocaram pequenas alterações no resultado do saldo de transações correntes em 2015. Fato agravado pelo motivo de a alteração na metodologia ter sido realizada em abril de 2015, não envolvendo os resultados referentes aos três primeiros meses do ano.

No tocante a (sic) conta financeira do Balanço de Pagamentos brasileiro, ela foi fortalecida pela inclusão dos dados relativos a reinvestimentos nessa conta – anteriormente esses dados integravam a Balança de Rendas do BPM5. Dessa forma, teve-se um aumento do saldo da Conta Financeira, ao mesmo tempo que houve um aprofundamento do déficit na Balança de Rendas e, consequentemente, um aumento do déficit também do Resultado da Conta de Transações Correntes.

Cabe destacar que as alterações são apenas metodológicas, sem a inclusão ou exclusão de componentes nessas contas. Dessa forma, o resultado total do Balanço de Pagamentos não se alterou com a nova metodologia, alteraram-se apenas o resultado de algumas de suas sub-contas, que foram compensados por alterações realizadas em outras sub-contas.

A nova metodologia de apuração do Balanço de Pagamentos adotada pelo Bacen implica maior racionalidade no cálculo das contas externas brasileiras. Esse incremento da racionalidade, no entanto, tem como consequência negativa uma alteração momentânea de referencial que dificulta a comparação de resultados apurados pelo BPM5 com resultados apurados pelo BPM6. Essas alterações são patentes, por exemplo, nos impactos sobre o resultado da Conta Financeira e das Transações Correntes.

Rodrigo Bertoglio Cardoso – 18/20

A nova metodologia de cálculo das transações do Balanço de Pagamentos, baseado na sexta edição do manual publicado pelo Fundo Monetário Internacional, apresenta três mudanças principais em relação à edição anterior. Primeiro, há mudanças de terminologia, como a substituição do balanço de rendas e transferências unilaterais por renda primária e secundária, respectivamente; inclusão de serviços de manutenção de equipamentos no balanço de serviços e redefinição da nomenclatura para os serviços de propriedade intelectual. Segundo, adotou-se nova convenção de sinais, na qual as notações positivas e

negativas, agregadas, em transações correntes, foram substituídas por entradas com valores positivas, agregadas nos conjuntos "exportação" e "importação", e cujo resultado final de cada balanço equivale à diferença entre o total (positivo) de exportações e o total (positivo) de importações. Na conta financeira, contudo, os sinais positivos e negativos deixam de representar entradas e saídas de capitais, para representar o aumento e redução de passivos e de ativos de residentes junto a não residentes. Terceiro, a noção que orienta o cálculo do Balanço de Pagamentos deixa de ser os fluxos de bens, serviços e capitais que são transferidos entre nacionais e estrangeiros, para incorporar a noção de acúmulo de ativos e passivos de residentes junto a não residentes. Como consequência, o cálculo do BP inclui, agora de modo explícito, a Posição Internacional de Investimento do país. Ainda, a variação de reservas passa a integrar o BP, cujo resultado, por convenção contábil, equivale a zero, extinguindo-se a diferenciação de resultados acima e abaixo da linha. Há, finalmente, ganhos de precisão nos cálculos do BPM6.

Há um conjunto de modificações que impactaram as transações correntes do Brasil. Primeiro, as compras e vendas fíctas deixam de ser contabilizadas no Balanço Comercial, dado que não há variação de ativos líquidos em posse de residentes. Além disso, a renda secundária, antiga Transferências Unilaterais, passa a contabilizar uma gama maior de transações, não se restringindo às rendas obtidas no exterior. A mudança mais relevante em relação ao Balanço de Pagamentos de 2015 foi, contudo, a mudança de alteração do cálculo sobre lucros reinvestidos, que deixam de ser contabilmente registrados no balanço de rendas primárias, como remessa de lucros, e passam a ser registrados como aumento do passivo externo, na modalidade Investimento Direto no Brasil, o que levou ao aumento do saldo de transações correntes.

Na conta financeira, houve significativa readequação dos registros dos investimentos, com a substituição do Investimento Externo Direto e Investimento Brasileiro Direto por Investimento Direto no Brasil e no Exterior, respectivamente. Houve ainda mudança na concepção do cálculo do BP, que passa a registrar, como mencionado anteriormente, os passivos e ativos de nacionais, ao invés de entrada e saída de capitais. Como consequência, os empréstimos a filiais de empresas brasileiras no exterior às suas matrizes no Brasil deixam de ser contabilizados como IED e passam a ser calculados como aumento dos passivos nacionais no exterior. Por esse motivo, o saldo na conta financeira, pelo BPM5, é menor do que aquele calculado pelo BPM6.

Marianna Brück Goulart – 18/20

O balanço de pagamentos é o registro contábil de todas as reservas que entram e saem de um país em determinado período de tempo. Ao FMI cabe a verificação do movimento global das reservas, ao conjugar o resultado de todos os balanços. Por isso, à economia global é caro que os métodos de lançamento sejam homogêneos. Nesse sentido, o Brasil deu importante passo em 2015, ao adotar o BPM6.

O BPM6 passou a chamar a antiga balança de rendas de renda primária, bem como a antiga conta de transferencias unilaterais de renda secundária. Além disso, o novo manual passa a considerar serviços de reparo, manutenção e merchanting como referentes à balança de serviços, assim como os royalties passaram a contar como serviços de propriedade intelectual. O lucro reinvestido, por sua vez, passou a compor a rubrica do investimento direto no país, e o lucro dos títulos negociados em mercado doméstico passou a contar na renda primária. Essas mudanças, no entanto, não são as principais.

A principal mudança trazida pelo BPM6 refere-se à lógica dos lançamentos: privilegia-se a propriedade, não o local. Os lançamentos não mais são negativos ou positivos: pensa-se, agora, em ativos e passivos, conforme a detenção da obrigação. Nesse sentido, o saldo em transações correntes refere-se à soma da diferença entre os ativos e passivos em cada balança - comercial, de serviços, de renda primária e de renda secundária. O resultado da conta corrente de 2015 foi negativo, o que implica que os passivos superaram os ativos - perdeu-se reservas, pois. O resultado da conta corrente não se diferenciou muito, contudo, dos resultados que eram obtidos com o BPM5, ao contrário do que ocorreu na conta financeira.

Na conta financeira, o resultado foi negativo, em clara oposição aos números da época de BPM5. O resultado negativo, contudo, é positivo para o Brasil, pois indica que os passivos superaram os ativos. Em um país carente de poupança como o Brasil, a atração de poupança externa por meio de empréstimos, investimentos diretos no país e capital especulativo é interessante para os investimentos, na medida em que I=S, e S= S doméstica + S externa - no Brasil, historicamente, se carece de S doméstica.

Outra principal mudança foi o resultado do BP, o qual passou a ser dado por CF - CC - CK = Erros. A variação de haveres da autoridade monetária foi inserida na CF, na rubrica ativos em reserva. Assim, a acumulação ou perda de reservas não mais corresponde ao RBP com sinal invertido, mas é mais um dos componentes da conta financeira.

As inovações do BMP6 são positivas, na medida em que não era coerente, por exemplo, lançar investimentos do país no exterior com sinal negativo - esses não são, absolutamente, uma "perda". A lógica de ativos e passivos impactou mais a CF que a CC, no entanto, seu maior impacto foi na modernização e atualização da inserção brasileira na economia global, a qual é, com o BPM6, mais adequada ao século XXI.

Emanuel Sebag de Magalhães – 18/20

A adoção do novo modelo de apuração do balanço de pagamentos (BPM6) trouxe impactos sobre os saldos da conta de transação correntes e da conta financeira do balanço de pagamentos brasileiro em 2015. Além das alterações metodológicas, a utilização de novas bases de dados estatísticos do setor externo ampliaram a compreensão da dinâmica das relações econômicas entre residentes e não residentes em relação ao antigo BPM5.

O Banco Central do Brasil (BCB) utilizava-se anteriormente apenas de estatísticas relativas aos movimentos cambiais para aferir as relações que compunham o balanço de pagamentos. Com a introdução do BPM6, o BCB passou a incorporar dados estatísticos provenientes também do Censo de Capitais da economia brasileira, captando transações entre residentes e não residentes que estavam à margem dos movimentos cambiais. Assim, foi possível, com o BPM6, observar de maneira mais apurada a Posição Internacional de Investimentos (PII) da economia brasileira, aproximando as estatísticas nacionais dos mais elevados padrões metodológicos, favorecendo a comparação com outras economias.

De forma direta, a adoção do BPM6 significou uma série de alterações em nomenclaturas e formas de contabilização de certas transações. No que concerne à balança de transações correntes, ocorreu alteração das nomenclaturas da lança de rendas, que passou a ser chamada de rendas primárias, e da balança de transferências unilaterais, que passou a ser chamada de rendas secundárias.

No que toca à conta financeira, ocorreu a adoção das nomenclaturas investimentos diretos no país e investimentos brasileiros no estrangeiro para captar os fluxos de investimentos envolvendo a economia nacional. Para além dessas alterações formais, buscou-se introduzir nova convenção de sinais, a fim de facilitar a interpretação dos dados do balanço de pagamentos por parte do público.

Uma das principais mudanças substanciais introduzidas pelo BPM6 foi a contabilização de lucros de empresas estrangeiras reinvestidos no país. Por não se

configurar como transação envolvendo divisas cambiais, tais estatísticas só puderam ser incorporadas com a utilização dos dados do Censo de Capitais. Assim, altera-se o saldo de transações correntes, pelo aumento do montante contabilizado de lucros na conta de renda primária. Pelo princípio contábil das partidas dobradas, tal elevação no saldo de transações correntes é compensada por uma alteração do saldo da conta financeira, o que evidencia menor necessidade de financiamento externo para a economia brasileira. Mesmo em se tratando de entrada autorrealizável, amplia-se o entendimento acerca do setor externo.

A adoção do BPM6 significou, assim, avanço na aferição dos dos dados do setor externo da economia brasileira. Embora a nova metodologia tenha alterado os saldos de transações correntes e da conta financeira, pelo princípio das partidas dobradas, o saldo final do balanço de pagamentos não foi alterado. A contabilização de lucros reinvestidos aperfeiçoou a compreensão das transações entre residentes e não residentes.

Pior Resposta – 1/20

O Balanço de Pagamentos é onde estão registradas as transações realizadas, em divisas, entre os residentes e não residentes de um país. A contabilização do saldo do balanço de pagamentos precisa seguir padrões rigorosos e internacionalmente regulados, de modo que se permita aos governos e às instituições financeiras internacionais analisar a estabilidade ou os riscos das contas externas de um país.

Para melhor apurar o balanço de pagamentos brasileiro, o Banco Central do Brasil substituiu o BPM5 pelo BPM6, o qual trouxe importantes mudanças. Diferentemente do BPM5, o BPM6 registra todas as suas transações com sinal positivo, uma vez que créditos e débitos podem ser registrados com base em seus valores nominais. O novo BPM6 também alterou a estrutura da conta de transação correntes, alterando a antiga balança de rendas e as transferências unilaterais. Essas alterações, tanto nos métodos de lançamento quanto na estrutura da conta de transações correntes, impactaram diretamente o nosso saldo em transações correntes, uma vez que mitigou o papel amortecedor que a balança de rendas e as transferências unilaterais tinham quando havia desequilíbrios nas balanças comercial e de serviços. Assim, nosso saldo em transações correntes em 2015, devido à melhora na balança comercial, apresenta valor diferente daquele caso fosse aferido de acordo com o BPM5.

Outra alteração importante foi o desmembramento da antiga conta capital e financeira (BPM5), que, com o BPM6, divide-se em conta capital e conta financeira. Visto que as transações que agora estão enquadradas na conta financeira têm pouca relevância em relação às que estão na conta capital, a conta financeira torna-se relativamente menos relevante para o saldo global do balanço de pagamentos brasileiro. Nesse sentido, o saldo da conta financeira, em 2015, que foi negativo, é piorado ainda mais, uma vez que não é equilibrado pela conta capital, tal como o era no BPM5, onde a contas capital e financeira eram uma só.

Devido à crescente importância do Brasil na economia global o a estabilidade de seu balanço de pagamentos é objeto de preocupação não apenas dos condutores de sua política econômica, mas também de nossos parceiros comerciais, dos investidores internacionais e das instituições de governança do sistema financeiro internacional, como o FMI. Nesse sentido, a doação de um novo sistema para apurar nosso balanço de pagamentos conforme os padrões internacionais estabelecidos pela sexta edição do Manual de Balanço de Pagamentos, publicado pelo FMI, é uma importante medida adotada pelo BCB em 2015.

DIREITO

Questão 1

Os princípios gerais são apenas, a meu ver, normas fundamentais ou generalíssimas do sistema, as normas mais gerais. A palavra princípios leva a engano, tanto que é velha questão entre os juristas se os princípios gerais são normas. Para mim, não há dúvida: os princípios gerais são normas como todas as outras. E esta é também a tese sustentada por Crisafulli.

Norberto Bobbio. Teoria do ordenamento jurídico. Brasília: Ed. Polis/UnB, 1989, p. 158.

Tendo o texto acima como referência inicial, faça o que se pede a seguir.

1 À luz dos preceitos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei n.o 4.657/1942, com ementa dada pela Lei n.o 12.376/2010), explique a função desempenhada pelos princípios gerais do direito no ordenamento jurídico. [valor: 5,00 pontos]

2 O caput do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional n.o 19/1998, estabeleceu os princípios que regem a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Identifique os referidos princípios e explique o conteúdo jurídico de cada um deles. [valor: 15,00 pontos]

Extensão máxima: 40 linhas [valor: 20,00 pontos]

Média: 17,3 amp. / 14,3 cotas negros.

Desvio padrão: 2,3 amp. / 4,3 cotas negros.

Felipe Pinheiro Mello – 20/20

1) De acordo com a Teoria do Ordenamento Jurídico de Norberto Bobbio, o ordenamento jurídico trata-se de um sistema de normas caracterizado pela harmonia e pela completude. Isso significa dizer que no interior do ordenamento não há antinomias reais (elas existem apenas em casos excepcionais e são resolvidas casuisticamente pelos juízes por meio do juízo de sopesamento) nem lacunas. Dessa forma, o ordenamento conta

com meios de solução das antinomias aparentes (critérios hierárquico, de especialização e temporal) e meios de colmatação de lacunas.

Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), os meios de colmatação de lacunas são: a analogia, o costume e os princípios gerais de direito (PGDs). Os PGDs garantem, portanto que, em última instância, caso todos os outros meios sejam insuficientes, ainda assim o juiz do caso concreto não possa declarar a existência de um non liquet, furtando-se a decidir o caso concreto: como último recurso o juiz sempre pode recorrer aos PGDs para formular sentença que resolva o caso. Destaque-se, por fim, a diferença de papel desempenhada pelos PGDs no direito interno e no direito internacional: no primeiro eles solucionam lacunas em casos não previstos no ordenamento jurídico interno; no segundo, eles constituem verdadeira fonte de direito internacional.

2) De acordo com o artigo 37 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), os princípios que regem a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios são os princípios: da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

O princípio da legalidade, em sentido amplo, afirma que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, se não em virtude da lei. Em sentido estrito, no âmbito da administração pública, esse princípio implica que a administração apenas pode agir caso haja lei autorizativa para aquela ação. Em referência a (sic) administração pública, portanto, o princípio é invertido: ele não é o limite para a ação, mas a base.

Os princípios da impessoalidade e da moralidade guardam uma relação próxima. O primeiro apregoa que a administração pública não pode promover favorecimentos pessoais e deve tratar todos os cidadãos de maneira igual (ou, caso necessário, de maneira desigual, na medida de suas desigualdades, conforme o princípio da igualdade material). O segundo requer ética no desempenho de funções públicas administrativas, o que inclui a proibição de promover favorecimentos pessoais pelo controle da máquina pública e a probidade na administração.

O princípio da publicidade confere à administração pública a necessidade de tornar conhecidos, tornar público, todos os seus atos, de forma a possibilitar o controle de suas atividades pelos órgãos do Estado responsáveis, mas também pela sociedade civil. Esse princípio, vale notar, foi favorecido com a aprovação da lei da transparência, que facilita o acesso a dados públicos da administração. Note-se ainda que há exceções a esse princípio, utilizadas como forma de salvaguardar dados estratégicos ou de segurança nacional.

Por fim, o princípio da eficiência favorece o funcionamento mais eficiente possível da administração pública. O patrimônio, assim como os serviços públicos, são bens públicos e de usufruto coletivo. Cabe, assim, aos administradores da coisa pública zelar pela gestão mais eficiente possível deles. A eficiência também tem sido favorecida recentemente por novas normas relativas a contratação e manutenção de pessoal, e de aquisição de bens e serviços privados.

Lucas Andrade Aguiar – 20/20

Em oposição ao paradigma positivista do direito, Norberto Bobbio alude à relevância dos princípios gerais de direito para o ordenamento jurídico, alçando essas normas em grau de equivalência em relação às normas positivas no que tange ao seu conteúdo normativo. Nesse paradigma, os princípios desempenham papel relevante tanto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro como na Constituição Federal, mormente o art. 37.

No que se refere à LINDB, os princípios gerais de direito desempenham a relevante função de meio de colmatação do ordenamento jurídico brasileiro. Eles são fundamentais, portanto, no caso do surgimento de antinomias, uma vez que se prestam a uma função hermenêutica no ordenamento jurídico. Princípios como "dar a cada um o que é seu", ou "não valer-se da própria torpeza" são exemplos de princípios gerais de direito, uma vez que remontam à própria prática dos pretores romanos, consubstanciados, pois, em tradição jurídica ancestral. Esses princípios apresentam, pois, elevada importância e aceitação por parte de amplo espectro populacional, sendo, com isso, resquícios do direito natural. Desempenham eles, portanto, no ordenamento jurídico brasileiro, função de meio de colmatação.

Já no art. 37 da CRFB/88, os princípios encontram-se explícitos na letra constitucional, adquirindo, com isso, status de norma constitucional. São eles: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. De acordo com o princípio da legalidade, a Administração Pública só pode agir em virtude de lei, invertendo a lógica que se aplica a particulares: enquanto estes podem fazer tudo que a lei não proibir, aquela só pode agir quando a lei permitir. Com isso, busca-se alcançar o mais estrito paradigma de legalidade na atuação da Administração Pública, o que é essencial para um país democrático. Já de acordo com o princípio da impessoalidade, a Administração não pode agir senão visando ao interesse público, sendo-lhe eminentemente vedado agir de acordo

com interesses particulares. Com isso, busca-se evitar a privatização e o corrompimento da esfera pública e garantir que esta se volte ao interesse de toda a coletividade.

De acordo com o princípio da moralidade, a Administração deve agir de maneira proba e desvinculada de interesses específicos. Com isso, buscam-se coibir abusos, tais como o nepotismo e a apropriação indevida da coisa pública. De acordo com o princípio da publicidade, a Administração deve dar publicidade a todos os seus atos, desde que isso não afete outros valores sensíveis, como a intimidade ou o sigilo decorrente da segurança nacional. Por meio da publicidade, permite-se que a população fiscalize a Administração Pública e que esta, por sua vez, preste contas àquela, o que se coaduna com os valores democráticos. Por fim, a eficiência visa a propiciar a melhor alocação de recursos materiais e humanos da máquina pública, em respeito à utilização mais eficiente do erário público, o que se observa, por exemplo, em modelos de concessão mais simplificados, como as Parcerias Público-Privadas.

São, pois, de elevada importância os princípios para o ordenamento jurídico nacional, o que se observa tanto no tratamento atribuído aos princípios gerais de direito na LINDB como em sua disposição explícita no art. 37 CRFB/88, condicionando a atuação da Administração Pública.

Daniel Tavares Vidal – 20/20

O constitucionalista alemão Robert Alexy, em Theorie der Grundrechte, considera os princípios jurídicos verdaeiros “mandamentos de otimização interpretativa”, destinados a orientar o intérprete do direito acerca da melhor maneira de extrair todo o conteúdo jurídico das normas. Seu posicionamento, que separa normas e princípios, tem como contrapartida o entendimento de Norberto Bobbio (em Teoria do Ordenamento Jurídico), que, apesar de equiparar ambas normas e princípios, leva o entendimento do autor germânico ao considerar princípios comandos normativos fundamentais e gerais, constituindo, também, vetores interpretativos.

Por sua vez, em sede positiva, resta claro que a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº4.657/1942) (“LINDB”), acolheu os postulados básicos de ambos os acadêmicos mencionados. Isso torna-se evidente pois,no sistema jurídico brasileiro, princípios gerais do direito possuem notória função de colmatação do ordenamento pátrio. Conforme ensina Andre de Carvalho Ramos, preceitos normativos

básicos e históricos, a exemplo do respeito à coisa julgada e a proibição de auferir vantagens a partir da própria torpeza, não são capazes de criar novas normas gerais e abstratas, mas orientam o julgador e o intérprete quanto à melhor solução ao caso concreto quando da ausência de preceitos normativos que disciplinam a situação especificamente considerada. Isso, segundo o mesmo acadêmico, contrapõe-se, a título de exemplificação, ao papel dos princípios gerais de direito em âmbito internacional, já que, nesse âmbito, em oposição, conforme o artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, princípios geraise direito são fontes aptas a criar normas jurídicas.

O tema princípios, em sede administrativa, está elencado na Constituição Federal da República Federativa do Brasil (CFRB), em seu art. 37, caput, segundo a EC 19/1998. São eles: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Conforme ensina Maria Silva Zanela de Pietro, a legalidade pode ser definida como o respeito, na atuação administrativa ou fora dela, aos postulados legais e demias comandos normativosdo ordenamento pátrio ("legalidade" em sentido lato). Por sua vez, a impessoalidade constitui o tratamento, dos administrados, equalitário, ignorando-se particularidades pessoais que não interessem à melhor prestação de serviços públicos, atribuindo igual valor às necessidades de todos aqueles submetidos à administração pública. Quanto à moralidade, ela pode ser definida como o respeito, na prestação de serviços públicos e na atuação Estatal "lata", aos preceitos éticos e morais que permeiam a vida em sociedade da coletividade considerada. A publicidade, por sua vez, reflete-se na visibilidade e na transparência da atuação da administração, que deve estar ao acesso da fiscalizaçãoe do acompanhamento por todos. Por fim, a eficiência, uma das principais novidades inseridas pela EC n. 19/1998, pode ser compreendida como uma atuação estatal que busque o máximo de resultados com o mínimo de recursos despendidos, maximizando o bem-estar social.

Resta a breve menção de que, ao lado desses princípios explícitos, costuma elenvar a doutrina administrativa outros princípios implícitos, como a "continuidade do serviço público", a "supremacia do interesse público", a "essencialidade dos serviços públicos" e, também, a "proporcionalidade" e a "razoabilidade da atuação administrativa.

Jônathas José Silva da Silveira – 20/20

Segundo Dworkin, as normas jurídicas podem ser classificadas como regras ou princípios. Noberto Bobbio confirma a percepção de Dworkin, afirmando que princípios, com efeito, têm força normativa igual às demais normas jurídicas. Visto que têm caráter

de maior abstração e generalidade, a aplicação de princípios exige do hermeneuta um exercício de ponderação, quando diante de um caso concreto.

À luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, os princípios gerais, assim como a lei (CF e atos legislativos), o costume e a jurisprudência são fontes do direito. Entretanto, nosso ordenamento jurídico é caracterizado pela supremacia da lei (sentido lato) sobre as demais fontes, de maneira que, em casos de lacunas ou antinomias, o juiz pode recorrer aos princípios gerais de direito. Esse procedimento hermenêutico se faz necessário, porque está positivado no direito brasileiro a vedação ao non-liquet. Nesse sentido, na perspectiva da Lei nº 12.376/2010, os princípios gerais do direito são fontes subsidiárias, ao passo que, na concepção de Bobbio e Dworkin, os princípios são as próprias normas, o que lhes confere efeito direto e aplicabilidade imediata.

Os princípios constitucionais, por terem efeito direto e aplicabilidade imediata, diferem dos princípios gerais do direito trazidos na LINDB. A Constituição Federal de 1988, traz, em seu bojo, uma série de princípios, dentre os quais podemos destacar os introduzidos pela EC 19/98, no caput do artigo 37. Segundo este artigo, os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência regem a administração pública, no Brasil. A legalidade impõe que a administração pública apenas pode agir conforme os desígnios da lei. Diferencia-se, então, da legalidade no direito privado, em que o particular é livre na sua autonomia da vontade, desde que não proibido por lei. A impessoalidade requer do agente público uma atuação neutra, sempre levando em consideração a supremacia do interesse público. A proibição do nepotismo é corolário do princípio da impessoalidade.

O princípio da moralidade exige do agente público conduta condizente com a moral administrativa, a qual, cabe ressaltar, não necessariamente se confunde com a Moral, em seu sentido aristotélico-tomista. Cumpre ao agente público portar-se, no desempenho de suas funções, de forma a não agredir a dignidade da administração. A publicidade é princípio que deriva da necessidade de transparência da administração pública. Esse princípio, todavia, precisa ser sopesado em caso de colizão (sic) com o princípio da supremacia do interesse público. É esse sopesamento que permite a possibilidade de sigilo de alguns expedientes diplomáticos, por exemplo. Por fim, resta tratar da eficiência a qual significa que é dever da administração alcançar seus objetivos com o menor custo possível. Deve-se buscar a maior utilidade, sem, entretanto, comprometer o interesse público e as garantis fundamentais.

Pior Resposta – 6/20

Os princípios gerais do direito visam colmatar eventuais lacunas do ordenamento jurídico que poderiam prejudicar o julgamento de determinados casos, além de auxiliar o processo jurídico (caso de princípios como in dubio pro reo e res julgata, que terminaram por ser incorporados aos princípios gerais de Direito Internacional).

Entre os princípios que regem a administração pública direta e indireta estão o princípio da responsabilidade e o princípio da probidade administrativa na gestão da coisa pública, entre outros.

Questão 2

Discorra a respeito das fases que compõem o processo de incorporação dos tratados, convenções e atos internacionais ao ordenamento jurídico brasileiro. Em seu texto, aborde o papel que o Poder Executivo e o Poder Legislativo desempenham nesse processo, os instrumentos por meio dos quais essa incorporação ocorre e o momento a partir do qual os tratados em geral adquirem executoriedade interna. Apresente, ainda, o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a posição hierárquica dos tratados (tanto os de direitos humanos como os tradicionais) no direito interno.

Extensão máxima: 40 linhas [valor: 20,00 pontos]

Média: 19,3 amp. / 19,3 cotas negros.

Desvio padrão: 1,7 amp. / 1,6 cotas negros.

Diogo Alves Reis – 20/20

O processo de incorporação de tratados é ato subjetivamente complexo que, no Brasil, exige a participação do poder Executivo e Legislativo. Dessa forma, o Brasil adota o dualismo moderado, na incorporação de tratados, e o monismo na incorporação do costume internacional. A ADI 1480 foi responsável por regular, no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro, as etapas necessárias para que um tratado, que acarrete encargos ou compromissos gravosos, seja incorporado pelo país. Verificam-se quatro etapas: negociação e assinatura, aprovação parlamentar, ratificação presidencial e promulgação.

A negociação e a assinatura denotam a intenção/consentimento prévio do Brasil em se obrigar pelo tratado. Segundo a CF/88, artigo 84, inciso VIII, é competência privativa do Presidente da República celebrar tratados e acordos internacionais em nome da República Federativa do Brasil, logo compete ao Executivo.

A aprovação parlamentar consiste na deliberação, no âmbito do Congresso, das cláusulas do tratado. Conforme o artigo 49, inciso I, da CF/88, compete ao Congresso, por meio de decreto legislativo, autorizar o chefe do Executivo a ratificar tratados internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Autorizado pelo Parlamento, o Presidente da República procede à ratificação, que representa manifestação definitiva da vontade da vontade do Brasil em se obrigar pelo tratado. É competência do chefe do Executivo e marca a entrada em vigor do tratado, no plano internacional, para o país.

A última etapa é a promulgação e publicação do tratado, por meio de decreto executivo do Presidente da República, no Diário Oficial da União (DOU). Essa etapa marca o início da validade do tratado no plano interno. Ratifica-se que os acordos executivos, por não gerarem compromissos gravosos, demandam apenas assinatura, publicação e promulgação no DOU.

O STF, por meio do RE 80.004, confirmou seu entendimento de que tratados no Brasil têm o status de Lei Ordinária Federal. Em contraposição, dado o processo de abertura da Constituição Brasileira ao Direito internacional, particularmente aos Direitos Humanos (DH), os tratados de DH podem ter dois status no país. Conforme o parágrafo 3º, do artigo 5º da CF/88, os tratados de DH que forem aprovados nas duas casas do Congresso, em dois turnos, por pelo menos 3/5 dos membros, terão o status de Emenda Constitucional, integrando o bloco de constitucionalidade, caso da Convenção da ONU de 2007 sobre os Direitos dos Deficientes.

Já no julgamento do RE 466.343, o STF reconheceu que os tratados de DH, não aprovados conforme o procedimento especial descrito no parágrafo anterior, terão status supralegal, servindo para o controle de convencionalidade de leis e atos normativos.

Hamad Mota Kalaf – 20/20

A atuação brasileira em âmbito internacional não se confina ao poder Executivo. Com efeito, também, têm importância nesse processo o poder Legislativo e o Judiciário. O primeiro participa ativamente do processo de internalização de tratados internacionais, conforme o dualismo moderado vigente no Brasil. O segundo disciplina a hierarquia desses dispositivos, bem como sua aplicação em âmbito interno. Nesse sentido, analisar as etapas de conclusão de atos internacionais requer exame da atuação dos três poderes.

A internalização de tratados envolve a participação dos poderes Executivo e Legislativo. Primeiramente, deve-se dizer que o termo "tratado, conforme definição da CVDT, engloba todas as denominações semelhantes, incluindo convenções e atos internacionais. Em seguida, ressalva deve ser feita para enfatizar a ausência de

necessidade de internalização de costumes internacionais e acordos executivos. Estes não são internalizados, pois se referem à prática diplomática. Feitas as ressalvas, analisa-se o processo de incorporação de tratados. Após as fases de negociação e assinatura, em que, basicamente, atua o Executivo, o texto do tratado é submetido à aprovação congressual, nos termos do art. 49, I da CF/88. O Legislativo pode formular "ressalvas" ao tratado, que, posteriormente, se tornarão reservas. Caso o tratado seja aprovado, com ou sem ressalvas, emite-se decreto legislativo que autoriza o Executivo a promover a ratificação do tratado. A ratificação é realizada por meio da troca dos instrumentos de depósito entre as nações signatárias. Resta, ainda, a exigência de publicação do decreto executivo, por meio do qual o tratado adquire executoriedade interna, imediata, a não ser em caso de previsão em contrário. Nesse sentido, deve-se destacar o instrumento para a vigência interna difere daquela para vigência externa. No primeiro caso, trata-se do decreto de publicação. No segundo caso, trata-se do instrumento de ratificação.

O Poder Judiciário desempenha papel importante ao determinar a posição hierárquica dos tratados na ordem internacional e ao conferir-lhes aplicabilidade. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, tratados em geral tem posição hierárquica de lei federal. As disposições constitucionais previstas no art. 5, par 2 e par. 3 da Constituição outorgam hierarquia distinta aos tratados de direitos humanos. A jurisprudência do STF, estabelecida no julgamento dos RE 's 80.004 e 636.343(sic), confere aos tratados de direitos humanos, incorporados por processo convencional hierarquia supralegal, enquanto os tratados de direitos humanos internalizados pelo processo do art. 5, par 3, ou seja, pelo mesmo processo das emendas, têm hierarquia constitucional.

A análise do processo de internalização dos tratados evidencia como a participação brasileira em âmbito internacional é atividade que compete aos três poderes. Com efeito, essa posição é subscrita pela corte suprema brasileira. O ex-ministro Joaquim Barbosa, no julgamento da ADI 1625, afirmou, em seu veto, que compete aos três poderes zelar pelo adimplemento das obrigações brasileiras. A análise corrente corrobora isso

Igor Goulart Teixeira – 20/20

A negociação de tratados e demais atos, no DI, compete ao poder Executivo. Entretanto, consoante a CF 88, o Poder Legislativo deverá aprovar tratados que acarretem compromissos gravosos ao país. Inicialmente, negocia-se o tratado, que pode ser multilateral ou ter alcance mais reduzido. Ao atingirem as partes envolvidas

entendimento acerca de seu teor, o instrumento é assinado pelo Poder Executivo no exercício de competência privativa. Em seguida, como, em regra, acarretam compromissos gravosos ao Estado, devem ser apreciados pelo Congresso Nacional. Nesse diapasão, as exceções são os Acordos Executivos que não precisam ser apreciados pelo Poder Legislativo e entram em vigor após a assinatura.

Tratados e Convenções, diferentemente, se aprovados pelo Congresso Nacional, podem ser ratificados pelo Poder Executivo. Caso o CN faça ressalvas, o Executivo deverá convertê-las em reservas, como as que existem referentes aos artigos 25 e 66 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. O Brasil passa a se obrigar, perante o DI, pelo Tratado em questão após o depósito de sua ratificação. No plano doméstico, adicionalmente, requer-se mais uma etapa. O tratado entrará em vigor após a expedição do decreto executivo que lhe dê promulgação e executoriedade. O instrumento por meio do qual o Congresso aprova, outrossim, denomina-se Decreto Legislativo. Adicionalmente, vale ressaltar que a denúncia formal de Tratados cabe ao Poder Executivo, entretanto, no contexto da ADI 1625, o ex-ministro Joaquim Barbosa advogou em prol da apreciação prévia do CN para que ocorra a denúncia. Por fim, é mister ter-se em conta que tratados podem entrar em vigência no âmbito do DI antes de adquirirem executoriedade interna. Nesse interim, a não observância do tratado pode acarretar responsabilidade internacional.

Ademais, o entendimento do STF é de que os tratados são, em regra, internalizados com status de Lei Ordinária Federal e, portanto, são infraconstitucionais. Após a EC 45/04, entretanto, tratados de Direitos Humanos passaram a ter tratamento diferenciado em verdadeira demonstração de que a dignidade humana é o epicentro axiológico do ordenamento jurídico nacional, como assevera Daniel Sarmento.

Caso o Tratado de Direitos Humanos seja aprovado pelo CN por rito comum, ele terá status supralegal, posicionando-se acima de leis ordinárias federais e de tratados que versem sobre outros assuntos, que, como mencionado, equiparam-se hierarquicamente às LOFs. Entretanto, caso o TIDH seja aprovado com rito de Emenda Constitucional, ou seja, aprovado por quórum de 3/5, em dupla votação, nas duas casas do Congresso, esse tratado de DH integrará o Bloco de Constitucionalidade e poderá ser usado, inclusive, para a realização de Controle de Constitucionalidade. Hoje, a Convenção de Nova Iorque que versa sobre o Direito dos Deficientes tem status de EC e há perspectiva de que a Convenção de Marraquexe venha a ter.

Douglas Nascimento Santana – 20/20

O direito interno brasileiro segue um iter procedimental complexo para a incorporação de tratados, convenções e atos internacionais, sob o lastro de concepções dualistas moderadas. A tramitação entre Poderes Executivo e Legislativo permite o alinhamento de vontades entre eles quanto à condução de compromissos internacionais nos mais diversos temas.

O ato de assinatura do tratado internacional é realizado pelo Poder Executivo por intermédio de seus agentes plenipotenciários (Presidente da República ou Ministro das Relações Exteriores) ou por delegação dos plenos poderes a representantes. Acordos internacionais que gerem compromissos gravosos ao patrimônio nacional deverão, em sequência, ser avaliados pelo Poder Legislativo, pois, no Brasil, o poder de convenção internacional é bipartido entre Executivo e Legislativo.

O acordo internacional é analisado nas duas casas legislativas, Câmara dos Deputados e Senado Federal. Em caso de aprovação, faz-se mister a publicação pelo presidente do Senado de Decreto Legislativo que atesta a aceitação do referido instrumento pelo parlamento brasileiro.

Após aprovação interna pelo parlamento e publicação do Decreto Legislativo, encontra-se o Poder Executivo autorizado a proceder a ratificação do acordo internacional. Acordos ratificados já podem viger internacionalmente. A vigência interna no Brasil, contudo, demanda etapa adicional que é a publicação de Decreto Presidencial. Este instrumento legal leva ao conhecimento dos agentes domésticos a vigência interna do acordo internacional, sendo preferível uma coordenação precisa na periodicidade de ambas as vigências, evitando vulnerabilizar o país com o não cumprimento de acordo recém-aceito.

Os tratados internacionais incorporados assumem diferentes posições no ordenamento jurídico interno, a depender do seu conteúdo. Os tratados tradicionais são introjetados, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, ao nível de leis ordinárias, após trâmite parlamentar análogo ao da aprovação destas.

Os tratados de direitos humanos, por sua vez, quando aprovados por intermédio do procedimento legislativo de aprovação de Emenda Constitucional (duas votações, nas duas casas legislativas, com maioria de três quintos dos parlamentares) adquirem status de Emenda Constitucional. Com efeito, eles passam a compor o que se convencionou

denominar Bloco de Constitucionalidade, conforme previsto no artigo 5º da Constituição Federal (1988). Quando os tratados de direitos humanos são aprovados por um processo legislativo regular de aprovação de leis, eles são incorporados ao ordenamento, conforme entendimento do STF, em patamar supranacional, servindo, portanto, de parâmetro para controle de constitucionalidade de leis ordinárias.

A incorporação dos acordos internacionais vinculantes ao ordenamento jurídico brasileiro, portanto, assegura o compartilhamento de vontades entre Executivo e Legislativo, ao tempo em que atribui posição privilegiada aos tratados que protegem direitos humanos, cuja defesa configura-se no epicentro axiológico do direito interno.

Pior Resposta – 14/20

A incorporação de tratados no ordenamento jurídico nacional é tema de relativa complexidade e que envolve, dependendo do caso, o Poder Executivo e o Poder Legislativo. De acordo com entendimento do STF, ademais, distintos tratados apresentam hierarquia distinta no interior do direito brasileiro. O entendimento desse processo e dessa hierarquização depende unicamente da análise da legislação nacional, não possuindo o direito internacional relevância para essa compreensão.

De acordo com o direito internacional, os tratados podem ser unifásicos ou bifásicos: os primeiros passam a valer a partir da assinatura do tratado; ao passo que, nos segundos, a assinatura tem mero efeito pronunciativo, sendo necessária a ratificação para vincular efetivamente um Estado a esse tratado. Note-se, no entanto, que a necessidade de aprovação parlamentar é tema de direito interno, não se relacionando, portanto, com o procedimento escolhido em âmbito internacional.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) afirma que cabe ao Congresso Nacional decidir definitivamente sobre tratados que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. Em relação aos demais tratados, portanto, denominados acordos executivos, não há necessidade de aprovação parlamentar. Não há uma relação direta entre esses dois tipos de tratados e o procedimento escolhido em âmbito internacional, podendo ser necessária aprovação parlamentar mesmo de tratados celebrados pelo procedimento unifásico.

Após a assinatura de um tratado que exija, de acordo com o direito interno, aprovação parlamentar, o tratado segue para o Congresso Nacional para a sua apreciação

pelo parlamento. Se rejeitado, o acordo internacional não poderá ser concluído. Se aprovado, todavia, é ainda necessário que esse tratado seja promulgado e publicado pelo Executivo para que entre em vigor. Note-se que essa última exigência é, de acordo com o STF, o único caso de costume constitucional existente no atual direito brasileiro. No caso de um acordo executivo, como não há necessidade de aprovação parlamentar, a promulgação e publicação do tratado pelo Executivo é suficiente (sic) para sua entrada em vigor. Observe-se, por fim, que esse conjunto de fases internas exigidas pelo direito nacional para incorporação de um tratado classificam o país, de acordo com entendimento do STF, como dualista moderado na incorporação de tratados internacionais.

Os tratados em geral são incorporados ao direito interno em paridade normativa com a legislação ordinária – ou seja, na hierarquia do ordenamento jurídico brasileiro, eles possuem a mesma força de uma lei ordinária. Para tratados de direitos humanos, no entanto, existem duas possibilidades. A primeira ocorre quando um tratado de direitos humanos é aprovado (sic) três quintos do Congresso Nacional, após duas votações nas duas casas do Congresso. Nesse caso, ele é incorporado pelo mesmo procedimento de aprovação de emendas constitucionais, passando a integrar o bloco de constitucionalidade e adquirindo paridade normativa com as normas constitucionais. Esse é o caso, por exemplo, da Convenção das Nações Unidas sobre Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Adicional. Note-se que essa possibilidade foi introduzida pela Emenda Constitucional 45.

Caso um tratado de direitos humanos não seja aprovado pelo mesmo procedimento exigido para a aprovação de emendas constitucionais, no entanto, sua posição hierárquica no ordenamento jurídico brasileiro é distinta. Nesse caso, ele passa a ter um enquadramento hierárquico supralegal (acima das legislações ordinária e complementar), mas infraconstitucional (abaixo da CF/88).

Recurso Indeferido

CONTEÚDO

Quesito 1 - Recurso indeferido. O(a) candidato(a) não indicou que a competência para celebrar tratados, convenções e atos internacionais pertence privativamente ao Presidente da República, na condição de chefe de Estado, conforme dispõe o art. 84, VIII, da Constituição Federal. Não fez referência, também, aos instrumentos por meio dos quais os Poderes

Legislativo e Executivo se manifestam no processo de incorporação dos tratados ao ordenamento jurídico brasileiro. Assim, não citou o decreto legislativo como sendo o instrumento mediante o qual o Congresso Nacional manifesta sua aprovação aos tratados celebrados pelo Presidente da República, nem fez referência ao decreto presidencial de cuja edição deriva a executoriedade do ato internacional no plano do direito positivo interno. Não se justifica, portanto, a majoração da nota atribuída ao(à) candidato(a). Sobre o tema, ver, entre outros, José Francisco Rezek, Direito internacional público, 6. ed., 1996, p. 83-84; Flávia Piovesan, Direitos humanos e o direito constitucional internacional, 1996, p. 82.

Questão 3

Entre a abstração e a realidade, comente as luzes e sombras acerca da questão do reconhecimento da personalidade jurídica em direito internacional público.

Extensão máxima: 60 linhas [valor: 30,00 pontos]

Média: 29,5 amp. / 24,5 cotas negros.

Desvio padrão: 1,2 amp. / 10,6 cotas negros.

Diego Alfieri – 30/30

O reconhecimento da personalidade jurídica de um sujeito de direito internacional por outro implica que este reconhece a totalidade de direitos e deveres daquele no âmbito do ordenamento jurídico internacional. Didaticamente, é possível dizer que há cinco grupos de personalidade jurídica internacional: a originária dos Estados; a derivada das Organizações Internacionais; os aspectos da personalidade dos indivíduos e das empresas; a constitutiva dos grupos beligerantes e a sui generis da Santa Sá e da Ordem Soberana de Malta. Há discussões sobre o reconhecimento em cada uma delas.

A personalidade jurídica dos Estados decorre de sua própria soberania, há, porém, debate doutrinário sobre a personalidade jurídica dos novos Estados, se esta depende do reconhecimento por parte dos demais Estados, hipótese em que o reconhecimento tem natureza constitutiva, ou se a personalidade jurídica é inerente à condição de ser Estado, hipótese em que o reconhecimento tem natureza declaratória, e funciona mais como uma manifestação de aceitação do Estado que o concede de manter relações com o novo Estado. Atualmente, prevalece o entendimento jurídico de que o reconhecimento é declaratório, bastante à estatalidade que o novo ente cumpra os critérios de Montevidéu (em referência ao Tratado de Montevidéu de 1933, que, apesar de ser interamericano, teve suas normas reconhecidas como costume internacional): população permanente; território determinado; governo; capacidade de entrar em relações com outros Estados. O próprio Tratado é expresso ao dizer que nenhum Estado depende do reconhecimento dos demais para exercer os direitos inerentes à estatalidade, como se autodeterminar e não ser alvo de agressões contra seu território. O problema, porém, é que ainda hoje há um alto grau de politicização do tema, que acaba fugindo às rédeas do direito internacional, a ponto de James Crawford dizer que nenhuma das teorias responde com satisfação às exigências da

prática internacional. Palestina, Kosovo, República Turca do Chipre do Norte e Crimeia, por exemplo, foram reconhecidos como Estados, em maior ou menor medida, por alguns Estados, mas não o foram por outros. Esses casos entram no terreno sombrio de terem sido criados ou não em desrespeito ao DIP, sendo que há a obrigação erga omnes de não se reconhecer situações fáticas criadas em desrespeito ao Direito, a Doutrina Stinson (preceito semelhante está presente no draft articles da Comissão de Direito Internacional da ONU sobre Responsabilidade dos Estados). No caso da República Turca do Chipre do Norte, há uma resolução do CSNU proibindo o reconhecimento, mas, por exemplo, no caso do Kosovo, a Corte Internacional de Justiça disse que, em tese, não houve violação do direito das gentes, mas considerações políticas, como a existência de movimentos separatistas domésticos, podem levar ao não reconhecimento internacional, como é o caso da Espanha, que lida com o país basco e a Catalunha. Em suma, o nível de participação de um Estado na sociedade internacional depende de quantos países o reconhecem, ainda que sua personalidade jurídica, em tese, seja objetiva.

Já no caso das Organizações Internacionais a grande celeuma foi resolvida em 1949, com o parecer consultivo da CIJ sobre a Reparação de Danos a Serviço da ONU. A CIJ foi questionada se a ONU tinha personalidade jurídica, se esta era objetiva e se possibilitava o exercício da proteção funcional. A CIJ respondeu que a ONU foi criada pela grande maioria da comunidade internacional, para exercer, e estava exercendo, responsabilidade em termos de paz e segurança que só poderiam ser plenamente executáveis se ela tivesse grande atribuição de personalidade jurídica. Foi uma decisão paradigmática, em um momento em que havia poucas OI em comparação a hoje e não se tinha a prática de definir a personalidade no tratado constitutivo. A decisão também informou que a personalidade jurídica é funcional, ou seja, depende dos fins e objetivos atribuídos pelos membros à OI, de modo que cada uma delas possui níveis diferentes de capacidades.

Caso mais problemático é o da personalidade jurídica dos indivíduos. Por muito tempo, conforme Cançado Trindade, predominou uma visão voluntarista do direito internacional, pela qual se atribuía personalidade jurídica apenas para os Estados. Para o autor, o reconhecimento da personalidade jurídica internacional do indivíduo é uma das principais evoluções do DIP. Essa personalidade se manifesta, principalmente, por meio de direitos que são atribuídos diretamente a eles por meio dos self-executing treaties, como os tratados de direitos humanos e os tratados e normas do direito comunitário europeu, e pelo locus standi, exemplificado no direito de ação na Corte Europeia de Direitos Humanos

e na possibilidade de ser réu no Tribunal Penal Internacional. O problema é que, analisando os critérios de Dihn e Pellet sobre as capacidades internacionais – produzir normas de DIP, invocar responsabilidade internacional, aceder aos meios de solução de controvérsias, integrar OI, exercer legação e exercer proteção diplomática (Guido Soares) – os indivíduos têm senão aspectos da personalidade jurídica internacional, o que leva autores como Rosalin Higgins a classificá-los como "participantes do DIP", destacando que muitas de suas capacidades são mediadas pelo Estado. Não obstante, como expresso no parecer consultivo supracitado, em um sistema jurídico, não há obrigatoriedade de seus sujeitos terem direitos e obrigações no mesmo nível.

Por fim, destaca-se que movimentos contestatórios da ordem interna, como os beligerantes, só se tornam sujeito de direito internacional se os demais Estados o reconhecerem. Trata0se de juízo também político, pois os Estados podem não querer reconhecer, para não ter que ver exigidos contra si as normas de direito humanitário de Genebra e as do de guerra de Haia, os principais dispositivos legais que recaem sobre movimentos como o dos beligerantes.

Anônimo – 30/30

A personalidade jurídica pode ser definida como a capacidade de contrair direitos e obrigações – no caso do Direito das Gentes, internacionais. Na sociedade internacional, a estrutura horizontal, descentralizada, confere aos Estados papel fulcral: nenhum outro sujeito está apto a desenvolver capacidades mais amplas do que as estatais. Por isso se diz que os Estados apresentam capacidade internacional originária, plena. Essas considerações são fundamentais para que se discutam "as luzes e as sombras" do reconhecimento da personalidade jurídica tanto dos Estados quanto dos demais sujeitos da sociedade internacional.

Atualmente, o reconhecimento de Estado é pautado pelo princípio da igualdade soberana. Como não se subordinam entre si, os Estados não criam uns aos outros por meio do reconhecimento. Esse ato meramente reconhece a reunião dos elementos constitutivos (grosso modo, um núcleo consistente de território, uma população permanente e um governo com poderes soberanos), motivo pelo qual é considerado declaratório e retroage à data da aglutinação desses componentes.

Lançadas as luzes, convém avançar na abstração e comentar as sombras. Da constatação de que o reconhecimento de Estado é meramente declaratório se depreende que um ente estatal, ainda que não reconhecido, deve ter resguardados direitos fundamentais. Ora, não pode o Egito, por exemplo, sob o argumento de não reconhecer o Estado de Israel, desrespeitar a integridade territorial ou usar a força (em caso não autorizado pelo Direito Internacional) contra este último. Além disso, caso o reconhecimento fosse um ato constitutivo, qual seria a maioria necessária para dar início à personalidade jurídica de um Estado? Apesar dessas dificuldades de ordem prática, não se pode negar que subsista um elemento político no reconhecimento, pois ele é discricionário. Portanto, um Estado goza de direitos fundamentais desde que reúna os elementos constitutivos, mas o reconhecimento de seus pares permite o aperfeiçoamento das capacidades internacionais por meio, por exemplo, do exercício do direito de legação ou de convenção (cujo exercício, ressalte-se, poderá acarretar reconhecimento implícito por outro Estado).

Em razão da natureza da sociedade internacional, acima comentada, os demais sujeitos apresentam personalidade jurídica derivada, limitada: a extensão de suas capacidades internacionais subordina-se à vontade dos Estados. É o caso, por exemplo, dos indivíduos, que outrora não apresentavam capacidades internacionais, mas, atualmente, podem ser responsabilizados criminalmente ou, no âmbito civil, têm reconhecido o direito de petição perante determinados tribunais – sempre subordinado à vontade estatal. Movimentos de libertação nacional, por sua vez, podem exercer o direito de legação em relação aos Estados que com isso concordarem. Mesmo outras entidades cujo surgimento não esteja relacionado à vontade dos Estados, como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha ou a Soberana Ordem de Malta, podem vir a ter capacidades internacionais reconhecidas, como a imunidade de jurisdição eventualmente conferida a seus representantes.

É na análise da personalidade jurídica das organizações internacionais, contudo, que existe maior margem para discussão. Diferentemente dos sujeitos mencionados no parágrafo anterior, as organizações internacionais têm sua criação subordinada à vontade dos Estados – o que pode levar à conclusão de que a elas podem ter sido conferidos poderes implícitos. Conforme exposto no caso Reparação de Danos, determinadas capacidades, ainda que não mencionadas no tratado constitutivo, podem ser consideradas fundamentais ao exercício adequado das funções da OI. É com base nesse raciocínio que se confere à ONU, por exemplo, o direito de exercer proteção funcional em relação a seus

funcionários. O mesmo caso é responsável pela determinação de que certas organizações internacionais – tamanha é sua representatividade – criam obrigação de reconhecimento para os Estados. Seria o caso das organizações com mais de 50 membros – embora esse não seja um limite rígido –, que conferiria a essas entidades personalidade jurídica objetiva.

Percebe-se que o tema do reconhecimento da personalidade jurídica no direito internacional público ainda apresenta algumas fronteiras nebulosas que derivam da centralidade do Estado no sistema e da discricionariedade inerente ao reconhecimento. Não obstante, manifestam-se também tendências evolutivas, como a multiplicação dos sujeitos e a relativa objetivação.

Marianna Brück Goulart – 30/30

Descentralizado pela sua própria natureza, o Direito das Gentes é um danaidum dolium em constante jogo de luzes: ora se ilumina o tonel, dando-lhe fundo, ora se escurece, retirando-lhe esse mesmo fundo. O instituto do reconhecimento de sujeitos de DIP revela essa empresa de Sísifo; demonstra, no entanto, que, entre avanços e recuos, o Direito das Gentes caminha em direção à consolidação.

Os estados são os únicos sujeitos plenos e originários de DIP, o que implica dizer que a personalidade dos demais sujeitos lhes é dada devido à vontade dos Estados e na medida dessa vontade - são, pois, sujeitos limitados e derivados. O instituto do reconhecimento de Estados evoluiu, não se aceita mais, portanto, a teoria constitutiva, segundo a qual o reconhecimento é um dos fatores que atesta a existência do Estado. A teoria declaratória, pois, é a dominante hodiernamente. Codificada no art. 13 da Carta da OEA, essa teoria afirma que a existência do Estado independe do reconhecimento, devendo os Estados respeitarem aspectos básicos mesmo daqueles que não reconhecem como sujeitos, como o princípio da integridade territorial. O reconhecimento, portanto, confere apenas legitimidade, não personalidade.

As luzes foram lançadas sobre o instituto de reconhecimento de Estados no século XX, primeiro em Tratado e depois em jurisprudência. Em 1933, em Montevidéu, os estados codificaram os quatro elementos constitutivos de um Estado, quais sejam: território definido (apenas “consistent band”, pode haver dúvidas sobre limites específicos), população permanente (supera-se o conceito de “povo" caro ao século XIX), governo independente (independência jurídica) e capacidade de condução das relações

internacionais (muitos doutrinadores afirmam que esse aspecto está inserido no terceiro). Mais tarde, em parecer consultivo no caso Namíbia, a CIJ afirmou - e suas decisões e pareceres têm sido fontes materiais de DIP, embora não o sejam formalmente - que nenhum Estado pode surgir violando Jus Cogens (art. 53 da CVDT/69). Ora, iluminou-se, desse modo, o reconhecimento de Estados, consolidando-lhe os requisitos: somente se reconhece Estado quando não há dúvida acerca da efetividade dos quatro princípios de 1933 e quando não há surgimento baseado em violação de normas imperativas - o qual ensejaria responsabilidade internacional agravada. Restam, contudo, pontos de escuridão, na medida em que se observa que a exceção ao primeiro requisito resta mais abstrata que concreta. Somente se sobrepõe o princípio da autodeterminação dos povos ao da integridade territorial quando se trata de grave e flagrante opressão a determinada minoria (secessão remedial), ocupação (emancipação) ou colonização (descolonização). Nesses casos, a autodeterminação não confere autonomia, mas soberania. O fato de serem situações difíceis de serem objetivamente atestadas, no entanto, mantém essa exceção em certa penumbra jurídica, da qual é exemplo a declaração de independência Kosovar de 08, controversa juridicamente em relação ao instituto da sucessão, mas sólida em relação à resolução 1244 do CSNU, como afirmou a CIJ em 2010.

Os demais sujeitos, derivados e limitados, também contam com o reconhecimento. As OIs de grande envergadura têm personalidade objetiva - mesmo não membros devem reconhecer a personalidade - e as de pequena a têm qualificada - não membros podem ou não reconhecer. Também no século XX tornou-se menos abstrato o status de sujeitos das OIs: no parecer consultivo do “caso Bernardotte” (reparação por danos), a CIJ observou que as OIs têm personalidade jurídica caso os Estados que as formaram assim desejaram, mesmo que a atribuição não seja explícita, e sim tácita, nos Tratados constitutivos. Resta, no entanto, forte subjetividade, na medida em que não há método objetivo de atestar o desejo tácito da atribuição do status de sujeito.

Allain Pellet afirma que os indivíduos têm personalidade jurídica, tanto no viés ativo quanto no passivo. O Estatuto de Roma de 98 foi o grande jorro de claridade nos deveres dos indivíduos, os quais serão julgados pelo TPI por crimes de genocídio, de guerra, contra a humanidade e, agora, de agressão. Institutos regionais de DH, são, por sua vez, verdadeiros focos dispersos pelo planeta sobre os direitos dos indivíduos no DI - a Convenção Interamericana de DH e a Carta Europeia de DH são exemplos. O fato de regiões ainda não possuírem semelhantes instrumentos, contudo, obstrui a luminosidade, bem como a ausência de países no TPI: o presidente sudanês Omar Al-Bashir, por exemplo,

resta solto mesmo condenado no TPI - seu país não é parte do Estatuto de Roma (seu julgamento foi motivado pelo CSNU). Similarmente, carece-se de instrumento universal vinculante de DH nos moldes da DUDH, por exemplo, a qual ainda permanece soft law.

Além desses casos principais, ainda há os casos de reconhecimento de sujeitos sui generis, como a Santa Sé, o CICV e Taiwan, por exemplo, nos quais essa espécie de oscilação entre abstração e realidade também se verifica. A fotorrelação entre o ser ou não sujeito é a mesma fotorrelação entre a existência ou não do DIP: na medida em que se avança na objetivização das abstrações e se proliferam os sujeitos, contudo, ambas as empresas de Sísifo vão perenizando sua iluminação.

Emanuel Sebag de Magalhães – 30/30

A evolução da sociedade internacional levou à complexificação do modelo westfaliano de relações interestatais, com a emergência de novos sujeitos de direito das gentes. Em meio ao avanço progressivo do direito internacional, os Estados, porém, restam como elementos fundamentais da ordem contemporânea, o que se reflete sobre a questão do reconhecimento da personalidade jurídica internacional.

A personalidade jurídica em direito internacional público é condição conferida a alguns agentes e não a outros por normas e disposições encontradas no próprio direito internacional público. Como herança do sistema oriundo da Paz de Westphalia de 1648, se existem atores que inequivocamente possuem personalidade jurídica no âmbito de direito internacional, estes são os Estados. Entende-se, portanto, que os Estados possuem personalidade jurídica internacional originária. Na medida em que o conceito de personalidade jurídica internacional surge a partir dos Estados, a questão do reconhecimento de tal personalidade a outros atores depende da expressão de vontade dos Estados. Nesse sentido, surgem os casos de personalidade jurídica internacional derivada, resultados do reconhecimento por parte dos Estados de tal personalidade a certos atores. Uma vez que a observação da personalidade jurídica internacional implica na existência de capacidades jurídicas, percebe-se que os Estados são sujeitos que detêm capacidades plenas, enquanto demais sujeitos detêm capacidades limitadas, na medida em que os Estados conferiram tais capacidades a esses sujeitos. Para além da teoria, a realidade concreta apresenta casos em que a dinâmica de tal reconhecimento da personalidade e das respectivas capacidades internacionais não são tão claras.

A atual sociedade internacional reconhece o papel central de organizações internacionais governamentais que, oriundos do acordo de vontades estatais plasmadas em tratados, possuem personalidade jurídica internacional. Embora possuam personalidade jurídica internacional derivada, as capacidades internacionais dessas organizações transcendem os dispositivos codificados em seus tratados constitutivos, prevalecendo o entendimento da existência de capacidades implícitas, ou seja, aquelas destinadas ao atingimento dos objetivos daquela organização. Assim, organizações internacionais com longo escopo de atuação, como as Nações Unidas, possuem amplas capacidades internacionais, o que garante sua inequívoca personalidade internacional.

Embora seja tema de discussões jurídicas, cresce o entendimento de que indivíduos são sujeitos de direito internacional. Para além de uma série de normas internacionais dirigidas aos indivíduos, em especial em matérias de direitos humanos, é também estabelecido aos indivíduos o dever de responder por seus atos no âmbito de tribunais internacionais. No que concerne à capacidade de petição, diversos regimes regionais de proteção aos direitos humanos aceita que indivíduos peticionem contra Estados, como evidenciado pelos sistemas interamericano, europeu e africano de direitos humanos. Tal possibilidade, no entanto, deve respeitar o princípio do esgotamento dos recursos a cortes internas dos países, o que evidencia o papel central dos Estados no reconhecimento da personalidade jurídica internacional de indivíduos. Em relação à responsabilidade internacional de indivíduos, percebe-se que esta é bastante restrita, circunscrita a atos de indivíduos no contexto de crimes de guerra, crimes contra a humanidade e violações graves de direitos humanos, sendo julgados por cortes penais internacionais, como o TPI e os tribunais penais para a ex-Iugoslávia e para Ruanda.

De forma menos evidente, observa-se a existência de casos sui generis de personalidade jurídica de direito internacional público. Pode-se argumentar acerca da personalidade de movimentos beligerantes ou de libertação nacional. Caso emblemático de movimento de libertação nacional é o da Organização para Libertação da Palestina, OLP, que possuía tanto capacidade de legação, uma vez que possuía escritórios de representação em diversos países, inclusive no Brasil, quanto capacidade de convenção, na medida em que celebrava tratados, como os tratados de Oslo. Outro caso particular é o caso do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, que surge como organização não governamental, mas, à medida que foi celebrando tratados com diversos Estados e por possuir natureza reconhecidamente humanitária, foi sendo considerada como sujeito de direito internacional público.

Nesse sentido, observa-se que, entre a abstração e a realidade, a questão do reconhecimento de personalidade jurídica em direito internacional público ainda apresenta pontos não plenamente reconhecidos pela teoria. Embora persista a posição central dos Estados como sujeitos originários, a maior complexidade da sociedade internacional apresenta casos que tal reconhecimento transcende a clareza teórica.

Pior resposta – 3/30

O sistema internacional atual surgiu após os acordos da Vestfália. Essa nova ordem político-jurídica tem como pilares a ausência de ente soberano superior aos Estados, a sua soberania e a sua personalidade jurídica originária. Ao longo dos séculos, a evolução do Direito Internacional Público (DIP) fez que houvesse complexificação das relações internacionais e consequente entrada de novos sujeitos de DIP. Ainda que, em tese, a doutrina afirme que o ordenamento jurídico internacional não é ambiente de domínio exclusivo dos Estados, ainda se observam grandes disparidades na fruição de direitos e obrigações entre os Estados e os demais sujeitos de DIP, sobretudo os indivíduos.

Os Estados, enquanto sujeitos originários de DIP, têm o poder de celebrar tratados, de estabelecer relações diplomáticas entre si (direito de legação), de participarem plenamente da vida política das Organizações Internacionais Governamentais (OIs) e de protegerem seus nacionais por meio da proteção diplomática. Como deveres, cabe aos Estados respeitar a soberania dos demais Estados, não intervir neles e responder a fatos ilícitos internacionais que a ele sejam atribuídos.

Como é possível perceber, é amplo o leque de direitos e deveres dos Estados. Em relação às OIs, a sua personalidade jurídica é regida pelo princípio da especialidade e pelo dos poderes implícitos. As organizações internacionais fruem de personalidade jurídica que emana de seu acordo constitutivo. As OIs não têm poderes inerentes. Por outro lado, a investigação de suas atribuições não deve limitar-se ao que está codificado no acordo constitutivo. As organizações internacionais têm todos os poderes necessários para cumprirem seu objetivo e finalidade. Essa compreensão está consagrada no parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça (CIJ) no caso Reparação por Danos.

Aos indivíduos são atribuídos poderes ainda menores. Em que pese a referência aos "povos" e à "comunidade internacional" nos documentos jurídicos internacionais, a fruição de direitos pelos indivíduos é, ainda, mediada pela vontade de seus Estados. Os indivíduos podem

levar um Estado em juízo perante uma corte de direitos humanos somente quando esse Estado aceitou a jurisdição da corte. Para que haja ação de um particular perante um Estado que não seja o seu, o indivíduo deve solicitar proteção diplomática ao seu Estado. Este decidirá de maneira discricionária se dará o seu endosso ou não.

No que tange à tutela penal dos direitos humanos, percebe-se maior avanço no sentido do reconhecimento da personalidade jurídica interacional dos indivíduos. No Estatuto de Roma, documento que fundamenta o Tribunal Penal Internacional (TPI), está previsto que, em caso de "referral" do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) de um caso do TPI, há flexibilização de um dos critérios de "ratione loci". Neste caso, o indivíduo não precisa ser nacional de Estado-parte para se tornar réu perante o TPI. A personalidade jurídica do indivíduo é reconhecida independentemente de o seu Estado ter-se obrigado com o tribunal.

O Direito Internacional é, na sua origem, um ordenamento jurídico feito pelos Estados para reger as relações entre esses sujeitos de DIP. O surgimento de novos agentes no âmbito internacional fez que a esses fosse atribuída personalidade jurídica internacional. Apesar de tecnicamente ter havido expansão da personalidade interacional para outros sujeitos que não os Estados, há grande distância entre a abstração e a realidade.

Questão 4

Este tribunal estabeleceu em sua jurisprudência que é consciente de que as autoridades internas estão sujeitas ao império da lei e, por esse motivo, estão obrigadas a aplicar as disposições vigentes no ordenamento jurídico. No entanto, quando um Estado é parte de um tratado internacional, como a Convenção Americana, todos os seus órgãos, inclusive seus juízes, também estão submetidos a tal tratado, o que os obriga a zelar para que os efeitos das disposições da Convenção não se vejam enfraquecidos pela aplicação de normas contrárias a seu objeto e finalidade, e que desde o início carecem de efeitos jurídicos. O Poder Judiciário, nesse sentido, está internacionalmente obrigado a exercer um "controle de convencionalidade" ex officio entre as normas internas e a Convenção Americana, evidentemente no marco de suas respectivas competências e das regulamentações processuais correspondentes. Nessa tarefa, o Poder Judiciário deve levar em conta não somente o tratado, mas também a interpretação que a ele conferiu a Corte Interamericana, intérprete última da Convenção Americana.

Corte Interamericana de Direitos Humanos. Caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia") versus Brasil. Sentença de 24 de novembro de 2010 (com adaptações).

Tendo como referência o trecho de texto apresentado acima, disserte sobre os possíveis efeitos das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos para Estados que não sejam partes nos casos contenciosos em julgamento. Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

1 (im)possibilidade do reconhecimento, pelo direito internacional geral e particular, de efeitos erga omnes a sentenças de tribunais internacionais;

2 (in)aplicabilidade de sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos ao direito interno de Estado que não figura como parte de caso contencioso decidido.

Extensão máxima: 60 linhas [valor: 30,00 pontos]

Média: 18,7 amp. / 14,0 cotas negros.

Desvio padrão: 4,5 amp. / 5,4 cotas negros.

Pedro Muniz Pinto Sloboda – 29/30

Autores como Eduardo Val e Siddharta Legale começam a defender a tese de que começaria a surgir, de modo embrionário, um stare decisis e efeitos erga omnes em manifestações da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CtADH), inclusive em sede de parecer consultivo! A tese parece exagerada e causa muita estranheza, mas dá a dimensão de um debate que já envolve juízes e ex-juízes da Corte, como Thomas Buerghental: a da possibilidade de que decisões da Corte exerçam efeitos sobre Estados que não sejam parte do contencioso.

Como se sabe, a doutrina do stare decisis, típica dos países da common law, não encontra aderência no Direito Internacional. Tampouco efeitos erga omnes de decisões jurisdicionais. Uma decisão de um tribunal internacional gera efeitos apenas para as partes envolvidas na controvérsia, e apenas com relação àquele caso concreto. É o que determina, por exemplo, o art. 59 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça.

Contudo, não se pode ignorar o importante papel da jurisprudência como meio auxiliar na determinação das regras de direito, como determina o art. 38 do Estatuto da CIJ. Alguns autores chegam a tratar da jurisprudência como "fonte auxiliar" de Direito Internacional.

No que diz respeito à Corte Interamericana de Direitos Humanos, sua jurisprudência certamente influencia suas decisões. Em 2010, por exemplo, era de se esperar que o Brasil fosse condenado no caso Gomes Lund, porque ao menos desde o caso Velasquez Rodriguez vs Honduras, a CtADH reconhecia o crime de desaparecimento forçado de pessoas como crime de natureza continuada, o que fundamentava sua jurisdição ratione temporis sobre o caso da guerrilha do Araguaia.

Por mais que não se trate de efeitos erga omnes propriamente ditos, e por mais que possa ser forçado –ou mais ou menos precoce - falar em stare decisis, não há dúvidas de que entendimentos consolidados pela Corte Interamericana terminam por pautar suas decisões em casos posteriores, que envolvam Estados diferentes dos que compunham a controvérsia contenciosa em que o entendimento foi firmado.

Ao menos desde a Resolução do institut de Droit International, em sua sessão de Lausanne, de 1927, é reconhecido que todos os órgãos do Estado, incluindo os do Poder Judiciário, devem cumprir com as obrigações internacionais deste Estado. Atualmente,

isso está consagrado no art. 4 do Projeto de Artigos sobre responsabilidade internacional, adotado pela CDI em 2001.

No âmbito interamericano de proteção dos direitos humanos, isso significa que, quando um Estado é condenado pela Corte Interamericana, seus tribunais domésticos devem cumprir a sentença de boa-fé. Os aspectos pecuniários da decisão, por exemplo, devem ser executados diretamente na primeira instância da Justiça Federal, como títulos executivos judiciais, sem necessidade de homologação da sentença pelo STJ. A CtADH não é uma terceira instância judicial, e sua jurisdição vincula os Estados que a reconhecem.

Mas será que os tribunais domésticos também devem seguir as posições da Corte Interamericana em casos nos quais o Estado não seja parte? Estranhamente, sim! O controle de convencionalidade de leis internas, tendo como parâmetro o Pacto de São José da Costa Rica, é realizado pela Corte Interamericana ao menos desde o caso Olmeda Bustos e outros vs Chile. Esse controle foi realizado, por exemplo, no caso Barrios Altos vs Peru. No mesmo sentido, a CtADH exige que os tribunais domésticos realizem de ofício esse controle de convencionalidade, como ficou claro no caso Gomes Lund. O Brasil reconhece a necessidade de exercer esse controle desde 2008, quando do julgamento do RE 466.343-SP pelo STF. Ocorre que esse controle, realizado pelos tribunais domésticos, deve-se dar a partir da interpretação do Pacto de São José consagrada pela Corte Interamericana. Afinal, a CtADH é o tribunal mais autorizado para interpretar o Pacto. Não se trata exatamente de aplicação da sentença formal, mas do conteúdo material nela consagrado ao direito interno de Estado que não figura como parte do contencioso decidido.

Decisões da Corte Interamericana, por mais que não tenham, formalmente, efeitos erga omnes, podem sim influenciar Estados que não sejam parte nos contenciosos. Isso porque o direito material previsto nas sentenças é vinculante, e as sentenças da corte constituem a melhor e mais autorizada interpretação desse direito material quando se trata do sistema interamericano de D.H.

Julia Salles Amaral – 25/30

A Corte Interamericana de Direitos Humanos constitui o órgão jurisdicional do sistema interamericano e, a exemplo dos demais tribunais internacionais, seu tratado constitutivo exige a aceitação de sua jurisdição pelos Estados, como condição indispensável para a legitimação ativa e passiva. Apesar de formar jurisprudência, sobretudo no que

concerne à interpretação das normas pertinentes, as sentenças proferidas por tribunais internacionais produzem apenas efeitos "inter partes", como corolário do próprio conceito de soberania.

Verifica-se, no direito internacional geral e particular contemporâneo, a impossibilidade de reconhecimento de efeitos "erga omnes" a sentenças de tribunais internacionais. A regra é que as decisões serão vinculantes apenas para os Estados que participaram regularmente do procedimento ou que, tendo reconhecido a jurisdição, não se apresentaram ao foro de forma voluntária e injustificada. A produção de efeitos "inter partes" é consequência do reconhecimento da soberania estatal e da igualdade jurídica entre os Estados, que inviabilizam a imposição de decisões jurisdicionais referentes a casos concretos que não lhes concernem. O fato de as normas imperativas de direito internacional geral ("jus cogens"), previstas no artigo 53 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969, apresentarem obrigações "erga omnes" não torna os efeitos das sentenças nelas baseadas universalmente vinculantes.

Apesar de não serem dotadas de efeitos "erga omnes", as sentenças proferidas por tribunais internacionais podem conformar jurisprudência, influenciando, desse modo, a resolução de controvérsias em casos análogos no futuro. Conforme estabelece o artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, a jurisprudência constitui fonte subsidiária que, a partir de decisões reiteradas dotadas de densidade jurídica, é capaz de informar atividades jurisdicionais futuras. Cumpre ressaltar, porém, que a jurisprudência não pode ser encarada como fonte primária do direito internacional, sob pena de se lhe atribuir efeitos "erga omnes", em flagrante desrespeito aos consagrados efeitos "inter partes" das sentenças prolatadas por tribunais internacionais.

No que concerne à aplicabilidade de sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos a Estado que não figura como parte do caso contencioso decidido, deve-se aplicar a mesma lógica que vale para o direito internacional geral e particular. Haverá, portanto, reconhecimento de efeitos "inter partes", e não "erga omnes". Recomenda-se, porém, que os tribunais domésticos dos Estados que compõem o sistema interamericano acompanhem e apliquem os entendimentos esposados pela Corte, exercendo o chamado controle de convencionalidade, como forma de fortalecer não só o sistema regional, mas também a promoção dos direitos humanos no âmbito nacional.

Embora as sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos sejam inaplicáveis, diretamente, a Estados que não participam dos contenciosos, esse fato não constitui óbice à evolução do sistema regional. Ao interpretar as normas adotadas em San

José da Costa Rica e em San Salvador, a Corte lhes confere maior densidade normativa, conformando, progressivamente, arcabouço jurídico confiável e maduro, capaz de inspirar a cooperação dos Estados americanos. Conforme observa Flávia Piovesan, a influência do sistema interamericano tem transcendido o continente, por meio da "interamericanização do sistema europeu", sobretudo a partir da adesão dos países do Leste.

Prevalece, no contexto contemporâneo, o reconhecimento de efeitos "inter partes" às sentenças de tribunais internacionais. Isso não torna, contudo, o ordenamento jurídico internacional menos efetivo, contribuindo, ao contrário, para a gradual conformação de um direito internacional mais solidário, por meio da adesão espontânea a princípios legitimamente reconhecidos.

Elaine Cristina Pereira Gomes – 24/30

Um dos fenômenos atuais de Direito Internacional Público (DIP) é a multiplicação de cortes internacionais. Entre estas, há as cortes internacionais de direitos humanos, as quais visam a tutelar os direitos humanos dos cidadãos que tenham sido infringidos pelos Estados. O Pacto de San José da Costa Rica criou a Corte Interamericana de Direitos Humanos, a qual vela pela observância desses direitos. No que tange aos possíveis efeitos das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos para os Estados que não são parte nos contenciosos em julgamento, o referido tema enseja debate em relação à observância dos direitos humanos e o voluntarismo estatal.

O DIP rege a relação entre Estados soberanos. Os Estados são sujeitos originários de DIP, de modo que não há ente superior que os obrigue contra sua vontade. Quando os Estados decidem fazer parte de um tratado de uma corte internacional, sua vinculação às decisões do referido tribunal decorre da aceitação prévia da sua jurisdição.

Se, no passado, vigorava compreensão de que os Estados obrigavam somente mediante manifestações expressas, conforme foi decidido no Caso Lotus, atualmente há relativização da soberania estatal. No que tange às imunidades, por exemplo, os atos de gestão dos Estados já são considerados passíveis de gerarem responsabilização internacional (Caso Genny de Oliveira). No que se refere à observância de sentenças de tribunais internacionais, entretanto, ainda não se observa essa relativização da soberania estatal.

No DIP não há o fenômeno do "stare decisis". Desse modo, a decisão de uma corte internacional é aplicável somente ao caso concreto. As decisões dos tribunais não geram jurisprudência vinculante, como ocorre nos países onde vigora a "Common Law". O que se observa, no DIP, é uma tendência de as cortes, sobretudo as de direitos humanos, estudarem as decisões umas das outras. Há, então, diálogo entre essas cortes, o que pode resultar na replicação da hermenêutica adotada em um caso concreto por uma determinada corte em outro caso concreto semelhante por outra corte. Não há, entretanto, efeito "erga omnes" previsto no DIP para as decisões dos tribunais internacionais.

O estatuto da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o Pacto de San José da Costa Rica, estabelece que podem impetrar casos perante a Corte os Estados-parte e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Os cidadãos dos Estados que são parte da Corte podem denunciar a não observância dos direitos humanos em seus Estados após o esgotamento dos recursos internos. Caso haja denegação de justiça, essa é entendida como esgotamento dos recursos internos. Caso seja proferida sentença interna com a qual o particular não concorde, este terá até seis meses para levar seu caso ao conhecimento da Comissão.

Após a Comissão ter verificado que o impetrante percorreu todo esse trâmite jurídico, também verificará se o caso não está sendo analisado em outra instância internacional. Sendo atingidos todos os requisitos, o caso é, então, levado ao exame da Corte. A análise das condições de julgamento de um caso pela Corte Interamericana revela, então, que a sentença proferida envolverá somente o impetrante e o Estado contra o qual ele é movida a ação. Não há previsão de extrapolação das consequências do julgamento para outro Estado que não figure como parte no contencioso. Pode-se afirmar que nesses casos percebe-se a prevalência do voluntarismo.

Os tribunais de direitos humanos visam a dar uma compensação aos indivíduos que tiveram seus direitos humanos violados pelos Estados. A responsabilização dos Estados por essas violações, entretanto, ainda depende da manifestação de vontade desses sujeitos em se obrigarem à jurisdição desses tribunais.

João Marcelo Conte Cornetet – 24/30

As decisões de tribunais internacionais não têm, em regra, efeitos sobre terceiros ou "erga omnes", mas o Direito Internacional Contemporâneo tem sido marcado por

cruzamentos que permitem que se vislumbre parcialmente essa possibilidade. Para lançar luz sobre essa discussão, cabe analisar a hipótese de efeitos de decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para Estados não parte do contencioso, atentando-se à possibilidade de efeitos "erga omnes" de sentenças de tribunais internacionais, bem como à aplicabilidade da sentença da CIDH ao direito interno de Estados terceiros.

Não há que se falar, em geral, de reconhecimento de efeitos "erga omnes" de sentenças de tribunais internacionais. Essa hipótese configuraria, no DI, situação análoga à de uma súmula vinculante, algo que dificilmente seria admitido pelos Estados, ainda que se verificassem decisões reiteradas com um mesmo entendimento sobre determinada matéria. Por outro lado, o artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça (CIJ) esclarece que o acumulado jurisprudencial constitui meio auxiliar de interpretação de normas produzidas por fontes. Dessa forma, a decisão de um tribunal internacional, enquanto meio jurisdicional judicial de solução de controvérsia, é obrigatória às partes, porquanto se trata de uma "decisão de organização internacional", o que é fonte de obrigações jurídicas perante o DI. Por outro lado, essa decisão lança luz sobre a interpretação do DI, o que afeta a forma como a norma será aplicada em outras partes. É por isso que se podem citar casos da CIJ para demonstrar normas de DI com efeito "erga omnes", oriundas originalmente de fontes como o direito consuetudinário. O Caso Lockerbie, por exemplo, obrigou Líbia e Estados Unidos com sua decisão, mas deixou claro a toda a comunidade internacional que decisões do Conselho de Segurança baseadas no Capítulo VII da Carta da ONU têm precedência sobre tratados, uma vez que se aplica o artigo 103 da Carta da organização.

Na CIDH, a sentença de 2010 sobre o caso Gomes Lund e outros versus Brasil ("Guerrilha do Araguaia") consolidou o entendimento de que as interpretações da Corte deveriam ser levadas em conta pelo Poder Judiciário dos Estados partes. Trata-se de um exemplo de crescente diálogo entre tribunais internos e internacionais, verificado em menções, em sentenças internas, de jurisprudência das cortes internacionais. Esse tipo de interação não só reduz a possibilidade de que os Estados sejam responsabilizados perante o DI ao não respeitarem o entendimento internacional, mas também demonstra a progressiva emergência de um Direito Comum, que faz superar antigas divisões doutrinárias de monismo e dualismo em favor da salvaguarda dos direitos dos indivíduos. No caso da CIDH, pesa também o fato de que, ao obrigarem-se perante a Convenção Americana, os Estados aceitaram que sua intérprete última seria a Corte. Ainda que uma

decisão obrigue tão somente as partes do contencioso, a Convenção Americana obriga os Estados a respeitarem a interpretação da CIDH acerca das normas envolvidas.

Por fim, o Supremo Tribunal Federal, no caso brasileiro, movido pela problematização acima exposta e de forma a evitar a sucessiva responsabilização do Brasil pela CDH, reconheceu o status supralegal das normas internacionais de direitos humanos, fundamentado no imperativo da dignidade humana, citado no artigo 1o da Constituição Federal. Surge, dessa forma, a possibilidade de "controle de convencionalidade" mencionada na decisão da CIDH no caso Guerrilha do Araguaia. Ao realizar tal controle, por fim, fica o judiciário brasileiro incumbido de interpretar a convenção tal como o faz a CIDH, de que decorre a possibilidade de que decisões sobre terceiros, ao firmar entendimento, venham a afetar a forma como a norma é aplicada no Brasil.

A impossibilidade de se evocar o direito interno para descumprir o DI é antiga, remontando ao Caso Alabama, entre Estados Unidos e Reino Unido, do século XIX. A inovação do DI contemporâneo é a emergência de um direito comum, em que se criam mecanismos de harmonização e de cruzamentos recíprocos entre os direitos interno e internacional, como é claramente o caso do regime de direitos humanos de que o Brasil faz parte.

Pior resposta – 7/30

A Corte Interamericana de Direitos Humanos, assim como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, é um órgão que está inserido no sistema Interamericano de Direitos Humanos, pautado no tratado constitutivo da Organização dos Estados Americanos (OEA) e na Convenção Interamericana de Direitos Humanos (Pacto de San José). As decisões da Corte são obrigatórias e inapeláveis. Entretanto, nem todos os Estados que fazem parte da OEA e da Convenção Interamericana de Direitos Humanos estão obrigados a reconhecer a competência da Corte.

As decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos são obrigatórias para os Estados que expressamente reconheçam a sua competência, ou que se obriguem a reconhecer a competência da Corte caso haja reciprocidade do outro Estado litigante, ou que, porventura, tenham assinado a cláusula facultativa de jurisdição obrigatória. Dessa maneira, Estados que não sejam partes nos casos contenciosos em julgamento, em regra, não estão obrigados a acatar suas decisões, a não ser que, possível decisão da Corte recaia

sobre o Estado em questão, no caso de este ter previamente aceito sua jurisdição obrigatória. A sentença da Corte pode, portanto, em alguns casos, ter aplicabilidade em Estado que não figura como parte do contencioso. Dessa maneira, se o Estado A aciona ação contra violação de direitos humanos no Estado B, ambos partes da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, e a Corte decida favoravelmente ao Estado A, indicando que a violação de direitos humanos que ocorreu no Estado B deverá ser afastada de todos os Estados da Convenção e criminalizada no âmbito do direito interno de todos esses Estados, o Estado C, que não fez parte do contencioso, mas aderiu, por exemplo, à cláusula facultativa de jurisdição obrigatória, deverá cumprir as disposições da sentença da Corte. Caso a violação de direitos humanos (por exemplo, tratamento inadequado ou degradante aos portadores de deficiência mental) esteja presente no Estado C, este deverá, por força da sentença internacional, angariar esforços para combater tal violação e implementar normatização interna, caso ainda não o tenha feito, que considere tal violação como crime.

O exemplo traz à baila a questão do reconhecimento, pelo direito internacional e interno, dos efeitos erga omnes de sentenças de tribunais internacionais.

De forma geral, os Estados somente estão obrigados a reconhecer as sentenças de tribunais internacionais para os quais tenham consentido com sua competência (seja por meio de tratado, seja por meio de promessa de reciprocidade, entre outros). Entretanto, há exceções. Algumas sentenças internacionais têm efeitos erga omnes (para todos).

No campo do direito interno, o Brasil, por exemplo, por força de norma constitucional, obriga-se a acatar sentenças de tribunais penais internacionais do qual faça parte. Entretanto, isso não significa que algumas sentenças internacionais, emanadas de tribunais internacionais do qual o Brasil não faça parte, estarão, necessariamente, afastados da esfera nacional. Algumas sentenças de tribunais internacionais do qual o Brasil não faz parte, portanto, poderão alcançar a esfera do país, obrigando-o internacionalmente.

Turma do Instituto Rio Branco 2017-2019

Guia do Canarinho Pistola

As melhores (e as piores) respostas dos aprovados no CACD 2017

Turma do Instituto Rio Branco 2017-2019

Bruno Palazon Imparato
Bruno Rodrigues Teixeira
Carolina Mye Saito
Christian Bicca Estivallet
Daniel Kohler Leite
Elisa Hickmann Nickel
Erika Helena Campos
Fabio Coelho Caetano Baptista
Felipe Ferreira Marques
Fernanda Graeff Machry
Fernando Jose Caldeira Bastos Neto
Fernando Sousa Leite
Graziela Streit Rodrigues da Silva
João Henrique Nascimento Dias
Larissa Ferreira da Silva
Lauro Grott
Luana Alessandra Roeder
Luciano Prata Magalhaes
Matheus Freitas Rocha Bastos
Matheus Machado Hoscheidt
Maybi Rodrigues Mota
Neylor Caldas Monteiro
Paulo Mendes de Carvalho Guedes
Pedro Henrique de Sousa Zacarias
Philippe Carvalho Raposo
Priscila Liz Alves
Rafael Rodrigues Alves
Rafaela Junqueira de Oliveira
Sarah Cruz Ferraz
Victor Oliveira Tibau

Arte da capa de Ana Beatriz Santos
Diagramação de Matheus Freitas Rocha Bastos

Turma do Instituto Rio Branco 2017-2019

Guia do Canarinho Pistola: as melhores (e as piores) respostas dos aprovados no CACD 2017 / Turma do Instituto Rio Branco 2017-2019

226 páginas

Instituto Rio Branco 2. Diplomacia 3. Concurso de Admissão à Carreira Diplomática. I.

SUMÁRIO

Apresentação

Muitos foram os nomes aventados para este guia. Alguns advogaram um nome simples, como "guia da turma de 2017-2019". Outros defenderam o guia da "marmota", em referência ao filme *O Feitiço do Tempo*, no qual o protagonista fica preso num *loop* temporal até fazer tudo corretamente, podendo, então, avançar em sua trajetória. Outro nome que teve grande adesão (sendo o primeiro escolhido para este guia, ainda nos idos de janeiro de 2018) foi "guia do pirilampo das galáxias", em referência simultânea às provas escritas de inglês e de espanhol, bem como ao livro *Guia do Mochileiro das Galáxias*, que, em sua introdução alvissareira, traz reconfortante mensagem que gostaríamos de transmitir para nossos futuros colegas: "NÃO ENTRE EM PÂNICO".

Todos esses nomes traziam, em si, a síntese dos aproximadamente 140 anos conjuntos de estudos necessários para a aprovação dos 30 diplomatas da turma de 2018 (sem contar graduações, mestrados e etc.). Entretanto, nenhum desses nomes representava os 30 anos de Instituto Rio Branco que compartilharíamos.

Foram necessários 15 anos de Instituto Rio Branco (6 meses x 30), para que um nome definitivo fosse escolhido. Assim, dando continuidade à tradição iniciada pela turma de 2013-2015, com a publicação do Guia do Filhote de Gnu, a turma do Instituto Rio Branco de 2017-2019 tem a honra de apresentar o Guia do Canarinho Pistola.

Em ritmo de copa, e apesar dos pesares, nossa turma deseja não somente fazer uma homenagem a esse símbolo alado da brasilidade, mas também transmitir uma mensagem de união para aqueles que já são nossos futuros colegas. Assim, mesmo ante a derrota da seleção brasileira, escolhemos o Canarinho Pistola como o *Expecto Patronum* da união de nossa turma.

Nossa escolha visa a transmitir para nossos futuros colegas um símbolo que não quer dar alegria e que não fica sentado no campo quando perde. Um símbolo que é especialista em cair e levantar, com a mesma garra de nossa colega Sarah, que foi aprovada após 9 anos de estudo. Como todo cacdista, o Canarinho Pistola é um guerreiro autêntico, realista, aguerrido, focado nos objetivos e despreocupado em parecer simpático; é um símbolo que unificou a nação e deu esperança para que todos continuássemos após mais uma derrota.

O cacdista deve ser como o Canarinho Pistola: sem ilusões, focado, com sangue nos olhos e sem firulas de erudição. Não deve preocupar-se em parecer um intelectual, mas, sim, em ser um diplomata. Deve passar no concurso, e não ser um gênio. Deve jogar bonito, ser objetivo e pragmático, sabendo cair e levantar.

Por fim, queremos transmitir uma derradeira mensagem para os canarinhos que ainda se encontram presos nas (j)aulas. Chegou a hora de romper a gaiola, de acabar com o cárcere privado do cacdismo. Chegou a hora de partir para o ataque e superar a síndrome de Estocolmo com o CESPE. Chegou a hora de ficar pistola e de perceber que o a preparação CACD não é uma profissão. Chegou a sua hora.

Em caráter mais pragmático, esperamos também auxiliar os candidatos ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) em sua preparação para as fases discursivas do certame, de modo a tornar sua trajetória menos árdua. Além de fornecer subsídios à preparação, buscamos demonstrar a heterogeneidade dos aprovados, tanto em seu desempenho nas provas quanto em sua trajetória até a aprovação.

O guia contém as melhores e piores respostas às questões de segunda e terceira fase do CACD 2017. Nesse ano, a segunda fase voltou a ser composta por provas de Língua Portuguesa e de Língua Inglesa, ambas de caráter eliminatório. Foram selecionadas as oito melhores dissertações de português e as quatro melhores respostas aos demais exercícios da segunda fase, bem como aquelas que obtiveram a nota mais baixa em cada um deles entre os aprovados. Quanto à terceira fase, também foram selecionadas as quatro melhores e a pior resposta a cada questão. Em 2017, as provas de francês e espanhol voltaram a ser dissertativas, em formato inédito, compostas por um resumo e uma versão em cada idioma.

O guia também inclui estatísticas relativas ao perfil dos aprovados, tais como formação acadêmica, cidade de origem, idade e tempo de estudo. Com isso, pretendemos demonstrar que não há um caminho único para a aprovação. Apesar de o ponto de chegada ser o mesmo, cada um de nós percorreu uma trajetória bastante particular para alcançá-lo.

Da mesma forma que os guias anteriores, o Guia do Canarinho Pistola inova em seu conteúdo, ao incluir recursos deferidos em algumas das questões. Desse modo, pretendemos auxiliar os candidatos a enfrentarem uma etapa do concurso pouco compreendida, mas, ainda assim, decisiva para o resultado final.

O perfil dos aprovados

A turma 2017-2018 do Instituto Rio Branco é composta de trinta pessoas, das quais onze mulheres e dezenove homens. A procedência geográfica da maioria dos candidatos continua a ser São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal, mas a tendência de diversificação geográfica progressiva mantém-se. Os cursos de graduação mais comuns feitos pelos aprovados foram Direito e Relações Internacionais. Durante a preparação, quatorze dos trinta conciliaram os estudos com trabalhos em tempo integral ou meio período. Em média, os aprovados estudaram cerca de quatro anos e meio e alcançaram a aprovação aos 28,7 anos. Ainda assim, oito passaram com mais de trinta anos, e o mais velho, com trinta e sete anos.

Distribuição geográfica

A distribuição geográfica no quesito estado de origem registrou uma maioria de aprovados de São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal, mas há aprovados de variados estados. Destaca-se a participação mais significativa de Rondônia (2 aprovados), superando, por exemplo, estados de participação tradicional na série de aprovados, como o Rio de Janeiro (1 aprovado).

Estado de origem dos aprovados

Estado	Aprovados
SP	9
MG	5
DF	4
RS	3
RO	2
MA	1
PE	1
PR	1
SC	1
RJ	1
PI	1
AL	1

Região de origem dos aprovados

Metade dos aprovados são do Sudeste, concentrando-se nos estados com maior aprovação. Com base no gráfico a seguir, verifica-se que, comparadas com a participação no total da população brasileira, as regiões sul e sudeste concentram mais aprovados, enquanto as demais regiões representam fenômeno contrário. Destaca-se a região nordeste como aquela com a maior discrepância entre os percentuais de aprovados e o peso da região na população nacional.

Região de origem dos aprovados

42%
50%
14%
16,66%
28%
13,33%
7%
13,33%
8%
6,66%
SE
S
NE
CO
N
% da População brasileira
Número de aprovados por região

Distribuição por gênero

As onze mulheres aprovadas correspondem 36,6% do total da turma, sendo que a média de idade das aprovadas foi de 29,3 anos, levemente superior à média masculina (28,4).

Formação acadêmica

Doze dos trinta aprovados fizeram direito, e nove fizeram relações internacionais. Os aprovados cursaram uma variedade de cursos dentro das ciências humanas. O curso que registrou o menor tempo de estudo para a aprovação foi o de Relações Internacionais (3,86 anos), valor muito próximo do tempo de estudo dos formados em Direito (4,04 anos).

Formação acadêmica dos aprovados

Formação	Aprovados
DIREITO	12
RI	9
HISTÓRIA	2
CIÊNCIA POLÍTICA	1
FILOSOFIA	1
ADMINISTRAÇÃO	1
COMUNICAÇÃO SOCIAL	1
SOCIOLOGIA	1
ECONOMIA	1
RI E CINEMA	1

Anos de estudo, por graduação

Direito	RI	Outros	Geral
4,04	3,86	6,00	4,41

A preparação dos candidatos

Todos os candidatos aprovados recorreram, em alguma medida, aos cursinhos durante sua preparação. Conforme mostrado no gráfico abaixo, boa parte dos aprovados estudaram em cidades onde há, tradicionalmente, maior oferta de cursinhos presenciais (São Paulo e Brasília); o gráfico, no entanto, mostra maior variedade de cidades de estudo, o que reflete a crescente oferta de cursos online, a qual tem facilitado o estudo longe dos grandes centros. Deve-se notar que o número no gráfico abaixo é superior ao de aprovados, o que se explica pelo fato de que alguns candidatos estudaram em mais de uma cidade durante sua trajetória.

Dos 30 aprovados, 14 trabalharam durante sua preparação, estes com uma média de 5,3 anos de estudo até a aprovação (contra 3,5 dos que não trabalharam). Ressaltamos, todavia, que se trata de uma média feita com base em trajetórias muito variadas.

Cidade de estudo

SÃO PAULO 12
BRASÍLIA 11
BELO HORIZONTE 4
PORTO ALEGRE 2
RIO DE JANEIRO 1
ATIBAIA 1
PALMAS (PR) 1
FLORIANÓPOLIS 1
RECIFE 1
UBATUBA 1
UBERLÂNDIA 1

Anos de estudo, por cidade de estudo

São Paulo 4,92
Brasília 4,27
Belo Horizonte 6,12
Porto Alegre 3,75
Outros 3,60

Preferências pessoais dos aprovados

Nem só de estudo vive o CACDista. Dessa forma, a título de curiosidade, colocamos, aqui, algumas estatísticas que refletem preferências pessoais dos candidatos.

No quesito "Filmes", constatamos uma variedade imensa de escolhas dos candidatos. O filme preferido mais escolhido pelos aprovados foi *O poderoso chefão*, com cinco ocorrências. Cada uma das outras escolhas foi bastante particular, com uma ou no máximo duas ocorrências. Outros títulos escolhidos foram: *The Blue Brothers*; *Rope*; *Strangers on a Train*; *Desejo e Reparação*; *Os Miseráveis*; *Trainspotting*; *The Dark Knight*; *North by Northwest*; *Pulp Fiction*; *Cinema Paradiso*; *Rocco e seus irmãos*; *Nosferatu*; *A vida dos outros*; *Fresas y chocolate*; *O Túmulo dos vagalumes*; *Cidade de Deus*; *Star Wars*; *Harry Potter*; *Quero ser John Malkovich*; *Jackie Brown*; *Django livre*; *O Fabuloso destino de Amélie Poulain*; *Sociedade dos Poetas Mortos*; *Ex Machina*; *Melancolia*; *Rocky Balboa*; *Na Natureza selvagem*; *O Segredo dos seus olhos*; *Relatos Selvagens*; *Tropa de Elite 2*; *Le Fils*; *Central do Brasil*; *Jogos, Trapaças e Dois Canos Fumegantes*; e *Porcos e Diamantes*.

No quesito "Série favorita", os vitoriosos foram *Breaking Bad* e *Friends*, mas também se verificou grande diversidade de escolhas. Para além dos títulos que estão no gráfico abaixo, outras séries escolhidas foram: *Black Mirror*; *The Simpsons*; *Family Guys*; *Rick and Morty*; *Los Simuladores*; *The good place*, *The Sopranos*; *Gomorrah*; *Fullmetal Alchemist*; *Avatar: the Last Airbender*; *Death Note*; *The Good Wife*; *Grey's Anatomy*; *The Americans*; *Glace*; *River*; *Vikings*; *Scandal*; *Please Like Me*; *RuPaul's Drag Race*; *The Handmaid's Tale*; *Rurouni Kenshin*; *The Office* (US/UK); *Suits*; *Two and a half man*; *The Big Bang Theory*; *South Park*.

Série favorita

Série	
BREAKING BAD	5
FRIENDS	4
HOUSE OF CARDS	3
GAME OF THRONES	3
SEINFIELD	2
RICK AND MORTY	2
GILMORE GIRLS	2
MAD MEN	2
HOW TO GET AWAY WITH MURDER	2

No quesito “Time dos aprovados”, o vitorioso foi o grupo dos sem-time, com o segundo lugar dado ao Vasco da Gama.

Times dos aprovados

Time	Aprovados
NENHUM	7
VASCO DA GAMA	4
FLAMENGO	3
CORINTHIANS	3
SÃO PAULO	3
CRUZEIRO	2
PALMEIRAS	2
INTERNACIONAL	1
ATLÉTICO MINEIRO	1
RIO BRANCO FUTEBOL CLUBE	1
GRÊMIO	1
SPORT CLUB DE RECIFE	1
SANTOS	1

Português

Redação

Eu sou contra a tolerância, porque ela não basta. Tolerar a existência do outro e permitir que ele seja diferente ainda é pouco. Quando se tolera, apenas se concede, e essa não é uma relação de igualdade, mas de superioridade de um sobre o outro. Sobre a intolerância já fizemos muitas reflexões. A intolerância é péssima, mas a tolerância não é tão boa quanto parece.
(José Saramago, em entrevista a Sandra Cohen. Um ateu preocupado com Deus. In: O Globo, Rio de Janeiro, 27/6/1993 (com adaptações).

A partir da reflexão de José Saramago, apresentada no texto acima, disserte sobre o tema da tolerância, seja nas relações entre pessoas, seja entre religiões ou entre Estados e expresse, com argumentos, se concorda ou discorda do que declarou o escritor português.

Média: 44,09 amp. / 37,97 cotas negros
Desvio padrão: 3,76 amp. / 4,83 cotas negros

Paulo Mendes de Carvalho Guedes – 53,75

Ao afirmar que é contra a tolerância, José Saramago adota uma opinião aparentemente radical em relação ao tema. No entanto, em seguida, o autor de Ensaio sobre a cegueira elucida o significado do enunciado e, com base na perspectiva profundamente humanista que lhe é característica, defende que a tolerância é melhor que a intolerância, mas que “não é tão boa quanto parece”, porque insuficiente. Apesar do choque inicial, concordo com sua declaração, porquanto o sentido fraco de aceitação contido na ideia de tolerância, muito embora eficaz na prevenção de certos conflitos, não é suficiente para a promoção de uma sociabilidade pautada pela paz e pela prevalência dos direitos humanos. Nessas circunstâncias, emerge a discussão acerca do par antitético tolerar-promover, que permeia a percepção da alteridade nas relações entre pessoas, entre religiões e entre Estados.

A reflexão de Saramago opera a transfiguração da tolerância de virtude em vício, no âmbito das relações interpessoais. De fato, o senso pretensamente positivo encerrado na ideia de tolerar decorre da instauração do medo como afeto central nas relações sociais e culmina não na integração, mas na imobilidade. Contrariamente à máxima hobbesiana da “guerra de todos contra todos”, o ideal de “promover” persegue a aproximação íntima entre “eu” e “outro”, conforme reivindica Clarice Lispector. Em A hora da estrela, a autora, por meio do narrador Rodrigo S.M., emprega a técnica narrativa do discurso

indireto livre, de modo a fundir criador e criatura. Assim, Clarice revela a humanidade dilacerada de Macabéa e promove empatia, a fim de alcançar uma síntese dialética entre os sujeitos. A alteridade figura como problemática ainda mais sensível no campo religioso, no qual são mobilizadas as crenças mais profundas dos indivíduos.

Uma percepção vulgar das religiões tende a realçar a oposição inconciliável entre cultos, o que corresponde a uma falácia. Na esfera religiosa, a tolerância revelou-se incapaz não apenas de evitar conflagrações, mas também de promover a integração entre povos. Erving Goffman demonstra de que maneira a associação de grupos a determinadas religiões gera alijamento social e alienação identitária. Por meio de um discurso embasado na tolerância religiosa, ocorre a estigmatização dessas pessoas, como no caso da associação falaciosa entre terrorismo e islamismo. Nesse sentido, afirma-se a aceitação da alteridade desde que os fiéis se submetam a restrições legais, como culto exclusivamente doméstico. Permitir a socialização de grupos religiosos demanda mais que tolerância, e o sincretismo religioso brasileiro constitui ilustração por excelência da viabilidade da integração por meio de crenças. Frequentemente, a supressão de liberdades religiosas resulta da securitização do tema, no plano dos Estados.

A pluralidade ontológica da vida internacional exige a superação da intolerância, consubstanciada, em sua expressão máxima, na guerra. Não obstante, como afirmou o Embaixador Araújo Castro, "a paz é mais que o antônimo de guerra". Com efeito, o conceito de paz extrapola sua dimensão antitética e compreende a promoção de um arcabouço de ideais e valores conducente à integração dos Estados, consoante o preceituado por Marcel Mauss em A nação. Em sintonia com a noção de solidariedade do antropólogo, o Brasil, país vocacionado para o internacionalismo, promove o sentido forte de paz, que corresponde à integração dos povos pautada pela igualdade soberana, pelo princípio da não indiferença e pela solidariedade. A diplomacia pátria, portanto, estabelece uma relação de igualdade com os outros povos, conforme o ideal de Saramago em sua recusa à assimetria intrínseca à noção de tolerância.

José Saramago expõe uma contradição cuja apreensão exige raciocínio sofisticado. A tolerância implica, de fato, a aceitação das relações assimétricas. Nesse sentido, tolerar não é suficiente para alcançar uma sociabilidade norteada por outros valores. Superar a oposição entre "eu" e "outro", em harmonia com o ideal clariciano, demanda ir além da tolerância. Em oposição a "evitar", "promover" constitui uma ideia-força capaz de integrar cultos e consagrar a paz, que é mais que o antônimo de guerra.

(636 palavras)

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 23,75
1. Apresentação/Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência): 8,75
2. Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações): 6,25
3. Capacidade de análise e reflexão: 8,75
Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 30,00

Larissa Ferreira da Silva – 49

José Saramago afirma com propriedade a insuficiência da tolerância como preceito que garante a convivência harmônica entre pessoas de diferentes culturas, raças ou religiões. No contexto do Estado democrático de direito, não só a intolerância deve ser coibida, mas também a relação de igualdade entre todos os cidadãos deve ser garantida. A evolução contemporânea dos direitos humanos demonstra como, para além da tolerância das diferenças entre as pessoas, é necessário garantir a não discriminação e o direito ao reconhecimento.

Conquanto seja insuficiente, a tolerância é pressuposto essencial para a convivência pacífica entre pessoas diferentes. No contexto do Liberalismo moderno, a tolerância relaciona-se com os direitos civis, de modo a garantir a liberdade de religião e de pensamento, entre outros. Sem essas garantias, cidadãos pertencentes a culturas ou a credos minoritários estarão sujeitos à discriminação, à perseguição ou mesmo ao extermínio. Episódios como o extermínio de judeus, homossexuais e minorias étnicas pela Alemanha nazista demonstram como a intolerância pode ser usada como fundamento ideológico para a violência. A tolerância, dessa forma, não deve ser desmerecida, visto que ela é a base de todo o sistema de proteção da pessoa humana e que a sua alternativa, a intolerância, é extremamente detrimental para as relações interpessoais, conforme observado por Saramago, e pode ensejar, até mesmo a violência.

Se não complementada pela igualdade material, a mera tolerância pode ensejar um sistema social discriminatório. Permitir a diferença não significa reconhecer os efeitos potencialmente injustos que ela pode acarretar em uma sociedade. Ao analisar a ideia de justiça, John Rawls observa que ela depende não apenas do princípio da liberdade, que pode ser associado à tolerância da diversidade, mas também ao princípio da diferença, que se consubstancia no tratamento diferente de pessoas em situações diversas. Sem essa igualdade material, grupos que estão em posição de poder tendem a relegar minorias a posições inferiores, de modo a impedir que elas realizem seu potencial humano. A constatação de que mulheres, pessoas LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais) e negros ocupam poucos cargos de liderança no Brasil corrobora o entendimento de que a tolerância é insuficiente para que se alcance a justiça social.

A tolerância também pode ser considerada parâmetro deficiente na mediação de relações entre pessoas diferentes, se desacompanhada do direito ao reconhecimento cultural, porquanto pode ensejar a imposição de noções de superioridade. O reconhecimento das contribuições que cada grupo humano dá, continuamente, para a conformação das dinâmicas sociais contemporâneas é indispensável para a igual valorização dos indivíduos. Conforme afirmou o Ministro do Supremo Tribunal Federal Roberto Barroso, ao analisar a constitucionalidade da lei de cotas, o sistema de direitos humanos atual garante aos cidadãos a igualdade formal, a igualdade material e a igualdade como reconhecimento. Nesse sentido, a ordem constitucional estabelecida em 1988 procurou reconhecer a contribuição da cultura africana e dos grupos negros para a formação da não brasileira. Esse reconhecimento, exigido pelos movimentos negros nacionais, é entendido como essencial para a superação de noções de superioridade defendidas, historicamente, por parte das elites brancas nacionais, e também para o empoderamento do cidadão negro.

Mais do que permitir, passivamente, a existência do outro e das suas diferenças, o parâmetro mínimo de interação interpessoal deve incluir o reconhecimento ativo do valor

de cada indivíduo e da sua potencialidade. Conforme afirma José Saramago, a tolerância não basta, porquanto ela enseja dinâmicas de desigualdade material e de superioridade ideológica. Conquanto tenham aumentado os episódios de intolerância religiosa nos últimos anos, em alguns países, as sociedades contemporâneas devem manter seus esforços no sentido da inserção ampla de seus cidadãos, por meio da garantia da equidade, da igualdade de oportunidades e da igualdade como reconhecimento.

(604 palavras)

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 20,00
Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 29,00

Fernando José Caldeira Bastos Neto – 48

Segundo José Saramago, há uma espécie de hipocrisia nos discursos em defesa da tolerância. A afirmação é surpreendente. O cenário político atual parece demandar mais tolerância perante o fenômeno dos radicalismos. O escritor português, contudo, indica que a mera supressão retórica do conflito não basta. Neste sentido, simplesmente tolerar a existência do outro pode esconder uma violência ainda mais fundamental. O objetivo de Saramago não é justificar a escalada da violência, mas justamente elucidar aquilo que a retórica cosmopolita, no sentido kantiano, pode esconder. O discurso da tolerância procura domesticar a relação com o outro. Essa relação, sempre conflituosa, não é forte apenas de guerras, mas de boa parte da criação política e artística da humanidade.

O filósofo esloveno Slavoj Zizek, em O elogio à intolerância, argumenta que o reconhecimento da subjetividade do outro, caso não acompanhado da respectiva contrapartida em direitos e cidadania, pode ser um gesto de violência. Na prática, reconhecer o sofrimento de um povo não é o bastante. Segundo Zizek, a supressão de palavras ofensivas pode ser feita de maneira perversa, na medida em que o racismo pode se manifestar de diferentes formas. O filme Get Out aborda essa situação. Retratado como filme de terror, um jovem negro viaja ao interior para conhecer os pais liberais de sua namorada branca. No filme, a retórica progressista não apenas esconde a opressão, a própria opressão se alimenta da retórica progressista.

O antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro, no ensaio O mármore e a murta, retrata uma sociedade indígena avessa ao tema da tolerância. Com ricos detalhes, os catequizadores jesuítas descreviam as dificuldades para impor o cristianismo aos índios. Maleáveis como a murta, os índios diferenciavam-se dos brancos, que se tornavam rígidos como o mármore uma vez que juravam amor à Bíblia. Em verdade, descreve Viveiros de Castro, o ameríndio aceitava todo tipo de recomendação do catequizador sem muita convicção. No entanto, havia uma exceção: a proibição da guerra. A guerra entre povos indígenas, contudo, em nada se assemelha às guerras de conquista. A guerra indígena é, no fundo, uma maneira de relacionar-se com o outro e incorporá-lo pela antropofagia. Curiosamente, por estarem permanentemente em estado de guerra, os índios elaboram uma relação social segundo a qual noções de tolerância ou intolerância fazem pouco sentido. Genocídio e limpeza étnica não são parte do vocabulário de ameríndios: para permanecer em guerra, é preciso que o outro continue a existir. Assim, ao contrário do que

o discurso da tolerância supõe, no contexto específico desses povos indígenas, a guerra é elemento agregador.

O modernismo brasileiro é tributário dessa tradição que vê com maus olhos a domesticação da relação com o outro. Para Oswald de Andrade, o movimento antropofágico pode ser reduzido a uma única lei: "só me interessa o que não é meu". Assim, a antropofagia não seria apenas um mecanismo formal de relação com ideias externas, mas a própria experiência radical da diferença. Para o movimento modernista, ao menos a parcela que seguiu os passos da Revista de Antropofagia, a própria ideia de tolerância faz pouco sentido. O outro que interessa é justamente aquele radicalmente diferente.

Saramago, ao afirmar ser contra a tolerância, alerta para um duplo movimento. Por um lado, a violência inerente do discurso que meramente tolera a existência do outro. Por outro, a domesticação do outro que, em última instância, elimina a possibilidade de experiência da diferença. Manifestar-se dessa maneira significa, portanto, reconhecer o caráter iminentemente conflituoso das relações humanas. Mais do que isso: representa uma linha de pensamento que recusa o simples recalque como instrumento de ação. Rejeitar a tolerância é admitir o conflito como ponto de partida sempre delicado daquilo que há de melhor e pior na humanidade.

(612 palavras)

Apresentação - 7,5/10
Capacidade de Argumentação - 5/10
Capacidade de Análise e Reflexão - 7,5/10

Fábio Coelho Caetano Baptista – 47,5

A tolerância constitui tema de grande relevância na atualidade. As relações interpessoais modificaram-se em razão das novas tecnologias de comunicação. O aumento do número de refugiados no Oriente Médio potencializou os conflitos étnicos e religiosos. No que concerne às relações entre Estados, a popularidade de políticos conservadores que defendem medidas unilaterais implicou a eleição de Donald Trump e pode consagrar a intolerância como valor que condiciona as relações internacionais contemporâneas. A opinião de José Saramago acerca da tolerância representa um objetivo ideal que, nas atuais circunstâncias da sociedade internacional, ainda está distante da efetiva concretização. A mera aceitação da existência do outro, ainda que não consista na solução perfeita, pode representar a opção possível frente a diversos conflitos contemporâneos.

A modernidade alterou, de inúmeras maneiras, as formas de comunicação entre pessoas. Por um lado, as mensagens instantâneas e as redes sociais tornaram as interações interpessoais imediatas e permanentes. Por outro lado, a tecnologia reduziu a densidade dos vínculos de comunicação, o que potencializou diferenças de opinião. Tornaram-se constantes, portanto, as manifestações de intolerância e de ódio por meio das redes sociais. Ainda que, idealmente, fosse desejável que pessoas de diferentes convicções e opiniões políticas não apenas aceitassem suas divergências, como também interagissem em

harmonia, o simples reconhecimento da existência da alteridade pode constituir objetivo ambicioso.

A tolerância religiosa consiste em desafio para as relações interpessoais. Considerando-se que a religião pode ser um dos valores básicos que orientam a conduta dos seres humanos, a coexistência entre seguidores de religiões diversas não é simples. No Brasil, registraram-se, recentemente, casos de violência contra devotos de religiões de matriz africana. Na Europa, a chegada de refugiados que fogem dos conflitos na Síria potencializa o contraste entre uma suposta "identidade europeia" e a conceituação do oriental como "o outro", processo analisado por Edward Said. Conseguir que extremistas europeus aceitem a mera coexistência com seguidores da religião islâmica representaria uma importante etapa da pacificação social na Europa, ainda que não consista no ideal a que se refere José Saramago.

A tolerância foi instituída, nas relações entre Estados, por meio da Paz de Vestfália, no século XVII. A coexistência interestatal, no entanto, foi constantemente desafiada por potências com pretensões hegemônicas. Atualmente, a Organização das Nações Unidas (ONU) almeja consolidar o multilateralismo e a cooperação entre Estados, de modo a superar a simples tolerância, tal como entendida por Saramago. As ações de governos conservadores, como aquele de Donald Trump, poderiam, contudo, frustrar esse objetivo. O agravamento de tensões entre os Estados Unidos e a Coreia do Norte demonstra que a tolerância, ainda que imperfeita, constitui etapa relevante do relacionamento entre Estados.

A opinião de Saramago acerca da tolerância consiste em uma manifestação de idealismo, que deve ser contraposta às condições e às limitações existentes na atualidade. Ainda que a tolerância implique uma relação assimétrica, é preciso garantir, em um primeiro momento, que um indivíduo não pretenda aniquilar seu semelhante. Uma vez que se garanta tal condição, é possível buscar tipos mais positivos de coexistências. A tolerância, portanto, em determinados contextos, é desejável e constitui etapa imprescindível para que se possa alcançar a verdadeira harmonia.

As relações entre seres humanos demandam um patamar mínimo de segurança e de previsibilidade quanto às ações dos indivíduos. A vida em sociedade exige que se deleguem ao Estado as funções repressivas e que os particulares renunciem ao uso da violência. A tolerância, que consiste em mera coexistência passiva, constitui, portanto, elemento primordial do Contrato Social. Por meio da garantia da tolerância entre os cidadãos, o Estado confere proteção à plena existência dos seres humanos e viabiliza a evolução das interações interpessoais. Ao afirmar ser "contra a tolerância", José Saramago deixa de considerar que, em diversas situações específicas, a tolerância pode constituir a única solução viável para conflitos que implicam graves consequências humanitárias.

(629 palavras)

Aspectos Macroestruturais: 17,50
Quesito 1 – Apresentação/Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência): 6,25
Quesito 2 - Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações): 5,00
Quesito 3 - Capacidade de análise e reflexão: 6,25
Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 30,00

Rafael Rodrigues Alves – 47,5

Há séculos, líderes religiosos, pensadores, ativistas e estadistas vêm proclamando a necessidade de que indivíduos, religiões e Estados pratiquem a virtude da tolerância. Esta, entretanto, não parece ser suficiente para que se crie uma convivência harmônica e solidária entre pessoas ou grupos com identidades e visões de mundo divergentes. Pode-se ponderar, até mesmo, que ela instaura uma relação assimétrica entre aquele que tolera e aquele que é tolerado. José Saramago chegou a afirmar ser contra a tolerância, porque ela, sendo apenas uma concessão "não basta". De fato, em um mundo ideal, indivíduos, religiões e Estados não precisariam tolerar uns aos outros, pois prevaleceriam relações baseadas no entendimento e no respeito mútuos e na solidariedade. A realidade contemporânea, entretanto, evidencia que a prática da tolerância é condição necessária à própria sobrevivência da humanidade. Ser tolerante, embora não constitua exatamente uma virtude, apresenta-se como uma obrigação moral, indispensável à superação dos ódios e dos radicalismos.

Desde os primórdios da civilização, indivíduos, tribos, povos e nações precisaram desenvolver estratégias de convivência. Alguns autores, como Hobbes, consideram que, para os seres humanos, inerentemente egoístas e inseguros, a única estratégia possível é a da competição, que instaura uma espécie de "guerra de todos contra todos". Nesse sentido, o conflito é a condição natural do homem, e não há que se falar, portanto, de tolerância, uma vez que as relações entre pessoas e entre grupos são determinadas por considerações que dizem respeito à sobrevivência e à segurança. Maquiavel, por sua vez, subordinou as relações entre os Estados à mesma lógica conflitiva e calculista. Na medida em que o objetivo do soberano deve ser o de acumular a maior quantidade possível de poder, todos os Estados estrangeiros são, em certo sentido, intoleráveis, e a decisão de permitir que eles continuem existindo vincula-se exclusivamente a considerações de ordem estratégica.

Outros autores, mais representativos dos ideais do Iluminismo, como Kant, enfatizaram a possibilidade de estratégias mais harmônicas de convivência. Na medida em que todos os seres humanos são racionais, eles podem alcançar, pelo uso da razão, o entendimento de que não há diferenças fundamentais entre os indivíduos e entre os agrupamentos humanos. Todos compartilham a mesma estrutura ontológica, as mesmas capacidades cognitivas e afetivas e as mesmas necessidades materiais e espirituais. Nesse sentido, a empatia seria o princípio determinante das relações interpessoais e, mesmo, internacionais, o que faria da tolerância uma qualidade absolutamente desnecessária. Prevaleceria a compreensão de que a identidade e o potencial de uma pessoa, de uma religião ou de um Estado apenas se realizam plenamente por meio do respeito às diferenças e do estabelecimento de relações fraternas com o outro.

A história da civilização sugere que as sociedades contemporâneas devem adotar uma estratégia intermediária entre o realismo hobbesiano e o idealismo kantiano, a fim de se evitarem sofrimentos ainda maiores e conflitos de proporções catastróficas. É certo que, sob a perspectiva ética, humanitária e civilizacional, a tolerância é ainda uma qualidade bastante insuficiente e precária, mas não se pode negar que, nas atuais circunstâncias, ela é absolutamente necessária. Enquanto os indivíduos, as religiões e os Estados não são capazes de estabelecer relações solidárias, ecumênicas e cooperativas, devem, obrigatoriamente, aprender a tolerar a existência uns dos outros, sob pena de inviabilizarem, irremediavelmente, o longo processo de aprendizado e de amadurecimento

civilizacional da humanidade, cujo fim último é a convivência harmoniosa entre todos, a "paz perpétua", a que se referia Kant. É a tolerância que impede que desconfianças, discórdias e, mesmo, sentimentos de superioridade se degenerem em cizânias insuperáveis, ódios e guerras.

Se, como afirmou Saramago, "a tolerância não é tão boa quanto parece", sua prática impõe-se ao mundo contemporâneo como uma necessidade existencial. Deve-se, certamente, almejar uma realidade em que não seja preciso tolerar o diferente. No atual estágio de evolução da humanidade, entretanto, em que predominam fanatismos, posturas radicais e extremismos de toda espécie, não se pode ser contra a tolerância.

(645 palavras)

Apresentação - 5
Capacidade de Argumentação - 6,25
Capacidade de Análise e Reflexão - 6,25
Correção gramatical e propriedade da linguagem: 30

Bruno Palazon Imparato - 47

Thomas Hobbes, em O Leviatã, argumenta que os seres humanos, quando em estado de natureza", vivem em anarquia e usufruem de liberdade plena para o exercício de seus impulsos e desejos. Essa ausência de restrições ocasiona, contudo, uma "guerra de todos contra todos", ameaçando a sobrevivência da espécie. Assim, visando a sobreviver, homens e mulheres abdicam de parcelas de suas liberdades para construir o Estado. Neste sentido, por meio da força e das leis, a nova entidade estatal[1] assume a função de moderador e mediador das liberdades, passando a impor uma convivência entre as diferenças e os anseios. Tolerar é a o princípio que sustenta esse sistema de convívio, um mito necessário, ainda que seja "pouco" como afirmou José Saramago. A tolerância é, de fato, apenas reconhecer a "existência" dos outros e "permitir" que sejam diferentes; não deixa de ser, porém, a base sobre a qual é possível estabelecer os conceitos de cooperação e de solidariedade. Como advertiu Saramago, a tolerância "não basta", pois é o primeiro de três estágios de interação social: conviver, cooperar e agir de forma solidária. Faz-se, assim,

[1] Erro de Morfossintaxe – Resposta ao recurso indeferido:
Registra-se erro no uso da expressão "a nova entidade estatal". O uso do adjetivo "estatal" não condiz com os sentidos que são construídos no parágrafo em questão. "Estatal" é o que é relativo ou pertencente ao Estado, ou seja, trata-se de noção que pressupõe já a existência do Estado. O que as relações sintáticosemânticas estabelecem nos períodos anteriores é que se pretendia designar, nesse trecho, o próprio Estado como nova entidade social. Portanto, não cabe o uso do adjetivo "estatal". Ademais, somado a esse conjunto o adjetivo "nova", a estrutura fica ainda mais distante dos sentidos produzidos anteriormente, pois a expressão "a nova entidade estatal" implica que já se tenha falado de alguma entidade estatal, que seria nova.
Assim, optou-se por marcar apenas um erro de estruturação morfossintática devido à combinação sintagmática que produz sentido avesso ao condizente com a argumentação, em vez de dois erros de propriedade vocabular, uma vez que os dois erros convergem para uma única unidade sintática, o sintagma nominal "a nova entidade estatal".

necessário criticar a oposição do autor português à tolerância, pois esta ignora[2] a capacidade evolutiva do conceito.

No âmbito individual, aceitar as diferenças entre o eu e o outro é estabelecer uma garantia de não destruição, um pacto no qual se afirma que o limite da liberdade própria é a liberdade alheia. Nesse contexto, mesmo que cada indivíduo acredite ser superior e efetivamente desigual, a igualdade formal das limitações legais é considerada um mal necessário para a sobrevivência. Tolerar é aceitar essa igualdade formal. Mesmo que a tolerância não seja "tão boa quanto parece", abandoná-la engendra a ruptura do sistema de igualdade legal e pode ocasionar episódios como a edição das "Leis de Nuremberg", que legitimaram a aniquilação de milhões de judeus, ciganos, negros e homossexuais, durante o regime nazista. Tolerar impede que o outro seja reificado.

Após a etapa da tolerância, que, cabe ressalvar, não é imune a retrocessos, como no âmbito da Alemanha nazista, é possível aventar uma lógica cooperativa. Superada a anarquia e adensado o arcabouço jurídico e burocrático que impede seu retorno, ao menos na teoria, conviver e tolerar, embora indispensáveis para a sobrevivência, tornam-se insuficientes. Sendo o outro tolerável e as existências garantidas, mulheres e homens percebem que podem cooperar, ainda que em benefício próprio, ampliando, por exemplo, as capacidades produtivas de suas economias. Simbólica dessa processo, a paulatina consolidação da União Europeia, iniciada justamente com o restabelecimento do primado da tolerância continental, após a derrota do Terceiro Reich nazista, em 1945, representa a constatação de que a cooperação não somente é essencial para o progresso socioeconômico, mas também que esta, por ser o desdobramento da tolerância, previne retrocessos. Mesmo que nacionalismo intolerantes sejam inevitáveis, a cooperação tende a ser afirmada, pois os benefícios econômicos são inegáveis, como apontam dados do FMI sobre os membros da organização.

Como propôs o teórico das relações internacionais Hedley Bull, estabelecida a convivência e a tolerância e compreendidos os benefícios da cooperação, a solidariedade seria inevitável. Nesse sentido, ser solidário, seja no âmbito individual, seja nas interações interestatais, é cooperar com o outro não somente por interesse próprio, mas também para auxiliar no desenvolvimento e no progresso de todos. Infelizmente, como denota o excessivo idealismo da descrição, ainda não houve exemplo real dessa utopia. É possível considerar que a fase cooperativa necessita de mais tempo para reiterar seu caráter

---

[2] Erro de Morfossintaxe – Resposta ao recurso indeferido:
Registra-se erro na incompatibilidade sintático-semântica que se estabelece entre "ignora" e "tolerância", já que o emprego de "esta" obriga a retomada de "tolerância". Ao se assumir o substantivo "tolerância" como referente do pronome demonstrativo, verifica-se prejuízo para as relações sintático-semânticas do período, visto que se desenvolve estrutura sem lógica, pois à "tolerância" é atribuído o aspecto humano que concorre para a semântica de "ignora". Além disso, se o sujeito semântico de "ignora" é a "tolerância", resulta ainda indevida a estruturação com o objeto direto "capacidade evolutiva do conceito", já que "conceito" se refere à própria "tolerância". Deve-se ter cautela ao empregar o demonstrativo "este" para anáfora, pois ele retoma o último elemento ou o que lhe está mais próximo e com o qual concorda em gênero e número - o que é consenso entre os gramáticos (Ver a "Nova Gramática do Português Contemporâneo", de Cunha & Cintra, e a "Gramática Metódica da Língua Portuguesa", de Napoleão Mendes de Almeida).

benéfico. Cabe, porém, constatar que a constante reafirmação da tolerância como princípio é imprescíndivel[3], tanto para a cooperação quanto para a solidariedade.

Ser contra a tolerância, ressalvada a motivação retórica do argumento de Saramago, é ser favorável à anarquia hobbesiana. A tolerância embasa a convivência e a cooperação, assim como pode embasar uma possível utopia solidária. Tolerar o outro e suas diferenças ainda é pouco", mas é imprescindível.

(638 palavras)

1) Nota Relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema – 20,00, dos quais:

a) Apresentação/Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência): 6,25

b) Capacidade de Argumentação (objetividade, sistematização, pertinência das informações): 7,50

c) Capacidade de análise e reflexão: 6,25

2) Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem – 27,00

Fernando Sousa Leite – 47

Manifestações de intolerância são constantes da história da humanidade, em que a paz e a concórdia ocupam posições marginais. Em relação à tolerância, estou de acordo com o posicionamento expresso pelo escritor José Saramago, segundo o qual não se deve simplesmente tolerar a existência do outro, uma vez que esse comportamento se coaduna com um pretenso "sentimento de superioridade", aludido pelo autor português. Tolerar significa conviver, mas com ressalvas, sob determinadas condicionalidades a serem devidamente obedecidas por aqueles que são tolerados, o que condiz com a formação de guetos e de áreas segregadas. Além de tolerância, deve haver respeito e aceitação incondicionais.

As formas de discriminação contra pessoas de diferentes etnias, religiões e nacionalidades renovam-se ao longo da história, de modo que é necessário que os meios e os métodos de enfrentamento a elas sejam adaptados e atualizados. Às denominadas leis Jim Crow, vigentes nos Estados Unidos até meados do século XX, segue-se o fato de que a maior parte da população carcerária da potência norte-americana é composta por norte-americanos negros, o que reproduz outra forma de exclusão social, ou mesmo de tolerância, condicionada ao ambiente prisional. De modo análogo, os judeus perseguidos anteriormente à fundação de Israel, em 1948, atualmente toleram a presença de judeus negros, vindos da Somália, no território do Estado israelense, sem que isso implique a efetiva inclusão desse grupo na sociedade da qual deseja fazer parte.

Apesar do progressivo aumento de instrumentos jurídicos e políticos disponíveis para a continuidade do enfrentamento a práticas intolerantes – em atendimento à perspectiva de "direitos a ter direitos", apresentada por Hannah Arendt no contexto pós-Segunda Guerra Mundial –, verifica-se que a agenda internacional contemporânea ainda é caracterizada pela presença marcante de temas relacionados à discriminação baseada em

---

[3] Erro de Ortografia: O candidato dividiu a palavra "imprescindível" em duas linhas por meio de hífen e errou o acento ao pular a linha.

raça ou etnia, gênero e religião. Exemplo emblemático disso é a ascensão, e o gradual declínio, do autodenominado Estado Islâmico (EI), que se propõe a criar um califado sunita de orientação wahabista. Esse grupo resultou de disputas entre sunitas e xiitas, subsequentes à invasão do Iraque, em 2003, pelos Estados Unidos, que alijou os primeiros do poder. Internamente ao território dominado pelo EI, ocorre a sistemática perseguição e execução de cristãos, xiitas, curdos e yazigis, com intenção de genocídio destes, por professarem religião diversa, de modo que são chamados de "adoradores do diabo" pelos integrantes do EI. Além disso, esse ator não estatal com finalidades terroristas realiza casamentos forçados e efetua tráfico de pessoas. Nesse caso, lamentavelmente, a simples tolerância seria um alento.

As migrações evidenciam a intolerância nas relações entre Estados, em geral, e indivíduos, em particular. Sejam baseados em motivos religiosos, econômicos ou humanitários, os fluxos migratórios têm, frequentemente, como reação, a construção de muros e cercas nas fronteiras entre Estados e territórios. São esses os casos dos muros que dividem parte das lindes entre Quênia e Somália; Hungria e Sérvia, Jerusalém Oriental e Cisjordânia; e México e Estados Unidos. Atualmente, existem 70 barreiras físicas dessa natureza; há pouco tempo havia apenas 17. A intolerância no âmbito externo constitui desdobramento desse comportamento no contexto interno dos países. Desse modo, os muros que separam trechos da Rodovia dos Imigrantes, de um lado, e a comunidade Vila da Esperança, de outro, em Cubatão, ou aquele que separa o bairro Pamplona Alta, em Lima, Peru, de um bairro nobre revelam que a existência do outro – considerado social, cultural e economicamente inferior – é tolerada, desde que se respeite os limites físicos impostos.

Tolerância seria algo análogo à superação daquilo que Thomas Hobbes qualificou como "estado de natureza", ao passo que o respeito e a aceitação incondicionais conformariam a Paz Perpétua, enunciada por Immanuel Kant. Por fim, Saramago acerta ao afirmar que a "intolerância é péssima, mas a tolerância não é tão boa quanto parece".

(619 palavras)

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema – 20
Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem – 27

Maybi Rodrigues Mota – 46,75

Em entrevista ao jornal "O Globo", José Saramago afirmou ser contra a tolerância, pois, além de esta ser insuficiente e menos positiva do que aparenta, resulta em relações desiguais com o outro. O autor português tem razão. Tolerar, diferentemente de respeitar e aceitar, pode ser uma maneira de perpetuar preconceitos e de deslegitimar o diálogo aberto sobre como atingir a igualdade formal e material entre as pessoas. Ademais, defender apenas a tolerância no nível institucional – nas relações entre Estados e entre religiões – é um meio para criar sectarismo e nacionalismo, no lugar de compreensão mútua e cooperação. Em um mundo em que o contato entre pessoas e pensamentos diversos é cada vez mais intenso, a tolerância deve ser superada pela convivência harmônica e pacífica na diversidade.

A aversão do ser humano ao que é diferente daquilo a que ele está habituado não é fenômeno recente. O encurtamento das distâncias, no entanto, tornou o contato entre as pessoas mais intenso e a experiência de encontrar o outro mais frequente. Um dos mecanismos para lidar com as diferenças é tolerância, que envolve reconhecer que existem outras culturas, outros modos de viver e outras visões de mundo, sem compreendê-las como tão ricas quanto a sua própria. No Brasil, por exemplo, influências africanas foram, por muito tempo, consideradas secundárias ou irrelevantes. No Estado Novo, quando começou a ser reforçado o discurso da miscigenação das raças e da tolerância, essas influências foram incorporadas como "populares", ou seja, fora do que se intitulava clássico ou consagrado. E, assim, os negros permaneceram na sociedade brasileira: tolerados, com a permissão de serem diferentes. Essa posição subordinada do negro e da sua cultura, em um contexto em que não há choques ou conflitos, tem como consequência a dificuldade de se debater o preconceito racial no Brasil. Sob o argumento da existência de igualdade formal entre todos, desconsidera-se a discussão a respeito da equidade e da necessidade de integrar verdadeiramente o negro.

A mera tolerância entre os Estados também tem efeitos negativos, na medida em que torna as divisões entre eles mais claras. Quando um Estado se considera superior a outro, medidas imperialistas tendem a predominar em relação à diplomacia. A atual postura dos Estados Unidos demonstra como a falta de conhecimento a respeito de outros países pode redundar em desentendimentos e aprofundamento de conflitos. A política de tolerância perante o Oriente Médio, sem cooperação igualitária entre os países não é suficiente para assegurar a paz e a harmonia. Essa lição ficou clara com os acontecimentos que levaram à Segunda Guerra Mundial: o apaziguamento da Alemanha não impediu que o conflito ocorresse. Assim, é fundamental ir além da tolerância para evitar que as divisões nacionais se tornem motivo para desrespeitar a convivência pacífica.

O sectarismo e o extremismo religiosos são expressão do predomínio de barreiras entre as instituições, as quais só serão superadas com a busca de pontos em comum entre religiões, e não com o reforço de elementos que a separam. É por essa razão que diversos pensadores contemporâneos estão desenvolvendo propostas de uma religião universal, a exemplo de Mangabeira Unger, Partindo de ideais kantianos de paz universal e cosmopolitismo, eles argumentam ser possível chegar a uma comunidade universal, em que há diversidade e, ao mesmo tempo, relações igualitárias. A troca constante de conhecimento entre diversas religiões é mais enriquecedora e relevante do que a promoção da tolerância.

Como afirmou Saramago, é necessário mais do que tolerância nas relações com o outro. Essa afirmação é válida tanto no nível interpessoal, quanto nos níveis institucional e interestatal. Para que se alcance justiça, paz e igualdade nas sociedades contemporâneas, os preconceitos devem ser expostos e debatidos amplamente, as divisões superadas em benefício do entendimento e o diálogo incentivado. É importante que o ser humano compreenda que não existe verdade única e que, portanto, é necessário conviver com a diversidade.

(638 palavras)

Marcações da banca:
Morfossintaxe: linhas 34 (ausência de vírgula) e 42 (concordância)

Anônimo – 46,25

Em entrevista a Sandra Cohen, José Saramago afirma que tolerar é conceder, e não aceitar. A tolerância como sinônimo de ignorar, dessa forma, não seria suficiente para fundamentar uma sociedade verdadeiramente igualitária. Se, por um lado, o escritor português tem razão em afirmar que a igualdade plena não se verifica na sociedade contemporânea, por outro lado, não se deve olvidar que a tolerância representa avanço social relevante, uma vez que favorece a diminuição de conflitos políticos, religiosos e sociais. Se a busca da igualdade é objetivo das sociedades contemporâneas, a tolerância é aspecto indispensável para que se atinja essa meta.

A tolerância religiosa e política é prática influenciada pelo pensamento iluminista e acarretou a mitigação de conflitos. Segundo Norberto Bobbio, a aceitação de outrem foi ensinamento aprendido com dificuldade, o qual se verificou no âmbito religioso, primeiramente. Na Idade Média, pressupunha-se que novas religiões inviabilizariam a existência das anteriores, o que justificaria o confronto. Após séculos de conflitos religiosos na Europa, a razão iluminista, divulgada por pensadores como Immanuel Kant, passou a condenar tais embates, principalmente por atentarem contra a liberdade de credo. A religiosidade era aspecto de cunho pessoal, e as crenças de cada cidadão deveriam ser respeitadas, ainda que se discordasse delas. Posteriormente, a liberdade de pensamento foi transposta para o âmbito político e passou-se a verificar maior aceitação de diferenças tanto religiosas quanto políticas.

Tolerar, contudo, não foi suficiente para que as sociedades modernas se tornassem verdadeiramente pacíficas e igualitárias. Embora as leis prevejam a tolerância religiosa, a liberdade de opinião política e a condenação de qualquer tipo de preconceito, essas regras são reiteradamente violadas. Na Europa, imigrantes muçulmanos são hostilizados em razão de crenças, enquanto, no Brasil, negros são vítimas de preconceito racial e mulheres de preconceito de gênero. O fato de que indivíduos toleram determinadas situações não implica que eles as aceitem ou que eles não reagirão de forma intolerante no futuro. Nesse sentido, Saramago tem razão, quando afirma que se necessita de perspectiva social que vá além do mero consentimento. Para que haja paz social duradoura, é necessário que os indivíduos se considerem iguais, e a tolerância, ainda que de modo sutil, indica diferenciação.

Embora a tolerância não seja suficiente para desenvolver sociedade igualitária, não se deve menosprezar sua utilidade. Seria duvidoso afirmar que, no mundo contemporâneo, a tolerância não exerce função, quando populações sunitas e xiitas ainda se confrontam no Oriente Médio, ou quando o pensamento etnocêntrico, segundo conceito do antropólogo Roque Laraia, condena todos que não respeitam determinado padrão social vigente. Ainda que a tolerância seja postura insuficiente em determinadas circunstâncias, não se pode afirmar que ela é desnecessária ou prejudicial para uma comunidade que busque ser igualitária. Mais do que opção à igualdade, a tolerância é meio para que esta seja alcançada, razão pela qual há certo exagero de Saramago ao afirmar que é contra a tolerância.

Em <u>Ensaio sobre a cegueira</u>, José Saramago apresenta personagens que ficam subitamente cegos e indefesos. Foi somente por meio da aceitação de diferenças e de interação humana que eles superaram suas dificuldades. O autor português certamente busca transmitir essa mensagem à sociedade contemporânea. Para que haja mais igualdade

nesta, entretanto, não se pode negar a relevância do estímulo à tolerância, ainda que tolerar não implique completa aceitação de perspectivas diferentes. A comunidade global está distante de ser verdadeiramente igualitária e não se pode ignorar a função social da tolerância, a qual é aspecto precípuo no combate a injustiças. Em que pese a intolerância ser verificada em diversas situações, a transigência e o consentimento tornaram-na um pouco menos aceitável e mais sujeita, portanto, à condenação pelo corpo social.

(603 palavras)

Apresentação: 5/10
Capacidade de argumentação: 6,25/10
Capacidade de análise e reflexão: 5/10

Pior nota
Anônimo – 31,35

Na primeira década do século XX, Rui Barbosa foi enviado à Conferência de Paz da Haia como representante do Brasil. À época, a maioria das elites políticas, econômicas e intelectuais no mundo acreditava no poder transformador das ideias liberais, de modo que as diferenças de poder relativo seriam ignoradas e consequentemente os conflitos entre Estados desapareceriam. Nesse sentido, Barbosa advogou em favor da igualdade jurídica dos Estados, a qual foi aceita pelos demais participantes dessa conferência. Sem embargo, esse ideal de respeito à soberania dos países não impede a ocorrência de conflitos, tanto entre quanto dentro desses Estados. Assim, ao transmitir um senso de superioridade dentre os envolvidos, a tolerância tem-se mostrado não somente incapaz de conter atrocidades perpetradas por um povo contra outro, mas também justificadora de massacres alegadamente em defesa da paz.

A afirmação do ideal pacifista, lastreado na igualdade jurídica entre as nações, apresentou falhas em sua implantação ainda na primeira metade do século XX, quando da eclosão das duas grandes guerras mundiais. Apesar de importante recurso retórico, o Liberalismo demonstrava contradições em termos de sua execução, da qual a Liga das Nações é exemplo notório. Concebida como um arranjo entre os países para assegurar a paz mundial, essa organização não evitou a emergência do segundo grande conflito mundial, nem extinguiu a violenta colonização europeia na África e na Ásia. Nesse sentido, a criação do sistema de mandatos com vistas a promover a independência gradual e pacífica dos países administrados somente alterou a superfície, pois a situação das colônias foi mantida, e a tolerância concedida a esses povos subjugados continuava a depender da boa vontade dos Estados detentores dos mandatos. Com efeito, essa generosidade apenas evidenciava a hierarquia existente, de modo que não impediam o surgimento de reações violentas contra os opressores estrangeiros.

A descolonização afro-asiática tornou-se fenômeno relevante na transição entre as décadas de 1950 e de 1960, devido à descrença nos ideias liberais e ao fortalecimento dos nacionalismos nos países desses continentes. Desse modo, lideranças autóctones começaram a incitar as populações a resistirem a esse domínio, ainda que violentamente. Em reação a essas lutas por independência, as potências controladoras depararam-se com duas opções: ou responder a esses ataques com mais violência e manter o controle político,

ou evitar mortes desnecessárias e conceder a independência política em troca de vantagens econômicas. Em sentido amplo, o primeiro modelo foi adotado pela França e Portugal, ao passo que a Grã-Bretanha optou pelo segundo. Para os Estados recém-independentes, houve apenas a troca da violência política pela econômica, pois todos se inseriram no sistema internacional como nações atrasadas, portanto dependentes das concessões dos países mais desenvolvidos.

A defesa da democracia por países ocidentais é baseada na concepção de que regimes democráticos não iniciam conflitos entre si, conforme elaboração de Immanuel Kant. Segundo seus adeptos, a democracia assegura a paz entre os Estados, porquanto a participação de suas populações no processo decisório impede que os governos comecem guerras. Após os atentados de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos da América decidiram promover a democracia no Oriente Médio, ainda que militarmente. Assim, eles intervieram no Iraque para instaurar um regime democrático, enquanto fortalecem relações com o governo autocrático da Arábia Saudita. Desse modo, a tolerância exercida por democracias igualmente não resolve o problema das guerras no mundo, porquanto ela permite mitigações casuísticas.

A capacidade de tolerar diferenças não implica respeito à soberania dos Estados, pois a história vem demonstrando que os países mais fortes tendem a ignorar aspectos relacionados à igualdade jurídica entre eles, em favor da realização de seus interesses. Nesse sentido, a concessão feita pelos Estados superiores pode ser afastada de acordo com a conveniência política, de modo que a relação entre controladores e dominados é a única realmente importante. Com efeito, ainda que a tolerância tenha trazido resultados significativos na redução da violência, a conveniência acerca de seu emprego provoca a perpetuação dos conflitos militares e civis, a despeito de nacionalidades.

(654 palavras)

Exercício I

As guerras e revoluções (…) chegam, na leitura dos seus efeitos, a causar não horror mas tédio. Não é a crueldade de todos aqueles mortos e feridos, o sacrifício de todos os que morrem batendo-se ou são mortos sem que se batam, que pesa duramente na alma: é a estupidez que sacrifica vidas e haveres a qualquer coisa inevitavelmente inútil. Todos os ideais e todas as ambições são um desvario de comadres homens. Não há império que valha que por ele se parta uma boneca de criança. Não há ideal que mereça o sacrifício de um comboio de lata. que império é útil ou que ideal profícuo? Tudo é humanidade e a humanidade é sempre a mesma - variável mas inaperfeiçoável, oscilante mas improgressiva.
(Fernando Pessoa. Livro do desassossego. Porto: Porto Editora, 2017. p. 361).

Comente o fragmento de texto acima, de Fernando Pessoa, indicando, sucintamente, se concorda ou não com a opinião do autor sobre o que ele considera inutilidade do sacrifício e dos conflitos por ideais e ambições. Exemplifique sua argumentação com algum processo, causa ou ideário histórico-político.

Média: 17,83 amp. / 16,76 cotas negros
Desvio padrão: 1,16 amp. / 0,76 cotas negros

Paulo Mendes de Carvalho Guedes – 20

Em Livro do desassossego, Fernando Pessoa desvela a irracionalidade da busca por ideais e ambições que se dê em detrimento da humanidade, único valor absoluto. Concordo com o autor. A realização de fins que contrariem a condição humana está viciada em sua origem, porquanto nega o interdito kantiano da utilização do ser humano como meio. Com efeito, as relações estabelecidas no mundo da vida devem prevalecer diante do niilismo, na acepção nietzschiana do termo.

O nazismo constitui expressão eloquente da fragilidade de ideais que, para serem realizados, exigem a supressão da humanidade alheia. Hitler corrompeu a noção de super-homem formulada por Nietzsche e utilizou o povo judeu como meio de legitimação de seu empreendimento político. Nessa perspectiva, a Solução Final, auge das "hitlerocidades", no léxico de Guimarães Rosa, constitui ilustração por excelência das ações criticadas por Fernando Pessoa.

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 10,00
1. Apresentação/Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência): 1,00
2. Capacidade de argumentação: 4,50
3. Capacidade de análise e reflexão: 4,50
Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 10,00

Victor Oliveira Tibau - 20

No Livro do Desassossego, Fernando Pessoa expõe posicionamento humanista e aponta, corretamente, a inutilidade de conflitos por ideais e ambições. Ao afirmar que "tudo é humanidade", valoriza as pessoas em detrimento de ideologias. Trata-se de posição consoante àquela do sujeito poético de "Tabacaria", poema que revela tanto o anseio de dominação do mundo, quanto a finitude de todas as coisas. Com base nessa perspectiva, a valorização da vida é decorrência imediata, e os sacrifícios tornam-se estúpidos.

O século XX, por exemplo, caraterizou-se não só como era de ideologias, como também de catástrofes. Houve quem, como Marinetti, glorificasse a estética da guerra, mas sua essência de sofrimento e destruição foi melhor retratada por Picasso, em Guernica. O resultado de dois conflitos mundiais e outras guerras foram vidas perdidas por ideias hoje descartadas. Em um mundo em que tudo passa - tabacarias, tabuletas e impérios -, nenhum ideal vale uma vida.

1 Apresentação / Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência) – 1,00
2 Capacidade de argumentação - 4,50
3 Capacidade de análise e reflexão - 3,38
Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema - 8,88
Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem - 10,00

Carolina Mye Saito – 19,26

O movimento pelo fim do apartheid é uma situação que demonstra a justificativa de sacrifícios por ideais. No contexto do regime sul-africano, Desmond Tutu afirmou que pessoas impassíveis estariam ajudando à manutenção de injustiças. Nesse sentido, em Escravidão e Racismo, Octávio Ianni considera que, frequentemente, o discurso de ordem social é suscitado com a finalidade de continuação de benefícios de uma elite. Desse modo, não concordo com a opinião de Fernando Pessoa, em Livro do desassossego, porquanto a perspectiva de negação da busca de ideais pode manter injustiças.

A compreensão de evitar perdas pode existir sem a invalidação de princípios. Tentativas de soluções negociadas podem evitar mortes, a exemplo da descolonização em Gana. Consequentemente, avanços podem ocorrer de forma pacífica e a humanidade pode progredir. Trata-se da finalidade da diplomacia brasileira, presente, também, na Carta das Nações Unidas, a promoção da paz e do desenvolvimento de todos os povos.

1 Apresentação / Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência) – 1,0
2 Capacidade de argumentação – 4,38
3 Capacidade de análise e reflexão – 3,88
Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem – 10,00

Rafaela Junqueira de Oliveira – 18,88

Fernando Pessoa defende a inocuidade de lutas por ideais, uma vez que concebe a humanidade como impassível de progresso. Em sua análise, a realização de guerras ou de revoluções seria, portanto, injustificável, por causar destruição apenas. Essa perspectiva está equivocada, na medida em que ignora os indiscutíveis avanços verificados na garantia internacional dos direitos humanos, por exemplo. Essa evolução é consequência direta de rebeliões e de movimentos vanguardistas, que contestaram a ordem estabelecida.

A possibilidade de Fernando Pessoa exprimir livremente seu pensamento é tributária da máxima de Voltaire, segundo a qual a defesa da liberdade de expressão independe do conteúdo manifestado e está acima dele. Embora muitos iluministas fossem oriundos da nobreza europeia, diversos sofreram perseguição, sobretudo, da Igreja Católica, por apresentarem concepções inovadoras e contrárias ao discurso tradicional.

Apresentação / Impressão geral do texto: 1,00
Capacidade de argumentação: 4,50
Capacidade de análise e reflexão: 3,38

Pior nota
Anônimo – 15,63

No Livro do desassossego, Fernando Pessoa condena não somente o sacrifício humano em favor de ideais, como também o esforço para a obtenção de progresso. Não é possível concordar com a opinião do autor português. Ao contrário do que Pessoa argumenta, a humanidade logrou êxito em desenvolver-se econômica, política e socialmente. Esses avanços não ocorreram ao acaso, mas, sim, porque diversos indivíduos sacrificaram suas vidas para que a humanidade fosse mais livre e para que as pessoas vivessem de forma mais digna.

A Revolução Francesa exemplifica como a luta por ideais pode acarretar contribuições indeléveis, na história da humanidade. A busca de igualdade, liberdade e fraternidade implicou ruptura com o absolutismo monárquico e permitiu a reestruturação de sociedades não somente na Europa, mas também no mundo, de forma a contestar a tese de Pessoa acerca da inutilidade de sacrifícios e revoluções.

Exercício II

Tradicionalmente, o conceito de diplomacia pública esteve associado à promoção da imagem de um país no exterior. No Brasil, a diplomacia pública é entendida não só nessa acepção tradicional, mas também no sentido de maior abertura do Ministério das Relações Exteriores e da política externa brasileira à sociedade civil, em um esforço de democratização e transparência das políticas públicas nacionais.
(Diplomacia Pública. Internet: www.itamaraty.gov.br)

Tendo como referência inicial o texto acima, comente o papel da diplomacia pública na interação, em democracias, entre a chancelaria e a sociedade, indicando alguns dos desafios nesse âmbito.

Média: 17,79 amp. / 16,99 cotas negros
Desvio padrão: 1,38 amp. / 1,00 cotas negros

Fernanda Graeff Machry - 20

A aproximação entre chancelaria e sociedade é componente essencial à condução das relações exteriores de países democráticos. Uma vez que a política externa deve atender aos interesses nacionais, a sociedade civil tem o direito de participar de sua elaboração. A chancelaria brasileira tem tomado medidas no sentido de incluir atores sociais em processos de decisão e de negociação. Por exemplo, a elaboração do novo modelo de acordo de investimentos pelo Brasil contou com a participação do setor privado nacional.

Há desafios, contudo, a superar-se. Os interesses da sociedade civil não são uniformes, de modo que a participação de todos os setores interessados em dado tema pode tornar mais complexa a elaboração de uma posição brasileira. Além disso, a transparência não pode ser absoluta, na medida em que o sigilo é, por vezes, necessário à ação diplomática.

Lauro Grott - 20

O diálogo diplomático não ocorre somente entre Estados, mas, também, entre estes e a sociedade. Diplomatas devem servir à nação que representam, razão pela qual é indispensável que haja diálogo entre formuladores da política externa e aqueles que são beneficiados por ela. Para que haja equalização entre as expectativas dos cidadãos e a capacidade da chancelaria de atendê-las, o exercício da diplomacia pública é imprescindível.

A ineficiência da diplomacia em dialogar com a sociedade pode acarretar percepções equivocadas acerca das necessidades públicas. Em sentido diverso, a ausência de comunicação pode resultar em incompreensão da sociedade acerca da função e das capacidades da diplomacia.

Em democracias, a chancelaria é um ministério entre inúmeros outros, o que não implica equivalência. A diplomacia exige perspectiva diversa das demais políticas de Estado.

Sem diálogo com a sociedade, tanto o exercício da diplomacia quanto a perspectiva social acerca da política externa são prejudicados.

Sarah Cruz Ferraz – 20

Percebe-se, ao longo da última década, o fortalecimento da vertente interna da diplomacia pública. Nesse sentido, não só a consolidação, no país, de um regime democrático, mas também a ampliação dos meios digitais disponíveis contribuíram para a ênfase crescente conferida a essa nova perspectiva. Ao reconhecer a necessidade de ampliar o diálogo com a sociedade civil, a chancelaria brasileira expande sua capacidade de formular uma política externa que reflita os múltiplos interesses da sociedade nacional.

Há, contudo, desafios tanto no sentido de elaborar canais efetivos para que essas demandas sejam recebidas, analisadas e incorporadas quanto no sentido de se garantir, nesse processo, o sigilo das informações imprescindíveis para a segurança do Estado. A efetividade da diplomacia pública brasileira depende da sua capacidade de equilibrar a abertura às demandas da sociedade com a necessidade de que essas demandas múltiplas se convertam em uma política externa coerente.

Philippe Carvalho Raposo – 18,88

A democracia pressupõe satisfação das exigências da maioria, respeitados os interesses das minorias. No âmbito da política externa, a abertura de canais de interação entre a sociedade e os círculos decisórios atende aos anseios democráticos. Ações como a publicação periódica de notas à imprensa, a realização de consultas públicas sobre temas internacionais na Câmara dos Deputados e a disponibilização de entrevistas e discursos de autoridades diplomáticas nas redes eletrônicas são exemplos de uma chancelaria mais próxima à sociedade.

Há, contudo, desafios na diplomacia pública. O mito de que a política externa é um ofício restrito às elites deve ser desconstruído. Ademais, os currículos escolares e universitários ainda são relativamente tímidos quanto à relevância da diplomacia na construção histórica do Brasil. Os trabalhos publicados pela Fundação Alexandre de Gusmão assumem particular relevância nesse sentido. Busca-se, assim, uma gradual sinergia entre chancelaria e sociedade.

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema 8,88/10
Apresentação / Impressão geral do texto (legibilidade, estilo, coerência) 1,0/1,0
Capacidade de argumentação 3,38/4,5
Capacidade de análise e reflexão 4,5/4,5
Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem 10/10

Pior nota
Anônimo – 14,88

A diplomacia pública, em democracias, representa o vínculo de interação entre a chancelaria e a sociedade. Se, por um lado, ditaduras não precisam considerar as demandas internas da população, ao formularem seus objetivos de política externa, por outro, o êxito da diplomacia das democracias depende, necessariamente, da coordenação com a sociedade civil. Ao defender os interesses domésticos, esta, portanto, não pode ser estabelecida (erro de morfossintaxe) de forma insular, independente de outras instituições.

Os principais desafios da diplomacia pública referem-se à coordenação com outros atores nacionais, com vistas a identificar suas necessidades, e à tarefa de divulgar as vantagens da política externa para os cidadãos. Iniciativas de democratização e de abertura transparente, como as promovidas pelo Itamaraty no Brasil, contribuem para superar esses desafios, uma vez que a defesa dos interesses do país no exterior se torna mais coerente e legítima, por coadunar-se com as demandas da sociedade civil.

Organização (5,88/10)
Gramática (9/10)

Inglês

Composition

Many commentators are of the opinion that this grouping of five large and populous emerging nations has the potential to influence the international system, as regards for instance the reform of the International Monetary Fund and the implementation of the Paris Convention. Others, however, point out that Brazil, Russia, India, China and South Africa have their own separate diplomatic agendas, and that their differences will always make it impossible for the group to become a real force in world affairs. Nevertheless, the impact of the Trump presidency and the weakening of the post-Brexit European Union may open new perspectives for the BRICS.

In the light of the different opinions presented above, discuss if the BRICS can contribute to create a new world order.

Média: 42,06 amp. / 39,57 cotas negros
Desvio padrão: 1,79 amp. / 3,23 cotas negros

Elisa Hickmann Nickel – 45

When the BRICS acronym was created a few years ago, it had no political meaning. Since then, **the** countries have established regular meetings at which they coordinate policies in a variety of areas. They have also created a development bank and have successfully advocated new ways of tackling the recent world crisis. Although they may be very different countries, the BRICS' contribution to the changing world order cannot be denied.

Some analysts argue that the kaleidoscope of ethnicities, political systems and diplomatic agendas that composes the BRICS will prevent **it** from taking effective action. This has been true on occasion. In the WTO, for instance, Brazil and India disagree on trade liberalisation of agricultural goods. The former advocates it and the latter is against it. The countries also have very different opinions regarding the reform of the Security Council and the prohibition of nuclear weapons. While Russia and China favour the current order in both aspects, the other three nations strongly support change.

These criticisms may be tinged with a certain truth, but even these analysts cannot deny that the BRICS have already done much. For instance, the recent reform of the IMF would not have been possible without these countries' support. Their common position at

the G20 in favour of liberalising trade and using fiscal policies as a means of handling the economic crisis of 2008 was also essential in offsetting the protectionist views of other nations. The OECD, an organisation of developed nations created in the aftermath of World War II, also recognises the BRICS' potential: in 2007, it invited them to take part in its activities as special partners.

These past contributions are only a sample of what the BRICS can and indeed must do. The world stands at the threshold of a new era. As the US adopts a protectionist stance and retreats from multilateral institutions, the BRICS nations must take the lead in urgent matters such as climate change. Brazil, India and China are already among the countries that invest most in green energy. This kind of policy reaffirms the group's cohesion and its ability to lead in a world that is becoming increasingly leaderless.

Immanuel Wallerstein stated that US protectionism and **the** Brexit constitute an ominous harbinger of the growing disarray of the international order. Rather than seeing it as a dire predicament, however, the BRICS must treat these new conditions as an opportunity for them to continue to act as catalysts **of** change. If these nations manage to overcome their differences and act together, they can succeed in creating a more inclusive and egalitarian world order.

433 palavras

1) Apresentação/ impressão geral, legibilidade, estilo e coerência: 7,5 de 10,0
2) Capacidade de argumentação: 9,0 de 10,0
3) Capacidade de análise e reflexão: 5,0 de 5,0
4) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 23,5 de 25,0
(pontos perdidos em: 0,5 por cada um dos pontos marcados em negrito)
A autora da questão chama a atenção ainda para o fato de que utilizou preposição incorreta na expressão "to act as catalysts of change" na conclusão; embora não tenha sido penalizada por isso, o mais comum é "catalysts for change".

Fernanda Graeff Machry – 45

In an international context in which traditional powers, such as the United States and some European countries, give signs of turning to nationalistic, inward-looking agendas, emerging powers may exert an increased influence on the global order. The BRICS (Brasil, Russia, India, China and South Africa) are in a unique position to seize this opportunity. Despite **punctual**[4] differences between the members, recent developments show that not only can the BRICS **contribute to shape**[5] a new global order, but they can also advance on the topic of climate change.

At first, "BRIC" was an acronym by which economists referred to four large emerging markets. The political leaders of these countries decided to act on this idea and to expand it geographically, by including South Africa in 2011, and thematically, by

[4] Penalização de 1,0 ponto.

[5] Estrutura incialmente penalizada em 1,0, mas foi aceito recurso em função de o enunciado estar incorreto. O correto seria "contribute to shaping".

incorporating a political aspect to the group. Today, the BRICS represent a significant share of the world's GDP, population and territory. The group's existence as a political actor cannot be dismissed by any attentive observer.

Nonetheless, there are conflicting interests between the five countries, particularly with regard to nuclear disarmament and to reform of the United Nations Security Council. The group comprises two nuclear-armed states which are also members of the Security Council: China and Russia. Concerning climate change, the group does not have a common position so far, but there is a potential to achieve one, since all the members but Russia already form a coalition to negotiate the subject, the BASIC.

The main area in which the BRICS share a common view is the reform of the global financial architecture. Presently, power distribution in the Bretton Woods institutions is outdated, as their voting systems fail to reflect the economic order of the 21st century. For this reason, the BRICS press for a more balanced allocation of voting shares. Furthermore, in the 2014 Fortaleza Summit, the group created new financial institutions in order to complement the existing ones. The New Development Bank and the Contingent Reserves Arrangement prove that the BRICS are fully capable of influencing the global economic order.

The BRICS have established themselves as an influential international actor. As a heterogeneous group, its members' interests are not uniform. Whether this represents a weakness or not depends on how the countries' leaders act on it. Recent events demonstrate a willingness to focus on **the** convergences rather than on **the**[6] differences. The group would do well, however, to work towards developing a common view on topics beyond finances, such as climate change. In this way, the BRICS can contribute to create a new global order based on sustainable development.

428 palavras

1) Apresentação/ impressão geral, legibilidade, estilo e coerência: 8,5 de 10,0
2) Capacidade de argumentação: 8,0 de 10,0
3) Capacidade de análise e reflexão: 4,0 de 5,0
4) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 22,5 de 25,0

Após os recursos, as notas da autora foram 21,5 em conteúdo e 23,5 em correção gramatical.

Luana Alessandra Roeder – 45

The BRICS make the world less unfair. Brazil, Russia, India, China and South Africa have been affecting the international balance of power, not in the military sense of the term, but by increasing the opportunities of developing nations to pursue their political and economic interests. These five states do so, on two levels: multilateralism and financial credit; and even though the BRICS may not always see eye to eye, this does not reduce their influence on the creation of a new world order.

---

[6] Penalização de 0,5 ponto.

Multilateralism is a synonym for previsibility, and this equation makes it easier for countries of relatively low income to find out which of the options on the negotiating table serve their respective interests best. Furthermore, differently from the bilateral context, the multilateral approach provides the developing nations with the possibility of forming groups, in order to counter-balance the power of stronger countries. Besides the fact that the BRICS are themselves an example of multilateralism, this group has been making great efforts to bring more transparency to international politics, an engagement of which the implementation of the Paris Convention is an example.

More than the reform of the international Monetary Fund, the foundation of the New Development Bank, also known as the bank of the BRICS, has raised the prospects of poor economies, concerning progress, for two main reasons. Firstly, it is an alternative to institutions such as the World Bank, which establishes difficult, almost harsh conditions for the concession of credit. Secondly, the new bank has made the investment in the construction of infrastructure, in developing states, a priority. In this sense, the BRICS contribute to a more equal international environment by incentivating long-term growth.

In spite of the many projects the five countries of the BRICS are bringing forward, they do not always share the same perspective; however this does not weaken their capability of influencing the international relations. China, for instance, has never openly endorsed Brazil in its ambition regarding a permanent seat in the United Nations Security Council, because this would mean that the Chinese would also have to accept Japan in this exclusive circle of decision-makers. Given the fact that these separate diplomatic agendas have not harmed the cooperation between Brazil and China, the BRICS remain intact in strength and focus.

The BRICS not only can contribute to create a new world order, but they are already working on it. They make it possible for poor countries to better evaluate their options and provide them with credit for profound development. These goals, which shift the weights of global power, are more important than disagreements within the BRICS.

434 palavras

1) Apresentação/ impressão geral, legibilidade, estilo e coerência: 8,5 de 10,0
2) Capacidade de argumentação: 9,0 de 10,0
3) Capacidade de análise e reflexão: 5,0 de 5,0
4) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 21,5 de 25,0
Após os recursos, a nota da autora em correção gramatical foi 22,5.

Matheus Machado Hoscheidt – 44

The emergence of new powers poses challenges to current institutions designed to regulate the international system. In this context, the BRICS are a set of countries that are willing to contribute to the creation of a new world order. They can do so by improving economic institutions, by setting ambitious goals to reduce environmental problems and by establishing new standards for international cooperation. If they manage to accomplish their endeavors, they will make a major contribution to the upcoming world order.

The BRICS are key to effect the necessary reforms of economic institutions. In the International Monetary Fund, for instance, the group took a firm stance to defend a more equal share of voting power. Besides, in the last Ministerial Conference of the World Trade Organization, the BRICS took part in negotiations that led to the end of export subsidies for agricultural goods, an achievement that will benefit many developing countries. Therefore, following their past deeds, the BRICS will continue to positively impact economic institutions in the new world order.

The BRICS can also make upcoming international institutions better for the environment. Except for Russia, all of other BRICS members have already set bold Nationally Defined Contributions for the Paris Agreement. China, a carbon-intensive country, is progressively promoting a cleaner energy matrix. The New Development Bank, created by the BRICS in 2014, favors projects with low impact on the environment, having already approved a loan to finance wind power plants in Brazil. With the US no longer participating in the Paris Agreement, the BRICS will have a more significant role in the environmental questions of the new order.

The BRICS have established a new set of rules regarding international cooperation. The members of the group, unlike Western countries engaged in traditional North-South cooperation, refuse to demand economic and political requirements when delivering aid. Pro-Savana, a project developed by the Brazilian government in Africa, did no impose any sort of condition to receiving countries. Moreover, in order to approve cooperation projects, the NDB abides by the principle of horizontal treatment.

Since the end of the Cold War, there have been significant changes in the international distribution of power. The emergence of the BRICS is a part of these changes. The group already impacts international relations in terms of economic institutions, environmental commitments and rules governing cooperation. If the new world order is to promote development and fairness, it is fundamental that the BRICS continue to contribute to international governance in a growing variety of subjects.

414 palavras

1) Apresentação/ impressão geral, legibilidade, estilo e coerência: 8,0 de 10,0
2) Capacidade de argumentação: 8,0 de 10,0
3) Capacidade de análise e reflexão: 4,0 de 5,0
4) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 24,0 de 25,0

Pior nota

Anônimo - 35,5

In 2001, when the acronym that stands for Brazil, Russia, India and China was coined by Jim O'neill, many analysts alleged that the evidence to support the outlook of a new economic and political order that would include these four countries amongst the ten world powers was reduced. At that time, both Brazil and Russia had barely prevailed against currency exchange crises, hence the lack of optimistic future perspectives regarding these two countries. China and India attempted to gain more political prominence, after decades of isolation: Beijing struggled to accede to the World Trade Organization (WTO), whereas New Delhi fought against allegations of supporting terrorism. Eight years later,

the group was formed and it has currently achieved many of the political and economic objectives in its agenda, especially after including South Africa as a member. Therefore, these countries can surely contribute more to shape the new order.

Actions in favor of peace and development in poor countries in all continents have legitimated the three members of BRICS that do not have permanent seats in the United Nations Security Council (UNSC) to demand a reform in this body that includes them as permanent members with power to veto decisions. Although the revision of the Charter of the UN remains in negotiation, Brazil, India and South Africa continue to perform actions that favor peace and security through poverty reduction strategies. As a consequence, a new multilateral and multipolar world order is both a cause and an effect of the BRICS actions.

As for economy, the group also connects its innitiatives with development. The reform of the voting quotas in the International Monetary Fundo (IMF) and the World Bank (WB) with a view to reflecting the current economic situation was one of the most relevant pleas that BRICS has managed to achieve. Together with this, the group has also created the New Development Bank (NDB), so that they could ensure that changes in the current order will maintain its pace.

Despite recent domestic and international setbacks (Brazil's and Russia's economic crises; and Trump presidency and the Brexit, respectively), BRICS has proven itself cohesive to set some topics in the international agenda, such as the IMF and the WB reforms. However, the group still needs to strengthen the ties between its members, if it intends to reform the embodiment of the upcoming world order: the UNSC and become part of the ten most powerful countries, as Jim O'neill predicted at the beginning of the 21st century.

412 palavras

1) Apresentação/ impressão geral, legibilidade, estilo e coerência: 7,0 de 10,0
2) Capacidade de argumentação: 7,0 de 10,0
3) Capacidade de análise e reflexão: 4,0 de 5,0
4) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 17,5 de 25,0

Translation A

Translate the following excerpt into Portuguese.

There were humans long before there was history. But for countless generations they did not stand out from the myriad other organisms with which they shared their habitats. On a hike in East Africa 2 million years ago, you might well have encountered a familiar cast of human characters: anxious mothers cuddling their babies and clutches of carefree children playing in the mud; temperamental youths chafing against the dictates of society and weary elders who just wanted to be left in peace; chest-thumping machos trying to impress the local beauty and wise old matriarchs who had already seen it all. Archaic humans loved, played, formed close friendships and competed for status and power — but so did chimpanzees, baboons and elephants. There was nothing special about humans. Nobody, least of all humans themselves, had any inkling that their descendants would one day walk on the moon, fathom the genetic code and write history books. The most important thing to know about prehistoric humans is that they were insignificant animals with no more impact on their environment than gorillas, fireflies or jellyfish.
Yuval Noah Harari. Sapiens. Harper, 2015 (adapted).

Média: 17,35 amp. / 16,21 cotas negros
Desvio padrão: 1,10 amp. / 2,28 cotas negros

Sarah Cruz Ferraz – 19,5

Havia seres humanos muito antes de haver história. Durante incontáveis gerações, contudo, eles não se destacaram da miríade de outros organismos com os quais compartilhavam seus habitats. Há dois milhões de anos, em uma caminhada pelo leste da África, você poderia muito bem ter encontrado um grupo de personagens humanos que lhe seria familiar: mães ansiosas a acalentarem seus bebês e bandos de crianças descontraídas a brincarem na lama; adolescentes temperamentais a se rebelarem contra os ditames da sociedade e idosos cansados que apenas queriam ser deixados em paz; homens de peito inflado a tentar impressionar a beldade local e velhas e sábias matriarcas que já viram de tudo. Seres humanos primitivos amavam, brincavam, formavam amizades estreitas e competiam por status e poder, mas isso também faziam os chimpanzés, os babuínos e os elefantes. Não havia nada de especial em relação aos seres humanos. Ninguém, muito menos os próprios seres humanos, fazia a menor ideia de que os descendentes dos humanos um dia caminhariam sobre a lua, desvendariam o código genético e escreveriam livros de história. A coisa mais importante a saber sobre os seres humanos pré-históricos é que eles eram animais insignificantes, sem impacto maior sobre seus ambientes que aquele gerado por gorilas, vagalumes e águas-vivas.

1) Fidelidade ao estilo do texto original: 5,0 de 5,0
2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 14,5 de 15,0

Elisa Hickmann Nickel – 19,00

Havia seres humanos muito antes de existir história. Por incontáveis gerações, porém, eles não se destacaram da miríade de outros organismos com os quais compartilhavam seus habitats. Durante uma caminhada no leste da África há dois milhões de anos, você poderia perfeitamente encontrar um agrupamento familiar de personalidades humanas: mães ansiosas **abraçando** seus bebês e bandos de crianças despreocupadas brincando na lama; jovens temperamentais desafiando os ditames da sociedade e velhos cansados que só querem ser deixados em paz; homens orgulhosos de suas **virilidades que as exibem** para impressionar as mulheres bonitas do lugar e velhas matriarcas sábias que já viram de tudo. Os humanos arcaicos amavam, brincavam, estabeleciam amizades íntimas e competiam por status e poder - mas chimpanzés, babuínos e elefantes faziam o mesmo. Os humanos não tinham nada de especial. Ninguém, sobretudo os próprios humanos, podia imaginar que seus descendentes um dia andariam sobre a lua, desvendariam o código genético e escreveriam livros de história. O mais importante a saber sobre os humanos pré-históricos é que eles eram animais insignificantes cujos impactos sobre o meio ambiente não eram maiores que os causados por gorilas, pirilampos ou águas-vivas.

1) Fidelidade ao estilo do texto original: 5,0 de 5,0
2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 14,0 de 15,0
(apenada em meio ponto por cada uma das marcações)

Graziela Streit Rodrigues da Silva – 18,5

Havia seres humanos muito antes de haver registro histórico. Mas, por incontáveis gerações, **eles** não se sobressaíram em relação à miríade de outros organismos com os quais **eles** dividiam o meio em que habitavam. Em uma **trilha**, na África Oriental, dois milhões de anos atrás, você poderia, muito bem, ter encontrado um elenco familiar de personagens humanos: mães ansiosas segurando, carinhosamente, seus bebês e grupos de crianças despreocupadas brincando na lama; jovens temperamentais questionando os ditames da sociedade e anciões exaustos que só querem ser deixados em paz; machos que batem no peito tentando impressionar a beldade local e velhas e sábias matriarcas que já haviam visto de tudo. Seres humanos arcaicos amaram, brincaram, formaram íntimos laços de amizade e competiram por posição social e poder – mas também o fizeram chimpanzés, babuínos e elefantes. Não havia nada de especial nos seres humanos, tinha ideia de que seus descendentes iriam, um dia, andar sobre a Lua, desvendar o código genético e escrever livros de história. O que se deve saber de mais importante sobre os seres humanos pré-históricos é que eles eram animais insignificantes, com impacto em seu meio ambiente não muito maior que os de gorilas, **vagalumes** ou águas-vivas.

1) Fidelidade ao estilo do texto original: 5,0 de 5,0
2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 13,50 de 15,0

Comentários da autora
Marcações:
-0,5: repetição de “eles”

-0,5: trilha
-0,5: vagalumes sem hífen

Fernanda Graeff Machry – 18,5

Havia humanos muito antes de haver História. Contudo, por incontáveis gerações, eles não se destacavam em meio à miríade de outros organismos com os quais compartilhavam seus habitats. Em uma **trilha**[7] na África Oriental, há dois milhões de anos, você poderia facilmente ter encontrado um elenco familiar de personagens humanas: mães ansiosas aninhando seus bebês e crianças despreocupadas brincando na lama; jovens temperamentais reclamando das regras da sociedade e idosos cansados que apenas queriam ser deixados em paz; homens que tentavam impressionar a mais bela mulher local com demonstrações de virilidade e matriarcas velhas e sábias que já haviam visto de tudo. Os humanos arcaicos amavam, brincavam, estabeleciam amizades **próximas**[8] e competiam por "status" e por poder – porém, também o faziam chimpanzés, babuínos e elefantes. Não havia nada de especial a respeito dos humanos. Ninguém, muito menos os próprios humanos, tinha a menor noção de que seus descendentes, um dia, caminhariam na lua, descobririam o código genético e escreveriam livros de História. A coisa mais importante a saber-se a respeito dos humanos pré-históricos é que eles eram animais insignificantes, cujo impacto sobre o ambiente que habitavam não era maior que o impacto causado por gorilas, por **vagalumes**[9] ou por águas-vivas.

1) Fidelidade ao estilo do texto original: 5,0 de 5,0
2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 13,5 de 15,0

Pior nota
Anônimo – 13,50

> Havia seres humanos muito antes de existir história. Mas, ao longo de inúmeras gerações, eles não se ausentavam da miríade de outros organismos com os quais compartilhavam seus locais de moradia. Numa caminhada pelo leste africano, dois milhões de anos atrás, você poderia muito bem ter encontrado uma casta familiar de características humanas: mães ansiosas criando seus bebês e grupos de crianças sem cuidado brincando na lama; jovens temperamentais protestando contra os ditados da sociedade e idosos cansados tentando impressionar a beleza local e matriarcas velhas e sensatas que já haviam visto aquilo tudo. Seres humanos arcaicos amaram, brincaram, formaram amizades próximas e competiram por posição e poder – mas assim também fizeram os chimpanzés, lagartos e elefantes. Não havia nada de especial sobre os seres humanos. Ninguém, menos ainda os próprios seres humanos, tinha alguma pista de que seus descendentes andariam um dia na lua, manipulariam o código genético

[7] Penalização de 0,5 ponto

[8] Penalização de 0,5 ponto

[9] Penalização de 0,5 ponto

e escreveriam livros de história. A coisa mais importante para saber sobre os seres humanos pré-históricos é que eles eram animais insignificantes com não mais impacto sobre o seu ambiente do que os gorilas, vaga-lumes ou peixe-gelatina.

1) Fidelidade ao estilo do texto original: 5,0 de 5,0
2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 8,50 de 15,0

Translation B

Translate into English the following excerpt.

Quem somos nós, os brasileiros, feitos de tantos e tão variados contingentes humanos? A fusão deles todos em nós já se completou, está em curso, ou jamais se concluirá? Estaremos condenados a ser para sempre um povo multicolorido no plano racial e no cultural? Haverá alguma característica distintiva dos brasileiros como povo, feito que está por gente vinda de toda parte? Todas estas arguições seculares têm já resposta clara encontrada na ação concreta.

Nesse campo de forças é que o Brasil se fez a si mesmo, tão oposto ao projeto lusitano e tão surpreendente para os próprios brasileiros. Hoje nos tornamos o que os lusos aqui nos juntaram, tanto os tijolos biorraciais como as argamassas socioculturais com que o Brasil vem-se fazendo.

Assim é que, embora embarcados num projeto alheio, nos viabilizamos ao nos afirmar contra aquele projeto oficial e ao nos opor aos desígnios do colonizador e de seus sucessores. Pela vontade deles, os índios, os negros e todos nós, mestiços deles, arrebanhados pela empresa colonial, prosseguiríamos na função que nos foi prescrita de serviçais de ultramar, destinados a produzir mercadoria exportável, sem jamais chegar a ser gente com destino próprio.

Média: 4,74 amp. / 3,93 cotas negros
Desvio padrão: 2,39 amp. / 1,37 cotas negros

Rafael Rodrigues Alves – 12,5

Who are we, Brazilians, made up from so many and so varied human groups? Has the fusion of all of them in us been completed, it is ongoing, or will it never be concluded? Are we forever destined to be a multicoloured people on the racial and cultural plan? Will there be any distinctive characteristic of Brazilians as a people, as it is made up of people who came from everywhere? All these secular enquiries have already a clear answer that is found in concrete action.

In this field of forces Brazil has made itself, so opposed to the Portuguese project and so surprising to Brazilians themselves. Today we have become what the Portuguese joined here to us, both the bio-racial bricks and the social and cultural cement with which Brazil has been making itself.

This way we, albeit shipped in a foreign project, made ourselves feasible, by affirming ourselves against that official project and by opposing to the purposes of the colonizer and his successors. By their will, the indians, the black people and all of us, their coloured descendants, ensnared by the colonial enterprise, would continue in the task of overseas employees that was ascribed to us, destined to produce tradables, without ever getting to become self-determined people.

1) Capacidade de síntese e concisão: 4,5 de 5,0

2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 8,0 de 10,0

Rafaela Junqueira de Oliveira – 9

Who are we the Brazilians, made of so many and so varied human groups? Has the mixture of them in us already been completed, is it under way or will it ever be concluded? Are we doomed to being a racially and culturally multicoloured people forever? Is there any distinctive characteristic of the Brazilians as a people, since it is composed of people coming from everywhere? All of these centuries-old questions already have a clear answer found in concrete action.

It was against this background that Brazil has made itself, so opposing to the Portuguese project and so surprising to the Brazilians themselves. Today we become what the Portuguese joined here for us, both the bio-racial bricks and the sociocultural cement with which Brazil has been making itself.

This is how, although boarded on someone else's project, we have made ourselves viable by standing against that official project and by opposing the wishes of the colonisers and their successors. According to their desire, the indigenous people, the black people and all of us, who are mixed-raced formed by them, gathered by the colonial enterprise, would continue playing the role that was established for us as overseas menial workers, destined to produce exportable goods and would never get to be a people with its own destiny.

1) Fidelidade ao estilo do texto original: 5,0 de 5,0
2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 4,0 de 10,0

Daniel Köhler Leite – 8,5

Who are we, Brazilians, made of so many and such a variety of human contingents? Has the fusion of all of them into us already been completed, is it afoot, or will it never be concluded? Will we be doomed to always be a multicolored people in the racial and the cultural sphere? Will there be any distinctive feature of the Brazilians as a people, inasmuch as it is made of persons coming from everywhere? All those secular ponderations have already found a clear answer in concrete action.

In this field of forces, Brazil made itself, opposed to the Portuguese project and so surprising to the very same Brazilians. Today, we have become what the Portuguese have gathered for us, both the bioracial bricks and the sociocultural mortar with which Brazil has been making itself.

Hence, although embarked on someone else's project, we became viable by strengthening our position against that official project and by opposing the will of the settler and his successors. According to their wishes, the natives, the blacks and all of us, their mixed descendants, absorbed by the colonial enterprise, we would continue in the function that was imposed on us by servants of the other side of the sea, destined to produce goods that can be exported, without ever becoming individuals with their own destiny.

1) Fidelidade ao estilo do texto original: 5,0 de 5,0
2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 3,5 de 10,0

Elisa Hickmann Nickel – 8

Who are we, Brazilians, made up of so many and so diverse human groups? **Is** the intermingling of all those groups inside us already **complete**, **still** in process, or will it never be concluded? Are we forever doomed to be a people of various colours both racially and culturally? **Is there** any characteristic that distinguishes Brazilians as a people, since it is composed of people from all places? All these secular questions have already been clearly answered in concrete action.

It is in this domain that Brazil **established** itself, so opposed to the Portuguese project and so surprising to Brazilians themselves. Today, we **became** what the Portuguese people have assembled together here, both the bioracial bricks and the sociocultural elements of cohesion with which Brazil is establishing itself.

Thus, although part of someone else's project, we became viable when we ascertained ourselves against that official project and when we opposed the **designs** of the settler and of those who came after him. **According to their will,** native Americans, black people and all of us, a mixture of their races, taken over by the settling enterprise, would remain in the role assigned to us: that of beyond-seas employees, destined to produce export goods, never becoming a people with its own destiny.

1) Fidelidade ao estilo do texto original: 5,0 de 5,0
2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 3,0 de 10,0
(em negrito: apenações de 1,0 cada; em negrito e sublinhado: apenado em 1,0, recuperado após recurso)

Pior nota
Anônimo – 1

Who are we, **the** Brazilians, made out of such a variety of human groups? Has the mingling of all of them in us been already completed? Is it **in** course? Or will it never be over? Are we **condemned** to always be a **multicolor** people at the racial and cultural levels? **Is there** any distinctive Brazilian characteristic as a people, since it is made of peoples that came from so many places? All these centuries-old questions already have their answers found in concrete action.

On this field of forces, Brazil **made** itself, so **opposite** to the Portuguese project, and so **outstanding** to Brazilian themselves. Today, we have become what the Portuguese put together: the racial **briks** and the sociocultural cement with which Brazil has been building itself. **By their will**, indigenous people, blacks, and us, **mestiços** from them, **conquered** by the colonial enterprise, would play the role of overseas **servents** which was ascribed to us; we were destined to produce export goods, without **never** achieving the status of a self-determined people.

1) Fidelidade ao estilo do texto original: 1,0 de 5,0

2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 0,00 de 10,0

Observação do corretor: “linha 12 - O candidato omitiu uma sentença inteira, composta de 29 palavras.”

Summary

Write a summary in your own words of the following excerpt.

The growing weight and importance given to the concept of soft power is a natural response to a rapidly changing global context. While it is hardly a new insight, it remains true that global geo-politics are in the midst of a fundamental transformation, throwing up a host of new challenges for leaders, policy makers, and diplomats. In terms of the importance of soft power, this shifting landscape is being driven by two megatrends. The first is the rise of networks as the driving force in global affairs. The second, and closely related trend, is the digital revolution, which means world events — large and small — increasingly play out online.

There are three main factors that are driving global affairs away from bilateral diplomacy and hierarchies and toward a much more complex world of networks. The first factor is the rapid diffusion of power between states. This century has seen the start of the global centre of economic and political power transfer from West to East. Whether it is the BRICS or whatever trendy acronym might come next, the "rise of the rest" has helped create a genuinely multi-polar world.

We have also seen the erosion of traditional power hierarchies. The nation state is no longer the only relevant actor in global affairs. At the same time power is moving from West to East, it is also shifting away from states altogether, as non-state actors — NGOs, multi-lateral organisations, corporations, civil society groups or even individuals — play increasingly significant roles and wield greater influence in world affairs.

The third agent of transformation is the mass urbanisation of the world's population. Only in the last few years has human history reached a point where the majority of people around the world live in cities. This trend will continue with the proportion of urban dwellers rising ever higher. Global urbanisation has implications for how information is shared, the diffusion of technology, cross-pollination of ideas, innovation, and the development of political movements. Moreover, cities themselves are becoming more assertive global actors in their own right. This trend challenges the primacy of the nation-state as the sole government actor in international relations. The rise of the city presents opportunities, but also illustrates the drift of power away from the nation state.

With more actors crowding the world stage and vying for influence, networks offer a means to coordinate interests, pool resources, and ultimately shape global outcomes. Border-spanning networks may comprise a diverse set of actors, drawing together governments and a range of non-government actors. They may form to tackle complex collective-action problems like climate change, or take up single issues like ending sexual violence in conflict zones. The life-span of such networks will vary by issue, but the speed with which they form and the ease with which they can now coordinate has made them a major factor in driving global change.

The second interlinked megatrend driving global change is that the world increasingly lives online. There are now over three billion internet users across the world, nearly half of the global population. Millions of transactions take place online every day,

with news and entertainment increasingly delivered via web-based channels. More of day-to-day life has gone digital. There are now over two billion active social media accounts.

The growth in computing power, the speed with which information is disseminated around the globe, and the spread of the smartphone has transformed the way information is shared. The subsequent democratisation of access to information has created a more informed — and increasingly activist — global public. The combined effects of rapid technological advances on global events have been demonstrated in the Arab Spring, the rise of Wikileaks, the #Occupy movement, citizen-journalism, and even the #BringBackOurGirls campaign. The rapid movement of information across borders, and the proliferation of platforms to share that information, has made individuals more powerful than they have been at any point in history.

One important aspect of the digital world has been difficult for many heads of government, foreign ministries, and over-zealous state broadcasters to accept: propaganda as we know it is dead. Governments and their various interlocutors no longer have the luxury of offering domestic audiences one message whilst feeding another to the international community. Moreover, any discrepancy between a country's international messaging and its corresponding conduct is leapt on by media, governments, pressure groups, and individuals. With information speeding across borders, the inconsistencies between a state's policy and messaging are more conspicuous. In today's networked world of instant information, global publics are smarter, more engaged, and likely to dismiss propaganda when they see it.

Rather than maximising the opportunities this provides for genuine dialogue, we have unfortunately seen some governments respond to the threat to propaganda by creating a state-backed "troll army". The practice of employing people to create fake social media accounts to both harass dissenting opinion and try to shape debate on digital platforms is receiving increasing attention in Western media. There has, however, yet to be a comprehensive assessment of the effect such practices have on their target audiences.

For most Western governments, these two megatrends — and the challenges they present — have come at a time when the resources available to adapt to them have been reduced. Foreign ministries have not managed to avoid deep spending cuts as governments struggle to get their public finances back under control.

There have been considerable fund reductions in the budgets of public institutions that play a role in generating and projecting their country's soft power. This is worrying as the above trends will make the tools and approaches of soft power more, not less, important to achieving foreign policy objectives. Reducing soft power capabilities at a time when they are increasingly critical to achieving both security and prosperity objectives may well prove to be a false economy.

Jonathan McClory. Why does soft power matter? In: The Soft Power 30 Report, p. 11-2 (adapted).

Média: 10,74 amp. / 9,93 cotas negros
Desvio padrão: 1,94 amp. / 1,76 cotas negros

Bruno Rodrigues Teixeira – 13

Soft power has become essential in a global context that changes quickly due to two main trends: the rise of networks and the digital revolution. The first has been shaped by the redistribution of power among different countries, the rise of non-state actors, and the continuing expansion of the urban space, which has changed the manner in which information is shared and strengthened cities as a new source of power to the detriment of nation-states. The growing number of global actors has, therefore, turned networks into the means through which collective action can be organized more effectively.

Regarding the second main trend, half of the global population has now access to the internet. This democratization of access, along with the rising speed of digital devices, has empowered individuals and social movements. Meanwhile, the propaganda traditionally promoted by states has lost its efficiency, since discrepancies of information can be quickly identified and highlighted by different actors, even though some governments have reacted to such changes by recruiting "trolls" to promote their views online.

These two main trends have become predominant in a context where foreign ministries have suffered from diminishing capabilities resulting from financial cuts. Nevertheless, sparing resources in this area may prove to be inadequate at a time when soft power has turned into a crucial asset.

217 palavras

1) Capacidade de síntese e concisão: 4,00 de 5,0
2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 5,5 de 10,0
Após os recursos, as notas do autor foram 5,0 em capacidade de síntese e 8,0 em correção gramatical.

Larissa Ferreira da Silva – 13

As global affairs adapt to the context that derived from the digital revolution and the expansion of networks, soft power becomes increasingly important to a successful foreign policy. Widespread urbanisation, subversion of traditional hierarchies and power diffusion create more complex networks that must coordinate varied actors and resources to solve global issues . Although countries are still key actor in the international order, they now have to cooperate with private institutions and civil society to effectively deal with global challenges. Moreover, states themselves have become a more diversified group, as emerging powers take on more responsibility in the international system.

The digital revolution was essential to these changes, since it allowed more people to access information online, at a quicker speed and relating to a vaster array of subjects. This has already altered every aspect of human life in contemporary society, including political dynamics. However incisive governmental efforts are, countries can no longer steer domestic opinion through official propaganda. Although this opened the opportunity for more democratic debates, it seems that some countries are not ready for this change, since they are cutting back on resources that could boost dialogue and soft power, or, even worse, are financing fake social media debates.

201 palavras

1) Capacidade de síntese e concisão: 5,00 de 5,0
2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 8,0 de 10,0

Priscila Liz Alves – 13

Global geo-politics are undergoing important changes, which makes the concept of soft power fundamental. On one hand, increasing networks are contributing to the emergence of a multi-polar world, in which the East becomes the centre of the economic and political system. On the other, the digital revolution is stimulating the rise of new actors, such as NGO's, individuals and corporations, in international affairs. Considering the increasing urbanization of the world's population, not only are cities becoming global actors, but they are also changing the way information is shared and innovation is encouraged, which also produces impacts on the power of nation-states.

No longer is the nation-state the only actor in global affairs, for networks help other actors to identify common interests and participate in the solution of complex problems, for instance, climate change. The spread of the Internet has made life digital and individuals more informed and activist, as exemplifies the Arab Spring. The increasing power of civil society is stimulating negative reactions by States, such as the creation of fake social media accounts and fund cuts in institutions that are responsible for strengthening the soft power of countries, which is an error.

193 palavras

1) Capacidade de síntese e concisão: 3,0 de 5,0
2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 8,00 de 10,0

Fernanda Graeff Machry – 12,5

In a rapidly transforming world, soft power has become more important than ever. The transformations observed in today's world are driven by two megatrends: the rise of networks and the digital revolution.

There is a myriad of new actors in international affairs today: new poles of power, non-state actors and subnational entities, such as cities, strengthened by the rise of urbanization. Networks provide a platform for these multiple actors to coordinate positions so to influence global issues[10].

The digital revolution has changed the way information is disseminated. As a result of rapid flows of information, the public is now better informed and more activist. Individuals are, therefore, more powerful.

[10] Houve penalização de 1,0 ponto nesta linha.

In this context, soft power could be a useful tool for governments to achieve foreign policy goals. Easy access to information makes consistency essential in governments' positions. However, governments[11] are responding to this new reality by either spreading false information or cutting budget destined to the projection of soft power. Despite the need to maintain financial stability, saving on the improvement of soft power capabilities is probably a false economy in the current global context.

184 palavras

1) Capacidade de síntese e concisão: 4,5 de 5,0
2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 8,0 de 10,0

Pior nota
Anônimo – 6

Soft power is hardly a new subject in foreign affairs. However, it plays a significant role in the context of globalization, mainly due to the relevance of networks and to the digital revolution.

The rise of new global players affects the concept of hierarchy. The emergence of the East and the importance of the institutions of the civil society are among the reasons of_this change. Furthermore, as a result of the contemporary urbanization, non-state actors tend to be more relevant, and the state's primacy is being challenged. In this context, networks are more valuable, since making decisions about the environment or social conflicts becomes more complex with the presence of multiple actors.

Moreover, online technologies are of paramount importance. For instance, economic transactions no longer can be made offline. Furthermore, smartphones and new computers empowered individuals and strengthened demonstrations, as it became clear in the Arab Spring. State's propaganda also is weakened in the digital age. Governments may risk to have their propaganda dismissed by simple internet research. Nevertheless, as a response, politicians tend to create fake accounts on social media to support their agenda.

In the face of the recent economic crisis, Western nations did not succeed to adapt to the megatrends of the digital era. This is why the budget of public institutions may be a dangerous strategy, since it will undermine the projection of soft power and prove to be inefficient both in economic and security terms.

241 palavras

1) Capacidade de síntese e concisão: 3,0 de 5,0
2) Correção gramatical e propriedade de linguagem: 3,0 de 10,0
Obs: Correção sem marcações.

[11] Houve penalização de 1,0 ponto nesta linha.

História do Brasil

Questão 1

O esforço para obter o reconhecimento da independência do Brasil se desenrola em duas fases distintas. A primeira se situa dentro do período em que José Bonifácio de Andrada e Silva foi o poderoso ministro da Guerra e dos Estrangeiros. A segunda etapa estende-se da queda do Patriarca da Independência até a assinatura do tratado de reconhecimento com Portugal, seguindo-se, em rápida sucessão, os reconhecimentos da Grã-Bretanha e das demais potências. (Rubens Recupero. O Brasil no mundo. In: Lilia Schwarcz (Coord.). História do Brasil Nação. Rio de Janeiro: Objetiva/MAPFRE, 2011, p. 140 - com adaptações).

Redija um texto dissertativo apresentando e analisando, de forma contextualizada, eventos históricos que possam fundamentar a afirmação feita por Rubens Recupero no fragmento de texto acima apresentado.

Média: 24,26 amp. / 20,71 cotas negros
Desvio padrão: 3,52 amp. / 5,09 cotas negros

Bruno Rodrigues Teixeira – 30

Rubens Ricupero divide o processo de reconhecimento da independência do Brasil em dois períodos diferenciados. Essa distinção é relevante porque as atitudes brasileiras e as estratégias de busca de reconhecimento eram bastante diversos antes e depois da saída de José Bonifácio. A presença do Patriarca, portanto, constitui marco diferenciador de como o Brasil buscou consolidar sua independência e como se comportou diante da necessidade de ser reconhecido pelos demais Estados independentes.

A primeira fase do reconhecimento da Independência do Brasil diferencia do período posterior porque José Bonifácio, na condição de ministro da Guerra e dos Estrangeiros, adota postura autonomista e, de certa forma, nacionalista em face dos desafios colocados ao Brasil recém-independente. Nesse sentido, dois elementos centrais destacaram-se em sua gestão. Por um lado, José Bonifácio entendia que o reconhecimento viria sem que o Brasil fizesse grandes concessões; afirmava que o Brasil seria "como os 'chins'" da China, com um grande mercado interno que produzia bens básicos e que poderia prescindir, por algum tempo, dos bens de luxo da Europa, de modo que poderia barganhar o acesso ao mercado brasileiro em troca do reconhecimento pelas potências

europeias. Por outro lado, José Bonifácio atuou de forma crucial para que a independência se tornasse um *fait accompli* a ser aceito pelos Estados da Europa; nesse sentido, recorreu a alianças externas, negociação interna e pressão a regiões insubordinadas.

Em relação às Américas, José Bonifácio enviou duas Missões a fim de angariar apoio contra pretensões recolonizadoras de Portugal. A Missão Correia da Câmara às Províncias Unidas, nesse sentido, buscava a superação das desconfianças mútuas e a configuração de um arranjo defensivo contra as ex-metrópoles. Por sua vez, aos Estados Unidos foi enviado o representante brasileiro "Cabugá", que em 1817 procurara o apoio desse país à Revolução dos Padres em Pernambuco. Esse enviado contribuiu para a criação de uma imagem positiva do novo Império, o que foi somado às negociações, no Rio de Janeiro, entre José Bonifácio e o representante estadunidense, Peter Sartoris. Aquele perguntou a este se haveria intenções pacíficas dos EUA em relação ao Brasil e se o país estaria disposto a apoiar a independência brasileira. Tanto a Missão Correia da Câmara quanto os encontros com Sartoris tiveram resultados reticentes, mas demonstram a tendência de José Bonifácio de buscar coalizões para reforçar a posição do Brasil.

Nas relações com a Inglaterra, José Bonifácio envia a Missão Caldeira Brant a Londres, que não somente transmite uma mensagem de autossuficiência do Império brasileiro, mas que também recusa um empréstimo britânico (preferindo a emissão monetária) e questiona a validade dos Tratados de 1810, considerando que esse documento havia sido firmado pela ex-metrópole. Essa posição denota que José Bonifácio entendia que interessava à Inglaterra a independência brasileira e que havia poder de barganha a ser explorado. Tal comportamento no Eixo assimétrico era complementado pelas gestões para manter a ordem interna: José Bonifácio organizou o Exército Pacificador liderado por Labatut, que reprimiu a resistência na Bahia; organizou também a Marinha, sob a liderança de Cochrane, que contribuiu para submeter a região amazônica. Na Cisplatina, José Bonifácio entendeu a peculiaridade do caso e buscou negociar, mantendo Lucas Obes no Rio de Janeiro e propondo, na Assembleia Constituinte, que a Cisplatina fosse incorporada "por Federação".

A segunda etapa do reconhecimento da independência inicia-se porque as políticas de José Bonifácio acarretaram sua própria queda. Por um lado, sua postura de autossuficiência desagradava a Inglaterra, que exercia influência considerável sobre a dinastia de Bragança dos dois lados do Oceano Atlântico. Por outro lado, a defesa de José Bonifácio da abolição gradual da escravidão, política que ele considerava necessária para a construção de uma nação forte, sofreu intensa oposição da base de apoio de D. Pedro, que era em grande medida a elite escravista do Centro-Sul do Império. Nesse sentido, a destituição de José Bonifácio representou a vitória dos interesses dinásticos sobre os que José Bonifácio considerava nacionais. Por esse motivo é possível tratar o período subsequente como relativamente coeso. A "segunda etapa", conforme os termos de Rubens Ricupero, descontruiu os esforços de José Bonifácio na busca de um reconhecimento internacional soberano, embora as medidas do Patriarca para a estabilização e manutenção da integridade territorial do Império tenham, em grande medida, perdurado e os reconheicmentos pelos EUA, pelas Províncias Unidas e por Reinos africanos como Benin já tivessem sido encaminhados.

Nas relações com as potências europeias, o reconhecimento passou a ser buscado com a mediação inglesa do reconhecimento português. Esse diálogo tripartite resultaria em acordo draconiano em que Portugal reconheceria o Império brasileiro com as seguintes

condições: indenização de £2 milhões, afastamento de pretensões brasileiras na África, aceitação de que tal acordo constituía "concessão" de Portugal e a nomeação de D. João VI como Imperador, em título, do Brasil, até sua morte. Tendo Portugal reconhecido o Brasil, a Inglaterra então pôde acertar seu reconhecimento, o que, entretanto, tampouco veio sem um preço. É certo que a Inglaterra arranjou para que o tratado de reconhecimento português não excluísse dom Pedro I da sucessão ao trono português, mas o preço disso foi a renovação dos Tratados de 1810, com a previsão de cláusula de Nação mais favorecida, taxa preferencial de 15% para produtos ingleses e a continuidade do estatuto do Juiz Conservador. Ademais, a Inglaterra impôs a continuidade da Convenção de 1817 sobre direito de visita e apresamento de navios negreiros e ainda arranjou para que o Tratado de 1827 previsse o fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil em um prazo de 3 anos. Pago todo esse preço, as outras potências europeias seguiram o exemplo de Portugal e Inglaterra, promovendo o reconhecimento do Império brasileiro (embora houvesse alguns recalcitrantes, como Fernando VII de Espanha).

Rubens Ricupero está correto em fazer uma distinção clara entre dois períodos do processo de Reconhecimento da Independência do Brasil, pois a estratégia em cada um deles foi muito distinta. De todo modo, ambos os períodos contribuíram para a consolidação da emancipação brasileira. O primeiro, com a supressão de revoltas, negociação interna e externa. O segundo, por meio de concessões a Portugal e Inglaterra.

Érika Helena Campos – 28

O processo de independência do Brasil, segundo Rubens Ricupero, resultou em estratégia de reconhecimento do novo Estado, que se bifurca em duas fases: a primeira sob influência dos posicionamentos autônomos de José Bonifácio, a segunda sob o controle do próprio Imperador D. Pedro I, que optou por estratégia de política externa de viés continuista em relação ao período Joanino (1808-1822). De fato, o afastamento de José Bonifácio, um mineralogista que enxergava no Brasil o potencial para se erigir como uma nova civilização nos trópicos, determinou o rumo subserviente que tomaria a política externa brasileira em sua primeira fase de inserção no sistema internacional. D. Pedro I, ao não se desligar do modus operandi do ancien régime e da lógica geopolítica da metrópole portuguesa, lastreou a diplomacia do Primeiro Reinado nos interesses dinásticos da casa real de Bragança. Dessa forma, o esforço para a obtenção do reconhecimento da independência brasileira foi feito de forma a perpetuar no Brasil antigas dependências portuguesas em relação à Inglaterra e impediu que o Brasil elaborasse de forma autônoma sua estratégia externa entre 1822 e a década de 1840.

A proclamação da independência, em 1822, foi a culminação de um processo de afastamento entre portugueses da metrópole e reinóis transmigrados, associados à elite colonial do Sudeste, que se processou desde 1820, com a Revolução do Porto e o estabelecimento das cortes em Lisboa. A partir da proclamação, as ideias liberais que já circulavam ganharam ânimo, incorporadas pelo que se denominava "Partido Brasileiro". Este incorporava, de forma ampla, os senhores de terra que viram na independência a chance de se libertarem do absolutismo português e se engajarem e comerciarem com diversos Estados. A Assembleia Constituinte, instalada em 1823, abrigava, predominantemente, esse grupo de interesse. Dentro dessa aristocracia da terra, destacava-

se José Bonifácio, nome da elite local que tinha uma proposta autônoma para a conformação do Estado brasileiro.

Defendendo a libertação gradual dos escravos, a abertura do Brasil para o mundo e até, pioneiramente, uma aproximação com as Províncias Unidas do Prata, Bonifácio atraiu a antipatia de seus concidadãos na Assembleia Constituinte e, não tardaria, seria expurgado pelo próprio Imperador a quem servia.

A celeuma em torno do projeto de constituição, que previa subterfúgio que levaria à exclusão dos portugueses do exercício da cidadania, somada às disputas entre ministro e imperador sobre o padrão de relacionamento a ser estabelecido entre o Brasil e Portugal, e as demais potências da época, levaram à demissão de Bonifácio e seu subsequente exílio. Em novembro de 1823, na noite da agonia, a Assembleia Constituinte é fechada. D.Pedro I e seus próceres da burocracia civil-militar lusa concentrariam o processo de formulação política que resultaria na Constituição outorgada de 1824 e na política externa predominantemente bragantina do Primeiro Reinado.

D. Pedro I, uma vez outorgada a Constituição de 1824, elabora junto a seu Conselho de Estado política externa que prioriza o reconhecimento da independência. Primeiramente, ocorrem negociações com Portugal, que terminam em impasse. Nesse momento, a Inglaterra, sob a liderança externa de George Canning, anseia pelo desfecho positivo dessas negociações. É relevante lembrar que, devido a tratados prévios, a Inglaterra havia se comprometido com a unidade do império português e com a exclusividade da legitimidade dos Bragança. Assim, tendo em vista o malogro das negociações luso-brasileiras, o Foreign Office oferece a mediação britânica, pelo que se dá a especificidade de o reconhecimento se dar de forma tripartite.

O reconhecimento por Portugal ocorre após negociação que foi mediada pelo delegado britânico Charles Stuart. Ficou acertado que Portugal concedia graciosamente a independência ao Brasil; que Don João seria imperador vitalício do reino; que o Brasil não aceitaria adesões por parte de reinos e colônias africanas; e que o Brasil deveria pagar indenização de 2 milhões de libras a Portugal - sendo uma parte correspondente às indenizações à Coroa lusa e outra à dívida que Portugal contraiu com a Inglaterra para financiar seu confronto com o Brasil, logo, uma dívida odiosa. Esse arranjo, claramente, gerou grande indignação na opinião nacional que testemunhou a vitória militar brasileira pela independência.

Com relação à Inglaterra, as concessões foram ainda mais desproporcionais. Como comenta Ricupero, o processo de reconhecimento que culminou nos tratados de 1827 reflete o paradigma dinástico que pautou as decisões de D. Pedro I. Ter reproduzido, em 1827, com o Brasil, o arcabouço normativo que vigorou no tratado entre Portugal e Inglaterra de 1810 demonstra anacronismo e inadequação por parte do Imperador.

Logo depois do reconhecimento por Portugal, Charles Stuart parte para o Rio de Janeiro, para negociar o reconhecimento britânico, nas bases da renovação dos tratados de 1810, que expiravam nesse momento. Stuart obteve do Brasil a tarifa favorecida de 15% *ad valorem*, acesso ao porto de Santa Catarina para redistribuição de mercadorias no Prata, o direito de visita a navios brasileiros e, após intervenção de Robert Gordon no processo, a renovação da extraterritorialidade (juiz conservador inglês). No tratado de amizade e cooperação, o Brasil comprometia-se a findar com o tŕafico de escravos em três anos. Obviamente, os termos assimétricos e desproporcionais dos tratados indignaram os

brasileiros, pois nem as vantagens comerciais eram tangíveis, prevalecendo o que Oliveira Lima chamou de "reciprocidade cômica".

Esses acertos com Portugal e Inglaterra foram possíveis porque, no momento do primeiro, o Parlamento estava ainda fechado, e, no segundo, o Parlamento estava vedado de agir. Pela constituição de 1824, tratados não precisavam ser aprovados pelo Parlamento, salvo se implicassem permuta territorial. Essa conjuntura, marcada pela insatisfação da elite escravocrata, que via um imperador português transigir livremente com seus interesses, determinaria a entropia do Primeiro Reinado.

A concentração do processo decisório de política externa nas mãos de um imperador que sequer havia renunciado ao direito de sucessão de Portugal alimentou a oposição liberal que tomou conta do Parlamento nas duas primeiras legislaturas. A decisão de D. Pedro I de ir à guerra na Cisplatina (1825-28) sem o respaldo da opinião pública nacional aprofundou ainda mais a [*crise de*][12] legitimidade de D. Pedro que, apesar de dinástica, não mais se apoiava nas outras forças que compunham o Estado nascente.

A opção de D. Pedro I de defender, predominantemente, os interesses dinásticos comprometeu a inserção brasileira na ordem internacional até a década de 1840, quando os tratados de reconhecimento expirariam. O afastamento de Bonifácio, por sua vez, privou o cenário político brasileiro de ideias progressistas que levariam décadas para se reacenderem e transformarem a realidade nacional.

Coloco a resposta da banca ao meu recurso. Ainda que indeferido, acho interessante mostrar a indicação do que faltou na resposta da candidata, para que lhe fosse atribuída nota máxima.

Indeferido
CONTEÚDO

A nota reflete uma avaliação global da resposta do candidato, tendo em conta os elementos fundamentais de informação e análise esperados pela banca. A pontuação obedeceu a critérios tendo como parâmetros o desempenho ideal esperado do candidato quanto a contextualização; o respeito aos encadeamentos factuais e sua cronologia, de modo a demonstrar seu conhecimento do processo histórico. A Banca cumprimenta a candidata por sua resposta, refletida na nota 28, mas foram omitidos os acontecimentos de agosto de 1822 e as instruções para Caldeira Brant.

Luciano Prata Magalhães – 28

Rubens Ricupero divide o processo de reconhecimento da independência do Brasil em dois momentos, um com a participação de José Bonifácio e outro sem Bonifácio. A distinção de Ricupero é importante para a análise dos limites e das potencialidades de um processo negociador que tendeu a ser analisado posteriormente como extremamente concessivo aos interesses, principalmente, de Portugal e da Grã-Bretanha, sem que houvessem riscos reais à independência brasileira. Em uma primeira aproximação, é possível afirmar que Bonifácio buscou uma estratégia de afirmação do interesse nacional

[12] Omiti essa expressão no original.

ou, pelo menos, como o Patriarca entendia esses interesses, enquanto posteriormente interesses dinásticos são incluídos no processo negociador. A partir dessa afirmação simplificadora, é possível buscar explicitar os eventos de cada momento, bem como os métodos aplicados e os contextos interno e externo no qual interagiam os principais atores.

A independência brasileira insere-se em um contexto de ruptura entre as elites portuguesas em Lisboa e as elites de brasileiros e portugueses "enraizados", conforme a teorização de Maria Odila, no Rio de Janeiro. A independência não surge, a princípio, de um desejo de libertação do julgo colonial, mas sim de desencontros entre Lisboa e Rio sobre, primeiramente, o comando do Império luso-brasileiro e, em seguida, sobre o grau de autonomia de uma potencial Assembleia Brasílica. A intransigência lisboeta com relação a esse tema fez aproximar as oligarquias do centro-sul com D. Pedro I, o que levaria eventualmente ao rompimento com Portugal e a declaração do Império brasileiro. O Império deveria ser constitucional, conforme desejo das elites locais, apesar de alguma resistência de D. Pedro I e alguns burocratas do entorno da Coroa. As disputas a respeito do formato do Estado Imperial colocaram ideais "radicais", simbolizadas pela atuação de Gonçalvez Ledo, que defendiam maior descentralização do poder, liberais "centralistas", capitaneados por Bonifácio e antiliberais, representados pelos apoiadores mais próximos de D. Pedro I. Não havia clareza nessa definição, nem as denominações apresentadas são consensuais na historiografia , mas essa divisão ajuda o argumento de que durante o processo de independência disputava-se internamente a forma do recém criado Estado brasileiro.

Com um projeto liberal centralizador, José Bonifácio foi o grande artífice da Independência. Intelectual santista de renome, formado nos moldes do reformismo esclarecido português, assim como fora a Geração de 1790 portuguesa, José Bonifácio teve papel fundamental para a articulação interna e externa da Independência. Em um ato que para os contemporâneos representou a própria emancipação, Bonifácio promulgou a "Carta às Nações Amigas" em que enunciava a efetiva liberdade da atuação política brasileira, bem como o interesse de inserção autônoma na comunidade das nações. Para dar suporte a emancipação política constituiu corpo diplomático, instruindo representantes a buscarem o reconhecimento do país, sem, contudo, realizar concessões excessivas. Dentre esses representantes, enviou instruções a Caldeira Brant para iniciar contatos com a Grã-Bretanha. No plano regional, o Patriarca vai buscar a aproximação com as Províncias Unidas do Prata, em articulação original do Americanismo enquanto proteção da independência, como viriam a fazer posteriormente Monroe e Bolívar. Provavelmente, esse movimento de José Bonifácio ensejaria o envio de Rivadalvia de representante ao Rio de Janeiro para negociar a questão da Cisplatina, ocasionando o primeiro reconhecimento internacional do Brasil, ainda que informal e incompleto, ato seguido pelo reconhecimento dos reinos africanos de Onin e Odin e dos Estados Unidos.

José Bonifácio entendia, corretamente, que não haviam ameaças significativas à independência brasileira por parte da Grã-Bretanha, ainda que a aliança histórica com Portugal dificultasse o reconhecimento unilateral imediato. Bonifácio compreendia a importância do mercado brasileiro para a Grã-Bretanha e, por isso, permitia-se altivez no trato com os ingleses, o que trouxe inclusive o reconhecimento destes. Contudo, a percepção das potencialidades da nacionalidade, trazia, em seu âmbito, um projeto de país modernizador e centralizador, que começou a incomodar tanto liberais radicais que buscavam maior autonomia provincial, maior poder para o legislativo, quanto membros das

classes produtivas que discordavam de teses modernizadoras, que incluíam, em última instância, o fim da escravidão. Nesse contexto, o imperador aproveitou para afastar Bonifácio e fechar a Assembleia, assumindo tanto a condução da negociação pela independência quanto da constituinte.

O Imperador toma para si as rédeas da conformação do Estado brasileiro e, nesse contexto, ganha relevo os interesses da Cora e da dinastia. O reconhecimento da Independência pela Grã-Bretanha e também, por Portugal, que antes estavam garantidos pelo contexto fático da emancipação brasileira, passa a ser considerado como indispensável. Retomando a prática de subserviência à Grã-Bretanha, presente em muitos momentos da história portuguesa, o Estado brasileiro concederá em muitos temas, resinificando a dependência à Grã-Bretanha, sem que houvessem os mesmos elementos matérias que a motivassem. Do mesmo modo, D. Pedro I, em negociações secretas, sem a participação do Parlamento, aceita negociar indenização à Portugal, mantendo o status de D. João, com proibição de aproximação com domínios portugueses na África, mesmo em um contexto de superioridade brasileira, em que a independência foi obtida autonomamente. O acordo com Portugal, a extensão das vantagens alfandegárias no Tratado de Amizade e de Comércio com a Grã-Bretanha e a aceitação da eliminação do tráfico negreiro, inclusive com a previsão de que o tráfico seria equiparado à Pirataria, somente podem ser compreendidos no imperativo de garantir a D. Pedro I espaço na Casa de Bragança.

A Grã-Bretanha atingiu todos os seus objetivos. Logrou manter a subordinação do Brasil, com privilégios alfandegários e políticos; ademais, obteve uma solução que era aceitável para seu aliado histórico, além de obter um compromisso para a eliminação do tráfico de escravos. O Brasil, por sua vez, teria de lidar com o que a nacionalidade tende a ver como um mal acordo, com graves impactos no orçamento público e com a manutenção da inserção de tipo agrário-exportadora, o que, de fato, correspondia aos interesses da elite da época. D. Pedro I, apesar de conseguir manter sua influência na política portuguesa, acabou minando as condições de continuar seu governo, o que ficaria evidente no momento em que o Parlamento foi reaberto em 1826, em plena Guerra da Cisplatina, em que líderes com Bernardo Pereira de Vasconcelos criticarão frontalmente as negociações secretas que levaram ao reconhecimento da independência.

É arriscado afirmar que, se Bonifácio tivesse continuado a frente do processo negociador, o Brasil teria obtido um melhor resultado ou um país diferente, mesmo porque o projeto de país do Patriarca tinha muita oposição internamente. Contudo, é fato que o primeiro momento do processo negociador da independência, conforme destacou Ricupero, demonstra que este poderia ter sido conduzido com maior altivez e autonomia e que haviam outras possibilidades aos tomadores de decisão da época.

Rafael Rodrigues Alves – 28

A proclamação da independência do Brasil insere-se em um contexto de crise geral do sistema colonial, que se explica, principalmente, pelo fato de que o avanço do capitalismo industrial liderado pela potencia hegemônica da época, a Inglaterra, criava novas exigências em termos de expansão dos mercados consumidores e abertura comercial, exigências que tornavam insustentável a manutenção de vastos impérios coloniais de tipo

mercantilista, como era o império português. Essa realidade, sagazmente percebida por José Bonifácio, permitiu que o Patriarca da Independência esboçasse um projeto autonomista de inserção internacional do Brasil, respeitador da soberania e do interesse nacional. O projeto foi, entretanto, interrompido com a demissão de Bonifácio por D. Pedro I, cujos interesses pessoais e dinásticos foram preponderantes para determinar o rumo das negociações para a obtenção do reconhecimento da independência do país, ocasionando uma situação de inserção subalterna no sistema internacional.

Rubens Ricupero identifica duas etapas distintas no processo que levou as principais potências europeias a reconhecerem a independência do Brasil. De fato, o primeiro momento foi marcado pela atuação firme do Ministro da Guerra e dos Estrangeiros, José Bonifácio de Andrada e Silva, que já havia redigido, antes mesmo do 7 de setembro, o estratégico Manifesto às Nações Amigas, em que explicita que as intenções do Brasil, longe de serem hostis a Portugal e à dinastia Bragança, eram eminentemente pacíficas. Já se colocava Bonifácio na posição de quem arquitetava uma inserção positiva e legitima do novo país no sistema internacional, inserção que dificilmente criaria resistências insuperáveis. Ao contrário, sabia o Ministro que, consolidado o desenlace com Portugal, era do interesse imediato da Inglaterra, a maior potência econômica e militar da época, o pronto reconhecimento da independência brasileira.

Com efeito, após a abertura dos portos brasileiros, em 1808, e mais ainda após a celebração do Tratado de Comércio e Navegação entre Inglaterra e Portugal, em 1810, o Brasil chegou a assumir a posição de principal mercado para as exportações inglesas. Em 1822, a Inglaterra não poderia correr o risco de perder o acesso ao mercado brasileiro, caso não fosse reconhecida a independência do novo país. Por outro lado, apenas vínculos jurídicos e políticos com Portugal, cujas origens remontam a meados do século XVII, impediam a Inglaterra de reconhecer unilateralmente a independência brasileira sem a anuência portuguesa. Quando a Inglaterra enviou Stuart para mediar negociações tripartites entre Brasil, Portugal e a própria Inglaterra sobre os termos em que se dariam a independência, José Bonifácio sabia muito bem que o reconhecimento inglês era uma questão de tempo, ao qual inexoravelmente se seguiriam os reconhecimentos das demais potências. Essa primeira etapa do processo negociador foi, portanto, marcada por atitude firme de Bonifácio e dos negociadores brasileiros, que não se mostraram dispostos a fazer concessões desnecessárias nem à Inglaterra, altamente interessada em manter relações amistosas com o novo país e livrá-lo do jugo protecionista do colonialismo mercantilista lusitano, nem tampouco a Portugal, incapaz de sequer tentar retomar seu controle sobre o Brasil independente.

Essa atitude autonomista, pragmática e que resguardava a soberania nacional foi justamente um dos motivos que levaram à demissão de Bonifácio por D. Pedro, a quem interessava um processo rápido de reconhecimento da independência brasileira por parte de Portugal, da Inglaterra e das demais potências europeias. A urgência devia-se à priorização, por parte de D. Pedro, de seus interesses pessoais e dinásticos em detrimento de objetivos efetivamente determinados pelo interesse nacional. O pronto reconhecimento reforçaria a legitimidade interna e internacional do novo imperador e, o mais importante, dar-se-ia em condições que não desvinculariam totalmente D. Pedro do trono português, habilitando-o, inclusive, a pleitear, anos mais tarde, a sucessão de D. João, morto em 1826. Diante da leitura limitada das circunstâncias internacionais, D. Pedro fez prevalecer sua

agenda pessoal, substituindo não apenas Bonifácio, mas os demais negociadores brasileiros, por uma equipe de portugueses alinhados a seus interesses.

A fraqueza da posição negociadora brasileira a partir de então, que caracteriza a segunda fase do processo de obtenção do reconhecimento, foi viabilizada pelo estilo autoritário do imperador. Deve-se lembrar que em 1823, D. Pedro manda fechar a Assembleia Constituinte e outorga, no ano seguinte, a Constituição. Voltando a funcionar apenas quaro anos depois, o Parlamento sequer teve condições de opinar sobre os compromissos que estavam sendo assumidos pelo país em troca do reconhecimento.

E os compromissos foram, de fato, pesados e extremamente onerosos. Pagou-se a Portugal uma quantia de 2 milhões de libras, proibiu-se que territórios portugueses na África se unissem ao Brasil, declarou-se que a independência era um concessão de D. João e não se desvinculou o imperador do Brasil dos direitos dinásticos portugueses. Tudo afrontava o interesse nacional, mas as concessões extraídas pela Inglaterra foram ainda mais graves e de repercussões muito mais duradouras, a ponto de o negociador inglês, Lorde Stuart, congratular-se com Canning, afirmando que eles haviam conseguido transferir para o novo país independente as mesmas relações de vassalagem que Portugal mantivera com a Inglaterra por mais de um século. Em 1826, assinou-se o tratado em que o Brasil, de forma subserviente, comprometia-se a terminar com o tráfico de escravos. No ano seguinte, foi a vez do tratado que renovava por mais 15 anos os privilégios alfandegários que haviam sido concedidos à Inglaterra em 1810. E à medida que cada potência europeia ia oficializando seu próprio reconhecimento da independência brasileira, os mesmos privilégios eram concedidos, enredando o Brasil em um verdadeiro sistema de tratados desiguais.

Essa postura equivocada, descolada do interesse nacional, que caracterizou a segunda fase do processo de negociação do reconhecimento, provocou uma situação que Amado Cervo chamou de "leilão da independência", em que concessões excessivas foram outorgadas pelo Brasil com o objetivo de acelerar um processo que, diante das novas configurações do sistema internacional, mostrava-se inevitável. Esse primeiro fracasso da diplomacia nacional contrasta com as concepções esclarecidas, autonomistas e pragmáticas dos negociadores brasileiros liderados por José Bonifácio no estágio inicial das tratativas.

Pior nota
Anônimo - 15

O reconhecimento da independência do Brasil ante Portugal remonta de fatos ocorridos na virada do século XVIII para o século XIX. Nesse contexto, o aumento da importância relativa do Brasil em termos econômicos passou a influenciar o pensamento de membros da corte em Lisboa, no sentido de transferir a sede do Reino de Portugal para o atlântico sul, a fim de administra-lo mais eficazmente a partir do Rio de Janeiro. Em termos sistêmicos, a consolidação da fase expansionista da França imperial, sob o comando de Napoleão I, impeliu o então Príncipe-regente João a escolher entre permanecer em Portugal ou transferir a corte para o Brasil. Após o malogro de sua campanha militar contra a Grã-Bretanha, a França decidiu estrangular a economia britânica por meio do bloqueio continental. Diante do bombardeio britânico à Dinamarca, que havia decidido cumprir o decreto de Napoleão I, o príncipe-regente português optou por manter-se firme na aliança

com a Grã-Bretanha, cujo marco havia sido o Tratado de Methuen, de 1703. Com efeito, a corte portuguesa instalou-se no Rio de Janeiro em 1808, devido ao apoio britânico.

Com a transmigração da corte, de acordo com a análise de Maria Odila Dias, o Brasil passou a dispor tanto da proeminência econômica, como também do controle do aparato estatal português. Influenciado pelas ideias liberais do Visconde de Cairu, príncipe-regente João decidiu promover a abertura dos portos às nações amigas e revogar o alvará de proibição das manufaturas expedido por D. Maria I no século anterior. Por meio da abertura, era esperado o desenvolvimento de Portugal, na medida em que a consolidação tarifária era de 16% para produtos portugueses e de 24% para produtos de outros países. Interessada em manter sua posição de primazia sobre o mercado português (o qual incluía o Brasil), a Grã-Bretanha, por meio do Lorde Strangford, negociou dois instrumentos que garantiriam a posição britânica sem reciprocidade, na medida em que os produtos exportados por ela gozariam de 15% de tarifa.

Disposto a garantir sua posição no Congresso de Viena (1814-15), o príncipe-regente João elevou o Brasil à condição de Reino Unido, e foi coroado rei D. João VI no Rio de Janeiro. Relegado a segundo plano, o território português na Europa começou a orquestrar movimentos capazes de obrigar o retorno da corte portuguesa a Lisboa. Em paralelo, D. João VI iniciou um movimento de devolver a glória de Portugal por meio da constituição e um grande império nas Américas. Nesse sentido, as invasões portuguesas a Caiena (devolvida à França em 1817 em troca do reconhecimento do rio Oiapoque como limite com o Amapá) e as incursões na Banda Oriental do rio da Prata (posteriormente incorporada como província Cisplatina) demandaram recursos financeiros de grande monta.

As reações aconteceram tanto interna quanto externamente. Em 1817, a Revolução Pernambucana lutava contra o aumento excessivo de impostos em um contexto de rarefação do comércio de açúcar. Em Portugal, a Revolução Constitucionalista do Porto, na onda das revoluções liberais da década de 1820, exigiu o retorno imediato de D. João VI para jurar uma constituição. A fim de manter o status especial do Brasil, José Bonifácio despachou instruções específicas nesse sentido, contudo as cortes portuguesas desejavam o retorno do Brasil à situação de colônia. D. João VI retornou a Portugal, porém deixou seu filho, Pedro de Alcântara, como regente. Ciente da necessidade de garantir a posição do Brasil, Bonifácio passa a articular-se com as elites de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro para promover a independência da maneira mais controlada possível, com o intuito de preservar a unidade territorial e conter elementos dissidentes. Com efeito, o movimento de independência foi articulado em torno da figura de Pedro, um Bragança herdeiro do trono de Portugal.

Ainda nas reuniões da Assembleia Constituinte, Bonifácio começou a apresentar divergências entre seu projeto e os desígnios de D. Pedro I. A Constituição de 1824 foi, então, outorgada, de modo a demonstrar os desejos do imperador. Internacionalmente, conforme destaca Amado Cervo, o Brasil realizou uma leitura simplista de seu interesse nacional, ao eleger um objetivo estritamente estatal, o reconhecimento de sua independência, como sua meta-síntese. Com efeito, as negociações com as potências envolveram o reconhecimento a qualquer custo, de modo que a incipiente indústria existente e os interesses dos produtores agrícolas locais foram sacrificados.

O afastamento de Bonifácio é epítome dessa leitura limitada. Argumentos em favor do liberalismo da elite política negociadora não se sustentam, na medida em que houve

apenas uma concessão unilateral de benefícios comerciais em troca de um reconhecimento não ameaçado, porquanto Portugal não dispunha de meios e a Santa Aliança não conseguiria intervir sem Grã-Bretanha e França, as quais não eram contrárias à independência. Desde o Congresso de Verona, Londres apoiava incondicionalmente as independências nas Américas, com vistas a obter mercados para seus produtos industriais em regime especial. Sem embargo, no caso brasileiro, havia a necessidade de manter o apoio português com variável a ser considerada. Assim, Charles Stuart foi instruído a negociar primeiramente os interesses portugueses (preferências comerciais em tratado desigual e proibição de unificação com territórios africanos) para então representar os interesses britânicos. Com efeito, a percepção mais apurada do interesse nacional permitiu aos britânicos extrair a maior parcela possível em troca de um reconhecimento que nunca esteve de fato ameaçado, ao impor os mesmos termos dos tratados de 1810 com Portugal ao Brasil, além de obter vantagens para os portugueses, os quais haviam perdido sua colônia mais rica. Gradualmente, as demais potências firmaram reconhecimentos lastreados em termos semelhantes, de modo que se conformou o sistema de tratados desiguais, que incluía também os Estados Unidos.

Questão 2

Algumas interpretações da política brasileira após a Segunda Guerra Mundial são fragmentadas e tendem a encarar as relações exteriores do Brasil como mero reflexo da orientação dos Estados Unidos da América. (…) Uma avaliação desse período demonstrará o poder de barganha do Brasil diminuindo rapidamente, com a dificuldade de conduzir uma política autônoma sendo explicada tanto pela situação internacional quanto pelo equilíbrio político interno. (Gerson Moura. Relações Exteriores do Brasil, 1939-1950. Mudança na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: FUNAG, 2012, p. 27 - com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, disserte sobre a influência das modificações sistêmicas internacionais nas relações exteriores do Brasil no período presidencial de Eurico Gaspar Dutra e sobre a influência da situação da política doméstica do Brasil na condução de sua política externa no mesmo período.

Média: 26,57 amp. / 23,86 cotas negros
Desvio padrão: 2,20 / 3,35 cotas negros

Larissa Ferreira da Silva – 29

O governo de Eurico Gaspar Dutra teve lugar em período de grandes alterações sistêmicas, tanto no âmbito interno como no âmbito externo. No governo Vargas, o Brasil alinhou-se aos Estados Unidos, participando de forma ativa na Segunda Guerra Mundial, o que lhe proporcionou projeção no cenário regional e internacional. Em razão disto, o país também participou das conferências internacionais que formaram a ordem internacional posterior, e na qual já se anunciava a conformação da dinâmica da Guerra Fria. No plano interno, a incongruência entre a ditadura de Vargas e a luta pela democracia contra as potências do Eixo levou à redemocratização do país, consubstanciada na eleição de Dutra e na promulgação da Constituição de 1946.

Uma das principais características da ordem do pós-guerra foi a consolidação dos Estados Unidos como potência mundial, líder do mundo livre. O Brasil, em razão da sua aliança estratégica com a superpotência durante a guerra, decidiu-se pela manutenção do alinhamento que, entretanto, não gerou recompensas para o país. No pós-guerra, a América Latina e o Brasil passaram a ocupar lugar secundário na agenda americana, que volta sua diplomacia e seus recursos econômicos para a Europa e para a Ásia. Apesar do ponto IV de Truman apontar para possível cooperação, esta não se efetivou em termos substanciais. No Brasil, a Missão Abbink ficou aquém do esperado, gerando parcos resultados na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos já no governo Vargas. A orientação americana passa a ser de que os recursos para o desenvolvimento deveriam advir da iniciativa privada, e para atraí-los, os países periféricos deveriam promover política econômica liberal. Conquanto tenha insistido na noção de uma aliança especial com os Estados Unidos, o Brasil também

envidou esforços de inserção na ordem liberal nesse momento, sendo que nenhuma das iniciativas ensejou os resultados esperados.

No plano econômico, o governo Dutra busca alinhar as políticas brasileiras ao liberalismo proposto pelos Estados Unidos. No plano interno, isto se coaduna com o processo de urbanização e desenvolvimento industrial, que fortalece uma classe social cujos interesses se harmonizam com o liberalismo. Nesse sentido, a política externa de Dutra mantém o compromisso assumido na Conferência de Bretton Woods de manutenção do câmbio valorizado e de livre comércio, o que é possível graças à ilusão de divisas provenientes da guerra, mas que não perdura em todo seu governo. Em face dos amplos déficits há reversão dessa política ainda que sem a retirada do compromisso internacional. Durante o governo Dutra também é negociado o GATT e a frustrada criação da OIC, ocasião em que o Brasil novamente se alinha aos interesses ocidentais. Entretanto, já nesse período começa o desenvolvimento de posições mais autônomas no âmbito econômico, como demonstram as manifestações reivindicando ajuda ao desenvolvimento e a criação da CEPAL no âmbito da ONU, apesar das manifestações contrárias americanas.

A ONU foi a indicação mais forte da crescente importância do multilateralismo na ordem internacional, tendo o Brasil prontamente se engajado nesse âmbito. O Brasil participa ativamente da Conferência de São Francisco por meio de sua delegação chefiada por Cyro Freitas do Valle, buscando influenciar a configuração do sistema onusiano. Apesar de não ter conseguido assento permanente no Conselho de Segurança, é eleito membro rotativo do órgão. Ademais Oswaldo Aranha tem participação destacada na organização, presidindo a primeira Assembleia Geral. Já nesse momento, o Brasil se mostra engajado no multilateralismo, enquanto tenha adotado política de alinhamento aos Estados Unidos e aos países europeus, votando sempre de acordo com esses países nas resoluções da Assembleia Geral. Esse fator está relacionado à auto-percepção brasileira enquanto país ocidental capitalista que deveria agir de acordo com esse bloco. Nesse sentido, o país apoia o colonialismo europeu, o que causa estranhamento em razão do seu passado colonial. Por outro lado, também nesse âmbito já há indicação de defesa do interesse nacional, como mostram as iniciativas que buscam reforçar o ECOSOC e também as preocupações do país com a questão da tecnologia nuclear.

Um dos fatores primordiais da política externa brasileira de Dutra foi o combate ao comunismo, o que teve relação com fatores internos e externos. O anti-comunismo ferrenho de Dutra levou o presidente a romper as relações recentemente restabelecidas com a União Soviética e a colocar o partido comunista brasileiro na ilegalidade, cassando seus membros que haviam sido eleitos. Essa política foi além da recomendação americana, demonstrando a aversão interna à ameaça comunista e a busca da identificação com o Ocidente Capitalista. Tratava-se de questão de segurança nacional, linha que foi de orientação tanto da política interna como da externa.

No âmbito regional, o governo Dutra também buscou uma política orientada pelo alinhamento aos Estados Unidos, visto como fator de prestígio, e pela luta contra o comunismo. Desde a conferência de Chapultepec, o Brasil busca liderar esforços latino-americanos de colaboração com os Estados Unidos dentro de um novo sistema internacional, tendo inclusive defendido a extensão de convite à Argentina para a Conferência de São Francisco. O Brasil busca posição d intermediação dos Estados Unidos com a América Latina novamente ao sediar a conferência que ensejou a criação do TIAR em 1947. Nessa conferência já pode ser notada preocupação quanto à ameaça comunista, a

qual orienta as relações intercontinentais por longo tempo. Também é criada a OEA em 1948, sob a liderança dos Estados Unidos, garantindo a influência preponderante desse país sobre todo o continente. O conflito leste-oeste, que se acirra no momento, domina a pauta da política externa brasileira, ao contrário do que ocorre na Argentina que, apesar de aderir ao TIAR, adota posição mais autônoma em outros temas e busca desvencilhar-se da influência americana em temas econômicos, por exemplo. No Brasil esse conflito é associado à crescente divisão da sociedade entre entreguistas e nacionalistas, a qual se acirra ao longo da República Democrática e contribui para o cenário do golpe civil-militar de 1964.

A política externa brasileira no governo Dutra foi marcada pelo alinhamento aos Estados Unidos e ao Ocidente, o que perdurou até a Política Externa Independente. As expectativas iniciais brasileiras de ganhos de prestígio e de auxílio ao desenvolvimento frustraram-se, apesar da percepção inicial de que o Brasil estava bem posicionado no pós-guerra, em razão da sua atuação no conflito. A aliança com os Estados Unidos não gerou os benefícios esperados, conforme apontou o memorando da frustração do chanceler Raul Fernandes. No âmbito regional e multilateral, a experiência que o Brasil adquiria na participação em foros internacionais possibilitou o desenvolvimento de expertise diplomática, a qual foi bem aproveitada em períodos posteriores.

Matheus Machado Hoscheidt – 29

O governo de Eurico Gaspar Dutra marca a entrada do Brasil na Guerra Fria. Nesse período, dadas as significativas modificações sistêmicas internacionais, cabe analisar seus impactos nas relações políticas domésticas. De modo análogo, é preciso atentar para as dinâmicas políticas internas que definiram a política externa do primeiro presidente da República Liberal.

No pós Segunda Guerra Mundial, inicia a dinâmica de consolidação de blocos da Guerra Fria. Com a Guerra Civil da Grécia, o governo Truman definiu o Plano Marshall para buscar barrar a expansão do comunismo na Europa. Com a expansão do plano para todos os países da Europa Ocidental, o plano transformar-se-ia no maior pacote de ajuda já visto até então. Após o telegrama secreto de George Kennan, o anúncio da Doutrina Truman em 1947 consolidou a dinâmica da chamada Guerra Fria Clássica. Nesse contexto, Dutra buscou marcar seu alinhamento com o bloco ocidental. Desde a Segunda Guerra Mundial, em face do sucesso da barganha da equidistância pragmática de Vargas, o governo brasileiro afirmou-se como subscrito à ordem de Bretton Woods dos países ocidentais. Com o fim da Guerra, o país subscreveu-se também à Ata de Chapultepec sobre a defesa continental. Mais tarde, no Rio de Janeiro, Dutra foi entusiasta do TIAR. Em Bogotá, além disso, o país afirmou-se como membro fundador e atuante da OEA, que substituiu a União Pan-Americana.

O alinhamento brasileiro visava receber contrapartidas por parte do governo americano, a exemplo do Plano Marshall para a Europa e do Plano Colombo para a Ásia. Nesse sentido, na sequência das Missões Taub e Cook, o ministro Otávio Bulhões promoveu a vinda de estudiosos econômicos americanos na chamada Missão Abbink. Essa missão ficaria encarregada de analisar potencialidades econômicas da economia sul-americana. Ao fim de seus trabalhos, entretanto, apenas recomendou a criação da Comissão

Mista Brasil-EUA de Desenvolvimento Econômico, a qual passaria a atuar durante o governo Vargas. Em termos de financiamento, a parceria com os EUA mostrou-se insuficiente, o que ensejaria o envio do chamado "memorando da frustração" ao embaixador americano no Rio de Janeiro por parte de Raul Fernandez, chanceler do governo Dutra. A tentativa falhada de conseguir contrapartidas econômicas deveu-se, também, a uma interpretação equivocada das prioridades geopolíticas americanas no pós Segunda Guerra. Com a expansão soviética no leste, com a Guerra Civil Grega e com a Revolução Chinesa em 1949, os EUA priorizou a ajuda econômica e a contenção securitária na Europa e na Ásia, nos marcos da OTAN e da OTASE.

O cenário de Guerra Fria encontrou seu paralelo na política doméstica por meio do combate ao comunismo. Com a Lei Agamenon Magalhães e a volta do pluripartidarismo, UDN, PSD e PB iriam se consolidar como os principais partidos nacionais. No final do governo Vargas, após soltar Luis Carlos Prestes, o PCB também ganhou novo ensejo. Nas eleições de 1945, por exemplo, foi o quarto partido mais votado, e o mandato de Prestes apenas não superou o número de votos de Vargas. Em ânsia anticomunista, Dutra promoveu o fechamento do PCB e a cassação de seus mandatos, restringindo a atuação da esquerda a alas incipientes do PTB. Em face disso, e depois de protestos de políticos soviéticos, Dutra romperia também as relações diplomáticas com a União Soviética. Esse rompimento não se deu com base em pedido dos EUA, os quais nunca romperiam relações com os soviéticos. A partir de 1947, a luta comunista seria intensificada por meios não partidários, a exemplo do conteúdo de radicalização do Manifesto de Prestes de 1948 e do Manifesto de Agosto de 1950.

A influência americana, que teve novo ensejo durante o governo Dutra, seria ampliada pela via institucional dos militares, de que Dutra fazia parte como general. Em 1949, cria-se a Escola Superior de Guerra, com base na preparação de Salvador César Obino no National War College americano. Essa instituição seria a base posterior da Doutrina de Segurança Nacional dormulada por Golbery do Couto e Silva, fortemente influenciado pelo combate à ameaça comunista. A luta contra o comunismo ficaria clara, outrossim, na recusa brasileira em reconhecer a China comunista em 1949 – o que também não foi feito pelos Estados Unidos.

A adesão de Dutra à ordem estabelecida pelas potências ocidentais no pós-guerra fundamentou também a recusa do governo em afastar-se dos marcos de Bretton Woods. Ao longo da primeira metade de seu governo, em face da adesão ao padrão dólar-ouro, ocorreu uma forte perda das reservas internacionais acumuladas durante a Segunda Guerra Mundial. Ao invés de desatrelar o cruzeiro do dólar, o governo Dutra preferiu apenas adotar as guias de importação e, assim, restringir a capacidade de importar do país. Além da questão econômica, destaca-se o início da cooperação tecnológico-científica com os EUA, com a criação do CNPq logo no final do mandato do general.

A atuação em política externa do governo Dutra teve importantes determinantes internos e externos. Externamente, destaca-se a formação do bloco ocidental e das instituições desse bloco no contexto de Guerra Fria. No plano interno, destaca-se a redemocratização pós-Vargas e a consolidação do primeiro longo período de pluripartidarismo com partidos de base nacional. Diferentemente da Primeira República, os partidos pós-Vargas consolidaram, progressivamente, sua base de sustentação social. Nesse contexto, Dutra, do PSD, fora eleito com apoio parcial do PTB, o qual, fruto do trabalhismo e do queremismo, não teve tempo hábil para lançar candidatura própria. Nesse

sentido, ao longo de seu mandato, Dutra perdeu, progressivamente, seu apoio nas alas do PTB, além de, obviamente, recrudescer a atuação extraoficial do PCB. A UDN, que teve Eduardo Gomes como candidato concorrente de Dutra, consolidou, outrossim, cada vez mais, seu papel de oposição política à direita.

O memorando da frustração de Raul Fernandes resume os parcos resultados da política que Mônica Hirst chama de "alinhamento sem recompensas". De fato, as recompensas americanas ao governo pró-EUA do continente viriam, de forma ainda insuficiente, a partir do Ponto IV do discurso de reeleição de Truman em 1949. Ao final da década de 1950, após visita marcada por protestos de Nixon à América Latina e após a Revolução Cubana, o contexto de Guerra Fria permitiria maiores retorno nos marcos da OPA. Com Dutra, portanto, o alinhamento não rendeu frutos, dada a prioridade estratégica atribuída à luta anticomunista na Europa e na Ásia durante os primeiros anos da Guerra Fria.

Pedro Henrique de Sousa Zacarias – 29

As relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos representaram eixo prioritário da política externa ao longo do governo de Eurico Gaspar Dutra, sendo diretamente impactadas pelos câmbios observados em nível sistêmico, relacionados à emergência da ordem bipolar da Guerra Fria. Nesse contexto, a política externa de Dutra costuma ser caracterizada em termos de alinhamento automático aos EUA, ainda que este não tenha rendido as recompensas inicialmente esperadas pelo país. O imperativo da luta anticomunista foi incorporado pelo Brasil tanto em sua política interna como em suas relações exteriores, de modo que o mesmo não esteve dissociado das estratégias desenvolvimentistas em curso no país, desde o início da década de 1940.

Com a ascensão de Gaspar Dutra à presidência, em 1946, o Brasil esperava, fundamentalmente, a manutenção da relação especial com os EUA, gestada ao longo da 2ª Guerra. Com a participação brasileira no conflito e a consequente inserção do país na ordem multilateral emergente, por meio da adesão à Carta da ONU na conferência de São Francisco, e às instituições de Bretton Woods, FMI e Banco Mundial, além do GATT (diante da impossibilidade de constituição da Organização Internacional do Comércio), o Brasil supunha gozar de posição privilegiada junto a Washington. Nesse sentido, não faltaram demonstrações de adesão do governo ao americanismo ao longo da presidência de Dutra. Este foi, inclusive, o primeiro chefe de Estado brasileiro a realizar visita oficial àquele país (a visita de D. Pedro II, em 1876, havia sido a título pessoal).

No plano hemisférico, a orientação americanista da política externa traduziu-se em apoio irrestrito ao processo de institucionalização do Panamericanismo no pós-guerra. A celebração do TIAR, em conferência realizada em Petrópolis, em 1947 ("Pacto do Hotel Quitandinha") simbolizou o entusiasmo brasileiro com a proposta norte-americana de segurança coletiva. A criação da OEA, na Conferência de Bogotá, de 1948, seria a consolidação desse projeto, inserindo o continente sob a égide da hegemonia norte-americana.

Esse processo foi pautado, em grande medida, pela emergência da ordem bipolar que, sobretudo a partir de 1947, oporia o bloco ocidental capitalista, capitaneado pelos EUA, ao bloco comunista, sob liderança da URSS, ao longo da Guerra Fria. A "cortina de

ferro" que, como observara Churchill, separava a Europa em blocos antagônicos obrigou a reavaliação da estratégia norte-americana em termos geopolíticos, a qual teve na doutrina de contenção, proposta, entre outros, por George Kennan, um de seus pilares principais. Com o combate ao comunismo alçado a prioridade da política externa norte-americana, o alinhamento do Brasil ganhou contornos cada vez mais ideológicos, assinalados tanto em posições em foros internacionais como na política doméstica.

O anticomunismo de Eurico Gaspar Dutra não foi, contudo, uma escolha de ocasião, mas característica importante de seu perfil político. No âmbito interno, destaca-se, nesse sentido, a opção pela ruptura das relações com a URSS, em 1947, na esteira de episódios envolvendo supostas críticas de Moscou ao Brasil em veículos da imprensa, e a proscrição do Partido Comunista Brasileiro, após breve interregno de legalidade entre 1945 e 1947. A presença dos comunistas na cena política interna havia sido explicitada pela votação expressiva do PCB nas eleições de 1945, com a eleição de Prestes como senador e com cerca de 10% dos votos para o candidato comunista às eleições presidenciais, Yedo Fiúza. Com efeito, o avanço anticomunista do governo Dutra superou, em alguma medida, o próprio engajamento norte-americano (a ruptura com a URSS, por exemplo, foi decisão unilateral do Brasil).

Entretanto, não convém dissociar o "alinhamento ideológico" do governo Dutra dos propósitos mais pragmáticos de desenvolvimento nacional. Ao Brasil, interessava a obtenção de apoio norte-americano, preferencialmente sob a forma de investimentos oficiais, em prol de projetos desenvolvimentistas, a exemplo do que ocorrera, em 1942, com a criação da CSN, em Volta Redonda. Destaca-se, a esse respeito, a vinda da Missão Abbink ao país, em 1948, que identificou a existência de gargalos infraestruturais e prescreveu uma série de medidas institucionais, sem, contudo, garantir investimentos oficiais, pois os EUA demonstraram preferência pela atuação de investimentos privados no país. Não escapava à diplomacia brasileira a discrepância dessa dinâmica em relação ao tratamento dado à Europa Ocidental no âmbito do Plano Marshall, por exemplo. A doutrina Trumann, elaborada em 1947 para fazer frente à nova realidade bipolar, legava à América Latina importância secundária. O chamado "Ponto IV", que propunha a oferta de assistência técnica como forma de combate ao comunismo nos países necessitados, foi a iniciativa que oferecia maiores oportunidades aos desígnios brasileiros, a despeito de suas limitações. Foi sob a égide do Ponto IV, por exemplo, que o Brasil acordou, já ao final do governo Dutra, a criação da Comissão Mista Brasil-EUA, que entraria em operação no governo Vargas.

A referida aliança sem recompensas aos EUA orientou, ainda, a postura brasileira em importantes discussões no âmbito da ONU, a exemplo do apoio brasileiro ao Plano Baruch, sobre contenção da proliferação nuclear, ou às operações militares na Grécia e na Turquia. Entretanto, os parcos resultados concretos desses esforços, observados por Raul Fernandes no "memorando da frustração" entregue ao embaixador norte-americano, favoreceram a paulatina revisão desse alinhamento, nos anos posteriores.

Conforme observa Gerson Moura, a compreensão do alinhamento de Dutra ao paradigma americanista da política externa deve ser matizado pela dissolução das condições sistêmicas que haviam, em período anterior, favorecido a barganha, bem como pela dinâmica política interna. Dessa forma, como, diante do contexto de bipolaridade da Guerra Fria, os EUA não precisavam do Brasil da mesma forma que à época do esforço de

guerra aliado, a adesão brasileira ao anticomunismo não rendeu os frutos esperados pelo país, o que favoreceria a formulação posterior de estratégias mais autônomas.

Sarah Cruz Ferraz - 29

O governo Eurico Gaspar Dutra iniciou-se sob o signo do imediato pós-II Guerra Mundial. Enquanto, no plano internacional, erigiam-se as instituições multilaterais que conduziriam a uma nova ordem internacional, no plano doméstico, tinha início o primeiro período plenamente democrático do país. Ao longo desse governo, a emergência de um sistema bipolar bem como a formação de grupos políticos com visões de mundo distintas no plano interno exerceriam influência relevante sobre a condução da política externa brasileira.

A participação ativa do Brasil na II guerra Mundial trouxe consequências relevantes para a política doméstica e para a política externa do país. Nesse sentido, o combate, ao lado das potências aliadas, contra o autoritarismo nazifascista, acentuou as contradições internas da ditadura varguista e contribuiu para o processo de redemocratização em 1945. Nas eleições presidenciais verificou-se, de forma inédita, ampla participação popular e o país apresentou, pela primeira vez, a formação de partidos nacionais com projetos e visões distintos. Foi significativo, por exemplo, o ganho político e eleitoral do PCB, o qual conquistou número relevante de cadeiras parlamentares e 10% dos votos para seu candidato à presidência Yedo Fiúza, a despeito de ter permanecido a maior parte do tempo, desde a sua fundação, na ilegalidade.

No âmbito internacional, a vitória das forças Aliadas levou à consolidação, no plano institucional, do multilateralismo de cunho liberal capitaneado pelos EUA. Antes mesmo do fim das hostilidades, na Conferência de Bretton Woods, estabelecia-se a arquitetura básica do sistema financeiro mundial que consolidava, no plano institucional, a hegemonia do dólar norte-americano sob a forma do padrão dólar-ouro. Essa arquitetura financeira seria completada, ainda que sem a criação de uma instituição, com a assinatura do Acordo GATT em 1947. No plano político, a fundação das Nações Unidas, em 1945, seria o marco fundamental para a estruturação de um sistema multilateral de segurança coletiva. Paralelamente a esse avanço institucional, desfeita a aliança conjuntural entre a URSS e as demais potências aliadas, reemergiram as divergências entre os dois sistemas políticos opostos e teve início, a partir da Doutrina Truman (1947), o conflito bipolar.

O Brasil, dentro dessa conjuntura internacional, pautou sua política externa pelo americanismo e pelo engajamento ativo nas instituições multilaterais que se formavam. A exitosa aliança com os EUA durante a Guerra, a qual contribuiu para a modernização das Forças Armadas brasileiras e para projetos considerados vitais para o desenvolvimento industrial do país era vista, nos anos iniciais do Governo Dutra, como fundamental para o país. Desse modo, o Brasil adotou, nos anos iniciais do governo, políticas econômicas liberais e consoantes com os compromissos assumidos em Bretton Woods. No contexto do confronto ideológico da Guerra Fria que então se desenhava, o Brasil posicionou-se, de forma inequívoca, ao [lado do]bloco de poder Ocidental liderado pelos EUA. Não por acaso, o Brasil participou ativamente da constituição do sistema multilateral hemisférico, sediando a Conferência que levou à assinatura do TIAR e participando da Conferência de Bogotá, a qual criou a OEA.

Internamente, a política doméstica do governo Dutra parecia sintonizar-se com os enfrentamentos ideológicos da Guerra Fria. Com base nos dispositivos da lei Agamenon Magalhães, que obrigava os novos partidos a terem caráter nacional, foi efetuado o fechamento do PCB e a cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos sob essa sigla. Também foram efetuadas perseguições aos movimentos sindicais e restringiu-se o direito de greve. Em 1947, como reflexo mais da conjuntura interna de combate ao comunismo que por determinação externa, o governo Dutra rompe relações diplomáticas com a URSS, dois anos após tê-las estabelecido.

Essa postura americanista do governo Dutra, embora tenha permanecido como linha fundamental de ação da política externa brasileira ao longo de todo o período, não ficou imune à adoção de postura demandante por parte do Brasil em relação à principal potência hemisférica. A partir de 1947, quando os ditames da Doutrina Truman ganham contornos efetivos por meio de financiamentos a espaços estratégicos como a Europa Ocidental (Plano Marshall) e Ásia (Plano Colombo), a América Latina e o Brasil, considerados pelos EUA como "áreas de baixa pressão", se veem preteridas na recepção de ajuda para o desenvolvimento. Ciente desse novo contexto internacional, a diplomacia brasileira adotará postura demandante tanto no âmbito bilateral, quanto no âmbito multilateral.

Em que pesem as interpretações recorrentes do governo Dutra como submisso aos ditames da política externa dos EUA o que se percebe, especialmente na segunda metade do seu governo, é um posicionamento ativo para a conquista de apoio efetivo do governo estadunidense ao projeto desenvolvimentista nacional. No plano multilateral, percebe-se esse ativismo em prol do desenvolvimento, por exemplo, na Conferência de Havana de 1948, na qual discutia-se eventual criação de uma Organização Internacional do Comércio (OIC). No plano bilateral, os esforços brasileiros levaram à vinda da Missão Abbink, a qual teve poucos resultados práticos, e à constituição, no apagar das luzes do governo Dutra, da Comissão Mista Brasil-EUA (CMBEU). Foi marcante, também, a entrega, por parte do chanceler brasileiro Raul Fernandes, do chamado "Memorando da Frustação", o qual reconhecia os avanços tímidos no fornecimento, pelos EUA, de recursos financeiros para a promoção do desenvolvimento nacional.

Ao longo do Governo Dutra, foram desfeitas as ilusões de continuidade do relacionamento especial com os EUA construído no contexto da II Guerra. Ao mesmo tempo em que mantinha sua firma opção pelo Ocidente capitalista e combatia internamente o movimento comunista, o governo Dutra vai assumindo, progressivamente, postura demandante frente aos EUA. No âmbito multilateral, o país procurou participar ativamente da construção das novas instituições balizadoras da nova ordem internacional liberal.

Pior nota
Anônimo - 19

O fim da Segunda Guerra Mundial ensejou modificações sistêmicas que afetariam as possibilidades da política externa brasileira no governo Dutra. Nesse sentido, haveria grande ênfase norte-americana para a reconstrução europeia, com o plano Marshall, e na Ásia, onde ocorrera a revolução comunista chinesa em 1949 e eclodia a guerra da Coreia.

Nesse contexto, a América Latina era considerada área estável, onde ocorreram processos de redemocratização, além de haver manutenção de acordos que manteriam estabilidade nos relacionamentos bilaterais, reforçados com a criação da OEA e do TIAR, em 1948 e 1947. Essa alteração não fora inicialmente entendida pelo governo, que lidava, internamente, com dificuldades econômicas, ensejando a adoção de medidas ortodoxas recessivas, além do afastamento do PTB da base do governo. Consequentemente, aspectos externos e domésticos influenciaram a condução da política externa do governo Dutra, que tentaria manter os benefícios da aproximação com os EUA do governo anterior, mas sem excluir outras opções.

Externamente, a América Latina deixara de ser compreendida pelos EUA como região com instabilidades ou oposições, como fora vista a neutralidade argentina, chilena e boliviana durante grande parte da Segunda Guerra Mundial. As percepções da essencialidade do Brasil e de suas áreas estratégicas, com as bases militares instaladas no Nordeste e no Sul, também foram reduzidas. Comparativamente, a situação europeia, com avanço dos partidos comunistas nas eleições do pós-guerra, além da consolidação soviética, que podia expandir-se para a Grécia, era percebida com maior preocupação imediata, havendo a criação da OTAN, além do plano Marshall. O governo Truman, com a política do Ponto IV, daria maior ênfase para a Ásia, em que a presença comunista era compreendida como mais perigosa, não somente na Coreia, mas também em países como a Malásia, sendo essencial, de acordo com a teoria do dominó, o fortalecimento de aliados como as Filipinas, Coreia do Sul e Japão. Os benefícios direcionados ao Brasil, na Segunda Guerra, como o lend & lease e os acordos de Washington, consequentemente, seriam mais aspectos conjunturais do que uma tendência permanente de aproximação. Deve-se ressaltar, também, que os EUA haviam concluídos acordos militares semelhantes com países vizinhos, de forma que não houvera, necessariamente, um tratamento preferencial ao Brasil.

Em contrapartida, os ânimos da diplomacia acerca da aproximação com os EUA na Segunda Guerra ensejariam a expectativa de continuidades. Nesse sentido, o Brasil sediaria a conferencia para o tratado do TIAR, no ano de 1947, em Petrópolis. O Brasil seria, também, membro fundador da OEA e, durante sua presença como membro não permanente no Conselho de Segurança, recusaria propostas soviéticas que condenavam interferências de países europeus. Apesar disso, o país não conseguiria manter a continuidade dos investimentos estadunidenses, que rapidamente se direcionariam a outras áreas, gerando a perda de divisas que haviam sido acumuladas na Segunda Guerra, porquanto o Brasil aderira ao câmbio fixo estabelecido em Bretton Woods.

Consequentemente, houve rápida deterioração da situação do balanço de pagamentos em um contexto no qual o governo tinha adotado medidas anti-inflacionárias, gerando insatisfação com os rumos da economia em comparação com outras regiões do mundo. Além disso, o governo Sutra afastaria-se do PTB, formando coalisão com a UDN, alterando as dinâmicas iniciais do governo domesticamente. No entanto, pode-se afirmar que houve estabilidade, principalmente devido ao apoio dos militares, que, em 1949, estabeleceriam a Escola Superior de Guerra, cujas perspectivas de segurança coletiva coadunavam-se com a posição americanista num momento inicial. O caráter ideológico seria marcante para a proibição de greves e na aplicação do atestado de ideologia nos sindicatos, havendo repressão aos comunistas, acabando por suscitar o rompimento das relações com a URSS, em que pese não ter havido pressões dos EUA nesse sentido. As

vitórias eleitorais do PCB nas eleições, em que Prestes fora eleito senador e o desconhecido Yedo Fiúza alcançara 10% dos votos para presidente, acentuavam tensões de temor aos comunistas, causando o banimento do PDB. Há, nesse sentido, evidente ligação entre a política externa e a doméstica, porquanto foram as críticas a esse ato por um jornal soviético que embasariam o rompimento das relações.

O governo brasileiro celebraria, ainda, acordos com os EUA, referentes a atividades nucleares e a areias monazíticas, além de prever o estabelecimento de uma comissão mista, que somente se concretizaria no governo seguinte. Esses acordos não dariam o retorno esperado e provocariam o envio do Memorando da Frustração de Raul Fernandes, em que ele indicava a quebra de expectativas presentes na diplomacia brasileira. Haveria, então, a adoção de uma perspectiva mais crítica, a exemplo do discurso de Neves da Fontoura em 1951, indicando a necessidade de promoção do desenvolvimento na América Latina, a fim de impedir-se a expansão de ideias comunistas. Similarmente, haveria busca de aproximação com países vizinhos, com a assinatura de tratados de comércio.

No âmbito doméstico, a alteração da postura ortodoxa na economia ocorreria com a adoção de um sistema de guias de importação, limitando o livre comércio. Haveria, também, certo afrouxamento dos gastos e a proposição do plano SALTE de investimento, mas que somente seria aprovado no final do governo, tendo poucos resultados além da hidroelétrica de Paulo Afonso, no Nordeste. Apesar do temor aos comunistas, com o surgimento dos chamados "comandos de caça" por civis, haveria a sensação crescente de que a segurança coletiva, instalada pelo TIAR e pela OEA não ofereciam os mecanismos necessários para o desenvolvimento do país. A retomada do crescimento econômico europeu ensejaria, também, uma perspectiva menos atrelada aos EUA, apesar das constantes tentativas de aproximação. Desse modo, o governo Dutra se absteria de comprometer o Brasil em uma presença militar na guerra da Coreia, posição confirmada pelos militares. Dessa forma, a atuação nacional no conflito restringiria-se ao envio de alimentos e de matérias-primas. A aproximação militar, apesar de comissões bilaterais, se enfraqueceria diante da não importância estratégica conferida pelos EUA, tendo esse país se negado a financiar à manutenção de bases criadas na Segunda Guerra.

Desse modo, o governo Dutra foi paradigmático ao entendimento diplomático da necessidade de iniciativas com outros países, além da ênfase no desenvolvimento, mas sem comprometimento das relações com os EUA, a exemplo da CMBEU no governo Vargas. A divisão Leste-Oeste e os conflitos ideológicos dariam lugar a uma maior ênfase a uma perspectiva Norte-Sul, ressaltada pela OPA no governo Juscelino Kubistchek aduz=se que o período do governo Dutra foi, portanto, de adaptação Às novas situações sistêmicas do pós-guerra, consoante a própria delimitação da guerra fria, inicialmente, mais conflituosa e que se estabilizaria com a Détente. O inter-relacionamento da política doméstica e externa também seria característico de momentos posteriores, a exemplo da polemica relacionada ao acordo militar Brasil-EUA como fator de instabilidade no segundo governo Vargas. O entorno regional, com o peronismo, também se mostraria mais presente, incentivando a aproximação com o Paraguai. Dessa maneira, o governo Dutra foi um momento de adaptação da diplomacia pátria consoante mudanças no sistema global.

Questão 3

O colapso da Primeira República e de seus arranjos políticos, que excluíam outras forças sociais que não viessem das oligarquias rurais tradicionais, não se deu pela sonhada revolução proletária de anarquistas e comunistas. Os algozes do regime foram as próprias dissidências oligárquicas aliadas a uma parte importante dos "tenentes", os jovens militares rebeldes. Mas o encontro das dissidências oligárquicas com os "tenentes" não foi direto e rápido. Foi fruto de uma série de articulações políticas feitas a partir de 1927. (Marcos Napolitano. História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: contexto, 2016, p. 86).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo que sintetize o processo de colapso da Primeira República ao longo da década de 20 do século XX, abordando, necessariamente, a Política dos Estados como sustentáculo da República Oligárquica, o movimento tenentistas e o salvacionismo militar.

Média: 19,09 amp. / 18,00 cotas negros
Desvio padrão: 1,47 amp. / 1,21 cotas negros

Felipe Ferreira Marques – 20

Os anos de 1920 assinalam a crise do arranjo oligárquico que havia sustentado a Primeira República. Em função das dissidências oligárquicas, do avanço do tenentismo e do salvacionismo militar, a Política dos Governadores arquitetada por Campo Sales entrou em crise. Esses fatores possibilitariam a constituição da Aliança Liberal e a queda de Washington Luís, tendo como estopim o assassinado do vice de Getúlio Vargas, João Pessoa, da Paraíba. Finalmente, é preciso destacar que a crise de 1929 também se destaca como elemento desestabilizador do modelo econômico agroexportador que sustentou o regime oligárquico de 1889 até 1930.

A crise da Política dos Governadores concorreu para a crise da Primeira República. Campos Sales arquitetou um esquema política que reduzia as discordâncias entre a União e os Estados e favorecia a alternância das oligarquias no poder, sobretudo de Minas Gerais e São Paulo. No contexto do voto aberto, os partidos acionavam a máquina eleitoral com vistas a assegurar as sucessões oligárquicas, processo no qual se destaca a figura dos coronéis no âmbito local e das trocas de favores. Deve-se ressaltar, todavia, que, devido às dissidências oligárquicas, esse processo de alternância foi desafiado de forma sistemática, principalmente nas eleições de Hermes da Fonseca, em 1910, de Artur Bernardes, em 1922 e de Júlio Prestes, em 1930. Mesmo do ponto de vista institucional, o ideal da política dos governadores foi questionado, como ficou claro com a fundação do Partido Democrático em São Paulo, em 1926, que desafiava a hegemonia do Partido Republicano Paulista. As dissidências políticas seriam fundamentais para a fundação da Aliança Liberal no contexto das eleições de 1930 e seu desfecho.

A ideologia tenentista e o salvacionismo militar também se inserem no rol de fatores que levariam ao início da Era Vargas. Nas acirradas eleições de Artur Bernardes, em 1922, foi expressiva a manifestação dos tenentes em desfavor das oligarquias. O movimento dos dezoito do forte insere-se nesse contexto de protesto. Os tenentes, além da forte retórica oligárquica, apresentavam forte caráter nacionalista e autoritário. O movimento ganharia notoriedade com a Coluna Preste, que percorreria o território nacional e daria maior visibilidade ao ideário tenentista. Com o tenentismo, passava-se a considerar o recurso à força como mecanismo de mudança política. Igualmente, surgia a ideia do salvacionismo militar, isto é, de que caberia ao Exército o dever moralizante, mesmo que fosse necessário recorrer às armas. O movimento tenentista foi tão expressivo que Artur Bernardes governou durante quase todo seu mandato em estado de sítio. Fortalecia-se, assim, a crença de que a participação do exército seria imprescindível para o fim do regime oligárquico.

O contexto eleitoral de 1920 foi o estopim que levou ao colapso da Primeira República. Washington Luís, em detrimento dos mineiros, escolheu Júlio Prestes para sucedê-lo como candidato – um paulista considerado estratégico para os planos valorizadores do café. Como resultado, as cisões oligárquicas aprofundaram-se. Fundou-se, nesse contexto, a Aliança Liberal que lança a candidatura de Getúlio Vargas, com o apoio de cisões do Partido Democrático de São Paulo, de parte de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba. Ainda assim, mormente em função da máquina eleitoral do PRP, Júlio Prestes venceu as eleições de 1930. Todavia, o resultado das eleições é contestado. O pretexto encontrado foi o assassinato de João Pessoa, vice de Getúlio que foi transformado em mártir. Em resposta. Getúlio articulou-se às Forças Armadas, apoiado no ideário tenentista e no salvacionismo, disposto a tomar o poder pela força na suposta Batalha de Itararé, que nunca ocorreu. Como resultado, o regime oligárquico recebeu seu golpe fatal.

Por fim, cabe menção à crise de 1929. Como pontuou Celso Furtado, a crise de 1929 expôs a fragilidade da economia agroexportadora e dos planos de valorização artificial do café, que eram a base econômica de sustentação do regime. Os planos valorizadores, os empréstimos internacionais para mantê-los e para consolidar a dívida – a exemplos do "funding loan" – e as desvalorizações cambiais garantiam a renda dos cafeicultores, mas também promoviam a socialização das perdas e os avanços da inflação, o que reduzia a qualidade de vida das camadas médias urbanas. A crise de 1929 acentuou a descrença no modelo agroexportador e contribuía para a difusão dos ideários anti-oligárquicos.

Um balanço geral indicaria que um intricado rol de fatores concorreu para a crise do sistema oligárquico que caracterizou a Primeira República. Estão entre eles a crise da Política dos Governadores, as cisões e dissidências oligárquicas, o avanço do tenentismo e do salvacionismo militar e a crise de 1929. Esses fatores, somados ao contexto eleitoral de 1930 e ao assassinado de João Pessoa, levaram ao fim do regime oligárquico que, entre avanços e recuos, vigorou entre os anos de 1889 e 1930. (766 palavras)

Bruno Palazon Imparato – 20

Após a "década do caos", como caracteriza R. Lessa, que marcou o início da República brasileira (1889 – 1898), as elites dirigentes, especialmente do PRMG e do PRP, sob a liderança de Campos Salles (membro do PRP e presidente de 1898 a 1902)

construíram um sistema político amparado na "Política dos Estados", ou "dos governadores". Segundo Lessa, esta política criava nova "rotinização" da política interna, após a "desrotinização" que o fim do Segundo Império (1840-1889) ocasionou. Nesse sentido, a fragilização dessa política, bem como os fatores militares do tenentismo e do salvacionismo hermista, estará na base do processo de colapso da Primeira República, ao longo da década de 1920.

Inicialmente, cabe compreender que a "Política dos Governadores", como também explica Lessa, era composta [por uma "Técnica Política" e por "valores substantivos". A primeira remetia ao sistema criado por Salles para garantir o poder das oligarquias dominantes em cada estado da federação. Os governadores garantiam o apoio ao governo central em troca do apoio do executivo central, tanto em termos econômicos (investimentos e vantagens) quanto durante as eleições, já que a comissão verificadora de mandatos do Congresso Federal, controlada pelo presidente da legislatura anterior, que com C. Salles passava a ser um governista garantido, fazia a "degola" de candidaturas opositoras que, mesmo ante o ferrenho controle oligárquico, conseguiam votos. Assim, apenas os candidatos dos partidos dominantes eram confirmados. Já os "valores substantivos" eram uma desideologização política, quiçá uma homogeneização da política nacional, respaldando o sistema. Junto a isso, como ressalva V. Nunes Leal, o voto de cabresto e o coronelismo, comandado pelos líderes locais dessas oligarquias dominantes, mantinham uma estabilidade política, na qual a participação popular era mero referendo especioso.

Comandada por Minas Gerais, que contava com o maior eleitorado, e por São Paulo, que contava com a maior economia, a "Política dos Estados" foi sustentáculo da Primeira República. Seriam justamente as rusgas entre as oligarquias desses estados, no contexto da eleição presidencial de 1912, que fragilizariam pela primeira vez a nova rotina política do Brasil republicano. Não encontrando consenso em uma candidatura para 1912, o PRMG e o PRP romperam o pacto oligárquico. São Paulo e o PR baiano apoiaram a candidatura "civilista" de Ruy Barbosa (que teve 1/3 dos votos totais) e o PRMG e a maior parte das demais oligarquias apoiaram o candidato do Partido Republicano Conservador (PRC), Hermes da Fonseca. Hermes, ex-ministro da guerra de Afonso Pena (1906-1909) e responsável pelas primeiras missões militares do Brasil à Alemanha, que dariam subsídios aos "jovens turcos", foi marcado pelo "salvacionismo". Esse "salvacionismo" de intervenções militares federais junto às oligarquias que não obedecessem os desígnios do governo central, como no caso do governador Accioly e do vice, Padre Cícero, na Bahia. Nesse contexto, a "Revolta de Juazeiro", liderada por Cícero, ao ser vitoriosa contra o governo central, marcou o início do fim do "salvacionismo", ao menos sob Hermes da Fonseca. O progressivo descontrole, como viam os líderes do PRMG e do PRP, do governo Hermes da Fonseca, motivaram a reunificação das oligarquias e um restauro do pacto.

Em 1922, ante a vitória de Arthur Bernardes (PRMG) nas eleições presidenciais, e de uma suposta e inverídica carta na qual Bernardes desmerecia o exército, motivaria o retorno do espírito dos "jovens turcos" e dos princípios do salvacionismo. As revoltas tenentistas de 1922, "18 do forte, e de 1924, "Revolta de Miguel Costa", em SP, bem como a coluna Costa-Prestes, 1924-1927, marcavam a insatisfação das baixas patentes do estamento militar, não somente com a hierarquia militar, como explica J. M. de Carvalho, mas principalmente com o domínio oligárquico da política. Como caracterizou Mário de

Andrade, toda a sociedade, e não só os Modernistas de 1922, estava imbuída de um "espírito destruidor" e contrário às velhas oligarquias. Esse espírito, ante o novo atrito oligárquico pela eleição de 1929 à presidência, subsidiariam a candidatura da Aliança Liberal (Getúlio Vargas) e a posterior Revolução de 1930, que iniciou a Era Vargas, amparada tanto no tenentismo quanto no salvacionismo.

Por questões de ordem social e política, o pacto oligárquico iniciado por Campos Salles não resistiu à ruptura de 1929, ocasionando a deposição de Washington Luís (1930) e o início do governo Vargas. Por fim, a crise econômica de 1929 apenas complementaria um processo de colapso das bases oligárquicas que já estava em curso.

Observações do autor
1 – Quase todos os erros de português e de conteúdo foram mantidos (só foram alterados aqueles erros que impediam a compreensão do texto).
2 - Como escrever tudo isso em apenas 60 linhas? Canetas de ponta fina (0.6 mm), letra pequena, compressão de palavras (as palavras foram escritas de forma completa para o guia, mas um bom exemplo dessa compressão é: população = pop.) e "double-deckers" (escrever em dois andares na mesma linha; não sempre, mas sempre que for necessário para incluir novas informações lembradas a posteriori).

Lauro Grott – 20

A Primeira República iniciou-se sob o signo da "década do caos", segundo Renato Lessa, o que prenunciava os problemas vindouros. A partir do governo Campos Sales, o governo nacional passou a ser regido pela Política dos Estados, segundo a qual o governo federal concedia benefícios aos presidentes da província, enquanto estes garantiam votos nas eleições presidenciais. Nesse sistema, destacava-se o revezamento de poder entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, o qual não ocorreu sem revezes e contestações. Argumentava-se que o aspecto descentralizador da República e a falta de fiscalização acarretavam corrupção e ineficiência, o que foi o mote para a criação do movimento tenentista e para o desenvolvimento do ideal de salvacionismo militar.

Ao longo da década de 1920, o sistema político implementado na I República sofreu diversos abalos. Nas eleições presidenciais para o mandato de 1922, surgiu dissidência ao eixo político MG-SP, que nomeara Artur Bernardes para concorrer à presidência. A Reação Republicana – nome do bloco dissidente – nomeou candidato próprio e, em que pese Bernardes ter vencido, significou que o sistema não funcionava a contento. A política dos Estados funcionava com base no atendimento dos interesses de oligarquias, e estas sempre disputavam pelo poder.

Os tenentes condenavam esse sistema. O movimento tenentista surgira com base na perspectiva de soldado-cidadão, segundo José Murilo de Carvalho, a qual era de fundamento positivista e propugnava a participação do Exército na política. Os tenentes eram contra práticas retrógradas, como o voto aberto, e a forma como se garantiam as eleições, por meio do coronelismo, o qual simbolizava o encontro de interesses entre oligarquias decadentes e a necessidade de votos do presidente de província. É nesse sentido que surgiria o salvacionismo militar, o qual visava a salvar o Brasil de mazelas políticas e

sociais que o acometiam desde o Império e, por que não, desde o período colonial. Os tenentes, em suma, queriam moralizar a República.

O tenentismo, dessa forma, ameaçava o sistema político vigente tanto por querer exterminá-lo quanto em razão de causar dissidências no âmbito do próprio Exército. Se os tenentes eram soldados-cidadãos, seus superiores eram soldados-profissionais, formados na perspectiva militar alemã, à qual eles aderiram quando o barão do Rio Branco enviou-os à Alemanha para treinamento. Estes não acreditavam na intervenção política do Exército e condenavam o tenentismo.

Aliado a esses motivos, os tenentes sublevaram-se em razão da estagnação no avanço da carreira militar e, a partir de 1922, partiram para movimentos concretos, como a revolta do Forte de Copacabana, o levante de Isidoro Dias e a coluna Miguel Costa-Prestes, a qual marchou pelo país propagando o salvacionismo militar e condenando os vícios da República. No governo Bernardes, o mandato praticamente inteiro ocorreu sob estado de sítio.

Em que pese a relativa contenção do tenentismo e a manutenção da Política de Estados, a Primeira República sofreria golpe fatal na sucessão presidencial de Washington Luís, quando houve nova dissidência oligárquica. Nas eleições, Luís, que era paulista, nomeia outro paulista para a corrida presidencial, Júlio Prestes. Surge dissidência em que Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba nomeiam Getúlio Vargas para chefe do Poder Executivo. Vargas perde as eleições, mas, em razão do assassinato de João Pessoa, desencadeia-se processo que culminaria com a Revolução de 1930. O homicídio fora passional, porém foi utilizado como escusa em favor do fim da Política dos Estados, da qual tanto os tenentistas quanto as oligarquias insatisfeitas discordavam.

Em razão do tenentismo e das dissidências, a "colmeia oligárquica" (Lessa) entrou em colapso na Primeira República. A longo prazo, a Política de Estados não se sustentava, na medida em que se baseava em práticas retrógradas e que não abarcava todos os interesses presentes no cenário político nacional. A Revolução de 1930 ocorreu com o fim de sanar esses vícios, o que, em verdade, não ocorreu. Se o Estado passou por processo centralizador na década de 1930, como meio de substituir a Política dos Estados e orientar o desenvolvimento nacional, nem todas as mazelas deixaram de existir. O voto passou a ser secreto, mas continuou a ser utilizado como meio de troca. A corrupção, que o salvacionismo militar dos tenentistas visava coibir, teve curso continuado nos anos seguintes.

Fabio Coelho Caetano Baptista - 20

A Primeira República caracterizou-se por um início e um fim extremamente conturbados. Os anos entrópicos da República da Espada apenas seriam superados plenamente no governo Campos Sales, com as consolidações econômica, sob a forma do Funding Loan, e política, sob a Política dos Estados. A “Invenção Republicana”, na expressão de Renato Lessa, seria testada de diversas formas ao longo de sua existência. O mais sério teste e aquele que redundaria em sua derrocada, seria feito, progressivamente, ao longo de toda a década de 1920, em que se observaram as profundas convulsões sociais e políticas originadas do movimento tenentista. A impossibilidade de conjugar, constantemente, todos os interesses das oligarquias estaduais redundaria, em 1930, na

queda da Primeira República pelas mãos da Aliança Liberal, cujos integrantes estavam longe de ser os anarquistas e comunistas a que faz referência Marcos Napolitano.

A fim de compreender o colapso da Primeira República, deve-se considerar que a estabilidade política do regime somente foi garantida por meio da Política dos Estados, ou Política dos Governadores. O arranjo consistia, essencialmente, em um entendimento entre o governo federal e as elites locais dos Estados que garantia que ambas as partes fossem mutuamente beneficiadas. Quando das eleições nos Estados, em que o voto era público, os chefes locais, em sua maioria coronéis, apoiariam os candidatos do governo e incentivariam o voto popular por meio da entrega das mais variadas benesses materiais. O governo federal, em troca, executaria os projetos de interesse das oligarquias, protegendo seus projetos de poder. A última instância de controle eleitoral, a Comissão Verificadora de Poderes, era encarregada de "degolar" os candidatos oposicionistas que eventualmente obtivessem a eleição. Essa sistemática de controle funcionou razoavelmente bem durante os primeiros anos em que foi implementada, mas logo suscitou questionamentos por parte de militares e das classes médias, cujos interesses eram diversos daqueles das elites locais.

Naturalmente, não se deve conceber os militares como um grupo único e monolítico, já que a divisão entre a alta e a baixa oficialidade era evidente, muitas vezes até mesmo em termos políticos. Nesse sentido, a progressiva consolidação dos interesses dos grupos de militares de patente inferior redundou na formação do denominado movimento tenentista, que se opunha aos desmandos e à corrupção dos setores oligárquicos, exigindo reformas substanciais. O salvacionismo militar também constitui expressão típica da caserna durante a Primeira República. Nos momentos em que o Pacto Oligárquico não funcionava a contento, como durante a eleição de Hermes da Fonseca, era natural de que o Presidente da República buscasse dar voz aos anseios militares pela limitação dos jogos de poder perpetrados pelas elites estaduais, nomeando interventores que deveriam governar as províncias por um período de tempo delimitado.

Como se pode perceber, a Primeira República já dava sinais de desgaste mesmo antes da década de 1920. Nesse período, contudo, as insatisfações dos militares tenentistas e das oligarquias estaduais insatisfeitas explodiriam em uma série de eventos que acabaria por eliminar o regime. Arthur Bernardes governaria por quase todo o seu mandato em estado de sítio, em decorrência dos movimentos e das colunas formadas pelos tenentistas, que não hesitavam em se contrapor ao governo federal. Além dessa instabilidade constante, o regime republicano teria de se conciliar com o fato de que era impossível agradar a elites estaduais tão diversas como as de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e do Nordeste a todo o tempo. Em ocasiões pretéritas, as dissensões entre elas haviam poupado o regime republicano, mas não havia garantia de que isso continuaria a ocorrer. A fagulha gerada pelo movimento revolucionário desencadeado pela Aliança Liberal representaria apenas a culminância das contradições e das fortes instabilidades sobre as quais se sustentava o regime republicano oligárquico.

A implantação da República no Brasil revelava a nítida contradição de se implementar uma forma de governo que preza pela neutralidade diante do patrimônio público em uma nação que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, era caracterizada pelo favor e pelo cunhadismo. Por meio de estratégias de cooptação dos poderosos locais, o governo central logrou impor o federalismo a uma nação de dimensões continentais, ao custo da eliminação da moralidade. As críticas a essas práticas, realizadas por setores militares, redundaram no questionamento violento, amplo e aberto ao regime durante a

década de 1920. As origens do colapso da República Velha, como se pode perceber, vinculam-se à sua concepção.

Pior nota
Anônimo - 15

Após a chamada "década do caos", conforme propõe Renato Lessa, as oligarquias brasileiras buscam estruturar o controle sobre o poder político, mediante mecanismos de coordenação para perpetuação de seus interesses no poder. Não obstante, a existência de divergências de objetivos entre as elites estaduais, bem como a ascensão de novos grupos, em decorrência das rápidas transformações por que passava o país, provocam o progressivo declínio da Primeira República, até seu efetivo colapso com a Revolução de 1930.

Diante da percepção da existência de disputas interestaduais pelo poder, a presidência de Campos Sales firmara mecanismo que assegurava o controle do exercício político pelas principais oligarquias, em fenômeno conhecido como Política dos Estados. Tratava-se da disputa prévia dentro dos partidos estaduais e da definição da liderança que sucederia o presidente em exercício, evitando, desse modo, que as demais camadas sociais participassem do processo político de forma mais direta e representativa. A instituição da Comissão de Verificação de Poderes assegurava válvula de escape caso os procedimentos anteriores fossem insuficientes. Nesse sentido, os deputados que não apoiassem a presidência de turno não seriam aprovados e empossados pelo presidente da Comissão, que era o membro mais antigo da legislatura anterior. Assim, por meio da chamada "degola", mantinha-se o controle do poder político nas mãos das elites econômicas. Esses mecanismos seriam reforçados em 1919, com o chamado Pacto do Hotel Gloria, que, na verdade, corresponde ao ápice da Política dos Estados e do poderio das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. A despeito de controvérsias sobre a real existência de uma "política do café-com-leite", é inegável que representantes dessas duas oligarquias foram majoritariamente os ocupantes da presidência, apesar de se verificarem eleições com efetiva disputa, como a própria de 1919, em que formara a Aliança Republicana, demonstrando as fissuras no chamado pacto oligárquico.

A essas dimensões, soma-se a emergência de novos grupos sociais, em grande medida, formados pelo processo de urbanização e industrialização que começava a se verificar em 1917 e 1919, demonstrando a formação de um proletariado. Embora o anarcossindicalismo tivesse maior presença inicial, funda-se o Partido Comunista Brasileiro, que também é reflexo da influência dos imigrantes chegados no país. Além do operariado, começa-se a delinear uma classe média urbana, sobretudo, em São Paulo, que daria origem ao Partido Democrático. Assim, no marco do centenário da independência brasileira, as celebrações são conturbadas pela expressão dessas novas classes sociais e de seus interesses, bem como das manifestações culturais novas do Modernismo, representadas pela Semana de Arte de 22.

Ademais desse contexto de indiscutíveis turbulências, destaca-se a relevância da atuação dos tenentes na esfera política, em meio ao fortalecimento da ideia de soldado-corporação. Adquire grande importância a tese, influenciada pelo positivismo, do chamado salvacionismo militar, que apregoava a responsabilidade dos militares por recolocar o país no caminho adequado, uma vez que os civis seriam incapazes de fazer essa condução.

Diante disso, os militares passam a recuperar experiências passadas de sua liderança como modelo para o exercício da presidência no novo contexto, inspirando-se, por exemplo, no florianismo. A partir dessa perspectiva, desenrola-se, na eleição de 1922, um processo que constitui o início do movimento tenentista. Por meio do episódio das cartas falsas, em que se atribuiu a Artur Bernardes supostas críticas ao ex-presidente e Marechal Hermes da Fonseca, os militares opõem-se à candidatura daquele, verificando-se grande agitação no Clube Militar. Em paralelo, oficiais de menor patente começam a se mobilizar para marchar pelo país em busca da deposição do presidente Epitácio Pessoa e da impossibilidade, posteriormente, de posse por Artur Bernardes. A junção das colunas saídas do sul e de São Paulo sob o nome de Prestes-Costa, embora tenha fundado importante movimento que contribuiu para o colapso da Primeira República, encontrou dificuldades para mobilizar a população do interior do país.

O movimento que culminou com a Revolução de 1930 e ascensão da Aliança Liberal ao poder, com Getúlio Vargas à frente, é reflexo dos desafios enfrentados para manutenção dos mecanismos de controle do poder pelas principais oligarquias do país diante das transformações vividas por esse, notadamente, pela emergência de novos grupos sociais.

Questão 4

O governo nunca foi derrotado eleitoralmente ao longo de todo o Segundo Reinado. A alternância partidária no poder foi sempre ditada pela intervenção do Poder Moderador. A elite política imperial empreendeu bom número de modificações na legislação eleitoral, visando assegurar a "verdade eleitoral". Nenhuma dessas reformas foi bem-sucedida. As denúncias de violência, manipulação e fraude foram frequentes e dominaram os debates políticos. Para os contemporâneos, eleições se caracterizariam pela reiterada falsificação dos princípios do governo representativo.

Eleições, contudo, não eram encenações ou eventos destituídos de significado, tampouco se deve inferir que o insucesso das reformas institucionais determinou o modo como as eleições foram travadas e ganhas pelo governo. (Fernando Limongi. Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência. In: Lua Nova, São Paulo, 91: 13-51, 2014, p. 46-7 - com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca das eleições no Segundo Reinado. Em seu texto, aborde as reformas eleitorais efetivadas nesse período.

Média: 12,65 amp. / 7,43 cotas negros
Desvio padrão: 2,87 amp. / 2,75 cotas negros

Bruno Rodrigues Teixeira – 17

O sistema eleitoral do Império continha inúmeros problemas que possibilitaram fraudes e a tendência à criação de Parlamentos hegemônicos com baixa participação da oposição. As reformas eleitorais não conseguiram resolver esses dois grandes problemas, em grande parte.

As eleições no Segundo Reinado, desde o início, foram caracterizadas por fraudes e por mecanismos de coerção, conforme ocorreu já nas primeiras eleições após o golpe da Maioridade, que ficaram conhecidas como "eleições do cacete". Desde esse episódio, ficou claro que seria o Poder Moderador o responsável por arbitrar as disputas intraelites, pois o Imperador, após as denúncias generalizadas de fraude, derruba o gabinete liberal e institui um conservador. É certo, porém, que desde a década de 1840, houve tentativas de aperfeiçoamento do sistema eleitoral. Em 1846, reforma aumenta os requisitos de renda dos votantes de 100$000 para 200$000, medida que deveria limitar o número de votantes mas que acaba sendo inócua em razão dos efeitos corrosivos da inflação.

Mesmo com a atuação do Poder Moderador no arbitramento de conflitos intraelite, fato é que desde o Tempo Saquarema, verificou-se tendência de hegemonia de um partido no Parlamento em razão do sistema de voto em Listas. A hegemonia saquarema, nesse sentido, dar-se-á por um lustro com a quase ausência de parlamentares liberais no

Parlamento imperial. Essa situação representava um problema porque a incapacidade de a oposição chegar ao poder poderia levar a que elites recorressem a outros métodos, como o fizeram em 1942, quando liberais se insurgiram em Minas Gerais e São Paulo após a derrubada dos liberais pelo Imperador. Nesse sentido, o Marquês do Paraná formou o Gabinete da Conciliação, com a presença tanto de conservadores quanto de liberais, e instituiu duas mudanças fundamentais que extinguiram o voto em lista. Por um lado, o estabelecimento do vito distrital permitiu que políticos das localidades não articulados nacionalmente pudessem eleger-se ao Parlamento. Por outro, a instituição das inelegibilidades dificultou o uso da influência que os magistrados tinham para reeleger-se indefinidamente. Essas duas mudanças permitiram o aumento do número de profissionais liberais e de oligarquias locais no Parlamento, o que significou uma ascensão dos Liberais, que a partir de 1962 conquistaram o Gabinete e, aliando-se a certos conservadores moderados, instituíram a Liga Progressista.

Essas mudanças do gabinete da Conciliação não resolveram a longo prazo, porém, o problema da hegemonia de um partido no Parlamento. Durante o Gabinete do Visconde do Rio Branco, portanto, este instituiu a Lei do Terço, que separava 1/3 da Legislatura a candidatos oposicionistas. Essa medida por certo possibilitou alguma diversidade no Parlamento Imperial, mas não foi acompanhada de ações que visassem a eliminar o problema estrutural das fraudes eleitorais, que perpassaram todo o Segundo Reinado. Um Gabinete Liberal buscou tratar essa questão em 1881; a Lei Saraiva, nesse sentido, recorreu a maior seletividade do eleitor, por meio da instituição do censo literário. Diferentemente da Lei de 1846, essa medida não poderia ser inutilizada pela ação corrosiva da inflação; de fato ela foi capaz de reduzir consideravelmente o número de eleitores que passou de 10% para cerca de 1% da população. Além disso, a Lei Saraiva extinguiu o sistema de duas fases, eliminando a diferenciação entre votantes. O argumento dessa lei estava fundado na suposição de que eleitores com alguma educação seriam menos propensos a fraudes eleitorais.

As reformas eleitorais não lograram corrigir as amplas fraudes nem o problema da renovação e circulação de políticos no Parlamento, renovação que em grande medida continuou sendo gerida pelo Poder Moderador. Além disso, a reforma final instituiu a exclusão do analfabeto do eleitorado, medida que perduraria no período republicano.

Pedro Henrique de Sousa Zacarias – 17

Conforme assevera Fernando Limongi, as eleições foram, ao longo do 2º Reinado, eventos significativos na política doméstica, a despeito das críticas feitas à prática disseminada da fraude eleitoral. Desde o início daquele período, a partir das "eleições do cacete" de 1841, na qual a vitória dos liberais foi marcada pelo amplo recurso à força e à violência, o Império demonstrou preocupação com o aperfeiçoamento da dinâmica eleitoral.

O exercício eleitoral fora disciplinado na Constituição de 1824 conforme os preceitos liberais da época: o voto era censitário e indireto, com diferentes exigências de renda para "votantes" e "eleitores" (estes iriam, efetivamente, eleger o deputados), além de exigências maiores de renda para candidatar-se aos cargos do legislativo. Nesse sentido, uma primeira reforma eleitoral de relevo ocorreu em 1846, quando foram atualizados os

critérios de renda para as eleições. Não obstante, é preciso destacar que o acesso aos direitos políticos era consideravelmente mais disseminado no Brasil do que em outros países, como a Inglaterra, por exemplo, onde as exigências eram maiores.

Com a criação, a partir de 1847, do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, o Poder Moderador passou a atuar de forma mais incisiva, com a faculdade de dissolver o Parlamento. Consubstanciou-se, desse modo, o que Nabuco de Araújo chamaria de "parlamentarismo às avessas" do sistema brasileiro. O Parlamento, atuando como "caixa de ressonância", nos termos de J. M. Carvalho, da sociedade, estava, assim, condicionado tanto pela dinâmica eleitoral como pelo Poder Moderador do Imperador.

Nesse contexto, o período da conciliação, capitaneado por Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná, introduziu reforma eleitoral de relevo, com a Lei dos Círculos Eleitorais, de 1855. Por meio desta, buscou-se atender a demandas de membros do Partido Liberal por maior representação. Com essa lei, foi introduzido o voto distrital no país, com cada "círculo eleitoral" podendo eleger um representante (posteriormente, em nova reforma, esse número seria aumentado para três). Além disso, determinaram-se as regras das incompatibilidades eleitorais, segundo as quais quem exercesse cargos públicos em um distrito não poderia apresentar candidatura naquela circunscrição.

Em 1875, no âmbito do chamado "decênio conservador" (1868-1878), nova reforma eleitoral foi aprovada, após trabalhosa articulação ao longo do gabinete Rio Branco. Pela chamada Lei do Terço, garantia-se a representação de pelo menos um terço das cadeiras do Parlamento à oposição. Essa reforma insere-se, assim, no âmbito da chamada prática do "reform mongering", por meio da qual conservadores buscaram esvaziar as pautas do Partido Liberal.

Em 1881, a Lei Saraiva, aprovada sob o gabinete liberal, introduziu as reformas de maior relevo até então, que perdurariam, em alguns aspectos, até depois do período imperial. Foi instituído por ela o voto direto e universal (masculino), antigo pleito liberal, sendo extintos os requisitos de comprovação de renda (*). Por outro lado, longe de significar ampliação da participação democrática, essa reforma reduziu drasticamente o eleitorado, ao introduzir a proibição de voto dos analfabetos, em país de população majoritariamente iletrada. Esse movimento não esteve dissociado da perspectiva de abolição do regime escravista, de modo que se buscou resguardar o viés oligárquico da participação eleitoral.

Para além dessas reformas, foram realizados, ao longo do Segundo Reinado, outros ajustes pontuais em critérios como a forma de comprovação de renda e o alistamento eleitoral, de modo a reduzir a possibilidade de fraudes e preservar a "verdade eleitoral". Entretanto, mesmo após a instauração da República, a prática eleitoral no Brasil continuaria refém de práticas que, da perspectiva contemporânea, pareceriam contrárias ao princípio democrático (como o voto aberto, por exemplo).

Dessa forma, as eleições no Segundo Reinado devem ser vistas como um longo aprendizado no exercício de direitos políticos, marcado por avanços e recuos. Desse período, a proibição do voto dos analfabetos, a partir da Lei Saraiva, legaria efeitos mais duradouros no alijamento da população da construção da cidadania.

**Nota: Informação incorreta. A Lei Saraiva não acabou com o voto censitário.*

Sarah Cruz Ferraz – 17

O sistema eleitoral brasileiro, conforme previsto pela Constituição de 1824, previa eleições indiretas em dois níveis e voto censitário. Ao longo do Segundo Reinado, conforme se consolidava um projeto de Estado centralizado e calcado nos princípios do "liberalismo à brasileira", procedeu-se à realização de sucessivas reformas eleitorais cujo objetivo principal era a "verdade eleitoral", mas cujos resultados foram, na prática, responsáveis por reduzir a participação eleitoral. Ao final do Império, houve redução sensível do número de eleitores, em movimento que era contrário às tendências internacionais de expansão da participação democrática.

Com a chegada ao poder do Imperador D. Pedro II, completou-se, na década de 1840, o longo processo de formação do Estado brasileiro. A vitória do Regresso Conservador e a adesão das elites políticas ao projeto centralizador permitiu [sic] que, a despeito da alternância periódica entre liberais e conservadores no poder, se alcançasse estabilidade institucional e consenso em torno do projeto centralizador. A partir de 1847, com a criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, conformou-se o chamado Parlamentarismo "às avessas", no qual formava-se primeiro o Gabinete e depois este definia a Câmara, blindando o Imperador contra eventuais críticas.

Conforme o previsto na Carta de 1824, as eleições parlamentares se dariam em dois níveis: no primeiro, os votantes de paróquia, com renda mínima de 100 mil reis, elegiam os eleitores e estes, com renda mínima de 200 mil reis, elegiam seus representantes no Parlamento. Para possuir capacidade eleitoral passiva, os indivíduos do sexo masculino deveriam atender a requisitos mínimos como renda mínima de 400 mil reis para candidatar-se a deputado e 800 mil reis para candidatar-se a senador, além de não serem libertos. A despeito de seu caráter censitário, percebe-se uma participação eleitora crescente nas primeiras décadas do Império, quando a inflação crescente acabou por reduzir, na prática, as limitações de renda à participação cidadã. Dessa forma, ainda na década de 1840, empreendeu-se uma primeira reforma eleitoral que recrudesceu novamente os critérios de renda.

Essa primeira reforma, contudo, não foi capaz de desfazer as críticas crescentes que se faziam às fraudes e aos limites do sistema político em garantir a representatividade das minorias políticas. Com base nas pressões políticas crescentes de grupos de oposição, que se queixavam das dificuldades de acesso ao Legislativo, aprovou-se, em 1855, a Lei dos Círculos. Esta apresentou limites concretos ao predomínio de potentados locais ao proibir a candidatura, no distrito eleitoral onde exercessem suas funções, de funcionários públicos e clérigos. Os resultados imediatos da nova lei, que restringia as eleições a um representante por distrito, foi uma renovação significativa da Câmara, com a derrota eleitoral de figuras políticas tradicionais em alguns distritos. Dessa forma, em 1860, reformou-se a Lei de 1855 de forma a ampliar o número de representantes por distrito, que passaram de um para três.

Ao longo das décadas de 1860 e 1870 assiste-se, no país ao Renascer Liberal e à formação de um "clamor por reformas". Alijada do poder após a queda do Gabinete Gois de Vasconcelos em 1868, a oposição liberal articula-se em grupos diversos que vão desde o liberalismo moderado do Novo Partido Liberal, ao republicanismo federalista dos partidos republicanos que surgem após o Manifesto de 1870. É relevante, no conjunto das demandas liberais por reformas, a defesa da moralização do processo eleitoral com a

adoção do voto direto e secreto. Dessa forma, ainda no bojo do processo modernizador empreendido pelos conservadores no decênio de 1968-78, aprova-se a Lei do Terço em 1875, a qual estabelece a reserva de um terço das cadeiras para a oposição e institui o voto direto e o título eleitoral.

Mais relevante, contudo, foi a aprovação, 1881, da Lei Saraiva que, em contexto de crise política do Império, buscou novamente atender aos pleitos por redução de fraudes eleitorais e instituiu, dentre outras medidas, o censo literário, o que significou, na prática, uma drástica redução do eleitorado. Percebe-se, ao longo do Império brasileiro, a permanência de um ideário político que, a despeito da defesa recorrente do discurso liberal de defesa dos direitos individuais, mantém afastados da verdadeira participação política parcela substantiva da população brasileira.

Érika Helena Campos – 16

A cidadania no Segundo Reinado era fragmentada, como coloca José Murilo de Carvalho. Ainda que a carta constitucional de 1824 garantisse direitos individuais e políticos de forma relativamente abrangente, o arranjo institucional do império gerava direitos políticos mutilados. Primeiramente, cabe lembrar que o voto era censitário e indireto; segundo, é importante retratar um fato muito polêmico durante o Segundo Reinado: ser o imperador o grande eleitor. Efetivamente, como coloca Fernando Limongi, o exercício do Poder Moderador conferia ao imperador a cidadania total, pois, pelo seu uso, ele desconstituía os gabinetes de ministros, alternava os partidos no Poder e convocava eleições para formar o Parlamento, sendo que o partido que detinha o novo gabinete necessariamente formaria maioria legislativa, dada a escala das fraudes eleitorais.

Devido a esse panorama, durante o império grassou o debate sobre o sistema eleitoral; debate esse que, recorrentemente, recaía na crítica ao Poder Moderador. Com o gabinete da Conciliação, articulado por Carneiro Leão, entre 1853 e 1858, o Marques do Paraná avançou essa pauta cara aos liberais e, em 1855 fez aprovar a Primeira Lei do Círculo. Esta criava, na prática, o voto distrital, sendo que, em cada distrito se elegeria um representante. Essa lei facilitaria a eleição de notabilidades locais em detrimento de políticos tradicionais, geralmente filiados ao partido conservador.

Testada essa lei, ficou patente sua relativa eficácia. A legislatura formada a partir de sua aplicação já tinha uma bancada mais significativa de liberais. Essa maior presença de liberais, contudo, gerou dificuldades para a governabilidade do gabinete conservador, entre 1858 e 1862. Dessa forma, os conservadores buscaram passar a segunda lei do círculo, em 1860, a fim de aumentar os distritos e reduzir a elegibilidade de líderes locais.

Essas reformas, contudo, viabilizaram o chamado "renascer liberal", uma vez que os liberais passaram a ter porcentagens crescentes na bancada parlamentar.

As leis do círculo repercutiram na posterior tentativa de se prolongar o esforço de conciliação entre partidos conservador e liberal. Na Câmara e no Senado, respectivamente, Zacarias de Góis e Vasconcelos e Joaquim Nabuco aproveitaram-se da ampliação da presença de liberais e dos impasses com os conservadores puros para avançar o projeto da Liga Progressista, coalizão de conservadores e liberais moderados defensores dos benefícios de uma pauta comum.

Durante todo o período em que vigorou o arranjo da Liga e, posteriormente, Partido Progressista (1862-1868), o Imperador se furtou de usar o Poder Moderador para dissolver legislaturas e convocar novas eleições. Ele dava posse a gabinetes que repercutissem as maiorias formadas no Parlamento pela via eleitoral. Esse foi o período em que mais próximos estivemos de uma prática de Parlamentarismo clássico.

A partir de 1868, contudo, a dissolução do gabinete Progressista e a convocação de novas eleições para ratificar os conservadores no poder acenderam o clamor por reformas que caracterizou a política imperial de pós-guerra do Paraguai. As fraudes eleitorais voltariam ao centro dos debates e o Poder Moderador seria contestado como nunca pelos liberais.

É em meio à tônica de debates acirrados que o gabinete conservador do Visconde do Rio Branco passa a capturar pautas liberais relevantes, como a reforma eleitoral. Em 1875, ele tenta passar a Lei do Terço e não obtém êxito. Será pelas mãos de Caxias, seu sucessor, que será aprovada a lei que garantiria ⅓ da bancada parlamentar para o partido minoritário. A próxima lei relevante é aprovada pelo gabinete liberal de Saraiva. Em 1881, convictos de que a fraude eleitoral era fruto da manipulação das massas ignorantes - raciocínio comum nas elites brasileiras -, esse gabinete passou a Lei Saraiva, que vedava o direito de voto aos analfabetos. Essa lei reduziu, de forma drástica, a franquia eleitoral brasileira, que, à época, era uma das mais elevadas do mundo.

Conclui-se desse trajeto, que a cidadania brasileira, sobretudo sua dimensão eleitoral, foi construída sobre avanços e recuos. Importante é enfatizar os aprendizados das experiências eleitorais que, apesar das fraudes, deram aos cidadãos a dimensão do valor do voto.

Pior nota
Anônimo - 2

O tema eleitoral é fundamental para a compreensão do funcionamento do sistema político imperial. Apesar do sistema eleitoral do Império ser censitário, é importante destacar que gerou participação bastante destacada para os padrões da época, em um sistema de eleição indireta em que primeiro votava-se nos eleitores para, em seguida, os eleitores votassem para os representantes do parlamento. Os requisitos censitários variavam de modo que uma parcela da sociedade podia ser eleitora ou representante no parlamento. A grande questão, portanto, não é seu aspecto censitário, mas sim a forma como as eleições são realizadas, e o próprio funcionamento do parlamentarismo pátrio. Nesse contexto, algumas reformas eleitorais podem ser destacadas, denotando os limites do sistema.

Um primeiro aspecto do sistema eleitoral é seu caráter fraudulento. De fato, o governo central sempre vencia as eleições. As eleições de 1843, que marcaram a volta dos liberais ao poder, após o regresso conservador, ficaram conhecidas como "eleições do cacete" devido a ampla violência empregada. Nesse contexto, tem-se uma inversão na lógica parlamentarista. Não é a composição do parlamento que forma o gabinete, mas o gabinete que força a composição do Parlamento. Assim, no que ficou conhecido como "parlamentarismo às avessas", o Imperador, utilizando de suas prerrogativas de poder moderador, escolher o gabinete, que vai, assim, formar a maioria no Parlamento. Ao longo de todo o Segundo Reinado, haverá críticas ao arbítrio do Imperador, fazendo com que o

descontentamento em relação à distribuição de poder fosse também dirigida ao Imperador, que ficava com o ônus de compor as forças políticas de acordo com a sua sensibilidade política do momento. Esse aspecto vai minando a legitimidade do sistema.

Outro aspecto importante é o fato de que, a despeito da pluralidade de opiniões, há uma certa homogeneidade da elite, conforme a teorização de José Murilo de Carvalho, que torna mais fácil absorção das contradições do sistema. Assim os representantes parlamentares brasileiros, serão compostos de indivíduos que passaram pelas faculdades de Direito de São Paulo e Recife ou, em menor medida, de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador e que, ao longo da carreira vão desempenhar funções públicas como a Magistratura, a administração das províncias, a representação no parlamento e, eventualmente, o exercício de cargo ministerial.

Mesmo em um contexto de homogeneidade das elites, as contradições e os limites do sistema eleitoral serão causa de instabilidade, principalmente, porque não existem meios de ascensão ao poder político que não seja motivado pela vontade do Imperador. Assim, por exemplo, durante o gabinete da Conciliação, após longo predomínio conservador, ficou evidente que era necessário abrir espaço institucional para a oposição. A lei dos círculos eleitorais de 1856 traz em seu âmbito, o objetivo de aproximar a representação, de modo a garantir maior pluralidade no Parlamento. Na década de 1870, novamente em um contexto de predomínio conservador, Angela Alonso vai apresentar um grupo de jovens da elite, filhos de membros do Partido Liberal, vão buscar outras formas de atuação política, como a panfletagem, a realização de comícios, aderindo a causas como o abolicionismo, o republicanismo. Esse movimento levará a nova alteração eleitoral no Gabinete Rio Branco. Já no final do Império, com base no argumento da baixa qualidade do voto, será iniciado o debate sobre o imperativo de proibir o voto de analfabetos, o que levará, efetivamente a redução do número de eleitores no país.

POLÍTICA INTERNACIONAL

Questão 1

Discorra a respeito das relações políticas entre o Brasil e a Argentina no período entre 1945 e 1980, contextualizando e analisando os eventos históricos que marcaram tais relações.

Média: 25,87 amp. / 22 cotas negros
Desvio padrão: 2,61 amp. / 2,62 cotas negros

Érika Helena Campos – 30

A história das relações entre Brasil e Argentina, entre 1945 e a década de 1980, marca a evolução entre a rivalidade conjuntural e o paradigma da integração. Consistindo em relação vital para a política externa brasileira, o Brasil sempre cultivou laços com seu vizinho austral, ainda que, não raro, prevalecesse o desencontro. No entanto, é importante salientar que, desde o século XIX, quando os dois Estados nacionais se formavam, sempre houve, em ambos os lados, homens de Estado que defendiam a aproximação bilateral. No período a ser analisado, isso permanece verdadeiro, sendo notável que os dois países tenham concluído a década de 1980 sob o marco da cooperação e da integração visando ao progresso mútuo e regional.

O pós-Segunda Guerra mundial foi momento de desencontro entre Brasil e Argentina. Durante o conflito mundial, desde a Conferência Americana de 1942, o Brasil havia se aliado às democracias liberais contra o Eixo, enquanto a Argentina manteve-se neutra até o início de 1945. No panorama de reorganização do sistema intercontinental americano, em 1945, Buenos Aires furtou-se de participar da conferência que resultou na Ata de Chapultepec e, com a ascensão de Domingo Perón, adotou o que ficou conhecido como "terceira posição", atitude neutralista e autônoma diante da bipolaridade que se vislumbrava. O Brasil, por sua vez, nutria o mito das "relações especiais" com os Estados Unidos, e posicionou-se de forma alinhada à potência americana, tanto na ONU quanto no sistema interamericano. Dessa forma, durante os governos Dutra (1946-1950), Vargas (1951-1954) e Café Filho (1955) as relações bilaterais foram prejudicadas em virtude da adoção de perspectivas opostas de política externa.

Vale fazer referência, contudo, ao esforço de inteligência bilateral que teve lugar durante a administração Vargas. Em 1952, Perón, insatisfeito com as negociações para o Acordo Militar Brasil-EUA, chegou a propor uma revitalizada versão do pacto ABC. A conjuntura interna brasileira, no entanto, obstaculizou essa proposta, que foi acusada de arranjo sindicalista por João Neves da Fontoura e outros membros da diplomacia. A

frustração de Perón, somada à ratificação do Acordo Militar Brasil-EUA ilustra o desacordo entre os dois países sul-americanos.

O governo de Juscelino Kubitschek, com sua abordagem pan-americanista de política externa deu novo impulso à relação com a Argentina. Se a primeira fase do governo JK foi caracterizada por maior alinhamento com Washington, como demonstra a cessão da base de rastreamento de foguetes em Fernando de Noronha aos americanos e o apoio ao levante antissoviético na Hungria, a partir de 1958, com o lançamento da Operação Pan-Americana (OPA), sua política externa voltar-se-ia para as Américas. JK, antes de se articular junto à presidência Eisenhower para lançar a OPA, estabeleceu canais de contato com Arturo Frondizi, quem recebeu positivamente a proposta e abriu caminho para que outros países latino-americanos também simpatizassem com a ideia. A despeito da reticência americana diante da OPA, essa aproximação entre Brasil e Argentina rendeu frutos positivos, como o convênio de cooperação industrial de 1959 e as relações amistosas que se desenvolverão na primeira metade da década de 1960.

De fato, o ponto alto da relação bilateral se daria na administração Jânio Quadros-João Goulart. Em 1961, como parte da abordagem da Política Externa Independente, Jânio se reúne com Frondizi em Uruguaiana, firmando Acordo de Cooperação e Amizade. Com a ascensão de Goulart à presidência, essa relação não seria modificada, como demonstra a declaração do Galeão, feita por Goulart e Frondizi. Adicionalmente, deve-se destacar que os dois países coincidiam em temas sensíveis, como a questão da suspensão de Cuba da OEA - tanto Brasil quanto Argentina se abstiveram, compondo o outersix - e a relevância do Movimento dos países não alinhados, do qual o Brasil era observador e a Argentina veio a fazer parte.

O radicalismo da bipolaridade sistêmica, refletido em seus respectivos territórios, cobrou seu preço em ambos os países, e tanto Jango quanto Frondizi não lograram concluir seus mandatos em virtude da ocorrência de golpes de Estado. Ingressando em período de ditadura militar, o Brasil reposicionou-se: abandona, temporariamente, o discurso independente e passa a valorizar a interdependência e a teoria dos círculos concêntricos. A lógica securitária prevalecerá, turvando as relações bilaterais.

O governo Castello Branco elabora estratégia sul-americana baseada na segurança tanto dos eixos da bacia amazônica, quanto do eixo do Prata. Neste, promove aproximação com o Paraguai de Strossener e, em 1966, assina a Ata das Cataratas, cujo objetivo era findar com disputa territorial longeva e lançar as bases para o projeto hidrelétrico. Nesse momento se inicia a desconfiança da Argentina sobre a política brasileira na região, fato que não se arrefecerá nem com a assinatura do Tratado da Bacia do Prata, no final do governo Costa e Silva.

A década de 1970 foi momento de aprofundamento das desconfianças. Em 1973, Brasil e Paraguai assinam o Tratado de Itaipu, gerando grande insatisfação no governo argentino e iniciando a crise Itaipu-Corpus. O afastamento fica ainda mais evidente durante a presidência de Isabelita Perón, momento de grande instabilidade argentina, enquanto o Brasil ainda vivia seu milagre. Pode-se, contudo, dizer que houve uma cooperação nefasta: aquela da Operação Condor, que só gerou frutos negativos.

O processo de redemocratização do Brasil, sobretudo a partir do governo Figueiredo, abriu novos horizontes para a relação bilateral. Em 1979, Saraiva Guerreiro havia sido orientado a firmar o Acordo Tripartite, que findou com a celeuma de Itaipu-Corpus. Com a Guerra das Malvinas (82) a disposição de amizade do Brasil comprovou-se

com a posição de "neutralidade imperfeita" diante do conflito entre Buenos Aires e Londres. Neste, o Brasil reafirmou posicionamento que remonta a 1833.

A correção de rumos que se verifica nesse momento repercute em área sensível: os programas nucleares. Em 1980, Figueiredo e Viola assinam acordo nuclear que será reafirmado em 1985, na Declaração de Iguaçu, entre Sarney e Alfonsín. Inicia-se aqui uma virada paradigmática definitiva rumo à cooperação e à integração. Como coloca Miriam Saraiva, com Sarney e Alfonsín, Brasil e Argentina chegam ao ponto ótimo da parceria bilateral, em momento que ambos os países reingressam na democracia.

O Acordo de Cooperação, Desenvolvimento e Integração de 1988, e a futura fundação do Mercosul, junto a Uruguai e Paraguai marcam o desfecho exitoso do processo de reconciliação e projeção para o século 21.

Priscila Liz Alves – 30

O início da Segunda Guerra Mundial provocou efeitos destacáveis na região platina. Em meio às discussões promovidas pelos chanceleres americanos em 1942, no Rio de Janeiro, acordou-se a recomendação de rompimento das relações diplomáticas entre os países americanos e o Eixo. Já nesse momento, observou-se a discordância da Argentina, que, junto do Chile, se colocaram contra a medida de rompimento com os países do Eixo. As desconfianças para com a postura argentina elevaram-se com o golpe de Estado na Bolívia, que, embora tivesse aderido ao rompimento, voltou a defender a neutralidade, medida também tomada pela Argentina, mesmo depois do golpe promovido pelos Oficiais Unidos, que se mostravam favoráveis ao Eixo. Tendo em vista essas mudanças políticas na Argentina e na Bolívia, o governo de Getúlio Vargas chegou a solicitar o envio de armamento aos Estados Unidos para que pudesse resguardar a fronteira sul do Brasil. Observa-se, portanto, que o ano de 1945 caracterizou-se pelo sentimento de desconfianças entre Brasil e Argentina, ainda que a última tenha rompido relações com o Eixo e declarado guerra ao bloco, com o objetivo de participar da nova ordem mundial que, então, se formava com o término do conflito e com a criação das Nações Unidas. No que concerne à América, a Ata de Chapultepec consolidava a noção da segurança coletiva e da solidariedade continental, da qual Brasil era grande defensor, sobretudo no governo de Eurico Gaspar Dutra.

No decorrer da administração de Dutra (1946-1951), o qual era ferrenho anti-comunista, as relações políticas com a Argentina caracterizaram-se pela baixa intensidade. Enquanto Dutra era grande defensor da aliança política e militar com os Estados Unidos, líder do bloco ocidental, o governo de Perón, que vencera as eleições presidenciais argentinas no pós-II GG, propugnava pela política externa da "terceira via", a qual objetivava elevar a autonomia política da Argentina em um sistema internacional bipolar. Nesse sentido, o governo Dutra, apoiador do TIAR e da OEA, nutriu desconfianças com relação à Argentina, que, para os políticos brasileiros, estaria tentando projetar poder na América do Sul sob o governo de Perón. Essa desconfiança cresceu ainda mais no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), pois havia, a princípio, nítida afinidade ideológica entre Vargas e Perón, ambos defensores do paradigma trabalhista. De fato, Perón tentou aproximar-se do governo brasileiro, propondo a recriação do pacto ABC, agora com viés mais fortemente contrário aos Estados Unidos. Considerando-se a grande oposição

interna, liderada pela UDN, Vargas não aderiu aos planos de Perón, que chegou a responsabilizar o Itamaraty pela relação distante com o Brasil. De fato, o ex-chanceler de Vargas, fortemente contrário à aproximação com a Argentina, desestabilizou o governo de Getúlio, alegando haver plano conjunto entre Vargas e Perón para a criação de república sindicalista.

As desconfianças políticas entre Argentina e Brasil permanecem até o governo de JK, na década de 1950. Nesse período, ascendeu ao poder, na Argentina, Frondizi, que compartilhava muitos dos ideais de JK em termos de industrialização e modernização nacional. De fato, JK priorizou o diálogo prévio com Frondizi quando da elaboração da Operação Pan-Americana, que recebeu apoio do governante argentino desde o início da divulgação do projeto para América Latina. Para além da cooperação na OPA e na ALALC, criada ao término do governo de JK, a cooperação e o bom relacionamento político entre Brasil e Argentina prosseguiram nos governos de Jânio Quadros e João Goulart. O Encontro e o Espírito de Uruguaiana entre Jânio Quadros e Frondizi caracterizaram as boas relações entre Brasil e Argentina, com a celebração de acordos nas áreas comercial, política e econômica, havendo, inclusive, convergência de posturas sobre a questão cubana, já que tanto Argentina quanto Brasil posicionaram-se pela abstenção na votação para suspensão de Cuba na OEA, juntamente com os demais "Outer Six".

A defesa de uma política externa mais autônoma e voltada para o desenvolvimento e a cooperação com o Brasil fomentou um golpe de Estado contra o presidente argentino. No Brasil, também houve a deposição de João Goulart e o início do regime militar (1964-1985). A partir de 1964, há distanciamento político entre Argentina e Brasil, inicialmente pela falta de convergência política, pois, na Argentina, ainda havia democracia em 1964. Após o início do regime militar argentino, em meados da década de 1960, observou-se a continuidade do afastamento político entre Brasil e Argentina, agora em virtude das disputas geopolíticas entre os dois Estados na América do Sul, bem como da prática de políticas externas divergentes, pois a Argentina buscava alinhamento aos Estados Unidos, enquanto o Brasil voltava a praticar, gradualmente, princípios da PEI, sobretudo independência e terceiro-mundismo no governo de Costa e Silva (1967-1969).

A disputa geopolítica caracterizou o relacionamento entre Brasil e Argentina a partir de 1966, quando o Brasil deu início à diplomacia das cataratas, que objetivava aproveitar potencial hídrico das Sete Quedas com o Paraguai. Nos governos de Costa e Silva e Médici, quando Paraguai e Brasil celebraram o Acordo de Itaipu, e Geisel, quando Itaipu começa a ser construída, a disputa geopolítica entre Brasil e Argentina fica cada vez mais acirrada, com a oposição ferrenha da Argentina ao projeto de Itaipu, que, para ela, frustraria a realização do projeto de aproveitamento hidráulico de Corpus. Os embates entre Brasil e Argentina sobre a questão ultrapassaram o âmbito regional e chegaram à ONU. O bom termo entre os países só retornou, após a mobilização de tropas na fronteira no governo Geisel, quando Figueiredo assumiu o poder e, com seu chanceler Saraiva Guerreiro, logrou chegar a um acordo com a Argentina (Acordo Tripartite), compatibilizando os projetos de Itaipu e Corpus. A partir de 1979, quando, na Argentina, já há, igualmente, regime militar, os Estados aproximam-se. A neutralidade positiva do Brasil para com a Argentina na Guerra das Malvinas facilita o relacionamento, também marcado por troca de visitas e pela celebração de acordo nuclear para fins pacíficos. De fato, estavam postas as condições para a aproximação crescente e para o futuro projeto de integração brasileiro-argentino.

Rafael Rodrigues Alves – 30

As relações políticas entre o Brasil e a Argentina entre 1945 e 1980 foram marcadas pela alternância entre períodos de tensões e antagonismos e períodos de forte aproximação e convergência, que se explicam em virtude de circunstâncias internas próprias a cada um dos países, mas também por questões sistêmicas do âmbito regional e mesmo internacional. Ao final do período em questão, verificou-se uma compreensão tanto por parte do Brasil quanto da Argentina de que a superação das rivalidades e a construção de uma parceria sólida baseada no respeito mútuo e na cooperação seriam condições indispensáveis para o desenvolvimento e a segurança dos dois países, bem como para a estabilidade e a paz regionais.

Os dois maiores países da América do Sul haviam mantido, durante a Segunda Guerra Mundial, posições divergentes, o que gerou na Argentina prevenções em relação ao papel do Brasil no contexto americano. De fato, seguindo recomendação da III Reunião de Consulta dos Chanceleres do hemisfério americano, o Brasil havia rompido relações com os países do Eixo, em 1942, e, poucos meses depois, entra na guerra ao lado dos aliados. A contrariedade entre Brasil e Argentina em relação à natureza do pan-americanismo e às relações com os Estados Unidos ficou evidente no fato de a Argentina ter sido uma das últimas nações americanas a declarar guerra aos países do Eixo, fazendo-o apenas nos últimos meses do conflito. O Brasil, por sua relação política de alinhamento aos Estados Unidos, esperava obter recompensas de natureza estratégica e econômica, o que motivou o Presidente Dutra, já em 1946, a tentar prosseguir a política de barganha com os EUA que havia sido tão exitosamente levada a cabo por Vargas durante a guerra. A Argentina, por sua vez, já se encaminhava, a partir da eleição de Perón para a presidência, também em 1946, para a busca de uma terceira via nas relações internacionais, equidistante dos blocos capitalista e comunista. A política externa autonomista adotada por Perón via com desconfianças um suposto papel subimperialista do Brasil a serviço dos interesses norte-americanos na região.

A ascensão de Vargas, entretanto, à presidência do Brasil, em 1950, abria novas perspectivas para as relações entre Brasil e Argentina, na medida em que Perón percebia certa identidade ideológica entre seu governo e o regime varguista. De fato, ambos os presidentes apoiavam-se em projetos desenvolvimentistas de forte apelo popular, com ampla penetração nas massas trabalhadoras e intenso apoio dos sindicatos. Concebiam o papel do Estado em moldes corporatistas e fortemente intervencionistas. Tais semelhanças levaram Perón a propor a Vargas uma estreita cooperação entre Brasil e Argentina que incluiria também o Chile, no que seria uma espécie de reedição do antigo Pacto ABC. A revelação da proposta no Brasil, entretanto, gerou escândalo, levando os opositores de Vargas, inclusive seu ex-Chanceler, João Neves da Fontoura, a acusá-lo de querer implantar no país uma "república sindicalista", nos moldes peronistas, o que, sem dúvida, contribuiu para a crise de agosto de 1954, que culminou em seu suicídio.

A coincidência política e ideológica entre regimes, entretanto, revelou-se efetivamente proveitosa para a relação bilateral entre 1958 e 1962. Trata-se do período em que a Argentina foi governada por Arturo Frondizi, sob plena vigência do Estado Democrático de Direito. Seu projeto nacional-desenvolvimentista, reformista e não hostil

ao capital estrangeiro assemelhava-se tanto ao do Presidente brasileiro Juscelino Kubitschek que ele chegou a ser chamado de "o JK argentino". Seu amplo apoio, por exemplo, à Operação Pan-Americana, lançada por Kubitschek, demonstrava forte identidade de concepções e vontade de estreitar a cooperação bilateral. Em 1961, a disposição e a abertura ao diálogo tanto do Brasil quanto da Argentina culminaram no célebre Encontro de Uruguaiana, entre os Presidentes Arturo Frondizi e Jânio Quadros, que celebraram o Convênio de Consulta e Amizade entre os dois países.

O intenso processo de estreitamento dos laços bilaterais, entretanto, foi interrompido devido a novas mudanças nas circunstâncias nacionais respectivas, com o advento de regimes militares primeiramente na Argentina, em 1962, e logo em seguida no Brasil, em 1964, a despeito de alguns entendimentos que foram alcançados durante o governo Castelo Branco. O enrijecimento do regime militar nos dois países repercutiu negativamente nas relações bilaterais, reavivando sentimentos históricos de rivalidade e competição. Durante o governo Médici, por exemplo, o papel atribuído ao Brasil pelos EUA de "potência média regional" foi profundamente ressentido pela Argentina. Mas o ápice da rivalidade bilateral se deu, certamente, durante o governo Geisel, a despeito de este ter tentado estimular uma aproximação, ao nomear como chanceler Azeredo da Silveira, até então Embaixador brasileiro em Buenos Aires. A "questão das águas", como ficou conhecida, consistiu na veemente oposição argentina ao projeto brasileiro de utilização do potencial hídrico do Rio Paraná; segundo Buenos Aires a construção da hidrelétrica de Itaipu inviabilizaria o projeto argentino da usina de Corpus. As tensões chegaram ao paroxismo entre 1976 e 1979, inclusive levando ao fechamento das fronteiras.

Foi, entretanto, a própria decisão dos países de reconduzir o conflito ao leito diplomático que abriu caminho não apenas para a superação das divergências, como também para o início da construção de uma relação estratégica fundada na cooperação. As tratativas diplomáticas e a decisão do Brasil de fazer ajustes no projeto Itaipu levaram ao bom entendimento entre as partes, que culminou na assinatura do Acordo Tripartite entre Brasil, Argentina e Paraguai, já em 1979, primeiro ano do governo Figueiredo. A evolução da compreensão mútua foi tão evidente que permitiu, já no ano seguinte, entendimento sobre matéria altamente sensível, que culminou na assinatura de acordo sobre a utilização da energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos.

Constata-se que as relações entre Brasil e Argentina entre 1945 e 1980 transitaram por situações bastante variadas. Se, por um lado, pesaram fatores regionais e internacionais na definição das relações, por outro, observa-se uma importância muito maior das condições internas de cada país, especialmente seu regime político e seu entendimento das relações bilaterais, como elementos determinantes das dinâmicas de aproximação, distância ou rivalidade.

Bruno Rodrigues Teixeira – 29

O passado histórico das relações entre Brasil e Argentina contribuiu para que as relações bilaterais fossem moldadas, no século XX, à luz do binômio desconfiança-

superação de desconfianças, ou rivalidade-superação de rivalidades. Tenttivas de aproximação, como a Tríplice Aliança (1864), a cordialidade oficial de Roca (1880s) e o malogrado Pacto ABC não duraram no tempo. Entre 1945 e 1980, essa dinâmica de busca de superação da rivalidade e das desconfianças permanece existente, mas, ao final desse período, os dois países alcançam sucessos inéditos na construção de uma aproximação estrutural e duradoura.

Em 1945, Brasil e Argentina posicionavam-se de forma distinta no contexto internacional. A Argentina acabara de sair de um contexto de pressões políticas dos EUA devido a sua posição de neutralidade na Segunda Guerra Mundial, sobretudo após o golpe de 1943 que resultou na ascensão de facção nacionalista, que incluía Perón no governo Ramires. Divergências intraburocráticas nos EUA levaram a pressões crescentes de Spruille Braden sobre Perón, muito embora o Departamento de Guerra, que já vislumbrava a URSS como principal inimigo, fosse favorável a negociações com o governo argentino. A partir de 1945, a Argentina, no entanto, é integrada ao processo de negociações iniciado desde a Conferência de Chapultepec, e participa da Conferência de San Francisco como membra fundadora da ONU. Por outro lado, o Brasil, pelo menos desde a Missão Aranha, já tinha se posicionado como aliado dos EUA e, a partir de 1945, almejava a condição de aliado especial dos EUA, tanto devido a sua participação na guerra por meio da FEB quanto devido a sua atuação no Prata, que trouxe Morínigo do Paraguai para sua esfera de influência e buscou netrualizar a ascensão da influência argentina com o golpe de Villaroel na Bolívia.

Após o fim da "primavera democrática" de Morínigo no Paraguai, no entanto, o governo Dutra adota posição contrária a esse governo, o que permite a ascensão da influência de Perón sobre o Paraguai. Nesse contexto, Perón passou a ser visto no Brasil, sobretudo na Imprensa, como tendo tendências expansionistas, no mesmo padrão do passado de restauração do Vice-Reinado do Prata. A simpatia de Vargas por Perón, portanto, será vista de forma negativa internamente, e contribuirá para a desestabilização do governo getulista. Mais especificamente, a proposta de reativação do Pacto ABC, repassado por Perón a Vargas via embaixador João Batista Lusardo será objeto de intensas críticas na imprensa, contribuindo para a Crise de Agosto. O ministro das RE brasileiro, nesse momento, promoverá "diplomacia da obstrução", que impedirá maior aproximação bilateral.

Com a queda de Perón em 1955 e a saída de Vargas no Brasil, os eventos históricos levarão a que, em 1958, surgissem maiores oportunidades de aproximação. Por um lado, ascendeu Frondizi à presidência, e este foi favorável a maior diálogo, sobretudo na questão da OPA e no Processo de Uruguaiana. Nesses dois episódios, os interesses argentinos e brasileiros coadunavam-se na busca do desenvolvimento econômico, que exigia, por um lado, o aumento de financiamento de longo prazo (demanda da OPA) para o desenvolvimento e, por outro, o não desvio desses recursos para eventuais disputas ou corridas armamentistas decorrentes da rivalidade bilateral. Essas iniciativas, além disso, foram complementadas por uma posição comum na defesa do princípio da não intervenção na Conferência de Punta del Este, em 1962, quando os "Outer Six" se abstiveram na exclusão de Cuba do sistema interamericano. Os êxitos da OPA e da aproximação bilateral, no entanto, seriam modestos, seja porque as priodidades dos EUA estavam em outras regiões, seja porque o Espírito de Uruguaiana foi interrompido pela queda de Frondizi, em 1962, e pelo golpe militar brasileiro, em 1964.

A ascensão de governos militares em ambos os países alinhou as visões ideológicas anticomunistas dos dois vizinhos, mas não permitiu aproximações por dois motivos objetivos. Por um lado, ambos os governos militares tinham visões geopolíticas de ganhos relativos que implicavam enxergar o vizinho com certa desconfiança. Por outro, a ascensão econômica do Brasil, sobretudo após o início do Milagre, passou a contrastar com a estagnação relativa da Argentina, cuja economia industrial perdia fôlego em razão do projeto antissindicalista de Onganía. Em 1966, com a solução do contencioso paraguaio-brasileiro via Ata das Cataratas, que previu a construção de hidrelétrica nas 7 Quedas, a questão hidrelétrica somou-se e acirrou as forças profundas da rivalidade bilateral, criando jogo de soma zero aos olhos do governo argentino, que passou a exigir a aplicação do princípio da consulta prévia na utilização de recursos fluviais comuns. Aos olhos argentinos, seu projeto de Yaciretá seria comprometido pela construção de hidrelétrica a montante, de modo que, nas negociações, passou a exigir altura mínima de 115m, ao passo que o Brasil não aceitaria mais do que 105m para o nível de alagamento. De todo modo, o Brasil, sobretudo na Chancelaria de Azeredo da Silveira, contestava a própria premissa de que deveria haver acordo prévio sobre essa questão.

No início da década de 1970, o Milagre Econômico somou-se à política externa brasileira de apoio a golpes militares em países vizinhos (Bordaberry no Uruguai e Hugo Banzer na Bolívia) e a abertura de corredores de exportação que permitiram o escoamento de produtos dos países do Prata sem passar pelo território argentino, mas passando pelo brasileiro, via portos de Rio Grande e Santos. Essas transformações levaram a um salto da influência do Brasil na região e estimularam a criação da doutrina de Héctor Campora segundo a qual a expansão econômica de certos países em detrimento de seus vizinhos constituiria "agressão econômica". Apesar de tentativas de Perón e de Isabelita de melhorar as relações com o Brasil e de superar o isolamento em que a Argentina estava afundando-se, o golpe de 1976, com a instauração do "Proceso Nacional", levou à adoção, por Videla, de política de busca de equilíbrio com o Brasil. Dessa forma, as sucessivas negativas do governo brasileiro somadas à decisão paraguaia de alinhar sua ciclagem ao padrão brasileiro levou a um paroxismo de tensões em 1977, com o fechamento do Túnel Cuevas-Caracoles a caminhões brasileiros, medidas que o Brasil respondeu com o fechamento da fronteira brasileira a 80% da frota argentina. Essas tensões, no entanto, não sobreviveram no tempo, pois a ameaça maior aos interesses argentinos estava na questão das ilhas Lennon, Picton e Nueva com o Chile. Buscando não criar um conflito em duas frentes, a Argentina cedeu na questão hidrelétrica, aceitando 105m e assinando o Tratado Tripartite, que levaria ao fim das tensões entre Argentina e Brasil e a início de processo de aproximação.

Entre 1945 e 1980, houve ensaios de aproximação bilateral, os quais, no entanto, foram comprometidos pelas forças profundas da desconfiança e por questões objetivas, como a hidrelétrica. A partir de 1980, no entanto, as relações bilaterais passam por processo de dessecuritização, com medidas de "confidence building", como a neutralidade imperfeita do Brasil na questão das Malvinas. Essa dessecuritização permitiu, doze anos depois, a constituição do Mercosul.

Pior nota
Anônimo – 20

As relações políticas entre Brasil e Argentina no período que compreende os anos de 1945 a 1980 são delimitadas pelo encerramento da Segunda Guerra Mundial e da progressiva débâcle das ditaduras militares em ambos os países. Nesse contexto, verifica-se que cada Estado traçou caminhos divergentes, de início, e convergentes, ao final desse ínterim. Com efeito, a decisão da Argentina de não romper com o Eixo quando da realização da Conferência do Rio, em 1942, pautou a inserção internacional do país platino na segunda metade do século XX, restando este à margem da ordem internacional que se erigia, ao passo que o Brasil se afirmava como partícipe desse ordenamento. De modo alternativo, a proximidade entre os presidentes Figueiredo e Videla esboçaria o arranjo integracionista que se efetivaria mais adiante.

Na conjuntura de término da Segunda Guerra Mundial, o Estado brasileiro goza de inserção privilegiada na ordem liberal que se constituía sob a batuta da potÊncia norte-americana. Nesse sentido, observa-se a participação do Brasil na reunião de Bretton Woods, ainda em 1944, e na de São Francisco, no ano seguinte. Nesta, a delegação portenha somente se fez presente em virtude da gestão de sua contraparte brasileira, liderada por Cyro de Freitas Valle, junto ao centro decisório das Nações Unidas. Por seu turno, no âmbito regional, o segundo governo Vargas coincide, em parte, com um dos períodos em que Perón ocupa a Casa Rosada. Apesar de ambos os líderes apresentarem características similares entre si, não houve maiores ganhos no que concerne às relações bilaterais, ao contrário do que se poderia supor inicialmente. Isso se deveu, no entanto, não a resistências impostas por Vargas, uma vez que esta se mostrava, de fato, simpático a Perón, mas em razão do óbice do próprio Ministério das Relações Exteriores, sob a administração de João Neves da Fontoura. O chanceler, assim como demais setores da opinião pública, temia da emergência de uma República sindicalista de orientação peronista no Brasil. Some-se a isso o cenário de intensa polarização política e ideológica doméstica, que impôs a recusa da tentativa de reedição do famigerado Pacto ABC.

Em seguida, com a ascensão de JK à presidência da República tem-se significativa melhora nas relações entre esses vizinhos platinos. Esse fato decorre das afinidades políticas e ideológicas entre o mandatário brasileiro e seu homólogo Arturo Frondizi. Esse bom momento do relacionamento bilateral encontraria continuidade até o advento do regime civil-militar, tendo em vista que Jânio prosseguiu com as diretrizes emanadas por seu sucessor. Cabe ressaltar que a Operação Pan-Americana seria saudada pelos argentinos, em um contexto internacional em que parte significativa do financiamento global para o desenvolvimento – que contava com os EUA como principal credor – era destinada, sobretudo, à reconstrução da Europa e do Japão, como se propunha basicamente o Plano Marshall. Assim, com Quadros à frente da presidência da República por alguns meses, nasce o denominado "espírito de Uruguaiana", que marcaria a tentativa de superação do clima de rivalidade durante a maior parte do relacionamento brasileiro-argentino, desde suas respectivas independências, por meio da assinatura de acordos de cooperação em diversas áreas. Ainda que breve, considerando-se as rupturas da ordem constitucional que se procederia em ambos os Estados, o "espírito de Uruguaiana" seria reivindicado e, por que não dizer, continuado quando de seus respectivos processos de redemocratização.

Com a chegada dos militares ao poder nos dois países suas agendas internacionais são securitizadas, com base em doutrinas de segurança internacional que afirmavam o potencial perigo que os maiores contentores do Prata representavam para sua mútua existência, em um momento que a Guerra Fria mostrava seus efeitos na América Latina, com o consequente "perigo vermelho", mormente após o êxito da Revolução Cubana, em 1959, e de sua posterior reivindicação de apoio à URSS. Desse modo, a principal questão que pautou as relações políticas entre Brasil e Argentina nesse contexto foi aquela referente ao aproveitamento dos rios na Bacia do Prata. A temática aguçava desconfianças deste, principalmente depois da assinatura da Ata das Cataratas para a construção de uma hidrelétrica no Rio Paraguai, firmada entre Brasília e Assunção. Com isso, Buenos Aires temia que fosse comprometido o aproveitamento de seus rios situados à jusante. Esse contencioso atinge seu ápice quando do mandato de Médici, quando há o abandono da chamada "cordialidade oficial", como descreve Matias Spektor. Esse estado de coisas demanda ampla articulação de seu chanceler, Mario Gibson Barboza, como testemunhado em seu livro "Na diplomacia, o traço todo da vida". Seu esforço, no entanto, seria continuado e resultaria no Acordo Tripartite Itaipu-Corpus, de 1979. Juntamente com a "Declaração Nuclear Conjunta", datada do ano seguinte, o acordo para o aproveitamento conjunto dos rios marcaria um novo momento do relacionamento bilateral.

Pode-se constatar que as relações políticas brasileiro-argentinas transitam da rivalidade à progressiva cooperação no período de 1945 a 1980. Nesse intervalo, as articulações entre ambos obedecem a constrangimentos domésticos e internacionais. Indubitavelmente, o fato de o Brasil "ter ficado do lado certo" durante a Segunda Guerra Mundial favoreceu sua inserção internacional na nova ordem mundial, ao passo que a Argentina ficaria à margem dela. Por fim, a cooperação em áreas sensíveis, como o é a nuclear ou mesmo o aproveitamento hídrico, pavimentaria o caminho para que o vizinho portenho se tornasse "cenário obrigatório" da política externa brasileira, na acepção de Gelson Fonseca Jr.

Questão 2

No dia 7 de julho de 2017, foi adotado, no âmbito da Organização das Nações Unidas, o Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares. Esse tratado complementa o arcabouço jurídico existente na área de desarmamento, uma vez que as outras armas de destruição em massa - químicas e biológicas - já haviam sido banidas. O Brasil foi um dos proponentes - ao lado de África do Sul, Áustria, Irlanda, México e Nigéria - da resolução da Assembleia-Geral das Nações Unidas que convocou a conferência internacional para negociar o texto do tratado.

À luz dos compromissos brasileiros no âmbito do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), dos princípios do direito internacional humanitário e do preceito constitucional relativo à atividade nuclear em território nacional, discorra sobre as razões que levaram o Brasil a exercer papel de liderança na convocação da conferência negociadora e na adoção do Tratado sobre Proibição de Armas Nucleares.

Média: 27,52 amp. / 20,43 cotas negros
Desvio padrão: 2,28 amp. / 4,67 cotas negros

Bruno Rodrigues Teixeira – 30

O desarmamento nuclear é objetivo central da política externa brasileira. A existência de armas nucleares ameaça não somente a segurança dos Estados no presente, mas a própria sobrevivência futura da humanidade. Dessa forma, o Brasil foi protagonista de diversas iniciativas visando a esse intento e, mais recentemente, contribuiu decisivamente à realização da Conferência negociadora do Tratado sobre Proibição de Armas Nucleares, também denominado "Ban Treaty". A atuação brasileira, nesse contexto, coaduna-se aos princípios constitucionais e humanitários que tradicionalmente guiaram o país em suas relações exteriores.

A razão principal que levou o Brasil a exercer papel de liderança na adoção do Ban Treaty está vinculada à desmoralização da barganha contida no TNP. As partes deste tratado de 1968 concordaram com a não proliferação de armas nucleares, mas essa obrigação tem como contrapartida o artigo 6 do acordo, que prevê que Estados nuclearmente armados devem travar negociações que levem ao desarmamento nuclear por todos os Estados. Cinquenta anos após a assinatura do Tratado, a não proliferação nuclear foi em grande medida cumprida, mas a obrigação de desarmamento nuclear não foi cumprida. Atualmente, ainda há cerca de 166 mil armas nucleares no mundo, e a abordagem passo-a-passo dos países nuclearmente armados não resultou em grandes avanços.

O Brasil é um país pacífico e não busca adquirir arsenais nucleares, inclusive porque o art. 21 da CF88 o proíbe de perseguir esse objetivo. Ainda assim, a Resolução 65 de internalização do TNP previu reserva de que a validade desse tratado estaria vinculada a avanços concretos na aplicação do art. 6. O Brasil tomou inúmeras medidas e iniciativas

para que isso fosse realizado no âmbito das Conferências de Exame do TNP, a exemplo da participação protagônica em coalizão que fez avançar o documento "13 passos práticos para implementação do art. 6", a Coalizão da Nova Agenda. Apesar disso, a agenda de desarmamento nuclear tem enfrentado grandes resistências e mesmo a abordagem passo-a-passo não conseguiu a entrada em vigor do CTBT, por exemplo. Nesse sentido, o Brasil entendeu ser necessário buscar outras alternativas para o avanço dessa agenda que é crucial para a preservação e existência futura da humanidade.

Desde 2013, o Brasil participou das três Conferências para a discussão dos impactos humanitários de armas nucleares, realizadas em Nayarit, Oslo e Viena. Nessas ocasiões, foram discutidos os imensos desdobramentos do uso dessas armas para a saúde humana, para o meio ambiente e para as gerações futuras. Armas nucleares violam normas do direito humanitário como o princípio da humanidade e a necessidade de discriminar combatentes e não combatentes em um conflito. Contrários a princípios básicos do direito e às chances de sobrevivência da espécie humana a longo prazo, as armas nucleares foram identificadas nessas conferências como algo a ser definitivamente eliminado. Por meio da "Austrian pledge", os países participantes concordaram com os objetivos de "estigmatizar, proibir e eliminar" as armas nucleares, e o passo inicial foi dado em 2017, com a adoção e assinatura do "Ban Treaty" por grande número de Estados.

As razões do Brasil, no entanto, incorporam outras considerações, mais complexas. Alguns Estados nuclearmente armados afirmam que a existência de armas nucleares por alguns países é a úninca forma de manter a lógica da destruição mútua assegurada (MAD), a qual, por sua vez, seria crucial para evitar o "first strike" e o eventual uso dessas armas de forma generalizada. O Brasil entende que esse argumento contém sérios problemas, pois não considera os avanços tecnológicos recentes. A existência crescente de 'hackers', por exemplo, pode ameaçar os sistemas de segurança que resguardam essas armas. Além disso, a criação de bombas nucleares miniaturizadas poderá, no futuro, atacar alvos menores e mais direcionados, o que tornaria mais plausível o uso dessas armas. Ademais, a proliferação de escudos antimísseis, como o THAAD (Coreia do Sul), Deveselu (Europa Oriental), BADZ (Índia), Hetz (Israel) e A-135 (Moscou), podem enfraquecer a certeza da MAD e, portanto, facilitar o primeiro uso. Outra ponderação feita pelo Brasil relaciona-se à ameaça de que essas armas caiam em mãos de atores não estatais, mais especificamente células terroristas. A resolução 1504 do CSNU afirma que a não proliferação é a condição essencial para impedir que isso ocorra, mas o Brasil acredita que somente o desarmamento nuclear pode eliminar, definitivamente, esse perigo. De fato, a existência de 16 mil ogivas, ainda que cuidadosamente guardadas pelos Estados nuclearmente armados, poderão eventualmente cair em mãos erradas, sobretudo com a difusão de tecnologias digitais e de capacidades tecnológicas que permitem a células terroristas buscar enfraquecer os sistemas de segurança dos arsenais nucleares.

O Brasil entende que os deveres de não proliferação e de desarmamento nuclear não devem prejudicar o terceiro pilar do TNP, relativo ao uso de energia nuclear para fins pacíficos. Efetivamente, a energia nuclear abre oportunidades ao desenvolvimento tecnológico e econômico dos países, inserindo-se em todos os setores da economia, como a medicina (radiofármacos), a indústria (a técnica da gamagrafia) e a agricultura (traçadores nucleares). Nesse sentido, o Brasil entende que seus esforços de obter autonomia em radioisótopos não deve ser prejudicados pela agenda de proibição das armas nucleares. Ainda assim, entende ser necessária a adoção de certas precauções, a exemplo do JCPOA,

tratado com o Irã e os P5 que dirimiu a controvéria por meio da tomada de certas medidas, como limitar o enriquecimento de urânio no Irã a 3,67% por 15 anos e converter reatores de água pesada (Arak) em centros de pesquisa que não promovam o uso dessa técnica.

"Estigmatizar, proibir e eliminar" terá como ponto de partida o "Ban Treaty", mas devido à manifesta oposição dos nove países nuclearmente armados a esse acordo, será necessária atuação de longo prazo que vise a criar consenso sobre a necessidade da eliminação completa das armas nucleares. A Diplomacia Pública, nesse sentido, poderá ser instrumento fundamental, pois contribuirá para o engajamento da sociedade civil nesse debate, o que é condição necessária para a criação de consensos a nível internacional. Iniciativas como o "Doomsday Clock", que alerta para o perigo iminente da destruição nuclear, poderão ser emuladas pelos Estados. A longo prazo, esse trabalho de convencimento poderá tornar o desarmamento nuclear condição para que Estados nuclearmente armados se legitimem internamente.

A assinatura recente do "Ban Treaty" revela que é possível avançar em direção ao desarmamento completo. O protagonismo brasileito nesse processo revela que o Brasil tem-se mostrado coerente com sua tradição pacifista e humanitária. Esse tratado recente, no entanto, é apenas o ponto de partida. Serão necessários consideráveis esforços para concretizar o necessário objetivo do desarmamento nuclear completo.

Bruno Palazon Imparato – 29

Após recusa inicial da assinatura do TNP, em 1968, o Brasil, já no contexto da redemocratização, revisaria suas posições. Sem deixar de considerar que o TNP e o poder de veto dos 5 membros permanentes do CSNU, como afirmou Araújo Castro, em 1971, eram o símbolo do "congelamento do poder mundial", o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) optaria pela assinatura do TNP, sob a égide da percepção de que a participação em foros multilaterais sobre o tema era a única forma de propugnar por um real desarmamento. A assinatura, em 2017, do Tratado de Proibição de Armas Nucleares coroa esse processo.

Depois da criação da ABACC (com a Argentina) e da assinatura do "acordo quadripartite" (Argentina-Brasil-ABACC-AIEA), ambas em 1991, o Brasil iniciava uma inserção em foros multilaterais sobre o tema, bem como cumpria a previsão de uso estritamente pacífico das tecnologias nucleares (artigo 4º do TNP), imposta pelo artigo 21º, da CF/88. Nesse período, o Brasil também retirou sua declaração interpretativa ao artigo 18º e renunciou à dispensa prevista pelo artigo 28(1), que condicionava o vigor do acordo à ratificação das potências nucleares e coloniais na América, ambos parte do "Tratado de Tlatelolco" (1967). O Brasil iniciava, assim, um paulatino processo de consolidação de sua liderança à frente das questões sobre o desarmamento nuclear.

Passando a integrar e coliderar a "Coalização da Nova Agenda", no âmbito das convenções revisoras do TNP, o Brasil e seus aliados "like-minded", advogaram os "passos práticos para o artigo 6º". O artigo em tela aborda o desarmamento que, em larga medida, foi ignorado pelos "nuclear-weaponized states", que enfocavam mais os artigos 1º e ª, relativos à não proliferação dessas armas. Seria o mesmo grupo de países que, por exemplo, liderariam a aprovação da resolução de 2010, no âmbito das conferências revisoras, sobre a proibição do "primeiro uso" dessas armas.

As ações em prol do desarmamento, muito em função do que G. Buzan denominou "securitização" das agendas internacionais após os atentados do 11 de setembro de 2001, foram amplamente obstaculizadas, malgrado o parecer consultivo da CIJ, em 1996, sobre a probabilidade de as armas nucleares serem ilegais ante o direito internacional humanitário, já que não podem diferenciar alvos civis de alvos militares e que causam excessivos e desproporcionados danos.

Seria nesse contexto que se avolumaria a "iniciativa humanitária" em prol do desarmamento. Contando com a decidida participação brasileira, esse grupo de países iniciou discussões e ações sobre esse caráter contrário ao direito humanitário que, é importante ressaltar, é considerado pela CIJ e pelo TPI como norma de "Jus Cogens". A iniciativa humanitária combateu os argumentos dos Estados possuidores de armas nucleares sob a égide de argumentos como a incompatibilidade dessas armas com princípios caros aos membros permanentes do CSNU, como a "responsabilidade de proteger", "R2P". No entanto, os países refratários ao desarmamento argumentavam que o direito humanitário era uma "lex especialis", não aplicável a todos os casos. Assim, houve um surgimento de argumentos de suporte, amparados no direito internacional dos direitos humanos, bem como no fato de que os gastos anuais do mundo com armamentos superam em 285 vezes o orçamento da ONU (US$ 17 trilhões contra US$ 6 bilhões).

A perspectiva dos direitos humanos complementou a iniciativa humanitária" e está no seio das ações brasileiras em prol do desarmamento. A "dignidade da pessoa humana" (tanto um princípio de direito internacional quanto o "epicentro axiológico do ordenamento brasileiro", artigo 1º, III, CF/88, como explica D. Sarmento) tornar-se-ia, assim, o principal instrumento para legitimar o desarmamento no contexto da perspectiva dos direitos humanos. Dessa forma, atuando tanto sob os auspícios desse fundamento constitucional quanto do artigo 4º, II, de sua CF/88, que vincula, como princípio de suas relações internacionais, o Brasil a agir em prol dos direitos humanos, o país tomaria a frente, uma vez mais, das negociações do Tratado de Proibição de Armas Nucleares, firmado em 2017.

O tratado em questão, como expôs o Chanceler Aloysio Nunes em artigo sobre o tema, resulta da conjunção das duas citadas perspectivas de direito humanitário e de direitos humanos. Além disso, como também expôs Nunes, o direito internacional já conta com tratados de proscrição de armas químicas e biológicas, o que ampara a percepção de que a proscrição de armas nucleares é um passo natural, e até tardio, rumo a um caminho que é desejado pela maior parte dos indivíduos. Nesse contexto, objetivou-se um abandono de uma perspectiva meramente "estadocêntrica" sobre o tema e a incorporação da sociedade civil nos debates, pois só assim haveria a possibilidade de estabelecer uma influência positiva sobre as forças dirigentes dos países nuclearmente armados.

As negociações do tratado, que só foi aberto para a assinatura em setembro de 2017, no âmbito da AGNU 1972, e que contou com o Brasil como seu primeiro signatário, contaram também com o apoio de acontecimentos recentes, como a edição de resolução do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 2016, sobre o "direito à paz". Os recentes testes nucleares da Coreia do Norte, é impossível não citar, também subsidiaram o debate, pois alertavam uma vez mais para os perigos relativos a esses armamentos. Como afirmou o ex-Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, sobre essa temática, "não há mãos certas para as armas erradas", malgrado o que defendem Rússia, China, França, EUA, Reino

Unido, Índia e a própria Coreia do Norte, apenas para citar alguns Estados com capacidades bélicas nucleares.

A guerra, que já foi considerada por C. Clausewitz como a "continuação da política por outros meios", foi proscrita pela carta da ONU, salvo exceções. O uso de armas nucleares nesses casos de exceção ameaçam a todos, inclusive em termos de saúde e meio ambiente. É nesse sentido que as armas nucleares devem ser banidas pela via diplomática, pois, como afirmou C. Amorim, "a paz é a continuação da diplomacia por todos os meios".

Observação do autor

Quase todos os erros de português e de conteúdo foram mantidos (só foram alterados aqueles erros que impediam a compreensão do texto).

Carolina Mye Saito – 29

O tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares de 1968 é pautado por três princípios, entre os quais o desarmamento. No entanto, o acordo não previa medidas práticas para a redução de arsenais, sem metas concretas, o que Araújo Castro denunciou, em 1970, como congelamento do poder. Na mesma ocasião, o diplomata brasileiro, na AGNU, afirmaria que a luta pelo desarmamento seria a luta pela igualdade jurídica, de modo que nenhuma nação fosse capaz de coagir as demais. Desse modo, desde o tratamento inicial do tema pelo Direito Internacional, com a comissão específica da ONU e o tratado de proibição de alguns tipos de testes de 1963, o Brasil apresentou uma perspectiva da ilegalidade desses meios e da necessidade de desarmamento, cujos recursos poderiam ser aplicados para o desenvolvimento, como alegara Araújo Castro no discurso dos "3Ds" de 1963. A perspectiva de uso nuclear apenas para fins pacíficos, de desarmamento e de proibição de armas desse tipo foi reafirmada na Constituição de 1988, fortalecendo a atuação diplomática nesse sentido nas décadas posteriores, o que incentivaria a posição de liderança nacional para a negociação e adoção do Tratado sobre Proibição de Armas Nucleares, sendo o Brasil o primeiro país a assinar o acordo.

Devido aos parâmetros desiguais entre os não armados e as potências nucleares, o Brasil não ratificou o TNP em um momento inicial, alegando já ter assinado o tratado de Tlatelolco anteriormente, que proibia o desenvolvimento de armas nucleares na América Latina. Apesar disso, o país manteria sua perspectiva de soluções pacíficas negociadas, tendo celebrado o acordo de proibição de armas biológicas de 1972, além de aderir ao tratado da Antártica, que proíbe testes nessa região. O desenvolvimento da energia nuclear pelos militares seria focado na capacitação e promoção de tecnologias, característica ressaltada após a aproximação com a Argentina, depois do acordo tripartite (1979) e de acordos bilaterais nucleares na década de 1980, tendo o Brasil avisado com antecedência aos argentinos quando do êxito doméstico do enriquecimento de uranio. Em 1986, os esforços para a desnuclearização seriam marcados pela criação da ZOPACA, incluindo países da América do Sul e da África, como uma zona de paz no atlântico.

A redemocratização marcaria um novo ímpeto para o tema. A CF/88 prevê o uso exclusivo de tecnologia nuclear para fins pacíficos, além de condicionar atividades desse tipo à prévia autorização do Congresso Nacional. Adicionalmente, Brasil e Argentina estreitariam sua cooperação com a criação da ABACC e do acordo quadripartite com a

AIEA (1991), ressaltando o viés pacífico das instalações dos dois países. O Brasil aderiria ao TNP e ao CTBT (proibindo todos os tipos de testes nucleares), aumentando sua participação em órgãos multilaterais e encontros de partes de tratados, a fim de promover o desarmamento. A renovação de credenciais estaria presente, também, na adesão ao NSG, grupo que estabelece controles à venda de armamento sensível, além do fechamento do poço de testes no território brasileiro. Essas medidas coadunam-se com a perspectiva de banimento do uso de armas nucleares, que já teria seus argumentos reforçados com o voto do juiz Shahabuddeen no caso dos testes nucleares da França de 1995, em que ele alegou que desde a sua criação, essas armas seriam incompatíveis com o direito humanitário. A corte acabaria por restringir a legalidade do uso dessas armas, que deveriam seguir os preceitos do Direito humanitário de necessidade (com fins específicos, sendo único meio propício) e da proporcionalidade (sem afligir civis e não combatentes). A defesa do desarmamento, porquanto impossível sua adequação aos parâmetros da corte, uma vez que as armas nucleares não distinguem seus alvos, criando danos desproporcionais, embasaria a ação diplomática do Brasil na conferência das partes do TNP. No entanto, a criação do protocolo adicional de 1997 não iria ressaltar a necessidade de desarmamento, somente aumentando a fiscalização de países desarmados e com visitas sem aviso prévio superior a 24 horas, sem nenhuma medida para países já armados.

O TNP, cujos três princípios basilares estabelecidos foram os de desarmamento, de cooperação tecnológica pacífica e de não proliferação, acabaria por focar suas medidas apenas nesse último aspecto. Em 2000, haveria a proposição de uma nova agenda, com 13 passos para o desarmamento e a possível criação de uma zona de proibição de armas nucleares no Oriente Médio, com apoio do Brasil e respaldada pela criação de áreas semelhantes como Tlatelolco e Bangkok (1995). Não obstante, não houve a adoção de medidas concretas no âmbito do TNP nas conferências posteriores, em que se pese a proatividade nacional, com presidência na conferência de 2010. A escalação de tensões com a Coreia do Norte e com o Irã ensejaram medidas de desarmamento para todos, uma vez que esses países inicialmente se comprometeram com o TNP (a Coreia do Norte somente denunciou em 2003 e o Irã sempre foi Estado-parte). Na prática, houve o desenvolvimento de armas mais perigosas, por número maior de países além dos 5 permanentes do CSNU, incluindo Índia, Paquistão, Israel e Coreia do Norte, havendo tratamento diferenciado entre esses países, a exemplo do acordo 123 entre EUA e Índia e deste país com o NSG.

Além do perigo do uso por Estados, ressalta-se a possibilidade de acesso a esse tipo de armas por grupos terroristas e dos efeitos ao meio ambiente. Esses problemas não existiriam com um desarmamento total. Nesse sentido, as Ilhas Marshall instalaram os países nuclearmente armados a prometerem seu não uso, no âmbito de um caso na CIJ. A decisão da Corte seria da inexistência de conflito entre as Ilhas Marshall e os demais países, não julgando o mérito da questão de forma semelhante à consulta da OMS e a da AGNU. Não obstante, o voto do juiz Cançado Trindade, publicado pela FUNAG, ressalta a ilegalidade e não justificativa do uso de armas nucleares, nem por legítima defesa.

Se os casos de 1995 sobre armas nucleares foram seguidos pelo CTBT, há certo paralelo com a decisão do caso das Ilhas Marshall e o Tratado de proibição de Armas Nucleares. A comunidade internacional compreendeu a necessidade de o Direito Internacional Público expressamente proibir o uso de bombas desse tipo. O Brasil já estava engajado no tema, fortalecido pelo reconhecimento pela AIEA e pelo NSG de que o programa de verificação quadripartite existente equivaleria às obrigações do protocolo

adicional. Além disso, a celebração dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável aponta pela necessidade de maior investimento ao desenvolvimento e não de armas, inclusive, para a segurança mundial, como o próprio CSNU reconheceu na resolução número 688/91, em que afirmou haver vinculação entre a segurança e os direitos humanos. Como os países da CELAC, em fórum com a China, em 2015, afirmaram, os recursos anuais destinados para a criação e a manutenção de armas nucleares seriam capazes de ter financiado o pleno cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Há, consequentemente, um imperativo à diplomacia brasileira de defender o desarmamento nuclear, devido aos seus efeitos contrários aos direitos humanitários, ao desenvolvimento e à segurança. Nesse contexto, mais de 100 países compartilham essa perspectiva de desarmamento, haja vista a criação de novas zonas de desarmamento como Pelindaba e Semipalatinsk, além do apoio à adoção do texto do novo tratado.

O desarmamento nuclear é um imperativo ao futuro da humanidade, reconhecido pelo Brasil. Não se trata de um objetivo impossível, haja vista a adoção do tratado de armas biológicas que impôs a destruição de estoques, sendo recentemente implantado pela Rússia. O reconhecimento do Nobel da Paz à campanha de desarmamento nuclear revela a perspectiva da comunidade internacional, formando um opinio juris communis, consoante a expressão de Cançado Trindade acerca da necessidade de banimento. De acordo com objetivos e princípios constitucionais do Brasil, a posição de liderança e proatividade no tema se adequam à promoção da paz e ao desenvolvimento para o futuro.

Philippe Carvalho Raposo – 29

No último debate da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2017, foi aberto para assinaturas o tratado sobre proibição de armas nucleares, que torna ilícito, para fins de Direito Internacional, o desenvolvimento, a posse, o uso e a ameaça de uso de armas nucleares. Foi o primeiro passo para o preenchimento de uma perigosa lacuna normativa no DI acerca das armas de destruição em massa – armas químicas e biológicas já haviam sido banidas. O Brasil exerceu papel de liderança na convocação da conferência negociadora, no início de 2017, e foi o primeiro a adotar o tratado, mediante a assinatura do presidente Michel Temer. As razões para essa postura brasileira têm fundamento nos planos jurídicos, político, humanitário e ambiental.

O Brasil é signatário do TNP, que prevê o desarmamento, o uso pacífico da tecnologia nuclear e a não-proliferação como princípios. De fato, o governo brasileiro possui domínio da tecnologia nuclear para fins de geração de energia, conforme evidencia a atividade da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, em Angra dos Reis (RJ). No plano jurídico interno, o artigo 21, inciso XXIII, alínea "a" da CF/88 prevê que a tecnologia nuclear será utilizada somente para fins pacíficos. Outros tratados dos quais o Brasil é signatário, como o CTBT (proibição total de testes nucleares) e Tlatelolco (estabelecimento de uma área livre de armas nucleares na América Latina), bem como o estabelecimento da ABACC junto com a Argentina e a celebração do Acordo Quadripartite entre Brasil, Argentina, ABACC e AIEA, juntos conformam uma ampla rede de acordos juridicamente vinculantes que impõem ao Brasil deveres e obrigações sobre o tema.

O artigo VI do tratado de não-proliferação, por si só, já constitui razão suficiente para o Brasil exercer o papel de liderança no tema. O dispositivo prevê que as partes

signatárias do acordo deverão negociar, de boa-fé, os termos de um tratado com vistas ao desarmamento nuclear, a fim de cumprir um dos pilares do TNP. O Brasil deu cumprimento ao dispositivo ao negociar os termos do tratado sobre proibição de armas nucleares, convocar a conferência negociadora e ser o primeiro país a assinar o texto. A despeito da resistência inicial dos países nuclearmente armados em integrar o acordo, o Brasil cumpriu suas obrigações estabelecidas no direito interno e internacional.

No plano político, o empenho brasileiro para o desarmamento nuclear visa à garantia da segurança e paz internacionais, associada à preservação e à valorização do multilateralismo. É sugestivo o fato de que a Resolução n. 1 da Assembleia-Geral das Nações Unidas tenha criado a comissão sobre energia atômica, à luz do potencial destrutivo das armas nucleares evidenciado nos ataques de Hiroshima e Nagasaki, em 1945. Pela delegação brasileira, participou o Almirante Álvaro Alberto, entusiasta da criação do CNPQ (1951) e da consolidação de uma comunidade científica brasileira qualificada para o uso de minérios. Álvaro Alberto não tinha pretensões de integrar o país no núcleo ainda incipiente de países armados, mas, sim, desenvolver capacidades para evitar que o Brasil se tornasse mero fornecedor de minérios, urânio e outros insumos para o exterior. Desde essa época, o governo brasileiro manifesta preocupações políticas quanto à insegurança internacional provocada pela existência e pela proliferação de armas nucleares. O pacifismo, previsto na ordem constitucional brasileira desde 1891, até hoje constitui princípio da política externa (art. 4º da CF/88), o que justifica a postura em prol de um mundo sem armas nucleares. Há quem diga que tal visão é ingênua e idealista. Contudo, conforme assevera o ex-chanceler Celso Amorim, “deve-se evitar a armadilha das impossibilidades imaginárias”, e acreditar no gradualismo e construtivismo da ação diplomática que, no futuro, pode lograr atingir o objetivo. A adoção do tratado de proibição de armas nucleares, em setembro de 2017, é o primeiro passo rumo à abolição da “Espada de Dâmocles” referente às armas nucleares.

No plano humanitário, a chancelaria brasileira se espelha na tese de que a consciência universal da humanidade repugna a existência de armas nucleares, tal como evidenciado no voto de Antônio Augusto Cançado Trindade no caso “Ilhas Marshall vs Reino Unido, Índia e Paquistão”, na Corte Internacional de Justiça, acerca do não comprometimento desses países com a negociação do tratado sobre proibição de armas nucleares. O voto dissidente, assim como pensa a chancelaria brasileira, reflete um ideal de Totus Orbis caracterizado pela solidariedade internacional e princípios Recta Ratio nas decisões políticas no campo nuclear. Essa perspectiva humanista, na qual prevalece o interesse coletivo humanitário sobre os interesses egoístas dos Estados nuclearmente armados, constitui um panorama principiológico que justifica a liderança brasileira na adoção do tratado de proibição. A esse respeito, tem sido retomada a doutrina humanitária da “Cláusula Martens”, em referência ao Embaixador russo na II Conferência de Haia (1907), para quem as ações dos Estados, ainda que no curso de uma guerra, não devem colocar em risco a existência da própria humanidade. Os esforços brasileiros rumo a um mundo sem armas nucleares caminham nessa perspectiva.

Por fim, questões ambientais também motivam a ação brasileira no campo nuclear. São conhecidos os danos ao meio ambiente – e às populações – decorrentes de testes nucleares da França na Polinésia Francesa, dos EUA nas Ilhas Marshall, entre outros casos. Ao exercer o papel de liderança na convocação da conferência negociadora e na adoção do TPAN (2017), o governo brasileiro cumpre seus compromissos previstos no TNP, na CF/

1988 e no direito internacional humanitário, contribui para a segurança internacional e, em última análise, para a preservação do meio ambiente.

Pior nota
Anônimo – 12

Desde o início de seu emprego, a tecnologia nuclear demonstrou aparente vocação para a dissuasão de países em desconformidade com os princípios definidores da ordem internacional vigente. Nesse sentido, os países que obtiveram o domínio do ciclo do urânio no primeiro momento decidiram fabricar armamentos nucleares como forma de aumentar sua segurança, de acordo com princípios observadores pela Escola Realista das Relações Internacionais. Ao perceberem o potencial destrutivo dessas armas, as duas superpotências à época, Estados Unidos da América (EUA) e União Soviética (URSS), concordaram em negociar um regime multilateral de controle da proliferação dessas armas de destruição em massa, o qual foi consubstanciado no Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), assinado em 1968, e em vigor desde 1970.

O regime militar brasileiro posicionou-se veementemente contrário ao esquema proposto pelo TNP, o qual caracterizava os países e distinguia-os entre "have" e "have not". Para os primeiros, o TNP definiu compromissos no sentido de desmantelamento de seus arsenais, contudo não previa prazos nem metas verificáveis. Por seu turno, os países "have not" firmavam o compromisso de não desenvolver tecnologia nuclear, na medida em que ela poderia ser empregada para fins bélicos. Os então denominados "system-affecting States", como Brasil, Argentina, Índia, Paquistão e África do Sul, não aceitaram os termos desse tratado e mantiveram-se refratários a esse regime. À época, Araújo Castro, ex-chanceler do Brasil, proferiu na embaixada brasileira em Washington um discurso que versava sobre a tentativa das nações mais poderosas de promover o "congelamento do poder mundial", na medida em que os possuidores poderiam continuar a desenvolver tecnologia nuclear, ao passo que os demais não poderiam desenvolve-la. O Brasil optou por manter-se, ainda que não juridicamente vinculado em razão da proibição de reservas pelo texto do tratado, politicamente atrelado ao Tratado para Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (TLATELOLCO), firmado em 1967.

Gradualmente, o Brasil percebeu que, em um contexto internacional em que sua autonomia seria garantida por meio de sua participação (como afirmado por Gelson Fonseca Júnior), era necessário passar a imagem de que seu programa nuclear se destina a fins pacíficos. Nesse sentido, a redemocratização trouxe consigo a necessidade de renovação de suas credenciais no sistema internacional como forma de assegurar o interesse nacional. Assim, o Brasil ratificou o TNP e vinculou-se de fato a TLATELOLCO na década de 1990, além de ter ratificado o tratado para o banimento completo de testes nucleares (CTBT, em inglês).

Internamente, o Brasil prevê constitucionalmente o uso restrito de tecnologia nuclear para fins pacíficos, de modo que ele é mantido como competência exclusiva da União. Em termos do Direito Internacional Humanitário, o Brasil mostra-se em conformidade com o parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça (CIJ) sobre o sofrimento causado pelo emprego de armas nucleares.

Questão 3

Ao se tratar do Conselho de Segurança, não se pode deixar de mencionar o tema da reforma. Atualmente, há uma ampla percepção de que o órgão reflete a realidade de quando foi criado e, ainda menos, a de 1965, quando foi reformado para incluir novos membros eletivos. Houve reformas inconfessas, quando, em 1971, a China nacionalista foi substituída pela China comunista, ou em 1991, quando a URSS foi sucedida pela Rússia. Mas o órgão carece claramente de uma reformulação. A partir de 1993, o tema da reforma do Conselho de Segurança tem sido discutido anualmente nas Nações Unidas. (Ronaldo Mota Sardenberg. O Brasil e as Nações Unidas. FUNAG: Brasília, 2013, p. 67-8 - com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em seu texto, aborde os seguintes aspectos:

1 - principais elementos responsáveis pela atual conformação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em uma perspectiva histórica;
2 - posição brasileira quanto à reforma do Conselho de Segurança, bem como seus fundamento;
3 - principais atores nas discussões sobre o tema, assim como os desdobramentos mais recentes e as perspectivas futuras desse debate.

Média: 16,78 amp. / 13,71 cotas negros
Desvio padrão: 1,79 amp. / 1,57 cotas negros

Fernanda Graeff Machry – 20

A atual conformação do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) é a principal evidência do descompasso existente entre a ordem internacional, entendida como as regras e instituições que regulam o sistema global, e a configuração de poder do século XXI, caracterizada por múltiplas polaridades. O anacronismo do CSNU, além de impedir uma maior democratização da ordem global, mina a própria eficácia do órgão, que vem falhando na sua missão de manter a paz e a segurança internacionais, como evidencia a situação na Síria. É necessária, pois, uma reformulação, levando em conta a atual realidade de poder. O Brasil postula, nesse contexto, assento permanente no CSNU, cuja ampliação defende. Há múltiplos atores interessados, com propostas por vezes conflitantes, o que tem dificultado o avanço do tema.

O CSNU foi criado pela Carta de São Francisco, em 1945, para ser o órgão responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais. Sua conformação inicial refletia a realidade do pós-Segunda Guerra Mundial. Os países vencedores da guerra

ocupariam assentos permanentes, com direito a veto (EUA, URSS, Reino Unido, França e China), e haveria outros seis assentos rotativos, sem poder de veto. Garantia-se, assim, a participação das principais potências globais, ao lhes conceder o veto, mas eliminou-se a necessidade de consenso para aprovação de resoluções, de modo a evitar dificuldades enfrentadas na Liga das Nações.

Com o processo de descolonização afro-asiática dos anos 1950 e 1960, o número de membros da ONU aumentou muito em relação aos 51 presentes em São Francisco. O tamanho do CSNU não mais correspondia ao da ONU. Assim, em 1965, o Conselho foi reformado para incluir quatro novos membros rotativos. Com a substituição da China nacionalista pela China popular em 1971 e a sucessão da URSS pela Rússia após a desintegração da URSS em 1991, tem-se a conformação atual.

O Brasil, que foi considerado para membro permanente em 1945, o que não ocorreu devido à oposição britânica e soviética, é hoje um postulante a assento permanente em um CSNU renovado. A proposta brasileira é feita junto ao G-4, que integra com Japão, Índia e Alemanha, e compreende a criação de seis novos assentos permanentes sem veto, incluindo dois para a África, e quatro novos assentos rotativos. A proposta do G-4 assemelha-se ao "Modelo 1" proposto por Kofi Annan nos anos 2000. O pleito brasileiro se fundamenta na necessidade de representação de regiões sub-representadas, como América Latina, África e Ásia. As credenciais brasileiras são fortes, dada sua economia, seu território, sua população e sua ampla rede diplomática, que inclui relações com todos os membros da ONU.

Como a reforma depende de aprovação do CSNU atual, os membros permanentes são atores centrais na discussão. A ambição brasileira é apoiada por França, Reino Unido e Rússia e conta com o "apreço" dos EUA. O principal obstáculo é, hoje, a oposição chinesa ao pleito do G-4, o qual inclui o Japão, seu rival histórico e regional. Há, ainda, propostas concorrentes, como a do Unidos pelo Consenso, que congrega países como Argentina e Espanha e defende outro tipo de proposta, incluindo categoria de membros semipermanentes. A reforma esbarra, ainda, na posição maximalista adotada pelos países africanos e consubstanciada no Consenso de Ezulwini, que exige assentos permanentes com veto. As divergências acerca do veto levaram a França a propor critérios para sua aplicação no caso de crimes contra a humanidade. Quanto ao veto, o G-4 defende que seja rediscutido após 15 anos de vigência a reforma. Após 10 anos de sua criação, o G-4 teve sua primeira reunião de Cúpula à margem da 70ª AGNU, em 2015, o que evidencia a continuidade de seu interesse na reforma.

Portanto, as perspectivas de uma reforma no curto prazo são difíceis, diante das divergências que persistem e, sobretudo, da oposição chinesa. Entretanto, o assunto está na pauta e é apoiado pelo Secretário-Geral, Antonio Guterres. A posição brasileira coaduna-se com a ambição de exercer papel protagonista na ordem global multipolar do século XXI, de maneira construtiva e de modo a fortalecer o CSNU como principal órgão para a promoção de soluções políticas aos conflitos globais.

Philippe Carvalho Raposo – 19

"Deve-se evitar a armadilha das impossibilidades imaginárias", afirmou o ex-chanceler Celso Amorim. Há quem defenda a impossibilidade de reforma do Conselho de

Segurança, a partir de uma visão exclusivamente realista. Essa não é a perspectiva da diplomacia brasileira.

Em perspectiva histórica, relações de força e diferenciação em termos de capacidades materiais justificaram a conformação restrita do Conselho de Segurança com direito de veto aos membros permanentes, à luz do pensamento de Morgenthau e Mearsheimer. Momentos "after victory", como o de 1945, são pontuais para que potências predominantes e vitoriosas na guerra conformem uma ordem pós-guerra conforme seus interesses próprios. A lógica de "ofertantes de segurança" pelas potências militares de 1945 e de "consumidores de segurança" pelos países intermediários e mais fracos justifica a desconsideração da Emenda Veloso, proposta por Leão Veloso e Cyro de Freiras Valle, para quem uma conferência revisora da Carta da ONU devia ser convocada no curto prazo. Prevaleceu a lógica do atual artigo 108 da Carta, de acordo com o qual alterações na Carta pressupõem a aprovação pelos membros permanentes do CSNU, com direito de veto, diferentemente da proposta brasileira apresentada em 1945. Em 1965, o CSNU teve sua primeira e única ampliação do número de assentos não-permanentes (de 6 para 10), totalizando 15 membros. Em 1971, a República Popular da China substituiu Taiwan no CSNU e, em 1991, a Rússia sucedeu a URSS. Essas foram as únicas mudanças relevantes na composição do Conselho, para além de questões procedimentais negociadas desde 1945. O Brasil chegou a ser cogitado como sexto membro permanente pelo presidente Roosevelt, conforme registrou Eugênio Vargas Garcia, o que foi rejeitado pela Rússia e pelo Reino Unido. Diferentemente da intransigência com que Artur Bernardes havia lidado com tema similar em 1926, a chancelaria brasileira aceitou a situação, em 1945, em nome da boa-fé e da estabilidade internacional.

Atualmente, o governo brasileiro defende uma reforma da ONU e, em particular, do seu Conselho de Segurança. A posição pauta-se na atual inadequação do Conselho para lidar, com base na estrutura estabelecida em 1945, com os complexos desafios do século XXI. A pretendida ampliação visa a aumentar a eficiência e legitimidade do órgão, além de superar a oligarquização do poder decisório e democratizar os foros multilaterais, em particular no campo da segurança. O pacifismo e a natureza conciliatória da diplomacia brasileira são fundamentos dessa posição. O universalismo da PEB confere credenciais para que o país possa ser interlocutor internacional sobre qualquer tema da agenda, e entre quaisquer atores. O Brasil possui relações diplomáticas amistosas com todos os Estados membros da ONU, além de ter ocupado dez vezes o assento não-permanente no CSNU (número superado apelas pelo Japão) e ter um acumulado histórico de participação em missões de paz, como Suez, UNIFIL, MONUSCO e MINUSTAH. O juridicismo e o multilateralismo inerentes à ação externa brasileira, associados à anacrônica composição do CSNU, fundamentam o pleito de reforma.

Qualquer alteração na composição do CSNU pressupõe a aprovação dos cinco membros permanentes (P5). França, Rússia e Reino Unido apoiam a candidatura brasileira a um assento permanente, e os EUA apoiam a da Índia. O G-4 (Brasil, Alemanha, Japão e Índia) assumem particular relevância ao propor a inclusão de 6 novos membros permanentes – dos quais dois devem ser países africanos –, além de 4 novos membros transitórios, com moratória ao direito de veto para os novos integrantes permanentes. Argentina, China e Paquistão ("coffee-club") por vezes manifestam oposição à tese do G-4. O Secretário-Geral da ONU é relevante ator nesse processo, visto o relatório de Kofi Annan sobre a reforma e o compromisso atual de Antonio Guterres em dar sequência ao

tema. Não há perspectivas futuras imediatas de ampliação do Conselho, embora o próprio P5 reconheça a necessidade de reforma. Não há consenso quanto às propostas, mas o Itamaraty mantém esforços de tornar o CSNU mais realista e, ao mesmo tempo, grotiana.

Victor Oliveira Tibau – 19

A ONU é a organização internacional multilateral mais relevante, e seu Conselho de Segurança (CSNU) configura-se centro da arquitetura global de paz e segurança. Não obstante, sua atual configuração remonta ao contexto histórico do imediato pós-Segunda Guerra Mundial, que já não condiz com a atual relação de global de poder. Quando foi criado, notadamente, o CSNU incorporou os líderes vencedores dos Aliados - Estados Unidos, União Soviética e Reino Unido -, a China e, em uma vitória diplomática britânica, a França. Os EUA de Roosevelt tentaram incluir o Brasil como "sexto membro permanente", mas a oposição dos demais não possibilitou que essa proposta se concretizasse.

O CSNU, enfim, não apenas refletiu a conjuntura de 1945, como o aprendizado histórico dos atores políticos que, ao dotarem-no de instrumentos coercitivos, buscaram evitar o fracasso da Liga das Nações. Mesmo que a Guerra Fria tenha paralisado o CSNU, essa estratégia mostrou-se acertada, pela existência da ONU até hoje. Todavia, o mundo transformou-se significativamente desde então, com destaque para a reintegração e desenvolvimento de Alemanha e Japão e o crescimento econômico dos emergentes, notadamente os BRICS, com maior projeção diplomática. A única reforma do CSNU, desde então, em 1965, o aumentou de 6 para 10 membros rotativos, mas isso não foi o suficiente.

O Brasil, outrossim, vem empreendendo uma "campanha permanente" pela reforma do CSNU, que está localizada no centro de sua defesa de uma reforma ampla e democratizante da ordem global como um todo. O argumento central brasileiro é o de que a reforma do CSNU, com a inclusão de novos membros permanentes, tornaria o órgão mais legítimo e, como consequência direta, mais eficaz na promoção da paz e da segurança internacionais. O país aponta, notadamente, que a atual configuração do CSNU, irrepresentativa da correlação global de forças, debilita-o, contribuindo para sua conversão em mero "stamp rubber", ao apenas chancelar decisões tomadas em outro âmbito, como o ISSG, no caso da Síria, e o Quarteto, na questão israelo-palestina.

Ademais de clamar pela reforma do órgão, o Brasil apresenta-se como candidato a um assento permanente em um CSNU ampliado. Para basear sua posição, conta com argumentos concretos - como o tamanho de sua economia, território e população - e diplomáticos - é um país defensor da paz e do multilateralismo, um dos poucos a ter relações diplomáticas estabelecidas com todos os demais Estados-membros da ONU. Ainda, o Brasil nota que a América Latina não está presente no CSNU de forma permanente. Destarte, a inclusão do país, graças aos atributos destacados, seria passo fundamental para esse aumento de legitimidade do CSNU, de forma a torná-lo mais eficaz.

Por ser temática multilateral sensível a muitos atores, contudo, a reforma do CSNU é altamente controversa. Entre seus principais proponentes, destaca-se o G-4, grupo composto por Brasil, Índia, Alemanha e Japão, que advoga pela inclusão de novos membros nas duas categorias. Em postura conciliadora, esse grupo, criado em 2004,

propõe que os novos membros permanentes não tenham direito de veto a princípio, até que uma conferência de revisão, 15 anos após a reforma, decida sobre a questão. Essa cautela, no entanto, está ausente da postura dos países africanos, que, conforme o Consenso de Ezulwini, demanda um aumento expressivo do número de membros, já com direito a veto desde o início. Semelhante postura extremista é adotada pelo Unidos pelo Consenso, que, no entanto, visa a dificultar a concretização da reforma. Composto por países que disputam liderança regional com os principais candidatos, esse grupo propõe que qualquer reforma seja adotada por consenso, o que, na prática, a inviabiliza.

Mesmo que a questão continue sem decisão, nos últimos anos ocorreram desdobramentos positivos. Em 2005, por exemplo, a ocasião do aniversário de 60 anos da ONU ensejou ambiente propício para a discussão do tema. Foi nesse contexto que se criou o G-4, principal proponente da reforma desde então, bem como o então Secretário-Geral, Kofi Annan, apresentou plano importante para o tema. Desde então, no entanto, pouca coisa ocorreu de concreto, até que, em 2013, fosse decidida a adoção de processo negociador com base em texto, o que torna mais concreta a questão, ao evidenciar pontos de concordância e de discordância, facilitando a obtenção de possível entendimento.

As perspectivas futuras, contudo, são mistas. Por um lado, o G-4 já alcançou importantes apoios, incluindo de França e Reino Unido (enquanto a Rússia apoia individualmente o Brasil e os EUA apoiam a Índia). Por outro lado, a China é explicitamente contrária à entrada do Japão, e os EUA mantêm postura ambivalente. Nesse cenário, pois, torna-se difícil uma reforma “top down”. No entanto, há maior possibilidade de sucesso caso ela ocorra “bottom up”. Para isso, é fundamental que o G-4 chegue a um entendimento com os países africanos, bem como com seus vizinhos regionais que hoje se opõem a seu pleito. Lembre-se, enfim, que a única reforma, em 1965, ocorreu conforme essa dinâmica, e a despeito da oposição inicial dos P-5. Se for bem sucedida, a reforma atual garantirá a sobrevivência e relevância da ONU pelas próximas décadas, fortalecendo o multilateralismo e a paz.

Maybi Rodrigues Mota - 18

Apesar da reforma de 1965, realizada para acomodar o grande aumento do número de membros da ONU no contexto da descolonização, o Conselho de Segurança reflete essencialmente a conformação que ganhou no contexto do fim da Segunda Guerra Mundial. Embora uma nova ordem internacional tenha começado a emergir com o fim da Guerra Fria e a superação de um momento de unipolaridade dos Estados Unidos, não foram levadas adiante reformas substanciais.

Em Dubarton Oaks, iniciaram-se as discussões sobre qual seria a estrutura da nova organização mundial que substituiria a Liga das Nações. Antes mesmo da conclusão da Segunda Guerra Mundial, já estava delineado um Conselho de Segurança semelhante ao da Liga: membros permanentes, que seriam as potências vencedoras, e membros rotativos. Restava uma dúvida sobre a possibilidade de o Brasil ser membro permanente, dado seu papel na guerra, mas a proposta foi vetada pela Inglaterra, apesar do apoio dos EUA ao pleito brasileiro. A Conferência de São Francisco vai confirmar um conselho de cinco membros permanentes (Rússia, EUA China, Inglaterra e França) e cinco não permanentes, sendo que, na prática, pela interpretação da Carta da ONU, os cinco permanentes detêm

poder de veto sobre questões substanciais. O Conselho de Segurança foi moldado, portanto, de acordo com os interesses das potências. Com a descolonização na década de 1960, decidiu-se, em 1965, pelo aumento dos assentos não permanentes para o total de 10, sendo distribuídos por critérios regionais. O Brasil e o Japão são dois dos países que mais vezes ocuparam assentos não-permanentes.

O Brasil sustenta que na nova ordem multipolar que emergiu na década de 1990, o Conselho deve ser reformado para refleti-la. O Conselho, na atual conformação, não reflete o atual arranjo de poder, mantém as noções de "potência vencedora" e "países derrotados" e não encontra nem eficiência nem legitimidade nas suas decisões. Não há razões para importantes países desenvolvidos como Japão e Alemanha permanecerem alijados das decisões do CS e nem para países emergentes como Brasil e Índia permanecerem sem voz representativa no Conselho. Para o Brasil, a inação do CS diante das crises da década de 1990, particularmente na Iugoslávia e em Ruanda, o caso da Líbia e a ineficiência em lidar com a crise na Síria são sinais claros de que o CS não está preparado para lidar com os desafios contemporâneos.

A diplomacia brasileira defende, assim, a reforma do Conselho na sua composição para aumentar a eficiência. Dentro do Grupo dos 4 (Brasil, Japão, Alemanha e Índia), o Brasil defende a ampliação dos assentos permanentes e não permanentes, sendo que os novos permanentes teriam direito a veto. A efetivação do direito de veto poderia ser adiada para decisão em conferência posterior segundo uma proposta de flexibilizada apresentada pelo Brasil. Os assentos permanentes deveriam refletir a representatividade dos continentes, bem como os não permanentes.

Segundo o Brasil, além de o país ter credenciais históricas para ocupar o assento permanente desde a Liga das Nações, passando pela quase eleição para sexto membro permanente em 1945, tem legitimidade para tanto. Isso porque é defensor permanente da busca de solução pacífica de controvérsias, contribuiu para diversas missões de paz, a exemplo da atuação marcante na MINUSTAH, que será desmobilizada com sucesso em 2017 e tem atuação constante em temas de paz e segurança.

Além da proposta do G4, há outros grupos importantes, como o United for Consensus e a União Africana, por exemplo, que apresentaram propostas alternativas. As discussões prosseguem nas Nações Unidas, não tendo nenhuma proposta chegado à etapa de votação. Além da atuação dos membros da ONU como um todo para que a reforma prossiga, é determinante que os membros permanentes do CS deem impulso à mudança. Ademais, o Secretário-Geral da ONU também tem papel importante como demonstrou a atuação de Koffi Anan nas suas propostas da década de 1990 e início de 2000. Daí a importância de processos transparentes de eleição do SG.

Pior nota
Anônimo – 13

A criação das Nações Unidas, estabelecidas pela Carta de São Francisco, representou relevante marco no que se refere à prevalência da cooperação nas relações internacionais. Presumia-se que a coordenação multilateral em torno de temas de segurança e de paz global atuaria como dissuasor contra a eclosão de novos conflitos sistêmicos, com as duas guerras mundiais. O Conselho de Segurança constitui o principal pilar desse regime internacional. Sua atual composição, resultado de parcas reformas em 1965 e de sucessões

estatais em 1971 e em 1991, no entanto, não é mais representativa, eficaz e eficiente para combater as ameaças contemporâneas à segurança mundial, de sorte a lançar a luz sobre a constante necessidade de reforma e aperfeiçoamento do Conselho de Segurança (CS).

Em uma perspectiva histórica, a atual conformação do CS é, em grande medida, resultado do final da Segunda Guerra Mundial, uma vez que seus cinco membros permanentes são, também, as cinco principais potências dos aliados que venceram o conflito. Como consequência, o CS representa uma instituição que reflete, sobretudo, experiências anteriores da Liga das Nações, carente de capacidade de atuação para a segurança mundial, e as negociações consubstanciadas nas Conferências de Dumbarton Oaks e Ialta, bem como os princípios da Carta do Atlântico. Esses eventos foram os principais fatores que contribuíram para a consolidação dos dispositivos da Carta da ONU, inclusive o veto do P5. Nas décadas que se seguiram, a descolonização na Ásia e, principalmente, na África acarretaram forte aumento de membros das Nações Unidas, de sorte a justificar a primeira e única reforma do CS, em 1965, pela qual passou a ter 10 membros não permanentes. Salvo a substituição da China taiwanesa pela República Popular e a entrada da Rússia em sucessão à União Soviética, o Conselho não foi mais reformado no que se refere à sua composição, e houve poucos resultados quanto a atualização de conceitos e princípios, como foi o caso do "capítulo VI e meio" das missões de paz.

Diante da noção de que esse órgão constitui uma instituição anacrônica, que não é compatível com a atual realidade multipolar da ordem internacional e que não reflete a diversidade cultural dos países no mundo, o Brasil tem advogado desde pelo menos 1993 a necessidade de promover um "aggiornamento" do CS, de modo a torna-lo mais representativo, eficaz e eficiente. Tendo em vista diversos impasses que ocorreram no seio do Conselho, como no caso da invasão unilateral do Iraque pelos Estados Unidos e da dificuldade de resolver questões como a guerra civil da Síria, assim como os abusos de poder na invasão da Líbia, o Brasil tem apoiado seus pleitos no direito humanitário, na medida em que a crescente securitização de temas promovidos pelo P5 não pode acarretar retrocessos nem justificar a gradual expansão do uso da força por um órgão que carece de legitimidade internacional. Adicionalmente, o país tem argumentado que, diante de desafios "sem fronteiras", como as mudanças climáticas e o terrorismo transnacional, é essencial que o CS esteja dotado de novos atores que possam promover avanços conceituais e soluções criativas, de sorte a replicar progressos em direção ao multilateralismo, do mesmo modo como tem ocorrido em outros regimes, como o comercial.

Para ganhar maior voz e defender seus pleitos, o Brasil tem-se coordenado com o G4 (Brasil, Alemanha, Japão e Índia), advogando a extensão do CS para 25 membros, com 5 novos membros permanentes. Esse pleito tem sofrido a resistência do Unidos pelo Consenso, grupo composto sobretudo por potências médias, como a Espanha, a República da Coreia e o México, defendendo somente a criação de novos assentos semi-permanentes e de mais membros não permanentes no CS. Adicionalmente, os países africanos têm-se articulado por meio do Consenso de Ezulwini, buscando maior representatividade africana no CS. Como únicos países com poder de veto nas reformas da Carta da ONU, os P5 (EUA, Grã Bretanha, França, China e Rússia) são outros atores fundamentais nas discussões sobre as reformas do CS. Conquanto a maioria dos P5 tenha expressado o apoio à reforma do CS, não apenas de sua composição, mas também de seus procedimentos, como evidenciado pela proposta de "responsible protection" chinesa e pela iniciativa francesa de não usar o veto em casos de violações de crimes contra a humanidade, as

perspectivas futuras do debate são parcas diante de desentendimentos, especialmente entre os P5 euro-atlânticos e a China e a Rússia. É, portanto, necessário que atores intermediadores "articuladores de consenso", como o Brasil atuem de modo a atenuar resistências sobre a reforma do CS.

Questão 4

O retorno à África foi talvez um dos capítulos mais marcantes da política exterior do Brasil na década de 70 do século XX. Os novos movimentos tornaram o Atlântico cada vez mais mediterrâneo. A visita de presidentes africanos ao Brasil e o intercâmbio de diplomatas e empresários no Atlântico aproximaram a África do Brasil de forma inconteste. Deu-se, afinal, consistência prática aos discursos de aproximação gestados no início da década de 1960 pelo presidente Jânio Quadros. (José Flávio Sombra Saraiva. O lugar da África - A dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias). Brasília: UnB, 1996, p. 133-4 - com adaptações).

Considerando que o texto acima tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo contextualizando e analisando a gestação da política africana brasileira na década de 60 do século passado e a aproximação efetiva com a África na década seguinte. Em seu texto, discuta os fatores que retardaram ou dificultaram a concretização dessa política - especialmente os aspectos políticos que retardaram sua ampla implementação ainda na década de 60 - e a atuação da diplomacia brasileira diante dos desafios então colocados.

Média: 18,57 amp. / 19,14 cotas negros
Desvio padrão: 2,24 amp. / 0,9 cotas negros

Neylor Caldas Monteiro – 20

A política africana brasileira teve sua evolução estritamente atrelada a variáveis tanto internas quanto sistêmicas. Nesse sentido, ainda na década de 1950, o antigo chanceler Osvaldo Aranha já exortava, por meio de correspondência, o governo Juscelino Kubitschek a acompanhar o processo de descolonização que estava em curso naquele continente. Na década seguinte, a Política Externa Independente (PEI) anunciou que apoiaria o processo de descolonização, contudo as poucas iniciativas que redundaram dessa nova diretriz de política externa ficaram limitadas a declarações retóricas que pouco se converteram em aspectos práticos. Em termos sistêmicos, a França governada por Charles de Gaulle decidiu promover a descolonização com mais intensidade, na medida em que as guerras de libertação nacional em suas colônias drenavam muitos recursos; porém o governo de Portugal, chefiado por Antonio de Oliveira Salazar, mantinha postura firme no sentido de continuar a controlar suas possessões ultramarinas. Para o Brasil, restava uma contradição: ainda que João Augusto de Araújo Castro tivesse proferido o célebre discurso dos 3Ds (desarmamento, desenvolvimento e descolonização), as nações europeias continuavam a render melhores resultados econômicos e financeiros que as nações da África, de modo que o Brasil se abstinha em resoluções aprovadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), a despeito das visitas realizadas por representantes dos Estados africanos independentes, em que o apoio do Brasil era solicitado.

Gradualmente, o Brasil passou a rever sua postura em relação ao continente africano, mas segundo uma lógica de avanços e recuos. No governo de Castelo Branco, a África (notadamente a África do Sul) começou a ser percebida como mercado consumidor importante, em uma conjuntura interna de promoção das exportações de produtos manufaturados. Sem embargo, devido a essa postura mais focada na intensificação do comércio e não relutante em realizar comércio com a África do Sul em plena vigência do apartheid, alguns países africanos já independentes e representantes de movimentos de libertação nacional passaram a demonstrar relativa resistência ao Brasil, mormente na África portuguesa.

Durante a década de 1970, o Brasil tentou aproximar-se mais da África, todavia resistiu (no governo de Emílio Garrastazu Médici) a declarar seu apoio às independências dos países africanos colonizados por Portugal. Segundo o então chanceler Mário Gibson Barboza, era possível convencer Lisboa a revisar e acabar com seu colonialismo na África sem confrontar o regime salazarista diretamente na ONU. Essa ambiguidade era refletida na imagem brasileira dentre os países africanos, principalmente porque o Brasil hesitava em condenar a África do Sul.

Somente quando do governo de Ernesto Geisel a política africana brasileira adquiriu contornos políticos condizentes com seus objetivos em termos de interesse nacional. Ao assumir o posto de chanceler, Azeredo da Silveira decidiu imprimir o peso político do Brasil em favor da independência da África portuguesa. Em âmbito multilateral, o Brasil voltou favoravelmente à resolução da AGNU aprovada em 1975 que condenava tanto o apartheid quanto o sionismo como formas de racismo, com vistas a melhorar sua imagem diante dos países africanos. Ademais, a fim de participar mais ativamente das negociações acerca da libertação de Angola, o Brasil criou uma representação especial nesse país. Com efeito, quando da independência declarada, o Brasil reconheceu Angola sob um governo de socialista liderado pelo Movimento para a Libertação de Angola (MPLA), o qual controlava a região mais rica em petróleo, produto desejado pelo Brasil em época de escassez energética. Apesar dos progressos imediatos com Angola, o Brasil demoraria um pouco mais para obter a simpatia do governo de Moçambique.

Graziela Streit Rodrigues da Silva – 20

As relações entre o Brasil e o continente africano sofreram profunda inflexão durante a década de 1970, quando o Brasil abandonou a tese do "lusotropicalismo", em defesa do colonialismo português, e adotou postura mais assertiva em relação ao regime de "apartheid" na África do Sul, em relação ao qual havia adotado postura, de certo modo, leniente. Para reverter a imagem ruim que o Brasil tinha perante muitos países africanos, a diplomacia brasileira precisou adotar iniciativas que promovessem aproximação entre o país e a África, dentre as quais se destacam o périplo africano de Mário Gibson Barboza, o reconhecimento da independência da Angola e a votação, na Assembleia Geral da ONU, contra o apartheid.

A política africana do Brasil começou a ser delineada durante a Política Externa Independente (PEI), de Jânio Quadros e de João Goulart. Foi nesse momento em que o Brasil nomeou seu primeiro embaixador negro, Raimundo Souza Dantas, para sua embaixada em Gana. Contudo, essa iniciativa foi insuficiente, tendo em vista o pouco apoio

que recebeu Souza Dantas em sua missão e o fato de o Brasil, apesar de condenar publicamente o colonialismo europeu na África e promover a autodeterminação dos povos africanos, silenciar diante do colonialismo português nesse continente. O Brasil adotava a tese do "lusotropicalismo" de Gilberto Freyre, segundo a qual as colônias portuguesas seriam apenas "província ultramarinas", por influência de tratados de amizade com Portugal e do lobby de grandes comerciantes portugueses no Brasil.

No início da ditadura civil-militar, principalmente nas presidências de Castello Branco e de Costa e Silva, a parca política externa para a África, que estava se desenvolvendo, sofreu forte retrocesso. Pautado pela lógica da Guerra Fria e dos círculos concêntricos, nos quais o continente africano nem mesmo figurava, Castello branco voltou-se para o conflito Leste-Oeste e para o alinhamento com os Estados Unidos, abandonando a política africana. Durante a presidência de Costa e Silva, alguns pilares da PEI foram retomados, como o universalismo e a diversificação de parcerias e, com isso, foi retomado o interesse pelo continente africano; contudo, sem abandonar a defesa do colonialismo português, essa aproximação não foi possível.

Com a chegada de Geisel à presidência e com o estabelecimento do "pragmatismo ecumênico e responsável", a aproximação em relação à África tornou-se uma das prioridades da diplomacia brasileira. Entretanto, os países africanos não viam com bons olhos o Brasil, tanto em virtude de sua defesa do colonialismo português quanto em razão de sua postura leniente em relação ao apartheid sul-africano, com o qual o Brasil continuava mantendo relações diplomáticas e comerciais efetivas. Desse modo, a diplomacia brasileira buscou incentivar a aproximação com medidas concretas. O périplo africano de Mário Gibson Barboza não visitou colônias portuguesas, por conta da situação complicada entre elas e o Brasil. Nesse sentido, a partir de 1973, o Brasil passou a condenar tanto o colonialismo português quanto o apartheid. Além disso, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência da Angola, que estava em guerra civil e se tornara independente, sob o governo comunista do MPLA, antes mesmo que a URSS a reconhecesse internacionalmente.

A política externa brasileira para a África foi impactada pelo regime militar, pela defesa do colonialismo português e do apartheid. Assim, durante a década de 1970, a diplomacia brasileira buscou "quitar essas hipotecas" e iniciou o processo de superação do "rio chamado Atlântico", que sofreu solução de continuidade nas décadas seguintes.

Comentário da Autora

Em função do tempo, não deu tempo de escrever a última palavra da questão ("seguintes"), mas não prejudicou em nada a minha nota. Problemas assim acontecem!

Fernando Sousa Leite – 20

A política africana brasileira foi gestada ainda em 1961, por iniciativa do presidente Jânio Quadros e de seu chanceler Afonso Arinos. No entanto, o cenário de polarização político-ideológica que marcou o governo Quadros, acentuado em razão de sua renúncia e da consequente ascensão de João Goulart ao poder, obstou a efetiva implementação da denominada Política Externa Independente (PEI), que contava com orientação para a África. Ainda assim, a década seguinte recuperaria as diretrizes da PEI para o continente

africano, em um cenário de maior estabilidade doméstica, depois de passado o "passo fora da cadência" que caracterizaria o mandato de Castello Branco, logo após a ruptura da ordem democrática em 1964.

Diferentemente de JK que permaneceu silente ao "le soleil des indépendances", ocorrida em 1960, no qual 17 países africanos adquiriram independência, Quadros e Arinos se propunham a inaugurar, efetivamente, uma política dita africanista. Com efeito, Afonso Arinos é o primeiro chanceler brasileiro a ir ao continente africano em visita oficial. Ademais, durante o governo Jânio é nomeado o primeiro embaixador negro, Raymundo de Souza Dantas, que não era da carreira e que posteriormente escreveu seu livro de memórias intitulado "África difícil: missão condenada". Além disso, é criada a Divisão de África (DAF), no Itamaraty, como um dos resultados da reforma Arinos. Todas essas são ações que denotam o esforço do então mandatário e de seu chanceler de implementarem uma política africana do Brasil.

Não obstante o empreendimento dessas iniciativas, Quadros não logrou se desvencilhar das manifestações de apoio, ou não condenação, ao colonialismo português na ONU, apesar do apelo que fazia nesse sentido em sua Mensagem Presidencial encaminhada ao Congresso Nacional quando de sua posse ou mesmo em seu artigo publicado após sua renúncia na revista Foreign Affairs. Talvez isso se devesse à própria personalidade errática de Quadros, conforme alegaria posteriormente Arinos. Por seu turno, João Goulart constituía um "não governo", conforme escreve Gibson Barboza, tendo em vista que teve que conviver inicialmente com a chamada "emenda parlamentarista" e não tinha a devida sustentação política. Em suma, a PEI era uma "política externa certa, num governo errado", como argumenta Barboza.

O advento do regime civil-militar em 1964 também retardaria a concretização da política externa para a África. Nesse mesmo ano, Leopold Senghor, presidente do Senegal, visita o Brasil, mas em resposta a convite feito por Jango, e não por Castello Branco. Este extingue a DAF, que será recriada por Costa e Silva. Em seguida, sob a gestão de Médici, Mario Gibson Barboza realizava aquilo que se tornou conhecido como périplo africano, que não envolvia a visita a países lusófonos. A missão de Barboza também tinha por objetivo recuperar a credibilidade do Brasil, maculada em razão do apoio deste ao chamado ultracolonialismo português. Finalmente, o efetivo abandono do apoio a Portugal na ONU somente se daria na década de 1970, após a Revolução dos Cravos, que destituiria o regime salazarista de Marcelo Caetano.

Apesar de o regime civil-militar ter reconhecido a independência de diversos países africanos após a Revolução dos Cravos – sendo o Estado brasileiro o primeiro a reconhecer o governo socialista do MPLA, em Angola, por exemplo – essa política africana não se fez sem inúmeros percalços, em virtude da demora do país em romper com o colonialismo português e mesmo devido ao seu apoio ao regime segregacionista da África do Sul. Exemplo emblemático nesse sentido é a resistência de Moçambique em aceitar uma representação oficial brasileira em seu território quando de sua emancipação política, aceitando a presença de poucos indivíduos, a exemplo do político Miguel Arraes.

Fábio Coelho Caetano Baptista – 20

A dimensão africana consiste em relevante vertente da estratégia contemporânea de inserção internacional do Brasil. Com efeito, a África é vista como um vizinho do leste, separada por um "rio chamado Atlântico". Nem sempre, contudo, a política externa brasileira atribuiu esse grau de relevância ao continente africano. Até a década de 1950, o paradigma americanista era por demais predominante na política exterior brasileira para que se pudesse buscar uma aproximação com países do sul geopolítico e grande parte dos países africanos não haviam obtido suas independências. É na década de 1960 que ganha corpo a política africana do Brasil. Naquele momento, fatores políticos e culturais como o luso-tropicalismo, no entanto, ainda impediam sua plena implementação. A diplomacia brasileira teria de aguardar até a década de 1970 para implementar o "retorno à África".

O interesse brasileiro pela África, gestado durante a década de 1960, não decorria apenas de uma afinidade social e cultural, originada do fenômeno escravista. Àquela época, a África começava a afirmar-se como novo polo de poder nas relações internacionais. Com efeito, a descolonização levou ao aumento exponencial de países na Assembleia Geral. Além disso, os novos países demandavam investimentos, bens e serviços e parcerias para o desenvolvimento. Estratégias mais autônomas de inserção internacional, tais como a Política Externa Independente, também foram idealizadas no Brasil na década de 1960. A África, portanto, tornou-se alvo relevante dos interesses dos idealizadores da diplomacia brasileira, já que a aproximação com os jovens países africanos poderia não apenas satisfazer as necessidades da florescente indústria brasileira, como também constituir alternativa em relação às parcerias tradicionais dos Estados Unidos e da Europa.

A adoção de uma posição nítida de parceria com os países africanos, no entanto, esbarraria nos interesses de um país importante para o Brasil: Portugal. Por mais que, à época, Portugal vivesse às sombras das glórias do passado, o luso-tropicalismo, cujo principal ideólogo, no Brasil, era Gilberto Freyre, exercia forte influência sobre empresários e políticos importantes, que acreditavam na existência de uma "comunidade luso-brasileira". Essa "comunidade" legitimaria a política colonial portuguesa, já que, segundo o luso-tropicalismo, Portugal se caracterizava por uma relação única e especial com suas colônias, que eram chamadas de "departamentos ultramarinos". Impossível seria, portanto, ao Brasil, ainda na década de 1960, posicionar-se em foros internacionais de maneira claramente oposta ao colonialismo português. Esse constrangimento impedia que se implementasse, ainda àquela época, a política africana brasileira.

Diante dos obstáculos da ordem político-cultural, a diplomacia brasileira soube contornar as dificuldades: promoveram-se inúmeras iniciativas, entre os anos 1960 e 1970, com o intuito de estreitar os laços diplomáticos entre Brasil e África. Foi designado, por exemplo, o primeiro embaixador negro da história do país. Além disso, destacou-se o périplo africano de Mário Gibson Barboza, que visitou inúmeros países daquele continente e, junto a Ítalo Zappa, constituía um núcleo africanista no Itamaraty. Graças a essas iniciativas, tornou-se inevitável, na década de 1970, que a política africana se implementasse. As necessidades energéticas e econômicas do Brasil haviam-se tornado ainda mais prementes e o regime de Marcelo Caetano havia sido eliminado pela Revolução dos Cravos. O Brasil, portanto, reconheceria, com rapidez, o regime socialista de Angola recém-independente e passaria a votar contrariamente aos interesses de Portugal na ONU. Some-se a esse conjunto de medidas a condenação inequívoca do apartheid na África do

Sul e completar-se-ia a base diplomática sobre a qual se estruturou a política africana do Brasil.

Os laços que ligam o Brasil à África são de múltiplas naturezas e não se resumem à raça, à cultura ou mesmo ao passado acometido pelo flagelo da escravidão. O continente africano consiste em valiosa oportunidade para a diplomacia brasileira, que pode articular seus interesses junto a países que compartilham dos valores e das ideias brasileiras. Por muitos anos, no entanto, os dirigentes pátrios foram influenciados por doutrinas políticas e sociais que impediram que a diplomacia brasileira implementasse, plenamente, seus objetivos junto à África. O estudo da gestação e posterior implementação da política africana do Brasil permite constatar que as Relações Internacionais são igualmente influenciadas tantos por contingências financeiras, econômicas e militares quanto por contextos culturais, sociais e políticos.

Pior nota
Anônimo – 10

É consagrada a interpretação historiográfica que considera que as relações entre o Brasil e o continente africano ao longo da década de 1960 teriam sido marcadas por avanços e recuos. De fato, não se podem ignorar os constrangimentos domésticos de ordem política e mesmo cultural que impediam uma efetiva aproximação brasileira da África, a despeito de algumas incipientes tentativas. Removidos os constrangimentos na década seguinte e evidenciado o potencial estratégico que a relação proporcionaria ao Brasil, foram efetivamente lançadas as bases para uma verdadeira e proveitosa política externa africanista.

Data, pelo menos, de 1955 o início de uma concepção segundo a qual uma aproximação decidida em direção ao continente africano seria vantajosa para o Brasil. Nesse ano, o diplomata brasileiro Adolfo Bezerra de Menezes representou o país na Conferência de Bandung e passou a defender no Itamaraty que o Brasil, país subdesenvolvido com laços históricos, afetivos e culturais com a África, deveria unir-se aos povos africanos em suas demandas por uma ordem internacional mais justa. Prevalecia, no Brasil, entretanto, forte compromisso com o colonialismo português, o que inviabilizava uma relação mais amistosa com os países da África, unânimes em condenar ocupações coloniais.

Na década de 1960, sob a égide da Política Externa Independente, o Brasil passou a condenar fortemente na ONU a política das potencias coloniais, votando a favor de resoluções que condenavam França e Reino Unido, por exemplo. O compromisso com Portugal, entretanto, consubstanciado no Tratado de Amizade de 1953, impedia a condenação do colonialismo português em importantes países africanos, como Angola e Moçambique. O lusitanismo brasileiro tinha fundamentos culturais e políticos, sendo seu principal representante, durante o governo Médici, o Ministro Delfim Neto.

Já no início da década de 1970, entretanto, o debate interno é vencido pela ala africanista, liderada pelo Chanceler Gibson Barbosa, que realiza, em 1973, um périplo por 9 países africanos. Com a crise do petróleo, posteriormente, ficaram evidentes as vantagens econômicas que o Brasil poderia extrair, caso superasse seu afastamento em relação

Comentário do autor

O candidato não conseguiu completar a frase devido à falta de tempo, tendo preenchido apenas 31 linhas da resposta.

Geografia

Questão 1

Após quatro décadas de política do filho único, a China agora quer mais crianças.

O casamento sempre foi uma instituição de extrema importância e um sinal de status e estabilidade para os chineses, que, por tradição, têm no núcleo familiar a sua referência maior. A pressão em torno do casamento, porém, já não é só dos pais do casal. Desde que flexibilizou, no início de 2016, a política do filho único, em vigor há quase quatro décadas, o Partido Comunista quer que a população volte a crescer aceleradamente. Internet: www.bbc.com - set/2017 (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, disserte acerca do declínio da política do filho único na China. Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:
1 - consequências da política do filho único durante o período de vigência da lei que a instituiu;
2 - transformações na estrutura socioeconômica chinesa que explicam a diminuição do crescimento da população;
3 - atual dinâmica demográfica na China e seus impactos no território e na economia nacional.

Média: 26,09 amp. / 23 cotas negros
Desvio padrão: 3,73 amp. / 2,94 cotas negros

Bruno Palazon Imparato – 30

Como já ressaltava George Kennan em meados do século XX, a China é um dos "monster countries", sendo seu histórico gigantismo demográfico uma das questões definidoras de sua economia, bem como de seu ordenamento territorial. Após a "grande fome", que marcou o início da China comunista e que matou milhões de chineses, a taxa de natalidade do país passou por uma rápida aceleração, o que começou a pressionar a capacidade do governo de prover a subsistência de sua população. Já entre o final dos anos de 1960 e o início da década de 1970, a China instaurou a política do "Wan Xi Shao", que visava a estimular a redução da população pela via educativa e do planejamento familiar. Não tendo o sucesso esperado, já durante a fase de Deng Xiao Ping, o país instituiu a

política do filho único, ressalvadas exceções, como para províncias com baixa densidade demográfica e para etnias específicas (os "Hui", chineses muçulmanos, por exemplo). Essa política, inegavelmente bem-sucedida em controlar (sem, porém, frear) o crescimento demográfico chinês, gerou, todavia, transformações na estrutura socioeconômica do país, assim como foi impactada por ela. Ou seja, a política do filho único e as mudanças econômicas que marcaram as 3 últimas décadas da china passaram por processo de coconstituição.

Durante a vigência da lei, que foi sendo flexibilizada desde o início do governo de Xi Jinping até se transformar em uma política de 2 filhos, as principais consequências, das quais derivam as demais consequências, da política do filho único foram: o desvio de gênero, o envelhecimento populacional, a redução da velocidade do processo de urbanização e a ampliação da capacidade de planejamento estratégico-econômico do Estado chin6es. Em relação ao desvio de gênero, como cada família só poderia ter um filho e como, segundo a tradição cultural chinesa, são os filhos homens que cuidam dos pais na velhice (já que, segundo essa visão tradicional, as mulheres deveriam permanecer com as famílias de seus maridos), a população chinesa tornou-se uma das poucas do mundo com maior percentual de homens (aproximadamente 102 homens para 98 mulheres). Deste processo derivam ainda outras consequências como os assombrosos números de infanticídios femininos e a busca de noivas estrangeiras em países vizinhos (por vezes, através da força, de sequestros e da "compra"). Há, também, o envelhecimento populacional, já que a taxa de reposição (2,1 filhos por casal) não é atingida.

Há que perceber, contudo que a política não produziu apenas consequências nefastas. O Estado chinês, após 1949, inicia um processo de rápida industrialização, o que em um país essencialmente agrário, mas que já contava com aproximadamente 600 milhões de habitantes, era preocupante. O avanço e a modernização socioeconômica da china, especialmente antes da Era Deng Xiao Ping, não acompanhavam o ritmo de sua urbanização e, assim, a política do filho único permitiu que o Estado reduzisse a velocidade do processo, já que menos pessoas nasceriam nas cidades e que menos pessoas deixariam o campo rumo aos centros urbanos. Outra consequência, ligada a essa ideia de planejamento e ordenamentos territorial-demográfico, foi a ampliação da capacidade de controle de um Estado que, no contexto das "4 modernizações", de Deng, iniciava uma virada econômica para a "hiperindustrialização" e para o "socialismo de mercado", como escreveu Kissinger, em On China. A planificação estatal atingiu, na China, o ápice do controle do Estado sobre o indivíduo.

Mesmo que o objetivo da política do filho único tenha sido esse controle da disparada demográfica, seu efeito foi mais mitigador (ao menos em suas 2 primeiras décadas), pois a poulação chinesa atingiria, na virada do século XX para o XXI, a marca de 1 bilhão de habitantes. Nesse sentido, como mencionado, é importante perceber uma coconstituição entre as "4 modernizações" e a política demográfica, já que, a um só tempo, a China: industrializou-se, controlou sua urbanização conforme um projeto preestabelecido e foi capaz de prover as necessidades socioeconômicas de sua população (como saúde, educação e alimentação). Com a imposição de famílias monofiliais, houve um aumento dos investimentos que cada núcleo familiar poderia fazer em seus descendentes, o que, junto com as paulatinas flexibilizações do sistema socialista, tendeu a criar uma classe média considerável que pudesse se educar e operar a evolução industrial do país, que fazia a transição (décadas de 1990 e 2000) de uma economia de baixíssimo valor agregado para

uma centrada na produção de valor. Com o aumento da classe média chinesa, que hoje, já está próxima de se igualar à população estadunidense, a China iniciou uma transição para a "4ª fase" do modelo de Thompson, onde a população tem menos filhos devido a fatores como: maior participação feminina no mercado de trabalho e percepção negativa dos custos advindos da criação de filhos (esses custos, junto a percepção de que a qualidade de vida depende de mais dinheiro, influenciam poderosamente a diminuição do crescimento da população.

Além desse crescimento da classe média, cabe ressaltar que a China, embora em ritmo mais lento, não deixou de se urbanizar. É justamente com a virada urbana, quando as pessoas vivendo em áreas urbanas superam o número de pessoas vivendo em áreas rurais, que o abandono da política do filho único fez-se tão primordial. Nesse contexto, junto com a instituição da política de 2 filhos, a China passou a ser mais de 50% urbana, em 2016.

A atual dinâmica demográfica chinesa pode ser sintetizada assim: população prevalentemente urbana, envelhecida (em função da não reposição de 2,1 filhos por casal), masculina e em processo de passagem para a classe média. Além disso, há uma considerável emigração de chineses para diversos países, em bsca de melhores condições. Em termos de impactos territoriais, isso implica um aumento das manchas urbanas em grandes centros e um paulatino esvaziamento de zonas já com baixa densidade (como as próximas ao deserto de Gobi). O projeto "One belt, One Road" (Nova Rota da Seda), visa a interligar esses espaços vazios e a direcionar o fluxo de mão de obra das cidades para os projetos de infraestrutura. Em termos de impactos econômicos, é notável que, em 2014, pouco antes do abandono total da política do filho único, a China tenha sofrido sua primeira perda absoluta de população economicamente ativa (- 2,44 milhões). Nesse sentido, a dinâmica demográfica chinesa impõe impactos não só puramente econômicos, já que a queda da população economicamente ativa reduz a mão de obra (basilar a uma economia cujo PIB aumenta a taxas impressionantes) e a urbanização e o aumento da classe média força um aumento dos salários pagos (o que encarece a produção), mas também previdenciários, já que há um envelhecimento populacional junto com uma queda de população economicamente ativa, o que pressiona a razão de dependência da economia (população ativa/população inativa).

Observações do autor

1 – Quase todos os erros de português e de conteúdo foram mantidos (só foram alterados aqueles erros que impediam a compreensão do texto).

2 - Como escrever tudo isso em apenas 60 linhas? Canetas de ponta fina (0.6 mm), letra pequena, compressão de palavras (as palavras foram escritas de forma completa para o guia, mas um bom exemplo dessa compressão é: população = pop.) e "double-deckers" (escrever em dois andares na mesma linha; não sempre, mas sempre que for necessário para incluir novas informações lembradas a posteriori).

Carolina Mye Saito – 30

A política do filho único foi estabelecida em um contexto de grande crescimento populacional esperado após a recuperação dos efeitos do "salto para frente", em 1979. A política foi efetiva, com grande controle social, instituindo registros chamados hukou, que

davam acesso aos serviços públicos, limitados apenas para os primeiros filhos, além da previsão de altas multas àqueles que tivessem uma segunda criança. Apesar de estabelecer algumas exceções, notadamente para famílias com filhos deficientes e algumas minorias étnicas, houve a mudança de hábitos sociais, com apoio de propagandas políticas. Não obstante o êxito do objetivo de desacelerar o crescimento populacional, diversas consequências negativas à manutenção do desenvolvimento socioeconômico começaram a surgir, dessa forma, em 2016, houve a liberalização para o segundo filho que, no entanto, pode não ser medida suficiente para reverter as dinâmicas demográficas hodiernas.

Houve diversas consequências devido à política do filho único. Uma das mais graves é o desvio de gênero, porquanto a sociedade valorizava mais filhos homens para sustentarem a família, abandonando e abortando filhas. Consequentemente, há mais homens do que mulheres na China, o que limita os efeitos da liberalização do segundo filho. Ademais, o desvio de gênero relaciona-se com o problema do número crescente de idosos, uma vez que se espera, culturalmente, que as mulheres da família cuidem de seus parentes na velhice. Adicionalmente, se, por um lado, a política permitiu que a China chegasse ao período do bônus demográfico de modo acelerado (com menor razão de dependência), por outro, prevê-se que o período temporal do bônus chinês esteja sendo relativamente curto, devendo acabar em 2020, antes de que o país chegue ao nível de uma economia desenvolvida. Desse modo, o Estado terá maiores gastos com saúde e previdência de idosos, sem ter alcançado uma renda per capita elevada, simultaneamente à diminuição da disponibilidade de mão de obra. Durante a vigência da política, famílias sem condições de pagarem as elevadas multas de seu descumprimento tiveram crianças sem acesso a serviços públicos, dificultando, também o acesso ao mercado de trabalho, causando uma forte mudança de hábitos, intensificada com a urbanização.

A crescente urbanização causa, por si só, a tendência de diminuição do número de filhos, devido aos custos de vida mais elevados, superando os benefícios de se ter mais mão de obra familiar, como no campo. Na China, devido ao sistema de passaportes e do oferecimento de serviços públicos apenas para pessoas registradas nas localidades, tentou-se evitar uma urbanização demasiadamente acelerada. Não obstante, o país passou a ter a maior parte de sua população urbana em 2011, o que trouxe benefícios e desafios. Por um lado, a urbanização gerou o crescimento da demanda por infraestrutura e de bens, impulsionando a economia. Por outro lado, houve a concentração populacional em áreas litorâneas, aumentando disparidades regionais. A tendência de queda demográfica da urbanização e do filho único adicionaram o aspecto da elevação de custos do trabalhador que, recentemente, em termos de poder de compra, ultrapassou o salário pago aos brasileiros em média. A elevação do nível de renda das últimas décadas reforça o crescimento do custo de vida e a diminuição do número de filhos.

De acordo com o XIII plano quinquenal, o governo espera duplicar seu PIB e ter 60% da população urbana. Esses objetivos vinculam-se ao gradual fim da política do filho único, que, inicialmente, em 2013, era restrita a pessoas que fossem filhos únicos. Não obstante, a rápida desaceleração do crescimento populacional e a ineficácia dessa medida fizeram que o governo acabasse por liberar o segundo filho em 2016. Em contrapartida, ainda não está claro se essa política será capaz de reverter os hábitos de mais de 40 anos de política do filho único, além das questões da disparidade quantitativa de gênero. Além disso, o número crescente de idosos indica alterações na estrutura produtiva, porquanto eles tendem a consumir mais serviços do que bens. O crescimento embasado em grandes obras

de infraestrutura também será dificultado com a mudança demográfica, o que levou o governo a priorizar o desenvolvimento de áreas de pesquisa de ciência e de tecnologia, que tendem a demandar menos trabalhadores, mas mais qualificados. Atualmente, há, ademais, o problema do modelo 4-2-1, com 4 avos, 2 filhos e 1 neto, demonstrando o peso econômico a ser sustentado pelos descendentes. Apesar disso, não há iniciativas para que haja alguma política de imigração, o que poderia estimular algum crescimento populacional, além de aumentar a oferta de trabalhadores. Consequentemente, há uma "corrida contra o tempo" por parte do governo, para alterar hábitos da coletividade e a própria estrutura econômica, com programas de incentivo ao desenvolvimento de régios do interior e o estímulo ao segundo filho, mas sem fornecer direitos trabalhistas e com diversos problemas ambientais, que também são fatores que desestimulam alterações demográficas.

A reversão de hábitos da coletividade é de difícil êxito na questão demográfica devido à urbanização e aos custos de vida decorrentes. Na China, soma-se a isso o efeito psicológico da pressão governamental, além do desvio de gênero, que limita os efeitos da liberação do segundo filho. Em 2016, houve crescimento populacional, mas principalmente no número de primeiros filhos. Em 2017, aponta-se para o crescimento do número de nascimento de segundos filhos, mas que dificilmente alcançarão a proporção necessária para a postergação do fim do bônus demográfico. Dessa maneira, a China lida com diversos óbices ao objetivo de alcançar o desenvolvimento, sendo que a liberação pode ter ocorrido tardiamente.

Fernando José Caldeira Bastos Neto – 30

A China possui uma dinâmica e um ritmo demográfico bastante característico. Após o fracasso das reformas socioeconômicas propostas por Mao Tse-Tung, na esteira da revolução cultural, o Estado chinês se viu num contexto de crise não apenas econômica mas demográfica. A precária estrutura agrária do país que, apesar de ser um dos maiores territórios do mundo, possui relativamente poucas áreas propriamente cultiváveis, todas elas concentradas na região leste e sul da China, agravaram a situação. O governo chinês, ao se ver perante um cenário de estagnação econômica, optou por incluir em suas reformas modernizadoras a política de filho único. O objetivo era mais que puramente econômico: a política de filho único servia o propósito de evitar uma convulsão social e a eventual perda de controle de territórios por parte da China em virtude de elevado grau de dependência do cenário demográfico chinês de então.

Assim, é possível afirmar que a China foi bem sucedida em sua política. Normalmente, o Modelo de Thompson supõe que fenômenos como a urbanização são os principais responsáveis por uma mudança de hábitos e de cultura que, associada à melhora nas condições de acesso a equipamentos de saúde, inicialmente reduz a taxa de mortalidade, posteriormente provocando uma redução nas taxas de natalidade. No caso específico da China, o governo chinês impôs à população graves sanções àqueles que tivessem mais que um filho, de tal maneira que aquilo que, pelo modelo de Thompson, ocorreria de maneira natural e paulatina, pela força da lei chinesa ocorreu de maneira acelerada pela pressão do Estado. A partir da década de 70, portanto, a China observou um sensível declínio no ritmo de crescimento de sua população. Ao contrário de países como a Índia, que tiveram maiores dificuldades para implementar políticas de controle de

natalidade, possivelmente pelo grau de controle que o governo exerce sobre a população, a pressão demográfica foi controlada. A questão que permanece é em que grau a política de filho único não funcionou de maneira rápida demais.

Já a partir da década de 70, mas principalmente a partir da década de 80, a China passará por transformações socioeconômicas notáveis. A industrialização chinesa será responsável por um crescimento urbano aceleradíssimo, nos moldes da terceira onda de globalização, típicas da segunda metade do século XX. Tal crescimento e fenômeno de urbanização provocará impactos profundos na estrutura social chinesa, não apenas alterando a dinâmica territorial de um país tradicionalmente agrário, mas dando incentivos à população a ter menos filhos, como ocorre em outros países conforme descrito no modelo de Thompson. A rigor, contudo, a política de filho único dará maior intensidade à passagem da fase 2 à fase 4 do modelo. O aumento do custo de vida nas cidades, o menor incentivo a ter filhos como solução de mão de obra para as famílias rurais, todos esses elementos são causas da diminuição da taxa de natalidade que acaba por cair mais rapidamente do que o esperado. A geração de "baby boomers", como ocorreu na Europa e na América do Norte, será sustada pelo governo chinês. Evidentemente, o cenário demográfico na Ásia do leste costumava ser distinto, na medida em que o modelo de rizicultura irrigada incentivou por séculos o amplo aumento populacional. A dinâmica da urbanização alterou este cenário.

Não é possível afirmar que tais políticas tenham ocorrido sem qualquer resistência ou impactos nocivos por parte da população. Há relatos de preferência por filhos homens, mais apropriados para a mão-de-obra e a consequente recusa de filhas mulheres. A política de reassentamento de populações inteiras por parte da China também faz parte desse quadro. Capazes de construir cidades inteiras a partir do zero em relativo pouco tempo, os chineses reconhecem em sua população, a maior do mundo atualmente, um claro recurso de poder geopolítico. Neste sentido, agora que a população chinesa dá sinais de estagnação, agravada por todos os fatores mencionados, a China procura manejar sua situação demográfica ao seu favor, tentando se antecipar a futuros problemas.

Para Gérard Dumont, o maior problema demográfico do século XXI não será o aumento populacional, como previam malthusianos e neomalthusianos. Do contrário, o maior problema, segundo o geógrafo francês, será o envelhecimento populacional. Neste sentido, ao passo que a China, após mais de 30 anos de crescimento econômico ininterrupto, promove um novo rearranjo e ajuste de rumos, o rápido envelhecimento populacional pode vir a ser um problema grave. A China apenas recentemente passou a contar com legislação trabalhista, de modo que uma maior pressão previdenciária está no horizonte do país. Ao passo que a China se consolida como uma economia de serviços, uma maior classe média urbana pode demandar melhores aposentadorias. A atual dinâmica demográfica já aponta para o fim do bônus demográfico e uma retomada de níveis preocupantes do grau de dependência do país. Dessa vez, o cenário é ainda mais preocupante porque a parcela de dependentes da pirâmide etária chinesa não são mais crianças, como era durante um período de elevadas taxas de natalidade. Agora, os dependentes chineses são cada vez mais idosos, o que significa que não poderão ser futuramente incorporados nas cadeias produtivas. Caso a China siga o mesmo rumo, a eventual redução da população economicamente ativa terá efeitos graves e preocupantes para a economia chinesa com possíveis efeitos sociais.

Em termos demográficos, a China é um país de extremos. Da redução absoluta da população durante reformas da década de 60, passando pela política de filho único após a recuperação da taxa de natalidade, até o momento atual de paulatino envelhecimento populacional, a China chama atenção não só pelo seu poder demográfico, como pela atenção dispensada pelo Estado chinês a esse tema. Nesse sentido, há que se observar atentamente a dinâmica demográfica chinesa, já que seus impactos não se restringem à China, mas a todo o mundo. Ainda é cedo para dizer que a China seguirá um envelhecimento nos moldes japoneses, mas previsões já mostram que a Índia e o continente africano agora são aqueles com maior crescimento no mundo. Há que se observar essas novas dinâmicas.

Matheus Machado Hoscheidt – 30

A estrutura demográfica chinesa, fortemente influenciada pelos ditames da Cúpula do Partido Comunista, sofreu mudanças significativas nos anos recentes. A política do filho único, marco normativo do controle estatal sobre a estrutura demográfica, alterou consideravelmente o ritmo das dinâmicas populacionais, acelerando o processo de envelhecimento relativo. Somado a essa política, outros fatores socioeconômicos também contribuíram para as novas realidades demográficas, gerando impactos significativos no território e na economia chinesas.

A consequência da política do filho único, desde sua criação até 2016, foi a aceleração do processo de redução da taxa de natalidade chinesa. De modo análogo, engendrou um relativo envelhecimento da população – que ainda é uma das mais jovens do mundo e possui altas taxas de crescimento populacional, mas que cresce a taxas decrescentes. A razão de dependência da população chinesa (relação entre população em idade inativa e população em idade ativa) é de cerca de 35%, e vem crescendo com a entrada de jovens à idade adulta. A redução das taxas de crescimento da população chinesa permite enquadrar o país na terceira fase do modelo de transição demográfica de Warren Thompson, na medida em que, após o boom demográfico entre 1970 e 1990, as taxas de natalidade passaram a reduzir-se a patamares mais próximos dos níveis de mortalidade, graças à política de filho único.

Além da questão normativa, diversas transformações socioeconômicas explicam a diminuição do crescimento populacional chinês, sendo a principal delas a formação de uma classe média urbanizada e com altos níveis de escolaridade. Desde a "política das quatro modernizações" de Deng Xiaoping, a economia chinesa apresentou taxas significativas (>10%) de crescimento econômico, o que foi endossado e fortalecido, posteriormente, com as políticas de ascensão e de desenvolvimento pacífico de Hu Jintao no início dos anos 2000. O modelo de integração econômica global da China envolveu a constituição de modernas Zonas Econômicas Exclusivas, constituindo, para tanto, novos centros urbanos que requeriam uma população educada em setores de TI e design de produto, bem como de uma elite burocrática para expandir a capacidade estatal do Partido Comunista. Essas mudanças ensejaram um verdadeiro êxodo rural do interior centro-meridional chinês em direção às costas orientais do território, fornecendo à nova classe média educação preventiva e métodos anticoncepcionais que inexistiam no campo. Além disso, o aumento significativo dos salários reais e do custo de vida nas cidades, que ensejaram a migração das

diversas indústrias de trabalho pouco especializado para países vizinhos (como Vietnã e Laos), também colaborou para o planejamento familiar autônomo no sentido de limitar a natalidade do núcleo de família. Esse processo de urbanização rápida e de crescimento da classe média ainda é promovido pela gestão de Xi Jinping, com o foco do 13º Plano Quinquenal de expansão do mercado interno e de resolução de problemas ambientais relacionados a uma urbanização macrocéfala.

A atual dinâmica demográfica chinesa, bem representada pela terceira fase do modelo de Warren Thompson, indica uma diminuição das taxas de crescimento populacional. A dinâmica que ensejou a atual estrutura demográfica teve impactos marcantes no território. O desenvolvimento econômico e urbano deu-se com foco concentrado em grandes capitais litorâneas (Pequim, Xanghai e, posteriormente, Hong Kong). Como consequência, constituíram-se relativos vazios demográficos em regiões centro-setentrionais do território, marcadamente nas regiões de fronteira desértica com a Mongólia e no extremo ocidental com a província de Xinjiang. Esses vazios consolidam, por vezes, fronteiras porosas, nos marcos de limite capilar de Cuisinier-Raynal, permitindo a ascensão de movimentos terroristas e separatistas. A má distribuição da população no território também é central para o entendimento de conflitos territoriais com a Índia, tanto na região da Caxemira quanto em Arunachal-Pradesh. A recente iniciativa One Belt One Road, ciente desses problemas, busca ampliar a ocupação de anecúmenos do território e de fronteiras porosas, como demonstra a ligação da região de Kunming à cidade de Vientiane no Laos e o Corredor Econômico China-Paquistão. Além das consequências territoriais, a atual dinâmica demográfica impacta a economia nacional. Deve-se esperar, progressivamente, o aumento das classes médias. Ademais, com a aceleração da redução do boom demográfico, é possível vislumbrar uma alteração das taxas de poupança da população, uma vez que, nos marcos da Teoria do Ciclo de Vida de Ando-Modigliani, as populações mais jovens tendem a poupar mais que as adultas. Com a redução das taxas de poupança, cabe inferir uma manutenção ou redução da capacidade de investir do Estado chinês.

A política do filho único engendrou diversas modificações na estrutura demográfica chinesa. Como consequência, alterou-se também a distribuição espacial das populações, bem como a estrutura socioeconômica. A constituição de uma classe média urbanizada está intimamente ligada a essas novas dinâmicas. A condição atual da população chinesa enseja novos desafios a serem discutidos no vindouro 19º Congresso do Partido Comunista Chinês, como os problemas ambientais e para a saúde advindos de uma urbanização macrocéfala e a gestão do desenvolvimento em regiões de anecúmeno.

Pior nota
Anônimo – 17

Em razão do tamanho de sua população, a China teve de estabelecer políticas específicas para controlar seu crescimento demográfico. Este ocorreu aceleradamente até a década de 1960, mais pela melhora da qualidade de vida no campo do que em razão da urbanização. O "Grande Salto para Frente", de Mao Tsé-Tung, interrompeu essa tendência de crescimento demográfico, a qual foi ainda mais relativizada com a adoção da política do filho único, em 1979. A política, de fato, conteve o ímpeto do crescimento demográfico,

mas não sem ocasionar efeitos adversos, em particular o envelhecimento precoce e a prática de aborto forçado de bebês do gênero feminino. Atualmente, verifica-se flexibilização do controle demográfico, tanto para coibir efeitos deletérios dele advindos quanto para manter quantidade de mão de obra que sustente o crescimento econômico chinês.

Pode-se afirmar que a política do filho único atingiu seu principal objetivo, qual seja, o de conter o crescimento populacional chinês acelerado. Excedentes populacionais podem causar escassez de alimentos, gerar mão de obra ociosa e deteriorar a qualidade de vida nas cidades. As consequências do crescimento populacional chinês ainda hoje são verificadas, como em Pequim, onde há falta de espaço, escassez de habitações e poluição acima de limites internacionais. O controle demográfico, outrossim, fez que a população chinesa envelhecesse comparativamente mais rápido, uma vez que, a cada casal, somente era permitido ter um filho, o que diminuiu a proporção de pessoas jovens no país. Havia exceções a essas regras, como aquela que permitia a casais de origem étnica minoritária ter dois filhos. As ressalvas, entretanto, não foram suficientes para conter o aumento do número de feminicídios. Por razões sociais e culturais, casais chineses preferiam ter homens a mulheres. No caso de constatação de gestação de uma menina, abortava-se para engravidar novamente. Essa prática resultou em desvio de gênero importante na China, onde hoje há mais homens do que mulheres.

Junto às mudanças promovidas pela política do filho único, a China também passou por transformações em sua estrutura socioeconômica que contribuíram para a diminuição do crescimento populacional. Atualmente, a China é um país majoritariamente urbano. Nas cidades, o custo de vida é mais alto e a taxa de mortalidade infantil é menor. Esses fatores fazem que as pessoas optem por ter menos filhos – ou não ter nenhum. Padrões comportamentais também foram alterados, e ter filhos deixou de ser uma obrigação para os indivíduos e se tornou uma possibilidade.

A urbanização chinesa está associada à mudança de sua estrutura econômica, que passou a pautar-se crescentemente pela industrialização. O trabalho no setor secundário da economia faz que cresça a mão de obra urbano-residente, em padrão que se mantém na atualidade. Com mais moradores urbanos e com êxodo rural, também proporcionado pela industrialização, o crescimento populacional tende a continuar diminuindo.

Contemporaneamente, os governantes chineses verificam que, ao contrário da contenção estabelecida pela política do filho único, é necessário relativizar o controle demográfico. São necessários mais jovens para financiar os gastos previdenciários, majorados com o envelhecimento populacional. Para coibir feminicídios, autorizou-se que casais que tenham mulheres possam ter outro filho. Flexibilizaram-se ainda mais as regras para minorias étnicas, em particular para aquelas que vivem no oeste do país, que é menos povoado (mais de 90 da população chinesa vive no leste) e que necessita de maior integração com o núcleo econômico e político. Por fim, o controle demográfico foi flexibilizado para manter estoque de mão de obra adequado, para que se viabilize a manutenção do crescimento econômico chinês. Em um contexto em que a economia chinesa se concentra menos no setor externo e fortalece o mercado interno, a manutenção do crescimento populacional seria imprescindível para que o objetivo de promover desenvolvimento econômico fosse atingido.

Entre 1979 e 2016, a população e a economia chinesas passaram por alterações que influenciaram sobremaneira a dinâmica demográfica do país. A política do filho único foi

exitosa em conter o crescimento populacional, mas não esteve isenta de problemas, como o ocasionamento do envelhecimento precoce da população e a prática de feminicídios. Com o crescimento industrial, a urbanização e a mudança de padrões comportamentais, a contenção do crescimento demográfico chegou ao ponto em que necessita ser convertida, ou ao menos flexibilizada. Essas são as mudanças que ocasionaram a alteração das diretrizes políticas chinesas. Atualmente, o país busca equilíbrio demográfico que garanta padrão de crescimento sustentável e que não deteriore a qualidade de vida da população.

Questão 2

Nas últimas décadas, o setor agrícola brasileiro cresceu rapidamente com base na produtividade, bem como na expansão e consolidação da fronteira agrícola nas regiões Centro-Oeste e Norte do país. Além de atender ao mercado interno, a produção agrícola destina-se à exportação, com a participação de novos parceiros comerciais. A agricultura no Brasil contribui, ainda de forma importante para o fornecimento de energia no país. A utilização de energia renovável da agricultura está composta principalmente por biomassa, pela energia hidráulica e pela lenha. Toda essa trajetória de expansão está associada a pressões ambientais sobre o território brasileiro e seus recursos em escala de modo nenhum desprezível, o que suscita a preocupação com o consequente comprometimento da capacidade produtiva dos agroecossistemas, resultante de diversos sistemas de lavoura praticados nas diferentes regiões do país. Assim, os impactos ambientais associados ao setor agrícola tornam a ampliação do debate sobre meio ambiente e desenvolvimento necessária, o que envolve não só as relações entre gestão ambiental e agricultura, mas, igualmente, a agenda diplomática de diversos países e a pauta das negociações intergovernamentais.

Considerando a necessidade de exame da política ambiental no contexto produtivo do país, disserte sobre a problemática acima apresentada, incluindo exemplos específicos e abordando as características de ecossistemas brasileiros e a necessidade de um efetivo gerenciamento ambiental. Em seu texto, atenda, ainda, ao que se pede abaixo.

1 - Evidencie os impactos ambientais relativos às atividades agrícolas praticadas nas diversas regiões brasileiras, levando em conta biomas, ecossistemas e domínios encontrados nessas regiões, já que assumem caráter diferenciado conforme condicionantes locacionais.
2 - Comente a necessidade de gerenciamento ambiental efetivo frente aos custos ambientais associados à implantação de modelos agrícolas intensivos na utilização de recursos naturais, ressaltando o papel fundamental das políticas ambientais no Brasil.
3 - Discuta a incorporação da variável ambiental na evolução das trajetórias tecnológicas na agricultura a partir do paradigma da sustentabilidade e a exigência de marcos fundamentais para a gestão ambiental no país.
4 - Comente sobre os custos ambientais da inserção do Brasil no mercado global, bem como as possíveis restrições ambientais de caráter comercial, e o atendimento ao crescimento da demanda interna relativamente aos produtos agrícolas, considerando a segurança alimentar e energética.

Média: 21,17 amp. / 20,86 cotas negros
Desvio padrão: 2,28 amp. / 2,86 cotas negros

Fernando José Caldeira Bastos Neto – 26

A atividade agrícola é atualmente uma das principais responsáveis pelos impactos ambientais em boa parte das regiões, biomas, ecossistemas e domínios morfoclimáticos do Brasil. Assim, desde a década de 70, quando o Brasil desenvolveu a tecnologia que lhe permite, por meio do ajuste da acidez do solo, cultivar soja no cerrado, este bioma está em risco. Mais do que isso: relatórios bastante preocupantes indicam que a situação do cerrado é dramática. Menos midiático que a Amazônia, o cerrado é possivelmente o maior bioma brasileiro e fundamental para o equilíbrio de nossos ecossistemas. Além disso, chama a tenção a principal atividade responsável pelo desmatamento na Amazônia: a pecuária. Profundamente improdutiva, a produção de carne no Brasil está baseada num modelo muito mais extensivo do que intensivo, de modo que a terra barata na fronteira amazônica surge como região "ideal" para esses investimentos. Sem um claro e efetivo combate a essas práticas nocivas, sem o reconhecimento de que a floresta, por conta de suas inestimáveis riquezas em termos de biodiversidade, vale mais em pé, é possível esperar que tanto a Amazônia quanto o cerrado estejam ameaçados. Além disso, a própria mata das araucárias é a região mais devastada, hoje muito pouco preservada, em virtude do uso intensivo da lenha. O mesmo pode ser dito da Mata Atlântica que, apesar de possuir uma série de normas que regulamentam sua proteção, é, em virtude da conformação populacional do território brasileiro, um dos biomas mais devastados.

Quanto ao gerenciamento ambiental efetivo, cabe mencionar o caso do PPCdAm, política governamental implementada pelo Ministério do Meio Ambiente no ano de 2004. O gerenciamento, pela primeira vez realizado com uma mentalidade de longo prazo, não mais simplesmente para resolver uma situação emergencial, logrou rápido sucesso e, em última instância, retirou o Brasil do rol de vilões ambientais. O plano consistia em uma série de medidas de monitoramento, controle e incentivo a práticas mais sustentáveis no contexto amazônico. Neste sentido, o PPCdAM é modelo para outras iniciativas menos bem sucedidas como o PPCerrado, que não tem logrado o mesmo êxito. Quanto à exploração de recursos naturais na Amazônia, cabe mencionar o complexo dos Carajás no Pará, que revolucionou a oferta de minério de ferro no mundo. No contexto do maior desastre ambiental da história do Brasil, no Rio Doce, causa preocupação a possibilidade de novos projetos de mineração na Amazônia. Uma tragédia das proporções do Rio Doce no Rio Amazonas não apenas mancharia para sempre a imagem do Brasil como provocaria um dano ambiental inestimável. No que tange à exploração de energia hidrelétrica na Amazônia, o exemplo da usina de Balbina é particularmente preocupante pela sua baixa produtividade e alto custo ambiental. Apesar da bacia Amazônica ser uma das maiores do mundo, seu baixo declive impede a construção de complexos hidrelétricos mais eficientes como as do Rio Paraná. A técnica de fio d'água, apesar de provocar menores alagamentos, gera menos energia em média, particularmente em momentos de seca do rio. Assim, causam preocupação as usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, a primeira pelos impactos socioambientais no Xingu, e as duas últimas por estarem localizadas no Rio Madeira, na parte ocidental da Amazônia, considerada de valor estratégico por planos de desenvolvimento como o "Amazônia Sustentável" de 2008.

Para Bertha Becker, a Amazônia seria a "incógnita do Heartland", na medida em que caberia ao Brasil escolher que tipo de desenvolvimento deveria ser realizado na região. Neste sentido, a constituição da Amazônia Legal em três diferentes regiões: o arco da

ocupação consolidada, a Amazônia oriental e a Amazônia ocidental apontam para uma preocupação totalizante da região. Proteger a Amazônia seria encontrar meios de exploração sustentável da biotecnologia a partir do conhecimento de povos tradicionais, assim como seriam incorporados ao projeto regiões ligadas à soja e à pecuária. Proteger a Amazônia, neste sentido, envolveria necessariamente incorporar ganhos de produtividade à pecuária e à soja. O aumento da produção de soja deveria ser realizado por expansão vertical através de ganhos de tecnologia. Por outro lado, um aumento de produtividade na pecuária significaria uma menor pressão econômica pelo desmatamento. Tais objetivos são notoriamente de difícil alcance. Marcos ambientais mais recentes como o último código florestal indicam claros retrocessos na política ambiental brasileira. A força da bancada ruralista no Congresso também dificulta que aconteça a incorporação do paradigma da sustentabilidade na região.

Atualmente, no caso particular do desmatamento amazônico, a expansão pecuária depende do nível de preços interno e externo e do grau de inserção internacional e o crescimento da economia. Nos últimos anos, nota-se uma sensível piora nos índices de desmatamento da Amazônia. A crise, contudo, concedeu algum alívio muito recentemente. A recessão provoca menor nível de renda na população e consequentemente diminuição no preço da carne. Os indicadores, contudo, permanecem preocupantes. Boa parte das metas do Brasil junto ao acordo de Paris demandam uma política efetiva de combate ao desmatamento. Caso a tendência atual se confirme, o Brasil, que poderia ser liderança no tema ambiental, na vanguarda da sustentabilidade do mundo, poderá pagar caro pela falta de senso estratégico. A redução do apoio norueguês ao Fundo Amazônia é um sinal que precisa ser considerado.

Além disso, em termos de segurança ambiental, é digno de nota que, apesar da importância da soja em nossa balança comercial, a grande maioria dos produtos que compõem a alimentação do brasileiro é produzida pela agricultura familiar. Em termos produtivos, a agricultura familiar produz em termos relativos tanto quanto os produtos de agroexportação, sem sequer se aproximar do mesmo nível de financiamento e uso extensivo da terra. Além disso, caso a agroexportação ocupe o lugar da agricultura familiar, o Brasil terá razões para se preocupar com sua segurança e soberania alimentar. Como se não fosse o bastante, a agricultura é responsável pela maior parte de nosso consumo hídrico. Isso significa que, na prática, o Brasil, um dos maiores repositórios de recursos hídricos do mundo, pode estar na verdade exportando água, algo que alguns autores conceituaram como água virtual. Neste sentido, os compromissos internos e internacionais do Brasil em matéria ambiental provocam preocupação em particular por conta dos rumos que o País tem seguido de modo a debelar a recessão econômica dos últimos anos.

Graziela Streit Rodrigues da Silva – 26

No Brasil, a expansão do Complexo Agroindustrial (CAI) é importante fator de promoção de crescimento econômico, urbanização e de integração territorial; contudo a expansão e a consolidação da fronteira agrícola, para fins de produção de alimentos ou de insumos energéticos, tem impactado os diferentes biomas brasileiros. Nesse sentido, a busca por um modelo que consiga associar a necessidade de desenvolvimento e a proteção ambiental tem sido o foco de diversas políticas ambientais racionais, que visam fazer a

transição para um modelo técnico-ecológico de desenvolvimento sustentável. Esse processo apresenta desafios relacionados à tensão entre restrições ambientais e a inserção do Brasil como grande produtor global de produtos primários e de insumos energéticos para biocombustíveis.

A consolidação e a expansão do CAI tem gerado diversos impactos nos distintos biomas brasileiros. Na Mata Atlântica, onde a expansão é mais antiga, as atividades agrícolas geraram profundas perdas de cobertura vegetal e de biodiversidade. O mesmo ocorreu nos Pampas, onde a pecuária tem causado arenização do solo. No cerrado, nas regiões do Centro-Oeste e do MAPITOBA, atividades agropecuárias causam perda de cobertura vegetal e contaminação das águas, o que assume grave relevância nesse "berço das águas" brasileiro. Além disso, queimadas e incêndios criminosos aumentaram nesse bioma. Na Amazônia, a agropecuária tem gerado perda de biodiversidade, contaminação do solo e das águas subsuperficiais e desmatamento, o qual compromete a circulação pluvial de todo o território brasileiro, através dos "rios voadores".

Tendo em vista todos os impactos ambientais causados por atividades agropecuárias, a expansão da fronteira agrícola sob a lógica de "economia de fronteira" tem sido repensada por diversas políticas ambientais brasileiras, que visam à transição para um modelo técnico-ecológico de desenvolvimento sustentável, o qual possa ser replicado continuadamente sem promover o exaurimento dos recursos naturais. Nesse sentido, marco dessa preocupação foi o lançamento do PPCDAm, que, além de conter o desmatamento por meio de monitoramento e fiscalização, promove atividades sustentáveis para a Amazônia. O sucesso do PPCDAm estimulou o lançamento do PPCerrado e do PPCaatinga, que buscam proteger os respectivos biomas e promover sustentabilidade. O Plano Amazônia Sustentável propõe, ainda, uma série de diretrizes às quais as atividades econômicas na Amazônia precisam obedecer é considerado marco do desenvolvimento sustentável. Outras políticas, como a PNMC e a PNMLT também buscam diminuir a degradação ambiental de forma associada ao desenvolvimento nacional.

A incorporação da variável ambiental na agricultura, por meio da tecnologia, foi estimulada pela ideia de sustentabilidade econômica e pela exigência das políticas ambientais brasileiras, como o PPCDAm, o PAS e a PNMC. Exemplo dessa incorporação é o plano ABC, que visa à integração lavoura-pecuária-floresta, de modo a conter o desmatamento e aumentar a produtividade da agropecuária. Outros importantes exemplos são as inovações na área de irrigação agrícola, um sistema de gotejamento, e o uso de lenha de replantio para a produção de carvão vegetal, fonte importante de energia em muitas localidades.

Importantes desafios para a transição para um modelo técnico-ecológico são a inserção brasileira na economia global como produtor primário de insumos alimentares e energéticos e a própria demanda interna de energia e alimentos. Nesse sentido, destaca-se o papel da soja – que se destina tanto à produção de biocombustíveis quanto à alimentação – e da cana-de-açúcar, destinada à produção de açúcar e de biomassa. Ambos os insumos sofrem tensão entre a produção para fins de exportação e para a segurança energética; entretanto a expansão horizontal da produção deve ser aliada à expansão vertical e à preocupação com a sustentabilidade.

A expansão do CAI, no Brasil, seja para a produção de alimentos, seja para energia, tem gerado impactos ambientais nos diferentes biomas, os quais tem sido combatidos por

políticas ambientais e inovações tecnológicas. Contudo, o modelo econômico brasileiro ainda apresenta desafios a serem solucionados.

Comentários da autora

Como a questão exigia muitas informações em um espaço limitado, o uso das siglas foi essencial para economizar linhas. Percebe-se que nem cheguei a explicar alguns dos acrônimos, mas, partindo do pressuposto que a banca muito provavelmente os conhece, optei por usar o espaço para adicionar tanta informação quanto coubesse.

Fernando Souza Leite – 26

Atualmente, verifica-se a ocorrência de impactos ambientais relativos às atividades agrícolas praticadas em diferentes regiões brasileiras, a exemplo do aumento do desmatamento resultante da expansão da cultura da soja na Amazônia e no Cerrado, acentuando-se, neste caso, na região do MATOPIBA. Nesse contexto, pode-se evidenciar que a política ambiental brasileira segue uma trajetória de avanços e recuos, que congrega iniciativas consideradas exitosas, como o PPCDam e o Plano Amazônia Sustentável (PAS), com retrocessos como aquele representado pela promulgação do Novo Código Florestal, que traz em seu texto o instituto da anistia a ser conferidos àqueles que desmataram até determinada data, além de reduzir consideravelmente áreas a serem protegidas em torno da nascente de rios e de encostas, entre outros aspectos estarrecedores.

Em consonância com o sucesso obtido pelo PPCDam, há intenção de que esse êxito se repita em biomas não florestais, como o Cerrado (PPCerrado) e a Caatinga (PPCatinga). Ademais, a preocupação em relação à preservação do Pantanal mato-grossense, uma vez que a soja se expande significativamente pelo território dessa unidade da Federação, comprometendo o regime de chuvas da região e a continuidade daquilo que Antonio Nobre qualifica como "rios voadores", essencial para a manutenção da biodiversidade. Por seu turno, tem-se a promoção de iniciativas que contemporizam conhecimento científico e tecnológico à gestão do território. Nesse sentido, é emblemático a consecução dos sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta, cuja efetiva implementação foi acordada pela diplomacia pátria no âmbito de sua INDC apresentada na COP-21, realizada em Paris. Essa inovação, que já dispõe de casos exemplificativos, denota o compromisso brasileiro com o paradigma da sustentabilidade.

No que concerne aos custos ambientais da inserção do Brasil no mercado global, deve-se fazer menção ao fenômeno da água virtual ou fictícia, conforme define Bertha Becker. De acordo com esse processo, constata-se que o fato de o país figurar como grande exportador de carne acarreta a externalidade negativa de ter que lidar com o emprego elevado de recursos hídricos para a produção desse produto primário, em um cenário global em que se assiste à "commoditização da água". Esse estado de coisas apresenta tendência ao crescimento desde a década de 1980, quando ganha fôlego o processo de reprimarização da economia nacional, que se seguiu ao esgotamento do processo de industrialização por substituição de importações. Por outro lado, as atividades agrícolas contribuem para a segurança energética, tendo em vista que delas decorrem subprodutos que geram a biomassa usada como fonte de energia limpa, como o bagaço da cana.

É necessário que haja políticas assertivas para a temática ambiental, de modo que interesses comerciais não se sobreponham à sustentabilidade. Dessa forma, cumpre frisar que parte expressiva dos gêneros alimentícios destinados ao consumo interno são devidamente providos pela agricultura familiar, a exemplo da mandioca (cerca de 90%), do milho e do arroz, o que demonstra a importância de o governo continuar a promover ações como o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), atendendo também à preservação da segurança alimentar. Para além da agricultura familiar, outras iniciativas de caráter mais sustentável se fazem notar. A fruticultura, voltada basicamente à exportação, no Vale do Açu (RN) vai ao encontro dessa perspectiva, com a produção de melão e manga, entre outras frutas. Alternativamente, pode-se citar o caso do café cultivado nos estados do Acre e Rondônia, que não se caracterizam como produtores tradicionais da rubiácea.

O avanço das políticas empreendidas pela forte bancada ruralista do Congresso Nacional causa temor quanto à efetiva continuidade da política ambiental brasileira orientada por parâmetros que atendam ao requisito de sustentabilidade. Por fim, os compromissos firmados pelo Brasil são ameaçados pelo viés errático com o qual o Estado lida com a temática internamente, o que gera dúvida quanto à sua capacidade de zerar o desmatamento ilegal até 2030.

Victor Oliveira Tibau – 25

Embora o setor agrícola seja fundamental para a economia brasileira, ele gera pressões ambientais significativas, que devem ser reguladas por uma gestão efetiva e coerente. A evolução do eixo dinâmico da agricultura brasileira na segunda metade do século XX - do Sul para o Centro-Oeste e, então, para o Norte e o Nordeste -, realizada com investimento governamental (Embrapa) e cooperação internacional (Prodecer), fez com que essa atividade se espalhasse por todas as regiões brasileiras.

No Sul, região dos Pampas, a tradicional pecuária, muitas vezes feita com um manejo irregular, gerou processo de arenização, de importante impacto ambiental. Com as inovações técnicas dos anos 1970, a soja adentrou no Cerrado do Centro-Oeste. Bioma de cobertura vegetal não florestal, o Cerrado sofreu, pois, importante negligência, que fez com que padecesse de altos níveis de desmatamento e degradação ambiental. Antes dele, notadamente, a soja tinha causado grande impacto no Sul - a Mata de Araucária é o domínio mais desmatado -, e, com o avanço em direção ao Cerrado nordestino, mantém a mesma dinâmica. Na região do vale do rio São Francisco, por exemplo, a fruticultura irrigada exerce grande pressão sobre os recursos hídricos. Com relação ao Norte do país, enfim, note-se que a agropecuária é o principal vetor de desmatamento da Amazônia. Ademais, além de ser a principal fronteira energética atual - com impactos ambientais e sociais sobre as populações locais -, o Norte abriga, hoje, o maior rebanho bovino do país.

Uma gestão ambiental efetiva é fundamental, pois, para diminuir esses custos ambientais. Marco importante foi a Constituição de 1988, que, pela primeira vez, incluiu capítulo sobre a proteção ambiental, um ano após o Relatório Brundtland ter consagrado o conceito de desenvolvimento sustentável. No entanto, a CF-88 protegeu apenas os biomas florestais, deixando de lado, por exemplo, Cerrado e Caatinga. EM 1996, após pico de desmatamento na Amazônia, uma medida provisória ampliou a área de proteção e

fortaleceu os mecanismos de controle. Na década seguinte, em 2004, foi lançado o Plano de Proteção e Combate ao Desmatamento na Amazônia (PPCDAm), que foi o responsável por uma tendência de queda contínua no desmatamento amazônico. Ao PPCDAm, seguiu-se o Plano Amazônia Sustentável (2008), conjunto de diretrizes, inspiradas no trabalho de Bertha Becker, para que a "incógnita do heartland" pudesse ser equacionada, por meio da adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia. Mais recentemente, enfim, a criação do PPCerrado e do PPCaatinga visam a proteger esses ecossistemas que, embora historicamente negligenciados, são cruciais para que o Brasil possa conjugar os benefícios de seus complexos agro-industriais, intensivos na utilização de recursos, com a mitigação das pressões ambientais.

É necessário, ademais, que a própria produção agrária ocorra com base no paradigma da sustentabilidade. No seio das políticas ambientais brasileiras, o Plano Amazônia Sustentável (PAS) é exemplo precípuo de como esse ideal pode se converter em gestão. A essência do PAS não é o preservacionismo estrito da Amazônia, mas o encaminhamento de um modelo de produção sustentável. Para tanto, ele ressalta, inclusive, a importância de atividades de alto valor tecnológico, bem como a valorização de investimentos que se beneficiem da proteção florestal, sempre com caráter social.

Mais recentemente, a INDC brasileira apresentada à COP-21, em 2015, é outro exemplo da adequação entre agricultura e sustentabilidade. Entre os compromissos assumidos, está o desenvolvimento de uma agricultura de baixo carbono, a adoção do modelo de integração lavoura-pecuária-floresta e a recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas, bem como o aumento em 10% da eficiência energética e a garantia de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética. Essas medidas mostram como é possível aliar produtividade e sustentabilidade na agricultura.

Adotar o modelo sustentável é imperativo, face aos custos e desafios impostos atualmente. O novo eixo dinâmico da agricultura brasileira localiza-se espacialmente longe dos portos, o que faz com que a inserção do Brasil no mercado global gere um relevante desafio infraestrutural. Para superá-lo, o país tem investido em soluções multimodais, como o Arco Norte, que reconfiguram a dinâmica territorial brasileira e impõem graves custos ambientais e sociais, com poucos benefícios imediatos às populações envolvidas, por serem redes extrovertidas. Ademais, a França anunciou, recentemente, política de que evitará comprar produtos originários de áreas de desmatamento, o que impõe restrição ambiental de caráter comercial significativo ao Brasil. Entre outros desafios, é possível citar a questão energética. O desmatamento da Amazônia - com seus "rios voadores" - e do Cerrado - o "berço das águas" - está intimamente ligado às crises hídricas que assolam o Brasil nos últimos anos, com destaque, atualmente, para o Distrito Federal. Além de prejudicar a produção rural e a população, há impacto direto sobre as fontes de energia hidrelétrica, de importante peso na matriz nacional. Por fim, os custos ambientais de uma agricultura voltada à exportação são diretos sobre a redução da oferta doméstica de alimentos, em momento de ampliação da demanda.

Em suma, a relação entre agricultura e política ambiental configura importante desafio a ser solucionado pelo Brasil. Note-se que, ao fazê-lo, o país contribuirá decididamente com os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), notadamente o de proteção dos ecossistemas terrestres, mas também o que propugna um novo modelo de produção e consumo. Trata-se de tarefa inadiável, para o Brasil e para o Mundo.

Pior nota
Anônimo – 15

O Brasil apresenta grande diversidade de fauna e de flora, além de uma agricultura de destaque no cenário internacional. Essas duas características têm aspectos contraditórios, em que pese a busca pelo desenvolvimento sustentável, de forma a possibilitar o crescimento socioeconômico e preservar as riquezas naturais. Se, por um lado, o país possui um vasto marco normativo, aprimorado nas últimas décadas, para o meio ambiente, por outro, lida com a expansão de atividades agrícolas com efeitos dúbios a longo prazo, aliados a alterações como o Código Florestal de 2012, com elementos de retrocesso. Desse modo, é necessária a percepção dos benefícios ao país no futuro, com outros potenciais sustentáveis, além da aprimoração do modelo vigente em diversos âmbitos.

As atividades agrícolas têm forte impacto ambiental nos ecossistemas e biomas. A Mata Atlântica tem seu percentual de desmatamento próximo a 90%, devido a décadas de exploração madeireira e da produção de commodities como açúcar e café, sem nenhum controle. Esse bioma, cuja biodiversidade relativa é maior do que a da Amazônia, por conseguinte, tem poucas áreas restantes, localizadas, principalmente, em relevos mais elevados e de difícil acesso. A Amazônia, por sua vez, tem seu índice de desmatamento um pouco superior a 20%, mas cujo processo pode ser acelerado com a concretização de rodovias na área da Amazônia Oriental, que é a mais preservada. Biomas menos valorizados pela mídia como o Cerrado e a Caatinga tiveram cerca de 50% de desmatamento, vinculados à expansão agropecuária, assim como na Amazônia, e similarmente à destruição dos Pampas, também em metade da cobertura original. Áreas de transição como a Mata dos Cocais e das Araucárias também são sensíveis à exploração, a primeira com oleaginosas e a segunda pelo uso da madeira para moveis, tendo 90% de sua área desmatada. Alguns desses biomas, como o cerrado, têm sua exploração mais recente, devido à adaptação do solo (latossolo ácido), permitindo a expansão produtiva da soja e do milho, que têm tendência a alcançar as regiões ainda preservadas dos estados do MATOPIBA.

Essas tendências de desmatamento, no caso da Amazônia, foram controladas significativamente com mudanças de marcos ambientais, inicialmente com a criação do Ministério do Meio Ambiente, após a CNUMAD-92, com regulação da lei da Amazônia (1996), lei de crimes ambientais (1998), estabelecimento do Sistema de Unidades de Conservação (2000) e de seu organizador, o ICMBIO (2007), além do Plano Amazônia Sustentável de 2008. Esse último, aliado ao PPCDAM (2004), visa a estabelecer um novo parâmetro produtivo, concebido por Bertha Becker, para o aumento do uso dos potenciais do "enigma do heartland" de modo sustentável, aumentando a produtividade nas regiões do arco de ocupação consolidada e estimulando o desenvolvimento da biotecnologia, cujos ganhos econômicos são superiores ao da produção de commodities. Essas políticas ambientais permitiram grande redução do desmatamento na Amazônia após um período de grande destruição na década de 1990. Adicionalmente, a Política Nacional de Mudança Climática, fortalecida com as NDCs nacionais do acordo de Paris, comprometem o país ao reflorestamento de áreas degradadas e recuperação de pastos. Em contrapartida, não se verificou a mesma efetividade na diminuição do desmatamento em outros biomas,

notadamente, o cerrado e a caatinga, que, com o PPCerrado e PPCaatinga, não obtiveram a mesma alocação de recursos, nem o sistema de monitoramento presente na Amazônia, que somente recentemente foi estabelecido de forma permanente, dificultando a comparação com dados anteriores. Desse modo, percebe-se que as políticas ambientais podem ser efetivas, mas demandam esforços em diferentes localidades e biomas.

De acordo com a perspectiva de Bertha Becker, a perda de biodiversidade resulta em grande perda de potencial tecnológico e financeiro, com produtos farmacêuticos e biotecnologia e outros produtos, como de beleza, cujos termos de troca são superiores aos bens agrícolas. Não obstante, vale-se ressaltar a importância econômica do primeiro setor, vinculado às demandas logísticas. No Brasil, há grande diferenciação dos modelos agrícolas, com cerca de 5 milhões de propriedades, das quais as pequenas são que fornecem o principal abastecimento da demanda doméstica, frequentemente vinculados a empresas maiores compradoras e distribuidoras, em um sistema de monopsônio. As grandes propriedades concentram mais de 70% do crédito e das terras, direcionando a sua produção ao exterior e de forma concentrada em três produtos agrícolas: soja (32 milhões de hectares dos cerca de 77 milhões totais de áreas plantadas), milho e açúcar. A produção de soja tem como grande compradora a China, com cerca de 75% do total exportado. Há diferencial tecnológico, com a produção da soja, por exemplo, empregando pouca mão de obra, com maior uso de tratores e de fertilizantes, enquanto as pequenas propriedades usam mais trabalhadores, sendo que, com acesso ao crédito mais limitado, tem seu acesso à tecnologia muitas vezes vinculados ao fornecimento de produtos para empresas maiores. Com vistas a melhorar a produtividade nacional, a Embrapa atua para o desenvolvimento de sementes e de produtos diferenciados, que são essenciais à menor necessidade de expansão do uso de terras, além disso, há o programa de agricultura sustentável e o de REDD+, ainda em desenvolvimento.

Há tendência de aumento de produtividade nacional com a incorporação de tecnologias, mas que depende da atenção também aos pequenos e médios produtores, que abastecem a demanda interna. O uso de produtos agrícolas para a energia é outro potencial econômico, incentivado pelo Renovabio e pelo aumento das taxas de etanol na gasolina, e o incentivo ao biodiesel. Percebe-se que o modelo de agricultura monocultora, como afirma Milton Santos, limita as potencialidades do território, representando custos de oportunidade de setores mais rentáveis ou dos quais depende a segurança alimentar e energética, afetada pelo uso da agricultura por meio da água e de transportes. Deve-se atentar, igualmente, aos demais biomas e seus potenciais, a exemplo da biodiversidade presente no Pantanal, área ainda parcialmente preservada, mas próxima de grandes regiões produtoras. Os compromissos nacionais do Acordo de Paris e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável requerem, nesse sentido, maior atenção a uma regulação efetiva nos distintos biomas, relacionados às multifuncionalidades do uso do território nacional, tendo em vista o desenvolvimento do país a longo prazo.

Questão 3

Na América Latina, particularmente, tem-se observado um processo de transformação territorial decorrente das novas dinâmicas econômicas, demográficas e urbanas, resultantes das novas lógicas advindas da reestruturação produtiva tanto na indústria quanto na agricultura. Considerando esse contexto, disserte sobre os principais processos, dinâmicas e variáveis responsáveis pelas mudanças que vêm ampliando a articulação, interna e externa, dos países latinos. Em seu texto, aborde:
1 - a redefinição das dinâmicas territoriais decorrentes dos processos do crescimento demográfico;
2 - a redefinição das novas dinâmicas territoriais: industrial e agrícola, regional e urbana.

Média: 13,52 amp. / 14,14 cotas negros
Desvio padrão: 3,68 amp. / 2,81 cotas negros

Christian Bicca Estivallet – 20

A América Latina (AL) vem passando por profunda redefinição de suas dinâmicas territoriais, conforme constatado no livro América Latina: continente em chamas. Esse processo decorre tanto do crescimento geográfico quanto das transformações industrial e agrícola, regional e urbana. À medida que a globalização difundiu o meio técnico-científico-informacional pelo globo, nas últimas décadas do século XX, surgiram novas relações de trabalho que não mais se enquadram na tradicional divisão centro-periferia gerada pelo fordismo. O capital tornou-se mais dinâmico e promoveu a industrialização de áreas periféricas do capitalismo, como a AL, o que redefiniu suas dinâmicas territoriais.

A AL passou por um processo de urbanização que Milton Santos denominou terciária, na medida em que, entre as décadas de 1960 e 1970, quando houve o auge da urbanização na região, os empregos industriais não foram capazes de absorver grande parte do contingente populacional advindo do campo, como ocorrera nos países centrais entre meados do século XIX e começo do XX. Além de ter ocorrido de forma muito mais concentrada no tempo e no espaço, na AL a urbanização atraiu as pessoas para o setor de serviços de baixa qualificação e remuneração, muitas vezes informais. Isso gerou a involução metropolitana pois, a despeito de viverem nas cidades, essas populações reproduziam modos de vida arcaicos.

Essa urbanização, ainda que baseada nos setores inferiores da economia, acelerou a transição demográfica no continente. Se, em um primeiro momento, há aumento da natalidade devido a melhoria das condições básicas de vida e dos sistemas sanitário e de saúde; posteriormente, as dinâmicas urbanas transformam as relações familiares e, à medida que os filhos se tornam um custo crescente – devido à educação, saúde, alimentação –, diminui a taxa de natalidade. Essa rápida mudança faz que, na atualidade, tenha-se cerca de 1,9 filho por mulher na AL como um todo, variando entre países que tem taxa de

fecundidade ainda mais baixas, como o Brasil, e outros que a têm mais elevada, como a Bolívia e países do caribe.

Ao longo do século XX, muitos países da AL, como Brasil, Argentina e México, industrializaram-se com incentivo do Estado, na lógica da industrialização por substituição de importações (ISI), como pregado pela CEPAL. Para isso, criaram-se subsídios e proteções cambiais. A onda liberalizante da década de 1990, porém, reordenou parte dessas estruturas produtivas. No México, por exemplo, apesar de décadas de investimentos governamentais para industrializar o sul do país e reduzir as disparidades regionais, a criação do NAFTA e os baixos salários e proximidade ao mercado consumidor norte-americano fizeram que muitas das plantas industriais se transferissem para o Norte do país. Outras iniciativas governamentais foram suficientes, em alguma medida, para tornarem-se uma espécie de determinismo das condições passadas, em alguns casos de modo positivo, como a Zona Franca de Manaus que, ainda que com algum incentivo estatal, manteve-se como importante polo industrial.

Entretanto, o "boom" das commodities, na primeira década do século XXI, sobretudo devido ao forte crescimento da China (principal parceiro comercial, atualmente, de muitos países da AL), ocorreu certa tendência de desindustrialização ("doença holandesa") em favor da produção de minérios, hidrocarbonetos e produtos agrícolas, notadamente a soja. A agricultura voltou a ganhar peso em muitas das economias regionais, principalmente na maior delas, o Brasil. Porém, essa é uma agricultura moderna, que acentua a urbanização por meio das "cidades do campo" (Denise Elias), as quais estão diretamente relacionadas às cadeias do agronegócio, tanto à jusante quando à montante. Como se percebe, urbanização, industrialização e completo agroindustrial são fatores fundamentais da contemporânea transformação territorial regional e urbana na AL.

Daniel Köhler Leite – 20

A América Latina, analisada em sua totalidade, vem passando por significativas transformações territoriais em decorrência de novas dinâmicas econômica, demográfica e urbana. Diante da reestruturação produtiva na indústria e na agricultura, como consequência do processo de universalização do meio-técnico-científico-informacional (MTCI), conforme identificado por Milton Santos, assim como da transição demográfica e da tendência de maior saturação relativa da urbanização em um continente altamente urbanizado, a articulação, interna e externa, dos países latinos tende a ampliar-se. Cabe, portanto, pormenorizar os principais processos, dinâmicas e variáveis desse processo.

Embora seja um continente heterogêneo, com países com elevado crescimento demográfico e vegetativo, como a Bolívia, e com territórios com estágio demográfico mais avançado, como o Uruguai e o Brasil, a América Latina, em termos gerais, tende ao fim da transição demográfica, de sorte a alcançar maior equilíbrio entre as taxas de nascimento e de mortalidade (fim da fase 3 do modelo de Warren Thompson). Como consequência, a população do continente, na média, deve envelhecer, e o crescimento demográfico deve reduzir-se. Essa nova dinâmica acarreta desafios adicionais aos planejadores geográficos do continente, à medida que o fim do bônus demográfico tende a pressionar o crescimento da produção econômica regional, ao reduzir a quantidade de mão de obra disponível.

Adicionalmente, a expansão dos serviços, em detrimento da indústria e da agricultura, tem ocasionado novas lógicas nos fluxos migratórios e nas estruturas urbanas do continente. Se, tradicionalmente, a indústria foi, em países como a Argentina, o México e o Brasil, fator de atração de migrantes do campo, repulsados tanto pela precariedade técnica quanto pela expansão da agricultura moderna, o setor de serviços tem provocado novas dinâmicas de interação nos espaços geográficos e nos territórios latinos, de sorte a, por um lado, favorecer o poder de controle dos centros urbanos do "mandar" e, por outro, contribuir para acirrar desigualdades históricas entre as regiões, os lugares e os territórios, à medida que a expansão e a flexibilização da produção industrial implicou o fenômeno de fábricas-dispersas e fazendas-dispersas no continente latino-americano. Essas instituições, no entanto, não têm sido acompanhadas das capacidades de decisão, de modo a dependerem dos processos de decisão dos centros globais e regionais comandantes, a exemplo de Nova Iorque, Londres ou São Paulo.

Uma vez que a América Latina, de acordo com as Nações Unidas, representa uma área de elevada urbanização, o crescimento das cidades pela migração do campo tende a estabilizar-se, com prevalência do modo de vida urbano em todas as escalas. A dinâmica de migração, no entanto, deve alterar-se de modo a favorecer uma desconcentração populacional relativa para cidades médias e a atenuar a macrocefalia em países como o Chile. Nos tecidos intraurbanos, a fragmentação territorial e a especialização laboral também devem ter repercussões, com provável aumento de segregação especial e da dualização social entre "haves" e "have nots" em função das desigualdades sociais proporcionadas pela universalização da "era digital" (M. Castells).

A América Latina, portanto, será transformada territorialmente pelo avanço da transição demográfica, bem como da redefinição das dinâmicas dialéticas industrial-agrícola e regional-urbana.

Rafaela Junqueira de Oliveira – 18

As transformações verificadas atualmente no modelo de produção capitalista vêm impactando profundamente as dinâmicas econômicas e a distribuição espacial na América Latina. Por sua vez, a aceleração dos processos demográficos ocasionou consequências de extremo relevo para a dinâmica territorial desses países e suas relações internas e externas.

O elevado crescimento demográfico verificado em países latino-americanos, na segunda metade do século XX, produziu a região com o segundo maior índice de urbanização do mundo, com cerca de 80%, dada a íntima relação entre esses dois fenômenos. Essa acentuada expansão deu-se em redes urbanas extremamente concentradas, em razão das dificuldades de planejamento urbano. Desse modo, a América Latina detém, atualmente, grande número de megacidades, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Cidade do México e Buenos Aires. Embora alguns países, como Brasil, Argentina e México, apresentem tendências de estabilização de seu ritmo de crescimento tanto demográfico quanto urbano, outros países, menos desenvolvidos, estão acelerando esses processos, provocando uma realocação espacial da produção, a qual, simultaneamente, impulsiona aquelas mudanças.

Considerando-se a atual lógica de acumulação flexível, conforme propõe David Harvey, a distribuição territorial da produção capitalista tornou-se substancialmente

dispersa pelo mundo. Embora os centros de comando ainda detenham o controle sobre a concepção e geração de valor pela capacidade inovadora, permanecendo em cidades globais em geral, a exemplo de São Paulo, a produção industrial tende a espalhar-se fisicamente em suas etapas intermediarias, como a de montagem. Processo semelhante ocorre na América Latina, em que países mais pobres acabam sendo articulados em redes com o exterior, inclusive dentro da própria região, por meio da redistribuição territorial da indústria.

Esse movimento combina-se também com uma reordenação do território provocada pelos novos modos de produção agrícola. Com efeito, a forte demanda global por commodities leva a que países latino-americanos ocupem o papel de grandes produtores e exportadores desses bens primários, como ocorre não apenas com o Brasil, mas também o Paraguai, sobretudo, no caso da soja, e da Argentina, para carnes e trigo. Em que pesem ligadas ao setor primário, essas atividades tendem a ser fomentadoras de urbanização, em decorrência da expansão da produtividade pela Revolução Verde e outras inovações tecnológicas. Igualmente, essa nova expansão da agropecuária ligada ao setor externo tende a se basear no modelo do complexo agroindustrial, conforme sugerido por José Graziano, imprimindo forte vínculo entre setores primário e terciário, tanto no sentido à montante quanto à jusante da produção. Desse modo, promove-se intensa articulação também no âmbito interno dos países latino-americanos entre espaços urbano e rural, como consequência da reestruturação produtiva.

São inegáveis as transformações verificadas nos modelos produtivos tanto no âmbito industrial quanto na agropecuária. Esse fenômeno, conciliado ao processo demográfico experimentado pela América Latina acarreta impactos territoriais profundos nesses países.

Luciano Prata Magalhães – 18

Em um contexto de influência do meio-técnico-científico-informacional, a América Latina amplia tanto a integração interna quanto as conexões com o resto do mundo, ocasionando importantes transformações territoriais, com causas econômicas, demográficas e urbanas. O território fica muito mais poroso, ampliando a conexão com fluxos externos. A integração emerge como alternativa para fortalecer a capacidade de atuação e de autodeterminação em um período globalizado.

Em uma primeira aproximação com o tema, é importante destacar que o continente, em grande medida, completou a transição demográfica, com queda da taxa de mortalidade e da taxa de natalidade, esta ainda acima da taxa de reposição. Ademais, a maior parte dos países da região iniciam a experimentar os benefícios do bônus demográfico, com maximização da relação entre população ativa e população dependente (jovens e idosos). Esse contexto de crescimento demográfico, porém não em ritmos acelerados, reduziu a pressão migratória para as grandes metrópoles nacionais, como São Paulo, Buenos Aires, Cidade do México, em um contexto de redução ainda que não eliminação, do êxodo rural. De fato, verifica-se, em alguns lugares, migrações de retorno ou em direção a outros centros dinâmicos do território ou mesmo de outros países da região, com aumento da imigração intra-regional.

Em um contexto fortemente urbanizado, com mais de 70% de população urbana no continente, é notável que os novos impulsos da economia globalizada têm levado a uma

desconcentração territorial na América Latina, ainda que as grandes metrópoles nacionais mantenham sua relevância. Do ponto de vista industrial, em uma lógica corporativa reticular, é notável a existência de deseconomias de escala, incentivando a busca por regiões mais afastadas que possam suportar a atividade industrial, com efetiva competição entre os lugares, muitas vezes, até em âmbito regional. O deslocamento da indústria brasileira para o Paraguai, em busca de benefícios fiscais auxilia a exemplificar o argumento. Do mesmo modo, surgem clusters regionalizados, como, por exemplo, o polo automotivo que conecta Brasil e Argentina ou as indústrias maquiladores do norte do México. De fato, por diferentes motivos a região conhece uma certa dispersão do crescimento industrial. Do mesmo modo, o dinamismo dos setores primários, conectados com o mercado globalizado, tem motivado um desenvolvimento interiorizado. As "cidades do campo" no caso brasileiro demonstram o aspecto descentralizador da agricultura brasileira. O desenvolvimento regional, em grande medida, passa a ocorrer em pontos e manchas.

No âmbito da integração regional, podemos identificar também componentes que aceleram a transformação territorial. O desenvolvimento da infraestrutura compartilhada, como, por exemplo, a Rodovia do Pacífico, que liga o Brasil ao litoral peruano ou a Rodovia Transandina, que conecta Chile, Peru, Equador e Colômbia, amplia a fluidez do território e resignificam os espaços fronteiriços. A crescente conexão entre Brasil e Venezuela, devido aos fluxos mútuos na região de Roraima, ou a expansão da soja brasileira para o Paraguai e para a Bolívia são exemplos do aspecto transformador da crescente integração interna da região.

A reestruturação produtiva no âmbito da globalização, seja no setor primário ou secundário, traz em seu âmbito, o imperativo de maior interconexão entre os países da região e também com o restante do mundo, impactando a conformação territorial. Contudo, é imperativo que a abertura do território aos fluxos globalizados seja acompanhada pelo esforço de construção de canas de integração regional, permitindo o surgimento de arranjos produtivos integrados que ampliem as possibilidades externas dos países da região.

Pior nota
Anônimo – 8

A América Latina testemunha um processo de articulação interna e externa, à luz das redes e dos fluxos globalizantes. O crescimento demográfico está associado aos elevados níveis de urbanização, que articula e fragmenta, simultaneamente, as dinâmicas territoriais. No caso dos países andinos, por exemplo, populações tradicionalmente rurais migram para as grandes cidades, como Lima, La Paz, Quito e Santiago, ou incorporam suas atividades agrícolas aos movimentos do capital internacional. Curiosamente, o aumento da demanda urbana em países como Brasil, Argentina e México por produtos andinos como quinoa, maca e chia redefine as dinâmicas territoriais, sobretudo no Peru e na Bolívia. O aumento da demanda, intrinsicamente relacionado à urbanização e à aquisição de novos hábitos de consumo, provoca o aumento do preço desses produtos que, historicamente, estão na base alimentar dos povos andinos. Com o aumento do preço, ocorre o fenômeno da "desintegração do campesinato", em que o pequeno produtor cede às pressões de grandes empresas que conformam um oligopólio no setor, e não raramente migra para os

centros urbanos em busca de oportunidades. No campo, grandes propriedades incorporam pequenos lotes em processo de "fagocitose rural". Esse movimento dialético e contraditório foi denominado "dilema da quinoa", e tem como causas os fluxos de capital orientados para o lucro, além do crescimento demográfico nas grandes cidades.

Muito se fala sobre a desindustrialização dos países latino-americanos, duplamente prejudicados pela demanda chinesa por bens primários e sua oferta de bens manufaturados. A indústria nacional de países como Brasil, Argentina e Peru tem dificuldades de competir com as economias de escala chinesas, o que leva à "reprimarização". Por sua vez, os investimentos estrangeiros reforçam esse processo de reestruturação produtiva com ganhos de eficiência no setor primário, de que são exemplos a exploração de cobre no Chile, a soja no Brasil e o petróleo no México e na Venezuela, entre outros exemplos. Essa dinâmica provoca sintomas de doença holandesa sobre países que, mesmo sendo industrializados, retornam a níveis pré-industriais de processamento de bens. Na escala regional e urbana, amplia-se o percentual dos setores de serviços na composição do produto nacional, em particular os serviços primários não evoluídos, na acepção de Milton Santos. A "esclerose" que se impõe sobre os meios rurais provoca fluxos de urbanização, mas, também, inversamente, fluxos de retorno para o campo por aqueles não beneficiados pelo grande capital. Numa lógica de "dois circuitos", o emprego informal tende a crescer mais do que o formal nos países da América Latina, o que provoca novas dinâmicas.

Nesse contexto, o espaço testemunha localmente as redes globalizantes, evidenciando um teatro de fluxos em que coexistem, dialeticamente, movimentos de articulação e, também, de desarticulação da sociedade.

Questão 4

Uma alternativa para tratar a questão regional é buscar defini-la no quadro da integração territorial, que manifesta a síntese concreta dos processos de divisão técnica e social do trabalho, de concentração produtiva e de centralização financeira do território. O conceito de território pressupõe a existência de relações de poder, seja definidas por relações jurídicas, seja definidas por relações políticas ou econômicas. (Questão regional e gestão do território no Brasil. In: I. Castro, P. Gomes e R. Corrêa. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 207-38 - com adaptações).

Aplicando as concepções do excerto acima à economia espacial brasileira do período 1960-2017, explique como a transferência da capital federal para Brasília - inaugurada em 1960 - redefiniu, em âmbito nacional, as dinâmicas regionais e influenciou a integração do território e a centralização espacial-financeira.

Média: 13,57 amp. / 12,57 cotas negros
Desvio padrão: 1,77 amp. / 1,60 cotas negros

Larissa Ferreira da Silva – 17

A formação do território brasileiro, desde o período colonial foi orientada pela ocupação populacional e econômica primordialmente da área litorânea. Os vazios demográficos, principalmente no Centro-Oeste e no Norte foram objeto de políticas estatais de organização de frentes de ocupação, que buscavam expandir atividades primordialmente agropecuárias para a região, de forma a garantir a soberania e o efetivo controle do território. Pode-se afirmar que a construção de Brasília foi a mais bem-sucedida dessas políticas, uma vez que conseguiu integrar a região ao polo socioeconômico dinâmico do país.

Além da construção de Brasília ter ensejado a transferência do polo de poder político central do país para o interior, esta também permitiu a integração territorial em novas bases. A reorganização do sistema rodoviário nacional, que passou a ser centrado em Brasília, foi um marco desse processo, visto que o rodoviarismo persiste como principal forma de circulação nacional. Nesse contexto, tiveram destaque as rodovias Belém-Brasília e Porto Velho-Brasília, que formaram eixos essenciais de ocupação do Norte, ensejando a formação daquilo que Bertha Becker denominou eixo de ocupação consolidada da Amazônia. Nesse sentido, as atividades econômicas do Norte passaram a ser fortemente influenciadas por Brasília, que também se tornou a cidade que rege primordialmente a rede urbana do Centro-Oeste. Além de sua importância na rede urbana nacional, segundo o último Regic publicado pelo IBGE, Brasilia influencia diretamente o triângulo mineiro, Tocantins e a dinâmica área do complexo agroindustrial do centro-oeste. A construção de Brasília em si atraiu grande migração do Nordeste, de mão de obra para a construção civil,

que esteve na origem do desenvolvimento das cidades satélites. Desse modo, pode ser percebido como Brasília mudou a dinâmica das relações interregionais, formando um novo polo poderoso de comando do território brasileiro, que permitiu uma maior interiorização da ocupação do espaço nacional.

Ao analisar as dinâmicas do território brasileiro das últimas décadas do século XX, Milton Santos propôs uma nova divisão regional do país, a qual demostra como a construção de Brasília alterou profundamente as relações especial-financeiras do país. Conforme indica Milton Santos, formou-se no Brasil a região concentrada, composta basicamente pelo Sul, Sudeste e o dinâmico centro-oeste dos complexos agroindustriais. Nessas regiões há o grande adensamento do meio técnico-científico-informacional, que engloba a maior parte da produção de riqueza do país, contém a maior parte da infraestrutura moderna e que comanda o espaço nacional. Brasília é ponto essencial da região concentrada, apresentando economia dinâmica, além de ser centro político decisório ao qual se subordina todo o país. Apesar de Brasília ter ensejado uma maior interiorização da população e das atividades econômicas em relação ao modelo anterior, voltado para o litoral e para o sudeste, de certa forma, ela também significou uma nova concentração, ao reforçar os vínculos da região concentrada, em detrimento do Norte e do Nordeste. Nesse sentido, pode ser percebido como a tendência de desconcentração, acarretada pela desmetropolização dos anos 90, levou a uma reconcentração na região concentrada, para onde se dirigiu significativa parte da população, da indústria e da agroindústria que saiu do Sudeste em razão das crescentes deseconomias de escala.

A construção de Brasília foi um marco da integração territorial brasileira, que mudou profundamente as dinâmicas regionais, ao interiorizar a ocupação e formar um novo polo de poder político. Todavia, essas mudanças não resolveram os problemas de desigualdade regional tradicionais do país, levando apenas ao reforço do poder espacial-financeiro do Sudeste, ao qual se ligaram de modo mais íntimo o Sul e o Centro-Oeste, de modo a reforçar a região concentrada.

Matheus Freitas Rocha Bastos – 16

A questão das diferenças regionais e do processo de integração nacional é fundamental nas discussões acerca das políticas territoriais do Brasil. A partir da década de 1960, o poder púbico brasileiro iniciou um processo de integração regional, bem como de desconcentração industrial, fundamental para a superação do padrão de arquipélago e para uma dinâmica mais interdependente em termos nacionais.

Ainda nas décadas de 1930 e 1940, o governo de Getúlio Vargas ensejou processo de urbanização e industrialização que pressupunha aumento da produção de alimentos para o mercado interno. A única região capaz de atender essa necessidade em termos infraestruturais era o Oeste do Paraná. Segundo Milton Santos, até a década de 1970, havia evidente falha de integração do território nacional, uma vez que a infraestrutura apenas ligava o polo de produção até as regiões de escoamento para o exterior, não se prestando a conectar efetivamente o território nacional. Não obstante isso, esse padrão foi consideravelmente alterado a partir do Plano de Metas de JK, cuja meta síntese era a construção de Brasília, no Planalto Central. Essa nova dinâmicas de integração territorial, que em termos físicos se deu pela consolidação da rodovia como principal modal do país,

ensejou, ao menos até a década de 1990, o que Clélio Campolina denominou de desconcentração concentrada, um padrão de dispersão da produção industrial nacional, incentivado pela busca de menos custos e pelo próprio Estado, mas consideravelmente concentrada no Centro-Sul.

A transferência da capital federal para Brasília, em 1960, alterou o processo de formulação e implementação de políticas territoriais no país. Em primeiro lugar, o aumento da infraestrutura do Centro-Oeste, sobretudo de sua malha ferroviária, permitiu o avanço, já na década de 1970, da fronteira agrícola para a região. Segundo Milton Santos, o cultivo de soja no Cerrado, viabilizado pelas modificações genéticas realizadas pela EMBRAPA, é a comprovação da instalação do meio técnico-científico-informacional na região Centro-Oeste. Em segundo lugar, a relevância política do próprio setor público que se territorializou em Brasília apresenta relevante impacto na centralização espacial-financeira do país. Segundo dados do REGIC de 2007, Brasília está no topo da hierarquia urbana nacional, sendo classificada como metrópole nacional. O alto grau de capacidade de polarização que decorre dessa classificação torna a cidade área de comando e controle dos fluxos econômico-financeiro nacionais, ao lado de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em termos logísticos, essa dinâmica é exemplificada pelo elevado padrão de conexão terrestre e, sobretudo aéreo, de Brasília para as outras regiões do país, consolidando a noção apresentada por Castro, Gomes e Corrêa de que o território representa intrínseca relação de poder.

A presença de um polo de poder tão relevante quanto a capital federal em uma região intermediária entre as demais no Brasil foi igualmente basilar para ampliar a percepção do governo federal acerca das demandas infraestruturais do país. Em 2012, criou-se o Plano Nacional de Logística Integrada, cujo objetivo basilar é aumentar a integração regional, bem como a diversidade de modais, reduzindo o peso das rodovias e aumentando o das ferrovias e hidrovias. Esse processo está amplamente relacionado com a dinamização da produção agrícola do Centro-Oeste, em cidades como Sinop e Sorriso, e em regiões como o MATOPIBA. Projetos ferroviários como a Ferrovia Norte-Sul (Açailândia/MA a São Paulo) e a Transnordestina – ligando o sul do Piauí aos complexos portuários de Pecém (CE) e Suape (PE) – são exemplificativos da nova dinâmica de integração regional iniciada com a transferência da capital federal para o Centro-Oeste.

A dinâmica econômico-espacial brasileira, desde a década de 1960, aponta para um processo de desconcentração da produção, bem como para um padrão de maior integração entre as regiões. Em grande medida, assiste ao governo federal a consecução de política macroestruturais que possam aprofundar os benefícios desse processo.

Rafaela Junqueira Oliveira – 16

A inauguração de Brasília em 1960, como meta-síntese do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, embora constituísse projeto antigo para dispersão espacial da população brasileira e das atividades produtivas, redundou em uma reordenação do território nacional. Não obstante a redistribuição de funções, sobretudo, políticas, não se verificou verdadeira integração territorial, na medida em que as novas dinâmicas regionais e a criação do novo centro não foram capazes de efetivamente articular as distintas regiões brasileiras, superando suas intensas desigualdades.

O lançamento da nova capital em porção central do território brasileiro visava a promover a integração entre as várias regiões do país, destruindo o histórico de arquipélago. Nesse sentido, Brasília poderia ser considerada como ponto de germinação e foi acompanhada da construção de rodovias que a conectavam a outras localidades, como Belém e Salvador. Verificou-se, diante disso, nítido movimento de ampliação da região de influência de Brasília, conforme, aliás, se pode observar no mapa do REGIC, produzido pelo IBGE. É nesse sentido que a capital passou a constituir o elo de ligação entre distintas áreas do território nacional, o que se constata, por exemplo, pela realização de escala naquela cidade para voos entre São Paulo e Porto Velho. Igualmente, ao se configurar novo polo atrativo para imigração, Brasília modificou, em certa medida, tendência de fluxo populacional de nordestinos rumo a São Paulo e outros centros do Sudeste, uma vez que ela passou a constituir destino migratório.

A despeito dessas mudanças, não se pode considerar que houve integração territorial profunda ocasionada por Brasília, uma vez que uma articulação verdadeira do território, conforme propunha Celso Furtado, levaria ao desenvolvimento das demais regiões e mesmo no entorno da nova capital, com a superação das desigualdades regionais. Ao contrário, o que se verificou, em geral, foi uma desconcentração concentrada, de acordo com Milton Santos, na medida em que Brasília passou a ser mais um centro de comando, especialmente, para as funções políticas. Nesse sentido, ao atrair atividades políticas e, consequentemente, econômicas, Brasília manifesta nova distribuição das relações de poder dentro do território brasileiro, como proposto por Castro, Gomes e Corrêa. Entretanto, essa redistribuição foi concentrada na capital em larga medida, o que se constata, inclusive pela configuração das chamadas cidades-satélite, que representam verdadeira periferização da pobreza, com carência de acesso a serviços e infraestrutura. Igualmente, embora Brasília tenha sido capaz de atrair boa parte das funções políticas do país e, em menor medida, econômicas, São Paulo ainda se afigura o centro financeiro do Brasil, tendendo a concentrar o comando dessas atividades e o maior contingente de sedes de bancos. É por esse motivo, entre outros, que Brasília não constitui cidade global alfa como São Paulo (GAWC).

Em que pese importante contribuição para minimizar a concentração político-econômica do Sudeste, a construção de Brasília não teve o condão de conduzir a integração mais profunda das regiões brasileiras e à superação de suas disparidades.

Sarah Cruz Ferraz – 16

A construção de Brasília, meta-síntese de um projeto neobismarckiano desenvolvimentista empreendido no governo JK representou, ao mesmo tempo, a concretização de um projeto longamente maturado de integrar o território nacional e a redefinição das dinâmicas regionais do país. Ao contrário do que ocorreu quando da transferência da capital russa de moscou para São Petersburgo, onde buscava-se ampliar, em direção aos mares, projeção do poder estatal, a transferência da capital brasileira para o interior significou a tentativa de projeção do poder estatal rumo ao interior do território. Tratava-se, dessa forma, de uma busca pela "verdadeira brasilidade" que, desde a Era Vargas, era percebida como localizada no interior do país. Paralelamente, a construção de Brasília integrava um projeto maior de levar, para os espaços onde até então predominavam

modos de vida rurais, os ditames de uma moderna cultura urbano-industrial que se buscava implantar no país.

De fato, a ênfase que o Plano de Metas conferiu aos transportes e à energia provocou mudanças profundas no território nacional. Com a execução de um extenso Plano Rodoviário, estavam finalmente construídas as pontes de ligação entre as diversas "ilhas" regionais que compunham o arquipélago nacional. Estavam abertas, portanto, as vias para os fluxos demográficos e de capitais, estes oriundos principalmente da area core do país de sua grande metrópole nacional. Como afirmou Claude Raffestin, a "circulação e a comunicação são as duas faces da mobilidade", e as novas vias de circulação, combinadas com melhorias técnicas no âmbito de projetos como o PRODECER, permitiam a implantação, no centro-Oeste brasileiro, do moderno complexo agroindustrial. Essa nova dinâmica produziu, no Brasil Central, alterações sensíveis em sua paisagem natural e social, sendo relevantes nesse sentido a formação de redes de cidades diretamente ligadas às dinâmicas do agribusiness brasileiro. É nessas "cidades do campo" que se estabelecerá uma população diretamente ligada à moderna produção agrícola, seja como reserva de mão de obra, seja como empregada nos serviços urbanos diretamente ligados às cadeias produtivas agrícolas.

Se, por um lado, a construção de Brasília como cabeça de ponte de um projeto desenvolvimentista de integração nacional facilitou a circulação de indivíduos e capitais em direção à hinterlândia brasileira, percebe-se, todavia, que os centros de comando econômico e financeiro do país permanecem concentrados no Sudeste, de modo geral, e, especificamente, na capital paulista. A desconcentração do poder político não coincidiu, portanto, com uma desconcentração do poder econômico. Com a maior integração do território, por meio dos sistemas de logística e transporte, percebe-se uma dinâmica de especialização produtiva territorial comandada pelos ditames do capital transnacional. Como afirmou Milton Santos, dentro das novas dinâmicas da globalização econômico-financeira, o local subordina-se ao global, ao mesmo tempo em que resiste, frequentemente, a essa dominação. Embora a transferência da capital tenha efetivamente contribuído para uma maior integração territorial, permanece válida a lógica centro-periferia entre as regiões brasileiras.

Pior nota
Anônimo – 11

Durante a maior parte da existência independente do Estado brasileiro, sua realidade territorial foi caracterizada pela preponderância dos centros urbanos do litoral, com escassas conexões entre cidades. A mudança da capital para uma localização central, medida já concebida desde os tempos do Império, contribuiu para a ocupação territorial do interior do Brasil e rompeu com a lógica que prevalecera anteriormente, orientada pela empresa colonial de extração de produtos primários.

A gestão do território envolve, necessariamente, considerações acerca do exercício de poder por certo Estado sobre certa porção de espaço. Nesse sentido, o Estado brasileiro revelara, em diversas ocasiões, preocupações em relação à interferência de potências estrangeiras sobre porções inabitadas do território nacional. Getúlio Vargas, por exemplo, promovera a "Marcha para o Oeste". A verdadeira ocupação e integração do oeste

brasileiro ao território do país, contudo, ocorreria apenas após a construção de Brasília. A nova capital federal, por concentrar poder político e econômico, atraiu, naturalmente, empreendimentos e habitantes, que, por sua vez, fomentaram a potencialização da infraestrutura de comunicações e transportes na região.

Deve-se ressaltar, ainda, a relevância de Brasília como elemento de redefinição das dinâmicas regionais no Brasil. Com efeito, em 1960, a Região Sudeste concentrava parcela extremamente relevante da população e dos recursos financeiros do país. A construção da nova capital federal ajudou a desconcentrar, nas décadas seguintes, a riqueza nacional. Cidades próximas a Brasília beneficiaram-se do afluxo de negócios, obras e empreendimentos, que, de outra maneira, teriam ficado próximas ao eixo dinâmico da economia brasileira, o Sudeste.

Mais do que o resultado de um planejamento geopolítico e territorial, Brasília consiste em uma etapa relevante da organização espacial do Estado brasileiro, que ainda hoje enfrenta as consequências decorrentes do modelo de exploração colonial empreendido por Portugal. Ainda que, à época de sua construção, o projeto da nova capital pudesse parecer controverso, com denúncias de corrupção lançadas frequentemente, pode-se afirmar, atualmente, que a configuração territorial do Brasil contemporâneo seria radicalmente diferente caso Brasília não tivesse sido construída. A concentração, em pleno Planalto Central, de inúmeros órgãos governamentais e funcionários públicos bem remunerados teve a função de servir de incentivo à ocupação de tal porção territorial. Diferentemente do passado, em que o governo limitava-se a incentivos insignificantes ou a discursos retóricos, Brasília representou a decisão do Estado por um novo paradigma territorial, por uma nova forma de gestão do espaço que, a um só tempo, permitisse a desconcentração de riquezas e rompesse com as lógicas colonialistas que ainda se faziam presentes.

Muito se discute acerca do êxito ou do fracasso do projeto de Brasília. A despeito das críticas que podem ser formuladas ao projeto, especialmente no que concerne ao distanciamento do povo em relação ao poder e ao uso de formas urbanas que não incentivam o contato humano, é certo que Brasília contribuiu para a efetiva ocupação e integração das regiões centrais do Brasil, outrora abandonadas. Houve, também, um nítido estímulo à desconcentração das finanças e dos empreendimentos produtivos, que, historicamente, preferiam a Região Sudeste ao interior do Brasil. Nesse sentido, o êxito foi considerável.

Economia

Questão 1

Inspirado na experiência da Nova Zelândia, que se tornou uma referência no debate internacional sobre política fiscal ao definir critérios e compromissos de transparência e responsabilidade na administração das finanças públicas, o Brasil aprovou, no ano 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para nortear o comportamento das autoridades no governo federal e nos governos estaduais e municipais rumo a um equilíbrio fiscal duradouro.

Uma das diretrizes mais importantes da LRF é a imposição de se definirem e se respeitarem metas fiscais. Assim, soberanamente e em cada nível de governo, são fixadas, entre outras variáveis, metas e limites para o resultado fiscal e a dívida pública. Tais metas servem de parâmetros para os agentes econômicos e possibilitam a avaliação o desempenho das contas públicas pela sociedade.

Tendo o texto acima como referência inicial, discorra sobre:
1 - a relação entre a despesa de juros e o resultado primário, considerando que o desempenho do resultado primário, sem cobertura por senhoriagem, se reflete na conta de juros, mesmo em caso de taxa de juros constante;
2 - os efeitos no investimento público federal brasileiro decorrentes das necessidades de se alcançar as metas fiscais no país desde a LRF e as respectivas implicações desses efeitos para o custo Brasil e a eficiência do setor privado; e
3 - o desempenho da arrecadação tributária brasileira requerida pela cobertura da despesa primária e seus impactos sobre a economia.

Média: 26,65 amp. / 24,86 cotas negros
Desvio padrão: 1,86 amp. / 3,31 cotas negros

Christian Bicca Estivallet – 29

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), aprovada em 2000, complementa outras leis que buscam regular e limitar os gastos do setor público, entre as quais se destacam o Plano Plurianual (PPA). A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei do Orçamento Anual (LOA). Dada a importância dos resultados fiscais para o desempenho macroeconômico do país, cumpre analisar a relação entre a despesa de juros e o resultado

primário, os efeitos da LRF no investimento público federal e o desempenho da arrecadação tributária.

As três principais fórmulas de cálculo dos resultados fiscais do governo são resultado primário, operacional e nominal. O resultado primário decorre de toda a arrecadação do governo (nesses casos, considera-se como governo todos os entes federados) menos as despesas, exceto gastos com juros nominais. O resultado operacional, que não é mais calculado no Brasil devido ao cenário de baixa inflação, é a arrecadação menos gastos, incluindo juros reais (ou seja, juros nominais menos a inflação). O resultado nominal – também conhecido como Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP), por ser o cálculo mais abrangente das contas do governo – é a arrecadação menos os gastos, incluindo juros nominais (juros reais mais a inflação).

O resultado primário é fundamental para os controles das contas públicas, porque demonstra o esforço atual do governo para pagar déficits passados – caso se registrem superávits. Em razão dessa importância como âncora das expectativas dos agentes econômicos, desde 1999, o Brasil adota o superávit primário como uma das âncoras de sua política macroeconômica – que também é formada por câmbio flutuante e por metas de inflação. O registro de déficits primários, como vem ocorrendo no Brasil, desde 2015, é preocupante porque caso não haja cobertura por senhoriagem (o que, de fato, é proibido no Brasil desde a Constituição de 1988), mesmo em caso de juros constantes, haverá ampliação da dívida pública e, consequentemente, aumentará o "quantum" do déficit sobre o qual incidem os juros, refletindo, portanto, na conta juros. No Brasil, em 2017, a NFSP atingiu cerca de 70%, o que decorre, em grande medida, da recorrência, nos últimos anos, de déficit primário – já que os juros têm caído, por conta do controle da inflação, estando a taxa SELIC em 8,25% a.a., o que contribui para a contenção do aumento da NFSP, mas não será suficiente caso continue a ocorrer déficit primário.

A exigência, pela LRF, de que o governo cumpra metas fiscais tem efeitos ambíguos sobre o investimento público federal. Certamente, prevalece um efeito negativo da LRF sobre o investimento público, na medida em que o governo não pode expandir indiscriminadamente seus gastos, de modo que, muitas vezes, o investimento fica em segundo plano, o que é um grande desafio em um país cuja taxa de poupança é relativamente baixa e historicamente utilizou o investimento das estatais como sinalizador de expectativas para o setor privado. Positivamente, porém, é possível considerar que uma política fiscal equilibrada passe sinais positivos para os agentes econômicos, o que pode atrair investimento estrangeiro direito (IED), melhorar o crescimento, aumentando a arrecadação, o que pode ampliar o investimento público.

Caso se considere a prevalência de efeito negativo da LRF sobre o investimento público federal, é de se esperar que o custo Brasil não só se mantenha elevado, mas também aumente, em razão da não compensação da depreciação, como claramente se percebe em inúmeras rodovias utilizadas para o transporte de grãos até os portos. Ademais, aumento da demanda externa, por exemplo de grãos, pode ampliar a produção e gerar ainda maior saturação da infraestrutura já existente, o que reduz a eficiência e a produtividade do setor privado. Situação análoga pode ocorrer com expansões da demanda interna por serviços e infraestrutura sem o correspondente investimento, o que pode gerar, no setor elétrico, por exemplo, apagões, como os que ocorreram no ano de 2000, quando a privatização do setor elétrico sem a exigência de novos investimentos fez que a demanda

superasse a oferta e tanto ampliasse o custo Brasil quanto reduzisse a eficiência do setor privado.

A arrecadação tributária, embora não tenha sido suficiente para gerar superávits primários nos últimos anos, é muito elevada – gerando efeito deslocamento – e disfuncional. A despeito das profundas transformações, na economia nacional e global, nas últimas décadas, verdadeira reforma tributária ocorreu, pela última vez, no bojo do PAED, em 1964. Nesse contexto, ganha importância o Novo Regime Fiscal, recentemente aprovado, que, por meio de Emenda Constitucional, busca conter o gasto público, que, por 20 anos, só poderá ser reajustado na mesma medida da inflação do ano anterior. Esse passo importante para contenção da despesa primária também depende de outras reformas, como a trabalhista e a previdenciária, esta responsável por parte importante das despesas fixas do governo, que não podem ser contidas sem reforma.

O Brasil, nas últimas décadas, vem buscando coadunar-se com as melhores práticas em política fiscal. Embora, na prática os desafios sejam imensos, é louvável que haja crescente transparência das contas públicas e interesse do governo em restabelecer uma rota sustentável para a NFSP, que não pode depender somente de períodos de forte crescimento do PIB.

Maybi Rodrigues Mota – 29

Para manter a transparência e a boa gestão das contas públicas, o governo divulga periodicamente os resultados fiscais e os dados da dívida pública ou necessidade de financiamento do setor público (NFSP). Uma das formas de apresentar os resultados é pelo resultado primário, que exclui as despesas com os juros da dívida. O resultado primário, portanto, reflete o esforço fiscal do governo, referindo-se tão somente à diferença entre receitas e despesas.

Embora o resultado primário não inclua os juros que incidem sobre a NFSP, ele se refletirá na conta de juros, já que, quanto maior for a NFSP, maior será a base de incidência dos juros. Assim, o desempenho do resultado primário sem cobertura por senhoriagem (ou emissão) se reflete na conta de juros ainda que a taxa seja constante.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 2000, estabeleceu regras gerais que limitam os gastos públicos, já que os governos passam a ter que estabelecer e cumprir metas fiscais sob pena de responsabilização do chefe do Executivo. Assim, a LRF trouxe modificações que afetam o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) na sua elaboração. Assim, caso as receitas previstas sejam baixas – em caso de queda da arrecadação, por exemplo -, o governo não poderá manter os gastos muito altos, o que reduz sua capacidade de executar projetos. Isso significa que, para manter o resultado primário fixado nas metas, o país não poderá prever despesas com investimentos além dos montantes que equilibrem as contas, como é o caso no atual cenário de crise.

Como os gastos do governo estarão em um baixo patamar na situação descrita, o governo brasileiro não tem recursos suficientes para projetar e executar obras de infraestrutura e modernização. Consequentemente, o custo Brasil se torna mais alto, já que, na falta de ferrovias suficiente, de estradas bem mantidas, de portos modernos e de tecnologia moderna, os custos com logística e transporte ficam relativamente altos. Basta

analisar o caso da soja: o Brasil é um dos maiores produtores mundiais, mas, nas exportações, acaba perdendo posição porque seu preço final é menos competitivo do que o norte-americano, por exemplo, em razão dos custos de transporte. Assim, quanto menor o investimento público nesses setores, maior é o custo Brasil.

O setor privado perde em eficiência por conta dos custos decorrentes das deficiências em estrutura e também pelo baixo grau de inovação. Os custos altos se traduzem em preços pouco competitivos no exterior e redução do bem-estar do consumidor interno, já que o setor privado tem baixa eficiência. A falta de investimentos em inovação e pesquisa e desenvolvimento – além da educação propriamente – também acaba por afetar a eficiência do setor privado, uma vez que ele deixa de ter acesso a mão de obra eficiente e altamente qualificada e a tecnologia de ponta nacional, a qual tanto modelos endógenos como modelos exógenos apontam como importantes para aumentar a produção e o crescimento, junto com a eficiência das empresas.

Para que o governo possa aumentas os gastos (G), ele tem que aumentar as receitas, em uma situação de equilíbrio fiscal – e, portanto, cobertura da despesa primária. Assim, será necessário aumentar a arrecadação. Caso o governo tenha mesmo um cenário de manutenção de gastos, ainda assim, tem que manter um nível de arrecadação adequado. Em uma situação de crise ou estagnação, a saída para aumenta a arrecadação é aumentar as alíquotas de tributos existentes ou criar novos tributos, o que implica efeitos negativos para a economia.

Quando o governo aumenta a incidência tributária, ele diminui a renda das famílias disponível para o consumo se reduz, o que significa dizer que as famílias consumirão menos, o consumo diminuirá e o Produto Interno Bruto diminuirá, já que PIB=C+I+G+X-Y, sendo C o consumo, que tem um componente autônomo (Ca) e um componente relacionado à renda disponível, sendo C=Ca+a.Yd (a=multiplicador – propensão marginal a consumir, Yd = renda disponível, que é renda total subtraídos os tributos).

A incidência tributária também afeta a própria atividade econômica, pois impacta a poupança – e, portanto, os investimentos – além de encarecer insumos e o produto final. Um produto final mais caro, por sua vez, por sua vez, pode redundar em quedas no consumo externo (X) e interno (C) e inflação, com repasse dos custos para o consumidor. Dessa forma, maior tributação pode causar ainda maior redução do PIB e crise, com perda da capacidade do governo de cumprir as metas.

É importante, portanto, que o governo mantenha os gastos sob controle e obedeça as metas estabelecidas para o resultado primário, garantindo o equilíbrio fiscal, ainda que as limitações possam causar queda no investimento. O desequilíbrio fiscal, ainda que as limitações possam causar queda no investimento. O desequilíbrio fiscal, por resultar em maior NFSP, pode elevar as despesas com juros e demandar ainda maior aumento da arrecadação e, assim, dos tributos quando uma economia não está em crescimento.

Rafael Rodrigues Alves – 29

A adequada administração das contas públicas, com especial atenção em relação às dinâmicas de evolução da dívida pública, constitui não apenas um dos pilares de uma política econômica previsível, responsável e transparente, mas também uma conquista de

toda a sociedade. Nesse sentido, o Brasil implantou, há quase duas décadas, um arcabouço jurídico e institucional que permite um gerenciamento sustentável das contas públicas nos três níveis de governo. A Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, é o principal componente desse arcabouço, estabelecendo limites de gastos e de endividamento, de modo a assegurar uma trajetória de sustentabilidade fiscal do Estado brasileiro.

A partir de 1999, estabeleceu-se no Brasil um tripé de política econômica que combinava câmbio flutuante, sistema de metas de inflação e responsabilidade fiscal. Esse último componente consiste em uma administração eficiente das contas públicas, de maneira a se alcançar uma trajetória declinante para a relação dívida pública/PIB, o que exige a obtenção, por longo período, de superávits no resultado primário, que é a diferença entre toas as receitas e despesas não financeiras da administração pública brasileira. Esses superávits são justamente utilizados para o pagamento dos juros que incidem sobre a dívida pública, de modo que esses juros não se somem ao principal, o que aumentaria o montante total do endividamento, gerando despesas com juros ainda maiores.

De fato, se a relação divida/PIB é crescente, enfraquece-se a confiança dos credores na capacidade do Estado brasileiro de honrar seus compromissos, o que implica a exigência pelos credores de maiores prêmios de risco, o que, na prática, significa juros mais elevados sobre a dívida, pressionando a conta de juros. A manutenção de superávits primários, por sua vez, em níveis que asseguram a trajetória declinante da dívida possibilita despesas de juros também declinantes. A ocorrência de déficits fiscais primários significa que o Estado não foi capaz de economizar para pagar sequer os juros incidentes sobre a dívida, o que faz com que esses juros não pagos se tornem eles mesmos parte da dívida.

O cumprimento das metas fiscais previsto na LRF, entretanto, exige enormes sacrifícios do Estado e da sociedade brasileira. A obtenção de superávits primários, por exemplo, geralmente exige que a administração pública reduza suas despesas primárias, por meio do corte de gastos, ou aumente suas receitas, mediante o aumento da carga tributária. Como esta no Brasil já é extremamente elevada, variando nos anos recentes entre 31% e 36% do PIB, o espaço para aumento de tributos ou para criação de novos é bastante reduzido. Por outro lado, as despesas do governo já são bastante engessadas, pois quase todo o orçamento público é consumido com despesas obrigatórias ou cuja redução é praticamente inviável. Já o gasto com investimento público, por ser despesa discricionária, é o mais fácil de ser reduzido.

Com efeito, a tentativa de diminuição do déficit fiscal primário do governo federal nos últimos anos vem sendo feita a custa dos gastos com investimento, na medida em que as despesas com custeio, pessoal, previdência e assistência social são muito mais difíceis de serem reduzidas, seja por razões políticas, constitucionais ou mesmo operacionais. O fato é que o investimento público brasileiro, que chegou a alcançar 1,6% do PIB em anos recentes, encontra-se atualmente em níveis historicamente baixos, mesmo para os padrões brasileiros, não passando de 0,8% do PIB. O desinvestimento de grandes empresas, como a Petrobrás, e a paralisação e o adiamento de obras infraestruturais urgentes, como portos, rodovias e ferrovias, representam um duro golpe à produtividade e a eficiência do setor produtivo brasileiro, implicando aumento excessivo do custo Brasil.

Do lado das receitas, a situação fiscal também se deteriorou bastante, nos últimos anos, principalmente devido aos efeitos da queda acumulada de quase 8% do PIB em dois anos, o que reduziu drasticamente a arrecadação de impostos, tornando inviável a meta de

déficit primário estabelecida pelo governo federal para 2017, de R$ 139 bilhões. Mesmo para cumprir a nova meta, de R$ 159 bilhões, o governo encontrará dificuldades, razão pela qual decidiu recentemente pelo aumento das alíquotas da CIDE e do PIS/COFINS. Sem a retomada do crescimento econômico, entretanto, não se vislumbra melhora na situação fiscal do país.

Larissa Ferreira da Silva – 28

A Constituição Federal de 1988, do ponto de vista fiscal, trouxe problemas graves para o setor público nacional, ao estabelecer uma série de despesas sociais, sem determinar fontes suficientes para o seu financiamento. Esse problema foi apenas parcialmente revolvido pela desvinculação parcial das receitas da União, com a criação do Fundo Social de Emergência, e pela promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que limitou a porcentagem de gastos dos entes federais com gastos em pessoal e generalizou os requisitos de responsabilidade fiscal e de busca de superávites primários. Essas reformas, entre várias outras promovidas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, foram essenciais para o saneamento das bases macroeconômicas do Brasil, que garantiram a estabilidade econômica até o governo Rousseff.

As contas públicas podem ser analisadas tendo em vista os resultados primário, operacional e nominal. O resultado primário leva em conta receitas e despesas da Administração pública, autarquias e fundações públicas, sem ter em consideração operações financeiras, o que inclui gastos com juros da dívida pública. O resultado operacional inclui correção monetária, enquanto o resultado nominal inclui operações financeiras, contabilizando pagamentos de juros, amortizações de dívidas, variações de ativos e das reservas internacionais. A obtenção de superávit primário é essencial para que não haja aumento do estoque da dívida pública e, principalmente, para a cobertura dos juros da dívida passada. Em caso de déficit fiscal, será necessária a rolagem da dívida e dos juros com emissão de novos títulos da dívida pública, o que aumenta riscos de default e deteriora expectativas na economia, desincentivando investimentos e entrada de capital externo, levando igualmente ao adiamento de decisões de consumo. Nesse caso é possível haver a deterioração dos indicadores macroeconômicos, notadamente, da proporção entre dívida bruta e PIB, o que vem ocorrendo no Brasil de forma perigosa. A "contabilidade criativa" desenvolvida durante o governo Rousseff mostra como o resultado primário pode ser alterado em caso de ações como adiamento de despesas e realização de operações pouco transparentes de empréstimos entre o Tesouro Nacional e bancos públicos como o BNDES, que não pioraram o resultado primário do governo, de modo artificial, tendo em vista que ensejaram aumento do nível de endividamento bruto do setor público.

A austeridade fiscal imposta pela imposição e cumprimento, sem subterfúgios artificiais, das metas fiscais previstas na base do tripé econômico que embasa a política macroeconômica brasileira levou à redução da capacidade do poder público de realização de investimentos. Isto é associado à grande vinculação das receitas públicas, que ainda perdura apesar da emenda constitucional conseguida no governo FHC, que promoveu a desvinculação parcial, aos gastos previdenciários do governo, que se busca limitar com a reforma previdenciária, e os relevantes gastos com folha de pagamento. Essas despesas tendem a consumir grande parte das receitas públicas, deixando pouco espaço para a

realização de investimentos públicos. Nesse contexto, a infraestrutura nacional, que já é precária, se deteriora ainda mais, aumentando o custo Brasil, que se refere aos altos custos de transporte e ao maior tempo de deslocamento imposto pelos portos e vias engarrafados, além da grande burocracia que domina todas as atividades nacionais. Nesse contexto, e em razão das altas taxas de juros do país, que garantem altas taxas de retorno para investimentos financeiros, a iniciativa privada no país não tem incentivos para realizar investimentos produtivos. Por esse motivo, não se verifica uma reversão do efeito crowding-out quando a administração pública reduz suas atividades econômicas, pois a iniciativa privada não tem incentivos para ocupar esse espaço. A falta de competitividade tende a se tornar sistêmica, à medida que o custo Brasil aumenta e nenhum dos agentes econômicos atua para reverter esse cenário.

Ademais, a inadequação da estrutura tributária vigente tende a agravar os problemas econômicos nacionais, o que indica para a necessidade de realização de uma reforma tributária. Além de ser altamente burocrático e pouco transparente, o sistema tributário nacional é fortemente regressivo e baseado em impostos sobre o consumo que tende a incidir em cascata. A legislação fiscal é enorme, com grande número de isenções, regimes especiais e exceções que tornam o sistema pouco transparente e extremamente complexo. A incidência do IPI, ICMS, ISS, PIS/COFINS, impostos sobre o consumo que correspondem a cerca de 50% da arrecadação vincula a arrecadação ao consumo, o que onera mais os pobres, e leva a forte queda da receita tributária em momentos de crise, situação que ocorreu nos últimos anos. Desse modo, o impacto negativo do sistema é fortemente negativo, tanto por desincentivar a atividade produtiva ao criar custos absurdos de gestão, quanto por agravar ciclos recessivos por conectar queda do consumo a queda dos gastos públicos, em contexto de seguimento de política de metas fiscais, o que afeta negativamente o PIB nacional de forma dupla, isto é, pela queda do C e do G, considerando $Y = C + G + I + (X - M)$.

A recente crise econômica demonstrou os graves problemas estruturais da economia brasileira que precisam ser enfrentados para que o país possa crescer de forma sustentável. Tanto a estrutura de gastos quanto a de receitas públicas devem ser reestruturadas, de forma a garantir maior eficiência e transparência, essenciais para o desenvolvimento da iniciativa privada, que requer instituições fortes para se desenvolver, e a abrir espaço para o investimento público em infraestrutura.

Pior nota
Anônimo - 18

Com vistas a substituir a âncora cambial que sustentava a estabilidade da moeda doméstica, o real, o Brasil decidiu implantar um sistema baseado nas metas de inflação. Como definidor da política monetária do país, o Comitê de Política Monetária (COPOM) define a meta de inflação a ser perseguida durante o ano, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de modo que cabe ao Banco Central do Brasil (BCB), como executor da política, controlar o nível de emissão monetária e evitar que o setor público se valha da senhoriagem para honrar suas despesas. Nesse contexto, o governo monitora seu resultado primário a fim de gerir seus gastos, de acordo com a diferença entre a arrecadação (receita) e os gastos, sem incluir despesas com juros ou com correções

monetária e cambial. Caso gaste mais que arrecade, o governo necessita aumentar a arrecadação ou emitir títulos dessa dívida, atrelados à taxa básica de juros da economia brasileira: o Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), para cobrir a diferença deficitária. Gradualmente, recorrer à emissão de títulos resulta na pior das contas públicas no aspecto nominal. Nas metas de inflação, a taxa SELIC é amplamente empregada como instrumento para conter aumentos de curto prazo sobre a Demanda Agregada, os quais pressionam o nível geral de preços.

A perseguição das metas fiscais por meio da taxa de juros tem um duplo efeito negativo sobre a economia: quanto mais elevados os juros, menores são os níveis de investimento, de modo que a capacidade produtiva de longo prazo se mantém aquém das necessidades e o governo vê-se obrigado a investir nesses setores não rentáveis para o investidor privado. O segundo efeito é a dependência do governo em termos de disposição dos emprestadores a manter o nível crescente de endividamento. Assim, o setor privado é afastado do mercado de empréstimos pelo setor público, na medida em que este estabelece o nível da SELIC em patamares elevados. Com efeito, ainda que o governo atenue a questão do Custo Brasil em termos de infraestrutura, as taxas de juros mais altas não somente inviabilizam a atuação do setor privado em termos de aumento de eficiência produtiva (pouca renovação e aumento da capacidade instalada), como também restringem o consumo das famílias, devido ao crédito mais caro. Há uma espiral em que o governo posterga seus pagamentos e rola a dívida para substituir um setor privado impedido de investir pela elevada SELIC.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) visa a coibir a irresponsabilidade dos governos no que concerne às contas públicas. Entre gastar mais que arrecada, mesmo que em empreendimentos produtivos, a LRF assevera que o governo deve procurar mecanismos para fomentar a ampliação do investimento privado e planejar os investimentos públicos prioritários, na medida em que os juros elevados limitam a participação privada na economia e impelem o setor público já endividado. Desse modo, a LRF não a contar o investimento público, mas a mantê-lo em bases realistas e evitar o ingresso nessa espiral, pois o governo não é capaz de manter o crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) sozinho.

A alternativa tributária tem sido amplamente empregada na história econômica do Brasil, de modo que, além de impopular, induz o setor público a gastar mais, em vez de conter as despesas. Ainda que tenha uma das cargas tributárias mais elevadas do mundo, o Brasil não dispõe de serviços tipicamente estatais de qualidade, devido ao gasto excessivo em outros setores. Ademais, a estrutura tributária atual apresenta uma série de impostos e contribuições indiretas, as quais não distinguem os agentes em termos de nível de renda e contribuem para a dificuldade de desconcentrar a riqueza. Desse modo, além da pressão sobre as empresas, a maior carga tributária limita o consumo das famílias, bem como sua capacidade de poupar. Com efeito, a menor quantidade de fundos para empréstimos resulta na elevação da taxa de juros, a qual retrai o investimento privado e impele o governo a atuar, em uma conjuntura de escassez interna que requere atração de capital estrangeiro. Finalmente, a LRF reforça a necessidade de contenção de políticas fiscais muito expansionistas e contribui para a conformação da estabilidade econômica necessária para fomentar investimentos produtivos de longo prazo, em vez de capital especulativo atraído por juros elevados.

Questão 2

Em uma audiência pública, um cidadão que dela participava fez a seguinte pergunta a uma autoridade da área econômica:

- Se eu não pago pelo uso das ruas e avenidas da minha cidade, por que devo pagar pelo uso do transporte público, uma vez que ele, assim como as ruas e avenidas, é também um bem público? Ele não deveria ser totalmente financiado pelos tributos que o município recolhe?

A propósito da situação da hipotética acima apresentada, redija um texto dissertativo que responda aos questionamentos feitos pelo cidadão. Em seu texto, faço o que se pede a seguir:

1 - conceitue bem público, com detalhamento dos significados de não exclusividade e de não rivalidade desse tipo de bem;
2 - comente acerca de ruas e avenidas serem consideradas bem públicos, com justificativa embasada na conceituação desenvolvida no tópico 1, e esclareça em que condições ruas e avenidas podem deixar de ser bens públicos, se puderem;
3 - esclareça, com justificativa embasada na conceituação desenvolvida no tópico 1, por que razão o transporte público não é considerado bem público.

Média: 26,87 amp. / 25,29 cotas negros
Desvio padrão: 2,27 amp. / 4,59 cotas negros

Luciano Prata Magalhães – 30

Para responder o cidadão que pergunta sobre a possibilidade de que o transporte público seja considerado um bem público, o que imporia a gratuidade do serviço, é necessário: primeiramente, conceituar bem público; em seguida, buscar hipóteses de flexibilização do conceito, mesmo considerando ruas e avenidas; e, por fim, desenvolver a noção de que transporte é um bem semi-público.

É possível caracterizar um bem público por meio da oposição com um bem privado. A principal característica de um bem privado é que o equilíbrio entre a oferta e a demanda se dá por meio do preço. Por um lado, existe um aspecto de escassez (exclusividade), em que o usufruto do produto por um indivíduo impede que outros indivíduos usufruam aquele mesmo produto; por outro, há uma competição (rivalidade) entre os consumidores, que vão aceitar preços diferenciados com base na curva de preferência e a disponibilidade de renda. Desse modo, o equilíbrio de mercado ocorre quando o custo marginal dos produtores se iguala à utilidade marginal dos consumidores, gerando um preço e uma quantidade de equilíbrio. No bem público, não é possível encontrar um equilíbrio de

mercado, em que um determinado preço equaliza oferta e demanda. Nesse caso, trata-se de bens em que não há exclusividade, ou seja, a utilização do bem por um indivíduo não impede a utilização por outros; do mesmo modo, não há rivalidade entre os consumidores, pois inexiste possibilidade de precificação, ainda que o bem seja usufruído por todos. Nos bens públicos, existe a possibilidade de existência da figura do "free-rider", ou seja, aquele que utiliza o bem, mesmo sem ter contribuído com tributos para o seu custeio. São exemplos clássicos de bem público a segurança nacional, a segurança pública, o sistema viário (em alguns casos, como será exposto abaixo).

Com relação ao sistema viário, composto por ruas e avenidas, pode-se, à princípio, defini-los como bens públicos. Ainda que existam engarrafamentos, não é possível considerar que haja escassez ou exclusividade, no sentido em que a utilização por um indivíduo não retira a possibilidade de que outros utilizem. Do mesmo modo, não há rivalidade, uma vez que não seria possível determinaras preferências de cada consumidor de modo a definir um preço, pois é um bem indispensável, em que, provavelmente, a demanda é completamente inelástica, dada a essencialidade do bem na vida das pessoas. Contudo, é possível aproximar ruas e avenidas a bens privados, na medida em que se consideram os custos de implementação. Nesse sentido, pode-se entender que existe um monopólio natural, com custo fixo elevado e ganhos de escala crescentes. Assim não havendo escassez, cada novo usuário apenas aumenta a receita total, indefinidamente. Dada a essencialidade do bem, é necessário que o poder público regulamente o preço da tarifa para evitar o abuso do poder de monopólio, ao mesmo tempo em que viabiliza o lucro econômico dos investidores. Devido à necessidade de escala, há barreira de entrada, uma vez que um novo entrante implicaria em receita menor do que custo total. A opção por estradas pedagiadas, por exemplo, parte do pressuposto de existência de um monopólio natural, em que a remuneração do capital investido é paga diretamente pelos usuários do sistema e não pelo contribuinte em geral. O mesmo raciocínio pode ser aplicado às ruas e avenidas.

No caso do transporte público, temos um bem com características híbridas, ainda que, dependendo da análise que se faça, possa ser considerado puramente privado ou puramente público. Com relação à exclusividade, é possível afirmar a ausência de escassez ocorre até um determinado momento. Assim, em um vagão de trem a entrada de um novo usuário não impactará a entrada de outros até que o vagão esteja cheio, momento em que algumas pessoas serão excluídas da utilização do bem. Com relação à rivalidade, ainda que seja difícil determinar um preço que equilibra o mercado ou mesmo que seja possível de discriminar os usuários do sistema com base na sua capacidade de pagamento, é inegável que a curva de preferência dos indivíduos leva à opção por diferentes tipos de transportes. Dadas as características do transporte público, bem como o seu aspecto essencial na vida das pessoas, cabe a caracterização de um bem semi-público, com vigência limitada da exclusividade e da rivalidade.

A despeito da conclusão de que o transporte público não é um bem-público, não há nada que impeça a gratuidade do sistema, com financiamento coletivo do serviço. Educação e saúde também são bens com características híbridas, em que o usufruto de uma pessoa impede, em algum momento, o usufruto e outras e em que há rivalidade entre os consumidores, nem por isso deixam de contar com o financiamento público, ainda que restrito por meios práticos a consumidores com rendas inferiores. Não é necessariamente o status de bem público que justifica ou garante a gratuidade, mas sim escolhas públicas.

Maybi Rodrigues Mota – 30

Um bem público é todo bem que apresenta características de não exclusividade e não rivalidade. A não exclusividade se refere ao fato de não ser possível ou desejável limitar o acesso das pessoas a ele, ou seja, não se pode excluir um indivíduo de usufruir do bem. A não rivalidade se refere à possibilidade de um indivíduo usufruir de um bem sem que isso impeça o uso por outra pessoa. Assim, o consumo de um bem A por um indivíduo X não impede o consumo do mesmo bem A pelo indivíduo Y. Nesse sentido, os bens públicos se opõem aos bens privados, que, em geral, são exclusivos e rivais.

Dadas as suas características, os bens públicos não são providos espontaneamente por agentes econômicos como regra geral. Cabe ao poder público organizar formas de provê-los à população e mantê-los, o que é financiado com a arrecadação de tributos.

As ruas e avenidas são bens públicos por não serem exclusivas nem rivais em condições habituais. Todos têm o direito de ir e vir e circular por esses espaços, em que o uso por um cidadão A não impede o uso pelo cidadão B e em que não há limitações ao acesso.

Há, no entanto, situações em que as ruas ou avenidas são espaços privados. No caso de um condomínio fechado, por exemplo, é possível limitar o acesso à população em geral, tornando as vias exclusivas. Nesse caso, os condôminos arcam com seus custos. Continuam, no entanto, sendo um bem não rival, de maneira que, embora nem todos tenham acesso, é possível o uso concomitante por diversas pessoas. É possível, portanto, caracterizá-las, nesse caso, como bens semi-públicos.

Outro caso em que as ruas podem deixar de ser totalmente públicas é quando há grandes eventos, como manifestações ou carnaval de rua. Nesse caso, como o espaço pode estar completamente cheio, há uma situação de rivalidade, ou seja, para que um indivíduo o consuma, outro deverá deixar de consumir.

No caso do transporte público, o cidadão que o utiliza pagará pelo serviço prestado. Embora seja serviço de interesse público e, por isso, organizado por autoridades estatais, o transporte público não é um bem público. Isso se deve ao fato de ele ter atributos de rivalidade e exclusividade. Ao utilizar um assento no ônibus, por exemplo, um cidadão exclui a possibilidade de outro utilizá-lo. Ademais, é possível contra o acesso, modo que o acesso ao ônibus, é exclusivo àqueles que pagam pela prestação do serviço. Desse modo, o transporte público é um bem que poderia ser provido pelo mercado, e não necessariamente pelo governo. O fato de hoje ele ser um serviço prestado com interferência direta do governo se deve ao fato de ele entender necessário regular e controlar o serviço. Desse modo, ele é prestado pelo regime de concessão, assim como outros serviços de caráter público, a exemplo de água, eletricidade e esgoto.

Por essas razões, não procedem os pressupostos e as conclusões apresentadas pelo cidadão na audiência. Embora ele não pague diretamente pelo uso das ruas e avenidas, o poder público as provê com recursos proveniente da tributação, já que, por serem não rivais e não exclusivas, não há interesse do mercado em provê-las, embora sejam essenciais e relevantes. São, portanto, bens públicos oferecidos, regra geral, pelo poder público. O transporte público, no entanto, é nem rival e exclusivo, que pode ser oferecido pelo funcionamento dos mecanismos de mercado com base na oferta e na demanda. Dessa

maneira, não é interessante ao governo financiá-lo totalmente com recursos públicos, pois se criaria uma situação de inequidade. Embora o Estado controle e o subsidie por interesse público e pelas previsões constitucionais, é adequado que cobre o usuário pelo serviço.

Daniel Köhler Leite – 30

Sob determinadas condições, a economia e o mercado não atuam de forma eficiente no sentido de Pareto. Particularmente em presença de bens públicos, o mercado tende a não refletir os problemas da competição e da escolha em condições de escassez que permeiam a questão econômica. Abre-se, dessa forma, espaço para a atuação do governo com vistas a atenuar possíveis falhas de mercado e a restabelecer a eficiência da economia. Na situação hipotética apresentada, um cidadão questiona o fato de ruas e avenidas, de acordo com sua avaliação, serem gratuitos, ao passo que o transporte público é pago, uma vez que se trataria de bens públicos financiados por tributos. Esse entendimento, no entanto, não corresponde, necessariamente, à efetiva situação. Cabe, portanto, analisar o conceito de bem público e comentar acerca das considerações explicitadas pelo cidadão.

Em termos gerais, o conceito de bem público está estritamente relacionado às ideias de não exclusividade e de não rivalidade. Quando um bem é não exclusivo, não existe a possibilidade de excluir-se um consumidor ou um agente econômico de usufruir dos benefícios e da oferta de determinado bem. Essa característica tende a dificultar a apropriação privada dos lucros e dos benefícios econômicos, de sorte a desincentivar a atuação de agentes privados na oferta de bens não exclusivos. A não rivalidade, por sua vez, refere-se à ideia de que o consumo de dado bem por determinado agente não acarreta a impossibilidade de outro agente econômico também consumi-lo. Este é, por exemplo, o caso da oferta de luz solar e de ar na atmosfera. Tendo em vista que tanto a noção de exclusividade quanto a de rivalidade não são sempre evidentes, a classificação de bens como públicos (não exclusivo; não rival); comuns (não exclusivo; rival); de clube (exclusivo; não rival); ou privados (exclusivo; rival) pode variar de acordo com o caso.

As ruas e avenidas, consequentemente, não precisam, necessariamente, ser consideradas como bens públicos. Caso uma rua ou uma avenida seja ofertada pelo setor público e esteja sem engarrafamentos ou qualquer outras situações que implicariam a rivalidade de seu uso, ela será classificada como bem público. Se uma estrada, no entanto, for privatizada e exigir o pagamento de pedágios ou cobrar taxas para os veículos que pretendem usá-la, ela será excludente e, portanto, representará um bem de clube. Na situação de uma rua ter acesso livre e gratuito, mas estiver engarrafada por excesso de trânsito, por exemplo, no horário de saída do trabalho, tem-se um bem comum, cujo consumo em demasia configura a situação de "tragédia comum". Uma avenida privada cujo acesso somente é possível por meio de pagamento ou qualquer outra autorização e que, ao mesmo tempo, esteja em situação de excesso de trânsito e engarrafamento, por sua vez, pode ser classificada como bem exclusivo e rival, que, como consequência, representa um bem privado. Esse aspecto de bens como ruas e avenidas tem levado alguns economistas a classificá-los de "quase-públicos", uma vez que a garantia das condições de não exclusividade e de não rivalidade depende das circunstâncias.

Diante dessas considerações, é possível diferenciar o caso das ruas e avenidas urbanas mencionado pelo cidadão do caso do transporte público. Se, por um lado, a

complexidade do sistema viário de uma cidade tende a dificultar o controle e a cobrança individual de seu consumo, por outro, a utilização do transporte público, via de regra, pode ser regulada pela exclusão de usuários potenciais que não têm capacidade ou interesse de pagar para seu uso. O transporte público, consequentemente, deveria ser enquadrado na classificação de bem de clube ou, em situações de movimentação excessiva de passageiros, de bem privado. Essa característica, contudo, não impede que o setor público subvencione parte da infraestrutura de transporte público, uma vez que se trata de bem que, frequentemente, gera externalidades positivas para uma cidade, a exemplo da redução do trânsito ou da melhora da qualidade do ar urbano.

Os questionamentos do cidadão na situação hipotética, conquanto aparentem, à primeira vista, lógicos, não correspondem, da perspectiva microeconômica, à circunstância efetiva, uma vez que a determinação de bens públicos depende de cada caso. Embora as ruas e as avenidas urbanas, geralmente, sejam bens públicos, o transporte público constitui um bem de clube ou, em alguns casos, um bem privado.

Érika Helena Campos – 30

O questionamento do cidadão em tela reflete um equívoco conceitual entre bem público e serviço público. Por simplesmente portar o adjetivo "público" o serviço de transporte coletivo urbano não deve, necessariamente, ser considerado bem público. Segundo a teoria econômica, os bens podem ser classificados em privados, públicos e comuns, de acordo com dois critérios: exclusividade e rivalidade. A resposta ao questionamento do indignado cidadão passa pela análise dessas categorias.

O critério da exclusividade determina se certa pessoa pode ser excluída do consumo de um bem. Um par de sapatos, por exemplo, tem a ele vinculado um valor que traduz no seu preço. Consumirá esse par de sapatos aquele que estiver disposto a pagar o preço. Do contrário, está excluído de seu consumo.

Já o critério da rivalidade determina se certo bem pode ser usufruído por apenas uma pessoa ou por muitas simultaneamente. Voltando ao exemplo do par de sapatos, se uma pessoa vai à loja e compra esse produto em questão, o consumidor que chega em seguida não poderá adquirir esse mesmo produto. Dois consumidores rivalizam, portanto, na posse e uso do bem, sendo que o consumo por um elimina a possibilidade de o outro consumir.

O bem privado é classificado como excludente e rival. Sua natureza faz com que seja possível atribuir-lhe valor e, por conseguinte, preço. Assim, os agentes que desejam ter acesso a esses bens tomarão a decisão de alocar ou não sua renda em seu consumo, conscientes de que a aquisição do bem por outro agente exclui seu consumo.

Já os bens comuns são não excludentes e rivais, sobretudo devido a sua dimensão limitada. O exemplo mais recorrente são as terras comunais da Inglaterra pré-Revolução Industrial, cujo uso indiscriminado pelos aldeães levou à alocação ineficiente das terras e a sua degradação. O cercamento que se processou posteriormente visou resolver o que comumente se chama de "tragédia dos comuns": o uso insustentável de bens não excludentes, logo sem valor definido, mas esgotáveis.

Finalmente, os bens públicos são não excludentes e não rivais. Por serem bens a que todos têm acesso, sem necessariamente lhes atribuir valor, seu uso é não excludente. Por serem abundantes e fruíveis simultaneamente por várias pessoas, são não rivais.

No caso em questão, o cidadão requerente diz que não paga pelo uso das ruas e avenidas. Com razão: geralmente, ruas e avenidas são bens não excludentes e não rivais e, por não terem valor determinado pelos agentes econômicos, sua construção e manutenção são financiadas coletivamente, por toda a sociedade, por meio do pagamento de impostos.

Contudo, há casos em que a saturação de uso de certas vias pode levar a situações que as tornem bens rivais. Um trecho de rodovia, por exemplo, que está constantemente engarrafado compromete o bem-estar dos usuários e gera custos econômicos adicionais aos agentes. Nesse caso, os agentes públicos podem decidir pela conveniência de colocar pedágios na via e colocar preços diferenciados a depender das faixas de horário. Essa medida, que pode ou não ocorrer no âmbito da privatização da via, torna-a, em termos econômicos, um bem privado.

Caso bastante diferente é o dos serviços públicos. A partir da análise desenvolvida, infere-se que o serviço de transporte é excludente e rival. Há um valor atribuído a ele e, a limitação de espaço dentro dos transportes faz com que sua fruição seja limitada a determinado número de passageiros que estavam dispostos a pagar para usar o veículo.

O fato de o serviço de transporte coletivo urbano ser uma concessão pública não o transforma em bem público, muito pelo contrário, confirma seu valor econômico definido, uma vez que será uma empresa concessionária que prestará o serviço visando ao lucro.

Assim, deve-se esclarecer ao cidadão que o imposto que ele paga financia, de fato, a oferta de bens públicos. Porém, no que concerne ao serviço de transporte, este tem que ser remunerado por tarifa acordada entre governo e empresa concessionária e paga pelos usuários que atribuem valor ao serviço, que não é um bem público.

Pior nota
Anônimo – 22

A situação hipotética apresentada suscita questões acerca da diferenciação dos diversos tipos de bens, bem como sobre o regime de precificação – ou não precificação – a que estão submetidos. Os bens podem ser classificados em bens privados, bens meritórios, recursos comuns e bens públicos. Os bens privados são excludentes e rivais, isto é, se um indivíduo aufere seus benefícios, outro não pode fazê-lo e há restrição a outros indivíduos ao acesso a tal bem. Já os bens meritórios são não rivais e excludentes: muitos podem ter acesso a eles, mas há um limite à fruição de seus benefícios a partir de determinado nível de demanda. Os recursos comuns são não excludentes e rivais, uma vez que o acesso a eles é permitido à coletividade, mas, a partir do momento em que um indivíduo dele se apropria, outros não podem fruir seus benefícios. Por fim, os bens públicos reúnem as características da não excludência e da não rivalidade, porque estão disponíveis a todos e seu uso não implica necessariamente a restrição à fruição de seu benefício por outros indivíduos.

As ruas e avenidas são exemplos clássicos de bens públicos, porquanto podem ser usadas em regime de não excludência e não rivalidade. Ao contrário dos bens privados, que são facilmente precificáveis, conforme a dinâmica básica de oferta e demanda em livre mercado, os bens públicos, a princípio, não podem ser precificados. Isso gera uma situação

favorável a "free riders" (o efeito carona), no qual indivíduos que não arcam com as despesas relativas a tais bens deles usufruem benefícios. O cidadão da hipótese apresentada, apesar de afirmar que não paga pelo uso das ruas e avenidas, contribui, por meio de impostos, para sua manutenção. Portanto, não é ele um "free rider", tampouco está livre do ônus relativo a tais bens públicos.

Os bens públicos correspondem a bens essenciais, o que sugere que o não acesso a eles pode gerar externalidades negativas e generalização do peso morto. Em tal cenário, a redução do bem-estar oriundo da falta de acesso ao bem leva o governo a intervir na economia, de modo a mitigar os efeitos das externalidades negativas, garantindo amplo acesso ao bem. Um exemplo ilustrativo é o do saneamento básico. Caso tal serviço não seja garantido à população, as consequências são o aumento de doenças dos mais variados tipos e a oneração dos cofres públicos por meio do provimento de assistência sanitária.

Em vez de provimento do bem diretamente pelo poder público, é possível conceder à iniciativa privada a atividade ou serviço, desde que seja possível precificar as externalidades que lhe acompanham. O Teorema de Coase apresenta uma alternativa efetiva à intervenção do poder público. Com efeito, a partir do mecanismo de precificação das externalidades – conformando um verdadeiro mercado para elas -, os bens públicos podem passar a ser produzidos por agentes do setor privado. Contudo, existe o requisito de garantir amplo acesso ao bem, de modo a elidir os efeitos da externalidade negativa. Para tanto, não pode o agente privado praticar preços impeditivos. É possível, inclusive, que a concessão da produção de um bem ou serviço gere externalidades positivas, incrementando o bem-estar geral, apesar da elevação de preços. Nessas circunstâncias, é possível que ruas e avenidas deixem de ser bens públicos, considerando a inexistência de barreiras legais para tanto.

O transporte público não é considerado bem público porque constitui serviço que foi objeto de precificação, ao haver sido transferido para a iniciativa privada. Com efeito, as concessionárias de ônibus e trem, por exemplo, atuam conforme a lógica do mercado, porém com obrigações que mitigam o estabelecimento do preço livremente. Dada a essencialidade da locomoção, sob pena de criação de peso morto generalizado, os agentes privados, nesse caso, devem arcar com o ônus das externalidades negativas, ora precificadas. Assim, para receber a concessão do serviço, comprometem-se a garantir a observação dos ditames governamentais, viabilizando amplo acesso ao serviço de transporte público, sem praticar preços impeditivos. Em regime de concessão, conforme o Teorema de Coase, o incremento da eficiência e da qualidade da prestação do serviço – que é apenas regulado, e não provido pelo Estado – pode gerar externalidades positivas, como a ampliação da frota e acesso a regiões mais distantes da cidade.

As falhas de mercado concernentes aos bens públicos, de difícil ou impossível precificação, podem ser corrigidas tanto pela intervenção estatal quanto pela atuação de agentes privados, segundo o Teorema de Coase, que permite a precificação das externalidades.

Questão 3

A existência de rendimentos crescentes de escala pode ser uma fonte de vantagens comparativas, ou seja, uma fonte de ganhos com o comércio internacional. Com economias de escala, nem os preços dos produtos nem a remuneração dos fatores servem para prever o padrão de comércio, porque, quando o tamanho dos países difere, o país maior exporta o produto fabricado com economias de escala.

Explique as afirmações constantes do texto acima, discorrendo sobre os rendimentos crescentes internos e externos à firma, os conceitos de vantagens comparativas estáticas e dinâmicas e as diversas teorias explicativas dos padrões de comércio internacional.

Média: 15,74 amp. / 14,00 cotas negros
Desvio padrão: 2,23 amp. / 1,51 cotas negros

Fernanda Graeff Machry – 18

As teorias clássicas e neoclássicas do comércio internacional mostram-se insuficientes para explicar padrões atuais de comércio global, em que predomina, entre os países desenvolvidos, o comércio intraindústria, isto é, com trocas entre o mesmo setor produtivo. Observando essa tendência e a incapacidade de explicá-la com base na perspectiva dos clássicos e neoclássicos, economistas como Krugman desenvolveram novas teorias, que levam em conta a presença de economias de escala e de concorrência imperfeita.

Adam Smith elaborou a teoria clássica segundo a qual cada país se especializaria na produção do bem em que tivesse vantagens absolutas, considerando o custo do fator trabalho. Nesse caso, contudo, um país com vantagens absolutas em todos os bens não teria motivação para o comércio. Isso leva David Ricardo a elaborar a teoria das vantagens comparativas, conforme a qual cada país se especializaria na produção do bem que apresentasse custos mais vantajosos do fator trabalho em relação aos demais países. Assim, o comércio seria vantajoso para todos que se especializassem na produção do bem no qual tivessem vantagens comparativas.

Os neoclássicos Hecksher e Ohlin buscaram explicar a especialização com base em dotação relativa de fatores, considerando trabalho e capital. Conforme sua teoria, os países produziriam os bens intensivos no uso do fator abundante, pois mais barato. A teoria foi complementada por Samuelson, que observou que a especialização com base em um fator acaba elevando seu preço e diminuindo o do fator menos abundante, de modo que há uma tendência à equalização do preço dos fatores (teoria de Hecksher-Ohlin-Samuelson).

Essas teorias assumem, contudo, que as vantagens comparativas são estatísticas, ou seja, que permanecem as mesmas. São insuficientes para explicar o padrão de comércio

entre economias especializadas em produtos capital-intensivos e, sobretudo, o comércio intraindústria, que predomina nos fluxos Norte-Norte.

As vantagens comparativas, na presença de rendimentos crescentes de escala, tornam-se dinâmicas. A inovação tecnológica permite ganhos de produtividade do trabalho e do capital conducentes a rendimentos crescentes, isto é, o produto cresce de maneira mais que proporcional ao aumento do emprego dos fatores, porque estes se tornam mais produtivos. O avanço tecnológico altera a estrutura das vantagens comparativas, que são, portanto, dinâmicas.

Desse modo, os preços dos produtos e a remuneração dos fatores, centrais às teorias clássicas e neoclássicas do comércio, são insuficientes para prever o padrão de comércio no mundo de hoje. Assim teóricos contemporâneos analisam os fluxos comerciais atentando a fatores como a existência de um "gap" tecnológico entre uma economia e outra e o tempo necessário para a disseminação global de uma nova tecnologia. Krugman falou em um padrão gravitacional de comércio, que tenderia a favorecer fluxos entre países próximos, pela facilidade de circulação. Considera-se, ainda, a existência de concorrência imperfeita, que permite a diferenciação entre produtos da mesma indústria.

Se países maiores, que têm o trabalho e a terra como fatores abundantes, beneficiam-se das consequentes economias de escala, suas vantagens comparativas podem ser ampliadas por meio da inovação tecnológica, que aumenta a produtividade dos fatores de produção (terra, trabalho, capital), tornando-se assim mais competitivos no comércio global.

Maybi Rodrigues Mota – 18

De acordo com o conceito de rendimentos de escala, quando uma firma aumenta o seu nível de produção, o custo por unidade produzida tende a se reduzir, já que os custos fixos são diluídos e mesmo o preço de alguns insumos que compõem o custo variável pode ficar reduzido a depender do poder de mercado da firma. Assim, uma firma que produz em grande escala pode ter vantagem por poder oferecer preços mais baixos por unidade produzida.

Os rendimentos de escala também podem advir da expansão da firma ao adquirir o controle da produção de insumos ou da distribuição, já que essas operações reduzem os custos. Assim, os preços praticados podem ser menores.

Nem todas teorias de comércio levam em consideração os rendimentos e economias de escala. David Ricardo propunha que uma economia exportaria bens em cuja produção tivesse vantagens comparativas, considerando apenas o fator trabalho e que não há mobilidade de fatores de produção entre os países. É uma situação, portanto, de vantagem comparativa estática.

Herckshser e Ohlin vão explicar o padrão de comércio internacional pelo que ficou conhecido como Teoria da Dotação dos Fatores de Produção, de acordo com a qual os países exportariam um produto que fosse intensivo no insumo que tivesse em abundância. Analisa, principalmente, o capital e o trabalho. Samuelson acrescenta a questão da equiparação possível dos custos de fator. Em uma situação em que o país A seja produtor de X, que é intensivo em trabalho, e o país B seja produtor de Y, intensivo em capital, A

exportará X para B e este exportará Y para A, de modo que, em algum momento, a remuneração do trabalho em A se equiparará ao de B entre países industrializados.

Essas teorias não explicavam, no entanto, o crescente fenômeno do comércio intrassetorial e intrafirma, entre outras razões, por pressuporem, como ponto de partida dos modelos, rendimentos constantes de escala e, até Hercksher-Ohlin, vantagens comparativas estáticas.

Com ganhos de escala, países maiores, como EUA e Rússia, têm, de fato, capacidade de produzir determinados itens e exportá-los com maior economia de escala. Mas essa é apenas uma das explicações para entender por que um país não exporta apenas produtos intensivos no recurso que tem em abundância. Países industrializados de diversos tamanhos realizam comércio entre si, pois o gosto do consumidor poder variar ou porque, ao longo do tempo, cada um se especializou em um setor específico em razão de ganhos de escala. Linder passou a se dedicar, assim, a analisar as razões do comércio entre países industrializados, já que as teorias anteriores não o explicavam.

Foram surgindo teorias também sobre o comércio intersetorial, como as de Vernon, que explica como diferenciações entre os produtos em um mesmo setor pode incentivar o comércio. Ademais, ainda mais específico, o comércio intrafirmas também aumentou, tendo particular importância para empresas que têm ativos muito específicos ou lidam com gestão de propriedade intelectual e produtos patenteados, como é o caso das empresas farmacêuticas.

Por fim, a formação de cadeias globais de valor também explica os atuais padrões de comércio, já que, com elas, as economias de escala se darão em nível global. Desse modo, será relevante para uma determinada que ela integre essa cadeia. A maior vantagem, nessa cadeia, está na etapa em que ocorre mais agregação de valor do produto.

Daniel Köhler Leite – 18

De acordo com as tradicionais teorias de comércio, o intercâmbio de bens ocorre em função de vantagens absolutas (Adam Smith) ou relativas (David Ricardo) na produção de bens, assim como em consequência da dotação relativa dos fatores de produção (Heckscher-Ohlin) ou de diferentes estruturas internas de demanda por bens (S. B. Linder). Em presença de rendimentos crescentes de escala, esses conceitos, no entanto, são insuficientes para explicar o comércio internacional, uma vez que o tamanho de empresas e de economias passa a ser relevante variável.

Em termos gerais, os rendimentos crescentes à produção de uma firma podem ser internos ou externos. Caso sejam internas, trata-se, via de regra, de uma empresa com elevados custos fixos e decrescentes ou baixos custos variáveis de produção. Essas características tendem a favorecer o surgimento de estruturas de mercado oligopolísticas ou monopolísticas. Os rendimentos externos à firma, por sua vez, dependem da existência de "clusters" produtivos, que se relacionam à exploração de economias de escopo, e do tamanho do mercado doméstico. Embora, nessa situação, não se possa tirar uma conclusão inequívoca acerca da estrutura de mercado, existem implicações significativas para o comércio.

As vantagens comparativas estáticas e dinâmicas dependem da existência de rendimentos crescentes internos e externos à firma, e influenciam os fluxos internacionais

de bens. Por um lado, rendimentos de escala internos contínuos, que levam à formação de monopólios nacionais, em combinação com mercados em economias maiores tendem a implicar vantagens estáticas para os países grandes, uma vez que as empresas de pequenas economias não conseguem explorar seus rendimentos de escala da mesma forma. Em contraposição, a existência de centros produtivos ("clusters") tende a gerar vantagens comparativas de comércio relativas e dinâmicas, uma vez que esses locais de produção favorecem o intercâmbio intrassetorial de bens e insumos produtivos, além de serem conciliáveis com estruturas de mercado caracterizadas por maior diversidade de empresas. Esse aspecto proporciona uma explicação para o comércio de economias mais desenvolvidas, cujo padrão de fluxo de bens não pode ser analisado completamente com base nas tradicionais teorias de comércio. Cumpre salientar que, em determinados casos, os "clusters" também podem gerar distorções no intercâmbio comercial entre as nações, na medida em que o surgimento de um centro de concentração produtiva em decorrência de casualidades históricas tende a criar benefícios duradouros para a região e para o país em que existem.

A presença de rendimentos crescentes de escala, portanto, pode ser uma fonte adicional de vantagens comparativas, mesmo diante da igualdade da dotação de fatores de produção e de estruturas de demanda interna similares, tendo em vista que os diferentes tamanhos das firmas e dos países influenciam as capacidades de competitividade e de oferta de bens que determinam parte do comércio global. Essa constatação foi essencial para que o teorema de Helpman-Krugman lograsse propiciar uma explicação para o "paradoxo de Leontief", segundo o qual a maioria do comércio praticado entre os países ricos não refletiria os padrões analisados pelas teorias clássicas e por parte das teorias neoclássicas.

Matheus Machado Hoscheidt - 18

A definição de rendimentos crescentes de escala é fundamental para a compreensão dos padrões atuais de comércio. Economias de escala são definidas, em seu entendimento interno à firma, como o conjunto de condições que permitem que, dada uma função produtiva, o aumento da quantidade de fatores produtivos gere um aumento mais que proporcional na quantidade produzida, gerando, portanto, uma diminuição do custo médio de produção. Em seu conceito externo à firma, rendimentos crescentes de escala definem que o aumento do número de firmas em um mesmo setor pode definir vantagens de ordem tecnológica ou infraestrutural a esse grupo de firmas como um todo, ensejando, também, a redução do custo médio de produção. Exemplo clássico desse fenômeno é o agrupamento de empresas no Vale do Silício, compartilhando recursos e vantagens tecnológicas e de capital humano.

O conceito de vantagem comparativa estática refere-se ao entendimento clássico de que os países devem se especializar em bens em que possuem vantagens relativas de custo de produção com menor preço. Essa vantagem pode advir tanto em função de maior produtividade relativa do fator trabalho (teoria ricardiana) quanto de dotações relativas de fatores de produção (teoria Hecksher-Ohlin). Com economias de escala, entretanto, ocorre que as vantagens comparativas estáticas perdem poder explicativo na definição do comércio em face das vantagens comparativas dinâmicas. Essas dizem respeito à

possibilidade de um país grande, devido à proporção de seu mercado interno, permitir que as firmas explorem suas economias de escala para, então, tornarem-se competitivas. Nesse contexto, conforme exposto pelo excerto, "o país maior exporta o produto fabricado com economias de escala".

Desde o século XVIII, o surgimento de teorias explicativas do comércio confundiu-se com o próprio nascimento da economia como disciplina. Adam Smith atribuiu centralidade às vantagens absolutas para definir a especialização dos países, de modo que um país com vantagens em todos os bens lograria consolidar uma autarquia. Posteriormente, David Ricardo definiu que as vantagens relativas seriam determinantes dos padrões de comércio, de modo que os países deveriam especializar-se em produtos no quais fossem relativamente mais competitivos, inviabilizando, portanto, a hipótese de autarquia considerada por Smith. Posteriormente, a teoria de Hecksher-Ohlin definiu que a especialização do comércio dar-se-ia com base nas dotações relativas de fatores de produção. Assim, por exemplo, países intensivos no fator capital iriam especializar-se em bens capital-intensivos. A não comprovação das teorias clássicas de comércio consolidou o chamado "Paradoxo de Leontief", segundo o qual, contraintuitivamente, países como os EUA, intensivos em capital, também eram grandes importadores de produtos capital-intensivos. Nesse contexto, surgiu uma série de teorias que buscavam entender os fluxos de comércio correntes. A teoria do comércio intraindústria, por exemplo, considera a existência de economias de escala e flexibiliza a hipótese clássica de homogeneidade de produto, permitindo a formação de estruturas de mercado de concorrência monopolística. Assim, explica-se a emergência de países que são grandes importadores e exportadores de bens do mesmo setor. Paralelamente, novas teorias foram consolidadas, como a teoria gravitacional de comércio, que identifica o padrão bilateral de comércio como função do PIB e da proximidade geográfica dos países, as teorias relacionadas à nova geografia econômica. As teorias explicativas do comércio foram, ao longo do tempo, aperfeiçoando-se, de modo a incorporar dinâmicas de economias crescentes de escala e de vantagens comparativas não estáticas na definição do comércio global.

Pior nota
Anônimo – 12

De acordo com os pressupostos das teorias clássicas do comércio internacional, como se vê nos modelos de vantagens comparativas ricardianas, o comércio global ocorre entre dois países quando estes apresentam custos relativos menores na produção de um bem. No modelo Hecksher-Ohlin, ainda dentro dos pressupostos das vantagens comparativas relativas, o comércio entre dois Estados justifica-se pelas diferentes dotações de fatores entre eles, sendo a exportação de um bem um reflexo da maior disponibilidade de determinado fator. Desse modo, países com maior disponibilidade de mãe de obra se especializariam nas exportações de bens intensivos nesse fator. Decorrem também dessas teorias tradicionais sobre o comércio internacional os modelos de Stolper-Samuelson e Rybczynski.

Os pressupostos dessas teorias são a existência de rendimentos constantes de escala, o comércio de bens oriundos de setores distintos (bens primários, de um lado, e bens industrializados, de outro) e a existência de apenas dois fatores de produção, capital e

trabalho. As vantagens comparativas seriam, nesses modelos, estáticas e o comércio internacional ocorreria, predominantemente, na esfera interssetorial.

Embora essas teorias expliquem os padrões de comércio tradicionais Norte-Sul, onde há a troca, principalmente, de bens intensivos em capital por bens intensivos em trabalho, ao se considerar o padrão, cada vez mais relevante, de comércio Norte-Norte e intrafirma, essas teorias não se aplicam.

Para uma compreensão mais adequada de padrões de comércio, por exemplo, que envolvem a troca de bens produzidos dentro de um mesmo setor e com utilização semelhante de fatores, torna-se mais apropriado recorrer às chamadas Novas Teorias do Comércio Internacional. Partindo dos pressupostos teóricos desenvolvidos por Paul Krugman, a existência de economias de escala intrafirmas, somada à crescente liberalização de fluxos de bens, investimentos e serviços do atual estágio do processo de globalização, tem ampliado os fluxos intrassetoriais.

Desse modo, no bojo de um processo crescente de fragmentação produtiva, as firmas têm procurado a descentralização de suas cadeias produtivas, de modo a melhor aproveitar as vantagens comparativas dinâmicas de cada lugar e os rendimentos crescentes de escala proporcionados pela inserção em cadeias globais de valor. Essas novas abordagens sobre o comércio internacional visam a compreender, por exemplo, os crescentes fluxos de insumos e bens intermediários entre os países, em abordagem que difere das teorias tradicionais que focalizam, sobretudo, o comércio de bens finais.

As teorias clássicas do comércio internacional, baseadas nas vantagens comparativas estáticas, embora permaneçam válidas na explicação de padrões tradicionais de comércio Norte-Sul interssetorial, a nova geoeconomia do comércio internacional, fundada nas cadeias globais de valor, não encontra nelas base explicativa adequada.

Questão 4

A crise financeira global deflagrada pela quebra do banco Lehman Brothers, em setembro de 2008, foi um choque drástico para a economia global, em especial para as economias avançadas, pois, dessa vez, os países do G7 foram o epicentro da crise. Logo se tornou claro que a crise assumia dimensão global e exigia, portanto, respostas de política econômica globalmente coordenadas. No contexto dessa emergência, o G20 foi declarado principal foro de coordenação econômica entre seus membros e, por extensão, dado o peso dessas economias, o centro da governança econômica mundial. (Carlos Márcio Bicalho Cozendey. O papel do G20 no combate à crise global: resultados e perspectivas. In: Boletim de Economia e Política Internacional. DINTE/IPEA, n. 8, out-dez./2001 - com adaptações).

Discorra sobre as principais medidas recomendadas pelo G20 para o enfrentamento da crise financeira global objeto do fragmento de texto acima, abordando os seguintes temas:
1 - regulação e supervisão do sistema financeiro internacional;
2 - reforma do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM).

Média: 14,30 amp. / 13,43 cotas negros
Desvio padrão: 2,91 amp. / 3,20 cotas negros

Rafael Rodrigues Alves – 19

O G-20, reunindo as 20 maiores economias do mundo, constituiu-se, em 1999, em nível ministerial, como fórum de discussões sobre os principais temas da agenda econômica mundial. Em 2008, quando se reuniu a primeira cúpula do grupo, na esteira da crise do *subprime* americano, o G-20 foi alçado à condição de instância privilegiada de coordenação econômica entre seus membros e de proposição de reformas da arquitetura financeira global. Muitas das medidas recomendadas pelo G-20 foram essenciais para o enfrentamento da crise iniciada em 2008 e têm por objetivo evitar que se repitam novos episódios de colapso da economia mundial.

As principais recomendações do G-20, desde 2008, dizem respeito ao fortalecimento da regulação e da supervisão do sistema financeiro internacional, bem como ao aumento da resiliência do sistema. Nesse sentido, os líderes do G-20, além de se comprometerem a não adotar políticas fiscais e monetárias que pudessem aprofundar as consequências da crise, instaram as principais economias do mundo a consolidarem a aplicação dos acordos de Basileia I e II e a avançarem na adoção do Acordo de Basileia III, todos assinados no âmbito do *Bank of International Settlements* (BIS). Tais acordos são de fundamental importância para a criação de resiliência, na medida em que estabelecem regulações para os sistemas bancários, definindo limites máximos de alavancagem, limites mínimos de liquidez considerados prudentes e desincentivos à formação de instituições

financeiras excessivamente grandes. O G-20 também sugeriu que os governos nacionais adotassem regulações que coibissem os efeitos do uso indiscriminado de instrumentos financeiros como os derivativos e os CDOs e da excessiva alavancagem dos bancos comerciais.

No que se refere às instituições de *Bretton Woods*, os sucessivos comunicados do G-20 alertam para a urgente necessidade de reformas do FMI e do Banco Mundial, a fim de torná-los mais eficazes na tarefa de proverem liquidez aos países que enfrentam crises financeiras e recursos destinados a financiar projetos de desenvolvimento. Nesse sentido, os países do G-20 comprometeram-se a reformar o sistema de cotas e de votos das duas instituições, a fim de adequar o poder decisório de seus membros a seus respectivos pesos na economia mundial, devido à crescente importância que vêm assumindo os países em desenvolvimento. Cabe lembrar, por exemplo, que, por ocasião da crise, o Brasil, que anos antes quitara seus débitos com o FMI, ofereceu recursos adicionais à instituição, a fim de ampliar a liquidez do Fundo. Ressaltem-se também as sugestões de que outras moedas fossem consideradas na composição dos Direitos Especiais de Saque e de que os processos de escolha dos diretores e dirigentes do FMI e do Banco Mundial adotassem critérios mais transparentes e baseados na meritocracia.

Outras recomendações importantes do G-20 para o enfrentamento da crise financeira global foram no sentido de que todos os países evitassem a tentação de incorrerem em medidas protecionistas e unilaterais, como o aumento das barreiras comerciais e as desvalorizações cambiais competitivas.

Carolina Mye Saito – 18

Após a crise financeira iniciada em 2008, o G20 financeiro, criado inicialmente em 1999, em um contexto de crises em países em desenvolvimento para promover sua melhor inserção no comercio internacional de forma estável, passou a lidar com problemas originados em países desenvolvidos, entendendo-se a necessidade de cooperação para a superação de problemas transnacionais.

Em 2009, na cúpula de Pittsburgh, decidiu-se que o foro, que passara a promover encontros de chefes de Estado e de Governo, não mais somente de ministros de finanças, seria preferencial para decisões econômicas, quedando-se o G7 com temas de segurança. Começou-se a negociar reformas em diversos âmbitos da estrutura financeira global, notadamente no FMI e no Banco Mundial. Em 2010, nas cúpulas de Londres e de Seul, foram adotadas várias decisões relevantes. Criaram-se novos tipos de empréstimos no FMI, como os emergenciais, além de aumentar o capital dos DES e dos chamados "NAB". Nesse sentido, acordou-se uma reforma das quotas, deslocando essas de países desenvolvidos para países emergentes, reconhecendo-se que a estrutura do comércio mundial havia se modificado e que situações como o maior poder de voto de alguns países europeus comparados à China e ao Brasil não refletiam os critérios de representatividade do comércio mundial e do PIB. Apesar da aceitação das alterações das quotas, devido ao poder de veto dos EUA (que tem cerca de 17% dos votos, sendo 85% o necessário para aprovação de alterações), a reforma somente entrou em vigor em 2016. Adicionalmente, houve reformas no funcionamento estrutural do FMI e do Banco Mundial, cujos diretores eram tradicionalmente indicados pelos EUA e por países europeus, de modo não

condizente com a transparência necessária às instituições, passando-se a haver eleições. Em 2016, ocorreu, ainda, a inclusão do yuan/renminbi na cesta de moedas do FMI.

Além dessas alterações, o G20 promoveu diversas medidas para o enfrentamento da crise financeira, principalmente, para a regulação e supervisão do sistema financeiro. Nesse âmbito, os países do G20 ainda não partes foram incluídos nos acordos de Basiléia I e II e no BIS. Ademais, em 2010, adicionou-se o acordo de Basiléia III, com o estabelecimento de requisitos mínimos de capital aos grandes bancos, maiores critérios para os denominados "colchoes" para crises e aumento da regulação bancária. O Brasil já seguia os critérios de Basiléia (antes foro e depois conselho), mas com essas alterações, passou a ser membro efetivo.

Adicionalmente, as cúpulas do G20 estabeleceram compromissos, como o de não promover medidas protecionistas por 3 anos, em São Petersburgo (2013) e de promover o crescimento do PIB mundial, na Turquia. Recentemente, na cúpula de Hamburgo, o documento final propôs a transformação do GAFI, que evita lavagens de dinheiro para fins fraudulentos entre outras medidas, em pessoa jurídica, além de defender o desenvolvimento sustentável com atenção à mudança climática.

Em contrapartida, o G20 foi relativamente omisso nos temas dos efeitos danosos nas taxas de câmbio de países emergentes, causados, em grande medida, pelas políticas de Quantitative Easing adotadas por EUA, União Europeia e Japão, para estímulo de suas economias domésticas, aumentando suas bases monetárias e aumentando a liquidez internacional, com fluxos direcionados aos emergentes, o que terminou por diminuir a competitividade de países como o Brasil, que promoveu debate sobre o tema.

Após quase dez anos da eclosão da crise de 2008, o G20 consolidou-se como foro decisório econômico global, sendo bem-sucedido ao promover reformas institucionais, celebrando o acordo de Basiléia III e promovendo a concertação entre países desenvolvidos e emergentes. Por outro lado, a recuperação vem ocorrendo de maneira gradual e com o surgimento de problemas relativos a certas estratégias de crescimento, como as do QE.

Neylor Caldas Monteiro – 17

Constituído em 1999, o G20 financeiro reunia os ministros da economia das consideradas 20 maiores economias à época. O contexto envolvia crises econômicas e financeiras em economias consideradas periféricas, como Coreia do Sul, Malásia, Tailândia, Brasil, Rússia, México e outras, logo bastante vulneráveis a ataques especulativos. A partir da crise financeira de 2008, o G20 adquiriu maior importância que o G7 como mecanismo de governança global, na medida em que os países em desenvolvimento (notadamente Brasil, Rússia, Índia e China, os quais se conformariam politicamente no BRIC) mantinham o ritmo de crescimento da economia mundial, enquanto os países desenvolvidos se viram imersos em uma crise cujo epicentro havia sido seu próprio sistema financeiro. Nesse contexto, os países desenvolvidos não poderiam mais prescindir das soluções propostas pelas economias emergentes, de modo que o G20 se converteu em um sistema de cúpulas de Chefes de Estado e de Governo, para propor soluções à crise financeira mundial.

De imediato, restou evidente a limitação, em termos de escopo de aplicação, dos sistemas de regulação dos mercados financeiros. Nesse sentido, uma nova Convenção de

Basileia seria negociada e implementada no sentido de conter o ímpeto emprestador dos bancos comerciais, por meio do aumento do poder dos bancos centrais dos países e do aprimoramento dos critérios de avaliação de risco dos tomadores. Ademais, os bancos centrais deveriam cooperar para garantir supervisão mais efetiva de bancos e instituições financeiras com atuação global.

Finalmente, devido à crise ter-se concentrado nas economias mais ricas, com poucas e limitadas consequências sobre as economias emergentes, estes países passaram a demandar reformas mais expressivas nas instituições de Bretton Woods, cujos sistemas de votação ainda refletiam a situação da economia internacional à época do fim da II Guerra Mundial. Nesse sentido, o BRIC decidiu conferir seu peso econômico e político a esse pleito, de modo a promover a revisão das cotas-partes não somente para aumentar sua própria participação, mas também com vistas a democratizar e atualizar o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Além da revisão dessas cotas, a reforma destinou dois assentos do Conselho de Diretores para os países em desenvolvimento, os quais eram originalmente ocupados por países europeus. Por último, o FMI teve seu capital disponível para empréstimos regularizadores de Balanço de Pagamentos dos países dobrado, com o intuito de aumentar a capacidade de resposta às crises financeiras de curto prazo. A redistribuição das cotas colocou os BRIC dentre os 10 maiores cotistas do FMI e do BM, além de ter colocado as participações de 53% para os países desenvolvidos e 47% para os países em desenvolvimento, em números arredondados. Sem embargo, os Estados Unidos da América ainda se mantiveram detentores de mais de 16%, logo com poder de veto de fato.

Luciano Prata Magalhães – 17

Após uma sinalização emergencial em que o G-20, primeiro, demonstrou a disposição das maiores economias em cooperar, com comprometimento com políticas anticíclicas de garantia da liquidez e da demanda agregada, o grupo atuou de forma a corrigir os principais desequilíbrios sistêmicos que motivaram a crise. Naquele momento, ficavam claros os desafios da desregulamentação financeira do "não sistema" pós- Breton Woods. Os movimentos que permitiram o entrelaçamento do mercado financeiro global, com aproximação entre ofertantes e tomadores de capital, por meio de instrumentos financeiros investidores. A crise iniciada no mercado de títulos *sub-prime* americano denotava o imperativo de regulação e supervisão do sistema monetário internacional, bem como a reforma de suas principais instituições.

No âmbito da regulação e supervisão do sistema, buscou-se, ao mesmo tempo, fortalecer instituições tradicionais, com fortalecimento de mandatos, e apresentar medidas específicas; nesse contexto, o G-20 buscou regular os denominados "*shadow banks*", que permitiam aso bancos colaterizar seus passivos, de modo a diminuir risco e ampliar a capacidade de alavancagem. Do mesmo modo, tratou-se do combate aos paraísos fiscais, denotando entendimento que esses locais não somente permitem a evasão tributário, mas também diminuem o escopo de controle do sistema. O impacto sistêmico do mercado de derivativos também entrou na pauta do G-20. Nesse contexto de busca de maior solidez, foi aprovado o Acordo de Basileia III, que traz o imperativo de diminuição da margem de alavancagem dos grandes bancos, por meio de requerimentos mais exigentes de

capitalização. O aumento do controle dos níveis de alavancagem dos bancos é relevante, pois apenas fora descoberto que a maioria deles é muito grande para quebrar ("*to big to fail*"). Nesse contexto, há ressignificação da importância do BIS, Banco de Compensações Internacionais, na regulação bancária e criação do Conselho de Estabilidade Financeira, com participação de todos os membros do G-20. Debateu-se também a responsabilidade das agências de risco e o imperativo de maior regulação nesse sentido.

Além das medidas de regulação e supervisão, ficou comprovada a importância de fortalecimento das duas principais instituições do sistema: FMI e Banco Mundial. Primeiramente, for aprovado aumento significativo do capital disponível para ambas as instituições, com apoio inclusive de países em desenvolvimento como Brasil, Índia e China. Em seguida, foi aprovada alteração no poder de voto de ambos os organismos, transferindo quotas para os países em desenvolvimento, de modo a adequar as instituições à nova configuração econômica mundial. Definiu-se também que o mérito e a expertise técnica deveriam ser considerados, ao invés de uma situação que garantia que o presidente do banco mundial sempre seja americano e do FMI, sempre europeu. No âmbito do FMI, foram criadas novas linhas de crédito emergenciais, sem condicionalidades, para garantir o acesso rápido de países com estruturas robustas, mas afetados temporariamente pela crise.

De modo sumário, buscou-se demonstrar que por meio de medidas emergenciais e estruturantes o G-20 logrou com relativo sucesso atuar no sentido de aumentar a regulação do sistema monetário, que desde 1975, estava caracterizado pela desregulamentação.

Pior nota
Anônimo - 9

De fato, a crise de 2008 ensejou intenso debate interno sobre a necessidade de reforma da governança financeira global. Ao contrário das crises dos países dos anos de 1990, o epicentro da crise esteve associado ao crédito subprime imobiliário nos EUA e irradiou para a economia internacional. Nesse contexto, ficou evidente que o G7 não conseguiria lidar de forma assertiva com os desafios contemporâneos e que a reforma das instituições de Bretton Woods fazia-se prementes.

A Conferência de Pittsburgh do G20, em 2009, representou um marco significativo no que diz respeito à regulação e à supervisão do sistema financeiro internacional. Na Conferência, ficou decidido que o G20 seria o principal foro de concertação para o tratamento de temas financeiros, porquanto o G7 não seria mais capaz de lidar de forma efetiva com os desafios contemporâneos. Restou evidente que a desregulamentação era uma das razões centrais da crise, o que levou ao reconhecimento do aprofundamento da regulação financeira e de mais transparência. Era, igualmente, fundamental o encaminhamento da situação das dívidas soberanas de países como a Grécia, Portugal, Espanha e a Irlanda, envolvendo sucessivas rodadas e processos de negociações complexas em conjunto com o FMI, o Clube de Paris e a União Europeia. Os comitês da Basileia também se inserem no rol de mecanismos que visavam a reduzir a instabilidade financeira. Ainda, ficava evidente que as decisões acerca da segurança financeira internacional não mais poderiam excluir a participação dos países em desenvolvimento.

A reforma das instituições de Bretton Woods representou notável avanço no que diz respeito à governança financeira internacional. Em função da ascensão dos países em

desenvolvimento, fazia-se inadiável adaptar a estrutura de governança à nova realidade global. Com efeito, a configuração do poder de voto nas instâncias decisões no FMI e no Branco mundial geravam distorções em favor dos países ricos. Nesse sentido, foi salutar a atuação dos países em favor da ampliação do poder de voto para os PEDs, com vistas a que os órgãos se tornassem mais representativos. A ação concertada dos BRICS contribuiu para o avanço da reforma. Em conjunto, Brasil, China, Rússia, Índia e África do Sul atuaram para que os órgãos fossem atualizados com ampliação do pode de voto dos PEDS. Para além das críticas, o Novo Bando do Desenvolvimento dos Brics e o Arranjo Contingencial de Reservas ampliaram a margem de manobra para pressionar as instituições de Bretton Woods por mudanças. Atualmente, os PEDs detêm quase 50% do poder de voto no Branco Mundial, e países como a China e Brasil no FMI encontram-se entre os quinze primeiros maiores poderes de voto no órgão.

A crise de 2008 ensejou mudanças significativas para a reforma do sistema financeiro internacional. É notável que o G20 tenha se tornado o principal foro de coordenação financeira em substituição ao G8, o que era fundamental em função da relevância hodierna dos PEDS. Ficou patente que a desregulamentação afetava a governança financeira e que era preciso continuar a avançar. Nesse sentido, foi salutar a reforma do FMI e do Banco Mundial com vistas a ampliar o poder de voto dos países em desenvolvimento. Considerar a relevância dos atores em diversos graus de desenvolvimento é, portanto, fundamental para tratar de forma assertiva dos desafios que se impõem à governança financeira global.

Direito

Questão 1

Considerando o sistema de repartição de competências entre as entidades componentes do Estado federal brasileiro, atenda ao que se pede a seguir.
1 Discorra sobre o princípio geral que norteia a repartição de competências estabelecida na Constituição Federal e sobre sua aplicação à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.
2 Aponte, de forma fundamentada, se é possível considerar que a Constituição Federal estabeleceu, para a União e para os estados, uma reserva de competências — administrativas e legislativas — enumeradas (ou taxativas).
3 Defina competência concorrente e discorra sobre o campo de atuação da União, dos estados e do Distrito Federal no âmbito de tal competência.
4 Comente a respeito da possibilidade de os municípios legislarem sobre as matérias que se inserem na esfera da competência concorrente.

Média: 23,2 amp. / 20,41 cotas negros.
Desvio padrão: 4,17 amp. / 2,22 cotas negros.

Priscila Liz Alves – 30

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabeleceu sistema de repartição de competências legislativas e administrativas (prestação de serviço público) entre os entes da Federação, a saber: União, estados, Distrito Federal e municípios. O princípio geral que norteia o sistema é o da prevalência do interesse, o que significa que, se o interesse geral prevalecer, caberá à União exercer suas competências legislativas e administrativas, enquanto a atuação dos estados caberia em caso de prevalência do interesse local. Conforme estipula a CF/1988, o Distrito Federal, dada a sua especificidade, pode exercer competências dos estados e dos municípios, a depender do interesse preponderante.

No texto constitucional, há artigos que enumeram, de modo não exaustivo, as competências administrativas exclusivas e as competências legislativas privativas da União. Há, igualmente, a enumeração das competências administrativas comuns a todos os entes da Federação, por exemplo, o cuidado com o meio ambiente e com patrimônios públicos. No que concerne aos municípios, a CF/1988 estipula a competência legislativa privativa e a

competência administrativa exclusiva em caso de prevalência do interesse local. A especificidade recai sobre os estados, cuja reserva de competências é remanescente, isto é, cabe ao estado legislar sobre matérias que não cabem à União, tampouco ao município, respeitando, sempre, o texto constitucional. Nesse sentido, diferentemente do que ocorre com a União, as competências legislativas estaduais não estão enumeradas na CF/1988, quando considerado o rol de competências que seriam privativas.

A CF/1988 estipula, igualmente, as competências legislativas concorrentes, ou seja, o elenco de matérias sobre as quais podem legislar União, estados e Distrito Federal. Nesse caso, caberia à União legislar sobre normas gerais, enquanto estados e DF possuem o poder de suplementar as normas gerais, considerando as necessidades determinadas pelo interesse estadual, regional. Em dispositivo distinto, também há a previsão, quando couber, de poder suplementar dos municípios, quando consideradas as especificidades do interesse local. Caso a União não legisle norma geral, os estados poderão exercer tal competência legislativa de forma plena. Em caso de superveniência de norma geral da União, disposições da norma estadual a ela contrárias serão suspensas.

Como mencionado, os municípios podem exercer poder suplementar em face de competência concorrente, quando couber, isto é, quando interesse local demandar adaptações às normas gerais de modo a satisfazer tal interesse. O princípio da prevalência do interesse norteia os limites de atuação dos entes federativos também em face de competências legislativas concorrentes. No caso do Distrito Federal, o poder de suplementar normal geral seguirá as determinações para os estados, em caso de prevalência do interesse regional e, em caso de prevalência do interesse local, seguirá as previsões destinadas aos municípios, isto é, haverá poder de suplementar normais gerais quando couber, conforme o texto constitucional.

Sob o princípio da prevalência do interesse, o sistema de repartição de competência entre os entes federativos previsto pela CF/1988 é central para a promoção da autonomia e horizontalidade nas relações entre os entes da Federação, garantindo que não haja hierarquia entre os mesmos e usurpação arbitrária de competências, o que fortalece a própria essência do Estado federativo.

Bruno Palazon Imparato - 28,5

Segundo a Constituição Federal, de 1988, do Estado brasileiro, os entes federativos (União, estados, D.F> e municípios) repartem tanto competências legislativas quanto competências administrativas (relativas à execução de deveres e prestação de serviços públicos). Nesse âmbito, é possível utilizar a teoria de R. machado Horta, sobre o "condomínio competencial", para diferenciar esses dois tipos de competências, bem como para compreender quais são as competências administrativas, "exclusivas" e "comuns", e as competências legislativas "privativas" e "concorrentes".

Inicialmente, cabe explicar que o princípio geral que norteia a repartição de competências estabelecida pela CF/88 deriva do artigo 60º, § 4º, I, que é uma das cláusulas pétreas do ordenamento nacional: a forma federativa de Estado. O núcleo sensível dessa cláusula é o princípio da autonomia dos entes federados", que se divide em quatro paradigmas: o autogoverno, a autolegislação, a autoadministração e o autocontrole (em contraponto à soberania, que é reservada à República). Dessa forma, é possível perceber

que não somente as competências administrativas, mas também as competências legislativas repartidas entre União, estados, D.F. e municípios derivam do "núcleo sensível" do artigo 60º, § 4º, I, que é a autonomia.

Esse princípio geral também carrega, não obstante, em si a lógica de que cada ente exercerá as competências relativas à lógica de sua atuação: nacional (União), distrital (D.F.), estadual (estados) e municipal (municípios). Assim, faz-se lógico que a um município não cabe atuar no âmbito das relações internacionais brasileiras 9ainda que A. do Amaral Jr. Ressalte uma tendência a uma expansão da participação desses atores subnacionais no futuro do direito internacional). Cada ente atua, dessa forma, nas matérias que a CF/88 lhes reservou, sob a égide das discussões elaboradas pelos constituintes, que assim entenderam ser as competências de cada esfera.

As competências administrativas, nesse contexto, foram repartidas em: "comuns" e exclusivas". As comuns", como o provimento de educação básica, são as áreas nas quais todos os entes devem atuar; ressalvada as necessidades percebidas, de forma comum e, se considerarmos os princípios da administração pública previstos no artigo 37º da CF/88 e em outras leis como a N.º 8.666, de forma coordenada e cooperativa. Já as competências administrativas exclusivas são aquelas nas quais não pode haver delegação de um ente ao outro e que devem ser obrigatoriamente executadas pelo ente ao qual a CF/88 as atribuiu. As competências "exclusivas" da União (artigo 21º, CF/88) foram taxativamente enumeradas 9sendo a defesa nacional uma delas). A CF/88 especificou que as competências administrativas exclusivas dos municípios são aquelas pertinentes ao âmbito local (como o controle do tráfego de automóveis nos municípios); não sendo, por exemplo, facultado aos municípios a organização de um poder judiciário. Aos estados, couberam, de forma não taxativa, as competências remanescentes. JÁ ao D.F., que aprioristicamente possuí as competências de estados e municípios, não lhe foi facultado a constituição de um ministério público distrital nem de forças policiais, sendo estas competências providas pela União.

Em relação às competências legislativas privativas de cada ente, que neste caso podem ser delegadas, mas apenas pela União, aos estados e ao D.F. (porém, sempre a todos e nunca a só um dos entes, pois isso fere o pacto federativo), possui competências próprias. Os municípios legislam sobre as matérias pertinentes à esfera municipal. A união legisla privativamente sobre as matérias previstas no artigo 21º da CF/88. Já aos estados, a CF/88 só estabeleceu algumas competências legislativas privativas de forma taxativa (como a legislação sobre gás canalizado e a edição de lei estadual que verse sobre a criação de novo município). As demais competências legislativas privativas aos estados foram atribuídas pela CF de forma remanescente, e, não, taxativa. Por fim, ao D.F. foram atribuídas as competências de estados e municípios (ressalvadas algumas como a edição de lei que crie novos municípios, pois o D.F. não pode ser dividido em municípios).

Em relação às competências legislativas concorrentes, que são aquelas nas quais todos os entes podem atuar, como explica Machado Horta, há um "condomínio competencial". A lógica desse condomínio é, ressalvadas exceções explicadas a frente, que a União, que tem competência plena, estabelece leis com princípios gerais, os estados/D.F. estabelecem leis, de forma complementar, que especifiquem as leis gerais da União sobre o tema e que os municípios atuem de forma suplementar, quando couber. No entanto, Horta ressalva que, quando a União não edita uma lei geral, os estados/D.F. passam a ter competências plenas para legislar sobre a matéria e, caso a União edite posteriormente uma

lei geral que contrarie a norma estadual/distrital anterior, as partes conflitantes da lei estadual/distrital terão sua aplicabilidade "suspensa" / "afastada", não sendo, todavia, derrogadas.

Por fim, cabe ressaltar que a teoria de Horta expõe o fato de os municípios legislarem de forma suplementar quando couber (como já explicado). Neste sentido, suplementam as leis gerais da União, caso não haja lei específica estadual (e não distrital, pois o D.F. não tem municípios), ou as leis estaduais (sejam gerais, sejam específicas) no que couber.

Observações do autor

1 – Quase todos os erros de português e de conteúdo foram mantidos (só foram alterados aqueles erros que impediam a compreensão do texto).

2 - Como escrever tudo isso em apenas 60 linhas? Canetas de ponta fina (0.6 mm), letra pequena, compressão de palavras (um bom exemplo dessa compressão é: Distrito Federal = D.F.) e "double-deckers" (escrever em dois andares na mesma linha; não sempre, mas sempre que for necessário para incluir novas informações lembradas a posteriori).

Fábio Coelho Caetano Baptista - 28,5

A organização e a estruturação do Estado constituem um dos grandes objetivos e propósitos da Constituição Federal de 1988, juntamente à consagração dos direitos e garantias fundamentais. Considerando-se a complexidade do modelo federativo adotado pelo Brasil, que inclui os Municípios como entes autônomos, a repartição de competências materiais e legislativas segundo critérios claros e objetivos era imprescindível para o funcionamento harmonioso dos entes federativos. Em face dessa consideração, o constituinte originário cuidou de fixar tais competências de modo a privilegiar o âmbito de atuação específica de cada ente federativo. Dessa forma, buscou-se mitigar os potenciais conflitos que pudessem se originar de controvérsias acerca das atribuições conferidas às pessoas jurídicas de direito público que compõem a federação.

A repartição de competências na CF/88 obedeceu à lógica da divisão entre matéria legislativa e aquela concernente à prestação de serviços públicos (competências materiais). As competências legislativas dividem-se em privativas, ou seja, aquelas que foram reservadas a entes federativos específicos, e concorrentes, que são atribuídas, sem rígidas exclusividades, aos diversos entes que compõem a federação. As competências materiais, ou seja, aquelas relacionadas à prestação de serviços público, foram subdivididas em exclusivas, atribuídas, individualmente, aos entes da federação, e comuns, ou seja, aquelas que podem ser executadas por todos os entes federativos. Na repartição de tais competências, obedeceu-se ao princípio geral do interesse preponderante, que relaciona as matérias relativas ao país como um todo ao âmbito de atuação da União, ao passo que os Municípios deveriam gerir os interesses locais. As demais matérias seriam atribuídas aos estados. Por fim, o Distrito Federal, dada a sua condição peculiar, receberia competências típicas tanto dos estados quanto dos municípios.

Ao fixar as competências dos entes federativos, a CF/88 considerou o âmbito de atuação de cada um deles. No que concerne às competências administrativas e legislativas da União, a Carta Magna cuidou de fixar um rol enumerativo que relaciona, textualmente,

as matérias que podem ser tratadas por esse ente da federação. A atividade legislativa a respeito de Processo Civil e Direito Penal, por exemplo, foram imputadas, especificamente, à União, com exclusão dos demais entes (competência privativa). O mesmo não ocorreu, contudo, quanto à fixação das competências dos estados, cujas atribuições devem ser deduzidas por exclusão daquelas que foram atribuídas, especificamente, à União e aos municípios. É possível concluir, portanto, que, considerando-se o texto constitucional, a União recebeu reserva de competências taxativas, o mesmo não ocorrendo quanto aos estados.

A competência concorrente consiste naquela atribuição legislativa conferida pela CF/88 aos entes federativos de forma difusa, ou seja, sem delimitar, de maneira rígida, cada uma das temáticas em relação a cada um dos entes que compõem o Estado federal brasileiro. Geralmente, trata-se de matérias que não dizem respeito unicamente ao âmbito nacional ou local. No âmbito das competências concorrentes, cabe à União atuar por meio da fixação de normas gerais sobre os assuntos em questão, incumbindo aos demais entes federativos complementar tais disposições. No caso de inércia da União, podem os outros entes federados dispor sobre a matéria, sendo certo que o exercício superveniente da competência pela União suspenderá a eficácia das normas eventualmente estabelecidas por outros componentes da federação. Por fim, deve-se ressaltar que os municípios não restam imobilizados pela possível inércia da União, podendo legislar, nesse caso, sobre matérias definidas pela CF/88 como de competência concorrente.

O sistema de repartição de competências fixado pela CF/88 não é simples ou rudimentar. Com efeito, o modelo de federação adotado pelo Estado brasileiro é um dos mais complexos que existem no mundo. Basta mencionar que todos os mais de cinco mil municípios que compõem o país são considerados entes autônomos, dotados de autonomia financeira e legislativa. Em face de tal complexidade e da própria dimensão territorial do país, era imprescindível que a Constituição Federal procedesse à repartição de competências de modo a respeitar o âmbito específico de atuação de cada ente federal, prestigiando, simultaneamente, a necessidade de contemplar e respeitar as realidades locais e a preponderância de determinadas matérias que não poderiam receber tratamento local autônomo por cada um dos componentes da federação. Ainda que conflitos entre União, estados, municípios e Distrito Federal subsistam, é certo que a CF/88 envidou esforços na construção de um federalismo harmônico e racional.

Victor Oliveira Tibau - 28,5

Com base nos princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, o Brasil adota a Federação como Forma de Estado. Dessa forma, as diversas competências da administração pública federal são compartilhadas entre os diversos entes federativos, a saber: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Um fato histórico relevante para a compreensão do atual sistema de repartição de competências brasileiro é a origem do Federalismo nacional. Após o momento unitário do Império, notadamente, o Brasil tornou-se uma Federação por desagregação, em um movimento centrífugo. Isso impactou, até hoje, a distribuição de competências entre os entes federativos.

O Estado brasileiro é a República Federativa do Brasil, que possui soberania. Internamente, os entes federativos possuem autonomia, o que lhes garante auto-governo, auto-administração, auto-legislação e auto-organização. Há, contudo, um modo de organizar o conjunto da administração pública brasileira, de forma a impedir a sobreposição desnecessária ou a falta de atuação em determinadas matérias.

Concretamente, o princípio geral adotado pela Constituição de 1988 foi o da predominância de interesse. De acordo com a Constituição, pois, todos os entes federativos dispõem da mesma hierarquia. Não obstante, há a predominância do interesse nacional sobre o regional/estadual, e deste, por sua vez, sobre o interesse local/municipal. A consequência lógica é que, embora hierarquicamente iguais, a União acaba tendo mais competências que os Estados, e estes, mais que os municípios. O Distrito Federal, por seu caráter híbrido, conjuga competências tanto de estados quanto de municípios.

Dessa forma, a Constituição determinou taxativamente o rol de competências da União, cujo interesse é o predominante. Algumas competências dos estados estão elencadas, e as demais são residuais, como também é o caso dos municípios. Consideram-se competências residuais todas aquelas que não tenham sido privativamente atribuídas a algum outro ente no texto constitucional.

É preciso ressaltar, ademais, que há uma distinção entre competências administrativas e legislativas. As competências legislativas distinguem-se entre exclusivas - só podem ser realizadas por um ente federativo determinado - e concorrentes - mais de um ente pode, concomitantemente, legislar sobre a matéria. Já as competências administrativas são consideradas privativas - como, por exemplo, o demonstra o artigo 84 da Constituição sobre as competências privativas do Presidente da República - ou compartilhadas - que abrangem mais de um ente. Note-se, enfim, que algumas competências privativas podem ser delegadas, como, por exemplo, a representação diplomática externa em relação ao Ministério das Relações Exteriores.

Sempre com base no princípio da preponderância do interesse nacional sobre o regional e o local, há situações nas quais União, estados e Distrito Federal atuam com competência concorrente. As diretrizes, portanto, sempre partem da União, e a elas se adaptam os estados e o DF. Nesse sentido, há alguns impostos que os estados podem arrecadar, bem como legislações específicas sobre áreas como saúde e educação.

Já com relação aos municípios, a competência legislativa concorrente depende, fundamentalmente, de assuntos de relevante interesse local manifestamente expressos. É o caso, por exemplo, de uma cidade portuária, como Santos, no estado de São Paulo, poder legislar sobre temas afeitos ao funcionamento do Porto. Note-se, enfim, que os municípios são regidos, cada qual, por sua lei orgânica, que também serve de parâmetro legislativo.

Pior nota
Anônimo – 13

A atuação dos entes federados nos âmbitos da consecução do serviço público, bem como da produção normativa, foi consagrada, na Constituição Federal de 188, por meio de um sistema de repartição de competências. Trata-se, nesse sentido, do esforço do Poder Constituinte originário de estabelecer o âmbito da ação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios acerca de questões como a gestão dos recursos hídricos nacionais,

de modo a não promover a hipertrofia de apenas um ente, mas tornar as responsabilidades e competências do Estado Federal brasileiro difusas e complementares.

Em termos jurídicos, não há hierarquia entre os entes federados. Não obstante isso, a Constituição Federal consagrou o princípio da predominância dos interesses da União como sendo basilar para o bom desempenho das funções administrativas e legislativas do Estado brasileiro. Em decorrência disso, o critério estabelecido pelo Poder Constituinte para estabelecer a repartição de competências foi o de especificar, em termos gerais, as áreas de atuação da União, sendo as competências remanescentes delegadas aos Estados da federação. Em relação aos municípios essa lógica implica, em relação às competências administrativas, que esses entes irão privilegiar serviços públicos de interesse local. Por seu turno, as competências do Distrito Federal, dada a sua natureza jurídica sui generis, congregam aspectos relativos aos estados e aos municípios concomitantemente.

A Constituição Federal estabeleceu, por conseguinte, duas tipologias de competência. As competências administrativas são aquelas que dizem respeito à prestação de serviço público por parte dos entes federados, podendo ser _________ (Sim, deveria haver uma palavra aqui. O que ocorreu? Eu não lembrava do termo e decidi deixar em branco para completer depois. Tive tempo? Claramente, não) ou comuns. Não foi estabelecido, no âmbito administrativo, um rol taxativo de competências dos entes federados, mas um conjunto enumerativo, sobretudo naquelas consideradas comuns. Nesse sentido, cabe aos municípios, por exemplo, zelar pela prestação de transporte público local. As competências legislativas, por seu turno, relacionam-se à produção normativa, por parte dos entes federados, dividindo-se em concorrentes e privativas. A regra geral de em relação à competência legislativa concorrente, em que União, Estados e Distrito Federal podem atuar, é que cabe à União a elaboração de leis gerais. Na ausência da atuação da União, os Estados podem legislar sobre o tema em questão, embora lei federal posterior irá suspender os efeitos da lei estadual.

Cabe ressaltar que as competências privativas da União possuem relevantes especificidades. Em primeiro lugar, parte delas pode ser delegada para outros legitimados – o que não impede que a União retome sua competência constitucional de forma plena em período posterior à delegação. Em segundo lugar, o artigo 22 da Constituição Federal deve ser analisado com escrutínio. O artigo em questão. Rege as capacidades internacionais da União, conferindo a competência de estabelecimento das relações internacionais do país. Contudo, sabe-se que a União é ente federado e, portanto, sujeito de Direito interno. O artigo 22 deve ser interpretado, nesse sentido, como atribuição da República Federativa do brasil, como sendo o sujeito de Direito Internacional de fato.

Em relação às competências concorrentes atribuídas aos entes federados, cabe ainda destacar a atuação dos municípios. Enquanto esses entes possuem competências administrativas no que diz respeito a assuntos de interesse local, essa lógica não se confirmou no que concerne as suas competências legislativas concorrentes aos estados, ao DF e à União. Os municípios não possuem, por conseguinte, competências concorrentes. Isso não impede, contudo, a atuação legislativa dos vereadores nas demais competências municipais.

O sistema de repartição de competências entre União, estados e Distrito Federal e os municípios é mecanismo basilar no que concerne à Organização do Estado Federal brasileiro. A divisão entre competências administrativas e legislativas não implica restrição

ou independência dos entes federados nesses âmbitos de atuação, mas a garantia dos princípios de legalidade e eficiência do Estado de Direito no Brasil.

Comentários

Prezada (o) candidata (o),

Certamente, esta será a pior questão que terá lido em Direito Interno. Talvez esteja perguntando-se: "como essa pessoa foi aprovada no CACD 2017 com esta questão? ". A resposta é simples: você não precisa tirar 20/20 em todas as questões para ser aprovada no concurso (é óbvio que tirar 13/20 sempre tampouco será útil). Na hora da prova, irá ocorrer aquele velho e conhecido "branco" e você deixará, como deixei, espaços vazios por não lembrar das terminologias específicas da matéria. Mas, *calmez-vous!* Isso não pode te abalar na hora da prova. Como afirma relevante filósofo contemporâneo: "Continue a nadar!".

Questão 2

Uma das bases do regime democrático é a garantia dos direitos individuais, isto é, a proteção não somente legal, mas também judicial, de todos os direitos fundamentais, necessários à liberdade, à segurança individual e à propriedade. Pode-se dizer que a garantia desses direitos, ou, em outras palavras, a enumeração desses direitos e dos meios necessários para torná-los efetivos e respeitados, evoluiu com o próprio sistema democrático. (…)

O fato é que a Constituição de 1934, recebendo sugestão da comissão elaboradora do anteprojeto, comissão presidida por Afrânio de Mello Franco, que o consagrava em emenda que tivemos a oportunidade de apresentar juntamente com João Mangabeira, a Constituição de 1934, repetimos, consagrou o mandado de segurança como princípio constitucional. A Carta de 1937, naturalmente, não manteve o instituto, que, durante a sua vigência, sofreu quase que um colapso.

Themístocles Brandão Cavalcanti. Do mandado de segurança. In: Revista de Direito Administrativo. v. 37, 1954, p. 37 (com adaptações).

Cultor do direito público, Themístocles Cavalcanti foi o secretário da denominada Comissão do Itamaraty, que elaborou o anteprojeto da Constituição de 1934 sob a presidência do então ministro das Relações Exteriores, Afrânio de Mello Franco. Tendo o fragmento de texto acima como referência inicial, faça o que se pede a seguir.

1 Ao inserir o mandado de segurança no capítulo dos direitos e das garantias individuais (art. 113, n.º 33), a Constituição de 1934 foi a primeira a elevá-lo à categoria de garantia constitucional. Conceitue e explique os contornos jurídicos específicos do mandado de segurança conforme o disposto na Constituição Federal de 1988 e na legislação em vigor.
2 À luz da Constituição Federal de 1988, que instituiu o mandado de segurança coletivo, discorra sobre os legitimados para impetrá-lo.
3 Considerando que, além do mandado de segurança, a Constituição Federal de 1988 previu outros meios judiciais de proteção de direitos e garantias fundamentais, identifique outros dois desses instrumentos e explique o conteúdo jurídico de cada um deles.

Média: 16,13 amp. / 11,43 cotas negros.
Desvio padrão: 2,52 amp. / 3,18 cotas negros.

Lauro Grott – 20

A Constituição de 1934 foi caracterizada por aspectos políticos e jurídicos progressivos. Nela, por exemplo, foram instituídas a Justiça Eleitoral e a Justiça do Trabalho. Além dos remédios constitucionais já previstos em cartas constitucionais

anteriores, como o habeas corpus, ela previu o mandado de segurança, remédio constitucional cuja função precípua é a de garantir direito líquido e certo da pessoa que o impetra contra a autoridade que a coage.

Para que o indivíduo possa impetrar o mandado, ele deve primeiramente exaurir as possibilidades de recurso às vias administrativas, salvo se ao indivíduo for negado acesso a elas, situação em que o mandado também se justifica.

A fim de garantir a proteção de grupos específicos, a Constituição Federal previu o mandado de segurança coletivo, o qual pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, entidades de classe ou grupos sindicais e associações constituídas há mais de um ano, em defesa de seus membros. A exemplo do mandado de segurança individual, o mandado coletivo também visa à garantia de direitos líquidos e certos, quando autoridades públicas – ou agentes privados que prestam serviço público – coagem os grupos aos quais a Constituição garante esse instituto.

A Constituição Federal prevê, ademais, outros meios judiciais de proteção de direitos e garantias fundamentais. O habeas corpus, por exemplo, está previsto no direito pátrio desde o período imperial, de forma a garantir que aqueles que o impetram tenham seu direito de liberdade, de ir e vir, resguardado. Ressalta-se que não há previsão de habeas corpus para pessoas jurídicas, sendo que ele deve ser concedido sempre a pessoas físicas. Outrossim, o habeas corpus é o único remédio constitucional que dispensa a participação de advogado na formulação de pedido, na medida em que sua concessão é caracterizada pela urgência.

A Carta Maior, de 1988, também prevê o habeas data, o qual é impetrado para acessar e corrigir dados do indivíduo – mas não de outrem, caso no qual essa ação não seria cabível. O mandado de injunção, por sua vez, seria outra forma pela qual a Constituição resguarda os direitos e garantias fundamentais dos indivíduos, o qual é de natureza subsidiária e que deve ser impetrado quando não há outra forma de garantir direito constitucionalmente previsto. Nesse sentido, o mandado de injunção assemelha-se à ação direta por omissão, mas com ela não se confunde, porquanto o primeiro é utilizado no caso concreto, enquanto a segunda é utilizada no caso abstrato.

Percebe-se, dessa forma, que o mandado de segurança, o habeas corpus, o habeas data e o mandado de injunção são importantes remédios constitucionais que visam a resguardar os direitos e garantias individuais, sem a existência dos quais o acesso à justiça seria certamente restringido. A manutenção e o desenvolvimento desses institutos jurídicos é tendência que se encontra em consonância com as ideias de Themístocles Cavalcanti, uma vez que ambos buscam garantir justiça à sociedade.

Rafael Rodrigues Alves – 19

A garantia dos direitos individuais é um dos principais pilares do Estado democrático de direito, na medida em que protege o individuo de violação efetiva ou iminente de seus direitos fundamentais, necessários à liberdade, à segurança individual e à propriedade. A Constituição Federal de 1988 consagra, a exemplo do que fizera a Carta de 1934, o mandado de segurança como um dos principais remédios constitucionais a assegurarem a proteção judicial de direitos e garantias fundamentais, inclusive, inovando e ampliando o potencial protetivo, ao instituir o mandado de segurança coletivo.

Em linhas gerais, o mandado de segurança objetiva proteger o indivíduo contra lesão ou ameaça de lesão de direito líquido e certo. Previsto no art. 5º da CF/88, o mandado de segurança pode ser impetrado por qualquer pessoa junto ao Poder Judiciário para fazer cessar, ou impedir lesão de direito líquido e certo, aquele que se atesta mediante prova meramente documental. Qualquer juiz, de qualquer instância, é competente para conceder mandado de segurança.

No sentido de ampliar a possibilidade de proteção dos direitos fundamentais, a Constituição Federal de 1988 inovou, ao prever, no mesmo art. 5º, o mandado de segurança coletivo, com a mesma finalidade do individual, mas, nesse caso, a proteção pode ser estendida, simultaneamente, a várias pessoas. São legitimados para impetrar o mandado de segurança coletivo o partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical e associação de classe, constituída e em funcionamento há pelo menos 1 ano, em benefício de seus associados. Esses são, aliás, os mesmos legitimados para impetrar mandado de injunção coletivo, outro importante remédio constitucional.

O mandado de injunção é o instrumento que se utiliza junto ao Poder Judiciário para reparar ou evitar lesão a direito decorrente da falta de edição pelo Poder Legislativo de norma regulamentadora de norma constitucional de eficácia limitada, quando a ausência de lei regulamentadora impedir a fruição de direitos relativos a cidadania, soberania e nacionalidade. Nesse caso, o Poder Judiciário supre, apenas no caso concreto, a ausência da lei e comunica ao Poder Legislativo sua inércia em editá-la.

O habeas corpus, por sua vez, é meio judicial de proteção ao direito de livre locomoção, essencial à plena fruição das liberdades individuais. Por meio do habeas corpus, qualquer indivíduo, independente da assistência de advogado e de forma gratuita, cientifica a autoridade judiciária da ocorrência de prisão ou detenção arbitrária, solicitando seu imediato relaxamento. Há ainda a possibilidade de que o habeas corpus tenha caráter preventivo, impetrado antes mesmo de que ocorra a prisão, de modo a impedir que ela se consume. Observa-se, em todos os casos, o papel central desempenhado pelo Poder Judiciário na proteção dos direitos e garantias fundamentais.

Bruno Palazon Imparato – 19

O mandado de segurança, como explica Themístocles Cavalcanti, é um instituto inerente aos Estados democráticos de direito, pois visa a garantir a segurança jurídica não somente do impetrante, mas também do próprio ordenamento jurídico. Neste sentido, diferentemente, por exemplo, dos institutos do "habeas corpus" e do "habeas data", com caráter mais de proteção de um direito do indivíduo, o mandato de segurança é, também, instituto ligado a uma lógica "erga omnes", já que evita que uma injustiça abale o próprio bloco de constitucionalidade.

O mandado de segurança, cujas raízes podem ser encontradas na "luta pelo direito" que Von Ihering descreveu, trata-se, como a análise da Constituição Federal de 1988 e da legislação em vigor permitem inferir, de um instituto que resguarda a proteção legal e judicial dos direitos e garantias fundamentais (reconhecidos pelo STF, via mutação constitucional, como cláusulas pétreas previstas no artigo 60º, § 4º, IV, da CF/88). Assim, o mandato de segurança é impetrado por indivíduos (no caso de ser individual) para impedir que um ato ilegal ou inconstitucional que esteja sendo executado pelo Estado continue ou

comece. Trata-se da garantia da segurança jurídica do particular ante possíveis violações estatais.

Seja quando um deputado federal impetre mandado de segurança junto ao STF para obstar o trâmite de proposta de lei inconstitucional no legislativo federal, seja quando um particular impetre mandado de segurança para garantir seu direito de provimento em cargo público para o qual foi aprovado dentro do número de vagas previstas pelo edital de um concurso público, o instituto é essencial para a manutenção do Estado democrático de direito. Vale, por fim, lembrar que o instituto só pode ser impetrado por advogado, ainda que em nome do indivíduo.

A CF/88, visando a garantir essa segurança jurídica, alé, de terminar os trâmites para impetração do mandado de segurança (como via judicial, o esgotamento prévio dos recursos possíveis na esfera administrativa e seu caráter de defesa ante a ilegalidades, inconstitucionalidades e injustiças cometidas pelo Estado), também criou o instituto do "mandado de segurança coletivo", que supera a lógica individual e percebe que a violação da segurança jurídica pelo Estado tende a recair sobre indivíduos, bem como sobre grupos de indivíduos. Neste sentido, os legitimados para impetrá-lo são: os partidos políticos com representação no Congresso nacional (ou seja, com ao menos um senador ou deputado federal); as entidades de classe ou sindicais de âmbito nacional (já que se trata de instituto nacional) e as associações constituídas há pelo menos 1 ano e que o façam em nome de seus associados.

Outros meios judiciais de proteção de direitos e garantias fundamentais instituídos pela CF/88, são, não exclusivamente: o "habeas corpus", o "habeas data" e o mandado de injunção. Todos, vale ressaltar, asseguram direitos ou evitam violações em relação a seus impetrantes.

O "habeas corpus", que remonta, no Brasil, à lei de reforma do código de processo penal (1832) e que, por diversas vezes, foi suspenso no país (como durante o vigor do AI-5, 1968), é um instituto que protege o indivíduo de um encarceramento indevido. Assim, o instituto protege o direito de ir e vir do indivíduo; ou seja, sua liberdade. Este instituto, que pode ser impetrado por qualquer pessoa (inclusive, apontam algumas doutrinas, por pessoas jurídicas), independentemente de advogado, em nome de qualquer pessoa física que se encontre em prisão (domiciliar, preventiva, etc...), visa a garantir os direitos e a integridade física do beneficiado, que não precisa sem o impetrante. JÁ o mandado de injunção, é, na raíz semântica da palavra, uma ordem para juntar algo faltante; ou seja, trata-se de instituto utilizado para reconhecer a ausência de lei que a CF/88 exigia ser editada pelo legislador e que não o foi, uma omissão legislativa por parte do Estado. O mandado de injunção, hoje reconhecido pelo STF como tendo caráter constitutivo e não apenas declarativo, ao ser impetrado por advogado em nome do indivíduo, quando reconhecido como válido pelo judiciário, gera o seguinte processo: é dado um prazo para o legislativo editar a norma faltante, caso o legislativo não o faça, o judiciário decide a norma aplicável, em caráter "inter partes", no caso e garante o direito.

Observações do autor

1 – Quase todos os erros de português e de conteúdo foram mantidos (só foram alterados aqueles erros que impediam a compreensão do texto).

2 - Como escrever tudo isso em apenas 40 linhas? Canetas de ponta fina (0.6 mm), letra pequena, compressão de palavras (um bom exemplo dessa compressão é: Constituição

Federal = C.F.) e "double-deckers" (escrever em dois andares na mesma linha; não sempre, mas sempre que for necessário para incluir novas informações lembradas a posteriori).

Paulo Mendes de Carvalho Guedes – 19

O mandado de segurança insere-se no rol dos remédios constitucionais, instrumentos cujo escopo é viabilizar o exercício pleno dos direitos conferidos pelo ordenamento jurídico. A figura dos remédios constitucionais é presença volátil nas constituições brasileiras, como bem revela a supressão do mandado de segurança pela Carta de 1937, base jurídica do Estado Novo, cunhada por "Chico Ciência". No entanto, após breve aparição na Constituição do interregno democrático 1934-1937, o mandado de segurança consolidou-se – efetiva e inequivocamente – como garantia individual no contexto da Constituição Cidadã, cuja elaboração foi conduzida por Ulysses Guimarães.

O mandado de segurança está inserido no rol dos direitos e garantias fundamentais elencados pelo art. 5º da Constituição Federal de 1988. Tem a natureza de remédio constitucional – ladeado pelo habeas data e pelo habeas corpus, por exemplo – que visa a garantir direito líquido e certo. Nesse sentido, o mandado de segurança pode ser impetrado em face de autoridades públicas, conforme a tradição liberal lockeana de contenção do poder estatal. Podem impetrá-lo todos aqueles que, tendo suas obrigações cidadãs – tal como devido alistamento eleitoral e militar – cumpridas, sentirem-se constrangidos quando da fruição de direito que entendam líquido e certo.

No rol dos legitimados para impetrar mandado de segurança coletivo, figuram partidos políticos com representação, no mínimo, em uma das duas Casas Legislativas do Congresso Nacional, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, organizações sindicais, além de associações cuja instituição tenha sido realizada há mais de um ano em relação à data da impetração. A ampliação dos entes legitimados a impetrar mandado de segurança coletivo coaduna-se com o espírito da Constituição Cidadã de 1988, que, após 21 anos de ditadura, buscou conceder maior agência aos representantes da sociedade civil, bem como a classes profissionais essenciais ao bom funcionamento do sistema democrático.

Essenciais à consolidação das bases do regime democrático, os meios judiciais de proteção de direitos e garantias fundamentais – ou simplesmente remédios constitucionais – figuram com destaque na Constituição Federal de 1988. Além do mandado de segurança, constam no artigo 5º o habeas corpus e o habeas data. O primeiro, de origem mais remota, visa a fazer cessar restrições indevidas ao direito de locomoção individual e prevê ampla legitimidade ativa, sem a necessidade de formalidades em sua apresentação. Já o habeas data tem como escopo permitir o acesso a dados individuais e demais informações retidas por órgãos públicos ou agentes privados.

Os meios judiciais de proteção de direitos e garantias fundamentais são corolário de qualquer regime realmente democrático. Ao permitirem a cessação de violação aos direitos conferidos a particulares ou grupos de particulares, os remédios constitucionais impedem a arbitrariedade estatal e promovem a pacificação social.

Pior nota
Anônimo – 6

Na esteira do neoconstitucionalismo, os direitos e garantias individuais são um dos centros axiológicos das constituições contemporâneas, como é o caso da Constituição Federal de 1988. O mandado de segurança, nesse sentido, amplia o escopo de proteção aos direitos individuais previstos no artigo 5º da CF/88. Não obstante, era diversa a situação nos anos de 1930. A Carta Constitucional de Francisco Campos de 1937, por exemplo, não garantia o mandado de segurança como princípio constitucional.

A impetração de mandado de segurança apresenta-se como mecanismo judicial fundamental para que os direitos e garantias individuais sejam assegurados. A mera proteção legal desses direitos não é suficiente. Embora os direitos arrolados no artigo 5º tenham aplicabilidade imediata, a proteção judicial também se faz necessária. Com base no primado da Constituição, normas como as do artigo 5 estão no topo do ordenamento jurídico interno, e, dessa feita, prevalecem sobre normas inferiores, como a legislação ordinária. Por essa razão, o status constitucional do mandado de segurança representou um grande avanço para o sistema jurídico nacional. Nesse sentido, caso os direitos e as garantias individuais sejam violados, a impetração de mandato de segurança pelos legitimados se faz de suma importância para que a segurança jurídica seja salvaguardada, com vistas a garantir a liberdade, a segurança individual e a propriedade – seja dos brasileiros ou estrangeiro, mesmo que estes não estejam residindo no Brasil. Para além, com vistas a assegurar os direitos individuais, destaca-se o habeas corpus, que, baseado na presunção de inocência, prevê a possibilidade de que o réu responda por processo em liberdade. Igualmente, com base no direito à inviolabilidade do lar, ressalvadas as condições previstas no artigo 5º, o mandado de busca e apreensão visa a reforçar os direitos do indivíduo.

De fato, a Constituição promulgada de 1988, representou notável avanço no que tange à proteção legal e judicial se comparada à Carta outorgada de 1937. Ao suspender o status constitucional do mandato de segurança previsto na Carta de 1934, a Constituição de 1937 representou notável retrocesso no que diz respeito às condições em que se pode assegurar a liberdade, a segurança e a liberdade. Por essa razão, são salutares os instrumentos jurídicos que protegem o rol de direitos elencados no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, que não apenas tem aplicabilidade imediata, mas também são fundamentais para a proteção da pessoa humana.
388 palavras

Questão 3

Seja como for, a Corte Europeia de Direitos Humanos tem declarado que o artigo 25 da Convenção Europeia de Direitos Humanos autoriza indivíduos a sustentarem que uma lei, na ausência de uma medida individual de implementação, viola, por si só, seus direitos, se eles — os indivíduos — correrem o risco de ser diretamente afetados por aquela lei.
Corte Europeia de Direitos Humanos. Caso Norris vs. Ireland. E.C. H.R. Series A, n.º 112, 1986, p. 31 (com adaptações).

Considerando o trecho acima citado, disserte sobre a possibilidade de a mera edição de uma lei interna contrária a uma obrigação internacional ensejar a responsabilidade internacional do Estado que tiver editado a referida lei. Em seu texto, aborde:
1 o disciplinamento da questão segundo o direito internacional geral;
2 os trabalhos de codificação da Comissão de Direito Internacional sobre responsabilidade internacional dos Estados;
3 a questão do dano no âmbito do direito da responsabilidade internacional.

Média: 20,39 amp. / 15,29 cotas negros.
Desvio padrão: 5,23 amp. / 6,80 cotas negros.

Christian Bicca Estivallet – 28

O Direito Internacional (DI), nas últimas décadas, tem evoluído para tornar-se um verdadeiro jurídico, formado não só por normas primárias, mas também por normas secundárias, ou seja, normas formais que regulamentam e garantem maior eficácia às normas materiais. Evidência disso é a evolução do tema da responsabilidade internacional do Estado, sobretudo após a "revolução Ago", na década de 1970. Nesse contexto, cabe analisar se a aprovação de lei interna contrária a uma obrigação internacional ensejará responsabilidade internacional do Estado, o que, certamente, ocorrerá, tanto por conta de tratados internacionais como a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969 (CVDT/69), quanto devido ao costume internacional, em grande medida consagrado no projeto de artigos da Comissão de Direito Internacional (CDI) da ONU sobre responsabilidade internacional dos Estados de 2001.

Segundo a CVDT/69, um Estado não pode invocar norma de seu ordenamento jurídico interno para justificar o descumprimento da norma internacional. Por analogia, é possível reproduzir o mesmo raciocínio em relação ao descumprimento de uma obrigação internacional, já que esta, certamente, decorre de uma norma internacional (tratado, costume, princípios gerais de Direito, de ato unilateral e de certas decisões de Organizações Internacionais). Assim, a obrigação internacional deve ser respeitada independentemente do que afirma o ordenamento jurídico interno, este é que precisa adaptar-se aos compromissos internacionais assumidos pelo país. Dessa forma, no caso em tela, a lei

interna que viola obrigação internacional gerará, de fato, responsabilidade internacional do Estado.

O tema da responsabilidade internacional dos Estados é debatido desde os primórdios da CDI, criado em 1949, e já teve diversos relatores. Merece registro a profunda transformação na análise do tema que ocorreu durante a relatoria de Roberto Ago, quando se abandonou a perspectiva do dano como gerador da responsabilidade e passou-se a priorizar o ato ilícito. Essa mudança está na base da definição de responsabilidade internacional exposta no projeto de artigos de 2001, segundo a qual todo ato ilícito gera responsabilidade internacional. Caso se constate o ilícito, o Estado que o causou deve cessar a prática ilícita e apresentar garantias de não repetição. Posteriormente, deverá reparar o dano buscando restabelecimento do "status quo ante", seja por reparação, por restituição ou por compensação. Caso o Estado violador não o faça, o Estado prejudicado poderá impor retaliações, que podem ser retorsões (medidas sempre lícitas, mas que demonstram sua insatisfação, como rompimento de relações diplomáticas) ou contra-medidas (medidas normalmente ilícitas, como embargo econômico, mas que, nesse caso, beneficiam-se de excludente de ilicitude), estas deverão ser notificadas e provisórias. No caso de atuação de OI, também poderá ser imposta sanção ao Estado violador.

Segundo o projeto de artigos da CDI, para que haja responsabilidade internacional, deve-se constatar um ilícito – descumprimento de obrigação internacional –, autoria – refere-se a qualquer ação estatal, independentemente de quem a pratique, e, no caso de edição de lei, poderia, até mesmo, ser lei municipal, mas, como regra, não abrange ação de particulares, salvo se atuarem em função pública –, nexo de causalidade – relação entre o ilícito e a autoria, o qual pode ser excluído, por exemplo, por caso fortuito, força maior, ou excludente de ilicitude, como contramedidas autorizadas – e dano, este, porém, como se verá adiante, não é essencial em todos os casos. Destaca-se, ainda, o fato de o projeto estabelecer a responsabilidade agravada para a violação do "jus cogens" (estabelecido no art. 53, CVDT/69), diante da qual nenhum Estado pode cooperar com o violador e deve tomar as medidas necessárias para que cesse o ilícito. A CDI, ainda hoje, continua a debater temas relacionados à responsabilidade, como é o caso da sucessão da responsabilidade em crimes contra a humanidade, o que se deve a pertinência da responsabilidade como reguladora da relação soberana entre os Estados.

A responsabilidade internacional, como regra, depende do ato ilícito, porém, há casos em que ela pode ocorrer mesmo sem que este seja constatado. Estes casos referem-se, sobretudo, a situações de risco extremo e deve estar detalhadamente previstas em tratado. Destacam-se testes nucleares e exploração do espaço aéreo e petrolífera. Nesses casos, costumam-se criar fundos de seguro para a compensação dos danos.

Em relação ao dano ele não mais é o principal elemento constitutivo da responsabilidade internacional, que, desde a "revolução Ago" centra-se no ato ilícito. Assim, conforme o projeto de artigos da CDI, há casos em que a violação de obrigação internacional, independentemente de dano, gera responsabilidade do Estado violador para com o violado.

À guisa de conclusão, ressalta-se que a posição da Corte Europeia de Direitos Humanos (CEDH) com relação ao art. 25 da Convenção Europeia de Direitos Humanos é coerente com o atual estágio da responsabilidade internacional. Em um contexto em que o DI avança cada vez mais em direção a um Direito de cooperação, é fundamental que as normas internas dos Estados sejam materialmente adequadas às suas obrigações

internacionais, notadamente aquelas relacionadas aos Direitos Humanos. A responsabilização do Estado por leis contrárias às suas obrigações contribuirá para a emergência de um Direito cada vez mais comum, para o que tem função fundamental a CDI na codificação do DI.

Philippe Carvalho Raposo – 28

O Direito Internacional ingressou numa era pós-ontológica. A natureza jurídica do DI não precisa ser explicada, devendo as análises serem direcionadas para a eficácia – e não a existência – das normas internacionais. A hipótese de responsabilização internacional dos Estados por violação de obrigações internacionais integra essa perspectiva, em relação à qual a análise da história do DI é pertinente, sobretudo quanto aos trabalhos de codificação da CDI sobre o tema e as posições conflitantes acerca do papel do dano na responsabilidade internacional.

Nenhum Estado pode justificar o descumprimento de uma obrigação internacional com fundamento em dispositivos de direito interno. Nesse sentido prevê o artigo 27 da Convenção de Viena sobre o direito dos tratados, de 1969, expressão codificada do DI geral. Com base nesse dispositivo, reconhecido, inclusive, pelo STF na ratio decidendi de suas decisões sobre temas internacionais, juristas como Bardo Fassbender e Bruno Simma sustentam a tese de prevalência hierárquica do DI sobre o direito interno dos Estados. De acordo com a jurisprudência da CIDH, "normas de direito interno são meros fatos", incapazes de justificar o inadimplemento de obrigações internacionais codificadas ou costumeiras. A edição de lei interna incompatível a uma obrigação internacional, por si só, numa primeira análise, não ensejaria a responsabilidade internacional do Estado, em razão da natureza genérica e abstrata da lei. Não obstante, caso haja o descumprimento de obrigação internacional com fundamento nessa lei interna, o Estado poderá ser responsabilizado.

A Comissão de Direito Internacional (CDI), vinculada à ONU, deu prosseguimento aos trabalhos de codificação das normas jurídicas sobre responsabilidade internacional dos Estados já existentes no período anterior à II Guerra Mundial. Após sucessivos rascunhos de projetos, chegou-se ao projeto de artigos sobre responsabilidade internacional dos Estados, de 2001, em parte reflexo do costume internacional, com relevantes acréscimos da CDI, em particular devido ao pensamento progressista de Roberto Ago. De acordo com o atual projeto de artigos, todo ato internacionalmente ilícito implica a responsabilização internacional do Estado (art. 1º), bastando a conduta imputável ao Estado para que surja o dever de reparação. Excepcionalmente, poderá o Estado ser responsabilizado por atos lícitos, desde que haja previsão em tratado, como no caso de danos decorrentes do lançamento de objetos no espaço e da exploração de fundos marinhos. As consequências da responsabilização internacional incluem a cessação imediata do ato ilícito, a oferta de garantias de não-repetição e a reparação dos danos causados, o que pode ser feito mediante o restabelecimento do status quo, compensação financeira ou medidas de satisfação. Há previsão de responsabilidade agravada em caso de violação de norma imperativa de DI geral, com fundamento no artigo 53 da CVDT/69.

A questão do dano no âmbito da responsabilidade internacional é historicamente objeto de divergências entre os juristas. Na década de 1920, Anzilotti defendia que o dano

deveria ser pressuposto para a responsabilização dos Estados, à luz de uma perspectiva positivista do DI fundada no voluntarismo soberano. Essa concepção tradicionalista do DI conferia apenas aos Estados prejudicados pela conduta do outro a prerrogativa de buscar a responsabilização do Estado violador. O dano, nessa ótica, seria requisito indispensável para a responsabilização. A evolução histórica do DI fica evidente nesse tema. Na década de 1970, Roberto Ago foi um dos expoentes, na CDI, da tese de que o dano não deve ser requisito para a responsabilização dos Estados. Na visão de Ago, a análise jurídica deveria recair não sobre as consequências do ato, mas sobre as suas origens. O genocídio de Ruanda é exemplo emblemático para ilustrar a tese. O massacre de milhares de tutsis, em tese, não gera danos a outros Estados. Trata-se de um ato praticado por ruandeses, entre ruandeses, dentro do território de Ruanda. Na visão de Anzilotti, não caberia a responsabilização internacional de Ruanda pelos massacres, diante da ausência de dano a outros Estados. Após a "Revolução Ago", reconhece-se que a conduta deste Estado constituiu um crime contra a humanidade e violou a opinio iuris communis, sujeitando o Estado à responsabilização internacional. Essa tese consta, hoje, no já mencionado artigo 1º do projeto de artigos, pelo qual o dano é um elemento dispensável para a responsabilização internacional dos Estados. A perspectiva de Roberto Ago gira em torno de um "novo jus gentium", amparado sobre princípios de recta ratio e baseado numa hermenêutica jurídica pós-positivista.

Matheus Machado Hoscheidt – 27

A questão da responsabilidade internacional do Estado revela-se campo profícuo de desenvolvimento recente do direito internacional. Em seu desenvolvimento, a responsabilidade internacional evoluiu de uma postura baseada na relevância do dolo, nos marcos dos trabalhos de Dionísio Anzilotti, para a consideração da mera prática de ilícito como suficiente para ensejar a responsabilização. Essa mudança, definida como a "Revolução Ago", marca o progresso dos trabalhos constituídos no âmbito da Comissão de Direito Internacional, consolidando práticas que superam o antigo bilateralismo do DIP e que integram uma realidade do direito das gentes como sistema jurídico uno e coeso.

A mera edição de uma lei interna contrária a uma obrigação internacional pode ensejar a responsabilidade internacional do Estado que tiver editado a referida lei. Consoante entendimento histórico do Caso Alabama, consubstanciado no artigo 27 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969, o Estado, como sujeito de DIP, é entendido de maneira unitária, integrado por seus distintos entes federados e poderes. Assim, a mera edição de uma lei, enquanto fato jurídico, pode ensejar a responsabilização do Estado, se ela representar uma constituição de ilícito. A Lei de Anistia de 1979, que foi recepcionada pela Constituição Federal de 1989, conforme entendimento do STF, dispõe de forma contrária a dispositivos do Pacto de San José da Costa Rica, podendo ensejar a responsabilização do Brasil, por exemplo, no Caso Herzog e outros em andamento na Corte Interamericana de Justiça. Mesmo na ausência de uma medida individual de implementação, uma lei que viole compromissos internacionais em termos de garantia de direitos pode ensejar a responsabilização.

Os trabalhos de codificação dessa matéria no âmbito da Comissão de Direito Internacional constituíram a edição do Projeto de Artigos sobre a Responsabilidade

Internacional de Estados por Atos Ilícitos (2001). Esse documenta consolida décadas de trabalhos de seção específica da CDI e, embora não tenha força de tratado, expressa, textualmente, um conjunto de normas costumeiras relativas à matéria. O projeto retira a necessidade de dolo para a responsabilização internacional por atos comissivos, restando a necessidade de comprovação do ato e de seu nexo causal com a prática de ilícito internacional. No caso de atos omissivos, admite-se a necessidade de dolo para a constituição de responsabilidade, consoante entendimento da CIJ no Caso Canal de Corfu em relação à Albânia. A irrelevância do dolo para atos comissivos foi expressa, por sua vez, no Caso Rainbow Warrios, em que a Nova Zelândia não teve que comprovar intenção francesa em causar dano. O dever de reparação do dano, conforme princípio de alterum non laedere, enseja diferentes formas de reparação, como restituição, indenização ou satisfação. O projeto de artigos consolidado pela Comissão admite ainda a existência de excludentes que afastam o instituto da responsabilidade internacional, de que são exemplos os motivos de força maior ou a legítima defesa, segundo disposição do artigo 51 da Carta da ONU.

Em seu revolucionário artigo 1, o projeto editado pela CDI define que todo ato ilícito enseja a responsabilidade internacional, sem mencionar a necessidade de dolo. Esse entendimento afasta o entendimento que prevaleceu em relação à temática, segundo o qual, nos marcos da decisão da Corte Permanente Internacional de Justiça no Caso Chorzow, a responsabilidade está intimamente relacionada ao dolo. Na década de 1970, em função da direção do jurista Roberto Ago na condução de trabalhos referentes |á temática, deu-se início à chamada "Revolução Ago" – que alterou o entendimento jurídico a respeito da responsabilidade internacional. Em seu artigo 48, o projeto admite a possibilidade de os Estados responsabilizarem Estado condutor de violações a normas de aplicação geral, a exemplo de obrigações erga omnes definidas no Caso Barcelona Traction. Esse instituto torna irrelevante a existência de dano causado pelo Estado violador aos Estados que promoverão sua responsabilização. A Revolução Ago, mais que uma mera alteração no entendimento da matéria, representa uma evolução no sentido de garantir a eficácia, a coerência e a harmonia das normas de direito internacional, buscando superar o bilateralismo dos compromissos firmados entre os sujeitos de DIP, marca da antiga concepção de responsabilidade.

O Estado, sujeito unitário de DIP, deve respeitar a máxima de pacta sund servanda na condução de suas relações internacionais, respeitando, portanto, os compromissos firmados. Legislações internas, na medida em que representarem descumprimento de compromissos firmados ao amparo do DIP, podem ensejar a responsabilidade internacional do Estado. Esse entendimento vai ao encontro da alteração doutrinária referente ao papel do dano no instituto da responsabilidade. Os trabalhos da CDI, sobretudo os de Roberto Ago, foram fundamentais para a consolidação desse fenômeno. Em sua nova concepção, a responsabilidade contribui para garantir a harmonia e o respeito no âmbito do direito das gentes.

Paulo Mendes de Carvalho Guedes - 26

O direito internacional geral veda a possibilidade de invocação de lei interna como justificativa para o descumprimento de obrigações contraídas no plano internacional. Essa

proibição permeia o Projeto de Artigos sobre a Responsabilidade Internacional dos Estados de 2001, elaborado no âmbito da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas. Tal projeto considera, em meio à profunda investigação acerca do direito internacional promovida pela CDI, as evoluções por que passou, sobretudo na segunda metade do século XX, a temática da responsabilidade internacional dos Estados. Com efeito, na década de 1970, Roberto Ago operou a "Revolução Ago", que transformou o tratamento da responsabilidade internacional dos Estados ao avançar a tese de que o dano constitui elemento desnecessário à imputação de responsabilidade aos Estados violadores do direito internacional. Diante dessas reflexões, convém esmiuçar cada elemento que compõe o tratamento da responsabilidade internacional.

Conforme o disposto no artigo 27 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, os Estados não podem invocar normas de direito interno para afastar o cumprimento de obrigações contraídas no plano internacional. O conteúdo de tal dispositivo reflete perspectiva já consolidada no arcabouço jurídico-normativo do direito internacional. Valendo-se do rol de fontes convencionais contidas no artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, é possível afirmar que a edição de lei interna contrária a uma obrigação internacional contraria o costume internacional, os tratados internacionais – como já demonstrado no que concerne à Convenção de Viena de 1969 -, bem como a doutrina majoritária dos maiores juristas e a jurisprudência das cortes internacionais. Nesse sentido, é possível que a mera edição de uma lei interna contrária a uma obrigação internacional enseje responsabilidade internacional do Estado, sobretudo no contexto da concepção contemporânea da responsabilidade internacional, profundamente influenciada pela "Revolução Ago".

A Comissão de Direito Internacional foi criada em 1947, com base no artigo 13 da Carta das Nações Unidas. Seu objetivo, expressamente consignado no bojo da Carta, é promover a codificação do direito internacional e contribuir para sua evolução progressiva. No que concerne ao primeiro, cabe à CDI estudar as práticas dos Estados e demais sujeitos de direito internacional e identificar a existência de opinio juris acerca dos temas levantados, de modo a reconhecer a existência de costume internacional. Em seguida, caso reconhecida a prática reiterada – elemento objetivo – tida como obrigatória – elemento subjetivo -, a CDI procede à codificação, de modo a conferir maior sistematicidade ao direito internacional. O objetivo de impulsionar a evolução progressiva do direito internacional diz respeito à lege ferenda – ao contrário da lege lata, objeto do esforço de codificação – e visa a fomentar o debate acerca de institutos jurídicos ainda em formação. O Projeto de Artigos sobre Responsabilidade Internacional dos Estados congrega os dois tipos de esforços, contendo previsão acerca do regime de corresponsabilidade entre os Poderes do Estado – Executivo, Legislativo e Judiciário – e, em seu artigo 41, a inovadora hipótese de responsabilidade agravada dos Estados, por violação de jus cogens, previsto no artigo 53 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. Portanto, o trabalho de codificação da responsabilidade internacional dos Estados aponta no sentido da incorporação de institutos ainda mais sofisticados, na esteira das proposições de Ago.

Roberto Ago, internacionalista que estudou detidamente a temática da responsabilidade internacional, promoveu, na década de 1970, uma verdadeira revolução no modo de se pensar o instituto da responsabilidade internacional. Com efeito, Ago argumentou que o dano não constitui elemento necessário à imputação da responsabilidade ao Estado. Basta, segundo o autor, a verificação da violação e do nexo de causalidade. Tal

formulação recebeu endosso tanto no âmbito doutrinário quanto no jurisprudencial. A decisão da Corte Europeia de Direitos Humanos no caso Norris vs Irlanda é exemplo eloquente disso, pois a Corte, com base no artigo 25 da Convenção Europeia de Direitos Humanos, reconheceu que a mera exposição dos indivíduos ao risco de não fazerem valer seu direito, sem a necessidade da ocorrência de efetivo dano, é capaz de ensejar responsabilidade internacional do Estado.

A evolução progressiva do instituto da responsabilidade internacional do Estado, no contexto ampliado da evolução do direito internacional como um todo, recebe aportes teóricos, como no caso da "Revolução Ago", convencionais, a exemplo do esforço de codificação da matéria pela CDI, e jurisprudenciais, como no caso Norris vs Irlanda.
704 palavras

Pior nota
Anônimo – 3

A responsabilidade internacional do Estado é civil e apresenta como fonte, até o momento, o costume internacional. Devido ao processo de aproximação crescente entre o direito interno dos Estados e o direito internacional, que implica a relativização parcial do princípio da soberania, verifica-se uma tensão entre esses dois âmbitos do direito. Em matéria de responsabilidade internacional do Estado, há a tentativa de codificação pelo Projeto da Comissão de Direito Internacional, de 2001, especificamente sobre o dano, a reparação e a implementação da responsabilidade.

A humanização do direito internacional, hodiernamente, coloca o indivíduo como sujeito internacional, segundo defendem doutrinadores como o juiz da CIJ, Cançado Trindade. Nesse sentido, há uma tendência de o direito internacional preservar os direitos do indivíduo, até mesmo contra o próprio Estado, no entanto o costume internacional, como fonte em matéria de responsabilidade internacional do Estado, não determina que um Estado deve subordinar, necessariamente, sua constituição a toda obrigação internacional. Na reunião do Instituto de Direito Internacional de setembro de 2017, em Hyderabad, o IDI determinou como positiva a existência de uma tensão entre o direito interno dos Estados e o DIP. Na ausência de fundamentos inequívocos de atribuição de responsabilidade internacional do Estado, no caso em questão, os princípios de justiça, de cunho metajurídico, podem auxiliar, no que se refere à prevalência da justiça dentro da lei, para suprir a omissão de uma lei ou contrariar a lei se ela for injusta.

Desde 2001, a Comissão de Direito Internacional trabalha em um projeto de codificação da responsabilidade internacional dos Estados. Esse trabalho baseia-se principalmente no costume internacional e tem por objeto a definição de dano, a reparação desse dano causado por um Estado e a implementação das medidas de reparação. No que se refere ao dano, ele não precisa, necessariamente, ser consequência de um ato ilícito. Há o reconhecimento do dano ocasionado por atos lícitos, como a atividade nuclear, por exemplo. Após a verificação de um dano, a responsabilidade internacional do Estado requer, para ser determinada, o estabelecimento de um nexo causal entre o dano e a atividade lícita ou ilícita. Finalmente, é necessário comprovar que esse nexo causal entre dano e ato pode ser atribuído ao Estado acusado.

No que concerne à reparação do dano, conforme o projeto de codificação da CDI, de 2001, ela pode ocorrer por restituição, compensação ou satisfação. A restituição significa reverter o dano causado, restabelecendo as condições anteriores ao ato que prejudicou um Estado ou indivíduo. Caso essa possibilidade não exista, a responsabilidade do Estado pode ser implementada por meio da compensação, que geralmente envolve uma reparação em dinheiro. Há danos que não podem ser reparados nem por restituição, nem por compensação, entretanto a satisfação equivale ao reconhecimento e à retratação do Estado responsabilizado. Isso ocorreu em 2016, quando o Presidente Obama pediu desculpas ao Japão pelas bombas atômicas que os Estados Unidos lançaram contra esse país , na Segunda Guerra Mundial.

O direito interno não é um mero fato para o direito internacional, de modo que é imprtante considerar-se a relação e o controle mútuo das leis editadas no âmbito interno e externo ao território nacional. A decisão da Corte Europeia de Direitos Humanos, portanto, não obriga Estados que não são parte.

Questão 4

Ao contrário do direito interno, que é uma ordem jurídica de subordinação, o direito internacional público é uma ordem jurídica de coordenação.

Comente a assertiva acima, citando exemplos de atuação de coordenação do direito internacional público, tanto no que se refere à sua fase de elaboração normativa, quanto ao seu emprego para a solução pacífica de controvérsias.

Média: 19,48 amp. / 19,14 cotas negros.
Desvio padrão: 1,06 amp. / 0,94 cotas negros.

Christian Bicca Estivallet – 20

O direito interno é comumente definido como uma ordem jurídica de subordinação, na medida em que o Estado, por possuir o monopólio jurídico do uso da força, pode impor o cumprimento do ordenamento jurídico. Em contraposição, o direito internacional público (DIP), na ausência de um ente hierarquicamente superior para impor o cumprimento das normas, é normalmente, definido como uma ordem jurídica de coordenação, sobretudo no que se refere à elaboração normativa e a solução pacífica de controvérsias. Entretanto, é importante ressaltar que há crescentes elementos no DIP que, em alguma medida, o tornam também uma ordem jurídica de subordinação.

No direito interno, a elaboração normativa, embora emane, teoricamente, do povo em Estados democráticos de direito, após adotada não faculta aos particulares a não obediência. Independentemente da concordância dos particulares – exceto por vícios formais ou materiais – a norma é obrigatória. No DIP a situação é algo diversa, na medida em que entre Estados vigora a regra westfaliana do "par in parem non habet judicium", ou seja, por serem soberanos, como regra, os Estados podem discricionariamente optarem a quais regras irão se obrigar. Assim, tendo como base as fontes do DIP: um Estado só se obriga a um tratado se, voluntariamente, ratificá-lo, caso o Estado discorde de um costume internacional, pode tornar-se objetor persistente e não se obrigar a ele, como o caso do Peru, em relação ao asilo diplomático; os atos unilaterais são, de fato, manifestação da vontade dos Estados; quanto às decisões de Organizações Internacionais (OIs), basta o Estado não integrá-la se não as deseja cumprir. Quanto aos princípios gerais de direito é algo mais complexo deles se desobrigar, contudo são normas genéricas e jamais foram utilizados isoladamente para basear decisão de corte internacional. Percebe-se que, em regra, a soberania do Estado lhe faculta escolher as normas que deseja cumprir.

No DIP contemporâneo, porém, há crescente grau de subordinação no que diz respeito a sua colaboração normativa. Desde a primeira formulação de Verdross, o "jus cogens" evoluiu, consagrou-se nos arts. 53 e 64 da CVDT/69 e confirmou-se como norma superior de DIP, que se impõem aos Estados independentemente de sua concordância, como a proibição do genocídio. Também se reconhecem, pelo menos desde

o caso Barcelona Traction, a existência de obrigações "erga omnes" que geram efeitos a todos sujeitos de DIP. A Carta da ONU, que conta com a participação maciça da comunidade internacional (193 Estados) diz-se superior aos demais tratados e é válida em seus princípios até mesmo para Estados não parte. Desse modo, percebe-se o surgimento de relações de subordinação no DIP, já que há certa hierarquia de normas e obrigações às quais os Estados devem seguir mesmo sem seu consentimento expresso ou sequer tácito.

Na solução pacífica de controvérsias, no direito interno, sobrepõe-se o papel do Poder judiciário que resolve as disputas jurídicas e impõe suas decisões. No cenário internacional, porém, não existe ente hierarquicamente superior, o que elimina a possibilidade de imposição pela força das soluções – mesmo os juridicamente vinculantes. Assim, como regra, a utilização dos meios de solução de controvérsias, conforme os arts. 2.3. e 33 da Carta da ONU, conta com a boa fé dos Estados para que cumpram as decisões quando obrigatórias, caso contrário poderão ocorrer apenas retaliações em uma lógica de horizontalidade, em que, na verdade, prevalece, em grande medida, a força política e economia. Essa é a regra.

Entretanto, atualmente há certa subordinação na solução pacífica de controvérsias internacionais, notadamente, quando diante do descumprimento de decisão da CIJ, um Estado solicita que o CSNU imponha o cumprimento, o que tem seus limites políticos, como provado no caso Nicarágua. Outros sistemas de solução de controvérsia, como da OMC e do MERCOSUL, embora em lógica de coordenação, têm maior eficácia pela prevalência de critérios jurídicos e a possibilidade de imposições de retaliações cruzadas. Ainda assim, a coordenação prevalece.

Graziela Streit Rodrigues da Silva – 20

Diferentemente do direito interno, que se pauta pela lógica jurídica da subordinação, o direito internacional público (DIP) fundamenta-se na coordenação, visto que rege as relações entre entidades igualmente soberanas, os Estados. Partindo desse pressuposto, o princípio da igualdade soberana tem guiado a atuação de coordenação do DIP, tanto na elaboração de normas, como a Convenção Drago-Porter, a Carta da ONU e o Estatuto da CIJ, quanto no emprego para a solução pacífica de controvérsias da OMC e do Mercosul, a cláusula Raul Fernandes e os diversos tratados internacionais com cláusula compromissória.

A lógica de coordenação sobre a qual se fundamenta o DIP pode ser verificada em sua fase de elaboração normativa. Durante a II Conferência de Paz da Haia, o princípio da igualdade soberana e a defesa da lógica de coordenação do DIP foram defendidos, assertivamente, pelos países latino-americanos, entre os quais se destaca a atuação de Rui Barbosa e de Luís María Drago. Nessa conferência, os latino-americanos questionaram o estabelecimento de uma corte de arbitragem em que os países mais poderosos teriam em posição jurídica superior e alcançaram a aprovação da Convenção Drago-Porter, que limita a intervenção para a cobrança de dívidas. A Organização das Nações Unidas e sua Carta são importantes exemplos de coordenação entre os Estados para a elaboração de normas, uma vez que ficou disposto, no art. 2º da Carta da ONU, que a igualdade entre os Estados é um princípio que rege a atuação da instituição. A CIJ e seu Estatuto também exemplificar

a lógica de coordenação, ao estabelecer a jurisdição facultativa da Corte, reiterada pelo princípio do "ouro monetário".

A ordem jurídica de coordenação do DIP é evidenciada, ainda, por seu emprego para a solução de controvérsias. No Mercosul e na Organização Mundial do Comércio (OMC), verifica-se a existência de mecanismos de solução de controvérsias, como o TPR, no Mercosul, e o OSC, na OMC, os quais buscam solucionar litígios comerciais a partir da ideia de coordenação, pois apenas permite a aplicação de contramedidas, não de sanções, que seguem uma lógica de subordinação. Outro importante exemplo é a Cláusula Raul Fernandes, no âmbito da CIJ, a qual estabelece cláusula facultativa de jurisdição obrigatória, dispositivo que amplia a jurisdicionalização do DIP e fortalece a atuação da Corte para solucionar controvérsias entre Estados. Por fim, a existência de tratados com cláusula compromissória, como o Pacto de Bogotá, evidencia a busca por solução pacífica de controvérsias.

A ordem jurídica de coordenação do DIP deriva da igualdade soberana dos Estados e pode ser identificada na elaboração das normas internacionais e nos mecanismos de solução pacífica de controvérsias. O fortalecimento da igualdade soberana e da solução pacífica de controvérsias é essencial, como afirma Antônio Augusto Cançado Trindade, para a consolidação do DIP como expressão da "consciência jurídica universal".

Felipe Ferreira Marques - 20

Ao contrário do que ocorre no âmbito doméstico, as relações entre os Estados são caracterizadas pela anarquia. Todavia, no contexto hodierno, seu caráter anárquico não se caracteriza pela mera coexistência, mas pela coordenação jurídica e pela cooperação. Essa afirmação sustenta-se com base na análise da coordenação no âmbito do DIP, na sua fase de elaboração normativa e na solução pacífica de controvérsias.

O direito comercial ilustra de forma notável a ordem jurídica de coordenação. Em função da complexificação das relações econômicas, os Estados conjugam frequentemente esforços nessa temática. No MERCOSUL, órgão de caráter intergovernamental, os membros elaboraram o Protocolo de Olivos, que foi incorporado às ordens jurídicas internas dos Estados com base no pact sunt servanda. O Protocolo ampliou o escopo de solução pacífica de controvérsias, porquanto os membros aderiram ipso facto ao Órgão de Solução de Controvérsia e ao Tribunal Permanente de Revisão – este poderia ser acionado como instância única ou recursal. No caso da OMC, por exemplo, o OSC é obrigatório para os signatários do Acordo de Marrakesh, devido ao princípio do single undertaking. Ambos os exemplos são ícones da conjugação de esforços tanto na fase normativa como para a solução pacífica de controvérsias.

A proscrição do uso da força é, igualmente, notável produto da coordenação de esforços no âmbito do DIP. Ao menos desde o Pacto da Liga das Nações ou do Pacto Briand-Kellog, a comunidade internacional se esforçou para superar o entendimento de Karl von Clausewitz, segundo o qual a guerra é a continuação da política por outros meios. Na Conferência de São Francisco, os Estados lograram, como resultado, definir a ilicitude do recurso à força com a aprovação da Carta da ONU – salvo em caso de legítima defesa ou autorizado pelo Conselho de Segurança nos termos do Capitulo XVII. Atualmente, mais de 190 Estados são signatários da Carta da ONU – o que é um forte indício da

tendência à Constitucionalização do DIP. A Corte Internacional de Justiça, nesse contexto ampliou o escopo de soluções de controvérsias em função de sua competência material ampla para julgar os Estados que reconheçam sua jurisdição – seja por acordo especial ou pelo reconhecimento da cláusula Raul Fernandes.

A atuação de coordenação também resta evidente no regime ambiental, nuclear ou no âmbito humanitário. A negociação do Acordo de Paris de 2015, na esteira da COP-21, foi um exemplo notável no qual os Estados apresentaram suas contribuições – modelo bottom-up – para atingir o objetivo comum de combater a mudança climática – o Acordo já atingiu o número de ratificações necessárias para entrar em vigor. No regime nuclear, como resultado do esforço do grupo Inciativa Humanitária, os Estados coordenaram esforços para preencher a lacuna jurídica do Tratado de Não-Proliferação no que diz respeito ao desarmamento. Como consequência, a Assembleia da ONU logrou aprovar um tratado que prevê a proscrição completa de armas nucleares. No âmbito humanitário, os Estados conjugaram esforços para, através do Tratado de Roma, criar um Tribunal Penal Internacional com vistas a julgar indivíduos por crimes de agressão, contra a humanidade, de guerra e genocídio. Com a trigésima ratificação das emendas de Kampala pela Palestina, o TPI estará apto a julgar crime de agressão – ampliado o "rule of law".

Os exemplos enumerados expressam que, diferente da ordem jurídica interna de subordinação, o direito internacional caracteriza-se pela coordenação. As tendências de funcionalização, jurisdicionalização e constitucionalização são expressões do esforço coordenado para a elaboração de normas e para tratamento de temas comuns, assim como para a solução pacífica de controvérsias. A proscrição do uso da força no contexto da Carta da ONU é icônica nesse sentido. Nota-se, portanto, que o direito internacional passa a superar a coexistência em favor da cooperação e da coordenação. È por isso que, embora não tenham logrado atingir a Paz Perpétua de Kant, ao menos os Estados superaram o estado de natureza hobbesiano.

Neylor Caldas Monteiro - 20

A ordem jurídica internacional difere-se substantivamente da doméstica, na medida em que os sujeitos nesta se encontram em um relacionamento vertical entre Estado e particulares; ao passo que naquela há horizontalidade, porquanto todos os entes estão no mesmo patamar hierárquico, ainda que tenham prerrogativas diferentes entre si. Assim, os Estados têm, sob a perspectiva do Direito Internacional Público (DIP), a prerrogativa de elaborar normas que regulamentarão as relações jurídicas entre eles, além de escolherem aquelas às quais se vincularão, com base na Teoria Voluntarista/Jus-positivista. Lastreadas em aspectos relativos ao Direito Natural, há um rol diminuto de normas que saem dessa lógica do "jus dispositivum", o denominado "jus cogens", cuja observância é obrigatória.

Diante dessa maioria ampla de normas lastreadas no voluntarismo, os Estados são livres para decidir os termos e a extensão dos direitos e das obrigações contraídas no plano internacional, bem como acumulam funções de garantia do cumprimento dessas normas, porquanto não há ente superior para assegurar isso na lógica da coordenação presente no DIP. Segundo o jurista Georges Scelle, trata-se do desdobramento funcional, em que os destinatários da norma são os próprios elaboradores, os quais se encarregam do dever de assegurar o cumprimento dela por parte dos demais.

Dado um conflito acerca de situações fáticas ou jurídicas, os sujeitos de DIP deparam-se com uma controvérsia. Como meios de solução pacífica, existem os meios políticos e diplomáticos, além dos jurisdicionais. Francisco Rezek separa os meios diplomáticos em entendimento direto, no qual as partes resolvem a contenda sem a interferência de terceiros; sistema de consultas, o qual é um entendimento direto programado; bons ofícios, os quais envolvem um terceiro que facilita o contato entre as partes controvertidas; mediação, em que o terceiro propõe uma solução; e sistema de conciliação, no qual a mediação é realizada por uma comissão de conciliadores. Os meios políticos envolvem organizações internacionais com vocação política, as quais visam a promover a solução sem preocupações de ordem jurídica e baseados nas relações de poder.

Os meios jurisdicionais envolvem necessariamente a submissão da controvérsia a um ente encarregado de aplicar o direito ao caso concreto. Em conformidade com o voluntarismo, a jurisdição desse entre depende de aceitação prévia por parte dos Estados. Esses meios subdividem-se em arbitrais e judiciais. Nos primeiros, as partes firmam um compromisso arbitral, escorado no "pacta sunt servanda", em que aceitam submeter a controvérsia a um árbitro ou a um tribunal arbitral, de natureza "functus officio" (não permanente, constituído para aquela controvérsia específica). A sentença proferida é irrecorrível e obrigatória, porém carece de executoriedade. Nos meios judiciais, há uma corte dotada de profissionalidade, composta por juízes e cuja existência se mantém antes e depois do julgamento da situação controvertida. Assim como no laudo arbitral, a sentença proferida é obrigatória e (normalmente) inapelável, de modo que somente pedidos de interpretação são aceitos. A executoriedade das sentenças depende do tratado que constituiu a corte. Na Corte Internacional de Justiça (CIJ), e possível que o Conselho de Segurança das Nações Unidas emita resolução que obriga a parte recalcitrante a cumprir a sentença exarada por essa corte.

Pior nota
Anônimo – 16

Devido às diferentes naturezas de seus âmbitos de aplicação, Direito Interno e Direito Internacional detém características diversas. Se o primeiro, operando dentro do Estado nacional, estabelece relações jurídicas de subordinação, recusando aos cidadãos a opção de se submeter à norma ou não; o segundo cria relações de coordenação, resultantes do princípio da igualdade soberana dos Estados e da inexistência de autoridade supranacional de escopo global. Dessa forma, os Estados são formuladores e destinatários das normas a que aderem de forma voluntária. Assim, ainda que, hoje, o fundamento voluntarista do DIP conviva com preceitos objetivistas, é importante analisar como se dá a coordenação tanto no âmbito da elaboração normativa quanto no âmbito da promoção de soluções pacíficas de controvérsia.

Como exemplo de atuação de coordenação na fase de elaboração normativa, destaca-se, no momento atual, a adoção e processo de assinatura e ratificação do Tratado pela Proibição Completa de Armas nucleares. O processo de negociação desse tratado ilustra de forma acabada os aspectos positivos do exercício da diplomacia parlamentar propiciada por fóruns multilaterais. Tendo os primeiros contatos para a elaboração desse tratado se iniciado no bojo da Assembleia Geral das Nações Unidas, os países que

defendem o desarmamento nuclear e a ilegalidade das armas nucleares coordenaram-se para avançar uma pauta relevante, a despeito da oposição ferrenha das potências armadas.

Com o êxito dessa iniciativa, que agregou mais de 120 países, em um processo que pode ser classificado como iniciativa "bottom up", verifica-se que, a despeito do caráter anárquico e assimétrico das relações internacionais, o Direito Internacional serve de instrumento de agregação e constrói pontes para o futuro. Trata-se, portanto, de um exemplo da evolução paradigmática do DIP de coexistência para o DIP de coordenação e solidariedade. A expedita entrada em vigor desse tratado, após atingir 50 ratificações, confirmará esse avanço positivo.

Como exemplo de coordenação com vistas a promover soluções pacíficas de controvérsias, destacam-se as negociações sobre o programa nuclear iraniano, que se concluíram em 2015, com o Plano de Ação Conjunta. Processo já esboçado pela ação diplomática brasileira e turca, em 2010, essas negociações buscaram superar a ineficácia demonstrada pelo regime de sanções contra o Irã. Com isso, os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, juntos à Alemanha e a alta autoridade diplomática da União Europeia, quebraram um impasse de mais de uma década e garantiram, com o Irã, a natureza pacífica do programa nuclear, bem como estabeleceram sistema de verificação e salvaguarda. Essa vitória da coordenação diplomática para superar, pacificamente, uma controvérsia vai ao encontro do capítulo VI da Carta da ONU e de seu art.24.

Depreende-se, portanto, a face positiva da ordem jurídica de coordenação, que viabiliza a superação de controvérsias e gera a convivências de soberanias.

Espanhol

Resumen

Elabore un resumen, en lengua española, con su propio vocabulario, del siguiente texto.

DÍA 8
07.00 Me peso en la báscula del cuarto de baño. 3 kilos, 800 gramos. Si tenemos en cuenta que soy intelecto puro, es una barbaridad. Decido hacer ejercicio cada mañana.
07.30 Salgo a la calle dispuesto a correr seis millas. Mañana, siete; pasado, ocho, y así sucesivamente.
07.32 Paso por delante de una panadería. Me compro una coca de piñones y me la voy comiendo mientras regreso a casa. Que corra otro.
07.35 Al entrar en el edifico encuentro a la portera barriendo el portal. Inicio con la portera una conversación aparentemente trivial, pero cargada de malévolas intenciones de mi parte. Hablamos del tiempo. Lo encontramos un poco caluroso.
7.40 Hablamos de lo mal que está el tráfico. Hacemos hincapié en lo ruidosas que son las motos.
07.50 Hablamos de lo caro que está todo. Comparamos los precios de hoy con los de antaño.
08.10 Hablamos de la juventud. Condenamos su falta de entusiasmo por las cosas.
08.25 Hablamos de la droga. Pedimos la pena de muerte para quien la vende y para quien la compra.
08.50 Hablamos de los vecinos del inmueble (¡caliente!, ¡caliente!).
09.00 Hablamos de Leibniz y del nuevo sistema de la naturaleza y de la comunicación de las sustancias (¡frío!, ¡frío!).
09.30 Hablamos de mi vecina (¡ya era hora!). La portera dice que ella (mi vecina) es buena persona y que paga religiosamente a la comunidad de vecinos la cuota trimestral que le corresponde, pero que no asiste (mi vecina) a las reuniones de vecinos con la asiduidad que debería. Le pregunto si está casada (mi vecina) y me responde (la portera) que no. Pregunto si debo inferir de ello que (mi vecina) tuvo el hijo fuera del vínculo. No: estuvo casada (mi vecina) con un fulano que no servía para nada, según ella (la portera), del cual se separó (mi vecina) hará cosa de un par de años. Él (fulano) se hace cargo del niño (de mi vecina, y también del fulano) los fines de semana. El juez le condenó (al fulano) a pasarle (a mi vecina) un dinero al mes, pero a ella (a la portera) le parece que no lo hace (el fulano), al menos, no con la asiduidad que debería. A ella (a mi vecina), añade (la portera) no se le conocen novios, ni siquiera acompañantes ocasionales. Seguramente quedó escarmentada (mi vecina), opina ella (la portera). Aunque esto, en el fondo, le trae sin cuidado (a la

portera), agrega (la portera). Por ella (por la portera), que cada cual se lo monte como quiera, mientras no haya escándalo. Eso sí, dentro de su casa (de la casa de mi vecina). Y sin hacer ruido. Y no más tarde de las once, que es cuando ella (la portera) se va a dormir. Le quito la escoba y se la rompo en la cabeza.

10.30 Subo a mi piso. Decido adoptar la apariencia D'Alembert y visitar a la señora Mercedes en el hospital donde se repone, si Dios quiere, de la operación a la que fue sometida.

10.50 Me persono en el hospital. Es un edificio algo feo y muy poco acogedor. Sin embargo, la gente acude a él en muchedumbre, y algunos hasta se dan buena prisa por llegar.

10.52 En el mostrador que hay en el vestíbulo para informar a los visitantes pregunto en qué habitación se encuentra la señora Mercedes y su acompañante, el señor Joaquín. Ambos se encuentran en la habitación 602.

10.55 Deambulo por el sexto piso en busca de la habitación 602.

10.59 Doy con la habitación 602, toco con los nudillos y la voz del señor Joaquín me autoriza a pasar. Así lo hago.

11.00 La señora Mercedes está acostada, pero despierta y con buen aspecto. Me intereso por su salud y me informa de que se encuentra débil, pero animada. Esta mañana se ha tomado un tazón de manzanilla, me dice. Le doy el regalo que le he traído: un tren eléctrico. Le digo que si mañana sigue con vida, le traeré el desvío y el paso a nivel.

11.07 El señor Joaquín, que ha pasado mala noche, está alicaído. Afirma que tanto él como su esposa, la señora Mercedes, están llegando a una edad en la cual conviene tomarse las cosas con calma. El arrechucho de la señora Mercedes ha sido un aviso, dice. Durante la noche ha estado reflexionando, dice, y ha pensado que tal vez debieran dedicar los años de vida que aún les queden a descansar, a viajar y a darse algunos gustos. También ha pensado, agrega, que tal vez haya llegado la hora de traspasar el bar. El negocio es próspero, pero da muchos quebraderos de cabeza y necesita una persona joven al frente (del negocio), dice. También ha pensado, agrega, que tal vez a mí podría interesarme el bar. El señor Joaquín ha creído advertir que estoy dotado para la hostelería y que el trabajo me gusta.

11.10 Pese a su debilidad, la señora Mercedes afirma estar de acuerdo en lo que acaba de decir su marido. Ambos desean saber qué opino yo al respecto.

11.12 Mi primera reacción es favorable. Me considero capacitado para regentar un bar e incluso creo que podría aportar al negocio algunas ideas innovadoras y hasta audaces. Por ejemplo, creo que se podría ampliar el local comprando el inmueble colindante (una fábrica de automóviles) e instalar allí una churrería. El señor Joaquín me interrumpe para decir que no debo precipitarme. En realidad, dice, se trataba tan sólo de una idea. Hay que dejarla madurar, agrega. Por ahora, añade, lo mejor será que me vaya, porque la operación de la señora Mercedes ha sido un palo para la señora Mercedes. Le conviene descansar. Me voy, no sin prometer a ambos que mañana volveré para seguir perfilando el tema.

11.30 Deambulo por el hospital perdido en mis propias reflexiones y también perdido, a secas. La proposición del señor Joaquín me ha sumido en un mar de confusiones. Ahora, pasado el entusiasmo inicial y sopesando el asunto con frialdad, comprendo que mi primera reacción ha sido optimista en exceso. Es evidente que no puedo quedarme con el bar. La posibilidad de arrendar o comprar un bar con fines de explotación (lucrativa) ni siquiera figura en el pliego de órdenes que nos fue dado al inicio de nuestra misión espacial. Cierto que tampoco había una prohibición taxativa al respecto. Habría que hacer una consulta.

Temperatura, 26 grados centígrados; humedad relativa, 70 por ciento; vientos 70 suaves del sudeste; estado de la mar, marejadilla.
12.30 Continúo deambulando por el hospital sin encontrar salida a mis tribulaciones. En cambio, encuentro la cafetería del hospital. Decido hacer un alto y comer algo, aunque sea un poco temprano. Siempre se piensa mejor con el estómago lleno, dicen los que tienen estómago.
12.31 La cafetería está vacía. Por suerte, el mostrador está bien surtido y el sistema autoservicio, que impera, me encanta, porque me permite comer como a mí me gusta sin tener que dar explicaciones a nadie. Si a mí se me antoja mojar los pimientos de Padrón en el café con leche, ¿qué pasa?, ¿eh?
Eduardo Mendoza. Sin noticias de Gurb. 1991 (con adaptaciones).

Média: 5,78 amp. / 3,71cotas negros.
Desvio padrão: 2,93 amp. / 1,07 cotas negros.

Pedro Henrique de Sousa Zacarias - 14

El texto ficcional de Eduardo Mendoza relata las acciones y los pensamientos ocurridos al largo de una mañana en la vida de un personaje, respecto al cual no se tiene al principio muchas informaciones precisas, solo que tiene 3,8 kilos y que es todo compuesto de "intelecto".

Al lector el narrador en primera persona le parece inicialmente un ser demasiado humano. *Empeza* su día con planes de hacer actividades físicas, pero luego desiste. Tras charlar por tres horas con la portera de su edificio, logra obtener datos sobre la vida personal de una vecina suya, por quien parece tener deseos sexuales. Después, decide visitar una conocida, la señora Mercedes, que se encuentra en el hospital, recuperándose de una *cirurgía*. Sin embargo, temprano se nota que, en realidad, sus intenciones eran más pragmáticas (aunque él no lo admita): tiene interés en recibir, como posible herencia, el bar que la vieja mujer mantiene con su marido, pero las *conversasiones* no llegan a ningún resultado.

Por la hora del almuerzo, el narrador, mientras se alimenta *tranquillamente* en el hospital, piensa en los detalles de su "misión espacial". De ello se concluye que, en verdad, se trata de un tipo de otro planeta.
(199 palavras)

Fernando José Caldeira Bastos Neto – 12

El narrador despierta seguro que ha ganado más de 3 kilos. Decide hacer ejercicio, pero luego desiste de la iniciativa. Regresa a sua casa y habla con la portera. Los dos hablan de amenidades, pero el narrador tiene otras intenciones. A las 9:30, hablan de la vecina. La vecina no va a las reuniones de vecinos, y es separada de su marido que aparentemente no ayuda sus hijos como debería. La portera opina que la vecina se quedó escarmentada y que eso no es problema si no hay escándalo.

A las 10:30, el narrador decide visitar a la señora Mercedes en el hospital. El hospital es feo pero algunos llegan al lugar con alegría. La señora Mercedes y el señor Joaquín están en la habitación 602. La señora Mercedes parece bien y el narrador le da un regalo. El señor Joaquín no dormió bien. Él piensa que la enfermedad de su esposa ha sido un aviso. Joaquín quiere descansar más y columbra traspasar el bar al narrador. La señora Mercedez dice estar de acuerdo con la proposición.

La primeira reacción del narrador es favorable. Él ofrece algunas ideas como ampliar el local. El señor Joaquín respondió que el narrador no debe precipitarse. Hay que dejar la idea madurar. El narrador sale de la habitación sin prometer que volverá. El narrador considera que ha sido optimista en exceso. Él no puede quedarse con el bar, su misión espacial no tiene órdenes claras en respeto de esa situación. Una consulta sería necesaria. El narrador permanece en el hospital sin encontrar la salida. En la cafetería del hospital, decide comer algo. A él le gusta el sistema de autoservicio porque él puede comer sin explicar a nadie sus gustos.
(288 palavras)

Priscila Liz Alves - 9

El día ocho, después de la decisión de correr seis millas por la mañana a causa del peso, el hombre vuelve a su casa y empieza a conversar con la portera del edificio. Su deseo era tener más informaciones acerca de su vecina, lo que logró después de una charla sobre el tráfico, los precios, la juventud y la droga, por ejemplo. De hecho, el hombre supo que su vecina se había separado hacía pocos años, tenía un hijo con el ex-marido, era una persona buena y honesta y no tenía novio. Con respecto a una posible aproximación entre el hombre y la vecina, la portera le aclaró que no habría problemas si no hubiera ruidos y si todo pasara antes de las once.

En seguida el hombre decide visitar a la señora Mercedes, que se recuperaba de una operación en el hospital. Cuando llega al sitio, busca por el número de la habitación de la señora, donde estaban Mercedes y su compañero, el señor Joaquín. La señora estaba débil, pero con buena aparencia, mientras que el señor Joaquín estaba cansado a causa de la mala noche que pasó. El hombre le dio a Mercedes un regalo y el casal le propuso estar al frente de su bar al que el hombre reaccionó positivamente y empezó a planear inovaciones al negocio. El casal le recomendó prudencia porque no había una decisión todavía. El hombre se fue y mientras caminaba en el hospital concluyó que no debía administrar el bar, aunque tampoco fuera una decisión. Todo pareció mejorar cuando encontró una cafetería vacía, donde podría hacer lo que quisiera sin tener que justificar sus gustos y deseos.
(276 palavras)

Anônimo - 8

Comienza el día ocho. Me peso y decido correr. Comienzo con ganas de correr mucho, pero luego compro una coca de piñones en la panadería y vuelvo a mi casa. Charlo con la portera sobre el tiempo, el tráfico, los precios, la juventud, las drogas y Leibiniz.

Hablamos de mi vecina. La portera dice que la vecina es buena pagadora, pero se ausenta de las reuniones de vecinos. Aprendí que ella no está casada y que tuvo su hijo con su ex-marido, que cuida del niño los fines de semana, pero que no paga la pensión asiduamente. La portera no los conoce y a ella no le importa lo que los otros hacen, si no hay escándalo.

Por la noche, decido visitar a la señora Mercedes, que se operó y se queda en el hospital. Llego al hospital y pregunto dónde está la señora Mercedes: ella estaba en la habitación 602. Llamo a la puerta y el señor Joaquín, su acompañante, la abre y yo entro.

La señora Mercedes está despierta y con buen aspecto. Ella dice que estaba débil, pero alegre. Yo le doy el regalo que le compré. El señor Joaquín afirma que la enfermedad de la señora Mercedes fue un aviso, y que ellos deberían vivir en paz. Por eso, él pensaba en vender el bar, descansar y viajar.

Los dos me presentaron la idea de que yo lo compre. Tengo una reacción favorable. Les presento muchas ideas, pero el señor Joaquín piensa que no debo exagerar, pues esta era sólo una idea.

Es hora del descanso y me voy. Prometo que regresaré. Salgo y pienso que mi primer impresión fue algo optimista, ya que no pensé en nuestra misión espacial. Como algo en la cafetería, donde no hay nadie.

(293 palavras)

Pior Nota

Anônimo - 2

En el texto presentado, se aborda la rutina de una persona que no se sabe si es hombre o mujer. A las siete de la mañana, dicho individuo sale de su casa tras haberse pesado, con la intención de trotar por la calle. Sin embargo, la persona se distrae y cambia de idea. Nada más entrar en su edificio, empieza a hablar con la portera, la conversación trata de diversos temas, como el clima y los problemas de la vida diaria, los dos interlocutores siguen charlando hasta las diez y media. Parece que la cuestión más interesante que se discutió fue el hecho de que la vecina del protagonista tiene un hijo aunque no está casada. La portera comentó, además, que, según su opinión, cada uno debe vivir como quiera.

Después, el individuo principal de la historia sube a su departamento y decide ir a un hospital donde la señora Mercedes se repone de una operación, en la habitación 602. Según la descripción que se presenta en el texto, el edificio no es muy acogedor. A las once horas, ocurre el encuentro con dicha señora, que, supuestamente, está bien. El señor Joaquín, su esposo, asevera que los problemas de salud y el hecho de que se están quedando viejos le dieron la idea de que ellos deberían viajar más y aprovechar la vida. Por ende, propone vender su bar al protagonista, el cual reacciona de modo favorable.

No obstante, el señor Joaquín afirma que uno no se debe precipitar en sus decisiones y añade que la señora Mercedes necesita descansar. Por ello, el personaje principal sale del hospital y promete que volverá. Mientras tanto, se percata del aspecto que no tiene las capacidades para administrar un bar. En definitiva, percorre el hospital y llega a una cafetería vacía, donde decide comer algo.

(302 palavras)

Traducción

A sagrada família

Um rosto martirizado, falta de elegância no andar. Dia e noite, a repetição do relógio. Alguns a imaginavam assassinada pela madrugada. Ela não se rendia. Sempre se soube única de uma gloriosa casa. Condição que assimilou desde menina. No colégio surgiu-lhe o arrebato e a expulsaram, a novilha no prado. Após o casamento, rejeitou o homem, que nunca mais ele pisasse aquelas terras. Sobre o amor, sentimento breve, resguardava-se: é para muito mais tarde, justificando ela dizia. Vinham entorpecendo-lhe as juntas nos últimos meses. Lecionava música a meninos e garotas. E, no entanto, era jovem ainda. Mas o envelhecimento na família iniciava-se pela paralisia dos membros inferiores, sem se explicar o fenômeno, a vocação para a imobilidade. Por pretender a leveza, como folha involuntária ao vento, alimentava-se de café com leite, frutas, queijo, torradas. O primo ameaçou-a por questões de inventário. Ela se redimia negando-lhe atenção. Também sua mãe agira do mesmo modo, quando o pai do primo a visitara, embora suas propostas fossem então tão diferentes. O homem sentou-se ao lado do piano. Os bibelôs tremulavam, ela tocando, ele os afastou para que não se quebrassem. A mulher sorriu agradecida. Mas a luta, isto era áspero. Até o dispensar e suas últimas palavras alcançaram o nível da guerra: — A decisão de Deus nem sempre é a mesma do homem. Você resolve matando, ou pela justiça. Os amigos iam-se afastando quando a souberam em luta com o primo. Assim os alunos. Viu-se no estado de simular lições de piano o dia inteiro, para que a vizinhança não suspeitasse de sua solidão. E seu orgulho triunfasse. O trato com ela própria a exauria. Sempre buscando outros meios de acertar, mas terminava no piano, claudicando entre as teclas. Passou a compreender as razões do pai ter abandonado a mãe. Vida junta terminava em amargura, consolidação de estimas erradas.
Nélida Piñon. Cortejo do divino. Porto Alegre: L&PM, 2001.

Média: 13,96 amp. / 8,00 cotas negros.
Desvio padrão: 4,53 amp. / 1,8 cotas negros.

Rafaela Junqueira de Oliveira – 21

La sagrada familia

Un rostro martirizado, falta de elegancia en el caminar. Día y noche, la petición del reloj. Algunos la imaginaban asesinada por la madrugada. Ella no se rendía. Siempre se supo única de una gloriosa casa. Condición que asimiló desde niña. En el colegio surgió su arrebato y la expulsaron, la novilla en el campo. Después del casamiento rehusó al hombre y le dijo que nunca más pisara en aquellas tierras. Sobre el amor, sentimiento ligero, se protegía: es para mucho más tarde, decía justificando.

Sus ligaciones de los muslos se estaban quedando débiles en los últimos meses. Ella enseñaba música a niños y niñas. Y, sin embargo, aún era joven. Pero el envejecimiento en la familia comenzaba por la paralisia de los miembros inferiores, sin explicarse el

fenómeno, la vocación para la imobilidad. Por pretender la leveza, como hoja involuntaria al viento, se alimentaba de café con leche, frutas, queso y tostadas.

El primo la amenazó por cuestiones de inventario. Ella se redimía negándole atención. También su madre había reaccionado del mismo modo, cuando el padre del primo la había visitado, aunque sus propuestas fuesen entonces tan diferentes. El mismo hombre se sentó al lado del piano. Los bibelós tremblaban cuando ella tocaba, él los afastó para que no se rompieran. La mujer sonrió agradecida. Pero la lucha, eso era áspero. Hasta echarlo y sus últimas palabras alcanzaron el nivel de la guerra:
- La decisión de Dios ni siempre es la misma del hombre. Usted lo resuelve matando o por la justicia.

Los amigos se iban afastando cuando supieron de su lucha con el primo. Asimismo los alumnos. Ella se vió en el estado de simular clases de piano todo el día para que los vecinos no sospecharan de su solitud. Y para que su orgullo triunfara. La relación con ella propia la cansaba demasiadamente. Siempre buscando otros medios de acertar, pero acababa en el piano, claudicando entre las teclas. Empezó a compreender las razones por las cuales su padre había abandonado a su madre. Vida conjunta terminaba en amargura, consolidación de estimas equivocadas.

Paulo Mendes de Carvalho Guedes - 20

La sagrada familia

Una face sufrida, falta de elegancia en el andar. Día y noche, la repetición del reloj. Algunas personas la imaginaban asesinada por la madrugada. Ella no se rendía. Siempre se creyó la única de una casa gloriosa. Condición que asimiló desde cuando era una niña. En el colegio se le surgió el arrebate y la expulsaron, la novilla en el prado. Después del casamiento, recusó el hombre, que jamás él volviera a pisar en aquellas tierras. Con relación al amor, sentimiento breve, ella se protegía: es para mucho más tarde, ella decía con el objetivo de justificar.

Se la entorpecía el cuerpo en los últimos meses. Enseñaba música para niños y niñas. Y, no obstante, todavía era joven. Pero la vejez de la familia empezaba por la paralisia de los miembros inferiores, fenómeno sin explicación, la vocación para la imovibilidad. Debido al hecho de buscar la leveza, como una oja involuntaria al viento, se alimentaba de cafe con leche, con frutas, con queso y con tostadas.

El primo la amenazó debido a cuestiones de sucesión. Ella se redimía al no le dar atención. También su mama se había comportado de la misma manera, cuando el padre del primo la había visitado, a pesar del hecho de que sus propuestas eran muy diferentes. El hombre se sentó al lado del piano. Los muebles sacudían, ella tocaba, él los afastó para que no se quebrasen. La mujer sonrió agredecida. Pero la lucha, esto era difícil. Hasta la despedida y sus últimas palabras, que alacanzaron el nivel de la guerra:
- La decisión de Dios ni siempre es la misma del hombre. Usted resuelve al matar, o por medio de la justicia.

Los amigos se alejaban cuando le supieron en la lucha con el primo. Así los alumnos. Se dío cuenta de que simulaba lecciones en el piano el día entero, para que los vecinos no notasen su soledad. Y su orgullo triunfase. El trato con ella misma la cansaba. Siempre buscando otros medios de acertar, pero terminaba en el piano, y claudicaba entre

las teclas. Empezó a compreender las razones por las cuales el padre había abandonado la madre. Vida junta terminaba en tristeza, consolidación de estimas erradas.

Matheus Freitas Rocha Bastos - 19

La sagrada família

Una cara martirizada y una falta de elegancia al caminar. Día y noche, la repetición del reloj. Algunas personas la imaginaban asesinada por la madrugada. Ella no se rendía. Siempre supe que era única de una gloriosa casa. Condición que asimiló desde pequeña. En el colegio se lo ocurrió la transformación y la expulsaron, la jovensita en la pradaría. Después del casamiento, rechazó a su hombre, diciéndole que nunca más pisara en aquellas tierras. Sobre el amor, sentimiento breve, ella se resguardaba: es para mucho más tarde, ella decía justificándose.

Sus articulaciones lastimaban a ella en los últimos meses. Enseñaba música a chicos y chicas. Y, sin embargo, era joven aún. Pero la viejéz en la familia empezaba por la paralisía de los membros inferiores, sin que el fenómeno de la vocación para la inmobilidad fuera explicado. Por pretender ser leve como una hoja involuntaria al viento, se alimentaba de café con leche, frutas, queso y tostadas.

El primo la amenazó por cuestiones del inventario. Ella se redimía negándole la atención. Su madre también hizo lo mismo cuando el padre del primo le había visitado, aunque sus propuestas eran entonces tan distintas. El hombre se sentó al lado del piano. La decoración tremía mientras ella tocaba el piano, luego el hombre la afastó para que no se rompiera. La mujer agradeció con una sonrisa. Pero la luta, esto era difícil. Hasta el adiós sus últimas palabras alcanzarón el nivel de la guerra:

-La decisión de Dios ni siempre es la misma del hombre. Tú resuelves matando o por la justicia.

Los amigos iban afastándose cuando sabían que ella estaba en luta con su primo. Los alumnos también. Ella se deparó con la necesidad de simular leciones de piano por todo el día para que la vecindad no sospechara de su solitud. Y que su orgullo triunfara. El trato con ella propia le cansaba. Siempre buscando otros medios de acertar, pero terminaba en el piano, perdiendo tiempo entre las teclas. Pasó a entender la raziones del padre haber abandonado a su madre. La vida junta terminaba en amargura, consolidación de estimas erradas.

Notas do autor

* Em amarelo, estão as palavras que, seguramente, escrevi errado. Como não há marcação no Espelho de Resposta, não se sabe precisar quais os erros exatos cometidos em minha versão.

Christian Bicca Estivallet – 18

La sagrada família

Un rostro cansado, falta de elegancia al caminar. Día y noche, la repetición del reloj. Algunos la imaginaban asesinada por la madrugada. Ella no se rendía. Siempre se supo

única de una casa gloriosa. Condición que asimiló desde menina. En el colegio surgió el sentimiento y la expulsaron, la novilla del prado. Después del casamiento, no acceptó al hombre, que jamás él pisara en aquellas tierras. Sobre el amor, sentimiento fugaz, se resguardaba: es para mucho más tarde, justificando decía.

Venían se embriagando sus juntas en los últimos meses. Ensinaba música a chicos y chicas. Y, sin embargo, era joven todavía. Pero la vejez en la familia se iniciaba por la paralisía de los membros inferiores, sin explicación para el fenómeno, la vocación para la inmovilidad. Una vez que pretendía la leveza, como hoja involuntaria al viento, se alimentaba de café con leche, frutas, quesos, torradas.

El primo la amenazó por cuestiones de inventario. Ella se protegía negando atención a el. También su madre había actuado de igual modo, cuando el padre del primo la había visitado, aunque sus propuestas fueran entonces tan diferentes. El hombre se sentó al lado del piano. Los bibelós se movían, ella tocando, él les puso lejos para que no quebraran. La mujer sonrió, agradecida. Pero la lucha, esto era duro. Hasta el adiós y sus últimas palabras alcanzaron el nivel de la guerra:

- La decisión de Diós ni siempre es la misma del hombre. Tu resuelves matando o por la justicia.

Los amigos iban se afastando cuando supieron que estaba en lucha con el primo. Del mismo modo los alumnos. Se vió en el estado de simular liciones de piano el día todo, para que los vecinos no suspecharan de su solitud. Y su orgullo triunfara. La relación con ella propia la cansaba. Siempre buscando otros medios de acertar pero terminaba en el piano, claudicando entre teclas. Pasó a entender los motivos del padre haber dejado a la madre. Vida junta terminaba en amargura, consolidación de ideas erradas.

Pior nota
Anônimo - 0

O candidato deixou a questão em branco.

Francês

Résumé

Résumez le texte ci-dessous avec vos propres mots.

Profession : député

Récemment, un pur produit de l'élite française nommé Emmanuel Macron déclarait : « Je ne fais pas partie de cette caste politique et je m'en félicite. Nos concitoyens sont las de cette caste » (SudOuest.fr, 9 mai 2016). Il réclamait l'émergence de « nouveaux visages » et érigeait « l'immaturité et l'inexpérience » en argument de campagne. La critique de la professionnalisation de la politique est populaire ; si populaire qu'elle peut même ouvrir le chemin de l'Élysée.

Ces trajectoires tant décriées n'apparaissent pas d'emblée dans les statistiques. Conscients du stigmate qu'elles impliquent, les élus font tout pour s'en démarquer. Interrogés, ils rejettent en bloc le terme même de « carrière » au profit d'un vocable plus neutre, comme « parcours de vie », ou évoqueront même une « vocation », mélange de devoir et de passion.

Pourtant, une grande transformation des voies d'accès à la politique et des filières de recrutement a marqué les dernières décennies. C'est ce que démontre une enquête inédite menée sur quatre générations de députés français. Au cours d'une étude menée à l'Assemblée, nous avons reconstitué le parcours de 1 738 d'entre eux, des années 1970 à nos jours, dressant un tableau inédit de la représentation politique en France.

Âgés de 54 ans en moyenne, plus diplômés que le reste de la population et appartenant dans leur grande majorité aux classes supérieures, les députés des années 2010 sont aussi très majoritairement des hommes. En termes d'expérience, les élus de 2012 sont bien plus vieux que leurs homologues des années 1970, accréditant ainsi la thèse d'une professionnalisation.

En moyenne, les députés de 2012 auront passé 67 % de leur vie adulte en politique, contre 46 % pour ceux de 1978. Au moment de leur élection, les membres de l'Assemblée sortante y avaient passé déjà douze années, alors que, en 1978, six années en moyenne suffisaient pour accéder au Palais-Bourbon.

Comment expliquer cet allongement du chemin qui mène à la représentation nationale? La réponse se trouve d'abord dans l'augmentation du nombre de mandats électifs consécutive à la décentralisation, avec la création de mandats régionaux et intercommunaux. Elle tient aussi à la croissance exponentielle des effectifs d'assistants parlementaires, de collaborateurs d'élus, de permanents de partis, mais aussi de communicants ou de membres de structures.

L'accroissement de la « lutte des places », contribue à l'homogénéisation idéologique du personnel politique observée au cours des dernières décennies. Recrutés dans les mêmes viviers, formés dans une matrice commune, les responsables actuels proposent des solutions proches les unes les autres, tout en se distinguant par des manières individuellement remarquables de poser les problèmes. La concurrence dans la file d'attente incite les candidats à se faire connaître par leur nom propre plutôt qu'à travers leur parti, et donc à se démarquer à coups de petites phrases.

Cette stratégie de la personnalisation se perpétue une fois leur place conquise sur les bancs. L'enquête montre que, durant le quinquennat qui vient de s'achever, trente députés ont reçu à eux seuls la moitié des invitations à passer dans une émission de télévision ou de radio nationale. À l'inverse, 46 % des élus n'auront jamais été invités par un grand média audiovisuel au cours de la législature.

La composition sociale de l'Assemblée a également changé. Avec les mutations du Parti socialiste et la quasi-disparition du Parti communiste français de la représentation nationale, les classes populaires ont déserté l'hémicycle. En 2012, on n'y comptait qu'environ 1 % d'anciens employés et ouvriers, alors que ces catégories forment la moitié de la population active ; en 1978, ils étaient un peu plus de 10 %. Au cours des dernières décennies, la part des élus appartenant aux classes supérieures a elle aussi diminué. Le nombre de membres des professions libérales de santé est ainsi passé de 12 % à 6 % entre 1978 et 2012, et le nombre de hauts fonctionnaires, de 13 % à 6 %.

L'allongement du temps politique y contribue certainement. Pour les jeunes des classes supérieures, la nécessité de s'engager de plus en plus précocement est difficilement compatible avec des études longues et sélectives. Quant à leurs aînés, la perspective de se ranger patiemment dans la file d'attente qui mène aux mandats manque d'attrait à leurs yeux. D'autant que l'activité de député est particulièrement chronophage. Le nombre d'heures de séance à l'Assemblée a triplé depuis le début de la Ve République, rendant difficile l'exercice parallèle d'une profession libérale, encore courant dans les années 1960.

L'inaccessibilité des mandats aux ouvriers et employés, le dévoiement de la politique en stratégie de carrière, le népotisme dans le recrutement des assistants parlementaires orientent les débats vers plusieurs pistes de réforme. La diminution des indemnités des élus a toutes les apparences d'une fausse solution.

Les réformes touchant au cumul des mandats favorisent assurément la rotation des postes et redistribuent le pouvoir concentré par les potentats locaux. Mais elles ne sont pas conçues pour changer le profil des nouveaux élus.

Une autre mesure intensément discutée consisterait à tirer au sort tout ou partie des législateurs. Elle apporterait une solution radicale au problème de la professionnalisation et transformerait profondément l'idée même de représentation. Il n'est pas certain que la démocratie sorte gagnante de ce qui s'apparenterait à une ruse de la raison présidentialiste.

Quel que soit leur potentiel transformateur, ces mesures partagent toutefois un prisme individualiste. Toutes postulent que les problèmes contemporains de la politique proviennent avant tout de ses représentants ; ce serait donc sur eux qu'il faudrait concentrer les critiques et les recherches de solutions. Or, pour être vraiment efficace, le débat devrait aussi — et avant tout — porter sur 67 l'organisation même du pouvoir et de la démocratie représentative. Julien Boelaert et al. Métier : député. Enquête sur la professionnalisation de la politique en France. Raisons d'agir, Paris, 2017. Internet : (texte adapté).

Média: 18,37 amp. / 16,93 cotas negros.
Desvio padrão: 3,45 amp. / 3,05 cotas negros.

Paulo Mendes de Carvalho Guedes - 22,5

La critique de la professionalisation de la politique en France est devenu une constante de la vie politique du pays. En effet, les nouveaux politiciens rejettent le vocable <<carrière>>. Cependant, selon une enquête inédite sur le tableau de la représentation politique française, la thèse de la professionalisation est vrai. D'après l'étude, les deputes d'aujourd'hui sont plus vieux, appartiennent aux classes supérieures et sont plutôt des hommes qui ont déjà occupés des postes politiques. Cela représant la conséquence de l'augmentation du nombre de mandats électifs après la décentralisation.

De plus, la croissance du nombre d'assistants parlementaires et de la dispute pour ces postes ont homogéneisé le personnel politique en ce qui concerne l'aspect idéologique. Ces individus utilisent la stratégie de la personnalisation au lieu de s'associer à l'image de leur parti.

Autre changement a eu lieu dans la composition sociale de l'Assemblée, où Il y a moins d'ouvriers et des élus appartenant aux classes supérieures qu'en 1978. La raison de cela est l'allongemente du temps politique, qui fait la file d'attente augmenter et rend plus difficile aux jeunes de compatibiliser leurs études ou leurs professions avec la participation politique.

Cette situation suscite des débats sur une reforme qui soit capable de reduire le cumul des mandats. Pourtant, les reformes proposées, qui ont un prisme individualiste, ne vont pas changer le scénario. En effet, seulement une solution radicale peut transformer la démocratie représentative d'aujourd'hui en France.
(234 palavras)

Matheus Freitas Rocha Bastos – 22,5

Quoique Emmanuel Macron et les autres politiciens nient leur relation avec la politique en tant qu'une vraie carrière en remarquant son aspect presque moral, une enquête récente et très importante démontre que le système de représentation de la France se caractérise par le phénomène de la professionnalisation politique. En comparaison avec les politiciens de 1970, les élus d'aujourd'hui sont plus anciens, éduqués et restent au moins 67% de leur vie en maîtrisant les affaires politiques. Les causes de ce changement du profil de l'Assemblée sont variables. D'une part, l'élévation du nombre des candidats élus plusieurs fois aussi que de leurs conseillers peuvent bien expliquer ce processus. D'autre part, l'attention sur l'individu plutôt que sur le parti et le mouvement de création d'une mentalité de classe sont aussi responsables pour la professionnalisation politique.

De surcroît, le profil social des politiciens est aussi différent comparé auparavant. Les responsabilités imposés à ceux qui font partie de la vie politique ont augmenté, d'où le coût social et économique de participation est également plus haut. Le temps est, ainsi, un élément qui rend l'accèss à l'Assemblée plus difficile et c'est la raison pour laquelle les

politiciens ne s'occupent pas d'une autre profession. Pourtant, les tentatives de résoudre ce problème, comme la réforme éléctorale et la proposition de récruter les candidats par hasard, n'ont pas réussi surtout car elles centrent la question sur les politiciens et pas sur les structures de pouvoir de la démocratie française.

Notas do autor
* Em amarelo, estão as palavras que, seguramente, escrevi errado. Como não há marcação no Espelho de Resposta, não se sabe precisar quais os erros exatos cometidos em meu resumo.
(240 palavras)

Elisa Hickmann Nickel – 21,5 (antes do recurso: 20,0)

En analysant la professionnalisation de la politique française, Julian Boelaert remarque qu'elle est beaucoup critiquée, aussi bien par la population que par les politique eux-mêmes. Malgré cela, une enquête a montré qu'elle est une realité: les députés d'aujourd'hui sont plus vieux et ils ont passé une plus grande partie de leur carrière à la politique. Ils ont aussi étudié plus que le reste de la population et la majorité d'entre eux fait partie des classes supérieures.

La décentralisation en France, qui a multiplié la quantité de mandats électifs, avec la création de mandats régionaux et intercommunaux, est partiellement responsable de cette situation. Une autre raison est le temps qui doit être dévoué à l'Assemblée: il a beaucoup augmenté depuis le début de la Ve République, ce qui éloigne les classes populaires de cette profession.

La méfiance envers les politiques est suivie d'une similarité idéologique croissante et, par conséquent, d'un effort commun de se montrer différent à cause de caractéristiques personnelles. Pourtant, l'homogénéisation est remarquable: les classes populaires, les professions libérales de santé et les hauts fonctionnaires sont moins représentés qu'en 1978.

À guise de conclusion, Boelaert souligne que adopter des solutions radicales, comme tirer au sort les législateurs, ne va pas nécessairement améliorer la situation, tandis qu'il s'agit d'une solution individualiste pour un problème qui est plus vaste. Ainsi, il faut poser des questions sur l'organisation même du pouvoir et de la démocratie représentative, plutôt que sur ceux qui sont élus.
(241 palavras)

Maybi Rodrigues Mota – 21,25

Malgré la force argumentative de la critique de la professionnalisation de la politique, démontrée par l'éléction d'Emmanuel Macron, une enquête innovatrice a apporté des données qui suggèrent une progréssive professionnalisation depuis 1970. La recherche a investigué l'historique de 1738 députés français et indique que les députés élus en 2012 sont plus experienciés que ceux des années 1970. En plus, les députés de 2012 ont environs

54 ans, appartiennent, la plupart, aux classes enrichies, sont plus diplomés et sont, prêsque tous, des hommes.

D'une part, courramment il y a plus de mandats électifs – régionaux et intercommunaux – à cause de la décentralisation. D'autre part, l'administration compte sur plusieurs fonctionnaires attachés à la structure. De cette façon, les députés qui arrivent à être élus dédient une période plus longue de leurs vies à la carrière politique aujourd'hui qu'en 1978.

En outre, il est devenu plus difficile de distinguer les candidats ayant pour base l'idéologie. Alors, au lieu de faire des propositions qui mettent leurs partis en relief, ils choisissent le chemin du personnalisme, qui tende à se perpetuer.

En termes de composition et représentation, on vérifie des changements aussi. Comme la vie politique consomme du temps excessivement, les classes supérieures ont vu sa participation diminuer. Les classes populaires, aussi, sont moins representées, ainsi que les professionnels liberales et les hauts fonctionnaires.

De cette façon, il est important de repenser la représentation, la démocratie et l'organisation du pouvoir. Brêf, les problèmes ne sont pas seulement chez les politiques.
(244 palavras)

Pior nota
Anônimo – 8,75

Le auteur Julien Boelaert a écrit «Profession : député » en réponse à une critique que Emmanuel Macron a élaboré en rapport à la professionnalisation de la politique et des hommes de politique. L'article utilise une enquête élaborée par L'Assemblé française, au cours de quatre générations de députés, et défendre que cette critique ignore la réalité.

En fait, selon l'étude, la plupart des députés ont une histoire de vie liée à la politique, bien comme il ya une tendance de que ces personnes soient majoritairement des hommes de moyen 6age et sujet à une homogénéisation idéologique. La structure parlamentaire française, dit l'auteur, n'est pas parfait.
Cependant, la solution de ces problème ne répouse pas en, par exemple, la diminution des indemnités des hommes de politique, très lié au népotisme. Une réforme de la structure du pouvoir est nécessaire, toutefois des solutions de ce type ne changeront rien.

Pour avoir un débat efficace, il faut que les Françaises changent la donne de la discussion. Il faut, aussi, que les Françaises fassent centrer ses considérations en l'organisations du pouvoir et de la démocratie réprésentative.
(182 palavras)

Notas do autor
1 – Quase todos os erros de francês e de conteúdo foram mantidos (só foram alterados aqueles erros que impediam a compreensão do texto).
2 – É possível ir mal em um resumo/questão e ser bem-sucedido no concurso. Não percam a esperança.

Version

Élaborez une version en français du texte ci-dessous.

Herança rural

Procurou-se mostrar no presente capítulo como, ao menos em sua etapa inicial, esse processo correspondeu de fato a um desenvolvimento da tradicional situação de dependência em que se achavam colocadas as cidades em face dos domínios agrários. Na ausência de uma burguesia urbana independente, os candidatos às funções novamente criadas recrutam-se, por força, entre indivíduos da mesma massa dos antigos senhores rurais, portadores de mentalidade e tendência características dessa classe. Toda a ordem administrativa do país, durante o Império e mesmo depois, já no regime republicano, há de comportar, por isso, elementos estreitamente vinculados ao velho sistema senhorial.

Essas condições representam o prolongamento de um fato muito real e sensível, que prevaleceu durante o regime colonial. Durante largo tempo, de algum modo até a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, constituímos uma estrutura sui generis, mesmo comparados aos outros países americanos, àqueles, em particular, onde a vida econômica se apoiou quase totalmente, como aqui, no trabalho servil.

A regra, em todo o mundo e em todas as épocas, foi sempre o contrário: a prosperidade dos meios urbanos, fazendo-se à custa dos centros de produção agrícola. Sem o incremento das cidades e a formação de classes não agrárias, o que tem sucedido constantemente é que a terra entra a concentrar-se, pouco a pouco, nas mãos dos representantes de tais classes, que residem, em geral, nas cidades e consomem a produção dos elementos rurais, sem lhes dar, no entanto, o equivalente econômico do que recebem.

(Sérgio Buarque de Holanda. Raízes do Brasil. 1936.)

Média: 19,22 amp. / 16,71 cotas negros.
Desvio padrão: 2,69 amp. / 3,5 cotas negros.

Matheus Freitas Rocha Bastos – 23

L'héritage rural

L'objectif de ce chapitre était de montrer comment, au moins dans son étape initiale, ce processus a correspondu éffectivement au développement de la situation traditionelle de dépendence dans laquelle les villes ont été mise par rapport aux domaines agricoles. Manque d'une bourgeoisie urbaine indépendante, les candidats aux fonctions créés de nouveau sont choisis, par force, parmis les individus du même groupe de anciens maîtres ruraux, ayant la mentalité et la tendence caractéristiques de cette classe. Toute l'ordre administrative du pays, pendant l'Empire et même après, dans le régime républicain, doit comporter, pour cette raison, les éléments particulièrement liés au ancien système des maîtres.

Ces conditions représentent le prolonguement d'un fait très réel et sensible persistant pendant le régime colonial. Pendant très longtemps, de quelque façon presqu'à l'entrée de la Court portugaise au Rio de Janeiro, nous avons de quelque façon constitués une structure sui generis, même en comparaison aux autres pays américains où particulièrement la vie économique s'est appuiée presque totalement sur le travail de l'éclave, comme ici.

Dans tout le monde et toutes les époques, la règle a été toujours le contraire : la prospérité des centres urbains à travers l'exploitation des centres de production agricole. Sans le développement des villes et sans la formation de classes non agricoles, ce qui se passe constamment est que la terre commence à se concentrer, peu à peu, dans les mains des représentants de ces classes habitant, en général, aux villes et consommant la production des éléments ruraux, sans donner à ceux-ci, pourtant, l'équivalent économique de ce qu'ils gagnent.

Notas do autor

* Em amarelo, estão as palavras que, seguramente, escrevi errado. Como não há marcação no Espelho de Resposta, não se sabe precisar quais os erros exatos cometidos em minha versão.

Pedro Henrique de Sousa Zacarias – 23

On a essayé de montrer dans le chapitre présent comment, au moins dans son étape initiale, ce processus a correspondu *vraiement* à un développement de la traditionnelle situation de *dépendence* dans laquelle se trouvaient placées les villes par rapport aux *domains* agraires. Dans l'absence d'une bourgeoisie urbaine *indépendente*, les candidats aux fonctions qui avaient été de nouveau créées sont *forcémment* choisis parmi les individus du même groupe des anciens maîtres ruraux, et qui portaient la mentalité et la *tendence charactéristiques* de cette classe. Tout l'ordre administratif du pays, à l'époque de l'Empire et même après sa fin, déjà au régime républicain, aura ainsi des éléments étroitement liés au vieux système des maîtres.

Ces conditions ont représenté le prolongement d'un fait très réel et sensible, qui a prévalu pendant le régime colonial. Pendant longtemps, d'une certaine façon jusqu'à l'arrivée de la Court portugaise au Rio de Janeiro, nous avons constitué une structure « sui generis », même par rapport aux autres pays américains, particulièrement par rapport à ceux dont la vie économique s'est appuyée presque totalement, comme ici, sur l'*éclavage*.

La règle, dans tout le monde et à toutes les époques, a toujours été le contraire : la prospérité des *millieux* urbains se tenait à celle des centres de production agricole. Sans la croissance des villes et sans la formation des classes non agraires, ce qui se passe constamment c'est que la terre commence à se concentrer peu à peu aux mains des représentants de telles classes, ceux qui habitent en général dans les villes et qui consomment la production des élément ruraux, sans qu'ils donnent pourtant à ceux-ci l'équivalent économique de ce qu'ils reçoivent.

Luana Roeder – 23

L'héritage rural

On chercha montrer dans ce présent chapitre comment, au moins à son étape initiale, ce processus a correspondu en fait à un développement de la traditionnelle situation de dépendance où ce trouvent mis les villes face aux domaines agricoles. À l'absence d'une bourgeoisie urbaine indépendante, les candidats aux nouveaux postes cries sont recrutés, par force, entre les indivues de la même masse des ancien propriétaires ruraux, qui ont la mentalité et la tendance caractéristiques de cette classe. L'intégralité de l'ordre administrative du pays pendant le royaume et même après, déjà au régime républicain, doit donc comporter d'éléments directement liés au vieux système seigneuriaux.

Ces conditions représentent l'allongement d'un fait plus réel et sensible, qui a prédominé pendant le régime colonial. Pendant un long temps, d'une façon jusqu'à le venir de la Cour portugaise à Rio de Janeiro, nous avons constitué une structure sui generis, même comparé aux autres pays américains aux ceux, particulièrement, où la vie économique s'est basé presque totalement, comme ici, sur le travail servile.

La règle, dans tout le monde et à toutes les époques, a été toujours le contraire : la prospérité des milieux urbains, fait au coût des centres de production agricole. Sans l'accroissement des villes et la formation des classes non agricoles, il se passe constamment que la terre est concentrée, peu à peu, dans les mains des représentants de ces classes là, qui es général vivent dans les villes et consomment la production des éléments ruraux, sans néanmoins leur donner l'équivalente économique de ce qu'ils recevant.

Daniel Köhler Leite – 23

Héritage rural

On a essayé de montrer dans ce chapitre comment, au moins lors de son étape initiale, ce processus correspondait en effet au développement de la traditionnelle situation de dépendance des villes par rapport aux domaines agraires. En manque d'une bourgeoisie urbaine indépendante, les candidats aux fonctions créées encore une fois se récrutent, nécessairement, entre individus de la même masse d'anciens seigneurs rurales, qui ont une mentalité et une tendance caractéristiques de cette classe. Toute l'ordre administrative du pays, pendant l'Empire et même après, déjà durant le régime républicain, doit englober, par conséquent, des éléments strictement liées au vieux système des seigneurs.

Ces conditions représentent le prolongement d'un fait très vrai et sensible, qui a prévalu pendant le régime colonial. Pendant longtemps, de certaine façon jusqu'à l'arrivée de la Cour portugaise à Rio de Janeiro, nous avons constitué une structure unique, même en comparaison aux autres pays américains, à ceux particulièrement où la vie économique s'est appuyée presque totalement, comme ici, sur le travail servil.

La règle, partout et durant toutes les époques, a toujours été le contraire : la prospérité des moyens urbains se produisant en détriment des centres de production agricoles. Sans la croissance des villes et sans la formation de classes qui ne sont pas agraires, ce qui est survenu de façon constante c'est que la terre commence à se concentrer, peu à peu, dans les mains des représentants de ces classes, qui habitent, normalement, dans

les villes et qui consomment la production des éléments rurals, sans qu'ils leur donnent néanmoins l'équivalent économique de ce qu'ils reçoivent.

Pior nota
Anônimo - 12

On a cherché dans le present chapître comment, au moins dans le première étape, ce processus a correspondu en fait à un dévelopment de la traditionelle situation de dépendence où se travaient les cités devant l'agriculture. L'inexistance d'une bourgeoisie urbaine indépendante, les candidats à les functions nouveux crées se sont recrutés par le force, parmi les individus de la même masse des anciennes Monsieurs, ces qui portent la mentalité et la tendence characteristique de cette classe. Toute l'ordre administratif du pays, pendand l'Empire et après, même dans la république, ont besoin de porter d'éléments liées aux vieux système.

Cettes conditions répresentent l'éloignement d'un fait très réel et sensible, qui a reuissi pendant le régime coloniel. Dès beaucoup de temps, jusqu'à la voyage de la famille réel Portugaise au Rio de Janeiro, nous constituyons une structure sui generis, même comparés aux autres pays Américains, où la vie économique s'est basée presque totalement, comme là, au travail servil.

La règle, dans tout le monde et dans toutes les époques, a été toujours le contraire; la prosperité du moyenne urbaine, qui a reussi contre l'agriculture. Sans le dévelopment des cités et de la classe non-agraire, l'unique chose qui a reussi est la concentration de terre dans les mains des répresentants de ces classes, qui vivent dans la cité et consomment la production rurale sans leur donner, néanmoins, ce qu'ils doivent.

Guia da

Capivara Cética

as melhores (e as piores) respostas dos aprovados no CACD 2018

Tarsila 1929

Turma do Instituto Rio Branco

2019 - 2020

Turma do Instituto Rio Branco
2019 - 2020

Anna Paula Ribeiro Araujo Mamede

Andre Luiz Lettieri Alves

Angelo Paulo Sales dos Santos

Bernardo Andrade Vaz de Faria Pereira

Bernardo Macêdo Alves de Morais

Cauê Rodrigues Pimentel

Ciro Eduardo Ferreira

Diógenes Novais da Cruz

Francisco Luiz Pinto da Rocha Santos

Gabriela Ruggeri

Henrique Towata Sato

Jonas Teixeira Marinho

Jorge Luiz de Lima Santos

Laís Monteiro Pontes da Silva

Luiz Eduardo Andrade de Souza

Luiz Filipe Maciel Gomes

Matheus Corradi de Souza

Matheus Knispel da Costa

Maurício Gurjão Bezerra Heleno

Maurício Horta Miyauchi

Osvaldo Quirino de Souza Filho

Pedro Vale de Andrade Arruda Câmara

Rafael Mendes Bernardes

Raphael Azevedo França

Ricardo Silva Nogueira

Victor Born Portella

CRÉDITO DE IMAGENS
Capa: Paisagem Com Bicho Antropofágico II, 1929 - Tarsila do Amaral © Copyright 2019
Gráficos: Diógenes Domenicis Gimenez

DESIGN
Fábio Nitta

T 944
Turma do Instituto Rio Branco 2019-2020

Guia da Capivara Cética: as melhores (e as piores) respostas dos aprovados no CACD 2018
Turma do Instituto Rio Branco 2018 – 2020

441 p.

1. Instituto Rio Branco 2. Diplomacia 3 Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata. I. Título

Sumário

LÍNGUA INGLESA

LÍNGUA INGLESA

LÍNGUA INGLESA

HISTÓRIA DO BRASIL

POLÍTICA INTERNACIONAL

POLÍTICA INTERNACIONAL

POLÍTICA INTERNACIONAL

ECONOMIA

ECONOMIA

ECONOMIA

ECONOMIA

DIREITO

LÍNGUA FRANCESA

LÍNGUA FRANCESA

Introdução

O Instituto Rio Branco é um ecossistema complexo e raro. Alguns especialistas até diriam que ele se assemelha à irregular geografia do *Extremistão*. Seu jardim interno abriga uma fauna excêntrica, pouco conhecida pelo brasileiro, mas que, desde a saudosa catalogação do *"Filhote de Gnu"*, atrai gerações de *cacdistas*. Nesse meio ambiente singular, repleto de armadilhas e protocolos, surge, todos os anos, uma nova espécie. Em 2018, a Capivara Cética, também conhecida como *Capybara escéptica*, soma-se à fauna rio-branquina.

A capivara é o maior roedor do mundo, um animal que só existe no continente sul-americano, ou seja, uma preciosidade das terras baixas *del mundo hispánico*. Trata-se de um produto de milênios de isolamento geográfico e de um animal que, mais importante, triunfou diante da concorrência selvagem de seus pares. Sua semelhança com o cacdista é, portanto, tão evidente quanto a probabilidade de um cisne negro (sic), já que cabe a essa rara espécie concurseira superar o brutal estado de natureza cespiano para alcançar, finalmente, o seu habitat natural nos plácidos espelhos d'água do Palácio Itamaraty.

Ao leitor não convencido da semelhança entre a capivara e o cacdista, apelamos a argumentos de autoridade. Segundo a *Wikipedia*, a capivara é um animal que, sendo "extremamente adaptável, pode ocorrer em ambientes altamente alterados pelo ser humano", tais como a banca de terceira fase ou, ainda, salas de prova sem ar condicionado. Mais: "as capivaras são animais sociais, vivendo em bandos que em média têm entre 10 e 30 animais", sendo que, antigamente, era possível deparar-se com grupos de até 100 capivaras... Por fim, as capivaras passam a maior parte do dia submersas, boiando na superfície da água, plenas; quem as vê de fora chega a pensar que são animais preguiçosos, relapsos. Mal desconfiam que as capivaras estão ali dedicando-se à laboriosa e silente arte da sobrevivência, a qual é um mistério para seus demais parentes roedores. Agora sim, o leitor já começa enxergar as semelhanças entre a amigável capivara e o cacdista. Mais: dá-se conta de que o cacdista deveria agir e pensar como uma capivara. Afinal, como diz um popular ditado das redes sociais: ***"always be yourself, unless you can be a capybara. Then always be a capybara".***

Mas isso não basta ao cacdista de sucesso. É preciso que ele seja também um cético. Ele necessita cultivar, a cada página lida, um *ceticismo cartesiano*, tal qual nosso amigo

René Descartes resumira: penso, logo desconfio. Afinal, assim como os antigos filósofos paripatéticos, os cacdistas são paranóicos sobre o seu conhecimento adquirido: acreditam que tudo aquilo o que sabem está errado, não é suficiente, ou, pior, não é cobrado pela banca. São tomados por uma ansiedade viciante, cujo único antídoto é um ceticismo irreverente, uma ataraxia cheia de malemolência e presença de espírito.

A capivara cética jamais duvida de seus propósitos, nem baixa a guarda contra predadores. Assim como o cacdista, ela geralmente *não sabe o que faz, mas ainda assim o faz*. Vive exemplarmente, baixo a serenidade cética dos fortes. Trabalha ardorosamente todos os dias, de modo disciplinado e constante, jamais questionando sua capacidade de ser o roedor dominante. Serve de exemplo para que o cacdista busque não a glória, mas, sim, o equilíbrio eudemônico, entre livros e a sanidade mental; para que ele fuja dos *divertissements* que lhe afastam da aprovação; para que ele tenha coragem, sem cair na paralisia da covardia ou na imperícia da imprudência.

Resta ao cacdista, portanto, emular as habilidades da capivara cética para que ele não mais se assuste com o tamanho da prova de línguas; para que ele não se curve diante dos recursos negados; para que, mesmo diante da derrota, erga-se e enfrente a banca - *respeitosamente*, é claro -, levando apenas *seu talento, seu corpo e sua confiança*, até que sua aprovação seja alcançada.

A lição de resistência e adaptabilidade da capivara inspira não só ao cacdista, mas também ao jovem terceiro-secretário, recém-aprovado, já que o ceticismo capivarístico é um eficaz remédio contra os dissabores dessa carreira. Pois mal sabe o jovem candidato do concurso que, após a sua aprovação, terá ele que servir duras penas na *Divisão da Borávi*a e terá que lidar com o calendário quântico do ministério. Cético, sim, porém sem cinismo e sem perder a graciosidade e a *joie de vivre*.

Altiva, sem ser arrogante. Segura, ainda que desconfiada. Descrente, sem jamais perder a esperança. E, acima de tudo, *cética. Impossivelmente cética.*

Assim é a mascote que ilustra o guia dos aprovados no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática de 2018. Assim é a *capivara cética.*

Sobre o guia

Desde 2013, a turma de aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) lança uma coletânea de suas melhores e piores respostas nas fases discursivas do exame, com o objetivo de oferecer aos candidatos subsídios para sua preparação no exame. O Guia da Capivara Cética dá continuidade a essa tradição, com algumas inovações.

Ao estabelecer o formato do guia, buscou-se privilegiar legibilidade e facilidade de manuseio. Todas as questões são estruturadas da forma a seguir: i) enunciado, ii) gráfico com distribuição de notas dos aprovados, iii) padrão de resposta fornecido pela banca, iv) três melhores notas (quatro, no caso de redação), v) nota mediana e vi) menor nota - estas, apenas dos candidatos da ampla concorrência. Para as questões de Língua Espanhola e de Língua Francesa, foram incluídas apenas as três notas mais altas. Todas as respostas são acompanhadas da respectiva avaliação pela banca; algumas, também de comentários do autor. Espera-se auxiliar, assim, o candidato na fase recursal do CACD.

Para conferir maior representatividade dos candidatos no guia, adotou-se a seguinte metodologia. Nas questões em que não houve empate de notas, selecionaram-se as maiores notas, independentemente do candidato que elaborou as respostas. O mesmo se aplicou à pior resposta e à resposta mediana. Em virtude dessa metodologia, alguns candidatos terminaram com uma quantidade maior de respostas no guia.

Nas questões em que houve empate de melhores notas, buscou-se atribuir, tanto quanto possível, um quantitativo equilibrado de melhores respostas para cada aprovado. Uma vez atingido esse equilíbrio, a posição do ranking foi levada em consideração. Nas questões em que houve empate de notas medianas, procurou-se selecionar as respostas dos candidatos que tinham menos questões a transcrever. Desse modo, o objetivo da metodologia foi cumprido.

O guia inclui, ademais, estatísticas relativas ao perfil dos aprovados, tais como idade, formação acadêmica, cidade de origem, tempo e local de estudo, signo e preferências pessoais. Com isso, busca-se demonstrar a diversidade de trajetórias dos candidatos, nenhum dos quais descende de família de diplomatas.

A escolha de uma gravura de Tarsila do Amaral, gentilmente cedida pelos gestores dos direitos autorais da pintora, justifica-se não apenas pela presença de uma capivara na paisagem brasileira. O desenho, que completa 90 anos, representa, sobretudo, uma obra de uma artista modernista e mulher. Em uma turma com apenas três aprovadas, é necessário reiterar a importância da contribuição feminina na formação da identidade nacional.

Que as respostas neste guia, tanto em seus acertos quanto em seus equívocos, possam ajudar os candidatos em seus estudos, e que em breve estes também possam contribuir para continuar essa tradição.

O perfil dos aprovados

A turma de 2019 do Instituto Rio Branco é composta por vinte e seis pessoas, das quais apenas três mulheres (11,5%). A idade média, no momento da aprovação, foi de 30 anos. Os três mais jovens ingressaram com 25 anos, e onze pessoas ingressaram com 30 anos ou mais. O mais velho da turma passou com 44 anos. A origem dos aprovados é diversificada. Onze estados brasileiros estão representados. São Paulo e Minas Gerais possuem a maior participação, com cinco representantes cada, seguidos por Rio de Janeiro e Pernambuco, com quatro representantes cada. O Sudeste segue sendo a principal região de origem dos aprovados, com 15 representantes (57,7%). O tempo médio de estudo foi de 3,75 anos. Na ampla concorrência, o candidato aprovado mais rapidamente estudou por 1,5 ano; os que levaram mais tempo, 5,5 anos. Entre cotistas negros, o tempo variou entre 11 meses e 9 anos. Ambos os cotistas com necessidades especiais estudaram por 2,5 anos. A principal formação acadêmica dos aprovados é Direito, com dez pessoas (38,5%). Em segundo lugar, vem Relações Internacionais, com oito pessoas (30,8%). Do ponto de vista astrológico, os principais signos dos aprovados são Libra e Sagitário (quatro pessoas, cada), não havendo ninguém do signo de Peixes.

Idades
Aprovados
6
5
4
3
2
1
0
24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44

Estado de Origem
MG 5
SP 5
PE 4
RJ 4
CE 2
SC 1
RN 1
DF 1
GO 1
ES 1
RS 1

Curso

Curso	
Direito	10
Relações Internacionais	8
Jornalismo	2
Ciências Sociais / Música	1
Administração Pública	1
Engenharia Civil	1
Letras	1
Arquitetura	1
Economia	1

Universidade

Universidade	
USP	6
UnB	2
UFC	2
UFMG	2
UFPE	2
ENSA Paris-La Villette	1
FGV-EAESP	1
UERJ	1
UFRGS	1
UNICAP	1
PUC/RJ	1
UFF	1
UNIRIO	1
UFRN	1
UFRJ	1
UNIVALI	1
UNESP	1
PUC-Minas	1

Cidade de Estudo

Cidade de Estudo	
São Paulo	8
Rio de Janeiro	5
Brasília	5
Recife	3
Belo Horizonte	3
Fortaleza	2
Vitória	1
Porto Alegre	1
Natal	1
Balneário Camboriú	1
Ribeirão Preto	1
Praga (República Tcheca)	1
Florianópolis	1
Barcelona (Espanha)	1

Anos de Estudo

Aprovados

8
7
6
5
4
3
2
1
0

0,5 1,0 1,5 2,0 2,5 3,0 3,5 4,0 4,5 5,0 5,5 6,0 6,5 7,0 7,5 8,0 8,5 9,0

Ampla Negros PCD

Trabalho/Estudo

Não
Parcial
Integral

0 2 4 6 8 10 12 14 16

Aprovados

	Signos	Ascendente	Lua
Áries	3	2	2
Touro	1	2	1
Gêmeos	3	3	0
Câncer	2	4	1
Leão	2	0	1
Virgem	1	0	1
Libra	4	2	4
Escorpião	2	1	0
Sagitário	4	0	2
Capricórnio	3	0	3
Aquário	1	1	2
Peixes	0	4	1

_Preferências pessoais

Futebol

Flamengo é o time com mais torcedores entre os aprovados (5), seguido por São Paulo (2). Já Atlético Mineiro, Ceará, Corinthians, Cruzeiro, Fortaleza, Futeboys (SP), Goiás, Náutico, Sport e Vasco têm um torcedor, cada um. Oito dos aprovados não mencionaram nenhum time preferido.

Séries

Game of Thrones é a produção favorita mais mencionada (5), seguida por Friends (3), Breaking Bad (2) e Twin Peaks (2). Foram citadas, ainda, The Americans, Chaves/Chapolin, Dear White People, Glee, The Handmaid's Tale, HIMYM, Mad Men, Narcos, Newsroom, Peaky Blinders, Seven Seconds, Sex in the City e Sherlock.

Cinema

O Poderoso Chefão é o filme favorito mais mencionado (3), seguido por Birdman (2) e O Senhor dos Anéis: O Retorno do Rei (2). Foram citados, ainda, Agora e Sempre, Amour, Arrival, Capharnaüm, The Good, the Bad and the Ugly, A Grande Beleza, In the Name of the Father, As Invasões Bárbaras, Invictus, Jurassic Park, Mulholland Drive, Pantera Negra, O Retorno de Jedi, O Show de Truman, Tacones Lejanos, O Touro Ferdinando e Trainspotting.

Livros

As obras preferidas dos aprovados são Cem Anos de Solidão (Gabriel García Márquez), Dom Casmurro (Machado de Assis), Dom Quixote (Miguel de Cervantes), Elogio da Sombra (Junichiro Tanizaki), Em Busca do Tempo Perdido (Marcel Proust), O Estrangeiro (Albert Camus), O Evangelho Segundo Jesus Cristo (José Saramago), O Feijão e o Sonho (Orígenes Lessa), Os Filhos da Meia-Noite (Salman Rushdie), Getúlio (Lira Neto), Grande Sertão: Veredas (Guimarães Rosa), O Guia do Mochileiro das Galáxias, Os Irmãos Karamázov (Fiódor Dostoiévski), Memórias Póstumas de Brás Cubas (Machado de Assis), Minha Formação (Joaquim Nabuco), Moby Dick (Herman Melville), O Poder da Mudança de Hábito, Reino do Amanhã (Mark Waid e Alex Ross), Réquiem (Antonio Tabucchi), Tenda dos Milagres (Jorge Amado), O Tempo e o Vento (Érico Veríssimo), O velho e o mar (Ernest Hemingway), Vidas Secas (Graciliano Ramos), 20.000 Léguas Submarinas (Jules Verne),

Música

O gosto musical da turma é diverso, com preferência por MPB (7), rock (7), samba (3), jazz (2) e clássica (2), mas também funk, soul, sertanejo, brega, pop e dance pós-punk. Entre álbuns, canções e peças mencionados estão O Alabê de Jerusalém (Viradouro), Boate Azul, The Black Saint and the Sinner Lady (Charles Mingus), Canteiros, Como Nossos Pais, Futuros Amantes (Chico Buarque), Get Lucky (Daft Punk), Irreplaceable (Beyoncé), João e Maria (Chico Buarque), Mambembe (Chico Buarque), MM3 (Metá Metá), Palco (Gilberto Gil), Paradise Lost (Symphony X), Plaza de Perros (Attaque 77), On the Nature of Daylight (Max Richter), Paixão Segundo São Mateus (J. S. Bach) Résiste (France Gall), A Sagração da Primavera (Igor Stravinsky), Sgt. Peppers Lonely Hearts Club Band (The Beatles), Shine On You Crazy Diamond (David Gilmour acústico), Songs of Leonard Cohen, Sujeito de sorte (Belchior), Transa (Caetano Veloso) e Um trem para as estrelas (Gil e Cazuza).

LÍNGUA PORTUGUESA

banca:
Eugenia Barthelmess
Alessandro Warley Candeas
Eduardo Pereira e Ferreira
Marco Túlio Scarpelli Cabral
Alzira Neves Sandoval
Simone Silveira de Alcântara
Stefania Caetano Martins de Rezende Zandomênico

_redação

Vi numerosos documentos diplomáticos relativos a esse período da história de meu país, período que sempre me interessou especialmente e que felizmente é fecundo em documentos. O telégrafo ainda não existia. Os jornais não eram tão admiravelmente informados quanto hoje, quando eles se acham em condições de se informar nas próprias chancelarias. Os diplomatas eram pois forçados a escrever volumosos relatos, que nada perderam de seu interesse, pois que neles se encontram coisas que não se encontrariam alhures. É esse último traço de escrevinhadores, digamos antes de escritores, a fim de não amarrotar-lhes a memória, que distingue principalmente os agentes políticos de outrora dos seus confrades atuais, aos quais a vida intensa e perfeitamente aparelhada tem feito perder esse honesto costume.

Oliveira Lima. ***Formação histórica da nacionalidade brasileira.*** *Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 192.*

No trecho apresentado, retirado de conferências que proferiu na Sorbonne, em 1911, Oliveira Lima trata da documentação produzida entre 1823 e 1825 pelo serviço diplomático de um Brasil recém-independente de Portugal e ocupado, primordialmente, pela questão do reconhecimento, por outros países, dessa nova condição de Estado soberano. Considerando essas informações e o trecho em questão, discorra sobre o papel do diplomata como produtor de informação confiável e privilegiada em uma realidade em que as notícias se difundem — seja pelos meios de comunicação, seja pelas chamadas redes sociais — de forma cada vez mais imediata e abrangente.

Extensão: 600 a 650 palavras
[valor: 60,00 pontos]

Distribuição das notas

PT Red

Nota: 60, 50, 40, 30, 20, 10, 0

Posição: 26 25 24 23 22 21 20 19 18 17 16 15 14 13 12 11 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1

Ampla

Negros

Padrão de resposta da redação

A questão distingue três momentos cronológicos de interesse para a produção do texto diplomático brasileiro: o período entre 1823 e 1825, que se segue à independência do País; o ano de 1911, quando o diplomata e historiador Oliveira Lima contrasta, em conferência proferida na França, os textos produzidos no período imediatamente pós-independência e os de sua própria época; e a realidade contemporânea, caracterizada pela intensidade e abrangência da divulgação de notícias e informações. Com base no texto oferecido, o(a) candidato(a) deverá ser capaz de elaborar argumentação fluida e concatenada sobre o papel do diplomata como produtor de informação diante das transformações da tecnologia de elaboração e transmissão de informações. A avaliação valorizará, em particular, a capacidade de interpretação do texto proposto; a capacidade de argumentação sobre o tema proposto; a capacidade de reflexão e análise; a agilidade intelectual; a originalidade, a autonomia e o rigor do raciocínio; a qualidade e a correção da linguagem empregada, incluindo a estruturação lógica do texto e a fluidez de expressão.

Angelo Paulo Sales dos Santos

nota: ***54****/60*

O ofício do diplomata vincula-se, em grande parte, à produção de informações seguras e abalizadas acerca de temas importantes para a política externa do país por ele representado. Essa função torna-se mais relevante na realidade atual, em que a rapidez e a abrangência da difusão de notícias faz surgir inúmeras outras fontes de informação sobre os mesmos assuntos, muitas vezes sem qualquer compromisso com a verdade. Nesse contexto, em que o diplomata não tem mais o monopólio da criação de informações sobre a política externa, cabe a ele esmerar-se na sua tarefa de gerar dados confiáveis e privilegiados, que traduzam os posicionamentos verdadeiramente sustentados pelo Estado. Para tanto, o agente diplomático deve exercitar constantemente suas habilidades comunicativas. Deve, outrossim, estar preparado para usar os meios modernos de comunicação e as redes sociais para transmitir suas informações, adequando os meios da política externa ao ambiente do mundo digital.

Com efeito, na atualidade, a informação diplomática concorre com notícias propagadas com uma velocidade e um alcance sem precedentes. Como observou Oliveira Lima, em conferência proferida na Sorbonne em 1911, a inexistência de técnicas de difusão em massa de notícias e a falta de acesso de periódicos às chancelarias davam aos diplomatas da década de 1820 a exclusividade de geração de dados sobre política externa, circunstância que se refletia na produção de grande acervo documental. Posteriormente, segundo o mesmo autor, a evolução dos modos de vida, inclusive na comunicação, levou os diplomatas a diminuírem seu ímpeto de produtores de informação. Essa, porém, não pode ser a prática dos dias atuais, em que a profusão de notícias enviesadas e falsas, difundidas por uma multiplicidade de canais de comunicação, pode trazer resultados comprometedores para a política externa de um país. Reforça-se, nesse cenário, o papel do diplomata como fonte de informações confiáveis sobre os temas de relevo para as relações internacionais do país, dissipando equívocos ou evitando inconvenientes causados por notícias divulgadas em redes sociais ou outros meios digitais.

Além disso, o diplomata destaca-se como o produtor de informações privilegiadas, que transmitem o posicionamento oficial do Estado por ele representado. A informação proveniente de um diplomata, no exercício de seu ofício, difere das inúmeras notícias veiculadas diariamente sobre relações internacionais, já que tais notícias não têm, obrigatoriamente, compromisso com uma perspectiva de Estado, podendo refletir, simplesmente, uma opinião pessoal ou algum intuito desonesto. A manifestação de um diplomata, por sua vez, deve ser fundamentada em uma análise abrangente e equilibrada sobre o tema de que trata, pois será encarada por seus destinatários como a expressão do ponto de vista do Estado. Disso decorre que, em virtude de seu caráter privilegiado, a informação produzida pelo diplomata tem autoridade para

sobrepor-se às falsas notícias provenientes de fontes não oficiais, cujos efeitos negativos para a política externa do país podem, assim, ser minimizados ou mesmo contidos.

Nesse cenário, em que as informações diplomáticas confiáveis e privilegiadas se mostram indispensáveis para combater os impactos deletérios das falsas notícias sobre as relações internacionais de um país, um diplomata não pode deixar de praticar sua capacidade de comunicação, como, segundo Oliveira Lima, fizeram os agentes diplomáticos brasileiros nos anos 1910. Mais ainda, o diplomata contemporâneo deve buscar explorar toda a potencialidade oferecida pelos novos canis de transmissão de informações, tais como as redes sociais, colocando-os a serviço da divulgação das mensagens por ele produzidas. Portando-se dessa maneira, o diplomata mostra-se devidamente habilitado ao exercício eficiente de suas atribuições, dentro de um contexto bem diferente daqueles existentes nas primeiras décadas do século XIX e do século XX. Com isso, o diplomata contribui, como produtor de informação confiável e privilegiada, para uma política externa moderna e conectada com os desafios trazidos pela revolução tecnológica.

_AVALIAÇÃO

1. **Organização do texto e desenvolvimento do tema**
    1.1. **Apresentação/impressão geral do texto, legibilidade, estilo e coerência: 7,5/10**
    1.2. **Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, conteúdo e pertinência das informações): 7,5/10**
    1.3. **Capacidade de análise e reflexão: 8,75/10**

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 23,75/30

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 28/30

Número de erros: 2

Extensão do texto: 623 palavras

Resultado:

Nota preliminar: **51,75**

Nota final: **54**

Luiz Eduardo Andrade de Souza
nota: ***52,75****/60*

O desenvolvimento dos meios de comunicação tem sido, tradicionalmente, considerado um desafio à função do diplomata como produtor de informações, conforme demonstram as preocupações de Oliveira Lima, no início do século XX, sobre o desaparecimento dos relatos diplomáticos. Na contemporaneidade, o surgimento da rede mundial de computadores a difusão das redes sociais impõem a necessidade de renovação das atribuições dos diplomatas, que deverão ser capazes de interpretar, adequadamente, a profusão de informações disponíveis, a fim de compreenderem as conjunturas locais. O aprimoramento das tecnologias de comunicação não redunda na obsolescência da função informacional do diplomata, mas implica sua atualização, de modo a conciliar tradição e inovação.

A expansão do acesso à informação e a instantaneidade dos meios de comunicação contemporâneos geram a necessidade de adaptação do diplomata. Embora a rápida disponibilidade de notícias suscite o temor de inutilidade das competências informacionais dos representantes diplomáticos, esse risco revela-se equivocado, na medida em que a oferta de informação não tem culminado em acesso a conteúdos qualitativamente superiores. A disseminação de discursos de ódio e de notícias falsas exemplificam, nesse sentido, a demanda por diplomatas dotados do conhecimento das realidades locais, a fim de que possam discernir a magnitude dos acontecimentos. Em grande medida, trata-se de uma atualização das funções desempenhadas, historicamente, pelos agentes externos, os quais, outrora, se encarregavam de desmistificar os vieses ideológicos dos meios de comunicação tradicionais.

O advento das redes sociais constitui, sob outra perspectiva, uma oportunidade para a diplomacia. Ao longo do século XX, a consolidação do direito internacional e a proscrição do uso da força acentuaram a importância dos meios não coercitivos de poder. Consequentemente, a construção de uma imagem positiva do país tornou-se instrumento imprescindível de convencimento e de legitimação da ação externa dos Estados. Nesse contexto, as redes sociais representam ferramentas de baixo custo, em comparação aos meios de comunicação tradicionais, para a divulgação de projetos nacionais exitosos e da cultura brasileira. Dessa forma, os diplomatas tornam-se produtores de informação para os públicos de diversos países.

Os novos meios de comunicação permitem, ainda, que os agentes diplomáticos estabeleçam vias de interação com a sociedade, de modo a consolidar a transparência do processo decisório e sua representatividade. A divulgação da participação do Brasil em foros internacionais, por meio da página do Itamaraty no Facebook, contribui, por exemplo, para que a população compreenda os objetivos externos e os princípios que orientam a ação diplomática do país. Paralelamente, a maior exposição das instâncias

decisórias introduz a possibilidade de críticas construtivas que poderão estimular o aperfeiçoamento de práticas institucionais e aprimorar a prestação de contas. Dessa maneira, os diplomatas tornam-se produtores de informação sobre o processo decisório, com a finalidade de fortalecer a legitimidade interna da diplomacia.

Os meios de comunicação contemporâneos dotam a comunicação diplomática de maior agilidade, de forma a reforçar a capacidade de resposta da diplomacia. À medida que os regimes de governança global disciplinam temáticas que, anteriormente, pertenciam ao domínio reservado dos Estados, como meio ambiente e direitos humanos, o monitoramento internacional sobre a política interna acentua-se. Como consequência, questionamentos externos sobre mudanças domésticas que possam afetar compromissos internacionais assumidos pelo país exigem posicionamentos céleres, com vistas a preservar a credibilidade nacional. Nesse sentido, as redes sociais facilitam a publicidade das posições brasileiras, como ilustram os esforços de esclarecimento sobre a Operação Carne Fraca empreendidos pelo Itamaraty, os quais preveniram retaliações graves às exportações brasileiras.

Os riscos associados aos avanços contemporâneos não devem sobrepujar as novas oportunidades de interação possibilitadas pelas inovações comunicacionais, as quais promoverão uma atualização das atribuições diplomáticas. Diante da disseminação das redes sociais e das ameaças à veracidade das informações veiculadas, as competências analíticas do diplomata tornam-se indispensáveis. Concomitantemente, o uso adequado das redes sociais pelas instâncias diplomáticas proporcionará ganhos de transparência e de legitimidade, o que consolidará a representatividade da política externa. O diplomata continuará, sendo, dessa maneira, um produtor de informações imprescindível.

_AVALIAÇÃO

1. **Organização do texto e desenvolvimento do tema**
    - 1.1. **Apresentação/impressão geral do texto, legibilidade, estilo e coerência: 7,5/10**
    - 1.2. **Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, conteúdo e pertinência das informações): 7,5/10**
    - 1.3. **Capacidade de análise e reflexão: 8,75/10**

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 23,75/30

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 29/30

Número de erros: 1

Extensão do texto: 647 palavras

Resultado:

Nota final: **52,75**

Rafael Mendes Bernardes

nota: ***52,75****/60*

Oliveira Lima descreve a atividade diplomática em um contexto de escassez de informações. Considerando a dificuldade de distribuição das notícias em razão da inexistência do telégrafo bem como o menor desenvolvimento dos jornais, o diplomata deveria escrever extensos relatos, a fim de manter o governo corretamente informado dos acontecimentos mundiais. É possível inferir do texto que o autor considera que, graças ao desenvolvimento da telecomunicação, a atividade do diplomata seria relativamente mais fácil em 1911 do que no contexto anterior de escassez de informações. A análise, entretanto, dos efeitos do desenvolvimento tecnológico do século atual na atividade diplomática demonstra que eles não somente dificultaram o trabalho do diplomata, como também aumentaram a relevância da sua tarefa de produzir informações confiáveis.

A revolução tecnológica ocorrida nas últimas décadas alterou profundamente a maneira como a informação é produzida e distribuída. O desenvolvimento da rede mundial de computadores colocou fim ao oligopólio de produtores de informações, o qual se caracterizava por poucas empresas sendo responsáveis pela produção da maioria das notícias. O surgimento das redes sociais, por sua vez, não somente resultou em maior rapidez na disseminação de notícias, como também aumentou o acesso a elas. Essas alterações impõem desafios inéditos à atividade diplomática.

A pluralização das fontes de informação implica o surgimento de diversas narrativas sobre determinado fato. Ademais, a rede mundial de computadores permite que grupos ideológicos produzam e divulguem notícias falsas com relativa facilidade, como foi o caso da divulgação, a fim de se atingir objetivo político espúrio, da informação de que uma vereadora recentemente assassinada no Rio de Janeiro teria relações com narcotraficantes. Considerando esses dois aspectos, a atividade do diplomata de produzir informações confiáveis torna-se mais difícil, uma vez que ele deverá analisar uma quantidade maior de narrativas, identificando, quando for o caso, objetivos políticos subjacentes a elas, a fim de compreender o verdadeiro significado dos fatos.

Outro efeito oriundo das alterações produzidas pelo desenvolvimento dos meios de telecomunicações digitais é a rapidez com a qual a informação é disseminada. Eventos ocorridos em determinados países são divulgados quase que instantaneamente por todo o mundo, o que impõe aos governantes a necessidade de se posicionarem rapidamente, sob pena de serem acusados de omissão. O papel dos diplomatas, nesses casos, é extremamente relevante, visto que devem produzir informações confiáveis em contexto

adverso, caracterizado tanto pela exigência de agilidade na sua produção como pela existência de grande quantidade de notícias, que apresentam, muitas vezes, descrições divergentes do evento.

Apesar dos novos desafios impostos à atividade diplomática, há características de continuidade. As habilidades exigidas para lidar com esses desafios são as mesmas que eram exigidas aos diplomatas em períodos anteriores. O diplomata deve escrever de maneira objetiva, a fim de ser compreendido por seu interlocutor. A capacidade de análise aguçada de eventos políticos, sociais ou econômicos permanece indispensável ao bom desenvolvimento da atividade diplomática. Ademais, a capacidade de manter relações com autoridades e intelectuais do país em que se encontre acreditado é fundamental ao diplomata, visto que essas pessoas podem auxiliar na tarefa de melhor entender a realidade local.

A produção de informações confiáveis por diplomatas, a fim de fundamentar o posicionamento do país no cenário internacional, sempre foi aspecto essencial da atividade diplomática. Essa importância, entretanto, intensifica-se, à medida que o contexto atual é, cada vez mais, caracterizado pelo excesso de narrativas, pela rapidez na distribuição de informações e pela disseminação de notícias falsas. As habilidades que os diplomatas devem possuir para lidar com esses novos desafios são as mesmas que lhes eram exigidas em outros períodos. É importante ressaltar, entretanto, que uma vez que seu trabalho é dificultado pelo excesso de informações, o diplomata deve aprimorar, continuamente, suas habilidades, a fim de estar à altura dos novos desafios.

_AVALIAÇÃO

1. **Organização do texto e desenvolvimento do tema**
    1.1. **Apresentação/impressão geral do texto, legibilidade, estilo e coerência: 7,5/10**
    1.2. **Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, conteúdo e pertinência das informações): 7,5/10**
    1.3. **Capacidade de análise e reflexão: 8,75/10**

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 23,75/30

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 27/30

Número de erros: 3

Extensão do texto: 618 palavras

Resultado:

Nota preliminar: **50,75**

Nota final: **52,75**

Victor Born Portella

nota: ***51,75****/60*

A função do diplomata de produtor de informações confiáveis e privilegiadas tende a readquirir importância na atualidade. **Se nos tempos de Oliveira Lima** as inovações tecnológicas nos meios de comunicação tornavam as longas memórias obsoletas, na contemporaneidade, a abundância de informações demanda, sobretudo, capacidade analítica para discernir as informações falsas das verdadeiras. Além do excesso de informações, a legitimidade das notícias veiculadas tanto pela mídia tradicional quanto pelas redes sociais tem sido questionada pela opinião pública. Nesse contexto de incertezas, o papel do diplomata de produzir informações torna-se fundamental para os Estados e para a sociedade civil.

O excesso de informações disponíveis requer exercício constante de seleção e análise de conteúdos informacionais. A oferta crescente de notícias é resultado da combinação do conteúdo produzido pelas mídias tradicionais com aquele provido pelos novos atores do mercado de comunicação, viabilizados pelos baixos custos das redes digitais. Nesse mercado de difusão de informações, os consumidores, entre eles os Estados, recebem notícias de procedência duvidosas de maneira frequente. Como consequência do aumento de estímulos externos, a capacidade de atenção dos indivíduos é comprometida, o que prejudica a compreensão do conteúdo. Como sugere Mário Vargas Llosa, em Civilização do Espetáculo, diante das distrações, os indivíduos têm optado pelas notícias que exigem menor esforço mental, de modo que a sociedade contemporânea falha em discernir informações reais de falsas.

Os meios tradicionais de comunicação e as mídias sociais não têm sido consideradas eficazes como provedoras de informação confiável. De um lado, as mídias tradicionais têm a legitimada questionada por parte da sociedade, em razão dos vínculos entre os grupos econômicos que controlam esses veículos e a política. De acordo com seus críticos, as informações disponibilizadas são selecionadas com base em interesses políticos e econômicos. De outro lado, as mídias digitais são acusadas, da mesma forma, de difundirem informações falsas, especialmente aquelas de natureza extremista. Criticam-se, ainda, os filtros impostos pelas redes sociais, que, em última análise, são monopólios como as mídias tradicionais. Se a competição entre o dinamismo das redes sociais e o profissionalismo das antigas mídias contribui para a difusão das informações, exige, igualmente, capacidade crítica dos leitores em contexto em que imperam as distrações.

As capacidades de produção de informações confiáveis e de análise crítica dos diplomatas adquirem, nesse contexto, papel central. Os Estados também são consumidores de notícias difundidas nos novos e antigos meios de comunicação. As informações têm grande importância na tomada de decisões dos Estados

e, por isso, merecem análises prévias criteriosas. Se a legitimidade das fontes de dados está sob questão, no caso da política externa, a função de informar dos diplomatas tende as ser renovada. É, desse modo, necessário recuperar, em alguma medida, a vocação secular dos diplomatas como "escrevinhadores", tal qual relatado por Oliveira Lima. Evidentemente, isso não implica abandono ou rejeição aos meios modernos de comunicação. Pelo contrário, o próprio exercício de apuração e análise de informações pode ser disponibilizado, por meio das mídias sociais das chancelarias, como já procede o Itamaraty.

Em realidade de multiplicação de meios de comunicação e de difusão mais imediata e abrangente de notícias, a habilidade dos diplomatas de produzir informações de maneira crítica representa oportunidade para as chancelarias. Paradoxalmente, a minúcia analítica que caracterizava o serviço diplomático, como indicado por Oliveira Lima, é fundamental em contexto de questionamento da legitimidade de informações e verdadeiro excesso de estímulos e distrações. Ressalta-se, contudo, que a ênfase nas análises críticas não significa negação da comunicação. É, em realidade, oportunidade de potencializar os esforços para a formulação de "diplomacia pública". Nesse sentido, o diplomata atua não somente para produzir informações que subsidiem as decisões do Estado, mas também para informar a sociedade civil a respeito de questões internacionais, de forma transparente e fidedigna. É expressão, portanto, da politica externa como política pública, que transcende os assuntos imediatos do Estado.

_AVALIAÇÃO

1. **Organização do texto e desenvolvimento do tema**
    1.1. **Apresentação/impressão geral do texto, legibilidade, estilo e coerência: 7,5/10**
    1.2. **Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, conteúdo e pertinência das informações): 7,5/10**
    1.3. **Capacidade de análise e reflexão: 8,75/10**

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 23,75/30

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem 16/30 (Pós-Recurso: 28,00)

Número de erros: 14

Extensão do texto: 636 palavras

Resultado:

Nota preliminar: **39,75**

Nota final: **51,75**

COMENTÁRIO

Os recursos deferidos na redação foram todos relativos às rasuras nas quais a reescrita foi inserida sobre a palavra tachada (e não ao lado). Essas rasuras haviam sido apenadas, sem previsão no edital, por 1 ponto,

ou seja, equivalendo a erros de gramática em gravidade. Um dos pontos de rasura não foi devolvido. Não sei se por equívoco meu no momento de interposição dos recursos ou por falha da banca. No dia dos recursos, não deixem de deixar 1-2 horas para passar com calma os recursos para o sistema.

O erro da linha 3 é morfológico. Não coloquei vírgulas para isolar a locução adverbial deslocada ("nos tempos de Oliveira Lima").

Transcrevo abaixo o recurso que utilizei para as rasuras.

Prezada Banca:

Agradeço muitíssimo a atenção com a prova e com a revisão dos recursos.

Fui apenado 17 vezes pela questão das rasuras. Entendo e concedo que rasuras não fazem parte da apresentação mais desejável, mas creio também que a penalização foi excessivamente rigorosa. Explico-me.

Em primeiro lugar, não há previsão expressa de punição por rasuras no edital. Nos últimos 10 anos de provas em que pude verificar nestes dois dias de recurso, as rasuras jamais foram punidas como erros ortográficos ou gramaticais. Na última publicação de Guia de Estudos do Rio Branco, ademais, constava, explicitamente, que a rasura é permitida. Além da ausência de vedação expressa, a própria prática do concurso atesta, inequivocamente, nestes últimos 10 anos, a possibilidade de rasuras sem qualquer punição fora de quesitos de apresentação e impressão geral do texto.

Em segundo lugar, as rasuras não podem ser equiparadas a erros ortográficos ou gramaticais. Grosso modo, estamos equivalendo, neste caso, a falta de um acento em uma palavra ou um erro de grave de regência, por exemplo, a mera correção ou esclarecimento posterior. O primeiro gênero de erro, de gramática propriamente, fere a norma adequada ao texto em questão, pilar da correção de prova de português que mede a adequação do texto à norma culta, ao passo que o segundo fere norma de gênero distinto, meramente a estética, como elemento do item legibilidade. No cômputo final, sob esta nova perspectiva, a rasura passa a ter peso maior do que a gramática em si mesma, já que os erros gramaticais são menos recorrentes que as rasuras.

Em terceiro lugar, a prova de redação conta com quesito específico - de "apresentação" - e, portanto, não deve ser penalizada como erro gramatical Aliás, o quesito apresentação não é apenas composto do item legibilidade, mas inclui ainda outros pontos, como estilo e impressão geral, conforme indica o item 6.4 do edital. Assim sendo, as possibilidades de punição são expressamente limitadas. Na minha visão, não parece equivocado apenar com certa severidade este subquesito da apresentação – a legibilidade, que envolve rasuras e outros aspectos estéticos da leitura do texto. No entanto, este quesito de legibilidade corresponde a 1/4 dos 10 pontos atribuídos a apresentação e, mesmo, a legibilidade, como dito, não se cinge às rasuras. O que ocorreu nesta prova, todavia, foi penalização do mesmo erro por 17 pontos (em concurso em que, invariavelmente, um ponto separa candidatos aprovados dos desqualificados).

Em quarto lugar, vale ressaltar a importância fundamental das rasuras na construção dos textos manuscritos, particularmente aqueles feitos com limite de tempo. Como resolver os erros verificados após a revisão? Ademais, a análise mesma dessas rasuras, uma a uma, demonstra que, na sua grande maioria, constituíram em esforço do candidato para tornar o texto mais legível para o corretor (peço a banca que repare em como as palavras foram repetidas, com grafia mais clara, na maioria das vezes). Parece-me pouco razoável, em texto e certame desta natureza, coibir ou inibir a revisão, o que seria o resultado natural no caso de penalização tão pronunciada das rasuras.

Finalmente, mesmo que fosse possível admitir a rasura como erro ortográfico e se aceitasse a mudança à revelia da letra do edital, não parece razoável apenar este erro 17 vezes. Vige costumeiramente nos concursos o princípio denominado "bis in idem", que se refere ao fato de um erro (ou pena no Direito Penal) não poder ser apenado duas vezes. A pena tem como uma de suas funções a sinalização do erro, para que este não se repita em novos casos concretos. Assinalá-lo 17 vezes, no mesmo caso concreto, não parece coadunar-se com os princípios da proporcionalidade e da isonomia.

Mais uma vez agradeço a atenção despendida com os recursos. Reitero: entendo o cuidado com as rasuras, mas peço, respeitosamente, que este item seja avaliado no subitem "legibilidade", um dos quatro elementos do quesito "apresentação" - mas, não, como erro ortográfico. À luz dos argumentos expostos, peço, respeitosamente, que a nota atribuída seja revisada.

Nota média: Maurício Gurjão Bezerra Heleno
nota: ***48,75****/60*

O diplomata, em razão de sua rigorosa formação e seu compromisso com o interesse nacional, é um produtor de informação confiável e privilegiada. Embora os diplomatas não sejam, atualmente, obrigados a “escrever volumosos relatos”, como afirmou Oliveira Lima, em Formação histórica da nacionalidade brasileira, cabe a eles interpretar a realidade internacional e torná-la compreensível para os tomadores de decisão e a sociedade. Em um contexto baseado na difusão constante de notícias, inclusive falsas, e em crescentes tensões globais, a importância do diplomata é maior, uma vez que decisões fundamentadas em informações pouco confiáveis podem criar problemas mais graves. Adicionalmente, a diplomacia é considerada, hoje, política publica, de modo que o diplomata deve contribuir para aprofundar o interesse dos cidadãos acerca da política internacional.

O processo de formação de diplomatas é responsável pela capacitação de profissionais aptos a compreender o contexto internacional e oferecer informação confiável. No Brasil, por exemplo, o concurso para a carreira diplomática exige conhecimentos em diversas disciplinas, o que contribui para selecionar indivíduos com ampla capacidade de entender a realidade. Durante o curso de formação de diplomatas, esses profissionais são treinados para atuar em contextos complexos, de modo que eles sejam capazes de defender os interesses nacionais e informar, precisamente, os tomadores de decisão e a sociedade acerca da situação internacional. Não cabe ao diplomata, apenas, repassar informações prontas, mas, sim, interpretar a realidade e assessorar os devidos interessados. Considerando a atual diversidade dos temas internacionais, a precisão da informação elaborada por diplomatas, portanto, é fundamental para garantir os interesses nacionais em diversos âmbitos.

O diplomata é fundamental para que líderes políticos tomem decisões corretas em negociações diplomáticas complexas. No que diz respeito ao diálogo comercial entre o Mercado Comum do Sul e a União Europeia, por exemplo, o diplomata é essencial para a elaboração de propostas e a coordenação dos diversos interesses políticos e econômicos envolvidos. Em razão disso, o diplomata deve produzir informações acerca de diversas questões técnicas, como tarifas e medidas sanitárias, a fim de permitir que os líderes políticos tomem decisões compatíveis com as necessidades econômicas nacionais. Nesse contexto, além de informações precisas, cabe ao diplomata produzir informações privilegiadas, uma vez que muitas das questões técnicas que envolvem negociações comerciais não são facilmente acessíveis.

No século XXI, o diplomata produz informação não apenas para o Estado, mas também para a sociedade. Com base na ideia de diplomacia pública, cabe aos diplomatas promover maior diálogo com os cidadãos. Por um lado, em regimes democráticos, reconhece-se o direito à informação, de modo que os indivíduos têm direito a ser informados acerca da atividade diplomática. Por outro lado, o diálogo com a sociedade fundamental para a formulação da política externa nacional, uma vez que a diplomacia representa as demandas dos diversos grupos de interesse no exterior. Ao produzir informação confiável e privilegiada, o diplomata contribui, portanto, para reforçar a democracia e garantir que a política externa nacional seja coerente com as necessidades da sociedade.

Em um contexto internacional caracterizado pelo crescente irracionalismo e pela difusão de notícias falsas, o diplomata representa a razão e o conhecimento. A formação profissional e o senso de dever capacitam os diplomatas a servir de intermediários entre uma realidade mais incerta e as comunidades nacionais. Ainda que o diplomata não seja um tomador de decisão, ele é fundamental para a interpretação da realidade de acordo com os interesses nacionais. Com base no trabalho do diplomata, os líderes políticos podem atuar racionalmente e a sociedade pode entender os processos internacionais mais importantes. A atuação diplomática, hoje, é mais importante que no passado analisado por Oliveira Lima, uma vez que o diplomata deve lidar com um fluxo caótico de informações, assessorar líderes políticos e concretizar o princípio democrático por meio da diplomacia pública.

_AVALIAÇÃO

1. **Organização do texto e desenvolvimento do tema**
   1.1. **Apresentação/impressão geral do texto, legibilidade, estilo e coerência: 5/10**
   1.2. **Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, conteúdo e pertinência das informações): 7,5/10**
   1.3. **Capacidade de análise e reflexão: 6,25/10**

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 18,75/30

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 30/30

Número de erros: 0

Extensão do texto: 624 palavras

Resultado:

Nota final: **48,75**

Pior nota: Anônimo
nota: ***39,15****/60*

Do início do século XIX - objeto de análise de Oliveira Lima – ao início do século XX – quando estava em Sorbonne –, transformações importantes ocorreram no exercício da atividade diplomáticas. As que aconteceram desde então foram tão ou mais intensas. Hoje, as relações entre Estados, populações e os meios de comunicação se desenvolvem de maneira mais rápida e direta: a democracia representativa coloca os cidadãos em posição privilegiada para monitorarem as atividades do poder público e solicitarem explicações e modificações, enquanto as comunicações digitais promovem a troca de informações quase instantaneamente, e as chamadas redes sociais deram lugar de fala a todos com acesso a elas. Frente a essa realidade de circulações rápidas e informações abundantes, o papel do diplomata é, cada vez menos o de relatar e, cada vez mais, o de coletar informações, analisá-las e divulgá-las, criteriosamente.

Embora o fim dos pactos secretos tenha diminuído, consideravelmente o sigilo que envolvia a atividade diplomática, os diplomatas continuam a trabalhar com informações confidenciais, sejam elas ligadas a interesses estatais – como acordos sobre tecnologias sensíveis ou sobre aspectos econômicos com consequências sobre o mercado de ativos financeiros – sejam relacionadas a indivíduos – como assuntos pessoais que dependem da atuação consular. Se, por um lado, as comunicações digitais aceleram a troca de informações e tornam possível seu registro automático e imediato, por outro lado, permitem novas formas de espionagem e de vazamento de informações, de maneira relativamente segura para os infratores e anônima. Aumenta, assim, a responsabilidade da burocracia e dos diplomatas, em particular, de assegurar o uso e a circulação responsáveis de dados sigilosos.

No sentido inverso, como política pública, a política externa deve buscar o interesse nacional e prestar contas à população sobre as ações adotadas e seus resultados. A diplomacia pública, em sua vertente interna, preocupa-se com a divulgação doméstica da atuação externa do país e dos fatores que fundamentam as tomadas de decisão. Simultaneamente, ela procura entender as demandas internas, o que permite uma compreensão mais completa do interesse nacional. Ainda que o envolvimento de maior número de atores na elaboração dos objetivos de política externa, potencialmente, dificulte os consensos, esse processo justifica-se por proporcionar maior legitimidade e eficácia para a política externa, ao buscar os reais interesses da população. O diplomata, como produtor de informação confiável, tem a responsabilidade de que esses dados estejam acessíveis à sociedade, como forma de motivar e informar a mobilização desta.

No Brasil, essa atuação é ainda mais relevante, pois a política externa, tipicamente, não é um assunto de interesse da maior parte da população, exceto quando mobilizada para a disputa política interna, o que motiva, por vezes, mistificações. Certamente, como qualquer atuação política, a diplomacia está sujeita a questionamentos

legítimos, muitos dos quais decorrem de interpretações diferentes de prioridades e contextos de atuação. Informações incorretas divulgadas por desconhecimento ou **má fé**, a seu turno, prejudicam a capacidade de avaliação da população e devem ser combatidas. Esse processo, que é potencializado nas chamadas redes sociais, muitas vezes, ocorre de forma não monitorável, como no caso de mecanismos de comunicação direta. A importância da diplomacia pública é, dessa forma, reforçada, tanto para evitar desinformação junto ao público doméstico – como no caso de manipulações eleitorais – quanto junto às sociedades estrangeiras – para evitar prejuízos diante de dados falsos ou exagerados, por exemplo.

Para além das consequências imediatas* as informações produzidas pelos diplomatas constituem narrativas. Por vezes, esse processo dá-se de forma deliberada, nos discursos e na interpretação opinativa da política corrente, por meio de artigos jornalísticos ou da produção acadêmica. Diversamente, os registros produzidos são, posteriormente, a base da avaliação histórico, e, nesse caso, a forma como as informações são registradas e quais delas são consideradas relevantes embasam as interpretações futuras. Atualmente, os diplomatas encontram-se em posição privilegiada para **contribuirem** para a formação da memória e da identidade nacionais, mas em uma lógica distinta da apontada por Oliveira Lima. Ao contrário do início do século XIX, hoje, as informações são abundantes, e os diplomatas têm o papel de extrair desse todo heterogêneo aquilo que é confiável e relevante para o presente e para o futuro.

_AVALIAÇÃO

1. **Organização do texto e desenvolvimento do tema**
    1.1. **Apresentação/impressão geral do texto, legibilidade, estilo e coerência: 3,75/10**
    1.2. **Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, conteúdo e pertinência das informações): 7,5/10**
    1.3. **Capacidade de análise e reflexão: 7,5/10**

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 18,75/30

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 21/30; pós-recurso: 27/30

Número de erros: 9; pós-recurso: 3

Extensão do texto: 683 palavras (6,6 pontos de penalização / 0,2 ganho em recurso - contagem original de 684)

Resultado:

Nota preliminar: **32,95**

Nota final: **39,15**

COMENTÁRIO

- "Má fé" sem hífen
- Falta de vírgula após "para além das consequências imediatas"
- "Contribuirem" sem acento
- 6 penalizações por rasura foram revertidas

LÍNGUA PORTUGUESA

banca:
Eugenia Barthelmess
Alessandro Warley Candeas
Eduardo Pereira e Ferreira
Marco Túlio Scarpelli Cabral
Alzira Neves Sandoval
Simone Silveira de Alcântara
Stefania Caetano Martins de Rezende Zandomênico

_exercício 1

Estatuto do Homem, da Liberdade, da Democracia Dois de fevereiro de 1987: "Ecoam nesta sala as reivindicações das ruas. A Nação quer mudar, a Nação deve mudar, a Nação vai mudar". São palavras constantes do discurso de posse como Presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Hoje, 5 de outubro de 1988, no que tange à Constituição, a Nação mudou. (...) Assinalarei algumas marcas da Constituição que passará a comandar esta grande Nação. A primeira é a coragem. A coragem é a matéria-prima da civilização. Sem ela, o dever e as instituições perecem. Sem a coragem, as demais virtudes sucumbem na hora do perigo. Sem ela, não haveria a cruz, nem os evangelhos. A Assembleia Nacional Constituinte rompeu contra o establishment, investiu contra a inércia, desafiou tabus. Não ouviu o refrão saudosista do velho do Restelo, no genial canto de Camões. (...) A exposição panorâmica da lei fundamental que hoje passa a reger a Nação permite conceituá-la, sinoticamente, como a Constituição coragem, a Constituição cidadã, a Constituição federativa, a Constituição representativa e participativa (...), a Constituição fiscalizadora. (...) Todos os dias, meus amigos constituintes, quando divisava, na chegada ao Congresso, a concha côncava da Câmara rogando as bênçãos do céu, e a convexa do Senado ouvindo as súplicas da terra, a alegria inundava meu coração.

Discurso proferido pelo presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, na sessão de 5 de outubro de 1988, por ocasião da Promulgação da Constituição.

Este ano, a Constituição da República Federativa do Brasil comemora trinta anos de vigência. Considerando a reflexão do deputado Ulysses Guimarães feita com base na imagem das conchas côncava e convexa da arquitetura do Congresso Nacional, escolha um aspecto que possa ser interpretado como "bênção do Céu" ou "súplica da terra" na história recente da sociedade brasileira e discorra sucintamente sobre ele. Caso o aspecto escolhido figure no texto constitucional, comente se sua implementação tem sido exitosa.

Extensão: 120 a 150 palavras
[valor: 20,00 pontos]

Distribuição das notas

Padrão de resposta do exercício 1

A resposta deverá ser sucinta e bem estruturada, com progressão de argumentos coerentes, conceitualmente bem fundamentada e textualmente coesa, com problematização da questão suscitada e com posicionamento do(a) candidato(a) sobre os temas que ele(a) próprio(a) deverá propor (i.e., postura analítica, mais que descritiva ou enunciativa).

O(a) candidato(a) deverá discorrer sobre méritos e reivindicações ("bênçãos do Céu" e "súplicas da terra") da sociedade brasileira nas últimas três décadas ("história recente") desde a promulgação da Constituição de 1988.

Nessa perspectiva, o(a) candidato(a) poderá assinalar, como "bênçãos do Céu", aspectos ou elementos como território, demografia, riqueza ambiental, recursos naturais, diversidade étnica e cultural, aspectos psicossociais como alegria, resiliência e criatividade; e como "súplicas da terra", direitos humanos, direitos e garantias fundamentais, desenvolvimento socioeconômico, os princípios e objetivos do Estado, segurança pública, saúde, educação, cultura e preservação do meio ambiente, entre outros.

A avaliação seguirá o critério comparativo — i.e., a avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que tiverem feito o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal. Serão consideradas positivamente citações pertinentes de autores acadêmicos e personalidades reconhecidas.

Raphael Azevedo França

nota: ***20****/20*

A arquitetura, como a diplomacia, é a arte da representação dos ideais com os meios limitados da realidade. Nesse sentido, Ulysses Guimarães compreende a simbologia harmônica do Congresso Nacional como tradução das aspirações e das necessidades dos brasileiros. Se a cidadania é a base da Constituição de 1988, a proteção dos direitos humanos presente no texto pode ser interpretada tanto como “benção do céu” quanto como “súplica da terra”, já que orienta o Estado inclusivo e responde a séculos de desrespeito à dignidade humana.

A prevalência dos direitos humanos, conforme o artigo 4°, rege as relações internacionais brasileiras. Na história recente, estes direitos têm sido ampliados pela adesão aos mais diversos tratados, entretanto, a exemplo do Caso Herzog, o Brasil foi condenado por desrespeitá-los, já que o ideal da proteção internacional, que seria uma “bênção”, permanece aquém da “súplica da terra” por justiça nacional.

_AVALIAÇÃO

1. **Nota relativa à organização e ao desenvolvimento do tema: 10**
2. **Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem 10**

Número de erros: 0

Extensão do texto: 144 palavras

Resultado:

Nota final: **20**

Cauê Rodrigues Pimentel
nota: ***20****/20*

Com base na metáfora proposta por Ulysses Guimarães, pode-se afirmar que a questão ambiental é uma das principais "súplicas da terra" que tem moldado a sociedade brasileira nas últimas décadas. De fato, a Constituição de 1988 foi pioneira ao postular a conservação do meio ambiente não só como um objetivo, mas também como um direto coletivo. Assim, ela inaugurou um novo paradigma do desenvolvimento nacional, fruto da luta corajosa de lideranças como Chico Mendes.

Conquanto haja notáveis avanços na implementação da agenda ambiental – tais como a maior preservação da Amazônia ou a crescente adesão brasileira à legislação ambiental internacional -, desafios persistem. A tragédia de Mariana, por exemplo, demonstra a necessidade de ampliar, ainda mais, o alcance e a fiscalização das normas ambientais no país. Apesar desse episódio, que serve como alerta, é possível asseverar que, parafraseando Ulysses, a Constituição cidadã é, também, a primeira Constituição ambiental do Brasil.

_AVALIAÇÃO

1. **Nota relativa à organização e ao desenvolvimento do tema: 10**
2. **Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem 10**

Número de erros: 0

Extensão do texto: 148 palavras

Resultado:

Nota final: **20**

Francisco Luiz Pinto da Rocha Santos

nota: ***20****/20*

A democracia tem um aspecto formal e outro material. Pelo primeiro, ela é o estabelecimento de um Estado constitucional com garantias individuais; pelo segundo, ela é um processo perene de crítica e aprimoramento. Destarte, o advento da Constituição de 1988 foi uma "benção do céu", dando fim ao regime militar de exceção. Por outro lado, com todos os avanços que teve e continua tendo, a democracia permanece sendo uma "súplica da terra", justamente por ser um processo inacabável e inexaurível.

Formalmente, deve-se considerar a democracia uma conquista – ou uma benção –, que permeia toda a Constituição e com ela se confunde. Materialmente, a democracia é uma eterna súplica, um êxito que será sempre parcial enquanto houver desigualdades de poder, voz e participação. Embora haja enormes desafios, a democracia, nesses 30 anos, teve o mérito nada desprezível de não regredir.

_AVALIAÇÃO

1. **Nota relativa à organização e ao desenvolvimento do tema: 10**
2. **Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem 8**

Número de erros: 0

Extensão do texto: 140 palavras

Resultado:

Nota preliminar: **18**

Nota final: **20**

COMENTÁRIO

Houve duas apenações, revertidas após os recursos.

Nota média: Bernardo Macêdo Alves de Morais
nota: ***17,50**/20*

Ulysses Guimarães, como um dos principais articuladores da Constituição cidadã, tem grande legitimidade para falar da lei fundamental brasileira. O presidente da Assembleia Nacional Constituinte tinha razão ao enaltecer a Constituição de 1988, que dialoga com muitas "súplicas da terra" presentes na sociedade brasileira. Entre elas, os direitos sociais têm recebido especial atenção na história recente brasileira. Como norma programática, a superação de desigualdades socioeconômicas deve ocorrer de maneira gradual, por meio da implementação de políticas específicas.

A criação de políticas públicas com o objetivo de reduzir a desigualdade social foi característica importante dos governos brasileiros a partir da década de 2000. Programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, lograra retirar o Brasil do Mapa da Fome da FAO; contudo ainda há muito que se melhorar nas condições sociais dos brasileiros.

_AVALIAÇÃO

1. **Nota relativa à organização e ao desenvolvimento do tema: 7,5**
2. **Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem 10**

Número de erros: 0

Extensão do texto: 133 palavras

Resultado:

Nota final: **17,5**

Pior nota: Anônimo
nota: ***15,50**/20*

O combate à pobreza é um dos princípios que fundamentam o ordenamento jurídico inaugurado pela Constituição Federal de 1988. Trata-se de uma reivindicação histórica da sociedade brasileira, **correspondendo**, destarte, ao que Ulysses Guimarães definiu como "súplica da terra". O Brasil, a partir da década de 1930 e até a de 1980, passou por acelerado processo de industrialização, de acordo com os propósitos desenvolvimentistas que orientaram a ação política de sucessivos governantes. A prosperidade econômica, contudo, não implicou melhorias significativas nas condições de vida da população mais pobre.

O reconhecimento da necessidade de distribuir a renda e diminuir a miséria, nesse sentido, atende às demandas sociais brasileiras. A implementação desse princípio constitucional tem sido relativamente exitosa. O Brasil logrou, nos anos 2000, distribuir a riqueza nacional de modo mais equitativo. A crise econômica que ocorreu recentemente, no entanto, prejudicou, sobretudo, a parcela mais empobrecida da população, **acentuando** as desigualdades.

_AVALIAÇÃO

1. **Nota relativa à organização e ao desenvolvimento do tema: 7,5**
2. **Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem 8**

Número de erros: 2

Extensão do texto: 148 palavras

Resultado:

Nota final: **15,5**

LÍNGUA PORTUGUESA

banca:
Eugenia Barthelmess
Alessandro Warley Candeas
Eduardo Pereira e Ferreira
Marco Túlio Scarpelli Cabral
Alzira Neves Sandoval
Simone Silveira de Alcântara
Stefania Caetano Martins de Rezende Zandomênico

_exercício 2

(...) marcado o dia em que o texto da Declaração seria submetido ao plenário da Assembleia, (...) Charles Malik surpreendeu Athayde com a informação de que, por indicação da Sra. Roosevelt, ele seria o orador da sessão. (...) A Delegação do Brasil quer exprimir aqui (...) a satisfação do seu governo ante a obra realizada pela Terceira Comissão (...) redigindo e aprovando a Declaração Universal dos Direitos Humanos (...) Cada um de nós fez concessões (...) Unidos, formamos a grande comunidade do mundo e é exatamente dessa união que decorre a nossa autoridade moral e política. Declaramos (...) em nome de todos os homens e mulheres, que os seus direitos devem ser protegidos por todos os povos, agindo coletivamente em nome da Justiça internacional. (...) Rubem Braga (...) tratou seu colega com ironia (...) "Eu acharia mais prudente escrever assim o artigo primeiro: 'Criados à imagem e semelhança de Deus e do Diabo, os seres humanos nascem livres ou escravos, e sempre desiguais em direito e dignidade. Alguns estão dotados pela Natureza de razão e consciência, muitos de espírito de porco e de inconsciência, e todos de baixos instintos, de tal modo que devem agir reciprocamente com a maior cautela e desconfiança.'".

Cícero Sandroni, Laura Constância Sandroni. Austregésilo de Athayde: ***o século de um liberal.*** *Rio de Janeiro: Agir, 1998, p. 473-7 (com adaptações).*

Tendo como referência o fragmento de texto apresentado, dê sua opinião sobre a relevância da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada setenta anos atrás, e sobre a universalidade, ou não, dos direitos nela proclamados.

Extensão: 120 a 150 palavras
[valor: 20,00 pontos]

Distribuição das notas

Padrão de resposta do exercício 2

A adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos representa o nascimento do regime multilateral de direitos humanos. Ela serviu de referência para uma família de tratados que especificaram direitos nela contidos e lhes deram caráter vinculante. Ademais, diversos juristas entendem que a Declaração se tornou parte do costume internacional, tendo adquirido caráter vinculante nos termos do artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça.

A questão da universalidade dos direitos nela proclamados é mais controversa, visto que a Declaração foi adotada em período em que grande parte da humanidade estava sob dominação colonial e não participou soberanamente de sua aprovação. Sob o aspecto político, essa questão foi pacificada em 1993, com a adoção por consenso da Declaração e Programa de Ação de Viena, que endossa integralmente a Declaração de 1948. Sob o aspecto moral, a questão permanece em aberto, visto ser a Declaração reflexo de um momento histórico específico.

Diógenes Novais da Cruz
nota: ***20****/20*

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948, é de fundamental importância para a humanidade. A ênfase na proteção ao indivíduo modificou permanentemente as bases das relações internacionais. A consagração dos direitos inerentes à pessoa humana facilitou sua supervisão e promoção. Embora Rubem Braga se tenha mostrado cético quanto à efetividade da Declaração, a universalidade dos direitos nela proclamados é incontestável.

Com a Declaração Universal, os Estados reconheceram o indivíduo como agente relevante nas relações internacionais. Em 1993, a Declaração de Viena reafirmou o caráter indivisível e universal dos direitos humanos. Assim, consolidou-se a perspectiva de que a segurança humana deve ser privilegiada. A ampla adesão da comunidade internacional a ambas as declarações comprova o consenso atingido nessa matéria. No Brasil, a dignidade humana é considerada um fundamento da República. É necessário, portanto, garanti-la. Paz, desenvolvimento e direitos humanos são indissociáveis.

_AVALIAÇÃO

1. **Nota relativa à organização e ao desenvolvimento do tema: 10**
2. **Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 10**

Número de erros: 0

Extensão do texto: 144 palavras

Resultado:

Nota: **20**

Anônimo
nota: ***20**/20*

Passados setenta anos desde sua aprovação, a Declaração Universal dos Direitos Humanos permanece não meramente relevante; ela consolida os fundamentos contemporâneos da coexistência da espécie. Sua universalidade, porém, decorre não de valores consagrados pelo conjunto das culturas, mas do reconhecimento político pelos Estados dos horrores que o ser humano pode provocar em seus iguais. Nesse sentido, tem Rubem Braga alguma razão ao ironizar o colega Austregésilo de Athayde, que redigiu um discurso idealista para a Assembleia Geral das Nações Unidas, na sessão que aprovaria a Declaração.

Contraditoriamente egoísta e altruísta, a natureza humana funda-se tanto na autopreservação quanto na capacidade moral. A razão, porém, permite ao ser humano buscar, na organização social, o predomínio do altruísmo, para que o egoísmo não obste seu progresso. A Declaração Universal dos Direitos Humanos sintetiza os esforços dos Estados, as máximas organizações sociais, para que o bem, expresso pela razão, prevaleça universalmente.

_AVALIAÇÃO

1. **Nota relativa à organização e ao desenvolvimento do tema: 10**
2. **Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 4; pós-recurso: 10**

Número de erros: 6; pós-recurso: 0

Extensão do texto: 147 palavras

Resultado:

Nota: **20**

COMENTÁRIO

EXEMPLO DE RECURSO:

Com a devida deferência, o candidato solicita à banca a reversão da pena por rasura com emenda na linha 6 do exercício 2 ("que"), assim como pede correspondente majoração da nota. A ortografia é o conjunto de regras estabelecidas pela gramática normativa que informa a correta grafia das palavras, e não a forma como erros são emendados no texto. Por não constituir, efetivamente, erro ortográfico, a rasura com emenda não deve ser apenada sob essa rubrica. Ademais, o texto reescrito encontra-se dentro das margens reservadas para a escrita. Por fim, esse tipo de emenda tradicionalmente não foi apenado no

CACD em, pelo menos, uma década, e a presente penalização, inadvertida, causa insegurança jurídica para os candidatos.

Essa forma de punição, que pesará ao candidato mais de 20 pontos na prova de Português, produz uma nota incompatível com um texto cuja qualidade se evidencia na alta avaliação macroestrutural e na quase inexistência de demais apenações em quesitos microestruturais. Em defesa dos princípios de razoabilidade e de proporcionalidade que regem a Administração Pública, o candidato requer, portanto, a reversão da pena por rasura e emenda.

Henrique Towata Sato

nota: ***20****/20*

Em que pese a sua aplicação ainda incompleta, a Declaração Universal dos Direitos Humanos representa um importante avanço na proteção dos indivíduos contra abusos. Como ironizou Rubem Braga, de fato, a necessidade de proteção decorre da desconfiança: o receio de que Estados ou indivíduos que ocupam posições de poder oprimam aqueles que estão vulneráveis. Esse fato não anula a importância da comunhão que foi necessária para a elaboração da Declaração e que a legitimou.

A humanidade é diversa em suas necessidades e recursos, o que leva a distintas capacidades dos indivíduos exercerem e exigirem, os direitos presentes na Declaração. Esse fato não retira a universalidade desses direitos e, efetivamente, reforça a importância do documento. Ainda que, sob uma perspectiva cultural, a Declaração esteja mais alinhada a valores liberais ocidentais, ela estabelece padrões mínimos que, por terem sido aceitos pela comunidade de Estados, podem ser exigidos de todas as nações.

_AVALIAÇÃO

1. **Nota relativa à organização e ao desenvolvimento do tema: 10**
2. **Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 8; pós-recurso: 10**

Número de erros: 2; pós-recurso: 0 (rasuras revertidas)

Extensão do texto: 150 palavras

Resultado:

Nota preliminar: **18**

Nota final: **20**

Nota média: Matheus Corradi de Souza
nota: ***18**/20*

Uma leitura da Declaração Universal dos Direitos Humanos **(DUDH)**[1] deixa evidente sua relevância atual. O documento prevê, entre outros, o direito de todos à participação na política e à existência de condições dignas de vida, princípios caros à sociedade internacional. Apesar do caráter não obrigatório da Declaração, ela serviu de base a tratados posteriores e tem, hoje, muitas normas que vinculam todos os Estados, porquanto consideradas costume internacional. Essa universalidade,[2] enfrentou resistências.

Por muitas décadas, alguns países não ocidentais afirmaram a impossibilidade de aplicação universal da DUDH em virtude de diferenças culturais. Na Declaração de Viena de 1993, porém, consolidou-se a universalidade dos direitos humanos, ao mesmo tempo que se reconheceu que sua efetivação pode dar-se de maneiras distintas. O progressivo reconhecimento de direitos das mulheres na fechada sociedade saudita, por exemplo, demonstra que os valores de 1948 permanecem relevantes, e que sua efetivação global é inexorável.

_AVALIAÇÃO

1. **Nota relativa à organização e ao desenvolvimento do tema: 10**
2. **Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 8**

Número de erros: 2

Extensão do texto: 147 palavras

Resultado:

Nota: **18**

COMENTÁRIO

[1] *Ortografia (rasura)*

[2] *Morfossintaxe (vírgula)*

Pior nota: Anônimo
nota: ***15,50**/20*

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi criada em um momento histórico marcado pela esperança de um futuro sem os flagelos decorrentes da guerra, no qual a humanidade conviveria com dignidade e com respeito. Trata-se de um dos documentos mais relevantes da história, conquanto os direitos nela inscritos não se tenham tornado, na prática, universais. Apesar disso, a importância retórica da declaração é enorme.

Rubem Braga, ironizando o texto da declaração, indica que seu conteúdo não corresponde à realidade, esquecendo da importância simbólica do que está inscrito no documento. Para Michel Foucault, a realidade e o discurso participam de um processo de **coconstrução**. Uma vez que o discurso tem a capacidade de alterar a realidade, a Declaração Universal dos Direitos Humanos torna-se um meio de concretização dos objetivos da comunidade internacional.

_AVALIAÇÃO

1. **Nota relativa à organização e ao desenvolvimento do tema: 7,5**
2. **Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 8**

Número de erros: 1 (ortografia), 1 (morfossintaxe)

Extensão do texto: 147 palavras

Resultado:

Nota: **15,5**

LÍNGUA INGLESA

banca:
Affonso José Santos
Avram Stanley Blum
Thiago Blanch Pires

_composition

When the statesmen who took Europe to war in 1914 came to write their memoirs, they agreed on one thing: that war had been inevitable — the result of such vast historical forces that no human agency could have prevented it. "The nations slithered over the brink into the boiling cauldron of war," wrote David Lloyd George in a famous passage in his War Memoirs. Nor was this the only metaphor he employed to convey the vast, impersonal forces at work...

Niall Ferguson. ***Why the World Went to War.*** *Penguin, 2005, p. 1 (adapted).*

In light of the quote above, comment on the conclusion the statesmen had come to, regarding the inevitability of the First World War. Mention and explain some of the circumstances that induced them individually to arrive at such a common judgement.

Extensão: 400 a 450 palavras
[valor: 50,00 pontos]

Distribuição das notas

EN Red
60
50
40
30
20
10
0
Nota
Ampla
Negros
26 25 24 23 22 21 20 19 18 17 16 15 14 13 12 11 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1
Posição

Padrão de resposta da composition

Espera-se que os candidatos e as candidatas apresentem uma breve perspectiva histórica que antecedeu a 1ª Guerra Mundial e que teçam comentários sobre as diversas alianças de cunho militar, firmadas entre as grandes potências de então, e que tenham contribuído a levar à inevitabilidade do início da guerra. Se possível, dentro da limitação de palavras, espera-se que ofereçam sua visão das iniciativas bélicas do conflito e de suas consequências. Serão levados em consideração fatos e circunstâncias adicionais que contribuíram para que, individualmente, as potências de então não tivessem envidado maiores esforços para evitar a guerra e, sobretudo, depois de sua eclosão, por que razão não procuraram limitar seu alargamento.

Bernardo Andrade Vaz de Faria Pereira
nota: ***49**/50*

The ultimate responsibility for the start of the First World War is still widely debated in specialized literature, whereas there is a general agreement in regard to its causes. The emergence of **extremist** nationalism, the system of alliances in Europe and imperialist disputes between colonial empires led Europe and the years of the Belle Époche to their tragic destiny. The complexity, intensity and interdependence of these problems prevented world leaders from considering peaceful solutions possible, which would later result in their common assessment of the war as inevitable.

Nationalism was a relatively recent phenomenon in the political field at the beginning of the twentieth century, but it had already proven its force both in the revolutions of 1848 (the "Spring of the Peoples") and in the emergence of new States, such as Germany and Italy. By the end of the nineteenth century nationalism was a key factor of the legitimacy of States and of their leaders, regarded as protectors of their people. Moreover, the will of the Balkan people to become independent from both the Austro-Hungarian and the Turkish empires transformed the region in a great source rivalries, problem that would remain unresolved event after the Congress of Berlin, in 1878. In this way, national pride could not be hurt by world leaders at risk of costing them their legitimacy, narrowing the chances of peaceful solutions to crises, which made the war seem inevitable.

This extremist nationalism was worsened by imperialist disputes. Colonies overseas were needed as supplyers (sic) of basic products and markets for rising industrial economies. The Conference of Berlin tried to settle most disagreements concerning African colonies in 1885, but this solution did not last. Radical military solutions tend to prevail when diplomacy fails to lead countries to a compromise, which are harder to achieve at times of overblown nationalism.

Although diplomacy was not able to achieve lasting and peaceful agreements, military alliances were abundant in the years before the war. Since many European States were bound by treaty to wage war if an ally was attacked, it was reasonable to admit that a war would occur. Lloyd George had no other option besides declaring war on Germany when Germans invaded Belgium, in the same way that the Russian tsar had to come to the rescue of the Serbians against the Austro-Hungarian Empire.

The First World War could have been avoided, but only if most of these circumstances had been different. Nationalism, imperialism and military alliances induced leaders to think that the war was inevitable, both from a domestic and an international point-of-view. The sense of inevitability of past facts in history is hard to avoid, but so was the First World War.

_AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS

1. **Organização do texto e desenvolvimento do tema**

   1.1.1. **Apresentação/impressão geral do texto: 2/2**

   1.1.2. **Legibilidade: 2/2**

   1.1.3. **Estilo: 2/2**

   1.1.4. **Coerência: 4/4**

1.2. **Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, conteúdo e pertinência das informações): 10/10**

1.3. **Capacidade de análise e reflexão: 5/5**

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 3

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 25

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 23,5

Extensão do texto: 446 palavras

Nota provisória: **48,5**

Nota final: **49**

COMENTÁRIO:

RECURSO:

O candidato gostaria, respeitosamente, de solicitar reversão do ponto apenado nesta linha. Não encontrei nenhum erro ortográfico, de rasura ou de pontuação na linha 7. As palavras "problems", "prevented", "world", "leaders", "from", "considering", "peaceful" "solutions", "possible" e "which" estão corretamente grafadas. A vírgula antes de "which" é exigida por constituir uma "non-restrictive clause". Diante do exposto, reitera-se, respeitosamente, a retirada da apenação constante dessa linha.

Maurício Horta Miyauchi
nota: ***49****/50*

Peace is the central issue in the study of international relations; attempts to promote it, however, have repeatedly frustrated the work of both scholars and statesmen. This is the feeling that David Lloyd George expresses in his War Memories, in which he concludes that the Great War was not the result of miscalculation by statesmen, but an already existing "boiling cauldron" into which nations could not avoid falling. Although Lloyd George's picture was true by 1914, the conditions that led to it were consequences of man-made, avoidable decisions. Indeed, the circumstances that made the Great War inevitable relate to three aspects: the international system, the states and the statesmen that prevailed over decades prior to this conflict.

The manner by which power is distributed between nations in the international system is the single most important factor determining whether peace will prevail over war. In 1914, the latter was clearly looming over Europe, as a system of permanent alliances antagonised the Central Powers (Germany, Austria-Hungary and the Ottomans) and the Étente Cordiale (Great Britain, France and Russia.) The set of diplomatic and military obligations between these countries did not enable them either to adjust alliances before changes in the balance of power, or to concert multilaterally, so that they could reach compromise. In this setting, thus, peace was beyond reach for statesmen, individually.

The emergence of a new power has frequently produced antagonism with the established power in the history of international relations, and the security dilemma that emerges from this sort of rivalry is profoundly destabilising. The rise of Germany after the war between France and Prussia in 1871 downgraded the former´s military role in the continent and made the maintenance of bilateral relations a permanent challenge. The result of this mutual distrust was the gradual establishment of a continental arms race. No individual decision could, therefore, peacefully reverse the accumulation of military resources by European powers.

Statesmen, however, can modulate tensions in the international system so that alliances and military competition do not lead to confrontation in the long-run. The change from Otto von Bismarck's multiple-alliances system to Kaiser Wilhelm II's Weltpolitik, however, meant that the former's efforts to convince his counterparts that Germany was a satisfied European power backlashed in 1890, when this country started to use its navy to form a colonial empire. By 1914, the reach of statesmanship was tragically limited by imperialism.

Four decades of decisive events preceding the Great War confirm Lloyd George's conclusion that nations could not avoid falling into the boiling cauldron of war in 1914. The British statesman's words convey an omission, however – namely that this cauldron was set and heated not by destiny, but by statesmen as himself.

_AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS

1. **Organização do texto e desenvolvimento do tema**
   - 1.1.1. **Apresentação/impressão geral do texto: 1,5/2**
   - 1.1.2. **Legibilidade: 2/2**
   - 1.1.3. **Estilo: 1,5/2**
   - 1.1.4. **Coerência: 4/4**

1.2. **Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, conteúdo e pertinência das informações): 10/10**

1.3. **Capacidade de análise e reflexão: 5/5**

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 0

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 24

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 25

Extensão do texto: 449 palavras

Nota: **49**

Matheus Corradi de Souza
nota: ***48,5****/50*

All of the statesmen who ruled over Europe during the First World War, as Niall Ferguson explains, saw the conflict as inevitable. Among the “vast historical forces” at work, two were mainly related to the fears that haunted the allies Germany and Austria-Hungary. In the German Empire, many in government feared that a rising Russia would soon become **invencible***. In Vienna, the Austro-Hungarian Empire’s status as a Great Power was thought to be in danger if the Archduke’s assassination remained unpunished. However, the historian Christopher Clark has recently argued that the countries’ decision-making process was not monolithic, and there were top-government officials who could have prevented the war, had their opinions prevailed.

There was a widespread opinion in the early 20th century Europe that Russia was poised to be the greatest of the Powers. Having the largest territory, population, and military, the Russian Empire was also experiencing strong economic growth. Many around the German Emperor feared their country would soon be unable to beat Russia in war. Moreover, Russia had an alliance with the war-mongering France, which was eager to retake territories lost to the Germans in 1871. When the events of Sarajevo unfolded, few in Berlin were willing to work towards a peaceful solution. However, the Russian reality was not as bright as it was thought, and the country lost several battles to the Germans. If paranoia had not blinded German decision-makers, they might have chosen diplomacy over war. The Triple Entente – the United Kingdom, France and Russia – was also to blame as it denied Vienna of its Great Power status.

Austria-Hungary had no overseas territory and a small economy compared to the other European powers. Nonetheless, the Dual Monarchy considered itself to be an equal among the Great Powers for two main reasons: it ruled over a huge population, which granted it good military potential; and it had a fast-growing economy with strong industries. When a Serbian irredentist murdered the heir to the Austro-Hungarian throne, Vienna demanded a comprehensive investigation in Belgrade. Since there were ties in the Serbian government with the assassin, Serbia would not comply. Austria-Hungary then proceeded with what would be “business as usual” to a Great Power: threatened the use of force against its neighbor. The Triple Entente countries, however, did not accept Austrian actions, implicitly denying the Empire’s Great Power status. The Great War would not have occurred if Vienna were allowed to swiftly punish Serbia, a course of action that was defended by some in London, Paris and St. Petersburg.

As seen, statesmen were not sleepwalkers walking inevitably towards war. Peace was possible, and human agency could have altered history.

_AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS

1. **Organização do texto e desenvolvimento do tema**

    1.1.1. **Apresentação/impressão geral do texto: 1,5/2**

    1.1.2. **Legibilidade: 2/2**

    1.1.3. **Estilo: 2/2**

    1.1.4. **Coerência: 4/4**

1.2. **Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, conteúdo e pertinência das informações): 10/10**

1.3. **Capacidade de análise e reflexão: 5/5**

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 2

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 24,5

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 24

Extensão do texto: 446 palavras

Nota: **48,5**

Nota média: Victor Born Portella
nota: ***43,75****/50*

The origins of the First World War have long been debated, and yet the topic still attracts contemporary historians. The theory of the inevitability of the war stands out amidst the myriad of existing explanations. At least two main points are important to understand the logic of the inevitability of the war: the consequences of the end of the web of alliances conceived by Bismarck and the transformations in modern warfare and military strategy taking place at the time. Illusions about these two circumstances may have induced statesmen to the belief that war was inevitable.

The end of the system of alliances created by German chancellor Otto von Bismarck decades before the war is connected to the idea of inevitability in two ways. Firstly, the network of treaties was designed to avoid war after the German unification, but after the fall of Bismarck the system no longer represented the balance of power reordered with the rise of Willhem II. However, the treaties remained active and led to the virtual polarization of Europe. More importantly, they were secret and contained clauses that worked as automatic triggers for wars. Secondly, war mobilization at the time had to be immediate. Therefore, when the statesmen of Austria sent its **ultimate** to Serbia, the system of alliances was unleashed. As mobilization had to be fast on the brink of war, statesmen could not take too long to act.

Transformations in modern warfare and strategy also contribute to the argument of the inevitability of the war. Take the example of German statesmen. They conceived a plan – the Schlieffen Plan – to attack both Russia and France immediately and avoid war in two fronts. They did not take into consideration, however, that by invading Belgium they would be calling Britain to war. French statesmen, in turn, had imagined that the Maginot Line was sufficient to stop the Germans. They were mistaken. None of the great powers considered the fact that modern war fare had changed significantly. The American Civil war had demonstrated that modern wars could take longer, but statesmen at the time did not take that into account.

The thesis of the inevitability of the war is compelling. The end of a system of secret alliances and the illusions about the nature of conflicts may indeed explain why great power and statesmen could have been forced to war like “sleepwalkers”, as a historian puts it. However, the fact that misperceptions about reality may have led to the conflict remains a cause of concern and a lesson to be learned by leaders today.

_AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS

1. **Organização do texto e desenvolvimento do tema**

1.1.1. **Apresentação/impressão geral do texto: 1,5/2**

1.1.2. **Legibilidade: 1,5/2**

1.1.3. **Estilo: 2/2**

1.1.4. **Coerência: 3/4**

1.2. **Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, conteúdo e pertinência das informações): 7,5/10**

1.3. **Capacidade de análise e reflexão: 3,75/5**

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 1

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 19,25

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 24,5

Extensão do texto: 424 palavras

Nota: **43,75**

COMENTÁRIO

O único erro foi de natureza ortográfica: escrevi "ultimate" em vez de "ultimatum". Não achei que houvesse margem para argumentação. Chamo atenção do candidato para as notas de conteúdo.

Pior nota: Anônimo
*nota: **30**/50*

The First World War represented the end of Metternich's balance of powers that had managed to avoid a major war in Europe for almost a century. As Niall Ferguson avers, most European leaders and statesmen in 1914 faced war as an impending and inevitable event, the necessary consequence of historical forces and conflicting interests. However, with the enormous benefit of distance from the facts, some contemporary analyses argue that the war was rather the result of profound distrust among European leaders. Had statesmen found mechanisms to enhance communication and to avoid misunderstandings, the Great War (as it was called back then) could have been averted.

Germany's rise after its unification is one of the main causes of the war. The emergence of a new strong power broke the fragile equillibrium of Metternich's system. France, humiliated in the Franco-Prussian war, watched apprehensively its neighbor's rapid growth, while Germany, continuously getting stronger, coveted an oversea empire such as those of France and Britain. Furthermore, the Russian Empire wanted to expand westwards, and the Austro-Hungarian Empire wanted to expand in Eastern Europe. Bosnia was the place where their ambitions clashed. Britain, although relatively aloof, was interested in avoiding the emergence of a power greater than itself in the continent. The murder of Franz Ferdinand was almost an excuse to start a war in which each country was willing to engage.

In light of so many rivalries, one may be tempted to deem war really inevitable. Nevertheless, the question is: why these rivalries grew so much? No country had any idea of other countries' true intentions and real military power. Moreover, due to secret diplomacy, no statesmen knew for certain the alliances that would be formed in case of war. Should there be more transparency, European countries would be less inclined to fight. The general distrust derived from this lack of information jeopardized military calculi and made countries more reactive and aggressive. If a forum such as the European Union existed in 1914, countries would have a proper space to debate and exchange ideas, which would render them less distrustful of each other. That would have engendered a greater propensity for concessions and less fear of potential foes.

The errors of the First World War were not enough to prevent the outbreak of an even worse conflict 20-odd years later. Since 1945, however, institutions such as public diplomacy and multilateral institutions have become increasingly important. Were these institutions in force prior to 1914, the Great War might not have happened. Most of all, were the consequences of that war predictable, statesmen would think twice before declaring it was inevitable.

_AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS

1. **Organização do texto e desenvolvimento do tema**

    1.1.1. **Apresentação/impressão geral do texto: 0,5/2**

    1.1.2. **Legibilidade: 0,5/2**

    1.1.3. **Estilo: 0,5/2**

    1.1.4. **Coerência: 2/4**

1.2. **Capacidade de argumentação (objetividade, sistematização, conteúdo e pertinência das informações): 2,5/10**

1.3. **Capacidade de análise e reflexão: 2,5/5**

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 7

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 8,5

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 21,5

Extensão do texto: 438 palavras

Nota: **30**

LÍNGUA INGLESA

banca:
Affonso José Santos
Avram Stanley Blum
Thiago Blanch Pires

_translation A - tradução

Translate the following excerpt into Portuguese.

Consider the subtleness of the sea; how its most dreaded creatures glide under water, unapparent for the most part, and treacherously hidden beneath the loveliest tints of azure. Consider also the devilish brilliance and beauty of many of its most remorseless tribes, as the dainty embellished shape of many species of sharks. Consider, once more, the universal cannibalism of the sea; all whose creatures prey upon each other, carrying on the eternal war since the world began. Consider all this; and then turn to this green, gentle, and most docile earth; consider them both, the sea and the land; and do you not find a strange analogy to something in yourself? For as this appalling ocean surrounds the verdant land, so in the soul of man there lies one insular Tahiti, full of peace and joy, but surrounded by all the horrors of the half-known life. God keep thee! Push not off from that isle, thou canst never return!

Herman Melville. ***Moby Dick***. *Penguin books, 1994 (adapted).*

[valor: 20,00 pontos]

Distribuição das notas

Padrão de resposta da Translation A

Considere a sutileza do mar; como (as) suas criaturas mais temidas deslizam sob as águas, invisíveis na maior parte, e traiçoeiramente ocultas/escondidas sob/embaixo os/dos matizes mais encantadores/belos do/de azul. Considere também o brilho e a beleza diabólica de muitas de suas tribos sem piedade, como a forma delicadamente/delicada e/(graciosa) adornada/de muitas espécies de tubarões. Considere, uma vez mais, o canibalismo universal do mar; cujas criaturas todas se devoram/caçam/predam umas às outras, continuando a guerra eterna desde o início do mundo. Considere tudo isso; e então se volte para esta terra tão verde, suave e dócil; considere ambos, o mar e a terra; e você não acha que existe/há uma analogia estranha com algo dentro de você/si mesmo? Pois, tal como este oceano aterrador cerca/rodeia a terra verdejante, também na alma do homem reside/há um Taiti insular, cheio de paz e alegria, mas rodeado/cercado por todos os horrores da metade (des)conhecida da vida. Deus te proteja! Não te afastes dessa ilha, tu podes não/nunca mais voltar!

Bernardo Andrade Vaz de Faria Pereira

nota: ***19,50****/20*

Considera a sutileza do mar; como suas mais temidas criaturas deslizam sob a água, imperceptíveis na maior parte do tempo, e traiçoeiramente escondidas sob os mais amáveis tons de azul. Considera também a beleza e a inteligência maldosas de suas impiedosas tribos, como a forma bela e perigosa de vários tubarões. Considera, mais uma vez, o canibalismo universal do mar, cujas criaturas todas caçam umas às outras, continuando a guerra eterna desde que o mundo começou. Considera tudo isso; e então te vira para essa terra verde, gentil e a mais dócil; considera ambos, o mar e a terra; e tu não encontras em ti mesmo uma estranha analogia para algo? Pois, como este oceano ofensivo circunda a terra verdejante, assim também na alma do homem há um Taiti insular, cheio de paz e alegria, mas cercado por todos os horrores da vida conhecida pela metade. Deus te guarde. Não te empurres para fora desta ilha, não poderás nunca voltar.

_AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS
Fidelidade ao estilo do texto original: 5/5

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 1

Rasuras: 3

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 5
Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 11,5; pós-recurso: 13,5
Nota provisória: **16,5**
Nota final: **19,5 (três rasuras revertidas)**

Henrique Towata Sato
nota: ***18,5****/20*

Considere a sutileza do mar; como suas mais terríveis criaturas deslizam sob a água, em sua maior parte imperceptíveis, e traiçoeiramente escondidas sob os mais adoráveis tons azulados. Considere também os diabólicos brilho e beleza de muitas de suas mais impiedosas tribos, como a forma disfarçada de muitas espécies de tubarões. Considere, uma vez mais, o canibalismo universal do mar; cujas criaturas todas caçam umas às outras, continuando a guerra eterna, desde o início do mundo. Considere tudo isso; e então se volte para essa terra verde, suave e sumamente dócil; considere ambos, o mar e a terra; você não percebe uma estranha analogia com algo em você mesmo? Assim como esse aterrador oceano envolve a terra verdejante, também na **alma dos homens*** há um insular Taiti, cheio de paz e alegria, mas cercado por todos os horrores da vida ***semi-desconhecida**. Que Deus te guarde! Não te ***afasta** dessa ilha, tu poderás jamais retornar!

_AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS
Fidelidade ao estilo do texto original: 5/5

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 6; pós-recurso: 3

Morfossintaxe - vírgula após “na alma dos homens”

Ortografia - hífen em “semi-desconhecida”

Morfossintaxe - não te afaste (imperativo negativo)

Resultado:
Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 5
Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 12; pós-recurso: 13,5
Nota provisória: **17**
Nota final: **18,5**

COMENTÁRIO

Resposta da banca ao recurso referente à vírgula: “O erro decorre da ausência de vírgula para isolar a expressão adverbial intercalada ‘na alma do homem’. A banca avaliadora adota a convenção de que expressões adverbiais longas — assim consideradas as expressões com três ou mais palavras — deslocadas para o

início da oração ou intercaladas entre termos essenciais da oração devem estar separadas por vírgula.”

Dois recursos deferidos referente à morfossintaxe, conteúdo do recurso:

“Prezado corretor, peço que a penalização por morfossintaxe da linha x seja reavaliada, entendo que a inversão do adjetivo com o substantivo não é a mais natural, mas ela está em concordância com o aspecto literário (e poético) do trecho. Agradeço a atenção.”

Uma penalização por rasura foi revertida.

Matheus Corradi de Souza

nota: ***18****/20*

Considere a sutileza do mar; como suas criaturas mais assustadoras se camuflam embaixo da água, despercebidas em sua maior parte e traiçoeiramente escondidas sob amáveis tonalidades de azul. Considere, também, o brilho e a beleza diabólicos de muitas de suas tribos mais impetuosas, como a bela forma de muitas espécies de tubarões. Considere, mais uma vez, o canibalismo universal do mar; todas as suas criaturas caçam umas às outras, continuando a eterna guerra desde que o mundo começou. Considere tudo isso; e, então, atente-se para esta terra verde, gentil e muito dócil; considere ambos, o mar e a terra; e você não encontra uma estranha analogia com algo em si mesmo? Pois como este terrível oceano circunda a verdejante terra, também na alma do homem há um insular Taiti, cheio de paz e alegria, mas cercado dos horrores da vida parcialmente desconhecida. Que Deus lhe guarde! Não saia daquela ilha, você pode nunca mais retornar!

_AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS

Fidelidade ao estilo do texto original: 5/5

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 4

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 5

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 13

Nota: **18**

Nota média: Pedro Vale de Andrade Arruda Câmara
nota: ***17**/20*

Considere a sutileza do mar; como suas criaturas mais temíveis deslizam sob a água, ocultas na maior parte do tempo, e escondidas sorrateiramente debaixo dos mais adoráveis tons de azul. Considere, também, o brilho e a beleza diabólicos de muitas de suas tribos mais impiedosas, como a forma delicadamente ornamentada de muitas espécies de tubarões. Considere, mais uma vez, o canibalismo universal do mar; cujas criaturas todas se caçam, umas às outras, lutando a guerra eterna desde que o mundo **começou[1]**. Considere tudo isso; então, volte-se a esta verde, gentil e deveras dócil terra; considere ambos, o mar e a terra; e você não percebe uma estranha analogia a algo em si mesmo? Pois, da mesma forma que esse espantoso oceano cerca a terra verdejante, **na alma do homem[2]** existe um Taiti insular, cheio de paz e alegria, mas cercado por todos os horrores da vida **semi-conhecida[3]**. **Que Deus lhe tenha!** Não **se afaste** dessa ilha, tu nunca poderás retornar!

_AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS
Fidelidade ao estilo do texto original: 5/5

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 8; pós-recurso: 6

Resultado:
Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 5
Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 11; pós-recurso: 12
Nota: **17**

COMENTÁRIO

Observação: não pude identificar, com certeza, o erro marcado na l.10, mas imagino que se trate do emprego de "da mesma forma que" no lugar de "tal como", que consta no modelo de resposta.

[1]Nota do candidato: fui penalizado por escrever a palavra por cima de uma rasura. Se tivesse feito recurso, eu teria, provavelmente, conseguido reverter a penalização, como outros candidatos penalizados por esse mesmo motivo.

[2]Nota do candidato: fui penalizado por não ter intercalado a expressão adverbial "na alma do homem" entre vírgulas.

[3]Nota do candidato: não cheguei a fazer recurso, mas creio que, aqui, houve mistranslation por parte da banca. "Horrors of the half-known life" parece-me traduzir-se melhor por "horrores da vida semi-conhecida" do que por "horrores da metade (des)conhecida da vida", expressão que consta no modelo de resposta.

Pior nota: Anônimo
nota: ***14,33**/20*

Considere a sutileza do mar; como suas mais aterrorizantes criaturas deslizam sob a água, invisíveis na maior parte, e articulosamente escondidos por debaixo dos mais esplêndidos tons de azul. Considere também o diabólico brilho e beleza de muitas de suas tribos mais sem remorso, como o divinamente estabelecido formato de muitas espécies de tubarão. Considere, mais uma vez, o canibalismo universal do mar; todas as suas criaturas caçam umas as outras, levando em frente a guerra eterna desde que o mundo começou. Considere tudo isso; e então olhe para essa verde, gentil e mui doce terra; considere ambos, o mar e a terra; e você não encontra uma estranha analogia a alguma coisa em você mesmo? Porque assim como esse impressionante oceano cerca a verdejante terra, na alma do homem existe um Tahiti insular, cheio de paz e alegria, mas cercado por todos os horrores da vida semiconhecida. Deus lhe mantenha! Não saia dessa ilha, pois não poderá nunca retornar.

_AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS
Fidelidade ao estilo do texto original: 3,33/5

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 8

Resultado:
Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 3,33
Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 11
Nota: **14,33**

COMENTÁRIO

RECURSO (DEFERIDO):

"Padrão de resposta da banca: 'Considere a sutileza do mar; como (as) suas criaturas mais temidas deslizam sob...'.

Resposta do candidato: 'Considere a sutileza do mar; como suas mais aterrorizantes criaturas deslizam sob...'

Nota-se que o candidato utilizou praticamente a mesma escolha vocabular, apenas alterando a ordem dos adjuntos nominais, a fim de preservar ao máximo o estilo do texto original. Não houve qualquer alteração de sentido ou erro sintático na escolha feita pelo candidato. Nesse sentido, o candidato não deve ser apenado por buscar preservar o estilo do texto original, sem abrir mão da correção sintática e dos sentidos originais.

LÍNGUA INGLESA

banca:
Affonso José Santos
Avram Stanley Blum
Thiago Blanch Pires

_translation B - versão

Translate the following excerpt into English.

Nenhum povo está mais distante dessa noção ritualista da vida do que o brasileiro. Nossa forma ordinária de relações sociais é fundamentalmente o oposto de polidez. Ela pode iludir na aparência, e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no "homem cordial"; é a forma natural e viva convertida em fórmula. Além disso a polidez é, de algum modo, uma organização da defesa ante a sociedade. Está na parte exterior, superficial do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de meio de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada um de nós preservar intatas nossa sensibilidade e emoções. Por meio de semelhante padronização das formas exteriores da cordialidade, que não precisam ser legítimas para se manifestarem, revela-se um decisivo triunfo do espírito. Armado dessa máscara, o indivíduo mantém sua supremacia ante a sociedade. Com efeito, a polidez implica uma presença contínua e soberana do indivíduo.

Sérgio Buarque de Holanda. ***Raízes do Brasil.*** *26.ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 147 (com adaptações).*

[valor: 15,00 pontos]

Distribuição das notas

Padrão de resposta da Translation B

No people is further/more distant from this ritualistic idea of life than the Brazilian. Our ordinary form of social relations is fundamentally the very opposite of politeness. It can deceive in appearance, as is explained by the fact that a polite attitude consists precisely of a kind of deliberate mimicry of manifestations spontaneous in the “cordial man”; it is a natural and living form converted into a formula. Moreover/Besides, politeness is somehow a defense organization/mechanism against society. It is in the external and superficial part of the individual, and it can even serve, when necessary, as a means of resistance. It is equivalent to a disguise that permits each of us to keep intact our sensibility and emotions.

By means of similar standardization of external forms of cordiality, which do not have to be legitimate to be manifested, it is revealed (or: Similarly, adopting/using/employing external patterns of cordiality, which do not have to be legitimate to be manifested, reveals) a decisive triumph of the spirit. Armed with this mask, the individual maintains his or her supremacy over society. In effect/Effectively, politeness implies a continuous and sovereign presence of the individual.

Maurício Horta Miyauchi

nota: ***13****/20*

No people stands **farther[1]** away from this ritualistic notion of life than Brazilians. Our ordinary form of social relations is fundamentally the opposite of politeness. Its appearance can be misleading, an this is explained by the fact that polite attitude consists precisely **on[2]** a sort of deliberate **mimic[3]** of manifestations that are spontaneous to the "cordial man;" it is the natural and living form converted into a formula. Moreover, politeness is in a certain manner an organisation of the defence before society. It lies in the individual's external, superficial part, serving possibly even as a means of resistance when necessary. It is as a disguise that will enable each one of us to keep untouched our sensitivity and emotions.

By means of such a standardisation of external forms of cordiality, which do not have to be legitimate to be expressed, a decisive triumph of spirit is revealed. Armed with this mask, the individual maintains his or her supremacy **before*** society. Indeed, politeness implies a continuous and sovereign presence of the individual.

_AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS

Fidelidade ao estilo do texto original: 5/5

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 4 (um de ortografia e 3 de morfossintaxe)

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 5

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 8

Nota: **13**

COMENTÁRIO

[1]Resposta da banca a recurso do candidato: "O erro ortográfico está presente no uso de "farther" ao invés de "further". O segundo carrega sentido relacionado a contextos mais abstratos e metafóricos, tais como aquele encontrado no texto original, e embasado pelo dicionário Oxford, conforme trecho a seguir: "Further is a much more common word, though, and is additionally used in various abstract and metaphorical contexts, for example referring to time, in which farther is unusual" (Acesse: https://en.oxforddictionaries.com/usage/fartherorfurther)"

[2]*Nota do candidato: o verbo "consist" exige preposição "of", não "on".*

[3]*Nota do candidato: o substantivo "mimic" corresponde à pessoa que imita outra ("mímico"); para referir-se à mímica com sentido de ação de imitar, deve-se usar o termo "mimicry".*

**Nota do candidato: o complemento nominal do substantivo "supremacy" é introduzido pela preposição "over", não "before".*

Pedro Vale de Andrade Arruda Câmara

nota: ***12,50****/20*

No people is further from this ritualistic notion of life than the Brazilian. Our ordinary form of social relations **is the**[1] opposite of cordiality. Its appearance can be deceiving, which is explained by the fact that the **cordial** attitude **consists precisely in**[2] a kind of deliberate mimicry of manifestations that come spontaneously to the "cordial man"; it is the natural and living form converted into a formula. Besides, **cordiality** is, somehow, an organization of the defense against society. It is in the outer, superficial part of the individual, and, when necessary, it can even be a means of resistance. It equals a disguise that allows each of us to maintain our sensibilities and emotions intact.

By means of such standardization of the outer forms of cordiality, which do not need to be legitimate to manifest themselves, a decisive triumph of the spirit reveals itself. Armed with this mask, the individual keeps his supremacy in regard to society. **Indeed**, cordiality implies a continuous and sovereign presence of the individual.

_AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS
Fidelidade ao estilo do texto original: 5/5

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 5

Resultado:
Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 5
Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 7,5
Nota: **12,5**

COMENTÁRIO

[1]Nota do candidato: aqui, fui penalizado pela omissão do vocábulo "fundamentally". Transcrevo o original: "[…] Nossa forma original de relações sociais é fundamentalmente o oposto de polidez".

[2]RECURSO DO CANDIDATO:

"Solicito, respeitosamente, a revisão da penalização na linha 4 – "[which] is explained by the fact that the cordial attitude consists precisely in a kind...". Após relê-lo, julgo não ter cometido erros de morfossintaxe nesse trecho.

Considero que a penalização possa dizer respeito ao emprego da expressão "consists [precisely] in", em vez de "consists of", que consta no modelo de resposta.

No entanto, a expressão "consists in" não está em desacordo com a gramática normativa, conforme o Merriam-Webster (https://www.merriam-webster.com/dictionary/consist%20in): "Definition of 'consist in' (formal): to have (something) as an essential or main part. 'Happiness consists in being satisfied with what you have'".

A definição de "crise" feita por Antonio Gramsci em seus "Cadernos do Cárcere", traduzida para o inglês, também fornece um exemplo do uso de "consist in": "The crisis consists precisely in the fact that the old is dying and the new cannot be born [...]" (https://www.mindmeister.com/pt/382917431/gramsci-the-crisis-consists-precisely-in-the-fact-that-the-old-is-dying-and-the-new-cannot-be-born-in-).

À luz dessa definição e dos exemplos, percebe-se que, no trecho em questão, o emprego de "consists in" é adequado, uma vez que a "mímica deliberada" que Sérgio Buarque de Holanda menciona em seu texto configura um elemento essencial da "atitude cordial".

Assim sendo, peço, com todo respeito, que o(a) examinador(a) reavalie a penalização em tela e, caso julgue cabível, majore a nota da questão".

RESPOSTA DA BANCA:

"Recurso indeferido. A forma "cordial" altera o estilo do trecho correspondente no texto original. Raramente utilizado em inglês, "consist in" refere-se a algo mencionado como a única e mais importante parte envolvida; enquanto a expressão frequentemente utilizada em inglês "consist of" refere-se as partes envolvidas que se unem para compor algo".

Jonas Teixeira Marinho
nota: ***12,50****/20*

No people is more distant from that ritualistic perception of life than the Brazilian people. Our ordinary way of social relationships is essentially the opposite of politeness. It can delude in appearance and this is explained by the fact that the polite attitude consists precisely of sort of a deliberate mimetism of manifestations which are spontaneous in the "cordial man"; it is the natural and alive way converted into a formula. Besides, politeness is somehow an organization of the defense before society. It is at the outer, superficial part of the individual. It can even serve, whenever necessary, as an instrument of resistance. It is equivalent to a disguise which will allow each one of us to preserve our sensibility and emotions unharmed.

By means of similar standardization of cordiality's exterior forms, which do not need to be legitimate to manifest themselves, a decisive triumph of the spirit is revealed. Bearing that mask, the individual preserves his supremacy before society. Indeed, politeness implies a continuous and sovereign presence of the individual.

_AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS

Fidelidade ao estilo do texto original: 5/5

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 5 (três de morfossintaxe e dois de propriedade vocabular)

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 5

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 7,5

Nota: **12,5**

Nota média: Angelo Paulo Sales dos Santos
nota: ***10,50**/20*

No other people is more distant from the ritualistic notion of life than the Brazilian. Our ordinary social relations form is fundamentally the opposite to politeness. It may deceive in apparence, and this is explained by the fact that the polite attitude is precisely consisted of a kind of deliberate mimic of manifestations that are spontaneous in the “gentle man”; it is the natural an alive form inverted into formula. Moreover, politeness is, in a certain way, an organization of the defense against society. It is in the external, superficial part of the individual, and it may even serve, when necessary, as a mean of resistence. It is equivalent to a disguise that will allow each one of us to preserve our sensibilities and emotions untouched.

Through a similar standardization of external forms of cordiality, which do not need to be legitimate to be manifested, a decisive triumph of the spirit is revealed. With the mask, the individual preserves his supremacy over society. In fact, politeness implies a continuous and sovereign presence of the individual.

_AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS
Fidelidade ao estilo do texto original: 5/5

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 9

Resultado:
Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 5
Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 5,5
Nota: **10,5**

Pior nota: Anônimo
nota: ***7,33****/20*

No community is more distant from their ritualistic concept of life than the Brazilian men. Our ordinary form of social relations is the essentially the opposite of politeness. It might deceive in its outlook, and this is explained by the fact that the polite behavior consists of a sort of deliberate imitation of attitudes that are spontaneous in the "courteous man"; it is the natural and living form that has been turned into a recipe. Furthermore, politeness is, to some extent, an organized defence against society. It lies in the individual's outer and superficial part, serving even as a means of resistance, when it is necessary. It equals to a disguise that will allow each one of us to preserve our sensitivity and our emotions, to keep them untouched.

Through a similar pattern of external forms of courtesy, which do not need to be legitimate to come into being, a decisive triumph of spirit is unveiled. Wearing such a mask, the individual sustains his supremacy over society. Indeed, politeness entails a permanent and sovereign presence of the individual.

_AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS
Fidelidade ao estilo do texto original: 3,33/5

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 12

Resultado:
Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 3,33
Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 4
Nota: **7,33**

LÍNGUA INGLESA

banca:
Affonso José Santos
Avram Stanley Blum
Thiago Blanch Pires

_summary

Write a summary in your own words (280 minimum to 400 maximum) of the following text.

[valor: 15,00 pontos]

People have huge amounts of information to deal with. How do you do this as diplomats? Do you keep it close to your chest? Does information mean power? Or do you share the information with the network in which you are increasingly operating? The playing field is changing very rapidly, partly as a result of digitalisation.

Operating in a network

I used to tell my students that 90% of diplomatic information was in the public domain, but the figure is even higher now. Of course, confidentiality, and even secrecy, are important in diplomacy, particularly when it comes to matters like peace and security. However, diplomatic success depends increasingly on collaboration with others. Collaboration takes place in networks, which are becoming increasingly digital. The rules are not the same as in your own diplomatic circles, where you know roughly how your counterparts work, whatever country they come from. In a network you are not merely an official representative of a government; what defines you more is probably the information you bring to the network. That kind of added value is what people are judged on. That is what you are worth. It is a changing playing field through which information now flows much faster, via your network. And that network is what you rely on.

Role of social media

Everyone immediately thinks of people like Indian Prime Minister Narendra Modi or US President Barack Obama, who practise "Twiplomacy" — diplomacy via Twitter. Social media make things more personal and bring people who traditionally operate in the shadows into the limelight, giving an ambassador a face. You can find out what they are doing by following them on their social media account. People also get more "digital personality". You can be sure that political leaders are cultivating this quite carefully. It's still the early days. Institutions and individuals still have to adjust and find their voice in the digital age. They are wondering what exactly to do on Twitter. What should they say? A personal note must also serve their

professional goals. My opinion is that, in reality, diplomats, who have always been quite focused on their own professional group, might continue in the same vein on social media. Meanwhile, it is important to remember that there are different ways of using social media. We often assume that you interact with those around you on social media. You make sure you tweet every day, you join the conversation. But diplomats also use it passively, following what's happening. It's a useful tool that allows you to discover things you might not otherwise find, or at least not as quickly. So, in fact you see a conservative diplomat using new media on a new information playing field in the same way as an intelligence officer.

Fine to make mistakes

The motto at the Ministry of Foreign Affairs used to be "Call DVL!", the former Information and Communication Department. Wherever you were and whatever happened, if you were approached by the media, you just had to say "Call DVL!". But that's all ancient history. The information environment is much more open now, and the people at the embassies have much more freedom to take the initiative. They need background material to give their own account. In this age of social media, we accept that people might make mistakes, and then simply admit it. That's new. It used to be f atal f or your career if you made a mistake. That created a professional culture in which the approach to providing information was extremely conservative. This is all changing, things are gradually becoming more open. The question is no longer "What can we release?", but "What do we really need to keep secret?". An essential difference.

New winners

Excellence in terms of responding to the digital environment is partly the preserve of the "usual suspects", like the US and the UK. But Estonia, India, Kosovo and tech champions like South Korea are also responding well. All aspects of diplomatic work can benefit: searching for information, collaborating with others, explaining what you do, negotiating, how open you can be with the outside world. This question of information is increasingly important. Digitisation is also about the modernisation of diplomacy, becoming more experimental, seeing the network more as the starting point. Questions about digitalisation will then automatically find their way onto the agenda. There are in fact only a few countries that take a holistic view. Digital transformation is a trend in the business world, but it is much less so in the public sector. The reality is that many countries simply do not have the capacity. You can perform a conceptual analysis of the impact of big data, but that is only the start of the challenge. It is also a matter of focus. Like in Estonia and Kosovo, where they are thinking creatively about how communications technology and digital technology can help them achieve what they want with few resources.

Jan Melissen. ***Diplomacy in the digital age: More than Twiplomacy.*** *May/2016. Internet: (adapted).*

Distribuição das notas

Padrão de resposta do Summary

In the May 31st, 2016 article “Diplomacy in the digital age: More than Twiplomacy,” the author, Jan Melissen, discusses several aspects of how diplomats might use digital media for professional purposes. He describes a dynamic, changing scenario in terms of how information is treated. In relation to operating in a network, he explains that successful contemporary diplomacy requires collaboration through digital networks, and one’s value to such networks depends on the quality of the information one shares. With respect to the role of social media, the author emphasizes the way Twitter and other social networks have made diplomacy more personal because now many more people know what ambassadors and other diplomats look like, which requires them to cultivate carefully the way they present themselves online. The author cites the examples of former U.S. President Barak Obama and Indian Prime Minister Narendra Modi. At the same time, following other diplomats’ social media feeds is a resource for valuable information that previously was difficult to find. Melissen also asserts that there is a new approach to making mistakes in terms of what information one shares publicly. He believes this has caused a shift in approach from considering primarily what data can be shared to what data cannot. Furthermore, the author points out that a diplomat can share erroneous information as long he or she takes responsibility for the mistake and corrects it. Finally, he emphasizes that there is potential for new winners in the digital age. He cites the examples of countries that previously did not stand out on the diplomatic stage and are now making achievements with limited resources through information sharing and collaboration. In this way they are embracing a practice that is already common in the private sector.

Laís Monteiro Pontes da Silva
nota: ***15****/15*

As the playing field changes quickly, more information is produced and diplomats have to decide if they will keep it as a secret or share it. Even though confidentiality is still relevant, almost all diplomatic information is available to the public. Additionally, diplomats need to collaborate in digital networks, in which rules are different and information moves fast. While working in a network, diplomats are evaluated according to the information they know. Moreover, they trust their network.

When it comes to social media, some political authorities use Twitter as a diplomatic tool, while others do not know how to properly express themselves via "Twiplomacy". Social media expose diplomats by informing their routines and allow leaders to promote their "digital personality". Since it is still the beginning of the digital age, adjustments are necessary. In social media, personal speeches affect professional ambitions.

According to the author, diplomats might keep focusing on their professional network. However, social media can be used in several forms. One can be active and talk to other people, while conservative diplomats want to passively observe ad find out information in a quick way, as an intelligence officer would do. In this new scenario, diplomats no longer need to indicate the Information and Communication Department (DVL) when answering the media.

Currently, people at the Ministry of Foreign Affairs are freer to speak, as information flows openly. If they make mistakes and recognize it, this will not be as negative to their careers as it was before, when diplomats were conservative regarding informing the media. Moreover, it is now more important to define what needs to be a secret, instead of what can be said.

In this digital world, traditional countries act well, but so do other nations, such as Estonia, India, Kosovo, and South Korea. As information becomes more relevant, modern diplomacy promotes new experiences in networks. Research, collaborations, explanations and negotiations benefit from digitalization, but this reality is a challenge that will be discussed not only by businessmen but also by governments, even though only a few nations take this general approach currently, since many states are not capable of doing so. Digital transformation demands focus and thoughts about how technology can efficient and useful.

_AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS

1. **Capacidade de síntese e concisão**
    1.1. **Apresentação das ideias principais do texto: 2/2**
    1.2. **Apresentação das ideias na ordem que aparecem no texto: 1/1**
    1.3. **Não há cópia diretamente de trechos do texto: 1/1**
    1.4. **O juízo de valores não é empregado no texto: 1/1**

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 0

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 5

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 10

Nota: **15**

Matheus Corradi de Souza
nota: ***15****/15*

The digital revolution has changed the way diplomats deal with information, which is now mostly in the public domain. A successful diplomatic action, however, depends on digital networks, in which diplomats are not only representatives of the government, but also providers of information. The more valuable the information supplied is, the more likely a diplomat is to extract useful data from a network.

Many politicians, such as Narendra Modi and Barack Obama, are using social media to bring themselves closer to the public. Since this trend is in its early days, a careful calibration regarding what personal information should be published is still needed. Diplomats also use social media, usually to keep in touch with their colleagues; many of them, however, find social media useful for the same reason intelligence officers do: to obtain valuable, hard-to-find information.

Nowadays, diplomats have more freedom to release information to the media. In the past, they feared making mistakes, which could ruin their careers, so they usually asked the media to approach the Communication Department of the Ministry of Foreign Affairs. In the digital age, we assume people might publish inappropriate information, since the frequency of interaction is simply too great. In this context, diplomats are no longer asking themselves what should they publish, but what should they keep secret.

Not only the US and the UK, but also smaller countries such as Estonia and South Korea, are addressing well the digital age challenges. Diplomacy can benefit from the new means of communication: it can enhance transparency and explain itself to the public; it can find important information faster. Unfortunately, there are not many countries that have the capacity to deal with the huge amount of data, nor the ability to creatively use the new technologies in an efficient way. It is important that all countries take a comprehensive view of digitalisation, for it can help them achieve their national objectives at smaller costs.

_AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS

1. **Capacidade de síntese e concisão**
   1.1. **Apresentação das ideias principais do texto: 2/2**
   1.2. **Apresentação das ideias na ordem que aparecem no texto: 1/1**
   1.3. **Não há cópia diretamente de trechos do texto: 1/1**
   1.4. **O juízo de valores não é empregado no texto: 1/1**

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 0

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 5

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 10

Nota: **15**

Maurício Gurjão Bezerra Heleno
*nota: **14,5**/15*

Digitalisation has been changing the way diplomacy works. Firstly, more than 90% of diplomatic information is available online, although some sensitive subjects, like peace and security, are still confidential. Secondly, digitalisation has accelerated the flow of information and has changed diplomatic networks, which are structured based on collaboration. The more information you add to the network, the more important you are. Therefore, digitalisation has made information even more important.

Although social media have made diplomacy more personal, by drawing attention to the tweets of presidents and revealing the faces of diplomatic actors, this trend is only in its beginning. On the one hand, political leaders are increasingly improving their “digital personality”. On the other hand, there is much uncertainty regarding the role of individuals and institutions in this new context. Diplomats tend to keep focused, as before, on their same professional circles on social media. However, they are useful tools for them to stay updated. In this regard, diplomats are not very different from intelligence officers.

Digitalisation and social media have made diplomacy less conservative regarding the use of information. In the past, specialized communication departments had the role to communicate with the media, but now embassies have directly assumed this task. Mistakes are not considered embarassing facts anymore, and the diplomatic mindset has changed in favour of more transparency of information.

Although the US and the UK represent the vanguard of digitalisation, many other countries are adapting to this new context. Today, diplomatic work benefits from a favourable environment that makes the flow of information and negotiations easier.

In conclusion, digitalisation represents the modernisation of diplomacy. Although the public sector tends to adapt to changes slower than the business world, diplomacy is more experimental now. However, many countries do not have the capacity or the necessary perception to advance digitalisation. Still, countries may use their resources smartly to fulfil their goals.

_AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS

1. **Capacidade de síntese e concisão**
   - 1.1. **Apresentação das ideias principais do texto: 1,5/2**
   - 1.2. **Apresentação das ideias na ordem que aparecem no texto: 1/1**
   - 1.3. **Não há cópia diretamente de trechos do texto: 1/1**
   - 1.4. **O juízo de valores não é empregado no texto: 1/1**

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 0

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 4,5

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 10

Nota: **14,5**

Nota média: Ciro Eduardo Ferreira
nota: ***13,5****/15*

The article by Jan Melissen revolves around the challenges brought by the digital revolution to diplomacy. The growing digitalization of society has changed the way a diplomat deals with information, for example. Whereas the diplomatic activity calls for discretion, it also prones its agents to establish dialogue with other professionals, fostering the development of networks, which are more and more in the virtual domain. In this context of the rapid circulation of information, the most important asset a diplomat has is the quality of the information they share with their interlocutors in those platforms.

Social media are another important aspect of the current global age. They are believed to bring public officials and the public together and make them more intimate. Heads of state, such as *the* Barack Obama and Narendra Modi have been enthusiastic users of Twitter. However, it is not yet clear how the diplomats should use those applications. Twitter can be an advantageous instrument, as it provides fast and important information, enabling the diplomat to be as well connected as other intelligence agents. Besides, Twitter can also be a platform for the diplomacy professionals to interact with their colleagues.

The technological era has also changed the mindset when it comes to flaws. Whereas in the past making a mistake could seriously tarnish the diplomat's careers, nowadays miscalculations are more acceptable, especially as social media have shaped people's behaviour and attitude towards flaws. This new mentality has encouraged the diplomatic officials to be more creative in their working environment and to conceal less and less information deemed not crucial.

Therefore, the ability to adapt to the digital era is on the radar of traditional powers, such as the USA and the UK, but also of countries such as Estonia and South Korea. The digital revolution ought to encompass the diplomatic realm, which stands to gain in terms of negotiation and information production. Yet some countries seem not to be prepared to undergo the digitalization of all their productive sectors, including the public one. Nonetheless, some resource-stricken nations as Estonia have proved they can harness the technological wave and thrive.

_AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS

1. **Capacidade de síntese e concisão**
   1.1. **Apresentação das ideias principais do texto: 1,5/2**
   1.2. **Apresentação das ideias na ordem que aparecem no texto: 1/1**
   1.3. **Não há cópia diretamente de trechos do texto: 1/1**
   1.4. **O juízo de valores não é empregado no texto: 1/1**

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 2

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 4,5

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 9

Nota: **13,5**

Pior nota: Anônimo
*nota:**11**/15*

The way diplomats deal with information has been affected by the digital revolution, according to Mr. Jan Melissen. In his oppinion, even though diplomacy still works with secret data, mainly with regards to peace and security, cooperation is becoming more and more important to diplomats. This cooperation occurs increasingly in digital networks, where the rules are different from those applied to the traditional diplomatic environment. In digital networks, Mr. Melissen observes, the importance of a diplomat is more dependent on which information he is able to give than on his particular quality of governmental representative.

Mr. Melissen adds that communication has become more personal in the digital age, as people who normally did not appear, including ambassadors, now come to the front stage of social media. Nevertheless, the uses of social media are already being developed. Thus, for Mr. Melissen, diplomats must explore its possibilities as a source of relevant information, to which they would not have an access as open and fast as they have through digital means. As a consequence, the digital world can be truly helpful for diplomatic traditional goals, related to intelligence services.

In Mr. Melissen's point of view, digitalization has made diplomatic work less conservative, since diplomats are much more allowed to take initiatives now than they were in the past. Therefore, mistakes are less frowned upon and, as the author highlights, diplomatic agents are less afraid of releasing information. Nowadays, they are no longer worried about which data can be made public; indeed, their main concern refers to which information must remain secret.

Finally, Mr. Melissen remembers that digital skills have been developed not only by traditional powers, such as the US and the UK, but also by other nations, like Estonia, India, Kosovo and South Korea. In his view, all domains of diplomacy can take advantage from this new digital environment, including research, cooperation and negotiation, among others. Diplomacy, therefore, becomes more modern and experimental. However, Mr. Melissen notes that the digital revolution has not drawned the attention of governments the same way it has done with companies. Indeed, many countries have not advanced in this field already. As Estonia and Kosovo exemplify, a less developed country can creatively profit form digitalization, nevertheless; they only need to focus on this subject.

_AVALIAÇÃO

ASPECTOS MACROESTRUTURAIS

1. **Capacidade de síntese e concisão**
   - 1.1. **Apresentação das ideias principais do texto: 1,5/2**
   - 1.2. **Apresentação das ideias na ordem que aparecem no texto: 1/1**
   - 1.3. **Não há cópia diretamente de trechos do texto: 1/1**
   - 1.4. **O juízo de valores não é empregado no texto: 1/1**

ASPECTOS MICROESTRUTURAIS

Número de erros: 7

Resultado:

Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 4,5

Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 6,5

Nota: **11**

HISTÓRIA DO BRASIL

banca:
Marco Aurélio de Paula Pereira
Neuma Brilhante Rodrigues
Norma Breda dos Santos

_questão 1

Em outubro de 1934, na cidade de São Paulo, uma única marcha comandada pela Ação Integralista Brasileira (AIB) reuniu em torno de quarenta mil integralistas, que desfilaram, batendo as botas no chão, em cadência militar. A população, perplexa, se acotovelou para ver. Pálidos de emoção ou ansiedade, minuciosamente coreografados em fileiras fechadas e braços estendidos, os integralistas marcharam impecáveis: camisas verdes, braçadeiras com insígnias grafadas em negro — a letra grega sigma, de "soma", indicando que o integralismo era a síntese totalizadora de toda sociedade (…).

Lilia M. Schwarcz e Heloisa Starling. **Brasil, uma biografia.** *São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 368 (com adaptações).*

Considerando o fragmento de texto apresentado, que indica que o movimento integralista teve muitos adeptos no Brasil dos anos 30 do século XX, redija um texto dissertativo sobre o integralismo, abordando:

1. características da doutrina integralista brasileira;

2. contexto integralista de fundação da AIB: esfera nacional e internacional;

3. aproximação entre o governo Getúlio Vargas e as lideranças integralistas e posterior afastamento do integralismo e aniquilação do movimento.

Extensão máxima: 90 linhas
[valor: 30,00 pontos]

Distribuição das notas

HB Q1

Nota: 35, 30, 25, 20, 15, 10, 5, 0

Ampla
Negros

Posição: 26 25 24 23 22 21 20 19 18 17 16 15 14 13 12 11 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1

Padrão de resposta da questão 1

1. Doutrina nacionalista que identificava como seus inimigos o liberalismo, o socialismo, o capitalismo financeiro internacional. Doutrina totalitária, que não admitia a existência da pluralidade dos partidos políticos e tinha uma visão verticalizada da sociedade. Os integralistas fundamentavam seu movimento em temas conservadores, como a família, a tradição do país e a Igreja Católica.

2. No plano interno brasileiro: a AIB foi fundada em 1932, em contexto em que a cultura política autoritária ganhara forças no país. A Revolução Constitucionalista fora derrotada (1932). O Estado forte era considerado necessário para a promoção do desenvolvimento.

No plano internacional, há um amplo descrédito com relação à democracia e ao liberalismo: crash da bolsa de Nova Iorque em 1929 e as profundas dificuldades econômicas nos Estados Unidos; ascensão do fascismo italiano a partir dos anos 20 do século passado e do nacional-socialismo na Alemanha nos anos 30 do século passado.

3. O movimento integralista apoiou Getúlio Vargas e dele tinha promessas de participação no governo, que não se concretizaram. Em 1938, o levante integralista foi duramente reprimido pelas forças governamentais. Seu líder, Plínio Salgado, parte para o exílio.

Boris Fausto. ***História do Brasil.*** *4.ª ed. São Paulo: Edusp/FDE, p. 351-3/379-81.*

Diógenes Novais da Cruz
nota: ***30****/30*

O surgimento do movimento integralista no Brasil baseou-se em processos político-econômicos domésticos e internacionais. De natureza autoritária, aproveitou-se da insatisfação popular, sobretudo nas camadas médias urbanas, com as tradicionais oligarquias rurais e as estruturas fraudulentas da Primeira República. A ascensão de Vargas, em 1930, permitiu a consolidação da Ação Integralista Brasileira e a aproximação entre o governo central e membros integralistas. Internacionalmente, havia um claro arrefecimento da influência das democracias liberais, especialmente após a crise de 1929. O movimento brasileiro, contudo, não se equivaleu aos movimentos nazifascistas europeus. Em comum, o discurso autoritário e a lógica militarista. É pertinente, portanto, analisar as características da doutrina integralista brasileira, o contexto de sua fundação e a aproximação e ruptura com o governo Vargas.

"Deus, pátria e família". Esse era o lema da AIB. Assim, como o nazismo alemão e o fascismo italiano, buscou legitimação política invocando temas religiosos e buscando apoio da Igreja. Outra semelhança estava na exaltação da pátria, considerada o elo de união de toda a sociedade. Dessa forma, rejeitaram a luta de classes, visto que ela constituiria uma ameaça à unidade nacional (daí o uso da letra grega sigma, de "soma"). O integralismo brasileiro, todavia, não foi uma transposição acrítica do nazifascismo europeu para os trópicos. A AIB rejeitava o antissemitismo, conquanto parte de seus membros tivessem apoiado a movimentos europeus. Paralelamente, valorizavam o caráter mestiço do povo brasileiro. Além disso, aqui não havia ideal expansionista. O corpo da pátria era tido como consolidado, o que também a diferenciava dos movimentos europeus. Por fim, a lógica militarista, com o uso de uniformes, por exemplo, decorre da força e articulação crescente das forças armadas na política nacional. Todas essas características devem, enfim, ser contextualizadas no tempo e no espaço.

A AIB foi fundada no início da década de 1930, e seu principal líder foi Plínio Salgado. No Brasil, o surgimento do integralismo enquadra-se em um contexto de crescimento das camadas médias urbanas e de frustração com um modelo político criado por e para as oligarquias rurais. Nesse sentido, parte dos princípios da AIB foram consolidados por diferentes grupos ainda na década de 1920. Em 1922, no contexto da eleição de Artur Bernardes e do centenário da independência, os tenentes e os modernistas inauguraram uma onda de críticas organizadas contra o modelo oligárquico. No caso dos 18 do forte, militares retomavam o salvacionismo de Hermes e visavam à criação de um regime sem corrupção e centralizado. Os modernistas, por sua vez, criticavam a estética artística oficial e buscavam uma nova identidade nacional. Plínio Salgado esteve entre os modernistas. O Verde-Amarelismo e a Escola da Anta foram precursores ideológicos da AIB.

A ascensão de Vargas, em 1930, representou a vitória do modelo centralizador tenentista, conquanto possibilitada pela ação do alto oficialato militar e das oligarquias dissidentes. A crise de 1929 enterrou as últimas utopias liberais, levando à reformulação do papel do Estado na economia. Na Itália, o fascismo já havia logrado tomar o poder em 1922. Em 1933, Hitler foi escolhido como primeiro-ministro alemão. Nos EUA, embora não tenha ocorrido um governo autoritário nos moldes fascistas, Franklin D. Roosevelt retomava o crescimento econômico com o seu "New Deal" de caráter estatizante e intervencionista. Finalmente, na Argentina, se inaugurava a "década infame", com militares como Uriburu e Augustín Justo no poder.

No Brasil, os primeiros grandes movimentos de massa surgiram na década de 1930. A AIB, de inspiração fascista, e a ANL (Aliança Nacional Libertadora), de viés socialista, ganhavam força entre as camadas médias urbanas. Representavam, em última instância, o deslocamento da influência política da zona rural para os grandes centros urbanos. Vargas, reconhecendo esse fenômeno, consolidou seu projeto de poder com o apoio dessas massas. Sua ênfase na importância da indústria e na valorização do proletariado (no que Ângela de Castro Gomes chamou de "a invenção do trabalhismo") demonstram essa dinâmica. A AIB, portanto, foi uma das bases de sustentação de Vargas até 1937.

Já no início do governo provisório, Getúlio Vargas demonstrava seus anseios por um regime centralizado ao redor de sua pessoa. Em 1931, aprovou o Código das Interventorias e extinguiu a Delegacia do Norte, então comandada por Juarez Távora. Ambas as medidas visavam a mitigar a influência dos tenentes sobre seu governo. Com a AIB, não seria diferente. Vargas utilizou o movimento integralista para validar o golpe do Estado Novo, mas abandonou-o logo em seguida. Em 1935, foi aprovada a lei de Segurança Nacional. Em seguida, houve uma tentativa de golpe por parte de integrantes da ANL, então liderada por Luís Carlos Prestes. A Intentona Comunista, como ficou conhecida, permitiu que Vargas fortalecesse a repressão contra os comunistas e estreitasse relações com a AIB. Vale ressaltar que, de acordo com a Constituição de 1934, mandato de Vargas terminaria em 1938. Conquanto Getúlio apoiasse informalmente José Américo para sucessão, Plínio Salgado aproveitou-se desse momento conturbado para ganhar capital político a nível nacional.

Em 1937, a sombra do comunismo foi mais uma vez utilizada por Vargas para centralizar o poder em suas mãos. Havia vazado o "Plano Cohen", suposto esquema comunista para a tomada do poder à força. O plano, forjado pelo militar Olímpio Mourão Filho, nada mais era que uma simulação, portanto fictícia, de um possível golpe comunista no Brasil. Vargas, apoiado pelos integralistas, soube utilizar a repercussão do caso, crido como verdadeiro pela opinião pública, para decretar o estado de sítio e efetivar o golpe do Estado Novo. Plínio Salgado aprovou a ação, visto que almejava o posto de ministro da educação no novo regime. Não esperava, contudo, que Vargas atacaria todas as bases partidárias, inclusive a AIB.

O Estado Novo inaugurou um período de governo autoritário, repressivo e personalista no Brasil. Vargas tornava-se um ditador. Com o objetivo de fomentar o patriotismo e impedir desavenças políticas,

proscreveu todos os partidos políticos até então existentes. Além disso, efetivou a queima das bandeiras estaduais representando a força do governo central e a unidade nacional. A AIB também foi proibida, o que levou ao rompimento do movimento com o governo. Crescentemente alijados do jogo político, um grupo de integralistas tentou dar um golpe contra Vargas, por meio de um atentado contra o palácio do Catete. O Putsch integralista de 1938, fracassado, foi a última ação coordenada oficial do movimento integralista no Brasil, antes de seu aniquilamento definitivo. A influência de suas ideias, porém, persiste até os nossos dias.

O integralismo brasileiro correspondeu a uma tentativa de formalização do ideal salvacionista por meio da ação política organizada. Correspondeu, a seu modo, a uma visão de movimentos autoritários que se difundiam por todo o mundo. A decadência da democracia liberal e a expansão das camadas urbanas, no Brasil, levou ao fim do modelo oligárquico e rural. Vargas soube como ninguém se aproveitar dessa dinâmica, utilizando taticamente o apoio da AIB para a consecução de seu projeto centralizador. Os ideais integralistas e sua lógica militarista, todavia, não foram extintos. A fragilidade da democracia e o fortalecimento das forças armadas nacionais ainda são dinâmicas presentes na vida brasileira contemporânea.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **As características da doutrina integralista brasileira: 6,5/6,5**
   - 2.2.1. **Integralismo: contexto nacional: 6,5/6,5**
   - 2.2.2. **Integralismo: contexto internacional: 6,5/6,5**
   - 2.3. **Aproximação das lideranças integralistas com o governo de Getúlio Vargas: 4,5/4,5**
   - 2.4. **Afastamento do Integralismo com relação ao governo e aniquilação do movimento: 4,5/4,5**

Resultado

Nota: **30,00**

Angelo Paulo Sales dos Santos

nota: ***28,38****/30*

A doutrina integralista teve papel de grande relevo no cenário político brasileiro da década de 1930. Surgida em um contexto de crise do liberalismo e avanço de uma visão corporativista da sociedade, o integralismo almejou participar diretamente na construção de um Estado corporativista no Brasil, aproximando-se do governo de Getúlio Vargas. Os projetos de Vargas, contudo, não incluíam a participação de um partido político na condução do poder, circunstância que levou ao seu rompimento com as lideranças integralistas e à posterior aniquilação do movimento.

A doutrina integralista definia-se pela rejeição das instituições liberais, como a pluralidade partidária e o regime democrático-representativo. Com forte inspiração no fascismo italiano, o integralismo brasileiro associava o liberalismo ao contexto de crise social, política e econômica que havia marcado os últimos anos da Primeira República. Por isso, o pensamento integralista defendia a adoção de um Estado forte, baseado em um partido único, à semelhança do modelo adotado na Itália desde a década de 1920.

O integralismo também sustentava uma percepção corporativista da sociedade, a qual era compreendida de forma orgânica. Segundo essa concepção, o que realmente importava, o corpo social, eram as classes, e não os indivíduos. Nesse sentido, o papel do Estado corporativista seria o de media e organizar os diversos interesses de classes, colocando-os a serviço do bem comum nacional. Essa visão de uma sociedade corporativista era bem simbolizada pela insígnia escolhia pelo movimento, a letra grega sigma, que demonstrava que a doutrina integralista pretendia sintetizar os vários grupos de interesses existentes.

A doutrina integralista definia-se, outrossim, por seu intenso nacionalismo e militarismo. Com efeito, o integralismo pretendia criar e valorizar elementos de uma verdadeira identidade nacional; não é sem razão que a palavra indígena “anauê” foi escolinha como a saudação entre seus membros. Além disso, os integralistas valorizavam a disciplina e a simbologia militar, que se evidenciavam em seus fardamentos e nas marchas promovidas pelo movimento, nas grandes cidades brasileiras.

A Ação Integralista Brasileira (AIB), braço político-institucional do movimento integralista, surgiu em 1932, em um contexto de profunda crise do liberalismo e de crescimento de percepções totalitárias e corporativistas, nos planos nacional e internacional. No Brasil, o governo provisório instaurado após a Revolução de 1930 colocava em xeque o modelo de República liberal até então adotado, colocando em relevo uma nova visão social, estruturada sobre classes sociais e não sobre indivíduos. Esse cenário, em

que direitos individuais de matriz liberal eram preteridos por direitos sociais, era fortemente influenciado pela emergência de um pensamento autoritário brasileiro, originado em autores como Alberto Torres e em instituições como o Centro Dom Vital, de tradição católica. Assim, o pensamento esposado por lideranças integralistas como Plínio Salgado e Miguel Real – esse também um dos principais escritores do pensamento totalitário – refletia o avanço do corporativismo totalitário na vida política do país.

O surgimento da AIB ocorreu, ademais, em um momento em que as instituições liberais estavam em uma crise profunda em todo o mundo. De fato, no plano econômico, o liberalismo não fora capaz de evitar a crise sistêmica de 1929, que pulverizou as economias das grandes potências e teve reflexos nefastos em todo o mundo, inclusive no Brasil. Paralelamente, novos modelos de organização social vinham ganhando força desde a década de 1920, baseados em uma visão totalitária do Estado e em uma percepção corporativista da sociedade. Assim, de um lado, o totalitarismo ia se estruturando na URSS, inspirando forças políticas à esquerda, em todo o mundo. De outro lado, porém, o fascismo italiano apresentava-se como um modelo bem-sucedido de Estado corporativista para os pensadores conservadores, sendo secundado, naquele momento, pela emergência do movimento nazista na Alemanha.

A visão totalitária e corporativista era compartilhada pela doutrina integralista e por Getúlio Vargas, o que levou as lideranças do movimento a se aproximarem do presidente brasileiro. Essa aproximação reforçou-se com a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935, movimento que reunia forças democráticas sob a liderança do comunista Luís Carlos Prestes. No contexto de repressão ao comunismo e às forças oposicionistas em geral, Plínio Salgado surge como possível candidato à sucessão de Vargas, em 1938. Com o golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, os integralistas alimentam a esperança de participar ativamente no governo ditatorial, com Salgado almejando o ministério da educação. Todavia, ao contrário fascismo na Itália, Vargas não pretendia sustentar-se em qualquer partido. Por isso, não só não nomeia Plínio Salgado ministro, como edita decreto, em 1938, convertendo os partidos políticos, inclusive a AIB, em meras associações culturais. Desse modo, os integralistas percebem que não fazem parte do projeto de poder varguista e, por isso, recorrem ao fracassado putsch contra o palácio presidencial, no final de 1938. Com o fracasso de sua tentativa de golpe, os líderes integralistas são exilados e o movimento se dissolve, perdendo relevância no contexto político do Estado Novo.

O surgimento da doutrina integralista e da Ação Integralista Brasileira foi, portanto, um reflexo de um contexto marcado pela crise do liberalismo e pelo aparecimento de modelos corporativistas e totalitários de Estado, tanto no Brasil quanto no exterior. Tendo se aproximado do poder, em meados da década de 1930, o movimento foi dele alijado pela prevalência do projeto pessoal de Getúlio Vargas. Nesse projeto, as relações entre Estado e sociedade não seriam intermediadas por um partido de massas, incompatibilizando-se, assim, com as pretensões dos líderes integralistas.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **As características da doutrina integralista brasileira: 4,88/6,5**
   - 2.2.1. **Integralismo: contexto nacional: 6,5/6,5**
   - 2.2.2. **Integralismo: contexto internacional: 6,5/6,5**
   - 2.3. **Aproximação das lideranças integralistas com o governo de Getúlio Vargas: 4,5/4,5**
   - 2.4. **Afastamento do Integralismo com relação ao governo e aniquilação do movimento: 4,5/4,5**

Resultado

Nota provisória: **28,38**

Nota final: **28,38**

Anna Paula Ribeiro Araujo Mamede
nota: ***28,38**/30*

A criação da Ação Integralista Brasileira (AIB), nos anos 1930, enquadra-se em um contexto nacional e mundial de fortalecimento do Estado na economia e de prestígio de soluções autoritárias, como o Fascismo italiano e o Nazismo alemão. No Brasil, a AIB chegou a ser o maior partido do período - como demonstra a mobilização da sociedade, descrita por Lilia Schwarz - e, sob as bandeiras "Deus, pátria, família", representava uma opção nacionalista e centralizadora do Estado para resolver os problemas do país. Durante o governo Vargas, a AIB passaria de apoio ao então governo provisório à ilegalidade, em 1938, após a tentativa frustrada de um "Putsch" integralista, que resultou na proibição do partido.

Ao longo dos anos 1920, fortaleciam-se posições e alternativas nacionalistas e autoritárias para os problemas do Brasil. Durante a Semana de Arte Moderna de 1922, Plínio Salgado seria um dos participantes que defenderiam uma arte brasileira fundamentalmente nacional, que se fechasse à influência externa e desenvolvesse um movimento novo e original. Influenciado pelos trabalhos de Alberto Torres, Plínio Salgado seria um dos fundadores da AIB no Brasil, em 1932, cujas principais características se refletiam na defesa de um Estado forte e centralizado em um partido único, altamente nacionalista e totalitário, que controlasse todas as esferas (política, econômica, social) da vida do país. Sob o símbolo da letra sigma de Soma e do lema Anauê, a AIB inspirava-se no Fascismo italiano (que chegara ao poder em 1922) e chegou a contar com financiamento do Partido Fascista italiano. Nesse contexto, a AIB defendia que somente a ação estatal poderia modernizar e desenvolver o país, em um movimento de cima para baixo.

Na esfera nacional, a AIB encontraria amplo respaldo da sociedade e, em um primeiro momento, também do governo Vargas. Com efeito, a Revolução de 30, embora não se tenha traduzido em uma verdadeira revolução burguesa, marcou o início da Era Vargas (1930-1945) e instituiu um "Estado de Compromisso", em que não era clara a hegemonia de um ou outro grupo político (como ocorria com a burguesia cafeeira, na 1a República), mas afirmava a emergência de novos setores sociais, que contaria com a presença da burguesia, dos setores militares, de apoio dos tenentes (que haviam participado do movimento tenentista, mas não de maneira integral) e de burocracias civis. Ao tomar o poder, Vargas tomaria medidas crescentemente centralizadoras e interventoras do Estado na economia, o que agradava aos integralistas. Ainda durante o Governo Provisório (1930-34), Vargas teria que lidar com a crise econômica herdada do governo Washington Luís, agravada pela crise de 1929, o que o levou a implementar medidas como a compra e a destruição de sacas de café, para controlar a oferta do produto no mercado mundial e sustentar os preços; a criação do Instituto Nacional do Café e a implementação de medidas de ampliação do crédito, que permitem caracterizá-lo como um "keynesianismo avant la lettre". Isso permitiu que o país

se recuperasse mais rapidamente dos efeitos da crise e contribuiu para fortalecer a bandeira da AIB junto à sociedade, que se transformava de uma economia agrário-exportadora para urbano-industrial. Outras medidas centralizadoras foram a revogação da Constituição de 1891 (o governo passava a governar por decretos-lei) e a criação do Código dos Interventores, com Juarez Távora à frente, que permitia a intervenção nos estados dissidentes.

Na esfera internacional, no mundo todo, fortaleciam-se governos altamente interventores na sociedade. O fascismo italiano já inspirava paixões em todo o mundo, mas a emergência de Roosevelt, nos EUA, em 1933, e a eleição do Partido Nazista, na Alemanha, no mesmo ano, e o sucesso de suas políticas interventoras, contribuíram para legitimar o Estado como promotor do desenvolvimento. Em um ambiente econômico altamente desafiador, criado pela crise de 1929, perdia-se a confiança em regimes liberais, e o liberalismo econômico passa a ser altamente questionado. Nesse contexto, práticas protecionistas e nacionalistas ganham força e, no caso dos regimes nazifascistas, sua organização militar e eficiência para debelar a crise econômica, sobretudo no caso alemão, geraram grande admiração de diversos países. Em reação, as frentes antifascistas começam a se organizar, inclusive no Brasil, onde a Aliança Nacional Libertadora contrapor-se-ia à AIB.

Em um primeiro momento, a AIB aproximou-se de Vargas, e muitos de seus adeptos elogiavam as ações do então presidente. Com efeito, o nacionalismo exacerbado no mundo todo e a busca de soluções autoritárias encontrava grande respaldo da população, o que, no Brasil, se traduziu no amplo apoio da população à AIB, que chegou a ter diversos adeptos. Durante o Governo Provisório, a AIB pressionava o governo para tornar-se a representante do país, em um regime de partido único, conforme defendia sua doutrina. Após o breve governo provisório, que acabaria por ficar grande parte em estado de sítio, após a tentativa frustrada de Prestes de um golpe, o início do Estado Novo frustra os integralistas, na medida em que Vargas recusava qualquer intermediário entre o governo e o povo. A Constituição de 1937, inspirada na Polaca, seria a mais centralizadora da história do país e não abriria espaço para as intenções da AIB. Instituía-se um Estado unitário, com voto feminino e uma bancada classicista, que deveria representar as aspirações do povo, mas suprimiam-se direitos civis.

Insatisfeita, a AIB passaria a pressionar o governo para sua derrocada. Em 1938, a AIB tenta dar um golpe de Estado - o Putsch integralista - mas não tem sucesso. A reação de Vargas é baixar um decreto que proibia todas as agremiações políticas a partir de então. Em um contexto de acirramento das posições políticas no mundo todo, Vargas buscava tirar proveito das divergências internacionais para promover o desenvolvimento do Brasil, por meio da "equidistância pragmática", segundo conceito de Gerson Moura. Assim, a AIB, que gerava simpatia do Exército ligado aos germanófilos, se contrapunha a setores mais americanistas. Como Vargas buscava obter o máximo de benefício de ambos os países, adotou política de afastamento e de autonomia frente aos constrangimentos externos.

O apoio que a AIB angaria na sociedade brasileira era condizente com um contexto interno e externo de grande legitimidade de ações nacionalistas, de intervenção do Estado na economia e de apreço pela organização e eficiência dos regimes totalitários. A defesa de um Estado forte e centralizado em um partido único, que promovesse o desenvolvimento de cima para baixo, sob os lemas de Deus, pátria e família, fazia os integralistas acreditarem que o Governo Vargas possibilitaria sua chegada ao poder, mas o presidente tinha objetivos mais amplos e estratégicos para o país. Após a proibição da AIB e a obtenção de benefícios tanto da Alemanha quanto dos EUA, o Brasil alinhar-se-ia definitivamente aos EUA, em 1942, não sem antes assegurar o reaparelhamento das forças armadas, a criação de Volta Redonda e outros benefícios.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **As características da doutrina integralista brasileira: 6,5/6,5**
    - 2.2.1. **Integralismo: contexto nacional: 6,5/6,5**
    - 2.2.2. **Integralismo: contexto internacional: 4,88/6,5**
    - 2.3. **Aproximação das lideranças integralistas com o governo de Getúlio Vargas: 4,5/4,5**
    - 2.4. **Afastamento do Integralismo com relação ao governo e aniquilação do movimento: 4,5/4,5**

Resultado

Nota: **28,38**

Nota média: Bernardo Andrade Vaz de Faria Pereira

nota: ***26,51****/30*

A doutrina integralista brasileira teve sua defesa concretizada na Ação Integralista Brasileira, formada no início da década de 1930 e funcionando até 1938 como partido político. Sua doutrina tinha como base o integrismo católico; a doutrina social da igreja, consubstanciada nas bulas Rerum Novarum e Quadragesimo Anno; no nacionalismo ufanista, que teve como contraparte cultural o Manifesto da Anta e o Grupo Verde e Amarelo (na literatura); e na influência da extrema-direita católica de inspiração francesa. A atração destes fundamentos seduzia sobretudo funcionários públicos de grandes centros urbanos – maioria de sua base – classes médias urbanas, mas também trabalhadores e operários tocados pelo discurso de defesa e engrandecimento da pátria, além, claro dos próprios tenentes atraídos para o movimento.

A doutrina integralista preocupava-se, ainda, com a defesa da unidade nacional, com a refundação das bases da república (republicanização da República), por meio de um Estado forte e de um moralismo tanto político (contra a corrupção e as fraudes eleitorais), quanto social (forte defesa de valores católico, defesa da família e da pátria como fundamentos, e assim por diante). Outrossim, tal doutrina se inspirava nos movimentos autoritários da Europa, como o nazismo e o fascismo, emulando a criação de novos símbolos (o sigma em vez da suástica), a uniformização e os cumprimentos e ritos parecidos com a organização militar (como o grito de Anauê). Embora a unidade orgânica da sociedade não deveria se dar nem nos moldes corporativistas do fascimo, nem do totalitarismo nazista, a relação sem mediações entre Estado e sociedade ora esperada, além de um semelhante anticomunismo.

Cabe ainda acrescentar sobre a doutrina integralista brasileira que ela constituía em sua organização na AIB, já um partido político pré-estatal, contando com instâncias decisórias que se complementavam como em um simulacro de separação de poderes, como a Corte do Sigma e o Conselho de Ministros. Por fim, menciona-se a existência de uma ala nazista dentro da doutrina integralista, capitaneada por Gustavo Barroso e de caráter antissemita, embora tal ala nunca tenha logrado se impor como tendência dominante.

A fundação da AIB se dá após a Revolução de 1930, cuja consolidação implicou a queda das oligarquias tradicionais e a ascensão da ideia de modernização do país. Pensadores, como Oliveira Viana, já apontava para o surgimento de novas ideias e tendências para realizar-se tal modernização, como a criação da Escola Normal, a reforma Campos no campo educacional (1931), o pensamento católico consubstanciado no Centro Dom Vital e nos escritos de Alceu Amoroso Lima e mesmo na internalização da doutrina corporativista de Manoilescu, traduzida para o português. A Lei de Sindicalização de 1931 adotava o corporativismo, por exemplo, ao instituir a unicidade sindical e o imposto sindical, tendência

revertida pela CF/34. Enquanto os decretos de Vargas e do chamado Ministério da Revolução (MTIC) centralizavam o poder, retirando, por exemplo, o direito dos estados de possuir artilharia ou forças armadas superiores que os da União e retirava sua competência para realizar operações financeiras internacionais, e intervinham na economia com a criação do CNC, DNC e Instituto Nacional do Café, do Açúcar e do Álcool, entre outras; enquanto, enfim, essa centralização ocorria, a oligarquia paulista reagiria com a Revolta Constitucionalista de 1932 que, embora derrotada, forçaria a convocação de uma Assembleia Constituinte e a nova Constituição. No contexto nacional, portanto, a AIB surge no movimento modernizador da República, de influência corporativista notável, porém com grande aval de tenentes que fundariam, inclusive, o Clube 3 de Outubro para concretizar sua influência sobre Vargas, o que desagradava o Alto Oficialato que, de fato, concretizara a Revolução. Por fim, havia ainda o fortalecimento do tenentismo de esquerda, que, junto a outros grupos, fundaria o Comitê Jurídico-Popular de Investigação (32) e a ANL (34), mesmo ano da fundação da AIB (34-38).

Na esfera internacional, por sua vez, vivia-se a crise das democracias liberais e do próprio liberalismo, consubstanciada na crise de 1929. Na Europa, a ascensão do fascismo italiano e a ascensão do nazismo alemão seduziam como modelos de integrismo social, de reabilitação do nacionalismo e orgulho nacional, apresentando-se como alternativa aos liberalismos imprevidentes e democracias estéreis ocidentais. Por outro lado, a alternativa socialista consolidava-se na União Soviética, que ganhava força e influência sob o comando de Stalin. Dessa forma, o entre-guerras em que surge a AIB é um momento de embate entre modelos democráticos e totalitários, entre modelos individualistas e corporativos ou comunistas, e de início da tentativa de influência norte-americana por um viés cultural, com o lançamento da Política da Boa Vizinhança.

Já a relação de Vargas com os integralista foi dúbia. Assim como Vargas tolerara o Clube de 03 Outubro que sucedia a Liga Revolucionária, porém fez que Gois Monteiro e Távora trabalhassem para sua dissolução, Vargas se aproxima, de início, das lideranças integralistas e depois se afasta, tanto dos integralistas como de tenentes. Embora tivesse angariado apoio de Plínio Salgado, por exemplo, Vargas não apoia a candidatura de Miguel Reale para a Assembleia Constituinte, que malogra. Nas eleições previstas para 1938, Plínio Salgado seria candidato, porém o candidato governista era José Américo. Já em 1935, entra-se em estado de exceção, o que é apoiado pelos integralistas, assim como a Lei de Segurança Nacional, seu Tribunal e a repressão à ANL. Com a instauração do Estado Novo em 37, Plínio apoia Vargas, esperando ser seu ministro, porém Vargas não só não o nomeia, como em 1938 emite decreto transformando todo partido político em associação cultural. Os integralistas organizam, então, um putsch no Catete, que não só não é bem sucedido, como desencadeia a perseguição e desmantelamento da AIB. (90 linhas)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,75/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **As características da doutrina integralista brasileira: 6,5/6,5**
   - 2.2.1. **Integralismo: contexto nacional: 4,88/6,5**
   - 2.2.2. **Integralismo: contexto internacional: 6,5/6,5**
   - 2.3. **Aproximação das lideranças integralistas com o governo de Getúlio Vargas: 3,38/4,5**
   - 2.4. **Afastamento do Integralismo com relação ao governo e aniquilação do movimento: 4,5/4,5**

Resultado

Nota: **26,51**

Pior nota: Anônimo
nota: ***23,27****/30*

O início do século XX é marcado por desafios à ordem liberal à esquerda e à direita. À esquerda, a Revolução Russa colocou-se como uma alternativa ao individualismo liberal pela organização por classes. À direita, os fascismos ganharam força após a Primeira Guerra Mundial, mas especialmente após a Crise de 1929. Nesse contexto, a Ação Integralista Brasileira surge como um movimento que se inspira em seus congêneres europeus, mas, simultaneamente, imprime características próprias.

A doutrina integralista brasileira assemelhava-se aos fascismos europeus na medida em que negava o individualismo liberal e a luta de classes socialista, em seu lugar propunha a mobilização total da sociedade em prol do interesse nacional. Mais próximo do fascismo italiano do que do nazismo alemão, o integralismo brasileiro era marcadamente não racista, afinal uma divisão interna dentro da "nação brasileira" derrotava o próprio propósito de uma mobilização unificada. Nesse sentido, foram adotados os paradigmas modernistas, em particular do Nhengaçu Verde-Amarelo, do qual o líder integralista Plínio Salgado participara como poeta ao longo dos desenvolvimentos pós-Semana de Arte Moderna de 1922. Paradoxalmente, entretanto, ao rejeitar influências externas, acabava por filiar-se à corrente nacionalista fascista que crescia na Europa. Tal qual o ramo modernista que o inspirou, os integralistas valorizavam uma ancestralidade indígena construída, sendo talvez o principal exemplo a saudação "Anauê" em Tupi.

Dentro do movimento integralista, no entanto, haviam diferentes correntes, algumas das quais antissemitas, mas prevaleceu o projeto mais abrangente de Salgado. A mobilização se deu em torno da identificação com o militarismo, evidente nos uniformes e organização hierarquizada. Valorizava-se também a família e valores tradicionais, que na prática se manifestavam em um projeto de modernização conservadora. Progressivamente o corporativismo é incorporado como valor, o que aproximava os integralistas do projeto varguista: um Estado forte seria o mediador das tensões sociais que se desenvolviam entre patrões e empregados. Finalmente, assim como os fascismos europeus, os integralistas formaram milícias armadas que deram vazão, na prática, ao principal fator que os aproximava dos europeus e de Vargas: o anticomunismo.

A AIB surge em um contexto de crescente modernização e urbanização brasileiras. Comparativamente tardios em relação à Europa, esses movimentos traziam um paralelo da "questão social" do final do século XIX europeu. O integralismo propunha-se a organizar a sociedade brasileira em transformação, substituindo o patriarcalismo e o clientelismo rurais por uma organização supostamente racional. O nacionalismo pregado, no entanto, era irracional na medida em que apelava a uma identificação comunitária emocional, reforçada pela identificação com o próprio partido que pretendiam que se tornasse o único.

A AIB buscou apoio externo assim como foi procurada por potências externas. Os dois principais fascismos europeus desenvolviam, ao menos até o Estado Novo, diplomacias oficiais bem como paradiplomacias dos partidos governantes. Os nazistas percebiam o integralismo como uma alternativa às suas próprias iniciativas de fomento às organizações nazistas brasileiras, especialmente no sul do Brasil, e negaram apoio direto à AIB. Os fascistas italianos, por outro lado, apoiaram ativamente a AIB, inclusive com recursos financeiros extraoficiais. À medida que Vargas consolidava seu projeto centralizador, no entanto, e Plínio Salgado passava a uma posição secundária no cenário político nacional, esse apoio enfraquece-se, o que não impediu alguns atritos diplomáticos diante da intentona integralista e outras ações da AIB que iam contra o governo.

A AIB surgiu inicialmente como um associação de cunho sociocultural e torna-se um partido com a mobilização eleitoral desencadeada para a constituinte de 1933, mas principalmente tendo em vista as eleições presidenciais de 1937. Naquele contexto, a AIB polarizava o espectro político com a Aliança Nacional Libertadora, que congregava políticos de diferentes matizes do centro à esquerda do espectro político, O discurso da AIB, no entanto, ligava a ANL a uma ameaça comunista, o que foi reforçado diante da frase "todo poder à ANL" incluída em discurso de Luís Carlos Prestes lido por Carlos Lacerda. Sem dúvida havia comunistas que diante da ilegalização de suas organizações aderiram à ANL, mas não representavam a maioria aliancista. Sem embargo, pouco depois do discurso, em 1935, a ANL foi ilegalizada e os comunistas promoveram uma tentativa de golpe contra Vargas, que falhou pela desorganização e não adesão popular - a Intentona Comunista.

Durante os governos provisório e constitucional (1930-1934 e 1934-1937), os integralistas aproximaram-se cada vez mais de Vargas. Plínio Salgado esperava ser nomeado Ministro da Educação, o que nunca aconteceu, permanecendo Gustavo Capanema, próximo à Igreja Católica, à frente da pasta. Os integralistas enfrentavam dissensos internos diante do papel secundário que ocupavam, mas apoiaram Vargas e mantiveram o apoio durante o Golpe do Estado Novo, que, pela justificativa do Plano Cohen, mostrava-se anticomunista. Sem embargo, nas movimentações para a eleição de 1937, os integralistas apresentaram candidatura própria, oposicionista, na figura de Plínio Salgado.

Embora o Estado Novo representasse o ideal integralista de um Estado forte, mediador das relações sociais, a AIB continuava alijada das principais esferas de poder. O afastamento definitivo ocorreu com a ilegalização de todos os partidos por meio de decreto de Vargas. Diante do que foi percebido pelos integralistas como uma traição, a AIB promoveu uma tentativa de assassinato a Vargas dentro do Palácio do Catete. Após troca de tiros os conspiradores foram mortos, dentre eles um irmão de Osvaldo Aranha, o que gerou algum mal estar na imprensa, embora Vargas tenha mantido seu apoio ao chanceler. Plínio Salgado partiu para o exílio, assim como algumas outras lideranças, o que pôs fim à AIB. (76 linhas)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,75/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **As características da doutrina integralista brasileira: 4,88/6,5**
    - 2.2.1. **Integralismo: contexto nacional: 4,88/6,5**
    - 2.2.2. **Integralismo: contexto internacional: 4,88/6,5**
    - 2.3. **Aproximação das lideranças integralistas com o governo de Getúlio Vargas: 4,5/4,5**
    - 2.4. **Afastamento do Integralismo com relação ao governo e aniquilação do movimento: 3,38/4,5**

Resultado

Nota: **23,27**

COMENTÁRIO

O candidato não apresentou recursos para essa questão.

HISTÓRIA DO BRASIL

banca:
Marco Aurélio de Paula Pereira
Neuma Brilhante Rodrigues
Norma Breda dos Santos

_questão 2

Por que não têm aparecido as vantagens que tínhamos direito de esperar desta guerra tão desigual entre o grande império do Brasil e a pequena república de Buenos Aires? Por falta de patriotismo? Não, torno a dizer e direi sempre. Logo pelo que é? Pela má direção que o governo lhe tem dado, por suas faltas e omissões, e mui principalmente, pela desgraçada escolha que o governo tem feito de chefes e outros diversos empregados.

Deputado Lino Coutinho. Discurso proferido em 18/5/1827. In: Annaes do Parlamento Brazileiro. Câmara dos Srs. Deputados, Segundo Anno da Primeira Legislatura, sessão de 1827, Tomo Primeiro, Tipographia de Hypolito José Pinto e Cia., Rio de Janeiro, 1872, p. 121 (com adaptações).

Considerando que o texto apresentado tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo sobre a Guerra Cisplatina e suas consequências para a crise política do Primeiro Reinado, que resultou na abdicação de D. Pedro I. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

1. as questões de fronteira na região do conflito nos governos de D. João VI e D. Pedro I;

2. a guerra propriamente dita e seu desfecho;

3. desdobramentos da guerra nas crises política e econômica do Império do Brasil.

Extensão máxima: 90 linhas
[valor: 30,00 pontos]

Distribuição das notas

Padrão de resposta da questão 2

1. Ocupações portuguesas em 1811 e 1820; incorporação da Cisplatina ao Reino de Portugal, Algarves e Brasil em 1821; a Cisplatina e a independência do Brasil; a incorporação da Banda Oriental às Províncias Unidas do Rio da Prata.

2. Declaração de guerra; teatro de guerra: impasses; a solução britânica.

3. Aspectos autocráticos do governo de D. Pedro I e gastos da guerra; acirramento dos conflitos com a Câmara dos Deputados.

Francisco Luiz Pinto da Rocha Santos
nota: ***30**/30*

Os conflitos pelo território do hoje Uruguai remetem ao século XVII, com a fundação de Sacramento, e só tiveram uma solução definitiva em 1828, com o fim da Guerra da Cisplatina, na qual foi determinada a independência uruguaia. A guerra foi antecedida, contudo, pelos conflitos decorrentes da reorientação expansionista que Dom João assumiu ao chegar ao Brasil.

Desde 1777, com Santo Idelfonso, a Banda Oriental, incluindo Sacramento, estava em poder da Espanha. A expansão napoleônica na Europa forçou a transmigração da Corta Portuguesa ao Brasil, depois da invasão de Junot, acertada com a Espanha. Contudo, quando Napoleão prende o Rei Espanhol Fernando VII e seu pai, colocando um Bonaparte no trono espanhol, inicia-se uma guerra civil, em que a Espanha insurreta não é mais inimiga de Portugal.

A primeira incursão portuguesa na Banda Oriental ocorre em 1811. No ano anterior, o Vice-Reino do Prata decretara o cabildo aberto. O comando do Vice-Reino fora transferido para o governador Elío, de Montevidéu, com instruções para que pedisse ajuda ao Império português para conter as revoltas. Elío solicita apoio de Dom João para sufocar o levante de Artigas, apoiado pelas Províncias Unidas; Carlota Joaquina, irmã do Rei espanhol deposto, quer aproveitar-se da rebelião para expandir seu poder na região. No entanto, pressões de Lord Strangford e da Inglaterra, que, ao contrário da invasão de Caiena, não apoiavam o expansionismo português na Banda Oriental, dissuadem-na. Artigas chega ao poder.

A segunda invasão, em 1816, ocorre a pretexto de conter o republicanismo radical de Artigas, que tinha o projeto de aglomerar as províncias do antigo Vice-Reino do Prata em torno de si. Nesse momento, com a partida de Strangford, e com o fim das guerras napoleônicas, a Inglaterra tem menos poder de influência para deter Portugal. Os portugueses tomam Montevidéu em 1816 e ocupam a Banda Oriental completamente em 1812. Artigas, derrotado, vai buscar asilo no Paraguai, onde ficará até a sua morte.

Dom João determina a anexação da Banda Oriental. No entanto, tendo sido conclamado a voltar a Portugal pelas cortes da Revolução do Porto, deixa para Dom Pedro assinar o decreto que incorpora a Banda Oriental ao Brasil, com o nome de Cisplatina. Nas guerras independência, a Cisplatina, com forte presença militar portuguesa, é uma das províncias que oferece maior resistência, sendo pacificada apenas em 1823.

Como se sabe, Dom Pedro I, ora governante do Brasil, fecha a Assembleia Constituinte na Noite da Agonia, outorgando, em 1824, a primeira constituição brasileira, com a previsão do Poder Moderador.

A Província Cisplatina, que historicamente tinha maior proximidade cultural com as Províncias Unidas, subleva-se contra a Constituição autoritária. Os 33 orientales, comandados por Lavallejas, saem de Buenos Aires e tomam a Cisplatina, declarando a secessão do Império e a anexação às Províncias Unidas. É o começo da Guerra da Cisplatina, com a declaração de guerra do Império, depois que as Províncias Unidas confirmaram a anexação.

A guerra se estenderá de 1825 a 1828, sendo extremamente impopular no Brasil, ao contrário de nas Províncias Unidas, onde a guerra gerava algum entusiasmo da opinião pública. O Império Brasileiro apresentava, ao menos em teoria, superioridade naval, embora seus navios não fossem adequados para a navegação fluvial e haja havido acusações de incompetência da Marinha. De toda forma, o Brasil consegue estabelecer o bloqueio da Foz do Prata. Como reação, as Províncias Unidas começam a conceder cartas de corso aos navios de bandeira estrangeira.

A Batalha de Passo do Rosário, na qual as Províncias Unidas obtêm importante vitória, marca a impossibilidade brasileira de obter a vitória por terra e o encaminhamento da guerra para o impasse. Do outro lado, após a pequena derrota na Batalha de Juncal, a marinha imperial devasta a portenha na Batalha de Santiago.

O bloqueio do Prata gera estremecimentos com as potências europeias, que veem embargados seus objetivos comerciais na região. O episódio mais emblemático é o Caso Spark, no qual um navio norte-americano foi afundado pela marinha brasileira ao buscar furar o bloqueio. Em decorrência do episódio, as relações entre o Império e os EUA estiveram rompidas de 1827 a 1828.

À medida que se estendia o impasse militar, sem possibilidades de fim iminente, os dois lados vão se desgastando militar e economicamente. Em 1826, antevendo os custos de se prolongar o conflito, o presidente argentino Rivaldavia envia missão ao Brasil para negociar os termos da paz, com instruções secretas de, inclusive, aceitar a cessão da Cisplatina ao Império brasileiro. No entanto, a proposta de Rivaldavia acaba vazando em Buenos Aires, onde é tida por ultrajante, e ocasiona a deposição do presidente.

A Inglaterra já havia tentado uma primeira mediação em 1826, quando foi rechaçada pelo Brasil. À Inglaterra, grande potência comercial da primeira metade do século XIX, não interessava que os conflitos entre Brasil e as Províncias Unidas prejudicassem o comércio platino. Em 1828, é proposta novamente a mediação. Os dois países, já exauridos pela Guerra, aceitam a mediação de Lord Posomby. A solução final é a independência da Cisplatina, doravante Uruguai, “um algodão entre dois cristais”, nas palavras de Posomby. Pelo tratado provisório de 1828, Brasil, Argentina e Inglaterra se comprometem a ser fiadores da independência do novo país.

A guerra teve consequências desastrosas para o Império. Os esforços de guerra tiveram impacto negativo nas finanças públicas, já combalidas pelas dívidas da independência e pela limitação tarifária dos tratados desiguais. Em 1828, no Rio, houve um levante de mercenários irlandeses e alemães em virtude do atraso nos soldos. Ademais, as reclamações de indenização das potências europeias pelas perdas decorrentes do Bloqueio do Prata se estenderiam até a Regência.

De maneira geral, a Guerra foi impopular no Brasil, onde vigia o sentimento geral de se estar lutando e envidando esforços por uma causa longínqua e pouco relevante. O Parlamento, reaberto em 1826, não se furtou a tecer críticas à Guerra, amiúde vista também como uma veleidade pessoal do Imperador, junto às disputas sucessórias portuguesas. A Guerra da Cisplatina foi um dos principais, mas não o único, desgastes que culminaram, em 1831, com a abdicação de Dom Pedro I.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **As questões de fronteira na região do conflito nos governos de D. João VI e D. Pedro I: 9,5/9,5**
    - 2.2. **A guerra propriamente dita e seu desfecho: 9/9**
    - 2.3. **Desdobramentos da guerra nas crises política e econômica do Império do Brasil: 10/10**

Resultado

Nota: **30,00**

Anônimo
nota: ***27,63****/30*

A Guerra Cisplatina, cujas causas já estavam presente em 1821, no governo de Dom João VI, e que teve seu desfecho em 1828, já sob o governo de Pedro I, é de grande relevância na história da política externa brasileira. O conflito tem raízes históricas muito longevas, que podem ser referidas a 1680, ano de fundação da Colônia de Sacramento, e marca disputas geopolíticas relacionadas ao processo de formação dos Estados Nacionais da região e ao domínio da navegação na bacia platina. Ainda, seus desdobramentos tiveram efeitos no plano doméstico brasileiro e contribuíram para a queda do monarca, que abdicou ao trono em 1831.

O conflito pelo controle da Banda Oriental no início do século XIX arrastou-se desde 1812. De fato, após o projeto da transmigração da Corte portuguesa ao Brasil ser realizado, em 1808, o Príncipe Regente, D. João, tomou atitudes ofensivas em relação a seus inimigos europeus. Nesse sentido, Espanha e França, que haviam acordado a ocupação de Portugal no Tratado de Fontainebleu, tiveram suas possessões americanas atacadas. O Príncipe Regente ordenou a ocupação de Caiena, território que foi devolvido em 1816, após as negociações do Congresso de Viena, e da Banda Oriental. Entretanto, a ação no território platino não logrou sucesso, haja vista que a Grã-Bretanha se opôs a ela, temendo que os conflitos na região pudessem interromper seus fluxos comerciais.

Em 1816, nova invasão da Banda Oriental ocorreu. Dessa vez, os britânicos estenderam seu apoio a Dom João VI, que assumira formalmente o comando monárquico após a morte de sua mãe, Dona Maria I. O suporte dos britânicos, embora tenha sido somente no plano político, deu-se em virtude da situação política na região em questão. Com efeito, o líder José Gervásio Artigas vinha ganhando apoio de amplos segmentos da população local, sob proposta de governo reformista, inclusive colocando em questão o regime escravista e abrindo a possibilidade da criação de nova entidade política. Essa situação ameaçava os interesses tanto brasileiros quanto ingleses, de modo que a ocupação foi efetivada. Em 1821, a Banda Oriental foi formalmente incorporada ao Império luso-brasileiro, sob o nome de Província Cisplatina.

Contudo, em 1825, o Congresso de Buenos Aires aprovou uma declaração que incorporava a Banda Oriental às Províncias Unidas do Rio da Prata. Em seguida, foram enviados para se apossar dessa área os chamados “33 orientales”, comandados por Lavalleja. Iniciou-se, portanto, a Guerra Cisplatina, na medida em que D. Pedro I declarou guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata.

A guerra foi longa, e as forças de ambos os lados eram insuficientes para sobrepujar umas às outras. No plano terrestre, as forças platinas eram mais bem equipadas e lograram ampla vantagem territorial. De fato, o Brasil, recém-independente (1822), gozava de superioridade naval, pois havia dado início à formação de uma marinha de guerra para fazer frente aos portugueses. Como Ministro da Guerra e Negócios Estrangeiros, José Bonifácio contratou mercenários estrangeiros para realizar essa tarefa, como John Grenfell, Thomas Cochrane e Pedro Labatut. A marinha brasileira, nesse sentido, esteve vinculada aos desafios externos brasileiros desde o início da vida independente do país, como assinala Francisco Doratioto. Na Guerra Cisplatina, foi notável a participação dos encouraçados nacionais na batalha do Juncal. Essa condição naval superior levou a que os combates ficassem em impasse, já que nenhuma das partes obteve vitória definitiva, apesar do êxito platino na batalha de Ituzaingó/Passo do Rosário.

Na altura de 1828, frente a essa situação, a Grã-Bretanha resolveu agir. Os bloqueios efetivados pela marinha brasileira nos portos platinos estavam gerando perdas comerciais significativas para ingleses e franceses, de modo que a situação precisava ser equacionada. A Grã-Bretanha, então, passou a mediar as negociações de paz. Antes do desfecho final, no entanto, representante platino foi enviado para o Rio de Janeiro a fim de chegar a um acordo. Contudo, o plenipotenciário platino foi desautorizado em suas gestões, após ter concordado em ceder a Banda Oriental ao Brasil. Esse fato levou à queda de Rivadávia como presidente das Províncias Unidas do Rio da Prata. Seu substituto levou as negociações tripartite adiante. Em 1828, foi assinado o Tratado Provisional da Paz, mediado por Lord Ponsonby, plenipotenciário britânico. O acordo, ao selar a paz, previu a criação do Estado do Uruguai, um “algodão entre dois cristais”, na expressão de Ponsonby, cuja independência era indefinidamente garantida pela Inglaterra.

Conforme o discurso do deputado Lino Coutinho ilustra, a Guerra Cisplatina trouxe grandes descontentamentos domésticos. Reaberto desde 1826, após o fechamento da Constituinte na “noite da agonia”, o Parlamento virou palco dos embates entre o monarca e os deputados. De fato, causavam grande insatisfação os excessivos gastos com o conflito, o recrutamento militar para nele lutar e os arroubos autoritários de Pedro I. O monarca já havia assinado, sem o aval parlamentar, os acordos relativos ao reconhecimento do Brasil por Portugal e Inglaterra, além de ter assumido compromisso com os ingleses referente ao fim do tráfico de escravos, o que punha em risco a sustentação da economia nacional. Na esteira da guerra, a oposição a Pedro I aumentou, também por conta de o resultado do conflito ter sido desfavorável ao Brasil. Em 1831, após resistência no Parlamento, protestos de rua (“noite das garrafadas”) e o assassinato do jornalista crítico ao governo Líbero Badaró, o monarca abdicou ao trono. Para autores como Rubens Ricupero, esse ano marca a independência de fato do Brasil, na medida em que o poder ficou, finalmente, sob o domínio dos brasileiros.

No plano econômico, vale registrar que a guerra causou enormes dispêndios, de modo que o reinado de Pedro I é marcado pela oposição à situação econômica favorável do período joanino. Com efeito,

as incipientes manufaturas, desenvolvidas após a revogação do Alvará de Dona Maria I que as proibia, conheceram grande aumento. Os excessos financeiros de D. Pedro, entretanto, levaram à sua desorganização. O consistente aumento dos impostos para financiar o conflito também causou descontentamento, sobretudo nas províncias do Norte e Nordeste, que já sofriam com a centralização fiscal desde 1808. A Confederação do Equador, encabeçada por Frei Caneca, em 1824, foi resultado dessas questões, que também acirraram a oposição ao monarca no final dos anos 1820.

A Guerra Cisplatina marcou o início de prolongados conflitos em torno da Bacia do Rio da Prata entre o Império brasileiro e as repúblicas vizinhas, que se repetiriam em 1850-1852 e em 1864-1870, na Guerra da Paraguai. Seu desfecho resultou na criação do Uruguai como Estado independente e favoreceu a queda do monarca brasileiro, em 1831.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **As questões de fronteira na região do conflito nos governos de D. João VI e D. Pedro I: 7,13/9,5**
    - 2.2. **A guerra propriamente dita e seu desfecho: 9/9**
    - 2.3. **Desdobramentos da guerra nas crises política e econômica do Império do Brasil: 10/10**

Resultado

Nota: **27,63**

Rafael Mendes Bernardes
nota: ***27,50****/30*

A região platina constituiu área contenciosa entre Portugal e Espanha durante todo o período colonial devido tanto à importância das vias navegáveis para a integração do território como pela importância econômica do escoamento legal e ilegal de mercadorias pelo Estuário do Prata. A Guerra da Cisplatina, já no período de independência do Brasil e Argentina constituiu, nas palavras de Doratioto, o último conflito nessa região baseado na lógica geopolítica herdada das potências metropolitanas.

Durante a Guerra de Las Laranjas (1801), entre Portugal e Espanha em torno da região de Olivença, o governo de D. João VI, ainda em Portugal, determina que as autoridades coloniais na América procedam à invasão da região de 7 povos das missões, que pelo Tratado de Santo Ildefonso deveria ficar com a Espanha, assim como Colônia.

Após a transferência da Corte para o Brasil, em 1808, D. João inicia planejamento para, enfim, anexar a região de Colônia novamente ao Brasil. Como a Espanha havia se aliado a Napoleão, D. João poderia justificadamente invadir o território espanhol. Entretanto, logo depois, chegou a notícia de que a Espanha se rebelara contra a França, fazendo D. João suspender o plano de invasão. Apenas quando as autoridades argentinas, após a Revolução de Maio (1810), demandaram a adesão uruguaia, D. João promove sua primeira intervenção na região, em 1811. Após mediação do representante inglês, os argentinos assinam armistício com o representante espanhol no Uruguai e D. João se vê forçado a retirar as tropas da Banda Oriental. Após o armistício, Artigas, que havia comandado a invasão portenha ao Uruguai, retira-se para o interior e forma um sistema político paralelo, incluindo regiões uruguaias e argentinas. A Liga dos Povos Livres, formada por Artigas, levaria à segunda intervenção joanina na região, desta vez com a anuência dos argentinos, uma vez que as autoridades portenhas desejavam por fim ao projeto autonomista de Artigas.

Dessa forma, quando do retorno de D. João a Portugal, a banda oriental encontrava-se ocupada por forças portuguesas. A independência do Brasil levaria a novos desentendimentos, uma vez que parte das tropas portuguesas juraram fidelidade a D. João, enquanto outra parcela aderiu a D. Pedro e a Independência. Após rápido conflito, a Banda Oriental seria incorporada ao novo país, o Império do Brasil.

A Guerra da Cisplatina inicia-se com a invasão de Lavalleja y los 33 orientales, que visavam promover a independência do Uruguai. Embora a expedição de Lavalleja não tenha sido organizada pelas autoridades portenhas, Buenos Aires acabaria tomando parte no conflito, o que iniciou a guerra entra Brasil e Argentina.

Isso ocorre quando, reunidos em um Congresso, os uruguaios declaram a separação da região do Império e sua união à República da Argentina, que, por sua vez, manifesta sua anuência ao movimento.

Dentre os desdobramentos diplomáticos da guerra, conforme explica Luís Villafañe em o Império e as Repúblicas do Pacífico, está a tentativa da Argentina de colocar todo o continente contra o Brasil, por meio de gestões junto a Bolívar. O herói da independência latino-americana, após consultar a Inglaterra sobre a questão, decide pela neutralidade, influenciado pelas opiniões britânicas.

A guerra durou de 1825 a 1828, caracterizada por um impasse entre os dois contendores. Enquanto a Argentina apresentava superioridade terrestres, a Marinha Imperial prevalecia na guerra marítima. Entretanto, nem a Argentina conseguiu invadir definitivamente o território rio grandense, o que forçaria o Império a capitular, nem os navios Imperiais conseguiram penetrar satisfatoriamente no estuário platino, devido ao grande calado dos navios. Diante do impasse militar, o presidente argentino chegou a enviar representante diplomático ao Rio de Janeiro a fim de negociar o fim do conflito. Chegou-se a um tratado pelo qual a Argentina aceitava a posse brasileira da Banda Oriental. Entretanto, quando os termos do acordo foram divulgados na Argentina, o presidente argentino foi obrigado a renunciar devido à rejeição do país ao acordo.

Por fim, o conflito somente seria resolvido após a mediação britânica. Exaustos pela guerra, Brasil e Argentina aceitam a independência do Uruguai após o que é caracterizado por Doratioto como o último conflito oriundo da lógica geopolítica dos Impérios coloniais espanhol e português.

O impasse militar gerado pela guerra, bem como o dispendioso volume de recursos fiscais utilizados para a sua sustentação, tornaram a guerra intensamente impopular no Brasil. Essa perspectiva era manifestada nos discursos parlamentares extremamente críticos à guerra. Conforme menciona Amado Cervo, o Parlamento à época, embora possuísse poucas atribuições em termos de política externa, funcionava como caixa de ressonância das insatisfações populares.

Politicamente, a Guerra da Cisplatina implicou desgaste político do Imperador, devido às derrotas sofridas em batalhas terrestres, ao prolongamento excessivo do conflito e, por fim, à independência uruguaia, entendida como uma derrota do Império. Economicamente, a guerra agravou sobremaneira a situação fiscal do país, já debilitada por outros equívocos, na visão do Parlamento, do Imperador, como o pagamento de indenização de 2 milhões de libras a Portugal pela Independência, e a adesão a tratados comerciais com baixas tarifas alfandegárias, em um momento em que esse imposto era a principal fonte de arrecadação dos países. Ademais, a Guerra da Cisplatina geraria pesados pedidos de indenizações por parte de terceiras nações devido a apresamento ou a ataque a navios dessas nações durante a guerra.

Cita-se, por exemplo, o Caso do Navio Sparks, dos Estados Unidos, que foi considerado como a serviço da Argentina, tendo sido por isso atacado, o que levaria ao rompimento das relações entre o Império e os Estados Unidos por um breve período.

Em conclusão, embora a Guerra da Cisplatina não tenha sido o único fator a levar à abdicação de D. Pedro I, ela certamente contribuiu sobremaneira com o clima de insatisfação popular que levaria à queda do Imperador. A dívida contraída para sustentar o conflito, bem como o pagamento das indenizações, agravou a situação econômica do país, levando a grande déficit público, déficit externo, e desvalorização da moeda. Ao desgaste político causado pelo prolongamento da guerra, adiciona-se o desgaste político gerado pelas medidas despóticas adotadas pelo Imperador, como fechamento da constituinte e estabelecimento de tribunais de exceção para julgar os rebeldes pernambucanos. Por fim, o envolvimento do Imperador na sucessão portuguesa, utilizando recursos brasileiros em favor das pretensões de sua filha, geraria mais insatisfações entre os brasileiros.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **As questões de fronteira na região do conflito nos governos de D. João VI e D. Pedro I: 9,5/9,5**
   - 2.2. **A guerra propriamente dita e seu desfecho: 9/9**
   - 2.3. **Desdobramentos da guerra nas crises política e econômica do Império do Brasil: 7,5/10**

Resultado

Nota: **27,50**

Nota média: Gabriela Ruggeri
nota: ***22,63****/30*

A Guerra da Cisplatina (1825-1828), apesar de ter ocorrido após alguns anos da proclamação da independência do Brasil, refletiu a lógica das disputas coloniais entre Portugal e Espanha. Por causa de antigas ambições sobre a região da Cisplatina, o Império lançou-se em uma guerra na qual não obteve vitória. Além de impopular, o conflito gerou severa crise fiscal, contribuindo, dessa maneira, para os desdobramentos que levariam à renúncia de Dom Pedro I.

As ambições portuguesas sobre a região remontam à fundação de Colônia do Sacramento (1680), para garantir o acesso ao Mato Grosso, à foz do Rio da Prata e ao contrabando da prata de Potosí. Após várias disputas, Colônia passou ao domínio espanhol definitivamente pelo Tratado de Santo Ildefonso. Posteriormente, a transmigração da Corte portuguesa reanimou as ambições sobre a região. A Europa encontrava-se dominada por Napoleão Bonaparte, que inicialmente contava com o apoio da Espanha. Após a entrevista de Bayonne e a capitulação do Rei espanhol, irmão de Carlota Joaquina, as colônias espanholas iniciaram seu processo de independência. O contexto dos anos iniciais da transmigração favoreceu, assim, os desejos expansionistas de D. João VI. A primeira intervenção portuguesa na Banda Oriental ocorreu no início da década de 1810, sob pretexto de auxiliar o vice-rei Elío, cercado em Montevidéu. As forças luso-brasileiras, contudo, foram obrigadas a se retirar a contragosto, após pressões do Reino Unido. Nova intervenção ocorreu alguns anos depois, em reação à Liga dos Povos Livres de Artigas. O libertador uruguaio, que já se havia chocado com tropas luso-brasileiras na primeira intervenção, conseguiu controlar a Banda Oriental. Por ter um projeto considerado progressista, que incluía reforma agrária e libertação dos cativos, e por ameaçar o território brasileiro dos Setes Povos das Missões, Artigas foi visto como inimigo. Desse modo, iniciou-se uma guerra pelo controle do Uruguai, sem que houvesse interferência de Buenos Aires, e as tropas luso-brasileiras venceram. O território foi incorporado formalmente ao Império em 1821, mas, segundo Amado Cervo, permanecia uma protoidentidade uruguaia que impedia total fusão ao Brasil. Assim, após incursão dos 33 Orientales de Lavalleja e lutas na região, o Uruguai declarou-se independente do Império e pediu a anexação das Províncias Unidas, que logo aceitaram a proposta. Dessa forma, iniciava-se a guerra entre Brasil e as Províncias Unidas.

A Guerra da Cisplatina evidenciou o despreparo das Forças Armadas Imperiais, que sofreram, inclusive, derrotas importantes, como a do Passo do Rosário. A Marinha brasileira possuía embarcações mais poderosas, mas que tinham dificuldade de movimentação em águas fluviais, por causa da profundidade dos rios, gerando vantagens às Províncias Unidas. Apesar disso, nenhum dos países consegui impor-se sobre o outro, causando um impasse que somente onerava os cofres públicos e atrapalhava a navegação e o

comércio na Bacia do Prata. As Províncias Unidas decidiram negociar, e Rivadavia enviou um representante ao Rio de Janeiro, que concordou em ceder a Banda Oriental ao Império. A divulgação do acordo gerou descontentamento em Buenos Aires e Rivadavia precisou renunciar. Diante da situação, a Grã-Bretanha propôs uma mediação, uma vez que era prejudicada pelas instabilidades que dificultavam o comércio na região. O Uruguai seria um Estado tampão independente, ou, segundo as palavras do representante inglês, "um algodão entre dois cristais". As partes aceitaram, porquanto não havia sinais de que uma vitória de um dos lados fosse possível. Para o Império do Brasil, os elevados gastos com uma guerra baseada em aspirações coloniais mostraram-se em vão. O Imperador, que já estava com baixa popularidade, teve sua imagem ainda mais prejudicada, o que contribuiu, certamente, para sua posterior renúncia.

Desde a Noite da Agonia e a dura repressão contra a Confederação do Equador, o Imperador era visto como crescentemente autoritário. A Guerra da Cisplatina, igualmente, gerou descontentamento por causa do impasse e do posterior insucesso, que, parar piorar, causou forte crise fiscal no governo. Durante a guerra, houve também ruptura de relações diplomáticas com os EUA, por causa de incidente com o Navio Spark, acusado de corso, bem como a assinatura dos tratados desiguais com a Inglaterra, estendidos depois a outras nações, pelo reconhecimento da independência. Com as capacidades de arrecadação de impostos limitadas, altos gastos com a guerra e elevada inflação, o Império encontrou-se em crise econômica e política. Dom Pedro estava em constante disputa com o Parlamento, que dificultava a aprovação do orçamento imperial (importante para a mobilização da guerra, por exemplo) e o criticava abertamente. Após a Noite das Garrafadas e a dissolução do Ministério dos Brasileiros, Dom Pedro I aproximou-se, cada vez mais, dos portugueses, formando o Ministério dos Marqueses. Para piorar a situação, era acusado da morte de Libero Badaró, e os ânimos antilusitanos cresciam nas cidades, como resposta à inflação repassada pelos comerciantes lusos.

A Guerra da Cisplatina foi um dos mais importantes fatores para a renúncia de D. Pedro I, uma vez que contribuiu tanto para a crise econômica, com o déficit fiscal, quanto para a política, causando constantes quedas de braço entre Imperador e Parlamento. Com a aproximação ainda maior entre D. Pedro I e os áulicos portugueses, o apoio ao monarca diminuiu substancialmente, ao ponte (sic) de ver-se pressionado pela própria guarda real. Sem apoio e com interesses na crise de sucessão portuguesa, decorrente de golpe de seu irmão, o Imperador renunciou em favor de seu filho, de apenas 5 anos, e voltou a Portugal. Para alguns historiadores, esse foi o marco definitivo da independência do Brasil.

_AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos)
e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5
2. Desenvolvimento do tema
   2.1. As questões de fronteira na região do conflito nos governos de D. João VI e D. Pedro I: 7,13/9,5
   2.2. A guerra propriamente dita e seu desfecho: 9/9
   2.3. Desdobramentos da guerra nas crises política e econômica do Império do Brasil: 5/10

Resultado

Nota: **22,63**

Pior nota: Anônimo
nota: ***12,88****/30*

O Extremo Sul do Brasil havia sido, desde ao menos a fundação da Colônia de Sacramento, em 1680, região contestada e de grande conflagração entre a América Espanhola e Portuguesa, cujas invasões e reconquistas eram marcadas pelas guerras europeias e pela satelitização dos países ibéricos nos séculos XVIII e XIX. Se o Tratado Provisional de 1681 nunca será delimitado, sob auspícios do Papa Inocêncio XI que diferia a demarcação em favor de Portugal, o Tratado de Utrecht (1715) garantia a Colônia no Brasil, enquanto o Tratado de Madri (1750) o dava à Espanha, bem como o de Santo Idelfonso (1777), vez que o de Madri havia sido anulado pelo Tratado de El Pardo (1761). No contexto das guerras napoleônicas, já no período joanino, Portugal e Espanha entram em conflito na Guerra das Laranjas, sendo resolvida pela Paz de Badajos (1801). Se o tratado provisional de Santo Idelfonso garantia a devolução pacífica dos territórios ocupados pela Espanha em Santa Catarina, é no contexto da Paz de Badajoz que os gaúchos recuperarão manu militari os territórios gaúchos invadidos anteriormente por Pedro Cevallos. Todo esse contexto demonstra o irredentismo oriental e o interesse português de manter seu acesso ao Prata, que lhe facilitava também acesso ao Mato Grosso.

Em 1808, quando da finalização da transmigração da Corte, Dom João VI decretou nulos os tratados de limites anteriores, vez que assinados à força. Em 1810, ocorre a revolução de mayo em Buenos Aires, e a Espanha é obrigada a ascender Montevideu à capital do Vice-Reino da Prata, e Elío, seu governador, a vice-rei. Em 1812, D. João VI oferece a Elío sua ajuda real para combater Artigas, o que lhe é negado. A rainha Carlota Joaquina, irmã de Fernando VII, preso em Bayonne, negocia a apresentação da Justa Reclamação de seu filho Pedro Carlos aos territórios espanhóis da América, no que é auxiliada pelo almirante Smith, o que tampouco prospera. Contudo, D. João VI faz valer sua pretensão sobre a região e a invade sob pretexto de auxiliar Elío, conquistando territórios. O representante inglês Rademaker, contudo, consegue promover um armistício contra a vontade de D. João VI. Assim, o federalista Artigas se impõe sobre os hegemonistas de Buenos Aires, fundando uma federação entre Corrientes, Santa Fé, Entre Ríos e Córdoba (Liga Federal). Sob pretexto do irridentismo oriental, do combate à ideologia perigosa de Arigas (defendia reforma agrária e abolição da escravidão) e por seus interesses no Prata, D. João VI invade novamente a região setentrional em 1816, tendo o general Lecor conquistado Montevidéu já em 1817 e, com a assinatura do Tratado de Montevidéu, incorpora-se a Banda Oriental ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1821, extraindo-o das PURP, criada no Congresso de Tucumán (1816).

Durante a regência de D. Pedro I, antes mesmo da declaração de independência o regente estava concedendo nacionalidade brasileira aos cisplatinos, em clara afronta às Cortes de Lisboa. Durante a

Guerra de Independência, a Província Cisplatina se consolidará como uma das regiões mais conflagradas, ao lado da BA, tendo destaque o nascente Exército e Marinha brasileiros na pacificação da região. Vale lembrar que em 1816, nem Rademaker nem o Conde de Linhares estavam no RJ.

Já em 1825, contudo, Llavalleja, Oribe e os "33 orientales" realizam o Congresso de Florida, declarando que a Banda Oriental, então Cisplatina, se integraria às Províncias Unidas do Rio da Prata. Segue-se o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países, com batalhas realizadas por terra e mar. A Marinha brasileira, embora superior à marinha Argentina, graças à sua consolidade durante a guerra de independência, sofre derrota na Batalha de Santiago, mas praticamente liquida a guerra no mar com a Batalha de Juncal. A superioridade no mar, contudo, não era suficiente, pois não se podia subir o Prata com o grande calado dos navios brasileiros. Assim, bloqueia-se os portos de Buenos Aires, sem garantir vitória. Os platinos adotam, então, a tática do corso, levando o Brasil a apreender navios sob qualquer bandeira. Em 1827, contudo, a marinha brasileira detém o navio Spark, norte-americao, o que gerará rompimento das relações diplomáticas com os EUA até o ano seguinte. Em terra, contudo, os platinos são superiores às tropas brasileiras, derrotando-as na importante Batalha do Paso do Rosário ou de Ituzaingó. Isso tampouco era suficiente para que os platinos pudessem avançar e conquistar territórios brasileiros em definitivo, chegando a Guerra da Cisplatina (1825-1828) a um impasse. Rivadavia, contudo, envia a missão diplomática de Manuel Garcia para o Rio de Janeiro para negociar o reconhecimento da vitória brasileira e as condições de paz, o que implicará a queda de Rivadavia e sua substituição por Dorrego. Com o impasse ainda mantido, a GB envia o representante Ponsonby para negociar a paz, que é selada com a criação da República Oriental do Uruguai, um "algodão entre dois cristais" que asseguraria a paz no Prata que tanto interessava à Inglaterra.

Do ponto de vista interno, a Guerra da Cisplatina agravava a crise econômica, grave desde o saque da Corte Portuguesa no Banco do Brasil, em seu retorno, e a crise política. Além da falência do Banco do Brasil em 1829, d. Pedro I ainda gastava muito com a questão dinástica de D. Maria II contra D. Miguel desde o golpe de Vilafrancada, com a missão Santo Amaro tentando angariar apoio para D. Pedro, o que desagradava ao "partido brasileiro". O fechamento do Parlamento em 1823, com outorga da Constituição, faz com que, em sua reabertura, em 1826, as críticas ao excessivo dispêndio em guerras de interesse mais português que brasileiro sejam ainda mais incisivas. Com o fim da guerra, as críticas ao autoritarismo interno de D. Pedro I também são redobradas e, depois, atiçadas pela revolução de 1830 que depunha Carlos X na França, um ultrarrealista. A não vitória em uma guerra dispendiosa e quase vencida acirram as críticas, e d. Pedro I demite um ministério brasileiro por um de marqueses. A crise se agravava com o assassinato do liberal Liberto Badaró, com a Noite das Garrafadas entre brasileiros e portugueses em seu retorno de MG e culmina em sua renúncia, a 7 de abril de 1831.

Vale, por fim, acrescentar que no Congresso de Viena, ainda e, 1815, havia sido decidido pela devolução da Banda Oriental à Espanha sob pagamento de 7,5 mi de francos pelas despesas militares

contra Artigas. A Espanha pretende, porém, recuperar a terra sem o pagamento, porém é impedida pelo Golpe de Vilafrancada, em 1820, que impede uma ação militar no Sul da América. (90 linhas)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **As questões de fronteira na região do conflito nos governos de D. João VI e D. Pedro I: 2,38/9,5**
   - 2.2. **A guerra propriamente dita e seu desfecho: 9/9**
   - 2.3. **Desdobramentos da guerra nas crises política e econômica do Império do Brasil: 0,0/10**

Resultado

Nota Provisória: **12,88**

Nota Final: **12,88**

COMENTÁRIO

RECURSO QUESITO 2.1:

O candidato gostaria, respeitosamente, de solicitar majoração da nota nesse quesito, uma vez que foram apresentados os pontos necessários ao cumprimento do que era solicitado no enunciado.

Dedico as linhas 1-48 (em especial, as linhas 18-48) e um acréscimo (fora de ordem na estrutura, porém com correta indicação cronológica) nas linhas 86-90 para este item, porém minha nota foi apenada em 75%.

Ainda que haja muitas informações que não se referem diretamente às questões de fronteira na região da Banda Oriental/Cisplatina especificamente nos governos de Dom João VI e Dom Pedro I, acredito que elas podiam ser relevantes para a compreensão da situação fronteiriça no período pedido. Ademais, as informações suplementares citadas não prejudicaram a exposição de vários dos desdobramentos exigidos pelo item 2.1, incluindo todos os pontos trazidos no Padrão de Respostas.

Receio que a exposição excessivamente pormenorizada (e, em parte, fora do escopo, tem-se que reconhecer) do quesito pedido possa ter ofuscado precisamente as informações exigidas na questão, motivo pelo qual indico as linhas exatas onde constam tais informações em minha resposta.

- Região era disputada desde o século XVII, com a fundação de Sacramento em 1680 (l.1-2)
- Continuidade da lógica geopolítica herdada das metrópoles após independência (l.3-5/78)
- Objetivo luso-brasileiro é garantir acesso ao MT pela Bacia do Prata (l.16-18)
- Pretensões de d. Carlota Joaquina no Prata (l.24-28): a narrativa da "Justa Reclamação" (l. 26) é feita de acordo com aquela presente no cap. III, do Livro III, do volume I do tomo II, da "História Geral da

Civilização Brasileira", 6a ed, p. 303-307

- Ocupação portuguesa na Banda Oriental em 1811-12 (item cobrado expressamente no Padrão de Respostas): (l.23-24/28-30)

- Oposição britânica e retirada portuguesa (l.30-31)

- Pretexto de combater o republicanismo reformador, federalista e popular de Artigas (l.34-35/24)

- Ocupação portuguesa na Banda Oriental em 1816-1821 (item cobrado expressamente no Padrão de Respostas): (l.36-39)

- Vitória lusa sobre Artigas e fim da sua Liga dos Povos Livres (l.38-39)

- Incorporação da Cisplatina ao Reino de Portugal, Algarves e Brasil em 1821 (item cobrado expressamente no Padrão de Respostas): (l.39)

- Cisplatina como província do Império do Brasil em 1822 (l.42-43/47-48)

- A Cisplatina e a Independência do Brasil (item cobrado expressamente no Padrão de Respostas): (l. 42-45)

- Lavalleja lidera os 33 orientales vindos de Buenos Aires: (l.46-48)

- Incorporação da Banda Oriental às Províncias Unidas do Rio da Prata em 1825 (item cobrado expressamente no Padrão de Respostas): (l.48)

Diante do exposto, reitero, respeitosamente, o pedido de majoração da nota concedida nesse quesito, considerando a apenação de 75% da nota excessiva diante de extensa caracterização do item cobrado, abarcando, inclusive, os quatro itens citados no Padrão de Respostas e seus vários desdobramentos.

<u>RESPOSTA AO QUESITO 2.1</u>

Recurso indeferido. A resposta apresentada não incorre em majoração de nota. A banca mantém a pontuação atribuída por estar proporcional ao desempenho do candidato. A pontuação obedeceu a critérios isonômicos que, além adotarem como parâmetro o desempenho ideal do candidato na questão, consideraram a qualidade relativa e comparada das provas. Considerado o recurso em todos os seus aspectos, a banca não vê motivos para alterar a nota.

<u>RECURSO QUESITO 2.3</u>

Acredito, respeitosamente, ter havido algum engano técnico na atribuição da minha nota neste quesito.

Dediquei majoritariamente as linhas 71-85 justamente à resposta a esse item, porém me foi concedida nota Zero no quesito, embora eu tenha discorrido sobre os desdobramentos pedidos, incluindo os dois presentes no Padrão de Resposta. O desenvolvimento do tema contemplou corretamente os itens elencados a seguir:

- Repressão às tropas leais à Lisboa após a independência (l.43-45)

- Falência do Banco do Brasil (l.73)

- Fechamento da Constituinte na "Noite da Agonia" (1823) (l.76-79)

- Outorga da Constituição (l.77)

- Envolvimento do Imperador na sucessão portuguesa (l.73-76)

- Reabertura do Parlamento favorável à guerra (1826) (l.77)

- Prolongamento da guerra e das despesas (l.78-79)

- Desfecho da guerra evidencia incapacidade militar de d. Pedro I (l.82)

- Oposição política entre "brasileiros" e "portugueses" (l.76/83-84)

- Acirramento da oposição liberal no Parlamento e nas ruas (l.83-85) - Agravamento do antilusitanismo (l.84)

Diante disso, peço, respeitosamente, a correção e majoração da nota neste quesito. Embora a exposição tenha seguido uma estrutura temática (primeiro problemas econômicos, depois acirramentos e desgastes políticos), a correta atribuição de data, causa e consequência para os eventos históricos constituem correta apreensão dos fatos da História.

<u>RESPOSTA AO RECURSO DO QUESITO 2.3:</u>

Recurso indeferido. A resposta apresentada não incorre em majoração de nota. A banca mantém a pontuação atribuída por estar proporcional ao desempenho do candidato.

HISTÓRIA DO BRASIL

banca:
Marco Aurélio de Paula Pereira
Neuma Brilhante Rodrigues
Norma Breda dos Santos

_questão 3

Em 22 de janeiro de 1962, ministros das relações exteriores dos Estados-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) reuniram-se sob os auspícios do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca para considerar "as ameaças à paz e à independência política dos Estados Americanos". A Conferência focava a situação política do governo de Cuba, cujo líder — Fidel Castro — declarara adesão ao marxismo-leninismo, e as alegadas ações contra países vizinhos. Após dez dias de discussões, em 31 de janeiro, Cuba foi suspensa da Junta Interamericana de Defesa e da OEA — esta última decisão não contou com votos favoráveis dos maiores Estados latino-americanos.

Hélio Franchini Neto. **Política externa independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962.** *In: Revista Brasileira de Política Internacional. 48 (2), 2005, p. 129-51 (com adaptações).*

A partir do texto apresentado, redija um texto dissertativo sobre o posicionamento brasileiro na Conferência de Punta del Este, em 1962. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

1. a questão cubana e a América no contexto da Guerra Fria;

2. os desafios da questão cubana à política externa independente;

3. o posicionamento brasileiro frente à proposta de suspensão de Cuba da OEA.

Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 20,00 pontos]

Distribuição das notas

Padrão de resposta da questão 3

1. A questão cubana e a América no contexto da Guerra Fria; a adesão cubana ao socialismo; a crise dos mísseis;

2. Política externa independente; desafios de Cuba à PEI;

3. A Conferência de Punta del Este, 1962. Proposta dos Estados Unidos de adoção de sanções e da suspensão de Cuba da OEA; a oposição brasileira e as razões para abstenção do voto.

Ciro Eduardo Ferreira

nota: ***18,50****/20*

A questão cubana foi um dos momentos mais importantes da Guerra Fria no contexto do continente Americano, principalmente por suas consequências nos cenários políticos dos países da região. A Revolução Cubana havia terminado em 1959, mas apenas em 1961, o regime de Fidel Castro aderiu expressamente ao comunismo, o que causava bastante preocupação aos EUA no contexto da Guerra Fria. Os EUA haviam consolidado sua hegemonia em relação aos países do continente americano, estabelecendo vários mecanismos para forjar uma aliança continental, mas que favoreceriam os interesses daquela potência.

Assim, o estabelecimento da Organização dos Estados Americanos (OEA) e, antes, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), de 1947, visavam criar mecanismos regionais de defesa e de concertação política para conter possíveis ameaças de espraiamento de forças comunistas no continente. Em nível sistêmico, o início da Guerra Fria se consolidava, com a Doutrina Truman e o Plano Marshall e as reações da União Soviética a esse plano e aos desígnios dos países ocidentais. A América, em geral, no início da Guerra Fria, mostrou-se do lado capitalista, liderado pelos EUA, até mesmo como continuidade à hegemonia exercida pelo país desde inícios do século XX. No entanto, alguns países ensaiavam políticas externas de cunho mais autonomista e não diretamente alinhados com os EUA, sobretudo após virem-se frustradas inciativas em prol do desenvolvimento econômico na região. Nesse sentido, é notória a iniciativa da OPA, de Juscelino Kubitschek, que teve apoio de países americanos, como a Argentina, mas que não teve o correspondente entusiasmo ou comprometimento dos EUA.

Muitos países da região tinham de endereçar problemas de desenvolvimento e de redução da pobreza, além de dar cabo a processos de industrialização. A política externa independente (PEI) vinha nesse sentido, de se buscar uma atuação mais autônoma e menos ligada às amarras da Guerra Fria, para poder negociar da melhor forma de modo a trazer benefícios e desenvolvimento econômico e social. A PEI, assim, pregava o universalismo das relações internacionais, uma diplomacia não influenciada por conflitos ideológicos da Guerra Fria, adensamento das relações com os países latino-americanos. Dessa forma, o Brasil buscou incrementar seus laços bilaterais com o países do Leste europeu, com a União Soviética, com a China comunista, mas também com países árabes, africanos recém-independentes, sem descuidar de suas relações tradicionais com os EUA e com a Europa Ocidental.

A questão cubana põe em xeque, porém, esse aspecto de “independência”. Como o Brasil estava inserido no contexto americano – e, portanto, ocidental – da Guerra Fria, além de ter grande parte de seu

comércio e de fluxos de investimento dos EUA, o país não tinha, ao fim e ao cabo, uma margem de manobra tão extensa ou tão autônoma como se pensava. O país ainda era dependente de recursos externos para seu desenvolvimento econômico, grande parte dos quais vinha dos EUA. Com a posição clara de Cuba em relação ao seu lado na Guerra Fria, a margem de manobra ficava ainda mais restrita para o Brasil, sobretudo porque a sociedade brasileira e os órgãos políticos vinham se polarizando em campos opostos do espectro político-ideológico da Guerra Fria, agravando a crise de governabilidade interna.

Dessa forma, o posicionalmente do Brasil com relação à suspensão de Cuba buscou manter certo aspecto daquela ideia de autonomia ou de independência da política externa. O Brasil abstém-se de votar pela suspensão de Cuba da OEA, juntamente com outros 5 países dos continente. No entanto, o Brasil vota a favor da resolução de que o comunismo é incompatível com o sistema político e com a trajetória dos países do continente americano, mostrando que o país estava do lado ocidental no contexto da Guerra Fira e não alijar-se de modo contundente do sistema interamericano sob hegemonia dos EUA.

Embora a posição brasileira com relação à suspensão de Cuba tenha, de certo modo, resguardado aspecto de autonomia da PEI, a polarização na sociedade brasileira, aliada à política externa dos EUA de evitar a propagação do comunismo no continente, levou à derrubada do regime democrático e à instauração da ditadura militar no país. O novo regime, por exemplo, rompe relações diplomáticas com Cuba, exacerbando a influência do contexto de acirramento ideológico influenciado pela Guerra Fria.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **A questão cubana e a América no contexto da Guerra Fria: 6/6**
   - 2.2. **Cuba e a PEI: 4,5/6**
   - 2.3. **O posicionamento brasileiro frente à proposta de suspensão de Cuba da OEA: 7/7**

Resultado

Nota: **18,50**

Anônimo
nota: ***18,50****/20*

O tabuleiro geopolítico da Guerra Fria opôs as duas superpotências, EUA e URSS, na disputa de influência no sistema internacional. Área natural de influência dos EUA, constituindo espaço autárquico da pan-região americana de Haushofer, os países do continente americano tiveram margem de manobra limitada pela potência do norte. Grande país da região, o Brasil soube aproveitar-se dos espaços do interamericanismo para enfatizar pleitos nacionais, conseguindo certo grau de autonomia na condução da Política Externa Independente (PEI). Na questão cubana, o Brasil adota postura compatível com sua diplomacia grociana e assume posição autônoma na Conferência de Punta del Este.

O interamericanismo na Guerra Fria centrou-se no anticomunismo, o que foi intensificado no âmbito da questão cubana. A contenção do comunismo, propugnada pela Doutrina Truman, encontrou eco no sistema hemisférico de defesa estabelecido pelo TIAR em 1947, bem como foi inscrita em artigo específico na Carta da OEA. No âmbito da Conferência de Consulta dos chanceleres americanos de 1954, estabeleceu-se que regimes que chegassem ao poder pelas armas no continente deveriam ser legitimados por votação posterior. Isso não ocorreu após a Revolução Cubana, que inicialmente tinha caráter nacionalista, não comunista. A OPA (Operação Pan-Americana), proposta por JK, afirma que recursos ao desenvolvimento são necessários para evitar a atração de ideologias exógenas no continente. A iniciativa não teve forte recepção pelos EUA, que não tinham tanto interesse estratégico na região. No entanto, a Aliança para o Progresso iria fornecer recursos ao desenvolvimento, dado que a região tornara-se mais importante no tabuleiro geopolítico. O BID e a ALALC também estimularam o desenvolvimento regional e estão inseridos na contenção do comunismo nas Américas.

A questão cubana motivou desafios à PEI, já que o Brasil buscava a autonomia e o universalismo, mas não seria recomendável colidir com os EUA. Nos célebres pontos elaborados por Jânio em artigo na Foreign Affairs e replicados no Congresso, a PEI reconhecia que o Brasil integrava o hemisfério ocidental e comprometia-se com a defesa do interamericanismo. Sem embargo, o Brasil reestabeleceria relações diplomáticas com a URSS em 1961 e buscou diversificar parceiros. A questão cubana, que ensejou a invasão à Baía dos Porcos e a posterior aproximação de Cuba aos soviéticos testava os limites da autonomia decisória do Brasil. A questão cubana foi o tema mais debatido no Parlamento brasileiro, e a preocupação do Brasil em relação à intervenção dos EUA foi considerada postura comunista por congressistas como Carlos Lacerda. Desse modo, a PEI foi utilizada, através da questão cubana, por agendas políticas domésticas, o que ensejou certos limites a sua atuação.

Na Conferência de Punta del Este, o Brasil absteve-se na votação para suspender Cuba da OEA. Juntando-se a outros países da região, formaram os outer six. Embora sua postura fosse insuficiente para evitar a suspensão, a decisão demonstrou autonomia em relação aos EUA. A diplomacia brasileira seguiu sua tradição de buscar evitar sanções bruscas. Argumentou-se que não havia base jurídica suficiente para a suspensão cubana, consistindo a decisão em desrespeito ao direito internacional. Ademais, o Brasil afirmou que o isolamento de Cuba seria prejudicial ao retorno da democracia na ilha, podendo intensificar os laços dos cubanos com os soviéticos. A declaração do caráter comunista do regime, momentos antes da Conferência, deveria motivar maior ênfase em mudar a orientação ideológica do regime e não o aproximar ainda mais de Moscou.

A questão cubana trouxe desafios à PEI e importou a Guerra Fria para as Américas. A entrada do comunismo na região ensejaria reações autoritárias e o apoio dos EUA a regimes ditatoriais na região. A doutrina da segurança nacional seria generalizada. No Brasil, o embaixador Lincoln Gordon apoiou os golpistas em 1964, e os EUA comprometeram-se com recursos no âmbito da Operação Brother Sam.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **A questão cubana e a América no contexto da Guerra Fria: 4,5/6**
    - 2.2. **Cuba e a PEI: 6/6**
    - 2.3. **O posicionamento brasileiro frente à proposta de suspensão de Cuba da OEA: 7/7**

Resultado

Nota: **18,50**

Matheus Corradi de Souza
nota: ***18,50****/20*

A Guerra Fria entre EUA e URSS teve forte impacto na América Latina nas décadas de 1950 e 1960. Considerada pelos norte-americanos como área sob sua influência estrita, a América Latina sofreu impactos significativos com a Revolução Cubana (1959) e com a posterior deriva de Fidel Castro ao comunismo (1961). Sem lograr êxito em sua tentativa de alterar os rumos de Cuba pela força militar, os EUA passaram a usar do arcabouço institucional regional para isolar o país e enfraquecê-lo. Encontrariam, porém, resistência de alguns países latino-americanos, entre eles o Brasil, que vivia o experimento da Política Externa Independente (PEI).

Os EUA consideraram, nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, a América Latina como região onde seu domínio era seguro, e relegaram-na ao segundo plano das suas preocupações. Os problemas com a pobreza e o autoritarismo na região, porém, convulsioná-la-iam nos anos 1950. Em Cuba, especificamente, uma guerrilha liderada por Fidel Castro pretendia derrubar o ditador Fulgêncio Batista, e se concentrava em Sierra Maestra, perto da capital Havana. Em janeiro de 1959, Castro obteve sucesso e tomou o poder no país. A princípio, apesar de parte da retórica do líder guerrilheiro conter elementos esquerdistas, não havia vínculo do novo governo revolucionário com Moscou; a retórica era mais anti-imperialista, voltada contra os EUA. Mas a aproximação com os soviéticos acabou sendo inevitável, dada a disposição de J. F. Kennedy de derrubar o jovem regime. Após a fracassada tentativa de invasão da Baía do Porcos por exilados cubanos financiados por Washington, Fidel converteria Cuba em um regime comunista alinhado à URSS.

Os norte-americanos, alarmados, acionariam a Organização dos Estados Americanos (OEA). Criada em 1948 por tratado firmado em Bogotá, a OEA congregava todos os países do continente sob os auspícios dos EUA. Pouco antes, em 1947, havia sido firmado pelos países americanos o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em Petrópolis. Pelo TIAR, qualquer ataque a um membro do tratado seria considerado um ataque a todos. Esse foi o arcabouço básico da Guerra Fria no continente, e foi acionado por Washington para lidar com a ameaça que acreditava representar a presença soviética a poucos quilômetros da costa da Flórida.

Na reunião de Punta del Este, os países americanos eram instados pelos EUA a isolar Cuba do convívio continental: queriam a expulsão do país da OEA, o rompimento geral de relações e a declaração de que o comunismo era incompatível com os valores americanos. San Tiago Dantas, então chanceler do governo João Goulart/Tancredo Neves, discordava da abordagem norte-americana. Dantas considerava

que o afastamento dos cubanos do convívio com seus vizinhos teria apenas o efeito de aproximá-los ainda mais dos soviéticos e tornar mais difícil o reencontro cubano com os valores liberais e democráticos da OEA. O chanceler enfrentou, internamente, feroz oposição no Parlamento e na imprensa. Um grupo de ex-chanceleres se uniu para divulgar uma carta repudiando Cuba e apoiando a posição dos EUA. Mesmo assim, convicto, Dantas ordenou que os representantes brasileiros em Punta del Este se abstivessem da votação sobre a suspensão cubana, tornando o Brasil parte dos "outer six", os seis países que se negaram a endossar a punição proposta pelos EUA – estiveram com o Brasil a Argentina e o México, os três maiores latino-americanos. Como os seis votos foram insuficientes, Cuba teve de deixar a OEA, e até hoje não retornou. O Brasil não rompeu, então, relações diplomáticas com Havana – viria a fazê-lo apenas em 1965 –, já que não houve decisão a respeito na OEA.

Para a PEI, a questão cubana representou grande desafio. A política, formulada por Jânio Quadros e continuada até março de 1964, pregava amizade com os EUA e filiação brasileira ao Ocidente e seus valores; mas também era enfática na autodeterminação e não ingerência. A decisão tomada por San Tiago Dantas o indispôs com seus pares no Parlamento, impedindo que ele se tornasse primeiro-ministro quando da renúncia de Tancredo, mas também reduziu o apoio geral no establishment política à PEI, cuja oposição só aumentaria até o golpe de 1964.

Também a decisão de se abster na votação afastou os norte-americanos do governo Goulart, num processo que culminaria na oposição de Kennedy e Johnson ao governo brasileiro e seria um dos responsáveis por sua queda no começo de 1964. O tempo, porém, deu razão a Dantas: a crise dos mísseis provou que a proximidade com os soviéticos seria a alternativa de Castro. (59 linhas)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **A questão cubana e a América no contexto da Guerra Fria: 4,5/6**
   - 2.2. **Cuba e a PEI: 6/6**
   - 2.3. **O posicionamento brasileiro frente à proposta de suspensão de Cuba da OEA: 7/7**

Resultado

Nota: **18,50**

Nota média: Victor Born Portella
nota: ***17**/20*

A decisão brasileira de votar pela abstenção na votação da VIII reunião de consultas do sistema interamericano foi, possivelmente, a maior expressão da busca da autonomia no contexto da Política Externa Independente (PEI). Na perspectiva hemisférica, foi divisor de águas, pois revelou as divisões fundamentais entre a visão de segurança hemisférica, enquadrada no paradigma da Guerra Fria, e o desejo dos países latino-americanos de desenvolvimento econômico e social. Desse modo, a partir da VIII Reunião de Consulta em Punta del Este é possível dizer que a política externa brasileira não foi mais a mesma e tampouco foram as relações interamericanas.

Após a institucionalização da hegemonia dos Estados Unidos no Pós-Guerra por meio de instituições, como a OEA, de tratados, como o TIAR e também de iniciativas de assistência técnica, como a Missão Abbink e a CMBEU, no Brasil, a região latino-americana passou a ser vista como menos prioritária para os EUA. De início, as visões sobre a Questão Cubana foram ambíguas. A invasão ao quartel de Moncada, em 1953, a guerrilha na Sierra Maestra, até a vitória em 1959 não davam indícios certos de revolução de corte comunista necessariamente, mas, sim, nacionalista. Não sem motivo Jânio Quadros condecoraria Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Fidel e Guevara eram vistos como libertadores. No entanto, as encampações sobre empresas de capital americano logo preocuparam os EUA e as alas cosmopolitas do continente. A invasão malsucedida na Baía dos Porcos seria a expressão dessa preocupação. O continente que, desde a viagem de Nixon a Lima e Caracas, já se mostrava dividido exacerbou-se na polarização. Daí o peso dos colombianos demandando conferência de suspensão de Cuba da OEA.

O Brasil, decerto, era espelho também dessa polarização. Era prevalência de extremos, instabilidades, de modo que a questão urbana, como aponta Antônio Barbosa, foi capturada pelos debates políticos, incluindo entre as frentes parlamentares, fato inédito para tema de política exterior. A chancelaria de Santiago Dantas via-se em situação delicada com o marxismo-leninismo afirmado em 1961 e a perspectiva da votação na conferencia de 1962. Por um lado, era necessária a afirmação da autonomia brasileira diante da bipolaridade, a defesa tradicional da não-intervenção e da solução pacífica das controvérsias. Por outro, qualquer que fosse a votação, seu resultado seria contestado e instrumentalizado em um contexto interno fragilizado pelas seguidas crises (1954, "Novembrada" e a Campanha da Legalidade). Assim, como revela Ricupero, Santiago Dantas levou a questão a escrutínio interno, na Casa das Pedras, de modo que se chegasse a resultado que resguardasse a base axiológica que vinha se propondo na PEI.

A decisão pela abstenção em relação à suspensão justificou-se por diversos motivos. A Carta de Bogotá não previa tal punição juridicamente; não havia cláusula democrática expressa. Ademais, isolar Cuba fora da OEA seria pouco eficaz, uma vez que, dentro do sistema, o regime seria influenciado e fora seria marginalizado. Propôs, ainda, a "finlandização", ou seja, que Cuba se tornasse zona neutra, como ocorria na Finlândia diante da URSS. Vale ressaltar que o Brasil contrapôs essa decisão com voto favorável a suspensão de Cuba da Junta Interamericana de Defesa e também a respeito da incompatibilidade entre o comunismo e os valores interamericanos. No Brasil, João Goulart – dependente dos EUA em questões financeiras – chega a oscilar; segundo Ricupero, Dantas tratou de manter-se incomunicável no Uruguai.

Como se sabe, a Questão Cubana se exacerbaria ainda mais com a Crise dos Mísseis, que provou a ineficácia da suspensão. O Brasil enviaria a Missão Albino Silva para a mediação, sem ter sucesso. A suspensão de Cuba, portanto, configuraria verdadeira virada no sistema interamericano, talvez o epilogo das divergências construídas paulatinamente desde o fim da Segunda Guerra. De toda maneira, representou também uma guinada na política externa brasileira, pois consolidou o paradigma autonomista e universalista da política externa, que, não sem desafios, permanece vigente até os dias atuais.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **A questão cubana e a América no contexto da Guerra Fria: 3/6**
   - 2.2. **Cuba e a PEI: 6/6**
   - 2.3. **O posicionamento brasileiro frente à proposta de suspensão de Cuba da OEA: 7/7**

Resultado

Nota: **17,00**

COMENTÁRIO

Essa questão, me parece, tem uma estrutura interessante para se pensar novas questões. Ela trata no primeiro ponto de uma contextualização na perspectiva global (hemisférico e Guerra Fria). No segundo ponto, pede a descrição do assunto em si (a Questão Cubana). E no terceiro, talvez o essencial, trata do quea diplomacia brasileira efetivamente fez a respeito do problema (o voto em Punta del Este e a rationale por trás do mesmo). Reparem que essa lógica de: contexto, descrição e contribuição diplomática pode ser estendida a vários assuntos da política externa brasileira. Pode ser uma forma proveitosa para estruturar os estudos e refletir sobre outros assuntos do mesmo feitio.

Pior nota: Anônimo
nota: ***8,25**/20*

A questão cubana se confunde com a Guerra Fria na medida em que revela os limites das reais possibilidades de autonomia dos países em desenvolvimento, particularmente, na América Latina. A Política Externa Independente surge e é desafiada nesse contexto, confrontada ao idealismo de afirmação da neutralidade e ao realismo das forças políticas e econômicas que impunham alinhamentos. Em Punta del Este, o Brasil afirmou-se legalista, porém este principismo acionou dinâmica que levou à polarização interna e ao golpe.

Talvez o discurso de Neves da Fontoura em Washington, em 1951, tenha sido a síntese do que ocorreria na América Latina durante a Guerra Fria: para conter o comunismo, era preciso o desenvolvimento, enquanto que, para os EUA, era preciso, antes, conter o comunismo para que houvesse desenvolvimento. A questão cubana inicia-se com a deposição de Batista e o novo regime não se declara socialista de imediato. Jânio, acompanhado por Arinos, visita Cuba como candidato eleito. Entendia-se que Cuba seria adepta do não alinhamento, de verve nasserista que agradava a Quadros. Entretanto, a própria dinâmica da Guerra Fria se impôs e ficou patente com a invasão da Baía dos Porcos, orquestrada pela CIA. Jânio buscava ser ambivalente, com ortodoxa política econômica interna, a exemplo da SUMOC 204 e do apoio do FMI e da UDN, enquanto agradava aos setores de esquerda com sua Política Externa Independente. Concebida, sobretudo, por Arinos, a PEI herdara o direcionamento da diplomacia desenvolvimentista que se esboçava desde Vargas, e buscava superar a dicotomia Leste-Oeste, de forma a ampliar os contatos com atores emergentes na América Latina, África e Ásia.

Jânio inseria a questão cubana nessa interpretação da Guerra Fria e condecorou Gargarin e o próprio Che com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Ele havia retomado a abertura comercial de JK com a URSS e enviou a Missão Dantas ao Leste europeu, além do seu próprio Vice-Presidente à China. Em verdade, operava-se com a ideia de « finlandização » de Cuba inicialmente, algo que se tornou mais difícil quando Fidel surpreendeu o mundo e alinhou-se à Moscou em busca de proteção.

A renúncia de Jânio, a campanha da legalidade e a posse de Jango, sob o parlamentarismo, porá Cuba no centro da PEI, agora conduzida por Santiago Dantas. Em verdade, as posições do Rio diante de Havana serão barômetro das relações do Rio com Washington. A reunião em Punta del Este será crucial para revelar o afastamento entre Kennedy e Goulart. Mesmo com intensos debates no Congresso e frente ao manifesto de quatro ex-chanceleres para que o Brasil votasse contra Havana em Punta del

Este, Dantas vai se alinhar com os « outer six », abstendo-se da suspensão de Cuba, apesar de votar a favor de sua suspensão da JID. Esta posição ia frontalmente contra Washington e Bogotá, e mostrava a unidade dos latinos, sobretudo, com o México. Nesse sentido, a PEI contribuiu para demonstrar o impasse entre proclamar-se « independente », enquanto o Brasil solicitava o apoio financeiro de Washington. Isto ficou patente no Acordo Bell-Dantas, na fria recepção de Kennedy na visita de Goulart e nas críticas aos encampamentos da Amforp e ITT pelo cunhado de Jango, Brizola.

Com a Crise dos Mísseis em outubro de 1962, a PEI será novamente posta à prova, com o Brasil contrário à invasão, mas favorável ao bloqueio, além do envio da Missão Albino Silva. Tornava-se ainda mais complexo para Brasília sustentar que a suspensão de Cuba da OEA violava o pacto de Bogotá, enquanto a visita de Bob Kennedy ao Brasil, no quadro da Aliança para o Progresso, selou a oposição de Washington contra Brasília, conforme descrito por Ricupero. Berle Jr. já tinha expressado que a PEI sob Jânio, conforme seu artigo na Foreign Affairs, era eminentemente antiamericanista. Com o desdobrar do posicionamento brasileiro diante de Cuba, Gordon, Berle Jr e Vernon Walters convenceram Kennedy, depois, Johnson, de que era preciso agir.

Pela PEI, o Brasil havia reatado as relações com a URSS, esboçava aproximação crescente com a África e afirmava-se como potencial membro dos países não alinhados, algo explícito no famoso discurso dos 3ds de Araújo Castro na AGNU. Os estadunidenses convenceram-se de que os setores de extrema esquerda e o sindicalismo tinham tomado o controle do governo Goulart e, por meio do IBAD, do IPES e do envio de adidos militares e agentes de inteligência, iniciaram intensa campanha contra Jango, cujo ápice seria a Operação Brother Sam, orquestrada por Gordon e pelo lusófono Walters. Esta grande polarização tanto na política externa quanto na interna foi focada na polêmica em torno da PEI e esta, por sua vez, teve a questão cubana como seu centro das atenções. Com o comício do 13 de março de 1964 na Central do Brasil, o discurso no Automóvel Clube e a Marcha de Deus com a família em São Paulo, chegou-se ao golpe civil-militar do 1o de abril de 1964, que instala a ditadura sem precisar da intervenção da « Brother Sam ». Um dos primeiros gestos de Castello branco será romper relações com Cuba.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,5/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **A questão cubana e a América no contexto da Guerra Fria: 4,5/6**
   - 2.2. **Cuba e a PEI: 1,5/6**
   - 2.3. **O posicionamento brasileiro frente à proposta de suspensão de Cuba da OEA: 1,75/7**

Resultado

Nota provisória: **5,25**

Nota final: **8,25**

COMENTÁRIO

ARGUMENTAÇÃO DO QUESITO: 1

Prezada banca corretora,

gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a oportunidade de pedir à banca que releia minha resposta e de desculpar-me pela caligrafia pouco legível. Infelizmente, em parte, por conta do nervosismo e do tempo escasso, constato, agora, que a banca provavelmente não logrou ler adequadamente minha resposta. Portanto, concordo plenamente com a nota 0.50/1.00 no quesito apresentação.

Após seguidas tentativas, hoje, encontro-me entre os candidatos que podem ser aprovados no resultado final. Assim, gostaria de ressaltar, com todo o respeito, a importância de que qualquer alteração em minha nota pode representar, efetivamente, minha aprovação como resultado de muitos anos de estudos.

Parece-me que a nota total de 5.25/20.00 representa punição bastante excessiva, afinal, penso ter respondido adequadamente a todos os pontos demandado.. Assim, talvez o mais simples seja realizar, aqui, a transcrição de minha resposta, por conta da caligrafia pouco legível novamente, perdão pela caligrafia e pela extensão do recurso. Portanto, escrevi:

A questão cubana se confunde com a Guerra Fria na medida em que revela os limites das reais possibilidades de autonomia dos países em desenvolvimento, particularmente, na América Latina. A Política Externa Independente surge e é desafiada nesse contexto, confrontada ao idealismo de afirmação da neutralidade e ao realismo das forças políticas e econômicas que impunham alinhamentos. Em Punta del Este, o Brasil afirmouse legalista, porém este principismo acionou dinâmica que levou à polarização interna e ao golpe.

Talvez o discurso de Neves da Fontoura em Washington, em 1951, tenha sido a síntese do que ocorreria na América Latina durante a Guerra Fria: para conter o comunismo, era preciso o desenvolvimento, enquanto que, para os EUA, era preciso, antes, conter o comunismo para que houvesse desenvolvimento. A questão

cubana iniciase com a deposição de Batista e o novo regime não se declara socialista de imediato. Jânio, acompanhado por Arinos, visita Cuba como candidato eleito. Entendiase que Cuba seria adepta do não alinhamento, de verve nasserista, que agradava a Quadros. Entretanto, a própria dinâmica da Guerra Fria se impôs e ficou patente com a invasão da Baía dos Porcos, orquestrada pela CIA. Jânio buscava ser ambivalente, com ortodoxa política econômica interna, a exemplo da SUMOC 204 e do apoio do FMI e da UDN, enquanto agradava os setores de esquerda com sua Política Externa Independente. Concebida, sobretudo, por Arinos, a PEI herdara o direcionamento da diplomacia desenvolvimentista que se esboçava desde Vargas e buscava superar a dicotomia LesteOeste, de forma a ampliar os contatos com atores emergentes na América Latina, África e Ásia.

Jânio inseria a questão cubana nessa interpretação da Guerra Fria e condecorou Gagarin e o próprio Che com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Ele havia retomado a abertura comercial de JK com a URSS e enviou a Missão Dantas ao Leste europeu, além do seu próprio VicePresidente à China. Em verdade, operavase com a ideia de « finlandização » de Cuba inicialmente, algo que se tornou mais difícil quando Fidel supreendeu o mundo e alinhouse à Moscou em busca de proteção.

A renúncia de Jânio, a campanha da legalidade e a posse de Jango, sob o parlamentarismo, porá Cuba no centro da PEI, agora conduzida por Santiago Dantas. Em verdade, as posições do Rio diante de Havana serão barômetro das relações do Rio com Washington. A reunião em Punta del Este será crucial para revelar o afastamento entre Kennedy e Goulart. Mesmo com intensos debates no Congresso e frente ao manifesto de quatro exchanceleres para que o Brasil votasse contra Havana em Punta del Este, Dantas vai se alinhar com os « outer six », abstendose da suspensão de Cuba, apesar de votar a favor de sua suspensão da JID. Esta posição ia frontalmente contra Washington e Bogotá, e mostrava a unidade dos latinos, sobretudo, com o México. Nesse sentido, a PEI contribuiu para demonstrar o impasse entre proclamarse « independente », enquanto o Brasil solicitava o apoio financeiro de Washington. Isto ficou patente no Acordo Bell—Dantas, na fria recepção de Kennedy na visita de Goulart e nas críticas aos encampamentos da Amforp e ITT pelo cunhado de Jango, Brizola.

Com a Crise dos Míssseis em outubro de 1962, a PEI será novamente posta à prova, com o Brasil contrário à invasão, mas favorável ao bloqueio, além do envio da Missão Albino Silva. Tornavase ainda mais complexo para Brasília sustentar que a suspensão de Cuba da OEA violava o Pacto de Bogotá, enquanto a visita de Bob Kennedy ao Brasil, no quadro da Aliança para o Progresso, selou a oposição de Washington contra Brasília, conforme descrito por Ricupero. Berle Jr. já tinha expressado que a PEI sob Jânio, conforme seu artigo na Foreign Affairs, era eminentemente antiamericanista. Com o desdobrar do posicionamento brasileiro diante de Cuba, Gordon, Berle Jr. e Vernon Walters convenceram Kennedy, depois, Johnson, de que era preciso agir.

Pela PEI, o Brasil havia reatado relações com a URSS, esboçava aproximação crescente com a África e afirmavase como potencial membro dos países não alinhados, algo explícito no famoso discurso dos 3Ds de Araújo Castro na AGNU. Os estadunidenses convenceramse de que os setores de extrema esquerda

e o sindicalismo tinham tomado o controle do governo Goulart e, por meio do IBAD, do IPES e do envio de adidos militares e agentes de inteligência, iniciaram intensa campanha contra Jango, cujo ápice seria a Operação Brother Sam, orquestrada por Gordon e pelo lusófono Walters. Esta grande polarização tanto na política externa quanto na interna foi focada na polêmica em torno da PEI e, esta, por sua vez, teve a questão cubana como centro das atenções. Com o comício do 13 de março de 1964 na Central do Brasil, o discurso no Automóvel Clube e a MArcha de Deus com a Família em São Paulo, chegase ao golpe civilmilitar do 1o de abril de 1964, que instala a ditadura sem precisar da intervenção da Brother Sam. Um dos primeiros gestos de Castello Branco será romper relações com Cuba.

Em referência ao texto de Franchini Neto, o qual, felizmente, conhecia de antemão, respondi aos itens que constam no padrão de resposta da seguinte forma, conforme exposto nos subtópicos seguintes.

ARGUMENTAÇÃO DO QUESITO: 2.1

Prezada banca,

Toda a introdução da questão, entre as linhas 1 e 6, pauta-se pela contextualização da questão cubana no âmbito da Guerra Fria e sua influência na América. Pautei-me por premissas de teorias das relações internacionais para evidenciar que se tratou de um confronto entre o idealismo de alguns países frente à realpolitik característica da Guerra Fria.

Nesse contexto, a partir da linha 7, remeto às origens do diagnóstico das questões cruciais de visões políticas distintas do discurso de Neves da Fontoura em Washington ainda em 1951, mostrando o potencial de conflito intramericano desde então. Em grande medida, isso já seria uma crítica ao « embedded liberalism » apenas recentemente forjado desde os finais da 2a Guerra Mundial, do qual a Conferência de Havana já tinha exposto suas contradições .

Das linhas 9 a 11, evidencio o fato de Fidel não ter declarado o regime como socialista desde o início, algo ressaltado no excerto de Franchini. Isto permitiu inserir de forma ambivalente a questão cubana no contexto da Guerra Fria, com Quadros a visitar o país com seu futuro chanceler (l.11) na condição de candidato eleito. Ele via afinidades nasseristas com a atitude de Fidel e a questão cubana transformava as percepções nas relações Leste-Oeste na Guerra Fria, algo que explicito no terceiro parágrafo, a partir da linha 20, com a condecoração do Che e a Missão Dantas ao Leste ou de Jango à China, além da retomada das relações comerciais com a URSS por JK, situadas neste contexto de tensão.

Quanto à adesão cubana ao socialismo, cito, explicitamente, o papel crucial da Invasão da Baía dos Porcos nas linhas 13 e 14, e o momento de adesão cubana ao socialismo e alinhamento com Moscou nas linhas 2325, algo que minou as possiblidades de « finlandização » de Cuba, então aventada por setores do Itamaraty.

No que tange a Crise dos Mísseis, ela está explicitada a partir da linha 38, com o posicionamento do Brasil de ser contrário à invasão, porém favorável ao bloqueio (l.38-39). Falo ainda do envio da Missão Albino Silva, essencial para compreender o posicionamento brasileiro durante a crise, conforme consta nos documentos do CPDOC da FGV.

Deste modo, parece-me que a punição em 75% da nota, com apenas 1.50/6.00 para este quesito, é desproporcional. Penso ter respondido de forma completa e abrangente todos os tópicos e solicito, com todo o respeito e humildade, que a banca conceda-me majoração para a nota máxima de 6.00/6.00.

ARGUMENTAÇÃO DO QUESITO: 2.2

Estimada banca,

neste tópico, também penso ter respondido de forma pertinente ao demandado pelo comando da questão, algo não refletido na nota atual de apenas 1.50/6.00.

Assim, acerca de Cuba e a PEI, na linha 11 explicito que o principal articulador da PEI, Afonso Arinos, viajou com Quadros, como presidente eleito, para Cuba, antes mesmo da oficialização desta política (l.11), o que demonstra a indissociablidade entre Cuba e o surgimento da PEi.

Ao longo de toda minha resposta, os desafios de Cuba à PEI são apontados como reveladores das contradições da Política Externa Independente, algo apoiado tanto por Amado Cervo quanto por Francisco Doratioto e Carlos Eduardo Vidigal. A deposição de Batista (l.10) e a não adesão imediata ao socialismo aparecem como atores que dialogam com certo nasserismo inerente à PEI sob Quadros, além da própria ambivalência da instrumentalização da questão cubana para utilizar a política externa no sentido de guiar o debate da política interna brasileira (l.12-19).

No quarto parágrafo, a partir da linha 26, menciono que Cuba estará « no centro da PEI » com toda a questão da campanha da legalidade para a posse de Jango, a instituição do parlamentarismo e a condução da política externa por Dantas. Cito, literalmente, nas linhas 27-28, que « as posições do Rio diante de Havana serão barômetro das relações do Rio com Washington ». Parece-me que a frase sintetiza os maiores desafios de Cuba à PEI, por ser uma questão que forja as relações entre o Brasil e seu principal parceiro de então. Com este intuito, inclusive, encaminho a questão para seu principal tópico, em torno da reunião em Punta del Este.

Portanto, peço, respeitosamente, que a banca majore minha nota e conceda 6.00/6.00 neste tópico, supondo que a banca não tenha logrado identificar tais informações em sua primeira leitura. Novamente, desculpo-me pela caligrafia, imaginando que já seja demasiada

complexa a correção de centenas de respostas para a banca, penso que, de fato, terminei por prejudicar a avaliação, o que torna essencial esta segunda leitura a partir da retranscrição da resposta.

ARGUMENTAÇÃO DO QUESITO: 2.3

Prezada banca,

Neste último tópico, que tinha o maior peso, também me parece que fui excessivamente punido, obtendo tão somente 1.75/7.00 (25% da nota). Mais uma vez, tenho a impressão que a banca não logrou corrigir em primeira leitura por conta da baixa legibilidade, peço, novamente, perdão.

Busquei demonstrar diversas facetas da posição brasileira diante da suspensão de Cuba, a partir da linha 28, correlacionando o contexto interno no Brasil ao internacional. Em verdade, talvez a banca tenha tido a impressão de que faltou certa objetividade nesta parte da resposta, já que busquei correlacionar, talvez de forma excessivamente contundente, a questão da OEA com as relações entre Brasil e Washington. Ao reler minha resposta, tive esta reflexão e, talvez, também seja esta uma das razões para nota mais baixa nesse item.

Entretanto, explicito que o Brasil era a favor de uma via de « finlandização » de Cuba (l.24) e que havia, internamente, posições favoráveis ao alinhamento com Washington, como no manifesto dos exchanceleres (l.30). Na introdução da questão, nas linhas 6 e 7, cito que « Em Punta del Este, o Brasil afirmou-se legalista, porém este principismo acionou dinâmica que levou à polarização interna e ao golpe ». Penso que isto sintetiza as contradições da PEI reveladas pela questão cubana, na qual o idealismo nas posições não correspondia às capacidades de um país que atravessava difícil contexto políticoeconômico. O alinhamento de Dantas com os « outer six » (l.31), em particular, com o México, explica esta posição legalista de abstenção diante da suspensão, já que não havia sua previsão na Carta da OEA. Paralelamente, o voto favorável à suspensão de Cuba da Junta Interamericana de Defesa (l.31), explicitava que o Brasil não buscava oporse frontalmente à Washington, já que, inclusive, não votou contra a suspensão, mas, sim, absteve-se.

Eu busco, a partir do quinto parágrafo, demonstrar os desdobramentos de Punta del Este e, crescentemente, foco nas relações entre o Rio e Washington, com os impactos de questão Cubana na Aliança para o Progresso, na vista de Bob Kennedy e na posição diante da crise dos mísseis. Na linha 40, digo que « Tornava-se cada vez mais complexo para Brasília sustentar que a suspensão de Cuba da OEA violava o Pacto de Bogotá », justamente, por conta de seu alinhamento explícito com Moscou. Em verdade, pareceu-me pertinente a tese de que o alinhamento de Cuba no contexto da Guerra Fria levou a PEI a revelar os limites do voluntarismo brasileiro, o que contribuiu para o impasse de 1964.

Em suma, prezada banca corretora, acredito que respondi à maior parte deste tópico e solicito, respeitosamente, que minha nota seja majorada de 1.75 para 5.00/7.00, já que houve certa incompletude, sobretudo, na explicitação do desenrolar de alguns detalhes no âmibito da reunião, como as pressões sobre o Haiti.

Agradeço, sinceramente, esta oportunidade de pedir a revisão de nota que, talvez, seja a mais importante para minha classificação neste concurso. Desculpo-me pela falta de legibilidade, porém acredito, com sinceridade, que os recursos justamente são a oportunidade para corrigir certas distorções naturais quando a banca precisa corrigir tantas provas em prazo tão exíguo.

Em respeito a seu trabalho e em admiração por seu papel na seleção de concurso tão árduo, gostaria de deixar, aqui, meus cumprimentos.

COM DEFERIMENTO CONTEÚDO

Quesito 1 Recurso deferido. *A banca observa que o recurso não leva em conta problemas na estruturação da resposta, da falta de objetividade e coesão no desenvolvimento das ideias, para além dos problemas de caligrafia mencionado do candidato mencionado no próprio recurso. Tais dificuldades no texto prejudicaram o candidato em seus esforços de transmitir seu domínio sobre o assunto em pauta.*

Quesito 2.1 Recurso deferido parcialmente. *A resposta atende apenas parcialmente ao quanto solicitado. Portanto, a nota no quesito foi majorada para 4,50.*

Quesito 2.2 Recurso indeferido. *A resposta apresentada não incorre em majoração de nota. A banca mantém a pontuação atribuída por estar proporcional ao desempenho do candidato.*

Quesito 2.3 Recurso indeferido. *A resposta apresentada não incorre em majoração de nota. A banca mantém a pontuação atribuída por estar proporcional ao desempenho do candidato.*

HISTÓRIA DO BRASIL

banca:
Marco Aurélio de Paula Pereira
Neuma Brilhante Rodrigues
Norma Breda dos Santos

_questão 4

Para grande tristeza dos reinóis que no Brasil ansiavam por voltar a Portugal e dos portugueses que esperavam o seu regresso, ele não fazia intenção de regressar, mesmo que as potências europeias, receosas das suas intenções, sugerissem isso abertamente. Portugal estava cada vez mais longe, e seus vassalos portugueses, afastados da corte, com o reino mergulhado na crise econômica e financeira, sentiam-se órfãos, começando a difundir-se a ideia de que a monarquia andava às avessas e que Portugal se convertera em colônia do Brasil. O certo é que D. João não pretendia voltar. O Brasil foi elevado a reino, constituindo-se o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, por carta de lei de 16 de dezembro de 1815. Novo reino para novo rei.

Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa. D. João VI. Um príncipe entre dois continentes. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 13 (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto precedente tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do período no qual a Corte lusitana se transferiu para o Brasil e das implicações desse fato histórico para o Império ultramarino português. Em seu texto, aborde os seguintes aspectos:

1. a transferência da Corte de Lisboa para o Brasil e as questões diplomáticas do período;

2. a interiorização da metrópole na colônia e as medidas que a identificam;

3. o panorama político da monarquia e os consequentes movimentos políticos desse período no Brasil e em Portugal.

Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 20,00 pontos]

Distribuição das notas

Padrão de resposta da questão 4

O candidato deverá demonstrar — de forma direta, objetiva, e respeitando a sequência dos aspectos da questão — conhecimento da vida política e econômica do Brasil e de Portugal no referido período, contextualizando-a. Em sua redação, deve abordar o processo da transferência da Corte para o Brasil, explicando o motivo da fuga da Corte para o Brasil, correlacionando-o às invasões napoleônicas na Península Ibérica, e as estratégias diplomáticas do governo lusitano ante as pressões da Inglaterra e da França.

Em seguida deverá destacar as transformações estruturais feitas no Brasil, por ordem da Coroa, que configuraram a interiorização da metrópole na colônia nos seguintes níveis: a criação dos aparelhos institucionais de Estado e de órgãos burocráticos (tribunais, tesouro real e forças militares); a fundação de institutos de nível superior (faculdades de nível superior e institutos de artes e ciências); medidas de políticas econômicas (fundação do Banco do Brasil; fim da proibição de instalação de fábricas no Brasil e demais domínios ultramarinos); a abertura dos portos às nações amigas, extinguindo-se o exclusivo colonial e o tratado de aliança e comércio com a Inglaterra.

Por fim, deverá discorrer sobre o panorama político da monarquia portuguesa com a sede em sua colônia, explicando objetivamente: a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves; a Revolução Pernambucana de 1817, identificando seu caráter republicano; a aclamação, no Brasil, de D. João VI como monarca; a Revolução Constitucionalista do Porto; e, por fim, o regresso da família real a Portugal e a permanência do príncipe D. Pedro no Brasil.

Cauê Rodrigues Pimentel
nota: ***20**/20*

A transmigração da Corte de Lisboa é evento singular da trajetória histórica luso-brasileira. Longe de ser um projeto novo – a refundação da corte nos trópicos já havia sido aventada por Padre Antonio Vieira e outros burocratas portugueses – a transmigração da Corte se faz em um momento delicado do quadro geopolítico e diplomático europeu. De modo amplo, a transmigração da corte gerou dinâmicas de ruptura e continuidade que seriam decisivas para o futuro das duas margens atlânticas do Império pluricontinental lusitano.

A transferência da Corte, em 1808, é o resultado de diversos episódios diplomáticos que refletem a balança de poder europeia, gravemente afetada pela ascensão do Império Napolêonico. Após o Decreto de Berlim – que proibía o comércio com os britâncos, instituindo o "Bloqueio Continental" – e após o Tratado de Fontainebleau (1807) entre espanhóis e franceses, o destino do pequeno território europeu Luso estava selado. Na impossibilidade de romper com a Inglaterra, com quem Portugal nutria uma relação profunda de dependência desde o século XVII, a Corte lusitana prepara sua "retirada estratégica" em direção a sua colônia mais importante. Com o apoio logístico e a proteção da armada britânica, a Corte de Lisboa se transfere para os trópicos.

A chegada da Corte ao Brasil transforma o "sentido da colonização". Em primeiro lugar, finda o exclusivo colonial por meio da abertura dos portos às nações amigas, decisão crucial inspirada pelo futuro Visconde de Cairu. Em segundo lugar, revoga-se a proibição de manufaturas de 1785, permitindo atividades econômicas até então proibidas por Lisboa. Essas medidas econômicas e políticas são parte daquilo que Maria Odila chamou de "interiorização da metrópole", um processo lento e dialético que, se por um lado, permitiu a continuidade da dinastia de Bragança – que escapou da aniquilação da Revolução Francesa -, por outro, colocou em marcha dinâmicas que alterariam o futuro dos trópicos, sobretudo a independência brasileira, a qual se difere bastante do resto das colônias hispanoamericanas que circundam o Brasil.

A interiorização da metrópole não se fez apenas por meio de medidas político-econômicas, mas também por meio de medidas culturais e administrativas que modificavam o status da Colônia. De fato, transmigrada o núcleo móvel da Coroa, D. João e seu entorno próximo, era necessário enraizar a corte nos trópicos. Uma série de medidas identificam esse processo: a criação da Imprensa Régia; a fundação do Banco do Brasil com fundos da Coroa; a criação de escolas de ensino superior; a construção do

Jardim Botânico; criação de teatros e museus; a atração de missões artisticas – francesa e austríaca – aos trópicos. Tudo usso buscava não apenas recriar uma corte europeia no Rio de Janeiro, mas também criava uma elite luso-brasileira no entorno da Coroa, enraizando a metrópole na estrutura local.

A presença política da Corte no Rio se manteria mesmo após a restauração do Congresso de Viena. De fato, para não perder seus direitos soberanos, D. João, sob a influência de Tayllerand, elevaria o Brasil à condição de Reino Unido. Criava-se, assim, situação sui generis na história das monarquias europeias modernas, onde o centro geopolítico de uma família real se encontrava abaixo da linha do Equador. No brasil, destaca-se o surgimento de movimentos que se insurgem contra os gastos fiscais promovidos pela Coroa em benefício das elites do entorno carioca – tal qual a insurreição de 1817 no Recife (Revolta dos Padres). Já em Portugal, o Vintismo (1820) aproveitaria o sopro liberal da década e exigiria o retorno do rei para jurar uma constituição e lealdade às Cortes. Inicialmente entusiastas desse movimento, os brasileiros acreditavam na manutenção do Reino Unido, em pé de igualdade entre lusos e brasileiros. Desfeitas essas ilusões, uma vez que a hegemonia lusa nas Cortes suscitava o retorno a um status quo ante, precipitam-se os eventos que conduziriam à ruptura entre D. Pedro I e seu pai. Uma vez interiorizada a metrópole, não poderia haver retorno à subordinação colonial.

Conclui-se, portanto, que a transmigração da Corte é evento singular que deu a origem a um Império Híbrido Colonial, pluricontinetal e que teve no Rio de Janeiro seu epicentro de comando. Por essas razões, Maria Odila defendia a tese que a independência brasileira é um longo processo que sinicia em 1808 e se estende até meados das décadas de 1830-1840. Logo, é possível afirmar que a transmigração da corte possui implicações decisivas que ajudam a explicar a trajetória sui generis da independência e do império brasileiro.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **A transferência da Corte de Lisboa para o Brasil e as questões diplomáticas do período: 4/4**
   - 2.2. **A interiorização da metrópole na colônia e as medidas que a identificam: 8/8**
   - 2.3. **O panorama político da monarquia e os consequentes movimentos políticos desse período no Brasil e em Portugal: 7/7**

Resultado

Nota: **20,00**

Bernardo Macêdo Alves de Morais
nota: ***20***/*20*

A ideia de transferência da Corte portuguesa para o Brasil não era nova em 1808, já estando presente em propostas de Alexandre de Gusmão e outros intelectuais anteriores. A ideia de um Império Luso-Brasileiro identificava, no Brasil, o centro dinâmico da metrópole, onde o Império teria melhores condições de prosperar, entre territórios mais frágeis e onde não havia hegemonia de nenhum Estado. Nesse sentido, Rodrigo de Souza Coutinho já havia apresentado um projeto de transferência da corte para a América a d. João. Quando os conflitos europeus acirraram-se em 1804, Portugal estava completamente vinculado à Inglaterra; contudo Napoleão espalhou-se pelo continente e decretou um "bloqueio continental", tentando enfraquecer o comércio inglês. Após longo período de negligência portuguesa, França e Espanha juntaram-se para invadir Portugal, que seria dividido pelo Tratado de Fonteinebleau. Esse foi o momento ideal para pôr em prática o projeto de transferência da Corte, de maneira acelerada, mas não sem um projeto prévio. Na aplicação desse projeto de transmigração da corte, Portugal contou com grande apoio inglês, que já havia executado a transferência das cortes italianas no contexto da invasão napoleônica. Contudo, essa nova empreitada era bem mais complexa e a Inglaterra cobraria o preço.

Em 1807, a corte portuguesa partiu para o Brasil sob escolta inglesa. A primeira parada foi em Salvador, em 1808, onde sob influência do visconde de Cairu, D. João declarou a abertura dos portos às nações amigas. A medida desagradou à Inglaterra que buscava condições privilegiadas no mercado luso-brasileiro, de modo a firmar sua hegemonia. Os ingleses queriam uma tarifa preferencial e um porto exclusivo que seria concedido em Santa Catarina. Ocorre que a influência das ideias liberais do visconde de Cairu prevaleceram por algum período, mantendo-se o livre comércio. O Reino Unido enviou Lord Strangford para exercer pressões na corte, cobrando o preço da transmigração da corte, o que foi obtido, em 1810, em um conjunto de acordos conhecidos como "tratados desiguais". Por meio do Tratado de Comércio e Navegação foi concedida tarifa preferencial de 16% à Inglaterra, menor inclusive que a concedida aos comerciantes portugueses – o que foi posteriormente corrigido. No Tratado de Amizade, estabeleceu-se a extraterritorialidade para ingleses, que deviam ser julgados por tribunais especiais, bem como direitos de culto religioso e cemitérios especiais. O tratado também garantiu aos Bragança que a Inglaterra só reconheceria essa dinastia nos territórios portugueses. Foi firmado, ainda, um acordo de troca de paquetes.

A transferência da corte marcou o que Maria Odila Diniz chamou de interiorização da metrópole, isto é, o deslocamento do centro de poder e do aparato estatal de Lisboa para o Rio de Janeiro. Foi necessário criar diversas instituições como tribunais, casa de moeda, Banco do Brasil, casa de pólvora,

entre outras, para que fosse possível estabelecer centro administrativo no Rio de Janeiro. A abertura dos portos significou o fim da colonização em termos comerciais (fim do exclusivo colonial), enquanto a elevação do Brasil a Reino Unido encerrou a experiência colonial sob a perspectiva política. Foi incentivado o acesso à cultura europeia, com missões artística e científicas da França, da Rússia e da Áustria. Criou-se o jardim botânico e as Faculdades de Direito e de Medicina, até então inexistentes em solo luso-brasileiro. Todo esse deslocamento ocorreu em detrimento do antigo polo de poder, Lisboa, e do norte-nordeste brasileiro, que arcavam com os custos no Rio de Janeiro e não eram favorecidos. O fiscalismo com relação ao nordeste levou à revolta de 1817, com atuação de seminaristas ilustrados do Seminário de Olinda. A revolta foi reprimida e muitos anistiados, porém mostrou que a periferia do império ainda estava insatisfeita. Em Lisboa, as insatisfações levaram ao movimento vintista liberal.

Com o fim do conflito europeu em 1815, não havia mais motivos de segurança para D. João ficar em terras americanas; porém o príncipe regente parece ter reconhecido o valor estratégico do projeto luso-brasileiro. A pressão inglesa reduziu e d. João articulou-se com outras nações. A própria ideia de criar um reino unido veio de Metternich, o chanceler austríaco, com quem se negociou o casamento de D. Pedro. Formou-se um novo grupo de poder no Brasil, formado pelos comerciantes portugueses, negociantes de escravo e pela elite agroexportadora. Em Lisboa, os comerciantes, sem exclusivo comercial, perderam espaço para os ingleses, que também detinham a administração da unidade aos a libertação dos franceses. Com a crescente influência liberal, articulou-se a revolução do Porto, que marca o choque dos dois lados do Atlântico no império luso-brasileiro. Os revoltosos exigem o retorno de d. João e da família real e uma constituição liberal. Os vintistas não buscavam um avanço liberal para todos, exigiam o retorno da submissão do continente americano, na condição de colônia. No Brasil, o novo grupo de poder articulou-se em torno de d. Pedro, que podia garantir a manutenção de seu poder. O processo de interiorização da metrópole continua, ao menos até 1830, uma vez que a Independência brasileira esteve sempre ameaçada por uma reunião do império luso-português. Durante todo processo de independência dominou a perspectiva de monarquia dual, fruto da aceitação de uma unidade entre as elites lusas no Brasil e na Europa.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **A transferência da Corte de Lisboa para o Brasil e as questões diplomáticas do período: 4/4**
   - 2.2. **A interiorização da metrópole na colônia e as medidas que a identificam: 8/8**
   - 2.3. **O panorama político da monarquia e os consequentes movimentos políticos desse período no Brasil e em Portugal: 7/7**

Resultado

Nota: **20,00**

Jonas Teixeira Marinho

nota: ***18,50****/20*

As guerras napoleônicas promoveram significativas alterações na geopolítica europeia. O bloqueio continental, que visava a prejudicar a economia britânica ao impedir o acesso a mercados europeus, opôs Portugal e França. Aliado histórico da Inglaterra, o governo português não respeitou o bloqueio, o que ensejou a intervenção de Napoleão no país ibérico. Objetivando conservar o império, ainda que se alijasse de sua base territorial europeia, a corte portuguesa trasladou-se ao Brasil em 1808. O centro de poder do império português passava da Europa para a América, interiorizando a metrópole e preservando as colônias ultramarinas.

A transferência da Corte para o Brasil causou a transposição das disputas europeias para o continente americano. Em 1809, D. João VI invade a Guiana Francesa e ocupa Caiena, em retaliação à invasão napoleônica de Portugal. A ocupação portuguesa da região duraria até o Congresso de Viena, em que há devolução à França. Ademais, os acordos após o Tratado de Utrecht não são considerados válidos. A Inglaterra, que havia escoltado a corte e era aliada importante, logrou a concessão dos Tratados de 1810 de aliança e amizade e de comércio e navegação, com acesso privilegiado ao mercado brasileiro por meio de tarifas preferenciais. Antes disso, em 1808, houve abertura dos portos às nações amigas, rompendo com o exclusivo comercial metropolitano. A medida não agradou tanto aos ingleses, que preferiam ter um porto exclusivo em Santa Catarina. Houve influência do liberalismo do Visconde de Cairu. Ademais, no Prata há conflitos no território da Banda Oriental, em que o Império busca estabelecer soberania e combater o artiguismo.

A interiorização da metrópole pode ser identificada por medidas que indicam o traslado do aparato burocrático luso ao Brasil. A criação de instituições, como o Museu Nacional e o Jardim Botânico, além do traslado da biblioteca real indicam a permanência pretendida da corte. A ocupação de casas senhoriais pela corte também demonstrou ocupação permanente. O paço foi utilizado como sede do governo, que criou instituições para facilitar o governo. A interiorização se manifesta também na criação de aparato financeiro (Banco do Brasil). Em 1815, a colônia é elevada ao status de Reino Unido a Portugal e Algarves, abandonando seu estatuto colonial. Ademais, D. João VI é coroado no Brasil após a morte de sua mãe, D. Maria.

A monarquia era composta pela corte absolutista de D. João, com apoio da nobreza e do clero. Representava as forças do antigo regime. A Revolução Pernambucana de 1817 insurgiu-se contra esse panorama, ao defender o liberalismo e criticar o centralismo na corte. Teve apoio dos padres. A Rev. de

1820 em Portugal teve caráter liberal e criricou a permanência de D. João na corte mesmo após o fim do bonapartismo. Buscava elaborar uma nova constituição e formou as cortes em caráter deliberativo, exigindo a volta do Imperador. O Brasil foi representado por deputados nas Cortes, que tinha reflexos autoritários no país.

O autoritarismo das cortes ensejou movimento pela independência brasileira, em que o país tornou-se uma monarquia constitucional. Apesar disso, o Poder Moderador conservava resquícios do autoritarismo luso e do absolutismo. Os movimentos no Brasil após a independência mostram que ainda era preciso lutar pela liberdade. A interiorização da metrópole, portanto, salvou o Império ultramarino, mas facilitou a independência do Brasil, que tinha instituições para governar-se. Isso garantiu que o país não sucumbisse ao caudilhismo de seus vizinhos.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **A transferência da Corte de Lisboa para o Brasil e as questões diplomáticas do período: 4/4**
   - 2.2. **A interiorização da metrópole na colônia e as medidas que a identificam: 8/8**
   - 2.3. **O panorama político da monarquia e os consequentes movimentos políticos desse período no Brasil e em Portugal: 5,25/7**

Resultado

Nota: **18,5**

COMENTÁRIO

Tive cerca de 35 minutos para fazer essa questão, por isso a repetição de palavras. Como o tempo estava difícil, não realizei planejamento prévio e tentei colocar o maior número de fatos possível. Nesse caso, funcionou bem. Nas questões de história, sei que há um debate entre estruturação argumentativa e aspectos factuais. Na minha experiência de anos tentando o concurso, creio que o mais importante é identificar o escopo da questão e buscar um equilíbrio. Há questões mais analíticas e questões mais factuais. Desse modo, a priorização vai depender do enunciado.

Nota média: Matheus Corradi de Souza
nota: ***16,50****/20*

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil havia sido aventada por muitos antes mesmo da tempestade napoleônica assolar a Europa. Praticamente forçado a tal em 1807, com as tropas francesas e espanholas já em território português, D. João tomou a decisão que mudaria os destinos do Império português. No Brasil, livre das ameaças e dos constrangimentos impostos ao pequeno Portugal na Europa, D. João passou a sonhar com um novo império nos trópicos. Logo em seus primeiros anos no Rio de Janeiro, estabeleceu muitas instituições que iniciaram o que Maria Odila chamou de “interiorização da metrópole”. Seu sonho pessoal ruiria com a Revolução do Porto, que o forçaria a retornar à Europa e conduziria à separação do Brasil do Reino Unido.

Em meados da década de 1800, a supremacia francesa na Europa continental havia-se tornado inconteste. Incapaz, porém, de vencer a Marinha britânica – derrota em Trafalgar –, Napoleão não pôde subjugar militarmente a ilha. Visando a sufocá-la economicamente, então, o imperador francês decretou os chamados bloqueios continentais, pelos quais ficavam vedadas as relações econômicas com os ingleses. Como Portugal não cumprisse, passou a ser ameaçado pela França. Portugal dependia enormemente de suas colônias e não poderia correr o risco de sofrer o destino dinamarquês, que teve sua frota aniquilada pela Esquadra inglesa. O equilíbrio dos antagonismos tornou-se impossível em 1807, quando a França se aliou à Espanha para invadir e retalhar o território luso. Com escolta da Marinha britânica, D. João e a Corte embarcaram para o Brasil levando o Tesouro real, livros e muito do patrimônio português, e deixando a resistência em solo lusitano ao comando inglês.

O pagamento aos ingleses viria por adicionais concessões econômicas e políticas, mas estas não foram facilmente arrancadas do príncipe regente. Assim que aportou na Bahia, em 1808, sob influência do futuro visconde de Cairu, D. João decretou a abertura dos portos brasileiros ao comércio com as nações amigas – todas elas, sem exclusividade aos britânicos. Uma vez instalado no Rio de Janeiro, D. João se sentia seguro longe dos perigos da Europa e com possibilidade de construir um renovado império com base no Brasil. A pressão britânica, porém, não se fez esperar: em 1810, eram assinados os primeiros “tratados desiguais” no Rio de Janeiro, concedendo vantagens comerciais exclusivas aos produtos ingleses, com reciprocidade fictícia aos produtos luso-brasileiros; permitindo a concessão de uma jurisdição especial aos súditos ingleses nos domínios portugueses, escandalosa violação de soberania sem qualquer reciprocidade aos lusos em terras britânicas; e prevendo um início de combate ao tráfico de escravos.

No Congresso de Viena (1814-15), por sugestão francesa, D. João criou o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves visando a ampliar seu poder de barganha nas discussões em curso. O Reino Unido veio para formalizar uma situação de fato: o estatuto colonial estava abolido e não havia mais subordinação entre as partes do império português. Mas a interiorização da metrópole fica mais clara pelas medidas concretas de D. João: criou, no Rio e em outras capitais, órgãos judiciais antes existentes apenas em Lisboa; fundou faculdades de Medicina (Salvador) e Direito (São Paulo e Recife); criou uma Academia Militar; fundou a Biblioteca Nacional, com um acervo impressionante, e uma imprensa régia; fundou o Jardim Botânico, onde mandou plantar espécies de todos os cantos do Império Português, de todos os continentes, e onde se passou a desenvolver importantes conhecimentos agrícolas. Além dessas e de outras medidas, houve evento simbólico que sacramentou a opção pela parte americana do Império: com a morte de sua mãe, D. João escolheu ser coroado no Rio de Janeiro – não sem certa resistência por parte de seus íntimos.

Os súditos brasileiros e portugueses que no Brasil tinham negócios foram muito beneficiados por essas medidas, mas os habitantes da antiga metrópole estavam insatisfeitos. Eles haviam lutado uma guerra dura contra os invasores franceses e, após a guerra, estavam sob governo de um general inglês; haviam perdido os privilégios de acesso ao mercado brasileiro e estavam empobrecidos e com dificuldades para reconstruir o país; e, na mentalidade do Antigo Regime, era crucial a proximidade com o rei, visto como fazedor de justiça. Foi nesse caldo que estourou a Revolução do Porto, que acabaria com o absolutismo luso e forçaria o retorno do rei; e que também, ao ameaçar as benesses logradas pelos luso-brasileiros, conduziria à independência em 1822. Pode-se argumentar, no entanto, que graças a esse processo de interiorização da metrópole, criaram-se condições institucionais, econômicas e mesmo psicológicas para que o Brasil não se esfacelasse após a independência. Graças ao sonho de grandeza de D. João, portanto, a maior e mais rica parte do Império português se manteve una, coesa – não, claro, sem passar por graves testes posteriores. (59 linhas)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **A transferência da Corte de Lisboa para o Brasil e as questões diplomáticas do período: 4/4**
   - 2.2. **A interiorização da metrópole na colônia e as medidas que a identificam: 8/8**
   - 2.3. **O panorama político da monarquia e os consequentes movimentos políticos desse período no Brasil e em Portugal: 3,5/7**

Resultado

Nota: **16,5**

Pior nota: Anônimo
nota: ***13,33****/20*

A transferência da Corte de Lisboa para o Brasil insere-se em um contexto de Guerras Napoleônicas e de inserção internacional periférica de Portugal na Europa, situação na qual a aliança luso britânica, que data de antes dos tratados de Whitehall, Westminster e Methuen, viabilizou a manutenção da dinastia bragantina à frente do Império Português e a concretização do projeto de império luso-brasileiro, que data ao menos dos tempos do Pe. Antônio Vieira. Ao mesmo tempo, porém, essa transmigração deu as fundações da centralidade do Brasil nesse império – e de sua independência.

As relações externas de Portugal nos séculos XVIII e XIX são condicionadas às relações assimétricas suas com a Grã Bretanha; são, também, condicionadas às relações assimétricas entre Espanha e Franña – esta sendo rival da Grã Bretanha. Em ocasião da Revolução Francesa, Portugal, Espanha e Grã Bretanha econtaram-se aliados na Guerra da Primeira Coligação. Espanha, no entanto, acabou por aliar-se à antiga potência francesa depois da Batalha do Rossilhão. Já por meio do Tratado de Fontainebleau, França e Espanha decidiram pela partilha do território português, no contexto das Guerras Napoleônicas. Adicionalmente, a derrota francesa em Waterloo e o Bloqueio Continental reduziram as alternativas portuguesas, cujo território constituiu-se ativo estratégico para a Grã Bretanha, como entrada para a Europa. Essas condições favoreceram a convenção secreta por meio da qual a Grã Bretanha escoltaria a Corte Portuguesa em sua transmigração para o Brasil, restando Portugal sob a proteção e sob o comando militar britânicos.

Desde o fim da União Ibérica, a América portuguesa transformara-se em principal colônia lusitana, tendo o Império ultramarino português se tornado sobretudo atlântico. Ademais, tinha a América portuguesa as maiores rendas do Império no início do século XIX. Ao se transferir da Europa para o Brasil, não apenas a Corte escapava das Guerras Napoleônicas, como também encontravañse em um território em que poderia exercer poder não como potência periférica subordinada à Grã Bretanha, mas como um Império propriamente. Como demonstração disso, iniciou ocupação de Caiena, em 1809, e da Banda Oriental, em 1811 e 1816.

A transmigração da Corte correspondeu à interiorização da metrópole, na medida em que as instâncias decisórias da administração e a elite portuguesa se instalou no Rio de Janeiro. Entre as ações que o demonstram estão o estabelecimento do Paço Imperial, do Horto Botânico, a imprensa real, o Gabinete Real de Leitura, a Escola de Medicina de Salvador, a Real Fábrica de Pólvora, as missões artística francesa e científica austríaca. A abertura dos portos às nações amigas, ainda em 1808, foi a primeira medida a eliminar, de fato, a condição de colônia, de forma que o comércio já não mais seria mediado por Lisboa. A ela somase também a revogação do alvará de 1785.

Talvez mais importante para essa interiorização, no entanto, foi o estabelecimento de vínculos de interesse entre portugueses e a elite colonial, até mesmo por vínculos de casamento. DEssa forma, portugueses passaram a ter, no território americano, elos mais fortes do que com a antiga metrópole, com a compra de terras, abertura de comércios, produção de prole. Esse caráter central da corte do Rio de Janeiro fortalece-se, ainda, com a elevação do status do território a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815). Essa decisão deu.se como demonstração de autonomia em relação à Grã Bretanha, que tinha em seu interesse o retorno da corte a Lisboa, e em sugestão de Talleyrand ao conde de Palmela.

A coroação de D. João como D. João VI, no Rio de Janeiro, em 1816, foi demonstração adicional dessa interiorização da metrópole. Efetivamente, como indica Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa em D. João VI, era certo, ou ao menos assim parecia, que D. João não pensava em voltar.

O fim das Guerras Napoleônicas, no entanto, trouxe à tona a pressão da população peninsular pela volta do rei. A Revolução do Porto, de 1820, é a expressão dessa demanda, ao estabelecer uma constituição liberal que colocava em questão o controle do monarca sobre seu próprio território. Essa revolução levou às Cortes de Lisboa não apenas deputados de Portugal; os brasileiros, no entanto, eram sub-representados, de forma a não conseguirem representar os interesses dos brasileiros. Mais do que isso, portugueses nas Cortes de Lisboa defendiam uma forma de recolonização do territorio brasilero, a começar com uma revogação da abertura dos portos brasileiros.

Em função dessas pressões, estabeleceram-se no Brasil dois "partidos", um "brasileiro", liderado por José Bonifácio de Andrada e Silva, e um "português". Sob pressão do "Partido Brasileiro, o príncipe regente, D. Pedro, decidiu, em 1822, por permanecer no Brasil, fez publicar um Manifesto às Nações Amigas, convocou uma Assembleia e, por fim, declarou a Independência.

Os interesses da dinastia bragantina, no entanto, não cesssariam, conforme o projeto de Constituição de 1823 foi abortado e outra, em 1824, foi outorgada pelo imperador D. Pedro I, agora não mais ao lado de José Bonifácio e do Partido Brasileiro, mas do Partido Português.

_AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos)
e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,5/1
2. Desenvolvimento do tema
    2.1. A transferência da Corte de Lisboa para o Brasil e as questões diplomáticas do período: 4/4
    2.2. A interiorização da metrópole na colônia e as medidas que a identificam: 5,33/8
    2.3. O panorama político da monarquia e os consequentes movimentos políticos
    desse período no Brasil e em Portugal: 3,5/7

Resultado

Nota: **13,33**

GEOGRAFIA

banca:
Everaldo Batista da Costa
Fernando Luiz Araújo Sobrinho

_questão 1

Riscos físicos e catástrofes tendem a se repetir nos mesmos territórios. Porém, é necessário mudar a escala: o território do risco não se restringe à área da ocorrência, uma vez que podem ser sentidas as consequências de uma inundação sem necessariamente ter os pés na água.

Y. Veyret, M. Reghezza. **Vulnérabilité et risques. L'approche récente de la vulnérabilité. Responsabilité & Environnement,** *2006, n.º 43, p. 14 (com adaptações).*

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter motivador, elabore um texto dissertativo acerca do impacto, na perspectiva social, da produção dos riscos e da vulnerabilidade. Ao elaborar seu texto, faça o que se pede a seguir.

1. Explique os conceitos de risco, catástrofe e vulnerabilidade como elementos de produção social que correlaciona natureza e políticas.

2. Explique como as práticas de desenvolvimento e as infraestruturas espaciais estabelecidas podem gerar riscos e vulnerabilidades.

3. Aborde a situação do agronegócio como um caso ou fenômeno latino-americano relativo a desenvolvimento e infraestruturas geradoras de riscos e vulnerabilidades.

Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]

Distribuição das notas

GEO Q1

30
25
20
15
10
5
0

Nota

Ampla
Negros

26 25 24 23 22 21 20 19 18 17 16 15 14 13 12 11 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1

Posição

Padrão de resposta da questão 1

1. Conceitos de risco, catástrofe e vulnerabilidade como elementos de produção social que correlaciona natureza e políticas

Existe um grande número de publicações internacionais que definem risco e vulnerabilidade, especialmente na perspectiva de perdas de vidas humanas ocasionadas por desastres. O **risco** é o fato provável em permanente ameaça para o homem e para a natureza. O conceito de risco está associado à probabilidade de perigo, com ameaça física para o homem e(ou) o meio ambiente, projetando, com alerta, o futuro de grupos sociais, de cidades, de países, do mundo; também aponta para tensão tanto a social quanto a natural, vinculadas e(ou) recíprocas, que podem emergir e fazer reproduzir o fato destrutor. Deve ser considerado que riscos ambientais e fragmentação social são convergentes, pois espaços de pobreza ou marginais constituem, frequentemente, cenas de catástrofes, em diferentes escalas de territórios.

A chamada **catástrofe** é a realização do risco que, decididamente, tem importante componente social, pois decorre da organização dos grupos humanos no território atingido, na mescla criada por fenômenos sociais e ação da natureza. Assim, a existência do risco depende de fatores naturais e do comportamento dos grupos sociais no ordenamento do território, concomitantemente. Caracterizam-se as catástrofes pelas grandes perdas humanas e econômicas sofridas em um lapso de tempo;

são fenômenos de caráter social, em termos do impacto e da origem — podendo esta ser natural —, assim como das reações e respostas que tais catástrofes suscitam na sociedade política e civil

A vulnerabilidade, essencialmente, diz respeito à exposição a um risco possível, que revela a fragilidade de um sistema. Ao envolver aspectos econômicos, refere-se a custos potenciais diretos de catástrofes, como danos a imóveis e a infraestrutura territorial. No âmbito sócio-organizacional, trata-se de fragilizados física e psicologicamente, com envolvimento na dimensão patrimonial e simbólica da vida. A vulnerabilidade é social, antes de tudo, e é definida pela posição do grupo na sociedade e de cada indivíduo no interior do grupo. A associação com a renda é direta. Invariavelmente, são as camadas mais pobres da população as mais atingidas com as situações de risco e de vulnerabilidade. Pode ser dito, ainda, que a vulnerabilidade tem uma dimensão objetiva — mensurável do ponto de vista socioeconômico e ambiental — e outra subjetiva, dada pela percepção social da própria vulnerabilidade, o que leva à correlação necessária entre os dados concretos oficiais sobre a vulnerabilidade. É importante frisar que o **risco** em sentido amplo, a **catástrofe** como a operação do risco e a **vulnerabilidade** social e ambiental não podem ser enfocados sem que sejam considerados o contexto histórico que os tenha produzido e, especialmente, as relações com o espaço geográfico, os modos de ocupação do território e as relações sociais características da época.

2. Formas como as práticas de desenvolvimento e as infraestruturas podem gerar riscos e vulnerabilidades

A realização da ameaça anunciada como risco enlaça políticas e economias espaciais, associadas às narrativas da vida, da morte, da produção e do consumo tecnológicos. São justamente tais narrativas que, somadas ao desenvolvimento de base técnica e tecnológica podem retroalimentar o risco como componente econômico e político. Nesse sentido, **práticas de desenvolvimento e infraestruturas espaciais estabelecidas** podem gerar riscos e vulnerabilidades quando há um descompasso entre o seu potencial de impacto e suas componentes hegemônicas sobre o território e os seguintes pontos: (i) a pertinência da apropriação e de usos/capacidade de carga do território e (ii) as estruturas econômicas, os interesses populares e o potencial de preservação dos diferentes grupos sociais localizados. A dicotomia sociedade × natureza, uma construção do século XIX, garantiu com a justificativa das benesses técnicas a manipulação da natureza, a ponto de, paradoxalmente, favorecer a produção socioeconômica dos riscos, no século XXI. Nesse sentido, a discussão ambiental conduzida de acordo com categorias tecnoquímico-biológicas deixa escapar os conteúdos e as consequências sociais, políticas e culturais dos riscos da modernização realizados com os eventos naturais.

3. Situação do agronegócio como um caso ou fenômeno latino-americano relativo a desenvolvimento e infraestruturas geradoras de riscos e vulnerabilidades

Um dos muitos exemplos de casos ou fenômenos latino-americanos sobre desenvolvimento e infraestruturas geradoras de riscos e de vulnerabilidades diz respeito ao agronegócio. Várias fontes comentam o aumento exacerbado do uso de fertilizantes agrícolas na maioria dos países do continente, o que sugere o descompasso do desenvolvimento em duas de suas variantes: a individual-social, que promove a vulnerabilidade no consumo, e a econômica-capitalista, alavancada pela produção tecnificada. À exceção de Cuba, que apresenta reduzida incidência de uso de insumos agrícolas e consequente redução de índices de risco à vida humana, vários outros países tiveram grande elevação dos riscos à saúde e à vida, por meio do uso indiscriminado de fertilizantes, nos últimos vinte anos. O Brasil apresenta um dos maiores aumentos no uso dos insumos, relativamente à América Latina e ao Caribe, pela característica globalizada da sua produção na dimensão do agronegócio tecnificado.

Raphael Azevedo França
nota: ***28,38****/30*

A política é a expressão das sociedades em sua relação de transformação da natureza. O risco é inerente às atividades humanas, enquanto as catástrofes são, em geral, fenômenos cíclicos que evidenciam o poder do meio natural. As vulnerabilidades, por sua vez, são reveladoras das desigualdades sociais para lidar com a natureza. Nesse sentido, o papel regulador do Estado e a gestão empresarial demonstram dicotomia que vai além daquela entre homem e natureza, qual seja, como definir o que é desenvolvimento e o que são custos. A transformação do território brasileiro para atender às demandas do agronegócio, desse modo, demonstra como certa visão do desenvolvimento pode gerar riscos e vulnerabilidades.

Diante das crescentes tragédias ambientais, como furacões e terremotos, parece prevalecer a dicotomia entre homem e natureza, com prevalência desta. Trata-se, entretanto, de visão fragmentada que dissocia o homem do seu contexto, tornando-no mero sujeito. Nesse sentido, o fenômeno social frente à natureza é eminentemente político. Assim, o risco é inerente a qualquer atividade humana e resulta da observação histórica ou empírica das condições de dado território. Em zona sísmica, por exemplo, elaboram-se códigos de construção mais rígidos diante dos riscos. Nesse caso, é uma política social que busca promover o convívio com a natureza.

A catástrofe, por sua vez, é situação que extrapola a previsibilidade do risco, como inundações extraordinárias, a exemplo do que ocorreu em Florença nos anos de 1960. A catástrofe ocorre quando a natureza sobrepuja a própria capacidade de produção social que, se possível for, busca assimilar a catástrofe como alerta para novos riscos. O Acordo de Paris e os esforços globais para reduzir as emissões de carbono seria expressão política para reagir à possível catástrofe, dirimindo seus riscos climáticos.

Já a vulnerabilidade seria a imposição dos riscos e das catástrofes como produção social política de desigualdade frente à natureza. Riscos e catástrofes são fenômenos naturais, vulnerabilidades, por sua vez, são fenômenos humanos. Assim, o recente incêndio do Museu Nacional no Rio de Janeiro resulta da vulnerabilidade engendrada pela política, já que era possível prevenir os riscos de incêndio diante de eventual catástrofe que, de fato, ocorreu. Note-se que esta catástrofe, conforme o excerto de Veyret e Reghazza, expôs os riscos e afetou todo o patrimônio cultural do país, tanto material quanto o imaterial.

Para Harvey e Becker, o Estado tem desempenhado papel fundamentalmente regulador. Ele tem atendido às demandas corporativas para a reprodução do capital no território, em perspectiva, por vezes, contraditória das noções de desenvolvimento e de custos - estes devem ser incluídos nos riscos

e nas vulnerabilidades da questão do desenvolvimento e da infraestrutura. Assim, quando o Estado ou empresas optam por investir na fluidez de um território, os impactos das externalidades advindas devem ser considerados. Por exemplo, a extensão de uma linha de metrô pode valorizar o seu entorno na cidade, mas pode trazer riscos, como o aumento dos índices de violência pelo maior trânsito de pessoas, e expor vulnerabilidades, como a expulsão de populações carentes por conta da valorização dos alugueis, conforme ocorre com o fenômeno da « gentrificação ». Uma prática de desenvolvimento urbano sustentável, conforme o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável no 11, seria levar em consideração tais riscos com políticas preventivas de mitigação, assim como de investimentos nos indivíduos para criar comunidades resilientes.

O agronegócio na América Latina é particularmente revelador nesse sentido, já que muitas de suas demandas corporativas por regulação e infraestrutura têm acarretado custos humanos e ambientais, expondo riscos e vulnerabilidades. A chamada « inversão logística » para o Norte, com rodovias, hidrovias e silos de armazenamento na Amazônia, tem posto em risco a preservação da cobertura vegetal, particularmente, por conta de Código Florestal que atende aos desígnios da « bancada ruralista », tornando a infraestrutura vetor de desmatamento. Sob estes parâmetros de desenvolvimento com o intuito de reprodução do capital, sofrem populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas, expulsas, segundo Elias, por conta do poder avassalador de incorporação de terras para formação de latifúndios pelo agronegócio.

A necessidade de acesso à água pelo « agrohidronegócio », conforme Antônio Thomaz, tem acarretado riscos para os lençois freáticos no Centro Oeste, com diminuição de seus níveis que torna vulneráveis agricultores familiares dependentes de poços artesianos. Se tomado globalmente o agronegócio no Centro-Oeste, MaToPiBa e Amazônia, os riscos de desmatamento, poluição das águas e uso intensivo de agrotóxicos trazem danos para a saúde humana em todo o planeta e expõem vulnerabilidade do sistema climático sul-americano, como observado nas perturbações dos chamados « rios voadores ».

Se o desenvolvimento põe a natureza em risco, quem se torna vulnerável é o homem. Tem-se observado número cada vez maior de catástrofes, porém apenas o engajamento de políticas sociais que transformem a relação entre homem-natureza de sua base dicotômica para compreensão holística pode trazer resiliência e criar lugares de sustentabilidade.

_AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5
2. Desenvolvimento do tema
   - 2.1. Conceitos de risco, catástrofe e vulnerabilidade como elementos de produção social que correlaciona natureza e políticas: 12/12
   - 2.2. Formas como as práticas de desenvolvimento e as infraestruturas podem gerar riscos e vulnerabilidades: 4,88/6,5
   - 2.3. Agronegócio como um caso ou fenômeno latino-americano relativo a desenvolvimento e infraestruturas geradores de risco e vulnerabilidades: 10/10

Resultado

Nota: **28,38**

Cauê Rodrigues Pimentel
nota: ***25,88****/30*

Risco, vulnerabilidade e catástrofe são conceitos correlacionados. De fato, a moderna gestão dos territórios exige a incorporação desses conceitos na formulação de políticas públicas eficientes. É nesse sentido que se debate atualmente, inclusive nas Nações Unidas, a ideia de cidades resilientes, capazes de gerenciar os aspectos negativos da produção espacial. Catástrofes recentes como o desastre socio-ambiental de Mariana evidenciam a necessidade de se repensar os grandes projetos de desenvolvimento e os riscos associados a eles. De modo análogo, o modelo de agronegócio monocultor exportador exige um balanço crítico de seus riscos e da sua produção de vulnarabilidades sociais e ambientais.

Muitas vezes, as noções de risco, vulnerabilidade e catástrofe se confundem; pode-se, contudo, formular diferenciações. O risco está relacionado à possibilidade de efeitos colaterais resultantes de eventos naturais ou produzidos pela agência humana; como ressalta o sociológo Ulrich Beck, em seu livro "Sociedade de Risco", praticamente toda ação comporta, dialeticamente, um risco. Já a vulnerabilidade representaria o grau de expoisção de um determinado grupo aos efeitos políticos-sociais de uma ação ou fenômeno natural. Vide, por exemplo, o caso das cidades americanas na Flórida e as cidades do território de Porto Rico: ambas estão expostas aos riscos de eventos climáticos extremos, mas as cidades norte-americanas são muito menos vulneráveis aos efeitos deletérios de tal evento. Finalmete, o conceito de catástrofe se refereria aos efeitos consumados, geralmente de ampla escala, de eventos adversos. No caso da catástrofe, já não há espaço para prevenção, apenas para a contenção de danos e de eventuais reparações. Daí a necessidade de se pensar a gestão dos riscos e a diminuição das vulnerabilidades, de modo preventivo.

A construção de grandes infraestruturas espaciais geralmente acarreta riscos e vulnerabilidades. A construção de grandes hidrelétricas cria riscos de grandes acidentes que extrapolam o território da usina; por outro lado, ela gera vulnerabilidades na medida em que expõe populações locais a problemas antes inexistentes: é comum que grandes projetos de usinas gerem cidades adjuntas as quais apresentam proliferação de criminalidade e outros problemas sociais em função da ausência do Estado, configurando verdadeiros territórios de exceção, decorrentes de grandes projetos. Outro exemplo da relação dialética entre modelo de desenvolvimento e geração de riscos e vulnerabilidades é o da especulação imobiliária. Populações pobres são mais vulneráveis aos processos predatórios de incorporação imobiliária; esse movimento acaba expulsando esses grupos para zonas periféricas, com carência de serviços e habitações subnormais expostas a riscos sociais e a catástrofes naturais – enchentes, deslizes de terras em áreas chuvosas, etc. Essa correlação entre desenvolvimento urbano e criação de risco/vulnerabilidade fica

evidente, por exemplo, no reordenamento urbano do Rio de Janeiro em função das Olimpíadas ou no processo de gentrificação do centro de São Paulo.

No caso do agronegócio, sobretudo no circuito produtivo da soja que tem se espraiado em direção a países vizinhos, a produção de riscos e vulnerabilidades é crítica principalmente em áreas de fronteira agrícola. Pequenos produtores, populações tradicionais e reservas indígenas são particularmente vulneráveis à expansão da arena de produção da soja, muitas vezes resultando em conflitos violentos pelo uso da terra. Pelo lado dos riscos, a criação de infraestruturas logísticas de suporte à produção agropecuária, principalmente a abertura e o asfaltamento de rodovias, gera riscos à proteção ambiental de áreas sensíveis. O polêmico asfaltamento da rodovia Manaus-Porto Velho evidencia a correlação de risco entre asfaltamento e desmatamento. Igualmente, a utilização intensiva de químicos na lavoura pode acarretar a contaminação de águas subterrâneas ou de rios, gerando impactos catastróficos que extrapolam o território da produção agrícola. Assim, ecossistemas adjacentes – como o Pantanal – são particularmente sensíveis aos riscos ambientais do agronegócio.

A incorporação dos conceitos de risco, vulnerabilidade e catástrofe são complementares e devem ser incorporadas à gestão sustentável do território. No Brasil é patente o conflito entre uma gestão responsável dos recursos naturais e os interesses predatórios da exploração econômica do território. Nesse sentido, a incorporação desses conceitos pode gerar políticas menos impactantes e territórios mais resilientes aos fatores de vulnerabilidade e risco decorrentes dos grandes projetos de desenvolvimento.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Conceitos de risco, catástrofe e vulnerabilidade como elementos de produção social que correlaciona natureza e políticas: 12/12**
   - 2.2. **Formas como as práticas de desenvolvimento e as infraestruturas podem gerar riscos e vulnerabilidades: 4,88/6,5**
   - 2.3. **Agronegócio como um caso ou fenômeno latino-americano relativo a desenvolvimento e infraestruturas geradores de risco e vulnerabilidades: 7,5/10**

Resultado

Nota: **25,88**

Bernardo Macêdo Alves de Morais
nota: ***25,38****/30*

As dinâmicas socioeconômicas com o espaço geográfico criam riscos de impactos sociais e ambientais, bem como podem reduzir as vulnerabilidades inerentes ao espaço natural. Nesse sentido, as políticas de desenvolvimento devem atentar para que as práticas socioeconômicas não criem riscos maiores que os necessários e as infraestruturas espaciais contribuam para a redução das vulnerabilidades, mesmo com o objetivo de reduzir impactos e a ocorrência de catástrofes naturais ou decorrentes da atividade humana. Na América Latina, como região dependente do capital ligado ao agronegócio, pode-se verificar riscos e vulnerabilidades decorrentes dessa inserção no capitalismo global.

Os conceitos de risco, catástrofe e vulnerabilidade relacionam-se com elementos de natureza política e ambiental. O risco é uma situação de potencial impacto de um evento natural ou humano, que pode gerar uma catástrofe; isto é um impacto efetivo. Os países da Ásia, no litoral do Oceano Índico, por exemplo, apresentam riscos decorrentes de eventos de monções, que podem causar catástrofes como o desalojamento de populações em condições de moradias mais precárias. Nesse sentido, a vulnerabilidade é o grau de risco das estruturas socioeconômicas, que podem reduzir impactos ou aumentá-los. A vulnerabilidade dos refugiados rohinjas em direção a Bangladesh, com habitações precárias e pouca estrutura física, torna-os um grupo vulnerável aos efeitos das monções. Dessa forma, as políticas socioeconômicas têm o potencial de reduzir ou de agravar situações de risco e de vulnerabilidade, aumentando ou reduzindo a incidência de catástrofes. O potencial desses eventos decorre, em grande maioria, de elementos naturais, distantes do controle humano, como furacões, vulcões, monções, secas e outros eventos ambientais; porém seus efeitos sobre a população podem ser reduzidos por meio do desenvolvimento ordenado e da construção de infraestruturas adequadas, da mesma forma que podem agravá-los ou, até mesmo, cria-los.

As práticas de desenvolvimento e as infraestruturas espaciais são da maior importância para a sustentabilidade nas áreas urbanas e rurais. Por esse motivo, foram foi incluído nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na Agenda 2030, o objetivo 11 de criar comunidades e cidades sustentáveis. O desenvolvimento precário nos meios urbanos e rural têm potencial de aumentar vulnerabilidades e de gerar riscos, abrindo espaço para ocorrência de danos socioeconômicos. Práticas de desenvolvimento desigual têm gerado um aumento dos aglomerados subnormais em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Essa periferização urbana gera riscos físicos e sociais às comunidades periféricas. Sob uma perspectiva de riscos físicos, são conhecidas as vulnerabilidades que as comunidades periféricas sofrem, como a possibilidade de desabamentos, em razão de eventos naturais ou mesmo sem eles. Além disso, os ambientes periféricos podem gerar riscos sociais como uma "armadilha de pobreza", reduzindo a mobilidade social daqueles

grupos que vivem, por exemplo, em aglomerados subnormais. Dessa forma, os efeitos das práticas de desenvolvimento espalham-se para além do território que apresenta maiores riscos, criando um espaço pouco integrado mesmo ao mercado capitalista nacional. É clássica a comparação entre eventos similares em países desenvolvidos e em países em desenvolvimento. Os efeitos gerados por furacões no Haiti e na Florida diferem em grande escala, em grande parte pela capacidade de o Estado americano ter sido capaz de desenvolver uma infraestrutura espacial que torna seu território menos vulnerável e com riscos menores.

O modelo latino-americano de inserção no capitalismo global é marcado pela atuação do capital no agronegócio, o que gerou infraestruturas espaciais próprias para esse modelo. Muitas vezes, essas infraestruturas geram riscos e vulnerabilidades para as regiões em que estão instaladas, nos âmbitos ambiental e social. Sob a perspectiva ambiental, há um modelo de baixa sustentabilidade, com uso intensivo de bens naturais. O capital do agronegócio depende do domínio sobre terras e água para que possa exercer suas atividades. O uso intensivo dos recursos hídricos, até em áreas com déficit de água, põe em risco a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento. O agrohidronegócio apropria-se da água para produzir bens de baixo valor agregado em uma cadeia curta de produção. Os riscos são o agravamento do impacto de secas e a degradação das nascentes. O uso de agrotóxico tem potencial de contaminação de solos e aquíferos. Além disso, as atividades causadoras do desmatamento criam novos riscos ambientais, sobretudo decorrentes da pecuária, comprometendo microclimas e danificando vegetações ciliares, o que leva a assoreamento de rios. Sob a perspectiva social, a expansão do agronegócio também gera riscos e vulnerabilidades, levando a conflitos fundiários e ao desalojamento de comunidades. A alta mecanização da atividade agrária na América Latina leva à pouca incorporação de trabalhadores no processo produtivo. Nesse sentido, o agronegócio ocupa as melhores terras e periferiza a população camponesa para áreas que apresentam maior risco e mais vulnerabilidade, em períodos de secas ou de inundações, bem como em decorrência do uso de agrotóxicos que contaminam os recursos hídricos. Populações marginalizadas, como indígenas e quilombolas, também acabam expulsas de suas terras, pela pouca capacidade de resistência ao agronegócio.

As práticas espaciais têm potencial de gerar ou de reduzir riscos e vulnerabilidades. Na América Latina, o avanço do agronegócio e de sua estrutura gera riscos ambientais e sociais decorrentes de suas atividades. Nesse contexto nota-se que a relação do capital com os recursos naturais é predatória e cria situações de vulnerabilidade para setores com menor poder político e econômico, seja pelos impactos ambientais decorrentes da atividade agropecuária ou pelas relações fundiárias decorrentes do avanço desse modelo de desenvolvimento. Dessa forma cabe uma reavaliação das relações socioespaciais na América Latina, de modo a reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes da atividade do complexo agroindustrial.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Conceitos de risco, catástrofe e vulnerabilidade como elementos de produção social que correlaciona natureza e políticas: 9/12**
   - 2.2. **Formas como as práticas de desenvolvimento e as infraestruturas podem gerar riscos e vulnerabilidades: 4,88/6,5**
   - 2.3. **Agronegócio como um caso ou fenômeno latino-americano relativo a desenvolvimento e infraestruturas geradores de risco e vulnerabilidades: 10/10**

Resultado

Nota: **25,38**

Nota média: Maurício Gurjão Bezerra Heleno
nota: ***20**/30*

No século XXI, as relações entre sociedade e natureza têm tornado-se mais complexas, de modo que os impactos das ações humanas sobre o meio ambiente são cada vez mais profundos e tendentes a gerar desequilíbrios sociais e ambientais. No que diz respeito às escalas geográficas, os impactos ambientais das ações humanas tornaram-se globais, como demonstra o problema do aquecimento global. A consolidação de um capitalismo globalizado levou a uma crescente incorporação de territórios à atividade produtiva e à circulação de mercadorias. Em razão disso, o contexto de forte competitividade global faz que a incorporação de novos territórios aconteça de modo predatório, com consequências sociais graves, como a produção de riscos físicos e catástrofes.

O controle do território e sua integração aos fluxos capitalistas globais são características importantes do atual estágio da globalização. Com a criação de um espaço econômico mundial, as especificidades locais tornaram-se mais importantes para a acumulação de capital, uma vez que elas podem representar ganhos de competitividade no processo produtivo. O espaço natural, portanto, é cada vez mais artificializado e privado de suas características originais, tornando-se valor de troca e fonte de lucro. Há, portanto, uma produção social que correlaciona natureza e políticas, muitas vezes em detrimento do meio ambiente e de comunidades locais. Nesse processo de artificialização dos espaços naturais, muitas vezes se criam ou se agravam riscos, situações nas quais a integridade e as características de um território e uma comunidade estão sob ameaça. Diretamente associado à criação de riscos está a produção de vulnerabilidades, que representam a exposição potencial aos efeitos da ação humana sobre o ambiente e a sociedade. Além disso, a catástrofe representa o desastre ambiental em si, a culminação de uma exposição a riscos e vulnerabilidades. Atualmente, a escala e as relações entre esses fatores tornaram-se globais. Assim, a produção de gases de efeito estufa nos EUA, por exemplo, produz riscos, vulnerabilidades e catástrofes no mundo todo, como nos pequenos Estados insulares, cuja existência se encontra ameaçada pelo aumento dos níveis do mar. Trata-se, portanto, de produção de riscos por meio de ações humanas e decisões políticas, como a de manter a produção energética vinculada às fontes fósseis.

A produção de riscos e vulnerabilidades também está associada à busca do desenvolvimento e à produção de infraestruturas espaciais desenvolvidas para essa finalidade. Sobretudo em países de tradição colonial, como o Brasil e os países latino-americanos, prevaleceu um modelo de "economia de fronteira", baseado na contínua incorporação de espaços à atividade produtiva, sem grandes preocupações ambientais ou sociais. Atualmente, ainda que o discurso do desenvolvimento sustentável

esteja oficialmente consolidado no discurso político, a incorporação de novos espaços à produção ainda produz fortes impactos. No Brasil, por exemplo, a construção da Usina de Belno Monte teve como fundamento a produção de energia necessária ao desenvolvimento da região amazônica. Contudo, ao descaracterizar as propriedades naturais dos cursos dos rios e da floresta, a usina favorece também a produção de riscos e vulnerabilidades ambientais e sociais. O alagamento de uma grande área da floresta propicia enchentes violentas em períodos de chuva, e o deslocamento de comunidades locais gera pobreza e violência nas cidades próximas. A transformação dos espaços naturais, portanto, gera novos desequilíbrios entre sociedade e natureza.

A ação do agronegócio é um caso particular de produção de riscos e vulnerabilidades no espaço latino-americano. Trata-se de atividade econômica intensiva em água e terra, crescentemente produtiva e integrada aos fluxos comerciais globais, mas também crescentemente concentradora de terra e de riqueza. Na esteira da "revolução verde", o agronegócio incorporou tecnologia à produção, mas também componentes químicos que geram degradação dos solos e das correntes de água. No caso brasileiro, o agronegócio, ao expandir sua área produtiva, como no caso da área do MATOPIBA, tem provocado devastação do Cerrado, bioma responsável por grande diversidade de espécies animais e vegetais e lugar de nascente de importantes rios, como São Francisco e Paraná. A ação do agronegócio, portanto, embora se localize sobretudo no interior do espaço latino-americano, produz riscos e vulnerabilidades em escalas cada vez maiores, demonstrando que o "território do risco não se restringe à área da ocorrência".

A ação humana predatória sobre o meio ambiente aprofundará riscos e vulnerabilidades e acarretará catástrofes cada vez mais profundas. Em consequência da globalização, a ação humana tem impactos que não se restringem à escala local, afetando comunidades e ecossistemas em diversas partes do planeta. A lógica da incorporação de novos lugares à atividade produtiva tende a agravar o processo, pois espaços naturais são descaracterizados a fim de servirem de valor de troca e de ganhos de competitividade. Nesse contexto, a América Latina encontra-se em situação delicada, pois o avanço do agronegócio aprofunda vulnerabilidades ambientais e sociais de longa data.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,75/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Conceitos de risco, catástrofe e vulnerabilidade como elementos de produção social que correlaciona natureza e políticas: 6/12**
   - 2.2. **Formas como as práticas de desenvolvimento e as infraestruturas podem gerar riscos e vulnerabilidades: 3,25/6,5**
   - 2.3. **Agronegócio como um caso ou fenômeno latino-americano relativo a desenvolvimento e infraestruturas geradores de risco e vulnerabilidades: 10/10**

Resultado

Nota: **20,00**

Pior nota: Anônimo
nota: ***15**/30*

O processo de desenvolvimento econômico e crescimento demográfico impacta o território, em uma dinâmica que pode ser geradora de riscos e vulnerabilidade, tanto no urbano quanto no rural. Nesse sentido, cabe analisar o modo tais conceitos são condicionados tanto por elementos políticos quanto pelos aspectos físicos do território, levando em consideração, ainda, os efeitos das catástrofes naturais. Para tanto, deve-se, também explicar como as infraestruturas espaciais estabelecidas são definidoras do risco e da vulnerabilidade no território, bem como o modo pelo qual o agronegócio contribuiu para a conformação de espaços, tanto na cidade quanto no campo, marcados por elevados risco e vulnerabilidade, na América Latina.

Classificar determinada parte do território enquanto arriscada ou vulnerável é empreendimento que requer a consideração de elementos físicos, sociais e políticos. O risco e a vulnerabilidade de uma área, nesse sentido, são condicionados pela qualidade de sua infraestrutura, oferta de serviços básicos, oportunidade de empregos e índice de desenvolvimento humano. A construção de habitações nas encostas de morros, processo típico das dinâmicas de favelização brasileira, por exemplo, gera espaços de alto risco – porquanto estejam particularmente suscetíveis a catástrofes naturais, como o desmoronamento provocado por fortes chuvas – e de vulnerabilidade acentuada – porquanto se tratem de espaços de baixa resiliência, carentes dos recursos naturais e políticos que possibilitariam a atenuação dos efeitos da catástrofe. Por outro lado, os efeitos disruptivos de uma catástrofe podem acarretar consequências que irradiam do lugar de ocorrência para as áreas do entorno, caso estas também sejam vulneráveis.

As infraestruturas espaciais que geram riscos e vulnerabilidades nos territórios são tributáveis das práticas de desenvolvimento levadas a cabo. A urbanização acelerada e concentrada pela qual passou a América Latina no século XX, por exemplo, contribuiu para que as redes urbanas dos países latinoamericanos fossem macrocefálicas e desequilibradas. Nesse diapasão, a concentração das pessoas nas grandes metrópoles – resultado tanto do elevado crescimento natural, propiciado pela industrialização, quanto pelas dinâmicas de êxodo rural – descambou em processos de periferização e segregação intraurbana. Os indivíduos mais pobres, alijados dos espaços de maior luminosidade e dinamismo, precisaram ocupar áreas distantes do centro ou assentar-se, irregularmente, em espaços como as encostas de morros ou às margens de rios. As deficiências estruturais desses espaços, consequência da urbanização desordenada, consubstancia-se em situações de alto risco e vulnerabilidade. Em um círculo vicioso, essas características, geradas pela desigualdade social, configuram verdadeira armadilha de pobreza, uma vez que contribuem para acentuação das desigualdades, como se discutiu na última Conferência das Cidades, em Santiago do Chile.

Nesse contexto, o agronegócio latinoamericano, conquanto tenha sido importante vetor de desenvolvimento econômico na região, também contribuiu para o estabelecimento de áreas geradoras de risco e vulnerabilidades no rural e no urbano. No que diz respeito às cidades, o processo de concentração fundiária que marcou o desenvolvimento do agronegócio na América Latina provocou dinâmicas de êxodo rural que contribuíram para o inchaço das cidades. No campo, por sua vez, o desenvolvimento do agronegócio redundou na diminuição das áreas médias dos terrenos ocupados por agricultores familiares. No último Censo Agropecuário brasileiro, por exemplo, relata-se que o tamanho total das áreas dedicadas às atividades agropastoris aumentou, de 2006 a 2016, embora o número total de estabelecimentos tenha diminuído. Esse processo de concentração fundiária associa-se, ainda, com os efeitos colaterais da atividade do agronegócio, como a poluição dos corpos d´água e o desgaste do solo. Nesse sentido, os agricultores familiares tornam-se mais vulneráveis, uma vez que seus meios de sustentação ficam comprometidos e sua capacidade de reagir a fenômenos, como secas, diminui.

Considerando o exposto, conclui-se que o investimento no aumento da resiliência urbana – através, por exemplo, de projetos de slum upgrading –, bem como iniciativas que visem a melhoras as condições no rural, são essenciais para que se logre um desenvolvimento sustentável.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,75/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Conceitos de risco, catástrofe e vulnerabilidade como elementos de produção social que correlaciona natureza e políticas: 6/12**
   - 2.2. **Formas como as práticas de desenvolvimento e as infraestruturas podem gerar riscos e vulnerabilidades: 3,25/6,5**
   - 2.3. **Agronegócio como um caso ou fenômeno latino-americano relativo a desenvolvimento e infraestruturas geradores de risco e vulnerabilidades: 5/10**

Resultado

Nota: **15,00**

COMENTÁRIO

Nota do candidato: elaborei recursos para os quesitos 2.2 e 2.3 desta questão. Recebi a mesma resposta genérica para ambos, assim como para todos os outros recursos das outras questões da prova de Geografia: "Recurso indeferido. A resposta apresentada não incorre em majoração de nota. A banca mantém a pontuação atribuída por estar proporcional ao desempenho do candidato".

GEOGRAFIA

banca:
Everaldo Batista da Costa
Fernando Luiz Araújo Sobrinho

_questão 2

O espaço sempre foi associado ao tempo. E hoje, na acentuação de diferentes espaços-tempos reside uma das raízes da geopolítica contemporânea. As redes são desenvolvidas nos países ricos, nos centros do poder, onde o avanço tecnológico é maior e a circulação planetária permite que se selecionem territórios para investimentos, seleção que depende também das potencialidades dos próprios territórios. Ocorre que, ao se expandirem e sustentarem as riquezas circulante, financeira e informacional, as redes se socializam. E essa socialização está gerando movimentos sociais importantes, os quais também tendem a se transnacionalizarem.

Há, hoje, portanto, dois movimentos internacionais: um em nível do sistema financeiro, da informação, do domínio do poder efetivamente das potências; e outro, uma tendência ao internacionalismo dos movimentos sociais. Todos os agentes sociais organizados, corporações, organizações religiosas, movimentos sociais etc., têm suas próprias territorialidades, acima e abaixo da escala do Estado, suas próprias geopolíticas, e tendem a se articular, configurando-se uma situação mundial bastante complexa.

A Amazônia é um exemplo vivo dessa nova geopolítica, pois nela se encontram todos esses elementos. Constitui um desafio para o presente, não mais um desafio para o futuro. Qual é este desafio atual? A Amazônia, o Brasil, e os demais países latino-americanos são as mais antigas periferias do sistema mundial capitalista. Seu povoamento e desenvolvimento foram fundados de acordo com o paradigma de relação sociedade-natureza.

Bertha K. Becker. **Dossiê Amazônia Brasileira I. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, vol. 19, n.º 53**.
São Paulo: jan.-abr./2005 (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter unicamente motivador, faça o que se pede a seguir.

1. Apresente os conceitos de Amazônia brasileira, Amazônia transnacional, região Norte e Amazônia Legal e aponte diferenças entre esses conceitos.

2. **Discorra sobre o paradigma da relação sociedade-natureza que norteou o povoamento e a ocupação da Amazônia.**

3. **Explique em que consiste um processo territorial de âmbito nacional e um de âmbito transnacional, exemplificando cada um e apresentando seus agentes.**

Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]

Distribuição das notas

GEO Q2
Ampla
Negros
Nota
35 30 25 20 15 10 5 0
26 25 24 23 22 21 20 19 18 17 16 15 14 13 12 11 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1
Posição

Padrão de resposta da questão 2

1. Conceitos e diferenças conceituais entre Amazônia brasileira, Amazônia transnacional, região Norte e Amazônia Legal

1.1 Amazônia brasileira: O Brasil abriga 60% da floresta amazônica. A Amazônia brasileira é a área de ocorrência do bioma amazônico ou floresta equatorial amazônica que se estende pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e partes do Tocantins e Maranhão. Ela representa 53% da área terrestre total do Brasil (5 milhões de quilômetros quadrados), abriga uma população de 25 milhões de habitantes e gera quase 8% do PIB brasileiro.

1.2 Amazônia transnacional: a Amazônia transnacional corresponde à região formada pelo bioma amazônico e que ocupa o território de nove países da América do Sul: Brasil, Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru, Equador e Bolívia. Trata-se de região que integra fronteiras internacionais e diversos interesses de Estados Nacionais, corporações, populações locais e diferentes agentes, uma vez que a região amazônica ocupa mais de 50% do subcontinente sul-americano e envolve nove países.

1.3 Região Norte: O IBGE criou em 1969 uma nova divisão regional do Brasil, tendo dividido o país em cinco macrorregiões de planejamento: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A região Norte é formada por sete unidades da Federação: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins. Há um equívoco em se comparar Região Norte com a totalidade da Amazônia, pois há áreas dentro dessa região que não se encontram dentro do bioma amazônico, como o Tocantins, incorporado à região Norte em 1988.

1.4 Amazônia Legal: A Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44º W), perfazendo 5,0 milhões de km^2. Nela residem 56% da população indígena brasileira. O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953 e seus limites territoriais decorrem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região e, por isso, não se resumem ao ecossistema de selva úmida, que ocupa 49% do território nacional e se estende também pelo território de oito países vizinhos. Os limites da Amazônia Legal foram alterados várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do país. O Plano Amazônia Sustentável (PAS), lançado em maio de 2018, pelo governo federal, considera integralmente o estado do Maranhão como parte da Amazônia brasileira.

2. O paradigma da relação sociedade-natureza que norteou o povoamento e a ocupação da Amazônia

2.1 O povoamento e desenvolvimento da Amazônia foram pautados no paradigma da relação sociedade-natureza, que Kenneth Boulding denomina de economia de fronteira, perspectiva em que o crescimento econômico é visto como linear e infinito.

2.2 Essas ações de ocupação basearam-se ainda na contínua incorporação de terra e de recursos naturais, que são também percebidos como infinitos. Esse paradigma da economia de fronteira caracteriza toda a formação latino-americana.

3. Processos territoriais nacionais e transnacionais e seus agentes

3.1 Processos territoriais nacionais:

A) avanço econômico significativo na tecnificação da agroindústria no cerrado, nas bordas do bioma amazônico e ao longo dos eixos de transporte da região. Seus agentes são os produtores agropecuários e as corporações do setor.

B) As redes e cidades permitem a expansão dessa área econômica avançada, chamada de "arco de fogo", ou do desmatamento ou "de terras degradadas", onde se expandiram a fronteira e o desmatamento em razão da ação de madeireiras legais e ilegais.

C) Preza-se pelo uso conservacionista da floresta, defendido pela produção familiar, pelos ambientalistas e por diversas categorias de cientistas.

D) A sociedade civil passou a ser um agente fundamental, tanto no campo como nas cidades, especialmente pelas suas reivindicações de cidadania, que inclusive influenciam no desenvolvimento urbano.

E) O Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) tem 315 associações, entre elas a Federação das Organizações Indígenas. Os indígenas são espertíssimos, aprendem tudo rapidamente, mantêm a sua cultura e crescem em um ritmo que é o dobro da taxa nacional. Além disso, criam ONGs para ajudar outras comunidades não tão informadas como a deles.

F) Projeto de colonização em que a produção familiar é organizada e tem uma força política significativa e cujos agentes são o INCRA e os agricultores assentados.

G) Atores fundamentais são os governos estaduais, que, com a crise do Estado central, assumiram responsabilidades e força política. É interessante e importante saber que esses governos, por suas condições histórico-geográficas, têm estratégias diferentes.

H) O governo federal e seus projetos de intervenção no território como: pavimentação e expansão da rede rodoviária, grandes projetos hidroelétricos, segurança nacional, industrialização; empresas e grupos de mineradores: extração de diversos tipos de minérios dentro e fora do território nacional.

3.2 Processos territoriais transnacionais:

A) Questões como indigenismo e ambientalismo expressam a dinâmica desses conflitos na Amazônia e lançam a região diretamente ao palco das tensões entre localismos e universalismos. Seus agentes são ONGs e organismos internacionais que envolvem diversos países.

B) Os conhecimentos de biotecnologia e sobre a Amazônia configuram elemento chave para o fornecimento de matérias-primas para essa atividade.

C) Acirram-se as contradições entre esses interesses mais amplos e poderosos e aqueles até então orquestrados pelos grupos nacionalistas e internacionais. Apesar de uma polarização aparente entre desenvolvimentistas e ambientalistas, os elementos conflitantes não se constituem em blocos homogêneos. Nessa arena, inúmeros atores sociais podem ser identificados, tais como o empresariado nacional e regional, empresas multinacionais com interesses econômicos na região, e outros com influência nacional, como os militares, que buscam reconquistar influência na geopolítica da região.

D) A ação governamental permanece contraditória, ora concedendo incentivos e redução de impostos a atividades predatórias, ora viabilizando medidas de proteção ambiental. O impacto dos poderes desterritorializados sobre a soberania nacional a encurrala entre os interesses transmundiais, progressivamente mais hegemônicos, a ofensiva dos grupos nacional-desenvolvimentistas e o corporativismo dos militares, que partilham ideologias persecutórias sobre a internacionalização da Amazônia.

E) Igualmente se verifica a atuação de grupos ligados ao ascendente mercado de produtos naturais e de biotecnologia, as diferentes tendências do movimento eco ambientalista e os socialmente excluídos da própria Amazônia, como os indígenas e os seringueiros. Em conflito com esses últimos,

observa-se a influência do ambientalismo preservacionista em órgãos governamentais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA).

F) Os projetos de integração transnacional levados a frente pelo governo brasileiro e seus vizinhos latino americanos.

Maurício Gurjão Bezerra Heleno
nota: ***30****/30*

Segundo Milton Santos, espaço significa a acumulação desigual de tempos. Ou seja, o espaço é a soma de trabalho vivo e trabalho morto (fluxos e fixos) que uma sociedade projeta sobre uma área geográfica. Com base nessas ideias, é possível perceber as atuais dinâmicas espaço-temporais que ocorrem atualmente na Amazônia, conforme apontado por Bertha Becker. Ocorre, segundo ela, uma nova conformação geopolítica no mundo, em geral, e na Amazônia, em particular. Nesse espaço, há um cruzamento crescente entre lógicas espaciais locais, nacionais e internacionais, que acarretam dinâmicas de conflito e cooperação. Há, portanto, na Amazônia, o desenvolvimento de territorialidades ligadas as capital financeiro, que vê na Amazônia sobretudo uma fonte de riqueza, e também de territorialidades ligadas aos movimentos sociais, que tem na Amazônia sua principal fonte de sustento material e lugar de manifestações culturais.

Existem diversos conceitos em torno do espaço amazônico, cada qual com seu significado e sua funcionalidade. Em primeiro lugar, a Amazônia brasileira corresponde à área ocupada pela Floresta Amazônica no território brasileiro, independentemente de divisões entre estados ou demarcações legalmente estabelecidas. Em segundo lugar, a Amazônia transnacional corresponde à área coberta pela Floresta Amazônica em toda a América do Sul, incluindo não apenas o Brasil mas também países vizinhos como Bolívia, Peru, Venezuela, Colômbia. Também nesse caso, prevalece a área ocupada pela Floresta Amazônica sobre considerações legais ou políticas. Em terceiro lugar, a região Norte representa a área coberta pelos estados brasileiros do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá. Nesse caso, prevalece a divisão político-administrativa estabelecida pelo IBGE, que leva em consideração características e semelhanças em termos econômicos, ambientais e geográficos. Por fim, o conceito de Amazônia Legal não se confunde com o de Amazônia brasileira, uma vez que aquele, que abrange quase metade do território brasileiro, abrange também áreas além da floresta, mas cuja conservação é considerada importante para o equilíbrio amazônico. Esses conceitos, portanto, diferem entre si de acordo com o critério adotado; geográfico, político-administrativo ou legal.

O paradigma que norteou o povoamento e a ocupação da Amazônia foi o de economia de fronteira. Historicamente, esse conceito significou uma relação sociedade-natureza baseada na progressiva incorporação de novos espaços à atividade produtiva, sem grandes preocupações em relação ao meio ambiente ou a comunidades locais. Em consequência disso, a floresta Amazônica sofreu grandes processos de devastação ambiental e de extermínio ou expulsão de comunidades locais, como povos indígenas, ribeirinhos e seringueiros. O ápice desse modelo teve lugar durante os primeiros governos

militares, sobretudo na década de 1960 e 1970, uma vez que o pensamento geopolítico militar percebia a Amazônia como espaço vazio e sujeito à ação de grupos subversivos e forças internacionais, os quais poderiam ameaçar a estabilidade do regime e a soberania nacional. Em resposta a essas supostas ameaças, os governos militares promoveram amplo programa de "colonização da Amazônia", por meio de incentivos econômicos à ocupação de territórios e apoio à atividades produtivas, como a Zona Franca de Manaus. Grandes obras de infraestrutura, como a malsucedida rodovia Transamazônica e usinas hidrelétricas, como a de Tucuruí, reforçaram a lógica de ocupação hegemônica até então.

Durante a década de 1970, contudo, após a Conferência de Estocolmo, de 1973, o Brasil aprofundou progressivamente sua legislação ambiental, com base no paradigma do desenvolvimento sustentável. Mesmo no regime militar, medidas de controle e preservação ambiental ambiental foram implementadas, como a exigência de Estudos de Impacto Ambiental e de Relatórios de Impacto Ambiental.

Atualmente prevalece, no discurso oficial brasileiro, o paradigma do desenvolvimento sustentável brasileiro. Esse fato, contudo, não anula o que Bertha Becker chamou de a "incógnita do heartland brasileiro". A Amazônia, percebida pela geógrafa como fundamental para o desenvolvimento nacional, encontrava-se sob a influência de lógicas territoriais nacionais e transnacionais diversas, além de estar entre o conflito do paradigma da economia de fronteira e do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, pode-se mencionar a existência de territorialidades locais/nacionais, como a de comunidades ribeirinhas, cuja escala de atuação corresponde ao espaço mais restrito de suas atividades e práticas culturais locais. Trata-se de uma temporalidade mais lenta e mais ligada aos processos naturais da floresta. Em contraste, há também territorialidades transnacionais operando sobre o espaço amazônico. Conforme a noção de geopolítica contemporânea, decisões tomadas em outros países, como nos Estados Unidos ou na Europa Ocidental, repercutem na Amazônia, a exemplo da ação de mineradoras multinacionais sobre o espaço amazônico. No atual contexto de globalização, contudo, lógicas territoriais locais adquirem capacidade de se internacionalizar. No exemplo dos povos ribeirinhos, muitos deles se organizam em redes transnacionais em defesa de seus interesses, como os movimentos dos atingidos por barragens e dos atingidos pela Vale.

A Amazônia, não obstante os programas governamentais destinados a disciplinar e a ordenar sua ocupação, como o Plano Amazônia Sustentável, permanece sujeita a tensões entre distintas territorialidades. Por um lado, a lógica do sistema financeiro, que atua em redes transnacionais e em coordenação com o capital local. Por outro lado, as territorialidades locais/nacionais, cuja lógica consiste no aproveitamento racional da floresta e em redes de solidariedade cada vez mais globalizadas.

_AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos)
e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado) 1,5/1,5
2. Desenvolvimento do tema
   2.1. Conceitos e diferenças conceituais entre Amazônia brasileira, Amazônia transnacional, região Norte e Amazônia Legal: 12/12
   2.2. O paradigma da relação sociedade-natureza que norteou o povoamento e a ocupação da Amazônia: 4,5/4,5
   2.3. Processos territoriais nacionais e transnacionais e seus agentes 12/12

Resultado

Nota: **30,00**

Victor Born Portella

nota: ***30****/30*

Os recortes diversos feitos sobre a Amazônia são reflexo da multiplicidade de variáveis que impactam o bioma, os diferentes “espaço-tempo”, como salienta Bertha Becker, que convivem no território amazônico. Essas diferenciações no espaço, por sua vez, estão relacionadas diretamente com a relação sociedade-natureza – “Rio e Várzea”, “estrada e terra firme” e o vetor técnico-industrial. Por seu tamanho e caráter transnacional, a Amazônia é, igualmente, exemplo de processos territoriais nacionais e transnacionais.

Os conceitos de Amazônia brasileira e Amazônia transnacional estão inter-relacionados. A Amazônia brasileira refere-se à parcela do território amazônico localizada no interior dos limites jurídicos brasileiros. A Amazônia transnacional, a seu turno, engloba todos os fragmentos nacionais do bioma. O primeiro conceito é útil para processos territoriais nacionais, ao passo que o segundo é mais importante para processos de âmbito transnacional. Já o conceito de região Norte remete ao recorte geográfico oficial do IBGE, de 1969, e trata de divisão estritamente político-administrativa, podendo haver porções do bioma amazônico fora dos limites do norte, por exemplo. Vale ressaltar que geógrafos como Milton Santos e Roberto Lobato Correa também utilizam o conceito, mas com sentidos distintos. Finalmente, o conceito de Amazônia Legal, diferentemente do conceito da “região norte”, não obedece a regiões político-administrativas, mas foi formulado como instrumento de ordenamento territorial a partir de critérios como nível impacto ecológico, adensamento populacional, com fito programático de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da região.

Para Bertha Becker, a Amazônia é uma das incógnitas no contexto da Nova Geopolítica Logística do Século XXI. E a “incógnita do ‘heartland” amazônico dá-se justamente pela evolução do paradigma sociedade-natureza no povoamento e ocupação da região. O primeiro paradigma foi o da relação entre os rios, suas várzeas e a ocupação. Os povos ribeirinhos de parco meio técnico foram ocupando as margens da bacia amazônica; os rios eram circulação e segurança alimentar. A ocupação, no entanto, que remonta aos tempos das missões jesuíticas, salvo o ciclo da borracha, permanecem rarefeita. Com o regime militar inspirado na geopolítica de integração, segurança e soberania de Golbery, reforma-se a relação sociedade-natureza com a lógica das estradas de rodagem, que permitem interiorização inviável com as limitações dos rios. A paisagem muda. São estradas de rodagem, como a BR-230, somadas a esforço de colonização dirigida. Ressalta Becker ainda outro esforço de ocupação e desenvolvimento mediante a implantação do que ela denomina “vetor técnico-industrial”, cuja maior expressão é a Zona Franca de Manaus, voltada à transformação da antiga cidade da borracha em entreposto manufatureiro. A lógica economicista e soberanista desses investimentos teve êxitos em termos de renda e de ocupação

territorial, mas, igualmente, exacerbou impactos ambientais, agravados pelos enclaves de mineração, como é o caso de Carajás, e pelo avanço agrícola no "arco do povoamento adensado".

Os processos territoriais de âmbito nacional e transnacional se complementam. Os nacionais são aqueles conduzidos por Estados e que tem agentes adicionais a sociedade civil e as organizações (como as firmas) circunscritas a um território. No caso da ocupação dos rios amazônicos, o processo territorial foi de avanço e protagonismo das populações locais. Ainda no âmbito nacional, a ocupação via Zona Franca de Manaus teve maior impulso do Estado. No caso do âmbito transnacional, o processo territorial dá-se entre Estados distintos, tendo como protagonistas governos, diplomacias e forças armadas, mas também a sociedade civil, em especial, a transfronteiriça. A crise dos venezuelanos na fronteira com Roraima é sintomática dessa relação, assim como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA) de 1998 que fomenta políticas na Amazônia.

Os muitos recortes e visões que se tem sobre a Amazônia são retrato não somente da riqueza, diversidade e imensidão da região, mas, sobretudo, da preocupação ambiental com o futuro da região para as gerações futuras, é a incógnita do heartland. Bertha Becker que foi consultora ativa do Plano Amazônia Sustentável, sugere visão pragmática: imprimir vetor técnico-ecológico que traga desenvolvimento sustentável à região formando verdadeira Reserva de Valor sem os efeitos negativos da economia de fronteira.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado) 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Conceitos e diferenças conceituais entre Amazônia brasileira, Amazônia transnacional, região Norte e Amazônia Legal: 12/12**
   - 2.2. **O paradigma da relação sociedade-natureza que norteou o povoamento e a ocupação da Amazônia: 4,5/4,5**
   - 2.3. **Processos territoriais nacionais e transnacionais e seus agentes 12/12**

Resultado

Nota: **30,00**

Francisco Luiz Pinto da Rocha Santos
nota: ***30****/30*

A Amazônia, conforme a concebia Bertha Becker, representa um trunfo e um desafio para o Brasil, em cujo território se encontra o maior quinhão da floresta. A autora aduz auspiciosamente que a abundância de recursos naturais e a biodiversidade amazônicos poderiam sustentar um processo de desenvolvimento guiado pelo vetor eco-tecnológico, com potencial de retirar o Brasil da periferia dos fluxos e processos globais. Remanescem, contudo, grandes desafios, impostos inclusive pelas dinâmicas históricas que se operaram no território amazônico.

Em primeiro lugar, é necessário fazer uma distinção conceitual. A Amazônia transnacional corresponde à totalidade do bioma amazônico, que se estende por Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guianas, Suriname e Brasil. A Amazônia brasileira corresponde justamente à parcela da floresta que se encontra no território e sob jurisdição soberana brasileira. A região Norte, conforme definida pela divisão do IBGE de 1969/1970, é uma divisão administrativa, usada para fins estatísticos e para a elaboração de políticas públicas, cuja extensão corresponde em grande medida à Amazônia brasileira. A Amazônia Legal é um mecanismo criado para a consecução de políticas ambientais, correspondendo em boa medida à Amazônia brasileira, mas abrangendo também regiões de transição e mesmo de cerrado; define condições diferenciadas de desmatamento e aproveitamento de propriedades.

Embora todos esses conceitos apresentem interseções e convergências, nenhum deles tem exatamente a mesma abrangência geográfica. Ademais, diferenciam-se quanto à origem e ao escopo. A Amazônia transnacional é uma contingência natural, a brasileira relaciona o fator natural ao domínio territorial, a Região Norte é uma divisão administrativa e a Amazônia Legal é substrato para a elaboração de políticas ambientais.

Ao longo da formação territorial brasileira, e até hoje, a Amazônia representa uma fronteira pouco povoada – embora o desmatamento amazônico já bata os 20%. Da colônia até a República, predominaram iniciativas intermitentes de povoamento, como os Fortes Presépio e do Rio Negro, as missões jesuíticas, a missão de Pedro Teixeira e a exploração das drogas do sertão e, posteriormente, do látex. Trata-se do modelo várzea-rio-floresta, que foi incapaz de promover uma ocupação densa.

Embora se possam identificar iniciativas esparsas anteriores, é só a ditadura militar que implementará efetivamente o modelo Estrada-Terra firme, a exploração econômica pelo viés técnico-industrial. Sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional, que retoma parcialmente o pensamento político de Mário Travassos, que

justificou a Marcha para o Oeste na Era Vargas, busca-se suprir o vazio demográfico da Amazônia. Médici buscará promover a colonização da região, dando "terras sem homens" para "homens sem terra". Antes disso, já fora criada a SUDAM. Nos governos militares da década de 1970, inseridos no vetor técnico-industrial, detectam-se diversas iniciativas econômicas com pouca preocupação ambiental, entre as quais se podem identificar a Transamazônica e a catastrófica hidrelétrica de Balbina. Buscava-se ainda que a ocupação do Centro-Oeste transbordasse para o Norte. Com a crise dos anos 80, os projetos na região arrefeceram.

Apesar da miríade de iniciativas, a Amazônia continua pouco povoada. No entanto, é notável que desde a década de 1990, com o Código Amazônico, o vetor tecnoindustrial parece vir sendo substituído pelo vetor eco-tecnológico. O Programa Amazônia Sustentável, de 2007, consagra o pensamento de Becker acerca do uso estratégico da abundância natural amazônica. Ao mesmo tempo, obras como a construção de Belo Monte, em plena Amazônia Central (conforme divisão do PAS) mostram que a incógnita do heartland permanece irresoluta.

Os processos territoriais podem ser definidos como as dinâmicas, produtivas ou não, que visam a modificar ou orientar os usos do território, tocado por agentes públicos ou privados. Na Amazônia, um processo nacional identificável é a expansão da fronteira agrícola, empreendida tanto pelo próprio agrobusiness como por pecuaristas e grileiros, ou o PPCDAm, empreendido pelo Estado para fiscalizar as atividades irregulares. Processo territorial transnacional é, por exemplo, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, inspirada nas ideias de Meira Mattos, que apregoa a colaboração no usufruto dos recursos amazônicos.

A Amazônia é palco de diversos processos e de diversas dinâmicas. Cabe aos atores públicos e privados, nacionais e internacionais, garantir que prospere o ecodesenvolvimento de Bertha Becker em moldes sustentáveis e potencialmente perenes.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado) 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Conceitos e diferenças conceituais entre Amazônia brasileira, Amazônia transnacional, região Norte e Amazônia Legal: 12/12**
   - 2.2. **O paradigma da relação sociedade-natureza que norteou o povoamento e a ocupação da Amazônia: 4,5/4,5**
   - 2.3. **Processos territoriais nacionais e transnacionais e seus agentes 12/12**

Resultado

Nota: **30,00**

Nota média: Raphael Azevedo França
nota: ***26,25****/30*

Com o grande avanço do capital por meio da « inversão logística » para o Norte, incorporando a Amazônia à produção e escoamento de commodities, é possível perguntar se seu futuro ainda permanece uma « incógnita ». Porém, existem muitas Amazônias, todas elas desafiadas pela necessária transformação do histórico paradigma destrutivo de povoamento e de ocupação em modelo de desenvolvimento sustentável que traga prosperidade para seus habitantes sem implicar em desmatamento ou em assassinatos. É um processo territorial tanto nacional quanto transnacional, por isso, essencial para a diplomacia que almeja que a Amazônia seja vetor de cooperação entre os povos que a habitam, criando paradigma de sustentabilidade.

Existem diversas Amazônias. Bertha Becker, em sua « incógnita do Heartland », a dividiu em três: a Amazônia Oriental, parte do Arco do Povoamento Adensado; a Amazônia Central, fulcro da própria « incógnita », com seus espaços preservados confrontados aos vetores de atividades humanas; e a Amazônia Ocidental, território que concentra a maior parte das reservas. Três tempos de Amazônia que remetem à cronopolítica de Virilio. A Amazônia brasileira é aquela que abrange todo o bioma no território nacional, o que inclui a totalidade da região Norte e parte dos Estados do Mato Grosso e do Maranhão. A Amazônia transnacional inclui os países que formam a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), incluindo Brasil, Guiana, Suriname, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia, além da Guiana Francesa. Mais de 60% da Amazônia está no Brasil. A região Norte é formada pelos estados do Tocantins, Pará, Amapá, Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia. A Amazônia Legal, por sua vez, corresponde à área de demarcação exata de atuação de organismos como a SUDAM, o que abrange a região Norte nos territórios onde se encontra o bioma amazônico, parte do norte de Mato Grosso e o oeste do Maranhão. As diferenças entre estes conceitos permitem apreender a complexidade da análise da dicotomia desenvolvimento-preservação, pois existe pluralidade de fronteiras que dão as dimensões locais, regionais, estaduais, nacionais e transnacionais dos desafios da Amazônia como patrimônio comum, que não mais pode ser compreendida como «anecúmeno» dos tempos de Golbery.

Portanto, o primeiro paradigma de povoamento da Amazônia na relação homem-natureza, após a chegada dos ibéricos, foi o de ocupar um « vazio ». Belém é fundada em 1616 em reação à criação da francesa São Luís, no contexto da União Ibérica. Expedições, como a de Pedro Teixeira, partem da foz do Amazonas e chegam a Quito. A ação da ocupação portuguesa utilizará as águas em busca das drogas do sertão e na catequização dos indígenas. As bandeiras e monções via Guaporé permitem incorporar a Amazônia ao mito da Ilha Brasil. Houve lógica geopolítica com os tratados de Madri, El Pardo e Santo Ildefonso que asseguraram a posse portuguesa mesmo com a ultrapassagem de

Tordesilhas. Foi o caminho natural da hidrografia que se buscou defender com a construção de diversos fortes e mesmo com a transferência de toda uma cidade sitiada no Marrocos, Mazagão, para o Amapá, sob Pombal, conforme conta Laurent Vidal. Opunham-se indígenas, há milênios em convívio com a natureza, enquanto os lusos buscavam impor suas formas sociais naquele território. A descoberta da borracha no final do século XIX impulsiona o início da « floresta urbanizada » conforme Becker, com a imigração de nordestinos para o Acre em busca de seringais e fugindo da seca, a incorporação deste Estado pela ação do Barão do Rio Branco, o auge e o declínio de Belém e Manaus. A Fordlândia surge como experimento inédito que fracassa diante dos seringais asiáticos, frutos da biopiratraria inglesa. As expedições de Roosevelt, Rondon e dos irmãos Villas Bôas revelam o tamanho do desconhecimento diante desse vasto território. Vargas estimula a ocupação de suas franjas com a « Marcha para o Oeste », mas estes « fundos territoriais », para Moraes, começam a ser definitivamente incorporados com o rodoviarismo e o Plano de Metas de JK, cujo um dos maiores símbolos será a Belém-Brasília. Na Escola Superior de Guerra desenvolve-se a Doutrina de Segurança Nacional e ocupação dos « anecúmenos ». A criação da Zona Franca de Manaus e a construção da Transamazônica sintetizam lemas como « integrar para não entregar », « homens sem terras para terras sem homens » e « a pata do boi vai conquistar a Amazônia », evidenciando o paradigma autoritário de ocupação durante a ditadura. Becker aprofunda seus estudos nessa quadra histórica e, em reação à CNUMAH de 1972, criou-se a SEMA e começa-se a mudar o paradigma de povoamento. Por um lado, construíram-se hidrelétricas, como Balbina, Tucuruí e Belo Monte, minas, como em Carajás, e avançou-se com o gado e a soja oriundos do Centro Oeste; por outro lado, criou-se o IBAMA, o MMA, a Funai, o PPcdAM, o Plano Amazônia Sustentável e diversas reservas naturais e indígenas, o que revela ambivalência na relação sociedade-natureza.

Um processo de âmbito nacional no território é aquele contido em suas fronteiras, normalmente conduzido pelo Estado para assegurar sua posse de um território, conforme a acepção realista de que « território é poder ». O Plano de Metas de JK, com sua concepção neobismarckiana de ocupar o « Heartland » brasileiro pelo binômio transporte-energia, cujo vetor principal foi a construção de Brasília, demonstrou como agentes estatais e privados, de intelectuais a empresários, executaram projeto impulsionador de processo territorial de âmbito nacional que já vinha se desenvolvendo há séculos. Um processo territorial de âmbito transnacional ultrapassa as fronteiras de um Estado, normalmente reforçando as conexões sinápticas em espaços transfronteiriços e criando vetores que podem atravessar diversos países. A IIRSA, no âmbito do COSIPLAN da UNASUL, com intuito, particularmente, de criar conexões latitudinais na América do Sul, conectando o Atlântico ao Pacífico, é exemplo de processo territorial transnacional cujos agentes vão de governos nacionais a sociedade civil passando por potências extrarregionais e grandes corporações.

_AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado) 0,75/1,5
2. Desenvolvimento do tema
   - 2.1. Conceitos e diferenças conceituais entre Amazônia brasileira, Amazônia transnacional, região Norte e Amazônia Legal: 9/12
   - 2.2. O paradigma da relação sociedade-natureza que norteou o povoamento e a ocupação da Amazônia: 4,5/4,5
   - 2.3. Processos territoriais nacionais e transnacionais e seus agentes 12/12

Resultado

Nota: **26,25**

Pior nota: Anônimo
nota: ***18,75**/30*

As diferentes formas de produção do espaço geográfico pela técnica acarretam a formação de múltiplos territórios e territórios múltiplos, de acordo com Rogério Haesbaert. Essa dinâmica é particularmente visível em relação à multiterritorialidade da Amazônia. A existência dos diferentes conceitos de Amazônia Brasileira, Amazônia Transnacional, Amazônia Legal e região norte apontam para o duplo processo —material e simbólico — de apropriação territorial discutido por aquele autor. É, ainda, exemplificativa da existência de diferentes espaços-tempos em que se inserem os territórios, consoante a análise de Bertha Becker.

Os conceitos que se referem, em diferentes graus, ao bioma amazônico respondem a necessidades práticas e teóricas distintas de planejamento territorial. A região Norte, segundo critério do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), diz respeito ao conjunto geográfico formado pelas unidades da federação do Amazonas, Roraima, Rondônia, Acre e Pará. A Amazônia brasileira, por sua vez, corresponde à região coberta pelo bioma amazônico, que inclui a Amazônia Oriental, a Amazônia Central e a Amazônia Ocidental. Essa última definição consiste na Amazônia Legal, a qual Bertha Becker qualificou de "incógnita do heartland". Para Becker, a principal questão relativa ao futuro da Amazônia — região que a autora chamou de "floresta urbanizada, em razão dos desdobramentos urbanos na região desde a criação da Zona Franca de Manaus — diz respeito ao aproveitamento do heartland da Amazônia Legal. De fato, a floresta "estática" não é capaz de gerar valor, de modo que, sem uma estratégia de desenvolvimento sustentável voltada para suas riquezas biológicas, esse capital seria, com o tempo, substituído pelo avanço da agropecuária. A adoção do PPCDAM e do Plano Amazônia Sustentável (PAS, 2008) visou a criação de um modelo específico para o bioma. Contudo, o avanço do desmatamento nos últimos anos ameaça o seu bom êxito. Conceitualmente, ainda, vale ressaltar que a Amazônia transnacional engloba o bioma por completa, o qual se estende por variadas países, como Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela.

Como argumenta Becker, o paradigma de relação sociedade-natureza orientou o povoamento e o desenvolvimento da Amazônia. O modelo ocupação dos habitantes indígenas nativos, caracterizado por uso não predatório dos recursos e pela ausência de base física territorial permanente em muitos casos, foi, desde o século XIX, substituído por aquele dos colonizadores e colonos portugueses. A viagem de Pedro Teixeira, da região do Pará até Quito, no Equador, foi pioneira nesse processo. Nos primeiros séculos, predominou a forma de apropriação material da Amazônia. Como apontou Antonio Carlos Robert de Moraes, a ocupação portuguesa do Brasil tinha na expansão territorial e na ocupação a sua principal base de poder. Essa dinâmica, na região amazônica, deu-se sob a lógica da "Amazônia dos rios", na expressão de Becker. As vias fluviais

eram, com efeito, as principais rotas de acesso às riquezas desse bioma, das variadas “drogas” à própria borracha, cujo ápice foi do final do século XIX até 1912. O paradigma sociedade-natureza prevaleceu até o século XX, na medida em que as técnicas, que realizam a mediação entre ambas, eram muito incipientes. De qualquer forma, o modelo de Turner da fronteira móvel, que se expande conforme os recursos do território são consumidos, é adequado para explicar a ocupação da Amazônia até o PAS. O desejo de “integrar para não entregar”, do regime militar, simbolizado pelas obras da Transamazônica, inclui-se nesse processo, ainda que sob o signo da expansão do meio técnico-científico-informacional.

Um processo territorial de âmbito nacional é aquele cujos fatores determinantes e consequências restringem-se ao território de um único Estado soberano. Por sua vez, o processo territorial de âmbito transnacional ocorre quando os fatores determinantes estão localizados através de fronteiras de Estados soberanos, ou, alternativamente, quando as suas implicações não respeitam essas fronteiras. Há, também, os casos em que tanto fatores quanto implicações estão distribuídos através de fronteiras de diferentes territórios nacionais. Exemplo significativo de processo territorial nacional é a exploração de minério de ferro na província mineralógica da Carajás, no Pará. Embora essa exploração tenha revolucionado a produção desse mineral e alterado os mercados mundiais dessa commodity, seus efeitos territoriais são exclusivamente brasileiros. No caso dos processos territoriais supranacionais, pode-se citar o confisco forçado de terras da minoria Rohingya em Mianmar, levando adiante pela maioria budista com respaldo militar. Consequência transnacional foi o intenso fluxo migratório para países vizinhos, como Bangladesh e Tailândia.

A ocupação e o uso dos espaços geográficos obedecem a diferentes necessidades e interesses. Nesse sentido, a conceituação utilizada para se referir aos territórios, sejam eles distintos ou não, é relevante indicativo a respeito do papel que lhes é atribuído. A presença de processos territoriais nacionais e transnacionais é igualmente relevante para essas definições.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado) 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **Conceitos e diferenças conceituais entre Amazônia brasileira, Amazônia transnacional, região Norte e Amazônia Legal: 9/12**
    - 2.2. **O paradigma da relação sociedade-natureza que norteou o povoamento e a ocupação da Amazônia: 2,25/4,5**
    - 2.3. **Processos territoriais nacionais e transnacionais e seus agentes 6/12**

Resultado

Nota: **18,75**

GEOGRAFIA

banca:
Everaldo Batista da Costa
Fernando Luiz Araújo Sobrinho

_questão 3

Os geógrafos dos anos sessenta do século passado atribuíram tudo ao espaço. Hoje em dia, eles falam mais comumente de território. Essa mudança reflete, em parte, os debates epistemológicos internos à geografia, que é, sobretudo, testemunha de uma profunda transformação do mundo e de uma mutação correlata das maneiras de compreendê-lo. Concorrem para isso o declínio das ideologias de dominância econômica, tão populares durante os "Trinta Gloriosos", a atenção mais perspicaz dada à maneira pela qual os homens vivem o seu meio e a fragilização das identidades, desencadeada pelo declínio das filosofias da história que serviam para interpretar o mundo. A partir de agora, é aos lugares e aos territórios e àquilo que os diferencia que muitos se referem para dizer o que eles são e em que se distinguem uns dos outros.

Paul Claval. **O território na transição da pós-modernidade. GEOgraphia**, *1999, n.º 2, ano 1, p. 29-54 (com adaptações).*

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter unicamente motivador, disserte sobre as abordagens espaciais e(ou) territoriais, no campo do saber geográfico, durante os seguintes períodos:

1. fase inicial do determinismo ou ambientalismo geográfico;

2. fase inicial da geografia crítica radical;

3. fase emergente da geografia humanista.

Extensão máxima: 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]

Distribuição das notas

Padrão de resposta da questão 3

1. Abordagens espaciais e(ou) territoriais, no campo do saber geográfico, durante a fase inicial do determinismo ou ambientalismo geográfico

A constituição científica da geografia, ao final do século XIX, é especialmente fundamentada no determinismo ambiental ratzeliano. Alguns pontos estruturantes dessa fase dizem respeito a i) desequilíbrios regionais vistos como originados de fatos naturais; ii) distância entendida como distância física impeditiva do desenvolvimento; iii) isolamento como fato geomorfológico; iv) pobreza encarada como fato geológico; v) visão geográfica de problemas históricos e socialmente determinados como portadores de um intransponível fundamento natural. A funcionalidade da concepção determinista esteve em fortalecer o senso comum, a ideologia das classes dirigentes e a superficialidade do nível científico. Essa geografia determinista evitou a reflexão política sobre os desequilíbrios regionais e o mascaramento das escolhas de política territorial dos grupos dominantes. Nessa fase, a incorporação da filosofia positivista contribuiu para que os fatos — problemas a serem interpretados ou dados estatísticos inertes a serem registrados ou classificados — fossem tomados na dimensão geométrica do mundo. O ambiente deixou de ocupar um lugar privilegiado na história da geografia não porque o determinismo geográfico faça a geografia centrada em questões causais, mas porque a visão determinista ou ambientalista é funcional à ideologia e à concepção do mundo e da sociedade que dominam a época capitalista. O determinismo geográfico reflete de forma mistificada a condição de alienação do território em relação ao homem. Para o determinista, o território, no

sistema capitalista, torna-se uma força autônoma que se contrapõe ao homem e o domina. O problema do determinismo dos positivistas não é tanto descrever a submissão do homem à “natureza”, mas, não vendo eles a especificidade histórica e social dessa dominação, buscar mistificá-la ou interpretá-la como natural e biológica, sendo ela, na verdade, somente social e historicamente determinada.

2. Abordagens espaciais e(ou) territoriais, no campo do saber geográfico, durante a fase inicial da geografia crítica radical

A relação social não é relação natural. O território não é uma objetividade natural que domina a sociedade. A natureza social não é sociedade natural; há, pois, que penetrar na mistificação real que o modo de produção capitalista realiza. As novas questões sociais emergentes nos anos de 1960 a 1970 — ou seja, problemáticas urbanas, exponente migração, feminismo, movimentos ecológicos, emancipação de minorias, afirmação da cidadania e outros — exigiram novo arcabouço geográfico, quando, então, ganhou respaldo a geografia crítica radical de inspiração marxista. O debate da produção do espaço, na dimensão da economia política, fortaleceu a recusa em “naturalizar” os fatos sociais. Essa corrente fez da própria sociedade a realidade primeira e do espaço geográfico o equivalente da totalização ou o devir social. Entre os diferentes autores que podem ser citados para explicar esse momento importante da geografia e o tratamento do espaço e do território, destacam-se Milton Santos, com a obra Por uma Geografia Nova, e David Harvey, com A justiça social e a cidade, estudiosos que indicam as raízes históricas e as determinações sociais do espaço. O espaço deixou de ser externo ao homem, organizado por ele, para ser produto desse homem pelo trabalho; por isso, a noção de produção do espaço. A sociedade, assim, só poderia ser analisada e compreendida, em cada momento do tempo, por meio da periodização do espaço geográfico, reciprocamente.

3. Abordagens espaciais e(ou) territoriais, no campo do saber geográfico, durante a fase emergente da geografia humanista

A geografia humanista reforça, após o período de 1970 a 1980, o homem como medida de todas as coisas, de forma que o espaço e suas propriedades não se resumem a medidas numéricas, e o espaço é sempre um lugar ou um território, extensão carregada de significações variadas, de acordo com uma perspectiva mais integrada do espaço com seus valores definidos e definidores de lugares e de territórios. Nessa abordagem, a ação humana tem um contexto físico-social; ainda que se parta de um enfoque antropocêntrico, a ação humana deve ser entendida no seu contexto mais amplo. O conceito de território e de lugar, nessa corrente, fundamentado na atribuição de valores às coisas que nos cercam, incorpora o homem como produtor de cultura e de identidade; e o ato de generalização teórica não pode perder

de vista as particularidades, pois são estas de fato as fundadoras da cultura, uma vez que abstrações explicativas lógicas partem de premissas globais falsas, que reduzem a importância dos artesãos da atividade humana, isto é, os artífices da cultura, dos valores, das significações. Para o geógrafo humanista, generalizar significa negligenciar as propriedades fundamentais dos contextos particulares. Essa corrente está ligada a uma busca filosófica fenomenológica e também hermenêutica, que adota um método em que são reconhecidos contextos próprios e específicos de cada fenômeno, na arte da interpretação das linguagens, dos signos e de seus valores simbólicos. Essa geografia favorece, ainda, a aproximação da ciência e da arte, de tal forma que o território e o lugar constituem conceitos de mediação entre a vida e o universo de representações — meio mais livre e espontâneo da manifestação das culturas e suporte das identidades ou de sua inscrição espacial por intermédio de valores e significações de sujeitos e de grupos sociais territorializados ou em processo de territorialização.

Luiz Filipe Maciel Gomes
nota: ***16,75****/20*

Os conceitos geográficos de território, espaço, lugar e paisagem são centrais para o entendimento das diversas correntes que compõem o campo do saber geográfico. A ênfase dada por cada corrente da geografia a tal ou qual conceito diz bastante acerca das linhas teóricas defendidas. A escola clássica, aquela de viés crítico e a humanista trabalham conceitos de maneira distinta, de forma que, por meio da identificação dessas diferenças é possível traçar características básicas de cada uma dessas correntes.

A escola clássica da geografia, representada pelas correntes determinista e possibilista, dá especial atenção ao conceito de território. A doutrina determinista de Friedrich Ratzel, fortemente influenciada por Ritter e Humboldt, insere-se no contexto da formação do Estado Alemão. Em razão disso, encontra no conceito de território o seu centro de gravidade. Ratzel atribui ao conceito de território a fonte e a limitação do poder de um Estado nacional. Fonte de poder, pois apenas por meio do controle do território uma entidade estatal pode presumir a sua existência; limitação do poder à medida que é só e apenas sobre o território que um Estado exerce poder, visto que a jurisdição estatal vai até as fronteiras do Estado. De forma similar, Ratzel atribui ao território a fonte e a limitação da identidade nacional: território reuniria aqueles que compartilham dada identidade cultural particular. Embora Ratzel fale em “espaço vital”, o Estado encontraria seus recursos de poder no território sobre o qual exerce jurisdição. A fim de maximizar poder e de garantir o desenvolvimento de seu povo, caberia ao Estado expandir suas fronteiras para angariar mais recursos de poder que viabilizassem os objetivos do Estado.

Para a geografia crítica, representada na figura de Milton Santos no Brasil e de geógrafos como Yves Lacoste e David Harvey fora do país, o conceito central passa a ser o espaço. Para essa corrente geográfica, que engloba diversas tendências diferentes, o espaço funcionaria como, ao mesmo tempo, conteúdo e contingente, pois agregaria tanto elementos sistêmicos quanto os agentes que conformam o sistema. Seria, como afirma Milton Santos, uma forma-conteúdo em que um processo vivo de construção tem lugar. Milton Santos trabalha, para além do conceito de espaço, aquele de paisagem. Para o autor baiano, o conceito de paisagem seria importante, pois é através dele que se percebem as “acumulações desiguais de tempo”, que são centrais para as análises geográficas. Ao afirmarem que nada ocorre despropositadamente, centram no conceito de espaço a sua crítica, pois este ofereceria os instrumentos e revelaria os agentes que atuam na construção da história e na transformação da sociedade.

A geografia humanista, por sua vez, a despeito de reconhecer a importância teórica do conceito de espaço, conferindo-lhe lugar de destaque em suas análises, na prática operacionalizam outros conceitos

que valorizem uma perspectiva mais subjetiva da realidade. Embora tenham o conceito de "espaço vivido" como fundamental, conceitos geográficos como paisagem, lugar e território ganham fôlego renovado. O conceito de paisagem reforça a subjetividade que marca a geografia humanista. De modo similar, os conceitos de lugar e não lugar estariam impregnados de sentido, ao passo que as dinâmicas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização também seriam importantes. A subjetividade que marca a corrente humanista atribui, portanto, a diversos conceitos papel fundamental , cabendo ao "espaço vivido" função privilegiada justamente por evidenciar a importância que a corrente dá para experiências pessoais, individualidades e particularismos.

Os debates epistemológicos da geografia fizeram com que os diversos conceitos geográficos fossem valorizados e desprestigiados ao longo do tempo. Não obstante, diversas correntes geográficas coabitam o mundo na atualidade, de forma que cada uma atribui papel de destaque ao conceito que ilustra melhor seu pensamento. (40 linhas)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
    2.1. **Fase inicial do determinismo ou ambientalismo geográfico: 6/6**
    2.2. **Fase inicial da geografia crítica radical: 4,5/6**
    2.3. **Fase emergente da geografia humanista: 5,25/7**

Resultado

Nota: **16,75**

Osvaldo Quirino de Souza Filho

nota: ***16,75****/20*

O desenvolvimento da geografia, enquanto ciência autônoma, ocorreu sobretudo na segunda metade do século XIX, na região que corresponderia à Alemanha unificada. Conforme assinala Paul Claval, o espaço era o conceito central dos teóricos desse período. Após a época dos grandes inventários e descrições de paisagens e sistemas naturais realizadas por von Humboldt, a penetração do positivismo nas ciências naturais alemãs levou à formação de teorias baseadas em pressupostos, conceitos e leis. Friedrich Ratzel, autor de Antropogeografia, e expoente do determinismo geográfico, sustentou que a expansão territorial dos Estados é um imperativo. Segundo a perspectiva ratzeliana, existe uma relação dinâmica entre solo e população, porquanto aquele é o principal responsável pela manutenção desta. No entanto, uma vez que a população cresce a ritmos exponenciais, enquanto a capacidade produtiva do solo obedece a uma progressão aritmética (não geométrica), ocorrem desníveis entre necessidades de demanda alimentar e oferta de terra. O Estado, pois, tem incontrastável incentivo para ampliar seu território, o que justifica a tese Ratzel segundo a qual "espaço é poder". Vale notar, conforme Bertha Becker, que as representações espaciais, nesse sentido, ofereceram fatores em prol da unificação alemã que haviam sido "negados pela história".

Por sua vez, a geografia crítica radical surgiu no pós-Segunda Guerra Mundial. Se os desdobramentos das teses deterministas tinham contribuído para a eclosão do conflito (como exemplifica a forte influência de Karl Haushofer sobre Hitler), os avanços tecnológicos, como a "Revolução Verde", tornaram aquelas teses obsoletas. O marxismo foi fator determinante nessa virada epistemológica na geografia, similarmente ao que ocorreu em outras ciências humanas. Essa perspectiva negava a autonomia do homens na produção do espaço geográfico, na medida em que este era resultado das relações de produção ou infraestrutura. David Harvey é teórico relevante dessa escola. Com efeito, seu conceito de "acumulação flexível" é de grande valor heurístico na análise da mudança do paradigma organizacional da indústria, do fordismo para o pós-fordismo e toyotismo. Segundo Harvey, o capitalismo, de tempos em tempos, sofre processo de engessamento que dificultam a acumulação de capital, o que leva a uma reestruturação dos modos de produção. A ideia de Terceiro Mundo, de Alfred Sauvy, guarda relação com as perspectivas marxistas, bem como a divisão do mundo entre centro e periferia o faz. No Brasil, o principal expoente da geografia crítica foi Milton Santos, com vasta obra e relevantes contribuições conceituais, como os circuitos "superior" e "inferior" da economia, que são interdependentes.

A fase emergente da geografia humanista corresponde aos anos 1980 e 1990. Diante da irrelevância atribuída ao indivíduo na produção do espaço geográfico pelos marxistas, os geógrafos humanistas

sublinharam aspectos subjetivos que se relacionam ao meio geográfico. Ganhou relevância, nesse contexto, o conceito de "lugar", o qual pressupõe relações entre homem e espaço no plano dos sentimentos. As paisagens, enquanto acúmulo desigual dos tempos, também são valorizadas, porquanto cristalizam não só processos materiais levados a efeito pelo homem, mas também valores, referências culturais e históricas. Os esforços nacionais e internacionais em prol da proteção de bens culturais e paisagísticos, implementados por órgãos como IPHAN e UNESCO, são exemplificativos dessa tendência humanista. A inclusão recente do Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, como patrimônio histórico universal denota a relevância das relações humanas na produção espacial.

As mudanças paradigmáticas da ciência da geografia exemplificam diferentes modos de compreender o espaço. Assim, colaboram na explicação dos diferentes fenômenos que, no decorrer do tempo, alteraram a relação homem-sociedade.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **Fase inicial do determinismo ou ambientalismo geográfico: 6/6**
    - 2.2. **Fase inicial da geografia crítica radical: 4,5/6**
    - 2.3. **Fase emergente da geografia humanista: 5,25/7**

Resultado

Nota: **16,75**

Bernardo Andrade Vaz de Faria Pereira
nota: ***16,75****/20*

A forma de percepção do substrato espacial da existência determina ênfases e perspectivas epistêmicas acerca da relação do homem com o espaço que o cerca. O determinismo geográfico, por exemplo, que tem Ratzel e seus seguidores como maiores expoentes, privilegiam o conceito de território em sua abordagem do espaço. Para eles, o território representa a fonte e o limite da identidade, da identificação de um grupo (em geral, nacional) como unidade, bem como fonte e limite do poder, que só pode ser exercido sobre um território de sua jurisdição. Outrossim, os deterministas possuíam uma visão orgânica do Estado, que desenvolveria e cresceria de acordo com os recursos presentes em seu solo ("Boden"), que determinariam um espaço vital („Lebensraum"), isto é, uma quantidade mínima de recursos necessária para cada Estado. A partir dessa visão orgânica de Estado era possível, pois, estabelecer leis para seu crescimento, que sempre se daria a partir de seu "órgão periférico": as fronteiras. Esta percepção do espaço privilegiava, pois, a geografia política, compreendida como relação dos Estados estudado a partir do seu território, que incluiria um desenvolvimento desta teoria, os recursos, a posição geográfica e a configuração física de um país. Por fim, acreditava-se que o espaço e suas características determinavam não só o desenvolvimento do Estado, como o caráter de um povo e suas possibilidades. Camille Valaux relativizará tal percepção, acreditando em uma capacidade de adaptação ativa dos homens, e na prevalência do tempo sobre o espaço na determinação da evolução de um povo ou nação.

A geografia crítica radical, por sua vez, desenvolveu preferencialmente o conceito de espaço como forma e conteúdo das relações do homem com a natureza, sendo, assim, capaz de revelar padrões de explicação econômica e as preferências humanas e estatais pela competitividade e rivalidade. A geografia crítica percebia nas divisões do espaço por regiões ou funcionalidades quantificáveis (como na Geografica Quantitativa) a expressão da Geografia à serviço dos Estados e da guerra. Ademais, o espaço, continente e conteúdo de relações sociais medidas pela natureza, é moldado pelo homem para realizar e justificar certas dominações, revelando, também, as diferentes fases e processos de desenvolvimento econômico, uma vez que são frutos de uma acumulação desigual de tempos.

Por fim, a geografia humanista abandona essa perspectiva eminentemente econômica em sua abordagem espacial para realizar uma valorização da experiência subjetiva com o espaço, tendo como referência a paisagem. Esta pode ser tanto natural, quanto cultural, de acordo com o desenvolvimento do conceito de paisagem cultural por Carl Sauer. A subjetividade dos espaços na geografia humanista estaria ligada também aos regionalismos, desenvolvidos por especificidades culturais, e que permitiriam desterritorializações e reterritorializações, como se percebe em centros de cultura gaúcha ou nordestina

espalhados por diferentes regiões do Brasil. Por fim, a geografia humanista evidencia o conceito de lugar, como ponto de convergência de experiências subjetivas em relação ao espaço, ou a ausência delas, como o conceito de não-lugar de Marc Augé. (40 linhas)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **Fase inicial do determinismo ou ambientalismo geográfico: 6/6**
    - 2.2. **Fase inicial da geografia crítica radical: 4,5/6**
    - 2.3. **Fase emergente da geografia humanista: 5,25/7**

Resultado

Nota: **16,75**

Nota média: Bernardo Macêdo Alves de Morais
nota: ***13,75****/20*

Com a evolução do pensamento geográfico, as noções e as abordagens espaciais sofreram mudanças decorrentes dos objetivos sociopolíticos que buscavam atingir. Conforme Wallerstein, toda teoria serve para alguém e para algum objetivo; portanto há que se inserir os modelos epistemológicos da geografia em seus respectivos contextos, para melhor compreender suas abordagens espaciais. Nesse sentido, o determinismo geográfico, a geografia crítica e a geografia humanistas apresentam três abordagens diferentes.

O determinismo geográfico foi desenvolvido na Alemanha por Friedrich Ratzel, durante o século XIX, no contexto da unificação dos Estados germânicos. Ratzel defendeu a profunda relação entre o homem e o solo ("boden") em uma posição de subordinação do primeiro. A lógica territorial, para Ratzel, era marcada por relações de poder, uma vez que o território fornecia recursos de poder e um elemento de identidade para a sociedade. Nesse sentido, formulou o conceito de "espaço vital" (lebbensraum) para defender que as sociedades precisavam de um território mínimo para se defender e prosperar. Essa relação entre espaço e poder (territorialidade) levou muitos a afirmarem que Ratzel foi o "pai da geopolítica", favorecendo uma abordagem espacial focada no conceito atualmente chamado de território. Essa abordagem, marcada pelo poder e pela identidade, representava a lógica sociopolítica da formação do Estado alemão unificado, que veio a ocorrer em 1871. Como legado, a teoria determinista forneceu ferramental adequado para estudos de relações entre o ambiente e o homem – muitas vezes preconceituosas – e para as relações de poder no espaço – muitas vezes com fins expansionistas.

No pós-Segunda Guerra, sob influência do marxismo, surgiu a corrente da geografia crítica, representada por nomes como Yves Lacoste e, no Brasil, Milton Santos. A preocupação da geografia crítica é de identificar as formas como as desigualdades socioeconômicas se manifestam espacialmente. Para isso, os críticos utilizaram o conceito de espaço geográfico como uma sobreposição de paisagens (paisagem testemunhos) e de relação destas com os usos socioeconômicos culturais. A abordagem espacial que inter-relaciona o espaço à atividade nele exercida permite identificar mecanismos de exclusão do sistema capitalista, formando centros e periferias que se manifestam por meio da paisagem. A finalidade desse modelo epistemológico é analisar, por meio das relações espaciais, meios de superação da subordinação socioespacial às atividades do capital, de modo a gerar relações mais justas e equilibradas.

A geografia humanista teve a função de incorporar maior subjetividade à análise espacial, de modo a incorporar a experiência humana. Surgem, assim, conceitos como "espaço vivido" e lugar, para expressar relações subjetivas com o espaço. Rompe-se com o modelo positivista de uma epistemologia objetiva,

criando verdadeiras relações de afetividade na abordagem espacial. Os seres humanos apresentam relações de topofilia e de topofobia com os espaços que interagem, de acordo com as experiências vividas com o espaço. Retoma-se a concepção de paisagem cultural para subjetivar a abordagem espacial. Nações como distância e tempo de deslocamento cedem espaço para a relação afetiva com aquele lugar. Passa a importar, no modelo, o quão agradável é o lugar, se já se passou por más experiências (assalto, trânsito, acidente) ou por boas experiências. A geografia humanista tem como maior contribuição a quebra da rigidez de um modelo amplamente positivado e objetivizado, legado da geografia quantitativa, oferecendo uma abordagem subjetiva.

Os modelos de abordagem espacial apresentados foram bem-sucedidos em seus objetivos epistemológicos, no momento em que foram criados. Cada "escola" foi capaz de desenvolver ferramental teórico adequado para análises com fins específicos, seja de estudo das relações territoriais, do sistema capitalista e suas desigualdades, ou das experiências vividas no espaço. (39 linhas)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **Fase inicial do determinismo ou ambientalismo geográfico: 4,5/6**
    - 2.2. **Fase inicial da geografia crítica radical: 4/6**
    - 2.3. **Fase emergente da geografia humanista: 5,25/7**

Resultado

Nota: **13,75**

Pior nota: Anônimo
nota: ***8,50****/20*

Conceitos como espaço, território e lugar são fundamentais para o estudo da geografia. Ao longo do tempo, e de acordo com os debates epistemológicos da disciplina, esses conceitos foram evoluindo. Cabe, portanto, analisar as principais abordagens geográficas sobre o território, desde a concepção jurídico-política ratzeliana, até o desenvolvimento recente no âmbito da geografia humanista.

As primeiras definições do conceito de território encontram-se no determinismo geográfico, em especial na obra de F. Ratzel. Segundo o "pai da geopolítica", o território está relacionado diretamente ao poder. O Estado é, desse modo, ator central para a análise, e sua expansão territorial ocorre organicamente, respondendo às necessidades de desenvolvimento das sociedades. A anexação de novos territórios implica o aumento do poder econômico e político do Estado e seria, portanto, desejável. Ademais, considerando que o meio natural restringe, para o autor, as capacidades de ação dos seres humanos, a expansão dos limites político-jurídicos dos países, consubstanciada em aumento do território, ampliaria os meios disponíveis para o desenvolvimento das sociedades.

Segundo a geografia crítica radical, o território é onde ocorre a reprodução do capital. As disparidades criadas invariavelmente pelo capitalismo motivariam a divisão do trabalho entre países e entre indivíduos. O território seria, assim, onde ocorre a luta de classes e onde as perversidades do capital se manifestam.

A corrente da geografia humanista, por sua vez, destaca o conceito de lugar e de território. Os indivíduos mantém (sic) vínculos afetivos, simbólicos e culturais com o território, pois é nele onde se expressam, praticam seus costumes e reproduzem suas identidades. O território deixa de ser analisado, desse modo, a partir de perspectiva meramente política ou econômica, e os aspectos culturais e identitários de cada sociedade passam a ser valorizados.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,5/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **Fase inicial do determinismo ou ambientalismo geográfico: 3/6**
    - 2.2. **Fase inicial da geografia crítica radical: 1,5/6**
    - 2.3. **Fase emergente da geografia humanista: 3,5/7**

Resultado

Nota: **8,50**

GEOGRAFIA

banca:
Everaldo Batista da Costa
Fernando Luiz Araújo Sobrinho

_questão 4

Os brasileiros formam atualmente a maior comunidade estrangeira em Portugal. São 85 mil pessoas — o que equivale a 20,3% dos 421.711 imigrantes que vivem no país. Os números, correspondentes ao ano de 2017, foram apresentados no Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo, elaborado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal.

Os dados sobre a imigração brasileira apontam um crescimento de 5,1% em 2017, em sentido inverso ao das quedas sucessivas registradas desde 2011. O total de brasileiros que vivem no país aumentou de 81.251 para 85.426. Os brasileiros também são o maior número entre os que pediram a cidadania portuguesa, com 10.805 pedidos em meio a um total de mais de 37 mil.

Segundo o levantamento, 81% dos estrangeiros em Portugal fazem parte da população ativa — os que fazem ou estão aptos a fazer parte da força de trabalho. Mais de dois terços dos imigrantes (68,6%) se concentram apenas em três cidades: Lisboa, Faro e Setúbal.

Brasileiros em Portugal chegam a 85 mil e são maior comunidade imigrante no país. Internet: jun./2018 (com adaptações).

Tendo o fragmento de texto anteriormente apresentado como referência inicial, redija um texto dissertativo que atenda ao que se pede a seguir.

1. Discorra sobre a política de atração de imigrantes para Portugal.

2. Destaque quatro motivações da imigração de brasileiros para Portugal.

3. Discorra sobre a preferência dos imigrantes brasileiros pelas áreas urbanas metropolitanas de Portugal.

Extensão máxima: 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]

Distribuição das notas

Padrão de resposta da questão 4

1. Política de atração de imigrantes para Portugal

1.1) Portugal apresenta um quadro de diminuição da população total, tanto pela saída de portugueses para outros países quanto pelo envelhecimento da população. Hoje, mais de um quinto da população residente em Portugal tem mais de 65 anos de idade, e estima-se que dentro de 30 anos essa proporção aumente para 35%. 72% das pessoas com mais de 65 anos de idade sofrem de doença prolongada, com particular incidência nas mulheres e nas pessoas de menores rendimentos;

1.2) Portugal se propõe a receber quadros altamente qualificados em áreas como a agricultura, com elevadas necessidades de contratação, assim como em setores fundamentais para a competitividade externa ou com elevado impacto do ponto de vista dos equilíbrios territoriais. Por outro lado, sustenta-se que deve ser estimulada a vinda de estudantes e pesquisadores estrangeiros, nomeadamente para mestrados e doutoramentos, já que isso tem um enorme potencial do ponto de vista da internacionalização das universidades portuguesas e de reforço do sistema científico.

1.3) Nos últimos anos, diversos países, entre eles Portugal, têm elaborado programas especialmente voltados para a atração de investidores estrangeiros pessoa física. Entre outras políticas adotadas,

destaca-se a concessão de facilidades migratórias, incluindo-se a possibilidade de residência permanente para o imigrante estrangeiro que atender determinados critérios, como montante mínimo a ser investido e a geração de empregos.

2. Motivações da imigração de brasileiros para Portugal

A comunidade brasileira em Portugal possui os mais variados perfis, das mais diversas classes sociais: o grande investidor que é requerente de um "Golden Visa"; o trabalhador altamente qualificado requerente do visto de trabalho; o estudante que busca uma experiência internacional; e mesmo o neto de cidadão português que pretende resgatar o passado da sua família. Assim, apesar de a imigração brasileira de alguma forma ser influenciada pela situação econômica do Brasil, parte deste fluxo de pessoas emigra por qualquer um dos motivos aqui destacados, razão pela qual a imigração brasileira em Portugal tem sido uma constante. Além desses, verificam-se também outros motivos que fazem o cidadão brasileiro optar por migrar para Portugal: familiaridade com a língua; clima mais ameno em relação a outros países europeus; possibilidade de naturalizar-se português; e segurança. Este último fator, sem dúvida, tem-se verificado como uma das principais razões da imigração de brasileiros para Portugal nos últimos dois anos.

3. Preferência dos imigrantes brasileiros pelas áreas urbanas metropolitanas de Portugal

A excessiva concentração das populações e das atividades econômicas nas grandes aglomerações econômicas leva a uma saturação do espaço urbano. Portugal tem uma rede urbana macrocéfala, isto é, de estrutura política e econômica centralizada e dominada por uma grande metrópole que monopoliza a vida econômica, cultural e social: Lisboa. No entanto, também é bicéfala, porque, juntamente com Lisboa, o Porto ocupa o topo da hierarquia e reparte com a primeira as funções de nível superior. Existe uma forte concentração urbana na faixa litoral entre Viana do Castelo e Setúbal, localizando-se aí o maior número de cidades e as maiores aglomerações urbanas (GAMP e GAML). No litoral algarvio existe um conjunto considerável de cidades, com destaque para Faro, cujo dinamismo se deve, em grande parte, ao turismo. No interior, as cidades são em menor número e, na sua maioria, de pequena dimensão. No entanto, tem-se assistido a certo crescimento demográfico de muitos desses centros urbanos, que atraem a população das áreas rurais envolventes (efeito aspirador). Os migrantes brasileiros partem de cidades grandes e médias no Brasil e procuram em Portugal atividades do setor terciário, desenvolvidas em grande parte nas maiores cidades.

Henrique Towata Sato
nota: ***20****/20*

Ainda que menos intensos em outros países europeus, os problemas enfrentados por Portugal no âmbito demográfico são o envelhecimento de sua população e a redução das taxas de natalidade, o que justifica uma política de atração de imigrantes, principalmente em idade economicamente ativa.

Diante dos altos índices de crescimento para padrões europeus e o nível de desemprego baixo, a política favorável à imigração portuguesa atende a necessidades econômicas atuais e futuras. A política de atração engloba facilidades de obtenção de visto mediante o atendimento de critérios como a compra de bens imóveis ou a realização de investimentos, incentivos para o estudo nos níveis de graduação e pós-graduação com o objetivo de fortalecer as universidades portuguesas e atrair imigrantes altamente capacitados e também programas voltados para a capacitação e inclusão de imigrantes que chegam com menor nível educacional e técnico para que se insiram no mercado de trabalho português.

Para os brasileiros, as dificuldades de um mercado de trabalho muito mais competitivo, já que integrado ao europeu, podem ser mitigadas por fatores de atração em Portugal e repulsão no Brasil. A recente crise econômica brasileira contrasta com o crescimento sustentado português e pode motivar a migração, assim como a facilidade da língua comum torna Portugal mais atrativo que outras alternativas. Redes sociais e familiares com portugueses ou imigrantes já estabelecidos em Portugal reduzem o risco da migração e podem oferecer uma rede de proteção diante de problemas iniciais ou mesmo facilitar a migração irregular. As ligações familiares e de ancestralidade também oferecem o potencial de naturalização e como decorrência o acesso a toda a União Europeia, sendo a migração (ainda sem naturalização) o passo inicial nesse processo.

A preferência dos migrantes brasileiros pelas grandes áreas urbanas portuguesas é multifatorial. As redes sociais e familiares reforçam o fluxo de pontos específicos para outros pontos específicos, o que pode explicar a preferência por determinados núcleos urbanos. Além disso, a possibilidade de inserção econômica legal ou extra-legalmente é facilitada em grandes centros, não só pelo maior tamanho da economia, como pela maior proporção de empregos no setor terciário, de média e baixa qualificação que não exigem, por exemplo, a revalidação de títulos acadêmicos. Outra explicação plausível é a maior receptividade desses centros metropolitanos a estrangeiros em comparação com o meio rural e pequenas cidades dado o cosmopolitismo decorrente e necessário para a articulação com redes internacionais europeias e mundiais, não só no meio corporativo como no acadêmico e institucional.

Pode-se considerar que a política migratória portuguesa é bem sucedida, na medida que consegue atrair muitos jovens de países lusófonos, incluindo um contingente qualificado. Isso se dá, no entanto, em detrimento de países como o Brasil, que deve repensar sua própria política de atração e retenção de jovens. (40 linhas)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Política de atração de imigrantes para Portugal: 6/6**
   - 2.2. **Motivações da imigração de brasileiros para Portugal: 8/8**
   - 2.3. **Preferência dos imigrantes brasileiros pelas áreas urbanas metropolitanas de Portugal: 5/5**

Resultado

Nota: **20,00**

Diógenes Novais da Cruz

nota: ***20**/20*

Em As leis da Migração, Ernst Ravenstein destaca fatores intersubjetivos de atuação e repulsão que geram fluxos migratórios. Milton Santos, por sua vez, destaca a relevância da acumulação de capital desigual e excludente no globo como promotor de tais deslocamentos. Com base nessas assertivas, é possível compreender parte das causas da recente onda migratória de brasileiros para Portugal.

Nos últimos anos, Portugal tem empreendido uma política de atração de migrantes, especialmente brasileiros. Esse esforço decorre do fato de que Portugal possui uma população relativamente envelhecida e com baixa taxa de crescimento. A transição demográfica no país já ocorreu, estando este situado na 4ª fase do modelo Thompson. Para incentivar a chegada de migrantes, o país tem assinado convênio de cooperação na área educacional, abrindo a porta de suas universidades. O Programa Erasmus, no contexto europeu, e Ciência Sem Fronteiras, no caso do Brasil, exemplificou essa dinâmica. Paralelamente, o governo português tem incentivado a chegada de novas empresas ao país, indicando seus baixos custos de produção e acesso privilegiado ao mercado europeu. Nota-se, portanto, a ênfase dada na atração de migrantes capacitados e com projetos de investimentos.

É possível destacar 04 grandes causas para a migração de brasileiros para Portugal. Comecemos com os fatores de repulsão. A economia é certamente a maior motivação da diáspora brasileira. Não se trata apenas do evidente desnível econômico entre Brasil e o país europeu. As expectativas econômicas no Brasil deterioraram-se, em razão dos quase quatro anos de recessão econômica. Portugal, por sua vez, vive um período de forte crescimento produtivo, decorrente das políticas anticíclicas adotadas pelo governo nacional e pelo Banco Central Europeu, o que claramente se constitui um fator de atração. Paralelamente, a percepção de violência nas cidades brasileiras aumentou. O medo de assaltos e sequestros tem levado parte da classe média e da elite nacional a buscar refúgio alhures. Isso explica não apenas o perfil dos indivíduos que migram, como o destino final de seu deslocamento, como visto a seguir.

Como fatores de atração, deve ser destacado o aspecto cultural e o papel das redes sociais. O fluxo de pessoas entre Portugal e Brasil é histórico, e decorre do passado cultural comum, cuja representação máxima é a Língua Portuguesa. Nesse sentido, vale observar que, na década passada, a migração ocorria majoritariamente em sentido contrário, em razão do elevado crescimento econômico brasileiro. A língua comum, portanto, é um facilitador. Além disso, a conformação de redes sociais, entre

brasileiros que já residem em Portugal e aqueles que se sentem incentivados a seguir o mesmo caminho, facilita e intensifica esse fenômeno.

A preferência dos migrantes brasileiros pelas áreas metropolitanas de Portugal decorre de diversos fatores. Primeiramente, cabe salientar que é primordialmente as classes média e alta brasileira que estão vindo a Portugal. Assim, percebe-se a prevalência de profissionais liberais e autônomos que pretendem expandir seus negócios para a Europa. Nesse sentido, as grandes cidades apresentam melhores oportunidades. Em segundo lugar, pode-se apontar a existência de universidades de excelência nessas cidades, como Lisboa e Coimbra, o que atrai os estudantes. Por fim, as redes sociais acabam por influenciar a escolha do destino final, visto que a existência de um amigo ou parente nessas áreas facilitam a adaptação.

Brasil e Portugal possuem um longo histórico de fluxos migratórios. A recente onda de migração brasileira para o país europeu, além de atender às necessidades demográficas e produtivas do país, parece basear-se em dinâmicas econômicas conjunturais, lastreada pelas redes sociais que se formaram ao longo dessa história.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Política de atração de imigrantes para Portugal: 6/6**
   - 2.2. **Motivações da imigração de brasileiros para Portugal: 8/8**
   - 2.3. **Preferência dos imigrantes brasileiros pelas áreas urbanas metropolitanas de Portugal: 5/5**

Resultado

Nota: **20,00**

Gabriela Ruggeri

nota: ***20****/20*

As migrações econômicas tendem a ser motivadas por fatores de atração e de repulsão. As disparidades de renda e de qualidade de vida geradas pelo desenvolvimento desigual do capital entre países e regiões são, portanto, relevantes para explicar os fluxos migratórios que não se enquadram no deslocamento forçado. Assim, cabe analisar as motivações que têm gerado crescimento nas migrações de brasileiros em direção a Portugal.

Portugal, assim como outros países europeus, sofre com o envelhecimento de sua população. A migração mostra-se, dessa forma, eficiente para atrair indivíduos já em idade ativa. No caso das relações entre Brasil e Portugal, existem, por exemplo, mecanismos que facilitam a residência de brasileiros no país europeu, a exemplo da figura do brasileiro equiparado, que pode, sob certas condições, exercer direitos políticos em Portugal. Recentes mudanças nas políticas de concessão de cidadania também tornaram mais simples a migração, dado o grande número de descendentes de portugueses no país. Cabe mencionar, ainda, a possibilidade de compra de cidadania, bem como o acordo de previdência entre Brasil e Portugal, que possibilita a residência de brasileiros aposentados no país sem que eles deixem de receber a aposentadoria brasileira.

As motivações para a migração de brasileiros em direção a Portugal relacionam-se a fatores de repulsão no Brasil, como baixo crescimento econômico e falta de segurança e de atração em Portugal. A vantagem de ambos países falarem português facilita a inclusão no mercado de trabalho e das crianças brasileiras nas escolas. O crescimento das oportunidades de emprego e de investimento em Portugal é outra motivação. Além disso, o passado colonial brasileiro gerou grande número de descendentes no Brasil que podem adquirir nacionalidade portuguesa originária. A adaptação de brasileiros também é facilitada por certa identidade cultural comum. Por fim, a alta qualidade de vida no país é outro fator de atração.

Os imigrantes brasileiros tendem a se estabelecer em áreas urbanas metropolitanas, como Lisboa, Faro, Setúbal e Cidade do Porto. As grandes cidades oferecem maiores opções de serviços e de consumo, bem como mais oportunidades de emprego. Há, igualmente, a possibilidade de estabelecimento nas cidades do entorno das grandes metrópoles, uma vez que o preço de moradia tende a ser menor e a proximidade com a metrópole permite que o imigrante usufrua dos mesmos benefícios sem morar lá. Além disso, o estabelecimento de comunidades brasileiras em regiões específicas fomenta o aparecimento de serviços e de comércio voltados exclusivamente para atendê-las, a exemplo de mercados e restaurantes

com produtos do Brasil. A criação de redes entre brasileiros emigrados em Portugal e brasileiros no país querendo emigrar gera, também, tendência de concentração de nacionais em áreas específicas de Portugal. (39 linhas)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **Política de atração de imigrantes para Portugal: 6/6**
    - 2.2. **Motivações da imigração de brasileiros para Portugal: 8/8**
    - 2.3. **Preferência dos imigrantes brasileiros pelas áreas urbanas metropolitanas de Portugal: 5/5**

Resultado

Nota preliminar: **18,00**

Nota final: **20,00**

COMENTÁRIO (RECURSO)

ARGUMENTAÇÃO DO QUESITO: 2.2

Caro professor:

Solicito, respeitosamente, a majoração de minha nota, pois deixei de obter um quarto da nota referente às motivações da imigração de brasileiros para Portugal.

Cada pequeno décimo de ponto pode garantir minha aprovação. Peço, assim, alguns poucos minutos de sua atenção. Segundo o enunciado, deveríamos apresentar ao menos quatro motivações. Em minha questão, destaquei diversos pontos, alguns, inclusive, que não estavam no padrão oficial de resposta:

a) Possibilidade de compra de cidadania (l.15)

b) Crise econômica no Brasil (l.20)

c) Problema de segurança no Brasil (l.20)

e) Facilidade por causa do idioma (l.21)

f) Maior facilidade de adaptação, inclusive para as crianças (l.21 e 26)

g) Grande número de descendentes portugueses no Brasil e, consequentemente, possibilidade de dupla cidadania (l. 24).

h) Melhor qualidade de vida do que no Brasil (l.26)

Solicito, assim, nova leitura de minha questão, tendo em vista que apresentei mais do que quatro motivações para a imigração de brasileiros para Portugal, e que elas são válidas e respondem satisfatoriamente ao enunciado.

Muito obrigada pela atenção e pela leitura de meu recurso.

Nota média: Anônimo
nota: ***18,33****/20*

O crescimento elevado do número de brasileiros que se mudam para Portugal coloca em evidência necessidade de se analisar a relação entre fatores de atração e repulsão que tem levado a tal crescimento. Em um mundo em que a grande maioria das migrações é pautada por motivações econômicas, onde o fator proximidade é central, a ida de cada vez mais brasileiros para Portugal chama a atenção. A migração de brasileiros para Portugal se deve tanto a fatores relacionados ao país de destino dessas pessoas quanto a elementos vinculados ao país de origem, no caso o Brasil.

Portugal é o país da Europa que apresenta as menores taxas de fecundidade. Além disso, o país tem uma estrutura demográfica envelhecida, o que decorre do fato de já ter atingido a fase IV do modelo de Thompson. Por muito tempo, Portugal foi visto como um país periférico na União Europeia, de que faz parte desde a década de 1980. Esse aspecto motivou jovens portugueses a buscarem melhor condição de vida em outros países do bloco, movimento que foi intensificado em razão do estabelecimento da zona Schengen. O perfil de migração intrarregional prevalece no mundo, e essa tendência verifica-se também em relação aos cidadãos portugueses. Atrelado à saída de jovens portugueses para outros países e ao envelhecimento da sua população, Portugal vivencia um forte aumento na taxa de dependência do país, elemento que tem contribuído para a recente crise financeira que abalou a economia lusa. Em virtude desses aspectos, o governo português tem buscado atrair imigrantes para o país, uma vez que esses são majoritariamente jovens e compõem a população economicamente ativa que sustenta a economia do país, bem como o seu sistema previdenciário.

Os brasileiros migram para Portugal em vista da política de atração levada a cabo pelo país ibérico, mas também levam outros fatores em consideração na hora de partirem para o além-mar. Pode-se apontar como motivações da imigração de cidadãos brasileiros para Portugal, além do fator cultural – que se revela principalmente em razão da língua comum -, elementos relacionados à qualidade de vida no país luso, ao custo de vida local e às condições político-econômicas do Brasil. No que diz respeito à cultura, fatores como a gastronomia local, a religião predominante no país e as tradições similares às brasileiras atraem o imigrante brasileiro para Portugal. Elementos como IDH elevado, segurança e benefícios sociais contam positivamente para o brasileiro, que busca melhores condições de vida. Também é possível apontar que, devido ao fato de que Portugal tem um custo de vida relativamente baixo em comparação ao do Brasil (ao custo de vida nas grandes cidades brasileiras), as pessoas tendem a olhar com boa vontade a mudança. Soma-se a isso a crise política e econômica que o Brasil vive atualmente, consubstanciada

no alto desemprego e na falta de perspectivas positivas, o que conta como fator de repulsão do nacional provido de meios financeiros para cruzar o Atlântico em busca de melhores oportunidades.

Como revela o estudo, grande parte dos brasileiros migra para áreas urbanas metropolitanas de Portugal. Essa tendência deve-se a vários fatores, dentre os quais pode-se apontar um elemento retroalimentador: as redes migratórias. Essas redes migratórias servem para a "reterritorialização" do brasileiro no exterior, pois, por meio do estabelecimento de uma rede de know-how, as barreiras à migração são diminuídas (elemento facilitado pela disseminação da informação pela internet). Além disso, os jovens que vão para Portugal têm mais oportunidades econômicas nas grandes cidades, onde a economia é mais dinâmica e os serviços públicos mais abrangentes.

A recente onda de migração para Portugal revela a dialética entre fatores de atração por um lado e fatores de repulsão por outro. A atração de migrantes por Portugal mostra que a migração pode ser um fator econômico importante e positivo, desde que estruturada com base em estratégias bem delineadas. (40 linhas)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Política de atração de imigrantes para Portugal: 6/6**
   - 2.2. **Motivações da imigração de brasileiros para Portugal: 8/8**
   - 2.3. **Preferência dos imigrantes brasileiros pelas áreas urbanas metropolitanas de Portugal: 3,33/5**

Resultado

Nota: **18,33**

Pior nota: Anônimo
nota: ***13,83****/20*

O fenômeno migratório é condicionado por fatores de atração e repulsão. Analisar determinado fluxo migratório, portanto, envolve identificar os fatores que repelem o migrante de seu local de origem e os que o atraem, em seu destino. Nesse sentido, o crescimento da imigração brasileira para Portugal, em 2017, relaciona-se tanto com a política portuguesa de atração de imigrantes quanto com diversos fatores de atração e repulsão. Essa dinâmica também explica o porquê de a maioria dos brasileiros emigrados concentrar-se em áreas específicas de Portugal, em vez de espalhar-se de forma mais equilibrada no território português.

A política de atração de imigrantes para Portugal é motivada pelas transformações demográficas e econômicas pelas quais passa o país. Como o resto da Europa, a população portuguesa está envelhecendo, o que gera uma maior pressão da razão de dependência idosa sobre a população em idade ativa. Além das implicações previdenciárias, esse fenômeno afeta negativamente o PIB, uma vez que significa que uma parcela menor da população está efetivamente trabalhando. Atrair imigrantes em idade ativa, nesse sentido, é uma forma de atenuar essa inversão da pirâmide demográfica. No que concerne ao Brasil, a assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação, nos anos 2000, é um importante desenvolvimento institucional, na medida em que o estatuto da equiparação, ao facilitar o exercício dos mesmos direitos civis e políticos concedidos aos nacionais, constituti fator de atração.

Dentre as diversas motivações que levam brasileiros a emigrar para Portugal, podem destacar-se quatro. Em primeiro lugar, há a expectativa de aumentar a própria renda. Trata-se de um tradicional fator de atração. No caso da migração do Brasil para Portugal, o fato de que os fluxos cresceram em 2017, com a recuperação da economia portuguesa e a estagnação da brasileira, evidencia a importância dessa consideração. Em segundo lugar, as crescentes taxas de violência no Brasil constituem fator de repulsão – Portugal é um país consideravelmente mais seguro. Em terceiro lugar, as afinidades culturais, linguísticas e históricas entre Brasil e Portugal são, também, fator de atração. Por último, cabe destacar a própria comunidade brasileira em Portugal, que, em 2017, chegou a mais de 85 mil pessoas – migrantes costumam preferir estabelecer-se em países onde podem contar com o apoio de seus compatriotas.

A preferência dos imigrantes brasileiros pelas áreas urbanas metropolitanas de Portugal é explicada por esses fatores. Nessas áreas, há maior oferta de emprego e maiores perspectivas de aumentar a renda. Além disso, cidades como Lisboa, Faro e Setúbal contam com maior ofertar de serviços e abrigam comunidades brasileiras mais numerosas do que na área rural e do que em centros menores.

A migração de brasileiros para Portugal constitui um fluxo específico, mas que pode ser analisado conforme as dinâmicas migratórias gerais. Trata-se de um movimento que, de forma geral, beneficia tanto o migrante quanto o país receptor, ainda que não seja livre de inseguranças e dificuldades.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,5/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **Política de atração de imigrantes para Portugal: 2/6**
    - 2.2. **Motivações da imigração de brasileiros para Portugal: 8/8**
    - 2.3. **Preferência dos imigrantes brasileiros pelas áreas urbanas metropolitanas de Portugal: 3,33/5**

Resultado

Nota: **13,83**

POLÍTICA INTERNACIONAL

banca:
Alcides Costa Vaz
Ary Norton de Murat Quintella
Norma Breda dos Santos

_questão 1

Desde seus primórdios, o sistema multilateral de comércio, centrado originalmente no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (General Agreement on Tariffs and Trade – GATT) e, no presente, na normativa e nos acordos sob a égide da Organização Mundial do Comércio (OMC), teve como objetivo maior a promoção do desenvolvimento econômico por meio da liberalização das trocas comerciais, amparado na concepção do comércio internacional como propulsor do crescimento e do desenvolvimento econômico.

Discorra sobre a atuação da OMC no contexto posterior à crise econômica de 2008, relacionando essa atuação aos seguintes aspectos:

1. objetivos precípuos da OMC;

2. trajetória das negociações comerciais internacionais;

3. tendências do protecionismo e o aumento dos conflitos comerciais;

4. proliferação de acordos preferenciais regionais e bilaterais;

5. perspectivas da OMC com relação ao desempenho recente do comércio internacional.

Extensão máxima: 90 linhas
[valor: 30,00 pontos]

Distribuição das notas

Padrão de resposta da questão 1

1. Espera-se que o(a) candidato(a) identifique como objetivos básicos da OMC prover um fórum multilateral para as negociações comerciais, supervisionar a aplicação da normativa comercial e dos acordos sob sua égide, de modo a assegurar condições favoráveis à liberalização do comércio internacional, e atuar na resolução de disputas comerciais. O(a) candidato(a) deve apontar que a atuação da OMC no contexto posterior à crise econômica de 2008 esteve em consonância com suas funções básicas ao ter se voltado, inicialmente, para duas frentes: monitorar e avaliar os fluxos de financiamento do comércio internacional e monitorar e contribuir para conter as pressões protecionistas advindas da crise financeira, o que se relaciona, por sua vez, ao objetivo de estimular condições favoráveis ao livre comércio.

2. O(A) candidato(a) deve apontar o arrefecimento das negociações da Rodada de Doha e que, mesmo sob condições adversas, a OMC procurou dar-lhes impulso, em consonância com a primeira de suas funções primordiais; cabe observar que tal esforço não foi bem-sucedido, na medida em que o ambiente de contração do comércio internacional nos primeiros anos póscrise e a magnitude dos impasses em torno de pontos cruciais da agenda da Rodada de Doha não ofereciam incentivos suficientes para que se lograssem avanços substantivos rumo à conclusão daquela Rodada. É importante também aludir ao abandono da Rodada de Doha e ao seguimento de negociações fora do marco da Rodada e em âmbitos específicos.

3. Espera-se que o(a) candidato(a) reconheça que, antes mesmo da crise de 2008, observava-se tendência à expansão e à diversificação de práticas protecionistas, em particular no campo não tarifário, e que essa tendência recrudesceu nos anos seguintes à crise, ao que se somaram, em tempos recentes, conflitos comerciais envolvendo escaladas tarifárias, como aquele ora travado entre Estados Unidos e China, inicialmente em torno de produtos siderúrgicos e que agora envolve outros produtos. O(a) candidato(a) deve apontar que, em um contexto de estancamento do comércio, de paralisia das negociações multilaterais sobre regras comerciais e outros temas e de fortalecimento do protecionismo tarifário e não tarifário, aumentaram sensivelmente os conflitos comerciais e, por consequência, as disputas levadas ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, o que reforça, assim, a sua importância e a do papel primordial da OMC neste campo.

4. Referente à proliferação de acordos preferenciais regionais e bilaterais, o(a) candidato(a) deve apontar que o interesse e o aumento dos acordos regionais são tendências que precedem a crise financeira de 2008 e que as atenções da OMC em relação a esses acordos estiveram voltadas para seu alcance e para a transparência. Deve também apontar como tendência dos acordos preferenciais em geral o aumento do interesse por acordos mais amplos e ambiciosos do que aqueles negociados sob a égide da agenda e da normativa da OMC, em particular os acordos entre espaços econômicos como a TPP (Parceria Transpacífica) e o TTIP (Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento Transatlântico). Nesse mesmo aspecto, o(a) candidato(a) deve aludir aos acordos bilaterais, informando que sua proliferação tem sido percebida como importante risco para o sistema multilateral de comércio. Deve referir-se, ainda, ao fato de que a OMC tem atuado no sentido de assegurar que a atratividade dos acordos bilaterais não resulte em indesejada fragmentação do sistema multilateral.

5. O(A) candidato(a) deve identificar a tendência de consolidação da retomada do crescimento internacional, relacionandoo à emergência de um contexto mais favorável para a expansão da agenda multilateral e para os esforços de aprofundamento da liberalização do comércio internacional.

Maurício Horta Miyauchi
nota: ***29****/30*

A OMC, inaugurada pelo Acordo de Marraquexe (1994), em 1995, funda-se em pressupostos do liberalismo nas relações internacionais, sob o pressuposto de que o comércio internacional, facilitado por meio de instituições, aumenta a interdependência entre os Estados, favorecendo a paz, e promove os ganhos relativos nas relações entre estes, aumentando o bem-estar geral. Desde a crise econômica de 2008, no entanto, os esforços no marco da Rodada de Doha (2001-...) não têm produzido avanços amplos, em que pesem ganhos com o Pacote de Bali e com a Rodada de Nairobi. A contradição entre ganhos globais e o processo de concentração de renda interna, sobretudo em países desenvolvidos, tem provocado o aumento do protecionismo, notadamente nos EUA, após a eleição de Donald Trump (2016).

Os objetivos precípuos da OMC, centrados na intensificação do comércio internacional e na promoção da paz, não definidos em um tripé. Primeiro, há a promoção de acordos multilaterais por meio de rodadas periódicas de negociação sob a égide do princípio do single undertaking e do consenso reverso. A esses acordos multilaterais, soma-se a negociação de acordos plurilaterais em temas específicos, como comércio eletrônico. Não há, por ora, êxito na concretização de nenhum acordo multilateral amplo, dada a paralização [sic] da Rodada Doha do Desenvolvimento, tendo em vista a contradição entre interesses do Sul e do Norte globais, sobretudo em temas agrícolas.

Segundo, é objetivo da OMC a solução pacífica de controvérsias. Essa se dá por meio do Sistema de Solução de Controvérsias da organização, que inclui etapas diplomáticas de consultas, e política, por meio do Órgão de Solução de Controvérsias e do Órgão de Apelação. Observa-se um amplo uso desse recurso, sobretudo por membros como Brasil, Canadá, União Europeia e Estados Unidos. A atual administração americana [sic], no entanto, tem promovido, por meio de manobras regimentais, a não nomeação de "juízes" do OSC, de modo a reduzir sua efetividade e ameaçar sua paralização [sic]. Terceiro, é objetivo da OMC o acompanhamento de políticas comerciais de seus membros, de modo a garantir sua concordância com as noras e os princípios da organização – notadamente o princípio da Nação Mais Favorecida, do Tratamento Nacional, da Não Discriminação e de Tratamento Diferenciado para países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo (PMDR).

Desde a crise de 2008, a OMC, no marco da Rodada de Doha, apresentou dois avanços, favorecidos pela liderança do Diretor-Geral Roberto Azevêdo. Primeiro, houve a aprovação do Pacote de Bali, que inclui, entre outros, o Acordo de Facilitação de Comércio. Este promove as trocas comerciais por meio do aprimoramento e da normatização de procedimentos técnicos, como o estabelecimento de portais únicos

de comércio exterior. Esse acordo beneficia notadamente a [sic] países em desenvolvimento e PMDRs, ao modernizarem seus procedimentos aduaneiros. A cooperação técnica é um meio para fortalecer a implementação dessa modernização. Segundo, a Rodada de Nairobi promoveu a proibição de subsídios de exportações agrícolas. Efetivamente, havia grande descompasso entre a proibição de subsídios industriais, já existente antes mesmo da instituição da OMC, e sua contrapartida agrícola, barrada historicamente por países desenvolvidos, sobretudo. Resta, no entanto, a implementação dessa decisão, assim como o efetivo controle sobre subsídios à produção agrícola nacional/comunitária, que por vezes pode escamotear subsídios à exportação – caso da PAC europeia.

O avanço de Bali e de Nairóbi, no entanto, tem sido frustrado mais recentemente por uma emergência de protecionismo, em grande parte relacionado a mudanças nas cadeias produtivas decorrentes do próprio comércio na era da globalização. Se, por um lado, permanecem formas de protecionismo, como a política de estoques reguladores da Índia, emergem de forma espetacular medidas pontuais a partir da doutrina "America First" do governo Trump, iniciado em 2016. Esse protecionismo se dá de diversas formas: elevação de tarifas sobre aço e alumínio (25%, 10%), sob pretexto de defesa da segurança nacional dos EUA, a aplicação de sobretarifas sobre países como China e Turquia, e a renegociação ou retirada de acordos comerciais estabelecidos, como o Nafta, e de acordos em negociação, como o TPP. O resultado desse protecionismo é o aumento de conflitos comerciais.

A imposição de sobretarifas unilateral [sic] sobre importações de aço e alumínio pelos EUA tem como objetivo reduzir o déficit comercial estadunidense, atualmente em 500 bi dólares/ano, e reforçar a indústria siderúrgica do Rust Belt, que vem sofrendo estagnação devido à competição com importações mais competitivas, como a chinesa. Esse ato unilateral tem provocado ora acomodação, como no caso do setor privado brasileiro, que concordou em estipular quota isenta de sobretaxa com base nas exportações dos últimos três anos, ora ameaças de retaliação voltada a regiões politicamente eleitoralmente [sic] sensíveis nos EUA, como com a ameaça de retaliação em motocicletas e em bourbon, pela UE, e no setor sojicultor, pela China. Já o argumento de defesa da segurança nacional parece frágil, pois entre os principais fornecedores de aço e alumínio para os EUA figuram Estados amigos, como Canadá, o Brasil e produtores europeus. A aplicação de sobretarifas mais amplas, que atualmente incidem em 200 bi de importações da China pelos EUA, tem provocado ondas de atos unilaterais tit for tat que já podem configurar-se uma guerra comercial. O risco grave para o comércio internacional é o desequilíbrio entre parcerias e o estabelecimento de acordos bilaterais conducentes a divisão do comércio entre áreas de influência. Assim, a redução de importações de soja pela China leva a um redirecionamento desta produção estadunidense à União Europeia, que deixa de importar o mesmo volume de soja do Brasil, que, por sua vez, passaria a depender ainda mais do mercado chinês. Por fim, sobretarifas politicamente motivadas contra a Turquia tende a alterar o equilíbrio de poder no Oriente Próximo, fortalecendo as relações entre Turquia e Rússia e Irã, por exemplo.

A renegociação do Nafta, recentemente transformada em USCM, também traz crescente insegurança jurídica aos investimentos inter-regional [sic] na América do Norte, reduz a propensão de cooperação entre os vizinhos e alimenta o sentimento antiamericano. Como consequência, México e Canadá buscam a diversificação de parcerias, por exemplo com blocos como MERCOSUL, UE e países da bacia do Pacífico. Retirada dos EUA do TPP, como parte da política de Trump de reversão de políticas de seu antecessor, levou a manutenção das negociações entre os demais países, em um TPP-11 em que interesses estadunidenses, como a defesa da propriedade intelectual e a defesa de investimentos, é menos contemplada. Por consequência, a menor vinculação dos EUA a arranjos multilaterais e inter-regionais somente tende ao acirramento de controvérsias comerciais futuras, que se deverão resolver por meios talvez menos institucionalizados que o Sistema de Solução de Controvérsias da OMC.

Uma consequência do enfraquecimento da OMC, consubstanciada na impossibilidade de formulação de declaração final em Buenos Aires, no final de 2017, é a já pré-existente proliferação de acordos preferenciais regionais e bilaterais. Exemplo disso são os acordos e negociações da UE com Canadá, Japão, México e MERCOSUL; o prosseguimento do TPP sem os EUA; os acordos e as negociações do MERCOSUL com os países da Aliança do Pacífico (Chile, Peru, Colômbia, e, em menor grau México), com a Índia (aprofundamento do APC) com a EFTA, com Canadá, Coreia do Sul, Singapura, com Israel (em vigor), Palestina (com aprovação na Câmara e no Senado), Egito (em vigor) e com os países da América do Sul, em geral. A constituição de uma nova rede de acordos pode ser um paliativo para a paralização [sic] da OMC, mas não pode substituir acordos multilaterais. Afinal, o comércio de certos bens como commodities agrícolas é profundamente prejudicado pela falta de uma tarifa comum entre os atores econômicos em geral, promovendo distorções e instabilidades no sistema de preços. Isso afeta sobremaneira o Brasil, grande exportador de commodities como soja, açúcar, café, algodão, milho, minério de ferro, alumínio e petróleo.

A OMC enfrenta grandes desafios na atualidade, com perspectivas negativas em decorrência do fato de as maiores economias mundiais – EUA e China – situarem-se em pólos opostos na dinâmica da Organização. A tendência de paralização [sic] do SSC, com o perigo de não formação de quórum necessário para a tomada de decisões em solução de controvérsias, aponta para a tendência de meios menos institucionalizados para esse fim. O resultado é menor transparência, maior relevância das diferenças de dotação de poder nos resultados da solução de disputas, e, mais gravemente, o risco de que controvérsias sejam ou cristalizadas, ou resolvidas por meios não pacíficos. Esse risco é notadamente maior diante da emergência da nova potência, a China, e o declínio relativo da potência estabelecida estadunidense. As controvérsias não solucionadas podem ser um veículo para o agravamento de uma armadilha de Tucídides, ou de dilema de segurança, com corrida armamentista.

A frustração do pilar negociador da OMC também tem levado a uma fragmentação dos acordos comerciais. Isso não apenas leva a menores ganhos compartilhados, mas também a uma menor probabilidade de êxito futuro da rodada de Doha, em detrimento de países em desenvolvimento como o Brasil. Por fim, o enfraquecimento da OMC faz com que políticas nacionais de comércio sejam menos efetivamente monitoradas, agravando o risco de futuras medidas protecionistas. (90 linhas,16,6 palavras por linha)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Objetivos precípuos da OMC: 2,5/2,5**
   - 2.2. **Trajetória das negociações comerciais internacionais: 8/8**
   - 2.3. **Tendências do protecionismo e o aumento dos conflitos comerciais: 7/7**
   - 2.4. **Proliferação de acordos preferenciais regionais e bilaterais: 8/8**
   - 2.5. **Perspectivas da OMC em relação ao desempenho recente do comércio internacional: 3/3**

Resultado

Nota: **29,00**

Bernardo Andrade Vaz de Faria Pereira
nota: ***26,25****/30*

A OMC criada em 1994 em substituição e maior institucionalização do GATT/47 é uma organização voltada para a promoção do livre-comércio e da integração e cooperação comercial mundial, constituindo um dos pilares da ordem liberal internacional ao lado de instituições financeira como o Banco Mundial e o FMI. Além disso, a OMC também atua no sentido de garantir o desenvolvimento equânime [de países] de menor expressão econômica, o que pode ser constatado no desenvolvimento do sistema especial e diferenciado para países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo, bem como na atuação de agrupamentos como o G-77 e o G-20 comercial, que ganham especial relevância no contexto da crese econômica de 2008.

Para a consecução de tais objetivos, a OMC conta com um "braço" de solução de controvérsias comerciais, evitando que os interesses de país com maior projeção internacional prevaleçam e para evitar que dissídios comerciais extrapolem o âmbito econômico, afetando a relação política entre os países; e um "braço" de rotina, que busca fiscalizar a implementação de acordos multilaterais formados, além de promover negociações no sentido de maior liberalização do comércio, consubstanciadas nas Conferências Ministeriais. Após 2008, com certa ascensão do protecionismo e desconfiança em relação a mecanismos internacionais de cooperação, as expectativas concentraram-se na IX Ministerial de Bali, de 2013, vez que as conferências anteriores lhe referiam como limite para a realização de certos acordos, em especial a proibição de subsídio agrícolas.

Nesta Conferência, contudo, conseguiu-se a não paralisação do braço negociador da OMC, segundo se diretor-geral, o brasileiro Roberto Azevedo, uma vez que se logrou a aprovação de um pacote "Bali Light". Assim, aprovou-se o Acordo Multilateral de Facilitação de Comércio, tema importante do ponto de vista da racionalização da liberalização comercial e que pode poupar desperdícios de recursos com trâmites burocráticos e aduaneiros, importante em um contexto de crise econômica. Do ponto de vista de países de menor desenvolvimento relativo, mais vulneráveis a crises, estabeleceu-se a facilitação de regras de origem e determinadas iniciativas de preferências tarifarias. Já a aguardada negociação da proibição de subsídios à produção e exportação agrícola foi adiada para a conferência seguinte.

Essa seria a X Conferência Ministerial da OMC, realizada em Nairóbi no ano de 2015, quando se atingiu, de fato, a histórica proibição de subsídios à agricultura de maneira imediata para países desenvolvidos e em três anos para países em desenvolvimento, apesar da resistência da Índia acerca

de salvaguardas, devido a preocupações com seguridade alimentar. Os subsídios ao algodão, por sua vez, deveriam ser interrompidas imediatamente por todos os países. Em relação a países de menor desenvolvimento relativo, foram concedidos waivers para implementação de acordos, importante mecanismo para adaptação dos países.

A lentidão da recuperação econômica de certos países após a crise, o mal desempenho econômico e comercial de países do Sul global e a assunção de Donald Trump como presidente norte-americano sob a bandeira nacionalista e protecionista criavam más expectativas acerca da IX Conferência Ministerial da OMC, de Buenos Aires, realizada em 2017. Desta vez, os melhores esforços não foram suficientes para garantir o sucesso da Conferência, tendo Roberto Azevedo a caracterizado como o maior fracasso da OMC. Os impulsos unilaterais norte-americanos e a resistência da Índia e da África do Sul em negociar novos temas enquanto não se finalizasse a Rodada Doha impediram a aprovação de um documento final. Um fórum empresarial paralelo foi formado e países favoráveis ao aprofundamento do liberalismo comercial formaram grupos de trabalho para elaboração de acordos plurilaterais – menos positivos pela ausência de princípios como a reciprocidade difusa, a prevalência do interesse coletivo e a não discriminação – em temas como e-commerce, pequenas e médias empresas e facilitação de investimentos, além de se negociar o fim dos subsídios à pesca ilegal.

O fracasso da última ministerial aponta para a tendência de crescimento do protecionismo e de conflitos comerciais, advindos da ideia de que a defesa de certas áreas de produção nacional seriam mais benéficos, o que ignora o maior bem-estar geral e eficiência gerada pelo livre comércio. As tarifas americanas sobre o aço e o alumínio anunciadas por Trump em março de 2018, por exemplo, gerou uma escalada de guerra comercial e medidas tarifárias retaliatórias, como as adotadas pela China e pela União Europeia. Embora a U.E. tenha acenado para a possibilidade de acordos, após a reunião entre Juncker e Trump, China e EUA continuam a se ameaçar com tarifas sobre altíssimos valores. Além dos atritos com outros aliados na área comercial, como o próprio Canadá e México (com vistas, inclusive, a renegociar o NAFTA), os impulsos unilateralista dos EUA tem também dificultado o funcionamento do Órgão de Solução de Controvérsias, graças à indolência americana na aprovação de juízes.

As dificuldades multilaterais tem deslocado esforços e o protagonismo para acordos regionais e preferenciais, como demonstra a aprovação do CPTPP após a retirada de Trump do acordo transpacífico. Iniciativa semelhante sem grandes avanços é constituído pelo TTIP entre EUA e UE, na área de comércio e investimento. Outros exemplos a serem mencionados são a negociação do TiSA, na área de serviços, do FTAAP, acordo livre-comércio da Ásia Pacífico, o RCEP, negociado pela ASEAN com países com que já possui ALC. No âmbito bilateral, o Canadá firmam o CETA, acordo de cooperação com a UE, e o Japão e a própria UE firmaram extenso acordo de cooperação ainda esse ano. Esse deslocamento

pode ser bastante deletério pelo efeito "late-comer", em que países que não participam dos acordos não poderão negociar condições e previsões, pela perda de eficiência do comércio internacional e pela falta de clareza regulatória.

Roberto Azevedo caracteriza este como o pior momento da OMC, com desempenho comercial recente abaixo do esperado e com uma tendência ao protecionismo comercial, incompatível com a nova ordem mundial. O retorno à eficiência tanto do Órgão de Solução de Controvérsias, que tem sido ainda mais acionado devido à guerra comercial, quanto do braço de rotina condicionam uma perspectiva mais positiva do comércio internacional, embora a prevalência de acordos plurilaterais tenda agora a prevalecer. (90 linhas)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Objetivos precípuos da OMC: 2,5/2,5**
   - 2.2. **Trajetória das negociações comerciais internacionais: 5,33/8**
   - 2.3. **Tendências do protecionismo e o aumento dos conflitos comerciais: 5,25/7**
   - 2.4. **Proliferação de acordos preferenciais regionais e bilaterais: 6/8**
   - 2.5. **Perspectivas da OMC em relação ao desempenho recente do comércio internacional: 3/3**

Resultado

Nota provisória: **23,58**

Nota final: **26,25**

COMENTÁRIO (RECURSO)

ARGUMENTAÇÃO DO QUESITO: 2.2

O candidato gostaria, respeitosamente, de solicitar majoração da nota nesse quesito, uma vez que foram apresentados os pontos necessários ao cumprimento do que era solicitado no enunciado.

Como perseguiu-se, nessa questão, a resposta por uma linha cronológica, estrutura diversa do padrão de resposta, é natural que os pontos estejam dispersos pela resposta e que sua aferição tenha sido dificultada. Contudo, acredito que houve penalização excessiva por essa dispersão.

2. Desenvolvimento do Tema

2.2 - Trajetória das Negociações

2.2.a – Arrefecimento das negociações da Rodada Doha

- L. 18-22: tal arrefecimento é citado

- L. 56: embora o candidato tenha, sob tempo exíguo e pressão de prova, pressuposto a referência à Rodada Doha, ela é explicitada nessa linha.

2.2.b – Impulso às negociações, apesar do arrefecimento, mantendo o braço negociador –
L. 23-26: referencia à não paralisação do braço negociador

2.2.c – Insucesso das negociações pela:
(i) contração do comércio internacional;;
L. 46-49: menção à lenta recuperação econômica, ao mal desempenho econômico e comercial de certos países no contexto mais amplo do pós-crise de 2008.
(ii) magnitude dos impasses em torno de pontos cruciais da agenda da Rodada Doha
L. 33-35: impasse acerca de subsídios à produção e exportação de produtos agrícolas. L. 40-41: resistência indiana acerca de salvaguardas relativas à seguridade alimentar.

RESPOSTA:

Recurso Deferido.

Jorge Luiz de Lima Santos
nota: ***25,42****/30*

O estabelecimento da Organização Mundial do Comércio (OMC), criada pelo Acordo de Marraquexe em 1994, representou significativo avanço no sistema multilateral de comércio. Ao superar algumas limitações do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT 47), a OMC consolidou um regime de comércio internacional mais sólido, especialmente no âmbito da solução de controvérsias. Embora a Rodada Doha para o Desenvolvimento, aberta em 2001, encontre-se atualmente inconclusa, alguns avanços nas agendas do comércio internacional foram obtidas em reuniões ministeriais recentes, como a de Bali, com o Acordo de Facilitação de Comércio, e Naroibi, com a proibição de subsídios à exportação agrícola. Entretanto, o cenário pós-crise econômica de 2008 tem sido de recrudescimento, em parte, de posições protecionistas e de críticas às dificuldades de avanços mais expressivos na liberalização comercial no âmbito da OMC.

Entre os objetivos precípuos da OMC estão a promoção de desenvolvimento econômico por meio da liberalização do comércio internacional, o estabelecimento de um sistema de solução de controvérsias equânime e com base no direito internacional e a implementação de uma agenda ampla de comércio e desenvolvimento que se estabeleça por meio de concertação multilateral. A promoção de comércio internacional é desenvolvida no âmbito das reuniões ministeriais, cuja pauta tem como quadro geral os objetivos e metas da Rodada Doha. A crise de 2008 impactou negativamente o avanço dessa rodada. O principal ponto de divergência centra-se na demanda dos países em desenvolvimento por uma maior e mais efetiva liberalização do comércio agrícola. Diante do cenário de crise econômica dos países desenvolvidos no imediato pós-2008, posturas mais defensivas desses países somam-se a questionamentos sobre a viabilidade de um acordo amplo como o pretendido pela agenda da Rodada Doha.

Diante das dificuldades de um acordo amplo que contemplasse todos os pontos da Rodada Doha, tendo como princípio a ideia do "single undertake", os membros da OMC decidiram tratar individualmente dos pontos da agenda Doha durante as reuniões ministeriais. Isso não significa o abandono do princípio, elemento fundamental para acabar com o que no sistema do GATT 47 era chamado de "GATT à la carte". A ideia era de uma flexibilização do processo negociador, o que, de fato, gerou os primeiros avanços notáveis no âmbito da liberalização multilateral do comércio.

A reunião ministerial da OMC de Bali, em 2013, consagrou o primeiro acordo multilateral no âmbito da OMC. Sob o comando do, então, novo diretor-geral da OMC, Roberto Azevedo, foi celebrado o Acordo de Facilitação de Comércio (AFC). Em vigor desde 2016, o acordo busca uma ampla desburocratização

dos procedimentos aduaneiros e técnicos que envolvem o comércio mundial. Mais do que isso, pretende sistematizar e uniformizar essas medidas de modo a obter significativa redução de custos no comércio. A OMC estima um ganho, em valor, na ordem de um trilhão de dólares no comércio internacional anual quando os países conseguirem implementar o acordo. O entendimento também prevê auxílio técnico aos países de menor desenvolvimento relativo (PMDR).

Um segundo significativo avanço nas negociações internacionais se deu na Reunião Ministerial da OMC de Nairóbi, em 2015. Esse avanço foi especialmente celebrado pelos países em desenvolvimento, pois ocorreu na temática agrícola. Foi decidido, na Reunião de Nairóbi, o fim dos subsídios à exportação de produtos agrícolas, de forma imediata para os países desenvolvidos e em três anos para os países em desenvolvimento. O avanço foi considerado notável porque os subsídios à exportação causam distorções significativas no comércio internacional. Os países em desenvolvimento argumentam que esse tipo de subsídio colocavam os exportadores, em muitos casos, competindo não apenas com outros produtores, mas com o tesouro nacional dos países ricos. Nessa reunião, foi acordado a extensão da moratória para o acionamento do Órgão de Solução de Controvérsias em questões relacionadas à propriedade intelectual para países em desenvolvimento, além do reforço na necessidade de tratamento especial dos PMDR.

A despeito dos avanços multilaterais mencionados, nos anos mais recentes, tem-se presenciado um avanço de tendências protecionistas e a deflagração de conflitos comerciais. Devido ao tamanho e peso de sua economia, os EUA são o caso mais notório dessas duas dimensões. Em sentido contrário à gestão anterior, desde que assumiu o poder, o Presidente Donald Trump tem adotado medidas de defesa comercial de caráter protecionista. O estabelecimento de tarifas e cotas para o aço e o alumínio afetaram não apenas a China, supostamente o alvo principal, mas aliados e parceiros históricos como Canadá, Brasil e União Europeia. Outras medidas, que para muitos já configuram uma guerra comercial, como a taxação de uma longa lista de produtos chineses, tem sido respondidas com outras ações protecionistas por parte dos países afetados. Esse clima de acirrada disputa tem afetado as negociações da OMC, como ilustra o fracasso da Reunião Ministerial de Buenos Aires, em 2017, na qual não houve declaração final conjunta e mesmo um acordo sobre pesca ilegal foi adiado para reunião seguinte.

As dificuldades para se avançar na agenda multilateral de liberalização do comércio têm resultado no aumento de acordos regionais e bilaterais de preferência. No âmbito bilateral, pode-se falar do acordo de livre comércio entre União Europeia e Canadá, e Japão e União Europeia, por exemplo. Apesar da saída dos EUA, a Parceria Transpacífica, agora chamada TPP+11, avançou na construção de alternativas complementares ao comércio multilateral. A aliança do Pacífico (AP), área de livre comércio entre Chile, Colômbia, Peru e México, tem sido uma referência nessa busca de dinamização do comércio internacional. A aproximação entre AP e Mercosul com possibilidades de acordos preferenciais é um sinal dessa

tendência. O próprio Mercosul tem acordos preferenciais com a SACU, países da África Austral, e negocia com Canadá e Coreia do Sul, além de retomada de negociações para um acordo mais amplo com a UE.

O diretor-geral da OMC demonstra preocupação com o cenário de crescente conflito comercial. O desempenho do comércio internacional nos anos pós-crise de 2008 ficou aquém das décadas anteriores. Apesar dos importantes avanços pontuais, como o ACF e a proibição de subsídios à exportação agrícola, as atitudes unilaterais recentes tendem a mitigar esses avanços. Como o próprio Azevedo afirmou recentemente, numa guerra comercial todos perdem, especialmente, no longo prazo. O reforço da vertente multilateral do comércio é fundamental para um desenvolvimento efetivamente justo.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Objetivos precípuos da OMC: 1,67/2,5**
   - 2.2. **Trajetória das negociações comerciais internacionais: 8/8**
   - 2.3. **Tendências do protecionismo e o aumento dos conflitos comerciais: 5,25/7**
   - 2.4. **Proliferação de acordos preferenciais regionais e bilaterais: 6/8**
   - 2.5. **Perspectivas da OMC em relação ao desempenho recente do comércio internacional: 3/3**

Resultado

Nota: **25,42**

Nota média: Anônimo
nota: ***23,42****/30*

Criada ao final da Rodada do Uruguai do antigo GATT, a OMC começou a funcionar em 1 de janeiro de 1995 e, desde então, tem atuado na promoção da liberalização do comércio mundial. No contexto após a crise de 2008, a organização passou por mudanças importantes que refletiram tanto avanços -- como nas Conferências de Bali (2013) e de Nairóbi (2015) -- quanto desafios, com a multiplicidade de acordos regionais e bilaterais, tendências mais recentes de protecionismo e de conflitos comerciais, que têm imposto dificuldades nos avanços da organização. Em um contexto de aprofundamento das complexidades internacionais em uma série de temas, também as questões do comércio multilateral passam por desafios importantes, o que não pode servir como justificativa para retrocessos na multilateralização e na promoção do comércio.

Os objetivos precípuos da OMC consistem na liberalização comercial, por meio da redução das tarifas; na regulamentação do comércio global, com regras claras e previsíveis aos membros; e na supervisão de políticas comerciais domésticas, de modo a assegurar que elas sejam compatíveis com as regras multilaterais. Esses objetivos visam à promoção do desenvolvimento econômico, amparados na concepção de que o comércio global beneficiou o crescimento e o desenvolvimento econômico global. Com efeito, desde 1945, a intensificação das trocas comerciais tem sido o principal propulsor do desenvolvimento econômico global, uma tendência que, em certa medida, tem sido revertida atualmente, com a adoção de práticas protecionistas. Nesse contexto, os princípios que guiam a atuação da OMC - "most favored nation", tratamento nacional e transparência - têm sido, de certa forma, questionados por alguns países.

A trajetória das negociações comerciais da OMC evidencia as dificuldades de se alcançar consenso em um regime com grande número de atores e interesses diversos. Krasner define regime como um conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão ao redor dos quais as expectativas dos atores convergem. Esse conceito evidencia que um regime multilateral, como ocorre com o regime comercial, tem dificuldade de alcançar padrões de cooperação em função do grande número de atores e da multiplicidade de interesses, o que se tornou claro à medida que a agenda comercial tornou-se mais complexa, com a entrada na agenda de temas como serviços, propriedade intelectual, barreiras fitossanitárias, entre outros. Com efeito, no contexto após a crise de 2008, as divergências entre países desenvolvidos - pressionando por maior liberalização e avanço em temas de propriedade intelectual - e em desenvolvimento, pressionando por maiores entendimentos em questões agrícolas,

levou ao impasse da resolução da Rodada Doha, que tinha como prazo a Conferência Ministerial de 2009 para ser solucionada. Em um contexto de dificuldades econômicas, entretanto, essa expectativa não se concretizou.

Na Conferência Ministerial de Bali, em 2013, chegou-se a entendimentos históricos na organização, com os primeiros resultados alcançados em Conferência Ministerial desde a criação da OMC. Houve a adoção de um Acordo de Facilitação de Comércio, que prevê procedimentos desburocratizados para a realização do comércio mundial, com regras para o desembaraço de aduanas. Houve, ainda, entendimentos para definição de regras de comércio no que respeita à questão de estoques alimentares (não fosse a mediação dos EUA junto à Índia, o acordo não seria concretizado). Em Nairóbi, em 2015, novos avanços foram registrados, com a decisão histórica de eliminação de subsídios à exportação de produtos agrícolas, mais de 60 anos depois do mesmo tipo de subsídio ter sido eliminado de produtos industriais. Em contrapartida, Nairóbi também evidenciou as dificuldades de consenso entre países desenvolvidos e em desenvolvimento para avanço em outros temas, ao mesmo tempo em que o acordo plurilateral de liberalização do comércio eletrônico também avançou, com tarifas reduzidas nesses bens entre os signatários (o Brasil não assinou, mas se beneficia).

Em 2017, na Conferência de Buenos Aires, não houve acordo em temas substantivos, a não ser entendimentos para a questão da pesca, o que, em parte, refletiu as dificuldades de avanços da organização em temas multilaterais. Com efeito, a chegada do presidente dos EUA, Donald Trump, à Casa Branca, em 2017, com uma agenda mais protecionista e preferencial a acordos bilaterais, tem dificultado o avanço do comércio global em âmbito multilateral. A decisão do presidente Trump de impôr tarifas de 25% ao aço e de 10% ao alumínio importado dos EUA gerou reações de diversos países, principalmente a China, que tem respondido com sobretaxação de uma série de produtos comercializados entre os dois países. Como tem alertado o Diretor-Geral da OMC, Roberto Azevedo, esses primeiros "tiros" de uma guerra comercial mais abrangente têm dificultado e limitado o volume de comércio mundial, o que impacta diretamente no crescimento global. Com efeito, as tarifas têm prejudicado parceiros tradicionais dos EUA, como o Canadá e a UE, e o Brasil - que teve de impor quotas à exportação do aço e ver taxadas suas exportações aos EUA. Soma-se a isso a recusa do presidente norte-americano de nomear juízes para o Órgão de Apelação da OMC, o que tem criado problemas para o funcionamento do Órgão de Solução de Controvérsias, um dos mais importantes mecanismos para assegurar a prevalência do legalismo e da efetividade da organização.

Nesse contexto de aumento do protecionismo e de disputas comerciais, os países têm buscado alternativas e preferências por acordos bilaterais e regionais, o que acaba gerando menos esforços para o avanço da agenda multilateral. Com efeito, ainda que o TPP tenha sido substituído por um acordo sem

os EUA, outros esforços bilaterais e regionais, como o recente acordo entre o Japão e a União Europeia, têm avançado, nem sempre em plena compatibilidade com as regras multilaterais. Na Conferência de Nairobi, por exemplo, o Brasil sugeriu a adoção de mecanismo que garantisse a plena compatibilidade de acordos regionais com as regras multilaterais. O problema desses acordos, além de gerarem menos incentivos para o avanço da agenda multilateral, é, principalmente, para os países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo, que têm margem de manobra reduzida para pressionar maiores concessões dos países desenvolvidos.

Observa-se que o avanço dos acordos regionais e bilaterais, assim como o protecionismo e a possibilidade de conflitos comerciais mais abrangentes, têm gerado preocupações para a OMC de que haja retrocessos em mecanismos acordados que, em grande medida, viabilizaram o comércio mundial, o qual atuou como principal mecanismo de crescimento global. Nesse contexto, não necessariamente a proliferação de acordos regionais e bilaterais, além dos plurilaterais, serão prejudiciais ao comércio, mas eles devem ser feitos em consonância com as regras multilaterais e por meio de esforços para avanço de ambas as agendas.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Objetivos precípuos da OMC: 1,67/2,5**
   - 2.2. **Trajetória das negociações comerciais internacionais: 8/8**
   - 2.3. **Tendências do protecionismo e o aumento dos conflitos comerciais: 5,25/7**
   - 2.4. **Proliferação de acordos preferenciais regionais e bilaterais: 6/8**
   - 2.5. **Perspectivas da OMC em relação ao desempenho recente do comércio internacional: 1/3**

Resultado

Nota: **23,42**

Pior nota: Anônimo
nota: ***17,50**/30*

Dentre os principais objetivos da OMC estão permitir que o comércio internacional ocorra de forma justa e desimpedida, de modo a contribuir para o crescimento dos países por meio do intercâmbio comercial. Nesse sentido, a OMC estabelece uma série de princípios e normas a fim de se atingir esse objetivo, como o princípio do tratamento nacional, segundo o qual as mercadorias de outro país não podem ser alvo de tratamento menos benéfico do que as mercadorias nacionais, ou o princípio da nação mais favorecida, que estabelece que benefícios concedidos a um país devem ser concedidos aos demais.

Os exemplos citados acima de princípios de OMC visam garantir a liberalização comercial, sob a crença de que o livre comércio é benéfico a todas as partes e possui o potencial de promover o desenvolvimento econômico dos países. Tendo em vista esses benefícios do comércio internacional, a OMC adquire especial relevância no contexto da crise de 2008. Relembrando os efeitos nefastos que o protecionismo posterior à crise de 29 produziu na economia mundial, os líderes internacionais decidiram, mediante compromissos assumidos no G-20F, evitar que medidas protecionistas afetassem o comércio internacional, além de se comprometerem a fazer avançar as negociações comerciais no âmbito do OMC.

Durante o período do GATT, observou-se que cada rodada negociadora durava mais que a anterior. Isso era resultado do aumento de atores envolvidos nas negociações, bem como o aumento da complexidade dos temas discutidos. Essa tendência se repete no âmbito da OMC, onde apenas uma rodada negociadora foi lançada e até hoje não se concluiu, principalmente devido a divergências entre Estados Unidos, Europa e Índia.

A dificuldade em se fazer avançar as negociações no âmbito da OMC tem incentivado países a buscarem outras alternativas de negociação. Combater o descrédito no sistema multilateral do comércio tem sido uma das principais tarefas do atual Diretor-Geral da OMC, o embaixador Roberto Azevedo. Pode-se dizer que ela tem sido realizada com relativo sucesso, uma vez que, pela primeira vez na história da OMC, foi aprovado recentemente o Acordo de Facilitação de Comércio, que visa reduzir a burocracia envolvida nos processos comerciais e unificar procedimentos, de modo a incrementar o comércio internacional.

Também foi bem-sucedida a tarefa da OMC de evitar que a crise econômica de 2008 implicasse o retrocesso de medidas protecionistas e prejudicasse o crescimento mundial. Entretanto, desde a posse do novo presidente norte-americano, a possibilidade de conflitos comerciais generalizados se incrementou, assim como as tendências protecionistas dos EUA. Utilizando como justificativa o significativo déficit

comercial norte-americano, os EUA têm adotado diversos medidas protecionistas contra seus parceiros comerciais, como a imposição de sobretaxa sobre a importação de aço oriundo do Brasil, Canadá, entre outros, ou a imposição generalizada de sobretaxas a produtos chineses. As tendências protecionistas dos EUA têm aumentado os conflitos comerciais no mundo. A China, por exemplo, retaliou os EUA por meio do aumento das taxações de produtos norte-americanos. Os EUA, por meio do aumento das taxações de produtos norte-americanos. Os EUA, ainda, barraram a indicação de novos membros do órgão permanente de arbitragem da OMC, o que paralisou, de certa forma, o sistema de solução de controvérsias da OMC.

A percepção de certos países a respeito da dificuldade de se avançar nas negociações comerciais no âmbito da OMC o incentivaram a buscar arranjos alternativos, como acordos regionais e bilaterais. Dentre os exemplos dos acordos concluídos recentemente está aquele entre União Europeia e Japão, que liberalizou uma ampla gama de temáticas comerciais. A União Europeia também negociará um acordo bilateral com os EUA, mas, diante das atuais tendências protecionistas, as negociações se encontram em estado de impasse. Por fim, outro mega-acordo se refere ao Acordo Transpacífico, que inclui países asiáticos e americanos. A política comercial de Trump também afetou esse acordo, entretanto, os demais países decidiram adotar o tratado mesmo sem a presença norte-amercana.

No que se refere ao Brasil, observa-se recente aproximação com demais países de América do Sul, por meio de negociações de temáticas inéditas como compras governamentais e acordos de investimento. Esse movimento ocorre tanto no interior do Mercosul quanto no relacionamento deste com outros países ou grupos, como é o caso da Aliança do Pacífico.

A proliferação dos acordos regionais e bilaterais apresentam vantagens e reveses. NA perspectiva da teoria do “spaghetti bowl”, a proliferação dos acordos é benéfica, uma vez que o entrelaçamento entre as diversas concessões realizadas nesses acordos implicaria, ao longo do tempo, a redução de barreiras comerciais ao redor do mundo. Entretanto, negociações não multilaterais reduzem o poder de barganha de países menos desenvolvidos, uma vez que eles não podem se aliar a outros países semelhantes para extrair vantagens. Além disso, negociações fora da OMC possuem o potencial de estabelecer novos padrões regulatórios que extrapolariam o tratado original. Por exemplo, é natural supor que um novo padrão imposto em um tratado entre UE e EUA, devido à magnitude do comércio entre eles, acabaria se tornando um padrão global, mesmo que os outros países não tenham participado das negociações.

às perspectivas da OMC a respeito do comércio internacional apresentam pontos positivos e negativos. A partir da superação da crise de 2008, principalmente nos países desenvolvidos, a tendência é que o comércio internacional cresça. Entretanto, devido às tendências protecionistas recentes e o risco de uma guerra comercial, é possível que o crescimento do comércio seja obstado. Assim, embora tenham

surgido alguns dados positivos acerca do comércio internacional, a situação ainda se encontra indefinida, a depender dos desdobramentos globais da política comercial norte-americana.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,75/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **Objetivos precípuos da OMC: 0,83/2,5**
    - 2.2. **Trajetória das negociações comerciais internacionais: 2,67/8**
    - 2.3. **Tendências do protecionismo e o aumento dos conflitos comerciais: 5,25/7**
    - 2.4. **Proliferação de acordos preferenciais regionais e bilaterais: 6/8**
    - 2.5. **Perspectivas da OMC em relação ao desempenho recente do comércio internacional: 2/3**

Resultado

Nota: **17,50**

POLÍTICA INTERNACIONAL

banca:
Alcides Costa Vaz
Ary Norton de Murat Quintella
Norma Breda dos Santos

_questão 2

Não se fica grande por dar pulos. Não podemos parecer grandes, senão o sendo. O Japão não precisou pedir que o reconhecessem grande potência, desde que mostrou sê-lo.

Joaquim Nabuco. Diário. 1889-1910

Tendo o fragmento de texto precedente como referência inicial, redija um texto dissertativo atendendo ao que se pede a seguir.

1. Comente a opinião de Joaquim Nabuco e indique, com argumentos consistentes, se concorda ou não com a visão apresentada.

2. Aponte, com as devidas justificativas, no mínimo três ferramentas de que dispõe um país para "mostrar ser grande" ou "para ser grande".

3. Levando em consideração que a imagem de um país pode ser baseada em poder brando, discorra sobre o papel da diplomacia brasileira na construção da imagem externa do Brasil.

Extensão máxima: 90 linhas
[valor: 30,00 pontos]

Distribuição das notas

PI Q2

Posição	26	25	24	23	22	21	20	19	18	17	16	15	14	13	12	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1

Nota (0–35); linhas de corte: Ampla, Afro

Padrão de resposta da questão 2

Espera-se que o candidato elabore um texto dissertativo para tratar do tema proposto. Para isso, deve partir de um ponto de vista e defendê-lo por meio de argumentos consistentes, abordando, necessariamente, os aspectos solicitados. Clarezas de exposição e de raciocínio são fundamentais.

1. O candidato deverá comentar se concorda ou não com a opinião de Joaquim Nabuco: “não podemos ser grandes, senão o sendo”, que é a frase crucial do texto motivador. Independentemente da posição que adote, o candidato deverá saber apresentála e defendê-la com argumentos consistentes, favoráveis e(ou) contrários à visão de Joaquim Nabuco. Idealmente, o candidato deveria explicitar se “ser grande” e “parecer grande” são conceitos divergentes ou complementares e se variam no tempo, de preferência focalizando o caso do Brasil. É possível que “parecer grande”, junto a outros países, e ser visto como tal, possa ser uma forma de, gradualmente, tornar-se “grande” e, portanto, de efetivamente “sê-lo”.

2. As ferramentas de que um país dispõe para “mostrar ser grande” incluem o poderio econômico, o poderio militar e o poderio político. Este talvez seja o mais difícil de quantificar, mas pode ser medido pela capacidade do país de influenciar na elaboração da agenda internacional e de interferir nas decisões referentes a essa agenda. O candidato deverá ser capaz de explicitar tipos diferentes de poderio.

3. Outro aspecto é o da imagem do país. A imagem pode ser baseada em poder objetivo (por critérios políticos, militares ou econômicos e, nesse caso, a imagem pode ou não ser positiva) ou em “poder brando” (soft power), mais subjetivo, em que, presumivelmente, a imagem será positiva. O candidato deverá ser capaz de dizer se a diplomacia brasileira possui ou não a capacidade de influenciar, no exterior, a imagem do país. Em caso afirmativo, deverá explicar se a imagem do Brasil é baseada em “poder objetivo” ou em “poder brando” ou, eventualmente, nos dois.

Pedro Vale de Andrade Arruda Câmara
nota: ***30****/30*

O candidato não concorda com a opinião de Joaquim Nabuco. É certo que o Japão, em virtude de seu desenvolvimento econômico e militar, durante a Era Meiji, conseguiu estabelecer-se como uma nova potência, junto dos Estados Unidos, na virada do século XIX para o XX, relativizando a centralização do poder mundial no continente europeu. No entanto, a grandeza de um país não precisa advir, necessariamente, de seus recursos materiais, sejam militares ou econômicos. O exercício da diplomacia e do poder brando – estratégia utilizada pelo Brasil – pode levar um país a figurar entre os grandes.

De acordo com a perspectiva construtivista das relações internacionais, as identidades dos Estados resultam de um processo coconstitutivo de interações mútuas. Alexander Wendt, em seu ensaio "A anarquia é o que os Estados fazem dela", alude a um jogo de fumaça e espelhos. O Estado que se posiciona de maneira belicosa contribui para que as identidades relativas dos países com os quais ele interage sejam definidas pela rivalidade, fazendo que a anarquia internacional seja de uma competição Hobbeseana. Por outro lado, um Estado que sinalize ser confiável, cooperativo e pacífico pode conformar identidades mais benignas, em uma anarquia internacional marcada por uma positiva competição Lockeana. Segunda essa ótica, portanto, o erro de Joaquim Nabuco está em ignorar os efeitos constitutivos do discurso e das ações estatais na arena internacional. Não basta ser grande; é necessário, também, trabalhar para que a comunidade internacional reconheça essa grandeza e nutra as expectativas adequadas em relação ao país em questão, de modo a configurar identidades que sejam benéficas a sua inserção internacional e ao bem-estar global.

Nesse diapasão, é possível identificar diversas ferramentas através das quais um país pode "ser grande" ou "mostrar-se grande", de acordo com os termos de Joaquim Nabuco. O teor dessa "grandeza", contudo, depende da natureza da ferramenta utilizada. Nesse sentido, é possível destacar que o desenvolvimento de capacidades militares sofisticadas ainda é uma forma pela qual um país pode ser grande, muito embora o ordenamento internacional hodierno, fundado na Carta da ONU (1945), restrinja sobremaneira as hipóteses de uso da força. O status de potência do qual goza a Rússia, por exemplo, é condicionado, em boa medida, pela força e sofisticação de seus recursos militares, que incluem o maior arsenal nuclear do mundo. Nesse sentido, embora a economia russa seja, atualmente, relativamente débil, dependente da exploração de recursos energéticos, suas capacidades militares – que se relacionam, ainda, a sua posição de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU – permitem que a Rússia se posicione como um dos maiores players globais, no que diz respeito a seu poder de contribuir para a configuração das relações internacionais.

Outra das ferramentas que um país pode utilizar para sagrar-se enquanto "grande", por sua vez, é o desenvolvimento de suas capacidades econômicas. Nesse sentido, cabe destacar o mesmo exemplo mencionado por Nabuco: o Japão. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o Japão desproveu-se de suas capacidades militares e levou a cabo um intenso processo de crescimento econômico respaldado pelo desenvolvimento tecnológico. As capacidades que o Japão construiu desde a metade do século passado até os dias de hoje garantem seu status enquanto uma das nações com poder decisivo na determinação dos destinos do mundo, mesmo que seus recursos militares sejam relativamente ~~**modestos**~~[1] e que o país não seja membro permanente do CSNU. O mesmo pode ser dito da Alemanha – um exemplo concreto de sua relevância enquanto player internacional é o fato de Berlim ter integrado as negociações que deram origem ao Acordo de Viena (2015), com o Irã, junto dos membros permanentes do CSNU, no formato P5 +1.

Por fim, um Estado pode atingir a grandeza mediante suas capacidades diplomáticas e de exercício do poder brando – nesse caso, o "mostrar ser grande", nos termos de Nabuco, não se dá em oposição ao "ser grande", mas é, efetivamente, um fator constitutivo da grandeza. Nesse sentido, o Brasil serve de exemplo. O uso da diplomacia para a consecução de seus objetivos externo é uma característica histórica da estratégia de inserção internacional brasileira. Rubens Ricupero fala que, desde o Império, o Brasil persegue seus objetivos externos fazendo uso da "diplomacia do conhecimento". O saber geográfico, histórico e jurídico, somado a uma sofisticada capacidade negociadora, permitiu, por exemplo, que o país, na chancelaria do Barão do Rio Branco, conseguisse resolver todos seus litígios fronteiriços de forma pacífica. O Brasil, hoje, não tem questões fronteiriças pendentes; caso tivesse feito uso do recurso militar para resolver seus litígios, é possível que houvesse contestações, por parte dos vizinhos, como se verifica em diversos outros países, como a Índia e a China. A construção histórica de uma imagem externa positiva, definida pelo respeito ao direito e pela cooperação, permite que o Brasil seja aceito, pela comunidade internacional, como um ator legítimo, como voz para defender seus interesses em diversos foros. A participação brasileira no BRICS, por exemplo, permite que o país trabalhe pela conformação de uma arquitetura financeira internacional mais equânime e que melhor atenda a seus interesses; sua atuação na Coalização de Alta Ambição contribuiu para que o Acordo de Paris (2015) contivesse o compromisso de manter o aquecimento global "bem abaixo" dos 2ºC, em 2100; seu engajamento nas discussões relativas ao desarmamento nuclear contribuiu para a assinatura do "Ban Treaty", em 2017.

Há várias formas através das quais um Estado pode atingir a grandeza, bem como há diversos tipos de grandeza. O Brasil, nesse sentido, é um Estado "grande", e o modo pelo qual o país persegue seus objetivos externos – através da diplomacia – coaduna-se com princípios de cooperação e justiça, como os estabelecidos na Carta da ONU.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **Deixar claro se concorda ou não com a visão de Joaquim Nabuco: 4,5/4,5**
    - 2.2. **Ferramentas de um país para "mostrar ser grande" ou "para ser grande": 12/12**
    - 2.3. **Papel da diplomacia brasileira na construção da imagem externa do país: 9/12; pós-recurso: 12/12***

Resultado

Nota preliminar: **27,00**

Nota final: **30,00**

COMENTÁRIO

[1]Nota do candidato: rasurei a palavra "modestos" e esqueci de escrever outra coisa para completar o "relativamente", lapso ignorado pela banca.

Recurso do candidato (deferido integralmente): "O candidato solicita, respeitosamente, a reavaliação do critério em tela, por considerar que a nota provisória (9,00/12,00) não está de acordo com o desempenho demonstrado em sua redação. O candidato julga que atendeu integralmente ao exigido pelo enunciado, ao destacar o papel do "poder brando" e da diplomacia na construção da imagem internacional positiva da qual goza o Brasil.

1. No parágrafo introdutório (l.1 a l.9), destaca-se que o "poder brando" é um dos meios pelos quais uma nação pode atingir a grandeza, além de se afirmar que essa é a estratégia utilizada pelo Brasil em sua inserção internacional;

2. No segundo parágrafo (l.10 a l.27), traz-se o aporte teórico da escola construtivista das relações internacionais, explicando-se os mecanismos pelos quais a aplicação do poder brando conforma identidades internacionais positivas;

3. No penúltimo parágrafo (l.62 a l.86), discorre-se acerca de como o Brasil, particularmente, utiliza o poder brando e a diplomacia na consecução de seus objetivos externos, estratégia que tem suas raízes naquilo que Rubens Ricupero define como "diplomacia do conhecimento" (l. 70). São elencados diversos exemplos concretos, como a política de fronteiras do Barão do Rio Branco (l.72 a l.77); a participação brasileira no BRICS (l.80 a l.82); a atuação brasileira na Coalizão de Alta Ambição (l.82 a l.85); o engajamento brasileiro nas negociações do Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares (l.85 a l.86).

Levando em consideração o exposto e à luz do modelo de resposta, o candidato acredita que seu exercício atende integralmente ao critério em tela (papel da diplomacia brasileira na construção da imagem externa do país). Por esse motivo, roga ao examinador que reavalie sua questão e, caso julgue cabível, majore a nota".

Maurício Horta Miyauchi

nota: ***30****/30*

No final de sua administração, o então presidente estadunidense Barack Obama afirmou a uma repórter brasileira que ele considerava o Brasil não como uma potência regional, mas como potência global. Essa fala corrobora para que eu concorde com a opinião de Joaquim Nabuco de que “não podemos parecer grandes, senão o sendo”, e que um Estado é reconhecido como potência não por pedir, mas por efetivamente sê-lo. Ser uma potência global, no entanto, não é uma ideia pré-definida. Ela é modulada conforme a dotação de recursos de poder de um Estado e, principalmente, de seus excedentes relativos no sistema internacional. O Brasil è, portanto, uma potência global emergente com amplos recursos e credenciais; no entanto, não é dotado de amplos excedentes de poder.

Em uma perspectiva realista das relações internacionais, e com contribuição da geopolítica clássica, são atributos de poder elementos como território – tanto em dimensão como em dotação de recursos naturais –, população, posição geográfica, capacidade militar, e economia. Uma perspectiva liberal enfatiza, ainda, o soft power, ou poder brando, decorrente tanto da participação do país em regimes internacionais e em organizações internacionais, quanto da capacidade de a cultura de um país influenciar as decisões tomadas por outros países ou por atores internos a estes, sejam indivíduos, sejam empresas e outros atores não estatais. Nesse aspecto, considerando a opinião de Joaquim Nabuco, um país será uma grande potência se acumular, em relação a demais Estados do sistema internacional, recursos de poder tanto duros (econômicos e militares) quanto brandos (societais, diplomáticos).

Podemos, na atualidade, apontar para um sistema internacional no qual se multiplicam os pólos de poder. Se é inconteste a potência estadunidense – dotada do 4º maior território do mundo, população superior a 300 milhões, o maior orçamento militar do mundo, 7 mil ogivas nucleares, bases militares espalhadas pelo globo –, também se destacam outros pólos de poder crescentemente reconhecidos. A Rússia, depois de ter reduzido seu papel na década de 1990, durante período de “unimultipolaridade” dos EUA, em conceito de Samuel Huntington, retoma proeminência como potência que deve ser levada em consideração nas tomadas de decisões mundiais. Isso se comprova com o seu papel de mediador nos conflitos correntes no Oriente Médio, sobretudo no da Síria, mas também em questões como geopolítica energética, paz e segurança (CSNU), antiterrorismo e não proliferação nuclear, dado ter 7 mil ogivas.

A China é, no entanto, a potência que mais tem sido reconhecida como tal, conforme aumenta velozmente sua participação no PIB global, sendo a 2ª maior economia. Essa emergência se reflete no

crescimento de capacidade militar, com expansão de porta-aviões, por exemplo, e exercícios conjuntos com a Rússia (Vostok). O investimento em infraestrutura logística por meio da Nova Rota da Seda/Belt and Road, tem ampliado a projeção de poder chinês, e a instalação de ilhas artificiais no Mar do Sul da China, com objetivo de ter reconhecido como mar territorial e Zona Econômica Exclusiva seus a maior parte dessa área, também demonstra seu poder. Com exemplos como EUA, Rússia e China, verifica-se a realidade fática da potência.

Existem três ferramentas, ao menos, para que um país demonstre "ser grande" – e sê-lo. Primeiro, há o excedente de poder militar. Nesse aspecto, notabiliza-se a dotação de recursos militares pela Rússia. Embora parte considerável de seus recursos se destinem a garantir a integridade territorial do país, que conta com vizinhos como o Ocidente/OTAN, a China e, com o intervalo do Estreito de Bering, os EUA, a Rússia mantém como excedentes seu arsenal nuclear. Segundo, há o excedente de poder econômico. A China destaca-se nesse aspecto, na medida em que acumula a maior poupança do mundo, que permite o recente anúncio de investimentos diretos da ordem de 60 bilhões de dólares em países africanos, além de participar da formação de novos mecanismos de financiamento de desenvolvimento regional e multilateral, como o AIIB e o NDV, este junto aos BRICS. A capacidade de investir é, portanto, inconteste atributo de poder que permite a um país mostrar-se grande e sê-lo.

Terceiro, há o poder brando. Assim como o poder duro, o poder brando se demonstra pela dotação relativa e seus excedentes. Os EUA são detentores de todos esses três instrumentos de poder, mas é inconsteste sua liderança no poder brando. Isso se dá pela constituição de ampla e permeadora indústria cultural, notadamente a cinematográfica e a fonográfica, que permitem a exportação de valores e de referências simbólicas do país. Ademais, embora não seja mais o maior polo de manufatura do mundo, é o maior irradiador de marcas, de desenho, desenvolvimento e de marketing de produtos industriais, de forma que o poder brando dos EUA se beneficia da produção industrial de baixo custo nas cadeias globais de valor. Por último, a capacidade diplomática dos EUA desde o fim da II Guerra e, sobretudo, no pós-Guerra Fria, fez do país o principal promotor de bens globais, de regimes globais e de organizações internacionais, ainda que, muitas vezes, os próprios EUA não se vinculem a estes.

O Brasil, nesse contexto, é uma potência global, com grandes recursos de poder, mas sem excedentes econômicos e militares. Seu principal excedente, portanto, é de poder brando, decorrentes de sua identidade internacional como grande país em desenvolvimento, latino-americano, com vínculos históricos e culturais com o Ocidente e com a África, com histórico de respeito ao direito internacional, com consolidada participação em organizações e foros multilaterais. Na falta de excedentes econômicos e militares, o Brasil é uma potência diplomática.

A identidade internacional do Brasil é influenciada por seu gigantismo. O país tem o 5º maior território, a 5ª maior população, uma das 8 maiores economias e participação frequente em operações de manutenção da paz. O próprio gigantismo, no entanto, não basta para se fazer potência global, dado que seus recursos econômicos e militares são distribuídos sem produção de grandes excedentes, em geral. Em certas matérias, no entanto, sua relevância é global. A dotação de território amplo, com clima propício e grandes excedentes hídricos faz do país uma potência agrícola e pecuária, incontornável ante a elevação do nível de consumo global e da rarefação das áreas aráveis disponíveis. A alimentação global terá sua segurança influenciada pelo Brasil. A diplomacia comercial em temas agrícolas é, portanto, fundamental para a imagem externa do país.

A dotação das maiores reservas florestais e da maior biodiversidade do mundo também faz do Brasil uma potência ambiental. Tendo em conta as mudanças climáticas como o maior desafio existencial de longo prazo da humanidade, a diplomacia brasileira tem, em temas ambientais e de mudança climática, exercido papel protagônico. Exemplo disso tem sido a coordenação junto ao BASIC, ao grupo de alta ambição e ao G-77 nas negociações que culminaram no Acordo de Paris, de 2015.

A maior ameaça de curto e médio prazo para a humanidade, no entanto, é a falta de efetividade do regime de não proliferação de armas nucleares. A liderança compartilhada do Brasil na negociação do Tratado de Proibição de Armas Nucleares, assinado em 2017, evidencia o papel protagônico da diplomacia brasileira, novamente.

A identidade externa brasileira, no entanto, potencializa o poder brando do país sobretudo por ser o Brasil verdadeiro país-ponte entre o Ocidente e o Sul Global e entre as nações latino-americanas. O Brasil põe em prática esse potencial por meio da CPLP, nas relações com países lusófonos, inclusive os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa; por meio dos BRICS, que reúnem potências emergentes que têm definido uma maior multipolaridade no sistema internacional; por meio do MERCOSUL, no Cone Sul, da Unasul, na América do Sul, e da CELAC, na América Latina e Caribe; por meio das cúpulas ASA e ASPA, pela ZOPACAS, no estabelecimento de uma zona de paz no Atlântico Sul, e do IBAS, entre democracias multiétnicas.

Acima de tudo, porém, é o Brasil uma potência global a que falta o reconhecimento nas questões mais amplas da segurança e da paz mundiais. Seu pleito por assento permanente no CSNU, junto ao G-4 (Alemanha, Índia, Japão e Brasil) é o meio diplomático para a concretização, perante a sociedade internacional, de seu papel como potência global. (90 linhas, 14,9 palavras por linha)

_AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5
2. Desenvolvimento do tema
   - 2.1. Deixar claro se concorda ou não com a visão de Joaquim Nabuco: 4,5/4,5
   - 2.2. Ferramentas de um país para “mostrar ser grande” ou “para ser grande”: 12/12
   - 2.3. Papel da diplomacia brasileira na construção da imagem externa do país: 12/12

Resultado

Nota: **30,00**

Matheus Corradi de Souza
nota: ***29,25***/*30*

Joaquim Nabuco apresentou uma opinião, no excerto, bastante alinhada com as premissas realistas da Teoria de Relações Internacionais. Realista “avant la lettre”, Nabuco claramente identifica o poder como o “hard power”, o poder principalmente militar. Quando escreveu sobre o Japão, Nabuco repercutia a vitória acachapante dos japoneses sobre os russos em 1905; antes disso, tinha havido acordo nipo-britânico que já era evidência do reconhecimento do status de grande potência do Japão. Concordo apenas parcialmente com Nabuco. Acredito que há outras formas de se alcançar a grandeza no cenário internacional além da potência bélica e econômica. Muitos países, como a França e a Itália, por exemplo, exercem poder internacional de forma além do que se imaginaria por sua força “dura”. Há um importante papel para aspectos culturais que ficam de fora da visão de mundo exposto por Nabuco no trecho.

A construção de uma potência militar é um caminho certo e tradicional para a grandeza. Mesmo países que não se apresentam como potências econômicas, como a Rússia, podem lograr um status de “grande potência” ao ter exércitos amplos e armas nucleares. A “deterrência última”, a arma nuclear, é passaporte quase certo para a grandeza. Mesmo países economicamente frágeis, como a Coreia do Norte e o Paquistão, logram ser tratados com maior deferência por possuírem o armamento atômico. Para muitos desses países, “mostrar ser grande” pela posse de uma bomba atômica é encarado como questão de sobrevivência nacional. De fato, Kenneth Waltz pregava que alguns países, como o Irã, desenvolvessem a bomba de forma a garantir a estabilidade de suas regiões.

Pela perspectiva realista, demonstrar grandeza também pode ser vista como racional. Mas a maneira mais fácil de fazê-lo é pela construção de uma potência econômica. Países mais ricos têm não só mais recursos para se fortalecer militarmente, como também exercem poder pelo dinheiro através de investimentos e empréstimos. A Alemanha contemporânea é exemplo de grandeza construída principalmente pela economia. Ao contrário de seus vizinhos França e Reino Unido, os alemães não possuem armas atômicas, têm forças militares menores e pouco participam de intervenções militares no estrangeiro. Entretanto, a potência capitalista alemã permite a Berlim exercer enorme influência no cenário internacional. Raciocínio similar se aplica ao Japão dos dias de hoje: se na época de Nabuco, o país exercia poder pelo medo, hoje sua grandeza se relaciona à sua potência financeira e também tecnológica.

Para além do hard power, caro aos realistas, a grandeza também pode ser construída pelo soft power, o poder brando. Esse foi o caminho seguido por muitos países latino-americanos e europeus,

que ou não lograram desenvolvimento econômico suficiente, ou não possuem recursos demográficos e territoriais para serem grandes militarmente. O Uruguai e o Chile, por exemplo, exibem uma grandeza relacionada à qualidade das suas instituições democráticas internas e ao seu papel como defensores dos direitos humanos. Países como Itália, Grécia e Espanha demonstram grandeza pela rica e extensa história de seus Estados e de suas populações; o enorme fluxo de turistas em direção a esses países anualmente, mesmo num contexto de crise econômica e de ameaças terroristas, mostra o poder brando significativo desses países. O acúmulo de poder brando através da atratibilidade de aspectos culturais aproxima países díspares como o Japão, a Coreia do Sul, o Irã e Cabo Verde. A arte, a arquitetura e a cultura japonesas, tão difundidas pelo globo, representam a grandeza daquele Estado. O K-Pop e a Morna são exemplos de grandeza, respectivamente, da Coreia do Sul e de Cabo Verde, que dão a esses países alcance global acima do esperado pela simples análise de aspectos econômicos e militares. No caso do Irã, além da cultura milenar, o cinema é modo de exercer um poder brando.

A grandeza do Brasil é construída utilizando-se um pouco de cada uma dessas ferramentas apresentadas, com algumas exceções. O Brasil dispõe de hard power considerável: tem uma das dez maiores economias do planeta, a quinta maior população e extensão territorial. O país não se destaca, porém, entre as grandes potências militares, o que, numa visão de mundo como a exposta por Nabuco, diminuiria as chances de grandeza pátria. Há, entretanto, outros fatores a considerar que compensam essa fraqueza. O Brasil contribuiu fortemente para a conformação, na América do Sul, de uma região de paz; o país guerreou com seus vizinhos pela última vez há quase 150 anos; através de um processo longo, encerramos a secular rivalidade com a Argentina e construímos, no MERCOSUL, um bloco que prima pela democracia, pelos direitos humanos e pelo desenvolvimento. Além disso, o Brasil é historicamente defensor do direito internacional, da soberania dos Estados e do direito ao desenvolvimento, o que gera uma legitimidade grande na atuação internacional brasileira, que é fonte de poder e grandeza para o país. Nesse caminho para "mostrar ser grande" e "ser grande", o Brasil contou muito com a atuação de sua diplomacia.

A diplomacia brasileira é, há décadas, responsável pela expansão do poder brando do Brasil. Desde os anos 1950, com a OPA, passando pelo discurso dos 3D's de Araújo Castro de 1963 e pela participação ativa do Brasil nas UNCTADs e na proposição da NOEI nos anos 1970, a diplomacia tem construído uma imagem de arauto do desenvolvimento, que gera significativo apoio ao país no sistema internacional. Prova disso, e fator adicional de aumento do soft power brasileiro, é a facilidade com que o Brasil ocupa espaços de destaque nos vários regimes internacionais: são brasileiros hoje os diretores da OMC e da FAO; temos juiz na CIJ; fomos eleitos para a CDH; conseguimos antecipar nossa candidatura a membro rotativo do CSNU – órgão do qual já fomos eleitos mais de dez vezes. Logramos ter papel protagônico nas negociações da OMC, no regime internacional de mudanças climáticas e no regime de não proliferação nuclear, no qual conseguimos a criação do Tratado de Proibição de 2017.

No campo da defesa dos direitos humanos, a atuação diplomática brasileira nos torna, atualmente, um dos campeões de várias causas. Na questão do reconhecimento dos direitos humanos de pessoas LGBTs, o Brasil foi pioneiro ao propor, ainda na antiga Comissão de DH, resolução nesse sentido; trabalhamos para o reconhecimento dos Princípios de Yogyakarta pelo novo CDH e pela criação de relatoria especial para a matéria. No campo dos direitos das mulheres, a diplomacia atua ainda em mais frentes: na CPLP, na ONU-Mulheres, na UNFPA. Mesmo com a crise econômica e com a troca de governo, o Brasil segue sendo reconhecido pela grandeza com que defende ideais de humanidade e justiça nos foros internacionais.

Como se percebe, o tempo de Nabuco passou. O poder duro pode seguir sendo importante e, em alguns dossiês, determinante na definição dos destinos. O avanço do sistema internacional, contudo, gerou uma institucionalização da vida internacional que materializa, cada vez mais, o mundo imaginado pelos liberais. (85 linhas)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,75/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **Deixar claro se concorda ou não com a visão de Joaquim Nabuco: 4,5/4,5**
    - 2.2. **Ferramentas de um país para "mostrar ser grande" ou "para ser grande": 12/12**
    - 2.3. **Papel da diplomacia brasileira na construção da imagem externa do país: 12/12**

Resultado

Nota: **29,25**

Nota média: Maurício Gurjão Bezerra Heleno
nota: ***25,50**/30*

Historicamente, para que um país seja considerado uma potência, ele precisa reunir certas características e certas capacidades que o tornem um pólo de poder global. Assim, uma potência é capaz de moldar normas, discursos e ações em favor de seus interesses, além de influenciar outros países de acordo com sua vontade. Em síntese, trata-se de relações de poder, ainda que esse poder se apresente de formas diversas. Em razão disso, Joaquim Nabuco está correto ao afirmar que uma potência não precisa pedir reconhecimento, ela simplesmente o obtém. No século XXI, contudo, ao contrário do período de vida de Nabuco, o status de potência não é mera decorrência da força militar e econômica, mas uma reunião de diversos fatores que se complementam.

O caso japonês, mencionado por Nabuco, é um exemplo válido de como um país pode se tornar uma potência. No século XIX e início do século XX, ainda que prevalecesse a noção da superioridade europeia e dos povos brancos, os japoneses, considerados inferiores, lograram importantes avanços em termos de crescimento econômico e acúmulo de poder militar. Posteriormente, já no século XX, o Japão entrou em conflito com a Rússia, tradicional potência militar europeia. O desfecho da guerra, uma vitória japonesa contundente, provou ao mundo que a pequena ilha japonesa era também uma potência, capaz de afirmar seus interesses perante o mundo.

Ao longo do século XX, a consolidação das Relações Internacionais como disciplina acadêmica confirmou as ideias de Nabuco. As discussões acerca do que caracteriza uma potência estiveram presentes sobretudo entre autores realistas, preocupados com o contexto de rivalidades e disputas durante a Guerra Fria. Assim, percebeu-se que potências são aqueles países capazes de moldar e alterar o sistema internacional de acordo com seus interesses. Parte-se do pressuposto que o sistema internacional não é mera soma de Estados, mas o conjunto das relações hierarquizadas entre eles. Portanto, as potências diferes (sic) dos países hierarquicamente inferiores, cuja atuação e autonomia são orientados de acordo com as normas estabelecidas pelas potências. Mais uma vez, o exemplo citado por Nabuco é válido, uma vez que o Japão, por meio de suas capacidades, foi capaz de moldar o sistema internacional a seu favor, mesmo diante de outra grande potência.

No século XXI e no contexto da globalização, a noção de potência adquire novas características, sem que as anteriores percam validade. Assim, nota-se a presença de problemas globais, como terrorismo, proliferação nuclear, aquecimento global e comércio. Nesse sentido, uma potência do século XXI é também aquele país capaz de assumir responsabilidades perante essas e outras questões globais, além

de liderar outros países em prol de objetivos comuns. Conclui-se, portanto, que uma potência lidera, e não pede para liderar.

A capacidade de moldar o sistema e de liderar outros países em torno de pautas comuns não surge do nada, e sim requer certas características e recursos de poder. Atualmente, para fins didáticos, muitos autores utilizam a distinção entre "hard power", o poder duro, e "soft power", o poder brando, para classificar os recursos de poder estatal. Essas características, contudo, muitas vezes se relacionam e se confundem, como explico a seguir.

No âmbito do hard power encontram-se características clássicas de poder, como território, população, recursos militares e economia. Nesse sentido, uma potência tradicional seria um país de grande população, território, riquezas e poder militar capazes de impor sua vontade sobre os demais. Como exemplos clássicos, vale mencionar os EUA e a URSS como caso de potências detentoras de grandes recursos de hard power, sobretudo durante a Guerra Fria.

Em contraste, recursos de soft power envolvem a capacidade de influenciar outros países por meio de valores e instituições culturais e políticas, bem como a capacidade de convencimento adquirida a partir do exemplo e da boa conduta. Assim, um país detentor de recursos de soft power influencia os demais por meio das qualidades positivas que são atribuídas à cultura, às instituições políticas e aos valores desse país, que motivam outros países a copiar seu exemplo. A atuação norte-americana, ao conceder milhares de bolsas de estudos a estudantes de todo o mundo é um exemplo de utilização de soft power, a fim de convencer as novas gerações da superioridade do modelo norte-americano.

Atualmente, uma potência "mostra ser grande" por meio da reunião de recursos de hard power e soft power, o que convencionou chamar de "smart power". Assim, uma potência do século XXI é não apenas um país com amplos recursos militares, econômicos e territoriais, mas também aquele capaz de servir de modelo aos demais, em razão da qualidade e potencialidade de seus valores e suas instituições. Nesse contexto, podem-se enquadrar nessa categoria apenas os EUA, já mencionados, e a China, cujo crescimento duradouro e cuja promoção cultural, a exemplo dos Institutos Confúcio, fazem que diversos países venham tentando emular o modelo chinês de desenvolvimento.

O Brasil, no atual sistema internacional, ocupa a posição de potência média, ou país emergente. Trata-se, portanto, de país incapaz de moldar o sistema internacional conforme seus interesses, mas que reúne características e recursos de poder que o habilitam a influenciar o sistema, sobretudo nos ramos que mais lhe interessam, como desenvolvimento, comércio internacional, meio-ambiente e direitos humanos.

Embora o Brasil seja país de grande território e população, sua capacidade econômica e militar limitada não o caracterizam como um país detentor de hard power, a não ser no âmbito estritamente regional de sua atuação, como América do Sul e Atlântico Sul. Em razão disso, e de seu histórico diplomático, o Brasil busca credenciar sua imagem como país baseado no soft power. A construção do soft power brasileiro baseia-se, em primeiro lugar, em sua tradição, uma vez que o país logrou consolidar sua vasta fronteira amazônica de forma pacífica, além de ter consolidado um modus operandi baseado na não intervenção em assuntos internos de outros países. Com base nessa trajetória, o país molda seu discurso diplomático de modo a apresentar o Brasil como nação pacífica, respeitadora do Direito Internacional e da autonomia de seus parceiros.

Considerando que o discurso é também uma forma de orientar a ação, o Brasil historicamente se colocou como promotor da Cooperação Sul-Sul, baseado na transferência de conhecimentos em bases horizontais e transparentes. Trata-se de uma forma de credenciar o Brasil como país líder e prestador de ajuda. Essa atuação rendeu ao país, por exemplo, benefícios como a eleição dos brasileiros José Graziano e Roberto Azevêdo para órgãos importantes, como a FAO e a OMC, com forte apoio de nações africanas receptoras da ajuda brasileira. Além disso, o Brasil tem buscado se apresentar como país capaz de assumir responsabilidades internacionais, como mostra o comando brasileiro da missão de paz no Haiti (MINUSTAH). Nesse caso, além de promover o poder brando do Brasil, como país promotor da paz, a Minustah contribui também para fortalecer a capacidade militar do país, um recurso de hard power. A construção da imagem externa do Brasil, portanto, compreende discurso, tradição diplomática e ações no sentido de apresentar o país como líder global e exemplo a ser seguido.

O atual contexto internacional, baseado em crescente descentralização de poder, é propício para discussões acerca do conceito de potência. Trata-se, em síntese, de país capaz de mudar o sistema a seu favor e de obter o convencimento de outras nações, além de assumir tarefas globais. No caso do Brasil, trata-se de país com longo caminho a ser percorrido, embora o país tenha relevância global em certos temas. Não basta, portanto, pedir um lugar junto às potências, mas fazer por merecê-lo.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Deixar claro se concorda ou não com a visão de Joaquim Nabuco: 4,5/4,5**
   - 2.2. **Ferramentas de um país para “mostrar ser grande” ou “para ser grande”: 12/12**
   - 2.3. **Papel da diplomacia brasileira na construção da imagem externa do país: 7,5/12**

Resultado

Nota: **25,50**

Pior nota: Anônimo
nota: ***20**/30*

O Japão « tornou-se » grande, mas quando quis « mostrar-se » grande, foi tragado por terríveis tragédias. Nabuco emitiu sua famosa opinião em tempos de imperialismo, de recrudescimento de nacionalismo que remetem aos dias atuais. Cabe a indagação acerca das mudanças no mundo e a permanente dicotomia realista-idealista quanto ao poder. Para atingi-lo, as ferramentas são inúmeras, assim como as consequências. O Brasil, por sua vez, logrou consolidar, em sua história recente, inegável « poder brando », construído pautado pela legitimidade de diplomacia que tem buscado adaptar o país às transformações do mundo. Hoje, entretanto, mesmo este poder tem sido relativizado.

Mais de um século após as declarações de Nabuco, o Brasil, todavia, não tem « excedentes de poder », conforme descrito por Saraiva Guerreiro. Para Ricupero, herdamos a « diplomacia da fraqueza » lusitana, a qual, de tempos em tempos, exerce ensaios grandiloquentes para, em seguida, confrontar-se à realidade dos fatos. Concordo parcialmente com a opinião de Nabuco, afinal, penso que somos grandes pela legitimidade de nosso legado principista e pacifista, porém terminamos por diminuí-la quando « damos pulos ».

Em recente artigo, Fonseca Jr. analisa a posição do Brasil nas relações internacionais e conclui que esta deve ser, inexoravelmente, multilateral. Como poucos países, o Brasil projeta-se, sobretudo, pela diplomacia. Trata-se de política de Estado, que já demonstrou inúmeras vezes que árduas conquistas, logradas ao longo de décadas, podem ser desfeitas em meses ou, até, dias. Não foram poucas as ocasiões em que o Brasil, buscando parecer grande, foi apequenado por acusações de injustiça ou de subimperialismo. A defesa vergonhosa da escravidão no século XIX e o voto favorável à res. 3379/XXX são apenas dois exemplos.

E, portanto, o Brasil é grande, tanto sob a ótica realista quanto sob a idealista. Afinal, sua extensão territorial, peso econômico e demográfico, além de sua capacidade de articular consensos tornam o país ator fundamental, visto como « país baleia » por Kennan ou « key country » por Kissinger. O histórico de paz e consolidação da maior parte de suas fronteiras com 10 vizinhos por meio da diplomacia tem poucos paralelos. O país construiu legado de defesa dos direitos humanos e de promoção da cooperação, ambos inscritos em sua Constituição, e tem sido propositivo em torno da consolidação do multilateralismo e do desenvolvimento comum.

Um país pode « mostrar ser grande » despertando o temor ou a esperança, para evocar a dicotomia de Baruch Espinoza. Sem dúvidas, uma das ferramentas que mostram grandiosidade e esperança é a proposição de alternativas que possibilitam a paz pelo desarmamento, a exemplo do recente Tratado sobre

Proibição de Armas Nucleares (TPAN). Uma ferramenta que mostra grandiosidade e pode provocar temores são exercícios militares que simulam guerras de larga escala, a exemplo do recente exercício Vostok, feito na Sibéria, pela Rússia, que convidou a China. Existem ferramentas que podem permitir a um país « mostrar ser grande » despertando temor e esperança ao mesmo tempo. Isto tem ocorrido com a Belt and Road Initiative (BRI) da China, a qual estimula oportunidades de desenvolvimento inéditas, trazendo esperança para países, como a Etiópia, que recebem maciços investimentos em infraestrutura, mas que também sofrem com temores de dependência « neocolonial ».

Alternativamente, são, aparentemente, mais árduos os caminhos « para ser grande » É necessário, como ferramenta essencial, que um país tenha estabilidade, de modo que possa implementar e colher os frutos de políticas de Estado por meio de instituições respeitáveis e respeitadas. Dificilmente alcança-se a grandiosidade de forma perene, sem justiça social. Países autoritários e desiguais são, normalmente, os que buscam adotar os gestos mais eloquentes para disfarçarem sua própria fragilidade. A igualdade e a democracia são, portanto, as duas faces da mesma ferramenta para atingir a grandiosidade. Aliás, o que seria, enfim, a grandiosidade? Ainda é possível pensar na « grandeur » de Charles de Gaulle ou no nacionalismo exacerbado que a tantas tragédias levou? No século XXI, a « grandeza » é multifacetada. Joseph Nye, por exemplo, fala de xadrez tridimensional, no qual existe unilateralismo militar dos EUA, plurilateralismo econômico dos países desenvolvidos e dos emergentes, e multilateralismo diante de bens comuns, a exemplo do meio ambiente. A terceira ferramenta « para ser grande » seria a capacidade de um país poder transitar e dialogar em todas essas esferas com o entendimento de que a « grandiosidade » é, sobretudo, enfrentar sacrifícios em nome da interdependência.

O mesmo Nye fala de « poder brando », que já foi declinado em vertentes, como « smart power » e « sharp power ». O « soft power », entretanto, pode ser resumido como a capacidade de persuasão sem recorrer ao « poder duro », feito à sombra de ameaças. Belli e Nasser evocam o natural talento do Brasil para o « poder brando ». Afinal, o país é multirracial, multicultural, acolhedor, dotado de paisagens deslumbrantes e , como poucos outros, desperta simpatias nos mais diversos povos.

Basear a imagem de um país em « poder brando » exige conhecer e exaltar suas potencialidades para atrair alteridade, enquanto se expõem as dificuldades de modo autocrítico, de modo que se desperte no outro o reconhecimento dos desafios comuns. E este é o papel fundamental da diplomacia, em especial, no Brasil, onde se demonstrou, conforme o período de « autonomia pela participação », que pode ser lento o processo de « resgate das credenciais ». Esta imagem constrói-se pela adesão e cumprimento de regimes multilaterais, dos Pactos sobre Direitos Humanos de 1966 às Convenções contra a Tortura ou o Racismo. É preciso sublinhar que se adere e se cumpre, já que o « poder brando » é vinculado à dinâmica permanente da imagem. Na história recente, alguns países transitaram da liderança em termos de « soft

power » para posições mais baixas no curto intervalo entre dois governos. O Brasil, em um dos rankings desse tipo, publicado pela revista Monocle, galgou algumas posições, apesar da grave crise econômica e institucional que atravessa. Isto se deve, em grande medida, à sua diplomacia.

A imagem externa do Brasil projeta compreensão e cooperação, capacidade de diálogo que estabelece pontes entre o Norte e o Sul global, e pacifismo vinculado ao desenvolvimento sustentável. Isto decorre da legitimidade histórica de sua atuação diplomática, mas pode esvair-se se o país quiser « mostrar ser grande » tanto no plano doméstico quanto no internacional. Diante de tanta desordem nesse « mundo em desajuste », nas palavras de Maalouf, é preciso conseguir persuadir sociedades em conflito de que a alternativa ao diálogo é o caos. Nesse sentido, a diplomacia, como vetor primordial de diálogo, precisa utilizar todo o « poder brando » para assegurar a imagem do Brasil diante do mundo e para espelhá-la a seu próprio povo, grandioso em seu pacifismo. (90 linhas)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **Deixar claro se concorda ou não com a visão de Joaquim Nabuco: 3/4,5**
    - 2.2. **Ferramentas de um país para "mostrar ser grande" ou "para ser grande": 8/12**
    - 2.3. **Papel da diplomacia brasileira na construção da imagem externa do país: 7,5/12**

Resultado

Nota preliminar: **15,50**

Nota final: **20**

COMENTÁRIO

Exemplo de recurso que obteve 4,5 pontos, aumentando a nota de 15,5 para 20/30 (com muitas páginas para convencer a banca…)

Prezada banca corretora,

em primeiro lugar, gostaria de desculpar-me pela caligrafia. Ainda nos primeiros dias de prova, lesionei meu punho e tive grandes dificuldades na escrita, o que claramente se refletiu na legibilidade. Infelizmente, o tempo exíguo e a grande quantidade de informações certamente prejudicaram a apresentação e compreendo que a banca, em meio a tantas dezenas de provas, muitas impecavelmente escritas, tenha, compreensivelmente, optado por punir o candidato ao conceder nota 0.00/1.50 neste quesito.

Entretanto, apesar de estar consciente de que, na diplomacia, a forma é tão importante quanto o conteúdo, permito-me transcrever, aqui, minha resposta, de modo a facilitar uma segunda leitura pela banca. Assim, tenho a esperança de que, ao menos, seja concedida majoração no quesito estrutural e no respeio às margens e indicação de parágrafos.

Finalmente, penso que esta seguna leitura pode permitir uma melhor reavaliação do desenvolvimento do tema. Perdão, mais uma vez, pela caligrafia. Segue minha resposta transcrita:

« O Japão « tornou-se » grande, mas quando quis « mostrar-se » grande, foi tragado por terríveis tragédias. Nabuco emitiu sua famosa opinião em tempos de imperialismo, de recrudescimento de nacionalismos que remetem aos dias atuais. Cabe a indagação acerca das mudanças no mundo e a permanente dicotomia realistaidealista quanto ao poder. Para atingílo, as ferramentas são inúmeras, assim como as consequências. O Brasil, por sua vez, logrou consolidar, em sua história recente, inegável « poder brando », construído e pautado pela legitimidade de diplomacia que tem buscado adaptar o país às transformações do mundo. Hoje, entretanto, mesmo este poder tem sido relativizado.

Mais de um século após as declarações de Nabuco, o Brasil, todavia, não tem « excedentes de poder », conforme descrito por Saraiva Guerreiro. Para Ricupero, herdamos a « diplomacia da fraqueza » lusitana, a qual, de tempos em tempos, exerce ensaios grandiloquentes para, em seguida, confrontarse à realidade dos fatos. Concordo, parcialmente, com a opinião de Nabuco, afinal, penso que somos grandes pela legitimidade de nosso legado principista e pacifista, porém terminamos por diminuíla quando « damos pulos ».

Em recente artigo, Fonseca Jr. analisa a posição do Brasil nas relações internacionais e conclui que esta deve ser, inexoravelmente, multilateral. Como poucos países, o Brasil projetase, sobretudo, pela diplomacia. Tratase de política de Estado, que já demonstrou inúmeras vezes que árduas conquistas, logradas ao longo de décadas, podem ser desfeita em meses ou, até, em dias. Não foram poucas as ocasiões em que o Brasil, buscando parecer grande, foi apequenado por acusações de injustiça ou de subimperialismo. a defesa vergonhosa da escravidão no século XIX e o voto favorável à resolução 3379/XXX são apenas dois exemplos.

E, portanto, o Brasil é grande, tanto sob a ótica realista quanto sob a idealista. Afinal, sua extensão territorial, peso econômico e demográfico, além de sua capacidade de articular consensos tornam o país ator fundamental, visto como « país baleia » por Kennan ou « key country » por Kissinger. O histórico de paz e consolidação da maior parte de suas fronteiras com 10 país, por meio da diplomacia, tem poucos paralelos. O país construiu legado de defesa dos direitos humanos e de promoção da cooperação, ambos inscritos em sua Constituição, e tem sido propositivo em torno da consolidação do multilateralismo e do desenvolvimento comum.

Um país pode « mostrar ser grande » despertando o temor ou a esperança, para evocar a dicotomia de Baruch Espinoza. Sem dúvidas, uma das ferramentas que mostram grandiosidade e esperança é a proposição de

alternativas que possibilitem a paz pelo desarmamento, a exemplo do recente Tratado sobre Proibição de Armas Nucleares (TPAN). Uma ferramenta que mostra grandiosidade e pode provocar temores são exercícios militares que simulam guerras de larga escala, a exemplo do recente exercício Vostok, feito na Sibéria pela Rússia, que convidou a China. Existem ferramentas que podem permitir a um país « mostrar ser grande » despertando temor e esperança ao mesmo tempo. Isto tem ocorrido com a Belt and Road Initiative (BRI) da China, a qual estimula oportunidades de desenvolvimento inéditas, trazendo esperança para países, como a Etiópia, que recebem maciços investimentos em infraestrutura, mas que também sofrem com temores de dependência « neocolonial ».

Alternativamente, são, aparentemente, mais árduos os caminhos « para ser grande ». É necessário, como ferramenta essencial, que um país tenha estabilidade, de modo que possa implementar e colher os frutos de políticas de Estado por meio de instituições respeitáveis e respeitadas. Dificilmente alcançase a grandiosidade de forma perene, sem justiça social. Países autoritários e desiguais são, normalmente, os que buscam adotar os gestos mais eloquentes para disfarçar sua própria fragilidade. A igualdade e a democracia são, portanto, duas faces da mesma ferramenta para atingir a grandiosidade. Aliás, o que seria, enfim, a grandiosidade? Ainda é possivel pensar na « grandeur » de Charles de Gaulle ou no nacionalismo exacerbado a que tantas tragédias levou? No século XXI, a « grandeza » é multifacetada. Joseph Nye, por exemplo, fala de xadrez tridimensional, no qual existe unilateralismo militar dos EUA, plurilateralismo econômico dos países desenvolvidos e dos emergentes, e multilateralismo diante de bens comuns, a exemplo do meio ambiente. A terceira ferramenta « para ser grande » seria a capacidade de um país poder transitar e dialogar em todas essas esferas com o entendimento de que a « grandiosidade » é, sobretudo, enfrentar sacrifícios em nome da interdependência.

O mesmo Nye fala de « poder brando », que já foi declinado em vertentes, como « smart power » e « sharp power ». O « soft power », entretanto, pode ser resumido como a capacidade de persuasão sem recorrer ao « poder duro », feito à sombra de ameaças. Belli e Nasser evocam o natural talento do Brasil para o « poder brando ». Afinal, o país é multirracial, multicultural, acolhedor, dotado de paisagens deslumbrantes e, como poucos outros, desperta simpatias nos mais diversos povos.

Basear a imagem de um país em « poder brando » exige conhecer e exaltar suas potencialidades para atrair alteridade, enquanto se expõem as dificuldades de modo autocrítico, de modo que se desperta no outro o reconhecimento dos desafios comuns. E este é o papel fundamental da diplomacia, em especial, no Brasil, onde se demonstrou, conforme o perído de « autonomia pela participação », que pode ser lento o processo de « resgate das credenciais ». Esta imagem constroise pela adesão e cumprimento de regimes multilaterais, dos Pactos de Direitos Humanos de 1966 às Convenções contra a Tortura e o Racismo. É preciso sublinhar que se adere e se cumpre, já que o « poder brando » é vinculado à dinâmica permanente da imagem. Na história recente, alguns países transitaram da liderança em termos de « soft power » para posições mais baixas no curto intervalo entre dois governos. O Brasil, em um dos rankings desse tipo, publicado pela revista

« Monocle », galgou algumas posições, apesar da grave crise econômica e institucional que atravessa. Isto se deve, em grande medida, à sua diplomacia.

A imagem externa do Brasil projeta compreensão e cooperação, capacidade de diálogo que estabelece pontes entre o Norte e o Sul global, e pacifismo vinculado ao desenvolvimento sustentável. Isto decorre da legitimidade histórica de sua atuação diplomática, mas pode esvairse se o país quiser « mostrar ser grande » tanto no plano doméstico quanto no internacional. Diante de tanta desordem nesse « munde em desajuste », nas palavras de Maalouf, é preciso conseguir persuadir sociedades em conflito de que a alternativa ao diálogo é o caos. Nesse sentido, a diplomacia, como vetor primordial de diálogo, precisa utilizar todo o « poder brando » para assegurar a imagem do Brasil diante do mundo e para espelhála a seu próprio povo, grandioso em seu pacifismo. »
Mais uma vez, peço perdão pela caligrafia e pela extensão deste recurso, porém acredito ser essencial facilitar a releitura da banca para que possa reavaliar minha nota total atual, que representa tão somente 15.50/30.00 (51.6% do total).

ARGUMENTAÇÃO DO QUESITO: 2.1

Prezada banca,

solicito, gentilmente, reavaliação da nota atual nesse quesito, de apenas 1.50/4.50 (33%), o que representa, em minha opinião, punição excessivamente severa diante do conteúdo apresentado e de sua correspondência em relação ao padrão de resposta.

Neste, a banca indica que deve haver, explicitamente, menção a « concordar ou não com a opinião de Joaquim Nabuco ».

Entre as linhas 12 e 14, argumento que :

«Concordo, parcialmente, com a opinião de Nabuco, afinal, penso que somos grandes pela legitimidade de nosso legado principista e pacifista, porém terminamos por diminuíla quando « damos pulos ». »
Em seguida, após ter indicado que existe uma ambivalência inerente à afirmação de Nabuco afinal, supor verdades absolutas diante de tema tão complexo parece me algo que não permitiria o próprio debate levantado pela banca explicito, conforme o padrão de resposta, tanto os pontos divergentes quanto os pontos convergentes entre o « parecer » e o « ser grande », com diversas análises referências, conforme a seguir:

b) « ser grande »
l.23-30 : « E, portanto, o Brasil é grande, tanto sob a ótica realista quanto sob a idealista. Afinal, sua extensão territorial, peso econômico e demográfico, além de sua capacidade de articular consensos tornam o país ator fundamental, visto como « país baleia » por Kennan ou « key country » por Kissinger. O histórico de paz e consolidação da maior parte de suas fronteiras com 10 país, por meio da diplomacia, tem poucos paralelos. O país construiu legado de defesa dos direitos humanos e de promoção da cooperação, ambos inscritos em sua Constituição, e tem sido propositivo em torno da consolidação do multilateralismo

e do desenvolvimento comum. »Aqui, argumentei que o país já tem sido, historicamente, visto por outros país como « sendo grande », e que a correspondência dessa percepção de grandeza externa junto a elementos objetivos que demonstram tal grandeza correlacionam o « parecer » ao « ser grande ».
Deste modo, prezada Banca, pareceme que bastante severa a nota inicial atribuída de apenas 1/3 do total, já que o candidato, após cuidadosa analise, pensa ter atendido a todos os pontos demandados no padrão de resposta. Portanto, gentilmente, solicito sua reavaliação.
Muito obrigado.

ARGUMENTAÇÃO DO QUESITO: 2.2

Estimada banca corretora,

o candidato agradece a avaliação inicial atribuída neste quesito, de 8.00/12.00 (66%), o que significa que, em sua leitura inicial, a banca parece ter encontrado resposta adequada às suas expectativas. Contudo, permito-me, respeitosamente, sugerir uma segunda leitura, pautado pelos argumentos que seguem:

comparei o « mostrar ser grande » e os caminhos « para ser grande » de forma objetiva em dois grandes parágrafos, de modo a analisar o significado atual da própria ideia de « poder », ambos por meio de três ferramentas, conforme pedido no comando na questão.
a partir da linha 31, o « mostrar ser grande » foi apresentado baseado na dicotomia « termoesperança » de Espinoza. O « poderio político » fica evidenciado entre as linhas 32 e 35 com o exemplo do Tratado sobre Proibição de Armas Nucleares. O poderio militar está exemplificado, entre as linhas 35 e 38, com o caso do exercício Vostok, recentemente realizado pela Rússia. O poderio econômico, entre as linhas 3843, é explicitado pelo caso da Belt and Road Initiativa (BRI) de Beijing.

A partir da linha 44, argumento que é mais difícil « tornar-se grande » pela capacidade de influenciar a agenda internacional, conforme apresentado no padrão de resposta.

Desse modo, aponto, nas linhas 45 e 46, que a estabilidade institucional é essencial, assim como a justiça social. Conforme observase em tantos países na atualidade, infelizmente, o autoritarismo e o populismo, mencionados nas linhas 4850, minam as conquistas em direção à grandiosidade efetiva. Ao contrário, representam não apenas retrocesso, mas efetiva redução do poder percebido. Parece-me que, neste parágrafo, logrei abordar tema de particular relevância para o Itamaraty, na esperança de que isto não passe de forma despercebida aos avaliadores.

As três ferramentas, nesse sentido, são:

estabilidade institucional das políticas de Estado (l.46)

a justiça social, combinada à democracia e à igualdade (l.38-51),

capacidade de diálogo e comprometimento com o multilateralismo (l.57-60)

De forma complementar, calcado na ideia de como funcionam as relações de poder na agenda internacional, busquei questionar o que seria a « grandeza » na atualidade (l.52-54) e remeti à superposição de dimensões apresentada, recentemente, por Joseph Nye, com seu « xadrez tridimensional », formado pelo « unilateralismo militar dos EUA, plurilateralismo econômico dos países desenvolvidos e dos emergentes, e o multilateralismo diante de bens comuns, como o meio ambiente » (l.54-57).

Observa-se, desse modo, que existe profundidade analítica na resposta do candidato, que parece atender plenamente a todos os pontos apresentados no padrão de resposta elaborado pela banca. Peço, gentilmente, que a banca reconsidere sua avaliação inicial e majore a nota dos atuais 1.50 para 4.50/4.50 nesse quesito.

Peço, respeitosamente, desculpas pelo extenso recurso, porém acredito ser justa a reavaliação, além de salientar que esta pode representar meu efetivo ingresso na carreira diplomática, oportunidade para ampliar meus conhecimentos e servir meu país.

Muito obrigado.

ARGUMENTAÇÃO DO QUESITO: 2.3

Caros membros da Banca,

no terceiro item, que se refere à imagem do país pautada pelo poder brando e ao papel da diplomacia na construção da imagem externa do Brasil, penso ter atendido ao pedido no padrão de resposta. Muito respeitosamente, peço que a banca reavalie sua correção inicial, que concedeu tão somente 6.00/12.00 (50%) quando, em verdade, o candidato analisou o que foi pedido com exemplos pertinentes. Toda a terceira página da resposta, a partir da linha 61, organizouse em torno desta parte do comando da questão. Cito não apenas o conceito de poder brando, de Joseph Nye (l.62), mas também suas novas vertentes « smart » e « sharp power » (l.6162) e o « poder objetivo », ou « poder duro » (l.63). Afirmo, categoricamente, que o Brasil possui não apenas « poder brando », mas que também este é um dos pilares de sua própria diplomacia e ponto particularmente positivo, conforme Belli e Nasser (l.6366) , em atendimento ao padrão de resposta.

Cito, no último parágrafo, entre as linhas 81 e 90, que:

« A imagem externa do Brasil projeta compreensão e cooperação, capacidade de diálogo que estabelece pontes entre o Norte e o Sul global, e pacifismo vinculado ao desenvolvimento sustentável. Isto decorre da legitimidade histórica de sua atuação diplomática, mas pode esvairse se o país quiser « mostrar ser grande » tanto no plano doméstico quanto no internacional. Diante de tanta desordem nesse « munde em desajuste », nas palavras de Maalouf, é preciso conseguir persuadir sociedades em conflito de que a alternativa ao diálogo é o caos. Nesse sentido, a diplomacia, como vetor primordial de diálogo, precisa utilizar todo o « poder brando » para assegurar a imagem do Brasil diante do mundo e para espelhála a seu próprio povo, grandioso em seu pacifismo. »

O que me parece demonstrar que o Brasil baseia, preponderantemente, sua imagem no poder brando,

apesar de ser, incontestavelmente, dotado de poder objetivo. Aliás, o cerne de minha análise, concentrase entre as linhas 67 e 76:

« Basear a imagem de um país em « poder brando » exige conhecer e exaltar suas potencialidades para atrair alteridade, enquanto se expõem as dificuldades de modo autocrítico, de modo que se desperta no outro o reconhecimento dos desafios comuns. E este é o papel fundamental da diplomacia, em especial, no Brasil, onde se demonstrou, conforme o perído de « autonomia pela participação », que pode ser lento o processo de « resgate das credenciais ». Esta imagem constroise pela adesão e cumprimento de regimes multilaterais, dos Pactos de Direitos Humanos de 1966 às Convenções contra a Tortura e o Racismo. É preciso sublinhar que se adere e se cumpre, já que o « poder brando » é vinculado à dinâmica permanente da imagem. »

Neste trecho, retomo o que me parece ser a mensagem fundamental de Nabuco, qual seja, de que poder e imagem formam uma unidade indissociável, feita por elementos mutuamente influenciáveis. Assim, o candidato pensa ter atendido plenamente ao que foi demandado, algo corroroborado pelo padrão de resposta da banca. Solicito, gentilmente, que a banca reconsidere sua avaliação inicial e a majore a nota nesse quesito para que possa atingir 12.00/12.00.

Mais uma vez, peço perdão pela legibilidade da letra e pelos extensos recursos. Ao mesmo tempo, sentime particularmente desafiado por essa questão, com o intuito de poder debater temas que são tão relevantes diante do atual contexto político interno e internacional, os quais, inexoravelmente, implicarão transformações na atuação do Itamaraty. Assim, almejo poder participar desse processo após muitos anos de intensos estudos e solicito, gentilmente, que a banca possa me auxiliar, de forma justa, no meu processo de aprovação no certame.

Muitíssimo obrigado.

<u>COM DEFERIMENTO CONTEÚDO</u>

Quesito 1 Recurso deferido.

Quesito 2.1 Recurso deferido parcialmente. À luz da explicação do candidato no recurso, a nota é majorada para 3,00.

Quesito 2.2 Recurso indeferido. O candidato, na prova, foi menos claro sobre esse quesito do que o recurso procura demonstrar.

Quesito 2.3 Recurso deferido parcialmente. Os elementos apresentados pelo candidato nesse quesito teriam ficado mais interessantes se ele tivesse optado por uma argumentação mais clara e direta. Nota majorada para 7,50.

POLÍTICA INTERNACIONAL

banca:
Alcides Costa Vaz
Ary Norton de Murat Quintella
Norma Breda dos Santos

_questão 3

Defender nossa nação contra seus inimigos é o primeiro e fundamental compromisso do Governo Federal. Hoje, essa tarefa mudou dramaticamente. Inimigos no passado precisaram de grandes exércitos e grandes capacidades industriais para ameaçar a América. Agora, redes obscuras de indivíduos podem trazer grande caos e sofrimento com menos do que um único tanque. O terrorismo está organizado para penetrar em sociedades abertas e para utilizar o poder de tecnologias modernas contra nós.

The national security strategy of the United States of America. *Set./2002, Internet: (com adaptações).*

Considerando que o fragmento de texto precedente tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca:

1. do contexto histórico estadunidense em que foi anunciada a doutrina Bush;

2. da política externa estadunidense no período imediatamente posterior ao anúncio da doutrina Bush;

3. das consequências, no âmbito multilateral universal, da política externa estadunidense desse período.

Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 20,00 pontos]

Distribuição das notas

PI Q3

25
20
15
10
5
0

Nota

Ampla
Negros

26 25 24 23 22 21 20 19 18 17 16 15 14 13 12 11 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1

Posição

Padrão de resposta da questão 3

1. Atentados de 11 de setembro de 2001 e a perda da percepção de invulnerabilidade do território estadunidense.

2. A Guerra do Iraque de 2003 é a manifestação, por excelência, da doutrina Bush, ou seja, da inserção do componente preventivo em sua estratégia de segurança internacional — na política externa estadunidense. O terrorismo transnacional fundamentalista islâmico favoreceu, no plano doméstico, a ascensão de linhas políticas conservadoras, basicamente consensuais com relação à prerrogativa dos EUA de lançar ataques preventivos contra Estados considerados suspeitos (rogue states/"Estados bandidos": Iraque, Irã e Coreia do Norte), de planejar ataques ou de transmitir a grupos terroristas armas de destruição em massa que ameaçassem o território dos EUA e(ou) seus interesses.

3. O distanciamento de Washington das organizações internacionais/multilateralismo. O unilateralismo dos EUA, por sua vez, minou a sua legitimidade e resultou em políticas defensivas de seus "inimigos" e na busca de vários de seus aliados para formar coalizões, entre outras iniciativas.

Cristina S. Pecequilo. As Grandes Estratégias dos Estados Unidos (1989/2010). Meridiano 47, Journal of Global Studies, 2010. Internet: <http://www.ibri-rbpi.org>.

Francisco Luiz Pinto da Rocha Santos

nota: ***19,5**/20*

O atentado às torres gêmeas do World Trate Center no dia 11 de setembro de 2001 inaugurava não só um novo modus operandi do terrorismo internacional, mas também uma era de novas abordagens na luta antiterrorismo. O terrorismo, outrora geográfica e hierarquicamente coesos, como no caso do IRA ou do ETA, passa a se organizar por meio de redes transnacionais de comando difuso. Nesse contexto, as guerras tradicionais, territorializadas, perdem a eficácia, na medida em que as redes terroristas podem penetrar virtualmente em qualquer lugar.

A Doutrina Bush foi anunciada após os atentados do 11 de setembro. Com ela, a pauta securitária é colocada no centro da agenda norte-americana, e tem início a chamada Guerra ao Terror. Em alguns aspectos, pode-se arguir que o 11 de setembro foi o último suspiro do otimismo liberal da década de 1990. Se a Guerra do Golfo demonstrou a hegemonia norte-americana, os atentados de Bin-Laden demonstraram a vulnerabilidade, sobretudo com o prolongamento das intervenções no Iraque e no Afeganistão, em oposição à rápida ação na Guerra do Golfo.

A política externa americana teve atuação ativa na sequência dos atentados. O Brasil, em manifestação de solidariedade, invocou o TIAR; Rússia e China demonstraram solidariedade e apoio às ações antiterrorismo que os EUA planejavam empreender. Na ONU, é criado o Comitê Antiterrorismo (CAT) para coordenar a prevenção e a repressão às atividades terroristas. O paradigma de contra-proliferação nuclear, ademais, ganha força sobre a não proliferação. Internamente, foi aprovado o Patriotic Act, relativizando algumas liberdades individuais em nome da segurança nacional.

Sob a égide da ONU e com a invocação do art. 5º da OTAN, é feita a intervenção no Afeganistão para desmantelar o Taliban e encontrar Bin-Laden. Os EUA buscam reforçar os vínculos com seus aliados no Oriente Médio – Arábia Saudita e Israel – e aproximar-se do Paquistão, depois de certo afastamento.

No entanto, em 2003, ainda sob o paradigma de prioridade da segurança nacional, os EUA invadem o Iraque alegando uma legítima defesa preemptiva, alegando que o Iraque detinha tecnologia nuclear. A invasão se dá ao arrepio do CSNU, com a interpretação contra legem de uma de suas resoluções, o que engendra enormes críticas, sobretudo de França, Alemanha e Rússia. O Brasil também se mostrou crítico quanto à intervenção, tanto mais porque não foram encontradas armas nucleares no país.

As consequências dos atentados terroristas e da atuação americana que se lhes seguiu foram amplas e diversas. Em um primeiro momento, vale lembrar, com a solidariedade geral e a busca norte-americana por angariar apoio levaram a certo multilateralismo, conforme aponta a entrada da China na OMC. Contudo, acabou prevalecendo o unilateralismo norte-americano, sobretudo depois da Guerra ao Iraque. Malgrado o apoio inicial, a postura unilateral dos EUA acabou tendo reflexos negativos junto à comunidade internacional, uma vez que minam o multilateralismo. O sucessor de Bush, Barack Obama, fará esforços para redirecionar o país aos esforços multilaterais.

Evidentemente, a Doutrina Bush teve consequências ruins para bandeiras como o desarmamento. Depois da Conferência de 2000 do TNP, na qual a Coalização da Nova Agenda propôs os 13 passos práticos para o desarmamento, a VII Conferência, em 2005, não teve nenhum efeito prático. Efetivamente, Saddam Hussein caiu e Bin-Laden foi morto, mas tanto Afeganistão quanto Iraque entraram em períodos de profundas convulsões sociais – reforçando a convicção brasileira de que as intervenções militares por si não são uma solução eficaz para a paz internacional.

A intervenção americana mostrou as limitações do multilateralismo frente à ação unilateral e ao poder de fato. Incidentes posteriores, como o escândalo da espionagem em 2014, ainda reverberam as consequências da postura adotada depois do 09/11. Ademais, a espionagem e o punitivismo parecem não ter sido eficazes no combate ao novo terrorismo, uma vez que se multiplicaram as ações de grupos não territorializados em países ocidentais.

O atentado ao World Trade Center, coração financeiro do Ocidente, foi talvez um dos eventos mais emblemáticos e de desdobramentos mais longínquos desde o fim da Guerra Fria. Os EUA, que capitaneavam a luta contra o terrorismo, erraram ao dispensar o multilateralismo, como denota a persistência do terrorismo como ameaça global e o surgimento de novos grupos.

_AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,5/1
2. Desenvolvimento do tema
    2.1. Contexto histórico estadunidense em que foi anunciada a doutrina Bush
        2.1.1. Atentados de 11 de setembro de 2001: 3/3
        2.1.2. Perda da percepção de invulnerabilidade do território dos EUA: 2,25/3
    2.2. Política externa estadunidense no período imediatamente posterior ao anúncio da doutrina Bush
        2.2.1. Ataque dos EUA ao Iraque em 2003: 3/3
        2.2.2. Inserção do componente preventivo na política externa estadunidense: 3/3
    2.3. Consequências, no âmbito multilateral universal, da política externa estadunidense desse período
        2.3.1. Unilateralismo dos EUA: 3,5/3,5
        2.3.2. Distanciamento de Washington das organizações internacionais/multilateralismo: 3,5/3,5

Resultado

Nota: **19,50**

Osvaldo Quirino de Souza Filho

nota: ***19,25****/20*

Os diferentes contextos estruturais do sistema internacional, bem como as conjunturas domésticas cambiantes, demandam permanentemente reavaliar o interesse nacional e, portanto, as estratégias de política externa. A Doutrina Bush obedeceu a essa dinâmica, quando foi formulada entre 2001-2002. Novos desafios internacionais, os quais geraram oportunidade de ação concertada a partir de definições domésticas de interesse (o que Maria Regina Soares de Lima qualifica como "enfoque interativo" da política externa), levaram ao redesenho da grande estratégia norte-americana, com componentes expressivos nos âmbitos político, militar e econômico.

A renovação doutrinária implementada por George W. Bush na política externa dos EUA teve fortes componentes domésticos. Em primeiro lugar, Bush foi eleito em eleições altamente contestadas. De fato o republicano perdeu para o candidato democrata Al-Gore na votação popular, sendo vencedor, em margem apertada, nos colégios eleitorais. Foi necessária consulta à Suprema Corte do país para consagrar sua vitória. Assim, o novo presidente iniciou seu mandato enfraquecido, sem apoio popular relevante e pouco apoio congressual. Em segundo lugar, o grande aparato militar norte-americano estava sendo subutilizado, na ausência de participação em grandes teatros de operação. Uma nova estratégia de atuação para essa supercapacidade militar era, pois, necessária. Terceiro: no âmbito global, nenhum Estado individualmente ou grupo de Estados oferecia resistência aos EUA, de modo que havia poucos indutores vindos do exterior capazes de gerar solidariedade doméstica em torno de um projeto nacional, no modelo do que ocorreu durante a Guerra Fria. A China negociava sua entrada na OMC e mostrava-se favorável à cooperação; a Coreia do Norte ainda estava no Tratado de Não Proliferação, assim como o Irã estava, além de este país manter atuação de baixo perfil e sem retóricas agressivas. Tratava-se, com efeito, da continuação do "momento unipolar", experimentado pelos EUA desde a derrocada soviética, na expressão de Charles Krauthammer.

Nesse contexto, o grande determinante para a criação da Doutrina Bush foi o atentado terrorista de 11/set./2001, contra o World Trade Center e o Pentágono, perpetrado pela rede terrorista Al-Qaeda. Pela primeira vez, o terrorismo atingia o coração do capitalismo mundial e o país mais responsável pela construção da ordem global. As causas do atentado foram múltiplas. Segundo o especialista na matéria Robert Pape, em "The Strategic Logic of Suicide Terrorism", o motivo principal para a atuação desse tipo de terrorismo é a luta pela emancipação do território que os terroristas consideram seu "lar nacional" do domínio de potências estrangeiras, em geral democracias. É curioso que o líder da Al-Qaeda, Bin Laden, tenha sido financiado pelos governos Carter e Reagan para lutar contra a invasão dos soviéticos ao Afeganistão, de

1979 em diante. Além disso, os EUA tinham forte presença no Oriente Médio após a 1ª Guerra do Golfo, em 1991. Vale registrar que o país já havia sido alvo de terrorismo quando estava no Líbano, em 1983.

Imediatamente após o anúncio da Doutrina Bush, foram tomadas ações no sentido de implementar a "guerra ao terror", na medida em que os terroristas tornaram-se a ameaça No 1 à segurança nacional do país, segundo decisão do establishment. Essa guerra serviu como a grande narrativa unificadora das ações nacionais. Domesticamente, serviu para dar cobertura legal ao aumento da vigilância sobre a vida privada dos cidadãos e para flexibilizar medidas de busca e apreensão, que teriam base em critérios mais subjetivos. Externamente, a primeira ação de monta foi a invasão do Afeganistão, em 2002, com a chancela da ONU. O país, argumentava-se, dava abrigo a células terroristas da Al-Qaeda. Atualmente ainda em curso, é o mais longo conflito em que os EUA já se envolveram. Em 2003, depois de amplos debates nacionais e aumento da retórica agressiva de Bush, foi definido o chamado "Eixo do Mal", composto por inimigos norte-americanos, notadamente o Iraque de Saddam Hussein. Sob a acusação de que o país mantinha armas de destruição em massa e que massacrava sua população, Bush levou adiante, junto à Grã-Bretanha do trabalhista Tony Blair, a guerra contra o Iraque. Sabe-se, hoje, que os interesses relativos ao petróleo iraquiano pesaram nessa decisão, bem como os interesses do complexo industrial-militar (sobre o qual Eisenhower alertou). Não foram encontradas as WMD. Não obstante, empresas norte-americanas lucraram enormemente, desde as empreiteiras (e.g. Halliburton, que era ligada ao vice Dick Cheney) até as paramilitares, como a Black Water.

No âmbito multilateral universal, ocorreu o domínio da agenda internacional pela pauta da guerra ao terror. A ONU adotou resoluções acerca do terrorismo, embora não tenha logrado chegar a definição consensual do conceito; a Organização foi fragilizada pelas ações unilaterais de Bush, sobretudo com relação ao Iraque. Missão enviada ao país pela ONU levou, ainda, à morte do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello. Até a Crise Financeira de 2008, nesse sentido, pouco se avançou em outras matérias onusianas ou relativas a outros regimes internacionais. Também foi notória a perda de legitimidade do Conselho de Segurança, principal responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais (art. 24 da Carta). Nesse contexto, houve retrocesso na governança global, sem ganhadores evidentes.

_AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos)
e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1
2. Desenvolvimento do tema
   - 2.1. Contexto histórico estadunidense em que foi anunciada a doutrina Bush
     - 2.1.1. Atentados de 11 de setembro de 2001: 3/3
     - 2.1.2. Perda da percepção de invulnerabilidade do território dos EUA: 2,25/3
   - 2.2. Política externa estadunidense no período imediatamente posterior ao anúncio da doutrina Bush
     - 2.2.1. Ataque dos EUA ao Iraque em 2003: 3/3
     - 2.2.2. Inserção do componente preventivo na política externa estadunidense: 3/3
   - 2.3. Consequências, no âmbito multilateral universal, da política externa estadunidense desse período
     - 2.3.1. Unilateralismo dos EUA: 3,5/3,5
     - 2.3.2. Distanciamento de Washington das organizações internacionais/multilateralismo: 3,5/3,5

Resultado

Nota: **19,25**

Gabriela Ruggeri

nota: ***18****/20*

No contexto imediatamente posterior aos atentados às torres gêmeas, em onze de setembro de 2001, os Estados Unidos alteraram os rumos de sua política externa. A "Doutrina Bush", como ficou conhecida, motivava a atuação unilateral dos EUA contra o "Eixo do Mal", inclusive em evidente violação ao direito das gentes. Mais de uma década após o anúncio dessa doutrina, os Estados Unidos ensaiam retomar posturas unilaterais, o que destaca a necessidade de melhor compreender os impactos da atuação unilateral norte-americana no sistema internacional.

A doutrina Bush foi anunciada pouco tempo após os atentados terroristas. Ela significou nova ênfase nas ameaças criadas por atores não estatais, em especial no terrorismo da Al-Qaeda e demais organizações associadas a ela. O intervencionismo foi influenciado pelo pensamento dos neo-conservatives, que defendiam o uso da força para a promoção dos valores e ideais americanos. Outra inspiração veio da teoria da paz democrática, segundo a qual democracias não entrariam em conflito com outras democracias. Segundo essa lógica, a mudança de regime em "rogue states" aumentaria a segurança interna dos Estados Unidos, e poderia ser promovida pela força. A intervenção no Iraque, em que pese a acusação de desenvolvimento de programa nuclear secreto, seguiu essa perspectiva. A guerra, no entanto, mostrou-se mais longa que o esperado, não garantiu o funcionamento de uma democracia plena no país, e contribuiu para a desestabilização do Oriente Médio e posterior emergência de outros grupos jihadistas, a exemplo do Daesh.

As consequências da nova doutrina foram a invasão do Afeganistão, antes mesmo da aprovação do CSNU, que ocorre a posteriori, e a intervenção no Iraque. Nesse último caso, a diplomacia americana passou a defender a legalidade do uso preemptório (sic) ("preemptive") da força sem que houvesse perigo de ataque iminente em curso ou ataque de fato. A intervenção não tinha bases na Carta da ONU e não foi aprovada pela organização, constituindo um ato unilateral de força dos EUA em violação ao direito internacional. Apesar disso, o ataque americano ao Iraque por algumas potências, como o Reino Unido, liderado à época por Tony Blair.

A política estadunidense no período enfraqueceu os foros multilaterais, especialmente as Nações Unidas, uma vez que as organizações internacionais mostraram-se (sic) incapazes de impedir e de punir atos unilaterais da potência hegemônica. A crise de legitimidade motivou, inclusive, propostas de reforma na ONU em 2005. Por outro lado, o terrorismo entrou definitivamente na agenda de discussões multilaterais, embora isso provavelmente ocorresse mesmo sem a D. Bush. O posicionamento dos EUA foi

amplamente criticado pela comunidade internacional, e o Brasil destacou-se nas críticas, em consoância (sic) à tradicional defesa do multilateralismo e do direito internacional pela democracia brasileira.

O uso unilateral da força deslegitimou organizações internacionais responsáveis por manter a paz desde 1945. Além disso, poderia ter motivado outros países a adotar esse mesmo tipo de medida, de modo a criar novas ameaças à ordem internacional. Faz-se, assim, necessário evitar que grandes potências atuem à revelia do direito internacional, a fim de garantir o bom funcionamento da ordem liberal e de suas instituições. (3 linhas em branco, 503 palavras. Média de palavras por linha: 8,82)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,5/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Contexto histórico estadunidense em que foi anunciada a doutrina Bush**
     - 2.1.1. **Atentados de 11 de setembro de 2001: 3/3**
     - 2.1.2. **Perda da percepção de invulnerabilidade do território dos EUA: 1,5/3**
   - 2.2. **Política externa estadunidense no período imediatamente posterior ao anúncio da doutrina Bush**
     - 2.2.1. **Ataque dos EUA ao Iraque em 2003: 3/3**
     - 2.2.2. **Inserção do componente preventivo na política externa estadunidense: 3/3**
   - 2.3. **Consequências, no âmbito multilateral universal, da política externa estadunidense desse período**
     - 2.3.1. **Unilateralismo dos EUA: 3,5/3,5**
     - 2.3.2. **Distanciamento de Washington das organizações internacionais/multilateralismo: 3,5/3,5**

Resultado

Nota: **18,00**

Nota média: Anônimo
nota: ***16,13**/20*

A doutrina Bush pautou-se pela prioridade conferida ao combate ao terrorismo, na esteira dos atentados de 11 de setembro. Embora, para alguns analistas, a doutrina representava a reafirmação da supremacia militar americana, as iniciativas adotadas geraram prejuízos simbólicos à ação externa dos Estados Unidos, de modo a acentuar os custos de medidas unilaterais.

A doutrina Bush foi proposta no contexto dos ataques terroristas de 11 de setembro e previa o incremento das capacidades necessárias ao combate a situações de guerra assimétrica, bem como a disposição em conduzir intervenções militares para combater focos de redes terroristas, objetivos que justificavam a alcunha de “Guerra ao Terror” atribuída à abordagem de Bush. Como consequência, os Estados Unidos conduziram intervenções no Afeganistão e no Iraque. No Afeganistão, a intervenção foi justificada com base no argumento de legítima defesa, devido à presença de células da Al-Qaeda, supostamente responsáveis pelo ataque em território americano. No Iraque, a intervenção foi justificada em razão de acusações de posse de armas de destruição em massa pelo governo de Saddam Hussein, o que legitimaria, segundo o governo norte-americano, um direito de legítima defesa preventiva, argumento prontamente rechaçado pela maior parte da comunidade internacional e pela doutrina do Direito Internacional. Ambas as intervenções fundamentaram-se em interpretações distorcidas de resoluções do Conselho de Segurança da ONU, como a Resolução 1441, que versava sobre as obrigações de desarmamento do Iraque na esteira da Guerra Irã-Iraque. Não gozaram, portanto, da chancela do Conselho.

A doutrina Bush havia sido anunciada logo após os ataques de 2001, que simbolizaram, para muitos analistas, o fim do momento unipolar experimentado pela potência americana durante a década de 1990. Nesse sentido, a doutrina pode ser interpretada como uma tentativa de recuperar uma posição de supremacia militar, a qual se mostra relativizada pela ausência de legitimidade das ações subsequentes frente à comunidade internacional. Soma-se isso o agravamento da instabilidade do Oriente Médio, decorrente das intervenções. A queda do governo de Saddam Hussein, provocada pelos EUA, resultou na desmobilização da parcela majoritariamente sunita do Exército nacional, o que propiciou a formação do autodenominado Estado Islâmico. No Afeganistão, a fragilidade das instituições locais tem impedido o enfrentamento definitivo do Talibã, como ilustra o fato de que os afegãos ainda representam um dos 10 maiores contingentes de refugiados. Esses desdobramentos evidenciam, em última instância, que a estratégia de intervenções se mostra inadequada para o combate ao terrorismo, devido à atuação reticular das organizações terroristas, a qual permite sua rápida recomposição;

Para teóricos críticos, a doutrina Bush, ao caracterizar determinados Estados como “rogue states”, tem gerado a banalização e a instrumentalização de conceitos como o de Estado falido. Esses conceitos têm sido empregados arbitrariamente para designar Estados que carecem de capacidades institucionais para salvaguardar o monopólio do uso da força, o que os tornaria uma ameaça à ordem internacional e legitimaria intervenções. Em última análise, corre-se o risco de dessacralização da soberania e de criminalização do subdesenvolvimento. Embora tais temores soem exagerados, tem crescido o número de intervenções solicitadas por Estados de menor desenvolvimento relativo, como a ilustra a atuação da França no Mali.

No âmbito multilateral, a doutrina Bush prejudicou a credibilidade do sistema de segurança coletiva, uma vez que introduziu precedentes flagrantes de violação do Direito Internacional e da autoridade do Conselho de Segurança. Além disso, a retirada da assinatura dos Estados Unidos do Estatuto de Roma, a fim de evitar a responsabilização de seus agentes e autoridades, debilita o sistema internacional de proteção dos Direitos Humanos. Concomitantemente, essas consequências acentuaram o pleito de reforma do Conselho de Segurança, a fim de que este goze de maior representatividade e, por conseguinte, de maior eficácia no enfrentamento dos problemas de paz e segurança. Ademais, o significativo desgaste norte-americano tem ensejado críticas internas que têm refreado novas iniciativas intervencionistas, apesar da manutenção do envolvimento no Afeganistão e do apoio ao Iraque.

A doutrina Bush representou, em última instância, um recrudescimento do unilateralismo, o qual se revelou falho no combate às ameaças terroristas e agravou o isolamento americano em matérias de paz e segurança e de Direitos Humanos. Os riscos de banalização do uso político do conceito de Estado falido e a perda de credibilidade das Nações Unidas evidenciam, por sua vez, os malefícios dessa Doutrina para o multilateralismo.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,5/1**

2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Contexto histórico estadunidense em que foi anunciada a doutrina Bush**
     - 2.1.1. **Atentados de 11 de setembro de 2001: 1,5/3**
     - 2.1.2. **Perda da percepção de invulnerabilidade do território dos EUA: 1,5/3**
   - 2.2. **Política externa estadunidense no período imediatamente posterior ao anúncio da doutrina Bush**
     - 2.2.1. **Ataque dos EUA ao Iraque em 2003: 2,25/3**
     - 2.2.2. **Inserção do componente preventivo na política externa estadunidense: 3/3**
   - 2.3. **Consequências, no âmbito multilateral universal, da política externa estadunidense desse período**
     - 2.3.1. **Unilateralismo dos EUA: 2,63/3,5**
     - 2.3.2. **Distanciamento de Washington das organizações internacionais/multilateralismo: 1,75/3,5**

Resultado

Nota: **10,88**

Pior nota: Anônimo
nota: ***10,88**/20*

A doutrina de política externa e segurança de George W. Bush foi elaborada no início do século XX e alteraria profundamente as relações internacionais dos Estados Unidos e também o multilateralismo por pelo menos uma década. Dentre os principais executores dessa doutrina estão Colin Powell, na Secretaria de Estado, e John Bolton, no âmbito da delegação norte-americana na ONU.

Pode-se elencar três características principais do contexto histórico em que surge a Doutrina Bush. Ocorria, à época, a intensificação da contestação por parte da sociedade civil à globalização econômica, fenômeno do qual os protestos contra a reunião da OMC em Seattle foi o grande exemplo. Em resposta a esse descontentamento, a comunidade internacional lançaria a Rodada DOHA do Desenvolvimento na OMC, que se arrastaria por toda a década, e além, por, entre outros motivos, o sequestro da agenda internacional pelos temas de segurança. Outra característica do período foi o aumento da desconfiança de certos segmentos da sociedade internacional, principalmente os EUA, em relação ao desenvolvimento de armas de destruição em massa por certos países que, posteriormente, seriam incluídos por George W. Bush no chamado Eixo do Mal. Exemplos principais de países sobre os quais pesavam as maiores desconfianças são o Iraque e a Coreia do Norte. Por fim, a grande característica desse contexto histórico foi a ascensão de atores não estatais, descentralizados, capazes de atuar com significativo impacto nas relações internacionais. Trata-se dos grupos terroristas, como a Al-Qaeda, que atuam em diferentes regiões do mundo, como Rússia, Europa e Estados Unidos, e cujos ataques nefastos deram origem a uma resposta enérgica por parte de alguns Estados afetados, sendo a Doutrina Bush um exemplo desse tipo de resposta.

Após o anúncio da Doutrina Bush, a política externa norte-americana se orientou primordialmente pelos temas de segurança internacional. Demais assuntos que se encontravam na pauta do dia da comunidade internacional foram negligenciados, quando não frontal e abertamente atacados, pela diplomacia norte-americana. Nesse sentido, destacavam-se os temas do multilateralismo ambiental, no qual os EUA se retiraram do Protocolo de Quioto, do comércio internacional, cuja Rodada do Desenvolvimento foi tratada com negligência pelos EUA, e do multilateralismo onusiano, no âmbito do qual o obstrucionismo praticado pelo representante norte-americano, John Bolton, impediu o avanço e o desenvolvimento de temas caros para grande parte da comunidade internacional. Ademais, após a Doutrina Bush, os EUA se engajaram em uma série de conflitos internacionais que trariam resultados adversos tanto para os EUA como para a comunidade internacional como um todo. A guerra do Afeganistão, promovida para derrubar o regime talibã, que dava proteção ao líder da Al-Qaeda, resultou em imenso custo humano e financeiro para os Estados Unidos e se arrasta, de certa forma, até os dias de hoje. A guerra contra o Iraque de Sadam Husseim, promovida com

base em suspeitas de produção de armamentos de destruição em massa, resultou em, além dos custos humanos e financeiros, instabilidade regional e piora da imagem norte-americana. O surgimento do ISIS está diretamente associado à instabilidade provocada pela guerra e a violação do direito internacional seja pela promoção da guerra sem aval do CSONU, seja pela utilização da tortura como prática de guerra, afetou a imagem dos EUA no mundo.

Discute-se se a doutrina Bush teria enfraquecido o multilateralismo ou o fortalecido por meio da reação que provocou. Sem dúvidas, a retirada dos EUA do protocolo de Quioto, as constantes violações ao direito internacional e ao direito da guerra, e o obstrucionismo de John Bolton na ONU significaram ataques consideráveis ao multilateralismo. Entretanto, deve-se considerar também os efeitos benéficos dessas ações. A vigorosa reação que a Doutrina Bush gerou em parcela da comunidade internacional demonstrou que grande parte dela confere importância aos valores subjacentes ao multilateralismo. Diante dos ataques dos EUA ao sistema multilateral, muitos países dobraram a aposta no sistema, de que são exemplos o engajamento renovado da Europa e do Brasil no multilateralismo ambiental, dando origem ao Tratado de Paris. Os ultrajes cometidos nas guerras alertaram os países da importância da defesa do sistema internacional de Direitos Humanos, e o crime de agressão seria finalmente aprovado no âmbito do TPI. A ineficiência da ONU para lidar com Bush criou um consenso em grande parte dos países de que a organização necessita ser reformada a fim de lhe garantir maior legitimidade e eficácia.

Mesmo no âmbito interno norte-americano, a oposição à belicosidade e aos métodos de tortura incluídos na prática de Bush deram origem à eleição de Obama, que à época dos eventos foi um dos poucos senadores que se opuseram à Guerra do Iraque. Quando assumiu a presidência, Obama renovaria as credenciais internacionais do país ao defender o multilateralismo.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,5/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **Contexto histórico estadunidense em que foi anunciada a doutrina Bush**
        - 2.1.1. **Atentados de 11 de setembro de 2001: 1,5/3**
        - 2.1.2. **Perda da percepção de invulnerabilidade do território dos EUA: 1,5/3**
    - 2.2. **Política externa estadunidense no período imediatamente posterior ao anúncio da doutrina Bush**
        - 2.2.1. **Ataque dos EUA ao Iraque em 2003: 2,25/3**
        - 2.2.2. **Inserção do componente preventivo na política externa estadunidense: 0,75/3**
    - 2.3. **Consequências, no âmbito multilateral universal, da política externa estadunidense desse período**
        - 2.3.1. **Unilateralismo dos EUA: 2,63/3,5**
        - 2.3.2. **Distanciamento de Washington das organizações internacionais/multilateralismo: 1,75/3,5**

Resultado

Nota: **10,88**

POLÍTICA INTERNACIONAL

banca:
Alcides Costa Vaz
Ary Norton de Murat Quintella
Norma Breda dos Santos

_questão 4

O desenvolvimento sustentável exige uma considerável ação coletiva. Uma agenda como a que estamos acordando exige "descolonizar" os acordos multilaterais de desenvolvimento, já que a governança global deve ser universal e inclusiva e refletir os interesses, as necessidades e os objetivos da comunidade internacional em seu conjunto. Isto é um desafio ainda maior se consideradas questões relativas a mudanças climáticas e à assimetria da arquitetura financeira internacional.

Alicia Bárcena. **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: o elo entre o curto e o longo prazo.**
Santiago, CEPAL, 2016 (com adaptações).

Considerando que o texto precedente tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo a respeito da promoção do desenvolvimento como tema da agenda global. Em seu texto, aborde necessariamente os seguintes aspectos:

1. os marcos históricos que levaram à inserção do desenvolvimento como tema da agenda da Organização das Nações Unidas (ONU);

2. as principais conferências e iniciativas no âmbito da ONU que passaram a incluir a promoção do desenvolvimento como prioridade, e as iniciativas e a agenda da ONU a partir dos anos 2000;

3. o posicionamento histórico da diplomacia brasileira na ONU com relação à promoção do desenvolvimento.

Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 20,00 pontos]

Distribuição das notas

PI Q4

Nota

20 18 16 14 12 10 8 6 4 2 0

Ampla
Negros

26 25 24 23 22 21 20 19 18 17 16 15 14 13 12 11 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1

Posição

Padrão de resposta da questão 4

No tocante ao **item 1,** espera-se que o(a) candidato(a) cite: **(i)** as iniciativas pioneiras engendradas no marco da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento e os vínculos do tema com o processo de descolonização e com a ascensão do terceiro-mundismo; **(ii)** os esforços em prol da industrialização e a importância do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no apoio a esforços nacionais voltados para o desenvolvimento econômico e social; **(iii)** a crescente importância da sustentabilidade como vetor de uma nova concepção de desenvolvimento a partir da segunda metade dos anos oitenta e sua consagração a partir da Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (1992), situando o desenvolvimento sustentável como desafio no contexto de um mundo crescentemente globalizado. É pertinente que o candidato cite, ainda, **(iv)** a importância das Cúpulas realizadas na década de noventa para a promoção da causa do desenvolvimento em distintas áreas temáticas e, em particular, a inédita Cúpula sobre Desenvolvimento Social realizada em Copenhague, em 1995.

Em relação ao **item 2**, espera-se que o(a) candidato(a) se refira à Agenda de Desenvolvimento do Milênio e aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) como proposta pioneira de ação coletiva de alcance global em prol de uma concepção de desenvolvimento integral, apontando sucintamente os avanços logrados. Deve, por fim, destacar a importância da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como aglutinadores de esforços atuais de resposta a desafios contemporâneos em distintas áreas da agenda global, situando-os em relação às iniciativas anteriores.

No **item 3**, espera-se que o(a) candidato(a) aponte: o determinado engajamento permanente do Brasil nos debates multilaterais e sua adesão às iniciativas emanadas das Nações Unidas para a promoção do desenvolvimento global desde os primórdios da Organização; a preocupação do país em exercer um papel proativo na formação das agendas e na determinação dos termos do debate internacional sobre o tema; a preocupação brasileira com a promoção de condições equânimes para o desenvolvimento econômico e social, com a promoção da sustentabilidade e, por fim, com a redução das assimetrias entre o mundo industrializado e os países em desenvolvimento para promover a estabilidade e a paz internacionais.

Luiz Filipe Maciel Gomes
nota: ***18***/*20*

O conceito de desenvolvimento permeia a agenda internacional há mais de 50 anos. Com a descolonização dos países africanos e asiáticos, na segunda metade do século XX, a pauta do desenvolvimento começou a ganhar contornos mais expressivos. As nações em vias de desenvolvimento, inclusive o Brasil, passaram, progressivamente, a reclamar uma maior atenção por parte dos países desenvolvidos. Essa nova dinâmica levou ao estabelecimento de mecanismos multilaterais de promoção do desenvolvimento em suas mais variadas modalidades.

O Brasil é, historicamente, entusiasta da promoção do desenvolvimento. No âmbito da ONU. O país defende posições que privilegiem o desenvolvimento pelo menos desde a década de 1960. O famoso discurso do embaixador Araújo Castro na Assembleia Geral de 1963 é um marco para a temática no âmbito da diplomacia brasileira. Ao reforçar a ideia de que o desenvolvimento, juntamente com a descolonização e o desarmamento, deveria ser privilegiado em detrimento do foco na confrontação da Guerra Fria, o Brasil passou a focar em estratégias que viabilizassem essa mudança. Ainda na década de 1960, o Brasil apoia com vigor a criação da UNCTAD, em 1964, e participa ativamente das suas reuniões, sobretudo daquela de 1968. Em 1967, o Brasil coloca-se contrário ao TNP, pois, de acordo com a visão brasileira da época, o tratado representaria uma barreira tecnológica ao desenvolvimento de países não nuclearizados. O Brasil também defendeu na ONU a criação do PNUD e o estabelecimento de uma proposta de Nova Ordem Econômica Internacional, em 1974, que privilegiasse questões afetas a um modelo de desenvolvimento mais equilibrado.

O contexto da Guerra Fria, na visão dos países em desenvolvimento, trazia desdobramentos negativos para a ordem internacional, pois o foco nas relações leste-oeste desviava a atenção dos verdadeiros problemas do mundo, dentre os quais a questão do (sub)desenvolvimento. A agenda da ONU passou a ser pautada pela preocupação com o desenvolvimento à medida que os países conscientizaram-se de que o confrontacionismo era inócuo. A partir de então, passou-se a incentivar o estabelecimento de conferências (UNCTAD), programas (PNUD) e metas para o desenvolvimento. A partir dos anos 1990, com a distensão pós-Guerra Fria, a ONU passou a servir como fórum de discussões que tratavam o desenvolvimento como prioridade.

Apesar de compor a pauta da ONU e de servir de temática para a realização de conferências, como a Rio 92 e a Rio + 20, o desenvolvimento ganhou força com o lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Essa agenda, voltada para a promoção do desenvolvimento em diversas áreas, para

os anos de 2000 a 2015, logrou atingir resultados muito positivos. A despeito disso, os ODM deixaram a impressão que muito mais poderia ser feito, sobretudo em vista do fato de que não foram estabelecidos à época mecanismos de financiamento, de monitoramento e de participação popular muito eficientes. Em vista dessa constatação, e com o intuito de potencializar os ganhos difusos, cumprindo um mandato estabelecido pela Rio + 20, os países membros da ONU lançaram a Agenda 2030, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS são fruto da intensa participação da sociedade civil e estabelecem objetivos, metas, meios de implementação e fontes de financiamento, além de contarem com mecanismos de monitoramento (como o Fórum de Altas Autoridades, que substituiu a Comissão de Desenvolvimento Sustentável em 2013) e parâmetros de mensuração.

OS ODS tratam da temática do desenvolvimento sustentável, cujo conceito foi consagrado pelo Relatório Bruntland, em 1987, e que permeou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento sustentável abarca elementos econômicos, sociais e ambientais, que são entendidos como indissociáveis na promoção de um modelos de desenvolvimento equilibrado. Os ODS, com seus 17 objetivos e 169 metas, tratam o desenvolvimento como algo verdadeiramente multifacetado.

A diplomacia brasileira, como visto, tem um histórico grande de apoio à promoção do desenvolvimento. Desde a década de 1960, o Itamaraty atua para garantir que o desenvolvimento seja feito sem condicionalidades. O Brasil contribui historicamente por meios retóricos, mas também pela prática. Ações que privilegiam o desenvolvimento são concretizadas através da cooperação sul-sul com países em desenvolvimento, bem como por meio da cooperação trilateral e multilateral em beneficio desses. A importância dispensada pelo Brasil ao tema é tamanha que, desde 1987, o país conta com uma agência exclusivamente voltada para a questão da promoção de cooperação técnica para o desenvolvimento. Também no plano jurídico a temática do desenvolvimento se impõe: a Constituição brasileira de 1988 prevê como princípio das relações internacionais do país a promoção do desenvolvimento para o progresso da humanidade. Essa previsão constitucional é resultado do esforço histórico que a diplomacia brasileira tem feito com relação à promoção do desenvolvimento nos mais variados âmbitos.

A promoção de um modelo de desenvolvimento equilibrado é vital para os interesses da ordem internacional, assim como para aqueles definidos para a política externa brasileira. Ao longo das últimas décadas, o Brasil tem se voltado a garantir que políticas de desenvolvimento abranjam todos e viabilizem um mundo mais justo, igual e democrático. (60 linhas)

_AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1
2. Desenvolvimento do tema
    - 2.1. Antecedentes no marco das Nações Unidas: 5/5
    - 2.2. As iniciativas e a agenda coletiva a partir dos anos 2000: 8/8
    - 2.3. Posicionamento histórico da diplomacia brasileira na ONU com relação à promoção do desenvolvimento: 4/6

Resultado

Nota: **18,00**

Luiz Eduardo Andrade de Souza

nota: ***16,75****/20*

A promoção do desenvolvimento no âmbito da ONU remonta à articulação do Terceiro Mundo em prol de uma ordem econômica mais equitativa. Paulatinamente, à medida que os regimes de governança ambiental se consolidaram, o conceito de desenvolvimento assumiu caráter multidimensional, de modo a conciliar crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental, objetivos consagrados na Agenda 2030.

A inserção do desenvolvimento na agenda das Nações Unidas teve como marco histórico a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, em 1964. Essa conferência expressou a capacidade de concertação do Terceiro Mundo e demonstrou o imperativo de correção das distorções do comércio internacional, de forma a conferir aos países em desenvolvimento tratamento especial e diferenciado. Como consequência, foi possível articular a proposição da Nova Ordem Econômica Internacional, cujos fundamentos inspiraram a adoção da Cláusula de Habilitação em 1979 e a criação do Sistema Global de Preferências. O Brasil foi, historicamente, entusiasta dos ideais da NOEI, conforme ilustram suas demandas por tratamento preferencial no âmbito da Conferência de Havana, de 1947, e o projeto de Operação Pan-Americana, que solicitava medidas de sustentação dos preços de produtos primários. Dessa forma, o Brasil teve papel de liderança na UNCTAD, tendo co-presidido a UNCTAD II juntamente com a Índia, ocasião em que se destacou a participação de Araújo Castro.

Paralelamente, a constatação dos efeitos transnacionais dos danos ambientais estimulou a formação de uma ordem ambiental internacional, que vinculou o desenvolvimento à proteção do meio ambiente e que teve como marco histórico a Conferência de Estocolmo. Essa Conferência expôs o conflito entre conservacionistas e preservacionistas, que divergiam quanto à compatibilidade do crescimento dos países subdesenvolvidos com a preservação ambiental. Nesse contexto, o Brasil, assim como a China, adotou postura soberanista, pois considerava que os países de industrialização antiga tinham maior responsabilidade histórica e que as medidas preconizadas, como o controle de natalidade, representavam ingerência indevida nos assuntos internos. A clivagem entre conservacionistas e preservacionistas somente seria superada pela elaboração do conceito de desenvolvimento sustentável, exposto pelo Relatório Bruntland. O reconhecimento das três dimensões do desenvolvimento (ambiental, econômica e social) e do princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respectivas capacidades propiciou a inflexão da posição brasileira, consagrada na realização da Rio-92.

A confluência entre as várias dimensões do desenvolvimento culminou na aprovação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que previam a superação da pobreza e da fome. Esses Objetivos serviram

de quadro de referência para diversas iniciativas multilaterais, como a Conferência de Monterrey, em 2020, a qual reconheceu a importância da cooperação e do auxílio financeiro dos países desenvolvidos para que as economias em desenvolvimento lograssem alcançar os objetivos propostos. No âmbito comercial, destaca-se a Rodada Doha, cujo mandato agrícola previa o enfrentamento de distorções históricas do comércio de produtos primários, como os subsídios de apoio à exportação. Paralelamente, as Conferências das Partes promovidas ao abrigo da UNFCC têm reiterado o compromisso dos Estados desenvolvidos de prestar apoio para fortalecer a resiliência climática de Estados de menor desenvolvimento relativo.

O fim do período de implementação dos Objetivos do Milênio culminou na aprovação de um mandato negociador durante a Rio+20 para a elaboração de uma nova agenda de desenvolvimento. Esse esforço resultou na adoção da Agenda 2030, cujos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, abrangem não somente os Estados em desenvolvimento, mas também os países desenvolvidos. Além disso, a Agenda 2030 distingue-se pela previsão de meios de monitoramento, com os quais o Brasil tem contribuído por meio da participação do IBGE como órgão de assessoria técnica. Outro marco recente do desenvolvimento sustentável foi a aprovação do Acordo de Paris (2015), o qual ratificou o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e reafirmou o compromisso dos países desenvolvidos de alcançarem a meta de US$ 100 bilhões em financiamentos para Estados emergentes até 2020, obrigação referendada na Conferência de Adis Abeba. Desse modo, os avanços conceituais logrados nas décadas de 1980 e de 1990 têm engendrado mecanismos robustos de monitoramento e de implementação.

A inclusão do tema do desenvolvimento na agenda da ONU reflete o progressivo aumento da representatividade dos países em desenvolvimento nos foros internacionais, o que tem estimulado esforços diversos de promoção uma ordem internacional mais justa. Nesse sentido, o Brasil foi um entusiasta histórico desse processo, mas adotou cautela diante de propostas que feriam a soberania nacional. Soube, contudo, ajustar seus princípios, de forma a reafirmar a concepção de diplomacia como vetor do desenvolvimento.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **Antecedentes no marco das Nações Unidas: 3,75/5**
    - 2.2. **As iniciativas e a agenda coletiva a partir dos anos 2000: 8/8**
    - 2.3. **Posicionamento histórico da diplomacia brasileira na ONU com relação à promoção do desenvolvimento: 4/6**

Resultado

Nota: **16,75**

Victor Born Portella
nota: ***16,75**/20*

Ao menos desde o fim da Segunda Guerra, é possível afirmar que a diplomacia brasileira se forjou sobretudo como uma diplomacia do desenvolvimento. O percurso onusiano ao longo desse mesmo período foi de continua construção de concepção própria de desenvolvimento que, pode-se dizer, foi sendo elaborada atendendo também às mudanças no cenário global e no próprio equilíbrio interno da Assembleia Geral (AGNU). Na atualidade, o que se percebe é razoável confluência entre a visão brasileira de desenvolvimento e a concepção construída no seio da ONU.

Como marcos históricos da inclusão do tema na ONU, é razoável afirmar que a temática já estava presente desde a formação do sistema na Conferência de São Francisco. Sua primeira expressão seria a constituição do Conselho Econômico e Social (ECOSOC). Era período de predominância econômico-financeira dos EUA, ao passo que países como Brasil buscavam recursos para financiar seus projetos de industrialização. Com a descolonização e recuperação das economias centrais, o equilíbrio na AGNU muda e favorece nova concepção de desenvolvimento. Exemplo dessa transformação é o PNUD. As mudanças ocorreram também em subtemas da ONU, como o regional (CEPAL) ou temáticos, como a UNCTAD. Ademais, em 1972, em Estocolmo, os debates entre malthusianos e desenvolvimentistas dariam início ao complexo debate de conciliação entre meio ambiente e desenvolvimento que culminaria na hábil solução da CNUMAD: o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e conceito de desenvolvimento sustentável remetente aos avanços conceituais do Relatório Brundtland.

A partir já da década de 2000, a transversalidade do conceito de desenvolvimento sustentável foi se irradiando por todas as temáticas das Nações Unidas. A Conferência de Monterrey, em 2000, é marco da utilização do método de objetivos como estímulo aos avanços em termos de desenvolvimento dos países. Foram então estabelecidos os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio que foram cumpridos de maneira satisfatória, o que revela os esforços dos países em desenvolvimento no período. O tema do desenvolvimento da ONU passa a se entrelaçar com outras áreas, como “paz e segurança”. As operações de paz são conduzidas não mais apenas com base em lógica de contenção ou mitigação da violência, mas também a partir da ideia de promoção do desenvolvimento. O conceito de segurança humana e a criação de órgãos, como a Comissão de Consolidação da Paz, são exemplos concretos desse transversalismo. Mais recentemente, como fruto da Conferência do Rio de Janeiro, a Rio+20, nova inciativa de metas foi formulada: os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que ampliam as ambições da sociedade internacional no sentido da promoção do desenvolvimento em sintonia com a necessidade de preservação do meio ambiente, expressa no Acordo de Paris.

A posição histórica da diplomacia brasileira no tema do desenvolvimento aponta justamente para a transversalidade desse tema que perpassa toda a agenda internacional. Além de partícipe ativo de todas as iniciativas históricas em prol do desenvolvimento (CEPAL, UNCTAD, por exemplo), o Brasil defende e toma parte em todas as iniciativas correntes de promoção do desenvolvimento sustentável. No âmbito de paz e segurança, o Brasil ressalta o caráter socioeconômico e estrutural dos conflitos. Na questão ambiental, o país defende metas robustas também para países em desenvolvimento, como fez ao assumir metas absolutas em suas NDC. No concernente ao regime dos ODS, assim como fez com os ODM, o Brasil assume também posição de protagonista, criando mesmo comissão interna para garantir os esforços necessários para o atingimento desses objetivos. Não sem motivo a diplomacia brasileira converge com a ONU no sentido de propagar visão transversal de desenvolvimento.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **Antecedentes no marco das Nações Unidas: 3,75/5**
    - 2.2. **As iniciativas e a agenda coletiva a partir dos anos 2000: 8/8**
    - 2.3. **Posicionamento histórico da diplomacia brasileira na ONU com relação à promoção do desenvolvimento: 4/6**

Resultado

Nota: **16,75**

COMENTÁRIO

Note que abusei de siglas e de reduções, algumas vezes explicadas e outras vezes não. Trata-se de estratégia útil para inserir mais informações quando o espaço é exíguo. O candidato verá abaixo, na transcrição da resposta aos meus recursos, que, mesmo buscando inserir o máximo de informações, ocorreram omissões importantes para a avaliação.

RESPOSTA DA BANCA:

Quesito 2.1 - Recurso indeferido. Foi omitida a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Social realizada em 1995 e que representa importante marco, cuja consideração é indispensável frente ao tema. A banca mantém a pontuação atribuída por estar proporcional ao desempenho do candidato.

Quesito 2.3 - Recurso indeferido. O argumento do recurso enfatiza o engajamento brasileiro e não tanto as posições do País frente ao tema em diferentes contextos temporais e institucionais. Deixou de ressaltar o posicionamento crítico de parte do Brasil frente às assimetrias econômicas e sociais entre os países como fatores de instabilidade no plano internacional e que permeia sua atuação nas instâncias aludidas. Não há, assim razões a justificar a alteração dos pontos atribuídos.

Nota média: Andre Luiz Lettieri Alves
nota: ***14,75****/20*

A Organização das Nações Unidas foi constituída no ano de 1945 tendo a cooperação internacional para a promoção do desenvolvimento como um dos seus objetivos. O fortalecimento da temática do desenvolvimento, no entanto, ocorreu apenas a partir da década de 1960, com a expansão do número de países em desenvolvimento na organização, em razão do processo de descolonização afro-asiático. Como consequência, observou-se, por exemplo, a criação da UNCTAD, que buscava, por meio de suas conferências, associar comércio e desenvolvimento.

A questão do desenvolvimento foi, no entanto, vista com restrição pelos países desenvolvidos em razão dos efeitos ambientais que o progresso econômico traria. Na década de 1960, o pensamento neomalthusiano era hegemônico entre os países centrais. De acordo com William Vogt, os recursos do planeta não seriam suficientes para sustentar um crescimento econômico dos países pobres, de maneira que deveriam abdicar desse objetivo. No ano de 1972, aconteceu a Conferência de Estocolmo, a primeira grande conferência ambiental, sendo caracterizada pela polarização entre os Estado desenvolvidos, "zeristas", e os Estados em desenvolvimento, "desenvolvimentistas". A reunião terminou em impasse, sem que houvesse sido possível compatibilizar proteção ambiental com desenvolvimento humano.

A temática, no entanto, foi destravada com a publicação do chamado Relatório Brundtland, que logrou compatibilizar os dois objetivos por meio do conceito de "desenvolvimento sustentável". Na Conferência do Rio de Janeiro, em 1992, foi consolidada a perspectiva de que o desenvolvimento humano e a proteção ambiental devem ser promovidas de maneira conjunta, por meio de declarações como a Agenda 21 e a Carta dos Povos. Dessa forma, foi possível liberar a questão do desenvolvimento na ONU, fortalecendo esforços multilaterais para alcançar esse antigo objetivo de países em desenvolvimento.

No ano 2000, foi realizada a Cúpula do Milênio, que institutiu os oito "Objetivos do Milênio". Os Objetivos tinham por fundamento a promoção do desenvolvimento sustentável de acordo com temas específicos, como a promoção da igualdade de gênero e a promoção do saneamento básico. As medidas deveriam ser implementadas pelos Estados até o ano de 2015, quando seriam substituídas por outras. A ação obteve amplo sucesso, sendo considerada a medida mais bem-sucedida da história para a promoção do desenvolvimento.

No início da década de 2000, houve ainda o comprometimento do financiamento do desenvolvimento dos países mais pobres pelos países desenvolvidos, na Conferência de Monterrey. Esse compromisso foi crucial para o sucesso da implementação dos Objetivos do Milênio. No ano de 2012, contudo, já demonstrava-se

necessário elaborar os objetivos que seriam adotados pela ONU, a partir de 2015. Os chamados "Objetivos do Desenvolvimento Sustentável" começaram a ser preparados na Conferência Rio + 20 e foram adotados na Cúpula do Desenvolvimento Sustentável, em 2015. As 17 novas medidas, que devem ser buscada até o ano de 2030, estão atualmente sob implementação dos Estados, com apoio da ONU.

O Brasil historicamente apoia a questão do desenvolvimento, tanto de maneira retórica quanto de maneira prática, por exemplo, por meio da Agência Brasileira de Cooperação e do Fundo IBAS. O país obteve grandes avanços internos relativos à qualidade de vida de sua população na última década, tendo logrado implementar com amplo sucesso os Objetivos do Milênio, alcançando conquistas como a retirada do país do "Mapa da Fome", produzido pela FAO. Atualmente, mesmo atravessando uma grave crise econômica, o país mantém o empenho para a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
    2.1. **Antecedentes no marco das Nações Unidas: 3,75/5**
    2.2. **As iniciativas e a agenda coletiva a partir dos anos 2000: 6/8**
    2.3. **Posicionamento histórico da diplomacia brasileira na ONU com relação à promoção do desenvolvimento: 4/6**

Resultado

Nota: **14,75**

Pior nota: Anônimo
nota: ***10,75****/20*

A promoção do desenvolvimento é uma das principais agendas globais da atualizada. A ONU desempenha papel de destaque nessa matéria, e possui um histórico de contribuições normativas e institucionais para a promoção do desenvolvimento em escala global. A evolução dos objetivos e da própria definição do conceito de desenvolvimento reflete as mudanças ocorridas na ordem internacional e o surgimento de novos debates no âmbito multilateral. O Brasil é tradicional defensor e promotor do desenvolvimento mundial, e participa ativamente dessas discussões em foros multilaterais.

A preocupação com a promoção do desenvolvimento fez-se presente na Carta de São Francisco. A previsão de um Conselho Econômico e Social (o ECOSOC) comprova esse fato. Na década de 1960, a independência dos países afro-asiáticos fez que se expandisse o número de países membros da ONU, que então passava a ser composta majoritariamente por países em desenvolvimento. Não é de se espantar, portanto, que, na década de 1960, tenham surgido os primeiros mecanismos exclusivamente voltados para a promoção do desenvolvimento, no âmbito da ONU. A realização da I UNCTAD, em Genebra, apresentou as principais reivindicações dos países em desenvolvimento, ainda especialmente voltadas para as necessidades econômicos. Em resposta a essas demandas, criou-se o PNUD, em 1965. É pertinente enfatizar que, até esse momento, desenvolvimento era muito associado à ideia de crescimento econômico.

A década de 1970 mudou esse quadro. Novas descobertas científicas fizeram que a preocupação com o meio ambiente ganhasse relevância na ONU. A realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Humano, em 1972, em Estocolmo, demonstrou a importância da temática ambiental e as divergências que ainda existiam entre países do Norte e do Sul global. Aqueles defendiam a visão preservacionista, que defendia a limitação do crescimento econômico a fim de reduzir os impactos ambientais; estes defendiam a visão conservacionista, em defesa do crescimento econômico e do desenvolvimento de seus países. Apenas na década de 1980, com a criação do conceito de desenvolvimento sustentável essa aparente dicotomia entre crescimento e proteção seria superada. A ECO-72 resultou, contudo, na criação do PNUMA, em 1973.

A consagração do desenvolvimento sustentável, pelo relatório Bruntland de 1987, e o fim da Guerra Fria modificaram profundamente as discussões sobre desenvolvimento na ONU. Graças à ideia de desenvolvimento sustentável, os aspectos sociais, econômicos e ambientais passaram a ser considerados interdependentes e indissociáveis. Paralelamente, o fim da Guerra Fria permitiu o fortalecimento da ideia de

"segurança humana", como parte integrante do esforço em prol do desenvolvimento mundial. A década de 1990 foi a década das conferências. Em 1992, ocorreu a CNUMAD, no RJ. Em 1993, houve a Conferência sobre Mulheres (Pequim) e sobre Direitos Humanos (Viena).

Em 200, realizou-se a Cúpula do Milênio. Nela, estabeleceram-se os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com metas para a redução da pobreza, de fome e da mortalidade a serem cumpridas até 2015. Em 2002 aprovou-se o consenso de Monterrey que definiu a meta de auxílio oficial para o desenvolvimento (AOD) em 0,7% do PIB dos países ricos. Em 2005, Kofi Annan apresentou seu relatório In Larger Freedom em que se estabeleceu a indissociabilidade entre paz, desenvolvimento e direitos humanos. No âmbito das operações de paz, passou-se a enfatizar a importância do peacebuilding para a promoção do desenvolvimento e da estabilidade no país receptor da missão. Já em 2012, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde (Rio+20). Por óbvio, muitas outras iniciativas poderiam ainda ser citadas.

O Brasil é um histórico defensor da promoção do desenvolvimento. O país sediou as duas mais importantes conferências sobre sustentabilidade da história (CNUMAD e Rio+20). Com base no mandato estabelecido para a Rio+20, estabeleceram-se as ODS, por exemplo. O Brasil também foi essencial para a criação da UNITAID, em 2006, em iniciativa conjunta com a França. No âmbito dos arranjos de geometria variável, o Brasil é parte do Fundo IBAS de Alívio à fome e à Pobreza. Por meio de acordos de cooperação, o país tem contribuído para o desenvolvimento agrícola na África (PROSAVANA e fazenda-modelo de algodão, no Mali). Por meio da Fiocruz e da Farmanguinhos, contribuiu para distribuição de fármacos em Moçambique. Ainda na década de 1960, o Brasil liderou, ao lado da Índia, o G77 no contexto da II UNCATD. Enfim, muitas são as iniciativas das quais o Brasil é parte. O Brasil acredita firmemente que a promoção do desenvolvimento é a única ação viável para a consecução da paz mundial.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **Antecedentes no marco das Nações Unidas: 3,75/5**
    - 2.2. **As iniciativas e a agenda coletiva a partir dos anos 2000: 4/8**
    - 2.3. **Posicionamento histórico da diplomacia brasileira na ONU com relação à promoção do desenvolvimento: 2/6**

Resultado

Nota: **10,75**

ECONOMIA

banca:
Daniel Klug Nogueira
Hélio Silva Filho
Renato Coelho Baumann das Neves

_questão 1

The last decade was characterized by both the rising importance of global value chains (GVCs) in international trade and the parallel proliferation of preferential trade agreements. Making a connection between the two phenomena seems paradoxical at first, since the global nature of value chains should encourage multilateral rather than bilateral or plurilateral negotiations. However, the strong nexus of trade and investment and the complex structure inherent in GVCs presents the World Trade Organization with a serious institutional challenge and thus gives rise to a "demand for new forms of governance". The rising importance of trade-related dimensions such as competition, investment and intellectual property rights, which are not sufficiently addressed at the multilateral level from a GVC perspective, reveals the lack of institutions, regulations and mechanisms to deal with such "behind-the-border" issues.

Dominique Bruhn. **Global value chains and deep preferential trade agreements — Promoting trade at the cost of domestic policy autonomy?** *German Development Institute, discussion paper 23/2014, Bonn, 2014.*

A partir do fragmento de texto apresentado, redija um texto dissertativo abordando:

1. os determinantes do processo decisório da firma entre verticalizar a produção em mais de um país ou subcontratar terceiros;

2. as principais características das cadeias globais de valor e sua compatibilidade com as normas atuais da Organização Mundial do Comércio;

3. as barreiras comerciais e regulatórias e seus efeitos.

Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]

Distribuição das notas

ECO Q1

Ampla
Negros

Nota

Posição

Padrão de resposta da questão 1

1. Determinantes do processo decisório da firma entre verticalizar a produção em mais de um país ou subcontratar terceiros

a) O processo decisório de uma firma entre verticalizar a produção em mais de um país ou subcontratar terceiros só pode ocorrer em setores com processos não contínuos de produção, isto é, que podem ser fatiados;

b) para verticalizar, é preciso que os custos com transporte e gestão das várias unidades sejam menores que os ganhos com acesso a insumos mais baratos;

c) a subcontratação dependerá da qualidade do serviço e da existência de barreiras à operação em outro país.

2. Principais características das cadeias globais de valor e sua compatibilidade com as normas atuais da Organização Mundial do Comércio

a) Entre as principais características das cadeias globais de valor (CGV) e sua compatibilidade com as normas atuais da Organização Mundial do Comércio (OMC), destaca-se o fato de as cadeias globais

de valor implicarem governança de unidades entre vários países, o que dificulta seu enquadramento nas normas vigentes da OMC;

b) trata-se de comércio em valor adicionado, para o que nem as estatísticas nem as normas vigentes são adequadas;

c) as negociações multilaterais na OMC não têm avançado, nem comportam elementos novos — como o tratamento de serviços embutidos nos processos produtivos — típicos dos novos processos produtivos.

3. Barreiras comerciais e regulatórias e seus efeitos As barreiras comerciais às importações encarecem a produção interna, distorcem os sinais de preços, penalizando os consumidores e estimulando artificialmente os produtores locais. As barreiras regulatórias têm, na maior parte dos casos, efeitos semelhantes, mas, além disso, tornam proibitivas determinadas transações, como no caso dos serviços requeridos para o processo produtivo de setores específicos.

Gabriela Ruggeri
nota: ***30****/30*

As tendências mais recentes do comércio internacional apontam para padrões de troca cada vez mais complexos, com a proliferação de acordos preferenciais de comércio e a formação de cadeias globais e regionais de valores. O arcabouço normativo da OMC mostra-se insuficiente para regular essas novas relações comerciais, o que evidencia a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre as estratégias de internacionalização das firmas, as características das CGVs e os impactos das barreiras ao comércio internacional.

A escolha da firma entre verticalizar a produção em mais de um país ou subcontratar terceiros envolve uma análise de custos e de incentivos. A terceirização, por exemplo, exige um investimento inicial consideravelmente menor, embora ela impeça que a empresa controle diretamente o que está sendo produzido e obrigue a firma a remunerar a outra firma subcontratada pelos serviços prestados. A diferença entre os custos fixos e variáveis deve, assim, ser considerada. As análises de custo também envolvem os preços da mão de obra, dos aluguéis, os gastos trabalhistas e judiciais, e o preço do transporte. Outros determinantes relacionam-se ao ambiente de negócios, pois, por exemplo, a depender da burocracia, do sistema tributário e da qualidade e especialização da mão de obra, pode-se preferir uma opção a outra, evidenciando o papel das instituições e das políticas públicas nas escolhas dos agentes econômicos. Cabe destacar que o tipo de serviço ou bem a ser produzido também pode favorecer um arranjo em detrimento de outro. Por fim, custos de transação e de logística são igualmente analisados pelos agentes.

Os novos padrões de comercio seguem lógica pós-fordista de fragmentação da produção e de terceirização. Dessa forma, o processo produtivo não é mais concentrado em um único país ou firma, formando uma cadeia, que pode ser global ou regional, na qual as etapas da produção são separadas e agregam, cada uma delas, valor ao produto final. O processor de “agregação” de valor pode ter sentido upstream ou downstream, e envolve desde a pesquisa e desenvolvimento do produto até a sua montagem, distribuição e marketing. Por envolver processo complexo, a regulação das CGVs não se pode restringir à diminuição de tarifas e regulação muito simples sobre serviços e propriedade intelectual. É nesse sentido que ocorre a proliferação de acordos preferenciais, que tratam de questões OMC-plus e OMC-extra. Muitas matérias relevantes aos novos padrões comerciais são ou insuficientemente reguladas pela OMC, ou sequer foram tratadas na organização. Como exemplo, pode-se citar matérias relativas a investimentos, comércio eletrônico, regras de concorrência, propriedade intelectual, entre outros. A dificuldade de negociar esses temas na OMC, por causa da exigência de consenso, tem levado a um esvaziamento da Rodada Doha e questionamentos sobre a eficácia da organização, em contexto de escalada de guerra comercial.

O livre comércio tende a aumentar o bem-estar geral, pois permite que demandantes tenham acesso a maior variedade e quantidade de produtos. A inclusão de barreiras comerciais e regulatórias diminui o excedente geral da economia, gerando peso morto e, se por tarifa, arrecadação para o governo. Barreiras desviam o comércio, privilegiando produtores menos eficientes, que tomam parte do mercado que seria ocupado por ofertantes internacionais mais competitivos, com vantagem comparativa no setor. Elas podem até afetar o crescimento econômico de países dependentes das exportações, como é o caso dos subsídios agrícolas em países ricos em detrimento de produtores agrícolas em países mais pobres. Barreiras regulatórias podem criar exigências desnecessárias, motivadas somente pelo protecionismo, embora também possam ser legítimas e se enquadrem nas exceções do GATT (ex: medidas para a proteção da saúde humana e animal). As barreiras beneficiam as empresas e setores protegidos, que vendem mais do que no livre comércio, e podem aumentar a remuneração do fator de produção mais intensivo no setor, conforme demonstra o teorema de Stolper-Samuelson. Por fim, em casos muito específicos, podem ser utilizadas para a proteção de indústrias nascentes. Dessa maneira, embora haja dificuldade nas negociações na OMC, é evidente que a diminuição de barreiras e a regulação de novos temas é desejável sob o ponto de vista econômico e comercial. (668 palavras, sem linhas em branco. Média de palavras por linha: 11,13 palavras.)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Determinantes do processo decisório da firma entre verticalização da produção em mais de um país ou subcontratação de terceiros: 15/15**
   - 2.2. **Principais características das cadeias globais de valor e sua compatibilidade com as normas atuais da Organização Mundial do Comércio: 4,5/4,5**
   - 2.3. **Barreiras comerciais e regulatórias e seus efeitos: 9/9**

Resultado

Nota: **30**

COMENTÁRIO

Apesar de não ter feito um parágrafo separado para a conclusão, obtive nota máxima no quesito organização. Por outro lado, fui penalizada nesse quesito em questões com parágrafos relativamente simétricos, com tópicos frasais, introdução e conclusão. Minha letra feia e as rasuras frequentes podem ter motivado a penalização nesses casos, mas minha impressão pessoal é a de que a atribuição de nota nesse quesito variou de acordo com quem corrigiu cada questão.

Maurício Horta Miyauchi
nota: ***30****/30*

A formação de cadeias globais de valor (CGV), viabilizada pelo progressivo desenvolvimento de infraestrutura logística, desenvolvimento da tecnologia de informação em rede e abertura comercial desde o final da década de 1970 e, principalmente, a partir da década de 1990, não tem sido acompanhada por evolução proporcional do regime multilateral de comércio, consubstanciado na OMC. A dificuldade em aprovar, em regime de single undertaking, um conjunto de regras que promovam a defesa da propriedade intelectual, os investimentos relacionados ao comércio, e a remoção de barreiras e de incentivos distorcidos ao comércio em nível multilateral tem levado, portanto, à formação de uma rede de acordos bilaterais, regionais e plurilaterais. Consequentemente, há maior adensamento dessas cadeias em algumas regiões, como o Sudeste Asiático e a União Europeia, em contraste com regiões menos integradas.

A verticalização da produção por uma firma – fenômeno característico das CGVs – decorre de dois fatores principais. Primeiro, figuram os ganhos decrescentes de escala do trabalho e mesmo do capital. Na medida em que mais unidades de trabalhador são adicionadas em um processo produtivo, a produção média decresce, com produtividade marginal do trabalho decrescente. Uma forma para evitar os ganhos decrescentes de escala é a especialização da produção. Por meio da subcontratação de terceiras firmas, estas também especializadas, a firma pode concentrar seus esforços em sua core area, ganhando, assim, eficiência.

Segundo, essa especialização pode-se dar em nível internacional, por meio do comércio. Numa perspectiva neoclássica (Heckscher-Ohlin), haverá maior bem estar se cada economia se especializar no setor em que tiver maior dotação de fator de produção (trabalho, terra, capital, tecnologia, empreendedorismo). Ao verticalizar a produção em mais de um país, a firma poderá beneficiar-se de menores custos de produção, tendo cada processo efetivização [sic] em economia de respectiva maior dotação de fator de produção. Assim, deve-se concentrar o desenvolvimento e pesquisa em locais de maior dotação de tecnologia e a manufatura naqueles com maior oferta e menor custo de mão-de-obra. Dessa racionalidade produtiva, decorre naturalmente a formação de cadeias globais de valor.

As cadeias globais de valor caracterizam-se pela divisão de tarefas territorializada e pela integração transnacional por meio do livre fluxo de comércio e de fatores de produção. Na parte upstream da cadeia, há o fornecimento de matérias-primas e de outros insumos, em que participam países dotados de vultosos recursos naturais, como Brasil, Austrália e Canadá. Também nessa direção à montante situam-se pólos de produção tecnológica e inovação – ou pesquisa, desenho e desenvolvimento –, como o Vale do Silício,

CA. Nessas duas atividades upstream, há déficit de normas multilaterais, seja relativas ao comércio de bens agrícolas e NAMAS, no primeiro, seja na proteção da propriedade intelectual, no segundo.

Na fase manufatureira das cadeias, há divisão territorial da produção sobretudo conforme a dotação de trabalho e capital. Países com grande população economicamente ativa e baixos salários tendem a receber investimentos para a produção de bens ou para a execução de tarefas de alta intensidade de mão de obra e baixa intensidade de capital – caso da indústria têxtil, de brinquedos e de maquiladoras. Também há a execução da manufatura em países de grande dotação de capital e de tecnologia para a execução de processos complexos e altamente especializados – caso da produção de processadores de computadores em Taiwan. Em todos esses casos, a inserção de uma dada economia vai estar relacionada também ao nível de proteção ao investimento estrangeiro, que se dá na atualidade, sobretudo, de forma bilateral, por meio de acordos (APIs) de arbitragem – portanto, não coberta pela OMC.

Na direção downstream, dão-se os processos de marketing, venda e pós-venda. Essas atividades são também altamente especializadas nas CGV. Centros financeiros como Nova York e Londres são especializados em serviços financeiros e de marketing devido à sua concentração de mão de obra especializada, de sua posição como hubs financeiros-comerciais, ao passo que serviços de pós-venda com mais intensidade de mão de obra e menor especialização tendem a ser concentrados, por exemplo, em cidades como Bangalore e Hyderabad, na Índia. O comércio eletrônico é fator também crucial para a velocidade downstream. Tampouco são suficientes as normas atuais da OMC para o comércio de serviços e para o comércio eletrônico. São, por isso, necessários acordos bilaterais e regionais para a concretização mais efetiva e menos concentrada das cadeias globais de valor, não importa em que etapa delas.

As barreiras comerciais e regulatórias têm efeito prejudicial para a formação dessas cadeias: elas acabam por desincentivar a especialização e a verticalização transnacional, reduzindo o bem estar global. Barreiras tarifárias têm o efeito, no mercado interno, de elevar preços pela redução da quantidade importada, reduzir a quantidade total demandada, por essa alta de preços, e aumentar a produção interna, em que pese sua menor eficiência e seus maiores preços, favorecer a formação de monopólios ou oligopólios, produzir peso morto (redução do bem estar) e aumentar a arrecadação do governo. Já barreiras quantitativas têm efeitos semelhantes, com a diferença de, em vez de aumentar a arrecadação do governo, aufere renda aos detentores de licença de importação. Barreiras regulatórias podem-se justificar por motivo de segurança sanitária, por exemplo. No entanto, frequentemente elas escamoteiam, efetivamente, barreiras quantitativas, razão pela qual elas provocam efeitos equivalentes ao destas, com o agravante de a regulamentação aumentar os custos de produção.

Observa-se, portanto, a insuficiência da normativa da OMC para temas atinentes às CGVs. Idealmente, essa insuficiência deveria superar-se com o avanço da Rodada de Doha. Ante a paralisia da OMC, porém torna-se necessário o avanço em negociações bilaterais e multilaterais, como tem feito o MERCOSUL. (60 linhas, 15 palavras por linha)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Determinantes do processo decisório da firma entre verticalização da produção em mais de um país ou subcontratação de terceiros: 15/15**
   - 2.2. **Principais características das cadeias globais de valor e sua compatibilidade com as normas atuais da Organização Mundial do Comércio: 4,5/4,5**
   - 2.3. **Barreiras comerciais e regulatórias e seus efeitos: 9/9**

Resultado

Nota: **30**

Bernardo Macêdo Alves de Morais

nota: ***30****/30*

O surgimento das Cadeias Globais de Valor, como uma decorrência do modelo de produção pós-fordista, é um dos mais importantes elementos da economia internacional contemporânea. Trata-se de um processo que modifica a dinâmica do comércio internacional e requer um novo paradigma nas negociações comerciais entre Estados. Essas normas orientam o processo decisório das firmas quanto à estrutura produtiva a ser adotada e quanto aos locais onde cada segmento de um processo produtivo será situado. Nesse sentido, a Organização Mundial do Comércio exige uma atualização de seus regimes, com novos instrumentos que viabilizem a regulamentação dessas cadeias globais de valor.

A firma capitalista é orientada pela maximização do lucro, e essa premissa pauta todo om processo decisório nela existente. A estrutura de custos é um dos principais determinantes de seus lucros de modo que a firma busca reduzi-los. Em cadeias produtivas espalhadas por mais de um país, o principal objetivo é a redução de custos nas fases do processo produtivo, aproveitando-se de vantagens comparativas. Essa fragmentação pode ser feita de maneira verticalizada, por meio do estabelecimento de sucursais, ou por meio de subcontratações de terceiros. Uma vez que a firma orienta sua atividade para o lucro, a escolha da verticalização atenderá à redução de custos, o que envolve o custo de instalação da empresa no país e a mobilidade de capitais. A subcontratação leva, a priori, a maiores custos, uma vez que a firma pagará o lucro da firma subcontratada; contudo, em um cenário de burocracia para instalar empresas, de um sistema tributário complexo e baixa mobilidade de capitais, pode ser mais vantajoso integrar uma terceira empresa como fornecedora.

As cadeias globais de valor são marcadas pela fragmentação do processo produtivo, desde a produção de insumos e bens intermediários, até a montagem do bem final. Nesse sistema produtivo, as atividades da ponta do processo – idealização e montagem – assumem maior geração de valor, sendo posições mais desejáveis para os países. A inserção nessas cadeias é um dos principais elementos da dinâmica do comércio internacional, dependendo de condicionantes normativos e físicos. As cadeias globais de valor dependem de uma estrutura logística que viabilize os custos de produção, permitindo o melhor aproveitamento das vantagens comparativas. Além disso, é necessário que haja condições normativas e burocráticas que permitam o encadeamento do processo produtivo, como regras de conteúdo de origem, normas sobre propriedade intelectual e uma estrutura tarifária adequada. As principais cadeias de valor reúnem essas características de modo a agilizar e baratear o processo produtivo, como é o caso do Sudeste Asiático, que tem, cada vez mais, aprimorado sua infraestrutura logística e seu sistema normativo, visando a uma integração dos mercados.

Nesse contexto, as regras da Organização Mundial do Comércio não são incompatíveis com as cadeias globais de valor, conquanto sejam insuficientes. A busca pelo aprimoramento normativo das cadeias globais de valor levou à negociação de novos acordos à margem da OMC, contendo regras OMC+ e OMC-Extra. Regras sobre propriedade intelectual no TRIPS não são suficientes para o novo modelo de comércio, faltam normas sobre acumulação de origem e a regulamentação de serviços não atende aos padrões. Os mega acordos regionais, como os Tratados Transpacífico e Transatântico seguem essa lógica, inovando as normas nesses critérios. Da mesma forma, a tentativa de integrar a o Mercosul e a Aliança do Pacífico segue a mesma lógica, constando no seu Plano de Ação o objetivo de criar cadeias de valor com base em regras de origem. Essas iniciativas evidenciam a ausência desse debate no âmbito da OMC, ainda mais focada na desgravação tarifária e na redução de barreiras tarifárias, mesmo assim com poucos êxitos recentes. Dessa forma, um dos desafios da OMC nos próximos anos será implementar uma adaptação do comércio internacional baseado em bens para um comércio baseado em cadeias produtivas fragmentadas e transnacionais.

Atualmente, os fluxos de comércio são reduzidos por barreiras tarifárias, quantitativas e regulatórias. As tarifas operam sobre o preço do produto, instituindo um valor fixo ou percentual sobre o preço do bem. O efeito da tarifa é reduzir o consumo do bem, por meio da redução das importações que alimentavam o mercado doméstico ao preço internacional. Há, portanto, uma redução do bem-estar da economia, e cria-se um peso morto. As barreiras quantitativas impõem uma restrição à quantidade importada (quotas), o que gera um impacto sobre o preço do bem. Dessa forma, a cada tarifa corresponde uma quota, que determina uma quantidade e um preço. A diferença é que o valor arrecadado com o governo com a implementação da tarifa é, no caso das quotas, incorporado pelos detentores das licenças de importação. Ainda, o sistema de quotas é menos transparente que as tarifas, sendo mais difícil entender as dinâmicas entre oferta e demanda.

Após esforços de desgravação e de eliminação do sistema de quotas, o comércio internacional reage com novas práticas protecionistas, chamadas de barreiras regulatórias. Estas são normas administrativas que têm a capacidade de impedir a entrada de bens por questões sanitárias, ambientais, técnicas ou de outra motivação, a priori, legitimas. Em determinados casos, esses controles administrativos podem ser utilizados com objetivos protecionistas, reduzindo a oferta no mercado doméstico e aumentando o preço do bem. Os efeitos no mercado são, assim, semelhantes aos da tarifa e da quota, porém não há apropriação de valores da arrecadação ou da licença, aumentando o peso morto da economia. O grau de transparência das barreiras regulatórias é ainda inferior ao da quota, principalmente nas normas mais arbitrárias, com menor detalhamento e maior discricionariedade. Há, ainda, situações de barreiras direcionadas a determinados mercados sem motivação legítima. Um dos maiores desafios atuais da OMC, no âmbito do comércio internacional, é a regulamentação das barreiras regulatórias, principalmente pela difícil determinação e baixa transparência.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Determinantes do processo decisório da firma entre verticalização da produção em mais de um país ou subcontratação de terceiros: 15/15**
   - 2.2. **Principais características das cadeias globais de valor e sua compatibilidade com as normas atuais da Organização Mundial do Comércio: 4,5/4,5**
   - 2.3. **Barreiras comerciais e regulatórias e seus efeitos: 9/9**

Resultado

Nota: **30**

Nota média: Francisco Luiz Pinto da Rocha Santos
nota: ***24**/30*

Dois processos concomitantes, à primeira vista incompatíveis, emergem em meio à nova ordem econômica, tributária da globalização. De um lado, observam-se as tentativas de liberalização em escala multilateral, cujo emblema maior é a OMC. Ao mesmo tempo, proliferam os acordos preferenciais e os agrupamentos regionais. Em movimentos contraditórios em aparência, o sistema de comércio se universaliza e se fragmenta. No entanto, mais que antinômicos, o ordenamento da OMC e as estruturas regionais são complementares, estas se prestando amiúde a suplementar as lacunas daquele no que tange às cadeias globais de valor.

As cadeias globais de valor são um fenômeno cuja raiz se encontra nos enormes avanços logísticos, tecnológicos e comunicacionais recentes, em um mundo cada vez mais globalizado. Uma nova divisão internacional do trabalho se organiza, na qual, mais que em produtos, cada país se especializa em um processo ou etapa de produção. As fases de concepção e fornecimento de insumos – ambas upstream, mas com gerações de valores diferentes –, as fases de processamento e manufatura, a distribuição espacial e a tomada de decisões e planejamento não necessitam mais estar geograficamente concentradas. É frequentemente mais interessante para uma empresa terceirizar um serviço que transferir sua própria produção para um dado país.

Em primeiro lugar, pesa na decisão da firma o ambiente institucional de um determinado país. Legislações trabalhistas e tributárias demasiado complexas, bem como imprevisibilidade jurídica e institucional podem dissuadir a firma de atuar in loco. Outro fator que invariavelmente orientará a decisão da firma é o tamanho e o potencial do mercado interno: a existência de um mercado promissor, sobretudo se associado a um relativo fechamento econômico, podem levar a firma a operar localmente. Por fim, o grau de adesão de um país aos regimes internacionais, seu nível de integração às cadeias globais de valor e a padrões internacionais, bem como o marco normativo para temas como investimento e propriedade intelectual influem positivamente ou não na decisão de uma firma de atuar diretamente em um país ou terceirizar determinada etapa do processo produtivo.

As cadeias globais de valor são, em suma, a fragmentação espacial do processo produtivo em redes. Uma determinada etapa de um processo produtivo vai para o lugar onde há vantagens comparativas – seja abundância de recursos, mão de obra especializada ou abundante, ou marcos legais favoráveis. A princípio, não há incompatibilidade entre a OMC e as cadeias globais de valor: com efeito, a liberalização

dos fluxos comerciais que a OMC tem por objetivo favoreceria a livre circulação de bens intermediários e finais em cadeias mais eficientes.

No entanto, a OMC mostra-se, às vezes, insuficiente. A Organização estabeleceu marcos normativos muito tímidos em temas importantes, como os investimentos e a propriedade intelectual – no TRIMS e no TRIPS. Diante da incapacidade da OMC, decorrente de sua natureza multilateral, muitos atores vêm buscando, por fora, intensificar sua integração produtiva e homogeneizar padrões em prol das cadeias globais de valor, nos chamados Acordos OMC+. A OMC não é contrária às cadeias de valor, mas as cadeias de valor podem se beneficiar de regras mais aprofundadas.

Como se sabe, as barreiras comerciais e regulatórias tendem a ter efeitos deletérios. O primeiro deles é a perda do bem-estar econômico dos próprios consumidores domésticos, que terão de arcar com preços mais altos. No entanto, em um contexto de produção globalizada, o fechamento comercial pode ter consequências ainda mais perversas: o protecionismo pode deixar o país excluído das cadeias globais de valor, que se beneficiam da libre circulação de bens – basta pensar na movimentação de insumos e bens intermediários ao longo da cadeia – e da padronização regulatória. Em um mundo no qual a competitividade está profundamente ligada à participação nas cadeias globais de valor, os países têm menos margem de ação para buscar um desenvolvimento autárquico.

Subsistem, evidentemente, questionamentos acerca dos benefícios diferenciados trazidos pelas cadeias globais, sobretudo com a formação de blocos regionais. A OMC deve ser encarada como um marco normativo mínimo – e ela inclusive legitima o regionalismo aberto. Cabe a cada país buscar a integração de seus processos produtivos em busca de ganhos de competitividade.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **Determinantes do processo decisório da firma entre verticalização da produção em mais de um país ou subcontratação de terceiros: 10/15**
    - 2.2. **Principais características das cadeias globais de valor e sua compatibilidade com as normas atuais da Organização Mundial do Comércio: 3/4,5**
    - 2.3. **Barreiras comerciais e regulatórias e seus efeitos: 4,5/9**

Resultado

Nota preliminar: **19**

Nota final: **24**

COMENTÁRIO

A nota foi majorada para 24,00 após os recursos. Seguem as respostas da banca.

<u>COM DEFERIMENTO</u>

CONTEÚDO

Quesito 2.1 - Recurso deferido.

Quesito 2.2 - Recurso indeferido. O texto não elabora sobre os aspectos da OMC que afetam as CGVs, e de que modo. A resposta apresentada não incorre em majoração de nota. A banca mantém a pontuação atribuída por estar proporcional ao desempenho do candidato.

Quesito 2.3 - Recurso indeferido. O texto nada diz sobre de que modo cada barreira mencionada afeta as cadeias de valor. A resposta apresentada não incorre em majoração de nota. A banca mantém a pontuação atribuída por estar proporcional ao desempenho do candidato.

Pior nota: Anônimo
nota: ***16**/30*

As Cadeias Globais de Valor (CGV) são resultado do aprofundamento do processo de especialização das empresas e das economias globalizadas. Trata-se de fragmentação do processo produtivo que se opera de forma cada vez mais dispersa no território global, valendo-se da fluidez das redes de informação, de inovações tecnológicas e da terceirização. Assim, com as etapas do processo produtivo realizadas por diversas firmas especializadas criam-se hierarquias nos processos produtivo nas quais a diferenciação se dá na medida da capacidade de agregar valor à cadeia. Ou seja, a maior retenção econômica da produção permanece com as firmas (e países) que permanecem na ponta do processo produtivo em atividades de decisão, pesquisa ou mesmo design e marketing.

Quando uma firma se insere em cadeia global de valor a decisão entre a verticalização e a terceirização torna-se premente. Mesmo que em nós secundários na hierarquia de uma cadeia, torna-se fundamental adotar as melhores práticas em termos de gestão empresarial e buscar preços competitivos a nível global. O processo decisório da firma deve então comparar a produtividade das firmas verticalizadas com as terceirizadas; o ambiente regulatório e institucional de cada país no caso da verticalização é de análise crucial; a melhor forma de redução de estoques; as diferenças entre as barreiras comerciais e regulatórias nos distintos países; a existência de acordos preferenciais que facilitem a verticalização ou a terceirização; os custos logísticos de ambas as opções. O "trade-off" passa por avaliar aspectos, portanto, qualitativos e quantitativos: nem sempre a opção que minimize os custos será a mais apropriada, tal opção dependerá das características do bem ou serviço.

As principais características das CGV são a aprofundada especialização, a dispersão das etapas do processo produtivo e a formação de redes hierarquizadas e fechadas cujos nós centrais são aqueles capazes de agregar maior valor ao processo produtivo. Por um lado, essas características estão em sintonia, a livre circulação das mercadorias, dos bens intermediários, dos serviços, é fundamental para o funcionamento fluído das CGV. O sistema multilateral fundado nos princípios da nação mais favorecida e tratamento nacional seria o lócus ideal para reduzir barreiras ao comércio que desaceleram os fluxos nas redes das CGV. Por outro lado, a tendência das CGVs de hierarquização e fechamento da rede, o que remete aos acordos preferenciais, pode levar a desvios de comércio, se tais cadeias levarem à exclusão dos mercados de países e firmas por meio da negociação de acordos de comércio, por exemplo. Para se evitar o efeito "desvio de comércio" agravado por eventual complexificação regulatória geradora de custos – "sphaghetti bowl"- o ideal seria que a realidade da fragmentação e da especialização do comércio fosse abrangida e regulada com a participação de

todos os membros da OMC mediante acordos multilaterais, mas também plurilaterais, desde que amparados pelo arcabouço de Marraquexe.

Além dos efeitos usuais de barreiras comerciais e regulatórias (a perda do bem-estar com alocações ineficientes e prejuízo sobretudo aos consumidores), tais barreiras podem ser instrumentalizadas como obstáculos nos "upgrades" e "downgrades" no contexto das CGV. A formação de acordo comercial no Pacífico, por exemplo, aos se aprofundar em disciplinas como o comércio eletrônico ou propriedade intelectual, pode não somente agravar a complexidade regulatória global, mas excluir atores do processo negociador (efeito exclusão) e desviar o comércio por meio de cotas e tarifas elevadas (desvio de comércio) em áreas que continuam engessadas no processo negociador. A negociação, nesse sentido, do Acordo de Facilitação do Comércio, em 2013, é avanço importante para relembrar os custos de regulação na realidade das CGVs. No entanto, a continua especialização das CGV tornará assuntos como concorrência e propriedade intelectual – para além das barreiras convencionais da OMC – cada vez mais imperativo para estabilização do ambiente de comércio global. Se a evolução normativa da OMC continuar engessada nos temas "OMC-In" e "Plus", a tendência será certamente de avanço em acordos "OMC-Extra".

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,75/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Determinantes do processo decisório da firma entre verticalização da produção em mais de um país ou subcontratação de terceiros: 10/15**
   - 2.2. **Principais características das cadeias globais de valor e sua compatibilidade com as normas atuais da Organização Mundial do Comércio: 3/4,5**
   - 2.3. **Barreiras comerciais e regulatórias e seus efeitos: 2,25/9**

Resultado

Nota: **16**

COMENTÁRIO

Todos os recursos para a questão foram indeferidos. E a questão estava realmente péssima. Dela tirei algumas lições. Primeiro, as provas de economia e direito tem questões mais curtas (40 e 60 linhas), o que disponibiliza mais tempo e, assim, permite ao candidato planejar muito melhor sua resposta. Não fiz isso neste caso. Respondi à questão de forma afobada e desorganizada. Segundo, devemos gastar um tempo escrutinizando a questão, a própria formulação da mesma pode confundir o candidato. Neste caso, a discriminação dos itens me deixou confuso. Na maior parte dos casos, os subitens das questões guardam

alguma relação entre si, possuindo algum encadeamento de qualquer natureza (cronológico, temático etc.). Nessa questão, embora houvesse certa relação entre os itens, o encadeamento não era natural, não me parecia claro. Note que o item no qual obtive a pior nota era, na realidade, o mais objetivo e direto, pois pedia apenas os efeitos das barreiras comerciais e regulatórias. Repare que o tema, embora pertinente no contexto da questão, demandava conhecimentos bastante evidentes, que podiam ter sido perguntados aparte, numa pergunta exclusivamente teórica, por exemplo. No afã de interligar os pontos, não respondi objetivamente a nada deste item. Dessa forma, a nota baixa me pareceu bastante justa. Faltou, mais do que qualquer coisa, refletir, ponderar, antes de redigir.

ECONOMIA

banca:
Daniel Klug Nogueira
Hélio Silva Filho
Renato Coelho Baumann das Neves

_questão 2

O que parecia uma estratégia saudável de empréstimos do início a meados da década de 1970 foi se transformando lenta, mas decididamente, em um desastre em longo prazo. Em 1979, a OPEP aumentou novamente o preço do petróleo. Em 1981, um aperto maciço de crédito, liderado pelo U.S. Federal Reserve Bank, atingiu o mercado industrial. Como as taxas de juros dos empréstimos do Brasil estavam vinculadas às taxas mundiais, os juros das dívidas do Brasil, as maiores no mundo em desenvolvimento, dispararam.

Thomas E. Skidmore. **Uma história do Brasil.** *4.ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 252 (com adaptações).*

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo abordando:

1. a importância das reformas econômicas que sucederam ao regime militar em abril de 1964;

2. as principais políticas que favoreceram o chamado “milagre econômico brasileiro” da década de 70 do século passado;

3. as decisões da política econômica de meados e fins da década de 70 do século passado que levaram a dívida externa brasileira a se tornar a maior do mundo no período de 1967 a 1981.

Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]

Distribuição das notas

Padrão de resposta da questão 02

As reformas trazidas à tona pelo governo militar nos anos de 1964 e 1965 concentraram-se na reforma do setor público e na reforma tributária, caracterizada esta última pelo novo Código Tributário Nacional, removendo boa parte da cumulatividade dos impostos sobre o consumo. Ao mesmo tempo, uma política gradualista de controle da inflação favoreceu a queda da inflação paralelamente ao crescimento robusto do PIB nos anos vindouros. Por fim, a grande reforma econômica consistiu no fortalecimento do sistema financeiro nacional e na criação de um mercado de capitais. Entre os principais fatos ligados à referida grande reforma econômica que podem ser mencionados estão a criação do Banco Central e a do Conselho Monetário Nacional, em substituição à SUMOC, a criação da Comissão de Valores Mobiliários e a do Banco Nacional da Habitação, cuja principal fonte de recursos seria o também recém-criado Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), voltado à proteção do trabalhador por meio de uma poupança forçada, em caso de demissão, e também ao financiamento habitacional no longo prazo.

Essas reformas possibilitaram a adoção de políticas fiscais e monetárias expansionistas, em especial favorecendo setores estratégicos, como projetos de infraestrutura e de exportação. Vários incentivos fiscais e creditícios à exportação auxiliaram o comércio exterior, aquecendo ainda mais a demanda agregada. A fixação do capital estrangeiro no país também foi alvo de incentivos, em vista das reformas supramencionadas. O capital externo, em conformidade com a Instrução 63, também foi usado como fonte de financiamento para o capital de giro de empresas nacionais. Uma política mal direcionada, em certo ponto, foi a do controle de preços, caracterizado pela política de reajuste salarial via correção monetária,

cuja adoção continuada acabou por transformar-se em mecanismo de aumento de preços destacado da flutuação de mercado. Ademais, havia a crítica de que os subsídios aos setores exportadores ofereciam proteção excessiva a um setor de certa forma ineficiente, o que prejudicaria o desempenho da economia tanto interna quanto externamente em um futuro próximo.

Com a primeira crise do petróleo em 1973, começaram a ser tomadas as primeiras grandes decisões equivocadas, como a programação de ampla substituição de importações com crédito subsidiado, à custa do aumento das exportações, que acabaram relegadas a segundo plano. Favoreceram essa política várias vantagens momentâneas, como a valorização do câmbio possibilitada pelo dinamismo das exportações nos anos anteriores. O Brasil era uma economia sui generis: enquanto os outros países ocidentais estavam adotando políticas restritivas internamente, mas favorecendo a exportação, o governo Geisel incentivava o endividamento externo. A fatura chegou em 1979, com a segunda crise do petróleo. A disposição dos países detentores dos recursos externos que financiavam a continuação do crescimento pelo II PND se esgotou. Com isso, as consequências foram drásticas; desvalorização cambial, déficits correntes, aumento da dívida externa líquida e, por conseguinte, da relação dívida externa líquida/exportações minaram toda a fase de crescimento que perdurara até então. Tudo isso — mais os juros flutuantes das novas dívidas — acabou por fazer explodir a dívida externa brasileira no início da década de 80 do século passado, o que levou o Brasil a um dos piores períodos para a economia nacional.

Jonas Teixeira Marinho
nota: ***30****/30*

A condução das políticas econômicas nos governos militares possibilitou altas taxas de crescimento do PIB, mas conduziu o Brasil ao aumento de endividamento externo. Além disso, o índice de gini piorou, com elevada concentração de renda. A espiral inflacionária dos anos 1980 também encontrou sua gênese nas escolhas dos formuladores de políticas econômicas do regime militar. Nos anos 1960, buscou-se sanear as contas públicas e alinhar o país às melhores práticas .internacionais, por meio de instituições e reformas. O milagre econômico ensejaria euforia generalizada com níveis elevados de crescimento. Ocorre que, no governo Geisel, o contexto internacional havia mudado e a dívida externa assumiu trajetória insustentável.

As reformas econômicas realizadas no governo Castello Branco contribuíram para a restauração da confiança dos agentes econômicos no país e sanearam o desequilíbrio fiscal do governo. O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) adotou estratégia gradualista de combate à inflação e pautou-se pela ortodoxia. A Reforma Monetária, com a criação do Banco Central, centralizou a governança da política monetária e ampliou a previsibilidade e confiabilidade dessa política. Apesar disso, houve a instituição de mecanismos de indexação, que iriam provocar a inercialidade da inflação nos anos 1980. No campo fiscal, foi realizada reforma tributária, com a instituição de novos impostos, como o IPI. As ORTNs também ampliavam a capacidade arrecadatória do governo contribindo para reduzir um pouco o desequilíbrio fiscal herdado do governo João Goulart. A situação política também se estabilizou, o que permitiu incremento nos ingressos de investimento estrangeiro direto.

A recuperação da confiança engendrada pelo PAEG e o contexto internacional favorável permitiram o “milagre econômico brasileiro”, entre os anos de 1968 e 1973. As taxas médias de crescimento anual do PIB eram em torno de 11%. Isso foi possível por algumas políticas governamentais. Ampliou-se o crédito fornecido por bancos públicos, aumentando o consumo, historicamente responsável por grande parte do crescimento da renda nacional. Apesar do crescimento da demanda, não houve significativa aceleração inflacionária, já que o crescimento do salário-mínimo, em termos reais, era controlado pelo governo. Ademais, o governo ampliou o investimento em infraestrutura, realizando grandes obras, como a ponte Rio-Niterói. No plano cambial, instituiu-se um regime de crawling peg, em que as flutuações eram controladas diariamente. O overnight, desse modo, reduziu os riscos de ataques especulativos. No comércio exterior, melhoraram os termos de troca, sendo ampliados os ganhos com as exportações e levando a saldos positivos na Balança Comercial. Além disso, houve ingresso expressivo de investimento estrangeiro no país. Esses fatores e políticas públicas levaram ao crescimento econômico, mas ampliaram o endividamento.

Nos governos de Geisel e Figueiredo, busca-se a manutenção de altas taxas de crescimento econômico pela via do endividamento, mas o contexto internacional era mais volátil e a conjuntura doméstica complexa. Em 1973, na esteira da guerra do Yom Kippur, a OPEP decide utilizar seu controle internacional do mercado petrolífero para aumentar o preço do barril. A economia brasileira, dependente de petróleo, é afetada com o aumento dos custos produtivos. Visando a evitar o arrefecimento do crescimento, o governo aproveita-se do contexto internacional de alta liquidez dos petrodólares para tomar empréstimos externos. Os recursos foram aplicados na intensificação da substituição de importações e ênfase em bens de capital no II PND. O governo aproxima-se de países árabes, sendo o Iraque e a Arábia Saudita grandes parceiros comerciais. A trajetória do endividamento torna-se desastrosa quando há a segunda crise do petróleo de 1979 e o aperto monetário do FED, que atrai dólares para os EUA. Desse modo, os juros dos empréstimos dispararam, bem como o montante da dívida em moeda nacional, pela desvalorização mundial.

A dívida brasileira, a maior do mundo entre 1967 e 1981, impôs restrições significativas ao crescimento econômico no início da década de 1980. Os empréstimos tomados com o FMI e no contexto dos petrodólares seriam praticamente impagáveis. O risco de défault ampliou a fuga de capitais do Brasil e gerou recessão no começo dos anos 1980.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **Importância das reformas econômicas sucederam ao regime militar em abril de 1964: 7,5/7,5**
    - 2.2. **Principais políticas propiciadoras do chamado “milagre econômico brasileiro” da década de 70 do século passado: 9/9**
    - 2.3. **Decisões da política econômica de meados e fins da década de 70 do século passado fomentadoras da dívida externa brasileira como a maior do mundo no período de 1967 a 1981: 12/12 (antes 8/12)**

Resultado

Nota preliminar: **26**

Nota final: **30**

Gabriela Ruggeri
nota: ***30****/30*

A política econômica ao longo do Regime Militar caracterizou-se por período inicial de forte ajuste, seguido por políticas macroeconômicas mais expansivas. O forte crescimento do "milagre" aumentou o endividamento externo do país, e as políticas que se seguiram, como os PNDs, mantiveram as políticas de obtenção de empréstimos no exterior, a fim de garantir crescimento econômico a qualquer custo. Após o segundo choque do petróleo e a elevação dos juros internacionais, a dívida externa brasileira tornou-se insustentável, e a década de 1980 acabou marcada por forte inflação e estagnação econômica.

As medidas econômicas tomadas durante a gestão Castelo Branco fizeram parte do PAEG. O governo promoveu uma reforma tributária, com a criação do ICM, do FGTS e de impostos ad valorem, aumentando a capacidade de arrecadação do governo. Também criou a ORTN, eliminando a necessidade de financiamento da dívida por emissionismo, já que agora havia um mercado de títulos que remunerava quem os comprasse. Houve, igualmente, reforma bancária, com a criação do Banco Central e do Banco Nacional de Habitação, por exemplo. O governo alterou a lei que limitava a remessa de lucros, estimulando a entrada de IED no país, e abriu mais o país ao capital estrangeiro. Do lado da inflação, o diagnóstico dado foi ortodoxo, apontando para a necessidade de diminuição do déficit público. Consequentemente, o governo adotou política fiscal restritiva, bem como aumentou os juros e restringiu o crédito, para desestimular a demanda. Por fim, alterou a política salarial, que, na visão da equipe econômica, não condizia com os níveis de produtividade dos trabalhadores. Os ajustes salariais passaram, assim, a serem feitos abaixo da inflação, o que diminuiu, na prática, o poder de compra dos cidadãos. O PAEG não foi capaz de garantir forte crescimento econômico no período, mas foi fundamental para estabilizar a economia e a inflação, bem como para criar novos mecanismos de arrecadação e de controle da política monetária e fiscal do governo. Estabeleceu, desse modo, as bases necessárias para a expansão do Milagre Econômico.

O Milagre foi período de forte crescimento, com queda na inflação e melhora no Balanço de Pagamentos, em função da entrada de capitais na conta capital e financeira, que mais que compensava o déficit nas transações correntes. O governo expandiu o crédito para o público e para a agricultura; manteve a política salarial anterior, mas tentando compensar seus efeitos negativo; tabelou preços das tarifas; diminuiu juros; controlou os gastos do governo, que, apesar de elevados, eram compensados pela alta arrecadação; e adotou política de minidesvalorizações cambiais (crawling peg). Os empréstimos para as estatais eram contraídos no exterior, enquanto que, para agentes privados, boa parte dos empréstimos era feita pelo BNDE. O contexto internacional foi igualmente favorável ao crescimento, e o governo também estimulava

exportações com subsídios e busca de novos mercados no exterior. O forte crescimento legitimou o regime autoritário, que, a partir de então, preferiu estimular o crescimento a qualquer custo, postergando ajustes.

O período que seguiu o milagre já havia sofrido com os efeitos do primeiro choque do petróleo. O governo, pelo PND I e PND II, empenhou-se em aprofundar o ISI e substituir importações de petróleo. Lançou-se o Pró-alcool e foram aprovados granes projetos de infraestrutura, como a construção de Itaipu e da Transamazônica. Apesar dos efeitos negativos do choque, mercado internacional foi inundado por petrodólares. Para financiar os grandes projetos do governo, os empréstimos tornaram-se recorrentes. Além disso, desde o milagre, o BP já não apresentava resultados tão favoráveis, dado que, à medida que o ISI se aprofundava, as importações brasileiras migravam para produtos de maior valor, como maquinários, aumentando o déficit na BC. O segundo choque do petróleo e o consequente aumento dos juros internacionais multiplicou o valor da já alta dívida externa, tornando-a quase impagável, pois os juros dos empréstimos não eram pré-fixados. O governo fez uma maxidesvalorização, mas, ainda assim, não optou pelo ajuste à curto prazo, com o objetivo de tentar replicar o crescimento do período anterior. Em 1981, a economia estava abalada, a inflação alta e a dívida externa gigantesca. Em 1983, o país assinou primeiro memorando com o FMI, iniciando longo período de ajuste e de crise que provavelmente poderiam ter sido evitados, não fosse o ímpeto de crescer às custas de empréstimos externos. (705 palavras. 11,75 palavras por linha).

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Importância das reformas econômicas sucederam ao regime militar em abril de 1964: 7,5/7,5**
   - 2.2. **Principais políticas propiciadoras do chamado "milagre econômico brasileiro" da década de 70 do século passado: 9/9**
   - 2.3. **Decisões da política econômica de meados e fins da década de 70 do século passado fomentadoras da dívida externa brasileira como a maior do mundo no período de 1967 a 1981: 12/12**

Resultado

Nota: **30**

Luiz Filipe Maciel Gomes

nota: ***30****/30*

Durante os anos em que os governos militares conduziram a política brasileira, o país vivenciou intensas experiências relacionadas a reformas, crescimento econômico, inflação acelerada e endividamento. Desde o governo Castelo Branco até o governo Figueiredo, o país mudou muito. Os militares entregaram um país com uma economia complexa e com uma grande capacidade produtiva, mas atolado em dívidas e com uma inflação crescente. Essa dinâmica decorre de fatores internos e externos que pautaram as decisões políticas e econômicas do período.

Em 1964, o Brasil encontrava-se numa situação econômica muito delicada. Com a chegada do regime militar, a estabilização econômica passou a ser o grande objetivo. Assim que assumiu a presidência, o marechal Castelo Branco nomeou os economistas Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões para dirigir a área econômica. Como lançamento do PAEG, buscava-se implementar reformas que viabilizassem o combate gradual da inflação e a retomada do crescimento. As reformas atacaram deficiências estruturais do país e tornaram possível o intenso crescimento econômico experimentado entre 1968 e 1973.

As reformas do PAEG concentraram-se em quatro áreas principais: mercado de trabalho, tributação, mercado financeiro e setor bancário. No âmbito da legislação trabalhista, buscou-se limitar restrições estruturais por meio da instituição do FGTS em substituição à estabilidade que era garantida a trabalhador após dez anos no emprego. A instituição do FGTS, além de flexibilizar a relação de emprego, contribuiu para o ajuste da economia à medida que criou uma poupança forçada para o trabalhador. Na seara tributária, a racionalização do sistema de arrecadação do governo (com tributos pagáveis na rede bancária) favoreceu o equilíbrio fiscal. Além disso, com o Código Tributário, os tributos foram reordenados. Com a criação do ICM (substituindo o imposto sobre diversões públicas) e com a ampliação da base de incidência do IR, a receita do governo cresceu bastante. A despeito disso, o sistema tributário tornou-se mais regressivo (impostos indiretos majorados) e foi centralizado na esfera federal, o que acentuou a desigualdade social ao longo do regime militar.

As reformas do setor financeiro viabilizaram a criação de instrumentos não inflacionários de financiamento do governo, por meio de títulos públicos. Contudo, à medida que a remuneração desse títulos públicos foi indexada, terminou-se por criar o problema da inflação inercial, que só seria resolvido nos anos 1990. As reformas do setor bancário viabilizaram a criação do Banco Central do Brasil e do COPOM. Além disso, foram estabelecidos bancos de fomento, bancos voltados ao financiamento de

capital de giro, bancos de investimento e caixas econômicas. No mais, o Sistema Financeiro Habitacional foi regulamentado.

No final dos anos 1960, tem início o chamado "milagre econômico brasileiro", que foi assim alcunhado pois conciliou crescimento econômico, controle inflacionário e melhora nas contas externas. Serviram ao milagre econômico políticas de tabelamento de preços e salários, as quais tornaram possível o controle da inflação. Além disso, uma política de controle de juros contribuiu para o ajuste progressivo do quantitativo de meios de pagamento pelo governo. O milagre econômico brasileiro se deu em um momento em que havia grande disponibilidade de capital na economia global. Essa abundância de capital viabilizou a realização de investimentos na infraestrutura do país, já que os níveis de poupança interna não eram muito elevados na época. Grande parte desse esforço de investimento foi liderado por empresas estatais. Quanto ao setor externo, a política de desvalorização cambial promovida pelo ministro Delfim Netto possibilitou a expansão das exportações, que contavam com grande demanda externa devido ao bom momento econômico das economias estadunidense e europeia. Além disso, o câmbio desvalorizado reorientou o consumo para o mercado interno, fazendo com que a economia se expandisse a taxas superiores a 10% ao ano. Apesar disso, o endividamento externo cresceu bastante.

Em meados da década de 1970, no contexto do pós-primeiro choque do petróleo, a economia brasileira enfrentava um dilema: era necessário reorganizar a casa para garantir o crescimento. A opção feita pelo presidente Geisel foi aprofundar o modelo de substituição de importações, focando em setores relacionados à oferta de insumos, sobretudo petróleo, e bens de capital. A "marcha forçada" de Geisel foi viabilizada pela abundância dos chamados "petrodólares", que eram captados pelo país a taxas de juros atrativas, tanto para o governos quanto para os investidores internacionais, os quais se deparavam com limites de juros nos EUA. O aprofundamento do processo de substituição de importações visava a garantir que o país conseguisse, no médio/logo prazo, reduzir a sua dependência externa no consumo de insumos/bens de capital e que pudesse gerar divisas por meio da exportação de bens produzidos internamente, tanto agrícolas quanto industriais. A dívida continuava a crescer, entretanto.

Com o choque do petróleo de 1979, a dependência externa se transformou em restrição externa. O aumento do preço do petróleo levou a um forte ajuste na taxa de juros norte-americana, que servia de parâmetro para os juros aplicáveis à dívida externa de países em desenvolvimento. Os juros dos empréstimos que vinham sendo contraídos externamente eram flutuantes e o serviço/montante da dívida disparou com a subida brusca feita pelo FED. Tentando solucionar a situação, o ministro Mário Henrique Simonsen optou por fazer um ajuste recessivo de caráter ortodoxo, mas não encontrou forçar políticas para tanto e foi substituído pelo "gênio do milagre", Delfim Netto, que buscou implementar por um ajuste gradual via desvalorização cambial. Porquanto a sua tentativa não logrou êxito, Delfim Netto teve que adotar uma

postura restritiva. O baixo crescimento econômico do país (com recessão em 1981), vinculado à alta dos juros e à moratória mexicana de 1982, piorou a situação da economia nacional, que vivia uma dinâmica inflacionária intensa, que deteriorava ainda mais os termos de troca do país.

Entre 1967 e 1981, a dívida externa do Brasil cresceu exponencialmente. Isso se deveu, sobretudo, ao modelo de desenvolvimento adotado pelo país, baseado no endividamento externo como forma de financiar o crescimento econômico. Entre 1968 e 1973 esse modelo viabilizou o milagre econômico, mas com os choques de 1973 e 1979, ajustes precisaram ser feitos. A partir de 1979, o crescimento da dívida inviabilizou a continuação desse modelo de desenvolvimento. (60 linhas)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Importância das reformas econômicas sucederam ao regime militar em abril de 1964: 7,5/7,5**
   - 2.2. **Principais políticas propiciadoras do chamado “milagre econômico brasileiro” da década de 70 do século passado: 9/9**
   - 2.3. **Decisões da política econômica de meados e fins da década de 70 do século passado fomentadoras da dívida externa brasileira como a maior do mundo no período de 1967 a 1981: 12/12**

Resultado

Nota: **30**

Nota média: Henrique Towata Sato
nota: ***26,00****/30*

Anteriormente ao golpe de 1964, havia intenso debate sobre os problemas estruturais que impediam o pleno desenvolvimento do país. A defesa das reformas de base por Goulart contribuíram para sua derrubada. O regime militar que se instalou, não negou a necessidade de reformas, mas priorizou aspectos diferentes.

No âmbito do PAEG, o governo Castelo Branco adotou importantes medidas para dinamizar a economia brasileira e superar gargalos estruturais, mas, se os objetivos eram ortodoxos os métodos muitas vezes foram heterodoxos. Campos e Bulhões atuaram conjuntamente na modernização administrativa: a SUMOC foi extinta e as atribuições típicas de bancos centrais foram retiradas do Banco do Brasil e passadas para o BACEN, responsável pela execução da política monetária definida pelo também criado CMN, persistiu no entanto a ligação do BB com o Tesouro Nacional pela conta movimento. A tributação também foi modificada com o fim do efeito cascata em favor de impostos sobre valor agregado (como o ISS e o IPI) o que dinamizou a economia, embora a elevação desses impostos tenha tido resultados regressivos sobre a distribuição de renda. A negociação salarial e a atividade sindical autônoma foram reprimidas não só pela ação coercitiva mas também pela institucionalização de reajustes salariais com base em estimativas de inflação que no entanto eram inferiores à inflação real, assim o salário nominal [sic, aqui deveria ser o salário real] se reduzia enquanto o lucro empresarial se expandia, o que contribuiu para dinamizar a economia. Instrumentos de poupança compulsória como o FGTS foram utilizados para mitigar os baixos níveis de poupança interna, assim como o arrocho fiscal ampliou a possibilidade de poupança do governo. A criação das ORTNs e o fim da lei da usura permitiram o financiamento não inflacionário do déficit público. O aumento da poupança e dos mecanismos de financiamento (também foi promovida uma reforma bancária) permitiu que os investimentos fossem ampliados, especialmente os públicos em obras de infraestrutura e por meio de empresas estatais.

As reformas do PAEG junto da dinâmica demográfica e social interna e da conjuntura externa permitiram o "milagre econômico brasileiro". O milagre é caracterizado por altas taxas de crescimento econômico (da ordem de 10%), uma inflação controlada (em um patamar alto para os padrões atuais, mas aceitável à época) e um setor externo equilibrado. A explosão demográfica em paralelo com a urbanização e progressiva inclusão da mulher no mercado de trabalho permitiram que a massa salarial crescesse, mesmo com o achatamento salarial, o que ampliou o consumo interno. Os investimentos viabilizados com o PAEG, pela geração de poupança, tiveram seus efeitos potencializados pelo aumento do fator trabalho, que manteve o produto marginal do capital em níveis altos. Externamente, em uma tendência crescente, os governos militares buscaram expandir a presença brasileira para novos mercados (no Leste Europeu, Ásia e Oriente Médio), onde os produtos brasileiros poderiam ter maior competitividade. As divisas obtidas com as exportações viabilizaram

a importação de bens de capital mais tecnologicamente intensivos, bem como insumos, necessários para a manutenção e modernização da economia brasileira. Assim, além da formação de capacidade ociosa no PAEG, o aumento da produtividade também contribuiu para o controle inflacionário.

Em 1973, o primeiro choque do petróleo elevou o preço do combustível e exigiu do governo brasileiro uma ação para equilibrar o setor externo, dado que a economia brasileira era altamente dependente do diesel que era majoritariamente importado. As soluções possíveis descartadas eram a adoção de políticas contracionistas para a redução da absorção interna e a desvalorização cambial que modificaria o patamar de equilíbrio entre importações e exportações pela alteração de competitividade relativa. Em um momento em que o governo buscava reafirmar a legitimidade pela eficiência para viabilizar o projeto de abertura, o potencial recessivo da primeira alternativa e o inflacionário da segunda levaram ao seu descarte. A opção pelo endividamento externo era viabilizada conjunturalmente pela reciclagem dos petrodólares que aumentaram a liquidez internacional e era estrategicamente justificável pois com a finalização da industrialização por substituição de importações o país poderia futuramente expandir qualitativa e quantitativamente seus superávits comerciais. O segundo choque do petróleo, em 1979, e o aperto monetário que se seguiu inviabilizaram esse processo.

O aumento dos juros internacionais expandiu drasticamente os dispêndios com a dívida. A solução cambial foi tentada entre 1979 e 1980, mas provou-se insuficiente, agravando ainda mais o desequilíbrio externo. O quadro só foi estabilizado com um forte ajuste recessivo somado ao auxílio do FMI e o aumento das exportações, de 1981 em diante. Ainda que os fluxos tenham sido equilibrados, a dívida externa precisou ser renegociada outras vezes. (60 linhas)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Importância das reformas econômicas sucederam ao regime militar em abril de 1964: 7,5/7,5**
   - 2.2. **Principais políticas propiciadoras do chamado "milagre econômico brasileiro" da década de 70 do século passado: 9/9**
   - 2.3. **Decisões da política econômica de meados e fins da década de 70 do século passado fomentadoras da dívida externa brasileira como a maior do mundo no período de 1967 a 1981: 8/12**

Resultado

Nota: **26**

Pior nota: Anônimo
nota: ***22**/30*

As várias reformas econômicas efetuadas nos primeiros anos do regime militar, mormente agrupadas no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), permitiram, juntamente com a favorável conjuntura econômica dos finais da década de 1960, a ocorrência do chamado "milagre econômico". Decisões tomadas pelo governo Geisel após o primeiro choque do petróleo de 1973, contudo, levariam ao superendividamento brasileiro e à grave crise da dívida no início dos anos 1980.

Castello Branco assumiu um país com inflação galopante, PIB fraco e sérios problemas estruturais. Para combater essa situação, levou a cabo o PAEG, conjunto de medidas que podem ser resumidas como segue. Para conter a inflação, o governo passou a adotar políticas fiscais e monetárias contracionistas; instituiu uma política salarial que visava a achatar os salários e elevar os lucros. Também como medida anti-inflacionária, mas destinada a conter desarranjos nas contas públicas, houve significativa reforma tributária e financeira: passou-se a emitir um novo título de dívida, a ORTN, que era indexada à inflação, permitindo ao governo contornar a Lei da Usura e se financiar por emissão de dívida em vez de moeda; houve aumento de alíquotas e base de arrecadação do Imposto de Renda para pessoas físicas; criou-se novos impostos e extinguiu-se outros, visando a evitar cobranças em cascata, que prejudicavam a economia; centralizou-se fortemente a arrecadação na União, e criou-se um Fundo de Participação para Estados e municípios de modo a redistribuir os tributos. Com bastante atraso, criou-se finalmente o Banco Central do Brasil, com mais poderes que a SUMOC e destinado a executar a política monetária e a fiscalizar o sistema financeiro. Este, aliás, foi acrescido de instituições voltadas ao financiamento imobiliário, como o BNH. Enfim, criou-se o FGTS, o que passou a permitir o fim da estabilidade obrigatória do emprego a partir de determinado tempo. As reformas do PAEG tiveram os seguintes efeitos: aumentaram a carga tributária e os poderes econômicos da União; comprimiram os salários e baixaram os demais custos trabalhistas, aumentando os lucros corporativos e a flexibilidade dos empregadores; criaram um sistema financeiro nacional mais eficaz e moderno; reduziram enormemente a inflação legada por Goulart.

Coube a Costa e Silva e a Médici, sob a batuta de Delfim Netto, o aproveitamento das condições favoráveis internas e externas. Começa, em 1968, o período conhecido como "milagre econômico brasileiro", no qual, até 1973, o Brasil cresceu seu PIB à taxa anual média superior a 10%, enquanto a inflação ficou incrivelmente baixa para os padrões da época. O "milagre" foi favorecido por pesados investimentos do governo, em parte já financiados por empréstimos externos, que alavancaram a produção industrial num aprofundamento do processo de substituição de importações. Além disso, havia relativa capacidade ociosa na economia brasileira, causada por anos de baixo crescimento nos estertores do governo civil e do PAEG.

O forte aumento do emprego gerou crescimento considerável da massa salarial, apesar da contenção dos salários reais, o que impulsionou o consumo que, por sua vez, induzia investimentos adicionais. Delfim manteve o câmbio fixo, com ocasionais minidesvalorizações (crawling peg), de modo a facilitar importações necessárias à continuação da industrialização sem prejudicar em demasia as exportações (que já contavam, crescentemente, com produtos manufaturados). Por fim, importante destacar que o bom comportamento da inflação era devido à existência de uma comissão estatal que tabelava vários preços.

O choque do petróleo de 1973, porém, alterou radicalmente o cenário. O insumo era quase todo importado, e a multiplicação de seu preço reduziu rapidamente o crescimento econômico nos primeiros meses. A legitimação do regime pelo crescimento, entretanto, tornava arriscado a Geisel permitir um "pouso forçado"; além disso, muitos investimentos da fase do "milagre" ainda estavam por maturar, havendo risco de falências e desgraças adicionais se o mercado interno se contraísse. A saída de Geisel foi se aproveitar dos fartos petrodólares que inundavam os mercados globais e seguir a industrialização, agora capitaneada pelas empresas estatais, que se multiplicaram e se endividaram pesadamente. Geisel acreditava que a vulnerabilidade externa acabaria quando terminássemos de implementar a última fronteira industrial – a de bens de capital – e ampliássemos as fontes e a oferta de energia interna. A estratégia de "marcha forçada" funcionou enquanto abundava a liquidez internacional. Sob Figueiredo, entretanto, houve novo choque do petróleo (1979), desta vez tão intenso que levaria a políticas monetárias contracionistas no Norte para conter a inflação de custos. O grosso da dívida brasileira estava vinculada a juros variáveis; com a alta dos juros internacionais, e a demora de Figueiredo em perceber a drástica alteração na conjuntura internacional, o II PND de Geisel legou ao sucessor uma dívida impagável e, logo, uma inflação que sairia do controle. As mudanças estruturais resultantes das escolhas de Geisel frutificaram, como se percebe na balança comercial em meados dos 80s, mas seu custo foi exorbitante.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Importância das reformas econômicas sucederam ao regime militar em abril de 1964: 7,5/7,5**
   - 2.2. **Principais políticas propiciadoras do chamado "milagre econômico brasileiro" da década de 70 do século passado: 9/9**
   - 2.3. **Decisões da política econômica de meados e fins da década de 70 do século passado fomentadoras da dívida externa brasileira como a maior do mundo no período de 1967 a 1981: 4/12**

Resultado

Nota: **22**

ECONOMIA

banca:
Daniel Klug Nogueira
Hélio Silva Filho
Renato Coelho Baumann das Neves

_questão 3

A partir da experiência inovadora do Banco Central da Nova Zelândia em 1990, várias economias adotaram o sistema de metas para a inflação. Nesse regime monetário, em que a âncora nominal da política monetária é a própria meta, os bancos centrais precisam atuar de forma autônoma (...).

Dez anos de metas para a inflação no Brasil (1999-2009). *Banco Central do Brasil.*

Defensores de regimes de metas de inflação argumentam que políticas monetárias discricionáriaspodem gerar ineficiências no combate à inflação. Um dos principais arcabouços teóricos desses regimes é a denominada "regra de Taylor", do economista John B. Taylor, a qual estabelece para a taxa de juro nominal regra que atenda a desvios nos níveis esperados para a inflação e o produto interno bruto (PIB) em relação, respectivamente, à meta de inflação e ao crescimento médio anual "ideal" para o PIB no longo prazo — "ideal", no sentido de preservar a estabilidade monetária e o equilíbrio de longo prazo entre oferta e demanda.

Considerando os fragmentos de textos anteriormente apresentados como referência inicial e a fórmula simplificada da regra de Taylor expressa por taxa de juro nominal = taxa de juro real de equilíbrio + [expectativa de inflação ! meta de inflação] + [expectativa de crescimento do PIB ! crescimento ideal do PIB de longo prazo], faça o que se pede a seguir.

1. Explique como a adoção do regime de metas de inflação por um banco central pode gerar menor nível de inflação na perspectiva: a) da credibilidade da política monetária; b) das expectativas dos agentes econômicos. Comente as análises de a) e b) com o uso da fórmula simplificada da regra de Taylor apresentada.

2. Discorra a respeito do risco para o controle inflacionário em um "regime dual", com metas simultâneas para inflação e crescimento do PIB, no cenário em que a meta para o PIB seja

demasiadamente ambiciosa. Comente sua resposta com a referida fórmula simplificada da regra de Taylor, submetendo-a a alterações, se necessário.

3. Explique como a autonomia do banco central de um país — a partir, por exemplo, da adoção de mandato de diretoria fixo e não atrelado ao ciclo político de eleições para a presidência do país — poderia fortalecer o regime de metas de inflação à luz da credibilidade desse banco central e das expectativas dos agentes econômicos.

Extensão máxima: 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]

Distribuição das notas

Padrão de resposta da questão 3

1. a) Credibilidade da política monetária: O comprometimento do Banco Central com uma meta de inflação, com possível penalidade em caso de seu descumprimento (exemplo: eventual perda de mandato de seus dirigentes), aumenta a crença dos agentes econômicos de que um menor nível inflacionário representado pela “meta” será perseguido. Na “regra de Taylor” descrita, caso ocorra aumento da “expectativa de inflação” acima da “meta de inflação”, espera-se que o Banco Central aumente também a sua “taxa de juro nominal” para preservar a credibilidade da política monetária.

1. b) Expectativas dos agentes econômicos: O comprometimento do Banco Central com a meta de inflação diminui a incerteza em relação à inflação futura e, portanto, reduz as expectativas inflacionárias dos agentes econômicos. Essa dinâmica tende a gerar menor nível inflacionário, uma vez que as expectativas de inflação influenciam os potenciais repasses de preços dos agentes econômicos. Na “regra de Taylor” descrita, essa dinâmica levaria ao longo do tempo a menores níveis de “expectativa de inflação” e, portanto, a menores níveis de juros nominais para atingir a “meta de inflação”.

2. Em um regime de metas dual, ao definir uma meta muito ambiciosa para o crescimento do PIB — muito acima do mencionado nível “ideal” de longo prazo, que preserva a estabilidade monetária —, corre-se o risco de o Banco Central adotar um nível de taxas de juro nominal mais baixo do que o suficiente para conter as expectativas de inflação e atingir a meta. O regime de metas poderia perder credibilidade e tornar-se insustentável. Na “regra de Taylor” descrita, a “meta para o PIB” poderia substituir o item “crescimento ideal do PIB de longo prazo”. Quanto mais ambiciosa essa meta de PIB, menores seriam os juros nominais fixados pelo Banco Central e, ceteris paribus, menor a capacidade de se atingir uma mesma meta de inflação. A sinalização de uma meta muito ambiciosa para o PIB, em consequência, levaria a uma deterioração nas expectativas dos agentes em relação ao cumprimento da meta de inflação e ao regime de metas como um todo. Em um segundo momento, a “expectativa de inflação” seria elevada e exigiria maiores níveis de juros nominais.

3. Ao conferir mandato fixo para os dirigentes do Banco Central, com períodos distintos daquele do ciclo eleitoral, evita-se o risco de mudança súbita nos rumos da política monetária como decorrência de um novo governo federal. Com a autonomia, os dirigentes não poderiam ser demitidos por um novo presidente da República. Haveria reforço da credibilidade em relação à própria manutenção do regime e ao cumprimento da meta de inflação, mesmo com a transição de governo. As expectativas de inflação dos agentes econômicos, ceteris paribus, seriam razoavelmente controladas, mesmo com a incerteza eleitoral, o que contribuiria para reduzir o risco de descumprimento futuro da meta de inflação.

Jorge Luiz de Lima Santos
nota: ***20****/20*

A adoção de um regime de metas de inflação é uma forma de a Autoridade Monetária estabelecer previsibilidade e estabilidade para a economia de um país. Esse regime demanda, portanto, uma política monetária autônoma capaz de reagir a eventuais desvios da meta. O principal instrumento de um Banco Central para agir na condução dessa meta é a taxa de juro nominal. Como expressa a fórmula simplificada da regra de Taylor, a taxa de juro responde à expectativa de inflação. Se essa expectativa aumenta, o juro nominal aumenta. Da mesma forma, se a expectativa de crescimento do PIB for maior do que o crescimento ideal do PIB de longo prazo, a taxa de juro nominal sobe. Uma expectativa de crescimento do PIB elevada pode gerar expectativas sobre os agentes econômicos de inflação futura. Uma ação preventiva do Banco Central permitiria reforçar a credibilidade da política monetária, ancorando as expectativas e sinalizando a manutenção das metas para os agentes.

A adoção de um regime dual, com metas simultâneas para a inflação e crescimento do PIB poderia gerar políticas econômicas conflitivas. Na medida em que um determinado governo lança mão de políticas fiscais que busquem alcançar um certo crescimento do PIB, ele pode influenciar a expectativa de crescimento do PIB, conforme demonstra a fórmula de Taylor. Os agentes econômicos podem, em consequência, aumentar a expectativa de inflação, o que exigiria um aumento ainda maior do juro nominal, caso o Banco Central siga estritamente a fórmula de Taylor na execução da política monetária. Em um cenário em que a meta do PIB seja demasiadamente ambiciosa, o risco de contágio sobre o controle inflacionário seria alto, dado que os agentes ampliariam suas expectativas sob a inflação, com possibilidade de risco sobre a credibilidade da Autoridade Monetária diante de um possível quadro de dominância fiscal.

A sustentabilidade do sistema econômico de um país depende da previsibilidade dele no longo prazo. Os agentes econômicos tomam decisões de investimento num horizonte mais amplo. Nesse sentido, a autonomia do Banco Central poderia assegurar aos agentes continuidade nas políticas monetárias. Uma das principais funções do Banco Central é exatamente garantir o equilíbrio e estabilidade da moeda de forma a permitir resultados econômicos mais sustentáveis. Um mandato de diretoria fixo e independente dos ciclos e disputas eleitorais permitiria que tantos agentes internos quanto externos reduzissem seu receio ao risco, ocasionado por mudanças súbita na política monetária, muitas vezes em razão não de demandas ou necessidades técnicas da conjuntura econômica, mas de pressões políticas mais imediatistas. A autonomia do Banco Central, portanto, poderia aumentar a credibilidade da instituição, ancorando as expectativas dos agentes, e de certa forma, protegendo a economia das oscilações e incertezas geradas a cada ciclo eleitoral.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Regime de metas: credibilidade e expectativas: 10/10**
   - 2.2. **Regime dual com metas para inflação e PIB: 5/5**
   - 2.3. **Autonomia do banco central de um país e o fortalecimento do regime de metas de inflação: 4/4**

Resultado

Nota: **20**

Henrique Towata Sato
nota: ***20****/20*

As "profecias autorrealizáveis" na economia são decorrência da atuação dos agentes econômicos com base em expectativas. Se um agente é capaz de exercer uma influência relevante sobre determinada variável econômica e possui credibilidade junto ao conjunto de agentes, suas declarações contribuem para a convergência de expectativas, as quais podem ser por si mesmas instrumentos de política econômica.

Em um regime de metas de inflação, como o brasileiro, o anúncio de metas de inflação permite que os agentes econômicos alinhem suas expectativas às da autoridade quanto à variação do nível geral de preços. Sob a perspectiva de credibilidade da política monetária, é indispensável que a atuação do banco central seja independente e de que a meta tenha um histórico de atendimento, assim o termo de regra de Taylor que diz respeito à discrepância entre expectativas e metas de inflação pode ser minorado. Ademais, ao terem suas expectativas alinhadas à meta, os próprios agentes econômicos contribuem para o seu cumprimento pois reajustam seus preços de acordo com essas expectativas. Assim, o alinhamento de expectativas e a credibilidade dos executores da política monetária reduzem os juros nominais, segundo Taylor.

Um "regime dual", com objetivos para a política monetária (inflação) e fiscal (crescimento), por si só não é prejudicial ao controle inflacionário, desde que as metas sejam coerentes entre si. Segundo a regra de Taylor, os juros nominais são influenciados tanto pelo diferencial entre expectativa e meta de inflação, quanto pelo diferencial entre a expectativa de crescimento e o crescimento do PIB que permita a estabilidade. No entanto, inflação e crescimento não são variáveis independentes e as expectativas para uma delas afeta a outra. Assim, uma meta de crescimento extremamente ambiciosa leva ao descolamento entre a expectativa de crescimento do PIB e o crescimento ideal que é informado pela economia real e as expectativas de inflação. Caso o governo exerça influência sobre o banco central, as expectativas de inflação também podem distanciar-se da meta, pois a credibilidade é prejudicada - acreditar-se-á que a meta de inflação será preterida em favor da de crescimento.

Torna-se claro, portanto, que, se um "regime dual" for adotado, as metas devem ser coerentes com a capacidade física da economia e também com a percepção dos agentes sobre ela, o que torna o processo bidirecional e reforça a importância dos instrumentos de coleta de percepções. Além disso, as autoridades responsáveis pela execução da política monetária devem ser críveis, o que pode ser obtido com o distanciamento de sua indicação de fatores político-eleitorais, como por exemplo com mandatos fixos e indicações informadas por critérios técnicos.

No caso brasileiro, desenvolvimentos recentes em que a política monetária foi subordinada aos interesses eleitorais do governo, como na busca de níveis mais elevados de crescimento e suas trágicas consequências, evidenciam a necessidade de um banco central autônomo. Os prejuízos para a credibilidade da política monetária ainda são sentidos, o que a torna menos efetiva. Em oposição, a recuperação da credibilidade pode tornar a economia mais resiliente, mas reformas são para isso necessárias. (40 linhas)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Regime de metas: credibilidade e expectativas: 10/10**
   - 2.2. **Regime dual com metas para inflação e PIB: 5/5**
   - 2.3. **Autonomia do banco central de um país e o fortalecimento do regime de metas de inflação: 4/4**

Resultado

Nota: **20**

Pedro Vale de Andrade Arruda Câmara

nota: ***20****/20*

O regime de metas de inflação, adotado no Brasil a partir de 1999, no ensejo da ruptura da âncora cambial, logrou manter o processo inflacionário sob controle durante os anos 2000. Na primeira metade da década de 2010, contudo, na esteira da Nova Matriz Econômica, sua coexistência com metas de crescimento do produto implicou a perda de sua eficácia e a elevação dos índices inflacionários. Cabe, nesse contexto, analisar o funcionamento do regime de metas de inflação à luz da "regra de Taylor", bem como as condições de sua eficácia.

Para que um regime de metas de inflação funcione de forma adequada, é necessário que os agentes econômicos tenham confiança na capacidade dos operadores da política monetária em aplicá-lo. De acordo com a "regra de Taylor", a taxa de juro nominal que a autoridade monetária deve estabelecer depende tanto da meta de inflação e do crescimento considerado "ideal" para o PIB quanto das expectativas dos agentes em relação à inflação e ao crescimento do produto. Nesse sentido, caso os agentes não confiem na capacidade da autoridade monetária e tenham elevadas expectativas inflacionárias, a "regra de Taylor" determina que, para que se preserve a meta, a taxa de juro nominal cresça de acordo, gerando efeitos recessivos na economia. Por outro lado, uma autoridade monetária com credibilidade consegue manter, ao mesmo tempo, a meta e uma taxa de juro nominal menor, na medida em que os agentes cultivem menores expectativas inflacionárias.

De acordo com esses pressupostos, um "regime dual", no qual coexistam metas de inflação e de crescimento, apresenta riscos para a estabilidade desse sistema. Normalmente, a taxa de crescimento considerada ideal, em um regime de metas de inflação, é aquela que preserva a estabilidade monetária e garante o equilíbrio econômico de longo prazo. Por outro lado, um "regime dual", no qual a meta para o crescimento seja relativamente elevada, vai se refletir em uma taxa de juro nominal mais baixa, conforme a "regra de Taylor", caso a autoridade monetária não seja independente. A expansão da base monetária resultante gerará uma pressão inflacionária, afetará as expectativas dos agentes e comprometerá a meta de inflação.

Nesse sentido, a importância de um banco central que tenha autonomia para aplicar a política monetária, sem preocupar-se com possíveis ingerências políticas, torna-se evidente. Baseando-se, ainda, na "regra de Taylor", um banco central independente determinará que se alcance uma taxa de juro nominal que reflita perspectivas razoáveis de crescimento do PIB e que assegure a manutenção da meta de inflação. Além disso, um banco central independente terá maior credibilidade e gerará expectativas mais favoráveis

nos agentes econômicos, garantindo que a taxa de juro nominal determinada seja suficiente para assegurar um crescimento sustentável.

O regime de metas de inflação representa uma maneira eficiente de combater o processo inflacionário, mas requer o comprometimento e autonomia da autoridade monetária para que seja eficaz.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Regime de metas: credibilidade e expectativas: 10/10**
   - 2.2. **Regime dual com metas para inflação e PIB: 5/5**
   - 2.3. **Autonomia do banco central de um país e o fortalecimento do regime de metas de inflação: 4/4**

Resultado

Nota: **20**

Nota média: Angelo Paulo Sales dos Santos
nota: ***17,5****/20*

O sistema de metas para a inflação tem sido adotado em vários países, inclusive o Brasil, como forma de controle da pressão inflacionaria. Nesse modelo, a fixação prévia de parâmetros de inflação a serem perseguidos pela política monetária funciona como principal âncora para as expectativas dos agentes econômicos, exigindo, portanto, uma condução monetária firme e comprometida com as metas pré-definidas.

Sob a perspectiva da credibilidade da política monetária, a adoção do regime de metas de inflação contribui para reduzir a taxa de aumento de preços na medida em que uma política monetária confiável assegura ao mercado que a autoridade monetária usará os instrumentos necessários para o atingimento da meta proposta, inclusive aumentando a taxa de juro real praticada na economia, de forma a reduzir a expectativa de crescimento do PIB. Em relação às expectativas dos agentes econômicos, as metas de inflação funcionam como verdadeira âncora para as decisões a serem tomadas para o futuro, que passam a refletir a taxa de inflação definida pela autoridade monetária. Destarte, segundo a fórmula da regra de Taylor, as expectativas de inflação aproximam-se da meta, evitando um descolamento entre a taxa de juro nominal e a taxa de juro real de equilíbrio muito grande.

No caso de um "regime dual", com metas de inflação e de crescimento do PIB, uma meta para o PIB demasiadamente ambiciosa gera o grave risco de controle inflacionário. Afinal, segundo a Lei de Phillips, as taxas de desemprego e de inflação são negativamente relacionadas, de forma que a redução do desemprego (com aumento do PIB) tende a acelerar a inflação. Segundo a regra de Taylor, a taxa de juro nominal – taxa de juro real – expectativa de inflação + meta de inflação = expectativa de crescimento do PIB – crescimento ideal do PIB de longo prazo; logo, um aumento na expectativa de crescimento do PIB, por uma meta ambiciosa, pode ter consequências proporcionais na taxa de inflação.

Ressalta em importância, nesse contexto, a adoção de um sistema em que a autoridade monetária do país que adota o regime de metas inflacionárias tenha autonomia para executar a política monetária. Deveras, medidas como a adoção do mandado fixo para a diretoria do Banco Central, desvinculado de períodos eleitorais, evitam que interferências políticas possam prejudicar a adoção de medidas voltadas para o atingimento das metas, muitas vezes impopulares. Para os agentes econômicos, essa autonomia é a sinalização de que a política monetária seguirá perseguindo as metas estabelecidas. Para a credibilidade do banco central, a autonomia reforça seu papel como executor de uma política monetária coerente, livre de intervenções decorrentes de necessidades políticas ocasionais.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **Regime de metas: credibilidade e expectativas: 10/10**
    - 2.2. **Regime dual com metas para inflação e PIB: 2,5/5**
    - 2.3. **Autonomia do banco central de um país e o fortalecimento do regime de metas de inflação: 4/4**

Resultado

Nota: **17,5**

Pior nota: Anônimo
nota: ***10**/20*

A base do sistema de metas para a inflação é a confiança dos agentes econômicos no banco central. Nesse sentido, a atuação atuação autônoma e ancorada do banco central na execução da política monetária evita distorções nominais e garante a previsibilidade dos processos econômicos. Segundo a regra de Taylor, a taxa de juro nominal de longo prazo deve equivaler a taxa de juro real de equilíbrio. Com base nessa premissa, cabe analisar a importância das metas de inflação para as expectativas dos agentes e para o crescimento econômico de curto e longo prazo.

O estabelecimento e a consecução de metas de inflação contribui para o aumento da credibilidade da política monetária de um país. O aumento da previsibilidade decorrente disso leva a uma melhora das expectativas dos agentes econômicos. Assim, as expectativas de inflação e de crescimento do PIB convergem, respectivamente, para a meta de inflação e o crescimento ideal do PIB de longo prazo. De acordo com a regra de Taylor, essa situação garante que a taxa de juro nominal seja equivalente à taxa de juro real de equilíbrio. Em razão do otimismo e da previsibilidade característico desse cenário, demanda e oferta agregada também tendem ao equilíbrio, garantindo estabilidade macroeconômica no longo prazo.

Em um "regime dual", com metas simultâneas para inflação e crescimento do PIB, é necessário que se reconheça a inter-relação desses dois indicadores econômicos no curto prazo. Uma economia superaquecida, com altas expectativas de crescimento do PIB, tende a gerar expectativas de aumento da inflação. Afinal, a maneira mais rápida de se estimular o crescimento econômico a fim de atingir a meta para o PIB é o estímulo à demanda agregada. Quando DA > OA, há tendência de inflação. Nesse cenário, em que expectativa de inflação > meta de inflação e expectativa de crescimento > crescimento ideal do PIB de longo prazo, os juros nominais serão maiores que a taxa de juro real de equilíbrio. A persistência dessa situação prejudica consumo, investimento e gastos do governo, prejudicando o crescimento e previsibilidade macroeconômica.

A autonomia do banco central de um país – por meio da adoção de mandato de diretoria fixo e não atrelado às eleições, por exemplo – contribui para que o direcionamento da política monetária ocorra com base em critérios técnicos, sem que haja interferências de ordem político-eleitoral. Um dos fatores que aumentam a credibilidade do banco central é a percepção de que suas decisões correspondem às necessidades macroeconômicas do momento. Exemplo disso é a recente situação de descrédito do banco central argentina (sic), em razão da interferência do governo Macri na definição das taxas de juros. Esse fato contribuiu para a deterioração das expectativas dos agentes econômicos, levando a uma fuga

em massa de capitais do país. Para que os agentes econômicos tenham segurança ao tomar decisões, é necessário previsibilidade. A interferência política em bancos centrais enfraquece esse fator determinante para a estabilidade macroeconômica.

No Brasil, o regime de metas de inflação é adotado desde 1999, e integra o chamado tripé econômico, composto também pela meta de superávit de superávit fiscal e pelo regime de câmbio flutuante. Nesse sentido, deve-se garantir a autonomia do BACEN, a fim de assegurar a confiança, a previsibilidade e o crescimento econômico ideal de longo prazo.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Regime de metas: credibilidade e expectativas: 2,5/10**
   - 2.2. **Regime dual com metas para inflação e PIB: 2,5/5**
   - 2.3. **Autonomia do banco central de um país e o fortalecimento do regime de metas de inflação: 4/4**

Resultado

Nota: **10**

ECONOMIA

banca:
Daniel Klug Nogueira
Hélio Silva Filho
Renato Coelho Baumann das Neves

_questão 4

Considerando a situação de uma empresa sob concorrência perfeita que, ainda que mantenha prejuízos no curto prazo, tenha interesse em continuar produzindo, faça o que se pede a seguir.

1. Defina lucro econômico comparando-o com os custos de oportunidade das quatro categorias de fatores de produção: terra, capital, trabalho e capacidade empresarial.

2. Apresente a distinção entre o curto e o longo prazo na análise dos custos.

3. Disserte acerca de condições sobre o preço para que a referida empresa, ainda que sob prejuízo, continue produzindo.

Extensão máxima: 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]

Distribuição das notas

ECO Q4
Nota
0 5 10 15 20 25
Ampla
Negros
26 25 24 23 22 21 20 19 18 17 16 15 14 13 12 11 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1
Posição

Padrão de resposta da questão 4

A receita total de uma firma que, sob concorrência perfeita, venda seu produto a um preço fixo — o preço de equilíbrio de mercado — dependerá apenas da quantidade que vender por esse preço. Por outro lado, seus custos são definidos de acordo com os insumos usados, separados em quatro categorias. Os fatores referentes à terra (terreno, galpão utilizado como sede ou local de produção) têm seu custo representado pelo aluguel, seu custo de oportunidade. Por sua vez, os fatores ligados ao capital (bens de produção em geral, como máquinas, ferramentas e matéria-prima) são remunerados pelos juros, e têm sua parcela dos custos. O trabalho traz, como custo, os salários. Por fim, a capacidade empresarial terá como remuneração pelo seu custo de oportunidade o lucro, que é distinto do lucro econômico, definido este como a diferença entre a receita total obtida com a venda do produto e a soma dos custos ora enumerados. Ou seja, o lucro econômico é um excedente em relação ao lucro necessário para cobrir os custos de oportunidade do empresário, os quais já estão computados no custo da firma.

Para avaliar a possibilidade de a firma produzir ainda que sob prejuízo, é necessário distinguir o curto prazo do longo prazo. Na análise da teoria da produção, a análise de longo prazo é aquela que considera que todos os fatores de produção podem ter variação em sua utilização. Ou seja, no curto prazo, há pelo menos um fator de produção em quantidade fixada. Em termos de custo, isso implica, no curto prazo, a existência de custos fixos. Logo, para analisar quando uma firma sob concorrência perfeita continuará produzindo, ainda que tenha prejuízos no curto prazo, deve-se assumir a existência de custos fixos e custos variáveis.

Uma firma tem prejuízo econômico (ou lucro econômico negativo) quando sua receita total é menor que seu custo total. Em termos unitários, isso significa que seu preço de venda é menor que o custo médio. Caso o preço seja tão pequeno que não passe nem mesmo dos custos variáveis médios, isso significa que o que essa empresa ganha na venda de seu produto não cobre nem mesmo o custo necessário para produzi-lo. Assim, é melhor que encerre suas atividades; seu prejuízo, nesse caso, será limitado ao custo fixo. Todavia, caso o preço de venda ainda seja maior que o custo variável médio, isso significa que essa receita é suficiente para pagar pela parcela do custo devida à produção, além de pagar uma parte dos custos fixos. Ora, se isso ocorre, deixar de produzir fará que a empresa arque com um prejuízo igual à totalidade dos custos fixos; uma situação pior do que manter a receita entre o custo variável e o custo total. Assim, nessa situação específica, a firma deve continuar produzindo, ainda que mantenha prejuízo no curto prazo.

Andre Luiz Lettieri Alves
nota: ***20****/20*

O lucro econômico difere do lucro contábil uma vez que o conceito leva em consideração o custo de oportunidade dos fatores de produção. O custo de oportunidade é a consequência da escolha, por um agente econômico, do uso de cada fator. Dessa forma, quando um proprietário de terras escolhe produzir em sua posse, ele arca com o custo de oportunidade de, por exemplo, não alugar suas terras, não ganhando o valor que viria dessa operação. O mesmo raciocínio aplica-se sobre os outros fatores, por exemplo: a utilização do capital para investimento produtivo impede seu uso para a especulação; a decisão de vender a mão de obra para uma firma impede a realização de outras ações, como o estudo; a decisão de utilizar a capacidade empresarial em um empreendimento impede a atuação em outras atividades. Dessa forma, pode-se definir o custo de oportunidade como o benefício não recebido de outras escolhas econômicas não realizadas.

Na análise dos custos, a distinção entre o curto prazo e o longo prazo é que, no primeiro, pelo menos um dos custos é fixo, enquanto, no segundo, todos os custos são variáveis. Dessa maneira, no longo prazo, as firmas podem escolher o tamanho em que vão operar, com liberdade. Por meio da análise gráfica, percebe-se que a curva de custo médio no longo prazo é composta pela linha tangente aos pontos de custo médio mínimo das infinitas curvas de custo médio de curto prazo. A produção eficiente da firma no longo prazo ocorre no ponto de custo médio mínimo, que coincide com o ponto de custo médio mínimo da curva de curto prazo que o tangencia. Por fim, pode-se falar, no longo prazo, na possibilidade de ocorrência de economias de escala, uma vez que todos os fatores de produção são variáveis.

Uma empresa continua produzindo, em caso de prejuízo, caso o preço da sua produção, ao menos, seja igual ao custo variável. Caso o preço supere os custos variáveis, ainda que não o suficiente para arcar com os custos fixos, há incentivo à produção, uma vez que ela reduz o prejuízo que teria caso não produzisse. Isso ocorre pois, mesmo sem atividade, a firma necessita arcar com os custos fixos. Dessa forma, pode-se resumir: quando o preço é maior que o custo variável, há produção mesmo que inferior ao custo fixo, para minimizar perdas; quando o preço é menor que o custo variável, não há produção para não aumentar o prejuízo; quando o preço é igual ao custo variável, a empresa é indiferente entre produzir ou não.

_AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1
2. Desenvolvimento do tema
   - 2.1. Definição de lucro econômico, em comparação com os custos de oportunidade das quatro categorias de fatores de produção - terra, capital, trabalho e capacidade empresarial: 6/6
   - 2.2. Distinção entre o curto e o longo prazo na análise dos custos: 4/4
   - 2.3. Condições sobre o preço para a continuidade da produção da firma, ainda que sob prejuízo: 9/9

Resultado

Nota: **20**

Victor Born Portella
nota: ***20***/*20*

A estrutura de mercado da concorrência perfeita é caracterizada por bens homogêneos, livre entrada e saída de firmas (ausência de barreiras de entrada) e tem agentes “price takers”, incapazes de ditar preços. No longo prazo, o lucro econômico nessas estruturas de mercado tende a zero.

O lucro econômico consiste na diferença entra receita total e custo total das firmas. Difere tal conceito daquele de lucro contábil, uma vez que o lucro econômico inclui na sua contagem o custo de oportunidade. O custo de oportunidade nada mais é do que aquilo que determinado agente racional deixa de fazer ao tomar uma decisão. No caso da terra, o “trade-off” pode estar entre utilizá-la para a firma em questão ou auferir a receita do aluguel da terra. No caso do capital, ao invés de investir na aquisição de máquinas e equipamentos, o agente da firma pode auferir rendimentos de aplicação no mercado financeiro, por exemplo. Em relação ao trabalho, o pagamento de salários de um gerente poderia ser investido no lazer do empresário ou na própria empresa. Por fim, a própria capacidade empresarial implica “trade-off”, na medida em que o empreendedor poderia optar por ser um empregado ou estudar para um concurso público. Importa dizer que a própria remuneração do empresário inclui-se no cômputo do custo econômico. No que concerne à distinção entre o curto e o longo prazo na análise dos custos, o longo prazo, ao contrario do primeiro, é marcado pela flexibilidade de todos os fatores de produção que implica tendência, em ultima análise, ao lucro zero. Com horizonte temporal mais amplo, entram no cômputo questões como as economias de escala – situação na qual ao dobrar o uso dos fatores de produção, a produção mais do que dobra – que amplia assim as possibilidades de decisão das firmas, tornando indiferentes os conceitos de custo variável e custo fixo. A flexibilidade na tomada de decisão é, pois, maior.

No curto prazo, há maior rigidez de custos. A empresa poderá continuar a produzir desde que sua produção seja capaz de manter a firma acima do custo variável mínimo. Isso significa que a firma, no curto prazo, pode operar com luro positivo, com lucro zero ou com prejuízo, desde que seja possível sustentar os custos variáveis – que se alteraram com a produção – em seu menor ponto. Como já dito, no longo prazo, todos os custos são alteráveis – variáveis ou fixos – e a tendência é a de lucro econômico zero com a saída das empresas incapazes de sustentar o custo marginal das rivais mais competitivas.

_AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1
2. Desenvolvimento do tema
   - 2.1. Definição de lucro econômico, em comparação com os custos de oportunidade das quatro categorias de fatores de produção - terra, capital, trabalho e capacidade empresarial: 6/6
   - 2.2. Distinção entre o curto e o longo prazo na análise dos custos: 4/4
   - 2.3. Condições sobre o preço para a continuidade da produção da firma, ainda que sob prejuízo: 9/9

Resultado

Nota: **20**

Angelo Paulo Sales dos Santos

nota: ***20****/20*

Em concorrência perfeita, uma firma pode seguir produzindo, mesmo que tenha prejuízos no curto prazo. Isso ocorre em virtude de sua estrutura de custos, que estimula a empresa a permanecer no mercado até que o preço volte a um patamar em que seu lucro econômico seja igual a zero.

É importante ver, nesse contexto, que o lucro econômico é aquele em que os custos de oportunidade dos fatores de produção são devidamente remunerados, de forma que o produtor não se sinta estimulado a abandonar a produção. Assim, no caso do fator de produção terra, a produção deve remunerar o valor que o ofertante receberia com aluguel; para o fator capital, a remuneração deve cobrir o que ele receberia com juros; a remuneração do trabalho deve equivaler ao valor do salário; para a capacidade empresarial, o lucro econômico deve compreender o que seria percebido como dividendos.

A definição econômica de curto prazo estabelece que, em um modelo com dois fatores de produção, apenas um é variável, sendo o outro fixo. Por isso, no curto prazo, a firma apresenta custos fixos, que não variam conforme o nível de produção, e custos variáveis, que aumentam conforme a produção cresce. Já no longo prazo, os dois fatores de produção são flexíveis, de modo que todos os custos serão variáveis.

Nesse sentido, observa-se que uma empresa pode seguir produzindo, mesmo que o preço de mercado seja inferior ao nível em que seja equivalente à receita marginal, ao custo marginal e ao custo total médio, hipótese em que a firma apresenta prejuízo. Isso porque, no curto prazo, a firma tem a expectativa de que o preço se recupere, retomando aquele patamar em que o lucro econômico é igual a zero.

Todavia, a firma deverá deixar de produzir caso o preço do mercado fique abaixo do seu custo variável médio. Afinal, nessa situação, a firma não só estará operando com prejuízo como estará efetivamente pagando para produzir, uma vez que sua receita não será suficiente sequer para cobrir seus custos variáveis de produção. Trata-se da regra de encerramento da atividade, em mercado de concorrência perfeita, segundo a qual será melhor para a empresa parar a produção e arcar tão somente com seus custos fixos.

Percebe-se, portanto, que, em concorrência perfeita, a curva de oferta da empresa corresponde ao seu custo marginal, a partir do ponto em que ele cruza, em sentido ascendente, a curva de custo variável médio. A partir desse ponto, mesmo com prejuízo, a firma optará por produzir, de modo que seus custos fixos sejam cobertos e na esperança de elevação do preço até o ponto em que o lucro econômico seja nulo, com o mercado equilibrando-se.

_AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1
2. Desenvolvimento do tema
   - 2.1. Definição de lucro econômico, em comparação com os custos de oportunidade das quatro categorias de fatores de produção - terra, capital, trabalho e capacidade empresarial: 6/6
   - 2.2. Distinção entre o curto e o longo prazo na análise dos custos: 4/4
   - 2.3. Condições sobre o preço para a continuidade da produção da firma, ainda que sob prejuízo: 9/9

Resultado

Nota: **20**

Nota média: Diógenes Novais da Cruz
nota: ***17**/20*

A concorrência perfeita é um tipo de mercado caracterizado pela existência de muitos produtores, muitos consumidores e de um produto homogêneo. Além disso, caracteriza-se pela ausência de barreiras à entrada e à saída de firmas e pelo fato de os produtores não possuírem poder de mercado, sendo meros tomadores de preço. Nesse cenário, o lucro econômico de longo prazo é zero. Isso não impede, contudo, que uma firma não possa seguir produzindo, ainda que tenha prejuízos no curto prazo. Cabe, portanto, definir lucro econômico e efetuar análise de curto e longo prazo, levando em conta a condição para a maximização de lucros.

Lucro econômico não se confunde com lucro contábil. O lucro contábil se limita a descrever a diferença entre receita e o custo da produção, considerando apenas o valor contábil dispendido para sua efetivação. O lucro econômico, por sua vez, considera o custo de oportunidade; ou seja, o que o agente deixou de ganhar em razão de sua decisão de produzir. Por exemplo, o custo de produzir em uma terra não se restringe ao desgaste natural decorrente dessa produção, mas também ao aluguel que deixou de ser arrecadado em razão da decisão de produzir ali. Quanto ao investimento com capital, deve-se levar em consideração os ganhos de juros que poderiam ser auferidos, caso o montante fosse aplicado em ativos financeiros. Em relação ao trabalho, é necessário considerar o salário que o investidor receberia, caso estivesse trabalhando em sua área de formação. Por fim, as receitas com a produção devem remunerar o empresário em valor condizente com sua capacidade empresarial. Nota-se, portanto, que os custos de oportunidade tornam o lucro econômico mais representativo dos variados custos inerentes à decisão de produzir.

A análise de custo deve considerar a dimensão temporal, variando no curto e no longo prazo. Curto prazo é aquele em que pelo menos um fator de produção é fixo e um é variável. Nessa situação, apenas os custos variáveis são relevantes para a decisão de produzir ou não. Afinal, os custos fixos não poderão ser desfeitos rapidamente. No longo prazo, todos os fatores de produção são flexíveis e tanto o custo fixo quanto o variável são relevantes. Daí a importância da curva de custo total médio (CTM), que equivale à soma do custo fixo médio (CFM) e do custo variável médio (CVM). Ressalte-se que o lucro econômico (Le) = receita total (RT) – custo total (CT). Em um mercado de concorrência perfeita, Le é zero no longo prazo; devido à inexistência de barreiras à entrada e saída de firmas (P = CTM). Finalmente, a condição de maximização dos lucros da firma, em qualquer cenário, é que Rmg = Cmg.

Para que a firma em questão continue produzindo, ainda que sob prejuízo, é necessário que se analisem o preço e as curvas de custo. Sabendo que nessa situação P < CTM, consideremos duas hipóteses: i) P > CMV; 2) P < CVM. No primeiro caso, a firma seguirá produzindo no curto prazo, visto que a receita da produção é capaz de cobrir os custos variáveis. No segundo caso, porém, a firma deixará de produzir. Como pôde ser notado, os custos fixos são ignorados nessa análise. No longo prazo, por sua vez, a atuação P< CTM inviabiliza a produção e faz que a firma opte por deixar o mercado, independentemente da relação entre o preço e o custo variável médio. A análise das curvas de custo é, portanto, fundamental para a compreensão das dinâmicas produtivas de curto e longo prazo na teoria da firma.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **Definição de lucro econômico, em comparação com os custos de oportunidade das quatro categorias de fatores de produção - terra, capital, trabalho e capacidade empresarial: 6/6**
    - 2.2. **Distinção entre o curto e o longo prazo na análise dos custos: 4/4**
    - 2.3. **Condições sobre o preço para a continuidade da produção da firma, ainda que sob prejuízo: 6/9**

Resultado

Nota: **17**

Pior nota: Anônimo
nota: ***12**/20*

A estrutura de mercado da concorrência perfeita gera alocação de recursos eficiente em Pareto e não apresenta falhas de mercado. O produto é homogêneo, há muitos produtores e consumidores, não há barreiras à entrada e à saída de firmas e há tendência ao lucro econômico zero. Ainda que haja prejuízos, pode haver interesse da empresa em seguir produzindo no curto prazo, dadas certas condições.

O lucro econômico é a diferença entre receita total e custo total, incluindo os custos de oportunidade. Os custos de oportunidade significam a perda de geração de utilidade ao realizar uma atividade em vez de outra. No fator terra, manifesta-se pela perda de ganhar aluguel pelo terreno ao utilizá-lo para a produção. No capital, a não aplicação em ações do mercado financeiro, que gera renda, constitui custo ao investi-lo em bens de produção, que tendem à depreciação. No trabalho, refere-se ao custo de renunciar a momentos de lazer para cumprir as funções laborais. Na capacidade empresarial, a dedicação à gestão pode significar custo de oportunidade de perder tempo para pensar em inovação, capaz de gerar lucros de monopólio segundo a teoria schumpeteriana.

Os custos podem ser analisados no curto e no longo prazo. No curto prazo, são mais inelásticos, pela rigidez dos contratos, e são menores, devido à pouca deterioração de máquinas e equipamentos. No longo prazo, há maior impacto dos mercados e os custos variáveis são mais expressivos, devido à deterioração dos bens de capital. O custo fixo tem importância maior no curto prazo em relação ao longo, em que é diluído na produção. A empresa que tenha prejuízos no curto prazo não tem necessariamente prejuízo contábil, já que o lucro econômico inclui o custo de oportunidade. Desse modo, será interessante para a firma continuar produzindo se o preço do mercado for superior ao custo marginal, ainda que inferior ao custo total médio. O custo marginal refere-se ao custo de prouzir uma unidade a mais do bem, enquanto o custo total médio refere-se ao custo total (custo fixo somado ao custo variável) dividido pela quantidade. No entanto, esse cenário é interessante apenas no curto prazo, sendo ineficaz no longo prazo, em que a falta de competitividade leva a firma a abandonar o mercado.

Na concorrência perfeita, os custos são importantes para a permanência da firma no mercado. O lucro é maximizado, de modo similar a outras estruturas, no nível em que a receita marginal iguala-se ao custo marginal. A firma é tomadora de preços, não tendo autonomia para formar os preços, devendo aceitar o equilíbrio entre as curvas de oferta e demanda do mercado. A concorrência perfeita gera

bem-estar social e não apresenta peso-morto. Sua ocorrência na prática, contudo, é bastante difícil, dado que a homogeneidade dos produtos não é facilmente alcançada.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Definição de lucro econômico, em comparação com os custos de oportunidade das quatro categorias de fatores de produção - terra, capital, trabalho e capacidade empresarial: 6/6**
   - 2.2. **Distinção entre o curto e o longo prazo na análise dos custos: 2/4**
   - 2.3. **Condições sobre o preço para a continuidade da produção da firma, ainda que sob prejuízo: 3/9**

Resultado

Nota: **12**

DIREITO

banca:
Diogo Palau Flores dos Santos
João Ernesto Christófolo
Jorge Luiz Fontoura Nogueira
Letícia Frazão Alexandre de Moraes Leme

_questão 1

Elabore um texto dissertativo, discorrendo sobre os seguintes aspectos:

1. conceito jurídico de nacionalidade;

2. nacionalidade jurídica como dimensão humana do Estado e como direito humano fundamental;

3. formas de aquisição da nacionalidade brasileira;

4. hipóteses de perda da nacionalidade brasileira.

Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]

Distribuição das notas

Padrão de resposta da questão 1

1. Definição do conceito jurídico de nacionalidade:

1.1 vínculo político, jurídico e pessoal entre indivíduo e Estado, por meio do qual a pessoa humana passa a integrar determinada comunidade política. Elemento a partir do qual o indivíduo passa a desfrutar de direitos e a submeter-se a obrigações em relação a seu Estado de nacionalidade, mesmo quando se encontra no exterior.

1.2 Elemento fundamental de distinção do nacional em face do estrangeiro para diversos fins no seio do Estado (direitos políticos, por exemplo). Para fins de proteção diplomática em face de terceiros Estados, o vínculo de nacionalidade do indivíduo deve ser efetivo (Caso Nottebohm, CIJ, 1951).

1.3. Corresponde à dimensão humana do Estado (povo), ao lado do território e da jurisdição soberana. Legislar sobre nacionalidade é prerrogativa soberana do Estado (jurisdição doméstica).

1.4 Direito reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (o Estado não pode privar arbitrariamente o indivíduo de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade) e pela Convenção Americana de São José da Costa Rica (art. 20). É direito humano fundamental que tem o condão de evitar a hipótese de apatridia (Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, e Convenção das Nações Unidas para a Redução dos Casos de Apatridia, de 1961).

2. Nacionalidade brasileira: art. 12 da Constituição Federal de 1988. Duas modalidades: brasileiro nato e brasileiro naturalizado. A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos na Constituição.

2.1 Brasileiro nato (nacionalidade primária - direito humano e dever do Estado decorrente do nascimento do indivíduo).

2.1.1 critério ***ius solis*** (art. 12, I, a): nascidos no território brasileiro, ainda que de pais estrangeiros, desde que não estejam a serviço de seu país; consideram-se também brasileiros natos os nascidos a bordo de navio ou aeronave de bandeira brasileira em águas ou espaço aéreo internacional.

2.1.2 critério ***ius sanguinis***: (a) nascidos no exterior de pai ou mãe brasileiros, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil (art. 12, I, b). Serviço do Brasil inclui não só a atividade diplomática e consular, como,

também, serviço prestado à organização internacional de que o País faça parte. (b) nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, registrado em repartição brasileira competente ou que venham a residir no Brasil e optem, a qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira. (art. 12, I, c). Nova redação dada pela Emenda

Constitucional n.º 54/2007 permitiu superar controvérsia jurídica em relação ao regime anterior e, assim, consagrou modelo abrangente de aquisição de nacionalidade, orientado pelo objetivo de ampliar ao máximo o exercício desse direito por filhos de nacionais nascidos no exterior. Garantia de não extradição apenas para brasileiros natos.

3. Brasileiros naturalizados (nacionalidade secundária): estrangeiros originários que adquiriram a nacionalidade brasileira na forma da legislação. A naturalização decorre de manifestação de vontade (impossibilidade de naturalização forçada) do estrangeiro capaz (maioridade). Concessão é prerrogativa do Estado soberano.

3.1 Concessão da naturalização ordinária é de competência exclusiva e discricionária do Poder Executivo.

3.2 Podem requerer a nacionalidade brasileira: (a) originários de países lusófonos: residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral (art. 12, II, a); e demais casos previstos na Lei de Migração (Lei 13.445/2017, que também prevê as modalidades de naturalização especial e provisória).

3.3 Naturalização extraordinária: estrangeiros com residência de quinze anos ininterruptos e sem condenação criminal (art. 12, II, b) têm direito subjetivo à nacionalidade brasileira.

4. Perda da nacionalidade brasileira: hipótese de aquisição de outra nacionalidade por naturalização voluntária. Pode atingir tanto o brasileiro nato, quanto o naturalizado. Ato declaratório do Presidente da República.

4.1 Implica conduta ativa e específica do indivíduo (exemplo: renúncia à nacionalidade brasileira) e não do mero reconhecimento da nacionalidade por Estado estrangeiro (art. 12, § 4.º, II, a; dupla nacionalidade).

4.2 Não há perda da nacionalidade brasileira em caso de imposição de naturalização por Estado estrangeiro como condição para permanência em seu território ou para exercício de direitos civis (art. 12, § 4.º, II, b). 4.3 Também perde a nacionalidade brasileira o naturalizado em razão do exercício de atividade contrária ao interesse nacional (art. 12, § 4.º, I). Só ocorrerá após decisão judicial com trânsito em julgado, com efeitos ***ex nunc.***

Diógenes Novais da Cruz

nota: ***30****/30*

Nacionalidade é o vínculo jurídico que une o indivíduo a um Estado, ensejando direitos e obrigações. Cada Estado é competente para determinar as condições de reconhecimento e aquisição de sua nacionalidade. No Direito Internacional, o Caso Nottebohm notabilizou-se por consolidar o entendimento da CIJ quanto à necessidade de existir um vínculo efetivo como elemento de validade da nacionalidade. No Brasil, a competência para legislar sobre nacionalidade é privativa da União. O art. 12 da CF88 explicita as hipóteses de aquisição da nacionalidade brasileira, seja ela originária ou secundária. Cabe, ainda, ressaltar a nacionalidade como direito humano fundamental e parte da dimensão humana do Estado.

A nacionalidade garante direitos e obrigações a um indivíduo perante um Estado. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, consagra o direito à nacionalidade como direito humano fundamental. Embora ainda haja discussão doutrinária a respeito do caráter vinculante desse dispositivo, outros marcos jurídicos indicam o mesmo entendimento. O Pacto de San José, de 1969, também prescreve o direito à nacionalidade como direito humano fundamental. Isso possui implicações diretas para o indivíduo. A proteção diplomática, por exemplo, é ato discricionário do Estado para a proteção de seus nacionais. Para muitos países, o exercício dos direitos políticos também são restritos aos nacionais. Vale ressaltar, ainda, que um dos quatro elementos constituintes de um Estado é a existência de uma população permanente. Embora não se confunda com a nacionalidade, a conformação de uma sociedade em território estatal depende, em grande medida, desse instituto jurídico. Assim, faz-se necessário combater a apatridia, a fim de garantir o pleno exercício e a proteção dos direitos humanos a todas as pessoas.

A CF88 reconhece, em seu art. 12, dois tipos de nacionalidade brasileira: a originária e a derivada. A originária (ou nata) tem como base o jus solis ou o jus sanguinis. Pelo jus solis, será brasileiro nato o indivíduo nascido em território nacional, desde que seus pais não estejam a serviço de seu país de nacionalidade. Pelo jus sanguinis, existem três hipóteses. Será brasileiro nato o indivíduo nascido no exterior, se o pai ou a mãe estiver a serviço do Estado brasileiro. Caso nenhum dos pais esteja a serviço do Brasil, bastará o registro em órgão competente para que se reconheça a nacionalidade originária. Não havendo o registro, o filho vindo residir no Brasil, poderá optar pela nacionalidade brasileira, completados 18 anos, a qualquer tempo. Vale ressaltar que, de acordo com o art. 5 da CF88, não é permitida a extradição de brasileiro nato no ordenamento jurídico brasileiro. Vejamos, agora, as hipóteses de aquisição da nacionalidade brasileira derivada.

No Brasil, a nacionalidade derivada (brasileiro naturalizado) decorre da manifestação da vontade de um indivíduo de tornar-se brasileiro. O art. 12 da CF88 dispõe que será brasileiro naturalizado o indivíduo

que atender os requisitos em lei ("na forma da lei"). Nesse sentido, a lei 13.445/17 (Lei de Migração) enumera os requisitos como residência por 4 anos no país, capacidade de comunicar-se em língua portuguesa e ausência de condenação penal, por exemplo. Essa é a hipótese de naturalização ordinária, à qual o art. 12 acrescenta uma outra possibilidade: para os indivíduos oriundos de países lusófonos, requer-se 1 ano de residência ininterrupta e idoneidade moral. Há, ainda, a hipótese de naturalização extraordinária, segundo a qual o indivíduo com residência por 15 anos ininterruptos e sem condenação penal poderá tornar-se brasileiro, desde que requeira. Ao interpretar esse dispositivo constitucional, o STF entendeu tratar-se de direito subjetivo do indivíduo, se atendidos os requisitos da naturalização extraordinária. Assim, o Estado brasileiro não poderá negar o pedido de naturalização nessa hipótese.

A perda da nacionalidade brasileira pode ocorrer de duas formas: pela via administrativa e pela via judicial. Tanto brasileiros natos quanto naturalizados podem perdê-la. A perda pela via administrativa é possível para nato e naturalizado. Isso ocorrerá na hipótese de aquisição voluntária de outra nacionalidade. A CF88 explicita duas possibilidades de aquisição de outra nacionalidade sem que haja perda da nacionalidade brasileira: a da outra nacionalidade ser originária e a de a aquisição ter sido imposta pelo Estado de residência como condição para a permanência no país ou para a garantia de direitos básicos. A perda pela via judicial só é possível para o brasileiro naturalizado, em caso de o indivíduo ferir o interesse nacional. Isso, contudo, depende de sentença judicial transitada em julgado.

A nacionalidade é componente essencial da relação Estado-indivíduo. A Constituição brasileira reconhecesse [sic] esse fato ao prever explicitamente as hipóteses de aquisição da nacionalidade brasileira, os direitos que daí emanam e também as obrigações dela decorrentes. Assim, o ordenamento jurídico brasileiro visa a garantir os direitos humanos fundamentais a todos aqueles que possuam algum vínculo com o país, seja com base no jus solis ou no jus sanguinis, seja pela manifestação da vontade de tornar-se brasileiro. Isso não apenas reforça o comprometimento do país com os compromissos internacionais assumidos nessa matéria, como garante o respeito à dignidade humana, fundamento da República.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **Conceito jurídico de nacionalidade: 2,5/2,5**
    - 2.2.1. **Nacionalidade jurídica como dimensão humana do Estado: 2,5/2,5**
    - 2.2.2. **Nacionalidade jurídica como direito humano fundamental: 2,5/2,5**
    - 2.3. **Aquisição da nacionalidade brasileira: 15/15**
    - 2.4. **Perda da nacionalidade brasileira: 6/6**

Resultado

Nota: **30**

Luiz Filipe Maciel Gomes
nota: ***30****/30*

A nacionalidade é o vínculo jurídico-político que liga o indivíduo ao Estado. Trata-se de vínculo jurídico à medida que decorre das normas pertinentes estabelecidas pelos Estados. Por outro lado, o caráter político da nacionalidade decorre da valoração feita por cada ente estatal a respeito das circunstâncias que merecem ou não serem consideradas para fins de atribuição da sua nacionalidade ao indivíduo. A atribuição da nacionalidade é matéria pertinente ao domínio reservado dos Estados, o que significa que cumpre a cada Estado estabelecer os parâmetros de devem ser seguidos para que um indivíduo seja considerado seu nacional. A despeito disso, o direito internacional prevê princípios importantes que devem guiar a atribuição da nacionalidade, além de servir de parâmetro de controle para situação em que ocorrem conflitos – sejam positivos ou negativos – de nacionalidade.

A nacionalidade é interpretada como direito fundamental do ser humano. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, trata a nacionalidade como um direito humano, pois estabelece, em seu artigo 15, que todos os indivíduos têm direito a uma nacionalidade. Regramentos internacionais de caráter vinculante, como o Estatuto dos Apátridas e a Convenção de Haia para a Redução dos Casos de Apatridia, tratam do assunto e estabelecem normas dedicadas à concretização do direito humano à nacionalidade. Também no âmbito interamericano, existem normas voltadas à garantia da nacionalidade aos indivíduos nascidos no território dos Estados americanos. É digno de nota a esse respeito, que a vasta maioria dos Estados da região preveem regras que virtualmente eliminam a possibilidade de apatridia originária no sistema regional.

Enquanto elemento vinculado à população permanente do Estado, a nacionalidade jurídica compõe a dimensão humana do conceito de Estado. De acordo com a Convenção de Montevidéu, de 1933, a população permanente é um dos elementos constitutivos do Estado. Embora o conceito de população difira do de nacionalidade ou nação, é inegável que a atribuição de nacionalidade reforça essa relação, de modo que a nacionalidade jurídica conforma a dimensão humana do Estado, sendo indispensável à sua caracterização enquanto tal.

O direito brasileiro prevê, em sede constitucional, os casos de atribuição da nacionalidade, o que pode se dar em função de vínculos originários ou em virtude de naturalização. A nacionalidade originária é atribuída quanto o indivíduo nasce em território brasileiro (desde que seus pais, quando estrangeiros, não estejam a serviço de seu país), seguindo o critério do ius solis. Também pode ser atribuída a nacionalidade

originária quando o indivíduo nasce no exterior e tem ao menos um dos pais brasileiro atuando a serviço do Brasil ou, mesmo que não sirva ao país, quando a criança seja registrada junto à autoridade brasileira competente. O artigo 12 da Constituição Federal prevê ainda que a nacionalidade originária pode ser atribuída quando um indivíduo, com pelo menos um dos pais brasileiro, vem, a qualquer tempo, a residir no país e, atingida a maioridade, requer a sua nacionalidade originária. Essas hipóteses seguem o critério do ius sanguinis. A naturalização brasileira pode se dar em virtude de parâmetros ordinários ou extraordinários. De acordo com a Constituição Federal, a naturalização ordinária é atribuída em virtude de mandamentos legais e é sempre discricionária a sua concessão. Para aqueles provenientes de países de língua portuguesa é exigível residência por, pelo menos, um ano e idoneidade moral. A lei de migração trata de casos especiais e estabelece parâmetros para a naturalização ordinária. A naturalização extraordinária é ato vinculado e gera efeitos ex tunc, dependendo apenas do tempo em que o indivíduo está no território nacional e da inexistência de condenação penal ou a cessação de seus efeitos.

A Constituição Federal elenca também as hipóteses de perda da nacionalidade brasileira. O rol de situações que ensejam a perda da nacionalidade é exaustivo e não comporta exceções. A nacionalidade originária só pode ser subtraída quando o nacional adquire outra nacionalidade, desde que não o faça em virtude de reconhecimento de nacionalidade originária por outro Estado ou como forma de permanecer no território de outro Estado ou de exercer direitos civis. O caso recente de uma ex-nacional brasileira foi julgado pelo STF e a regra foi confirmada, visto que a autora da ação mandamental havia adquirido nacionalidade estadunidense por livre e espontânea vontade, ensejando assim a perda da nacionalidade originária. As hipóteses de perda da nacionalidade derivada são mais amplas. Além de poder perder a nacionalidade em virtude do cancelamento da naturalização, por sentença judicial (reserva jurisdicional) quando atua de forma nociva aos interesses nacionais, o naturalizado pode ter sua nacionalidade cancelada também em virtude de irregularidades no processo de atribuição da nacionalidade derivada. Como a Constituição Federal não comporta alargamento das disposições acerca da perda da nacionalidade derivada, parte do regramento adotado pela antiga lei de migração (Estatuto do Estrangeiro, Lei 6.815), não foi recepcionado pela atual Carta Constitucional. Embora resulte de procedimento judicial, a perda da nacionalidade brasileira não é uma sanção de natureza penal, mas administrativa.

A tendência de aproximação entre o direito interno e o direito internacional público revela a gradual erosão da summa divisio, como aponta Jorge Miranda. O ordenamento interno passa, casa vez mais, a dispor a respeito de direitos fundamentais em atenção às diretrizes estabelecidas pelo direito internacional, o que reforça a ideia de que ambos os ordenamentos são copartícipes na administração da justiça e na promoção de valores superiores (Cançado Trindade). O ordenamento jurídico brasileiro busca compatibilizar o direito humano fundamental à nacionalidade e a promoção de valores caros à nossa sociedade. A recente atribuição da nacionalidade brasileira derivada às irmãs apátridas Maha e Souad Mamo concretiza essa

perspectiva, pois concilia valores e atribuição de direitos, concorrendo para o atingimento dos objetivos estabelecidos pela Constituição Federal para a atuação do Brasil no âmbito internacional. (60 linhas)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Conceito jurídico de nacionalidade: 2,5/2,5**
   - 2.2.1. **Nacionalidade jurídica como dimensão humana do Estado: 2,5/2,5**
   - 2.2.2. **Nacionalidade jurídica como direito humano fundamental: 2,5/2,5**
   - 2.3. **Aquisição da nacionalidade brasileira: 15/15**
   - 2.4. **Perda da nacionalidade brasileira: 6/6**

Resultado

Nota: **30**

Bernardo Andrade Vaz de Faria Pereira
nota: ***28****/30*

A nacionalidade é o vínculo jurídico que se estabelece entre o Estado e seus nacionais, que implica, por exemplo, a submissão do indivíduo ao regime jurídico de seu Estado acerca de seus direitos e deveres oriundos de seu status pessoal, a possibilidade de proteção diplomática pelo seu Estado e a vigência da extraterritorialidade pessoal para seus nacionais.

A nacionalidade jurídica é, assim, a dimensão humana do Estado. Segundo a Convenção de Direitos e Deveres Fundamentais do Estado, de Montevidéu (1933), a população é um dos elementos constitutivos dos Estados, representando seu elemento pessoal. O pertencimento a um Estado por meio do vínculo da nacionalidade, em especial, constitui sua dimensão humana ao lado da territorial, da efetividade do governo e da capacidade de entabular relações diplomáticas, de onde emerge a própria soberania estatal. No caso brasileiro, os direitos de cidadania, ligados de forma geral ao estatuto da nacionalidade, constitui um dos fundamentos da República (CF/88, art 1, II). Cabe acrescentar também que para exercício da proteção diplomática, o princípio Nottebohm, estabelecido pela CIJ em caso de mesmo nome, exige também um vínculo subjetivo (afetivo) com o Estado de nacionalidade do representando, acrescentando uma dimensão ao vínculo jurídico.

Além disso, a nacionalidade jurídica estabelece-se também como direito humano fundamental, condição para a plena dignidade dos indivíduos, que é afetada, pois, pela condição de apatridia. Este estatuto como direito humano fundamental é consagrado tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), quanto na Convenção Interamericana de Direitos Humanos (1969), além e haver, no corpo normativo do Direito das Gentes, a Convenção contra Casos de Apatridia. O direito pátrio, pela Lei 13.445/17 (Nova Lei de Migração), consagra não apenas a acolhida humanitária para todos os migrantes, como também prescreve tratamento especial para apátridas.

Segundo o ordenamento jurídico brasileiro, há formas de aquisição de nacionalida (sic) nata e forma de naturalização, estabelecidas tanto na CF/88, art. 12, quanto na nova Lei de Migração. São brasileiros natos, por exemplo, os nascidos em território nacional, salvo se seus pais estiverem a serviço do país de sua nacionalidade (jus soli). São também brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pais brasileiros que estejam à serviço do Brasil, seja em órgãos da Administração Pública direta ou indireta, bem como os nascidos no estrangeiro com pais brasileiros, desde que registrados em repartição competente ou, atingindo a maioridade e residindo no Brasil, requeiram a nacionalidade (jus sanguinis).

Há diversas formas previstas, também, para a obtenção da naturalização brasileira. Na naturalização ordinária, cuja concessão é ato discricionário do Estado, exige-se residência no Brasil há mais de quatro anos (reduzidos a um ano caso o naturalizando possua cônjuge, companheiro ou filho brasileiro ou exerça trabalho de contribuição técnica, científica ou cultural ao Brasil), capacidade de se expressar em língua portuguesa, capacidade civil e não possuir condenação criminal transitada em julgado ou estar ressocializado. Para nacionais de países de língua portuguesa exige-se apenas residência de um ano e moralidade ilibada. Na nacionalização extraordinária, cuja concessão é ato vinculado, exige-se residência ininterrupta há mais de quinze anos e ausência de condenação criminal transitada em julgado ou estar ressocializado, além, claro, de requerimento de nacionalidade.

No caso da naturalização especial, tem-se como condições estar casado ou ser companheiro de membro do Serviço Exterior Brasileiro há mais de cinco anos ou prestar serviços ao SEB há mais de dez anos, desde que não seja contratado local. Já a naturalização provisória é concedida àquele que ingressar no Brasil com menos de dez anos, podendo requerer a definitiva em até dois anos após a maioridade, ou àqueles que têm mais de setenta anos, estando há mais de dez ano no Brasil.

Por fim, a perda da nacionalidade brasileira pode se dar por sentença judicial transitada em julgado que decida pela perda da nacionalidade por constituir o indivíduo ameaça à segurança nacional. Perde-se também a nacionalidade brasileira caso se adquira outra nacionalidade, salvo se a outra nacionalidade seja também originária ou se for exigida para permanência no país ou para a prática de direitos civis. É vedada, no ordenamento brasileiro, a perda de nacionalidade que implique a apatridia. (59 linhas)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Conceito jurídico de nacionalidade: 2,5/2,5**
   - 2.2.1. **Nacionalidade jurídica como dimensão humana do Estado: 2,5/2,5**
   - 2.2.2. **Nacionalidade jurídica como direito humano fundamental: 2,5/2,5**
   - 2.3. **Aquisição da nacionalidade brasileira: 15/15**
   - 2.4. **Perda da nacionalidade brasileira: 4/6**

Resultado

Nota: **28**

Nota média: Cauê Rodrigues Pimentel
nota: ***25,50****/30*

A nacionalidade é um dos temas centrais na interseção do Direito Constitucional e do Direito Internacional Público hodierno. O conceito jurídico de nacionalidade pode ser definido como o vínculo efetivo de um indivíduo com um Estado Patrial, o que garante à pessoa a capacidade de usufruir de direitos e deveres decorrentes desse vínculo. A concessão de nacionalidade é mormente regida segundo o Direito constitucional de cada país; atualmente, contudo, essa temática é cada vez mais influenciada por regras de direito internacional que interpõem limites e condições à discricionariedade do Estado sobre a matéria. Nesse sentido, pode-se citar o Caso Nottebohm – que firmou o entendimento sobre o que constitui o vínculo efetivo -, o crescente número de Convenções internacionais que lidam com o problema da apatridia, ou mesmo regras convencionais e consuetudinárias que equiparam a nacionalidade a um Direito Humano.

A nacionalidade jurídica constitui a dimensão humana do Estado na medida em que se correlaciona com um dos quesitos que, segundo a doutrina declaratória ou mesmo a Conferência de Montevidéu de 1933, conformam a existência do Estado. Logo, juntamente com os quesitos da dimensão territorial e de um governo soberano, o critério "povo", intimamente ligado à ideia de nacionalidade, constitui a dimensão humana que conforma um Estado. Paralelamente, o entendimento contemporâneo da nacionalidade como um direito humano parte do princípio que o vínculo de um indivíduo com um Estado é o que efetiva materialmente a proteção dos direitos civis, políticos e sociais do indivíduo. Nesse sentido, o direito à nacionalidade seria condição sine qua non para a fruição de outros direitos humanos. A preocupação da comunidade em atacar o problema da apatridia ou mesmo o entendimento contemporâneo de que a negação de nacionalidade em massa pode constituir, segundo o Estatuto de Roma, crimes contra a humanidade corroboram a perspectiva da nacionalidade como um direito humano fundamental.

As formas de aquisição e perda da nacionalidade brasileira são disciplinadas no art.12 da Carta Magna e em legislação infraconstitucional que a complementa. A aquisição de nacionalidade se divide em originária (natos) e derivada (naturalizados). Os critérios de atribuição de nacionalidade originária se dividem em critérios jus solis e jus sanguinis. De acordo com o jus solis, será considerado brasileiro nato todo indivíduo nascido em território nacional, inclusive aquele de pai ou mãe estrangeiro, desde que os progenitores (ao menos um deles) não esteja à serviço de seu país. Já o critério jus sanguinis comporta três possibilidades de aquisição de nacionalidade originária: os indivíduos nascidos no exterior, desde que registrados em repartição competente; os nascidos no exterior desde que o pai ou mãe esteja a serviço do Brasil; e os nascidos no exterior, de pai ou mãe brasileira, que venham residir no Brasil e que optem pela aquisição da nacionalidade brasileira.

Já a aquisição da nacionalidade derivada (naturalizada) se subdivide em naturalização ordinária e extraordinária. A naturalização ordinária ocorre mediante a solicitação voluntária do indivíduo que preencher os requisitos estabelecidos na forma da lei, hoje arrolados, por exemplo, na lei 13.445/2017 (Nova Lei de Imigração – NLM). Vale ressaltar que a concessão de nacionalidade derivada é ato discricionário do Estado, estando sujeita a juízo de conveniência e oportunidade da autoridade brasileira. Já a naturalização extraordinária é concedida a indivíduos residentes no Brasil há mais de 15 anos e que preencham os requisitos da lei; nesse caso a concessão de nacionalidade é vinculado, declaratório, entendido como um direito subjetivo do indivíduo. A legislação ainda prevê que nacionais de países de língua portuguesa obedecerão a critérios diferenciados para a aquisição da nacionalidade derivada. Igualmente, a lei infraconstitucional pode estabelecer critérios – como cônjuge ou filho brasileiros – que facilitem a concessão da naturalização. A NLM ainda prevê, de modo inédito, a naturalização facilitada para indivíduos reconhecidos como apátridas.

Em relação à perda de nacionalidade, brasileiros natos perderão a nacionalidade originária em caso de obtenção de nacionalidade de outro país, ressalvados os casos em que essa segunda nacionalidade seja originária ou seja essencial para que o indivíduo possa exercer direitos civis em outros países (fenômeno da polipatria). No caso de brasileiros naturalizados, a legislação prevê a perda de nacionalidade em dois casos: caso ocorra crime comum anterior a concessão de nacionalidade, e crime de tráfico de entorpecentes a qualquer tempo.

O tema da nacionalidade é, atualmente, exemplo do crescente entrelaçamento do Direito Constitucional com o Direito Internacional Público. O reconhecimento de nacionalidade como um direito humano denota, ademais, a força normativa do conceito de nacionalidade na proteção do indivíduo. No caso brasileiro a amplitude da legislação vigente, modernizada e humanizada pela Nova Lei da Imigração e protegida pela Carta Magna, evidencia a centralidade do tema na ordem jurídica pátria. (768 palavras)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **Conceito jurídico de nacionalidade: 2,5/2,5**
    - 2.2.1. **Nacionalidade jurídica como dimensão humana do Estado: 2,5/2,5**
    - 2.2.2. **Nacionalidade jurídica como direito humano fundamental: 0/2,5**
    - 2.3. **Aquisição da nacionalidade brasileira: 15/15**
    - 2.4. **Perda da nacionalidade brasileira: 4/6**

Resultado

Nota: **25,5**

Pior nota: Anônimo
nota: ***21,42****/30*

Dada a importância do conceito de nacionalidade, ele é considerado um dos temas fundamentais do constitucionalismo contemporâneo, cuja regulação se encontra presente na grande maioria das constituições.

A nacionalidade é o instituto que estabelece vínculo jurídico permanente entre o Estado e o indivíduo, daí decorrendo certo conjunto de deveres e obrigações. Um dos requisitos relacionados à concessão de nacionalidade. Trata-se do princípio do vínculo efetivo, reconhecido pela jurisprudência internacional no caso Nottebhon. Tal princípio estabelece que para ser concedida a nacionalidade a um indivíduo é necessário que exista um vínculo efetivo entre o Estado que concede e o indivíduo que a recebe. No caso citado a corte internacional rejeitou a efetividade da concessão de nacionalidade baseando-se nesse princípio, visto que o indivíduo buscou a nacionalidade de outro país com o qual não possuía vínculo efetivo a fim de se livrar de procedimentos judiciais de outro país por meio da invocação da proteção diplomática pelo Estado que concedeu a nacionalidade posteriormente não reconhecida pela Corte.

A nacionalidade refere-se à dimensão humana do Estado na medida em que, diferente de outras normas constitucionais que tratam da organização administrativa e política do Estado, a nacionalidade se refere ao estabelecimento de vínculo direto entre o Estado e a pessoa humana. Nessa seara, o nacional de um país pode ainda ser considerado a manifestação humana do Estado. Devido à importância conferida pelo Constituinte originário ao vínculo de nacionalidade, o constituinte estabeleceu que apenas a Constituição poderá tratar de sua perda. Tanto a Constituição quanto o direito internacional consideram a nacionalidade um direito fundamental da pessoa humana. O Direito Internacional, inclusive, possui uma série de disposições que visa evitar a apatridia. A Declaração Universal dos Direito Humanos (1948), por exemplo, dispõe que os indivíduos têm o direito a uma nacionalidade, de forma que não devem ser privado dela de forma arbitrária. Existe ainda a Convenção sobre a Apatridia que busca evitar esse fenômeno e instar os Estados, sob determinadas condições, a conceder nacionalidade nos casos de apatridia. Recentemente, aliás, em um marco jurídico histórico para o direito brasileiro, o país concedeu sua nacionalidade a indivíduos apátridas.

A Constituição brasileira é o documento legal que regula a aquisição da nacionalidade brasileira, cujas hipóteses são divididas em nacionalidade originária (brasileiro nato) e nacionalidade derivada (brasileiro naturalizado).

No caso dos brasileiros natos, os critérios de aquisição são divididos em jus soli e jus sanguini. No caso do critério territorial, será considerado brasileiro nato os indivíduos que nascerem no Brasil e cujos pais não estejam a serviço de outro país. No caso do critério sanguini, será considerado brasileiro nato o indivíduo nascido no exterior, cujo pai ou mãe seja brasileiro, e que tenha sido registrado no consulado brasileiro e também aquele indivíduo nascido no exterior cujo pai ou mãe esteja no exterior a serviço do Brasil. Nesse âmbito, existe também a chamada nacionalidade potestativa, que se trata do indivíduo que nascido no exterior não tenha sido registrado no consulado brasileiro mas que possui o direito de, ao completar 18 anos, optar pela nacionalidade brasileira originária.

No caso do brasileiro naturalizado, as formas de aquisição são divididas entre aquisição ordinária e aquisição extraordinária. A aquisição ordinária pode ser pedida pelo estrangeiro residente no Brasil há 4 anos e que não apresente sentença penal condenatória. No caso de países de língua portuguesa, indivíduos oriundos destes países podem pedir a nacionalidade brasileira após residência no país há 1 ano e caso apresentem idoneidade moral. Essas formas citadas referem-se ao poder discricionário do Estado, ou seja, a concessão não é ato vinculado que o país está obrigado a realizar. Já no caso da aquisição extraordinária, respeitados certos requisitos legais e sendo o estrangeiro residente do país há 15 anos, a concessão de nacionalidade após pedido do estrangeiro é ato vinculado.

Devido à gravidade do fenômeno da perda de nacionalidade, o constituinte originário reservou apenas à Constituição o poder de estabelecer os casos de perda de nacionalidade. As disposições sobre o tema são distintos em relação ao brasileiro nato e o naturalizado. Em relação ao brasileiro naturalizado, a perda pode ocorrer em caso de sentença penal condenatória por crime praticado antes da aquisição da nacionalidade; em caso de sentença penal condenatória por tráfico ilícito de entorpecentes realizado a qualquer tempo; e em caso de opção do indivíduo por outra nacionalidade, salvo se essa opção ocorreu devido a imposição do outro Estado, como no caso desse outro Estado exigir sua nacionalidade para exercício de atividade profissional. Em relação ao brasileiro nato, a única hipótese elencada pela Constituição refere-se ao caso de opção por outra nacionalidade, ressalvado se essa opção se deu por imposição do outro Estado, conforme explicado anteriormente. Aliás, recentemente, em caso no STF tratando de perda de nacionalidade de brasileiro nato, a brasileira argumentou que somente optou pela nacionalidade norte-americana por imposição desse país a fim de exercer plenamente sua atividade profissional, o STF considerou que não foi esse o caso e aceitou a perda de nacionalidade da brasileira.

A nacionalidade é instituto fundamental do direito, entrando no rol das atribuições soberanas do Estado e assim sendo é regulada precipuamente pelas constituições dos países. Em que pese o aspecto de soberania envolvido nessa temática, o direito à nacionalidade é um direito fundamental da pessoa humana e por esse motivo o Direito Internacional busca desestimular a apatridia e também estabelece alguns critérios para a concessão da nacionalidade, como o princípio do vínculo efetivo.

_AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos)
e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,75/1,5
2. Desenvolvimento do tema
    2.1. Conceito jurídico de nacionalidade: 2,5/2,5
    2.2.1. Nacionalidade jurídica como dimensão humana do Estado: 1,25/2,5
    2.2.2. Nacionalidade jurídica como direito humano fundamental: 1,67/2,5
    2.3. Aquisição da nacionalidade brasileira: 11,25/15
    2.4. Perda da nacionalidade brasileira: 4/6

Resultado

Nota: **21,42**

DIREITO

banca:
Diogo Palau Flores dos Santos
João Ernesto Christófolo
Jorge Luiz Fontoura Nogueira
Letícia Frazão Alexandre de Moraes Leme

_questão 2

A Constituição Federal de 1988 prevê, no seu art. 5.º, inciso LXVII, que "não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel".

A figura do depositário infiel surgiu em decorrência do contrato de depósito previsto no ordenamento nacional e definido na doutrina como um negócio jurídico por meio do qual a parte depositante transfere à parte depositária a guarda de um objeto móvel, para que seja devidamente conservado e, posteriormente, devolvido.

Acerca da possibilidade de prisão do depositário infiel, o Código Civil brasileiro estabelece, em seu art. 652, que "seja o depósito voluntário ou necessário, o depositário que não o restituir quando exigido será compelido a fazê-lo mediante prisão não excedente a um ano, e ressarcir os prejuízos". Dessa forma, seria, em tese, admissível a prisão do depositário infiel na hipótese de não cumprimento da obrigação de devolver o bem depositado. No entanto, o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da forma como o ordenamento nacional deve tratar a figura jurídica do depositário infiel considera o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos ("Ninguém poderá ser preso apenas por não poder cumprir com uma obrigação contratual") e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica ("Ninguém deve ser detido por dívidas. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar"), ambos tratados internacionais ratificados em 1992 pelo Estado brasileiro.

Considerando que o texto apresentado tem caráter motivador, redija um texto dissertativo a respeito da prisão civil do depositário infiel na perspectiva do sistema jurídico brasileiro, especialmente do STF. Em seu texto, responda aos seguintes questionamentos.

1. É lícita a prisão civil do depositário infiel?

2. Qual é a natureza jurídica e a posição hierárquica, no ordenamento jurídico, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e do Pacto de São José da Costa Rica?

3. Quais são os efeitos da relação da legislação nacional infraconstitucional e constitucional com os tratados internacionais mencionados no que se refere à prisão civil do depositário infiel?

Extensão máxima: 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]

Distribuição das notas

DIR Q2

Nota: 20, 18, 16, 14, 12, 10, 8, 6, 4, 2, 0

Ampla
Negros

Posição: 26 25 24 23 22 21 20 19 18 17 16 15 14 13 12 11 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1

Padrão de resposta da questão 2

1. Conforme mencionado no texto motivador, a Constituição Federal (art. 5.º, LXVII) determina que "não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel". Portanto, é estabelecido textualmente no nosso sistema a regra da inexistência de prisão civil por dívida, salvo em duas hipóteses: (a) inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia; e (b) depositário infiel.

Contudo, desde a ratificação, pelo Brasil, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (art. 11) e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica (art. 7.º, 7), ambos no ano de 1992, surgiu a controvérsia sobre a possibilidade de haver prisão civil do depositário infiel, com fundamento no inciso LXVII do art. 5.º da Constituição.

A razão da controvérsia é que os tratados internacionais mencionados só permitem a prisão civil na hipótese de não pagamento de obrigação alimentícia, mas não na do depositário infiel.

Apreciando a questão, especificamente no tocante à aplicação do Pacto de San José da Costa Rica, o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento de que a prisão civil por dívida, prevista no inciso LXVII do art. 5.º da Constituição Federal, é aplicável apenas ao responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia, e não ao depositário infiel (RE 466.343-1/SP, Rel. Min. Cezar Peluso, 3/12/2008). A partir desse entendimento, o Supremo Tribunal Federal editou a **Súmula Vinculante n.º 25: "É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito".**

2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal afirma que os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos celebrados pelo Brasil têm **natureza supralegal, ou seja, se situam abaixo da Constituição, mas acima da legislação interna.** Dessa forma, os tratados internacionais sobre direitos humanos **são atos normativos infraconstitucionais (abaixo da Constituição Federal), porém, diante de seu caráter especial em relação aos demais atos normativos internacionais, também são dotados de um atributo de supralegalidade (acima das leis).**

3. Por força dessa **supralegalidade**, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica, ratificados pelo Brasil em 1992, **tornaram inaplicável a legislação infraconstitucional sobre a prisão do depositário infiel com**

eles conflitante, seja ela anterior ou posterior ao ato de ratificação de tais normas internacionais, e, com isso, afastaram a possibilidade de prisão do depositário infiel prevista no inciso LXVII do art. 5.º da Constituição Federal. A força paralisante do tratado internacional não incide diretamente sobre o texto da Constituição Federal, mas sim sobre a legislação infraconstitucional que o regulamenta. Portanto, **o texto constitucional não é revogado pelo tratado internacional; apenas se torna inaplicável em razão da ausência de normas infraconstitucionais regulamentadoras — estas, sim, paralisadas pela norma internacional.**

Assim, a previsão constitucional da prisão civil do depositário infiel (art. 5.º, inciso LXVII) não foi revogada pela ratificação, pelo Brasil, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (art. 11) e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica (art. 7.º, 7), mas deixou de ter aplicabilidade diante do efeito paralisante desses tratados em relação à legislação infraconstitucional que disciplina a matéria, seja essa legislação anterior ou posterior à data de ratificação de tais normas internacionais. Em suma, ao reconhecer status de supralegalidade aos tratados internacionais sobre direitos humanos, o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento de que, desde a ratificação pelo Brasil, no ano de 1992, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica, não há base legal para aplicação da parte final do art. 5.º, inciso LXVII, da Constituição, ou seja, para a prisão civil do depositário infiel.

É importante observar, ainda, que, durante o período em que o Supremo Tribunal Federal admitiu a prisão civil do depositário infiel, o tribunal também placitava a prisão civil de outros devedores, em contratos distintos, por equiparação à figura jurídica do depositário infiel. Admitia-se, por exemplo, a prisão do devedor nos contratos de alienação: fiduciária em garantia, de penhor mercantil, de penhor agrícola e de depósito de imóvel. Com o afastamento da prisão civil do depositário infiel, todas essas hipóteses de prisão civil por equiparação também resultaram afastadas (afinal, se elas eram decretadas por equiparação ao depositário infiel, e a prisão deste não mais é aceita, aqueles devedores, por óbvio, também não poderão mais ser presos).

Atualmente, portanto, a única prisão civil por dívida admitida no Brasil é a do devedor de alimentos.

Pedro Vale de Andrade Arruda Câmara
nota: ***17,67****/20*

A prisão civil do depositário infiel é ilícita no Direito brasileiro, entendimento cristalizado na Súmula Vinculante 25 do Supremo Tribunal Federal. Para entender o motivo de esse ser o caso, mesmo diante do inciso LXVII do art. 5° da CF/88, que aventa a possibilidade da prisão do depositário infiel, é necessário compreender como os tratados de direitos humanos inserem-se, hierarquicamente, no ordenamento jurídico brasileiro.

Tratados que versam sobre temas gerais possuem status de lei ordinária, no Direito brasileiro; tratados de direitos humanos, por sua vez, podem ter status constitucional ou supralegal, a depender de como foram incorporados no ordenamento jurídico interno. A Emenda Constitucional 45, de 2004, estabeleceu que os tratados de direitos humanos que sejam aprovados por 3/5 dos votos, nas duas Casas do Congresso, em votações de dois turnos, gozarão de status constitucional. É o caso, por exemplo, do Tratado de Nova York sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu Protocolo Adicional, bem como do Tratado de Marraquexe sobre a propriedade intelectual de obras destinadas a pessoas com deficiência visual.

A EC 45, contudo, silenciava a respeito do status dos tratados de direitos humanos que já houvessem sido incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro sem o rito qualificado acima descrito. A questão foi elucidada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário 466.343, de 2009, que estabelece a natureza supralegal desses tratados – hierarquicamente superiores à legislação ordinária, mas inferiores à norma constitucional. O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966) e o Pacto de São José da Costa Rica (1969), aos quais o Brasil aderiu em 1992, possuem, portanto, status de norma supralegal, no ordenamento jurídico brasileiro.

Destarte, compreende-se o motivo de a prisão civil do depositário infiel ser proibida, no Brasil. A aplicação dos referidos pactos de direitos humanos submete-se à Constituição, que, em seu art. 5°, prevê a possibilidade de prisão do depositário infiel. No entanto, a legislação infraconstitucional que regulamenta essa prisão, consubstanciada no art. 652 do Código Civil brasileiro, foi derrogada pela normativa supralegal estabelecida pelos dois pactos, conforme o princípio do lex superiori derogat legis inferiori, uma vez que esses tratados proíbem essa modalidade de punição. A norma constitucional que permite a prisão civil do depositário infiel ainda vige, mas carece de operacionalidade.

Conclui-se, portanto, que não existe antinomia entre a Constituição Federal brasileira e os tratados de direitos humanos que vinculam o país, no que diz respeito à prisão do depositário infiel, entendimento pacificado com a edição da Súmula Vinculante 25. Acrescente-se que, mesmo que o STF não tivesse se

manifestado, os tribunais e juízes brasileiros deveriam aplicar tal entendimento, uma vez que lhes cabe, de acordo com Mazzuoli, o exercício do controle de convencionalidade difuso dos tratados de DH com status supralegal.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
   2.1. **Ilicitude da prisão do depositário infiel. Súmula Vinculante n.º 25 do STF: 6/6**
   2.2. **Natureza jurídica e a posição hierárquica dos tratados internacionais (Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e Pacto de São José da Costa Rica): 6/6**
   2.3. **A relação e os efeitos da legislação nacional infraconstitucional e constitucional com os tratados internacionais mencionados quanto à prisão civil do depositário infiel: 4,67/7**

Resultado

Nota: **17,67**

COMENTÁRIO

RECURSO DO CANDIDATO:

"O candidato solicita, respeitosamente, a reavaliação do critério [2.3] em tela, por considerar que a nota provisória (4,67/7,00) não está de acordo com sua exposição acerca da relação entre a legislação nacional (infraconstitucional e constitucional) com os tratados internacionais mencionados na questão.

De acordo com próprio modelo de respostas concedido pelo CESPE, o candidato deveria abordar os seguintes tópicos: (i) a questão da supralegalidade dos tratados mencionados; (ii) a consequente inaplicabilidade da legislação infraconstitucional; (iii) e a não revogabilidade do texto constitucional pelos tratados, reforçando o caráter de ausência de normas regulamentadoras.

Todos esses pontos foram abordados na questão, razão pela qual o candidato acredita que a pontuação máxima lhe deveria ter sido atribuída.

1. Nas linhas 18-24, foi elucidada a questão do caráter supralegal dos tratados trazidos pela questão, de modo que ficou claro sua posição hierárquica no ordenamento jurídico brasileiro;

2. Nas linhas 28-34, foi tratada a questão da inaplicabilidade da legislação infraconstitucional, uma vez que incompatível com o estabelecido nos tratados internacionais trazidos pela questão;

3. Por fim, a não revogabilidade do texto constitucional ficou cristalizada nas linhas 35-40, nas quais o candidato ratificou a ausência de antinomia entre a Constituição Federal e o texto dos tratados, de modo que

esses não revogam o texto constitucional, que ainda vige; apenas carece de operacionalidade, justamente pela revogação das normas infraconstitucionais, como abordado pelo candidato nas linhas 33-34.

Considerando o exposto, o candidato acredita que cumpriu, integralmente ao exigido pelo enunciado, em conformidade com os pontos dispostos no modelo de resposta. Por esse motivo, roga, com todo o respeito, que o(a) examinador(a) reavalie a questão e, caso julgue cabível, majore a nota.

RESPOSTA DA BANCA:

"Recurso indeferido. A resposta apresentada não incorre em majoração de nota. A banca mantém a pontuação atribuída por estar proporcional ao desempenho do candidato. Realmente o candidato abordou que as normas supralegais tornariam inaplicável a legislação infraconstitucional sobre a prisão do depositário infiel com eles conflitante, seja ela anterior ou posterior ao ato de ratificação de tais normas internacionais, e, com isso, afastaram a possibilidade de prisão do depositário infiel prevista no inciso LXVII do art. 5.° da Constituição Federal. Contudo, deveria ter afirmado expressamente que a força paralisante do tratado internacional não incide diretamente sobre o texto da Constituição Federal, mas sim sobre a legislação infraconstitucional que o regulamenta. Portanto, o texto constitucional não é revogado pelo tratado internacional; apenas se torna inaplicável em razão da ausência de normas infraconstitucionais regulamentadoras — estas, sim, paralisadas pela norma internacional. Recurso provido somente neste particular".

Angelo Paulo Sales dos Santos
nota: ***15,67****/20*

Segundo entendimento esposado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a prisão civil do depositário infiel não é lícita no direito brasileiro, tendo em vista a adesão, pelo país, ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH). Em sua decisão, o STF traçou claro posicionamento acerca da hierarquia dos tratados internalizados no ordenamento jurídico nacional.

Deveras, conforme decidiu o STF, o PIDCP e a CADH têm natureza jurídica de normas convencionais, ingressando no direito brasileiro como fontes de direitos e deveres. Ainda segundo a Suprema Corte brasileira, esses tratados possuem, no ordenamento jurídico, hierarquia supralegal, colocando-se hierarquicamente abaixo das normas constitucionais e acima da legislação ordinária. Para a hermenêutica do STF, tratados de direitos humanos podem ter dois status hierárquicos no direito brasileiro. Caso sejam aprovados pelo Congresso Nacional segundo os procedimentos previstos para as Emendas Constitucionais, tais tratados terão status equivalente a uma Emenda à Constituição. Porém, se o Congresso Nacional optar por não se valer de tal procedimento, como ocorreu com o PIDPC e a CADH, os tratados que versam sobre direitos humanos terão hierarquia supralegal.

É importante ver que, de acordo com o entendimento firmado pelo STF, a hierarquia supralegal atribuída àqueles tratados não permite que suas regras limitadoras da prisão civil revoguem o art. 5º, inciso LXVII a CF/88, no que se refere à admissão da prisão do depositário infiel; para tanto, seria indispensável outra norma de hierarquia constitucional. Todavia, o caráter supralegal do PIDCP e da CADH tem o efeito de derrogar a previsão do art. 652 do Código Civil, que regulamenta, no âmbito infraconstitucional, a prisão do depositário infiel.

Percebe-se, assim, que o STF exerceu um verdadeiro controle de convencionalidade do art. 652 do Código Civil, considerando-o incompatível com normas de hierarquia supralegal. Destarte, permanece a previsão constitucional de prisão do depositário infiel, a qual, porém, carece de regulamentação. Mais ainda, qualquer tentativa de tratamento do tema, por meio da legislação ordinária, fatalmente esbarrará no limite imposto pela superioridade hierárquica dos tratados de direitos humanos, tais como o PIDCP e a CADH.

A partir da decisão proferida pelo STF, portanto, a única hipótese de prisão civil admitida no direito brasileiro é a do devedor de alimentos. Nesse sentido, vale ressaltar que a importância do referido

julgamento vai além da questão específica do depositário infiel; trata-se, de fato, de um leading case acerca da hierarquia dos tratados incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Ilicitude da prisão do depositário infiel. Súmula Vinculante n.º 25 do STF: 2/6**
   - 2.2. **Natureza jurídica e a posição hierárquica dos tratados internacionais (Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e Pacto de São José da Costa Rica): 6/6**
   - 2.3. **A relação e os efeitos da legislação nacional infraconstitucional e constitucional com os tratados internacionais mencionados quanto à prisão civil do depositário infiel: 4,67/7**

Resultado

Nota preliminar: **13,67**

Nota final: **15,67**

Rafael Mendes Bernardes
nota: ***13,67****/20*

A temática da relação entre o direito interno e o direito internacional é tema fundamental do constitucionalismo contemporâneo, devido às intersecções existentes atualmente entre os dois ordenamentos. A análise a cerca da prisão do depositário infiel refere-se a essa temática, especialmente no que tange à hierarquia dos tratados de direitos humanos.

No Brasil, desde 2008, após decisão do STF, a prisão de depositário infiel não é mais permitida no Brasil, visto que o tribunal superior considerou o fenômeno incompatível com obrigações internacionais assumidas pelo país.

Segundo o ordenamento brasileiro, a natureza jurídica de tratados internacionais, cuja ratificação tenha sido autorizada pelo Congresso Nacional e que tenham sido internalizados no ordenamento brasileiro via promulgação do decreto presidencial referente ao tratado, é a natureza jurídica de uma norma de direito interno. Em relação à posição hierárquica, como o PIDCP e a Convenção Americana são tratados de direitos humanos, eles possuem regulação diversa daqueles tratados sobre matérias comuns. A Emenda Constitucional 45/2004 estabeleceu que os tratados de direitos humanos aprovados pelo rito semelhante ao das emendas constitucionais seriam integrados ao bloco de constitucionalidade, possuindo a mesma hierarquia das normas constitucionais. Entretanto, a EC 45/2004 deixou em aberto a posição hierárquica dos tratados de direitos humanos não aprovados por esse rito especial e é esse o caso do PIDCP e da Convenção Americana. Foi somente em 2008, com o julgamento do recurso referente ao caso da prisão civil de depositário infiel que o STF aclarou a posição hierárquica. A partir do voto do Ministro Gilmar Mendes, a corte decidiu que, por conterem normas fundamentais, os tratados de direitos humanos possuiriam hierarquia supralegal, porém infraconstitucional. Assim, a posição hierárquica do PIDCP e da Convenção Americana no direito brasileiro é a de norma supralegal e infraconstitucional.

Determinada a hierarquia desses tratados, resta analisar a interação entre eles e as normas infraconstitucionais e as normas constitucionais a respeito da prisão civil de depositário infiel. Em relação ao art. 5, inc. LXVII, da Constituição, que permite a prisão civil de depositário infiel, ele continua existente e válido no ordenamento brasileiro (ou seja, não foi revogado, anulado ou suspenso), uma vz que o PIDCP e a Convenção Americana, que não permitem essa prisão, possuem hierarquia inferior a essa norma constitucional. Assim, resta a dúvida – se essa norma constitucional continua existente, como se pode dizer que a prisão de depositário infiel não é permitida? Isso ocorre devido aos efeitos do PIDCP e da Convenção Americana incidentes sobre as normas infraconstitucionais brasileiras acerca da prisão de

depositário infiel, como é o caso do art. 652 do Código Civil. O STF, no julgamento de 2008 já citado, estabeleceu o entendimento que as normas do PIDCP e da Convenção Americana referentes à prisão por dívida, por possuírem caráter supralegal, suspenderiam a aplicação das normas infraconstitucionais brasileiras no que lhes fossem contrárias. Dessa forma, o art. 652 do CC, por ser contrário aos tratados mencionados, está suspenso nas partes que contrariam esses tratados.

A título de conclusão, apresenta-se a crítica de relevantes juristas, como Flávia Piovesan, à decisão de considerar tratados de direitos humanos não aprovados pelo rito especial como inferiores à Constituição. Para esses autores, todos os tratados de direitos humanos deveriam ser considerados como possuindo hierarquia constitucional quando aceitos pelo Brasil. Isso advém do fato de que materialmente (mesmo que não formalmente) as normas desse tipo de tratados são normas com matéria constitucional e, considerando que a Constituição brasileira admite o instituto do bloco de constitucionalidade, essas normas deveriam integrá-lo por força de sua materialidade constitucional.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Ilicitude da prisão do depositário infiel. Súmula Vinculante n.º 25 do STF: 4/6**
   - 2.2. **Natureza jurídica e a posição hierárquica dos tratados internacionais (Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e Pacto de São José da Costa Rica): 4/6**
   - 2.3. **A relação e os efeitos da legislação nacional infraconstitucional e constitucional com os tratados internacionais mencionados quanto à prisão civil do depositário infiel: 4,67/7**

Resultado

Nota preliminar: **13,67**

Nota final: **15,67**

Nota média: Cauê Rodrigues Pimentel
nota: ***13,67**/20*

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, em seu art.5º, £2º, que o rol de direitos fundamentais da Carta Magna não são exaustivos e que, dessarte, novos direitos podiam decorrer da adesão brasileira a tratados internacionais. Esse artigo, conhecido doutrinariamente como “Cláusula aberta” da CF/88, é exemplo primordial da crescente interação entre Direito Constitucional e Direito Internacional, fenômeno que Peter Haberle considera como a emergência de um Estado Constitucional cooperativo ou que José Canotilho aduz como a formação de um Direito Constitucional globalizado. Isso gera consequências práticas na aplicação do direito, como no caso da prisão civil do depositário infiel em face do Pacto de San José da Costa Rica.

Segundo o entendimento contemporâneo do STF, a prisão civil do depositário infiel seria ilícita. Essa conclusão decorre da atual posição hierárquica que os tratados de direitos humanos desfrutam na ordem jurídica pátria. Atualmente, tratados de direitos humanos incorporados pelo Brasil podem ser equiparados a Emendas Constitucionais (art. º £3, introduzidos pela EC 45/2004), desde que aprovados segundo o mesmo critério das emendas tradicionais (2 turnos, 2 casas, por 3/5 dos votos); esses tratados (atualmente três vigentes) constituem o que a doutrina chamou de “bloco de constitucionalidade”. Esse entendimento ficou consagrado no julgamento do Recurso Extraordinário 466.343, no qual o STF teve que deliberar acerca da antinomia do Art.5º, LXVIII da CF e o Pacto de San José da Costa Rica, acerca da prisão civil do depositário infiel (também prevista no art. 562 do Código Civil). Nesse julgamento, triunfou o entendimento que as normas de direitos humanos teriam prevalência, tornando a prisão do depositário infiel ilícita.

O reconhecimento de status diferenciado aos tratados humanos (sic) no ordenamento jurídico brasileiro deu origem ao que a doutrina entende como “controle de Convencionalidade” da legislação brasileira. Decorre, portanto, que tratados de direitos humanos, sejam equivalentes a emendas constitucionais ou supralegais, poderão ser utilizados como parâmetro de análise da legislação brasileira, complementando o controle de constitucionalidade das leis. Enquanto o controle de constitucionalidade gera nulidade da norma que contrarie a Carta Magna, o controle de convencionalidade, segundo a doutrina majoritária, gera efeitos paralisantes sobre a legislação contrária aos tratados de Direitos Humanos. É o que acontece no caso da prisão do depositário infiel, atualmente obstada pelo efeito paralisante da Convenção Interamericana de Direitos Humanos sobre o Código Civil brasileiro.

O reconhecimento do status especial dos tratados de Direitos Humanos, seja na forma do art. 5º, £3, seja nos termos do RE 466.343, aduzem, de modo concreto, a abertura da ordem constitucional brasileira ao Direito Internacional. Constitui, junto com o Controle de Convencionalidade, o fenômeno da internacionalização da ordem constitucional e constitucionalização do Direito Público internacional, processo dialético que, como apontam Haberle e Canotilho, superam a velha doutrina dicotômica monismo/dualismo, e robustece a proteção dos direitos fundamentais no direito contemporâneo. (462 palavras.)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **Ilicitude da prisão do depositário infiel. Súmula Vinculante n.º 25 do STF: 4/6**
    - 2.2. **Natureza jurídica e a posição hierárquica dos tratados internacionais (Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e Pacto de São José da Costa Rica): 4/6**
    - 2.3. **A relação e os efeitos da legislação nacional infraconstitucional e constitucional com os tratados internacionais mencionados quanto à prisão civil do depositário infiel: 4,67/7***

Resultado

Nota preliminar: **9**

Nota final: **13,67**

COMENTÁRIO

(*) Inicialmente, o candidato havia sido apenado com nota 0,00 nesse quesito. Com os recursos, foram adicionados 4,67 pontos ao computo final.

Pior nota: Anônimo
nota: ***9,33****/20*

A prisão do depositário infiel não é mais considerada lícita pelo ordenamento jurídico pátrio. Essa mudança deveu-se à reorientação da jurisprudência do STF, de modo a alinhá-la a instrumentos internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil, como o Pacto de San José da Costa Rica e o PIDCP.

A inflexão da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal decorreu da evolução da posição hierárquica dos Tratados de Direitos Humanos. Tradicionalmente, com base no RE 80 004, os tratados internacionais eram incorporados ao ordenamento jurídico interno com status de lei ordinária federal. Posteriormente, com o advento do CF/88 e com a busca por garantir máxima proteção aos direitos fundamentais, foi atribuída aos tratados de Direitos Humanos nova condição hierárquica. Conforme o Artigo 5º, Parágrafo 3º, CF/88, os tratados que versarem sobre Direitos Humanos e que sejam aprovados pelo Congresso Nacional com base no procedimento de votação de emendas constitucionais (2 turnos, nas 2 casas do Congresso Nacional, por voto de 3/5 dos membros) gozarão de status equivalente ao de emendas constitucionais, integrando, portanto, o bloco de convencionalidade. Caso os tratados de Direitos Humanos sejam aprovados pelo Congresso Nacional com base no quórum ordinário, terão estatura supralegal, conforme o RE 466 343. Desse modo, os tratados de Direitos Humanos ocupam posição privilegiada. Nesse sentido, o Pacto de San José de Costa Rica e o PIDCP gozam de status supralegal, pois não foram aprovados pelo procedimento 2235 e pois foram ratificados antes da Emenda Constitucional 45, que introduziu o Artigo 5º, Parágrafo 3º.

Em razão do status hierárquico das referidas convenções, as disposições infraconstitucionais incompatíveis com tais instrumentos, como o Artigo 623 do Código Civil, tiveram de ser suspensos ou revogados. No âmbito interamericano, esses efeitos asseguram o cumprimento do Artigo 2 da Convenção Interamericana, que exige que os Estados-partes modifiquem os ordenamentos jurídicos pátrios a fim de salvaguardar os direitos consagrados no tratado, sob pena de responsabilidade internacional, como ilustra recente condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Vladimir Herzog, no qual a Corte considerou a Lei de Anistia brasileira incompatível com o Pacto de San José. A jurisprudência da CIDH tem reconhecido, também, a possibilidade de controle de convencionalidade da legislação infraconstitucional, a ser realizada de ofício pelas instâncias jurisdicionais das partes na convenção. No que concerne à relação entre os referidos tratados e a legislação constitucional, a ratificação dessas convenções ensejou a mutação constitucional, processo informal de alteração do texto constitucional, que implicou a alteração do conteúdo normativo sem modificação do texto. Dessa maneira, não mais se considera que a CF/88 autoriza a prisão do depositário infiel.

À luz do exposto, fica evidente a coparticipação do Direito Internacional e do Direito Interno na concretização dos direitos fundamentais. A evolução da jurisprudência do STF permite, em último caso, caracterizar o Estado brasileiro como um Estado cooperativo, conforme descreve Peter Härbele, isto é, um Estado que busca no Direito Internacional meios de garantia dos princípios constitucionais e de proteção da dignidade da pessoa humana, fortalecendo, assim, os direitos fundamentais.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **Ilicitude da prisão do depositário infiel. Súmula Vinculante n.º 25 do STF: 4/6**
    - 2.2. **Natureza jurídica e a posição hierárquica dos tratados internacionais (Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e Pacto de São José da Costa Rica): 2/6**
    - 2.3. **A relação e os efeitos da legislação nacional infraconstitucional e constitucional com os tratados internacionais mencionados quanto à prisão civil do depositário infiel: 2,33/7**

Resultado

Nota final: **9,33**

DIREITO

banca:
Diogo Palau Flores dos Santos
João Ernesto Christófolo
Jorge Luiz Fontoura Nogueira
Letícia Frazão Alexandre de Moraes Leme

_questão 3

Como promessa de pacificação não isenta de contradições, o direito internacional público contempla princípios e valores de atores dominantes, ao tempo em que busca proteger e emancipar, quando atua contra essa mesma dominação.

Discorra sobre a proposição apresentada, citando exemplos da atuação do direito internacional público no que se refere às perspectivas suscitadas.

Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]

Distribuição das notas

DIR Q3

Nota: 0,0 5,0 10,0 15,0 20,0 25,0 30,0 35,0

Ampla
Negros

26 25 24 23 22 21 20 19 18 17 16 15 14 13 12 11 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1

Posição

Padrão de resposta da questão 3

O candidato deve elaborar análise do paradoxo proposto na assertiva, a partir de conceitos basilares da disciplina, com utilização de argumentação doutrinária e emprego de terminologia apropriada.

Deverá formular referências adequadas, citando exemplos, tanto à possibilidade de utilização do direito internacional como garantia de manutenção de posições de poder de fato, políticos e econômicos, quanto em prol da segurança coletiva e da sociedade internacional como um todo, com paradigmas de manutenção da paz ou como promessa de pacificação, com fulcro no desenvolvimento, na ampliação e na fragmentação de demandas no cenário internacional.

São desejáveis menções a exemplos como o direito do comércio internacional e direitos humanos, ao direito internacional do meio ambiente, com possíveis referências à era das organizações internacionais, com multiplicação de atores e novas disciplinas, bem como do aumento considerável de tribunais internacionais. As novas agendas do direito internacional e as fontes não codificadas também podem ser colacionadas, com a inclusão de temas sempre mais abrangentes e limitadores da discrição estatal.

É essencial a apropriada citação de exemplos de atuação do direito internacional, tanto em uma como em outra vertente, nos termos da proposição que o tema dissertativo devidamente interpretado contempla.

Espera-se conclusão que considere perspectiva de atualidade do direito internacional público, de seus logros e impasses, bem como de seu reconhecimento por estados e por demais atores partícipes vida internacional.

Jorge Luiz de Lima Santos
nota: ***30**/30*

O Direito Internacional Público é reflexo do sistema de equilíbrio de poder dos Estados. Nesse sentido, a normativa internacional é resultante dos princípios e valores dos atores dominantes. A paz como princípio que fundamenta das relações entre os estados foi consagrada em meio a avanços e recuos. A gradual limitação do uso da força tem relação direta com essa dinâmica. Do mesmo modo, a emergência dos direitos humanos como tema prioritário no direito internacional está sujeita a questões complexas como a decisão de intervir ou não num Estado em razão de questões humanitárias.

A consagração do Pacto Brian-Kellog, em 1928, parecia ser um indício de que o mundo se direcionava para completa proibição do uso da força entre os Estados. A promessa de pacificação do Pós-I Guerra Mundial ganhava força normativa. Muito pouco tempo depois, parte daqueles estados estarão envoltos no completo abandono daquela promessa inicial. O fim da Segunda Guerra e a criação da ONU, em 1945, trouxeram novamente aqueles princípios contidos no Pacto Brian-Kellog, dessa vez, ampliados na Carta da ONU. A Carta consagra princípios e valores dos vencedores do conflito, como a prevalência da solução pacífica de controvérsias e a proibição do uso da força contra integridade de outro Estado. Como expressa o preâmbulo da Carta, os países que desejassem ser parte da ONU deveriam ser "amantes da paz". O Direito Internacional voltava-se para garantia da paz e segurança e para proteção da dignidade humana.

Ao mesmo tempo que estabelecia a paz e segurança como objetivos centrais da nova ordem internacional, a Carta da ONU concentrava nos atores dominantes a decisão sobre o que representaria uma ameaça e em que circunstância seria legítimo o uso da força. O capítulo VII da Carta autoriza o Conselho de Segurança a usar de todos os meios necessários para garantir a paz, inclusive o uso da força. A defesa dos direitos humanos deu ensejo a diversas intervenções que, ao buscar proteger e emancipar, resultaram muitas vezes em catástrofes humanitárias.

Ainda que não previstas na Carta de forma expressa, as Missões de Paz surgiram no contexto em que a paz internacional era considerada ameaçada pelos membros da CSNU. Mesmo que tenham conseguido obter êxito, muitas vezes, as missões de paz resultaram em fragilização do tecido social do país receptor. A autorização de uso da força por parte do CSNU ao mesmo tempo que conseguiu proteger populações, como no caso da invasão do Iraque ao Kuwait, tiveram consequências negativas no caso da autorização do uso da força na Líbia em 2011, cujo mandato era apenas de proteção da população civil, mas resultou na derrubada do governo de Muamar Kadafi.

O mesmo país que liderou a construção do arcabouço normativo da ONU e o sistema decisório do CSNU como as formas legítimas de atuação internacional, não acatou decisão do CSNU que não autorizou o uso da força no Iraque em 2003. Nesse contexto, o direito internacional não possuía meios de se fazer prevalecer em face do interesse de um ator dominante. Em parecer consultivo de 1994 sobre a legalidade do uso de armas nucleares, a Corte Internacional de Justiça não foi capaz de decidir se o uso de armas nucleares era lícito ou ilícito no caso de risco de sobrevivência do Estado. A postura da CIJ reflete essa tensão latente no DIP quanto aos limites de ação dos Estados. O voto dissidente de um juiz da Corte deixou claro que a ameaça real a toda humanidade no caso de uso de armas nucleares não poderia ser sobreposta à existência do Estado.

A posição reticente e mesmo negatória de diversos países, sobretudo, os nuclearmente armados em aderir ao Pacto para Proibição Completa de Armas Nucleares revela como a criação de normas no DIP ainda depende muito da posição dos atores dominantes, ainda que, de forma um tanto contraditória, esses atores defendam a paz e a prevalência da vida humana.

É nesse processo de avanços e recuos que o DIP se desenvolve, tensionando o poder dominante, ao mesmo tempo que depende dele para sua real efetividade.

_AVALIAÇÃO

1. Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5

2. Desenvolvimento do tema

2.1. Análise do paradoxo exposto na assertiva: 8,5/8,5

2.2. Possibilidade de utilização do direito internacional tanto como garantia da manutenção de posições de poder de fato, quanto em sua atuação em função de outra perspectiva, com novas demandas e agendas: 10/10

2.3. Perspectiva atual do direito internacional público: 10/10

Resultado

Nota: **30**

Anna Paula Ribeiro Araujo Mamede
*nota: **30**/30*

A ideia puramente volitiva do direito internacional público (DIP) não mais explica a sociedade internacional no contexto hodierno. Com efeito, surgido como meio de regular as relações entre Estados soberanos e de alcançar a paz, o DIP deixou de ser mero reflexo dos interesses e dos princípios de atores dominantes para algo mais complexo e multidimensional, que constrange mesmo os atores dominantes do sistema, de modo que o uso da força deixou de ser meio legítimo para a solução de controvérsias. Nesse contexto, pode-se argumentar que o DIP se baseia em certos princípios e valores comuns, como o "pacta sunt servanda"e a boa-fé, mas evoluiu, para se tornar um meio de proteção e de emancipação de atores marginalizados no sistema criado por atores dominantes, como ocorre no seio da Organização das Nações Unidas.

Pode-se argumentar que a "promessa de pacificação" do DIP tem um marco relevante com a adoção do Pacto de Briand-Kellog, de 1928, que prescreveria a guerra como meio legítimo de solução de controvérsias. Naquele contexto, os então atores dominantes buscavam os compromissos dos demais com a renúncia à guerra, ao mesmo tempo que, internamente, continuavam a se armarem e davam pouca importância aos nítidos atos bélicos tomados por alguns países, como a tomada da Manchúria pelo Japão, em 1931, ou a invasão da Itália na Etiópia. Assim, no contexto ideológico da Liga das Nações, os países buscavam implementar a paz e assegurar compromissos pacíficos dos demais, enquanto se preparavam para a guerra. A contradição tornou-se insustentável e resultou na 2a Guerra Mundial, com o fim da Liga.

Em 1945, com a criação da ONU, o direito internacional crescia em importância, com a definitiva proibição do recurso à guerra como meio legítimo de solução de controvérsias, a tendência de judicialização e de codificação das normas internacionais e a possibilidade de fazer valer suas decisões, por meio de um Conselho de Segurança apto a utilizar a força para salvaguardar a paz e a segurança internacionais. Ainda que a ONU tenha contemplado os princípios e valores dos atores dominantes quando de sua criação, com os vencedores da 2a Guerra Mundial (EUA, Reino Unido, França e URSS) mais a China, o que se traduziu no veto do P5, a organização evoluiu para permitir que outros atores apresentem suas próprias demandas, inclusive contra o P5. No âmbito da Corte Internacional de Justiça, esse aspecto é notório. No caso julgado pela CIJ entre EUA e Nicarágua, por exemplo, a Corte não hesitou em condenar os EUA pela interferência em assuntos internos dos nicaraguenses, condenando o país pelo financiamento e pelo apoio logístico fornecido aos Contra, no contexto após a Revolução Sandinista. No caso do Estreito de Corfu, a Corte também sublinhou a ação do Reino Unido como ação de grande potência. Ainda que a implementação

dessas decisões seja algo complexa, não se pode rechaçar o fato de que a ONU, sobretudo a CIJ, atua contra a dominação dos atores dominantes, pois não pauta suas decisões nos interesses desses atores, mas sim na aplicação, ainda que não isenta de críticas, das regras de DIP.

No que se refere ao patamar adquirido pelas regras de jus cogens, também é possível argumentar que o direito internacional público busca proteger e emancipar certos princípios e valores fundamentais à existência pacífica dos Estados. A partir da definição de jus cogens da Convenção de Viena do Direito dos Tratados (CVDT/1969), como normas gerais e aceitas pela comunidade internacional dos Estados, como normas peremptórias, da qual nenhuma derrogação é permitida e que só podem ser alteradas por normas de mesma natureza, houve a positivação de importante conceito para impedir que os Estados ajam apenas segundo seus interesses, ainda que sejam atores dominantes do sistema internacional. Com efeito, mesmo as resoluções do Conselho de Segurança não podem ir de encontro a normas de jus cogens, sob o risco de nulidade. Ainda que não haja rol taxativo dessas normas, o apartheid, a tortura e a escravidão já foram reconhecidas proibições do DIP atual como normas de jus cogens, que permitem a proteção e a emancipação do próprio direito internacional público contra a dominação da mera vontade de atores relevantes.

Se, ainda hoje, a promessa de pacificação do DIP não está isenta de contradições, a própria criação da ONU e a proibição definitiva de uso da força, com meios de implementar essa decisão, constitui avanço relevantes. Ao mesmo tempo, o reconhecimento das normas de jus cogens e a tendência de judicialização do DIP, com sentenças mais isonômicas, tornaram-se importantes mecanismos para assegurar que o direito internacional público atue de maneira independente dos princípios e valores de atores dominantes e segundo regras mais isonômicas.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Análise do paradoxo exposto na assertiva: 8,5/8,5**
   - 2.2. **Possibilidade de utilização do direito internacional tanto como garantia da manutenção de posições de poder de fato, quanto em sua atuação em função de outra perspectiva, com novas demandas e agendas: 10/10**
   - 2.3. **Perspectiva atual do direito internacional público: 10/10**

Resultado

Nota: **30**

Angelo Paulo Sales dos Santos
nota: ***30****/30*

A proposta de pacificação da sociedade internacional integra as preocupações do direito das gentes há décadas. A promoção da paz e da segurança globais é, atualmente, um objetivo fundamental do direito internacional público, que prevê todo um regramento voltado para o atingimento dessa meta. Observa-se, porém, que os diversos regimes internacionais destinados à pacificação mundial trazem em si a oposição entre princípios e valores sustentados por atores dominantes e anseios por proteção e emancipação dos mais fracos. Essa oposição, por si só potencialmente geradora de conflitos, torna ainda mais importante o fortalecimento de instâncias de governança global democráticas, onde esses diferentes vetores possam se equilibrar.

Deveras, a definição de meios jurídicos capazes de assegurar a paz vem sendo perseguida pela humanidade há décadas. Desde formulações como os Pactos Briand-Kellog e Saavedra Lamas até a adoção da Carta de São Francisco e dos diversos regimes de solução de controvérsias criados após a ONU, observou-se um verdadeiro esforço do direito internacional público para estabelecer regras de prevenção e solução e conflitos. Desse modo, o recurso à força é, via de regra, proscrito na atualidade, evidenciando que, ao menos no plano jurídico-normativo, os anseios por pacificação tiveram resultados efetivos.

Percebe-se, contudo, que a ideia de pacificação sustentada pelo direito internacional público não deixa de traduzir concepções próprias das nações mais poderosas. A primazia de valores e princípios dos atores dominantes pode ser observada dentro do próprio sistema ONU, cujo principal órgão, responsável pela garantia da paz mundial, tem em sua composição 5 membros permanentes e com poder de veto. Esse verdadeiro condomínio de poder, de parte dos mais fortes, não se restringe ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, reproduzindo-se em outros regimes jurídicos, como aquele estabelecido pelo Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP). Fica evidente, assim, que mesmo após a paz ter sido alçada à condição de valor basilar da sociedade internacional, ainda persistem, no direito das gentes, condições desiguais entre os mais fracos e os mais fortes, os quais têm maior capacidade de influenciar a formação das regras do direito internacional.

Entretanto, o direito internacional público também repercute os anseios dos mais fracos por proteção e emancipação. Dentro da própria ONU, tais anseios se manifestam, muitas vezes, pela aprovação de Resoluções, na Assembleia Geral, as quais, mesmo não sendo vinculantes, consagram costumes e orientam a aplicação do direito, no futuro. É o que ocorre, por exemplo, com a Resolução 2625/1970, sobre princípios aplicáveis às relações pacíficas entre Estados, que prevê o direito à autodeterminação dos

povos, admitindo até o uso da força, em hipótese de descolonização e de sucessão remedial. Percebe-se, assim, que o direito das gentes não rejeita as demandas dos dominados, buscando promover seus direitos e responder às suas preocupações.

O direito internacional público carrega, portanto, dois vetores aparentemente conflitantes, representados pelas vontades de dominantes e dominados. Diante desse cenário, mostra-se cada vez mais importante o fortalecimento de instâncias de governança multilaterais, como o é o caso da própria ONU, que deve passar por reformas voltadas à maior democratização do poder. Além disso, é essencial a valorização do próprio direito das gentes, como mecanismo eficaz de equilíbrio entre interesses e visões opostas. Nesse processo, a jurisdição de tribunais, como a Corte Internacional de Justiça, deve ser reforçada, sinalizando a toda sociedade internacional que, mesmo com suas contradições, o direito ainda é o meio mais eficiente de promoção da paz e da segurança.

O direito internacional público dificilmente deixará de apresentar contradições, enquanto persistir no mundo uma realidade com atores dominantes e dominados. É essencial, destarte, que tais contradições sejam reconhecidas, como forma de atenuar seus impactos sobre as relações entre os povos. É, efetivamente, dentro do próprio direito das gentes que tais contradições devem ser equilibradas, sempre com vistas na concretização da promessa de pacificação da sociedade internacional.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1,5/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Análise do paradoxo exposto na assertiva: 8,5/8,5**
   - 2.2. **Possibilidade de utilização do direito internacional tanto como garantia da manutenção de posições de poder de fato, quanto em sua atuação em função de outra perspectiva, com novas demandas e agendas: 10/10**
   - 2.3. **Perspectiva atual do direito internacional público: 10/10**

Resultado

Nota: **30**

Nota média: Ciro Eduardo Ferreira
nota: ***29,25**/30*

Embora o mundo, hoje, seja pautado por um arcabouço de regras cada vez mais universais para regular a atuação dos Estados, a lógica de política de poder e de imposição de certos valores ainda permeia vários aspectos das relações internacionais. Essa constatação leva à assertiva reincidente de que o direito internacional serve apenas às grandes potências e que, por isso, seria, por vezes, inócuo. Contudo, é preciso ponderar que práticas e mecanismos jurídicos têm sido aperfeiçoados de sorte a tornar a ordem internacional menos influenciada pelos valores dos países dominantes e, assim, tornar mais universal a dimensão do direito internacional público.

Muitas das regras de direito internacional hoje existentes tiveram grande influência dos países dominantes. Da mesma maneira que as assimetrias de poder refletiam-se nas práticas coercitivas, elas também se traduziriam na linguagem e na estrutura dos textos de direito internacional. As resoluções do Conselho de Segurança da ONU, que têm caráter jurídico vinculante, e a própria estrutura desse órgão, refletindo a hierarquia de poder mundial, podem ter conteúdo que reproduzem valores dos atores dominantes. Quando se levou a cabo, por exemplo, a intervenção armada no Afeganistão ou se propôs a intervenção no Iraque, a ideia de levar valores democráticos ocidentais a esses países estava subjacente nas resoluções. No entanto, a noção de valores democráticos, por exemplo, é bastante variada no mundo.

Outrossim, a aplicação de sanções econômicas, emanadas no seio do Conselho de Segurança, também reflete, frequentemente, relações de poder e certa imposição de valores. Por exemplo, sanções defendidas pelos EUA em relação ao Irã ou à Rússia visam a moldar o comportamento desses países menos em relação a certos arcabouços jurídicos e mais ao desígnio de princípios tipicamente ocidentais.

A sociedade internacional, no entanto, não é passiva a essa situação. Ainda que regras tenham sido criadas com base em relações assimétricas de poder, esses mesmos mecanismos jurídicos são invocados pelos Estados para dar um sentido menos enviesado de valores. Assim, o Órgão de Solução de Controvérsias da OMC tem aspecto judicial proeminente, o que faz que resoluções e decisões emanadas do órgão devem ser observadas por todos os membros, mesmo que os atores dominantes tenham influenciado suas regras. Igualmente, as regras da OMC podem ter reproduzido práticas jurídico-comerciais há muito implementadas por países mais avançados. Os países menos desenvolvidos, porém, articularam-se e buscaram fazer contrapeso, fazendo valer regras que auxiliaram seu desenvolvimento, como sistemas de preferências tarifárias.

As regras das instituições de Bretton Woods, notadamente, refletiam a configuração de poder e de valores do pós-Segunda Guerra. Países, como os membros do BRICS, têm buscado arrefecer essa situação, demandando adaptação das regras jurídicas de outrora para a realidade do século XXI. Com isso, as quotas do FMI e do Banco Mundial foram modificadas para atender a essa realidade. Nesse mesmo diapasão, nota-se, no âmbito regional, que os países do MERCOSUL mais avançados economicamente também têm ressalvado as questões de desenvolvimento e buscado elaborar regras, como quotas do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL, que refletiam mais a necessidade de um desenvolvimento equânime que a simples imposição de valores e de interesses.

Na área de direitos humanos, é notória a influência dos valores dos países mais desenvolvidos. O conceito de direitos humanos, por questões culturais, difere bastante ao redor do mundo. No entanto, padrões mínimos de proteção e de valorização do ser humano têm sido adotados. Cortes internacionais de direitos humanos têm sido implementadas em âmbito regional e global, possibilitando que um maior número de países participe do debate e traga suas contribuições e seus valores, fazendo com que a dominação de certo tipo de pensamento ou de tradição cultural não vigore.

Portanto, os países têm buscado adaptar as normas tradicionais, que reproduzem princípios e valores de atores dominantes, à realidade hodierna. Embora as relações de poder continuem existindo e regendo as relações internacionais, o direito internacional público está bastante consolidado a ponto de os países menos avançados poderem utilizar aquelas normas em seu benefício também.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,75/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **Análise do paradoxo exposto na assertiva: 8,5/8,5**
    - 2.2. **Possibilidade de utilização do direito internacional tanto como garantia da manutenção de posições de poder de fato, quanto em sua atuação em função de outra perspectiva, com novas demandas e agendas: 10/10**
    - 2.3. **Perspectiva atual do direito internacional público: 10/10**

Resultado

Nota: **29,25**

Pior nota: Anônimo
nota: ***27**/30*

O Estatuto da CIJ contém dispositivo que menciona o reconhecimento validado pelas « nações civilizadas ». Se Alexy fala de normas como a combinação de regras e princípios, existe indubitável juízo de valor no excerto do Estatuto da CIJ, que favorece a ideia de que são superiores os princípios e valores de atores dominantes, os mesmos que elaboraram os alicerces do Direito Internacional. Protege-se com a guerra, libera-se com a intervenção, acolhe-se com criminalização. Afinal, mais do que sistema autônomo, o Direito Internacional Público (DIP) espelha as desigualdades e contradições das relações internacionais.

O nacionalismo corrobora visões dualistas do DIP, já que tende a favorecer apenas as regras internacionais que se coadunem ao direito soberano. Tal atitude contraditória expressa-se na ideia de « forum shopping » e, particularmente, conforme observado na atualidade, no direito comercial. Todo o legado do GATT e dos Acordos de Marraqueche tem sido questionado com a escalada do protecionismo. A « guerra comercial » entre os Estados Unidos e a China, por exemplo, tem revelado as limitações da OMC, notadamente, a sua jurisprudência referente às exceções de segurança previstas no artigo XXI do GATT-94. A própria possibilidade de paralisação do seu Órgão de Apelação, por conta do bloqueio de Washington na nominação de árbitros pode inviabilizar este importantíssimo Sistema de Solução de Controvérsias, com relevante legado na dissolução de conflitos. Assim, observa-se que o nacionalismo de atores dominantes termina por fazer prevalecer a proteção própria, em detrimento do sistema normativo.

O unilateralismo, por sua vez, contradiz toda a construção jurídica alcançada no bojo da Segunda Guerra Mundial, com a Carta de São Francisco, pautada pelo princípio basilar da igualdade soberana e da proibição do uso da força, conforme o art.2 (4) da Carta da ONU. Entretanto, instrumentalizam-se intervenções humanitárias, como visto com a res. 1973 do CSNU, referente à Líbia, para exercer o domínio em detrimento do multilateralismo. Clamores quase universais, como o observado com a consecução do Tratado sobre Proibição de Armas Nucleares (TPAN), são ignorados por atores dominantes que desrespeitam o art. VI do Tratado de Não-Proliferação (TNP), imposto pelos próprios detentores de armas nucleares, e terminam por ameaçar a própria existência humana, ignorando pareceres, como o da CIJ de 1996. Logo, o unilateralismo expõe, despudoradamente, todas as contradições dos que defendem a cooperação, mas praticam a dominância pela força.

A intolerância, sobretudo, fragiliza lenta construção do alcance universal dos direitos humanos. Os fluxos de refugiados, sem precedentes, demonstram pouco apreço por normas, como o « non réfoulement », além de expor a falta de solidariedade e a xenofobia presentes em muitas das sociedades dos atores

dominantes da ordem internacional. Deslocados internos e náufragos ficam à mercê de espaços de « não direito » nos quais a promulgação de leis voltadas â dignidade humana, como as leis 9474/94 e 13445-177, promulgadas no Brasil, esta última, pautada pela « acolhida humanitária », formam a exceção, não a regra. A arbitrária separação de crianças de seus pais, migrantes sem documentação, expõe a intolerância que vai alêm dos princípios mais basilares da dignidade humana, fenômeno que tem ocorrido em países cujo legado humanitário é questionado diante de tais atitudes. Portanto, um DIP no qual a tolerância esteja ausente desprotege e aprisiona os atores sem capacidade de dominação.

Quão civilizadas são as « nações civilizadas »? O nacionalismo autoritário, o unilateralismo indiferente e a intolerância excludentes foram, e são, elementos que conduzem à barbárie, o contrário da racionalidade na qual se construiu o DIP. Em momentos nos quais as contradições se revelam com mais força, são os principios e os valores os que testam as instituições. Nesse sentido, o DIP é o espaço do diálogo e da diplomacia, revelando a urgente necessidade de reformas para que a justiça prevaleça sobre a força, para que o entendimento desarme o domínio pelo ódio e, sobretudo, pela indiferença.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 0,75/1,5**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Análise do paradoxo exposto na assertiva: 6,38/8,5**
   - 2.2. **Possibilidade de utilização do direito internacional tanto como garantia da manutenção de posições de poder de fato, quanto em sua atuação em função de outra perspectiva, com novas demandas e agendas: 10/10**
   - 2.3. **Perspectiva atual do direito internacional público: 10/10**

Resultado

Nota: **27,13**

DIREITO

banca:
Diogo Palau Flores dos Santos
João Ernesto Christófolo
Jorge Luiz Fontoura Nogueira
Letícia Frazão Alexandre de Moraes Leme

_questão 4

Considere a seguinte situação hipotética:

Um diplomata brasileiro, lotado na Delegação do Brasil junto à Organização Internacional de Panos e Vinhos (OIPV), foi instruído pelo chefe do posto a depositar o instrumento de ratificação do Terceiro Protocolo Adicional à Convenção sobre Comércio de Vinhos. O instrumento contém declaração interpretativa aposta por decisão do Congresso Nacional ao ratificar o Protocolo Adicional.

O secretariado da OIPV informou ao governo brasileiro que o instrumento de ratificação não poderia ser aceito, sob as seguintes alegações:

i) a declaração interpretativa constitui reserva incompatível com o objeto e a finalidade do tratado;
ii) o diretor-geral da OIPV, em seu papel de depositário das convenções concluídas sob a égide da OIPV, pode recusar-se a registrar, de ofício, uma ratificação. Essa competência tem como base uma prática reiterada desde o Tratado de Methuen (1703).

A partir da situação anteriormente apresentada, redija um texto informativo para o chefe do posto, tendo como base as regras e princípios de direito internacional público. Em seu texto, atenda ao que se pede a seguir.

1. Discorra sobre as regras jurídicas relevantes para o caso.

2. Analise se as alegações do secretariado são procedentes.

3. Indique possíveis argumentos para sustentar a aceitação do instrumento de ratificação brasileiro.

Extensão máxima: 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]

Distribuição das notas

Padrão de resposta da questão 4

Espera-se do candidato resposta compatível com a apresentada abaixo, não se descartando possibilidades de resposta que se coadunem com os aspectos mencionados a seguir:

Ao se analisar a base jurídica da recusa do secretariado da OIPV em aceitar o instrumento de ratificação do Terceiro Protocolo Adicional à Convenção sobre Comércio de Vinhos, é preciso ter presentes as regras da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados (CVDT), de 1969, relativas à formulação de reservas (art. 19) e às funções do depositário (art. 77), bem como o conceito de costume internacional e sua relação com a CVDT.

Caberia, primeiramente, argumentar, junto ao secretariado, que a declaração interpretativa aposta pelo Congresso Nacional visa apenas esclarecer termos do tratado e em nada altera o equilíbrio de direitos em obrigações entre as partes. Dessa forma, não poderia ser considerada uma reserva.

Como regra geral, reservas são admitidas, a não ser que o tratado expressamente as proíba ou as limite. No entanto, ainda que o tratado seja silente sobre a possibilidade de reservas, o art. 19 (c) da CVDT determina que um Estado não poderá formular reservas incompatíveis com o objetivo e com a finalidade do tratado. Caso se considere que a declaração interpretativa aposta pelo Congresso Nacional constitui, de fato, uma reserva, o secretariado estaria correto em apontar que esta não poderia ser contrária ao objeto e à finalidade do tratado.

Segundo a CVDT, as funções do depositário dizem respeito apenas a aspectos formais do instrumento de ratificação (exame das assinaturas, por exemplo), estando ele obrigado a informar aos Estados que tenham direito a ser partes do tratado sobre depósito de instrumentos de ratificação — e competirá a esses Estados (não ao secretariado ou ao depositário) aceitar ou objetar à eventual reserva, nas hipóteses e nos termos do art. 20 da CVDT. Ao negar-se a receber o instrumento de depósito, o DG-OIPV vai além das funções regulares do depositário. Sustenta, no entanto, essa prerrogativa na existência de uma prática reiterada, no âmbito da OIPV, que o permitiria analisar aspectos substantivos do instrumento de ratificação e rejeitá-lo de ofício.

No entanto, a existência de uma prática reiterada não é suficiente para a emergência de um costume, uma das fontes do direito internacional prevista no art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Doutrina e jurisprudência reconhecem que há dois elementos para a conformação de um costume: prática reiterada e reconhecimento de que tal prática constitui o direito (opinio iuris).

Pode-se questionar a posição do secretariado sobre a existência do alegado costume internacional com os seguintes argumentos:

(i) ainda que, como alega o secretariado, tenha havido uma prática reiterada desde o tratado de Methuen, pode-se argumentar que a CVDT, com disposições específicas sobre o papel do depositário, alterou a opinio iuris sobre as ditas competências “expandidas” do DG-OIPV;

(ii) a própria CVDT representa esforço de codificação de regras consuetudinárias — e a regra consolidada na Convenção em matéria de função de depositários não confirma a postura do secretariado da OIPV;

(iii) a CVDT, em seu preâmbulo, estabelece que as regras de direito internacional consuetudinário continuarão a reger as questões não reguladas pela CVDT (o que, portanto, excluiria a função do depositário do escopo do direito costumeiro); e

(iv) a existência de uma prática reiterada no âmbito da OIPV apenas seria relevante à medida que tivesse continuado a ser observada após a entrada em vigor da CVDT. Caberia, portanto, solicitar levantamento exaustivo de todas as instâncias em que o DG-OIPV se recusou a aceitar o depósito de instrumento de ratificação com base em aspectos substantivos após a entrada em vigor da CVDT.

Bernardo Andrade Vaz de Faria Pereira

nota: ***18****/20*

Para o caso em tela, pode-se considerar diversas regras jurídicas acerca dos institutos envolvidos como relevantes. As reservas e as funções dos depositários, por exemplo, são previstas na CVDT/69. Em relação especificamente às reservas (e sua contraposição a declarações interpretativas), há relatório da CDI sobre este instituto elaborado em 2013 por Allain Pellet. As fontes do DIP (como o costume alegado pelo diretor-geral e a CVDT/69) são elencadas no Estatuto da CIJ, art. 38. Por fim, cabe acrescentar que há um caso da CIJ acerca da Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Racismo que discorre sobre o instituto da reserva, determinando regras acerca de sua validade e aceitação.

Ainda em relação ao caso, é preciso saber se as alegações do secretariado correspondem à situação fática descrita (se a declaração interpretativa brasileira de fato constitui uma reserva incompatível; se há, de fato, o costume citado). Admitindo-se que sim, suas alegações são procedentes. Segundo o citado relatório da CDI e a CVDT/69, reserva são declarações feitas com a intenção de afastar a aplicação de efeitos jurídicos, independentemente de seu nomen iuris. Segundo a CIJ e a própria CVDT/69, reservas incompatíveis com a finalidade e o objetivo do tratado são inválidas. Já de acordo com o relatório de Allain Pellet, a determinação se uma declaração interpretativa constitui uma reserva deve se dar por interpretação, que, por sua vez, deve ser realizada de boa-fé, segundo o sentido comum de texto e a intenção do autor. O relatório da CDI determina ainda que o critério de validade das reservas é objetivo (permissibilidade), podendo atos e declarações do Estado servirem como meio de prova de sua invalidade objetiva, que, no caso de organizações, deve ser julgada por órgão competente. Por fim, é preciso ressalta que a CVDT/69 não prevê a recusa, de ofício, do depositário por reserva inválida, podendo o depositário apenas apontar erros no instrumento de ratificação, devolvendo-o ao Estado que o deposita e notificando outros Estados-parte. Não há, contudo, hierarquia entre as fontes elencadas no Estatuto da CIJ, podendo valer, antes, o costume entre os Estados-membros da OIPV se não forem eles signatários da CVDT/69.

Em favor do Brasil, contudo, poderia ser alegado que uma declaração interpretativa apenas especifica a interpretação dada por um país a um dispositivo, não constituindo reserva. Além disso, poder-se-ia alegar que a CVDT/69 revogou o dito costume, pelo critério temporal de resolução de antinomias, ou, ainda, que a prática internacional fê-lo ser derrogado pelo desuso. Pode-se apontar também que, a depender da prática brasileira em relação ao depositário em um costume particular implica sua não aceitação do costume, já suficiente para ele não ser válido para o Brasil, pois apenas costumes universais exigem negação persistente. Nesse sentido, a validade ou não da suposta reserva brasileira não pode ser decidida pelo depositário, mas pelos Estados ou órgão competente, cabendo solução pacífica de controvérsias. (40 linhas)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Declaração interpretativa e reserva: 4/4**
   - 2.2. **Funções do depositário: 4/4**
   - 2.3. **Costume: 1/3**
   - 2.4. **Relação entre costume e a CVDT: 8/8**

Resultado

Nota: **18**

Andre Luiz Lettieri Alves
nota: ***17****/20*

No caso relativo à possibilidade de impetração de reservas contra o crime de genocídio, a Corte Internacional de Justiça declarou, em parecer consultivo, que não é possível impetrar reservas a tratados quando estas frustram os objetivos e finalidades dos acordos. Desse modo, caso a declaração interpretativa brasileira tivesse efeito equivalente a reserva não admitida, não seria possível a ação do Brasil, tendo razão o Secretariado em sua alegação. Ademais, a alegação do Diretor-Geral da organização, de que dispõe da capacidade de recusar o registro, de ofício, de uma ratificação, pode configurar um costume particular, caso além do elemento objetivo, prática reiterada, também apresentar elemento subjetivo, prática entendida como sendo direito. Essa alegação seria possível pois a Corte Internacional de Justiça já reconheceu a existência de costumes particulares, como nos casos Haya de la Torre e Direito de Passagem sobre o Território Indiano.

A questão da reserva a tratados, contudo, ainda é debatida pelo Direito Internacional. No Projeto de Artigos sobre Reservas a Tratados, em elaboração pela Comissão de Direito Internacional da ONU, caso o acordo não delimite quais das suas cláusulas são passíveis de reservas, devem os membros analisar o tema conjuntamente. Nesse sentido, seria possível ao Brasil alegar que, caso o tratado seja omisso quanto ao tema, seriam os membros que deveriam decidir ou não a viabilidade da ação brasileira, uma vez que a ação do Secretariado e do Diretor-Geral não teriam fundamento convencional.

Outro argumento que o Brasil poderia utilizar seria o da inexistência do costume alegado pelo Diretor-Geral, pois mera prática reiterada não é suficiente para a criação de costume. Ademais, seria possível que o Brasil se declarasse objetor persistente de tal costume, caso efetivamente existisse, não estando, dessa forma, por ele vinculado. Outra possibilidade diz respeito ao fato de que, em se tratando de costume regional, o Direito Internacional determina que deve ser provado por quem o alega, de maneira que caberia ao Diretor-Geral tal tarefa. Por fim, pode-se argumentar ainda que declaração interpretativa não se confunde com reserva, uma vez que visa apenas esclarecer a forma com que o Brasil enxergaria cláusulas do acordo, que ainda vinculariam o país.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **Declaração interpretativa e reserva: 4/4**
    - 2.2. **Funções do depositário: 3/4**
    - 2.3. **Costume: 3/3**
    - 2.4. **Relação entre costume e a CVDT: 6/8**

Resultado

Nota: **17**

Anna Paula Ribeiro Araujo Mamede
nota: ***17****/20*

As regras para ratificação de tratados internacionais estão dispostas na Convenção de Viena do Direito dos Tratados (1969), que codificou o costume adotado. Na situação hipotética em tela, diplomata brasileiro, lotado na Delegação do Brasil junto à Organização Internacional de Panos e Vinhos (OIPV), foi impedido de ratificar protocolo adicional à Convenção sobre Comércio de Vinhos com declaração interpretativa, sob o argumento de que esta configuraria reserva incompatível com o objeto e a finalidade do tratado, enquanto o diretor da OIPV, como depositário, recusou-se a registrá-la. O secretariado da OIPV confundiu os conceitos de reserva e de declaração interpretativa, enquanto o depositário foi além das funções autorizadas a ele pela CVDT, o que permite que se sustentem argumentos brasileiros favoráveis à aceitação do instrumento de ratificação.

Segundo a CVDT/1969, uma reserva é um instrumento utilizado para suspender a aplicação de um artigo, no todo ou em parte de determinado tratado, que será permitida (a menos que o tratado proíba reservas), desde que não seja incompatível com o objeto e a finalidade do tratado. Uma declaração interpretativa, por outro lado, apenas informa a maneira pela qual um Estado interpreta determinado artigo. Isso significa que não há suspensão da aplicação daquele artigo para o Estado em questão, que continua a ser aplicável, mas informa a maneira que essa aplicação ocorrerá no interior do Estado e nas suas relações com os demais. Assim, ao contrário da reserva, não há que se falar em aprovação ou rejeição de declaração interpretativa. Ainda que o Estado brasileiro tivesse aposto reserva, caberia aos demais Estados-parte aceitá-la ou rejeitá-la, e não ao Secretariado da OIPV. No caso em questão, portanto, a alegação do secretariado é improcedente, pois reserva e declaração interpretativa não são instrumentos sinônimos.

No que se refere à alegação do diretor-geral da OIPV, em seu papel de depositário, as disposições da CVDT/69 também não sustentam a recusa da ratificação por dois motivos principais. Primeiro, o papel do depositário é o de conferir os procedimentos formais de ratificação de tratados, como a assinatura e os trâmites legais, podendo chamar a atenção do signatário acerca de questões pendentes ou impeditivas da ratificação, mas não pode fazê-lo de ofício, com análise do mérito. Segundo, a alegação do diretor-geral da OIPV, de que essa competência é uma prática reiterada desde o Tratado de Methuen, não se sustenta, pois a CVDT, pelo critério da temporalidade e da especialidade, revogou esse costume ao positivar o direito dos tratados. Como não há hierarquia entre as fontes de direito internacional público, tratado pode revogar costume e costume pode revogar tratado, mas pode-se argumentar que o direito positivado e codificado da CVDT prevalece no caso em tela.

Diante do exposto, os argumentos da delegação brasileira para sustentar a aceitação do documento de ratificação devem basear-se nas regras jurídicas relativas à declaração interpretativa, que não se confundem com as reservas; nas funções do depositário de tratados internacionais, segundo disposições da CVDT; e na aplicação do direito material disposto na CVDT/69, que se aplica a tratados entre Estados e Organizações Internacionais e, portanto, revogou o costume aplicado do Tratado de Methuen (1703).

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
   - 2.1. **Declaração interpretativa e reserva: 4/4**
   - 2.2. **Funções do depositário: 4/4**
   - 2.3. **Costume: 2/3**
   - 2.4. **Relação entre costume e a CVDT: 6/8**

Resultado

Nota: **17**

COMENTÁRIO

Não entrei com recurso.

Nota média: Anônimo
nota: ***12**/20*

O Terceiro Protocolo Adicional à Convenção sobre o Comércio de Vinhos foi aprovado pelo Congresso Nacional com uma declaração interpretativa, de forma que o parlamento brasileiro entendeu que deveria limitar a interpretação dada a certo dispositivo do tratado. A restrição aposta pelo Congresso Nacional vincula o Poder Executivo, o qual deve reproduzi-la quando do depósito do instrumento de ratificação do acordo. Diferentemente das reservas, que excluem a aplicação de determinado dispositivo para o Estado que a realizou nas suas relações com os demais Estados-partes do acordo, a declaração interpretativa não exclui o dispositivo objeto da declaração; apenas restringe a sua aplicação a determinada interpretação. Uma reserva pode ser tida como incompatível com o objeto e a finalidade do tratado, situação em que não poderia ser realizada, como já decidiu a CIJ em sede de parecer consultivo. Em todo caso, não cabe ao depositário fazer análise preliminar do mérito da reserva, uma vez que, de acordo com a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, não cumpre ao depositário essa competência. Além disso, a aplicação de eventual regra estabelecida pelo Tratado de Methuen não se aplicaria de forma automática ao Brasil, visto que, de acordo com o costume internacional, bem como em consonância com o disposto na Convenção de Viena sobre a Sucessão de Estados em Matéria de Tratados, aos casos de descolonização aplica-se o paradigma da tábula rasa. O regramento pertinente estabelece que os tratados feitos pelas metrópoles não são prorrogados para o país independente (ex-colônia) a menos que este assinta com essa possibilidade.

As alegações feitas pelo secretariado da OIPV, portanto, não são procedentes. A indicação de que a declaração interpretativa constitui reserva incompatível não encontra amparo no regramento internacional, porquanto declarações interpretativas e reservas são institutos diferentes, como informa a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. Apesar de a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre OI's ou entre OI's e Estados não estar em vigor para o Brasil, suas disposições refletem o costume internacional, de modo que declarações interpretativas e reservas são, ainda assim, diferentes. De modo similar, a alegação do diretor-geral da OIPV de que pode recusar-se a registrar o tratado tampouco encontra guarida nas normas aplicáveis, uma vez que cabe ao depositário verificar formalidades dos atos depositados perante si, não devendo adentrar em aspectos materiais dessa relação. Além disso, eventual análise de (in)compatibilidade deveria ser realizada pelo órgão da OIPV a que toda a declaração feita, ou aos Estados-partes da organização, não ao diretor-geral da entidade.

A fim de sustentar a aceitação do instrumento de ratificação do Terceiro Protocolo Adicional, a delegação do Brasil junto à OIPV poderia argumentar que: 1) o instrumento que rege a relação entre o Brasil e a OIPV é a Carta Constitutiva da organização, e não o Tratado de Methuen; 2) mesmo que o Tratado de

Methuen preveja procedimentos de ratificação/depósito, o tratado não é aplicável ao Brasil por força do costume internacional e da Convenção de Viena sobre a Sucessão de Estados em Matéria de Tratados, visto que as obrigações jurídicas assumidas pela metrópole não são automaticamente prorrogadas para as ex-colônias; 3) eventual prática reiterada baseada em Methuen não constitui costume internacional e não diz respeito ao Brasil; 4) declaração interpretativa difere de reserva e tem efeitos distintos sobre os compromissos assumidos pelo Estado; 5) eventual incompatibilidade material da declaração interpretativa feita pelo Brasil com o objetivo e a finalidade do tratado não é de competência do depositário; 6) o depositário deve ater a sua análise a aspectos formais do instrumento de ratificação depositado; 7) como a declaração interpretativa pode ser feita a qualquer momento, o Brasil poderia apresentar o instrumento de ratificação e a declaração interpretativa em atos separados (embora concomitantes), viabilizando assim o depósito da ratificação e o ato unilateral de interpretação do tratado sem constrangimentos. (40 linhas)

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **Declaração interpretativa e reserva: 4/4**
    - 2.2. **Funções do depositário: 4/4**
    - 2.3. **Costume: 1/3**
    - 2.4. **Relação entre costume e a CVDT: 2/8**

Resultado

Nota: **12**

Pior nota: Anônimo
nota: ***1,0****/20*

O direito internacional público é um sistema legal. Assim, o Direito dos Tratados insere-se no âmbito do Direito Internacional Geral, que é formado pelos princípios gerais de direito, pelo costume internacional e pelo jus cogens. Portanto, ainda que um Estado não faça parte da Convenção de Viena de 1969 sobre o Direito dos Tratados, este estará obrigado aos seus dispositivos dos artigos 31, 32 e 33, porquanto essas normas integram o Costume Internacional, referindo-se a métodos de interpretação de tratado.

Com efeito, a interpretação faz parte do léxico do Direito, pois é na "lei em ação" (law in action, segundo Roscoe Pound), que ocorre a passagem da verba legis para a sentencia legis. Nesse sentido, declarações interpretativas devem se basear em uma série de critérios, de modo que não frustrem o objeto e a finalidade do tratado.

Diante da recusa do secretariado da Organização Internacional de Panos e Vinhos em aceitar o depósito do instrumento de ratificação do Terceiro Protocolo Adicional à Convenção sobre Comércio de Panos e Vinhos feito pelo Brasil, em razão de declaração interpretativa feita pelo Congresso Nacional ao ratificar o Protocolo, a posição brasileira deverá assinalar que:

ao recorrer ao significado do dicionário dado às palavras que são objeto de interpretação, o Brasil verificou que a declaração interpretativa é condizente com as definições encontradas, de modo que restam incólumes o sentido e o alcance do Protocolo;

Considerando o princípio do effet utile, constatou-se que a declaração interpretativa aposta ao Protocolo preserva a capacidade de suas normas produzirem todos seus efeitos;

Ao confrontar interpretação do contexto do Tratado sobre Comércio de Panos e Vinhos (que considera preâmbulo, texto integral, protocolos e declarações) com a declaração interpretativa brasileira, notou-se total compatibilidade entre ambas;

Analisando os trabalhos preparatórios do Tratado, o contexto de sua negociação, e admitindo-se que os termos utilizados pelas partes correspondem de fato à intenção delas, ainda permanece compatível a interpretação congressual;

Notando o sentido, a finalidade e o objeto do Tratado, em interpretação teleológica, percebe-se perfeita harmonia com relação à declaração interpretativa aposta;

Em virtude do artigo 31, parágrafo 3o, "c", da CVDT/1969, o Brasil utilizou-se também de princípios gerais de direito e de outras normas pertinentes para elaborar a hermenêutica consignada na declaração interpretativa.

Com base no exposto, conclui-se que a recusa em aceitar a ratificação do instrumento acarreta violação do Direito Internacional Geral. Embora haja possibilidade de recusar o depósito por incompatibilidade entre objeto e finalidade do Tratado e declaração interpretativa, esse não é o caso da declaração interpretativa realizada pelo Congresso Nacional. Além disso, conquanto o depositário possa recusar-se, de ofício, a registrar uma ratificação, deve haver justificativa jurídica para tanto. Como não há, o secretariado da OIPV está incorrendo em violação do Direito Internacional. Ainda que não haja produção de danos imediatos, o mero ato internacionalmente ilícito acarreta a responsabilidade internacional. Assim, o Brasil poderá recorrer ao disposto no Projeto de Artigos sobre Responsabilidade Internacional das OIs para implementar essa responsabilidade.

_AVALIAÇÃO

1. **Apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado): 1/1**
2. **Desenvolvimento do tema**
    - 2.1. **Declaração interpretativa e reserva: 0/4**
    - 2.2. **Funções do depositário: 0/4**
    - 2.3. **Costume: 0/3**
    - 2.4. **Relação entre costume e a CVDT: 0/8**

Resultado

Nota: **1**

COMENTÁRIO

O (a) candidato(a) equivocou-se ao analisar o comando da questão e redigiu uma resposta baseada no tema da interpretação de tratados.

LÍNGUA ESPANHOLA

banca:
Dulce Maria Cassilha Andrigueto
Maria Luisa Ortíz Alvarez

_resumo

Elabore un resumen, en lengua española, entre 280 y 400 palabras, con su propio vocabulario, del siguiente texto.

[valor: 25,00 pontos]

Irene Escolar: "Las mujeres de Shakespeare son secundarias, las de Lorca protagonistas"

Hay actrices que están unidas para siempre a algún personaje, como si el destino quisiera que tarde o temprano lo interpretara. En la vida de Irene Escolar ese cordón umbilical no se ha producido con un papel concreto, sino con un autor. Su carrera comenzó con García Lorca, y de forma inconsciente ha seguido unida al escritor granadino. Todo esto se materializó el año pasado, cuando se desgarró con **El Público** *— a las órdenes de Álex Rigola y que sigue representando —, y ha terminado de coger forma ahora con* **Leyendo Lorca***, una apuesta personal en la que la joven intérprete ha seleccionado textos del autor para hacer un recorrido a su obra y a su vida.*

Todo nació de una forma casi casual, cuando desde la Universidad Menéndez Pelayo de Santander le ofrecen dar un recital de temática libre. "Acababa de hacer **El Público** *y me apetecía seguir indagando en la obra de Lorca, así que me senté y durante un mes estuve pensando en qué podía hacer. Empecé con el teatro y luego fui añadiendo cosas desde la intuición, sin saber bien por qué, y eso ha dado lugar a esta lectura", cuenta la actriz. La primera vez que la enseñó al público fue en la Residencia de Estudiantes, en los mismos pasillos por los que Lorca paseaba. "Lo pensaba antes y creo que será uno de los momentos más especiales de mi vida. Lo que viví allí fue un pequeño regalo, y tuve la sensación, allí en la sala donde Lorca tocaba el piano, de que me estaba acompañando (...)".*

En la selección de textos no está La Casa de Bernarda Alba. Una ausencia que se debe a que no encontró el hueco para la obra. "Me hubiera encantado hacerlo y siempre he querido hacerlo, pero en esta obra son todo escenas y era muy difícil quitar a los otros personajes", explica la actriz, que se ha basado en poesías del autor, pero también en los poderosos monólogos de sus personajes femeninos. Y es que si algo define al teatro de Lorca es el poder de sus mujeres.

El amor y la mujer son los hilos argumentales de esta lectura que reivindica la sensibilidad del autor para retratar el alma femenina, algo que agarró las entrañas de Irene Escolar. "Ahora estoy leyendo **Una Habitación Propia**, *de Virginia Woolf, y hace un análisis de la situación de la mujer a lo largo de la historia, y ves que los grandes autores como Shakespeare o en las tragedias griegas, los*

personajes femeninos son los más poderosos, pero siempre ocupan un lugar secundario, eso no ocurre con Lorca donde son protagonistas", cuenta la actriz que ganó el año pasado el Goya a la Mejor actriz revelación por **Un Otoño sin Berlín.**

Lorca fue una excepción, ya que hasta no hace mucho "la mujer ha estado relegada". "No ha tenido ni siquiera una habitación propia donde escribir o un espacio dentro de la sociedad. Ni siquiera podía votar o estudiar. No alimentaba su alma como sí podían hacerlo los hombres. Mientras Shakespeare si podía actuar, una mujer no hubiera podido, aunque hubiera tenido las mismas inquietudes y capacidades, no lo permitía el entorno y eso se refleja en el teatro", opina Escolar.

Para Irene Escolar la fuerza del autor, es poderse conectar con gente de espectros completamente diferentes. "Es curioso cómo es capaz de saber lo que estoy sintiendo. Qué nivel de sensibilidad y qué ser humano debió de ser para tener tanta empatía por el otro y para escribirlo con ese nivel de poesía. Creo que ahí está la clave. Es increíble como expresa lo que siente una mujer en relación con el amor, el deseo, la maternidad… Mujeres muy vulnerables, pero también muy fuertes y con mucha determinación", añade la actriz.

En su selección hay poesía, teatro, los **Sonetos del Amor Oscuro**… *y también el fragmento de la muerte de Lorca de la biografía de Ian Gibson. Irene Escolar no dudó que para este homenaje en el aniversario de su fusilamiento había que incluir este pasaje. "Me impactó muchísimo cuando lo leí y sabía que a la gente le iba a pasar lo mismo".*

La capacidad de Lorca para emocionar fue una de las cosas que llamó la atención en esa primera lectura en Santander. Allí fueron estudiantes del primer curso de la Universidad y pensó que no aguantarían una hora atentos al espectáculo. "Lo sorprendente es que ellos al acabar vinieron para decirme que no habían leído nunca a Lorca y que dónde podían volver a ver esto o dónde estaba ese texto que nunca habían escuchado y menos de esta forma y por alguien joven. Todo lo que sale del corazón llega al corazón", opina Escolar. Este acercamiento a las nuevas generaciones hace que la actriz se muestre partidaria de "revisar los clásicos".

Javier Zurro. nov./2016. *Internet:<www.elespanol.com> (con adaptaciones).*

Distribuição das notas

Padrão de resposta do resumo

Irene Escolar es una actriz que comenzó su carrera interpretando el autor García Lorca de forma casual, cuando en la Universidad Menéndez Pelayo de Santander le ofrecieran la oportunidad de dar un recital de temática libre. Como había acabado de presentar, con éxito, la obra El Público, de ese mismo autor, y pretendía continuar indagando su vida y obra, fue preparando intuitivamente el recital, comenzando por el teatro e incorporando otros géneros literarios que componen la obra de Lorca, lo que resultó en la lectura que presentó por primera vez en la Residencia de Estudiantes de la universidad, el mismo local que el autor frecuentaba. La actriz confiesa que fue uno de los momentos más especiales de su vida, pues sentía la presencia de Lorca por aquellos corredores, acompañándola al piano.

La actriz resalta en Lorca, su sensibilidad para retratar el alma femenina, cuando expresa lo que siente una mujer en relación con el amor, el deseo, la maternidad, etc., el poder de sus personajes femeninos está presente, pues son protagonistas, así como la conexión del autor con gente de espectros diferentes, su empatía con el otro y su capacidad de emocionar. Irene Escolar considera que Lorca é una excepción al colocar sus personajes femeninos en destaque, lo que no se rebela en la obra de Shakespeare, por ejemplo, o en las tragedias griegas, en que las mujeres, aunque sean poderosas, tienen papeles secundarios. En Lorca las mujeres son vulnerables, pero fuertes, con determinación.

La actriz descubre la capacidad del autor en emocionar, cuando en su primera lectura en la universidad, en Santander, se sorprendió al ver el interés de los estudiantes que no habían leído nunca a Lorca y

después de la presentación, motivados, se acercaron a ella y le preguntaron dónde podían volver a ver una presentación como esa, dónde podían encontrar ese texto que nunca habían escuchado y menos de esta forma, por alguien joven. La actriz encierra su entrevista con la frase que resume la obra de Lorca: "todo lo que sale del corazón llega al corazón".

Maurício Gurjão Bezerra Heleno

nota: ***25****/25*

Irene Escolar es una actriz cuya actuación se encuentra unida a la obra de García Lorca. En primer lugar, el inicio de su carrera se relaciona con el autor granadino y sigue con obras como “El Público” y “Leyendo Lorca”. En segundo lugar, Escolar afirma que la curiosidad sobre Lorca nació en la Universidad, en Santander, tras hacer un recital inspirado en “El Público”. En la Residencia de Estudiantes, empezó a enseñar al público, tal cual Lorca había hecho en el pasado.

Aunque desea utilizar “La Casa de Bernarda Alba”, obra basada en escenas, Escolar confiesa la dificultad para hacerlo. Sin embargo, las poesías y los monólogos de Lorca son el eje de la actuación de Escolar, que enfatiza el poder de las mujeres y los temas basados en el amor. Según ella, Lorca logró analizar el alma femenina de un modo especial, garantizando a sus personajes mujeres una importancia central.

Ganadora del premio Goya a la Mejor actriz revelación, Escolar destaca que, aunque los personajes femeninos son fuertes en Shakespeare, Lorca rumpe paradigmas, al dar a las mujeres papel más importante, en un contexto en el cual ellas no podían votar o estudiar. Escolar añade que Lorca tenía una capacidad especial para establecer personajes que despiertan la empatía del público, gracias a temas como el amor y el deseo. Por un lado, sus personajes demuestran vulnerabilidad; por otro, son también fuertes y determinadas.

La selección de Escolar incluye poesías, teatro y sonetos, además de fragmentos de la biografía de Lorca, especialmente en relación con su fusilamiento, que completó 80 años. En conclusión, Escolar relata como una lectura de Lorca, en Santander, emocionó a los estudiantes del primer curso de la Universidad. Aunque nunca habían leído Lorca, ellos afirmaron su encanto con el texto. Para Escolar, esa reacción positiva prueba la importancia de acercar los clásicos y las nuevas generaciones. (310 palavras)

_RESULTADO

1. **Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 10/10**
2. **Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 15/15**

Cauê Rodrigues Pimentel
nota: ***24,5****/25*

De acuerdo con el texto, la vida profesional de la actriz Irene Escobar siempre estuvo íntimamente conectada con la obra de García Lorca. Muy a menudo la actriz ha representado diversos textos del autor. Su último trabajo consiste en una adaptación de recortes de la obra del autor, sobre todo de poesías y monólogos de personajes femeninos, lo que ha resultado en el espectáculo "Leyendo Lorca".

El recital es producto de una oportunidad que la Universidad Menéndez Pelayo de Santander ofreció a la joven actriz, que ya había trabajado con la obra de Lorca en el espectáculo "El Público", bajo la dirección de Álex Rigola. "Leyendo Lorca" estrenó en la misma Residencia de Estudiantes que Lorca solía frecuentar, lo que transformó esa primera presentación del recital en un episodio sentimental muy especial de la trayectoria profesional y personal de la actriz, según sus propias palabras.

El rasgo más importante del espectáculo es la fuerza y la presencia de las figuras femeninas que componen el universo literario de Lorca. Aunque algunos textos memorables como "la Pasa de Bernarda Alla" están ausentes, el recital recoge las principales escenas de los personajes femeninos de Lorca. De hecho, Irene Escobar subraya que Lorca, diferentemente de Shakespeare o de las tragedias griegas, siempre puso las mujeres como protagonistas. Así, puede considerarse la obra de Lorca como una excepción, ya que las mujeres han estado relegadas no sólo en el teatro, sino también en la vida en general. La actriz comenta, además, la sensibilidad única de Lorca para describir el universo femenino y, de ese modo, captar la ambivalencia de la fuerza y de la vulnerabilidad que define la experiencia de las mujeres.

El espectáculo está lleno de escenas impactantes, como la en el que se representa el fusilamiento del autor, evento que ha completado 80 años. En ese sentido, Irene Escobar relata que lo más marcante de la primera lectura del recital fue la reacción de los estudiantes. La actriz cuenta que* tras acabar su presentación, muchos estudiantes se acercaron de ella para expresar su sorpresa con el espectáculo. Irene Escobar atribuye esa recepción positiva a su entrega emocional al texto y concluye que revisar los clásicos es esencial para acercar los jóvenes al arte. (371 palavras)

_RESULTADO

1. **Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 10/10**
2. **Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 14,50 (1 erro*)**

(*) Propriedade Vocabular: "La actriz cuenta que, tras acabar… " (ausencia de vírgula obrigatória)

Anônimo
nota: ***24**/25*

Mientras algunas actrices, frecuentemente, mantengan una relación constante com el mismo personaje a través de sus carreras, Irene Escolar tiene una estrecha relación com el mismo autor, em ese caso: García Lorca. De hecho, la atriz empezó su carrera representando una de las obras de él y sigue haciéndolo actualmente.

Según Irene Escolar, la relación suya con los textos de Lorca, en lo que se refiere a la actuación, comenzó a pesar de su voluntad. En la Universidad Menéndez de Pelayo de Santander, surgió la posibilidad de actuar en un recital libre, y ella eligió El Público, del escritor granadino, como su tema. Semejante a Lorca, Escolar estaba involucrada en atividades con otros estudiantes, para quienes ella enseñó por la primera vez.

Leyendo Lorca, que es la selección de textos de Lorca elaborada por Escolar, no contiene La Casa de Bernardo Alba, pues la actriz no encontró el hueco para esa obra. Sin embargo, hay otros textos importantes, sobre todo por las referencias a las mujeres.

Efectivamente, el rasgo más sustantivo del teatro de Lorca es el poder de las mujeres que él ha creado. Al contrario de lo que ocorre en el teatro de Shakespeare, dondo las mujeres no están en el primer plano, aunque sean poderosas, los textos de Lorca las tratan como protagonistas.

Por lo tanto, la obra de ese escritor es uma excepción, lo que es evidente, sobre todo cuando se llevan en consideración los parcos derechos que las mujeres tenían no hace mucho tiempo.

Además, otro aspecto notable del autor, según el análisis de Escolar, es su capacidad de alcanzar al público en su intimidad. Él tiene, verdaderamente, la empatía necesaria para expresar lo que sienten las personas, ahí incluso, sin duda, las mujeres.

En la selección de textos escogidos por Escolar, hay referencias a la muerte del autor por fusilamiento, lo que puede impactar al lector, pero hay también mucha poesia y mucho teatro.

Después de aquella primera lectura de El Público, cuando todavia era estudiante, Irene Escolar vio que las personas se quedaron emocionadas. Le preguntaron como encontrar aquel texto outra vez. Eso se debe, en la opinión de la actriz, a la inspiración verdadera que Lorca tuvo, la cual partía de su corazón.

Finalmente, la proximidad que Escolar tiene con los jóvenes podrá, en el futuro, ayudarla a "revisar los clásicos" junto a las nuevas generaciones.

_RESULTADO

1. **Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 10/10**
2. **Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 14/15**

Erros: "plan" e "quedaron" (deveria ser "se quedaron")

LÍNGUA ESPANHOLA

banca:
Dulce Maria Cassilha Andrigueto
Maria Luisa Ortíz Alvarez

_versão

Traduzca al español el siguiente texto.

[valor: 25,00 pontos]

Edmundo, o céptico

Naquele tempo, nós não sabíamos o que fosse cepticismo. Mas Edmundo era céptico. As pessoas aborreciam-se e chamavam-no de teimoso. Era uma grande injustiça e uma definição errada. Ele queria quebrar com os dentes os caroços de ameixa, para chupar um melzinho que há lá dentro. As pessoas diziam-lhe que os caroços eram mais duros que os seus dentes. Ele quebrou os dentes com a verificação.

Mas verificou. E nós todos aprendemos à sua custa. (O cepticismo também tem o seu valor!) Disseram-lhe que, mergulhando de cabeça na pipa d'água do quintal, podia morrer afogado. Não se assustou com a ideia da morte: queria saber é se lhe diziam a verdade. E só não morreu porque o jardineiro andava perto.

Na lição de catecismo, quando lhe disseram que os sábios desprezam os bens deste mundo, ele perguntou lá do fundo da sala: "E o rei Salomão?" Foi preciso a professora fazer uma conferência sobre o assunto; e ele não saiu convencido. Dizia: "Só vendo." E em certas ocasiões, depois de lhe mostrarem tudo o que queria ver, ainda duvidava. "Talvez eu não tenha visto direito. Eles sempre atrapalham." (Eles eram os adultos.)

Edmundo foi aluno muito difícil. Até os colegas perdiam a paciência com as suas dúvidas. Alguém devia ter tentado enganá-lo, um dia, para que ele assim desconfiasse de tudo e de todos. Mas de si, não; pois foi a primeira pessoa que me disse estar a ponto de inventar o moto-contínuo, invenção que naquele tempo andava muito em moda, mais ou menos como, hoje, as aventuras espaciais.

Edmundo estava sempre em guarda contra os adultos: eram os nossos permanentes adversários. Só diziam mentiras. Tinham a força ao seu dispor (representada por várias formas de agressão, da palmada ao quarto escuro, passando por várias etapas muito variadas). Edmundo reconhecia a sua inutilidade de lutar; mas tinha o brio de não se deixar vencer facilmente.

Numa festa de aniversário, apareceu, entre números de piano e canto (ah! delícias dos saraus de outrora!), apareceu um mágico com a sua cartola, o seu lenço, bigodes retorcidos e flor na lapela. Nenhum de nós se importaria muito com a verdade: era tão engraçado ver saírem cinquenta fitas de dentro de uma só… e o copo d'água ficar cheio de vinho…

Edmundo resistiu um pouco. Depois, achou que todos estávamos ficando bobos demais. Disse: "Eu não acredito!" Foi mexer no arsenal do mágico e não pudemos ver mais as moedas entrarem por um ouvido e saírem pelo outro, nem da cartola vazia debandar um pombo voando… (Edmundo estragava tudo. Edmundo não admitia a mentira. Edmundo morreu cedo. E quem sabe, meu Deus, com que verdades?)

Cecília Meireles. Edmundo, o céptico. In: Quadrante 2. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1962, p. 122.
Internet: <http://contobrasileiro.com.br>.

Distribuição das notas

Padrão de resposta da versão

Edmundo, el Céptico (Texto de Cecília Meireles)

En aquel tiempo, no sabíamos lo que era escepticismo. Pero Edmundo era escéptico. La gente se aburría y lo llamaba terco. Era una gran injusticia y una definición equivocada. Él quería romper con los dientes los huesos de ciruela, para chupar la miel que hay dentro. La gente le decía que los huesos eran más duros que sus dientes. Él rompió los dientes con la verificación.

Pero verificó. Y todos aprendimos a su costa. (¡El escepticismo también tiene su valor!) Le dijeron que, al zambullirse de cabeza en la pipa de agua del patio, podía morir ahogado. No se asustó con la idea de la muerte: quería saber si le decían la verdad. Y sólo no murió porque el jardinero estaba cerca.

En la lección de catecismo, cuando le dijeron que los sabios desprecian los bienes de este mundo, preguntó desde el fondo de la sala: "¿Y el rey Salomón?" Fue necesario que la profesora hiciera una conferencia sobre el asunto; y él no se convenció. Decía: "Sólo viendo." Y en ciertas ocasiones, después de que le mostraran todo lo que quería ver, aún dudaba. "Quizá no he visto bien. "Ellos siempre dificultan." (Ellos eran los adultos.)

Edmundo fue un estudiante muy difícil. Hasta los compañeros perdían la paciencia con sus dudas. Alguien debía haber intentado engañarlo, un día, para que él de este modo desconfiara de todo y de todos. Pero de sí, no; porque fue la primera persona a decirme estar a punto de inventar el moto continuo, invención que en aquel tiempo estaba muy de moda, más o menos como hoy, las aventuras espaciales.

Edmundo estaba siempre en guardia contra los adultos: eran nuestros permanentes adversarios. Sólo decían mentiras. Tenían la fuerza a su disposición (representada por varias formas de agresión, de la palmada a la habitación oscura, pasando por varias etapas muy variadas). Edmundo reconocía su inutilidad para luchar; pero tenía el brío de no dejarse vencer fácilmente.

En una fiesta de cumpleaños, apareció, entre números de piano y canto (¡ah, delicias de los saraos de antaño!) un mago con su sombrero de copa, su pañuelo, bigotes retorcidos y flor en la solapa. Ninguno de nosotros se importaría mucho con la verdad: era tan divertido ver salir cincuenta cintas de dentro de una sola... y el vaso de agua quedarse lleno de vino...

Edmundo se resistió un poco. Después, creyó que todos nos estábamos volviendo tontos. Dijo: "¡Yo no creo!" Fue a tocar el arsenal del mago y no pudimos más ver las monedas entrar por un oído y salir por el otro, ni del sombrero de copa vacío salir una paloma volando… (Edmundo era un aguafiestas. Edmundo no admitía la mentira. Edmundo murió temprano. ¿Y quién lo sabe, Dios mío, con qué verdades?)

Maurício Horta Miyauchi

nota: ***21****/25*

En aquel tiempo, nosotros no sabíamos qué era el **cepticismo**. Pero Edmundo era céptico. La gente se aburría y le llamaba insistente. Era una gran injusticia y una definición equivocada. Él quería romper con los dientes los huesos de **néspera** para chupar un mielito que hay allí dentro. La gente le decía que los huesos eran más duros que sus dientes. Él rompió los dientes al verificarlo. Y todos hemos aprendido a su costo. (El cepticismo también tiene su valor!)

Le dijeron que, metiéndose con la cabeza abajo en el **reservatorio** de agua de los fundos de casa, podría morirse ahogado. No se asustó con la idea de la muerte: es que quería saber si le decían la verdad. Y solo no se murió porque el jardinero andaba cerca de allí.

En la **leción** de catecismo, cuando le dijeron que los **lumbreros** tienen desprecio de los bienes de este mundo, él preguntó desde hacia el fundo de la sala: "¿Y el rey Salomón?" Fue necesario que la profesora hiciera una conferencia sobre el asunto, y él no se quedó convencido. Decía: "Solo creo viéndolo." Y en ciertas ocasiones, después que le mostraran todo lo que quería ver, todavía lo **duvidaba**. "Quizás yo no lo he visto correctamente. Ellos siempre interfieren." (Ellos eran los adultos.)

Edmundo fue un alumno muy difícil. **Hasta mismo** sus colegas perdían la paciencia con sus dudas. Alguien debía haber intentado trompearle, un día, para que él, por eso, desconfiara de todo y de todos. Pero él mismo, no; porque ha sido la primera persona que me dijo estar en punto de inventar el moto-continuo, invención que en aquel tiempo estaba mucho de moda, más o menos como están hoy las aventuras en el espacio.

Edmundo estaba siempre en guardia contra los adultos: eran nuestros adversarios permanentes. Solo decían mentiras. Tenían la fuerza a su disposición (representada por varias formas de agresión, desde la palmada hasta la habitación oscura, pasando por varias etapas muy variadas.) Edmundo reconocía la inutilidad de luchar; pero tenía el orgullo de no dejarse vencer fácilmente.

En una fiesta de cumpleaños, surgió, entre presentaciones de piano y canto (¡ay! ¡Qué delicias eran las <u>soirées</u> de antaño!), surgió un mago con su sombrero, su pañuelo, bigotes retorcidos, flor en el bolsillo. A ninguno de nosotros nos importaría mucho la verdad: era tan gracioso ver cincuenta cintas saliendo desde dentro de una sola… Y el vaso de agua volverse lleno de vino…

Edmundo resistió un poco. Después, le pareció que estábamos volviendo demasiadamente tontos. Dijo: "¡Yo no lo creo!" Se puso a tocar el arsenal del mago, y no **hemos podido** ver más las monedas entrar por un oído y salir por el otro, ni del sombrero salir un pombo volando… (Edmundo lo arruinara todo… Edmundo no admitía la mentira. Edmundo murió temprano. ¿Y quién sabe, Dios mío, con qué verdades?)

_RESULTADO

1. **Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 10**
2. **Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 11 - 8 erros**

COMENTÁRIO

Escrevi esta versão inicialmente na folha errada, a do resumo de espanhol. Isso acontece mais frequentemente do que se possa imaginar. É horrível na hora, mas não é fim do mundo. Para evitar essa situação, eu aconselho o candidato a sempre conferir se o número da questão corresponde ao número da folha de resposta. É dica boba, mas é dica boa.

Se já for tarde demais e já tiver escrito no lugar errado, o candidato deve rasurar todo o texto com uma linha e transcrever a resposta na folha apropriada, sem pular linhas e nem redigir qualquer tipo de comentário para a banca. Nenhum mesmo. Caso contrário, pode-se caracterizar identificação do candidato, o que implica a desclassificação.

Cauê Rodrigues Pimentel
nota: ***20,50****/25*

Edmundo, el céptico

Em aquel tiempo, nosotros no sabíamos qué era **cepticismo**. Sin embargo Edmundo era céptico. Las personas se enfadaban y lo llamaban de terco. Era una gran injusticia e una definición equivocada. Él quería romper con los dientes las partes mas duras de las frutas, para chupar el zumo dulce que tenían. Las personas le decían que las semillas eran más duras que sus dientes. Él se rompió los dientes con la prueba. Pero probó. Y nosotros todos aprendimos a su cuesta (¡el cepticismo tiene su valor!)

Le dijeron que si saltara de cabeza en el pozo del jardín, podría morirse ahogado. No se asustó con la idea de la muerte: quería saber, sí, si se le decían la verdad. Y solo no se murió porque en jardinero andaba en las cercanías.

En la lección de catecismo, cuando le dijeron que los sabios desprecian a los buenos de ese mundo, él preguntó desde el fondo de la clase: ¿Y el rey **Salomon**? La profesora tuvo que hacer una conferencia sobre el tema; y él no se convenció. Decía: “sólo viendo”. Y en ciertas ocasiones, tras le enseñaren todo lo que é quería ver, aún dudaba: “Quizás yo no haya visto correctamente. Ellos siempre lo hacen más complicado”. (ellos eran los adultos).

Edmundo fue alumno muy difícil. Hasta sus amigos perdían la paciencia con sus dudas. Quizás alguien lo hubiera engañado, un día, para que él desconfiara de todo y de todos. Pero de si mismo, no; pues fue la primera persona que me dijo estar a punto de inventar el moto-continuo, invención que estaba en moda en aquel tiempo, más o menos como hoy están las aventuras espaciales.

Edmundo estaba siempre atento en contra de los adultos: eran nuestros adversarios permanentes. Solo decían mentiras. Tenían en su ventaja la fuerza (representada por varias formas de agresión, desde las palizas en la habitación oscura hasta diversas etapas muy diversificadas). Edmundo reconocía la inutilidad de luchar; pero tenía el orgullo de no rendirse fácilmente.

En una fiesta de cumpleaños, surgió, entre los números de piano y de conto (¡ah! que maravilla las fiestas de otros tiempos), un mágico con su sombrero, su lienzo, sus **bigodes** retorcidos y una flor en el bolsillo. Ninguno de nosotros se importaría mucho con la verdad: era tan chistoso ver **cinquenta** lienzos saliendo de uno solo… y el vaso de agua llenarse de vino. Edmundo resistió un poco. Después, pensó que

todos nos habíamos vuelto demasiado tontos. Dijo: "¡Yo no creó!". Y empezó a examinar el arsenal mágico y entonces ya no podíamos ver monedas entraren por un oído y salieren por otro, ni ver una paloma volando del sombrero vacío. (Edmundo empeoraba todo. Edmundo no **admitia** la mentira. Edmundo murió joven. Y, dios mío, ¿quién sabrá con qué verdades?

_RESULTADO

1. **Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 10**
2. **Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 10,5 - 9 erros**

Anônimo

nota: ***20****/25*

Edmundo, el céptico

En aquel tiempo, no sabíamos qué era el cepticismo. Pero Edmundo era céptico. Las personas se enfadaban y le llamaban testarudo. Era una gran injusticia y una definición equivocada. Él quería romper, con sus dentes, las semillas de los frutos, para alcanzar el líquido dulce que había allá dentro. Las personas le decían que las semillas eran más duras que sus dentes. Él se ha roto los dentes verificándolo. Pero sí que lo verificó. Y todos hemos aprendido a su expensa (¡El cepticismo también tiene su valor!).

Le dijeron que, si pusiera su cabeza dentro del mecanismo de irrigación del jardín, podría morir ahogado. No tuvo miedo ante la idea de la muerte: quería saber si lo que le decían era verdad. Y solo no murió porque el jardinero estaba cerca de él.

En las clases de catecismo, cuando le dijeron que los sabios menosprecian los bienes de este mundo, él le preguntó a la profesora desde el fundo del aula. "¿Y el Rey Salomón?". Fue necesario que la maestra hiciera una conferencia acerca del tema; y él no salió convencido. Decía: "Solo lo creo si lo veo". Y en ciertas ocasiones, después que le habían mostrado todo lo que quería ver, seguía dudando. "Tal vez no lo haya visto muy bien. Ellos siempre se molestan" (Ellos son los adultos).

Edmundo fue un alumno muy difícil. Incluso sus compañeros perdían la paciencia con sus dudas. Seguramente alguien habría intentado engañarle un día para que él sospechara tanto de todo y de todos. Pero no sospechaba de sí mismo, así que fue la primera persona quien me dijo que estaba a punto de inventar el moto-contínuo, una invención que estaba de moda en aquella época, tal y como las aventuras espaciales de hoy día.

Edmundo estaba siempre desconfiado de los adultos: eran nuestros adversarios permanentes. Solo decían mentiras. Tenían la fuerza a su disposición (que estaba representada por varias formas de agresión, desde un puñetazo a la habitación oscura, pasando por muchas etapas variadas). Edmundo reconocía la inutilidad de luchar; sin embargo, tenía el orgullo de no dejarse vencer tan fácilmente.

En una fiesta de cumpleaños, vino, entre apresentaciones de piano y de canto (¡Ah! ¡Las maravillas de las fiestas de antaño!), un mágico, con su sombrero, su panuelo, sus bigotes retorcidos y la flor sobre su traje. Ningún de nosotros se importaría mucho con la verdad: era tan divertido ver salir cincuenta fitas de dentro de una solo… y ver el vaso de agua llenarse de vino.

Edmundo resistió un poco. Después, pensó que todos estábamos quedándonos demasiado tontos. Dijo: “!No lo creo!”. Saltó a investigar el arsenal del mágico y ya no pudimos ver las monedas entrar por un oído y salir por el otro, ni la paloma que asomaba desde el sombrero volando… (Edmundo estropeaba todo. Edmundo no admitía las mentiras. Edmundo murió temprano. ¿Y quién sabe, Dios mío, con cuáles verdades?).

_RESULTADO

1. **Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 10**
2. **Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 10 - 10 erros**

LÍNGUA FRANCESA

banca:
Alice Maria de Araújo Ferreira
Sophie Céline Guerin Mateus

_resumo

Résumez le texte ci-dessous avec vos propres mots (de 210 à 310 mots).

[valor: 25,00 pontos]

Repeindre le capitalisme en vert

Vitalité du marché des éoliennes, diffusion des démarches « éco-responsables », multiplication des labels « bio » … tout indique que les entreprises pourraient devenir les meilleures amies de l'écologie. Pourtant, la logique du profit s'oppose aux rythmes de la nature. Sauver la seconde exige d'imposer des bornes à la première, une idée qui n'emballe pas les industriels.

« Cessons donc d'opposer l'activité économique, les entreprises et l'écologie ! Les secteurs industriels et de services ont depuis longtemps intégré la dimension écologique dans leurs démarches. »

Ainsi s'exprimait M. Pierre Gattaz, président du Mouvement des entreprises de France (Medef), dans une tribune publiée le 18 septembre 2013 par le quotidien Le Monde et titrée « N'orientons pas la France vers la décroissance ». Comme ses homologues des grands groupes étrangers, M. Gattaz l'affirme : le capitalisme peut devenir « vert », à condition que « le pragmatisme et la raison l'emportent sur le dogmatisme et la posture ». En d'autres termes, que l'on évite les taxes, les réglementations contraignantes, pour préserver la « compétitivité globale des entreprises ». La logique du patron des patrons français ne convainc toutefois pas entièrement.

Délocaliser la pollution

Que les pays occidentaux se soient largement convertis à une économie de services ne doit pas masquer le fait qu'en dépit de l'optimisme du patronat les prélèvements sur les ressources naturelles ne cessent de croître : + 65 % entre 1980 et 2007. En valeur absolue, jamais nos sociétés n'ont autant consommé de matière et rejeté de polluants. Ce qui n'est pas principalement dû, comme on l'entend souvent dire, au

développement des pays pauvres. Les États occidentaux ont simplement délocalisé, en même temps que des emplois industriels, une part des pollutions et de la consommation de ressources.

Mais les tendances actuelles ne peuvent se prolonger. Un indicateur, popularisé au Sommet de la Terre de Johannesburg en 2002, le confirme : l'empreinte écologique. Celle-ci équivaut à la superficie dont une population a besoin pour produire les ressources qu'elle consomme et pour assimiler les déchets qu'elle rejette. En 2002, l'empreinte mondiale s'établissait à 138 % de la surface bio-productive totale. Depuis le début des années 2010, elle dépasse 150 %. Si tous les habitants de la Terre avaient le mode de vie d'un Américain moyen, la population mondiale aurait besoin de cinq planètes pour se nourrir, s'habiller et se loger.

Protéger la planète suppose de faire primer les rythmes biologiques sur les taux de profit

En dépit de la multiplication des éoliennes et des panneaux photovoltaïques ces quinze dernières années, le capitalisme n'est donc pas plus « vert » que par le passé, bien au contraire. Comme l'économie aspire toujours plus de ressources, les énergies renouvelables ne font que s'ajouter aux modes de production polluants, plutôt que de s'y substituer. La durée de vie de plus en plus courte des biens de consommation (automobiles, électroménager, téléphones et ordinateurs, produits alimentaires, etc.) impose de les remplacer toujours plus vite… et donc d'en fabriquer davantage.

S'agit-il d'un phénomène conjoncturel ? Le capitalisme de demain ne pourrait-il pas faire mieux avec moins ? Dès les années 1970, l'écologiste américain Barry Commoner (1917-2012) a montré qu'il en était incapable par nature. Le capitalisme repose sur un principe fondamental : les capitaux doivent circuler librement pour s'orienter vers les activités qui procurent les meilleurs taux de profit. Protéger la planète supposerait au contraire de faire primer les rythmes biologiques sur les taux de profit : ne pas pêcher plus de poisson que ne l'autorise le renouvellement naturel des espèces, ne pas émettre plus de polluants que la biosphère ne peut en recycler, ne pas consommer plus d'énergie que ce que l'on peut produire de façon renouvelable… Une définition possible de la décroissance, pas du capitalisme.

Aurélien Bernier. Le Monde Diplomatique. 2016.
Internet: <www.monde-diplomatique.fr>.

Distribuição das notas

Padrão de resposta do resumo

Même si les initiatives écologiquement responsables de certaines entreprises nous montrent que le rapport entre écologie et capitalisme a tendance à se transformer, la relation entre les deux mouvements est souvent remise en question. En effet, la quête de profit de la part des entreprises est souvent opposée aux besoins de la nature.

Mais selon M. Gattaz, cette opposition n'est pas justifiée étant donné que le capitalisme prend en compte la dimension verte. Mais il faudrait être plus pragmatique et cesser de taxer et de réglementer les entreprises afin de préserver la compétitivité internationale de celles-ci.

Cependant les arguments du président du Mouvement des entreprises de France (Medef) ne sont pas convaincants quand on regarde de plus près : les prélèvements des ressources naturelles augmentent, tout comme la pollution. L'occident a simplement déplacé, non seulement les emplois, mais aussi les rejets polluants et l'exploitation des ressources.

Le Sommet de la Terre de Johannesburg en 2002 nous a montré que l'empreinte écologique mondiale (indicateur qui calcule le territoire nécessaire à la population pour subvenir à ses besoins de consommation et traiter les déchets produits) est passée de 138 % à 150 % de la surface bio-productive entre 2002 et 2010.

La production d'énergie renouvelable n'est pas parvenue à remplacer un système de production polluant qu'elle ne fait que compléter pour lui permettre de produire toujours plus de biens de consommation. Le capitalisme n'est donc pas devenu plus responsable qu'avant et la pollution n'a pas diminué.

Selon l'écologiste Barry Commoner, le capitalisme et la conscience écologique sont incompatibles car pour protéger la nature il faudrait privilégier les rythmes biologiques et pas les profits, contrairement à ce que fait le capitalisme.

Aspectos considerados na avaliação:

- Levantamento das ideias principais contidas no texto.
- Reformulação das ideias contidas no texto a partir de estruturas e de um léxico diferentes daqueles que foram usados no texto.
- Organização do discurso de maneira lógica por uma utilização correta de articuladores lógicosintáticos e de procedimentos de coesão textual (anáfora).
- Correção linguística sem erros sintáticos nem morfossintáticos que podem levar a ambiguidades.

Raphael Azevedo França
nota: ***24****/25*

Dans un article pour Le Monde Diplomatique, Aurélien Bernier analyse le paradoxe entre capitalisme et développement durable. D'un côté, les entreprises essayent de montrer une image rose de leurs démarches vertes; de l'autre, il est invraisemblable qu'elles puissent concilier préservation naturelle et appât du gain. Le président du Medef, par contre, semble vouloir nourrir cette illusion si l'on croit sa tribune publiée par Le Monde en 2013, dans laquelle il défend que c'est le capitalisme de par sa propre logique qui sauvera la planète.

Les délocalisations, malgré tout, se font sur un seul monde. En réalité, la consommation a explosée depuis 1980, en laissant aux pays pauvres l'empreinte écologique des occidentaux gourmands en ressources. Et cela semble continuer si on regarde l'indicateur créé a Johanesbourg en 2002: le seuil de la capacité d'absorption de l'activité humaine par la nature est bien dépassé. Si les habitudes américaines deviennent planétaires, il faudra en trouver quatre autres Terres pour les entretenir.

Les énergies renouvelables ne le sont pas vraiment, car elles augmentent les capacités productives au lieu de les remplacer. Les biens de consommation sont de plus en plus jetables, en créant un cercle vicieux. La question sur le caractère structurel de ce phénomène se pose. Barry Commoner avait déjà exposé, dans les années 1970, la voracité capitaliste en face des rythmes de croissance naturelle. Le choix entre l'homme respectueux de son milieu et le capitalisme aveuglé par son caractère autodestructeur doit être fait. Il est urgent.

_RESULTADO

1. **Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 10**
2. **Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 14/15 - 2 erros de morfossintaxe**

Jonas Teixeira Marinho
nota: ***23,5****/25*

Le contexte contemporain indique une relation positive entre le marché et la préservation de la nature. Cependant, conserver l'environement implique l'imposition des limites à l'activité industrielle. Selon Monsieur Pierre Gattaz, chef des répresentants des entreprises en France, il n'y a pas d'opposition entre l'écologie et la production. Le capitalisme, alors, pourrait être vert si les règles adoptées n'affectent pas la competitivité industrielle. Cette pensée, pourtant, n'est pas totalement capable de convaincre les gens.

Malgré la croissance de l'importance du secteur des services dans les économies occidentales, la dégradation de l'environement a augmenté de forme expressive les deux derniers décennies. Ce fait n'est pas lié au progrès des nations en développement. La cause de l'augmentation est la délocalisation de la production des pays riches, qui provoque la croissance de la pollution et de la consommation aux pays pauvres. Cependant, cette situation ne peut pas être prolongée. L'empreinte écologique, qui mesure la région necessaire pour la production et les déchets, a subi une augmentation les dernières années. Le rythme de croissance n'est pas compatible avec la préservation de l'environement.

Malgré le progrès des sources renouvelables de l'énergie, le capitalisme est encore moins compatible avec l'écologie qu'auparavant. Ces nouvelles sources ne remplacent pas les sources traditionelles, mais ajoutent à la production. Les biens de consommation sont moins durables, alors ils doivent être remplacés plus fréquemment, ce qui augmente la production. Les écologistes croient que le capitalisme n'est pas capable de reduire le rythme de la production. Le profit est donc le but suprême du système et la libre circulation des capitaux. La protection de l'environement est incompatible avec l'essence du capitalisme, en conclusion.

_RESULTADO

1. **Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 10**
2. **Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 13,5/15 - 3 erros**

Anônimo
nota: ***23**/25*

La multiplication d'initiatives écologiques suscite la possibilité d'un capitalisme vert, capable de respecter la conservation de la nature. Par contre, bien que plusieurs entrepreneurs prônent la capacité d'adaptation du libre marché aux rythmes de la nature, ils souvent rejettent les formes de réglementation qui ménacent leur competitivé, ce qui met en évidence l'opposition entre le capitalisme et l'écologie.

D'abord, la prédominance du secteur de services dans les pays dévellopés n'a pas abouti à une baisse de la consommation des ressources naturelles. En fait, la planète franchi, à chaque année, de nouveaux records de consommation découlant de la délocalisation des installations industrielles. En plus, le concept d'empreinte écologique met en rélief que les ressources démandés par les sociétés surpassent celles que la planète peut leur offrir. Ce décalage a augmenté de 2002 aux années 2010, de sorte qu'il reste clair que la consommation n'a pas cessé d'accroître.

Du fait de cette tendance croissante, l'avénement des énergies renouvelables ne s'avère pas une solution suffisante, étant donné que ces nouvelles énergies peinent à remplacer les énergies les plus polluantes. En outre, la durée toujours plus courte des produits cotidiens demande que leur production ne diminue pas. Par conséquent, le capitalisme n'a pas réussi à devenir plus vert. En effet, selon Barry Commoner, cette conclusion se fonde sur l'opposition incontournable entre la recherche aux meilleurs taux de profit et les rythmes de recupération biologique, dont la conservation impose un modèle de production débouchant sur la décroissance.

_RESULTADO

1. **Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 10**
2. **Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 13/15 - 4 erros**

LÍNGUA FRANCESA

banca:
Alice Maria de Araújo Ferreira
Sophie Céline Guerin Mateus

_versão

Traduisez le texte suivant en français en préservant les aspects culturels du texte-source.

[valor: 25,00 pontos]

João Guimarães Rosa: diplomacia e política

Ao perseguirmos a especificidade da atuação de João Guimarães Rosa como diplomata,deparamos, de imediato, este desligamento, que ele expressivamente opera, entre o diplomata e o político. Desligamento problemático, porquanto a carreira de diplomata é, em essência, uma atividade política.

Como e por que Guimarães Rosa opera esta separação?

Como consegue fazê-lo, tendo estado em situações — Cônsul em Hamburgo de 1938 a 1942 —, em que a totalidade da vida, em seus aspectos privados e públicos, estava dominada pelo político? O próprio Guimarães Rosa descreve este domínio avassalador do político na Alemanha nazista, em seu conto ***O Mau Humor de Wotan****. Nesse conto, fica claro o totalitarismo, a tirania da política na vida da Alemanha, penetrando os rincões mais escondidos da vida da população. É a esse totalitarismo que ele se refere quando diz a Lorenz, que lhe perguntara sobre sua atividade em Hamburgo em favor dos judeus perseguidos pelo Nazismo, "eu, o homem do sertão, não posso presenciar injustiças". A tirania do político é, para ele, injustiça.*

Ainda aqui encontramos a concepção platônica da justiça — harmonia dos elementos naturais de um todo, sem excesso de nenhum sobre os outros, sem tirania de um sobre os outros. Nessas condições, a atividade de Guimarães Rosa no Consulado-Geral em Hamburgo, em favor dos judeus perseguidos, seria um exemplo, não de ação política, pois ação política era o Nazismo, mas sim de ação diplomática. Nesse caso específico, portanto, é possível compreender como e porque Guimarães Rosa separa diplomacia e política: em condições em que nada escapava ao totalitarismo da política, era preciso desvincular-se dela, custasse o que custasse, abrir uma brecha no seu muro espesso e sufocante, na injustiça — na hybris

— da política, que se manifestava, precisamente, nesse totalitarismo, nesta ocupação de todo o espaço vital do homem. Essa parece ter sido a razão da necessidade de se operar a separação entre diplomacia e política: razão de justiça.

Heloísa Vilhena de Araújo. ***Guimarães Rosa: diplomata.*** *Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, p. 35-6.*

Distribuição das notas

FR Vers
Nota
25,0
20,0
15,0
10,0
5,0
0,0
Ampla
Negros
26 25 24 23 22 21 20 19 18 17 16 15 14 13 12 11 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1
Posição

Padrão de resposta da versão

João Guimarães Rosa: Diplomatie et politique

Alors que nous pourchassons la spécificité de la posture de João Guimarães Rosa en tant que diplomate, nous nous trouvons, immédiatement, devant cette distinction, qu'il opère expressivement, entre le diplomate et le politique. Distinction problématique, dès lors que la carrière de diplomate est, dans son essence, une activité politique.

Comment et pourquoi Guimarães Rosa opère-t-il cette séparation ?

Comment parvient-il à le faire, ayant vécu des situations — consul à Hambourg de 1938-1942 —, où la totalité de la vie, dans ses aspects privés et publics, était dominée par le politique ? Le propre Guimarães Rosa décrit cette domination écrasante du politique en Allemagne nazie dans son conte « O Mau Humor de Wotan » (la mauvaise humeur de Wotan). Dans ce conte, le totalitarisme apparaît clairement, la tyrannie de la politique dans la vie de l'Allemagne, pénétrant les recoins les plus cachés de la vie de la population. C'est ce totalitarisme auquel il se réfère quand il dit à Lorenz, qui l'interroge sur son activité à Hambourg en faveur des juifs persécutés par le Nazisme, « moi, l'homme du sertão, je ne peux pas être le témoin d'une injustice ». La tyrannie du politique est, pour lui, une injustice.

Nous retrouvons ici sa conception platonique de la justice — harmonie des éléments naturels d'un tout, sans excès d'aucun d'entre eux sur les autres, sans tyrannie des uns sur les autres. Dans ces conditions, l'activité de Guimarães Rosa au consulat général à Hambourg, en faveur des juifs persécutés, serait un exemple, non d'action politique, car l'action politique était le Nazisme, mais plutôt d'action diplomatique. Dans ce cas spécifique, donc, il est possible de comprendre comment et pourquoi Guimarães Rosa sépare diplomatie et politique : dans des conditions où rien n'échappe au totalitarisme de la politique, il fallait s'en dissocier, coûte que coûte, ouvrir une brèche dans son mur épais et suffocant, dans l'injustice – dans l'hybris – de la politique, qui se manifestait, précisément, dans ce totalitarisme, dans cette occupation de tout l'espace vital de l'homme. Ceci semble avoir été la raison du besoin d'opérer la séparation entre diplomatie et politique : raison de justice.

O texto acima é um exemplo de tradução correta. Outros termos sinônimos e outras formulações poderão ser aceitas de o sentido, o estilo e o registro do texto forem conservados.

Aspectos considerados na avaliação:

- Fidelidade ao texto-fonte: preservação do sentido do texto-fonte e preservação do estilo do texto-fonte.

- Fidelidade à qualidade e ao registro de linguagem do texto-fonte: correção lexical e morfossintática e adequação do registro de linguagem ao texto-fonte.

Francisco Luiz Pinto da Rocha Santos
nota: ***20****/25*

João Guimarães Rosa : diplomate et politique

Quand on poursuit la spécifité de l'actuation de João Guimarães Rosa comme diplomate, on retrouve, immédiatement, cette séparation qu'il expressivement faisait entre le diplomate et le politicien. C'est une séparation problématique, puisque la carrière du diplomate est, essentiellement, une activité politique.

Comment et pourquoi est-ce que Guimarães Rosa a fait cette séparation ?

Comment a-t-il pu le faire, après avoir été en situations – consule à Hambourg de 1938 a 1942 – dans lesquelles la totalité de la vie, dans ses aspects privés et publics, était soumise à l'aspect politique ? Guimarães Rosa lui-même décrit ce domaine écrasant du politique en Allemagne Naziste, dans son conte La mauvaise humeur de Wotan. Dans ce conte, le totalitarisme est clair, la tyrannie de la politique dans la vie de l'Allemagne, s'infiltrant dans les coins les plus cachés de la vie de la population. C'est à ce totalitarisme qu'il se réfère lorsqu'il dit à Lorenz, qui lui avait demandé de son activité à Hambourg en faveur des juifs poursuivis par le Nazisme, « moi, l'homme du sertão, je ne peux pas être devant des injustices ». La tyrannie du politique est, pour lui, de l'injustice.

Même ici on trouve la conception platonique de justice – harmonie des éléments naturels d'un tout, sans ecxès d'aucun sur les autres, sans la tyrannie de l'un sur les autres. Dans ces conditions, l'activité de Guimarães Rosa dans le Consulat-Général, à Hambourg, en faveur des juifs poursuivis, serait un exemple, pas de l'action politique, car l'action politique était le Nazisme, mais de l'action diplomatique. Dans ce cas spécifique, donc, c'est possible de comprendre comment et pourquoi Guimarães Rosa sépare diplomatie et politique : dans des conditions dans lesquelles rien n'échappait au totalitarisme de la politique, il fallait s'en délier à n'importe quel coût, ouvrir un trou dans le mur épais et suffoquant, dans l'injustive – dans le hybris – de la politique, qui se manifestait, precisément, dans ce totalitarisme, dans cette occupation de tout l'espace vital de l'homme. Celle-ci paraît avoir été la raison de la nécessité de faire la séparation entre diplomatie et politique : raison de justice.

_RESULTADO

1. **Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 10**
2. **Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 10 - 10 erros**

Raphael Azevedo França
nota: ***19****/25*

João Guimarães Rosa: diplomatie et politique

Lorsque nous cherchons la spécificité du rôle joué par João Guimarães Rosa en tant que diplomate, nous trouvons, tout de suite, cette déconnexion entre le diplomate et l'homme politique qu'il employait intentionnellement. Une déconnexion problématique, car la carrière diplomatique est, par essence, une activité politique.

Comment et pour quelle raison Guimarães Rosa opère-t-il cette séparation?

Comment arrive-t-il à le faire, en ayant été dans des situations - consul à Hambourg de 1938 à 1942 -, dans lesquelles la vie dans sa totalité, dans ses caractères privés et publics, était dominée, par son côté politique? Guimarães Rosa, lui-même, décrit cette domination **avassalatrice** de la politique en Allemagne nazi, dans sa fable <u>La mauvaise humeur de Wotar.</u> Dans cette fable, il devient clair que le totalitarisme, la tyrannie politique dans la vie en Allemagne pénètre les recoins les plus cachés de la vie du peuple. C'est à ce totalitarisme auquel il se réfère quand il dit à Lorenz, qui luit avait posé des questions par rapport à son activité à Hambourg en faveur des Juifs pourchassés par le nazies, « moi, l'homme du « sertão », je ne peux pas témoigner des injustices ». La tyrannie de la politique est, pour lui, l'injustice.

Nous découvrons, ici, encore, la conception platonique de la justice - l'harmonie des éléments naturels d'une totalité, sans aucun excès entre eux, sans la tyrannie d'un élément sur le reste. Dans ces conditions, l'activité de Guimarães Rosa au consulat général à Hambourg, en faveur des Juifs persécutés, serait un exemple, non d'action politique, car l'action politique c'était le nazisme, mais, en réalité, d'action diplomatique. Dans ce cas précis, donc, il est possible de saisir comment et pourquoi Guimarães Rosa sépare la diplomatie et la politique: dans un cadre où rien n'échappait au totalitarisme de la politique, il a fallu s'en débarrasser d'elle, à n'importe quel prix, il fallait créer une fissure dans son mur épais et étouffant, dans l'injustice - dans « l'hybris » - de la politique, qui se manifestait, précisement, dans ce totalitarisme, dans cette occupaton de tout l'espace vital de l'homme. Il semble que celle a été la raison derrière le besoin de faire opérer la séparation entre la diplomatie et la politique: une raison de justice.

_RESULTADO

1. **Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 10**
2. **Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 9 - 12 erros**

Ciro Eduardo Ferreira

nota: ***14****/25*

João Guimarães Rosa: diplomatie et politique

Quand on recherche l'espécificité de l'actuation de João Guimarães Rosa en tant que diplomate, on voit, tout de suite, ce détachement qu'il opère expressivement, entre le diplomate et le politique. Un détachement problematique, car la carrière diplomatique est, en essence, une activité politique.

Comment et porquoi Guimarães Rosa fait-il cette séparation ?

Comment arrive-t-il à le faire, ayant été dans des situations – en tant que consule à Hambourg de 1938 jusqu'à 1942 – où la totalité de la vie, dans ses aspects privés et publiques, était dominée par le politique ? Le propre Guimarães Rosa décrit ce domaine bouleverseur du politique en Allemagne naziste dans son compte litéraire « La mauvaise humeur de Wotan ». Dans cette histoire, le totalitarisme et la tiranie de la politique dans la vie de l'Allemagne sont évidents, pénétrant les coins les plus cachés de la vie de la population. C'est à ce totalitarisme qu'il fait référence quand il dit à Lorenz, qui lui avait posé une question sur son activité à Hambourg en faveur des Juifs chassés par le Nazisme, « moi, l'homme de l'intérieur, je ne peux pas témoigner d'injustices ». La tiranie du politique est, pour lui, une injustice.

Même si on trouve la conception platonique de la justice – l'harmonie des éléments naturels d'une totalité, sans l'excès de personne sur les autres, sans la tiranie de l'un par rapport aux autres. Dans ces conditions, l'activité de Guimarães Rosa dans le Consultat-général à Hambourg, en bénéfice des Juifs persecutés, serait un exemple pas d'action politique, puisque l'action politique était le nazisme, mais d'action diplomatique. Dans ce cas espécifique, ainsi, il est possible de comprendre comment et porquoi Guimarães Rosa fait une séparation entre la diplomatie et la politique : dans les conditions où rien n'échappait au totalitarisme de la politique, il fallait s'en détacher, n'importe les coûtes, ouvrir un espace dans son mur gros est suffoquant, dans l'injustice – dans l'hybris – de la politique, qui se manifestait précisement dans ce totalitarisme, dans cette occupation de tout l'espace vital de l'homme. Cela peut avoir été la raison de la nécessité de faire la séparation entre la diplomatie et la politique : la raison de justice.

_RESULTADO

1. **Nota relativa à organização do texto e ao desenvolvimento do tema: 10**
2. **Nota relativa à correção gramatical e à propriedade da linguagem: 4 - 22 erros**

O guia da

esperança equilibrista

As melhores (e as piores) respostas dos aprovados no CACD 2019

Turma do Instituto Rio Branco
2020 - 2021

Turma do Instituto Rio Branco
2020 - 2021

Arthur Lomonaco Beltrame
Bárbara Policeno Pereira
Bruna Verissimo Lima Santos
Bruno Berrettini Camponês do Brasil
Bruno Rolim
Carolina Moreira da Costa Oliveira
Gabriel Clemente de Oliveira Bellato
Ivan Abdalla Sá Fortes Clavery
João Paulo Melo Nacarate
Joaquim Pedro Strunck da Silva Pinto

Jonathan de Assis Paz Braga
Lawrence Benaventana Póvoas
Luis Felipe Yonezawa Fernandes
Luiz Carlos Keppe Nogueira
Paulo Henrique de Sousa Cavalcante
Rodrigo Lara Pinto
Roman Leon Gieburowski Neto
Ronney Almeida e Silva Filho
Taciano Scheidt Zimmermann
Thayana Stocco do Amaral

Diplomatas intercambistas
Adilson Manuel José (Angola)
Darkhan Torekhanov (Cazaquistão)
Fernando Mourón (Argentina)
Julia Romalda Paijo (Timor-Leste)
Juliana Grace Bendezú Quispe (Peru)
Ricardo Zarratea Herreros (Paraguai)
Vanessa Takdira Abubakar Timóteo Mavimbe (Moçambique)

Crédito de imagens
Capa: Patrícia Abbott
Fotografia: Arthur Max/MRE

T 945
Turma do Instituto Rio Branco 2020-2021

O Guia da Esperança Equilibrista: as melhores (e as piores) respostas dos aprovados no CACD 2019. Turma do Instituto Rio Branco 2020 – 2021

109 p.

1. Instituto Rio Branco 2. Diplomacia 3 Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata. I. Título

Sumário

Introdução

O aparecimento de um exemplar de *Tettigonia viridissima*, inseto popularmente conhecido como "esperança", é considerado prenúncio de boa sorte. Esperamos que a publicação do *Guia da Esperança Equilibrista*, no momento em que surgem as primeiras notícias concretas do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2020, seja vista como um sinal de bons augúrios pelos ceacedistas. O projeto de tornar-se diplomata, afinal, exige esperança. Não qualquer esperança: uma esperança equilibrista, nas poéticas palavras de Aldir Blanc. Há que se fazer como os artistas circenses que, corajosa e obstinadamente, atravessam a corda bamba: manter o foco no destino e seguir caminhando. A rotina de estudos deve prevalecer em meio às ventanias que tentam nos desequilibrar – dúvidas sobre nossas próprias capacidades, pressões sobre nossa saúde física e mental, eventuais fracassos nos primeiros certames e, como se não bastasse, dificuldades impostas por uma pandemia. Por vezes, sentimo-nos, todos, como equilibristas que assumem o desafio extra de percorrer o caminho com os olhos vendados. Sem que consigamos vislumbrar o fim da jornada, temos de seguir em frente.

Nós, os integrantes da turma 2020-2021 do Instituto Rio Branco, que tivemos a felicidade e o privilégio de concluir a travessia do "Liso do Sussuarão", representado pelo CACD, e de chegar à desejada "terceira margem do rio", buscamos, por meio deste guia, ajudá-los e incentivá-los a realizar essa mesma passagem. O auxílio vem na forma da publicação das melhores respostas, o que pode contribuir para o entendimento de quais argumentos, conceitos e linguagens são apreciados pelas bancas examinadoras.

Para incentivá-los, podemos dizer o seguinte: vale a pena. Mesmo em um momento atípico, a aprovação no concurso, a posse no cargo de diplomata e as primeiras experiências na carreira corresponderam, em larga medida, às expectativas e aos sonhos que fomos construindo ao longo de todo o processo de preparação. É muito gratificante conviver com nossos colegas de turma, ter aulas com diplomatas e acadêmicos experientes, estudar novos temas e idiomas e aprender as regras escritas (e não escritas) do Ministério. O caminho muda o caminhante – concluída a travessia, a esperança se renova.

Bons estudos!

Sobre o guia

Desde 2013, as turmas de aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) lançam uma coletânea de suas melhores e piores respostas nas fases discursivas do concurso, com o intuito de oferecer aos candidatos ferramentas para sua preparação. O *Guia da Esperança Equilibrista* dá continuidade a essa tradição, com alguns ajustes de rota.

Ao estabelecer o formato do guia, buscou-se algo prático e fácil de manusear, em um layout com menos páginas. Todas as questões do guia são estruturadas da seguinte maneira: enunciado, com as médias e os desvios padrão das notas; pelo menos três das melhores notas (em alguns casos, visando a uma maior oferta de estratégias de resposta, há um número maior de boas respostas), seguidas da menor nota dentre todas as questões dos aprovados. Algumas questões, por decisão de seus autores, vêm acompanhadas de comentários para que os candidatos futuros possam identificar caminhos para a fase recursal do CACD.

Em relação a 2018, houve alteração significativa na seção do perfil dos candidatos aprovados. Há estatísticas sobre: idade, formação acadêmica, estado de origem e estado de preparação, além do tempo de estudo necessário para a aprovação. Como complemento, com a intenção de deixar o guia mais humano e pessoal – e para descontrair um pouco também –, há uma lista de preferências pessoais, como filmes, séries, músicas e times de futebol preferidos, além do signo de cada um.

Quanto à capa, optou-se por uma ilustração de produção própria, elaborada gentilmente pela Patrícia Abbott. No desenho, a esperança (*Tettigonia viridissima*) equilibra-se em uma fina corda, o que simboliza a dificuldade enfrentada pelos candidatos no caminho que leva de uma margem à outra, na travessia em direção ao Instituto Rio Branco. Seu nome simbólico revela a crença em algo que nos faz seguir em frente. A esperança foi o sentimento que nos fez resistir até o final, a aprovação no concurso – dançando na corda bamba que nos trouxe até aqui. Na cultura popular, há a crença de que o pouso deste inseto, que se assemelha ao grilo, é um sinal de bons augúrios.

A escolha da esperança dá-se também pelo fato de que, ao mesmo tempo em que é uma palavra que integra o léxico do postulante à carreira diplomática desde os primeiros dias de preparação, contribui para que se mantenha a tradição zoológica no batismo dos guias: *Filhote de Gnu* (2013), *Calango Lumbrera* (2014), *Orlando Lagartixa* (2015), *Texugo Melívoro* (2016), *Canarinho Pistola* (2017) e *Capivara Cética* (2018). A *Esperança Equilibrista* dá continuidade a uma linhagem de guias que, ao longo do tempo, se tornaram instrumentos fundamentais não somente à preparação intelectual mas também ao reforço da motivação dos candidatos que seguem equilibrando-se nos estudos para o concurso.

Assim, no complexo ecossistema riobranquino, é necessário atentar-se para a esperança. Mais do que resiliência nos estudos, ela é uma alegoria em tempos sombrios de Coronavírus. Em referência à canção de Aldir Blanc, a mensagem principal desse guia é o otimismo: a esperança equilibrista sabe que o show de todo artista tem que continuar.

“Mas sei que uma dor assim pungente
Não há de ser inutilmente
A esperança
Dança na corda bamba de sombrinha
E em cada passo dessa linha
Pode se machucar

Azar!
A esperança equilibrista
Sabe que o show de todo artista
Tem que continuar”

Perfil dos aprovados

À medida que conhecemos nossos colegas de turma, confirmamos que não há receita para a aprovação. De todos o concurso exigiu equilíbrio e esperança. Cada um, porém, respondeu à sua própria maneira. Os métodos de estudo foram bastante diversificados. Alguns trabalharam durante a preparação, outros não. Um de nós, aliás, foi pai de gêmeos dois meses antes do TPS. E todos nós estamos aqui. Não há receita, não há atalho, não há fórmula pronta. E mais: cada um o fez ao seu tempo. Para alguns, levou apenas 8 meses de estudos. Para a maioria, demorou alguns anos. Se há um sentimento comum, é o de que, independentemente de como chegamos até aqui, valeu a pena.

A turma de 2020 do Instituto Rio Branco é composta de vinte pessoas, das quais apenas quatro mulheres (20%). A idade média, no momento da aprovação, foi de 29 anos. Os mais jovens ingressaram com 23 anos, sete pessoas ingressaram com 30 anos ou mais. O mais velho da turma passou com 37 anos. A origem dos aprovados é diversificada. Nove estados são representados. São Paulo tem a maior participação, com quatro aprovados, seguido de Rio de Janeiro e Distrito Federal, com três representantes cada. O Sudeste segue sendo a principal região de origem dos aprovados, com nove representantes (45%). O tempo médio de estudo foi de 4,25 anos. A principal formação acadêmica dos aprovados é Relações Internacionais, com nove pessoas (45%). Em segundo lugar, vem Direito, com oito pessoas (40%). Do ponto de vista astrológico, os principais signos dos aprovados são Touro, Libra e Capricórnio (três pessoas cada), com ninguém dos signos de Gêmeos e Câncer.

Aprovados por idade:

Aprovados por estado de origem:

Aprovados por estado de preparação:

Aprovados por formação acadêmica:

Aprovados por universidade:

Aprovados por anos de estudo:

Trabalho durante estudos:

Aprovados por signo:

Preferências pessoais

Futebol

O Flamengo tem o maior número de torcedores entre os aprovados, com seis. Em segundo lugar, o Vasco, ao lado de São Paulo e Atlético Mineiro, com dois cada. Athletico Paranaense, Corinthians, Figueirense e Grêmio contam com um torcedor cada, enquanto quatro aprovados não declaram torcida a nenhum time.

Séries

Mad Men, com três menções, foi a série mais citada entre os aprovados como favorita. Breaking Bad e Friends foram mencionadas por dois aprovados. Foram citadas ainda Blackadder, Pose, Downton Abbey, Gossip Girl, Dark, Sex Education, Curb Your Enthusiasm, The Big Bang Theory, How I Met Your Mother, Game of Thrones e Gosto Médio.

Cinema

O único filme mencionado duas vezes foi O Poderoso Chefão (uma indicação para a primeira produção e outra para sua sequência). Foram citados, ainda, Cisne Negro, Bastardos Inglórios, Otto e Mezzo, As Branquelas, À Procura da Felicidade, Snatch, Titanic, Stalker, A Trilogia do Antes, Na Natureza Selvagem, O Fabuloso Destino de Amélie Poulain, O Senhor dos Anéis, A Lista de Schindler, Cidade dos Sonhos, Ilha do Medo e A Preguiça e o Coco.

Livros

Machado de Assis teve duas menções às Memórias Póstumas de Brás Cubas, assim como Guimarães Rosa e seu Grande Sertão: Veredas. Foram as únicas obras indicadas como favoritas de mais de um aprovado. Gabriel García Márquez também foi citado duas vezes, mas com obras diferentes: O Amor nos Tempos do Cólera e Cem Anos de Solidão. Foram também mencionados Hiroshima (John Hersey), A Insustentável Leveza do Ser (Milan Kundera), a Bíblia Sagrada, a Ilíada (Homero), Caderno H (Mário Quintana), Les Misérables (Victor Hugo), On the Road (Jack Kerouac), Anna Karenina (Leo Tolstoi) e Angústia (Graciliano Ramos).

Música

A turma 2020-2021 do IRBr tem um gosto musical bastante eclético, com oito citações para MPB e rock, além de três citações para samba, pop e jazz. Figuram também gêneros que variam do heavy metal até o k-pop, além da música clássica, funk e indie.

Entre álbuns e canções mencionadas estão Batuque (Alberto Nepomuceno), Metropolis Pt.2: Scenes from a Memory (Dream Theater), Landslide (Fleetwood Mac), Hoppípolla (Sigur Rós), Zooropa (U2), João Gilberto in Tokyo, A Tábua de Esmeralda (Jorge Ben), Mar de Sophia (Maria Bethania), Fix You (Coldplay), Californication (Red Hot Chilli Peppers), Greenfields (The Brothers Four), Unthought Known (Pearl Jam), Não Identificado (Gal Costa) e O Vencedor/Ventura (Los Hermanos).

Língua portuguesa

Redação

Uma das obras do embaixador Alberto da Costa e Silva tem por título *Um rio chamado Atlântico*.

SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântico*. A África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

O escritor Guimarães Rosa escreveu um conto intitulado *A terceira margem do rio*.

ROSA, J. Guimarães. A terceira margem do rio. *In: Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. P. 14-48.

Combine as duas metáforas observadas nos títulos apresentados e discorra a respeito do que, em sua opinião, seria a "terceira margem" do Atlântico Sul.

Extensão do texto: 65 a 70 linhas.
Valor: 60 pontos.
Média: 56,28 (total); 56,37 (ampla); 56,00 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 1,465 (total); 1,567 (ampla); 1,212 (cotas/PNE)

Luiz Carlos Keppe Nogueira – 58,75

Alberto da Costa e Silva, embaixador e imortal da Academia Brasileira de Letras, realizou diversos estudos sobre a África. Uma de suas obras tem o título de Um rio chamado Atlântico, o qual pode ser considerado metáfora da proximidade histórica, social e cultural entre o Brasil, localizado na margem ocidental do oceano, e os países da África, com destaque para aqueles que têm territórios na margem oriental. A relação entre Brasil e África não apenas influenciou os territórios brasileiros e africanos, mas também resultou na criação de uma "terceira margem do rio", segundo os termos utilizados por João Guimarães Rosa. Formou-se uma perspectiva comum a respeito do Atlântico Sul, baseada na defesa da paz e do desenvolvimento.

No período da Pangeia, os litorais do Brasil e da África faziam parte da mesma unidade geofísica, a qual foi posteriormente separada pelo oceano Atlântico. O denominado "Mar Oceano" viabilizou os processos responsáveis pelo estabelecimento das primeiras relações entre as duas margens oceânicas: a colonização europeia e a escravidão. Um implicou o desenvolvimento de características religiosas e linguísticas semelhantes. O outro transformou o Brasil no país com a segunda maior população negra do mundo. A violência da ocupação colonial e da escravização de africanos e indígenas resultou em problemas comuns longevos, como a desigualdade e a onipresença do que Maria Sylvia de Carvalho Franco denominou "ajuste violento". A população de origem africana teve grande influência sobre a cultura brasileira. A arquitetura dos engenhos coloniais assemelhava-se ao desenho dos "agbo-ilês" dos chefes tribais africanos – nas duas margens do Atlântico, predominavam relações patriarcais. No que diz respeito à linguagem, estudo da Universidade Federal da Bahia indica que a repetição do advérbio de negação em frases, como "não quero não", e a forte entonação das vogais são evidências da influência africana. No âmbito da arte, as obras dos compositores Nelson Cavaquinho e Clementina de Jesus evidenciam a proximidade entre os cantos das religiões iorubás e o samba.

O Brasil tem importância considerável para a África. No período colonial, o alto valor das trocas comerciais aproximou as duas margens oceânicas, o que, depois da independência do Brasil, resultou na proposta africana de unificação política. Após séculos de esquecimento, as relações foram retomadas na década de 1950. A perspectiva lusotropicalista foi, paulatinamente, substituída pelo reconhecimento da dívida histórica do Brasil em relação aos negros. Nas últimas décadas, os contatos foram aprofundados, como exemplificado pelo aumento do comércio, dos intercâmbios culturais e da cooperação. São notáveis, nesse sentido, a construção de fábrica de medicamentos em Maputo e o interesse por novelas e músicas brasileiras em Angola.

A relação entre os países situados nas duas margens do Atlântico Sul resultou na criação da "terceira margem do rio", baseada nos valores da paz e do desenvolvimento. América do Sul e África foram reconhecidas como zonas livres de armas nucleares pelos tratados de Tlatelolco e Pelindaba. A fundação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), em 1986, livrou essa região oceânica desse tipo de armamento. Os membros da ZOPACAS combatem a "securitização" do Atlântico, como descrito por Barry Buzan. Ainda que se valorizem os intercâmbios militares – a cooperação naval entre Brasil e Namíbia, por exemplo, aumentou -, reforçam-se as ações e os discursos favoráveis ao desenvolvimento. Apoiador da Agenda 2063 africana, o Brasil tem projetos para a identificação do potencial petrolífero da costa ocidental da África e oferece vagas a estudantes por meio dos programas PEC-G e PEC-PG. A "terceira margem", portanto, fundamenta-se na busca comum de uma "paz positiva", a qual combina ausência de guerras com proteção a direitos básicos.

A "terceira margem" do Atlântico Sul é uma construção conjunta, baseada em importantes relações históricas, sociais e culturais. Trata-se da prova de que a diplomacia, por meio de projetos bilaterais e multilaterais, tem o potencial de dar concretude aos valores e objetivos comuns, contribuindo para a paz e para o desenvolvimento da sociedade internacional.

1A: 9,75. 1B: 9,75. 1C: 9,75. Erros: 0.

Arthur Lomonaco Beltrame – 58,35

As duas metáforas, observadas nos títulos da obra do embaixador Alberto da Costa e Silva, Um rio chamado Atlântico, e do escritor João Guimarães Rosa, no conto "A terceira margem do rio", referem-se às nossas percepções e expectativas em relação àquilo que nos separa e ao ponto de chegada de nossa trajetória. Se, nos termos propostos pelo primeiro, é possível identificar transformações na percepção da "distância" entre Brasil e África, na metáfora do segundo, é sugerido que uma travessia não envolve necessariamente dois pontos fixos, mas uma terceira possibilidade. Ao se tratar das relações Brasil-África, a "terceira-margem" do Atlântico Sul representa, em minha opinião, um destino entrelaçado, que envolve a compreensão de nossa proximidade e a da existência de desafios comuns, de modo que a cooperação representaria o grande vetor rumo ao desenvolvimento.

Ao longo da história, as relações entre Brasil e África perpassaram do infame tráfico negreiro a um nível de afastamento político e econômico, até que, a partir da década de 1970, o oceano que os separam foi, progressivamente, reduzido a um "rio chamado Atlântico". Por séculos, ainda que os laços históricos, étnicos e culturais estivessem

intensamente presentes na vida cotidiana brasileira, o país insistiu em minimizá-los, o que resultou no "alargamento" do Atlântico. Nas décadas de 1970, 1980 e seguintes, no entanto, essa percepção foi transformada por iniciativas de aproximação, nas quais se destacam a mudança de postura em relação ao colonialismo português, ao reconhecimento de independências nacionais, como em Angola e Moçambique, a condenação do regime de "apartheid" e a criação de uma zona de cooperação no Atlântico Sul com a ZOPACAS. Com o tempo, o oceano transformou-se em rio, e as duas margens passaram a identificar não somente elementos do passado comum, mas, também, desafios futuros.

Brasil e África localizam-se em regiões marcadas, ainda, por consideráveis limitações em termos de desenvolvimento econômico e social. O passado colonial e a inserção precária na divisão internacional do trabalho contribuíram para que ambas as regiões permanecessem periféricas e dependentes na ordem mundial arquitetada no século XX. Nessa condição de limitações, o Brasil e países africanos de descolonização recente identificaram a necessidade de uma atuação multilateral mais intensa em conjunto com o chamado "terceiro mundo", a exemplo da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) ou na atuação para a formação do G77 para o tratamento de questões relacionadas ao comércio em uma nova ordem econômica. Na atualidade, desafios relativos ao desenvolvimento e à democratização da governança internacional permanecem nas duas "margens", o que reforça a existência de um destino entrelaçado, amparado na cooperação.

A "terceira margem" do Atlântico Sul envolve, necessariamente, a percepção de uma trajetória com um ponto de chegada comum, caminho este pautado pela cooperação para o desenvolvimento. Como duas partes que partilham **intereses** e desafios, Brasil e África buscam envidar esforços conjuntos para um futuro melhor. Para tanto, **pode-se** identificar iniciativas de cunho político, como a Cúpula América do Sul-África, de cunho cultural e linguístico, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e outros juntos às Nações Unidas. Paralelamente, a solidariedade entre as margens deste "rio" está presente nas iniciativas de cooperação para o desenvolvimento capitaneadas pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) ou nos escritórios da Embrapa e da Fiocruz no continente. Essa realidade atesta proximidade e cumplicidade únicas para trilhar um caminho partilhado rumo a um objetivo comum, aqui entendido como a "terceira margem" do Atlântico Sul.

As metáforas presentes nas obras de Alberto da Costa e Silva e de Guimarães Rosa permitem interpretações que se relacionam e se complementam. No caso específico da relação entre Brasil e África, enquanto o diplomata paulista remete às transformações na percepção de uma suposta "distância" entre o Brasil e o continente africano, o título do escritor mineiro torna possível o entrelaçamento dessas duas margens do Atlântico em seus esforços para produzir uma nova realidade, uma "terceira margem" do Atlântico Sul.

1A: 10. 1B: 9,25. 1C: 10. Erros: 2.

Luis Felipe Yonezawa Fernandes – 58,05

Em Um rio chamado Atlântico, o embaixador Alberto da Costa e Silva enaltece os fluxos recíprocos de bens, serviços, ideias e pessoas entre o Brasil e a África, bem como defende sua intensificação. No contexto do paradigma universalista que marcou a Política Externa Independente ("PEI"), tratava-se do esforço de diversificar as parcerias internacionais do Brasil e de corrigir o alheamento que historicamente configurou as relações entre o País e o continente. A metáfora do rio, todavia, é mais complexa do que aparenta: como indica o conto "A terceira margem do rio", de Guimarães Rosa, é possível haver mais limites ao curso de um rio do que suas duas margens físicas; fatores históricos, sociais e culturais também interpõem-se entre a nascente e a foz. Para lograr uma circulação fluida no Atlântico Sul e eliminar essa "terceira margem", o Itamaraty deve continuar empreendendo uma política ativa de cooperação com países africanos.

A aproximação entre os países do Atlântico Sul e o Brasil somente se deu, de forma expressiva, a partir de meados da década de 1970, em virtude de impedimentos históricos complexos. Para lograr o reconhecimento da Independência, o governo imperial comprometeu-se a não interferir nas colônias lusitanas na África. Essa promessa foi respeitada por mais de um século. Não houve, por exemplo, protesto enérgico e eficaz contra a "partilha da África", na Conferência de Berlim. Na PEI, a retórica a favor da descolonização tornou-se vigorosa, a exemplo da obra em epígrafe, do embaixador Costa e Silva, ou do "Discurso dos 3Ds", do embaixador Araújo Castro; a contundência das palavras, todavia, não ensejou demonstrações concretas de solidariedade, uma vez que os valiosos vínculos com Portugal desautorizavam engajamento real: lusotropicalismo, em detrimento de africanismo. Foi somente após o Primeiro Choque do Petróleo, em 1973, que o discurso pôde conformar a conduta. Não obstante, ainda restam dessemelhanças políticas, culturais e econômicas, as quais dificultam a superação da "terceira margem" do Atlântico Sul.

As diferenças persistentes entre Brasil e África são de múltiplas ordens e dificultam – embora não impeçam – **a**[1] cooperação no Atlântico Sul. A projeção internacional do Brasil não decorre apenas da orientação política do Governo; conformadas pelos princípios do art. 4º da Constituição Federal, as parcerias internacionais do País pressupõem o respeito aos direitos humanos, a valorização da autodeterminação dos povos e o repúdio ao racismo. Até 1994, por exemplo, a vigência do apartheid na África do Sul frustrava a intensificação das relações bilaterais e promovia graves tensões, como a imposição de sanções a esse Estado, pelo Brasil. As diferenças linguísticas, ademais, podem dificultar a formação de vínculos interpessoais entre os nacionais, exceção feita aos países lusófonos. Não obstante, o Itamaraty tem envidado esforços para superar essas discrepâncias e, com base em uma postura cooperativa consistente, tem logrado êxito em fomentar fluxos no "rio chamado Atlântico".

As ações brasileiras para a aproximação com a África abrangem iniciativas exitosas no âmbito de comércio internacional, defesa e educação, as quais devem ser estimuladas ainda mais, para melhor integrar o Atlântico Sul. O intercâmbio comercial, em anos recentes, ultrapassou os 25 bilhões de dólares, e investimentos brasileiros em países como Angola geram empregos e sofisticam a infraestrutura local. Em matéria de combate à miséria, a parceria do Brasil com a África do Sul, no Fórum Índia-Brasil-África do Sul, permite um diálogo eficaz para superar a marginalização social e aprimorar a representatividade democrática. Há, ainda, diversas outras iniciativas, todas conducentes a integrar as "margens" físicas do Atlântico, a exemplo da promoção da Língua Portuguesa, por meio da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, ou da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, que promove a solução pacífica de controvérsias internacionais. A multiplicação de instâncias de contato institucional prefigura relações cada vez mais numerosas entre os agentes privados, o que permitirá elidir, eventualmente, os desafios históricos à parceria no Atlântico Sul.

A concepção metafórica do Atlântico como "rio" é um recurso retórico útil para demonstrar as possibilidades de interação através desse oceano. A sua "terceira margem", ideia que explicita as limitações imateriais ao contato entre os povos, é uma decorrência histórica, conjugada de desafios presentes. A África não deve ser avaliada como pária nas relações internacionais, conforme sugerido por descrições etnocêntricas, como em Coração das Trevas, de Joseph Conrad. Representa, ao revés, um conjunto de oportunidades de parcerias para o Brasil, em virtude do histórico comum de colonização e das crescentes complementariedades sociais, econômicas e culturais. O Itamaraty deve prosseguir contribuindo no sentido de promover eventos e projetos que interliguem os múltiplos povos envolvidos. A orientação presente do Ministério, de esmerar-se para consolidar e aprimorar parcerias internacionais eficazes e coerentes com os princípios basilares da Política Externa Brasileira, é, portanto, consistente com a metáfora do embaixador Alberto da Costa e Silva.

1A: 9,50. 1B: 9,50. 1C: 9,50. Erros: 1.

1 Marcado pela banca como erro de correção gramatical e propriedade de linguagem. A banca circulou "- a" e sinalizou, com uma flecha, que "a" deveria vir entre "não" e "impeçam". Argumentei que não era caso de colocação pronominal, mas o recurso foi indeferido.

João Paulo Melo Nacarate – 58,05

Alberto da Costa e Silva valeu-se da metáfora de um rio para dar título a uma de suas obras sobre as relações históricas entre o Brasil e a África: Um rio chamado Atlântico. O autor evitou o termo oceano, pois ele traz a ideia de distância e de separação, optando pelo termo rio, que transmite a ideia de proximidade e intercâmbio. Guimarães Rosa, por sua vez, escreveu um conto intitulado "A terceira margem do rio". As duas primeiras margens do rio foram criadas pela natureza ao passo que a terceira é criação humana. Ela não existe fisicamente, mas funciona como uma ponte, levando coisas de um lado ao outro e criando vínculos entre as duas primeiras margens. A combinação das duas metáforas resulta na criação da terceira margem do Atlântico Sul, que é o que há da África na América do Sul, o que há de América do Sul na África e os vínculos entre os dois lados do Atlântico Sul.

Há muito da África na América do Sul devido à migração forçada de africanos para esse continente nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Muitas das atividades econômicas que contribuíram para a formação dos estados sul-americanos, como a pecuária em campos abertos, a mineração de aluvião e a fundição do ferro, foram feitas com técnicas trazidas por africanos e desconhecidas pelos povos indígenas e pelos europeus. A influência dos africanos, também, é percebida em manifestações culturais como o Candomble[2], no Uruguai, e a Capoeira, no Brasil. São manifestações culturais sul-americanas, mas que têm origens africanas. Essas tradições sofreram o que o geógrafo Milton Santos denomina desterritorialização e reterritorialização. Nesse processo, há a preservação de alguns elementos originais aos quais são adicionados elementos novos do local em que há a reterritorialização. O resultado é uma manifestação cultural híbrida.

Há, também, um pouco de América do Sul na África. Muitas das produções culturais de países sul-americanos são apreciadas na África, com destaque para as telenovelas e para as músicas brasileiras. A literatura brasileira, também, é apreciada na África. Mia Couto, um dos principais escritores moçambicanos vivos, por exemplo, reconhece que a obra de João Guimarães Rosa teve significativa influência em sua produção literária. O planejamento territorial brasileiro foi outra influência sul-americana na África. Em 1960, Brasília, a nova capital brasileira, foi inaugurada. Até então, a capital era o Rio de Janeiro, uma cidade litorânea, e o país tinha dificuldades de integração do território. A nova capital deveria ajudar a interiorização do povoamento do país. Décadas depois, a Nigéria, tendo Brasília como inspiração, criou a cidade de Abuja no interior, para ser a nova capital do país, substituindo Lagos, que é uma cidade litorânea. Além disso, a Constituição brasileira de 1988 serviu de modelo para Guiné-Bissau elaborar a sua constituição.

Os vínculos entre os dois lados do Atlântico Sul, também, são parte da terceira margem. Vínculos políticos, militares e de cooperação unem países sul-americanos e africanos. Nas décadas de 2000 e 2010, foram realizadas algumas cúpulas América do Sul-África (ASA), o que indica a importância política de uma região para a outra. Além disso, há cooperação militar entre os países ribeirinhos do Atlântico Sul. O Brasil, por exemplo, já fez exercícios militares com a África do Sul e tem, também, amplo programa de cooperação militar com a Namíbia. O Brasil contribuiu para a criação da marinha desse país, ajudou na elaboração de cartas náuticas e, ainda, forma parte dos oficiais do país. São muitos os projetos de cooperação entre países africanos e sul-americanos, como o Pró-savana e o Cotton-4. No primeiro, o Brasil transfere tecnologia que foi, inicialmente, desenvolvida para a produção agrícola no Cerrado brasileiro, para a produção agrícola em Moçambique, com algumas adaptações. O segundo programa de cooperação, também, inclui o Brasil e inclui, ainda, países do Shael. Trata-se de cooperação para a produção de algodão.

Desse modo, mesmo que não exista fisicamente, a terceira margem do Atlântico Sul é uma realidade, pois esse rio chamado Atlântico funciona como uma ponte, ligando os dois continentes que estão em suas duas primeiras margens. Evidências disso são a influência sul-americana na África, a influência africana na América do Sul e os vínculos entre esses continentes.

1A: 9,50. 1B: 9,50. 1C: 9,50. Erros: 1.

Paulo Henrique de Sousa Cavalcante – 58,00

A civilização brasileira conforma-se por matrizes de ameríndios, africanos e europeus, de maneira que o Atlântico, em alguma medida, apartou o povo pátrio de suas raízes. Com efeito, ante as contribuições legadas pelos diferentes grupos étnico-raciais, a nova nação logrou constituir um arquétipo[3] inédito, que não é só americano, europeu ou africano; o Brasil representa a "terceira margem do rio Atlântico", portanto[4]. É forçoso discutir, nesse sentido, a validade de associação da identidade pátria a um construto inacabado com influências de ambos os lados do Atlântico Sul; consequentemente, debate-se a contribuição da África para o processo contínuo de constituição da subjetividade brasileira. Além disso, revela-se fundamental questionar-se a percepção coeva acerca da participação indígena na autodeterminação do povo pátrio.

Em "A terceira margem do rio", o protagonista, pai de uma família ribeirinha, em uma decisão insólita, opta por viver no meio do rio. Há especulações acerca dos motivos da ação do personagem; porém João Guimarães Rosa, o autor, termina o conto, sem desvelar as motivações do ato, que repercute o pré-consciente[5] do protagonista. Utilizando-se a alegoria fluvial roseana, é possível notar que o brasileiro, como o protagonista do conto, ora aproxima-se de uma, ora abeira-se da outra margem do Atlântico Sul, motivado pelo anseio de alcançar a intelecção de sua formação identitária. Joaquim Nabuco[6], ao discorrer sobre a intermitência do povo pátrio entre os dois lados do oceano, afirmou que a subjetividade nacional ressentia-se da ausência de um quando se aproximava do outro, e vice-versa; é necessário notar, contudo, que a condição de "terceira margem" confere múltipla presença de povos à sociedade brasileira. Desse modo, a construção da identidade coletiva informa-se de matrizes indígenas e africanas.

---

2 O correto seria Candombe.

3 Ler algo de filosofia, linguística e psicologia, por exemplo, pode-lhe ser muito útil na prova de Língua Portuguesa. Não perca o foco do concurso, mas uma pesquisa lacônica de conceitos centrais dessas áreas pode conferir originalidade à sua abordagem sobre o tema.

4 Apenas quando fui passar a limpo, percebi a falta de um elemento de coesão entre as duas orações que se coordenavam! E o pior: já havia posto o ponto final após "atlântico". Lembrou-me a lição acerca da "posição das conjunções coordenativas"(p. 595) de Cunha e Cintra, que me deram essa alternativa de transformar o ponto final em vírgula e acrescentar "portanto". Que má impressão causariam duas linhas taxadas logo na introdução. Moral da história: domine gramática, para que você flua com liberdade pelo conteúdo.

5 Mesmo comentário da nota 2. Nessa passagem, lancei mão do conceito de "pré-consciente" ensinado por Sigmund Freud, que parece não haver utilizado o popularizado termo "subconsciente".

6 Como diria Machado, "allegro ma non troppo". Digo: "diferentão", mas nem tanto. Hehe Apesar de flertarmos com autores que possam distinguir nossos textos dos demais (e.g. Jung, Heidegger, Conceição Evaristo), achei por bem manter conhecimento sólido acerca também das leituras básicas para a prova de português, como Joaquim Nabuco e Darcy Ribeiro, que invoquei em meu texto.

A "terceira margem do Atlântico Sul", representada pelo Brasil, beneficiou-se, intensamente, da contribuição de povos africanos nas artes, na culinária e na agricultura; no entanto indaga-se a legitimidade da apropriação dos esforços negros pela sociedade pátria. Nesse sentido, Conceição Evaristo explica que, por mais de três séculos, a experiência da população afro-brasileira foi reduzida à "escrevivência", mecanismo por que o indivíduo é privado da plena realização de ser humano, tornando-se apenas meio produtivo. Igualmente, o negro não figurou, na maior parte da história doméstica, no "rol dos retratáveis", de modo que, quando ocorreu a exposição do retrato "O intrépido marinheiro Simão", de José Correia de Lima, em 1851, abaixo do quadro, se[7] colocou um informativo acerca de seu bravo feito, o resgate de treze sobreviventes do naufrágio do vapor Pernambucana, a fim de justificar-se a presença do retrato de um negro no salão. Ante esse histórico, mostra-se vital promover, atualmente, a cultura afro-brasileira e "as memórias solitárias do que ficou no outro lado do mar", nos termos de Raul Bopp, em seu poema negro "Urucungo", a fim de alcançar-se a igualdade material entre negros, índios e brancos.

Historicamente, as contribuições das matrizes africanas e indígenas foram alijadas da história pátria, de maneira que é forçoso propugnar o aperfeiçoamento da legislação acerca da preservação dos modos de vida e dos elementos essenciais à plena realização da subjetividade dos povos das florestas. O indivíduo e o espaço conformam uma entidade única, de modo que, mediante a concepção heideggeriana de "ser-aí" ("*Dasein*")[8], um não pode alcançar a plenitude de sua existência sem o outro. Ante o grave contexto de queimadas e de garimpos clandestinos em reservas indígenas, deve-se resguardar o direito dos povos ameríndios ao território, que, como escreveu Darcy Ribeiro, em Maíra, constitui elemento fundamental para a perpetuação da cultura indígena, sem a qual o Brasil não pode ser compreendido como a "terceira margem do Atlântico Sul".

"Se o mais bonito do mundo é isto: as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas", para parafrasear João Guimarães Rosa, o Brasil, como "terceira margem", também, revela-se resultado inacabado de um processo perene, que é informado pelos dois lados do Atlântico Sul. Mediante o aperfeiçoamento do tratamento das questões negras e indígenas, como a alta mortalidade de afrodescendentes e o desrespeito às terras de ameríndios[9], o país pode lograr função relevante na consecução de uma ordem internacional mais inclusiva e justa.

1A: 10,00. 1B: 9,00. 1C: 9,00. Erros: 0.

Taciano Scheidt Zimmermann – 57,00

O Atlântico Sul é, a um só tempo, elemento de separação e de união entre o Brasil e a África. Essa região, estratégica para os países do seu entorno, é definida pelo Embaixador Alberto da Costa e Silva, no título de uma de suas obras, como Um rio chamado Atlântico. O imenso oceano, de fato, parece ser apenas um rio, quando compreendido à luz da intensa proximidade histórica entre os seus dois extremos. Para fins analíticos, pode-se afirmar que a sua primeira margem corresponde à África no Brasil; a segunda, ao Brasil na África. Guimarães Rosa, no entanto, possibilita o aprofundamento dessa análise, por meio do título de um de seus contos: "A terceira margem do rio". Aplicada ao Atlântico Sul, a ideia da "terceira margem" seria, em minha opinião, equivalente ao Brasil e à África no mundo. Representaria, assim, a inserção global conjunta, como síntese da maturação das relações sul-atlânticas no decorrer da história, à medida que os padrões assimétricos do passado evoluíram para uma parceria pautada pela igualdade, o que possibilita, atualmente, maior alcance e relevância mundial.

No passado, as relações entre Brasil e África foram amplamente determinadas por padrões assimétricos relacionados, sobretudo, à escravidão e à colonização. Os primeiros séculos da presença da África no Brasil – associada à primeira margem do "rio chamado Atlântico – foram mediados basicamente pela importação de escravos africanos por parte da América portuguesa. As relações, ainda assim, alcançaram grande intensidade, principalmente no âmbito do tráfico e do comércio de escravos, mas a exploração do povo e do continente africano era a tônica da interação. Um novo relacionamento seria possível somente após a abolição da escravidão, que ocorre em 1888. A África, porém, nessa época, permanecia subjugada pelas potências coloniais, realidade que não se alteraria significativamente até os anos 1960. A "segunda margem" das relações, nesse contexto, ocorreria com o movimento do Brasil na direção da África, inicialmente limitado pelo apoio que o governo brasileiro oferecia ao colonialismo português na região, até a década de 1970. A despeito da história comum, portanto, as condições do relacionamento e as hesitações recíprocas que elas gerariam impediram que os laços culturais entre esses povos dessem origem a uma interação mutuamente benéfica, o que só seria possível com a mudança de postura do Brasil nos anos 1970.

Na transição para a "terceira margem" do Atlântico Sul, assim, encontra-se uma nova disposição, de ambas as partes, mas especialmente do Brasil, de aprofundar o relacionamento em bases de igualdade, independência e benefícios mútuos. A questão do colonialismo e do apartheid deixa de ser uma dificuldade no governo Médici, durante o qual as relações são alçadas a um novo patamar. O reconhecimento das independências de Angola e Guiné-Bissau, sob Geisel, são marcos da nova fase. Pela primeira vez, as conexões que cruzavam o "rio" do Atlântico Sul eram simétricas. A maior sintonia entre as duas margens levou, por exemplo, à criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), em 1986. Iniciou-se intensa cooperação técnica do Brasil na África, sem pretensão assistencialista, mas voltada à promoção de um desenvolvimento africano autônomo. Outras iniciativas, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), de 1986, fortaleceram a aproximação e diminuíram cada vez mais as distâncias entre os dois lados do Atlântico. Formavam-se, nesse processo, as bases de uma nova configuração das relações, agora voltadas para o mundo.

Como parceiros iguais e independentes, Brasil e África puderam investir em uma inserção conjunta no cenário global, na direção de uma "terceira margem" do Atlântico Sul: as relações conjuntas dos dois parceiros com os demais países do mundo. Atualmente, a atuação brasileiro-africana no sistema internacional abrange amplo conjunto de temas, entre os quais se inclui a cooperação no âmbito dos BRICS, sobretudo por meio da iniciativa do agrupamento no sentido de aproximar-se da África (Africa Outreach). Nesse domínio, Brasil e África colaboram, lado a lado, para a obtenção de uma reforma na governança global, especialmente na área econômica. A projeção em direção ao mundo também se evidencia na significativa convergência entre as propostas brasileira e africana para a reforma do Conselho de Segurança da ONU. Observa-se, assim, que a expansão da atuação de Brasil e África em direção à "terceira margem" do Atlântico Sul pode ter repercussões importantes sobre as instituições internacionais. Por meio da união de seus esforços, os parceiros ampliam seu alcance global e aprofundam suas relações.

---

7 Recordo-me de revisar esse trecho para precisar a colocação pronominal. O termo gerador de próclise está longe do pronome, o que parece gerar duas possiblidades corretas: próclise e ênclise, conforme a hipótese de atração remota. Cuidado com colocação pronominal.

8 Aplica-se novamente o escrito da nota 2.

9 Busquei elaborar uma conclusão propositiva, que provocasse inquietação no leitor e que dialogasse com o restante do meu texto. Evitei repetições do que já havia sido exposto, bem como não me demorei nas ideias da conclusão, o que, caso contrário, poderia originar outro texto de 69 linhas.

O relacionamento histórico entre Brasil e África, mediado pelo "rio" do Atlântico Sul, não cessa de avançar. Se, inicialmente, uma interação mais profícua entre os dois lados era complexa devido às conjunturas que a influenciavam, a história das últimas décadas evidencia que a superação dos desafios é possível e que não há limites para a formação de uma parceria sólida e simétrica. Aproximadas, as duas margens do Atlântico Sul se movem em direção a uma "terceira margem", representada pela inserção coordenada dos dois parceiros no cenário mundial. Trata-se de uma oportunidade renovada de lidar com os desafios comuns, por meio da soma de esforços em prol do desenvolvimento. Em discurso de 2019, o chanceler Ernesto Araújo reafirmou que o processo de reencontro do Brasil consigo mesmo passa pelo reencontro com a África; pode-se acrescentar que o reencontro com a África, por sua vez, conduz ao reencontro de ambos com o mundo.

1A: 9,00. 1B: 9,00. 1C: 9,00. Erros: 0.

Joaquim Pedro Strunck da Silva Pinto – 54,00 (pior resposta)

Em “A terceira margem do rio”, João Guimarães Rosa revela que há, simbolicamente, uma dimensão entre a vida e a morte. Quando um personagem desse conto decide, metaforicamente, sair do plano da vida, a primeira margem do rio, sem adentrar o plano da morte, a segunda margem, ele aponta para uma nova possibilidade, a terceira margem. Dessa maneira, propõe-se a ir a um novo plano, um lugar em que se possa manter contato com o que existiu, sem desaparecer. A “terceira margem” simbólica do Atlântico Sul, no sentido de “A terceira margem do rio”, de Guimarães Rosa, existe, no Brasil, nos movimentos culturais e nas políticas públicas de valorização e de desenvolvimento do legado cultural dos povos africanos, ações que se coadunam com o reconhecimento dessa herança cultural por Alberto da Costa e Silva, em Um rio chamado Atlântico.

A “terceira margem” do Atlântico Sul existe nos esforços de reconhecimento e de divulgação da história dos afrodescendentes brasileiros. O esforço do Itamaraty para que o Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, fosse reconhecido como patrimônio mundial da humanidade pela UNESCO é um importante exemplo de ação pública nesse sentido. Ao tornar um sítio arqueológico mais conhecido, o Estado contribui para a denúncia da escravidão e para o repúdio ao racismo. Dessa forma, permite que os brasileiros possam atestar a existência da “terceira margem” do Atlântico Sul, porquanto revaloriza o legado cultural africano, o rio que aproxima Brasil e África, como propõe Alberto da Costa e Silva, e incentiva o respeito às manifestações culturais de matriz africana no presente.

A combinação entre reconhecimento da herança cultural africana e seu contínuo desenvolvimento, sintetizada na ideia de “terceira margem” do Atlântico Sul, também se verifica na produção acadêmica brasileira. O sociólogo Fernando Henrique Cardoso, em Pensadores que inventaram o Brasil, afirma que, desde que Gilberto Freyre escreveu Casa-grande & senzala, houve contínuo aprimoramento das pesquisas acerca da função social do negro no Brasil. Assim sendo, a academia brasileira tem contribuído para a construção simbólica de um “terceira margem” no Atlântico Sul, ao valorizar, por exemplo, a influência negra na alimentação e na fala brasileiras.

A constituição de uma “terceira margem”, no Atlântico Sul, também se dá de modo espontâneo. Atualmente, manifestações culturais, nas mais diversas áreas, demonstram a crescente importância dada à herança cultural africana. Em Uma história do samba, de Lira Neto, por exemplo, revela-se que o samba, um dos principais símbolos da cultura nacional, tem origem nas batucadas africanas trazidas pelos escravizados. Em termos de produção artística, pode-se pensar em quão representativo da cultura brasileira esse ritmo é. No Brasil, a “terceira margem” do Atlântico Sul segue fortalecendo-se, a cada ano, em festas nacionais em que o samba é a principal música. O carnaval é o maior exemplo desse fenômeno.

A contínua valorização do legado cultural africano no Brasil, a “terceira margem” do Atlântico Sul, também se materializa em políticas públicas que visam ao estreitamento de laços culturais entre o Brasil e a África. Por intermédio de sua política externa, o Estado brasileiro tem buscado estabelecer meios para ampliar o contato entre brasileiros e africanos. O recente anúncio de que o Instituto Guimarães Rosa, um dos futuros vetores de exposição da cultura brasileira no exterior, terá uma sede em Luanda, em Angola, destaca a importância que se tem dado à “terceira margem” do Atlântico Sul, em âmbito estatal.

A “terceira margem”, a possibilidade de manter-se em contato com o passado e de ressignificá-lo no presente, de modo constante, deve ser identificada, metaforicamente, nos esforços públicos e privados do povo brasileiro no sentido de valorizar a influência africana em sua cultura nacional. Constitui-se, dessa maneira, a “terceira margem” do Atlântico Sul, no sentido que Guimarães Rosa atribui à expressão. Trata-se de contínuo esforço de reconhecimento, promoção, valorização e desenvolvimento do legado cultural de matriz africana. Dessa forma, ainda que de modo simbólico, os brasileiros têm fortalecido o “rio chamado Atlântico”, as históricas influências mútuas que existem entre Brasil e África, a que se refere Alberto da Costa e Silva.

1A: 8,00. 1B: 8,00. 1C: 8,00. Erros: 0.

Exercício 1

O direito à literatura

Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. Vista deste modo, a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possam viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação, a mola da literatura, em todos os seus níveis e em todas as suas modalidades, está presente em cada um de nós, analfabeto ou erudito - como anedota, causo, história em quadrinhos, noticiário policial, canção popular, moda de viola, samba carnavalesco. Assim, os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas.

CANDIDO, Antonio. O direito e a literatura. *In: Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995, com adaptações.

A questão da hibridação cultural em Néstor García Canclini

Na América Latina, a abrupta interpenetração e coexistência de culturas estrangeiras e dissímiles gerou processos de mesclagem que, em diferentes momentos do século 20, serão chamados de ocidentalização, aculturação, transculturação, heterogeneidade cultural, globalização e hibridismo. Tais terminologias desenvolveram-se no afã de designar os novos processos e produtos resultantes das ordens simbólicas, que, desde o final do século 15, concorreram para a formação dos países latino-americanos.

Ao propor um debate sobre as teorias da modernidade e da pós-modernidade para a América Latina, Canclini se ocupa tanto dos usos populares quanto do culto, tanto dos meios massivos de comunicação quanto dos processos de recepção e apropriação dos bens simbólicos. O entrelaçamento desses elementos veio a engendrar o que ele designou como "culturas híbridas". Canclini identifica, nos países latino-americanos, o entrecruzamento de diferentes tempos históricos que coexistem num mesmo presente de forma desarticulada, fenômeno que designou como "heterogeneidade multitemporal" (1995, p.72).

GAGLIETTI, Mauro; BARBOSA, Márcia Helena Saldanha. *A questão da hibridação cultural em Néstor García Canclini*. Com adaptações.

No texto *O direito à literatura*, o crítico literário brasileiro Antonio Candido afirma que a literatura em sentido amplo tem de ser vista como um direito básico do ser humano. No texto *A questão da hibridação cultural em Néstor García Canclini*, o pensamento dos pesquisadores ressalta o aspecto híbrido das culturas latino-americanas observado por Canclini. Com base nessas leituras, discorra, de forma crítica e sucinta, acerca da relação entre a consciência de unidade – a identidade – e a consciência da diferença – a alteridade – na cultura brasileira contemporânea no contexto das relações internacionais.

Extensão do texto: 15 a 20 linhas.
Valor: 20 pontos.
Média: 18,84 (total); 18,88 (ampla); 18,71 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 0,745 (total); 0,847 (ampla); 0,309 (cotas/PNE)

Luiz Carlos Keppe Nogueira – 20,00

Antonio Candido afirma que todos os indivíduos têm capacidade de fabulação e necessidade de entrar em contato com a literatura. Trata-se, portanto, de direito universal. O direito internacional reconheceu essa perspectiva universalista: a Convenção de Viena, de 1993, afirma, em seu quinto artigo, que os direitos humanos valem para todos, ainda que existam diferenças culturais. Efetivamente, a consciência da unidade é essencial, uma vez que a relativização cultural irrestrita pode resultar no que Habermas define como "contradição performativa", a qual ocorre quando a ausência de valores e regras básicas impede as condições de diálogo e convivência. Portanto, a projeção internacional da cultura brasileira deve respeitar os limites impostos pelos direitos humanos.

Para Néstor García Canclini, a relação entre "usos populares" e "uso culto" produz "culturas híbridas", nas quais diferentes tempos históricos coexistem. Mário de Andrade defendeu duas formas de resolução das tensões resultantes da grande diversidade cultural brasileira. A primeira é a de considerar as influências históricas como "tradições móveis", as quais precisam ser atualizadas e repensadas continuamente. A segunda consiste em reconhecer-se que cultura popular e erudita são inseparáveis. Essas duas ideias podem ser aplicadas à consciência da diferença na projeção cultural do Brasil, uma vez que o que distingue o país é, justamente, sua capacidade de integrar e de reinterpretar a cultura global de modo criativo.

ADT: 10,00. Erros: 0.

Luis Felipe Yonezawa Fernandes – 20,00

Em "O direito à literatura", Antonio Candido ressalta que a produção literária está indissociavelmente atrelada aos valores da sociedade na qual se insere. Por fomentar o debate acerca dos múltiplos problemas de um povo, a literatura logra conformar uma identidade cujos efeitos transcendem a cultura, ao contribuir até mesmo para a projeção internacional do Brasil. A lição do sociólogo é especialmente valiosa para os países latino-americanos, cujas peculiaridades históricas e sociais levaram Néstor García Canclini a qualificá-los de "culturas híbridas". Em virtude da coconstituição entre alteridade e identidade em países como o Brasil, tem-se um grupo de Estados credenciados ao diálogo e ao pacifismo.

Conforme analisado por Gilberto Freyre em Casa-Grande & Senzala, a identidade nacional brasileira fundamentou-se no "equilíbrio de antagonismos", isto é, no convívio social turbulento de grupos sociais opostos. Não há, no Brasil ou nos outros países latino-americanos, uma identidade étnica, cultura ou religiosa unívoca, como alhures; a brasilidade não decorre de um arquétipo racial, mas dos valores, da história e da cultura comum do povo. Há uma vocação especial, portanto, à tolerância, que se evidencia na defesa diuturna da paz, do respeito universal aos direitos humanos, do repúdio ao racismo e da promoção do diálogo entre os povos, como preconiza o art. 4º da Constituição Federal. A relação indissociável entre alteridade e identidade na cultura brasileira, portanto, credencia o Brasil a engajar-se virtuosamente em suas relações internacionais.

ADT: 10,00. Erros: 0.

* Observação do autor: as notas, por quesito, foram: 9.75/10 (ADT); NE: 0. Após recurso – transcrito abaixo –, obteve-se pontuação integral em ADT (10/10).

Recurso. "*Solicita-se, respeitosamente, a atribuição de pontuação integral no quesito de apresentação do tema. O candidato agradece a nota atribuída pela banca (9.75/10), porém sustenta que pode ter ocorrido subavaliação – especialmente ao verificar textos de outros candidatos com níveis gerais de apresentação textual aparentemente similares, porém com pontuações superiores. Pede-se, assim, o acréscimo de 0.25, perfazendo a mesma nota atribuída na primeira correção.*

Observa-se que o texto é legível, coerente, coeso, objetivo e sistemático, além de estabelecer visão original a respeito do tema apresentado pelos excertos motivadores. Com desenvolvimento sucinto – porém suficiente – discutiu-se o par dicotômico identidade/alteridade na cultura contemporânea, no contexto específico das relações internacionais.

Em sintonia com o padrão de resposta, destacou-se a conformação de uma identidade por meio da literatura (linha 4) e um processo de coconstituição entre identidade e alteridade nos países latino-americanos, com ênfase para o caso brasileiro. A referência à obra de Gilberto Freyre (linha 10), além de ser pertinente, foi apresentada para corroborar a tese de uma idiossincrasia identitária na América Latina, em contraposição às percepções culturais de outros países. Ademais, a resposta analisa os reflexos dessa matriz conceitual para o engajamento internacional de países como o Brasil, enfatizando suas credenciais virtuosas para o diálogo e o pacifismo."

Resposta da banca. "*DEFERIDO*".

Lawrence Benaventana Póvoas – 20,00

A formação cultural da sociedade influencia as relações internacionais do país. Segundo Antonio Candido, em O direito à literatura, a produção literária e cultural reflete os valores predominantes de uma sociedade, bem como projeta as características que considera nocivas. Dessa maneira, a formação da identidade nacional proporciona, por meio das expressões artísticas, um imaginário comum, pelo qual a sociedade pode identificar-se como pertencente a um grupo e diferenciar-se dos outros. Segundo o texto A questão da hibridação cultural em Néstor García Candini, verificam-se peculiaridades nesse processo antitético, na América Latina, pois a região experimentou enorme variedade de aportes culturais. Nesse contexto, a cultura brasileira contemporânea constitui-se pela diversidade, o que afeta as relações internacionais.

A configuração da cultura brasileira pela mesclagem de modelos, ideários e paradigmas torna o Brasil interlocutor privilegiado no contexto internacional, na medida em que, pelas próprias características da sociedade brasileira, tem vocação natural para o diálogo, a conciliação e a busca de consensos. Nessa perspectiva, a cultura brasileira contemporânea condiciona a ação externa do país, porquanto a cultura inclusiva e tolerante da sociedade deve ser refletida em âmbito internacional. Em sentido diverso, a predominância de uma perspectiva cultural pode limitar a margem de ação diplomática em um contexto de crescente interdependência. No entanto, prevalece a visão universalista do Brasil, o que se coaduna com a cultura brasileira contemporânea.

ADT: 10,00. Erros: 0.

Pior resposta – 17,15

A relação entre a consciência da diferença e a consciência de unidade é importante aspecto da cultura brasileira contemporânea, sobretudo no que tange ao contexto das relações internacionais. A identidade brasileira é relevante fator na determinação da forma como ocorre a inserção internacional do país. A consciência de unidade na cultura brasileira permite a apreensão da identidade como algo coeso, embora a consciência da diferença traga a percepção da diversidade das formas de manifestação que são abrangidas pelo conceito de cultura brasileira.

Nesse sentido, é a relação dialética entre essas duas percepções que permite a apreensão da identidade brasileira por meio da cultura. A consciência da diferença está presente na ideia de Néstor Canclini de que as culturas latino-americanas **tem** aspecto híbrido. Na cultura brasileira contemporânea, tempos históricos diferentes coexistem, assim como influências variadas são congregadas. A consciência de unidade, por sua vez, relaciona-se ao resultado único dessa diversidade no território brasileiro, de modo que, não importando o tipo de manifestação, Antonio Candido afirma que o ser humano não pode viver sem literatura.

ADT: 7,50. Erros: 1.

Exercício 2

O alimento representa o povo que o consome numa imagem imediata e perceptiva. Dá a impressão confusa e viva do temperamento e maneira de viver, de conquistar os víveres, de transformar o ato da nutrição numa cerimônia indispensável de convívio humano.

A cozinha dos povos colonizadores não erradicou a cozinha dos povos colonizados. Houve, naturalmente, uma interdependência tanto maior quanto o grau de assimilação seja mais alto. [...] A população nascida dessas raízes étnicas possuirá uma cozinha participante de ambas as influências.

A feijoada, simples ou "completa" (sempre incompleta, no julgamento dos entendidos), é o primeiro prato brasileiro em geral. Inútil tentar divulgá-la como atração turística. Será mesmo que oferecer caracóis e rãs a um sertanejo velho. Demasiadamente nutritiva, indigesta, estarrecedora. Certos alimentos exigem a capacidade conterrânea do consumo e do gosto, intransmissível ao estrangeiro, mesmo curioso de originalidades anômalas. Todos esses visitantes possuem suas maravilhas locais que escapam ao nosso gabo sincero. [...] O paladar não é tão universal como a fome. Há distinções, resistências, peculiaridades, imposições misteriosas para o entendimento. A feijoada é uma dessas obras-primas, obrigando iniciação nacionalizante.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 2016 (1ª edição digital), com adaptações.

Com base na leitura dos trechos apresentados, comente a afirmação a seguir: "O alimento representa o povo que o consome."

Extensão do texto: 15 a 20 linhas.
Valor: 20 pontos.
Média: 17,98 (total); 17,73 (ampla); 18,70 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 1,15 (total); 1,057 (ampla); 1,224 (cotas/PNE)

Thayana Stocco do Amaral – 20,00

A culinária é elemento relevante da identidade de um povo. O Romantismo foi o primeiro paradigma literário que buscou enfatizar as singularidades da nação brasileira. José de Alencar, um autor desse movimento, afirmou que o brasileiro, "dado à fruição do caju", deveria distinguir-se do português, "dado a comer pêra". De fato, isso corrobora a frase de Luís da Câmara Cascudo de que "o alimento representa o povo que o consome".

Conquanto Luís da Câmara assevere que certos alimentos sejam intransmissíveis ao estrangeiro, a culinária brasileira, por sua variedade, pode satisfazer diferentes gostos. A miscigenação, a qual é conformadora da identidade nacional, influenciou uma gastronomia diversificada, igualmente. A feijoada, considerada um prato típico do Brasil, é exemplificativa disso, uma vez que mistura distintos sabores. Outrossim, refeições introduzidas pelos negros africanos, pelos indígenas nativos e pelos imigrantes europeus, árabes e asiáticos podem agradar visitantes de distintos continentes.

ADT: 10,00. Erros: 0. Total de linhas: 20.

Jonathan de Assis Paz Braga – 19,65

Os hábitos alimentares estão diretamente relacionados à cultura do povo que os pratica, o que permite identificar características de unidade e de diferenciação entre povos diversos. Trata-se de um meio de **analizar** os diferentes tratamentos conferidos aos produtos locais e de compreender os elementos que compõem a identidade coletiva. Além disso, pode-se perceber as diferentes heranças culturais de um povo sobre determinada sociedade, uma vez que a cozinha não elimina práticas anteriores. Os hábitos alimentares fazem parte da representação das influências culturais diversas, mantendo-se costumes por diferentes gerações.

No Brasil, país caracterizado pela miscigenação e pela diversidade, a cozinha reforça o aspecto multicultural da sociedade brasileira, sem impedir que o país desenvolva uma alimentação própria de seu povo. Com os indígenas, aprendeu-se sobre a cultura da mandioca, a qual permanece como um produto central da cozinha nacional, respeitando-se os diferentes usos regionais. A feijoada, prato tipicamente brasileiro, remete tanto a influências africanas quanto a hábitos portugueses, o que representa a capacidade de assimilação da cultura nacional. Os hábitos alimentares brasileiros reforçam a multidiversidade da identidade nacional, em um processo que reconhece as influências estrangeiras e possibilita a criação de uma cultura coletiva que não se confunde com as heranças culturais

ADT: 10,00. Erros: 1. Total de linhas: 20.

Taciano Scheidt Zimmermann – 19,50

Luís da Câmara Cascudo, em sua obra História da Alimentação no Brasil, afirma que "o alimento representa o povo que o consome", ao enfatizar a íntima relação que estabelecem entre si a cultura e a culinária. Embora a fome seja global, o paladar não o é, sublinha o autor. De fato, a cozinha de um povo é formada pela interação de inúmeras variáveis, entre elas a eventual herança de colonizadores, a disponibilidade de certos alimentos e a diversidade das técnicas de preparo. Esse processo tem como resultado sabores únicos, próprios a cada país ou região. Nas nuances de tempero, revela-se o paladar das populações que cozinham os alimentos, de modo que estes se tornam representações culturais importantes.

No Brasil, a culinária é tão diversa quanto a cultura. Apesar de certas unanimidades, como a feijoada, o cardápio difere bastante entre as regiões – nem mesmo a feijoada mineira é igual à nordestina, por exemplo. As diferenças ocorrem também dentro das regiões. A cozinha de áreas de colonização açoriana no Sul do país, em que predominam os frutos do mar, é bastante distinta da gaúcha, na qual é central a tradição do churrasco, com forte componente identitário. Das diferenciações e imbricações entre todas essas práticas alimentares resulta a cozinha brasileira, diversa como o seu povo, que nela se vê representado com seus sabores e dissabores.

ADT: 9,50. Erros: 0. Total de linhas: 20.

Pior resposta – 16,25

Luís da Câmara Cascudo afirma que o alimento representa o povo que o consome. A afirmação do autor é explicada pelo fato de que são as idiossincrasias do povo de determinado lugar que influenciam seu paladar. Nesse sentido, o alimento representa o povo que o consome na medida em que é a materialização dos elementos gustativos que são de preferência de determinado povo. Por essa razão, não se pode esperar que povos muito distintos gostem de alimentos semelhantes. Em geral, o paladar daqueles que são acostumados com um tipo de alimento não será compatível com os alimentos preferidos por outros povos, por mais que sejam deliciosos para os locais.

Como consequência, os alimentos consumidos por um povo podem dizer muito sobre ele. Os diferentes ingredientes e sensações preferidos refletem seus hábitos e as características do local onde vivem, como vegetação e clima. Nesse sentido, o alimento representa não somente o gosto de um povo, mas também tudo aquilo que lhe dá coesão e unidade.

ADT: 6,25. Erros: 0. Total de linhas: 20.

Língua inglesa

Composition

Text 1

How can he explain to him? The world is not run from where he thinks. Not from his border fortresses, not even from Whitehall. The world is run from Antwerp, from Florence, from places he has never imagined; from Lisbon, from where the ships with sails of silk drift west and are burned up in the sun. Not from castle walls, but from counting houses, not by the call of the bugle but by the click of the abacus, not by the grate and click of the mechanism of the gun but by the scrape of the pen on the page of the promissory note that pays for the gun and the gunsmith and the powder and shot.

Mantel, Hilary. (2010) *Wolf Hall:* a novel. Picador, p. 349.

Text 2

[Diplomats] need to understand JPMorgan Chase or Google's diplomatic machinery in the way that they understand China's. They should be competing with the best technology they can lay their hands on. They should be on a digital war footing.

I often ask people who they think will have the greatest influence on the twenty-first century – Google or Britain? Increasingly, most say Google. I want to show in this book how they can be proved wrong. Google has been a technological superpower for a decade. Britain has been one for at least 250 years.

Fletcher, Tom. (2017) William Collins, p. 17, with adaptations.

Discuss whether and to what extent technological and economic changes over the past few decades have transformed the intrinsic nature of diplomacy and (or) international politics. Draw connections between the ideas in the two texts.

Extensão do texto: 45 a 50 linhas.
Valor: 50 pontos.
Média: 40,01 (total); 40,477 (ampla); 38,6 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 3,967 (total); 4,277 (ampla); 2,729 (cotas/PNE)

Bruno Berrettini Camponês do Brasil – 46,13

In the realm of Political Science and International Relations there has been a debate about whether it is the individual or the state that has a more prominent role in shaping historical events. Those who focus on the individual present arguments that are similar to those laid out by Hilary Mantel, whereas Tom Fletcher's remarks are the quintessential reasoning of the defenders of state power. Although international politics and diplomacy have undeniably been influenced by technological and economic changes, the advent of social media and the rise of China do not, and will not, undermine the state.

When it comes to the impacts caused by the widespread use of social media, such as Twitter and Facebook, on a global scale, it must be recognized that Hilary Mantel and those who share such views do have a point. In fact, international politics is not only the by-product of relations between and among states, but also between individuals and private entities. Though this has always been so, the recent revolution in **communication** technology has given individuals a bigger say in politics. In this regard, nowhere was this clearer than in the United Kingdom during the Brexit referendum. Had it not been for Twitter, Facebook, and Cambridge Analytica, which catalyzed voters' discontent, the European Union and British Parliament would not have been stuck in a quagmire for so long.

This does not mean, however, that states have become obsolete. The twenty-first century will go down in history as a time when China re-emerged as an economic power house and as a major power that can rival, or threaten, the United States. This was achieved through commercial and economic liberalization combined with the visible hand, or some may say, an iron fist, of the Chinese state. Such is the concern of Chinese authorities about the disruptive impact of social media on internal stability that the central government has banned Twitter and Facebook outright. It has created, instead, several state-run companies, such as Weibo, through which the Communist Party expects to keep its grip on power. Perhaps, the answer to Tom Fletcher's question could be neither. Moreover, what feeds the current trade war between the US and China is that the Chinese are far more advanced in 5G technology, which could undermine the market share of American companies, but American global hegemony itself.

All in all, even though Hilary Mantel is right in pointing out the importance of private agency, it seems that Tom Fletcher's analysis addresses the key issue, that is, that states will remain the most powerful actors in international politics. He may be wrong in singling out Google or Britain. Perhaps, it will be China and some of its state-run companies.

1A: 9,30. 1B: 9,40. 1C: 5,00. Erros: 1. NL: 50.

Lawrence Benaventana Póvoas – 44,68

Over the past few decades, technological advances and economic transformations have significantly impacted international politics. Improvements in travel, communications, and information technology have given rise to an increasingly interconnected world. In this digital era, new actors have emerged to contest the centrality of nation-states in conducting international affairs. Nevertheless, while it may be true that these developments have altered the political landscape, the nation-state continues to be the most important actor in the international arena.

Structural changes in the global economy have affected world politics. The integration of financial markets has bound the fates[10] of most countries' economic well-being, as hardship in one country will impact success in another. In this context, some

10 O candidato defendeu sua opção por "fates". Resposta da banca: INDEFERIDO. No período em questão, a escolha lexical para relacionar "fates" a "well-being" fere as regras de colocação da língua inglesa.

observers claim that economic matters have overtaken political considerations, including military might,[11] in international politics, since an attack on a country would, in the end, negatively impact the[12] **beligerant** nations themselves. A second argument in favor of this view is that economic power determines military capabilities. In Wolf Hall, Hilary Mantel illustrates this view, as she describes the financial power behind the purchase and maintenance of military equipment.

Furthermore, the author alludes to a second reality: the concentration of decision-making in the hands of a select few. In this regard, financial clout would be the main factor in determining power in world politics, as private individuals and large financial institutions with headquarters in a handful of global cities could be seen as the true power-brokers. Tom Fletcher argues, however, that these entities remain subject to the will of nations. One such financial behemoth is cited by the author and serves as a relevant example. JPMorgan Chase [ ][13] suffered penalties and increased regulation following the last financial crisis. These new rules were negotiated diplomatically between the world's largest economies, which showcases how even the most powerful financial corporations can have their power curtailed by sovereign nations on the international stage.

Technological breakthroughs have also transformed world politics. The increased use of digital communication has brought a multitude of issues to the forefront of [ ][14] international debate. On the one hand, the advent of instantaneous communication has brought societies closer together than ever before. The plethora of mediums through which a message can be broadcast poses a significant challenge to diplomacy, but these instruments merely change the means of conducting diplomatic endeavors, not the substance. On the other hand, a group of large technological firms are now involved in the storage, publication, and dissemination of sensitive information. However, as Tom Fletcher correctly affirms, the power granted by this process is relative, even for a company as influential as Google. Diplomatic negotiations to regulate and limit power in the digital realm are already underway, which underscores how nation-states continue to be the main actors in international politics.

One can, therefore, draw connections between the ideas presented by Hilary Mantel and Tom Fletcher to conclude that, while economic and technological changes have significantly impacted both diplomacy and international politics, they have not fundamentally altered their nature.

1A: 9,20. 1B: 9,50. 1C: 5,00. Erros: 6. NL: 50.

Ronney Almeida e Silva Filho – 44,12

Over the past few decades, technological and economic changes have transformed the intrinsic nature of diplomacy and of international politics. The field of international relations was understood as a series of interactions among a select few powerful states throughout most of history. However, nowadays, it is increasingly clear that, as Hilary Mantel puts it, the world is not run from castle walls, and new actors have arisen in the international arena, transforming the work of diplomats as well as the core of international politics. In order to deal with the plethora of technological and economic changes that the world has been witnessing with increasing speed, diplomacy must change, and states must find ways to engage with emerging actors in the international system.

The increasing flow of information has drastically changed the way in which diplomacy must be carried out. As civil society becomes more informed about international events, it wishes do provide input regarding how the foreign policy of its country should be conducted. Diplomats must be open to public debate about foreign policy and willing to take the demands of the people **in** consideration. In other words, a few decades ago, diplomacy was the preserve of the elites, nowadays, it has become a public policy that must be carried out democratically. As a result, the nature of diplomacy is changing, and foreign policy is increasingly drawing the attention of society.

Not only have technological changes transformed the availability of information worldwide, but they have also allowed the emergence of powerful technological companies, such as Google, Facebook, and Apple. As Tom Fletch explains, "Google has been a technological superpower for a decade". Although it is true that the power of these companies does not yet rival the power of countries such as Great Britain, they are already much more powerful than smaller, less prosperous countries. Therefore, the nature of international politics has changed. Countries must find ways to develop digital technologies and new regulations that can help them deal with the threats posed by powerful corporations.

Developing countries are also powerful actors emerging in the international system. This stems from the economic changes that have been taking place over the past few decades. Again, one must agree with the assertion of Hilary Mantel: the world is now run from places never imagined. Brazil, India, and China, for example, wish to play a more important role in the international system, one that reflects their new economic might in the 21st century. Their demands should not be ignored by **the traditional** powerful countries. There has been a shift in the distribution of power, and the stability of the international system depends on the recognition that economic changes have transformed international politics.

It is undeniable that technological and economic changes have transformed the nature of diplomacy and of international politics over the past few decades. In fact, history is a dynamic process of change, and such transformations will continue to take place for as long as society exists. Thus, adapting to the contingencies of technological and economic changes is the most rational option available. Diplomacy has been reinventing itself over the centuries, and the modern state has been able to cope with an ever-changing international world order. Therefore, changes must be seen as opportunities, and not as threats to the international system.

1A: 8,10. 1B: 8,70. 1C: 5,00. Erros: 4. NL: 49.

Joaquim Pedro Strunck da Silva Pinto – 43,25

The intrinsic nature of international politics is characterised by conflict. As Hilary Mantel states, money plays an important role ***on*** that constant dispute. However, it is not private money that rules the world. According to Tom Fletcher, states such as Britain, have been the world's most relevant players for a long time now. Countries have been using their citizens' inventions and wealth for centuries in order to survive and to fight for power, and they continue to do it in the Third Industrial Revolution era.

11 O candidato defendeu a separação da oração acessória intercalada "including military might" por vírgulas, que a Banca Examinadora alega estar incorreta. Resposta da banca: INDEFERIDO. No período em questão, o uso da pontuação está incorreto, segundo a prescrição de uso da norma culta da língua inglesa, pois cria uma intercalação, quando o trecho está na ordem direta, o que prescinde de uso de vírgulas.

12 O candidato defende o emprego do artigo definido "the" no trecho, por tratar-se de uma especificação textualmente necessária à coesão e coerência da frase. Em resposta, a Banca Examinadora alegou: INDEFERIDO. No período em questão, o uso do artigo definido está incorreto, segundo a prescrição de uso da norma culta da língua inglesa.

13 Em que pese os argumentos do candidato, que defende o uso do 'simple past' por tratar-se de um momento específico e delimitado do passado, a Banca Examinadora respondeu: O contexto do período em questão pede o uso do present perfect.

14 A Banca Examinadora alega a necessidade do uso do artigo definido "the" no trecho. Resposta da banca ao recurso do candidato: No período em questão, a omissão do artigo definido está incorreta, segundo a prescrição de uso da norma culta da língua inglesa.

States have survived other technological revolutions before. Take the case of Britain. Not only did London survive the First Industrial Revolution at home, but it also benefited from it. It was the economic and technological advantage its companies had that gave the United Kingdom ***power enough*** so as to become the most prominent colonial empire on Earth. Today, London is also trying to redesign its foreign policy according to new technologies. It has been using social media to develop its new "Global Britain" brand, a strategic step for its post-Brexit foreign policy.

Furthermore, nations are using technology to meddle in each other's politics. The USA, for example, has become one of the most powerful institutions humanity has ever seen by taxing its citizens and profiting from its companies' products. Washington is constantly deploying its technological resources and unmatched budget to attack its enemies. Iran, Russia, and North Korea have all been under ***drone or cyberattacks*** recently. New technology is being used as ***X*** warcraft tool, just as it has always been.

Economic changes over the past few decades have transformed China into a great power. Beijing is currently one of the largest economies in the world, second only to the USA. Following its intrinsic nature of state, China has been using all its economic might to reshape its geopolitical position. The Belt and Road Initiative constitutes the most impressive investment in foreign policy the world has ever seen. China is currently investing in regions as far as Latin America ***or*** Africa, former American influence zones.

Technological and economic changes have always influenced the way nations act in diplomacy and international politics, for they improve the means employed in these activities. What they do is to alter the way countries deploy their resources. However, they do not affect the intrinsic, competitive nature of international relations. The First and the Second Industrial Revolutions did not subvert the way states behave. The current technological and economic boom will not do it either.

1A: 8,00. 1B: 8,80. 1C: 4,80. Erros: 5. NL: 45.

Thayana Stocco do Amaral – 42,99

Technological and economic changes over the past few decades have transformed the nature of diplomacy and international politics to a large extent. Although these impacts present certain challenges, diplomats must embrace the opportunities **aroused**. Some of the transformations which were whipped up are related to economic relations, concerns regarding sovereignty, massive destruction weapons and benefits created by social networks.

The development of new technologies has changed the international dynamics. Over the past few decades, not only the amount of transactions, but also their speed **reveal** consequences to international relations. On the one hand, states become more vulnerable due to potential outflows of capital, whenever investors face uncertainty. On the other, a great number of fast transactions enables more trade opportunities. Hence, states mobilize significant efforts so that their diplomats are highly prepared to defend national exporters. Itamaraty, for instance, has a department which deal exclusively with commercial conflicts within the World Trade Organization. This has a positive impact on the economy, for national companies create jobs and increase the GPD.

The growth of transnational companies does not undermine sovereignty. Tom Fletcher advocates this perspective when he argues that some multinationals, such as Google, have been technological superpowers for a decade, while some countries, such as Britain, have been so for centuries. Indeed, states are the ones which have the monopoly of law making. As a result, the rules which they enact regulate the activities of any company that desires to settle in a state territory, including the limits of profits that they may transfer to foreign countries and labor force regulations.

Technological changes have rendered diplomacy even more essential. When it comes to peace among nations, some technological breakthrough, such as nuclear weapons, lead to the so-called mutual assured destruction when states do not engage in diplomatic talks and dare to use military forces as a means for dispute settlement. This is axiomatic when Hilary Mantel assets that the world is not run by the gun, but by the scrape of the pen. Moreover, new technologies have the potential to favor soft power, since social networks may be used to enhance the influence of a state, as well as to exhibit national products and enlarge trade relations.

New technologies are likely to be used for peaceful purposes. Nuclear deterrence and greater economic relations have increased the costs of the war. Furthermore, social medias may be used for economic publicity. Accordingly, these networks establish more binds with economic agents, enabling diplomats to defend national exporters more appropriately. When diplomats champion national companies, they demonstrate how the state sphere is relevant. Therefore, sovereignty is fully compatible with the current power of multinationals. Finally, despite some vulnerabilities spawned by technologies, they tend to be positive for international politics and diplomacy.

Luiz Carlos Keppe Nogueira – 42,55

The texts of Hilary Mantel and Tom Fletcher point out the gargantuan impact of economic and technological changes on diplomacy and international politics. Three main arguments can be advanced to discuss their main ideas: the current need for diplomats who are not only able to gather information, but also to separate fiction from fact; the growing importance of geoeconomics; and the present use of up-to-date technology as a weapon.

One of the most relevant roles played by diplomats is to inform their countries of political, economic, and social events. In a context of dissemination of the so-called "fake news", gathering information is not enough. There is a need for diplomats to understand other societies in depth, in order to be able to identify trustworthy sources of information, such as news and political analysis. This change from information-gathering to information-assessing also necessitates transformations in the training of diplomats. In Brazil, for instance, the national diplomatic academy offers courses on media-training and digital security.

According to the theory of geoeconomics formulated by authors, such as Lester Thurow, the globalization process has augmented the importance of economic power in detriment of traditional military power. Fighting for the leadership in the most recent technology revolution, countries use tariffs and trade barriers[15] in order to hinder the access of their opponents to markets, technology, and basic material. The trade war between the United States and China that is still on[16] course shows that this strategy might have deleterious consequences to the global community.

The military use of modern technology is a reality. As pointed out by Fletcher, countries need the "best technology can they can lay their hands on" if they want to compete against other nations and the so-called "big-tech" companies for global influence. The problem in this scenario is that this sort of competition takes place in mostly unregulated realm. The decentralization of power mentioned by Mantel means that countries can carry out anonymous hacker attacks. The absence of a comprehensive international treaty on the matter creates great insecurity for states and individuals. Moreover, it represents a hurdle for diplomacy, which is more effective if accompanied by binding international law.

Technological and economic developments over the past few decades sharply transformed diplomacy and international politics. While Hilary Mantel claims that information is often more powerful than guns, Tom Fletcher highlights the growing influence of technology. Power struggles are still present in global relations, but the current trends will hopefully reduce the use of military force.

1A: 8,40. 1B: 8,50. 1C: 4,00. Erros: 4. NL: 50.

15 Foi escrito como "Bareers

16 Foi escrito "in" course

Luis Felipe Yonezawa Fernandes – 42,11

International politics, in general, and diplomacy, in particular, have been substantially transformed by recent technological and economic changes. Nevertheless, one ought to be chary of thinking that the fundamentals of diplomatic work have been upended. History shows that diplomacy has proved remarkably versatile when dealing with events capable of undermining the status quo, not least when these affect communication directly. The invention of the telephone, for instance, amounted to a turning point for the swiftness of the flow of information, but instead of causing a revolution in traditional diplomatic work, upon having its benefits and shortcomings carefully analysed, it was simply taken in as an additional tool. However counterintuitive it may seem, diplomacy's intrinsic nature remains the same.

As noted by Tom Fletcher, despite the prevalent **enthousiasm** for technological advances in recent times, these have not overtaken time-tested political and diplomatic formulae. To be sure, bit data, the Internet and artificial intelligence are **disruptive** innovations as far as everyday life is concerned. Furthermore, it is clear that diplomats and politicians have replaced their **once treasured** quill and ink by tablets, smartphones and personal computers. Nonetheless, whilst **the** communication and data storage tools may have changed, the basics of diplomatic work have not. Presidents still wish to engage their electoral bases, be it in the flesh, organising political rallies, be it online, using so-called "Twiplomacy". As to diplomats, they ought to be wary of divulging sensitive information, a guideline which applies indistinctly to letters and social media. Technology is but the tool with which a country's representatives operate to achieve their goals, and is unlikely to replace leaders or their objectives – and nor are economic changes.

It has not become trite to **affirm** that the world has undergone major economic changes. Financial markets are ever more robust and far-reaching, to the effect that many analysts have come to suggest that economic prosperity is the **foremost** objective of any administration. Nonetheless, this is an overstatement of the importance of **economics**. Whereas, as noted by Hilary Mantel in Wolf Hall: a novel, economic power is often **unapparent**, but sizeable, markets fundamentally operate within a framework established by governments, and are quick to turn to political leaders when crises come to pass. The 2008 worldwide economic meltdown is a case in point: self-regulation, technology and mathematical expertise were incapable of fending off **widespread** collapse of trust in **time-tested banks**. The fact that proud financial institutions and corporations had to be bailed out by governments **is a stern** reminder of the power of politics. Politicians and diplomats are evidently mindful of the importance of advancing an effective economic agenda, but one should not expect them to simply let go of cultural and social issues, for instance, for the sake of an increase in the gross domestic product. Promoting trade, engaging with stock market analysts and assuaging fears of a recession are only a fraction of a diplomat's concerns.

The magnitude of recent economic and technological changes cannot be overlooked. Wealth and information now flow more freely, so that diplomats and political leaders have to adapt their traditional tactics to accomplish their policy goals. Although this may bring pressure to bear on certain outdated tools – such as the quill – and approaches to international politics – such as ignoring the pervasive influence of financial markets –, the intrinsic nature of diplomacy and politics remains the same: leaders devise strategies to achieve certain objectives, which, when convenient, are conveyed to the general public. Upstart corporations and stock exchanges are yet to make a dent in these fundamentals.

1A: 8,30. 1B: 8,70. 1C: 4,80. Erros: 7. NL: 50.

Bruno Rolim – 27,78 (pior resposta)

Throughout **Ø** centuries, technological and economic innovations have contributed to sha**pe** how foreign relations are driven, in a process that has gained momentum over the past decades. In the economic realm, the rise of emerging nations and the financial crisis in the developed world has moved the balance of powers towards **Ø** East. Moreover, the creation of cryptocurrencies has potential effects on the control governments have over monetary policy. Technology, in addition, has stripped diplomats of their monopoly over information, through internet giants such as Google. While these changes have not transformed the essence of diplomacy, it is necessary to understand how diplomats will be able to play their role as drivers of relations between states.

The world has **underwent** major economic changes over **Ø** few decades, with new political actors and technological innovations. Firstly, the global economic axis has shifted towards **Ø** East with the rise of emerging countries, led by China, which has already overtaken the United States as the largest Gross Domestic Product (GDP), measured by parity of purchasing power. In addition, the increasing role of cryptocurrencies, **that** are issued and managed without any banking system, has the potential to disrupt economic relations between states. These changes have some parallels in the past, such as the creation of **this same** banking system, while nations such as Portugal and Spain emerged as maritime powers. The economic changes might reshape the balance of power between nations, but will not transform the nature of diplomacy or foreign relations.

Technological developments, however, have had significant impacts on the role of diplomacy over the last decades. In the past, the diplomat monopolized information, therefore being the most crucial instrument of foreign relations. Today, the development of new **communication** technologies not only **have** made it possible for everyone to access and share information about plenty of subjects, but **have** generated powerful non-state actors, such as Google. While these changes are substantial, there were equally revolutionary **episodes** in the past, such as the navigation, mentioned by Hillary Mantel in Wolf Hall. Diplomats no longer have the monopoly on information, but this does not mean their activity **Ø** has lost **their** nature. However, diplomacy needs to adapt to these new scenarios.

Considering that hitherto diplomacy and foreign relations have not had their essence transformed, there is still the question of how they will play their roles in this new world. **About** **the** economic changes, the emergence of new important actors will require more skilled diplomats, able to speak more languages and to assist their national economic planners with related subjects. The technological changes can be used by diplomacy as an asset, instead of a liability: without the monopoly on information, it is possible to improve the quality of the information they receive, through accurate reports and analytical pieces. Thus, it is possible **to** diplomacy **acquiring** new skills, without losing its essence, maintaining its role as **Ø** primary representatives of its nation.

Diplomacy and international politics have not lost their intrinsic nature, even though a large number of people, as shown by Tom Fletcher, think that Google will surpass **the** British influence on the current century. While **Ø** economy and technology have changed concepts **on** the functions of **the** states and **the** diplomats, this **mean** that**,** despite the new actors, never have the foreign relations lost their essence. After all, digital diplomacy is and will **ever** be diplomacy.

1A: 8,40. 1B: 8,30. 1C: 3,50. Erros: 26. NL: 49.

English-Portuguese

The train bore me away, through the monstrous scenery. This was March, but the weather had been horribly cold and everywhere there were mounds of blackened snow. As we moved slowly through the outskirts of the town we passed row after row of little grey slum houses running at right angles to the embankment. At the back of one of the houses a young woman was kneeling on the stones, poking a stick up the leaden waste-pipe which ran from the sink inside and which I suppose was blocked. I had time to see everything about her — her coarse apron, her clumsy clogs, her arms reddened by the cold. She looked up as the train passed, and I was almost near enough to catch her eye. She had a round pale face, the usual exhausted face of the slum girl who is twenty-five and looks forty, thanks to miscarriages and drudgery; and it wore, for the second in which I saw it, the most desolate, hopeless expression I have ever seen. It struck me then that we are mistaken when we say that "It isn't the same for them as it would be for us", and that people bred in the slums can imagine nothing but the slums. For what I saw in her face was not the ignorant suffering of an animal. She knew well enough what was happening to her — understood as well as I did how dreadful a destiny it was to be kneeling there in the bitter cold, on the slimy stones of a slum backyard, poking a stick up a foul drain-pipe.

Orwell, George. (1972) *The road to Wigan Pier*. Mariner Books, pp. 20-1, with adaptations.

Valor: 20 pontos.
Média: 18,8 (total); 18,83 (ampla); 18,74 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 0,9028 (total); 0,873 (ampla); 1,094 (cotas/PNE)

Rodrigo Lara Pinto – 20,00

O trem levou-me embora, através do cenário monstruoso. Era março, mas o clima havia estado terrivelmente frio e por toda parte havia montes de neve escurecida. Enquanto nos movíamos vagarosamente através da periferia da cidade, nós passamos por fileira após fileira de pequenos barracos cinzentos correndo em ângulos certos até o horizonte. Nos fundos de uma das casas, uma jovem mulher estava ajoelhada nas pedras, cutucando com um pedaço de pau o cano velho que saía da pia interior e o qual, eu suponho, estava entupido. Eu tive tempo de ver tudo sobre ela - seu avental rústico, suas botas desajeitadas, seus braços avermelhados pelo frio. Ela olhou para cima enquanto o trem passava, e eu estava quase próximo de capturar seu olhar. Ela tinha uma face redonda e pálida, a face comum de uma garota da periferia que tem vinte e cinco anos e parece ter quarenta, devido a abortos espontâneos e trabalho pesado; e tinha, desde o segundo em que vi, a mais desoladora e desesperançosa expressão que eu já vi. Pareceu-me, então, que estamos errados quando dizemos que "não é o mesmo para eles que seria para nós", e que as pessoas que cresceram nas periferias só conseguem imaginar as periferias. Pois o que eu vi em sua face não era o sofrimento ignorante de um animal. Ela sabia bem o suficiente o que estava acontecendo com ela - entendia tão bem quanto eu quão terrível era o destino de estar ajoelhada ali no frio congelante, na lamacenta pedra do jardim dos fundos de uma periferia, cutucando com um pedaço de pau um cano de drenagem defeituoso.

FID: 5. Erros: 0. TL: 18.

Bárbara Policeno Pereira – 19,80

O trem levou-me embora, pelo cenário monstruoso. Era março, mas o clima estivera terrivelmente gelado e havia montes de neve que ficou preta em todos os lugares. Enquanto movíamos lentamente pelos arredores da cidade, passávamos por fileiras e fileiras de casas cinzentas que se estendiam em ângulos retos até os bancos do rio. Na parte de trás de uma dessas casas, uma jovem mulher estava se ajoelhando nas pedras, cutucando com um graveto acima da tubulação de esgoto que saía da pia de dentro e a qual, suponho, estava bloqueada. Eu tive tempo de ver tudo sobre ela – seu avental rudimentar, suas botas desajeitas e seus braços avermelhados pelo frio. Ela olhou para cima quando o trem passou, e quase estive perto o suficiente de ver o olhar dela. Ela tinha um rosto redondo e pálido, o comum rosto exausto da garota de favela que tem vinte e cinco anos, mas aparenta ter quarenta, graças a <u>más condutas e ao sofrimento</u>, e carregava, no segundo em que eu o vi, a expressão mais desolada e sem esperança que eu já havia visto. Ocorreu-me, então, que nós estamos enganados quando dizemos que "não é o mesmo para eles do que seria para nós", e que aquelas pessoas criadas nas favelas não podem imaginar nada senão as favelas. Porque o que eu vi no rosto dela não era o sofrimento ignorante de um animal. Ela sabia muito bem o que estava acontecendo com ela – ela entendia tão bem como eu o quão horrível era o destino de ficar se ajoelhando no amargo frio, na pedra escorregadia do quintal de uma favela, cutucando com um graveto um tubo fétido de encanamento.

FID: 4,80. Erros: 0. TL: 19.

Bruno Rolim – 19,80

O trem me levava, através do cenário monstruoso. Era março, mas o tempo estava terrivelmente frio e havia montes de neve escurecida por todo lugar. À medida que nos percorríamos lentamente os subúrbios da cidade, passamos por várias filas de pequenos cortiços escorados na ladeira. Nos fundos de uma das casas, uma mulher jovem estava ajoelhada sobre o chão de pedras, cutucando com uma vareta o cano de esgoto feito de chumbo que vinha da pia dentro da casa, e que eu supunha estar entupido. Eu tive tempo de ver tudo nela: seu avental surrado, suas botas desajeitadas, seus braços avermelhados pelo frio. Ela ergueu seu rosto enquanto o trem passava, e eu estava quase próximo o suficiente para ver seus olhos. Ela tinha um rosto redondo e pálido, o usual semblante exausto de uma menina miserável que tem vinte e cinco anos mas aparenta quarenta, devido aos infortúnios e à pobreza; e seu rosto fez, no segundo em que o vi, a mais desolada e desesperançosa expressão que eu já vi. Percebi então que estamos errados quando dizemos que “não é a mesma coisa para eles como seria para nós”, e que as pessoas criadas nos cortiços não podem imaginar nada que não os cortiços. Pelo que vi em seu rosto, não era o semblante ignorante de um animal. Ela sabia muito bem o que estava acontecendo com ela – compreendia tão bem, quanto eu compreendi agora, o quão terrível destino era estar ajoelhada lá no frio amargo, no chão pegajoso dos fundos de um cortiço, cutucando um fétido cano de esgoto com uma vareta.

FID: 4,80. Erros: 0. TL: 18.

Pior resposta – 16,82

O trem transportou-me para longe, pela paisagem monstruosa. Foi em março, mas o tempo havia estado terrivelmente frio e, por toda parte, havia montes de neves empretecida. À medida que nos movíamos lentamente, pelas franjas da cidade, passávamos, fileira após fileira, por casas que se desdobravam em ângulos certos para a encosta. Na parte de trás de uma das casas, uma moça estava ajoelhada sobre as pedras, cutucando com uma vara o gasto cano de despejo que corría da pia de dentro e, que eu suponho (rasura apenada), estava entupido. Tive tempo para ver tudo sobre ela – o seu avental; suas botas desajeitadas, seus braços avermelhados pelo frio. Ela olhou para cima, enquanto o trem passava, e eu estava perto, quase o suficiente para capturar o seu olhar. Ela tinha um rosto redondo e pálido, a expressão comum de exaustão da garota de favela que tem 25 e aparenta 40 anos de idade, graças aos maus tratos e à labuta; e seu rosto trajava, da segunda vez em que a vi, a mais desolada e desesperançosa expressão que eu já vi. Ocorreu-me, então, que nós estamos errados quando dizemos que “não é a mesma coisa para eles como seria para nós”; e que as pessoas criadas nas favelas não podem imaginar outra coisa que não favelas. Pois o que vi em seu rosto não era o sofrimento ignorante de um animal. Ela sabia, suficientemente bem, o que estava acontecendo com ela – entendia, tão bem quanto eu, o quão terrível era um destino de ficar lá, ajoelhada, em um frio cortante, sobre a pedra delgada de um pátio de uma favela, cutucando com uma vara um cano*

FID: 4,50. Erros: 4. TL: 18.

** É isso mesmo, candidat@, esqueceu-me pôr ponto-final na minha tradução! Também, acentuei a desinência verbal “-ia” de português como “-ía” do espanhol. Bem-vind@ à segunda fase do CACD*

Portuguese-English

A literatura brasileira construiu uma concepção de Brasil, projetando a visão que temos de nós, a maneira como nos compreendemos e nos representamos. É uma concepção plural, e nisso reside sua força e vigor - que é literário, cultural e político. A pluralidade é resultado do empenho por meio do qual projetos minoritários de Brasil foram expressos e preservados. A questão aqui é: qual o sentido desses projetos ainda hoje? Projetos alternativos coexistem, na maioria das vezes, em condição de inferioridade, com o projeto de Brasil elaborado e levado a cabo pelas elites. Considera-se, também, que os projetos das elites ganham significado maior quando percebemos neles contradições, ou seja, quando neles percebemos as vozes das classes oprimidas. Enquanto houver contradição, convém dizer, o empenho continua, a História também.

Os antecessores de Machado tentavam ver o Brasil com os olhos europeus, indicando os caminhos para que o País pudesse acertar o passo com o progresso da civilização. Machado inverte o olhar: a Europa civilizada passa a ser vista pela ótica brasileira. Quando Machado publica suas obras fundamentais, a formação do sistema literário brasileiro se completa. Entenda-se por isso: produz as primeiras grandes obras de valor estético universal. Sendo um escritor identificado com os valores cosmopolitas, que desqualificou a busca da cor local como caminho para a excelência literária, sua obra, entretanto, está ancorada no ponto de vista local. Só que, agora, local já não é sinónimo de pitoresco, é aquele sentimento íntimo do tempo e da História.

BASTOS, Hermenegildo. *In: Cerrados.* Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura, n. 21, ano 15, 2006, p. 91-112, com adaptações.

Valor: 15 pontos.
Média: 12,1 (total); 11,95 (ampla); 12,56 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 3,061 (total); 3,482 (ampla); 1,311 (cotas/PNE)

Ronney Almeida e Silva Filho – 14,50

Formation and Representation

Brazilian literature created a notion of Brazil, projecting the vision we have of ourselves, the manner in which we understand and represent ourselves. It is a pluralistic notion, and, in that, lies its strength and vigour – which is literary, cultural, and political. Plurality is the result of the effort through which minority projects of Brazil were expressed and preserved. The question is: what is the meaning of these projects still today? Alternative projects coexist, most of the times, in condition of inferiority, with the project of Brazil created and implemented by the elites. It must also be taken into account that the projects of the elites gain greater meaning when we notice contradictions in them, that is, when we notice, in them, the voices of the oppressed classes. While contradiction remains, it must be said, the effort continues, and so does History.

The predecessors of Machado de Assis tried to view Brazil through European lenses, showing the paths that would allow the country to synchronise its steps with the progress of civilization. Machado inverts the look: civilized Europe begins to be seen through the Brazilian perspective. When Machado publishes his essential books, the formation of the Brazilian literary system is finished. This means that the first great works of universal aesthetic value were produced. Notwithstanding the fact that he was a writer identified with cosmopolitan values, who disqualified the search for local characteristic as the way towards literary excellence, his work is anchored in a local perspective. Except that, now, local is not tantamount to **pitoresque**, it is that intimate feeling of time and History.

FID: 5. Erros: 1. TL: 22.

Bruna Veríssimo Lima Santos – 14,10

Formation and Representation

Brazilian literature has built up a conception of Brazil, projecting the vision we have of ourselves, the way we understand and represent ourselves. It is a plural conception, and in it lies in its strength and its vigour – which is literary, cultural and political. Plurality is the result of the willingness through which minoritarian projects of Brazil were expressed and preserved. The question is: what is still the sense of these projects today? Most ot the times, alternative projects coexist in a condition of inferiority with the project of Brazil conceived and carried out by the elites. One also considers that the projects of the elites acquire greater meaning when we notice contradictions in them, in other words, when we perceive the voices of oppressed classes in them. While there is contradiction, it is safe to say that the willingness goes on, so does History.

Machado de Assis' predecessors tried to see Brazil with European ayes, pointing out the ways that Brazil could keep up with the progress of civilization. Machado switches the look: civilized Europe starts to be seen through Brazilian lenses. When Machado publishes his fundamental works, the formation of the Brazilian literary system is complete. In other words, it produces the first works of universal aesthetic value. Being a writer identified with cosmopolitan values, who disqualified the search for a local colour as a means to literary excellence, his work is, however, anchored in a local viewpoint. Only that now local is no longer synonymous with picturesque, it is that intimate feeling of time and of History.

FID: 4,3. Erros: 0. TL: 28.

Lawrence Benaventana Póvoas – 14,00

Formation and Representation

Brazilian literature constructed a concept of Brazil, projecting the view we have of ourselves, the way in which we understand ourselves and represent ourselves. It is a plural concept, and that is where its strength and vigor reside, whether it be literary, cultural or political. The plurality is a result of the effort through which minor projects of Brazil were expressed and preserved. The question is: what is the sense of these projects today? Alternative projects coexist, most of the time, in a condition of inferiority, with the project of Brazil created and put into motion by the elites. It is also considered that the projects of the elites gain greater significance when we notice contradictions in them, that is, when we perceive the voices of the oppressed classes in them. While the contradiction persists, it is worth noting, the effort continues, as does History.

Machado de Assis' predecessors tried to see Brazil through European eyes, indicating the paths for the country to walk in tandem with the progress of civilization. Machado inverts this view: civilized Europe starts to be seen through a Brazilian lens. When Machado publishes his essential works, the formation of the Brazilian literary system is completed. By this we mean to say: it produces the first great works of universal aesthetic values. Being a writer identified with cosmopolitan values, which disqualified the search for local color as a path to literary excellence, his work, nonetheless, is anchored by[17] a local point-of-view. Except that, now, local is not synonymous with picturesque, it is that intimate feeling of time and History.

FID: 4,50. Erros: 1. TL: 25.

Pior resposta – 10,60

Formation and representation

The **litterature** of Brazil has built a conception of Brazil that projects our perspective about ourselves, the way we comprehend and represent ourselves. This is a plural conception and that is why it is strong and vigorous – **litterarily**, culturally and politically. This plurality is the result of the efforts through which several minor projects of Brazil were expressed and preserved. The question is: what is the meaning of these projects today. Alternative projects coexist mostly in an inferior condition in relation to the project of Brazil that was elaborated and is promoted by the elite. There is a belief that their project also gains more meaning when we find contradictions in them; in other words, when we find in them the voice of the classes that have been oppressed. It is important to say that, while there is contradiction, the effort continues, and **history** too.

The forbears of Machado de Assis tried to see Brazil through European eyes, indicating the ways so that Brazil could correct its pace in relation to the progress of civilization. Machado inverts this perspective: **the Europe of civilization** is seen through Brazilian lenses. When Machado published his fundamental work, the formation stage of the Brazilian **litterary** system was completed. What this means is that he produces the first great work with universal aesthetical value. As a writer that followed cosmopolitan values and that minimized the search for the local color as a way to achieve **litterary** excellence, his work is anchored, despite everything, in the local viewpoint. Now, however, local does not mean **pictoresque**. Local is that intimate feeling of time and of history.

FID: 3,6. Erros: 6. TL: 29.

17 A Banca Examinadora apenou a preposição "by", pois a preposição correta para o verbo "to anchor" é "to": anchored TO a local point-of-view.

Summary

After the close of the 2003 World Trade Organization (WTO) ministerial meeting in Cancun, Mexico, United States Trade Representative Robert Zoellick unleashed a stinging attack on Brazil and its Latin American partners in the G-20 trade negotiating coalition. Lamenting the failure to reach agreement on the US/EU proposal to conclude the Doha round, Zoellick (2003) bemoaned Brazil's "tactics of confrontation", refusal to compromise, and insistence on a "massive list of required changes" to the chairperson's discussion text. The tension between the Brazilian-led G-20 negotiating coalition and the US offers a highly illustrative point to initiating a discussion on contemporary Latin American diplomacy.

CHANGING TRADITIONAL VIEWS: LATIN AMERICA IS NOT A HOMOGENOUS ENTITY

Perhaps the cleverest element of Zoellick's blast against Brazil was the emphasis on how the G-20 not only violated pan-Southern solidarity by rejecting a text from the Thai WTO Director General Supachai Panitchpakdi, but also invalidated the supposedly rooted idea of intra-Latin American unity. As Zoellick highlighted, the text blocked by the G-20 was drafted by the WTO's General Council chairperson Carlos Pérez del Castillo, Uruguay's ambassador to the organization. In his ire, Zoellick appeared to be assuming Latin America can be viewed as a homogeneous unit with consistent shared interests and attitudes. The region is instead comprised of countries possessing a wide range of geographic, demographic, economic and historical characteristics impacting their independent foreign policy positions. "Latin America" as a "unity" is itself an externally devised notion promoted by the French in the 1830s in an effort to create an implicit sense of alliance between the region and Romance-language European countries engaged in a struggle with their Anglo-Saxon and Slavic neighbors. The French idea of "Latin America" as a contiguous unit did stick in the Washington policy consciousness during the 1800s when gunboat diplomacy sustained US efforts to establish the Western Hemisphere as its exclusive zone of influence.

While there has been important variation in how Washington has attempted to manage the different countries, the general tone and approach has started from a remarkably similar place whether the US counterpart was Brazil, Bolivia, Costa Rica or Mexico. Even the regional organizations spanning the hemisphere, such as the Organization of American States, have been seen as opportunistic tools for Washington, not forums within which to engage in serious problem-solving or issue management. Per the tradition initiated with the Monroe Doctrine of 1823, Latin America has remained a question of bilateral management and control for Washington (HAKIM, 2006).

The combination of somewhat comparable histories of Iberian colonization, geographic continuity on a common continental land mass, similarities in language – Brazilian diplomats speak fluent Spanish –, as well as an absence of serious inter-state armed conflict helps to build a sense that the region is harmonious and relatively homogeneous. Overlooked in this surface-level sketch is the persistence of rooted tensions and conflicts in the region. Brazil and Mexico have soft contending ambitions for regional leadership, with Argentina often staking its own claim as well. The Bolivian armed forces are led by an admiral as a sustained note of protest against what it claims as Chile's illegal seizure of its coastal provinces during the 1879-83 War of the Pacific. Peru, too, has border complaints against Chile from that nineteenth century war and only recently settled an additional border conflict with Ecuador in 1998, a dispute which dated from 1942 and saw a series of conflicts and casualties throughout the twentieth century.

If we expand the list of territorial disputes in the region to include trade disagreements, political contretemps, historical misunderstandings and other forms of regional rivalry, we end up with a fairly extensive catalogue of dissent and discord in Latin America. What matters for understanding Latin American diplomacy is that these very real disagreements have a tendency to become of second-order importance to regional diplomats when faced with the need to unify in the face of pressure from a US or Europe that either dismissively tries to aggregate the region into a single, easy to manage unit, or pursues a strategy of divide and conquer to maintain implicit and explicit dominance. This pressure has had a major influence on how Latin American countries approach diplomacy and how they self-consciously exploit the externally created identity of Latin America.

NOT QUITE UNITY, NOT QUITE COALITION

Thanks to an accommodative and legalistic predilection for talking through disagreements, Latin America has become notable for the absence of inter-state conflicts. Although there are unsolved disputes in the region, resolution is consistently sought through negotiation and arbitration, not armed invasion. Even when conflict has erupted, the tensions appear reluctant and are quickly brought to the negotiating table by other regional countries.

Perhaps the best theorizing of the lack of inter-state armed hostility within Latin America can be found in the *concertación* approach to diplomatic management advanced by Argentine scholar Federico Merke (2015). The term *concertación* has no simple translation into English, being a reflection of an Ibero-American tradition of managing difference and dissent in politics such that it can become a strength rather than source of discord. At the heart lies an informally institutionalized process of summitry and discussion in lieu of power politics. Escalation in Latin American terms means the convocation of presidential diplomacy to discuss the matter of dissent, not the deployment of military forces to border regions. More significantly, it is often not just the presidents of the directly affected countries that meet, but rather the region's leadership or a delegated sub-grouping of ministers or national presidents.

Although there are a series of semi-regular presidential summits through groupings such as UNASUR, MERCOSUR, CELAC and so on, the *concertación* process is not rooted in a formalized framework, but rather exists as a convention embedded in the region's shared legalistic approach to international affairs. Chief amongst the legal norms driving *concertación* are the interlinked principles of sovereignty and nonaggression. Although precise interpretations are debated, there is cross-national agreement in Latin America that respect of international law is essential for mutual security and that great emphasis should be placed upon setting and observing the rules. The depth of *concertación* strategies of avoiding military conflict have been highlighted over the last fifteen years as substantial increases in military expenditure by many regional countries have resulted in increases in mutual confidence, not a rise of distrust-fueled arms races (VILLA; WEIFFEN, 2014).

Burges, Sean; Chagas Bastos, Fabrício. Latin American Diplomacy. In: Constantinou, Costas; Kerr, Pauline; Sharp, Paul (Orgs.). (2016) *The Sage Handbook of Diplomacy*. London: Sage Publications Ltd., with adaptations.

Write a summary of the text in your own words using up to 50 lines.

Extensão do texto: até 50 linhas.

Valor: 15 pontos.

Média: 13,12 (total); 13,36 (ampla); 12,40 (cotas/PNE)

Desvio padrão: 0,927 (total); 0,538 (ampla); 1,485 (cotas/PNE)

Bruno Rolim – 14,25

Frustrated after failing to conclude the Doha Round in the 2003 World Trade Organization (WTO) ministerial meeting, the American representative blamed Brazil for its defensive stance leading the G-20 trade coalition, which, according to him, broke the supposedly consolidated concept of unity among Latin American countries.

While Latin America is conceived by the American diplomat as a homogeneous region, there are dozens of different economic and political backgrounds that have shaped unique national foreign policy approaches. The idea of regional unity was conceived in the 19th century by France, which sought to build a Romance-language alliance against the Anglo-Saxon and the Slavic nations. Feeling threatened, the United States used its force to keep the Europeans out of the American continent.

Even though the United States does not deal with its Latin American neighbors the same way, its regional foreign policy is oftentimes driven by opportunism, instead of genuine crisis management. Washington considers the region a matter of hegemony.

The idea of a homogeneous Latin America is strengthened by geographic proximity, by relatively close languages and by a history with no serious national wars. Yet the region has always dealt with internal tensions among its countries, such as the struggle for regional leadership between Brazil, Mexico and Argentina, in addition to territorial and trade disputes. Latin American diplomats, when under pressure of Western powers that look to sustain their influence, put these questions aside, exploiting the exogenous concept of regional unity to avoid collapsing.

The Latin American penchant to resort to talking has contributed to avoid armed conflicts between its states. When there is a dispute, the parties seek to solve it through political and jurisdictional methods, instead of using **the** force. Argentine researcher Federico Merke theorized the regional reality, developing the concept of "concertación", a diplomatic approach in which Latin American diplomats convert regional differences into assets, instead of liabilities. This process is made through an informal set of political instances, such as presidential summits and ministerial conferences. That allows the regional countries to solve their issues without needing to deploy their armies and increasing the chances of an armed conflict.

While there are some groupings with presidential summits, such as MERCOSUR, the "concertación" approach does not rely on an institutionalized framework. It is driven by the principles of sovereignty and non-aggression, always respecting international law. This explains why, despite the recent rise of Latin American military budgets, there have not been any arms races in the region.

CSC: 4,60. Erros: 1. TL: 34.

Bruno Berrettini Camponês do Brasil – 14,00

In 2003 the WTO ministerial meeting failed to reach an agreement, as the G-20, a group of developing countries, especially those from Latin America, rejected the US/EU proposal to conclude the Doha Round. The United States Trade Representative Robert Zoellick put the blame on Brazil, whose diplomatic leadership was essential to block any chance of agreement on the terms proposed. He firmly believed that the G-20 had acted against what he perceived as intra-Latin American unity. This episode illustrates how misconceived the image of Latin America can be in the eyes of a developed-world observer.

Actually, Latin America is a far cry from homogeneous entity. It was the French who created the very notion of a "Latin America", with a view to establishing an alliance with Romance-language European countries. Such a move was not aimed at countenancing "Anglo-Saxon" America, but in fact France's Anglo-Saxon and Slavic neighbors in Europe. Notwithstanding its initial rationale, the idea of Latin America as a single unit was inherited by Washington in its effort to secure the Western Hemisphere as its sphere of influence. In this regard, the Organization of American States is more of a tool of American hegemony than a multilateral forum for equals to engage in diplomacy.

There are, however, reasons for such inaccurate view. Portuguese and Spanish are strikingly similar languages, all Latin American countries share a common continental land mass, and their histories are to a certain extent connected to the wave of Iberian colonization of the new world. These similarities, though, tend to hide the tensions beneath the surface.

Brazil, Mexico, and Argentina have their own ambitions of exercising the region's leadership. Moreover, Chile has territorial disputes with Bolivia and Peru. The latter settled its border conflict with Ecuador in 1998. If other domains are taken into consideration, such as trade disagreements and historical misunderstandings, a long list of dissent and discord emerges. But these simmering tensions lose impetus because of the need to act collectively against the influence exerted by the United States and European countries, thereby reinforcing that strategy of treating Latin America as a sole entity.

Latin American countries prefer to resort to diplomatic means in order to settle their own disputes, which is why the region is widely known for the absence of inter-state conflicts. Instead of the power politics that has characterized European history, they rely on summitry and various multilateral fora. This demonstrates their legalistic view of international relations. Concertación is the word that epitomizes such worldview.

CSC: 4,70. Erros: 2. TL: 38.

Lawrence Benaventana Póvoas – 14,00

At the end of the 2003 meeting between ministers of the WTO, which took place in Cancun, Mexico, an American trade representative took aim at what he considered to be an unfortunate use of confrontational tactics by Brazil. These tensions between the G-20 bloc, led by Brazil, and the US highlights[18] important matters concerning current Latin American Diplomacy.

The most cunning aspect of the US representative's criticism of Brazil was possibly his focus on Brazil's purported betrayal of pan-Southern ideals and intra-Latin American unity. In his tirade, however, Mr. Zoellick, the trade representative, seemingly assumed that Latin America can be viewed as a single entity, rather than various countries with a wide array of worldviews, positions, and opinions. This outdated understanding of Latin America can be traced back to a concerted effort by France to forge an alliance with the region. It appears, however, to have stuck around, serving as a guide to the US's "gunboat diplomacy" in the 1800s.

Despite some significant differences in Washington's approach to issues regarding specific countries, the overall demeanor and strategy remained basically the same, regardless of which Latin American nation sat across the negotiating table. Relations between the US and the region's countries have been treated on a bilateral basis, in spite of regional organizations, such as the OAS, which is viewed suspiciously in the region as an instrument to assert American hegemony.

Latin America shares a relatively similar history, a contiguous geographical area, and linguistic similarities. In addition to this, a lack of violent conflicts between the region's nations also contributes to the perception that the region is mostly similar. This superficial overview of the region disregards chronic tensions, such as those between Brazil, Mexico and Argentina for regional leadership. Furthermore, deeply rooted conflicts between Bolivia, Chile and Peru remain latent to this day.

One could increase the list of territorial disputes in the region. The inclusion of trade wars, political problems, and various other forms of disagreement would serve to illustrate the level of discord in Latin America. These misunderstandings tend to be overlooked, however, due to their unison with regards to relations with the US.

Dialogue has prevailed in the region, thanks, in large part, to its countries' preference for legal and flexible settlement of disputes. Armed force is therefore rarely seen as a means to solve the region's issues.

This characteristic is perhaps rooted in the Iberian paradigm for legal studies, as well as an informal but institutionalized code of conduct in which negotiation should always trump the use of force.

This can be seen in presidential gatherings, which have become commonplace through the summit mechanisms that exist in the region's organizations today. Among the guiding principles of the legal ideology that reign in Latin American, the respect for international norms, national sovereignty and **non-agress** should be noted. This contributes to trust-building.

CSC: 4,70. Erros: 3. TL: 50.

Pior resposta – 9,90

Fabricio Bastos and Sean Burges, in Latin American Diplomacy, recall an important episode of the history of the World Trade Organization, when the rejection of an agreement by Brazil was read by the United States' representative, Robert Zoellic//, as a collective stance of the whole of Latin America. Against this backdrop, what coul be observed was the traditional comprehension that Latin American nations represent a perfect coalition, sharing cultural identities, the same socioeconomic problems, and, for better or for worse, the same position towards international high profile issues.

Although this irreal homogenous entity, largely created by the French in the 1830s, has become very well-known, the history of the region suffices to illustrate how different are the nations in it. In this regard, a vast number of cases shows that in some events, the differences among them become notorious. Take the case of the War of Pacific (1879-83), when Bolivia, Peru, and Chile demonstrated that each country of the region has its own allegiances and its own geopolitical interests.

Moreover, the attitude of the countries of the region towards Europe and the United States, for instance, tend to change according to national needs of each country, to the detriment of a perfect coation among them, as we can observe// their positioning concerning the Monroe Doctrine.

In brief, one may note that // despite the search for making different nations' interests harmonic, they have (rasura) own values.

CSC: 2,00. Erros: 6. TL: 30.

18 A Banca Examinadora apenou a concordância verbal, que deveria estar no plural, para concordar com o sujeito: [These tensions] ... highlight

História do Brasil

Questão 1

As buscas de autonomia relativa na dependência do final dos anos de 1930, as tentativas frustradas de estabelecimento de uma "relação especial" com os Estados Unidos da América (EUA) na segunda metade dos anos de 1940, o nacional-populismo do segundo governo Vargas, as pretensões de obtenção de capitais públicos via articulação interamericana do governo Kubitschek e a "política externa independente" do período Quadros-Goulart constituem, do ponto de vista cronológico, "fases" das relações internacionais e da política externa brasileira.

FAUSTO, Boris. (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, o Brasil Republicano. Economia e Cultura (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 132, com adaptações.

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo acerca da República Liberal (1945-1964). Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) a industrialização e o crescente processo de urbanização da sociedade;

b) a realidade interna ("um país em movimento") e a respectiva relação com a política externa; e

c) o papel crucial das relações do Brasil com os EUA.

Extensão do texto: até 90 linhas.

Valor: 30 pontos.

Média: 24,54 (total); 25,21 (ampla); 22,50 (cotas/PNE)

Desvio padrão: 2,874 (total); 2,826 (ampla); 2,094 (cotas/PNE)

Bárbara Policeno Pereira – 28,50

A República Liberal (1945-64) foi marcada pela urbanização e pela industrialização do Brasil. Nesse período, houve amplo engajamento popular na política, sobretudo em torno de dois projetos antagônicos: nacional-desenvolvimentismo e liberal-conservadorismo. Como consequência, o período foi caracterizado por grande polarização ideológica, da qual resultaram sucessivas crises políticas (1954, "Novembrada", Campanha da Legalidade). A polarização na sociedade e no Parlamento se refletia na política externa, sobretudo em torno das relações entre o Brasil e os Estados Unidos – com destaque para o Acordo Militar de 1952 e a Questão Cubana.

Com a Lei Agamenon Magalhães, de 1945, foram quatro os principais partidos políticos: PSD, PTB, UDN e PCB. O PSD tinha sua base de apoio no campo e abrangia interventores da Era Vargas. O PTB resultava da "invenção do trabalhismo" e contava com o apoio dos trabalhadores. A UDB tinha base conservadora e era fortemente antigetulista. O PCB, liderado por Carlos Prestes, foi colocado na ilegalidade em 1947. A industrialização e urbanização do período fez que o PTB se constituísse o partido de maior crescimento nas bancadas. Durante a década de 1960, antes da ruptura de 1964, o PTB tinha bancada que se aproximava à do PSD.

O processo de industrialização, por sua vez, resultou na elaboração de dois projetos antagônicos de desenvolvimento. De um lado, havia o projeto liberal-conservador, encabeçado pela UDN, pela elite urbana e setores do empresariado. Defendiam a associação com o capital estrangeiro no desenvolvimento da indústria nacional. Carlos Lacerda e a "banda de música" lideravam esse projeto. Não obstante, na criação da Petrobrás, em 1953, defenderam que a empresa fosse monopolista e estatal. O suporte ideológico desse projeto vinha mormente do IBAD e do IPES.

O projeto nacional-desenvolvimentista, por outro lado, pregava maior participação do capital nacional, inclusive por meio de restrição ao fluxo de capitais. Era defendido por trabalhadores e por camadas médicas urbanas, bem como pelo setor nacionalista das Forças Armadas – como demonstra Estillac Leal. O suporte ideológico desse projeto adivinha do ISEB.

Essa realidade interna, de um país que se urbanizava e se industrializada, refletiu-se na política externa. No Governo Dutra, a cruzada anticomunista no plano interno resultou no rompimento de relações com a URSS. No contexto da Guerra Fria, nem mesmo os EUA romperam relações com a potência rival. Ainda, Dutra tentou usar a política externa como instrumento de desenvolvimento. Embora as expectativas tenham sido frustradas, a Missão Abbink e a constante demanda por auxílio norte-americano (um "Plano Marshall" para o Brasil" são evidências desse esforço. No Governo Vargas (1951-54), o presidente tentou retomar a política de barganhas para atender aos anseios da sociedade por desenvolvimento. Em JK, por meio do desenvolvimentismo-associado, pela OPA e pelo envio de missão comercial à URSS, a política externa visou a adequar-se à realidade interna de um país que se industrializava.

A realidade de "um país em movimento", na década de 1960, no governo Jânio e João Goulart, resultou na polarização do Parlamento e formação de bancadas suprapartidárias. De um lado, formou-se a Frene Parlamentar Nacionalista, que defendia o aprofundamento da PEI e o estruturalismo reformista de Goulart. Contava com apoio, sobretudo, do PTB, das Ligas Camponesas e do ISEB. No Congresso, a "ala moça" do PSD e o grupo "Bossa Nova" da UDN concordavam com esse projeto. Por outro lado, formou-se a Aliança Democrática Parlamentar, contrária ao aprofundamento da PEI. O auge dessa polarização ocorreu com a Questão Cubana. A posição de San Tiago Dantas, na política externa, refletiu-se na realidade interna. Com efeito, após a queda de Tancredo Neves, Dantas não logrou ser o Primeiro Ministro. A política externa, nesse contexto, foi de interesse dos cidadãos como nunca antes na história brasileira. O Parlamento foi tomado por discussões acerca das relações internacionais. A PEI, inclusive, foi um dos fatores que contribuiu para a radicalização de 1964, que culminaria no golpe civil-militar. Ao defender a desideologização e a diversificação de parcerias, a PEI centrava-se na busca do desenvolvimento nacional.

No que concerne ao papel das relações bilaterais Brasil-EUA, o excerto de Boris Fausto ilustra a dimensão dessas relações. Durante todo o período da Experiência Democrática, os EUA foram os principais parceiros comerciais e investidores do Brasil. No final dos anos 1930, o alinhamento negociado e a barganha nacionalista de Vargas resultaram na criação da CSN, no reequipamento das forças armadas e na participação de tropas brasileiras na Segunda Guerra. No governo Dutra, acreditava-se, como consequência, na existência de "relações especiais" entre os países. Contudo, a ajuda norte-americana ficou aquém do esperado, o que levou Raul Fernandes a elaborar o "memorando da frustração".

A pressão do Brasil por ajuda norte-americana continuou na década seguinte. Em 1951, na IV Reunião Interamericana, o chanceler Neves da Fontoura adotou postura demandante no aspecto econômico. Os EUA eram percebidos como parceiros

fundamentais para que o Brasil pudesse se desenvolver. No governo JK, a diplomacia buscou ajuda norte-americana. O governo iniciou-se com ótimas relações, como mostra o acordo sobre a base de foguetes em Fernando de Noronha. As demandas brasileiras, no entanto, foram recebidas com frieza pelo presidente Eisenhower. Isso levou JK a articular a OPA, a qual é evidência da crucialidade dos EUA nas relações do período.

A aliança entre Brasil e Estados Unidos também se verifica em convergências em foros regionais e multilaterais. Na Guerra Fria, o Brasil pôs-se do lado do Ocidente. Nesse sentido, integrou o TIAR, o regime de Bretton Woods e a OEA. Nas Nações Unidas, acompanhou o voto dos Estados Unidos quanto à negativa de conceder-se assento permanente à República Popular da China. Mesmo durante a PEI, em que se visou maior autonomia, o Brasil não descuidou das relações bilaterais, como mostra o memorando Dantas-Bell. Os EUA, nesse sentido, foram cruciais parceiros econômicos, em que pese a existência de conflitos no decorrer das relações bilaterais.

A República Liberal, portanto, foi um período de industrialização e de urbanização da sociedade brasileira. Houve conflito entre projetos antagônicos de desenvolvimento, bem como maior reflexo da política externa nas discussões do Congresso. No decorrer do período, houve diversas "fases" nas relações internacionais brasileiras; em todas, no entanto, houve reconhecimento da importância das relações com os EUA.

Arthur Lomonaco Beltrame – 28,50

O período da chamada República Liberal (1945-1964) foi marcado pelo duplo processo de urbanização e industrialização, os quais transformaram, decididamente, a vida econômica e política nacional. Condicionados pela nova realidade mundial emergente da Segunda Guerra, com o aparecimento da Guerra Fria, os novos atores políticos e sociais no Brasil buscavam a implementação daquele que cada grupo pensava ser o melhor projeto para o desenvolvimento do país. Nesse contexto, as relações com os EUA mostravam-se como condicionante determinante, motivando os debates entre nacionalistas e "associacionistas". Ao fim e ao cabo, as dificuldades do sistema político em responder aos novos atores, a polarização política e as dificuldades econômicas conduziriam a diversas crises no período, culminando na solução de força de 1964.

Ao fim da chamada Era Vargas (1930-1945), o país encontrava-se em rápido processo de industrialização e de urbanização da sociedade. Superado o período de restrições políticas do Estado Novo, procedeu-se à reorganização da vida político-partidária do país, nos moldes da Lei Agamenon Magalhães, de 1945, para acomodar velhos e novos atores. Assim, formaram-se partidos políticos que agregariam essas forças e seus distintos projetos de país. Resumidamente, surgiram: o PSD, partido centrista de forças rurais e da burocracia e clientela varguista, notadamente interventores, sendo o maior partido, fiel da balança do jogo político; o PTB, de viés varguista e trabalhista, forte junto ao operariado urbano; a UDN, incialmente uma frente anti-varguista, que passa a tender à direita, composta por classes médias urbanas e profissionais liberais; o PCB, que, no entanto, tem curta duração; e o PSP, mais restrito à São Paulo.

Ao longo do período da República Liberal, os projetos dos diferentes partidos e grupos políticos se tornariam antagônicos, de modo que os períodos eleitorais simbolizavam extremos dessa polarização. Momentos de maior tensão puderam ser identificados quando do suicídio de Vargas; da eleição de Juscelino Kubitschek, seguida da "novembrada" de Henrique Teixeira Lott para garantir sua posse; da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, seguida das resistências à posse de João Goulart, resolvida pelo compromisso da adoção do sistema parlamentarista e, finalmente, no acirramento das tensões políticas no ano de 1964. No entanto, deve-se destacar, como impacto político resultante do processo de urbanização e industrialização, as eleições legislativas de 1962. Será nesse ponto que os partidos de viés mais urbano, PTB e UDN, avançarão no Parlamento, tomando espaço do PSD e acirrando o antagonismo político com a formação da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), mais petebista, e a Ação Democrática Parlamentar (ADP), mais udenista. Destaca-se, nesse processo, a participação de forças mais exaltadas como Leonel Brizola (PTB) e Carlos Lacerda (UDN), assim como mais moderadas, como San Tiago Dantas, Afonso Arinos e Magalhães Pinto.

A polarização política que marca a República Liberal relaciona-se, diretamente, às condicionantes internacionais da Guerra Fria. O objetivo do desenvolvimento permeou, de maneira mais ou menos intensa, a política externa brasileira por todo o período, colocando frente a frente os projetos de cunho nacionalista e os de cunho associacionista. Após as tentativas frustradas de manutenção da "relação especial" com os EUA no imediato pós-guerra, com resultados parcos da Missão Abbink (1948), da CMBEU (1950-1953) e, principalmente, da proposta da Operação Panamericana (OPA) de Juscelino Kubitschek, a política externa brasileira iniciará uma "nova fase" das relações internacionais do Brasil. Ainda que tenha sido iniciada no governo de Jânio Quadros, apoiado pela UDN, a Política Externa Independente (PEI) sofreria fortes críticas udenistas e, rapidamente, estaria no centro dos conflitos políticos, em especial no Parlamento.

O processo de progressiva implementação da PEI, que evoluiu do governo Jânio Quadros ao governo João Goulart, sob o comando, principalmente, de Afonso Arinos e San Tiago Dantas, afetou diretamente os debates políticos nacionais. Nesse cenário, a desideologização e o universalismo pragmático da PEI atingiram os interesses das forças políticas, que a utilizariam de acordo com suas conveniências, dando-lhe a roupagem que fosse para eles interessante. As defesas de exercício de soberania por parte do PTB e de ensaio de "bolchevização" pela UDN colocavam a PEI no centro das desavenças e da polarização política. A chegada definitiva da Guerra Fria na América Latina com a Revolução Cubana e os esforços autonomistas da política externa contrastavam com uma realidade interna que se transformava e se deteriorava cada vez mais rápido. Nesse cenário, forças políticas moderadas não conseguiam fazer prosperar suas ponderações, criando-se um debate ferrenho e inconciliável.

Ao longo da República Liberal, os EUA desempenharam papel crucial em alguns dos principais tópicos, notadamente em relação aos esforços de industrialização do Brasil para seu consequente desenvolvimento e às condicionantes ideológicas do período. Se, no governo Dutra, a espera por auxílio decorrente do Ponto IV do discurso de Truman não se materializou diretamente, tendo resultado no Memorando da Frustração de Raul Fernandes, em 1949, no governo Vargas (1950-1954), o Acordo Militar de 1952 e o apoio à intervenção na Guatemala contra Jacobo Arbenz resultaram em afastamento e atitudes nacionalistas de Getúlio. Em Juscelino, a troca de cartas com Eisenhower faria parte dos esforços para a OPA, importante mecanismo para o desenvolvimento e o afastamento das "ideologias exóticas" da região. Após esses seguidos esforços frustrados, a autonomia universalista da PEI, por sua vez, seria objeto de desconfiança, condicionando ou impedindo as tentativas de pedido de auxílio pelo Brasil. Nesse cenário, a própria Aliança para o Progresso sinalizava a dificuldade de entendimento entre as partes.

A República Liberal (1945-1964) caracterizou-se por grandes transformações no Brasil. O duplo processo de urbanização e industrialização fez surgir novos atores políticos com projetos distintos para o futuro do país e para seu desenvolvimento. Nesse cenário, as transformações internacionais decorrentes da Guerra Fria e as dificuldades de manutenção de uma "relação especial" com os EUA levariam a inflexões na política externa, que, por sua vez, se tornaria alvo de conflitos políticos internos e desconfiança dos EUA.

Joaquim Pedro Strunck da Silva Pinto – 28,50

A República Liberal (1930-1945) surge dos dilemas do Estado Novo que lhe precedeu. À crescente urbanização e industrialização do país correspondia um inchaço das cidades, a precarização do poder de compra dos brasileiros. A complexificação da sociedade urbanizada, por sua vez, refletirá uma política externa crescentemente abrangente. A manutenção da "aliança especial" com os EUA, à época, mostraria-se objetivo frustrado de todos os governos do período, apesar da força ascendente do nacionalismo nas principais cidades do país. Trata-se de período relativamente curto, entre duas ditaduras, marcado por avanços e por recuos em vários sentidos.

No que se refere à industrialização e à urbanização, o CENSO de 1940 já revelava um boom da década de 1930. É, contudo, na República Liberal, nas décadas de 1940, 1950 e começo da de 1960 que a urbanização se acelera e a população brasileira se multiplica. Trata-se de uma urbanização concentrada nas grandes cidades do país, por conta da concentração de oportunidades econômicas em poucos polos. São Paulo dirigia esse processo com a liberação dos capitais da cafeicultura reempregados na indústria. A enorme saída de contingentes do campo deve-se, sobremaneira, a (sic) precariedade do meio rural brasileiro e à sua crescente mecanização, também ligada à industrialização por que o país passava. Há, contudo, ondas marcadas de industrialização que se podem associar a governos específicos.

O governo E.G.Dutra, por exemplo, promove ampla abertura tarifária de (sic) 1945 e 1947, capaz de ampliar a capacidade ociosa da indústria nacional, além de da (sic) início à rodovia Rio-São Paulo e à hidrelétrica de Paulo Afonso. O governo de G.Vargas, por sua vez, dá novo impulso à industrialização-urbanização ao concretizar os projetos da CMBEUA, como o BNDE, ou mesmo a propor a criação da Petrobras. O governo Café Filho, com sua instrução 113 da SUMOC, permitiu vasto afluxo de capitais estrangeiros, que marcariam o Governo Juscelino Kubitisheck (sic). JK contaria, ainda, com capitais não só dos EUA, mas de um Japão e de uma Europa recuperados. O período Jânio Quadros e João Goulart, por sua vez, foi de arrefecimento do crescimento, por crise política e econômica. A marca maior de todo o período, entretanto, seria a da crescente participação do Estado, tanto em inversões diretas, quanto no planejamento estratégico.

A realidade interna de um país que se movimentava do rural para o urbano-industrial, do isolamento para o mundo, reflete-se na complexificação dos debates políticos que se ensaiaram na queda do Estado Novo. Movimentos liberal-cosmopolitas e parcelas das classes médias organizaram-se, no período, sob a UDN, contando com o apoio da aeronáutica (sic) e de outros setores das forças armadas (sic). O PSD, de base estadonovista, aglomerava também forças rurais muito relevantes para a economia do país, e se colocava como fiel da balança na luta política da UDN com o PTB. Este, unia o fiel trabalhismo varguista, parcelas nacionalistas das Forças Armadas e diversos movimentos populares.

A história da política interna brasileira reflete-se nos avanços e recuos da política exterior. A manutenção da liderança do PSD no Parlamento perdurou de 1945 até 1962 e viabilizou as dobradinhas PSD-PTB que elegeram Dutra (informalmente via apoio de Vargas), Vargas, JK e João Goulart (vice-presidente em 1961). A UDN, durante o período, resguardou cerca de 20 a 30% do eleitorado e pôde participar dos governos de Café Filho e, indiretamente e brevemente (sic), de Vargas e Jânio Quadros. À (sic) predominância do nacionalismo na política interna, a despeito do banimento do PCB e dos parcos resultados do BLOC, daria força para uma política externa também nacionalista. Contudo, não se pôde apagar a necessidade de financiamento externo, pois o país estava, desde o Acordo Permanente da Dívida de 1943, sem acesso ao mercado de capitais privados. Este (sic) fato é essencial, porquanto orientou todos os governos a buscar apoio dos EUA, ao menos no início dos mandatos.

A política externa de Dutra, por exemplo, tenta reviver a "aliança especial" Brasil-EUA da Segunda Guerra Mundial. Buscava reproduzir novo ganho de produção, como a CSN representara no Estado Novo. A prioridade dos EUA, no entanto, não estava na América Latina, mas na Ásia e na Europa. A estratégia de "band-wagoning" (sic) pode ser detectada na proximidade cooperativa na Missão Abbink-Bulhões, na fundação da ESG, nos moldes da War College, no apoio à OEA e ao TIAR e às gêmeas de Bretton-Woods. Entretanto, o nacionalismo faz-se presente também, de que são exemplos o "demandismo" no sistema GATT-47 e, a partir de 1949, a heterodoxia de Guilherme da Silveira na Fazenda, apoiando, inclusive, a conformação da CEPAL.

O mesmo dilema entre americanismo e nacionalismo verifica-se em Vargas. A CMBEUA, o apoio à invasão na Guatemala (1954), a tentativa de um ajuste ortodoxo de J.M. Whitaker entre 1951 e 1952, entre outros, revelam-se intentos de aproximação com os EUA. O crescente suporte (sic) de Vargas no trabalhismo nacionalista, contudo, revela-se nas críticas de Estilac Leal e outros militares aos acordos de 1951 (areias monazíticas) (sic) e Militar de 1952 com os EUA; na aprovação da lei de remessa de lucros; e, sobretudo, na heterodoxia econômica do final de seu governo, marcado pelos 100% de elevação do salário mínimo; além do corte de investimentos públicos do Governo Eisenhower.

O breve entendimento do Interregno Café Filho com os EUA, contando, inclusive, com um empréstimo do CityGroup americano, deu início à boa relação de JK com Washington. JK e F.Schmidt chegaram, por exemplo, a apoiar as revoluções na Hungria e na Polônia de 1956, marcas de um americanismo cosmopolita que necessitava de capitais para financiar seu Plano de Metas de rápida industrialização. A necessidade de freios de arrumação anti-inflacionários, propostos pelo FMI e apresentados no Plano Lucas Lopes e Roberto Campos, levaria, no entanto, ao rompimento com aquele órgão. Com investimentos europeus e japoneses, JK sentiu-se à vontade para lançar sua Operação Pan-Americana, com apoio latino-americano, para pedir capitais dos EUA, ademais essenciais para a recuperação do café. A visita de Eisenhower ao Brasil, em 1960, reataria as relações Brasil-EUA.

O ensaio de maior autonomia da OPA revelaria a possibilidade de manter-se um pouco mais afastado dos EUA, mesmo que dentro do campo ocidental da Guerra Fria. A Política Externa Independente, de J. Quadros e João Goulart (sic) deu-se no sentido de universalizar as relações exteriores do país, aprofundando as relações econômicas com o bloco soviético, o que atendia aos anseios nacionalistas do eleitorado do PTB que crescia. Os limites econômicos e geoestratégicos da PEI, contudo, revelaram-se na tentativa de J. Quadros de ajustamento econômico (SUMOC 204) e de J. Goulart (Dantas-Bell e Plano Trienal). O próprio apoio dos EUA à queda de J. Goulart também revela os limites externos dessa estratégia, ao mesmo tempo que denota crescente imposição interna do cosmopolitismo e, sobretudo, do anticomunismo, centro nevrálgico da campanha pela queda de 1964.

Lawrence Benaventana Póvoas – 28,50

A instauração da República Liberal (1945-1964) no Brasil, com o fim da Era Vargas (1930-1945) e a promulgação da Constituição Federal de 1946 — de figurino liberal —, inaugurou uma nova fase da realidade política, social, econômica e de política externa na história do Brasil. A crescente industrialização, o rápido processo de urbanização da sociedade e a dinâmica realidade interna de um país em movimento relacionaram-se significativamente à política externa brasileira do período, inclusive no que concerne o papel crucial das relações do Brasil com os EUA.

A República Liberal inicia-se pela eleição do general Gaspar Dutra (1946-1950) como Presidente da República, na esteira das eleições para a Constituinte. Sua candidatura pelo PSD contou com o apoio, mesmo que tardio, do deposto Getúlio Vargas, que contava com as forças ligadas ao trabalhismo, em seguida aglomeradas pela segunda legenda partidária getulista — o PTB —, e até mesmo dos setores comunistas ligados ao sindicalismo, no seio do movimento "queremista", que buscou lançar Getúlio como candidato. Nesse contexto, Dutra assume a presidência em um momento de efervescência político-partidária e de crescentes demandas econômicas e sociais. A legalização do PTB e, inclusive, o bom desempenho eleitoral do partido juntou-se a greves estimuladas por sindicatos e operários afetados pelo custo de vida sem aumentos salariais. Na política externa, Dutra caracterizou-se pelo que Gerson Moura chamou de "alinhamento automático" aos EUA, ligado à percepção de que a participação brasileira ao lado do esforço aliado na II GM (1939-1945) concederia ao Brasil um status de aliança privilegiada para obter recursos para a continuação do desenvolvimento brasileiro. Não obstante, esse "alinhamento sem recompensas" não rendeu os frutos esperados, o que não impediu a instrumentalização da política externa, na lógica de fronteiras ideológicas, especialmente após a Doutrina Truman (1947), na política interna. Nesse sentido, Dutra reprime elementos comunistas, pressiona pela colocação do PCB na ilegalidade (1947), rompe relações diplomáticas com a URSS (1947) e segue a orientação de Washington na política externa, como no voto pelo não reconhecimento da República Popular da China, após o triunfo de Mao, em 1949.

O segundo governo do período viu a volta ao poder de Getúlio Vargas (1951-54) pelo voto popular, com forte apoio das forças dinâmicas do trabalhismo industrial. Influenciado pelo nacional-desenvolvimentismo, coloca em prática uma política de "barganha nacionalista", em que tentará reeditar, em algum medida, a "equidistância pragmática" exitosa no contexto bem diverso da II GM. Nesse sentido, tomará medidas que ora o aproximam do nacional-desenvolvimentismo e o nacionalismo de esquerda, ora do liberal-conservadorismo da UDN de direita, marcado, sempre, pelo contexto interno de industrialização e urbanização. Assim, assina, em 1952, tratado de cooperação militar com os EUA para renovar o equipamento e o treinamento bélico das Forças Armadas; em sentido contrário, nega o pedido dos EUA por envio de tropas e participação na Guerra da Coreia. No plano econômico, promove internamente a campanha pela nacionalização do petróleo sob monopólio da Petrobrás, contrariando interesses dos EUA; prestigia, porém, o apoio dos EUA no âmbito da Comissão Mista (CMBEU) a financiamentos do Eximbank em prol do desenvolvimento industrial e de infraestrutura. Na política externa comercial, por fim, limita a remessa de lucros de empresas estrangeiras, para grande desagrado dos EUA e institui a Instrução 70 da SUMOC para controlar o câmbio e proteger as indústrias nascentes no projeto nacional-desenvolvimentista.

O trágico suicídio de Vargas é seguido pelo breve governo Café Filho, seu vice, que institui a Instrução 113 da SUMOC, favorecendo a entrada de capital estrangeiro — especialmente dos EUA — no país. A importância da medida será percebida no próximo governo que marca o período: a ascensão à presidência de JK (1956-1961), em cujo governo a política externa é definitivamente voltada para o aprofundamento do projeto industrializante. Nessa perspectiva, JK promove a entrada maciça de capitais estrangeiros para financiar os projetos de seu ambicioso Plano de Metas. Paralelamente, lança, como principal medida de política externa, a Operação Pan-Americana (OPA). Em carta ao presidente norte-americano Eisenhower, JK lança uma proposta inovadora que busca equacionar os apelos por desenvolvimento econômico e industrial dos governos anteriores e a lógica da guerra fria de contenção do avanço comunista na região. Dessa forma, a OPA seria uma espécie de Plano Marshall para as Américas, promovendo o desenvolvimento regional como forma de afastar influências comunistas e antidemocráticas do continente. A fria recepção por Washington e o malogro da proposta levam JK a priorizar a busca de novas relações, para além do eixo pan-americano sob a égide dos EUA, o que serve de ponto de partida para o último período.

Os governos de Jânio Quadros e, posteriormente, João Goulart podem ter sua política externa independente (PEI—1961-1964) analisados nesse contexto de busca por maior autonomia para o processo de desenvolvimento, industrialização e busca de soluções para uma sociedade crescentemente urbanizada. Nesse sentido, a PEI substitui a centralidade absoluta dos EUA como eixo orientador da política externa brasileira, pregando o universalismo das relações brasileiras e a implantação do paradigma Norte-Sul, que separava os ricos industrializados e os subdesenvolvidos em busca do aprofundamento da industrialização desenvolvimentista. A nova política, iniciada ainda no breve governo de Jânio, por seu chanceler Afonso Arinos (conservador, ligado à UDN, aliás), foi instrumentalizada por todos os setores da sociedade — Forças Armadas, Parlamento, mídia e pelos próprios presidentes — como forma de apaziguar setores importantes na política eleitoral, tudo em um contexto de crescente polarização em todas as esferas, setores e instituições. Nessa perspectiva, mesmo na PEI de Jânio e Jango (Santiago Dantas e Araújo Castro de chanceleres) esteve condicionada às limitações impostas pelo papel crucial das relações Brasil-EUA. Dessa forma, as medidas independentistas, como o restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS (1963) e abstenção na questão Cubana (1962) influenciaram a radicalização e o fim da experiência democrática da República Liberal.

Pior resposta – 20,10

A República Liberal (1945-1964) já caracterizada pela polarização ideológica, entre os projetos nacional-estatista e o liberal-conservador. Apesar disso, ambos ambicionaram um fim comum, o desenvolvimento; o que diferiam eram os meios. Nesse contexto, cabe discorrer acerca da relação entre a realidade interna, marcada por crescente industrialização e a urbanização da sociedade e a inserção internacional do Brasil, a qual ansiava por recursos para seu desenvolvimento interno.

Embora o processo de industrialização já houvesse sido iniciado anteriormente, inclusive no que concerne à indústria de base do aço (CSN), energia (como a hidrelétrica Chesf) e a mineração (Vale do Rio Doce), marcas da Era Vargas (1930-1945) e consideradas frutos das relações Brasil-EUA, o período seguinte (1945-1964) aprofunda essa dimensão. JK simbolizou essa tendência, com seu Plano de Metas, o qual visava a elevar a quantidade de indústrias de bens duráveis (por meio do capital privado estrangeiro) e das indústrias de base (capital estatal), prioritariamente em energia e transportes, mas não exclusivamente, além da construção de Brasília. Consequência disso foi o aumento da classe operária, o êxodo e a intensificação da urbanização é sintomático disso o fato de o PTB, inicialmente terceiro maior partido, ter majorado sua importância e, na década de 1960, ter sido alçado à condição de segundo maior partido, uma vez que era associado ao eleitorado urbano e trabalhador (como os operários). O PSD (associado aos latifundiários) manteve-se como o maior partido e fiel da governabilidade; porém reduziu sua expressividade, ao longo do período 1945-1964.

A política interna do governo Dutra privilegiava, assim como Vargas, o desenvolvimento do país, mas por outros meios. Sua política externa, vetor de oportunidade para as necessidades internas, alinhou-se ideologicamente e de forma automática aos EUA, na tentativa de obter os mesmos frutos que Vargas tinha logrado para o desenvolvimento nacional. Em contrapartida, a realidade internacional era pouco generosa, no governo Dutra, para que se abrisse essa margem. Enquanto no governo Vargas prévio, foi possível barganhar com a Alemanha e os EUA, receber armamentos através do Lend-and-Lease, ter bases militares reformadas, obter financiamento para a CSN e prestígio na paz (ONU), era impossível que Dutra ensaiasse um caminho do meio entre os EUA e a URSS, em contexto de Guerra Fria. Dessa maneira, Dutra não obteve os capitais públicos norte-americanos que demandou, pois a atenção dos EUA estava, igualmente, voltada para a fronteira com o comunismo (Europa e Ásia). Além disso, Dutra não conseguiu o aval dos EUA para a reforma de mais bases militares, embora, em seu governo, o Brasil tenha votado alinhadamente aos EUA na ONU, tenha consentido com a instituição do TIAR e da OEA, sujeitando-se à esfera de influência norte-americana, e tenha adotado uma retórica anti-comunismo, no plano interno (inclusive o TSE cassou o registro do PCB). O chanceler de Dutra, Raul Fernandes, não obstante fosse pró-Estados Unidos, percebeu, assim como Oswaldo Aranha perceberia, na ONU, que os votos alinhados aos EUA não estavam rendendo frutos e, no final do mandado, enviou carta, conhecida como o Memorando da Frustração, ao lamentar o não recebimento de recursos financeiros. Assim, o resultado concreto, embora vago, obtido com a insistência brasileira, foi a institucionalização da comissão mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), a qual começou a funcionar no governo Vargas.

O governo Vargas (1951-1954) foi caracterizado por extrema polarização, a qual teve reflexos em sua política externa. Enquanto tinha ministros nacionais-estatistas como Goulart, no ministério do trabalho, também possuía aqueles afetos ao projeto liberal-conservador. Por isso, houve simultaneamente, atritos com os EUA (com a lei que limitava a remessa de lucros) e alinhamento. Como seus chanceleres (Raul Fernandes e João Neves da Fontoura) eram simpáticos a posição pró-EUA, sua política externa foi mais parecida com a do governo Dutra do que com a do governo de 1930-1945. Exemplo disso é o voto favorável brasileiro à deposição de Jacobo Árbens, na Guatemala, pelos EUA, por ter estatizado empresas de capital estadunidense (o que revelava o quão perigoso era seguir o projeto nacional-estatista), além do acordo militar de 1951, o qual previa a venda de minerais estratégicos, em troca da compra de armamentos usados. Como o último não previa transferência de tecnologia, o oficial Estilac Leal, defensor da maturação tecnológica pelo Brasil, para atingir o desenvolvimento, demitiu-se. A CMBEU previu áreas prioritárias para investimentos, mas com valor substancial (mais de US$40 bilhões) advindos do capital nacional e, apenas, US$380 milhões dos EUA. Apesar de o Brasil ter criado o BNDE e elaborado o Plano Lafer, para o recebimento e a aplicação dos recursos, menos da metade daqueles provenientes dos EUA foram, de fato, concretizados, pois Eisenhower, recém-eleito, extinguiu, unilateralmente, a CMBEU. Adicionalmente, a demissão de Fontoura foi atritosa, pois denunciou um suposto Pacto ABC entre Perón e Vargas, o que não agradaria aos EUA, os quais temiam uma república sindicalista, nem, tampouco, às alas conservadoras do Brasil. Vargas não havia endossado a proposta peronista, mas a imprensa majoritariamente contraria a Vargas (ex: Carlos Lacerda) acirrou as críticas. A isso somou-se o aumento do salário mínimo de 100% de Goulart, o que ensejou a oposição formalizada pelo Manifesto dos Coronéis. O episódio na Toneleros e o Carnaval da Tristeza marcaram o fim da pessoa de Vargas. Mas não do varguismo. Durante o Carnaval da Tristeza, houve depredações a representações diplomáticas e empresas norte-americanas, bem como manifestações urbanas pró-nacional-estatismo. O governo do presidente, Café Filho, adotou política externa novamente alinhada aos EUA.

A polaridade interna ensejou um golpe preventivo de Lott, para efetivar a posse de JK. Seu governo iniciou-se com estabilidade, devido à aliança PTB-PSD. A demonstração da crescente relevância do PTB ocorreu com a obtenção de mais votos para Goulart. Assim como os anteriores, JK busca o desenvolvimento, inicialmente, alinhando-se aos EUA, de que é exemplo a concessão da base para os EUA lançarem foguetes. Entretanto, a Guerra Fria passava por contexto inédito, a partir da Conferência de Bandung e a oportunidade apresentada pelo neutralismo. Nessa circunstância, a política externa de JK passa por guinada mais reivindicatória (um prelúdio para a PEI). A proposta da Operação Pan-Americana, elaborada por Frederico Schmidt, associa a pobreza e o subdesenvolvimento às ideologias exógenas, assim, requisita a ajuda ao desenvolvimento, para prevenir a ameaça comunista. O plano visava a abarcar toda a América Latina e recebeu o apoio de Frondizi, embora resistências de outros países, em contexto de antiamericanismo, reiterado pelos protestos contra a visita de Nixon. Os EUA reagiram à proposta atribuindo maior importância à segurança e fatiando as ideias econômicas no Comitê dos 21, na OEA. Em sua primeira reunião, os EUA enfatizaram que não haveria Plano Marshall para a América Latina. Contudo, quando Cuba tornou-se socialista, em 1961, os EUA vislumbraram a pertinência da OPA, dando origem à Aliança para o Progresso (a qual só concedera recursos para governos não ameaçadores, como Lacerda, quando foi governador de estado), além do Banco Internacional do Desenvolvimento e a ALALC (a qual também era defendida pela CEPAL). Assim, embora os EUA tivessem sido contrários à própria criação da CEPAL, o discurso da segurança em detrimento do desenvolvimento passava a ser um pouco mais equilibrado, pelo menos nesse momento.

Os governos Jânio e Jango representavam o início da Política Externa Independente (PEI), a qual motivou a insustentabilidade dos dois, de alguma maneira, internamente. A busca pelo neutralismo rompia o alinhamento automáticos aos EUA. São ilustrativos disso a missão comercial à China, as condecorações a Che Guevara e a Iuri Gagarin, no governo Jânio; a retomada das relações diplomáticas com a URSS (com quem o Brasil já havia restabelecido as relações comerciais, no governo JK) e a aproximação ao Leste Europeu. A encampação de empresas estadunidenses pelo governo estadual de Brizola, sua campanha pela legalidade também foram fatores que contribuíram para o fracasso de recursos substanciais pelo Acordo Bell-Dantas. O decreto da reforma agrária e a guinada à esquerda de Jango fizeram que os EUA e a CIA patrocinassem instituições como o IBAD e produzissem a Operação Brother Sam, que interviria no Brasil se tivesse havido resistência ao golpe de 1964.

Questão 2

Duas correntes irreconciliáveis [...] a primeira levou-nos à África em busca de escravos para satisfazer as necessidades crescentes do nosso desenvolvimento agrícola [...] a segunda [...] afastou-nos da África por causa da insistência inglesa na abolição do comércio de escravos [...]. Este conflito entre necessidades nacionais e exigências inglesas foi a verdadeira essência da nossa história durante os primeiros cinquenta anos do século 19.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África*: outro horizonte. 2. ed., 2 vols. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964, p. 115, com adaptações.

Devo confessar que nada do que aconteceu traz à minha mente qualquer outra impressão senão a de que o governo brasileiro sentiu que o Brasil é impotente para resistir à pressão da Grã-Bretanha.

PALMERSTON a Hudson, Londres, 15 de outubro de 1850. *In: Notes on Brazilian Questions*. CHRISTIE, W. D. Cambridge: Cambridge University Press, 1970, p. 193, com adaptações.

O Brasil foi capaz de conduzir a disputa de uma forma que lhe era favorável e terminar por romper relações diplomáticas com a Inglaterra. Com esse lance, esgotou-se momentaneamente o repertório de medidas contra o governo imperial brasileiro. Sem poder ir além (o que só poderia significar uma invasão, ainda que temporária, do território brasileiro) em retaliações contra o governo imperial e tendo contra si a decisão de arbitragem internacional em relação ao conflito, o governo britânico viu-se na contingência de, na primeira oportunidade, buscar o reatamento das relações diplomáticas. Para o Brasil, a questão Christie significou pôr as cartas na mesa e deixar claros os limites da pressão inglesa.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai*: escravidão e cidadania na formação do Exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 46, com adaptações.

Considerando os excertos apresentados, que ilustram a influência britânica na política luso-brasileira do século 19, redija um texto dissertativo a respeito das relações da monarquia brasileira com a britânica, no período pré-independência até a década de 1870. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) a herança lusitana da política externa brasileira;

b) a pressão britânica pelo fim do tráfico de escravos; e

c) as causas do rompimento e do reatamento das relações diplomáticas anglo-brasileiras na década de 1860.

Extensão do texto: até 90 linhas.
Valor: 30 pontos.
Média: 23,73 (total); 24,63 (ampla); 21,02 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 4,024 (total); 3,988 (ampla); 3,004 (cotas/PNE)

Luis Felipe Yonezawa Fernandes – 30,00

Do período pré-independência até a década de 1870, as relações entre as monarquias brasileira e britânica foram fundamentais para o Brasil. Conquanto aparentem indicar, homogeneamente, a impotência do Brasil ante seu maior parceiro comercial no período, como indica o discurso de Lord Palmerston, a realidade é que o governo imperial empreendeu uma série de iniciativas com vistas a esclarecer que não havia subserviência entre os Estados. Essa pretensão tornou-se evidente na Questão Christie, em 196319, e o subsequente rompimento de relações diplomáticas até 1865, mas já havia sido prenunciada em medidas anteriores mesmo à Independência, em 1822. A análise do período, portanto, desvela, de um lado, dependência econômica e política, e, de outro, esforços por maior autonomia.

A dependência de Portugal para com a Inglaterra era longeva e seguiu presente após a transmigração da Corte, em 1807-08, para os trópicos. A historiografia registra o vínculo entre as monarquias europeias desde a Restauração Portuguesa, em 1640, quando Portugal fiou-se da influência político-militar e econômica inglesa para separar-se da União Ibérica; a dependência lusitana, todavia, intensificar-se-ia marcadamente a partir da celebração do Tratado de Methuen, em 1703. No contexto da invasão de Junot a Portugal, em 1807, foram os ingleses que avalizaram a segurança e o êxito da transmigração da Corte ao Rio de Janeiro. A fatura de toda essa dependência política e econômica veio na forma de exigências comerciais benéficas aos ingleses – os quais buscavam avidamente o acesso a novos mercados, após a Revolução Industrial e o Bloqueio de Berlim (1806) – e de uma influência política incontornável do representante inglês no Brasil, Lord Strangford.

Em virtude da insatisfação inglesa em relação à abertura dos portos às nações amigas de 1808, patrocinada pelo Visconde de Cairu, celebrou-se, em 1810, um conjunto de tratados que conferiam vantagens expressivas aos ingleses. O Tratado de Aliança e Amizade previa o acesso de súditos britânicos ao Brasil, a tolerância religiosa e a figura do juiz conservador, além de disposições restritivas ao tráfico de escravos; o de Comércio e Navegação outorgou aos ingleses alíquota aduaneira de 15%, acrescida de cláusula de nação-mais-favorecida, o que permitiria o influxo intenso de produtos manufaturados ingleses no Brasil, em condições mais competitivas, em um primeiro momento, até do que os produtos lusitanos. Politicamente, Strangford atuou de sorte a frustrar as pretensões de Carlota Joaquina e de D. João VI na Primeira Intervenção na Banda Oriental, entre 1810 e 1811. Não obstante, verificam-se tentativas joaninas de ganhar certa autonomia, vis-à-vis a Inglaterra, a saber: a Segunda Intervenção na Banda Oriental, entre 1816 e 1821, desta vez exitosa; o estabelecimento do Reino Unido de Portugal, Algarves e Brasil, em 1816, mediante sugestão de Talleyrand no Congresso de Viena; e mesmo as missões artísticas e científicas francesa e austríaca, bem como o casamento de D. Pedro com Dona Leopoldina.

---

[19] Foi um equívoco: pretendia escrever 1863.

Ao lograr a Independência, em 1822, o Brasil permaneceu adstrito a fortes laços de dependência para com a Inglaterra, em continuidade histórica da herança lusitana. A despeito de uma tentativa inicial de maior autonomismo, quando da gestão de José Bonifácio no Ministério da Guerra e dos Estrangeiros, a influência inglesa logo fez-se sentir. A Missão Caldeira Brant não atingiu resultados significativos, e os ingleses não apenas mediaram o reconhecimento por Portugal – na figura do delegado Charles Stuart – mas também negociaram o Tratado de 1827 com o Brasil, ambos exemplos de medidas draconianas para o Estado nascente. Decorreu que o Brasil assumiu, na prática, a dívida externa lusitana para com os ingleses, ao pagar-se a soma de 2 milhões de libras esterlinas a título de indenização. Ademais, o Convênio de 1827 estendeu a vigência do conteúdo do Tratado de 1810 – tarifa alfandegária de 15% e nação-mais-favorecida – por 15 anos, submeteu o Brasil ao regime do Tratado de 1817 entre Portugal e Inglaterra, que previa o direito de visita e apresamento em relação a navios negreiros, e consubstanciou o compromisso brasileiro de proibir o tráfico de escravos em três anos.

O engajamento britânico em favor da proibição do tráfico de escravos decorria de razões políticas e econômicas, e assumiu assertividade crescente entre 1810 e 1850. O art. X do Tratado de 1810, firmado com Portugal, restringira o tráfico transatlântico às possessões portuguesas na Costa da Mina e às regiões de Cabinda e Molembo; o Tratado de 1815 proibira o tráfico ao norte da linha do Equador; o de 1817 consubstanciara, como supramencionado, o direito de visita e apresamento. As causas dessa empreitada diplomática foram não apenas assegurar a circulação de capitais e pôr fim a um modelo produtivo incongruente com o liberalismo e a Revolução Industrial, como se sói apontar: devem-se, também, a pressões de grupos humanitários sobre o Parlamento inglês. Assim, a política de pressão perpetuou-se com o Brasil. Ante a ineficácia da Lei Feijó, editada em 1831 para dar cumprimento ao Tratado de 1827, a Inglaterra editou unilateralmente o Bill Aberdeen (1845), apresando e afundando diversos navios negreiros. As tensões atingiram seu paroxismo no quinquênio subsequente, a exemplo do Incidente do Forte de Nossa Senhora dos Prazeres de Paranaguá, de 1850, em que o navio britânico HMS Cormorant trocou hostilidades com uma fortaleza litorânea brasileira. Diante da escalada de tensões, o gabinete saquarema houve por bem aprovar a Lei Eusébio de Queiróz (1850), proibindo o tráfico internacional, sem, entretanto, proscrever o interprovincial ou abolir a escravidão. A esse ponto, ademais, o mercado de demanda por mão-de-obra escrava – especialmente a cafeicultura no Vale do Paraíba – já estava bem aprovisionado de escravos, que haviam entrado em massa nas décadas anteriores.

O exemplo mais conspícuo do desejo por autonomia no Segundo Reinado foi, seguramente, a Questão Christie. Após os reclames do representante inglês por indenização pela carga de um navio britânico naufragado em SC e sua irresignação diante da prisão de dois marujos ingleses no RJ, D. Pedro II anui em efetuar a compensação pecuniária, mas insiste que o "pedido de desculpas" formal pela pressão dos súditos ingleses fosse levada a arbitramento internacional. Tal ocorre e, por decisão do árbitro, o rei belga, declara-se vitorioso o Brasil na lide. Como indica Ricardo Salles na epígrafe, a Inglaterra recusou-se a cumprir o laudo arbitral e, vendo-se atada, rompeu relações diplomáticas com o Brasil. As relações permaneceriam rompidas até 1865, quando, no contexto da Guerra do Paraguai, foram reatadas: para os ingleses, normalizavam-se as relações sem prejuízo à sua imagem orgulhosa internacional; para o Império Brasileiro, retomava-se o contato formal com sua maior parceira comercial e evitava-se, preemptivamente, antagonismos ingleses eventuais à Guerra da Tríplice Aliança.

O período subsequente assistiria à crescente proeminência dos Estados Unidos da América como parceiros centrais do Brasil, eventualmente minando a influência inglesa. A relação conturbada entre as monarquias, do pré-Independência à Guerra do Paraguai, e sua tensão intrínseca entre dependência e autonomismo representaram as dificuldades de se equilibrar a herança lusitana com as aspirações de autodeterminação.

Luiz Carlos Keppe Nogueira – 29,50

O Brasil herdou grande parte do legado da "aliança inglesa" estabelecida por Portugal, o que ocorreu, majoritariamente, em dois planos: o político e o jurídico. No plano político, o período pré-independência foi marcado pela predominância da influência da facção anglófila de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a qual ficou evidente no estreitamento das relações representado pelo apoio inglês à intervenção de D. João na Guiana Francesa, após a transferência da Corte. No plano político, a época pré-independência teve como marcos a assinatura dos Tratados de Navegação e Comércio e de Aliança e Amizade, em 1810. O primeiro estabeleceu a livre-entrada de produtos ingleses, com a taxa alfandegária de 15%. O segundo firmou o compromisso português de cooperar com o fim do tráfico de escravos, posteriormente complementado pelo Protocolo de 1817, que estabeleceu tribunais binacionais e regulamentou o apresamento de navios negreiros pela marinha inglesa. Após a independência, a herança política lusitana mais evidente foi a prevalência dos interesses dinásticos de D. Pedro I, influenciado pelo "gabinete secreto" de portugueses como o "Chalaça", nas negociações para o reconhecimento. Após a demissão de José Bonifácio e o fechamento do Congresso, as negociações resultaram em grandes concessões em troca da manutenção tácita de D. Pedro como herdeiro ao trono. Posteriormente, autorizou-se o uso de dinheiro público para intervenção na disputa pelo trono contra D. Miguel. No âmbito jurídico, a herança decorreu da aceitação, pelo Brasil, da renovação dos tratados de 1810. O comércio internacional brasileiro somente se libertaria, em 1844, das amarras alfandegárias impostas pelos acordos de 1827 e 1828, que, em grande medida, reafirmaram os termos dos de 1810. Pode-se mencionar como heranças lusas, ainda, os conflitos geopolíticos no Prata, os quais resultariam na criação do Uruguai, sob mediação do representante inglês Posonby.

A Inglaterra fez forte pressão em favor do fim do tráfico de escravos, por motivos que iam da influência do cristianismo humanitário no parlamento aos interesses comerciais e industriais. O acordo de Aliança e Amizade (1810) e seu protocolo adicional, como já mencionado, estabeleceram a cooperação para o fim do tráfico, reforçada pelos tribunais criados em Freetown e Rio de Janeiro. A ata do Congresso de Viena previu, ainda, o fim do tráfico ao norte do Equador. Por acordo de 1826, o Brasil se comprometeu a acabar com o tráfico três anos após a ratificação, e aceitou a competência dos tribunais binacionais. A lei Feijó, de 1831, tinha o objetivo expresso de concretizar os compromissos estabelecidos com os britânicos. Após queda inicial da entrada de negros escravizados, no entanto, estabeleceu-se um pacto entre a sociedade – o pecado original da ordem política e jurídica nacional, segundo Alencastro – para desrespeitar a lei. Na época, o emprego de mão-de-obra escravizada por ampla parcela da população viabilizou o consenso para se ignorar as determinações de que os negros que entrassem ilegalmente deveriam ser considerados livres – essa lei seria usada no final do século, por Luís Gama, para promover libertações. O desrespeito à lei de 1831 levou a Inglaterra a ampliar as pressões sobre o Brasil, o qual, na década de 1850, denunciou os acordos precedentes e declarou-se desobrigado a cooperar para o fim do tráfico. A Inglaterra respondeu com o Bill Aberdeen, o qual atribuía competência aos navios ingleses para apreender os navios negreiros em qualquer território oceânico. O Brasil protestou, afirmando que não reconhecia a competência inglesa e mobilizando parlamentares da Inglaterra. Isso não impediu, no entanto, o acirramento das tensões, os quais alcançaram seu ápice com a troca de tiros entre forte brasileiro e navios da armada britânica. As tensões bilaterais prejudicaram os projetos do Brasil para o Prata, onde Rosas ganhava influência. Desse modo, o governo conservador encabeçado por Eusébio de Queiroz e pelo Visconde do Uruguai priorizou o fim do tráfico – o qual interessava, ainda, à parte das elites endividada com os traficantes. Lei de 1851, nomeada "Lei Eusébio de Queiroz", pôs fim efetivo ao tráfico, ao criar tribunais especiais para julgamento, com penas como a expulsão de traficantes. Os compradores, julgados pelo tribunal do júri, eram absolvidos. A lei em questão melhorou as relações com a Inglaterra, porém não impediu deterioração nas décadas de 1860. Viabilizou-se, no entanto, a política de intervenção contra Rosas e Oribe.

Segundo os termos de Tucídides, podem-se dividir as causas do rompimento entre Brasil e Inglaterra entre causas subjacentes e causas imediatas. As causas subjacentes estão relacionadas ao que Cervo denominou "prepotente tradição diplomática palmersoniana". De fato, a imposição inglesa nos incidentes da época reduziu a margem de ação do Brasil. As causas imediatas foram os conflitos envolvendo dois navios britânicos. O primeiro conflito resultou da prisão de marinheiros ingleses embriagados, o que foi considerado um insulto. O segundo deu-se no contexto do afundamento do navio cargueiro Prince of Wales, seguido do que os britânicos consideraram um saque de mercadorias. A imposição inglesa transformou discordâncias pontuais em grave crise diplomática. Exigiu-se a participação nas investigações sobre o afundamento e o suposto saque, bem como o pagamento de indenizações por parte do Brasil. Diante da negativa brasileira, a Inglaterra bloqueou o porto do Rio de Janeiro. O Brasil, então, pagou o valor exigido e, em seguida, cortou relações. O sentimento anti-inglês ganhou a população, como exemplificado pelos ataques às legações do país. Essa foi a questão Christie, nomeada segundo o representante que tomou as decisões mencionadas. Com a partida de Christie e a substituição de Palmerston, criaram-se condições para o reatamento. A decisão arbitral do rei favoreceu o Brasil. A soberana inglesa, desse modo, determinou que o representante de seu país em Buenos Aires transmitisse pedido de desculpas a D. Pedro II. Embora a indenização inicialmente requerida pelo Brasil em função do bloqueio não tenha sido paga, a questão foi superada. Conflitos menores ocorreriam na década de 1860, como o da divulgação inglesa dos termos do Tratado da Tríplice Aliança, mas a cordialidade predominou na relação. Ainda que não prosperem as teses revisionistas de Chiavenato e Pomer a respeito da parceria entre Brasil e Inglaterra para destruir o Paraguai, a retomada das relações possibilitou a compra de armas inglesas pelo Estado brasileiro.

Joaquim Pedro Strunck da Silva Pinto – 29,50

As relações da monarquia brasileira com a britânica, hegêmona do sistema internacional, à época do século XIX (sic), é marcada pela permanente tensão, sobretudo no que se refere às questões da escravidão e de comércio, mas também por importantes aportes de capitais para empréstimos e, ao final do século, em forma de investimentos diretos. No que se refere à herança lusitana, pode-se usar a ideia de "diplomacia da fraqueza" (R.Ricupero) para demonstrar como o Brasil, tal qual Portugal, buscará, caso a caso, negociar sua associação a Londres. A dura vitória dos anglófilos de Dom R. Sousa Coutinho, na Corte de D. João VI regente, permitiu a Transmigração, o domínio de Portugal (Lord Baresford) e os Acordos Desiguais de 1810. As negociações tripartites da independência, por sua vez, legaram o bloqueio das relações com África lusa, a promessa de fim do tráfico e a assunção da dívida externa portuguesa.

Do lado positivo dessa herança, pode-se pensar na inigualável estrutura da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, separada da Secretaria da Guerra à época de J. Bonifácio. Independente, o Brasil pôde contar com estrutura burocrática experimentada de muitos "enraizados" na antiga colônia. As missões de reconhecimento enviadas nos anos que se sucederam ao 7 de Setembro são prova disso. Pense-se na estrutura diplomática que permitiu as missões Correa da Câmara ao Prata, Silvestre Rebelo aos EUA ou Ponte Ribeiro à Espanha. Mesmo os canais de Dom Pedro I com a City Londrina (sic) devem ser entendidos como importante legado para a estruturação do país e, sobretudo, para impedir sua depuração nas regências.

Do lado negativo, deve-se pensar, como destaca F. Doratioto, que as rivalidades ibéricas também foram herança lusitana na política externa pátria. No pré-independência, D. João VI revida Napoleão (sic) com a tomada de Caiena (1809-1817) e, mais que nada, dá corpo ao mito da Ilha Brasil ao conquistar, por duas vezes, a Banda Oriental, até incorporá-la. No mesmo sentido, a Guerra Cisplatina, fundamental para explicar tanto a Revolução do 7 de Abril, quanto as tensões permanentes no Prata até a Guerra Oribe-Rosas (1851-1852), deve ser entendida como herança da política de rivalidade ibérica.

No que se refere à questão do tráfico, cumpre destacar que, grosso modo, o período 1800-1850, para a diplomacia britânica nas Américas, é marcado pela diplomacia das canhoneiras. Em 1815, Portugal e Reino Unido fazem tratado pela proibição do tráfico ao norte do Equador. Em 1817, o Reino Unido segue impondo sua agenda, como dívida pelos custos da Transmigração, e impõe a Portugal o direito de visita e arresto dos navios, agora julgados pelas "comissões mistas" de Serra Leoa, Londres e Rio de Janeiro. Com os tratados da Independência (1826), expandem-se a proibição do tráfico e os direitos de visita ao sul do Equador, o que seria confirmado pela Lei Feijó (1831) internamente, punindo traficantes e receptores. A lei inicialmente funciona, mas o boom do café no Vale do Paraíba, a partir da década e 1830, permite vistas grossas de um Governo que dependia de rendas de exportação para se financiar contra os vários movimentos rebeldes até 1845.

Claro que a imposição britânica de todos esses tratados era nutrida por motivos econômicos, mas é a campanha humanitária o principal mote da política externa antitráfico de Londres, como comprovam A.Hoschchild e B. Mamigoniam (sic) em distintas pesquisas. O Reino Unido abole o tráfico em 1808 após ampla campanha Quacker religiosa. Em 1833, abole de vez o tráfico em suas colônias e a escravidão, após destacada revolta Quacker na Jamaica. A partir daí, o antitráfico torna-se agenda direta da política interna e externa de modo ainda mais agressivo. Nesse contexto econômico-comercial e humanitário, Londres começa a reclamar da negativa brasileira de renovar os tratados de 1826.

O Brasil queixava-se das baixas tarifas impostas e entende que, desde 1842, tem autonomia para não seguir os títulos de 1826. Em 1844, data de expiração para Londres, o Rio de Janeiro passa a Tarifa Alves Branco, confirmando o abandono daqueles tratados. Em 1845, subcomissão do Conselho de Estado confirma que as obrigações decorrentes dos tratados de 1815, 1817, confirmadas em 1826 (sic) tinham expirado. Com a nítida sensação de que o Brasil voltaria a traficar oficialmente, Londres passa, em seu ordenamento interno, a Bill Aberdeen, permitindo apresamento de navios negreiros, revivendo os tratados de 1826 unilateralmente. O Parlamento brasileiro revive o projeto Caldeira Brant (1837) em 1848 para tentar liberar receptores de escravos de penas de pirataria, o que leva à rígida aplicação da caça de navios brasileiros, inclusive em águas interiores, sobretudo após 1849, quando a frota inglesa do Prata se libera de Rosas. Incidentes violentos e até a morte de um súdito britânico em Paranaguá apressam o Império, e o Gabinete Monte Alegre, com medo de guerra, passa a Lei Eusébio de Queirós.

A abolição do tráfico como imposição externa tentou ser amenizada por discursos soberanistas, eugenistas e antihaitianistas (sic). Contudo, o nacionalismo estava posto. Some-se a isso a atuação de W. Christie, representante de Londres, quem constantemente rememorava a questão dos negros livres entrados após 1831, como aponta Keyla (sic) Grinberg. A relação piora quando do naufrágio do SS Wales no sul do país e do saque do navio inglês por brasileiros. Christie exige indenizações. Adiciona-se, ainda, o episódio dos marinheiros britânicos presos temporarariamente por "arruaça" nas ruas do Rio. Como não conseguiu pedido formal de desculpas nem indenização pelo "desrespeito à extraterritorialidade" dos súditos e pelo saque do navio, Christie bloqueia a Guanabara.

Apesar da curta duração do bloqueio, o nacionalismo revivido toma as ruas do Rio de Janeiro e (sic) D. Pedro II tem de agir para evitar a depredação da legação britânica. O gabinete da Liga Progressista não resiste à pressão popular e rompe relações com Londres em 1863. Acorda-se, no entanto, arbitragem do Rei da Bélgica, pois, se sabia, o Brasil não poderia colidir com o hegêmona internacional às vésperas de nova intervenção no Prata. Apesar do pagamento antecipado de indenização pelo Brasil à Inglaterra, para evitar a guerra em duas frentes, o Brasil vence a arbitragem, em 1865, justamente quando se acelera o teatro de Guerra em Uruguaiana, contra S. López. As relações diplomáticas voltariam ao normal em 1865.

Apesar da solução da "Questão Christie", permanecia o imbróglio escravista brasileiro. Ao longo das décadas de 1870 e 1880, ativistas como Abílio Borges (Sociedade 2 de Julho) e Joaquim Nabuco valeriam-se do que Angela Alonso, em Flores, votos e balas, chamou de "efeito bumerangue" para pressionar, de fora para dentro, pela abolição da escravidão. Logram, por exemplo, moções de repúdio à

Coroa brasileira vindas da British Anti-Slavery Society e de outras organizações, até a abolição em 1888. O período pós-1865 até 1900, contudo, é marcado sobremaneira pela (sic) exportações de capitais britânicos, marca maior das estradas de ferro que surgiam no Brasil. Gradualmente, Brasil e Reino Unido normalizariam suas relações, a despeito do último suspiro de rivalidade na questão de Trindade, em 1895.

Pior resposta – 15,60

A Grã-Bretanha consolidou sua hegemonia sobre Portugal desde o século XVII. Com a transferência da corte portuguesa ao território brasileiro, essa hegemonia será, gradualmente, transferida ao território colonial, e o início da existência do Brasil como país independente será marcado por grande influência britânica. Essa hegemonia começará a ser revertida a partir do processo de consolidação do Estado nacional, na década de 1840. A herança lusitana da política externa brasileira pode ser observada por essa transferência da hegemonia britânica de Portugal para o Brasil. Nesse diapasão, a Grã-Bretanha exercerá grande pressão pelo fim do tráfico de escravos. O rompimento das relações anglo-brasileiras, em 1860, é exemplo da autonomia possível do Brasil nesse eixo de relação assimétrica.

A herança lusitana da política externa brasileira pode ser observada, inicialmente, pelos quadros do serviço exterior, os quais foram formados pela tradição lusa e exerceram atividades diplomáticas no período joanino, quando se praticava uma política externa no Brasil, mas não do Brasil. Outro marco da herança lusitana da política externa brasileira pode ser observado no fato de que, nas negociações para a independência do país, prevaleceram os interesses dinásticos da diplomacia de Bragança, ofuscando os interesses nacionais. Nesse sentido, a Grã-Bretanha será capaz de transferir para o Brasil recém-independente a hegemonia que ela exercera, historicamente, sobre Portugal. Isso é comprovado pela renovação do sistema de tratados desiguais, no marco das negociações para o reconhecimento britânico da independência do país.

As negociações tripartites que levaram ao reconhecimento da independência brasileira evidenciam, sobremaneira, a herança lusitana da política externa brasileira. O Brasil pagará indenização de dois milhões de libras esterlinas a Portugal, concordará em não se aproximar, politicamente, de outras colônias portuguesas na África, D. João receberá o título de Imperador perpétuo do Brasil e houve indicação de que ele havia concedido a independência de livre e espontânea vontade. Charles Stuart, após representar os interesses portugueses, passará a negociar o reconhecimento inglês. No marco dessas negociações, o Brasil irá conceder vantagens alfandegárias para a Grã-Bretanha, extraterritorialidade, além de firmar, em 1826, acordo com o compromisso de abolição do tráfico de escravos no prazo de três anos após a ratificação, que ocorrerá em 1827. Esses tratados desiguais tinham validade por quinze anos, e representam a consolidação da hegemonia britânica.

Outra importante herança lusitana da política externa brasileira diz respeito à rivalidade no Prata. Ao chegar ao território brasileiro, D. João empreende esforços para a ampliação do território meridional da colônia, o que se consubstanciará com seguidas invasões ao território do atual Uruguai. Se é verdade que, incialmente, essas intervenções ocorreram por pedido de Elío, com a posterior saída de Portugal do território, após mediação britânica, após a declaração de independência em relação à Espanha, D. João se sentirá mais livre para atuar. Assim, forças lusas combatem Artigas, derrotando-o, finalmente, em 1820. Em 1821, D. João anexa o território uruguaio como Província Cisplatina. Em decorrência da herança lusitana sobre a política externa brasileira, D. Pedro I irá se envolver em uma guerra com as Províncias Unidas pela manutenção dessa província. A Guerra da Cisplatina (1825-1828) é iniciada após a Cisplatina declarar sua independência em relação ao Brasil e juntar-se às Províncias Unidas, movimento que foi bem recebido pelos argentinos. Ao longo do período imperial, o contexto de rivalidades no eixo assimétrico de relações irá continuar e o Brasil buscará, por diversas vezes, conter o expansionismo argentino no Prata.

A influência britânica na política externa brasileira é evidenciada pela pressão exercida por esse país pelo fim do tráfico de escravos. Em 1807, com o fim da escravidão na Grã-Bretanha, motivado por questões humanitárias, a Grã-Bretanha iniciará seus esforços pelo fim do tráfico. No contexto de transmigração da corte de Portugal para o Brasil e de consubstanciação dos sistemas de tratados desiguais, D. João irá fazer o primeiro compromisso vago de abolição do tráfico de escravos. Esse compromisso será renovado, em 1815, no âmbito do Congresso de Viena, momento em que é acordada a abolição do tráfico de escravos ao norte do Equador. Posteriormente, em 1817, Portugal e Grã-Bretanha firmam protocolo adicional, que garante o direito de busca em navios suspeito de estarem realizando o tráfico e a formação de comissões mistas, em Serra Leoa e no Rio de Janeiro.

A pressão britânica pelo fim do tráfico de escravos irá continuar, conforme mencionado anteriormente, no contexto das negociações da independência brasileira. Em 1826, o Brasil concorda em eliminar o tráfico de escravos no prazo de três anos após a ratificação, a qual ocorre em 1827. Sendo assim, em 1830, encerra o prazo para que o Brasil cumpra o compromisso. O país tenta, inutilmente, dilatar esse prazo, sem a concordância britânica. Em 1831, o país aprova a Lei Feijó, que proíbe o tráfico de escravos e considera o tráfico pirataria. Em um contexto de fragilidade do Estado, a Lei Feijó é marcada pela inoperância, entrando para a história como uma "lei para inglês ver". Isso ocorria devido à fragilidade do Estado brasileiro e às crises do Primeiro Reinado.

Durante o período regencial, a Grã-Bretanha continuará exercendo pressão pelo fim do tráfico, mas o Estado brasileiro não é capaz de dar efetividade à Lei Feijó. Isso levará a uma tensão crescente com a Grã-Bretanha. A década de 1840 marca o período no qual o Estado brasileiro começa a se consolidar, superando a fragilidade do período regencial. A partir dessa década, o país buscará reduzir a influência exercida pela Grã-Bretanha, o que se comprova pela indisposição em renovar os tratados desiguais. Em 1842, o Brasil notifica a Grã-Bretanha que não os renovaria, o que provoca celeuma nas relações bilaterais, e o Brasil concede prazo de mais dois anos como meio de superar o impasse. Em 1844, o Brasil aprova a Tarifa Alves Branco, marca dessa busca de autonomia e da tentativa de superação das dificuldades fiscais do Estado brasileiro. Além disso, posteriormente, informa a Grã-Bretanha o fim da vigência dos acordos anteriores relativos à abolição do tráfico.

Em decorrência da postura brasileira, a Grã-Bretanha passa a agir de maneira unilateral, fazendo aprovar, em 1845, a Lei Aberdeen, pela qual se arroga o direito de vistoriar navios suspeitos de realização do tráfico e de julgá-los pelo Tribunal do Alto Almirantado. A medida britânica, além de inamistosa, ferindo a soberania e o orgulho nacionais, leva ao aumento do tráfico de escravos entre 1845-1850. Com a solução de compromisso alcançada entre Grã-Bretanha e Províncias Unidas, em 1849, os navios britânicos se deslocam para o patrulhamento do tráfico, ocasionando incursões, inclusive, em águas territoriais brasileiras, o que é fonte de conflitos. A ação brasileira dificulta o tratamento da questão pelo governo imperial. Apenas em 1850 é aprovada a Lei Eusébio de Queiroz, e o contexto de maior estabilidade do governo assegura que o tráfico seja, efetivamente, extinto.

O rompimento das relações entre Grã-Bretanha e o Brasil, na década de 1860, decorreu da atitude inamistosa de Wiliam Christie e da busca de legitimidade interna do Partido Progressistas por meio de sua atuação externa. William Christie exigiu indenização pelo naufrágio de embarcação britânica, no litoral sul do país, e posterior roubo da carga que chegou ao litoral. Além disso, exigiu pedido de desculpas pela prisão de soldados britânicos que haviam causado arruaça, no Rio de Janeiro, mas cuja prisão havia sido liberada, na manhã seguinte, ao se constatar que se tratava de oficiais ingleses. As exigências descabidas de William Christie, e a maneira agressiva como buscou efetivar suas demandas, levaram a que o Brasil pagasse a indenização solicitada, em protesto, mas que não realizasse pedido de desculpas. Ato contínuo, rompeu relações com a Grã-Bretanha. A questão só foi resolvida em 1865, após arbitramento, no qual foi considerado que o Brasil tinha razão. Nesse contexto, a Grã-Bretanha realizou pedido formal de desculpas, e as relações diplomáticas anglo-brasileiras puderam ser reatadas.

Questão 3

A agenda republicana substituiu o Poder Moderador – a chave da organização política do Império – pelo princípio da divisão e do equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, garantiu a liberdade religiosa, extinguiu a vitaliciedade do Senado e aprovou o sufrágio universal, em lugar do sistema censitário até então vigente.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil*: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 320.

Considerando que o excerto tem caráter meramente motivador, disserte a respeito do voto durante a Primeira República. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) os efeitos da promulgação da Constituição de 1891;

b) as características do sistema eleitoral; e

c) a implementação de medidas concernentes à cidadania e aos direitos políticos no Brasil do período.

Extensão do texto: até 60 linhas.

Valor: 20 pontos.

Média: 12,09 (total); 12,58 (ampla); 10,60 (cotas/PNE)

Desvio padrão: 2,089 (total); 2,093 (ampla); 1,31 (cotas/PNE)

Arthur Lomonaco Beltrame – 16,50

A promulgação da Constituição de 1891 alterou, substancialmente, questões relativas à vida política no Brasil. Ao inaugurar um novo sistema de governo, a República, observou-se uma organização política dividida em três Poderes, com um novo sistema eleitoral no qual o cidadão participaria também da eleição dos chefes do Executivo, os quais, necessariamente, deveriam se alternar no poder, nos termos no artigo 53[20] da Carta de 1891. No entanto, em que pese um pequeno avanço em relação a medidas de cidadania e direitos políticos, o período da Primeira República pecou por sua baixa implementação, dada a exclusão de mulheres e analfabetos.

Nos termos da Constituição de 1891, institui-se o sufrágio universal, porém somente masculino, o qual seria exercido periodicamente, de maneira aberta, sob a lógica do "cidadão-herói", e sem a participação de mulheres, praças, padres, mendigos e analfabetos, estes que contabilizavam a imensa maioria da população brasileira. No entanto, ao mesmo tempo em que a promulgação do novo texto constitucional buscava a edificação de um sistema mais democrático em termos políticos, com o fim do voto censitário e da vitaliciedade do Senado, a Constituição apresentaria os instrumentos que condicionariam e caracterizariam o novo sistema eleitoral, em especial pelo papel jogado pela Comissão de Verificação de Poderes após a implementação, por Campos Salles, da Política dos Governadores.

O sistema eleitoral da Primeira República seria caracterizado pela frequente utilização de expedientes de fraude e de violência em praticamente todas as eleições. O voto aberto, presente no texto constitucional, expunha os eleitores a maior controle por parte das forças políticas e econômicas locais, ao passo que a criação da Comissão de Verificação de Poderes beneficiava excessivamente os grupos políticos de situação. Como consequência, o voto de cabresto se tornou prática comum a nível local, enquanto as fraudes para a validação de candidaturas e de eleição eram comuns a nível de governo. Ademais, após a elaboração da chamada Política dos Estados ou Política dos Governadores, as forças do Legislativo foram progressivamente sendo submetidas aos interesses do Executivo por meio do controle de bancadas, dos apoios a nível federal, estadual e municipal, e do fortalecimento do coronelismo local.

No entanto, deve-se destacar, ao longo do período, as iniciativas de diversos atores políticos e sociais para a moralização das eleições e para a constituição de uma Justiça Eleitoral. Dentre essas iniciativas, merecem destaque a Campanha Civilista de Rui Barbosa, em 1910, a Reação Republicana de Nilo Peçanha, em 1922, as revoltas tenentistas da década de 1920, até certo ponto, e, por fim, as propostas da Aliança Liberal de Getúlio Vargas e João Pessoa em 1930.

Desde a promulgação da Constituição de 1891, em relação ao voto e à implementação de medidas concernentes à cidadania e aos direitos políticos no período, notou-se uma insuficiente, incompleta e restrita realidade. Inicialmente, destaca-se a ausência da presença feminina, seja como eleitora ou elegível, minando da participação política e da efetiva cidadania aproximadamente metade da população nacional. Simultaneamente, a falta de direitos políticos aos analfabetos impactava negativamente a cidadania em dois vetores: no primeiro, deve-se considerar a grande restrição à alfabetização no país, em especial por não ser o Estado responsável por ela nos termos da CF/1981; no segundo, dada a recentíssima abolição da escravidão, observou-se a exclusão política de um imenso contingente populacional, geralmente também analfabeto e comumente relegado à mendicância.

A proclamação da República representou o início de um novo sistema, o qual substituiria as arbitragens do Poder Moderador, com a devida divisão e equilíbrio entre Executivo, Legislativo e Judiciário, e a implementação de um sistema de alternância no poder com eleições periódicas para Executivo e Legislativo. No entanto, as restrições em respeito ao voto e aos direitos políticos, assim como as perversões que as elites políticas fizeram de seus instrumentos, resultaram em um período de baixa participação política e insuficiente construção da cidadania.

[20] Na verdade, é o artigo 43.

Joaquim Pedro Strunck da Silva Pinto – 16,20

O Golpe Republicano de 1889 contou com o apoio de republicanos históricos que já tinham apoiado reformas "moralizadoras" do sistema eleitoral do Império, como a Lei Saraiva. Contudo, queria-se mais. É apenas com a Constituição de 1891 que pautas antigas como o fim do senado vitalício ganhariam espaço. O Regulamento Alvim organizou as eleições para o Congresso Constituinte, já sem o voto censitário e o censo literário, mas colocando limites importantes quanto ao tempo de naturalização brasileira mínimo para se candidatar. Com ele, formou-se Congresso repleto de republicanos históricos, republicanos do "14 de Maio", federalistas, militares e algumas figuras das classes urbanas que começavam a se formar. O voto na Primeira República refletiria esse cenário.

A Constituição de 1891 estabeleceu o voto aberto, favorecendo o "eleitor herói", que, na prática, facilitou fraudes. Também substituiu os círculos plurinominais (reforma S. Ferraz) que se mantinham pela centralização das listas fechadas na capital do Estado, facilitando as práticas da "degola" e do "bico de pena" de adulteração das atas pelas comissões estaduais nas capitais. Ainda, fez cair o voto censitário e o censo literário, o que ampliou a franquia eleitoral em muito. Manteve também os limites mínimos de tempo de naturalização brasileira para se candidatar, mais elevados para senador que para deputados. A Igreja perdia de vez a incumbência do registro civil de eleitores de paróquias, como também as notoriedades de paróquia (sic). Estava montado o sistema legal para a estabilização de uma "política dos governadores" que tomaria lugar após os anos iniciais de conflito.

O sistema eleitoral até 1898 esteve convulsionado por conta das guerras civis, como as revoltas da Armada, Federalista e Canudos, marcando-se pela gradual transição de poder do PRF de F. Glicério para o PRP de P.Morais e C.Sales, ao longo do mandato de F. Peixoto. A chegada de C. Sales ao poder estabiliza o sistema. Em Da propaganda à Presidência, C. Sales explica sua "política dos estados", responsável por ser a Primeira República a mais estável/duradoura era republicana. O Presidente da República ganharia autonomia para governar, marca do administrativismo (sic) de então, comprometendo-se com não intervenção nos estados, já que o "salvacionismo" de F.Peixoto marcara os ditos "anos entrópicos" entre 1889 e 1898.

O acordo de cavalheiros entre o Presidente da República e os presidentes de Estado de mútua não intervenção congelou virtualmente a disputa de poder, com os que já comandavam o processo no Poder. Isso foi possível porque se alterou a regra da Comissão Verificadora da Câmara, agora ocupada pelo seu último ocupante, o que garantia a continuidade do acordo. Nesse sentido, a luta política saiu do escopo nacional e recolocou-se no âmbito dos estados. Lá, sim, houve certa disputa pelo controle do voto estadual. São prova disso o racha PRP e PD em São Paulo, o Pacto de Pedras Altas no Rio Grande do Sul ou a Revolta de Crato contra os Accyoli (sic) no Ceará. Em termos nacionais, contudo, vale citar o salvacionismo hermista, de base militar positivista, e o civilismo (sic) de Rui Barbosa que durante todo o período foram anátemas da "política dos estados".

A cidadania e os direitos políticos seriam, dessa forma, mote de fortes campanhas. A Campanha Civilista de 1910 de Rui Barbosa, derrotada à Presidência, (sic) foi marco das demandas de moralização do voto, pelo voto secreto (sic). O salvacionismo hermista e as intervenções federais na Bahia, Pernambuco e Ceará, durante seu mandato (sic) também tinha esse cunho de moralização da política e de diminuição do poder dos "coronéis" locais. O Código Civil de 1916, de C. Bevilácqua (sic), apesar de ter organizado a estrutura jurídica de todo o país em moldes liberais, dava irrestrito apoio à "autonomia da vontade" das partes, o que não representou ganhos efetivos em termos de direitos políticos ou sociais, como acusava, à época, Rui Barbosa.

É com a ascenção do tenentismo, na década de 1920, que a pauta do voto secreto ganha corpo, indo parar no programa da Aliança Liberal, vencedora nas armas da Revolução de 1930. Quanto à cidadania em escopo mais amplo, vale lembrar que as greves anarquistas de 1917 e a adesão à Liga das Nações, em 1919, levariam, de um lado, à conformação de caixas previdenciárias; de outro, elevaria (sic) o tom da repressão, do que são provas a Lei Adolfo Gordo, embora anterior (1907), a Lei Celerada (1928) e o próprio fechamento do PCB, no ano de sua inauguração. Os direitos sociais seriam a ênfase do regime varguista que se seguiria. Os direitos políticos, contudo, teriam de aguardar até a República Liberal para se verem amplamente garantidos, apesar do breve interregno de 1933-1934.

Luis Felipe Yonezawa Fernandes – 14,40

A Constituição de 1891 inaugurou, a nível do ordenamento jurídico formal, o republicanismo enquanto forma de governo do Brasil, rompendo com a tradição imperial da Carta de 1824. Elaborada após o Regulamento Alvim (1890) e editada no intuito de consubstanciar maior federalismo entre os Estados, não foi acompanhada, todavia, de ganhos democráticos efetivos no que tange ao direito de voto. Sua moldura institucional, ademais, logo foi aproveitada e manobrada pelo Presidente Campos Salles, que estabeleceu a Política dos Governadores e, assim, o controle da máquina pública pelas oligarquias. As expectativas com a República, portanto, não se traduziram em representatividade política autêntica.

A Constituição Republicana de 1891 foi editada após o golpe militar que estabeleceu a República, ocorrido em 1889. No contexto do Governo Provisório de Deodoro da Fonseca e do gabinete Lucena e na intenção de levar a descentralização a cabo, aprovou-se uma Carta singularmente distinta da anterior. Os Estados (não mais províncias) angariaram expressiva autonomia financeira – a exemplo da competência sobre os impostos de exportação – e militar – com a constituição de exércitos estaduais e mesmo de engajamentos internacionais dos Estados em matéria de defesa, como ilustra a Missão Militar Francesa em São Paulo de 1906; afirmou-se a laicidade da República, com cemitérios secularizados e registros e casamentos civis; aboliu-se a vitaliciedade do Senado, objeto de críticas antigas, como se depreende dos discursos do Padre Feijó; proscreveu-se a guerra de conquista, nos termos do art. 88. Embora os direitos humanos de segunda geração somente figurassem na Constituição de 1934, a de 1891 trouxe inovação fundamental quanto aos direitos de primeira geração, em especial no que concerne aos direitos políticos. Rejeitando o modelo excludente de voto censitário da Constituição de 1824, pontificou o sufrágio universal masculino – entretanto, como logo restou claro, o modelo não seria menos excludente.

O voto foi estendido aos brasileiros capazes, mas se manteve a vedação aos analfabetos. Essa herança da Lei Saraiva, de 1881, significativamente reduzia a participação popular nos escrutínios, tendo em vista a elevada taxa de analfabetização que então prevalecia. Ademais, o voto era aberto, o que logo permitiu a manipulação e a arregimentação dos eleitores conforme os interesses dos coronéis. O voto de cabresto, como analisa Victor Nunes Leal em Enxada, Cabresto e Voto[21], era fruto da articulação, pelo coronel, da violência e do favor, aplicados com vistas a garantir a vitória das oligarquias. É a manifestação local da Política dos Governadores, artifício político acordado por Campos Salles, Silviano Brandão (MG) e Luiz Viana (BA) como sucedâneo ao Poder Moderador, conforme avaliação de Renato Lessa em A invenção Republicana.

[21] Quis dizer: Coronelismo, Enxada e Voto.

Segundo a Política dos Estados, o Executivo central asseguraria vantagens aos Estados caso os governadores arregimentassem os coronéis para assegurar a vitória das oligarquias nas eleições. A eventual insurgência de um Estado ante os desígnios do poder central era contida por intervenção armada ou articulação política, com vistas a conformar os descontentes ao sistema. No plano das ideias, como assinala Renato Lessa, precipitou-se certa homogeneização ideológica, resumida na preocupação fisiológica com a perpetuidade das elites no poder e na promoção dos interesses dos cafeicultores, em maior ou menor grau. O sistema funcionou bem, à exceção das cisões oligárquicas em 1910 (eleição de Hermes da Fonseca, com oposição da campanha civilista de Rui Barbosa), 1922 (eleição de Arthur Bernardes) e 1930 (eleição de Júlio Prestes, com oposição da Aliança Liberal, entre Getúlio Vargas, João Pessoa e, como apoio, o PD, fundado em 1926). Caso um parlamentar que não interessasse às elites fosse eleito, seu mandato era cassado pela Comissão Verificadora de Poderes, a "degola da oposição". A atuação decisiva de José Gomes Pinheiro Machado durante o governo Hermes da Fonseca, constitui exemplo eloquente de que o voto popular não prevalecia diante dos interesses oligárquicos.

"A República que não foi"; "o teatro das oligarquias". Esses epítetos, respectivamente de José Murilo de Carvalho e de Cláudia Viscardi, evidenciam que o "dever-ser", consubstanciado no sufrágio universal previsto na Constituição de 1891, cedeu face à pressão do "ser", isto é, dos interesses oligárquicos. À juridicamente questionável assunção do poder por Floriano Peixoto, em 1891, seguiu-se a Política dos Governadores, o Pacto de Ouro Fino (1913) e a subversão e a frustração da noção de cidadania no Brasil. A insatisfação com esse modelo despontou já no salvacionismo, mas viria verdadeiramente à tona com a Revolução de 1930.

Pior resposta – 8,80

A Constituição de 1891, forjada pelas influências das Constituições norte-americana e argentina, provocou alterações radicais ao Estado brasileiro, ao menos em seu formato político-institucional. Assim, características de exclusão das classes menos abastadas da vida política do país continuaram a ser notadas, inclusive com alguns retrocessos no que diz respeito a direitos sociais.

A Constituição estabeleceu legalmente o regime republicano, pondo fim ao Poder Moderador, exercido pelo Imperador outrora, e constituindo um sistema de "*check and balances*" entre o Legislativo, Executivo e Judiciário. Nesse âmbito, o mandato do presidente seria de cinco anos e sua primeira eleição seria indireta; o Legislativo continuaria a ser bicameral, mas com o fim do senado vitalício, demanda antiga de liberais e republicanos no Império. Ademais, o pluripartidarismo foi consagrado, apesar de os partidos serem estaduais, com poucas tentativas de agremiações federais, como o PRF (1893-97) e o PCB (1922). Ademais, o Estado tomou a formação de federação, não mais unitário, como antes, o que ensejou demasiada autonomia, permitindo às unidades de Federação organizar suas próprias forças e contrair empréstimos no exterior, praticando uma "paradiplomacia". O Estado era laico, não mais professava o catolicismo, distintamente da Carta de 1824; e, estranhamente, a educação básica deixou de ser uma obrigação estatal. Pela primeira vez, todos eram iguais perante a lei, provocando a "racialização" tácita da cidadania, não mais a legal, que excluía os negros escravizados.

O sistema eleitoral, inaugurado pela Carta de 1891, acabava com o critério censitário de renda para ser eleitor no país; mantinha, contudo, o critério de alfabetização para exercer o direito político, como havia sido ainda no Império pela Lei Saraiva (1885) e só seria derrogado em 1985, por emenda promulgada por Sarney. Qualquer eleitor era, então, elegível. Os partidos herdaram suas bases regionais do Império, perpetuando-as na nascente República. Os principais eram o PRP (de São Paulo), PRM (de Minas Gerais) e o PRR (do Rio Grande do Sul). O sistema fragmentado vai necessitar de formular alianças interoligárquicas para alcançar a presidência; nasce, desse modo, com Campos Salles, o pacto entre MG e SP, não escrito, para alternarem-se no poder. Nem sempre funcionará bem, enfrentando crises periódicas, como ficaria provado pela Campanha Civilista (1910) em que São Paulo lança Ruy Barbosa, para se manter na Presidência, após morte de Afonso Pena, contra Hermes da Fonseca, representante de MG. O Pacto de Ouro Fino foi outra tentativa de evitar novas cisões entre ambos; contudo a Reação Republicana buscou romper essa hegemonia, lançando Nilo Peçanha, do Rio de Janeiro, contra o mineiro Artur Bernardes. A última crise do sistema foi a própria Rev. de 1930, após Washington Luís apoiar J. Prestes (SP) para a PR, ao invés de um mineiro. O Pacto de Ouro Fino buscou também o crescimento do RS na política nacional, articulado pelo senador Machado, nacionalmente, e Borges de Medeiros, no Estado.

Segundo alguns autores, o que se verifica na construção da cidadania no Brasil é uma inversão da pirâmide-sequência de aquisição de direitos de T.H. Marshall, pois os direitos sociais viriam antes dos civis no país. Na CF/91, percebe-se que os direitos políticos foram contemplados, mas não plenamente concretizados, de modo que os cidadãos comuns assistiram "bestializados" à Primeira República, sem participação efetiva. As eleições eram apenas "teatro de sombras" dos conflitos entre os coroneis que sustentavam os governos estaduais, que, por seu turno, influenciavam os parlamentares. O voto a descoberto e o uso de favores caracterizavam a fragilidade; as alterações de atas eleitorais eram constantes, na colmeia oligárquica, assim como o uso do nome de pessoas mortas, crianças e analfabetos. O sistema excluía mulheres, praças e religiosos de claustro. A Comissão de Verificação de Poderes garantiam a manutenção do status quo e a máquina das interventorias. As eleições do cacete eram comuns, e direitos civis, como assistência judiciária, só viria com a CF/34. Ademais, não havia justiça eleitoral; a Emenda de 1926, de Artur Bernardes, permitiu a legislação dos direitos trabalhistas ao Congresso, mas concentrou poder no Executivo.

Questão 4

Em 15 de março de 1979, dia da posse do presidente João Baptista Figueiredo, um encontro de alto nível entre as diplomacias argentina e brasileira selou a decisão de solucionar o contencioso pela utilização dos recursos hídricos da Bacia do Prata. Menos de seis meses mais tarde, as chancelarias dos dois países acordavam a normalização de suas relações, turvadas havia mais de um decênio.

Inesperadamente, um projeto inovador ganhava vida no Cone Sul, ao redefinir o cenário regional nos respectivos aspectos estratégico-militar, econômico e político. Tratava-se de um paradoxo: no momento mesmo em que a estratégia do nacional-desenvolvimentismo brasileiro começava a perder o fôlego em razão da crise financeira da década de 1980, a diplomacia ultrapassava seu último desafio crucial na região – a normalização das relações com a Argentina em uma amizade calcada na concertação política e, em seguida, na integração comercial.

SPEKTOR, Matias. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo de Ernesto Geisel. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: IBRI, v. 45, n. 1, 2002, p. 117, com adaptações.

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter meramente motivador, disserte a respeito da política externa brasileira para o Cone Sul nas décadas de 1980 e de 1990.

Extensão do texto: até 60 linhas.
Valor: 20 pontos.
Média: 12,9 (total); 12,66 (ampla); 13,60 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 2,496 (total); 2,387 (ampla); 2,971 (cotas/PNE)

Thayana Stocco do Amaral – 18,20

A política externa brasileira dos anos de 1980 e 1990 aproximou o Brasil dos países do Cone Sul. A superação da rivalidade entre Brasil e Argentina foi fundamental para os novos rumos. Cabe, nesse sentido, discorrer sobre o adensamento desses relacionamentos.

Embora houvesse regimes militares tanto no Brasil quanto na Argentina, desde a década de 1960, o crescimento econômico brasileiro do milagre alçava o país à categoria de hegemônico regional, a qual a Argentina aspirava, historicamente, desde os anseios pela reconstituição do vice-reinado do Prata. A ata Cataratas, entre Brasil e Paraguai, de 1966, ensejara contundentes protestos da Argentina, pois além de Buenos Aires poder ser inundada, no caso de algum rompimento de barragem, isso inviabilizaria a usina de Corpus Christi. Inclusive, houve protestos argentinos na Conferência de Estocolmo, em 1972. O acordo tripartite Brasil-Argentina-Paraguai ocorreu em contexto de distanciamento, graças à derrubada do governo de Isabelita Perón, a qual era fortemente contrária a uma amizade brasileiro-argentina, e de ascensão de militares que compactuavam com a ideologia da ditadura militar brasileira (1964-1985) de segurança nacional, além da rivalidade entre Argentina e Chile pela posse do Canal de Beagle. Assim, compatibilizaram-se a Usina Itaipu com o projeto de Corpus. A aproximação entre Figueiredo e Videla estendeu-se também a trocas de visitas.

A redemocratização no Brasil e na Argentina permitiram aprofundamento da aproximação. A área nuclear foi um setor em que o acercamento determinou a construção da confiança mútua. A declaração de Iguaçu entre Sarney e Alfonsin foi importante para essa cooperação na área nuclear, ao dispor que essa era fundamental para o desenvolvimento dos países, a qual passava a ser visto não mais como uma lógica de soma-zero, mas de complementação. A institucionalização da ABACC e seu acordo com a AIEA, antes mesmo de o Brasil assinar o TNP, consolidou a cooperação para a utilização da energia nuclear para fins pacíficos.

A vertente comercial também foi imprescindível para essa parceria. O Tratado de Integração e Cooperação Econômica (TICE) seguido pelo Programa de Integração (PICE) já haviam incrementado as trocas comerciais, como a venda de trigo argentino e de máquinas e equipamentos brasileiros. A previsão para o livre comércio em 10 anos foi reduzida pelo impulso dado por Collor e Menem à abertura econômica. Assim, houve a ascensão do interesse de Paraguai (o qual já era aliado ao Brasil desde o governo Stroessner) e Uruguai, os quais ampliaram o ACE-14, firmado por Brasil e Argentina, para incluir os quatro, no Tratado de Assunção. Esse previa um Mercado Comum e sua tarifa externa comum passou a vigorar já em 1995, embora existam exceções a ela até hoje e embora se tenha avançado apenas em uma União Aduaneira, em vez de em um Mercado Comum.

Adicionalmente, a mediação papal possibilitou a distensão entre Argentina e Chile, fazendo que o Chile seja um Estado associado ao Mercosul. Essas relações no Cone Sul exigiram que as tropas brasileiras, historicamente, concentradas no Sul do país, fossem, em grande medida, deslocadas para outras áreas como a amazônica, o que revela que os países do sul lograram a concertação pacífica.

A infraestrutura é outro tema relevante para a política externa brasileira para o Cone sul desde o apaziguamento com a Argentina. A inauguração de pontes da amizade e a institucionalização do FOCEM ensejou que o comércio tenha crescido mais de 9 vezes desde a criação do MERCOSUL, o qual, inclusive, permitiu e permite que o exporte majoritariamente produtos manufaturados, grandemente proporcionados pelas indústrias instaladas no período do regime militar.

As crises da dívida também provocaram concertação entre os países, na década de 1980, de que são exemplos o Consenso de Viña del Mar e as tentativas de multilateralizar a renegociação das dívidas, as quais acabaram sendo feitas bilateralmente. Ademais, o Grupo de Apoio a Contadora já revelava, desde a década de 1980, que países do Cone Sul tinham posições semelhantes em relação aos EUA e a paz em todo o continente. Na década de 1990, as relações Brasil-EUA melhoraram, assim como as argentinas-estadunidenses, o que demonstra que, desde a reaproximação brasileira-argentina, há sintonia mesmo entre as relações desses com o maior país do continente, o qual, anteriormente, havia mesmo suscitado rivalidades e acusações de sub-imperialismo brasileiro, sob comando dos EUA.

Arthur Lomonaco Beltrame – 16,10

A política externa brasileira para o Cone Sul nas décadas de 1980 e 1990 é intimamente permeada pela normalização das relações com a Argentina. O entendimento entre as partes, iniciado pela assinatura do Acordo Tripartite, em 1979, seguiria pela construção de confiança mútua, resultando em uma amizade amparada na concertação política e, em seguida, na integração comercial que se expandiria regionalmente, incluindo diretamente Paraguai e Uruguai, assim como acordos comerciais com Bolívia e Chile.

Com o sepultamento do litígio relativo ao aproveitamento de águas para a construção de hidrelétricas, ocorrido mediante a assinatura do Acordo Tripartite entre Brasil, Argentina e Paraguai, o qual conciliou a construção das hidrelétricas de Itaipu e Corpus, iniciou-se período de construção de confiança na região. Como principais atores do Cone Sul, Brasil e Argentina assinaram, em 1980, um Acordo de Cooperação Nuclear para superar desconfianças. Em 1982, no entanto, com o início da Guerra das Malvinas, a região do Cone Sul tornar-se-ia mais sensível. O Brasil, ao adotar aquilo que Moniz Bandeira denominou "neutralidade imperfeita", mostrou sua solidariedade aos direitos argentinos, porém pelo fim do conflito armado. Posteriormente, pode-se destacar a atitude brasileira de representar os interesses da Argentina em Londres até a década de 1990.

A política brasileira para o Cone Sul, iniciada por Figueiredo e Saraiva Guerreiro, manter-se-ia e seria aprofundada com a redemocratização e ascensão de José Sarney à Presidência. Nesse momento, destaca-se a relação de proximidade estabelecida entre o presidente brasileiro e Raul Alfonsín, como comprovado pela Declaração de Iguaçu, de 1985. O que se segue é a construção de uma relação de concertação e integração, por meio do Programa de Integração e Cooperação Econômica (1986) e do Tratado de Integração e Cooperação para o Desenvolvimento (1988), o qual visava o estabelecimento de um mercado integrado até 1998. Essas iniciativas de desenvolvimento pela integração seriam aperfeiçoadas pela Ata de Buenos Aires (1990) e, finalmente, pelo Tratado de Assunção (1991), que, incluindo Uruguai e Paraguai, previa a constituição do Mercosul. Essas medidas de integração não excluiriam outros atores regionais, de modo que o Mercosul buscaria concluir tratados de comércio e associação com todos os países da América do Sul, permanecendo aberto à adesão para aqueles membros da ALADI.

A política externa brasileira para o Cone Sul nas décadas de 1980 e 1990 incluiu, ainda, importante fator de confiança e segurança na área nuclear. Após o Acordo de 1980, Brasil e Argentina dariam prosseguimento ao tema com a Declaração de Iperó (1988) e, posteriormente, com a constituição da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle, em 1991, com sede no RJ, e com a assinatura do Acordo Quadripartite, também em 1991, entre Brasil, Argentina, ABACC e AIEA, um inovador sistema adicional de salvaguardas. Destaca-se, ainda, nesse período, a adesão da Argentina ao TNP no início da década de 1990 e do Brasil mais ao final, em 1998. Simultaneamente, pode-se mencionar a entrada definitiva em vigor do Tratado de Tlatelolco naquela mesma década.

O projeto brasileiro de redefinição do papel desempenhado pelo Cone Sul em sua política externa, no entanto, não surtiu os mesmos efeitos positivos em relação à solução das crises da dívida externa na região. Nessa seara, notou-se maior dificuldade para coordenação de posições e elaboração de uma solução conjunta de natureza política, de modo que a tendência observada concentrou-se em soluções bilateralistas ou negociações realizadas diretamente junto a órgãos internacionais como o FMI.

O esgotamento da estratégia do nacional-desenvolvimentismo brasileiro é sucedido por uma inflexão na política externa do país em relação ao seu entorno regional, em especial ao Cone Sul. Desse modo, adotou-se, nas décadas de 1980 e 1990, um modelo de superação de rivalidades com o principal vizinho, a Argentina, e a construção de confiança em uma ampla gama de assuntos, como questões energéticas e segurança nuclear. Assim, essa aproximação permitiria maior concertação política e integração comercial para uma melhor inserção competitiva no mundo em pleno momento de crise de dívidas externas e globalização econômica.

Bruno Rolim – 15,90

Entender a política externa brasileira para o Cone Sul passa, sobretudo, pelo processo de aproximação com a Argentina, no que Alessandro Candeas conceitua "construção da estabilidade pela cooperação", em especial ao longo das décadas de 1980 e 1990. Na década de 1980, o contexto de crise financeira na região levou à aproximação, inicialmente entre Brasil e Argentina, com adesão posterior de uruguaios e paraguaios, com facetas econômicas, políticas e de segurança. A década de 1990, com o fim da Guerra Fria e a euforia pela integração, o projeto do MERCOSUL ganhou forma com o tratado de Assunção, mas seguidas crises em mercados emergentes levariam a relativo afastamento no final do período. A política externa brasileira para o Cone Sul, assim, firmaria bases para o aprofundamento do processo de integração que, hoje, alcança a América do Sul e mesmo a América Latina.

Quanto à relação entre o Brasil e o Cone Sul na década de 1980, foi iniciado o período sob a égide do recém-aprovado Tratado Tripartite com Argentina e Paraguai, que definiu as condições para estabelecimento das usinas hidrelétricas de Itaipu e Corpus Christi (esta até hoje não saiu do papel). Em 1980, Figueiredo e Videla deram início ao aprofundamento de relações, tanto pelas visitas presidenciais quanto pela assinatura de acordo para usos pacíficos da energia nuclear. No mesmo ano, a instituição da ALADI pelo Tratado de Montevidéu criou uma estrutura de integração mais flexível que a da malograda ALALC; a possibilidade de acordos de complementação econômica (ACEs) regionais facilitaria a constituição de uma área de integração latino-americana.

Dentro do intuito da concertação regional, em 1982, com Leopoldo Galtieri declarando guerra ao Reino Unido nas Malvinas, o Brasil se posiciono neutro, mas, na prática, adotou uma "neutralidade imperfeita", proibindo o uso militar de instalações aos britânicos e permitindo aos argentinos. A neutralidade retórica se deu, entre outros fatores, pelo fato de o TIAR não ter sido acionado, pois a agressão partira dos argentinos – foi a posição oficial dos EUA, que deram apoio a Londres dentro do marco da OTAN. Ademais, o Brasil representou os interesses argentinos no Reino Unido durante o período de relações rompidas.

Com o processo de redemocratização e as dificuldades com suas dívidas externas, os dois países buscaram resolver pela concertação, a exemplo do Consenso de Cartagena (sem sucesso). Em 1985, José Sarney é empossado primeiro presidente da nova era democrática, e viria a aproximar-se de Raúl Alfonsín: apesar de contenciosos como o das bananas, os presidentes se reuniram em Foz do Iguaçu, assinando ata histórica com marcos para o desenvolvimento coordenado em múltiplos setores. O Uruguai, com Sanguinetti, seria integrado ao processo em 1986, enquanto o Paraguai ainda era mantido distante, pela ditadura de Stroessner. Do período também são medidas de segurança como a ZOPACAS para o Atlântico Sul e os planos e tratados de integração que, em 1986 e 1988, firmaram bases para futura integração econômica e comercial. Em 1989, com a deposição de Stroessner, o Paraguai é enfim integrado aos diálogos.

A década de 1990 teve no fim da Guerra Fria e na euforia liberal condicionantes da política brasileira para o Cone Sul. Em 1990, Brasil e Argentina firmaram a Ata de Buenos Aires, com o objetivo ambicioso de um mercado comum em quatro anos; no ano seguinte, Collor e Menem, ao lado de uruguaios e paraguaios, assinam o tratado de Assunção, que oficializa o MERCOSUL. A integração econômica e em outros setores se deve também à necessidade de um entorno regional mais forte para inserção no sistema internacional. Por isso, tanto Brasil quanto Argentina criaram a Agência de Contabilidade e Controle (ABACC), pelo Acordo de Guadalajara, além de mecanismo quadripartite com a AIEA. A concertação diante de parceiros como os EUA se deu por reuniões como o 4+1 (Rose Garden). Ao mesmo tempo, às medidas de liberalização somaram-se políticas monetárias de câmbio fixo, que viriam a causar grandes problemas, após contribuírem para as estabilizações dos países.

Em 1994, o México seria vitimado por crise especulativa, que desvalorizou sua moeda e gerou fuga de capitais emergentes (o "efeito tequila"); o mesmo aconteceria com os países emergentes da Ásia e com a Rússia na segunda metade da década. Com isso, em 1999 o Brasil desvalorizou o real, em medida que reverteu o fluxo comercial com a Argentina, que, ao manter a paridade com o dólar, passou a ter déficits constantes com o Brasil. Isso levou a certo arrefecimento da faceta comercial do bloco. Por outro lado, foi mantida a cooperação em segurança e a concertação política, com os países ratificando o TNP e aprofundando sua relação em foros distintos, em temas como saúde e educação. Por meio das relações com a Argentina, a política externa brasileira para o Cone Sul construiu um arcabouço institucional notável.

Análise das duas décadas da relação entre o Brasil e o Cone Sul permite identificar o fim de dinâmicas de rivalidade e tensões entre seus dois maiores atores. Além disso, a aproximação política e econômica, da qual resultou o MERCOSUL, fortaleceu a região e permitiu ao Brasil ampliar seu escopo, com iniciativas agora objetivando a aproximação entre a América do Sul e entre a América Latina.

Pior resposta – 8,30

A política externa brasileira para o Cone Sul nas décadas de institucionalização em grau inédito. O governo Figueiredo caracterizou-se pela superação da divergência em relação à construção de Itaipu. O Brasil aceitou limitar o número de turbinas, a altura da barragem e a ciclagem utilizada, de modo a conciliar o projeto com o de Corpus. Firmou-se, assim, o Tratado Tripartite. Em encontro entre Figueiredo e Videla, reconheceu-se o interesse de cooperação em área sensível da energia nuclear (Declaração sobre Cooperação Nuclear). O posicionamento do Brasil em face da Guerra das Malvinas também contribuiu para a boa vontade das relações, uma vez que o país reafirmou o reconhecimento do direito argentino ao território e manteve a neutralidade favorável, tendo cooperado, pontualmente, com voos de reconhecimento e peças de reposição. As relações em eixo entre os dois países seriam fundamentais para o desenvolvimento do Mercosul.

No governo Sarney, destacam-se as declarações de Iguaçu e sobre cooperação nuclear. Foram criadas, pela primeira declaração, diversas subcomissões para acompanhamento das relações bilaterais com a Argentina. Sarney e Afonsin trocaram visitas a instalações nucleares. O PICE e o TICD estabeleceram, respectivamente, 12 e 24 protocolos sobre cooperação em áreas como comércio e indústria. O Brasil direcionou suas compras de trigo e petróleo para a Argentina, que apontava a existência de déficit no comércio. A cooperação política no Grupo de Apoio a Contadora, em temas como a intervenção militar dos EUA na América Central, aproximou os países membros, viabilizando a formação do Grupo do Rio. Sarney fez visitas ao Paraguai e ao Uruguai, onde firmou acordos de cooperação em temas como comércio e educação.

O governo Collor foi marcado pela convergência ideológica com o de Menem. Por meio da Ata de Buenos Aires, acordou-se a formação de mercado comum. O Tratado de Assunção, de 1991, vinculou os 4 países do Cone-Sul no Mercosul. A cooperação nuclear também foi destaque nesse governo. Formou-se a ABACC e firmou-se acordo quadripartite de salvaguardas envolvendo a AEIA. Ambos os países continuaram a lógica de renovação de credenciais estabelecida pelos governos anteriores, como representado pela adesão ao acordo de San José.

O governo Itamar Franco foi caracterizado, por sua vez, pelo aumento do comércio entre Brasil e Argentina. O Plano Real e a valorização da moeda brasileira resultaram no aumento do déficit do país. A assinatura do Protocolo de Ouro Preto reconheceu a personalidade jurídica do bloco, reforçando sua institucionalidade.

O governo FHC, por sua vez, teve como iniciativa importante o estabelecimento do FOCEM, com o objetivo de reduzir as assimetrias entre o bloco. O encontro entre presidentes dos países sul-americanos foi iniciativa inovadora. A desvalorização do real após a crise de 1998 reverteu a lógica comercial do bloco. O Brasil reduziu suas importações e ampliou as exportações para Argentina, Paraguai e Uruguai. FHC teve participação mediadora importante na crise constitucional paraguaia envolvendo Lino Oviedo. As relações do Brasil com o Cone-Sul no período foram marcadas, ainda, pela aproximação voltada à relação com outros países e regiões, como exemplificado pela assinatura de Acordo-Quadro de Cooperação com a União Europeia e pelo Acordo do Jardim de Rosas com os Estados Unidos. Atuou-se para evitar um projeto de Alca que rivalizasse ou prejudicasse o Mercosul. Nesse sentido, a aproximação entre os quatro países foi essencial para a não aceitação de acordo desfavorável, que não resultaria em concessões para o Cone-Sul em âmbito como o acesso a mercados agrícolas. Houve cooperação, ainda, no âmbito do Grupo de Cairns da OMC, integrado por Brasil e Argentina. No governo Itamar, cabe lembrar, o Brasil passou a defender abertamente a candidatura ao Conselho de Segurança da ONU. A Argentina responderia com a formação do chamado "Coffee-Break Club".

Geografia

Questão 1

Se pensarmos nas nossas próprias experiências pessoais, pelo menos para aqueles que partilham mais amplamente da globalização em curso, o mundo parece mesmo, muitas vezes, ter substancialmente "encolhido". Desenha-se assim um mundo "sem fronteiras", onde foi decretado o "fim das distâncias", tanto pela velocidade permitida ao nosso deslocamento físico pelos transportes quanto pela instantaneidade proporcionada pelas comunicações, especialmente a internet.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2007.

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter meramente motivador, analise a pertinência do conceito de desterritorialização. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) as transformações pós-fordistas nos sistemas produtivos e gerenciais;

b) espaços-de-lugares e espaços-de-fluxos;

c) o poder do Estado Nacional; e

d) as fronteiras nacionais no mundo contemporâneo.

Extensão do texto: até 60 linhas.

Valor: 30 pontos.

Média: 26,73 (total); 27,21 (ampla); 25,28 (cotas/PNE)

Desvio padrão: 3,208 (total); 3,215 (ampla); 3,031 (cotas/PNE)

Roman Leon Gieburowski Neto – 30,00

A globalização e a passagem para o modelo produtivo pós-fordista produziram transformações na relação entre capital e espaço, portanto impactando o conceito de território e a relação entre o território e o Estado. A "desterritorialização", apontada por Haesbaert, não deve ser entendida como fenômeno absoluto, uma vez que o Estado mantém sua centralidade territorial, ainda que reordenada pela "governamentabilidade" e ao lado de novas expressões, ora atomizadas ora transnacionais, de território.

A transição para o modelo de "acumulação flexível" é basilar ao processo de reordenamento territorial. A competitividade capitalista, em contexto de ampliação dos transportes e das comunicações por meio da infraestrutura tecnológica da economia globalizada, transformou o paradigma produtiva das empresas. A produção "just in time", a flexibilização dos gastos, a quebra do paradigma taylorista de organização racional do trabalho refletem esse transformação.

Além da mudança produtiva, a busca de mão de obra e de insumos mais baratos levou a um processo de desconcentração das atividades industriais, valorizando novos espaços para a instalação do capital. Ademais, as empresas passaram por uma especialização de suas atividades, crescendo a importância das economias de aglomeração em relação às de escala, conforme aponta George Benko. Nesse novo paradigma gerencial, a integração intrafirmas e a articulação do território tornaram-se essenciais para a industrialização.

Nas últimas décadas, essa demanda de maior articulação levou a um reordenamento territorial, com base na promoção da logística. Segunto Milton Santos, "é a circulação que preside a produção". Assim, a logística reúne um conjunto de infraestrutura e de serviços especializados que permitem a valorização de novos locus para a produção integrada global. Nesse contexto, desenvolve a dicotomia entre "fixos" e "fluxos", conforme atesta Milton Santos, no território. As sedes das indústrias e da produção permanecem importantes, fontes de emprego e de investimento. Contudo, são os fluxos que determinam a competitividade e a capacidade de integração nas redes, exigindo atenção e sendo demandadas pelos agentes produtivos.

Nesse contexto de crescente importância das redes e da fluidez do território, discute-se um processo de "desterritorialização", particularmente em razão da perda do controle do Estado. Bertrand Badie atestou o "fim do território". Por sua vez, Saskia Sassen ressaltou o desencaixe do território da escala nacional, no contexto da economia globalizada. Em contraste, Milton Santos reconheceu essas ideias como expressão de uma "globalização como falácia", apontando ainda a dimensão perversa da globalização e suas possibilidades.

Sem dúvida, o papel do Estado transformou-se em consonância com a globalização e com o modelo pós-fordista. De um lado, as companhias e transnacionais exercem cada vez mais influência no ordenamento do território, resultando na atomização de porções territoriais. De outro, a emergência de blocos regionais tem reduzido o poder decisório do Estado na regulação de seu território, que se interliga aos dos vizinhos.

Não obstante tais transformações, o poder do Estado Nacional mantém-se como peça-chave do ordenamento territorial. Se houve uma perda relativa quanto à dimensão nacional do território, o Estado tem buscado a ressignificação de seu poder segundo a lógica de "governamentabilidade". Dessa forma, ele mantém sua principalidade territorial sendo articulador da infraestrutura e o promotor do aproveitamento do território pelo capitalismo.

As fronteiras nacionais assumem caráter ambivalente nesse contexto. Os bens, os serviços, o capital e as informações fluem de maneira cada vez mais intensa, ainda que persistam resistências protecionistas. Dentro dos blocos regionais, a comunicação é ainda mais forte, como demonstra o Espaço Schengen. Por outro lado, seguem firmes as barreiras fronteiriças quanto ao acesso de migrantes internacionais, especialmente nos fluxos da periferia para o centro.

Em síntese, o conceito de "desterritorialização" é pertinente para refletir o processo contemporâneo de transformação da lógica do território pela globalização. No entanto, não há o "fim dos territórios" ou o "fim das fronteiras".

Joaquim Pedro Strunck da Silva Pinto – 30,00

Para entender a desterritorialização, é preciso falar da territorialização. Na Geografia, trata-se da espacialização da sociedade humana em termos de identidade e poder, inicialmente associada ao Estado-Nação. Mais recentemente, M. Lopes de Sousa e outros têm revelado territorialidades flexíveis, no tempo e no espaço, a partir de novas relações de identidade-poder. Pensa-se, por exemplo, nos territórios ora de lazer, ora de tráfico de entorpecentes das praias cariocas. A desterritorialização, nesse crescente temário da Geografia, revela como o laço identidade-poder, marca da territorialização, se desfaz. Nesse sentido, esse conceito pode apontar para inúmeras destruições e reconstruções de laços identidade-poder. Para cada desterritorialização, corresponderá uma reterritorialização, num outro plano.

As transformações pós-fordistas resultantes do fim da era fordista-keynesiana, com o choque do petróleo de 1973, advieram da necessidade de reestruturar a produção capitalista, engessada, com baixo retorno, no modelo de produção em massa, centralizada em poucos nós concentradores (1945-1973). Buscando renovar o lucro (sic), adotou-se a acumulação flexível, desconcentrada, com a produção "customizada", "just in time" do "toyotismo". A produção desconcentrou-se por todo o planeta e (sic) as cadeias globais de valor são seu maior reflexo. O pós-fordismo, desde 1973, promoveu uma revolução técnica nas comunicações, sendo a internet seu maior exemplo. Igualmente, revolucionou o espaço, encurtando as distâncias, por meio do avião e da "containerização". As funções de comando, concepção e execução se espalhariam no espaço, estimulando novas desterritorializações, de modo desigual entre países, pessoas, classes, e lugares.

Em The Condition of Post-Modernity, David Harvey revela como esse processo generalizado de globalização do pós-fordismo capitalista afetou outras áreas da vida humana. A estética flexível, "customizada", não massificada se espalhou pelo mundo. Novas formas de globalização-fragmentação, como prefere R.Haesbaert, ocorreriam na economia, na cultura, nas relações internacionais. As novas desterritorializações, alterações nos padrões de identidade-poder anteriores, ocorreram de modo desigual, marca maior do fenômeno da globalização. Nesse sentido, a Geografia Humanista tem revelado como "espaço-de-lugares" têm surgido, associados à perspectiva subjetiva individualizada, muitas vezes em oposição à noção de espaços fluídos e globais. Pense-se nas relações de "topofilia" de Tuan. Para os mais abastados, por sua vez, esse processo de avanço da globalização tem permitido acesso a múltiplas territorialidades. Sem necessariamente serem desterritorializados, os mais ricos ampliaram o acesso a espaços-de-fluxo, marca do crescente turismo global, dos negócios globais.

Nesse processo de multiplicação das territorialidades, a identidade-poder, a territorialização clássica do Estado Nacional sofreu alterações. Para B. Becker, o Estado é, cada vez mais, um coordenador dos processos de contínua territorialização e desterritorialização. A integração econômica global, sobretudo financeira, elevou sobremaneira os custos de não participar do sistema financeiro internacional do pós-fordismo. Por outro lado, o Estado segue tentando manter-se relevante enquanto sociedade territorializada, Estado-Nação, sobretudo pela intermediação dos fluxos financeiros, informacionais e populacionais que vêm de fora para dentro e vice-versa, promovendo constante alterações (sic) na base técnica e ideacional, refletindo-se em novas desterritorializações.

As fronteiras nacionais, nesse contexto, podem ser entendidas, cada vez mais, como "suturas", no sentido de Agamben, absoverndo e filtrando, mas não bloqueando, o que vem de fora e o que sai de dentro (sic) do território nacional. Como coloca A. Meira Mattos, as fronteiras se tornam porosas. Mas isso não se limita ao lado físico, àquela fronteira comunicada internacionalmente, no sentido clássico de Raffestin. As fronteiras nacionais hoje extrapolam a delimitação lindeira. Pense-se na integração amazônica por meio da OTCA. Melhor ainda, pense-se nos esforços da Política Europeia de Vizinhança, para muito além das fronteiras nacionais, buscando controlar fluxos de pessoas na Turquia ou na Argélia, como denuncia Adrian Little. As fronteiras nacionais expandiram-se em vários sentidos.

Todo esse processo de globalização-fragmentação, acelerado pelo pós-fordismo, ao qual os Estado têm buscado adaptar-se, explicam vários processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, no sentido de R. Haesbaert. De modo desigual, os mais abastados têm tido acesso a novas territorializações, em crescente velocidade; os menos abastados têm tido menor acesso a tantas e novas territorializações, sofrendo "desterritorializações". Contudo, simultaneamente, em outros diferentes planos, há reterritorialização destes últimos menos abastados. O estudo de R. Haesbaert sobre o avanço da produção pós-fordista de soja, por gaúchos, no MATOPIBA, revela, com um exemplo, como o binômio identidade-poder promove territorialização gaúcha de um lado; de outro, desterritorializa e reterritorializa, em outros planos, ideacionais e econômicos, os "geraiseiros" ali presentes.

Bárbara Policeno Pereira – 30,00

Com a difusão do meio técnico-científico-informacional pelo globo, muitos processos territoriais foram reordenados. O pós-fordismo fez que múltiplas cadeias produtivas fossem realocadas e reintegradas no mundo contemporâneo globalizado. O ato de produzir perdeu relevância diante do protagonismo dos novos centros do "mandar". As cidades globais emergem como polos de significativa influência nos processos produtivos mundiais, e com suas decisões polarizam todo o globo. Nesse contexto, cabe analisar o conceito de desterritorialização, bem como sua relação com as transformações pós-fordistas, com os espaços-de-lugares e espaços-de-fluxos, o poder do Estado Nacional e as fronteiras no mundo contemporâneo.

No sistema produtivo, o pós-fordismo implicou a redução de estruturas produtivas enormes típicas do fordismo. Privilegiou-se a formação de "redes" e de estruturas menores, com produção sob encomenda ("*just in time*"). Em escala global, o pós-fordismo ocasionou a realocação da indústria no sul global, diante de benefícios econômicos como menores custos trabalhistas e de insumos. Nos processos gerenciais ganhou relevo o centro de comando da produção, isto é, o centro de tomada de decisão, não o local da produção. Consequentemente, o pós-fordismo engendrou a terciarização, em que o setor terciário passa a ter destaque na ordenação de processos territoriais. A desterritorialização ocorre no sentido de que o processo produtivo não mais é adstrito ao local do "poder de mandar". No Brasil, o professor Milton Santos destacou que São Paulo transformara-se em uma "metrópole relacional" em detrimento de seu antigo papel como "metrópole fabril". No Brasil, embora tenha ocorrido desconcentração concentrada, não houve desterritorialização do poder de mandar, mas apenas dos processos produtivos, com destaque para indústrias em cidades médias. O pós-fordismo trouxe proeminência às atividades relacionadas aos serviços e aos centros de tecnologia.

A desterritorialização é pertinente na relação entre espaços-de-lugares e espaços-de-fluxos. A globalização aduz a importância dos fluxos de produtos e de informações. Os espaços onde ocorrem esses fluxos exercem cada vez mais influência nos processos produtivos globais, como atestam as cidades globais. Elas são centros em que há intermediação entre fluxos locais e globais e, mesmo sendo "cidades", têm poder de decisão que influencia os fluxos mundiais, polarizando todo o globo com suas decisões. Essas cidades são espaços-de-fluxos e são, na paisagem, similares em todo o globo, como mostram a "city" financeira de Londres e a avenida Berrine, em São Paulo, com grandes prédios. Em oposição, há os espaços-de-lugares, com locais marcados por heterogeneidade ao redor do globo. Muitas vezes marginalizados dos grandes fluxos, os lugares representam diferentes formas de organização social e só valores que determinada populações atribuem a eles. Nesse contexto, Roland Robertson afirma que as cidades globais preferem o "glo" ao "cal", de modo a privilegiar relações verticais em detrimento das horizontais. Esses espaços-de-fluxos, com a globalização, ganham destaque em detrimento dos espaços-de-lugares.

O "fim da distância", como ressalta R. Haesbaert, foi decretado pela velocidade de transportes e de comunicação, sobretudo diante do advento da internet. Contudo, a existência de um "mundo sem fronteiras" é um mito, à medida que a globalização não engendrou o fim dos territórios, tampouco o poder do Estado nacional. A realocação das cadeias e a integração do mundo contemporâneo, em verdade, ressalta o papel do Estado em processos territoriais. Em contexto de fragmentação dos processos produtivos, o Estado remanesce ator essencial na ordenação territorial. No Brasil, por exemplo, a instalação de indústrias multinacionais dependeu de atuação estatal, concedendo permissão para a atuação no território. O Estado também tem a importante função de reduzir disparidades regionais, como exemplifica o incentivo à instalação de indústrias no Nordeste. Ainda, é o responsável por determinar as regras às quais as empresas devem submeter-se.

As fronteiras nacionais no mundo contemporâneo evidenciam que o mundo, embora mais integrado, não está mais homogêneo. As fronteiras estatais são fortes óbices à mobilidade de fluxos humanos, como monstra a tentativa de barrar a migração no continente europeu. Por outro lado, as fronteiras nacionais são mais porosas quando se considera que, dentro de um Estado, pode haver empresas multinacionais que respondem a outro país. A desterritorialização, esse sentido, não conduz ao fim do Estado e é um mito. Trata-se da emergência de uma multiterritorialidade, com diversos polos de poder com forte posição de comando, mas que ainda dependem da atuação estatal.

João Paulo Melo Nacarate – 30,00[22]

Para melhor compreender o conceito de desterritorialização é importante considerar as transformações pós-fordistas, os espaços-de-lugar e os espaços-de-fluxos, o Estado nacional e as fronteiras.

Com as deseconomias de escala, a redução dos custos de transportes e avanços nas telecomunicações, o pós-fordismo tem transformado os sistemas produtivos e gerenciais. A concentração tende a diminuir nas cidades (com plantas menores), nos países (com a dispersão da produção industrial) e no mundo (com a industrialização dos países em desenvolvimento, dado o "offshoring"). O outsourcing, a terceirização e a subcontratação também tendem a levar à redução da concentração. A relação com os estoques também mudou, adotando-se o "just in time", mais adequado à acumulação flexível, favorecendo o novo modelo de acumulação, pois melhor reage a mudanças nos gostos dos consumidores. Os produtos são cada vez mais customizados e a produção se dá em redes com algumas firmas líderes, que estabelecem alguns padrões. A forma do gerenciamento também mudou, com a especialização em etapas, as empresas dependem muito mais das empresas à montante e à jusante no processo e, ainda, fazem muitas subcontratações. A relação com os empregados também mudou. Houve redução da sindicalização, flexibilização da carga horária e dos vínculos trabalhistas. Agora os empregados compartilham proporção muito maior do risco.

Nesse contexto, é possível diferenciar os espaços-de-lugar e os espaços-de-fluxo. Estes são espaços em que a fluidez é efetiva e há muita circulação, mas estes espaços podem também ser caracterizados por verticalidades, com decisões sendo tomadas com base em interesses externos. Nos espaços-de-lugar, por sua vez, é possível que haja mais horizontalidades e as decisões sejam tomadas levando em conta os interesses locais. Isso pode, contudo, levar a uma exclusão dos fluxos da economia globalizada.

O Estado continua sendo um ator relevante e poderoso no ordenamento territorial. De acordo com Bertha Becker, a escassez de recursos leva a uma revalorização do território. Os custos de controle do território, por sua vez, são bastante elevados, o que faz com que, segundo a autora, os agentes econômicos não busquem um controle direto do território, mas sim a influência sobre a atuação do Estado no território. E o poder dos Estados ainda é muito grande. Eles podem, suportando as consequências, decidirem por maior ou menor entrada de investimento estrangeiro, assim como decidir por maior ou menor abertura comercial. Os Estados regulam, assim, o grau de inserção dos seus países na economia internacional. Ao contrário do que previam teorias do fim ou da irrelevância do Estado, ele continua importante. Uma abordagem pertinente para a nova situação é a da geoeconomia, segundo a qual não deixou de haver disputa e competição entre os Estados; elas ocorrem na economia. Os Estados competem e disputam uma melhor inserção e posição mais privilegiada na economia internacional. Isso explica as restrições de compra de empresas tecnológicas da Alemanha e dos Estados Unidos pela China. A guerra comercial entre Estados Unidos e China e a questão do 5G ser ofertado por empresa chinesa também é reflexo da disputa dos Estados da economia.

22 Gostaria de dedicar as duas questões de Geografia publicadas nesse guia a Helen Cássia Oliveira Souza, minha professora de Geografia de 5ª a 8ª série, sem a qual eu sequer teria sonhado em ser diplomata.

Nesse sentido, as fronteiras não cessaram de existir; há uma porosidade, mas é seletiva. Em alguma medida, os Estados podem restringir investimentos e diminuir a exposição da sua economia ao comércio internacional. O recebimento de migrantes também é, em alguma medida, controlado. Prioriza-se migrantes com alta qualificação ou com capital para investir. No Canadá, Reino Unido e Austrália, por exemplo, mais de um terço de seus cientistas são estrangeiros, ao passo que Portugal e Estados Unidos oferecem vistos de residência para aqueles que comprometerem determinado montante. Em alguns contextos específicos, contudo, há uma maior abertura. No espaço Schengen, na Europa, há livre circulação e direito de residência entre os países signatários. Na América do Sul, nacionais de boa parte dos países podem requerer 2 anos de residência nos demais países do arranjo. Em outros contextos, contudo, há um recrudescimento das fronteiras. Em alguns casos, há expressão física das fronteiras com a construção de muros, como é o caso da fronteira entre Estados Unidos e México. No caso do Brexit, fronteira da Irlanda do Norte com a Irlanda é um dos temas principais.

Se consideramos que território é um espaço definido por relações de poder e que a desterritorialização é o desaparecimento dessas relações de poder em razão de determinado evento, podemos concluir pela impertinência do conceito. Território é um conceito muito mais vasto, complexo e plástico que a noção de território nacional da geografia clássica. O território pode ser descontínuo, organizando-se em redes territoriais. Pode haver diferentes territorialidades em um mesmo espaço, conforme o decorrer do dia ou a sazonalidade. Além disso, há diversos atores que disputam poder sobre o território, como evidencia Bertha Becker, diretamente (como os Estados) ou por meio da influência na conduta deste. As transformações do pós-fordismo e as mudanças nas fronteiras (de aumento ou recrudescimento da porosidade) não fazem com que haja desterritorialização. Há novos usos a velhas formas e construção de novas formas, mas continua havendo disputa de poder; o que pode ser melhor compreendido pelo conceito de multiterritorialidade, proposto por Haesbaert.

Lawrence Benaventana Póvoas – 30,00

As transformações verificadas nos sistemas produtivos e gerenciais nas últimas décadas relacionam-se ao advento da revolução tecnológica-informacional que se intensifica desde a virada da década de 1970. As inovações nas comunicações, nos transportes e na tecnologia de informação levaram ao surgimento do paradigma pós-fordista, no qual a produção segue os fluxos informacionais articulados em redes descentralizadas, com consequências importantes para o conceito de território. Nesse contexto, ganha pertinência o conceito de desterritorialização.

O modelo pós-fordista caracteriza-se pela fragmentação do processo produtivo em etapas, de modo a permitir a horizontalização empresarial, que não mais segue a lógica vertical de produção integral do produto, conforme ocorria no modelo fordista. Também conhecida como "toyotista", o gerenciamento da produção torna-se flexível e especializado, com a possibilidade de terceirização de etapas produtivas. Nesse sentido, os fluxos informacionais determinam uma produção "just in time", ou seja, a produçãoo será feita sob medida segundo as informações de demanda. Nesse sistema, os fluxos são articulados em redes de informação, que se tornam fundamentais para uma produção e uma gestão eficiente, em um contexto econômico-financeiro-comercial crescentemente globalizado, competitivo e complexo. No entanto, essa lógica contrapõe os espaços-de-lugares aos espaços-de-fluxos.

O território passa a ser articulado pelo que Milton Santos identifica como "nós" ou "nódulos" que integram a rede de fluxos. Assim, os lugares não mais têm seu valor relacionado às suas características ou qualidades. As peculiaridades próprias dos espaços-de-lugares — socialmente construídos, repletos de significados e significações relacionados à paisagem, às imagens e aos usos para o convívio humano — são suplantados pela homogeneização dos pontos articulados do território, segundo a lógica produtiva do mercado. Nessa perspectiva, exacerba-se a "guerra dos lugares", na medida em que o espaço tem seu valor atrelado à sua utilidade em benefício de determinada etapa do processo produtivo. Estabelece-se, desse modo, uma diferenciação fragmentada do território, que se divide entre "espaços opacos" e "espaços luminosos"; "espaços fluidos" e "espaços viscosos"; e "espaços mandantes" e "espaços de obediência", formando-se circuitos produtivos hierarquizados no espaço.

A consolidação dessa lógica em redes globalizadas ao longo das últimas décadas tem colocado em questão o poder do Estado Nacional, que teria dificuldade em organizar e planejar sua projeção no território. Nesse cenário, as grandes empresas multinacionais e os capitais internacionais poderiam penetrar as fronteiras nacionais, que se tornam mais porosas, de modo a implantar os modernos processos produtivos diretamente articulado às localidades e aos espaços subnacionais. No entanto, com a superação da ideia do "fim da História" e do Estado-nação, defendida pela ótica da globalização como fábula, percebe-se que a atuação do Estado constitui fator importante na conformação dos espaços-de-fluxo no território. No moderno complexo agroindustrial brasileiro, por exemplo, o Estado tem papel como articulador e canalizador dos fluxos, como ocorre na implantação do meio técnico-científico-informacional diretamente no meio natural nos polos dinâmicos da soja/milho/algodão no Cerrado e em MATOPIBA, ou da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco, em que infraestruturas e investimentos estatais têm papel fundamental para viabilizar a produção para atender às demandas do mercado internacional.

Se, por um lado, esses fluxos transnacionais enfraquecem as fronteiras nacionais no mundo contemporâneo, por outro, não se concretizou a liberalização do fator produtivo humano — a mão de obra. A tendência contemporânea é, inclusive, a inversa, com o o recrudescimento das fronteiras nacionais e o endurecimento de políticas migratórias, contrastando com o "fim das distâncias" pressuposto pelo paradigma pós-fordista de fluxos informacionais, financeiros e comerciais liberalizados e autônomos da vontade do poder estatal. A Era Digital possibilitou, sim, maior integração e interdependência, encurtando o espaço-tempo, na perspectiva da "aldeia global". Essa realidade deve ser, entretanto, relativizada frente aos efeitos verificados na desterritorialização das populações nacionais, pois há resistências à integração fragmentada nas cadeias globais de valor.

Pior resposta – 19,60

A desterritorialização é um conceito que permanece relevante, não para proclamar o "fim dos territórios", mas para compreender o movimento dialético associado às lógicas territoriais, que se compõem e decompõem em ritmo acentuado, por meio de processos de desterritorialização e reterritorialização. Nesse contexto, emerge a "multiterritorialidade", associada às transformações pós-fordistas, à reconceitualização dos espaços e aos seus impactos sobre o poder do Estado-nação e sobre a relevância de suas fronteiras no mundo contemporâneo.

A transição do sistema fordista ao pós-fordista, à luz de David Harvey, é marcada por uma mudança no regime de acumulação de capital e no modo de regulação que o acompanha. Se, no modelo fordista, prevalecia a acumulação rígida e a regulação keynesiana, no pós-fordismo impera a acumulação flexível, sob regulação neoliberal. Os sistemas produtivos se tornam ajustados à demanda (just in time) e formam-se deseconomias de aglomeração, o que induz a espacialização da produção. Os sistemas gerenciais, por sua vez, são mais flexíveis, as relações de trabalho, mais fluidas, e a organização do trabalho é mais precária, com vínculos menos sólidos.

Com a operação dessas transformações, o sistema produtivo e gerencial é reterritorializado. Observa-se uma desconcentração industrial. O controle da concepção e o poder de decisão se afastam dos locais de execução, pois permanecem concentrados, o que resulta em uma "desconcentração concentrada" (Milton Santos). O Estado interfere menos e a lógica das cidades globais e dos fluxos transnacionais explora novas territorialidades, acima e abaixo do âmbito de abrangência estatal.

Nesse contexto, adquire relevância a dualidade entre espaços-de-lugares e espaços-de-fluxos. O lugar, na concepção da geografia humanista, é o espaço das singularidades, dos significados, do pertencimento. É, na lógica das desterritorializações, o espaço da resistência. Espaços-de-lugares, portanto, associam-se a pontos de saída e de destino, em que o local e a paisagem ainda exercem influência e conformam identidades. Espaços-de-fluxos, por sua vez, são, nesse sentido, "não lugares", ou seja, espaços de movimento e fluidez, integração e globalização, presididos pela circulação e pela produção.

À medida que lugares e fluxos interagem, formam-se desterritorializações, as quais não demoram para serem negadas por reterritorializações. Em um ambiente de múltiplas territorialidades, lugares e fluxos muitas vezes partilham o mesmo espaço, às vezes ao mesmo tempo, às vezes alternadamente. O certo é que o território vira o espaço de síntese entre as múltiplas forças que cooperam e colidem sobre ele.

Para compreender o papel do Estado nesse contexto, deve-se entendê-lo não como um conceito estático e acabado, mas como um "processo" (Bertha Becker), cujas relações com o espaço estão sempre mudando. O Estado neoliberal, pós-fordista, estabelece menor relação de controle sobre fluxos e lugares, quando comparado ao Estado fordista. Seu poder acaba relativizado, de um lado, por uma postura própria (desregulamentação), de outro, por uma maior competição de atores locais, nacionais e globais que adquirem alcance que ora escapa à atuação estatal, ora a intimida.

Apesar da mudança nas relações Estado-território, o poder público ainda é ator relevante. Em um contexto de globalização como fábula (integração universal) e como perversidade (acesso desigual e exclusivo), o Estado tem papel fundamental no avanço de uma outra globalização possível, atuando em parceria com os atores que destroem e constroem novas territorialidades. Para isso, deve desenvolver novos métodos, não apenas para se opor à globalização, mas para construir parcerias voltadas à realização do desenvolvimento sustentável, em suas dimensões econômica, social e ambiental, à luz do objetivo n. 17 dos ODS. O poder do Estado nacional é, hoje, sobretudo o poder de articular, promover e consolidar parcerias sólidas.

Isso porque suas fronteiras já não são as únicas, talvez sequer as principais, linhas de divisão das territorialidades globais. O processo produtivo de um celular, por exemplo, atravessa inúmeras fronteiras. Os grupos de interesse se unem pelas redes por sobre as fronteiras. Entretanto, essa é a fronteira na versão da globalização como fábula. Para os excluídos seletivamente desse processo, as fronteiras permanecem obstáculos relevantes, seja por fatores de mobilidade – a fronteira está aberta, mas não se tem meios para cruzá-la –, seja por políticas de fechamento – precisa-se cruzar a fronteira, mas ela está fechada para quem não lhe interessa. Evidenciam-se, aqui também, as múltiplas territorialidades, que convivem em um mesmo espaço e aplicam lógicas distintas de acordo com a conveniência.

A desterritorialização, portanto, é ferramenta importante para compreender a multiterritorialidade contemporânea. Seu correto entendimento passa pela apreensão das mudanças pós-fordistas, das forças que atuam sobre os espaços e do papel do Estado, bem como da seletividade que acompanha todos esses processos.

Questão 2

Mudanças profundas na composição, na geografia e no quadro institucional da economia global têm apresentado implicações para as cidades. No século 19, quando a economia mundial se apoiava principalmente no comércio, os locais fundamentais eram os portos, as fazendas, as fábricas e as minas. Já naquela época, as cidades eram centros de prestação de serviços. De maneira característica, elas se desenvolviam ao lado de portos, e as companhias de comércio dependiam dos múltiplos serviços industriais, bancários e de outros serviços comerciais localizados em cidades. Estas, entretanto, não eram os locais fundamentais de produção para as indústrias dominantes do século 19 (SASSEN, 1998, p. 23).

No século 21, "três tipos de lugares, entre todos os demais, simbolizam as novas formas da globalização econômica: zonas de processamento de exportações, centros bancários *offshore* e cidades globais. Existem também muitos outros espaços, em que as transações internacionais se materializam." (SASSEN, 1998, p. 34).

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998, com adaptações.

Com base nos dois fragmentos de texto motivador e considerando os elementos mencionados, disserte a respeito da temática apresentada abordando, necessariamente, os seguintes tópicos, com a devida exemplificação:

a) definir o que são zonas de processamento de exportações e exemplificar duas dessas zonas com as respectivas características produtivas e de localização geográfica;

b) evidenciar os aspectos relacionados aos centros bancários *offshore* e a respectiva relação com a economia globalizada e exemplificar dois desses centros;

c) identificar quatro características relacionadas às cidades globais, correlacionando à rede urbana brasileira; e

d) destacar o papel atual dos portos e a respectiva relação com a economia globalizada.

Extensão do texto: até 60 linhas.
Valor: 30 pontos.
Média: 23,47 (total); 25,66 (ampla); 16,88 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 5,276 (total); 3,637 (ampla); 3,693 (cotas/PNE)

João Paulo Melo Nacarate – 30,00

De acordo com Saskia Sassen, zonas de processamento de exportações, centros bancários "offshore" e cidades globais são os três tipos de lugar que melhor simbolizam as novas formas da globalização econômica. As zonas de processamento de exportação geralmente são espaços com regime aduaneiro diferenciado, próximas a portos, em que há facilidades para investimento estrangeiro e a mão de obra é barata. Aí se instalam fábricas estrangeiras, que não pagam impostos sobre a importação dos insumos, utiliza-se a mão de obra barata do local e exporta-se o produto para mercados com maior poder aquisitivo. Comum em países que adotavam o modelo de plataforma de exportação, a produção desse local não se destina aos consumidores locais. A cidade de Shen Zhen, no delta do Rio das Pérolas, na China, próximo a Hong Kong e a Macau, é um exemplo emblemático de zona de processamento de exportação. A transformação da vila de pescadores nesse tipo de zona era parte do projeto de 4 modernizações, de Deng Xiaoping, implementado a partir de 1978. Exemplos atuais desse tipo de zona podem ser encontrados na costa do Vietnã.

Os centros bancários "offshore" (CBO) têm funções bastante diferentes, embora relacionadas à existência de zonas de processamento de exportações. Os CBO são usados para fazer transações bancárias de modo a se pagar a menor quantidade de impostos possível, por isso, se localizam em paraísos fiscais, onde a regulação financeira é pouco rígida. Empresas são constituídas nesses lugares, fundos de investimento e bancos também utilizam esses lugares. Embora possam ser usados por atividades ilícitas, como lavagem de dinheiro, boa parte das transações que fazem são lícitas, apenas se utilizam de brechas nos diferentes sistemas tributários para pagar a menor quantidade possível de impostos. Com a dispersão ainda maior da produção nesse modelo de produção pós-fordista, transações internacionais são múltiplas e o fluxo crescente, o que reforça o papel dos CBO, como é o caso do Panamá e das Ilhas Virgens Britânicas.

As cidades globais são outro lugar símbolo da atual globalização econômica e têm características como ser centro de atividades especializadas, ser centro de tomadas de decisões, possuir alta densidade demográfica e ser intermediário entre as suas regiões e a economia mundial. Alguns serviços que exigem muita escala e que também tem economia de escopo, costumam se concentrar nessas cidades, como serviços financeiros mais específicos (bolsas de valor, bancos de investimento), serviços de marketing, pesquisa e desenvolvimento e também audiovisual. São centro de decisões, abrigando sede das principais empresas, escritórios de organizações internacionais e agências governamentais. A densidade demográfica seria expressão territorial dessa concentração nas cidades globais. Além disso, são responsáveis pela intermediação das relações de sua região (hinterlândia) e a economia global, abrigando filiais de empresas internacionais, os principais aeroportos e firmas de importação e exportação.

A hierarquização das cidades globais brasileiras, em grande medida, reflete isso. São Paulo é uma cidade Alfa, pois vincula uma região primária à economia global, presta serviços financeiros específicos, como a bolsa de valores, é sede de uma proporção razoável das maiores empresas do país e é densamente povoada. O Rio de Janeiro já é uma cidade Beta, pois liga uma

região secundária a economia global, tem alta densidade populacional, presta serviços específicos como em produção audiovisual e é sede de grandes empresas e de agências governamentais. Belo Horizonte, por sua vez, é uma cidade gama-, pois é densa, recebe filiais de empresas multinacionais (como Google e Fiat), presta alguns serviços específicos e é densamente povoada. A importância das três cidades e também as diferenças entre elas também aparecem no REGIC do IBGE, que as classifica como grande metrópole nacional, metrópole nacional e metrópole. O ranking Globalization and World Cities (GaWC) também tem a categoria de cidades autossuficientes e suficientes, que são cidades com inserção relativamente autônoma na economia mundial (não dependem muito de outras cidades globais). Nessas categorias se encontram Campinas e Brasília, o que contrasta com a classificação do IBGE de capital regional e metrópole nacional respectivamente.

Saskia Sassen considera que os portos eram locais fundamentais no século XIX; eles, ainda, o são. Embora boa parte da atividade econômica atual seja informação, cuja transmissão prescinde dos portos, boa parte da economia ainda depende de produtos físicos que são, em larga medida, transportados por navios, precisando dos portos. A conteinerização e outros avanços técnicos permitiram uma redução dos fretes e uma maior distribuição territorial da produção. Esses processos se reforçam e a cada etapa de produção um produto pode depender de portos. Quanto mais aberto é o país, maior tende a ser a importância dos portos. A China, por exemplo, que importa, processa e exporta produtos tem mais de 5 dos 10 principais portos do mundo. A circulação preside a produção, como afirmou Milton Santos.

Joaquim Pedro Strunck da Silva Pinto – 30,00

A globalização econômica acelerou-se desde o espalhamento do pós-fordismo do mundo desenvolvido para os demais países. Antigas funções atribuídas a cidades na "periferia" e a cidades nos "centros" foram subvertidas, renovadas. Houve, desde 1973 até a atualidade, contínua desconcentração produtiva, marca de um modelo flexível de globalização. As cidades tornaram-se mais especializadas em todo o planeta. Os nós polarizadores de todo o sistema, as cidades globais, concentram funções de concepção, comando e controle. Pense-se em Nova Iorque, hoje desindustrializada, com maior concentração de funções relevantes do que nunca. Outros espaços, por sua vez, abarcaram outras funções menos relevantes , como a função de execução da produção industrial nas zonas de processamento de exportações, como Ghanzou (sic), na China. Outros ainda, como centros bancários "off-shore", correlacionariam as funções das outras duas formas. Tome-se Lichenstein (sic) a título de exemplo.

As zonas de processamento de exportações, áreas de execução da produção mundializada do pós-fordismo, foram-se estabelecendo em distintos locais, conforme demonstram G. Arrighi e M. Castels, em diferentes visões. Se o Japão, os Tigres Asiáticos, a Coreia e mesmo algumas localidades da China já foram marcadas pela abundância de mão de obra barata, oferta de energia, condições tributárias e de integração às cadeias globais de valor que marcaram (sic) essas zonas no passado, atualmente destacam-se polos diversos. A fronteira norte do Vietnã ou o sul do país, nos arredores de Saigon, por exemplo, herdaram a produção intensiva em trabalho barato de ZEEs chinesas e coreanas, estando estrategicamente posicionados entre o Índico e o Pacífico, ponto de atendimento aos mercados asiático e europeu. Nos arredores de Daca, Bangladesh, houve concentração de indústrias têxteis, também pela disponibilidade de mão de obra barata e de fácil instalação de capitais de Índia, EUA e Reino Unido, além da estratégica localização entre os dois maiores mercados do planeta, China e Índia.

O pós-fordismo fez-se acompanhar de crescente desregulamentação financeira, em busca de maior eficiência e produtividade no emprego do capital. Dessa forma, dificultou-se o controle soberano do fluxo de capitais, tendo a maior parte do globo aderido a algum grau de abertura financeira, pois a produção, cada vez mais, depende da intensividade (sic) em capital e em tecnologia viabilizados pelos fluxos globais. Assim, elevou-se o custo de "opting-out" do sistema financeiro internacional. Os países buscam financiar-se por meio de contatos estreitos com centros bancários "offshore" que centralizam capital devido ao baixíssimo custo e ao irrisório controle que exercem sobre os que neles depositam seus investimentos. O balanço de investimentos de curto prazo (portfólio) no Brasil, por exemplo, revela que centros "offshore" como Bahamas, Ilhas Virgens Britânicas e outros são dos maiores investidores no país.

Esses ditos "paraísos fiscais" de investidores, em verdade, concentram capitais provenientes, em sua maioria, de grandes Estados e cidades como Nova Iorque (EUA), no caso de Bahamas, e de Londres (Reino Unido), no caso das Ilhas Virgens. Afinal, são as cidades globais os verdadeiros nós comandantes de todo esse processo. É possível na principal cidade global brasileira, São Paulo, (sic) para esclarecer as características funcionais desse tipo de espaço globalizado. Trata-se de nó concentrador de funções de comando e controle, como aqueles serviços que Milton Santos chamou de "quaternário superior". Adicionalmente, concentram forte desigualdade intraurbana, porque atraem funções terciárias inferiores também. Ainda são capazes de transbordar sua influência pela maior parte do território de seus países (São Paulo é a "Grande Metrópole Nacional" do REGIC). Finalmente, também polarizam não só a renda e os negócios nacionais, mas internacionais. São Paulo é hoje o grande nó sul-americano, concentrando multinacionais, voos nacionais e internacionais, empresas e pessoas de toda sorte.

No que se refere ao papel atual dos portos, vale lembrar M. Santos: a circulação preside a produção. Portos são ainda o principal meio de exportação e importação de comércio internacional, o qual, ademais, cresceu mais do que o próprio produto global no período pós-fordista. A função portuária destacou-se, ainda, sobremaneira com a "conteinerização" que dinamizou suas possibilidades, a partir da década de 1970. Embora não controlem a produção, função das cidades globais, os portos ainda são estratégicos (sic) pois a maior parte dos países ainda recebe insumos energéticos e alimentícios por via marinha, a mais barata para longas distâncias. Os investimentos chineses, no âmbito do "colar de pérolas" do "Cinturão e Estrada", em portos como Gwaidar (sic) (Paquistão) e Colombo (Sri Lanka) revela essa dimensão estratégica renovada.

O pós-fordismo alterou a funcionalização do espaço. As cidades adaptaram-se a nova espacialização do capital, agora em âmbito global. Novas e antigas funções foram redistribuídas por cidades globais, no topo dessa hierarquia funcional (sic) e tantas outras formas de organização espacial que marcam o mundo cada vez mais globalizado.

Taciano Scheidt Zimmermann – 29,50

A globalização econômica, no século XXI, ocorre por meio de novas formas e lugares. Os fluxos globais, cada vez mais ágeis, valorizam os territórios de acordo com sua capacidade de integrar-se à produção e apoiam-se, fundamentalmente, em zonas de processamento de exportações, centros bancários offshore e cidades globais. Assim, o papel do Estado se modifica, à medida que novas territorialidades e novos processos surgem acima, abaixo e através dele. A logística é a nova lógica geopolítica. Os portos, em sua capacidade de integração, são pontos estratégicos nesse novo panorama.

Saskia Sassen aponta para a nova conformação da geoeconomia global, já no final do século XX, evidenciando as cidades como local fundamental, ao lado dos centros bancários e das zonas de processamento de exportações. Essas últimas podem ser definidas como espaços logísticos nos quais se processam bens para serem comercializados globalmente, de modo que são locais baseados em uma lógica extrovertida, voltada para fora do território. Seus papéis e seu valor se definem por essa variável. Como exemplo, pode-se mencionar as indústrias chinesas voltadas para a exportação, cuja produção ocorre de forma dissociada dos processos de concepção, grande parte das vezes, e cuja localização oferece vantagens de custos logísticos, como trabalho a salários menores. Outro exemplo é a fabricação de calçados e roupas em Bangladesh, com abundância de mão de obra e incentivos para a produção voltada à exportação. Esses locais, assim, refletem dinâmicas exógenas.

Quanto aos centros bancários offshore, trata-se de centros financeiros que oferecem serviços altamente especializados e normalmente associados a um território em que a regulamentação estatal é menos densa, mais receptiva à liberdade dos fluxos monetários. Tornam-se, assim, verdadeiros hubs do capital internacional, que está sempre em busca de lugares que lhe ofereçam maior vantagem. Centros bancários dessa espécie podem ser encontrados, por exemplo, no Panamá, na Suíça ou nas Ilhas Cayman. A maior liberdade de fluxo a eles associada também incrementa riscos de possíveis práticas ilícitas, em um cenário no qual o capital se antecipa ao Estado e, muitas vezes, foge ao seu controle. Os centros bancários tornam-se mais relevantes à medida que o mercado financeiro e a globalização financeira atingem níveis e densidades inéditos. O capital se move com base em especulações e utiliza os centros bancários offshore como pontos de apoio ao abrigo do controle do Estado. Esses centros têm como contraponto o sistema financeiro localizado nos grandes centros globais, como Nova Iorque ou Londres, e com eles formam a geografia internacional dos fluxos financeiros.

Centros como Nova Iorque ou Londres são cidades globais, loci fundamentais da linguagem do modo de produção contemporâneo, à luz da reflexão de Saskia Sassen. Essas cidades são caracterizadas, sobretudo, pela oferta de serviços altamente especializados, com destaque para setores como finanças, tecnologia, seguros e inovação. Elas possuem capacidade de gestão de primeiro nível e estabelecem relações diretas com outros centros globais, sem necessitar da intermediação do Estado – vínculos transnacionais. Além disso, concentram alta densidade técnico-científico-informacional, sendo espaços caracterizados por fluidez, rapidez, luminosidade e poder de mando, concepção e direção. Na rede urbana brasileira, identificam-se cidades globais como São Paulo e Rio de Janeiro. No caso de São Paulo, a classificação é mais alta (alfa), devido à sua ampla integração global, o que, não por acaso, faz da cidade o maior centro empresarial do país e a única "grande metrópole nacional", à luz do REGIC (2007). O Rio de Janeiro está em nível mais baixo na classificação das cidades globais, visto que perde para Buenos Aires, por exemplo, em importância como centro financeiro; no REGIC, o Rio é uma metrópole nacional, assim como Brasília, com nível de gestão primário.

Se a circulação preside a produção, segundo Milton Santos, e se a logística é a nova racionalidade da geopolítica no século XXI, de acordo com Bertha Becker, permanece cada vez mais central a importância dos pontos de conexão globais de bens e transportes, cuja expressão fundamental são os portos. Ter portos em lugares estratégicos significa ter melhores rotas marítimas de circulação, maior capacidade de escoamento das zonas de processamento de exportações, maior vantagem competitiva. Exemplo disso é o atual projeto chinês "Cinturão e Rota", com profundos impactos geopolíticos, à medida que envolve a construção de portos e novas rotas marítimas, algo fundamental à economia chinesa, cada vez mais integrada à economia global e com gargalos logísticos importantes no Mar do Sul da China. Abrir mercados de exportação, atualmente, não é apenas fazer acordos, mas, sobretudo, abrir novas rotas, investir em infraestrutura portuária e expandir a logística da navegação.

A produção, hoje em dia, é globalizada em sentidos novos – novos atores, novos processos, novas lógicas. Zonas de processamento de exportações, centros bancários offshore e cidades globais são os seus pontos fundamentais de apoio. A cidade global, especialmente, torna-se um símbolo da síntese local-global, que perpassa o mundo contemporâneo. A geopolítica da logística – e a importância do tempo, na "cronopolítica" – é o princípio subjacente, que revaloriza a estrutura portuária no mundo moderno.

Lawrence Benaventana Póvoas – 29,50

A economia internacional globalizou-se, paulatinamente, de modo a conformar espaços globalizados articulados entre si. Nesse contexto, o advento da revolução tecnológica-informacional intensificou esse processo ao longo das últimas décadas, caracterizando-o pela consolidação de redes articuladas globalmente por fluxos de informação, produtos, serviços e pessoas. Destacam-se, nesse cenário, as zonas de processamento de exportações, os centros bancários offshore e as cidades globais.

As zonas de processamento de exportações constituem espaços econômicos geograficamente delimitados onde vigoram regimes especiais aduaneiros que os diferenciam do território aduaneiro nacional. A implantação dessas zonas relaciona-se à inserção de espaços produtivos nas cadeias globais de valor de maneira mais flexível e fluida. Assim, elas concentram e articulam os processos produtivos necessários para a produção, montagem e exportação de produtos para os mercados internacionais sem necessidade de importar, passar por trâmites burocráticos, transportar peças e produtos do processo produtivo, o que os encareceria, causando perda de competitividade na inserção em cadeias globais de valor. Existem, ademais, essas zonas dedicadas à reexportação, caso no qual uma zona disponibiliza sua infraestrutura logística, lucrando sobre a reexportação de produtos a lugares em que disfrute de alguma vantagem competitiva, como isenções fiscais regionais no âmbito de um bloco econômico, por exemplo. Exemplos dessas zonas existem na zona econômica do litoral chinês, associados aos grandes portos que servem de plataforma de exportação, como em Zhen Chen, no Cantão, ou em Hong Kong. Na fronteira do México com os EUA, a instalação das “maquiladoras” também inserem-se nesse conceito. O porto de

Duqm, em Omã, bem exemplifica a proliferação desse modelo no Golfo Árabe, servindo de entreposto de reexportação de bens.

Os centros bancários offshore são "nódulos" fundamentais nessas redes da economia globalizada, pois possibilitam que recursos financeiros e capitais acumulados nas transações internacionais, inclusive em zonas de processamento de exportações, possam ser rapidamente transferidos entre os espaços produtivos de produção na economia mundial. Isso é possível graças a uma infraestrutura bancária moderna, porém com pouca regulamentação e fiscalização em relação às economias avançadas. A atração de grandes empresas multinacionais é feita, ademais, por incentivos de insenção de tarifas, taxas e impostos, frequentemente caracterizando "paraísos fiscais". Existem centros bancários offshore tradicionais, como os das Ilhas Cayman e das Ilhas Virgens, no Caribe, que desempenharam esse papel ao longo do processo de internacionalização das grandes multinacionais dos países do Atlântico Norte. Recentemente, o Panamá revelou-se como importante centro bancário offshore, na América Central. Existem análises que apontam para Hong Kong como o centro dinâmico na articulação de capitais transnacionais nessa lógica, integrando os fluxos financeiros, comerciais e informacionais dos polos dinâmicos chineses, asiáticos e ocidentais.

As cidades globais, por sua vez, caracterizam-se por sua capacidade de projetar sua influência para além de suas fronteiras nacionais, pois são cidades plenamente inseridas nessas redes globalizadas e nas cadeias globais de valor do mercado mundial. As cidades globais concentram as sedes, os escritórios e as representantes das grandes empresas multinacionais. Mais uma característica dessas cidades é a existência de infraestrutura de serviços de ponta — bancários, empresariais, de saúde, de marketing e consultoria, etc. Estão consolidados nessas cidades também os principais meios de mídia e comunicação. Por fim, integram-se aos fluxos globais inclusive pelas numerosas rotas de transportes, como por voos comerciais e aeroportos internacionais. Por essas características, a cidade de São Paulo é atualmente a única que se pode considerar cidade global, o que condiz com sua posição na rede urbana brasileira como única "Grande Metrópole Nacional", por sua capacidade de projeção de influência para todo o território nacional.

Após um período em que perderam sua importância relativa pelo surgimento desse quadro institucional da economia global, os portos continuam a desempenhar função importante na economia globalizada, pois todos os fluxos descritos pressupõem, em certa medida, um livre e eficiente intercâmbio de bens. Mesmo em setores intensivos em serviços, por exemplo, necessita-se importar e exportar bens e tecnologias (eletrônicos, computadores, aparelhos, etc.). Dessa maneira, os portos participam da economia globalizada seja indiretamente — em articulação com os fluxos internacionais — seja diretamente, pela integração direta, conforme visto.

Pior resposta – 14,40

A globalização afetou sobremaneira o modo como as transações se dão no mundo. A dinâmica produtiva foi uma das mais impactadas por essa tendência.

De acordo com Saskia Sassen, as zonas de processamento de exportações são um dos principais "lócus" de transações internacionais. Tratam-se dos locais em que a produção é recebida e, posteriormente, enviada para a exportação. São a base da rede produtiva, já que recebem e cumprem ordens dos demais pontos da rede. Exemplo dessas zonas são os portos, responsáveis por receber e escoar fisicamente a produção que já havia sido negociada em outros níveis da cadeia. O porto de Singapura, um dos mais movimentados do mundo, tem a facilidade de apresentar notável infraestrutura logística e de localizar-se estrategicamente no sul da Ásia, sendo polo de escoamento da produção asiática. Outra zona de processamento são as zonas ferroviárias, responsáveis, no Brasil, por parte importante da exportação de granéis sólidos não agrícolas. A cidade de Vitória, por receber carga oriunda de Minas Gerais, representa essa zona de processamento.

Os centros bancários "offshore" são outro elemento da economia globalizada, já que concentram parte importante das transações financeiras globais. O atual estágio de desenvolvimento da economia capitalista, que pressupõe transações financeiras, enseja a formação de polos a partir dos quais o sistema financeiro se organize. Não raro, são locais que já apresentavam proeminência em outras fases do desenvolvimento capitalista, razão pela qual apresentam infraestrutura e capital humano atrativos. Londres ilustra essa relação entre centros bancários e globalização. A "City" coordena boa parte das transações europeias e exerce influência sobre a economia mundial. Nova Iorque é outro exemplo. "Wall Street" é um dos grandes centros de coordenação da economia global. Tanto é assim que os efeitos da crise de 2008 foram sentidos por praticamente todas as nações. Os centros bancários "offshore" são portanto, elementos essenciais de economias globalizadas. Por eles, passam as transações financeiras transnacionais, fomentando a relação de interdependência entre as econômias. Essa relação fica evidente tanto em contextos de crise, que podem provocar impactos negativos em cadeia para as outras regiões do globo, quanto em contextos de prosperidade, em que esses centros favorecem a expansão da economia mundial.

As cidades globais são o terceiro elemento apontado por Sassen. Se as zonas de processamento ocupam a base da cadeia, as cidades globais ocupam o topo. São elas que organizam as conexões em rede no mundo globalizado. São, portanto, os grandes nós que viabilizam a globalização. Essas cidades são conhecidas por sua relação que transcende o entorno físico e conecta-se com a dinâmica mundial, macro. Em função de sua importância, são normalmente locais de concentração de atividades do terciário superior, altamente especializadas.

Na dinâmica brasileira, verifica-se a relação global e relações dentro da rede urbana pátria. São Paulo é considerada cidade global pela função que desempenha no arranjo mundial. É também a "grande metrópole nacional", de acordo com o REGIC, pela centralidade que tem na organização da rede urbana nacional. Dessa forma, a lógica de buscar o nó mais importante da rede aplica-se em âmbito internacional e intraestatal.

Os portos, no contexto de de globalização, mantêm sua importância por serem local de materialização dos fluxos. São pontos em que os fixos e os fluxos interagem de modo mais evidente. O porto de Santos, por exemplo, é o principal ponto de escoamento da carga geral do Brasil. O porto de Roterdã desempenha função análoga na Europa. Esses locais são imprescindíveis do ponto de vista logístico, pois permitem trânsito de carga de forma relativamente barata ao redor de todo o globo. Se as cidades globais representam nós virtuais na rede, os portos permitem a concretização do dinamismo característico da ordem globalizada.

Com a globalização, o papel que diversas localidades desempenham mudou. Por meio das zonas de processamento, dos centros offshore e das cidades globais, entende-se melhor a conjuntura.

Questão 3

No presente trabalho, entendemos por domínio morfoclimático e fitogeográfico um conjunto espacial de certa ordem de grandeza territorial – de centenas de milhares a milhões de quilômetros quadrados de área – onde haja um esquema coerente de feições de relevo, tipos de solos, formas de vegetação e condições climato-hidrológicas.

[...] Até o momento foram reconhecidos seis grandes domínios paisagísticos e macroecológicos em nosso País.

AB'SABER, Aziz. *Os domínios de natureza no Brasil*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 11-12 e 13, com adaptações.

Os seis domínios identificados por Ab'Saber, na obra apresentada, são: 1) o domínio das terras baixas florestadas da Amazônia (amazônico); 2) o domínio dos chapadões centrais recobertos por cerrados, cerradões e campestres (cerrado); 3) o domínio das depressões interplanálticas semiáridas do Nordeste (caatinga); 4) o domínio dos "mares de morros" florestados (mares de morros); 5) o domínio dos planaltos subtropicais com araucárias (araucárias); e 6) o domínio das coxilhas subtropicais com pradarias mistas (pradarias).

Com relação aos domínios da caatinga e do cerrado mencionados, redija um texto que contenha a caracterização, para cada um, dos seguintes tópicos:

a) clima;

b) vegetação;

c) regime hídrico; e

d) principais atividades econômicas desenvolvidas.

Extensão do texto: até 40 linhas.
Valor: 20 pontos.
Média: 13,47 (total); 14,27 (ampla); 10,88 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 2,681 (total); 2,054 (ampla); 2,927 (cotas/PNE)

Gabriel Clemente de Oliveira Bellato – 17,60

Na classificação geográfica de Aziz Ab'Saber, destacam-se dois domínios, o do Cerrado e o da Caatinga, cada qual com suas particularidades de clima, vegetação, regime hídrico e atividades econômicas neles desenvolvidas. Como todos os demais domínios brasileiros, o Cerrado e a Caatinga possuem elevada biodiversidade, tendo ambos já perdido cerca de 50% de sua cobertura vegetal original.

Quanto ao clima, o Cerrado é caracterizado pelo tropical úmido; e a Caatinga, pelo semiárido. Ambos os domínios possuem elevadas temperaturas médias, encontrando-se afastados do litoral. O clima do Cerrado é condicionado pela sua localização, mormente nos chapadões centrais. O mesmo ocorre com a Caatinga, que se encontra localizada nas depressões interplanálticas da região Nordeste. No Cerrado, so meses mais quentes do ano são os do verão, com esparsas frentes frias no inverno pelo deslocamento das massas de ar polares.

Já no que concerne ao regime hídrico, tanto o Cerrado quanto a Caatinga possuem estações secas bem demarcadas, apesar de o índice pluviométrico da Caatinga ser bem menor que o do Cerrado. As chuvas do Cerrado concentram-se nos meses de verão, pela expansão da massa equatorial continental. Entre os meses intermediários do ano, tem-se a estação seca. No Cerrado, nascem diversos rios nacionais, como o Araguaia e o Tocantins. Já na Caatinga, há breve período de chuva também nos meses finais do ano, mormente entre dezembro e fevereiro, meses alcunhados de "inverno" pelos sertanejos. Há marcado período de seca nos meses intermediários do ano. Outrossim, a Caatinga destaca-se pela presença de certos rios intermitentes e alguns perenes, como o São Francisco, que nasce nas regiões úmidas da Serra da Canastra, em Minas Gerais.

Tanto o clima quanto o regime hídrico condicionam a vegetação do Cerrado e da Caatinga, com predomínio de vegetação arbóreo-arbustiva. No Cerrado, têm-se campos limpos, com a vegetação arbustiva; campos sujos, com vegetação arbustiva e cerca presença de árvores; e os cerradões, com árvores de maior porte. Nas zonas limítrofes entre o Cerrado e a Amazônia maranhenses, tem-se a formação das matas de cocais. Além do clima e e do regime hídrico, o solo do Cerrado, consideravelmente ácido, condiciona sua formação vegetacional, cujas árvores possuem, em geral, uma casca grossa e resistente ao fogo, baixo porte e uma forma de troncos e galhos retorcidos. Na Caatinga, a baixa pluviosidade, a intempérie física do solo e as elevadas temperaturas condicionam uma vegetação arbóreo-arbustiva frequentemente caducifólia, com presença de espinhos. Há, ademais, considerável presença de cactáceas nesse domínio.

No que concerne às principais atividades econômicas desenvolvidas, em ambos predomina a agropecuária. A emergência do MTCI permitiu a moderna agricultura no Cerrado, em razão de seu relevo plano, que favorece a mecanização. Com o processo de calagem do solo, as extensas propriedades do Cerrado produzem soja, milho e algodão. Ademais, desenvolve-se a pecuária na região. Primeiramente, essa atividade produtiva expandiu-se pelos estados da região Centro-Oeste e, a partir da década de 1990, para o MATOPIBA. Já na Caatinga, tem-se, historicamente, pequenas propriedades policultoras, pouco produtivas e de caráter de subsistência. Todavia, a emergência do MTCI permitiu o desenvolvimento de fruticultura irrigada no semiárido, pois a baixa pluviosidade inibe o desenvolvimento de pragas. Essa fruticultura é desenvolvida nos vales dos rios São Francisco, após os trabalhos da CODEVASF, do Açu e do Gurgueia.

A emergência da agricultura moderna no Cerrado e na Caatinga, mormente para exportação, impulsionou a formação de CAIs nesses domínios, com uma integração à montante e à jusante do processo produtivo. Outrossim, ganharam relevância as cidades médias nesses domínios. Todavia, também se impulsionou o desmatamento nos mesmos, se sorte que ambos já perderam cerca de metade de suas respectivas coberturas vegetais originais, o que prolonga o período de estiagem nos dois locais.

Rodrigo Lara Pinto – 17,60

A caatinga e o cerrado são importantes domínios morfoclimáticos brasileiros. Enquanto a caatinga está presente, majoritariamente, no Nordeste, o cerrado está, principalmente, na região Centro-Oeste. Apesar de sua biodiversidade e características endêmicas, ambos os domínios tiveram grande parcela de sua vegetação original removida (cerca de 50%).

Em relação ao clima, a caatinga sofre a influência do semiárido, marcado por uma longa estação seca (de cerca de 9 meses) e uma curta estação chuvosa. Isso se explica, em grande medida, pela presença de zona de alta pressão atmosférica na região, além de barreiras do relevo, que impedem a passagem de massas de ar úmidas. O cerrado, por sua vez, é influenciado pelo clima tropical (geralmente tropical típico), marcado por longa estação seca, mas que dura cerca de 6 meses. Em ambos os casos, as temperaturas são altas, principalmente na estação seca.

A vegetação da caatinga é predominantemente arbustivo-herbácea, adaptada ao clima seco. As plantas são, em geral, acicufoliadas e têm grande capacidade de retenção de água, com predomínio de cactáceas. No caso do cerrado, a vegetação também tem característica arbustivo-herbácea, por conta da baixa umidade na estação seca. Em áreas com maior umidade, como em veredas, a vegetação tem porte mais alto, de forma a ser caracterizada como cerradão.

Quanto ao regime hídrico, a caatinga tem sua estação chuvosa concentrada entre fevereiro e abril, que é conhecida como "inverno". Os índices pluviométricos nesses meses são altos, mas os baixíssimos níveis do restante do ano tornam a região caracteristicamente semiárida. Os rios da região são, portanto, em sua maioria, intermitentes, tendo como notáveis exceções perenes o Parnaíba e o São Francisco. Em relação ao cerrado, a estação chuvosa é mais longa, de modo que os rios, em regra, são perenes. Muitos dos rios que começam no cerrado alimentam a bacia amazônica e as planícies inundadas do Pantanal.

Em face de todas as características mencionadas, diferentes atividades econômicas são desenvolvidas nas duas regiões. No caso da caatinga, há grande predomínio da pecuária e da pequena agricultura, voltada para o mercado interno. Recentemente, no entanto, promoveu-se o estabelecimento de fruticultura irrigada na região, com destaque para as áreas do vale do São Francisco, do vale do Açu e do Gurgueia. No cerrado, por sua vez, houve a expansão, desde a década de 1970, da agricultura moderna, especialmente concentrada no cultivo de soja, com alternância com o milho e o algodão. Entre suas características estão a presença de grandes propriedades, com amplo emprego de tecnologia e pouca mão de obra. Além disso, destaca-se também a importância da pecuária nas regiões de cerrado.

Bruno Rolim – 16,10

Em sua obra, Aziz Ab'Saber identifica seis conjuntos espaciais com características próprias de clima, vegetação e hidrografia, os chamados domínios paisagísticos e macroecológicos, no Brasil. Dois desses domínios, o do cerrado e o da caatinga, embora compartilhem características vegetacionais em alguns aspectos, têm sua conformação ligada a distinções climáticas e hídricas, que também engendraram conjuntos diferentes de atividades econômicas.

O domínio da caatinga se caracteriza por uma vegetação arbustivo-herbácea, com a presença de espécies xerófitas e cactáceas, cujos caules e folhas apresentam modificações morfológicas como caules que absorvem maior quantidade de água e folhas que assumem a forma de espinhos para evitar a perda por evapotranspiração.

A vegetação do domínio da caatinga é produto de, entre outros fatores, o clima tropical semiárido, condicionado pela localização em depressões interplanálticas, que são pouco expostas às massas atlânticas. O clima semiárido apresenta uma estação seca definida e mais longa, e sua pluviometria é bastante baixa, não chegando a 500mm anuais em alguns casos.

A conjunção entre clima, relevo e outros fatores gera um domínio cujo regime hídrico tem rios em boa parte intermitentes, sem fluxo permanente ao longo do ano. Medidas como o projeto de transposição do rio São Francisco buscam amenizar esse impacto.

O fato de a caatinga apresentar características de baixa pluviometria e rios com pouca vazão fez com que, historicamente, sua exploração econômica estivesse ligada à pecuária e à pequena agricultura familiar. Mais recentemente, projetos de fruticultura irrigada em regiões próximas ao rio São Francisco ampliaram a gama de atividades no domínio.

O domínio do cerrado, por sua vez, é predominantemente arbustivo, e é frequentemente associado às savanas africanas; mas também há a presença de formações arbóreas, nos cerradões em especial, e gramíneas nos campestres. Boa parte da vegetação do cerrado também não tem folhagem perene ao longo do ano.

No cerrado, o clima predominante é o tropical continental, que tem estação seca definida, mas menos longa que o semiárido, e pluviometria maior, chegando a ultrapassar 1000mm anuais. O regime de chuvas é influenciado pelos chamados "rios voadores", que vêm do oceano, condensam-se nos Andes e depois seguem para o Centro-Oeste.

O regime hídrico do cerrado deriva de sua localização geográfica central; pelo domínio passam boa parte das bacias brasileiras, incluindo as nascentes de bacias que banham desde o Nordeste até o Sul do Brasil.

O cerrado é, hoje, centro da atividade agropecuária brasileira, com destaque à soja, cultivada desde a década de 1970 com a correção da acidez do solo, intercalada com cultivos como milho; também há forte presença da pecuária; a atual fronteira de produção está no Arco Norte e no Matopiba.

Cerrado e caatinga, embora sejam domínios de menor repercussão que o amazônico, carregam grande relevância para o Brasil; sua exploração econômica deu origem a problemas como a perda de 50% de sua formação original, e sua preservação depende hoje de políticas mais assertivas.

Pior resposta – 6,10

Os domínios da caatinga e do cerrado são os dois brasileiros que possuem clima semi-árido. A caatinga, tipicamente nacional, apresenta baixa pluviosidade e encontra-se no Nordeste mais interiorano, a qual Euclides da Cunha referiu-se como "Os Sertões", em obra acerca da guerra de Canudos. Em decorrência do baixo índice de chuvas, muitos rios secam, por isso a transposição do Rio São Francisco tende a auxiliar no desenvolvimento econômico da caatinga. Por ter sua nascente e sua foz em regiões cujo clima não é semi-árido, o São Francisco é perene e caudaloso. O cacto é bastante típico do domínio da caatinga, onde a vegetação, aliás é mais rara, pouco densa, baixa, mas a existente é bastante resistente à seca e tem capacidade de absorver e armazenar água de forma bastante elevada. Tanto o solo do cerrado quanto o da caatinga são pobres e ácidos. O cerrado também tem baixa pluviosidade, quando comparado a áreas florestais brasileiras, como a Amazônia e a Mata Atlântica. Contudo, o cerrado possui estação mais chuvosa e outra mais seca. A vegetação do cerrado é campestre, pouco densa, embora haja árvores esparsas. O domínio é, atualmente, um dos mais ameaçados, no Brasil.

Embora o solo do cerrado seja ácido, a tecnologia obtida através da cooperação com o Japão (PRODECER) permitia que o Brasil se tornasse um dos maiores produtores e exportadores da soja, mundialmente, transpassando a barreira natural, na que La Blache chamaria de "possibilismo", em detrimento do determinismo Ratzeliano. Assim, o principal produto brasileiro advém do agronegócio no cerrado, mormente no Mato Grosso. Já a atividade econômica na caatinga é mais escassa, devido ao solo pobre e à sua condição erosiva. Entretanto, isso não impediu que se desenvolvesse, por exemplo, indústria de sucos e frutas, por exemplo, em Petrolina e Juazeiro.

Questão 4

O número de pessoas com 60 anos de idade ou mais tem aumentado a uma taxa sem precedentes. Em 1980, havia 378 milhões de pessoas no mundo com 60 anos ou mais. Agora, 30 anos depois, esse número dobrou para 759 milhões, e projeta-se um aumento de 2 bilhões em 2050. A Organização Mundial da Saúde (OMS) prevê que até 2020, pela primeira vez na história, o número de pessoas com mais de 60 anos vai superar o de crianças menores de 5 anos de idade.

Disponível em: <https://www.unfpa.org/fr/node/7682>.

A população europeia está envelhecendo rapidamente, e isso é particularmente evidente nas cidades. Segundo o Eurostat, o número de pessoas com 65 anos de idade ou mais quase dobrará de 17% para 30% até 2060, e as pessoas com 80 anos ou mais passarão de 5% para 12%. Essa mudança demográfica significativa é vista como um grande desafio para os sistemas sociais e de saúde da Europa. Muitas cidades começaram a desenvolver e implementar programas amigáveis aos idosos. No entanto, o principal desafio para as cidades é menos o fato de estarmos vivendo mais, mas mais o fato de passarmos muitos anos da velhice em um ambiente urbano projetado por e para uma população mais jovem e economicamente ativa.

ACPA. Adaptação das cidades europeias ao envelhecimento da população: desafios políticos e melhores práticas. Disponível em: <https://www.espon.eu/ACPA>.

Com base nos fragmentos de texto motivador e considerando os elementos gráficos e os indicadores mencionados, disserte a respeito da temática apresentada, abordando os seguintes tópicos, com a devida exemplificação:

a) causas do envelhecimento da população mundial / de grupos de países ou continentes onde o envelhecimento da população já é problema atual;

b) perspectivas para o envelhecimento da população brasileira;

c) envelhecimento saudável; e

d) enumeração e explicação de dois desafios para as políticas públicas à população idosa.

Extensão do texto: até 40 linhas.
Valor: 20 pontos.
Média: 16,82 (total); 17,06 (ampla); 16,08 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 1,587 (total); 1,655 (ampla); 1,215 (cotas/PNE)

Taciano Scheidt Zimmermann – 19,90

O envelhecimento da população mundial é um dos temas de maior relevância para a demografia no século XXI, inclusive inserido na agenda temática do G-20 na Cúpula de Osaka, em 2019. Um panorama do envelhecimento global e brasileiro, seguida de uma análise do envelhecimento saudável e das políticas públicas nesse tema, demonstra a sua importância para o desenvolvimento sustentável.

Em países como a Alemanha e o Japão, o envelhecimento populacional já é uma realidade preocupante. Entre as suas causas, destacam-se a maior expectativa de vida da população, em razão de condições de desenvolvimento humano avançadas, a estabilização em baixa do número de nascimentos e da taxa de fecundidade, além da disponibilidade dos avanços tecnológicos na área médica, que permitem maior longevidade à população. O alto índice de urbanização consolidada ajuda a explicar a fase demográfica de inverno em que se situam esses países, à luz do modelo de Thompson. O envelhecimento é um fenômeno que tende a resultar do avanço tecnológico e das transformações sociais pós-industriais, ampliando-se pelo mundo, já no horizonte de países como o Brasil.

A população brasileira vem apresentando significativo aumento da idade média (atualmente em 40 anos), e o envelhecimento, de acordo com o IBGE, deverá estar consolidado na década de 2030, na qual o número de idosos será o dobro do atual. O país está caminhando para fora do "bônus demográfico", embora ainda colha seus frutos, de modo que a razão de dependência da população só tende a crescer daqui para frente. Na 4ª fase da transição demográfica, a natalidade brasileira vai se estabilizando em baixa, contribuindo para o envelhecimento populacional. Preocupa a situação, uma vez que os sistemas previdenciário e de saúde pública já se encontram sobrecarregados, e o Estado tem pouca margem financeira para implementar políticas públicas para lidar com esse fenômeno.

O envelhecimento populacional, portanto, é central para a dinâmica populacional das próximas décadas, e seu impacto será tanto menor quanto mais saudável for o processo de envelhecimento. É relevante, nesse contexto, a reconceitualização do envelhecimento como a "melhor idade" e a formação de grupos de apoio mútuo para o combate à depressão, comum na terceira idade. O envelhecimento saudável também pressupõe políticas públicas de acompanhamento preventivo da saúde do idoso, com centros de atenção especificamente voltados para esse fim. Importante, ainda, é o desenvolvimento de oportunidades em torno da "longevidade", como feiras, encontros e foros, que oferecem entretenimento e oportunidades econômicas para o engajamento da população idosa.

Dois desafios despontam nesse cenário: pensar um novo ambiente urbano e garantir voz e representatividade ao idoso. A cidade precisa ser um ambiente acolhedor, adaptado e com opções de entretenimento à terceira idade. Somente assim ela será inclusiva, na acepção do objetivo n. 11 dos ODS. Algumas academias a céu aberto em cidades brasileiras, com equipamentos para incentivar o exercício físico aos idosos, são ótimos exemplos. O número de idosos cresce, mas eles ainda não são maioria, o que dificulta maior ação efetiva do Estado em relação ao envelhecimento. É preciso dar voz e meios de ação política, inclusive condições materiais de exercício do direito ao voto, a fim de que haja maior participação e inclusão política da população idosa.

Acima de tudo, porém, todos devemos nos lembrar de que somos idosos em potencial. As políticas públicas desenvolvidas hoje nos beneficiarão amanhã. O êxito do desenvolvimento sustentável dependerá de como essa importante variável populacional será encarada pela sociedade e pelo Estado.

Arthur Lomonaco Beltrame – 18,60

O envelhecimento da população mundial decorre dos impactos do processo de urbanização na melhoria das condições de vida e na expectativa de vida, em especial no acesso a saneamento básico, à melhor alimentação e a tratamento de saúde mais eficientes e modernos. Ao passo que regiões como Ásia e África ainda se encontram em rápido processo de urbanização e suas populações idosas em termos absolutos decorram de seu peso demográfico, outras regiões, como a Europa, já finalizaram a transição demográfica da 4ª fase de Thompson, enfrentando problemas na atualidade. Neste caso, o problema apresenta-se não somente pela alta taxa de idosos, mas pela baixa fecundidade em países com pirâmides etárias quase retangulares, o que impactará questões de cunho social, de saúde e previdenciária.

A população brasileira já apresenta, hoje, média de idade superior aos 30 anos, com expectativa de vida beirando os 80 anos e fecundidade já inferior à taxa de reposição de 2,1 filhos por mulher em idade fértil. Vislumbra-se, assim, um crescimento cada vez maior do contingente de idosos na sociedade brasileira. No caso específico do Brasil, observa-se o momento de transição demográfica conhecido como Janela de Oportunidade, ou Bônus Demográfico, onde a Razão de Dependência encontra-se em seu "vale". Já tendo superado o mínimo de sua Razão de Dependência, as perspectivas para o Brasil são de alargamento do topo de sua pirâmide etária e diminuição da base. Essa é, atualmente, a realidade nas principais economias da América Latina.

O envelhecimento populacional implica repensar as cidades como elas são, com vistas a zelar por um envelhecimento saudável física e mentalmente. Para tanto, deve-se adequar o meio urbano, de modo a incluir este cada vez mais representativo contingente populacional. Em termos físicos, é possível destacar a necessidade de ampliação da acessibilidade e transporte urbano, incluindo, por exemplo, calçamento público. Similarmente, o apoio a atividades físicas e ao acompanhamento médico preventivo e familiar tende a criar melhores condições para um envelhecimento saudável. Já em termos de produtividade e mentais, destacam-se as iniciativas para a realocação e o reaproveitamento no mercado de trabalho, o compartilhamento de experiências e a inclusão social direcionada à erradicação de preconceitos e comportamentos intolerantes.

Por fim, dois grandes desafios para as políticas públicas direcionadas à população idosa seriam relacionados à manutenção dessa população integrada à vida econômica e à produção, assim como balancear questões relativas a custos previdenciários e de saúde. Quanto ao primeiro, deve-se observar que o aumento da expectativa de vida também impacta na lucidez e capacidade para o trabalho, desde que com condições adaptadas, inclusive em relação a padrões de consumo. Já em relação às questões previdenciárias e de saúde, deve-se equacionar o natural aumento dos gastos dessa população frente a suas contribuições. A maior integração e valorização de uma população que envelhece é imperativa para nosso futuro.

Gabriel Clemente de Oliveira Bellato – 18,60

O envelhecimento populacional é fenômeno demográfico candente na contemporaneidade, em meio à diminuição da taxa de natalidade e de mortalidade. Todavia, trata-se de fenômeno mais grave em certos países desenvolvidos, como os da Europa Ocidental e o Japão, sendo que, segundo diversos geógrafos, este já se encontra em uma quinta fase do Modelo Demográfico de Thompson, não prevista por esse estudioso.

Entre as causas do envelhecimento populacional, tem-se a melhora das condições sanitárias e de saúde, a mudança de hábitos reprodutivos e a melhora geral das condições de vida. Com efeito, reduz-se a taxa de mortalidade na segunda e na terceira fases do Modelo de Thompson. Na quarta fase, tem-se o declínio da natalidade, por mudanças comportamentais. Com efeito, há um alargamento dos elos intermediários da pirâmide etária. Ademais, a urbanização e o encarecimento dos dispêndios com educação também condicionam a redução da taxa de natalidade e, consequente, o envelhecimento populacional. O envelhecimento populacional já é realidade na maioria dos países da Europa Ocidental, no Japão e no Canadá, que passaram por um "baby boom" após a Segunda Guerra Mundial e atualmente apresentam uma retração da taxa de natalidade, que se encontra bastante abaixo da taxa de reposição, de 2,1 filhos por mulher em idade fértil. O Japão, inclusive, já apresenta perda absoluta de população e possui a maior média etária do mundo.

Quanto ao Brasil, o país se encontra em um contexto de bônus demográfico, quando a população em idade ativa supera a idade inativa. Ainda assim, a janela demográfica brasileira irá se fechar em breve, tendo em vista que a taxa de natalidade nacional está em 1,7 filhos por mulher em idade fértil. Ademais, a população adulta jovem brasileira possui parca qualificação, o que será um

problema quando a razão de dependência brasileira começar a se elevar, como se observa nos países que já passam por um processo de envelhecimento populacional considerável. Logo, a capacidade de crescimento econômico do país poderá ser prejudicada em breve, tendo em vista que certos demógrafos salientam que o país está desperdiçando sua janela demográfica. O Brasil possui uma grande população desocupada em sua população economicamente ativa, o que, junto com a baixa qualificação, poderá tolher o desenvolvimento econômico do país no futuro e agravar o já frágil quadro do sistema previdenciário nacional.

O envelhecimento saudável envolve uma série de desafios para o poder público nos países que atravessam um processo de envelhecimento populacional. Em primeiro lugar, ele deve ser assegurado por meio da oferta de um sistema de saúde adequado, que atenda as necessidades das pessoas idosas. Ademais, ele envolve o fortalecimento de atividades recreativas e sociais e de cuidados para os idosos. Outrossim, deve-se fortalecer os cuidados e as reuniões familiares. Também envolve a construção de cidades mais inclusivas para a população idosa, para assegurar que o meio urbano contemple as necessidades desses indivíduos. Por fim, deve-se assegurar a renda dessa população, por meio de um sistema previdenciário justo e eficaz.

São dois desafios para as políticas para a população idosa, a criação de um sistema previdenciário equilibrado, em meio aos aumentos de gastos com a população idosa, e o fornecimento de um sistema de saúde mais eficaz. Ambos os desafios representam elevados gastos financeiros para o Estado, tendo em vista que se tem elevação dos dispêndios com previdência e saúde quando a população envelhece. Com efeito, uma solução para conter os efeitos deletérios do envelhecimento populacional e diminuir a razão de dependência é incentivar a imigração de jovens de países onde há crescimento populacional significativo, os quais possuem a capacidade de influenciar, positivamente, o crescimento econômico.

Pior resposta – 13,70

O envelhecimento populacional é um dos principais desafios às políticas públicas na atualidade. A principal cause desse processo é a queda a taxa de fecundidade da população mundial, reduzindo o número de jovens, e o aumento da expectativa de vida das pessoas.

Esse é um processo demográfico natural das sociedades humanas, conforme aponta o modelo de Thompson. A partir da urbanização e da industrialização, há um processo de redefinição dos papéis familiares, com o ingresso da mulher no mercado de trabalho, e novos ideais de gastos e consumo. Aumenta, nesse contexto, o uso de métodos contraceptivos e há queda na fecundidade.

Nessa situação, ocorre o envelhecimento, conforme observado sobretudo na Europa. Nesse continente, a baixa taxa de fecundidade e a elevada expectativa de vida resultaram em uma sociedade com média etária acima dos 40 anos. Processo semelhante é observado no Japão. Já na China, a política antinatalista estatal, do “filho único”, gerou o envelhecimento não natural do país, com queda acentuada da fecundidade.

A população brasileira encontra-se em processo de envelhecimento. As taxas de fecundidade no Brasil começaram a reduzir a partir da década de 1970 e, de forma mais intensa, na década de 1990. Hoje, a taxa de fecundidade nacional está em 1,8 filhos por mulher, logo abaixo da taxa de reposição. Apesar disso, é previsto que, até cerca de 2040, o Brasil esteja em seu bônus demográfico, ou seja, com relação favorável entre a população em idade ativa e a em idade inativa. A manutenção da queda da fecundidade, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste onde ela é mais alta, e o contínua crescimento da expectativa de vida impactarão no envelhecimento da população brasileira.

O envelhecimento saudável coloca-se então como necessidade, tanto no Brasil quanto no mundo. Isso significa, no Brasil, aproveitar os benefícios do bônus demográfico para transformar estruturalmente a sociedade e preparar-se para o futuro. São necessárias, portanto, medidas de fomento à educação de jovens, para que os ganhos na produtividade compensem a redução da população em idade ativa. Outrossim, deve-se construir um sistema previdenciário sustentável, que permita o atendimento da população idosa no presente e no futuro.

As políticas públicas encaram, portanto, importantes desafios frente ao “inverno demográfico”. No setor da saúde, o atendimento geriátrico é custoso e específico, com crescimento dos casos de doenças degenerativas, sendo necessários especialistas na saúde pública. O redesenho do ambiente urbano é igualmente importante. As políticas públicas devem concentrar esforços para criar espaços públicos inclusivos, fortalecer uma infraestrutura de transporte acessível e outros projetos voltados ao bem-estar na velhice.

Questão 1

Queremos que a nossa linguagem, no plano internacional, seja direta e simples, sem ambiguidades nem subterfúgios. Queremos que o governo brasileiro possa cumprir a vocação ecumênica de seu povo, aberto à comunicação desinibida e franca. Queremos explorar todas as vias do entendimento, por acreditarmos, fundamentalmente, que a cooperação é mais eficaz do que o antagonismo e que o respeito mútuo é mais criador do que as ambições de preponderância. Nossa conduta, para alcançar esses objetivos, é pragmática e responsável. Pragmática, na medida em que buscamos a eficácia e estamos dispostos a procurar, onde quer que nos movam os interesses nacionais brasileiros, as áreas de convergência e as faixas de coincidência com os interesses nacionais de outros povos. Responsável, porque agiremos sempre na moldura do ético e exclusivamente em função de objetivos claramente identificados e aceitos pelo povo brasileiro.

AZEREDO DA SILVEIRA, Antonio F. Pronunciamentos do chanceler Azeredo da Silveira na ONU (1974-1978) com notas introdutórias do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Côrrea. *In*: LIMA, Sérgio E. M. (org.). *O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia*. Brasília: FUNAG, 2018, p. 50.

O texto apresentado foi extraído do discurso proferido pelo então chanceler brasileiro Antonio Francisco Azeredo da Silveira em 1974, durante a XXIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nesse discurso, Azeredo da Silveira tratou da política externa do governo de Ernesto Geisel, a qual ficou conhecida como pragmatismo ecumênico e responsável. Considerando essas informações, redija um texto dissertativo acerca da política externa de Geisel, abordando, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) os antecedentes do pragmatismo responsável e ecumênico na política externa de governos anteriores a Geisel;

b) o pensamento de Azeredo da Silveira no âmbito da política externa de Geisel; e

c) as principais linhas de ação diplomática do pragmatismo ecumênico e responsável.

Extensão do texto: até 90 linhas.
Valor: 30 pontos.
Média: 20,87 (total); 21,55 (ampla); 18,84 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 3,697 (total); 3,440 (ampla); 4,079 (cotas/PNE)

Ivan Abdalla Sá Fortes Clavery – 28,00

A política externa de Geisel ficou conhecida como "pragmatismo ecumênico e responsável", na medida em que buscou atingir o objetivo nacional do desenvolvimento com base em princípios e práticas universalistas e realistas. A política externa comandada pelo chanceler Azeredo da Silveira não era revolucionária, visto que havia antecedentes em governos anteriores. Entretanto, houve um aprofundamento do paradigma universalista no governo Geisel, com base na situação internacional e nas orientações do chanceler Silveira.

Pode-se afirmar que pelo menos desde o governo JK houve um impulso para uma maior diversificação de parcerias, para além dos parceiros tradicionais do país. Afinal, em 1959, Hugo Gouthier liderou a "Operação Brasil-Ásia" e o país buscou aproximações com a Europa Ocidental e o Japão. É nos governos de Jânio Quadros e João Goulart, entretanto, que o discurso do paradigma universalista se consolida na política externa brasileira, com o advento da Política Externa Independente. O Brasil retoma relações com a URSS, em 1961, abstém-se de votar pela suspensão de Cuba da OEA, em 1962, contrariando voto dos EUA, e busca aproximar-se dos países africanos. Entretanto, as restrições de política interna e o apoio à Portugal impedem que a política externa brasileira seja verdadeiramente pragmática, nesse período. Boa parte das intenções e princípios da PEI não saem do discurso, visto que o Brasil segue votando com Portugal.

Nos governos Costa e Silva e Médici há elementos pragmáticos e ecumênicos, principalmente relacionados ao multilateralismo. Assim, o Brasil defende o princípio da "segurança econômica coletiva" na UNCTAD e não assina o Tratado de não proliferação nuclear (TNP), em 1968. De maneira realista, Araújo Castro define, em 1971, que as potências do sistema internacional buscavam "congelar o poder mundial". Em relação à África, o chanceler de Médici, Gibson Barboza, debate com Delfim Netto, que defende a continuação da parceria com Portugal. Gibson Barboza realiza périplo pela África, em 1972, e visita o Quênia, no ano seguinte. Em 1973, as bases para a aproximação com a África estão consolidadas e o governo Geisel dará o passo final para a aproximação.

Azeredo da Silveira tinha um pensamento realista sobre as relações internacionais e isso será percebido na sua atuação como chanceler de Geisel. A política de Silveira para a Argentina exemplifica seu pensamento. O Itamaraty tinha a tradição de não rivalizar com a Argentina, visto que se considerava que os argentinos eram capazes de incitar o restante da América Latina contra um suposto "subimperialismo brasileiro". Tendo servido em anos anteriores na Argentina, Silveira percebia que os recursos de poder argentinos não acompanhavam mais os brasileiros, após o forte crescimento econômico desde 1968. Assim, pragmaticamente, Silveira impulsionará política externa em relação à Argentina que permitirá avançar no projeto de Itaipu com o Paraguai, inclusive com breve rompimento de relações diplomáticas, em 1977, com a Argentina. Silveira sabia que para ser pragmático, na década de 1970, precisava-se diversificar parcerias. É nesse contexto que seu pensamento estimula a aproximação com a África e o Oriente Médio.

Geisel assumiu sob os efeitos do primeiro choque do petróleo. Dependente dessa fonte de energia e com baixa produção nacional, o Brasil vai se aproximar do Oriente Médio já na XXIX Assembleia Geral, em 1974, ao reconhecer a OLP como representante dos palestinos. Na Assembleia seguinte, o Brasil apoia a Resolução 3379 da AGNU, que considera o sionismo como forma de racismo, contrariando o voto dos EUA. Além do petróleo, o Brasil buscava exportar produtos militares e serviços de engenharia para o Oriente Médio. O PNEMEM, de 1974, terá como principais clientes países da região, como o Iraque.

Para a África, a política externa de Geisel superou os últimos obstáculos, facilitada pela Revolução dos Cravos. Em 1974, o Brasil reconheceu Guiné-Bissau. Em 1975, o Brasil foi o primeiro país do mundo a reconhecer a independência da Angola. Em seguida, fez o mesmo em relação à Moçambique, mesmo com governos socialistas nesses países. Apesar de ser seu principal parceiro comercial na região, o Brasil afastou-se da África do Sul.

Com o choque do petróleo, o Brasil buscava alternativas energéticas. Nesse contexto, assina Acordo Nuclear com a Alemanha, em 1975, após os EUA dificultarem o acesso à urânio para o projeto da Westinghouse pelo teste nuclear indiano. Os EUA irão pressionar o Brasil por esse acordo com a Alemanha e, após a ascensão de Carter, pelos direitos humanos. Defendendo o princípio da não intervenção, Silveira denunciará o Acordo Militar de 1952.

No governo Geisel, o Brasil também amplia a cooperação com o Japão, no âmbito da JICA, busca aproximação com a Europa, com visitas de Geisel à Grã-Bretanha, França e Alemanha e começa a aproximação com a China, com o reconhecimento da RPC em 1974 e contatos econômicos em 1978. Em relação aos países amazônicos, Silveira promove a assinatura do TCA, a fim de afastar pressões internacionais.

A política externa de Geisel foi realista, com o objetivo principal de promover os interesses nacionais brasileiros. Para lograr êxito, Azeredo da Silveira consolidou o paradigma universalista na PEB.

Rodrigo Lara Pinto – 27,50

Azeredo da Silveira conduziu a política externa do governo Geisel, em período que ficou caracterizado pelas máximas do pragmatismo ecumênico e responsável. Tal momento da política externa brasileira herdou importantes traços da diplomacia de governos anteriores, especialmente aqueles lançados no período da política externa independente (PEI). Agregou-se a essas bases o pensamento diplomático do chanceler, desenvolvido ao longo de sua vida, mas com ênfase em seu período como embaixador em Buenos Aires. O resultado foram as importantes linhas de ação diplomática do pragmatismo ecumênico e responsável.

Para identificar a origem de alguns dos pilares do pragmatismo ecumênico e responsável, é preciso remontar ao período da PEI. Entre 1961 e 1964, a PEB foi conduzida com base na busca de autonomia, universalismo, não intervenção e neutralidade. O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com países do Leste Europeu e reatou as relações rompidas com a União Soviética. Deixa de buscar parcerias comerciais apenas em países do Ocidente e alinhados aos EUA e envia missão comercial à República Popular da China, capitaneada pelo vice-presidente João Goulart. No plano regional, resiste a pressões dos EUA para suspender Cuba da OEA, de modo que o país se abstém na votação e critica a invasão da Baía dos Porcos.

Durante o governo Castelo Branco, no entanto, há um rompimento dos pilares da PEI em prol de uma posição ajustada aos círculos concêntricos do hemisfério ocidental. Destacam-se, nesse período, o apoio à intervenção na República Dominicana (1965) e o rompimento de relações com Cuba. Nos governos que se seguiram, no entanto, houve gradual retomada dos pilares da PEI, sob a liderança dos chanceleres Magalhães Pinto e Gibson Barbosa. Na chancelaria do primeiro, o Brasil negocia a assinatura de Tlatelolco de modo a resguardar seus interesses e recusa-se a assinar o TNP. Já no caso do segundo, o país amplia suas relações com o entorno regional pelo Tratado da Bacia do Prata (1969), reforça sua soberania e autonomia pelo Tratado de Itaipu (1973) e por suas posições em meio ambiente na Conferência de Estocolmo (1972). Em âmbito comercial, o país busca diversificar suas parcerias com parceiros não tradicionais, como China e países do Oriente Médio, além de ser liderança no G-77 e na UNCTAD.

Azeredo da Silveira está profundamente inserido nesse contexto de retomada dos pilares da PEI pelo Itamaraty. O chanceler de Geisel servia, sob a chancelaria de Gibson Barbosa, como embaixador em Buenos Aires. Sua atuação na Argentina é paradigmática para a compreensão de seu pensamento à frente do Ministério das Relações Exteriores (MRE). No âmbito da assinatura do Tratado de Itaipu (1973) entre Brasil e Paraguai, a Argentina levantou grandes preocupações de ordem legal securitária e econômica. Argumentava que o Brasil havia descumprido o princípio da consulta prévia, que um acidente em Itaipu poderia inundar Buenos Aires e que sua construção inviabilizaria a construção da hidrelétrica argentina de Corpus. Silveira, como embaixador, modificou a tradicional postura de cordialidade oficial com as reclamações argentinas, abstendo-se de incomodar-se com as pretensões argentinas. Adotou, portanto, um posicionamento de atuação do Brasil como potência, capaz de fazer valer seus interesses, o que é levado à chancelaria de Silveira para as relações com os EUA e com a Argentina.

Além disso, o pensamento diplomático de Silveira é pautado pelos princípios do universalismo e do pragmatismo, o que significava se voltar para outros povos para garantir a defesa dos interesses nacionais brasileiros, mesmo que tais povos não estejam alinhados com o bloco Ocidental. Tal pragmatismo ecumênico seria marcado pela responsabilidade na medida em que não feriria padrões éticos ou valores caros ao povo brasileiro. Essa atuação do Brasil conta com contexto internacional mais favorável do que o da PEI, uma vez que a Guerra Fria passa por período de détente.

Dessa forma, é possível traçar algumas das principais linhas da ação diplomática da política externa de Geisel e Silveira. Em relação ao pragmatismo e ao universalismo na consecução dos objetivos e interesses brasileiros, destacam-se os reconhecimentos de diversos países que poderiam desenvolver laços econômicos, políticos e comerciais favoráveis ao país. Em 1974, o Brasil reconhece a República Popular da China, mudando sua embaixada para Pequim, antes os EUA o fizessem. Além disso, revertendo tradicional cautela em relação às colônias de Portugal, o Brasil adotou posição pragmática no reconhecimento da independência de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, ainda que governos de esquerda estivessem em posições de poder.

Em relação ao seu entorno regional, o Brasil não evitou o enfrentamento com a Argentina pela questão de Itaipu, sobretudo por conta dos efeitos do choque do petróleo para a matriz energética brasileira. A piora nas relações com a Argentina, sobretudo sob o governo de Evita Perón, foi contrabalançada pela aproximação com outros vizinhos. Em 1978, o Brasil assina o Tratado de Cooperação Amazônica, tendo por objetivo, além de facilitar fluxos econômicos e concertação política, garantir a manutenção da soberania sobre a floresta.

Em relação aos Estados Unidos, o Brasil também não fugiu de maiores enfrentamentos quando a defesa de seus interesses estava em jogo. As ameaças do governo Carter de restringir cooperação econômica e militar com países violadores de direitos humanos foram respondidas com a denúncia pelo Brasil do Acordo Militar de 1952 em 1977. Além disso, o país foi eleito para a Comissão de Direitos Humanos da ONU no mesmo ano, de forma a defender sua posição soberanista. Por fim, devido aos efeitos do choque do petróleo, o país buscou aproximar-se de grandes produtores no Oriente Médio, ainda que isso ferisse posições dos EUA e de seus aliados, como ocorreu no voto favorável à resolução da AGNU que condena o sionismo em 1975.

A política externa de Azeredo da Silveira deu, portanto, primazia aos interesses brasileiros nas relações internacionais. Tal postura autonomista, tem suas raízes mais próximas na PEI, e as transformações que ela operou na política externa brasileira deixou importante legado para os governos posteriores.

Luiz Carlos Keppe Nogueira – 24,40

O Pragmatismo Responsável e Ecumênico de Geisel e Azeredo da Silveira representou culminação de tendências já presentes em governos anteriores. Em relação à ideia de pragmatismo, pode-se mencionar a política externa formulada pelo Barão do Rio Branco, a barganha nacionalista de Vargas, a Operação Pan-Americana de Juscelino Kubitschek e a Política Externa Independente. O pragmatismo do Barão do Rio Branco evidenciou-se no estabelecimento de aliança não escrita com os Estados Unidos, os quais se tornariam a maior potência global nas décadas subsequentes; na busca de coordenação com Argentina e Chile, resultante na proposta de aliança ABC, a qual reconhecia que o grande crescimento argentino decorrente da aliança com a Inglaterra e das exportações de produtos primários eliminaram o desequilíbrio de poder favorável ao Brasil na região; e no que Doratioto denominou "gambito do rei" no Paraguai, com sacrifício da posição brasileira no país em prol da aproximação com os argentinos. Getúlio Vargas, por sua vez, mostrou-se pragmático, ao alcançar ganhos diplomáticos e econômicos para o Brasil, em contexto de competição entre Estados Unidos e Alemanha. No caso de Juscelino, foi pragmática a decisão de relacionar a noção de desenvolvimento, cara ao Brasil, ao discurso de securitização defendido pelos EUA no contexto da Guerra Fria. Salientou-se a importância da OPA para afastar o risco de penetração de ideologias exógenas no continente. A Política Externa Independente de Quadros e Goulart reforçou o pragmatismo, por exemplo, ao defender a não intervenção em Cuba, na conferência de San José. Quanto ao ecumenismo, pode-se citar os antecedentes de Juscelino Kubitschek e da PEI. Juscelino priorizou a aliança com os EUA, mas estabeleceu contatos importantes com atores extracontinentais. Com a Itália, acordou-se a Declaração de São Paulo, que previa cooperação em áreas como defesa e comércio. Com o Japão, estabeleceu-se acordo para investimento de estaleiros no Brasil. Além disso, firmaram-se tratados comerciais com países do bloco socialista, como a República Democrática Alemã. No caso da PEI, retomaram-se as relações comerciais com a URSS, com aproximação pessoal entre Quadros e Kruschev. O Brasil, ainda, buscou ampliar sua influência em temas de interesse global, como exemplificado pela defesa do desarmamento e pelo oferecimento da mediação do general Albino no contexto da crise cubana.

O pensamento de Azeredo da Silveira foi determinante para o desenvolvimento do Pragmatismo Responsável e Ecumênico. Em termos institucionais, esse pensamento consubstanciou-se na reforma do Itamaraty e na ascensão de jovens diplomatas – os "Silveira boys" – a cargos de destaque. A política externa foi centralizada, com ganho de influência do gabinete presidencial e do Ministério das Relações Exteriores em detrimento dos militares. Em relação às formulações discursivas de Azeredo da Silveira, pode-se citar, em primeiro lugar, a importância atribuída ao didatismo ("linguagem simples e direta") da PEB, em um contexto de abertura política e de recrudescimento da oposição da linha dura. Em segundo lugar, Silveira afirmou a irracionalidade das políticas de armamentismo nuclear dos Estados Unidos e da União Soviética, as quais desperdiçaram recursos que poderiam ser empregados no desenvolvimento global. Trata-se de proposição ousada, que atribuía ao Brasil o papel de julgar a racionalidade da política externa das duas maiores potências. Ao diferenciar as ações racionais e irracionais tomadas por esses países, o Brasil justificava suas decisões de desalinhar-se dos EUA em determinados temas. Por fim, há a ideia de que as restrições do Brasil em relação à Argentina eram autoimpostas, uma vez que o recente crescimento econômico nacional, em contexto de estagnação argentina, criara assimetria de poder favorável ao Brasil. Essa percepção resultou em uma política de poucas concessões em relação ao caso de Itaipu. As tensões entre os dois países alcançaram seu ápice quando houve fechamento de fronteiras. As demais linhas de pensamento de Silveira, relacionadas à busca de autonomia e de proteção dos interesses brasileiros ligados ao fornecimento de petróleo, por exemplo, ficam evidentes nas principais decisões da PEB no período.

Azeredo da Silveira e Kissinger tinham boa relação pessoal, favorecida pela postura norte-americana de reconhecer a existência de potências médias regionais dotadas de certa autonomia. Desse modo, o Brasil logrou defender seus interesses ligados ao programa nuclear, baseado em amplo contrato celebrado com a Alemanha para construção de usinas e estabelecimentos de enriquecimento, sem maiores prejuízos para a relação com os EUA. O estabelecimento de memorando de entendimento sobre consultas políticas entre os dois países representou aceitação tácita da política autônoma brasileira. Divergências comerciais, relacionadas à imposição de barreiras à exportação de produtos brasileiros, como calçados e café solúvel, também não impediram o bom momento das relações. Outra importante linha de ação diplomática foi a decisão de reconhecer o MPLA como representante de Angola, com base nos relatórios de Ítalo Zappa, bem como a independência do país. Do mesmo modo, reconheceram-se as independências de Moçambique e Guiné-Bissau, sem se ater aos termos de acordo com Portugal que determinava concertação política prévia sobre o tema. Quanto ao apartheid, reforçou-se a retórica contrária ao regime. O contexto da crise do petróleo e dos votos favoráveis de países árabes e africanos em prol da Argentina em relação a questão de Corpus nos foros multilaterais pôs fim à ambiguidade na posição relativa a temas como o conflito entre Israel e Palestina, como exemplificado pela decisão de votar favoravelmente na resolução que considerava o sionismo como forma de racismo. Por fim, pode-se mencionar a aproximação com o Japão, representada pela visita oficial de Geisel ao país, pelo recebimento de investimentos em setores como o metalúrgico e o siderúrgico e pelo estabelecimento de cooperação para a adequação do cerrado à agricultura, no contexto do Programa de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER).

Pior resposta – 12,30

Antonio Francisco Azeredo da Silveira foi chanceler do presidente Ernesto Geisel. Sua diplomacia ficou conhecida sob o chavão do “pragmatismo ecumênico e responsável”. Um princípio fundamental desse paradigma foi a universalidade da política externa brasileira, na busca de multiplicar parcerias, sem obstáculos ideológicos. Cabe assim, analisar os antecedentes, as características e as principais linhas de ação desse importante período para a inserção internacional do Brasil.

O universalismo da política externa brasileira teve marco inaugural no governo Jânio Quadros, seguido por João Goulart, com a Política Externa Independente (PEI), sob as chancelarias de expoentes, como Afonso Arinos de Mello Franco e San Tiago Dantas. Embora tenha havido um momento de ruptura, alcunhado de “passo fora da cadência”, por Amado Cervo, no governo Castello Branco, o qual se limitou à inserção internacional (??) as esferas dos círculos concêntricos, é possível afirmar que a PEI foi retomada já no governo Costa e Silva. Isso revela que os princípios desse paradigma conferiam mais oportunidades ao Brasil no plano externo, dadas as necessidades do âmbito interno. Médici deu continuidade à PEI, mas foi no governo Geisel que esses princípios chegaram ao ápice do pragmatismo.

O pensamento de Azeredo da Silveira relacionava-se à obtenção de ganhos. O alinhamento automático aos EUA, padrão dos governos Dutra, Café Filho e Castello Branco (tendo, no último, chegado a enviar tropas para a República Dominicana, em lógica ideológica americanista) limitava potenciais parcerias de que o Brasil poderia beneficiar-se. O contexto internacional também era mais favorável ao pensamento de Silveira do que tinha sido, por exemplo, durante o governo Dutra, pois após a Conferência de Bandung, o caminho do neutralismo passou a ser possível, sem que fosse visto como um rumo em direção à esfera de influência oposta. Foi justamente esse neutralismo ideológico que Silveira buscou. Associado à defesa de princípios éticos, como a não intervenção em assuntos estrangeiros, a solução pacífica de controvérsias, o respeito mútuo ao direito internacional, o Brasil angariava maior simpatia de outros países e deixava de ser percebido como instrumento sub-imperialista dos Estados Unidos. Isso se coadunava com o contexto doméstico, uma vez que o milagre econômico brasileiro e o II PND alçaram o Brasil a um nível de industrialização e de produção sem precedentes na história nacional. A abertura de mercados às exportações brasileiras era, pois, fundamental. Isso somente seria possível se o Brasil tivesse postura mais neutra e bem-vista pela comunidade internacional, a qual a teoria construtivista das relações internacionais denomina de constituição da “identidade”.

As principais linhas de ação diplomática da gestão Azeredo da Silveira corroboram seu caráter ecumênico e pragmático. Nesse período, o Brasil conquistou verdadeira autonomia em sua inserção externa, de que é exemplo o reconhecimento da República Popular da China, em 1974, e a mudança da embaixada em Taipei para a China continental. O sentido disso era claro: o país mais populoso do mundo representava muito mais valor para o Brasil, em termos de mercado consumidor para os produtos brasileiros e para a internacionalização de empresas nacionais, do que a pequena ilha de Taiwan. Além disso, como o Brasil sentia os efeitos da primeira crise do petróleo e a Nigéria ameaçou embargar as vendas de petróleo ao Brasil, o Brasil rompeu, definitivamente, com o colonialismo e com as relações próximas à África do Sul do apartheid. A decisão, mais uma vez convinha em termos econômicos para o Brasil. Tendo o Brasil reconhecido, pioneiramente, a independência de Angola e apoiado, inclusive, o movimento beligerante esquerdista MPLA, o país demonstrava o quão pragmático podia ser, sem restrições. Essa postura brasileira diferia dos Estados Unidos, o qual apoiava a UNITA, tornando-a, verdadeiramente independente, em alusão a PEI. O posicionamento do Brasil era pragmático pois o MPLA já havia conquistado a capital, Luanda, mesmo que com apoio financeiro cubano, o que tornava uma questão de tempo para que fossem vitoriosos e passassem a comandar o país. Dessa forma, o definitivo rompimento com o colonialismo português mostrava como o Brasil estava disposto a colocar em prática o discurso do desenvolvimento de nações do Sul global, a que o Brasil, igualmente, aspirava, e tornava mais fidedigna a posição brasileira de que o embate mais relevante não era aquele do Leste versus Oeste, mas, sim, entre Norte e Sul.

Questão 2

Quando conduzimos essa rápida revisão das correntes amplas da história, não é exato que uma certa persistência da relação geográfica se torna evidente? Não é exato que a região-pivô da política mundial é aquela vasta área da Eurásia que é inacessível aos navios, mas que, na antiguidade, ficava exposta a nômades montados a cavalo e, hoje, está em vias de ser coberta por uma rede de ferrovias? [...] A Rússia substitui o Império Mongol. [...] No mundo em geral, ela ocupa a posição estratégica central detida pela Alemanha na Europa. Ela pode atacar e ser atacada por todos os lados, exceto o norte. O desenvolvimento pleno de sua mobilidade ferroviária moderna é apenas uma questão de tempo. [...] Fora da área-pivô, em um grande crescente interior, estão Alemanha, Áustria, Turquia, Índia e China, e, em um crescente exterior, Grã-Bretanha, África do Sul, Austrália, Estados Unidos da América (EUA), Canadá e Japão. [...] Os EUA tornaram-se, recentemente, uma potência [também] no Oriente, afetando o equilíbrio europeu não diretamente, mas por meio da Rússia, e estão construindo o canal do Panamá para tornar seus recursos do Mississipi e do Atlântico disponíveis no Pacífico. [...] O desequilíbrio da balança de poder em favor do Estado-pivô, resultando na sua expansão sobre as terras marginais da Eurásia, permitiria o uso dos vastos recursos continentais para a construção naval e, a partir daí, o império mundial estaria à vista. Isso poderia ocorrer se a Alemanha se aliasse à Rússia. A ameaça desse evento deveria, portanto, conduzir a França a uma aliança com as potências marítimas, e França, Itália, Egito, Índia e Coreia tornar-se-iam outras tantas cabeças de ponte a partir de onde as marinhas externas poderiam apoiar exércitos e pressionar a aliança-pivô a manter forças terrestres, em vez de lançar todo seu poder na projeção naval. [...] As combinações particulares de poder nesse equilíbrio não são essenciais; minha tese é que, de um ponto de vista geográfico, elas devem girar em torno do Estado-pivô, que será sempre grande, mas com mobilidade limitada se comparado às potências marginais e insulares que o rodeiam. [...] a substituição da Rússia por alguma nova potência no controle da área interior não tenderia a reduzir a importância geográfica da posição de pivô.

MACKINDER, H. J. The geographical pivot of history. *In: The Geographical Journal*, vol. 23, n. 4 (abril de 1904), p. 421-437, com adaptações.

Em 1904, o geógrafo britânico Halford J. Mackinder publicou texto de conferência na Sociedade Geográfica Britânica, que veio a servir de base para boa parte da reflexão geopolítica subsequente. Em *O pivô geográfico da história*, Mackinder sustenta que a tensão básica do sistema internacional seria entre a potência ou potências que controla(m) a área-pivô ou Heartland (o centro da massa terrestre eurasiática) e as que controlam as áreas dos crescentes interno (a periferia marítima da Eurásia, o que Nicholas Spykman chamou de Rimland) e externo (as potências navais: Império Britânico, Estados Unidos, Japão). Mackinder, em 1919, sintetizou o próprio pensamento na fórmula célebre: quem controla a Europa Oriental controla o Heartland; quem controla o Heartland controla a Ilha-Mundo (Ásia, Europa, África); quem controla a Ilha-Mundo comanda o mundo.

Considerando que os fragmentos apresentados têm caráter meramente motivador, aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:
a) analise sinteticamente se a tese de Mackinder correspondeu ou não ao teste da história, de 1904 até hoje; e
b) descreva quais seriam, hoje, os objetivos estratégicos dos EUA, da China e da Rússia, levando em conta o pensamento de Mackinder e o cenário estratégico atual.

Extensão do texto: até 90 linhas.
Valor: 30 pontos.
Média: 18,42 (total); 19,51 (ampla); 15,14 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 5,859 (total); 5,782 (ampla); 5,307 (cotas/PNE)

Bruno Rolim – 30,00

A tese de Mackinder foi posta a teste em várias ocasiões ao longo da história, a primeira delas a Grande Guerra de 1914. Temia-se uma entente russo-germânica, o que se ampliou após a derrota de ambos os países, excluídos da ordem do imediato pós-guerra. Ao longo da década de 1920, a perspectiva dessa aproximação levou à inclusão alemã na Liga das Nações; além disso, EUA e Reino Unido buscavam manter o controle sobre o entorno russo, seja por colônias (caso indiano) ou pelo fortalecimento naval japonês. Isso viria abaixo na década de 1930, com o Japão se aproximando da Alemanha e o Pacto Ribbentrop-Molotov. Novamente, a ameaça da entente russo-germânica emergiria, mas seria frustrada pelos próprios alemães, que decidiram atacar a Rússia na Segunda Guerra e foram derrotados.

A ameaça de alianças não desapareceria do pensamento geopolítico durante a Segunda Guerra. Para conter o avanço soviético, os EUA se valeram do Plano Marshall e da OCDE (então OECE), além do auxílio financeiro a países asiáticos. Até então, outro ator de peso permanecia relativamente inerte, mas gerava temores: a China passaria a atuar de forma mais assertiva após 1949; na Guerra da Coreia, apoiou o Norte. Finda a Guerra Fria, novamente a tese de Mackinder não se concretizou, mas seguiu mostrando-se uma ameaça com bases consistentes. Desde então, a balança de poder sofreria algumas mudanças: a Rússia, após anos de entropia pós-fim da URSS, busca recuperar-se; a China ascendeu meteoricamente e é hoje uma das potências globais; os EUA, após momento unipolar na década de 1990, vê a emergência de novos polos de poder. Isso leva a um novo jogo de conceitos e estratégias geopolíticas, novamente sob a égide de Mackinder.

Hoje, o Heartland consiste na região da Ásia Central e seu entorno, agora com um conjunto de novos atores nacionais surgidos da dissolução soviética. Adequando o pensamento de Mackinder ao cenário estratégico atual, a China passa a desempenhar o papel de grande postulante ao controle da área-pivô, por meio da iniciativa da "Nova Rota da Seda". Se, em 1904, Mackinder temia a disseminação de uma rede de ferrovias, o projeto chinês vai além, incluindo uma rota marítima pelo sul da massa eurasiana e outra pelo Ártico, que se mostra cada vez mais acessível à navegação.

Assim, a China tem como objetivo estratégico ampliar sua influência sobre essa região-pivô, ao mesmo tempo que, pelas rotas marítimas, busca neutralizar o "Rimland" de Spykman, tido como vital na contenção da aliança-pivô. A consecução desses objetivos chineses passa pela estruturação da Nova Rota da Seda em corredores terrestres, que integrarão países desde o Oriente até a Europa Central, com suporte financeiro de iniciativas como o Banco

Asiático de Investimentos e Infraestrutura (BAII). Hoje, mais de setenta países aderiram à iniciativa, que ampliará a presença chinesa em áreas como comércio, infraestrutura e mesmo segurança. As vertentes marítimas têm o potencial de neutralizar eventuais óbices e, ademais, fortalecer uma característica chinesa da qual a Rússia carecia: a China tem acesso a águas quentes de um oceano aberto, o que potencializa a constituição de uma força naval. Países como a Índia já expressaram seu temor quanto a pretensões chinesas, dentro do conceito do "colar de pérolas": a China não apenas buscaria estabelecer-se comercialmente, mas manter presença militar em todo o Índico, chegando à África Oriental. Quanto ao Ártico, seria necessária articulação com a Rússia, que controla quase a integralidade da costa euroasiática setentrional.

A Rússia, hoje, também tem seus objetivos estratégicos, que levam em conta a ideia de um mundo multipolar no qual é um dos polos. Dentro da política externa de Vladimir Putin, o entorno imediato do país e o espaço ex-soviético são áreas de interesse direto. Dentro desse objetivo, Moscou encabeçou iniciativas como a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) e sua área de livre comércio, e a OTSC, espécie de OTAN no seu espaço regional. As iniciativas econômicas incluem a Comunidade Econômica Eurasiática (CEE), enquanto há projeção às águas quentes, como nos tratados com países do Mar Negro e do Mar Cáspio. A Rússia busca manter sua preponderância regional, ao mesmo tempo em que tem consciência da inevitável presença da China. Assim, os países encabeçam a OCX, organização de cooperação que congrega russos e chineses quanto à política na Ásia Central e que conta também com Índia e Paquistão. Para os russos, a aliança com os chineses é uma forma de consubstanciar alternativa aos EUA e constituir um novo eixo de poder, deslocado ao Leste e ao Pacífico; no Ártico, busca ampliar seu poder pela plataforma continental.

Diante dessas ameaças, os EUA também buscam seus objetivos. Embora Donald Trump tenha desfeito o "Pivô para a Ásia" de Obama, não deixou de buscar conter os avanços de russos e, sobretudo, chineses. Isso justifica, por exemplo, as tratativas com a Coreia do Norte; ademais, o país mantém, pelos "Five Eyes", aliança de inteligência que inclui Canadá, Austrália e Nova Zelândia, meio de monitorar via Pacífico as ações de Pequim. Os EUA também se aproximam da Índia, aproveitando-se do temor naval. Porém, os EUA acabam, pela atual postura de maior isolacionismo na América Latina, abrindo espaços para a China, como no próprio Canal do Panamá. Assim, os EUA adotam outros mecanismos para tentar conter Pequim, que chegam até mesmo à atual guerra comercial, ainda que muitos danos adicionais sejam causados. Na contenção do avanço russo ao Ocidente, Trump acaba por obstar melhor atuação da OTAN, ao queixar-se da falta de contribuições suficientes europeias. Percebe-se, pelas ações norte-americanas, disjunção entre o objetivo de contenção chinesa e a efetividade de suas práticas. Ainda assim, as aproximações com Índia, Coreia do Norte e a presença no Mar do Sul da China mostram que o imperativo mackinderiano segue vivo na geopolítica norte-americana.

Em 115 anos, a tese de Mackinder jamais se concretizou, sobretudo pelas ações de outros atores que frustraram as tentativas. Contudo, a Nova Rota da Seda, sobretudo com a perspectiva de concertação russa, faz com que a consecução do controle da área-pivô pela aliança de potências orientais esteja próxima como jamais antes na história.

Rodrigo Lara Pinto – 27,50

Halford Mackinder foi responsável pela elaboração de uma das principais teses geopolíticas da história no século XX. Sua concepção de área pivô, posteriormente rebatizada de Heartland, permeou discussões a respeito de disputas territoriais que atravessaram as duas guerras mundiais e a Guerra Fria, guardando relevância até os dias de hoje. Os objetivos geopolíticos estratégicos das grandes potências atuais, EUA, China e Rússia, têm relação direta com alguns dos preceitos elaborados por Mackinder no início do século XX.

Ao se analisar se a tese de Mackinder correspondeu ao teste da história até os dias atuais, percebe-se que, embora muitas de suas concepções tenham-se tornado obsoletas, suas linhas mestras ainda permanecem relevantes. A área pivô de Mackinder designa uma região eurasiática que corresponde majoritariamente ao território da atual Rússia e de alguns países da Europa Oriental. Tal área seria dotada de recursos de defesa (barreiras naturais, não acesso pelo oceano) e recursos naturais (energéticos, alimentares, de base). Somava-se a isso o processo de integração do território pela construção de ferrovias russas. Com todos esses recursos de poder, quem controlasse essa região poderia projetar sua influência e expandir-se para outras, podendo controlar o mundo.

Embora essa supremacia da área pivô não se tenha verificado, a necessidade de contenção de potências com recursos de poder terrestre é algo que perpassou os conflitos mundiais do século XX. Já na Primeira Guerra Mundial, a importância do Heartland foi relativizada pelo emprego da aviação, de forma que barreiras naturais da área não evitariam ataques. O conflito colocou em lados opostos Rússia e Alemanha, países que Mackinder temia que podiam se unir para controlar o Heartland. Na Segunda Guerra Mundial, mais uma vez os países enfrentaram-se, de modo que, ao final do conflito, a URSS passa a ter influência sobre a quase totalidade da área pivô. Isso, no entanto, não se converteu em controle mundial. Primeiro, porque o desenvolvimento de armas nucleares relativizou ainda mais a importância de recursos de poder terrestre. Segundo, porque os EUA lograram conter o expansionismo soviético com sua atuação e presença militar no seu entorno, como nos seus aliados europeus (OTAN) e asiáticos (OTASE).

Portanto, durante a Guerra Fria a neutralização da área pivô passou pela formação de um cordão ao seu redor, embasada na teoria do Rimland, de Spykman. Embora as ideias de Mackinder não tenham correspondido à realidade no que tange ao controle mundial, a preocupação dos EUA em conter a potência rival rica em recursos de poder terrestre mostra que suas teses não são nada desprezíveis. Nos dias atuais, o fortalecimento e reerguimento da Rússia ocorre paralelamente a mais um desafio para o Heartland. O degelo do Ártico elimina gradualmente a inacessibilidade da área pivô pelo oceano.

Levando em conta a teoria de Mackinder, é possível identificar os principais objetivos geopolíticos das grandes potências mundiais. Os EUA, primeiramente, buscam a contenção de seus rivais geopolíticos. Nesse sentido, o país mantém tropas em seus aliados europeus da OTAN, de forma a conter o poderio russo, e sua marinha posicionada em aliados e em mares internacionais do Pacífico, de modo a restringir o expansionismo chinês. Soma-se a isso seu sistema de alianças na Ásia, formando uma espécie de diamante de contenção em torno de Pequim devido às alianças com Índia, Coreia do Sul, Japão, Austrália. Dessa forma, Washington busca impedir a projeção de poder de seus rivais. A área pivô russa fica restrita pela própria dificuldade de acesso ao mar, a presença dos EUA na Europa e na Ásia e a projeção chinesa no sul.

Em relação à China, seu objetivo estratégico primordial envolve o rompimento da contenção norte-americana. Para tanto, a iniciativa Belt and Road cumpre importante papel na projeção de seu poder para outros continentes. Soma-se a isso a construção recente de bases militares na África (Djibouti), bem como sua defesa ferrenha de seu controle e soberania sobre o Mar do Sul da China, válvula de escape para o incrustado território chinês. Ademais, a China tem feito importantes investimentos em sua marinha, dada a presença militar americana na região. Tudo isso é complementado por uma acirrada corrida tecnológica com os EUA, de forma a, portanto, superar a contenção que Washington faz ao poderio chinês na região. Quanto à Rússia, Pequim busca aproximação, marcada pela sinergia entre os líderes Putin e Xi Jinping, de modo a evitar novo front de embate na região. Os recursos de poder terrestre chineses não são suficientes para a projeção do país, de modo que o rompimento da contenção dos EUA é fundamental para o projeto chinês.

No caso da Rússia, sua estratégia geopolítica tem sido a de reação ao aumento de sua restrição por parte de outros atores. O avanço da União Europeia e, principalmente, da OTAN em direção ao seu território provocou ações contundentes de Moscou. O apoio aos separatistas de Donbass, na Ucrânia, e a tomada da Crimeia em 2014 representam movimentos russos no sentido de evitar a contenção de seu poder terrestre. A participação em organizações político-militares com países da região também faz parte de tal esforço, destacando-se a sua atuação na OTSC e na OCX. A aproximação com a China e os BRICS mitigou o isolamento internacional sofrido por Moscou após os eventos na Ucrânia. Por fim, a projeção de seus recursos de poder terrestre atualmente tem importante vertente comercial, na medida em que a China, a Alemanha e outros países europeus dependem de suas exportações de recursos energéticos.

A disputa pelo Ártico sintetiza a relação das teses de Mackinder com os objetivos geopolíticos das três potências atualmente. A Rússia clama sua soberania sobre grande parte como forma de evitar maiores fragilidades em sua defesa, além da possibilidade de projetar seu poder. A China busca expandir sua influência pelo comércio por meio da autonomia que teria nas novas rotas que se abrem. Os EUA, além de seus próprios interesses, visam a conter a expansão de seus rivais.

João Paulo Melo Nacarate – 26,50

Mackinder foi um dos principais autores de geopolítica, criando uma teoria continentalista que valorizava os recursos territorializados, considerando que haveria avanços na rede ferroviária, que promoveria a integração do território. A principal área de interesse geopolítico era o centro da Europa, ocupado pela Rússia. Para avaliar como sua tese correspondeu aos fatos, pode ser útil subdividi-la em alguns aspectos: integração pelas ferrovias; existência ou inexistência de barreiras naturais de proteção; expansão sobre terras marginais e aquisição de significativa capacidade naval; possibilidade de aliança entre Rússia e Alemanha; e, a mais importante, se quem controla a Europa Oriental controla o Heartland controla a Ilha-Mundo e, assim, o mundo.

Sua tese pressupunha uma expansão plena da rede ferroviária russa, o que permitiria a integração do território e mobilização eficiente dos recursos naturais disponíveis. Houve uma expansão da rede, simbolizada pela ferrovia Trans-Siberiana, mas o custo de implementação de ferrovias ainda é alto e o custo de transporte por ferrovias ainda é substancialmente maior que o marítimo. Com isso, conforme o próprio autor reconhece, a mobilidade é limitada. Nesse aspecto, podemos concluir que houve avanços no sentido previsto pelo autor, mas o efeito ficou aquém do esperado (sem tanta integração).

De acordo com o autor, a área pivô estava vulnerável a ataques por todos os lados, salvo pelo norte. De fato, houve ataques ao Oeste (I e II Guerras Mundiais) e ao Leste (Guerra Russo-Japonesa de 1905). Contudo, não houve ataque significativo vindo pelo sul, seja no Caucaso, seja na fronteira com a China e Mongólia. Nota-se, ainda, que os Urais serviram como barreira de proteção durante a II Guerra Mundial, já que boa parte da produção bélica foi transferida para Leste dessa cadeia montanhosa, mas, ainda assim, como afirmou o autor, parte do território ficava exposta. À época os ataques ou eram terrestres ou navais. De modo que a tese não correspondeu ao surgimento da aviação de guerra nem aos mísseis de longo alcance. Embora ainda não tenha havido ataques desse tipo de monta recentemente, o Ártico é um dos principais possíveis cenários de guerra, já que é a menor distância entre os Estados Unidos e a Rússia. Nesse aspecto, não correspondeu a história.

Mackinder considera ser possível uma expansão sobre terras marginais da Eurásia, o que permitiria a construção de significativa capacidade naval. Houve uma expansão sobre terras marginais na Europa Oriental e no Caucaso, contudo, o acesso russo a mares continuou limitado: Ártico, muito difícil de transitar dado o congelamento; Mar do Norte também congela, além de ter muitos estreitos não controlados pela Rússia; Mediterrâneo, com Gibraltar, e Dardanelos do Negro; Mar do Leste, com o Japão limitando o acesso ao Pacífico. Assim, o acesso russo aos grandes oceanos é bastante limitado e a Rússia não chegou a desenvolver uma marinha proporcional ao seu território. Desse modo, a tese foi parcialmente corroborada, pois houve expansão, mas não o desenvolvimento naval esperado.

O autor considerou a possibilidade de Alemanha e Rússia se alinharem, o que facilitaria a expansão russa sobre as terras marginais. Isso não ocorreu: os dois países se enfrentaram na I e na II Guerra Mundial. Na Guerra Fria, a Alemanha Ocidental também ficou em lado oposto ao do Hartland, à época, URSS. Logo, não se verificou.

Por fim, o aspecto mais importante da obra é a percepção que o controle da Europa Oriental leva a um controle do Heartland, que leva ao controle da Ilha-Mundo, que leva ao domínio mundial. A URSS dominou diretamente parte da Europa Oriental (como Ucrânia, Estônia, Letônia e Lituânia) e indiretamente, por meio de sua zona de influência (como Polônia e Hungria); chegou a influir na Europa Central, com a Alemanha Oriental. A despeito de dominar o Hearland, a URSS não dominou a Ilha-Mundo nem o mundo. Agindo em consonância com a tese do Rimland de Spykman, os Estados Unidos fizeram uma rede de contenção ao Heartland, o que impediu o domínio completo pelos soviéticos. Com isso, a tese de Mackinder não se verificou. O próprio autor reconhece isso, e, na década de 1940, publica trabalho considerando um modelo híbrido, em que o poder era concentrado em dois polos (URSS, poder continental) e EUA (poder marítimo) tornando um modelo híbrido.

O pensamento do autor, que enfatiza a importância dos recursos territorializados, a localização estratégia do Hearland no centro da Eurásia e a importância da integração do território, mesmo não tendo correspondido ao teste da história em seu aspecto mais importante, ainda é muito influente e tem relação com os objetivos estratégicos dos EUA, Rússia e China.

Os EUA seguem, em grande medida, a tese do Rimland do Spykman e busca conter a expansão do Heartland para áreas marginais, o que levaria ao domínio do mundo. Essa estratégia foi renovada com o fim da Guerra Fria e a dissolução da URSS. Boa parte dos países comunistas ou as antigas repúblicas soviéticas ou entraram na OTAN ou na União Europeia ou em ambos. A UE, embora não seja uma aliança militar, implica em aproximação socioeconômica e também geopolítica aos países ocidentais, em detrimento de uma proximidade com a Rússia. Com isso, houve uma redução da área do Heartland controlada pela Rússia.

Os EUA têm objetivo estratégico análogo em relação à China. Há alianças com países do entorno regional chinês como Japão e Filipinas e proximidade estratégica em relação a outros vizinhos, embora as relações sejam bem mais complexas, como Índia e Paquistão. Além disso, o país busca manter a liderança no desenvolvimento tecnológico, denunciando práticas desleais da China, como o roubo de propriedade intelectual. No que diz respeito à OTAN, o país ainda pressiona os seus aliados a cumprirem com as metas acordadas de gastos com defesa de modo a fortalecer a capacidade militar da organização.

A Rússia, por sua vez, busca estancar ou reverter o avanço da influência dos países ocidentais sobre os antigos países comunistas e, especialmente, sobre as antigas repúblicas soviéticas. A intervenção na Georgia (2005) e a anexação da Crimeia (já na década de 2010) podem ser entendidas nesse sentido. Há ainda acusações bem fundamentadas que o país financia e dá suporte a milícias russófonas no conflito no Leste ucraniano. A proteção da população que fala russo é tida como uma prioridade para a Rússia, o que resulta em tentativa de aumentar influência sobre áreas do Heartland na Europa Oriental.

Na Ásia Central, a Rússia acabou optando por uma divisão de poder com a China, formando um condomínio de poder refletido na Organização para a Cooperação de Xangai, que inicialmente só incluía os dois países e países na Ásia Central, como Uzbequistão, Tadiquistão e Turcomenistão. A organização também busca combater o terrorismo, o extremismo e o separatismo, o que está de acordo com o objetivo estratégico russo de eliminar ameaças internas, inclusive por contaminação externa, à integridade territorial do país. A aproximação com a China também se dá em âmbito bilateral, com recebimento de investimentos (como em portos e agricultura), acordos para venda de hidrocarbonetos, e, principalmente, exercícios militares conjuntos. Mearsheimer, contudo, afirma que a tendência é alinhamento aos EUA para balancear a China.

A China tem objetivos estratégicos internos e externos. Internamente os protestos em Hong Kong, o governo autônomo de Taiwan, o separatismo do Tibet e da província ao norte do Tibet de maioria muçulmana são considerados ameaças à integridade territorial chinesa. A construção de ferrovias nas duas províncias separatistas para integrar o território é consonante ao pensamento de Mackinder. Dada a vulnerabilidade dos estreitos, o país busca, por meio do OBOR alternativas como pelo Ártico, terrestre até a Europa e corredores logísticos com acesso ao mar, como o de Myanmar e do Paquistão. Além disso, o país investe muito no desenvolvimento da sua marinha e em novas tecnologias, inclusive militares. Um dos objetivos é afirmar a soberania sobre o Mar do Sul da China. Paralelamente, o país busca aumentar sua capacidade política, econômica e de soft power cultural no mundo.

Pior resposta – 10,00

No início do século XX, Halford Mackinder, britânico, preocupou-se com a ascensão da Rússia e da Alemanha. Tem em vista que essas regiões encontram-se em uma grande massa terrestre na Eurásia, e o Império britânico era principalmente naval, devido à sua dispersão pelo globo, o geógrafo destacou que o poder terrestre, e particularmente o controle dessa área-pivô na Eurásia, que era de fato determinante para assegurar o domínio global e longevidade dos impérios. Desse modo, o geógrafo desejava apontar possíveis fragilidades do Império britânico, e para tal elaborou a teoria da área-pivô e da Ilha-Mundo.

Para Mackinder, a área-pivô, ou o heartland encontrado na Eurásia era, de fato, o pivô geográfico da história devido a três motivos basicamente. Essa área extensa era dotada de uma abundância de recursos fundamentais. Em segundo lugar, sua topografia de planície favorecia o rápido deslocamento terrestre, principalmente com o uso de ferrovias. Por fim, por suas características geográficas, a área-pivô permitia rápido acesso do “homem terrestre” ao mar, mas os “homens do mar” não tinham fácil acesso a essa massa terrestre. Portando, o heartland se convertia em uma fortaleza natural.

A tese de Mackinder, contudo, não se mostrou totalmente imune ao teste da história, pois o geógrafo não considerou relevante as inovações de navegação, e também não pôde prever a ascensão da tecnologia de aviação. Já em 1904, a tese de Mackinder não resiste a primeira prova com o conflito entre Rússia e Japão, no qual o Japão se saiu vitorioso após vultosos investimentos em modernização da sua economia e tornar-se uma potência naval. Durante as grandes guerras, o poder naval e de aviação (no caso da II Guerra Mundial) foram reafirmados como fundamentais para a estratégia geopolíticas e militares dos países beligerantes. Após a construção da ordem liberal, no pós-1945, e o fim da Guerra Fria, o comércio internacional tornou-se o principal vetor de interação entre os países. E como esse comércio é realizado, em sua maior parte, pela via marítima, evidencia-se a relevância destacada do poder naval nos cálculos geopolíticos na atualidade.

As ações das principais potências contemporâneas – China, EUA e Rússia – demonstram que a estratégia geopolítica no cenário atual não menospreza o poder terrestre, mas, sem dúvida, põe significativa relevância para o poder naval. Os EUA, desde o início da sua formação territorial, buscaram superar sua continentalidade, baseado nas teses de Mahan, principalmente. Nesse sentido, patrocinou a construção do canal do Panamá e se tornou uma potência naval ainda no século XIX. Atualmente, seu cálculo geopolítico procura conter a ascensão dos rivais em áreas marítimas estratégicas, como no Ártico e no Mar do Sul da China.

As ações dos EUA nas áreas supramencionadas se justificam pelos projetos geopolíticos que China e Rússia têm demonstrado. O Ártico, com o aquecimento global, terá uma janela de navegabilidade muito maior, o que permitirá o trânsito militar e as trocas comerciais por rotas muito mais curtas por períodos maiores ao longo do ano. Nesse sentido, a Rússia já desenvolve projetos de exploração do Ártico e a China, por exemplo, participa do órgão multilateral responsável pelo tema. O Mar do Sul da China representa um dos pontos de maiores tensões em relação a geopolítica marítima na atualidade, uma vez que pela área passa a maior parte do comércio global, além de ser também rica em recursos minerais e pesqueiros.

A China, nesse contexto, empreende diversos projetos com impactos geopolíticos significativos. No Mar do Sul da China, tenta garantir seu controle sobre a região, com a construção de ilhas artificiais e bases de apoio, o que provoca sérias disputas com países vizinhos que também reclamam a soberania sobre a área. Com a iniciativa Cinturão e Estrada, pretende garantir o escoamento da produção e o suprimento de recursos para a sua economia por meio de projetos de infraestrutura, como a construção de canais na Nicarágua e na Tailândia, este último para eliminar sua dependência em relação ao estreito de Malaca. Esses projetos, contudo, encontram-se em diferentes fases de execução.

Apesar da preponderância do fator naval, nos cálculos geopolíticos atuais, o poder terrestre, como destacado por Mackinder, também tem relevância, ainda que por vezes subsidiária. Rússia, China e EUA ainda dependem grandemente do domínio de porções terrestres para garantir a produção e o transporte de petróleo, que ainda é fundamental para suas economias. Outro exemplo é o projeto de construção de ferrovia ligando o Atlântico ao Pacífico na América do Sul, capitaneado pela China.

Diante do exposto, conclui-se que na atualidade o cálculo geopolítico prioriza o reforço e o controle do poder naval, diante não só da realidade contemporânea e das características atuais da economia global, mas também da potencialidade do surgimento de novas rotas e de novas áreas de exploração marítima. Entretanto, o poder terrestre, como ressaltado pelas considerações de Mackinder, não deve ser menosprezado, pelo contrário, é ainda parte relevante das estratégias das principais potências mundiais.

Questão 3

Discorra a respeito da política externa argentina do governo de Mauricio Macri. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos (não necessariamente na ordem a seguir):

a) fatores domésticos e externos que condicionaram a atuação internacional do país;

b) curso de ação no plano regional;

c) semelhanças ou diferenças em relação à política externa dos governos de Carlos Menem e de Néstor e Cristina Kirchner; e

d) evolução das relações com o Brasil, bem como de processos negociadores, no âmbito do MERCOSUL, com parceiros extrarregionais.

Extensão do texto: até 60 linhas.
Valor: 20 pontos.
Média: 15,07 (total); 16,02 (ampla); 12,20 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 2,803 (total); 2,510 (ampla); 1,261 (cotas/PNE)

Bárbara Policeno Pereira – 19,10

A política externa argentina, sob o governo de Maurício Macri, representou significativa inflexão em relação aos governos Kirchner, sobretudo em aspectos econômicos e políticos.

No plano interno, Macri foi eleito sob a promessa de recuperar o crescimento argentino, por meio de estímulos ao empresariado. Houve também promessa de ajustes, os quais, no entanto, tiveram dificuldade em sua implementação. Como consequência, o país passou por diversas greves gerais durante o governo Macri. Em 2018, o país teve de pedir socorro ao FMI diante da crise fiscal e da inflação desenfreada. O empréstimo não foi suficiente para solucionar a crise e, atualmente, novas negociações com o fundo são necessárias.

Externamente, o presidente Macri é a favor da liberalização comercial, o que foi causa para dar novo vigor ao Mercosul. Como resultado, foram bem sucedidas as negociações entre Mercosul e UE e Mercosul e ETA, com conclusão de acordos comerciais abrangentes. O diálogo político com os EUA melhorou, diante da amistosidade das relações entre Trump e Macri. Com a diplomacia pautada por interesses econômicos, o presidente argentino visa a melhorar a economia doméstica, ampliando mercados para a produção argentina.

No plano regional, houve aproximação entre Mercosul e a Aliança do Pacífico e, atualmente, existe uma virtual área de livre-comércio na América Latina. O presidente Macri participou dos esforços para a criação do PROSUL, entidade que visa a aprimorar a integração regional sob a égide da democracia. A política externa argentina também tem importante atuação no Grupo de Lima. Como consequência, não reconheceu o ilegítimo governo de Nicolás Maduro e defendeu uma solução política e pacífica para a crise venezuelana, a fim de lograr-se solução para a crise humanitária no país. Nesse sentido, a Argentina, juntamente com o Brasil, integra o Grupo de Lima e denunciou o tratado constitutivo da UNASUL.

De forma semelhante aos governos Kirchner, Macri defende o pleito argentino pelas Ilhas Malvinas. Não obstante, evita o confrontacionismo com o Reino Unido. Em sentido contrário, Macri é a favor de maior liberalização comercial. Nesse sentido, apoia as negociações do Mercosul com parceiros extrarregionais. O governo Menem, por sua vez, foi caracterizado pelo "realismo periférico" e por "relações carnais" com os EUA, o que difere do atual governo argentino. Com efeito, há estreitamento do diálogo político com os Estados Unidos, mas a integração regional é prioridade na política externa.

Com a eleição de Macri, as relações bilaterais Brasil-Argentina evoluíram positivamente. Em 2019, a convergência de visões dos países na temática econômica resultou na promoção de acordos extrarregionais do Mercosul, como o do EFTA e da UE. Atualmente, negociações também ocorrem em relação à Coreia do Sul e Canadá. O acordo com a UE é fundamentado em três pilares: cooperação, diálogo político e livre-comércio. Dessa forma, além da área economia, há melhora institucional no diálogo com parceiros extrarregionais e o resultado é o fortalecimento da integração regional.

A política externa sob o governo Macri também é pautada por esforços de combate ao terrorismo e de ilícitos transfronteiriços. em 2019, a Argentina reconheceu que o Hezbollah é uma entidade terrorista que, inclusive, atua na região da Tríplice Fronteira. Juntamente com o Brasil, Paraguai e EUA, surge o Mecanismo 3+1 com o objetivo de conferir segurança à região.

A atuação internacional da Argentina, contudo, não teve repercussão otimista no plano interno. A política externa de Macri não foi capaz de assegurar-lhe amplo apoio da população, como mostram as prévias de 2019. A situação doméstica e desafiadora em relação à crise econômica, o que condiciona a diplomacia argentina.

A política externa do governo Macri, portanto, é caracterizada por maior busca da liberalização comercial. No plano regional, já reforço da integração no âmbito do Mercosul e aproximação da Aliança do Pacífico. As relações com o Brasil evoluíram positivamente, com convergências no Grupo de Lima e em negociações extrarregionais no Mercosul. A situação de crise economia interna, por outro lado, é um desafio à atuação externa de Buenos Aires.

Gabriel Clemente de Oliveira Bellato – 18,50

Maurício Macri saiu-se vitorioso nas eleições presidenciais com base em um discurso liberalizante, com o intuito de findar a crise econômica e política que assola a Argentina. Visa à normalização das relações da Argentina com certos países, mormente os EUA, e a reinserção de seu país no sistema financeiro internacional, após a crise dos "fundos abutres", levada a cabo por Kirchner. Outrossim, há uma convergência de perspectivas entre o governo de Macri e os demais governos de direita no âmbito regional, que se reflete na necessidade de restauração da democracia na Venezuela e na promoção do comércio no seio do MERCOSUL, com excelentes relações com o Brasil.

Macri elegeu-se com base no endosso do setor produtivo argentino, sobretudo do setor agropecuário, que sofria restrições nos governos Kirchner. Outrossim, havia o fim da "onda rosa" na América Latina, cuja primeira fissura fora o processo de *impeachment* de Lugo no Paraguai. Com efeito, proclamou a necessidade de aproximação com as principais economias do mundo e a normalização das relações da Argentina com o sistema financeiro internacional. Ademais, Macri ascendeu ao poder em meio a intensa crise econômica, com elevada inflação, prometendo restaurar o progresso econômico de seu país, por meio do

liberalismo. De modo distinto de Menem e dos Kirchner, Macri buscou uma aproximação com os EUA, mas não sobre a égide do "realismo periférico" de Menem. Trata-se de uma aproximação mas pragmática, nos setores econômicos e políticos. Macri buscou a abertura do mercado norte-americano aos limões argentinos; declarou o Hezbollah como organização terrorista, o que não fora feito pelos Kircher; e pleiteou uma acessão da Argentina à OCDE, contando com o apoio preferencial dos EUA para isso. Outrossim, fechou acordo com os "fundos abutres" para o escalonamento da dívida argentina. Logo, normalizou as relações do país com o sistema financeiro e obteve empréstimos do FMI para conter os efeitos deletérios do escasseamento de divisas externas sobre a taxa de câmbio.

Houve semelhanças e diferenças quanto a seus antecessores no âmbito regional. Em primeiro lugar, Macri declarou a ilegitimidade do hodierno mandato presidencial de Maduro e reconheceu o Presidente Encarregado Juan Guaidó como representante legítimo do país. A Argentina também lidou, junto com o Brasil, as negociações para a criação do Grupo de Lima, para negociar o fim da crise política na Venezuela. Nesse sentido, posicionou-se de modo distinto dos Kirchner, inclusive buscando o TPI para denunciar crimes na Venezuela.

De modo semelhante a seus antecessores, Macri endossou a importância do MERCOSUL como uma prioridade para a Argentina. Ainda assim, aventou a necessidade de uma aproximação entre esse bloco e a Aliança do Pacífico, com cúpula de Chefes de Estado recente. Ademais, Macri priorizou novas iniciativas de caráter regional, aventando que a UNASUL não correspondia aos interesses argentinos. Com efeito, denunciou o tratado constitutivo dessa oganização e anunciou a retirada futura dessa organização. Com os presidentes de Brasil, Chile, Paraguai, Colômbia e outros países sul-americanos, declarou a intenção de criar o PROSUL, uma iniciativa mais institucionalmente flexível que a UNASUL e mais condizente com os interesses desses países no continente sul-americano.

Ademais, Macri possui considerável convergência de perspectivas de relações internacionais tanto com Temer quanto com Bolsonaro. No governo daquele, ambos os presidentes concordaram com a suspensão da Venezuela do MERCOSUL, sob a égide do Protocolo de Ushuaia, após a primeira suspensão por descumprimento de regras comerciais. Outrossim, há uma convergência entre Brasil e Argentina quanto à necessidade de valorização do comércio no MERCOSUL, por meio de negociações com parceiros extrarregionais, como forma de auxiliar no processo de recuperação do crescimento econômico em ambos os países. Logo, retomaram-se as negociais de Acordo de Associação com a União Europeia e de acordos comerciais com o EFTA, a Coreia do Sul, Singapura, Japão, entre outros países. A parte comercial do acordo com a União Europeia foi parcialmente concluída, estando agora em processo de aprovações parlamentares. O MERCOSUL defende a aplicação provisória da parte comercial do Acordo de Associação com a União Europeia. Ademais, o acordo comercial com o EFTA foi concluído e os demais seguem em negociação. Com efeito, há considerável convergência entre Argentina e Brasil sobre a importância dessas negociações comerciais para a indução do desenvolvimento, as quais são continuadas na presidência *pro tempore* do Brasil do Mercosul.

Macri almeja uma política externa de normalização das relações com as principais economias do mundo, para que o comércio auxilie na recuperação econômica de seu país. Nesse sentido, há continuidades e rupturas com as diretrizes de seus antecessores, sendo que as relações alvissareiras com o Brasil são uma continuidade. Seu mandato presidencial chega aos meses derradeiros com êxito parcial em certas iniciativas externas, e Macri disputará eleições em outubro contra a chapa peronista.

Taciano Scheidt Zimmermann – 18,30

A eleição de Maurício Macri na Argentina, em 2016, representou o fim de um ciclo político de orientação à esquerda e o início de um período liberal, no compasso do recuo das forças progressistas observado em grande parte da América Latina nesse período. Seus desafios internos e externos são fatores que condicionam a política externa de seu governo.

Internamente, a eleição de Macri ocorreu em contexto de crise econômica argentina, denúncias de corrupção dos Kirchner que lhe antecederam e maior força dos setores liberais-conservadores, que levaram à vitória de Macri nas urnas. Nesse cenário, Macri removeu controle de preços e de câmbio, na intenção de liberalizar a economia, o que causou forte desvalorização do peso e aumento da inflação. Macri finalmente chegou a um acordo que pôs fim à questão da dívida argentina em relação aos "fundos abutre", algo que vinha em aberto desde 2001. O FMI também foi acionado para permitir a reorganização econômica do país. Externamente, Macri se aproximou dos Estados Unidos, e a convergência política crescente no seu entorno regional facilitou sua articulação com os países vizinhos, inclusive com o Chile.

No plano regional, Macri adotou curso pragmático de ação, voltado sobretudo à maximização da inserção econômica, sem deixar de efetivar mudanças políticas. No âmbito econômico, Macri valorizou a aproximação regional entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico, reforçou a cooperação regional no sentido da desburocratização e da inserção competitiva, e impulsionou os processos negociadores no MERCOSUL. Politicamente, aproximou-se de países com governos afins, como o Brasil, o Chile, o Paraguai, juntando-se ao Grupo de Lima para fazer pressão diplomática para a solução da crise humanitária na Venezuela. Além disso, desvinculou-se da UNASUL, assim como o fizeram o Brasil e outros países da região, devido às críticas à ideologização da organização e ao impasse na nomeação do novo secretário-geral. Macri, portanto, aprofundou os processos de integração, mas em novas bases, como ilustra seu apoio à iniciativa do PROSUL, lançada em 2019 em Santiago, como alternativa à UNASUL, mas desburocratizada e desideologizada.

Macri, assim, adotou posturas semelhantes àquelas outrora avançadas pelo peronista liberal Carlos Menem, na década de 1990, o qual defendia o estabelecimento de relações pragmáticas ("carnales") com os EUA e uma inserção competitiva da Argentina no mundo, além do impulso à integração regional do MERCOSUL, em seus primeiros lances na década de 1990. Em relação aos Kirchner, porém, Macri representou uma mudança significativa de orientação, sobretudo no que toca à associação da Argentina com governos progressistas e à maior ênfase dos Kirchner no que toca à cooperação Sul-Sul. Macri é um crítico da ideologização da política externa, que, segundo ele, seria uma marca dos governos Kirchner. As semelhanças, todavia, podem ser encontradas nas relações com o Brasil, parceiro estrutural da Argentina, a despeito das incongruências epidérmicas pontuais.

Na relação com o Brasil, foi crescente a convergência, desde o governo Temer, mas sobretudo com a eleição de Bolsonaro. Os dois países, parceiros estratégicos desde 1997, estabeleceram Mecanismo de Coordenação Política em 2016, por meio do qual estreitam sua cooperação e coordenação no âmbito internacional. Além disso, fortaleceram a cooperação sobre segurança nas fronteiras, combate ao crime organizado e ao terrorismo, embora o Brasil não tenha reconhecido o grupo Hezbollah como terrorista, como o fez Macri recentemente. No âmbito econômico, os países aproximaram-se no MERCOSUL, convergindo na busca de desburocratização, racionalização e abertura econômica do bloco a outras regiões. A convergência brasileiro-argentina foi crucial para que se finalizasse o capítulo comercial do Acordo de Associação MERCOSUL-UE (2019) e, mais recentemente, a conclusão das negociações com o EFTA, além do impulso a outras negociações em aberto com parceiros extrarregionais, tais como o Canadá e a Coreia do Sul. O acordo com a UE, finalizado após a última rodada de ofertas entre 2016 e 2019,

veio ao encontro da liberalização e abertura defendida por Brasil e Argentina desde 2016. No plano dos desafios, as relações bilaterais seguem marcadas pela diferença de posição sobre a reforma do CSNU e pelo déficit comercial argentino, o maior do país, em contexto de crise econômica na Argentina.

O governo Macri, portanto, implementou política externa que valoriza a abertura econômica, a democracia e a integração regional pragmática e competitiva, objetivos que atualmente convergem com a política externa brasileira. A mudança é evidente em relação a seus antecessores kirchneristas, mas ecoa posições do realismo periférico dos anos 90, em parte. Apesar dos desafios epidérmicos, Brasil e Argentina fortaleceram sua parceria estratégica e seguem parceiros estruturais.

Pior resposta – 10,50

A Argentina é um dos principais parceiros do Brasil e vetor fundamental da inserção internacional brasileira. Durante o governo Macri, essas relações encontraram novas possibilidades de relação e, igualmente, reforçaram padrões de interação já existentes, ainda que a inserção internacional do país platino tenha sido gravemente condicionada pela séria crise econômica que o atinge.

A política externa argentina passou por fases distintas ao longo do final do século XX e das primeiras décadas do século XXI. O governo de Carlos Menem procurou empreender uma política externa que pode ser compreendida por meio do realismo periférico. Desse modo, a Argentina, consciente de sua condição periférica, deveria se alinhar com a potência dominante, no caso os EUA, para obter dividendos para o seu próprio desenvolvimento.

Os governos de Néstor e Cristina Kirchner, contudo, adotaram postura diversa, sobretudo com relação aos EUA, expressando posições mais autonomistas e, até mesmo, desconfiadas, em relação a propostas advindas dos EUA. Nesse momento, havia a convergência de posições com diversos governos de esquerda na América do Sul, o que ensejou a execução de uma política externa mais voltada para a coordenação política e social na região, o que se refletiu na atuação de diversos órgãos regionais.

A política do governo Macri representa uma reorientação das ações externas do país com o objetivo a atender suas necessidades, tendo em vista os fatores limitadores presentes na esfera doméstica. A economia argentina, nesse contexto, representa um fator condicionante e um objetivo da política externa de Macri. Para enfrentar a grave crise econômica, caracterizada por alta inflação e forte desvalorização cambial, o governo Macri procurou acordos com o FMI para garantir recursos ao mesmo tempo em que empreendeu política de austeridade fiscal. Igualmente, implementou medidas liberalizantes para promover o comércio internacional, o que beneficiou o Brasil, principal parceiro comercial argentino que vinha sofrendo perdas comerciais com medidas protecionistas da era Cristina Kirchner.

A própria crise econômica experimentada pelo Brasil desde 2015, e não totalmente superada atualmente, representa importante condicionante externo para a consecução da política externa argentina no intuito de resolver a crise. Além do Brasil, o entorno regional representou igualmente importante vetor de atuação do governo Macri. A atuação para tentar restaurar a democracia na Venezuela, com o apoio ao presidente interino Juan Guaidó, é de fundamental relevância para a resolução pacífica da situação. Ademais, o apoio a criação do PROSUL, como mecanismo flexível de concertação política e econômica, demonstra forte presença e confiança na integração da região.

Com o Brasil, a política externa argentina promoveu significativos avanços nas áreas comercial e política, seja bilateral ou multilateralmente. Como mencionado, a liberalização comercial feita por Macri e a criação do PROSUL produziram melhoras nas relações com o Brasil. No âmbito do Mercosul, o esforço conjunto dos dois países logrou alcançar a assinatura do Acordo de Associação entre Mercosul e União Europeia, que poderá provocar profundas transformações na estrutura produtiva dos países do Mercosul, assim como melhorar a competitividade das suas economias. A postura aberta e propositiva argentina ajudou a chegar a conclusão desse acordo após 20 anos de negociações.

A política externa de Macri, assim, obteve muito êxitos no âmbito regional e extrarregional.

Questão 4

Entre 1947 e 2019, o Brasil participou de 51 missões da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo apenas uma autorizada pela Assembleia Geral (a primeira) e 50 autorizadas pelo Conselho de Segurança. Dessas, foram 45 operações de paz e quatro missões políticas especiais, além de uma força multinacional. [...] Entre 1947 e setembro de 2018, 54.392 militares e policiais brasileiros serviram nessas missões, sendo que 47.821 foram desdobrados a partir de 1990. Isso significa que 82,23% do total foram desdobrados na segunda metade de uma trajetória que já dura 70 anos.

HAMANN, Eduarda P.; MIR, Wasim. *É tempo de reengajar*: o Brasil e as operações de manutenção de paz da ONU. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé - Artigo Estratégico 43, 2019, p. 2, com adaptações.

Considerando que o excerto apresentado tem caráter meramente motivador, elabore um texto dissertativo a respeito das operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) e da participação brasileira nelas no decorrer das últimas sete décadas. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) a relação entre as operações de paz e a Carta da ONU;

b) as gerações das operações de paz da ONU e suas principais características;

c) no mínimo, dois exemplos de operações de paz de que o Brasil participou em cada uma das gerações tratadas no item anterior; e

d) orientações, diretrizes e (ou) ações dos documentos estruturantes da defesa nacional, relativas à participação do Brasil em operações de paz.

Extensão do texto: até 60 linhas.

Valor: 20 pontos.

Média: 10,94 (total); 11,22 (ampla); 10,08 (cotas/PNE)

Desvio padrão: 3,404 (total); 3,546 (ampla); 3,132 (cotas/PNE)

Joaquim Pedro Strunck da Silva Pinto – 15,90

O Secretário-Geral das Nações Unidas Däg Hammarjskold (sic) encontrou solução criativa para a não consecução de um "Estado Maior" da ONU, prevista na Carta de São Francisco e essencial para a garantir (sic) a paz e a segurança. Segundo o líder sueco, entre o Capítulo VI, sobre solução pacífica de controvérsias, e o Capítulo VII, sobre solução coercitiva de controvérsias, poder-se-ia deduzir a necessidade efetiva de se inferir um "Capítulo 6 e meio". Tratava-se da necessidade de prover a paz, diante da reiterada negativa dos Estados membros (sic) de ceder tropas permanentemente à ONU. Afinal, a organização tinha como objetivo primeiro a manutenção da paz sistêmica e o impedimento de uma Terceira Guerra Mundial. Recorreu-se às operações de paz.

As operações de paz de primeira geração buscavam, coordenadamente (sic), forças de Estados membros (sic) para garantir cessar-fogo, tréguas ou monitoramento de zonas de conflito latente. Apenas contingentes militares marcavam presença de modo mais robusto. De maneira geral, as operações contavam com o apoio dos Estados envolvidos na questão em tela. Os "capacetes azuis", forças cedidas à ONU, não poderiam fazer uso da força, senão para fins de autodefesa. A operação de paz que monitorou o Oriente Médio após a Guerra de Independência de Israel, a partir de 1948, é exemplo típico desse movimento. Outros tantos conflitos ligados à descolonização africana também receberam operações dessa natureza.

As operações de paz de segunda geração foram pensadas a partir do fim da Guerra Fria. Em "In Larger Freedom", Boutros Ghali (sic), Secretário-Geral da ONU em 1992, explicava como a cooperação russa no Conselho de Segurança viabilizaria a expansão em número e em escopo nas missões. As novas missões utilizariam também do (sic) Capítulo VII da Carta da ONU, ainda que à revelia dos Estado (sic) alvo, para promover o que o líder egípcio chamava de "peace enforcement" e não apenas o "peacekeeping" das primeiras operações. O desastre das missões na Somália e em Ruanda, onde houve um genocídio apesar da presença de duas missões, provocou nova revisão.

As missões de terceira geração são marcadas por sua multidimensionalidade. Trata-se de verdadeiro "peace building (sic) process". Objetiva-se, atualmente, a construção de capacidades para uma paz duradoura e positiva, no sentido de J. Galtung, e não trabalhar apenas para o apaziguamento momentâneo de tensões. Desse modo, adicionaram-se civis, mulheres, ONGs e diversas frentes (sic) ao esforço coordenado de construção da paz nas missões de terceira geração, da qual a MINUSTAH é o principal exemplo.

O Brasil participou ativamente da Missão de Paz do Pós-Guerra de Independência de Israel (1948), embora com efetivo reduzido, e da UNEF, para monitorar o conflito de Suez, com tropas, inclusive chegando a comandá-la, no que se refere às operações de primeira geração. Quanto às de segunda geração, liderou operações no pós-independência do Timor Leste e no pós-Guerra Civil de Angola e Moçambique. Quanto às operações de Terceira Geração, o Brasil liderou, desde o início, o comando militar da MINUSTAH, no Haiti, até seu recente encerramento. Também tem contribuído com o comando naval da UNIFIL, no Líbano, outra operação de terceira geração.

No que se refere às diretrizes de participação brasileira nessas operações, destaca-se o apoio do Brasil à noção de construção de capacidades, essencial para uma paz positiva e duradoura. Justamente por acreditar nessa ideia, o país absteve-se de participar de missões sob o Capítulo VII durante muito tempo. Hoje, isso não é mais impeditivo, mas o Brasil segue preconizando o respeito à soberania nacional, parte estruturante de toda Estratégia de Defesa Nacional. Apoia, também, a participação de mulheres, tendo renovado sua "Agenda Mulheres, Paz e Segurança" por mais quatro anos, por acreditar no potencial humanitário e inclusivo dessa ação.

O Brasil procura ainda priorizar ações em países com os quais tenha vínculos históricos. Pensa-se, por exemplo, na liderança brasileira em Guiné-Bissau atualmente, ou nos países de língua portuguesa na década de 1990. O Brasil também tem liderado esforços na Comissão de Consolidação da Paz da ONU, continuamente trabalhando para a revisão dos parâmetros de controle dos mandatos e do escopo de atuação das operações de paz. Esse esforço reflete a noção brasileira de "responsabilidade ao proteger" e de comprometimento com a construção duradoura da paz.

Bruno Rolim – 15,50

As operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) são as principais manifestações da organização dentro do objetivo de garantir a paz e a segurança internacionais. Não previstas expressamente na Carta da ONU, as operações de paz são levadas a cabo desde os primeiros anos da ONU, e evoluíram ao longo de sete décadas, passando a receber atribuições de imposição de paz e de construção do aparato estatal outrora destruído. O Brasil participou em 45 operações de paz, na sua grande parte após 1990, chegando a comandar a MINUSTAH, no Haiti, além do comando naval da UNIFIL, no Líbano, e de militares brasileiros encabeçando missões na República Democrática do Congo. A atuação assertiva do Brasil nas operações de paz é tida como componente substancial da política de defesa nacional, tanto pela capacitação das Forças Armadas quanto pela projeção obtida, que contribuiu na consecução do objetivo de assegurar a soberania nacional.

A relação entre as operações de paz e a Carta da ONU, de início, parte do fato de que tais operações não estão previstas no texto do acordo. Nos Artigos 2(3) e 2(4), a ONU apregoa a solução pacífica de controvérsias e rejeita o uso da força salvo algumas hipóteses. O Capítulo VI da Carta menciona os meios de solução pacífica, enquanto o Capítulo VII versa sobre os procedimentos para o uso da força; porém, o Artigo 43, que prevê a constituição de uma força permanente da ONU, jamais vingou. A concepção das operações de paz se inseriu nesse contexto como solução intermediária, o "Capítulo VI ½" da Carta, com forças temporárias, os "capacetes azuis", formados e financiados por contribuições dos Estados membros. A incumbência de administrar as operações de paz cabe ao DPKO, departamento de operações de manutenção da paz, e há previsão orçamentária específica para as operações, que hoje supera o montante destinado ao orçamento geral da ONU.

A evolução das operações de paz da ONU se deu por gerações, com destaque para três formatações. Inicialmente, as operações de paz tinham por atribuição precípua a manutenção da paz ("peacekeeping"), a exemplo da UNTSO, primeira operação implementada no marco da Guerra Árabe-Israelense. Essa primeira geração de operações não tinha mandato ofensivo, e em grande parte não faziam uso de armas. A segunda geração, as operações de imposição de paz, emergiu no contexto da descolonização africana, tendo na operação feita no Congo seu exemplo. Essas missões passaram a atuar com armas, não apenas mantendo a situação pós-conflito, mas combatendo grupos que punham a paz em risco. Ao longo da década de 1990, fracassos como os da Somália e da Bósnia levaram a debates sobre a condução das operações de paz, que levaram à concepção de uma terceira geração, as operações de construção da paz ("peacebuilding"), que não apenas garantem a paz, mas atuam na reconstrução do arcabouço estatal, a exemplo da UNMIK, no Kosovo, cuja reconstrução incluiu até mesmo a administração provisória do território kosovar. Mas, a rigor, hoje as operações de paz mesclam essas três gerações, e chegaram a atuar mesmo na prevenção de conflitos (UNPREDEP, Macedônia do Norte).

Quanto à participação brasileira nas operações de paz ao longo dessas sete décadas, seu início foi em 1956, com a UNEF, no marco da Crise de Suez, dentro das operações de "peacekeeping"; o país também esteve na UNFICYP, implementada após a crise greco-turca em 1974. Na segunda geração, o Brasil atuou em operações da ONU no continente africano, em especial na África lusófona, com operações em Angola e Moçambique. Finalmente, a terceira geração de missões de paz tem presença mais substantiva do país, sobretudo na MINUSTAH, responsável pela condução da reconstrução do Haiti entre 2004 e 2017, na qual o Brasil foi comandante militar durante os treze anos; a missão foi substituída pela MINUJUSTH, recentemente encerrada. Outro exemplo é a MONUSCO, na República Democrática do Congo, que, apesar de atuar nas outras atribuições, também há a capacitação de forças congolesas para superar um conflito longo e de consequências devastadoras.

A participação do Brasil em operações de paz é componente fundamental da política de defesa nacional, sendo mencionada nos três documentos estruturantes sobre o tema: o Plano Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional. No Plano, que estabelece objetivos da defesa, a atuação assertiva em operações de paz integra os esforços para que, pela inclusão multilateral, se fortaleça a soberania nacional. Na END, que aponta diretrizes e ações que conduzam à consecução do PND, é indicada a capacitação do efetivo militar nacional, assim como a modernização estrutural, para que haja melhor condição de integrar os capacetes azuis. A participação brasileira mostra a indissolubilidade entre política externa e defesa nacional, como indica o Livro Branco em suas páginas iniciais.

Os setenta anos das operações de paz mostram que, apesar de problemas e missões malogradas, há êxito no objetivo de manter a paz e a segurança (ainda que a UNMOGIP, na Caxemira, funcione há sete décadas). A participação brasileira, tanto pela projeção internacional quanto pelos benefícios auferidos pela sua atuação, pode aperfeiçoar suas Forças Armadas e, assim, fortalecer sua defesa. Pelo multilateral, preserva-se a soberania nacional.

Ivan Abdalla Sá Fortes Clavery – 15,40

Ainda que as operações de paz não estejam explicitamente previstas na Carta da ONU, convencionou-se chamá-las de operações do capítulo "seis e meio", com base na expressão cunhada pelo ex-SGNU Dag Hammarjkold[23]. Durante o período da Guerra Fria, as operações de paz foram esporádicas, baseadas exclusivamente no consentimento. Na década de 1990, principalmente no período inicial de euforia com o fim da estrutura bipolar, houve uma disseminação de operações de paz, algumas autorizadas pelo Conselho de Segurança (CSNU), com base no capítulo VII da Carta da ONU.

Considera-se que a primeira geração das operações de paz corresponde às operações clássicas de "peacemaking", inauguradas pela UNEF I, em 1956, no Egito. Essas operações têm como característica fundamental o consentimento das partes em conflito e o uso da força é utilizado apenas em situações extremas, para autodefesa. As operações de primeira geração têm como princípio norteador a não intervenção e a soberania dos Estados.

Após a intervenção no Iraque, em 1990, aprovada pela Resolução 678 do CSNU, houve um otimismo em relação à capacidade da ONU em resolver problemas relacionados à paz e à segurança. Os Chefes de Estado do CSNU se reuniram e solicitaram ao SGNU uma avaliação sobre as operações de paz. É nesse contexto que surge o relatório "Uma agenda para a paz" de Boutros Boutros-Ghali. Nesse relatório, o SGNU lista cinco conceitos: diplomacia preventiva, peacemaking, peacekeeping, peace-enforcement e peacebuilding. Com base no peace-enforcement surgem as operações de segunda geração da ONU, nas quais o consentimento dos Estados alvos não é necessário e as tropas podem utilizar a força para impor a paz. É com base nesse conceito de imposição da força que ocorre a desastrosa intervenção na Somália, no começo da década de 1990.

[23] Sim, arrisquei e tentei escrever o complicado nome do ex-Secretário-Geral Dag Hammarskjöld e errei (ainda que por pouco).

Após a intervenção na Somália, a ONU reavalia o conceito de direito à ingerência para defender os direitos humanos, com base em diversos relatórios. O relatório Brahimi, de 2000, destacava a primazia da política, enquanto o relatório do ICISS, liderado pelo governo do Canadá, destacava pela primeira vez o conceito de "Responsabilidade de Proteger". Esse conceito será adotado pela ONU na Cúpula de 2005. Paralelamente, cria-se a Comissão de Construção da Paz (CCP), em 2006, que consagra o conceito de que o desenvolvimento é a única solução para a paz de longo prazo, conforme defendido pelo Brasil. Ressalta-se que alguns autores ainda falam em operações de paz de terceira geração, que administram o território, como a do Kosovo, em 1999.

O Brasil participou da operação de paz de primeira geração na Península do Sinai, a já citada UNEF I, nas décadas de 1950 e 1960. Tratava-se de operação pioneira e foi relativamente longa, com o Brasil contribuindo com tropas e demonstrando seu engajamento em relação à paz e à segurança internacionais. No contexto da disseminação das operações de paz, na década de 1990, o país participou de missões em Moçambique e em Angola (ONUMOZ e UNAVEM III). Entretanto, o Brasil não participa de operações baseadas no conceito de peace-enforcement, visto que o país acredita que o consentimento é importante para uma paz duradoura. Operação de paz paradigmática para o país foi a MINUSTAH, comandada pelo Brasil entre 2004 e 2017. No esforço de consolidação da paz no Haiti, o país pode praticar seus princípios de paz pelo desenvolvimento, com serviços de engenharia e auxílio social.

A Estratégia Nacional de Defesa (END), a Política Nacional de Defesa (PND) e o Libro Branco da Defesa Nacional ressaltam a importância das operações de paz para treinamento militar, aprimoramento técnico e consolidação da paz internacional, principalmente no que denominam de "entorno estratégico estendido" do Brasil, que inclui a costa africana, no Atlântico Sul. Nesse sentido, nota-se um esforço do Brasil em se engajar em operações de paz na África, sempre baseado no consentimento e na construção da paz. Pode-se destacar, também, o conceito de "responsabilidade ao proteger", apresentado pelo Brasil na ONU, e que visa complementar o conceito de "responsabilidade de proteger", com primazia da política e monitoramento.

As operações de paz da ONU evoluíram e hoje há um consenso de que a paz duradoura depende da construção da confiança e de condições para o desenvolvimento sustentável.

Pior resposta – 4,90

As Operações de Paz das Nações Unidas fundamentam-se nos capítulos VI e VII da Carta das Nações Unidas e visam a garantir um dos objetivos centrais da organização. Desde a primeira missão em que se autorizou o uso da força, a UNEF I, em 1956, as operações evoluíram para englobar uma temática multidimensional para a efetiva garantia da paz. A participação do Brasil nessas missões aumentou significativamente a partir da década de 1990 e é condicionada a princípios como consentimento das partes, imparcialidade e não uso de violência.

O fundamento dessas operações encontra-se na combinação dos artigos VI e VII da Carta da ONU. O uso da força é considerado necessário para conferir efetividade à atuação das Nações Unidas, de modo a evitar uma falta de operacionalidade, como ocorreu com a malograda Liga das Nações. Assim, o artigo VI confere o objetivo de atingir soluções pacíficas, enquanto o artigo VII permite sua efetivação. Cabe ressaltar que o uso da força demanda autorização do Conselho de Segurança.

A primeira geração de operações de paz é a de "peace-keeping", na qual o objetivo é manter a paz diante da emergência de um conflito. A implementação da operação, nesses casos, exigia consenso das partes envolvidas, o que dificultava sua efetivação. Durante a década de 1990, a Agenda Para a Paz do secretário-geral Boutros Boutros-Ghali propõe operações de paz mais assertivas, de peace-building e de peace-enforcement. Emergem, nesse contexto, missões multidimensionais que, além da solução militar, implementam medidas para construção mais duradoura da paz, como a permanência dos capacetes azuis no território de um Estado até que este se recupere economicamente, por exemplo. Nessa geração de operações de paz, o consenso dos envolvidos deixa de ser necessário para o inicio da missão; é necessário autorização do Conselho de Segurança da Assembleia Geral, a depender do escopo da missão. A MINUSUTAH, no Haiti, exemplifica essa geração de operações de paz, em que predominam aspectos jurídico-políticos em detrimento do militar.

Nas missões de primeira geração, o Brasil participou da UNEF I, no Egito, em 1956, com o fornecimento de tropas. O objetivo da missão foi resolver a crise de Suez. Adicionalmente, o Brasil participa da UNIFIL, no Líbano, cujo comando da missão, por muito tempo, ficou a cargo de oficiais da Marinha do Brasil. A missão surgiu no contexto de guerra civil no país e, até hoje, permanece atuante na defesa da paz.

Em relação à segunda geração das operações de paz, a atuação brasileira se inicia de forma mais assertiva na década de 1990, com destaque para a participação em países africanos. O Brasil enviou tropas para operações em Angola e em Moçambique. No mesmo período, o país se recusou a enviar tropas para a Operação Turquesa, por considerar que essa missão não visava ao objetivo maior de defesa da paz. Verifica-se que o engajamento brasileiro se tornou mais efetivo nas operações de paz multidimensionais, que visam à efetiva construção da paz. Até a década de 1990, o Brasil adotava postura mais reticente quanto à participação nessas operações, sobretudo por causa da temática sensível do uso da força e a tradicional defesa do princípio da não intervenção. Nos anos 2000, o Brasil assumiu o comando da MINUSTAH, no Haiti, em que os militares do Exército contribuíram para auxiliar a população haitiana em múltiplas dimensões. Destaca-se o fornecimento de medicamentos e o auxílio na reconstrução da prosperidade após os terremotos próximos à capital.

A orientação brasileira nas missões de paz pauta-se pelos princípios de consentimento das partes, da imparcialidade e do não uso da força. O Brasil preza pelo respeito ao direito internacional e às soluções pacíficas de controvérsias, ao respeito à não intervenção e pela prevalência dos direitos humanos. as diretrizes aos enviados para as operações, como consequência, traduzem esses valores, de modo que o uso da força somente deve ocorrer em última instância. Adicionalmente, os mesmos princípios embasam a atuação de enviados não militares.

Com efeito, a partir da década de 1990, houve maior participação do Brasil nas operações de paz, como atesta o excerto de Hamann. Esse resultado é tributário dos esforços brasileiros de construção efetiva da paz, em missões multidimensionais que respeitem princípios de imparcialidade, não uso da força e consentimento dos envolvidos.

Economia

Questão 1

O ano de 1979 foi bastante turbulento para o mercado de petróleo, quando uma crise de incerteza acerca da oferta desse bem fez com que o preço dele mais do que dobrasse em alguns poucos meses. Os efeitos dessa crise não se restringiram a esse mercado, no entanto, em razão dos efeitos desta sobre os fluxos de comércio e capitais no mundo.

Considerando o excerto apresentado e os seus conhecimentos a respeito do período que se seguiu ao segundo choque do petróleo e dos respectivos efeitos sobre a economia brasileira, discorra acerca dos efeitos dessa crise sobre:

a) a balança comercial brasileira;

b) a dívida externa brasileira; e

c) o balanço de pagamentos brasileiro.

Extensão do texto: até 60 linhas.

Valor: 30 pontos.

Média: 23,35 (total); 24,33 (ampla); 20,40 (cotas/PNE)

Desvio padrão: 3,078 (total); 2,697 (ampla); 2,247 (cotas/PNE)

Taciano Scheidt Zimmermann – 28,00

Na transição do governo Geisel para o governo Figueiredo, a economia brasileira sofreu os efeitos do segundo choque do petróleo (1979), que restringiu a oferta mundial do produto – essencial para a economia brasileira e para muitos outros países – e fez com que seu preço mais que dobrasse rapidamente. Ao contrário do primeiro choque, em 1974, em que a reciclagem dos petrodólares havia proporcionado amplo financiamento externo para o II PND, o segundo choque diminuiu severamente a disponibilidade de capital externo, causando vertiginoso aumento das taxas de juros, o que impactaria com força a economia brasileira, desde sua balança comercial até o balanço de pagamentos, passando pela dívida externa. Não por acaso a década de 1980 ficaria conhecida como "a década perdida".

Logo após uma breve tentativa de ajuste ortodoxo, assume o Ministério da Fazenda Delfim Netto, o "artífice do Milagre". A esperança era de que ele promovesse um ajuste heterodoxo, re-editando o crescimento de 1968-1973. Foi o que ele tentou fazer: expandiu o crédito e seguiu estimulando o crescimento. A economia cresceu bastante em 1980, mas era algo passageiro. O modelo de crescimento forçado do II PND já não era mais possível, à luz da restrição de liquidez externa. A moratória mexicana de 1982 piorou ainda mais a disponibilidade de capitais. O Brasil recorre ao FMI e assina uma série de cartas de intenção a fim de obter crédito para aliviar a situação das suas reservas internacionais. Serão sete cartas em menos de dois anos. Delfim se convence de que o único ajuste possível seria o recessivo, o que o leva a adotar política econômica ortodoxa – o "milagre" se frustrava. A economia entra em recessão entre 1981-1983, em ambiente no qual a inflação já se anunciava em trajetória preocupante.

A princípio, o aumento no preço do petróleo piora a situação da balança comercial brasileira, visto que o país era amplamente dependente do produto. Na sequência, porém, Delfim Netto promove uma maxidesvalorização cambial de 30%, o que contribui para a melhoria da balança. O câmbio desvalorizado, a recessão econômica e a maturação dos investimentos feitos ainda na época do II PND (1974-1979) conduziram a balança comercial a um superávit recorde, com pico em 1984. Esse foi um dos poucos dados econômicos positivos da década de 1980, embora o fenômeno também tenha sido passageiro. O crescimento da inflação e a perda do poder de compra marcaram o fim dos anos 80.

No âmbito da dívida externa, a situação pós-79 era extremamente preocupante. O Brasil havia crescido em "marcha forçada" nos anos anteriores, com grande aumento do endividamento externo. A maior parte da dívida, além disso, fora contratada a juros flutuantes. Quando a crise do petróleo de 1979 estoura, os juros da dívida sobem vertiginosamente, e a dívida externa cresce de forma explosiva. A crise mexicana gera fuga de capitais, e o país se vê em situação preocupante em relação às suas reservas, recorrendo ao FMI para saldar seus compromissos. A crise da dívida, no entanto, prolongar-se-ia até atingir o ápice em 1987, quando o país, que havia sobrevivido a duras penas à moratória mexicana de 1982, faz o mesmo que o México e decreta a moratória dos pagamentos da dívida, sob Sarney. Somente as negociações no Plano Brady, no final dos anos 80 e início dos anos 90, dariam encaminhamento definitivo ao problema.

O balanço de pagamentos brasileiro, nesse período, sofreu os efeitos do movimento da balança comercial, acima exposto, e, sobretudo, as vicissitudes da deterioração de sua conta capital e financeira, ante a pesada restrição de poupança externa e a grande saída líquida de capitais. A balança de rendas seguiu negativa, como sempre foi, vindo da sequência de um grande saldo negativo oriundo do financiamento externo no II PND. A balança de serviços, por fim, também seguiu negativa, inalterado seu déficit crônico na história da economia brasileira. No geral, o saldo foi negativo e as reservas atingiram níveis extremamente preocupantes, resultando nos acordos com o FMI e na moratória de 1987.

A segunda metade da década de 1980 herdou inúmeros problemas dessa época. A receita do II PND – a despeito de seus alegados benefícios à estrutura produtiva brasileira – cobrou a sua conta. Estagnação econômica e inflação foram as tônicas do período. A inflação seria a vilã a partir de Sarney, em cujo governo sucederam-se Ministros da Fazenda e planos econômicos (Cruzado, Cruzadinho, Bresser, Verão) que buscavam trazer a economia de volta aos eixos. Se o primeiro choque do petróleo foi absorvido com crescimento, o segundo resultou em frustração, retração e inflação.

As reflexões econômicas sobre esse período da história brasileira reforçam a necessidade de repensar as decisões de crescer economicamente à custa de alto endividamento e a importância de dotar o país de fontes energéticas amplas, sustentáveis e autônomas. Se a lição for efetivamente aprendida, talvez se possa dizer que a década de 80 não foi de todo "perdida".

Roman Leon Gieburowski Neto – 26,50

A segunda crise do petróleo, em 1979, teve profundas consequências para a economia mundial. Em contexto de instabilidade no Oriente Médio, após a Revolução Islâmica em 1979 e o início da Guerra Irã-Iraque, os preços do barril de petróleo dispararam, com efeitos recessivos em todo o mundo. Nos EUA, a crise associada à inflação levou o presidente do Fed, Paul Volker, a elevar a taxa de juros norte-americana. Nesse contexto, o Brasil, importador de petróleo e devedor internacional, sentiu fortemente o impacto em suas contas externas.

Após o choque do petróleo, a balança comercial brasileira conviveu com déficits, até maior recuperação e superávit em 1984. Apesar dos investimentos em energia durante o II PND, o Brasil ainda era importador de petróleo. Portanto, a elevação do preço do barril desse produto elevou os custos das importações. Paralelamente, os efeitos recessivos da crise sobre importantes parceiros comerciais brasileiros, sobretudo na Europa e na América, prejudicaram as exportações nacionais, agravando o quadro de déficit comercial.

Nesse contexto, assumiu Delfim Netto no lugar de Mário Henrique Simonsen, cujas medidas de ajuste foram rechaçadas. O novo ministro promoveu uma maxidesvalorização do câmbio, porém a balança comercial seguiu problemática. Finalmente, a soma dos efeitos da desvalorização do câmbio, a adoção de medidas restritivas internas que reduziram as importações e a recuperação progressiva da economia internacional fez a balança comercial recuperar-se e apresentar superávits no final do governo Figueiredo.

A crise do petróleo e suas repercussões ainda resultariam na crise da dívida latino-americana, da qual o Brasil não foi poupado. O governo Figueiredo havia herdado uma grande dívida externa, que tinha alimentado os investimentos produtivos durante o chamado Milagre Econômico (1969-1973) e o II PND (1974-1979). Para fragilizar ainda mais a vulnerabilidade externa da economia brasileira, o juro do serviço da dívida externa não estava fixado.

Nesse contexto, a elevação dos juros norte-americanos por Paul Volker, em resposta à crise do Petróleo, elevou o custo do serviço da dívida externa brasileira. Esse custo de rolagem da dívida externa levou ao aumento do próprio montante total dela, tendo o Brasil que recorrer a novos empréstimos, inclusive com o apoio dos EUA e do FMI, para saldar os seus compromissos externos. A moratória mexicana da dívida externa reduziu, ainda mais, as fontes de financiamento.

Durante sua gestão, Delfim Netto estabeleceu diversas cartas de compromisso com o FMI, as quais não respeitou. Em 1987, seria a vez de o Brasil declarar a moratória de sua dívida. Após o fracasso do Plano Baker, a solução da crise da dívida externa brasileira ocorreria pela redução e reescalonamento com o Plano Brady e a adoção das reformas propostas pelo Consenso de Washington.

Observa-se, então, que o balanço de pagamentos brasileiro encarou fortes déficits em razão da crise do petróleo de 1979. Em suas Transações Correntes, o tradicional déficit na Balança de Serviços somou-se aos déficits na Balança Comercial e na Balança de Renda Primária (segundo nomenclatura atualizada), por causa dos gastos com pagamentos de juros. Mesmo após a recuperação da Balança Comercial, as Transações Correntes continuaram deficitárias pelo saldo negativo em serviços e rendas.

As Contas Capital e Financeira igualmente sofreram fortes constrangimentos externos. A elevação dos juros dos EUA reduziu a liquidez internacional, quadro piorado com a moratória mexicana e brasileira, que prejudicaram o acesso ao capital externo. Os investimentos estrangeiros no Brasil reduziram também pela recessão brasileira, sobretudo entre 1981 e 1983, e pela instabilidade econômica a partir de 1985.

Somando as Transações Correntes deficitárias e as Contas Capital e Financeira negativas, observa-se que o Balança de Pagamentos brasileiro passou por séria crise, afetando a estabilidade externa da economia.

Luiz Carlos Keppe Nogueira – 26,50

O segundo choque do petróleo teve impactos consideráveis sobre a balança comercial brasileira. A estratégia comercial representada pelo II PND foi a de promover um ajuste não recessivo à crise gerada pelo primeiro choque por meio do reforço da capacidade de exportação nacional. Os investimentos do plano tiveram como objetivo aprofundar o processo de substituição de importações, de modo a incluir os bens de capital. No final do governo Geisel, o Brasil ampliava as exportações por meio de novos mercados, como os dos países africanos, e novos produtos, a exemplo da soja, expandida para o centro-oeste no contexto do programa PRODECER. A segunda crise do petróleo, no entanto, impactou a balança comercial do país de forma negativa. Do lado da demanda brasileira por importações, houve aumento do gasto com petróleo e seus derivados. No lado das exportações, ocorreu redução da demanda por parte de parceiros tradicionais – como os Estados Unidos, que enfrentaram os efeitos negativos da crise por meio de elevação dos juros – e novos – nos países em desenvolvimento, iniciava-se a grave crise dos anos 1980. As pressões contrárias ao ajuste recessivo iniciado no Brasil resultariam na tentativa de Delfim Neto de ajuste por meio de maxidesvalorização, a qual levou à deterioração do processo inflacionário. A maturação dos investimentos do II PND possibilitou grandes superávits comerciais em 1984, os quais, no entanto, não eliminaram os desequilíbrios mais graves do balanço de pagamentos.

No que diz respeito á divida externa brasileira, a crise teve dois principais impactos. Em primeiro lugar, a decisão dos EUA de aumentar significativamente a *prime rate* fez crescer o custo de rolagem de empréstimos assumidos com taxa pós-fixada, no contexto anterior de grande disponibilidade de "petrodólares". A estratégia assumida desde o governo Costa e Silva de favorecer o acesso direto de empresas estatais ao mercado de crédito global gerara alto índice de endividamento. Em segundo lugar, ocorreu substancial redução da disponibilidade de créditos internacionais. Os altos juros norte-americanos geraram efeitos recessivos para economias exportadoras de capital, como os países da Europa ocidental. Ao mesmo tempo, a *prime rate* elevada atraía para os Estados Unidos os recursos de nações como o Japão e os membros da OPEP.

Quanto ao balanço de pagamentos, a estratégia brasileira ao longo da década de 1970 fora a de compensar o déficit na conta de rendas, gerado pelo custo crescente da rolagem da dívida e pela remessas de lucros característica de uma economia que se tornara mais internacionalizada, por meio da absorção de poupança externa, expressa na conta de capital. O segundo choque do petróleo, como visto, inviabilizou essa estratégia. A deterioração do balanço de pagamentos levou o país a firmar, no início da década de 1980, acordo de empréstimo com o Fundo Monetário Internacional. Essa se mostraria solução meramente paliativa, como evidenciado pela moratória declarada no governo Sarney. O problema da dívida atingiu diversos outros países, com destaque para os latino-americanos, articulados em torno do Consenso de Cartagena.

A década de 1980 foi caracterizada por oscilações na balança comercial brasileira. Em anos como 1984 e 1988, o Brasil alcançou bons resultados, em razão da maturação dos investimentos do II PND e da exportação de bens primários. No primeiro ano do governo Sarney, contudo, houve déficit comercial relevante, em razão do congelamento do câmbio sobrevalorizado e do aumento da absorção interna que se seguiu à estabilização temporária promovida pelo Plano Cruzado. O problema da dívida, por sua vez, tornar-se-ia insustentável, com resolução apenas na década de 1990, quando, por meio de planos como o Brady, os credores aceitaram a redução do montante cobrado. O impacto desse cenário sobre o balanço de pagamentos do país não foi menos negativo. A indisponibilidade de crédito, a instabilidade interna gerada pelo efeito inflacionário e a queda do comércio com países em desenvolvimento afetados pela crise aprofundada pela alta do petróleo em 1979 geraram desequilíbrios estruturais.

Bruno Rolim – 26,50

O segundo choque do petróleo, em 1979, fez com que os preços internacionais do produto disparassem, no contexto da Revolução Iraniana e outros fatores de instabilidade no Oriente Médio. A crise gerada levou à retração da até então farta oferta dos chamados petrodólares, e a reações dos formuladores econômicos europeus e norte-americanos. As consequências dessa crise para a economia brasileiras seriam notórias, levando à chamada “década perdida”, nos anos 1980.

Quanto aos efeitos da crise do petróleo sobre a balança comercial brasileira, cumpre avaliar o legado do II PND de Geisel, que, embora tenha sido impulsionado às custas da elevação da dívida externa (que será analisada a seguir), permitiu ao Brasil a redução da dependência produtiva externa. Contudo, o quadro de retração econômica mundial, ao mesmo tempo em que os efeitos do aumento do preço do petróleo sobre manufaturas foram maiores do que os efeitos sobre a produção de commodities, isso levaria, considerando que o Brasil ainda era precipuamente um país exportador de matérias-primas, à deterioração dos termos de troca.

Dessa forma, ao ter suas exportações barateadas e suas importações encarecidas, e muitas destas ainda imprescindíveis, a balança comercial brasileira acabaria deficitária, com importações superando exportações, nos primeiros anos da década.

O efeito mais conhecido do choque de 1979 sobre a economia brasileira diz respeito à elevação explosiva da dívida externa, que já aumentara em cinco vezes entre 1974 e 1979. Boa parte dessa dívida foi contraída por meio da abundante oferta de crédito, sobretudo pelos petrodólares, reciclados por intermédio de europeus e norte-americanos. Entretanto, os empréstimos contraídos pelo Brasil tiveram seus juros pós-fixados, flutuando conforme a taxa de juros internacional.

As taxas flutuantes não tiveram grande implicação até a crise; todavia, com o choque, a primeira reação das economias europeias foi elevar suas taxas básicas de juros. Logo depois, e com consequências ainda mais sérias, o Fed de Paul Volcker também elevaria a taxa de juros norte-americana. Além disso, chegaria ao fim a bonança da oferta de capitais, que passaram a destinar-se ao porto seguro norte-americano. Pior ainda: os juros elevados teriam de ser pagos.

A elevação da taxa internacional de juros fez com que disparasse a despesa com o pagamento dos serviços da dívida, que logo viria a ficar impagável. Esse quadro levou à discussão sobre a melhor estratégia para lidar com o problema; de início, tentou-se um ajuste contracionista com Mário Henrique Simonsen, que seria mal-recebido e levaria à queda do ministro. Delfim Netto optaria por medidas heterodoxas, como o conjunto de desvalorizações.

Diante do quadro com uma dívida externa impagável e com a deterioração do balanço de pagamentos brasileiro, tentou-se um pacote de ajuda junto ao FMI, em contexto desfavorável, após o México ter declarado moratória de sua dívida. Ademais, ganhava força o fantasma da inflação, que crescia enquanto a economia brasileira chegou a contrair no início da década.

O balanço de pagamentos brasileiro também sofrera com o choque, pela abrupta interrupção dos fluxos de capital, e de sua fuga das economias em desenvolvimento. A solução para tentar resolver esse quadro viria de nova desvalorização cambial, dessa vez de maior porte, além de um ajuste fiscal que se tornou inescapável. Após anos de balanços de pagamentos e de balanças comerciais desequilibradas, a economia brasileira veria a recuperação desses indicadores a partir de 1984.

Isso se deu, em parte, pelo incentivo às exportações, devido a um câmbio desvalorizado e à utilização da estrutura produtiva legada pelo II PND. Assim, tanto a balança comercial quanto o balanço de pagamentos voltariam a ser positivos/superavitários para o Brasil. A dívida externa, contudo, persistiria, somada a um processo inflacionário que tomava contornos inerciais.

A análise dos efeitos da crise do petróleo de 1979 sobre a economia brasileira permite evidenciar que a alteração dos termos de troca de forma desfavorável fez com que os fluxos comerciais levassem a uma balança deficitária. A reação de Europa e EUA fez com que, pelo aumento nos juros internacionais, a dívida externa brasileira explodisse. Enfim, a redução no fluxo de capitais e sua fuga para economias mais seguras ensejou a deterioração do balanço de pagamentos brasileiros. Enquanto os desequilíbrios nos balanços seriam equacionados, a questão da dívida externa protagonizaria o debate econômico brasileiro ainda por um bom tempo.

Pior resposta – 17,50

Mesmo com os investimentos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) em energia nuclear, hidrelétrica, álcool e exploração doméstica de petróleo, quando houve o segundo choque do petróleo em 1979, o Brasil ainda era muito dependente da importação desse insumo. A alta dos juros nos Estados Unidos, na sequência da crise do petróleo, agravou ainda mais a situação da economia brasileira, que, desde o primeiro choque do petróleo, crescia "à marcha forçada". A combinação desses eventos e a reação do governo brasileiro tiveram efeitos sobre a balança comercial, a dívida externa e o balanço de pagamentos brasileiros.

Figueiredo nomeou Simonsen Ministro da Fazenda, no intuito de equilibrar a economia. Especialmente após o choque do petróleo de 1979, Simonsen argumentava que, se mantido o ritmo de crescimento da economia, haveria problema inflacionário e problema no setor externo. Ciente das dificuldades políticas da via recessiva, Figueiredo (1979-1985) nomeou Delfim Neto para o Ministério do Planejamento, em uma tentativa de reeditar o milagre. Com isso, em 1979 e 1980, houve crescimento razoável (cerca de 5%). Contudo, houve a acentuação dos problemas no setor externo e da inflação.

Com o aumento do preço do petróleo, que para o Brasil era uma deterioração significativa dos termos de troca, houve degradação da balança comercial, com aumento do valor das importações não compensado por aumento correspondente das exportações, o que foi compensado com o aumento do endividamento externo. Com o aumento do preço do petróleo, havia uma degradação das expectativas sobre as economias que dependem da importação desse insumo, o que tende a contribuir para a saída de capitais do país. O aumento dos juros nos EUA reforçava essa tendência de saída de capitais. Desse modo, não foi possível que a diferença na balança comercial fosse compensada com ingresso de capitais privados, foi sobretudo por endividamento público.

Além disso, com o aumento dos juros, aumentava o montante a ser repassado do Brasil para o exterior sob a rubrica atualmente denominada renda secundária, o que também foi feito, em grande medida, com endividamento público.

Dado o agravamento da inflação e a situação das contas externas, em 1981 a via recessiva tornou-se inevitável (-5%); em 1982, o PIB manteve-se estável e, em 1983 houve outra recessão (-3%). A inflação manteve-se elevada, o que vai contribuir para o surgimento de explicações heterodoxas desse fenômeno. Por outro lado, no que concerne ao setor externo, houve melhora significativa, com aumento das exportações não acompanhada de aumento correspondente de importações (já que a economia estava em recessão). Com isso, conseguiu-se honrar compromissos de juros e amortizações. A situação das contas externas era tão delicada que em alguns anos mais da metade das divisas obtidas com as exportações se destinava ao pagamento de compromissos da dívida.

Desse modo, na fase inicial (1979 e 1980), houve uma deterioração da balança comercial brasileira, com o aumento do valor pago pelas importações decorrente do aumento do petróleo (que mais que dobrou), sem aumento compensatório seja no volume seja no valor das exportações. O forte crescimento do período (5% a.a.) explica a elevada absorção da produção nacional e também a demanda elevada por importações.

No segundo período (1981 a 1983), houve uma melhora da balança comercial. Embora não tivesse voltado ao patamar anterior à crise pela tensão da Guerra Irã-Iraque, que seguiu a Revolução Iraniana de 1979, que causou o choque, o preço recuou do pico. Além disso, o quadro recessivo diminuía a absorção interna da produção nacional e a demanda por importações. Dada a necessidade de recursos para honrar as dívidas, houve superávits comerciais significativos.

A tendência de aumento da dívida perdurou durante as duas fases, dado o aumento dos juros em uma dívida com juros flutuantes. A crise mexicana de 1982, agravou ainda mais a situação brasileira, com a saída de capitais e a necessidade de aumentar a dívida pública para honrar os compromissos.

Desse modo, usando os termos atuais, na primeira fase (1979-1980) o Brasil teve problemas com a renda primária (sobretudo balança comercial) e com a renda secundária (principalmente juros). Houve, ainda, saída de capitais na conta financeira, pela percepção de risco em economias emergentes ter crescido e pelo aumento dos juros nos Estados Unidos. A tendência se manteve na conta financeira e na renda secundária das transações correntes, mesmo na segunda fase (1981-1983). Houve, contudo, reversão da situação na renda primária, com aumento das exportações. Nesse contexto, houve perda de reservas, o endividamento estatal externo e o aumento das exportações para compensar as saídas de capital e juros.

Questão 2

A política econômica do início do governo Dutra, baseada em um mínimo de controles em cada setor, bem cedo se mostrou contraproducente. As reservas cambiais que, em 1945, totalizavam US$ 708 milhões foram virtualmente dissipadas depois de ano e meio. [...] Um equilíbrio em curto prazo só poderia ser conseguido pela adoção de uma entre duas medidas: a desvalorização ou o controle do câmbio.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil:* de Getúlio a Castello (1930-64). Rio de Janeiro: Saga, 1969, p. 97-98, com adaptações.

O clima liberalizante é, contudo, apenas metade da história do pensamento econômico do imediato pós-guerra. A outra é dada pela forma como a ideologia desenvolvimentista acerca do futuro do Brasil, originada no período anterior, resistiu a esse clima, passando, sem recuos, inclusive pela prova de fogo da confusão ideológica entre liberalismo político e liberalismo econômico, que a conjuntura da época propiciava.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007, p. 267, com adaptações.

Considerando os fragmentos de texto apresentados, disserte a respeito da política econômica do governo Dutra (1946-1951), abordando, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) impactos sobre a balança comercial e o nível das reservas internacionais; e

b) efeitos no processo de industrialização do País.

Extensão do texto: até 60 linhas.

Valor: 30 pontos.

Média: 20,71 (total); 22,36 (ampla); 15,74 (cotas/PNE)

Desvio padrão: 5,759 (total); 4,609 (ampla); 6,490 (cotas/PNE)

Bruno Rolim – 28,50

O Brasil chegou a 1946 sob a chamada "ilusão de divisas", acumuladas no decorrer da Segunda Guerra Mundial – boa parte delas viria a provar-se não conversíveis. Além disso, o país vivera anos de inflação, e não poderia prescindir do câmbio fixo atrelado ao padrão exigido pelo então nascente sistema de Bretton Woods. Foi nesse cenário que o governo Dutra, dentro do projeto desenvolvimentista, viria a adotar sua política econômica.

De início, em 1946, o governo optou pelo mercado livre de câmbio, mas fixou a taxa cambial na paridade de 1939. Isso valorizou a moeda brasileira, pois a inflação acumulada em seis anos no Brasil superou em muito a norte-americana.

A intenção dessa política era combater a inflação, cumprir os ditames de Bretton Woods e evitar a queda dos preços do café; quanto à indústria, a intenção era expor a produção nacional às mercadorias estrangeiras.

Porém, os impactos sobre a balança comercial foram nefastos: com o expressivo aumento das importações provenientes dos Estados Unidos, a balança comercial passou a ter constantes déficits; a manutenção do câmbio apreciado, por sua vez, consumiu rapidamente as reservas internacionais.

Com isso, seria adotado, em 1948, um sistema de licenças prévias de importação, por meio das quais seriam vendidos dólares com grande deságio a um número limitado de importadores. A limitação dessas quotas variaria conforme o grau de essencialidade dos bens a serem importados: a prioridade se daria a bens de capital, fundamentais para a consolidação de uma indústria ainda incipiente; assim se faria o avanço do processo de substituição de importações. Tratava-se, na prática, de subsídio à indústria.

As medidas adotadas pela política econômica de Dutra teriam uma série de efeitos sobre o processo de industrialização, ligados às políticas cambiais acima: o efeito subsídio, o efeito proteção e o efeito rentabilidade.

O efeito subsídio se mostrou pelo fato de a indústria nacional ter prioridade na obtenção das licenças de importação, utilizadas tanto na aquisição de bens de capital quanto na obtenção e insumos; por outro lado, tanto bens intermediários quanto bens de consumo não receberam a mesma atenção.

O efeito proteção se explica pela restrição no número de licenças, o que conferiu à indústria doméstica certo grau de preservação. Finalmente, como síntese dos dois primeiros efeitos, o efeito rentabilidade se verificou pelo aumento da rentabilidade da produção industrial ao mercado interno em comparação aos produtos primários tradicionalmente exportados.

Porém, a industrialização nacional também dependia do capital estrangeiro, o que levou Dutra a acreditar que os EUA, tendo apoiado o desenvolvimento da CSN durante a Segunda Guerra, poderia também financiar a produção nacional. A esperança não se concretizou: a resposta inicial de Washington, focado na reconstrução europeia, foi a instituição da Missão Abbink-Bulhões, que teve o intuito de identificar gargalos produtivos no país, além de tímido montante via Eximbank. Para os EUA, o investimento no Brasil teria de ser majoritariamente privado; a Missão redundaria na Comissão Mista Brasil-EUA, que começa a operar em 1951.

Na parte final de seu governo, Dutra formularia um plano de desenvolvimento econômico, o Plano Salte, com fundamento em quatro setores estratégicos para o desenvolvimento brasileiro: saúde, alimentação, transportes e educação. Porém, o plano não viria a concretizar-se, novamente pela ausência de investimentos. A política cambial também viria a ser flexibilizada, em momento de reversão do ímpeto liberal adotado nos primeiros anos, fruto do liberalismo político; o diálogo e embate entre nacional-desenvolvimentismo e liberalismo foi uma tônica do período.

Tendo assumido o poder diante de cenário de euforia pós-guerra, mas inflação e necessidade de industrializar-se, a política econômica de Dutra levou as reservas internacionais a esvaziarem-se, além de, pela adoção de câmbio apreciado, seguidos déficits com os EUA. A adoção do sistema de quotas, com a emissão de licenças prévias de importação prioritariamente às indústrias, mitigou o problema e permitiu o avanço do processo de substituição de importações, ao facilitar a importação de bens de capital. Malgrado o fracasso do Plano Salte, algumas das medidas cambiais de Dutra inspirariam novas decisões da SUMOC até o fim da República Liberal.

Roman Leon Gieburowski Neto – 28,00

A política econômica do governo Dutra (1946-1951) pode ser dividida em dois momentos: antes e depois da adoção de sistema de controle das importações. Em comum nesses dois períodos, era a busca pelo controle da inflação, a tentativa de atração de investimentos e a promoção da industrialização.

Dutra herdou de Vargas (1930-1945) uma economia em processo de industrialização, porém com desequilíbrios macroeconômicos. Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil adotou taxa de câmbio fixa e desvalorizada, em três patamares (taxas "geral", "livre" e "livre especial"). As importações brasileiras estavam constrangidas pela guerra, enquanto as exportações encontravam mercados para bens estratégicos, de modo que o país acumulou divisas. Contudo, a inflação cresceu, não apenas pela queda das importações, mas também por o processo de industrialização por substituição das importações ter ocorrido sobre a capacidade ociosa, que reduziu. Sem capacidade de importar máquinas, os preços dos bens industriais subiram.

Nesse contexto, Dutra adotou uma política econômica visando combater a inflação e promoveu a ampliação da capacidade produtiva. Além de maior controle fiscal e monetário, foi adotada uma taxa de câmbio sobrevalorizada (18,50 cruzeiros por dólar) sob a égide dos princípios de Bretton Woods.

Logrou-se reduzir a inflação e a taxa de câmbio valorizada beneficiou a importação de bens de capital, favorecendo a ampliação da capacidade produtiva. No entanto, após anos de importações represadas, a liberação do comércio internacional, somada ao novo patamar do câmbio, produziu forte aumento das importações de forma geral, criando desequilíbrio nas transações correntes. Nesse contexto, as divisas brasileiras rapidamente esgotaram-se, para o que contribuiu o fato de que boa parte delas não eram conversíveis, uma "ilusão de divisas".

Soma-se a esse quadro as frustrações em relação ao apoio dos EUA ao desenvolvimento brasileiro. A aceitação pelo Brasil dos princípios de Bretton Woods e dos desígnios norte-americanos na seara internacional da Guerra Fria era acompanhada da esperança de a economia brasileira ser destino preferencial dos investimentos norte-americanos. No entanto, a atenção norte-americana estava voltada para a reconstrução europeia pelo Plano Marshall. Restava ao Brasil iniciativas meramente assistencialistas, expressas na Missão Abbink.

Em contexto de ausência de investimentos externos para a industrialização brasileira e de forte queda das divisas nacionais, a política econômica do governo Dutra foi reorientada.

Apesar da manutenção do câmbio valorizado, o equilíbrio externo foi buscado por meio de um sistema de licenças de importação. Além do controle do déficit comercial, essa medida tinha a intenção de promover a industrialização. Com base em critérios de essencialidade, o sistema favorecia importação de insumos industriais e bens de capital, enquanto protegia a indústria pela redução da importação de bens duráveis. A medida contribuía, portanto, para o processo de substituição de importações.

Além do controle de importações, o governo passou a abandonar a ortodoxia fiscal, ampliando os gastos públicos a fim de promover o crescimento econômico. Nesse contexto, foi elaborado o Plano SALTE, primeiro grande projeto de planejamento econômico. Ele voltava-se a investimentos nas áreas de saúde, alimentos, transporte e energia. Iniciado em 1949 e concluído em 1953, já no governo Vargas, o Plano SALTE não traria, contudo, grandes resultados.

Uma análise geral do desempenho econômico do governo Dutra aponta para altas taxas médias de crescimento econômico e baixa inflação. No entanto, a inflação acelerou nos últimos anos do governo, piorando com Vargas (1951-1954). Quanto à industrialização, essa avançou durante o governo Dutra, com alta formação bruta de capital fixo, utilizando a proteção e o câmbio para o processo de substituição de importações.

Gabriel Clemente de Oliveira Bellato – 27,50

O governo de Eurico Gaspar Dutra pode ser divido em dois períodos, um primeiro, de liberalizações comerciais e cambiais, que favoreceu o déficit da balança comercial e o consequente esgotamento das reservas cambiais do país, outro de imposição de restrições às operações de importação e de câmbio, para conter os efeitos deletérios do primeiro período. Em ambos, optou-se ela manutenção do câmbio fixo e sobrevalorizado, sob a égide do padrão dólar-ouro, introduzido na Conferência de Bretton Woods. Se no primeiro essa situação do câmbio favoreceu o desequilíbrio comercial e o virtual esgotamento das reservas internacionais, no segundo ela favoreceu a importação de insumos e de bens de capital, favorecendo o processo de industrialização por substituição de importações.

O governo Dutra iniciou-se em um contexto de "ilusão de divisas", tendo em vista que as reservas cambiais do Brasil, acumuladas ao longo da Segunda Guerra Mundial, totalizavam US$708 milhões. Imbuído por uma relação próxima com os EUA, sedimentada pela Missão Abbink, a equipe econômica de Dutra removeu diversas restrições às importações e às operações cambiais, com o intuito de atrair investimentos externos para o país. Outrossim, o Brasil manteve-se comprometido com as medidas definidas na Conferência de Bretton Woods, de sorte que, sob a égide do padrão dólar-ouro, manteve a taxa de câmbio fixa e sobrevalorizada. Por meio dessas medidas, buscava-se uma relação próxima com os EUA, que possuíam quase metade do PIB mundial nesse contexto, para que investimentos do mesmo se destinassem ao Brasil.

Todavia, houve um surto de importações no Brasil, mormente de bens supérfluos, em razão do câmbio sobrevalorizado e da eliminação de diversas restrições comerciais. Importavam-se bens como patins de gelo e televisores, sendo que sequer existia uma emissora de televisão nacional nesse contexto. Houve uma reversão da tendência de acúmulos de superávits comerciais durante a Segunda Guerra Mundial, que permitira o acúmulo de reservas internacionais pelo Brasil. Rapidamente, os déficits na balança comercial condicionaram o esgotamentos das reservas outrora acumuladas.

Ainda assim, a equipe de Dutra não optou pela desvalorização cambial. O caminho escolhido foi a introdução de controles cambiais, para conter o surto de importações. Esses controles cambiais foram adotados tanto por Dutra quanto por Vargas, a partir de 1952, com restrições quantitativas às importações e controles cambiais. As restrições quantitativas definiam quanto de cada tipo de bem poderia ser importado. Já os controles cambiais ocorriam com taxas múltiplas de câmbio, sendo as mais favoráveis, para as quais se destinavam parte substancial das divisas, destinadas para os bens considerados essenciais, como o trigo, os bens de capital e os insumos para o setor produtivo.

Logo, essa combinação de câmbio fixo e sobrevalorizado com taxas mais favoráveis para a importação de bens de capital e de insumos produtivos favoreceu o aprofundamento do processo de substituição de importações, pois a incipiente indústria nacional pôde se modernizar por meio da aquisição de máquinas, equipamentos e insumos. O estoque de capital nacional foi modernizado, e, paulatinamente, bens que outrora eram importados passaram a ser produzidos internamente. Essa etapa incipiente de substituição de importações foi direcionada para os bens de consumo. Com efeito, o processo de substituição de importações, iniciado no governo anterior de Vargas, foi aprofundado no de Dutra. Conforme aventa Bielschowski, a ideologia desenvolvimentista perdurou no Brasil, mesmo em um governo inicialmente liberal. Logo, a ideologia desenvolvimentista perdurou no Brasil mesmo em um governo inicialmente liberal. Logo, o o nacional-desenvolvimentismo existiu até as décadas

derradeiras do século XX, apesar de certas mudanças de orientação nesse período.

O câmbio sobrevalorizado é essencial para a compreensão dos dois períodos do governo Dutra. Se, no primeiro, em um contexto de remoção dos controles cambiais e de importações, ele promoveu o esgotamento de reservas internacionais, por meio do surto de importações que causou o déficit do balanço de pagamentos, no segundo o câmbio sobrevalorizado permitiu o aprofundamento do processo de substituição de importações. Dutra, para isso, introduziu uma série de controles cambiais, que foram melhorados e intensificados no governo seguinte de Vargas. Com efeito, possibilitou-se a importação de bens de capital e de insumos para a indústria nacional incipiente, aumentando o estoque de capital da economia brasileira.

Pior resposta – 8,70

Após o contexto da Segunda Guerra Mundial, o governo Dutra acreditou ter herdado uma economia com situação cambial confortável, devido ao alto valor das reservas internacionais. Em decorrência disso, o foco da equipe econômica concentrou-se no combate à inflação, que era entendida como uma inflação de demanda. A prioridade do governo foi o controle e redução da demanda, por meio da adoção de políticas contracionistas, como a redução dos gastos públicos, o aumento na arrecadação e a restrição ao crédito. Nesse sentido, decidiu-se pela liberalização da política cambial, de forma a encerrar o controle cambial estabelecido durante a Era Vargas. O que se observou foi um virtual dissipamento das reservas internacionais, forçando o governo a reintroduzir uma política de controle de câmbio em meados do governo Dutra.

O efeito imediato da escassez de divisas consistiu em uma grande desvalorização da moeda nacional, o que provoca impactos diretos sobre a balança comercial de um país. Em decorrência disso, observou-se uma grande restrição à capacidade de importar do Brasil, já que não se dispunha de moedas conversíveis suficientes para a realização de transações com outros países. Aliado a um cenário de relativa melhora na exportação de alguns produtos, considerando que as exportações nacionais tornaram-se mais competitivas, o saldo da Balança Comercial apresentou alguma melhora. Essa melhora não foi suficiente, contudo, para reverter o quadro de crise cambial, já que a entrada de moeda estrangeira ficou aquém da demanda interna por moeda estrangeira, agravando-se o quadro de piora do mercado de divisas internacionais.

A "ilusão de divisas" foi resultado não somente da perspectiva de uma situação favorável das reservas internacionais, mas também da expectativa de uma grande entrada de investimentos, por meio das "relações especiais" que o Brasil acreditou que manteria com os EUA. A queima acelerada das reservas deveu-se à grande participação de moedas não conversíveis no total, levando ao cenário de escassez mencionado. Além disso, os Estados Unidos não corresponderam às expectativas de investimento esperados pelo Brasil, uma vez que a prioridade de recursos estado-unidenses direcionaram-se, principalmente, à reconstrução europeia, por meio do Plano Marshall. Apesar das demandas brasileiras e latino-americanas, os Estados Unidos aceitaram somente o envio de missões técnicas, para analisar a situação da economia e sugerir a abertura ao capital privado.

Os efeitos da crise cambial foi prejudicial ao processo de industrialização do país, mas não foi suficiente para acabar com a ideologia desenvolvimentista iniciada por Vargas. O contexto de escassez de divisas provocou uma maior dificuldade para importar, o que levou a uma crescente dificuldade de manutenção do Processo de Industrialização por Substituição de Importações, o qual buscava superar o subdesenvolvimento por meio da redução da dependência externa, uma perspectiva defendida pela Cepal e por autores como Celso Furtado e Raúl Prebish, ao final da década de 1940. Além disso, as políticas monetária e fiscal contracionistas provocaram maior escassez de recursos destinados ao crédito. Dificultava-se, portanto, a formação bruta de capital fixo, ainda que a capacidade instalada tenha aumentado sua participação na demanda nacional.

A estratégia econômica do Governo Dutra enfrentou grandes dificuldades, devido a uma percepção equivocada da situação cambial do país. Tentou-se, ainda, o recurso ao apoio externo, por meio da Missão Abbink e da criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, cuja implementação ocorreu somente no governo seguinte. Tentou-se também o recurso à perspectiva mais desenvolvimentista, via lançamento do plano SALTE, que previa investimentos setoriais em saúde, alimentação, transportes e energia. Ambas as medidas não foram exitosas, devido à resistência norte-americana em financiar o desenvolvimento brasileiro via empréstimos públicos do Eximbank e pela baixa implementação dos objetivos do plano SALTE. Apesar do contexto de escassez de divisas, a ideologia desenvolvimentista foi retomada ao longo dos governos seguintes, mostrando seu esgotamento no década de 1980.

Questão 3

O movimento internacional de capitais tem recebido grande atenção da literatura econômica por exercer múltiplas funções, principalmente o financiamento do crescimento econômico, a estabilização dos ciclos econômicos e o ajustamento das contas externas. Nessa direção, os investimentos internacionais considerados, em geral, como capitais de longo prazo são uma das formas mais importantes desse movimento, a saber o *investimento direto* e o *investimento de portfólio*.

BAUMANN, R. *et. al. A nova economia internacional:* uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

O investimento externo direto envolve a compra de cotas ou ações de empresas no exterior com o propósito de exercer o controle sobre a empresa receptora do investimento; já o investimento externo de portfólio corresponde aos fluxos de capitais que não são orientados para o controle operacional da empresa receptora do capital, mas para aquisição de uma ampla gama de ativos ou instrumentos financeiros, como ações, bônus, debêntures, títulos governamentais e outros títulos e instrumentos.

Considerando que os textos apresentados têm caráter meramente motivador, discorra quanto aos principais determinantes dos fluxos de investimento de portfólio e dos fluxos de investimento externo direto.

Extensão do texto: até 40 linhas.
Valor: 20 pontos.
Média: 10,76 (total); 11,43 (ampla); 8,74 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 3,335 (total); 3,321 (ampla); 1,610 (cotas/PNE)

Bruno Berrettini Camponês do Brasil – 17,00

Por meio do investimento externo direto, uma empresa estrangeira decide produzir determinada mercadoria em um país e, assim, vendê-lo em seu mercado nacional, ao invés de produzi-la em seu país de origem e, dessa maneira, exportá-la. Além da compra de cotas ou ações da empresa localizada em outro mercado – a fim de exercer-lhe o controle acionário –, o investimento externo direto também ocorre na modalidade "greenfield": a abertura de uma nova empresa, mediante a construção de uma planta produtiva nova.

Nesse contexto, o investidor normalmente leva em consideração que o mercado do país receptor representa bons prognósticos de crescimento no médio e longo prazos. Nesse sentido, entende-se expansão da renda, baixo desemprego e inflação sob controle. Isso vale principalmente na modalidade "greenfield", pois a instalação de uma nova fábrica pressupõe retorno do investimento em horizonte temporal mais estendido. Há, também, questões de diversificação de investimentos de uma transnacional e de condições específicas de determinado mercado, como políticas de incentivo a empresas estrangeiras, o que não ocorreria com a exportação do produto acabado. Por fim, em situações de recessão, em que os ativos nacionais se depreciam, os investimentos para compra do controle acionário costumam ocorrer.

Os investimentos em portfólio correspondem à compra de ativos ou instrumentos financeiros em moeda nacional que visam a oferecer rendimentos superiores a ativos ou instrumentos financeiros do país de origem do investidor, ou ao investimento considerado referência internacional, por ser o mais seguro: os títulos do tesouro americano ("T-bonds").

O primeiro e principal determinante é o chamado risco cambial. Como se troca moeda estrangeira – normalmente, o dólar – por título denominado em moeda nacional, se esta sofrer amplo processo de desvalorização, o investidor pode amargar pesadas perdas ao converter os ganhos/rendimentos em moeda nacional, que perdeu valor, em dólares. Por essa razão, a taxa de juros interna deve ser de tal magnitude, para compensar o risco cambial e igualar-se aos rendimentos de referência. Trata-se da paridade da taxa de juros.

Ainda, principalmente quanto aos títulos públicos, há também que se considerar o risco de "default". Por fim, a literatura costuma referir-se ao risco do próprio negócio e ao risco político, como as guerras, embora, para ambos, haja contratos de seguro.

Bárbara Policeno Pereira – 16,80

Os investimentos internacionais são capitais de longo prazo responsáveis por funções como: financiamento do crescimento econômico, estabilização de ciclos econômicos e ajustamento de contas externas. Nesse contexto, cabe discorrer acerca dos principais determinantes dos fluxos de investimento de portfólio e dos fluxos de investimento externo direto.

A realização de investimentos de portfólio demanda uma análise de custos e de incentivos. Os incentivos se relacionam à expectativa de retorno do investimento, consubstanciado na remuneração pela taxa de juros que ativos ou outros instrumentos podem conferir ao investidor. A aplicação nesses investimentos deve remunerar satisfatoriamente o custo de oportunidade do capital. Pelo lado dos custos, há de se considerar o risco do investimento. Nesse risco se incluem variáveis como o risco-país e a liberdade de fluxo de capitais. A taxa de juros e o risco são os principais determinantes na realização desses investimentos. Nesse contexto, ganham destaque fatores como o ambiente de negócios e regulatório. A existência de acordos de proteção de investimentos, bem como de um ambiente regulatório menos burocrático, motiva a atração de capital externo via investimento de portfólio. A mobilidade de capitais também contribui positivamente para o recebimento de investimentos. Nesse cenário, quanto mais elevada por a taxa de retorno, mais forte será o fluxo de capitais em direção a esses ativos ou instrumentos financeiros.

O investimento externo direto, por seu turno, relaciona-se à compra de cotas ou ações com o objetivo de exercer o controle sobre a empresa receptora. São determinantes, também, as expectativas de retorno do capital diante do custo de oportunidade do investimento. Como resultado, importam fatores como o tamanho do mercado no qual se encontra a empresa, bem como as expectativas de crescimento do país. Assim, países em acelerado

ritmo de crescimento e com substancial mercado consumidor são atrativos para o recebimento de investimentos diretos. Os fluxos, adicionalmente, são influenciados pela existência de leis que limitam a remessa de lucros, de modo que a mobilidade de capitais é importante determinante de investimentos diretos. Em contrapartida, os fluxos tendem a evitar países com economias instáveis ou com risco muito elevado, ainda que os juros sejam altos. O motivo desse recuo é a aversão ao risco acerca do não retorno do benefício esperado. Dessa forma, os agentes evitam investimento em situações nas quais suas expectativas podem resultar-se frustradas. A inflação e a taxa de câmbio também determinam esses fluxos.

Taxa de juros, risco-país, ambiente regulatório e de negócios, acordos de proteção de investimentos, liberdade de fluxos de capitais, perspectivas da economia de destino e inflação, portanto, são determinantes nos fluxos de investimentos externos diretos e de portfólio. Com efeito, a decisão dos agentes perpassa por uma análise de custos e de incentivos.

Roman Leon Gieburowski Neto – 16,00

Os fluxos de capitais têm importantes impactos para as economias nacionais. Há diversos determinantes desses fluxos, a depender de seu tipo e do prazo de comprometimento. Destacamos os fluxos de investimento de portfólio e dos fluxos de investimento externo direto.

Todos os fluxos financeiros são influenciados pela relação entre os juros internos do país que recebe o investimento e os juros externos. Esse é, em especial, o caso de investimentos de portfólio, que incluem, muitas vezes, investimentos de caráter especulativo e de curto prazo. Quanto maior o juros internos, mais atrativa é a economia a esses investimentos.

Outros dois fatores a serem considerados nessa relação entre juros internos e externos são a possibilidade de desvalorização cambio e o risco-país. A desvalorização cambial significa uma perda relativa dos ganhos do investimento, logo essa ameaça desfavorece os investimentos. O risco-país diz respeito à possibilidade de insolvência do país, sendo medido por agência de rating com base em fatores como disciplina fiscal e trajetória da dívida externa. Quanto pio o risco-país, menos atrativa é a economia nacional a investimentos.

Os investimentos em portfólio ainda são determinados por fatores como o desenvolvimento e a complexidade do sistema financeiro e mobiliário do país, bem como pela legislação tarifária quanto à livre circulação de capital, sendo o importo de Tobin exemplo de barreira.

Os investimentos externos diretos são influenciados por ainda outros determinantes, na medida em que o controle sobre a empresa receptora do investimento implica compromissos de longo prazo.

Nesse sentido, dois fatores fundamentais para o fluxo de investimentos diretos são o tamanho do mercado e a perspectiva de crescimento do país. O acesso preferencial a um grande com perspectiva de crescimento é grande atrativo para esse tipo de investimento.

Outro fator a ser considerado para os investimentos externos diretos consiste no ambiente regulatório e tributário do país. Dificuldades burocráticas para a condução dos negócios e excessivos custos tributários desincentivam esse investimento.

A segurança oferecida aos investidores é igualmente importante. Nesse sentido, a garantia de igualdade de tratamento, proteção contra expropriações e mecanismos de solução de controvérsias atraem os investidores. Muitos desses atributos são negociados por acordos internacionais de investimentos, como os Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) assinados pelo Brasil.

Há tantos outros fatores que podem afetar o fluxo de investimentos, porém foram destacados os principais. Investidores chineses, por exemplo, encontram dificuldades relacionadas à distância e à diferença cultural ao investir na América Latina.

Pior resposta – 6,30

Em uma economia globalizada, o movimento internacional de capitais é de fundamental importância para o desenvolvimento dos países. O principal determinante para os fluxos de investimento de portfólio e para os fluxos de investimento externo direto é a taxa de juros real de um economia, contudo esse determinante não é suficiente para explicar as movimentações de capital, tendo em vista que devem ser considerados outros condicionantes que influem no risco e nos rendimentos, para compreender as ações de investidores.

Nesse âmbito, deve-se considerar as condições gerais da economia do país, notadamente as contas públicas. As expectativas quanto ao crescimento são determinantes para o investimento, pois expectativas otimistas sugerem que o país está com condições de crescer, desse modo, o investimento ocorre. Igualmente, observa-se o risco-país, um indicador da possibilidade de um país não honrar seus compromissos financeiros. Por fim, analisa-se as condições da dívida pública desse país, sobretudo em relação ao PIB.

Importante destacar que a questão da dívida pública é especialmente importante em países com processo inflacionário e quadro de dominância fiscal. Nesse cenário, cresce o risco de defaut, o que afugenta os fluxos de capitais para o país, mesmo com taxas de juros elevadas. Desse modo, esse quadro extremo demonstra a importância de se observar a trajetória da dívida de um país, quando da determinação de fluxos de capitais de longo prazo, e não somente a taxa de juros.

É igualmente necessário considerar as condições institucionais de um país para tomar decisões de investimento. Deve-se levar em conta a solidez e a transferência do sistema financeiro e bancário daquele país, bem como o nível de concorrência desse setor. Deve-se prezar também pela autonomia dos bancos centrais, que devem atuar livres de interferências políticas, apenas com o fim de garantir a estabilidade econômica. Finalmente, é fundamental oferecer plena segurança jurídica para os investimentos, com instrumentos que assegurem a propriedade, os rendimentos e eventuais ressarcimentos aos investidores.

Os investimentos de longo prazo, assim, exigem uma análise ampla da economia de um país, para além da taxa de juros praticada.

Questão 4

A lei da demanda, como estudada nos livros-texto, enuncia que, *ceteris paribus*, um aumento no preço de um bem deve reduzir a quantidade demandada desse mesmo bem. No entanto, é comum observar-se que, no período das festas de fim de ano, há um aumento no preço de brinquedos e, mesmo assim, a venda desse tipo de produto aumenta consideravelmente. Isso se percebe, por exemplo, na maior quantidade de brinquedos expostos nas lojas, refletindo a expectativa dos lojistas de vender mais do próprio produto.

Com base na situação apresentada e na teoria microeconômica do consumidor, responda por que ocorre aumento na quantidade procurada de brinquedos nas festas de fim de ano, ainda que o preço sempre suba nessa época. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) a caracterização de um consumidor com preferências racionais e monotônicas;

b) como ocorre o processo de equilíbrio do consumidor em função das respectivas preferências e da restrição orçamentária; e

c) as causas do aumento da quantidade demandada nas condições descritas, bem como o mecanismo segundo o qual elas resultam nesse aumento.

Extensão do texto: até 40 linhas.
Valor: 20 pontos.
Média: 15,34 (total); 15,45 (ampla); 15,00 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 3,321 (total); 3,743 (ampla); 1,782 (cotas/PNE)

Bárbara Policeno Pereira – 20,00

Nas festas de fim de ano, é comum o aumento na quantidade demandada de brinquedos, ainda que o preço desses bens suba nessa época. Cabe, portanto, explicar esse fenômeno, nos marcos da teoria do consumidor.

O consumidor com preferências racionais e monotônicas é maximizador de utilidade. Dada sua restrição orçamentária, o consumidor escolhe a cesta que lhe proporciona maior utilidade total. Consequentemente, sempre prefere a cesta com mais bens, desconsiderando a hipótese de bens maus. A racionalidade, adicionalmente, aduz o pressuposto da transitividade das preferências do consumidor. Considerando-se três cestas, A, B e C, se A é preferível a B e B é preferível a C, então A é preferível a C. De acordo com a teoria do consumidor, as preferências do consumidor por 02 bens são representadas por curvas de indiferença negativamente inclinadas, convexas em relação à origem e que nunca se cruzam.

Em função das respectivas preferências e da restrição orçamentária, o processo de equilíbrio ocorre quando a razão de preços entre os bens se iguala à razão entre as respectivas utilidades marginais. Em análise gráfica, o equilíbrio ocorre quando a curva de indiferença de maior utilidade tangencia a curva de restrição orçamentária. No ponto de equilíbrio, a inclinação da curva de restrição orçamentária é igual à taxa marginal de substituição – isto é, igual à inclinação da curva de indiferença no ponto ótimo. Portanto, o equilíbrio ocorre quando Pa/Pb = UmgA/UmgB, considerando-se dois bens normais A e B.

Em ocasiões especiais, como as festas de fim de ano, ocorre aumento da demanda em função dos gostos e das expectativas dos consumidores, bem como a ausência de substitutos próximos aos brinquedos. Nessa situação, a demanda é mais inelástica, porque a utilidade do bem é condicionada à data comemorativa. Como consequência, mesmo com o aumento do preço, o consumidor opta pelo consumo do bem, porque nessas condições sua demanda é mais inelástica ao preço. Adicionalmente, não há substitutos próximos à categoria dos brinquedos. O preço sobe porque, enquanto a oferta se mantém a mesma, a demanda se desloca para a direita, o que causa o aumento do preço dos brinquedos e o aumento da quantidade no equilíbrio.

Nas condições descritas, ocorre aumento da demanda, porque os consumidores procuram bem cuja utilidade relaciona-se a uma ocasião específica: as festas de fim de ano. Os vendedores não abaixam os preços porque não atuam em mercado de concorrência perfeita, o que lhes permite maior poder de mercado, aumentado pela inelasticidade da demanda por brinquedos nessa época comemorativa.

O consumidor, portanto, é maximizador de utilidade. Suas preferências são racionais, transitivas e monotônicas. O ponto de equilíbrio é representado pelo ponto de tangência entre a curva de indiferença de maior utilidade e a restrição orçamentária.

Bruno Berrettini Camponês do Brasil – 20,00

Conforme a teoria do consumidor, que pressupõe a racionalidade maximizadora de utilidade, algumas regras são fundamentais: o consumidor sempre quer consumir em quantidades maiores, não havendo poupança de parte de sua renda; transitividade, isto é, se uma cesta de bens A é preferível a uma cesta B, e se esta é preferível a uma cesta C, então A é preferível a C; as preferências são completas, de modo que não há como fracioná-las entre os bens que compõem as cestas; as preferências são expressas por curvas de indiferença – de inclinação negativa, mas não constante, devido ao princípio da utilidade marginal decrescente. Essas curvas nunca se cruzam, e quanto mais distantes dos eixos – maior a quantidade consumida –, melhor.

No entanto, o equilíbrio ocorre quando a curva de indiferença se tangencia com a restrição orçamentária: uma reta de inclinação constante cujo coeficiente angular representa os preços relativos dos bens expressos nos eixos "x" e "y". Há, pois, equilíbrio quando a relação entre os bens expressos na curva de indiferença – a Taxa Marginal de Substituição (TMS) – é igual à relação entre os preços dos bens. Aqui, o consumidor maximiza sua utilidade ao consumir a cesta de bens mais distante dos eixos que sua restrição orçamentária permite. Assim, se sua renda fosse maior – restrição

orçamentária mais à direita –, seria consumida a cesta de bens correspondente, até novo equilíbrio.

Em Microeconomia, há os bens normais – aqueles que têm a demanda aumentada à medida que aumenta a renda –, e os bens inferiores – diminui a quantidade demandada com o aumento da renda. Ambos se submetem à lei da demanda. Há duas exceções: os bens de Giffen – bens inferiores que, por serem essenciais, têm a quantidade demandada aumentada com a elevação dos preços, devido à prevalência do efeito renda sobre o efeito substituição –; e os bens de Veblen – de consumo ostentatório.

No exemplo citado, brinquedos não são bens essenciais, de modo que se afasta a hipótese de Giffen. Tampouco são de Veblen, pois não tem função ostentatória, como obras de arte. Assim, não há, propriamente, violação à lei da demanda. O que há é que, nas festas de fim de ano, se alteram as preferências dos consumidores, tornando a demanda por brinquedos muito menos preço-elástica. Os consumidores ficam, temporariamente, mais dispostos a pagar preços mais elevados pelo mesmo bem, razão por que os lojistas aumentam sua exposição.

Lawrence Benaventana Póvoas – 19,10

Na teoria microeconômica, os consumidores demonstram preferências racionais. Nesse sentido, obedecem alguns princípios, como a monotonicidade, a transitividade e a integralidade.

Pelo princípio da monotonicidade, um consumidor racional sempre seguirá a máxima “quanto mais, melhor”. Ou seja, sempre prefere-se o consumo de mais uma unidade do produto, por menos que seja a utilidade adicional no consumo. Ressalta-se que essa insaciedade está sujeita à de utilidade marginal decrescente e, portanto, pode-se atingir um ponto máximo de saciedade, caso o consumo de uma unidade adicional cause perda de bem-estar.

O princípio da transitividade determina que, se um consumidor racional preferir um bem A a um bem B, então segue-se logicamente, pela propriedade da transitividade, que também prefere o bem a C. Caso contrário, suas curvas de indiferença se cruzarão, o que viola as preferências racionais transitivas.

A última característica de um consumidor com preferências racionais é que sua cesta de bens será sempre completa, de modo a utilizar integralmente sua restrição orçamentária -- trata-se do princípio da integralidade. Assim, um consumidor é indiferente às diversas combinações possíveis dos produtos da sua cesta de bens, desde que se consuma sua restrição orçamentária na combinação dos bens de uma cesta.

O equilíbrio do consumidor ocorre, portanto, quando a curva de indiferença do consumidor tangencie sua linha de restrição orçamentária. Esse é o ponto ótimo de equilíbrio do consumidor racional. Reflete, ademais, o ponto da curva de indiferença com a taxa marginal de substituição ideal -- ou seja, quanto mais longe do equilíbrio na curva, mais será inclinada, pois o consumidor resistirá à substituição de um bem pelo outro.

A lei da demanda reflete essas caracterizações das preferências do consumidor, estendendo-a a um mercado de infinitos consumidores. Os tipos de bem comportam-se de maneiras distintas, segundo a interação da demanda com a renda (Bens normais ou inferiores), o preço (bens comuns ou de Giffen) e o preço-cruzado (bens substitutos ou complementares). No caso citado do aumento da demanda por brinquedos no período das festas de fim de ano, mesmo com o aumento no preçø, pode ser explicado pela interação desses fatores, a elasticidade da curva do bem e a curva de oferta do mercado, que determinará o preço e quantidade demandados no ponto de equilíbrio da intersecção das duas curvas.

Dessa forma, a curva de demanda nesse caso é inelástica, com baixa variação na quantidade demandada em relação à variação do preço (0 < |d| >1) devido a vários fatores. A obrigação social em comprar presentes nessa época significa que os consumidores são mais insensíveis ao preço, que se elevaram também pelo aumento da demanda concentrado nesse período. De modo geral, o valor de brinquedos, mesmo com grande aumento, tem reduzido impacto na renda (orçamento). Por fim, a publicidade pode resultar em falta de substitutos, alterando as preferências.

Pior resposta – 7,90

O aumento na quantidade procurada de brinquedos nas festas de fim de ano representa uma situação excepcional da relação entre preço e demanda. Tal situação decorre da percepção do consumidor em tal época como possuidor de preferências racionais e monotônicas, de modo que seu equilíbrio entre preferências e restrição orçamentária é alterado.

O consumidor com preferências racionais e monotônicas é caracterizado pela limitação da sua cesta de produtos. Ainda que suas escolhas sejam racionais dentro do modelo da descrição da relação entre oferta e demanda, um ou mais dos produtos de sua cesta são tidos como essenciais, de modo que o aumento do preço não necessariamente reflete em uma redução da presença de tal produto na cesta. Esse é o caso dos consumidores que têm filhos nas proximidades das festas de final de ano. Os brinquedos são bens que precisam fazer parte da cesta de tais consumidores, de modo que sua demanda torna-se inelástica a preço.

Como consequência, o equilíbrio entre as preferências de tais consumidores e sua restrição orçamentária é alterado. Em condições normais, o equilíbrio é definido pela tangência entre a curva de restrição orçamentária e a curva de indiferença mais satisfatória. No caso em análise, no entanto, há uma modificação na taxa marginal de substituição do consumidor, de modo que ele, dentro de determinada restrição orçamentária, passa a preferir abrir mão de mais quantidades de outros produtos da cesta para a obtenção de brinquedos. Assim, a inclinação de sua curva de indiferença é modificada nas proximidades do final do ano.

As causas do aumento da quantidade demandada nas condições descritas envolvem o deslocamento para a direita da curva de demanda do mercado de brinquedos por razão de gostos ou preferências do consumidor. Torna-se socialmente esperado que pais presenteiem seus filhos com brinquedos no final do ano, de modo que a demanda, nessa época, se desloca. Outros componentes que explicam essa movimentação envolvem a expectativa de aumento maior de preço no futuro, o que leva as pessoas a comprarem a preços já altos, e o aumento do preço de substitutos (chocolates, por exemplo, que podem substituir como presente).

Dessa forma, partindo-se da compreensão do consumidor e sua cesta individualmente, pode-se analisar o aumento da quantidade de brinquedos demandada nas festas de fim de ano, bem como interpretar suas causas para o mercado como um todo. O aumento do preço deixa de ser um fator determinantes para conter o aumento na demanda uma vez que os consumidores passam a enxergá-lo como um bem essencial, de forma a ter preferências por ele em sua cesta. A demanda torna-se, assim, inelástica a preço.

Direito e DIP

Questão 1

– EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO: § 6º DO ART. 37 DA MAGNA CARTA. ILEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM*. AGENTE PÚBLICO (EX-PREFEITO). PRÁTICA DE ATO PRÓPRIO DA FUNÇÃO. DECRETO DE INTERVENÇÃO.

O § 6º do art. 37 da Magna Carta autoriza a proposição de que somente as pessoas jurídicas de direito público, ou as pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviços públicos, é que poderão responder, objetivamente, pela reparação de danos a terceiros. Isto por ato ou omissão dos respectivos agentes, agindo estes na qualidade de agentes públicos, e não como pessoas comuns. Esse mesmo dispositivo constitucional consagra, ainda, dupla garantia: uma, em favor do particular, possibilitando-lhe ação indenizatória contra a pessoa jurídica de direito público, ou de direito privado que preste serviço público, dado que bem maior, praticamente certa, a possibilidade de pagamento do dano objetivamente sofrido. Outra garantia, no entanto, em prol do servidor estatal, que somente responde administrativa e civilmente perante a pessoa jurídica a cujo quadro funcional se vincular. Recurso extraordinário a que se nega provimento.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE 327904/SP, Rel. Min. Carlos Britto, Primeira Turma, j. 15/8/2006, DJ 8/9/2006.

Considerando que o texto apresentado tem caráter meramente motivador, elabore um texto dissertativo a respeito da responsabilidade civil do Estado. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) discorra acerca dos pressupostos da responsabilidade civil do Estado;

b) conceitue e diferencie as espécies de responsabilidade civil atribuídas ao Estado, de acordo com o texto da Constituição Federal de 1988; e

c) aponte, de forma fundamentada, as consequências da adoção do princípio da dupla garantia pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) para o Estado e os respectivos agentes públicos.

Extensão do texto: até 60 linhas.
Valor: 30 pontos.
Média: 24,45 (total); 24,18 (ampla); 25,26 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 4,32 (total); 4,063 (ampla); 5,456 (cotas/PNE)

Paulo Henrique de Sousa Cavalcante – 30,00

O ordenamento jurídico elegeu, por meio do art. 37, §6º, CF/88, a teoria do risco administrativo para a configuração da responsabilidade civil do Estado e das entidades de personalidade jurídica privada prestadoras de serviços públicos. Com efeito, o constituinte consagrou que a prestação de serviços envolve riscos, associados e percebidos, que, quando concretizados em desfavor do cidadão, têm suas consequências mitigadas e reparadas, por dever, pelo Estado ou pela prestadora que possui a outorga ou a concessão do serviço público.

Nesse sentido, a fim de que se configure a responsabilidade civil do Estado é necessário que se cumpram pressupostos básicos, sem os quais resta impossibilitada a responsabilização do Estado ou da prestadora. Consequentemente, deve-se analisar se o ato ou a conduta atribuída ao prestador do serviço público efetivamente existiu, independentemente de ser lícito ou ilícito; subsequentemente, é forçoso verificar a ocorrência do dano, material ou imaterial, acarretado ao cidadão, configurando-se esse elemento condição "*sine qua non*" para a responsabilização do prestador. Por fim, não há que se falar em responsabilização, se não puder ser comprovado o nexo de casualidade entre a conduta do prestador de serviços públicos e os danos acarretados ao cidadão.

Observa-se, contudo, a qualificação do instituto da responsabilização mediante situações de alguma especificidade. Primeiro, não há que se responsabilizar o prestador por fatos alheios a seu controle e às mais detalhadas projeções, quando se configuram os casos de força maior. Além disso, em ocasiões em que a culpa é exclusiva da vítima, exclui-se a responsabilidade civil do prestador de serviços públicos. Ademais, em situações em que se verifica dolo na conduta do agente que provocou o dano, o Estado deve, após sentença transitada em julgado e pagamento de indenização ao prejudicado, tendo sido condenado, promover ação em sede de regresso contra o agente, a fim de restituir os danos ao erário, respondendo civil, criminal e administrativamente.

Consoante o art. 37, §6º, o Estado e os prestadores de serviço público, mesmo de personalidade jurídica de direito privado, respondem objetivamente, pela teoria do risco administrativo. As entidades com personalidade jurídica de direito público voltadas à atividade econômica (art. 170, e.g.), por seu turno, respondem subjetivamente, em horizontalidade com os demais entes privados. Caso que chama atenção no ordenamento constitucional pátrio é o art. 225, da Carda de 1988, por meio do qual o constituinte, segundo entendimento pacificado do STF, estabeleceu uma responsabilidade agravada para atos que provoquem prejuízos ambientais, incluindo a poluição de cursos de água, a destruição da biodiversidade e o extermínio dos meios que viabilizam as vidas humana, animal e vegetal.

A dupla garantia, à que se refere o ex-Ministro Carlos A. Britto, diz respeito ao cidadão lesado e ao agente estatal que comete o ato lesionador. A teoria do risco administrativo garante a preservação dos interesses do indivíduo frente ao Estado, que tem obrigação de reparar os danos, quando verificados ato, dano e nexo causal. Promove, desse modo, a própria fundamentação das garantias individuais do Estado de Direito, em meio a fruição dos benefícios derivados de um regime jurídico de Estado social e democrático. Já ao servidor estatal garantem-se as liberdades básicas, a autonomia funcional e as prerrogativas necessárias para prestar o serviço. Nesse sentido, o servidor goza de ampla defesa e contraditório, em sede civil e administrativa, pelo PAD (Lei 9.784/1999), perante a pessoa jurídica a que pertence; pelo princípio da inafastabilidade de jurisdição (art. 5º, XXXV, CF/88), em caso de conduta dolosa, o servidor pode responder criminalmente.

Por fim, a responsabilização civil do Estado parece coadunar a defesa dos interesses individuais, cuja realização seria o cerne do Estado de Direito, para C. de Malberg.

Luis Felipe Yonezawa Fernandes – 30,00

Em conformidade com o regime do art. 37, §6º, da Constituição Federal de 1988, o Brasil adota, como regra, a responsabilidade objetiva do Estado por danos causados a terceiros por pessoas jurídicas de direito público, como as autarquias, ou por pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviços públicos, como as concessionárias de fornecimento de luz elétrica. Ao debruçar-se sobre esse dispositivo em lides tratando da legitimidade passiva na responsabilidade do Estado e, em particular, da possibilidade de denunciação da lide ou de outras formas de intervenção de terceiros no contencioso, o STF consagrou o princípio da dupla garantia, com repercussões importantes tanto para o Estado quanto para o servidor público que se quer incluir no polo passivo.

A teoria da responsabilidade objetiva do Estado tem três pressupostos fundamentais, distinguindo-se da responsabilidade subjetiva por não exigir o elemento subjetivo da conduta, culpa ou dolo. Em primeiro lugar, deve haver dano ao particular, o que, segundo as teorias correntes sobre reparação, abarca tanto o *danus emergens* (dano emergente) quanto o *lucrum cessans* (lucro cessante), isto é, o prejuízo efetivo e a frustração da expectativa objetiva de auferir-se certa vantagem patrimonial. A aceitação das teorias da perda de uma chance, de matriz francesa, ou do dano punitivo, de matriz norte-americana, ainda é objeto de divergência doutrinária, pelas dificuldades de conciliá-las com a vedação do enriquecimento sem causa. Em segundo lugar, exige-se nexo de causalidade entre a conduta estatal (ou do agente privado exercendo elemento de autoridade governamental) e o dano sofrido pelo particular. Na doutrina civilista, houve, por muito tempo, discussão sobre como identificar o nexo em casos de multicausalidade; prevaleceu a teoria da causalidade adequada, que procura a causa idônea à consecução do resultado lesivo, entendimento presente no Código Civil, de 2002, e aproveitado, mais amplamente, no regime de responsabilidades civis no Brasil, o que inclui a do Estado. Em terceiro lugar, é necessário que o dano ou a perturbação não tenha surgido da prática regular de função pública própria da autoridade estatal: o exercício válido de poder de polícia para aplicar multa tributária em casos de declaração de renda a menor, por exemplo, é legítimo e não enseja responsabilização pela ação do fisco. Caso, todavia, se trates de ato ilícito ou que de alguma forma exceda o dissabor razoável a emanar do poder de polícia, caberá responsabilizar o Estado, o que também ocorrerá nas hipóteses de responsabilidade integral.

Na sistemática da CF/88, conforme avalizado pela doutrina, há três espécies de responsabilidade civil do Estado. Caberá responsabilidade subjetiva do Estado, *a priori*, quando a tutela pleiteada não for reparatória, como nos casos de tutela declaratória ou constitutiva; nesses casos, a comprovação de culpa ou dolo pode fazer-se necessária. Mais frequentes, contudo, são as disputas reparatórias, que podem envolver a responsabilidade objetiva do Estado – que exige prova de ato ilícito, dano e nexo causal – ou a integral. Neste caso, dispensa-se a ilicitude da conduta; dano e nexo de causalidade bastam para ensejar a *restitutio in integrum*. É o caso, conforme a CF/88 e a Política Nacional do Meio Ambiente (1981), dos danos gerados por atividades nucleares, por atentados terroristas ou, ainda, por danos ambientais.

A adoção do princípio da dupla garantia pelo STF, em sede do julgamento do RE 327.904-SP (2006), tem consequências substanciais para Estado e servidor. Quanto ao primeiro, representa uma exposição ampla a pleitos indenizatórios de particulares, os quais, conforme observado pelo STF, podem se fiar do erário público para lograr a restituição integral. É necessário, pois, que o Estado reserve parte do orçamento para os passivos judiciais, bem como aprimore seus mecanismos de supervisão sobre a Administração Pública Direta e Indireta e sobre os agentes privados prestadores de serviços públicos, com vistas a minimizar a frequência dos danos. Para o agente, o princípio é protetivo, pois compromete a denunciação da lide; ademais, a responsabilização civil perante a respectiva pessoa jurídica será subjetiva, e poderá valer-se da ampla defesa e do contraditório em sua defesa administrativa. Caso realmente tenha agido com negligência, imprudência, imperícia, culpa consciente, dolo eventual ou *dolus malus*, deverá, todavia, ressarcir a pessoa jurídica pela indenização ao particular; a penalidade administrativa poderá, também, ser severa, a depender da gravidade da conduta e do regime aplicável ao servidor. De toda forma, a dupla garantia recebe críticas de parte da doutrina pela suposta ineficiência que gera, visto que o Estado é expedita e dispendiosamente condenado com frequência, pela via objetiva, ao passo que o servidor se beneficia das complexidades da responsabilidade subjetiva para evadir ou postergar o dever de ressarcir o Poder Público. Para esses autores, a denunciação da lide seria uma solução viável, mas a controvérsia doutrinária persiste. Nesse contexto, ainda que de forma polêmica, o *decisum* do STF logra elucidar a posição jurisprudencial sobre o alcance do art. 37, §6º, da CF/88, aportando segurança jurídica aos atores envolvidos, particulares, Estado e servidores.

Bruna Veríssimo Lima Santos – 29,50

O regime geral de responsabilização civil do Estado é resultado de processo histórico. A Constituição de 1988 (CRFB) consagra diferentes modalidades do regime em seu texto.

Os pressupostos elencados pela doutrina para aferição de responsabilidade civil do Estado são ato, dano, nexo de causalidade, dolo ou culpa. Ato é o evento que tem valor para o mundo jurídico, que fora praticado pelo homem. Pode ser moral ou material. Nexo de causalidade é o liame entre ato e dano, sendo componente essencial para a atribuição de responsabilidade. Culpa ou dolo são os componentes subjetivos, que dizem respeito à qualificação da vontade do agente em praticar o ato. De acordo com a modalidade de responsabilização, é possível prescindir da análise subjetiva.

À luz desses requisitos, a CRFB estabeleceu espécies distintas de responsabilidade. A regra geral é a responsabilidade objetiva. Por meio dela, consideram-se apenas ato, dano e nexo para fins de atribuição. De acordo com o art. 37§6º, CRFB, essa modalidade atinge tanto a Administração direta e indireta quanto pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público. A outra modalidade compreendida pela Constituição é a subjetiva. Nesse caso, consideram-se ato, dano, nexo e dolo/culpa, diferentemente da objetiva. Essa espécie é utilizada nos casos de ato omissivo do Estado, ou seja, por sua inércia que provoque dano. Mantém-se, contudo, a mesma interpretação constante do art. 37§6º, CRFB quanto às pessoas jurídicas suscetíveis à responsabilidade. Por fim, há a espécie de responsabilização integral, na qual o Estado se torna praticamente um "segurador universal" contra eventualidades. Na espécie objetiva, culpa exclusiva da vítima, fato de terceiro, força maior e culpa concorrente são exceções que podem excluir ou mitigar a responsabilidade do Estado. No caso da espécie integral, não há qualquer excludente, bastando ato, dano e nexo para que o Estado (ou pessoa jurídica equiparada) tenha obrigação de reparar o dano. É o que ocorre, por exemplo, com questões nucleares, com atentados terroristas em aeronaves e com o seguro DPVAT.

O Supremo Tribunal Federal (STF) no RE327904/SP conferiu maior densidade interpretativa ao art. 37§6º, CRFB. O artigo estabelece a possibilidade de direito de regresso em face do agente público que cometeu o ato. A decisão adotou o princípio da dupla garantia para tratar do assunto. Por essa interpretação, é vedado ao indivíduo o ingresso de ação indenizatória diretamente contra o agente público. Proíbe-se, portanto, a indenização "per saltum".

A adoção dessa teoria tem outras consequências. Preserva-se a impessoalidade da Administração (art. 37, caput, CRFB), consubstanciada na teoria do órgão, já que o indivíduo, ao requerer a reparação demandará da pessoa jurídica responsável, sem personificar

a relação com o agente público. Os particulares serão resguardados. Se a ação indenizatória contra o agente público poderia implicar impossibilidade de pagamento, isso já não ocorre com a pessoa jurídica de direito público, que tem muito mais recursos a sua disposição. O Estado responderá perante o lesado, mas terá direito de regresso em face do agente. Enquanto aquele responderá objetivamente, este o fará subjetivamente (analisam-se dolo e culpa). De todo modo, o Erário reparará o lesado, mas não terá, necessariamente, perda econômico-orçamentária. O agente público será resguardado de eventuais ações protocoladas por diversos indivíduos, o que poderia ser prejudicial ao seu direito de defesa. Ao contrário, responderá apenas à pessoa jurídica a que estiver vinculado, assegurando-se suas garantias funcionais. Tais foram as implicações da decisão do STF.

O regime jurídico da responsabilidade civil do Estado exige detida análise. Ato, dano, nexo e dolo/culpa diferencial as modalidades admitidas pela CRFB. Além disso, consoante a teoria da imputação objetiva de Gierke, a reparação pelo Estado ocorrerá quando o agente estiver no exercício da função pública. A dupla garantia assegura que o Estado terá direito de regresso e o agente público responderá de modo impessoal, reservando-se das prerrogativas de sua condição, apenas perante a pessoa jurídica com a qual guarda vínculo funcional.

Gabriel Clemente de Oliveira Bellato – 14,30 (pior resposta)

O ordenamento jurídico brasileiro adota a Teoria do Risco Administrativo para disciplinar a responsabilidade civil do Estado. Entende-se que a prestação de serviços públicos é atividade arriscada, de sorte que eventuais danos causados durante a prestação do serviço público ensejam a obrigação de indenzar a vítima, entendida tanto como o usuário como o não usuário do serviço público. Outrossim, sob a égide das normas da Constituição Federal de 1988, tanto as pessoas jurídicas de direito público quanto as pessoas jurídicas de direito privado que prestam serviços públicos respondem, objetivamente, pela reparação de danos a terceiros, tanto por atos comissivos quanto por atos omissivos.

Quanto aos pressupostos da responsabilidade civil do Estado, exigem-se três elementos para que exsurja essa responsabilidade. Em primeiro lugar, deve haver a prestação de um serviço público, tanto por pessoas jurídicas de direito público quanto por pessoas jurídicas de direito privado. Ademais, exige-se que haja um dano à vítima, entendida como o usuário e o não usuário do serviço público prestado. Por fim, é necessário que haja um nexo de causalidade entre o serviço público prestado e o dano causado à vítima. Caso esses três elementos sejam observados, haverá a obrigação de reparação do dano causado a terceiros. Com efeito, é cediço que não se exige dolo ou culpa para que essa obrigação de reparar o dano causado exista, recaindo ela sobre o Estado brasileiro, consoante as normas da Lei Maior.

No que concerne às espécies de responsabilidade civil atribuídas ao Estado, de acordo com o texto constitucional, há duas modalidades, a responsabilidade objetiva e a responsabilidade subjetiva, esta aplicada em casos excepcionais. A responsabilidade objetiva é aplicada às pessoas de direito público e às pessoas jurídicas de direito privado que prestam serviços públicos, por atos comissivos e omissivos, quando há a prestação de serviço público, a ocorrência de um dano a terceiros e um nexo de causalidade entre o serviço público prestado e o dano causado. Caso existam esses três elementos, há a obrigação de reparar os danos causados e de indenizar a vítima. Por fim, há hipóteses excepcionais em que o Estado responde subjetivamente pelos danos causados a terceiros, exigindo-se a verificação de dolo ou culpa do agente. Com efeito, o Estado responde subjetivamente em caso de omissão reiterada, de ato legislativo, de ato judicial e de atos de multidão e de caso fortuito ou de força maior. Vale aventar que inexiste responsabilidade civil do Estado em caso de culpa exclusiva da vítima e que a culpa concorrente da vítima contribui para reduzir o montante da indenização.

Quanto às consequências da adoção do principio da dupla garantia pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal para o Estado e os respectivos agentes públicos, resta claro que, enquanto o Estado responde objetivamente por danos causados a terceiros, os agentes públicos respondem por esses danos na modalidade subjetiva. Com efeito, é cediço na jurisprudência do Pretório Excelso que, em caso de dolo ou de culpa do agente público pelo dano causado, ele responderá subjetivamente por seus atos, sendo que sua responsabilidade pode ocorrer, concomitantemente, nos âmbitos civil, penal e administrativo. Após a indenização da vítima e a reparação dos danos causados pelo Estado, ele pode impetrar uma ação de regresso contra o agente público que agiu com dolo ou culpa, com o intuito de rever o montante gasto com essa reparação pelo Estado. Esse entendimento ficou claro no Recurso Extraordinário 327904/SP do Supremo Tribunal Federal, em que se afirmou a responsabilidade objetiva do Estado e a resposabilidade objetiva dos agentes públicos.

A prestação de serviços públicos é matéria arriscada, consoante a Teoria do Risco Administrativo, adotada pelo ordenamento jurídico pátrio. Logo, eventuais danos a terceiros ensejam a obrigação de o Estado repará-los, conforme as normas da Constituição Federal de 1988. Com efeito, o Estado responde por seus atos na esfera civil e na modalidade objetiva, enquanto os agentes responde na modalidade subjetiva, exigindo-se dolo ou culpa para que esse agente responda por seus atos. Destarte, contribui-se para a consolidação de um Estado que respeita a dignidade da pessoa humana, porquanto quaisquer danos que lhe sejam causados durante a prestação de um serviço público ensejam a obrigação de reparação estatal.

Questão 2

Os apátridas estavam tão convencidos quanto as minorias de que a perda de direitos nacionais era idêntica à perda de direitos humanos e que a primeira levava à segunda.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Antissemitismo, imperialismo e totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 325-326, com adaptações.

Com base nessa informação e considerando que o fragmento apresentado tem caráter meramente motivador, disserte acerca do estudo da nacionalidade e da apatridia no âmbito jurídico brasileiro e internacional. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) elementos da normativa internacional e ações das Nações Unidas na temática da nacionalidade e da apatridia; e

b) a relação jurídica do Brasil com a temática, presente na normativa constitucional, infraconstitucional e internacional ratificada pelo País, abordando as formas de aquisição e perda da nacionalidade originária brasileira e a proteção aos apátridas.

Extensão do texto: até 60 linhas.

Valor: 30 pontos.

Média: 19,57 (total); 19,48 (ampla); 19,86 (cotas/PNE)

Desvio padrão: 2,549 (total); 2,504 (ampla); 2,966 (cotas/PNE)

Ronney Almeida e Silva Filho – 24,00

A apatridia consiste em conflito negativo de nacionalidade e representa uma privação de um direito humano essencial, que é o direito de se ter uma nacionalidade, entendida como um vínculo jurídico-político entre um particular e seu Estado. Atualmente, cerca de 3,9 milhões de pessoas encontram-se na condição de apátridas, número que as Nações Unidas estima que pode ser bem maior. Tanto as Nações Unidas quanto o governo brasileiro empreendem esforços, historicamente, para a redução da apatridia no mundo.

No âmbito das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos considera a nacionalidade como um direito básico do ser humano, ao estabelecer que todo indivíduo tem direito a uma nacionalidade. A normativa internacional conta, também, com a Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia. Além disso, busca-se evitar que a condição de apatridia resulte em falta de proteção a indivíduos em situação de perseguição. Isso é observado pelo fato de que os apátridas estão contemplados no artigo 1º da Convenção dos Refugiados, o qual estabelece as cláusulas de inclusão para a condição de refugiado. A normativa internacional e as ações das Nações Unidas buscam reduzir os casos de apatridia e garantir proteção a esses indivíduos. O Projeto de Artigos de 2006 sobre proteção diplomática busca garantir que os apátridas possam ter seus direitos representados pelo Estado no qual residem.

O Brasil é um país engajado com a redução dos casos de apatridia no mundo. Isso é corroborado pela normativa constitucional, infraconstitucional e internacional ratificada pelo país. O art. 12 da CF/88 regula as formas de aquisição e de perda da nacionalidade brasileira. A nacionalidade originária (brasileiro nato) é adquirida mediante dois critérios: o jus solis e o jus sanguinis. Indivíduos nascidos em território nacional, desde que os pais não estejam a serviço de outro país, adquirem a nacionalidade brasileira. Essa previsão coaduna-se ao esforço de redução dos casos de apatridia e à normativa internacional, notadamente a ideia de que todo indivíduo tem direito a uma nacionalidade. São, também, brasileiros natos os filhos de pai ou mãe brasileiros nascidos no exterior. No caso de servidores do Estado brasileiro no exterior, a nacionalidade é automática. De outro modo, é necessário registro do nascimento em repartição competente. O filho de pai ou mãe brasileiros pode, também, fazer a opção pela nacionalidade, a qualquer tempo, desde que atingida a maioridade.

A nacionalidade adquirida, por sua vez, também está prevista no art. 12 da CF/88 e normatizada na Lei 13445/17. A naturalização ordinária é possível mediante residência ininterrupta, no Brasil, por quatro anos, mais outros requisitos na forma da referida lei. Aos indivíduos originários de países de língua portuguesa, é necessário um ano de residência ininterrupta e idoneidade moral. Há também a previsão constitucional da naturalização extraordinária, que requer mais de 15 anos de residência no Brasil e ausência de condenação penal. Nesse último caso, há direito à nacionalidade. O brasileiro naturalizado que empreender ação que prejudique o interesse nacional está sujeito à perda da nacionalidade brasileira. Os natos e os naturalizados que adquiram outra nacionalidade também estão sujeitos à perda de nacionalidade. Percebe-se, desse modo, que são hipóteses bastante restritivas, porquanto o Brasil busca garantir o direito à nacionalidade aos indivíduos.

A proteção aos apátridas está inscrita nas prioridades da ação diplomática do país e no arcabouço jurídico nacional. A Lei 13445/17 prevê mecanismos simplificados de naturalização para indivíduos apátridas. Além disso, caso o indivíduo não deseje obter a nacionalidade brasileira, será assegurada a residência permanente no país. Além da cooperação em âmbito global, notadamente por meio do apoio aos esforços das Nações Unidas, o Brasil também está engajado com a proteção aos apátridas no âmbito interamericano. Há convenção específica para redução dos casos de apatridia no âmbito interamericano, além da previsão de que os países devem conceder a nacionalidade originária para aqueles indivíduos que nasçam em seu território e que, de outro modo, seriam apátridas. A dificuldade reside no fato de que a maior parte dos Estados-partes nessas convenções são aqueles que já adotam o critério do jus solis como meio de aquisição de nacionalidade.

Nesse sentido, por mais que existam esforços para a redução dos casos de apatridia no mundo, é necessário intensificar as ações para lidar com a questão. A Lei 13445/17 representa uma iniciativa exemplar no que concerne ao tratamento dado à questão migratória, em geral, e à proteção dos apátridas, em particular. Houve, inclusive, a aquisição de nacionalidade brasileira por apátridas no ano passado. Nesse sentido, cabe aos outros Estados buscarem, como o Brasil tem feito, garantir que os indivíduos tenham assegurados o seu direito básico de ter uma nacionalidade.

Thayana Stocco do Amaral – 23,00

De acordo com o caso Nottebohn, a nacionalidade implica um vínculo efetivo. No Brasil, esse vínculo está associado ao ius solis e ao ius sanguinis para a nacionalidade originária, podendo incluir outros critérios para a aquisição da nacionalidade secundária, como o casamento, a residência e o trabalho em missão diplomática ou consular brasileira por mais de 10 anos. A nacionalidade é, ademais, o elemento pessoal do Estado, consoante a Ficção Mavromatis e a faculdade de o Estado tomar para se a "dominus litis" em proteção diplomática de nacional em face de Estado estrangeiro, por meio do endosso. No passado, o direito internacional (DI) limitava-se a estabelecer normas negativas, como a questão de quem não poderia ser nacional de um Estado (quem não possuísse vínculo efetivo). Atualmente, o DI expande-se na codificação de normas afirmativas, mormente para a proteção dos apátridas. Nesse sentido, cabe discorrer acerca da nacionalidade e da apatridia no âmbito jurídico brasileiro e internacional.

Conforme o princípio do ius communicationis, todo indivíduo tem o direito de sair e regressar ao Estado de que é nacional. Por oposição, a apatridia consiste em grave problema, uma vez que os apátridas, costumeiramente, não têm direito de estar em lugar nenhum, principalmente porque compete aos Estados definir quem são seus nacionais e nenhum Estado tem obrigação de autorizar estrangeiro a ingressar em seu território. Normalmente, a apatridia acontece quando alguém nasce em Estado que adota o ius sanguinis, como critério de atribuição de nacionalidade, mas os pais nasceram em país que adota o ius solis. Para evitar que potenciais brasileiros enfrentassem esse problema, como filhos de jogadores de futebol brasileiros no exterior, na década de 1990, a constituição brasileira foi emendada e o critério adotado de ius sanguinis abrange filhos de pai ou mãe brasileira nascido no exterior, desde qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil, ou desde que registre a criança em repartição consular ou diplomática brasileira competente, no exterior, ou desde que o filho venha a residir no Brasil e opte, após atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira. Contudo, a Nova Lei de Migração estabeleceu que o filho de pai ou mãe brasileira nascido no exterior pode, caso não tenha sido registrado no nascimento em repartição brasileira ou caso o(s) pai(s) não esteja(m) a serviço do Brasil, pode, ao vir a residir no Brasil, optar pela nacionalidade brasileira a qualquer tempo. Além disso, o Brasil também concede a nacionalidade brasileira pelo critério do ius solis, mesmo que de pais estrangeiros, desde que não estejam a serviço de outro país (como diplomatas estrangeiros que se mudam com frequência e não possuem vínculo efetivo com o Brasil). Com toda essa complexidade de direitos, o Brasil contribui para prevenir que potenciais brasileiros originários se tornem apátridas, isso é, não possuam nenhuma nacionalidade.

Mesmo as formas de perda da nacionalidade de brasileira originária não arriscam, por si só, a condição de apatridia. No art. 12 da Constituição Federal de 1988, está disposto que o brasileiro nato perderá a nacionalidade somente se adquirir outra, salvo se o outro Estado reconhecer a nacionalidade brasileira (como é o caso de duas nacionalidades originárias possíveis) ou se o outro Estado obrigar a aquisição da nacionalidade para o gozo de direitos concernentes à residência no outro Estado. Nesse contexto, a Cláudia Hoerig perdeu a nacionalidade de brasileira, por exemplo, mas manteve-se americana, ao invés de se tornar apátrida, uma vez que adquiriu a última por vínculo matrimonial.

Há alguns tratados do Direito Internacional que visam a evitar a apatridia. É o caso do Estatuto dos Apátridas e do Tratado para Prevenir os casos de Apatridia, além do Estatuto da Mulher Casada, celebrado no âmbito da ONU, dos quais o Brasil é parte. O problema quanto às normas neles dispostas não serem costumeiras, mas apenas convencionais, reside no fato de que os países que já adotam os critérios do ius solis e do ius sanguinis (como o Brasil) normalmente são partes, mas os Estados que adotam apenas um dos critérios não costumam aderir a eles. Os tratados mencionados não dispões que os Estados partes concederão a nacionalidade para pessoas que tenham chances de ser nacionais daquele país e que de outra forma, seriam apátridas. Adicionalmente, os Estados comprometem-se a evitar os casos de apatridia e a proteger pessoas apátridas. Não obstante isso, os Estados podem exigir residência, para isso. As Nações Unidas, assim como têm papel relevante para a proteção de refugiados, por meio do ACNUR, também propugnam pela salvaguarda dos apátridas, a que se insere no respeito a normas de direitos humanos, de que a função de órgãos como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e a Comissão dos Direitos Humanos é essencial. Os Pactos dos Direitos Civis e dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais, além da Declaração Universal dos Direitos Humanos dispões, ademais, que todo indivíduo tem direito à nacionalidade. Adicionalmente, o Estatuto da Mulher Casada inibe que o casamento e o divórcio provoquem a perda da nacionalidade da mulher, algo que era bastante comum.

A constituição brasileira de 1988 estabelece que todos os estrangeiros residentes têm direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, sendo que essa norma é interpretada de forma a abarcar estrangeiros não residentes também. Além disso, a norma infraconstitucional, conhecida como a Nova Lei de Imigração, de autoria do ex-Ministro das Relações Exteriores e senador, Aloysio Nunes, insere-se na lógica da proteção dos direitos humanos e tem como um de seus princípios o repúdio à xenofobia. Essa norma facilita a apátridas residentes no Brasil a adquirirem, se solicitarem perante o Ministério da Justiça, a nacionalidade brasileira secundária (naturalização), uma vez que falem português, o que já foi concedido a duas mulheres que fugiram da Síria. Além disso, essa lei prevê que a eventual repatriação de um apátrida, em caso de impedimento de ingresso, seja analisada com atenção especial.

Carolina Moreira da Costa Oliveira – 23,00

Desde a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, o combate a apatridia é temática relevante para o Direito Internacional e para o direito interno dos Estados, uma vez que a referida Declaração determina o direito à nacionalidade como um direito humano. Nesse contexto, a evolução normativa da questão da apatridia no âmbito interno e internacional é relevante.

Na década de 1950, no âmbito da Organização das Nações Unidas, adotou-se Convenção sobre a Apatridia com intuito de garantir os direitos fundamentais e a dignidade humana dos indivíduos com o status de apátridas. Nesse sentido, apátrida é aquele indivíduo cujo vínculo de nacionalidade não é reconhecido por nenhum Estado. A Convenção também procurou garantir a condição de refugiado mesmo ao indivíduo apátrida, assegurando que os mecanismos protetivos da Convenção sobre Refúgio, como o princípio do non-refoulement, sejam aplicados a pessoas sem nacionalidade. Considerando que os apátridas estão em situação de particular vulnerabilidade, essas garantias mostram-se fundamentais para preservar a integridade física, a segurança e o mínimo de direitos para essas pessoas.

Imbuído com os compromissos aceitos após a adesão a Convenção sobre Apatridia, o Brasil passou por um processo de modernização de sua legislação interna com respeito a nacionalidade e a condição do migrante no país. A preservação dos direitos e o combate a condição de apatridia são disposições presentes igualmente no artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Como forma de se adequar aos compromissos internacionais e constitucionais, o Brasil elaborou legislação infraconstitucional por meio da Lei de Migração de 2017.

A Lei de Migração, nesse contexto, representa um avanço fundamental, em relação ao Estatuto do Estrangeiro de 1980, em termos de proteção dos emigrantes, dos imigrantes, dos refugiados, dos asilados e, em foco nesse momento, dos apátridas, pois o espírito central dessa lei é a garantia da proteção dos direitos humanos desses indivíduos. No caso dos apátridas, a Lei de Migração confere uma série de direitos que permitem a preservação da dignidade humana. É previsto o direito de entrada facilitada, tendo em vista a dificuldade de obter documentos necessários para a entrada ordinária no Brasil. Os apátridas têm como prerrogativa a solicitação de visto de residência temporário ou definitivo, com o direito de acesso a serviços públicos e também direito ao trabalho.

A Lei de Migração, do mesmo modo, dispõe sobre a questão da nacionalidade e da apatridia inter-relacionadas. A legislação prevê que o apátrida, uma vez que o Estado brasileiro reconheça essa condição, pode solicitar o reconhecimento da nacionalidade originária brasileira, tornando-se brasileiro nato. Ainda no âmbito da naturalização, e considerando os compromissos emanados da Convenção sobre Apatridia e da Declaração Universal no que concerne ao combate à apatridia, o cancelamento de uma naturalização deve considerar se o indivíduo corre o risco de tornar-se apátrida, fato que impediria o processo de cancelamento por parte do Brasil.

O indivíduo pode adquirir nacionalidade originária brasileira se nascer no Brasil (a não ser que seja filho de estrangeiros a serviço de seu país); se nascer no exterior de pais em trabalho a serviço do Brasil ou se for registrado em repartição consular brasileira (se não for registrado, pode solicitar nacionalidade originária aos 18 anos e com residência no Brasil). Por outro lado, o indivíduo perde a nacionalidade originária brasileira se optar por adquirir outra nacionalidade, que não seja originária. Desse modo, o Brasil contribui para diminuir o número de apátridas no mundo, ao garantir, por meio das disposições do art. 12 da CF/88, que somente haverá perda de nacionalidade brasileira quando o indivíduo adquirir outra e que haja a possibilidade de dupla nacionalidade.

Lawrence Benaventana Póvoas – 23,00

Deve-se considerar a nacionalidade como um direito básico da pessoa humana. Essa perspectiva reflete-se na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, e no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos de 1966, bem como em diversos sistemas e mecanismos de proteção ao direitos humanos em âmbito global e regional. Nesse contexto, a comunidade internacional tem envidado esforços para evitar a ocorrência do fenômeno da apatridia no mundo. As ações das Nações Unidas nessa temática, levadas a cabo pelo Alto Comissariado da Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), embasa-se na normativa internacional na matéria, em especial a Convenção sobre Apatridia, de 1954. No plano nacional, o Brasil tem empreendido esforços para combater a apatridia, o que se intensificou pela promulgação, em 2017, da Lei de Migração.

A Convenção de 1954 decorreu de um esforço da comunidade internacional em fortalecer a proteção aos direitos humanos, após a verificação do escopo das atrocidades perpetuadas pelos regimes totalitários durante a Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, constatou-se o uso da nacionalidade como forma de implementar ações sistemáticas de violações aos direitos humanos. A nacionalidade constitui vínculo político-jurídico entre o cidadão e o Estado, o que garante arcabouço de direitos e deveres entre o cidadão e seu Estado de nacionalidade. A condição de apatridia implica, portanto, a limitação dos direitos necessários à plenitude da pessoa humana, como participação política, proteções civis e integração social, cultural, econômica e laboral. Dessa forma, os regimes totalitários retiravam a nacionalidade de grupos subnacionais e perseguiam pessoas incapazes de comprovar a nacionalidade, pois se lhes retiravam os direitos e garantias inerentes à nacionalidade.

Por essa razão, a Convenção de 1954 buscou insculpir normativas basilares ao sistema de proteção aos direitos humanos e de combate à apatridia. Nesse sentido, reforça a nacionalidade como direito humano e insta os Estados a cooperar no combate a esse fenômeno e em sua redução. Essa normativa internacional coíbe, por exemplo, o uso político da perda da nacionalidade, orientando os Estados quanto ao dever de não tomar medidas que resultem na perda da nacionalidade, quando esse ato redundar na condição de apatridia. Além do mais, previu-se uma série de direitos e proteção análogos aos do Estatuto do Refugiado, de 1951. A entidade que ficou responsável pela fiscalização da normativa e pela coordenação dos esforços de cooperação internacional na matéria foi o ACNUR, que também compila os dados, monitora tendências e propõe projetos para reduzir a ocorrência da apatridia no mundo contemporâneo. Infelizmente, no entanto, tem-se constatado um aumento de pessoas sem nacionalidade na atualidade.

O Brasil, por sua vez, tem robustecido sua relação jurídica com a temática, em consonância com sua normativa constitucional, que determina a prevalência dos direitos humanos como princípio que rege o país em suas relações internacionais (art. 4, II). Nesse sentido, a legislação infraconstitucional foi significativamente fortalecida pela Lei de Migração, de 2017. A Lei garante direitos importantes aos apátridas, na perspectiva de projetar o Brasil à liderança nos esforços de combate à apatridia, em consonância com os tratados ratificados pelo país na temática, como o pacto interamericano que versa sobre a matéria, além das obrigações oriundas da já mencionada Convenção de 1954 e os compromissos posteriores dela decorrente.

A Lei estabelece, primeiramente, a necessidade de verificação da condição de apátrida, o que deve ser feito previamente pela produção de documentos e registro de declarações do interessado, consideradas suas condições. Após proceder à investigação junto a outros Estados, poder-se-á declarar a condição de apatridia. Neste momento, será oferecida à pessoa a opção da nacionalidade brasileira, em processo simplificado, porém dependente das condições previstas para a aquisição da nacionalidade ordinária: capacidade civil, comunicação em português, ausência de condenação penal (ou reformado) e residência de 4 anos no território nacional. Caso não se opte pela nacionalidade, será concedida autorização de residência permanente e estendidas as garantias previstas ao migrantes na Lei. Não poderá ser deportado ou expulso. Outras formas de aquisição de nacionalidade são: extraordinária (15 anos ininterruptos) e especial (cônjuge no Serviço Exterior); e temporária (menores que adentram quando crianças no território nacional). A nacionalidade originária só será perdida por: aquisição voluntária de outra, salvo nos casos permitidos; e denúncia voluntária.

Pior resposta – 15,80

A normativa internacional a respeito da apatridia e da nacionalidade envolve tratados, costume e jurisprudência. Em relação aos tratados, destacam-se o Tratado sobre Apatridia, a Convenção sobre o direito das Mulheres e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 – essa última, embora formalmente documento de soft law, é considerada cogente por diversos autores. O Tratado sobre Apatridia e a DUDH reconhecem o direito de todo indivíduo a uma nacionalidade, a qual é fundamental para o exercício dos direitos humanos. O tratado prevê obrigações específicas para os Estados – cabe mencionar, houve poucas adesões – tais como o dever de não privar de nacionalidade uma pessoa que somente conta com uma nacionalidade e que se tornaria, portanto, apátrida, bem como o de facilitar a recepção e a obtenção de nacionalidade por indivíduos em condição de apatridia. A Convenção sobre o direito das Mulheres, por sua vez, proscreve a perda ou mudança automática da nacionalidade das mulheres em decorrência da perda ou mudança do status da nacionalidade dos maridos. No que diz respeito ao costume, cabe mencionar a normativa referente à dissolução, à fusão e a anexação de Estados, a qual prevê que os antigos nacionais receberão automaticamente a nova nacionalidade, quando seus Estados originais deixarem de existir, ou poderão optar por uma das nacionalidades, no caso, por exemplo, de seus territórios de residência serem transferidos para outra nação. Por fim, há a jurisprudência relativa ao caso Nottembohn, o qual prevê o critério do vínculo concreto – familiar, de residência, histórico – para que a nacionalidade seja reconhecida e os direitos dela decorrentes possam ser opostos a outra nação. Anne Peters aponta que a normativa internacional coloca poucos limites à liberdade dos Estados de definirem os critérios de atribuição de nacionalidade, o que fica evidente na flexibilidade do critério reconhecido no caso Nottembohn, que aceita vínculos substanciais de diferentes tipos. Cabe mencionar, ainda, as ações da ONU na organização da Conferência sobre o Direito das Mulheres, no estabelecimento de sistema definido por Carvalho Ramos como quase-judicial de recebimento de petições individuais sobre violações do Acordo de Direitos Civis e Políticos de 1966 e na proteção aos refugiados por meio do ACNUR e da agência responsável pela proteção aos refugiados palestinos.

A relação jurídica do Brasil com a temática envolve normas constitucionais, infraconstitucionais e internacionais. No âmbito internacional, o Brasil submete-se às previsões do Tratado de 1966 e da Declaração de 1948, aos costumes relativos à fusão, dissolução ou anexação de Estados e ao tratado sobre o Direito das Mulheres. No plano constitucional, o art. 12 prevê os meios de obtenção da nacionalidade brasileira com base no jus soli e no jus sanguinis. O Jus atribui a nacionalidade aos indivíduos nascidos em território brasileiro, desde que o pai e a mãe não estejam à serviço de outra nação. O jus sanguinis possibilita a aquisição da nacionalidade para os nascidos no exterior, desde que o pai ou a mãe estejam a serviço do Brasil, que sejam registrados em repartição pública competente ou que venham morar no Brasil e depois da maioridade optem pela nacionalidade brasileira. A CF/88 prevê que apenas o próprio texto constitucional estabelecerá discriminação entre indivíduos com nacionalidade originária e os naturalizados, como no caso do acesso a certos cargos públicos (presidente e vice-presidente, ministro do STF, presidente da Câmara e do Senado, diplomata, etc) e nas condições distintas para a extradição, possibilitada apenas para os naturalizados, nos casos de crime comum cometido antes da naturalização ou de comprovado envolvimento com o tráfico de drogas. Em relação à legislação infraconstitucional, destaca-se a lei de Migração, a qual prevê quatro formas de obtenção da naturalização: a ordinária, com critérios como o domínio da língua portuguesa, a ausência de condenação por crime grave e a residência por 4 anos (reduzida para 1 quando a pessoa tem cônjuge, companheiro ou filho nacional); a extraordinária, para o caso de residência ininterrupta por 15 anos (caráter meramente declaratório); a especial, para pessoas casadas com membro do serviço exterior por 5 anos ou empregados em representação brasileira por 10; e provisória, para crianças que venham morar no país até os 10 anos e que optem pela nacionalidade até 2 anos após a maioridade (direito personalíssimo). A lei facilitou muito a aquisição da nacionalidade pelos apátridas, estabelecendo o prazo de 36 dias após o reconhecimento da apatridia. Por fim, a perda da nacionalidade ocorre por ação contrária aos interesses nacionais.

Questão 3

As normas do art. 4º da Constituição Federal constituem a identidade e uma das aberturas do ordenamento jurídico brasileiro à esfera internacional, como espécies de normas complementares. São valores normativos oriundos do direito das gentes e radicados no direito constitucional pátrio.

MASSAU, Guilherme. *Princípios constitucionais e relações internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018, p. 26-27, com adaptações.

Com base no contexto apresentado em torno dos valores a serem observados nas relações internacionais do Estado brasileiro, elenque descritivamente os princípios que devem reger as relações internacionais da República Federativa do Brasil, previstos no art. 4º da Constituição Federal de 1988. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) discorrer reflexivamente a respeito do conteúdo normativo de cada um dos referidos princípios; e

b) escolher somente três dos princípios elencados no art. 4º da Constituição Federal de 1988, dando – a cada um deles – um exemplo histórico da respectiva incidência na política exterior do Estado brasileiro.

Extensão do texto: até 40 linhas.

Valor: 20 pontos.

Média: 17,26 (total); 17,01 (ampla); 18,00 (cotas/PNE)

Desvio padrão: 1,791 (total); 1,985 (ampla); 0,735 (cotas/PNE)

Rodrigo Lara Pinto – 19,20

A Constituição Federal de 1988 (CF88) inovou ao prever, em seu artigo 4., os princípios que devem reger as relações internacionais da República Federativa do Brasil. Tais princípios têm natureza híbrida, já que, embora sua forma seja de direito interno constitucional, seu conteúdo é de direito internacional, devendo-se recorrer a este para apreender seu significado.

Entre os dez princípios elencados no artigo 4., estão aqueles que determinam o pacifismo do Estado brasileiro nas relações internacionais. A defesa da paz e a solução pacífica de controvérsias são máximas que devem guiar o Estado brasileiro no engajamento em meios políticos, jurídicos e diplomáticos de resolução de conflitos e ater-se à proibição do uso da força no cenário internacional como regra.

O Estado brasileiro, por tal artigo, também assume compromissos no âmbito dos direitos humanos. Entre suas previsões estão a prevalência dos direitos humanos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo e a concessão de asilo político. Tais princípios devem guiar a atuação brasileira no sentido de garantir e monitorar direitos humanos consagrados internacionalmente em seu território, atuar de forma a coibir o terrorismo, incluindo em cooperação com outros países, ater-se à proibição do apartheid consagrada em *jus cogens* e promover luta interna contra o racismo, além de garantir os meios para que os pedidos de asilo possam ser analisados e, se forem pertinentes pela discricionariedade da administração pública, concedidos.

Por fim, há princípios que regem a relação do país com outros Estados. Trata-se dos princípios da independência nacional, da igualdade entre as nações, da não intervenção, da cooperação dos povos para o progresso da humanidade e da igualdade soberana, além do compromisso do parágrafo único de cooperar para a formação de uma comunidade latino-americana de nações. O Brasil deve atuar, portanto, pautado nos valores de respeito e cooperação com os demais Estados, sem imiscuir-se em seus assuntos internos, de forma a promover o interesse e o desenvolvimento de todos conjuntamente.

Alguns dos princípios previstos no artigo 4. da CF88 tiveram importância relevante para a política externa brasileira. O princípio da defesa da paz, por exemplo, orientou a relevante participação do Brasil em operações de paz recentes das Nações Unidas, como a da MINUSTAH, no Haiti. A prevalência dos direitos humanos foi observada no contexto de adesão aos diversos tratados sobre o tema na década de 1990, como os Pactos Internacionais de 1966, o Pacto de San José da Costa Rica e o reconhecimento da jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Por fim, a cooperação dos povos para o progresso da humanidade é vetor essencial da política externa dos anos 2000, sobretudo por meio de iniciativas de cooperação sul-sul lideradas pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Bruna Veríssimo Lima Santos – 19,00

O artigo 4º da Constituição Federal (CRFB) apresenta natureza “sui generis”. Embora tenha sido criado pelo poder constituinte originário, por natureza doméstico, atende a imperativos do direito das gentes, consolidando-se como diretriz capaz de orientar a atuação brasileira nas relações internacionais.

De acordo com o professor João Christófolo, as disposições do art. 4º, CRFB, têm natureza dúplice. De um lado, apresentam normatividade constitucional e ocupam posição hierarquicamente superior no direito brasileiro; de outro, apresentam normatividade própria do direito internacional, sendo reflexo de costumes entre os Estados, notadamente da Resolução 2625 da Assembleia Geral da ONU. Dada sua natureza principiológica, são mandados de otimização, consoante a professora Ana Paula de Barcelos e apresentam caráter programático, segundo o professor José Afonso da Silva.

Todos os princípios revelam a dupla normatividade acima referida. Independência nacional, não intervenção e igualdade entre os Estados são emanações da soberania estatal (art. 1º, I, CRFB), bem como da “ratio dicidendi” dos casos Lótus e Nicarágua. Autodeterminação dos povos, prevalência dos direitos humanos e concessão de asilo político refletem os direitos e garantias fundamentais, assim como a Carta da ONU e o costume internacional. Trata-se do mesmo perfil do princípio do repúdio ao terrorismo e ao racismo. Defesa da paz, solução pacífica de controvérsias e cooperação dos povos para o progresso da humanidade advêm da juridicidade brasileira e do esforço pacifista da comunidade internacional. A formação de comunidade latino-americana de nações tem por fulcro questões de foro doméstico e de cooperação internacional.

Considerada a ambivalência geral das disposições do artigo 4º, CRFB, sua materialização pode ser comprovada na prática diplomática brasileira. O princípio da autodeterminação dos povos ficou evidente quando o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola. Afastando-se do colonialismo português, o Brasil privilegiou a necessidade de autodeterminação externa daquele povo. A solução pacífica de controvérsias é outro princípio que, há muito, integra a prática brasileira. As soluções para conflitos lindeiros durante a gestão do Barão do Rio Branco são exemplos disso. Em vez do uso da força, utilizou-se de arbitragem e negociação bilateral, mecanismos que, hoje, estão presentes em boa parte dos regimes internacionais, a exemplo do sistema ONU e da OMC. Por fim, a concessão de asilo político se consubstancia na adoção de costume regional. Por meio da Convenção de Caracas, o Brasil assumiu o compromisso de concessão de asilo diplomático, em consonância com a prática latino-americana.

O art 4º, CRFB é, pois, instrumento de diálogo entre a ordem jurídica interna e a externa. A concretização de suas normas é facilmente aferida do passivo histórico e da política externa brasileira.

Bárbara Policeno Pereira – 18,90

O artigo 4º da Constituição Federal de 1988 (CF/88) elenca os seguintes princípios que devem reger as relações internacionais do Brasil: independência nacional, não intervenção, igualdade entre Estados, autodeterminação dos povos, defesa da paz, solução pacífica de controvérsias, prevalência dos direitos humanos, repúdio ao racismo e ao terrorismo, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e concessão de asilo político. Esses princípios aduzem o aumento do diálogo entre as constituições nacionais e o direito das gentes, fenômeno que Peter Häberle chaou de internacionalização das constituições nacionais e que é cada vez mais presente no constitucionalismo contemporâneo.

Quanto à forma, esses princípios do artigo 4º são princípios constitucionais. Como consequência, são normas abertas e programáticas, que não comportam a regra do "tudo ou nada". Servem de baliza para o funcionamento do ordenamento jurídico brasileiro. Sua aplicação na prática, contudo, depende do caso concreto, de modo que pode haver necessidade de sopesamento desses princípios, a fim de definir qual prevalecerá.

Quanto à matéria, o rol do artigo 4º reflete princípios do direito das gentes, conforme resolução 2625 da ONU. A autodeterminação dos povos, por exemplo, é princípio geral do direito e um dos alicerces da Carta das Nações Unidas. A defesa da paz e da solução pacífica de controvérsias, por sua vez, evidencia a proibição geral do uso da força no direito internacional contemporâneo.

O sopesamento entre dois desses princípios é evidenciado na participação brasileira na MINUSTAH, em que "não intervenção" colidia com "prevalência dos direitos humanos". o juízo de ponderação exigiu análise do caso concreto. Após a manifestação de consentimento do governo haitiano quanto à atuação da operação de paz da ONU, prevaleceu o princípio da prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais do Brasil, para esse caso específico.

Exemplo histórico do princípio da autodeterminação dos povos na política exterior brasileira foi o reconhecimento da independência de Angola, sob o regime do MPLA, em 1945, durante o governo Geisel.

O princípio da igualdade entre Estados, por sua vez, foi defendido por Rui Barbosa na II Conferência da Haia, em 1907. O jurista, contrariando o posicionamento de potências como o Estados Unidos, ficou conhecido por "águia de Haia" ao defender a igualdade jurídica entre as nações.

Finalmente, o repúdio ao terrorismo na política externa do Brasil se verifica na esteira dos atentados de 11 de setembro de 2001. O Brasil invocou o TIAR e manifestou seu repúdio por essas práticas.

Os princípios constitucionais do artigo 4º da CF/88, portanto, refletem normas do direito das gentes. De fato, muitos se coadunam com a resolução 2625 da AGNU, bem como com as normas do atual DIP, como a proibição do uso da força. Refletem o fenômeno de internacionalização das constituições nacionais, como mostrou Häberle.

Pior resposta – 12,40[24]

A Constituição Federal de 1988 inovou na história do constitucionalismo brasileiro, ao prever um conjunto de princípios que regem as relações internacionais do país. O art. 4º da CF/88 elenca dez princípios, além de contar com um parágrafo único, que prevê a busca da integração econômica, social e cultural com os países da América Latina. Os princípios são a defesa da paz, a solução pacífica de controvérsias, a cooperação para o progresso da humanidade, o repúdio ao terrorismo e ao racismo, a concessão do asilo político, a igualdade entre os Estados, a soberania nacional e a prevalência dos direitos humanos.

Esses princípios possuem uma natureza jurídica dupla, uma vez que, materialmente, são princípios consagrados pelo direito internacional, e, formalmente, são princípios constitucionais brasileiros. Eles estão, em grande medida, consubstanciados na Resolução 2625 da AGNU, a qual, a despeito de seu caráter não vinculante, já foi reconhecida pela CIJ como expressão do costume internacional. Dessa forma, a soberania nacional e a igualdade entre os Estados são um princípio basilar do Direito das Gentes (par in parem non habet judicium) e foram reafirmados no caso Lotus, que previu a jurisdição territorial dos Estados. A atuação de Rui Barbosa na Conferência de Haia, em 1907, é um exemplo da histórica defesa feita pelo Brasil da soberania nacional e da igualdade jurídica dos Estados no sistema internacional, independentemente dos recursos de poder de que dispõem.

A defesa da paz e a solução pacífica de controvérsias encontram respaldo na Carta da ONU, que, em seu artigo 33 estabelece os meios pacíficos de solução de controvérsias, além de ter proscrito o direito ao uso da força no direito internacional, salvo nos casos de legítima defesa ou em que haja autorização do Conselho de Segurança. A resolução do litígio a respeito da questão de Itaipu, por meio do Acordo Tripartite, firmado entre Brasil, Argentina e Paraguai exemplifica a atuação brasileira em defesa da paz e na busca de soluções pacíficas de controvérsias. A cooperação para o progresso da humanidade, por sua vez, faz parte da histórica busca do desenvolvimento pelo Brasil, verdadeiro vetor axiológico da diplomacia brasileira. Um exemplo de atuação do Brasil nesse sentido diz respeito à defesa, na década de 1970, de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) que pudesse viabilizar maior simetria nas relações entre os Estados desenvolvidos e os Estados em desenvolvimento. Outro princípio fundamental diz respeito à prevalência dos direitos humanos, uma vez que essa orientação guia a política nacional e internacional do Brasil.

Todos os demais princípios integrantes do art.4º da CF/88 possuem longa tradição na atuação externa do país. O repúdio ao terrorismo e a todas as formas de discriminação é condizente com a orientação pacifista e não discriminatória do Brasil. Tradicionalmente, o país foi um vocal defensor da descolonização, do desenvolvimento e do desarmamento. A concessão de asilo político coaduna-se à importância atribuída aos direitos humanos e ao interesse do Brasil em garantir que nenhum indivíduo seja perseguido por suas opiniões políticas. Esses princípios são a materialização da busca de relações amistosas no sistema internacional.

À guisa de conclusão, é importante evidenciar que os princípios elencados no art. 4º da CF/88 orientam a ação externa do país de forma condizente om a Declaração de Princípios 2625 da AGNU. Nesse sentido, trata-se de um conjunto de princípios previstos na Constituição, mas que conformam verdadeiros princípios do Direito das Gentes. Não são, desse modo, princípios gerais de direito interno, porquanto os princípios gerais de direito interno constituem verdadeiras fontes do Direito Internacional, em conformidade com o Art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Essa inovação do constitucionalismo brasileiro foi medida positiva, porquanto fornece respaldo jurídico para a ação internacional dos representantes do Brasil no exterior.

[24] No momento de responder esta questão, o candidato percebeu que havia transcrito, integralmente, a resposta da questão 4 da prova de Direito no campo destinado para a resposta da questão 3. Após o grande susto inicial, transcreveu a resposta da questão 4 no espaço correto, riscou a resposta que havia fornecido, erroneamente, e respondeu, no espaço possível, a questão 3. A pouca legibilidade da resposta pode ter prejudicado a nota final do candidato nesta questão. De qualquer maneira, ficam duas lições importantes: i) tomar sempre o máximo de cuidado no momento de transcrição da resposta para a folha definitiva e ii) não achar que as chances de aprovação acabaram caso, eventualmente, cometa um erro parecido.

Questão 4

Direitos fundamentais são o conjunto de normas, princípios, prerrogativas, deveres e institutos, inerentes à soberania popular, que garantem a convivência pacífica, digna, livre e igualitária, independentemente de credo, raça, origem, cor, condição econômica ou *status* social. Sem os direitos fundamentais, o homem não vive, não convive e, em alguns casos, não sobrevive.

BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de direito constitucional*. 11. ed., 2018, p. 526.

Considerando o fragmento de texto apresentado e o dispositivo citado como referência, responda às perguntas a seguir.

1) Pode-se considerar que os direitos fundamentais consagrados na Carta Federal, pela respectiva proeminência, são, como regra, direitos absolutos que não comportam relativização?

2) É possível dizer que as pessoas jurídicas, tanto quanto as pessoas físicas, também são beneficiárias dos direitos e das garantias individuais?

3) A Constituição deve ser interpretada no sentido de que apenas os estrangeiros que possuem domicílio no País são destinatários dos direitos e das garantias fundamentais?

4) Como diferenciar direitos de garantias individuais?.

Extensão do texto: até 40 linhas.

Valor: 20 pontos.

Média: 17,53 (total); 17,55 (ampla); 17,50 (cotas/PNE)

Desvio padrão: 1,023 (total); 1,043 (ampla); 1,079 (cotas/PNE)

Gabriel Clemente de Oliveira Bellato – 20,00

Os direitos e garantias fundamentais limitam a atuação do Estado em favor do indivíduo, com o intuito de assegurar a dignidade da pessoa humana. Foram introduzidos no constitucionalismo moderno pela Constituição dos Estados Unidos da América, inspirando o constitucionalismo brasileiro. Na Constituição Federal de 1988, com efeito, os direitos e garantias fundamentais estão presentes ao longo de todo o texto constitucional, e não se esgotam neles, porquanto novos direitos e garantias fundamentais podem ser oriundos de tratados e normais internacionais pelo Brasil, além de estarem protegidos pelo manto de cláusula pétrea.

Os direitos e garantias fundamentais consagrados na Lei Maior não são absolutos e comportam relativização. Em primeiro lugar, em caso de conflitos entre direitos e garantiais fundamentais incidentes no caso congreto, o juiz desse caso deverá decidir qual deles irá prevalecer, com base em um juízo de razoabilidade e de proporcionalidade. O direito ou a garantia fundamental não aplicado será apenas afastado do caso concreto. Outrossim, conforme aventou Hannah Arendt, os direitos humanos não são dados, e, sim, construídos. Com efeito, novos direitos e garantias fundamentais podem ser acrescentados ao ordenamento jurídico brasileiro a partir de normas de direito internacional.

Tanto pessoas físicas quanto pessoas jurídicas são beneficiários de direitos e de garantias fundamentais. As pessoas físicas gozam de todos os direitos e garantias fundamentais presentes no ordenamento jurídico brasileiro. Já as pessoas jurídicas gozam daqueles que são condizentes com sua natureza, como o direito à propriedade e ao contraditório e à ampla defesa. Caso os direitos e as garantias fundamentais tanto das pessoas físicas quanto das pessoas jurídicas não estejam sendo respeitados, pode-se impetrar um mandado de injunção para que eles sejam cumpridos.

Ademais, a Constituição não deve ser interpretada no sentido de que apenas os estrangeiros domiciliados no país são destinatários de direitos e garantias fundamentais. Conquanto a Lei Maior avente que os brasileiros e os estrangeiros residentes no país sejam beneficiários de direitos e garantias fundamentais, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é cediça quanto ao entendimento de que todos os estrangeiros que se encontram no território nacional são beneficiários de direitos e garantias fundamentais. Destarte, trata-se de mutação constitucional levada a cabo pelo Pretório Excelso, que entendeu que o desejo do Poder Constituinte Originário não era o de limitar o gozo de direitos e garantias fundamentais apenas aos estrangeiros residentes no Brasil.

Há uma diferenciação simples entre os direitos e as garantias individuais. Os direitos são medidas a serem desfrutadas tanto pelas pessoas físicas quanto pelas pessoas jurídicas, pois são inerentes a sua condição. Já as garantias individuais são os meios que permitem o gozo dos direitos individuais. Com efeito, os direitos individuais são desfrutados graças às garantias individuais, porquanto estas são os instrumentos de exercício daqueles.

Os objetivos dos direitos e das garantiais individuais é assegurar a dignidade da pessoa humana. Conforme aventa Daniel Sarmento, a dignidade da pessoa humana é o epicentro axiológico do ordenamento jurídico brasileiro. Com efeito, embora estejam concentrados no Art. 5º da Carta Magna, a doutrina e a jurisprudência reconhecem que há direitos e garantias individuais encartados ao longo de todo o texto constitucional, estando, outrossim, protegidos pelo manto de cláusula pétrea, sendo um óbice ao Poder Constituinte Reformador e aos arbítrios do Estado.

Carolina Moreira da Costa Oliveira – 18,70

A existência, a garantia e a promoção de direitos fundamentais são condições imprescindíveis para a concretização do Estado Democrático de Direito. Para assegurar tal concretização, a aplicação desses direitos deve também observar o caso concreto e os fatos da realidade.

Os direitos fundamentais caracterizam-se por ser indivisíveis, irrenunciáveis, indisponíveis e relativos. Portanto não é possível considerar que os direitos previstos na CF/88 são absolutos, uma vez que se deve observar o caso concreto para a aplicação do direito. À título de exemplificação, pode-se afirmar que, segundo as proposições constitucionais, o direito à vida não é absoluto, pois no próprio texto da CF há previsão de pena de morte em caso de guerra. Desse modo, quando há o conflito entre direitos fundamentais, dado seu caráter relativo, cabe ao juiz responsável por julgar o caso concreto realizar o juízo de discernimento para decidir qual direito deve prevalecer.

O avanço da promoção dos direitos fundamentais previstos na CF/88 igualmente atinge as pessoas jurídicas, uma vez que essas, assim como as pessoas físicas, também podem ser beneficiárias de direitos individuais. Nesse diapasão, as pessoas jurídicas podem ser titulares de direitos que garantam a segurança jurídica de suas atividades, como o direito a propriedade e o direito de estabelecer ação indenizatória.

Com o objetivo de concretizar os desígnios dispostos na CF/88, o entendimento da doutrina e da jurisprudência avançou no sentido de as possíveis interpretações do caput do art. 5º da CF/88, na medida em que, hodiernamente, se entende que devem ser garantidos os direitos fundamentais de todos os estrangeiros que se encontram em território nacional, seja de modo permanente, temporário ou em trânsito. Dessa forma, não se admite a não proteção da dignidade humana em território nacional somente porque o indivíduo estrangeiro não é residente.

É possível diferenciar direitos de garantias individuais por meio da análise do fato concreto. Desse modo, pode-se afirmar que a garantia individual é instrumento que permite a concretização do direito daquele indivíduo. Assim, os indivíduos titulares de direitos podem necessitar de condições específicas para garantirem a eficácia desses direitos, de modo que as garantias individuais atuam, assim, como instrumentos de eficácia dos direitos fundamentais.

Lawrence Benaventana Póvoas – 18,40

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), conhecida como Constituição-Cidadã, garantiram-se um conjunto de direitos fundamentais que balizam o Estado democrático de direito que desde então vigora no país. Grande parte desses direitos encontram-se elencados no art. 5º da CF/88, que abre a possibilidade, ademais, de incluírem-se nos direitos, por exemplo pela ratificação de tratados de direitos humanos (art. 5º, § 2).

Como regra, esses direitos não são absolutos, pois podem ser ponderados entre si, de modo a permitir averiguar o alcance normativo desses dispositivos, que, inclusive, podem sofrer de antinomias entre si. Nesse sentido, os direitos fundamentais comportam, sim, relativização, conforme confirmado reiteradas vezes na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), intérprete máximo das normas constitucionais. Dessa forma, o STF já assentou, por exemplo, a relativização do próprio caput do art. 5º, no âmbito da avaliação da constitucionalidade de cotas, vez que o texto constitucional garantiria a igualdade de todos, sem distinção de qualquer natureza.

É possível considerar que as pessoas jurídicas também são beneficiárias de alguns dos direitos e garantias individuais. As cortes superiores já ratificaram o entendimento de que as pessoas jurídicas, inclusive as privadas, como as empresas, pode valer-se dos diversos remédios constitucionais, como o habeas data e o mandado de segurança, por exemplo. No entanto, a abrangência dos direitos e garantias individuais na proteção de pessoas jurídicas é relativamente limitada em relação às pessoas físicas.

A Constituição não deve ser interpretada no sentido de que apenas os estrangeiros que possuem domicílio no País são destinatários dos direitos e das garantias fundamentais. Por certo, o próprio STF já assentou seu entendimento quanto à correta interpretação do texto constitucional, de modo que todos os estrangeiros, mesmo os visitantes e sem domicílio, gozam das proteção dos direitos e garantias fundamentais, quando sujeitos à jurisdição brasileira.

Pode-se conceituar a diferenciação de direitos e garantias individuais de diversas formas. Nessa perspectiva, as garantias visam à proteção do cidadão contra eventuais arbitrariedades do Estado, caracterizando-se, de modo geral, pela aplicabilidade plena e imediata de sua eficácia. Por essa razão, o próprio texto Constitucional fornece os chamados “remédios constitucionais” -- habeas corpus, habeas data e mandado de segurança, por exemplo -- para resguardar as garantias individuais. Os direitos, por sua vez, podem ter sua força normativa limitada, quando necessitam de regulamentação infraconstitucional, ou contida, quando podem ser restringidos ou relativizados por outros direitos positivados. Frequentemente, essa diferenciação será analisada em sede jurisdicional.

Bárbara Policeno Pereira – 18,40

A consagração dos direitos fundamentais na CF/88 reflete a dignidade da pessoa humana como epicentro axiológico do ordenamento jurídico brasileiro, como aduz Daniel Sarmento. A natureza desses direitos, no entanto, é principiológica, o que afasta sua configuração como “direito absoluto”. São normas abertas e programáticas, o que pode engendrar colisão em casos concretos. Portanto, sua aplicação pode ser submetida a um juízo de ponderação, abalizada pelo sopesamento desses direitos. Consequentemente, não são direitos absolutos e comportam relativização. Exemplo clássico é a relativização do direito à vida pela CF/88, quanto esta prevê a pena de morte para casos de deserção em guerra.

As pessoas jurídicas podem titularizar determinados direitos fundamentais, bem como beneficiar-se de garantias individuais. A proteção da honra e da imagem, por exemplo, permite que pessoas jurídicas pleiteiem indenização por calúnia ou difamação. Ainda, as pessoas jurídicas gozam do direito de propriedade tanto quanto os indivíduos. Para assegurá-lo, dispõem de meios jurídicos para impedir que sua propriedade seja violada. Podem também utilizar remédios constitucionais, como o mandado de segurança. Alguns direitos e garantias, no entanto, são inerentes às pessoas físicas, como o direito à vida e o *habeas corpus*. As pessoas jurídicas, portanto, são beneficiárias de direitos e garantias na medida de suas possibilidades.

A Constituição não deve ser interpretada no sentido de que apenas os estrangeiros residentes no País são destinatários dos direitos e garantias fundamentais. Esse entendimento foi consagrado pelo STF, em processo de hermenêutica conhecido por mutação constitucional. Sem alterar o texto da CF/88, o Pretório Excelso atualizou a interpretação acerca do artigo 5º. Como corolário do princípio da dignidade da pessoa humana, a jurisprudência confirma que os direitos fundamentais se aplicam mesmo a estrangeiros não domiciliados no Brasil. De fato, esses direitos têm aplicação ampla e todos aqueles que estiverem no país são destinatários de sua aplicação.

Os direitos fundamentais se diferenciam das garantias individuais. Os primeiros são prerrogativas dos indivíduos perante o Estado; são direitos subjetivos dos titulares. Por sua vez, as garantias são os meios dos quais o indivíduo dispõe para efetivar sua pretensão. São instrumentos jurídicos que permitem a efetivação do direito subjetivo. Para exemplificar, cita-se o direito à liberdade de locomoção. Esse direito é tipificado no artigo 5º da CF/88 e é uma prerrogativa individual. Acaso ele seja tolhido ou prejudicado, o indivíduo dispõe do *habeas corpus* para garantir sua implementação. O mandado de segurança é outro exemplo de garantia, e visa a proteger direitos líquidos e certos que estejam lesionados ou sob ameaça de lesão. Os direitos e garantias, portanto, são complementares na proteção da pessoa humana e sua implementação na prática.

Pior resposta – 15,50

De acordo com Uadi Bulos os direitos fundamentais são um conjunto de normas, princípios e deveres que são inerentes à soberania popular e são capazes de assegurar uma convivência pacífica e digna. Esses direitos, que incluem as garantias individuais, não são absolutos e podem ter como destinatários pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras, ainda que não residentes.

Esses direitos, consagrados mormente no artigo 5º da Constituição Federal (CF), a despeito de sua proeminência, não são direitos absolutos. Assim como os princípios, a aplicação deles depende do caso concreto. Muitos deles são, inclusive, potencialmente conflitantes como o direito de livre expressão e o direito à honra (o que inclui a proteção contra a difamação); o direito à vida e o direito a seguir uma religião (se houver preceitos que obstem procedimentos médicos, por exemplo).

Embora concebidos tendo os seres humanos como destinatários, os direitos fundamentais se aplicam, no que couber, a pessoas físicas. São exemplos disso o direito a honra e a proteção contra a difamação e o direito a garantias processuais, como a ampla defesa e o contraditório. Esse fenômeno é amplamente reconhecido pela jurisprudência.

O "caput" do artigo 5º faz referência a brasileiros e a estrangeiros residentes nos país como destinatários dos direitos fundamentais, a jurisprudência, contudo, não limita o alcance desses direitos aos brasileiros e aos estrangeiros residentes. Estrangeiros não residentes no território nacional também são destinatários desses direitos e até mesmo estrangeiros fora do território nacional. Há algumas formas de exercício extraterritorial da jurisdição, como pelos princípios da bandeira, da nacionalidade ativa e passiva, da defesa ou interesse e também pelo princípio da jurisdição universal. Em alguns desses casos, com destaque para o princípio da defesa, não é necessário que o indivíduo seja nacional ou esteja no território nacional para que o Brasil exerça jurisdição sobre o caso. Tendo isso em consideração, o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que, se a jurisdição brasileira alcança para criar obrigações, alcança também para conceder direitos. De outro modo, seria possível o julgamento pelo Brasil sem se levar em conta direitos e garantias judiciais.

Um dos entendimentos doutrinários difundidos sobre os direitos fundamentais é a teoria sobre as dimensões de direitos. Os direitos de primeira dimensão seriam os direitos civis (como garantias processuais, vida, propriedade, igualdade jurídica e liberdade) e políticos (como votar e ser votado), ao passo que os direitos de segunda dimensão são os direitos sociais (como o direito a moradia, saúde, educação e trabalho) e a terceira dimensão seriam os direitos difusos (como o direito à autodeterminação, a um meio ambiente equilibrado e ao desenvolvimento). As garantias individuais coincidem, em larga medida, com os direitos civis ao passo que os direitos individuais incluem todos os direitos de primeira dimensão. Dessa forma, os direitos individuais abarcam as garantias individuais.

A construção histórica dos direitos fundamentais começou pela defesa das garantias individuais, expandiu-se para os direitos individuais como um todo e também para os sociais e difusos. São direitos abrangentes, tendo como destinatários pessoas físicas e jurídicas até estrangeiros.

Espanhol e Francês

Aumenta consumo de alcohol entre jóvenes

La falta de comunicación entre familias e hijos, buscar aceptación social, desconocer riesgos, la depresión, la carencia afectiva y la accesibilidad de los productos, han aumentado el consumo de alcohol entre los jóvenes, señalaron expertos relacionados con la materia y recordaron que más allá de una resaca, quienes incurren en esta adicción, pueden presentar cirrosis y ser más susceptibles a actos relacionados con la violencia. Coincidieron en no satanizar el consumo de alcohol ni en mujeres ni en hombres, pues la ingestión de esta sustancia legal se puede hacer sin excesos; amén de ello, corresponsabilizaron a los medios informativos, quienes promueven en sus espacios todo tipo de bebidas, barras libres y promociones.

Los especialistas dijeron que el tema de ingerir alcohol no debe juzgarse a la ligera, pues éste se consume incluso para la prevención de infartos en el caso del vino, pero se debe poner mayor atención a los límites para beberlo, debido al entorno de riesgos que, en recientes fechas, han sido notables. Tal fue el caso de una joven estudiante, quien habría fallecido por consumo excesivo de bebidas embriagantes.

En este contexto, los consultados por este medio, opinaron que es una realidad que el consumo de alcohol va en aumento en las personas jóvenes, porque ellas creen que los hace *cool*, pero no se detienen a pensar que podrían estar ingiriendo producto adulterado, o que si pasan de su estándar, más allá de ser "el alma de la fiesta" por unas horas, su vida podría tornarse en una enfermedad crónica que les cause fatiga, acumulación de líquido en las piernas o en el abdomen, coloración amarillenta, impotencia sexual, encogimiento de los testículos, sangrado anormal y problemas en la concentración -que son los síntomas de la cirrosis. Además, el exceso del consumo de alcohol puede ser causante de un accidente de auto que deje parapléjico a los ocupantes, de truncar una carrera por un embarazo no deseado, o resultar contagiado del Virus de Inmunodeficiencia Humana (VIH), entre otras consecuencias, dijeron los entrevistados.

La académica de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP), Josefina Manjarrez, señala que los medios informativos tienen gran responsabilidad en que el consumo de alcohol vaya a la alza, por la excesiva publicidad que en los mismos aparece, amén de que los productos televisivos o cinematográficos colocan este elemento como aparente indicador de estatus.

El jefe de Medicina Interna del Instituto Mexicano del Seguro Social (IMSS), delegación Puebla, Víctor Martínez Ahuejote, plantea que cuando se prueba el alcohol, primero es un juego pero si esto se hace en exceso, cambia la vida porque hay faltas en la escuela, la persona solo espera el fin de semana, puede haber depresión, ansiedad, desorientación y otras consecuencias. Beber es un problema cuando esta acción es una válvula de escape a los problemas, la cual puede iniciar por el deseo de pertenecer a un grupo social, o ser aceptado, agrega. Mareos, vómitos, somnolencia y debilidad generalizada son los síntomas de una intoxicación por alcohol. El efecto pasa luego de 72 horas, señala el médico. Aclara que ésta no es la peor parte, sino que es la depresión, la ansiedad, la exposición a los accidentes viales, tener una Enfermedad de Transmisión Sexual (ETS), mudarse a otras drogas y morir.

Los Centros de Integración Juvenil (CIJ) atienden a los menores que adquieren alguna adicción, como al alcohol o drogas ilegales. El representante de este organismo en Puebla, José Antonio Vicuña, dice que, 2010 a 2016, las atenciones que se brindaron en la entidad aumentaron un 22%. Considera que el factor que influye para el consumo de bebidas embriagantes es la accesibilidad de las sustancias, es decir, que se encuentran desde 10 pesos en las tiendas, además de que algunos lugares no respetan la restricción para venderles a los menores de edad. En 2010 el CIJ atendió a 404 pacientes, mientras que al cierre de 2016 se habían recibido a 495 por problemas con su manera de beber alcohol. En el primer semestre de 2017, la cifra de enciones oscilaba en los 300 pacientes, y eso que todavía faltaban por correr seis meses del año al momento de calcular esos datos.

Vicuña explica que la edad de iniciación para el consumo de alcohol es a los 10 años en Puebla y en el país, aunque se tiene detectado que los jóvenes de entre 15 y 19 años, son proclives a tener un mayor impacto. El entrevistado especifica que, de acuerdo a los testimonios que se han recabado con los pacientes del CIJ, otros factores que inciden para el consumo de embriagantes son la problemática social, disfunción familiar, falta de comunicación con los padres, no conocer límites, violencia intrafamiliar, dificultades económicas, carecer de un empleo, falta de apego escolar, estar sometidos a excesiva publicidad que insinúa que el consumo de alcohol da estatus social y minimizar la percepción de riesgo.

La sicóloga Mara Rodríguez Masdefiol dice que mientras un joven conozca los riesgos de los excesos, puede tener botellas en casa y simplemente no consumirlas. Señala que el origen del exceso en el alcohol está relacionado con carencias afectivas (que a su vez causa falta de conocimiento de uno mismo), por herencia (por fidelidad al comportamiento de uno de los miembros de la familia) y miedo al rechazo o inseguridad. Opina que el problema puede resolverse si los padres hablan con sus hijos, buscan apoyo psicológico y algunas actividades para canalizar la energía de los jóvenes, como algún deporte, clases de música o algún pasatiempo que impida que los chicos se enfoquen en beber. En lo que sí coincide con Vicuña es en que la publicidad ha marcado la pauta para que beber alcohol sea una moda que no mide el riesgo.

Disponível em: <https://www.elsoldemexico.com.mx/republica/sociedad/aumenta-consumo-de-alcohol-entre-jovenes-313306.htm>.

Extensão do texto: até 60 linhas.

Valor: 25 pontos.

Média: 22,28 (total); 22,75 (ampla); 20,88 (cotas/PNE)

Desvio padrão: 2,41 (total); 1,322 (ampla); 4,267 (cotas/PNE)

Gabriel Clemente de Oliveira Bellato – 25,00

El periódico El Sol de México subraya que la falta de comunicación entre las familias e hijos, la búsqueda de aceptación social, el desconocimiento acerca de los riesgos, la depresión, la carencia afectiva y la accesibilidad a los productos han intensificado el consumo de alcohol entre los jóvenes, según expertos relacionados con la materia. Además, los estudiosos afirman que el alcohol causa no solo una resaca, sino también la cirrosis y los actos de violencia. Sin embargo, ellos no satanizan el consumo de bebidas, puesto que se puede tomarlas sin excesos. También corresponsabilizaron a los medios informativos por el consumo excesivo de alcohol. De esta manera, aunque haya posibles beneficios para la salud, como la prevención de infartos, el consumo de alcohol es un factor de riesgos.

Además, la materia hace hincapié en que los consultados opinaron que existe una tendencia de crecimiento del consumo de alcohol entre los jóvenes, ya que lo consomen por motivos sociales, sin pensar en las consecuencias. Entre las enfermedades causadas por el alcohol está la cirrosis, cuyos sintomas son fatiga, acumulación de líquido en las piernas o en el abdomen, coloración amarillenta, impotencia sexual, encogimiento de los testículos, sangrado anormal y problemas en la concentración. El consumo de alcohol también suele ser la causa de accidentes de auto, de embarazos indeseados y de contagios del virus de Imunodeficiencia Humana (VIH). Además, la académica de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Josefina Manjarez, recuerca que los medios informativos, por medio de la publicidad, tienen gran responsabilidad por el crecimiento del consumo de alcohol, puesto que lo venden como un indicador de estatus.

El periódico aún afirma que, tras consultar el jefe de Medicina Interna del Instituto Mexicano del Seguro Social, delegación Puebla, Víctor Martínez, el primer consumo de alcohol es un juego. Empero, el consumo frecuente resulta en cambios en la vida, ya que puede haber problemas como la depresión. En efecto, una persona puede empezar a beber para evitar sus problemas. Además, aunque los efectos de la resaca pasen en 72 horas, la depresión, la ansiedad, la exposición a los accidentes viales y el contagio de una Enfermedad de Transición Sexual suelen ser las consecuencias permanentes de alcohol. Finalmente, el representante del Centro de Integración Juvenil de Puebla, José Antonio Vicuña, recuerda que las atenciones de la institución han aumentado.

Como colofón, El Sol de México subraya que, según Vicuña, la edad de iniciación para el consumo de alcohol es a los 10 años en Puebla. No obstante, el mayor impacto observado es entre los jóvenes entre 15 y 19 años. Además, otras causas del consumo de embriagantes son los problemas sociales y familiares y la publicidad excesiva. Finalmente, la socióloga Mara Rodriguez Masdefio afirma que el conocimento de los riesgos de la bebida impide el consumo sin límites de los jóvenes. En efecto, teniendo en cuenta que el consumo de alcohol comienza por problemas emocionales, el diálogo familiar y los pasatiempos son las mejores maneras de informar a los jóvenes acerca de los riesgos de la bebida, aunque la publicidad venda el alcohol como una moda.

CSC: 10. Erros: 0. Total de linhas: 49.

Ronney Almeida e Silva Filho – 24,50

El consumo de alcohol entre los jóvenes aumentó debido a factores como la ausencia de diálogo entre familias e hijos, la búsqueda de pertenencimiento social, el desconocimiento de los riesgos, la depresión, la carencia afectiva y el fácil acceso a los productos. Además de hacer hincapié en estos factores, los especialistas en el asunto resaltaron que las consecuencias del consumo excesivo de alcohol no se limitan a una resaca, sino que puede resultar en una cirrosis y aumentar el riesgo de prácticas violentas. De hecho, el consumo de alcohol de manera responsable no constituye un problema. Dichos expertos opinan que los medios de comunicación también son responsables por el consumo excesivo de alcohol, ya que divulgan estos productos de manera amplia.

Según los especialistas, la ingestión de alcohol puede contribuir a la prevención de enfermedades, pero es importante que los individuos no consuman alcohol de manera excesiva, debido a los riesgos asociados a dicho exceso. Exemplifican esta opinión con el caso de una joven estudiante cuya muerte estuvo relacionada con la ingestión abusiva de alcohol. Este medio realizó consultas en las que las personas opinaron que el consumo de alcohol entre los jóvenes está en alza porque dichos jóvenes buscan prestigio entre sus amigos, pero se olvidan de los riesgos asociados a esta decisión. El exceso del consumo de alcohol puede generar enfermedades crónicas, como la cirrosis, causar accidentes en las carreteras, llevar a un embarazo no planeado y incluso resultar en el contagio del Virus de Inmunodeficiencia Humana (VIH), señalaron los entrevistados.

Josefina Manjarrez, académica de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP), explica que los medios de comunicación también son responsables del alza en el consumo de alcohol, ya que dichos medios hacen la publicidad frecuente de bebidas embriagantes y asocian el consumo de alcohol a una posición social importante. Víctor Martínez Ahuejote, jefe de Medicina Interna del Instituto Mexicano del Seguro Social (IMSS), defiende que el consumo en exceso de alcohol puede cambiar la vida de una persona de manera muy negativa, tanto en lo que concierne a su aprovechamiento educacional como en lo que se refiere a sus condiciones de salud. El consumo de alcohol es problemático cuando el individuo utiliza la bebida como una válvula de escape a los desafíos diarios. Los síntomas inmediatos de la intoxicación por alcohol no son los problemas más graves, sino que los efectos de **longa** duración, como la depresión, la ansiedad, los riesgos de accidentes y incluso la muerte.

Los jóvenes adictos al alcohol o a otras drogas ilegales pueden encontrar ayuda en los Centros de Integración Juvenil (CIJ). José Antonio Vicuña, representante de esta institución en Puebla, señala que se produjo un alza, entre los años de 2010 a 2016, de un 22% en las atenciones de dicha institución. Para él, el consumo excesivo de bebidas embriagantes es una consecuencia de los precios bajos de estas bebidas y de la falta de respeto a las reglas que impiden que los menores de edad compren dichas sustancias. Además, Vicuña señala que el consumo de alcohol empieza alrededor de la edad de 10 años en Puebla y en México, aunque sean los jóvenes de entre 15 y 19 años quienes están susceptibles a los mayores riesgos. Su experiencia con los pacientes del CIJ demuestra que otros elementos que llevan al consumo de alcohol son los problemas sociales y familiares, la dificultad en establecer límites, dificultades económicas y la promoción de bebidas en los medios de comunicación.

La sicóloga Mara Rodríguez Madesfiol señala la importancia de que los jóvenes conozcan los riesgos del consumo abusivo para que sepan convivir con dichas sustancias con moderación, lo que permitiría, por ejemplo, tener bebidas en casa y no consumirlas. La causa del consumo abusivo está relacionada con dificultades afectivas, con la repetición de patrones de algún integrante de la familia y con problemas personales. La participación de los padres en la vida de sus hijos, la búsqueda de apoyo psicológico y otros pasatiempos pueden ayudar a resolver el problema. Finalmente, tal y como Vicuña, Madesfiol está de acuerdo cuanto a la responsabilidad de los medios de comunicación en lo que se refiere al aumento del consumo de alcohol entre los jóvenes.

CSC: 10. Erros: 1. Total de linhas: 60.

Jonathan de Assis Paz Braga – 23,80

Según los expertos, creció el consumo de alcohol entre los jóvenes, debido a cuestiones como la falta de diálogo con los hijos, la búsqueda de aceptación social, el desconocimiento de los riesgos y la facilidad de acceso a esos productos. Mas allá de una resaca, esta adicción puede causar cirrosis y convertir a alguien en una persona violenta. No se defiende prohibir el consumo, pero hay que contener los excesos, una buena noticia para los medios de comunicación. El alcohol puede incluso ayudar en contra de los infartos, como en el caso del vino, pero los límites deben de ser respetados.

Las personas consultadas por el sol de México refuerzan esa realidad, ya que los jóvenes creen que beber los vuelve chulos, sin preocuparse si consumen productos adulterados ni si pasan de los límites, lo que puede causar una enfermedad crónica, como la cirrosis, un accidente de coche o el contagio de la SIDA. Josefina Manjarrez apunta el papel de los medios de comunicación, debido a la publicidad exagerada.

El médico del Instituto Mexicano del Seguro Social señala que beber es inicialmente como un juego, pero pronto se convierte en problema si hay exceso, lo que puede traer consecuencias como la depresión y la ansiedad, además del riesgo de intoxicación, lo que puede incluso causar la muerte.

José Antonio Vicuña, jefe del Centro de Integración Juvenil de Puebla, dice que los pacientes del centro, que atiende a menores con alguna adicción, crecieron un 22% entre 2010 y 2016. Solamente en el primer semestre de 2017, ya se contabilizaban 300 pacientes, en comparación con los 495 de todo el año de 2016. Vicuña apunta que la edad media de iniciación es de 10 años en México, pero el problema es más grande entre los 15 y 19 años. Según los testimonios que recibió, el jefe señala factores como la disfunción familiar, el desconocimiento de los límites, la violencia, problemas económicos y la execiva publicidad.

Según la sicóloga Mara Rodrígues Masdefiol, si uno conoce los riesgos del exceso, el acceso no es un problema. Lo que sí causa el exceso son las carencias afectivas, la herencia, el miedo al rechazo y la inseguridad. Se puede resolver estas cuestiones por medio del apoyo psicológico y de la ocupación de los jóvenes. En común con Vicuña, Masdefiol señala el papel de la publicidade.

CSC: 8,80. Erros: 0. Total de linhas: 33.

Pior resposta – 13,50

Recientes estudios señalaron para consumo demasiado de alcohol entre jóvenes, lo que **hay** preocupado expertos en la materia de universidades mexicanas, autoridades de **la area** de salud y centros especializados en jóvenes.

Aunque el consumo no debe ser completamente banido, es necesario que las familias, los medios de comunicación, como productos televisivos y cinematográficos **empenzen** a intensificar acerca de los riesgos a la vida y a la **salude** derivados de consumo abusivo de y adicción al alcohol, como afirma Josefina Martínez, una académica de la Benemérita Universidad autónoma de Puebla (BUAP).

Para allá de eso, muchas otras razones llevan **//** los jóvenes a aumentar su consumo de alcohol. Entre ellas, podríamos mencionar la falta de comunicación entre familias e hijos, la busca de aceptación social, el desconocimiento de los riesgos, la depresión, la carencia afectiva y la **accessbilidad** a los productos.

Según los Centros de Integración Juvenil (CIJ), una organización que **atienden** a los menores que desarrollan alguna adicción, el **numero** de pacientes creció el 22% entre 2010 y 2016, lo que **demonstra** la **gravidad** del problema.

La adicción al alcohol no implica solo enfermedad **diretamente** relacionada con la sustancia, sino también con muchas otras, como el contagio del Virus de Inmunodeficiencia Humana (VIH).

Es necesario que la familia y amigos del joven observe su comportamiento con señal de una posible adicción. Ansiedad, desorientación y cambios repentinos del humor pueden señalar una dependencia por la sustancia.

CSC: 6,30. Erros: 16. Total de linhas: 34.

Español - Versión

Primeiramente, Dadinha falou em pormenores sobre como o dia estava fresco, devendo ter sido a mesma coisa havia exatamente cem anos, quando ela nascera. Não sabia se também tinha sido um domingo, não lhe disseram ou, se lhe disseram, esquecera. Abanou a mão junto à orelha direita, como fazia sempre que se aborrecia por haver esquecido alguma coisa. Finalmente, afirmou que, sem dúvida, tinha sido um domingo, não só porque ouvira falar que, de cem em cem anos, todas as datas caem certo com os dias da semana, mas também porque a mãe dela, cujo nome nunca lhe revelaram, tinha contado a alguém que fazia muito fresco naquele dia em que ela nascera. Como os domingos são sempre mais frescos, explicou, deve ter sido mesmo um domingo, bem na hora do toque das vésperas. Divergiram dela, opinaram que o domingo era tão quente ou fresco quanto qualquer outro dia, apenas não se trabalhava muito, então o corpo não esquentava tanto. Apois, respondeu ela, apois não é a mesma coisa? Assim fresquinho, a viração entrando pela janela e panejando as fraldas da bata de madrasto que lhe descia do pescoço como os flancos de uma pirâmide. Fazia tempo que não andava mais, pois para levantar-se tinha de arregimentar a ajuda de muitos e permanecer de pé era necessário que a escorassem. Mas não parecia ter cem anos, não parecia ter idade nenhuma, remoçando e envelhecendo para lá e para cá várias vezes durante o dia, ou no decorrer de uma simples conversa.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. Alfaguara, 5. ed., p. 65.

Valor: 25 pontos.
Média: 20,27 (total); 20,4 (ampla); 19,86 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 1,731 (total); 1,954 (ampla); 0,770 (cotas/PNE)

Rodrigo Lara Pinto – 23,20

Primeramente, Dadinha habló en detalles sobre cómo el día estaba fresco, debendo de ser la misma cosa hacía exactamente cien años, cuando ella había nacido. No sabía si también había sido un domingo, no se lo dijeron o, si se lo dijeron, ella se había olvidado. Abanó la mano junto a la oreja derecha, como lo hacía siempre que se enojaba por haber olvidado algo. Finalmente, afirmó que, sin duda, había sido un domingo, no solo porque había oído decir que, en cada cien años, todas las fechas se encajan con los días de la semana, sino también porque su madre, cuyo nombre nunca le dijeron, había dicho a alguien que hacía un tiempo muy fresco aquel día en que ella había nacido. Como los domingos son siempre los más frescos, explicó, debe haber sido de hecho un domingo, exactamente en la hora del toque para las plegarias. Divergieron de ella, opinaron que el domingo era tan caliente o fresco como cualquier otro día, con la excepción de que no se trabajaba mucho, entonces el cuerpo no se calentaba tanto. Pues, respondió, ¿pues no es la misma cosa? Así fresquito, el viento entrando por la ventana y refrescando las partes interiores del vestido de madrasto que le decía desde el cuello como los flancos de una pirámide. Hacía tiempo que no andaba más, pues para levantarse había que reunir la ayuda de muchos y para quedarse de pie era necesario que le apoyaran. Pero no parecía tener cien años, no parecía tener ninguna edad, moviéndose y poniéndose vieja de un lado al otro muchas veces durante el día, o durante una simple charla.

FID: 9,70. Erros: 3. Total de linhas: 22.

Lawrence Benaventana Póvoas – 23,10

En primer lugar, Dadinha habló con detalles sobre como el día estaba fresco, debiendo haber sido la misma cosa hacía exactamente cien años, cuando nació. No sabía si también hubiera sido un domingo, no se le dijieron o, si se le dijieron, había olvidado. Movió la mano junto a su oreja derecha, como hacía siempre que se enojaba por haber olvidado algo. Finalmente, afirmó que, sin duda, había sido un domingo, no sólo porque escuchó hablar de que, a cada cien años, todas las fechas coinciden justo con los días de la semana, pero también porque su madre, cuyo nombre nunca se le reveló, había contado a alguien que estaba muy fresco aquel día en el que nació. Como los domingos son siempre más frescos, explicó, debe haber sido deveras un domingo, justo en la hora del toque de las vísperas. No estaban de acuerdo con ella, y opinaron que el domingo era tan caliente o fresco como cualquier otro día, solo no se trabajaba mucho mucho, entonces el cuerpo no acalentaba[25] tanto. ¿Pues? contestó, ¿pues no es la misma cosa? Así fresquito, el viento entrando por la ventana y movimentando el collar de su camisa que se le bajaba por el cuello con los flancos de una pirámide. Hacía tiempo que no andaba más, pues para levantarse tenía que buscar la ayuda de muchos, y para quedarse de pie era necesario sotenerla. Pero no parecía tener cien años, no parecía tener cualquier edad, quedándose más joven y más vieja para allá y para acá varias veces durante el día, o a lo largo de una simple charla.

FID: 9,1. Erros: 2. Total de linhas: 22.

---

25 Provável erro da linha (seria: "calentaba")

Ronney Almeida e Silva Filho – 22,00

Primeramente, Dadinha habló, en pormenores, sobre como el día estaba agradable, y sobre como probablemente fue de la misma manera hace exactamente cien años, cuando ella nació. No sabía si también había sido un Domingo, no se lo dijeron a ella o, si se la dijeron, había olvidado. Abanó la mano junto a la oreja derecha, como hacía siempre que se **aburría** en razón de haberse olvidado alguna cosa. Finalmente, afirmó que, sin dudas, había sido un Domingo, no solo porque había oído decir que, a cada cien años, todas las **datas** caen exactamente en los **mismo** días de la semana, pero también porque su madre, cuyo nombre nunca se lo dijeron, había dicho a alguien que el día en el que ella nació estaba muy agradable. Como los Domingos son siempre más agradables, explicó, fue probablemente un Domingo, en la hora exacta del toque de las vísperas. Discordaron de ella, opinaron que el Domingo era tan caliente o tan agradable como cualquier otro día, solo no se trabaja mucho, luego el cuerpo no se calentaba tanto. Pues, ella respondió, pues no es la misma cosa? Agradable como está, los vientos entrando por las ventanas y **balanzando** sus vestimentas que **descían** desde el cuello como los flancos de una pirámide. Desde hace mucho tiempo, no caminaba más, ya que para levantarse necesitaba de la ayuda de muchas personas y para que se quedara en **pié** era necesario que la seguraran. Pero no aparentaba tener cien años, no aparentaba tener ninguna edad, se volvía más joven y más vieja aquí y allí varias veces durante el día, o durante una simple charla.

FID: 10. Erros: 6. Total de linhas: 22.

Pior resposta – 17,20

Primeramente, Dadinha habló **[**de cosas sin importancia**]**[26] sobre como el día estaba bueno, lo que debía ser la misma cosa hacía cien años, cuando ella había nacido. No sabía si también había sido un domingo, no le habían dicho o, si le hubiesen dicho, se **le** había olvidado. **Balanzó** la mano cerca de la orilla derecha, como hacía siempre que se **aburría** por olvidar algo. Finalmente, afirmó que, sin duda, había sido un domingo, no sólo porque había escuchado que, cada cien años, todas las **datas convirgen** con los días de la semana, sino también porque su madre, cuyo nombre jamás le habían dicho, había dicho a **alguién** que estaba muy bueno el día que ella había nacido. Como los domingos son siempre los días más buenos, explicó, debía ser un domingo, exactamente en la hora del señal de las vésperas. **[**Algunos**]**[27] no concordaron, **dicieron** que el domingo era tan caliente o bueno como cualquier otro día, solamente no se trabajaba mucho, así el cuerpo no sufría tanto. ?Dios, ella retrucó, no es la misma cosa? Así muy bueno, el viento entrando por la ventana y temblando los pañuelos y cueros que le bajaban por el cuello como los flancos de una **piramide**. Hacía tiempo que no caminaba más, pues para levantar necesitaba de la ayuda de muchas personas y para quedarse en pie era necesario que **le** segurasen. Pero no aparentaba tener cien años, no aparentaba tener edad alguna, **poniendose** joven y vieja muchas veces a lo largo del día, o a lo largo de una simple charla.

FID: 7,2. Erros: 10. Total de linhas: 22.

[26] Indicação de trecho dispensável, mas sem penalização.

[27] Indicação de trecho dispensável, mas sem penalização.

Intégration, la grande obsession

Dans l'incessant débat sur l'intégration des personnes d'origine arabe et africaine, certains prétendent que les Italiens, les Portugais, les Polonais étaient « moins différents » et s'assimilaient donc sans trop d'encombre. En faisant de cette question un enjeu essentiellement culturel, cette lecture néglige les leçons prodiguées par plus d'un siècle d'histoire de l'immigration.

Comparer l'intégration des diverses vagues d'immigration a toujours été un jeu très prisé des commentateurs. Dans les années 1930, les démographes s'amusaient à mesurer le « degré d'assimilabilité » des étrangers ; après la guerre, les experts vantaient les mérites des Nordiques au détriment des Européens du bassin méditerranéen. Depuis trente ans, un consensus semble se dégager pour diagnostiquer une « crise de l'intégration » inédite dans l'histoire de France.

Cette mise en scène de l'histoire conjugue deux présupposés. Le premier consiste à penser que les étrangers s'intégraient plus aisément et plus rapidement hier qu'aujourd'hui. À n'en pas douter, les descendants d'immigrés musulmans subissent actuellement d'importantes discriminations en matière d'emploi, de logement, de contrôles policiers. Mais affrontent-ils réellement un rejet plus important que leurs prédécesseurs ? Il paraît vain d'établir une gradation de la xénophobie, et aucun historien ne s'y risquerait. Mais nombre de chercheurs mettent en avant la permanence des mécanismes d'exclusion (sociale, urbaine, symbolique) et des stigmates frappant les personnes d'origine étrangère. Brutaux, sales, voleurs d'emplois, agents de l'extérieur : les Italiens, les Polonais, les Portugais, les Espagnols durent aussi en passer par là, et, bien qu'ils soient chrétiens, on les trouvait trop religieux, superstitieux, mystiques. Le rejet a parfois duré plusieurs décennies. Apparu dans le dernier quart du XIX e siècle, le racisme anti-Italiens ne s'est véritablement éteint qu'après la seconde guerre mondiale.

Selon le second présupposé, moins souvent discuté, les immigrés européens auraient été plus enclins à « s'assimiler », à abandonner leur identité d'origine pour embrasser pleinement la culture française, que leurs homologues originaires des colonies. Rien n'est plus faux. Chaque génération d'immigrés a eu le souci de préserver son identité d'origine et de la transmettre à ses enfants ; chaque génération a été traversée par des clivages entre ceux qui voulaient s'assimiler et ceux qui restaient attachés à leurs particularismes.

À la fin du XIX e siècle, il n'était pas rare que les Italiens renvoient leurs enfants au pays jusqu'à l'âge de 12 ans, avant de les faire revenir en France. À Paris, Montreuil, Marseille, Nice ou Nogent-sur-Marne, certains quartiers regorgeaient de boutiques de produits transalpins, de cafés-hôtels qui accueillaient les nouveaux arrivants, de bars où les exilés se retrouvaient pour jouer à la *morra* (« mourre ») — un jeu de cartes traditionnel — ou pour écouter de l'accordéon, instrument alors typiquement italien. Grâce au libéralisme de la loi du 1er juillet 1901, les Italiens ont pu cultiver cet entre-soi en fondant des dizaines d'associations culturelles, sportives, récréatives, de bienfaisance réservées à leurs compatriotes. Pour satisfaire l'état civil — qui imposait alors de choisir des noms du calendrier français —, les immigrés appelaient certes leurs enfants Albert et Marie, mais, dès la sortie de l'école, tout le monde les appelait Alberto et Maria.

Les Polonais arrivés après la première guerre mondiale entendaient encore davantage préserver leur « polonité ». Ils se mariaient entre eux, refusaient toute naturalisation, interdisaient à leurs enfants de parler français à la maison. Certaines villes du Pas-de-Calais comptaient deux clubs de football : le premier pour les Polonais, le second pour les Français et les autres étrangers. Lors des grandes fêtes religieuses, durant l'entre-deux-guerres, les membres de la communauté revêtaient des costumes traditionnels, puis défilaient en chantant des cantiques, ce qui ne manquait pas de déplaire à la population locale.

Loin de l'assimilation fantasmée par certains, l'« intégration à la française » s'apparente plutôt à un cheminement vers *«l'invisibilité, qui ne veut pas dire la fin des différences, mais l'acceptation par le milieu d'accueil, où personne ne se préoccupe plus des différences»*. Or ce *«chemin vers la transparence»* n'a pas été tracé à coups de circulaires ministérielles, de colloques universitaires ou de tribunes ronflantes dans la presse: il a été le résultat de contacts et d'échanges quotidiens entre les populations minoritaires et leur milieu d'insertion, c'est-à-dire le plus souvent un milieu urbain, populaire, ouvrier.

L'histoire a largement balisé les sentiers de cette intégration: le travail, à une époque où la solidarité ouvrière, le sentiment d'appartenance professionnelle et la conscience de classe étaient vifs; le service militaire et les deux guerres mondiales, qui réunirent sous le même drapeau Français et descendants d'étrangers; l'école, alors lieu d'acclimatation à la culture dominante et outil d'ascension sociale pour les enfants d'immigrés; l'Église catholique, qui tentait de s'attirer les fidèles étrangers en leur proposant patronage et services de bienfaisance; les luttes sociales et le militantisme au sein des organisations de gauche, quand le Parti communiste français, la Confédération générale du travail (CGT) et leurs associations satellites (Secours populaire français, Union des femmes françaises, Tourisme et travail...) servaient encore de *«machines à intégrer»*; la ville populaire ancienne, qui offrait une certaine mixité sociale et ethnique et dont les rues animées favorisaient les rencontres entre personnes de toutes origines.

La plupart de ces sentiers sont aujourd'hui barrés. Dans un contexte de chômage de masse et de concurrence généralisée au sein des classes populaires, le travail joue désormais un rôle de division plutôt que de rapprochement. Les bancs des églises sont désertés, les organisations progressistes vidées de leurs adhérents, et les banlieues populaires connaissent une ségrégation socio-ethnique toujours plus importante, qui se répercute sur l'école à travers la carte scolaire (ou à travers son contournement par les familles les plus aisées). Faire de l'origine des descendants d'immigrés l'unique source de leurs « problèmes d'intégration » conduit à négliger le contexte social de cette intégration. Et à transformer en questions identitaires des demandes qui sont pour la plupart profondément sociales : l'égalité face à l'emploi, l'école, la police, la justice, le logement, le droit de pratiquer (ou non) sa religion.

ILLE, Benoît. *Le Monde Diplomatique*. Février 2018. Internet : <www.monde-diplomatique.fr> (texte adapté).

Extensão do texto: até 60 linhas

Valor: 25 pontos

Média: 19,36 (total) ; 20 (ampla) ; 17,42 (cotas/PNE)

Desvio padrão: 3,213 (total) ; 2,682 (ampla) ; 3,232 (cotas/PNE)

Ronney Almeida e Silva Filho – 23,60

L'idée selon laquelle les immigrés d'origine européenne se sont assimilés plus facilement à la société française à cause d'une plus grande similarité culturelle est erronée. L'assimilation des immigrés d'origine arabe et africaine n'est pas liée à une question culturelle, ce qui peut être démontré para une analyse de l'histoire de l'immigration au long d'un siècle. Il faut souligner deux aspects fondamentaux. Premièrement, il n'est pas vrai que les étrangers s'assimilaient plus facilement et d'une manière plus rapide auparavant que maintenant. Il n'est pas question de nier la discrimination envers les personnes d'origine musulmane ou d'essayer de faire une gradation de la xénophobie, mais les recherches démontrent que l'exclusion et la stigmatisation des étrangers sont une pratique ancienne. Deuxièmement, il est totalement faux que les immigrés européens ont abandonné leurs identités culturelles plus aisément que les personnes qui venaient des colonies. En fait, toutes les générations d'immigrés ont eu une préoccupation à l'égard de la préservation de leurs identités.

À la fin du XIXe siècle, les enfants des Italiens étaient envoyés **à l'**Italie jusqu'à l'âge de 12 ans, avant de rentrer en France. Les produits étrangers, les boutiques où les nouveaux arrivants se rencontraient et plusieurs associations pourraient être fréquemment trouvés à Paris, à Montreuil, à Marseille, à Nice ou à Nogent-sur-Marne. Cela était possible à cause du caractère libéral de la loi du 1er juillet 1901. Certes, les immigrés adoptaient des noms du calendrier français pour leurs enfants, afin de respecter l'état civil, mais, chez eux, c'était la version étrangère de ses noms qu'ils utilisaient. Les Polonais aussi n'hésitaient pas à trouver des manières pour garder leur « polonité », comme se marier seulement entre eux, refuser les options de naturalisation voire interdire la communication en français chez eux. Ils avaient aussi des clubs de football polonais et gardaient les traditions religieuses de la Pologne.

L'histoire prouve que le diagnostique d'une « crise de l'intégration » inédite en France est un discours erronné. Effectivemente, l' « intégration à la française » a été réalisé à travers un « chemin vers la transparence ». Cela signifie que les différences ont été progressivemente acceptées, au lieu de ne plus exister. Le processus a été produit à travers les contacts entre les immigrés et la population locale au long du temps.

Plusieurs institutions ont aidé directement a promouvoir cette intégration : le travail, le service militaire et les deux guerres mondiales, l'école, l'Église catholique, les luttes sociales et le militarisme de gauche et l'ancienne ville populaire, où on trouvait un certain degré de mélange social et ethnique et où les gens de toutes les origines se rencontraient dans les rues animées. Actuellement, ces institutions ne fonctionnent plus comme auparavant. Le travail est devenu un sujet de division et non pas de rapprochement, car il y a trop de chômage et une concurrence généralisée parmi les classes populaires. Les gens ne vont plus aux églises et les organisation progressistes n'on presque pas de membres. Les quartiers sont de plus en plus **ségrégrés** selon des critères socio-ethniques, ce qui change aussi l'ancien rôle de l'école.

En conséquence, le context social de l'intégration aide à la compréhension des « problèmes d'intégration » beaucoup mieux que l'idée que ses problémes sont le résultat exclusif de l'origine des descendants d'immigrés. Il s'agit donc d'un ensemble de difficultés sociales, comme l'accès à des droits basiques (emploi, éducation, justice, parmi d'autres), et non pas justement des questions identitaires.

CSC: 9,60. Erros: 2. Total de linhas: 48.

Luiz Carlos Keppe Nogueira – 23,20

L'histoire de l'immigration montre que l'idée d'une relation directe entre l'origine des étrangers et leur "degré d'assimilabilité" est fausse. Plusieurs chercheurs ont étudié les vagues d'immigration et le processus d'intégration au moins depuis les années 1930, contribuant à la formation d'une mise en scène de l'histoire qui conjugue deux prémisses. La première consiste à penser que l'intégration était plus rapide et naturelle au passé qu'aujourd'hui. Néanmoins, les études historiques affirment que les immigrés italiens, polonais, portugais et espagnols ont été également stigmatisés par des mécanismes d'exclusion sociale, urbaine et symbolique qui actuellement portent préjudice aux individus d'origine arabe et africaine.

Le second[28] présupposé est fonde sur l'idée que les immigrants européens auraient été plus capables de s'assimiler et d'abandonner leur identité d'origine que les personnes provenants des colonies. En réalité, toutes générations d'immigrés ont valorisé la préservation de leur identité et ont fait face aux clivages entre ceux qui voulaient s'assimiler et ceux qui ne le voulaient point. Les italiens de la fin du XIXe siècle, par exemple, ont créé plusieurs associations culturelles, sportives, récréatives et de bienfaisance. En outre, les Polonais arrivés après la première guerre mondiale se mariaient entre eux et refusaient toute naturalisation.

L'intégration à la française est caractérisée par l'acceptation par le milieu d'accueil – les différences sont devenues "invisibles". Il s'agit d'un processus occasionné par les contacts et les échanges quotidiens entre les immigrés et leur milieu d'insertion. L'histoire française montre l'importance, pour l'intégration, du travail, à une époque où la conscience de classe était forte; du service militaire, qui rapprochait les Français et les descendants d'étrangers, surtout dans le contexte des deux guerres mondiales; de l'école, qui permettait l'acclimation à la culture du pays et l'ascension sociale; l'Église catholique, qui cherchait à attirer les fidèles étrangers; les organisations de gauche, responsables de la lutte populaire; et les villes anciennes. La situation de chacun de ces champs est actuellement beaucoup différente, comme le montrent le chômage de masse, l'affaiblissement de l'Église et des organisations progressistes et la ségrégation des banlieues populares. Par conséquent, il faut reconnaître que les "problèmes d'intégration" ne sont pas uniquement causés par l'origine des immigrés. Une fois que le contexte social a une influence considérable[29] sur l'intégration, la promotion de l'égalité face à l'école, l'emploi, la police, la justice, le logement et le droit de pratiquer la religion est essentielle.

CSC: 9,20. Erros: 2. Total de linhas: 44.

[28] Grafia errada – foi escrito "seconde"

[29] Considérable foi escrito sem o acento

Gabriel Clemente de Oliveira Bellato – 23,10

Dans le contexte du débat sur l'intégration des personnes d'origine arabe et africaine, **certains** personnes disent que les Italiens, les Portugais et les Polonais sont « moins différents » et s'assimilent de manière plus facile. Sous l'égide d'un argument essentiellement culturel, cette perspective oublie plus d'un siècle d'histoire de l'immigration. Or, il y a deux présupposés qui s'avèrent les pierres angulaires de cette lecture. Le premier est penser que l'intégration des étrangers était plus rapide et plus facile dans le passé qu'aujourd'hui. Malgré la xénophobie de nos jours vers les descendants d'immigrés musulmans, les Italiens, les Polonais, les Portugais et les Espagnols ont été les victimes des xénophobes du passé. De la même manière, selon le second présupposé, les immigrés européens ont été plus enclins à accepter la culture française. Rien n'est plus faux, ayant en vue la forte identité culturelle des Italiens et des Polonais du passé, évidente à travers le football et les associations culturelles.

De surcroît, l'« intégration à la française » veut créer un contexte dans lequel personne ne se préoccupe plus des différences. Toutefois, ce « chemin vers la transparence » n'a pas été tracé par les institutions de l'État. Il s'agit d'un processus naturel d'intégration, qui a été le résultat de contacts et d'échanges quotidiens entre les populations minoritaires et leur milieu d'insertion, surtout in milieu urbain, populaire et ouvrier. De cette manière, les piliers de cette intégration ont été le travail, sous l'égide d'une conscience de classe ; le service militaire, qui a intégré les Français et les descendants d'étrangers dans une même armée ; l'école, qui s'avère un outil d'ascension sociale ; l'église catholique, qui tentait de s'attirer les **fideles** étrangers ; les luttes sociales et le militarisme ; et la ville populaire ancienne.

Toutefois, la plupart de ces institutions sont aujourd'hui barrés, ayant en vue le contexte contemporain de chômage de masse et de concurrence généralisée. Or, le travail aujourd'hui est plus un facteur de division que de rapprochement. De la même manière, les églises sont vides. Au-delà, les organisations progressistes sont faibles et les banlieues populaires connaissent une ségrégation socio-ethnique **térrible**. En disant que l'origine des descendants d'émigrés s'avère l'unique source de leurs problèmes d'intégration, on néglige le contexte social de cette intégration. De surcroît, on transforme en questions identitaires plusieurs questions sociales, comme l'égalité en ce qui concerne l'emploi, l'école, la police_le logement et la liberté religieuse.

CSC: 9,60. Erros: 3. Total de linhas: 38.

Pior resposta – 12,90

La croyance que l'intégration des Africains et des Arabes est plus difficile que celle des Italiens, des Portugais et des Polonais néglige la réalité historique de l'immigration. Les démographes des années 1930 parlaient d'un <<dégré d'assimilabilité>> et des mérites des Nordiques, au contraire des **nationnels** du bassin **méditerrané**.

On parle aujourd'hui d'une <<crise de l'intégration>> en France, selon deux **préssuposés**. Le premier concerne la pensée selon laquelle les étrangers s'intégraient d'une manière plus facile. Les descendants musulmans **sont subis à** des **discrimination** d'emploi et de contrôles policiers, mais personne ne peut pas établir une **hierarchie** de xénophobie. Ce **qui** les chercheurs affirment est que les mécanismes d'exclusion continuent. Le racisme a émergé à la fin du XIXe siècle et on trouvait les Méditerranées trop religieux, **supertitieux** et mystiques. Le second comprend la croyance fausse que les immigrés européens se **sont assimilé** plus facilement que ceux originaires des colonies. Les **Éuropéens** font plus d'effort pour la préservation de leurs identités d'origine.

Pendant la fin du XIXe siècle, les Italiens préféraient **d'**envoyer leurs enfants **à** Italie jusqu'à l'âge de 12 ans. D'ailleurs, il y a des boutiques de produits nationaux et la continuation des traditions **italienne**. Après la loi de 1901, les Italiens ont ouvert des associations culturelles et de bienfaisance. **Au** cas des Polonais, ils ont éssayé des préserver leur identité par l'**interdition** de s'assimiler **à les** Français et par la célébration des **costumes** traditionnels.

L'idée d'une intégration à la française, où les différences ont disparu, ne découle pas des événements officiels, mais des échanges du quotidien. L'histoire a souligné le rôle du travail, du service militaire, de l'école, de l'Église catholique, des organisations de gauche et de la ville populaire ancienne. En fait, cela ne se passe pas aujourd'hui, car il y a beaucoup de concurrence et de ségrégation dans la société. L'origine n'est pas la seule cause des problèmes d'intégration, mais les faits sociaux.

CSC: 5,90. Erros: 16. Total de linhas: 31.

A obra de Rio Branco

Para Rio Branco, o diplomata e o soldado são, ambos, expressão da soberania, e elementos decisivos na defesa do território nacional. Essa percepção, que é a da visão de um sistema internacional de natureza intergovernamental e interestatal, que era basicamente aquele no qual Rio Branco atuou, não excluía uma antecipadora preocupação com aquilo que hoje chamamos de *soft power*, para falar com Joseph Nye. O Barão tinha perfeita noção da importância da imprensa, da publicidade e da agenda da opinião pública, de cujos meios soube valer-se para consolidar e legitimar a presença do Itamaraty como instituição do Estado. A obra de Rio Branco – e ao dizer obra penso não propriamente em obra literária, mas, seguindo o exemplo de Álvaro Lins, na obra como instrumento da ação – constitui, por isso, também, para continuarmos com o paradigma estabelecido por Pierre Nora, uma *mémoire d'État*. Como as obras de Luís XIV, Napoleão ou de Gaulle, a obra de Rio Branco é expressão de Poder – com "P" maiúsculo –, e encarnação de um momento do Estado. Sendo *sua obra*, ela é, também, fragmento da nossa própria história.

Os depoimentos de seus sucessores, as palavras de seus contemporâneos e a própria reflexão histórica em torno do período em que Rio Branco esteve à frente do Itamaraty demonstram o prestígio unânime de que desfruta o Barão em nosso País.

ER, Celso. *Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira*: pensamento e ação. Brasília: FUNAG, 2018, p. 194-195.

Valor: 25 pontos
Média: 14,44 (total) ; 14,61 (ampla) ; 13,92 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 3,320 (total) ; 3,232 (ampla) ; 3,920 (cotas/PNE)

Ronney Almeida e Silva Filho – 19,70

L'oeuvre de Rio Branco

Pour Rio Branco, le diplomate et le soldat sont, les deux, l'expression de la souvérainété, et des éléments décisifs dans la défense du territoire national. Cette perception, qui est celle de la vision d'un système international de nature intergouvernementale et inter-étatique, qui était basiquement celui où Rio Branco a joué, n'excluait pas une préoccupation antécipée à l'égard de ce qu'aujourd'hui nous appelons « soft power », pour établir un lien avec Joseph Nye. Rio Branco avait une notion parfait de l'importance de la presse, de la publicité et de l'agenda de l'opinion publique, dont les moyens il a su utiliser afin de consolider et de légitimer la présence de l'Itamaraty comme institution étatique.

L'oeuvre de Rio Branco – et quand je dis oeuvre je ne pense pas proprement à l'oeuvre littéraire, mais, suivant l'example d'Álvaro Pierre Nora, une « mémoire d'État ». Comme les oeuvres de Louis XIV, de Napoléon ou de de Gaulle, l'oeuvre de Rio Branco est l'expression de Pouvoir – avec « P » majuscule –, et l'encarnation d'un moment de l'État. Étant son oeuvre, elle est aussi une partie de notre propre histoire.

Les témoignages de ses successeurs, les mots de se contemporains et la propre refléction historique à l'égard de la période où Rio Branco était en contrôle de l'Itamaraty démontrent le prestige unanime que Rio Branco possède dans notre pays.

FID: 9,20. Erros: 9. Total de linhas: 20.

Rodrigo Lara Pinto – 19,60

L'oeuvre de Rio Branco

Pour Rio Branco, le diplomate et le soldat sont, tous les deux, une expression de la souveraineté, et des éléments décisifs dans la défense du territoire national. Cette perception, qui est celle de la vision d'un système international de nature intergouvernamentale et interestatale, qui était basiquement celui dans lequel Rio Branco a actué, n'excluait pas une préoccupation avant la lettre avec ce qu'aujourd'hui nous appelons soft power, pour dialoguer avec Joseph Nye. Le Baron avait une parfaite notion de l'importance de la presse, de la publicité et de l'agenda de l'opinion publique, dont il a su s'aproprier des moyens pour consolider et légitimer la présence de l'Itamaraty comme institution de l'État.

L'oeuvre de Rio Branco - et en disant oeuvre je ne pense pas proprement à l'oeuvre littéraire, mais, en suivant l'exemple d'Alvaro Lins, à l'oeuvre comme instrument de l'action - constitue, pour cette raison, aussi, pour continuer avec le paradigme établi par Pierre Nora, une mémoire d'État. Comme les oeuvres de Louis XIV, Napoléon ou de Gaulle, l'oeuvre de Rio Branco est une expression de Pouvoir - avec le "P" majuscule -, et une encarnation d'un moment de l'État. En étant son oeuvre, elle est, aussi, une partie de notre propre histoire.

Le témoignage de ses successeurs, les mots de ses contemporains et la réflexion historique même autour de la période dans laquelle Rio Branco a été à la tête de l'Itamaraty montrent le prestige unanime dont se jouit le Baron dans notre Pays.

FID: 9,60. Erros: 10. Total de linhas: 22.

Paulo Henrique de Sousa Cavalcante – 19,00

L'œuvre de Rio Branco

Pour Rio Branco, le diplomat// et le soldat//, les deux, sont d'expression de souveraineté, et les elements[30] décisives pour la saufgarde du territoire national. Cette perception, qui est cela de la vision d'un système international de nature base// sur les gouvernements et sur les États, qui a simplement[31] été celui dans lequel Rio Branco a travaillé, n'éliminati pas une préocupation émergeante pour ce qui s'appelle « soft power », pour parler avec Joseph Nye. Rio Branco comprennait bien l'importance de la presse, de la publicité et de l'agenda de l'opinion publique, dont les moyens il a su comment utiliser pour consacrer et rendre légitime la présence de l'Itamaraty comme une institution de l'État[32].

L'œuvre de Rio Branco – et en parlant de l'œuvre, je ne pense pas à l'œuvre litteraire proprement, mais, en suivant, l'exemple de Alvaro Lins, à l'œuvre comme d'instrument de l'action – constitue, pour cela, aussi, pour continuer avec le paradigme établi par Pierre Nora, une mémoire d'État. Comme les œuvres de Louis XIV, de Napoleon ou de de Gaulle, l'œuvre de Rio Branco est une expression[33] de Pouvoir – avec un « P » majuscule -, et concrétisation d'un moment de l'État. En étant son œuvre, elle est, aussi, un fragment de notre propre histoire.

FID: 9,20. Erros: 9. Total de linhas: 20.

Pior resposta – 9,60

L'oeuvre de Rio Branco

Pour Rio Branco, le diplomate et le **soldad** sont, **[tout]** les deux, l'expression de souveraineté et des **élements** décisifs dans la défense du territoire national. Cette perception, qui est **le visage** d'un système international de nature **gouvernamentale** et entre les États, qui était **basiquement cela** dans lequel Rio Branco a opéré, n'excluait pas une préoccupation **antérieure** avec **cela** que nous appelons aujourd'hui soft power, selon le concept de Joseph Nye. Le Baron **ait la** notion claire de l'importance de la presse, de la publicité et de l'agenda de l'opinion publique, dont **les milieux** il a **s'utiliser** pour consolider et pour légitimer la présence de l'Itamaraty comme institution de l'Etat.

L'oeuvre de Rio Branco - et en **dissant** oeuvre je pense non directement à une oeuvre **litéraire**, mais **ainsi comme** l'a fait Álvaro Lins, à une oeuvre comme un outil d'action - **a constitué**, pour cela, aussi, pour continuer avec le paradigme établi **pour** Pierre Nora, une mémoire d'État. Comme les oeuvres de Louis XIV, Napoléon o de Gaulle, l'oeuvre de Rio Branco est **l'expression** de Pouvoir - avec un P majuscule -, et l'incarnation d'un moment de l'État. **En** s'agissant de "son oeuvre", **elle** est aussi une **pièce** de notre propre histoire.

Les écrits de ses successeurs, les mots de ses **contemporaines** et la propre réflexion historique sur la période **que** le Baron était à la tête de l'Itamaraty montrent le prestige unanime **qui** le Baron possède dans notre pays.

FID: 7,60. Erros: 26 Total de linhas: 20.

[30] Por vezes, a acentuação em francês parece não fazer sentido; no entanto ela segue regras simples e bastante regulares. Domine-as, sobretudo no que diz respeito às sílabas terminadas em "e", e isso te garantirá (deixo as mesóclises para algum ex-presidente que delas goste) alguns pontos valiosos.

[31] Advérbio em francês vai depois do verbo ou entre os verbos nos casos de perífrase.

[32] Uso de artigos pode ser outro ponto a atentar-se, a fim de evitarem-se erros simples, mas que tiram muitos pontos. Faça ou tenha em mente uma lista das faltas mais recorrentes que você comete, e.g.: acentuação, artigos, desinência verbal e por aí vai, para que você confira atenção especial a esses aspectos, ao escrever e ao revisar seu texto.

33 Sobre acentos: jamais se põe acento agudo sobre "e" fechado seguido de "x" ou por consoantes duplas, por exemplo "ss".

Homenagem às vítimas do COVID-19

Em muitos aspectos, a vida do diplomata é igual à de todo mundo. Temos preocupações, medos, ansiedades; amamos, ansiamos pelo porvir, decepcionamo-nos. A diferença é que, às vezes, não conseguimos estar perto daqueles que mais amamos, sobretudo se consideradas as mudanças ao longo da carreira e, para muitos de nós, a mudança para Brasília. Em 2020, o distanciamento atingiu níveis inimagináveis e deixou marcas profundas nas nossas famílias e na sociedade brasileira. Assim como vocês, nós também lamentamos as perdas irreparáveis decorrentes da COVID-19 e fazemos votos para que a crise passe o mais rápido possível. Assim como vocês, tivemos de lidar com as incertezas de nossa época. Assim como vocês, alguns de nós sofreram com o luto em meio à pandemia.

Este guia não estaria completo se passasse ao largo do que ocorre no Brasil e no mundo em nosso primeiro ano como diplomatas. Hoje, a "esperança equilibrista" caminha com sua sombrinha, convidando-nos a não perdê-la de vista, lembrando-nos de que dias melhores virão. Gostaríamos de expressar nossa solidariedade a cada pessoa que perdeu algum ente querido neste período tão difícil. Como, infelizmente, não podemos incluir o nome de todos que se foram, decidimos eternizar, nestas páginas, nossos familiares que partiram desta vida, mas cujas trajetórias jamais serão esquecidas.

Hélio Alvim Tostes

Sônia Maria Veríssimo

Lúcia Silveira Peixoto

E tantas outras pessoas que se foram em função da pandemia,

Vocês estarão sempre em nossos corações